00100.204560/2016-89

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "E" AO Nº 207 QUINTA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Vago

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

Hélio Lopes de Azevedo
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Ata da 37ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 novembro de 2016 **(Realizada em conjunto com a 102ª Reunião da CDH) (vide item 1.6)**
Ata da 38ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de novembro de 2016 6
Ata da 39ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de novembro de 2016 29
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2016 63
Ata da 41ª Reunião, Conjunta, realizada em 24 de novembro de 2016 113
Ata da 42ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de novembro de 2016 139
Ata da 43ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de novembro de 2016 172
Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de dezembro de 2016 210
1.1.1 – Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional
Ata da 1ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de novembro de 2016 **(Realizada em conjunto com a 9ª Reunião da CAE)**
Ata da 2ª Reunião, Conjunta, realizada em 24 de novembro de 2016 **(Realizada em conjunto com a 11ª Reunião da CAE)**
Ata da 3ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de novembro de 2016 **(Realizada em conjunto com a 12ª Reunião da CAE)**
1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2016 225
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2016 251
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2016 267
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2016 279
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2016 296
Ata da 35ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de novembro de 2016 **(Realizada em conjunto com a 48ª Reunião da CE) (vide item 1.4)**
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2016 316
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2016 342
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2016 358
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2016 381
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2016 401
1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de novembro de 2016 463
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2016 510
Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de novembro de 2016 545
Ata da 43ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de dezembro de 2016 586
Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de dezembro de 2016 621
1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2016 647
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2016 684
Ata da 48ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de novembro de 2016 688
Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2016 716
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2016 724
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2016 746
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2016 771

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2016 793
1.5 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2016 829
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2016 866
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2016 882
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2016 919
1.5.1 – Subcomissão Temporária para acompanhamento da execução das obras da usina de Belo Monte
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2016 952
1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
Ata da 93ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2016 1004
Ata da 94ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2016 1056
Ata da 95ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2016 1095
Ata da 96ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2016 1141
Ata da 97ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2016 1173
Ata da 98ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2016 1194
Ata da 99ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de novembro de 2016 1223
Ata da 100ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2016 1259
Ata da 101ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2016 1262
Ata da 102ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de novembro de 2016 1306
Ata da 103ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2016 1350
Ata da 104ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2016 1381
Ata da 105ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2016 1394
Ata da 106ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2016 1442
Ata da 107ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2016 1462
Ata da 108ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2016 1469
Ata da 109ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2016 1505
Ata da 110ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2016 1588
Ata da 111ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2016 1661
Ata da 112ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2016 1695
Ata da 113ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2016 1714
Ata da 114ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2016 1743
Ata da 115ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2016 1791
Ata da 116ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2016 1832
Ata da 117ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2016 1852
1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de junho de 2016 1888
Ata da 30ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de novembro de 2016 1901
Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de novembro de 2016 1930
Ata da 32ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2016 1944
Ata da 33ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de dezembro de 2016 1989
Ata da 34ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de dezembro de 2016 2002
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2016 2031
1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2016 2040
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2016 2054
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2016 2085
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 07 de dezembro de 2016 2121
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 08 de dezembro de 2016 2126
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2016 2131
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2016 2165
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2016 2185
1.8.1 – Subcomissão Permanente de acompanhamento do Setor de Mineração
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2016 2210
1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 outubro de 2016 2239
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2016 2243
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2016 2258
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2016 2285

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2016 2297
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2016 2320
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2016 2357
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2016 2380
1.11 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2016 2396
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2016 2420
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2016 2462
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2016 2501
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2016 2533
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2016 2567
1.12 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF
Ata da 13ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2016 2599
Ata da 14ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2016 2607
1.13 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2016 2648
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2016 2670
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2016 2686
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 06 de dezembro de 2016 2710

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 9ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (38ª REUNIÃO) E PELA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL (1ª REUNIÃO), EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.W

Às vinte horas e trinta e seis minutos do dia vinte e um de novembro do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Lindbergh Farias, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional com a presença dos senadores Lindbergh Farias e Roberto Requião. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, Lasier Martins, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Kátia Abreu, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Marcelo Crivella, Wellington Fagundes e Wilder Morais. A presidência declara aberta a reunião e esclarece que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de apresentar dados e indicadores sobre o procedimento de avaliação da política de equidade e progressividade do sistema tributário nacional, em atendimento ao Requerimento nº 8, de iniciativa do senador Lindbergh Farias, e aos Requerimentos nºs 33, 34 e 35 de 2016, de iniciativa dos senadores Lindbergh Farias e Humberto Costa, tendo como expositores o diretor de comunicação social do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - Sindifisco Nacional, Pedro Delarue; o procurador-chefe do Incra, Junior Divino Fideles; o auditor fiscal da Receita Federal do Brasil, Helder Rocha; e a professora do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco, Rozane Bezerra de Siqueira. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o senador Lindbergh Farias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e duas horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador LINDBERGH FARIAS

Presidente da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional

Presidente eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Declaro aberta a 9ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo a 38ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

Audiência pública interativa. Assunto: apresentar dados e indicadores sobre o procedimento de avaliação da política de equidade e progressividade do Sistema Tributário Nacional. Requerimentos nºs 33, 34 e 35, Senador Lindbergh Farias e outros. Reunião destinada a instruir seguintes matérias, com os convidados: Pedro Delarue, Diretor de Comunicação Social do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Sindifisco Nacional, a quem convido para assumir o lugar aqui na mesa; Junior Divino Fideles, Procurador-Chefe do Incra, também convido; Helder Rocha, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil; Rozane Bezerra de Siqueira, Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.gov.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Os convidados já se encontram à mesa. De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará a sua exposição por 15 minutos, depois nós abriremos para questionamentos, e depois os convidados terão outra fala.

É importante situar aos senhores que nós estamos fazendo esse debate sobre nosso Sistema Tributário, que é extremamente regressivo, no momento da discussão de uma PEC, que é a PEC 55, antiga PEC 241, que está dominando os debates aqui no Senado Federal. Amanhã nós vamos ter uma audiência pública às 11 horas da manhã, o plenário do Senado vai virar uma comissão geral, vamos ter várias audiências públicas nesta semana.

Eu, sinceramente... A gente tem tentado aqui convencer os Senadores, porque essa PEC 55 é um plano de austeridade de longo prazo. No momento de uma recessão econômica como essa que a gente está enfrentando, você fazer uma política de austeridade de longo prazo, um ajuste fiscal violentíssimo, na minha avaliação, você vai piorar a situação da economia.

Aqui houve um debate no Senado, e muitos Senadores argumentam dizendo o seguinte: "Ah não, o problema foi a gastança. Nós estamos com um problema fiscal porque houve uma gastança do Governo." Olha, não houve gastança alguma. Vocês sabem que nós tivemos superávit até 2013, o ano de 2015 foi um ano de um grande ajuste fiscal, foi de 2,3% do PIB. O problema que nós tivemos em 2015 foi de frustração de receitas. E nós estamos fazendo uma coisa aqui, é um círculo vicioso, porque num momento de recessão como este você aprofunda os cortes, você piora a arrecadação, e a dívida acaba aumentando.

Na verdade, esses planos de austeridade falharam no mundo inteiro. Onde foram aplicados aconteceu isto: colocou a economia em recessão, piorou a arrecadação e acabou aumentando a dívida. Foi isso que a gente viu aqui. Eu tenho dito o seguinte: eu acho que nós estamos num debate errado.

O centro do debate do País hoje devia ser como fazermos para alcançarmos o crescimento econômico e protegemos o emprego.

Quando o Presidente Lula assumiu, a dívida líquida em relação PIB era de 57%, caiu para 35%, por quê? Porque a economia cresceu.

Hoje fiz um discurso no plenário, nós estamos vivendo uma crise econômica, uma crise política, mas estamos descambando para uma crise social violentíssima.

Essa crise nos Estados aí, não é só o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é a face mais avançada disso, mas existem 20 Estados com uma situação muito difícil. E, no caso do Rio de Janeiro, quem está pagando não são só os funcionários públicos, que estão recebendo atrasado, de quem estão tentando cortar com um desconto de 30% de aposentadoria e de salário. Mas lá no Rio, por exemplo, quando eu falo da crise social, de alguns programas como Restaurante Popular, fecharam os restaurantes populares; aluguel social, que é para quem foi desalojado de áreas de risco, que eram nove mil famílias, acabaram com o aluguel social; o Programa Renda Melhor, que é uma complementação ao Bolsa Família, que atingia 110 mil pessoas, foi cortado, são as pessoas mais vulneráveis, mais pobres ali.

Então, neste momento, a meu ver, o que nós tínhamos que ter era uma política para pensar como fazer o País crescer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro, desenvolvimentista, como colocar o País para crescer. Nós já estamos há mais de seis meses no Governo Temer e eu não vi uma medida sequer para colocar a economia para crescer. Eles estão ainda nesta história: "Ah, não, se aprovar esta PEC vai aumentar a confiança dos empresários e os empresários vão investir." Foi o que falaram desde o começo deste processo do *impeachment*. Eles diziam: "Se afastar a Dilma, a confiança volta e a economia se recupera". Não é nada disso, na verdade o empresário, para investir, tem que ter gente para comprar do outro lado. E, neste momento, no momento em que nós temos uma recessão como essa, as famílias não estão inves-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tindo, as empresas não estão investindo, estão endividadas, está havendo queda de rendimento, o aumento do desemprego.

Então, se não for por parte do Estado neste momento para ampliar investimentos, ampliar gastos sociais... Eu sou da tese de que neste momento a gente tem que olhar para o crescimento econômico sabendo que nós vamos ter uma piora dos indicadores da dívida pelos próximos dois anos, mas, depois, quando a gente retomar o crescimento, os Estados podem ter uma saída para esta situação e o Governo Federal também.

Agora, eu queria já passar para os senhores dizendo o seguinte, vejam que para mim o grande problema do País não é o problema fiscal, é como o País crescer. Mas, vamos admitir, pela lógica de quem acha que o grande problema do País hoje é o problema fiscal, porque a dívida começou a crescer depois de 2014, 2015 e 2016. É claro que nós estamos em um padrão em relação à dívida, nós estamos com 42% da dívida líquida, não é nada de mais em um padrão internacional. Eles estão usando muito a dívida bruta, que chega a setenta e tantos por cento, mas na dívida bruta, no caso brasileiro, as pessoas têm que entender uma coisa, porque entram no cálculo da dívida bruta 25% que foram das reservas. Nós temos US$380 bilhões, isso protege a economia.

E quanto a gente foi comprar essas reservas, você tinha que lançar as operações compromissadas para enxugar a liquidez do mercado.

Então, você querer trabalhar com conceito de dívida bruta, na minha avaliação, é um equívoco. Você tem 25% do PIB relacionado às nossas reservas e 9% que estão lá no BNDES.

Mas o que eu digo, para encerrar a minha introdução aqui, é que mesmo na lógica deles, de que o problema central do País é a questão fiscal, eu entro num tema que é o seguinte: mas estão fazendo uma proposta que não tem nada de equilibrada. É toda em cima do povo mais pobre. Porque eles podiam entrar neste debate em que os senhores vão entrar aqui, que é o do sistema tributário extremamente regressivo que nós temos.

Houve uma reforma, feita por Fernando Henrique Cardoso no final de 95, em que, por exemplo, o Brasil deixou de cobrar tributos sobre a distribuição de lucros e dividendos. Só dois países do mundo, Brasil e Estônia, não cobram, não taxam lucros e dividendos. E foi uma perda gigantesca. Na verdade, no Brasil, a classe média, os trabalhadores têm 50% de impostos indiretos, acabam pagando muito, e os muito ricos, num estudo feito pelos economistas Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair, a partir do momento em que a Receita Federal divulgou os seus dados... Porque a Receita Federal brasileira não divulgava, foi preciso o Piketty ter vindo aqui ao Brasil, o Piketty que fez *O Capital no Século XXI*, reclamou e a partir dali a Receita Federal começou a disponibilizar os dados.

É o seguinte: os milionários, os 71 mais ricos do País, esses aí pagam apenas 6% do que recebem de Imposto de Renda. Então um funcionário público, os senhores aqui, pagam 27,5%, mas o empresário, que ganha R$300 mil, a título de distribuição de lucros e dividendos ele paga 0%.

Então o que eu falo é o seguinte: mesmo na lógica deles, de que eu discordo, se que a grande questão é o ajuste, eles podiam ter feito uma coisa mais equilibrada. Para construir um discurso: "Ah, não, é um ajuste, os banqueiros vão pagar, os mais ricos vão pagar, nós vamos corrigir distorções! Mas não, é um ajuste todo em cima do povo pobre. Os culpados agora são os trabalhadores, os aposentados que ganham um salário mínimo, porque a reforma da Previdência que eles querem fazer é isso: desvincular salário mínimo do benefício previdenciário.

O Temer, que se aposentou com 55, o Padilha, que se aposentou com 53, o Geddel, que se aposentou com 51, estão querendo agora aumentar a idade da aposentadoria de todo mundo para 65 anos.

E os cortes em saúde e educação. Porque você sabe que hoje a gente gasta 19,8% do PIB em despesas primárias. Na Europa é algo em torno de 40%. Lá há o Estado do bem-estar social construído.

Nós temos duas formas de combater desigualdade, que é na arrecadação, no sistema tributário. Com isso a gente não fez, inclusive nos nossos Governos não houve avanço nessa pauta. E a outra forma é quando você gasta. E de fato nós conseguimos diminuir a desigualdade neste País, porque nós aumentamos gastos sociais de 13 para 18% do PIB, a partir do Governo do Presidente Lula.

Eles querem desmontar isso. É de uma perversidade isso aqui. E eles querem cair em 10 anos, de 19,8% do PIB, para 14,8%. Querem cair 5%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Só onze países no mundo, países muito pobres, gastam menos de 16% do PIB em despesas primárias. Isso só vai ser possível com um *mix* de maldades, porque quando você olha os 19,8% é o seguinte: 8%, Previdência, e vai ter um efeito demográfico e vai aumentar a conta da previdência; 4,2%, despesa de pessoal, despesa de pessoal eu desculpo informar aos servidores públicos que nos assistem aqui agora, que eu acho que o plano deles é voltar ao que foi Fernando Henrique Cardoso, oito anos sem reajuste de salário.

Aí você tem despesa obrigatória. Despesa obrigatória, quando você gasta mais, é abono, seguro desemprego e BPC, Benefício de Prestação Continuada. Quem recebe Benefício de Prestação continuada?

É o idoso, acima de 65 anos, a pessoa com deficiência, que tem renda familiar inferior a 1/4 do salário mínimo, ou seja, aquelas pessoas muito pobres, em quem esse Benefício Prestação Continuada tem um peso gigantesco. E o resto, as despesas discricionárias dos Ministérios, como tudo, ou seja, é daí que eles querem cortar cinco pontos do PIB em dez anos.

Eu fiz questão de fazer essa fala até longa, peço desculpas, mas é importante a gente contextualizar esse debate sobre o nosso Sistema Tributário à luz dessa discussão da PEC 55, porque há alternativas. Se eles dizem que o problema é um problema fiscal – lucros e dividendos, os senhores podem apresentar alguns cálculos –, eu sou o autor do projeto, ao qual voltam os 15% que existiam lá atrás em 1995. Eu já vi outras formulações que também...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... da tabela progressiva e tal. No cálculo que a gente tinha feito, se voltassem os 15%, isso dá algo em torno de 50 milhões.

Eu também sou autor de outros projetos que coloca IPVA para jatinhos, iates, porque é um escândalo, quem compra um carro zero paga imposto,...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... quem compra um carro 1.0, você paga imposto, agora quem compra jatinho no Brasil não paga imposto.

Há outros projetos aqui, juros sobre capital próprio. Isso aqui é uma jabuticaba, só existe aqui no Brasil. É impressionante como é regressivo todo esse processo. Pouca gente sabe. Você sabe que no governo do João Goulart chegou a haver tabela de 65%, a tabela mais alta. É claro que isso teve uma reação grande.

Mas, senhores, vamos começar. Quem começa?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pode. Pedro Delarue, com a palavra. Ele que é •Diretor de Comunicação Social do Sindifisco nacional.

O SR. PEDRO DELARUE TOLENTINO FILHO – Boa noite, Senador Lindbergh Farias. Obrigado pela oportunidade de vir aqui falar um pouco sobre a progressividade na tributação. Boa noite também à Drª Rozane, ao meu colega da Receita Federal, Auditor Fiscal Helder e ao Dr. Fideles, que é Procurador do Incra.

Nós viemos aqui falar sobre o Sistema Tributário e, como V. Exª falou, Senador, o nosso sistema é absolutamente regressivo, o Sistema Tributário Brasileiro. Nós temos impostos sobre o consumo que chega a uma faixa de 54% da arrecadação, de toda a arrecadação de todas as esferas de Governo. Isso significa o quê? Por que a gente diz que é regressivo? Porque isso encarece os produtos e os produtos ficam encarecidos igualmente para todos. Se você gasta R$1.000 em compras, por mês, e se nessas compras estão embutidos 20% de tributação sobre o consumo, não interessa se você é milionário ou se você é um mendigo, você vai pagar os mesmos 20% sobre aquilo que você consome. Enquanto que, na tributação sobre a renda e na tributação sobre o patrimônio, você pode exercer o critério da progressividade, que significa que o sujeito que ganha mais, paga mais, porque tem mais disponibilidade de renda; o sujeito que ganha menos, tem que pagar menos ou até ser isento de pagar, porque não tem disponibilidade para pagar.

Agora, se você pega, Senador, e dá R$5 de esmola para um mendigo, esse mendigo vai lá comprar pão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

e leite para a sua alimentação e vai virar contribuinte, porque há uma tributação embutida de mais de 25% sobre o pão e sobre o leite. Então, ele passa a ser um grande contribuinte em relação à sua renda, que é a esmola, enquanto um detentor de uma grande fortuna vai pagar o mesmo imposto sobre aquele pão e sobre aquele leite, o que para ele vai representar, obviamente, muito menos. Portanto, o sistema tributário brasileiro é altamente regressivo.

Para que os senhores tenham uma ideia, impostos sobre patrimônio, que são os bens que uma pessoa possui, representam apenas 3,76% de tudo que se arrecada no País.

Dr. Fideles, que é do Incra, deve falar alguma coisa sobre ITR, que representa 0,04% da arrecadação. Quanta terra há no Brasil? Mas isso representa apenas 0,04% de tudo que se arrecada no País.

Enquanto o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre o rendimento do trabalho representa 57,3% do total do que é retido na fonte, o Imposto de Renda sobre o Capital, que se refere aos investimentos dos ricos, representa apenas 25% daquilo que é retido na fonte no País. Quer dizer, é uma distorção tributária.

E aí nós vemos como é nos demais países do mundo. Aquela barra lilás representa o imposto sobre a renda. No Canadá e nos Estados Unidos, 50% da tributação incidem sobre a renda. No Brasil, vocês vão ver que é um pouco mais de 20% apenas. Já o imposto sobre o consumo, que é o último ali – o azul clarinho –, no Canadá e nos Estados Unidos, representa menos ainda, representa cerca de 15%, enquanto, no Brasil, o imposto sobre o consumo chega perto dos 50%.

O que nós temos que buscar fazer, Senador, é resgatar os princípios de justiça tributária. O Estado, como o senhor falou, tem a obrigação de intervir para retificar a ordem social e criar um sistema tributário que seja capaz de distribuir renda, fazendo com que as camadas mais ricas da população paguem mais tributos e a classe média e os mais pobres paguem menos tributos.

O sistema tributário deve favorecer o crescimento do PIB *per capita*, e não o do PIB simplesmente, analisando a quanto cada pessoa tem direito ou de quanto se apropria de parcela da riqueza nacional. O PIB *per capita,* no Brasil, é simplesmente sofrível.

Para que vocês tenham uma ideia, no ano de 2006, apenas 5.292 contribuintes, em todo o Brasil, apresentaram rendimentos tributáveis acima de R$1 milhão. Esse número de 5.292 não chega nem perto de uma Vieira Souto, no Rio de Janeiro, nossa terra. Há muito mais de 5.292 pessoas que moram de frente para o mar na Vieira Souto e, evidentemente, têm uma renda tributável acima de R$1 milhão.

Para vocês terem uma ideia, o Brasil tinha, naquele ano de 2006, 220 mil milionários sob a seguinte perspectiva: milionário, para efeito desse estudo, é aquele que tem mais de US$1 milhão aplicado no mercado financeiro.

Não é US$1 milhão de patrimônio, é US$1 milhão aplicado no mercado.

Então, havia 220 mil milionários no Brasil em 2006 e apenas 5.292 declararam uma renda acima de um milhão. O que é isso? É sonegação? Não. Isso é uma concessão da legislação tributária. E o que é? É exatamente aquilo de que V. Exª estava falando antes, a tributação de lucros e dividendos.

Até 1995, os lucros e dividendos distribuídos eram tributados em 15%. A partir daí, por uma série de questões que aconteciam naquele momento, o Brasil tinha que captar recursos do exterior, foi oferecida a isenção de lucros e dividendos. Ou seja, o que é comum hoje? A pessoa é dona de um negócio, é sócia de um negócio, é proprietária ou acionista, declara um pró-labore, que seria o salário do sócio ou do acionista, abaixo do nível de isenção. Ele fala que ganha aí R$18 mil por ano e fica isento do Imposto de Renda da Pessoa Física. E como ele também é isento do Imposto de Renda da pessoa quando ele recebe como acionista, e às vezes recebe R$1 milhão, R$2 milhões, R$10 milhões, R$50 milhões totalmente isentos de Imposto de Renda, não paga nada de Imposto de Renda.

Na realidade, ele não paga nada de imposto. Nem do trabalho assalariado, que seria o pró-labore, o equivalente ao trabalho assalariado, e nem da distribuição de lucros a que ele tem direito. Isso explica porque o Imposto de Renda na fonte recolhido sobre o trabalho representa 57% do total retido na fonte e o Imposto de Renda sobre o capital, que é o investimento das pessoas que detêm a maior renda no País, representa apenas 25,1% de tudo que é recolhido na fonte sob a rubrica de Imposto de Renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Isso claramente demonstra uma distorção e claramente demonstra que lucros e dividendos devem ser tributados. E aí, como?

Vamos fazer uma comparação de como é, porque muitos economistas vão dizer que isso é bitributação. Primeiro não é bitributação porque a pessoa jurídica não se confunde com a pessoa física. A pessoa física é uma pessoa e a pessoa jurídica é outra pessoa. Não se pode confundir o dono da empresa com a empresa. A empresa paga impostos e o dono da empresa também paga impostos. E isso acontece em todo país do mundo, menos no Brasil e na Estônia, como V. Exª falou.

Então, existem algumas modalidades em outros países. Por exemplo, na Alemanha, são alíquotas diferenciadas, que é o sistema que a gente quer propor aqui para o Brasil, de pessoas que são sócias e acionistas das demais pessoas físicas. No Brasil, é isento. Nos Estados Unidos, o sujeito é tributado integralmente. É tributado na pessoa física e na pessoa jurídica, trinta e tantos por cento na pessoa jurídica e trinta e tantos por cento na pessoa física. Por isso que a tributação sobre a renda nos Estados Unidos é 50% de tudo que é arrecadado naquele país.

Você vai nos Estados Unidos e diz: "Mas aqui são 50% de tributação sobre o produto que eu estou comprado e lá nos Estados Unidos são 10%." São 10% porque eles cobram muito imposto sobre a renda e podem então cobrar menos imposto sobre consumo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO DELARUE TOLENTINO FILHO – E é assim na maioria dos países. Na França é o sistema de imputação, em que você tem um crédito para abater aquilo que você, como sócio, a sua empresa pagou, você vai pagar menos imposto. Vai pagar, no caso de Portugal, 3/5 do imposto que foi pago para a empresa, você tem como abatimento.

Outros economistas vão dizer – e dizem, não é? –: "Não, mas isso vai inibir o investimento", porque é justamente essa isenção que faz com que os empresários vão investir nas suas empresas, e se não houver esse incentivo, o empresário não investe." E aí, em 1996, o investimento total no Brasil era de 17,4%, quando começou a tributação sobre lucros e dividendos. E em 2012, era de 17,64%. O investimento no Brasil não aumentou nada em função da isenção da distribuição de lucros e dividendos. Continua exatamente a mesma coisa e muito abaixo de outros países, inclusive países emergentes. Então não é isso que vai deprimir o investimento no Brasil. Não é a tributação de lucros e dividendos e nem a isenção da tributação de lucros e dividendos que vai fazer ou que fez com que haja menos investimento privado ou público no País.

Então nós montamos essa tabela, Senador. É uma tabela com alíquotas diferenciadas, tipo uma tabela progressiva, como há para as pessoas físicas, em que o empresário que ganha até R$60 mil não vai pagar lucros e dividendos, vai continuar isento. De 60 a 120, ele paga 5%, e há uma parcela a deduzir; de 120 até 240, 10%; e acima de 240, aí é que ele vai pagar 15%. Com isso, o que acontece? O que vai acontecer é o seguinte: até 60 mil, no ano base de 2010, nós tivemos 732 mil declarações, que representam 65% do total, com um valor arrecadado que representa só 6% do total declarado de lucros e dividendos. E aqui você vê na última lá, acima de 240 mil são apenas 122 mil declarações, que representam 10% do total, mas representam 75% do valor arrecadado. Da forma como nós programamos, quem ganha acima de R$240 mil vai representar 94% do valor arrecadado. E os outros, praticamente todos, quem ganha abaixo de 240 mil por ano, e aí nós estamos falando de empresários que ganham abaixo de R$20 mil por mês, vão estar praticamente isentos ou totalmente isentos de pagar a distribuição de lucros e dividendos.

Por que nós fizemos isso, por que nós imaginamos isso? Para incentivar o micro e o pequeno empresário. Esse, sim, precisa de incentivo do Estado. O grande empresário, aquele que ganha mais de 240 mil por ano, às vezes milhões de reais por ano, não precisa de incentivo do Estado para sobreviver. Com isso a gente arrecadaria 17 bilhões, isso em 2010, num total de R$18 bilhões por ano, que hoje, corrigidos, dariam cerca de 30 bilhões por ano. Na sua conta, Senador, eram 50; com essa isenção, nós vamos arrecadar 30 bilhões dos ricos, e o pequeno e o médio empresário vão estar exonerados, liberados totalmente, ou quase totalmente, dessa tributação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – No meu projeto, na verdade, são 15, e eu tiro o Simples. O cálculo que foi feito é de que daria uma arrecadação de 50 bilhões. Mas eu acho muito válidas essas várias simulações que pode haver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PEDRO DELARUE TOLENTINO FILHO – É porque há um outro aspecto, que é – e aí eu vou chegar nos seus 50 – a remessa de lucro ao exterior. E aí você vai chegar a outros 20 bilhões, porque o Brasil exporta tributo. O que acontece? Uma grande empresa multinacional que invista aqui no Brasil, na hora de ela distribuir o lucro, ela vai distribuir com total isenção. Ela vai ser tributada lá na Alemanha, na França. Aqui no Brasil ela não é tributada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso é um absurdo!

O SR. PEDRO DELARUE TOLENTINO FILHO – Então, o esforço do nosso trabalhador vai gerar riqueza onde? Lá na Alemanha, lá na França, e não aqui no Brasil, porque é lá que ele vai ser tributado, apesar de o fruto do trabalho ter sido desenvolvido aqui no Brasil. Então, é um absurdo que ainda hoje – isso foi criado lá em 1996, porque o País estava falido e precisava desesperadamente atrair capital do exterior, e criou-se a isenção –, injustificadamente, isso continue existindo. Depois de quase 20 anos – está fazendo 20 anos este ano – não se tomou... Porque a isenção é uma coisa que se faz em função de determinada situação econômica. Cessou aquela necessidade, você acaba com aquela isenção. E essa isenção continua, sem a menor necessidade de existir.

Já estou terminando, por causa do nosso tempo.

IPVA, que foi o que V. Exª falou, que já havia: os helicópteros não pagam Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. Um helicóptero, uma lancha, um jatinho particular são veículos automotores – ou não? No entanto, não pagam IPVA. Aí, vem alguém, algum engraçadinho pode dizer, Senador, que não se asfalta o mar e nem se asfalta o céu. Mas o IPVA é um imposto; o imposto não tem destinação específica. Imposto pode servir, por exemplo, para pagar iluminação pública – não é para asfaltar rua; não é só para asfaltar rua. Então, não faz nenhum sentido e não tem nenhum cabimento alguém dizer que jatinho, helicóptero, lancha e iate particulares, de pessoas que possuem um alto excedente de renda, não vão pagar IPVA, porque eles não estariam pagando IPVA para asfaltar rua: estariam pagando IPVA para o Estado fazer qualquer coisa que necessite daqueles recursos, ou para investir. E isso representaria, miseravelmente, mais uns 2,7 bilhões, o que nem é muito dinheiro, Senador, mas é pelo exemplo que o Estado brasileiro tem de dar.

Já partindo para o encerramento, nós teríamos de aumentar o imposto sobre patrimônio de 3,76% para 12%, como é em todo país do mundo, instituindo o imposto sobre grandes fortunas; aumentando a progressividade do ITR – 0,04% é uma vergonha; instituindo a tributação do IPVA sobre veículos aéreos e aquáticos de luxo; adotando uma verdadeira progressividade para a transmissão, *inter vivos* ou por herança, de bens de grande valor.

Você imagina, por exemplo, hoje, 4% de tributação sobre herança. Não interessa se vai deixar de herança 50 bilhões ou se vai...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – No máximo 8%.

O SR. PEDRO DELARUE TOLENTINO FILHO – No máximo, são 8%; na maior parte dos Estados, são 4%.

E o que acontece é que não interessa se você tem cem mil de herança ou se tem 50 bilhões de herança, você vai pagar 4%. Não há menor progressividade. Isso é defender o patrimônio dos ricos e tributar injustamente o patrimônio dos pobres.

Então, Senador, com o fim da isenção, o aumento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, que no Brasil se paga muito pouco, representa 7% no total da arrecadação, tem que aumentar. E sem aumentar muito a carga tributária, nós podemos aumentar a eficiência da administração tributária, da máquina tributária. E parece que se joga em sentido contrário. Sempre se joga no sentido contrário, de diminuir a eficiência da máquina tributária, talvez para que, ela sendo menos eficiente, os ricos possam ter ainda mais válvulas de escape. Agora, nós, auditores fiscais, estamos, por exemplo, sofrendo com o PL 5.864, que tira a autoridade do auditor fiscal, dilui a autoridade fiscal, tira prerrogativas do auditor fiscal, e, em vez de fortalecer um projeto que veio do Governo, em vez de fortalecer a máquina pública, a máquina arrecadatória do Governo, está contribuindo para enfraquecê-la ainda mais.

Então, nós vamos ter, por esse viés, cada vez mais um País de mais ricos, de mais privilégios e de pobres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sendo cada vez mais sacrificados.

Senador, vou ficar por aqui. Teria mais coisas para falar, mas já tomei boa parte do tempo da audiência. Gostaria de agradecer e de me colocar à disposição para o debate. E sempre que V. Exª precisar, estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço muito ao Pedro Delarue, representando do Sindifisco Nacional.

Há um tema que sei que ele explora muito, que é o da sonegação no País, que é outro assunto extremamente importante porque infelizmente grande parte das empresas brasileiras sonegam, têm instrumentos de sonegação.

Agora, quero chamar para usar a palavra a Profª Rozane Bezerra de Siqueira, professora do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco.

A SRª ROZANE BEZERRA DE SIQUEIRA – Primeiramente, gostaria de agradecer o convite da Comissão de Assuntos Econômicos e de dizer que, ao ver o convite, eu considerei extremamente relevante o foco na questão de dados para mensuração da progressividade do sistema tributário brasileiro e dos procedimentos.

E com foco nisso é que nós organizamos a apresentação. E como vocês estão vendo no eslaide, a gente pergunta: o sistema tributário brasileiro é regressivo?

A visão comum é de que o sistema tributário brasileiro é regressivo ou extremamente regressivo, mas a gente chama a atenção, olhando para os dados disponíveis, que estão nas Pesquisas de Orçamento Familiares publicadas pelo IBGE, ocorre que há alguma limitação nesses dados que leva a essa conclusão de alta regressividade do sistema tributário brasileiro, e nós vamos concentrar nossa discussão nisso.

Essencialmente, o problema ocorre, porque para você estimar a incidência dos tributos indiretos... O que a gente chama de tributos indiretos são os tributos sobre consumo, que são os tributos que representam 50% da carga tributária nacional, pelo menos 50%, e que são pagos por todos de forma indiscriminada, pelos pobres e ricos.

Então, para a gente estimar a carga tributária indireta, a gente precisa das alíquotas sobre bens e serviços e aplicar essas alíquotas sobre a cesta de consumo de famílias em diferentes estratos de renda. E, aí, então, você tem o valor pago do imposto por cada família. Depois de fazer isso, a gente vai dividir o imposto pago. Normalmente, o que se faz é dividir pela renda e, aí, você tem a carga tributária da família.

O que ocorre é que a renda, nessas pesquisas de orçamento familiar, a renda das famílias mais pobres, essencialmente no primeiro decil, ou seja, entre os 10% mais pobres da população e os 20% mais pobres da população, é altamente subestimada. Existe um déficit orçamentário, quer dizer, uma diferença entre renda e despesa nas famílias nesse estrato da população, 20% mais pobres, de 52%. Ou seja, a despesa é 52% maior do que a renda.

Isso faz com que, quando você divide o imposto que foi calculado sobre o consumo, porque tem quer ser sobre o consumo, pela renda, a carga tributária fique muito elevada, extremamente elevada para essas famílias. Algumas famílias aparecem com carga tributária acima de 100% e, quando você calcula a média então, a carga tributária dessa família vai ser superestimada.

Então, o que a gente faz é propor uma correção, um ajustamento na renda dessas famílias dos estratos mais baixos, as famílias mais pobres, e o ajuste que a gente faz é o seguinte: quando a renda está abaixo da despesa, ou seja, despesa maior do que a renda, a gente adota a despesa como uma *proxy* para a renda.

Esse fenômeno de subestimar a renda dos mais pobres não é uma questão só do Brasil, não ocorre só aqui. Mesmo nos países mais desenvolvidos, há problemas de captar adequadamente a renda das famílias nos estratos inferiores, por causa da informalidade, da irregularidade, tipo de atividades que exercem, enfim.

E, quando a gente faz essa correção, o que é que acontece com a distribuição da carga tributária indireta, dos tributos que incidem sobre consumo? Se a gente dividir o valor do imposto pago pelo consumo, a distribuição da carga tributária é proporcional. A gente vê ali, naquela coluna tem porcentagem da despesa de consumo, imposto como proporção da despesa de consumo. É cerca de 17%, aproximadamente. É propor-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cional a incidência sobre o consumo.

Ou seja, apesar de a gente ter inúmeras alíquotas, inúmeros regimes na tributação indireta, várias tentativas de desonerar os pobres com a desoneração de cesta básica etc., o sistema falha em tratar de forma diferenciada os mais pobres.

Isso acontece por causa da complexidade do sistema, da cumulatividade, pois a gente trabalha com alíquotas efetivas. Então, por exemplo, combustível e transporte vão entrar como insumo na produção de alimentos. Isso faz com que a alíquota sobre alimentos também seja elevada, enfim, tem-se a incidência aproximadamente proporcional.

Quando você divide a carga tributária pela renda, que é o que normalmente se faz, aí, sim, o primeiro grupo, estrato, que são os 10% mais pobres da população, aparece com a carga tributária de 34% da renda. Essa é bem mais elevada do que a carga tributária sobre os 10% mais ricos, que são cerca de 12% da renda.

Então, aparece uma regressividade bastante expressiva quando você divide o imposto sobre consumo pela renda. Quando você faz o ajuste da renda, essa regressividade é significativamente diminuída. Você tem a carga sobre os 10% mais pobres, com 15,4% da renda, e essa carga cai até cerca de 11% da renda para os 10% mais ricos da população.

Então, a incidência dos tributos sobre consumo é regressiva, mas bem menos do que quando você utiliza a renda declarada nas pesquisas de orçamentos, que está subestimada para as famílias mais pobres.

Bom, aí a gente precisa calcular então a incidência da distribuição da carga dos tributos diretos. São os tributos sobre a renda. Aqui, nós consideramos o Imposto de Renda Pessoa Física e as contribuições previdenciárias.

O que a gente vê é que contribuição previdenciária é progressiva. Esses mais baixos pagam muito pouco. Por quê? Por causa da informalidade, porque as alíquotas da contribuição também são progressivas. Mas a progressividade não é alta. Ela aumenta pouco. Os 10% mais ricos pagam 4% da renda de contribuição previdenciária.

O Imposto de Renda Pessoa Física é um imposto progressivo. O Imposto de Renda Pessoa Física no Brasil é um dos mais progressivos no mundo. Ele é progressivo no sentido de que a carga tributária aumenta na medida em que a renda aumenta. Essa progressividade vem muito pelo fato de o nível de isenção ser elevado no Brasil.

Então, vemos ali, por exemplo, que até o sexto grupo de renda, que são os 60% mais pobres da população ou 70%, não paga Imposto de Renda. Na verdade, 90% da arrecadação do Imposto de Renda se concentra nos 10% mais ricos da população, no último grupo.

Então, quando a gente soma, você tem a carga total, que é progressiva do Imposto de Renda. A carga aumenta de 1% até 10% para os 10% mais ricos da população. Então, você tem uma incidência progressiva no caso do Imposto de Renda. Na incidência total da carga tributária, você soma diretos e indiretos. Quando você usa a renda ajustada para corrigir a subestimava da renda dos decis mais pobres, você tem uma incidência que eu avaliaria como aproximadamente proporcional, de que o sistema tributário brasileiro não é progressivo nem regressivo, mas aproximadamente neutro, do ponto de vista distributivo.

A gente tem uma alíquota um pouco maior no último decil de renda, mas há também... Esse Imposto de Renda Pessoa Física capta essencialmente a tributação da renda do trabalho. Essas pesquisas também têm problema de captar a renda dos muito ricos, mas esse...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Era isso, professora... Desculpe-me interromper.

A SRª ROZANE BEZERRA DE SIQUEIRA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quando a gente pega os 10% mais ricos e essa tabela do Imposto de Renda, só há quatro faixas. A última faixa; 27,5%; é de quem recebe acima de R$5 mil. Quem recebe acima de R$5 mil e está nesses 10% mais ricos pode ser considerado uma pessoa rica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mas, se ele recebe R$50 mil ou R$5 mil, ele paga a mesma coisa. E o desvio aqui que eu falo... Eu estava falando de um estudo que eu vi aqui do Sérgio Gobetti e do Rodrigo Orair, em que eles dizem que o problema não está nos 10% mais ricos, problema está nos 0,05% muito ricos, os grandes milionários.

Eles fazem um estudo em que pegam, cruzam tudo e batem o seguinte: esses 71 mil acabam pagando de Imposto de Renda apenas 6%. Há muita isenção de tributação e distribuição de lucros e dividendos, e eles acabam pagando alguma coisa em ganhos de capital, quando eles vendem terrenos.

Eu queria só... Na verdade, nós já tivemos no Brasil 12 faixas. Então, eu concordo com esses números que a senhora levantou, mas acho que há um problema aí na divisão dos 10% mais ricos, na estratificação dos 10% mais ricos – aí é que há uma grande injustiça.

Seria bom abrir ali esses 10%, que a gente vai ver como é injusto.

A SRª ROZANE BEZERRA DE SIQUEIRA – É muito interessante, Senador, fazer essa desagregação no topo da distribuição de renda. Porque, na verdade, o que a gente entende como classe média no Brasil... Por exemplo, todo mundo que paga Imposto de Renda está aí nesse último decil. Praticamente todo mundo aí, nesse último decil, é a classe média, nos 10% mais ricos. O pessoal de baixo não paga Imposto de Renda. Mas aí há uma desigualdade muito grande, dentro do décimo, no topo da distribuição.

Eu só queria reafirmar que, se a gente fizer essa correção para tentar ver se a alíquota lá do topo começa a cair... Na verdade, os estudos do Orair falam que, a partir do último centésimo, em algum ponto entre os 20% mais, começa a aparecer uma regressividade.

Isso é interessante ver, mas isso não vai mudar, não é capaz de mudar a regressividade global dos sistemas, de impactar sobre o Gini de forma significativa.

O que é interessante a gente ver é que existe... É alinhar tributação da renda e do capital. Aí a gente tem espaço, sim, para este efeito: a renda de todas as fontes ser tributada de forma igual.

Então, se há uma subtributação do capital, em alguns casos, para fins não só de equidade – uma área que eu considero, principalmente em termos de moral tributária, a qual é, o que a gente diz, a disposição de as pessoas pagarem imposto –, isso teria um impacto muito positivo ver que todos que têm igual capacidade de pagamento pagam o mesmo imposto.

Então, é o que chamamos de equidade horizontal. A gente tem um espaço aí para melhorar muito o sistema fazendo essa expansão, esse alinhamento de alíquota de trabalho e capital, inclusive, aí, lidando com um problema, minimizando o problema da "pejotização", das pessoas que declaram imposto ou se tornam pessoas jurídicas apenas para reduzir o imposto que pagam. Essa é uma questão que deve ser tratada.

Aí é outra tabela que mostra...

Outra forma de a gente avaliar progressividade e regressividade é olhando a participação, a contribuição de cada estrato de renda para a arrecadação total e comparando com a participação na renda total das famílias. Então, a gente pode se concentrar nas duas últimas linhas e ver que a participação na arrecadação e na renda são muito próximas, não tem...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROZANE BEZERRA DE SIQUEIRA – ... uma diferença grande, confirmando aí um fraco grau de regressividade ou progressividade, mas uma proporcionalidade no sistema tributário.

Isso não quer dizer que o sistema possa ser considerado justo. Na verdade, a maioria aqui deve concordar que o sistema é injusto. A gente queria só ressaltar, nessa tabela aí, que calcular a renda das famílias, a renda privada, quer dizer, antes de transferências de governo e depois das transferências, depois da tributação direta e indireta, que aquele primeiro grupo ali, o primeiro quintil, que representa os 20% mais pobres da população, paga mais imposto do que recebe de transferências do governo. Ou seja, o sistema da gente falha em tornar esse grupo dos 20% mais pobres beneficiários líquidos do sistema, como em outros países. O sistema onera... Inclusive, existe o fenômeno – e outros estudos mostram isso – de aumentar a pobreza para alguns indivíduos, que acabam ficando mais pobres depois de receber transferência e pagar imposto. Ou seja, os próprios pobres estão financiando parte dos gastos que vão para eles, uma parte, às vezes maior, do que recebe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, é uma correção a ser feita: os pobres pagam muito imposto, inclusive pagam mais do que recebem de transferências públicas monetárias.

Aqui, outra forma de a gente ver como estão distribuídos a renda, as transferências públicas e os tributos entre cinco estratos de renda que vão dos 20% mais pobres até os 20% mais ricos.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROZANE BEZERRA DE SIQUEIRA – Então, a gente vê que a distribuição das transferências e dos tributos imita a distribuição de renda. Não existe uma diferença muito grande. As barrinhas ali... As transferências aumentam, os 20% mais ricos se apropriam de 49% das transferências monetárias, de 56% da renda total do País e pagam 49% dos tributos também. Há uma proporcionalidade ali bem forte com a renda. É o caso do governo, que, no sistema arrecada com uma mão e dá com a outra para os mesmos indivíduos. Apenas um terço desse gasto público e transferência é redistribuído do mais rico para o mais pobre.

Novamente, a gente confirma aí a proporcionalidade dos tributos e fraco poder redistributivo das transferências.

Ali, no primeiro grupo, há uma barra maior, dizendo que os pobres pagam mais impostos, mas, nesse caso, não há a correção, o ajuste que a gente fez no outro trabalho... Aí, se a gente corrigir a renda dos mais pobres, uma vez que ela é subestimada, as barrinhas ficam muito parecidas. Quando a gente olha outros países, da OCDE, da União Europeia, o que apareceria ali seria um V bem definido; ou seja, transferências caindo fortemente quando a renda aumenta, com proporção da renda, e impostos aumentando fortemente. A gente não tem um sistema fiscal progressivo redistributivo de forma significativa. E aí o impacto dos tributos e das transferências sobre a desigualdade de renda medida pelo Gini.

Vamos concentrar o comentário apenas nos anos mais recentes, como 2012. A gente vê que a desigualdade de renda medida pelo Gini antes do Governo... Vamos dizer que, antes de transferências e tributos, é de 0,58 o Coeficiente de Gini.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROZANE BEZERRA DE SIQUEIRA – Depois das transferências, a desigualdade cai para 0,52; ou seja, seis pontos percentuais do Gini. Depois dos tributos diretos, a desigualdade cai mais ainda, para 0,50, mas, quando a gente contabiliza os tributos sobre o consumo, a desigualdade aumenta novamente, de forma que o efeito líquido do sistema tributos e benefícios tem uma redução de cinco pontos percentuais no Gini, que é baixa, comparada com outros países que têm uma carga tributária no mesmo patamar do nosso.

A gente nota também que houve uma queda importante da desigualdade de 2003 para 2012, mas dois terços da queda da desigualdade não foram devidos ao sistema de gastos, nem de transferências, mas a algo que aconteceu com a renda privada; ou seja, mercado de trabalho, política de salário e de aumento de salário mínimo. E houve um aumento da progressividade das transferências que deve ser explicado ali, na maior parte, pelo Programa Bolsa Família.

A última transparência, comparando o impacto redistributivo do sistema fiscal no Brasil com o de outros países da União Europeia. A gente conseguiu esses dados e incluiu mais alguns, como o Uruguai.

A gente vê que o Brasil é um ponto bem fora da linha, com carga tributária de país rico, de 33%, que é uma carga tributária muito próxima da carga do Reino Unido, por exemplo, que é de 34% do PIB. E tem um impacto redistributivo.... A queda do Gini provocada pelo sistema fiscal no Reino Unido é mais de duas vezes maior. O Brasil reduz, como a gente já falou ali... Aí, é o efeito das transferências e dos tributos diretos. Isso reduz o Gini em seis pontos percentuais. A OCDE, em média, reduz em 14 pontos percentuais; a União Europeia, em 20 pontos percentuais.

Então, a gente tem um problema redistributivo, do fracasso de nosso sistema de tributos e transferências em reduzir a desigualdade de forma significativa.

O que eu gostaria também de ressaltar é a necessidade de você ver os dois lados do Orçamento conjuntamente, para poder chegar em desenhos que possam conciliar os objetivos de equidade, eficiência, simplicidade, que muitas vezes são conflitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por enquanto eu gostaria de agradecer novamente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado. Eu agradeço muito a contribuição da Profª Rozane Bezerra, que é da Universidade Federal de Pernambuco.

Vou passar aqui imediatamente para o Junior Divino Fideles, que é Procurador-Geral do Incra.

O SR. JUNIOR DIVINO FIDELES – Boa noite, Senador Lindbergh. Boa noite, demais debatedores desta noite. Boa noite aos telespectadores da TV Senado. Quero dizer que é uma satisfação – agradeço o convite – ter essa oportunidade de vir aqui debater com o Senado, debater com a sociedade, neste momento tão crucial que a sociedade brasileira se volta para as finanças públicas e começa a olhar, pensar e debater onde e como devem ser feitos e estão sendo feitos os gastos públicos.

O tema central da noite é avaliação do Sistema Tributário Nacional com foco na progressividade de alguns tributos, mas trago aqui outra questão também muito pertinente ao debate maior, que é a perspectiva da qualidade do gasto público, a outra face da arrecadação, que é o momento em que o Estado executa suas políticas públicas por meio dos tributos arrecadados, e mais especificamente a política pública de reforma agrária.

Tenho certeza de que, junto com a reforma tributária, é extremamente necessária a realização de justiça social. A outra reforma necessária é, sem dúvida alguma, a reforma agrária, que tem também a natureza e a capacidade de promover desenvolvimento e geração de renda e emprego.

De modo mais específico, o tema que venho trazer aqui diz respeito à justa indenização nas desapropriações agrárias, e os juros compensatórios, que hoje significam o grande peso no custo das desapropriações agrárias. Uma vez que os juros compensatórios forem solucionados nos processos de desapropriação, nós teremos uma capacidade maior de realização da reforma agrária com o mesmo orçamento anualmente dispensado a essa política.

Antes de ver exatamente do que se tratam os juros compensatórios e a desapropriação, temos que lembrar – e trago aqui uma frase do atual Ministro Edson Fachin – que a história do direito é, em boa medida, a história da garantia proprietária. E é a garantia proprietária também em face da tributação. Sem dúvida alguma os colegas já demonstraram aqui que a propriedade ainda é muito pouco tributada ou é subtributada em comparação com a renda dos mais pobres e especialmente ao consumo.

A concepção atual de propriedade capitalista que nós temos na sociedade atual surge com o período do iluminismo, rompendo com os tipos proprietários do modelo feudal. Pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, na Revolução Francesa ainda, a propriedade foi declarada como um direito inviolável e sagrado da qual ninguém pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública, legalmente comprovada, a exigir, e sob condição de justa e prévia indenização.

Essa é a pedra central do nosso trabalho, discutir o que é justa e prévia indenização. No Código Civil francês de 1804 também foi assegurada a propriedade ou ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor das coisas de maneira mais absoluta. E aí, sem dúvida alguma, desse absolutismo proprietário advém as dificuldades que nós temos de fazer a propriedade cumprir a sua função social e de fazer a propriedade ser tributada. Esses preceitos que foram incorporados ao nosso Código Civil de 1916 enaltecem e garantem a subjugação da propriedade ao interesse individual subjetivo e absoluto do proprietário, menosprezando, ignorando, o interesse social, o interesse coletivo. Acabamos por ver, em diversos momentos, a propriedade individual, o interesse individual da propriedade se sobrepor ao interesse social, coletivo.

A nossa Constituição de 1988 relativizou em parte esse absolutismo da propriedade permitindo que ela seja desapropriada, só que ressalvou que essa desapropriação deve ocorrer mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvados os casos legalmente previstos na Constituição. Um desses casos legalmente previstos na ressalva é a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, que deve ser indenizada mediante prévia e justa indenização, mas, nesse caso, em Títulos da Dívida Agrária, os TDAs.

Mas, afinal, o que é essa prévia e justa indenização? O que é a justa indenização? A Lei nº 8.629, de 1993, que regulamenta o processo de desapropriação, disse que a justa indenização deve ser o valor de mercado. E aqui abro um parêntese para dizer que o PL nº 11, de 1991, que foi a proposição legislativa que buscou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

regulamentar o que deve ser interpretado como justa indenização na desapropriação agrária, surgiu com a proposta inicial de que o expropriado deveria receber o valor venal declarado para fins de tributação. Aqui nós temos um fenômeno interessante, que é, para fins de tributação, o proprietário subestimar o valor do seu imóvel com a finalidade de pagar uma tributação menor, pagar um volume menor de tributos. E, no momento em que ele é desapropriado, ele superestima a sua propriedade para buscar uma indenização superior ao que ela, efetivamente, alcançaria numa negociação regular de mercado. Só que esse PL nº 11, de 1991, da forma como foi proposto, não foi aprovado. Acabou prevalecendo a ideia de que a desapropriação deve ocorrer pelo valor de mercado do imóvel. Ou seja, dispõe o art. 14 que se considera justa a indenização que reflita o preço atual de mercado do imóvel em sua totalidade. Com isso, o que, em princípio, foi concebido como uma desapropriação sancionatória, pelo descumprimento da função social, nós percebemos que, na prática, não existe esse caráter sancionatório, porque no mínimo o seu expropriado vai receber pelo seu bem, que é incorporado a uma política pública, que é destinada ao Programa de Reforma Agrária, pelo menos o valor de mercado. Ou seja, há uma simples substituição do bem pelo seu correspondente monetário.

Mas o problema vivenciado nem é este do pagamento pelo valor de mercado. Ainda que isso signifique uma ausência efetiva de sancionamento, já que foi o proprietário que não cumpriu com a função social, não a utilizou adequadamente, ou utilizou-a com infrações à legislação ambiental, à legislação trabalhista, o que nós verificamos na prática e na lida diária com os processos de desapropriação para fins de reforma agrária é que, na grande maioria das vezes, os processos de desapropriação se transformam em verdadeiras superindenizações. Nós temos a capacidade de multiplicar aquilo que era para ser uma justa indenização em superindenizações e em indenizações milionárias, o que revela uma má qualidade do gasto público da execução orçamentária.

As razões para essa superindenização são várias. Nós poderíamos destacar que, ao longo dos anos, em primeiro lugar está o pagamento de expurgos inflacionários entre o momento em que o Incra avalia o imóvel, o momento em que ele faz o depósito judicial inicial e o momento final em que ele efetivamente paga o valor definido pelo Poder Judiciário.

Em alguma medida, essa situação já está equilibrada pela estabilização monetária e incide apenas nos processos mais antigos, que até hoje, iniciados num período de inflação alta, não foram findados.

Nós tivemos também um fenômeno que foi o pagamento de coberturas florísticas, pagando em separado não só o valor do imóvel, mas também a cobertura florestal, o potencial madeireiro que existia ali, mesmo que essa floresta não fosse plantada, que não tivesse a interferência da ação humana. Então, o Incra por muito tempo pagou – e ainda paga, em alguns casos – cobertura florística, que gera verdadeiras fortunas.

Nós temos um caso, Senador, no Estado do Tocantins, de um imóvel com pouco mais de 5 mil hectares, desapropriado no início dos anos 80. As discussões hoje sobre o valor daquele imóvel alcançam a cifra de mais de R$1 bilhão. Grande parte desse valor é relativo à cobertura florística.

Outro fator que levou, e que leva ainda, a superindenizações foi o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais entre 10% e 20% sobre o valor da condenação. Depois, nós tivemos uma evolução jurisprudencial e passamos a pagar sobre a diferença entre a oferta e a condenação. E, a partir de 2001, com a alteração do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, pela Medida Provisória nº 2.183, essa rubrica passou a ser limitada em até 5% sobre a diferença entre a oferta e a condenação.

Outra rubrica que elevou muito os valores das desapropriações foram os juros moratórios, que eram de 6% ao ano a partir da sentença. Também em 2001 essa questão foi atacada pela Medida Provisória nº 2.183, e passaram os juros moratórios também na ação de desapropriação a seguir a sistemática dos precatórios, passando a incidir a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que deveria ocorrer o pagamento, caso ele não tenha sido feito, nos termos do art. 100 da Constituição, e não mais a partir da sentença.

Vejam vocês que os juros moratórios – ainda estou falando dos juros moratórios – eram de 6% ao ano a partir da sentença. Então, era um excelente negócio, como ainda continua a ser, por outras razões. Havia a interposição infinita de recursos, porque o valor da condenação estava sendo corrigido apenas a título de juros moratórios por 6% ao ano.

Por fim, nós temos ainda sem solução a grande questão que é a dos juros compensatórios. Os juros compensatórios são uma construção jurisprudencial, previstos inicialmente pela jurisprudência do STF na década

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de 1950, com o objetivo de promover a correção monetária das condenações impostas à Fazenda Pública, num momento em que as condenações impostas pela Fazenda Pública não eram corrigidas monetariamente. Elas eram pagas pelo valor nominal.

Tanto é assim que a Súmula nº 164 – vejam –, de 1963, previa que no processo de desapropriação são devidos juros compensatórios desde antecipada a emissão da posse, ordenada pelo juiz por motivo de urgência. Contudo, em 1965, foi editada a Lei nº 4.686, que passou a prever a correção monetária das condenações impostas à Fazenda Pública. E, mesmo assim, foi mantido o pagamento dos juros compensatórios, esses arbitrados em 12% ao ano, numa perspectiva de danos abstratos, sem verificar se o proprietário sofreu realmente, sofreu efetivamente algum tipo de dano decorrente dessa desapropriação.

Nós temos que, na verdade, a jurisprudência e o STF nunca fizeram efetivamente um verdadeiro debate após a edição da Súmula nº 164, em 1963, sobre a natureza, o caráter e a necessidade dos juros compensatórios. E se pagam juros compensatórios, desde então, meio que através de um raciocínio chicó: "Não sei; só sei que é assim." E, lamentavelmente, essa é a forma pela qual nós pagamos ainda hoje, de forma, no nosso entender, ilegal, inconstitucional, um percentual de 12% ao ano sobre o valor ou sobre a diferença entre a oferta feita pelo Incra e a condenação ao final do processo, desde a data da emissão na posse.

Em 1997, houve uma primeira tentativa de enfrentamento desse problema...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JUNIOR DIVINO FIDELES – ...com a edição da Medida Provisória nº 1.577, alterando o art. 15-A do Decreto-Lei nº 3.365, limitando os juros compensatórios em até 6% ao ano. Então, foi o primeiro momento em que nós tivemos uma legislação tratando efetivamente desse tema. Contudo, foi ajuizada uma Ação Direta de Inconstitucionalidade pelo Conselho Federal da OAB, e foi deferida uma medida cautelar ainda no ano de 2001, ou seja, há 15 anos.

E, se você for ler essa medida cautelar, você percebe que é da natureza das medidas cautelares, sem um aprofundamento maior, ainda assim, sobre a questão de mérito dos juros compensatórios, restabelecer o pagamento dos juros compensatórios no percentual de 12% ao ano, como tem sido feito ainda hoje.

E aqui eu apresento a contribuição que essa política pública pode dar ao ajuste fiscal, à necessidade de melhoria do gasto público, que é apresentar o quanto de juros compensatórios foram gastos nos últimos anos. Apenas em complementações de processos judiciais, o Incra, nos últimos seis anos, ou considerando o período de 2011 a 2015 e até a data de hoje – esse é um controle feito pela Procuradoria –, fez complementações em 472 processos judiciais. Nesses 472, o Incra promoveu uma complementação de R$1,6 bilhão. Desse R$1,6 bi, a coluna B ali na tabela identifica o percentual de juros compensatórios que foram pagos nesse período. Foram pagos nesse período R$929 milhões, apenas a título de juros compensatórios, Senador.

Ou seja, nesse período de pouco mais de cinco anos, nós pagamos R$1 bilhão por uma verba que não tem respaldo constitucional, por um dano em abstrato ou por uma remuneração de um capital de um proprietário que não cumpria com a sua função social. Aquela função social que foi almejada pelo constituinte de 1988 como uma sanção, em razão de mal usar a propriedade ou de não usar a propriedade, acabou se revelando, pelo regulamento da Lei nº 8.629 e o processo judicial, um excelente negócio.

Tanto é assim que do orçamento executado pelo Incra para essa ação de desapropriação para fins de reforma agrária no valor de R$3,4 bi, no mesmo período, 26% ou um quarto desse orçamento foi gasto exclusivamente com juros compensatórios. Significa dizer que o Incra poderia ter assentado 25% mais famílias caso não tivesse que gastar do seu orçamento com o pagamento de juros compensatórios.

Essa questão ganha tamanha proporção que hoje nós temos escritórios de advocacia, nós temos pessoas especializadas em comprar processos judiciais, porque sabem que se transformou em um excelente negócio litigar contra o Estado, contra o Incra, em processos de desapropriação, porque ele tem a certeza de que, apenas a título de juros compensatórios, ele vai receber o percentual de 1% ao ano. Isso é melhor que qualquer investimento no País.

Apenas a título de comparação, eu trago ali um recorte...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. JUNIOR DIVINO FIDELES – ...considerando um investimento de um trabalhador na caderneta de poupança, no dia 1º/10/2006, e qual rendimento seria. No período de dez anos, até 1º/10/2016, a rentabilidade dessa aplicação seria de 102%, e ele, entre o capital e a remuneração da caderneta de poupança, receberia, ao final, R$20.256,00.

Esse mesmo valor, no contexto de um processo de desapropriação judicial, onde o Estado fosse condenado, significaria, entre 01 de outubro de 2006 e 01 de outubro de 2016, a correção pelo IPCA em 83%, e juros compensatórios de 120%. De modo que esse proprietário desapropriado, esse proprietário supostamente sancionado receberia R$40.329,00, nesse recorte de R$10 mil. Ou seja, não tem investimentos no País... Mesmo os rentistas não conseguem ter uma renda desse tamanho, como nós verificamos nos processos de desapropriação. Aí nós temos diversas situações de pequenas desapropriações/grandes negócios, de desapropriações para fins de reforma agrária que se transformaram em indenizações bilionárias.

Apenas aqui, de forma muito rápida, nós temos alternativas ao enfrentamento dessa questão e para a melhoria desse gasto. A primeira é o imediato julgamento da ADI 2.332, que já passou pela relatoria de diversos Ministros que iniciaram com o processo e se aposentaram. Hoje, ela se encontra sob a relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso. Contudo, se julgada improcedente, ainda assim nós pagaríamos o percentual de até 6% ao ano, a depender do dano concreto que fosse verificado.

A outra alternativa que nós temos seria a alteração legislativa. E trago aqui para registro que no final de 2015, sensível a essa questão, o Governo editou a Medida Provisória 700, de 8 de dezembro de 2015, que alterava a legislação, mas que, contudo, perdeu vigência em maio deste ano, sem que fosse apreciada aqui pelo Congresso Nacional. Então, seria o caso de reedição ou de fazer tramitar um projeto de lei que desse conta dessa questão. Essa redação que constava da Medida Provisória 700, alterando o art. 15, "a", do Decreto-Lei 3.365, de 45, que é a Lei Geral de Desapropriações, daria conta dessa questão.

Então, apesar de não ser um tema diretamente ligado à avaliação do sistema tributário, da progressividade ou da regressividade de tributos, acho que é um tema, também, relevante e que dialoga muito bem com o momento vivido, na medida em que se tivermos um melhor gasto público, teremos menor necessidade de arrecadação e de realizaremos a mesma política pública ou mais políticas públicas com o mesmo recurso.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agradecemos muito ao Dr. Junior Divino Fideles, Procurador-Geral do Incra. Já estou falando aqui com a Eva para a gente preparar o texto da medida provisória para apresentar um projeto de lei. São, de fato, impressionantes os números que o senhor apresentou.

O SR. JUNIOR DIVINO FIDELES (*Fora do microfone*.) – Em época de restrição de recursos...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

Vou passar agora para o nosso último orador, Dr. Helder Rocha, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

O SR. HELDER ROCHA – Boa noite! Está ligado?

Muito obrigado, Senador Lindbergh, pela oportunidade. Quero parabenizar, mais uma vez, o Senado Federal, na sua pessoa, por permitir que a sociedade faça esse debate. Não podemos nos render à verdade imposta de que a PEC 55 é uma necessidade, precisamos fazer essa discussão.

É um momento grave. Eu participei de um evento, em Fortaleza, e assisti ao Defensor Público antevendo que a vigorar essa PEC, daqui a pouco o Defensor público vai ter que lidar... A Justiça... Quando o cidadão for preterido no seu direito de educação e saúde e for procurar o Estado, o Estado talvez diga para ele: "Olha, o seu direito à vida, o seu direito à educação, o seu direito à saúde, isso aí está em menor monta do que o direito do Estado de limitar esse gasto". Isso, a meu ver, é rasgar a Constituição, a nossa Constituição social que o povo fez, a Constituição de 88, e nós não poderíamos nos furtar de estar nesse debate.

Então, eu quero agradecer, primeiro, ao Instituto Justiça Fiscal, que me convidou para participar, e tam-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bém ao Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), que são parceiros nessa luta.

Quero louvar as suas palavras. Acho que o senhor montou um panorama que mostra que não há legitimidade nessa PEC. Ela não tenha a lógica, não é um projeto desenvolvimentista, e é disso que o Brasil precisa. É um projeto que sequer tem válvula de escape que contemple eventuais aumentos de arrecadação, aumentos do Produto Interno Bruto. Não considera o avanço da população; não considera o envelhecimento da população como um fator positivo também. Não considera sequer os novos mecanismos, as novas demandas sociais que vão acontecer.

Então, quando vislumbramos esse cenário da PEC nº 55 e somamos isso à Lei de Responsabilidade Fiscal, que só veio para cortar direitos, quando você encara a Desvinculação de Receitas da União, que abocanha 30% do dinheiro que haveria de estar na Seguridade Social, garantindo o seu estado superavitário; quando você enxerga que as desonerações estão aí colocadas, desonerações tributárias que não produzem emprego, que não produzem renda, que não produzem investimentos; quando você vê o Governo pautando a reforma previdenciária olhando só o aspecto financeiro que ele mesmo causa, e você vê o Governo, mais uma vez, buscando inclusive a reforma trabalhista, e soma a esse cenário todo a PEC nº 55, o que nós vamos ter? Teremos um Estado minimizado, um Estado que tem alta dívida social. Então, parece que esqueceram de pagar essa dívida. Parece que o povo não tem direito a receber o que lhe é direito e a Constituição previu.

É nesse sentido que eu agradeço a participação. Quero aqui lembrar que a Constituição fala que é dever da República promover uma sociedade livre, justa e solidária; promover o desenvolvimento nacional e promover a redução das desigualdades sociais e regionais.

Então, nesse contexto, quero registrar a nossa preocupação como auditor fiscal, mas também como cidadão. Eu estou aqui, como disse, a convite dessas entidades, mas me dá satisfação ter o nosso sindicato dos auditores fiscais aqui também colaborando nesse processo.

Eu vim para acrescentar nessa discussão, mostrar que a PEC é ilógica porque não trabalha ao lado da receita, e para verificarmos que temos, sim, mecanismos para melhorar o quadro fiscal. E o lado da receita precisa muito ser trabalhado. A tributação está muito distante do que seria o ideal.

Falando de justiça fiscal, a gente veio aqui traçar alguns elementos, eu não vou ser repetitivo. Os eslaides falam de aspectos que já foram tratados pelos nobres colegas aqui da Mesa, a quem agradeço a presença também aqui, honrando este momento. Então, vou tentar avançar sem ser repetitivo no que a gente já falou.

Por falar em olhar pelo lado da receita, a gente precisa enxergar o quadro do sistema tributário nacional, o arranjo tributário nacional. Muito já se falou aqui da concentração sobre o consumo, está aí, o quadro mostra, a renda ali ainda tímida, e sobre tributação de patrimônio, muito mais tímida ainda.

Nós temos aí uma comparação, que outros colegas já fizeram aqui também, onde a gente vê que a tributação no Brasil, quando a gente olha a primeira coluna, os dados do Brasil e a média dos países integrantes da OCDE, a gente começa a ver distorções. Então, a renda é de 20,5%, ao passo que a média na OCDE é de 37%, e há países que chegam a tributar 60%.

Nas contribuições previdenciárias, a média do Brasil é 24%, está em torno da média lá da OCDE. Na propriedade também 3,3%, abaixo dos 5,8% de média. E vejamos que há países que tributam em torno de 15%.

Sobre consumo, nós estamos lá nos estratosféricos 48%, já chegou a 51%, em 2013, e na média de 31,5%, na OCDE. Então, isso mostra essas distorções de que a gente já vem falando aqui.

Quando olhamos os países da OCDE juntos, a gente consegue vislumbrar qual é a carga sobre a renda. E confirma-se isso que a gente vem falando aqui da tributação na renda tímida, lá embaixo, 6,4%, ao passo que países que nós temos como desenvolvidos, países que alcançaram um bem-estar social, países que trabalharam pelo coletivo e enxergaram que esse é o ideal da sociedade estão tributando muito mais a renda, o lucro e o ganho de capital. Nós estamos lá embaixo nesse gráfico.

E aí, por outro lado, mostrando esse paradoxo que nós vínhamos falando aqui, da carga tributária sobre bens e serviços, nós estamos lá no alto, bem destacados como vencedores. A média está em 11,6% e o Brasil a quase 20%.

Na tributação de heranças, o colega Pedro Delarue também já destacou, nós temos uma alíquota média

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de 3,8%; o Senador já alertou que alguns Estados estão subindo por conta da crise fiscal. Mas há muito mais o que avançar, a alíquota é muito baixa. Vejam aqui, países como o Japão, 44%. Isso para falar só de herança, Senador, nem inclui as doações. É um olhar só sobre heranças, como nós estamos aquém do que esses países já viram como necessário para poder tributar as heranças.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas só havia países comunistas ali: Inglaterra, Alemanha, Japão.

O SR. HELDER ROCHA – Pois é, exatamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estados Unidos.

O SR. HELDER ROCHA – E nós não enxergamos. Interessante.

Aqui um extrato dos rendimentos da pessoa física.

Isentos e sujeitos a tributação exclusiva, nós temos aí em torno de 40% do valor total, não é? Isso mostra o escape da tributação padrão, pela isenção, que é significativa, é muito alta, e precisamos analisar a qualidade dessa isenção. E a questão da tributação exclusiva. A tributação exclusiva, talvez o telespectador não compreenda, mas é aquela tributação em que você paga o imposto e não há mais o que ajustar na declaração anual. Então, basicamente, de uma operação financeira, por exemplo, podemos ilustrar assim. Só que elas são notadamente e sob alíquotas efetivas menores. Isso traz um favorecimento.

Então, é o que a Profª Rozane alertou aqui, a questão da renda do capital é muito mais favorecida em relação à renda do trabalho, porque essa é muito mais fácil de ser controlada. Então, é esse o lamento, essa é a nossa... A proposta que o JF vem trazer vai falar muito disso.

Aqui são dados também ainda de tributação de Imposto de Renda. Eu vou pular para a gente poder privilegiar o tempo, mas fala dessa comparação entre países. Aqui tem um apanhado do extrato das declarações de Imposto de Renda, dados que são declarados, e aí suas deduções e tal. Mas eu acho interessante este gráfico aqui, Senador. Os gráficos sempre nos ajudam a enxergar melhor.

Então, a gente vê aqui que as colunas estão estratificando conforme a renda. Então, nós vemos ali a renda de até dois, de dois a cinco, de cinco a dez. E aí, na coluna lilás, bens e direitos. Então, observando a coluna bens e direitos, a gente vê onde está a alta concentração de bens e direitos. Ela está lá naquele 0,01, que o senhor falava. Ali corresponde a 0,27. Mas está lá a coluna de bens e direitos que eles concentram.

A quantidade de declarantes, a coluna azul, vejam como se concentra na baixa renda. Então, isso é outro dado preocupante. Nós precisamos alcançar essas obrigações tributárias que estão escondidas. O que a professora falou, concordo plenamente, profª Rozane, quando a senhora falou da subestimativa da renda, tanto na baixa renda quanto na alta renda. Isso é um dado que a sociedade brasileira precisa enfrentar para poder ter o diagnóstico. Mas nós sabemos, o que está declarado à Receita Federal é isso aí.

Então, a quantidade de declarantes está forçadamente ali, na baixa renda. A parte, quando se olha o imposto devido, o ápice é ali, de 20 a 40 salários mínimos, e aí ele vem baixando, observem, o percentual. E quando a gente olha a linha – aí já falando das linhas do gráfico – azul, fala da alíquota efetiva sobre rendimento tributável. A linha verde fala da alíquota efetiva sob base de cálculo.

Elas falam de uma tributação maior à medida que a renda sobe, mas a melhor avaliação é quando você pega a renda total e vê o resultado, e aí você está inserindo aquilo que foi colocado como exemplo, como não tributável, como de tributação exclusiva. Então, você consegue verificar qual é a alíquota efetiva do imposto e acontece aquela curva que o senhor falou agora há pouco, da redução. Quando a gente dobra ali, dos 20 a 40 salários mínimos, a linha vermelha começa a cair. Então, é esse privilegiado que está pagando menos imposto de alíquota efetiva, para a gente comparar em relação à alíquota efetiva.

Aqui se fala um pouco do índice de Gini. Ele é interessante.

Nas primeiras colunas, a gente está vendo a renda obtida da iniciativa privada, a renda original da atividade privada. E aqui a gente vê, na linha azul, o índice de Gini em 2003; e, na linha azul mais escuro, a evolução do Gini em 2009. A gente pode perceber o seguinte: na primeira coluna é a renda da atividade privada. Na inicial, o estudo agrega, então, as transferências que vêm do Governo, como, por exemplo, pagamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

benefícios sociais e assistência social, benefícios previdenciários e por aí vai. Tudo que o Governo transfere para a população.

Se os dois gráficos azuis baixam, nós estamos diminuindo as desigualdades. O ideal é que esse índice de Gini chegue a zero. Seria um estado de maior igualdade, maior equidade no sistema tributário.

Essa queda do primeiro conjunto de colunas para o segundo mostra que essa política pública de transferência é tendente a diminuir as desigualdades.

Na terceira coluna, você vê a tributação do Imposto de Renda. Com a tributação do Imposto de Renda, você vê também que a desigualdade diminuiu, vai tendendo para baixo. Por quê? Tiramos a conclusão de que a tributação do Imposto de Renda é progressiva, é favorável. Alguém já disse que o Imposto de Renda é o imposto mais nobre que nós temos, porque ele consegue produzir esses efeitos, ele tem esse papel. Nós precisamos respeitá-lo nesse sentido.

Na pós-tributação, você vai ver a tributação indireta sobre consumo. Nessa hora, como ele é regressivo, você vai começar a ver a curva subir. E, no final da curva, quando o índice de Gini baixa tudo, é quando o Governo... Ali você inclui os gastos sociais, e isso também diminui as desigualdades. Então, a gente observa que em 2003 o Gini estava nessa evolução muito semelhante a de 2009, mas observamos que em 2009 está até mais abaixo. Isso é um sinal claro de que a política social nesse período foi mais favorável do que no início de 2003.

A grande mensagem que nós temos é de que a tributação do Imposto de Renda e os gastos sociais são favoráveis a equalizar, e não produzir distorções.

Como alternativas para a reforma tributária, eu quero trazer aqui – e entreguei ao nobre Senador um exemplar – um estudo chamado Projeto Isonomia, que é do Instituto Justiça Fiscal. E peço a V. Exª que analise com muito carinho, integrado, é claro, às contribuições que vêm de várias fontes, inclusive aqui as que o Sindifisco trouxe.

O estudo do Instituto Justiça Fiscal traz uma proposta de mudar a tributação, de evitar o privilégio do capital, da renda de capital, de evitar a tributação favorecida na tributação exclusiva e de assegura que tudo vá para a tabela progressiva.

E também promove uma nova tabela, e traz umas 8 alíquotas. No ano passado já foram 12, hoje são quatro. Então, isso aumenta a progressividade. E a gente vai ver que, neste trabalho aqui, a estimativa do Instituto Justiça Fiscal é de que é em torno de cem bilhões por ano o efeito desses ajustes.

Então, se a população acha que nós merecemos a PEC 55, ela deve antes fazer esse debate aqui, porque quem tem que pagar a conta da carga tributária não está esclarecido. Então, vamos fazer a discussão: quem paga essa conta? Não apenas o tamanho da carga tributária, mas vamos ver quem a paga.

O projeto de isonomia traz, portanto, também aquela isenção de lucros e dividendos. Há um dado aqui, Senador, de que em 2013 foram declarados, só a título de lucros e dividendos – declarado! –, 230 bilhões. Só isso, se fosse tributado na alíquota, na tabela progressiva, como todos aqui pagamos, já resultaria em 58 bilhões adicionais. Então, como nós podemos, como a sociedade brasileira vai poder aceitar tanto prejuízo à educação e à saúde se há 58 bilhões para se tributar de lucros e dividendos?

Também acaba com a questão de juros sobre capital próprio e há uma revisão da tabela para que só comece a pagar o imposto de renda... Não é razoável que um cidadão que tenha R$2 mil já vá começar a pagar imposto de renda, em um país que é injusto, tributariamente, nesse sentido de que, além de pagarmos o imposto, ainda temos que pagar a previdência privada, a saúde privada, a educação privada.

Pois bem. A proposta do estudo é usar o salário mínimo que o Dieese projetaria como o adequado, redefinindo as alíquotas, a tabela progressiva como um todo.

Nesse arranjo aí, Senador, caros presentes aqui e população preocupada com esse assunto, ali nas primeiras faixas, até 40 salários mínimos, nós teríamos uma transferência de tributação. Essa tabela promove que se abra mão de cobrar 40 bilhões das faixas iniciais, até 40 salários mínimos, e aumente a tributação nas faixas maiores. E aí vamos pegar aquele 1%, 0,1, todos eles. Isso seria o ideal, porque há uma renda maior para atender à progressividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pois bem. Ao reduzir 40 bilhões na faixa mais baixa e aumentar 114 na maior, nós temos um resultado final de 74 bilhões, só nessa questão da tabela progressiva, e jogar tudo para essa tributação, excluindo essa tributação exclusiva.

É claro que o estudo vai permitir alguns controles, porque, na tributação exclusiva, alguns fatos econômicos, alguns fatos financeiros não têm o controle afinado o bastante. Mas isso aí é um pequeno ajuste a esse número.

Aqui há uma simulação de resultados. É um pouco do que já falei.

Ali embaixo, a gente vê, na coluna: hoje, 144 bilhões, com o desenho da tabela progressiva, que só tem quatro camadas; com esse desenho aí, com oito camadas, chega a 221 bilhões.

Outros aspectos que a gente deve trazer à discussão é aquilo que a gente já vinha falando da carga tributária. Não podemos aceitar que o País trate isso como uma verdade absoluta, que a carga tributária é alta, se você tem uma concentração dessa carga sobre quem ganha menos. Então, é preciso aumentar a tributação sobre renda, sobre renda do capital, sobre patrimônio e evitar a tributação do consumo, diminuir a níveis razoáveis, e também não onerar tanto a renda do trabalho.

Outro aspecto que entendemos relevante é acompanhar o Senado Federal. Nós temos a PEC 96, de 2015, que tramita no Senado, que cria um adicional de 8% ao imposto sobre heranças e doações e também um imposto sobre grandes fortunas, que está na Constituição desde 1988. Pelos nossos cálculos, usando o modelo francês, que é um pouquinho diferente, nós teríamos uma arrecadação de 12,6 bilhões a mais. Mas, usando os dados declarados à Receita Federal, com um arranjo que está nesse PLS 534, de 2011, que está em tramitação no Senado, isso resultaria em mais 25 bilhões. Então, só para falar disso, daqueles 74 bilhões, mais 25, já temos 100 bilhões para derrubar a ideia de PEC 55. Pelo menos, a gente deveria colocar isso na pauta. Resta só a sociedade decidir.

Na recuperação de passivos tributários, nós temos uma cobrança que não tem sido eficiente, lamentavelmente, nós temos um conjunto de débitos que ainda têm o privilégio de ser saneados através de uma figura preocupante, que é a compensação tributária. Esse não é o debate aqui, mas nós temos 800 bilhões confessados, identificados, que precisam ser resgatados. Nós temos necessidade de a sociedade combater fortemente a corrupção e a sonegação. Um dos caminhos que os auditores fiscais, o Instituto Justiça Fiscal e o Inesc também clamam é revogar... Isso daqui é uma vergonha, um estímulo à sonegação! Se o cidadão é autuado pelo fisco, além do baixo risco de ser autuado, ele depois poderá pagar e escapar de eventual representação penal pela sonegação, pelo ato doloso de esconder aquilo. Isso é um estímulo claro para a sonegação, afora os parcelamentos favorecidos.

Por último, que é uma vergonha, lamentavelmente, a Receita Federal patrocinou, aliás, ela não foi combativa, ela ajudou na formulação da repatriação, que é mais um escape. Nós vamos regularizar dinheiro sem ter clareza sobre sua legitimidade, sua origem lícita. Isso tudo...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E agora vai haver a segunda versão do projeto de repatriação. Veja bem, isso aqui é importante dizer, porque está sendo feito um convênio com várias instituições financeiras do mundo e, na verdade, quem tiver conta vai ficar descoberto. Estão dando uma chance para quem operou de forma criminosa, com lavagem de dinheiro, como forma de legalizar. Existe um discurso que é de arrecadação, mas há outras movimentações que não são apenas arrecadação. Isso é para salvar os caras que vão ficar descobertos. Esse debate vai haver amanhã, no Senado.

O SR. HELDER ROCHA – Seria muito mais digno tributar o Imposto de Renda, como estávamos falando há pouco. Não é? São 58 bilhões só com lucros e dividendos, e estão aí comemorando que arrecadaram 50 bilhões com repatriação, de forma a estimular o crime.

Nesse sistema, o cidadão, aliás, o criminoso simplesmente declara que o dinheiro tem origem lícita, mas você não pode investigar isso; ele confessa isso, ele apenas declara. É claro que ali está muita gente que não tem vínculo com esse tipo de coisa, mas ali pode estar o dinheiro da droga, o dinheiro das armas, o dinheiro do terrorismo, e isso está sendo lavado.

Lamentavelmente, houve quem dissesse que a Receita Federal estava sendo a lavanderia fiscal do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, isso é vergonhoso, e como auditor fiscal, eu tenho que reconhecer isso daqui, mas espero que o Senado, o Congresso Nacional não permita a renovação desse favor fiscal, que é vergonhoso. Essa era a PEC de que a gente precisava.

Aqui já é o final. (*Pausa.*)

Então, eu acho que falhou aqui alguma tela.

Permita-me aqui, Senador, só para fazer um registro sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, porque um dos papéis é estarmos aqui discutindo patrimônio e renda. E, quanto ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, eu acompanhei a realidade deste imposto por algum tempo, e precisamos defender a tributação da terra como um instrumento de justiça fiscal também, até muito mais pelo caráter extrafiscal que esse imposto tem. E o ideal deste imposto não é exatamente arrecadar, e, sim, desestimular a terra improdutiva, como já foi falado aqui.

Então, o relato que a gente pode fazer é de que essa tributação da terra precisa ser enfrentada com mais seriedade, com mais respeito em relação ao papel desse imposto, porque da forma como está administrado hoje na Receita, ele tem sido apenas tributado de forma declaratória; não há fiscalização efetiva. Os convênios com os Municípios são tímidos, são frágeis.

O Procurador do Incra está aqui, e eu queria ressaltar que é lamentável o relato que ele fazia de que se tentou caminhar junto com a Receita Federal, e não se conseguiu. Então, é preciso integração efetiva entre os cadastros, é preciso que... Na verdade, a gente acredita muito na administração do ITR integrada entre Incra e Receita Federal.

O SR. JUNIOR DIVINO FIDELES – Se me permite, só uma consideração aqui, é que o ITR tem como base de cálculo o valor da terra nua, e a alíquota é progressiva conforme o grau de produtividade da terra, nessa medida que ele desestimula a terra improdutiva. Agora, o que nós verificamos, e o Incra também tem alguns estudos nesse sentido, junto com os seus peritos federais agrários, é que há uma subdeclaração do valor da terra nua, aquele valor que mencionei que é declarado num patamar muito inferior ao que é efetivamente indenizado caso a terra nua... caso o imóvel venha a ser desapropriado.

Estudos do Sindicato dos Peritos Federais Agrários, os agrônomos do Incra indicam que a arrecadação do ITR, que hoje é de aproximadamente R$800 milhões/ano, poderia, num curto espaço de tempo, em aproximadamente três a cinco anos, ser elevada a um patamar aproximado de R$8 bilhões/ano, apenas com pequenas medidas, para verificar se o valor declarado da terra nua efetivamente confere em campo, já que há uma constatação de uma subdeclaração muito grande, assim como o grau de produtividade desses imóveis, ou seja, o grau de utilização.

Então, com pequenas medidas, numa parceria entre o Incra e a Receita Federal, apenas em relação a esse tributo também, nós teríamos condições de elevar a sua arrecadação em dez vezes, chegando ao patamar de R$8 bilhões/ano.

O SR. HELDER ROCHA – E esse, Procurador, era o mote para o ITR ter ido à Receita Federal, a fim de aumentar essa eficiência, e é o que nós não vemos aí desde 94.

Então, muito obrigado, Senador, pelo espaço. Desculpe ter passado do tempo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nada...

O SR. HELDER ROCHA – ... foi necessário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Foi ótimo, Dr. Helder.

Eu queria agradecer a todos os expositores.

Já são quase 22h30.

Nós começamos, hoje, com audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, também falando da PEC 55 e da reforma da Previdência. Amanhã vamos ter uma reunião da CAE às 10 horas. Às 11 horas da manhã voltaremos ao debate numa audiência pública. O plenário do Senado Federal vai se tornar uma Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Geral, para discutir essa PEC 55.

Eu acho que esta audiência foi importante. Se o Governo está falando de problemas fiscais, há como transformar o nosso sistema tributário num sistema tributário mais justo, mais progressivo.

Aqui ficou claro, Professora. Eu entendi os números que a senhora apresentou, mas aqui há uma distorção não nos 10% mais ricos, não. Há uma distorção dentro disso, no "um centésimo" aqui, que começa. E, na verdade, vai se agravando, à medida que nós estamos chegando aos milionários, aos grandes milionários do País, que pagam pouco imposto, comparativamente com a classe média, a classe média alta e os trabalhadores, que pagam essa carga de imposto indireto de 50, 51%, que não existe em lugar nenhum do mundo. Nós temos só um terço de renda e propriedade, quando os países da OCDE têm dois terços disso aí. Então, há uma distorção muito grande.

Portanto, se o Governo estivesse pensando em fazer, dentro dessa lógica dele, um rearranjo fiscal equilibrado, ele estaria estudando isso, mas não é um rearranjo fiscal equilibrado o que eles estão fazendo. É um rearranjo em cima – volto a dizer – do povo, do trabalhador.

Há uma frase do Dr. Helder que diz: "Quem paga a conta?" E nós sabemos, aqui, que o Paulo Skaf colocou a estrutura da Fiesp para apoiar esse golpe, esse *impeachment*, e já disse aqui: "Não admitimos nada!" Não tem nada para os bancos, os bancos que lucram tanto... No meio de uma crise econômica como esta, você vai ver o lucro do Bradesco, o lucro do Itaú... Está lá em cima!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – De 30 bilhões foi o lucro dos cinco maiores bancos nesse primeiro semestre, bancos que estão cobrando, nos juros de cartão de crédito, mais de 400%. De juros!

A Senadora Gleisi apresentou um projeto que eu vou relatar amanhã na CAE, que é um projeto importante, sobre isso. E aqui é interessante dizer que eles falam da PEC 55, que é um aperto em tudo que é gasto social, Previdência Social, saúde, educação, mas eles não falam do pagamento de juros. Despesa financeira? Aí não pode! E, quando você vai ver o déficit do País, em 2015, nós tivemos um déficit nominal de 6,7% do PIB. Destes, 6,1% foi pagamento de juros.

Os gastos primários foram negativos em menos de 0,6. Eles só olham para isso. No ano de 2015, o déficit brasileiro foi de 10,38; 8,5 foi de pagamento de juros. Mas aí ninguém fala, porque há uma grande aliança do rentismo neste País. Não são só os bancos que ganham; são os bancos e as grandes empresas brasileiras também. Todas têm o seu departamento de planejamento financeiro e ficam ali vendo uma taxa Selic de 14%, quando a inflação está apontando para 7%. São juros reais de 7% ao ano.

O SR. HELDER ROCHA (*Fora do microfone.*) – Para que investir em produção?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Para que investir em produção? Aí o Presidente do Banco Central Europeu, há 15 dias, se posicionou justamente dizendo isso, porque hoje na Europa há juros negativos. Ele disse: "mas se os juros não forem negativos, como vai haver investimento na produção?" É o Presidente do Banco Central europeu! Não estou falando de nenhum esquerdista. Então, é uma loucura o que existe neste País. Nenhum país tem uma taxa de juros como esta. Mas isso está fora do debate. Você não discute juros, você não discute tributação progressiva. Sobra o quê?

Vou repetir isso. Quando você vai na despesa primária, são poucas coisas que sobram. Quais são os grandes orçamentos? Previdência, R$500 bilhões; saúde, R$100 bilhões; educação, R$100 bilhões. O que tem mais aí? Tem despesa de pessoal, que corresponde a 4,2% do PIB. Volto a dizer: funcionário público vai ver o que vem por aí à frente. Vai ser reajuste zero. Previdência social, dos R$500 bilhões... Eles estão preparando um pacote de maldades. Eu volto a dizer que eles querem cair de 19,8% de gasto primário para 14,8%. É um corte muito violento. Vai ter que ser um *mix* de maldades. E eles dizem: "Não, o Congresso vai escolher, ou seja, não vai diminuir o recurso da educação". Eu digo: se não vai diminuir o recurso da educação, por que a PEC acaba com a vinculação constitucional de 18% para a educação? Porque está lá. Hoje a gente gasta 23%. Se eles acreditassem que de fato não gastariam menos em educação, por que tirar os 18% de piso, se nós estamos em 23%? É porque eles sabem que vão tirar. É um desastre social. As pessoas não estão tendo noção disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. HELDER ROCHA – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Fale no microfone.

O SR. HELDER ROCHA – Um dado de um estudo sobre a PEC estima, nos próximos dez anos, uma perda de R$345 bilhões na área de educação e saúde. Nós estamos falando aqui de R$100 bilhões ao ano de recuperação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro! Mas é porque mexe com o andar de cima. É um Governo que está pagando esse negócio do *impeachment* como se tivesse tido um acordo, de não mexer com os grandes empresários, com o sistema financeiro. Se essa PEC existisse de 2006 para cá, dez anos antes, o orçamento de 2015, que foi de R$103 bilhões da educação, teria sido de R$31 bilhões. O da saúde, que foi de R$102 bilhões, teria sido de R$65 bilhões. Então, não tem muito onde mexer.

O SR. HELDER ROCHA – O salário mínimo estaria abaixo de R$600.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O salário mínimo, se ela estivesse valendo há dez anos, era abaixo de R$600, não era R$880.

Vale dizer que essa PEC acaba com a política de valorização do salário mínimo, porque se a gente conseguiu construir, nesse último período, um grande mercado de consumo de massa aqui no País, foi fundamentalmente pela política de valorização do salário mínimo e a influência na Previdência. Hoje, 70% dos aposentados recebem um salário mínimo, e esse dinheiro vai para a economia com tudo. Eu acho uma ignorância tudo isso que está acontecendo, até porque...

O SR. HELDER ROCHA (*Fora do microfone*.) – Desvincula com o valor mínimo do benefício.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro, vai desvincular. Eles querem desvincular benefício de prestação continuada, desvincular a aposentadoria do salário mínimo. Na verdade, eles querem pagar menos do que o salário mínimo, e isso vai ter um efeito desastroso na economia.

Tenho repetido sempre que eles acreditavam desde o começo que, afastando a Dilma, os empresários retomariam a confiança e investiriam. Isso é uma balela. O empresário investe quando sabe que há gente para comprar, tanto é que tiraram a Dilma, e, de fato, a confiança dos empresários foi lá em cima, mas a realidade da economia – nós mostramos neste terceiro trimestre – é de queda novamente. Por quê? Porque temos desemprego, as famílias estão endividadas, há queda no rendimento.

O consumo das famílias representa 63% do PIB. O que eles farão com isso aqui? Vão deprimir ainda mais o consumo das famílias, porque vão tirar recursos da Previdência, dos mais pobres, retirar recurso de saúde e de educação pública. Saúde e educação pública é salário indireto do trabalhador. O que já está acontecendo na ponta é que estão fechando tudo. Claro que estou no Estado do Rio de Janeiro, que é o Estado com uma crise maior ainda. Ali houve um bando de isenção indiscriminada para as empresas, corrupção, mas o fato é que houve uma frustração na arrecadação do tamanho do mundo. E lá estão fechando, em todos os Municípios, postos de saúde, restaurantes populares. É uma...

O SR. PEDRO DELARUE – Senador, a Previdência, em muitos Municípios pequenos, é a principal fonte de consumo. Quer dizer, se as pessoas não estão consumindo, a economia não gira, não roda.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro, claro! É isso que está acontecendo. Sinceramente, eu tenho participado desse debate e acho uma loucura tão grande! Fico pensando em como essa turma de economistas neoliberais que organiza isso é pouco razoável, tem pouco equilíbrio. Eles estão pouco se preocupando com o desastre social que virá com esse negócio todo e continuam apostando na mesma coisa: "Ah, nós vamos fazer esse ajuste fiscal, e a confiança..." O Paul Krugman, que ganhou o Prêmio Nobel, falou sobre a fada da confiança dos empresários. Não é isso! Se não estimularmos a economia, sinceramente, como brasileiro, a minha angústia é ver tudo isso acontecendo e estarmos mergulhando numa recessão que, somada, nesses anos todos, chega a 8%.

Em um dia desses, perguntaram: "E é culpa de vocês do PT!". Eu disse: "Sabe qual foi o nosso erro?". E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

faço esse debate em todos os lugares. Nosso não, porque votei contra. Foi a virada. Dilma foi eleita com um programa e decidiu colocar o Levy com outro programa. Foi um ajuste fiscal violentíssimo de 2,3% do PIB, ou seja, não houve gastança, mas uma contração fiscal. Foi aquilo que derrubou a economia; foi aquilo que fez a receita cair.

E o que o Temer e essa turma estão propondo? Estão propondo aquilo que deu errado para os próximos 20 anos. Em 2015, eles diziam – não diziam? –, com o Levy: "Olha, nós vamos fazer esse ajuste para melhorar as contas públicas, melhorar a situação da dívida". Aí, o déficit, que tinha sido de 6,7% do PIB. foi para 10,38%. Por quê? Porque a arrecadação foi lá para baixo, e eles ainda aumentaram a taxa de juros.

Então, eu lamento muito o que está acontecendo aqui. O que eles estão querendo aqui é o seguinte: é tirar esse avanço, essa ampliação de gastos sociais.

Eu acho que o sistema tributário... Infelizmente, se tenho uma autocrítica para fazer do passado, era para nós do governo de esquerda termos avançado muito mais nisso. Mas avançamos no gasto social, que aumentamos de 13% para 18% do PIB. E é isso que eles querem destruir.

Eu agradeço muito aqui a presença dos senhores. Agradeço a presença do Pedro Delarue, que eu já conheço há muito tempo, do Rio; da Profª Rozane Bezerra, que fez aqui uma apresentação muitíssimo interessante; do Junior Divino Fideles, que é Procurador-Geral do Incra; e do Helder Rocha, que é Auditor Fiscal da Receita Federal.

Essa é uma pauta que eu gosto de trabalhar. Se vocês tiverem sugestões, aqui nós estamos completamente abertos para entrar nesse debate. Nós apresentamos uma alternativa à PEC, que era o *mix* de um conjunto de proposições que alterava a Lei de Responsabilidade Fiscal no sentido de garantir a possibilidade de se fazer política anticíclica num momento de desaceleração econômica como este. Nós discutimos alternativas sobre tributação progressiva, em especial a apresentação do projeto sobre lucros e dividendos e também outro sobre o Banco Central, dando duplo mandato para o Banco Central, porque hoje o Banco Central brasileiro só tem compromisso com a estabilidade monetária, com o controle da inflação. O FED, o banco central norte-americano, tem dois compromissos: estabilidade monetária, crescimento econômico e geração de empregos. Aqui, com qualquer coisa, eles aumentam os juros com tudo. Se houvesse o compromisso de geração de emprego, nós não teríamos aumentado a taxa de juros do ano passado, quando o desemprego estava claramente subindo.

Eu agradeço muito a presença dos senhores. Vamos continuar nesse debate, pedindo à sociedade brasileira mobilização, porque, nessa PEC 55, o que estamos fazendo, na minha avaliação, é rasgar a Constituição de 1988. Nós não estamos rasgando só o legado do Lula, estamos rasgando o legado do Dr. Ulysses Guimarães. e, com a reforma trabalhista, estamos rasgando o legado de Getúlio Vargas, porque estão querendo rasgar a CLT. É uma onda conservadora de retirada de direitos impressionante, mas eu tenho certeza de que o povo brasileiro vai se levantar, vai perceber o que está em curso e vai se levantar para tentarmos impedir que todo esse retrocesso aconteça.

Muito obrigado a todos os senhores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 20 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e dois de novembro do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência das senadoras Gleisi Hoffmann, presidenta, e Regina Sousa, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Humberto Costa, Lindbergh Farias, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Ivo Cassol, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Kátia Abreu, Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Lasier Martins, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Omar Aziz, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Armando Monteiro, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião e inicia a apreciação dos itens constantes da pauta: **Item 2** - Projeto de Lei do Senado nº 146 de 2016, complementar, não terminativo, de autoria do senador Lindbergh Farias e outros senadores, que "altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão 'perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, fiscalizar e regular o sistema financeiro para garantir um sistema sólido e eficiente e contribuir para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos'", tendo como relatora a senadora Gleisi Hoffmann, que oferece relatório favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Ricardo Ferraço e Lindbergh Farias. Encerrada a discussão, a presidenta eventual da comissão, senadora Regina Sousa, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 3** - Projeto de Lei do Senado nº 588 de 2015, terminativo, de autoria do senador Lindbergh Farias, que "altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para tributar os lucros e dividendos recebidos de pessoas jurídicas", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 616 de 2015, terminativo, de autoria do senador Marcelo Crivella, que "altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda sobre os lucros ou dividendos distribuídos a beneficiário pessoa física nos casos em que especifica" e com o Projeto de Lei do Senado nº 639 de 2015, terminativo, de autoria do senador Otto Alencar, que "altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica", tendo como relator o senador Jorge Viana, que oferece relatório pela aprovação do PLS nº 588 de 2015 nos termos do substitutivo que apresenta e pela rejeição dos PLS nºs 616 de 2015 e 639 de 2015. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Ricardo Ferraço, Lindbergh Farias e Otto Alencar. A presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 4** - Projeto de Lei do Senado nº 407 de 2016, complementar, não terminativo, de autoria do senador Ivo Cassol, que "altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências para limitar os juros de cartão de crédito", tendo como relator o senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Ivo Cassol, Vanessa Grazziotin, Roberto Requião e Jorge Viana. Encerrada a discussão, é adiada a votação por falta de quórum. **Item 5** - Projeto de Lei do Senado nº 412 de 2016, complementar, não terminativo, de autoria do senador Reguffe, que "altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1.964, a fim de limitar as taxas de juros cobradas por bancos e instituições financeiras, inclusive administradoras de cartões de crédito, nas operações e serviços bancários ou financeiros prestados às pessoas físicas e jurídicas no Brasil", tendo como relator o senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin e Lindbergh Farias. A presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 6** - Projeto de Lei do Senado nº 413 de 2016, complementar, não terminativo, de autoria da senadora Gleisi Hoffmann, que "regulamenta a cobrança das taxas de juros nas operações de crédito a pessoas físicas e pessoas jurídicas", tendo como relator o senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável ao projeto com quatro emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Ricardo Ferraço, Regina Sousa e Vanessa Grazziotin. A presidenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 7** - Projeto de Lei do Senado nº 45 de 2016, terminativo, de autoria da senadora Gleisi Hoffmann, que "altera o art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para extinguir gradualmente a faculdade de a pessoa jurídica tributada com base no lucro real deduzir os juros sobre o capital próprio na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido", tendo como relatora a senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda nº 1-T. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Ricardo Ferraço, Lindbergh Farias e Vanessa Grazziotin. A presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 10** - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 367 de 2015, não terminativo, de autoria da senadora Gleisi Hoffmann, que "altera o Decreto Legislativo nº 276 de 2014, que fixa o subsídio para os membros do Congresso Nacional, revoga os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013; e dá outras providências, para reduzir em 10% (dez por cento) o subsídio dos membros do Congresso Nacional, até 31 de agosto de 2016, ou enquanto vigorar política que vede ou impeça a concessão de reajuste remuneratório aos servidores públicos da União", tendo como relatora a senadora Regina Sousa, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, é adiada a votação por falta de quórum. **Item 14** - Projeto de Lei do Senado nº 370 de 2012, não terminativo, de autoria do senador Benedito de Lira, que "altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa, nas condições que especifica", tendo como relator o senador Cristovam Buarque, que oferece relatório favorável ao projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Item 15** - Ofício "S" nº 20 de 2016, não terminativo, de autoria da Prefeitura Municipal de Campo Maior - PI, que "encaminha, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, comunicado sobre Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa", tendo como relatora a senadora Regina Sousa, que oferece relatório pelo conhecimento e posterior arquivamento do projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, é adiada a votação por falta de quórum. São adiados os demais itens da pauta, a saber: **Item 1** - Projeto de Lei do Senado nº 51 de 2016; **Item 8** - Projeto de Lei da Câmara nº 54 de 2016; **Item 9** - Projeto de Lei da Câmara nº 61 de 2016; **Item 11** - Projeto de Lei da Câmara nº 59 de 2013; **Item 12** - Projeto de Lei da Câmara nº 169 de 2015; **Item 13** - Projeto de Lei do Senado nº 594 de 2015; **e Item 16 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 38 de 2016. É lido e será apreciado posteriormente o seguinte requerimento: Requerimento n° 39 de 2016, de iniciativa da senadora Lídice da Mata, que "requer a realização de duas audiências públicas nesta Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, com o objetivo de instruir o PLS nº 152 de 2016, que 'altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para determinar que o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, em todos os tipos de contratação, seja o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)', com a participação dos seguintes convidados: Audiência 1: Luis Felipe Salomão, ministro do Superior Tribunal de Justiça - STJ; José Carlos de Souza Abrahão, diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; Maria Inês Dolci, coordenadora da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Proteste; Florentino Cardoso, presidente da Associação Médica Brasileira - AMB; Franco Pallamolla, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios - Abimo; e Carlos Figueiredo, diretor-executivo da Associação Nacional de Hospitais Privados - Anahp. Audiência 2: Ela Wiecko Volkmer de Castilho, coordenadora da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - MPF; Amanda Flávio de Oliveira, presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - Brasilcon; Solange Beatriz Palheiro Mendes, presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar - FenaSaúde; Carlos Vital, presidente do Conselho Federal de Medicina - CFM; e Gláucio Pegurin Libório, presidente da Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Implantes - Abraildi". Em seguida, a presidência comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 48 de 2016 (Aviso 103/2016-BCB, na origem), de 27 de outubro de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao terceiro trimestre de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 793-Seses-TCU-Plenário, de 13 de outubro de 2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 030.283/2012-4, na sessão de 11/10/2016, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, acerca de au-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ditoria realizada na superintendência de seguros privados (SUSEP); e correspondência dos taxistas do Brasil, de 11 de julho de 2016, encaminhando dossiê contendo histórico, documentos e denúncias acerca da multinacional Uber. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O item 1 da pauta é terminativo. Nós não temos quórum para deliberar.

Passo ao item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão "perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, fiscalizar e regular o sistema financeiro para garantir um sistema sólido e eficiente e contribuir para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

Como sou Relatora, convido a Senadora Regina para que possa assumir a Presidência e eu lerei o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, para a leitura do seu relatório.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

Submete-se a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 146, de 2016 – Complementar, do Senador Lindbergh Farias, que altera o art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, a denominada Lei do Sistema Financeiro Nacional, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, fiscalizar e regular o sistema financeiro para garantir um sistema sólido e eficiente e contribuir para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos.

Em sua justificação, o nobre autor afirma que, em geral, bancos centrais atuam na economia por meio da utilização de instrumentos de política monetária, assim como estabelecem regras de regulação e procedimentos de fiscalização do sistema financeiro. Contudo, a atuação de um banco central não é neutra em relação ao lado real da economia: uma decisão de política monetária pode afetar o crescimento, o investimento, o consumo, a produção e a geração de empregos. Por exemplo, quando a taxa básica de juros é aumentada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para conter a inflação em condições de superaquecimento econômico, primeiramente, são atingidas as variáveis reais, tais como o investimento e o consumo, depois o emprego e a renda, para, então, conter a demanda.

Sigo para a análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade, o projeto atende aos requisitos formais. Conforme o art. 22, inciso VII, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre política de crédito. Ao mesmo tempo, o art. 48 da Lei Maior incumbe ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre matéria monetária, instituições financeiras e suas operações.

Do ponto de vista da técnica legislativa, não se tem reparo a fazer ao projeto em comento, exceto pela aposição de aspas no texto das competências do Banco Central do Brasil, bem como da cláusula de vigência referir-se a lei e não a lei complementar, motivo pelo qual apresentamos emendas de redação. Não há inclusão de matéria diversa ao tema expresso em sua ementa.

Cabe observar, ainda, que o projeto em análise não tem implicação direta sobre as finanças públicas.

Não vislumbramos, portanto, nenhum vício de inconstitucionalidade, antijuridicidade ou de natureza regimental no PLS.

Quando ao mérito, não há reparo a ser feito ao projeto em comento. A matéria pretende dar comando legal à necessária ponderação que deve ser feita em toda política monetária quanto ao combate à inflação e ao sacrifício da renda e do emprego no curto prazo.

Para isso, muitas vezes, a autoridade monetária deve aceitar que o alcance da meta para a inflação deve se dar em tempo mais prolongado do que ocorreria se não considerasse tais variáveis. Deve-se até mesmo ajustar a meta para a inflação diante de choques inesperados, como vimos com a Resolução nº 3.108, de 2003, do Conselho Monetário Nacional, que ajustou a meta para a inflação de 2004 de 3,75% para 5,5%.

Mesmo que seja necessário combater os chamados efeitos de segunda ordem de choques inesperados na economia, como aqueles decorrentes de alterações nos preços administrados e nos preços relativos da economia, consideramos que a ponderação deve ser sempre a norma a ser cumprida pelos formuladores da política monetária.

Como destacou o autor do projeto, o Banco Central do Brasil tem atuado nos últimos tempos dentro do balizamento teórico e de políticas monetária e de regulação defendidos pelo PLS. Portanto, a competência proposta neste projeto para o Banco Central do Brasil dará respaldo legal para a manutenção e fortalecimento das políticas e procedimentos já adotados.

Como se observa hoje, o Brasil tem, se não a maior, certamente, uma das maiores taxas de juros reais básicas do mundo, durante a pior recessão dos últimos 30 anos. Essa constatação é ainda mais estarrecedora, frente à queda das expectativas de inflação, conforme apontado pelo mercado e pelos modelos utilizados pelo Banco Central na reunião do Copom.

De acordo com os dados do último Relatório de Inflação do Banco Central, as expectativas do Bacen já apontam para uma inflação na meta em 2017 e abaixo do centro da meta em 2018. Portanto, já há um sinal de clara convergência da inflação para a meta e o Bacen, ao invés de reduzir os juros, têm aumentando sistematicamente a taxa básica de juros real.

Só em 2016, já houve um aumento de quase dois pontos da taxa básica real de juros, sem que a queda de 0,25 da taxa nominal definida pelo Copom, compensasse esse efeito. Como podemos manter taxas básicas de juros tão altas, em um período de crescimento do desemprego e de queda consecutiva do crescimento real do PIB.

Em um contexto institucional de duplo mandato do Banco Central, jamais iríamos presenciar tal situação, ainda que o mandato principal fosse o do controle da inflação. Temos hoje uma situação de queda da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

demanda agregada, desemprego crescente, piora das expectativas para o crescimento econômico de 2017 e inflação convergindo para a meta em todos os cenários. O que impede o Banco Central de reduzir os juros?

Se o BC tivesse responsabilidade também quanto ao crescimento econômico e tivesse também que explicar à sociedade os efeitos de sua política também sobre geração de emprego, não apenas sobre inflação, dificilmente teríamos uma taxa de juros tão alta como agora.

A inflação alta possui efeitos devastadores sobre a população mais pobre, que vive de seu salário e sua renda, pois corrompe o seu valor real, mas há algo ainda mais grave do que uma inflação mais alta, a ausência de renda, provocada pelo desemprego alto.

Precisamos caminhar para que as políticas econômicas sejam coordenadas e caminhem na mesma direção de forma a garantir um cenário econômico positivo e benéfico a população brasileira, com inflação baixa e perspectivas de recuperação econômica com geração de empregos de qualidade.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2016 – Complementar, com as emendas de redação que se apresentam.

É o relatório, Srª. Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A matéria está em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Peço vista.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Ferraço pediu vista. Vista coletiva.

Concedida.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Esse é um projeto importantíssimo, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É tão importante que estou pedindo vista para que possamos fazer um debate muito adequado aqui na Comissão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Você sabe que o Brasil...

Um minutinho aqui, rapidamente.

Você sabe que o Brasil cobra hoje a maior taxa de juros do mundo. E o compromisso do Banco Central aqui é apenas com a estabilidade monetária. Quando vamos discutir o FED, banco central norte-americano, é estabilidade monetária e crescimento econômico. São os dois olhares.

Estou convencido de que esse é um aperfeiçoamento ao funcionamento do Banco Central. Pedimos vista coletiva e espero que, na próxima semana, façamos um bom debate sobre esse tema, que é importantíssimo para o País. Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, apenas para reafirmar a importância e relevância do projeto.

Cumprimento a Senadora Gleisi, mas, considerando que estamos tomando conhecimento nesta data do relatório, acho que a vista coletiva permite que possamos fazer um mergulho neste tema, muito relevante. Na próxima terça-feira, aí sim, podemos e devemos fazer o debate em relação a esse tema.

Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

Devolvo a Presidência à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obriga-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

da, Senadora (...)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Regina.

ITEM 3
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 588, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para tributar os lucros e dividendos recebidos de pessoas jurídicas.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 616, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda sobre os lucros ou dividendos distribuídos a beneficiário pessoa física nos casos em que especifica.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 639, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica.

Autoria: Senador Otto Alencar.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 588, de 2015, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos PLS nºs 616, de 2015, e 639, de 2015.

Com a palavra o Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Srª Presidente, colegas Senadores e Senadoras, esta é uma iniciativa do Senador Otto Alencar, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Lindbergh Farias.

Eu vou entrar direto, tendo em vista que se trata apenas da leitura do relatório, na análise dessa proposta, que visa fazer uma modificação no art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995.

De acordo com o mencionado dispositivo legal, os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas, passaram a não estar sujeitos ao Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) e a não integrar a base de cálculo do IR do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

Antes desse período, havia tributação de lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas, ainda que não semelhante ao imposto cobrado em razão da renda auferida pelo trabalho.

Eu queria fazer aqui um breve resumo do que significa essa iniciativa. Primeiro, hoje, apenas dois países do mundo fazem tributação igual à que nós temos desde janeiro de 1992 – só dois –, o Brasil e a Estônia. E, por si só, isso já chama a atenção. Não é possível que o Brasil siga, do ponto de vista tributário, sendo o único que tem juros no nível que temos, o único que tem juros de cartão de crédito e de operações bancárias no padrão e no nível que temos, e, nesse caso, eu me refiro a uma isenção que só é praticada pelo Brasil e pela Estônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Diante do severo ajuste fiscal do atual Governo, os projetos em análise fazem justiça tributária e justiça social, dividindo a conta do ajuste com os que ganham mais.

O que nós fizemos em 1995? Deixamos de cobrar de quem ganhava mais e passamos a cobrar de quem ganhava menos. Temos aqui a oportunidade de fazermos essa correção.

Além disso, meu parecer, comprometido com a justiça social, segundo a qual quem pode menos contribui com menos, protege os titulares ou sócios de microempresas ou empresa de pequeno porte que esteja incluída no Supersimples. Então, nós estamos excluindo toda e qualquer empresa que esteja incluída no Supersimples dessa alteração, ou seja, empresas que tenham renda bruta anual de até R$4,8 milhões.

Volto a dizer: apenas o Brasil e a Estônia dão isenção total sobre lucros e dividendos. Essa isenção injusta precisa acabar. Em todos os 34 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – vejam bem que os 34 países são desenvolvidos –, há dupla tributação de lucros e dividendos, ou seja, incide Imposto de Renda tanto no lucro da pessoa jurídica quanto na posterior distribuição de lucros e de dividendos.

A perspectiva fiscal também passa a ser uma alternativa no momento em que o Brasil precisa levar adiante o seu ajuste.

Estudos apontam que o fim da isenção de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos, nos moldes aqui apresentados, pode resultar em uma arrecadação adicional de R$59 bilhões para os cofres públicos. Quarenta e nove por cento dessa arrecadação adicional de Imposto de Renda seriam entregues para o Fundo de Participação dos Estados, para o Fundo de Participação de Municípios e para programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conforme já determina o art. 159 da Constituição. Logo, o fim da isenção de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos reforçará o caixa da União, dos Estados e dos Municípios na atual conjuntura de queda de arrecadação.

Eu queria também fazer uma rápida referência, por fim: obviamente, debateremos sobre o tamanho da carga tributária brasileira. No Brasil, a alíquota nominal conjugada de Imposto de Renda de pessoa jurídica, considerando o adicional de 10%, é, em regra, de 34%. Assim, os lucros auferidos pela pessoa jurídica submetem-se a essa imposição tributária. Caso sejam levados em consideração os chamados juros sobre capital próprio, o percentual efetivo que ficaria com o Estado, em razão da incidência de tributos sobre lucros auferidos pela pessoa jurídica, seria ainda menor.

Nos termos do que aponta estudo divulgado pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, intitulado "Tributação de Lucros e Dividendos no Brasil: uma perspectiva comparada", a alíquota efetiva, no caso de dedução dos Juros sobre Capital Próprio, pode chegar a 30,2%, o que demonstra um percentual bem abaixo da expectativa e daquilo que se dissemina pelos meios de comunicação, ou seja, abaixo do percentual de tributação sobre lucros e dividendos no País.

Eu queria aqui fazer um paralelo com países da OCDE. Conforme estudos, a tributação nesses países é, em média, de 43,1%, de acordo com as alíquotas vigentes em 2015. A título de exemplo, cabe citar que a carga – a que se faz referência e que tem similaridade com objeto deste projeto – total sobre os lucros e dividendos no Chile é de 40%; no México, 42%; no Reino Unido, 45,14%; na Alemanha, 48,59%, na Irlanda, 57,13%; nos Estados Unidos, 57,6%; e, na França, 64,38%.

A proposta que apresentamos e que trazemos, fazendo justiça social e modificando essa alteração de 1995, estabelece um teto de 34%. Faço essa justificativa porque acho que esse é um ponto mais sensível.

Nós estaríamos, então, propondo um aumento da carga tributária? Ora o que nós estamos propondo, e o meu relatório colabora nesse sentido com os projetos dos Senadores Otto Alencar, Marcelo Crivella e Lindbergh Farias, é corrigir uma distorção, fazer com que voltemos a ter a tributação de pessoa física e jurídica. E, mesmo com a volta, nós teríamos aí uma tributação em torno de 34%, que, volto a repetir, está bem abaixo daquilo que o Chile pratica nesse caso específico, com 42%; o México, com 42%; o Reino Unido, com 45%; a Alemanha, com 48%; a Irlanda, com 57%; os Estados Unidos, com 57%; e a França, com 64%.

Então, Srª Presidente, este é o relatório que apresento. Do ponto de vista do que estabelecem as normas do Senado Federal, ele atende todas elas. O meu relatório, portanto, é favorável à proposição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço vista, Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Senador Jorge Viana.

Está em discussão a matéria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vista coletiva.

Agora, eu queria...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vista coletiva.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Srª Presidente, apenas para justificar, rapidamente, por economia processual.

O relatório do Senador Jorge Viana foi entregue ontem às 21 horas, e o Senador Jorge Viana está relatando a convergência de três projetos, um apresentado pelo Senador Lindbergh, outro apresentado pelo Senador Marcelo Crivella e outro pelo Senador Otto Alencar. Não tivemos tempo, em que pese a consistência do relatório, de fazer uma leitura detida desse projeto. Ele foi distribuído ontem às 21 horas. Portanto, Srª Presidente, com base nisso, eu peço vista para que possamos aprofundar um pouco os estudos sobre esse projeto, para que nós possamos, numa outra sessão, fazer o debate e o encaminhamento da deliberação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É um direito de V. Exª pedir vista. Mas, só para retificar, o relatório está disponível na internet desde as 17 horas de ontem. É que nós soltamos uma pauta em que fizemos a correção às 21 horas, mas o relatório já estava disponível. Só para retificar. Mas V. Exª tem direito a pedir vista coletiva.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Senadora Gleisi...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu peço vista coletiva. Eu não quero me alongar num debate. Vamos ter oportunidade na próxima semana.

O Senador Jorge Viana fez um importante substitutivo, fez menção a uma reforma tributária regressiva que houve no final de 95.

Você sabe que aí, Senador Ricardo Ferraço, surgiu a jabuticaba dos juros sobre capital próprio, que só existe no Brasil, e existiu uma taxação de 15% sobre lucros e dividendos que caiu para zero. Houve também, no final de 95, a redução do número de faixas da tabela do Imposto de Renda e a diminuição do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica, que passou a 15%. Foi um pacote que houve ali.

Sobre lucros e dividendos, só dois países do mundo, como bem relatou o Senador Jorge Viana, não cobram lucros e dividendos. O que acontece no Brasil é uma grande distorção. Um funcionário público aqui, do Senado, que ganha R$6 mil paga 27,5%. Um grande empresário, que recebe a título de distribuição de lucros e dividendos, paga zero sobre R$300 mil por mês! Só aqui no Brasil e na Estônia.

E olha que o Senador Jorge Viana... eu não estou falando... porque ele citou alguns países comunistas, França, 48%; Alemanha, 60%. Nós não estamos falando desses países comunistas. Ele está falando de 15% em uma tabela progressista que chega no máximo a 27,5%.

Eu acho que este debate é extremamente válido no momento em que a gente discute a PEC 55, que é um arrocho em cima de servidores públicos, dos mais pobres, que precisam de saúde pública e educação pública, de aposentados que ganham o salário mínimo. Ou seja, é um ajuste em cima dos mais pobres, quando você podia aqui colocar os mais ricos, os supermilionários do País.

Eu encerro, Senadora Gleisi, para não tomar muito tempo.

O problema da regressividade do nosso sistema tributário não é nem a classe média alta, não são os 10% mais ricos. O problema começa a chegar, Senador Ferraço, quando a gente fala no um centésimo da população, aprofundando-se no um milésimo, que são 71 mil milionários que detêm uma parcela importante da renda do País e que contribuem muito abaixo da população, dos trabalhadores, da classe média.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, são essas distorções que a gente pode corrigir com a aprovação de um substitutivo tão bem-feito pelo Senador Jorge Viana.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigado, Senador Lindbergh. Nós faremos a discussão na próxima terça-feira.

Pois não, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Bom, eu não sou componente da Comissão de Assuntos Econômicos...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas é muito bem-vindo aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Muito obrigado, Senadora. Ouvi o debate e vi também o substitutivo do Senador Jorge Viana.

Eu apresentei, no ano passado, o PLS 639, de 2015, que altera a Lei nº 9.249, para dispor sobre a incidência de Imposto de Renda relativamente aos lucros e dividendos distribuídos pela pessoa jurídica. Eu apresentei esse projeto porque declaro Imposto de Renda como pessoa física desde que comecei a trabalhar como médico, em 1973, até hoje, e guardo todas as minhas declarações de Imposto de Renda em casa.

Então, posso pegar de 1973 até 2015, para mostrar toda a evolução patrimonial. E observei que muitos fogem da pessoa física para a pessoa jurídica para não pagar os impostos. Isso é uma realidade no Brasil. O Senador Jorge Viana dizia que só o Brasil e a Estônia, se não me engano, têm essa isenção. Então, eu concordo plenamente. Acho que haveria uma arrecadação maior, em torno de mais de R$50 bilhões, e se faria, de alguma forma, justiça àqueles que, tendo maior renda, tendo maior patrimônio e maior arrecadação, fugindo para pessoa jurídica, deixam de pagar imposto.

Então, este é o momento. Concordo plenamente com isto: que se possa fazer uma revisão para estabelecer que aqueles que têm maior arrecadação, que são mais ricos, possam pagar mais. Acho perfeitamente viável se discutir e se agregar até a PEC alguma alteração nesse sentido para que nós possamos fazer justiça na cobrança dos impostos no Brasil. Eu sou perfeitamente a favor, tanto que apresentei esse projeto e fico até muito agradecido ao Senador Jorge Viana por ter incluído no seu relatório esse projeto que eu apresentei em 2015.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Parabéns, Senador Otto. A gente gostaria de convidá-lo para participar da próxima reunião da CAE em que nós vamos fazer o debate da matéria.

Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Favorável ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2016 – Complementar, do Senador Ivo Cassol, que altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para limitar os juros de cartão de crédito.

Relatório.

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 407, de 2016 – Complementar, de autoria do Senador Ivo Cassol, que estabelece limite para as taxas de juros cobradas nos empréstimos concedidos na modalidade cartão de crédito.

O PLS acrescenta o art. 53-A à Lei nº 4.595, de 1964, conhecida como Lei do Sistema Financeiro Nacional e recepcionada pela Constituição de 1988 como lei complementar, para determinar o limite de duas vezes a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para o custo efetivo total de empréstimos concedidos na modalidade de cartão de crédito.

Na justificação do PLS, argumenta-se que o consumidor de serviços financeiros é extremamente vulnerável e desprotegido, sendo necessário impor limites às taxas de juros cobradas nas operações de empréstimos na modalidade do rotativo do cartão de crédito, que chegam a 400% ao ano, conforme dados divulgados pelo Banco Central.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O número é um pouco maior, algo em torno de 480%.

O PLS foi distribuído a esta Comissão, onde tive a honra de ser designado relator.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise.

Compete à CAE, nos termos do art. 99, inciso I e III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, bem como sobre política de crédito. Como a matéria não irá a outra Comissão antes de ser votada em Plenário, opinaremos, também, acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais do projeto em análise.

Do ponto de vista formal, não há óbices constitucionais ao projeto em análise, pois, nos termos do inciso VII do art. 22 da Constituição Federal, compete à União legislar sobre política de crédito. O assunto também não figura entre as competências privativas do Presidente da República, previstas nos arts. 61 e 84 da Carta Magna.

O PLS nº 407, de 2016, tampouco apresenta óbice no tocante à juridicidade, sendo compatível com o ordenamento legal vigente. Em relação à técnica legislativa, também atende às normas de redação e alteração das leis previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A matéria não tem implicação direta sobre o sistema tributário e orçamentário, pois não impõe renúncia de receita nem aumento de despesa fiscal ou expansão da dívida pública.

A proposição trata de um grave problema econômico brasileiro: as elevadas taxas de juros cobradas de consumidores e empresas, principalmente nos empréstimos, como o rotativo do cartão de crédito, sem garantias reais ou consignação em folha de pagamento.

Segundo dados do Banco Central relativos às operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), a taxa média de juros para consumidores e empresas subiu de 23,7% ao ano, em dezembro de 2014, para 33% ao ano, em setembro de 2016, enquanto o *spread* bancário, a diferença entre a taxa cobrada pelos bancos nas operações de crédito e seu custo de captação, subiu de 14,9 pontos percentuais para 23,4 pontos percentuais.

Já no caso do rotativo do cartão de crédito para pessoas físicas, a taxa média de juros é muito mais alta, chegando a 480%, em setembro de 2016. Isso faz com que uma dívida de R$1 mil, de, por exemplo, um trabalhador que compre no cartão de crédito e venha a perder seu emprego posteriormente, chegue ao montante de R$6,6 milhões em cinco anos.

Taxas de juros tão elevadas – quero chamar a atenção para este ponto – refletem a baixa concorrência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

no mercado de crédito brasileiro e justificam a intervenção estatal para proteger o tomador de empréstimos. Nesse sentido, o PLS nº 407, de 2016, propõe limitar a taxa de juros cobrada nos empréstimos na modalidade cartão de crédito a duas vezes a taxa do Certificado de Depósito Bancário (CDI), uma referência para o custo de captação dos bancos e que tende a se manter próxima à taxa Selic, controlada pelo Banco Central e que está, em novembro de 2016, em 14% ao ano. Assim, a taxa estaria limitada, atualmente, a 28% ao ano, o que ainda permitiria aos bancos emprestadores manter níveis de lucratividade atraentes.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2016.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Lindbergh.

A matéria está em discussão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Quero aqui cumprimentar a Srª Presidente, as Srªs e Srs. Senadores. Cumprimento nosso Senador Lindbergh Farias e o relatório, aprovando esse projeto.

Estive conversando com a nossa Presidente, Senadora Gleisi, que apresentou o projeto, posteriormente emendado por V. Exª e também pelo Senador Reguffe. Eu gostaria que pensássemos no meu projeto, uma vez que está sendo lido o relatório, porque, com certeza, a vontade de todos nós, Senadores, é darmos para a população de classe média – na verdade, a classe alta não atrasa o cartão de crédito, que é descontado automaticamente, já que sempre têm dinheiro no banco –, servidores, funcionários, enfim, essa oportunidade. Sessenta por cento dessa classe média brasileira está endividada.

Quero aproveitar aqui o Senador Lindbergh Farias, que foi o Relator, para dizer que entrei com esse projeto, agora neste mês, numa terça-feira. Na quarta-feira fiz um discurso, Srª Presidente, na tribuna do Senado, jogando duro sobre as empresas de cartão de crédito, pelos juros exorbitantes que cobram em nível nacional. Na quinta-feira, fiz uma viagem para Minas Gerais, para BH, fui assistir ao jogo do Brasil, e depois fui para Santa Catarina, em um evento de amigos da década de 70, 80, amigos que há 33 anos não se encontravam. Fui pego no meio do caminho com meus cartões de crédito todos cancelados. Meus cartões de crédito foram todos cancelados! Passei vergonha, passei vexame, em nível nacional.

Vejam como nós, Senadores, estamos sendo privados. Até para entrar com o projeto do cartão de crédito... Não tenho conta de cartão atrasada porque é descontada automaticamente na minha conta, nunca atrasei, não tenho débito, mas, ao mesmo tempo, na quinta-feira, foram suspensos meus cartões de crédito: Ourocard e Mastercard. Os dois cartões de crédito foram cancelados. Compramos nossas passagens aéreas com cartão, enfim, eu estava em BH e não pude embarcar, passei dificuldade. É vexatório, é uma vergonha.

Além dos bancos, além dos cartões de crédito estarem roubando o povo brasileiro, nós, Senadores convalidamos esse assalto. Estamos convalidando. Isso é um verdadeiro roubo. Se quisermos melhorar o consumo no Brasil, temos que dar o quê? Oportunidade de a classe média ter dinheiro no bolso para comprar uma geladeira, uma televisão, comprar qualquer utensílio doméstico, melhorar a alimentação dentro de casa ou comprar material escolar. Resultado: os juros exorbitantes, que são um assalto legalizado, infelizmente tiram de todas as pessoas do Brasil, de todos os nossos irmãos, nos quatro cantos do Brasil, o dinheiro de circulação do mercado. Fico triste.

Liguei para minha gerente do Banco do Brasil em Rolim de Moura, a gerente Ester, na quinta-feira. Nesse dia, quinta-feira, ela não me deu resposta, não sabia o que era; na sexta-feira, não sabia o que era; na segunda-feira, oito dias, ontem, ela me disse: "Ivo, não consigo entender. Suas contas estão todas certas, está tudo em dia, aqui não há um centavo de atraso nos cartões, mas foram suspensos. Estou tentando descobrir o que aconteceu no meio do caminho." Então, nós, aqui, eu, como Senador da República, não tenho o direito de entrar com um projeto para acabar com essa safadeza dos cartões de créditos nacionais.

Desculpem-me a expressão, mas isso é uma safadeza! Isso é um roubo outorgado e autorizado pelo Governo Federal e por nós, Senadores e Deputados Federais. É vergonhoso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, desse projeto aqui eu não abro mão. Querem me meter a taca? Metam a taca até quando puderem, mas eu não abro mão da prerrogativa de continuar defendendo o povo brasileiro nessa luta para diminuir esse roubo escancarado autorizado por meios legais, que são as nossas instituições.

Desculpem o desabafo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Parabenizo o Senador Ivo Cassol.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Vanessa Grazziotin; em seguida, com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Srª Presidente, eu gostaria imensamente de debater – e vou – muito essa matéria, Srs. Senadores, Senador Ivo Cassol, porque considero uma das mais meritórias nesta Casa. Todos nós – todos nós! – quase que diariamente subimos à tribuna do Senado Federal para fazer a denúncia de que vivemos num país onde querem limitar os gastos públicos em saúde, em educação, ciência e tecnologia, infraestrutura, e este é o mesmo país onde se praticam taxas de juros de mais de 470% ao ano. Não há parâmetro para esse absurdo em lugar algum do mundo! Então, eu acho que o Senador Ivo Cassol conseguiu externar, de forma efetiva, de forma prática, aquilo que nós pensamos.

Dizem que não podem ser limitados os juros, porque o mercado se autorregulamenta. Isso não é verdade! Isso é uma decisão política! Assim como se pode limitar gastos públicos – nós temos o mesmo entendimento do Senador Ivo Cassol –, podemos e devemos limitar os gastos financeiros. Isso é muito importante.

Quero cumprimentar o Senador Ivo Cassol pelo projeto de lei.

Mas, Senadora, eu pedi a palavra pela ordem para sugerir ao Senador Ivo Cassol que faça essa denúncia no Senado Federal e que nós possamos nos dirigir ao Presidente Renan Calheiros, e este, como Presidente do Senado Federal, do Congresso Nacional, tome uma medida urgente. Que S. Exª coloque o corpo de advogados do Senado, Senador Ivo Cassol, para investigar o que está acontecendo, o que aconteceu com V. Exª, porque isso é muito grave.

Se for o que V. Exª disse e se, depois de uma investigação, ficar claro que V. Exª está sendo retaliado por conta de um projeto de lei apresentado, isso é muito grave. Contra isso cabe processo no CADE. Isso é muito grave! Isso é um crime não só contra o consumidor, contra o cidadão, mas é um crime contra a soberania nacional; é um crime contra a nossa Constituição e contra o Parlamento brasileiro.

Então, a minha palavra agora vai nesse sentido: Senador, faça essa mesma observação no plenário e vamos juntos solicitar que o Senador Renan Calheiros encaminhe a investigação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa.

A Presidência da CAE vai encaminhar também o relato do Senador Ivo Cassol à Mesa do Senado.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Só para lembrar que nós conseguimos, depois de muita luta no plenário do Senado Federal, aprovar um projeto que acabava com a obrigatoriedade de comerciantes que trabalham com cartão de crédito não poderem dar descontos para quem pagar à vista, ainda porque o cartão tem uma série de despesas que carregam a compra que se faz. Foi uma disputa dura, mas nós aprovamos no Senado. Contudo, foi devidamente engavetado na Câmara Federal. Desapareceu o projeto!

E quero lembrar ao Cassol que, no Paraguai, por lei, os juros máximos anuais de cartão de crédito é de 20%. Nós estamos, hoje, com 483% de juros. É uma coisa absolutamente surreal, incrível.

Deve observar o Senador Cassol que não há uma nota num jornal, numa rádio, numa cadeia de televisão fazendo a crítica do roubo do cartão de crédito e do cheque especial. Eles estão mandando no País, como mandam no raio do Governo hoje, como mandam o Senado e o Congresso votarem a PEC 241/55, que corta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tudo, menos a possibilidade de pagar juros estabelecidos pela banca através do Copom e do Banco Central sobre a dívida pública brasileira. Nós estamos sendo governados pelo capital financeiro, pelos rentistas e pelos bancos.

De qualquer forma, Senador Cassol, o meu apoio o seu projeto terá, um apoio entusiasmado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito obrigada, Senador Roberto Requião.

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Quero só lembrar, antes de encerrar, o seguinte: a ideia da Senadora Vanessa está o.k.. Vou encaminhar. Isso aconteceu. Na quinta-feira desta semana, vai fazer 15 dias que se bloqueou.

Ao mesmo tempo, quero lembrar que faz 52 anos esse projeto, essa lei sobre o setor financeiro. O Requião está correto. Nós estamos perdendo para o Paraguai, gente! O que é isso? Enquanto lá são 20% ao ano, aqui são 480%.

Portanto, obrigado, colegas Senadores.

Vou encaminhar, como sugestão da Senadora Vanessa, para a Mesa Diretora do Senado Federal, a documentação toda, o fato que ocorreu com a minha pessoa, com o meu CPF e com os meus dois cartões de crédito, que estão bloqueados até hoje. Até este instante, estavam bloqueados. Se os abriram nessa noite, não estou sabendo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Cassol.

Declaro encerrada a discussão.

Infelizmente, não temos quórum. Por falta de um Senador na Comissão, não podemos votar a matéria, que fica pronta para a votação na próxima terça-feira.

Eu queria lamentar o posicionamento da Liderança do Governo, que não está deixando a sua Bancada vir à Comissão. Quero lamentar, inclusive, o fato de que os assessores do Governo estejam no corredor, pedindo para que os Senadores não deem presença.

Por conta disso, Senador Cassol, vamos deixar de votar um projeto que é fundamental para o povo brasileiro. Aliás, não é só o seu. Há mais dois projetos na pauta com esse mesmo objetivo. Fizemos a leitura de outros dois projetos importantes, o que trata do duplo mandato do Banco Central e também o que trata da tributação de lucros e dividendos.

Vamos deixar de votar aqui por falta de uma pessoa para dar quórum. Inclusive, pedimos a alguns Senadores para virem aqui, e eles informaram exatamente isto: que o Governo pediu para não dar quórum na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, eu queria só fazer uma ponderação. O Senador Humberto Costa está vindo, ele seria o décimo quarto. Acho que poderíamos começar a ler o próximo relatório. Se houvesse quórum, a gente voltaria para este ainda hoje.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós já temos quórum neste bloco, Senador. Infelizmente, não tenho condição de fazê-lo. Mesmo que o Senador Humberto chegue aqui, o quórum do bloco está completo. Entendeu?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ah, entendi!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O Bloco do Governo poderia ter interesse, inclusive, em cobrar menos juros, em fazer com que os cartões de crédito não cobrassem esses juros exorbitantes da população. Eu quero lamentar aqui, quero deixar uma crítica aqui, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Na nossa pauta, hoje, não há um projeto que aumente despesa para o Governo. Nenhum projeto, nenhum!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só trazem dinheiro.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aliás, há um que traz melhoria de arrecadação. E todos os outros projetos são para melhorar a situação da vida do povo brasileiro.

Quero lamentar novamente a ausência do Governo neste plenário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Gleisi...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, pela ordem, tem a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu gostaria de pedir a V. Exª que, se possível, fizéssemos uma inversão de pauta, para que eu pudesse ler o relatório do item 7 da pauta, que é uma matéria de sua autoria. Eu gostaria enormemente de ler o relatório, se não houvesse objeção.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Há outros antes aqui que são importantes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora, faço essa solicitação porque está sendo lançado um livro na Câmara dos Deputados e eu não tenho como faltar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, desculpe, Senadora Vanessa, o próximo é sobre juros também, bancários, é importantíssimo, e eu não quero abrir mão de ler estes próximos aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Só ler?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É, é só ler.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – O meu também, é só ler.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, é que há uma ordem aqui que é importante, porque essa questão dos juros...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Item 5 da pauta.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, pois não, Senadora Lídice.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu só solicitei. Se há discordância, por mim não há problema, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está bem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu lamento isso, mas não há problema.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está bem.

Senadora Lídice.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, depois da polêmica aqui estabelecida, eu gostaria de solicitar que fosse votado, extrapauta, um requerimento de nossa autoria.

"Altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para determinar que o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, em todos os tipos de contratação, seja o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)."

Estou solicitando uma audiência pública para tratar desse assunto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senadora Lídice, já está sobre a mesa o seu requerimento. Se tivermos quórum para deliberação, nós vamos apreciá-lo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Gleisi, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só queria, primeiro, cumprimentar os colegas Senadores que estão aqui – Ferraço, Requião, V. Exª e outros – por terem estabelecido uma pauta.

Nós tivemos muita dificuldade de trabalho neste semestre, aliás neste ano, muita dificuldade. O País vive uma crise econômica gravíssima, desemprego, perspectivas muito ruins para a economia e, dentro dessa expectativa, o ano também está acabando. Hoje, por exemplo, estou com dificuldade para trabalhar. Fui à Comissão de Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor, tão bem presidida pelo Senador Otto, mas lá não houve quórum, esvaziaram a Comissão. Venho para cá, e aqui também não há quórum.

No final do ano, sempre, desde que estou aqui, independentemente dos problemas, faz-se um esforço para apreciarmos matérias relevantes, matérias importantes para o Senado, mas especialmente para o Estado brasileiro, para o País e para a sociedade brasileira.

Vi essa última matéria – sou Relator de outro projeto importante também, já fui até elogiado pelos colegas todos, do Ferraço ao Senador Otto, ao Senador Lindbergh –, mas essa questão do absurdo que se cobra de juros no cartão de crédito é algo... O Senador Requião e outros já denunciaram isso inúmeras vezes. Não é possível que esse não seja um tema que nos una a todos – sinceramente, não é possível!

Vi hoje a medida que o Banco do Brasil adota. Quer dizer, os bancos, quando estão contabilizando R$8 bilhões de lucros, como o Banco do Brasil estava contabilizando... Aí não pode ter R$2 bilhões de lucro, tem que sacrificar, demitir e fechar agências. Está fechando agências no meu Estado – podem observar bem –, no Nordeste brasileiro está fechando um número exorbitante de agências, e certamente vão aumentar cobranças inventando taxas, inventando serviços adicionais para manter os altíssimos, elevados, inaceitáveis lucros.

A Comissão de Assuntos Econômicos é o espaço adequado para tratarmos disso.

Então, eu só queria aqui me somar e ouvir também o desabafo de V. Exª. Mas acho que não há momento mais oportuno, não há ambiente que mais necessite de uma manifestação do Senado neste sentido de fazer justiça em relação a esses inaceitáveis juros de cartão de crédito. Não há no mundo país que aceite a cobrança de juros que o Brasil aceita nos cartões de crédito, nas operações bancárias. E eu acho que nós é que podemos fazer algo.

Eu queria só deixar esse registro, cumprimentando V. Exª por ter estabelecido uma pauta de interesse do Brasil, do Governo e, especialmente, da sociedade brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Jorge Viana.

Item 5 da pauta:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1.964, a fim de limitar as taxas de juros cobradas por bancos e instituições financeiras, inclusive administradoras de cartões de crédito, nas operações e serviços bancários ou financeiros prestados às pessoas físicas e jurídicas no Brasil.

Autoria: Senador Reguffe

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

Com a palavra o Relator, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Gleisi, é outro projeto que trata da questão de juros. Eu aqui quero fazer também o meu protesto. Nós estamos falando de juros de cartão de crédito de 480%. Onde é que existe isso no mundo? Não é razoável, nós temos uma concentração gigantesca, não há competição no mercado.

Quero reforçar o protesto de V. Exª. E, infelizmente, vou falar aqui a verdade: começou o *lobby* dos bancos para impedir que fosse votado isto aqui no dia de hoje, não tenho dúvida de afirmar isto aqui. Porque a senhora pautou três ou quatro projetos que tratam desse tema.

Então, é preciso mobilização popular para que isso seja votado. E é uma vergonha que o Governo, o PSDB e o DEM baixem a cabeça e não venham discutir um assunto que é fundamental para o povo brasileiro. No momento de uma crise como esta, expliquem-me a razão de 480%, quando a taxa Selic que o banco toma é 14%. Não dá para explicar.

Eu quero aqui reforçar a denúncia feita por V. Exª e dizer claramente que não está sendo votado porque há mobilização dos bancos hoje aqui para que os Senadores não votem essas propostas.

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2016 (complementar), do Senador José Antônio Reguffe, que altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Relatório.

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2016, de autoria do Senador José Antônio Reguffe, que regulamenta limites para as taxas de juros cobradas por bancos e instituições financeiras, inclusive administradoras de cartões de crédito, nas operações e serviços bancários ou financeiros prestados às pessoas físicas e jurídicas.

O PLS altera o art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que passa a vigorar acrescido do §8º, assim redigido:

"§8º - O Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil deve limitar, trimestralmente, as taxas de juros, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive por administradoras de cartões de créditos, às pessoas físicas e jurídicas no Brasil."

Na justificação do PLS, o Senador argumenta que as pessoas físicas e jurídicas no Brasil estão sujeitas a taxas de juros em patamares muito superiores aos do resto do mundo, sendo conhecido que diversos países possuem legislação específica que fixa limite de juros que podem ser cobrados dos cidadãos.

O projeto foi distribuído para esta Comissão, e fui designado Relator.

Vou direto ao voto, Srª Presidente,

Em face do exposto, manifestamo-nos pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2016, com as seguintes emendas:

Emenda nº 1 - CAE:

Dê-se ao *caput* do art. 8º do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2016, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

> O Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil deve avaliar trimestralmente o cumprimento da limitação das taxas de juros, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive por administradores de cartões de crédito às pessoas físicas e jurídicas do Brasil.

Emenda nº 2 - CAE:

Inclua-se o art. 9º no Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2016, renumerando-se os demais.

> Art. 9º Nas operações de crédito com garantia real ou descontos certos de valores a serem recebidos pelo devedor, as taxas de juros ficam limitadas a, no máximo, duas vezes a taxa Selic anualizada vigente no dia da assinatura do contrato. Nas demais operações, as taxas de juros ficam limitadas a, no máximo, quatro vezes a taxa Selic anualizada vigente no dia da assinatura do contrato.

É esse o meu parecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço vista, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vista coletiva.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Srª Presidente, sem entrar no mérito da questão, o fato objetivo é um só: juro no Brasil é imoral; juro no Brasil é indecente. Nós precisamos debater este projeto, mas estamos tomando conhecimento do relatório do Senador Lindbergh neste momento. Sequer este relatório foi distribuído ontem, e ele introduziu mudanças na proposta original do Senador Reguffe.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É muito justo o pedido de vista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Isso mexe com a macroeconomia do nosso País, e, portanto, peço vista para que possamos aprofundar o debate em relação a este tema.

Contudo, na preliminar, deixo clara uma coisa: juro no Brasil é imoral, mas juro não é causa, é consequência de uma série de razões e de fatores. Esse debate vamos fazer aqui na hora adequada, na próxima semana...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Na próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... ou quando este projeto vier para deliberação.

Inclusive, nós vamos debater o porquê de essas iniciativas não terem sido adotadas ao longo dos últimos 13 anos em que o Partido do Senador Lindbergh governou este País.

Seria muito oportuno que nós tivéssemos feito isso anteriormente porque já teríamos produzido uma redução da taxa de juros – quem sabe? – na espada. Não o fizemos. Esse debate...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Esse pedido de vista coletiva, Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, vista coletiva...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vista coletiva, mas eu quero falar uma coisa.

Senador Ferraço,...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Só para concluir. Eu vou ouvir V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu ouço com prazer V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Ferraço, quando houve o governo do seu Partido e do Fernando Henrique Cardoso, a taxa Selic era de 43%.

Se há uma coisa que vocês não podem tirar de mérito da Presidenta Dilma é o esforço que ela fez para baixar taxa de juros neste País. Chegou a 2% de taxa de juros reais. Fez uma briga com o sistema financeiro em cima dos *spreads*, mandando os bancos públicos baixarem taxa de juros. Agora, aqui, nós estamos querendo fazer mudanças estruturais, porque não é uma briga só de uma Presidente daquele momento. Essas mudanças estruturais podem ser fundamentais. É um escândalo! Ninguém...

V. Exª disse o seguinte, que taxa de juros de 480% não é causa, é consequência. É consequência, sim, um sistema bancário extremamente concentrado, sem competição. Como se explica para um brasileiro isso? São 480%, com Taxa Selic a 14%...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós vamos fazer o debate dessa matéria na próxima semana.

Não, eu gostaria, Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu dei um aparte ao Senador Lindbergh e vou só concluir.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ele está pedindo vista.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Tem vista coletiva. Nós temos projetos, aqui, para relatar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senadora Gleisi,...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria de pedir ao Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu vou encerrar. Um minuto. É porque dei um aparte ao Senador Lindberg e não estou divergindo de nada que V. Exª disse. A minha divergência e a minha questão é porque V. Exª não tratou desse assunto durante os oito anos, ou sete anos que nós estamos aqui como Senadores. Basicamente isso. Mas na próxima quarta-feira, esse é um bom debate que faremos aqui.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Bom debate.

Terça-feira, tenho certeza de que o Governo dará quórum, aqui, para nós fazermos o debate e votarmos.

Item 6:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 413, de 2016
- Não terminativo -

Regulamenta a cobrança das taxas de juros nas operações de crédito a pessoas físicas e pessoas jurídicas.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Favorável ao projeto com quatro emendas que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, eu vou ser bem rápido e lerei aqui o começo explicando qual o projeto de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vem à Comissão de Assuntos Econômicos, para exame, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 413, de 2016 - Complementar, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que regulamenta a cobrança das taxas de juros nas operações de crédito a pessoas físicas e pessoas jurídicas.

O PLS possui cinco artigos.

O artigo 1º determina que as taxas de juros cobradas nas operações de crédito a pessoas físicas e jurídicas sejam regulamentadas e limitadas nas condições que especifica. Nos termos do parágrafo único, os limites determinados nesta Lei Complementar referem-se às taxas de juros efetivas e incluem todos os custos impostos ao tomador do crédito, exceto custos tributários diretamente incidentes sobre a operação de crédito.

O artigo 2º obriga as instituições ofertantes de crédito a divulgar as taxas de juros cobradas em cada linha de crédito decompostas nos seguintes itens: taxa média de captação; custos administrativos; inadimplência; compulsório, subsídio cruzado, encargos fiscais e Fundo Garantidor de Crédito; impostos diretos; e margem líquida, erros e omissões. Tais disposições serão regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional.

O artigo 3º fixa dois tipos de limites para as taxas de juros. Nas operações de crédito com garantia real ou descontos certos de valores a serem recebidos pelo devedor, as taxas de juros ficam limitadas a duas vezes a taxa Selic. Nas demais operações, as taxas de juros ficam limitadas a, no máximo, quatro vezes a taxa Selic. Tais limites serão regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

O artigo 4º ainda fixa um limite adicional. As taxas de juros cobradas por cada instituição ofertante de crédito, em cada um dos dois tipos de operações de créditos previstas no artigo terceiro, não poderão ultrapassar em 1/3 as taxas de juros médias praticadas por todas as instituições financeiras no trimestre anterior. O Conselho Monetário Nacional definirá trimestralmente as taxas máximas de juros a vigorarem para o terceiro trimestre.

O artigo 5º é a cláusula de vigência. Caso aprovada, a lei complementar entrará em vigor no prazo de 90 dias após sua publicação.

Vou direto ao voto.

Em face do exposto, manifestamo-nos pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 413, de 2016 - Complementar, com as seguintes emendas:

Emenda nº 1 - CAE:

Dê-se ao *caput* do artigo 1º do Projeto de Lei do Senado nº 413, de 2016 – Complementar, a seguinte redação:

> Art. 1º Nos termos do art. 192 da Constituição Federal, as taxas de juros cobradas nas operações de crédito a pessoas físicas e jurídicas por parte de instituições financeiras serão regulamentadas e limitadas pelas condições especificadas nesta Lei Complementar.

Emenda nº 2 - CAE:

Dê-se ao artigo 2º do Projeto de Lei do Senado nº 413, de 2016 – Complementar, a seguinte redação:

> Art. 2º As instituições ofertantes de crédito deverão divulgar obrigatoriamente as taxas de juros cobradas em cada linha de crédito, decompostas nos seguintes itens:
>
> I – taxa média de captação;
>
> II – custos administrativos;
>
> III – provisão para inadimplência;
>
> IV – demais despesas;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

V – encargos fiscais; e

VI – margem líquida.

Emenda nº 3 - CAE:

Dê-se ao artigo 3º do Projeto de Lei do Senado nº 413, de 2016 – Complementar, a seguinte redação:

Art. 3º Nas operações de crédito com garantia real ou descontos certos de valores a serem recebidos pelo devedor, as taxas de juros ficam limitadas a, no máximo, 2 (duas vezes) a taxa Selic anualizada vigente no dia da assinatura do contrato. Nas demais operações, as taxas de juros ficam limitadas a, no máximo, 4 (quatro vezes) a taxa Selic anualizada vigente no dia da assinatura do contrato.

Emenda nº 4 - CAE:

Suprima-se o artigo 4º do Projeto de Lei do Senado nº 413, renumerando-se o artigo 5º.

Esse é o meu parecer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh.

A matéria está em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço vista.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, vista...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Concedida vista coletiva. O projeto entra em discussão na próxima terça-feira.

Item nº 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, de 2016
- Terminativo -

Altera o art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para extinguir gradualmente a faculdade de a pessoa jurídica tributada com base no lucro real deduzir os juros sobre o capital próprio na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda nº 1-T.

Observações:

1. Em 2/3/2016, foi apresentada a emenda nº 1-T, de autoria do senador Lasier Martins.

Com a palavra a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Srª Presidente, V. Exª já localizou qual é o objetivo e o conteúdo do projeto. Portanto, eu inicio dizendo que a alteração proposta por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

V. Exª, que é a autora do referido projeto de lei...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... acrescenta apenas à Lei nº 9.249, de 1995, dois parágrafos. O primeiro parágrafo é para reduzir o limite de que o trata o *caput* do artigo para 50% da variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo, em 2017; e a redução para 25%, fazendo com que não haja mais nenhum benefício fiscal a partir do ano de 2019.

É muito importante, Srª Presidente, destacar o seguinte: nós estamos aqui estabelecendo cobrança de tributos. Por exemplo, vários projetos, que estão sendo apresentados e debatidos nesse momento, visam à cobrança de tributos a partir, por exemplo, da distribuição de lucros e dividendos. Isso não se cobra no País. Além disso, há um outro grande problema na legislação tributária brasileira: onde está prevista a incidência de tributação, sobretudo sobre o Imposto de Renda, ainda existe a possibilidade de que haja benefício tributário. E V. Exª apresenta um projeto terminando com essa possibilidade. Ou seja, quando a lei prevê, em raros e poucos casos, a possibilidade de recolhimento de tributo, ainda existe a possibilidade por empresas jurídicas de fazer abatimento, ou seja, a elas são concedidos benefícios fiscais.

No meu entendimento, poderíamos acabar isso imediatamente, mas V. Exª propõe gradativamente: que esse benefício, a partir do ano que vem, de 2017, seja de apenas 50%; no ano de 2018, 25%; e extinto a partir de 2019. É um projeto de lei extremamente meritório. V. Exª apresenta uma justificativa sólida, e o principal argumento utilizado é exatamente a necessidade de que todos os segmentos da sociedade participem e deem a sua cota de sacrifício de forma equilibrada e proporcional, em relação ao esforço fiscal que fazemos na atualidade.

Portanto, quando dizem que os críticos à PEC 55 não apresentam alternativa, ou quando dizem que a PEC 55 é a única saída para retirar o País da crise, nós dizemos em seguida: não é verdade! Estão falando uma grande mentira. Primeiro, porque estamos apresentando alternativas, que não são só alternativas expostas em discursos, mas são alternativas expostas aqui em projetos de lei. E, segundo, essa PEC 55 não é uma PEC que visa ao enfrentamento da crise, porque a crise não tem a previsibilidade de durar 20 anos. Quando o Brasil sair desse ciclo de recessão e voltar a conhecer o desenvolvimento, o que vai acontecer? Não pode o Estado brasileiro gastar mais com saúde, com educação – não pode –, com a habitação, com programas sociais, porque haverá um limite constitucional. Limite esse que, diga-se de passagem, nada para os gastos financeiros.

Eu quero cumprimentá-la e dizer que considero esse projeto da mais extrema importância. V. Exª apresenta o fim da possibilidade da dedução sobre os juros de capital próprio, porque isso é, sim, descrito como uma despesa fictícia, além de ser um privilégio fiscal que desconsidera que o titular, o sócio ou o acionista já são remunerados pela apropriação dos lucros e dividendos da atividade empresarial.

No prazo regimental, o Senador Lasier Martins apresentou uma emenda. A emenda apresentada pelo Senador apenas amplia a progressividade até a extinção: inicia com 80%, 60% e 50% da variação, e alonga o termo final para extinção do benefício, o que só se daria, segundo a emenda do Senador Lasier, a partir do ano de 2022.

Engraçado, a PEC é para agora, mas para tirar esse que é um benefício – aliás, uma manobra tributária utilizada pelas empresas para deixar de recolher tributos –, o Senador, através de sua emenda, disse que só tem que começar a partir do ano de 2022. E justifica com o seguinte: se isso acontecer imediatamente, não vai mais haver atratividade para as empresas e os recursos todos estariam sendo dirigidos para o mercado de capitais.

Quero dizer também, Presidente, que se hoje a maior parte dos recursos que chegam ao Brasil se dirigem ao mercado de capitais, é porque o Brasil ainda insiste em manter as mais elevadas, portanto, atrativas taxas de juros. Então, para não diminuir a competitividade da empresa, não é atrasando a retirada desse benefício injusto, e, sim, diminuindo a taxa de juros que se pratica em nosso País.

Em relação à análise, o projeto tem legitimidade para ser apresentado, está dentro da análise da juridicidade e da técnica legislativa.

No mérito, conforme já falamos, entendemos que é preciso que se saiba que os juros sobre capital próprio são uma forma de distribuir lucros com significativa repercussão tributária. Isso porque a sua distribuição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

possibilita a dedução do valor repassado ao acionista da base de cálculo do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), uma vez que é considerada despesa financeira dedutível para a empresa que a paga, desde que optante pelo regime de tributação do lucro real. Sem dúvida nenhuma, é um planejamento tributário induzido pela própria legislação tributária. Na prática, os juros sobre capital próprio poderão representar uma economia tributária – veja, economia tributária para as empresas – de até 19% de seu valor, caso a empresa esteja sujeita ao adicional de Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica.

O relatório segue. Mostramos aqui que isso é muito vantajoso para as empresas, porque elas podem substituir parte do pró-labore, o que, na prática, fazem, porque no pró-labore se desconta Imposto de Renda na base de 27,5%, a maior taxa. Já na distribuição dos juros sobre o capital líquido, não há essa incidência e ainda há possibilidade de uma isenção, de uma compensação.

Portanto, o projeto é meritório.

Na análise, apresentamos o voto favorável ao projeto de lei de V. Exª e pela rejeição da Emenda nº 1-T.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço vista, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senadora Vanessa.

Vou conceder vista ao Senador...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vista coletiva.

E quero dizer ao Senador Ricardo Ferraço que, quando ele for estudar esse projeto de juros sobre capital próprio, ele vai entender que só existe no Brasil, é uma jabuticaba, uma invenção para privilegiar os bancos e as grandes empresas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu só lamento que o Governo de V. Exª não tenha tido...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª está de novo mal informado...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu lamento...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está, de novo, mal informado...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não olhe para o retrovisor, Senador, não olhe para o retrovisor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Espere aí, Vanessa. V. Exª está de novo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Tem de olhar para a frente.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vamos falar um de cada vez, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É assegurada a palavra ao Senador Lindbergh Farias, depois, ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, Senadora Vanessa, eu quero olhar para trás, porque o Governo da Presidenta Dilma mandou uma medida provisória sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

juros de capital próprio que não...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu fui Relatora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... foi aprovada por este Congresso...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Caiu a validade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... pelo Partido de que V. Exª faz parte, que não aceitou, e não foi aprovada. Mas a Presidenta Dilma mandou...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – No início do ano, Senador Ferraço.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... acabando com juros sobre capitais próprios.

Então, V. Exª vai ter oportunidade, no momento de estudar e vir debater aqui, de entender o absurdo que são esses juros sobre capital próprio.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem. A matéria vai ser debatida na próxima terça-feira.

Quero apenas informar que, de fato, a Presidenta mandou uma medida provisória, eu fui Relatora, a medida provisória caiu, foi enviada outra medida provisória, inclusive mais leve, que fazia uma redução no tempo, e também não foi aprovada. Essa é uma matéria que a Casa já discutiu umas três vezes. É uma matéria interessante. Não sei se V. Exª sabe, mas os juros sobre o capital próprio foram instituídos para fazer a compensação da inflação quando houve o Plano Real. Como foi retirada a inflação pela paridade do real, quem aplicava no *overnight*, quem ganhava muito dinheiro no mercado financeiro gritou. Aí colocaram os juros sobre capital próprio para fazer essa compensação. Então, nós já reestabilizamos a economia, já continuamos, e isso continua drenando recursos do Governo. Por isso que eu acho que é uma matéria importante, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu não estou discutindo o mérito. Eu estou apenas questionando a razão de por que o partido de V. Exªs governou o País durante 13 anos, contou com uma base tão ampla neste Congresso, como nunca antes na história parlamentar brasileira, e não conseguiu fazer essas reformas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nós já explicamos.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É, infelizmente, nem sempre a base corresponde a todas as matérias com votação como o Governo quer. Até porque é difusa e não tem a mesma linha ideológica. Há coisas que a base apoia e há coisas que a base não apoia. Nessas matérias de regulamentação do sistema financeiro, infelizmente, a nossa Base aliada não apoiou quase nenhum projeto.

Item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, de 2016
- Não terminativo -

Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta e contrário às emendas nºs

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

1 a 4.

Observações:

1. Em 12/9/2016, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do senador José Aníbal;

2. Em 17/11/2016, foram apresentadas as emendas nºs 2 e 3, de autoria do senador Dalirio Beber;

3. Em 21/11/2016, foi apresentada a emenda nº 4, de autoria do senador Lasier Martins.

O Senador Armando Monteiro havia solicitado que a matéria entrasse em pauta, fez o relatório, mas infelizmente teve um problema familiar, um primo-irmão dele entrou em coma. Ele me ligou ontem dizendo que não poderia estar presente. Então, vamos deixar esta matéria para ter o seu relatório lido na próxima terça-feira.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu gostaria de solicitar a V. Exª uma inversão de pauta no sentido de que nós pudéssemos votar o nosso requerimento extrapauta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós não podemos votar, Senadora Lídice, porque não há quórum para deliberar. Precisaríamos de 14 Senadores. Nós vamos ler o seu requerimento e ele vai ser deliberado na próxima reunião. Está bem?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Item 9 da pauta.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, de 2016
- Não terminativo -

Altera os arts. 580 e 585 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical devida pelos agentes ou trabalhadores autônomos, pelos profissionais liberais e pelas pessoas jurídicas ou equiparadas.

Autoria: Deputado Laercio Oliveira

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Não apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

O Relator, Senador Valdir Raupp, não está presente. A matéria fica para a próxima reunião.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 367, de 2015
- Não terminativo -

Altera o Decreto Legislativo nº 276, de 2014, que fixa o subsídio para os membros do Congresso Nacional, revoga os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013; e dá outras providências, para reduzir em 10% (dez por cento) o subsídio dos membros do Congresso Nacional, até 31 de agosto de 2016, ou enquanto vigorar política que vede ou impeça a concessão de reajuste remuneratório aos servidores públicos da União.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Temos uma comissão para ir agora também, acho que podemos saltar.

O Decreto legislativo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Esse relatório foi apresentado ontem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Retificando, foi hoje de manhã.

Já está sendo providenciado o relatório para que o Senador Ricardo Ferraço acompanhe a leitura.

Pode acompanhar a leitura agora, Senador Ricardo Ferraço.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 367, de 2015, da Senadora Gleisi Hoffmann, que altera o Decreto Legislativo nº 276, de 2014, que fixa o subsídio para os membros do Congresso Nacional, revoga os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013; e dá outras providências, para reduzir em 10% (dez por cento) o subsídio dos membros do Congresso Nacional, até 31 de agosto de 2016, ou enquanto vigorar política que vede ou impeça a concessão de reajuste remuneratório aos servidores públicos da União.

Relatório:

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) nº 367, de 2015, de autoria das Senadoras Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin, juntamente com os Senadores José Pimentel e Randolfe Rodrigues, que visa reduzir o subsídio dos membros do Congresso Nacional. O PDS é composto de dois artigos. O art. 1º insere o art. 4º-A ao Decreto Legislativo nº 276, de 2014, com o objetivo de reduzir em 10% o subsídio dos membros do Congresso Nacional até 31 de agosto de 2016. O art. 1º também insere um parágrafo único ao art. 4º-A, que prorroga automaticamente o prazo da redução salarial estabelecido no caput enquanto vigorar política que impeça a concessão de reajuste remuneratório aos servidores públicos da União. O art. 2º trata da cláusula de vigência, estabelecendo que o decreto legislativo resultante entre em vigor na data de sua publicação. O projeto foi designado à CAE e não recebeu emendas.

Do ponto de vista formal, o PDS nº 367, de 2015, se estriba no art. 49, VII, da Constituição Federal (CF), que atribui ao Congresso Nacional competência privativa para fixar o subsídio de seus membros. Quanto à constitucionalidade material da proposição, igualmente, não há reparos a fazer.

A Lei Maior excepciona da garantia da irredutibilidade, de forma expressa, no seu art. 37, XV, os subsídios dos detentores de mandato eletivo, fixados na forma do seu art. 39, §4º.

Na mesma linha, o PDS nº 367, de 2015, não contém vícios de regimentalidade e vem vazado na melhor técnica legislativa.

No tocante ao mérito – vou saltando porque o texto é grande – tudo recomenda o acolhimento do projeto. No entanto, alguns reparos precisam ser feitos. A matéria foi apresentada em 2015, em um contexto de ajuste fiscal que estava sendo promovido pela União, com impactos para aquele ano e também reflexos para o ano subsequente, como o adiamento do reajuste salarial dos servidores da União, que passaria de janeiro para agosto de 2016.

Nesse cenário, a então Presidenta Dilma Rousseff enviou mensagem ao Congresso Nacional solicitando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a redução de 10% dos subsídios da Presidenta da República, do Vice-Presidente e dos Ministros de Estado. Segundo a mensagem presidencial, os membros do Governo Federal deveriam dar sua contribuição ao ajuste que estava em curso. De forma análoga, os autores do projeto em tela entenderam que os membros do Congresso Nacional também deveriam dar sua contribuição ao ajuste, o que motivou a apresentação do presente PDS. Decorrido o prazo de validade original previsto no projeto, o mesmo ainda não foi apreciado pelo Congresso Nacional, o que impõe modificações em sua redação e adequação à atual conjuntura.

Na atual conjuntura, o Congresso Nacional está apreciando um ajuste fiscal que terá impacto não apenas no ano corrente ou subsequente. Está em tramitação a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), enviada pelo governo Temer, que visa congelar todos os gastos primários da União pelos próximos 20 anos. A proposta já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, onde tramitou com a numeração de PEC 241, de 2016, e agora tramita nesta Casa, com a numeração de PEC 55, de 2016.

Eu vou fazer a justificativa, para não ter que ler todo esse texto.

A intenção, que já era a do decreto original, é de contribuir também para o ajuste fiscal, porque a gente percebe a quem vão atingir os cortes propostos. Assim, o Senado também tem que dar a sua contribuição.

Se este Congresso Nacional propõe-se a votar uma medida de ajuste fiscal tão profunda e radical, com impactos severos e devastadores para a população mais pobre deste País, sob o argumento de que há um profundo desequilíbrio fiscal a ser corrigido, antes disso, é imperioso que sejam adotadas medidas que levem a participar do esforço do ajuste fiscal a parcela da população que se encontra nos estratos mais elevados da pirâmide de renda, como é o caso aqui do Senado, que é a parcela que tem mais condições de contribuir com qualquer ajuste fiscal.

Então, proponho, no meu substitutivo, já que tive que fazer uma adequação, que os subsídios voltem a ser o que eram em 2014, ou seja, R$26.723,13. Mesmo assim, ainda ficam 13 vezes superiores ao rendimento médio do brasileiro.

Então, a proposta é esta: reduzir, voltando ao patamar de 2014, os subsídios pagos aos Congressistas.

Diante de tantas vantagens que temos, se a população soubesse da metade, penso que ela iria exigir isso de nós.

Portanto, o voto é favorável ao projeto na forma do substitutivo que apresento:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto Legislativo nº 276, de 2014, passa a vigorar com a seguinte modificação: "Art. 1º O subsídio mensal dos membros do Congresso Nacional, referido no inciso VII do art. 49 da Constituição Federal, é fixado em R$ 26.723,13 (vinte e seis mil, setecentos e vinte e três reais e treze centavos).

.....

Art. 2 º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Ainda pretendo apresentar um projeto sobre a questão do plano de saúde. Estou aqui há dois anos e não sabia que o plano de saúde é vitalício, o que eu acho uma aberração. Então, pretendo apresentar um projeto sobre isso. Tudo bem que se tenha um plano de saúde, mas que vigore enquanto a pessoa estiver exercendo o mandato. Mas isso virá depois.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem, Senadora Regina. Agradeço a leitura do relatório.

Só para complementar, eu acho que temos que apresentar, sim, um projeto de lei sobre o plano de saúde. Se V. Exª quiser apresentar, eu assino com V. Exª. Nós já conseguimos retirar o décimo-quarto e o décimo-quinto salários dos Senadores e Deputados. Então, penso que esta Casa tem que ter a decência, se for aprovar a PEC nº 55, de aprovar também a redução dos salários dos Senadores e dos Deputados, até porque a PEC nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

55 vai congelar todas as despesas da União, além de congelar o salário mínimo e reduzir o salário mínimo dos aposentados.

Com que cara nós vamos olhar para a população e dizer: "Olha, nós vamos reduzir o salário mínimo, mas o nosso continua intacto"?

Então, um pouco de decência aqui vai ser importante.

A matéria se encontra em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Como nós não temos quórum para deliberar, a matéria já entra na pauta para votação na próxima reunião da CAE.

Do item 11, terminativo, o Relator, Senador Wellington Fagundes, pediu adiamento.

É a seguinte a matéria adiada:

ITEM 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, de 2013
- Terminativo -

Dispõe sobre microsseguros, estabelece critérios para a autorização de sociedades seguradoras e corretores de seguros especializados; altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Dr. Adilson Soares.

Relatoria: Senador Wellington Fagundes.

Relatório: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CAS e com uma emenda de sua autoria.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAS.

Item 12:

ITEM 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, DE 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar pagamentos antecipados.

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 18/10/2016, foi concedida vista coletiva.

O relatório já foi lido pelo Senador José Medeiros, Relator *ad hoc*, na 31ª Reunião, realizada em 18 de outubro, ocasião em que foi concedida a vista coletiva.

Pergunto ao Senador Ricardo Ferraço se quer fazer uso da palavra, mas já informando ao nobre Senador que não temos quórum para deliberar. É um projeto que já deve constar da pauta, para deliberação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – E o relatório já foi lido, é de conhecimento e de fé pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Há um requerimento sobre o BNDES, um requerimento de convocação do Ministro Dyogo para falar sobre aquela operação de antecipação dos R$100 bilhões do BNDES. Ele está na pauta?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ele está na pauta, Senador Lindbergh, mas não temos quórum para deliberar sobre esse requerimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Entendi.

Eu queria dizer também que já está pronto o meu relatório sobre a Presidência da APO, sobre o nome do Sr. Marcelo Calero Faria Garcia. Eu não sei se isso ficaria para a próxima semana. Ele foi nomeado pelo Presidente Michel Temer. Foi designado o nome dele para a Presidência da APO. De fato, fiquei muito impressionado com a postura firme do ex-Ministro da Cultura ao denunciar uma prática, a meu ver, corrupta do Ministro Geddel Vieira Lima. Então, ele teve uma postura corajosa. Não creio que vá haver alguma retaliação por parte do Governo porque ele denunciou o que aconteceu com o Ministro Geddel Vieira Lima. Seria um absurdo retirarem o nome dele da APO agora.

Então, quero dizer que meu relatório está pronto, Senadora Gleisi, para que a gente possa apresentá-lo no momento em que a senhora achar importante, talvez na próxima reunião, na próxima terça-feira.

Volto a dizer: seria um absurdo se, agora, retirassem o nome e a indicação do Calero para a Presidência da APO. Acho que ele preenche todos os requisitos – a meu ver, depois dessa posição dele firme nesse caso, mais ainda. Por isso, fiz questão de aprontar, com velocidade, agora, neste momento, para apresentar na próxima semana, esse parecer sobre a indicação do Ministro Calero para a Presidência da APO.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem, Senador Lindbergh. Nós o pautaremos para a próxima semana.

Item 13 da pauta: nem o autor, o Senador Lasier Martins, nem o relator, o Senador Cristovam Buarque, encontram-se na Comissão.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 594, DE 2015
- Não terminativo -

Altera a redação do §2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contingenciamento de recursos orçamentários para ciência, tecnologia e inovação.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 13/9/2016, foi concedida vista coletiva.)

Item 14: foi pedida a retirada do item 14, para reexame.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, DE 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para assegurar prioridade ao crédito do microempreendedor individual e da microempresa, nas condições que especifica.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;

2. Em 13/9/2016, foi concedida vista ao senador Armando Monteiro;

3. Em 17/10/2016, o senador Armando Monteiro apresentou voto em separado contrário ao projeto.)

Vamos para o item 15 da pauta.

ITEM 15
OFICIO "S" Nº 20, DE 2016
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, comunicado sobre Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa.

Autoria: Prefeitura Municipal de Campo Maior - PI

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: pelo conhecimento e posterior arquivamento do projeto.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vou diretamente ao relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Ofício "S" nº 20, de 2016 (Ofício nº 0200, de 2016 – PMCM – Gabinete do Prefeito, na origem), que encaminha, nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, cópias do estudo técnico e financeiro e do edital da licitação referente à contratação de Parceria Público-Privada (PPP), pela Prefeitura Municipal de Campo Maior, no Estado do Piauí, sob a modalidade de concessão administrativa, para a prestação de serviços de iluminação pública.

A PPP em comento objetiva substituir todas as 4.199 lâmpadas instaladas em vias públicas do Município de Campo Maior, que são em sua maior parte de vapor de sódio, por lâmpadas com tecnologia LED. Com isso, haverá a redução da potência do parque de iluminação pública municipal, de 583 quilowatts para 199 quilowatts. Juntamente com isso, o consumo mensal de eletricidade necessário para manter o sistema de iluminação pública diminuirá de, aproximadamente, 210 mil quilowatts para quase 72 mil quilowatts, isto é, o consumo de eletricidade reduzirá expressivos 65,8%.

Essa redução do consumo de energia vem ao encontro do preconizado pelo Plano Nacional de Eficiência Energética, que prevê a redução, em 2030, de 10% do consumo de energia elétrica previsto para aquele ano, por meio da aplicação de processos de eficiência energética na indústria, comércio, prédios públicos e iluminação pública. Logo, o Município de Campo Maior, através da PPP pretendida, busca contribuir para que o País alcance essa meta.

Como está esvaziando o plenário, eu vou saltar a leitura. Na verdade, isso aqui não está em votação. É só a leitura para arquivamento. É um comunicado que é obrigatório fazer, vai ao Tesouro Nacional e vem aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vou passar para a análise.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão possui competência para opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros das matérias que lhe são submetidas por despacho do Presidente.

Consoante a Lei nº 11.079, de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, a PPP, em sua modalidade administrativa, é um contrato administrativo de prestação de serviços em que a Administração Pública é a usuária direta ou indireta desses serviços, ainda que haja o fornecimento e instalação de equipamentos. A PPP do Município de Campo Maior se enquadra nessa situação.

A PPP possui aspectos ímpares que a diferenciam dos outros tipos de contratação pública, a saber: o compartilhamento de riscos entre o parceiro público e o parceiro privado, a contraprestação pecuniária daquele em benefício deste, o valor mínimo para celebração de contrato em R$20 milhões e a vigência do contrato superior a cinco e inferior a 35 anos. Importa, ainda, afirmar que a Lei nº 11.079, de 2004, determinou que houvesse, por parte do gestor público, responsabilidade fiscal na celebração e execução de qualquer tipo de PPP.

No mesmo sentido, o art. 28 da citada lei determinou que os entes subnacionais devem encaminhar, previamente à contratação da PPP, informações, ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, que respondam aos seguintes questionamentos:

1) A soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das PPPs já contratadas pelo ente, no exercício financeiro anterior ao da contratação pretendida, excede a 5% da receita corrente líquida (RCL) projetada para o exercício financeiro passado?

2) As despesas anuais dos contratos vigentes nos dez anos subsequentes excedem a 5% da RCL projetada para os respectivos exercícios, a partir do exercício financeiro em que ocorrer a contratação?

Caso a resposta para qualquer uma das duas perguntas seja positiva, a União não poderá conceder garantia ou realizar transferência voluntária ao ente federado, responsável pela contratação da PPP. Todavia, isso não impede o ente de continuar os trâmites para a contratação da PPP pretendida na ocasião, nem de contratar outras PPPs futuramente. A punição almejada apenas tem o condão de estimular a gestão fiscal responsável dos atuais mandatários do Poder Executivo dos entes subnacionais, em benefício da autonomia orçamentária e financeira dos futuros chefes de governo.

Deste modo, é evidente que o Senado Federal não possui competência para aprovar ou desaprovar as contratações de PPP dos Estados, Distrito Federal e Municípios. O papel desta Casa Legislativa restringe-se a tomar conhecimento dos compromissos com PPPs que os entes subnacionais porventura arquem, principalmente porque as contraprestações futuras dos serviços a serem prestados nas PPPs não são computadas nos limites de endividamento fixados nas Resoluções do Senado nºs 40, de 20 de dezembro de 2001, e 43, de 21 de dezembro de 2001.

A resposta à primeira questão é negativa, pois o ente não possuía nenhuma PPP em vigor no exercício financeiro de 2015. Já a resposta à segunda questão depende das informações contidas no processado eletrônico relativas à discriminação das despesas com a PPP municipal nos dez anos subsequentes à entrada em vigência do contrato. Como inexiste quadro com essas despesas, há a estimação delas com base em outras informações financeiras da matéria.

E aí há um quadro de estimativas. E eu vou para o final.

Como, nos próximos dez anos, as despesas com PPP, em função da Receita Corrente Líquida, estarão abaixo do limite legal de 5%, estipulado pelo art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, a resposta à segunda questão também é negativa.

Portanto, resta inequívoca a conclusão de que inexistem impedimentos à eventual concessão de garantia ou de transferências voluntárias da União ao Município de Campo Maior.

De todo modo, segundo interpretação atual do inciso XV do art. 38 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, antes da assinatura dos convênios e contratos de repasse, relati-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vos às transferências voluntárias federais, é exigida do Município: a comprovação da publicação do Anexo 13 (Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas) do RREO no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi); ou a apresentação de declaração de regularidade, do Chefe do Poder Executivo ou do Secretário de Finanças, quanto aos limites estabelecidos no art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, juntamente com a comprovação da remessa da declaração para o Tribunal de Contas competente por meio de recibo do protocolo, aviso de recebimento ou carta registrada.

Voto.

Diante do exposto, apresento voto para que esta Comissão de Assuntos Econômicos tome conhecimento do Ofício "S" nº 20, de 2016, e proceda ao seu arquivamento, bem como comunique sua decisão à Secretaria do Tesouro Nacional.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Regina Sousa.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

E, mesmo sendo apenas um relatório para arquivamento, nós precisaríamos votar em plenário. Então, fica para votação na próxima reunião.

Quero dar como lido o requerimento da Senadora Lídice da Mata, que solicita a realização de duas audiências públicas nesta Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de instruir o PLS nº 152, para determinar que o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, em todos os tipos de contratação, seja o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com a participação de vários convidados que serão registrados aqui na próxima pauta.

REQUERIMENTO Nº 39, DE 2016

REQUERIMENTO N° 39/2016, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, que requer a realização de duas audiências públicas nesta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com o objetivo de instruir o PLS nº 152 de 2016, que "altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para determinar que o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, em todos os tipos de contratação, seja o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)", com a participação dos seguintes convidados:

Audiência 01: Sr. Luis Felipe Salomão, Ministro do Superior Tribunal de Justiça

- STJ; Sr. José Carlos de Souza Abrahão, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; Sra. Maria Inês Dolci, Coordenadora da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – Proteste; Sr. Florentino Cardoso; Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB; Sr. Franco Pallamolla, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios - Abimo; e Sr. Carlos Figueiredo, Diretor-Executivo da Associação Nacional de Hospitais Privados - Anahp.

Audiência 02: Sra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Coordenadora da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - MPF; Srª Amanda Flávio de Oliveira, Presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - Brasilcon; Srª Solange Beatriz Palheiro Mendes, Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar - FenaSaúde; Sr. Carlos Vital, Presidente do Conselho Federal de Medicina - CFM; e Sr. Gláucio Pegurin Libório, Presidente da Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Implantes - Abraldi.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Comunico o recebimento seguintes documentos para conhecimento: Aviso do Banco Central, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao terceiro trimestre de 2016; do Tribunal de Contas da União, aviso, encaminhando cópia de acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte em autos de processo que lá tramitam, acompanhado o voto do relatório que fundamenta acerca de auditoria realizada na Superin-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tendência de Seguros Privados; correspondência dos Taxistas do Brasil, de 11 de Julho de 2016, encaminhado dossiê contendo histórico, documentos e denúncias acerca da multinacional Uber.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Eu só queria deixar claro a esta Comissão e a quem nos acompanha também que a pauta que nós elaboramos para essa data é uma pauta que não tem impacto nas questões financeiras, ou seja, no Orçamento da União. A Comissão de Assuntos Econômicos, via de regra, tem muitos projetos que impactam nas despesas Então, procurei retirar esses projetos, até porque estamos discutindo uma proposta de emenda à Constituição justamente para restringir os gastos do Orçamento Federal, os gastos fiscais da União. Não há por que trazermos a esta Comissão projetos que onerem os cofres públicos. Portanto, nós preferimos uma pauta que pudesse ser, inclusive, alternativa à Proposta de Emenda à Constituição nº 55.

Por isto é que nós pautamos o duplo mandato do Banco Central, por entendermos que, se o Banco Central, assim como o FED, que é o banco central americano, cuidar também do emprego, nós vamos ter condições de baixar a inflação neste País.

Também pautamos as restrições às taxas de juro. Vejam que não é só limitação, mas, principalmente, regulamentação do art. 192 da Constituição Federal, sobre o sistema financeiro. O Brasil é um dos poucos países que não têm regulamentação do sistema financeiro. Nós nos baseamos – pelo menos no projeto que eu apresentei – em estudos de vários países e na realidade de Portugal.

Pautamos um projeto de lei para recolocar o Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos, algo que foi extinto no Brasil desde 1996.

Também pautamos a extinção, e não de uma vez, de juros sobre capital próprio, e a redução dos salários dos Senadores.

Eu penso que é uma pauta que ajuda o Brasil, ajuda o Governo, mas ajuda principalmente a população brasileira. E eu queria fazer um apelo aqui à Base do Governo: que pudesse estar na próxima terça-feira aqui presente para votarmos essas matérias, posto que os relatórios foram lidos. Nós vamos fazer a discussão dessas matérias, e isso, com certeza, vai ter um impacto positivo na vida da população, no crescimento econômico e no desenvolvimento do nosso País.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Gleisi, eu quero cumprimentar V. Exª pela pauta, pela coragem de propor tantos temas importantes para o País, desde a discussão do sistema tributário.

Hoje, aqui, discutimos juros sobre capital próprio. V. Exª relatou uma proposta do Governo da Presidenta Dilma que falava de juros sobre capital próprio que, infelizmente, não foi aprovada.

Lucros e dividendos: é um grande absurdo. Eu fui autor de um projeto que falava na volta da taxação de 15% sobre lucros e dividendos. Isso daria R$50 bilhões. Esse debate vem no momento em que nós estamos apreciando a PEC 55. Daqui a pouco – os trabalhos no plenário do Senado ainda não começaram –, nós vamos começar o debate sobre a PEC 55 com vários convidados. É uma PEC que faz um ajuste fiscal todo concentrado em cima dos mais pobres, cortando recursos da saúde pública, da educação pública, atacando a previdência justamente dos mais pobres, porque o que querem com a reforma da previdência, que está atrelada a essa PEC, é acabar com a vinculação do salário mínimo à aposentadoria. Há um conjunto de maldades por trás dessa PEC.

Senadora Gleisi, estamos hoje gastando 19,8% do PIB em despesas primárias. A média da OCDE é 40%. Os países da Europa têm um Estado de bem-estar social muito bem construído. Nós começamos a construir o nosso Estado de bem-estar social a partir da Constituição de 1988, nós temos um longo caminho pela frente.

É falso dizer que nós investimos muito em saúde pública. Os brasileiros sabem que não é verdade porque falta um serviço de qualidade na ponta. Agora, eles fazem um ajuste que penaliza os mais pobres, e eu pergunto: cadê a contribuição dos mais ricos, das elites deste País, dos bancos, das grandes empresas?

Hoje, a gente viu aqui a força do sistema financeiro, porque foi impressionante o que houve nesta Co-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

missão de Assuntos Econômicos.

Eu quero parabenizar novamente V. Exª pelo seu projeto, porque a senhora conseguiu construir um projeto muito bem estruturado, olhando a experiência internacional de vários países do mundo que colocam limites como esse, porque aqui no Brasil não dá para aceitar cobrar juros de cartão de crédito de 480%. Isso é um escândalo! Não tem justificativa! É roubo! Estão roubando os brasileiros! Aí os bancos montam aqui e dizem que não pode ter reunião da CAE. Articulam-se com a liderança do Governo, com o PSDB, com o DEM. Está ali, olhem. Não tem ninguém presente. Precisa surgir um movimento em cima dessa questão dos juros. Esse tema é fundamental para o País.

Então, vejam bem, volto a dizer que no meio de tudo isso nós estamos discutindo a PEC. Essa PEC quer colocar só limitação para despesa primária. Pergunto, agora – novamente estávamos falando dos juros –, e os juros? Nada? Vamos ver qual foi o déficit de 2015? O déficit de 2014? O déficit nominal de 2014 foi de 6,7% do PIB. Destes 6,7%, 0,57% foram despesa primária – gastos com saúde, educação, previdência; e 6,1% foram pagamento de juros. Mas nisso aqui ninguém fala.

Em 2015, qual o déficit? Foi de 10,34% do PIB. Sabem quanto foi a despesa primária? Foi de 1,88%, e 8,44% foram de pagamento de juros. Mas esse debate é proibido. É um escândalo! E nós estamos aceitando isso.

O que está acontecendo e vai acontecer com essa PEC... Eu chamo atenção, aqui, para que nós estamos indo para uma situação de convulsão social no País, não é só no meu Estado do Rio de Janeiro. Os senhores estão vendo as manifestações dos servidores públicos, mas há mais. No Rio, cortaram o aluguel social de nove mil famílias que recebiam porque saíram de áreas de risco. Um programa que é uma espécie de Bolsa Família do Estado do Rio de Janeiro, o Programa Renda Melhor, que atingia as 110 mil famílias mais pobres do Estado, foi cortado. Restaurante popular cortado. O bilhete único de integração dos ônibus foi cortado. E essa crise não é só do Rio. A tendência, se não houver uma postura firme por parte do Governo Federal, é isso se alastrar pelo País afora.

Enquanto isso, faz mais de seis meses do Governo Temer e eu, até agora, não vi uma medida sequer em relação a políticas que estimulem o crescimento econômico e a proteção do emprego. Uma política sequer! E olha que eles diziam, Senadora Gleisi, que era afastar Dilma que estaria resolvido, porque afastar Dilma traria a confiança dos empresários e aí, sim, teriam investimentos e a economia se recuperaria.

Eu pergunto aos senhores: E aí? Até que a confiança dos empresários subiu, só que a realidade objetiva da economia está lá embaixo! E como não teve nenhuma medida de estímulo à demanda, nós não tivemos recuperação do crescimento econômico. Agora, eles continuam batendo na mesma tecla: Ah, vamos aprovar essa PEC e a reforma da Previdência, então virá a confiança dos empresários e irão investir. Muito pelo contrário, nós vamos agravar, com essas medidas, a situação econômica do País, pois 63% do PIB estão ligados a consumo das famílias. Nós não vamos retomar o crescimento econômico se não melhorarmos isso aqui.

E sabe o que está acontecendo com o consumo das famílias? O desemprego continua crescendo, vai crescer em 2017, o endividamento é alto, há queda de rendimento das famílias. Com essas medidas aqui, eles vão deprimir mais o consumo das famílias, porque saúde e educação são salário indireto do trabalhador. Ao acabar com a vinculação do salário mínimo ao benefício de prestação continuada, que atinge idosos e deficientes pobres, porque a renda tem que ser inferior a um quarto de salário mínimo, você está tirando um dinheiro que é aquele que vai para a economia. Era como o Presidente Lula dizia: "Dinheiro na mão do pobre estimula a economia."

Atacar a política de valorização do salário mínimo... A política de valorização do salário mínimo, Senadora Gleisi, foi fundamental. Segundo um estudo do Ipea que analisou como o Presidente Lula conseguiu construir aquele grande mercado de consumo de massas, um ponto decisivo foi a influência do salário mínimo na Previdência. Porque, volto a dizer, aquele dinheiro na mão do aposentado compra remédio, paga a educação do neto, aquele dinheiro estimula a economia.

Então, fiz questão de aproveitar este final aqui de reunião da CAE, que eu considero histórica. Confesso que, como Presidente da CAE, nunca tive oportunidade de fazer uma pauta tão avançada como esta. E vamos cobrar dos Senadores aqui. Nós vamos cobrar dessa turma do DEM, do PSDB e do Governo. Parem e venham para o debate com a sociedade. Vão defender juros de cartão de crédito de 480%? Eu quero escutar uma ex-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

plicação sobre esses juros de cartão de crédito de 480%. Eu queria que alguém conseguisse dizer: olha, é por isso, isso e isso.

Não por acaso, Senadora Gleisi, no momento em que todo mundo está quebrado, as empresas estão quebradas, as famílias estão quebradas, o Governo está quebrado, os lucros dos bancos continuam estratosféricos, porque aqui não há competição, é um mercado extremamente concentrado.

Aí o Presidente do Banco Central, que tem a função de regular, quem é? Foi um diretor do Itaú, um ex-sócio do Itaú. Aí não tem jeito de controlar! Não tem jeito! É colocar a raposa tomando conta do galinheiro, não tem jeito. O Banco Central, infelizmente, não faz o que deveria fazer em relação ao controle desse sistema financeiro para garantir uma competição livre, porque isso, infelizmente, não existe.

Mas quero cumprimentar V. Exª e dizer a quem está nos assistindo que daqui a pouco começa, no plenário do Senado Federal, uma audiência pública sobre a PEC extremamente importante. Vamos ter o Prof. Belluzzo. Eu não sei, na verdade, a Senadora Gleisi deve saber todos os nomes e vai anunciar aí.

Muito obrigado. Parabéns a V. Exª por esta reunião da CAE.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh. Quero parabenizar V. Exª também pelos projetos apresentados e pelas relatorias feitas aqui. V. Exª tem se dedicado muito a esse tema. E acho que é uma oportunidade de o Congresso Nacional, o Senado da República fazer deliberações importantes na próxima semana.

Nós temos agora uma audiência pública da PEC 55 no plenário do Senado Federal. Estarão presentes o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo; o Prof. Fernando Monteiro Rugitsky, da USP; o Dr. Mansueto Almeida, do Ministério da Fazenda; e o Prof. Armando Castelar, da Fundação Getúlio Vargas.

Eu gostaria de convidar todos que estão aqui presentes para participar dessa audiência e também quem está nos acompanhando pela TV Senado e pela Rádio Senado, que vão transmitir ao vivo. É muito importante a presença e o acompanhamento dessa matéria.

Eu também queria dizer que nós vamos ter, na próxima quinta-feira, duas audiências públicas extraordinárias da CAE, uma com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação.

Esse projeto já se encontra no plenário, mas foi feito um acordo de que ele só seria votado se houvesse uma audiência pública na CAE. A audiência está marcada para quinta-feira, a partir das 10h. Temos vários convidados, entre eles uma deputada do parlamento grego, que foi ex-presidenta do Parlamento Helênico. Também estão todos convidados.

E uma audiência interativa à noite, às 19h, também para discutir os efeitos da PEC 55, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Essa audiência pública foi requerida pela Senadora Vanessa Grazziotin e nós teremos entre os convidados o Presidente do Clube de Engenharia, Dr. Pedro Celestino da Silva Pereira Filho; a Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Drª Élida Graziane; o Professor titular da PUC-RS e desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Ingo Wolfgang Sarlet; e o Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Heleno Torres.

Todos estão convidados.

Não havendo mais pauta a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, e do senador Roberto Requião, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Lindbergh Farias, José Pimentel, José Medeiros, Flexa Ribeiro, José Aníbal, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e Paulo Bauer. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Humberto Costa, Jorge Viana, Lasier Martins, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Kátia Abreu, José Agripino, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião e esclarece que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 204 de 2016, que "dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação", tendo como expositores a ex-presidente do Parlamento Helênico, deputada Zoe Konstantopoulou; o secretário de Fazenda do Estado do Paraná, Mauro Ricardo Costa; a coordenadora do Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli; o presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base – Abdib, Venilton Tadini; o professor da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Kerbes; e o jornalista econômico Luís Nassif. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os(as) senadores(as) José Aníbal, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Gleisi Hoffmann, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin. O presidente concede, ainda, o uso da palavra a Yara Magalhães; ao presidente da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil - Fenastc, Amauri Perusso; e ao diretor jurídico do Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo, José Márcio Rielli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Bom dia a todos. Declaro aberta 40ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Esta reunião é destinada a uma audiência pública interativa com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 204 de 2016, que "dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação". O projeto é de autoria do Senador José Serra, Relatoria do Senador Paulo Bauer, e esta audiência, embora o projeto esteja no plenário do Senado, foi acordada a pedido do Senador Roberto Requião.

Nós temos, como convidada, a Deputada Zoe Konstantopoulou, ex-Presidente do Parlamento Helênico, que está chegando. Nós vamos iniciar a audiência e, quando ela chegar, terá a palavra.

Gostaria de chamar, para compor a Mesa, o jornalista Luis Nassif; o Professor da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Kerbes; o Presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Venilton Tadini; a Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, e o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Mauro Ricardo Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós estamos fazendo esta audiência pública fora do dia de reunião ordinária da Comissão, que é às terças-feiras, às 10h da manhã, mas, em razão da importância do tema, de a matéria estar no Senado e da necessidade de instruí-la, nós marcamos a audiência pública para esta quinta-feira, procurando adequar as agendas de todos os convidados.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará a sua exposição por até 20 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

Quero anunciar aqui a presença do Deputado Estadual por Goiás, Luis Cesar Bueno, que nos acompanha nesta audiência, e também do Luiz Fernando Pereira Souza, Presidente da Fenajud.

Eu gostaria de convidar, para assumir a Presidência da Mesa e dirigir os trabalhos desta audiência, o Senador Roberto Requião, que foi um dos proponentes desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Dou um esclarecimento ao Plenário: a Deputada grega que era Presidente do Senado, do Congresso grego – o sistema é unicameral na Grécia –, no momento em que se viabilizou a securitização, que, segundo nossa opinião, é uma das principais responsáveis pelo desastre econômico da Grécia, está a caminho do Senado. Ela participará da reunião. Ela embarcou em São Paulo. Estamos aguardando a sua chegada aqui.

Vamos conceder para cada interventor, a princípio, quinze minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos ou pelo tempo necessário, para que se complemente com clareza a exposição de cada um. Não vamos estabelecer limites rígidos.

O primeiro interventor será Mauro Ricardo Costa, Secretário da Fazenda do Estado do Paraná.

Quero deixar clara a minha opinião sobre esse projeto. Acho que esse projeto surge fundamentalmente para legalizar operações que foram feitas sem o suporte da lei. Nós vamos discutir esse processo, vamos discutir as consequências e os possíveis benefícios, mas, fundamentalmente, estamos aqui na tentativa de legalização de operações ilegais. Essa é a opinião da Mesa, não é a opinião do Plenário.

Então, com a palavra Mauro Ricardo Costa.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Primeiramente, eu queria saudar o Presidente da Mesa, Senador Requião; a Senadora Gleisi; o Senador Paulo Bauer.

Quero agradecer a oportunidade de estarmos aqui apresentando uma opinião em relação ao processo de securitização de recebíveis. Preparamos uma apresentação que esclarece vários pontos em relação a essa questão.

Estamos analisando o PLS nº 204, de 2016, apresentado pelo Senador José Serra. Qual é o objetivo desse projeto? É a cessão, a título oneroso – porque você vai entregar um fluxo de recebível e vai receber em troca recursos financeiros –, de debêntures correspondentes à transferência do fluxo de direitos creditórios. Esses direitos creditórios podem ser oriundos de créditos tributários ou de créditos não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, objeto – esta é uma questão muito importante – de parcelamentos administrativos ou judiciais.

Aqui, quando falamos de parcelamentos administrativos ou judiciais, estamos falando de créditos que são reconhecidos pelo devedor. Então, se houve o parcelamento, houve a confissão de dívida, e isso foi parcelado pelo contribuinte devedor, para o recebimento do Estado ao longo de determinada quantidade de meses.

Próximo.

Quais são as premissas para essa cessão que estão estabelecidas, inclusive, nesse projeto?

Primeiro, a cessão do direito creditório compreende apenas o direito autônomo de recebimento do flu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

xo. Nós não estamos cedendo o crédito tributário. Nós estamos cedendo o direito autônomo de recebimento do fluxo financeiro referente a esses créditos tributários. Então, o crédito tributário não será cedido e não será vendido para a iniciativa privada, apenas o direito autônomo de recebimento do fluxo financeiro correspondente a esse crédito. Isso é muito importante, porque o crédito tributário tem uma série de privilégios que continuam mantidos.

Próximo, por favor.

Outra questão importante é que essa cessão não extingue a obrigação tributária e tampouco modifica a natureza do crédito – o crédito continua o mesmo, o crédito tributário que originou – e mantém todas as garantias e privilégios estabelecidos pela legislação, seja a Constituição Federal, sejam leis complementares ou leis ordinárias. Também não altera a titularidade do crédito. O crédito tributário continua pertencente ao ente. A titularidade do crédito tributário não é transferida à iniciativa privada. Também não altera as condições de pagamento, o critério de atualização, a data de vencimento. Nada disso é modificado.

Uma questão também extremamente importante é que se descaracteriza essa cessão como uma possível antecipação de receita tributária, porque esse crédito tributário se refere a fatos geradores passados, e não a fatos geradores presentes ou futuros. Isso está muito bem diferenciado na Lei de Responsabilidade Fiscal, dizendo que não caracteriza a antecipação de receita tributária uma eventual alienação de fatos geradores passados, a antecipação de receita proveniente de fatos geradores passados. O contribuinte deveria ter pagado a dívida há alguns anos ou há alguns meses, mas não a pagou. Está pagando essa dívida com correção, com juros ou com eventuais multas. Por isso, não caracteriza uma antecipação de receita orçamentária. Isso está expressamente previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Próximo.

Essa cessão também não transfere a prerrogativa de cobrança judicial ou extrajudicial para o ente privado. Não há qualquer transferência. Se houver um inadimplemento em relação ao pagamento do tributo por parte do contribuinte, continua a Procuradoria-Geral do ente federado responsável pela cobrança. Essa cobrança não é transferida. E não é transferida porque o crédito tributário não é transferido a terceiros, e, sim, o fluxo de recebimento do crédito. Se houver inadimplemento, ele tem de ser cobrado pelo ente.

Também não inclui, nessa cessão do crédito tributário, os recursos destinados ao Município. Então, não há essa possibilidade. Está expresso isso no projeto de lei, assim como no substitutivo que foi apresentado pelo Senador Paulo Bauer, em que estão descontados os 25% no caso de ICMS, ou de 50% eventualmente no caso de IPVA, quando da cessão a entes privados do fluxo de recebimento desses recursos. Então, não há qualquer prejuízo aos entes que compartilham os recursos arrecadados pela União, Estados ou Municípios.

Próximo, por favor.

Também não prejudica as vinculações constitucionais, as vinculações para a saúde, para a educação, a eventual vinculação para pagamento de dívida proveniente dos acordos que foram feitos com a União, porque, no momento em que o contribuinte efetua o pagamento, essas vinculações todas são observadas e transferidas para as áreas correspondentes, conforme vinculação constitucional e legal.

Também não afeta a preservação do sigilo fiscal do contribuinte. Você vai transferir as informações relativas às contribuintes? Não! Você vai transferir apenas as informações em relação ao fluxo. Quem é o contribuinte não é, de forma alguma, divulgado para o ente que adquiriu esse fluxo de recebível. Essa informação é mascarada. Vai apenas o fluxo, e não a informação relativa ao contribuinte.

Duas outras questões extremamente importantes e que eu vou falar e realçar a seguir é que essas operações de cessão não acarretam – isto é muito importante – um endividamento novo para o ente. Por que não é uma operação de crédito? Porque isso não acarreta um endividamento novo para o ente. Isso não aumenta o passivo do ente que está fazendo essa cessão. Você tem um ativo, faz a cessão desse ativo, a cessão desse ativo não onera o passivo de quem fez a cessão desse ativo. É como vocês acharem que, se eu vendo um determinado ativo, se eu vendo imóveis, isso vai aumentar o passivo do ente que fez uma eventual alienação desse imóvel ou de qualquer outro direito. Nós estamos falando aqui de um direito, que a alienação desse direito vai gerar uma receita que não é caracterizada como aumento de endividamento do Município e muito menos um aumento ou uma gravosidade a mais em relação aos endividamentos existentes. Por isso, esse é um dos pontos importantes da não caracterização dessa operação como operação de crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Uma outra questão extremamente relevante e que inclusive vou detalhar um pouco mais a frente é que também não garante a quem comprou esse fluxo de recebível o recolhimento de um eventual inadimplemento por parte do contribuinte. Se o contribuinte não fez o pagamento relativo a determinada dívida que foi objeto da cessão, o cedente não está garantindo a reposição com outro crédito cedido e muito menos o pagamento por intermédio de qualquer outro meio que possa dar garantia a essa cessão.

Então, são duas características extremamente importantes: não aumenta o nível de endividamento do ente que fez a cessão e nem dá a quem adquiriu esse direito de recebimento do fluxo qualquer garantia em relação ao inadimplemento por parte do contribuinte original dessa dívida. Esses são dois pontos extremamente importantes que descaracterizam essa operação de alienação de ativos como uma operação de crédito.

Vamos aqui analisar as questões das bases legais e normativas existentes.

A primeira delas é em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. O ente federado, conforme falei, não está assumindo dívida, ou seja, não está aumentando o passivo relativo à contabilização das suas obrigações, porque não estou criando uma obrigação nova para o ente, e o ente também não está concedendo qualquer garantia nessa operação. Essas duas características, na alienação desses ativos, é que descaracterizam essa operação como uma operação de crédito na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outra questão importante é que a cessão desse fluxo de recebível consiste numa venda definitiva, não há retorno. Você vendeu aquele fluxo, quem comprou aquele fluxo não tem como retornar ou como exigir qualquer tipo de garantia pelo eventual inadimplemento em relação ao contribuinte originário.

Outra característica de que falei inicialmente é que se refere a fatos geradores passados, e não a fatos geradores presentes e futuros. Por isso, não caracteriza uma antecipação de receita orçamentária. Então, não caracteriza uma operação de crédito, não caracteriza uma operação de antecipação de receita orçamentária. É uma alienação de ativos, como se eu estivesse eventualmente vendendo um imóvel, uma ação ou qualquer outro ativo, bens e direitos do ente cessionário.

Essa questão não é nova, já foi apreciada e por diversos organismos. O primeiro deles foi o Confaz: em 2002, já se pronunciou em relação a essa questão. Houve um convênio do Confaz, ou seja, um consenso, todos os Estados aprovaram esse convênio em 2002, estabelecendo as regras para a cessão, a título oneroso, dos direitos relativos ao ICMS desses parcelamentos que fossem efetuados após 2002.

Esse assunto também já foi apreciado pela Secretaria do Tesouro Nacional em 2003, exatamente uma consulta que foi feita por uma unidade da Federação sobre se poderia aplicar o convênio Confaz para as suas operações de antecipação de recebíveis.

A Secretaria do Tesouro, no Ofício Circular nº 14, de 2003, também não apontou qualquer óbice em relação à possibilidade de cessão desses créditos, desde que não haja garantia do ente cessionário em relação à cobertura de eventual inadimplência. Não havendo esta garantia, não se caracteriza como operação de crédito e não precisa, logicamente, de se observar todos os pré-requisitos estabelecidos tanto na Lei de Responsabilidade Fiscal quanto nas resoluções do Senado.

Posteriormente, em 2014, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO RICARDO COSTA – ... também se manifestou em relação a esse ponto, também corroborando o entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional, dizendo também que esta operação, atendidos esses pré-requisitos, o ente não assumindo qualquer garantia em relação ao crédito cedido, ou seja, o crédito cedido em definitivo, não se constitui também em operação de crédito.

E aí, só contrapondo um pouco a questão colocada pelo Senador Requião, essas operações que foram feitas no passado foram feitas baseadas nesses entendimentos que falei anteriormente: desde 2002, 2003, 2014. Então, esse projeto não tem como objetivo convalidar o que foi feito, porque o que foi feito se baseou na interpretação que existia na época e que continua existindo em relação à Secretaria do Tesouro e também em relação à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Esse mesmo entendimento também foi corroborado pelo Senado Federal, nas resoluções do Senado também, que descaracterizam esse tipo de operação como operação de crédito: Resolução do Senado 43, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

17 também, que permite que essas operações sejam feitas não as caracterizando como operações de crédito, e agora, recentemente, a própria CAE se manifestou, em 2016, por intermédio desse Parecer 463, de 26 de abril de 2006, por solicitação do Tribunal de Contas da União. A CAE, esta CAE, também já se manifestou, não caracterizando essas operações como operações de crédito.

E a questão extremamente importante é a última oração ali colocada nesse eslaide: "O relevante é verificar se a operação gera ou não passivos para os futuros governantes." Gera passivo para o futuro governante? Se gera passivo, é uma obrigação de crédito. Se não gera passivo para o futuro governante, não é uma operação de crédito. Isso foi amplamente discutido no parecer aprovado aqui por esta CAE, de lavra do Senador Lindbergh, aprovado pela CAE e ratificado pela Presidente, Senadora Gleisi.

A operação é uma operação que não é complexa, é uma operação que hoje já foi feita aí por vários entes. Eu apenas vou dar um pequeno exemplo aqui de como essa operação se concretiza: você tem, por exemplo, um fluxo de parcelamento, lembrando bem que o parcelamento, a dívida já é confessada, não tem questionamento; nós não estamos falando de cessão de dívida ativa, nós estamos falando de cessão de parcelamentos, em que o contribuinte já confessou que deve, e é fato gerador de passados, e fez o parcelamento disso ao longo de determinados anos.

Então, o valor de uma operação dessa, de R$1 bilhão, colocada em mercado, em R$300 milhões a serem alienados ao mercado, com uma estimativa de prazo de 60 meses e uma estimativa de remuneração de CDI mais 2% e uma amortização mensal.

Isso é apenas um exemplo, vamos ver como essa operação irá se concretizar.

Primeiro passo, o ente federado aliena, a título oneroso, o fluxo de recebível para uma SPE. Aqui, SPE é entendida como uma sociedade de propósito específico criada pelo Estado, uma empresa independente criada pelo Estado, que recebe esse fluxo financeiro de recebíveis e emite, em troca, debêntures relativas a esse montante que recebeu.

Então, ela recebe esse fluxo de R$1 bilhão, aliena ao mercado, eventualmente, R$300 milhões e emite debêntures no valor de R$1 bilhão, R$300 milhões vão a mercado e os outros R$700 milhões ficam com a SPE e, posteriormente, retornam ao ente.

Então, transfere-se um fluxo financeiro de R$1 bilhão, emite-se debêntures de R$1 bilhão, R$300 milhões vão ao mercado e quando voltam, em dinheiro, vêm para o ente os R$300 milhões em dinheiro e mais os R$700 milhões em debêntures subordinadas. O Estado transfere R$1 bilhão, recebe R$300 milhões em dinheiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO RICARDO COSTA – ... e mais R$700 milhões em debêntures.

Esta operação não é percebida pelo contribuinte, porque o contribuinte continua pagando normalmente a sua dívida, e ela ocorre exatamente dessa forma.

No passo 4, o ente federado emite um boleto de pagamento, o contribuinte efetua o boleto, efetua o pagamento, que vai para o agente arrecadador. Esse é o processo normal, o contribuinte nem percebe que esta dívida, esse recebível, foi cedido.

O passo seguinte, o agente informa ao ente federado que houve o recebimento correspondente a esse pagamento. Os recursos recebidos, recursos financeiros recebidos, o agente transfere para a sociedade de propósito específico, ela que hoje detém esse fluxo financeiro, e, posteriormente, a sociedade de propósito específico remunera o investidor, que adquiriu aqueles R$300 milhões em debêntures, e transfere para o ente federado a parte que lhe cabe relativa a essa operação, para amortização das debêntures, tanto em relação aos investidores quanto em relação às debêntures.

É uma operação feita exatamente dessa forma, só que, por trás disso, existem agentes financeiros estruturadores dessa operação, existem empresas de *rating*, que fazem avaliação desses recebíveis para estabelecer qual é o custo efetivo da operação, quanto maior a inadimplência maior o risco da operação e isso reflete-se, logicamente, nas taxas que são ofertadas a mercado, existem agentes que vão ser agentes custodiantes dessas debêntures. Isso tudo passa por um processo de licitação, onde são contratadas instituições capacitadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para poder estruturar toda uma operação dessa natureza.

É como se fosse um processo de alienação, de emissão de ações e alienações dessas ações no mercado. Precisa da aprovação da CVM. A Comissão de Valores Mobiliários também aprova essa operação antes que ela seja ofertada ao mercado.

E lembrando bem que a Comissão de Valores Mobiliários já aprovou várias operações dessa natureza e tem, inclusive, pareceres jurídicos aprovados pelo Presidente da Comissão de Valores Mobiliários.

Uma questão também extremamente relevante é com relação ao que se faz com esses recursos. Muita gente fala: "Não, vou pegar esses recursos e vou gastar no custeio administrativo dos Estados, Municípios ou da União." Não pode. Não pode porque, como a alienação de ativos é uma receita de capital, como tal, o art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal só permite que você use essa receita de capital para pagamento de uma outra despesa de capital. Então, não pode ser usado para o custeio administrativo ou para outras despesas correntes. A única exceção existente – e assim mesmo se houver previsão legal específica em relação à alienação – é usar para pagamento de despesas previdenciárias. É a única exceção prevista na própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Vendeu um ativo, tem que constituir um outro ativo, ou reduzir dívida – amortizar dívida, porque a amortização de dívida também é uma despesa de capital –, ou, eventualmente, se previsto em lei específica, usar para pagamento de despesa previdenciária.

Entes que já fizeram. Não estamos falando aqui de coisa nova, vários entes já fizeram e já fazem isso há anos, securitização de recebíveis. O ente que já faz isso, há muito tempo, é o Estado do Rio Grande do Sul, que tem, inclusive, uma empresa criada, que é a Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual, que já fez inúmeras operações, não com recebíveis provenientes de parcelamentos de tributos, mas com outros recebíveis, não relativo a essas operações, mas operações com outros tipos de recebíveis.

Minas Gerais também já fez várias operações. Já tivemos, em Minas Gerais, quatro operações realizadas. Lá em Minas Gerais também há uma empresa que foi criada para institucionalização e implantação dessas operações. Desde junho de 1996, fez operações com garantias de ações da Cemig. Em julho de 2002 fez, também, outras operações com outras garantias. E essa terceira emissão foi de direitos creditórios provenientes de tributos. Então, esta que foi feita em 2012 já foi uma operação amparada por todos esses pareceres que falei anteriormente.

São Paulo também já fez três operações. Quando estive na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, participei da estruturação dessas operações. A primeira operação que foi feita em São Paulo, estruturamos, deixamos toda estruturada em 2010, e ela foi concretizada em 2012. Então, são mais de R$2 bilhões que já foram captados pelo Estado de São Paulo. Todos esses recursos foram usados em investimentos na área de infraestrutura no Estado. São operações que estão correndo de maneira muito tranquila, inclusive em relação aos adquirentes dessas debêntures. Nós estamos falando de debêntures emitidas em 2012. Grande parte delas, inclusive, já foram resgatadas e pagas com esse fluxo financeiro dos recebíveis.

Belo Horizonte também já fez operação em 2014, também com garantias relativas a tributos. O Paraná também está estruturando operação semelhante, com recebíveis provenientes de um programa chamado Paraná Competitivo. Já teve vários programas, inclusive na gestão do Senador Requião, com vários recebíveis provenientes de programas de incentivos, e também está estruturando uma operação semelhante.

Então, queria dizer que não é nada novo, não há nenhuma novidade em relação a essas operações, que já são realizadas há muitos anos, no que se refere a tributos, a recebíveis de tributos, desde 2012. Os órgãos responsáveis pelo controle dessas operações já se manifestaram, seja CVM, seja Confaz, seja Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro ou mesmo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Então, são operações que eu diria que hoje estão bem sedimentadas.

Na ideia de apresentação deste projeto do Senador Serra começaram a surgir alguns questionamentos por parte de algumas pessoas: se isso caracterizaria ou não uma operação de crédito. Para deixar isso mais claro, incorporando nesse projeto de lei, inclusive, os entendimentos da Secretaria do Tesouro, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do próprio Senado Federal, vocês podem observar que os pré-requisitos para não caracterização da operação de crédito neste projeto de lei foram absorvidos dos pareceres da Secretaria do Tesouro, dos pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e dos pareceres aqui desta CAE, no que se refere à interpretação da legislação da Lei de Responsabilidade Fiscal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eram essas as minhas considerações iniciais. Estou à disposição após, para debate em relação a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Agradecemos a exposição do Secretário da Fazenda do Estado do Paraná.

Passamos imediatamente a palavra à Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Bom dia a todos e todas. Agradeço ao Senador Roberto Requião; à Senadora Gleisi, que preside esta Comissão de Assuntos Econômicos; também à presença dos demais Senadores e Senadoras, dos demais convidados e de todas as pessoas que vieram aqui participar desta audiência e que nos acompanham também.

Bom, na apresentação que nós vamos fazer em nome da Auditoria Cidadã da Dívida, nós nomeamos "PLS 204 e a 'legalização' de esquema de geração de dívida pública sem contrapartida", porque é disso que se trata.

Esse esquema nós identificamos na Grécia ano passado, por isso que insistimos muito para trazer a Deputada Zoe Konstantopoulou, que já está chegando. É o mesmo esquema financeiro.

É um esquema que cria uma empresa estatal não dependente, uma sociedade de propósito específico para emitir papéis com garantia estatal. Esse é um ponto fundamental de divergência entre o que eu apresentei e o que o Dr. Mauro apresentou, porque ele falou que não tem garantia estatal. Tem. Tem garantia estatal.

É o mesmo esquema identificado na Grécia e aqui. De tal maneira que, para a Grécia, no primeiro ano, as garantias que os países europeus deram foi de 440 bilhões de euros. O prejuízo que esse esquema gera, no ano seguinte, já elevou essas garantias para 780 bilhões de euros. Eu não vou falar mais sobre a Grécia, porque nós vamos receber a Deputada Zoe.

Mas qual é o esquema sofisticado implantado no Brasil? A criação da estatal não dependente, sociedade de propósito específico. Os sócios majoritários são os Estados e Municípios, e ela emite debêntures com garantia dos entes federados. Esse esquema conta com a *expertise* do FMI.

É o mesmo desenho do esquema encontrado na Europa. As garantias são prestadas pelos entes federados. Isso tudo vai virar dívida pública, sem que Estados, Municípios e União tenham recebido um centavo. Porque quem recebe o dinheiro da venda das debêntures é a empresa, e a empresa tem que remunerar administradores. Toda aquela parafernália de empresas é um grande negócio.

Um engenheiro produziu esse vídeo, Esquema Fraudulento, é uma animação. Depois, se houver autorização, a gente coloca aqui, é um minivídeo de seis minutos.

Bom, vamos pegar o texto do PLS 204. O que ele diz? "É permitido aos entes da Federação [...] ceder direitos [não o crédito, os direitos, isso ficou muito claro na exposição do Sr. Mauro] [...] a pessoas jurídicas de direito privado [...]". Aí começa a máscara.

Quando as pessoas leem pessoa jurídica de direito privado, até parece que é uma empresa privada que está comprando. Não é, é uma empresa estatal, é uma empresa estatal não dependente regida pelo direito privado.

Então, o primeiro pedido é que o projeto de lei seja claro, que coloque ali que é para uma empresa estatal não dependente. Que empresa é essa? Criada para comercializar, para emitir debêntures. Essa atividade não atende ao disposto no art. 173 da Constituição Federal, que estabelece as condições para se criar uma empresa estatal.

Para se criar uma empresa estatal – está lá na Constituição Federal –, essa empresa tem que atender ao interesse público, à necessidade coletiva. Qual o interesse público por trás de emissão de papéis, desse tipo de negócio financeiro? Não há.

Então, para começo de conversa: esse tipo de estatal, para emitir papelada financeira, é inconstitucional. Isso está aí: apresentação oficial da CPSEC de São Paulo. As securitizações são feitas pela CPSEC, que é uma sociedade controlada pelo Estado, empresa não dependente. Olha o formato. Está vendo por que esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pareceres todos têm que ser revistos? Houve informação distorcida. Então, é preciso colocar as informações corretas. E vamos ver que parecer que virá.

A CPSEC tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios do Estado. Essa atividade não se enquadra entre as exigências do art. 173 da Constituição Federal para criação de empresa estatal.

E a garantia está aí: devido à existência de debêntures subordinadas em poder do Estado, as operações são classificadas como? Com retenção de riscos e benefícios. Isso é o jargão do mercado para dizer: "Há garantia." Então, a garantia está sendo mascarada por meio das debêntures subordinadas que são entregues pela estatal não dependente para o ente federado.

O PLS autoriza cessão de direitos creditórios, inscritos ou não em dívida ativa, porém, como dito já anteriormente, ele não modifica a natureza dos créditos, ele não altera as condições de pagamento, ele não transfere a cobrança. Olha: ele não transfere a cobrança. Então, o que está sendo cedido? O que está sendo cedido? O que está sendo cedido é simplesmente uma garantia pública. O valor dos créditos, inscritos ou não em dívida ativa, é o cavalo de troia. É o cavalo de troia. O crédito não sai do lugar, continua sendo cobrado pelas Procuradorias de Fazenda em âmbito federal, estadual, municipal ou, onde não existem, pela Secretaria de Fazenda. O crédito não sai do lugar. O que está sendo cedido é garantia. O ente público recebe debêntures subordinadas para documentar essa garantia concedida. É preciso desmascarar isso, porque quantas pessoas entendem essas jogadas de mercado, que por trás dessa debênture subordinada é que está a garantia?

Isso vai gerar dívida pública – aliás, já é. Empresa estatal emitindo papel já é dívida pública. E isso vai aprofundar a "financeirização" no País, por conta: cada debênture que é emitida tem um seguro, tem uma série de negócios envolvidos. Não existe a propagandeada cessão de créditos. Os jornais anunciam venda de dívida ativa, vai ser um bom negócio.... Não existe isso. A dívida ativa não é vendida, não sai do lugar, continua sendo cobrada pelos órgãos competentes, está escrito no projeto de lei.

A dívida é meramente o parâmetro para indicar o tamanho da garantia concedida pelo ente federado à empresa estatal não dependente. A concessão da garantia é formalizada por meio das debêntures subordinadas emitidas pela estatal não dependente e entregue. Isso está muito claro no dispositivo, escrito no projeto de lei que está lá, "a cessão compreende apenas o direito autônomo". O que é o direito autônomo ao recebimento do crédito? É o cavalo de troia. A dívida ativa podre está lá. Imaginem a montanha da dívida ativa, a maior parte dela incobrável. Arrecada-se de 2% a 5% apenas. A montanha está lá. O que está sendo cedido? O direito autônomo. O que é o direito autônomo? O direito de vir a arrecadar aquilo. Um fantasma, gente, o cavalo de troia.

Como é que o esquema funciona? A estatal não dependente, empresa pessoa jurídica de direito privado, vende a debênture sênior, o filé-mignon, para investidor privilegiado. Nenhum de nós aqui consegue comprar, porque essa operação é feita com esforços restritos de colocação. Somente investidores muito especiais vão ficar sabendo dessa operação. Ele pode vir a pagar até parceladamente e, ao mesmo tempo, essa estatal não dependente, pessoa jurídica de direito privado, emite a debênture subordinada e entrega para o ente federado, para documentar a garantia.

Então, são esses dois tipos de debêntures. Uma é a sênior, que são debêntures que possuem garantia do ente estatal e são vendidas a investidores privilegiados com esforços restritos de colocação.

No caso da PBH Ativos S.A., empresa estatal não dependente de Belo Horizonte, o Banco BTG Pactual, que está muito mal na fita – o presidente estava preso até outro dia –, realizou essa operação, cobrou comissão, dizem que comprou a totalidade das debêntures, ele mesmo. Isso é o que corre por lá. Juros de IPCA mais 11%! O IPCA, no ano passado foi quanto, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Doze por cento. Façam as contas. Quanto que é 12 + 11? Remuneração de 23%.

As debêntures subordinadas são entregues para o Estado ou Município, não podem ser comercializadas, servindo apenas para documentar a garantia.

O SR. LUIS NASSIF – Só uma perguntinha, você fala que é IPCA mais 11, sobre o valor de face? Mas isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tem deságio também na compra?

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Essa informação a gente não conseguiu ainda. Pode ter. Pode ter, as notícias de jornais dizem que tem.

Como o esquema está funcionando em São Paulo? Olha ali a apresentação oficial da Secretaria da Fazenda de São Paulo, certificada pela Fipecafi. Olha o desenho, é o mesmo desenho que nós identificamos. A CPSEC entrega a debênture sênior para os investidores e entrega as debêntures subordinadas para a Secretaria da Fazenda.

Olha, eu coloco a foto, porque, às vezes, as pessoas não acreditam. A PBH Ativos S.A. foi criada por lei municipal com capital de R$100 mil. A Câmara de Vereadores aprovou uma lei criando a PBH Ativos S.A. com capital de R$100 mil. Quando ela começa a emitir debêntures, olha lá, ela emite 2.300 debêntures no valor de R$100 mil cada uma. Vocês estão vendo por que a PEC 55 está garantindo recurso fora do teto para aumento de capital da estatal não dependente? Estão vendo por quê?

A empresa é criada com capital de R$100 mil e, quando ela começa a emitir debênture, cada debênture que ela emite é no valor de R$100 mil. E, de uma vez só, ela emite 2.300 debêntures! Olha lá, Luis Nassif, os juros, o prazo de vencimento é de sete anos, com pagamento de amortização e juros à taxa de 11%, acrescido de IPCA. É sobre o bruto. É sempre sobre o bruto. É insustentável. E olha o detalhe: em 15 de abril, realizou sua emissão de debêntures, com garantia real. Está escrito lá. Está vendo? Isso foi copiado, fotografado do *site*. Estão vendo que é com garantia real?

O Sr. Mauro disse aqui que não tem garantia do Estado e que, por isso, a Procuradoria deu parecer favorável. Tem garantia do Estado. Está lá.

No Estado dele, foi criada a PRSEC, que já apresentou prejuízo de R$800 mil. A empresa nem emitiu debênture ainda e já está onerando o Estado em R$800 mil!

O esquema se alastra: em Porto Alegre foi criada a Investepoa, mas foi expedida uma decisão cautelar do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul determinando que não se constitua a empresa por representar danos efetivos ao patrimônio e ao Erário municipal. Ele apresentou aqui que isso já está operando em Porto Alegre. Não está, não.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Está suspenso por decisão judicial. E há decisão equivalente do TCU em relação a empresas de Belo Horizonte, Nova Iguaçu e Brasília. Tudo isso está suspenso, aguardando a decisão do PLS 204 aqui ou do 181 e do 3.337 lá na Câmara para legalizar esse esquema.

Nós esperamos que o Senado Federal não faça isso. Esse esquema jogou a Grécia e outros países europeus na desgraça. E olha o que está sendo colocado aqui, no Brasil! É um esquema financeiro. O PLS diz que as cessões não se enquadram como operação de crédito da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o TCU, o Ministério Público de Contas já disse que é uma nítida e clara operação de crédito. É um negócio ilegal (Processo TC-016.585, do Tribunal de Contas). Mas o Meirelles, banqueiro à frente do Ministério da Fazenda, está lá conversando com o TCU para dizer que não, que não é operação de crédito, não. Mas o TCU e o Ministério Público de Contas já disseram que é. Esse trecho em itálico aí é transcrito do relatório do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas: "Arrumaram um subterfúgio ilegal com aparência legal para antecipação de receita e burlar a LRF." "Esse mecanismo compromete as gerações futuras [...]". Isto quem está dizendo é o Tribunal.

Esse PLS 204, essa cessão de crédito que ele diz é um cenário. Não há cessão nenhuma. O que há é emissão de debêntures, de papéis novos, com régia remuneração. Vocês viram lá o caso de Belo Horizonte: ano passado, 23% de rendimento, por ano. Isso é um escândalo! A emissão de debêntures por estatal não dependente com garantia do ente público configura operação de crédito. É esquema de transferência de recursos públicos para o setor financeiro nacional e internacional. Essa operação vai possibilitar grandes negócios. E é uma burla à proibição legal de emissão de títulos da dívida por Estados e Municípios. Eles não podem emitir títulos. Então, estão criando uma empresa de fachada, uma estatal que não obedece ao art. 173 da Constituição para fazer essa emissão, e o dinheiro da emissão não vem para o Estado, mas vai para a empresa. E a empresa remunera seus administradores, gasta, etc, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Os Estados e Municípios não terão benefício algum. Os recursos – era o que eu estava dizendo – são recebidos pela empresa e vão ser rapidamente consumidos, com deságios, com pagamento de juros exorbitantes, com consultorias milionárias, com custos financeiros.... Cada documento desse esquema financeiro é caríssimo. É tudo serviço altamente especializado. Remuneração dos administradores.... É por isso que está tendo prejuízo lá no Paraná. Os administradores são regiamente remunerados. E, por se tratar de estatal não dependente, os entes federados serão chamados a honrar a garantia e a continuar pagando juros e amortizações da debênture, gerando dívida pública. É por isso que a PEC 55, que coloca no Texto Constitucional o privilégio do setor financeiro e amarra todas as despesas primárias para que sobre mais dinheiro ainda para pagamento de juros, também deixa fora do teto a destinação de recursos para empresas estatais não dependentes. Olha que infâmia! (*Pausa.*)

Não está passando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Não acabou, não. O melhor vem aí.

Por que não está passando, gente?

Aí.

Como esse esquema entrou no Brasil? Como?

No ano passado, nós começamos a pesquisar e encontramos essa interessante empresa, ABBA Consultoria e Treinamento, oferecendo consultoria sobre estruturação de emissão de debêntures para Estados e Municípios, oferecendo cursos e consultorias. Quem é o responsável por essa empresa? Edson Ronaldo do Nascimento. É o mesmo esquema da FSF, localizada em Luxemburgo.

Publicamos um artigo denunciando isso, essa vergonha, de oferecer, publicamente, curso para uma operação flagrantemente ilegal, inconstitucional. Eles tiraram o *site* do ar. Olha só como estão seguros, como estão tranquilos! Tiraram o *site* do ar, mas nós temos foto do *site* inteirinho, e com várias pessoas.

Quem é o Sr. Edson Ronaldo do Nascimento? Consultor da ABBA, que tirou o *site* do ar, Presidente da PBH Ativos S.A... Ele foi Presidente dela. Olha ali a foto de um documento com a assinatura dele. Ele foi Superintendente da Secretaria da Fazenda de Goiás, foi Secretário da Fazenda de Tocantins, é consultor assistente do FMI, já teve cargo no DF e até na Secretaria do Tesouro Nacional.

Eu fiquei curiosa para saber quem assinou aquele ofício circular da STN que o senhor mencionou aqui, Sr. Mauro. Se o senhor puder dizer...

O SR. MAURO RICARDO COSTA (*Fora do microfone.*) – Luiz Tacca. Já falecido.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Ah, tá!

Bom, ele já esteve lá.

O SR. MAURO RICARDO COSTA (*Fora do microfone.*) – Por favor, não o critique. Ele já faleceu.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Que Deus o tenha!

O SR. MAURO RICARDO COSTA (*Fora do microfone.*) – Ele pode puxar seu pé à noite.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Não, já está... Que Deus o tenha!

Então, vejam bem: a mesma pessoa vende a consultoria, preside estatal não dependente, criada de acordo com a sua consultoria, ocupa cargos, vai pulando de Estado em Estado, ocupando cargos onde tem poder decisório, poder político. Assim o esquema se alastra.

Em São Paulo, onde foi criada a CPSEC, ninguém menos do que o Secretário da Fazenda de São Paulo, Sr. Renato Vilela, é sócio da CPSEC. Olha a foto lá do quadro acionário: Renato Vilela. É sócio! (*Pausa.*)

E um escândalo, a PEC 55 garante recurso fora do teto, está lá: não se incluem nos limites, não se incluem no teto despesas com aumento de capital de estatais não dependentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – É a garantia.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – É claro, porque nós vimos, no caso de Belo Horizonte: se a empresa é criada com um capital de R$100 mil, e cada debênture que ela emite tem R$100 mil, é lógico que ela vai precisar de aporte de capital, e de onde virá isso? Do dinheiro público. E a PEC que vai congelar por 20 anos saúde, educação, vai empurrar uma reforma da previdência porque vai ter que diminuir pela metade o gasto da previdência para a PEC vingar, ela reserva dinheiro para esse esquema. Isso é um escândalo! É um escândalo o que está passando neste Senado Federal, mas o povo sabe, e um dia os senhores vão ter que responder por isso.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Todos os dias a gente responde...

Não venha aqui nos ensinar...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – O senhor respeite a minha palavra também.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Respeito, mas a senhora não pode...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exª que...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Eu quero assegurar a palavra à expositora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Isso aqui não vai se transformar numa brincadeira. Estamos levando a sério esta questão, que é muito séria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – *Modus in rebus*.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – O Senado tem que ter consciência de que o povo sabe, o povo sabe do esquema que está por trás dessa criação de empresas estatais não dependentes para emitir papéis. O povo sabe! O povo sabe o objetivo verdadeiro por trás dessa PEC 55, que é colocar no Texto Constitucional o privilégio do setor financeiro, deixando garantia para o pagamento de juros e garantia para esse esquema, um esquema que já quebrou a Grécia e quer arrebentar com o Brasil.

O povo sabe das condições do nosso País, um dos países mais ricos do mundo e que, se fizesse um modelo tributário justo, a correta exploração dos nossos recursos, como a alternativa que foi apresentada pelo Senador Requião, não precisaríamos desses mecanismos fraudulentos. Então, o nosso pedido aqui em nome do povo – estou aqui representando o povo, representando a Auditoria Cidadã da Dívida, uma associação sem fins lucrativos e, diga-se de passagem, nosso trabalho é totalmente voluntário, é um trabalho dedicado ao povo brasileiro – é que nós exigimos a rejeição a esse PLS 204, de 2016. Se não for possível, de imediato, rejeitar, que retirem a urgência e ampliem o debate, esmiúcem ponto a ponto, aprofundem o debate para descobrir a verdadeira essência dessas operações, o que está por trás dessa venda de debêntures por estatais não dependentes com deságio, com juros estratosféricos, além de custos de consultorias milionárias, administração, custos de administração, custos financeiros e remuneração de administradores. O que está por trás de tudo isso?

Este Senado tem que impedir claramente a garantia estatal disfarçada por meio de debêntures subordinadas e que irá viabilizar o repasse de recursos públicos a esse tipo de empresa. É preciso ampliar o debate, convocar aqui, trazer para sentar aqui governadores, prefeitos que demonstrem as contas, que mostrem que o prejuízo dessas empresas está sendo mascarado pelo fluxo. Aliás, o Sr. Mauro fez aqui... Eu até fotografei a tela que ele mostrou. O fluxo da parcelazinha da dívida ativa que é arrecadada está transitando por essas empresas porque, se ficasse somente o negócio das debêntures ia ficar escancaradíssimo o prejuízo. Então, além do negócio das debêntures, o fluxo do pouco que se recebe da dívida ativa está transitando por essas empresas para mascarar o dano financeiro e patrimonial desse tipo de negócio, como ele mesmo mostrou aqui.

Nós temos que convocar então os governadores e prefeitos para virem aqui mostrar claramente, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

maneira transparente qual é o prejuízo que esse negócio de debêntures está trazendo e separar, segregar o fluxo que está transitando por essas empresas para deixar bem claro como é que o povo vai pagar essa conta. Nós precisamos acionar os órgãos de controle, o próprio Senado deve acionar o Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar, inclusive, ao Congresso Nacional.

Participar da Frente Mista. Nós temos uma Frente Mista da qual vários Senadores aqui desta Comissão são signatários. Um dos objetivos dessa Frente Mista é ampliar esses debates relacionados à geração de dívida pública.

Realizar a auditoria dessa dívida prevista no art. 26 do ADCT da Constituição e impedir que a PEC... A PEC está em andamento aqui, ainda é possível uma emenda de Plenário para impedir que recursos sejam destinados para empresas estatais não dependentes que não atendam ao disposto no art. 173 da Constituição porque nós temos estatais não dependentes, como a Petrobras e a Eletrobras, que atendem ao disposto no art. 173 da Constituição. Então, é preciso distinguir e deixar fora da PEC, tirar da PEC essas estatais não dependentes que não atendem ao disposto no art. 173 da Constituição.

Eu agradeço imensamente a atenção de todos e todas e fico a disposição para eventuais perguntas.

Muito grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – A Mesa agradece a exposição de Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, e passa, imediatamente, a palavra para o Presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Venilton Tadini.

O SR. VENILTON TADINI – Bom dia a todos.

Agradeço a oportunidade de estar no seleto ambiente, à Senadora Gleisi, Presidente da Comissão; ao Senador Requião, presidindo os trabalhos da Mesa; ao Senador Relator, Paulo Bauer. Para mim, é uma satisfação estar aqui e poder esclarecer pontos que são absolutamente fundamentais para que nós tenhamos condições de dar tratamento a uma questão que é absolutamente fundamental, que é a retomada de investimentos para infraestrutura.

Vocês devem estar pensando o seguinte: por que esse sujeito veio aqui falar de infraestrutura se nós estamos falando de uma questão referente à securitização de recebíveis? É muito simples. O País hoje está investindo cerca de R$130 bilhões em infraestrutura, que não representa mais do que 2,1% do PIB. Para que nós pudéssemos de fato ter condições de repor só a depreciação dos ativos de infraestrutura, nós precisaríamos de 3% do nosso produto. Para que nós tivéssemos condições de ter uma taxa de crescimento que volte a 4%, a 4,5% ao ano, nos próximos dez anos, teríamos que estar investindo pelo menos 5% do produto em infraestrutura, ou seja, R$300 bilhões.

Obviamente, não existe nenhum país do mundo que consiga fazer um programa dessa natureza se não tiver um ente público forte. Não significa dizer que o investimento não possa ser comandado pela iniciativa privada, mas investimentos autônomos são características específicas de serem tomadas e alavancadas e promovidas pelos entes públicos, principalmente definindo programas de desenvolvimento, projetos estruturantes e definindo claramente as regras do jogo para que isso se dê.

Como se insere a questão da securitização nesse tipo de tema, que é tão doloroso para a população, que chegará aproximadamente a 14, 15 milhões de desempregados até abril ou maio, se nada for feito? Para que seja efetivamente recuperado esses investimentos, que precisa de entes públicos que novamente recuperem sua capacidade, é que se coloca a proposta da securitização de recebíveis.

Eu não gosto de falar com as pessoas quando elas não estão presentes. Eu vi que a D. Maria Lúcia parece representar uma ONG, é isso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Ela representa a Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida. É uma ONG.

O SR. VENILTON TADINI – Está certo. Quando se esclarece dúvidas, é mais fácil do que se esclarecer confusões.

Então, eu noto – e vou esperar que ela volte, porque não gosto de falar para as pessoas que não estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

presentes – que falar de garantia com uma operação subordinada de debêntures que voltam para o ente público que cedeu um direito de receber, eu nunca vi maior absurdo na minha vida. Eu, que no passado trabalhei muito no sistema financeiro, já fui dois anos e meio diretor de infraestrutura do BNDES, já fui diretor de banco privado também, graças a Deus hoje represento uma entidade de classe que está aqui precisando recuperar os investimentos, nunca ouvi nada tão absurdo quanto o que acabei de ouvir nesses poucos minutos que foram relatados.

Um crédito bancário se estabelece por garantias pessoais e garantias reais. No caso em tela, a debênture subordinada é uma parte menor da estrutura de recebíveis que fica circunscrita na entidade que é independente, e ela não é independente porque tem esquema, mas é independente justamente para não dar direito de recesso na obrigação do Erário. Então, é um absurdo o que ouvi aqui! E eu fui diretor do Tesouro. Em 1986, eu ajudei a criar o Tesouro Nacional. Várias regras que estão ali até hoje fui eu que ajudei a relatar e escrever. Eu escuto um troço desse aqui... Desculpe-me, eu não conheço a senhora e gostaria que ela estivesse presente, porque chamar a todo instante uma operação como esquema...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VENILTON TADINI – Ah, chegou.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Se quer o contraditório, espere a presença. Um pouco mais de calma, também, na sua exposição.

O SR. VENILTON TADINI – Pois não.

Drª Maria, eu estava colocando o seguinte: eu fiz aqui uma colocação a respeito da minha presença neste momento. Eu represento uma entidade de infraestrutura que está absolutamente fragilizada pela debilidade dos investimentos e pela perspectiva de desemprego que está se avolumando por vários projetos que deveriam estar andando, mas que não estão.

Então, por isso, esse tema de reforçarmos a capacidade do ente público de vir a executar políticas públicas é um assunto bastante sensível para a entidade que eu presido. É uma entidade – gostaria de deixar claro – que congrega não só empresas concessionárias, construtoras, bancos de investimento, grandes construtores, os maiores escritórios de advocacia do País, fundos de *private equity*, então, é uma entidade que representa efetivamente os interesses dos investimentos na infraestrutura do País. Nós precisamos tirar o País da posição de 120º colocado, apesar de estar entre as dez economias do mundo, na qualidade de infraestrutura. Então, a nossa possibilidade de atingir um nível de competitividade global é absolutamente prejudicada em relação a isso.

Eu estava dizendo que eu me senti muito surpreso em relação à colocação que foi feita no que diz respeito à questão da forma como são estruturadas as garantias da operação, que conheço em detalhe. Quando se trata de um ente independente, o objetivo desse ente independente e com debêntures subordinadas, é para que justamente ele não recaia novamente no ente público e onere a receita futura que aquele ente público vai ter.

Repetindo, eu estava colocando aqui que não se trata de ter dúvidas. Há algumas confusões, porque, do ponto de vista de estrutura bancária, eu já fui diretor do BNDES, eu já fui diretor do Tesouro Nacional, não se coloca... E eu queria explicar isso didaticamente, porque é fundamental. Já é a terceira vez, em 15 minutos que fiquei aqui, que ouvi a mesma coisa, que é o seguinte: essa questão no final vai parar como responsabilidade do Erário. Não é verdade. E não é verdade porque eu sou dono de uma verdade aristotélica. Não. É por questões técnicas.

Quando se cria um ente, um ente não dependente, significa que ele não tem vínculo, do ponto de vista orçamentário, com a principal base orçamentária. Quando se emite um papel, lastreado num recebível, todo esse papel lastreado por recebível... Suponhamos que nós temos recebíveis de 100, qual é o cuidado que se tem com operação dessa natureza? Eu não emito 100 de debêntures. Eu conheço mais o Estado de São Paulo. Você emite 20 de debêntures, que não são subordinadas, são as debêntures seniores, e você lastreia com uma quantidade maior ou igual, dependendo do risco do recebível, o recebimento futuro do privado que encarteirou esse papel, que pode ser banco público também, não há nenhuma restrição.

O que significa isso? Quando você estrutura uma garantia dentro do mercado financeiro com a debên-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ture subordinada, significa, para aquele que é o tomador do recurso, que, se a debênture sênior teve problema, o primeiro a honrar aquele compromisso é a debênture subordinada. Não é pelo fato de que o próprio Estado ficou com aquele recebível, que é o bolso do Estado que vai honrar. Não, aquele é o recebível que já foi colocado na empresa não dependente.

Então, é um equívoco achar que, ao pegar a debênture subordinada, aquilo significará uma perda de receita futura ou de uma dívida maior num momento seguinte para o Erário. É uma questão técnica, não é uma questão de uma profissão de fé.

Então, eu queria dizer que a base do seu raciocínio que foi colocado está absolutamente equivocado. Eu posso, inclusive, detalhar tecnicamente cada uma dessas passagens pelo conhecimento que tenho da estrutura financeira.

Eu pergunto à senhora se a sua experiência é em banco, em instituição financeira. Qual é a sua experiência?

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Como auditora.

O SR. VENILTON TADINI – Como auditora em instituição financeira?

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Já auditei vários bancos.

O SR. VENILTON TADINI – Certo. E uma debênture subordinada, se não for honrada no âmbito da própria operação, que está definida no prospecto que ela é o limite da garantia.... Você veja, está dizendo: garantias são garantias pessoais e garantias reais. Garantias reais, no caso em tela, são as subordinadas, que derivam do próprio recebível, não vão ao Erário, não batem no patrimônio público. Ora, se não dei garantias pessoais, não teve ninguém da gestão da entidade que tenha assinado, e as garantias reais são os próprios recebíveis, como isso vai rebater no Erário?

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – O senhor me permite?

O SR. VENILTON TADINI – Claro, pois não.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Nesse caso, os recebíveis são o direito de vir a receber uma dívida ativa que não vai ser recebida, todo mundo sabe que ela não é recebida.

O SR. VENILTON TADINI – De novo, desculpe, a senhora não entendeu a operação. Então, eu vou dizer como funciona. Antes de emitir esse recebível, ele é auditado por uma empresa de auditoria de primeira linha e é uma agência de *rating* que vai classificar esse risco.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Claro.

O SR. VENILTON TADINI – Quando essa debênture for emitida, o que acontece? Já houve uma relação contratual entre o Erário, que cedeu para essa SPE ou agência securitizadora, e esse recurso cedido, esse fluxo que está na sociedade independente, vai ser emitido a mercado para captação. Então, tem, sim, um lastro de recebível, dado numa relação jurídica perfeita com o ente público. Então, ela está circunscrita, esse risco, na entidade não dependente. Então, na hora em que emito uma sênior, o limite que pode ocorrer de perda é o fluxo que foi transferido, que tem uma parte da subordinada. Nunca, jamais, em hipótese alguma, isso rebate de novo ao patrimônio do Erário. Meu Deus do céu, isso é uma coisa fundamental, porque é a base do seu raciocínio! A gente não pode trabalhar com premissas equivocadas, pois elas levam a conclusões não assertivas.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Então, por que a PEC reserva recursos públicos para aumento de capital de empresas não dependentes, se não tem nenhum vínculo? Por que a PEC 55 tem de reservar esse recurso, então, se não tem nenhum vínculo?

O SR. VENILTON TADINI – Respondo que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Eu estou falando da operação de debêntures, que não rebate ao Erário, está certo? São coisas distintas. Eu estou falando da operação de debêntures, que foi chamada de "esquema". Eu conheço esse rapaz aqui, quando eu era do Tesouro ele estava de calça curta ainda. Ele é um dos maiores profissionais que conheço do setor público, egresso da Receita Federal de um quadro bastante forte em capacitação técnica. Eu jamais, em hipótese nenhuma, diria que o nosso amigo Mauro Ricardo, participou de um esquema. Jamais! Eu gostaria que alguém aqui me dissesse, de todos os locais por onde ele passou, onde ele exerceu sua atividade, se ele montou algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

esquema para se locupletar, seja em instituição financeira ou em outro tipo de entidade.

Então, a gente tem de ter cuidado com as palavras. Agora, o que posso afirmar para a senhora é que o que a senhora disse aqui está errado. Não é que não é verdade, está errado tecnicamente, porque garantias bancárias se dão com mecanismos formais para que isso seja estruturado.

Mas, voltando à questão da infraestrutura, porque estou defendendo esse tema aqui? O que tenho a ver com essa história? Pelo fato de estar havendo uma série de equívocos na forma de tratar no tempo o ajuste fiscal, porque o custo para o Erário não é o custo da emissão da debênture, é o custo que vou ter se eu sinalizar que não estou fazendo um ajuste fiscal de médio e longo prazo. Isso vai me trazer um custo de rolagem futura pelo descrédito na colocação futura do título.

O que é para fazer aqui? A operação que eu estou propondo, e reforço aqui, é que seja feita pela União. O que estou falando? Hoje, a União tem cerca de R$40 bilhões a R$ 50 bilhões de dívida ativa renegociada com entidades com *rating* excelente. Eu tenho aqui, posso até mostrar aos senhores, uma relação. Ela não é minha, são dados da Secretaria da Fazenda. Esse dado já é um pouco antigo, hoje está por volta de 45 a 50 o número dos maiores devedores formalizados. Não estou quebrando sigilo fiscal, esses dados estão no *site* do Ministério da Fazenda. Se eu pegar uma operação dessas com essas empresas, eu monto isso em 60 dias, não preciso criar empresa não dependente, eu tenho a EMGEA, eu uso a EMGEA para fazer isso, ela está lá, já está criada e tem finalidade clara para esse tipo de negócio. É algo que você pode fazer rapidamente. E coloco, com o *rating* que tem essas empresas, 50% de cota sênior e 50% de subordinada dentro dessa empresa. Eu faço uma emissão de debêntures.

Aqui nós podemos ver, num quadrinho que montei aqui atrás, que, se tivéssemos uma operação, por exemplo, de R$90 bilhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENILTON TADINI – Não precisa ser isso, pode ser de R$60, R$50, o número que fosse, o fato é que eu teria de fazer uma transferência naquilo, da cota-parte de Estados e Municípios, e transfiro para a securitizadora de R$90 a R$60 bilhões. Metade de cota subordinada a 30 e metade de cota sênior. Essa cota subordinada que esteve lá, que veio da União, é um lastro adicional de garantia para que eu faça a emissão a uma taxa boa e, além disso, com uma inadimplência, caso haja, na debênture sênior, que não rebata ao Erário, porque é uma cessão definitiva. Portanto, não há transferência de sucessão, nem de natureza creditória nem de dívida. Essas são questões formais, técnicas, não é o que eu acho. Eu já achei muito quando era novo. Hoje, com mais de 60 anos, eu não acho mais nada, eu tenho clareza dos fatos. É assim que a vida é.

Então, se eu tiver... E aqui é a coisa que é para mim fundamental, porque, desses R$30 bilhões de subordinada, eu poderia pegar uma parte da subordinada e lastrear o Fundo Garantidor de Infraestrutura, porque hoje o País não faz investimento com recurso externo porque ele não tem garantia na volatilidade cambial. Eu poderia usar esse lastro para dar garantia para riscos não gerenciáveis em projetos de investimento em infraestrutura. Não preciso usar tudo, porque, como o valor é substantivo, basta eu usar 20% disso e estarei dando lastro para que, efetivamente, eu consiga deslanchar investimentos de infraestrutura e que o BNDES possa fazer *project finance non-recourse,* que não faz hoje porque não tem estrutura de garantias adequadas, e é obrigado, por isso, a pedir garantias corporativas, porque não tem empresa com balanço para dar garantia corporativa em projeto de infraestrutura – nem aqui, nem lugar algum do mundo.

Agora, o desenho fica mais bonito. Onde entram Estados e Municípios? Aqui. Se houver adesão dos Estados e Municípios, quando consigo transferir para a securitizadora os R$90 bilhões. Aí, metade daquilo que é cota sênior, dos R$30 bilhões, vai direto para os Estados e Municípios e resolve o problema que há hoje, do perigo imediato que existe do descasamento entre o aumento da despesa sem necessariamente você ter acompanhado a receita. Então, isso é uma forma rápida de resolver o problema.

Eu vejo gente falando de pegar recebíveis de *royalties* e dar como garantia de captação de recursos. Isso é horroroso, isso é a forma ruim de se fazer. Esta é a forma adequada: eu estou pegando eventos pretéritos, vencidos, estou dando liquidez numa captação para os Estados e União, repasso a eles a cota correspondente. E a cota subordinada que pertence a Estado e Município, novamente, serve de lastro para os programas de PPI e serve de lastro para as concessões estaduais que hoje não desenvolvem projeto de investimento, porque não há companhias garantidoras com lastro para programas de parceria de investimento. Então, é uma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

muito interessante um exercício dessa natureza.

Eu, em relação às outras questões que o Mauro colocou, se quiser, Mauro, assino tudo o que você disse do ponto de vista formal. E você ainda esqueceu de mencionar que há parecer também até do Ministério Público, quando discutiu a Resolução nº 43 do Senado. Então, do ponto de vista legal, não há dúvida que isso não é operação de crédito. Não é operação de crédito. De novo, eu participei da origem do Tesouro. Se o sujeito fala para mim que isso é uma operação de crédito...

Não sendo, portanto, não afeta dívida, não é endividamento do Estado. Por ter uma estrutura de garantia, e é por isso que tem a cota subordinada, essa cota subordinada é justamente para que não vá ao Erário rebater no patrimônio público.

Então, eu queria só prestar esses esclarecimentos. Eu acho que foi importante este momento para falar, porque eu acho que aqui existem mais confusões do que dúvidas. E essas confusões nos levam a decisões desastrosas.

E quanto à Grécia, com o maior respeito que eu tenho pelos gregos, pelos helênicos, é o seguinte: não há que se comparar finanças públicas brasileiras com a Grécia. Segundo, a grande diferença que existe, e aí eu concordo que é o Fundo Monetário, é que os gregos caíram na esparrela no cavalo de troia, e deram como garantia o patrimônio na emissão. E isso não acontece aqui. Foi um erro olímpico, como diria o Delfim, fazer uma bobagem dessa natureza. E essa bobagem aqui não existe. Aqui quem fez sabe o que está fazendo, a estrutura está bem montada e não tem esquema nenhum.

Muito obrigado pela palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Com a palavra, para sua intervenção, o Professor da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Kerbes.

O SR. CARLOS KERBES – Senador Requião, Senador Paulo Bauer, demais Senadores presentes, Senadora Gleisi, Senador Lindbergh, Vanessa, José Aníbal, é muito interessante a gente ter a oportunidade de expor aqui e, por sorte, após ouvir a Maria Lúcia e ouvir também o Presidente da ABDIB.

A gente vem estudando essa questão de finanças públicas e dívida ativa há pelo menos 20 anos dentro da academia, a gente tem um grupo que envolve diversas universidades, dentre elas a USP, as universidades federais de Minas, Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo. Esse é um tema que vem sendo discutido há muito tempo, e o que a gente tem visto é que ele está no radar dos órgãos de controle externo. E a gente pode citar documentos formais que existem, como o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que mencionam aos entes públicos que tratem de melhorar a eficiência na recuperação desses créditos, na gestão e na recuperação.

Com o tempo, vêm acontecendo alguns fatores, nesse processo, advindos da melhoria tecnológica, da digitalização. Então, a gente tem o maior Tribunal de Justiça do mundo, que é o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com 93 milhões de processos. Está completamente digitalizado, permitindo que os Municípios coloquem inteligência artificial nesse processo e consigam enxergar exatamente como está a base de gestão desses ativos.

Eu vou passar um pouco para frente aqui, para mostrar, primeiro, uma tabela que está difícil de enxergar, mas o que a gente vê aqui é o nível de eficiência na recuperação desses créditos inadimplidos. Se a gente olhar aquela tabela dos percentuais, a gente vai ver que a grande maioria está abaixo de 1% do estoque atualizado dos créditos inadimplidos e, nesse caso, os inscritos em dívida ativa já passaram pela tentativa de recuperação administrativa, já tiveram inscrição em dívida ativa e, a maioria absoluta deles, o ajuizamento. O que tem ocorrido para esses estoques existirem é que existe uma ineficiência no processo que é transferida para os Tribunais de Justiça e represada por lá.

Quando a gente volta aqui nesse processo e dá uma olhada no geral, uma análise dessa operação vista, claro, observando as questões de mercado, mas olhando para a operação a partir da ótica do ente público que vai fazer a cessão desses direitos creditórios e que vai buscar recursos em cima disso, ele necessariamente precisa fazer com que isso ocorra dentro dos ditames legais existentes.

Eu vou citar, rapidamente, a base constitucional. Em princípio, a gente começa com o art. 165 da Constituição, que trata da possibilidade de você gerir apartadamente algumas receitas, desde que com autorização legislativa. Então, cada Estado, cada Município necessariamente tem que ter uma lei própria, preferencialmen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

te uma lei complementar estadual ou municipal, que permita a gestão orçamentária apartada. Os arts. 71 a 74 da Lei nº 4.320, a lei geral de contabilidade pública, permitem que sejam criados fundos especiais.

Até agora se falou aqui da criação de companhias estatais não dependentes, as SPEs, mas existe uma outra alternativa também, que é a criação de um fundo especial da dívida ativa, que, conforme regramento da Receita Federal, pode ter um CNPJ numa entidade sem personalidade jurídica, nos mesmos moldes dos fundos especiais de educação e saúde.

Quando você tem um fundo especial da dívida ativa, você não tem a criação de uma nova companhia. Então, a legislação permite fazer os dois, cada ente escolhe. Então, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Belo Horizonte, aqui citados, e outros vários Municípios que ainda não colocaram a operação a mercado, resolveram optar pela criação de uma empresa estatal não dependente, porque é uma operação que o mercado financeiro já conhece e acredita na segurança da operação.

A gente vem trabalhando paralelamente para mostrar que existe essa outra possibilidade e que, complementarmente à cessão para essa SPE, para essa estrutura apartada de gestão dos créditos inadimplidos, sejam eles parcelados ou não, ajuizados ou não, inscritos em dívida ativa ou não, existe essa alternativa de fazer ou a cessão só da parte dos parcelados ou a cessão da integralidade desse estoque, numa estrutura que o ente público sempre controlará, independentemente de como esse ativo irá a mercado. A gente vai mostrar logo na frente.

O Mauro Ricardo já mostrou aqui as questões discutidas no âmbito federal, principalmente motivadas com relação ao Processo nº 16.585 do TCU, em relação a uma securitização que acabou nem se concretizando em 2008 da Prefeitura de Belo Horizonte e que gerou, nesse processo de discussão, o Parecer 463 da CAE, mas gerou também uma resolução do Senado Federal do ano passado para esclarecer algumas questões e dar mais segurança jurídica ao mercado. E, diga-se de passagem, o objetivo de trazer segurança jurídica para a operação é baratear o custo, e esse equilíbrio sempre deve existir. E logo na frente a gente mostra como isso pode funcionar.

O parecer da PGFN nº 1.579, de 2014, foi especificamente elaborado em cima de uma operação nessa modelagem para o Município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, e declarou, determinou que o processo não é uma operação de crédito nem teria como ser enquadrado nos ditames daquele manual de operações de crédito do Tesouro como um pedido de que se contabilize como operação de crédito essa modelagem de operação.

Então, o objetivo maior é gerar liquidez. O que se busca é trazer recursos para dentro do ente público. E, conforme já dito aqui, recurso eventual, investimento e previdência; recurso corrente, custeio e outras atribuições. Então, para não entrar nesse detalhe. A gente deixa salientado, inclusive, que o investimento pode ter uma destinação para o Fundo Garantidor das PPPs. E, por todos os estudos feitos, especialmente pelo BNDES, pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste do Brasil, para cada R$1 que o ente público aporta no Fundo Garantidor das PPPs, ele gera R$12 em investimento privado na infraestrutura, por exemplo.

Um fator adicional aqui é um apoio aos procedimentos de cobrança dos créditos inadimplidos. Fazendo uma complementação a partir da menção da Drª Maria Lúcia, por que não é transferia a cobrança? Simplesmente porque não pode. Ou seja, para poder, tem que alterar a Constituição Federal. Quando a gente olha os arts. 131 e 132 da Constituição Federal, o art. 131 falando da Advocacia-Geral da União e o art. 132 das Procuradorias-Gerais dos Estados, Municípios e do DF, lá não se permite que a AGU, a PGFN e as Procuradorias cobrem; lá determina que elas devem cobrar a dívida ativa tributária dos Estados e Municípios.

Então, para poder haver qualquer processo de cessão – e aí faço uma referência também ao Projeto de Lei nº 3.337, de 2015, que está em tramitação na Câmara –, ela parte da premissa da possibilidade de venda efetiva do crédito, que a Constituição impede e que a LRF impede. Então, precisaria, naquele projeto de lei, se fazer uma PEC para poder alterar a Constituição, para poder alterar a legislação infraconstitucional.

Na forma como ele está, ele está todo baseado nas legislações da Itália, dos Estados Unidos, cujas legislações pátrias, as Constituições, permitem efetivamente a venda do crédito. A nossa não permite. A nossa permite ceder o fluxo, o direito creditório, o direito autônomo de recebimento. O crédito necessariamente precisa ficar com o ente público. Por isso, a gente menciona, e todo mundo tem feito dessa forma, que a cobrança necessariamente precisa permanecer com o ente cedente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A gente tem basicamente duas grandes formas de fazer essa operação. Numa delas, como a gente está mencionando aqui, o ente público cede para um fundo especial, que é ele mesmo. Nesse fundo especial, ele cria duas contas bancárias: uma conta onde cai a cobrança, que tem o apelido de Conta de Recuperação; uma outra conta onde cai o resultado da venda da Série Sênior a mercado, ou seja, até então não se falou que a venda da Série Sênior a mercado traz recursos para o caixa do Tesouro. Ele não é uma cessão, e inexiste deságio. A nossa legislação impede que haja qualquer deságio na venda de patrimônio público.

Então, quando se cede – a gente vai mostrar os números superlativos e relativos a cada ente daqui a pouco, nas próximas telas –, tem que ser uma cessão de cem com o recebimento de cem de volta. E, como falou o presidente da ABDIB, a qualificação, a quantificação de quanto é Sênior e de quanto é Subordinada é realizada por um procedimento mundialmente aceito das agências de *rating*. É assim que o sistema financeiro internacional e o nosso funcionam.

Então, aqui a ideia é que, criado um fundo especial, essa companhia securitizadora pode ser uma entidade do próprio Estado e ela pode também ser uma companhia securitizadora contratada no sistema financeiro, privada. Então, o objetivo da SPE, que vai emitir as ações, as debêntures, é única e exclusivamente procedimental. Pode ser própria, pode não ser; pode ser uma mera prestadora de serviços.

E a instituição contratada nessa modelagem cuida de todas as operações necessárias para estruturação, distribuição, ela colabora com o seu esforço, com os seus recursos humanos, financeiros, operacionais e tecnológicos para a administração da carteira, para permitir que haja agilidade nas procuradorias, para se conhecer o estoque dos créditos e, em cima disso, melhorar aqueles índices pequenos de recuperação desses créditos. Com isso, colabora também na performance e na recuperação.

O objetivo desse processo é fazer com que essas ferramentas de apoio, de gestão de cobrança, tragam uma eficiência de, no mínimo, ser suficiente para pagar as despesas da operação, a remuneração dos investidores e o resgate dos ativos financeiros emitidos. Logo à frente, a gente cita um exemplo disso.

A modelagem que tem sido falada aqui é essa, quer dizer, o ente público cria uma companhia controlada não dependente, cede os direitos creditórios para essa companhia, que vai a mercado diretamente, que busca no sistema financeiro todos os serviços necessários para que essa operação se concretize. Então, a gente sempre vai ter a *legal opinion* dos escritórios de advocacia do sistema financeiro que são qualificados para isso e que o sistema financeiro ouve para colocar recurso nessa operação. Vai contratar agência de *rating*, vai contratar banco mandatário, banco custodiante. E aí vêm todas as necessidades estabelecidas pelo Banco Central e pela CVM para que uma operação dessas pare de pé.

A gente fez aqui alguns exercícios para poder mostrar as possibilidades de uma operação como essa em dois modelos básicos: a cessão da integralidade dos direitos creditórios existentes e a cessão dos que estão parcelados, que são as operações que até então aconteceram no mercado.

Primeiro ponto aqui, usando o Estado do Rio de Janeiro como Cristo, o Estoque dos Créditos Inadimplidos lá é aproximadamente R$70 bilhões, R$63 bilhões de inscritos em dívida ativa e ajuizados, e R$7 bilhões em cobrança administrativa. Desse bolo, com os Refis, com os parcelamentos naturais, o Rio tem R$1,1 bilhão hoje – ontem – parcelados.

E somando-se todos os fatores, todas as linhas de receita de arrecadação, o Rio tem aproximadamente R$400 milhões de recuperação da dívida ativa mais uns R$200 milhões de juros e multas sobre essa dívida ativa e tem outros R$400 milhões de recuperação de crédito administrativo parcelado, autos de infração, que são imputados e são recebidos, que acabam somando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS KERBES – ... um fluxo anual na faixa de R$1 bilhão.

Se a gente for olhar para o futuro pensando em uma securitização com prazo de emissão a mercado, como Belo Horizonte, como outros entes fizeram, de 7 anos, a gente enxerga R$1 bilhão por ano (R$7 bilhões). Isso permitiria uma emissão Sênior de até 7 anos e uma emissão Subordinada, Mezanino, pelas regras da CVM, de até 25 anos. A gente usou 20 aqui.

Esse processo geraria aproximadamente R$3 bilhões em fluxo de caixa efetivo, imediato, e R$17 bilhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

em ativos financeiros, que é a diferença entre o fluxo total de 20 anos menos o que foi emitido a mercado, para poder servir como capitalização de RPPS ou de um fundo garantidor de PPP.

Nas análises feitas pelo BNDES e pela Caixa Econômica, esse ativo Mezanino pode ser aquele diferencial de dar garantia para o investidor, para o parceiro privado, para destravar esse grande fluxo de investimentos que são necessários na União. E, se a gente olhar aqui um para doze, só o Rio de Janeiro tem capacidade de gerar um grande fluxo de investimentos privados com uma garantia que hoje não tem reflexo nenhum na estrutura financeira patrimonial do Estado.

E as Subordinadas são basicamente o fechamento da conta. Se o Estado está cedendo R$70 bilhões a mercado, ele recebe 3 em dinheiro, 17, e em ativos financeiros qualificáveis para outros fins, como *rating* e tal, os outros R$50 bilhões são as Subordinadas que ficam no Tesouro.

A mesma regra vale para fins de securitização dos ativos parcelados, da dívida ativa parcelada, em outros números. Em função da crise econômica, o que os Estados de São Paulo, Belo Horizonte e Minas Gerais fizeram? Eles obtiveram um resultado muito maior – 20%, 30% do crédito parcelado cedido. Hoje as agências de *rating* estão bem mais conservadoras com relação à precificação, o que deixamos na tábua de mortalidade desses créditos.

Se a gente pegar a União... Saiu até um artigo no mês de agosto, no jornal *O Globo*, escrito pelo economista Raul Velloso, a quem eu represento aqui: "Securitizar do jeito certo". O Raul fez uma exposição de motivos mais ou menos com esta especificação de números. Do estoque total dos créditos inadimplidos, a União tem aproximadamente R$100 bilhões parcelados. Esses números variam dependendo de quais fatores você põe nessa mesa, que tem créditos parcelados que não estão consolidados em Refis e tal.

O fluxo de recuperação médio dos créditos inadimplidos na União nos últimos sete anos é de R$20 bilhões por ano. Em um ano dá 12, outro ano dá 30, em um ano 17, outro dá 25. A média é 20. Se a gente usar a mesma regra do Rio de Janeiro, a gente está falando na capacidade da União de gerar ativos Sênior de R$50 bilhões e ativos Mezanino de R$350 bilhões.

Com esses números aqui, só a União tem condições, com a totalidade desses créditos que têm ali dentro as participações de fundos constitucionais, de bancos públicos, BNB, Basa e dos Municípios e Estados, de gerar os ativos suficientes para dar as garantias necessárias através dessa modelagem para todos os investimentos necessários para destravar toda a estrutura necessária de investimentos.

Agora, isso a gente está falando do Rio de Janeiro, que é um grande Estado, está falando de São Paulo, Minas Gerais, que, além de serem grandes, são mais eficientes na recuperação. Mas e quando a gente vai para um Estado menor? Então, o que acontece se se fizer a securitização dos parcelados – eu estou usando aqui a modelagem conservadora das agências de *rating* – em um Estado menor? Eu botei aí: "Mas, e no Piauí?" Como é que ficaria a situação do Piauí?

O Piauí tem R$3,7 bilhões de créditos inscritos em dívida ativa e R$800 milhões em cobrança administrativa, R$300 milhões apenas são parcelados e o fluxo anual de recuperação do Estado do Piauí nos últimos sete anos é uma média de R$80 milhões anuais. Não é uma recuperação muito ruim olhando para a média, mas é uma recuperação de 1,6%, 1,7%, que pode ser muito melhorada. E o Estado viu isso e está com essa operação em andamento.

O objetivo do Estado, estabelecido na licitação que ele fez para contratar uma instituição financeira na área privada, é que sejam emitidos R$200 milhões em ativos Sênior e R$400 milhões em ativos Mezanino. A diferença é a subordinação. Se ele fosse fazer a operação só com os créditos parcelados, ela não seria economicamente viável – usando a palavra do momento –, a economicidade do processo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS KERBES – ... não seria equilibrada.

Nesse modelo de cessão da integralidade via fundo especial usando a atividade financeira privada, o Estado buscou também apoio à cobrança. E essa modelagem de apoio à cobrança busca trazer para o Estado uma incrementação no potencial de recuperação dos valores cedidos, do estoque da dívida ativa. E, lá no Estado do Piauí, o que é uma regra geral nos Estados, a correção do estoque da dívida ativa, quer dizer, o con-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tribuinte devedor, paga a inflação mais 1% ao mês.

Então, em última análise, se o Estado conseguir emitir um ativo Sênior a mercado pagando a inflação, IPCA, menos de 12% ao ano, ele tem um ganho financeiro nessa operação entre o que ele recebe do contribuinte devedor e o que ele paga para o investidor.

E aí, quando a gente fala do investidor, vou fazer uma menção a esse material que foi distribuído aqui e que a Maria Lúcia comentou também. Não é investidor privilegiado, é investidor qualificado. Há uma diferença básica nesse processo, porque o investidor qualificado está estabelecido por portaria, instrução normativa da CVM. E a CVM diz que o investidor qualificado é aquele que tem pelo menos R$10 milhões de patrimônio financeiro, e ele pode fazer investimentos a partir de R$1 milhão. Então, o privilégio que ele tem é de se qualificar.

Todos os fundos de pensão, todas as empresas, a maioria absoluta das empresas que tenham investimentos pode se qualificar em um processo como esse, mas não têm privilégio nenhum. Quem se qualificar tem a capacidade de adquirir os créditos ou as debêntures emitidas.

Nesse processo, com o mercado financeiro dando uma melhorada e com um pouco mais de previsibilidade na economia, o que se emitia há dois anos, um ativo a IPCA mais 11 – e o BTG não conseguiu distribuir para ninguém, ele teve que encarteirar por obrigação contratual –, hoje dá para se emitir a IPCA mais 9 ou 9,5 ou 8,5, dependendo das garantias que existem, e o mercado está absorvendo esses números.

Então, se o ente público recebe IPCA mais 12 e vende um ativo a IPCA mais 9 – é um absurdo o que eu vou falar –, é mais barato securitizar do que receber, porque ele tem um ganho financeiro na gestão desse ativo, embora o objetivo, claro, seja receber do contribuinte. Aquele contribuinte inadimplente que põe a conta em ordem tende a ser adimplente na receita futura. Então, esse processo não só "eficientiza" a recuperação dos créditos inadimplidos, mas ele também melhora o lançamento e o recebimento da receita futura, diminuindo a inadimplência. E todos aqueles que fizeram esse procedimento conseguem demonstrar isso muito claramente.

Aqui, basicamente, a gente já passou por todos esses fatores, falando onde é que estão estabelecidas, no regramento pátrio, as possibilidades de criar essas modelagens e de ceder os ativos da forma como aqui estão expostos. Esta apresentação vai estar à disposição de quem quiser ver, criticar ou fazer perguntas.

E, aqui, a gente botou, só para finalizar, uma expectativa de cronograma. Quando um ente público começa a olhar para uma operação como essa, ele começa a pensar: "Mas isso vai dar trabalho por quanto tempo? E em quanto tempo existe a possibilidade de trazer recursos para o caixa?" Então, a gente fez uma previsão de uma etapa legislativa; de uma etapa interna para elaboração de edital, termo de referência e tal; a contração de uma instituição – normalmente é por pregão presencial eletrônico –; e, depois de contratada a instituição, existem os prazos estabelecidos no termo de referência para que essa operação aconteça. Então, a gente tem aí uma previsão, aproximadamente, de quatro a seis meses para que todos os estudos ou toda a parte legal e financeira seja colocada em pé. E, depois, vem, no último caso, a CVM regulamentando os prazos de colocação, as condições de colocação, que são basicamente duas: a Instrução CVM 400, que fala em amplos esforços – dá para publicar no jornal, qualquer um pode comprar –; e esforços restritos, que é o que tem acontecido na prática, em que até 75 investidores podem apresentar proposta, e o ente pode vender para até 50 investidores os ativos resultantes dessa operação.

Há dois fatores adicionais que é importante mencionar. O Ministério da Previdência enxerga com bons olhos esses ativos gerados aqui como "patrimonialização" voluntária do Fundo de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social. Por quê? Esse ativo permite que seja incluído um novo ativo no cálculo atuarial e, quando essa receita entra, ela é uma receita patrimonial do ente previdenciário, que recebeu do ente público cedente voluntariamente esse aporte. E, adicionalmente, o ente previdenciário não tem nenhuma obrigação adicional de colaborar com cobrança ou com qualquer serviço para que esse processo aconteça.

Já estourei o meu tempo.

O procedimento de securitização tem, no sistema financeiro, uma modelagem que tem a participação de todas as agências de *rating*. Quer dizer, o mercado – o mercado, quando eu falo, é o investidor – olha para essa operação com maior segurança quando as agências de *rating* são as que emitem *rating* em classe mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E uma informação importante é que, se a gente olhar – eu conheço os dados da Standard & Poor's – um *rating* AA- (duplo A menos), que é o teto hoje do *rating* soberano Brasil para uma operação como essa, em 30 anos de histórico, com operações de até 10 anos de prazo, o risco de *default* é 0,38%. Então, para o investidor, quando ele tem um *rating* de uma Standard & Poor's dizendo que é um AA-, o risco dele, que poderia ser 100%, está mitigado, está reduzido a 0,38%, e na estruturação da operação ainda há oportunidade de zerar isso. Qual é o objetivo? Baixar custo, fazer com que o ente público capte recursos o mais baixo possível no mercado.

Agradeço a atenção de vocês.

O SR. LUIS NASSIF – Eu posso fazer uma perguntinha? Você poderia só explicar de novo aquele quadro em que você coloca o Mezanino, direitinho, didaticamente. Porque o meu papel aqui, como jornalista, é tentar entender e depois explicitar didaticamente.

O anterior. Pegar Minas aí...

O SR. CARLOS KERBES – Rio.

O SR. LUIS NASSIF – É. Vamos pegar essas relações só para você me explicar direitinho como é que...

O SR. CARLOS KERBES – Nassif, é o seguinte: o Rio de Janeiro tem, historicamente, uma recuperação, somando todas as linhas de receita de créditos inadimplidos, de R$1 bilhão por ano. Quando a agência de *rating* olha para isso para fazer uma qualificação do tamanho da emissão possível, o que ela faz? Hoje, o ideal de emissão no mercado de prazo é aquilo que a CPSEC fez, cinco anos, mas, se der uma esticada, dá para chegar a sete anos, com até um ou dois anos de carência. Entretanto, se a agência de *rating* for, baseada, lastreada no histórico real de cada ente – no caso do Rio de Janeiro, de R$1 bilhão por ano –, olhar sete anos para frente, ela vai enxergar uma capacidade de geração de receita advinda dos créditos inadimplidos de R$7 bilhões. Como é que ela vai fazer para definir, em cima desses R$7 bilhões, qual é a emissão Sênior? Ela vai dar um corte pela nota de *rating*. Então, a gente pode falar que é, aproximadamente, 30% ou 35%, que é o que eles chamam de cenário base estressado. Então, os R$7 bilhões viram R$5 bilhões, para fins de análise. Aí, ela diz o seguinte: "Você está fazendo uma emissão há sete anos com pagamentos mensais; o seu *duration,* o seu prazo médio de pagamento, é de três anos e meio. Só para fins didáticos de cálculo: se em três anos e meio é emitido um ativo a IPCA mais 10, o juro médio anual é de 10%. Em três anos e meio de prazo, são outros 35%. Se você pegar aqueles R$5 bilhões que sobrou do cenário base e tirar 35% de juros para trazer a valor presente, a gente vai chegar a, mais ou menos, R$3 bilhões ou R$3,2 bilhões.

Como é que chega na Mezanino? Então, a Mezanino tem as possibilidades de prazo estabelecidas pelo Sistema Financeiro Nacional. Quer dizer, hoje, um ativo financeiro pode ser emitido com o prazo máximo de 25 anos. Como a Mezanino vai ficar no Tesouro, e como já está no Tesouro o crédito da dívida ativa, ele pode escolher o prazo. A gente colocou aqui 20 anos porque, quando a gente vai falar numa PPP, numa concessão, num investimento privado, muitos deles têm prazo de 20, 25 anos.

Onde é que está a grande dúvida do investidor privado quando vai fazer um aporte de recursos num VLT, numa rodovia ou numa obra de infraestrutura em geral? A partir de 5 anos. Quer dizer, até 5 anos ele enxerga. Passa 2, 3 anos fazendo investimentos. Aquelas premissas básicas estabelecidas na concessão estão muito próximas, se concretizam ou, se tiver algum risco, ele está mitigado com algum tipo de seguro de *performance*. Mas, quando passa dos 5 anos... Há um ano, a gente não saberia, no próximo ano, dizer quem seria o Presidente da República. Então, a previsibilidade, a partir de 5 anos, diminui ostensivamente. Quando você tem um ativo financeiro gerido por uma instituição financeira privada, pública, mas dentro do regramento do Sistema Financeiro Nacional, há uma segurança adicional. Então, esse Mezanino é uma espécie de seguro para, dentro de um fundo garantidor de PPP, fazer o aporte daquela diferença que não se concretizou.

Vamos pegar uma rodovia. Previu-se que, em determinada rodovia, passariam 100 mil veículos por mês, o pedágio é de determinado valor, mas só passaram 80 mil, então...

O SR. LUIS NASSIF – Só para entender uma coisa. Você falou aqui que enxerga uma capacidade de receita de 7 bi, mas, como você tem um percentual que é realizado, cai para 5 bi...

O SR. CARLOS KERBES – Tem um cenário estressado base, que é o termo usado pelas agências de *rating*.

O SR. LUIS NASSIF – Sim, você pode imitir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Não entendi como se geram aqueles 20 bi para o Mezanino.

O SR. CARLOS KERBES – É a mesma regra: 1 bilhão por ano olhando 20 anos para a frente; 1 bilhão de histórico de recuperação. Você olha 7 anos, enxerga 7 bi; olha 20 anos, enxerga 20 bi, em valor presente.

O SR. LUIS NASSIF – Quer dizer, quando você joga no Mezanino você elimina o risco de futuros governantes mudarem as regras. É isso?

O SR. CARLOS KERBES – Você mitiga esse risco, eliminar não elimina.

O SR. LUIS NASSIF – Mitiga.

O SR. CARLOS KERBES – Mitiga.

O SR. LUIS NASSIF – A intenção é essa?

O SR. CARLOS KERBES – A intenção é eliminar, mas sempre há a possibilidade de um novo governante chegar e dizer: "Não quero brincar desse jeito, quero mudar a regra". Pode mudar a regra. Muda a regra, mas há contratos celebrados. Os contratos celebrados têm lá as penalidades estabelecidas, que não estão sendo consideradas aqui, cada caso é um caso.

Então, de onde saem os 20 bi? Saem quando se olha o mesmo fluxo histórico para um prazo maior. Então, nessa linha aqui, quando a gente fala da Mezanino para 20 anos, por que são 17 bi? São os 20 bi menos os 3 de Sênior. Porque a gente está falando de um fluxo financeiro que está alocado nesse processo, nesse fundo especial, nessa SPE, nessa operação, para os próximos 20 anos.

Agora, de novo, aqueles 3 bilhões... Digamos que eles tenham sido emitidos em 7 anos. Você está falando aí em aproximadamente...Tem de pagar 400 milhões por ano. O que a gente está dizendo? Nas operações – e aí quem tiver curiosidade de olhar lá o contrato do Piauí – está se dizendo o seguinte: a instituição securitizadora tem uma obrigação acessória, adicional, de colaborar com o Estado, em investimentos, para aumentar o fluxo de receita histórica em, pelo menos, 40%, justamente para pagar aquele Sênior e não interferir no fluxo financeiro futuro.

O SR. LUIS NASSIF – Então, só para entender um pouquinho. Se eu coloco...Como é que se chama lá? A Subordinada... Mezanino.

O SR. CARLOS KERBES – A Mezanino é uma Subordinada melhorada.

O SR. LUIS NASSIF – Significa que, nos próximos 20 anos, um bi de recuperação tem de estar ligado àquela debênture.

O SR. CARLOS KERBES – A partir do momento que você securitiza destinando a totalidade dos créditos inadimplidos para a securitização, a totalidade da recuperação vai para dentro desse bolo. Como é que acontece? Securitizou agora. No próximo ano recupera 1 bilhão. Vai tirar parte para pagar o investidor – no caso 400 milhões – e sobraram 600 milhões. O que se faz com esses 600 milhões? Resgata Mezanino. Você não usa o recurso para mais nada a não ser resgatar debêntures. Agora, onde estão as Mezanino? Estão no Tesouro. Ou seja, as Mezanino, as Subordinadas, são a rota de retorno do excedente da eficiência da cobrança para o Tesouro.

O SR. LUIS NASSIF – De certa forma, é como a 55: você subordina os 20 anos, as próximas gestões... Você amarra a instabilidade das próximas gestões às decisões que serão tomadas no presente.

O SR. CARLOS KERBES – Sim, mais ou menos isso. Sempre lembrando que, no momento em que você faz uma operação presente e recebe 3 bilhões, esse dinheiro tem de ser devolvido, com a devida remuneração e tal. O resto se amarra nessa operação, mas essa operação é do Tesouro, seja uma SPE controlada, seja um fundo especial.

O SR. LUIS NASSIF – Mas a destinação disso é do governante que fizer a primeira operação. Ele é que vai definir a destinação e, depois, você tem toda uma legislação que vai obrigá-lo, nos 20 anos seguintes, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cumprir aquelas regras que foram acordadas no presente. Tecnicamente é isso que minimiza risco.

O SR. CARLOS KERBES – Tecnicamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Completou a exposição?

O SR. CARLOS KERBES – Completada a exposição, Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Agradeço a exposição do Sr. Carlos Kerbes, Professor da Fundação Getúlio Vargas.

Passo a palavra ao nosso jornalista econômico Luis Nassif.

O SR. LUIS NASSIF – Bom, aqui estão técnicos. Sou um jornalista tentando fazer uma reportagem aqui.

Acho muito difícil, a partir... Como é a primeira vez que estou entendendo o tema, é muito difícil ter uma decisão, uma opinião definitiva. Vou pegar os próximos dias para conversar um pouquinho mais com a Fattorelli, com o Venilton e com você para tentar entender.

Os pontos centrais são os seguintes. Tirando a parte jurídica, constitucional, do ponto de vista especificamente financeiro, é uma antecipação de receita orçamentária um pouco diferente, porque você não tem... Você está pegando uma receita certa – pelo próprio *rating* das empresas que negociaram, como o Tadini colocou –, pegando aquele fluxo certo, e está antecipando a uma taxa de juros que, se for nesse padrão de IPCA mais 12%, é evidente que o BTG ficou com tudo, porque não quis deixar para ninguém. IPCA mais 12% com garantias absolutas.... Não é que não teve mercado. Isso é uma taxa que...

Então, os pontos centrais são os seguintes. Pegando do ponto de vista de operação financeira, as dúvidas com que fico.... Essa questão de ser uma estatal não dependente, de o Estado ser chamado para honrar as garantias, eu não.... Há uma discussão aí... Realmente eu precisaria ouvir mais gente para chegar a uma conclusão sobre qual é a garantia.

Um dos pontos importantes é essa questão de custos de operação. Os custos operacionais.... Seria interessante a gente conhecer, em São Paulo, abrir as contas aí, porque, em cima das contas objetivas, de São Paulo, você tem uma visão melhor de qual é a vantagem ou desvantagem financeira disso. Acho que ICPA mais 12%, para uma operação com tantas garantias.... Se for por aí...

O que nós estamos vendo, objetivamente, é mais um capítulo de uma mudança de modelo de investimento.

Nós estamos tirando aquele modelo anterior centrado nas empreiteiras, no BNDES, naquelas formas de financiamento, e trocando por um modelo de mercado – eu não estou nem dizendo que é pior ou que é melhor –, um modelo de mercado no qual os fundos terão o controle e as formas de investir nesses projetos.

Isso teria que ser discutido. Há implicações muito grandes sobre isso aí, vantagens e desvantagens que teriam que ser bem discutidas também. Quando você tem um processo de articulação do Estado em relação aos investimentos, o Estado vai abrir mão disso... De um lado você tem desvantagens, na medida em que você tem pontos estratégicos e prioridades que teriam que ser definidos aí, que passam em nível de mercado, e o mercado, obviamente, vai ter mais interesse em regiões onde há mais demanda. Então, há alguns aspectos de desenvolvimento regional e outros que ficam fora.

Por outro lado também, no próprio PAC houve problemas de gestão de projetos, pela imensidão do PAC, problemas que poderiam ser amenizados aí. Agora, eu não sei se abrir mão desse planejamento de infraestrutura.... Do ponto de vista específico das obras, você vai ter mais garantias, vai ter uma dupla ou tripla fiscalização em cima das obras? Mas quando você joga só para o nível de mercado, obviamente aquelas obras que têm mais rentabilidade vão ser as preferenciais, e daí você tem todo esse processo do papel do Estado de promover o equilíbrio regional, de privilegiar regiões de menor desenvolvimento... O planejamento vai por água abaixo aí também. Então, há vantagens e desvantagens que teriam que ser analisadas.

Essa questão das operações de São Paulo especificamente, e de Minas também, tem uma noção clara dos custos operacionais envolvidos? Porque é um conjunto grande aí. Para você entrar nessa área, você tem as agências de *rating*, você tem toda uma cadeia produtiva do mercado financeiro que é acionada. Pode ser que, em função dos valores envolvidos, seja um custo menor, mas pode ser que não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Nassif, eu tenho aqui as informações em relação a São Paulo, que eu acabei de receber aqui: é CDI mais 2,5 Ou seja, a dívida dele está parcelada e ele recebe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Sim, 2,9. Você está trazendo, na realidade, a 2,9 ao ano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Houve duas emissões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO RICARDO COSTA – A primeira 2,9, e a segunda 2,5.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Então, acho que foi uma operação com...

O SR. LUIS NASSIF – Bom, eu acho que esses dados... Eu vou solicitar depois, vou solicitar todos esses dados. Eu peguei até aquele material lá para poder.... Para, pelo menos, lá no GGN a gente poder ter alguma...

Então, esses pontos centrais aí.... Quer dizer, tem que ver a operação em si. Do ponto de vista institucional, você tem uma mudança de modelo aí, e é uma mudança de modelo séria, séria, não é meramente uma questão financeira. Pode haver vantagens de um lado aí, mais flexibilidade, mas pode haver a desvantagem da perda da visão de planejamento, que é um outro ponto. E há essa questão das garantias finais aí, que dá uma discussão. Tivemos duas opiniões abalizadas aqui, mas eu precisaria ter mais dados para poder chegar a alguma conclusão da minha parte lá.

O que eu posso é me comprometer a buscar o Tadini lá em São Paulo. O Mauro Ricardo está no Paraná, com a Fattorelli conversamos já uma parte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUÍS NASSIF – E, a partir daí, fazer o que eu sei fazer, que é uma reportagem didática.

Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Eu abro a palavra, inicialmente, para os Srs. Senadores presentes. O primeiro inscrito é o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero, inicialmente, fazer aqui algumas considerações.

A primeira é a de que esta audiência pública realmente tem uma grande qualidade, pelas informações que nós estamos recebendo e pela experiência e conhecimento de cada um dos convidados que aqui se manifestou.

É necessário dizer que nós somos Senadores, nós não somos banqueiros, nós não somos economistas, nós não somos tributaristas. Nós representamos a sociedade. E, como tal, a nossa maior preocupação e a nossa maior responsabilidade aqui é atuar na defesa e na promoção do interesse público.

Aí é preciso deixar muito claro o que é interesse público. O interesse público é nós impedirmos uma operação ou permitirmos uma operação? Simples assim. A operação em si tem regras estabelecidas, conhecidas, legais, que são praticadas aqui, ali ou acolá da forma que a lei permite.

É preciso dizer claramente: aqui não se está tratando nem falando de uma ilegalidade. Aqui nós não estamos tentando promover ou permitir atos ilícitos. É muito importante dizer isso. Aqui nós também não estamos preocupados – eu pelo menos, como Relator, não estou preocupado – em convalidar ou legalizar atos ilícitos. Esqueçam, não vai haver uma palavra, um voto ou uma linha escrita de minha parte para fazer qualquer coisa nessa direção. Quem me conhece nesta Casa sabe que jamais eu estaria atuando nessa direção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Ao mesmo tempo, é preciso dizer e deixar muito claro que, se o interesse público, que nós queremos contemplar, nos indicar que é bom para o País praticarmos essa operação, de forma que o Poder Público tenha recursos imediatos que permitam o crescimento e o desenvolvimento do País, acho que devemos fazê-lo. Se nós entendermos que essa operação é prejudicial ao interesse público, ela não será realizada. E é muito simples, e necessário dizer, Sr. Presidente, como é que nós decidiremos isso: nós decidiremos votando. E se a maioria votar dessa forma, vale o resultado; se votar daquela, vale também.

Eu quero aqui deixar bem claro, primeiro, o meu apreço e o meu aplauso ao Senador José Serra, que, a exemplo de todos os Senadores desta Casa, sem exceção, apresentou uma proposta para ser debatida. Não cabe aqui qualquer pessoa desta Casa ou da sociedade acusar ou tentar imputar ao Senador Serra qualquer intenção de fazer algo errado, ilegal ou que não seja patriótico. Seja alguém da ONG, seja alguém da imprensa, seja alguém de qualquer órgão público, não lhe é dado o direito de querer questionar um Senador da República, seja ele quem for, a respeito da sua proposta de discussão de um tema, não nesta Casa, não enquanto eu estiver aqui.

É preciso deixar isso muito claro, porque, às vezes, ouvimos algum comentário no sentido de que as coisas não são.... Se não fosse absolutamente legal, correto, transparente e democrático, não estaríamos aqui debatendo da forma como estamos, ouvindo especialistas, pessoas experientes e conhecedoras da matéria, do Brasil e, inclusive, de fora do Brasil. Acho que a audiência pública merece ser aplaudida, Senador Requião, pela excelência das manifestações e das informações que aqui estamos obtendo.

Bem, como Relator da matéria, obviamente, eu procurei me inteirar do assunto com a assessoria da Casa, com os Consultores da Casa, principalmente com a equipe do Senador Serra, que ajudou o Senador na formulação da proposta e agora me ajuda na discussão e na análise da matéria. Eu agradeço a todos. Mas eu não tinha tido contato com representantes da sociedade, do sistema financeiro, das secretarias estaduais, municipais. Falamos um pouco, sim, com o Tesouro Nacional, com o Ministro da Fazenda, para ver qual a valia e qual a importância do assunto para o Governo Federal. Por isso, eu queria aqui fazer algumas observações muito rápidas e muito pragmáticas.

Primeiro, ouvindo aqui as manifestações, Senador Requião, eu chego à seguinte conclusão: é muito difícil para os Senadores e para a própria sociedade entender o mecanismo bancário, jornalista Nassif, que está presente nesse processo. E, da forma como eu entendo e de uma forma simples, eu sempre digo: eu fui enganado um dia por um gerente do Banco do Brasil, que me disse que eu deveria comprar ações do banco. E eu comprei R$10 mil em ações do Banco do Brasil. Eu sou cliente do banco. Hoje essas ações valem seis, e os dividendos que me pagaram pelos últimos dez anos não cobrem essa diferença de dez para seis. Então, eu pedi dinheiro, como muita gente perdeu, mas é a rega do jogo: se eu compro ações, eu posso ganhar muito, como posso ganhar pouco ou perder, faz parte.

Quando você aplica dinheiro, senhora coordenadora da ONG, Maria Lúcia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Não é ONG? Bom, desculpe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Associação sem fins lucrativos. Bom, não deixa de ter as características de uma entidade que representa algumas ideias ou interesses ou pensamentos.

Mas quero lhe dizer que, quando eu aplico dinheiro em um fundo de investimentos... Eu aplico 10 mil em um fundo de investimentos em que eu posso ter uma renda garantida de quatro, de três, de cinco, durante um período, como posso não tê-la. Ou, se o fundo for de risco, eu posso não ter. Agora, se ele for um valor garantido, eu terei pelo menos a remuneração do meu capital, e alguém vai perder. E, se o fundo perder, certamente o meu dinheiro é que acabou sendo prejudicado com esse resultado da má gestão desse fundo.

A regra de banco, a regra de mercado financeiro, nós não conhecemos, mas eu devo dizer que as observações aqui feitas –por exemplo, de pagamento de diretor, de pagamento de consultoria, de pagamento de empresa de avaliação – fazem parte do processo. Seria como dizer que alguém vai para uma cirurgia cardíaca, e o pagamento do psicólogo que o paciente precisou utilizar não deve ser feito, porque, afinal, o coração é o coração, e o serviço de psicólogo não tem nada a ver com o coração. Claro que tem: 60% das pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

passam por cirurgia cardíaca precisam de psicólogo para voltarem à vida normal.

Então, se aqui se precisa contratar uma empresa de *rating*, se se precisa contratar um diretor para gerenciar, se se precisa contratar uma seguradora, faz parte do negócio. A nós cabe decidir se fazemos o negócio ou não o fazemos, dentro das regras do mercado. E o julgamento, cada um tem o direito de fazer aqui, na Casa, Senadora Gleisi, como bem entender, a favor ou contra. Nós estamos tratando de coisa pública.

Por isso eu queria aqui, agora, dirigir três ou quatro perguntas, primeiramente ao Sr. Venilton, que aqui mencionou o seu currículo, a sua experiência.

Existe muito questionamento e muito dúvida sobre o deságio – o termo mais popularmente usado aqui no Senado. Entendemos que há um cálculo, isso, aquilo, mas precisaríamos explicar, e pedir ao senhor que nos dissesse, o seguinte. Dentro do sistema financeiro, quando se vai colocar um montante de créditos para ser securitizado, quando volta um valor para o Tesouro, para os cofres públicos, obviamente não volta o valor que se colocou no processo, na operação. Colocaram-se dez, voltam seis. Como é que sabemos previamente qual é o deságio? É 40, é 50, é 60? Isso é coisa de mercado, isso é coisa de lei, isso é coisa de cálculos matemáticos? Como é que se faz isso? Essa é uma questão que eu pediria que o senhor, dentro do possível, explicasse sem muita tecnicidade, para que os Senadores entendessem, e eu próprio, como isso funciona.

O SR. VENILTON TADINI – Perfeito.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Depois eu pergunto aos demais, Sr. Presidente.

O SR. VENILTON TADINI – É uma boa pergunta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Como Relator, eu queria que me fossem dadas essas respostas. Depois os demais Senadores perguntam de forma integral.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Não tenha dúvida, Excelência.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VENILTON TADINI – A pergunta é bastante oportuna.

Vamos pegar a operação de São Paulo aqui, cujos números acabei de ver. Lá, nós tivemos duas emissões. Logicamente, a taxa final de colocação de um papel... Porque são duas coisas. Uma coisa é você pegar um estoque de ativos de dívida ativa em que você não analisa absolutamente nada; outra coisa é você pegar uma parte de dívida ativa renegociada, onde há uma confissão de dívida. São coisas distintas.

Nós estamos falando aqui, basicamente, é daquilo que foi renegociado, seja por uma legislação específica.... No caso de São Paulo, houve um programa de parcelamento de impostos. Então, você pega o fluxo desses recebíveis e antecipa, através de uma emissão de debêntures, o seu recebimento.

Bom, qual é o chamado deságio? Aqui existe a grande diferença. O estoque de uma dívida pública, se ele for colocado em um pacote e for vendido, o preço que ele vai ter, o tipo de deságio que vai ter...

E é por isto que a minha sugestão é que não se trate desse tipo de assunto: porque o deságio é incomensurável, vai sempre ser discutida a precificação que se fez desse ativo.

Ao passo que, na colocação de debêntures ao mercado lastreada neste fundo.... No caso de São Paulo, a última colocação foi CDI – colocação ao par; eu estou colocando o papel, eu tenho as cotas Sênior, porque as Subordinadas estão na empresa só para garantir eventuais inadimplências recorrendo a esse estoque. Mas aquilo que eu coloco, eu coloco ao par, a uma taxa de CDI. No caso, foi mais 2,5%.

Como o Governo também recebe parceladamente com a correção do CDI, na verdade, o custo anual seria 2.5%. Ou seja, objetivamente, seria dar um desconto, com uma taxa real de capitalização de 2,5% ao ano. Não existe no mercado nada mais barato do que isso. Agora, isso depende muito das estruturas dos recebíveis. Cada Estado vai ter que analisar e ver qual é a sua capacidade. E o que eu propus aqui para efeito da União foi pegar os *top* 50, que realmente têm *rating* maior, e, com só a metade Subordinada, talvez eu consiga colocar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

CDI mais alguma coisa mais simples, o que é o suficiente para você pagar qualquer tipo operacional de empresa, que é irrelevante em operação dessa natureza.

O SR. LUIS NASSIF – Tadini, só uma pergunta.

O SR. VENILTON TADINI – Pois não.

O SR. LUIS NASSIF – A destinação desse recurso: vai para o caixa único do Estado? Vai para onde?

O SR. VENILTON TADINI – A destinação, antes da colocação, tem que estar definida no orçamento. Ela já está definida no orçamento do Estado e está definida e colocada no prospecto de alienação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se me permite, eu pediria licença ao Senador. É só para complementar, porque eu quero entender.

O SR. VENILTON TADINI – Pois não.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O exemplo, parece-me, que o Professor Carlos deu de Minas...

O SR. VENILTON TADINI – Perfeito.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Dos sete anos, dos 7 bilhões. Se eu entendi ali, aquele fluxo de 7 bilhões resultou em recursos em recursos de 3 bilhões de forma antecipada. É isso?

O SR. VENILTON TADINI – Veja bem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu quero entender. Esse é o deságio? Eu tinha 7 bilhões de recebíveis, expectativa.... Eu até perguntei para o Senador aqui... É mais ou menos isso? Eu preciso entender o que são os 7 bilhões e os 3 bilhões.

O SR. VENILTON TADINI – Olha, eu não me lembro dos números, mas vamos trabalhar com uma coisa também objetiva para chegar à resposta à sua colocação.

Nós estamos com um volume de recebíveis, hipoteticamente – um número baixo – 50 bilhões. É isso que temos ali no dia. "Poxa, eu tenho 50 bilhões de recebíveis. Eu vou fazer...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Em que prazo?

O SR. VENILTON TADINI – Geralmente são cinco anos, porque, nas renegociações administrativas, são prazos de cinco anos que há. No Estado de São Paulo, o *duration* deve estar, dependendo do ano, entre 3,5 e 4.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Os recebíveis?

O SR. VENILTON TADINI – Vai até 10.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Só para uma informação...

O SR. VENILTON TADINI – Pois não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Esses recebíveis são negociados e são parcelados, garantidos?

O SR. VENILTON TADINI – Isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – São corrigidos pela Selic.

O SR. VENILTON TADINI – Então, eles serão corrigidos do ponto de vista do ativo e serão também corrigidos do ponto de vista do passivo por uma taxa Selic igual à que o Estado vai receber mais uma taxa de juros.

Quando se diz que eu tenho uma operação de 50 bilhões, e eu a estou fazendo um para um... O que significa um para um? Eu vou emitir 25 bilhões de cota Sênior e vou ficar com 25 bilhões de cota Subordinada.

Cota Subordinada não significa dizer que eu não vou receber aquilo, mas, por prudência, como a agência de *rating* precisa me dar uma garantia para que eu tenha uma taxa boa na colocação das debêntures Sê-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

niores, eu coloco, se tenho um bom crédito, só 50.

No caso de São Paulo, na colocação que foi feita: ela foi feita em maio, a agência de *rating* começou a analisar em março, houve uma na queda de ICMS de quase 25%. Uma garantia que ia ser feita de 3 para 1, precisou ser feita de quatro para um. Por quê? Porque houve uma queda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VENILTON TADINI – Mas não é deságio.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Você não recebe.

O SR. VENILTON TADINI – Não, você vai receber, só que você continua como se não tivesse feito, na Subordinada, a antecipação. Mas continua no seu fluxo. Só que aquilo fica com o Estado, é propriedade dele dentro da securitizadora. É um recebível que ele vai continuar recebendo normalmente, como estava negociado. Ele só não antecipa o seu recebimento. Isso porque a capacidade, a qualidade da colocação para aquela cota Sênior, que é relevante... Só deu para você fazer uma operação bacana, com *rating* bom, para 50% do seu total de recebíveis. Mas, repito: não é que você deu um deságio de 50%, você continua recebendo ela no fluxo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Dos 50 bilhões, foram quantos para o Tesouro nessa operação?

O SR. VENILTON TADINI – Irão os 50, só que 25 à vista, e os outros 25 vão no fluxo, como se ele não tivesse feito aquela... Ele vai receber debêntures no valor de 25 bilhões da securitizadora, que tem o direito do recebível.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas qual é a vantagem de quem financia? Eu estou com dificuldade de entender, muita dificuldade.

O SR. VENILTON TADINI – Veja bem, esse ponto é importante, porque há questões de natureza contábil e formal. Então, às vezes, confunde. Na explicação, às vezes, você pula alguma passagem e dificulta o entendimento. Então, vamos lá.

Eu tenho uma operação de 50 bilhões, e esses créditos foram renegociados. Isso, nesse momento, pertence ao Estado. Se nada for feito, ele vai receber isso em 5 anos. Aí, vamos estruturar a operação.

Cria-se uma companhia securitizadora. Essa companhia securitizadora assina um ato jurídico perfeito com o Estado pelo qual o Estado cede o direito desses recebíveis...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VENILTON TADINI – De 50.

E vai pagar ao Estado 50% disso à vista, o que seria a debênture Sênior colocada. Ele recebe. E, quanto aos outros 50%, ele diz: "Estado, eu estou te dando essa debênture, mas você receberia no mesmo fluxo normal, como se ela estivesse diretamente com você. Mas ela vai ficar aqui, porque ela vai dar o lastro para esses outros 50 que eu emiti...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS NASSIF – O Estado pode dispor desse dinheiro, dessa debênture, ou tem que ficar travado...

O SR. VENILTON TADINI – Não, a debênture fica do Estado, quem emitiu foi a securitizadora. Então, eu emiti uma cota Sênior para o mercado, e a Subordinada eu emiti, é de posse do Estado. Então, em vez de o Estado ter o recebível normal, o recebível entra na securitizadora e paga a debênture Subordinada. Mas eu não estou, com isso, dizendo que reduzi a capacidade de recebimento em 50%. Ela fica ali e me permite, por um zelo, só emitir, para ter um bom *rating*, 50% para receber como *cash*.

Agora, isso não significa, primeiro, que eu dei deságio de 50%. O que seria eventualmente o deságio é aquilo que excede a minha taxa de recebimento. Ou seja, se eu estou pagando CDI mais 2%, 3%, o que eu estou, de fato, pagando ao ano é a taxa de juros real de 3%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pois não.

O SR. LUIS NASSIF – A dúvida é a seguinte. Você tem 50. Você recebe 25, e 25 são garantia para a inadimplência futura. Você entrega para o Estado.

Passa o primeiro ano, houve o pagamento normal lá. Quanto àquelas debêntures, o que elas viram? O Estado pode... Os 50 ficam travados para garantia futura?

O SR. VENILTON TADINI – Não, não. Com o fluxo de pagamentos você vai pagando os debenturistas, normalmente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VENILTON TADINI – Inclusive o Estado. No caso...

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Deixa ver se eu consigo... Se puder colocar...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Aquele exemplo do Professor é ótimo.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Há um exemplo que nós botamos aqui. Há um eslaide que eu acho que bem representa isso.

Quando o contribuinte paga, o que acontece? O contribuinte paga...

Vá para frente um pouquinho. Vá quase para o final.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO RICARDO COSTA (*Fora do microfone*.) – Vamos supor que essa operação aqui seja a operação que o Tadini citou: R$50 bilhões. Quando o contribuinte fizer o pagamento relativo à dívida – aqui não tem nada a ver, não tem nada de operação por aqui, aqui parcelou uma dívida junto ao ente público –, quando ele faz o pagamento, vem aqui para o agente arrecadador. O agente arrecadador comunica ao ente. Ele diz: "Olha, este contribuinte efetuou o pagamento", porém o dinheiro não vem direto para cá, você vendeu o fluxo para a SPE. Então, o dinheiro vem aqui, para a SPE, a SPE paga o debenturista investidor aqui, R$50 bilhões, e, depois, paga este aqui e, depois, este aqui.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone*.) – Paga o quê? Paga qual?

O SR. MAURO RICARDO COSTA (*Fora do microfone*.) – Paga o que o contribuinte aqui pagou.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Só queria entender o preço que o ente federado paga para a SPE e para o investidor. Porque assim: o juro é preço do dinheiro. Qual é o preço dessa operação?

O SR. MAURO RICARDO COSTA (*Fora do microfone*.) – Olha só, se o ente federado emitiu esse parcelamento corrigido – vamos supor – pela CDI, que é o que ocorre normalmente, a União parcela suas dívidas...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – A nossa Comissão está fora do ar. Nós estamos perdendo o registro para os telespectadores da TV Senado, para os telespectadores do Face – não é a forma regular de procedermos –, e vamos perder o registro da discussão feita aqui.

Então, nós não podemos trabalhar fora do microfone.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Então, é esta operação aqui.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu quero anunciar ao Plenário que nós acabamos de receber aqui a nossa Deputada Zoe Konstantopoulou, ex-Presidente do Parlamento da Grécia, que veio trazer o seu depoimento ao Plenário. (*Palmas.*)

O SR. MAURO RICARDO COSTA – E qual é o eventual deságio, Senadora, em relação a essa operação? Se eu estou vendendo, passando esse fluxo aqui para a CDE com CDI ou com Selic.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. MAURO RICARDO COSTA – É, eu vou passar... Eu receberia pela Selic, o contribuinte me pagaria com a correção pela Selic. Eu vendi esse fluxo, Selic mais 2,5%. Então, qual é o deságio nessa operação? De 2,5%, que é a taxa de juros real nessa operação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO RICARDO COSTA – É, porque ele está me dando Selic mais 2,5. Eu tenho um fluxo a receber por Selic, e vendo esse fluxo por Selic mais 2,5. Então, ela vem descontada a 2,5. Essa taxa de 2,5 ou 3 depende muito do recebível que você tem, da qualidade do seu recebível.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Então, se você tem uma operação em que você tem contribuinte com um *rating* Triple A, que é o caso aqui, que ele apresentou dessas empresas, logicamente, a probabilidade de inadimplência é bem menor.

Se a carteira é uma carteira mais antiga, que já tem um histórico significativo em que se possa verificar a possibilidade de inadimplência, e verifica-se um baixo índice de inadimplência, logicamente o risco da operação é menor. Quanto menor o risco, menor a taxa que você vai pagar na antecipação dessa operação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Mauro.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Agora, qual é a vantagem?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Seria mais ou menos o mesmo procedimento de mercado que nos cobra 485% do cartão de crédito e 320% do cheque especial, não é?

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – É o mercado que vai calcular a taxa de risco de inadimplência...

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – O *spread*...

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Não, é a agência de risco que é contratada na operação que vai fazer a avaliação do seu recebível e, na estruturação...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – A agência não vai ser contratada para o investidor perder dinheiro.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Não, não, não.

Aqui, olhe, veja bem. Vamos dar os exemplos aqui.

Essa operação foi por CDI mais 2,5. Não há aqui nenhuma taxa exorbitante, nenhuma taxa de desconto exorbitante que o Estado de São Paulo tenha pagado para antecipar esse recebível. Agora, é importante: por que que você antecipa esse recebível? Para antecipar investimentos no Estado, e os investimentos geram riqueza dentro do Estado, dentro do Brasil.

Então, na realidade, não é um recurso que você está antecipando para desperdiçar, e, sim, um recurso que você está antecipando para fazer investimento, porque aí você cai no art. 44, da Lei de Responsabilidade Fiscal – receita de capital tem que ser aplicada em despesa de capital.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Sim, sim.

Então, acho que é uma oportunidade muito interessante para antecipar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Não, desde que você aplique bem em investimentos. Você não pode pegar essa antecipação e pagar pessoal ou outros custeios administrativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, o modelo é esse. Está funcionando bem. Já foi aplicado em várias localidades. E nós estamos vendo aí o sucesso. Só São Paulo conseguiu mais de R$2 bilhões de antecipação de investimentos no Estado.

Eu acho que se abre aí a oportunidade para que vários outros Estados da Federação também o façam.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Vamos retomar o curso normal da Comissão dando a palavra para a Deputada grega Zoe Konstantopoulou.

Eu peço aos Srs. Parlamentares que utilizem os fones para usufruírem das habilidades do nosso tradutor.

A TV Senado colocará a tradução no ar. Nós receberemos apenas pelo sistema de fone de ouvido, e os fones seguramente não serão suficientes para todos os presentes... Ou serão suficientes?

É suficiente para todos os presentes.

Então, vamos lá.

Canal 19.

Então, quero passar a palavra, para o prosseguimento dos trabalhos da nossa Comissão, à ex-Presidente do Parlamento helênico, que vai comentar o sucesso e o insucesso do sistema de securitização de dívida na Grécia no período em que ela presidiu o Congresso.

Deputada Zoe Konstantopoulou com a palavra.

A SRª ZOE KONSTANTOPOULOU –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Exª me permite entregar um diploma de reconhecimento à Deputada?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Como não?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – A Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular outorga um diploma de reconhecimento vazado nos seguintes termos.

> A Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular presta homenagem à Exma Deputada Zoe Konstantopoulou, ex-Presidente do Parlamento Helênico, pela sua atuação em favor do povo grego, destacadamente por propor a criação da Comissão da Verdade para realização da auditoria da dívida pública grega, com participação da sociedade civil nacional e internacional, brilhante iniciativa que nos inspira a lutar pela realização de extraordinário feito em nosso País.

O diploma vai assinado pelo Deputado Edmilson Rodrigues, membro da Frente pela Câmara Federal, e pelo Senador João Capiberibe, membro da Frente pelo Senado Federal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Voltamos ao leito normal dos rituais da nossa Comissão.

A próxima inscrição é do Deputado...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente, eu não tinha terminado, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Como não? O Relator tem a preferência sempre.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, ouvimos a exposição feita pelo Sr. Venilton sobre a forma de operação – e nisso ele contou com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

participação também do Secretário Mauro Ricardo. Agora eu queria perguntar ao Secretário Mauro Ricardo, especificamente, o seguinte.

O Ministério da Fazenda, ao se manifestar sobre o projeto de lei, solicitou que nós incluíssemos um dispositivo na proposta como dispositivo adicional, já que o projeto de lei não contemplava essa exigência, de que 70% do valor apurado pela securitização deveria se destinar ao pagamento de débitos e de financiamentos que o ente público tem, ou seja, financiamentos que vão vencer. Na sua ótica.... Parece-me que, em São Paulo e nos Estados onde foram feitas essas operações, não havia essa exigência, pelo menos na lei. Então, eu consulto qual a sua opinião sobre esse dispositivo. Restariam 30% para fazermos investimentos. Como é venda ou transferência de capital e o recurso apurado tem que ser destinado para investimentos em capital e não em custeio, obviamente que a posição do Ministério da Fazenda me parece razoável, já que você estaria antecipando recursos que entrariam futuramente nos cofres públicos e, automaticamente, serviriam para pagar dívidas quando essas vencessem. Então, 70% parece ser um número razoável? Na sua experiência, nos Estados, que também têm dívidas, esse valor vai motivar governadores, prefeitos eventualmente, a realizarem a operação?

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Não. Na realidade, o Tadini, aqui no início da apresentação, citou números extremamente relevantes e importantes para essa resposta, quando ele diz que o Brasil hoje investe 2,1% do PIB em infraestrutura e que precisaria investir 5% do PIB em infraestrutura. Estou falando de passar de um pouco mais de R$100 bilhões para algo em torno de R$500 bilhões. Nós estamos tratando aqui de uma fonte de financiamento extremamente importante para investimentos.

Eu, se precisasse fazer alguma restrição à utilização, faria uma restrição para a utilização apenas em investimentos, e não para amortização de dívidas ou mesmo para a utilização para cobertura de déficits do sistema previdenciário. Eu acho que nós precisamos pegar esse recurso e antecipar os investimentos que são extremamente importantes para o País fazer, para gerar riquezas e aumentar o PIB e, com o aumento do PIB, gerar arrecadação ordinária para fazer esse tipo de despesa, pagamento de serviço da dívida e mesmo para a ampliação ou para pagamento do custeio administrativo. Eu não desviaria esse recurso para outra finalidade que não fossem investimentos em infraestrutura ou mesmo para dar garantias a PPPs a serem estabelecidas. Eu acho que é um recurso extremamente importante, mas só vale a pena fazer antecipação se for para fazer investimentos para fazer o País crescer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Porque, considerando o déficit público previsto no País, nas contas públicas federais, para este ano, de R$170 bilhões, para o ano que vem, de R$150 bilhões; considerando o volume total de créditos que o Governo Federal tem hoje parcelados para receber, o que equivale mais ou menos a R$120 bilhões, R$130 bilhões, quer dizer, se o Governo Federal securitiza esses R$120 bilhões, R$130 bilhões, se todos forem créditos viáveis de serem securitizados, obviamente o Governo Federal teria que destinar 70%, por força da lei, ao pagamento, à quitação de débitos que o Governo Federal tem, seja em títulos públicos ou em organismos financeiros. E aí, sobrariam para o Governo Federal apenas R$30 bilhões ou R$40 bilhões. É muito dinheiro, se comparado ao que nós temos de necessidades hoje para dotar a infraestrutura do País pelos números ditos aqui pelo Sr. Venilton.

Eu acho que a sua informação é importante para que os Senadores tenham o conceito desse aspecto.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Só acrescento à minha resposta que o problema dos Estados hoje não é o nível de endividamento. O problema hoje dos Estados é a queda da receita e o crescimento expressivo da despesa com pessoal e encargos sociais, seja pessoal ativo ou mesmo inativos e pensionistas. Isso cresce de maneira assustadora.

Eu posso citar, inclusive, alguns exemplos. No caso específico do Estado do Paraná, em 2023, nós estaremos gastando mais com inativos e pensionistas do que com ativos. Em 2025, nós vamos dobrar o déficit do sistema previdenciário do Estado com recursos do Tesouro, o que vai levar o Estado a uma insolvência em 2023 e em 2025.

Então, é algo que preocupa todos nós, que estamos olhando o futuro e não olhando este mandato. É algo que precisa, de fato, ser debatido. Precisamos encontrar soluções para essa questão. Então, o problema do Estado não está no nível de endividamento, está em relação à sua despesa de custeio administrativo, seja com pessoal ativo, seja com inativos e pensionistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E eu concentraria esse recurso.... Eu acho que o importante é nós fazermos hoje pelo Brasil investimentos em infraestrutura para melhorar a competitividade tanto internacional como entre os Estados, nas diversas unidades da Federação, porque os investimentos em infraestrutura é que garantem os investimentos privados que precisariam ser feitos no Estado, gerando emprego, gerando renda e melhorando o nível de riqueza no Brasil.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Secretário Mauro.

Eu vou me permitir encerrar aqui a minha participação em termos de questionamentos, até para oportunizar aos demais, e aproveito para cumprimentar a Deputada Zoe pela sua apresentação, pela sua disposição e pela contribuição que presta para a discussão e o debate da matéria aqui no Senado da República do País.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Senador Paulo Bauer, nós elaboramos uma emenda a esse projeto que V. Exª relata e, de certa forma, coincide com uma opinião quase unânime que observei até agora.

Eu tenho discordâncias fundamentais em relação ao artifício para driblar a impossibilidade de uma antecipação de receita e deixar o ágio ou deságio por conta do mercado.

A emenda estabelece o seguinte: nós estabeleceríamos um limite de deságio de lucro do setor privado que investisse, suportado por alguns pontos acima da taxa Selic, e estaríamos destinando, obrigatoriamente, numa intenção de um planejamento indicativo, 70% dos recursos arrecadados para investimentos em infraestrutura. Planejamento indicativo. Os investimentos em infraestrutura terão que ser estabelecidos a partir de uma mobilização das Secretarias de Planejamento de Estados e Governo.

Então, 70% para infraestrutura e 30% para suplementação da Previdência da União, dos Estados e Municípios que utilizassem esse sistema. Nós estaríamos impedindo, por exemplo, que as práticas de mercado nos viabilizassem deságios com esse método, essa *expertise* muito típica do sistema bancário, que nos leva a 483% no cartão de crédito e 323% no cheque especial.

Mas seria um investimento interessante se desse uma margem superior à taxa Selic, que é representada como a remuneração básica dos títulos do Tesouro. Seria uma coisa mais ou menos parecida com o que fez Hjalmar Schacht na recuperação da Alemanha. Ele criou o Mefo, o Mefo era uma moeda não moeda que impedia o processo inflacionário, mas que tinha uma garantia do Banco Central de um retorno superior à TIR. É evidente que, naquele momento, o Schacht, que comandava a economia alemã, baixou também, de forma violenta e radical, a remuneração da rolagem da dívida alemã dos investimentos em títulos para rolagem.

E, paralelamente a isso, com outras medidas, como o Deutsche Mark da época também é lastreado, naquele caso, com o patrimônio imobiliário da Alemanha, o controle do câmbio, a reciprocidade nas importações e exportações da Alemanha só fariam com países que dela comprassem, ele conseguiu restabelecer o equilíbrio das economias, o que foi apropriado, posteriormente, por Hitler, na indústria armamentista, que nos levou ao desastre que nós conhecemos, mas, de qualquer forma, as medidas econômicas são interessantes. De alguma forma semelhantes às medidas do New Deal da Inglaterra. Agora, nós estaríamos ancorando e evitando que o tal o mercado se apropriasse de forma absoluta desses recursos. Estaríamos ancorando o deságio à lucratividade do investidor, ao mesmo tempo, que garantiríamos a sua margem. É uma emenda em que nós estamos pensando. Vamos conversar posteriormente com V. Exª.

Eu passo a palavra, por solicitação, ao jornalista Nassif.

O SR. LUIS NASSIF – Uma coisinha bem curta ao Mauro Ricardo.

Só para entender um pouquinho a lógica, os grandes números. Quando você tem o orçamento, você tem a receita. A receita é composta pela expectativa de recebimento dos tributos, mais o fluxo de recuperação dos passivos, dos créditos que estão sendo cobrados. Nós estamos falando de uma crise fiscal que está jogando os Estados em déficit. Quanto esse fluxo que vai ser antecipado em geral representa, em termos percentuais, da arrecadação total de um Estado como o Paraná, por exemplo, ou São Paulo?

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Hoje, o Estado do Paraná tem de recebíveis nesse programa Paraná Competitivo R$4,3 bilhões. Esse programa já teve vários nomes. Não me lembro que nome tinha na época do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Governador Requião, mas os incentivos são muito semelhantes há vários anos. Isso foi acumulando ao longo do tempo. Um recebível da ordem de R$4,3 bilhões.

O SR. LUIS NASSIF – E um orçamento...

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Para um orçamento, hoje, de 2017, de R$59 bilhões.

Mas, se você aplicar isso em investimento, você praticamente duplica a capacidade de investimento do Estado com recursos próprios. Então, é algo extremamente importante, uma receita extremamente.... Se aplicado em investimentos, porque.... Eu discordo só um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Se os investimentos forem ancorados numa medida do planejamento do Estado, e não deixados ao sabor do mercado, que vai procurar...

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – ... a lucratividade, não o interesse público.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Eu tenho apenas uma discordância, Governador, em relação à questão dos 30% em previdência, porque eu acho que a Previdência tem que ser custeada com recursos ordinários, não com recursos extraordinários. Recursos extraordinários têm que ser fonte de recurso para despesas relativas a projetos específicos, e não, eventualmente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – O contrário do que aconteceu no passado no Paraná, onde os recursos foram retirados da Previdência para suprir o caixa do Estado.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – É, mas foi numa situação diferente, porque foi feito uma operação inversa em 2012. Você retirou do fundo de previdência e trouxe para o Tesouro pagar. Só que você trouxe para o Tesouro pagar muito mais do que deveria ter trazido. Então, você agora levou de volta o excedente que foi trazido em 2012.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Mas o Paraná não está em questão. Vamos discutir o projeto. (*Risos.*)

Pela ordem de inscrição aqui, eu vou dar a preferência à Maria Lúcia Fattorelli, que está pedindo a palavra, e, posteriormente, ao Senador Lindbergh Faria e à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Não, é que eu queria argumentar.... Para aquela mesma tela que o Sr. Mauro teve a oportunidade de explicar eu queria explicar como a gente vê aquele mesmo desenho que ele colocou. (*Pausa.*)

Da exposição dele...

Lá na frente... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR. *Fazendo soar a campainha*.) – Gleisi, o Mauro, para quem não sabe, é Governador do Paraná. (*Risos.*)

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Eu não vou cair nessa provocação.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Bom, não era aquele. Passou.

Antes desse.

Foi esse que o senhor explicou, não foi?

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Foi.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Pois é. Veja bem: quando ele explicou...

Primeiro, eu queria homenagear a Zoe. Sou muito grata por você estar aqui. É uma honra contar com a sua presença.

Esse esquema aqui é idêntico ao esquema que a Deputada Zoe acabou de explicar em relação a Luxemburgo e países europeus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nesse nosso caso, o lastro que está sendo colocado seria o pagamento de dívida ativa por contribuintes. Só que esse pagamento de dívida ativa é a parte que seria arrecadada pelo Estado de qualquer forma. Ele mesmo colocou isso. É o topo daquela pirâmide. São as debêntures sênior. Correspondem à parte da dívida ativa que seria arrecadada de qualquer forma, que não precisaria de nada disso aqui, que o dinheiro seria arrecadado e entraria direto no ente federado.

Então, o que está sendo feito aqui nesse exemplo que ele deu de garantia? O agente arrecadador, que é o banco, comunica que aquele contribuinte pagou a parte da dívida ativa dele. Só que, ao invés de o dinheiro ir para os cofres públicos, vem para a empresa, para a S.A., idêntica à EFSF em Luxemburgo. Vem para a empresa e paga para os investidores. Então, o que, antes, o contribuinte arrecadou e iria para o ente federado agora vai dar uma volta. O fluxo vai passar pela empresa e vai para o investidor. É um grande negócio. E aí, se não estivermos falando da parte da dívida ativa segura que seria arrecadada diretamente, se formos nos referir a debêntures emitidas com base na parte da dívida ativa que não é arrecadável, aquele contribuinte não vai pagar. Mas a empresa já emitiu debêntures. E aí? Quem vai pagar? É aí que gera dívida pública.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Não! (*Risos.*)

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – E tanto gera que a PEC 55, que congela tudo, todas as despesas primárias, por 20 anos, reserva recursos para aumento de capital de empresas estatais não dependentes. Tanto é que estão colocando no texto da Constituição isso aí.

Além disso, qual é a razão das debêntures subordinadas?

Eu pediria agora para colocar aquela foto que eu tirei, da PBH Ativos, da minha apresentação. Aí, depois, o senhor pode comentar em cima dela também.

Na minha, há uma foto lá da PBH Ativos...

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Só para esclarecer o ponto ali colocado. Quer dizer, o contribuinte vai pagar, e você receberia num período de cinco ou de dez anos. O que se está fazendo aqui é a antecipação desse recebível para fazer investimentos,...

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Tá! Então é ARO...

O SR. MAURO RICARDO COSTA – ... com a vantagem...

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – ... proibida pela lei...

O SR. MAURO RICARDO COSTA – ... de que você está fazendo a antecipação desse recebível para fazer...

Por que não é ARO? É só ler a Lei de Responsabilidade Fiscal, que a senhora não leu.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Li, sim.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Se ler a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela está dizendo que não considera antecipação de recebível a antecipação de receita orçamentária quando se está tratando de fato gerador pretérito.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Ah!

O SR. MAURO RICARDO COSTA – É exatamente o caso de que estamos falando.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Bom, se...

Essa aqui é a foto do caso concreto de Belo Horizonte.

A empresa, que foi criada por lei municipal com capital de R$100 mil, quando começa a emitir debêntures.... Cada debênture tem R$100 mil – cada uma –, e ela emitiu 2.300 debêntures, por sete anos, pagando juros de 11% mais IPCA. E olha o que está escrito aqui: com garantia real! Com garantia real! Quem está dando essa garantia real? O Município. Com base em quê? Com base no direito de vir a receber a dívida ativa, que não vai receber. Não vai. E mais: o pagamento é garantido pela cessão fiduciária dos direitos de crédito autônomo. Está escrito. E é isso, é igualzinho ao que está no projeto aí.

E aí? E se o crédito não é arrecadado? Quem vai pagar? Se tem garantia, garantia real... Aí é que está: a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

debênture subordinada, em poder do Estado.... Está lá: significa que é com risco e benefício. É por isso que a Fitch atribui AA para isso, porque tem garantia. Se não pagar, vira dívida pública. Vira dívida pública.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Maria Lúcia, as posições já foram colocadas. Vamos devolver a palavra agora para os Senadores.

Senador Lindbergh Farias, com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – A empresa vai ter prejuízo.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Comprou, tem. Se houver inadimplência, não tem qualquer garantia em relação à inadimplência.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria cumprimentar toda a Mesa, o Dr. Venilton, o Dr. Mauro Ricardo, a Maria Lúcia Fattorelli, o Dr. Carlos Kerbes, o nosso Luis Nassif e, especialmente, a Deputada Zoe, ex-Presidente do Parlamento grego.

Se há uma coisa que me preocupa nessa discussão que envolve a Grécia é o fracasso da política de austeridade que houve na Grécia e que estão querendo implementar aqui, no País, com uma violência gigantesca.

Eu sinto falta aqui no debate sobre responsabilidade fiscal... Sei que o Dr. Mauro Ricardo é muito competente, mas é um prático. É um secretário que está ali e quer colocar dinheiro para dentro da Administração.

Sabe quem eu queria aqui, Senador Requião? Eu queria os fiscalistas verdadeiros. Eu queria aqui o Marcos Lisboa, queria o Zé Roberto Afonso... Porque há uma diferença, Dr. Mauro Ricardo. Eu entendo. Quem é prefeito... Eu fui prefeito. Eu queria colocar dinheiro na minha gestão, queria fazer as coisas andarem. É natural. E esse debate da securitização está no meio disso, de uma crise fiscal. Houve reunião dos governadores com o Presidente Michel Temer, e uma das propostas foi justamente essa da securitização. Aí é onde entra discussão. Eu quero começar pelo lado oposto, da discussão da responsabilidade fiscal de médio e longo prazos.

Eu fui prefeito e tentei estruturar uma operação dessa. Não havia empresa estatal não dependente. Era uma venda direta. Mas eu desisti sabe por quê? Porque o deságio seria de mais de 60%. Eu desisti. Eu montei a operação e desisti. Sabe o que acontece aqui? E esse é que é o problema. Vamos falar sério. Eu quero discutir sobre responsabilidade fiscal. Os prefeitos e os governadores estão com a corda no pescoço, estão querendo qualquer coisa. O Rio de Janeiro pegou cem por cento dos depósitos judiciais! Três Estados pegaram cem por cento dos depósitos judiciais e estão enlouquecidos.

O senhor, no Paraná.... Eu sei que, como Secretário de Fazenda do Estado do Paraná, com as dificuldades que tem, o senhor faz qualquer coisa, e tem que fazer. (*Risos.*)

Eu acho o senhor, inclusive, muito competente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Vai para o Rio, viu?

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Não faz isso não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, ele não vai para o Rio porque ele não é... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Inclusive, lá no Paraná, ele já revogou o Governador. Está mandando em tudo lá.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Já falei que não vou aceitar provocação. (*Risos.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero chamar atenção aqui para um ponto. Aqui, nós estamos falando que é permitido aos entes da Federação, mediante autorização legislativa, ceder direitos creditórios objeto de parcelamentos administrativos.

Esse é o filé-mignon, Senador Requião. Ninguém está falando da parte que não está parcelada. Eu fui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

prefeito, volto a dizer, e tinha um fluxo de receitas. Do parcelamento, eu não sei dizer o valor aqui agora, mas digamos que fosse uma média de R$2 milhões mensais, de parcelamento! Aquilo era dinheiro que entrava no meu fluxo. E com aquilo eu fazia investimento em saúde, em educação... Havia todo um planejamento.

O que nós estamos autorizando? Nós estamos autorizando o governador a vender, do futuro governo, esse filé-mignon, que faz parte daquele fluxo, o fluxo bom.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – É uma antecipação...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Lógico! É o fluxo bom!

Eu toparia isso aqui se fosse a parte da dívida que não estivesse parcelada. Aí vamos vender. Eu voto, porque vale. Aí eu toparia. Vai lá! Vão atrás! Eu quero ver o mercado aí! Agora, a parte boa, que já está certa, eu vou dar e vou perder 50%? Cadê a responsabilidade? Por isso que não era para o Dr. Mauro estar nessa Mesa. Nessa Mesa deveriam estar, volto a dizer, os fiscalistas verdadeiros do País,...

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Mas eu posso incorporar aqui, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... os homens que defendem com rigor a responsabilidade fiscal.

Onde fica esse discurso? Se nós estamos dizendo que estamos vivendo uma crise fiscal agora, nós estamos comprando outra crise lá para a frente, que não é de longo prazo, não, mas já no próximo governo, Senador Requião.

Eu me preocupo muito. E queria falar para a Deputada Zoe que eu acho o seguinte: nós estamos indo, Nassif, que eu admiro tanto – estou lendo sempre o Nassif, quando fala do xadrez, da política e da economia –, para a convulsão social no Brasil. Estamos caminhando para isso. Nós temos a crise dos Municípios, de que ninguém fala. Eu, como sou Senador, ando pelos Municípios. Sabem o que está acontecendo nos Municípios? Estão fechando postos de saúde. Estão demitindo.

Nós temos crise nos Estados, como no Rio de Janeiro. E hoje não é só do Rio de Janeiro. Sabemos que o Estado do Rio Grande do Sul decretou estado de calamidade pública. A crise é de todos os Estados. A crise do Rio hoje não é só por não pagar funcionário público. Sabem o que aconteceu no Rio de Janeiro? Fecharam o Restaurante Popular, cortaram o Renda Melhor, que é uma espécie de bolsa família lá para 110 mil famílias, acabaram com o Aluguel Social, com o Bilhete Único, etc. Isso só no Rio de Janeiro.

Qual é o problema? Municípios estão quebrados, Estados estão quebradas, a dívida das empresas hoje é de 80% do PIB, as famílias estão extremamente endividadas, com queda de renda, com aumento do desemprego. E não sou eu que estou falando de aumento de desemprego, o mercado está prevendo para o próximo ano uma taxa de desemprego de 13%, 14%. E, num momento como este, Senador Requião, só haveria uma forma de sairmos desta crise como um todo, que era o Governo Federal investir, aumentar gasto social, discutir um plano de recuperação da Petrobras, o papel do BNDES, etc. Não há nada disso. É um plano de austeridade de longo prazo, e eu sinto que existe um vazio, uma alienação em Brasília, do Poder Executivo e do Poder Legislativo com o que está acontecendo.

Então, nós estamos à espera da confiança. Como Paul Krugman disse, da fada da confiança, que é votar a PEC 55, votar a reforma da Previdência, e aí vem a confiança e os empresários vão investir. Diziam isso na retirada da Dilma, que era só retirar a Dilma que iria se recuperar a confiança. E o que aconteceu? Nós temos a realidade objetiva aqui. O fato é o seguinte: não é com medidas como essas, de desespero. Eu entendo que todo prefeito e todo governador queira isso, porque é um dinheirinho a mais no caixa, mas o resultado futuro é desastroso. Então, nós, no Senado, temos que pensar em relação ao médio e ao longo prazos neste momento.

E, por fim, eu fico impressionado em como as pessoas mudam de opinião sobre temas. Porque nós acabamos de afastar uma Presidente da República com o argumento de que ela fez operação de crédito. Era impressionante! O tal do Júlio Marcelo, do TCU, era o herói nacional deles. Era a Janaina Paschoal e o Júlio Marcelo para cima e para baixo.

Pois bem, sabe o que o Dr. Júlio Marcelo escreve sobre isso? Não é nem minha opinião, porque não sou de achar que tudo é operação de crédito como os senhores, como muita gente achou neste País para afastar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Dilma. Nassif, Júlio Marcelo, o herói deles, que falava de operação de crédito, diz o seguinte sobre esse projeto: "Trata-se, ao ver do Ministério Público de Contas, operação de crédito conforme conceito amplo adotado no art. 29, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal". Continua: "Arrumaram um subterfúgio ilegal com aparência legal para antecipação de receita e burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal que pressupõe ação planejada e transparente em que se previne...".E, por aí vai. Júlio Marcelo, o herói deles. Mas de uma hora para outra não vale nada. É impressionante como se descartam os argumentos. Não somos nós que dizemos que tudo é operação de crédito, não fomos nós.

Eu queria deixar esta reflexão aqui para o Relator, Senador Paulo Bauer. Olha, isso é de uma irresponsabilidade fiscal gigantesca. Eu entendo que um secretário de Fazenda, na situação em que está, queira fazer a antecipação, mas nós estamos tirando a parte parcelada que, volto a dizer, é fluxo que já conta em planejamento, já está lá. Então, nós estamos cometendo aqui uma grosseria.

Nós não vamos resolver o problema dos Estados brasileiros com isso. Nós temos que recuperar o crescimento econômico deste País, que é uma loucura, Senador Requião. Nós estamos com uma depressão de quase 8% de recessão e só se fala na questão fiscal, em ajuste, ajuste, ajuste, com taxas de juros lá em cima. Isso é uma loucura! O País tinha que ter uma estratégia para recuperar o crescimento e proteger o emprego. Eu fico impressionado. Isso é uma ditadura de um pensamento único.

Nenhum país do mundo – eu encerro dizendo isso –, na Europa os juros eram negativos. Sabe o que que a União Europeia decidiu agora? Decidiu o seguinte: 50 bilhões de euros para investimentos. O Trump está falando em 1 trilhão de investimentos. Nós estamos contra a maré.

E, por fim, encerro falando da situação da Grécia: estão querendo fazer conosco o que já fazem na União Europeia, o que, para mim, é um atentado à democracia. Lá na Grécia, o povo foi consultado sobre os planos de austeridade e disse "não", mas de que valeu? Não valeu nada porque quem comanda é a Troika. Os países não têm política fiscal nem política monetária. Aqui, Nassif, estão querendo imitar, porque o que a PEC 55 faz é tirar das mãos do Governo a possibilidade de executar uma política fiscal anticíclica, de aumentar recursos de saúde e educação.

Eu pergunto: de que vale eleger um Presidente da República com uma PEC dessa? Porque não é só a questão fiscal, a questão monetária no Brasil eles já conquistaram. Mesmo sem ter o Banco Central independente, é uma completa autonomia. Eles estão querendo impedir, com essa PEC 55, agora. O Presidente da República já não tem autonomia para fazer uma política monetária diferente, nem para fazer uma política fiscal diferente. Então, chamo a atenção para a questão democrática. Eles estão querendo criar regras tão rígidas e fixas que impedem que um Presidente da República eleito com um pacto diferente, baseado no crescimento econômico, da geração de empregos, consiga executar sua política.

Era essa a minha contribuição ao debate, Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Senadora Gleisi Hoffmann, com a palavra, por 30 minutos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada. Presidente da CAE, eu posso falar por 30 minutos. Muito obrigada.

Eu quero fazer uma saudação ao Senador Roberto Requião e também ao Senador Paulo Bauer, um é Relator da matéria e o outro foi responsável por esta audiência pública; à Deputada Zoe, que veio de tão longe – muito obrigada por sua presença na nossa Comissão –; ao Secretário Mauro Ricardo, Secretário de Fazenda do Estado do Paraná; ao Sr. Venilton, da Abdib; à Maria Lúcia Fattorelli, que já esteve conosco; ao Luis Nassif; e ao Professor Carlos.

Mais do que fazer uma colocação, quero levantar algumas dúvidas. O que nós estamos buscando? Estamos buscando um modo de financiar investimentos públicos, o que buscamos desde o início em que se discute sobre finanças públicas. Como nós podemos investir? Por que estamos fazendo isso? Porque sabemos que cabe ao Estado ser indutor de investimento. Se não coubesse ao Estado ser indutor de investimento nós deixaríamos as coisas serem definidas pelo mercado. Certo? Mas nós sabemos que não. A infraestrutura exige o Estado como indutor do investimento.

No passado, o que que nós fizemos? Nós não tínhamos receita suficiente, fizemos dívida. Enem sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

fizemos dívida boa, fizemos dívida de várias formas, muitas vezes para investir em coisas que não deram retorno à população nem ao Estado e que nos trouxeram mais problemas do que soluções. O meu medo é que estejamos, neste momento presente, legando para a geração futura os mesmos problemas que, no passado, legaram para nós.

Eu acho que o que o Senador Lindbergh fala é muito correto. O que acontece quando você está premido por despesas que estão batendo na sua porta, você tem que dar conta delas e, ao mesmo tempo, tem que dar resposta política para a sociedade? É inventar formas de resolver o problema.

É óbvio que essa é uma solução que, do ponto de vista estrutural, parece boa, mas, se formos olhar mesmo, não é isso. A impressão que eu tive quando o Prof. Carlos mostrou o exemplo de Minas de 7 bilhões para três bilhões, e nós estamos falando de créditos que são recebíveis, ou seja, já estão negociados, é muito grande a diferença. Então, estamos deixando para o futuro um – aí a Maria Lúcia tem razão – endividamento nesse sentido, que, depois, vai haver dificuldade em recuperar. Daqui a 10, 15 anos, como vão fazer investimentos?

Esta é a grande pergunta: como financiamos os investimentos? O novo modelo de investimento que estamos propondo é sustentável? Ele é viável? Qual é o custo dele? É isso que temos que saber, porque, na realidade, isso é uma antecipação de crédito. Vamos ser bem claros, é isso. Como a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe, encontramos um jeito diferenciado de fazer: bota para cá, bota para lá, é uma coisa mais complexa. Geralmente, em questão financeira, fazemos coisas complexas para esconder situações simples que não podemos fazer.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é clara. E já é clara exatamente por isso, para não deixar endividamentos futuros.

Então, eu acho que temos que pensar muito nisso porque uma solução que pode parecer fácil pode ser altamente comprometedora sem trazer um resultado efetivo para o Estado nacional. Então, eu acho que a gente tem que ter essa preocupação.

Como seria uma forma de você recuperar a capacidade de investimento do Estado brasileiro? Será que fazendo uma operação tão complexa com um deságio tão grande como esse? Ou ter coragem e dizer: "Não, vamos investir, vamos conviver com o déficit por mais tempo, vamos renegociar isso às claras, sabendo quanto vamos pagar e, por isso, fazer o Estado nacional, a economia crescer?". Daí, com PIB crescendo, receita crescendo, você tem equilíbrio orçamentário sem colocar a população numa situação difícil.

Eu acompanhei o Estado do Paraná. Claro que fomos críticos lá, mas sei que a sua intenção era aumentar a arrecadação e diminuir despesa. Óbvio que é isso. Mas isso tem custo muito alto se a gente não tiver uma forma de como fazer. Eu acho que a forma está com a União, não está com os Estados. Os Estados não fazem política cambial, o Estado não faz política monetária. O Estado faz política fiscal, e muito limitada.

Por isso que temos insistido, Senador Paulo Bauer, que essa PEC 55 vai piorar a situação, porque quem podia fazer uma política mais expansionista para colocar investimento, para melhorar a situação de proteção social era a União, inclusive ajudando os Estados. Agora, criou-se uma neura de que temos uma dívida incontrolável, uma dívida pública incontrolável, quando, na verdade, temos uma dívida decrescente. Isso não quer dizer que não tenhamos que ver o conteúdo dessa dívida, analisar de onde ela veio, como é que ela é feita. Mas é isso.

Aí, vem a discussão da PEC 55, de que a dívida bruta do Estado brasileiro é de 72%. É 72% se não retirar os ativos, a sua reserva e o que você tem no BNDES, mas não é de 72% do PIB. Então, por que estamos fazendo isso? E estamos inventando coisa difícil, complexa, com pagamento que vai ser exatamente este, de 50%, 60%, por mais que se diga que seja Selic om juros de 2,8%. Vai ser isso. Vai ser.

Depois eu quero que o Professor.... Faço especificamente uma pergunta para o senhor: quero entender aquele quadro de Belo Horizonte. E coloca só o que já é o lado bom. Então, eu acho que isso nós temos que ter muito claro.

Eu queria, além de fazer para o Prof. Carlos essa pergunta específica sobre a questão do custo, fazer uma pergunta para o Dr. Venilton.

Nos últimos dez anos, houve no País uma grande quantidade de investimentos. Fazia tempo que isso não ocorria. Eu sei que a Abdib participou intensamente das discussões, das formas de financiamento, das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

relações com o BNDES, etc. E o senhor sabe que isso foi dinheiro público colocado. As empresas não teriam condições. Se não houvesse juro subsidiado para fazer investimento, não teriam condições de fazer os investimentos que foram feitos. Houve operação de crédito com juro subsidiado.

E eu não sou contra. Tanto que os Estados Unidos estão dizendo que tem que se criar um banco de desenvolvimento social. Mas a visão desta Casa, Dr. Venilton, é contra. Eu ouvi o senhor falando que apoia a PEC 55. Quero entender como é que o senhor apoia a PEC 55 e, ao mesmo tempo, é a favor de juros subsidiados, sabe que o Estado tem que ser indutor de investimento e de política pública, participou desse processo ativamente, no governo do Presidente Lula, as empresas foram beneficiadas com isso, inclusive dando emprego, fazendo investimento. Como que o senhor acha que vamos ficar com essa PEC 55? O senhor tem noção do que ela significa...

O SR. VENILTON TADINI – Tenho.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... do ponto de vista prático? Prático, do dia a dia? Tem noção do que significa?

Então, eu queria ouvir V. Sª e também o Prof. Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só que antes eu convoco o Senador Requião a imediatamente assumir o seu lugar aqui na Mesa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Convoco porque eu tenho que ir ao Plenário, Senador Requião.

Venha assumir o seu lugar aqui.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Senador Lindbergh, antes de V. Exª sair, eu queria só comentar uma questão que V. Exª colocou e que vem exatamente ao encontro do projeto sobre o qual estamos aqui conversando, que também a Senadora Gleisi colocou.

Precisa-se fazer investimentos em infraestrutura. E o Estado é indutor de investimentos. Estado entendido aí como União, Estados e Municípios, o setor público como um todo. Nós estamos exatamente conversando sobre uma fonte de financiamento para esses investimentos. Não adianta pensar que nós temos outras fontes de financiamento para esses investimentos. Não existe porque, hoje, as receitas dos Estados, dos Municípios ou mesmo da União estão extremamente comprometidas com seu custeio administrativo, no caso da União, além do custeio administrativo dos programas que atualmente dispendem recursos, têm uma dívida enorme e um serviço da dívida crescendo a cada dia.

Eu acho que esse projeto vem exatamente ao encontro dessa necessidade. Se pudéssemos restringir isso apenas a investimentos para que não pudéssemos usar esses recursos para a cobertura de despesas que deveriam ser custeadas com receitas ordinárias do Estado, eu acho que nós faríamos aí algo extremamente grande para o País, porque os investimentos propiciarão o quê? Propiciarão movimentar a economia e ela crescer. Eu acho que nós deveríamos é concentrar essa oportunidade, essa fonte de recursos importantes para investimento.

Outra questão que V. Exª colocou é que não acho que vamos vender a dívida ativa. Essa proposta que existe: "Ora, vamos vender a dívida ativa", porque se você pegar o volume de...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Dr. Mauro Ricardo, o senhor concorda comigo em que a situação que está nos Estados, o objetivo dessa securitização agora é para fechar o caixa?

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Não, não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Imagina o Rio de Janeiro, vai securitizar, vai fazer o quê? Você acha que vai fazer investimento no Rio de Janeiro?

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Não, não, não.

Olhe só: nós vamos aqui...

Podemos decidir se vamos fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Não, veja bem, aqui no Senado está a decisão se vamos fazer a securitização do que está parcelado e onde será aplicado o recurso. É uma decisão extremamente importante.

Eu estou defendendo aqui a tese...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – No projeto não tem nada disso, mas eu...

O SR. MAURO RICARDO COSTA – ... concordando com a sua proposta,...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... entendo que a sua tese é importante. Eu concordo.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – ... concordando com a proposta da Senadora Gleisi e concordando parcialmente com a proposta do Senador Requião, que a gente pudesse usar esses recursos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu acho que a fala do senhor é muito importante.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – ... se possível, cem por cento para investimento. Se o problema é investimento,...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Inclusive eu falava isso para o Relator.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – ... vamos procurar investimento. O que não pode é desviar de forma alguma esses recursos para outras atividades.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Eu só quero fazer um esclarecimento aqui sobre a última declaração do Mauro: ele disse que concorda parcialmente com as minhas opiniões porque, se você concordasse integralmente, o Beto o demitiria. (*Risos.*)

O SR. VENILTON TADINI – A Senadora fez uma colocação bastante interessante e permite que, ao tratar dessa resposta, mostre que não há incoerência naquilo que estou falando.

Primeiro, em toda a minha formação como economista, eu sempre fui desenvolvimentista e entendo perfeitamente que não há como sair de uma crise fiscal com processo recessivo. "Ah, mas como é que isso contraria?" Da mesma forma que eu acho que não faz o menor sentido transferência de R$100 bilhões do BNDES que precisa, neste momento, estar aumentado os níveis de participação reduzido em juros e transferir isso para fazer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VENILTON TADINI – Não tenha dúvida. Então, eu queria deixar claro.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, o senhor tem que vir ao Plenário provar isso.

O SR. VENILTON TADINI – Aonde me chamarem eu vou. Eu não tenho filiação partidária, eu não tenho vínculo, eu sou executivo contratado profissional de entidade de classe, mas o que quero dizer é o seguinte...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ele é contra...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Inclusive isso é uma operação de crédito clara, mas claríssima. Essa, sim, é uma operação de crédito.

O SR. VENILTON TADINI – Eu sou contra, eu não considero razoável, num movimento de crise, de recessão, uma instituição de fomento fazer política pró-cíclica. Órgão de fomento tem que fazer política pública anticíclica, senão não é órgão de fomento, a primeira coisa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Gostei do senhor, Dr. Venilton. Está tão difícil explicar isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. VENILTON TADINI – A segunda coisa. O fato de ter a PEC e ter taxas de juros... Concordo plenamente que é investimento autônomo, e quem tem que fazer isso, puxar, é o Estado, seja via financiamento, seja subsídio ou seja como investimento direto. Agora, isso não significa que o nosso problema estrutural esteja na PEC. Está no câmbio, que é volátil, e que a gestão tem problemas, e está na taxa de juros, que gera R$600 bilhões por ano para ser pago.

Aí não tem PEC que dê jeito. Agora, se eu não estabelecer um freio de arrumação para fazer com que esses vetores ajudem o ajuste fiscal, eu não vou a lugar nenhum. Mas a principal recuperação fiscal se dá através da retomada de crescimento. Ninguém faz ajuste fiscal caindo, em dois anos, 7% a 8% do Produto...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A PEC não vai fazer um freio de arrumação, porque não tem condições de fazer frente ao pagamento desses juros e às variações cambiais. Nós teríamos que mexer em outra coisa.

O SR. VENILTON TADINI – É isso que estou dizendo. Quando a gente defende a PEC é para que, quando você observar o quadro total, fique claro que esses juros e esse câmbio são absolutamente fora do contexto macroeconômico de uma política de ajuste fiscal com retomada de crescimento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É impossível.

O SR. VENILTON TADINI – É impossível. A equação não fecha.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós vamos afundar mais com essa PEC.

O SR. VENILTON TADINI – Não tenho dúvida. Agora, acho o seguinte: decisões, os senhores têm a responsabilidade. Tem que ter clareza nos argumentos que são apresentados. Eu me penitencio. Até o momento não consegui ter deixado claro que quando se faz uma securitização e não venda do ativo que você ainda não precificou ou não tem uma renegociação de confissão de dívida, são duas coisas totalmente diferentes.

O Senador colocou com propriedade: "Puxa, olha o que eu fiz. Fui embalar e vender direto, poderia ter um ágil de 60%". Até que estava bom se fosse 60%. Dependendo do que embalar, chega a 90%.

Agora, o que nós estamos fazendo aqui? Essa é uma confusão, Senadora, e eu não gostaria que ficasse a impressão de uma explicação, que não é adequada, de que na securitização o ágil atinge essa proporção, porque quando o professor falou do 30 e do subordinado, não quer dizer que não vai receber o subordinado. Ele vai receber no fluxo que receberia. Então, é esse leite ninho, essa coisa que vai ter o *chantilly*, vai continuar como estava. Agora, o que nós estamos fazendo numa operação de antecipação de recebível para investimentos, naquilo que a gente conseguiu justamente com a subordinada, colocar no mercado com uma taxa de juros muito baixa, como foi São Paulo, que a taxa foi, na última emissão, de 2,5%.

Então, não existe hoje, Senador Requião – eu, graças a Deus, ainda não adentrei no cheque especial no descuido –, não é de 450%, 500% a taxa de juros não, mas de 2,5% real no Estado de São Paulo, uma taxa baixíssima para retomar investimento em infraestrutura. Não vamos deixar de receber os 70%, no exemplo do professor. O professor pode deixar isso claro. Não vamos dar um deságio de 70% para receber 30%. Não, vamos antecipar 30% e continuar recebendo 7%, mas ele vai ficar separado para dar garantia para aqueles 30% que eu antecipei de que a taxa de juros é baixinha. Então, eu não queria passar a informação de forma equivocada.

E mais, a Senadora saiu e perguntou: "Quer dizer que, se não pagar a subordinada, quem vai pagar é o Erário?". Não. A operação se circunscreve no nível das debêntures. É ela a garantia real. Ao mesmo tempo em que é garantia, ela é meio de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Ela se circunscreve no nível de debêntures se o Relator colocar isso expressamente no projeto. Se não, ela vai estar subordinada à PEC 55 com aporte de recurso no Orçamento.

O SR. VENILTON TADINI – Pode colocar, Relator. Não haverá prejuízo nenhum.

Tem problema Mauro Ricardo?

Eu assino junto e ainda faço outro parecer com o professor também. Não há problema nenhum, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

esse é o espírito da coisa. Se fosse para pegar algo para criar um monstro futuro, para sumir com 70% da receita futura e pagar juros absurdos na emissão que está fazendo e, se ainda não der certo, jogar para o Erário, aí, desculpe-me, mas tenho que sair daqui algemado também.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Conclusão, Senador Paulo Bauer: estamos avançando, não é?

Há o pedido de participação de um membro do Plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E na questão do investimento também.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Acho que não há mais nenhum Senador inscrito. É o nosso Perusso. Amauri Perusso.

Não, como é o seu nome?

O SR. JOSÉ MARCIO RIELLI – José Marcio Rielli.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – O Perusso também?

Então, eu abro inscrição para os dois e fecho o debate. A não ser que alguém queira pagar o almoço para a Mesa. Daí se inscreve, paga o almoço e eu permito que fale.

Vamos lá, por favor.

O SR. CARLOS KERBES – Complementando o que o Tadini falou, é exatamente o que ele representou, Senadora. Qual foi a ideia? Mudei aqui... Quando eu estava falando do Mezanino em 20 anos, eu dei um prazo para uma coisa e outro prazo para outra, e acho que criou uma confusão. No momento em que falamos da emissão de ativos para o mesmo prazo, o que vai acontecer? Daqueles R$7 bilhões de receita, R$3 bilhões viram Sênior, entra dinheiro, e R$4 bilhões a Mezanino, que ficam no Tesouro. O que acontece na prática? Se em 7 anos os R$7 bilhões se concretizarem, o Estado recebeu R$3 bilhões hoje, vai receber R$1 bilhão por ano. Desse R$1 bilhão por ano, ele vai pagar uma parte para o investidor, que vai atingir os R$3 bilhões e a outra parte fica no Tesouro.

Agora, nesses números, nessas condições, isso tende a acontecer, porque já é um fluxo histórico, e o que se propõe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS KERBES – No bolo. O que eu estou falando aqui é o bolão geral, tanto o parcelado quanto o inscrito, ajuizado, tudo, bolão geral.

Nesse bolão geral, nesse procedimento, o que o Estado busca é uma eficientização do conhecimento desse estoque, da melhoria cadastral, para melhorar a cobrança. Então, digamos, que, nos 7 anos, o Estado vai lá e recebe R$10 bilhões, e não R$7 bilhões. O que acontece com isso? Com R$3 bilhões ele vai pagar investidor, com R$4 bilhões ele vai resgatar a Mezanino, que está com ele e volta para o Tesouro, e os R$3 bilhões excedentes ele resgata a Subordinada, que é a diferença lá embaixo.

Ou seja, pensa nos copinhos. Encheu o copinho da Sênior, transborda para a Mezanino e transborda para a Subordinada.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Dos 70 ficariam 63?

O SR. CARLOS KERBES – Dos 70, emite em ativo, três classes, que dá os mesmos 70. Então, zero deságio...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Retornaria...

O SR. CARLOS KERBES – Retornam os 70. O Estado pega 70 e diz assim: eu tenho um bolão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... juros de 2,5%. Estou olhando ali, mas não estou conseguindo ver isso, porque é Selic mais 2,5. Mas ali para mim tem...

O SR. CARLOS KERBES – O.k. Vamos fazer a conta com juros então. Passou um ano, o Estado recebeu R$1 bilhão. Essa quantia, no momento zero, é corrigido pela Selic. Vamos dizer, para facilitar a conta, que a Selic seja 10%. Então, daqui a um ano, esse R$1 bilhão representa R$1,1 bilhão, mas ele pegou um dinheiro antecipado do investidor dizendo assim: "Eu vou te pagar os 10% da Selic mais 3%, eu vou te pagar 13%". Então, ele recebe R$1,1 bilhão...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Recebe R$1,13 bilhão.

O SR. CARLOS KERBES – Mas ele não paga R$1,13 bilhão porque ele vai pagar para o investidor uma parte só. Ele não emitiu todo R$1 bilhão. Ele emitiu um terço disso.

Então, sobre esse um terço, esses R$400 milhões por ano, ele vai pagar os 3%, R$12 milhões de custo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Selic mais os 12%.

O SR. CARLOS KERBES – Nesse caso, o custo financeiro da operação para antecipar R$3 bilhões seria de mais ou menos R$12 milhões por ano no período...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Doze milhões.

O SR. CARLOS KERBES – Doze milhões por ano no período, que é a diferença entre o que ele recebe do contribuinte e paga para o investidor.

Agora, Senadora, isso vale para o Rio de Janeiro. O Piauí recebe 12% do devedor, recebe inflação mais 12%. Se ele pagar inflação mais 9%, o que seria mais ou menos uma CDI mais 2%, ele está recebendo mais juros do que paga. Então, nessa conta, estaria pagando para o investidor os R$12 milhões, mas estaria recebendo de quem deve para ele mais do que isso.

Falando de Nova Iguaçu, também é inflação, é IPCA, mais 1% ao mês, que o devedor do IPTU paga. Só que se você vende para o mercado esse mesmo ativo, que é remunerado a 1% ao mês, 12% ao ano, por 9, tem um ganho financeiro. Esse ganho financeiro, no objetivo da operação, é suficiente para pagar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Professor, você acha correto fazer a securitização só da dívida parcelada, da dívida boa ali?

O SR. CARLOS KERBES – Senador, eu particularmente defendo o bolão, como estamos expondo aqui. Mas existem os dois modelos e você tem três fatores aí. Um deles é a necessidade de recurso. Então, quando estamos falando de Estado de São Paulo e Estado do Paraná, que são grandes volumes, a necessidade do recurso para o Estado pode não ser a do Rio de Janeiro, que está precisando para a previdência, para pagar a folha. Para aqueles Estados menores, securitizar só os parcelados, a operação se torna economicamente inviável.

Vou dar um exemplo. Eu citei o Piauí. Se for fazer só dos parcelados, no Piauí daria R$30 milhões. Só que o custo da operação, custo com os honorários, que aumentou de banco mandatário, banco custodiante, *rating* , auditoria, etc., fica proporcionalmente muito alto. E aí o custo não fica apenas nos 2,5% que se paga de financeiro, são os 2,5 % mais a despesa para colocar isso em pé.

O SR. LUIS NASSIF – Posso fazer uma pequena observação que acho que sintetiza tudo o que estamos discutindo? Nós estamos discutindo aqui um modelo em que você tem agentes racionais. Você está supondo um governador de Estado focado, que tem uma visão estratégica, que vai pegar esse dinheiro e aplicar bem em investimento.

Quando você aprova uma lei que vale para todo o País, você tem que pensar qual é o universo real que vai ser encontrado. O quadro que o Senador Lindbergh coloca aí é muito mais claro. Cá para nós, se você pegar todos os agentes perfeitos, trabalhando direitinho, o projeto fica redondo. Agora, se você joga isso em um país, solta isso para a manada, para o pessoal que está morrendo de fome nos Estados e Municípios, qual vai ser a estrutura de controle dessas operações? É essa a discussão básica.

O SR. CARLOS KERBES – Posso complementar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Para complementar, Senador, acho que aqui tem duas questões adicionais que precisam vir para esta mesa: uma delas é que os entes públicos subnacionais, Estados, Municípios e DF, assim como a União, são obrigados a realizar e aprovar nos seus legislativos uma lei orçamentária anual e um plano plurianual. Então, todos os investimentos, as necessidades de investimentos já estão levantados e catalogados na documentação que já existe pela LRF e pela 4.320.

Então, o que se pode fazer, Senador, daqui a pouco é dizer assim: para investimentos aqueles que constam do PPA.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sr. Presidente, eu preciso fazer uma intervenção aqui e mencionar um fato.

Primeiro, é do conhecimento de todos que o meu parecer é favorável. Aliás, já foi até publicado. Ele pode até sofrer alterações até o momento da votação, mas é favorável. Só que o que nós estamos tratando aqui é de uma lei complementar, portanto, é a regra geral.

Nessa lei complementar, Luis Nassif, está escrito que para qualquer operação que venha a ser realizada por qualquer governo, federal, estadual ou municipal. é necessário uma autorização legislativa expressa, exclusiva. Portanto, não é porque nós vamos ter essa lei aqui que o Ministro da Fazenda poderá juntar os seus recebíveis e securitizar. Ele vai ter que mandar um projeto de lei, uma lei ordinária, para a Câmara dos Deputados, dizer expressamente quanto ele vai securitizar, quais são as regras dessa securitização. Poderá, Senador Requião – poderá, não estou dizendo que seja bom ou ruim nem que deva –, nessa lei inclusive estabelecer limitações específicas sobre custos, sobre pagamento de consultoria de empresa especializada, pode dizer tudo o que quiser nessa lei e talvez até possa dizer alguma coisa a respeito do destino do dinheiro, embora o destino do dinheiro sempre já estaria contemplado no orçamento do Município, da União e eventualmente até na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Constituição, que é muito clara sobre a destinação de recursos. Mas é da lei complementar que estamos tratando. Depois, a lei ordinária é que vai regular e autorizar cada operação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Temos três pedidos de intervenção do Plenário. Nós vamos liberar esses pedidos e eles serão depois respondidos em bloco, ou seja, sucessivamente se manifestarão.

Vou começar dando a palavra àquela moça que se inscreveu, em primeiro lugar, que é a Srª Yara Magalhães.

A SRª YARA MAGALHÃES – Eu queria falar em nome do povo. Tenho 82 anos e desde os 15 anos trabalho com o povo. Hoje eu me dedico à educação, mas já fiz minha jornada inclusive com os flagelados da seca do Ceará, que é o meu Estado de origem.

Eu só quero fazer uma pequena reflexão. Existe uma disparidade muito grande em relação à posição que ocupamos na economia mundial. O Brasil aparece bem na foto, mas, se formos para o IDH, mergulhamos miseravelmente.

Aqui eu vou pedir ajuda ao nosso Einstein, que disse que ninguém consegue resolver um problema a partir da consciência que o criou. Se isso é verdade e nós estamos com essa descompensação entre a nossa riqueza e o nosso IDH, então, não vamos resolver os problemas a partir da consciência que os criaram, nós temos de mudar a ótica. É outra ótica, senão nós vamos bater sempre no mesmo lugar. Essa pirâmide já não é mais uma pirâmide, é um obelisco. A diferença entre os que podem e os que não podem está fantástica!

É isto que eu queria pedir a vocês: migrem para outra consciência, em nome do povo, em nome dos que vão pagar essa conta sem ter feito nada para merecer essa cobrança. Migrem para outra consciência! Com essa consciência que criou esse problema nós não resolveremos.

Eu só queria dizer isso a vocês.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Com a palavra o Sr. Amauri Perusso, Presidente da Fenastc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. AMAURI PERUSSO – Senador Requião, que preside esta reunião, prezados Senadores, senhoras e senhores, eu presido a Federação Nacional dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil. Os Tribunais de Contas começam a se debruçar sobre a situação das empresas que estão sendo criadas, as chamadas empresas não dependentes. Os Tribunais de Contas passam a decidir algumas questões.

O Tribunal do Rio Grande do Sul, no último dia 10 de novembro, determinou que, por medida cautelar, o gestor, o prefeito municipal de Porto Alegre não empreenda os atos constitutivos da Investipoa. A Investipoa é uma empresa criada em Porto Alegre.

Por que fizemos isso? Porque começaram a ser listados no Município todos os bens que seriam transferidos à Investipoa como garantia real para eventual inadimplemento dos pagamentos que estavam sendo negociados. Essa era a questão. Na legislação que criou a Investipoa, uma vez instalada a empresa, três gestores passam a ter mais poderes do que a Câmara Municipal de Vereadores e que o prefeito da capital, porque eles passam a gerir todo o patrimônio e as rendas auferidas com esse processo de negociação, definindo quanto e quando será entregue à administração municipal.

Já foi demonstrada aqui a manifestação do Tribunal de Contas da União, que examinou a situação de Brasília, examinou a situação da PBH e examinou a situação de Nova Iguaçu. Eu gostaria muito de saber, e vou perguntar aos colegas de São Paulo, porque quero muito fazer uma auditoria nas negociações feitas em São Paulo.

Eu não consigo compreender, Senador Requião, e só um exemplo na história brasileira recente, em que um Banco chamado Opportunity foi criado com R$100 mil de capital, e, no dia seguinte, arrumou R$772 milhões para comprar a CRT no Rio Grande do Sul. Nenhum sistema financeiro confia em empresas criadas como a PBH ou a Investipoa, com R$100 mil de capital, em que as garantias futuras serão, efetivamente, os papeis ou os recebíveis. Elas vão em busca de garantias reais.

E é por isso, senhores, que, em Belo Horizonte, tivemos de fazer uma ação popular para impedir que se vendesse bens públicos que estavam locados como garantia da PBH para garantir liquidez aos credores que não estavam recebendo os valores diante da inadimplência dos pagamentos que foram negociados como papeis. Essa é a questão de fundo.

E aí, Senador Bauer, que estava aqui, esta audiência pública é uma conquista da cidadania, porque o projeto que está lá, Senador Requião, está com um pedido de urgência, o que significa que nenhuma comissão técnica fará debates, urgência significa não ter audiência pública, urgência significa não esclarecermos efetivamente o que está sendo votado e porque está sendo votado. O que foi dito aqui claramente é que o Governo Federal busca fazer a securitização dos seus créditos privilegiados, aqueles já negociados e com alguma garantia de realização, para pagar dívida pública – essa é a questão – ou para cobrir parte do déficit, e não para fazer investimentos.

Então, os amigos empresários deste País precisam juntar-se ao conjunto da sociedade para que nós possamos colocar o Estado brasileiro a serviço do desenvolvimento, não a serviço da especulação financeira ou de R$501 bilhões em juros da dívida pública no exercício de 2015.

Para encerrar, senhores, eu vejo com muita dificuldade haver taxas baixas de juros neste Pais enquanto mantivermos, Senador Requião, 16,82% de pagamento de juros sobre os títulos públicos, que foi a última negociação, realizada em 26 de fevereiro deste ano. É improvável isso. Agora, por que não enfrentamos a questão da dívida pública? Por que não enfrentamos a questão dos juros? Vamos levantar o País para fazer uma grande auditoria, afastar o que não é devido pela população brasileira e colocar o sistema financeiro a serviço do desenvolvimento da Nação.

Nós, os Tribunais de Contas, vamos continuar atuando. Agora, será muito difícil conter as barbaridades que estão sendo feitas por essas empresas nos Municípios, e que começam a chegar aos Estados, se for aprovado o PLS 204 aqui. Ele vai criar condições para que se estabeleça uma verdadeira negociata nacional em cima desses títulos que podem realizar um pouco de receita para o setor público.

Obrigado por terem me ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo. Com a palavra José Márcio Rielli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. JOSÉ MARCIO RIELLI – Muito obrigado. Boa tarde a todos. Um bom dia ainda, pois ainda estamos antes do almoço.

Senador Requião; Senador Paulo Bauer, Relator; caríssimo Mauro Ricardo, que foi meu chefe na Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo; Dr. Tadini; o coração verde-amarelo da Maria Lúcia Fattorelli; Luis Nassif; Prof. Carlos; e a nossa querida Zoe, que se prestou a vir até aqui. Eu teria um longo questionamento a respeito das questões jurídicas que me cabem neste caso, mas vou me ater a algumas para não nos prolongarmos mais. Depois, eu gostaria de um entendimento do Dr. Mauro Ricardo sobre a questão do fluxo de caixa, ou ao do Dr. Tadini, que acabou colocando isso.

O senhor citou o Convênio nº 104, que aprovou esse tipo de coisa. Eu diria que o Convênio nº 104 não tem essa autoridade, até por conta do Regimento Interno da Confaz e da própria Lei Complementar nº 2.475, que rege todas as questões de benefícios e incentivos fiscais. Esse convênio foi feito à margem da lei.

O senhor também se reportou à Resolução nº 43 do Senado, que também proíbe esse tipo de operação que o senhor considerou como legal, e à Lei de Responsabilidade Fiscal, que estaria e totalmente aperfeiçoada. Todavia, no meu modo de entender, como é uma empresa estatal, no caso de São Paulo, da CPSEC, 99% da empresa pertence ao Estado de São Paulo, passaria ao exercício do governador seguinte. Então, essas são algumas das considerações que gostaria fazer de ordem legal.

Ainda tem uma questão, por favor. Eu gostaria de entender como é essa cessão de créditos que o senhor atribui autônoma. Essa cessão de créditos estaria baseada em que regimento? No Regimento Tributário ou no Regimento Cível? Em ambos os casos, nós temos dificuldade de entendimento. Se for no tributário, o Estado não pode abrir mão do seu crédito tributário constituído. Se for no cível, o devedor deveria ter sido notificado dessa cessão de crédito. Essa é uma questão.

Por fim, encerrando, ouvindo as palavras, as mentes brilhantes que se encontram aqui para nos esclarecer, gostaria de saber como teríamos o encontro do fluxo de caixa dos adimplentes com os debenturistas, dos adquirentes das debêntures. Por quê? No Estado de São Paulo, em 2014, nesses programas de parcelamentos, PEPs, PPIs, nós tivemos, no primeiro ano, 50% de inadimplemento. No ano passado, tivemos ainda menos, 50% menos. Ou seja, no primeiro ano, 50% daqueles que se comprometeram a pagar, que confessaram a dívida e se comprometeram a pagar, não o fizeram. No ano de 2015, acabou caindo. Em 2016, será ainda pior, por conta de toda a crise que estamos vivendo, que é de todos nós, somos sabedores disso. Eu gostaria de saber se, ainda que tenhamos um lastro, pois São Paulo vendeu R$6 bilhões de debêntures, colocou em caixa R$2 bilhões apenas, como vamos pagar essas debêntures, ainda que uma parte delas se encontre no passivo da empresa, lastreados entre essas questões de cessões de direitos no seu ativo, que é geralmente o que acaba fluindo para esse caso?

Por último, minha última questão, por favor, quanto custaram essas operações, do ponto de vista da contratação da Deloitte, das quatro consultorias que estão fazendo o seu trabalho, inclusive a Standard & Poor's?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Três minutos para o Mauro dar a resposta. Em seguida, passo a palavra à Deputada Zoe para encerrarmos esta nossa reunião.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – Primeiro, em relação à questão colocada pelo Sr. Amauri, logicamente, nós concordamos que essas operações são diferentes das operações citadas pelo senhor, tanto em Porto Alegre como em Belo Horizonte. As operações que nós aqui estamos defendendo não são lastreadas em garantias de ativos reais, de imóveis. Então, concordamos que essas operações não deveriam ocorrer, se lastreadas da forma como o senhor aqui citou.

Parabenizo o Tribunal exatamente pela intervenção, de maneira a que essas operações não pudessem ocorrer. Eu acho que o papel do Tribunal é exatamente a fiscalização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, evitando que venham a cometer irregularidades. Se isso de fato estava ocorrendo em Porto Alegre e em Belo Horizonte, foi uma boa intervenção do Tribunal de Contas nessas Estados.

No que se refere à questão colocada pelo Rielli, não vou discutir com você a questão da interpretação da legislação porque já foi interpretado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pela Secretaria do Tesouro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pela CVM, por esta CAE. Inclusive, existe um parecer em relação a esse assunto, isso tudo podemos disponibilizar para que você tenha conhecimento dos pareceres jurídicos que já foram emitidos em relação a essa matéria, mostrando toda a legalidade e o não enquadramento dessa operação como uma operação de crédito na forma definida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A cessão desses créditos, logicamente, não se dá pelo direito tributário, porque o crédito, na realidade, não é cedido, o que é cedido é o fluxo de recebimento do crédito, que continua com as mesmas características que tem hoje o crédito tributário, com todos os privilégios. Quem tem de cobrar isso é a Fazenda ou a Procuradoria, dependendo se está inscrito ou não na dívida ativa e tem, logicamente, todos os seus privilégios, como o crédito tributário. Essa característica não é alterada porque o crédito não é cedido, apenas o fluxo de recebimento desse crédito que passa pela SPE, um pedaço vai para quem comprou a debênture, o privado que comprou a debênture, e a diferença vai para o ente. Então, o fluxo...

O SR. JOSÉ MARCIO RIELLI – Eu só gostaria depois de ver a base disso para poder abstrair, entender, porque não estou entendendo. Obrigado.

O SR. MAURO RICARDO COSTA – No que se refere R$6 bilhões, a R$2 bilhões, a informação que tenho é que o Estado auferiu de receita, na alienação ao privado, R$2 bilhões. Se foram emitidos R$6 bilhões de debêntures, existem ainda R$4 bilhões de debêntures de posse do Estado. Esses R$4 bilhões de debêntures estão sendo resgatadas à medida que o contribuinte vai pagando suas obrigações tributárias. Ele tem um passivo porque emitiu essas debêntures. Dois ele entregou ao privado, e vai resgatando esse privado, essa debênture no momento em que o contribuinte vai efetuando o pagamento da sua dívida, e vai resgatando isso junto ao Estado, que tem a diferença e vai resgatando também essa dívida.

Quanto custou a operação eu não posso dizer aqui, mas, logicamente, imagino que o custo/benefício valeu à pena. Estamos falando aqui de uma operação de mais de R$2 bilhões, o que permitiu que o Estado pudesse investir recursos significativos, que, certamente, melhoraram a competitividade do Estado, *vis-à-vis* outros Estado da Federação.

Lembrando bem que o que foi comentado aqui pela Senadora Gleisi é extremamente importante, o Estado é um indutor de investimento, e o Estado precisa ter recursos para fazer investimentos. Se não faz com recursos ordinários, vamos buscar recursos extraordinários para poder fazer os investimentos. Então, eu acho que é uma fonte importante e o que nós precisamos é direcionar essa fonte para bons investimentos, investimentos que, de fato, gerem retorno para o Estado e retorno para o País.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Com a palavra a nossa Deputada Zoe Konstantopoulou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Talvez ele não queira responder.

O SR. VENILTON TADINI (*Fora do microfone.*) – Respondo sim.

O SR. JOSÉ MARCIO RIELLI – Tem todo o direito.

O SR. VENILTON TADINI – Respondo sim.

Deixa eu entender a pergunta, por favor.

O SR. JOSÉ MARCIO RIELLI – É o seguinte: o Estado de São Paulo pegou os acordos de parcelamento e já parcelou. Então, quer dizer que não tem grandes dificuldades para liquidar. O contribuinte confessou a dívida, cedeu à CPSEC, para que a CPSEC, como um fluxo autônomo, como colocou o Dr. Mauro Ricardo, viesse a pagar as debêntures nos seus vencimentos.

A minha pergunta é: como que esse fluxo de caixa pode ser adaptado? Porque se há uma queda nos pagamentos espontâneos, imagine nos pagamentos de empresas que tenham feito esse acordo para pagar 50%. Inclusive isso é dado de uma das empresas que foram contratadas como consultoria, que em 2014 chegou a 50% de inadimplência no primeiro ano. E nós sabemos, com os outros dados, que isso acabou, nos anos seguintes, caindo até 30%. Ou seja, esses 30%, eles pagam toda a remuneração das debêntures e dos seus resgates, nas devidas datas de vencimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. VENILTON TADINI – Eles têm pago. E é importante essa colocação, porque eu lembro, na época, já não era mais o Secretário Mauro Ricardo, era o Secretário Calabi, que, na análise da agência de *rating*, entre março e abril do ano passado, houve uma queda substantiva da arrecadação do Estado. Então, a relação que estava sendo colocada de um para três, ia ser uma emissão de R$1,2 bilhões e um lastro de 3,6; por conta dessa queda arrecadação, a emissão da cota Sênior foi reduzida para R$700 milhões. Justamente por conta dessa quebra que se reduziu a parcela Sênior a ser emitida e se aumentou a parcela das Mezanino e Subordinadas, ficaram quase R$5 bilhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Minha gente, eu vou passar a palavra à nossa Deputada Zoe Konstantopoulou.

Fones de ouvido para os analfabetos em inglês, em que eu me incluo.

A SRª ZOE KONSTANTOPOULOU –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Agradeço a presença dos Senadores e de todos do Plenário e passo a palavra à Maria Lúcia Fattorelli, para, em dois minutos, encerrar a reunião.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Eu fico muito honrada com essa deferência, Senador Roberto Requião, e creio que isso se deve à confusão que nós aprontamos no plenário quando esse projeto teve o seu relatório lido e já ia entrar em votação sem ter passado por nenhuma comissão desta Casa, sem nenhum debate, sem sequer o conhecimento do que se tratava. Então, eu creio que é por isso que o senhor está me dando a honra de encerrar esta audiência, porque isso se deve à atuação do povo que vai, ao final, pagar a conta.

E queria deixar algumas palavrinhas aqui. A situação ideal colocada aqui nas palavras do Prof. Carlos Kerbes, que eu respeito, a posição ideal colocada aqui pelo Sr. Mauro Costa e até mesmo pelo Sr. Tadini, a situação idealizada que foi colocada aqui não tem nada a ver com a situação real que nós estamos verificando na PBH Ativos S.A; na CPSEC, em São Paulo; na Investe POA, em Porto Alegre; e outras que estão sendo criadas. Esse é um ponto. E também não está no PLS 204, a situação ideal que foi colocada por eles aqui não está presente nem nas empresas estatais não dependentes que já existem e estão operando e nem tem nada a ver com o texto do PLS nº 204, que está para ser votado.

Segunda questão: as operações já realizadas são ilegais. Porque uma norma aqui e um parecer não é embasamento legal. Não existe lei autorizando. Haverá lei se esse PLS virar lei. Elas estão esperando esse PLS para ter uma situação legalizada. Mas as operações até hoje são ilegais.

As empresas criadas são inconstitucionais, não atendem o disposto no art. 173 da Constituição Federal. A Constituição diz que para criar empresa estatal tem que garantir interesse público. Qual é o interesse público em fazer esse negócio financeiro de emitir debênture? Sendo que a parte que está sendo emitida é a parte da dívida ativa parcelada, que seria arrecadada de qualquer forma. Está, simplesmente, dando uma volta por esse tipo de empresa.

O Tribunal de Contas e o Ministério Público de Contas já falaram que é operação de crédito. O custo é um abuso. Então, fica aqui mais uma vez o apelo: já que conseguimos arrancar esta audiência pública, que sejam feitas outras tantas, que sejam trazidos aqui os administradores, governadores e prefeitos de onde esse tipo de operação já está acontecendo. Que eles nos mostrem aqui, na prática, o que é que está acontecendo. Não sejamos atropelados por uma decisão tomada com pressa e que pode significar o que a Zoe acabou de dizer: empurrar o nosso País para o abismo. Se o que está acontecendo já é gravíssimo, pode piorar ainda mais.

Conto com a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores.

Agradeço imensamente por toda essa oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 11 ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (41ª REUNIÃO) E PELA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL (2ª REUNIÃO), EM 24 DE NOVEMBRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dezenove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional com a presença do senador Lindbergh Farias. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Humberto Costa, Jorge Viana, Lasier Martins, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Kátia Abreu, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Marcelo Crivella, Wellington Fagundes e Wilder Morais. A presidência declara aberta a reunião e esclarece que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de apresentar dados e indicadores sobre o tema "equidade e progressividade do sistema tributário nacional", tendo como expositores o professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Eduardo Fagnani; e a Professora da Universidade Federal de Uberlândia e Diretora do Instituto de Economia, Vanessa Petrelli Corrêa. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senador Lindbergh Farias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Boa noite. Declaro aberta a 11ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo a 41ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

Na pauta de hoje, nós temos audiência pública interativa com a finalidade de apresentar dados e indicadores sobre o tema de equidade e progressividade do sistema tributário nacional, análise da PEC nº 55 e a progressividade como alternativa ao sistema tributário nacional.

Temos como convidados o Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas Eduardo Fagnani, que já está presente e eu chamo à Mesa para iniciarmos o debate, e a Professora da Universidade Federal de Uberlândia e Diretora do Instituto de Economia Vanessa Petrelli Corrêa, que também convido a integrar a Mesa.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que quiserem encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o número 0800-612211.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu não poderia deixar de fazer uma referência e de dar uma informação sobre a notícia que acabamos de receber.

Estávamos no plenário do Senado Federal, eu e o Senador Lindbergh, fazendo debates, inclusive sobre a PEC nº 55, e recebemos a notícia de que o ex-Ministro da Cultura Calero, que saiu do Governo recentemente por pressão de outro ministro, deu um depoimento à Polícia Federal, dizendo que foi pressionado pelo pró-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

prio Presidente da República para tentar modificar o parecer de um órgão do IPHAN, para que o empreendimento ligado ao Ministro Geddel Vieira Lima pudesse ser realizado.

É uma notícia muito grave. Não se trata de uma entrevista de jornal. É uma declaração à Polícia Federal que vai exigir do Congresso Nacional, vai exigir desta Casa uma postura de muita firmeza.

Afastaram a Presidenta Dilma Rousseff. Ela sofreu *impeachment* porque diziam que ela praticou crime de responsabilidade, as chamadas pedaladas fiscais, os empréstimos junto aos bancos públicos. Na realidade, isso não era... Ela foi afastada politicamente. Agora, se quiserem fazer um *impeachment* com base jurídica existe a base jurídica. É crime de responsabilidade.

Eu queria passar a palavra ao Senador Lindbergh Farias, que preside esta Subcomissão, fez a pauta e indicou os convidados, para se manifestar antes da abertura dos trabalhos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, é sobre o mesmo tema.

Nós estamos ao vivo na TV Senado. Na verdade, nós estamos organizando agora uma reunião emergencial de toda a área jurídica. O que houve de fato é gravíssimo. É um depoimento à Polícia Federal do ex-Ministro da Cultura. E o ex-Ministro da Cultura disse que o Presidente pressionou-o para que ele resolvesse o problema de Geddel Vieira Lima e do apartamento. Ou seja, advocacia administrativa, tráfico de influência, usar o cargo de Presidente da República para defender interesses privados, negócios. Agiu como sócio de Geddel, porque, vale dizer, Geddel não tinha só um apartamento naquele prédio, pois seu primo e sobrinho eram os advogados da empresa. Então, isso é gravíssimo. A gente afastou, como bem falou a Senadora Gleisi, uma Presidente da República alegando pedaladas fiscais, e a gente vê o que acontece nesse momento: é a desmoralização da instituição Presidência da República.

Eu já anuncio a todos que estão nos acompanhando que nós vamos ter, numa sala ao lado desta Comissão de Assuntos Econômicos, uma reunião com a nossa equipe jurídica. O que houve é crime de responsabilidade. Nós vamos, sim, apresentar um pedido de *impeachment* do Presidente Michel Temer. E a saída tem que ser a saída com eleição direta, porque não adianta eleição indireta como estão alguns falando. Agora, isso é um escândalo! Eu acho que o Brasil todo vai ficar chocado, porque utilizar a Presidência da República para pressionar um ministro, para resolver problemas ligados a uma empresa privada, é inaceitável! Então, nós vamos ser muito firmes. Nós estamos tentando marcar uma audiência com o Procurador-Geral da República, Dr. Janot, porque vamos agir no dia de amanhã. Daqui a pouco anunciaremos as medidas jurídicas que vamos tomar. Mas já posso adiantar: crime de responsabilidade e abertura do processo de *impeachment*, nós vamos entrar por esse caminho, porque não há saída para uma falta tão grave como essa. O nome é um só: crime de responsabilidade.

Então, agradeço à Senadora Gleisi Hoffmann. Vou acompanhar o debate aqui, dividindo também o tempo com essa reunião com a área jurídica. Este debate é muitíssimo importante porque a votação da PEC 55 está marcada para a próxima terça-feira, dia 29. Vai haver, inclusive, uma grande mobilização de estudantes, de servidores da área da educação, da área da saúde, que vão fazer uma grande marcha sobre Brasília na próxima terça-feira.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh.

Aliás, eles procuraram tanto um crime para afastar a Presidenta Dilma, precisavam de um crime de responsabilidade e, agora, efetivamente, eles têm um crime de responsabilidade.

Eu quero passar a palavra, primeiro, para a Professora da Universidade Federal de Uberlândia e Diretora do Instituto de Economia, Profª Vanessa Petrelli Corrêa.

Nós temos tempo aqui. V. Sª teria um tempo inicial de 20 minutos. Mas se precisar de mais tempo, pode ficar à vontade.

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – Primeiro, boa noite a todos. Quero agradecer o convite. Sei que aqui vamos passar por discussões, muitas das quais já foram debatidas neste mesmo local, mas acho que nunca demais enfatizarmos os fatos e dados que consideramos fundamentais para reprovar e criticar a PEC, o seu diagnóstico e a perspectiva que vem por trás dessa proposta de reforma, na verdade, constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vou começar minha discussão apresentando vários aspectos que estão no documento que se chama "Austeridade e Retrocesso", que foi lançado por um grupo de economistas da Sociedade Brasileira de Economia Política, e que, inclusive, foi lançado aqui na Câmara dos Deputados. Então, várias das discussões estão lá presentes.

Então, em primeiro lugar, queria fazer uma discussão que vai analisar o crescimento recente da dívida bruta brasileira, questionando quais foram, efetivamente, os elementos que levaram a um crescimento mais acelerado, recentemente, da dívida bruta, e destacando que os resultados primários negativos recentes de 2014 e 2015 não são os causadores fundamentais do crescimento abrupto da dívida pública bruta brasileira.

Esse é um debate que não está inserido no debate da PEC. O debate da PEC se centra na deterioração dos gastos primários, colocando como se houvesse uma explosão de gastos durante todos os últimos governos, tanto do Presidente Lula quanto da Presidenta Dilma.

Portanto, a primeira questão é questionar a existência do resultado primário negativo como fator fundamental de crescimento recente da dívida bruta.

A segunda questão é analisar quais são os elementos que levaram à desaceleração das receitas e que foram as causas fundamentais do resultado primário negativo, o fato já sobejamente discutido aqui.

Quero, na verdade, na minha discussão, me centrar essencialmente nos elementos financeiros do crescimento da dívida bruta que não são atacados e sequer mencionados pela mídia e por todo o debate da PEC. Então, vou me centrar principalmente nessa segunda parte.

E, por fim, vou passar mais rapidamente pelos impactos da PEC e puxar principalmente um impacto que está sendo muito pouco analisado até então, que são os impactos principalmente sobre Municípios brasileiros.

Não é uma discussão tão detalhada, porque temos muito pouco tempo aqui, mas quero destacar os impactos negativos da PEC para o Municípios, que sabemos que já se encontram numa situação bastante problematizada, e o que significará a PEC para os Municípios.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aliás, Profª Vanessa, isso é muito importante porque temos vários debates aqui, abordamos várias questões, mas não abordamos, especificamente, o impacto para os entes federados e, principalmente, para os Municípios, que é quem, ao final das contas, têm que prover o serviço público lá na ponta. Então, acho que será de grande valia a sua apresentação.

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – Exatamente.

Acho que aqui a gente pode deixar algumas questões para serem debatidas e mais detalhadas posteriormente.

Bom, em primeiro lugar, também uma questão que está sendo muito discutida e já colocada: o fato de que o nível em si da dívida bruta de um país não é absolutamente um indicador de que ele está num momento de quebradeira financeira. Se assim fosse, o Japão já teria quebrado há muito tempo, os Estados Unidos já teriam quebrado há muito tempo, a França já teria quebrado há muito tempo.

Ali são alguns indicadores. Temos o nível dos Estados Unidos, que é o segundo da direita para a esquerda. Temos o Japão que é o mais alto, cuja dívida bruta é 248% do PIB; nós temos a situação também dos Estados Unidos, que eu já citei, de 106% do PIB, e da França, 97% do PIB. Brasil, hoje, 69% do PIB.

É importante destacar que a média dos países periféricos tem níveis de dívida bruta inferiores ao nível do Brasil, e isso é tido como um fator a indicar que o nível do Brasil é um nível estratosférico. O que quero dizer com relação a isso é o fato de que comparações internacionais são limitadas na medida em que não analisam as estruturas internas dos países. Então, essa separação meramente entre países desenvolvidos e países periféricos para indicar qual seria o nível ótimo da dívida é um debate completamente superficial, até porque países periféricos não têm sistemas financeiros tão complexos como o Brasil, não têm mercados futuros de câmbio complexos como o Brasil, em que ocorrem especulações em mercado de câmbio que outros países não têm, por exemplo. Esses são fatores importantes a afetar o nível da dívida bruta porque o nível da dívida bruta é afetado pela política cambial e monetária, coisa que geralmente não é discutida por ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Essa questão de pegar o nível da dívida como um nível do comparativo em nível internacional tem, por um lado, um fator positivo para nós, ao mostrar que há países com níveis absurdamente maiores e que nem por isso quebraram. Outro elemento importante dessa discussão é o fato de que não é o nível da dívida bruta que define o nível dos juros. Se fosse assim, o Japão devia ter o nível de juro escorchante, o que absolutamente não é verdade: o nível de juro do Japão é baixíssimo. Então, o debate é muito mais complexo do que o nível da dívida bruta determinar o nível do juro.

Outro elemento importante é que grande parte da dívida bruta brasileira é relacionada a pagamentos em moeda nacional, é dívida interna, não é dívida externa. Vários estudos colocam um dado absurdo, comparando a moratória brasileira quando o Brasil tinha uma dívida bruta essencialmente em moeda internacional. Hoje, apenas cerca de 4,9% da nossa dívida bruta é dívida externa, o resto todo é dívida interna. Então, nós não temos problemas de pagamento de dívida vinculada a uma moeda que não é a nossa. Esse é o outro elemento fundamental.

Mas o que quero destacar aqui? Realmente, nos últimos anos, nós tivemos um aumento da nossa dívida bruta. Então, mais do que o nível, a preocupação que deveria existir é o fato de que recentemente nós tivemos um aumento da dívida bruta. Só que o meu argumento aqui é de que parte importante do crescimento da dívida bruta tem a ver com a política cambial, e isso geralmente não é discutido. Inclusive, o nível do pagamento dos juros é outro debate mais complexo, que não envolve só o nível do juro, envolve o perfil da dívida, envolve os fatores que levam ao aumento da dívida bruta, que é uma das partes que eu considero importantes e que eu vou tentar desenvolver aqui.

Então, na apresentação ali, nós podemos ver: a linha verde é o nível da dívida bruta, que cresce recentemente, a partir de 2013/2014, e a cor de abóbora é a dinâmica do dólar. Nos dois, vocês podem ver que existem correlações ali. E a preta é o nível da dívida líquida, que eu não vou agora discutir aqui.

O que eu quero destacar aqui na minha apresentação é que existem fatores que provocam o crescimento da dívida bruta. O resultado primário é um dos fatores que pode provocar o crescimento da dívida bruta? Sem dúvida. Quando as despesas são maiores do que as receitas correntes, isso gera um resultado primário negativo. Eu não tenho condição de pagar, eu tenho que emitir dívida. Então, o resultado primário negativo é um dos fatores que aumentam a dívida bruta? Sem dúvida. Agora, vamos ver qual é esse nível de impacto sobre a dívida bruta.

Segundo, não é o único fator. Que outros fatores impactam sobre a dívida bruta? Compra de ativos que rendem menos do que os passivos gerados – vou falar nisso –, política monetária, política cambial e o próprio peso dos juros na dívida.

Então, vamos ver dois elementos importantes. No quadro que a gente está apresentando e que já deve ter sido apresentado várias vezes aqui, entre 2003 e 2013, nós tivemos constantes superávits primários, em média de 2,89% do PIB, mas, ao mesmo tempo, mesmo no período de superávits primários, nós tivermos despesas com juros de 5,91% do PIB, ou seja, gerando um déficit nominal. Portanto, nesse período todo, como já foi sobejamente discutido aqui, nós tivemos superávits primários e tivemos déficits apenas em 2014 e 2015. Em 2014, 0,57% e em 2015, 1,88%.

E vejam o que acontece em 2014 e 2015? Em 2014 o nível dos juros, do peso dos juros na dívida, continua num patamar semelhante e, em 2015, dá um salto importante, saindo de 5,48% do PI, para 8,50%. O que será que aconteceu aqui? Isso aqui não foi resultado primário, de gasto primário, certo? Foi outro fator.

Isso aqui é importante para a gente entender as magnitudes de aumento de dívida, que não têm absolutamente nada a ver com resultado primário. Acho que esse é um elemento importante.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com saúde, educação, previdência, não tem nada a ver?

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – Nada a ver com isso. São elementos financeiros do déficit, certo? Que não são discutidos.

E a nós, economistas, que fazemos essas críticas, colocam como se nós não conhecêssemos os dados. Conhecemos perfeitamente os dados, os dados que vocês analisam são os mesmos dados que nós analisamos, só que nós mostramos esses dados e vocês não mostram esses dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, primeiro, não vou detalhar aqui, mas, para nós, o resultado primário negativo em 2014 e 2015 teve a ver não com explosão de despesas, mas com queda de receitas por conta de queda de crescimento. E o crescimento não decai por conta de aumento da dívida bruta, o crescimento decai antes disso. Tem a ver com fatores de demanda, a começar pela queda do crescimento mundial, a dinâmica do comércio mundial é muito menor do que era antes; tem a ver com fatores vinculados a impacto sobre a demanda de consumo, que é uma função da renda, quando a renda cai o consumo cai; tem a ver com elementos vinculados às decisões de investimentos, e os gastos públicos com investimentos são elementos importantes que puxam, inclusive, decisões de investimento privado.

Então, aqui o que eu queria mostrar para vocês: resultado primário até 2014, a receita crescendo mais do que a despesa e, apenas a partir de 2013, nós temos a receita caindo mais fortemente, enquanto que as despesas se tornam maiores do que a receita, mas notem, por este gráfico, que não há, inclusive recentemente, uma continuidade do crescimento das despesas primárias nos níveis anteriores. As despesas primárias passam a ter taxa de crescimento menores, significando que há uma contenção de despesas em 2014 e 2015, mas as receitas despencam.

Então, aqui é um gráfico que mostra as taxas de crescimento das receitas e das despesas. O azul são as taxas de crescimento das receitas. Vocês vão ver que, a partir de 2011, a taxa de crescimento das receitas despenca e a taxa de crescimento das despesas não continuam altas. A taxa de crescimento, de certa forma, se estabiliza, já mostrando que as despesas estão sendo relativamente mantidas, em termos de crescimento.

Aqui, quando a gente vai pegar o crescimento da receita primária... Isso aqui é só para mostrar para vocês quais são as principais receitas: as receitas vinculadas a impostos sobre salários, sobre lucro, sobre produção, sobre importação, sobre operações financeiras. As receitas dos governos estão ligadas a esses fatores. Ora, quando o País começa a desacelerar, você tem receitas cada vez menores vinculadas a todos esses fatores, então, a queda da receita está ligada à queda do crescimento. Esse é um dos elementos importantes. E a queda do crescimento não está ligada a um crescimento abrupto da dívida bruta, até porque o crescimento da dívida bruta abrupto se dá depois disso.

No caso das despesas primárias, eu queria chamar a atenção de vocês: várias das despesas começam a ter taxas de crescimento menores, mas a despesa que despenca mais profundamente é a despesa com investimentos, que é aquela linha preta, e, para nós, esse é um fator bastante preocupante, porque isso aqui são dados do PPI/PAC, vinculados a investimento público. Esse aqui é um elemento importante a influenciar o investimento privado, a nosso juízo. O investimento do setor público é um investimento que gera emprego e puxa os investimentos privados. Quando isso despenca, justamente no momento em que a economia já está desacelerando, é um fator de demanda importante que vai ser desacelerado. E isso ocorre ao mesmo tempo em que está havendo uma queda de receita e em que se faz, inclusive, uma importante desoneração.

Para nós, esse é um elemento da nossa análise em que ressaltamos o seguinte. O investimento público havia sido um elemento importante para o crescimento da economia brasileira, principalmente a partir de 2006 e até basicamente 2010. Deixa de existir uma alavanca importante de crescimento da economia brasileira, justamente num período em que a economia está desacelerando. Isso vem junto, também, com uma queda relativa, em 2011, dos empréstimos do BNDES e com uma queda relativa também dos investimentos das estatais. Esses três elementos, juntos, ajudam na desaceleração da demanda, e, para nós, esse é um elemento importante.

Não é, na nossa interpretação, uma questão de credibilidade que gera a desaceleração da economia brasileira; são fatores ligados à demanda. Para nós, o setor público tem um fator fundamental para a retomada de crescimento, e um dos elementos fundamentais é a parte de investimento público.

Então, aqui nós vimos, ao mesmo tempo, uma desaceleração da receita e uma desaceleração de várias despesas, mas as receitas caem muito mais profundamente.

No caso das despesas, nós vamos ver que as despesas com pessoal deixam de crescer, relativamente, a partir de 2011. As despesas de previdência apresentam um crescimento vegetativo, porque isso tem a ver com o envelhecimento da população, com o nascimento da população, assim como as outras despesas obrigatórias, que também estão ligadas às políticas de assistência.

Então, em primeiro lugar, nós tivemos resultados primários negativos por conta muito mais de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

desaceleração da receita do que de uma explosão das despesas. A isso se somam, em 2015, as chamadas pedaladas fiscais, que também foram incorporadas e todas pagas em 2015, o que explica o crescimento maior naquele ano.

O que nós não estamos vendo? O lado financeiro do déficit. Nesse gráfico, o amarelinho é o resultado primário. Então, quais são os fatores que geraram um crescimento da dívida líquida, e não da dívida bruta? A dívida líquida é a dívida total, tirando os ativos do Governo; no caso, os ativos com reservas internacionais e os ativos de empréstimos do BNDES. Então, que fatores levaram ao crescimento da dívida líquida? Vocês vão ver que o resultado primário, até 2014, puxava para baixo a dívida líquida; agora, ele puxa para cima. Em que nível? Se vocês estão conseguindo ver o gráfico, o lado amarelinho, que é uma parte muito pequenininha, mostra o quanto puxa a dívida para cima. O que puxa a dívida para cima? O peso dos juros – não é meramente o nível de juros.

Eu estou querendo chamar a atenção aqui para o quê? Fatores que levam ao aumento da dívida, geralmente não discutidos. O Governo compra ativos. Quando há excesso de entrada de capital especulativo no País, isso pode gerar um volume excessivo de capital ingressante, que pode valorizar excessivamente a moeda, comprometendo a competitividade da economia brasileira.

O que o Governo faz nesses momentos em que há excesso de entrada de capital especulativo no País? Ele compra o excesso de reservas. E como é que ele faz isso? Emitindo dívida pública. Então, ele compra reservas, tem um ativo, mas, ao mesmo tempo, para ter esse ativo, ele gera dívida.

Ali nesse gráfico, nós estamos vendo a compra de reservas, e o paralelo, lançamentos de títulos compromissados. Então, há uma relação entre o aumento de lançamento de títulos e, portanto, aumento da dívida mobiliária, e compra de reservas. O aumento dos títulos aparece na dívida bruta, e como nós estamos analisando só a dívida bruta, nós não analisamos a dívida líquida, que é a dívida menos os ativos.

Outro problema dessa compra: nós compramos reservas que são aplicadas nos mercados financeiros internacionais, rendendo taxas de juros baixíssimas; e nós compramos essas reservas emitindo títulos da dívida pública interna, que geram juros muito maiores. Essa diferença de juros entra na conta Juros. Não tem nada a ver com o resultado primário, tem a ver com política cambial, com excesso de entrada de capitais no Brasil, grande parte deles ingressante em momentos de liquidez, pelo grande diferencial de juros que existe no Brasil, na comparação do juro interno com o juro internacional. Então, um elemento do aumento da dívida bruta: compra de reservas para assegurar o excesso de entrada de recursos. O Governo não comprou reserva só para ter colchão de liquidez, ele comprou reserva para segurar o excesso de valorização do câmbio.

Outro elemento de crescimento da dívida: as operações para segurar a variação do câmbio. Vamos citar aqui, por exemplo, a política de *swaps* cambiais. E aqui eu quero destacar especialmente a política de *swaps* cambiais ocorrida em 2015. Pelos gráficos ali, vocês lembram que eu falei que o pagamento de juros passou para 8,5% do PIB, e vejam o que gerou esse aumento: 1,7% do PIB foram operações de *swap*.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Professora, eu até ia pedir, como a gente está na TV Senado, as pessoas estão ouvindo, nem todo mundo está muito familiarizado com as questões econômicas e a gente tem falado muito de câmbio, que a senhora pudesse explicar um pouquinho o que é *swap*, como é que isso funciona, por que tem impacto essa parte. A outra, da dívida, da emissão de títulos ficou muito clara. Quer dizer, tem que enxugar o mercado, mas também tem que segurar a apreciação da moeda. Então, se pudesse explicar um pouquinho essa questão do *swap* cambial, seria importante.

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – Então, é interessante a gente entender. Quando há um movimento de desvalorização do câmbio, uma fuga da moeda nacional, qual seria o movimento? Muita gente quer comprar dólar, e isso geraria uma desvalorização do câmbio muito grande. O que o Governo pode fazer nesse momento? Ele pode vender reservas, porque quando há muita gente querendo comprar e pouca gente querendo vender dólar, o que acontece? Sobe o preço. O que o Governo pode fazer? Colocar dólares em circulação, vendendo o seu dólar, certo? Qual foi a opção do Governo? Não foi vender dólar, foi convencer parte dos compradores de dólar a não comprar dólar. Como? Ele faz uma operação que se chama *swap*, em que ele promete pagar a variação do câmbio e receber juro.

Então, ele não perde se não houver a variação no câmbio, mas, se houver a variação no câmbio, ele pro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tege quem entrou na operação. O que acontece? Ele assume o risco de câmbio.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O risco de mercado, porque quem entra na operação opera muito.

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – É. Ele está protegendo o mercado. Então, houve uma perda enorme, em 2015, que apareceu na conta juros: simplesmente 1,7% do PIB, lembrando para vocês que o déficit primário brasileiro sem as pedaladas foi 1,1% do PIB em 2015. Nós estamos atacando 1,1% do PIB e não estamos falando nada do 1,7%, operação com *swap* cambial de 1,7%.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso não passa nem perto da PEC. Não tem nada escrito sobre isso, sobre juro, nada.

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – Nada e nem discutido – nem discutido.

Então, acho que é importante nós analisarmos as magnitudes, inclusive, quando formos discutir a questão das magnitudes da previdência, porque as magnitudes estão em separado. E as coisas simplesmente não aparecem. Então, esse é um elemento importante.

Outra magnitude importante é o que a gente gasta para manter as reservas. Qual foi o custo de manutenção de reservas em 2015? De 2,7% do PIB.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É muita coisa.

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – E, quando a gente faz palestra, o pessoal fala, como aqui também: "Não vamos falar em 20 minutos. Grande parte não entende." Esses dias fui dar uma entrevista para uma rádio e comecei a falar nisso. Aí o pessoal: "Mas, professora, não vão entender direito." Eu disse: sim, eu sei que não vão entender direito, mas eu quero explicar justamente para mostrar que é muito mais complexo do que essa ideia de que faça igual à sua casa.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Simplista, isso.

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – O Estado não é a sua casa. A sua casa não faz política monetária e cambial.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não emite moeda, não compra dólar, não troca.

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – Não emite moeda, não compra dólar e não protege, certo? E não faz política social também. Nem precisa.

Então, para vocês verem, ali é o peso das despesas com juros e *swap*. Esses gráficos aqui eu peguei do Bianchini. Quem quiser entra na internet. Ele tem vários gráficos. Eu peguei esse aqui dele porque está muito bem explicado. Ali mostra o peso da despesa com juros, certo? A cor de abóbora era a despesa com juros sem *swap* cambial. Olha o que cresceu a despesa com juros em 2015 só com *swap*. Ou seja, ela é suficientemente grande sem o *swap*. Com o *swap*, deu um salto. Então, parte daquele crescimento importante da dívida bruta tem a ver com o crescimento do juro que estava vinculado ao *swap*. E não só ao *swap*. Tem a ver com o crescimento da dívida que esteve vinculado também ao perfil dos indexadores. Um indexador importante da dívida é a correção monetária. Então, quando há impacto inflacionário, aumenta também esse elemento.

Então, é importante também falar para todos que o nível do juro é um problema grave, mas não é o único. Às vezes, você diminui a taxa de juro Selic e não cai o pagamento de juros, porque a dívida está crescendo por fatores vinculados à política monetária e cambial. Então, quando a dívida cresce, mesmo o juro caindo, o juro básico caindo, ainda a dívida está muito alta, e o peso do juro continua muito alto.

É bem mais complexo do que isso, mas o que eu quero destacar é que a parte financeira da dívida é um fator fundamental, e é ela que provoca o nível absurdo da dívida e o crescimento abrupto e inesperado da dívida. O crescimento abrupto e inesperado da dívida não foi o resultado do déficit de 1,1% do PIB.

Agora vou passar para outra questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – É a de que a lógica da PEC não toca absolutamente em nada disso. E a proposta da PEC é de redução do tamanho do Estado. É muito mais do que meramente uma política de ajuste fiscal, fato também já sobejamente discutido aqui. É uma proposta de mudança de trajetória de país.

E um elemento importante que eu quero destacar aqui é que não existe uma trajetória única. Se fosse assim, a gente não tinha democracia. A economia não é uma ciência exata. Ela é uma ciência também do seu tempo, histórica, institucional e política, porque ela depende de todos esses elementos, e nós temos divergências profundas em termos de qual são ou não são as políticas adequadas. Para isso é que existe eleição e para isso é que existe referendo popular. Não existe um caminho único. E não é verdade que o único caminho para o crescimento de um país seja um ajuste fiscal que leve ao não crescimento de gastos públicos. Para nós, o não crescimento dos gastos públicos gera, na verdade, desaceleração. Um gasto fundamental neste momento é o gasto com investimento e a manutenção das políticas sociais, porque isso significa crescer com distribuição, porque também não adianta crescer sem distribuir. Então, a proposta aqui é de mudança de país.

Ali há também um gráfico que já foi apresentado várias vezes e está lá nos nossos documentos, que demonstra que hoje nós temos gastos primários no nível de 20% do PIB. Se a economia começa a crescer eventualmente 2% ao ano, a partir de 2019, 2020, o que significa? O gasto crescendo de acordo com a inflação significa que a relação do gasto sobre a produção de riqueza vai cair. Em 20 anos, a projeção é de que esse gasto caia para cerca de 13% a 14% do PIB. Isso é pouquíssimo. Já é pouco hoje em nível de comparações internacionais. Crescer para 14% do PIB significa você abrir mão de todas as políticas sociais distributivas. E não é verdade que, na PEC, não esteja o projeto de redução dos gastos com saúde e educação.

O discurso é de que, na PEC, não está dito que gasto com saúde e educação precisa crescer apenas a inflação. A colocação é: "Olha, na PEC, saúde e educação crescem no mínimo igual à inflação; nós não estamos dizendo que ela deva crescer apenas isso." Só que, de fato, é isso que acontecerá. Mesmo com a reforma da previdência, a previdência não cai menos do que 9% do PIB – mesmo com a reforma da previdência. Por quê? Porque, infelizmente, a população continua crescendo, o povo nasce, as pessoas crescem, as pessoas envelhecem, as pessoas infelizmente morrem menos hoje, não é? Então, a pressão da previdência obviamente será maior. Mesmo com a reforma da previdência, ela fica pelo menos nos 9% do PIB. Significa que tudo ou mais tem que cair.

Se saúde e educação crescessem igual ao PIB ou se mantivessem a relação com a receita corrente líquida que está prevista na Constituição hoje, se saúde e educação continuassem crescendo isso, e a previdência se mantendo no nível de 9%, com a reforma da previdência, significaria que todos os outros gastos teriam que virar zero, praticamente zero. Ou seja, impossível.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – A reforma da previdência terá que vir, assim como saúde e educação vão crescer pelo mínimo proposto, que é apenas a inflação.

Então, na verdade, é uma mudança de perfil de sociedade que sequer foi votada. Isso não está ficando claro. E mais: foi feito todo um discurso de corações e mentes de que esta é a causa do pseudodescontrole que levou a um crescimento muito rápido da dívida pública.

Agora, só para encerrar, já falei demais, queria só apresentar os dados das transferências, os impactos sobre os Municípios.

Como nós sabemos, a União, assim como Estados, repassam para os Municípios transferências. Parte importante das receitas totais dos Municípios hoje são transferências. Parte das transferências que a União repassa para os Municípios estará protegida e não será modificada com a PEC.

Que transferências estão protegidas? Estão protegidas as compensações financeiras para exploração de petróleo, gás natural, minerais, uso de recursos hídricos. Está protegida a repartição das receitas tributárias, como Imposto de Renda, IPI, para constituição do FPE, FPM. Estão protegidos os fundos constitucionais e está protegida a repartição da Cide, as quotas estatuais do salário educação, as transferências do IOF-Ouro. Está protegida também a repartição dos impostos estaduais e municipais arrecadados pelos Simples Nacionais. Está protegido o Fundo Constitucional do Distrito Federal. Está protegida a compensação do Fundeb, não é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

total do Fundeb, apenas a complementação do Fundeb. Esse é um elemento interessante.

Quais são as transferências que não estão protegidas pela PEC e que têm que seguir a regra da PEC? São as demais transferências correntes da União, as transferências de convênios da União e suas entidades, transferências de capital da União e transferências de capital de convênios da União e suas entidades.

Dentre essas receitas, eu gostaria de destacar algumas cujos impactos negativos são claríssimos sobre os Municípios: transferências de recurso do Sistema de Saúde (SUS). Essa transferência não está protegida, entra na PEC. Repasses fundo a fundo do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), exceto Salário-Educação; as transferências financeiras do ICMS, as transferências de consórcios públicos, além das transferências de convênios da União para o SUS, para programas de educação, de assistência social, de combate à fome, de saneamento básico. Então, toda parte de política social, etc., não está protegida e, especialmente, não está protegido o SUS, e nós sabemos o papel do SUS e da parte da educação nos Municípios, certo?

Então, há até um estudo, aqui, que está no Boletim Legislativo nº 57, feito pelo Paulo Springer de Freitas. Ele faz um estudo em que ele analisa quais os Municípios e qual o impacto destas transferências – o impacto, não; faz uma distribuição analisando a percentagem dessas transferências sobre o total das receitas. Então, se a gente pega número de Municípios, em 2.796 Municípios brasileiros, as receitas não protegidas correspondem entre 10% e 20% do total das receitas; 51% da população está lá.

Eu vou só dar um exemplo aqui. Para vocês terem ideia, eu peguei o Município de Uberlândia, que é de onde eu venho, para vocês terem uma ideia disso aqui. Essa aqui é a composição das receitas do Município de Uberlândia. Grande parte das receitas, aquela parte vermelha, são as transferências correntes. Parte das transferências correntes não estão protegidas, vamos ver quais são.

Então, se nós pegamos a arrecadação total, nós vemos lá os recursos da arrecadação total...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – ... e vamos ver as transferências afetadas pela PEC. As transferências afetadas pela PEC são R$178 bilhões. Desses R$178 bilhões, R$160 bilhões é SUS. Então, o que a gente está mostrando é que em vários Municípios o que está sendo afetado pelas transferências que não estão protegidas é a saúde.

E obviamente não é só isso, porque os impactos sobre os Municípios não se dão apenas sobre estas transferências. À medida que a PEC vai afetar os investimentos públicos, à medida que a PEC vai segurar gastos em geral, Minha Casa, Minha Vida vai cair, investimentos do PAC vão cair, são todos os investimentos que geram empregos e que, não sendo feitos, trarão impactos profundos negativos sobre os Municípios e, obviamente, imediatamente sobre comércio e sobre serviços.

Toda a parte de política social que o Governo faz também será profundamente afetada pela PEC. Alguns elementos que vamos colocar aqui para vocês: redução do número de famílias contempladas...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – ... com Bolsa Família: afeta. Reforma do abono salarial e seguro-desemprego: afeta os Municípios. Redução dos subsídios agrícolas e industriais: afeta o Município. Redução dos investimentos públicos: afeta o emprego dos Municípios. Revisão de diversas leis e atos normativos de repasses a Estados e Municípios, como o custeio dos Cras e Creas. Ou seja, são impactos profundos sobre os Municípios, sob uma PEC que não analisa absolutamente nada dos impactos financeiros da dívida bruta.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu que agradeço, Profª Vanessa, por sua exposição, pela aula que nos deu aqui, mostrando o que, de fato, pesa nas contas públicas, ou seja, vai se aplicar o remédio errado, porque há o diagnóstico errado. Essa é a grande realidade. E quem vai pagar esse preço é o povo brasileiro; não vão ser os banqueiros, não vai ser quem aplica no mercado financeiro, quem compra dólares; esse pessoal não vai ter problema.

Eu quero passar agora a palavra para o Prof. Eduardo Fagnani. Acertei, professor? Mais ou menos. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Passo a palavra ao senhor para fazer a sua exposição.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Obrigado, eu agradeço, Senadora Gleisi, o convite. Sinto-me muito honrado por estar aqui.

Bom, acho que a exposição da Vanessa me ajuda muito, e acho que a gente vai poder complementar as nossas análises.

Eu queria discutir cinco questões, cinco pontos. A primeira questão: eu quero resgatar a importância da Constituição de 1988. O segundo ponto, e esse é o ponto mais importante que eu quero destacar, é dizer que a PEC 55 (PEC 241), junto com outras medidas, que parecem medidas simples de ajuste fiscal, de corte de despesa, têm uma consequência muito mais ampla do que isso. Praticamente, elas transformam o capítulo sobre a ordem social da Constituição de 1988 em letra morta. Por quê? Pela asfixia financeira, quer dizer, não adianta o art. 6º da Constituição dizer que são direitos da sociedade saúde, educação, etc. Não adianta todas as dezenas de artigos sobre a ordem social garantirem direitos sociais, etc., se não há base fiscal, base financeira para cumprir aquelas exigências.

Então, eu acho que essa é uma questão que seria importante a sociedade discutir. Nós estamos discutindo aqui uma mudança de paradigma; é um novo modelo de sociedade que está sendo passado, está sendo implantado, sem que a sociedade discuta. Quer dizer, não é uma medida simples de ajuste fiscal.

Em terceiro lugar – e aí eu vou ser muito rápido, porque a Vanessa já me ajudou bastante –, é para mostrar a falácia de que a questão econômica é fiscal, são as despesas primárias, e não as despesas financeiras. E por que eu estou dizendo isso? Porque há um argumento muito forte de que o problema são os gastos primários, são as despesas sociais; dentro dos gastos primários, a questão são as despesas sociais, os gastos obrigatórios. Há toda uma discussão de que, sem rever os direitos sociais na Constituição de 1988, nós não vamos equacionar a questão fiscal, quer dizer, esse é um falso consenso que se produziu. E o que eu quero tentar mostrar é como é o comportamento do gasto social na experiência internacional e se o Brasil está muito afastado desse padrão internacional.

Quase finalizando, o quinto ponto que eu quero destacar, enfatizar é que a aprovação das medidas que estão em curso – e não é só a PEC – vai causar certamente uma ampliação enorme das desigualdades sociais.

Por último, eu quero tentar, muito rapidamente, apontar algumas alternativas, que já têm sido discutidas muito nesta Casa. Eu tenho acompanhado seu trabalho, Senadora Gleisi, e o trabalho também do Senador Lindbergh. Assisti, nesta semana, a um debate de que participaram o Prof. Belluzzo e outros colegas. Enfim, eu tenho acompanhado o seu trabalho e sei que vocês têm debatido muito essas alternativas, que certamente passam pelo crescimento da economia e também por fazer com que os setores mais ricos da sociedade também contribuam de alguma maneira.

No primeiro ponto, a importância da Constituição de 1988, eu queria dizer o seguinte. O Brasil é um país onde temos 500 anos de história e 350 anos de escravidão. Tivemos pouco mais de 50 anos de democracia, interrompidos em dois períodos. A ideia da cidadania de direitos sociais é uma ideia estranha ao Brasil.

Penso em cidadania em um conceito clássico, caso da Inglaterra, por exemplo. Qual é a ideia? Os direitos civis surgiram na Inglaterra no século XVIII, os direitos políticos, no século XIX, e os direitos sociais, no século XX. Então, foram três séculos de desenvolvimento de direitos. E a ideia é que a cidadania plena é aquela em que uma sociedade tem cidadania plena quando ela tem, ao mesmo tempo, direitos civis, direitos políticos e direitos sociais.

O que acontece no Brasil? O que era o Brasil há 100 anos? Era uma sociedade 90% agrária, analfabeta, com os resquícios muito fortes ainda do regime escravocrata. A escravidão é a negação dos direitos, até dos direitos civis, porque, na verdade, o escravo não tem direito sequer à própria vida. Por mais irônico que possa parecer, os direitos sociais surgiram no Brasil antes dos direitos civis e dos direitos políticos, na ditadura Vargas, ou seja, na primeira ditadura Vargas, para compensar a ausência dos outros direitos, fazem os direitos sociais, mas muito incipientes, deixando de fora toda a população rural e alguns segmentos urbanos – a ideia toda era da cidadania regulada. É nesse contexto que nós temos que entender a Constituição de 1988.

A Constituição é a primeira vez, em 500 anos de história, em que minimamente nós temos, formalmente, ao menos, assegurado no plano constitucional os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

evidente que isso é do plano formal, isso não ocorre na realidade, mas há uma garantia formal, e a garantia formal é importante para que a sociedade em torno dela lute e faça com que esses direitos de fato prevaleçam.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por 500 anos, não havia nem garantia formal, não é, Professor? Foi uma luta conseguir essa garantia formal e depois desenvolver os programas.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Exatamente. A Senadora lembra bem. Esse trabalho da Constituição emerge na luta social, das forças políticas que lutavam contra a ditadura militar. Foi um movimento social extraordinário, surgido especialmente em meados dos anos 70, começo dos anos 80, com campanhas memoráveis, como a campanha pelas Diretas Já e outras.

Então, é no bojo desse processo de uma luta incansável que, depois de uma travessia difícil, vai surgir a Constituição de 1988. O que eu queria lembrar, Senadora, é que a Constituição de 1988 não é obra de nenhum governo. Na verdade, ela foi feita contra os governos, na verdade contra um regime. Ela não é obra de nenhum partido. Acho que todos os partidos democráticos àquela época participaram desse projeto, como o PT, como outros partidos, como o próprio PSDB. Eu quero lembrar aqui...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – O PMDB, inclusive.

O SR. EDUARDO FAGNANI – O PMDB teve o papel mais importante naquela época. Presidiu, e aí a importância do Presidente do Congresso Nacional, Ulysses Guimarães, que foi o grande condutor da sociedade na luta contra a ditadura militar.

Eu só quero lembrar que o Senador Almir Gabriel, do PSDB, falecido, foi o Relator do capítulo sobre a seguridade social, que é um dos capítulos mais importantes. Inclusive ele dá o orçamento da seguridade social.

Eu queria mencionar um fato também que é importante, como a senhora mencionou. O PMDB teve um papel importante. Ulysses Guimarães foi o grande condutor desse projeto, e eu queria lembrar algo. É que, ao longo dessa luta, nos anos 1970, o PMDB foi, na verdade, quem conseguiu – vamos dizer assim – montar um projeto reformista democrático. Esse projeto reformista democrático está expresso em um livro chamado *Esperança e Mudança*. É um livro de 1982. É uma síntese, na verdade, dessa agenda reformista. Esse documento é muito interessante. Ele tem três partes: restabelecimento da democracia; uma política econômica que distribua renda, porque a política econômica da ditadura não distribuía renda; e uma política social, uma proteção social, inspirada em vários valores do Estado de bem-estar social, da experiência da social-democracia europeia daquele momento. Então, esse documento, na verdade, consolida a agenda setorial dos vários movimentos que lutavam naquele momento, e chama-se *Esperança e Mudança*.

Ironicamente – eu não preciso dizer –, o documento Uma Ponte para o Futuro é exatamente a antítese do *Esperança e Mudança*. E também, ironicamente, ambos os documentos são do PMDB. Está claro? Eu não podia deixar de registrar esse ponto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Crueldade histórica. Agora está na mão do PMDB a destruição de uma das mais belas construções, que ele ajudou, inclusive.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Uma das mais extraordinárias pela importância que ela tem. Eu acho que a Constituição de 1988 é um marco de um processo civilizatório brasileiro. Não que as coisas se resolveram ali, mas é um pré-requisito para que essa luta avance.

Hoje, na verdade, eu queria mencionar os resultados distributivos da Constituição de 1988. São diversos os indicadores, são milhões de... Hoje, esta semana mesmo, saiu uma nova redução da taxa de mortalidade infantil, quer dizer, declina, a expectativa de vida sobe, há os indicadores de educação, enfim, são vários indicadores.

Eu queria, até pela questão de tempo, focar na questão da distribuição da renda do trabalho e queria mostrar esse gráfico aqui, que é uma figura muito simples.

Esse é o gráfico do índice de Gini, que mede a desigualdade da renda. Então, quanto à desigualdade da renda no Brasil medida por esse indicador, veja que interessante, quer dizer, que trágico: entre 1960 e 1980,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que foi um período em que tivemos um crescimento econômico extraordinário, a economia crescia a taxas, em alguns momentos, de até 13% ao ano, quase um padrão chinês, a concentração de renda aumenta; depois, ficamos 20 anos com a economia estagnada e a renda estagnada; e, depois, a partir de 2001, voltamos a ter um crescimento econômico não tão acelerado como antigamente, com uma redução da desigualdade.

A minha questão é a seguinte: o que explica esse lado de cá e aquele lado de lá? São vários os fatores que explicam. Por que, naquele momento, temos crescimento econômico, com redução da desigualdade da renda? E olhe que coisa impressionante: quase 50 anos depois, o índice de Gini de 2012 praticamente volta ao índice que era em 1960, quer dizer, foram mais de 50 anos para voltar para o mesmo lugar.

Agora, o que pode explicar isso daqui? São vários os fatores, mas certamente a explicação recente tem a ver com a democracia, com as demandas da democracia, com a luta sindical, com a pressão dos movimentos sociais e tem a ver com a Constituição de 1988, com a seguridade social. Olhe que coisa.

Eu queria mostrar um dado que aponta nesse sentido. O estudo do Ipea mostra que essa redução da desigualdade da renda é explicada da seguinte maneira: 60% são mercado de trabalho e salário mínimo; 30% são seguridade social e previdência; 10% são Bolsa Família.

Então, eu vou mostrar esse dado sobre as transferências de renda da seguridade social. Aqui estamos vendo o seguinte quanto à seguridade social: em 2015, nós distribuímos 19 milhões de benefícios do INSS urbano; 9,3 milhões de benefícios do INSS rural; 4,2 milhões de benefícios de prestação continuada; e cerca de 7,7 milhões de benefícios relativos ao seguro-desemprego. Somando tudo isso, dá 40 milhões de benefícios diretos, ou seja, todo mês 40 milhões de pessoas, beneficiários, recebem esse benefício.

Muito bem, se computarmos... O IBGE diz assim: no caso da Previdência, uma família dessa tem mais 2,5 outras pessoas. Fazendo uma estimativa bastante imprecisa, só para termos uma ideia: se tivéssemos, além do chefe, mais três pessoas na família, um pouquinho mais, direta e indiretamente essas transferências de renda da seguridade social beneficiam 140 milhões de pessoas!

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Setenta por cento da população.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Setenta por cento da população.

Então, quando eu aumento... São 140 milhões de pessoas que se beneficiam pelo fato de existirem esses benefícios, e algo entre 70% e 80% desses benefícios estão atrelados ao piso do salário mínimo. Por isso, quando o piso do salário mínimo aumenta, a renda dessas pessoas aumenta. Então, veja, o que vai explicar a distribuição da renda...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E com um custo infinitamente menor do que daquelas operações financeiras de que a Profª Vanessa mencionou.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Qualquer swapzinha...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Do que *swap*, do que juro, infinitamente menor! Com um custo infinitamente menor, conseguimos beneficiar 140 milhões de pessoas. E o que a gente paga de juro, de *swap*... Quer dizer, quantas pessoas são beneficiadas? Quem investe em título público? Quem faz operação de mercado?

O SR. EDUARDO FAGNANI – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É uma crueldade essa PEC.

O SR. EDUARDO FAGNANI – É uma crueldade.

Então, vejam: por que a distribuição da renda melhorou? Porque a renda das famílias aumentou. Aumentou como? Renda do trabalho e renda das transferências da seguridade social. Foi isso que fez com que o mercado interno crescesse e tivesse impacto no crescimento recente. Esse é um ciclo importante – só para destacar a importância da seguridade social; e a seguridade social é um dos pontos centrais da Constituição de 1988.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito bem, a que estamos assistindo hoje? Estamos assistindo à segunda morte de Ulysses Guimarães, é disso que se trata. Por quê? Porque temos a PEC 55, a reforma da previdência e também a ampliação da DRU, que já foi feita. Quer dizer, o que está em jogo... Acho que o golpe parlamentar, Senadora, é uma oportunidade que os detentores da riqueza financeira têm para aprofundar um projeto liberal turbinado no Brasil, um projeto ultraliberal no Brasil. Estamos assistindo a isso em todos os campos: avanço das privatizações na reforma do Estado, mas, fundamentalmente, no campo social, o projeto em curso é destruir o Estado social de 1988 e implantar o Estado mínimo liberal. Esse é o projeto que está por trás de tudo isso – sem falar da questão trabalhista: haverá um retrocesso de quase 100 anos se as medidas propostas forem aprovadas.

Então, acho que essa é a gravidade da PEC. A PEC 55 não é só uma medida de ajuste fiscal, de controle de despesa, de responsabilidade fiscal. Não, é uma mudança de modelo de sociedade. Por que ela vai mudar esse modelo?

Porque se ela for aplicada junto com essas outras medidas, você asfixia o Estado social, você asfixia a saúde, asfixia a educação, asfixia os outros programas. É uma asfixia financeira não só da União, como de Estados e Municípios, que têm corresponsabilidade na gestão dessas políticas. Ao mesmo tempo, você avança no processo de privatização, inclusive na área social – há hoje, por exemplo, um projeto de privatização do saneamento em curso no BNDES. Acho que é esse o ponto central.

Como a Vanessa já avançou... Esse é o gráfico que vai mostrar isso, que já foi mencionado – no trabalho *Austeridade e Retrocesso: Finanças Públicas e Política Fiscal no Brasil*. A Vanessa já mencionou isso, quero só destacar que as despesas de saúde, até 2036, passam de 1,6% do PIB para menos de 1% do PIB. Por aí é que vamos asfixiar todos os outros setores.

Queria também destacar o fato de que a DRU já tira... Por exemplo, da seguridade social, em 2015, tirou R$60 bilhões. Como falar que a previdência tem um suposto déficit do trabalhador rural – em torno de R$80 bilhões – se só a DRU tira R$60 bilhões? Só que a DRU já aumentou de 20% para 30%. E há estimativas de que, neste ano, a DRU tire da seguridade social cerca de R$120 bilhões. Isso sem contar com as outras desonerações da seguridade social. Esse é um estudo da Anfip que mostra que, em 2015, as desonerações sobre as diversas receitas da seguridade social chegaram a R$160 bilhões. Então, como a previdência tem algum problema se ela é parte da seguridade social e, só de desonerações, tiraram em 2015 R$160 bilhões e, da DRU, mais R$ 60 bilhões.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E a contradição interessante, Professor, é que esta Casa ajudou a fazer isso.

Lembro desse processo da época em que estava na Casa Civil com a Presidenta Dilma, lembro da discussão das desonerações, um processo polêmico inclusive – não houve consenso e houve muita discussão –, mas eram muito menores as propostas.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Era em parte dos setores...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Exatamente, eram poucos setores para desonerar, para incentivar. Quando veio para o Congresso Nacional, explodiu. Então, o mesmo Congresso Nacional que está querendo agora aprovar a PEC foi quem ajudou a fazer isso com a previdência. O Congresso que quer votar uma reforma da previdência foi o que tirou receita da previdência.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Há estudos, Senadora, que mostram que as desonerações totais chegam a algo em torno de R$280 bilhões, o que representaria cerca de 23% da receita do governo federal. Quer dizer, todo ano o governo federal abre mão de 23% das suas receitas, e o ajuste fiscal acaba sendo feito pela...

Aqui, vou passar um pouco mais rápido – acho que meu tempo já está quase se esgotando. Eu queria só mencionar... Aliás, nem preciso mencionar, porque a Vanessa já esclareceu bastante esse ponto. Quer dizer, qual é o argumento? O argumento é de que o Brasil estava quebrado em 2014, e essa quebra tinha a ver com a questão primária.

Então, como a Vanessa já mencionou, o Brasil foi um dos poucos países do mundo que fez superávit primário desde 2000, fez superávit primário de quase 3% do PIB.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Onze

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

anos, dez anos consecutivos de superávit primário.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Isso.

Aí, ele faz um déficit de 0,6%, e o que se fala? Não, depois... Aquele déficit de 0,6% era crise terminal.

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA (*Fora do microfone*.) – Sim, que não é maior do que a média mundial.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Não, olha a média mundial.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Esse ponto é importante aqui, fundamental. O déficit primário de 0,6%.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Crise terminal...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Em cima disso eles fizeram...

O SR. EDUARDO FAGNANI – Crise terminal, Senador. Acabou!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vamos ver outros países aqui, é importante citar.

Estados Unidos, -2,2.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Vamos ver a série ali: Estados Unidos, 2009, -11, -9, -7, -6, -3, -3; Japão, -9, -8, -9, -7; Canadá... Há os países ali que tiveram uma crise maior: França, -4, -4; Portugal, -7, -9, -4, -1,9. Mas, se você for ali para baixo, vê que o Chile, em 2014, teve um déficit primário de 1,4; a Índia tem déficit primário de 5, 4, 3, 3, 2, 2. Enfim, e o Brasil...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E o Brasil tem o melhor resultado de economia.

O SR. EDUARDO FAGNANI – E dizem que o Brasil está quebrado. Eles venderam essa ideia de que o Brasil está quebrado por causa desse déficit de 0,6%.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Aí, fizemos o ajuste draconiano de 2,3% do PIB...

O SR. EDUARDO FAGNANI – Aí, aceitamos esse diagnóstico...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E o déficit piorou para 10,34...

O SR. EDUARDO FAGNANI – Então, vejam, é algo difícil de acreditar, mas essa foi a ideia, de que a questão é o déficit primário, é o resultado primário.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Esse quadro é muito ilustrativo, porque mostra que não há nenhum país – estou olhando rápido aqui – com essa trajetória do Brasil. O Brasil é positivo, positivo, só fica negativo em 2014. Todos os outros têm negativos durante esse período, não há nenhum outro país que se mantenha positivo, só o Brasil

O SR. EDUARDO FAGNANI – Nenhum, nenhum.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É impressionante, e nós que fizemos a gastança e estamos quebrados.

O SR. EDUARDO FAGNANI – E nós que fizemos a gastança e estamos quebrados.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É inacreditável isso.

O SR. EDUARDO FAGNANI – É inacreditável. E esses são dados do Banco Mundial.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

quadro é muito bom.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Essa é a ideia da crise terminal.

Esse outro quadro mostra a mesma coisa – também do Banco Mundial. Mostra a relação dívida líquida/PIB. No Brasil, em 2000, 2002, a dívida líquida sobre o PIB chegava a quase 60% do PIB, e nós baixamos para 31,5 em 2013, e para 34 em 2014. Eu pergunto: quando o País estava quebrado? Quando a dívida líquida era de 31 ou quando era de 60?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Professor, inclusive, em 2015, que foi o último ano da Presidenta Dilma, nós estávamos com 35% na relação dívida líquida/PIB. Há um estudo da Consultoria do Senado que mostra isso. Ou seja, temos uma dívida decrescente.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Acho que é essa tabela aqui que mostra isso. A dívida líquida é o vermelho: ela sobe de 1995 a 2002 e, depois, decresce. E a dívida bruta se mantém naquele patamar, em torno de 55%.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agora, o que é interessante no crescimento da dívida bruta é, principalmente, o fato de que ela mantém as reservas. São as reservas. Nós temos de tirar os ativos daí...

O SR. EDUARDO FAGNANI – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...as reservas e as aplicações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Exatamente, antes não havia isso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não havia. Nós não tínhamos reserva e não tínhamos política de fomento na economia.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Exatamente, exatamente.

Então, veja: o País está em crise quando ele está com 31% de dívida ou quando está com 60%? Mas, se você olhar qualquer outro dado... Quer dizer, olhe a dívida líquida. A nossa dívida líquida em 2014 era de 34% do PIB; a da Grécia, de 174%; a de Portugal, 120%; a da Itália, de 110%, e por aí vai.

A mesma coisa acontece com a dívida bruta. É a mesma coisa, é tudo igual. O superávit primário é igual. Quer dizer, como é que o País está quebrado se ele tem reserva de US$374 bilhões, quando, em 2001 e em 2002, a reserva era de US$28 bilhões? Como é que o País está quebrado se a dívida externa líquida em relação ao PIB era de 31% do PIB por volta de 2000 e, agora, ela é negativa? Quer dizer, como é que o País está quebrado com uma taxa de desemprego de 4,8%? Está claro?

Mas o fato é que essa ideia...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Prevaleceu.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Hoje o Dicionário Oxford soltou a palavra "pós-verdade", não é isso? Então, a verdade, hoje em dia, não precisa ser baseada em dados, em fatos. Você cria uma verdade por razões ideológicas ou por qualquer outro tipo de coisa, e isso acontece.

Como a Vanessa falou, a questão fiscal no Brasil não é a questão primária, é a questão nominal. Aí está a representação clara disso. Quer dizer, nesse total...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Prof. Eduardo Fagnani, eu queria entender esse gráfico que trata do resultado primário. Isso é de 2015, não é?

O SR. EDUARDO FAGNANI – É de 2015.

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA (*Fora do microfone*.) – São os percentuais de 1,1% e de 0,8%.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Esse aí é o crescimento...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Todas as outras são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

juros, não é? É a parte nominal. A parte primária é de 1,1%.

O SR. EDUARDO FAGNANI – É de 1,1%. Quer dizer, a dívida bruta, de 2014 para 2015, aumentou em 10,5%. É o problema da dívida bruta, que agora está chegando a 70%. Ela aumentou em 10,5%.

A Vanessa me corrija, se eu estiver errado, porque ela é uma das autoras desse estudo: desses 10,5%, 1,1% é o primário; todo o resto é relacionado ou a juros...

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – O percentual de 0,8% é o da correção das pedaladas, e 1,1% mais 0,8%...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – O percentual de 1,1% é o primário; 0,8% é a correção das pedaladas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É o da correção das pedaladas. Ou seja, na verdade...

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – Isso dá 1,9%.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...o déficit primário foi de 1,88%. Então, é a soma dos dois.

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – Exatamente, é a soma dos dois. Então, parte importante do resultado é queda de receita e a incorporação das pedaladas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tivemos muitos *swaps* cambiais em 2015.

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – Houve os *swaps* cambiais também.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Inclusive, os juros caíram neste ano porque caíram os *swaps* cambiais.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Exatamente, exatamente.

Então, eu só estou mostrando isso – a Vanessa já mencionou também –, quer dizer, é uma bobagem dizer que o problema fiscal brasileiro é o primário. A nossa desigualdade é tão severa que ela também se manifesta até nos critérios para classificar os gastos. Os gastos que beneficiam grande parte da população, que são os gastos primários, são gastos; mas os gastos que beneficiam as pessoas de mais alta renda não são gastos. É algo que eu, realmente, às vezes não consigo entender.

Essa tabela quem fez, na verdade, foi o economista Antônio Corrêa de Lacerda, da PUC São Paulo, ela é bem interessante. Quer dizer, Senador Lindbergh, não há explicação para a taxa de juro no Brasil ser como é. Nós temos aqui esses dados que mostram o seguinte: Japão, dívida bruta – porcentagem do PIB –, 245%. Quanto que ele paga de juros? Ali está errado: não é 8,5%, mas 0,8%. Está escrito errado, não está? Eu não estou enxergando bem daqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO FAGNANI – É 0,8. A dívida bruta do Japão como percentagem do PIB é 245, e paga 0,8; a Grécia, que quebrou literalmente, tem uma dívida de 197, e paga 4; Itália, 133, e paga 4; Portugal 127, e paga 4; Espanha, 98, e paga 2; Brasil, 66, e paga 8,5. Como é que se explica isso? Como é que você explica que países que têm uma dívida bruta três vezes ou duas vezes maior que a do Brasil paguem de juros menos da metade do que o Brasil paga? A questão fiscal brasileira chama-se juros.

Eu fiz aqui um exercício, só um exercício...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO FAGNANI – Eu fiz um exerciciozinho só para a gente ver o seguinte: o azul representa os juros, e o cinza representa a previdência. Então, vejam, em 2005, 2006 e 2007, os juros estavam altos, o gasto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

com juros em 2005 foi maior do que o com a previdência. Em 2006, igualaram-se. Depois, os juros começaram a cair, a previdência aumenta. E, quando chega 2015, nós gastamos 502 com juros e, com a previdência, 436. Qual é a questão aqui? A questão aqui é que a previdência beneficia... São 20 milhões de benefícios urbanos e 10 milhões de benefícios rurais, são 30 milhões de pessoas. Se essa pessoa tiver uma família de três pessoas, são 90 milhões de pessoas que se beneficiam desses 436 bilhões. E, no caso dos juros, são algumas dezenas, algumas centenas, alguns milhares de pessoas que se beneficiam.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Para sermos generosos, vamos falar em milhares.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Vamos falar em milhares para sermos generosos. Quer dizer, o que não cabe no Orçamento? Eu acho que essa é a questão que nós temos que discutir. Está claro?

Enfim – eu estou indo muito devagar; eu vou acelerar, vou direto ao ponto –, aqui a ideia é a seguinte. Há os gastos primários que cresceram demais, nós não vamos resolver a questão econômica brasileira sem equacionar a questão primária, e o vilão dos gastos primários são os gastos obrigatórios da Constituição de 1988, são os gastos sociais obrigatórios. Conseguiram vender este falso consenso de que, sem rever o contrato social da redemocratização, eu não estabilizo a dívida pública.

O que acontece na verdade? Na verdade, o que acontece é o seguinte. Os gastos sociais, quando você olha o mundo historicamente... Há um historiador que mostra que o gasto social nos países europeus tem uma relação muito grande com a democracia, começa a crescer no final do século XIX, cresce bastante até 1945, e o grande momento do crescimento do gasto social é entre 1945 e 1975. Há autores que mostram o seguinte: em alguns países da Europa, o gasto social salta de algo em torno de 6% do PIB, na média, para 18% do PIB entre 1945 e 1975. A taxa de crescimento do gasto social é extraordinária ao longo desse período.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Os chamados "anos gloriosos".

O SR. EDUARDO FAGNANI – Os anos gloriosos.

Agora, o que é mais interessante, Senador, é que, quando você pega de 1990 a 2015, já em plena época do auge do neoliberalismo e depois da crise global de 2007/2008, eles também crescem. Está um pouco difícil de perceber aqui, mas, na maioria desses países aí em cima, entre 1990, 2000 e 2015, o gasto social continua crescendo.

Esse estudo aqui da...

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA (*Fora do microfone*.) – Como percentagem do PIB.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Como percentagem do PIB, claro, que é o nosso...

Esse aí é um estudo feito pela STN, de 2016, que é um estudo muito bem-feito sobre o gasto social. Eles mostram o seguinte: entre 2002 e 2013, para o conjunto de todos esses países, houve um crescimento médio de 11%, em percentagem do PIB. Cresceu em todos os lugares: Brasil, Europa, países nórdicos, Zona do Euro.

O gasto social tem uma trajetória crescente, cresce muito na social democracia europeia e em outros países, e continua crescendo de 1990 até hoje, apesar do neoliberalismo e apesar... Por quê? Porque são as demandas da democracia, é difícil deixar de atendê-las.

Esse estudo da STN mostra outra coisa importante: o patamar de gasto do Brasil não é um ponto fora da curva, como estão dizendo aqui. Ele é acima da Ásia, em sintonia com a América Latina, muito abaixo dos países da Europa e muito abaixo ainda dos países da Zona do Euro. Isto aqui é o gasto do governo central, que é o critério que eles estão usando. Nós estamos gastando aqui 15% do PIB, mais ou menos, aqui no Brasil; a Zona do Euro gasta 30% do PIB. O que é isso? É o envelhecimento da população. Nós vamos ter que chegar, em algum momento, a um gasto de 20%, 30%. Isso tem a ver com o envelhecimento da população, isso é uma coisa normal.

Mas quero chamar atenção para o fato de que o gasto social não é o vilão do ajuste. Isso é uma coisa histórica, que acontece em todas as sociedades.

E o que aconteceu no Brasil? O que é 1988, como eu estava dizendo no começo? 1988 é a erupção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

um desrepresamento secular de direitos. Em 500 anos de história, foi a primeira vez em que o trabalhador rural teve direito a aposentadoria. Foi a primeira vez que nós tivemos seguro-desemprego. Foi a primeira vez que o trabalhador urbano teve uma aposentadoria, por exemplo, com a garantia de que o seu benefício não seria corroído – quando você o atrela ao salário mínimo. Foi a primeira vez que nós tivemos programas de assistência social, como, por exemplo, o Benefício de Prestação Continuada, que hoje beneficia 4 milhões de pessoas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na verdade, é o Estado do bem-estar social, que na Europa ganhou força em 1945, no pós-guerra...

O SR. EDUARDO FAGNANI – Nós, com 40 anos de atraso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na Constituição.

O SR. EDUARDO FAGNANI – As duas coisas têm semelhança. O que é isso? Isso é o atendimento das demandas da democracia, das demandas sociais.

Então, este é um outro ponto que eu queria deixar claro. Primeiro: o gasto social não é o vilão da dívida pública. Esse é um falso consenso que os setores conservadores conseguiram construir. É em torno disso, inclusive, que a PEC orbita. Isso não se justifica à luz da experiência internacional e à luz do desenvolvimento da história, do desenvolvimento dos países.

Esse estudo da STN... É importante buscar os dados da STN. Eles também mostram o seguinte: o Brasil, do ponto de vista do gasto, está em linha com a América Latina, mas quando você compara com o índice de Gini, o nosso índice de Gini é maior do que todos os outros, o que também justifica a necessidade de você ter um incremento do gasto social. E quem está dizendo isso é a Secretaria do Tesouro Nacional, um órgão do Ministério da Fazenda. É um estudo muito bom esse que foi feito, e mostra claramente essas teses que nós estamos apresentando.

Terminando já, a questão toda a que nós estamos assistindo é isso. O que vai acontecer é uma explosão da desigualdade.

Aqui eu tenho um dado. Quando a gente olha esses dados internacionais... Mostrei agora há pouco que a desigualdade, medida pelo índice de Gini, caiu enormemente nos últimos 15 anos. Quando você olha esse dado sobre o índice de Gini em diversos países do mundo, vê que as sociedades igualitárias têm um índice de Gini inferior a 0,30, mas o do Brasil é 0,53. E a desigualdade brasileira não é só de renda. Nós não conseguimos enfrentar sequer as nossas desigualdades históricas – por dia, morrem no Brasil dez jovens assassinados; sete são negros. E, entre essas desigualdades, há desigualdade na oferta e no acesso a serviços sociais como saúde, como educação, como saneamento.

Então, o que deveríamos fazer, em vez de estar enfrentando essas desigualdades... E mais ainda: além das desigualdades que temos do século XIX e do século XX, que não resolvemos, vamos ter as pressões do século XXI, que são as mudanças demográficas. A população está envelhecendo, o que significa o quê? Significa que vai pressionar mais o sistema público, está mudando o perfil epidemiológico da população: as pessoas vivem mais, mais tempo, mais tempo com doenças crônicas, que requerem tratamento etc.

Então, não apenas as nossas desigualdades são enormes, mas as demandas futuras são crescentes, o que nos levaria a tentar aperfeiçoar o nosso sistema de proteção social. Na verdade, porém, o que vemos é um processo de destruição desse sistema.

Finalmente, a alternativa para isso – vocês têm discutido bastante isso no Congresso – passa necessariamente pelo crescimento da economia, e há uma série de possibilidades também de reforço da capacidade financeira do Estado pela contribuição das camadas de mais alta renda.

Certamente a redução dos juros é uma questão central; a revisão das desonerações, que atingem algo em torno de R$280 bilhões, que são 23% da receita, é uma possibilidade; a reforma tributária é uma possibilidade – os estudos do Rodrigo Orair e do Gobetti mostram que só os dividendos dariam uma receita em torno de R$60 bilhões –, mas existem outras questões. Enfim, há uma série de possibilidades que passam, na verdade, pela contribuição dos setores de mais alta renda.

Eu agradeço a atenção e termino aqui a minha fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu é que agradeço, Professor. Muito boa a sua fala. O Professor fez uma explanação sobre o histórico da Constituição, sobre o início das nossas conquistas democráticas. Queria agradecê-lo muito e parabenizá-lo.

Passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Profª Vanessa e Prof. Eduardo Fagnani, temos falado tanto sobre a PEC 55, a antiga PEC 241, que não aguentamos mais falar, mas precisamos repetir, repetir, repetir, mobilizar a sociedade. É um grande esforço que estamos fazendo, porque sabemos que vai ser a destruição do incipiente Estado de bem-estar social que montamos da Constituição de 1988 para cá.

O grave é o seguinte: é que eles defendem só há um caminho, que é diminuir brutalmente os gastos sociais, anular o avanço que tivemos no último período. Porque foi isso... Há duas formas de diminuirmos a desigualdade: uma é na arrecadação – aí não avançamos, temos muito a avançar. Estamos insistindo muito aqui na questão da tributação de lucros e dividendos, mas aqui não avançamos. Avançamos na diminuição da desigualdade com gasto social.

E é um pacote de maldade muito grande, porque eles querem fazer caírem cinco pontos percentuais dos gastos primários em relação ao PIB em dez anos.

A Prof. Esther Dweck, que está aqui assistindo também, mostra que é preciso fazer um conjunto de reformas para chegar a isso. Porque, veja bem... Vamos lá, desses 19,8% do PIB, 8,1% são previdência – que vão subir! Por efeitos demográficos, vai para 9% do PIB. A não ser que eles façam algo brutal: desvincular o salário mínimo – e acho que isso eles vão querer fazer – da aposentadoria. São 70% dos aposentados que ganham um salário mínimo.

Eu hoje falei para a Senadora Gleisi, lá no plenário, que há um estudo do Ipea interessante sobre a criação daquele grande mercado de consumo de massas do Governo do Presidente Lula. E fala das várias causas disso – fala de crédito, formalização de emprego –, mas nada foi tão importante como o impacto do salário mínimo na previdência. É aquele dinheiro que chega à mão do aposentado – e estou aqui falando na frente de um especialista em previdência, que é o Fagnani!

Mas, então, é o seguinte: 8% do PIB é previdência, dos 19,8%; 4,2%, despesas com pessoal.

Aqui há outra maldade que foi bem observada pela Senadora Gleisi. Para funcionários como um todo, professores universitários, trabalhadores na área de saúde, eu estou convencido de que eles vão voltar à política do Fernando Henrique Cardoso, que é reajuste zero. Agora, para os grandes salários do funcionalismo, eles colocaram uma válvula de escape. Vocês sabiam que eles colocaram o teto do Judiciário, do Ministério Público, e, quanto ao Legislativo, eles dizem o seguinte: se não atingir o teto, a União pode pagar com até 0,25% do PIB. É um absurdo isto aqui! Essas são as despesas com pessoal.

Outras são o quê? Despesas obrigatórias. Quais são os dois maiores gastos relativos a despesas obrigatórias? Abono, seguro-desemprego e, embaixo, BPC. Se eles forem mexer em despesa obrigatória, vão ter que fazer essa maldade. Benefício de Prestação Continuada é para idosos acima de 65 anos, pessoas com deficiência...

O SR. EDUARDO FAGNANI (*Fora do microfone.*) – Está no pacote da reforma da previdência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está? A mexida no BPC? Eu não sabia. Fazendo o que no BPC?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO FAGNANI – Desvincula do salário mínimo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso é de uma maldade gigantesca.

Há outra parte, despesa discricionária. Também – não é, Esther? – 4% do PIB. Ou seja, eles ficam falando:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

"Ah vai dar para tirar... Vocês vão escolher". Na verdade, só há um caminho, que é tirar de tudo.

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – Investimento...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Investimento é o primeiro em todo ajuste. Veja, no ajuste do Levy, cortaram 35% em investimentos. É a primeira pancada, investimento vai ser de cara.

Foi interessante a vinda aqui do Felipe Rezende, um economista que mostrou um trabalho falando o seguinte: nos países emergentes, não há investimento privado sem investimento público. O investimento público é que puxa o investimento privado. Então, você veja o grau de maldade que vem em tudo isso.

Eu fico pensando que nós estamos vivendo, na verdade, a segunda ofensiva neoliberal aqui na América Latina. Na primeira, eles ficaram dez, quinze anos, e foram varridos por governos de esquerda, populares, em toda a América Latina. Esse pessoal não tem uma política razoável.

Eu digo o seguinte, você não tem aqui no Brasil uma política de centro-direita em que eles digam: "Puxa, mas vamos pensar aqui em como não haver consequências sociais tão drásticas". É impressionante o que eles estão propondo!

O SR. EDUARDO FAGNANI – Acho que é um teto de burrice.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pode falar. Como é, professor?

O SR. EDUARDO FAGNANI – Eu acho que é uma estratégia que, em médio prazo... Quer dizer, você quer um capitalismo sem consumidor? E fora...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Banco sem risco...

O SR. EDUARDO FAGNANI – Banco sem risco.

E fora o aumento da desigualdade e as tensões sociais que vão ocorrer. É impressionante, parece que a variável sociedade/povo praticamente não existe, não há preocupação com isso. Isso, no médio prazo, pode ser complicado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu estou convencido... Estou cada vez mais preocupado, porque acho que a gente está indo para uma deterioração social muito grande.

E temos uma crise política, temos um Governo completamente frágil. Essa denúncia de hoje envolvendo o Michel Temer... Imaginem: se o Presidente da República pressiona o Ministro da Cultura para ele modificar uma decisão do Iphan, diz que a AGU... "Manda para a AGU que ela resolve." Ou seja, fazendo pressão para resolver questão de uma empreiteira da Bahia. Imagina o que está fazendo no pré-sal... Nos outros Ministérios... O Presidente fazer um negócio desses... Pressionar o Ministro da Cultura para facilitar um empreendimento... Imaginem o resto!

Agora, é de uma fragilidade... Eu falo da degradação social, estou insistindo nisso a semana inteira. Eu estou achando que estamos caminhando para uma situação de convulsão social. Aquele cientista político, Aldo Fornasieri, que eu citei... E estou cada vez mais convencido disso. Claro que o Estado do Rio de Janeiro é um Estado em que esse processo está mais adiantado; ali, claro, houve isenções fiscais para as empresas de tudo quanto é jeito, teve corrupção, mas ali também tem o seguinte: é a desaceleração econômica que está gerando aquilo e o efeito da cadeia de óleo e gás. Não tem como recuperar o Rio sem recuperar a Petrobras. Não tem jeito. Mas ali não é só o funcionário público que não está recebendo. Ali cortaram os programas sociais, uma espécie de Bolsa Família de 110 mil pessoas... Os bancos, as projeções dos bancos e do mercado sobre o desemprego estão chegando a 13% no próximo ano, e há gente falando em 14%.

Então, veja bem. A gente está indo... As famílias estão em uma situação dificílima, quebradas, com alto endividamento, caiu a renda, o desemprego é alto. A dívida das empresas está em 80% do PIB. Estados quebrados, Municípios quebrados. Aí esses gênios decidem fazer uma política de austeridade no Governo Federal! É suicídio! O que vai dar isso no próximo ano? Porque o que se podia fazer era isto: o Governo Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lançar um plano de investimentos, botar a Petrobras e o BNDES para frente. Seria a única saída que teríamos. E mesmo assim seria muito difícil, porque estamos em uma situação muito difícil. Agora, o que estão fazendo... É impressionante a falta de rumo político deste Governo e das elites do País, a irresponsabilidade.

Eu estou falando, estou com isso na cabeça. Não sei... Acho que em 2017 vai haver muitos problemas nas ruas brasileiras, e o pior é que não há uma saída tão clara para um lado ou para o outro. Portanto, o pior caminho... A tendência é dizer que é a política e discursos fascistas crescerem também.

Vejo uma profunda irresponsabilidade com o que está acontecendo no País. Estamos indo contra o mundo todo. Vejam, a União Europeia tem juros negativos. Eles, que fizeram inúmeras políticas de austeridade, estão discutindo agora um incremento de 50 bilhões de euros. O Trump fala de um trilhão – claro que são concessões, subsídios, mas um trilhão – para tentar estimular a economia.

E nós aqui nessa loucura, numa ditadura do pensamento único. Quando a gente fala que é necessário ampliar investimentos e gastos, dizem: "Vocês estão loucos? Não há dinheiro." O Prof. Fagnani colocou aí que o déficit primário foi de 0,6% do PIB. Eles criaram tudo isso, mas não falam dos juros. Na verdade, para mim a grande coalizão que existe, o grande acordo político que existe das elites é essa transferência de recursos do orçamento para os rentistas. E aqui não é só banco, as principais empresas deste País fazem isso. Estão investindo em títulos da dívida pública, que estão dando 7% de juros reais. Onde é que você ganha isso no mundo?

Eu ouvi o presidente do Banco Central Europeu... Está me faltando o nome dele agora... Mário Draghi! Se o Mario Draghi, presidente do Banco Central Europeu, disser isso aqui no Brasil, vão chamá-lo de comunista! Porque ele disse o seguinte: "Os juros estão negativos". Sabem por que os juros estão negativos? Para forçar o investimento, porque a situação está tão ruim que, se subirem um pouco os juros, o cara não investe na produção. Imaginem a gente aqui!

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – Acho que uma coisa importante dentro do que está sendo dito é que várias questões de política econômica que historicamente foram utilizadas no mundo são tidas como absurdas. Ter elementos de déficit público para gerar retomada não é uma questão única do Brasil. Os Estados Unidos geraram déficits públicos pesadíssimos para a retomada. Agora e na década de 1970 não houve uma desaceleração mais profunda porque fizeram um déficit público cavalar para não deixar haver recessão. E parte desse déficit público eram transferências pesadíssimas, transferências de recursos para políticas sociais. Quer dizer, não é absurdo fazer política anticíclica gerando déficit público. Isso protege, inclusive, o capital. Então, uma coisa histórica é tida como absurda no Brasil.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro!

E há outra coisa. Nós só vamos melhorar a situação fiscal, da dívida, quando o País crescer. Esse é outro ponto. Na verdade, o centro da estratégia nacional deveria ser, hoje, discutir como é que nós vamos crescer. Mas, não, é a questão fiscal, como se isso trouxesse a confiança dos empresários para investir. É essa maluquice!

Eu presenciei aqui, com a Senadora Gleisi, o economista Armando Castelar dizer que a economia entrou em recessão porque a situação fiscal piorou e, aí, os empresários perderam a confiança... Gente, eu não acreditei no que escutei aqui: que os empresários perderam a confiança e pararam de investir! Isso é uma coisa...

Eu quero encerrar parabenizando os senhores e dizendo que estou muito preocupado com o País.

Hoje a gente estava no plenário, num debate... Fagnani e Prof. Vanessa, eu queria passar para os senhores depois... A gente começou aqui uma tentativa de apresentar um programa emergencial para tirar o País da crise. Eu sei que houve aquele documento dos economistas sobre austeridade, que é um documento muito bom, mas eu acho que a gente tem que fazer uma coisa mais completa e propositiva também. Eu começo a ver que até gente progressista está dizendo: "Ah, não há saída!" Lá no Rio eu comecei a escutar muito isto: "Não há saída".

Há saída! Há saída! É claro que nós temos que ter política fiscal anticíclica, temos que ter tributação progressiva, mas eu acho que a gente tem que entrar em pontos concretos. Por exemplo, petróleo e gás. Petrobras, o que fazer com a Petrobras?

Porque a Petrobras... Os senhores podem me dizer melhor, mas metade dos investimentos do País são da Petrobras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, vejam bem: Petrobras é uma coisa. Qual seria o papel do BNDES neste novo momento? Como recuperar as empresas? Porque este é um outro problema: a quebradeira é geral. O que fazer? Ter linhas de crédito do BNDES.

Então, eu queria, inclusive, entregar essas reflexões iniciais para que os senhores também contribuíssem. Eu queria fazer circular isso, porque a gente tem que apresentar seis ou sete pontos. É uma questão de legitimar, no debate, com os economistas, com outros pensadores, com lideranças políticas também, para se apresentar um caminho, uma solução.

Há outras questões ligadas a direitos sociais. O consumo das famílias está lá em baixo. O que se faz? Você pode dar aumento para o Bolsa Família? Pode ampliar a base do Bolsa Família? Num momento como este, em que não há reajuste do salário mínimo, é uma política correta reajustar o salário mínimo para estimular, de alguma forma, a demanda? Está nas cláusulas do seguro-desemprego que você pode, em momentos de recessão, ampliar o número de meses do seguro-desemprego. O Lula fez isso. Retomar o Minha Casa Minha Vida para aquele setor que mais precisa... Porque tiraram, não é? Eles criaram o Minha Casa Minha Vida para os ricos agora.

Acima de quanto?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Acima de R$700 mil.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A Senadora Gleisi já disse isso hoje. E tiraram dos pobres, da primeira faixa.

Então, eu acho que é necessário a gente apontar de forma clara para as pessoas que é possível outro caminho.

Encerro dizendo que, para a gente que está aqui em Brasília, a sensação é de que não existe governo. Eles ficam ali naquela conversinha, mas não têm nada. Eles só têm duas coisas: essa PEC nº 55 e a reforma da Previdência. Estão apostando nisso para melhorar a tal da confiança, mas a gente sabe que vai é agravar o problema. Isso porque essa reforma da Previdência, do jeito que está... Quando eu falo que o consumo das famílias, que corresponde a 63% do PIB, está completamente deprimido pelo desemprego, pelo endividamento, queda de rendimentos... O que eles vão fazer? Vão bater mais nisso aqui; vão desvincular o salário mínimo da Previdência; vão tirar o dinheiro do idoso e do deficiente. Isso vai ter um efeito desastroso na economia.

O crescimento econômico foi em cima de recursos para esses setores: os mais vulneráveis, os mais pobres. Foi isso que houve no Brasil! Por isso que tenho dito muito que eles estão querendo acabar com três legados: o legado do Lula; o legado do Ulysses Guimarães, rasgando a Constituição cidadã; e o legado de Vargas, rasgando a CLT. É gravíssimo!

Olha, se o pessoal aqui da Comissão de Assuntos Econômicos pudesse imprimir as apresentações aqui feitas, eu queria muito levá-las para estudar também em casa, para fazer parte deste debate. Esta reunião está sendo transmitida e também vai ser reprisada outras vezes, o que é importante, pois faz parte desse nosso esforço de acordar a sociedade, de mobilizar todo mundo.

Senadora Gleisi, para finalizar, eu gostaria de dizer que nós tivemos uma reunião com o nosso corpo jurídico aqui e decidimos, de fato, que é fácil constatar que houve crime de responsabilidade por parte do Presidente da República. Sua Excelência se utilizou da Presidência da República, volto a dizer, para pressionar o ex-Ministro Calero. E, no caso do ex-Ministro Calero, ele disse: "Manda para a AGU, que a AGU tem a solução". Ele participou! O nome disso é advocacia administrativa. Isso é crime de responsabilidade!

Então, nós vamos entrar com dois atos. Estamos preparando o pedido de *impeachment* – deve estar pronto até segunda-feira – e vamos entrar também com uma infração penal comum, porque... Não sei se a senhora lembra, Senadora Gleisi, mas no período do *impeachment* a gente ouvia o seguinte: "O Temer quer virar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Presidente, ele não pode ser investigado". Ele não pode ser investigado por atos anteriores ao seu mandato, mas, nesse caso, foi no mandato, no Palácio do Planalto. Então, ele pode ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal nesse caso.

E você teve agora o porta-voz do Presidente da República praticamente admitindo, porque na hora em ele se pronuncia fala de uma gravação – foi gravada a conversa com Michel Temer. E ele tenta justificar dizendo que o Presidente entrou para apaziguar conflitos entre dois ministros. Apaziguar conflitos entre dois ministros? Ele entrou para pressionar, para que se decidisse a favor de um empreendimento na Bahia em que o seu Ministro Secretário de Governo Geddel Vieira Lima tinha um apartamento, e seu primo e sobrinho eram advogados da construtora.

Na verdade, o que choca de fato é o seguinte: um Presidente da República entrar para pressionar um ministro em troca de benefícios para uma construtora da Bahia. Imaginem o que está acontecendo nos outros ministérios... Se você faz isso, nesse caso, imaginem o caso do pré-sal, envolvendo interesses da Shell, de tudo isso... Ele agiu como um sócio ali.

A situação é muito grave. Infelizmente alguns órgãos de imprensa, o Jornal Nacional hoje... Porque quando era com o Lula e com a Dilma Lula... Vocês lembram? Do Lula, eles falaram 14 horas, foram catorze horas do Lula em 6 meses. Foi impressionante a campanha contra o Lula. Com o Temer, eles colocaram lá no meio, tentaram diminuir a denúncia, só que não tem jeito porque a pressão desse caso vai ser tanta... A popularidade do Temer já está lá embaixo, e esse caso desmoraliza de vez este Governo. Eles vão tentar esconder, mas a desmoralização vai ser tão grande que eles vão ser obrigados a colocar...

E nós, amanhã, vamos tomar um conjunto de medidas aqui, vamos falar no plenário logo pela manhã e vamos tomar um conjunto de decisões, um aditamento à representação na PGR. O fato é o seguinte: nós, da oposição brasileira, vamos estar firmes denunciando esse Governo. Eu acho que essa denúncia é importante, inclusive, para barrar essa PEC. Não dá para fazer de conta aqui na terça-feira que está tudo normal e votar a PEC. Nós temos que, de alguma forma, dizer que não se pode votar essa PEC, esse Presidente não tem autoridade depois de tudo isso que aconteceu.

Parabéns, Profª Vanessa, parabéns, Prof. Eduardo Fagnani. Eu recebo o *Plataforma Política Social*, é sempre muito interessante, artigos valiosíssimos, e os senhores acabam nos ajudando também na preparação aqui para os enfrentamentos.

Quero parabenizar também a Senadora Gleisi Hoffmann, que tem sido a Senadora de todos nós, a mais atuante no combate a essa PEC 55. Com certeza sua voz vai ficar marcada na história, Senadora. V. Exª teve um papel importantíssimo na luta contra o golpe, contra o *impeachment*, mas, nessa PEC 55, eu acho que a senhora teve a compreensão do que significa isso, a destruição do incipiente Estado social brasileiro. Eu quero cumprimentar V. Exª pela atuação aguerrida, é sempre estimulante ver a sua atuação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh. Também quero cumprimentá-lo pela atuação e pela realização desta audiência, que é consequência de um requerimento de V. Exª.

Eu queria só, antes de passar para o Prof. Eduardo e para a Profª Vanessa fazerem as considerações finais – nós vamos ter que fazer isso rapidinho, também pelo adiantado da hora –, falar aqui de quem nos mandou perguntas.

Queria falar do comentário do Aristides Joaquim Felix Junior. Ele pergunta: "O ajuizamento junto ao STF, guardião da Constituição Federal, para se posicionar pela nítida inconstitucionalidade da PEC 55, seria uma saída?". Nós já fizemos isso, o Supremo não deu liminar, ainda vai julgar, então não se posicionou.

O Jorge Isaias Llagostera Beltran pergunta se é possível estimar o aumento da arrecadação que uma reforma tributária progressiva poderia proporcionar. Eu não sei, mas talvez o Professor ou a Profª Vanessa possam nos responder.

A Caroline Duarte fala que é um absurdo pensar que a votação e a aprovação dessa PEC 55 sejam possíveis, e tão rapidamente, e ninguém pense em votar a tributação das grandes fortunas. Nós temos projetos para tributar grandes fortunas e riqueza aqui, mas, de fato, esses projetos não andam. Se eu não me engano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

acho que é até o Senador Lindbergh que tem um projeto sobre grandes fortunas...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, eu tenho sobre lucros e dividendos. Sobre o IPVA, já tínhamos, que é uma PEC também, iates...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas nós temos aqui a PEC 96 para grandes fortunas...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª tem sobre juros sobre capital próprio...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Juros sobre capital próprio, exatamente. Mas não andam, é bem interessante.

O Jorge Isaias Llagostera Beltran também quer saber se dá para estimar o aumento da arrecadação total que uma reforma tributária poderia gerar.

O Braian Beirigo pergunta por que é que não há tributação de grandes fortunas. Já falamos.

O Roberto Pires Barreto tem uma empresa que participa do Simples Nacional. "Um ótimo sistema de tributação, fácil de utilizar e extremamente justo" – deve ser para V. Exª, Senador Lindbergh – "mas o Estado do Rio com a ST retirou do contribuinte esse benefício, ou seja, a união deu com uma mão e o Estado do Rio retirou com a outra mão infelizmente." – deve ser alguma legislação local sobre o Simples.

O Mauricio Alonso Ferraz pergunta também sobre grandes fortunas.

A Kamylla Cunha pergunta sobre ação no STF – nós já entramos.

O Sergio Luis Peixoto: "Todas as medidas impopulares que estão sendo tomadas no país, incluindo a PEC 55, não são mera consequência da Nova Ordem Mundial, governo único das elites que está sendo instalado no mundo?"

O Tairone Albuquerque: "Boa Noite. Ouvi dizer em alguns meios de comunicação que o Governo Dilma tinha ideia de realizar o teto dos gastos públicos. Qual a diferença do teto do Governo Dilma para este teto proposto no governo de Temer?".

O Emerson Moreira Rodrigues: "Com os cortes impostos pelo governo. Daria para projetar graficamente o prejuízo em relação às distribuições das receitas nos investimentos sociais? Como os programas de ensino superior, Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família ficariam?". Acho que até foi mostrado um pouco aqui, tanto pela Profª Vanessa como pelo Prof. Eduardo.

O Anibal Netto: "Por que a taxa Selic tem um valor real (descontada a inflação) tão exorbitante no Brasil?" Pois é, nós também gostaríamos de saber, porque, realmente... "Acredita que qual percentual seria atrativo para investidores internacionais sem "sugar" tantos recursos do nosso Orçamento?" E também: "Qual é o percentual de imposto que se paga sobre lucros e dividendos no Brasil? Que montante estimado de recursos com uma cobrança maior (15%, por exemplo) poderia trazer para o Orçamento da União?". Esse é o projeto do Senador Lindbergh, que tributa lucros e dividendos. O último ano de arrecadação que nós tivemos do imposto de renda sobre lucros e dividendos foi 95. A projeção é que nós arrecadaríamos hoje, se tivéssemos com uma alíquota de 15%, cerca de R$54 bilhões por ano. Quer dizer, um pouquinho mais do que foi o repatriamento, em torno do qual fizeram uma festa, mas que foi uma vez só – agora estão tentando o outro.

Quero agradecer a todos que mandaram suas perguntas e considerações.

Eu queria passar, rapidinho – infelizmente nós vamos ter que fazer cinco minutos para a Profª Vanessa e cinco minutos para o Prof. Eduardo pelo adiantado da hora –, para as considerações finais.

A SRª VANESSA PETRELLI CORRÊA – Bom, em primeiro lugar, mais uma vez quero agradecer à Senadora Gleisi e ao Senador Lindbergh pelo convite e colocar também a nossa preocupação por este momento em que o País vive.

Eu diria que, desde a Constituição de 1988, é o momento mais preocupante, mesmo considerando períodos de governos liberais. Acho que este é o período mais preocupante, porque, realmente, ataca frontalmente a Constituição de 1988. E quero, mais uma vez, colocar a importância de analisarmos efetivamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

os problemas reais do País e não o fato de que uma dívida alta é a responsável pelas mazelas do País, que a dívida alta é resultado de um resultado primário negativo em 2014/2015. Acho que a questão é muito mais complexa, mas não está sendo discutida pelo País. E o papel do Estado, na retomada do crescimento, é um fator fundamental.

Encerrando e retomando aqui questões que foram colocadas: não é a fada da credibilidade que vai trazer de volta o crescimento. Inclusive, elementos de credibilidade já estão aparecendo no mercado sem que tenha havido qualquer retomada. É contrafactual, é a questão das novas verdades sem dados efetivos.

Por fim, só quero pedir a vocês um outro elemento. Quem for ver a apresentação atente para um gráfico que coloquei aqui: eu tenho um dado errado, que é o total das transferências correntes do Município de Uberlândia; não é R$1,72 bilhão, mas R$890 mil reais – senão vão olhar e vão ver que o gráfico está errado.

Muito obrigada. Acho que essas discussões são fundamentais para registrar minimamente a nossa crítica a esse momento crucial da economia brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Profª Vanessa.

Professor Eduardo.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Eu só queria agradecer a oportunidade, senti-me muito honrado em estar aqui.

Queria dizer que tenho a mesma preocupação que a Senadora Hoffmann e o Senador Lindbergh, quer dizer, acho que nós estamos vivendo um período muito difícil. Eu creio, como eu já disse, que o período 2016/2018 é uma oportunidade para que os detentores da riqueza e as elites políticas e econômicas consigam implantar um projeto ultraconservador, ultraliberal, no Brasil. Eu queria lembrar que isso vem sendo tentado há mais de 40 anos, existem vários episódios que demonstram isso. Agora eles têm uma oportunidade de fazer isso. Esse projeto não passou pelo voto popular e sempre que foi submetido ao voto popular foi derrotado.

Então, o que cabe a nós, pesquisadores, professores, movimentos sociais, sindicatos e Parlamentares do nosso campo, é fazer a resistência. Acho que o Parlamento é um lugar importante para essa resistência.

Eu acredito que nós já estamos nos preparando para outra luta que vai acontecer em 2017: a reforma da Previdência. Também vamos ter a reforma tributária, Senadora Gleisi, e a reforma trabalhista. Então, são muitas as frentes, e acho que a nossa tarefa, neste momento, é resistir. O Parlamento cumpre um papel importante.

Parabenizo vocês pelo trabalho e agradeço muito o convite para estar aqui nesta noite.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu também queria agradecer ao Prof. Eduardo, à Profª Vanessa. Nós tivemos verdadeiras aulas aqui por parte desses dois professores, com explicações muito didáticas para este que é um tema complexo e difícil.

Quando o Governo lançou essa PEC, ainda na Câmara ele veio dizendo que era igual à casa da gente, ou seja, sugeriu que uma dona de casa poderia dar conta da complexidade da gestão econômica de um país. Então eu disse que esse tipo de discurso pega na população, porque a população entende isso de forma mais fácil. E, no início, realmente, ficou muito forte. Assim, nós começamos a fazer uma ação aqui para, pelo menos, tentar explicar um pouco e informar a população a respeito. E isso com muita dificuldade, porque o Governo não veio para o debate; o Governo não deixou que se fizessem discussões mais profundas e estabeleceu um calendário muito restrito para a PEC. Isso tudo impediu que a gente chegasse mais às pessoas. Porém, ainda assim, nós conseguimos, com esse esforço da Bancada de Oposição aqui, nas audiências na CAE, na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Educação, levar um pouco mais de informação para a população, para os servidores públicos, para os sindicatos, e o pessoal se mobilizou. Então, as pessoas estão sabendo um pouco o que significa essa PEC.

Agora, não tenho dúvidas de que, se o Governo não estivesse nessa enrascada que está agora, com a situação do Presidente sendo envolvido por seu ex-Ministro, na terça-feira, eles estariam tratorando. Eu acho que, agora, terão dificuldades, porque como explicar para o Brasil que um Presidente tão frágil, um Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tão frágil, vai ter força para fazer um pacote dessa natureza? E eles não têm legitimidade para isso, porque isso não passou pelas urnas, não houve discussão com o povo. Eles sequer permitem que a gente faça um *referendum*, mas sobem à tribuna para dizer que o povo brasileiro apoia as medidas. Se o povo brasileiro apoia as medidas, então façamos o *referendum*. É fácil! Aí, se o povo quiser essas medidas, está o.k, vamos encaminhá-las.

Eu queria agradecer muito, muito mesmo, e dizer que também acho que teremos outras frentes de desmonte além da reforma da Previdência e da reforma trabalhista – nós estamos com um projeto de terceirização na pauta. A pauta aqui está pesada. Parece que eles querem resolver tudo, e muito rápido. Então, o que nos cabe é fazer a resistência e o alerta à população, fazendo a mobilizações.

Agradeço muito aos convidados e agradeço também a quem está nos ouvindo pela Rádio Senado e a quem está nos assistindo pela TV Senado, acompanhando esta audiência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 19 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 12ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (42ª REUNIÃO) E PELA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL (3ª REUNIÃO), EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dezenove horas e vinte e oito minutos do dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência dos senadores Gleisi Hoffmann e Lindbergh Farias, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional com a presença dos senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin e Regina Sousa. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Humberto Costa, Jorge Viana, Lasier Martins, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Kátia Abreu, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Armando Monteiro, Marcelo Crivella, Wellington Fagundes e Wilder Morais. A presidência declara aberta a reunião e esclarece que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de debater a PEC nº 55 de 2016, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências", e avaliar a progressividade tributária como uma possível alternativa à PEC, em atendimento ao Requerimento nº 28 de 2016, de iniciativa da senadora Vanessa Grazziotin, e aos Requerimentos nºs 33, 34 e 35 de 2016, de iniciativa dos senadores Lindbergh Farias e Humberto Costa, tendo como expositores a procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Élida Graziane; o presidente do Clube de Engenharia, Pedro Celestino da Silva Pereira Filho; o professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Ricardo Lodi; o auditor fiscal da Receita Federal do Brasil, Henrique Freitas; o auditor fiscal da Receita Federal e membro do Instituto Justiça Fiscal, Paulo Gil Holck Introini; e o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Rodrigo Orair. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os senadores Gleisi Hoffmann e Lindbergh Farias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e duas horas e onze minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Boa noite.

Declaro aberta a 12ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

Pauta: audiência pública interativa. A finalidade é debater a PEC 55, de 2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o novo regime fiscal e dá outras providências, e avaliar a progressividade tributária como uma possível alternativa à PEC.

Requerimentos de realização de audiência: Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Lindbergh Farias e outros.

Temos aqui os convidados a quem quero dar as boas-vindas e agradecer a presença:

Drª Élida Graziane, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Dr. Pedro Celestino da Silva Pereira Filho, Presidente do Clube de Engenharia;

Dr. Ricardo Lodi, Professor da Faculdade de Direito da Universidade Estado do Rio de Janeiro;

Dr. Rodrigo Orair, que ainda não está conosco;

Dr. Henrique Freitas, Auditor Fiscal, representando o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco);

E Dr. Paulo Gil Holch Introini, membro do Instituto da Justiça Fiscal.

Esta reunião está sendo realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www. senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800- 612211.

Os convidados já se encontram no plenário e já foram nominados. E, de acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

Cada convidado fará a sua exposição por até 20 minutos, mas, se precisar mais tempo, podemos conceder. E, em seguida, abriremos a fase de interpelação para os Senadores, Senadoras e para quem estiver presente aqui na Comissão.

Temos a ordem em que foi feita a leitura da presença dos senhores. Conversamos um pouco antes, e quem vai iniciar a exposição é a Srª Élida Graziane, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, a senhora me permite um segundo porque acabou de haver uma entrevista coletiva do Senador Romero Jucá, como Líder do Governo no Congresso, e eu queria aqui, como Líder da Oposição no Senado, rebater, porque ele falava em autoconvocação do Congresso para o dia 10 de janeiro para votar a reforma da previdência.

Devo dizer inclusive que estamos com a posição firme de que esta PEC 55 não pode ser votada no dia de amanhã. A crise que o País está atravessando não é uma crise menor. Essa crise envolve o Presidente Temer, porque não é o caso do Geddel, porque o Temer fez a mesma coisa que o Geddel fez: advocacia administrativa, concussão. A nosso ver, cometeu um crime de responsabilidade.

Hoje tivemos uma reunião. Amanhã, vamos ter outra com os movimentos sociais, porque estamos convencidos de que houve crime de responsabilidade, e crime de responsabilidade, aí sim, professor Ricardo Lodi, é passível de *impeachment*, V. Sª que esteve presente em todos os debates sobre o *impeachment* da Presidenta Dilma, que desempenhou papel com brilhantismo. Eu queria aproveitar para saudá-lo.

Então, quero responder ao Senador Romero Jucá: não aceitamos autoconvocação do Congresso para votar a reforma da previdência, porque o problema dessa PEC – sei que nós vamos discutir isso aqui – é que se trata de um ajuste violentíssimo em cima dos mais pobres, com cortes em saúde e educação pública. Você sabe que reduzir de 19,8% dos gastos primários do PIB para 14,8%, que é o que eles estão propondo, cinco pontos percentuais do PIB em dez anos, é um *mix* de maldades: corte em educação e saúde, mexer na previdência. A meu ver, vão mexer na vinculação do salário mínimo com benefício previdenciário. Vão atacar o Benefício de Prestação Continuada – já começaram a fazer discursos –, o BPC que atende as pessoas com mais de 65 anos, pessoas com deficiência, e pobres, porque, na verdade, para se ter o BPC, tem que ter uma renda familiar inferior a um quarto de salário mínimo.

Então, só pedi a palavra para dizer que não vamos aceitar esse encaminhamento dado pelo Senador Romero Jucá a partir dessa entrevista coletiva de autoconvocação do Congresso, para fazer maldade. Acerca da reforma da previdência, volto a dizer, esse Governo, o Presidente Michel Temer se aposentou com 55 anos; o Ministério da Casa Civil, Padilha, aposentou-se com 53; o Geddel tinha se aposentado com 51, todos ganhando acima do teto, e nós vamos mexer justamente com aposentado que ganha um salário mínimo, com as pessoas mais pobres.

Sabemos o papel que a previdência social teve na construção desse grande mercado de consumo de massa. Eu acho uma loucura do ponto de vista econômico. Se você atacar, vai deprimir ainda mais a nossa economia, principalmente no que se refere a consumo das famílias, você vai tirar dinheiro da mão de quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

usa todo o dinheiro para economia, porque o aposentado que ganha um salário mínimo joga na economia. É o que o Lula dizia anteriormente: dinheiro na mão do pobre vai para a economia, movimenta a economia.

Então, agradeço a V. Exª. Desculpe-me por quebrar um pouco o procedimento estabelecido por V. Exª, mas eu tinha que dar essa resposta ao Senador Romero Jucá.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Foi importante, inclusive a gente estava vendo as notícias, à tarde, de que haveria realmente essa sugestão.

Agora, não sei como o Congresso pode se autoconvocar se não houver um acordo de Liderança. Vai se autoconvocar pela Presidência do Congresso Nacional?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Gleisi, eu acho extremamente oportuno, e até os nossos convidados estão aqui ouvindo – não vou falar muito tempo, porque queremos ouvir os nossos convidados, e é até bom que eles escutem – que essa PEC que estamos analisando está com a votação em primeiro turno marcada para amanhã, e isso não é algo isolado. Todos os convidados que têm vindo aqui, sobretudo aqueles que defendem essa PEC, falam da necessidade das medidas sequentes: reforma da previdência, desvinculação de todos os benefícios sociais do salário mínimo, reforma trabalhista.

Então, é importante que tenhamos perfeitamente o quadro montado para saber qual o caminho e o que nós devemos fazer.

Senadora Gleisi, amanhã tem a PEC, pelo jeito, mas a gente já vai começar com muita pendência a sessão deliberativa, porque, além dessa questão da tal autoconvocação, que, de fato, é prevista no Regimento, há outras. Eu nunca vi convocar sem que antes houvesse um diálogo. E veja, não foi o Presidente do Senado, não foi o Presidente do Senado, foi o Líder do Governo no Senado. Isto é muito grave, passando por cima da autoridade do Presidente do Senado Federal, passando por cima dessa autoridade. Isso é muito grave, não é? Além disso, temos a pendência da semana passada sobre a Lei da Repatriação, que o Plenário aprovou uma coisa, mas, quando viu, a redação saiu outra coisa.

Enfim, é lamentável o momento que a gente vive, mas quero dizer que é segunda-feira à noite e estamos aqui debatendo com pessoas da mais alta capacidade. No entanto, quero lamentar a ausência, pois aqui não há nenhum parlamentar de apoio da Base. Eles são maioria, mas não há ninguém. E o debate só ocorre, temos dito, graças a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Econômicos e de Direitos Humanos. Do contrário, nem debate teríamos.

Obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa.

Eu passo a palavra, então, à Drª Élida Graziane, por 20 minutos.

A SRª ÉLIDA GRAZIANE – Boa noite. É uma honra participar do debate a respeito da PEC nº 55.

Eu gostaria de fazer a seguinte abordagem: embora a reflexão sobre o conjunto das receitas seja o grande mote, na minha condição de membro do Ministério Público de Contas e acompanhando os impasses, inclusive do ponto de vista do federalismo fiscal que implicará a aprovação da PEC, eu gostaria de chamar a atenção também do ponto de vista do risco fiscal que a PEC ensejará.

A minha fala hoje quer retomar, na verdade, a circunstância muito clara de que os pisos tendem a se transformar – referidos a um percentual da receita – em um volume cada vez mais consistente de precatórios. Talvez a primeira grande fala que eu tenha a lhes dizer é que a gente precisa conceber o cenário de agravamento da insegurança jurídica na proteção dos direitos fundamentais. E arrolei alguns exemplos muito claros que a mim me parece que vão ensejar uma explosão de demandas judiciais. São exemplos já considerados inclusive em decisões do Tribunal de Contas da União, exemplos já considerados do ponto de vista de um debate no Supremo Tribunal Federal e que, a depender de como o Governo vá tratar essa questão do exercício de 2017, que ainda é o ano em que os pisos de saúde e educação se mantêm tal como ainda estão regulados nos arts. 198 e 212 da Constituição, teremos, na verdade, uma fragilidade da própria PEC do Novo Regime Fiscal.

Então, o que eu tenho chamado de insegurança jurídica, o que eu tenho chamado de risco fiscal mere-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ceria dos Senadores – nesse sentido a primeira sugestão que já trago – a inserção ...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ÉLIDA GRAZIANE – ... no anexo de riscos fiscais da LDO. Recomendo fortemente que se levante todo o conjunto de direitos subjetivos públicos na seara da saúde e da educação, inclusive já reconhecidos nesses precedentes do TCU e do próprio Supremo Tribunal Federal, para que sejam tratados como riscos fiscais no anexo próprio da LDO.

Mais do que só debater a PEC neste momento em que parece dificílimo pactuar soluções intermediárias ou fazer um debate estrutural de um ajuste fiscal que seja também pelo viés da receita das despesas financeiras, é muito importante tematizar o ciclo orçamentário e mostrar que a PEC tal como se encontra trará insegurança jurídica e converterá os pisos em precatórios; fazer o anexo de riscos fiscais o lugar mais consistente de questionamento da viabilidade de esvaziar a eficácia imediata desses direitos.

É claro que este é um debate em que é muito importante resgatar os precedentes, resgatar como o Supremo tem julgado. Para tanto, arrolei vários, vários pontos de partida para que constem como risco fiscal na LDO.

Ao que me consta, e procurei apurar, ainda não foi promulgada a LDO. Não sei se ainda é tempo de este debate acontecer, mas, de toda sorte, se neste exercício não for possível, já no próximo exercício se deverá inserir como risco fiscal o descumprimento dos pisos da saúde e da educação capazes de enfraquecer a sua eficácia.

A primeira questão que lhes trago é exatamente o precedente da ADPF nº 45, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, quando o Ministro Celso de Mello, em 2004, de forma muito explícita, refutou a possibilidade de contabilizar no piso da saúde despesas financeiras do Ministério da Saúde.

Naquela ocasião, o Ministro Celso de Mello disse: não cabe a manipulação da atividade financeira do Estado para negar a efetividade de direito fundamental. Esse é um forte precedente.

O segundo precedente que trago é o da ADPF nº 347, que descontingenciou os recursos do fundo penitenciário em setembro do ano passado. E agora, quando vem a ideia de converter os pisos, que hoje são atrelados ao percentual da receita, em apenas uma garantia de correção pela inflação, mudando o próprio indexador de aplicação, essa perda da proporcionalidade entre receita e despesa pode, sim, ser confrontada judicialmente.

Por isso, trago aqui, e me permitam dado o tempo curto, um excerto da fala do Ministro Celso de Mello na ADPF nº 45. Ele dizia:

> "Não se mostrará lícito ao Poder Público fraudar, frustrar ou inviabilizar o estabelecimento e a preservação, em favor da pessoa e dos cidadãos, de condições materiais mínimas de existência".
>
> (...)
>
> A cláusula da 'reserva do possível' - ressalvada a ocorrência de justo motivo objetivamente aferível (...)"

Peço a V. Exªs para impugnarem esse justo motivo objetivamente aferível, buscar os precedentes já consolidados no próprio TCU, no próprio Supremo Tribunal Federal, e suscitar que são riscos fiscais a ausência de cobertura suficiente, e incutir que a ausência de justo motivo para não resguardá-lo no Orçamento merece ser impugnado. Não há justo motivo se a receita começar a crescer. Não haverá justo motivo se a economia voltar a se comportar como adequada.

E este é o aviso que faço: os cidadãos continuarão a possuir direito subjetivo público à saúde e à educação.

Portanto, a ideia de que teremos um adensamento, um volume cada vez mais considerável de precatórios, exigindo a eficácia desses direitos, merece, sim, ser tratado dentro do anexo próprio da LDO, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Anexo de Riscos Fiscais, até para começarmos a exigir a previsão de reserva de contingência proporcional.

Vejam, se é um risco fiscal, há de haver uma reserva de contingência capaz de suportar, porque esse adensamento de precatórios com a postergação correspondente do direito fundamental não é admissível. É muito importante trabalhar a ideia de que, sendo direito subjetivo público, ele não pode ser negado. E o adensamento na forma de precatório é um risco fiscal ao qual deve corresponder, sim, no montante da reserva de contingência, uma proteção, uma cautela, até para eventual situação de descasamento do dever para com a Lei de Responsabilidade Fiscal, para com a Lei Orçamentária e eventual crime de responsabilidade.

Deixar expandir explosivamente o volume de precatórios judiciais numa seara onde os direitos fundamentais são, sim, direitos subjetivos públicos exigíveis é algo que, no médio prazo, pode ensejar uma desobediência em relação ao regime da própria responsabilidade fiscal e do cumprimento da Lei de Orçamento.

Agora eu já quero trazer os exemplos. E, exatamente porque o tempo é muito curto, eu tenho pensado em fazer um debate bastante aplicado e quero suscitar que essa perspectiva de risco fiscal, o descasamento da proporcionalidade entre receita e despesa, entrando no Anexo de Risco Fiscal e tendo que ser tratado como algo que a reserva de contingência vai ter que prever também volumes de recursos, os exemplos que lhes trago são: o Fundeb tem um prazo de duração estimado até 2020.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação não durará, a menos que outra emenda constitucional altere esse arranjo para além de 2020. Assim está no art. 60 da ADCT, e o modelo que substituirá será um modelo do Custo Aluno Qualidade Inicial – CAQi – e Custo Aluno Qualidade.

O MPF, colega do Rio de Janeiro, ajuizou uma ação civil pública, demandando que a União já regulamente o CAQi, até porque ela está em mora. O Acórdão do TCU 618 – é um acórdão de 2014 – e o Plano Nacional de Educação exigem a implementação do CAQi e, na falta do Fundeb, eu lhes pergunto: como a União assegurará o padrão mínimo de qualidade com a equalização do padrão das oportunidades educacionais? Imaginemos: se já está judicializado na Justiça Federal ação civil pública, e a União, mantendo o padrão de aplicação no Fundeb em R$10 bilhões, claramente insuficiente para promover a equalização de oportunidade educacional, claramente insuficiente para avançar na ideia de padrão mínimo de qualidade, se isso vai agora, com a ideia de um ajuste fiscal que constrange apenas pela correção da inflação, vai conseguir atender a essa ação civil pública?

Não é para curto prazo. É claro, uma ação civil pública demora, mas é um risco fiscal, inclusive porque o TCU já determinou desde 2014, a Justiça Federal foi provocada, e a Fineduca, que é uma organização de pesquisadores do financiamento da educação, estimou que seriam necessários pelo menos R$40 bilhões para conseguir implementar esse salto qualitativo na educação básica de qualidade.

Há de se tratar a ideia de que há uma demanda judicial nessa seara após a busca pelo TCU dessa regulamentação como algo que tem que ser tratado como risco fiscal, como um esvaziamento de um dever constitucional que não é possível mais adiar.

Já na área da saúde, a questão que lhes trago é uma questão ainda mais interessante do ponto de vista de risco fiscal da LDO. A Emenda 86 foi aprovada pelo Congresso, promulgada pelo Congresso, em março do ano passado, e, especificamente os seus arts. 2º e 3º, que é a PEC 55 – inclusive em relação ao art. 2º pretende revogar –, estão sob debate no Supremo Tribunal Federal.

Pode parecer à primeira vista que, assim que a PEC for promulgada, vai perder o objeto dessa Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.595, mas não perderá. É muito interessante tratar que a reflexão que o Supremo já está em via de deliberar, sobretudo no exame de medida cautelar, é sobre a vedação de retrocesso nos pisos de custeio – aqui, no caso especificamente da saúde. Na ADI 5.595, o Supremo foi provocado a dizer que não pode haver redução do patamar do piso de custeio da saúde. Especificamente porque a Emenda 86 previu subpisos: no caso da saúde, 13,2% da receita corrente líquida em 2016.

Só um momentinho.

E o art. 3º da Emenda 86 é especificamente sobre a possibilidade de não ser mais fonte adicional de receitas para a saúde a questão dos recursos do pré-sal.

O debate que o Supremo vai enfrentar é, no mérito, a possibilidade de o piso retroceder; certamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o Supremo enfrentará. E aí, nesse caso, diferentemente dos mandados de segurança a respeito da PEC, não é possível simplesmente preservar a ideia do debate no Parlamento, a autocontenção do Supremo, porque a matéria já está em vigor, não é uma perspectiva de autocontenção de separação de Poderes.

O debate vai ter que retomar, por dever de coerência, a ADPF 45 e a ADPF 347. Eu ponho muita esperança. O Relator é o Ministro Ricardo Lewandowski, e realmente entendo, nesse caso, que o Supremo, para que se mantenha coerente com a sua trajetória decisória... Inclusive em dezembro do ano passado, em relação à saúde, a questão de diferença de classe no atendimento do SUS, se paciente poderia pagar, para ser atendido, um médico de sua preferência, ou numa estrutura hospitalar mais adequada, o Supremo disse que é inconstitucional estabelecer qualquer discriminação em relação ao atendimento do SUS. Não admitiu sequer cobrar pelo médico de preferência do paciente. E a fundamentação naquela ocasião – o Ministro Dias Toffoli havia sido Relator – é que, senão, o País retrocederia ao modelo do Inamps.

Vejam, na ADI 5.595, V. Exªs, terão uma oportunidade belíssima de testar a coerência interpretativa do Supremo Tribunal Federal em relação à defesa dos pisos, especificamente, no caso, o piso da saúde; a ideia de vedação, de retrocesso, a ideia de que o direito fundamental à saúde não comporta redução de proteção, porque os pisos, em última instância, operam como mecanismo de proteção do próprio direito fundamental. Nós equiparamos como se fossem garantias fundamentais, análogas, a ideia do *habeas corpus* e do *habeas data*. São remédios constitucionais. É esse o debate que está no Supremo. É esse o teor da petição inicial do Procurador-Geral da República. São remédios constitucionais. Assim como não é possível reduzir o nível de proteção do direito fundamental à saúde, não é possível extinguir o SUS, não é possível deixar de financiá-lo adequadamente.

Então, não percamos a esperança num primeiro movimento de curto prazo da PEC 55. Porque tanto na questão dos riscos fiscais quanto nas decisões que o Supremo já está provocado a decidir – e a própria Justiça Federal, em primeira instância, já vai ser provocada a decidir –, temos que fincar pé que os direitos fundamentais à saúde e à educação são amparados por garantias fundamentais com a mesma estatura de cláusula pétrea. Assim como o direito de ir e vir é amparado, protegido pelo *habeas corpus*, o direito fundamental à saúde é amparado pelo seu piso de custeio.

E não se trata apenas de uma escolha da Emenda 29 a partir de 2000. A bem da verdade, a ideia de que a saúde teria uma proporcionalidade de proteção de custeio já estava no art. 55 da ADCT, com a perspectiva de 30% do orçamento da seguridade social. É claro que a fragilidade, ao longo do tempo, foi esvaziando. Mas esse é um debate muito importante para ser feito, inclusive tensionando a ideia de freios e contrapesos.

No ano que vem, ainda, os pisos de saúde e educação serão uma proporção de receita. Ainda serão aplicados os arts. 198 e 212, e, por isso, tenho muito dito aos colegas que precisamos suscitar um controle incidental tanto na primeira instância quanto esperando que o Supremo mantenha a sua coerência decisória, a despeito de todas as dificuldades que normalmente a atuação, no âmbito do Supremo, muito politizada por vezes, envolve.

Aqui suscito também outro debate que, certamente, se impugnado no âmbito do TCU ou no âmbito da Justiça Federal, ensejará uma linha de frente de defesa do direito à saúde: é o cancelamento do conjunto de restos a pagar, que foram contabilizados no piso da saúde porque ainda estavam no Identificador de Resultado Primário 6 a partir de dezembro. Estarão bloqueados a partir de novembro, final de novembro. Caso não sejam efetivamente processados e quitados, serão cancelados.

Ora, se foram contabilizados em exercícios anteriores como piso de custeio da saúde, não se pode simplesmente dar um calote de qualquer natureza nesse piso. Impõe-se a medida compensatória. É disso que trata a Lei Complementar nº 1.

Eu trouxe um debate que é muito interessante e que também mostra rotas alternativas de pensar esse constrangimento fiscal dos direitos fundamentais à saúde e à educação. Vejam especialmente a última notícia, outro fluxo de judicialização. No Estado do Rio Grande do Sul, os hospitais filantrópicos, os diversos hospitais credenciados ao SUS entraram com ação por bloqueio das contas da União, demandando o bloqueio das contas da União, exatamente pelos atrasos dos repasses, pela insuficiência do montante na relação sinalagmática do que eles prestam e do que eles estão recebendo. Cheguei a citar uma notícia até de que os bancos estão criando uma linha de crédito, de consignação, de crédito consignado para quem presta serviço ao SUS, esvaziando uma relação que é de defesa da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nessas duas notícias, vejo com muita tranquilidade a perspectiva de outra linha de debate que não seja apenas a PEC agora. Será um risco fiscal a expansão da judicialização da saúde. Enquanto o Governo tensiona dizendo que as demandas por remédios, as demandas individuais estão expandindo enormemente, a mim me parece – eu que verifico todos os dias as contas das prefeituras do Estado de São Paulo, que vejo uma sobrecarga fiscal da demanda pela efetividade do direito à saúde em relação aos Municípios – que o maior risco que teremos é uma explosão de demandas judiciais, inclusive em relação à insuficiência do custeio da União. Os Municípios ingressarão cada vez mais em juízo contra a própria União. Os prestadores de serviço – já há esses precedentes – ingressarão cada vez mais contra a União.

Eu trouxe ainda agora também um precedente na Justiça Federal do Rio de Janeiro, já confirmado pelo TRF, de que o Município tem direito de buscar em direito de regresso os medicamentos ainda não pactuados, os medicamentos ainda não incorporados na Rename, em rota de admissibilidade de uma responsabilidade solidária que também está em via de mão dupla. Não é porque só o Município responde que ele depois não possa buscar reaver aquilo com o que arcou sozinho, aquele um terço que a União deixou de aportar num rateio prévio.

Vejam, o acórdão do TCU. Eu digo que são sempre decisões já operadas num debate ou no TCU ou na Justiça Federal ou mesmo já provocadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Mexer nos pisos de custeio da saúde e da educação significará um risco fiscal porque substituiremos o modelo atual por um volume cada vez mais severo de precatórios. Esse debate é, inclusive, o maior debate federativo no âmbito da judicialização da saúde, que é a falta de cumprimento daquilo que é pactuado na CIT. CIT é a Comissão Intergestores Tripartite. É a governança do SUS – a União, os Estados e os Municípios. Ora, se se pactuou na CIT, deve-se vincular aos entes. Mas a União deixa de cumprir a sua pactuação. Ela não consolida o conjunto das portarias, descumprindo esse acórdão do TCU, de modo a sobrecarregar os entes subnacionais.

Entre os colegas da área do Direito Tributário aqui ...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ÉLIDA GRAZIANE – Desculpe-me. Já vou avançando.

Há um debate sobre guerra fiscal de receitas. Eu lhes digo que há uma guerra fiscal de despesa e haverá um fluxo de judicialização em sentido inverso. É esse o exemplo de uma decisão já passada no nível do TRF da 2ª Região, em que o TRF admitiu obrigar a União a ressarcir o Município naquilo que ele pagou sozinho por um medicamento não incorporado na Rename.

Vou passar rápido. O tempo já se esvaiu.

Aqui é um texto que tive a felicidade de escrever com os Profs. Fábio Konder Comparato, Heleno Torres e Ingo Sarlet, suscitando exatamente o nível de proteção alcançado pelo direito à saúde e à educação, de tal modo que uma proposta de emenda à Constituição não é admissível no nosso ordenamento, afrontando essa cláusula pétrea.

Não é sem razão que as associações de magistrados, associações de diversas áreas de profissionais do Direito têm suscitado a inconstitucionalidade dessa proposta. Ainda que, no mandado de segurança, o Ministro Luís Roberto Barroso não tenha avançado especificamente no exame dos pisos, porque, em ambas as decisões, ele não analisou a repercussão sobre os pisos, quando isso chegar ao debate da primeira instância, e mesmo no próprio Supremo Tribunal Federal, certamente a reflexão vai ganhar outro tom.

Esse despregamento da relação de proporcionalidade entre receita e despesa não é admissível. Há atributos que se justificam no ordenamento especificamente pela destinação que têm. Seria esvaziar essa relação de finalidade e proporcionalidade. Inclusive, já do ponto de vista do debate sobre outras rotas de alternativa, outras alternativas de ajuste fiscal, tenho invocado, inclusive para as próprias prefeituras, para o Estado de São Paulo, o seguinte: se já temos ordenamento brasileiro, na Lei de Responsabilidade Fiscal, mecanismos de ajuste – e aí invocando até a Lei das Eleições, que cria restrição, mesmo não sendo um período eleitoral –, se não se paga a folha, se não se cumprem os pisos da saúde e da educação, o ente deveria ter, sobre si, as mesmas restrições, por exemplo, da lei eleitoral que não admite contratação de *show* artístico, que não admite realização de obra nova, que não admite despesas com publicidade fora do estritamente essencial, e é esse o debate que invoquei nesse texto, inclusive em relação às renúncias de receitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Especificamente nas renúncias de receitas, já que o tempo se esvaiu, tenho invocado a interpretação íntegra, o Direito como um todo, da ideia da própria Lei de Licitações.

Vejam: a Lei de Licitações, art. 57, veda a existência de contrato por prazo indeterminado. Dos contratos, decorrem despesas e, portanto, sempre estão adstritos à vigência do crédito...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ÉLIDA GRAZIANE – ... em regra, pelo menos um ano.

No caso das renúncias de receitas, imaginar possível a concessão de uma renúncia por prazo indeterminado, fora das balizas do art. 14 da LRF, que é a vinculação com sua medida compensatória, ao nosso sentir, é uma geração de renúncia fiscal nula. A renúncia de receita é um gasto tributário, tem que ser tratado com a mesma constrição, mesmo rigor. Estados, Municípios e a própria União que concederam renúncias fiscais sem nenhuma baliza de restrição temporal não precisam de outra lei para revogá-las. Temos que fazer um debate inclusive de nulidade do próprio ato concessório. Não é possível o Estado conceder, porque renúncia fiscal só é tratamento discriminatório, não é benefício universal.

Não é possível que o Estado institua um privilégio fiscal perene, permanente. É esse o debate de higidez das renúncias fiscais que mereceriam uma interpretação íntegra, conjugada com a mesma perspectiva do art. 57 da Lei nº 8.666.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ÉLIDA GRAZIANE – Aí são os exemplos de que tratava, de que a gente precisa fazer a busca de um ajuste já consonante com a Constituição e não contra a Constituição.

O direito financeiro brasileiro já tem instrumentos para promoção do ajuste e quem promete solução fácil, solução única para problemas antigos e complexos vende ilusões. Esse é o debate que já fazia nesse texto, inclusive provocando a reflexão dos entes subnacionais.

Cheguei, em outro texto, com o professor de Economia da Unicamp, Prof. Geraldo Biazotto, a debater o conceito de estado de sítio fiscal. A noção de estado de sítio, na Constituição, é a suspensão temporária de direitos por prazo superior a 30 dias. É claro que é um termo forte, mas, vejam, suspender a eficácia de direito fundamental que a Constituição delimita, que tem eficácia imediata, que tem inclusive uma estrutura de financiamento que a ampara, acaba sendo, sim, na prática, um estado de sítio fiscal, uma postergação, porque, no que se refere à saúde e educação, será, infelizmente, uma estratégia deliberada de postergação na forma de precatórios.

Demandas pela efetividade dos pisos de custeio de saúde e de educação se revelarão, na verdade, um estoque cada vez mais volumoso de precatórios. Por isso mesmo, acredito no debate que o Supremo já enfrentou em relação a descontingenciamento do fundo penitenciário, em relação à ADPF 45, em que o Ministro Celso de Mello não admitiu o constrangimento do mínimo existencial e disse que não era admissível também a manipulação da atividade financeira do Estado para frustrar a efetividade desses direitos fundamentais. Ainda mais porque, ao longo desses 20 anos, a ideia que se tem é de uma discricionariedade alocativa de 9% do PIB.

Os cálculos com os quais eles trabalham...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ÉLIDA GRAZIANE – ... constrangendo os gastos obrigatórios, são de alcançar uma discricionariedade alocativa de 9% do PIB. Aí se perde inclusive a ideia de justificação de um constrangimento tão grande. Não é possível, dentro da ideia de necessidade, proporcionalidade em sentido estrito e adequação dentro do princípio da proporcionalidade com a qual o Supremo vem trabalhando, acatar uma restrição de tal monta no custeio dos direitos fundamentais.

Agradeço, já me exorbitei bastante do tempo, mas espero constranger o debate também no nível do sistema de freios e contrapesos. O debate da PEC 55 não termina aqui. Será, sim, a transformação de pisos em precatórios com uma expansão volumosa de riscos fiscais que V. Exªs podem tematizar no anexo próprio da LDO. Inclusive, em relação à própria forma, como a falta de limite para dívida, também acaba sendo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

espécie de risco fiscal. Ainda que não haja a resolução, a gente pode começar a criar uma forma de elaborar o processo a respeito da dívida também como um risco fiscal. O TCU apontou isso em vários acórdãos.

Então, se V. Exªs tomarem como ponto de partida as demandas judiciais já em curso, tanto a questão do Fundeb, que será CAQi e CAC (Custo Aluno-Qualidade Inicial e Custo Aluno-Qualidade) quanto a saúde (especialmente a ADI 5595) será um debate muito interessante, nas próximas LDOs, suscitar o risco fiscal com a necessidade da reserva de contingência cobrir a efetividade dos direitos à saúde e à educação.

Obrigado, mais uma vez, desculpe o pequeno atraso, exorbitei do tempo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Drª Élida, mas é uma abordagem bem interessante. Aliás, a primeira vez que essa abordagem vem aqui nesse debate, como direito e garantia fundamental, problema de poder ir a precatório. Enfim, achei muito interessante.

A palavra agora está com o Sr. Pedro Celestino da Silva Pereira Filho, que é Presidente do Clube de Engenharia, por 20 minutos.

O SR. PEDRO CELESTINO DA SILVA PEREIRA FILHO – Exmª Sr. Senadora Gleisi Hoffmann, Exmªs Srªs Senadoras, Ex$_{mo}$s Senadores, companheiros de Mesa, minhas senhoras e meus senhores. Boa noite a todos.

O Clube de Engenharia é uma instituição centenária, a mais antiga instituição representativa de profissionais da engenharia no Brasil.

Ao longo dos seus quase 136 anos de existência, tem-se batido de uma forma consistente em defesa da nossa soberania, da democracia e da engenharia nacional. É com essa ótica que venho trazer-lhes a opinião dos engenheiros em relação à PEC 241, convertida para PEC 55 aqui no Senado.

O Brasil é uma das dez maiores economias do mundo, ainda assim é um País em construção, pouquíssimos mercados no mundo são tão concentrados quanto o mercado brasileiro; são apenas os países que têm extensão territorial, recursos naturais e população que competem com o mercado brasileiro. O maior deles, no mundo moderno, é a China; em seguida, temos o mercado russo, o mercado indiano e o mercado brasileiro.

Recentemente, após a eleição de Trump, nos Estados Unidos, acena ele com o programa de reconstrução da infraestrutura norte-americana, que demandará US$3,3 trilhões nos próximos dez anos. Teremos, então, um quinto país concentrador de obras e serviço de engenharia.

Canadá e Austrália, embora de grandes dimensões territoriais e recursos naturais, não têm população, consequentemente, não demandam tantos serviços e obras de engenharia. E nós Brasil, que éramos meros exportadores de café e de minérios, até a década de 30, do século passado, a partir daquela época, começamos a olhar para dentro, tendo um grande impulso a partir da década de 50, do segundo governo Vargas, e, em seguida, o governo de Juscelino Kubitschek, que, através do seu plano de metas e da proposta de transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, sinalizava , para a sociedade brasileira, a importância de conquistar o Brasil para o seu povo.

Estamos aqui, pouco mais de 60 anos após a inauguração da Capital, em outro País; País esse que se construiu com uma rapidez extraordinária. Para que os senhores tenham uma ideia, Jânio Quadros, na campanha eleitoral de 1960, no meu Estado, o Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, prometeu um gerador diesel para Três Lagoas, Campo Grande e Corumbá para terem luz elétrica entre 18h e 21h.

Quando Juscelino se elegeu, o Brasil tinha apenas 800km de rodovias pavimentadas, deixou o Governo com 14 mil km de rodovia pavimentadas. Hoje, temos 221 mil km de rodovias pavimentadas, o que é muito pouco para as necessidades da nossa economia e do nosso povo. Minimamente, já deveríamos ter cerca de um milhão de km de rodovias pavimentadas. Esse era o Brasil dos anos 50 e esse é o Brasil dos anos dez do século XXI. Na década de 50, contrariando as vozes que sistematicamente se colocam contra o nosso desenvolvimento soberano, criou-se a Petrobras.

Aqui nesta Casa, no Senado Federal, quem se der ao trabalho de consultar os Anais verá que havia vozes tais como a do Senador Othon Mader, do Paraná; do Senador Assis Chateaubriand, da Paraíba que diziam que o Brasil não tinha competência para explorar e produzir petróleo, que a atividade de exploração e produção de petróleo devia ser deixada ao capital estrangeiro devendo, nós, brasileiros, nos concentrarmos na pro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dução de grãos. Por quê? Uma simples geada em São Paulo ou no Paraná produzia, àquela altura, uma crise cambial. Esse era um Brasil muito pobre e um Brasil que, a despeito de tropeços na política, na economia, se transformou em uma das dez maiores economias do mundo.

E o que que está PEC propõe? O desmonte do Estado. Considera que devemos tratar o Estado como se tratássemos a nossa economia doméstica: ninguém pode gastar mais do que arrecada. Isso entra em contradição com a própria função do Estado no mundo porque o Estado é responsável por extrair recursos da sociedade através de impostos e devolver à sociedade através da prestação de serviços. Como teríamos nós construído o Brasil que temos hoje sem um Estado forte planejando o desenvolvimento econômico, incentivando a iniciativa privada?

Pois bem, esse Estado teve, como um dos seus esteios, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico criado no segundo governo Vargas, e, através de sucessivos governos e regimes, foi o banco essencial à construção da infraestrutura brasileira. Esse banco hoje, na atual administração, tem a sua vocação mudada para ser um mero repassador de recursos para privatizações e concessões; abre mão, assim, do seu papel indutor do desenvolvimento. Prova disso é o fato de o banco, nesse ano, ter reduzido em 35% o dispêndio de recursos com o setor privado, além de, conforme bem diz a Senadora Gleisi Hoffmann, devolver R$100 bilhões ao Tesouro Nacional. Não vou entrar na discussão de se essa devolução é legal ou não, se é uma pedalada ou não. O que interessa é que o banco...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Essa é uma operação de crédito.

O SR. PEDRO CELESTINO DA SILVA PEREIRA FILHO – ...deixa de cumprir seu papel essencial à promoção do desenvolvimento.

O que vemos ainda? Vemos o amesquinhamento do papel da Petrobras como âncora do desenvolvimento industrial brasileiro, construída ao longo desses 60 anos, através, mais uma vez, de sucessivos regimes políticos, governantes de todos os partidos e sempre prestigiada e respeitada pela nossa população. A Petrobras, a bem da verdade, passa – não na atual gestão e, sim, na gestão de Bendine ainda no governo Dilma – a abrir mão desse papel indutor do desenvolvimento, rende-se à lógica privada de ser obrigada a comprar onde for mais barato. Com isso, abre mão do conteúdo local, conteúdo local que garante empregos a milhões de brasileiros. No caso do petróleo são mais de 800 mil empregos qualificados que dependem dessa cadeia de fornecedores, mais de cinco mil fornecedores nacionais e estrangeiros.

Essa política de conteúdo local, consagrada desde a década de 50, é que faz com que uma GE, uma Halliburton venham para o Brasil, se instalem na Ilha do Fundão ao lado da COP e do Centro de Pesquisas da Petrobras para, aqui, gerarem empregos, desenvolverem tecnologias e contribuírem para o nosso desenvolvimento. Muito bem, investem e, no momento seguinte, o Governo diz: não quero mais saber de conteúdo local. O que se faz com o parque industrial aqui instalado?

Nesse instante, a Petrobras busca uma dispensa do cumprimento da lei para construir plataformas de petróleo na China no momento em que a nossa indústria de construção naval está paralisada no momento em que a nossa única empresa de projetos na área naval está ameaçada de fechar as portas jogando fora o patrimônio tecnológico acumulado ao longo de décadas para gerar empregos na China, para desenvolver mais a China. É uma política suicida, vamos convir.

Essa política de conteúdo local tem que ser preservada. Mais ainda: discute-se no âmbito dessa Emenda 55 limitar despesas, eliminando investimentos públicos, como se, por um passe de mágica, investimentos externos viessem nos socorrer. Cria-se, então, um programa de concessões, e o clube de engenharia não tem nada contra se estabelecer concessões de serviços públicos a empresas privadas, mas tem, sim, que se preservar a capacidade produtiva aqui instalada sob pena de nos convertermos em um canteiro de obras de empresas chinesas, francesas, americanas ou de mais onde venham. Não temos medo de concorrência. Durante muito tempo, tivemos concorrências no Brasil internacionais, sob o patrocínio de organismos financeiros internacionais que abrem o nosso mercado à concorrência estrangeira.

Não temos nada como proteção de mercado para que o estrangeiro não venha aqui competir, mas quero dizer que a nossa engenharia é tão competente que tem participação expressiva em mais de 40 países inclusive Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha. Essa participação da engenharia brasileira no exterior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

hoje é alvo de um ataque permanente, insidioso que visa aniquilá-la. Refiro-me ao que está sendo feito em nome do combate à corrupção, que nos une a todos para destruir a capacidade gerencial, tecnológica, administrativa das grandes empresas de engenharia brasileira.

Sabem todos aqui que a Volkswagen foi pilhada ano passado fraudando oito milhões de clientes no mundo inteiro a propósito de emissões atmosféricas. Recebeu uma multa bilionária nos Estados Unidos, US$14 bilhões, está sendo multada na União Europeia, seus dirigentes estão sendo processados. Seguramente, alguns serão condenados, mas a Volkswagen não quebrou. A Alemanha não deixou a Volkswagen quebrar. Por quê? Porque a Volkswagen é responsável por 15% do PIB da Alemanha. É responsável por centenas de milhares de empregos na Alemanha e no mundo. É orgulho nacional da Alemanha. E aqui não se faz nada para preservar empresas e empregos.

O Clube de Engenharia se insurge contra esta política de destruição da capacidade criativa da nossa engenharia.

Por outro lado, consideramos também que é necessário, dentro de políticas de contenção fiscal, levar em conta as necessidades do desenvolvimento. Não há exemplo, na história do homem, de contenção fiscal, do modo que está sendo proposta, que tenha dado certo sem um vigoroso programa de investimentos públicos. E nós temos demandas, da nossa população urbanizada, que hoje se concentra em nove grandes regiões metropolitanas do Brasil, congregando mais de 40% da nossa população. Essa população urbanizada, que sofre o maior peso da recessão ou da depressão em que nos encontramos, necessita de um programa de investimentos em serviços de utilidade pública (habitação, saneamento e mobilidade pública), que gerará, a curto prazo, centenas de milhares de empregos.

É necessário que o Senado Federal atente para a questão do desemprego, para a questão do desmonte do Estado e para a incapacitação do Estado em desenvolver a nossa economia.

A persistir esse caminho de desmonte do Estado, de desmonte da nossa empresa âncora do desenvolvimento industrial, de desmonte da nossa capacidade de empreender na Engenharia, este País se transformará, mais uma vez, em mero exportador de proteínas animais e vegetais e de minérios, nos remetendo à década de 30, do século passado.

É necessário barrar esse retrocesso. E o apelo que o Clube de Engenharia faz é que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras rejeitem a PEC 55 da forma como está a proposta.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem, muito obrigada Dr. Pedro.

Passo a palavra agora ao doutor Ricardo Lodi professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. RICARDO LODI – Boa noite, Senadora Gleisi.

Agradeço o convite da Comissão de Assuntos Econômicos para voltar aqui ao Senado para discutir tema tão relevante.

Cumprimento as Exmas Senadoras os Exmos Senadores, os convidados aqui presentes, senhoras e senhores, esse tema da PEC 55, ex PEC 241 na Câmara de Deputados, é um tema que insere o Brasil num contexto em que a economia mundial hoje se apresenta.

Nós, evidentemente, não estamos apenas discutindo um ajuste fiscal. Embora aqueles que tenham apresentado a proposta se louvem da retórica de que houve uma gastança generalizada, especialmente nas áreas sociais e de pessoal nos últimos anos, não conseguem demonstrar essas alegações em fatos.

Nos últimos anos, houve elevação das despesas primárias da União nos patamares compatíveis com o crescimento econômico do nosso País. Inclusive, no Governo anterior, tivemos restrição nominal de despesas primárias a partir de um dos maiores contingenciamentos fiscais da história.

É claro que vivemos uma crise fiscal, sim, mas o diagnóstico não me parece correto. O diagnóstico não está correto ao procurar as causas na despesa, notadamente na despesa primária. As causas estão na vertigi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nosa queda de arrecadação que tivemos nos últimos anos, queda de arrecadação estabelecida em função da grave crise econômica que o País atravessa, muito em função da desaceleração da China, da queda do preço das *commodities*, mas também a função da concessão de benefícios fiscais e de incentivos a juros subsidiados que foram concedidos à iniciativa privada.

Esses benefícios e esses investimentos estão relacionados com aquilo que chamamos de estímulo ao desenvolvimento. Fez-se uma aposta no Governo passado, ao contrário dos governos anteriores, ao contrário do Governo Lula por exemplo, onde os investimentos foram feitos muito mais pelo Estado, mas se apostou na capacidade de, concedendo benefícios fiscais, concedendo juros subsidiados, que os empresários pudessem então promover os investimentos necessários para fazer a economia brasileira sair do atoleiro.

Infelizmente, não foi isso que aconteceu. Infelizmente os investimentos não foram feitos. Portanto, quando se diz "Quem paga o pato?", evidentemente que não se investiga quem pleiteou essa série de benefícios fiscais, essa série de incentivos ao desenvolvimento econômico que não aconteceu. E, evidentemente, quando se faz essa narrativa de colapso financeiro, se adota aquilo que a gente chama de doutrina de choque, que Naomi Klein já justificou para caracterizar aqueles momentos em que qualquer proposta é admissível porque estamos num momento de grave crise, onde as excepcionalidades são admitidas em nome daquele objetivo, daquele choque que incute medo em todos os interlocutores e em toda a população. Só nesse momento de choque seria possível propor algo tão radical quanto a PEC 55.

Não estamos evidentemente falando de um ajuste fiscal. Nós estamos falando de uma modificação de todo um perfil que o Estado brasileiro adotou desde a redemocratização. E mais ainda: retrocedendo a patamares anteriores à revolução de 30. Ou seja, colocando em xeque a existência do Estado social no Brasil, a partir da constitucionalização da política de austeridade seletiva.

O que que a gente chama de austeridade seletiva? É muito comum aquela analogia: se a família não tem dinheiro para pagar as despesas, aperte o cinto! Só que, num País, a analogia não pode ser essa. Em primeiro lugar, porque nem todo mundo usa as mesmas calças para falar em todos apertarem os cintos. Em segundo lugar, que um País não é como uma família. Um País estabelece regras de distribuição de riquezas e de direitos dentro da sociedade. Portanto, não há que se falar em apertar cintos.

A humanidade nunca viveu um período tão próspero. No entanto, nunca vivemos, desde o início do Século XX, uma concentração de renda tão grande no topo. E o que essas políticas de austeridade seletiva fazem não é apertar o cinto. O que essas políticas de austeridade seletiva fazem é estabelecer transferência de renda da base para o topo da pirâmide. Isso foi feito na União Europeia, isso foi feito nos Estados Unidos e isso não vinha sendo feito na América Latina na década passada.

Na América Latina, seja em países governados por partidos de centro-esquerda como o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Chile, seja em países governados por partidos de centro-direita, como o México, o Peru e a Colômbia, seja nos países bolivarianos ditos como Equador, a Venezuela e a Bolívia, todos esses países apresentaram crescimento econômico maior ou menor, mas apresentaram em comum a redução da desigualdade social. E nesse ponto a América Latina esteve na contramão da Europa e dos Estados Unidos.

E o que que esses países tão diversos, de políticas tão diversas, tinham em comum? O Estado social. O estado desempenhando papel de prestador daquilo que os mais pobres necessitavam. O Estado investindo na valorização do salário mínimo, na redução das diferenças de salários entre os cidadãos.

É claro que isso foi possível num ambiente econômico, em alguns países mais do que em outros, de crescimento. O Brasil deu um grande exemplo ao mundo de como crescer distribuindo. É claro que é mais fácil distribuir crescendo.

Mas nós não iríamos crescer 5%, 7%, 10% ao ano para sempre. No século XXI, a tendência é crescer 1%, 1,5%, 2%. Evidentemente, para distribuir renda, é preciso inverter as regras do jogo. As regras do jogo da economia são fixadas para levar direitos, levar riquezas da base para o topo. O Estado social promove políticas que procuram harmonizar, que procuram minorar os efeitos concentradores do modo de produção capitalista.

Ocorre que, em momentos como o que nós vivemos, não é mais possível manter a ideia de distribuir direitos e acumular riquezas no topo. É preciso fazer uma escolha. O Brasil vinha fazendo determinada escolha, por decisão dos eleitores. Aliás, não houve candidato à Presidência da República que propusesse o aniquilamento do Estado fiscal como a PEC 55 promove, como os convidados anteriores muito bem expuseram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É claro que, dentro do debate político, social e econômico muitos têm visões diferentes sobre o que é desenvolvimento. É claro que alguns entendem que é preciso fortalecer aqueles que estão no topo que poderão aumentar a sua capacidade de investimento gerando riquezas para todos. É a teoria do gotejamento, que a riqueza irá gotejar do topo para a base. Existem aqueles que defendem isso, embora os últimos 30 anos da história da economia mundial não mostrem que esse caminho é o correto.

Eu respeito aqueles que assim defendem sinceramente, mas existem também aqueles que defendem o contrário, aqueles que defendem que o desenvolvimento econômico só é possível a partir da inclusão da maioria da população no mercado consumidor, como o Senador Lindbergh disse no início da reunião: é preciso colocar riqueza na mão dos mais pobres que vão investir no consumo e fazer a roda da economia girar.

Portanto, existem duas visões, pelo menos, desse fenômeno. Quando se diz que não há outro caminho, nós estamos jogando na lata do lixo o debate econômico dos últimos cem anos. Existem caminhos diversos sim. Mas não se quer debater quais caminhos são mais corretos. Ao contrário, se quer aproveitar uma oportunidade que a história lhes deu de ter uma maioria no Parlamento para aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição que não só faz tábula rasa de todos os direitos sociais positivados – como a Drª Élida bem colocou – que tem titulares, mas também faz tábula rasa de toda estrutura de Direito Orçamentário que a Constituição estabeleceu.

Porque, quando a gente fala que o orçamento deve ser anual, não é só uma homenagem ao velho princípio da anualidade orçamentária; quando a gente fala que o orçamento é anual e que anualmente teremos uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que irá estabelecer as prioridades do Estado no ano; quando a gente fala de Plano Plurianual, que estabelecerá quais os caminhos o Brasil vai seguir nos próximos quatro anos, nós estamos dizendo que as prioridades da nossa sociedade serão anualmente decididas nesta Casa, a partir da manifestação da sociedade.

Evidentemente, quando se estabelece que, durante 20 anos, ou seja, durante cinco legislaturas, durante cinco mandatos presidenciais, não haverá possibilidade de discutir as prioridades financeiras do nosso País, a cláusula democrática resta violada gravemente; o voto direto, secreto, universal e periódico é transformado em algo inútil, porque, se aprovada a PEC, os próximos Presidentes da República, os próximos Parlamentos não poderão inverter essas prioridades, sob pena de responder por crime de responsabilidade nesta Casa novamente.

Portanto, quando se diz que, durante 20 anos, as despesas primárias – e somente as primárias – não poderão sofrer aumento acima da inflação, significa uma opção muito clara, não opção em relação à população que vai chegar, aos brasileiros que vão nascer e que necessitarão de saúde, educação, de segurança, de assistência, de habitação. Esses não terão direito a nada, o Estado não lhes servirá, a não ser em detrimento daqueles que já vivem hoje.

Embora a arrecadação possa aumentar – e vai aumentar mesmo com toda austeridade seletiva –, nós acreditamos no Brasil e sabemos que a nossa economia vai crescer. Com todo o aumento de arrecadação, com todo aumento de população, as despesas primárias não vão aumentar e o que vai acontecer, o que vai acontecer com todo aumento de arrecadação que existirá nos próximos 20 anos? Está condicionalmente vinculado a pagamento de juros e amortização da dívida pública.

Portanto, é evidente que o setor financeiro vai sofrer um enorme crescimento na economia brasileira. Vamos sofrer um processo de desindustrialização, que o Dr. Pedro Celestino colocou aqui muito bem, vamos sofrer um processo de "financialização" da economia brasileira, como tantos países que adotaram essas práticas estão vivendo hoje.

Os próximos Presidentes estão amarrados. Os próximos Congressos Nacionais estão amarrados. Os próximos eleitores estão amarrados. Não poderão desfazer essa diretriz que retira dinheiro da educação, retira dinheiro da saúde, retira dinheiro dos mais pobres para canalizar para aquele topo da pirâmide que a gente fala muito em 1%, mas não é nem 1%, é 0,001% que tem sido destinatário do esforço de todos nós.

É claro que, evidentemente, que essa opção pela concentração de renda não poderia vir de um debate eleitoral. Não poderia vir das urnas. Só poderia vir de um governo que não foi eleito, de um governo que não deve satisfação à sociedade, um governo que só se preocupa na manutenção da sua maioria parlamentar que o colocou onde está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Assim, evidentemente, é preciso ampliar esse debate, é preciso mostrar para a sociedade brasileira, transmitir que esses conceitos áridos do Direito Financeiro, da ciência econômica representam não a única solução técnica, mas representam algo muito claro, representam uma medida que irá retirar riquezas dos mais pobres e transferir riqueza para os mais ricos. É quase que uma declaração de guerra às classes sociais mais desfavorecidas de nosso País.

Existem muitas outras opções a serem adotadas. Aliás, a opção que se está propondo nenhum País nunca adotou. Trazem exemplos de países socialmente desenvolvidos que não têm o déficit social a superar que o Brasil tem, mas como Finlândia, como Suécia, como Holanda, e nenhum desses países adotou medida tão radical. Todos esses países adotaram, sim, controle de gastos e controle de gastos deve ser feito em alguns momentos, como esse, mas por decisão da Lei Orçamentária Anual, por decisão periódica, democrática do Parlamento e não através de uma camisa de força que irá aprisionar todos os próximos governos da República.

Opções existem, provavelmente, os próximos convidados falarão de outras iniciativas para combater a crise fiscal que nós estamos atravessando, mas eu, rapidamente, no tempo que me resta, gostaria de mostrar que o orçamento da União, praticamente mais de 40% da União é comprometido com o pagamento de encargos de juros da dívida.

É claro que ninguém aqui está defendendo o calote da dívida, mas é difícil explicar para qualquer pessoa que vem de fora por que o Brasil adota uma taxa de juros tão elevada no momento em que estamos vivendo uma grande recessão, em que estamos vivendo uma inflação que não é de demanda. É muito difícil explicar para quem vem de fora por que estamos apertando o cinto dos trabalhadores dessa forma, se lucros e dividendos continuam isentos de Imposto de Renda.

É muito difícil explicar que estamos apertando o cinto, mantendo benefícios fiscais que não apresentam qualquer resposta do ponto de vista do crescimento econômico. É muito difícil explicar que vamos apertar o cinto se os órgãos de arrecadação,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LODI – ...como a Receita Federal, como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, não têm os mecanismos necessários para fazer a cobrança da dívida ativa e o combate à sonegação.

É muito difícil explicar para qualquer pessoa, mesmo para aquela família que, usando-se como analogia, vai apertar o cinto, por que vamos tirar a criança da escola, cortar o plano de saúde da vovó, deixar de pagar a prestação da casa própria, para aquele que decide, o chefe de família, continuar viajando duas vezes para o exterior, ficando em um hotel de 5 estrelas e tomando seu uísque escocês. Se a analogia com a família é essa, é isso que temos que enxergar.

A PEC 55, evidentemente, pelos contornos que ela tem, não se traduz num ajuste fiscal.

A PEC 55...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO LODI – ... se traduz numa técnica de *rent-seeking*, ou seja, uma técnica para setores econômicos ganharem espaço, independentemente de produtividade; ganharem espaço com a manipulação das molduras jurídicas que presidem a distribuição de riquezas em nossa sociedade. É isso que está em jogo hoje.

Ninguém faz ajuste fiscal em 20 anos. Ninguém faz ajuste fiscal de um lado só da conta. Ninguém faz ajuste fiscal sacrificando aqueles que são mais pobres em favor dos mais ricos. O que existe não é ajuste fiscal. O que existe é transferência de renda daqueles que mais necessitam do Estado para aqueles que sempre se beneficiaram dele.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu que agradeço, Dr. Ricardo. Muito obrigada pela exposição.

Antes de passar a palavra ao Sr. Rodrigo Orair, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a quem dou as boas-vindas, queria convidar o Senador Lindbergh Farias para dirigir os trabalhos como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Presidente da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

Com a palavra o Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO ORAIR – Boa noite a todos.

Quero cumprimentar a Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Lindbergh e todos os colegas da Mesa e agradeço também aos presentes.

Eu tive a oportunidade, na segunda-feira passada, de estar na Comissão de Controle e Fiscalização da Câmara, debatendo a PEC propriamente dita e seus pressupostos. Eu acho que foi bem na linha do que o Ricardo e os outros colegas da Mesa disseram.

Aqui a gente vai trabalhar mais a ideia de que existem alternativas – e eu acho que existem. Esse é um trabalho que a gente vem fazendo desde o ano passado. Há pouco mais de um ano, se não me engano, Senador Lindbergh, a gente esteve aqui apresentando o tema da tributação de lucros e dividendos. Desde então, eu acho que a reflexão amadureceu muito e queria trazer um pouco essas ideias de alternativas.

Antes de mais nada, quero me apresentar. Eu sou pesquisador do Ipea e também associado ao IPC (International Policy Center for Inclusive Growth). Como nós estamos em tempos um pouco estranhos, quero só deixar claro que as visões são do pesquisador e não devem ser atribuídas ao Ipea e ao IPC.

Só para contextualizar, eu e alguns colegas do Ipea – também há estudiosos, hoje, na França, trabalhando com isso – realizamos um conjunto de estudos com os dados do Imposto de Renda de Pessoa Física. Isso é mais ou menos o que fez, por exemplo, Piketty, Atkinson e uma série de outros pesquisados, para vários países envolvidos.

O que a gente tem feito? Estudado os dados tributários do Imposto de Renda de Pessoa Física para entender a concentração de renda no Brasil e uma série de benefícios tributários que causam várias iniquidades.

Por que a gente usa o Imposto de Renda? Porque normalmente os estudos de desigualdade são baseados nas pesquisas domiciliares, aquelas que o IBGE faz, quando vai à casa das pessoas e pergunta: "Ah, quanto você ganha?". Em geral, essas pesquisas tendem a subestimar a renda dos mais ricos, a renda do topo.

Por uma série de razões, é muito difícil fazer uma amostra aleatória e sortear um milionário. São 70 mil milionários no Brasil, e é difícil sorteá-los. A natureza da renda dos milionários é instável; é difícil a pessoa saber quanto ganhou. É diferente de um trabalhador que recebe seu salário e, todo final de mês, vai recebê-lo.

Então, quando vieram esses estudos e a Receita voltou a divulgar informações, nós chegamos a algumas conclusões sobre o altíssimo grau de desigualdade, muito maior do que imaginávamos.

E não foi só isso: a desigualdade está estável nas últimas décadas. Então, caiu a desigualdade no Brasil, a base ganhou, a classe média se comprimiu, mas o topo não perdeu, porque ele continua estável e extremamente concentrado, sem paralelos ao redor do mundo.

Por fim, há uma série de princípios básicos de progressividade que são violados no Brasil, e é disso que a gente vai tratar ao longo da reunião.

Só algumas informações. Como a gente chegou a essa situação? De fato, nos anos 70, nos anos 80, principalmente, e ao longo dos anos 90, havia uma ideia, no *mainstream*, nos *policy makers,* de que seria necessária uma série de reformas nos sistemas tributários e de que política tributária tinha que ser a mais neutra possível. Quem tinha que fazer a função de distribuir renda era o gasto. Isso foi o *mainstream.* Era isso que se dizia. Foi isso que inspirou reformas no Brasil, como as da década de 80 e as da década de 90.

Mais recentemente, uma série de economistas, como Thomas Piketty, Emmanuel Saez e os ex-Prêmios Nobel Stiglitz e Mirrlees, disse: "Na verdade, a gente estava errado. A gente só tem certeza de que aumentou a concentração de renda ao redor do mundo, sem gerar os benefícios de crescimento econômico esperados." Isso ocorreu na Europa, nos Estados Unidos e assim por diante.

O que a gente tem que fazer num momento em que se quer procurar alternativas de ajuste fiscal? Render-se a essas evidências empíricas e olhar criticamente o que a gente chama de jabuticabas tributárias nas peculiaridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aqui ficou ruim, mas quero chamar a atenção para dois aspectos. Primeiro, qual é o tamanho da carga tributária no Brasil hoje? Mais ou menos 32%, 33% do PIB, e está assim desde 2005. Quando dizem que a carga tributária no Brasil é crescente, isso é mentira, é um mito. A carga tributária, no Brasil, está estabilizada desde 2005. E por que ela estabilizou? Porque, ao longo desse período, caracterizado pelo predomínio de desonerações, concederam-se inúmeras e inúmeras desonerações tributárias. Até 2005, houve, de fato, aumento da carga tributária por onerações, mas, a partir daí, não. E o que chama mais a nossa atenção não é tanto o seu nível de carga tributária.

Em 2008, nossa carga tributária era parecida com a média dos países da OCDE. São 34 países em desenvolvimento, sendo alguns países do Leste Europeu e alguns países emergentes, como Chile, México, etc. Hoje, não mais. Hoje, a nossa carga tributária é menor do que a deles, porque a nossa ficou parada, e a de lá cresceu. Cresceu, porque a maior parte dos países está procurando consolidações fiscais, como aqui, mas procurando consolidações fiscais que também passem pela arrecadação.

E não é só isso. Em 21, dos 34 países da OCDE, houve algum tipo de medida para tributar os mais ricos. Qual é a ideia? A ideia é perseguir uma consolidação fiscal, um ajuste fiscal que procure onerar menos a base da distribuição. Essa tem sido a tônica, em grande parte, na maioria dos países do mundo. É claro que isso vai depender do governo – governos progressistas, governos... Mas, em geral, essa tem sido a tônica das consolidações fiscais ao redor do mundo.

Quero chamar a atenção para duas coisas relacionadas ao diagnóstico: por que chegamos? Aonde chegamos? Primeira coisa: carga tributária no Brasil. As receitas tributárias estão estabilizadas. Hoje, por exemplo, a receita primária do Governo geral – estadual, municipal e federal – é a mesma de 2002 em proporção do PIB.

As despesas... Está péssimo esse gráfico. Vou até pular.

Quero só chamar a atenção para as despesas, que cresceram, mais ou menos, 4% do PIB, entre 2002 e 2015.

Em que cresceram? No benefício de assistência e previdência, nos salários de Municípios. Por que cresceram os salários de Municípios? Principalmente em função do processo de municipalização de serviços de saúde e educação, já que os Municípios começaram a ofertar mais esses serviços em nível municipal. Cresceram os subsídios; os investimentos não cresceram.

O gasto, que é de, mais ou menos, 4% do PIB, aumentou de 2002 a 2015. Só que existe algo falso nisso, quando se faz uma comparação com a proporção do PIB, porque não se está levando em consideração que o PIB cresceu a taxas diferentes.

Resumindo a temática dos gastos nos últimos 20 anos, o gasto do Governo geral, em particular do Governo Federal, tem crescido a taxas muito estáveis, desde antes do governo Lula, por exemplo – desde Fernando Henrique Cardoso, vem crescendo 5% ao ano, quase sempre. Só houve três momentos em que ocorreram quedas reais de gasto no Brasil: choque fiscal de 1999, 2003 e 2015. Em todos os outros, inclusive em 2016, houve crescimento real do gasto.

Uma coisa curiosa que ninguém diz é que o período no qual o gasto menos cresceu foi justamente o do governo Dilma 2011/2014. Então, primeiro mito: carga tributária crescente é mito; segundo mito: o governo Dilma foi justamente aquele em que as despesas menos cresceram. Se cresceram menos ali, por que houve esse desequilíbrio fiscal?

No governo Fernando Henrique Cardoso, houve aumento de carga tributária. Acomodou. No governo Lula, houve mais crescimento econômico; o crescimento econômico impulsionou a receita e acomodou esse crescimento do gasto. No governo Dilma 2011/2014, não houve nem crescimento econômico, nem carga tributária. Foi quando apareceu esse problema no déficit fiscal. A diferença em relação ao governo anterior foi a mudança na composição da política fiscal: mais desonerações, mais subsídios, menos investimento e menos, diga-se, crescimento do gasto social em relação ao governo Lula. Então, houve uma mudança de composição, o que pode explicar um pouco o malogro da política econômica. Só quero dizer que temos que ter uma leitura mais rica das causas do expansionismo fiscal, etc.

Pois bem, voltando à minha reflexão, o que se fez? Nós fizemos reformas que reduziram o poder redistributivo da nossa estrutura tributária, em particular do nosso Imposto de Renda, e, ao mesmo tempo, expandi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mos gastos. O principal motor do gasto é o gasto social. Então, fizemos uma espécie de política fiscal em que se abre mão da progressividade da arrecadação e se faz o gasto redistributivo.

O Brasil é um dos que tem maior impacto redistributivo do gasto, porém, pela tributação, o nosso impacto redistributivo é menor do que o do México, menor do que o da Argentina, menor do que o do Uruguai, e assim sucessivamente.

A gente já sabia um pouco dessas coisas. O que os dados do Imposto de Renda vieram para a gente? A Receita divulgou dados que me permitem saber o volume de renda, por exemplo, dos 70 mil mais ricos do Brasil – os 70 mil mais ricos praticamente cabem dentro do Estádio Mané Garrincha, se as pessoas forem colocadas no campo. Estou falando de 70 mil milionários mesmo, números obtidos com dados.

Com isso, a gente deve entrar, e já está entrando... Estão começando a surgir estudos que vão fazer parte dessa base de dados do Piketty e de outros economistas: o *World Top Incomes Database*, que são estudos de concentração da renda no topo dos países europeus, cada vez mais expandindo.

O que isso mostrou para a gente? A primeira coisa mais espantosa, quando eu peguei esses dados com um colega de pesquisa do Ipea, Sérgio Gobetti. Dois terços da renda dos milionários brasileiros são isentos de imposto, dois terços da renda dos milionários brasileiros são isentos de imposto. Ou seja, paga zero de Imposto de Renda Pessoa Física.

Por que isso acontece? Funciona mais ou menos da seguinte forma: essas aqui são as faixas de renda do Imposto de Renda, as faixas de renda. E, no Imposto de Renda, eu tenho três fontes de renda. A primeira são os chamados rendimentos tributáveis, o principal é o salário. A segunda são os rendimentos retidos exclusivamente na fonte, o principal dos ricos são os ganhos de aplicações financeiras. Em geral, eles pagam 15% em cima disso até 22,5%, o salário vai pagar zero para quem está abaixo do limite de isenção e vai pagar alíquotas progressivas, a mais alta é 27,5% em cima do imposto. Ele incide principalmente sobre os salários.

Os rendimentos exclusivamente na fonte, por exemplo, aplicações financeiras, é linear, 15%. Os isentos não pagam Imposto de Renda Pessoa Física.

E o que acontece com os milionários? O que acontece é o seguinte, à medida que vou caminhando na escala da distribuição de renda, no início da base eu tenho muito salário, eu tenho pouco ganho de aplicação financeira e quase nada de isentos. Principal isenção, lucros e dividendos distribuídos das empresas para os seus sócios e acionistas.

Então, o que acontece? À medida que eu vou subindo na escala da distribuição de renda, a principal fonte de renda passa a ser aplicações financeiras, lucros e dividendos isentos. Isso faz com que a alíquota do Imposto de Renda efetiva vá crescendo, crescendo, crescendo e lá no topo ela cai. Ela tem um auge que é próximo de 12% para quem tem ali entre R$160 mil e R$300 mil por ano, a partir dali ela vai caindo e o milionário, hoje, no Brasil paga, em média, 7% de imposto, enquanto a classe média paga 12% em média, o que eu estou pegando.

Isso viola um princípio básico do Imposto de Renda Pessoa Física, que é o Princípio da Progressividade Tributária. Você espera que a alíquota vá ser maior para quem ganha mais.

Outra coisa que ela tem também, eu trato os desiguais, por exemplo, duas pessoas com a mesma renda, aquela cuja fonte de renda é o trabalho vai pagar mais imposto do que aquela cuja fonte de renda são aplicações financeiras. Então, você cria não só uma iniquidade vertical, como também horizontal. Eu violo princípios básicos do meu Imposto de Renda.

Aqui só para mostrar, isto está relacionado aos benefícios tributários, as rendas do capital.

Eu queria só mostrar...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Volta naquele lá. Esse aqui é importante mostrar direitinho.

Olha, o problema não é nem o 1% mais rico; é para baixo, começa a cair de ...

O SR. RODRIGO ORAIR – A partir do meio milésimo mais rico da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Do meio milésimo mais rico. A queda mesmo é ali, de 99,9 a 99,95 – não é?

O SR. RODRIGO ORAIR – Isso. Aliás, perdão; começa a cair no meio centésimo. Até o 1% está crescendo, até a primeira metade do 1% mais rico.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, a desigualdade é nos milionários mesmo, nos muito ricos.

O SR. RODRIGO ORAIR – Isso; é onde há a queda, onde tomba. Mas a desigualdade é alta mesmo no 1%. A iniquidade do ponto de vista das alíquotas, onde quebra a escala, é lá no topo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Desculpa só te interromper, mas é porque, na quinta-feira passada, tivemos uma professora de Pernambuco que veio aqui e ela, analisando os 10% mais pobres e os 10% mais ricos, chegou a conclusão de que a tabela do Imposto de Renda era progressiva.

E eu digo: é porque a senhora está olhando nos 10% mais ricos. Se a senhora pegar lá o problema aqui...

Quantos por centos esse 0,05 da renda possui?

O SR. RODRIGO ORAIR – Ah, é o próximo que vou mostrar aqui.

O meio milésimo possui 8,5% da renda bruta total das famílias. Não existe um paralelo no mundo. Nenhum dado... Você pode ir lá na base do Piketty, baixar todos os países com informações, e verá que isso não tem nenhum paralelo no mundo.

Quero só chamar a atenção para duas coisas: de fato, você vai dizer que o Imposto de Renda Pessoa Física no Brasil é progressivo? Ele é progressivo. Oitenta por cento da população adulta é isenta de Imposto de Renda Pessoa Física, ou seja, eles pagam zero. Depois, os próximos 5% pagam muito pouquinho. Quem de fato paga Imposto de Renda Pessoa Física, no Brasil, são os 5% mais ricos da população. Então, de fato, incide sobre os mais ricos.

Agora, essa alíquota é cadente lá em cima. Ela vai crescendo, crescendo, crescendo, crescendo até o último centésimo e, lá no topo, ela...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Porque a tabela é de 27,5% para quem ganha acima de R$5 mil. Se você ganha R$300 mil é a mesma coisa.

O SR. RODRIGO ORAIR – Isso.

Não sei o que houve aqui, mas ficou estranho quando visualizou.

A ideia aqui era só comparar o Brasil com os principais países com informações na base de dados do Piketty. Não tem paralelo.

O nosso 1% mais rico é mais ou menos 23% da renda. Os Estados Unidos, que é um lugar considerado extremamente desigual, é próximo de 20%. O único que chega perto da gente é a Colômbia, mas voltando: o nosso meio milésimo concentra 8% da renda, o que é algo sem paralelo no mundo.

Aqui eu queria mostrar um trabalho de um colega do Ipea também, o Pedro Herculano, que fez a tese de doutorado dele sobre o tema. Ele está tentando reconstruir as séries históricas, igual ao que o Piketty fez, para o Brasil. E é impressionante aqui algumas coisas.

Primeiro, o nosso 1% mais rico tem cerca de 23% da população, isso não... De novo, essas coisas, a gente tem que falar porque não existe paralelo ao redor do mundo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO ORAIR – Sim.

Isso aqui é a participação do 1% mais rico na renda total, desde a década de 20 no Brasil até os dias atuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O que você teve? De fato, parece que houve um período de desconcentração pós-década de 30. Quando vem o regime militar, logo ali depois de 1963, você tem uma reconcentração muito rápida e muito forte. De lá para cá, você tem uma espécie de estabilidade da concentração de renda no topo, mesmo no período da década de 2000, em que a base melhorou, a classe média diminuiu a sua fatia do bolo, o topo continuou tão rico quanto sempre foi e continua assim.

É curioso, por exemplo, que os Estados Unidos tiveram esse momento de concentração, e a gente ficou lá no topo sempre.

Aqui, comparando com os países da América Latina. Não vou entrar tanto no...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO ORAIR – Tem que ter alguns cuidados de... Esses dados tributários, principalmente no período hiperinflacionário, podem ter muitos choques. Em particular, a gente tem 1991...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO ORAIR – Sim; os Estados Unidos possuem uma concentração de renda tremenda. Todo mundo está discutindo os Estados Unidos, mas eles estão só tentando chegar perto da gente. (*Risos.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Nisso nós estamos melhores. (*Risos.*)

O SR. RODRIGO ORAIR – Bom; aqui, só para resumir: a gente tem concentração que supera qualquer país com informação disponível; isso tem estado estável nas últimas décadas; nosso Imposto de Renda é pouco progressivo; o efeito redistributivo, por exemplo, é menor que no México, no Uruguai, na Argentina e no Chile; a gente viola princípios básicos de equidade, seja horizontal, seja vertical.

A principal raiz dessas distorções – se for para eleger um vilão – são os benefícios tributários que a gente conferiu para a propriedade do capital; é o fato de que os rendimentos e aplicações financeiras pagam alíquotas de 15%, no máximo 22,5%, mas normalmente 15%; e o fato de que você tem dois terços dos rendimentos dos milionários brasileiros isentos de imposto.

Qual que é o principal? A isenção de lucros e dividendos distribuídos das empresas para os seus sócios e acionistas.

Por que isso aconteceu?

Acho que eu não tenho tanto tempo, então vou passar mais rápido essa parte.

Mas, enfim, você teve duas grandes reformas de Imposto de Renda Pessoa Física. Curiosamente, uma aconteceu em 1988/1989, em que você diminuiu o número de faixas, você reduziu a alíquota máxima para 25%. E o que é interessante, foi justamente ao mesmo tempo em que estava ali saindo a Constituição Federal de 1988. Então, você meio que disse o seguinte, nós vamos criar um Estado social que vai pelo gasto, mas nós vamos fazer uma estrutura de tributação que é pouco progressiva, um pouco que a gente acomoda, vai pelo gasto aqui e aqui a gente muda. Segundo uma reforma que vai ter ali em 1995/1996 em que eu isento. Até então você pagava 15% de tributação de lucros e dividendos. Era 15% de dividendos distribuídos na fonte.

A partir de 1995 passou a ser isento. Aí dizem, é bitributação. Acho melhor que o Paulo Gil, do ponto de vista jurídico, está pactuado isso, quer dizer, não posso confundir a personalidade jurídica de pessoa física com pessoa jurídica. O Bill Gates não é a Microsoft, são duas coisas diferentes. Assim como o acionista da Petrobras não é a Petrobras, são coisas diferentes. Do ponto de vista jurídico isso é pactuado, do ponto de vista econômico eu vou mostrar, não só...

Era assim no Brasil até 1995, então não tinha essa coisa de bitributação, como também a maior parte dos países da OCDE, com exceção de um atualmente, bitributam, ou seja, quase todo mundo, os Estados Unidos, a Alemanha, a França, todo mundo.

Aqui eu vou eu... Eu poderia falar dos grandes problemas do regime de tributação, mas vou passar rápido para não perder tanto tempo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mas o fato é que tem uma série de outras distorções. Só para dar alguns exemplos de distorções.

O que acontece em uma grande empresa? A mãe, a sede, está no lucro real, que é aquele da grande empresa, 34%. Ela vai e cria uma filial no lucro presumido, que é um regime especial de tributação. Ela concentra os custos todos na mãe, a do lucro presumido recebe receitas grandes, ela tem um lucro grande. Esse lucro paga pelo regime especial de tributação e depois ele distribui tudo para a acionista mãe como isento. Então, esse é um tipo de planejamento tributário. Quem mais ganha com isso? O cidadão no Brasil que vive de dividendos paga 0% de Imposto de Renda Pessoa Física, esse ganha. Um grande empresário, o que um grande empresário faz no Brasil? Ele fixa a sua remuneração, seu *pro bono*, em um salário mínimo e distribui tudo como lucro e dividendo. Não só isso, um grande advogado, um advogado milionário cria uma PJ com os seus sócios e ao invés dele pagar o Imposto de Renda Pessoa Física ele vai pagar alíquotas especiais, 20%, 15% e paga menos que o trabalhador.

Mais do que isso, com as terceirizações está começando a entrar dentro de fábricas, dentro de grandes... Você tem uma espécie de uma chamada empresa terceirizada, barriga de aluguel, o prestador de serviço para a empresa que presta lá. Isso enfraquece base de arrecadação, isso enfraquece movimento sindical, isso traz uma série de consequências que não vou... Vou passar aqui direto, mas o ponto é que é extremamente maléfico do ponto de vista da... Gera uma série de injustiças.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO ORAIR – Outra coisa é o seguinte, a maior parte dos países da OCDE fazem a dupla tributação. Lá, em geral, a tributação sobre o lucro chega mais ou menos em 48%, mas ela é calibrada, é mais ou menos metade na pessoa física e na jurídica.

Aqui chega a 34%, tudo na jurídica e nada na física.

Só para dar alguns exemplos, México, República Eslováquia e a Grécia isentavam dividendos, como o Brasil, e voltaram a tributar. O único que não voltou a tributar foi a Estônia. Mais do que isso: a maior parte dos países fez algum tipo de tributação sobre os mais ricos nos seus esforços de consolidação fiscal.

Duas experiências interessantes: Chile e Estados Unidos. O que os Estados Unidos fizeram em 2013, por exemplo, o Obama? O Bush havia reduzido a alíquota máxima de imposto de renda e havia reduzido a alíquota sobre dividendos. O Obama, em 2013 quis fazer um ajuste fiscal. O que ele fez? "Olha, eu vou aumentar as deduções para os mais pobres, vou manter as alíquotas baixas do Bush para a classe média e, para os ricos, eu vou voltar às alíquotas anteriores".

Outra experiência parecida: a reforma tributária da Bachelet no Chile, em 2014. Em 2013, a população chilena foi para a rua, os estudantes foram para a rua, pedindo uma reforma do sistema educacional, e ela disse: "Tudo bem, mas nós vamos financiar isso com a reforma do imposto de renda". E essa proposta foi para as urnas e saiu vitoriosa.

Aqui, só para comparar o Brasil com o resto do mundo.

O que é a nossa jabuticaba? A gente tributa 34% na pessoa jurídica e nada na física; enquanto lá normalmente se tributam a física e a jurídica de uma maneira muito mais equilibrada.

Deixe-me passar aqui rápido.

Aqui, só para chamar a atenção para o fato de que aquela ideia de que a tributação tem que ser neutra está em debate no mainstream econômico. Então há ex-prêmios Nobel, como Stiglitz, dizendo que há que rever. Há pessoas que fizeram esses modelos originais dizendo: "Olha, gente, esses modelos eram muito simplistas; na realidade, não é bem assim". E a nova geração, que é do Piketty e do Saez. Eu estou falando aqui de economistas neoclássicos. Estou falando do *mainstream* econômico. Não estou nem falando da heterodoxia, porque, se começar a falar da heterodoxia, isto aqui vai longe.

Pois bem; acho que, só para concluir, em geral as pesquisas... A gente também tem que ter em conta o seguinte: tributa-se demais a pessoa jurídica no Brasil. É muito alto 34%. Na prática, ninguém paga 34%, as grandes empresas. Há os juros sobre o capital próprio, há uma série de outros benefícios tributários, então na prática, as alíquotas efetivas são muito baixas, são muito mais baixas do que isso. Mas o fato é que a gente tributa demais na jurídica e não tributa nada na física. Isso é uma assimetria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então o que seria o ideal de se pensar? Uma série de estudos tende a mostrar na OCDE que não existe uma relação muito clara entre crescimento econômico e carga tributária. Há países com carga tributária alta que se desenvolveram, países que têm carga tributária alta que não se desenvolveram, países que têm carga tributária baixa que se desenvolveram, enfim, há um conjunto. Isso não tem muita relevância. Quer dizer, não é que não tem muita relevância; os estudos não mostram isso.

Mas o que, sim, eles mostram é que tem uma importância a composição da carga tributária. Por exemplo, o imposto que é o menos maléfico do ponto de vista do crescimento econômico é a tributação sobre o patrimônio particular, o patrimônio imobiliário. Então os países que tributam mais o patrimônio imobiliário, que tributam mais o patrimônio que não é móvel, e tributam menos o lucro tendem a estar associados com um maior nível de crescimento.

Então a gente tem que pensar numa coisa: ao falar em tributação de lucros e dividendos, é importante, há que retornar, mas pensar dentro de uma agenda de reforma tributária que venha a calibrar essas coisas. Reduzir um pouquinho no nível da pessoa jurídica, melhorar um pouco, ampliar a progressividade no nível da pessoa física, e ao mesmo tempo, tentar calibrar uma série de outras coisas.

Acho que meu tempo está encerrado.

Aqui é simplesmente uma simulação.

Agradeço e peço desculpas pela pressa ao falar, mas é porque há muita coisa para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito bom. Muito bom, Rodrigo Orair.

Eu passo agora ao Dr. Paulo Gil, Auditor Fiscal da Receita Federal e membro do Instituto Justiça Fiscal.

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Bom, como foi dito, estou representando aqui o Instituto Justiça Fiscal, que tem como objetivo a defesa do Estado de bem-estar social e, como o nome diz, da justiça fiscal no que se refere tanto ao gasto, quanto às receitas, à arrecadação.

Quero agradecer o convite em nome da Senadora Gleisi Hoffmann e do Senador Lindbergh. E, assim, cumprimento a todos.

Considero esta iniciativa por demais importante, porque como diz o Rodrigo, essa é uma agenda negligenciada, ou é um debate interditado. E não é à toa que esse debate é interditado. É porque ele carrega uma expressão política, ele carrega um conflito de classes. Esse conflito de classes é o conflito distributivo, que está presente na questão dos gastos, mas com relação a esses, os endinheirados fazem concessões de tempos em tempos.

Mas ele está muito mais presente no que diz respeito a quem vai financiar o Estado. Então essa é a questão fundamental, quem vai pagar a conta. E aí o conflito de classes é muito mais pesado, é inexorável. Como diz Piketty, no cerne de cada transformação política importante, encontramos uma revolução fiscal. Tratar desse tema é tratar da reforma do Estado, na verdade, o que está acontecendo às avessas agora.

Bom, vou priorizar mais, aqui na minha apresentação, a questão da progressividade, quando se fala do sistema fiscal, inclusive porque em audiências anteriores, como a do mês passado, esse debate da progressividade do gasto público brasileiro foi muito bem feito. E por esse motivo de ser muito mais difícil mexer nas estruturas tributárias. O Rodrigo também tratou um pouco disso.

E vamos para frente aqui. Nossa experiência histórica mostra que apesar de a gente ter conseguido avançar na distribuição do gasto, na América Latina a redução do índice de Gini é de mais ou menos 10%, não é isso? Aqui no Brasil, você mostrou em torno de 7%. Se a gente pegar exemplos como o da Finlândia, ou de alguns países da OCDE, na Finlândia chega a mais de 35%. Nos países da OCDE, em torno de 35%.

Quer dizer, o que é que há lá e que não há aqui? O que há lá e não há aqui é isto: é uma participação da despesa governamental no PIB, cuja contrapartida é uma arrecadação tributária maior. Então a gente vê que esses países todos, desenvolvidos, tiveram um processo de incremento da arrecadação tributária, de crescimento do Estado. A gente pega ali, olha, a Suécia teve quase onze vezes de crescimento da participação do Estado; a França, três vezes e meia; a Alemanha, quase cinco vezes; Estados Unidos, quatro vezes e meia. E essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

participação do Estado, mesmo com os ajustes neoliberais, não diminuiu.

O Piketty chama a atenção para um fato histórico importantíssimo: quem foi que criou aquelas alíquotas confiscatórias de 80%, 94%? Foram os anglo-saxões. Os Estados Unidos passaram, depois da crise de 1930, no governo Hoover, de uma alíquota de 25% para 80%. Chegaram a praticar alíquota marginal de imposto de renda de 94%, os Estados Unidos.

De 1932 a 1980, a taxa superior do imposto federal de renda foi em média de 81% nos Estados Unidos. Quer dizer, o que é que o Estado está dizendo para a sociedade, ou a sociedade para ela mesma, quando estabelece uma alíquota tão elevada? Está dizendo o seguinte: a desigualdade é inadmissível. A concentração de renda é inadmissível. Esse foi o processo de vários desses países desenvolvidos. Houve uma redução nos ajustes liberais, mais para a frente, mas foi por aí que a coisa caminhou.

Agora, aqui no Brasil nós temos como um dos componentes determinantes da pobreza, segundo os estudos clássicos, a nossa herança colonial escravista, a manutenção de grandes propriedades, a constituição do mercado de trabalho que derivou daí, que derivou dessa escravidão, e o modo como o Estado brasileiro encarou as políticas sociais, sem um grande crescimento do gasto público e sem a contrapartida da arrecadação tributária.

Então a questão fundamental não é o tamanho da carga, discutir se a carga é alta ou se a carga é baixa. A carga é alta ou a carga é baixa dependendo do que nós queremos do Estado e que sociedade nós queremos. Quer dizer, o Brasil tem uma dívida social histórica tremenda. Será possível sair da nossa condição periférica sem o fortalecimento do Estado? A experiência histórica dos outros países mostra que isso não é possível. Então a questão fundamental do debate é essa, quem paga a conta. Quem é que financia o Estado e suas políticas públicas.

Se a gente olhar ali, aquela fatia maior são os tributos que incidem sobre o consumo. Como os trabalhadores consomem tudo o que ganham, então recai sobre eles predominantemente essa parte da carga tributária. A parte azul é a tributação sobre a renda, distribuída entre renda do capital e renda do trabalho. Uma parte da renda do capital pode ser repassada para o trabalho. Por exemplo, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, sob a modalidade de lucro presumido. Da arrecadação nacional, 4,2% é aquilo que repercute sobre a propriedade. E sobre a propriedade, se a gente for ver, ainda chega a esse percentual de 4% por conta do IPVA, que é de 1,68% da receita total e 0,6% do PIB.

Se a gente olhar ali o imposto de transmissão, olha que percentual baixíssimo, de 0,09% do PIB. Nos Estados Unidos, a alíquota chega a 55% nas transmissões; na França, a 60%; na Alemanha, a 50%; no Reino Unido, a 40%; na Rússia, a 13%; no Japão, a 70%. São dados da OCDE.

Ainda não foi regulamentado o IGF. Como mostrou o André Calistre aqui, numa audiência passada, seria, sim, um imposto viável. Mesmo com alíquotas modestas, arrecadaria valores relevantes e permitiria formar um mapa mais preciso do patrimônio brasileiro, assim como as declarações de renda formam o mapa das rendas.

O Piketty, em seu livro, mostra que são dados fiscais com relação ao patrimônio e à renda que instruem esse tipo de estudo.

Agora, esse quadro é muito emblemático porque ele mostra as ideias dominantes sobre a tributação no Brasil.

O Rodrigo falou aqui sobre o princípio da neutralidade e do benefício, esse último, clara herança do passado colonial escravista. O da neutralidade é o princípio liberal. Quer dizer, o tributo tem que incidir antes dele. Depois da sua incidência, não deve ser alterada a situação econômica daquele agente, quando a tributação deveria fazer justamente o contrário. Ela tem que interferir e alterar a situação dos agentes. O do benefício é aquele muito comum que a gente ouve pela mídia, dizendo o seguinte: olha, a carga tributária tem que ser compatível com aquilo que eu recebo de volta. Não é verdade. Aliás, os que reclamam da carga tributária alta são aqueles que não utilizam os serviços públicos. São aqueles que têm capacidade contributiva que têm que financiar o Estado, de forma mais forte, para aqueles que precisam menos.

O Marco Aurélio Greco, um jurista do Direito Tributário, coloca um princípio interessante: o princípio do consentimento. Ele diz o seguinte: até 1930, só podia ser eleito quem tivesse patrimônio. Os representantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do povo tinham que ter patrimônio. Aliás, isso durou até 1946, porque não houve eleição nesse período. Então, aqueles que eram eleitos não iam fazer nenhuma lei para tributar o próprio patrimônio. Isso persiste até hoje, com uma visão de que o tributo é uma agressão. É o tributo visto como agressão. Quando se contrapõe o princípio da livre iniciativa ao princípio da solidariedade, da capacidade contributiva, o que se está dizendo, no fundo, é isto: é o princípio do consentimento, que havia antigamente. O Estado só tributava aqueles que consentiam. Aliás, tributava na importação. Era muito difícil haver Imposto de Renda antes da década de 30. Quer dizer, ele não tinha peso nenhum.

Outra ideia predominante para manter esse *status quo* é o mantra – esse é mais atual, vem aqui da década de 90 para cá – da simplificação tributária. É claro que tem que simplificar obrigações tributárias para o contribuinte poder recolher os seus tributos, mas o mantra da simplificação tributária tem uma função pedagógica às avessas. Ele quer dizer o seguinte: eu tenho que tributar o que é fácil. E tributação da renda e do patrimônio é uma tributação complexa. Então, eu fico com a tributação do consumo, se preferível, com imposto único, que, na visão deles, seria o imposto ideal.

Bom, estou aqui meio como fio condutor aqui do Imposto de Renda, porque o Imposto de Renda, no seu histórico, registra as resistências das classes proprietárias da tributação – isso que estamos falando.

Se a gente perceber ali, aquele pico é do governo João Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ele aumentou poucos meses antes de cair, inclusive.

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Durou 1963, 1964.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ele dobrou o salário mínimo e aumentou o Imposto de Renda dos mais ricos.

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – É. Ele vai crescendo conforme o Estado vai se fortalecendo. Ele dá um pulo ali. Eu acho que nem é no governo do Getúlio. Aquele pulo já é no governo do Eurico Gaspar Dutra. Ele vem vindo e, ali....

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O pulo que houve foi no governo do João Goulart.

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Não; antes, ali.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ah, você está falando antes.

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Isso. A do João Goulart foi para o pico, 65%, e vigorou por dois anos. Aí ele cai no regime militar, mas ainda em um patamar alto. Essa é a alíquota superior.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mantém 12 faixas na ditadura militar.

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – É isso. Aí ele despenca quando chega o neoliberalismo às praias brasileiras. Ele despenca pouco tempo depois da promulgação da Constituição cidadã. Foi o anticlímax. Nós tínhamos 45% de alíquota marginal. Ali despenca para 25. E, com algum ajuste, ficou mantido. Nós temos uma alíquota hoje... Teve alguma modificação aqui na alíquota inicial durante o governo Lula.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ali, antes de ser 27,5, pulou para 30 e pouco?

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Foi para 35%.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Que período foi esse?

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Foi no período do governo Itamar, se não estou enganado. Não é isso? Teria sido do Collor? Vamos ver aqui. Espera aí. Foi 1995. Foi o governo Itamar, porque começou a valer em 1995.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Com Fernando Henrique, cai novamente. Então, 1993.

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – É. Em 1995. A alíquota foi aprovada em 1994, para valer em 1995.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E, de 1995, mudou para 1996.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Sim, é verdade. É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, ele botou de 1994 para valer para 1995. Em 1995, Fernando Henrique mexeu de novo para 1996.

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Foi isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Bom, olha o que aconteceu: aí o ajuste neoliberal vem no mundo todo – aqui também – e provoca isso. Esse quadro é do Ipea. Então, uma família que ganhava até dois salários mínimos, que tinha 22% do seu salário, da sua renda comprometidos com pagamento de tributos indiretos e diretos, pula para 49, em 2004, e 54, em 2008. Acontece também um acréscimo com quem ganha mais, mas é um acréscimo muito menor.

Bom, por que ocorreu isso? Aqui está destacado só um período anterior, apesar de ter aumentado em 2004 para 2008, mas o relevante foi ali até 2004, se a gente pegar 28 para 49, com crescimento de 73%, e lá no final, 18 para 26. Houve uma reforma tributária neste País. A de 1966 foi anunciada. Todo mundo sabe que houve. A de 1996, o próprio Secretário da Receita à época se orgulhava de falar que foi uma reforma tributária silenciosa.

Eu fui Presidente da Unafisco Sindical. O Fernando Gaiger falou aqui que está há 18 anos falando disso. Nós estamos falando disso desde 1995, porque o pilar central da reforma foi a desoneração dos rendimentos dos mais ricos. Começou pela reforma do Imposto de Renda. Os arts. 9º e 10 da Lei nº 9.249 criaram a isenção na distribuição de lucros e dividendos e juros de capital próprio. E aproveitaram, na sequência, em outros dispositivos legais, para neutralizar o aparato coercitivo voltado ao pagamento de tributos – eu acho que o Henrique fala disso –, com redução de penalidades, com o fim da punibilidade criminal. Ou seja: no Brasil, não vai preso quem... Pode só pagar o tributo que não vai preso. Isso começou lá.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quanto a esse ponto, seria importante o senhor explicar mais, sobre a punibilidade criminal, porque, quando você parcela depois, você... Explica isso aí.

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Eu acho que o Henrique vai tratar disso. Não vai, Henrique?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso é fundamental.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só para registrar que, na realidade, foi feito um grande acordo com o andar de cima para que o Real fosse aprovado.

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Claro.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Porque, a partir do momento em que se tinha paridade dólar/Real, em que se melhorou o poder aquisitivo da população de baixa renda, o de cima estava perdendo. Por que todo mundo ficou manso para aprovar o Real?

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Porque havia juros sobre capital próprio, redução de imposto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas aí já foi em 1995.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu sei, mas o...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Real foi antes.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Em 1993, 1994.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Real foi em 1994.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu sei, mas é o efeito. É isso.

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – É correto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agora, foi uma coisa que aconteceu no final de dezembro de 1995. Foram quatro medidas.

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Aliás, foi no dia 26 de dezembro, um dia depois do Natal.

Bom; então, está ali. Essa é a lei. O art. 9º trata de juros de capital próprio. E o art. 10º vai falar sobre a isenção dos lucros e dividendos.

Eu queria chamar a atenção para o seguinte: essa isenção vale para os sócios ou acionistas. Então, ficou claro aqui no debate. Mas às vezes há pessoas que acham que é da empresa. Não, não é. Agora, vale para as pessoas físicas ou jurídicas que forem sócias ou acionistas. E elas podem ser domiciliadas no País ou no exterior. Então, o que acontece? Se houver uma distribuição com isenção e a sócia da pessoa jurídica aqui sediada no Brasil for estrangeira, a remessa de lucros vai-se dar sem tributação. É por isso que não há mais a remessa de lucro.

Só em 2013, elas totalizaram US$23,8 bilhões. Nos últimos oito anos até 2015, US$171 bilhões, segundo dados do Dieese.

A Receita Federal forneceu para o Instituto Justiça Fiscal dados do total de lucros e dividendos distribuídos, incluindo pessoas físicas e jurídicas – aí não está naquela conta que o Rodrigo traz aqui –, exceto as optantes pelo Simples. Então, foi de US$436 bilhões em 2013. Foram US$436 bilhões.

Por conveniência de política econômica, é preciso ver se tributa também ou não as pessoas jurídicas sócias. Se se fosse aplicar uma alíquota de 25%, uma alíquota efetiva, o cálculo vai a mais de US$109 bilhões. Então, é muito recurso de que nós estamos falando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Bom, essa reforma aconteceu num período em que a massa salarial diminuía. A linha de cima é a evolução da tributação da renda. A de baixo é da massa salarial. O principal fator para isso foi o congelamento da tabela do Imposto de Renda.

A contrapartida de desonerar os lucros e dividendos foi o crescimento da tributação de consumo, especialmente com Cofins e CPMF, que aumentou de 0,20% para 0,38%.

O Rodrigo já falou das questões gerais ali, dos novos dados da Receita. Olhem como isso se reflete na vida de cada um.

Então, a gente olha lá: quem está pagando mais por uma alíquota efetiva média ali são os servidores públicos da administração federal, com deduções e tal – alíquota efetiva: 12,71%, a linha de baixo –, o microempreendedor individual, 0,81%; e os proprietários de empresa, 3,66%. O profissional liberal, 5,15%. O que significa isso? Que advogados, médicos, todo mundo é pessoa jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Quanto a trabalhadores na base dos bancários – eu tive oportunidade de saber –, havia ali milhares deles que eram pessoas jurídicas que prestavam serviços para manutenção de caixas eletrônicos etc. e tal.

Então, isso provoca também uma diferenciação entre os segmentos que vivem da renda do trabalho, não só no andar de cima.

Aqui uma estimativa das renúncias. A gente pode discutir um pouco os critérios. Isso para o ano de 2014.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Se precisar, mais ao final a gente discute essa questão sobre ser bitributação ou não, os argumentos contrários a revogar esses dispositivos indecentes.

Bom, o que eu quero apresentar aqui é a proposta do Instituto Justiça Fiscal, que é o Projeto Isonomia. Isonomia por quê? Porque todos os que recebem alguma renda devem ser submetidos à tabela progressiva do Imposto, seguindo o art. 150 da Constituição, que veda a instituição de tratamento desigual entre contribuintes que se encontram em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão da ocupação profissional ou função por eles exercidas etc. e tal. Então, é o princípio da isonomia.

Então, no caso, na nossa proposta, se acrescentaria, sim, uma reestruturação de tabela progressiva. E nós podemos ter outras simulações. Essa seria a tabela de 5% a 40%, com um limite de isenção, que seria o salário mínimo do Dieese, para que sobre mais renda na mão dos trabalhadores. Eles consomem mais e, como disse o Lodi, fazem a roda da economia girar.

E olhem aqui: por essa simulação, isso em vermelho seria o que se arrecadaria menos dessas faixas iniciais. Se arrecadaria mais das faixas de quem ganha mais. E se desobrigaria muita gente a declarar o Imposto de Renda. Então, é uma proposta que teria grande adesão dos sindicatos de trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas isso não é só tabela. Está mesclado com lucros e dividendos também. Está tudo aí dentro.

O SR. PAULO GIL HOLCK INTROINI – Isso. Colocam-se todos na tabela progressiva e reestrutura-se a tabela progressiva, criando ali as alíquotas de 25%, 30% a 40%.

Então, é isso. Outro ajuste fiscal é possível, na nossa visão. Com isso, a gente poderia desonerar, aliviar a tributação sobre o consumo, com o cuidado de não enfraquecer o financiamento da seguridade social e sem descuidar do reforço da fiscalização, cobrança e tal, sobre o que o Henrique vai falar.

Então, para o debate, a gente pode tratar mais alguma questão.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Dr. Paulo Gil.

Inclusive amanhã, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pela Senadora Gleisi Hoffmann, está pautado um projeto meu que trata exatamente de voltar a tributação de lucros e dividendos, os 15%. Espero que esteja pautado para amanhã né, Senadora? Vamos esperar para ver se haverá quórum, porque, semana passada, houve um esforço do Governo, do PSDB e do DEM para não dar quórum, porque havia lucros e dividendos e tinha uma série de projetos, um da Senadora Gleisi Hoffmann, sobre juros.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Duplo mandato do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Duplo mandato do Banco Central. Colocamos a pauta toda.

E outro sobre juros também, porque nós estamos pagando 480% de juros de cartão de crédito, com uma taxa Selic de 14%.

Dr. Henrique Freitas, Auditor Fiscal da Receita Federal.

O SR. HENRIQUE FREITAS – Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite à Senadora Gleisi, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senador Lindbergh, no qual eu cumprimento e também cumprimento todos os ocupantes aqui da mesa, os colegas, e também os presentes.

Também gostaria de frisar que falo aqui em nome do Sindifisco Nacional, que é o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Delegacia Sindical do Rio Grande do Norte. Então, as opiniões ditas aqui não são exatamente aquelas da Receita Federal.

A gente trouxe o tema "sonegação fiscal" para a gente fazer uma abordagem do lado da arrecadação, de como pode se fazer um ajuste, não só com gastos, com retenção de gastos no custo, mas a gente pode melhorar a nossa arrecadação e aí ter um ajuste mais tranquilo.

Primeiro, a gente vai trazer alguns conceitos que a gente vai falar bem deles durante a nossa apresentação. O primeiro é a sonegação fiscal. O que é sonegação fiscal? É você praticar um ato ilícito buscando não pagar tributo.

Depois, é elisão fiscal ou economia de imposto, essa é uma conduta utilizada pelo contribuinte para reduzir o pagamento de tributo de uma maneira que não era desejada pelo legislador. Quer dizer, ele aproveita as brechas da lei para montar planejamentos tributários e diminuir aquilo que ele tinha que pagar de tributo ou de imposto. Quer dizer, você aí está burlando aquilo que se buscou quando se fez aquela lei para se arrecadar. Então, a elisão apresenta-se como uma das ferramentas utilizadas pelo contribuinte quando ele procura realizar um planejamento tributário.

A princípio, tem-se aquele conceito que a sonegação e a evasão fiscal são atos ilícitos, são crimes, e que a elisão não seria crime, a elisão seria um ato lícito. Mas a gente vai discutir mais à frente e vai ver que não é bem assim a questão da elisão.

A gente vai trazer alguns dados, por exemplo, os dados de arrecadação do País. Nós arrecadamos, em 2014, em torno de R$1,8 trilhão; e, em 2015, em torno de R$1,9 trilhão, e aí incluídos todos os entes, União, Estados e Municípios. Sendo que arrecadação da União representa 68% da arrecadação total; dos Estados, aproximadamente, 25%; e, dos Municípios, 6%. E, dentro dessa arrecadação da União, a Receita Federal administra 95%, a Procuradoria da Fazenda Nacional 2% e o Ministério do Trabalho, aí a questão do FGTS, 3%, totalizando R$1,260 trilhão, que foi o que a União arrecadou em 2014 e R$1,3 trilhão, aproximadamente, em 2015. A fonte é a própria Receita Federal que divulga anualmente os resultados da arrecadação.

Aqui vai, pessoal, conforme estudos do Sinprofaz, que é o Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional, pelo valor mais baixo, a sonegação no nosso País é estimada em 23,2% da arrecadação.

Então, a sonegação estimada, no ano de 2015, foi de R$450 bilhões – e estamos discutindo aqui valores de R$170 bilhões, que precisamos para fechar as contas deste ano –, representando 7,7% do PIB. E volto a dizer: nós estamos pegando aqueles valores, divulgados pelos estudiosos, de menor valor, nós utilizamos o mais baixo de sonegação, que foi o 23,2%.

Então, existe um limbo na sonegação fiscal de R$450 bilhões. A gente vai citar aqui alguns exemplos de sonegação, esses aí são os mais comuns, os que a gente ouve falar, que é a nota calçada, que existe uma via na contabilidade dele e entrega a outra para o contribuinte; nota paralela; meia nota; venda sem nota; utilização de documento falso, que a gente pode citar aquele que inclui uma despesa médica na declaração de pessoa física inexistente, para reduzir o que tem a pagar; compra de nota, algumas empresas fazem isso para gerar custos, ele pega as empresas fechadas, o próprio contador dele que controla aquelas empresas fechadas, emite notas de talões que já não existem mais para aquele contribuinte, e agora emite até notas fiscais eletrônicas, sem lastro, para gerar custo e reduzir o lucro.

Eu coloquei aqui a CPMF, porque a CPMF, quando foi criada, diziam que era um imposto insonegável. Nós tivemos até um candidato a Presidente que fez a campanha dizendo que a CPMF ia ser o único tributo porque ela era insonegável, e, na realidade, é um dos impostos mais regressivos que existem. E o que aconteceu com a CPMF? Os bancos passaram a criar contas transitórias em que ele, simplesmente, não descontava a CPMF e fazia os débitos das empresas, quer dizer, liquidava os pagamentos das empresas. Gerou autos de infração de bilhões na maioria dos bancos. O que mostra que não existe imposto em insonegável.

E, claro, para quem os bancos criou essas contas transitórias? Foi para o pequeno contribuinte? Não. Para as grandes empresas, para os grandes contribuintes. Então, volto a dizer: não existe imposto insonegável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu digo muito no jargão que não devemos falar em arrecadação espontânea, não existe arrecadação espontânea, existe arrecadação induzida. O contribuinte paga o imposto, paga a contribuição, porque ele tem medo de ser fiscalizado, ele tem medo de pagar um valor maior ou tem medo até de responder um processo penal.

O uso de laranjas também é muito comum. E também nós temos hoje muitas empresas laranja, em que você usa dados de terceiros. E o que acontece? Quando o dinheiro é desviado, você faz uma blindagem patrimonial que vai dificultar mais na frente a gente conseguir, principalmente dos grandes contribuintes, recuperar esse crédito. Um exemplo clássico muito conhecido no País é a criação das SAFIs, no Uruguai. Cria-se a SAFI no Uruguai e joga-se todo o patrimônio da pessoa física e das empresas, nessas empresas criadas no Uruguai, e, depois, quando você vai buscar o crédito tributário, não tem como você fazer com que ele possa ser recolhido.

E aqui, manejamentos tributários sofisticados visando a sonegação. E aí é onde entram os grandes sonegadores. Eu posso citar aqui um caso de empresas transnacionais, multinacionais inclusive, que vendiam os produtos para o Brasil todos subfaturados e recebiam o valor cheio no exterior.

Aí, há duas coisas: além da perda de imposto e de contribuição, há a questão cambial. O Brasil estava pagando dinheiro fora, perdendo patrimônio, enquanto essa empresa estava tendo um lucro exorbitante.

Na importação também, cria-se uma empresa paralela que faz aquela importação, também com faturas e valores do exterior baixos, e depois revende para aquela empresa, que efetivamente vai vender a um preço mais alto, só que essa primeira empresa é uma empresa laranja. Então, ela compra pela metade do valor e revende pelo valor cheio. E esse imposto dessa empresa laranja, quando se vai atrás da mesma, não é encontrada. Então, essa empresa e a outra não são encontradas.

Efetivamente, quem comprou a mercadoria vai ter um custo elevado, sem pagar o imposto de importação e os impostos devidos no comércio exterior.

Então, estamos citando alguns casos de grandes empresas. Estamos falando de sonegação de bilhões. Quando falamos em nota calçada, paralela, a meia nota, estamos falando daquela sonegação de empresas pequenas.

Não vamos encontrar, claro, grandes empresas, grandes conglomerados, não emitindo nota. Eles emitem nota, mas procuram eventos sofisticados de sonegação, para não pagar o imposto.

Agora, vamos entrar num campo bem interessante: sonegação versus elisão. Apesar de termos dito que a elisão é considerada formalista, o que está acontecendo no Brasil? Está havendo o abuso de forma, para tentar escapar do pagamento de imposto.

O que é esse abuso de forma? O contribuinte se aproveita de brechas na lei e cria fatos jurídicos meramente para não pagar imposto. Eles não têm razão nenhuma de acontecer. Eles só acontecem para que o contribuinte não pague imposto.

Na realidade, isso já está em lei, mas precisa ser regulamentado, por que o que isso está reduzindo a arrecadação principalmente daqueles grandes contribuintes. Não podemos imaginar que um pequeno contribuinte vai usar desses artifícios, porque é necessário que haja um bom advogado, uma boa assessoria jurídica e contábil, para que possa fazê-los.

Aqui, temos alguns exemplos – já foi citado *en passant* –, como a pejotização, em que pessoas físicas são transformadas em empresas, principalmente aquelas com altos salários – atletas, jornalistas, atores, gerentes e diretores de grandes empresas.

É interessante, porque um grande jogador, por exemplo, na realidade, é uma empresa? Não! Ele é uma pessoa física, empregado do time onde joga.

O que acontece com a pejotização? Com a pejotização, a arrecadação previdenciária vai para o espaço. Hoje, estamos justamente discutindo a reforma da previdência por falta de recursos.

À medida que a empresa, que seria a empregadora, teria de pagar sobre a folha o total de 20% do valor, ela economiza 20% do que paga a essas pessoas que aderem à pejotização, ou seja, ela faz essa economia de 20% do que deveria ter pago.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Quer dizer, termina sendo um negócio da China por dois, porque, aí, essa pessoa física que vira empresa vai ser tributada pelo lucro presumido. Ao invés de pagar 27,5%, ele chegar a uma alíquota máxima de 15%. É um grande negócio para os dois lados, menos para o objetivo pelo qual a lei foi criada, que era a empresa pagar a parte patronal de 20%, e essa pessoa física pagar os 27,5% de Imposto de Renda.

É engraçado, porque, tempos atrás – não me lembro do ano – a Receita Federal tentou mexer nisso aí, mas, como envolvia principalmente pessoa da mídia e influentes, deu-se um nome à MP: "MP do Mal".

Na realidade, ela mexia com o pagamento de imposto dessas pessoas. Não era do pequeno contribuinte! Jogou-se o nome de "MP do Mal". Aí, podemos falar de criação de empresas-meio para a venda dos produtos na tributação monofásica.

"Haja o apurado na aquisição de participação societária sem propósito econômico."

Temos casos de empresas compostas de diversas outras, num grupo econômico, em que se faz a reorganização societária, não aumentando o capital em um real e gerando bilhões para serem deduzidos do imposto de renda! Um grande negócio!

"Utilização do lucro presumido, como forma de reduzir a tributação."

Isso já foi dito aqui. Se formos analisar, hoje, as grandes pendências do Carf são justamente esses casos de elisão fiscal, onde estão os bilhões para serem julgados, os bilhões de processos de grandes empresas que estão aí na mídia, sendo cobrados, que poderiam ter pago o seu tributo corretamente.

Não temos informação de quanto seria o valor da elisão fiscal, porque temos ideia de quanto é a sonegação, mas não de quanto se perde de arrecadação com a elisão fiscal.

De repente, se colocarmos já R$450 bilhões de perda de arrecadação com a sonegação e mais um determinado valor de elisão, é claro que não somos ingênuos em dizer que vai existir uma sonegação zero, mas esse percentual pode ser reduzido. Se se diminui em R$100 bilhões, são mais R$100 bilhões em dinheiro no caixa.

Na realidade, só se pensa no gasto. Não se pensa em melhorar os instrumentos de combate à sonegação e à evasão fiscal e mudar as leis, para que não haja esses casos de elisão fiscal.

Agora, vamos falar sobre quais são as dificuldades de combate à sonegação.

Primeiro, a mais importante é esta: o pagamento a punibilidade contra a ordem tributária ou o próprio parcelamento dos débitos. Aí, ainda posso dizer que todo parcelamento especial que sai suspende o processo penal.

É muito bom. Vai haver processo de parcelamento para ser pago em 20 anos. O indivíduo paga uma parcela mínima, cometeu o crime e não vai pagar por aquele crime que cometeu. Muitos entram no parcelamento especial para suspender o crime, suspendendo o processo penal, para, depois, ser retomado. Mesmo que ele não pague esse parcelamento, tudo fica mais difícil, não é?

E há a própria demora da constituição definitiva do crédito tributário. A representação penal, que é feita pelos auditores da Receita, só é encaminhada ao Ministério Público após esgotadas todas as possibilidades de recurso na esfera administrativa.

Então, demora-se quatro, cinco, seis anos, nos julgamentos administrativos, se já se está falando de um fato que aconteceu há três anos, vai-se ter, às vezes, 10 anos de espaço para investigar e chegar a uma conclusão final com relação àquele crime cometido.

Há outra coisa: a dificuldade de identificação de patrimônio dos sonegadores, para satisfazer o débito tributário. Digo muito que o primeiro lugar que mais dói na pessoa é o bolso.

E aí a gente vai trazer um pouquinho, para falar de sonegação *versus* reforma tributária. A grande dificuldade que a gente vê para a implementação de uma reforma tributária, e principalmente no ambiente de crise econômica, é que se esbarra nos objetivos dos entes envolvidos. É claro que o Governo Federal, os Governos estaduais e os Governos municipais querem aumentar sua arrecadação. Nós estamos vendo aí os Estados sem dinheiro para pagar o salário dos funcionários, as prefeituras na mesma situação, e claro que o contribuinte quer pagar menos tributo. A conta não fecha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, se a gente diminuir essa sonegação, se a gente diminuir as brechas da lei, para que haja a elisão, a gente pode até pensar em fazer uma reforma tributária, porque aí você poderá diminuir pelo menos a carga individual de cada um. Mas infelizmente a gente só pensa no gasto, na contenção do gasto; a gente não pensa em melhorar a arrecadação.

E aí passa por quê? Passa justamente pelo fortalecimento do Fisco, que precisa de prerrogativas e instrumentos adequados para buscar os seus objetivos de combate à grande sonegação, e não ao pequeno contribuinte. Eu falo muito que temos como sanha arrecadadora, bem como outros assemelhados dirigidos ao Fisco, que não merecem ser ditos... Na realidade, a sanha arrecadadora é só contra o pequeno contribuinte. O grande contribuinte paga, se a gente analisar o faturamento dele, de 6% a 10%, no máximo 15%, de imposto neste País, enquanto o pequeno paga 27,5%, principalmente a classe média.

É aqui; está repetido.

Pessoal, outro dado interessante: a Dívida Ativa da União hoje gira em torno de R$1,5 trilhão, e a PGFN, como a gente colocou lá, é responsável por arrecadar 2% do bolo da União, que representa R$26 bilhões por ano. Então, a gente tem que dizer a verdade: boa parte da Dívida Ativa da União é podre, não existe mais, não há mais como ser arrecadada. A gente precisa fazer uma reflexão sobre isso, para viabilizar o sistema atual; o sistema atual é inviável.

E eu quero justamente nessa linha dizer que infelizmente, em lugar de procurar o fortalecimento do Fisco, a gente está vendo agora, na realidade, o Governo Federal caminhar em sentido contrário. A gente viu aqui, passou aqui no Congresso, acho que no mês de agosto, foi aprovado um projeto de aumento salarial para a AGU e para diversas outras categorias, e, no projeto da AGU, havia diversas prerrogativas de fortalecimento da carreira da AGU muito merecidas, afinal de contas são advogados do Governo. E nós auditores firmamos um acordo com o Governo em março deste ano, e ele encaminhou um projeto de lei semelhante ao projeto da AGU, semelhante a um projeto tanto de renumeração, como trazendo prerrogativas de interesse dos auditores para justamente fortalecer a carreira.

E aí a gente viu aquele projeto, que seria a nossa felicidade, ser totalmente desfigurado na Comissão Especial na Câmara. E hoje – pasmem! –, em plena crise fiscal, o Fisco, os auditores da Receita estão em greve. Para mim é uma insanidade, justamente porque aquilo que foi prometido foi completamente desfigurado, e as prerrogativas dos auditores estão sendo, na realidade, compartilhadas, e outras foram tiradas, quando não deveria ter acontecido isso.

E também nós temos que falar do PL nº 406, que caminha aqui no Senado e engessa diversas fases do processo fiscal, trazendo repercussões que vão acontecer na arrecadação. Eu vou citar aqui, por exemplo, uma que diz que o processo fiscal tem que ser resolvido em um ano. E, se não o for,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE FREITAS – ... considera-se o pleito do contribuinte atendido.

Eu digo o seguinte: vamos dizer que o contribuinte entrou com uma impugnação, se não for julgado em um ano, ele ganhará? Quer dizer, ele comete um ilícito tributário, o auditor faz o auto de infração, e, se não for julgado dentro daquele prazo, ele ganhará? Então, a gente precisa refletir tanto com relação ao PL 5.864, quanto com relação ao PLS 406, de 2016, que caminha aqui no Senado, tendo em vista que eles podem, na realidade, inviabilizar o funcionamento do Fisco federal.

Eu agradeço.

O tempo realmente é curto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Dr. Henrique Freitas, eu agradeço muito.

Agradeço aqui a participação de todos, do Rodrigo Orair, que sempre tem vindo aqui ao Senado junto com Sérgio Gobetti; do Dr. Paulo Gil, pela brilhante participação; do Dr. Pedro Celestino, que é Presidente do Clube de Engenharia lá do Rio de Janeiro; da Drª Élida Graziane, que fez uma importante apresentação, ela, que é Procuradora do Ministério Público; do Prof. Ricardo Lodi, que esteve com a gente aqui participando dos debates, participando ativamente aqui no Senado da denúncia ao golpe que houve, porque afastaram uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

presidente sem crime de responsabilidade.

O fato é que, agora, nós estamos vendo que, neste momento, esse Presidente legítimo está sendo acusado de um crime de responsabilidade, este, sim, muito objetivo: advocacia administrativa, concussão. Nós tivemos uma reunião hoje com juristas, porque há vários pensando em entrada com pedido de *impeachment*.

Cumprimento o Dr. Henrique Freitas.

E eu queria perguntar à Senadora Gleisi, ela e a Senadora Regina estiveram até agora neste debate importante... Eu falo desse debate importante, primeiro, porque nós estamos mostrando aqui, quando discutimos tributação, que há alternativas. Na verdade, eu acho que foi muito importante a fala do Prof. Ricardo Lodi: é uma falácia essa história de que houve gastança, houve excesso de gastos. O Prof. Rodrigo Orair também falou sobre isso. No governo da Presidenta Dilma, na verdade, foi o período, comparando-se com o de Fernando Henrique e de Lula, em que houve o menor crescimento de gastos.

E, quando a gente olha para 2015 – o ano em que começou a situação fiscal a piorar; no ano de 2014, já começou a piorar –, o que a gente vê não é gastança; é um ajuste fiscal de 2,3% do PIB. O problema não foi gasto; o problema é que houve uma frustração de receitas muito grande e também se ampliou o pagamento de juros.

Para os senhores terem uma ideia, o déficit... Porque a gente teve superávit até 2013. A gente teve o primeiro déficit primário em 2014, um déficit primário pequeno, 0,57% do PIB. Isso, numa comparação internacional – o Prof. Eduardo Fagnani esteve aqui semana passada, mostrando 20 países, e nós estávamos lá embaixo, com um déficit de 0,56% do PIB.

O déficit nominal foi 6,7%, porque houve 6,1% de pagamento de juros. Em 2015, 10,34% de déficit nominal, 8,5% de pagamento de juros; não foi o déficit primário, não foram os gastos com Previdência, com saúde, com educação. Na verdade, o que está colocando essa situação fiscal desse jeito, a gente tem que ser claro, é a recessão.

Eu acho, sinceramente, que o grande debate que nós temos que ter no País é sobre crescimento econômico. Nós estamos em uma depressão de quase 8% e ficamos discutindo corte fiscal, ajuste fiscal. É uma loucura. É um País, sinceramente, em que essas elites emburrecidas... Não surge ninguém para fazer o debate que tem que ser feito em um momento como este que vivemos.

Eu vi a entrevista coletiva do Temer, com Renan Calheiros e o Rodrigo Maia, e fiquei muito mal impressionado, Senadora Gleisi, pensando no País, porque, no Brasil, em um momento como este, tinha que haver uma liderança que tivesse legitimidade e dissesse: "Opa, não é isso", falando o que Pedro Celestino fez. Nós temos que recuperar a cadeia de óleo e gás, colocar Petrobras para retomar os investimentos, porque não há investimentos no Brasil sem Petrobras – é metade dos investimentos. Temos que ampliar gasto social. É uma loucura. Então, no meio de uma situação como esta, em que os Estados estão quebrados... No Rio de Janeiro, Senadora Gleisi, não é só funcionário que não está recebendo; acabaram com Renda Melhor, que era um programa tipo Bolsa Família, que atendia aos 110 mil mais pobres; aluguel social; restaurante popular...

Esta PEC aqui vai aprofundar tudo isso. Nós estamos caminhando para a convulsão social. Esse pessoal não tem noção do que está fazendo. É uma crise social violentíssima que estão comprando, porque cortar 5% do PIB em dez anos é maldade! É um *mix* de maldades que eles vão ter que fazer nisso aqui.

Vejam bem. Eu acho que o debate central do País tinha que ser do crescimento econômico, mas digamos lá que o fundamental seja o que eles estão falando, que seja preciso haver uma consolidação fiscal. Eles não tiveram um mínimo cuidado em fazer uma coisa equilibrada e dizer o seguinte: "Brasileiros, todos vão ter que contribuir, os trabalhadores, os empresários, o sistema financeiro". Nada! Não há uma medidazinha sequer para o andar de cima, dos mais ricos. É um escândalo. Nada! Nada! É um ajuste todo concentrado em cima dos pobres. O problema no Orçamento é que nós ampliamos gastos sociais de 13% para 17% do PIB. Isso vale dizer todos os números aí: a desigualdade social, o Índice de Gini, o que melhorou foi pelo gasto, vocês mostraram aqui, não foi pela arrecadação.

Eles querem destruir isso. É a PEC do capital financeiro. É uma loucura completa, porque nós vamos matar aqui, Senadora Gleisi, investimentos. Esses empresários... Você sabe que, na trilogia do Lira Neto sobre Getúlio Vargas, há aquele episódio de 1935, em que se tentava fazer um levante popular e tal. O Getúlio des-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cobriu e reprimiu, prendendo todo mundo, o Partido Comunista, o Prestes, desencadeando aquele processo que, depois, deu em 1937 e tudo. E ele chamou os empresários para reunir para falar do perigo do comunismo na cabeça dele. Ele sai da reunião dizendo o seguinte: "É impressionante. O mundo desabando, e esses empresários só querem saber de subsídios ali". Eu fico impressionado com a ignorância de setores do empresariado brasileiro que não estão entendendo que isso aqui vai colocar a economia em uma estagnação quase permanente. O segredo que o Lula fez foi colocar os pobres no Orçamento, fazer política social. Isso criou um grande mercado de consumo de massas.

E tem mais. Você sabe que, no ajuste de Levy, o corte de investimento foi de 35%. O investimento é o primeiro a pagar. Só quem ganha nisso aqui é o rentista, porque o que eles estão fazendo é preservar uma parcela gigantesca do Orçamento para que eles fiquem tranquilos de que aquele dinheiro vai estar ali para pagar os juros da dívida, que chegam a R$500 bilhões.

Há estudos de economia, como os de Felipe Salto e Monica de Bolle, que fizeram um artigo chamado "PEC do Teto 'não é uma Brastemp'", em que dizem que, em 20 anos, isso significa superávit primário de 6% a 7% do PIB. Então, isso é uma loucura.

Nós estamos no País em que uma PEC como esta é privilegiar completamente a lógica do capital financeiro e do rentismo.

Eu encerro, antes de passar para a Senadora Gleisi, porque eu sei que os senhores, a Senadora Gleisi, a Senadora Regina...

De fato, quando vamos ver, na verdade, estão rasgando a Constituição de 1988, estão destruindo esses avanços que existiram no governo do Lula e no governo da Presidenta Dilma até 2014, porque, com todas as críticas que eu tenho também, como o Prof. Lodi aqui... Para mim, o que Lula fez de 2008 a 2010 foi o correto no meio daquela crise: ampliar investimentos, os investimentos estavam crescendo 21%, não era só consumo; ampliar gasto social em 10%; os bancos públicos tiveram papel fundamental na retomada do crescimento aqui, tanto BNDES como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Então, nós estávamos ali em outro... A Dilma muda em 2011 já, como explicou o Prof. Lodi. Ela fez consolidações fiscais fortes e apostou que ia haver um investimento por parte da oferta, com a diminuição da taxa de juros e da desoneração. E, inclusive, a desoneração é um equívoco, pois há uma vasta literatura econômica mostrando que, em momentos em que a economia já vai desacelerando, não adianta desonerar, porque aquilo vai para o bolso do empresário, não vai para a produção. Agora, o grande erro foi 2015. Eu diria grande erro, porque aquele não era o nosso programa, era o programa com que o Aécio disputou a eleição.

Aqui, temos que fazer o debate mais verdadeiro possível para a sociedade, porque as pessoas entendem, não adianta subestimar a inteligência das pessoas e ficar no só Fla-Flu. Não. Eu tenho dito o seguinte. Eu tenho dito o seguinte: eu acho que não teria havido o *impeachment* sem aquele ajuste fiscal de 2015, porque foi aquele ajuste fiscal de 2015 que tirou a popularidade da Presidenta Dilma e imobilizou setores populares que estavam conosco todo o tempo, gente que votou quatro vezes, duas vezes em Lula, duas vezes em Dilma. Por quê? Porque foi um ajuste maluco. O que diziam naquela época do Levy?

Desculpe, Regina, eu estou quase fazendo uma palestra. Virei um palestrante aqui agora também. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vou passar para a Gleisi. Nesta hora da noite, é muita disposição. Vou encerrar, porque amanhã começamos a agenda aqui às 8h da manhã, e vou passar para a Gleisi.

Ali, o que diziam? Que a dívida cresceu, houve um déficit primário de 0,6% do PIB, e nós temos que melhorar a situação das contas públicas. Eu dizia, o tempo todo, que não ia melhorar, que ia piorar, porque, quando se faz um corte de 2,3% do PIB, isso aqui tem um multiplicador para crescimento. O próprio Sérgio Gobetti e o Orair têm um estudo – são os dois aqui – que dizia o seguinte: com 1% do PIB a mais em investimentos, há um multiplicador de 1,6% de crescimento; com 1% a mais de benefícios sociais, há um multiplicador de 1,5%; agora, o inverso é verdadeiro, pois, quando se corta, coloca-se a economia para baixo, frustra a receita. E foi o que aconteceu. O déficit piorou de seis para dez ponto tanto e continua piorando, porque continuamos com a mesma ciranda. É um círculo vicioso. Esses planos de austeridade falharam no mundo inteiro, e estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

querendo fazer esta loucura aqui de um plano de austeridade de 20 anos.

Eu concedo a palavra à Senadora Gleisi por dois minutos. (*Risos.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu vou usar apenas um, Senador Lindbergh, V. Exª já falou por mim, pela Senadora Regina, por todos os Senadores aqui! (*Risos.*)

Eu só queria agradecer a todos que vieram aqui e lamentar, de novo, que a gente não teve debate. Esta é a sétima ou oitava audiência pública que nós fazemos desde que a PEC chegou à Câmara dos Deputados. É um debate extremamente difícil, porque na realidade o Governo passa para as pessoas uma coisa simplificada, que é igual à casa da gente, aquilo que nós estávamos conversando. E não é isso. Então, fazer com que a população entenda o que está em jogo é muito mais difícil.

Dr. Ricardo Lodi, quando nós estávamos discutindo aquele processo de *impeachment* aqui, que nós dizíamos que não era apenas afastar a Presidenta. Havia outras questões que viriam depois e não estavam explicitadas ali. Eu não tenho dúvidas de que essa é uma. Haverá a reforma da previdência, haverá o desmonte dos direitos trabalhistas, porque isso não passa por um processo eleitoral. Ninguém ganharia uma eleição propondo uma PEC dessas, não tem como. Acho que a gente já está tendo efeitos muito ruins de um processo de austeridade fiscal, que foi o que o Senador Lindbergh falou, em relação ao período de 2015. Se nós pegarmos a PNAD de 2015, ela já aponta números preocupantes. Ou seja, cai a renda das pessoas, os mais pobres pagam, a gente não teve a proteção social que devia ter, e tudo leva a crer que 2016 vai ser muito pior. Então, nós vamos entrar em um processo de convulsão social neste País.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Até porque em 2015 houve aumento de salário mínimo, e em 2016 não houve aumento de salário mínimo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É! Houve aumento real.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A pobreza aumentou 19%.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ou seja, vai ser um quadro muito mais difícil. Eu acho que, infelizmente, esta Casa não está preparada para essa discussão. Eu temo que amanhã nós vamos ter um debate da PEC nº 55 no plenário com uma aprovação dessa matéria. Espero que até o dia 13, na votação do segundo turno, a gente consiga fazer mais debates e tentar sensibilizar os Senadores, porque senão realmente vai ser uma catástrofe. Isso junta-se a essa questão de querer convocar o Congresso no dia 10 de janeiro para fazer a votação da reforma da previdência, porque não tem como essa PEC se sustentar se não fizer reforma da previdência. Já que não vai se mexer em despesa financeira, onde é que vai se mexer?

Queria agradecer e me desculpar, porque infelizmente a gente não tem aqui Senadores para fazer o debate, Senadores que deviam estar, mas essa foi a postura do Governo em todas as audiências, inclusive no plenário da Casa, quando a gente fez uma audiência pública.

Muito obrigada. Foram muito boas as exposições.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito bem. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 19 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e nove de novembro do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, e do senador Roberto Requião, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Humberto Costa, Lindbergh Farias, Lasier Martins, Benedito de Lira, José Pimentel, Paulo Rocha, Regina Sousa, Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, José Aníbal, Dalirio Beber, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Jorge Viana, Telmário Mota, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Omar Aziz, Kátia Abreu, Alvaro Dias e Marcelo Crivella. A presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que a Mensagem (SF) nº 84 de 2016, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com a Cláusula Décima Segunda do Protocolo de Intenções, anexo à Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, o nome do senhor Marcelo Calero Faria Garcia para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica – APO", constante da segunda parte da pauta, será retirada de pauta em razão da retirada da indicação. Em seguida, inicia a apreciação dos itens constantes da primeira parte da pauta: **Item 2** – Projeto de Lei do Senado nº 146 de 2016, complementar, não terminativo, de autoria do senador Lindbergh Farias e outros, que "altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão 'perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, fiscalizar e regular o sistema financeiro para garantir um sistema sólido e eficiente e contribuir para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos'", tendo como relatora a senadora Gleisi Hoffmann, que oferece relatório favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. Anunciada a matéria, usam da palavra os(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Ricardo Ferraço, Fernando Bezerra Coelho, Armando Monteiro, Tasso Jereissati e José Aníbal. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com as emendas nºs 1 e 2-CAE. **Item 4** – Projeto de Lei do Senado nº 407 de 2016, complementar, não terminativo, de autoria do senador Ivo Cassol, que "altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito", tendo como relator o senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável ao projeto. Anunciada a matéria, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Votam vencidos os senadores Tasso Jereissati, Armando Monteiro e José Aníbal. **Item 5** – Projeto de Lei do Senado nº 412 de 2016, complementar, não terminativo, de autoria do senador Reguffe, que "altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1.964, a fim de limitar as taxas de juros cobradas por bancos e instituições financeiras, inclusive administradoras de cartões de crédito, nas operações e serviços bancários ou financeiros prestados às pessoas físicas e jurídicas no Brasil", tendo como relator o senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, foi colocado em votação o relatório do senador Lindbergh Farias. Requerida a verificação de votação pelo senador Ricardo Ferraço, apoiada por três senadores, foi ela repetida pelo processo nominal (art. 293, III e IV do RISF), verificando-se a falta de quórum para deliberação da matéria. Posteriormente, havendo quórum regimental para realização de votação nominal, foi adiada a votação da matéria por acordo unânime dos membros presentes. **Item 8** – Projeto de Lei da Câmara nº 54 de 2016, complementar, não terminativo, de autoria da presidência da República, que "estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001", tendo como relator o senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta e contrário às emendas nºs 1 a 4. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Hélio José, Ricardo Ferraço, Lindbergh Farias, Tasso Jereissati,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Roberto Requião, Lúcia Vânia e Flexa Ribeiro. A presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 10** – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 367 de 2015, não terminativo, de autoria da senadora Gleisi Hoffmann, que "altera o Decreto Legislativo nº 276 de 2014, que fixa o subsídio para os membros do Congresso Nacional, revoga os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013; e dá outras providências, para reduzir em 10% (dez por cento) o subsídio dos membros do Congresso Nacional, até 31 de agosto de 2016, ou enquanto vigorar política que vede ou impeça a concessão de reajuste remuneratório aos servidores públicos da União", tendo como relatora a senadora Regina Sousa, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Anunciada a matéria, usam da palavra os(as) senadores(as) Regina Sousa e Waldemir Moka. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo). **Item 11** – Projeto de Lei do Senado nº 744 de 2015, terminativo, de autoria do senador José Serra, que "cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (PRO-SANTACASAS) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde", tendo como relatora a senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 a 6-CAS, com mais uma emenda que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora, para reexame. **Item 12** – Projeto de Lei do Senado nº 180 de 2013, complementar, não terminativo, de autoria do senador Aloysio Nunes Ferreira, que "dispõe sobre o mercado de cartões de crédito, de débito e assemelhados", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 537 de 2013, complementar, não terminativo, de autoria do senador Eunício Oliveira, que "dispõe sobre juros nas operações de adiantamento de faturas de cartão de crédito", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 626 de 2015, complementar, não terminativo, de autoria do senador Zeze Perrella, que "altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito e cheque especial", tendo como relator o senador Benedito de Lira, que oferece relatório favorável ao projeto de lei do Senado nº 180 de 2013, nos termos de substitutivo, e contrário aos projetos de lei do Senado nºs 537 de 2013 e 626 de 2015. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Item 18** – Ofício "S" nº 20 de 2016, não terminativo, de autoria da Prefeitura Municipal de Campo Maior – PI, que "encaminha, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, comunicado sobre Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa", tendo como relatora a senadora Regina Sousa, que oferece relatório pelo conhecimento e posterior arquivamento do ofício. Anunciada a matéria, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento e posterior arquivamento do ofício. São adiados os demais itens da pauta, a saber: **Item 1** – Projeto de Lei do Senado nº 51 de 2016; **Item 3** – Projeto de Lei do Senado nº 588 de 2015, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 616 de 2015 e com o Projeto de Lei do Senado nº 639 de 2015; **Item 6** – Projeto de Lei do Senado nº 413 de 2016; **Item 7** – Projeto de Lei do Senado nº 45 de 2016; **Item 9** – Projeto de Lei da Câmara nº 61 de 2016; **Item 13** – Projeto de Lei do Senado nº 381 de 2012; **Item 14** – Projeto de Lei da Câmara nº 59 de 2013; **Item 15** – Projeto de Lei da Câmara nº 169 de 2015; **Item 16** – Projeto de Lei do Senado nº 594 de 2015; **Item 17** – Projeto de Lei do Senado nº 370 de 2012; **Item 19** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 38 de 2016; e **Item 20** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 39 de 2016. São lidos e serão apreciados posteriormente os seguintes requerimentos: **Requerimento n**° 40/2016, de iniciativa dos senadores Lindbergh Farias e Gleisi Hoffmann, que requer, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocada a advogada-geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça, para que compareça à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito dos fatos que vem sendo noticiados pela imprensa sobre o empreendimento La Vue Ladeira da Barra, em Salvador, e que resultaram na demissão do ex-ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima. **Requerimento n**° 41/2016, de iniciativa dos senadores Lindbergh Farias e Gleisi Hoffmann, que requer, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, para que compareça à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito dos fatos que vem sendo noticiados pela imprensa sobre o empreendimento La Vue Ladeira da Barra, em Salvador, e que resultaram na demissão do ex-ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima. **Requerimento n**° 42/2016, de iniciativa dos senadores José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pimentel e Gleisi Hoffmann, que "requer, com fundamento no art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o Plano de Reestruturação apresentado pelo Banco do Brasil que inclui o fechamento de 781 agências e a redução de até 18 mil funcionários, com a presença do presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli. **Requerimento n**° 43/2016, de iniciativa do senador Flexa Ribeiro, que requer, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 45 de 2016, que "altera o art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para extinguir gradualmente a faculdade de a pessoa jurídica tributada com base no lucro real deduzir os juros sobre o capital próprio na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido" e o Projeto de Lei do Senado nº 588 de 2015, que "altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para tributar os lucros e dividendos recebidos de pessoas jurídicas". Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das 31ª, 33ª, 34ª, 36ª, 37ª, 38ª, 39ª, 40ª, 41ª e 42ª reuniões e das 1ª, 2ª e 3ª reuniões da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero, antes de iniciar os trabalhos, lamentar e também externar nossa solidariedade às famílias das vítimas do acidente aéreo com o time da Chapecoense, que matou mais de 70 pessoas. Santa Catarina, com certeza, está em luto. Somos vizinhos do Paraná, conhecemos bem o time, enfim, temos relação também com a cidade de Chapecó. Lamentamos muito, é uma notícia muito triste, que entristece a todos nós, brasileiros.

Quero externar a minha solidariedade e, tenho certeza, a solidariedade e o luto desta Comissão.

Temos hoje em pauta, como primeiro item, um projeto de lei terminativo, que já está com a discussão feita e encerrada. Poderíamos fazer a votação apenas quando tivéssemos quórum de 14 Senadores.

O segundo item da pauta não é terminativo. Embora não tenhamos quórum ainda para deliberar, o relatório já foi lido. É um projeto de lei que está em discussão. Eu gostaria de iniciar a discussão.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão "perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, fiscalizar e regular o sistema financeiro para garantir um sistema sólido e eficiente e contribuir para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

1. *Em 22/11/16, foi concedida vista coletiva.*

A matéria está em discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, V. Exª me permite, antes de começar a discussão desse ponto, falar pela ordem?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Primeiro, faço como V. Exª: apresento minha solidariedade aos familiares das vítimas desse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... terrível desastre, a todo o povo de Santa Catarina. O Brasil, de fato, amanheceu consternado, chocado com o que aconteceu. Quero começar, primeiro, dessa forma.

Hoje, Srª Presidente, está marcada a votação da PEC nº 55. Acho sinceramente que o Senado Federal não deveria votar essa PEC no dia de hoje, por vários motivos. Quero trazer um motivo que, para mim, é central: a gravidade da crise política que estamos enfrentando. Não dá para o Senado fazer de conta que não houve nada da semana passada para cá. Havia um escândalo envolvendo o Ministro Geddel Vieira Lima, e o que vimos, a partir de um depoimento do ex-Ministro da Cultura, Calero, à Polícia Federal é que houve pressão por parte do Presidente da República. Ele avisou o Presidente da República em uma quarta-feira e, ao invés de o Presidente da República desautorizar o ex-Ministro Geddel Vieira Lima, o que fez o Presidente da República?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Praticou também advocacia administrativa. Está claro que foi um crime de responsabilidade!

Afastaram uma Presidente da República, ficamos meses discutindo aqui pedaladas fiscais, decretos de créditos legislativos, e ficou claro para todos que quiseram entender o processo que não houve crime de responsabilidade. O Brasil e este Congresso Nacional deveriam pedir desculpas à Presidente Dilma Rousseff. E agora vemos um crime de responsabilidade lá, claro, claríssimo! Ou seja, essa postura do Presidente da República de fazer advocacia administrativa, de defender interesses privados de um ex-ministro seu – e, vale dizer, não só do Ministro Geddel era proprietário de um apartamento, mas seu primo e seu sobrinho eram os advogados da empresa.

Eu fico a pensar: se fizeram isso no Ministério da Cultura, o que pode estar acontecendo, por exemplo, em relação ao pré-sal, de que estão transferindo áreas imensas para as multinacionais do petróleo?

Então, sinceramente, o Senado Federal não pode fazer de conta que, no dia de hoje, não está acontecendo nada no País e votar a PEC 55 assim.

Nós vamos trabalhar muito no plenário, hoje, para que esse processo de votação não aconteça. É uma vergonha, num momento como este, a gente fazer de conta que não está acontecendo nada!

E, para concluir, Srª Presidente, a gente sabe o que significa a PEC 55. É um ataque violentíssimo aos direitos sociais conquistados no último período. Conseguimos diminuir a desigualdade no País sabem por quê? Porque ampliamos os gastos sociais de 13% para 17% do PIB.

A PEC é draconiana! Eles querem cortar... Hoje, nós comprometemos 19,8% do PIB em gastos primários – Previdência, saúde, educação –, em todos os Ministérios. Eles querem, em 10 anos, cortar cinco pontos percentuais! O FMI fez um estudo com 92 países e verificou que apenas 11 países, entre eles Congo, Nigéria, Bangladesh, gastam menos de 16% do PIB em gastos primários.

E o mais impressionante, Srª Presidente, quando eu digo que esse Presidente ilegítimo, Michel Temer, não tem condições de continuar como Presidente da República, não é só porque ele montou uma quadrilha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

no seu Ministério – e digo isso porque montar um Ministério com Geddel, Padilha, Moreira Franco... O outro grande aliado dele, Eduardo Cunha, está preso. Este, inclusive ontem, apresentou o Temer como testemunha, fazendo 41 perguntas que eu vou ler hoje no plenário. Destas, o Juiz Sérgio Moro cortou 20, porque as perguntas eram assim: "O senhor se encontrou com o ex-diretor da Petrobras Jorge Zelada na residência tal, no dia tal?"; "O que foi tratado nessa reunião?". Pelo que eu entendi, o Eduardo Cunha estava presente. Então, ele é uma ameaça clara! Esse Governo vai estourar! Não tem condições de segurar o País!

Mas, mais ainda, Srª Presidente, eu fico pensando na economia. Eles diziam que bastava tirar a Dilma. Era tirar a Dilma Rousseff que a confiança dos empresários melhoraria, eles iriam investir e, com isso, nós retomaríamos o crescimento econômico. A confiança dos empresários até melhorou, o problema é a realidade objetiva da economia.

Eu achei até engraçada uma matéria do *Valor Econômico* que saiu há umas três semanas, numa segunda-feira, dizendo o seguinte: "A realidade objetiva não está acompanhando as expectativas". Era para ser justamente o contrário.

E o que é que eu vejo? Uma entrevista coletiva patética no domingo. Ali parecia um fim de governo. O Presidente Michel Temer acompanhado de Renan Calheiros e Rodrigo Maia. De forma clara, não havia uma mensagem para passar ao País. Não conseguiu responder os questionamentos da imprensa. E, ali, eu percebi claramente que o barco está à deriva, que não há governo num momento como este, num momento em que os Estados estão em crise, que os Municípios estão em crise, que as empresas têm uma dívida de 80% do PIB, que as famílias estão extremamente endividadas, o desemprego cresceu e está havendo queda de rendimento.

Neste momento, era preciso que existisse um líder para dizer ao País que é preciso retomar o crescimento, e fazer isso ampliando investimentos, ampliando gastos sociais, recuperando as empresas brasileiras, tendo um plano para a cadeia do óleo e gás. Mas nada disso!

Eu estou convencido: esse Temer não tem condições de ficar até 2018. E eu tenho falado em eleições diretas porque, numa crise como esta, só um Presidente legitimado pelo voto popular, que tem um programa que seja um programa acertado no processo eleitoral, para qualquer lado. Eu tenho minhas posições, mas eles, até para aplicar uma política de austeridade como essa que estão querendo, tinham que vencer as eleições, pactuar aquilo com o povo. Sem eleição direta, sem ter um Presidente legitimado para tirar o País da crise, nós não vamos ter condições.

Eu encerro, Senadora Gleisi, falando da profunda irresponsabilidade de uma parte do Parlamento e das elites brasileiras.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Entraram nessa aventura do *impeachment*, entraram nessa aventura de um golpe sem crime de responsabilidade.

Eu falo em responsabilidade porque todo mundo conhecia Michel Temer, conhecia seus aliados: Geddel Vieira Lima e Eliseu Padilha. Lembro-me de Antonio Carlos Magalhães, lá atrás. Denunciou Geddel: "Geddel vai às compras". Chamou Eliseu Padilha de Eliseu Quadrilha. Todo o Brasil sabia. E fizemos a irresponsabilidade de tirar uma Presidente honesta como a Presidenta Dilma Rousseff para colocar esse povo aí, que não tem condições éticas e, digo mais, não tem condições políticas de liderar o País, porque não tem representatividade. Colocaram o País numa grande furada. Nós estamos em uma crise política e econômica que vai rapidamente se transformar em uma crise social de altas proporções. A minha preocupação no próximo ano é com uma convulsão social. E eu não vejo isso, porque convulsão social é quando o governo não governa e quando cada um puxa para o seu lado.

Então, eu trago aqui a minha preocupação e o apelo para que não votemos no dia de hoje a PEC 55, porque a PEC 55 é um ajuste fiscal de longo prazo todo em cima dos mais pobres, dos trabalhadores. Eles poderiam dizer o seguinte: "Não, vamos fazer um ajuste fiscal, mas que todos contribuam: o sistema financeiro, os grandes empresários, os rentistas". Não, não tem nada para o andar de cima. Não tem nenhuma medida de tributação progressiva, não tem nada para os juros.

É importante dizer: o déficit no ano passado foi de 10,34%; 8,5% para pagamento de juros aos rentistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

no País. Nisso não pode mexer. Só mexe em dinheiro da Previdência, em dinheiro da saúde, em dinheiro da educação, porque, na verdade, essa é a lógica da PEC. É a PEC do capital financeiro. Eles querem apertar todo o orçamento para sobrar dinheiro e não haver risco em relação aos pagamentos de juros. É transferência do orçamento, que era para ser um instrumento de distribuição social, de combate à desigualdade, para o rentismo, para os grandes empresários, para os bancos. No fundo, é isso a PEC, que mostra a hegemonia do capital financeiro hoje. Ela vai prejudicar trabalhadores e vai prejudicar muitos empresários produtivos, porque vai haver corte de investimento. Acho que esse pessoal não está entendendo as consequências disso. Só quem ganha com essa PEC é o rentismo, o sistema financeiro e os grandes empresários brasileiros.

Então, Senadora Gleisi, eu espero que o Senado tenha juízo no dia de hoje e não vote essa PEC 55, porque temos que discutir a crise política em que o País está metido, a situação envolvendo o Presidente Temer, que já é alvo de um pedido de *impeachment* e vai ser alvo de outros pedidos de *impeachment*. Hoje vai haver a reunião dos movimentos sociais aqui no Congresso Nacional e várias entidades estão preparando peças também pedindo o *impeachment* porque esse Presidente cometeu, sim, crime de responsabilidade.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria, antes de dar sequência à discussão do item 2, apenas de informar: nós recebemos uma mensagem da Presidência da República, da Casa Civil, pedindo para retirar a mensagem que fazia a indicação do Sr. Marcelo Calero Faria Garcia para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO).

Recebemos isso ontem. Essa mensagem foi pautada, a pedido de V. Exª, Senador Lindbergh, na terça-feira passada. Foi anunciado publicamente, inclusive, nesta Comissão. V. Exª trouxe o relatório, e nós recebemos ontem o pedido de retirada do nome do Sr. Marcelo Calero Faria Garcia.

Então, quero comunicar a esta Comissão que o item sobre essa mensagem está sendo retirado de pauta.

(É a seguinte a matéria retirada de pauta:

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 84, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com a Cláusula Décima Segunda do Protocolo de Intenções, anexo à Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, o nome do Senhor MARCELO CALERO FARIA GARCIA para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica - APO.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: A comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.

Observações:

1. De acordo com o art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quero protestar...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... porque eu acho que isso é uma retaliação por parte do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O que fez de errado o Ministro Calero? Nada. Ele simplesmente foi procurado por um ministro que fez pressão à advocacia administrativa, avisou ao Presidente da República... Ele agiu de forma muito correta. Depois foi procurado pelo Ministro da Casa Civil, pelo Secretário de Assuntos Jurídicos e pelo próprio Presidente da República. A retirada da indicação dele para mim é uma retaliação indevida. É um absurdo! Eu quero aqui protestar, estava com meu relatório pronto. Eu acho que é outra medida que depõe contra esse Governo do Michel Temer.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está em discussão o item 2 da pauta.

Eu solicitaria à Senadora Regina ou ao Senador Requião que pudesse assumir a Presidência da CAE. Como eu sou a Relatora do projeto, vou fazer a discussão. Também deixo a palavra aberta para o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Com a palavra a Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Requião.

Srs. Senadores e Senadoras, este projeto que nós estamos debatendo, projeto do qual já foi lido o relatório na semana passada, é um projeto interessante, já foi discutido e debatido nesta Comissão e debatido no plenário. Nós só não conseguimos aprová-lo porque exigia quórum qualificado, que é o duplo mandato do Banco Central.

E por que nós avaliamos que esse projeto é importante? Externei aqui parecer positivo na reunião da semana passada. Entendemos que o Banco Central tem um papel importante para acompanhar a estabilidade do poder de compra da moeda, com certeza, da inflação, mas não pode também descuidar do emprego.

Nós temos que ter inflação controlada, mas não pode a inflação ser detonadora das condições de vida do povo brasileiro. Se nós não tivermos condições de empregar a população, de ter consumo, de ter a economia viva, nós não vamos ter condições de fazer desenvolvimento e crescimento econômico na nossa sociedade.

O emprego é algo preponderante. Aliás, nos últimos doze anos que tivemos de governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, uma das questões mais importantes para a recuperação da economia e para o desenvolvimento do País foi exatamente a geração de empregos e o poder de compra do salário mínimo. Se não houvesse isso, não teríamos reduzido a diferença de renda nem teríamos melhorado a renda do povo brasileiro.

Não foi por programas sociais. Programas sociais foram importantes – Bolsa Família, programas de renda –, mas foram programas que ajudaram. O que foi preponderante para termos a inclusão que nós tivemos, nos últimos anos, de grande parte da população pobre brasileira foi a geração de empregos e foi, principalmente, a manutenção do poder de compra do salário mínimo.

Por que é importante o Banco Central cuidar disso? Porque, ao olhar a inflação, o Banco Central não pode simplesmente desconsiderar um mecanismo de geração de emprego da sociedade, que é o que está acontecendo hoje. Nós temos hoje uma inflação, que, aliás, está caindo, não é uma inflação de demanda, continuamos com os juros da economia básica altíssimos. Isso tem atrapalhado o desenvolvimento da economia e, por consequência, gerado desemprego. Estamos num círculo vicioso: as pessoas desempregadas deixam de consumir, não há consumo na sociedade, portanto não há produção. Como nós vamos sair desse círculo vicioso?

É importante apresentarmos esse projeto exatamente para contrapor a proposta de emenda à Constituição que nós vamos discutir, hoje, no plenário desta Casa. Aliás, como diz o Senador Lindbergh, nós não devíamos sequer discutir essa PEC hoje, pela crise que nós temos no País e exatamente por ela fazer o contrário do que nós precisamos para buscar o crescimento da economia.

Então, eu penso que se a CAE puder aprovar, hoje, um conjunto de projetos que estão na pauta, a começar pelo duplo mandato do Banco Central, nós estaremos dando uma resposta propositiva à crise que nós temos no País. Essa é uma matéria que já foi discutida, penso que tem a maioria da simpatia dos Senadores, senão não teria sido aprovada na CAE, tampouco teria ido ao plenário, com o sucesso que foi, e por poucos votos só não conseguirmos aprová-la, apesar de, no plenário, ela ter a maioria dos votos dos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, eu queria pedir que aprovássemos esta matéria na CAE para remetê-la a plenário. Isso, com certeza, dará uma boa discussão sobre as ferramentas que nós temos para fazer política macroeconômica, para controlar a inflação, mas também estimular o emprego e retomar o crescimento econômico do País.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Eu só quero lembrar ao Plenário que esta matéria só não foi aprovada definitivamente no plenário porque é uma lei complementar. Ela teve ampla maioria, mas não teve a maioria regimental necessária para aprovação de uma lei complementar. De iniciativa do Senador Lindbergh, ela não é nada mais nada menos que um fac-símile, uma cópia da legislação do banco central norte-americano, do Federal Reserve. Ela amplia a competência do Banco Central para o desenvolvimento e para o emprego, tal como se destina o banco central norte americano.

Com a palavra o autor da proposta, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria começar da mesma forma que o Senador Roberto Requião.

Na verdade, esse projeto teve maioria em plenário: 38 votos favoráveis. Só que era uma lei complementar e precisava de 41 votos. Isto aqui não é nenhum projeto esquerdista, de esquerda, nada disso. A inspiração vem do FED, o banco central norte-americano, e do Banco Central Europeu. Como é que o banco central norte-americano, o FED, decide sobre a política monetária, sobre os juros? Ele olha para a inflação, mas olha para o crescimento e para a geração de empregos também, porque todo mundo sabe que a política monetária impacta o crescimento, impacta a geração de empregos. Então, esses dois olhares, um para a inflação e outro para o crescimento e a geração de empregos, acabam moderando, por exemplo, uma posição de alta de juros. Se a gente tivesse aqui o duplo mandato, num momento como este, quando há uma depressão econômica de 8% do PIB – nós já estamos há mais de 2 anos em recessão –, ele teria baixado a taxa de juros com mais velocidade. Senador Requião, no ano de 2016, já houve um aumento real da taxa de juros de 2% – de 2%! –, apesar de ter baixado a taxa Selic em 0,25%.

Então, eu acho que este projeto é importantíssimo, eu acho que a gente está aperfeiçoando as funções do Banco Central, a exemplo do que há em outros bancos centrais do mundo. Por isso apresentei este projeto e espero muito a sua aprovação aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Não havendo mais nenhum inscrito para a discussão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para discutir, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Para discutir?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sim, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Com a palavra o Exmo Sr. Parlamentar do Espírito Santo, famosíssimo na mídia, Dr. Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Agradeço a V. Exª, que eu já tive o prazer de ver pela manhã, chegando a Brasília com uma mala muito discreta, o que me chamou a atenção. Portanto, é um prazer redobrado voltar a vê-lo, agora na presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Que se esclareça que não era uma mala preta! (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu só disse que era uma mala muito discreta!

Sr. Presidente, o que se propõe neste debate é que o Banco Central do Brasil, para além de suas prerrogativas, que podem ser estabelecidas por lei ou por dispositivos infralegais, possa ampliar o seu radar para alcançar um rol maior de preocupações em relação à política econômica, no caso específico a política monetária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O autor justifica que essa não é nenhuma invenção brasileira, tampouco – palavras minhas – uma jabuticaba. Eu dificilmente concordo e convirjo com o Senador Lindbergh, mas, neste particular, nós estamos atuando de maneira convergente.

V. Exª estaria cometendo um equívoco se, nesse projeto, tentasse estabelecer meta para emprego, mas V. Exª não faz isso. Estabelecer meta para a geração de emprego seria um grande equívoco, porque geração de emprego é consequência do conjunto da orientação econômica, que considera a política fiscal e considera um conjunto de outros elementos que possam estar regulados à necessidade do País de crescer, se desenvolver, ser competitivo e assim por diante.

Sabe V. Exª, como eu, que sequer há necessidade de fazermos isso por lei complementar, porque o Conselho Monetário Nacional, por resolução, poderia fazer esse ajuste. Eu, inclusive, acho que nos doze anos de Governo do PT poderiam ter feito isso, porque o Conselho Monetário Nacional, ao longo desses anos todos, reuniu-se e poderia ter introduzido, mas não o fez. É um equívoco não ter feito isso, porque a preocupação com a geração do emprego é algo fundamental nessa quadra brasileira em que a nossa economia está mergulhada na mais complexa crise econômica de todas as séries que foram apontadas e monitoradas.

Nós estamos hoje com mais de vinte milhões de brasileiros desempregados que não conseguem levar dignidade para suas famílias, e tantos outros, pelo menos mais oito milhões, que são brasileiros subempregados, no famoso bico, em circunstâncias aviltantes porque sequer as contribuições sociais são recolhidas. E trata-se de brasileiros que não vão ao mercado de trabalho porque não têm mais expectativa de conseguir uma ocupação para levar dignidade para suas famílias.

Sabemos todos que uma pessoa sem trabalho, sem ocupação, é uma pessoa com estima muito baixa. E tudo isso é consequência dos equívocos, dos crimes praticados nos últimos anos contra o povo brasileiro. Sobretudo os crimes liderados pela chamada nova matriz econômica, da equipe econômica da Presidente afastada pelos crimes que cometeu contra o povo brasileiro.

Portanto, todo esforço que se faz é na direção de reconstruirmos as bases macroeconômicas do nosso País. E esse projeto, a meu juízo, dialoga nessa direção, apesar de eu apontar e ratificar que o partido da Presidente Dilma e do Senador Lindbergh poderia ter feito isso por resolução do Conselho Monetário Nacional. Não necessitaria de lei complementar.

De modo que não estamos inventando a roda, nós estamos trabalhando em linha com aquilo que o FED já pratica, é verdade. O duplo comando do banco central americano já é praticado desde 1977. E o Copom do banco central americano divulgou, inclusive, em 2012, um comunicado no qual explicava os princípios aplicáveis à sua tomada de decisão e considerando seus objetivos.

Para o Copom do banco central americano, FOMC, a inflação no longo prazo é determinada pela política monetária. Portanto, o comitê tem a habilidade de especificar uma meta de inflação, o que é feito e claramente comunicado ao mercado. Por outro lado, o Copom do banco central americano define que o nível de emprego é determinado por fatores não monetários que afetam a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho, e esses fatores podem mudar ao longo do tempo, além de serem de difícil mensuração.

Assim, o comitê de política monetária do banco central americano não considera adequado, como não estamos fazendo aqui, especificar uma meta de emprego para a nossa política monetária ou para o banco central brasileiro.

O que na prática se analisa e se considera são as informações da economia na sua tomada de decisão, exatamente como o nosso Copom faz. Desse modo, por regra, o que abunda não excede. Essa é uma mudança de semântica, por assim dizer, o que poderia ter sido feito, mas que não se fez. Façamos isso agora.

Manifesto aqui meu voto favorável, para ampliarmos essa responsabilidade do Banco Central, para considerarmos, sim, a geração de emprego, que é uma necessidade absoluta no debate brasileiro que estamos fazendo, na retomada do crescimento, do desenvolvimento e da geração de oportunidades para os brasileiros.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agradeço a V. Exª. É uma honra ter a oportunidade de votar com V. Exª em algumas matérias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Pela ordem de inscrição, o Senador Fernando Bezerra está com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente; Srª Relatora, Senadora Gleisi; meu querido amigo e autor dessa iniciativa legislativa, Senador Lindbergh, eu queria aqui manifestar minha posição favorável a esse projeto do Senador Lindbergh. Explico as minhas razões para votar de forma favorável.

Em primeiro lugar, acho que passou da hora de darmos este comando ao Banco Central de que o papel dele, ao administrar a política monetária do nosso País, vai além do controle da inflação, também buscando ativar a economia e, sobretudo, a geração de emprego. Hoje, a grande preocupação da sociedade brasileira se dá, de fato, com o nível de desemprego, que já ultrapassa mais de 12% da nossa população economicamente ativa.

Então, acho que essa condição foi criada para que tivéssemos condições de votar esse projeto do Senador Lindbergh, primeiro, em função da boa política que foi implementada desde a posse do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda, o Ministro Meirelles e o Presidente Ilan Goldfajn. Acho que os dois, num tempo muito curto, conseguiram reverter as expectativas inflacionárias do nosso País. Inclusive, já há a previsão de termos uma inflação, no próximo ano, em torno de 4,5%.

Então, quero aqui, primeiro, parabenizá-lo, mas também alertar que é importante já criar sinais para animar a economia brasileira. Acho que não podemos continuar numa situação em que estamos vendo, mês após mês, que a economia real, o setor produtivo não vem respondendo, como se esperava, à retomada desse crescimento. É evidente que há fatores de natureza política que afetam as expectativas, mas eu não me conformo – aí me somo a tantos outros companheiros – de ver o Brasil praticando as mais elevadas taxas de juros. Parece-me que são excessivas, que não encontram paralelo em nenhuma outra economia, sobretudo numa economia complexa, diversa, pujante como é a economia brasileira.

Então, acredito que estão criadas as condições, pelo acerto da política monetária adotada até aqui, para que possamos dar esse passo que é importante para o conjunto das políticas na área da economia.

Mas quero também dizer, Sr. Presidente, que esse projeto abre a oportunidade de votarmos e de o aprovarmos no Plenário do Senado Federal porque vamos votar a PEC dos gastos públicos. Nós vamos ter o controle da despesa pública, vamos ter elementos para, de fato, não estourar o Orçamento público nos próximos anos, e, consequentemente, esse duplo comando para o Banco Central poder estar agora, digamos, aliviado de uma política de despesa pública irresponsável, que levou ao endividamento, ao crescimento da dívida pública e que levou à desorganização das finanças públicas, sobretudo, dos entes federados.

Então, eu acho que, neste ambiente que nós estamos vivendo, talvez as razões que me levem a votar sejam distintas das de outros companheiros. Mas vejo que esse projeto de dar o duplo comando ao Banco Central encontra o momento correto agora que nós estamos sinalizando fortemente para o controle das despesas públicas, para não pressionar a política monetária e, consequentemente, tirarmos o Brasil dessa posição esquisita de ser o campeão dos juros em toda a economia global.

Portanto, eu voto favorável ao projeto do Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Como fui um dos militantes da votação em Plenário do projeto do Lindbergh, eu vejo, com satisfação, que por motivos diversos estamos convergindo para uma solução de duplo comando do Banco Central.

Agora, a Mesa gostaria de informar ao Plenário que, na Antártica, nós estamos vivendo também uma situação excepcional: juro zero e nenhuma atividade econômica.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador Requião, companheiros, companheiras, fico muito feliz porque acho que a reunião de hoje nasce sob o signo da convergência em torno de um projeto que me parece muito interessante porque consagra o que seja a visão finalística da política econômica, ou seja, política monetária é meio. O que se busca através da política monetária, da política fiscal, é pro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mover o crescimento, que é, em última instância, o objetivo de qualquer política econômica. Evidentemente, sob a existência de um processo de estreita coordenação entre a política monetária, a política fiscal, a política cambial. Mas não se pode perder de vista essa coisa óbvia de que o objetivo de qualquer política econômica é o crescimento.

Portanto, o duplo comando do Banco Central parece-me um imperativo. E é até surpreendente que essa coisa chegue com tanto atraso, a missão institucional do Banco Central. Ou seja, eu me congratulo com o Senador Lindbergh e acho que nós teremos um avanço importante do ponto de vista conceitual do que é, em última instância, o papel do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu me congratulo com a palavra do Senador Lindbergh. Também o Senador Lindbergh tem seus momentos de lucidez... (*Risos.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu recebo isso como um elogio, Senador Tasso Jereissati. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Foi acometido, como se diz aqui, por um momento de lucidez.

Mas, enfim, já foi dito aqui por vários Senadores que, em última análise, o objetivo do Banco Central quando busca a estabilidade da moeda, no fundo, é o crescimento e a geração de emprego, colocando até a geração de emprego à frente do crescimento econômico, porque nem sempre o crescimento econômico traz geração de emprego, principalmente nos dias de hoje, em que há uma grande discussão no mundo inteiro sobre se o crescimento em cima de tecnologias avançadíssimas é acompanhado por uma geração de emprego proporcional ao crescimento da economia. Portanto, nada mais razoável e sensato do que colocar que o Banco Central deve ter no seu mandato, nas suas preocupações, a manutenção do nível de emprego, o crescimento do nível de emprego quando este estiver em declínio, e colocar isso de uma maneira mais coordenada, mais racional, de maneira que o seu mandato não tenha a concentração de uma maneira focada, egoisticamente, numa questão sem nenhum tipo de pensamento de equilíbrio e que venha a levar em conta o outro lado da moeda que, afinal de contas, é o mais importante, que é a geração de empregos.

Por isso, venho aqui votar a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu vou ler aqui a tradução da Lei do FED: "O Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal e o Comitê Federal do Mercado Aberto manterão o crescimento de longo prazo dos agregados monetários e de crédito consistente para o potencial de crescimento de longo prazo da produção de modo a promover efetivamente os objetivos de máximo emprego, estabilidade de preços e taxas de juros de longo prazo moderadas".

O proposto pelo Senador Lindbergh diz:

> Art. 9º Compete ao Banco Central da República do Brasil "perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, fiscalizar e regular o sistema financeiro para garantir um sistema sólido e eficiente [e aqui ele acrescentou] e contribuir para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos", bem como cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.

São Paulo – parece que o nosso Presidente é chegado a esse tipo de citação –, na Carta aos Romanos, disse: "Estou ciente de que o bem não habita em mim, isto é, na minha carne, pois eu tenho capacidade de querer o bem, mas não de realizá-lo. Com efeito, não faço o bem que quero, mas faço o mal que não quero." Cai como uma luva nesse gráfico aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Esse gráfico mostra que o governo anterior manipulou preços. Em setembro de 2012 reduziu o preço da energia, que devastou o setor elétrico. Quer dizer, agregou devastação ao setor energético. Já tinha a Petrobras que estava devastada, devastou o setor de energia, no qual a Petrobras inclusive tem participação. A inflação começa a crescer – estamos falando de setembro de 2012 – e eles decidem reduzir a Selic. Reduzem a Selic, reduzem a Selic. No momento seguinte, começam a subir a Selic, em julho de 2013. O IPCA continua crescendo, transpõe os 6% consistentemente. No início da campanha de 2014, eles param de fazer crescer a Selic. Terminada a campanha, eles voltam a subir a Selic. É uma manipulação, e as consequências nós sabemos. Ouvimos enfaticamente o Senador Ferraço falando disso. Aonde isso nos levou? Foram 10,7% em 2015, e vamos ver o que conseguimos este ano, com todos os esforços que estão sendo feitos.

O propósito anunciado é um propósito do qual compartilhamos. Aqui já se manifestaram o Ferraço, o Tasso, e eu estou me manifestando agora. Mas é preciso mais do que isso, é preciso ter um compromisso efetivo com o País, de sustentabilidade, e não trabalhar de acordo com circunstâncias. É o que estamos procurando fazer agora. De modo que acho que não há problema nenhum em acrescentar a frase "contribuir para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos" porque está muito claro que incumbe ao Banco Central zelar pela estabilidade da moeda, do poder de compra da moeda, que é o principal do ponto de vista dos trabalhadores, dos que não vivem de renda.

"[...] Fiscalizar e regular o sistema financeiro para garantir um sistema sólido e eficiente, contribuir para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos, bem como cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional."

Meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – A Mesa esclarece que, em 2010, tínhamos um déficit público de R$45 bilhões. Esse déficit, em 2015, foi para R$513 bilhões; desses, 6,7 por conta dos juros, do superávit nominal e 2 pontos por conta do déficit no primário.

Vejo, com grande satisfação, que chegamos a uma convergência. A Comissão exercitou críticas absolutamente procedentes, de todas as partes.

Não havendo mais Senadores inscritos, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Aleluia! O Espírito Santo iluminou a Comissão de Economia nesta manhã. (*Palmas.*)

Espero que essa iluminação seja também uma característica da votação no plenário do Senado Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Obrigado pela homenagem ao Espírito Santo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – A menção ao Espírito Santo foi uma referência direta ao Senador Ricardo Ferraço, que veio hoje possuído daquele estalo do Padre Vieira: a conversão absoluta ao bem.

Entrego a Presidência da Comissão à Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente, queria sugerir a V. Exª que colocasse em votação o requerimento que foi apresentado pelo Senador Ataídes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Como?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Esse requerimento é do Plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Srª Presidente, eu posso retificar?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pode, claro!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Com relação ao item 3 da pauta, há requerimentos no plenário da Casa para que esse processado...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador, deixe-me apenas encaminhar, porque o item 3 é terminativo e, portanto, não teríamos como discuti-lo agora, pois não temos quórum na Comissão. E o Senador Jorge Viana também não está aqui para fazer o seu relatório.

O item 4 não é terminativo. Trata-se projeto de autoria do Senador Ivo Cassol, sob a relataria do Senador Lindbergh. Foi lido o relatório e foi encerrada a discussão. Então, eu não tenho como remeter esse projeto ao Plenário, uma vez que ele teve a sua discussão encerrada. Posso remeter os outros dois cujas discussões não foram encerradas.

Então, esse projeto, agora, não é terminativo e está em votação. Assim, o que eu posso fazer é abrir para encaminhamento, lembrando que a discussão foi encerrada na semana passada.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito.

Autoria: Senador Ivo Cassol.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 22/11/16, foi encerrada a discussão da matéria.

Está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado com três votos contrários.

Aprovado o projeto.

Passamos, agora, para o item 5.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Para o item 1 eu precisaria ter quórum aqui, ou seja, precisaria da presença de 14 Srs. Senadores, uma vez que se trata de matéria de caráter terminativo. É igual ao item 3.

Pedimos inclusive aos Senadores que estão terminando a discussão na CMA que venham para cá.

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1.964, a fim de limitar as taxas de juros cobradas por bancos e instituições financeiras, inclusive administradoras de cartões de crédito, nas operações e serviços bancários ou financeiros prestados às pessoas físicas e jurídicas no Brasil.

Autoria: Senador Reguffe.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 22/11/16, foi concedida vista coletiva.

O relatório foi lido e foi concedida vista coletiva.

Eu pergunto se o Sr. Relator gostaria de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Está em discussão o item 5. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado com três...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Espere. Espere. Eu queria uma explicação, porque isso está limitando...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está em votação.

É o item 5.

Aprovado, com um, dois, três, quatro votos em contrário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Srª Presidente, peço verificação.

Peço verificação. Está muito confuso, desculpe.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª precisa de três apoiamentos para verificação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O Senador...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O.k. Apoiada a verificação.

Abriremos a votação nominal.

É o item 5, não terminativo. Foi lido o relatório, que é favorável. Abri a discussão e, como ninguém quis discutir, foi encerrada.

Item 5.

Já estamos providenciando a votação em painel. Só um minutinho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, é só para...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É só para todos estarem informados do que nós estamos votando.

O item anterior era, de forma muito clara, no sentido de limitar os juros de cartão crédito, que são abusivos no Brasil, mas esse outro é muito mais abrangente, é para fixar juros em todas as operações e serviços bancários. Isso não é plausível.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, eu poderia aqui... O Senador Reguffe...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A discussão foi encerrada ou não, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A discussão foi encerrada. Nós estamos na verificação de votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Então, se a verificação foi encerrada, está encerrada. Ou, então, V. Exª abre para discussão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O que nós podemos fazer agora, como foi pedida votação nominal, é encaminhamento. Cada Senador teria cinco minutos para encaminhar. Se quiserem encaminhar, eu abro a palavra para encaminhar.

Eu estou providenciando aqui a abertura do painel.

Está aberto o painel para votação.

Os Senadores que são favoráveis ao Projeto de Lei nº 412 votam "sim".

Se alguém quiser encaminhar, a palavra está aberta para encaminhamento.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O voto contra é "não".

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senadores contra votam "não".

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Contra o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Contra o projeto, isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O sistema está com defeito.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós estamos com problema no painel. Mas já há dez votos.

O seu não está confirmando, Senador Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O meu também não.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas já votou lá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas não está confirmado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Deixe-me avaliar. Se for o caso, faremos a votação nominal.

A informação é de que o painel está registrando, mas está dando erro aqui.

Eu não consegui votar ainda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª podia chamar a lista e os Senadores se manifestarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Se V. Exª fizer a chamada um a um

, de cada Senador, nós vamos tirar qualquer dúvida.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Srª Presidente, meu nome aparece em verde.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Eu já votei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Não, não... Aparece o voto efetivo quando está em amarelo, suponho eu.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, em verde é que já votou. É que nós estamos com um problema...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Verde também é votado?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... no computador, porque não está aparecendo a confirmação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Se o verde é para votado, então meu voto está consignado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu tenho que autenticar o meu aqui, que está com problema agora.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sugiro que V. Exª chame um a um, resolve o assunto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está bem. Deixe-me só terminar de autenticar a minha aqui para ver se é possível. (*Pausa.*)

Para não ficar com dúvida, vou chamar um a um dos que estão aqui.

Primeiro chamo quem?

Então, vamos proceder à votação nominal do Projeto de Lei do Senado nº 412, Complementar, não terminativo.

Começando pelo Senador Lindbergh Farias, como vota?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – "Sim", Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Voto "não".

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – "Sim."

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – "Não."

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Voto "não".

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – "Não."

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – "Não."

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – "Não."

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – "Não."

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não há quórum para votar o projeto, portanto, está prejudicada a votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não temos quatorze?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não temos quatorze aqui para votar. É um projeto não terminativo, mas que exigiria quatorze em plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O próximo projeto é de autoria de V. Exª, Senadora Gleisi Hoffmann. Como estamos sem quórum, eu iria já fazer um apelo – viu, Senador Ricardo Ferraço?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na verdade, de todos esses projetos que discutem limitação de juros de cartão de crédito, eu acho que o mais consistente é esse que foi apresentado pela Senadora Gleisi. Ela foi estudar a experiência internacional, vários exemplos de países que colocam algum limite, e fez um projeto, a meu ver, muito consistente, porque, de fato, não dá para encarar como normais juros de cartão de crédito de 480% ao ano, mas também não dá para inventar qualquer coisa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu sei. Eu estou falando tudo isso porque eu acho que esse projeto da Senadora Gleisi, eu sei que não há quórum, ela deveria retirar e conversar com cada um dos Senadores para explicá-lo. Acho que é um projeto muito bem estruturado. Eu creio que essa conversa seria muito importante para que a gente acumule forças na situação para construir um consenso para que esse projeto seja aprovado.

Então, independentemente de chegar a haver quórum aqui ou não, estão chegando Senadores, a sugestão que dou a V. Exª é que retire de pauta para que a gente possa fazer essa conversa com os Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu concordo, então, com o Senador Lindbergh. Retiro o projeto. E nós vamos procurar conversar com os Senadores.

O item 7 é também um item terminativo. Nós não temos quórum para fazer a deliberação.

Item nº 8, não deliberativo.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, de 2016
- Não terminativo -

Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta e contrário às emendas nºs 1 a 4.

Observações:

1. Em 12/9/2016, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do senador José Aníbal;

2. Em 17/11/2016, foram apresentadas as emendas nºs 2 e 3, de autoria do senador Dalirio Beber;

3. Em 21/11/2016, foi apresentada a emenda nº 4, de autoria do senador Lasier Martins.

Com a palavra o Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 54, que tem origem na Câmara, o PLC, de autoria da Presidência da República, possuía em sua redação original, ou seja, no PLP nº 257, dois importantes objetivos: oferecer um plano de auxílio aos Estados e ao Distrito Federal em face da grave crise fiscal que atinge esses entes e promover o estímulo ao reequilíbrio fiscal, especialmente por meio da prestação de contrapartidas pelos entes beneficiados.

O Plano de Auxílio prevê, em síntese, a possibilidade de concessão de um prazo adicional de 240 meses para o pagamento de dívidas refinanciadas em contratos celebrados pela União com os Estados e o Distrito Federal, com base na Lei nº 9.496, de 1997, e na Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001. Com a extensão do prazo em até 20 anos, o prazo total para o pagamento dessas dívidas poderá ser de até 50 anos. Ou seja, 20 anos do prazo normal do contrato original, mais 10 anos para o pagamento do resíduo, mais 20 anos, agora, da extensão do prazo, contados a partir da data de assinatura do contrato de renegociação mais antigo.

Quanto a esse plano, o texto aprovado pela Câmara manteve a quase totalidade das disposições do projeto original. Houve, no entanto, algumas alterações importantes.

A redução extraordinária da parcela mensal prevista no texto original, ou seja, na parcela de serviço, era de até 40% por um prazo máximo de 24 meses, observado o limite de R$160 milhões por mês. De outro lado, a proposta advinda da Câmara passou a prever uma redução de 100%, ou seja, uma suspensão do serviço da dívida dos Estados para os primeiros 6 meses; e para os 18 meses subsequentes, uma redução escalonada desse percentual, observado o limite de R$500 milhões para cada parcela mensal.

Por sua vez, as medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal foram imensamente prejudicadas no texto aprovado pela Câmara, pois extirpou-se da proposta quase todas as contrapartidas previstas. Restou apenas uma, qual seja, a limitação do crescimento das despesas primárias ao Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) durante 24 meses.

Nesta Comissão foram apresentadas a Emenda nº 1 – CAE, de autoria do Senador José Aníbal, as Emendas nºs 2 e 3 – CAE, de autoria do Senador Dalirio Beber, e a Emenda nº 4 – CAE, de autoria do Senador Lasier Martins. A Emenda nº 1 – CAE é composta por dois artigos. O primeiro determina que a extensão do prazo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

adicional de pagamento das dívidas dos Estados e do Distrito Federal refinanciadas com base na Lei e na MPV já referidas, por até 240 meses poderá ser concedida pela União desde que o respectivo Estado ou o Distrito Federal já possua lei própria referente às normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal. Por sua vez, o art. 2º revoga os arts. 4º, 7º, 8º, 9º e 10 da proposição. Segundo o autor, a intenção da emenda é garantir que o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal não interfira na autonomia das unidades da Federação.

A Emenda nº 2 busca alterar a redação do inciso VIII do art. 13 da MPV nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para determinar que as fundações de direito privado e as fundações públicas instituídas ou mantidas pelo Poder Público, exceto as unidades gestoras que exercem gestão exclusiva dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), paguem as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), com base na folha de salários, à alíquota de um por cento. Consoante a justificação, o objetivo é assegurar a isenção do tributo para as entidades públicas que gerenciam recursos para fins previdenciários.

Já a Emenda nº 3 – CAE objetiva excluir da base de cálculo do PIS/Pasep, no âmbito dos Estados, Distrito Federal, Municípios e suas entidades, as contribuições para o custeio dos sistemas previdenciários e as receitas provenientes da compensação financeira entre os diversos regimes previdenciários existentes no País. A intenção, conforme a justificação, é garantir tratamento equânime na Federação aos recursos voltados à área da Previdência. No âmbito das autarquias, os recursos constantes do orçamento da seguridade social são excluídos da base de cálculo do PIS/Pasep, mas o mesmo não ocorre para os demais entes federados. Com isso, o equilíbrio atuarial e financeiro dos RPPS desses últimos entes é afetado negativamente.

A seu tempo, a Emenda nº 4 tem por finalidade permitir que a concessão e a manutenção dos termos aditivos relativos à obtenção de prazo adicional de até 240 meses para o pagamento das dívidas refinanciadas ao amparo da Lei e da Medida Provisória já referidas e à redução extraordinária das prestações dessas dívidas sejam restritas apenas, respectivamente, a desistência e ao não ajuizamento de ações cujo objeto seja a tese do anatocismo, incidência ilegal de juros compostos, a exemplo do Mandado de Segurança nº 34023, proposto pelo Estado de Santa Catarina.

Segundo o autor, a regra original de desistência e de não proposição de qualquer ação judicial tolhe de maneira desproporcional a liberdade dos entes federados buscarem soluções para questionamentos não resolvidos administrativamente.

É o breve relatório, Srª Presidente.

Passamos à análise.

A matéria é meritória, pois as mudanças nas condições das dívidas refinanciadas junto à União, promovidas pela LCP nº 148, de 2014, com redação dada pela LCP nº 151, de 2015, beneficiaram mais os Municípios que os Estados.

Tendo-se em vista a crise de liquidez dos Estados e do Distrito Federal, claramente perceptível nos diversos atrasos dos pagamentos mensais dos salários dos servidores públicos ocorridos em 2015 e 2016, é imprescindível a aprovação do alívio federal de curto prazo proposto a esses entes no tocante à redução do pagamento dos encargos das dívidas renegociadas e das dívidas contraídas com recursos do BNDES. Sem isso, pode haver, simplesmente, o colapso dos serviços básicos de educação, saúde e segurança nas unidades da Federação.

O quadro abaixo combina as informações prestadas recentemente à imprensa pelo atual Ministro de Estado da Fazenda, Henrique Meirelles, com as informações divulgadas pelo Ministro anterior, Nelson Barbosa, em 29 de março último, na audiência pública da CAE, sobre a estimativa da redução, no curto prazo, do serviço da dívida dos Estados e do Distrito Federal em relação: ao alongamento do prazo de pagamento das dívidas vigentes com recursos do BNDES por dez anos, sendo quatro anos de carência do principal; à redução extraordinária das prestações; e, finalmente, ao parcelamento das dívidas vencidas e não pagas, amparadas por mandados de segurança providos pelo STF no âmbito da discussão iniciada pelo Estado de Santa Catarina em relação à aplicação de juros simples sobre o saldo devedor.

Estimativa de Impacto da Redução do Serviço da Dívida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, temos aqui, pela extensão de prazo, R$5 bilhões, pelo efeito da prorrogação no BNDES, R$1,1 bilhão, e sobretudo pela redução, o efeito da redução das prestações e parcelamento das dívidas amparadas por mandados de segurança, R$13,9 bilhões. Então, em 2016, o impacto é de R$20 bilhões. Em 2017, é de R$15 bilhões, e, em 2018, também está estimado em R$15 bilhões, perfazendo um total de R$50 bilhões nesses três anos.

Como a redução dos pagamentos do serviço da dívida pelos Estados e pelo Distrito Federal será convertida integralmente em despesas primárias, o déficit primário do setor público consolidado aumentará R$20 bilhões em 2016. Esse valor – é importante registrar – já foi considerado na previsão de déficit primário de R$170,5 bilhões neste ano, nos termos da Lei nº 13.291, de 25 de maio de 2016. Nota-se que o maior impacto fiscal do PLC nº 54, de 2016, deve-se à suspensão dos pagamentos das prestações das dívidas refinanciadas por seis meses, entre julho e dezembro do ano em curso.

Convém, porém, ressaltar que o alívio ao presente problema de liquidez atual não significa a solução definitiva da crise fiscal pela qual passa quase a totalidade das unidades da Federação, que possui ligação direta com o descontrole das despesas de pessoal, incluindo os encargos delas decorrentes, nos últimos anos. Entre 2009 e 2015, as despesas com pessoal da União diminuíram em valor relativo, passando de 4,6% para 4,0% do Produto Interno Bruto (PIB). Já as despesas de pessoal sob responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal saltaram de 4,8% para 5,4% do PIB no mesmo período. Isso indica que recentemente esses últimos entes adotaram uma política de pessoal relativamente flexível.

Inclusive, não se pode alegar que a taxa negativa de crescimento do PIB real em 2015 (-3,8%) foi o fator mais importante pela escalada das despesas de pessoal nesse ano, pois a variação dessas despesas foi de apenas 0,1 ponto percentual no caso da União, passando de 4,0% para 4,1% do PIB entre 2014 e 2015, ao passo que no âmbito estadual foi de 0,3 p.p., aumentando de 5,1% para 5,4% do PIB no mesmo período. É bastante provável que o pagamento de parcelas de aumentos contratados nos anos anteriores tenha sido o principal fator dessa escalada mais recente.

Obviamente, apesar de sua maior importância, o crescimento das despesas com pessoal nos Estados e no Distrito Federal isoladamente não explica a crise fiscal atual. É preciso levar em conta também o aumento da dívida bancária e da dívida externa, principalmente a partir de 2008. No final de 2007, essas dívidas correspondiam a 5,4% do total da dívida estadual e municipal. Já no final e 2014 e de 2015 eram equivalentes a, respectivamente, 26,2% e 30,7% desse total, que também engloba as dívidas com a União (renegociadas e outros débitos) e outras dívidas. Particularmente, a participação das dívidas com a União no total do endividamento diminuiu de 93,3% no final de 2007 para 73,4% e 68,9%, respectivamente, no final de 2014 e de 2015.

O endividamento junto às instituições financeiras internas e externas aumentou acentuadamente, em pontos percentuais, em todas as regiões geográficas. Nas Regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul cresceu entre os anos de 2007 e 2015, na devida ordem, 44,9 p.p. (de 3,6% para 48,5% da dívida total), 54,4 p.p. (de 16,3% para 70,7%), 52,5 p.p. (27,1% para 79,6%), 20,0 p.p. (de 3,1% para 23,1%) e 24,7 p.p. (de 1,2% para 25,9%).

A contrapartida do aumento da participação dessas dívidas no total do endividamento dos Estados e do Distrito Federal foi a elevação da participação do serviço dessas dívidas no serviço do endividamento total. Entre 2014 e 2015, o serviço das dívidas com credores externos e nacionais, exceto a União, saltou de R$11,4 bilhões para R$16,7 bilhões, enquanto o serviço das dívidas com a União aumentou de R$35,9 bilhões para R$37,3 bilhões. Em termos percentuais, o serviço das dívidas com os outros credores, exceto a União, elevou-se de 24,1% para 30,9% do total do serviço das dívidas estaduais. Em geral, o total do serviço das dívidas saltou de R$47,3 bilhões para R$53,9 bilhões nesse período.

Juntando o aumento das despesas de pessoal com os encargos do recente endividamento, tem-se uma diminuição progressiva do grau de liberdade da gestão orçamentária-financeira estadual, sendo que a atual crise econômica, com reflexos negativos sobre o consumo e, consequentemente, sobre a arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), apenas trouxe à tona um problema de liquidez que mais cedo ou mais tarde ocorreria, a não ser no improvável cenário de que o ritmo de crescimento das receitas sempre acompanhasse o ritmo de expansão das despesas primárias e financeiras.

Diante disso, a única contrapartida explícita constante do PLC nº 54, de 2016, que é originário da Câ-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mara, conforme redação aprovada naquela Casa legislativa, pode ser entendida como ineficaz para a solução do problema estrutural das contas públicas estaduais, devido ao fato de que a limitação do crescimento das despesas primárias correntes, exceto transferências constitucionais aos Municípios e Pasep, à taxa de inflação medida pelo IPCA ocorrerá apenas durante dois anos.

Como tem sido amplamente discutido nesta Casa, a atual trajetória da dívida pública traz grandes inseguranças acerca dos rumos que a economia irá tomar. Isso reduz os investimentos no País e, consequentemente, a retomada do crescimento.

Cria-se aí um círculo vicioso: investimentos reduzidos, economia estagnada ou em declínio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...e o comprometimento das receitas governamentais. Os resultados primários, como se tem visto, tornam-se negativos. As receitas não financeiras não são suficientes para cobrirem as despesas não financeiras, impossibilitando o pagamento dos juros que incidem sobre a dívida pública. A capitalização desses juros eleva a relação dívida/PIB, o que garante a sobrevivência desse ciclo pernicioso.

Se não forem concentrados esforços no sentido de rapidamente romper esse ciclo, a estimativa é a de que o resultado primário para 2021 seja um assombroso déficit de quase R$300 bilhões. A PEC 55, de 2016, consubstancia, nesse sentido, um esforço da União para conter a deterioração das contas públicas. A situação fiscal dos Estados tem impacto direto nos resultados primários. É importante reforçar que a redução do pagamento dos serviços da dívida pelos Estados e pelo Distrito Federal, que é proporcionada por este projeto que ora se analisa, representa uma contribuição para o déficit primário do setor público da ordem de R$20 bilhões em 2016. Esse valor, como já se afirmou, foi considerado na previsão recorde de déficit primário de R$170,5 bilhões para este ano.

Portanto, há necessidade do estabelecimento de um novo regime fiscal para os Estados. Não há como construir um novo regime fiscal no Brasil sem que a ele se vinculem também os Estados e os Municípios. Não há como fazê-lo de maneira isolada. Devem as unidades federativas ser parte de um esforço conjunto no estabelecimento de uma disciplina que possibilite, o mais brevemente possível, a retomada dos investimentos e, consequentemente, do crescimento da economia brasileira.

É fato que, historicamente, o federalismo brasileiro revela um padrão de relações não cooperativas e até mesmo predatórias. São exemplos disso a chamada guerra fiscal, em que os entes subnacionais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...competem entre si, oferecendo incentivos na busca por investimentos privados, e a disputa entre os Estados e a União por recursos, como os provenientes da repatriação de ativos no exterior. Tais relações são contrárias aos princípios de um federalismo verdadeiramente republicano, que exige uma competição cooperativa e uma consciência de responsabilização mútua. Graves momentos de crise, como o atual, exigem que todos os entes, União, Estados e Municípios, assumam sua cota de responsabilidade na adoção de um novo regime fiscal para o País; do contrário, a disciplina de uns pode não ser capaz de compensar a conduta financeiramente irregular dos demais.

Qualquer solução que se digne a enfrentar seriamente a questão não pode oferecer somente o analgésico, aqui representado pelo mero refinanciamento das dívidas, mas deve ser capaz de desafiar a causa da afecção. Em outras palavras, a solução não pode ser episódica, como seria caso o presente projeto tratasse apenas da mera prorrogação dos prazos para pagamento das dívidas.

Ela deve apresentar ações que ensejam um verdadeiro reequilíbrio das contas estaduais, para que um novo plano de renegociação de dívidas não venha a ser necessário novamente num prazo curto. O restabelecimento das contrapartidas caminha exatamente no sentido de conjugar esforços que sejam capazes de restaurar a saúde fiscal dos Estados e, portanto, de garantir o sucesso das medidas que têm sido propostas sobre o assunto até o momento.

Assim, torna-se obrigatório, a nosso juízo, o resgate de algumas contrapartidas inicialmente constantes do PLP 257, de 2016, com o intuito de induzir as gestões fiscais estaduais a uma trajetória de sustentabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

das contas públicas. Isso evitará, como já se disse, que daqui há alguns anos ocorra uma nova rodada de renegociação de dívida, não por causa da queda brusca das receitas disponíveis, mas devido, sobretudo, à atual dinâmica explosiva do crescimento de despesa de pessoal.

Com isso, será possível expandir o nível dos investimentos públicos, o que contribuirá para a elevação do nível de renda, do nível de emprego e do bem-estar da população de cada Estado.

Dessa forma, são trazidas de volta o art. 4º do projeto as contrapartidas de durante 24 meses, a contar da assinatura do primeiro aditivo: vedar a edição de leis ou programas de concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira; suspender a contratação de pessoal, exceto estatais não dependentes, reposições oriundas de vacância; aposentadoria ou falecimento de servidores nas áreas de educação, saúde e segurança, bem como, de cargos de chefia que não elevem despesas; terceiro, reduzir a despesa mensal com cargos de livre provimento em 10% na comparação com o mês de junho de 2014 e limitar as despesas com publicidade e propaganda correspondente a 50% da média dos valores empenhados nos últimos três anos.

Ademais é recuperada a contrapartida de publicação em até 180 dias a contar da data de assinatura do primeiro termo aditivo da Lei Estadual de Responsabilidade Fiscal, com conteúdo mínimo que preveja a instituição de monitoramento fiscal contínuo das contas doentes, a instituição de critérios para avaliação periódica dos programas, a definição de limite para o acréscimo das despesas orçamentárias não financeiras, deduzidas dos investimentos e das inversões financeiras, ao montante de 80% do crescimento nominal da Receita Corrente Líquida do exercício financeiro anterior em caso desse tipo de despesas ultrapassar 90% da Receita Corrente Líquida.

Além disso, essa lei estadual deverá enfrentar um desequilíbrio crônico nas contas públicas. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, entre 2009 e 2015, o crescimento real dos gastos dos Estados com o pagamento de aposentadorias e pensões foi de 64%. Eu gostaria de repetir este número: o crescimento real dos gastos dos Estados com o pagamento de aposentadorias e pensões foi de 64%, passando de R$47 bilhões para R$77 bilhões (a preços constantes de 2015). O déficit atuarial dos regimes próprios de previdência social dos Estados equivale a R$ 2,4 trilhões, ou seja, 41% do PIB de 2015, o que, em termos por servidor ou pensionista desses regimes próprios, equivale a R$543 mil.

Portanto, prevê-se a instituição de um regime de previdência complementar, caso ainda não tenha sido publicada outra lei com o mesmo efeito, a elevação das contribuições previdenciárias dos servidores e patronal ao regime próprio de previdência social e a reforma do regime jurídico dos servidores ativos e inativos, civis e militares, para limitar os benefícios, progressões e vantagens ao que é estabelecido para os servidores da União.

A contribuição previdenciária dos servidores e patronal ao regime próprio de previdência social deverá ser, no mínimo, de 14% e 28% respectivamente. Essa elevação poderá ser implementada gradualmente em até 3 (três) anos, até atingir o montante necessário para saldar o déficit atuarial e equiparar ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... as receitas das contribuições e dos recursos vinculados ao regime próprio à totalidade de suas despesas, incluindo as pagas com recursos do Tesouro.

Importa afirmar que a obrigatoriedade de prestação das contrapartidas do art. 4º abrange também os estados que renegociarem as dívidas com recursos do BNDES. Também é inserido no art. 4º a exigência de contrapartida tendente a melhorar o ambiente tributário das empresas brasileiras. Como se sabe, há uma multiplicidade de exigências fiscais no País que acarreta elevado custo para as empresas. No caso das grandes corporações, existem, muitas vezes, enormes departamentos contábeis e jurídicos para o atendimento das exigências do Fisco, o que apenas eleva as despesas, sem nenhum ganho de produtividade, e submete os pequenos e médios contribuintes a uma situação que se traduz em custo e comprometimento da produtividade.

No âmbito dos Estados, a situação é caótica, mais especificamente quanto ao ICMS. Os Fiscos estaduais exigem obrigações acessórias cujas informações muitas vezes são previamente conhecidas da Administração Tributária. Há inúmeras situações, também, em que o contribuinte é obrigado a entregar declarações cujas informações já foram exigidas em outras obrigações acessórias. Soma-se a isso a inexistência de uniformidade entre as exigências de cada Fisco estadual, o que contribui para o aumento da complexidade tributária no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A questão é tão grave que, em trabalho produzido pelo Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap), denominado Pesquisa de Compliance Tributário Estadual, referente ao ICMS, chegou-se a um dado estarrecedor que revela as distorções do ambiente tributário nos Estados: a média nacional de tempo que cada estabelecimento despende para atender às regras inerentes à apuração do imposto e às exigências do Fisco é de 4,7 mil horas por ano. O diagnóstico da distorção do sistema, certamente, é múltiplo. Um dos elementos que compõem esse diagnóstico é a duplicação de informações exigidas pelas Administrações Tributárias em razão, por exemplo, da criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007.

O SPED tem por objetivo modernizar a sistemática atual de cumprimento de obrigações acessórias. Trata-se de projeto de iniciativa integrada das Administrações Tributárias dos entes federativos e que tem como um de seus mais importantes benefícios a uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas. Em razão da competência estadual para instituição do ICMS, cada Estado decide se adere às regras do SPED para exigência de obrigações acessórias e quais obrigações continuam a exigir fora da referida sistemática.

Nos casos em que as unidades federadas continuam a exigir as obrigações historicamente previstas para os contribuintes do ICMS é que se revelam as exigências de informações prestadas em duplicidade. O comparativo elaborado pelo Getap entre as informações prestadas no EFD-ICMS/IPI, que é a escrituração fiscal digital relativa à apuração desses dois impostos, e nas obrigações acessórias estaduais demonstra a duplicidade de exigências impostas pelos Fiscos.

Parece justo exigir como contrapartida, no âmbito de projeto que promove a suavização de pagamentos de pagamentos de compromissos financeiros com a União, que os Estados adiram ao SPED e se comprometam a eliminar obrigações acessórias cujas informações estejam abrangidas pela referida sistemática. A eliminação de obrigações acessórias em razão, por exemplo, da adoção da escrituração fiscal digital tem sido verificada em algumas unidades federativas, conforme se evidencia da pesquisa referida.

Trata-se, assim, de tendência que se pretende impulsionar com a previsão da contrapartida objeto da presente emenda. Com isso, haverá racionalização do sistema tributário e redução da complexidade relativa ao cumprimento das obrigações acessórias do ICMS, o que acarretará a diminuição dos custos de conformidade das empresas e, finalmente, a melhoria do ambiente de negócios no País.

Já que não podemos reduzir a carga tributária, e evidentemente, nesse contexto de crise fiscal, isso seria impensável, que, pelo menos, atuemos para reduzir a complexidade e os custos de conformidade que hoje afetam duramente as empresas, especialmente as empresas médias e pequenas.

Entre as diversas alterações propostas à LRF pelo PLP nº 257, de 2016, é oportuno recuperar as medidas de controle duradouro das despesas de pessoal de todos os entes da Federação. Ainda que imponham restrições adicionais aos Municípios, essas medidas funcionam como uma contrapartida dos entes beneficiados pelo atual processo de renegociação de dívidas junto à União e constituem, sem dúvida, a mais efetiva das medidas para se evitar que no futuro haja a repetição da presente crise fiscal estadual.

Essas medidas são relativas à abrangência do cômputo das despesas com pessoal, à proibição da concessão de aumentos de despesas de pessoal com implementação no mandato subsequente do chefe de Poder ou órgão e à implantação de nova penalidade ao ente que não promover o reenquadramento de suas despesas de pessoal aos respectivos limites nos prazos definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

As mudanças propostas no art. 18 da LRF pelo PLP 257, de 2016, buscam deixar explícito que as despesas com indenizações, auxílios, sentenças judiciais e requisições de pequeno valor serão computadas nos limites por Poder e órgão e que, conjuntamente com as despesas de pessoal de exercícios anteriores, elas serão computadas no limite de despesa total com pessoal do respectivo ente. Da mesma forma, torna-se explícita a ideia de que a apuração das despesas com pessoal deve observar a remuneração bruta do servidor, nela incluídos os valores retidos para pagamentos de tributos.

Como a apuração mais transparente das despesas com pessoal levará boa parte dos entes da Federação a extrapolarem, de imediato, os limites das despesas de pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, há a previsão de uma regra de transição de dez anos. Supondo que determinado Ente possui hoje despesas de pessoal da ordem de 80% da receita corrente líquida, aumenta essas despesas anualmente à taxa de infla-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ção medida pelo IPCA e tem aumentos reais da receita corrente líquida de 3% ao ano – essas são as hipóteses previstas nessa simulação –, então, a convergência aos atuais limites de despesas com pessoal ocorrerá exatamente em dez anos. Isso demonstra que a convergência se fará sem a ocorrência de demissões, mesmo em um cenário de baixo crescimento econômico. Não há, portanto, a necessidade de criação de privilégios, de enquadramento diferenciado para determinado Poder ou órgão. Ao contrário, a sociedade brasileira demanda abrangência na apuração das despesas com funcionalismo público e previsibilidade na condução da gestão fiscal, e não a realização de ajuste fiscal através do aumento de carga tributária.

Importa dizer que no presente diversas unidades da Federação se utilizam de interpretações dos Tribunais de Contas e do Poder Judiciária, sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, que contrariam as instruções da Secretaria do Tesouro Nacional. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, em 2015, Senadora Gleisi, sete Estados, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Goiás, Rio de Janeiro e Mato Grosso, estavam acima do limite de 60% para despesa total com pessoal. Por exemplo, o Estado do Rio Grande do Sul estava com despesas da ordem de 75,4%, ao passo que o Estado de Goiás, 63,9%. Esse último ente, em uma apuração própria mais abrangente, obteve o percentual de 76%.

Ressalte-se que a limitação do crescimento das despesas primárias estaduais, a inflação do ano anterior, por um período maior do que dois anos, possivelmente não constará da Proposta de Emenda à Constituição nº 241, que trata do novo regime fiscal. Logo, o não fortalecimento das regras de apuração das despesas de pessoal reduzirá o papel das contrapartidas na busca de uma solução satisfatória para o desequilíbrio fiscal dos Estados e do Distrito Federal. Já a alteração promovida no art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal decreta a nulidade do ato que conceda aumento de despesa cujas parcelas sejam implementadas após o final do mandato do atual Chefe do respectivo Poder ou órgão. Adicionalmente à prática desse ato nulo, é tipificada como crime contra as finanças públicas.

Por sua parte, a alteração no art. 23 da LRF cria a punição de que o ente não poderá conceder adicionais por tempo de serviço, incorporação de cargo ou função comissionada, progressões e promoções, exceto no caso de militares por ocasião da passagem à reserva, quando estiver com as despesas de pessoal acima dos limites da LRF findo o prazo de convergência de dois quadrimestres, que é contado em dobro quando a taxa de variação real acumulada do PIB é inferior a 1% no período correspondente aos quatro últimos trimestres.

Ademais, o art. 7º da proposição é modificado para permitir que a redação do §11º do art. 3º da Lei nº 9.496, de 1997, tenha o mesmo sentido que a redação inicial proposta pelo PLP nº 257, de 2016. Assim, a nova redação traz de volta a multa de mora de 2% sobre os valores em atraso das prestações.

Por fim, passo a analisar as quatro emendas apresentadas à matéria. A Emenda nº 1 – CAE não deve ser acatada por duas razões. Em primeiro lugar, ela busca excluir do PLC as alterações a serem promovidas nos Programas de Reestruturação e de Ajuste Fiscal e nos Programas de Acompanhamento Fiscal, bem como a contrapartida de limitação do crescimento das despesas primárias já especificadas à variação do IPCA por dois anos, indo na contramão, portanto, do estabelecimento de regras fiscais claras para o necessário ajuste fiscal de caráter estrutural.

Em segundo lugar, a exigência de que somente o Estado e o Distrito Federal que já possua lei de responsabilidade fiscal própria poderá assinar o termo aditivo de extensão do prazo das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997, e da MPV nº 2.192-70, de 2001, é muito rígida, pois, até meados do mês de julho último, apenas o Estado do Rio Grande do Sul possuía lei com esse conteúdo.

Por seu turno, as Emendas nºs 2 e 3 – CAE implicam renúncia tributária para a União. A Emenda nº 2 – CAE possui estimativa de impacto orçamentário-financeiro da ordem de R$212,7 milhões, R$863,1 milhões e R$881 milhões nos exercícios financeiros de 2016, 2017 e 2018, respectivamente, ao passo que a Emenda nº 3 – CAE tem estimativa de R$2,7 bilhões, R$8 bilhões e R$7,9 bilhões nos mesmos exercícios financeiros, na devida ordem. Em conjunto, o impacto alcançará R$2,9 bilhões, R$8,9 bilhões e R$8,8 bilhões, respectivamente, em cada um dos anos do triênio 2016-2018.

Para encerrar, Srª Presidente, nos termos do art. 14 da LRF, a concessão de benefício de natureza tributária que envolva renúncia de receita precisa estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entre em vigor e nos dois subsequentes, atender as regras da Lei de Diretrizes Orçamentárias e cumprir, pelo menos, uma das seguintes condições: demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita na Lei Orçamentária Anual e não afetará as metas de resultados primários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

estabelecidas no anexo próprio da LDO; ou estar acompanhada de medidas de compensação antes da entrada em vigência do benefício tributário.

As Emendas nºs 2 e 3 possuem a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, mas nada dizem sobre a possibilidade de afetarem adversamente a meta de resultado primário do setor público não financeiro consolidado para o presente ano. Certamente, dada a crise de liquidez pela qual enfrentam diversos entes subnacionais, o incremento de receitas nessas esferas será convertido, em sua maior parte, em despesas primárias, o que elevará o déficit de R$170,5 bilhões previsto para 2016. Como essas emendas tampouco vêm acompanhadas de medidas de incremento da arrecadação tributária federal, elas não merecem prosperar, sob o risco de se prejudicar a retomada do crescimento futuro devido à perda de confiança na política fiscal atual.

No tocante à Emenda nº 4, vislumbro dois argumentos contrários à sua aprovação. Em primeiro lugar, o texto deste PLC nº 54, de 2016 – Complementar reflete o acordo obtido entre os Estados e o Distrito Federal, de um lado, e a União, de outro, sob a tutela do STF, que chancelou a substituição, até o julgamento do mérito do teor das liminares concedidas nos mandados de segurança relativos à tese do anatocismo pelos termos do acordo federativo de 20 de junho último. Em segundo lugar, a possibilidade de propositura de novas ações judiciais referentes ao citado acordo constituirá um risco à sustentabilidade da dívida pública federal, afetando de modo adverso o montante de receitas financeiras que a União receberá futuramente e, deste modo, aumentando a taxa de crescimento do estoque da dívida bruta, atentando contra o ajuste fiscal em curso.

Finalmente, Srª Presidente, o voto.

Em decorrência do exposto, manifesto voto favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2016 – Complementar, nos termos do Substitutivo apresentado, com a rejeição das Emendas nºs 1 a 4 – CAE.

Era esse o relatório.

Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu vou dar a palavra a todos os Senadores que a estão pedindo.

Agradeço, Senador Armando Monteiro, pela leitura do relatório e também parabenizo o trabalho de V. Exª, que se dedicou muito a esse tema.

Antes, para não termos problema regimental, nós tivemos uma votação aqui para a qual foi pedida a verificação. Fizemos a verificação e não havia quórum para a votação se concluir. Nós tínhamos duas opções: suspender a reunião e esperar o quórum para refazer, ou aproveitar o quórum e dar sequência à leitura do projeto seguinte. Eu optei para que fizéssemos a leitura.

Temos quórum agora, e vou ter de recolocar em votação aquele projeto. Será rápido, vou ter que fazer chamada nominal, porque estamos com problemas no painel. Tão logo resolvamos isso, voltaremos a discutir a matéria que acabou o Senador Armando Monteiro de relatar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Senador Ferraço; depois, Senador Lindbergh.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não vamos tratar...Estamos tratando do item 5. Tenho que recolocar o item 5 em votação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fazendo*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

soar a campainha.) – Quero consultar o Senador Ricardo Ferração se não é melhor recolocarmos e darmos sequência.

Art. 293, Incisos III a VIII.

É sobre esta matéria, Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, é sobre esta matéria.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Qual matéria: dos Estados ou do item 5?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Do item 5. Só quero, rapidamente, em 30 segundos explicar o que é.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É uma questão regimental, eu pedi primeiro.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O art. 293 determina que: "VIII – verificada a falta de quórum, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campainhas durante dez minutos, após o que esta será reaberta, procedendo-se à nova votação."

Esse procedimento não foi adotado. E já foram muito mais do que dez minutos. O item 5 já foi deliberado. Não houve quórum, mas foi deliberado há mais de uma hora. Então, pergunto a V. Exª se o mais adequado não é fazermos a votação em outra sessão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Concordo com o Senador Ferraço, se for possível regimentalmente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, deixe-me tentar mediar aqui.

Na realidade, não fizemos a suspensão porque tinha quórum para a leitura de proposição. Então, optei por ler. Agora, se houver entendimento da Comissão – quero saber se há entendimento do Plenário da Comissão – de deixarmos para votar esta matéria na outra sessão, não vejo problema nenhum.

Eu só não gostaria, Senador Ferraço, de ser surpreendida com um requerimento em plenário, um recurso de qualquer par desta Comissão que considerasse que teríamos que ter suspendido. Se houver entendimento do Plenário, sigo esse entendimento, deixo o projeto para outra sessão e voltamos à discussão do projeto do Senador Armando Monteiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Concordo com o Senador Ricardo Ferraço até porque daria tempo de o Senador Reguffe explicar a cada Senador. O projeto dele é um projeto muito simples, joga para o Conselho de Política Monetária do Banco Central fixar o limite de juros – joga para o Banco Central. É um projeto responsável, e concordo com o Senador Ricardo Ferraço.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O.k. Então, como temos entendimento...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É sobre esse item 5?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – É não, é não. É sobre pauta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vou só encerrar esse item e, depois, passo-lhe a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pedi a palavra para discutir o relatório do Senador Armando Monteiro.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, sim, é que ele pede pela ordem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu também, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, só para deixarmos claro, vamos deixar o item nº 5 para ser deliberado na próxima sessão da CAE. O.k?

Senador Benedito de Lira tem uma questão de ordem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu também, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Depois, passo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Srª Presidente, sou Relator do item 12 da pauta de hoje, mas o autor do projeto me fez uma solicitação no sentido de que eu o retirasse de pauta para uma reanálise, considerando que apreciamos hoje três projetos que têm, mais ou menos, similaridade com o projeto nº 180. Por isso, peço a retirada de pauta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está acatado, Senador Benedito.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 12
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre o mercado de cartões de crédito, de débito e assemelhados.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

)

Senador Hélio José e, depois, com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Depois Lindbergh.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente, primeiro, cumprimento V. Exª pelos trabalhos e cumprimento todos aqui. Lamento a tragédia ocorrida com a Chapecoense. V. Exª é do Paraná, próximo à Santa Catarina.

Todos nós sabemos que, hoje, diante dessa tragédia, que nos colheu a todos de surpresa, o futebol não tem cor, não tem hino, não tem camisa; hoje, o futebol está de luto.

Oremos pelos familiares e irmãos que partiram.

Viva a Chapecoense! Que esteja com Deus todo o time da Chapecoense!

Salvaram-se dois goleiros e um ponta de lança da Chapecoense, mas, ainda assim, é uma tragédia que pegou a todos nós de surpresa. Mas Deus sabe o que faz; Deus sabe o dia de cada um de nós.

Então, mais uma vez, o nosso respeito e a nossa solidariedade a todos os familiares.

Srª Presidente, Sr. Relator, Senador Armando Monteiro, primeiramente, eu quero parabenizá-lo pelo trabalho intenso, pela competência demonstrada no relatório. Considero que se trata de um projeto muito complexo e que carece de uma análise muito apurada de parte de cada um de nós que estamos vivendo um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

período de profunda reflexão sobre o rearranjo do Governo Federal para a retomada do crescimento, para a retomada dos níveis de emprego.

Nesse sentido, eu gostaria de ter vista do processado para analisar com mais cuidado, colaborando com V. Exª nesse importante relatório, sem deixar de reconhecer o esforço de V. Exª, o estudo e a competência aqui demonstrados.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O.k.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Srª Presidente, era exatamente isso que nós faríamos, mas o que nós gostaríamos era iniciar o debate sobre esse projeto, até porque não é a primeira vez que o Congresso Nacional, que o Senado da República debate um tema como esse. Isso aconteceu nos anos 80, aconteceu no final dos anos 90, aconteceu em 2014, quando esta Casa alterou o indexador, permitindo mais uma folga de caixa para os Estados brasileiros, e acontece agora de novo.

Em todas essas negociações há um custo elevadíssimo, não para o Governo Federal, mas há um custo elevadíssimo para o contribuinte brasileiro. E nós precisamos, desde já, desmistificar essa fala, que é falsa, de que nós estamos onerando o Governo Federal. Não; nós estamos onerando, Senador Armando Monteiro, o contribuinte brasileiro, porque quem sustenta o Governo Federal é o contribuinte brasileiro.

Essa negociação gera encargos para o contribuinte brasileiro – é disso que se trata aqui – da ordem de R$50 bilhões. A que fizemos em final de 1997 gerou encargos da ordem de quase R$300 bilhões.

O que faz o Senador Armando Monteiro? O Senador Armando Monteiro diz sim à renegociação, mas diz sim à renegociação com contrapartida, com dever de casa para os Estados.

A crise fiscal brasileira não é apenas uma crise do Governo Federal; é uma crise fiscal dos Estados brasileiros, que, ao longo dos últimos anos, fizeram crescer o seu setor primário muito acima da inflação. Deram aumentos supergenerosos, sustentando esses aumentos em torno de receitas voláteis, receitas que, em razão do ciclo, poderiam ser subtraídas.

Portanto, as contas estaduais estão colapsadas, e o que o Senador Armando Monteiro faz é passar um dever de casa para os Estados que querem ter acesso a esses recursos. E está absolutamente correta a direção adotada pelo Senador Armando Monteiro, incorporando, aperfeiçoando com coisas absolutamente necessárias, cuidados – sejamos aqui sinceros – que a Câmara Federal não teve, mas são cuidados que esta Casa precisa ter, até porque esta é a Casa da Federação, esta é a Casa dos Estados brasileiros, e todos precisamos trabalhar aqui em torno do equilíbrio federativo. E esse projeto, nos moldes em que chegou aqui, é, como os anteriores, altamente concentrador, beneficia poucos em detrimento de muitos. E nós precisamos aqui, como Senadores da República, preservar o equilíbrio federativo.

Então, concordando em todos os sentidos com o Senador Armando Monteiro, quero também pedir vista coletiva, até porque, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há uma negociação em curso com os governos estaduais. O Ministério da Fazenda está negociando com os governos estaduais para além das competentes e necessárias medidas que o Senador Armando Monteiro estabelece, e a vista coletiva abre, inclusive, amplo espaço para que possamos incorporar esses outros deveres de casa, de modo a estabelecer para esses Estados critérios, porque nós estamos aqui, na prática, autorizando uma renegociação de recursos que não existem. Sejamos sinceros. Esses recursos terão que ser captados no mercado, a juros elevadíssimos, a taxa Selic, e essa conta vai de novo ser passada para o contribuinte brasileiro. Então, não dá. Não dá para fazermos de conta que não estamos vendo a forma perdulária como diversos Estados administraram os seus Erários nos últimos anos.

E chamo a atenção aqui, com muita tranquilidade, porque essa negociação não interessa ao meu Estado. O meu Estado fez o dever de casa, o meu Estado fez déficit em 2013 e em 2014. Em 2015 e 2016 nós fizemos superávit. E no debate eu quero incorporar algum tipo de incentivo e de estímulo para os Estados que fizeram a coisa certa. Tem que valer a pena fazer as coisas certas neste País, porque senão fica a máxima de que vale a pena fazer a coisa errada porque, em algum momento, você terá algum tipo de benefício, e é que está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, cumprimentando o Senador Armando Monteiro pelo preciso, cirúrgico, competente e detalhado relatório, eu peço também vista coletiva, para que nós possamos incorporar outras medidas que estão em curso com a negociação entre o Governo Federal e os Estados brasileiros.

Obrigado, Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª pede vista. No caso, outro Senador, eu peço também agora. Agora é vista coletiva.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pronto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª quer fazer uso da palavra?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu já havia pedido, nobre Senadora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quero.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, nós temos o Senador Lindbergh, o Senador Tasso Jereissati e o Senador Requião, que solicitaram a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Olha, Senador Armando Monteiro, eu acho que o Senador Ricardo Ferraço foi preciso quando falou das diferenças entre Estados. O Estado dele fez o dever de casa. Eu acho que há um problema com tantas contrapartidas aqui, que é nós não olharmos as diferenças de Estado a Estado, de tentar impor uma regra única.

Eu quero me reservar para a discussão no plenário. Nós temos aqui algumas discordâncias. Eu acho que está faltando muito uma discussão aqui sobre a tributação também. Os senhores sabem que é atribuição do Senado colocar o limite para a cobrança sobre heranças, que é um imposto estadual. Não estou falando aqui de pequena herança, para não criar confusão. Estou falando aqui de grandes heranças, de heranças de milionários. Sabem qual é o limite no Brasil? É de 8%. Sabem qual é no Reino Unido? É de 40%; no Japão é de 55%; na França é de 60%; no Chile, 35%. Então, acho que este debate deveria haver também no Senado Federal, já que é nossa atribuição.

Peço um pouco de silêncio. Agora, Srª Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... quero trazer aqui uma leitura rápida da carta dos governadores do Nordeste, porque o Governo Federal tentou se aproveitar da discussão da multa da repatriação que os Estados estão ganhando na Justiça, no Supremo Tribunal Federal, e tentaram impor para os Estados um plano de austeridade que dizia o quê? PEC 55, a mesma PEC do teto dos gastos para os Estados, aumento da contrapartida previdenciária, arrocho salarial do funcionalismo estadual, inclusive apoio à restrição ao direito de greve. Ou seja, vão cortar salário do funcionário e vão restringir o direito de greve dos servidores públicos.

Falo tudo isso porque acho que colocar uma PEC dos Estados neste momento é algo devastador para a saúde e para a educação pública.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Acabar com os limites constitucionais: cada Estado tem que investir 25% em educação, os Municípios também, 12% em saúde os Estados, 15% os Municípios. Tirar isso significa dizer para os governadores e prefeitos: façam ajuste em cima da saúde e da educação. O que é um erro terrível.

Quero encerrar esta minha lendo esta importante carta dos governadores do Nordeste. Eles falam aqui de propostas muito concretas para retomar o crescimento econômico. Não tem jeito de sairmos desta crise com a frustração de receitas, do ICMS, sem a retomada do crescimento econômico.

Esta carta foi assinada por todos os governadores do Nordeste. Volto a dizer: esta carta aqui enterrou um pouco esse pacote de austeridade que o Governo Federal queria impor aos Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Reunidos na cidade do Recife (PE), no dia 25 de novembro de 2016, os Governadores do Nordeste vêm a público informar a sua concordância e compromisso com o necessário equilíbrio fiscal em nossos respectivos Estados, tão necessário à retomada do crescimento, e nos associamos à preocupação do Governo Federal, mas não podemos deixar de esclarecer todo o conjunto de esforços que já vem sendo realizado pelos Governos Estaduais.

Números apurados pela União, divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), refletem a estratégia adotada pelos Estados em seu esforço fiscal, tanto em relação às despesas quanto às receitas, e demonstram que o ajuste é uma realidade, não uma promessa.

O conjunto dos Estados saiu de um déficit primário de R$9,5 bilhões, em 2014, para um resultado positivo de R$6,5 bilhões ao final de 2015. Além disso, a despesa primária, que a União pretende atrelar ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), cresceu apenas 2,36% entre 2014 e 2015 – bem abaixo do IPCA, que ficou em 6,41% em 2014.

Enquanto a despesa primária cresceu apenas 2,36%, a receita bruta cresceu 5,38% em 2015. Destaque-se neste resultado o crescimento de 7% das receitas de arrecadação própria. Enquanto isso, as receitas provenientes das transferências da União aos Estados cresceram apenas 1% nominal no período.

Diante do exposto, chamamos atenção, também, para a importância do diálogo sobre as receitas públicas, com a redução (...)com a redução da taxa de juros, além de medidas de combate à sonegação fiscal e de justiça tributária. Do mesmo modo, sublinhamos nosso interesse em ver o andamento de temas essenciais ao desenvolvimento da Nação e de modo especial para o povo do Nordeste brasileiro e da retomada da geração de emprego e renda, tais como:

a) ações de convivência com a seca e a retomada da Transposição do Rio São Francisco e demais obras hídricas;

b) a retomada das obras da Transnordestina e de outras obras de infraestrutura;

c) a liberação de empréstimos;

d) a liberação dos recursos do fundo penitenciário e ações de segurança pública;

e) o fortalecimento do Banco do Nordeste e do Fundo Constitucional do Nordeste;

f) a apresentação de alternativas para o subfinanciamento do SUS e o enfrentamento das arboviroses;

g) a priorização da Região Nordeste no programa de concessões e novos leilões da ANP.

Por fim, abertos ao diálogo e integrados ao Fórum dos Governadores do Brasil, defendemos ações integradas com a União e municípios, sempre respeitando a autonomia das unidades da Federação, como o direito de fazer cumprir a receita da multa da repatriação como assegura a lei, e compromisso de trabalhar pelo equilíbrio fiscal para ampliar investimentos voltados para o desenvolvimento econômico e social.

Srª Presidente, eu li isso aqui porque acho que é muito importante. Eles rejeitam aquele pacote de austeridade proposto pelo Governo – a meu ver indevidamente, porque a multa da repatriação é um direito dos Estados – e dizem o seguinte: nós estamos ajustando as contas, mas é preciso um plano de desenvolvimento econômico, um plano de obras públicas, para recuperar o crescimento econômico.

Então, parabenizo essa *Carta dos Governadores do Nordeste.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Senador Lindbergh.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Srª Presidente Gleisi, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu queria aqui dar os parabéns ao Senador Armando Monteiro pelo seu relatório sobre a renegociação das dívidas dos Estados, quando ele recoloca, com absoluta propriedade, a necessidade de uma contrapartida forte dos Estados em função da clara, da muito evidente avaliação de que a crise fiscal do País não é uma crise da União, é uma crise que envolve todos os Estados. Se todos os Estados da Federação não tiverem o mesmo compromisso, nós entraremos num jogo vicioso, num círculo vicioso e voltaremos a assistir a esse tipo de renegociação em breve.

Eu falo isso, Srª Presidente, porque quando eu fui Governador do Estado do Ceará, em 1987, nós assumimos o Governo do Ceará numa época de profunda deterioração das contas públicas dos Estados brasileiros como um todo, que estavam praticamente quebrados e sem solução de curto prazo à vista. Em 1989, se não me engano, nós fizemos uma grande renegociação das dívidas, envolvendo bancos estaduais, emissão de crédito, proibição de crédito entre bancos estaduais e entidades governamentais. Enfim, aquilo foi feito como se fosse uma renegociação definitiva que voltaria a dar aquela independência e estabilidade aos Estados, o que eles pretendiam, inclusive eu, como Governador no Estado do Ceará. Aquilo acarretou um aumento gigantesco da dívida da União, que veio continuamente subindo nos anos seguintes.

Quando eu voltei a ser Governador do Estado do Ceará, em 1994, já em 1996 iniciamos um novo ciclo de renegociação da dívida os Estados, em função de os Estados estarem novamente em situação calamitosa, situação financeira completamente desequilibrada, e da necessidade de a União aportar, renegociar e assumir a dívida dos Estados. Isso foi feito, para minha decepção, inclusive, porque o Estado do Ceará cumpriu rigorosamente tudo que havia sido acertado no ano de 1987, e chegamos no ano de 1995 com as contas absolutamente equilibradas e sem nenhuma dívida, com o controle dos gastos de pessoal sob a gerência. Mas alguns Estados – ou boa parte dos Estados – não fizeram o mesmo dever de casa, endividaram-se, aumentaram gastos com pessoal e outros gastos. De maneira que foi feito novo ajuste que praticamente acrescentou 40% a mais na dívida da União, dívida essa, Senador Requião, Senador Lindbergh, que o governo, que a União vai ao público, vai ao mercado captar, aumenta os juros e começa novamente um ciclo vicioso. Agora, se não me engano, houve outra negociação ainda – estamos vivendo encurtando o círculo.

Se nós, como está propondo o Senador Armando Monteiro, não tivermos uma visão estruturada desse problema, uma solução estruturada, que não seja apenas uma nova renegociação de dívida que vê o Estado/União como um grande paizão, que na hora H conserta as contas dos seus filhos. Se não virmos isso de uma maneira estruturada, que deve ser resolvido definitivamente, vamos entrar em novo círculo vicioso em que será gerado, no fim das contas, um aumento de juros, novamente, e um endividamento na União e nos Estados.

É absolutamente necessário que os Estados, de uma vez por todas, assumam suas responsabilidades. Se a União está fazendo um sacrifício, a população brasileira está fazendo um sacrifício, é absolutamente necessário e urgente que essa mentalidade seja implementada em todos os Estados brasileiros. Por isso, eu queria parabenizá-lo e apresentar meu total apoio ao substitutivo ao projeto do Senador Armando Monteiro.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Tasso.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – A frase certamente não é do Couture, um célebre jurista uruguaio, mas eu tomei conhecimento dela lendo trabalhos do Couture: "*Todo depende del color del cristal con que se mire*".

A visão que está sendo colocada em relação a essa questão das dívidas do Estado é uma visão de mercado, é uma visão de contador. Eu não vou negar que temos um problema de gestão nos Estados brasileiros que deve ser resolvido. Temos um problema de gestão na União, temos um problema de gestão em todos os Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mas essa dívida dos Estados, lá atrás, foi negociada, assumida e paga pela União. Ora, a União, quando paga uma dívida, Senador Flexa Ribeiro, não a paga com o maná que o Senhor oferece aos crentes na caminhada a Jerusalém; ela a paga com o dinheiro dos contribuintes. Os contribuintes que estão no Estado estão no Brasil inteiro. Então, os contribuintes já pagaram essa dívida. Mas a União está afogada na rolagem de sua própria dívida na mão de banqueiros. Nós temos o juro mais alto do mundo. Então, a União quer cobrar novamente da população brasileira, do contribuinte que paga imposto, a dívida que já foi paga com o dinheiro dos impostos.

Nós devíamos simplesmente esquecer essa dívida dos Estados com a União, porque a população brasileira, a nossa economia já a pagou. Temos de pegar o essencial, e o essencial são os juros absurdos que estão sobrecarregando a dívida pública. Em 2015, como eu disse agora há pouco na Comissão, tínhamos um déficit de 8,7%; 6,7% são da dívida pública, é o tal déficit nominal ocasionado pelos juros, e 2% são o principal, ocasionado pelo excesso de despesas contra uma arrecadação que diminui. Então, vejo isso dessa forma.

Como Governador do Paraná, diminuí a dívida do Estado, deixei a Previdência extremamente capitalizada. Acho que temos um problema de gestão, porque o próprio movimento da Previdência do meu Estado, do Paraná, foi predado para pagar dívidas do Estado, empreiteiros, superfaturamento de obras e roubos sistemáticos do Erário. Mas essa dívida do Estado – e não digo do que foi acrescido por má gestão, por um problema de gestão –, a dívida básica já foi paga, e nós estamos novamente forçando a economia, evitando o desenvolvimento, para pagar o lucro dos rentistas e dos banqueiros.

Não é esse o caminho. O caminho da solução já foi traçado na nova política alemã nos anos 30, já foi traçado no New Deal, com Roosevelt, nos Estados Unidos. O caminho não é o caminho desse arrocho fiscal absurdo. Nós estamos no caminho errado, e esse caminho vai aprofundar a recessão. E, cada vez que aprofundamos a recessão, nós arrecadamos menos, e a rolagem da dívida vai custar mais caro. Nós estamos num caminho sem volta para uma crise social muito grande no Brasil.

Sem querer ser o Oráculo de Delfos ou de Delos, digo que isso tudo, com PEC 55 ou sem PEC 55, estoura lá para março ou abril do ano que vem. Nós temos de olhar isso com outro olhar, que não seja o olhar do mercado, mas o olhar do desenvolvimento. De repente, dizem-me: "Vamos tirar R$100 bilhões do BNDES!" Esse montante devia ser injetado na economia brasileira, financiando o desenvolvimento, com uma redução sistemática de taxa de juros.

Nós estamos no caminho errado. Vejo essa economia como uma proposta de nefelibatas. Estamos na contramão da economia do mundo. Estamos na contramão das medidas tomadas pelo Donaldo, o "Donaldo Trump", que ganhou a eleição nos Estados Unidos, que ganhou a eleição contra o domínio absoluto de Wall Street, os ganhos absurdos do capital financeiro.

O que o Brasil precisa, em vez de uma rolagem suicida, de um pacto que vai aprofundar a recessão, é de um pacto entre o capital produtivo e o trabalho, para a recuperação do processo de desenvolvimento.

Nós estamos caminhando para o suicídio da economia brasileira, e isto vai arrebentar, com a miséria, o desemprego e o desespero das massas.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Requião.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Srª Presidente, eu vou procurar ser bem rápida. Não quero ser repetitiva, mas quero cumprimentar o Senador Armando Monteiro pelo seu relatório cuidadoso e parabenizá-lo por resgatar as contrapartidas que foram retiradas da Câmara.

O seu relatório é cuidado ao estabelecer novas normas para a questão de contagem do percentual de pessoal, a transparência das isenções fiscais e tantos outros itens que ele coloca, cuidadosamente, para que a gente possa fazer com que essa insolvência dos Estados a que assistimos hoje não venha a se repetir no futuro.

A minha posição é favorável ao projeto. Naturalmente, com a vista, nós poderemos debater em profundidade cada item acrescentado através de um estudo meticuloso que ele fez.

Portanto, mais uma vez, os meus cumprimentos, Senador Armando Monteiro, principalmente pelo res-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

gate do projeto original.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu quero, da mesma forma, parabenizar o Senador Armando Monteiro sobre o seu relatório. Ele fez uma análise profunda do projeto de renegociação das dívidas dos Estados, inclusive retornando ao projeto as condicionantes necessárias para que os Estados também compartilhem com o seu ajuste fiscal, para que o conjunto União, Estados e Municípios possa chegar ao equilíbrio que todos nós almejamos, de termos, nos próximos tempos, superávit.

Na sexta-feira passada, Senador Armando Monteiro, tivemos uma reunião com a Secretaria do Tesouro Nacional, em que, juntamente com o Governador do Pará, Simão Jatene, nós fazíamos uma discussão sobre a possibilidade de o seu relatório reintroduzir as condicionantes. Inclusive, a própria Secretária tinha tido uma reunião com V. Exª discutindo essas questões.

Não podemos, Senadora Gleisi, tratar os diferentes de forma igual. Alguns Estados, lamentavelmente, não se preocuparam, ao longo do tempo, assim como não se preocupou o Governo Federal, de limitar os seus gastos dentro das possibilidades do seu equilíbrio fiscal. O meu Estado, o Pará, como também alguns outros Estados, fez o dever de casa. O Estado do Pará, no *rating* liberado, há pouco mais de duas ou três semanas, pela Secretaria do Tesouro Nacional, é o único Estado da Federação com nota B+. É o único Estado da Federação. Nenhum outro tem B+. É B, B-, C, daí para pior. Então, é evidente que tem que haver um tratamento diferenciado nesse ajuste que os Estados hoje buscam na renegociação das suas dívidas.

Já foi demonstrado ao Governo Federal que do ajuste que foi proposto e que já foi colocado em prática, 92% dele atendem praticamente os Estados do Sul e do Sudeste. O Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste ficam com 8% ou 9% desses benefícios, daí porque o conjunto desses governadores das três Regiões, Norte, Centro-Oeste e Nordeste – e eu participei de várias reuniões junto com o Ministro da Fazenda, com a Secretária do Tesouro Nacional, com o próprio Presidente Temer – buscavam um tratamento para que pudessem ter por parte do Governo Federal também um auxílio para o seu reequilíbrio fiscal.

Parece-me, pela leitura que o Senador Lindbergh Farias fez, que os governadores do Nordeste, ao tornarem pública a carta que foi lida pelo Senador Lindbergh, buscam uma alternativa de não apoiarem o ajuste que está sendo não digo cobrado, mas colocado pelo Governo Federal para que haja o pagamento de algo que é devido. E aí eu concordo com o Senador Lindbergh: na questão do compartilhamento da multa dos recursos da repatriação, não é favor da União compartilhar com os Estados, isso é constitucional. A Constituição já diz: os impostos mais os acessórios. E multa é acessório.

Quanto às ações que os governos estaduais colocaram no Supremo Tribunal Federal, a Ministra Rosa Weber já, liminarmente, mandou apartar o valor de R$5 bilhões até que se julgue o mérito, o que já é um indicativo de que os Estados chegarão ao final com um fato concreto de que a multa será compartilhada. Daí por que eu acredito que o Governo Federal, para que faça esse encaminhamento, tenha, entre as suas condições, a retirada das ações do Supremo Tribunal Federal. Mas é lógico, é evidente, é claro – e o Senador Armando Monteiro foi cirúrgico no seu parecer – que há necessidade também de que os todos os Estados possam e devam ter um ajuste fiscal também nos seus gastos. Eles têm que complementar.

Quer dizer, nós representamos União, Estados e Municípios, uma corrente, e a corrente não pode ter um elo fraco. Se houver um elo fraco, ela vai partir. Ou se parte no Município ou se parte no Estado ou, ao final, vai se partir na União.

Quero parabenizar o Senador Armando Monteiro.

Temos vista coletiva do seu parecer. Vamos aprofundar o estudo e, na próxima reunião, passaremos à discussão e votação do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então temos vista coletiva.

A continuação da discussão e a deliberação ficam para a próxima reunião.

O Item 10...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, pois não.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu sou Relatora do PLS nº 11, sobre as santas casas. Houve uma sugestão do Ministério da Saúde para acrescentar uma emenda ao projeto. Então, mais uma vez, eu pediria a V. Exª que retirasse o projeto, mas eu gostaria que ele fosse colocado na pauta da próxima semana, em primeiro lugar, porque já está aqui há muito tempo. E é um projeto que tem uma demanda muito forte. Então eu gostaria de merecer de V. Exª essa atenção. Eu faria a emenda rapidamente e devolveria à Comissão ainda hoje.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com certeza, Senadora Lúcia Vânia, constará da próxima pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 744, de 2015
- Terminativo -

Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (PRO-SANTACASAS) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 a 6-CAS, com mais uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 6-CAS.)

Para o Item 9, não está presente o Senador Valdir Raupp.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, de 2016
- Não terminativo -

Altera os arts. 580 e 585 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical devida pelos agentes ou trabalhadores autônomos, pelos profissionais liberais e pelas pessoas jurídicas ou equiparadas.

Autoria: Deputado Laercio Oliveira

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

O Item 10 é não terminativo.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 367, de 2015
- Não terminativo -

Altera o Decreto Legislativo nº 276, de 2014, que fixa o subsídio para os membros do Congresso Nacional, revoga os Decretos Legislativos nºs 805, de 20 de dezembro de 2010, e 210, de 1º de março de 2013; e dá outras providências, para reduzir em 10% (dez por cento) o subsídio dos membros do Congresso Nacional, até 31 de agosto de 2016, ou enquanto vigorar política que vede ou impeça a concessão de reajuste remuneratório aos servidores públicos da União.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Em 22/11/16, foi encerrada a discussão da matéria.

A Senadora Regina Sousa já leu o seu parecer. Foi encerrada a discussão e adiada a votação por falta de quórum.

Com a palavra a Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidenta, como a senhora mesma já disse, já foi lido e discutido, então seria só a votação. Vou apenas relembrá-lo.

É um projeto de decreto do Senado sobre a redução do salário dos Senadores, atendendo aos apelos que a população está fazendo de que todos deem a sua contribuição. Muita gente pensa, inclusive, que a PEC nº 55 é só sobre redução de salário de Parlamentar. Então, seria uma contribuição dos Senadores.

Eu fiz um substitutivo ao projeto de V. Exª e propus que retornasse o salário ao nível de 2014, que era de R$26.723,13. Esse é um apelo das ruas inclusive, de redução dos salários dos Parlamentares.

Só para ninguém pensar que é coisa de agora, esse projeto é seu, de 2015, quando a Presidenta Dilma mandou um ajuste. Quer dizer, não tem nada a ver com a PEC nº 55, só coincidiu.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O que, aliás, é uma boa coincidência, pelo menos para darmos o exemplo aqui.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, hoje foi um dia tumultuado. Eu estive aqui... Aliás, fui o primeiro a registrar presença aqui.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Como sempre, não é, Senador Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Hoje, lamentavelmente, havia outras comissões e eu era autor de um dos projetos. Depois, uma reunião da Bancada do meu Estado, a respeito do Hospital Regional de Dourados a que eu, como coordenador da Bancada, não poderia faltar.

Vim correndo, na expectativa de poder votar nesse último projeto do qual acabaram pedindo vista por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

falta de quórum, mas eu conheço o projeto. E queria dizer que se ele fosse a votos o meu voto seria "sim".

Também quero dizer à Senadora Regina que não terei a menor dificuldade em votar "sim" à proposta inicialmente feita por V. Exª, mas que há o substitutivo da Senadora Regina. Eu acho que temos que começar por dar exemplo daqui. Digo isso só para registrar.

Não costumo faltar aos compromissos, mas hoje... Na verdade, eu não faltei, eu fiquei tentando cuidar de várias reuniões ao mesmo tempo, e deu esse problema.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está registrado, Senador Moka.

Aliás, quero registrar também que o Senador Moka é um dos Senadores mais assíduos aqui, da Comissão de Assuntos Econômicos, e sempre é o Senador que primeiro dá presença no painel. Então, quero agradecer a V. Exª. E a gente compreende plenamente as agendas que todos os Parlamentares têm.

Como nós já encerramos a discussão desse projeto, vejo que não vai haver grandes divergências, então consulto o Plenário se são favoráveis ao relatório apresentado pela Senadora Regina Sousa, o substitutivo que apresenta ao meu projeto de decreto legislativo.

Os Senadores que forem favoráveis permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item nº 11, a Senadora Lúcia Vânia pediu que o pautássemos para a próxima sessão.

Quanto aos demais itens, não estão aqui em plenário os relatores ou autores da matéria.

Portanto, eu sigo para a leitura dos requerimentos que temos aqui, para que fiquem lidos e possam ser deliberados na próxima semana.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há um requerimento, o nº 18... É um requerimento, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É um ofício. Já foi lido também, é só a questão da PPP lá do Município de Campo Maior, no meu Estado – porque há a obrigação de apresentar para o Tesouro Nacional e para o Senado –, sobre realizar uma PPP na questão da iluminação pública. As lâmpadas vão ser mudadas, e isso vai reduzir o consumo de energia. Como já foi lido, se fosse possível votarmos...

É um ofício que, inclusive, vai só ser arquivado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É verdade. Inclusive, foi lido e foi encerrada a discussão.

ITEM 18
OFICIO "S" Nº 20, de 2016
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, comunicado sobre Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa.

Autoria: Prefeitura Municipal de Campo Maior - PI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento do ofício.

Observações:

1. Em 22/11/16, foi encerrada a discussão da matéria.

Os Senadores que concordam com o relatório oferecido pela Senadora Regina Sousa e posterior arquivamento do ofício permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos à leitura dos requerimentos que chegaram à Mesa. Todos esses requerimentos só serão deliberados na próxima semana:

Requerimento n° 40/2016, de iniciativa dos(as) senadores(as) Lindbergh Farias e Gleisi Hoffmann, que requer, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocada a Advogada-Geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça, para que compareça à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito dos fatos que vem sendo noticiados pela imprensa sobre o empreendimento La Vue Ladeira da Barra, em Salvador, e que resultaram na demissão do ex-Ministro da Secretaria de Governo, Sr. Geddel Vieira Lima;

Requerimento n° 41/2016, de iniciativa dos(as) Senadores(as) Lindbergh Farias e Gleisi Hoffmann, que requer, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, para que compareça à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito dos fatos que vem sendo noticiados pela imprensa sobre o empreendimento La Vue Ladeira da Barra, em Salvador, e que resultaram na demissão do ex-ministro da Secretaria de Governo, Sr. Geddel Vieira Lima;

Requerimento n° 42/2016, de iniciativa dos(as) Senadores(as) José Pimentel e Gleisi Hoffmann, que requer, com fundamento no art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o Plano de Reestruturação...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Exª pode fazer leitura de requerimento sem o autor estar presente?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu estou subscrevendo os requerimentos, tanto os dois do Senador Lindbergh, como esse do Senador José Pimentel.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agora sim, obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Requeiro a realização de audiência pública para debater o Plano de Reestruturação apresentado pelo Banco do Brasil, que inclui o fechamento de 781 agências e a redução de até 18 mil funcionários. Para tanto, sugiro que seja convidado o Sr. Paulo Caffarelli, Presidente do Banco do Brasil.

Requerimento n° 43/2016, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que requer, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 45 de 2016, que "altera o art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para extinguir gradualmente a faculdade de a pessoa jurídica tributada com base no lucro real deduzir os juros sobre o capital próprio na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido" e o Projeto de Lei do Senado nº 588 de 2015, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

"altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para tributar os lucros e dividendos recebidos de pessoas jurídicas".

Estou entendendo que é uma audiência pública para as duas matérias.

Estão lidos os requerimentos.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 31ª, 33ª, 34ª, 35ª, 36ª, 37ª, 38ª, 39ª, 40ª, 41ª e 42ª Reuniões e das 1ª, 2ª e 3ª Reuniões da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 5 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia treze de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, havendo quórum regimental, é aberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, suspensa às dez horas e quarenta e oito minutos. A reunião é então reaberta às dezesseis horas e trinta e um minutos, com a presença dos(as) senadores(as) Humberto Costa, Lindbergh Farias, Lasier Martins, Telmário Mota, Regina Sousa, Roberto Muniz, Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Roberto Requião, Kátia Abreu, Eunício Oliveira, Ronaldo Caiado, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Wellington Fagundes e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Jorge Viana, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho e Marcelo Crivella. Declarada aberta a reunião, a presidenta inicia a apreciação dos itens constantes da primeira parte da pauta: **Item 1** – Projeto de Lei da Câmara nº 54 de 2016, complementar, não terminativo, de autoria da Presidência da República, que "estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001", tendo como relator o senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta e contrário às emendas nºs 1 a 4. Anunciada a matéria, usam da palavra os senadores Armando Monteiro e Roberto Requião. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 8-CAE (substitutivo) e contrário às emendas nºs 1 a 4. **Item 3** – Projeto de Lei do Senado nº 588 de 2015, terminativo, de autoria do senador Lindbergh Farias, que "altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para tributar os lucros e dividendos recebidos de pessoas jurídicas", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 616 de 2015, terminativo, de autoria do senador Marcelo Crivella, que "altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda sobre os lucros ou dividendos distribuídos a beneficiário pessoa física nos casos em que especifica", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 639 de 2015, terminativo, de autoria do senador Otto Alencar, que "altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica", tendo como relator o senador Jorge Viana, que oferece relatório pela aprovação do PLS nº 588 de 2015 nos termos do substitutivo que apresenta e pela rejeição dos PLS nºs 616 de 2015 e 639 de 2015. Fica sobrestada a apreciação da matéria em razão da aprovação do Requerimento nº 43 de 2016-CAE, de realização de audiência destinada a instruir o PLS nº 588 de 2015. **Item 4** – Projeto de Lei do Senado nº 412 de 2016, complementar, não terminativo, de autoria do senador Reguffe, que "altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1.964, a fim de limitar as taxas de juros cobradas por bancos e instituições financeiras, inclusive administradoras de cartões de crédito, nas operações e serviços bancários ou financeiros prestados às pessoas físicas e jurídicas no Brasil", tendo como relator o senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. Anunciada a matéria, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAE. Votam vencidos o senador Armando Monteiro e a senadora Kátia Abreu. **Item 5** – Projeto de Lei do Senado nº 413 de 2016, complementar, não terminativo, de autoria da senadora Gleisi Hoffmann, que "regulamenta a cobrança das taxas de juros nas operações de crédito a pessoas físicas e pessoas jurídicas", tendo como relator o senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável ao projeto com quatro emendas que apresenta. A presidenta designa a senadora Kátia Abreu relatora "ad hoc" da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CAE. Vota vencido o senador Armando Monteiro. **Item 6** – Projeto de Lei do Senado nº 45 de 2016, terminativo, de autoria da senadora Gleisi Hoffmann, que "altera o art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para extinguir gradualmente a faculdade de a pessoa jurídica tributada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

com base no lucro real deduzir os juros sobre o capital próprio na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido", tendo como relatora a senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Fica sobrestada a apreciação da matéria em razão da aprovação do Requerimento nº 43 de 2016-CAE, de realização de audiência destinada a instruir o projeto. **Item 17** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 38 de 2016, de autoria do senador Lindbergh Farias e outros senadores, que "requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 397 do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do senhor ministro de estado do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Henrique de Oliveira, com a finalidade de prestar informações sobre a antecipação de pagamentos do BNDES ao Tesouro, noticiado na imprensa desde maio de 2016". Anunciada a matéria, usam da palavra os(as) senadores(as) Armando Monteiro, Kátia Abreu, Lindbergh Farias e Roberto Requião. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 38 de 2016-CAE, transformando a convocação em convite. **Item 18** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 39 de 2016, de autoria da senadora Lídice da Mata, que "requer, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e V, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas audiências públicas nesta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com o objetivo de instruir o PLS nº 152 de 2016, que 'altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para determinar que o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, em todos os tipos de contratação, seja o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)'". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 39 de 2016-CAE. **Item 19** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 40 de 2016, de autoria do senador Lindbergh Farias e outros senadores, que "requer, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a advogada-geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça, para que compareça à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito dos fatos que vem sendo noticiados pela imprensa sobre o empreendimento La Vue Ladeira da Barra, em Salvador, e que resultaram na demissão do ex-ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 40 de 2016-CAE, transformando a convocação em convite. **Item 20** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 41 de 2016, de autoria de autoria do senador Lindbergh Farias e outros senadores, que "requer, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, para que compareça à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito dos fatos que vem sendo noticiados pela imprensa sobre o empreendimento La Vue Ladeira da Barra, em Salvador, e que resultaram na demissão do ex-ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima". Anunciada a matéria, usam da palavra os senadores Roberto Requião e Eunício Oliveira. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 41 de 2016-CAE, transformando a convocação em convite. Vota vencido o senador Eunício Oliveira. **Item 21** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 42 de 2016, de autoria do senador José Pimentel e outros senadores, que "requer, com fundamento no art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o Plano de Reestruturação apresentado pelo Banco do Brasil que inclui o fechamento de 781 agências e a redução de até 18 mil funcionários", com a participação do presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 42 de 2016-CAE. **Item 22** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 43 de 2016, de autoria do senador Flexa Ribeiro, que "requer, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 45 de 2016, que 'altera o art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para extinguir gradualmente a faculdade de a pessoa jurídica tributada com base no lucro real deduzir os juros sobre o capital próprio na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido' e o Projeto de Lei do Senado nº 588 de 2015, que 'altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para tributar os lucros e dividendos recebidos de pessoas jurídicas'". Anunciada a matéria, o senador Armando Monteiro subscreve o requerimento. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 43 de 2016-CAE. São adiados os demais itens da pauta, a saber: **Item 2** – Projeto de Lei do Senado nº 51 de 2016; **Item 7** – Projeto de Lei da Câmara nº 61 de 2016; **Item 8** – Projeto de Lei do Senado nº 744 de 2015; **Item 9** – Projeto de Lei da Câmara nº 59 de 2013;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Item 10 – Projeto de Lei da Câmara nº 169 de 2015; **Item 11** – Projeto de Lei do Senado nº 594 de 2015; **Item 12** – Projeto de Lei do Senado nº 370 de 2012; **Item 13** – Projeto de Lei do Senado nº 168 de 2016; **Item 14** – Projeto de Lei do Senado nº 291 de 2014; **Item 15** – Projeto de Lei do Senado nº 56 de 2016; e **Item 16** – Projeto de Lei do Senado nº 640 de 2015. É adiada também a apreciação do relatório de avaliação sobre o tema "equidade e progressividade do sistema tributário nacional", em atendimento aos arts. 96-B e 99-A do Regimento Interno do Senado Federal, item constante da segunda parte da pauta. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das 43ª e 44ª reuniões, que são aprovadas. A presidência comunica, ainda, o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento: Aviso nº 51 de 2016 (Aviso 108/2016-BCB, na origem), de 25 de novembro de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de outubro de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Ofício "S" nº 27 de 2016 (Ofício nº 11.722/SE-MF), de 1º de dezembro de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de outubro de 2016, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; Aviso nº 53 de 2016 (Ofício nº 11.689/SE-MF), de 23 de novembro de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério nos meses de agosto e setembro de 2016, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; Aviso nº 910-Seses-TCU-Plenário, de 24 de novembro de 2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 018.441/2016-5, na sessão de 23/11/2016, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, acerca de empréstimos concedidos nos últimos anos pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Aviso nº 1058-GP-TCU, de 1º de dezembro de 2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de deliberação proferida pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 034.896/2015-5, na sessão de 16/11/2016, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, acerca da auditoria operacional realizada com objetivo de avaliar a atuação do órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação e da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos na condução da política de abertura de dados da administração pública federal direta, autárquica e funcional do Poder Executivo Federal; e correspondência, de 1º de novembro de 2016, da Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, formalizando uma denúncia com relação à PEC nº 55/2016 e o impacto de seus dispositivos. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora GLEISI HOFFMANN

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Como temos agora a convocação de sessão extraordinária do Senado da República para discutir matérias, eu suspendo a presente reunião até as 14h, quando retomaremos os trabalhos na CAE.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Declaro suspensa a reunião.

(Suspensa às 10 horas e 48 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 31 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Declaro reaberta a 44ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que havíamos suspendido em razão de uma sessão extraordinária do Plenário do Senado, para deliberar várias matérias.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, de 2016
- Não terminativo -

Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta e contrário às emendas nºs 1 a 4.

O relatório já foi lido pelo Senador Armando Monteiro na 43ª Reunião, foi dada vista coletiva.

Eu pergunto se o Relator quer fazer o uso da palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Srª Presidente, agradeço muito rapidamente, para dizer que o relatório evidentemente, de maneira mais completa, parece-me que traz as informações e toda a posição que me parece justificar o próprio relatório.

Quero dizer que esse PLC tem origem no PLP nº 257, que tinha fundamentalmente dois objetivos. O primeiro: promover a renegociação das dívidas. E, nesse sentido, reconheço que o PLC 54, da Câmara, promoveu até alguns ajustes que reconheço como próprios e necessários ao processo de renegociação estritamente, mas ele também tinha como objetivo promover ou contribuir para promover o reequilíbrio fiscal desses entes da Federação, que de resto precisam também oferecer contrapartidas.

O Brasil não vai construir um novo regime fiscal se todos os entes da Federação não se alinharem nesse objetivo, porque é bom lembrar que qualquer desajuste dos entes da Federação, em última instância, pode vir a ser assumido pela União. Veja o quadro, por exemplo, que hoje marca a situação de alguns Estados da Federação. Até situações como, por exemplo, a hipótese de intervenção da União de algum modo foram cogitadas.

Então, precisamos efetivamente construir as bases de um novo regime fiscal no Brasil. E esse projeto, e sobretudo o nosso relatório, reintroduz uma série de contrapartidas que me parecem absolutamente necessárias. Então, na essência, é isso que o nosso relatório preconiza.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço, Senador Armando.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ah, pois não, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Na verdade, é para louvar o relatório rápido e de muito boa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

qualidade do Senador Armando Monteiro.

Eu acho que nós temos toda a condição para abrir a votação.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Requião.

Encerrada a discussão, em votação.

Os Senadores que forem favoráveis à matéria permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 8-CAE-Substitutivo e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

O item 2 da pauta é terminativo e exige quórum qualificado. O item 3 da pauta é terminativo e exige quórum qualificado.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2016
- Terminativo -

Altera o art. 5º, I, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir na zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o Estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão incluída na área de atuação da Sudam.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto;

2. Em 28/6/2016, foi concedida vista coletiva.

ITEM 3
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 588, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para tributar os lucros e dividendos recebidos de pessoas jurídicas.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 616, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda sobre os lucros ou dividendos distribuídos a beneficiário pessoa física nos casos em que especifica.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 639, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica.

Autoria: Senador Otto Alencar

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 588 de 2015 nos termos do substitutivo que apresenta e pela rejeição dos PLS nºs 616 de 2015 e 639 de 2015.

Observações:

1. Em 22/11/2016, foi concedida vista coletiva.)

No item 4, não estão aqui nem o autor nem o relator.

O item 5, projeto de lei de minha autoria.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 413, de 2016
- Não terminativo -

Regulamenta a cobrança das taxas de juros nas operações de crédito a pessoas físicas e pessoas jurídicas.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Favorável ao projeto com quatro emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 22/11/16, foi concedida vista coletiva.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Lindbergh Farias – e coloco como Relatora *ad hoc* a Senadora Kátia Abreu.

Os Senadores e as Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu queria só manifestar a minha posição desfavorável ao projeto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aprovado o projeto, com manifestação contrária do Senador Armando Monteiro.

Os demais itens da pauta são itens também terminativos, que precisam, portanto, de quórum qualificado. Os itens não terminativos estão sem a presença dos relatores e autores.

Vamos para os requerimentos.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 38, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 397 do Regimento Interno do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Henrique de Oliveira, com a finalidade de prestar informações sobre a antecipação de pagamentos do BNDES ao Tesouro, noticiado na imprensa desde maio de 2016.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

Observações:

1. O requerimento foi lido em 1º/11/2016.

Vamos colocar o requerimento em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Convocação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Do Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro do Planejamento.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, é convocação ou convite?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É convocação.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Mas eu pergunto: há alguma dificuldade para o atendimento...? Porque nós fomos Ministros, Kátia, e, às vezes, esse processo de convocação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Salvo se houver uma recusa ao convite etc.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Explícita.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Explícita ao convite.

Eu imagino que o Ministro não se recusaria a um tema desta importância. Eu acho que podemos estabelecer aqui o compromisso de que, caso o convite não seja aceito... Eu, desde já, manifesto a...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Caso não seja aceito, isso, eu também.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... minha posição favorável à convocação, se o convite não for imediatamente aceito

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Atendendo às ponderações da Senadora Kátia Abreu e do Senador Armando, eu transformo a convocação em convite, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está bem. Entendi...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senadora Gleisi.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – É um caso típico de abuso de poder: fazer a convocação antes do convite. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, vamos convidar e deixamos preestabelecido... Estou entendendo que é isto: se houver recusa no convite, automaticamente a convocação está aprovada, é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Mais do que isso: se não houver o atendimento tempestivo...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Fica aprovada, desde já, a convocação. O.k.. É isso? Então, aprovado o requerimento, nos termos do entendimento feito em plenário.

ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 39, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e V, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas audiências públicas nesta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com o objetivo de instruir o PLS nº 152 de 2016, que "altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para determinar que o índice máximo de reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, em todos os tipos de contratação, seja o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)".

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria:

Relatório:

Observações:

1. O requerimento foi lido em 22/11/2016.

Em votação requerimento da Senador Lídice, que já foi lido na sessão do dia 22/11.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) –

ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 40, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Advogada-Geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça, para que compareça à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito dos fatos que vem sendo noticiados pela imprensa sobre o empreendimento La Vue Ladeira da Barra, em Salvador, e que resultaram na demissão do ex-ministro da Secretaria de Governo, Sr. Geddel Vieira Lima.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

1. O requerimento foi lido em 29/11/2016.

Em votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Esse não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pode ser convocação, porque ela não é Ministra.

Em votação o Requerimento do Senador Lindberg Farias.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É convite.

Sigamos para o próximo.

ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 41, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, para que compareça à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito dos fatos que vem sendo noticiados pela imprensa sobre o empreendimento La Vue Ladeira da Barra, em Salvador, e que resultaram na demissão do ex-ministro da Secretaria de Governo, Sr. Geddel Vieira Lima.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

1. O requerimento foi lido em 29/11/2016.

É uma convocação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Abuso de poder. A mesma observação que fizemos antes: tem que haver um convite. Eu concordaria que fosse transformado automaticamente em convocação, no caso de não atendimento rápido.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Do convite. Como fizemos na outra votação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sim. Estão fazendo com os Ministros o que o Moro fez com o Lula.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Em votação o Requerimento do Senador Lindbergh Farias.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Contrário, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Colocando...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Meu voto é contrário.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu nem coloquei...Deixe-me encaminhar. Calma!

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – É que a senhora colocou tão rápido, nem esperou que eu vo-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tasse, então...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Tenha calma, Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Agora estou me antecipando.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós vamos colocar em votação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, se bem entendi, o voto do Senador Eunício é contrário ao convite. Ele quer a convocação?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Não, eu não quero a convocação nem o convite. Não precisa, já está convidado na outra.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ele não quer nada.

Então, estou entendendo que nós transformamos em convite e, como na outra deliberação, fica condicionado que, se não vier pelo convite, será convocação.

Em votação o requerimento do Senador Lindbergh Farias.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto em contrário do Senador Eunício Oliveira.

ITEM 21
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 42, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o Plano de Reestruturação apresentado pelo Banco do Brasil que inclui o fechamento de 781 agências e a redução de até 18 mil funcionários. Para tanto, sugere-se que seja convidado o senhor Paulo Caffarelli, presidente do Banco do Brasil.

Autoria: Senador José Pimentel e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

1. O requerimento foi lido em 29/11/2016.

Em votação o requerimento do Senador José Pimentel.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado. É uma audiência pública sobre o Banco do Brasil.

ITEM 22
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 43, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 45 de 2016, que "altera o art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para extinguir gradualmente a faculdade de a pessoa jurídica tributada com base no lucro real deduzir os juros sobre o capital próprio na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido" e o Projeto de Lei do Senado nº 588 de 2015, que "altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para tributar os lucros e dividendos recebidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de pessoas jurídicas".

Autoria: Senador: Senador Flexa Ribeiro.

O Senador não está presente. Alguém subscreve o requerimento?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, eu acho que esse tema – eu até subscrevi também o requerimento – é um tema que comporta uma audiência pública aqui.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ah, pois não. Isso.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu tenho visto, por exemplo, V. Exª manifestar, de forma pertinente, que o Brasil precisa rediscutir um pouco essa questão da progressividade do sistema tributário. Isso deve ser feito com uma visão sistêmica, e não pontualmente. Portanto, uma discussão sobre esse tema é importante para balizar qualquer posição que venhamos a assumir em relação à reformulação do sistema tributário brasileiro, que, como se sabe, se apoia fortemente em tributação indireta e uma grande... Quer dizer, o que penaliza sobretudo a produção e os segmentos de mais baixa renda da população brasileira. Então, eu acho que é uma oportunidade de se discutir um tema que dialoga com essa discussão da progressividade do sistema tributário brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito bem, Senador Armando.

Em votação o requerimento do Senador Flexa Ribeiro, subscrito pelo Senador Armando Monteiro.

Os Senadores e as Senadoras que forem favoráveis permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, eu só queria... Eu sei que já foi votado aqui o projeto do meu amigo, o Senador Armando Monteiro, em relação à dívida dos Estados.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu não estava presente, mas quero registrar a minha posição contrária a esse projeto, em especial em relação às condicionalidades. Nós havíamos discutido, mas vamos ter oportunidade de discutir isso no plenário. Eu queria só deixar registrado isso, aqui, em ata.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Antes de encerrar os trabalhos, eu proponho também a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 43ª e 44ª Reuniões.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Realizamos hoje a última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República.

Eu queria agradecer muito a participação dos Senadores e das Senadoras.

Estive, por um curto período, à frente da Presidência desta Comissão – apenas por um ano –, mas avalio que conseguimos fazer bons debates aqui, aprovar matérias importantes e, sobretudo, instruir uma matéria que foi fundamental, cuja votação infelizmente perdemos no plenário do Senado hoje, que foi a PEC 55.

A CAE, com a ajuda de todos os Senadores e Senadoras que aqui estão, foi fundamental como um instrumento de debate e esclarecimento da população, da sociedade sobre o impacto dessa PEC, dessa medida ao povo brasileiro.

Eu concedo a palavra à Senadora Kátia e, em seguida, ao Senador Armando Monteiro.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Srª Presidente.

Eu gostaria de elogiar o Senador Armando Monteiro pelo trabalho aqui executado. Acho que foram da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

maior importância essas condicionantes, porque vão ganhar o bônus da renegociação da dívida, mas tem que haver a contrapartida, porque, senão, fica sem limite, igual àquele filho a que você só dá, dá e não exige nada dele, nem que passe de ano, nem que tire nota.

Agora, eu acredito que essa harmonização e que essas condicionantes vão trazer à luz muitos governantes que, às vezes, não se atentam para a sua responsabilidade fiscal.

Eu quero só dar um exemplo aqui de que, no passado, no limite de contratação de pessoal, na Lei de Responsabilidade Fiscal, eram incluídos os inativos – nessa lei – e posteriormente, retirados os inativos, a contratação de pessoa aumentou nos Estados. Se voltássemos à Lei de Responsabilidade Fiscal no passado e incluíssemos os inativos, os Estados estariam hoje de 70 a 86% estourados na Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, foi afrouxando, foi afrouxando, sendo benevolente. E muitos gestores, infelizmente, não põem a mão na consciência.

Agora, com o fim da reeleição, eu acho que isso tudo vai ser colocado no lugar. Então, com o afã e o desejo de se reeleger, a contratação aumentou exorbitantemente. Em Palmas, por exemplo, no dia seguinte após as eleições, o prefeito reeleito demitiu mais de 2 mil pessoas da prefeitura. Isso é um sinal de que não eram necessárias, ou, então, não estariam sendo contratadas.

Então, eu quero parabenizar o Senador Armando Monteiro, que, com muito equilíbrio, tratou essa matéria e fez exigências que são típicas de um grande gestor. E os nossos prefeitos não são nada mais do que isso. Eles devem fazer a sua parte política, mas devem ser os gestores das empresas, que são as prefeituras, em tese.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Kátia,

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senadora Gleisi, eu pedi a palavra para me congratular com V. Exª pela condução dos trabalhos desta Comissão ao longo da sua Presidência.

V. Exª conduziu sempre de forma muito equilibrada e, ao mesmo tempo, firme, no sentido de que esta Comissão pudesse ter uma agenda de discussão dos temas que são do interesse da agenda econômica do País e, ao mesmo tempo, sempre de forma muito judiciosa e firme, como é do perfil de V. Exª. Então, acho que V. Exª honra essa galeria ilustre de ex-presidentes da nossa Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, eu me congratulo com V. Exª.

E queria aproveitar a intervenção da nossa colega, Senadora Kátia Abreu, para dizer que ela lembra um ponto muito importante: a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo burlada no Brasil, porque há despesas de pessoal que não estão sendo contabilizadas. E não me refiro apenas àquela questão dos inativos do passado, mas até auxílios e algumas rubricas hoje que estão mascaradas, lamentavelmente, contando às vezes até com o beneplácito dos órgãos de fiscalização. E o que acontece? A nossa Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo desrespeitada, sobretudo por conta de alguns interesses corporativos que infelizmente vêm prevalecendo na vida brasileira.

Então, nesse projeto, Senadora Kátia, com relação a esse tipo de despesa, nós estamos dando um prazo de transição para que haja o ajuste e que possamos ter finalmente algo transparente e absolutamente submetido ao controle social, porque hoje o que se verifica é que essas despesas não contabilizadas fazem com que, ao final, a sociedade não possa exercer o controle social desses gastos.

Era isso, Srª Presidente.

Eu agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Armando.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quero também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cumprimentar V. Exª pela forma como presidiu esta Comissão, como fez as audiências públicas da PEC 55 e a importância de projetos aprovados no período final da sua gestão.

Eu inclusive estava falando aqui com o Senador Eunício Oliveira que, acerca do duplo mandato do Banco Central, Presidenta Gleisi, acho poderíamos tentar fazer um esforço com o Presidente do Senado para colocar na pauta do Plenário até quinta-feira. No domingo, vi uma entrevista do Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, falando disso, falando do duplo mandato, que eles, na prática, estavam tentando fazer isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nós estamos no momento de uma crise econômica gigantesca, de uma recessão. Então, nada mais justo que o Banco Central, num momento como esse, tome decisão sobre política de juros olhando para a inflação, de um lado, e para crescimento e geração de emprego, de outro.

Eu acho que, pelo tamanho da crise que estamos vivendo, a votação de um projeto como esse é fundamental para o País. Então, faço o apelo a V. Exª para que consigamos conversar com o Presidente Renan, V. Exª como Presidente da CAE, para tentar colocar esse projeto em pauta até quinta-feira. Eu já estou tentando conversar com o nosso Líder do PMDB, Senador Eunício Oliveira, também para discutir essa possibilidade, ou seja, de pautar o projeto do duplo mandato do Banco Central ser combate à inflação e crescimento econômico e geração de emprego.

Eu falava de uma entrevista do Presidente do Banco Central Ilan Goldfajn, neste final de semana, falando disso, defendendo isso. Então, eu acho que temos condições de colocar em pauta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senador Lindbergh, deixar claro que não é nada mais nada menos do que faz hoje a legislação norte-americana.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O FED é assim. O FED tem duplo mandato.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nós vamos encaminhar, sim. Aliás, há outro projeto do Senador Ivo Cassol, que é a limitação dos juros do cartão de crédito.

Nós aprovamos agora outro projeto meu, que V. Exª relatou também.

Aliás, quero fazer uma pergunta a V. Exª. Pulei o item 4, porque nem o autor, que é o Senador Reguffe, nem V. Exª estavam aqui presentes. Agora é que V. Exª chegou. É um projeto não terminativo complementar.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1.964, a fim de limitar as taxas de juros cobradas por bancos e instituições financeiras, inclusive administradoras de cartões de crédito, nas operações e serviços bancários ou financeiros prestados às pessoas físicas e jurídicas no Brasil.

Autoria: Senador Reguffe.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

Observações: *1. Em 22/11/2016, foi concedida vista coletiva;*

2. Em 29/11/2016, foi encerrada a discussão da matéria.

Foi encerrada a discussão, e foi adiada a votação.

Então, quero saber se podemos colocá-lo em votação, porque V. Exª está presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro! Já li o relatório. Poderíamos votá-lo agora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, em votação o relatório apresentado pelo Senador Lindbergh Farias para o projeto do Senador Reguffe, Projeto de Lei do Senado nº 412.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que são favoráveis ao relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois não, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Registro a minha posição contrária.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Registro o voto contrário do Senador Armando Monteiro.

O relatório que foi aprovado passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CAE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone.*) – Senadora Gleisi, eu também gostaria de registrar o meu voto contrário ao projeto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Fica também registrado o voto da Senadora Kátia Abreu, contrário ao projeto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Srª Presidente, quero só dizer o seguinte: na quinta-feira, fui escolhido aqui para fazer a avaliação de política pública, no caso, sobre o sistema tributário nacional, sobre a progressividade. Na quinta-feira, apresentarei meu relatório, para discutirmos no início do próximo ano. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está o.k.! Agradeço ao Senador Lindbergh Farias.

Antes de encerrar a reunião, quero comunicar o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento:

– Aviso nº 51, de 2016, do Banco Central, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de outubro de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas;

– Ofício nº 27, de 2016, do Ministério da Fazenda, que encaminha a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de outubro de 2016, as tabelas demonstrativas de posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

– Aviso nº 53, de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério nos meses de agosto e setembro de 2016, as tabelas demonstrativas de posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

– Aviso nº 910, de 2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de acordo proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 018.441/2016-5, na sessão do dia 23/11/2016, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam acerca de empréstimos concedidos nos últimos anos pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

– Aviso nº 1.058, de 1º de dezembro de 2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

deliberação proferida pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 034.896/2015, na sessão de 16/11, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentaram acerca da auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a atuação do órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação e da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos na condução da política de abertura de dados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal;

– Correspondência de 1º de novembro de 2016, da Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, formalizando uma denúncia com relação à PEC 55/2016 e ao impacto de seus dispositivos.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

V. Exª tinha pedido a palavra?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Srª Presidente, na realidade, quero cumprimentar V. Exª, que, mesmo depois da sessão muito tensa do Senado Federal, traz até aqui... Não pude vir – V. Exª me ligou – porque eu estava em outro compromisso. Mas percebo que não há quórum para votarmos nenhum projeto terminativo, não é?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É uma pena! Mas fica para a próxima reunião, quando a gente vota.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É uma pena! É um projeto de minha autoria...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É de sua autoria, e sou eu que o relato.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...e da relatoria de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sinto muito. Mas agradeço a V. Exª, assim como agradeço a todos os Senadores e Senadoras.

Agradeço a quem nos acompanha sempre pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Agradeço aqui aos servidores, funcionários da Comissão, pelo serviço prestado; às assessorias dos nossos partidos e das lideranças; e a todos que sempre acompanharam a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República.

Esta é a nossa última reunião deste ano de 2016. Infelizmente, terminamos o ano com uma série de problemas, principalmente no campo da economia. Penso que votamos aqui projetos importantes que podem colaborar para que superemos esta crise econômica que estamos vivendo, mas ainda fica ao Senado Federal a incumbência de tentar ajudar a resolver a crise política e institucional existente no nosso País.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, desejando a todos um ótimo Natal e um bom Ano-Novo!

(*Iniciada às 10 horas e 48 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 48 minutos; reiniciada às 14 horas e 58 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 58 minutos; reiniciada às 16 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e nove minutos, do dia dezenove de outubro de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos seguintes Senadores e Senadoras: Paulo Rocha, Angela Portela, Ana Amélia, Pastor Valadares, José Pimentel, Fátima Bezerra, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Flexa Ribeiro, Deca, Ronaldo Caiado, Vanessa Grazziotin, Elmano Férrer, Eduardo Amorim e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais membros. Registra a presença a Deputada Federal Carmen Zanotto. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente reunião que se destina à realização de Audiência Pública Interativa, em atendimento ao Requerimento nº 28 de 2016-CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de debater a importância da implementação das Leis: 12.732/2012, que garante aos pacientes diagnosticados com câncer o tempo máximo de 60 dias para ter o tratamento da doença iniciado no Sistema Único de Saúde (SUS), e 12.802/2013, que determina a reconstrução mamária no mesmo ato cirúrgico da mastectomia, quando houver condições médicas, com a participação dos seguintes oradores: Ruffo de Freitas Júnior, Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM); Eitel Santiago de Brito Pereira, Subprocurador Geral da República (representante de: Ministério Público Federal - MPF); Jaqueline Silva Misael, Coordenação Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas (representante de: Ministério da Saúde - MS); Thiago Turbay, Assessor de Relações Governamentais da FEMAMA (representante de: Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio a Saúde - FEMAMA). Usam da palavra dos seguintes Senadores e Senadoras: Marta Suplicy e Ana Amélia. A Presidência propõe a dispensa da leitura e a aprovação da presente Ata, que é dada por aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atenção às comemorações do Movimento Outubro Rosa, conforme Requerimento nº 28, de 2016, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, para debater a importância da implementação das Leis 12.732 e 12.802.

A Lei 12.732 garante aos pacientes diagnosticado com câncer o tempo máximo de 60 dias para terem o tratamento da doença iniciado no Sistema Único de Saúde e a Lei nº 12.802 determina a reconstrução mamária no mesmo ato cirúrgico da mastectomia quando houver condições médicas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Convido para compor a Mesa os ilustres oradores:

Sr. Eitel Santiago de Brito Pereira, Srª. Jaqueline Silva Misael, Sr. Ruffo de Freitas Junior e Sr. Thiago Turbay. (*Pausa.*)

Inicialmente, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, autora do requerimento, para as suas conside-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

rações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Presidente Edison Lobão.

Caros colegas Senadores Marta Suplicy, Raimundo Lira, quero sobretudo agradecer pela presença dos nossos convidados, que aqui estão para nos auxiliar o esclarecimento de duas leis relevantes, que dão o chamado empoderamento ao paciente: a Lei dos 60 dias e a lei que prevê que o SUS, no mesmo ato cirúrgico da mastectomia, que é a retirada da mama contaminada pelo câncer, faça a reconstrução dessa mama. Isso tem um fator extraordinário na autoestima das mulheres. O câncer de mama é o que mais mata mulheres em nosso País, e, no meu Estado do Rio Grande do Sul, a incidência é um pouco mais elevada lamentavelmente.

Agradeço ao nosso sempre aliado, no nosso Procurador Eitel Santiago, que tem nos ajudado muito nessa matéria; ao Dr. Ruffo, Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia; também a representação da Jaqueline Misael, pelo Ministério da Saúde; e ao Thiago Turbay, representando a Presidente da Femama, Maira Caleffi.

Quero agradecer a todos antecipadamente. Como estamos com uma sobrecarga e sobreposição de Comissões trabalhando e de outras atividades, penso que, como o objetivo aqui é muito claro (como está sendo feito o atendimento?), se V. Exª concedesse dez minutos a cada palestrante, permitiria que aos Senadores ainda fazerem um debate sobre as questões em que ainda há dúvidas sobre esses dois temas.

Muito obrigada, Presidente Edison Lobão. Em nome das mulheres brasileiras, quero agradecer-lhe, Presidente Lobão, por ter colocado o requerimento na semana passada e já ter marcado para hoje esta audiência pública, fazendo parte das atividades do Outubro Rosa.

Agradeço a V. Exª, Senador Edison Lobão, pela atitude que teve de compromisso com o interesse pela saúde das mulheres brasileiras. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia, louvo a iniciativa de V. Exª, que é de fundamental importância para a sociedade brasileira. De fato, tivemos que apressar esta audiência pública, considerando as comemorações do Outubro Rosa, em que nos encontramos.

Concedo inicialmente a palavra ao Dr. Eitel Santiago de Brito Pereira, Subprocurador-Geral da República, representante do Ministério Público Federal, por dez minutos.

O SR. EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Srªs e Srs. Senadores, companheiros presentes na Mesa, Drª Jaqueline Silva Misael, Coordenadora Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, do Ministério da Saúde; Dr. Ruffo de Freitas Junior, da Sociedade Brasileira de Mastologia; Dr. Thiago Turbay, da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, Femama, representando Maira Caleffi, Presidente da Femama.

Venho, em nome do Ministério Público participar desta audiência pública. O sentimento que me traz aqui é um misto de tristeza e de alegria. Tristeza, senhores e senhoras, por ver que a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, em que pesem valiosos esforços feitos, ainda não está implementada em nosso País. Alegria por perceber que o Senado da República continua preocupado com esse tema da maior gravidade, que é o tema de salvar vidas.

Pelas informações que tenho colhido das leituras que faço, tirando as doenças do coração, o câncer continua sendo a moléstia que mais mata no nosso País, e, lamentavelmente, mata, Senador Lira, principalmente as pessoas mais carentes, que não conseguem, no tempo adequado, iniciar o seu tratamento.

Também com uma certa preocupação vejo a questão econômica que o País vive. Outro dia, eu assisti a uma sessão pela TV Senado, quando ocupava a tribuna a Senadora Ana Amélia, a quem admiro muito, que é nossa conterrânea hoje, porque é cidadã pessoense, Senador Lira, o que nos honra muito, porque também ela, como V. Exª, é muito combativa e atuante. E ela, na ocasião, recebia um aparte do Senador Cristovam Buarque, que mostrava a gravidade do quadro econômico. Dizia S. Exª que está na hora de todos os que fazem os Poderes constituídos do Brasil, todos nós – nós também, do Ministério Público – tirarmos as máscaras na definição do que são as prioridades do Brasil.

Falta dinheiro para a saúde – essa queixa é feita pelos profissionais da área; falta dinheiro para a implementação de uma lei tão simples como essa que determina que se faça o início do tratamento em 60 dias a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

partir do diagnóstico das neoplasias; e há desperdício de dinheiro público. Contudo, não faltou, lamentavelmente, dinheiro para investimento em obras caríssimas a serem executadas por empreiteiras envolvidas em escândalos. E, o que é mais grave, o dinheiro brasileiro financiando projetos enormes fora do Brasil, como se nós fôssemos uma sociedade de pessoas, na sua maioria, abastadas e em condições de financiar os seus tratamentos nessas doenças mais caras. Não é verdade isso.

Eu assisti, participando do grupo de saúde do Ministério Público, Senador Ana Amélia, a debates promovidos, inclusive neste Senado, com o apoio deste Senado, contra portarias, na época do Ministério da Saúde, que determinavam que, se fosse obrigatório o exame da mama, que, como a senhora disse, é um dos tipos de câncer que mais mata, a partir dos 50 anos... Antes era 40 e, agora, jogaram para 50. E nós brigamos para que ficasse em 40...

Eu só soube que vinha para esta audiência ontem à tarde, mas, ainda ontem pela manhã – e não vou dizer o nome por uma questão de respeito à intimidade –, encontrei uma pobre moça terceirizada que trabalha na Procuradoria-Geral da República, com 33 anos, acometida de câncer de mama.

E ela me procurava para pedir, porque sabia que eu atuei nessa área na Procuradoria-Geral, mais especialmente na Câmara de Direitos Sociais, para acelerar o início do seu tratamento. Mas vejam: 33 anos! É impressionante! E, quanto mais jovem, maior a letalidade dessa doença – a gente sabe disso.

E eu até me socorri de um filho que, para a minha alegria e de minha esposa, Fátima, que conhece tão bem D. Gitana e o Senador Lira, estuda oncologia, está fazendo oncologia na USP. Entrei em contato com ele, porque ele já foi residente aqui no Hospital de Base, para que ele também auxilie nos serviços médicos da Procuradoria no sentido de acelerar o tratamento.

Pois bem; esse pessoal sofre. As pessoas estão morrendo por falta do início do tratamento. Então, o primeiro drama de quem é portador de câncer e não tem condições de custear um tratamento caro é conseguir ser atendido; é ver respeitada a norma constitucional que diz que a saúde é direito de todos e dever do Estado; é ver respeitada a lei, que o Congresso Nacional aprovou e a Presidência da República sancionou, que diz que esse tratamento tem de começar em 60 dias, pois quem tem câncer não pode esperar.

A gente fica olhando essa situação e fica com tristeza. Agora, alegria por saber que existem brasileiros comprometidos com a solução desses problemas, e muitos deles estão aqui neste Senado da República realizando uma importante audiência como esta de hoje. E as audiências públicas servem para isso, para chamar a atenção. É hora de priorizar a saúde no Brasil!

Eu, hoje pela manhã, lembrei-me de uma canção de Michael Jackson, o grande compositor norte-americano que faleceu há algum tempo. E essa canção, que se chama *Heal the World* (cure o mundo), tem um trecho que diz mais ou menos assim:

Heal the world

Make it a better place

For you and for me

And the entire human race

There are people dying

If you care enough for the living

Make it a better place

For you and for me

And the entire human race

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Em uma versão para a nossa bela língua portuguesa:

Cure o mundo

Faça dele um lugar melhor

Para você, para mim

Para toda a humanidade.

Há pessoas morrendo

Se você tem algum respeito à vida,

Faça este mundo melhor

Para você, para mim

Para toda a humanidade.

Uma forma de fazer o mundo melhor, Srªs e Srs. Senadores, é fazendo as escolhas, escolhendo as prioridades de que falava o Senador Cristovam – ele, um lutador incansável pela educação e pela saúde, como aqui, nesta Comissão de Assuntos Sociais, outros Senadores são lutadores por esses temas, pela saúde e pela educação –, priorizando, no Orçamento Público, recursos para a saúde.

É uma vergonha para um país como o Brasil, que domina tantas tecnologias, não ter ainda um programa eficiente não ter ainda um programa eficiente de tecnologia de informação capaz de fazer o registro das pessoas que são portadoras de câncer.

O Siscan, Senadora Ana Amélia, não está funcionando!

E ouço, hoje, algumas vozes se levantando contra uma política de austeridade que se precisa fazer no Brasil – ninguém desconhece isso –, dizendo que vão retirar o dinheiro da saúde. Ora, não faz muito tempo parou completamente esse programa de implementação do Siscan no Brasil. E nós sabemos disso porque os nossos colegas Acácia Suassuna, paraibana de Campina Grande – aliás, paraibana não; cearense, mas radicada em Campina Grande –, e Valdir Alves, da terra da Senadora, o Rio Grande do Sul, estiveram – e foram muito bem recebidos – no Ministério da Saúde, e, pela primeira vez, eu quero dizer isso aqui: eles estão criticando que, por meio de uma política de austeridade, vai faltar dinheiro para a saúde. Mas eu vou dizer aqui aos senhores: pela primeira vez, meus colegas perceberam que, no Ministério da Saúde, há boa vontade de compartilhar informações a respeito do Siscan, que é essencial para que haja um certo controle das famílias que sofrem por ter pessoas portadoras de neoplasias, bem como para o próprio Ministério Público e para a própria sociedade na implementação do tratamento dessa doença tão terrível.

Eu os parabenizo nesse aspecto e espero que o Ministério Público possa, doravante, compartilhar essas informações e auxiliar, com a capilaridade que tem em todo o Brasil – e não digo apenas o Ministério Público Federal, mas o Ministério Público dos Estados também –, na implementação dessa lei, introduzindo o Siscan, o Sistema de Informação do Câncer, para acelerar o atendimento ou, vamos dizer, acabar com as filas, porque, se em outras doenças que não têm a gravidade do câncer, ainda que possa agravar, não mata; no caso do câncer, mata. O tratamento ou é feito a tempo e a modo, ou mata.

Eu tenho um filho que é, como disse há pouco, oncologista e ele me diz isso a toda hora. Eu tenho também um irmão cardiologista e sei que coração mata muito. Então, acho que saúde, por ser um direito fundamental e um direito caro de se implementar, tem que ser uma ação de Estado. O Estado não precisa, talvez, construir tantos estádios de futebol, que interessam às grandes empreiteiras, mas o Estado precisa fazer funcionar os serviços de saúde existentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA – E, para isso, precisa-se de dinheiro.

São essas as colocações que faço, manifestando a minha esperança de que nós possamos fazer valer essa lei, bem como a outra, que em boa hora foi aprovada, que permite a cirurgia simultânea: a extirpação das células cancerígenas e a reconstrução do seio da mulher.

O seio da mulher é fonte da vida e também símbolo de beleza, de encanto e de esperança, que tem sido cantado em prosa e verso em todo canto, E foi cantado também, Senador Lira, por um poeta paraibano, José Rodrigues de Carvalho, que viveu muito tempo no Ceará, onde foi folclorista.

Vou encerrar as minhas palavras lembrando esse poeta paraibano, em homenagem à mulher que sofre com essa doença, uma doença que mata e que também tira um pouco da autoestima da mulher. Embora possamos dizer que a beleza dela está no todo, nós compreendemos a questão estética que elas vivem, porque, como o poeta canta, sabemos que:

Quando a seiva da carne perfumosa

Protubera-se em conchas offegantes,

Os seios da mulher são como errantes

Aves do céo com bicos cor de rosa.

Pomos com fibra de setim, inconhos,

São, quando a virgem, na cerúlea estancia,

Rompe o casulo lyrial da infancia

P'ra ser a Chloris de um pomar de sonhos.

Mas, quando, oh, nume das paixões, os mundos,

Aos olhos frágeis do mortal, desvendas,

Cheios de amor, de seducção fecundos...

lílles, qual fructo tentador das lendas,

São dous abysmos santamente fundos,

Dous assassinos no grilhão das rendas!

Srªs e Srs. Senadores, vamos ajudar o Brasil a curar esse sofrimento que decorre da falta de assistência médica, principalmente das pessoas mais carentes da nossa Nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu agradeço o ilustre Procurador e bardo Eitel Santiago.

Convido a Drª Jaqueline Silva Misael para fazer uso da palavra.

A SRª JAQUELINE SILVA MISAEL – Primeiramente, gostaria de agradecer o convite para participarmos desta audiência. O Ministério da Saúde se sente muito satisfeito de poder...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª JAQUELINE SILVA MISAEL – Não estão ouvindo? (*Pausa.*)

Agora melhorou?

Pois bem; primeiramente, como disse, eu gostaria de agradecer o convite. O Ministério da Saúde se sente lisonjeado por participar desta Mesa que nós julgamos muito importante.

Gostaria de cumprimentar todos os integrantes da Mesa e todos os presentes.

Apenas para lembrar, a Lei nº 12.732 é a lei que dispõe sobre o tratamento gratuito no Sistema Único de Saúde, e que todo e qualquer paciente tem o direito de realizar o primeiro tratamento no prazo de 60 dias após a confirmação do diagnóstico em laudo patológico. E a Lei nº 12.802 é a lei que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização da cirurgia plástica reparadora da mama em qualquer unidade integrante do Sistema Único da Saúde. Para isso, a mulher precisa estar em condições técnicas, ou melhor, precisa haver condições técnicas para a realização da reconstrução no mesmo ato cirúrgico. E, quanto não existem essas condições, que se garanta que essa cirurgia seja realizada imediatamente.

É importante dizer também que a mulher tem o direito de se recusar a fazer essa cirurgia de reconstrução e que esse direito da mulher também precisa ser preservado.

Eu vou apresentar um pouco das principais estratégias e atos normativos que a nossa equipe vem desempenhando ao longo dos últimos anos e trabalhando de maneira incansável para garantir o tratamento em tempo oportuno para as pessoas que precisam.

Então, no ano de 2013, foi publicada a portaria da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas. É uma portaria que tem o objetivo de garantir cuidado integral para os pacientes que possuem doenças crônicas e que estabelece diretrizes para a organização de linhas de cuidado, como, por exemplo, organização da linha de cuidado do câncer de mama, do câncer do colo de útero, ou da linha de sobrepeso e obesidade. Essa portaria teve que ser republicada para a incorporação de algumas diretrizes em abril de 2014.

No ano de 2013, foi publicada a portaria sobre a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer. É uma política que visa reduzir a incidência e mortalidade por câncer e todas as incapacidades que pode causar essa doença, bem como contribui com a melhoria da qualidade de vida dos usuários, pensando em todas as ações de promoção, prevenção, detecção precoce, no tratamento oportuno e nos cuidados paliativos.

A Portaria nº 140 foi publicada em 2014, rege toda a organização da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no eixo do câncer e tem o objetivo de garantir o cuidado integral para esse paciente. Além de trazer todas as normas sobre os critérios de habilitação dos serviços em alta complexidade em oncologia, ela também traz critérios e parâmetros a serem seguidos por esses estabelecimentos e as responsabilidades dos gestores.

Atualmente, nós temos 288 hospitais habilitados em alta complexidade em oncologia. Ainda não é um número suficiente para atender toda a necessidade no País, nós sabemos disso. Estamos também trabalhando junto aos Estados para que eles elaborem planos regionais de atenção oncológica para que toda pessoa possa ter acesso em tempo oportuno, desde o atendimento para um exame de rastreamento até o atendimento para um tratamento de alta complexidade.

No ano de 2012, foi publicado o Plano de Expansão de Radioterapia. É um plano que vai adquirir 80 soluções de radioterapia. Ainda há um déficit em nosso País. E em 2015 foi realizado o Acordo de Compensação Tecnológica. Nós teremos a primeira fábrica na América Latina de aceleradores lineares. Essa fábrica vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

construída em Jundiaí (SP), e foi um acordo realizado com a empresa Varian Medical Systems.

Bem, o plano de radioterapia vai ser implantado em 23 unidades federativas, em 65 Municípios. Serão 44 novos serviços, e 36 serão ampliados. É importante destacar que o Plano de Expansão não visa substituir nenhum equipamento. Pelo contrário, ele quer ampliar a capacidade de equipamentos de radioterapia.

Além dessas portarias visando ao tratamento, foram publicadas algumas normas para o diagnóstico precoce e também o diagnóstico em tempo oportuno, que são as portarias que instituem o Programa de Mamografia Móvel, a portaria que institui a QualiCito e a portaria do SDM e SRC. A portaria da mamografia móvel visa garantir o acesso ao exame de mamografia para as áreas mais remotas, para aquelas mulheres que não conseguem ter acesso ao exame.

A portaria da QualiCito visa garantir a qualidade no exame citopatológico. Não basta fazer a análise da lâmina. A lâmina precisa ser bem lida. O profissional precisa analisar uma quantidade de lâminas suficiente para garantir a qualidade dessa análise.

E a portaria que institui o serviço de diagnóstico mamário e o serviço de referência e diagnóstico para câncer de colo do útero visou à instituição de serviços que garantam o cuidado integral em um único estabelecimento de saúde. Então, o estabelecimento que é habilitado como SDM garante a realização mínima de procedimentos e de profissionais para o cuidado dessa mulher. Da mesma forma, o serviço de colo de útero, em que tem que realizar um rol mínimo de procedimentos e garantir um rol de profissionais para esse cuidado.

Atualmente, nós temos 845 laboratórios habilitados na QualiCito. Desses, 30 são tipo II, que fazem o controle de qualidade dos laboratórios, temos três estabelecimentos de saúde habilitados com serviço de câncer de colo de útero e dois habilitados com serviço de diagnóstico de câncer de mama. Sabemos que ainda é pouco, e pedimos a vocês que, ao retornarem para os seus Estados, incentivem seus gestores a nos encaminharem propostas, para que esses serviços se disseminem pelo País como um todo.

Além disso, temos a portaria do Pronon, que é um programa do Governo Federal que permite a captação de recursos financeiros, por meio de dedução fiscal, para algumas instituições que realizam prevenção e combate ao câncer. Temos recebido inúmeros projetos, por meio do Pronon, e é importante que os gestores se empoderem desses projetos, que podem ser usados para beneficiar a população SUS dependente. Todo e qualquer recurso captado deve ser utilizado na execução desses projetos para a população que mais precisa, para a população SUS.

Eu trouxe, de maneira ilustrativa, alguns exemplos do que temos observado ao longo dos últimos anos. Então, no ano de 2015, se formos observar a quantidade de exames em percentual realizados para atingir a necessidade de exames citopatológicos e de mamografia para a população, de acordo com as diretrizes do Ministério, nós observamos que nenhum dos Estados consegue atingir 100% da população que precisa desses exames anualmente. Mesmo se formos considerar a meta estipulada pela OMS, que seria de uma cobertura de 80% das mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos, no caso do câncer do colo de útero, e 70% de cobertura das mulheres de 50 a 69 anos, para o câncer de mama, nenhum Estado consegue atingir essa meta. Todos estão abaixo da meta preconizada pela OMS. É claro que queremos atingir não só a meta, queremos atingir 100% das mulheres. Todas elas precisam realizar o exame citopatológico de três em três anos e a mamografia de maneira bianual. Claro, se não houver nenhum problema no resultado desses exames.

Apenas relembrando que essas diretrizes não excluem mulheres de outras idades que precisam realizar o exame. O SUS garante a qualquer mulher a realização desses exames, independentemente de faixa etária. Agora, falando de rastreamento, existe uma faixa etária preconizada.

Eu trouxe um exemplo sobre os exames de mamografia. Pegando o ano base de 2017, nós teremos aproximadamente 19,4 milhões de mulheres.

(*Soa a campainha.*)

A SRª JAQUELINE SILVA MISAEL – A ANS tem uma cobertura de 20,3%, e a população SUS dependente seria de 15,5 milhões.

Considerando a estratégia de rastreamento de um exame bianual, nós teríamos que cobrir 7,7 milhões de mulheres, ou seja, realizar 7,7 milhões de mamografias. Hoje, de acordo com o cenário do CNES (Cadastro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nacional de Estabelecimentos de Saúde), existem 2.823 mamógrafos na rede privada, sendo que 2.740 em uso; na rede pública, são 2.656 mamógrafos, sendo que 2.529 em uso. E com produção apenas 1.499, ou seja, 59% dos mamógrafos existentes estão produzindo. Por que os mamógrafos não estão produzindo? Será que existe algum mamógrafo quebrado ou que ainda não foi instalado nos hospitais? Também pedimos a ajuda de vocês, ao retornarem aos Estados, para resolvermos esses problemas.

Pensando na capacidade hoje instalada, cada mamógrafo pode realizar cinco mil exames por ano; isto é, seriam 19 exames por dia, considerando 22 dias por mês. Se pegarmos a quantidade de mamógrafos em uso, hoje, o Brasil teria capacidade de realizar 12,6 milhões de exames de mamografia; isto é, nós conseguiríamos atender todas as mulheres que precisam de mamografia. Se pegarmos só aqueles mamógrafos que estão com produção, que seriam aqueles 1.499, nós poderíamos atender 7,5 milhões de mulheres ao ano; isto é, 7,5 milhões de mamografias. Nós não atingiríamos a necessidade, mas chegaríamos muito perto.

Hoje, olhando os dados disponíveis nos sistemas, a produção registrada em 2015 foi de 4,1 milhões de mamografias. Precisamos realizar mais? Precisamos realizar muito mais. E foram realizadas 2,5 milhões de mamografias na faixa etária preconizada para rastreamento, isto é, daqueles 1.499 mamógrafos que tiveram produção, cada um deles realizou aproximadamente 2.754 exames, bem abaixo do que cada um poderia realizar.

Quanto à reconstrução mamária, que é a cirurgia garantida para a mulher após a mastectomia, nós temos observado um aumento progressivo ao longo dos anos. Nós observamos um aumento de 57%, comparando o ano de 2015 com o de 2012. Eu comparo com o ano de 2012 porque nesse ano nós publicamos a Portaria nº 2.947/2012, que realizou uma revisão dos procedimentos cirúrgicos da tabela do SUS e reajustou os valores desses procedimentos. E, a partir do momento em que foram reajustados, nós observamos um crescimento. E temos observado isso ao longo dos anos.

Nos procedimentos de tratamento para o câncer nós temos observado também um crescimento ao longo dos anos. Se pegarmos cirurgia para câncer, houve um aumento de 21%, comparando o ano de 2015 com o de 2010; aumentamos 36% na quantidade de procedimentos de quimioterapia; e 27% de radioterapia, também comparando com o mesmo ano.

É suficiente toda essa quantidade de procedimentos que foram ampliados? Sabemos que não. E temos trabalhado arduamente para garantir o acesso adequado e em tempo oportuno para a população brasileira. Hoje, se formos comparar a necessidade com a oferta, comparando com o ano de 2015, de que nós já temos os dados fechados, seriam necessários 284 mil procedimentos cirúrgicos.

Isso pensando que 60% dos casos novos de câncer realizariam 1,2 procedimentos ao ano. Nós realizamos 274 mil procedimentos. É abaixo da necessidade? É abaixo da necessidade. Por isso precisamos também ampliar a quantidade de serviços que realizam o tratamento de alta complexidade em oncologia no País.

Quimioterapia, nós tivemos um aumento de procedimentos, conseguimos realizar mais procedimentos que a nossa necessidade e, em radioterapia, temos um déficit no Brasil, como é conhecido por todos, também não conseguimos alcançar.

Então, falando um pouquinho do Siscan, já estou terminando, sei que esgotei o meu tempo. O Siscan teve origem desde 1998. Falando de maneira resumida, é um sistema que surgiu da integração do Siscolo e do Sismama e, em 2013, foi acrescentado um módulo para avaliar o tempo médio de tratamento do paciente com câncer.

Temos enfrentado diversos problemas com o Siscan. Recentemente, ele foi assumido por nossa Coordenação-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas. Temos trabalhado de maneira integrada com os Estados para entender os problemas que existem no Siscan. Eles têm diversas dificuldades no faturamento com os prestadores. Os gestores verificaram várias inconsistências com o sistema. Existe uma dificuldade na operacionalização. O sistema tem dificuldade nas suas funcionalidades e até mesmo na extração de informações. Sabemos desses problemas e a nossa coordenação está totalmente à disposição para trabalhar juntamente com os Estados e com os Municípios para podermos solucionar esse problema e realmente tornar esse sistema capaz de monitorar o tempo de tratamento da população.

Aqui eu trouxe apenas alguns números ilustrativos, se formos observar por região de saúde, por região do Brasil. No Centro-Oeste, 76,2% teriam realizado tratamento em 60 dias, só que esses dados representam poucos estabelecimentos de saúde que utilizam o sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Todas essas medidas foram publicadas, mas o mais importante é que os gestores também...

(*Soa a campainha.*)

A SRª JAQUELINE SILVA MISAEL – ... possam fazer com que todas essas medidas aconteçam de maneira integrada, que o paciente tenha acesso aos diversos pontos de atenção à saúde no País.

Por fim, trago os principais desafios imediatos no controle do câncer. Precisamos engajar a sociedade no esforço permanente para o controle do câncer, os conselhos municipais precisam ser mais atuantes, os gestores precisam realizar os monitoramentos dos contratos realizados com aquelas instituições de saúde, precisa haver um fortalecimento dos espaços de gestão e um fortalecimento da CIB, que ela realmente seja um espaço deliberativo.

A população precisa se empoderar sobre os principais fatores de risco que podem causar câncer, com a cessação de tabagismo, adoção de medidas saudáveis, redução do consumo de álcool, prática de atividades físicas e utilização da vacina.

Precisamos aperfeiçoar a gestão de maneira geral, como meios de coleta e análise de dados e, principalmente, ampliar o acesso ao diagnóstico e tratamento do câncer no País como um todo, garantindo a qualidade e equidade para todas as pessoas que precisam desse tratamento.

Queria agradecer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço à Drª Jaqueline pela competente exposição e até pela doçura com que o faz.

Dr. Ruffo de Freitas Júnior.

O SR. RUFFO DE FREITAS JÚNIOR – Bom dia a todos e a todas. Em nome do Senador Edison Lobão, muito obrigado pelo convite. Senadora Ana Amélia, a quem eu me curvo pela dor sofrida na sua família, mas principalmente pela luta que a senhora tem a respeito do câncer de mama, essa luta incansável nas várias situações e como parceira da Sociedade Brasileira da Mastologia e da mulher brasileira como um todo; Senadores; membros da Mesa; Dr. Eitel Santiago, brilhante exposição, de fato fascinante; Drª Jaqueline Silva Misael, da doçura eu gostei...

O SR. EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Concordo também.

O SR. RUFFO DE FREITAS JÚNIOR – ... e pela primeira vez eu senti o Ministério da Saúde abraçando, não empurrando, mas, com a expressão de um colega de Goiás, ciscando para dentro, gostei da doçura, Senador, excelente; Dr. Thiago, que tem sido um parceiro também na luta incansável.

Trabalharemos um pouquinho sobre essa questão. Esses são números do Instituto Nacional do Câncer. Vocês veem alta prevalência do câncer de mama em relação aos demais tipos de tumor. De fato, ele tem aumentado bastante.

O Instituto Nacional do Câncer e o Ministério da Saúde publicam a cada dois anos a incidência no País e se vocês observarem na parte de cima, de 2012, 2014 e 2016, pula de 52.680 novos casos, em 2012, para 57.960, em 2016. Isso significa, Senador Edison Lobão, aproximadamente um aumento de mais ou menos mil casos de câncer de mama por ano no nosso País. Então, é quase uma endemia, Senador. Isso é uma das coisas que nos preocupa bastante, uma prevalência que também vem subindo sobre os demais tipos de câncer. E o pior é que boa parte dessas mulheres ainda tem um diagnóstico, infelizmente, numa fase um pouco mais avançada da doença. Obviamente, temos um Outubro Rosa, no qual temos muito para comemorar, mas ele ainda não é o rosa de que nós gostaríamos.

Esses dados nos trazem a fase mais inicial do tumor, em que temos os pequenos tumores deste lado de cá, tumores até 2cm. Se vocês observarem, os números não são grandes. Isso já é muito melhor do que foi no passado. No passado, nós tínhamos esses números aqui com a metade disso, indo para os tumores mais avançados a grande maioria. Mas, se vocês observarem, ainda há uma boa parte, pelo menos, quase 50%, eventualmente mais, de tumores avançados no País. Essas são séries de estudos brasileiros publicados na *Revista Brasileira de Mastologia*.

A região de Barretos é um pouco diferente, por quê? Porque tem um programa de rastreamento popula-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cional baseado em mamografia, no qual, trabalhando com mulheres com 40 anos a mais, consegue fazer com que haja um número muito maior de tumores numa fase inicial, que é completamente diferente dos números acima previamente citados.

Então, senhores, quando vejo que o Instituto Nacional do Câncer e a mídia recentemente relataram 60% de mulheres que foram ao Instituto Nacional do Câncer tiveram seus tumores detectados por elas próprias e houve uma comemoração sobre isso, Senador Edison Lobão, para mim é um absurdo. Quando falamos que a mulher palpa o tumor, significa que nós falhamos, Senadora, nós falhamos em oferecer a essa mulher mamografia de forma que pudesse ser detectado antes que ele se tornasse grande o suficiente para ela ter o tumor palpado, 60% é muita coisa, Senadora, é um absurdo nós termos ainda no País essa situação em termos de Sistema Único de Saúde. Sabe por que isso? Porque no Estado do Rio de Janeiro, em 2015, apenas 15% das mulheres entre 50 e 69 anos tiveram acesso à mamografia. Se elas não têm a cesso à mamografia, infelizmente, em quem tem câncer de mama o tumor crescerá a ponto de ele ser palpável. Senador, isso é incompatível com o País que nós queremos para as mulheres que nós queremos ter no País.

São dados expressivos. Volto a insistir, um dos programas muito interessantes em termos do rastreamento foi a questão já citada previamente pela Drª Jaqueline dos mamógrafos móveis. Denúncia que deve ser feita: Distrito Federal, 2015, sabem qual a porcentagem de mulheres que foram cobertas do ponto de vista de rastreamento? Acreditem, 1,7%. Foram demonstrados no eslaide da Drª Jaqueline 2,7%. Na verdade, fazendo as contas de acordo com o que é preconizado pelo Ministério da Saúde, 1,7%. Isso é um absurdo! Isso é um absurdo! O que está faltando? Manutenção dos aparelhos. Então, há mamógrafo – e você tem razão, o Ministério da Saúde tem razão, nós temos mamógrafos suficientes, aliás, nós temos mamógrafos suficientes para fazermos mamografias em todas as mulheres acima de 40 anos, não acima de 50 anos – Senadora, acima de 40 anos, nós temos mamógrafos suficientes, o que está faltando, Drª Jaqueline tem razão, temos que ver por que eles não estão funcionando em tempo integral. Quase todos os mamógrafos ou boa parte dos mamógrafos dedicados ao Sistema Único de Saúde fazem muito menos exames do que eles poderiam fazer. Este é o motivo: em vez de dificultar, talvez, Drª Jaqueline, em vez de não dar acesso a essas pacientes de 40 a 49 anos, pelo contrário, talvez fosse época de o Ministério da Saúde rever agora, com essa doçura que você tem, e, a partir daí, também incluir essas mulheres, afinal de contas, é lei e uma portaria do Ministro da Saúde não pode ser maior do que uma lei federal. Nós temos que construir pontes e não construir muros. Nós temos mamógrafos, poderíamos trabalhar, fazendo com que eles, de fato, funcionassem adequadamente.

Passando, então, para a outra parte, que é a questão dos dados de atraso no diagnóstico, Lei dos 60 dias. Pouca coisa tem sido publicada na literatura. Siscan, de fato, é fundamental que esteja funcionando. Drª Jaqueline, a senhora tem razão, nós temos que ter o Siscan funcionando, por mais que haja dificuldade, é nossa obrigação, de todos nós, fazer com que ele funcione.

É a única maneira que nós temos de poder fazer funcionar.

Eu trouxe trabalho que foi publicado pelo Dr. Otaliba Libânio, que fez parte do Ministério da Saúde durante um bom tempo e mostra, por exemplo, que no Estado de Goiás, meu Estado, nós temos aqui – olhem só: 32% de mulheres com câncer de mama, das mais de 2 mil pesquisadas aqui, tiveram a possibilidade de ter acesso na Lei dos 60 dias, cumprindo a lei. Significa que, pelo menos, com quase 70% delas não cumpriram a lei. Isso está longe de nós melhorarmos. Agora, há uma coisa, nós só vamos conseguir melhorar isso, Senadores, quando houver um repasse adequado de dinheiro.

Por exemplo, a minha universidade. O Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás está recebendo hoje menos de 25% do que foi faturado e do que deveria receber. Então, nós não temos como segurar e conseguir organizar que essas coisas funcionem de maneira adequada. É necessário que haja, nós entendemos a dificuldade financeira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUFFO DE FREITAS JÚNIOR – ... de recursos, mas é necessário que haja essa grande questão.

Muito bem. Passando agora para a parte de cirurgia. Em 2014... Eu peguei 2014, porque tínhamos os dados fechados de cirurgias até então e aqui, mais uma vez, números do Datasus. Quando nós temos dados e fontes do Governo, fica muito mais interessante, mais confiável.

Então, foram estimados pelo Instituto Nacional do Câncer e Ministério da Saúde 57.120 casos para 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E fomos no Datasus e vimos o número de cirurgias realizadas com o CID C50, que é o câncer de mama, e D48, que é lesão suspeita de mama: 15 mil cirurgias. Desse total, significa que 27% das mulheres no País foram submetidas à cirurgia de mama, daquelas que tiveram câncer de mama, as outras todas ou foram saúde suplementar, pagaram ou, eventualmente, não tiveram esse benefício por algum motivo.

Mais do que isso, Dr.ª Jaqueline tem razão. Passando para a Lei de Reconstrução Mamária, digamos que aproximadamente 30% das nossas mulheres não possam ser submetidas à reconstrução por um problema pessoal delas próprias, por um problema em relação ao tumor em si, problemas técnicos, aproximadamente 30%. Mas nós teríamos 70% das mulheres tratadas pelo SUS que, por lei, deveriam estar tendo essa reconstrução mamária. Fizemos esse levantamento, também utilizando os mesmos dados oficiais do Datasus. Aqui, vocês observam que em 2008 era de 15% e foi subindo. Aqui, em 2012...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUFFO DE FREITAS JÚNIOR – ... há a portaria, então, sobe em 2014 para praticamente 30%. Conseguimos dobrar no País de 15% para 30% reconstrução imediata. É excelente, esses são quase números de grandes países, a Inglaterra está mais ou menos assim, mas temos ainda um buraco de 30% ou um pouquinho mais de mulheres que deveriam ser beneficiadas por essas leis. E aí, um ponto muito importante, alguns pontos que devemos comentar. Número um, nós temos que ampliar o acesso ao centro cirúrgico. Às vezes, dependendo dos hospitais de referência, eu tenho que fazer a escolha de Sofia, nós temos tempos limitados de centro cirúrgicos e de leitos pelo SUS.

Isso significa que ou eu faço duas pacientes de câncer de mama ou eu faço uma paciente de câncer de mama e gasto mais o dobro do tempo para reconstruí-la. Então, trata-se de fazer uma fazendo a cirurgia do câncer e mais a reconstrução ou duas sem fazer a reconstrução. Às vezes, nós temos que fazer, infelizmente, essa escolha de Sofia.

A outra coisa ...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Para mim, não ficou claro. Nós temos a lei que obriga a fazer naquele momento. Mas quando essa escolha de Sofia é feita, o senhor pode postergar e marcar ...

O SR. RUFFO DE FREITAS JÚNIOR – Certamente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ela não fica abandonada?

O SR. RUFFO DE FREITAS JÚNIOR – Não. Ela não fica abandonada. Mas há uma grande questão. É que, logo na sequência, haverá uma outra paciente com câncer de mama, uma outra paciente com câncer de mama e essa paciente vai ser deixada para uma cirurgia eletiva de um pouco mais de tempo

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas aí qual é a solução?

O SR. RUFFO DE FREITAS JÚNIOR – A solução é isto: falta, primeiro, uma quantidade maior de centros cirúrgicos. E Deus queira que o Ministério da Saúde, que todos possamos melhorar isso. Falta número de cirurgiões treinados. E a Sociedade Brasileira de Mastologia, a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica têm lutado incessantemente para que isso seja melhorado, e nós estamos conseguindo. Mas, Senadora, ainda falta um pouco.

Em terceiro lugar, houve de fato, Drª Jaqueline, um aumento, e Senador Edison Lobão, dos valores pagos para as cirurgias oncológicas. Mas não houve aumento para a reconstrução mamária. Para essa cirurgia que dura de duas a quatro, cinco horas é pago para o cirurgião aproximadamente R$170. Então, essa é uma das coisas que devem ser revistas num futuro próximo.

E mais uma coisa muito importante, as próteses mamárias ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUFFO DE FREITAS JÚNIOR – ...devem ser adequadas. Nem todos os hospitais, Senadores, conseguem obter as próteses adequadas para que sejam feitas as reconstruções. A lei está aí, mas as mulheres e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

os cirurgiões precisam dessas próteses.

Para finalizar, este aqui é o País de vocês. Este é um trabalho nosso também com dados públicos, em que nós fizemos esse trabalho estatístico. Dividimos aqui, no mapa da esquerda, as capitais; no mapa da direita, o interior de todos os Estados. Tudo que está em vermelho significa pare, está muito ruim, a mortalidade por câncer de mama está aumentando. O que está em amarelo é razoável, a mortalidade por câncer de mama já está estável. O que está em verde, muito bem, está sendo benfeito, a mortalidade por câncer de mama está reduzindo.

As capitais Porto Alegre, cidade de São Paulo, cidade do Rio, Belo Horizonte e Recife já têm redução da mortalidade por câncer de mama. No interior dos Estados, o único é o interior do Estado de São Paulo. Infelizmente, pela má distribuição dos mamógrafos e do serviço de saúde, na vasta maioria do interior do Estado, as nossas mulheres continuam morrendo.

O SR. EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA – Eu posso fazer uma pergunta?

O SR. RUFFO DE FREITAS JÚNIOR – Por favor.

O SR. EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA – Essa estatística talvez não esteja revelando a realidade por conta de falta de registro. Por exemplo, num Estado como o Amazonas, qual é o registro que se tem do câncer de mama que acomete uma amazonense, uma manauara?

O SR. RUFFO DE FREITAS JÚNIOR – O senhor tem razão por parte. E isso basicamente é uma exceção com relação aos registros que são obrigação neste País, registros de óbitos.

Então, toda mulher que morre no País tem que ter um registro de óbito, uma certidão de óbito, e esses dados são com base nas certidões de óbitos. Eventualmente, uma marajoara pode não ter sido registrada ou, mais do que isso, em pequenas cidades pode não ter sido computado como uma progressão relacionada ao câncer de mama e ela ter morrido, digamos, com alguma outra causa que não tenha sido reportada.

O SR. EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA – Às vezes se diz: abriu a janela, levou um vento e morreu. Mas a doença está lá escondida, ela não foi detectada.

O SR. RUFFO DE FREITAS JÚNIOR – O senhor tem razão, entretanto, esses são os melhores dados que nós temos e eles estão sendo acompanhados. Dessa forma, nós temos que melhorar, e o Ministério da Saúde de fato tem possibilitado a melhora dos registros de óbitos no País. Mas o fato é que esses são os números que nós temos. E ainda assim eles não são para menos. Se houver uma piora de dados é para mais, é para o aumento da mortalidade em si.

Eu termino, Senador Edison Lobão, pedindo... Esta é minha paciente Graciele, que faleceu na semana passada. Em nome dela, eu queria que nós nos posicionássemos de pé, em um minuto de silêncio, em homenagem a todas as mulheres com câncer de mama que perderam a vida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Que idade tinha essa paciente?

O SR. RUFFO DE FREITAS JÚNIOR – Aproximadamente 40 anos.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. RUFFO DE FREITAS JÚNIOR – Senadores, o meu muito obrigado. Senador Edison Lobão, eu agradeço imensamente esta oportunidade de discutir um tema, no Outubro Rosa, que é fundamental. Que os nossos próximos outubros rosas, Senadora Ana Amélia e Senadores, possam ser de fato rosa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu agradeço ao Dr. Ruffo as informações preciosas que nos traz, preciosas no sentido de que nós todos devemos nos conscientizar da gravidade desse problema de saúde pública em nosso País.

Registro a presença da Deputada Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina, que nos honra com sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Concedo a palavra ao Dr. Thiago Turbay.

O SR. THIAGO TURBAY – Bom dia, Senador Edison Lobão, na figura de quem cumprimento todos os Senadores, o Senador Waldemir Moka, a Senadora Marta, a Senadora Ana Amélia, a Deputada Carmen. Com essas duas, eu acho que a gente tem cinco anos pelo menos de história, de luta em prol da dignidade e proteção dos direitos da paciente.

Eu represento hoje a Drª Maira Caleffi, Senador Edison Lobão, que é Presidente da Femama, talvez uma das maiores federações do mundo de pacientes de câncer, pois congrega 60 ONGs no Brasil inteiro. E a ideia é falar não só da perspectiva da incidência, da mortalidade e soluções, mas também vou propor uma coisa diferente, Senadores: eu queria que a gente saísse daqui com uma agenda positiva do câncer de mama. Os outubros rosas estão se acumulando e talvez a gente consiga encaminhar, por exemplo, umas sugestões de projetos. A Senadora Ana Amélia e a Deputada Carmen sempre me atendem. Vou estender os pedidos ao Senador Waldemir. Há um requerimento no TCU, assinado junto com a Senadora Ana Amélia, de 2013. Pela primeira vez, Senador Edison Lobão, em 2013, tínhamos uma ideia do que era o câncer, no Brasil, em números oficiais, auditados pelo TCU. Havia um registro do Fisco Saúde em 2010, 2011, mas em 2013 de forma mais completa, a partir da iniciativa dos Senadores.

Eu vou pular aqui a minha apresentação. O meu trabalho, sendo apresentado por último, fica muito fácil, porque eu conto com brilhantes exposições que foram feitas antes. O Dr.Ruffo sempre me dá uma aula. Eu não me canso de ouvi-lo.

Eu vou fazer um destaque muito breve. É claro que houve uma alteração no que se refere à sensibilidade no Ministério da Saúde. Não há dúvida disso. Pela primeira vez, nós nos sentamos sem um clima de disputa, mas com um clima de congregar interesses. Eu sempre digo isso, já é uma fala um pouco antiga e vou me permitir cair nesse clichê, ou seja, estamos aqui do mesmo lado. Eu não consigo entender o fato de, se fazemos a defesa dos direitos das mulheres, falando de câncer de mama especificamente, estarmos de lados opostos à saúde pública ou à privada, porque regulamos tudo aqui. Então, acho que isso está se tornando realidade.

Eu vou passar esses dados de incidência. Todos foram colocados aqui nas apresentações anteriores.

Há alguns destaques de como a lei dos 60 dias, infelizmente, continua sem a devida aplicação. A ideia dos 60 dias, eu me lembro muito bem do relatório da Senadora Ana Amélia, nós conversamos várias vezes no gabinete, e dizíamos: é necessário fixar um prazo? Essa é a resposta. Isso porque, sem fixarmos um prazo de 60 dias, Senadora Ana Amélia, nós não teríamos esse percentual antes de 60 dias.

Em relação ao câncer de mama, por exemplo – eu sou da área jurídica, junto com o Dr. Eitel, mas o Dr. Ruffo poderá melhorar essa explicação -, o tempo representa uma distância entre a vida e a morte, ele tem uma delimitação. Se diagnosticado de forma precoce, se o atendimento for antecipado, há uma possibilidade de cura de até 95%, talvez até mais. Há um percentual de dados inclusive mostrado pelo Ministério da Saúde. Então, a ideia era fixar um prazo de 60 dias para que obrigássemos o gestor a atuar em prol do direito da mulher. No caso, ainda estendemos, Senadora Ana Amélia porque era uma proposição inclusive da Deputada Carmen de 30 dias para o início do tratamento. Havia uma dificuldade de implantação disso e, por isso, nós demos um passo atrás para conseguir a sanção depois da lei, o que aconteceu em 2012. Mudamos de 30 para 60 dias para o início do tratamento. A ideia é: vamos tornar essas mulheres cobertas pelo Sistema Único de Saúde. Entendemos o Sistema Único de Saúde como instituição de Estado, como um dever de atendimento à saúde.

Então, acho que esse gráfico é um grande avanço, Senadora Ana Amélia, é um grande avanço. Em 2012, agradeci a V. Exª imensamente, em nome da Femama, por ter coragem de voltar a essa pauta, uma pauta que estava meio adormecida.

E hoje essa é uma resposta, mas também temos que sair daqui identificando que ela é uma resposta ainda insuficiente.

Aqui há alguns dados do que eu, de forma muito sensível, acho que é uma calculadora, porque isso geralmente significa aumento ou diminuição de mortalidade. A gente ainda tem um número muito baixo de pacientes com um primeiro atendimento até 60 dias. E ainda previámos, no projeto de lei que foi sancionado integralmente, uma possibilidade de responsabilidade do gestor que não cumprisse isso. A ideia aqui não é sacrificar gestor público, Senador Edison Lobão. A ideia aqui é tornar obrigatória a execução da lei, tornar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

obrigatória essa proteção para que as mulheres tenham cada vez maior abrangência no que se refere ao atendimento e qualidade do serviço. Isso aqui é uma conquista de dignidade, não tenho dúvida.

E aí eu chego ao primeiro ponto da nossa agenda. Se nós temos insuficiência de dados, se nós temos uma dificuldade de implantação, primeiro, não conhecemos o câncer. Lembro-me de que dois anos atrás, numa audiência pública aqui, inclusive promovida pela Senadora Ana Amélia, em que discutíamos quais eram os registros de câncer, já com o Siscan implantado, Senador Edison Lobão, tínhamos 43% de dados. Se alguém conhece 43% de uma coisa não conhece a coisa, conhece uma fração da coisa. E uma das ideias é: vamos tornar o registro de câncer compulsório. Ele é compulsório em certa medida. Eu vou parabenizar aqui em parte uma iniciativa do Ministro da Saúde que estabeleceu como obrigatório o prontuário eletrônico, porque isso não era obrigatório, não era. Em Mato Grosso, eu fui a uma audiência pública debater a lei dos 60 dias e visitei um hospital de referência em câncer, onde se fazia prontuários e notificações num caderno, Senadora Ana Amélia, num caderno! Qual a autenticidade desses dados? E são os melhores, Dr. Ruffo, que nós temos, são os melhores ou únicos que nós temos.

Isso aqui é muito simples. Hoje quem atualiza a lista de doenças que entram com obrigatoriedade de registro é uma portaria. Eu sugiro, como primeira agenda, por meio de um requerimento de indicação completamente simples ou uma minuta completamente simples dirigida ao Ministro de Estado para que coloque o câncer entre as notificações compulsórias. Alguém aqui lembra do caso zika, do caso dengue? Isso aconteceu em menos de um mês com as endemias. A gente discute câncer há muito tempo. Acho que temos maturidade para adotar isso.

Conversei há pelo menos um mês, um mês e meio com o Ministro da Saúde, Dr. Ricardo Barros, e ele disse: "Olha, eu acho que é uma boa ideia". E seria uma boa ideia também se congregássemos os registros que são do sistema público com o privado – ótimo! Mas façamos isso. Não acho que haverá grandes dificuldades técnicas. O Siscan passa por uma série de dificuldades de implantação, de plataforma, de acessibilidade de internet, por exemplo, em alguns centros de saúde, mas acho que precisamos dar o primeiro passo, Senadora. Vamos lembrar de 2011, 2012 quando conversamos. Há uma frase que V. Exª me disse e que eu guardo com muito carinho: "Precisamos dar o primeiro passo".

Da mesma forma, a Deputada Carmen, na época suplente – e estávamos numa torcida porque ela sempre foi muito atuante no sentido do combate aos problemas do câncer, preside a Frente Parlamentar de Diagnóstico e Prevenção ao Tratamento de Câncer na Câmara dos Deputados – dizia: "A gente precisa ter um marco". Vamos tornar o registro compulsório um marco do outubro rosa de 2016? Não há dificuldades. Esse é um debate que já está amadurecido. Acho que podemos avançar.

Há três grandes características extremamente simples: primeiro, se tenho registro antecipado, consigo prever o que meu sistema tem que fazer. Se eu tenho notificação, se acompanho o meu paciente, sei quando ele vai voltar, quando vai receber medicamento, quando ele tem consulta. Isso favorece a racionalização do sistema, Senador Edison Lobão. Favorecendo a racionalização do sistema, a gente tem maior economia; maior economia, a gente está, no sistema, em rede operável.

Lembrando que esses três preceitos, que parecem muito simples, são a pedra fundamental da normatividade do SUS. O SUS está baseado nisso aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO TURBAY – Então, vamos cumprir o que definiu o nosso legislador original na Constituição, vamos cumprir o que disse o nosso legislador, em 1990. E, daquela série de normativos, a gente vem reforçando: o sistema é centrado no usuário. Para ser centrado no usuário, ele tem que ter recursos, é evidente; ele tem que ter uma organização crível, razoável e racionalizada; e tem que ter, primeiro, a afetação à dignidade do usuário. Se nós conseguimos, com as notificações, conhecer melhor o problema, acho que conseguimos resolvê-lo. O problema é que tentamos debater o câncer sem conhecê-lo.

E aqui passo para a Lei da Reconstrução Mamária. Vou tentar ser um pouco mais rápido.

Ali não há nenhuma conotação negativa, mas, em 2012, discutimos a reconstrução mamária como ação obrigatória dentro do Sistema Único de Saúde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO TURBAY – ... não só como ação obrigatória, mas a construção de um grupo multidisciplinar para atender a essas mulheres que tiveram uma cirurgia de mastectomia, que retiraram uma mama ou até duas. Isso foi apresentado ao Congresso Nacional, que promulgou, a Presidência da República sancionou, virou lei federal, virou obrigatória, mas com algumas ressalvas.

O Dr. Ruffo disse aqui muito bem que 70% têm condução clínica. E é interessante, porque, às vezes, a condução clínica é variável. Ela pode até vir a ter a condução clínica, e, quando isso acontecer, o sistema público está obrigado a atingir imediatamente. Esse critério imediato foi um pouco mal interpretado pelo Ministério da Saúde antes – não sei como está a versão agora –, mas o imediato – que é naquele primeiro procedimento – é após ela ter a condução. É óbvio que o quanto antes melhor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO TURBAY – O Dr. Ruffo nos disse aqui que é um problema, tem que escolher por causa de ocupação de leitos.

Aqui, o que dispõe a lei, as nossas associadas Femama, que sempre trazem ao Congresso Nacional uma exposição belíssima de fotos – todas mastectomizadas e que tiveram a reconstrução, algumas pelo SUS... E aqui uma pesquisa que a Femama fez, boa parte desses dados já constaram nas apresentações anteriores. Aqui há um destaque, Senadora Ana Amélia, que o Hospital do Rio Grande do Sul, um dos hospitais com que a Femama tem uma abertura, conseguiu identificar números um pouco assustadores sobre a reconstrução, mas os dados batem muito com os do Ministério da Saúde, só com um tópico que, desses 63% das mulheres que realizaram a reconstrução, só 26% realizaram no SUS.

O Dr. Ruffo trouxe um dado de 27%. O dado do Dr. Ruffo está um pouco mais atualizado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO TURBAY – E eu usei esses 26%, viu, Dr. Ruffo – tenho que me explicar, até pela autenticidade dos dados que foram pegar –, porque ele tinha uma quebra, uma razão, e eu decidi colocar isso para baixo, porque poderia haver uma notificação errada ou que não foi verificada, mas 27% é o dado correto.

Outro ponto para o qual vou chamar a atenção é que 10,9 mil mulheres fizeram mastectomia, e o dado do Ministério da Saúde, trazido hoje, Dr. Jaqueline – e ótimo que você trouxe isso. O dado de reconstrução é muito menor, é dois mil e alguma coisa, salvo engano. A gente pode voltar no dado depois. Aqui não há uma crítica absolutamente. Quer dizer, agora conhecemos o problema, sabemos o quanto temos que avançar, vamos atingir a meta.

Aqui, acho que uma das decisões que temos que tomar é a seguinte: se a reconstrução mamária tem uma garantia infraconstitucional, legal, obrigatória, precisa ser conhecida pela sociedade. Essa é uma das premissas da eficácia legal, precisa ser conhecida. E aqui há, com certeza, um déficit de reconhecimento social. Também é função das organizações sociais. Talvez nosso trabalho tenha que se concentrar mais nessa evidência, mais nessa explicação de direitos que elas têm.

E aqui, uma última ressalva. Todo ano, reforçamos um compromisso em outubro. Em 2016, aconteceu no começo do mês. Todo ano, iluminamos o Congresso Nacional de rosa, Senador Edison Lobão, então, espero que avancemos.

E, como uma segunda sugestão, seria o segundo item na minha agenda legislativa – se é que posso dizer isso, mas considerando V. Exªs como nossos representantes legítimos –, a ideia de estabelecer um diagnóstico de 30 dias. Por quê? Não é só realizar o primeiro atendimento em 60 dias, o que acontece é que a ineficiência do sistema faz uma janela enorme...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO TURBAY – ... entre o diagnóstico e a realização do primeiro tratamento. Esse é um problema. Mas e antes do diagnóstico? O que acontece com essa mulher? Ela precisa ficar descoberta? Acho que aqui está um segundo passo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A Deputada Carmem Zanotto tem uma proposição na Câmara dos Deputados, em tramitação – Projeto de Lei nº 275, de 2015 –, excepcional, não há nenhum destaque sobre a redação. Perfeito! Poderia ser adotado também, no Congresso Nacional, ou que tivesse uma comunhão – não é, Deputada Carmem? –, para que as Senadoras e os Senadores ajudassem a tramitação no Congresso Nacional, com as suas bases, e tentar avançar nessa proposição.

Agradeço o convite, Senador Edison Lobão, e, a todos os que me antecederam, muitos parabéns pelas explicações que deram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Thiago Turbay pelos subsídios valiosos que nos traz e que ajudou a compor o conjunto de informações que, certamente, ajudarão a balizar o nosso procedimento legislativo a partir de agora, porque esse é um esforço antigo desta Comissão e de alguns Senadores especiais, entre os quais a Senadora Ana Amélia e a Senadora Marta Suplicy, que sempre se interessaram por essa questão e estiveram à frente, à testa da discussão desse problema grande ainda na saúde pública do nosso País.

Agora, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia. Em seguida, a Senadora Marta Suplicy, para suas indagações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, caros colegas Senadores, Senadora, nossa Deputada Carmem Zanotto, queria dizer que foi extremamente valioso o número de dados fornecidos aqui pelos nossos expositores.

Começo pelo em relação ao que registrou o Dr. Thiago, eu queria cumprimentar pela criatividade. Ficou muito bonito. Mostrar o Congresso com as duas mamas ficou gracioso e ilustrativo.

Penso que o Outubro Rosa talvez seja, de todas as manifestações de alerta e exposição, a mais consagrada no Brasil, entre todas as outras enfermidades, que também buscam espaço semelhante a esse, como é o Novembro Azul, do câncer de próstata, que ataca os homens.

Mas eu queria fazer uma referência. Nós falamos em prédios públicos. Na companhia aérea Azul, todas as comissárias estão usando uma blusa rosa, do Outubro Rosa, e elas, na discrição do voo que o comandante dá, falam sobre o Outubro Rosa, falam com dados a respeito do problema da incidência do câncer de mama no Brasil e fazem alertas. Então, eu penso que isso também é um compartilhamento do setor privado com uma área de prevenção e de informação.

Aqui se viu que há muita desinformação em relação ao episódio. Mas eu vou voltar a um dos temas centrais. Em sua exposição, o Dr. Eitel falou da jovem que ele encontrou, funcionária da Procuradoria, que tem 33 anos e com câncer de mama.

O Dr. Ruffo fez uma homenagem póstuma a uma paciente com menos de 40 anos. E quem tiver o trabalho de visitar uma exposição de fotografias de mulheres mastectomizadas, organizada pelo Movimento Renascer, liderado pela Joana Jeker, vai encontrar ali mulheres de 28 anos, 32 anos, 40 anos, 50 anos. Ou seja, estamos tratando da questão do tempo de fazer mamografia e este continua sendo – falei várias vezes com a Drª Maira, com o Dr. José Luiz Pedrini, que também é um mastologia e presidiu a Sociedade Brasileira de Mastologia – o grande teste para prevenção do câncer de mama.

Sou autora de uma lei, que foi aprovada agora, que dá direitos às mulheres portadoras de deficiência física, cadeirantes, paraplégicas, tetraplégicas, porque elas não podem usar o mesmo equipamento que se usa. Claro, nós estamos falando de prevenção geral para essas mulheres. Nós não podemos esquecê-las. Elas precisam também ter o direito de fazer mamografia. Então, a elas o direito de ter acesso ao equipamento adequado a sua deficiência física.

Ao falar sobre essas questões, eu queria, então, voltar ao Dr. Ruffo sobre a questão da mamografia. Eu farei as perguntas para todos e aí respondem todos. Dr. Ruffo, eu lembro bem, no movimento da Frente Parlamentar das Mulheres, da Câmara e do Senado, fomos a um café da manhã com o então Ministro Arthur Chioro, da Saúde, que foi quem criou a portaria aumentando o prazo da mamografia para 50 anos. Fizemos aquele movimento a partir do qual veio um projeto de resolução da própria Deputada Carmen Zanotto – que está aqui no Senado agora, imagino – de voltar aos 40 anos, porque é um desserviço, dada a incidência de câncer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de mama em mulheres com menos de 40 anos.

Eu queria falar com o Dr. Ruffo sobre essa questão e também com o Dr. Thiago.

Eu queria lembrar, Dr. Ruffo, que eu presido a Fundação Milton Campos e juntos fizemos uma cartilha de esclarecimento sobre o câncer de mama e continuamos à disposição.

O Ministério Público entendeu que aquilo era relevante, que as fundações de partidos tenham regramento. Então, antes de fazer, eu consulto o MP sobre a legalidade de fazer isso. Foi aprovado e eu queria que o senhor transmitisse à Procuradoria da República, que cuida das fundações dos partidos, por ter feito esse entendimento. Agora faremos um sobre a inclusão de crianças portadoras de deficiência, um projeto lá no Município de Bagé, feito pela Defensoria Pública também e já foi autorizado. Então, essa questão eu a acho fundamental.

Eu queria também cumprimentar a Drª Jaqueline. Aqui eu tive a mesma sensação. Normalmente, o Ministério da Saúde vinha sempre aqui na defensiva. A gente notava essa atitude defensiva. E não é, nós somos do mesmo lado – acho que o Dr. Thiago falou essa palavra, da mesma forma o Dr. Eitel e o Dr. Ruffo. Seria desinteligente que estivéssemos competindo.

A Drª Jaqueline pontificou uma questão relevante: admitiu as deficiências, mostrou os avanços, que foram tímidos, mas foram, não podemos ignorar os avanços importantes.

Não como consolo, mas como temos na Comissão a participação das pessoas interativamente nesta audiência, quero dizer que veio casualmente lá do meu Estado o seguinte: Rosaura Leoni, do Rio Grande do Sul: "Fiz uma cirurgia no pulmão pelo SUS [porque falamos ali da lei dos 60 dias] e fui muito bem atendida. Tive uma ótima experiência e penso que o tratamento contra o câncer pelo SUS é muito eficaz."

Então, eu lhe dou essa informação para que transmita ao sistema do Cacon por isso. Claro que é apenas para dizer que vale a pena, é cumprir o nosso dever.

Há aqui outra pergunta, mas vou deixar para fazer posteriormente.

Falei da mamografia, que vale para os dois. O Dr. Eitel renovou.

Eu quero que a PGR, através do senhor, continue nessa articulação, nessa vigilância e fiscalização. Afinal, o Ministério Público Federal e dos Estados tem a obrigação de defender a sociedade. Então, eu queria que V. Exª continuasse nesse sistema.

Recebi aqui também, de outra instituição muito ligada ao combate ao câncer, a Oncoguia. A Drª Luciana Holtz falou sobre o programa de apoio ao paciente que existe na Oncoguia: "Tivemos muitos casos em que o paciente nem sequer conhecia a lei [esse é um dado relevante], mas após a orientação correta, iam atrás dos gestores, dos hospitais, ouvidoria e até secretarias de saúde exigindo o seu direito e conseguiram iniciar o tratamento em menos de 60 dias. [Vejam como a informação é importante]. No entanto é [e aí passa a outro tipo de informação], a tecnologia tem que estar a serviço de uma integração de um sistema sem o qual nós não teremos eficiência". Não adianta anotar num papel. Qual é a segurança que terá anotar num caderno, à mão, dados relacionados a um paciente que vai em busca de iniciar o tratamento? Então, informatização e tecnologia são para isso, mas também informação do conhecimento, do saber do seu direito.

Há ainda muitos casos de pacientes com dificuldade para garantir seu tratamento dentro do prazo. Estamos vendo inúmeras instituições que não conseguem cumprir a lei, e as justificativas dadas estão sempre relacionadas a problemas de infraestrutura para absorver a demanda. Faltam equipamentos, faltam leitos, faltam médicos e faltam medicamentos.

Outro ponto sério está relacionado à pequena adesão das instituições ao Siscan, e a nossa preocupação como os nossos gestores estão monitorando o cumprimento da lei.

Aí vale para todos, não só para o Ministério Público.

Infelizmente, é preciso avançar muito mais. Precisamos de comprometimento e, acima de tudo, vontade de todos para promover e tornar realidade um SUS onde todos tenham acesso tempestivo e de qualidade ao tratamento do câncer, onde a própria lei não seja mais necessária. É uma constatação: quanto maior for a nossa consciência e a nossa responsabilidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu queria apenas, para concluir, mencionar o ponto citado pela Drª Jaqueline Misael, que é Coordenadora-Geral de atenção às pessoas com doenças Crônicas, do Ministério da Saúde, e cumprimentá-la pela sua exposição. A senhora foi muito enfática. Várias vezes falou: "É preciso que os senhores voltem aos seus Estados e falem com as autoridades". Nós estamos vivendo hoje uma crise que tem sido pouco falada, que é a crise federativa. Se a União está quebrada e precisa fazer uma PEC 241 para impor um limite de gastos e um ajuste fiscal, imagine Estados, como o meu Estado do Rio Grande do Sul, que não está pagando sequer em dia a folha de pagamento dos servidores. O sistema de saúde não está repassando os recursos para os Municípios, que vão do Ministério para o Estado e o Estado passa para os Municípios.

Isso está aonde eu vou. Tive uma reunião com prefeitos da região noroeste do Rio Grande do Sul. Todos eles estão com problema de custeio do atendimento à saúde. Custeio! Aí o Governo Federal fez uma política de UPAs... Mas fazer um prédio bonito? Por que não reforçar, melhorar o reajuste do SUS para uma cirurgia de reparação da mama, melhorar a estrutura que já existe? Não; aí vem a mania de grandeza. Não podemos fazer. Fazem um prédio, mas o prédio fica vazio. Para funcionar, ele precisa ter equipamentos, precisa ter pessoas operando. Então, a UPA ficou um projeto megalomaníaco, eu diria, quando aqueles hospitais que já estão funcionando – comunitários, filantrópicos, públicos, privados – poderiam comprar as vagas ali, ainda porque é mais barato racionalizar. Aqui se falou da interoperacionalidade, da racionalidade, da economicidade. Isso tudo é mais inteligente de parte do gestor. Por fim, Drª Jaqueline, quero dizer à senhora que a situação é crítica e que isso também impede.

Existem aceleradores lineares, como aqui foi mencionado, que foram adquiridos pelo Ministério. Muitos estão lá e não foram usados. Quero lhe dizer que já encaminhei ao Ministério da Saúde... Ontem recebi um pedido de uma instituição do interior do meu Estado, que é o Hospital de Caridade de Ijuí, que atende a maior parte do SUS, e eles já têm um acelerador linear. Como existem esses à disposição, estamos pedindo outro lá, porque não são todos os hospitais que são capacitados a receber esses equipamentos, mas esse tem porque tem um Cacon muito eficiente. O Dr. Fábio Franke é um ativista, é um dos maiores oncologistas que temos. Então, eu queria reforçar isso com a senhora.

E também a própria Santa Casa de Porto Alegre, que tem unidades de excelência, onde mais de 60% é atendimento do SUS, para que também tenha outro acelerador linear, que é muito importante no tratamento do câncer.

Dito isso, eu renovo aqui a questão da nossa Deputada Carmen Zanotto em relação a isso.

Agradeço novamente a todos porque as perguntas já foram colocadas.

Então, à Drª Jaqueline, a mamografia, a idade, a fiscalização e a questão da informatização nos processos.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

Gostaria de perguntar, Senadora Ana Amélia, se deseja que sejam respondidas agora essas questões, e aí aguardamos a chegada do Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não. Então, com a palavra a Sª Jaqueline Misael.

A SRª JAQUELINE SILVA MISAEL – Eu fui anotando todas as perguntas que a senhora foi fazendo. Então, eu vou falar um pouquinho de cada uma.

Sobre a questão da idade da mamografia, o Ministério da Saúde está à disposição para discutir essa questão. Nossa coordenação lá se coloca à disposição. As diretrizes foram publicadas, mas nós nos colocamos à disposição para discutir com a sociedade e com outros entes que se façam necessários, discutir isso de maneira tripartite. Claro que sempre com base em evidência científica.

É importante lembrar que, sobre a diretriz que foi publicada, foi realizada uma revisão sistemática de vários estudos realizados. Então, naquele momento em que ela foi publicada, a evidência científica justificava um rastreamento para essa população. E eu digo novamente: qualquer mulher que precise de mamografia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pode realizar a mamografia no Sistema Único de Saúde. A diferença é que existe uma diferença na forma de financiamento. Todos sabemos que o financiamento do Sistema Único de Saúde é tripartite. A mamografia, quando realizada em mulheres de 50 a 69 anos, é paga de maneira extrateto, e a mamografia diagnóstica, para mulheres que não têm entre 50 e 69 anos, é paga com recurso que já está alocada no teto do gestor. O que diferencia é a forma de financiamento, mas todas têm direito.

Quanto à informação da paciente que fez a cirurgia, eu fico muito feliz e tenho certeza de que a equipe que trabalha no Ministério também fica muito feliz, porque todos nós acreditamos e trabalhamos para que o SUS oferecido para essa população tenha um atendimento de qualidade, para que o SUS seja realmente um sistema de excelência. Isso nos motiva para continuar trabalhando cada vez mais.

Essa queixa de infraestrutura, de profissionais e de insumos é a mesma queixa que nós recebemos, Senadora. Nós abemos das dificuldades que os hospitais têm enfrentado. Temos recebido diversos Estados na nossa coordenação solicitando mais aporte financeiro para garantir o cuidado adequado para essas pessoas. Temos recebido de maneira geral todas essas pessoas. Sabemos do momento crítico que o País passa e continuamos à disposição para ajudar no que for possível os Estados.

A esses dois estabelecimentos que a senhora citou, o Cacon de Ijuí e a Santa Casa de Porto Alegre, o meu contato e o contato da coordenação pode ser passado. Nós podemos receber e, claro, se for possível, atender. Então, recebemos para poder acolher a demanda e conversar, no Ministério, para ver o que pode ser feito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito obrigado à Drª Jaqueline.

Dr. Ruffo.

O SR. RUFFO DE FREITAS JÚNIOR – O que é que eu posso falar? Eu estou absolutamente extasiado depois dessa fala da Drª Jaqueline. Olha, parabéns! A abertura do Ministério da Saúde para discutir isso, Drª Jaqueline, é algo fabuloso! É fabuloso, é muito bacana isso.

Senadora, alguns pontos importantes e o porquê de ser colocado, de se manter a lei dando a possibilidade e o direito a toda mulher brasileira de fazer a mamografia aos 40 anos, caso ela deseje. Número 1: nós temos evidências científicas de que existe a possibilidade de redução de mortalidade a partir dos 40 anos, e essa evidência científica, ela é traduzida em alguns estudos da década de 70 e 80, mas principalmente em estudos mais atuais no Canadá, onde houve uma redução de mortalidade, de 40 a 50 anos, de 40% em estudos de corte. E o único estudo de fato de mamografia para mulheres de 40 a 49 anos, o único especificamente para isso, conduzido no Reino Unido, no qual, com máquinas modernas, se observou uma redução de mortalidade em 17%. Ora, 17% de redução de mortalidade por câncer de mama é expressivo, Senadora. É expressivo.

Mais do que isso. Para aquelas mulheres que têm o infortúnio de ter câncer de mama, o fato de realizar – simplesmente o fato de realizar – mamografia anual, no estudo do Canadá, depois de considerados 25 anos, tratamento igual para quem fez e quem não fez mamografia, o simples fato, Deputada, de se fazer mamografia durante cinco anos, possibilitou a essas mulheres que tiveram o infortúnio de ter câncer de mama sobreviver mais do que aquelas que não fizeram a mamografia antes do seu diagnóstico.

Em outras palavras, 70% das mulheres que fizeram mamografia estavam vivas depois de 25 anos contra 62% de mulheres que estavam vivas e que não fizeram mamografia. Oito por cento: isso, Senadores, é o mesmo número, mesmo benefício que é dado às portadoras de câncer de mama que fazem quimioterapias caríssimas e que hoje elas têm o direito. Senador Edison Lobão, esse número é muito importante: 8% a mais por fazer cinco anos de mamografia. Um, dois, três, quatro, cinco.

Do ponto de vista brasileiro, o dado mais importante: diferente dos outros países como Inglaterra, como Estados Unidos, Canadá e França, nosso país tem aproximadamente entre 25% e 30%, dependendo do Estado, de mulheres com câncer de mama que desenvolverão o câncer de mama entre 40 e 49 anos. Ora, Senadores, nós estamos falando aqui das 57 mil mulheres, pelo menos 25% delas terão entre 40 e 49 anos.

É, pois, uma loucura deixar essas mulheres desassistidas, deixar para que a mamografia seja feita, ou seja paga por quem for, somente depois que ela sentir o nódulo palpável. E, quando ela sente o nódulo palpável, o risco de morrer pelo tumor aumenta de duas a três vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Um quarto aspecto muito importante é o aspecto de que existem – e aqui já foi discutido – mamógrafos suficientes para fazer todo o rastreio de 40 anos acima. Basicamente, o que nós precisamos é não impedir, não criar o muro, a barreira, dos 40 aos 50. Nós precisamos é facilitar e entender por que é que as nossas máquinas estão subutilizadas. Será que os serviços não estão funcionando adequadamente, ou será que a nossa mulher tem dificuldade de ter acesso? Dificuldade de ter acesso pelo local que vive, dificuldade de ter acesso pelo medo de descobrir alguma coisa, dificuldade de ter acesso por informação ou alguma outra coisa.

E, por fim, as três entidades relacionadas – Sociedade Brasileira de Mastologia, Colégio Brasileiro de Radiologia e Federação das Sociedades de Ginecologia – as três, do ponto de vista científico, consideram iniciar mamografia aos 40 anos, por tudo isso que eu falei. Então, existe, e é fundamental hoje que haja um compasso, em bem da mulher brasileira, entre o Ministério da Saúde e as três sociedades, de forma que a sociedade brasileira, de forma que as mulheres brasileiras tenham um entendimento só. Afinal, ainda é lei que a mulher tenha a possibilidade e o direito de fazer a mamografia aos 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Ruffo.

Dr. Eitel.

O SR. EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA – A primeira colocação que devo fazer diante da fala da Senadora Ana Amélia, é dar uma informação: nós tínhamos um grupo de saúde no Ministério Público, dentro da Câmara, Primeira Câmara, na época em que eu era coordenador, com três propósitos. E, quando eu saí da coordenação da Câmara, o grupo funcionou por mais um tempo e resolveram que deveria se parar.

Mas nós chamamos a atenção, dentro da Câmara, da necessidade de dar continuidade, inclusive nessa parte do câncer. E nessa parte hoje nós temos um projeto finalístico, Senadora Ana Amélia, dentro da Câmara, de implementação do Siscan, de implementação dessa lei.

Então, lá, o Ministério Público vai continuar com esse trabalho, a partir da Primeira Câmara de Coordenação e Revisão, coordenando a nível nacional, e nós estamos aqui representando também a Câmara, e vamos continuar com o trabalho. É uma prioridade da Câmara, eu devo dizer a V. Exª que é uma prioridade.

Ressalto novamente que nós estamos encontrando, na atual gestão, uma receptividade e uma vontade de colaboração diferente do que havia antes, dentro do Ministério da Saúde, Drª Jaqueline. A impressão que os colegas, que eram os colegas que trabalhavam no grupo de saúde, tiveram quando visitavam o Ministério da Saúde, agora, é de que o Ministério da Saúde não está naquela posição defensiva, mas está sabendo que, quando o Ministério Público atua em defesa de direitos fundamentais, atua como parceiro da gestão pública, do Governo Federal, que também tem a mesma preocupação de fazer cumprir a Constituição e a legislação vigente.

É muito desagradável ter de judicializar situações. Essa portaria do Ministério da Saúde... O Dr. Thiago sabe disto: quando a gente estuda direito, a gente aprende que há uma determinada hierarquia entre as normas. Há a norma maior, que é a norma constitucional; há as leis, que o Congresso faz com a sanção; e há os atos regulamentares, que são editados pelo gestor. Uma portaria não pode contrariar a lei.

O Dr. Ruffo dizia há pouco que a lei ainda dá direito aos 40 anos, não é verdade? Então, se há o direito aos 40 anos, não há por que se dificultar, com uma portaria, até para desestimular quem faz o exame de fazê-lo na mulher pobre porque o preço pode ser diferenciado e não ser compensatório. Há uma queixa que não pode ser esquecida por quem estuda os problemas das políticas de saúde pública da classe médica de que, em algumas tabelas, os preços estão defasados. Houve correção de tabelas recentemente, não é isso, Doutora? Então, tudo isso é importante.

Essa portaria, naquela audiência, em uma das audiências que eu tive aqui, nós pedimos que fosse revogada. Essa portaria é restritiva, faz restrição de direito que está consagrado na lei. Então, não teria de haver essa portaria.

A Senadora Ana Amélia, que é uma estudiosa do tema, lembra que muitas mulheres – e os senhores também, que são especialistas – morrem porque não fazem os exames preventivos antes dos 40 anos. Então, há pessoas morrendo. E se há pessoas morrendo, vamos tentar fazer alguma coisa em benefício dessas pessoas.

Senadora, devo dizer a V. Exª que vou continuar na Câmara – a não ser que me tirem –, porque eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

muito interesse em trabalhar nessa área de implementação de direitos fundamentais de natureza social existentes na Constituição da República. O nosso País ainda é um país de muitas pessoas que estão à margem, não conseguem ser vistas.

Quando eu dizia ao Dr. Ruffo daquela estatística, é porque as mulheres lá no Norte... Eu vejo, por exemplo, o Estado do Acre registrando, em termos de tratamento, dez casos de câncer. Isso não é verdade. Eu vejo que São Paulo, Senadora Marta, que tão bem representa aquele grande Estado da Federação brasileira, segundo uma anotação que me passaram os técnicos da Câmara, tem registro de cinco mil e poucos casos de câncer. E a minha pequenina Paraíba, que, naquele mapa, aparece em vermelho, onde está morrendo muita mulher – só na capital de São Paulo deve ter uma Paraíba inteira, mas São Paulo tem 5 mil casos de tratamento –, a Paraíba tem 4 mil casos. Então, é falha de registro.

Se nós tivermos um registro bem feito, e hoje a tecnologia de informação permite isso, nós vamos começar a fazer saúde pública de forma mais barata, com economicidade, e vamos ser mais eficientes em salvar vidas. A gestão pública bem intencionada – e reconheço que a gestão pública é bem intencionada – precisa não se esquecer disso.

Por essa razão, eu dizia há pouco aqui à Drª Jaqueline: Doutora, eu tenho certa experiência de vida. Fui, certa época, Secretário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, na época em que o Governador era o Senador Cássio Cunha Lima. Eu trabalhei com ele um tempo e fui, a convite, ver um serviço de tecnologia de informação que poderia atender, melhorar os trabalhos da segurança pública e também os serviços de saúde do Estado – lamentavelmente, na época, interrompeu-se o mandato do então Governador Cássio e nós não pudemos botar para adiante –, na região da Andaluzia, na Espanha. Lá a criança nasce já com registro na tecnologia da informação. Então, se a menina, aos 38 anos, vai fazer um exame, tem-se o histórico da vida toda dela. Eu não sou médico, mas sei que se chama anamnese – não é doutora?, não é anamnese que se chama, para saber tudo o que aconteceu na vida da pessoa? Porque o médico consegue, levantando esse histórico, diagnosticar com mais velocidade determinadas moléstias, ele sabe se tem reação alérgica a determinadas doenças e, com isso, os serviços de saúde de uma região da Espanha funcionam melhor do que em todas as outras regiões.

A tecnologia da informação está aí. Por que não se implementa, no âmbito do Ministério da Saúde, um sistema eficiente e compartilhado com outros órgãos que querem ser parceiros, como os Ministérios Públicos, para cobrar dos gestores municipais, dos gestores estaduais um sistema dessa natureza, que facilitaria?

Para tirar do Outubro Rosa um plano patrocinado pelo Senado da República junto ao Ministério da Saúde, seria esse. Vamos fazer funcionar esse Siscan.

O Siscan, Senador Ana Amélia, só fazendo uma lembrança histórica, antigamente se escrevia com M no final, porque era um sistema para registrar câncer de mama somente. Mas, vou falar também em defesa dos homens, o câncer de próstata mata muito. Então, para a existência de registro, hoje, esse registro é com N, porque é geral. Esse registro é importantíssimo. O câncer, entre as chamadas doenças crônicas, é das que têm maior letalidade. Então, é urgência, é salvar vida.

Era isso que eu teria a dizer, em termos de observação, colocando o Ministério Público Federal à disposição dessas iniciativas para, com a capilaridade que já tem no País e mobilizando o Ministério Público dos Estados, ajudar nessa empreitada que não é de ninguém, é de todos, pela salvação das vidas das pessoas acometidas da moléstia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Eitel.

Dr. Turbay.

Dado o avançado da hora, ainda há a Senadora Marta, que deseja, com todo o direito e conhecimento da matéria, também fazer perguntas, eu peço aos senhores convidados que sejam breves nas suas respostas.

O SR. THIAGO TURBAY – Eu vou acatar a sugestão, Senador Edison.

Senador, eu serei muito rápido, porque nós discutimos muito, à época, quando fizemos aquela proposição, o projeto de decreto legislativo para cassar a portaria do Ministério da Saúde.

E ela foi, de fato, cassada, naquela época, porque havia um movimento público nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Só para lembrar, naquela época, eles diziam que não havia limitação, apenas um modelo de financiamento direto diferente, um pelo MAC, outro pelo Faec, e no Faec não havia uma possibilidade de aporte maior, uma facilidade para empenho, enfim, havia diferenciação.

Lembrávamos, Senadora Ana Amélia, à época, ao Ministério da Saúde, que o comando definido da lei da mamografia não é um comando definido só para realização até os 40 anos. Ele tem várias outras prescrições que obrigam a promover a detecção precoce, promover o diagnóstico antecipado, promover o tratamento digno. Então, um dos comandos era: a partir de 40 anos. Os outros eram: fazer sempre, ao tempo que der.

Então, o Ministério se defendia dizendo que não havia limitação, apenas financiamento. Conseguimos, àquela época, derrubar essa portaria. Mas houve uma surpresa: em 2015, a Portaria nº 61 voltou e, dessa vez, piorada. Ela disse: "não só mudo a forma de financiamento como vedo expressamente a ampliação", Senadora Ana Amélia. Mas é óbvio: se eu tenho 53% da capacidade de produção de mamografias, eu tenho 47% ocioso. Então, por que restringir? Não faz muito sentido – não faz muito sentido. Eu não vou entrar no mérito científico aqui, porque o Dr. Ruffo já falou com total clareza.

Outro ponto é que, quando a Conitec valida essa informação do Inca que o Ministério da Saúde adota, de 50 a 69 anos, o Inca vai à seção da Conitec, Senadora Marta, e é muito curioso, porque eles trazem uma informação que me deixou aterrorizado: 2% dos mamógrafos são auditados ou passam por um *checklist*, se eles estão eficientes, se estão funcionando, se é boa a leitura do exame. Por 2%, o Ministério da Saúde, à época, decidiu que falsos positivos justificariam uma política de rastreamento restritiva. É um completo absurdo. E o Inca diz que isso é dado científico, é óbvio, sob um panorama muito peculiar.

Enfim, há essa portaria que veda expressamente a ampliação. E é óbvio que, se o incidente de câncer aumenta, Senadora, deve ser obrigatória a expansão. Vedar a ampliação me parece perigoso.

Então, aí eu respondo à pergunta em relação a essa portaria de mamografia de rastreamento, lembrando que o rastreamento, quando não há sintomas, é assintomático, é uma política de prevenção, uma política pública para evitar que cânceres avançados sejam descobertos com chance menor de cura. Lembrando que, aí, uns 43% das pacientes diagnosticadas com câncer de mama já são diagnosticadas em estágio avançado, quer dizer, se ampliássemos essa política de rastreamento, talvez tivéssemos um número melhor ou, pelo menos, um número, uma segurança de dados estatísticos. Então, esse é um ponto.

Eu acho que, aí, essa ideia minha de registros compulsórios – até o Eitel, aqui, franqueando a mim apoio, me deixou muito honrado – não é a solução final do problema, mas vamos conhecer de fato esses números e identificar se essas mulheres chegam com um percentual muito alto com menos de 40 anos. Se tivéssemos esse registro, poderíamos decidir aqui com uma base aritmética, praticamente. Mesmo assim, ainda acho que se deve fazer um apoio à promoção à saúde, mesmo se os dados não fossem bons. Enfim, isso corrobora.

Agradeço.

Espero ter atendido V. Exªs com esse comentário a respeito da portaria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Primeiro, quero parabenizar e agradecer a Senadora Ana Amélia pelos convites que fez e pela realização desta audiência. Realmente foi muito interessante, importante em fornecimento de dados, principalmente por duas coisas que me tocaram muito: nosso progresso, que é bastante contundente, e, depois, o envolvimento de cada um dos expositores, cada um da sua forma, que são apaixonados pelo tema, como a Senadora Ana Amélia e a Deputada Carmen Zanotto, outra batalhadora nessa área.

Se formos ver, temos a lei de 1999, que tornou obrigatória a cirurgia plástica; depois, a lei de 2001, que melhora a lei anterior, trazendo a obrigatoriedade no privado e no público; depois, a lei de 2016, que cria o momento dos 60 dias; depois, nós temos o PLC nº 5, também de 2016, que é uma mudança extremamente importante, que coloca a necessidade da simetria. Agora eu estou, nessa lei, propondo um substitutivo em virtude de quatro situações. A mais importante: parece-me que não está incluído o sistema de plano de saúde, e isso é fundamental. E também proponho alguns aprimoramentos, como a terminologia utilizada, que eu gostaria de discutir, um detalhe – mas a gente sabe que, na lei, os detalhes são importantes, porque se realizam ou não as coisas a partir dos detalhes –, aprimorar a terminologia, substituindo a palavra "reconstrução" por "simetrização", porque a mama afetada pelo câncer vai ser reconstruída já pela lei. E a simetrização é outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

coisa, porque, às vezes, como sabem os especialistas, uma mama fica maior, outra fica menor, a mama antiga, que não foi afetada, provoca enorme desconforto na mulher. Haveria necessidade de fazer isso.

A outra questão é a aureolomamilar, que tem que estar especificado que se dispõe dos procedimentos médicos para que essa nova resolução, de 1997... Nós vamos aperfeiçoar, falando da reconstrução mamária, que explicita que os procedimentos na mama contralateral e as reconstruções do complexo aureolomamilar são também parte integrante do tratamento. Isso pode parecer um pouco estranho, o que nós estamos aqui falando – há outras pessoas assistindo –, mas a gente sabe que, muitas vezes, fazem isso, mas não de forma que a mulher saia satisfeita da operação. Essa é uma questão seriíssima. Tem de estar na lei esse detalhe.

A partir do que eu escutei, foram muitas informações, eu questionaria essa questão de se existem mamógrafos suficientes. Eu acho que não existem. Eles não funcionam, eles não têm gente para operar, não operam, portanto, em tempo integral. Eu duvido que existam mamógrafos. Pelo menos na minha cidade, que eu conheço melhor, não existem. E, pelo mapa que foi apresentado, se não existem na cidade de São Paulo, por esse mapa que eu vi, eu acho que nós temos necessidade de mamógrafos no País.

A questão é que não adianta ter mamógrafo se você não tem quem faça manutenção do mamógrafo, se você não tem quem opera o mamógrafo. Então, nós temos um desafio gigantesco a partir daí, primeiro.

A questão dos centros cirúrgicos é outra situação. Eu lembro, isso fica muito claro na minha cabeça, que há bastante tempo, deve fazer, sei lá, talvez 15 anos, quando se fez pela primeira vez uma campanha televisiva para as mulheres saberem se apalpar e, a partir de algum caroço, de algum sintoma, procurar um mamógrafo, isso foi um escândalo, porque as mulheres começaram a se apalpar, não sabiam bem ainda como fazer isso, milhares de mulheres queriam um mamógrafo, mas não havia mamógrafo. Aí o Ministério da Saúde ficou numa situação... E o que fazer, com o desespero de milhares de mulheres? A mesma coisa são os centros cirúrgicos. Eu faço um exame, eu vejo que preciso de uma cirurgia... Agora nós fizemos uma campanha em São Paulo, fui candidata, e o que eu escutei é que as mulheres esperam não cinco meses, não estou falando de 60 dias, estou falando de oito meses, muitas morrem antes de ter isso, e o centro cirúrgico não aparece. Não tem. E estou falando de São Paulo. Para os primeiros exames, então, quando o médico encaminha para um primeiro exame, ela não chega, porque não consegue. Essa é outra questão também.

Nós falamos também dos cirurgiões treinados, que é outra preocupação que tem que ter.

A informação é fundamental. Isso foi levantado aqui, eu não tinha também pensado sobre isso, mas a informação é fundamental. Pode dar o mesmo problema do mamógrafo, que eu estava relatando: você dá a informação, a mulher está lá, quer ser atendida, sabe que pode, que a lei manda, que é direito dela, é o que tem que acontecer.

Aí, uma sugestão para o Ministério da Saúde sobre duas questões. Uma é que se falou do protocolo. Agora, nessa disputa em São Paulo, todos os candidatos falavam do protocolo eletrônico, do direito do cidadão de ter um protocolo não só como direito de cidadania, como foi bem colocado aqui, mas também como uma questão de gestão. É fundamental, porque hoje, se a mulher faz um exame em um lugar e é visto que precisa de uma cirurgia, ela é enviada para o hospital para fazer a cirurgia e os exames que ela fez no outro hospital não servem mais porque não servem. Ficaram naquele hospital, ela não carrega, ela não tem protocolo de nada, têm que ser refeitos. O desperdício é gigantesco.

Não lembro se ouvi numa audiência pública ou li num jornal, e fiquei muito entusiasmada, que o atual Ministro da Saúde está tendo uma linha de crédito para implantação de protocolos em diferentes cidades do Brasil, não só para uma cidade. Isso seria muito importante retomar e reforçar, porque além de ser um benefício gigantesco para a gestão, de fazer sobrar muito mais recursos, permitiria que vidas fossem salvas com muito mais capacidade do que hoje, com o caderninho, não podendo levar os dados de um para outro hospital e coisas tais.

A outra questão, que é para o Ministério estudar como fazer, é que eu li que, não só em alguns países – há nos Estados Unidos em um instituto que chama American Cancer Society –, há o que eles chamam de navegador do paciente.

Eu sei que, no Rio Grande do Sul, também há em um hospital, como, em São Paulo, há no Icesp. E o que eu mais percebi quando converso com a população, principalmente com a mais carente, é que a pessoa, primeiro, vai a um posto de saúde, porque é provavelmente uma dessas que está naquela faixa dos 43% que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o Dr. Ruffo citou, que já chega com a situação adiantada, Ali é detectado que ela precisa fazer um exame de mamografia. Primeiro, esse exame vai demorar, e ela fica perdida. Não sei como é nas outras cidades, nem mesmo no meu Estado, que funciona melhor. A mulher vai para um centro e não consegue; vai a outro e não consegue. Ela perde um tempo procurando conseguir esse tal exame que é um período crucial, que ela poderia não perder.

Então, o que é o tal do navegador? Com o navegador, se aparece uma mulher com essa possibilidade, todos os centros de saúde, postos de saúde – não importa o nome, porque cada Estado tem um nome diferente –, têm uma pessoa que pega aquela mulher pela mão, arruma esse exame para essa mulher e, se o exame der positivo, arruma cirurgia para ela, dependendo do estado em que ela está. Isso pode salvar muitas vidas. E não é uma coisa que não seja feita, porque alguns países já estão fazendo. Mesmo no Brasil, já há alguns lugares que estão fazendo. E não precisa ser médico para fazer isso. Uma assistente de enfermagem pode fazer esse acompanhamento desde que seja empoderada para fazê-lo. Isso pode ser algo não tão custoso e pode salvar muitas pessoas.

Outra questão é que falta fiscalização na lei. Também pensei se há punição para quem não cumprir, quando conseguem fiscalizar quem não cumpre, e que gestores deveriam responder por eventual descumprimento: os das unidades hospitalares ou os secretários de saúde. Agora, eu quero também dizer que eu não sou muito favorável a ficar punindo. Acho que a gente tem que fazer com que as pessoas consigam fazer seus trabalhos, porque a maioria talvez não esteja cumprindo a lei – podem até desconhecê-la, o nível chega a esse – porque podem não ter condição nenhuma, estou falando de centros mais afastados. E também queria saber se existe uma preocupação no Ministério para fazer essa fiscalização, se há como fazer, como é feita, o que acontece a quem não cumpre alguma questão e se a senhora acha que adiantaria fazer esse cumprimento na medida... Bom, agora estou perguntando e eu mesma já estou pensando na resposta. Se não estiver cumprindo por falta de condições, certamente ajudaria saber quem não está cumprindo para essas condições serem agilizadas. Nesse sentido, certamente sim.

A outra questão é o que o Congresso Nacional foi bastante preciso ao definir os critérios de cumprimento do prazo determinado na Lei 12.732, de 2012, e o art. 2º determina que só se considere iniciado o primeiro tratamento com a realização de terapia cirúrgica ou com a instituição de radioterapia ou quimioterapia, ou seja, somente três modalidades terapêuticas são legalmente aceitas. Então, diante dessa restrição, como os médicos devem proceder quando nenhuma das três modalidades forem indicadas para o caso?

São essas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu creio que a Drª Jaqueline poderia responder por todos.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Desculpa, falta uma questão que é muito importante, porque as emendas ao Orçamento acabam semana que vem. Faltam recursos, não é? Uma emenda de orçamento para cirurgia mamária: existe rubrica para isso ou fica perdido no Ministério?

Eu gostaria de alguma elucidação sobre isso, porque, assim, Senadora Ana Amélia, nós poderíamos, a Bancada feminina, dispor de uma quantia razoável de cada uma para poder fazer uma emenda integrada de cada uma – vai ter que ser individual, porque emenda de Bancada... Aliás, nós não temos emenda de Bancada, só os Estados têm emendas. Nós podíamos fazer emenda de Bancada feminina. Claro, vamos tentar fazer algo assim!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Da Procuradoria, quando V. Exª assumir a Procuradoria.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não, eu não quero a Procuradoria, de jeito maneira. Mas eu acho que podemos fazer individualmente.

Essa é uma pergunta para o Ministério.

A SRª JAQUELINE SILVA MISAEL – Obrigada, Senadora.

Suas principais questões colocadas foram a respeito do prontuário eletrônico, do navegador como sugestão, perguntou um pouco sobre o monitoramento e as ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Primeiramente, sobre o prontuário eletrônico, o Ministério da Saúde tem trabalhado com o desenvolvimento do e-SUS AB, que é um prontuário que tem tanto o modo *off-line*, para ser trabalhado em fichas e depois ser inserido no sistema, quanto o módulo do prontuário eletrônico.

O Ministro lançou, recentemente, a nova versão desse prontuário eletrônico, o e-SUS AB, que é um prontuário que está muito vinculado às Unidades Básicas de Saúde, que é realmente o primeiro contato do paciente. É nas Unidades Básicas de Saúde que o paciente pode realizar a promoção de saúde, tanto a detecção precoce quanto o próprio rastreamento. Então, é uma estratégia que vem sendo realizada pelo Ministério da Saúde e sendo divulgada, e insistimos mais uma vez na implantação dessa estratégia, do e-SUS AB.

É claro que não podemos esquecer das diversas disparidades que existem no nosso País. Existem ainda regiões de saúde em que mal se pega telefone, quanto mais internet. Então, temos que ter também um pouco de paciência e de bom senso para essas regiões que não têm acesso. Mas é uma estratégia do Ministério. O Ministério vem forte de novo nisso para poder fazer a implantação total do e-SUS AB, que, em consequência, é a implantação do prontuário eletrônico.

Essa questão de navegador é muito interessante, porque todos os Estados têm que estabelecer fluxos assistenciais, que são os fluxos de referência e contrarreferência. Então, quando um paciente vai pela primeira vez a uma Unidade Básica de Saúde, seja para uma consulta de rotina ou por alguma queixa, se esse paciente tem a necessidade de um atendimento de nível secundário, vamos dizer, e precisa realizar um procedimento de uma outra complexidade, esses profissionais que trabalham nesse nível da atenção básica podem, sim, indicar o melhor caminho para esse paciente seguir. E, muitas vezes, quando o paciente precisa, por exemplo, de um exame de mamografia, essa vaga pode ser regulada por um sistema de regulação. Então, quando os fluxos assistenciais estão estabelecidos e o sistema de regulação funciona de maneira organizada, esse paciente pouco peregrina pela rede; ele consegue fluir bem pela rede assistencial como um todo.

Os diversos Estados têm trabalhado para a implantação da regulação e dos fluxos assistenciais, não só para a questão do câncer, mas para todas as outras especialidades. É uma questão difícil, porque envolve diversos prestadores, é necessário o estabelecimento de protocolos clínicos, mas o Brasil tem avançado bastante nessa seara. Temos cidades com exemplos muito bons, com fluxos assistenciais bem estabelecidos e uma regulação em funcionamento, o que eu acho que deve se assemelhar muito a esse exemplo que V. Exª deu do navegador.

Temos trabalhado de maneira muito próxima aos Estados. Nós não nos chamamos de apoiadores, lá na coordenação, porque todos somos servidores, alguns são consultores do Ministério, então nós trabalhamos como referência técnica para cada Estado. Então, temos trabalhado de maneira bem próxima aos Estados brasileiros.

Quanto à questão de monitoramento, hoje as nossas portarias estabelecem parâmetros a serem alcançados de realização de procedimentos. E temos observado isso no Brasil como um todo. Quando um estabelecimento de saúde não alcança um parâmetro, nós entramos em contato com o Estado. Se existe uma redução de procedimentos de tratamento em determinado Estado, nós encaminhamos ofício, e um técnico da coordenação entra em contato com o Estado e busca saber o porquê.

Um exemplo qualquer: um Estado X do Brasil teve uma redução de procedimentos de radioterapia. Nós entramos em contato com o Estado, já estávamos acompanhando o problema que estava acontecendo, mas ele se justificou: falou que o equipamento estava quebrado e os pacientes estavam sendo direcionados a outros dois Estados. E, checando isso, baseados nos dados do Sistema de Informação Ambulatorial, nós pudemos observar que, realmente, havia aumentado o número de pacientes.

Então, temos feito esse acompanhamento e essa relação muito próxima com o Estado para que haja uma melhora realmente. Punir financeiramente seria complicado, porque se poderia punir uma população como um todo. Então, é necessário achar um meio-termo mesmo.

E os Estados estão em um movimento de organização dos fluxos de referência e contrarreferência, que são os fluxos assistenciais, com o estabelecimento do plano de ação oncológica, para a organização da rede como um todo e para garantir o acesso adequado para o paciente.

Quanto às ações orçamentárias, nós temos, sim, duas ações orçamentárias, uma destinada para custeio e uma para capital. Se não me engano – posso estar confundindo – são a 8538 e a 8585. Mas eu posso encami-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nhar por *e-mail* para a V. Exª o nome da ação direitinho. Temos duas ações específicas para o câncer.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Tem que ser rápido, porque fecha semana que vem.

A SRª JAQUELINE SILVA MISAEL – Sim, eu mando hoje. Pego o contato e já mando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores convidados, a Comissão de Assuntos Sociais talvez seja aquela que o maior número de audiências públicas realiza. É através dessas audiências públicas que nós conseguimos transmitir à opinião pública brasileira um conhecimento mais aprofundado das questões que aqui são tratadas, dentre as quais as que se referem à saúde, ao trabalho, e assim por diante.

Neste Outubro Rosa – por iniciativa de uma rosa, que no peito exibe também outra rosa, que é a Senadora Ana Amélia, juntamente com a rosa que é a Senadora Marta Suplicy, a Drª Jaqueline, as nossas secretárias da Comissão e todas as rosas do Brasil –, nós estamos concluindo este contato com especialistas nessa questão: o Dr. Eitel, que é Subprocurador-Geral da República; a Drª Jaqueline Misael, que coordena a Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, do Ministério da Saúde; o Dr. Ruffo, que preside a Sociedade Brasileira de Mastologia; e o Dr. Thiago Turbay, de uma linhagem de grandes juristas no Brasil, que é assessor de Relações Governamentais da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas.

A todos eu quero agradecer a gentileza de terem vindo aqui e dizer que nós nos regozijamos com os conhecimentos novos auridos por esta Comissão e que são espargidos pelo País afora através das ondas da Rádio Senado e da TV Senado.

A todos, os meus agradecimentos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO NÚMERO 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas do dia nove de novembro de dois mil e dezesseis, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos seguintes Senadores e Senadoras: Humberto Costa, Paulo Rocha, Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Pastor Valadares, José Pimentel, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Dário Berger, Dalirio Beber, Deca, Lídice da Mata e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais membros. O Senador Ricardo Ferraço registra presença. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 805, do Tribunal de Contas da União, referente ao Acórdão nº 2.683, de 2016, que encaminha relatório de Auditoria Operacional, com a avaliação os procedimentos adotados pela Anvisa em relação ao controle posterior ao registro dos medicamentos, visando a fiscalização da manutenção da fórmula, dos efeitos esperados e de sua segurança. Esta Presidência comunica o recebimento de iniciativa da Associação Auditoria Cidadã da Dívida, contra a PEC 55/2016 e os efeitos sobre dispositivos da Constituição Federal, segundo a referida associação. Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações: Ofício nº 530, de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, e Ofício nº 3.525, de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ambos com solicitação de apoio ao Senado Federal para propositura de Projeto de Lei que disponha sobre desnecessidade de renovação periódica da credencial que autoriza as pessoas com deficiência e/ou com dificuldade de locomoção irreversíveis estacionarem, nas vagas reservadas para este fim, os veículos que os transportam. Informo que os referidos documentos ficarão à disposição dos Senhores Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as Consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da Pauta. Item 1 – Tramitação Conjunta: Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Enio Bacci. Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados. Tramita em Conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2012 - Não Terminativo - Autoria: Senador Benedito de Lira. Revigora os efeitos da Lei n.º 6.297, de 15 de dezembro de 1975, que dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo); e pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2012, que tramita em conjunto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CE-CAS (Substitutivo); e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2012, que tramita em conjunto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Item 2 – Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Marta Suplicy. Item 3 – Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Felipe Bornier. Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Elmano Férrer, para reexame do Relatório. Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2014 - Não Terminativo - Autoria: Senador Jayme Campos. Altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre a identificação de cadáveres por meio de laudos periciais necropapiloscópicos, nas hipóteses de morte violenta, suspeita ou acidental. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2014. Resultado: Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 29, de 2016-CAS, aprovado extrapauta, de iniciativa do Senador Paulo Rocha, solicitando Audiência Pública para instruir o PLS nº 302, de 2014. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, parágrafo 4º do Regimento, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. Relatoria: Sena-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dor Flexa Ribeiro (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senadora Ana Amélia. Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a ação promocional. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2015, e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para atender à solicitação da Secretaria-Geral da Mesa constante do Oficio nº 1188/2016, da Presidência do Senado Federal, referente a Requerimento de audiência de outra Comissão. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Item 9 – Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2016 - Terminativo - Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2016, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 30, de 2016-CAS, aprovado extrapauta, de iniciativa do Senador Paulo Paim, solicitando Audiência Pública para instruir o PLS nº 218, de 2016. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, parágrafo 4º do Regimento, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. Relatoria: Senador Armando Monteiro. Extrapauta: Item 11 – Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 29 de 2016. Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2014, que "altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre a identificação de cadáveres por meio de laudos periciais necropapiloscópicos, nas hipóteses de morte violenta, suspeita ou acidental", de autoria do Senador Jayme Campos, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID) do Ministério Público do Rio de Janeiro; Representante do Programa de localização e Identificação de Desaparecidos (PLID) do Ministério Público de São Paulo; Representante da Corregedoria Nacional de Justiça; Representante da Central Nacional de Óbitos de Pessoas Não Identificadas. Autoria: Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovado. Item 12 – Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 30 de 2016. Autoria: Senador Paulo Paim. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para instruir o "PLS 218/2016, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente." Os convidados serão informados posteriormente. Resultado: Aprovado. Item 13 – Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 31 de 2016. Autoria: Senador Ronaldo Caiado e outros. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a gravidade da situação da diabetes entre a população brasileira, bem como das medidas que podem ser tomadas no sentido de minorar as consequências daquela doença em nosso país. Resultado: Aprovado. Item 14 – Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais Nº 32 de 2016. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater o tema "Cuidado integral na Primeira Infância: Cultura, Desafios Jurídico-Sociais e em situações de deficiências", a ser realizada no próximo dia 23 de novembro de 2016. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Vital Didonet, Professor, especialista em educação infantil, políticas públicas de educação e dos direitos da criança; Ivone Ferreira Caetano, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Drina Candilis, Psicóloga, Professora Emérita das Universidades de Amiens e Paris 7 Denis-Diderot, França; Dafne Herrero, Doutoranda em Ciências da Saúde pela Universidade de São Paulo. Autoria: Senador Edison Lobão e outros. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta, a saber: Item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2012; Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2015; Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2015**;** Item 10 – Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2016. Usam da palavra os Senadores Ana Amélia, Paulo Rocha, Paulo Paim, Regina Sousa, Deca, Angela Portela, Waldemir Moka, Dário Berger, Dalirio Beber, Lídice da Mata e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Às dez horas e cinquenta e um minutos, assumiu a presidência o Senador Dalírio Beber. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 805 do Tribunal de Contas da União, referente ao Acórdão nº 2.683, de 2016, que encaminha relatório de audiência de auditoria operacional, com avaliação dos procedimentos adotados pela Anvisa em relação ao controle posterior ao registro de medicamentos, visando à fiscalização da manutenção da fórmula, dos efeitos esperados e de sua segurança.

Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

Recebimento de iniciativa da associação Auditoria Cidadã da Dívida contra a PEC 55, de 2016, e os efeitos sobre dispositivos da Constituição Federal, segundo a referida associação.

Informo que o documento ficará à disposição dos Srs. Senadores, na Secretaria da Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

Ofício da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul e ofício da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ambos com solicitação de apoio ao Senado Federal para propositura de projeto de lei que disponha sobre desnecessidade de renovação periódica da credencial que autoriza as pessoas com deficiência e/ou com dificuldade de locomoção irreversíveis estacionarem nas vagas reservadas para esse fim os veículos que as transportam.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, de 2014
- Não terminativo -

Altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre a identificação de cadáveres por meio de laudos periciais necropapiloscópicos, nas hipóteses de morte violenta, suspeita ou acidental.

Autoria: Senador Jayme Campos.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2014.

Observações:

- Em 05.10.2016, a Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

Lido o Relatório, é concedida Vista Coletiva nos termos regimentais.

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Consulto os Srs. Senadores e a Srª Senadora se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista coletiva formulado em 5 de outubro.

Concedo a palavra a Srª Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc*, para suas considerações, caso necessário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente Senador Edison Lobão, caros colegas Senadores, este projeto do Senador Jayme Campos, que foi nosso combativo Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais, a quem nós rendemos sempre todas as homenagens, propôs

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a alteração do Código de Processo Penal para dispor sobre a identificação de cadáveres por meio de laudos periciais necropapiloscópicos nas hipóteses de morte violenta, suspeita ou acidental.

O Senador Flexa Ribeiro, que é o Relator original deste processo, foi pela rejeição. Como Senadora *ad hoc*, não me cabia fazer alterações num relatório já feito pela assessoria e pelo próprio Relator, que aqui foi apresentado. Alguns Senadores fizeram algumas ponderações, especialmente a Senadora Lídice da Mata, que faria um voto em separado para mudar o projeto para não aceitar a rejeição, mas esse voto, se chegou, teria que ser apresentado pela própria Senadora. Hoje é o último dia. Como foi vista coletiva, ele precisa ser apreciado hoje.

Então, eu apenas reproduzo a votação, pela rejeição, do projeto do Senador Jayme Campos, que trata dessa matéria. Eu vou apenas acrescentar que, no mérito do projeto desses testes necrológicos ou necrófilos, não consideramos conveniente a aprovação do projeto. Do nosso ponto de vista, é um exagero exigir-se laudo pericial quando por outros meios, até mesmo pela identidade civil ou reconhecimento testemunhal, puder ser reconhecido o morto.

Ora, se a identificação das pessoas vivas se faz por intermédio da identidade civil, não vislumbramos razão para a realização de perícia quando não houver controvérsia quanto à identidade da pessoa morta. Assim, nesses casos, a demora na realização da perícia e na elaboração do laudo é que acarreta, sim, desgastes emocionais para as famílias das pessoas falecidas.

Ao nosso ver – do Relator Flexa Ribeiro –, a redação atual do art. 166 do Código de Processo Penal já dispõe satisfatoriamente sobre a necessidade de laudo pericial para identificação de cadáveres de mortes suspeitas.

Este é o voto: o voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 302, de 2014.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, pela ordem – Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sem prejuízo do debate, eu queria chamar a atenção da Presidência pois tenho um requerimento de audiência pública, dados exatamente os interesses dos órgãos que estão envolvidos nisso de debater mais este assunto.

Nós já levantamos da outra vez que aqui não existe só uma visão legal – e estamos passando para a CCJ resolver isso –, mas também uma visão social, e, por existir uma visão social do tema, da questão, é que nós achamos que esta Comissão também tem que se aprofundar no mérito da questão.

Os dados, que vêm de São Paulo, nessa questão de que, por falta de identificação, se coloque e se enterre em vala comum um conjunto de seres humanos... Isso é que faz com que esta Comissão, que tem sensibilidade mais social, aprofunde esta questão aqui. Por isso, estou fazendo este requerimento, que está sobre a mesa, para realizar uma audiência pública com representantes do Ministério Público do Rio de Janeiro, que se interessou pelo assunto também; do Ministério Público de São Paulo; com representantes da Corregedoria Nacional da Justiça e com o representante da Central Nacional de Óbitos de Pessoas não Identificadas.

Por isso eu queria, pela ordem, que a Mesa colocasse em debate este requerimento, sem interrupção, com todo respeito à nossa Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sou apenas a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu gostaria de ouvir a Relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu penso, acerca dessa matéria, que é só colocar em votação o requerimento, é um direito do Senador. Os argumentos que ele tem podem ser considerados.

Agora, como diz V. Exª aqui, o que está escrito pela Consultoria é que, dentro do regramento do próprio Código de Processo Penal, a identificação já existe como tal. Mas eu não vejo nenhum óbice para a apreciação do requerimento do Senador Paulo Rocha, para submeter à votação do Plenário se aceita o requerimento ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É apenas essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu recolho a opinião da Senadora Relatora no que diz respeito ao regramento; porém, regimentalmente, sobrepõe-se o que pensa o Senador Paulo Rocha para o exame do Plenário desta Comissão.

Coloco, então, em votação o requerimento do Senador Paulo Rocha, que, uma vez aprovado, tem o poder de sobrestar a votação do referido projeto até que se realize a audiência pública proposta.

Em votação, portanto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sou favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ...o requerimento do Senador Paulo Rocha.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O meu voto é a abstenção, por conta de eu ter feito o relatório, mas respeitando a posição do Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Absolutamente compreensível o voto de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E a minha posição é monista, porque eu sou Relatora *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É compreensível.

Aprovado o requerimento.

A tramitação da matéria fica em suspenso na Comissão, nos termos do art. 118 do Regimento Interno, aguardando a realização da audiência pública proposta, em data a ser ajustada.

Itens 2 e 3.

O item 2, que tem por Relatora a Senadora Marta Suplicy, e o item 3, que tem como Relator o Senador Elmano Férrer, serão retirados de pauta por solicitação dos respectivos Relatores.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 03.08.2016, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Votação simbólica.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, de 2016
- Não terminativo -

Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências.

Autoria: Deputado Felipe Bornier

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016.

Observações:

- Votação simbólica.)

Vamos à matéria seguinte.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2011
- Não terminativo -

Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados.

Autoria: Deputado Enio Bacci.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, de 2012
- Não terminativo -

Revigora os efeitos da Lei n.º 6.297, de 15 de dezembro de 1975, que dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional, e dá outras providências.

Autoria: Senador Benedito de Lira.

Relatoria: Senadora Regina Sousa.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo); e pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2012, que tramita em conjunto.

Observações:

- Em 19.05.2015, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer pela aprovação do PLC 68/2011 na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo); e pela recomendação da declaração de prejudicialidade do PLS 37/2012, que tramita em conjunto.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Regina Sousa, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2011 (Projeto de Lei nº 2.954, de 1997, na Casa de origem), do Deputado Enio Bacci, que "estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados"; e sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 37, de 2012, do Senador Benedito de Lira, "que revigora os efeitos da Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975, que "dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional, e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatório.

Em análise, nesta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2011, do Deputado Federal Enio Bacci, que estabelece incentivos às empresas para o financiamento da educação profissional de seus empregados; e o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2012, do Senador Benedito de Lira, que revigora os efeitos da Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975, que dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas em projetos de formação profissional.

O PLC, em seu art. 1º, permite que as empresas deduzam como despesa operacional, no cálculo do imposto de renda devido, apurado com base no lucro real, os gastos realizados com a formação profissional de seus empregados, em cursos de nível médio e superior. Também podem ser deduzidas as despesas com os cursos e atividades previstos nos arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

O mesmo artigo, em seu parágrafo único, determina que "os gastos com a formação profissional não substituem ou complementam a remuneração devida a qualquer empregado beneficiado e não constituem base de incidência de encargos trabalhistas ou previdenciários, e a eles não se aplica o princípio da habitualidade".

Na justificação da proposta original, o autor aponta a falência do Estado brasileiro, incapaz de prover recursos suficientes para a educação, que é assegurada a todos os cidadãos por preceito constitucional. Ao contrário, muitas empresas teriam condições de custear a qualificação profissional de seus empregados e merecem incentivo tributário nesse sentido.

O PLS, por sua vez, revigora a Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975, cujos efeitos foram suspensos para posterior avaliação pela Lei nº 8.034, de 12 de abril de 1990. Para o autor da proposta, a suspensão dos incentivos fiscais para as empresas que investem na formação profissional de seus empregados, nos termos da Lei nº 6.297, de 1975, jamais foi reavaliada.

Descumpriu-se, assim, o § 2º do art. 1º da Lei nº 8.034, de 1990, segundo o qual tais incentivos seriam "devidamente reavaliados, no prazo em que durar a suspensão, de forma a possibilitar o encaminhamento de medidas corretivas cabíveis".

O PLC foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e aguardava análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para posterior decisão, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Já o PLS aguardava deliberação da CAS, também para decisão final da CAE. Com a aprovação do Requerimento nº 1.088, de 2012, do Senador José Pimentel, de tramitação conjunta, as proposições foram levadas à apreciação da CE, mantendo-se a ordem original de análise das comissões estabelecida para o PLC.

Na CE a matéria foi aprovada com a Emenda nº 1, na forma de Substitutivo, que incorpora aspectos positivos das duas proposições. Não foram apresentadas emendas às duas proposições perante esta Comissão.

Análise.

A competência para legislar sobre o assunto – incentivo tributário ao oferecimento de cursos profissionalizantes – é do Congresso Nacional, conforme previsão do art. 48 da Carta Magna. Em relação à iniciativa, tampouco há impedimentos constitucionais a considerar. Os pressupostos de juridicidade, por sua vez, estão cumpridos, dada a utilização do instrumento legislativo adequado e a inexistência de conflito com outras normas vigentes.

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito a relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões. Dessa maneira, a apreciação dos projetos em tela respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão. O tema em análise também tem implicações com a Educação e com o Direito Tributário, matérias de competência de outras comissões.

Os temas educação e trabalho são indissociáveis. Ao Estado cabe a responsabilidade de oferecer os fundamentos básicos para a formação dos cidadãos. Após a formação básica, as pessoas procuram complementar e qualificar os seus conhecimentos para encontrar o seu espaço no mercado de trabalho. Nesse segundo momento, muitas vezes, há perda de recursos com o oferecimento de cursos voltados para atividades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sobrecarregadas com oferta excessiva de trabalhadores.

Por outro lado, essa é a melhor oportunidade de combinar os interesses do empresariado e os interesses do empregado, um em busca de pessoal qualificado e o outro em busca de qualificação. Nessa possibilidade é que reside, em nossa visão, o grande mérito da proposta. Ela permite a transferência de parte da responsabilidade educacional para parcerias entre empresários, trabalhadores e instituições privadas de ensino. Ninguém melhor do que esses atores sociais para avaliar as demandas e saber das necessidades da produção, estabelecendo os parâmetros da formação que será oferecida.

Esse tema ganha relevância se visualizamos as dificuldades de oferta, no mercado de trabalho, de profissionais competentes para ocupar as vagas oferecidas pelas novas tecnologias. Há empregos que não são preenchidos, dada a inexistência de trabalhadores capacitados. Isso ocorre notadamente na construção civil e no ramo petrolífero.

Em se tratando de profissionais de nível médio, então, é no mínimo discutível a capacidade da administração pública centralizada de oferecer os cursos técnicos e profissionalizantes realmente demandados pelo desenvolvimento. Na verdade, são as empresas que melhor têm condições de decidir quais os cursos e quais os conteúdos necessários para que aquele profissional ocupe as funções disponíveis.

Para o aumento da empregabilidade, todas as propostas devem ser vistas com sensibilidade e atenção. A resposta mais eficaz e rápida para as demandas por educação profissional, na nossa visão, pode decorrer de estímulos fiscais. Ademais, melhorando a produtividade, certamente haverá compensações tributárias para o Estado, com o aumento da arrecadação em todos os níveis.

O ajuste entre a formação e a qualificação profissionais e as demandas do mercado evita, como se pode ver, o dispêndio ineficaz de recursos. Nada mais justo, então, que o Estado, pesado cobrador de tributos, desonere as empresas, permitindo a dedução, de suas obrigações fiscais, das despesas que realizarem com a educação profissional de seus empregados. Nesse jogo não há perdedores.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisou a matéria em profundidade e ofereceu um Substitutivo que contempla as vantagens das duas iniciativas. Foram feitos ajustes na redação, atualizando termos educacionais superados e associando a concessão dos incentivos à educação profissional.

Além disso, para evitar o uso fraudulento dos estímulos tributários, como acréscimo salarial, limitou-se o benefício a 25% da remuneração do empregado, remetendo ao regulamento a fixação de outros limites, quanto ao número de vezes e o tempo de uso do benefício por empregado. Por sua vez, a vigência da lei foi remetida para o primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação, de forma a facilitar o cálculo das deduções tributárias e isenções previdenciárias correspondentes.

Concordamos, então, com os termos do parecer da CE, reconhecendo a importância social e educativa das iniciativas. O PLC nº 68, de 2011, e o PLS nº 37, de 2012, encontram-se redigidos em boa técnica legislativa e não apresentam vícios de inconstitucionalidade e de injuridicidade. A CAE decidirá, terminativamente, sobre o mérito, em seus aspectos econômicos, e sobre a adequação financeira e orçamentária.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CE - Substitutiva, aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o que implica a rejeição do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 37, de 2012, em face de sua prejudicialidade.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, com muita rapidez, quero só dizer que sou totalmente favorável. É um projeto que vai incentivar os empresários a dar formação.

A Comissão de Educação, como havia dois projetos que tratavam do tema, como disse muito bem aqui a Relatora, optou por um substitutivo, que a Relatora acolheu. Por isso, com muita tranquilidade, o meu voto é favorável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Cumprimento a Relatora e o Deputado autor do projeto, já que o projeto veio da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Continua em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria cumprimentar a alternativa que a Senadora Regina Sousa apresentou e também o autor, Deputado Enio Bacci, do nosso Estado do Rio Grande do Sul, do PDT, sempre muito combativo. É um especialista, inclusive, na área de segurança pública – foi Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul e agora é Deputado Estadual.

Então, cumprimento o autor e a relatoria da Senadora Regina.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O relatório da Senadora Regina Sousa é pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011, na forma da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, CAE, Substitutivo, e pela declaração de prejudicialidade ao Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2012, que tramita em conjunto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para o prosseguimento da tramitação.

Esta Presidência comunica que o item 5 da pauta recebeu ofício da Presidência do Senado Federal solicitando o encaminhamento da matéria à Mesa para aguardar a deliberação de requerimento do Senador Wilder Morais de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, de 2015
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a ação promocional.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2015, e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 05.10.2016, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

- Votação simbólica.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, me permitiram fazer um apelo a V. Exª, que eu já ia fazer na outra reunião, e conversei aqui com o Senador Ricardo Ferraço, que é o autor do projeto.

O item 9, Sr. Presidente, altera a nossa CLT para instituir o contrato de trabalho intermitente. Eu falei com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o Senador Ferraço; falei também aqui com a Senadora Ana Amélia. É um tema que vai definir se o trabalhador pode ou não ter salário-hora – é claro, dentro dos parâmetros da legislação. Mas ele, como este Senador, entende que, como é um tema que envolve diretamente empregado e empregador, nós deveríamos fazer uma audiência pública para aprofundar o debate desta questão. Ele me autorizou, inclusive, a usar o nome dele nesse sentido. Faríamos uma audiência pública, marcada por V. Exª, convidando três empresários e três sindicalistas – acho um bom número pelo critério adotado por V. Exª. Faríamos essa audiência pública e, em seguida, vamos à votação.

Entendo que, chegando perto do fim do ano, há inúmeros projetos como esse e, além deles, há outros três que tratam praticamente dessa linha ampla do mundo do trabalho. Os meus relatórios, eu vou entregar todos até o fim do ano para que a Casa, se quiser, possa votá-los – terceirização, privatização de presídio e o próprio projeto que trata do trabalho escravo. Os três relatórios, eu apresentarei. Já fizemos dezenas de audiências públicas para tratar desses três temas.

Este aqui é um projeto também emblemático, mas em relação a ele a Casa tem de se posicionar. Por isso, estaríamos construindo, com o apoio de V. Exª, uma audiência pública ouvindo três representantes de empregadores e três trabalhadores, para construir aquilo que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exª, quero dizer que o item 9, de nossa autoria, trata de um projeto que pressupõe, ou consagra, criarmos, no mundo do trabalho brasileiro, o contrato de trabalho intermitente, a jornada de trabalho intermitente, considerando a sazonalidade de alguns arranjos econômicos geradores de emprego e oportunidade de trabalho, sobretudo atividades vinculadas à atividade do serviço.

O meu convencimento, por óbvio, é na direção de que este projeto contribui para que nós possamos suprir um dos nossos mais graves e complexos desafios, que é o problema do desemprego, porque existem diversos ramos da atividade empreendedora que necessitam de contratação de profissionais, eventualmente sexta, sábado, domingo, em função da demanda. Exemplo disso é a atividade de lanchonetes, restaurantes, *shoppings centers,* e não há previsão na CLT para a jornada intermitente.

Esse projeto cria as condições, estabelecendo, por óbvio, que, proporcionalmente à hora trabalhada, os trabalhadores recebam todos os seus direitos. E não poderia ser diferente. Apenas flexibiliza, para que, em lugar de 40 horas semanais, seja possível contratar, por contrato de trabalho, registrado na carteira de trabalho que se vá trabalhar, eventualmente, 10, 12, 15 horas semanais, de acordo com a demanda. Os estudos indicam que, se esse projeto vira realidade, isso poderá criar dois milhões de oportunidades de emprego no Brasil. Essas são as estimativas oficiais do Ministério do Trabalho.

Portanto, eu tenho esse convencimento, mas o meu colega, o estimado amigo Paulo Paim, não tem esse convencimento e traz a sugestão, em bom tempo, que nós possamos fazer um debate para socializarmos e aprofundarmos o tema. Estou de acordo com a proposta do Senador Paulo Paim, para que possamos explorar o tema, ouvir os trabalhadores, ouvir os empreendedores e partirmos para um processo de deliberação com o convencimento amplo de todos.

O apelo que faço a V. Exª, considerando a importância do projeto, considerando que isso pode produzir resultados na geração de emprego e oportunidade, é que nós tentássemos fazer, ainda no mês de novembro, essa audiência pública, como forma de nós acelerarmos esse debate e como forma de o Senado oferecer uma resposta à sociedade brasileira.

O desemprego bate às portas dos trabalhadores brasileiros, e nós precisamos pensar em formatos, em formas legais, é evidente, que possam atender ao interesse do trabalhador, ao interesse do empreendedor, mas que possam, de fato, dinamizar o mundo do trabalho brasileiro. Mundo afora, isso já é uma regra, e uma regra que gera bons resultados.

Então, o apelo que faço a V. Exª, em linha com o que defendeu o nosso colega, o Senador Paulo Paim, é a possibilidade de nós, quem sabe, marcarmos para a próxima semana essa audiência pública, como forma de atendermos esse assunto, que está premente: soluções e alternativas para combater o desemprego no País.

É o apelo que faço a V. Exª se, eventualmente, pudermos obter a vênia de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Ricardo Ferraço, autor...

Tem a palavra V. Exª.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, concordo com o Senador Ferraço. Acho que é muito importante esta matéria ser debatida, mas com urgência, para que a gente possa, ainda neste ano, se possível, votá-la, porque é uma matéria que traz benefício não só para as empresas, mas também para os empregados, gerando, assim, mais emprego, emprego rápido.

Certamente, as empresas, nos finais de semana, nas sextas e sábados, precisam aumentar os seus funcionários. E há outras empresas que precisam nas segundas e terças. Certamente, esse giro vai gerar muitos empregos, e o Brasil, neste momento em que estamos precisando de geração de empregos, teria a oportunidade de começar a avançar nessa situação.

Então, concordo, Senador Ferraço. Quero dizer que é um excelente projeto. Acredito que temos aqui a concordância de quase todos que aqui estão. Obrigado, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Ele, inclusive, é terminativo nesta Comissão, não vai a Plenário. Portanto, o debate é importante, mas a urgência desse debate parece-me fundamental, para gerarmos oportunidade de trabalho, emprego, para que as pessoas possam levar dignidade a suas famílias. Esse é o apelo que renovo a V. Exª. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, os Senadores Ferraço e Deca concordam com o Senador Paulo Paim não quanto ao mérito do projeto, mas pela suspensão da tramitação até que se realize uma audiência pública, por se tratar, em primeiro lugar, como acentua o Senador Ferraço, de um projeto em caráter terminativo nesta Comissão e, em segundo lugar, pela relevância dele no que diz respeito à relação de trabalho com as empresas.

Coloco em votação o requerimento do Senador Paulo Paim, pela suspensão da tramitação do projeto e pela realização de uma audiência pública. Uma vez aprovado, esta Presidência diligenciará no sentido de garantir celeridade na votação, lembrando, porém, que já temos algumas audiências públicas marcadas por solicitação dos Srs. Senadores, mas que tentaremos compatibilizar essa questão pela relevância do projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria cumprimentar o Presidente Edison Lobão pelo encaminhamento; pelas sugestões, o Senador Ricardo Ferraço, que levantou o debate sobre esse momentoso assunto, fundamental do ponto de vista social, da geração de emprego, que é do que nós mais precisamos, considerando que o Brasil hoje tem mais de 12 milhões de pessoas desempregadas.

Ressalto também as manifestações do Senador Deca e, especialmente, a iniciativa do Senador Paulo Paim em relação a buscar, numa audiência pública, o consenso possível para uma matéria dessa urgência e de um resultado social extraordinário.

Então, cumprimento V. Exª. Também apoio essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação, portanto, a iniciativa do Senador Paulo Paim.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do art. 118 do Regimento Interno, aguardando a realização de audiência pública em data oportuna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, de 2016
- Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2016, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado

Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, por favor.

Não sei se V. Exª está se encaminhando para o encerramento... Os Senadores Paulo Rocha e Humberto Costa, que se encontram na CCJ, encaminharam para mim um requerimento para ver se não seria possível, como fez a Comissão de Economia, que esta Comissão debatesse também a PEC nº 55, por se tratar de um tema abrangente, que envolve todos. Como está na Mesa este requerimento, pergunto a V. Exª se seria possível nós o votarmos hoje. V. Exª decide. Eu assinei porque eles não estão presentes no momento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria ponderar que está previsto votar hoje na CCJ o relatório do Senador Eunício Oliveira. Então, pondero esse aspecto, de a gente aprovar um requerimento cuja oportunidade já será obstada, interrompida, pelo andamento, pela tramitação da PEC nº 55 na Casa. A CCJ está reunida exatamente para apreciar o relatório do Senador Eunício Oliveira e, depois de aprovado, ele vai para o Plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, V. Exª sabe do respeito que tenho pela Senadora Ana Amélia. Eu só lembraria, Sr. Presidente, que, uma vez aprovado na CCJ, ele vai para o Plenário, onde teremos um longo debate. Quase todas as comissões fizeram debate sobre a PEC nº 55. Como ali se trata de saúde, de educação e de uma série de temas que têm a ver também com esta Comissão, eu tive todo o cuidado ao levantar o requerimento, para ver se V. Exª entende que é possível votarmos essa proposta de um debate aqui na Comissão de Assuntos Sociais, pela relevância do tema. Mas, naturalmente, vou me sujeitar à decisão de V. Exª. Na Comissão de Direitos Humanos, confesso a todos, já fiz meia dúzia de debates, e vou fazer mais meia dúzia até terminar, mas é uma posição minha, e V. Exª sabe do meu ponto de vista. Aqui eu me submeto à decisão de V. Exª.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Sr. Presidente, eu também gostaria de dar o meu apoiamento ao requerimento do Senador Paulo Paim, porque aqui é uma Comissão de Seguridade Social, discute-se muito a saúde, a assistência social. Então, acho que a PEC nº 55 precisa ser debatida também nesta Comissão, pela relevância, pelos impactos que essas políticas públicas da saúde, da educação e da assistência terão na vida do povo brasileiro, políticas que são desenvolvidas pelos governos federal, estadual e municipal. Por ser uma política de extrema relevância para o povo brasileiro e por esta Comissão discutir principalmente projetos nessa área, acho que seria interessante, sim, os membros da Comissão de Assuntos Sociais também debaterem a PEC nº 55, pois ela é muito importante, é muito impactante na vida de todos. Sem dúvida nenhuma, ela vai causar uma redução de investimentos, vai haver uma redução de investimentos muito forte na política da saúde pública do nosso País. Por isso, quero também demonstrar o meu apoiamento a esta discussão aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Moka.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senador, nos mesmos termos da Senadora Ana Amélia, eu penso que essa PEC vai para o Plenário e ontem já passou na CCJ, três, quatro horas. Ao final, a sessão estava até esvaziada.

Então, eu penso ser desnecessário que a gente, hoje... Se aprovado na CCJ, que esse debate se dê lá no Plenário. É a minha opinião, divergindo do nobre Senador Paulo Paim, por quem tenho muito respeito.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Deca.

Eu já ouvirei V. Exª, Senadora Lídice.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Eu também, Sr. Presidente, concordo com a Senadora Ana Amélia. Com todo o respeito ao Senador Paulo Paim, eu vejo que a PEC já foi debatida em várias comissões e agora, neste momento, está sendo votada lá na CCJ. Então, não concordo em continuar aqui debatendo. Acredito que deve, sim, ser debatida, e muito, lá no Plenário.

Concordo com a Senadora Ana Amélia, acho que é inoportuno, neste momento, a gente continuar debatendo aqui a PEC 241.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, caros Senadores e Senadoras, eu, na verdade, quero discordar dessa opinião. Eu penso que, pelo contrário, não há inoportunidade, há oportunidade.

É verdade que outras comissões estão debatendo e que a PEC inicia o processo de votação hoje na CCJ, que analisará os aspectos jurídicos da sua continuidade, a constitucionalidade. Cada comissão deve analisar as suas consequências no mérito, para as questões que dizem respeito às atribuições de cada uma.

A PEC diz respeito, diretamente, aos gastos com saúde e já insere em seu debate, como ontem aconteceu, a discussão da reforma da Previdência. E acho que, aí sim, é absolutamente inadequado que a Comissão de Assuntos Sociais renuncie à sua atribuição de analisar uma matéria tão importante, que terá tamanha consequência para o financiamento da saúde e da previdência social em nosso País.

Eu quero parabenizar o Senador Paim e os outros Senadores que apresentaram a ideia de debater esta questão aqui. Eu própria fui autora de um requerimento na Comissão de Educação, no sentido que de nós pudéssemos debatê-la naquela Comissão. É claro que nós a debateremos em plenário, mas em plenário nós certamente faremos uma análise mais política, talvez até influenciados por um debate político, de posicionamentos, e muito menos técnico, voltado para focalizar os assuntos técnicos que dizem respeito a esta matéria nesta Comissão, que é o financiamento da saúde pública no Brasil e também as consequências que advirão da reforma da previdência futura, porque já se está discutindo PEC mais reforma da previdência.

Acho que é indispensável que esta Comissão, que trata desse assunto, possa debater essa questão de forma aprofundada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente Lobão, eu também queria manifestar a minha posição divergente da posição do nosso Senador Paulo Paim, no sentido de convocar uma audiência pública para discutirmos essa matéria, uma vez que a Comissão de Constituição e Justiça, com certeza, está estabelecendo um debate em profundidade com relação ao assunto. Se de lá despertar a necessidade de uma audiência pública, com certeza ela vai acontecer. Por outro lado, nós não podemos nos antecipar a uma decisão que ainda não conhecemos – e se a Comissão de Constituição e Justiça tomar uma decisão totalmente diferente com relação àquilo que se tem dito a respeito do encaminhamento da PEC 55?

Portanto, a nossa posição é contrária à aprovação desse requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, regimentalmente, as proposituras que chegam à Mesa do Senado são por ela distribuías às comissões que, pelo julgamento da própria Mesa, são afins à matéria.

A Mesa distribuiu essa PEC à Comissão de Constituição e Justiça, o que é normal e indispensável. Eu próprio já fui Presidente da Comissão de Justiça e fui Presidente do Senado, sei como essa engrenagem funciona.

Aqui nós temos três opiniões de um lado e três opiniões de outro: dos Senadores Moka, Deca e Dalírio de um lado; e dos Senadores Paim, Angela e Lídice do outro. Aliás, a Senadora Ana Amélia também se posicionou, são quatro. Isso em primeiro lugar.

Em segundo lugar, há o entendimento da Mesa de que essa matéria deve ser votada, em caráter definitivo, no plenário do Senado Federal.

Além disso, a Comissão de Justiça realizou ontem um debate da natureza do debate que hoje é proposto aqui, junto com a Comissão de Assuntos Econômicos. Nós, por falta de uma iniciativa dos Srs. Senadores, nos atrasamos, porque deveríamos ter participado também daquele debate de ontem, que foi muito aceso e até com alguns requintes de segurança externa no corredor para efeito do debate.

Sendo assim, e até pelo fato de que a maioria se posicionou no sentido em que vou decidir, eu indefiro a propositura do Senador Paim, acompanhado pela Senadora Ana Amélia e pela Senadora Lídice. Eu serei, portanto, o quinto voto em oito.

A matéria, portanto, deixará de ser apreciada aqui, tendo, como observou o Senador Moka, a oportunidade de ser discutida no plenário. Isso é normal. Isso é regimental.

Essa é a decisão da Presidência, lamentando ter contrariado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não. V. Exª sabe do meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ...os Senadores Paim, Angela e Lídice.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu deixei muito claro que eu me submeteria à orientação de V. Exª. E V. Exª tem razão, a maioria tem esse ponto de vista. Aliás, caso se quisesse votar, não haveria quórum – não há quórum para votar, tanto de um lado como de outro.

Mas aproveito para convidar todos, pois hoje à tarde, às 15 horas, vamos ter um debate na Comissão de Direitos Humanos que vai tratar desse tema. Teremos outro amanhã; outro segunda; outro terça e outro quarta da semana que vem. Então, por falta de audiência pública, não será. Fico tranquilo com a sua decisão, Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O Senador Ronaldo Caiado, que se encontra em viagem por esta Casa, é autor de um requerimento e me pediu que eu o subscrevesse. Indago de V. Exª se ainda temos condições de votar o requerimento e se V. Exª permite que eu o leia – requerimento que não é meu, eu apenas o subscrevo para que se possa, se assim os Senadores julgarem conveniente, aprová-lo ou não.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Subscrito por V. Exª, passa a ser do Senador Moka.

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 31, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a gravidade da situação da diabetes entre a população brasileira, bem como das medidas que podem ser tomadas no sentido de minorar as consequências daquela doença em nosso país.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu vou dispensar a justificação, porque penso que a diabetes, por si só, é muito conhecida, e essa audiência pública só vai enriquecer o debate. A prevenção costuma realmente trazer bons benefícios ao paciente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só para apoiar a iniciativa do Senador Moka. De fato, a diabete é um problema seriíssimo. É uma doença silenciosa – não, é doutor? – V. Exª, que é médico, sabe, não a percebemos. Eu mesmo, depois de fazer alguns exames de sangue agora – eu fiz 71 –, descobri que sou pré-diabético, o que eu não sabia. Então, os meus cumprimentos pela iniciativa de debater esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu peço ao Senador Dalírio que assuma aqui, por um minuto, enquanto eu próprio leio um item.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) –

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 32, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater o tema "Cuidado integral na Primeira Infância: Cultura, Desafios Jurídico-Sociais e em situações de deficiências", a ser realizada no próximo dia 23 de novembro de 2016.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• Vital Didonet – Professor, especialista em educação infantil, políticas públicas de educação e dos direitos da criança;

• Ivone Ferreira Caetano – Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

• Drina Candilis - Psicóloga, Professora Emérita das universidades de Amiens e Paris 7, e Denis-Diderot, França;

• Dafne Herrero - Doutoranda em Ciências da Saúde pela Universidade de São Paulo.

Autoria: Senador Edison Lobão e outros.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão para apresentar requerimento à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater o tema "Cuidado integral na Primeira Infância: Cultura, Desafios Jurídico-Sociais e em situações de deficiências", a ser realizada no próximo dia 23 de novembro de 2016.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• Vital Didonet – Professor, especialista em educação infantil, políticas públicas de educação e dos direitos da criança;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

• Ivone Ferreira Caetano – Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

• Drina Candilis - Psicóloga, Professora Emérita das universidades de Amiens e Paris 7, e Denis-Diderot, França;

• Dafne Herrero - Doutoranda em Ciências da Saúde pela Universidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Em votação.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu quero, ao elogiar – e falo como médico –, dizer que os três primeiros anos de vida de uma criança são fundamentais para o que ela será quando adulta, pois é quando se forma o sistema nervoso central; é quando se formam os centros afetivos, cognitivos. É muito importante. Às vezes não entendemos por que alguém se torna, depois de adulto, um assassino até cruel. Na maioria das vezes, se você vai até o passado dessa pessoa, vê que ela foi abusada e judiada nos três primeiros anos de vida. E criança desnutrida, nos três primeiros anos de vida, Presidente Lobão, não consegue fazer um curso superior, um cálculo de matemática mais avançado. Ela não consegue aprender. Então, acho que não há nada mais covarde do que se tirar a oportunidade de um ser humano indefeso, que é nos seus primeiros três anos de vida.

Faço um elogio aqui ao Presidente, pela iniciativa. E eu queria sugerir uma das pessoas daqui que mais entende disso, que é o ex-Deputado e hoje Ministro Osmar Terra. Foi dele que eu ouvi isso pela primeira vez, aqui, em um debate com especialistas europeus e do Canadá, foi ele que me chamou a atenção realmente para o problema.

Se queremos uma sociedade mais justa e mais igualitária, nós temos que começar a tratar da criança, sobretudo na chamada primeira infância, que vai de zero a seis anos, mas, principalmente, de zero a três anos, quando se forma o sistema nervoso central.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente, como autor do requerimento, nada tenho a opor à sugestão oportuna do Senador Moka. Portanto, agrego ao requerimento que está em exame nesta Comissão a proposição do Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Bom, primeiramente, quero parabenizar o Senador Edison Lobão pela iniciativa, pelo requerimento apresentado em função de uma matéria extremamente importante. Parabenizo também, pela louvável intervenção, o Senador Moka, que, com tanto entusiasmo e vibração, fez ponderações extremamente oportunas com relação a essa matéria.

Então, em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Transfiro a presidência da Comissão ao titular, o nosso Senador Edison Lobão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Senador Dalirio a contribuição. (*Pausa.*)

Lembro aos Srs. Senadores que essa audiência pública requerida agora será realizada em conjunto com as duas comissões mencionadas no dia 23.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião agradecendo S. Exªs, os Srs. Senadores, pela presença prestimosa nos trabalhos desta Comissão.

Está encerrada.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO NÚMERO 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte minutos, do dia dezesseis de novembro de dois mil e quinze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos seguintes Senadores e Senadoras: Paulo Rocha, Paulo Paim, Regina Sousa, Pastor Valadares, José Pimentel, Fátima Bezerra, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro, Deca, Ronaldo Caiado, Elmano Férrer, Vicentinho Alves, Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações: Ofício nº 37, de 2016, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que encaminha Convite aos Membros da Comissão de Assuntos Sociais para participação de Audiência Pública com o Ministro de Estado da Saúde, Senhor Ricardo Barros, para a apresentação do Relatório Quadrimestral da Saúde, de que trata o art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012; Ofício nº 307, de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, com a Moção nº 10, de 2016, que manifesta apoio à "Carta de Fortaleza: em defesa do Sistema Único de Saúde"; Ofício nº 401, de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que encaminha a Moção nº 121, de 2016, sobre sanção da Lei n° 13.301, de 2016, sobre medidas adotadas para controle do mosquito Aedes Aegypti; Ofício nº 870, de 2016, da Câmara Municipal de Poços de Caldas, Minas Gerais, que encaminha a Moção nº 8, de 2016, sobre a proposta de flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho; e Ofício nº 823, de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que solicita soluções para os problemas na área da Saúde brasileira e em especial para os hospitais filantrópicos. Passa-se à apreciação da Pauta: Item - 1- Tramitação Conjunta - Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011 - Não Terminativo - Autoria: Deputada Professora Raquel Teixeira. Acrescenta o art. 86-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica. Tramita em conjunto Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2013 - Não Terminativo - Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da educação. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2013, que tramita em conjunto. Resultado: A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Regina Sousa, em substituição à Senadora Rose de Freitas. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011, na forma de Emenda nº 1-CAS (Substitutivo); e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2013, que tramita em conjunto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para prosseguimento da tramitação. Item - 3 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015. Autoria do Projeto: Deputado João Paulo Lima. Ementa do Projeto: Acrescenta os arts. 133-A e 145-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as férias do empregado aposentado por invalidez. Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1-PLEN (de Plenário) oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Fátima Bezerra, para reexame do Relatório. Relatoria das Emendas: Senadora Fátima Bezerra. Item - 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2016 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Otavio Leite. Altera o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2016. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2016. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. Relatoria: Senador Paulo Paim. Item - 5 - Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2016 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Laercio Oliveira. Altera os arts. 580 e 585 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical devida pelos agentes ou trabalhadores autônomos, pelos profissionais liberais e pelas pessoas jurídicas ou equiparadas. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2016. Relatoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2016. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. Item - 6 - Projeto de Lei do Senado nº 636, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Senador Dário Berger. Dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndola específica para a exposição à venda de produtos dietéticos em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares. Relatório: Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 636, de 2015. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Flexa Ribeiro, em substituição ao Senador Dalírio Beber. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 636, de 2015. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para prosseguimento da tramitação. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Deca e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Ficam adiados os demais itens da pauta, a saber: Item - 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015; Item - 7 - Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2016; Item - 8 - Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações:

1 - Ofício nº 37, de 2016, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que encaminha convite aos membros da Comissão de Assuntos Sociais para a participação de audiência pública com o Ministro de Estado da Saúde, Sr. Ricardo Barros, para a apresentação do Relatório Quadrimestral da Saúde, de que trata o art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012. A audiência pública será no dia 17 de novembro de 2016, quinta-feira, às 9h30, no Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados;

2 - Ofício nº 307, de 2016, da Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, com a Moção nº 10, de 2016, que manifesta apoio à "Carta de Fortaleza: em defesa do Sistema Único de Saúde". O ofício, que encaminha manifestação sobre a reforma da Previdência Social, encontra-se à disposição dos Srs. Senadores;

3 - Ofício nº 401, de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que encaminha a Moção nº 121, de 2016, sobre sanção da Lei n° 13.301, de 2016, sobre medidas adotadas para controle do mosquito Aedes Aegypti;

4 - Ofício nº 870, de 2016, da Câmara Municipal de Poços de Caldas, Minas Gerais, que encaminha a Moção nº 8, de 2016, sobre a proposta de flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

5 - Ofício nº 823, de 2016, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que solicita soluções para os problemas na área da saúde brasileira e, em especial, para os hospitais filantrópicos.

Informo que as referidas manifestações ficarão à disposição dos Srs. Senadores.

O item 4 trata de decisão não terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2016

Altera o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autoria: Deputado Otavio Leite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2016.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, vou sintetizar meu relatório, dizendo dos pontos mais importantes, começando, como V. Exª já elencou, pela mudança proposta. O que acontece hoje? Vamos ao mérito.

A propósito do mérito, a CLT, na redação vigente do art. 318, impede que o professor exerça o magistério por mais de quatro horas consecutivas ou seis intercaladas. Tal regra não contempla o interesse de todos os professores, pois aqueles que fazem do magistério a sua atividade profissional principal ou exclusiva ficam privados de cumprir a totalidade de sua jornada de trabalho num mesmo estabelecimento.

Explico, Sr. Presidente: ele pode trabalhar horas numa escola x, mas tem de sair dali, pegar o ônibus ou o carro e ir para outra escola para trabalhar outras horas. Perde ele, perdem os alunos, e perde o próprio empregador, no caso os dirigentes da escola.

A maioria desses professores mantém mais de um vínculo empregatício, necessitando, portanto, deslocar-se de uma escola para outra, a fim de obter a renda salarial almejada.

Mesmo se a escola ou outro estabelecimento de ensino quiser reter o professor, quiser que ele fique ali para cumprir outra jornada, fica proibido, em face da restrição legal atualmente vigente, ou obrigado a lhe pagar a prorrogação da jornada como trabalho extraordinário, nos termos do contido na Orientação Jurisprudencial 206 da SDI-1 do TST, cujo texto afirma que as horas excedentes à jornada máxima prevista no art. 318 da CLT devem ser remuneradas com adicional de no mínimo 50%.

Quero dizer, Sr. Presidente, que meu relatório foi construído com os professores, com as entidades e também com os empregadores.

Assim, mesmo que seja do interesse do professor, a escola não contrata por período superior ao contido no art. 318, para não ficar obrigada ao pagamento da remuneração por trabalho extraordinário.

O professor, por sua vez, obriga-se a um deslocamento, a sair daquela escola, para cumprir nova jornada de trabalho em outro estabelecimento. Essa norma, em muitos casos, não atende aos seus interesses. Melhor seria se ele pudesse exercer a sua jornada total na mesma organização de ensino.

Diante disso, Sr. Presidente, tenho me preocupado ultimamente, para aprovar projetos, em ouvir muito as duas partes. Aqui, ouvimos as duas partes. Há um entendimento.

Por isso, em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2016, de autoria do Deputado Otavio Leite.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2016.

A matéria vai ao plenário do Senado para prosseguimento da tramitação.

Item 3: emenda de plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, de 2015
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Acrescenta os arts. 133-A e 145-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as férias do empregado aposentado por invalidez.

Autoria: Deputado João Paulo Lima

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1-PLEN (de Plenário) oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015.

Observações:

- Em 08.06.2016, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Em 17.06.2016, o Senador Romero Jucá ofereceu a Emenda nº 1-PLEN (de Plenário) ao Projeto.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Fátima Bezerra, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, agradeço o nosso projeto hoje constar na pauta, mas está havendo questionamentos com relação ao mérito do projeto, e eu pediria a V. Exª para retirá-lo de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª será atendida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, se puder atender ao item 5, já que sou Relator, e estava ali na sequência...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Fá-lo-ei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos a ele?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, de 2016
- Não terminativo -

Altera os arts. 580 e 585 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical devida pelos agentes ou trabalhadores autônomos, pelos profissionais liberais e pelas pessoas jurídicas ou equiparadas.

Autoria: Deputado Laercio Oliveira

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2016.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, não é demérito nenhum o que vou dizer agora, mas normalmente sou contra os projetos do Deputado Laercio. Esse ele costurou com as duas partes. Estão aí, inclusive, os trabalhadores e empregadores, e pediram – inclusive ele – que eu relatasse.

É um projeto de um grande entendimento. Vou sintetizar também a redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Veja: não é nenhum demérito o que estou dizendo em relação ao Deputado Laercio, mas, nesse caso, nós combinamos que ambos, tanto os empregados como os empregadores, têm o mesmo entendimento.

Vamos ao mérito, Sr. Presidente.

Qual é a justificativa? Desde junho de 2002 (data da extinção da Ufir) foi criado um lapso legal de forma a não se cogitar mais a atualização dos valores que servem de base a esse cálculo.

Logo, tendo em vista o fato de que a Constituição de 1988 consagra o princípio da liberdade sindical, conforme o disposto em seu art. 8º, e contempla expressamente a contribuição sindical como receita imprescindível à concretização desse direito, de acordo com o inciso IV deste mesmo artigo, torna-se necessário um ajuste legislativo a fim de corrigir somente esse lapso.

Absolutamente inegável que o congelamento, a partir do ano de 2002, dos valores que servem de base de cálculo do referido tributo, afeta consideravelmente a necessária autonomia e a gestão financeira dos sindicatos, federações e confederações sindicais profissionais e patronais.

Note-se, Sr. Presidente, que, por conta dos reajustes salariais concedidos nas datas-bases das categorias profissionais – ou, em última hipótese, devido ao reajuste anual do salário mínimo – as entidades sindicais de trabalhadores têm garantida a atualização da base de cálculo da contribuição sindical profissional, correspondente à remuneração de um dia de trabalho.

Tal situação fomenta a discriminação entre as entidades que participam da mesma relação coletiva de trabalho, prejudicando as entidades patronais, como também dos trabalhadores.

Assim, considerando que a matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados por unanimidade – após cinco anos de debates, foi construído lá um grande entendimento –, não há o que, aqui, obstar em relação ao mérito, sendo plausível que esta Comissão dê a devida tramitação à matéria, considerando que ela segue ainda para outras comissões.

É esse o relatório, Sr. Presidente. Somos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2016.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

Item 1.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2011
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 86-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica.

Autoria: Deputada Professora Raquel Teixeira

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 557, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

A Senadora não se encontra presente. Nomeio *ad hoc* a Senadora Regina Sousa.

A matéria vai, em seguida, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para prosseguimento da tramitação.

A votação aqui será simbólica.

Concedo, portanto, a palavra à Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o relatório.

Vêm ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011 (Projeto de Lei nº 7.500, de 2006, na Casa de origem), da Deputada Professora Raquel Teixeira, que acrescenta o art. 86-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica; e o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 557, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da educação.

O PLC nº 76, de 2011, compõe-se de dois artigos. O art. 1º assegura a assistência psicológica, a ser provida por profissional habilitado, aos educandos e aos educadores da educação básica. O parágrafo único do art. 1º estabelece que, para fins do disposto no *caput*, serão consideradas, especialmente, as relações referentes ao número de alunos por psicólogo e ao número de estabelecimentos de ensino por psicólogo. Já o art. 2º – cláusula de vigência – estabelece que a lei em que o projeto eventualmente se transformar entrará em vigor na data de publicação.

A autora justifica o projeto apontando ser a assistência psicológica indispensável para promover uma melhor compreensão do processo de educação escolar e para facilitar as condições de seu desenvolvimento, bem como para dar suporte ao enfrentamento das dificuldades que permeiam esse processo.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado pelas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania. No Senado Federal, inicialmente, o projeto foi distribuído para análise, em decisão terminativa e exclusiva, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. No entanto, por força da aprovação do Requerimento nº 1.216, de 2011, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, a matéria foi submetida ao exame da CAS, onde recebeu parecer favorável, cabendo à Comissão de Educação pronunciar-se terminativamente sobre a matéria. Na Comissão Especial, contudo, a matéria não chegou a ser votada.

O PLS 557, de 2013, da CDH, por sua vez, foi oriundo da Sugestão (SUG) nº 6, de 2013, de autoria das Jovens Senadoras Dieleem Campos, Jaqueline Moro e Wênia Oliveira e dos Jovens Senadores Edson Dionizio e Rodrigo Sá.

O projeto de lei estabelece a oferta de atendimento psicológico ou psicopedagógico, individual ou coletivo, para estudantes e profissionais da educação das redes públicas de educação básica; prevê, ainda, que os profissionais responsáveis pelo atendimento sejam selecionados por concurso público e que elaborem plano de trabalho juntamente com as escolas. A cláusula de vigência determina que a lei em que o projeto eventualmente se transformar entre em vigor na data de sua publicação. Para os autores, fatores extraescolares muitas vezes prejudicam o desempenho escolar dos estudantes, a exemplo do abuso de álcool, das drogas, da violência e da gravidez precoce, problemas que afligem a juventude brasileira. Tal realidade justifica a presença de profissionais da área de saúde mental nas escolas, para viabilizar o atendimento direto dos alunos, de seus familiares e dos profissionais da educação.

A proposta foi aprovada pelo Senado Jovem, em sessão plenária realizada no dia 21 de novembro de 2012, e encaminhada à apreciação da CDH, com base na Resolução nº 42, de 2010. A CDH, por sua vez, manifestou-se favoravelmente à Sugestão, que foi transformada no PLS 557, de 2013 – apresentado como conclusão do Parecer nº 1.580, de 2013-CDH –, passando a tramitar como proposição de autoria daquela Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Na sequência, o projeto foi encaminhado para ser apreciado pela Comissão de Educação e pela CAS, que não chegaram a se manifestar sobre a matéria.

Mais recentemente, a tramitação de ambas as proposições foi alterada por força da aprovação do Requerimento nº 1.194, de 2015, de autoria do Senador Romário. Assim, o PLC 76, de 2011, passou a tramitar em conjunto com o PLS 557, de 2013, por regularem a mesma matéria. Por esse motivo, o PLC 76, de 2011, perdeu o caráter terminativo.

Em face do novo tratamento conferido a esses projetos, as duas proposições vêm a exame desta Comissão e, posteriormente, serão apreciadas pela Comissão de Educação.

Não foram oferecidas emendas às proposições.

Análise.

Cabe à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, de acordo com o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Nesse sentido, a matéria de que tratam os presentes projetos de lei – assistência psicológica – é afeta ao temário deste colegiado.

Em relação ao mérito das proposições, como bem destacou a Senadora Lúcia Vânia em parecer oferecido ao PLC nº 76, de 2011, e aprovado pela CAS, a importância da assistência psicológica no contexto escolar ganha destaque, atualmente, por dois fenômenos distintos de grande repercussão social: o *bullying* – caracterizado por atos de violência física ou psicológica contra pessoa em desvantagem em uma relação de forças ou de poder, sem motivação aparente e visando a causar dor e humilhação – e as agressões sofridas por alunos e professores em sala de aula.

No entanto, é evidente que a assistência psicológica no âmbito da educação não se restringe aos fenômenos relacionados com a violência em sala de aula. Ela é imprescindível, também, no processo de ensino, em seus dois polos – alunos e profissionais da educação –, pois tende a favorecer a melhoria do processo pedagógico como um todo. Desempenha, ademais, um papel essencial na solução de conflitos, na prevenção do absenteísmo de alunos e do corpo docente – notadamente nos afastamentos motivados por questões de saúde mental, tais como a depressão – e no aspecto motivacional, assim como no trato das dificuldades do aprendizado e de socialização dos estudantes, bem como na própria ação pedagógica.

Nesse sentido, a preocupação manifestada pelos jovens senadores que propuseram a SUG nº 6, de 2013 – da qual se originou o PLS nº 557, de 2013 – era de que a escola estivesse apta a lidar com situações de conflito social ou familiar que são prejudiciais ao desempenho acadêmico, para que todos os estudantes tivessem iguais oportunidades de sucesso escolar, independentemente de origem social ou de características pessoais.

Por essas razões, reconhecemos o evidente mérito das proposições sob análise.

Cabe notar, contudo, que o PLC nº 76, de 2011, tem abrangência maior que a do PLS nº 557, de 2013. De fato, esse último restringe a amplitude de suas disposições apenas à rede pública. Não há como negar, contudo, que os alunos da rede de ensino privada estão sujeitos aos mesmos fenômenos já mencionados e necessitam, igualmente, de assistência psicológica.

O PLS também incorpora disposição legal que é despicienda, qual seja a da obrigatoriedade de o atendimento psicológico ou psicopedagógico na rede pública de educação básica ser realizado por profissionais selecionados em concurso público, o que já é um dever constitucional – a Constituição Federal não permite o ingresso em cargo ou emprego público sem concurso público (art. 37, inciso II).

Por sua vez, o requisito que prevê a obrigatoriedade da elaboração de plano de trabalho pelos referidos profissionais, juntamente com as escolas, que consta do art. 2º do PLS, não é matéria de lei, mas de regulamento.

Além disso, o PLS se equivoca por estabelecer medidas na forma de lei avulsa, contrariando o disposto no art. 7º, inciso IV, da Lei nº Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, pois olvidou-se que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, é a norma adequada para disciplinar a matéria no âmbito do ordenamento jurídico da área de educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Não obstante, julgamos que do texto do PLC nº 76, de 2011, também merece reparos. Nesse sentido, sugerimos suprimir o parágrafo único do art. 1º, que estabelece que deverão ser considerados critérios quantitativos de números de alunos e número de estabelecimentos de ensino por profissionais, na implementação da assistência psicológica na educação básica, por ser evidente e desnecessário.

Outrossim, consideramos que o dispositivo que a proposição pretende inserir na Lei nº 9.394, de 1996, ficaria melhor situado no Capítulo II (Da Educação Básica) do Título V (Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino), que se refere especificamente à educação básica, e não no Título VIII, que agrupa as disposições gerais da norma.

Parece-nos adequado, também, vincular supletivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS) a assistência psicológica que se pretende prestar nas unidades escolares públicas de educação básica, haja vista a inexistência e, até mesmo, a impossibilidade de constituir serviços de psicologia em todas as redes escolares públicas.

Ainda nessa lógica, por se tratar de projeto de lei de grande repercussão, propomos que se estabeleça período de vacância adequado à sua implementação – 180 dias –, em obediência ao disposto no *caput* do art. 8º, da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Assim, objetivando o aperfeiçoamento da iniciativa, apresentamos emenda substitutiva ao PLC nº 76, de 2011, restando prejudicado o PLS nº 557, de 2013, a ele apensado.

Ressalte-se, por fim, que o substitutivo aqui oferecido foi pautado na minuta de parecer elaborada pelo Senador Wilder Morais, Relator que nos antecedeu na CAS, mas que não chegou a ser votado, que sumariza as soluções que consideramos razoáveis aos óbices aqui apontados, com alguns aprimoramentos: 1) admissão da possibilidade de que a assistência psicológica seja provida de forma individual ou coletiva (trecho aproveitado do PLS nº 557, de 2013) e prestada por profissional habilitado ou por equipe multidisciplinar; e 2) ajuste da numeração do dispositivo inserido na Lei nº 9.394, de 1996.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011, nos termos do substitutivo que oferecemos a seguir e, consequentemente, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2013:

EMENDA Nº – (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2011

Acrescenta o art. 28-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da oferta de assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 28-A:

> Art. 28-A. A oferta de assistência psicológica, individual ou coletiva, provida por profissional habilitado ou por equipe multidisciplinar, será assegurada a educandos e educadores da educação básica.
>
> Parágrafo único. A assistência psicológica a que se refere o *caput* poderá ser prestada supletivamente, no caso dos estabelecimentos de ensino públicos, pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu queria, em rápidas palavras, só cumprimentar o substitutivo elaborado pela Senadora Rose de Freitas, porque ele vai na mesma linha de um...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E lido pela Senadora Regina Sousa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lido pela minha querida Regina Sousa, minha Presidenta substituta permanente lá na Comissão de Direitos Humanos.

Ele vai na linha do Programa Saúde na Escola, que liga a educação e a saúde, principalmente, dos professores e alunos ao aspecto psicológico, como leu muito bem a Senadora Regina Sousa.

Então, meus cumprimentos à Senadora Rose de Freitas e também à Senadora Regina Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais quem pretenda discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório da Relatora *ad hoc* permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011, na forma da Emenda nº 1 e pela declaração de prejudicialidade do PLS 557, de 2013, que tramita em conjunto.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para prosseguimento da tramitação.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 636, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndola específica para a exposição à venda de produtos dietéticos em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Dalirio Beber

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 636, de 2015.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Meio de Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Não estando presente o Relator, Senador Dalirio Beber, solicito ao Senador Flexa Ribeiro que atue como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Flexa Ribeiro para a leitura de seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Edison Lobão, Srª Senadora, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 636, de 2015, do Senador Dário Berger, dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndola específica para a exposição à venda de produtos dietéticos em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares.

O parecer é do Senador Dalirio Beber, e tenho a honra de fazer a leitura como Relator *ad hoc*.

O projeto do Senador Dário Berger, que propõe que haja uma gôndola específica para os produtos dietéticos nos autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares, é de grande importância, Presidente, Senador Edison Lobão, porque o diabetes é uma doença silenciosa. Agora mesmo, no dia 13 ou 14 passado, foi comemorado o Dia Mundial do Diabetes, exatamente para prevenir, através de uma ação com maior amplitude, e para que todas as pessoas possam fazer o exame preventivo para detectar se há um aumento da taxa de glicose, se está ou não com diabetes, para ter o controle e, com isso, não ter doenças degenerativas, a que o diabetes leva, como diz aqui, mais adiante, o parecer do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Dalirio Beber.

Outra doença silenciosa, Senador Armando, que tem um custo enorme para a Nação brasileira, porque, se não é tratada preventivamente, leva à ação de alta complexidade, é a questão da pressão arterial, a hipertensão, que também é silenciosa. Se você não tiver o cuidado de constantemente estar vigilante com relação a sua pressão, que pode ser controlada, você pode ter consequências graves, levando até ao óbito. Mas, no caso, aqui, o projeto do Senador Dário Berger trata apenas da questão do diabetes.

A proposição do Senador Dário Berger é composta de dois artigos. O art. 1º pretende tornar obrigatório, como foi dito na ementa, que autosserviços – mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares – exponham os produtos dietéticos em gôndola específica.

O art. 2º, cláusula de vigência, determina que a lei, uma vez aprovada, deverá entrar em vigor após decorridos 90 dias da data de sua publicação.

Então, o projeto é muito simples. Ele pretende dar visibilidade e facilitar o acesso das pessoas portadoras do diabetes a uma gôndola específica em que, àqueles produtos sem adição de açúcar, eles possam ter acesso com mais facilidade, e dá 90 dias de prazo para que os estabelecimentos possam colocar, se preparem para cumprir o art. 1º.

Na justificação, argumenta-se que o projeto beneficiará as pessoas com diabetes, pois há expectativa de que tal medida facilitará o acesso dessas pessoas a produtos que, segundo alega o autor – aspas –, "usualmente consome" – fecha aspas.

A proposição não recebeu emendas até o momento.

Após deliberação desta Comissão, será analisada em caráter terminativo na CMA.

Na análise, Sr. Presidente, quanto ao mérito, o projeto sob análise pretende tornar obrigatório que estabelecimentos comerciais exponham produtos ditos dietéticos em gôndolas específicas.

De acordo com a justificação, tal medida foi motivada para beneficiar pacientes com diabetes *mellitus*, para os quais se indica dieta hipocalórica e com baixo teor de açúcar. Nesse contexto, cumpre alertar que, segundo dados epidemiológicos, essa doença acomete aproximadamente 10% da população brasileira e, portanto, merece atenção do Poder Público. Dez por cento da população brasileira nós estamos falando em 20 milhões de pessoas acometidas do diabetes.

O tratamento do diabetes justifica-se pelo fato de haver fortes evidências científicas que confirmam o benefício do bom controle glicêmico, em face das suas potenciais complicações crônicas, quais sejam cegueira, insuficiência renal crônica, infarto agudo do miocárdio, entre outras.

Eu diria aqui que não existe pelo fato de haver fortes evidências científicas. Não, elas são reais, elas existem mesmo. O controle do diabetes evita todos esses males que aqui estão discriminados pelo Relator.

Todavia, mesmo no caso de paciente já em uso de antidiabéticos orais ou insulina, a efetividade do tratamento depende de dieta baseada em alimentos de baixa caloria, ricos em fibras e com pouco açúcar.

Diante disso, mostra-se oportuno o projeto sob análise, visto que pretende melhorar a forma de exposição dos alimentos dietéticos nos estabelecimentos comerciais. Tal medida não somente ajudará a rotina diária dos pacientes com diabetes, como também facilitará a eles o acesso aos produtos necessários à sua apropriada dieta.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 636, de 2015, do Senador Dário Berger, com relatoria do Senador Dalirio Beber. E tive a honra de ser o relator *ad hoc* por vossa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu não vou pedir verificação e também não vou encaminhar contra. Só faço uma consideração para reflexão de nós outros em outros momentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Trata-se de uma lei para obrigar mercearias, supermercados, hipermercados, estabelecimentos similares a manterem produtos dietéticos expostos à venda em gôndolas exclusivas.

Eu não sei se seria necessária uma lei ou uma recomendação para a Anvisa, que fiscaliza, verifica, acompanha tudo isso, inclusive nas farmácias e em outros locais.

Mas confesso, Senador Flexa, que não farei nenhum encaminhamento contrário. Apenas fiz esta reflexão. E encerro aqui o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, só para fazer um comentário a respeito da observação do Senador Paim.

Muitos dos estabelecimentos ou a maioria deles já fazem exatamente essa separação dos produtos dietéticos, para que facilite o acesso do portador de diabetes ou daqueles que têm o seu nível de glicemia próximo do limite máximo a fim de encontrar com mais facilidade esses produtos. Como disse o Senador Paim, há necessidade de uma lei para isso? É um questionamento válido.

Agora, os próprios empresários de mercearias, supermercados e até farmácia já usam esse espaço separado para os alimentos dietéticos. Inclusive, há alguns que usam "cantinho do diabético" e até fizeram propaganda. Então, a pessoa já vai direcionada àqueles produtos que eles têm, por necessidade da sua saúde, de fazer uso permanente.

O projeto do Senador Dário Berger é importante porque, como foi visto aqui no parecer, essa doença é silenciosa e traz males terríveis se não forem previstos em tempo hábil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os dados que eu tenho aqui reforçam, inclusive. Mas só levantei uma reflexão. Essa doença atinge mais de nove milhões de brasileiros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pelo relatório, são 10% de 200 milhões. Ou seja, 20 milhões de brasileiros possivelmente estão diabéticos.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, concordo com o Senador Flexa Ribeiro e parabenizo também o Senador Dário Berger por este projeto.

Eu acho que no Brasil todos os distribuidores varejistas já tratam totalmente separados estes produtos.

Agora, neste momento, eu acredito que nós estamos aqui apenas fazendo uma regulamentação. Eu acho que é importante esta regulamentação por se tratar de produtos que necessitam estar separados em gôndolas, separados nos supermercados, de pequeno e grande porte no Brasil.

Eu parabenizo, mais uma vez, concordo e voto a favor apenas dessa regulamentação, porque a prática já existe no âmbito do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 636, de 2015. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para prosseguimento da tramitação.

Srs. Senadores, nós teríamos agora que apreciar o item 8, mas ele teria que ser votado em caráter terminativo e, portanto, com, pelo menos, 11 Senadores presentes.

Como não temos este quórum, no momento, eu peço a atenção dos Srs. Senadores, vou encerrar esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

reunião e automaticamente vou convocar outra, que é a 33ª, de audiência pública.

Peço, portanto, aos Srs. Senadores, que puderem, que permaneçam no recinto, no plenário.

Encerrada, portanto, esta reunião, convoco a 33ª Reunião. (*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, LOGO APÓS A 32ª REUNIÃO, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dois minutos, do dia dezesseis de novembro de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim, Regina Sousa, Pastor Valadares, José Pimentel, Fátima Bezerra, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro, Deca, Ronaldo Caiado, Elmano Férrer, Vicentinho Alves, Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 22 de 2016-CAS, de iniciativa do Senador Edison Lobão, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2016, que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regular as atividades de teleatendimento ou operações de telemarketing", com a participação dos seguintes oradores convidados: Cláudio Márcio Tartarini, Assessor Jurídico, representante da Associação Brasileira de Telesserviços; Odete Cristina Pereira Reis, Auditora Fiscal do Trabalho, representante da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais, Ministério do Trabalho; Maria Iara Martins Paiva, Diretora Executiva de Teleatendimento, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Garibaldi Alves Filho, Deca e Armando Monteiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se a realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 22, com o objeto de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2016, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de maio de 1943, para regular as atividades de teleatendimento ou operações de *telemarketing*.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores Cláudio Márcio Tartarini, Assessor Jurídico da Associação Brasileira de Telesserviços, Odete Cristina Pereira Reis, Auditora Fiscal do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais, e Maria Iara Martins Paiva, Diretora-Executiva de Teleatendimento da Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Dr. Cláudio Márcio Tartarini.

O SR. CLÁUDIO MÁRCIO TARTARINI – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e o convite para falar sobre este assunto perante esta Comissão nesta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Srs. Senadores, obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Peço a atenção dos senhores convidados para o fato de que reservaremos dez minutos para sua fala inicial.

O SR. CLÁUDIO MÁRCIO TARTARINI – Mais uma vez, obrigado a todos pela atenção.

Tenho uma apresentação, mas, primeiramente, quero me apresentar.

Meu nome é Cláudio Tartarini e sou assessor jurídico da entidade Associação Brasileira de Telesserviços, que representa as empresas do setor.

Sobre o projeto, a gente gostaria de trazer um panorama inicial do setor e, posteriormente, falar especificamente, após esse problema da regulamentação hoje existente, já que o projeto se destina a tratar exatamente da regulamentação do trabalho, da atividade de teleatendimento e telesserviços, e, por fim, pensar especificamente sobre o PLC 12 na forma como ele está para apreciação desta Comissão.

Tenho uma apresentação. Não sei se ela vai iniciar. Acho que eles estão exibindo ali, mas eu vou avançando para não consumir o tempo dos Ilmºs Srs. Senadores.

De início, falando em cenário, o que a gente pretende apresentar aos Senadores um pouco de como o setor vem se desenvolvendo e quem trabalha para o setor, quer dizer, o que o setor faz, quem trabalha no setor, onde trabalha, como ele vem crescendo, ou não, quer dizer, como vem sendo o comportamento dele para a gente entender. Eu acho que é bem importante ter o cenário da atividade a ser regulamentada antes de tudo.

Na tela que eu acho que daqui a pouco vai ser apresentada, a primeira coisa que a gente gostaria de apresentar é o perfil do trabalhador em telesserviços. Eu vou dizendo aqui. Acho que depois a tela vai aparecer. Se tiverem alguma dúvida, obviamente, estou aqui depois para os questionamentos.

Essencialmente, o setor é composto por filhos, 57,5%. Isso foi uma apuração levantada com bases públicas do PNAD e IBGE, em 2014, em cima do CBO da atividade. Já está ali.

Na primeira tela, passando essa tela introdutória – acho que já pode passar para a tela seguinte –, é apresentada a informação. Aqui é só um resumo da apresentação: setor, a regulamentação do trabalho existente, o próprio PLC, e a conclusão, que a gente gostaria de apresentar como contribuição aos debates em torno do PLC.

Página seguinte.

A página seguinte à apresentação apresenta o perfil dos trabalhadores de telesserviços. Ali, voltando, temos os filhos. Quer dizer, é essencialmente composto por filhos; chefes de família, 16%; cônjuges, 15,2%; e outros, 11,3%. Quer dizer, essa é a primeira informação. Do que estamos falando? De um setor em que quem trabalha, essencialmente, a maior parte, são os filhos.

A segunda informação é que é um público jovem. Quer dizer, Sr. Presidente, a idade média das pessoas que trabalham no setor é 27 anos, enquanto, em outras atividades e serviços, conforme informações da própria Rais, do Ministério do Trabalho, a média é 35 anos. Portanto, uma pessoa bem mais jovem do que em outras áreas que contenham atividades e serviços presentes, conforme apurado pela Rais.

A jornada de trabalho é de 36,4 horas semanais. Quando falo em jornada, não é a jornada específica de um trabalhador ou do trabalhador que opera especificamente, mas de todas as pessoas que trabalham na empresa. A área de *back office*, assim chamada, quer dizer, atividade administrativa e financeira, e outras atividades trabalham jornadas de oito horas. Então, você vê que, mesmo considerando todas as pessoas, substancialmente, em uma empresa dessa há grande concentração de pessoas que trabalham na atividade com jornada de seis horas por conta do previsto em normas coletivas, em negociações coletivas e também por conta da limitação do Anexo II da NR 17, que limita em 36 horas semanais de trabalho efetivo na atividade.

Participação regional. Quer dizer, falamos quem trabalha minimamente, uma rápida visão de quem trabalha no setor. É uma rápida visão também de onde a atividade está ou como ela está se desenvolvendo. Então, na participação regional de telesserviços no total de empresas formais, em 2015, pelas cores do mapa do Brasil, vocês podem perceber que quanto mais escuro, obviamente, maior participação. E estamos falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

aqui que, do total do emprego formal, quer dizer, temos de 1,39% a 2,5% na área mais escura. Então, vocês percebem que, em diversos Estados na Região Nordeste e mesmo na Região Sudeste, a participação é bastante relevante. E mesmo em alguns na Região Sul e Centro-Oeste, você vê que a participação é bastante relevante da atividade em relação ao total de empregos formais da economia brasileira e da sociedade brasileira no mercado de trabalho.

Um detalhe importante: da forma como ele consegue gerar emprego regional, notem que, no total de 16 cidades ou mais, conforme a própria apuração em bases públicas, a informação é de que nós temos mais de 5% dos vínculos.

Quer dizer, 5% das pessoas empregadas nas cidades são da atividade, ou seja, bastante relevante se considerar, por exemplo, que uma mudança em nível de emprego ou desemprego, numa cidade de 1%, 2%, 5%, é muito relevante. Então, percebe-se como é importante a participação do setor em certas cidades, especialmente nessas cidades. Notem que são cidades de médio porte. Não são necessariamente capitais. Um exemplo é São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, tem 23%; ou seja, um número altíssimo. Em outras cidades, tem 19%, como Poá e Taboão da Serra, ambas em São Paulo e outras cidades, inclusive no interior do Nordeste. Cidades de médio porte, portanto, têm, em geral, importante participação, mas, em cidades grandes, também. Por exemplo, em uma cidade como São Paulo, 2,8% do trabalho privado são pessoas que trabalham nesse CBO, nessa atividade ocupacional. Portanto, é bastante relevante.

A evolução do emprego regional. Notem que, em termos de tempo, houve uma mudança e se vê que a participação... No caso, ele pegou exemplo do Nordeste, e percebe-se que há um aumento do emprego no Nordeste. Ainda que o emprego se conserve em outras regiões onde havia anteriormente, como no Sudeste, houve um aumento desse emprego regional, por assim dizer, expandindo no Nordeste, dobrando, na verdade, num período de dez anos. Aí, portanto, a participação cada vez mais relevante em gerar empregos em cidades de médio porte ou no próprio Nordeste. E o crescimento expressivo, como a gente citou nesse período.

De uma forma geral, os dados apresentados demonstram que – há outras informações, e a gente pode, depois, esclarecer de onde vêm as conclusões e para isso estou à disposição – o setor de telesserviços emprega trabalhadores com maior dificuldade para recolocação em outras atividades formais, que é o jovem, que geralmente ainda está num processo de capacitação, ou incapacitação, que é especialmente importante em emprego formal. Especialmente em momentos de crise, isso é bastante importante, porque geralmente é a população mais vulnerável, a menos qualificada.

Qualifica jovens e promove a ascensão social, melhorando a empregabilidade. A própria ABT fez uma apuração, uma pesquisa em desligamentos, quando a pessoa sai, em que ela responde espontaneamente – quem não quiser não precisa responder, mas a base tem mais de mil pessoas, tendo, estatisticamente, um acerto de 95% mais ou menos. E a maior parte das pessoas saem com propostas de emprego que melhoram sua condição financeira, um emprego de valor maior; ou seja, a possibilidade de quem entra no setor poder ter uma ascensão social em seguida.

A jornada reduzida implica a possibilidade de a pessoa continuar estudando, eventualmente, ou ajudar em outras tarefas – domésticas ou ajudando na família de alguma outra forma, já que uma boa composição, como vocês viram, é de filhos, que têm pais idosos e tudo o mais.

E a participação relevante e crescente na região Nordeste e em cidades de médio porte.

Por fim, há essa contribuição para a vida do trabalhador, especialmente na geração de emprego e renda. Como vocês viram, na empresa, a maior parte da participação são as pessoas que trabalham no próprio CBO mesmo; quer dizer, poucas pessoas estão em outras jornadas ou em trabalhos diferenciados, porque a média de pouco mais de 36 horas trabalhadas indica que a maior parte está realmente trabalhando no próprio CBO.

Uma outra coisa de que a gente queria falar: como o setor se comportou. Uma dúvida que pode surgir, com subsídios para a Comissão nos debates a respeito, é como o setor se comportou no período da crise e como ele pode ajudar na recuperação, para a vida do trabalhador, para a economia em geral, para o País como um todo.

Então, o emprego formal nesse período teve uma queda, e o recuo no setor foi maior; ou seja, o emprego formal no Brasil, com informações do próprio IBGE e do Ministério do Trabalho, recuou em 3,5%, enquanto, no setor, houve um recuo de 2014 para 2015, que é o período considerado como o início, digamos, dessa crise,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de 5,3%.

Outra informação importante também é que 81% dos gastos da empresa são atrelados à folha e, então, estão atrelados à política de valorização do salário mínimo. Aí, olhando um pouco como vem acontecendo no tempo, a evolução do salário mínimo é a evolução do IPCA. Por fim, mostrando como se comportaram os demais custos do setor, como telecomunicações, locação, quer dizer os principais custos deles em relação à inflação. Sinal de que eles estão sempre acima da inflação.

Então, qual é a conclusão disso? Que a atividade continua sendo pressionada pela inflação de custos, em geral, da economia, como todas as outras atividades, e tem a sua concentração em folha. Daí, veio a conclusão e o comentário: se ela tem concentração em folha, cada real que entra na atividade tem um alto potencial de ser distribuído na forma de remuneração. Então, cada real de faturamento, já que 81% é folha, tem uma importante distribuição pela sociedade; e é distribuído para um público geralmente mais jovem e um pouco menos qualificado.

Então, a importância do setor, que nós identificamos, é a de que, de cada real faturado, depois, 81% disso se transforma em remuneração para o trabalhador. Quer dizer, existem os encargos obviamente aí. Oitenta e um por cento, na verdade, é o gasto total com folha. Então, não é 81%. Oitenta e um por cento ou vão em impostos ou em remuneração para o próprio trabalhador.

É isso que a LCA, que fez uma apuração para nós, com uma metodologia que eles aplicam para vários trabalhos inclusive junto ao Governo, e tudo o mais, que eles chamam de matriz de insumo-produto, e eles conseguem ver os faturamentos e como é que o faturamento de uma empresa se transforma em impostos e/ou salário ou valor agregado. Notem que, em relação a outras áreas da economia, como agropecuária e indústria – e aqui é uma simulação –, se fosse R$1 milhão em faturamento, veja o quanto ele entra em produção; o quanto a agropecuária transforma isso em produção, o quanto a indústria transforma isso em produção, e quanto se transforma em salário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO MÁRCIO TARTARINI – Notem que um milhão se transforma fortemente em salário rapidamente, R$800 mil, e R$340 mil e R$421 mil na agropecuária e na indústria. Portanto, há uma concentração muito grande nessa distribuição.

Em suma, o que demonstram os números é que o setor sofreu com a crise; que ele tem a capacidade de distribuir renda fortemente para o trabalhador e que, por outro lado, com esse aumento de custo, é difícil acomodar qualquer mudança de custo para o setor. Essa é a conclusão a que nós chegamos. Por outro lado, o setor pode ajudar, se não na liberação de custo, na distribuição de renda, pois cada real gerado a mais de faturamento se transforma em salário ao trabalhador, em maior concentração, do que outras atividades.

Então, é esta a preocupação: qualquer mudança que gere custos, tem visão de que, como não há flexibilidade entre receita e custo, nesse período, possa se transformar em desemprego. Acho que essa é a principal mensagem que nós temos de ter em mente. E a política pública eficiente, ao contrário, pode gerar emprego e renda para quem mais precisa.

Entre a mais rápida comparação entre a CLT e o Anexo II, vou avançar pelo prazo já excedido. Mas, em suma, ele está dizendo que há forte regulamentação do trabalho em teleatendimento e *telemarketing*, tanto no Anexo II, Presidente, como na CLT. Nós dizemos que ela está bem colocada. Nós dizemos que, basicamente, em insumo, é importante defender essa regulamentação existente. Ainda que seja o PLC, ele pode, sim, ser um reforço normativo do que já existe.

Então, de uma forma geral, é este o pleito que nós estamos demonstrando aqui mais detalhadamente e que está na apresentação, quando os Senadores poderão observar mais tarde, se desejarem, e estou aqui para também responder a questionamentos. Existem alguns artigos da CLT que já tratam de trabalho aos domingos, de horas extras, entre outras horas; existe o Anexo II, que trata das pausas, dos temas tratados no PL.

Nós vemos que o PL pode dar um reforço normativo para esses itens, mas no nosso entender é importante preservar a regulamentação nos termos que estão no Anexo II da NR 17.

Foi negociado com os trabalhadores em consenso, modelo tripartite, dentro do modelo do Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do Trabalho e por isso que a gente acha que este seria um caminho importante a ser seguido.

Aí temos comparações mais específicas que eu não vou entrar no detalhe de cada tema, depois se os senhores desejarem a gente pode voltar mais a esses pontos para não alongar mais a minha fala além do que eu já falei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Cláudio Tartarini. E agora concedo a palavra à Drª Odete Cristina Reis, que é Auditora Fiscal do Trabalho, da Superintendência Regional de Emprego de Minas Gerais.

A SRª ODETE CRISTINA PEREIRA REIS – Bom dia a todos.

Bom dia Senador Edison Lobão, Senadores presentes e demais público presente aqui nesta plenária.

Eu sou Auditora Fiscal do Trabalho, então a minha contribuição aqui vai ser no sentido de mostrar o que o Ministério do Trabalho tem, o panorama, o cenário que a gente tem, a partir das nossas fiscalizações sobre o setor do teleatendimento.

A gente tem trabalhado nos últimos anos mais voltados para esse setor e, após uma fiscalização no setor, em Minas Gerais, que nos levou a fazer vários estudos, demandou vários estudos, em 2013, seguiu-se uma ação nacional, numa grande empresa de teleatendimento, na época era a maior do País, contava por volta de cem mil empregados. Foi importante essa ação nacional porque um grupo único de auditores fiscais do trabalho percorreu todos os Estados onde essa empresa tinha trabalhadores.

Então deu para a gente um cenário mais palpável de como o setor se apresentava no nosso País. E a gente fala o setor, porque esse diagnóstico que eu vou apresentar aqui a gente aplica para o setor, não só para essa empresa, por vários motivos. Um deles é que essas empresas, principalmente as de médio e grande porte, elas tendem a adotar um modelo de gestão e organização do trabalho muito semelhante, que é o que causa várias dessas consequências para os trabalhadores que a gente vai mostrar.

E a partir também das fiscalizações das outras empresas, denúncias que chegam até o Ministério do Trabalho, via trabalhadores, sindicatos e Ministério Público.

Então, essa fiscalização teve início no final de 2013, finalizou no início de 2015, com uma interdição em uma das unidades da empresa e...

Só voltando aqui, eu coloquei ali precarização, atividade de teleatendimento, assédio moral, precarização e adoecimento. A precarização eu estou usando aqui no sentido de um conceito de um sociólogo que estuda muito o assunto, que é o Ricardo Antunes, e ele fala que precarização é uma perda, ou uma diluição dos obstáculos, que a classe trabalhadora conseguiu constituir, a voracidade do capital ao longo de décadas. Então a precarização seria esse processo.

E ele chama a atenção para algo muito importante, que quando a gente fala de precarização do trabalho a gente não está se referindo aos trabalhadores que sempre estiveram à margem da legislação trabalhista, previdenciária, a gente está se referindo à classe mais organizada do trabalho.

Então daí a importância de se discutir.

Essa precarização do trabalho, na verdade, nas últimas décadas, vem acontecendo por várias razões, mas principalmente devido a alguns processos que vêm ocorrendo: a reestruturação produtiva, que veio substituir a queda do fordismo, ou fazer uma adequação; as políticas neoliberais e a globalização. Então é resultado desse processo.

Isso parece fora de contexto, mas não está, porque a atividade de teleatendimento talvez seja um dos melhores exemplares dessas características resultantes desses processos, pelo que verificamos.

O primeiro deles é em relação à terceirização, que é uma característica que vem tomando mais corpo nas últimas décadas. E aqui a gente mostra o resultado bem genérico da fiscalização que a gente fez. Um dos pontos que foi verificado pela auditoria fiscal do trabalho foi em relação à terceirização nessas empresas, que é algo muito comum nessas empresas. Nessa especificamente a auditoria fiscal do trabalho colocou nos rela-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tórios várias provas e argumentos de que havia, nem deixando a questão da atividade-fim, da atividade-meio, até de lado, mas em relação à subordinação. Então os verdadeiros empregadores eram os contratantes.

Aqui foram quatro instituições financeiras e três empresas de telecomunicações, por isso que são sete empresas.

Dessa ação resultou o total geral, que é essa última coluna. Resultado geral da fiscalização. A fiscalização alcançou 185 mil trabalhadores e o total de débitos levantados, incluindo o FGTS levantado, débito salarial, total de multas, o total foi de quase R$2 bilhões, R$1,9 bilhão.

Outras características que a gente encontra no setor.

A maioria é de mulheres, cerca de 70% dos trabalhadores. Isso também é uma característica dessas últimas décadas, porque houve um aumento da inserção feminina no mercado de trabalho, que a princípio a gente vê como uma coisa boa, mas infelizmente essa inserção acontece de modo precário. Elas acabam sendo encaixadas em postos de trabalho mais precários, de tempo parcial, com salários menores – há vários estudos mostrando isso. Inclusive tem uma grande estudiosa do assunto da divisão sexual do trabalho que vai além e fala que a precarização do trabalho tem sexo.

A organização do trabalho com foco na prescrição e no controle, que é algo bem característico da reestruturação produtiva, é muito visível na atividade de teleatendimento. Há o controle ostensivo dos trabalhadores, uma prescrição do trabalho deles, exatamente a forma como deve ser executada, inclusive em relação às falas dos trabalhadores que a princípio também parece uma coisa boa que pode servir como uma orientação para os trabalhadores, mas na verdade as empresas exigem que falem exatamente como se prescreve. Isso traz um sofrimento muito grande para os trabalhadores, levando a adoecimento e chega ao ponto de se falar inclusive da entonação de voz que deve ser utilizada, que hoje a gente escuta muito no setor, o sorriso na voz, então, é algo que, independentemente do diálogo que o trabalhador está tendo, ele tem que manter, esse sorriso na voz.

Então, isso também acaba prejudicando que ele coloque a sua criatividade no trabalho e, além disso, forçando uma entonação que acaba aumentando o risco de doenças vocais, que não é a entonação natural dele.

A intensificação do trabalho e ausência de micropausas. Na maioria das unidades das empresas de teleatendimento, as chamadas são distribuídas automaticamente. Então, o trabalhador... Em muitos casos também, temos vários estudos, não vai dar tempo de mostrar, mostrando o tempo entre uma chamada e outra, que são as micropausas. Esse tempo entre uma chamada e outra é de muita importância porque é o tempo para ele recuperar: recuperação de circulação sanguínea, porque ele usa muito o mouse, recuperação de voz e a recuperação mental para ele continuar o seu trabalho. Mas isso, infelizmente, eles não têm também.

Bom, os salários baixos. A maioria dos salários dos operadores de teleatendimento é o salário mínimo e os ganhos vinculados à produtividade. Então, a remuneração variável, que é essa produtividade, pelos estudos, está registrado também nos relatórios, o que a gente viu – a gente fez um levantamento de tudo o que era prescrito como meta e os ganhos que eram prometidos e os recebidos pelos trabalhadores – é que essas metas são muito difíceis de serem alcançadas. Aquela meta que ele tem que alcançar para ele conseguir a remuneração variável é algo muito difícil e, às vezes, inatingível.

E outra coisa, são os parâmetros para recebimento dessa remuneração variável, porque não são só as metas, há outras solicitações também. Inclusive a nota da auditoria de monitoria de qualidade. Nessa monitoria de qualidade, voltando lá no controle ostensivo, as empresas possuem uma sala de monitoria na qual são ouvidas gravações dos trabalhadores. Há um número mínimo de gravações em que são feitas as escutas, por mês, de cada trabalhador, e é atribuída nota a cada um dos itens.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ODETE CRISTINA PEREIRA REIS – A gente até vai mostrar aqui alguns itens exemplificando isso.

E outro ponto, é o não reconhecimento dos riscos do adoecimento nos programas de saúde e segurança do trabalho. Então, PCMSO e PPRA não reconhecem os riscos dos trabalhadores.

Vamos passar um pouquinho aqui, não vai dar tempo de falar tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Bom, aqui mostrando o controle dos trabalhadores. Geralmente é assim a disposição. Essa aqui é uma supervisora, o posto de trabalho dela é mais elevado. Ela geralmente tem de 15 a 20 trabalhadores sob sua supervisão e ela tem o controle aqui na tela do computador, de cada um dos operadores, se estão em seu posto de trabalho, se estão em pausa, como está a produtividade, etc. E há o controle visual também, geralmente os trabalhadores têm que passar pelo supervisor para sair do seu posto de trabalho, então, para ir ao banheiro, para fazer pausa, eles têm que passar pelo supervisor.

Aqui é uma advertência por não seguir, o que eu falei, o *script*, as frases que eles têm que falar, mostrando exatamente. Olhem, aqui ele tomou uma advertência por não seguir corretamente o roteiro de fraseologia. Então, mostrando que é obrigatório, não é somente uma orientação.

O sorriso na voz também não é... É algo que a gente viu de forma palpável.

Este aqui é um relatório de monitoria dos trabalhadores, na hora em que eles fazem a escuta das ligações. Então, em cada item que é marcado, ele vai perder a sua nota de monitoria. E essa nota de monitoria conta para o recebimento da remuneração variável, para promoções, etc. No segundo item aqui, "O atendente não apresentou sorriso na voz." Então, também não é só uma orientação; é algo obrigatório, senão ele é penalizado.

A restrição para uso do banheiro. Nós também conseguimos várias provas de que o trabalhador só pode ir ao banheiro naqueles momentos de pausa. Ele não tem liberdade para sair a qualquer momento. Se ele precisa ir mais vezes ao banheiro, geralmente ele precisa conversar com o supervisor, falar para o supervisor e explicar o motivo pelo qual ele está saindo.

Nós também coletamos várias provas disso, mas não vai dar tempo de mostrá-las aqui, agora. Talvez, em outro momento. É só para mostrar que isso é algo bem antigo, nesse trabalho de 1956, na época das telefonistas ainda. Esse trabalho mostra que os trabalhadores tinham somente cinco minutos para...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ODETE CRISTINA PEREIRA REIS – ... ir ao banheiro também.

E aqui são julgados do TRT. Esse é bem recente. É daqui, de Brasília, de fevereiro deste ano. A empresa foi condenada, porque tinha o controle para o trabalhador ao banheiro, que era de cinco minutos.

As medidas disciplinares são aplicadas também por motivos banais. Nós temos vários exemplos. Aqui, é uma advertência porque o trabalhador estava com o *headset* fora da cabeça, no dia tal, às 12h25. Aqui, porque ele fez um excesso de intervalo/lanche de dois minutos. Ele recebeu uma advertência porque atrasou dois minutos. E esta aqui é uma advertência dada porque o atraso foi por 1 minuto e 13 segundos.

Aqui é um julgado do TST também por causa disto, que é algo comum no setor: aplicação de penalizações por motivos banais.

As principais doenças relacionadas ao trabalho. São as doenças osteomusculares; os transtornos mentais; os distúrbios vocais; os distúrbios da visão e os auditivos; e os distúrbios geniturinários. Bom, o assédio moral é decorrente disso tudo que nós falamos. Então, ele é principalmente por causa da forma de organização do trabalho que é adotada nessas empresas. Elas adotam gestão por estresse, que são aquelas da supervisão rigorosa, do controle ostensivo dos trabalhadores.

É previsto no Anexo II da NR 17 a única norma regulamentadora que fala sobre assédio moral. Então, é previsto que é vedada a utilização de métodos que causem assédio moral, medo ou constrangimento aos trabalhadores. Mas, infelizmente, ele é reiteradamente descumprido. É sempre autuado esse item, como os vários itens do Anexo II da NR 17. Eles são reiteradamente descumpridos pelas empresas.

Aqui é só mostrando algumas outras formas de assédio moral. Vamos dar uma acelerada, só para nós chegarmos nas repercussões das fiscalizações do Ministério do Trabalho. Uma delas é a ação regressiva que está em andamento em Recife. É a maior ação regressiva que já foi feita pela AGU a respeito de 330 benefícios por doenças relacionadas ao trabalho, na atividade de teleatendimento.

Foi criada também uma mesa de diálogo tripartite no Ministério do Trabalho. É um espaço muito precioso, que está parado neste ano, e precisa ser retomado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Foi encaminhado para a Previdência Social para ser revisto o NTEP, que é o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário, já que a maioria das doenças não tem esse nexo estabelecido para a atividade de teleatendimento. Vamos destacar, principalmente, os transtornos mentais, que são muito comuns no setor e não têm esse nexo estabelecido.

E agora, mais recentemente, houve uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho baseada nesses relatórios do Ministério do Trabalho. São quatro ações, de outubro. Uma das ações envolve as oito empresas, as sete empresas contratantes e a contratada.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ODETE CRISTINA PEREIRA REIS – Então, a condenação, se ocorrer, vai ter o valor de R$100 milhões, por dano moral coletivo, e três ações contra três instituições financeiras daquelas que a gente listou têm o valor de R$221 milhões.

É isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra à Drª Maria Iara Martins Paiva, Diretora-Executiva de Teleatendimento da Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações.

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Bom dia a todos.

Através do ilustre Senador Lobão, cumprimento os integrantes da Mesa, os Srs. Senadores presentes. Faço uma saudação especial ao meu conterrâneo, Senador Garibaldi – tenho muito prazer em revê-lo –, e também faço minha saudação ao Plenário registrando a presença de sindicatos de telecomunicações do Rio, de São Paulo, de Goiás, da Bahia, do Ceará, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, que se deslocaram de seus Estados para aqui assistir a esta audiência.

Senador, o senhor está me dando uma das tarefas mais difíceis da minha vida, que é falar uma ruma de coisas em dez minutos. Eu vou dar o melhor de mim, mas, antecipadamente, peço desculpas e a compreensão do Plenário caso extrapole o tempo.

Eu represento a Fenattel, que é a Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações, que agrega 20 sindicatos de telecomunicações do nosso País e representa cerca de 600 mil teleoperadores. Ou seja, tenho um conhecimento amplo e muita propriedade para, aqui, apontar, contextualizar brevemente a realidade do setor de teleatendimento para que, à luz dos fatos, nós, esta Casa possa travar um bom debate e compreender, enfim, a importância vital da aprovação do PLC 12, de 2016.

Rapidamente, o setor realmente, na sua maioria, é composto por mulheres, na nossa opinião, que têm idade média entre 18 e 24 anos, que estão, a grande maioria, no seu primeiro emprego e que têm escolaridade equivalente ao 2º ano do Ensino Médio, e a grande maioria, em todo o País, ainda ganha cerca de um salário mínimo.

Apesar de ser um setor extremamente rentável, o trabalho de teleatendimento é muito precarizado no nosso País. Este é um fato. E entre tantos outros problemas, destaco aqui a alta rotatividade no setor, o alto índice de assédio moral, tanto interno quanto externo, da sociedade, e a baixa remuneração.

Também vale destacar aqui o alto índice de adoecimento gerado nesse setor. Isto é fato, não é falácia, senhores.

Na nossa opinião, isso, esses problemas não acontecem à toa. Ninguém cria problema à toa, porque quer, porque é bonito. Na verdade, na nossa opinião, a origem dos principais problemas do setor de teleatendimento está na forma de organização do trabalho. Isto tem que ser olhado, pois, tal qual os modelos taylorista e fordista, surgidos no século XX, com as devidas adaptações ao avanço tecnológico da atualidade, a produtividade no setor de teleatendimento é pensada sob a única lógica de mais acumulação de lucro e redução dos custos.

Também é adotada a modalidade da terceirização, sem entrar no mérito do quão correta ou incorreta é a terceirização, mas é um fato que a terceirização que ocorre no setor de teleatendimento é um tanto incestuosa, senhores, porque o valor da remuneração dos contratos de trabalho, da remuneração da mão de obra,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

é ditado tão somente pelos contratos firmados entre empresas contratantes e contratadas. Existem os trabalhadores diretos e os indiretos. Esse fato, sem dúvida alguma, provoca imensas diferenças de condições de salários e benefícios até mesmo na mesma empresa. Numa mesma empresa, usam-se diferentes nomenclaturas de cargos. Eu contrato o senhor, o senhor e o senhor, coloco um nome diferente no cargo, farão as mesmas atividades. Entretanto, os salários são diferentes dentro de uma mesma empresa, para o mesmo serviço. Isso é um fato com o qual não creio que esta Casa concorde.

Em toda cadeia hierárquica de trabalhadores, a produção do teleatendimento é determinada por altas metas coletivas, individuais, rígidas, ousadas e muitas vezes inatingíveis. E, para se viabilizar uma produção nesses termos em que estou falando, a gestão administrativa e operacional inevitavelmente se torna tensa e conflituosa permanentemente, pois pressupõe a aceleração máxima do ritmo do trabalho. A repetição de fraseologias e *scripts* fechados, tolhendo o livre pensar do trabalhador, a supervisão virtual e/ou presencial, sem o prévio conhecimento do trabalhador, ou seja, é uma lógica de produção que não leva em consideração os limites e a capacidade física e emocional do ser humano; ou seja, em nome do lucro, os teleoperadores são tratados como máquinas. Não é falácia, senhores. Essa é a lógica que permeia e norteia a gestão no setor de teleatendimento.

Eu gostaria de chamar a atenção para três pontos. Há o controle absoluto do tempo do trabalhador, inclusive das suas necessidades fisiológicas, como muito bem apontou aqui o Ministério do Trabalho. São as chamadas senzalas modernas. Não é exagero nenhum usarmos esse tempo.

Mas eu quero dizer que três questões contribuem para esse cenário de desigualdade no setor de teleatendimento. É uma atividade que está dispersa nos mais diferentes segmentos da economia, tais como banco, varejo, serviços, indústria, telecomunicações, TV, saúde, segurança, turismo, assistência social e outros; ou seja, não é só no *telemarketing* mais. Já foi. Hoje, o teleatendimento está presente em todos os segmentos da economia. E, como existem os diferentes contratos, existem diferentes salários para a mesma atividade, como eu falei bem.

A volatilidade das empresas. Elas têm atuação transnacional. São empresas multinacionais que operam no nosso País, e a sua volatilidade não migra só de país, mas migra de cidade para cidade ao bel-prazer das necessidades mercadológicas. Essa é a grande verdade.

Gerar emprego no Nordeste? Glória a Deus, eu sou nordestina, sei o quanto é necessário o emprego no Nordeste, mas a que custo as empresas migram do Sul e do Sudeste para os rincões do Norte e do Nordeste, Senhores? Porque o valor da remuneração desse trabalho é desigual, é menor no Norte e no Nordeste para o mesmo emprego, para o mesmo contratante. Tem alguma coisa errada nessa equação, não fecha.

Enfim, senhores, as desigualdades existentes, de salários e benefícios, condições de trabalho a Fenattel busca, incessantemente, combater, evitar, através da celebração de um acordo, de uma convenção coletiva de trabalho nacional, mas muitas empresas não cumprem. Nós temos a campeã de precarização, a AeC, uma empresa nacional, que está no Nordeste, explorando, lucrando que é uma beleza. É uma concorrência desleal entre empresas, que nós olhamos. Nós somos do sindicato, mas olhamos esse lado também. Não é justo que a minha empresa baixe o valor do custo do trabalho, ela tem outro valor, e vá para uma concorrência. E, eu, às custas da precarização do trabalho, ganho a licitação. Ou seja, senhores, é uma questão que precisa ser olhada mesmo.

Por fim, queremos dizer que ter metas não é crime, em hipótese alguma. Lucrar não é crime, em hipótese alguma. Crime é, em nome do lucro, adoecer milhares de jovens, explorar mão de obra especial no Norte e no Nordeste. Estou falando de empresas transnacionais que, se não recebem, já receberam incentivos do Governo Federal por serem empresas geradoras do primeiro emprego e integrantes do setor de serviços. Nos Estados e nos Municípios onde elas se deslocam, elas recebem diferentes benesses dos governos locais e estaduais, e não têm nenhuma contrapartida para constar, do brasileiro? É justo sair dos seus países e vir explorar mão de obra no nosso País, lucrar em larga escala sem ter responsabilidade social para com esse quase 1 milhão de jovens do nosso País? Tem alguma coisa errada. Eu não creio que esta Casa concorde com isso.

Com relação à rotatividade no emprego, quero chamar a atenção dos Srs. Senadores. É verdade, o teleatendimento é um dos setores que mais empregam no País, mas é também um dos que mais demitem. Cerca de 75% dos trabalhadores são demitidos no primeiro ano de vida laboral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – O tempo de casa é de um ou dois anos. O de aposentadoria é zero. É para isso que quero chamar a atenção. Observem. Seja pelo alto nível de pressão recebida no local de trabalho ou pela falta de perspectiva de ascensão profissional, a maioria das demissões é a pedido do trabalhador. Ora, o país vive o desemprego. Como isso acontece? Está na forma da organização do trabalho, como eu bem falei. Vou acelerar, porque o Senador Lobão já tocou a campainha.

Mas, quero, senhores, fazer uma pergunta mediante o alto índice de rotatividade. A quem interessa essa alta rotatividade? Quem ganha e quem perde com tantas demissões? Qual é o custo dos impostos, das questões sociais, para o Estado brasileiro dessas empresas que tanto lucram no País?

Enfim, já pontuei as razões e agora quero falar, rapidamente, sobre o PLC nº 12, de 2017. Ele é originário da Câmara Federal em 2007, de autoria do Jorge Bittar e Luiz Sérgio, Deputados do PT do Rio de Janeiro, que estava há vários anos parado na Câmara.

Nós da Fenattel, há cerca de 4 anos, identificamos esse projeto, entendemos que ele é simples, ele é objetivo, e que seria o projeto ideal para a gente tentar aprovar nesta Casa, visando à regulamentação da profissão de teleoperador. De modo que, num espaço de tempo de três a quatro anos, esse projeto passou por todas as comissões da Câmara, tendo sido aprovado por unanimidade, graças a Deus, em toda a Câmara e agora ele chega ao Senado, sob o nº PLC 12, de 2016, cuja relatoria atual está na alçada do Senador Pastor Valadares.

Enfim, na nossa opinião, o projeto, o PLC 12, de 2016, é muito similar ao Anexo II da NR 17, pois define jornada de trabalho diária não superior a 6 horas e, semanal, a 36 horas, que é o que já é praticado. Ou seja, nós queremos transformar o Anexo II da NR 17, em lei, porque, como tal, apesar de ser um instrumento extremamente moderno... Inclusive, num seminário internacional de teleatendimento de que nós participamos vimos que vários países estão copiando esse modelo, esse Anexo II da NR 17. É uma norma moderna e que precisa ser regulamentada. Ou seja, quem leu a fundo o projeto prevê que, à luz do Anexo II da NR 17, e à luz da CLT, ele visa atenuar a jornada de trabalho haja vista que a característica extremamente desgastante e estressante do trabalho vai de encontro à natureza humana. Logo, se a empresas não se dispõem a mexer no seu TMA, que é o tempo médio de atendimento, então vamos nós, Srs. Senadores, olhar com carinho a jornada de trabalho exaustiva desses jovens teleoperadores.

Não é à toa que temos centenas mutilados, sim, não é uma palavra forte. São mutilados, Senadores, sabe por quê? Porque a própria Medicina se esquiva, não reconhece, na grande maioria das vezes, o alto índice de adoecimento por questões de ordem emocional e psíquica. A Medicina, apesar da característica estressante do trabalho, a própria Medicina não atesta. Logo, esses trabalhadores adoecem no setor e não têm a devida proteção como doença do trabalho, nem pelas empresas, tampouco pelo Estado brasileiro.

Enfim, quero dizer que reconhecemos que o PLC 12 não esgota todas as necessidades dos trabalhadores, mas temos a leitura, a habilidade e a sensatez de apresentar ao Senado um projeto factível da sua aprovação, sem exageros, à luz do Anexo II e da CLT.

E digo aos senhores que os discursos das empresas aos Senadores hoje são de que, se esse projeto for aprovado vai haver milhares de demissões. Ora, ora, senhores. Esse era o discurso quando lá, em 2007, através de uma Mesa tripartite, nós elaboramos por consenso, depois de muitas batalhas, o Anexo II da NR 17.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – O discurso era o mesmo, no entanto o mercado se acomodou, absorveu as pausas, de modo que melhorar, atenuar a jornada de trabalho está ao nosso alcance, ao alcance desta Casa dar um passo significativo, um avanço, na proteção do trabalho de teleatendimento no nosso País.

Eu espero não ter sido tão malcomportada, Senador, no tempo.

Muito obrigada pela compreensão. Estou aqui à disposição para os esclarecimentos que me forem solicitados.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pergunto se algum dos Srs. Senadores deseja fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

alguma pergunta aos convidados. (*Pausa.*)

Srs. Senadores, eu solicitei esta audiência pública na tentativa de esclarecer pontos fundamentais deste projeto. Creio que devo voltar às origens do Brasil e dos Estados Unidos, quando havia o trabalho escravo e nenhuma legislação que protegesse aqueles trabalhadores, mas o mundo mudou. Restaram os trabalhadores das minas, que também eram submetidos – em alguns poucos casos, ainda são – a trabalhos praticamente escravos.

Ao longo dos séculos, o conflito entre o trabalho e o capital se verifica. Eu creio que há de haver um equilíbrio entre as duas partes. Nem o capital deve preponderar sobre o trabalho, a ponto de tornar o trabalho uma atividade insuportável, nem o trabalho deve esmagar o capital, até sob pena de o próprio trabalho não existir. Nós temos seguidamente falado – e até devemos fazê-lo –nos direitos intrínsecos dos trabalhadores, mas não devemos perder de vista que eles existem em razão do capital. Se nós esmagamos o capital, desaparece o trabalho. Não se diga que eu tenho qualquer restrição ao trabalho.

Eu sou Senador há 32 anos, fui constituinte e, logo após a Constituinte, apresentei um projeto de lei complementar, junto com os Senadores Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel, estabelecendo a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Aprovamos aqui no Senado por unanimidade e com grande rapidez. Era uma tentativa de fazer com que houvesse uma paz duradoura, permanente entre o capital e o trabalho.

Nós sabemos do sofrimento do trabalhador. Fala-se aqui em uma jornada de seis horas de trabalho. Mas e o empregador? Quantas horas trabalha? Que preocupações ele tem para tocar o seu negócio e se responsabilizar também pelos trabalhadores? Será que eles vivem apenas no mundo do gozo ou sofrem por igual?

Há países, inclusive superdesenvolvidos, em que não há Justiça do Trabalho, legislação trabalhista. O que há é um entendimento entre sindicatos e patrões, o que me parece uma solução mais atualizada, mais até civilizada, os patrões se entendendo com os trabalhadores e os trabalhadores com eles, discutindo diretamente os seus interesses. Muitas vezes, nós temos uma discussão que, na balança, pesa muito a favor de um lado, o que não é justo, em detrimento do outro.

Eu sou defensor permanente do bom tratamento ao trabalho, ao trabalhador, mas não perco de vista também a situação do empregador. Voltando ao ponto, se matamos economicamente o empregador, não há trabalho. Não pode ser por aí, mas o equilíbrio é indispensável.

Portanto, essas questões devem mesmo ser levantadas sempre com o espírito do equilíbrio. Eu pedi esta audiência pública exatamente para esclarecer o projeto, porque recebi, além de trabalhadores desse setor que reivindicavam ou reivindicam a aprovação do projeto tal qual está, por bom, por adequado, por moderno, empresários que vieram me dizer que lançarão ao desemprego, sobretudo no Nordeste, milhares e milhares desses trabalhadores, não por vingança, mas por necessidade econômica.

Por isso, achei conveniente esta audiência pública, para informar os Srs. Senadores no instante em que tiverem que deliberar sobre o projeto em causa.

Eu agradeço a presença do Dr. Cláudio Tartarini, da Drª Odete e da Drª Maria Iara Martins Paiva. O Dr. Leonardo Osório Mendonça, que é Procurador do Ministério Público do Trabalho e Coordenador da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, deveria ter sido ouvido e até se propôs a fazê-lo. E o fez, porém, tardiamente. Ele não solicitou, pediu para ser ouvido, mas somente agora é que apareceu o nome dele. Lamento. Ele certamente teria uma contribuição a dar.

Agradecendo, portanto...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, a minha pergunta tardia, eu vi que V. Exª iria já encerrar esta reunião, é que eu...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu queria, mas não posso deixar de ouvir V. Exª, por todas as razões. Primeiro, porque é um Senador, como todos os outros, ilustre, segundo, porque contribuiu para esta reunião, e, terceiro, por ser o Presidente da Comissão de Infraestrutura.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu sou suplente da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, eu tenho o benefício dos suplentes, a autoridade dos suplentes e, ao mesmo tempo, a falta de conhecimento que os suplentes às vezes apresentam com relação às matérias.

O projeto em si, de uma forma bem resumida... Eu ouvi apenas o final da exposição da Srª Odete e a minha conterrânea Maria Iara.

Ambas fizeram uma defesa eloquente das condições precárias do trabalho. Eu perguntaria a V. Exª: o projeto em si, desculpe a pergunta, mas o suplente goza dessa prerrogativa...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu não entendi a pergunta de V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Qual é o fulcro do projeto, o objetivo final, porque a precarização ficou bastante acentuada. Mas o projeto prevê o quê?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O projeto prevê exatamente uma regulamentação que possa proteger esses trabalhadores, mais ou menos na linha do que foi dito aqui pela Drª Odete e a Drª Iara.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A Drª Odete e a Drª Maria Iara falaram depois do Dr. Cláudio Tartarini, que, na verdade, é a pessoa que teria que fazer o contraditório do que foi dito aqui, porque ele é o assessor jurídico da Associação Brasileira de Telesserviços.

Sr. Presidente, quero ser bastante sincero. Talvez essa precarização e essas condições de trabalho sejam o motivo pelo qual há inúmeros... Eu não sei, mas várias pessoas da população brasileira ligam para o serviço de *telemarketing*. E esse serviço é muito criticado, demais. Você fala com uma pessoa que te passa para outra, que passa para outra, e você nunca tem alguém que tem autonomia para resolver aquilo.

Às vezes você está com um problema na sua televisão, e você não tem a resposta. E eu não sei a estatística, porque aqui só se fala do trabalho, mas a estatística das reclamações do atendimento é muito grande. Então, eu não estou dizendo, evidentemente, que as pessoas que atendem o telefone são as pessoas que acabam ouvindo aquilo que talvez o presidente da empresa ou o diretor da empresa deveria ouvir. E elas ficam tentando... Porque quando você pergunta: "Mas você tem uma supervisora?"... E outra coisa, quando você fala assim: "Então, eu não quero mais esse serviço", aí você entra numa ciranda que ninguém te diz como fazer para sair daquilo. Você comprou um serviço, o serviço tem defeito, e você tem de ligar para as pessoas do *telemarketing*.

Eu, primeiro, quero dizer que os funcionários que ficam ali, para mim, são heróis, porque ficam ouvindo principalmente gente mal-educada ou gente que já está na terceira, quarta, quinta vez reclamando do mesmo problema, que não tem solução, que não é resolvido. A pessoa acaba ficando mal-humorada também. Eu já presenciei isto: "Não, tira o seu cartão, coloca de novo, espera dez segundos", não sei o quê. Você já fez aquilo dez vezes, e não mudou nada.

Então, é um negócio que vai deixando o usuário muito irritado, e quem paga por essa irritação ou quem ouve essa irritação são as pessoas que estão lá do outro lado da linha.

Eu quero, primeiro, hipotecar a solidariedade às meninas, aos moços, ao pessoal que trabalha e que escuta as reclamações, e fazer alguma coisa. Aí, o Dr. Cláudio talvez pudesse dar uma contribuição no sentido de saber o que acontece. Como a Drª Odete disse, no início, eram poucas as empresas que usavam esse serviço. Hoje em dia, não. Hoje em dia, são muitas as empresas que têm isso.

Agora, talvez fosse o caso de a gente pegar o projeto, sentar tanto com quem representa esse setor como com quem representa os setores dos trabalhadores, para que a gente chegue a um texto que possa tanto garantir o bem-estar do trabalhador como garantir também a prestação de serviço. Ocorre muito, e a própria imprensa mostra, de você ligar para quem você tem de ligar, e aquilo é uma enrolação. Passam a ligação para o fulano, e aquilo não termina nunca. E a pessoa fica, às vezes, 15, 20 minutos no telefone. Estou falando porque isso é comum acontecer.

Eu acho que a audiência acontece em boa hora. Acho que é um tema que precisa ser discutido e precisa ser regulamentado na forma de lei, evidentemente. com a participação, como sugeriu V. Exª, dos servidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Quem sabe possamos chegar a um texto que estabeleça realmente aquilo que a população deseja. E o que a população deseja? Telefonar e ter uma pessoa lá do outro lado com autonomia para dizer: "Esse problema você resolve desse jeito" ou "Eu vou te passar para uma pessoa aqui que tem autonomia para resolver esse problema". E isso, na maioria das vezes, não acontece. Eu estou falando o que eu vejo na prática, Sr. Presidente.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Eu concordo também com o Senador Waldemir Moka. Na verdade, as empresas precisam dessas informações. O povo brasileiro precisa dessas informações, mas muitas vezes as informações não chegam da forma necessária.

Eu acho que esta audiência é louvável, nós precisamos dela, mas há que se debater um pouco mais. Percebo a ausência das empresas que prestam esse serviço. Penso que o assunto precisa ser debatido mais um pouco. E sinto a falta das empresas neste momento, das empresas que prestam serviço e também das empresas que contratam, porque quem contrata precisa de um excelente serviço. E talvez esse serviço não chegue na ponta como foi contratado. Por isso existe esse problema entre o prestador do serviço e o seu próprio funcionário. Ou seja, é necessário que haja melhor treinamento. Eu tenho certeza absoluta de que esse rodízio de funcionários não é benéfico para ninguém, nem para as empresas, nem tampouco para o Governo. Acho que o custo é alto. É necessário que as empresas treinem melhor seus funcionários para que eles permaneçam prestando um serviço de boa qualidade.

Era isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo agora a palavra ao Dr. Cláudio Tartarini, atendendo à indagação do Senador Moka.

O SR. CLÁUDIO MÁRCIO TARTARINI – Agradeço ao Senador Moka o questionamento e aos demais Senadores que fizeram comentários a respeito da questão.

Eu vou falar rapidamente sobre três pontos aparentemente referentes ao questionamento.

Primeiro, a questão da existência ou não da precarização. Primeiro, a nossa posição é a de que não podemos generalizar o que acontece no setor. Isso vem sendo discutido inclusive numa mesa do Ministério do Trabalho. Estou repetindo aquilo que de fato eu já disse lá, e com a apuração que fizemos por conta inclusive dessas discussões. É por isso que temos hoje em mão. Fizemos uma pesquisa com mais de 3 mil pessoas no final de 2015, uma pesquisa espontânea. A pessoa era demitida ou pedia demissão, e ela, espontaneamente, respondia a uma pesquisa. Ou melhor, quem pedia demissão respondia espontaneamente à pesquisa, no computador, sozinha. Ela dizia, em resumo, por que saiu. A opinião da própria pessoa é relevante. É um dado no mínimo importante.

Bem, essas perguntas foram feitas, inicialmente, em número menor, e utilizaram técnica de pesquisa obtida por outras circunstâncias. As principais respostas foram sendo adicionadas como tópicos, e a pessoa podia rapidamente marcar como resposta. E ela ainda tinha a opção de dar uma resposta que não era nenhuma daquelas possíveis. Foram elencadas umas dez opções. Mais de 80% das pessoas atribuíram o motivo de saírem por terem uma oportunidade de remuneração melhor. Ou seja, trabalharam no setor e, depois, receberam uma oportunidade melhor. Uma das oportunidades mencionadas era o desgaste com a atividade. Como alguém, um dia, havia dito que saiu porque havia desgaste, esse se tornou um dos itens possíveis de serem respondidos, de acordo com a metodologia de pesquisa em estatística, feita por estatísticos, inclusive. Menos de 5% dessas pessoas responderam que era por conta do desgaste.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Menos de quanto?

O SR. CLÁUDIO MÁRCIO TARTARINI – Menos de 5%.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Cinco?

O SR. CLÁUDIO MÁRCIO TARTARINI – É, as pessoas que disseram que estavam tendo desgaste com a atividade. De fato, ele existe. Se o setor emprega mais de 450 mil pessoas e isso é 5%, o número não é pequeno. Mas 5% de uma atividade não estavam dizendo que estavam doentes, mas achavam que a atividade gera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

um desgaste.

Então, quando a gente pega uma amostragem do Ministério apontando casos, é lógico que ele irá apontar casos que apresentam problemas. Mas se a gente considerar que é um trabalho em primeiro emprego, quando a pessoa não tinha trabalho prévio, é sempre desafiante – sendo bastante realista e concreto – a contratação em primeiro emprego. Muita gente simplesmente – e não estou dizendo que seja em todos esses casos do desgaste, pelo amor de Deus, não é isso que estou dizendo –, mas não é simples se adaptar à atividade.

Acho que esse é o primeiro ponto. Então, tem-se que quebrar o paradigma de que a atividade precariza, porque senão não seria essa a resposta, seria mais de 5%, 50% aparecendo que se desgastavam com a atividade. Então, pode haver problemas, mas isso, nem de longe, é característica da atividade nem da forma como o trabalho é organizado, ainda que se possam citar exemplos logicamente. E sempre vão aparecer os exemplos, claro, e têm que ser sempre corrigidos. Por acreditarmos que isso tem que ser corrigido que apoiamos o Anexo II da NR 17.

Só fazendo uma recordação rápida, em 2007, eu participei, a convite da bancada patronal, da negociação do Anexo II em negociação tripartite, aquela ideia da questão de que o Vice-Presidente que é importante o diálogo entre o setor empresarial, entre os trabalhadores e o Governo. O Ministério do Trabalho tem aquele modelo tripartite. Eu participei com o líder da bancada patronal e em tempo recorde, em quatro meses, a gente conseguiu discutir em mais de uma reunião por semana – há um outro integrante do Anexo II pelo movimento laboral – e foi aprovada em consenso. Ou seja, houve, naquela oportunidade, a determinação de todos os envolvidos – Governo, trabalhadores e empregadores – já no consenso de uma norma boa. Por isso que é considerada tão moderna, porque as pessoas resolveram realmente discutir, realmente aprovar e se chegou ao consenso. Todos estavam muito bem representados: o movimento laboral muito bem representado, o Ministério do Trabalho muito bem representado, um dos integrantes do Governo tinha até uma tese de mestrado sobre o tema pausa, por exemplo, que é um dos temas discutidos nessa lei.

O que eu venho dizer é o seguinte: o problema com o setor empresarial é que essa lei tem o mérito quando ela produz o anexo, contudo, a nosso ver, o grande problema é quando ela vai além, que é o caso.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Qual é o ponto?

O SR. CLÁUDIO MÁRCIO TARTARINI – Por exemplo, existem dois pontos. Um é que afasta a CLT em vários itens, as normas gerais da CLT para criar regras próprias. Imagine se toda atividade tiver regra própria sobre quando existe ou não e como funciona a extraordinária ou os trabalhos aos sábados e domingos, imagine como ficaria uma CLT nacional. Cada categoria teria sua própria regra de como funcionaria a hora extraordinária. E não é jornada, é claro que está dentro. Não somos contra a jornada estabelecida de 36 horas semanais, não é isso, somos totalmente a favor. Inclusive, são negociados acordos coletivos muito antes até do próprio Anexo II da NR 17, o Anexo II veio garantir que isso não se extrapolasse. E a lei pode vir aqui reafirmar isso por ter maior segurança com relação a isso e para que isso não deixe de ocorrer em qualquer local e qualquer empresa no Brasil. Então, isso é meritoso.

Contudo, quando ela prevê dez minutos a cada 50 de pausa – quando hoje o Anexo II prevê dois períodos de dez num período de seis horas –, nós estamos falando que dez minutos a cada 50, lembrem-se, toda vez que alguém sai em pausa, esse é o tempo mínimo, ela tem que ter tempo para entrar, sair e atrasar.

Nós estamos falando que se houver um atraso típico – que tem que ser tolerado para não haver aquele rigor no cumprimento de uma pausa – de vários minutos a cada entrada e saída, se são 10 minutos a cada 50, estamos falando de, no mínimo, um terço da jornada em pausa a mais. Porque se nada dizem em relação ao Anexo II, não quer dizer deixar de existir a pausa do Anexo II, inclusive.

Então, estamos falando aqui, fazendo uma conta rápida, que é fácil dizer... Pensando agora, chegando ao pronto do atendimento ao consumidor, o que anda junto: atendimento ao consumidor qualitativo com emprego, por quê? Quanto mais gente empregada, mais atendimento ao consumidor. Contudo, se a gente cria um modelo de pausas adicional – todo mundo sabe da situação econômica, fiz uma apresentação no início exatamente sobre a inelasticidade da mudança das receitas do setor –, só há um caminho que vai acabar surgindo: reduzir o número de pessoas empregadas para comportar o maior período de pausa, porque aí a pessoa não vai estar trabalhando naquele momento, obviamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Este é o comentário final: prever esse aumento brutal de pausas na prática vai implicar aquele número de desempregos que eu mencionei e vai piorar a qualidade do atendimento.

Então, nesse sentido, prever a lei que dê força normativa ao que está no Anexo II é totalmente meritoso, mas prever aquilo que está bastante excedente é gerar desemprego e piorar a qualidade do atendimento. Esse é o ponto. O que temos que defender, a nosso ver, é o emprego e prever com qualidade. O Anexo II prevê isso, o reforço em lei é importante. Tudo bem, isso é possível e pode ajudar na aplicação unânime e de forma equânime pelo Brasil do anexo.

É essa a posição. Acho que são os três pontos que me pareceram estar presentes nas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Drª Iara deseja contraditar, em um minuto?

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Tarefa difícil!

Fico feliz quando você fala que está disposto ao consenso e ao diálogo. É nosso propósito também, mas não posso absorver como verdade absoluta a sua interpretação. Se os senhores pegarem... Está aqui o projeto. Eu estou com o projeto e estou com o Anexo II da NR 17. Ambos falam no *caput* de dez minutos a cada hora trabalhada. A alínea seguinte diz que é após a primeira hora e antes da última hora. É o que é praticado hoje, senhores, o trabalho extraordinário, à luz do que reza a CLT. É o que é praticado hoje. Então, a minha interpretação é uma e a sua é outra. Agora, vamos ao pé da letra? Estão aqui os dois instrumentos para os senhores verem que ao que a gente visa é a regulamentação do Anexo II da NR 17.

Com relação ao receio de mais demissão, senhores, vocês já demitem, todos os dias, milhares de teleoperadores, milhares. É uma rotatividade que só perde para a construção civil. O receio, na verdade, talvez, ouso dizer, seja em absorver mais custos. Eu acho que para haver um consenso nessa questão, que é o que interessa a ambas as partes, é preciso que as empresas se desnudem dessa lógica tão somente do lucro. "Quero ter lucro e lucro gera muita divisa no meu País, quero isso." Agora, não pode ser uma via de mão única, deve haver o consenso também na disposição, no desprendimento de que cada uma das partes dê sua cota de contribuição. Está certo? Divirjo da sua interpretação do projeto, ratifico nossa proposta de consenso.

Agora, quero registrar o seguinte: não é justo que um projeto que está há nove anos tramitando, passou quatro anos tramitando na Câmara, tivemos inúmeras audiências, duas audiências públicas, votações e votações e votações, as empresas estiveram presentes, sim, diversas vezes debati com o SindiTelebrasil, que representa o interesse das empresas. E por que só agora, no apagar das luzes, temem a implementação desse projeto? Para quê? Para postergar? Porque qualquer coisa que for alterada aqui zera o jogo, a gente sabe disso. Não é justo, senhores. Todos tivemos a oportunidade de debater exaustivamente isso. Então, queremos...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas nós não debatemos aqui no Senado, desculpe-me.

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Estamos debatendo hoje, senhores. Agora, estou pedindo que a gente...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas nós não debatemos aqui...

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Perfeito.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu acho que – perdoe-me – a preocupação aqui é de quem quer ajudar.

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Perfeito, Senador, eu...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Agora, essa coisa de que ficou quatro anos na Câmara, o Senado não tem a menor responsabilidade sobre isso.

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Está corretíssima sua observação, é preciso debater, sim, aqui, sem dúvida. O que estou dizendo é que estamos dispostos a achar o caminho. Agora, que as empresas deem sua cota de sacrifício e não venham agora ao Senado só usar artimanhas – que sabemos que são possíveis – de postergar e postergar indefinidamente. Nós queremos ser objetivos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Deixe-me só lhe dizer uma coisa.

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu não vou ser influenciado por nenhum tipo de empresário, para início de conversa.

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Perfeito.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O que eu quero é, se for possível, com consenso, alguma coisa que estabeleça consenso. Se não se conseguir, isso é uma reunião, é o próprio Presidente, que é o autor, consegue isso facilmente. Se isso não for possível, vamos a voto aqui na Comissão, depois no plenário do Senado.

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Perfeito.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Eu acho que o caminho do consenso, sem dúvida alguma, eu ratifico, é o pensar também da nossa Federação. Está certo? Só fiz um registro, porque sabemos de alguns movimentos que estão sendo feitos. Mas, enfim, continuo à disposição do Tartarini, das empresas, do SindiTelebrasil e do próprio Senado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Drª Odete pede também a oportunidade de pronunciar algumas palavras.

A SRª ODETE CRISTINA PEREIRA REIS – Sim, bem rapidamente.

Eu concordo plenamente com o senhor, acho que deve haver o debate. Talvez o ponto mais importante desta audiência seja esta parte final, o debate, mas, infelizmente, acho que em razão do horário... Acho importante a nossa exposição, mas o debate realmente, para quem está aí, é importantíssimo. Então, se for possível fazer outros debates, estamos plenamente à disposição.

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Idem, idem.

A SRª ODETE CRISTINA PEREIRA REIS – Com relação ao que o Dr. Cláudio falou sobre a precarização, que citamos exemplos isolados – se entendi bem, foi isso que ele falou –, isso é completamente equivocado em relação ao trabalho que foi feito pelo Ministério do Trabalho. Não ouvimos um ou outro trabalhador reclamando, não. Nós nos baseamos em uma fiscalização muito longa, usando, consultando inclusive documentos da própria empresa ou das próprias empresas que contratam profissionais para fazer análise ergonômica, programas de saúde e segurança, e colocam dados, inclusive estatísticos, também nesses programas. Esses próprios programas fazem estatísticas de adoecimento, de estresse no trabalho e o que eles pensam do trabalho. Tudo isso foi levado em consideração. E isso, falando apenas do ponto do estresse e da ansiedade, sem falar dos outros pontos precarizantes que citamos aqui de forma muito rápida, infelizmente.

Então, só para deixar claro que não foi essa a conclusão dos relatórios. A conclusão é que a atividade como um todo é precarizante e adoecedora. E tanto é, como falei, o Anexo II da NR 17 é uma norma muito avançada e trata de questões que nenhuma outra norma trata, como, por exemplo, o assédio moral. Não há nenhuma outra norma que trata de assédio moral. Por que é falado no Anexo II da NR 17? À toa não é. Surgiu por causa de uma demanda que veio antes disso, de um longo debate feito em que foi acordado para se colocar isso na norma.

A mesma coisa em relação ao controle de banheiro. Isso está previsto. É a única norma também que diz que o trabalhador pode sair a qualquer momento do posto de trabalho para satisfazer as suas necessidades fisiológicas. Olha, que absurdo ter que colocar isso numa norma regulamentadora. É a única norma que trata disso também, e não foi à toa.

Então, há vários outros pontos que, se em outro momento pudermos discutir, seria muito interessante. E é muito bom que a outra parte esteja aqui. É muito importante para todo mundo.

Obrigada.

A SRª MARIA IARA MARTINS PAIVA – Senador, quero apenas dizer que essa nossa posição em defesa do PLC, porque entendemos que é o mais simples, o mais objetivo, foi respaldada por um abaixo-assinado destinado à Câmara Federal em abril de 2014, que contou com quase 200 mil assinaturas colhidas em todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

País. E, agora, dentro em breve, nós deveremos entregar ao Senador Renan Calheiros um segundo abaixo-assinado destinado ao Senado, pedindo aos senhores o apoio à aprovação desse projeto.

Então, antecipadamente, obrigada. E esperamos contar com o apoio dos senhores.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu só quero deixar claro que o meu apoio é tranquilo, desde que eu me convença, porque temos estatísticas do trabalhador, do telefonista. Agora, o consumidor, aquele que liga e pede explicações e pede para consertar, nós não temos essa estatística, Sr. Presidente.

Isso é uma coisa importante, porque é grande o número da população que liga e que fica 20, 30 minutos pendurado no telefone esperando uma resposta concreta. E eu não atribuo isso – quero deixar claro – à telefonista ou a quem está atendendo. Eu atribuo isso à empresa, que tem que ter alguém que tenha autonomia para resolver o problema. Não é passar de mão para mão, de pessoa para pessoa, e a pessoa que está lá querendo resolver o seu problema não consegue resolver.

Por isso digo que considero quem está lá herói ou heroína, porque ficar ouvindo gente irritada depois de três, quatro telefonemas, não é fácil, porque a pessoa acaba se irritando muito com isso. Por isso digo que seria importante ouvir os donos das empresas.

E acho que a Drª Odete entendeu o que eu quis dizer. O que eu quero é exatamente um texto que possibilite isso. Agora, se não possibilitar, vai o texto que for possível.

Aqui no Senado, nós não vamos enrolar quatro anos para votar o projeto de vocês. Podem ter certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Deca.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, a intenção desta Casa não é fugir do debate. Ao contrário, um bom debate faz um bom projeto, a verdade é essa. Agora, precisamos ouvir, com certeza, os dois lados. Creio que é preciso debater um pouco mais.

Então, acho que devemos marcar outra audiência, porque é necessário, sim, debater, para que se chegue a uma conclusão e a lei possa funcionar, pois lei que não funciona é o que mais existe neste País. E precisamos realmente fazer uma lei que funcione. O Brasil precisa disso.

É só isso, Sr. Presidente.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... e também uma certa inclinação nesse sentido, da Drª Odete, que se refere à necessidade de mais debate sobre o assunto.

E vou consultar se o Relator, Pastor Valadares, concorda, depois, o Plenário, para que se faça uma nova audiência pública, já então ampliando o espectro de debatedores, para que esta Comissão tenha uma noção nítida daquilo que vai votar.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO NÚMERO 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e seis minutos, do dia vinte e três de novembro de dois mil e quinze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos seguintes Senadores e Senadoras: Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Pastor Valadares, José Pimentel, Fátima Bezerra, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Romero Jucá, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Romário, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Relatório de Gestão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, com os principais resultados da Diretoria de Regulação Sanitária, no período de julho de 2013 a outubro de 2015, e da Diretoria de Autorização e Registro Sanitários, de maio de 2015 a 11 de julho de 2016, períodos em que o Diretor Renato Alencar Porto esteve à frente da gestão das referidas Diretorias. A Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações: Ofício nº 38, de 2016, da Câmara Municipal de Cabrália Paulista, São Paulo, sobre a Reforma da Previdência Social, especialmente quanto aos contribuintes que ainda não completaram cinquenta anos de idade, porém com vastas contribuições junto ao Instituto Nacional do Seguro Social; Ofício nº 134, de 2016, do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, que encaminha manifestação sobre proposta de criação do Plano de Saúde Acessível; Ofício nº 171, de 2016, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais que, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Cível, de Belo Horizonte, solicita ampliação do atendimento às pessoas em situação de violência sexual e que a Lei n° 13.239, de 2015, que dispõe sobre a cirurgia plástica reparadora de sequelas causadas por atos de violência contra a mulher, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja estendida a todas as pessoas vítimas de violência sexual, independentemente do gênero; Ofício nº 224-08, de 2016, da Câmara Municipal de Hortolândia, São Paulo, que manifesta-se contra o estado da Central de Regulação de Serviços de Saúde, o Sistema Cross, implantado no Estado. Passa-se à apreciação da Pauta. Primeira parte: Item 1 - Mensagem (SF) nº 102, de 2016 - Não Terminativo - Autoria: Presidente da República. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea " f ", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor Willian Dib, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Ivo Bucaresky. Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: Lido Relatório, a Presidência concede, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão nos termos do artigo 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria: Senador João Alberto Souza. Item extrapauta: Item 2 - Mensagem (SF) nº 106, de 2016. - Não Terminativo - Autoria: Presidente da República. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea « f ", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor Renato Alencar Porto, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: Lido Relatório, a Presidência concede, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão nos termos do artigo 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria: Senador Dário Berger. Inicia-se a segunda parte da Reunião Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Onyx Lorenzoni. Regulamenta a profissão de protesista/ortesista ortopédico. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. Relatoria: Senador Otto Alencar. Item 4 - Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2016 - Não Terminativo - Autoria: Senador Eduardo Amorim. Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para estabelecer que setenta por cento dos valores arrecadados na celebração de acordos de leniência pelo poder público sejam aplicados na saúde pública. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2016, e das duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2016, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Jus-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Item 10 - Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Dispõe sobre a pesquisa clínica. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Relatoria: Senador Otto Alencar. Extrapauta - Item 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 33 de 2016. Autoria: Senadora Regina Sousa e outros Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater o tema dos Planos de Demissão Voluntária (PDVs) e planos de reestruturação de empresas públicas, com a presença dos seguintes convidados: Paulo Rogério Caffarelli, Presidente do Banco do Brasil; Guilherme Campos, Presidente dos Correios; Wilson Ferreira Júnior, Presidente da Eletrobrás; Gilberto Occhi, Presidente da Caixa; CONTRAF-Cut; Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios; Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE); FENAE; Sindicato Bancários RS; CUT nacional; Ministério Público do Trabalho e ANPT; ANAMATRA; Nova Central; CTB; CSPB. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta, a saber: Item 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016; Item 3 -Projeto de Lei do Senado nº 480, de 2015; Item 5 - Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2008; Item 6 - Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2012; Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2014; Item 8 - Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2015; Item 9 - Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2015. Usam da palavra os Senadores Dário Berger, Otto Alencar, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Waldemir Moka, João Alberto Souza, Angela Portela, Sérgio Petecão, Eduardo Amorim, Regina Sousa e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Relatório de Gestão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com os principais resultados da Diretoria de Regulação Sanitária no período de julho de 2013 a outubro de 2015.

Comunicamos o recebimento das seguintes manifestações:

- Ofício nº 38, de 2016, da Câmara Municipal de Cabrália Paulista, São Paulo, sobre a reforma da Previdência Social, especialmente quanto aos contribuintes que ainda não completaram 50 anos de idade, porém com vastas contribuições junto ao INSS;

- Ofício nº 134, de 2016, do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, que encaminha manifestação sobre proposta de criação do Plano de Saúde Acessível;

- Ofício nº 171, de 2016, do Ministério Público de Minas Gerais, que, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Belo Horizonte, solicita a ampliação do atendimento às pessoas em situação de violência sexual e da Lei nº 13.239, que dispõe sobre a cirurgia plástica reparadora de sequelas causadas por atos de violência contra a mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Antes de iniciarmos nossos trabalhos – o expediente que está sobre a mesa acabou de ser lido –, quero dizer que a presente reunião está dividida em duas partes: a primeira parte se destina à leitura do relatório do Senador João Alberto sobre a Mensagem nº 102, da Presidência da República, de indicação do nome do Sr. William Dipp para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Ivo Bucaresky; a segunda parte se destina à deliberação de dez itens – quatro não terminativos e seis terminativos –, conforme pauta previamente divulgada.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria solicitar a V. Exª a inclusão extrapauta do parecer à mensagem que indica o Sr. Renato Alencar Porto para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Assim, eu faria a leitura do currículo dele para que V. Exª, evidentemente, marque a sabatina oportunamente.

É o pedido que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se o Plenário da Comissão não se opõe, eu atendo a reivindicação de V. Exª.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, logo após atendida essa solicitação do Senador, eu gostaria de pedir a V. Exª a inversão da pauta, para que eu pudesse relatar projeto de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Waldemir Moka, que trata de pesquisa clínica.

É um projeto importante, terminativo inclusive, sobre o qual já foram feitas várias reuniões, e acreditamos que vai contribuir muito para preencher uma lacuna existente na nossa legislação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª é o Relator também do item 1 da pauta.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu estou dando preferência, com a inversão, para relatar esse projeto a que fiz referência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu entendi. V. Exª será atendido.

Eu vou conceder a palavra ao Senador para que leia resumidamente o seu parecer.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 106, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor RENATO ALENCAR PORTO, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Dário Berger.

Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Com a palavra V. Exª.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Renato Alencar Porto para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 106, de 2016 (Mensagem nº 605, de 14 de novembro de 2016, na origem).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Resumidamente, Sr. Presidente, ressalto que, de acordo com as informações constantes do curriculum vitae, o Senhor Renato Alencar Porto é brasileiro, casado e tem 36 anos. Graduou-se, em Direito em 2003 pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); concluiu, em 2007, o curso de especialização em Vigilância Sanitária, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e, em 2011, o curso de especialização em Direito Processual Civil, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

É servidor concursado da Anvisa, desde março de 2005. Nesse órgão, foi assessor técnico da Diretoria Colegiada da Anvisa e assessor jurídico da Gerência Geral de Medicamentos.

Em 2013, assumiu o cargo de Diretor da Anvisa. Atuou na Diretoria de Regulação Sanitária (DIREG) e na Diretoria de Autorização e Registros Sanitários (DIARE).

Anteriormente à sua atuação na Anvisa, trabalhou como advogado no escritório Alino e Roberto Advogados.

O Sr. Renato Porto participou de diversos eventos importantes na área da vigilância sanitária, tanto nacionais quanto internacionais, com ênfase na temática da regulação sanitária de medicamentos.

Destaque-se que o indicado foi o representante da Anvisa no mais importante fórum de convergência regulatória de medicamentos, com uma participação fundamental.

Merece também ser assinalada a sua participação, como representante da Anvisa, em inúmeros fóruns internacionais, que estão relatados aqui. Se os Srs. Senadores desejarem, terão, evidentemente, condições de observá-los.

Em complementação ao currículo do indicado, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, devem apresentar declaração sempre sobre elementos a serem avaliados pelos Senadores, elencados nos cinco itens da alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, além de argumentação escrita em que demonstrem ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

O indicado encaminhou aos Senadores argumentação escrita em que relata a sua história acadêmica e profissional, na qual destaca a sua atuação na área de regulação sanitária de medicamentos e de gestão pública.

Também anexou declaração de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional.

Como documentos comprobatórios, apresentou certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União e certidão negativa de débitos junto à Secretaria da Fazenda do Distrito Federal.

Assim, Sr. Presidente, tendo em vista o histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Renato Alencar Porto para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Fiz um resumo, como V. Exª assim solicitou, que submeto à apreciação, evidentemente, de V. Exª e dos demais Senadores e das Senadoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Na forma do Regimento, concedo vista coletiva, por cinco dias, da indicação feita para a Anvisa.

A matéria, neste caso, retornará à pauta no dia 30 de novembro, quarta-feira, para arguição e posterior votação, em escrutínio secreto, da indicação do nome do Sr. Renato Alencar Porto para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Há outro nome também indicado para a Anvisa. O Relator é o Senador João Alberto. Como o Senador está a caminho da Comissão, nós aguardaremos alguns instantes até a sua chegada. Enquanto isso, feita a inversão de pauta, passo ao item 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, de 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa clínica.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 12.08.2015, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ.

- Em 15.03.2016, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 22-CCT (Substitutivo).

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

Em 22.11.2016, a Senadora Vanessa Grazziotin ofereceu duas emendas ao projeto, as Emendas nº 23 e 24.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Otto Alencar, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª. Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, da lavra da Senadora Ana Amélia, do Senador Waldemir Moka e do Senador Walter Pinheiro, que dispõe sobre pesquisa clínica.

Esse projeto foi amplamente discutido com vários setores e várias lideranças de partidos que compõem aqui o Senado Federal. Inclusive com o Líder do Partido dos Trabalhadores, o Senador Humberto Costa, e também com outros Senadores, que contribuíram muito.

Mas eu quero primeiro destacar o trabalho, a sensibilidade, a capacidade do Senador Moka e da Senadora Ana Amélia de apresentar esse projeto, que é um projeto importante, que vai suprir, vai modernizar esse setor da pesquisa clínica no nosso País. A Comissão de Assuntos Sociais tem essa atribuição de analisar.

Essa proposição é constituída por 42 artigos e define princípios, diretrizes e regras que devem seguidos para condução de pesquisa clínica em seres humanos e determina que toda pesquisar clínica deverá ser previamente aprovada por uma instância de revisão ética, com o objetivo de garantir a dignidade, a segurança e o bem-estar do sujeito de pesquisa e a validade científica dos resultados.

O processo de revisão ética da pesquisa é detalhado no texto, com a especificação dos documentos necessários para sua instrução e dos prazos a serem cumpridos para a análise e emissão do parecer. São previstas duas modalidades de comitês de revisão ética, ambas sujeitas à fiscalização e ao acompanhamento da autoridade sanitária: o comitê de ética em pesquisa (CEP) e o comitê de ética independente (CEI).

As medidas contidas no projeto também buscam evitar a ocorrência de conflitos de interesses dos participantes das instâncias de revisão ética e garantir a independência das decisões proferidas.

Os capítulos do projeto estabelecem a proteção a ser conferida aos sujeitos da pesquisa – especialmente aos participantes mais vulneráveis, como crianças, incapazes e gestantes – e definem as responsabilidades da instância de revisão ética de pesquisa clínica, do promotor e do investigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Apesar de ser vedada a remuneração aos voluntários pela participação na pesquisa, os sujeitos saudáveis que integrarem pesquisa de fase inicial poderão ser remunerados, desde que observadas certas condições de proteção a essas pessoas.

Nada obstante, a proposição determina a indenização do sujeito da pesquisa por danos decorrentes da participação no estudo, pelo que responderão solidariamente o promotor e o investigador principal.

A proposição obriga a continuidade do tratamento pós-ensaio clínico, desde que presentes as seguintes situações:

i) risco de morte ou de agravamento clinicamente relevante da doença;

ii) ausência de alternativa terapêutica satisfatória no País para a condição clínica do sujeito da pesquisa.

Cabe ressaltar, ainda, que o PLS nº 200, de 2015, impede a adoção de critérios distintos para a aprovação dos protocolos de pesquisa quando submetidos por instituição de pesquisa nacional ou estrangeira. Há que adotar regra única, independentemente da nacionalidade do pesquisador ou da entidade promotora. Além disso, os estudos de maior relevância para o atendimento a emergências de saúde pública recebem tratamento diferenciado e prioritário.

O projeto prevê, ainda, normas sobre a utilização e o armazenamento de dados e de material biológico humano oriundo dos estudos, e sobre a publicidade, a transparência e o monitoramento da pesquisa clínica.

A cláusula de vigência determina que a lei originada da proposição sob análise entre em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

O PLS nº 200, de 2015, foi distribuído à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de onde seguiu para exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Chega, agora, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão em caráter terminativo.

Por ocasião de sua apreciação pela CCJ, o projeto recebeu parecer pela aprovação, com cinco emendas, todas oferecidas pelo relator da matéria. A primeira delas incluiu a participação de representantes da sociedade civil e de grupos especiais objeto da pesquisa nos comitês de ética, enquanto a segunda teve espectro mais amplo e determinou o equilíbrio de gênero na composição dos comitês de ética, a presença de um consultor familiarizado com a língua, os costumes e as tradições da comunidade pesquisada, quando se tratar de população indígena, e a supressão da participação dos pesquisadores como ouvintes nas reuniões do comitê de ética.

A Emenda nº 3-CCJ estabeleceu que o investigador é responsável por prestar cuidados médicos aos participantes da pesquisa durante todo o período de sua execução. As últimas duas emendas aprovadas pela CCJ cuidaram de conferir proteção adicional ao sujeito de pesquisa nos casos em que houver necessidade do uso de placebo (Emenda nº 4-CCJ) e corrigiram ambiguidade a respeito do direito de acesso do participante ao medicamento experimental, após o término do estudo (Emenda nº 5-CCJ).

Na Comissão de Ciência e Tecnologia, o PLS nº 200, de 2015, foi aprovado na forma de um substitutivo (Emenda nº 22-CCT), que incorporou o conteúdo de parte das 21 emendas apresentadas perante aquele colegiado (nos 6, 7, 8, 9, 11, 12, 15, 19, 20 e 21).

O substitutivo oferecido pelo Relator também acolheu as Emendas nºs 2 e 3, da CCJ. As demais emendas da CCJ foram rejeitadas, enquanto que as apresentadas perante a CCT foram consideradas prejudicadas, em função da aprovação do substitutivo.

O substitutivo aprovado pela CCT ampliou o escopo da proposição original ao redefinir a expressão "pesquisa clínica", de modo a englobar as pesquisas clínico-epidemiológicas, como as de rastreamento de doenças e os estudos sobre fatores de risco de doenças ou agravos à saúde. Outra mudança significativa proposta pelo Relator foi a instituição do Sistema Nacional de Revisão Ética das Pesquisas Clínicas, vinculado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O texto também incorporou regras de proteção ao sujeito de pesquisa, quando da utilização de placebo nos estudos, e de responsabilização de pesquisadores e instituições, quanto ao armazenamento e transporte de material biológico. O direito de acesso dos pacientes ao medicamento experimental foi aprimorado, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

modo a conferir segurança jurídica aos promotores e aos sujeitos da pesquisa.

Outra regra relevante introduzida no substitutivo refere-se à permissão de participação do pesquisador responsável na reunião em que o seu projeto de pesquisa estiver em discussão (§2º do art. 14). Essa participação depende da anuência do comitê de ética em pesquisa, sendo vedada a presença do pesquisador no momento da deliberação.

No mais, o substitutivo preserva a estrutura do texto original do projeto de lei.

Análise.

De acordo com o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe a esta Comissão analisar o mérito de proposições que tratem da proteção e defesa da saúde, assim como da produção, controle e fiscalização de medicamentos.

A constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição foram analisadas pela CCJ, que não identificou óbices no tocante a esses aspectos.

Quanto ao mérito, é preciso reconhecer que o tema objeto da proposição – pesquisa clínica com seres humanos – reveste-se de grande relevância. É a partir daí que são produzidos conhecimentos essenciais para a compreensão das doenças e de seus mecanismos, das formas de prevenção e tratamento, além de medidas para a promoção da saúde.

A pesquisa clínica, portanto, é indispensável para que as práticas dos serviços e dos profissionais de saúde sejam baseadas em evidências científicas que garantam a sua efetividade e segurança, além de permitir o constante aprimoramento da prática.

Assim, para cumprir com sua finalidade precípua, as pesquisas clínicas devem seguir protocolos rigorosos, para que sejam capazes de gerar conhecimento confiável e reprodutível e para que os seus resultados possam ser utilizados.

Além do impacto social da pesquisa clínica – decorrente das mudanças que acarreta nas práticas sanitárias e nas condições de vida e de saúde –, ela também apresenta grande potencial econômico, por gerar novas tecnologias e registros de patentes. Assim, no desenvolvimento científico, os interesses econômicos e sociais devem ser bem balanceados, para que a pesquisa se desenrole em estrito respeito aos direitos humanos.

Justamente para dar maior proteção aos sujeitos da pesquisa, o lado mais vulnerável da relação, é que foram editados os instrumentos regulatórios internacionais da pesquisa clínica com seres humanos. O Código de Nuremberg e a Declaração de Helsinki, por exemplo, têm como pressuposto o entendimento de que o avanço da ciência não é um valor absoluto e deve respeitar valores éticos e direitos humanos.

Tudo isso para impedir abusos contra a dignidade e a integridade das pessoas, como já ocorreu em momentos sombrios da história da humanidade, a exemplo das experimentações realizadas com judeus e outros grupos pelos nazistas.

Nesse sentido, o Brasil, alinhado com a comunidade internacional, constituiu um sistema de revisão ética de pesquisas com seres humanos, o que representou grande avanço no sentido da proteção dos participantes dos estudos.

No entanto, como salientaram os autores da proposição, o marco legal das pesquisas clínicas é frágil, visto que constituído exclusivamente por normas infralegais emanadas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), vinculada ao Conselho Nacional de Saúde. A esse respeito, reproduzimos aqui o entendimento exarado pelo jurista Luís Roberto Barroso, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, que, de forma bastante elucidativa, assim se manifestou:

> O exercício do poder regulamentar – ao menos nos termos em que é tradicionalmente compreendido – pressupõe uma lei formal anterior, disciplinando a matéria a ser regulamentada. No caso, não há no Brasil lei formal que discipline a avaliação ética de pesquisa clínica com seres humanos: os únicos atos normativos existentes sobre a matéria são resoluções do Conselho Nacional de Saúde. Nesse contexto, a validade dessas resoluções...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

> ... não pode ser aferida a partir de parâmetros materiais contidos em lei própria – já que eles não existem.
>
> [...] diante do sistema normativo hoje vigente no país, resoluções do CNS não têm competência para criar e impor um sistema de controle ético de pesquisas clínicas. Tal constatação, por evidente, não desqualifica o Conselho, sua importância e as motivações legítimas que inspiram sua atuação. Mas suas pretensões de natureza legislativa estão em descompasso com o arranjo institucional vigente no País e com o próprio princípio democrático.

Assim, resta urgente a necessidade de uma lei reguladora das pesquisas clínicas no País, o que foi plenamente reconhecido pelas comissões que nos antecederam na análise da matéria. Superada essa primeira questão sobre a pertinência de uma lei que regule as pesquisas clínicas no território nacional, passamos a discutir o mérito das propostas contidas no projeto original, nas emendas aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça e no substitutivo aprovado pela CCT.

O PLS, na sua forma original, restringe-se à regulação de pesquisas clínicas que envolvem algum tipo de intervenção biomédica, por ser essa a modalidade que implica maior risco aos participantes.

Isso foi modificado no substitutivo aprovado pela CCT, que passou a abranger todas as pesquisas clínicas com seres humanos, das investigações sobre intervenções biomédicas – em geral pesquisas experimentais –, às demais pesquisas clínico-epidemiológicas, tais como rastreamento de doenças e estudos sobre fatores de risco.

Cremos que essa alteração é procedente, pois não apenas as investigações experimentais – os chamados ensaios clínicos – têm o potencial de causar danos aos participantes, mas também os estudos observacionais.

O projeto também prevê a existência de dois tipos de comitês de ética: o comitê de ética em pesquisa e o e o comitê de ética independente.

Eles são constituídos por colegiados interdisciplinares responsáveis por assegurar a proteção dos direitos da segurança e do bem-estar dos sujeitos das pesquisas mediante a revisão dos protocolos de pesquisa. O CEI é uma organização independente enquanto o CEP é vinculado a uma instituição pública ou privada que realiza pesquisa clínica. Apenas os CEPs e os CEIs têm competência para realizar a revisão ética de pesquisas clínicas assim como para analisar os recursos de suas decisões.

Esse aspecto, contudo, foi alvo de diversas propostas de alteração, tanto pelo substitutivo quanto por emendas apresentadas na CCT.

As duas emendas do Senador Fernando Bezerra Coelho sobre esse tema foram acolhidas e incorporadas ao texto do substitutivo aprovado pela CCT. Seu objetivo: excluir do texto do projeto a previsão dos comitês de ética independentes; e instituir uma instância recursal, em caso de discordância com o parecer emitido pelo comitê de ética.

Além disso, o substitutivo instituiu um "Sistema Nacional de Revisão Ética das Pesquisas Clínicas", constituído por uma instância nacional de controle ético de pesquisas clínicas, vinculada à Anvisa, e uma instância local de revisão ética de pesquisa clínica, formada pelos comitês de ética em pesquisa (CEPs).

Cremos acertada essa proposta, que institui uma instância nacional harmonizadora da ação dos diversos comitês de ética em pesquisa existentes. Isso é fundamental para conferir um padrão mínimo a ser observado na revisão ética das pesquisas clínicas em todo o Território Nacional. Não nos parece adequado, no entanto, que essa instância fique vinculada à Anvisa, como propõe o substitutivo da CCT, uma vez que o escopo do projeto, ao abranger de forma ampla as pesquisas em saúde, extrapola o campo dos produtos sujeitos ao controle sanitário. Assim, alteramos esse aspecto para determinar que a instância nacional de ética em pesquisa fique diretamente vinculada ao Ministério da Saúde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu queria voltar a este caso, Srªs e Srs. Senadores, porque, dentro do Ministério da Saúde, teremos, certamente, uma estrutura, uma secretaria para que possa ficar vinculada.

Sendo um órgão da estatura do Ministério poderia, sem nenhuma dúvida, ficar com mais responsabilidade, envolvimento científico e tecnológico para observar todos esses experimentos.

Outros pontos relevantes foram objeto de aprimoramento nas Comissões que nos antecederam na análise da matéria: a continuidade do tratamento após o término da pesquisa; o uso de placebo; as responsabilidades relativas ao armazenamento de material biológico e o seu envio para o exterior; a revisão ética de pesquisas em mais de um centro de estudo no País; as sanções por infração ética e sanitária; e a garantia de participação de representantes de usuários nos Comitês de Ética em Pesquisa, além de adequações na terminologia utilizada.

A utilização de placebo em pesquisa clínica foi alvo de emendas do Senador Eduardo Amorim, na Comissão de Constituição e Justiça e na CCT. Concordamos plenamente com o texto da Emenda nº 7, apresentada na CCT e incorporada ao Substitutivo, por julgarmos que ele promove maior segurança ao participante da pesquisa ao permitir a utilização do placebo apenas nas situações em que não há alternativa terapêutica efetiva para a doença objeto do estudo.

Ainda sobre o uso de placebo, reconhecemos como pertinente a proposta do Senador Aloysio Nunes Ferreira de restringir apenas o uso exclusivo do placebo. Essa medida é necessária para tornar possíveis os estudos sobre tratamentos combinados, quando se utiliza mais de uma droga, comparando-os com a terapêutica convencional baseada em um medicamento. Nesses casos, não há motivo para impedir o uso de placebo.

Apesar de reconhecermos que essa alteração representa um avanço no aprimoramento da matéria, cremos que ela é insuficiente para garantir a segurança do participante nos casos de uso não exclusivo de placebo. Assim, acrescentamos um parágrafo para determinar que em caso de uso não exclusivo de placebo é necessário garantir que o paciente receba como tratamento combinado a placebo o mesmo tratamento que habitualmente receberia na prática clínica.

A garantia de acesso ao medicamento experimental é uma medida absolutamente necessária do ponto de vista ético. Essa é uma preocupação presente tanto no texto original do PLS, quanto nas emendas apresentadas na CCJ e na CCT. O aprimoramento desse tema é necessário para que não haja brechas legais que possam comprometer esse direito fundamental do participante da pesquisa.

Consideramos o texto do Substitutivo proposto pela CCT adequado para garantir o acesso do tratamento no pós-estudo. As hipóteses de suspensão do acesso gratuito garantido pelo patrocinador são legítimas e, a nosso ver, não violam o princípio da proteção dos participantes da pesquisa.

Em suma, o Substitutivo inclui as seguintes determinações sobre o acesso ao medicamento experimental no pós-estudo: i) que o medicamento experimental, para ser fornecido ao participante após o término da pesquisa, tenha apresentado, simultaneamente, maior eficácia terapêutica e relação risco e benefício favorável; ii) que a distribuição seja garantida pelo tempo necessário; e iii) que a obrigatoriedade do patrocinador em fornecer o medicamento experimental gratuitamente cessa quando ocorrer a comercialização regular do medicamento ou a sua distribuição gratuita pelo Sistema Único de Saúde ou por outro meio garantido pelo Ministério da Saúde ou pelo Estado.

Sugerimos, nesse ponto, um aperfeiçoamento adicional: determinar que a obrigação legal do patrocinador de fornecer gratuitamente o medicamento ao participante da pesquisa permanece até dois anos após o início da comercialização do medicamento. Isso evita que o paciente fique abruptamente privado do medicamento e permite que ele se adapte à nova situação, concedendo-se um prazo razoável para que, inclusive, o setor público de saúde possa promover a incorporação do medicamento.

Outro aprimoramento que julgamos fundamental é relativo ao art. 43 do Substitutivo da CCT, que trata da descontinuidade da pesquisa clínica. Cremos ser necessário explicitar que é abrangida pelo dispositivo tanto a descontinuidade temporária, quanto a definitiva. Há que se prever também a necessidade de apresentação das justificativas técnico-científicas da decisão, bem como de um plano de acompanhamento dos participantes em seguimento. Além disso, julgamos ser pertinente caracterizar como infração ética a descontinuidade que não tenha sido motivada por razões relevantes, já que isso constitui uma violação do bem-estar e da segurança do participante da pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Procedemos, ainda, às seguintes alterações:

- Definição da fase III do ensaio clínico: suprimir a exigência de que tenha passado pelas fases I e II. Além de não ser necessária tal explicitação para se caracterizar um estudo de fase III, nem toda pesquisa necessita passar pelas fases anteriores, como é o caso dos biossimilares.

- Inclusão da definição de dispositivo médico.

- Obrigatoriedade de que o CEP, em caso de pesquisas com centro coordenador situado no exterior ou com cooperação estrangeira, verifique informações sobre a aprovação ou reprovação da pesquisa no país de origem e justificativa para que ela seja realizada no Brasil.

– Aumento do intervalo de três para seis meses a ser observado para que um indivíduo possa ingressar em nova pesquisa para avaliação de biodisponibilidade e bioequivalência.

- Aprimoramento redacional sobre biorrepositórios e biobancos.

- Correções de ordem redacional, para dar mais clareza ao texto, e alterações terminológicas, como a mudança das expressões "instância de revisão ética" para "instância de análise ética" e "instância nacional de controle de revisão ética de pesquisa clínica" para "instância nacional de ética de pesquisa clínica".

- Alteração da ementa e do art. 1º, para contemplar a instituição do Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica, o que corresponde ao escopo da proposição.

Por fim, por acreditarmos que o substitutivo aprovado pela CCT – fruto de longo e profícuo debate envolvendo parlamentares e segmentos interessados no tema – aperfeiçoa a matéria, tomamos por base o seu texto para promover as alterações e os aprimoramentos explicitados, e apresentamos um novo substitutivo à matéria.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, na forma do seguinte substitutivo:

Emenda do Substitutivo do Projeto de Lei do Senado, de 2010.

Esse é o nosso voto.

Quero aqui destacar a participação de todos os Senadores e a iniciativa da Senadora Ana Amélia, do Senador Waldemir Moka, do Walter Pinheiro, que trabalharam para oferecer essa matéria, que, no meu entendimento, é um avanço muito grande para a pesquisa aqui no nosso País.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu quero pedir vista.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente.

Eu gostaria de fazer pedido vista; apresento pedido de vista.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Senador.

Eu só quero fazer um esclarecimento: a Senadora Vanessa é testemunha de que esta matéria, na CAS, onde começou, foi submetida a, no mínimo, quatro ou cinco audiências públicas – audiências públicas! Ela foi submetida à Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria muito competente do Senador Eduardo Amorim, médico. Foi, naquele momento, objeto de algumas solicitações de informações, porque havia dúvidas. Esclarecidas as dúvidas, foi aceita e foi aprovada, porque precisava passar também pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Ali também foi submetida a um crivo criterioso. E agora, na mão de um médico, o Senador Otto Alencar, esse projeto tem o trabalho de muitas mãos, do Senador Moka, o Senador Walter Pinheiro, muito vinculados à questão da ciência e tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E entendemos que a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde teria a responsabilidade, porque, na primeira audiência pública, o primeiro órgão a se manifestar sobre isso foi exatamente a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, que tem a responsabilidade de aferição da validade, da relevância e das possibilidades do Brasil, quanto ao investimento na área da nova tecnologia, para tratamento de doenças, como câncer, Alzheimer e tantas outras. E, exatamente por isso, a Secretaria teve esse interesse. Agora, o projeto recorre à instância da Secretaria de Tecnologia, porque aí reside exatamente o avanço que, nesse projeto, pretendemos. As audiências públicas foram realizadas na CAS e, mais uma vez – mais uma vez! –, esgotada toda a dúvida que havia.

E, quanto a esse relatório do Senador Otto Alencar, eu lamento que a Senadora não o tenha lido, porque foi distribuído previamente ao Senadores, e traz, digamos, toda a fundamentação, a retirada de todas as dúvidas, mas sobretudo assegura o direito dos pacientes não só à liberdade, ao discernimento, mas também ao direito de receber o medicamento pelo tempo necessário estabelecido nas regras internacionais. Então, nós estamos aqui tratando de defender o interesse dos pacientes. E quem está com câncer não pode esperar – não pode esperar! Eu lamento profundamente.

Nós tivemos aqui um debate grande sobre a pílula do câncer. E aí, como havia um clamor político, todos aceitaram a votação da matéria. Agora, entramos no campo da ciência, da ciência precisa, da ciência que tem que responder e respeitar o interesse e a individualidade de cada cidadão.

Eu fico triste, porque há muita gente morrendo no Brasil, hoje, porque não teve acesso ao direito de uma pesquisa clínica, como essa que está sendo defendida agora. E ela nasceu, essa pesquisa, esse projeto, Senador Otto Alencar – quero cumprimentá-lo –, nasceu da história de um paciente de 56 anos que nunca fumou, e teve diagnosticado um grave câncer de pulmão. Ele tinha 56 anos, e está com 60 anos hoje, graças ao fato de ter entrado numa pesquisa clínica. E foi por uma carta deste paciente, no interior do Município de Ijuí, informando que ele tinha o benefício de ter entrado.

Mas outras pessoas da mesma idade e com outros tipos de câncer não tiveram o mesmo privilégio de ter entrado na pesquisa.

O que aconteceu? Morreram! Morreram por não terem tido acesso à pesquisa clínica. E é isso que nós estamos, de certa forma, fazendo quando demoramos a votar um processo dessa natureza: deixando morrerem pessoas que estão com câncer, esperando, à porta da esperança, por uma pesquisa que possa dar a eles uma sobrevida.

Essa pessoa, com 56 anos, com grave câncer de pulmão, está hoje vivendo no seio da família, pôde ver a formatura da filha na Odontologia, em Passo Fundo, e poderá talvez ver até o casamento da filha, se for o caso, porque isso permitiu a ele uma vida. E ninguém pode medir quatro anos de convivência com a família graças a uma pesquisa clínica. Então, eu estou aqui fundamentada também no conhecimento de médicos pesquisadores.

Na primeira audiência pública nesta Comissão, preciso dizer, o maior número, Senador Moka, de pessoas que mandaram perguntas para cá, sabe quem eram? Eram professores, pesquisadores de universidades federais. Universidades federais da Bahia, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, da Paraíba, do Ceará, de Pernambuco. E eu fico lamentando, profundamente, que esses pesquisadores brasileiros que tanto clamam exatamente por isso que o Senador Otto Alencar acaba de relatar aqui também sejam ignorados nessa hora. E em nome de quê? De quê? Em nome de quê? Qual é o interesse que está por trás disso? Nós temos que ter transparência exatamente quando debatemos um assunto dessa natureza. E eu lamento, Senadora Vanessa, um pedido de vista, porque mais uma semana nós vamos ter de atraso numa matéria dessa natureza.

É essa a minha ponderação, apenas pedindo à Senadora que desista do pedido de vista. Mas, se não desistir, eu peço, Sr. Presidente Edison Lobão, que, na próxima semana, a primeira matéria seja essa a entrar em pauta definitivamente.

Muito obrigada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu quero usar da palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª será atendida.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu ouvi a colocação da Senadora Ana Amélia. Como muitos que já passaram por aqui, pelo Senado Federal, e outros que estão também hoje no Senado Federal e devem ter talvez a mesma origem que eu, eu nasci no interior da Bahia e convivi, durante 16 anos praticamente, na zona rural. E na época, nos anos 40, 50 – eu terminei o segundo grau em 1964 –, lá no interior da Bahia há os rios que são intermitentes, e nós tomávamos muito banho de rio. Na área rural, eu tomava banho de rio e desconhecia o que seria a esquistossomose. Nem tinha ideia do que seria a esquistossomose.

Com muita dificuldade, fui para um colégio interno na Bahia, em Salvador, e consegui, lá nesse colégio interno, fazer o vestibular. Passei três anos no colégio interno, sendo até bedel – aquele que tem que trabalhar para ter o direito de estudar –, e passei no vestibular de Medicina, em 1964. Logo depois, eclodiu o golpe militar de 1964. Passei no vestibular e fui para a faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, onde depois fui professor.

Quando cheguei e fiz meu primeiro exame de fezes, eu tinha 16 ou 17 anos, foi diagnosticada esquistossomose, três cruzes, já comprometendo o baço e comprometendo outros órgãos, porque a doença já estava bem avançada. Naquela época, tinha que fazer uma filtração do xistossomo, uma técnica do professor Fernando Carvalho Luz. Você tinha que filtrar o seu sangue para tirar o xistossomo. Eu seria submetido a isso. De repente, chegou um pesquisador na Universidade Federal da Bahia, Dr. Aluízio Prata e Dr. Rodolfo Teixeira. Eles começaram uma pesquisa com uma medicação chamada Mansil. Já tinham utilizado em placebo, já tinham feito pesquisas, e o Dr. Aluízio Prata me perguntou, porque era uma coisa ainda nova, se eu poderia me submeter à utilização do Mansil. Eu, para evitar a cirurgia, assinei um termo me colocando como aquela pessoa que seria cobaia para a utilização daquele medicamento. Eu era estudante de medicina, do primeiro ano de medicina. Resultado: eu tomei quatro injeções enormes, injeções vermelhas deste tamanho. Eu me lembro de que doía muito. Tomei quatro injeções por quatro semanas consecutivas. Depois de quatro meses, fiz o meu primeiro exame de fezes, e eu estava livre da esquistossomose. Então, no período de 15 a 30 dias, eu poderia ter sido submetido à abertura do meu abdômen, para meu sangue ser filtrado, para tirar todos os xistossomos que eu tinha no meu corpo. Essa agilidade me livrou de uma cirurgia que tinha, na época, um risco muito grande de óbito.

Isso aqui que eu relatei me emociona, ver a postergação de uma situação dessa – me perdoe a Senadora Vanessa Grazziotin, por quem eu tenho o maior respeito –, de postergar oito dias, que não vai significar absolutamente nada, porque eu tenho absoluta certeza de que este projeto terá a maioria dos votos nesta Comissão de Assuntos Sociais para deixar que pacientes... Eu sou médico ortopedista e apresentei, ao longo da minha vida, como professor universitário no Hospital das Clínicas da Universidade Federal da Bahia vários estudos para tratamento de fraturas, inclusive fraturas pelo método conservador. Apresentei em vários simpósios e congressos, por exemplo, o tratamento da fratura supracondiliana do úmero, com tratamento conservador, livrando a cirurgia. Várias vezes, no hospital, nós tínhamos essa possibilidade. Àquela época, hoje mais não, em que os recursos eram parcos, de livrar pacientes de deformidades, de pseudoartroses nas fraturas.... Então, eu vejo que esse é um projeto necessário para o Brasil, para agilizar a pesquisa clínica e livrar da morte. Eu, naquela época, tendo me submetido a um medicamento novo, fui absolvido de uma cirurgia de grande porte que poderia me levar a óbito.

Então, eu acho que esse projeto já correu a Comissão de Constituição e Justiça, a de Ciência e Tecnologia, está aqui na CAS há muito tempo. Eu submeti isso à apreciação de todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Rediscutimos, conversei com o próprio Líder do PT, o Senador Humberto Costa, absorvi as suas ideias, procurei aprimorá-las para apresentar esse substitutivo, que é superimportante para o Brasil.

Portanto, é claro, vai-se postergar a decisão por oito dias, mas espero que, nesses oito dias, alguém não tenha dificuldades e vá a óbito pelo adiamento de uma decisão que considero superimportante para o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

e para os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vou conceder a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, porém faço uma observação a ela: a Senadora Ana Amélia, Autora, e o Senador Antonio Carlos apelam a V. Exª que retire o pedido legal de vista.

Lembro ainda que esse era o último item da pauta e que, por decisão do Plenário, foi feita uma inversão, e ele se tornou o primeiro.

Por outro lado, além de se tratar de uma matéria fundamental para o País, tendo ela já passado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde houve audiências públicas, nós temos, hoje, um comparecimento robusto de membros desta Comissão que aqui vieram exatamente para apreciar esse projeto.

Então, eu junto a minha palavra, modesta, de Presidente da Comissão à dos Senadores que aqui se manifestaram a favor desse apelo de V. Ex – em seguida, vou ouvir o Senador Moka também – para que desista do pedido de vista, embora seja um direito legítimo de V. Exª já secundado também pelo Senador Flexa Ribeiro.

V. Exª tem a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, quero registrar a forma equilibrada como V. Exª dirige e sempre dirigiu os trabalhos desta Comissão. Agora, eu quero dizer que o debate tem sempre que ser sincero e, no mínimo, honesto. Eu quero repelir todas as manifestações que tentaram, deliberadamente ou não, se dirigir a mim com a conclusão de que a minha atitude seria, ou é, para dificultar a aprovação desse projeto. Então, repilo, de imediato, qualquer observação nesse sentido.

E não falo somente como Senadora, falo também como uma profissional da saúde, falo como uma farmacêutica e falo também como uma cidadã brasileira que tem tanta sensibilidade para a necessidade do avanço das pesquisas no Brasil como qualquer outro cidadão que conhece a nossa realidade, Sr. Presidente.

Agora, não aceito e jamais aceitarei ser tachada como a pessoa que está tentando inviabilizar um projeto de tamanha relevância e importância para a saúde pública e para a manutenção da vida. Eu não aceito isso, Sr. Presidente, mesmo porque veja – veja – a reação que houve em torno de um pedido de vista que, como V. Exª mesmo diz, é legal regimentalmente, é prática do Senado e é de apenas uma semana – de apenas uma semana.

Então, eu não queria dizer o que vou ter que dizer.

Veja, Sr. Presidente, sei que é um projeto extremamente polêmico não somente aqui mas no meio acadêmico também, muito polêmico – muito polêmico! Da primeira vez, foi da mesma forma, tentaram não aceitar o pedido de vista: "Vamos votar o projeto que depois vai à Câmara dos Deputados". Mas não, foi feito o pedido de vista e o que aconteceu? O próprio relator retirou seu relatório, pedindo mais tempo para apresentar um novo relatório.

Posso eu, tenho direito, diante desse fato, de dizer que o relator estava também protelando o projeto? Não tenho esse direito, porque sei do seu compromisso com o projeto, do compromisso do relator, do compromisso dos autores, do compromisso do Senador Flexa, do compromisso de todos nós que estamos aqui com a ciência.

Sr. Presidente, o projeto teve relatoria designada nesta Comissão dia 21 de março. Nós estamos em que mês? Novembro. No dia 9 de junho, março, abril, maio, junho, três meses depois foi apresentado o relatório. No dia 29/6 foi feito pedido de vista coletivo, e o mesmo apelo àquela época se deu. No dia 7 de julho, foi pedida pelo relator a retirada do relatório do projeto para refazê-lo. E o refez. E eu tive a oportunidade de apresentar minhas duas emendas, que foram rejeitadas. Não tem problema, mas o relatório foi refeito e uma série de itens foi modificada tecnicamente. Está aqui todo o estudo dos itens que foram modificados tecnicamente. No dia 5 de agosto, portanto, depois de um mês, 30 dias, não sete, não uma semana, mas um mês, o Relator devolveu o projeto, que foi pautado só agora, no dia 23 de novembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Será que V. Exª, como Presidente, estaria protelando, porque o relatório foi devolvido em agosto e só foi colocado na pauta no dia de hoje? Teria eu o direito de dizer isso a V. Exª? Não, porque esse não foi o objetivo de V. Exª.

Senador, ontem nós tivemos uma importante reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Mais de sete projetos importantes na pauta do enfrentamento da crise econômica por que passa o País, projetos inclusive alternativos à PEC 55, que essa, sim, é a PEC que vai destruir a ciência, a tecnologia e a pesquisa no Brasil. É isso que nós precisamos dizer ao povo brasileiro. Se o Brasil já vai mal nas pesquisas públicas e se as empresas privadas não realizam pesquisa no Brasil, porque não realizam... No Brasil só quem faz pesquisa são as universidades públicas, é o setor público, é a Fiocruz, não as empresas privadas, porque essas fazem as pesquisas nos seus países de origem, nos Estados Unidos, no Japão, na Alemanha e depois vendem os produtos, sobre os quais nós pagamos *royalties*. E *royalties* caríssimos, Sr. Presidente.

Então, veja bem, dizer, eu ter que ouvir – mas escuto, não há problema – que eu estou protelando porque peço vista por uma semana a um projeto? Eu não digo de V. Exª a mesma coisa, não digo do relator, que retirou. E retirou não porque queria protelar, mas porque queria aperfeiçoar o projeto. E eu quero também, Sr. Presidente, uma semana para dialogar com o relator, porque uma das minhas emendas trata de ressarcimento. Eu apenas deixo claro o que é ressarcimento. Rejeitada. A outra emenda que apresentei trata da utilização do material biológico para pesquisa, cuja autorização foi solicitada, e para pesquisas sequentes. Também foram rejeitadas. Então, é um direito que tenho como Parlamentar.

Agora eu não posso ouvir calada, Sr. Presidente, isso que considero um insulto.

Um insulto, um desrespeito à minha trajetória e à minha conduta aqui. Mas, apesar disso, eu sei que o relator não pretendeu protelar a matéria por ter retirado o primeiro relatório e apresentado o segundo, e muito menos penso que a autora do projeto, ou os autores do projeto achem que eu estou querendo prejudicar ou que eu estou fazendo *lobby* em defesa de quem quer que seja. Aliás, eu faço muito *lobby* aqui nesta Casa, mas é *lobby* em defesa do Brasil; é *lobby* em defesa do povo brasileiro; é *lobby* em defesa da saúde pública. E repito, Sr. Presidente, ...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... pesquisa, neste País, só quem faz é o setor público, e quem vai acabar com as pesquisas é quem aprovar essa PEC 55, que vai acabar com os parcos recursos da ciência e tecnologia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva concedida.

Ainda deseja falar alguma coisa?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Apenas e tão somente para parabenizar o relatório que fez o Senador Otto Alencar, além de ele ter contado uma história da importância que teve, para ele, o uso daquele medicamento que o tirou de uma cirurgia complicada, complicada mesmo.

Sr. Presidente, o direito de pedir vista é regimental. Houve alterações, é um substitutivo, e eu não tiro o direito da Senadora Vanessa. Eu só torço para que na semana que vem a gente possa constituir o quórum qualificado e aprovar a matéria, porque a pesquisa clínica.... Quando se afirma que só universidades públicas fazem pesquisa, é porque, primeiro, nós não temos uma legislação. Quem fez essa legislação foi o Conselho Nacional de Saúde, que não tem essa atribuição. Na verdade, a pesquisa clínica no País não tem autorização legal; por incrível que pareça, não tem uma lei que a reja.

Evidentemente, essas indústrias têm toda essa insegurança jurídica, além do que há uma burocracia. Você manda.... Agora melhorou muito, depois que entrou esse projeto, mas você mandava e a primeira fase, às vezes, podia levar seis meses; 180 dias para devolver o estudo. Era um negócio extremamente burocrático.

Eu participei aqui no Sindilegis com mais de 200, 300 pesquisadores. Eu tomei o cuidado, quando a Senadora Ana Amélia me convidou para ser o coautor, de mandar, antes de assinar, para a comunidade acadêmica lá em São Paulo, os principais pesquisadores. Eles contribuíram com o projeto antes de eu assinar. Então, é realmente um projeto importante e, evidentemente, eu não tiro, não faço nenhum juízo de valor, mas acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

muito importante, e nós vamos avançar. E eu tenho certeza de que a pesquisa clínica, a partir da aprovação deste projeto, vai avançar no Brasil; senão, as indústrias vão continuar procurando países vizinhos em detrimento do Brasil, com prejuízo para as nossas indústrias brasileiras,

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedida a vista coletiva, na forma do art. 132 do Regimento, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Voltamos, então, ao relatório do Senador João Alberto.

1ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 102, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Sr. William Dib, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Ivo Bucaresky.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observações:

- Após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva nos termos do artigo 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador João Alberto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Rapidamente, já acertei aqui com o Senador João Alberto. É apenas para solicitar a V. Exª o registro aqui, para nossa alegria, da presença da Deputada Estadual Manuela d'Ávila, ex-Deputada Federal, companheira, parceira e colega de muitos dos Senadores que aqui estão presentes. Uma mulher que realmente orgulha a luta das mulheres brasileiras. Muito jovem e já com essa trajetória tão importante na luta política brasileira. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Seja bem-vinda, Deputada.

Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Sr. Presidente, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 102, de 2016 (Mensagem nº 514, de 29 de setembro de 2016, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. William Dib para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Ivo Bucaresky.

Anexados à mensagem, encontram-se o *curriculum vitae* e declarações do indicado, além de cópias de documentos legais e fiscais.

O *curriculum vitae* informa que o Sr. William Dib é brasileiro, natural da cidade de Garça - SP, e tem 69

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

anos.

O indicado, que é médico, graduou-se, em 1972, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Botucatu - SP. Possui pós-graduação em Saúde Pública e Administração Hospitalar e especialização em Cardiologia, ambas obtidas no Hospital do Servidor Público Estadual.

Atualmente, o Sr. William Dib ocupa, desde abril de 2015, o cargo de Conselheiro de Administração, da Empresa de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo (Emplasa).

Preliminarmente, o Dr. William Dib se declara apto a ocupar o cargo de Diretor da Anvisa com base na sua formação e atuação profissional.

Por fim, ele apresenta declaração prevista no item 5 do mencionado dispositivo do RISF, afirmando que, desde abril de 2015, ocupa o cargo de Conselheiro de Administração da Emplasa.

Assim, considerando o histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido e a documentação enviada, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. William Dib para o cargo de Diretor da Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Ivo Bucaresky.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nos termos do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência concede automaticamente vista coletiva aos membros da Comissão.

A matéria retornará à pauta no dia 30 de novembro, quarta-feira, para arguição e posterior votação, em escrutínio secreto, da indicação do nome do Sr. William Dib, para exercer o cargo de Diretor da Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Ivo Bucaresky.

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, de 2015
- Não terminativo -

Regulamenta a profissão de protesista/ortesista ortopédico.

Autoria: Deputado Onyx Lorenzoni

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015.

Observações:

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Relator, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, trata-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 121, de 2015, do Deputado Onyx Lorenzoni, que regulamenta a profissão de protesista e ortesista ortopédico.

O autor justifica a proposição na necessidade de se garantir a entrada de profissionais qualificados no mercado de trabalho.

Nos arts. 1º a 3º da proposição, há a definição do que vêm a ser os profissionais ortesistas e protesistas: aqueles responsáveis pela tomada de medidas e confecção dos mencionados dispositivos. Exige-se dos trabalhadores em comento formação técnica para o desempenho das atividades em testilha ou comprovado exercício delas por mais de cinco anos.

No art. 4º, delimitam-se as atribuições dos ortesistas e protesistas, limitando-as à tomada de medida, à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

confecção dos mencionados aparelhos, assim como à orientação acerca do seu uso correto.

No art. 5º, determina-se que a expressão "protesista/ortesista ortopédico" somente poderá ser utilizada por consultórios que tenham, no seu quadro de pessoal, profissionais titulares da formação técnica de que tratam os arts. 1º a 3º da proposição.

O art. 6º, por sua vez, dispõe que o PLC nº 121, de 2015, se convertido em lei, entrará em vigor na data da publicação.

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos. É um projeto não terminativo, Sr. Presidente.

Análise.

Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, incumbe à União legislar sobre Direito do Trabalho, motivo pelo qual ao mencionado ente federado é atribuída a prerrogativa de disciplinar a matéria objeto do PLC 121. Além disso, não se trata de questão cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, aos tribunais superiores ou ao Procurador-Geral da República, motivo pelo qual aos Parlamentares, nos termos do art. 48 da Constituição Federal, é franqueado iniciar o processo legislativo sobre elas.

Adequada a atribuição da matéria à CAS, uma vez que o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal a ela confere a competência para apreciação das matérias atinentes ao Direito do Trabalho. Ressalte-se ainda que não se trata de tema cuja disciplina exija a aprovação de lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária é instrumento apto à inserção dele no ordenamento jurídico nacional.

No mérito, a proposição representa um avanço na proteção das pessoas que necessitam de órteses e próteses. Isso porque é sabido que confecção dos mencionados dispositivos – o primeiro de apoio à função neuromusculoesquelética do corpo e o segundo de substituição de partes do corpo humano – não dispensa os conhecimentos técnicos daquele que os cria. Do contrário, a saúde dos usuários fica comprometida pela utilização de órteses e próteses inadequadas para os fins a que se destinam.

Por isso, exigir, nos termos dos arts. 1º, 2º e 3º da proposição, que o protesista e ortesista tenha cursos de formação técnica de nível médio adequado para o desempenho das respectivas funções, ou permitir o citado desempenho àqueles que, comprovadamente, tenham mais de 60 meses de trabalho nas mencionadas atividades, é medida indispensável para a preservação do bem-estar dos usuários dos dispositivos em comento.

Além disso, há a correta delimitação da atividade dos mencionados profissionais, que se restringem à confecção dos aludidos dispositivos e à orientação de seu uso correto, sem que haja a invasão da área de atuação de outros profissionais, como médicos e fisioterapeutas, por exemplo, o art. 4º do PLC 121, de 2015.

Ainda entendemos procedente a Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Ronaldo Caiado, com o intuito de adequar a proposição à realidade da prestação de serviços de saúde, alterando o §2º, o art. 1º e o art. 4º para esclarecer que apenas médicos devidamente qualificados possam prescrever, avaliar, aprovar e supervisionar a confecção e a utilização de tais instrumentos. A precisão das próteses e órteses deve ficar a cargo de profissionais qualificados para avaliar seu uso e impacto no organismo como um todo, tendo em vista a vitalidade e a abrangência do uso de tais equipamentos. Assim, a aprovação do PLC 121, de 2015, é medida que se impõe.

Ante o exposto, vota-se pela aprovação do PLC 121, de 2015, e da emenda apresentada pelo nobre Senador Ronaldo Caiado, que contribuiu muito. Para a prescrição de órtese e prótese para pacientes que precisam para utilização pós-cirúrgica ou até com deformidades congênitas é necessária a avaliação adequada, com todo estudo e acuidade, com processos radiológicos e utilização de outros meios de diagnóstico, para que a prescrição médica possa corresponder à utilização de uma órtese ou de uma prótese que beneficie o paciente, o que é uma coisa superimportante no tratamento.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2015, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir inversão de pauta para o Item 9.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Item 9 é terminativo, Senadora...

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Perdemos o quórum?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ...e nós acabamos de perder o quórum qualificado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Mas, Presidente, eu estou na vez, não é?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está.

O Item 2 tem como Relatora a Senadora Marta Suplicy; o Item 3, Paulo Paim; o Item 4, Senador Sérgio Petecão.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.846, de 10 de agosto de 2013, para estabelecer que 70% (setenta por cento) dos valores arrecadados na celebração de acordos de leniência pelo poder público sejam aplicados na saúde pública.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2016, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para realizar a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Obrigado, Presidente.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 291, de 2016, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que pretende assegurar que 70% dos valores arrecadados, pelo poder público, na celebração de acordos de leniência sejam aplicados em ações e serviços de saúde pública.

Vou mais adiante, Sr. Presidente, para ser mais objetivo.

Assim, somos favoráveis à ideia de que o produto da corrupção que foi recuperado pelo Estado deve ser aplicado diretamente em benefício da população. Nesse sentido, nada é mais essencial que a área de saúde pública.

Todavia, note-se que um dos objetivos dos acordos de leniência é ressarcir o órgão ou a entidade que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

foram lesados por atos de pessoas jurídicas contra a administração pública. Desse modo, caso o texto original do PLS em comento seja aprovado, ativos recuperados pelo poder público deixarão de ser devolvidos às entidades dotadas de personalidade jurídica a que pertencem.

Cumpre aqui lembrar que são exemplos de entidades com identidade jurídica própria a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Petrobras, os fundos de pensão (Previ, Funcef, Postalis) etc. Ou seja, mesmo com a nobre intenção de financiar a área de saúde, não seria correto utilizar para isso recursos pertencentes a entes dotados de independência administrativa, entre os quais se contam, inclusive, empresas cuja propriedade a União compartilha com o público, como a Petrobras, e, sobretudo, entidades de natureza privada, como os fundos de pensão.

Assim, apresentamos emenda para que sejam destinados ao financiamento de ações e serviços de saúde o percentual de 70% do montante de multas e dos ativos pertencentes à União que forem arrecadados nos acordos de leniência.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2016, com as seguintes emendas e aqui constam as emendas.

É o meu voto, Sr. Presidente.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2016 com as emendas nºs 1 e 2, da CAS.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A matéria.... É sua matéria ainda.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Só para agradecer ao Senador Petecão pelo relatório e pelas emendas, já que aqui, nas emendas, ele faz uma correção naquela parte que cabe ao montante da União.

Então, apenas para agradecer o complemento e o relatório do Senador Petecão, Sr. Presidente, e aos demais colegas que concordaram.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Registre-se que V. Exª é o autor do projeto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – E parabéns ao Senador Eduardo pelo projeto. Parabéns.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça para prosseguimento da tramitação.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Presidente, eu tenho um requerimento sobre a mesa, eu gostaria que ele fosse lido hoje, porque a urgência do tema requer isso. Se for possível, gostaria que V. Exª lesse o requerimento que tem sobre a mesa. Aliás, é do Senador Paulo Paim, mas eu subscrevo também.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Sr. Presidente, eu também gostaria de subscrever esse requerimento, pedido de audiência pública para discutir o plano de demissões voluntárias e reestruturação das empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O requerimento está vazado nos seguintes termos:

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 33, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater o tema dos Planos de Demissão Voluntária (PDVs) e planos de reestruturação de empresas públicas, com a presença dos seguintes convidados:

- *Sr. Paulo Rogério Caffarelli – Presidente do Banco do Brasil;*
- *Guilherme Campos – Presidente dos Correios;*
- *Sr. Wilson Ferreira Júnior - Presidente da Eletrobrás;*
- *Sr. Gilberto Occhi – Presidente da Caixa;*
- *CONTRAF-Cut;*
- *Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios;*
- *Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE);*
- *FENAE;*
- *Sindicato Bancários RS;*
- *CUT nacional;*
- *Ministério Público do Trabalho e ANPT;*
- *ANAMATRA;*
- *Nova Central;*
- *CTB;*
- *CSPB.*

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Proximamente marcaremos a data.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srªs Senadoras, Srs. Senadores, os demais itens foram retirados de pauta ou, então, serão votados em caráter terminativo.

Não havendo, portanto, quórum para essa modalidade de deliberação, encerro a presente reunião.

Agradecendo a todos os Senadores a presença.

(*Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 36ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, PLENÁRIO NÚMERO 19, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e sete minutos, do dia trinta de novembro de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos seguintes Senadores e Senadoras: Humberto Costa, Paulo Paim, Regina Sousa, Ana Amélia, Pastor Valadares, Wilder Morais, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Otto Alencar, Marta Suplicy, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Deca, Lídice da Mata, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves, Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. Item 1 – Mensagem (SF) n**º 106, de 2016 - Não Terminativo -** Autoria: Presidente da República. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor Renato Alencar Porto, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Otto Alencar em substituição ao Senador Dário Berger. A Comissão de Assuntos Sociais, em votação procedida por escrutínio secreto, opina favoravelmente à indicação do nome do Senhor Renato Alencar Porto para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, por 14 (quatorze) votos SIM, nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção. Item 2 – Mensagem (SF) n**º 102, de 2016 - Não Terminativo -** Autoria: Presidente da República. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor William Dib, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Ivo Bucaresky. Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: A Comissão de Assuntos Sociais, em votação procedida por escrutínio secreto, opina favoravelmente à indicação do nome do Senhor William Dib para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Ivo Bucaresky, por 14 (quatorze) votos SIM, nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção. Relatoria: Senador João Alberto Souza – 2ª Parte: Item 1 – Mensagem (SF) n**º 105, de 2016 - Não Terminativo - Autoria:** Presidente da República. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor Leandro Fonseca da Silva, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Leandro Reis Tavares. Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Eduardo Amorim em substituição ao Senador Ronaldo Caiado. Lido Relatório, a Presidência concede, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão nos termos do artigo 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal. Item 2 – Projeto de Lei do Senado n**º 200, de 2015** - Terminativo - Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Dispõe sobre a pesquisa clínica. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição das demais Emendas apresentadas ao projeto. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista Coletiva formulado em 23 de novembro de 2016. Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 25-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015. Nos termos do artigo 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovado o Substitutivo integral, ficam prejudicadas as demais emendas oferecidas ao Projeto. A matéria vai a Turno Suplementar nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do RISF. Poderão ser oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. Relatoria: Senador Otto Alencar. Item 3 – Projeto de Lei da Câmara n**º 57, de 2010** - Terminativo - Autoria: Deputado Gilmar Machado. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, acolhendo a Emenda nº 7-CCJ-CMA-CDR, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição das demais Emendas. Resultado: Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 9-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010. Nos termos do artigo 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovado o Substitutivo integral, ficam prejudicadas as demais emendas oferecidas ao Projeto. A matéria vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a Turno Suplementar nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do RISF. Poderão ser oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. Relatoria: Senador Paulo Paim. Extrapauta: Item 4 - Projeto de Lei do Senado n**º 385, de 2016** - Terminativo - Autoria: Senador Sérgio Petecão. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a contribuição sindical será devida somente pelos filiados aos sindicatos, em benefício de seus entes representativos, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2016, e da Emenda que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Wilder Morais, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves, Ana Amélia, Lídice da Mata e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira, sabatina dos candidatos indicados pelo Presidente da República a ocuparem cargos de diretoria na Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), constantes das Mensagens nºs 102 e 105, de 2016. A segunda parte, leitura do relatório do Senador Ronaldo Caiado sobre a Mensagem nº 105, de 2016, e deliberação de dois itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Primeira parte: decisão não terminativa.

1ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 106, DE 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor RENATO ALENCAR PORTO, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Dário Berger.

Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

- Em 23.11.2016, lido o Relatório, a Presidência concedeu, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão (art. 383, II, "b", RISF).

- Votação procedida por escrutínio secreto (art. 383, VI, RISF).

1ª PARTE
ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 102, DE 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor WILLIAM DIB, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Ivo Bucaresky.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador João Alberto Souza.

Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observações:

- Em 23.11.2016, lido o Relatório, a Presidência concedeu, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão (art. 383, II, "b", RISF).

- Votação procedida por escrutínio secreto (art. 383, VI, RISF).

Convido, para tomar assento à mesa dos trabalhos, os indicados: Renato Alencar Porto e William Dib.

Concedo a palavra, por 20 minutos, aos indicados: Renato Alencar Porto e William Dib.

Dr. Renato.

O SR. RENATO ALENCAR PORTO – Bom dia, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

Gostaria, inicialmente, de cumprimentar V. Exª, Senador Edison Lobão, Presidente desta Comissão, em cujo nome já cumprimento todos os Senadores aqui presentes.

Faço um especial, mas muito especial cumprimento aos meus colegas do dia a dia, servidores da Anvisa, alguns aqui presentes, além dos gestores que me ajudaram nesta caminhada de três anos que se passaram e que me encorajam a assumir a responsabilidade de continuar esse desafio de regular área tão fundamental para o Brasil.

Desde já, faço também um especial agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Senhor Michel Temer, pela indicação do meu nome para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Anvisa.

Agradeço, por fim, ao Nobre Senador Dário Berger, pelo relatório apresentado.

Gostaria de dizer também que é com muita honra e humildade que me coloco à disposição e me submeto à sabatina no Senado Federal.

Como bem exposto pelo relatório do Exmº Senador Dário Berger, formei-me em Direito no ano de 2003. Também concluí duas especializações: uma na Fiocruz, em Vigilância Sanitária, e outra em Direito Processual Civil, na PUC de São Paulo, quando desenvolvi monografia abordando o tema das Súmulas Vinculantes no Processo Administrativo. Atualmente, componho os quadros da FGV como aluno do curso de especialização em Gestão Pública. Desde 2005, sou servidor de carreira aprovado no primeiro concurso público da Anvisa. Desde então, exerço exclusivamente, atividades relacionadas à saúde pública, especialmente à regulação sanitária na Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Há três anos estive nesta mesma cadeira sendo sabatinado, com a extrema responsabilidade de ser o primeiro servidor da Agência indicado para ocupar o cargo de diretor da instituição. A partir da aprovação do meu nome pelos nobres Senadores, passei a me dedicar à alta gestão da Anvisa, sempre pensando em uma atuação sobre os produtos e serviços sob o olhar do cidadão, buscando imprimir os critérios técnicos e científicos na busca do aprimoramento do mercado e garantindo a melhoria da qualidade de vida do cidadão brasileiro a partir da regulação sanitária.

Para demonstrar esse trabalho, passo a destacar brevemente alguns pontos que gostaria de apresentar a V. Exªs.

Um ponto muito singelo do meu trabalho na Anvisa, inicialmente ocupei a Diretoria de Regulação, e tratamos, naquele momento, de um modelo diferente de trabalho, que é o modelo da agenda regulatória, quando a Anvisa publica os motivos e os temas sobre os quais se debruçará nos próximos dois anos. Com esse objetivo, a gente dá previsibilidade, conhecimento ao mercado e, de fato, prepara material, tanto internamente quanto externamente. A indústria e o setor podem, de fato, se qualificar para discutir uma matéria.

Outro ponto que gostaria de pinçar é o tema relacionado à avaliação de impacto regulatório. É uma metodologia em que se aplicam técnicas regulatórias para se avaliar se uma regulação é positiva ou não. É com essa tecnologia da avaliação de impacto regulatório que a alta gestão da Anvisa tem a capacidade de avaliar previamente os impactos que essa regulação vai trazer.

Pinço também outro ponto, que é o ICH, um grande fórum internacional, eu diria que é a ONU dos medicamentos. Esse fórum busca harmonizar os regulamentos sanitários e as regras para registro de medicamentos no Brasil e no mundo. O Brasil fez recentemente a sua sugestão, impôs o seu nome para ser incluído no ICH, e fomos aprovados – acho que em novembro, há menos de um mês –, e isso, de fato, traz-me muito orgulho, porque é a chancela, pela maior autoridade sanitária do mundo em medicamentos, digamos assim, um grande fórum que reúne Estados Unidos, Canadá, Japão, Europa e, agora, vai incluir também o Brasil. Então, é uma grande chancela da qualidade da regulação brasileira.

Outro tema que também me traz muito orgulho: ter participado do desenvolvimento da RDC de alergênicos – essa muito pública, talvez os Senadores e as Senadoras a conheçam. É a RDC que, ao final, obrigou que todas as indústrias dessem conhecimento das proteínas que causam alergia contidas nos alimentos por elas produzidas. Essa RDC nasceu da vontade de quatro mães, Senador, que, de fato, enveredando pelo esforço do dia a dia de ver os seus filhos acometidos de alergias, que é uma reação adversa muito grave que pode levar à morte, encaminharam à Anvisa, e tive a honra de ser relator... Colocamos, empacotamos toda essa demanda em um processo técnico, científico, mostrando, de fato, quais eram as substâncias que deveriam ser colocadas nos rótulos dos alimentos no Brasil. A alergia é uma reação grave que só pode ser evitada com o não consumo de uma proteína. Então, isso me deu muito orgulho, mostra a capacidade da Agência – por isso pincei esse tema – de receber demandas da sociedade. Quatro mães lideraram um movimento bastante conhecido que abordou esse tema, o Põe no Rótulo, que movimentou a sociedade para que ela conseguisse fazer a Anvisa regulamentar esse tema.

Por último, um ponto que também gostaria de abordar diz respeito aos agrotóxicos e defensivos agrícolas, como a indústria gosta de falar – e não tenho nenhuma discriminação em relação a nenhum dos dois nomes. De fato, quando assumi a Diretoria de Registro, essa era uma área que, observamos, precisava de toda uma reestruturação. Isso foi feito. Hoje a área está motivada, tem uma equipe absolutamente comprometida, com competências definidas. Hoje nós temos, para não me alongar mais, a redução de algumas filas na área de agrotóxicos da ordem de 80%. Isso é importante, a Anvisa não gosta de ter filas, mas a nossa capacidade operacional talvez não seja do tamanho adequado para dar conta celeremente das petições que o mercado apresenta à Anvisa.

Assim, como Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, tive como responsabilidade, durante o meu mandato, a entrega de resultados para a sociedade, levando em conta, para a avaliação do risco de produtos e serviços no mercado, a tríade: segurança, eficácia e qualidade – traduzindo a segurança pela capacidade de um produto ou serviço não fazer mal; a eficácia, na capacidade de fazer o bem, prover diagnósticos certeiros, levar à melhora do paciente ou até mesmo à cura; e, por fim, qualidade, sob o conceito de manter nas fábricas a capacidade de reproduzir os produtos em larga escala, conforme desenvolvidos. Esses conceitos são garantidos às custas da manutenção da independência técnica das áreas sob a minha responsabilidade, garantindo, ao fim, a aplicação nas minhas decisões dos melhores conceitos internacionais utilizados pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mais importantes agências do mundo – e, por que não dizer, a Anvisa?

Nesse passo, faço questão de destacar o quadro técnico da Anvisa, extremamente qualificado e dedicado, do qual me orgulho de fazer parte.

Ao fim, é preciso elogiar o trabalho executado por V. Exªs no controle das atividades executadas pelas agências reguladoras. Lembro da exigência de prestação de contas anual a que estão obrigadas as agências, decisão essa tomada pelo Senado Federal, algo que a Anvisa já tomava como obrigação antes mesmo dessa ordem.

Acrescento também a aprovação, pela Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, do PLS 52, projeto de lei das agências, projeto que aprimora o modelo de formatação das agências reguladoras, órgãos que têm um papel fundamental na definição de modelos de segurança de produtos e serviços disponíveis ao cidadão.

E por que não falar em incentivo ao desenvolvimento do País? Neste contexto de desenvolvimento, resta recordar o PLS 200, de 2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, do Senador Waldemir Moka e do Senador Walter Pinheiro, que trata de pesquisa clínica e será item de pauta, talvez no dia de hoje.

Obrigado pela atenção das Senadoras e dos Senadores aqui presentes. Reitero meu compromisso com V. Exªs de fazer cada vez mais pela sociedade brasileira por meio da regulação sanitária, que, nos dias de hoje, a Anvisa executa com a mais alta competência. Assim, neste espírito, coloco-me à disposição de V. Exªs para os questionamentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Renato Alencar Porto por sua exposição e concedo a palavra ao Dr. William Dib.

O SR. WILLIAM DIB – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, em cujo nome cumprimento todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Queria agradecer ao Senador João Alberto, que eu tive a honra de ter como Relator, agradecer ao Presidente Michel Temer pela indicação, e dizer que é um privilégio, uma honra, comparecer a esta digna Comissão na condição de indicado ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa. Submetendo-me ao crivo constitucional dessa instituição, terei muito orgulho e dedicação ao exercer essa função, contribuindo com o desenvolvimento do nosso País, caso o meu nome seja aprovado por V. Exªs.

Sou médico cardiologista, profissional da área de saúde por vocação e formação. Especializei-me em saúde pública e administração hospitalar. Comecei minha carreira médica como plantonista lá em Carapicuíba e fui nomeado médico da Prefeitura de São Bernardo logo depois. Acumulei a função de médico supervisor do INSS, do qual fazia parte desde 1975. Em agosto de 78, tornei-me assessor da Secretaria de Saúde e Promoção Social e, posteriormente, Secretário de Saúde da cidade, cargo exercido em diversas oportunidades durante os anos de 84 a 88.

Quando Secretário de Saúde, em meados de 85, tive o privilégio de participar, a convite do então Ministro da Previdência, Waldir Pires, do planejamento das Ações Integrais de Saúde, as AIS, um conjunto de ações criado pelo extinto Conasp, Conselho Nacional de Administração de Saúde Previdenciária, visando otimizar os recursos, a universalização e a descentralização da saúde pública. O principal fruto das AIS foi sua consolidação com o Suds, Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, em 1987, e com a criação do SUS, na Constituição Federal de 88, que ajudou a criar a Associação dos Secretários Municipais de Saúde, que hoje tem acento no Conselho Nacional de Saúde. Consequência direta desses eventos, a cidade de São Bernardo foi pioneira na implantação de diretrizes fundamentais do SUS, com a municipalização, a participação popular e a implantação do Programa de Saúde da Família.

Em 1992 fui eleito Vereador de São Bernardo. Porém, não cheguei a assumir a vaga na Câmara Municipal, já que fui nomeado para o cargo de Secretário de Saúde, onde permaneci até 1995. No ano 2000, fui eleito Vice-Prefeito, colaborando também como Secretário de Governo de Habitação, Meio Ambiente e Administração. No ano de 2003, assumi, pela primeira vez, o cargo de Prefeito. Candidatei-me à reeleição em 2004 e venci a disputa com 76% dos votos válidos, obtendo aprovação recorde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Fui Presidente do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC por duas vezes, quando conquistei benefícios importantes junto ao Governo do Estado para a população da região do ABC paulista e metropolitana: os piscinões, os Hospitais Mário Covas e Serraria, o Rodoanel Trecho Sul da Via Anchieta e a remodelação do Trevo 29.

Dentre as realizações na área de saúde pública na Prefeitura de São Bernardo, criamos um novo modelo de gestão de unidades de saúde, atualmente chamado de OSS, Organizações Sociais de Saúde, adotado em todo o País. O novo modelo de gestão é realizado pela prefeitura em parceria com entidade filantrópica. O modelo das OSS possui uma política de benefícios e impõe regras ao administrador. A remuneração das organizações é feita por meio de um contrato de gestão firmado anualmente. Nesse acordo, a organização se compromete a cumprir metas de produção com o atendimento de processos, redução de custos, qualidade e satisfação da população atendida. Em São Bernardo, a parceria foi feita com a Fundação do ABC, o Hospital de Ensino Anchieta e o Hospital Municipal Universitário. Foram os primeiros equipamentos de saúde a serem gerenciados pelo novo modelo de gestão. Depois da reforma e ampliação do pronto-socorro, passaram a ser administrados pela parceria, atingindo 81% de satisfação com a mudança. Devido aos bons resultados, a parceria foi ampliada para outras unidades de saúde e clínicas de especialidades médicas.

Em cinco anos à frente do Executivo Municipal da cidade de São Bernardo, as inaugurações e ampliações feitas na saúde ampliaram em 126 mil o número de atendimentos/mês. O Hospital Municipal Universitário: ampliamos o atendimento humanizado e serviços pioneiros, como o método Canguru, Casa da Gestante, triagem auditiva neonatal, medicina fetal e serviço do Bombeiro Amigo e banco de leite, que salvou mais de 8,6 mil recém-nascidos, além de fornecer vacinas de hepatite e BCG.

O Hospital Municipal Universitário já recebeu quatro prêmios, entre eles o Hospital Amigo da Criança, da Unicef, um dos dez melhores hospitais públicos do Brasil. O Centro de Atenção Psicossocial e Infantojuvenil, Capsi, atendeu crianças e adolescentes com até 17 anos usuários de álcool e drogas. O Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas atendia os dependentes químicos e estimulava a sua reintegração social e familiar.

Também atuamos no Ambulatório de Especialidades Odontológicas. Triplicamos o número de leitos da UTI do Hospital de Ensino Anchieta, e o prédio passou a acomodar nove apartamentos com dois leitos. Cito também a ampliação do Centro de Alta Complexidade em Oncologia, destinado a pacientes portadores de câncer; o Cacon, recebeu um moderno equipamento de radioterapia e ampliou o número de consultas. Três centros regionais de especialidades médicas foram criados no nosso governo.

Como homem público, elenco alguns prêmios recebidos no meu mandato como Prefeito: Prêmio Desempenho Melhores dos Melhores de 2013, concedido ao Hospital Municipal Universitário; Prêmio Hospital Amigo da Criança, entregue ao Hospital Municipal Universitário pela Organização Mundial de Saúde e Unicef; Prêmio O Futuro da Criança em Ambientes Saudáveis, Unicef; Prêmio Prefeito Amigo da Criança 2004, idealizado pela Fundação Abrinq; Prêmio Nacional Professor Fernando Figueira em 2004, que coloca o Hospital Municipal entre os dez melhores hospitais públicos do Brasil. Em 2008, recebi o Prêmio dos 100 Melhores Prefeitos das Américas, atribuído pelo Instituto de Certificação Internacional Município e Cidadania, de Brasília.

Vou resumir, é muita coisa, vou pular.

Depois de ser Vice-Prefeito e Prefeito, fui Deputado Federal até janeiro de 2008. Participei de várias comissões permanentes na Câmara e também de comissões temporárias.

Eu vim disposto a colaborar com o que já tem sido feito pela Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Permita-me interrompê-lo por um segundo, apenas para anunciar o início da votação.

Prossiga.

O SR. WILLIAM DIB – Então, diferentemente do Dr. Renato, que está voltando à Anvisa, a minha ida à Anvisa é nova. Estou disposto a fazer um trabalho de modo a ajudar a Anvisa a atender os reclamos da nossa sociedade, fazendo dela uma agência cada vez mais digna e decente.

Com certeza, a Anvisa já está no caminho certo. Eu quero cumprimentar o Presidente atual da Anvisa, Dr. Jarbas, toda a sua equipe, a equipe técnica da Anvisa, pelo alto trabalho, de qualidade, que tem sido feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Não vou inventar a roda, eu vou colaborar, sou mais um para ajudar a construir uma agência regulatória que preencha os espaços que a sociedade reclama.

Estou à disposição dos Senadores e das Senadoras para a sabatina que desejarem fazer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. William Dib.

Indago ao Senador João Alberto, Relator da mensagem presidencial, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Não, Sr. Presidente, apenas solicitei que o corpo de apoio fizesse um requerimento – já vamos entrar em recesso – para que a matéria fosse votada e, em caráter de urgência, fosse encaminhada ao Plenário. Apresentarei o requerimento na hora oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente Senador Edison Lobão, caros colegas Senadores e Senadoras, eu queria brevemente fazer um questionamento ao Dr. Renato Porto.

A Anvisa já se ajustou a algumas adaptações sobre prazos para registros na área da pesquisa clínica. V. Exª até mencionou a iniciativa parlamentar de três Senadores: Senador Walter Pinheiro, por quem tenho um enorme respeito, do PT da Bahia; Senador Waldemir Moka, médico cardiologista como o Dr. William Dib, agora candidato aqui a uma diretoria da Anvisa sobre pesquisa clínica. Eu queria saber do senhor como a Anvisa pretende se adaptar para reduzir os seus próprios prazos, principalmente no que diz respeito aos medicamentos biológicos, a fim de acompanhar os avanços advindos do PLS 200, que, claro, passa por esta Comissão, em caráter terminativo, e depois irá para a Câmara dos Deputados.

A outra questão: as reuniões prévias para a apresentação de propostas – por exemplo, desenho de plano de desenvolvimento – passarão a ter caráter oficial da Subcomissão de Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamentos? É a questão que faço ao senhor.

E gostaria de saber qual será o plano – em outro projeto aí – para atender os prazos de registro e pós-registro quando o PL 5.462, de 2016, que dispõe prazo entre 90 e 360 dias, for aprovado. Qual é o prazo para regulamentar o tema? Como ficará esse passivo?

Essa matéria – apenas para lembrar – é uma iniciativa do Senador José Serra e estabelece critério para que os prazos sejam vinculados à complexidade técnica do medicamento e seus benefícios clínicos, econômicos e sociais. Quanto menor a complexidade técnica e maior a necessidade clínica, econômica e social do medicamento, menor será o prazo, que poderá variar de 90 a 360 dias.

Essas são as minhas questões para o senhor.

Para o Dr. William Dib, pela experiência que tem, não faço nenhum questionamento, apenas desejo posteriormente fazer-lhe uma visita, porque tenho muitas matérias que não estão no âmbito exclusivo da Anvisa, mas, pela sua experiência em relação ao combate às drogas.... É que esta Comissão criou uma subcomissão no início da legislatura para discutir essas questões, por isso gostaria de tratar com V. Exª.

Deixo essas questões para o Dr. Porto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Dr. Renato Porto.

O SR. RENATO ALENCAR PORTO – Presidente e Senadora Ana Amélia, agradeço o questionamento.

São três questões bastante importantes, que, de fato, são a raiz e a natureza de quase todo o trabalho Gerência-Geral de Medicamentos.

Para começar, a pesquisa clínica – a Senadora mostra, de fato, a sua especialização, a sua dedicação a esse tema. A Anvisa já vem trabalhando desde 2013/2014 e, ao final, nós publicamos uma RDC, a chamada RDC 9. É uma RDC que define prazos, talvez seja a primeira RDC da Anvisa que define prazos que são absolutamente cumpridos pela área técnica. Então, uma conjugação de esforços entre área técnica, o setor produtivo e a alta gestão da Anvisa publicou essa RDC, e hoje nós temos o conforto de dizer que qualquer solicitação de pesquisa clínica no Brasil se inclui nesses prazos. Nós temos prazos que giram em torno da casa dos 120 dias. Isso é muito pouco, não é um prazo muito elevado quando comparado ao de outras agências do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós estamos falando de um modelo novo de avaliação de pesquisa clínica, chamado Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento, em que a área técnica consegue se aproximar do desenvolvimento desse produto, conhecer melhor esse produto na etapa de desenvolvimento e, a partir daí, ela consegue tomar decisões mais velozes, mais eficientes. Portanto, algumas alterações na pesquisa clínica, que davam muito trabalho para a equipe técnica.... Hoje, quando a gente conhece todo o desenvolvimento, a gente consegue fazer isso em prazos recordes, como 24 horas, porque isso é apenas uma adequação de uma pesquisa cujo todo nós já conhecemos. Esse é um ponto muito importante. A Anvisa trabalha pela manutenção desses prazos.

Pesquisa clínica é importante, faz parte hoje, na minha opinião, Senadora, de um mercado mesmo. Existe um mercado de desenvolvimento de pesquisa clínica, e é bom que o Brasil faça parte desse mercado como um *player*, que o Brasil entre nessa disputa para executar pesquisas clínicas no Brasil. Não é a ideal, mas a pesquisa clínica, no Brasil, significa, muitas vezes, atendimento ao paciente, porque há pacientes que não conseguem se submeter a pesquisas em outros países. Portanto, trazer a pesquisa para cá aproxima também o paciente da melhor qualidade, do melhor tratamento disponível no mercado. Além disso, nós podemos também lembrar que estamos diante de um processo altamente complexo. Avaliar pesquisa clínica não é simples. Nós estamos colocando pessoas, sujeitos de pesquisa, que depois devem gerar dados suficientes para a Anvisa dar o registro.

Em relação às reuniões prévias, a Anvisa caminha para isso. Isso é uma metodologia americana. Os americanos fazem reuniões prévias, que são, inclusive, pagas. A Anvisa não cobra por essas reuniões. A área, por exemplo, de pesquisa clínica, para ficar nesse tema, executa já diversas reuniões. Principalmente em áreas de muita inovação, Senadora, é importante que a Anvisa se aproxime desse desenvolvimento que não está dentro da instituição.

A maior parte do grande conhecimento gerado no desenvolvimento de um produto não é da Anvisa, é de quem fabrica, é de quem desenvolve o produto. Portanto, é importante, e a Anvisa já se apercebeu, a equipe técnica já se apercebeu de que são importantes essas reuniões. Então, é possível, sim, que, no futuro, elas façam parte do próprio dossiê de investigação ou de avaliação.

Em relação aos prazos do PL 5.462, cumprimento... O Senador Serra não é mais Senador, mas cumprimento todos os outros Senadores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENATO ALENCAR PORTO – Exatamente, é Ministro.

Cumprimento todos os Senadores.

É, de fato, um projeto extremamente importante, é um projeto que define prazo para a agência. A agência não pode ficar à mercê de qualquer prazo. Eu sou servidor da casa, mas também me coloco na situação de quem está do lado de fora, ou seja, esperar simplesmente pela avaliação de uma petição num tempo desarrazoado não é algo que ninguém quer. Então, o PLS vem de fato para definir.

O importante desse projeto – e lembro de quando estava na Agência discutindo esse projeto – é separar por complexidade. É muito diferente você avaliar um dossiê muito simples de avaliar um dossiê, por exemplo, de um medicamento biológico inovador em que nós temos oito estudos pivotais. Para a senhora ter uma ideia, nós estamos falando aqui da casa dos 100 a 120 volumes de processo para serem avaliados por um técnico ou por uma equipe técnica. Então, isso é diferente. Acho que o projeto traz uma importante diretriz para a Anvisa. Nós não temos prazos infindáveis, mas temos prazos suficientes para garantir que o medicamento que vai para a população brasileira tem qualidade, eficácia e segurança comprovada, como falei na minha fala inicial.

Senadora, espero ter respondido as perguntas. A Anvisa caminha, de fato, para, cada vez mais, ter menos filas e conseguir atender à necessidade social de registros de produtos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu gostaria de cumprimentar V. Exª, Presidente desta Comissão, os demais Senadores e, de modo especial, os sabatinados.

O Renato já reuniu experiência ao longo desse primeiro período em que esteve na Anvisa na condição de membro do Conselho. O Dr. William é também, por profissão, conhecedor profundo de todas as questões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que envolvem a atividade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Eu perguntaria para o Renato, uma vez que ele é servidor da própria Agência, foi levado à condição de membro do Conselho e, ao ir, naquela oportunidade, para essa nova atividade, para essa nova responsabilidade, com certeza, tinha inúmeras ideias a serem implementadas, até para facilitar a vida de todos aqueles que demandam manifestações da Agência. Quais as frustrações por não ter conseguido realizar nesse período? De onde partiram as dificuldades? As dificuldades eram externas ou eram dificuldades da própria estrutura, do corpo funcional, da equipe técnica? Há amarrações para retardamento de tantas decisões que são reclamadas? Aqui mesmo, no Senado Federal, em algumas oportunidades, chegou-se a dizer que se criam dificuldades para vender facilidades. Isso é muito ruim para a imagem da Agência, especialmente porque dela se espera agilidade, presteza, sempre com a segurança necessária para permitir que os consumidores não sejam prejudicados em função de decisões não criteriosamente tomadas. O que promete fazer? O que deseja fazer em cima do que realizou e daquilo que não conseguiu realizar nesse próximo período?

A mesma pergunta eu faço para o Dr. William, uma vez que, com certeza, traz sangue novo, ideias novas, uma vontade de vir para contribuir e, de fato, desburocratizar, facilitar a vida de todos os empreendedores e dos próprios consumidores. Por quê? Porque, muitas vezes, o retardamento significa um prejuízo para os consumidores, no sentido de ter um medicamento ou um produto liberado; outras vezes, a antecipação pode causar prejuízos se ela não for adotada com critério.

Há poucos dias, no Palácio do Planalto, Michel Temer falava muito sobre a questão de cada órgão procurar conhecer o funcionamento dos processos e procurar desburocratizar. Não adianta mais nós termos um ministério da desburocratização para que ele pense em toda a burocracia do Governo, é necessário que nós tenhamos, em cada órgão, gente preocupada em avaliar os processos para permitir que eles tenham agilidade, mais segurança e mais transparência.

Pergunto para o Renato onde estão suas frustrações por não ter conseguido realizar o que idealizou no momento em que estava sendo sabatinado aqui, no Senado, para assumir a Agência e, ao Dr. William, o que ele pensa em trazer e incorporar de novo à Anvisa nesses próximos anos se ele vier a ter o seu nome aprovado aqui e no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Dr. Renato.

O SR. RENATO ALENCAR PORTO – Senador Dalirio, de fato, é uma pergunta que me fiz esse tempo em que ainda não estava na recondução e estava como ex-Diretor. Falar de ambições e frustrações, de fato, é fundamental. Para quem é novo, falar em ambições é mais claro, mais evidente, mas eu tenho, sim, Senador, algumas frustrações.

Quando cheguei à Anvisa, como servidor mesmo, conhecendo os processos de trabalho, me apercebi de que, de fato, a Agência eram várias agências, eram várias metodologias de trabalho diferentes, eram várias formas de gestão diferentes dentro desse processo. E, se eu fosse falar de frustração, eu lhe diria que a frustração que tenho é, de fato, por ainda não se ter conseguido homogeneizar toda uma agência. Eu acho que isso é importante para o cidadão.

O cidadão não se preocupa se está protocolando um processo na área A ou na área B. Ele quer o resultado daquele processo. Portanto, uma agência homogeneizada, uma agência econômica, uma agência que limita a sua atuação e, de fato, as suas necessidades... O maior desafio é este, é nós sabermos, de fato, qual o nosso limite de atuação.

Hoje, o Supremo Tribunal Federal vai jugar uma ação impetrada pela CNI, relativa a aditivos de tabaco, e o foco dessa ação, de fato, é isso, a definição da competência de uma agência.

Então, estabelecer a competência dessa Agência e conseguir fazer com que essa agência funcione adequadamente, no tempo oportuno, é o grande desafio e a frustração que eu acho que, talvez, nos próximos três anos, eu tente diminuir, mas não vai ser fácil fazer isso.

Trata-se de uma agência que tem uma competência gigantesca. Hoje nós temos mais competências estabelecidas do que o FDA, por exemplo, que é uma das maiores agências do mundo. Nós estamos falando de uma agência que registra medicamento, que registra saneante, que registra cosmético, que registra produtos para a saúde, que registra agroquímicos ou agrotóxicos, que controla a entrada das fronteiras brasileiras, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

faz fiscalização em serviços de saúde, que controla a produção de hemoderivados. Então, nós estamos falando de uma grande agência, com vários tipos de serviços a serem prestados e que precisam, na minha opinião, ser homogeneizados.

Então, o meu maior desafio.... Quando eu assumi, por exemplo, a Diretoria de Registro, que compõe várias áreas desse processo, com a minha equipe, sempre tratamos de levar a melhor prática já executada, na própria Agência, para outra área. Essa é a forma mais rápida e mais econômica de eu pulverizar atividades positivas, ou seja, não ficar preocupado, talvez, em copiar uma ação de uma agência estrangeira, que está muito longe da nossa, quando eu tenho atividades muito boas sendo executadas na própria Agência, quando eu tenho técnicos muito habilitados.

Então, uma frustração: nós temos uma equipe pequena. Nessa equipe pequena, nós precisamos manejar essas pessoas, de modo que nós consigamos equilibrar o tempo para dar o registro – que, invariavelmente, vai ser dependente da quantidade de servidores que existirem naquela área – com a capacidade técnica, com áreas que eu não posso tirar. Dizem dentro da casa: "Nós somos uma agência de cobertor curto; se tira daqui, falta ali."

Mas também tenho uma grande satisfação, Senador, de contar com uma equipe altamente habilitada, gestores que são capazes de manejar trabalhos extremamente difíceis, ardorosos, complexos, com equipes pequenas, mas muito eficientes. Sempre gosto de, ao falar de uma frustração, falar de um benefício, senão nós terminamos falando sozinhos e vamos colocando na nossa cabeça que não temos resultados a apresentar. Temos, sim. Então, eu tenho uma equipe e sempre disse para o meu time: "De fato, o que nós precisamos fazer aqui é gerir uma casa." A equipe técnica está pronta para avaliar todos os processos – com dificuldades operacionais, como todos os órgãos têm.

A Anvisa tem uma dificuldade operacional de quantidade de servidores? Tem, e muito grande.

Eu me lembro do Diretor Ivo. Era um diretor que sempre falava isso.... Nós estamos falando de uma agência que tem, numa área de medicamentos, 120 pessoas, enquanto – a Patrícia está ali, é gerente da área de medicamentos –, analisando dossiês, são oitenta, oitenta e cinco pessoas – para analisar todas as petições de medicamentos que são apresentadas no Brasil. É muito pouca gente, Senador Moka.

Se nós formos dividir essas petições pelo número de pessoas.... Segundo dados que tenho, há pessoas que vão ficar vinte meses, trinta meses para analisar as petições que foram distribuídas para elas. Por isso nós temos, Senadora Ana Amélia, a preocupação também com o prazo. Se nós dividirmos, é um número racional. Por mais que eu saiba que a equipe é eficiente, esse número vai chegar à casa de um ano, à casa de um ano e meio.

Então, Senador, é uma frustração não conseguir fazer mais pela sociedade, mas também acho que é um motivo de orgulho, porque, pela equipe que nós temos lá dentro, nós fazemos muita coisa. Nós somos hoje credenciados, como eu disse, pelo ICH, que é a maior autoridade, o maior fórum mundial de medicamentos. Fomos a primeira agência convidada, depois dos formatadores dessa agência, a ser incluída como membro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. William Dib.

O SR. WILLIAM DIB – Caro Senador, eu acho que a pergunta é extremamente importante.

O clamor da sociedade é por agilidade. Agora, a Anvisa não pode abrir mão de segurança, de eficácia. As colocações do Dr. Renato são muito próprias em relação ao tamanho da equipe, ao tamanho da Anvisa, e às responsabilidades que ela tem, mas a Agência tem feito coisas extremamente importantes, de modo que, com o tempo, eu tenho a impressão de que vai acabar ocorrendo a agilidade. A mudança, por exemplo, dos prazos de registro, de cinco anos para dez anos, com certeza, a médio prazo, vai agilizar ainda mais as decisões da Anvisa.

Eu acho que, com parceria com o Legislativo, com o Senado, nós poderemos criar situações em que a agilidade não traga insegurança, porque a Anvisa não pode abrir mão da segurança que ela procura. Trata-se da qualidade da saúde no nosso País. Então, eu acho o trabalho tem que ser em conjunto. A homogeneização dentro da Agência é fundamental, como o Dr. Renato falou, mas fora da Agência também, nas vigilâncias, em vários níveis – nos Municípios, nos Estados.... Há a necessidade de uma homogeneização da vigilância sanitária no nosso País, para dar mais credibilidade, mais segurança e mais eficácia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para fazer suas indagações aos candidatos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Senador Edison Lobão; Srªs Senadoras, Srs. Senadores; senhores indicados à Diretoria da Anvisa, Dr. Renato Alencar Porto e Dr. William Dib: os pareceres dos Relatores das indicações de V. Sªs, tanto do Senador Dário Berger, para a indicação do Dr. Renato, como do Senador João Alberto, para o Dr. William, já demonstram a competência e a capacidade dos senhores para assumirem essas funções da maior importância na agência reguladora.

Eu gostaria de fazer, Presidente, três indagações.

Uma delas a Senadora Ana Amélia já antecipou, que diz respeito exatamente a esses prazos de tramitação do processo. Mas vou fazer um adendo. Eu perguntaria ao Dr. Renato.... No início do ano, foi promovido aqui no Senado Federal um seminário: "A Voz das Pessoas com Doenças Raras". Na ocasião, o senhor, já como Diretor da Anvisa, declarou que o principal desafio da Agência era disponibilizar os medicamentos com rapidez para as pessoas com doenças raras. Voltamos ao mesmo questionamento do tempo de liberação de novos medicamentos. Eu perguntaria: qual é o estado, hoje, da questão? Continua? A sua opinião é a mesma do início do ano? Houve alguma melhoria, ou é preciso que haja uma ação para que possamos acelerar esse processo? Eu lembro que essa questão é importante, porque é necessário que os medicamentos para essas doenças raras, todos eles, sejam disponibilizados dentro.... Com segurança, evidentemente; não é acelerar e perder a segurança, mas para que os pacientes tenham a possibilidade de terem a sua saúde restabelecida.

Para o Dr. William Dib, Deputado Federal, colega nosso. O senhor, à época, como Deputado, quando houve uma discussão sobre o escândalo das próteses de silicone fabricadas pela empresa francesa PIP, o senhor declarou que – aspas: "Quase todos os órgãos foram ocupados sob aspecto político, não técnico. As agências perderam o compromisso de fiscalização." – fecho aspas. O que o senhor pretende fazer agora para mudar essa situação e impedir que episódios como aquele voltem a acontecer no nosso País? O senhor vivenciou como Parlamentar, e agora terá a responsabilidade, como Diretor da Anvisa, de ter a missão de fiscalizar e evitar que haja outro problema como esse.

Com relação à questão da agilidade na regulamentação, na liberação de novos medicamentos, a indústria farmacêutica nacional ganhou uma relevância muito grande. Hoje, ela tem uma importância no setor significativa, talvez em quantidade e volume. Em relação a valores, a indústria internacional vende um volume menor, mas com valores maiores, porque são medicamentos de alta especialidade para casos mais graves, que a indústria nacional busca poder fabricar e ainda não conseguiu. Mas eu lembro aqui que, com a política do então Ministro José Serra, hoje Senador licenciado e Chanceler, que criou o incentivo aos genéricos e também a Lei das Patentes, houve um avanço muito grande na indústria de fármacos brasileira.

Como já foi dito sobre a questão da regulação, da liberação por parte da Agência – o próprio Dr. Renato fez um comentário, era a sua área de responsabilidade –, há um prazo longo, chegando, em alguns casos, entre a entrada do processo e a liberação, a quatro anos de espera. Isso desincentiva a indústria a promover pesquisa, a investir em pesquisa, porque são investimentos pesados para identificar. E as indústrias de fora do Brasil, os laboratórios, fazem a pesquisa lá na sede, e não aqui; depois, só fazem trazer o que pesquisaram para ser vendido aqui no Brasil.

Como o senhor falou, há uma fila de processos em análise, e o número de servidores é muito pequeno. Então, eles têm uma sobrecarga de serviço, e isso talvez acarrete essa demora na liberação. Aí eu pergunto – a primeira pergunta eu acho até que V. Sª já respondeu – há falta de corpo técnico na Anvisa para que se possa acelerar o processo com segurança? É preciso criar procedimentos operacionais mais simples, mantida a segurança, quer dizer, fazer com que a regulação seja simplificada, sem perder, efetivamente, a segurança na liberação? É preciso estabelecer prazos mais realistas para que a indústria possa se programar no sentido de lançar o produto? O que pode ser feito para aprimorar e acelerar o processo de registro de medicamentos na opinião dos senhores? E de que forma a Agência poderia propiciar condições mais favoráveis à inovação? De que forma a Anvisa poderia incentivar a inovação aqui, em nosso País?

Eu perguntava ao Senador Moka, ainda há pouco.... Em todas as agências reguladoras, e elas todas têm uma função da maior importância, não só de regular como de fiscalizar, como de defender o consumidor, o cidadão, todas elas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... que têm receitas vinculadas sofrem de um mal que é o represamento desses valores das receitas pelo Tesouro Nacional, pelo Executivo, liberando 15%, 20% do que o cidadão paga, porque está nas tarifas, está nos preços – no caso, dos medicamentos –, e o restante é usado – o superávit primário – para pagamento dos juros. Eu perguntaria qual o valor que hoje faz parte do orçamento da Anvisa em relação à arrecadação, e se esse valor é suficiente. Ou é necessário que haja um aumento de recursos para que possa haver uma reestruturação da Agência para acelerar esses processos?

Eram essas as perguntas.

Desejo boa sorte a ambos na nova missão como diretores da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, sem prejuízo das necessárias e oportunas indagações, todas elas, e também sem prejuízo da precisão das respostas e das informações, eu peço, tanto aos Srs. Senadores quanto aos candidatos que agora estão sendo sabatinados, a gentileza de sintetizarem suas participações, em virtude de termos, ainda, uma pauta longa por deliberar, e a previsão de que haverá uma sessão do Congresso Nacional ainda ao final desta manhã.

Concedo a palavra ao Dr. Renato.

O SR. RENATO ALENCAR PORTO – Sr. Presidente, vou tentar sintetizar, mas já digo que vou deixar de falar algumas coisas, Senador Flecha, pelo tempo. Esse tema, de fato, é muito importante, talvez um dos mais longos que a gente precise trabalhar na instituição.

Em relação a doenças raras, eu vou tentar ser rápido. A Anvisa já tem uma RDC, a RDC 37, que prioriza. Recentemente, foi pautada na Diretoria Colegiada a distribuição de uma matéria para fazer uma nova RDC em relação às doenças raras. Doenças raras, para mim, especialmente, e para todo o corpo técnico da Agência, são extremamente importantes. Nós estamos falando de pessoas que precisam de medicamentos de uma maneira rápida. Talvez a severidade da doença, Senador – e eu falava isso quando era Diretor na Anvisa –, possa definir, como definiu no projeto do Senador Serra prazo em relação à complexidade.... Para doenças raras, nós podemos falar em severidade. Ou seja, quanto mais severa, mais rápida terá de ser essa análise, porque é isso que define se uma pessoa vai poder utilizar aquele medicamento e ter uma sobrevida ou não. Então, talvez, não só termos o conceito de doenças raras ou não raras negligenciadas – não é isso. Eu acho que tem, mas, mais do que isso, nós temos de estabelecer ainda uma linha mais rápida, uma linha do tempo mais curta, para fazer com que essas doenças que têm uma alta severidade de fato sejam analisadas imediatamente. Nós poderíamos definir numa RDC, por exemplo, que doenças com severidade muito alta devam ser analisadas imediatamente – chegou à Agência, será distribuído para um técnico e algum técnico terá de parar para analisar. Por quê? Porque uma pessoa pode estar precisando em poucos dias, e isso pode significar, talvez, a sua sobrevida – que seja de dias ou meses. Então, é um caso absolutamente especial para a gente, as doenças raras, e nós já tratamos dele há muito tempo. Nós estamos falando de prazos, Senador, a título ilustrativo, que giram na casa de meses; não são prazos que duram mais do que isso. Nós temos, já, registros de medicamentos para doenças raras feitos em vinte e poucos dias, como temos registro de outros sendo feitos em 120, 150 dias, que é um tempo razoável. Nós precisamos também garantir, como o Dr. William Dib falou, um mínimo de segurança e de eficácia e qualidade para aquela droga que será utilizada pela população.

Num segundo momento, falando de tempo. Aí, Senador, de fato, é o grande desafio da Agência: diminuir esse tempo. Incentivar pesquisa no Brasil é importante, isso tem uma aproximação com a academia, tem uma aproximação com a universidade, a capacidade que o mercado brasileiro tem de absorver essa nova tecnologia e fazer com que esses produtos cheguem ao mercado mais rápido.

A Anvisa se aproximar também dos desenvolvedores é algo fundamental. O próprio ICH, que eu citei aqui, é o fórum.... Esse fórum, Senador, tentando explicar de maneira muito rápida, define as regras para o mundo de como aquele medicamento vai ser avaliado. Portanto, se a Anvisa faz parte desse seleto grupo, estamos diante de uma situação em que a Anvisa vai conhecer as regras antes mesmo de elas serem executadas. Então, a equipe técnica da Anvisa conhece, já se ajusta àquela metodologia, portanto a avaliação será mais rápida. Por outro lado, a indústria também vai conhecer de uma maneira homogênea, harmonizada, quais são os regramentos para o desenvolvimento e registro do produto no Brasil.

Então, uma indústria que quer incentivar a indústria nacional e que quer trazer produtos para o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tem condição de já conhecer previamente essas regras e calcular. Eu diria, Senador, que tão importante quanto o prazo de avaliação de qualquer dossiê na Anvisa é a segurança que damos para o mercado, é a segurança que damos para a indústria. Dizemos: "Registramos esse produto em tal prazo, conseguimos fazer essa avaliação em tantos dias." Isso é importante, porque qualquer indústria, Senador, se planeja, não há indústria que vá fazer um medicamento da noite para o dia. No desenvolvimento, por exemplo, de um produto biológico – e eu tive a oportunidade de ver produtos biológicos desenvolvidos no Brasil, indústrias nacionais desenvolvendo da raiz da biodiversidade brasileira –, estamos falando em produto que foi desenvolvido em doze, quinze anos. Então, não é possível que o prazo da Anvisa, que seja um prazo de ano, que é um prazo alto, seja o definidor crucial. Não é só ele que é.

Então, antecipar etapas, demonstrar para o agente externo como trabalhamos talvez seja um grande gancho para entendermos e para as pessoas se planejarem adequadamente e não perdermos tempo nesse processo, porque a coisa pior que existe para mim, olhando do lado de fora, se eu fosse uma indústria apresentando um dossiê ou apresentando uma solicitação, seria olharmos para esse processo e, no meio do caminho, a Anvisa dizer: "Você vai ter que alterar, porque não é assim que avaliamos. Você vai ter que alterar, porque isso não está completo. Não é essa a regra que existe." Então, essa segurança que temos que dar no tempo regulatório é fundamental, partindo de uma agenda regulatória até mesmo à nossa capacidade de reformular as próprias RDCs. Temos que ter os nossos limites. Nós, diretores, corpo técnico da casa, não podemos estar reformulando RDCs a qualquer momento. Isso causa instabilidade. Essa insegurança tem custos ao final.

Então, Senador, tentando resumir, tudo o que o senhor falou é importantíssimo. Temos falta de corpo técnico? Temos. Temos dificuldade orçamentária? Temos. Talvez seja uma agência muito grande. A Anvisa é uma agência muito grande, porque repassamos para os Estados e Municípios um valor, então é uma agência que tem um orçamento relativamente alto. Se você for olhar e comparar com outras agências, é uma agência que tem um orçamento alto. Mas eu diria: é um orçamento alto hoje que não dá conta das competências que temos, não dá conta de colocar na Anvisa corpo técnico suficiente para avaliar todos os processos, o que é preciso. Estamos falando de criar novos prazos, prazos mais realistas? Sim. Estamos falando de criar novos mecanismos de automação de processos? Sim. Senador, a área de tecnologia da Anvisa pode oferecer muito mais para a área técnica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO ALENCAR PORTO – Eu já tive a oportunidade de avaliar processos em que eu estava parando ou diminuindo a velocidade de regulação sanitária porque um processo técnico de TI não poderia ser desenvolvido. Mostrei isso em alguns processos. Isso é ruim, porque é uma área em que precisamos ter o suporte. Pelo contrário: ela deveria nos oferecer todos.

Então, temos alguns desafios sim. Acho que são desafios muito menores do que já foram, porque não estamos falando de qualidade técnica, não estamos falando de insegurança regulatória de uma maneira muito elevada. São desafios menores, que eu acho que o corpo técnico da instituição, a diretoria da Anvisa está pronta para resolver.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo agora a palavra ao Dr. William Dib.

O SR. WILLIAM DIB – Caro Senador Flexa Ribeiro, eu acho que o Dr. Renato colocou muito bem. O senhor colocou todos os problemas vigentes hoje, atuais, na Anvisa. São grandes desafios. Eu acredito que possamos avançar muito.

A Anvisa já tem avançado. Quanto à questão das doenças raras, a liberação do canabidiol tem aberto caminho para a agilidade, para criar um tempo melhor. Eu acho que está sendo revista essa resolução e eu tenho certeza de que a Anvisa vai encontrar um caminho que regularize essa atuação e agilize, com segurança, essa questão.

A outra ideia é que, por exemplo, a atividade da Anvisa no registro de novos medicamentos se confunde com alterações de medicamentos, que poderiam ser vistos de uma outra forma, da intensidade dessa mudança, e não entrar na fila de todos os novos produtos. Então, é uma ideia, pode ser que ela possa agilizar, em alguma coisa, a liberação de produtos que são modificados durante o seu prazo de registro.

A questão do que eu falei: uma coisa é quando estamos num processo político. Na atividade política, você faz a crítica que você pode fazer. Agora, eu não vou participar do processo político, eu tenho que achar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a solução. Há problema? Com certeza, teremos problemas, mas estaremos junto com a equipe de técnicos, junto com o restante da diretoria, para encontrar caminhos de eficácia, de segurança e de agilidade.

Eu acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Moka, que havia solicitado também a palavra neste instante, não se encontra presente.

Eu peço ao Senador Otto Alencar, por não estar também presente o Relator, Dário Berger, que assuma, em seu lugar, como *ad hoc*, a relatoria da mensagem que indica o nome do Dr. Renato Porto à Anvisa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, na ausência do Senador Waldemir Moka, sem dúvida, posso relatar *ad hoc*.

Já foi lido, basta a formalidade e a assinatura aqui no parecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É apenas uma formalidade legal, da qual somos escravos na Comissão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Concordo com o parecer do Senador Waldemir Moka. Sei que o Dr. William Dib reúne todos os pré-requisitos necessários para ocupar cargo dessa relevância. Portanto, não tenho nenhuma dificuldade em substituí-lo aqui.

Também parabenizo o Dr. Renato Alencar Porto. É Alencar, mas não é meu parente – para não se achar que estou aqui beneficiando um parente, para que não se pense em nepotismo, que é tão fiscalizado hoje.

O SR. RENATO ALENCAR PORTO – Presidente, se me permite, cumprimento o Senador Otto Alencar pela relatoria *ad hoc.* Agradeço. É uma pessoa com quem tive oportunidade de, no dia de ontem, conversar um pouco pela Anvisa e mostrou, de fato, bastante conhecimento sobre o trabalho da área. Então, agradeço, Senador, pela relatoria *ad doc* e o cumprimento com as minhas maiores homenagens.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, não havendo mais quem queira fazer uso da palavra...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Eu queria apenas fazer um questionamento ao Dr. Renato – se ainda for possível, Presidente. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Dr. Renato, o senhor, com toda a sua experiência, é um servidor da instituição que agora pleiteia recondução a esse cargo, um desafio muito grande. Aprovado, se assim os colegas Senadores concordarem, esse novo mandato do senhor, o senhor vai ocupar um dos espaços maiores naquela instituição. Nós, aqui, somos temporários, mas o senhor será permanente. O senhor vai ocupar um espaço extremamente importante.

Na sua opinião – pergunto como médico, como profissional da saúde, cuja profissão é a defesa da saúde, é lutar pelo dia da saúde muito melhor –, qual o grande desafio que o senhor vai ter nesses próximos anos? O que o senhor vê como maior desafio na sua área? Com o que o senhor se daria por satisfeito nessa nova missão? Como servidor da casa e como profissional da área, o que o senhor pensa? Com o que o senhor sonha? O que o senhor pretende alcançar nesses próximos anos?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Dr. Renato.

O SR. RENATO ALENCAR PORTO – Senador Eduardo Amorim, eu o cumprimento. Talvez V. Exª não saiba: sou nascido no Piauí, mas criado no Estado de Sergipe, onde fiquei por 15 anos. Volto e me recordo sempre do bom Estado em que vivi em alguns momentos.

De fato, Senador, falar de sonhos.... Eu sou servidor da casa e vou ser muito direto. Eu acho que o meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

principal objetivo, como servidor que alcança a Diretoria Colegiada da Agência, é conseguir melhorar o nosso ambiente de trabalho, conseguir criar, de fato, uma identidade do servidor da Anvisa. Ou seja, o que o servidor da Anvisa pleiteia para a sociedade brasileira? Ou seja, quando o servidor da Anvisa olha o seu processo, o seu dia de trabalho e vê aquele processo causar ou trazer um impacto para a sociedade? Isso é o que eu digo todo dia no meu gabinete, e eu acho que este talvez seja o sonho do Renato: olhar para um processo e dizer "Isso mudou a vida das pessoas, está fazendo o melhor". É assim que as pessoas começam a valorizar uma instituição que, por si só, já tem valor. Uma instituição que guarda a qualidade, a eficácia e a segurança dos produtos que nós consumimos todos os dias – tomamos água, pasta de dente, tudo – já tem um valor natural.

Agora, o que é o servidor, esse servidor novo que entrou na Anvisa, como eu entrei? Há vários muito antigos, que vêm da Secretaria de Vigilância Sanitária, que são absolutamente dedicados também, estão espalhados por todo o Brasil. É preciso criar, de fato, uma identidade única, é preciso criar a cultura institucional de que nós fazemos aquilo para o bem da sociedade, que nós precisamos mudar, racionalizar os nossos trabalhos. Então, este é um sonho de ideal, um sonho concreto: mexer no nosso ambiente de trabalho a ponto de termos um sistema absolutamente eficiente. Nós temos muita dificuldade de sistema. Isso carrega para o servidor uma dificuldade de trabalho muito grande. Mexer na quantidade de servidores: acho que isso é importante.

Então, trata-se de criar, de fato, pessoas habilitadas, Senador, para ocupar esse mesmo cargo que eu ocupo. Eu não acho.... Talvez eu seja, como servidor, para sempre, mas, como diretor, não vou ser com certeza. Então, é importante que a instituição se prepare para ocupar os seus lugares. Os servidores da casa, a equipe técnica, todos eles, independentemente do nível em que estão, se estão nos Estados, se estão nos Municípios ou se estão até na própria Anvisa: que ocupem. Então, esta também é uma ambição, é um sonho do Renato: colocar pessoas habilitadas nos seus respectivos lugares e, talvez, na própria Diretoria Colegiada. Por que não dizer isso? É possível. Eu já estou aqui uma vez por que não ser para sempre?

De fato, Senador, mais uma vez: trazer uma cultura e um ambiente de trabalho adequado para o técnico. Acho que o técnico merece isso. É um processo extremamente difícil. Quem teve a oportunidade de avaliar um processo que hoje passa pelas bancadas da Anvisa sabe da dificuldade, conhece o processo árduo que é fazer isso. Então, diminuir todas essas dificuldades que não são afetas, de fato, à natureza da própria avaliação do produto, é o meu trabalho. Eu acho que técnico da Anvisa não tem que se preocupar com quem está analisando um processo, não tem que se preocupar com nada adjacente a isso – onde estamos, com quem estamos, se o computador funciona, se o computador não funciona, se Agência tem orçamento para bancar essa viagem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO ALENCAR PORTO – ... se não tem.

Então, é isso que eu rogo.

Além disso, por último, um sonho. A Agência já é reconhecida, Senador, talvez, como uma das melhores agências do mundo. Acho que um sonho imediato do Renato é ser reconhecido como o líder das Américas, especialmente da América Latina, como a melhor agência, a agência de referência – e nós já o somos pela Opas –, mas que nós consigamos ser isso de uma maneira declarada, eficiente, com comunicação, mostrando que o Brasil está habilitado para todos os desafios e pronto para ajudar os nossos países irmãos, porque muitos deles precisam, de fato, da avaliação da Anvisa, quando, por exemplo, países reconhecem um registro de entrada no Brasil sem fazer qualquer análise. Essa é uma ajuda que nós damos a países que não têm uma agência reguladora da envergadura que é a Anvisa.

Senador, agradeço.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Só mais uma pergunta, Sr. Presidente, agora para o Sr. William.

Dr. William, o senhor é uma pessoa extremamente experiente, um médico que tem uma vivência enorme. O senhor agora está pleiteando um cargo de Diretor da Anvisa. O Estado brasileiro é caro e, muitas vezes, parte desse custo vem de uma burocracia extremamente prejudicial e perversa. Que tipo de contribuição, com toda a sua experiência profissional, o senhor pretende levar a essa instituição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. WILLIAM DIB – Prezado Senador, a experiência que eu tive na minha vida sempre foi dentro da área médica. Eu acabei entrando no processo político meio pela porta dos fundos. Por assumir funções públicas, acabei virando Vice-Prefeito, Prefeito e depois Deputado, mas a minha atividade é médica.

Eu tenho a minha ida à Anvisa como um grande desafio: tentar colaborar para transformar o nosso País em um país melhor, mais justo, mais digno, mais decente. Eu acho que esse desafio, junto com a equipe que hoje está na Anvisa, é um desafio que todos nós, médicos, queremos.

Eu acho que você – desculpe-me chamá-lo assim – deve ter tido as suas dificuldades também no exercício da sua profissão, como médico. Eu acho que esse é o grande desafio do final da minha vida, mas eu quero fazer o caminho melhor possível para o nosso País, para a nossa sociedade. Eu tenho certeza de que eu posso colaborar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Moka, eu já havia pregado o nome de V. Exª, mas V. Exª não se encontrava aqui. Indago se ainda deseja usar da palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Rapidamente, objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu queria dar apenas um testemunho muito particular.

Há três anos fui o Relator da indicação do Renato Alencar Porto e eu o tenho acompanhado. Eu me reservei o direito de não falar isso para não influenciar, mas eu acho que o fato de o Renato ser.... é claro que essa não é condição necessária e suficiente, mas eu sou muito adepto dessa coisa do funcionário de carreira, quando ele ascende a uma diretoria, no caso, da Anvisa, porque acaba trazendo também a cultura do servidor, que se sente representado ali na diretoria.

Eu acho também que o Dr. William, meu colega, com a vasta experiência, principalmente experiência como médico e como Secretário de Saúde, pode dar uma contribuição importante, porque vocês terão na Diretoria Colegiada uma pessoa com uma vivência, uma experiência larga, capaz também de enxergar o outro lado, que é o lado exatamente de quem já vivenciou esta parte, a parte do médico. Eu sei que hoje a Agência é dirigida pelo Dr. Jarbas, a quem cumprimento, cuja capacidade técnica conheço.

Eu acabo, Sr. Presidente, dizendo que fiquei feliz com a sabatina. Tive a oportunidade também de participar e de ouvir os dois que pleiteiam, no caso do Renato, a recondução e, no caso do Dr. William, a indicação pela primeira vez.

Não tenho pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrado o processo de votação e iniciada a apuração eletrônica dos votos.

Enquanto se procede à apuração, eu quero também exaltar o depoimento do Dr. Renato Porto, servidor da Anvisa de carreira, já Diretor, tendo que expor realização própria ao longo dos três anos estando à frente da sua diretoria, e S. Sª o faz com extrema proficiência. Cumprimentos, portanto, à própria Anvisa por tê-lo tido por esse tempo como Diretor. Uma vez aqui aprovado e nomeado pelo Presidente da República, prosseguirá S. Sª no exercício dessa relevante função de fiscal, de monitor do interesse do povo nessa Agência reguladora.

Ao Dr. William Dib, que é médico, como aqui foi declarado por ele próprio, com experiência nesse setor, desejo uma fecunda gestão, também nas mesmas condições do Dr. Renato, uma vez aprovado nesta Comissão e no Plenário do Senado Federal. Que ele possa cumprir as funções para quais terá sido destinado.

Vou declarar o resultado da apuração dos votos aos dois candidatos.

Houve 14 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Estão ambos aprovados brilhantemente nesta Comissão, com os meus cumprimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A Comissão de Assuntos Sociais, portanto, aprova o parecer favorável à indicação do Sr. Renato Alencar Porto para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A Comissão aprova também parecer favorável à indicação do nome do Sr. William Dib para exercer o cargo de Diretor da Anvisa, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Ivo Bucaresky.

As matérias vão ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

De acordo com o art. 165 do Regimento Interno do Senado, os pareceres sobre escolha de autoridades serão incluídos em série no final da Ordem do Dia desta Comissão.

Esta parte da reunião está encerrada, com os cumprimentos aos dois candidatos. (*Pausa.*)

Está reaberta a reunião.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, eu queria que V. Exª incluísse extrapauta um projeto de autoria do Senador Sérgio Petecão, do qual sou Relator, que é o PLS 385. Que pudéssemos colocá-lo hoje também, para que eu pudesse fazer a relatoria nesta reunião de hoje, aproveitando que temos quórum hoje também, pois ele é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, o Senador Wilder solicita inversão de pauta do projeto que menciona e a sua colocação em primeiro lugar na ordem de votação dos projetos nesta manhã na Comissão de Assuntos Sociais.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

2ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 105, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor LEANDRO FONSECA DA SILVA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Leandro Reis Tavares.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observações:

- Após a leitura do Relatório, será concedida, automaticamente, Vista Coletiva nos termos do artigo 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Amorim para, como Relator *ad hoc*, ler o relatório sobre o Projeto de Lei nº 105, de 2016.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela confiança.

Procurarei ser breve, porque o relatório já foi entregue previamente a todos os colegas Senadores.

Trata-se, Sr. Presidente, da Mensagem nº 105, de 2016, do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Leandro Fonseca da Silva para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente da renúncia do Sr. Leandro Reis Tavares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O Sr. Leandro Fonseca da Silva é brasileiro, residente na cidade do Rio de Janeiro e tem 42 anos de idade. Graduou-se, em 1997, em Economia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cursou especialização em Finanças Corporativas, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1998. Em 2009, tornou-se mestre em Regulação, pela London School of Economics and Political Science, do Reino Unido. Obteve a titulação de mestre com distinção.

É servidor público federal desde 2004, da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Iniciou sua trajetória no Ministério da Fazenda, onde, a partir de junho de 2006, começou a trabalhar com Economia da Saúde, no âmbito da Secretaria de Acompanhamento Econômico. Em agosto de 2007, foi nomeado Coordenador-Geral de Economia da Saúde daquele órgão. Em março de 2010, foi cedido à ANS, onde ocupa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – ... desde 2014, o cargo de Gerente-Geral de Acompanhamento das Operadoras e Mercado.

Na ANS, o Sr. Leandro Fonseca da Silva atuou em três diferentes diretorias: Fiscalização; Desenvolvimento Setorial e Normas; e Habilitação de Operadoras. Inicialmente foi nomeado Diretor-Adjunto da Diretoria de Fiscalização. Em agosto de 2010, foi nomeado Diretor-Adjunto de Normas e Habilitação das Operadoras. Em julho de 2013, assumiu a Gerência-Geral de Integração Setorial da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, tendo passado a responder, a partir de setembro de 2013, também pela Diretoria-Adjunta. Por fim, em 2014, foi nomeado Gerente-Geral de Acompanhamento das Operadoras e Mercado, atuando também como substituto eventual do Diretor-Adjunto da Diretoria de Normas e Habilitação de Operadoras, em seus impedimentos, desde 2016.

Assim, considerando o histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido e a documentação enviada, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Leandro Fonseca da Silva para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente da renúncia do Sr. Leandro Reis Tavares.

É o relatório, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Resumidamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nos termos do art. 383 do Regimento Interno, concedo vista coletiva aos membros desta Comissão.

A matéria retornará à pauta no dia 7 de dezembro, quarta-feira, para arguição e posterior votação secreta da indicação do nome do Sr. Leandro Fonseca da Silva, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) na vaga decorrente da renúncia do Sr. Leandro Reis Tavares.

Srs. Senadores, este Plenário acaba de aprovar a colocação do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2016, em extrapauta, com a inversão de pauta.

2ª PARTE
ITEM 4 – EXTRAPAUTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, de 2016
- Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a contribuição sindical será devida somente pelos filiados aos sindicatos, em benefício de seus entes representativos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Sérgio Petecão

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2016, e da Emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nessas condições, concedo a palavra ao Relator, Senador Wilder Morais, para a leitura de seu relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente Edison Lobão.

Colegas Senadores, vamos ao relatório.

Como é de conhecimento dos colegas, eu vou já direto à análise, ao mérito, para que possamos ser rápidos no nosso relatório.

Nos termos do art. 90, I, combinado com o disposto no art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar, em caráter terminativo, proposições que versem sobre o Direito do Trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional do projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União – art. 21, I, da Constituição Federal (CF) – e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional – art. 48, *caput*, da Constituição Federal (CF).

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

No mérito, não há reparos a fazer.

Inexplicavelmente mantida pela Constituição de 1988, a contribuição sindical devida aos sindicatos por aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais não é tão decisiva para a sustentação financeira dos sindicatos mais representativos, mas pode estar mantendo, de modo artificial, entidades sem representatividade junto às suas categorias.

Segundo os últimos dados disponíveis divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1992, 48,5% dos sindicatos tinham 30% de sua receita bruta proveniente da contribuição sindical; 8% dependiam de 30% a 50%; e somente 12% dos sindicatos tinham mais de 50% de sua receita bruta proveniente do imposto sindical.

Infelizmente, as informações do censo de 2000, levantadas pelo IBGE, não foram suficientes para se ter um panorama completo sobre o impacto da contribuição sindical, em decorrência da baixa colaboração das entidades sindicais em responder aos questionários, motivo pelo qual o instituto não divulgou os resultados.

De todo modo, pelas informações de 1992, constata-se que o sistema sindical não é tão dependente da contribuição sindical.

Como essa contribuição vem nutrindo sindicatos carentes de representatividade e, como tal, pouco fazem para a sociedade e seus representados, com certeza, nenhuma falta fariam se eles não sobreviverem sem os recursos advindos da contribuição sindical dos não filiados a sindicatos.

Não há dúvida de que a manutenção da contribuição sindical nos moldes da legislação vigente contribui para a sustentação de um modelo hermético e centralizado, no qual as finanças dos sindicatos são garantidas pela renda certa vinda dessa contribuição.

Por isso, cresce, inclusive no meio sindical, a convicção de que a extinção desse "imposto" pode ajudar a fortalecer o poder de representação dos sindicatos pela ampliação da coalizão, quer do ponto de vista da base territorial, quer do ponto de vista das atividades trabalhistas envolvidas.

Segadas Vianna, especialista do Direito do Trabalho, lembra com muita propriedade que, para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a contribuição imposta por lei aos integrantes dos grupos representados por entidade sindical – como a contribuição sindical prevista pela CLT e recepcionada pelo art. 8º, II, da Constituição de 1988 – viola a Convenção nº 87. De um lado, porque implica uma forma indireta de participação compulsória na vida do sindicato – ninguém pode ser obrigado a sustentar uma associação da qual não deseja participar – e, de outro, porque é incompatível com o regime da pluralidade sindical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Este entendimento foi expresso pelo Verbete nº 227 do Comitê de Liberdade Sindical, a quem compete, no âmbito da OIT, o exame das queixas por violação de direitos sindicais, *in verbis*:

> A faculdade de impor obrigatoriamente a todos os trabalhadores da categoria profissional interessada o pagamento de contribuição a um único sindicato não é compatível com o princípio de que os trabalhadores devem ter o direito de filiar-se às organizações que estimem convenientes. Em tais circunstâncias, a obrigação legal de pagar cotizações ao monopólio sindical, estejam ou não os trabalhadores filiados a ele, representa uma nova consagração e consolidação do dito monopólio.

Assim, nada mais urgente e necessário que o pagamento da contribuição sindical fique restrito aos filiados do sindicato que, por opção, desejam participar das atividades da entidade.

Estamos convencidos de que a medida proposta pelo presente projeto contribuirá positivamente para o desenvolvimento de um sindicalismo mais moderno e independente e, o que é melhor, mais atuante no que tange à satisfação das reivindicações de seus representados.

Cabe-nos, por fim, proceder uma pequena alteração, por meio de emenda que, ao final, oferecemos, no parágrafo único do art. 584, que se pretende adicionar ao texto da Lei. Para tanto, explicita-se que o trabalhador autônomo, quando filiado a mais de um sindicato, diferentemente do empregado, deverá informar diretamente ao sindicato ao qual ele pretende destinar sua contribuição sindical.

Voto.

Pelas razões expostas, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº

Dê-se ao parágrafo único do art. 584 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2016, a seguinte redação:

"Art. 584 .....

.....

Parágrafo único. Caso o empregado ou trabalhador autônomo forem filiados a mais de um sindicato, deverão informar ao empregador ou diretamente ao sindicato, respectivamente, para o qual pretendem destinar a sua contribuição. " (NR)

Presidente, era esse o relatório. A autoria desse projeto é do Senador Petecão.

Na verdade, esse projeto tem por objetivo simplesmente tirar a obrigatoriedade da contribuição para o trabalhador escolher se quer contribuir e com qual sindicato quer contribuir.

Era essa a minha colocação, Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de, em se tratando de um projeto extrapauta que tem uma importância tão grande para o mundo sindical brasileiro, mesmo que eu não seja uma Parlamentar com uma ligação direta, nunca fui sindicalista, fui líder estudantil, mas sempre tive uma participação, uma discussão, uma relação grande com diversos sindicatos de trabalhadores no Brasil. Também fui relatora da PEC do emprego doméstico no Brasil, e uma das reivindicações da Federação das Trabalhadoras Domésticas era justamente poder ter um imposto sindical para sua sustentação.

Então, independentemente da preocupação de todos ou de alguns com a possibilidade de excessos nessa área, esse não é um projeto que possa passar rapidamente, com um quórum baixo da Comissão, num item extrapauta, quando se trata de interesses que vão atingir parcelas tão grandes de trabalhadores no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por isso, eu solicito vista desse projeto. É, inclusive, uma pena que não tenhamos aqui um Senador como o Senador Paim, que, indiscutivelmente, é um Senador representante também do movimento sindical no Parlamento brasileiro. Eu gostaria de, pelo menos, ter a oportunidade de ouvi-lo, ouvir algumas representações sindicais, antes de aprovar ou rejeitar esse projeto.

Muito obrigada.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – É rápido, Presidente.

Primeiro, quero parabenizar o autor, Senador Petecão, e o Relator.

Esse projeto está apenas tirando a obrigatoriedade. Quem quiser contribuir que contribua, tanto no patronal quanto nos trabalhadores. Eu acho que o Brasil vive este momento. Nada de imposição. O trabalhador que entender que o sindicato dele é importante contribua. O proprietário rural, se vir que a CNA ou a federação do seu Estado está correspondendo à altura da sua contribuição, que ele contribua. Então, eu votarei favoravelmente. E peço vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O pedido de vista...

V. Exª tem a palavra, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Era nesse sentido também, de pedir vista. Portanto, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A solicitação é regimental e, nessa hipótese, concedo vista coletiva, marcando para a próxima reunião desta Comissão a apreciação e votação do respectivo projeto.

O Senador Petecão, que é o autor, solicita a palavra? (*Pausa.*)

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, quero agradecer a concessão da palavra.

Primeiramente, eu queria parabenizar o Senador Wilder Morais pelo relatório, que, no meu entendimento, está dentro da expectativa que tínhamos.

Eu já participei de várias audiências públicas com centrais sindicais, com sindicatos, e fiz questão de deixar bem claro: o objetivo do projeto não é, de forma alguma, tentar prejudicar seja lá qual for o sindicato. O objetivo não é esse. O objetivo é atender ao apelo de mais de 70 mil pessoas. Mais de 70 mil pessoas estão no Portal do Senado, apoiando esse projeto. Então, esse é um projeto que vai ao encontro do anseio da sociedade.

Nós estamos num momento em que o País passa por uma situação muito difícil. Muito difícil. Então, há alguma coisa errada. E eu posso dizer – não conheço, lógico, não tenho relação com sindicato, não sou ligado a nenhuma central, não sou ligado a nada – que, lá no meu Estado, no Acre, a maioria desses recursos vai para abastecer alguns sindicatos, para fazer política, e o objetivo desses recursos não é esse. O objetivo desses recursos é em prol do empregado, do trabalhador. Esse é o objetivo do projeto.

Então, eu não acho justo: o Governo arrecada o recurso.... Quem arrecada é o Governo, porque, quando o recurso é obrigatório é o Governo que arrecada, e põe na mão dos sindicatos e das centrais.

A minha fala é no sentido de agradecer ao Senador Wilder. Também quero me juntar a esse pedido de vista conjunta, para que nós possamos, Presidente, se Deus quiser, votar, na próxima reunião, esse projeto, que é de fundamental importância e atende aos anseios da nossa sociedade.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já ouvirei V. Exª, Senador Otto.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, só para deixar claro que não é apenas em relação aos sindicatos de trabalhadores, é também o sindicato patronal, que também usa os recursos para movimentação política.

Com esse projeto do Senador Petecão, eu tenho a impressão de que os presidentes e diretores desses sindicatos agora vão poder trabalhar melhor pelas suas categorias, porque deixa de ser imposto para ser contribuição. Então, eles têm que mostrar resultados para os seus filiados.

Portanto, é um projeto muito importante. Eu, mais uma vez, quero dizer que vou votar favorável, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Peço a V. Exª inversão da pauta para votação do PLS 200, de 2015, que foi lido na reunião anterior e foi pedido vista. Eu pediria a V. Exª a inversão da pauta para que nós pudéssemos votar o PLS 200, de 2015, de autoria do Senador Waldemir Moka, da Senadora Ana Amélia e do Senador Walter Pinheiro, que trata da pesquisa clínica. Na reunião anterior, eu relatei esse projeto e foi pedido vista. Eu pediria a V. Exª que pudesse inverter a pauta para colocarmos em votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Esse projeto está no item 1 da segunda parte da reunião, que é esta em que nós estamos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É o número um?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, desculpe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu já atenderei V. Exª.

Sucede, Senador Otto, que a votação será qualificada, nominal e terminativa. Nós não temos, neste instante, o quórum, está faltando um Senador, mas vou conceder, pela ordem, a palavra ao Senador Paim, na esperança também de que, nesse meio tempo, possamos ter mais um Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para o quórum qualificado, falta um Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou na mesma linha, Sr. Presidente. Eu faço questão de contribuir com o quórum, e nós haveremos de conseguir mais um.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Chegou um.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós temos na pauta também, Presidente, um projeto que está aqui e que trata das gorjetas dos garçons. É um amplo acordo de todos os setores, empresários e trabalhadores. Eles construíram. Se perguntar para mim, na íntegra, o relatório, eu sei que é uma construção coletiva que passaram para mim e eu combinei com V. Exª, num acordo, de que fosse votado hoje.

Quanto ao projeto do Senador Petecão, permita-me, claro que trata da questão sindical. É um tema que merece uma bela reflexão. Eu, ainda ontem, conversava com ele e dizia que queria me debruçar sobre o tema junto com ele e com o Relator. Existem dezenas de projetos, nas duas Casas, que tratam dessa questão, mas nada que uma boa conversa não encontre o caminho adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por isso, independentemente de ter entrado como item extrapauta, como já houve aqui uma reflexão, nós poderemos chegar a um acordo também quanto a esse tema, como chegamos na questão dos garçons, que ninguém acreditava, garantindo para empregado e empregador uma redação sobre as gorjetas.

É o apelo que faço a V. Exª, porque, se der para votar o projeto anterior e esse, eu estou me somando.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Foi concedida vista coletiva. V. Exª não se encontrava presente.

Nós teremos, portanto, no mínimo sete dias, uma semana, para o exame coletivo dessa propositura.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, vamos votar a pesquisa. Já temos quórum.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Já temos quórum qualificado...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Já dá para votar, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... para votar o Projeto nº 200, de 2015, pesquisa clínica.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu votarei tranquilamente na pesquisa clínica.

Faço apelo para que todos fiquem nos dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) –

2ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, de 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa clínica.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição das demais Emendas apresentadas ao projeto.

Observações:

- Em 12.08.2015, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ.

- Em 15.03.2016, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 22-CCT (Substitutivo).

- Em 22.11.2016, a Senadora Vanessa Grazziotin ofereceu 2 (duas) Emendas ao Projeto (Emendas nºs 23 e 24).

- Em 23.11.2016, lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais.

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado

Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se há alguma observação decorrente do pedido de vista coletiva formulado em 23 deste mês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Concedo a palavra ao Sr. Relator Otto Alencar para as suas considerações, caso julgue necessário.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra V. Exª para alguma consideração, se julgar necessário.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, nenhuma alteração, nenhuma observação. Peço a V. Exª que coloque em votação, até porque o Senador Vicentinho vai para outra comissão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Votação nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.

Pode ser pelo computador. (*Pausa.*)

Nós somos submetidos e subjugados pelos técnicos. Vivemos sob o jugo deles.

A votação já pode ser realizada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, eu quero fazer um apelo, para votarmos o outro. É um grande acordo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se houvesse uma divergência, eu não estaria pedindo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Votei; votei, sim, no seu projeto!

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Consulto se algum Senador ainda não votou. Se todos votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acompanho você, a Ana Amélia, enfim, como me havia comprometido há tempo, já. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O resultado da votação: 11 SIM; nenhuma abstenção; e nenhum voto contrário.

Está, portanto, aprovado o projeto. (*Palmas.*)

Aprovada, em turno único, a Emenda nº 25-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015.

Nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovado o substitutivo integral, ficam prejudicadas as demais emendas oferecidas ao projeto.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Item nº 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

2ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2010
- Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

Autoria: Deputado Gilmar Machado

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, acolhendo a Emenda nº 7-CCJ-CMA-CDR, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição das demais Emendas.

Observações:

- Em 14.05.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Em 07.10.2015, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 7-CCJ (Substitutivo).

- Em 27.10.2015, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 7-CCJ-CMA (Substitutivo).

- Em 02.12.2015, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 7-CCJ-CMA-CDR (Substitutivo).

- Em 25.02.2016, o Senador Marcelo Crivella ofereceu uma Emenda ao Projeto (Emenda nº 8).

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado

Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero dizer aos nobres e queridos amigos Senadores e Senadoras que o projeto vai voltar ainda para a Câmara, mas foi um acordo feito entre empregado e empregador, que disciplina a forma do pagamento da gorjeta. Assim, o trabalhador vai poder descontar da própria gorjeta a Previdência, para ele poder ter direito à aposentadoria.

Essa é a síntese do projeto.

Faço um apelo...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, proceder-se-á à votação nominal.

Solicito à Secretaria que ajuste os equipamentos para votação.

Está iniciada a votação.

Os Srs. Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Meu grande amigo Paim, também estou votando com V. Exª. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pergunto aos Srs. Senadores se todos já votaram. (*Pausa.*)

Senadora Marta Suplicy. (*Pausa.*)

Se todos já votaram, vou encerrar a votação.

Senadora Marta. (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Senadora Marta já votou? Vou encerrar a votação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu queria parabenizar o Senador Paulo Paim, defensor dos trabalhadores do Brasil, já há muito tempo lutando por essa categoria. (*Palmas.*)

Nós estamos com a reunião repleta de garçons. Eu espero que vocês possam ressaltar a figura desse homem trabalhador, desse Senador honesto, honrado, pelo Brasil inteiro. E vou fazer uma brincadeira com vocês: votem no Paim e não entreguem ele de bandeja, senão vai complicar a situação. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador Otto!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Otto falou por toda a Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo em seguida a palavra a V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovada, em turno único, a Emenda nº 9 da CAS, substitutiva ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, nos termos do art. 300, XVI, do Regimento Interno.

Aprovado o substitutivo integral, ficam prejudicadas as emendas oferecidas ao projeto.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento do Senado. Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de substitutivo integral.

Concedo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Primeiro, quero também, na linha do Senador Otto, parabenizar o Senador Paim, mas ele já contava com a minha solidariedade. Aliás, eu conheço esse projeto e quero também me referir ao seu autor, o Gilmarzinho, e dizer que eu, pessoalmente, quando cheguei ao Senado, fui visitado pelos garçons, e, de lá para cá, tomei o compromisso. Lembro-me de eles colocarem na porta do meu gabinete: "Senador 10". (*Palmas.*)

Então, eu quero aqui dizer que é um compromisso assumido e um compromisso resgatado, e nós teremos, ainda, a votação em turno suplementar, mas aí já não é mais votação nominal, e também não pode mais ser oferecido nenhum substitutivo.

Parabéns aos garçons aqui presentes, parabéns ao Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Bem, nós teremos agora, Srs. Senadores, duas audiências públicas. Peço aos Senadores que permaneçam na sala, para que possamos realizá-las.

Declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, LOGO APÓS A 36ª REUNIÃO, PLENÁRIO Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e um minuto, do dia trinta de novembro de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos seguintes Senadores e Senadoras: Humberto Costa, Paulo Paim, Regina Sousa, Ana Amélia, Pastor Valadares, Wilder Morais, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Otto Alencar, Marta Suplicy, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Deca, Ronaldo Caiado, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves, Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2016-CAS, de iniciativa dos Senadores Ronaldo Caiado e Waldemir Moka, com o objetivo de debater a gravidade da situação da diabetes entre a população brasileira, bem como das medidas que podem ser tomadas no sentido de minorar as consequências daquela doença em nosso país, com a participação dos seguintes oradores: Fadlo Fraige Filho, Presidente da Associação Nacional de Atenção ao Diabetes – Anad; Hermelinda Cordeiro Pedrosa, Médica Endocrinologista e Assessora de Relações Governamentais da Sociedade Brasileira de Diabetes – SBD; João Eduardo Nunes Salles, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia – SBEM; Marcos Pereira de Ávila, Membro do Conselho de Diretrizes e Gestão do Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO; Carmen Tzanno Branco Martins, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia – SBN; Roberto Sacilotto, Diretor Científico da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular – SBACV. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, além do Senador Edison Lobão, presidente da CAS. O Senador Paulo Paim assume a presidência temporariamente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2º Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2016, de iniciativa dos Senadores Ronaldo Caiado e Waldemir Moka, com o objetivo de debater a gravidade da situação da diabetes entre a população brasileira, bem como das medidas que podem ser tomadas no sentido de minorar as consequências daquela doença em nosso País.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Dr. Fadlo Fraige Filho, Drª Hermelinda Cordeiro Pedrosa, Dr. João Eduardo Nunes Salles, Dr. Marcos Pereira de Ávila, Drª Carmen Tzanno Branco Martins e Dr. Roberto Sacilotto. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Dr. Fadlo Fraige Filho, Presidente da Associação Nacional de Atenção ao Diabetes.

O SR. FADLO FRAIGE FILHO – Sr. Senador Lobão; Senador Ronaldo Caiado; Dr. Marcos Ávila, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia; Dr. Homero; é com satisfação que aqui estamos, atendendo ao convi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

te do Senador Caiado, para expor, brevemente, a situação do diabetes no Brasil. O tema é: "Melhorias Assistência Pública aos Portadores de Diabetes".

Nós estávamos conversando na sua sala e, na realidade, das políticas de saúde para o diabetes, as que restaram foram exatamente o que se conseguiu durante a gestão do Ministro Serra, em que eu fui convidado para fazer parte do Comitê Diabetes, e conseguimos, naquela época, a atualização do Rename, que, como vocês sabem, é muito importante na aquisição dos medicamentos para o diabetes. Infelizmente, isso se modificou, e vamos falar a esse respeito.

Em 1999, Senador, havia dois países no mundo que tinham e vendiam insulinas animais, de porco e de boi: Brasil e Bangladesh. Nós conseguimos fazer a troca das insulinas pelas atuais insulinas DNA recombinante.

Em 2001 foi feita a maior campanha de detecção de diabetes que se teve notícia no mundo, pelo Ministério da Saúde. Foram diagnosticados, em apenas um mês, em março, 1 milhão de novos casos.

Em 2001 também começou a distribuição de medicamentos orais para diabetes e hipertensão, que foi muito importante para o acesso farmacêutico dos portadores de diabetes e hipertensão. Foi melhorado com o advento da Farmácia Popular, e, na realidade, a mais importante ação em políticas de saúde para diabetes nós conseguimos com a aprovação da Lei Federal nº 11.347, em 2006, que assegura a distribuição gratuita de medicamentos e materiais para aplicação e monitorização do diabetes em programas de educação. Baseado nessa lei, hoje se conseguem muitos insumos e medicamentos, o que, infelizmente, deu início ao processo de judicialização na área de saúde.

Como foi dito, o diabetes realmente é uma epidemia no mundo todo e também no Brasil. Houve um aumento expressivo. Hoje, 422 milhões de pessoas são portadoras da doença. No Brasil, cerca de 14 a 15 milhões de pessoas.

O Brasil foi signatário de uma declaração política nas Nações Unidas, e também conseguimos reunir aqui no Brasil 17 países da América Latina no sentido de apoiar essa declaração da ONU, que chamou a atenção para aquilo que o senhor está chamando a atenção: o problema do diabetes é tão grande que, se não se fizer nada, não haverá dinheiro público para sustentar as complicações.

O Conselho de Oftalmologia está preocupado com toda a parte de cegueira, de retinopatias, há complicações vasculares que podem gerar amputações, e, realmente, não haverá dinheiro para pagar.

Estão aí as complicações do diabetes malcuidado: é a primeira causa de cegueira; a primeira causa de amputações; a principal causa de insuficiência renal, com hemodiálise e transplantes; a principal causa etiológica das doenças cardiovasculares, com infarto e AVC. E ninguém tem esses dados aqui no Brasil.

Nós fizemos pesquisa na Beneficência Portuguesa, em São Paulo, onde eu trabalho, e 34% dos leitos de um hospital geral, em São Paulo, são ocupados pelas complicações de diabetes. Nos Estados Unidos, 44% de todos os leitos são ocupados pelas complicações do diabetes. Isso não se mede aqui no Brasil.

Estão falando na reforma da Previdência, mas nós não sabemos qual é o impacto do indivíduo que fica cego, que amputa, para a Previdência Social, porque ele se aposenta, deixa de recolher seus impostos.

Sem dúvida alguma, o impacto econômico é muito grande e o custo anual no mundo é de praticamente US$827 bilhões. Esses são dados da Organização Mundial da Saúde. E as perdas do PIB mundial são estimadas em US$1,7 trilhão. Esses são dados importantes que nós temos.

Uma coisa muito importante é que o diabético, no Brasil, é extremamente malcuidado. Ele é mal controlado. Se nós observarmos, 90% dos diabéticos tipo 1 estão fora de controle, e do tipo 2, 73%. O mau controle é uma bomba-relógio que estoura, explode nas complicações, sem dúvida alguma, e dizima a grande população de pessoas com diabetes.

Na realidade, além da proposta desta reunião, que é a formação dos centros de diabetes, através da iniciativa do CBO, muito importante, que nós apoiamos e da qual estaremos junto, precisamos melhorar. Por enquanto, estaremos junto, mas precisamos melhorar o que existe, porque isso é de muitos anos atrás.

Ampliação da assistência farmacêutica, incluindo novas insulinas, principalmente as análogas de ação ultrarrápida, para tratamento de diabetes tipo 1. Fizemos um estudo fantástico que infelizmente não foi apro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vado, acredito eu que única e exclusivamente... Não por uma barreira técnica, que a Conitec hoje é, porque é um órgão que avalia principalmente se há ou não dinheiro para isso. E, evidentemente, precisamos de maior treinamento de profissionais.

Precisamos corrigir uma série de erros existentes, tais como desabastecimento de insumos. Infelizmente, existem os insumos, mas as unidades básicas gerenciam mal isso, e perante a população fica muito ruim.

A aquisição de insumos pela lei do menor preço também faz com que as pessoas padeçam. As seringas são as piores que existem, além de outros medicamentos. Investir em prevenção, diagnóstico precoce, melhora do controle, sem dúvida alguma é do que precisamos.

Quero parabenizá-lo pela iniciativa da formação dos centros de diabetes do Brasil, que será uma iniciativa importantíssima para minimizar essa situação crítica para a qual estamos caminhando, pois, sem dúvida alguma, essa é a principal doença crônica e deveria ser uma preocupação, mas infelizmente os gestores não enxergam dessa maneira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Fadlo.

Concedo a palavra à Drª Hermelinda Pedrosa.

A SRª HERMELINDA CORDEIRO PEDROSA – Eu queria, inicialmente, dar boa tarde a todos, cumprimentar todos os componentes da Mesa na pessoa do Senador Edison Lobão e me congratular com a importante iniciativa do Senador Caiado, a fim de mostrarmos a questão da problemática do diabetes no Brasil.

Eu queria passar o primeiro eslaide, por favor.

A mim coube falar um pouco sobre o que é diabetes. Como a maioria de vocês sabe, mas talvez alguns também desconheçam, é uma doença caracterizada pela elevação da glicose no sangue, ao que damos o nome de hiperglicemia. Pode ocorrer devido a defeitos na secreção ou na ação do hormônio insulina, hormônio produzido pelas células beta do pâncreas, e também por outras disfunções intestinais e renais.

Nós temos vários tipos de diabetes. O diabetes tipo 1 é o menos comum, digamos assim, e o grande impactante é o diabetes tipo 2, que compreende a maioria das pessoas, em torno de 90% dos casos.

Os fatores de risco da doença envolvem desde a história familiar ao sedentarismo, que é um problema importante enfrentado hoje pelo País, e alimentação não saudável. Dados do Vigitel já mostraram a situação do País, em que cada vez aumentam os níveis de sobrepeso e de obesidade. E, logicamente, não podemos deixar de mencionar o processo de envelhecimento, a associação com hipertensão arterial, o próprio estágio de pré-diabetes que também está associado à obesidade e ao sobrepeso.

Quando rastrear o diabetes? Estou insistindo nesse ponto porque precisamos deixar mais claro para as políticas de saúde no sentido de aperfeiçoá-las. Então, hoje, todos os pacientes com 45 anos de idade ou mais, como também todos os adultos assintomáticos, de qualquer idade, com sobrepeso ou um ou mais fatores de risco devem realmente ser testados. Isso é importante. Praticamente um em cada dois pacientes com diabetes desconhece a doença justamente porque não é avaliado de forma hábil.

Esses são os valores que temos atualmente. A glicemia normal é abaixo de 100, e aqueles pacientes que fazem o teste duas horas após, seria abaixo de 140. Os casos de pré-diabetes envolveriam pacientes com glicemia de jejum abaixo de 100, e as duas horas entre 140 e 200. É importante realmente fazer esse diagnóstico.

Eu vou pular esse.

Como está a situação de controle do diabetes no Brasil? O Dr. Flado já colocou alguns pontos, mas eu queria reforçar principalmente que dos pacientes com diabetes tipo 2, que representam a grande quantidade de doentes no nosso País e no mundo, apenas 26,8% deles apresentam o exame, que é hemoglobina glicada, abaixo de 7%, que seria considerado um quadro de controle. Infelizmente, dos pacientes com diabetes tipo 2, pouco mais de 10% estão nessa faixa.

O grande ponto que vemos nesse eslaide é infelizmente a condição do controle, segundo as regiões do Brasil. Esse é um estudo multicêntrico que envolveu 5.750 pessoas. E vocês vejam aqui que, infelizmente, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Norte e o Nordeste são os locais onde temos as taxas mais altas de mau controle.

Outro estudo também importante, realizado recentemente no Brasil com diabetes tipo 1, mostra que houve uma pequena melhora naqueles pacientes que estão abaixo de 7%, porque pulou de 10% para 13%, mostrando que o avanço foi muito pequeno e que precisamos melhorar essa condição. A maioria ainda está com esses níveis bastante elevados.

Em relação ao custo, vocês vejam que esses dados da Federação Internacional de Diabetes mostram que o Brasil ocupa, atualmente, o quinto lugar no *ranking* de despesa. Isso é em torno de US$22 bilhões. Em 2040, nós vamos passar do quinto lugar para o terceiro, provavelmente já com um gasto que ficará entre US$36 bilhões e em outras moedas até US$48 bilhões. Então, é muito dinheiro que precisa ser revertido para a prevenção.

Outro dado impactante que envolve uma das complicações mais graves da doença seria aquele referente às amputações e admissões hospitalares. Pelo problema do pré-diabetes, vejam esses dados, que acompanham a acumulação da inflação, de 2006 a 2015: em torno de 59%. Podemos observar que a estimativa de gastos no País com a admissão por amputação ultrapassa R$707 milhões, ou seja, é muito dinheiro que precisa ser repassado para um cenário de prevenção.

Outra coisa importante é que a cada vinte segundos, três amputações ocorrem por diabetes, em todo o mundo. Então, é uma doença que traz complicações devastadoras.

O que nós teríamos, então, como propostas para alterar a situação? Principalmente as duas que estão sendo apresentadas por este grupo hoje, que seriam a criação dos centros de diabetes e também um grupo de trabalho multidisciplinar com as principais sociedades cientificas envolvidas no cuidado com a doença.

Perguntaremos: Quais são as prioridades para o manuseio da doença? Tratar o colesterol? A glicose? A pressão arterial? Eu diria que são todas, porque todos esses pontos estão associados a complicações e mortalidade elevada. O rastreamento, a prevenção e a intervenção nas complicações, como vocês veem na figura, realmente contemplam literalmente dos olhos até os pés, passando pelo coração, pelo rim e pelos nervos periféricos.

Os mecanismos envolvidos na doença são tão amplos que não podemos nos limitar à atual lista tão simples da Rename, como também já foi colocado anteriormente. Nós precisamos aperfeiçoar talvez não para contemplar todas as drogas disponíveis, mas para elencar aquelas que podem trazer um benefício maior.

Entre as recomendações, eu até destacaria aqui, como já vem ocorrendo em outros países, a legislação específica para redução do consumo de açúcar, como também a intervenção no estilo de vida, o tratamento da obesidade, da hipertensão arterial e da dislipidemia, e logicamente o bom controle.

O cuidado do paciente crônico – é preciso que fique bem claro – envolve uma equipe multidisciplinar num cenário até de interdisciplinariedade, o envolvimento com a comunidade e, principalmente, um sistema de saúde com atuação em rede e bem organizado que traga melhores resultados para a população.

Em termos de educação, por exemplo, já existem várias iniciativas no Brasil, com o apoio da Sociedade Brasileira de Diabetes e da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, através dos Programas Educando os Educadores; Diabetes nas Escolas; Educação para Deficientes Visuais; e o Programa Passo a Passo, que visa justamente ao diagnóstico precoce da neuropatia e do pé diabético.

Além disso, recentemente, num processo de cooperação internacional, nós revisamos a quantidade de clínicas implantadas no País para tratar a complicação de pé diabético e neuropatia, que infelizmente acarreta danos de mutilação inexoráveis, como a amputação, e um gasto importante.

Outras iniciativas em andamento no Brasil seriam através da Conitec, do Ministério da Saúde, onde a SBD também tem tido um papel relevante no sentido de fornecer as informações para a inclusão de insulinas mais eficientes e drogas melhores. Infelizmente, a revisão da lista da Rename ainda não tem uma data prevista.

Eu queria, então, agradecer mostrando essa bela foto da ponte de Brasília, que é também educativa no sentido de mostrarmos os picos de glicose que podem ocorrer...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª HERMELINDA CORDEIRO PEDROSA – ... e o uso de insulina.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. João Eduardo Nunes Salles, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia.

O SR. JOÃO EDUARDO NUNES SALLES – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Edison Lobão e o Senador Ronaldo Caiado – e cumprimento o CBO na pessoa do Marcos Ávila e do Homero – pelo convite para estarmos aqui hoje representando a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, que é parceira da Sociedade Brasileira de Diabetes no controle da prevenção e da melhor atualização do diabetes no mundo e no Brasil.

A mim coube falar do tamanho do problema que temos no Brasil hoje. O Brasil é um País interessante do ponto de vista de incidência de diabetes, pelo número de pessoas de outras nações que há no Brasil hoje, e o componente racial do diabetes é muito importante. Então, cria-se uma população em que existe uma série de raças e uma série de genes que favorecem o aparecimento do diabetes.

O problema brasileiro em relação ao diabetes começa principalmente pelo aumento da obesidade, que no Brasil vem crescendo de forma assustadora. Hoje, o Brasil, em número de mulheres ou homens, aproximadamente 20% a 30% das mulheres brasileiras têm obesidade; em torno de 20% dos homens têm obesidade. E esse número é muito alto. Por exemplo, se os senhores forem ver o excesso de peso em pacientes com índice de massa corporal acima de 25%, mais da metade da população brasileira tem obesidade, tem excesso de peso, isto é, cerca de 104 milhões de pessoas.

Em relação à obesidade, aproximadamente 20% da população brasileira tem obesidade, índice de massa corporal acima de 30%; ou seja, 60 milhões de pessoas com obesidade no Brasil. E a obesidade é o principal fator de risco para ao diabetes.

Outro fator de risco para o diabetes é o envelhecimento. Por esse lado, nós temos um papel bom no Brasil, porque estamos envelhecendo. Nós podemos evitar a obesidade, mas não podemos evitar o envelhecimento, porque, ao evitar o envelhecimento, o plano b é bem pior. Então, nós estamos envelhecendo. Essa é a proporção de idosos no Brasil. Hoje, nós somos 24 milhões de pacientes idosos, com mais de 60 anos. Triplicaremos isso em 2040, e em 2060 nós teremos uma vasta maioria de pessoas com mais de 80 anos, por exemplo. Chegaremos perto de 20 milhões de pessoas com mais de 80 anos.

Vejam os senhores, em 2060, seremos 20 milhões de pessoas com mais de 80 anos. Hoje nós somos 23 milhões com mais de 60 anos. Ou seja, dessa população toda, grande parte – como vocês podem ver –, de 60 até 75 anos é justamente onde ocorre o diabetes.

Então, temos obesidade, que é algo que podemos prevenir, e envelhecimento, que não devemos prevenir. As duas condições contribuem para o número de pacientes com diabetes.

Dessa maneira, a Internacional Diabetes Federation disse que o Brasil tem uma prevalência de diabetes de aproximadamente 9% a 12% da população brasileira. São 415 milhões de pessoas no mundo; 642 milhões em 2040. Esse número não vai acontecer em 2040. Acredita-se que seja por volta de 800 milhões de pessoas já em 2040.

Diabetes tipo 1 no Brasil. Entre as nações, em 2001, o Brasil estava mais ou menos como o quinto ou o sexto no mundo. Infelizmente, de acordo com um trabalho feito pela Sociedade Brasileira de Diabetes, essas pessoas não estão bem controladas. A hemoglobina glicada média dessas pessoas é em torno de 9. E estamos falando de uma hemoglobina glicada boa em torno de 7.

O Brasil ocupa, em diabetes tipo 1, uma doença autoimune que não tem a ver com obesidade nem com envelhecimento, o terceiro lugar no mundo. Nós somos 30,9 mil pessoas com diabetes tipo 1 no mundo. Pessoas que têm de tomar insulina três, quatro ou cinco vezes ao dia, com gasto bastante grande não só pelas complicações, mas principalmente pelo tratamento.

Em relação ao diabetes tipo 2, esse é um trabalho realizado em 2015 mostrando que em cidades como São Paulo são 11%; Porto Alegre, 9%; Belém, 7% da população com diabetes. Na maioria dessas pessoas, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

diabetes autorreferido vem aumentando de forma bastante importante, isso vale a pena ressaltar.

E vejam os senhores, em relação à distribuição do Vigitel – um programa do Ministério da Saúde que justamente tenta, por telefone, identificar os pacientes –, a proporção de pacientes com diabetes em relação à faixa dos 55 aos 64 anos e à faixa com mais de 65 anos. Então, isso faz com que nós tenhamos realmente um grande problema, porque em a população envelhecendo, 33% da população de idosos vai ter diabetes. Esse é um problema que temos que tentar o mais rápido possível consertar, fazendo o diagnóstico precoce para prevenir justamente aquilo por que estamos aqui hoje, que são as complicações do diabetes.

Esse é o Estudo Elsa, que é um estudo multicêntrico brasileiro. São 15 mil pessoas. O que eu quero mostrar para os senhores é justamente, quando a gente avalia diabetes, vejam os senhores, nas barras azuis, o crescimento assustador do diabetes a partir da idade. E se nós olharmos para fazer o diagnóstico de diabetes só pela glicemia de jejum, ainda vamos perder alguns pacientes. Precisamos também melhorar um pouco o diagnóstico, porque há muito paciente que não sabe que tem diabetes. Na verdade, desses 10% da população brasileira que têm diabetes, metade não tem. Então, a conta é muito simples: nós somos 20 milhões de pacientes com diabetes, 14 milhões diagnosticados, 7 milhões que estão por aí sem saber em quanto está a glicemia e justamente correndo o risco de terem complicações relacionadas ao diabetes.

Esse mostra que o diabetes não é mais uma doença de países ricos. Essa foi uma publicação de agora, do dia 14 de novembro, que é o Dia Mundial do Diabetes, estabelecido pela ONU. Essa revista, *The Economist*, que não tem nada a ver com saúde, mostra exatamente que nos países em desenvolvimento e nos países mais pobres o número de pessoas com diabetes vai ser muito maior do que em países ricos, fazendo com que o gasto seja muito maior. Ou seja, nós vamos gastar um dinheiro que não temos para tentar controlar o diabetes.

Finalmente, quero dizer que, em matéria de pacientes com diabetes tipo 2, Brasil é o quarto do mundo. Perdemos apenas para China, Índia e Estados Unidos, e vamos continuar sendo o quarto do mundo até 2050, com toda certeza.

Muito obrigado pela atenção dos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Marcos Pereira de Ávila, Membro do Conselho de Diretrizes e Gestão do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

O SR. MARCOS PEREIRA DE ÁVILA – Meu querido amigo, prezado Presidente da Comissão, Senador Edison Lobão, é um prazer mais uma estar com o senhor. Cumprimento nosso dileto Senador Ronaldo Caiado, amigo de lá do nosso Estado de Goiás, que tomou a iniciativa de termos esta audiência pública de extrema importância para a saúde pública brasileira.

Estou aqui no papel de representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), a convite do meu querido amigo Homero Gusmão de Almeida, Presidente do CBO, que aqui está presente, a quem eu agradeço muito o convite, assim como o Cristiano Caixeta.

Homero, parabéns pela sua iniciativa e obrigado pela honra de ter me convidado para representá-lo aqui, nesta audiência em que falamos a respeito do diabetes.

Senador Lobão, nós vivemos uma grande epidemia de diabetes no mundo. O Dr. João já mencionou aqui alguns detalhes desse problema, para os quais eu queria chamar atenção. Aqui está.

Na América do Sul e na América Central, em 2015, nós conseguimos ver nesse quadro 29 milhões de pessoas com diabetes. O João já havia, inclusive, mostrado isso.

Em 2040, nós teremos aqui, na América do Sul e na América Central, 50 milhões de diabéticos. E, lá na frente, no eslaide, no começo, nós podemos destacar alguns dados relevantes. É uma epidemia – não é isso, Ronaldo? – do século XXI.

Veja o senhor, Senador Lobão, que um em cada 11 adultos tem diabetes em 2015; em 2040, será um em cada dez. Hoje, gasta-se em saúde pública 12% da verba global, que corresponde a US$673 bilhões. E 50% dos adultos que têm diabetes não têm o diagnóstico. Esse é um problema que preocupa todos nós. E mais, a cada seis segundos morre uma pessoa por diabetes.

O olho diabético sofre muito, e por isso que o Conselho Brasileiro de Oftalmologia – o Dr. Homero Gus-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mão de Almeida – está preocupado com nossos serviços públicos de saúde. Nós, que trabalhamos e militamos na área universitária, tínhamos um grande problema, que era o problema da cirurgia de catarata e que hoje está bastante amenizado. Hoje, nosso problema é o problema do diabetes, que causa cegueira nos pacientes que chegam até nós.

O diabetes tem afetado a sua córnea com as lesões corneanas, as ceratites, a catarata do diabético, o glaucoma e a grande tragédia da retinopatia diabética. Nós temos que todas as pessoas com diabetes – tanto faz tipo 1 ou tipo 2, são os dois tipos básicos de diabete – têm risco de desenvolver retinopatia diabética. E 93 milhões de pessoas com diabetes são acometidas com retinopatia no mundo, cerca de 100 milhões de pessoas estão a risco de cegueira pela retinopatia diabética.

Daí, Ronaldo, acho que sua preocupação tem todo sentido. Nós temos que tratar o diabetes lá no começo. Foi muito fácil para mim chegar até aqui porque a Hermelinda, o João e o Dr. Fadlo também nos mostraram que o controle do diabetes é essencial e é primordial. Nós trouxemos essas seis sociedades que pela primeira vez se reúnem num palco importante aqui, na Casa de leis do Brasil, para nós trazemos uma proposta para combater a epidemia de diabetes no nosso País.

Ainda mais, quanto à retinopatia diabética: 13,7 milhões brasileiros têm diabetes, desses, 6,5 milhões têm o risco da retinopatia diabética e da cegueira. O custo anual com diabetes no País beira R$10 bilhões. A principal causa de cegueira prevenível no Brasil continua sendo o diabetes, e o diabético tem 30 vezes mais chances de desenvolver cegueira, e 80% dos diabéticos apresentarão retinopatia diabética após 25 anos.

Preocupados com isso, dentro das ações sociais que o Brasil desenvolve – a Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo e o Conselho Brasileiro de Oftalmologia –, preparando-nos para esta audiência, o CBO contratou, junto com a Sociedade Brasileira de Retina, uma pesquisa, patrocinada, inclusive, por um dos grandes laboratórios nacionais, que ajudou. Foi feita agora, mês passado, 19 de outubro, em que nós entrevistamos 4 mil pessoas em áreas de grande circulação no Brasil, 500 pessoas em cada cidade: Belo Horizonte, Brasília – aqui em Brasília –, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

O que essa pesquisa mostrou? Olha, vários números vieram depois dessa pesquisa, e vou mostrar aqui duas perguntas que são as mais importantes.

A primeira pergunta: "Você ou seu familiar com diabetes tem ou já teve complicação ocular do diabetes?". Resposta: sim, 41%.

"Essa complicação foi diagnosticada no início ou mais tardiamente?" Infelizmente, 50% mais tardiamente, quando muito pouco ou quase nada podia ser feito. Epidemia do diabetes no Brasil.

Pesquisa patrocinada pelo laboratório Bayer. A pesquisa tem um nome específico, Barometer, e mostrou que em pesquisa com os oftalmologistas do Brasil, 76% dos pacientes tinham diagnóstico tardio e 68% tinham acesso limitado à educação.

Aqui alguns dados. Vejam o que diabetes provoca. Ali, nas fotografias da esquerda, de cima, um olho perdido pelo diabetes, e, embaixo, um olho tratado com fotocoagulação e salvo. Um outro olho em cima que está irremediavelmente sem visão, cego, e, embaixo, um olho tratado por causa do diabetes, que foi salvo com aplicação de fotocoagulação. Em cima, um olho com infiltrado na retina e, embaixo, um olho em que foi feita uma simples injeção intraocular e que teve a sua visão restituída. Aqui, um olho com um caso mais grave, em que foi necessário o médico intervir, fazendo uma cirurgia que poderia ter sido evitada se esse paciente tivesse sido tratado previamente com a fotocoagulação, que é um procedimento, Senador, que demora menos de 10 minutos. Com uma gota de colírio anestésico, senta-se em frente ao laser, faz-se a fotocoagulação, salva-se a visão e evita-se essa tragédia.

O oftalmologista brasileiro, preocupado com essa história toda, promove ações sociais, como esse mutirão. Inicialmente, realizado lá em São Paulo, na Unifesp, em 1998, e aqui, em 1999. Há o sistema de mutirões da Universidade Federal de Goiás. Esses sistemas se propagam por todo o Brasil e culminaram, anos e anos atrás, lá no ano 2000 – como o Dr. Fadlo disse –, com a formação de 33 centros de tratamento de retinopatia diabética, que hoje estão aos pedaços, hipofuncionantes ou estão não funcionantes. Era uma grande ajuda para a população brasileira que está em desuso no momento.

Veja o senhor que esses mutirões são realizados. Esse é o modelo do mutirão, em que o paciente é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

examinado, é tratado e é feito laser no mesmo. Exemplos como esse aqui, agora, do dia 14 de outubro, em Petrolina, no Dia de Olho no diabetes. Dia 14 de outubro foi o Dia Mundial do Diabetes, agora, mês passado. Trezentas e vinte e sete cidades no Brasil promoveram os mutirões. Aqui está o exemplo de Petrolina; Sobral, no Ceará; Feira de Santana, na Bahia. São iniciativas dos oftalmologistas brasileiros para conscientização e detecção precoce.

O diagnóstico a distância precisa ser aplicado. A teleoftalmologia facilita muito isso. Há este exemplo utilizando um Iphone, em que nós conseguimos tirar fotografias do fundo de olho e diagnosticar o diabetes. Essa fotografia é mandada por WhatsApp para um médico a distância. Ou seja, por meio do WhatsApp conseguimos diagnosticar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS PEREIRA DE ÁVILA – O oftalmologista brasileiro realizou fóruns. Aqui está um deles Esse é o de 2007, em que 2,5 mil oftalmologistas vieram ao Senado Federal para pedir mais verbas para a oftalmologia.

E as portarias que há no Ministério da Saúde, a portaria de abril de 2000, que até hoje é a portaria que vige, a portaria que está nos seguindo. Outras portarias vieram, mas nada de concreto em relação ao tratamento da epidemia do diabetes. Precisamos mudar alguma coisa. Quanto a essa mudança, nós chegamos à conclusão, nesta audiência pública, as seis sociedades reunidas – Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Sociedade Brasileira de Diabetes, Sociedade Brasileira de Endocrinologia, de Nefro, de Angiologia, Associação Nacional de Atenção ao Diabetes –, das consequências graves para pessoas e para o País. Nós vivemos uma epidemia de diabetes no Brasil, há necessidade de diagnóstico, controle e tratamento precoce. Há necessidade de um tratamento multidisciplinar e de multiespecialidades integrado para o diabetes. A proposta que o Senador Ronaldo Caiado traz...

Mais uma vez, meu querido amigo Ronaldo, quero te agradecer em nome do Conselho Brasileiro de Oftalmologia e de todas essas sociedades, assim como ao Senador Lobão, pelo apoio à possível proposta, que seria a criação de um grupo de trabalho para elaboração de um projeto de lei, em cerca de 90 dias, Senador Lobão, no sentido de criar no País os tão sonhados Centros de Diabetes do Brasil. Os Centros de Diabetes do Brasil (CDIBs) seriam um porto de apoio, um ponto seguro para que nós possamos ter uma obrigatoriedade constitucional de destinação de recursos para combate à epidemia de diabetes no Brasil. Assim fazendo, nós vamos ter, sem dúvida nenhuma, um Brasil melhor, um Brasil mais digno, com uma saúde em melhores condições.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Marcos e concedo a palavra à Drª Carmem Martins, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia.

A SRª CARMEN TZANNO BRANCO MARTINS – Boa tarde a todos.

Cumprimento os colegas da Mesa cumprimentando o Senador Edison Lobão. Gostaria de parabenizar o Senador Ronaldo Caiado pela iniciativa e agradecer ao Conselho Brasileiro de Oftalmologia, na pessoa do seu Presidente, Dr. Homero de Almeida, pelo convite a participar desta ação que eu diria de suma importância e histórica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª CARMEN TZANNO BRANCO MARTINS – Não, é que está travado ali, não sou eu.

Por que estou aqui? Estou como Presidente da Sociedade de Nefrologia, que estuda as doenças renais, porque o diabetes, no Brasil, é a segunda causa de doença renal crônica; no mundo, é o primeiro. No Brasil é a segunda porque nós temos a hipertensão arterial, que não conta com adesão da população, é menor que 10% de adesão ao tratamento.

A doença renal crônica se caracteriza por uma doença renal do diabetes. Então, vamos falar um pouquinho, só explicar o que é a doença renal crônica, que é a perda progressiva e irreversível da função dos rins, de ambos os rins. É comum, grave, silenciosa e tratável. Diria que também é uma epidemia nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Caracteriza-se pela perda da função superior a três meses e que pode ser diagnosticada por um exame simples no sangue, que é a creatinina, um produto do metabolismo dos músculos que é produzido e secretado diariamente pelos rins. Quando o rim não funciona, ela sobe no sangue, nós colocamos numa fórmula e temos o valor da filtração renal. E pela detecção de um sinal de lesão, que é a presença de proteína na urina ou por outros métodos diagnósticos.

É importante fazer os dois, porque você pode ter às vezes pessoas sem presença de proteína na urina – como é o quadro aqui embaixo – e que têm uma perda funcional importante. Então, tem que haver os dois exames no rastreamento.

O que acontece? A doença renal é dividida em estágios e o diabetes é um fator de risco. Ou seja, quando o indivíduo tem uma filtração renal normal e tem o diabetes muitas vezes acompanhado por uma história familiar, idade avançada, hipertensão e obesidade, ele tem um risco muito grande de evoluir até a falência renal. E o que vemos aqui é que o diabetes vai aumentar o risco da doença renal em até 12 vezes, e cerca de 20% a 40% dos diabéticos podem ter uma doença renal crônica. O que podemos ver que vai ser o número muito grande, analisando as apresentações que me antecederam. E percebemos também ali que se você diagnostica numa fase inicial – ali, amarelinho, verdinho – o risco é baixo. Conforme você faz a detecção mais tardia, o risco de evolução para uma terapia renal substitutiva vai aumentando.

No Brasil, cerca de 30% dos pacientes em diálise estão com diabetes e cerca de 35%, hipertensão arterial. No ano de 2015, nós tínhamos 111 mil pacientes em diálise, ou seja, desses, 32 mil têm diabetes. Não preciso citar o custo que representa para o País o tratamento de terapia renal substitutiva. E, dos pacientes novos, nós tivemos, em 2015, 36 mil pacientes novos em programa de diálise e cerca de 15 mil eram diabéticos. Ou seja, variou, conforme região do País, de 40% a 50% dos pacientes novos, e isso vem aumentando.

Então, a recomendação para detecção da doença renal do diabetes seria a medida da relação da presença de proteína e creatinina numa amostra isolada de urina, conferir isso duas a três vezes em tempos diferentes, num período de três a seis meses, para descartar outras causas de presença de proteína, e a dosagem sérica da creatinina tem que ser mais divulgada como um método de detecção e a estimativa depois, por fórmula da filtração, da função. Esse controle deve ser realizado nos pacientes com diabetes tipo 2 no momento do diagnóstico, porque ele muitas vezes só tem um diagnóstico tardio quando já tem alterações nos diversos sistemas. A partir de cinco anos naqueles com diabetes tipo 1, e, a seguir, fazer o controle anual em ambos os pacientes, tanto com diabetes tipo 1 ou 2.

Os pilares para prevenção da progressão da doença renal no diabético são a detecção e diagnóstico precoce, manejo da glicemia, da hipertensão arterial, da presença da proteína, das alterações lipídicas, a orientação nutricional e o manejo medicamentoso, tendo em vista que temos um grande arsenal de medicamentos que podem ser usados no tratamento.

Aqui, apenas para ilustrar. Quanto melhor o controle da glicemia, menor a queda da função renal. O tratamento intensivo auxilia na evolução, retarda a progressão. Há uma vasta literatura sobre o tema, quanto melhor o controle da glicemia também menor a proteinúria, menor a lesão. O uso de drogas antiproteinúricas, que também são drogas anti-hipertensivas, leva a uma são da perda de proteína e leva a uma redução da progressão da perda da função. Essas são coisas muito facilmente exequíveis. O controle da pressão arterial também se associa ao menor risco da doença renal no diabético. Isso também pode ser feito de forma exequível. E o diabetes não controlado leva a uma série de problemas cardiovasculares. E se houver o controle da pressão arterial e o melhor controle do diabetes, a gente tem uma redução importante tanto de acidente vascular cerebral, de insuficiência cardíaca e de mortes relacionadas a doenças microvasculares.

Esse é um projeto que foi feito no México, no qual eles tiveram uma intervenção por uma equipe multidisciplinar em equipes de atenção primária. Uma coisa interessante foi que eles incluíram pessoas com diabetes nas equipes para ampliar o diálogo e a comunicação com o paciente. Não só realizar o controle e a adesão medicamentosa, mas a adesão a mudanças de estilo de vida, que são muito mais difíceis. E a gente percebe que eles identificaram quatro áreas de atenção, que seriam: o apoio ao autocuidado, porque o diabetes é uma doença crônica, ela exige muito do próprio indivíduo no seu cuidado; apoio às decisões, ao desenho de prestação de serviços e à informação. Então, como os outros colegas que me antecederam falaram, temos uma dificuldade de obter dados. Seria muito importante constituir um grupo de trabalho para identificar quais os fatores mais importantes para a nossa atenção, e a criação de centros referência, porque eles dariam um apoio nos diversos Estados aos profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, como mensagem, eu gostaria de terminar falando que é importante encorajar a triagem de todos os pacientes com diabetes para detecção de doença renal crônica, motivar atitudes de prevenção, esclarecer e disseminar o conhecimento de que o diabetes é um fator de risco para a doença renal crônica e educar. Acho que um dos pontos fundamentais é a educação em saúde, que é tão pequena. Mais de 70% dos pacientes que entram no programa de diálise nunca haviam passado por um nefrologista e muitos deles não tinham ideia do que era a perda da função.

(*Soa a campainha.*)

A SRª CARMEN TZANNO BRANCO MARTINS – Educar todos profissionais médicos sobre seu papel na detecção precoce e na prevenção da doença em população de risco e alertar as autoridades de saúde sobre a importância dessas ações de saúde pública.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Roberto Sacilotto, Diretor Científico da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Roberto Sacilotto, Diretor Científico da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular.

O SR. ROBERTO SACILOTTO – Gostaria de inicialmente cumprimentar o Exmo Senador Edison Lobão e o Exmo Senador Ronaldo Caiado por sua iniciativa importante em relação à preocupação com o paciente diabético, com já foi bem falado pelo Dr. Ávila.

Nós vamos comentar sobre o pé diabético, que, em resumo, se refere a várias complicações como ulcerações, deformidades, infecções e falta de circulação que ocorrem nos pés dos pacientes diabéticos, principalmente no diabetes de longa evolução.

A taxa de amputação, como foi comentado, é bastante alta nos pacientes diabéticos, 15 a 46 vezes maior do que nos pacientes não diabéticos. Vários fatores de riscos adicionais são responsáveis por isso também.

Na evolução da doença em mais de dez anos, quase 50% desses pacientes não são diagnosticados num período grande de tempo, em média de seis a sete anos, o controle ruim da glicemia, a hipertensão arterial, o descontrole no colesterol e as doenças que já foram comentadas – como a nefropatia e a retinopatia – também são fatores de agravamento, que mostram que esses pacientes apresentam uma microangiopatia avançada.

Esse é o levantamento feito por esse autor, no Rio de Janeiro, em que, de 1992 a 1994, em 23 hospitais, foram avaliados quase 4 mil casos. Esse autor mostrou que a taxa anual de amputação em não diabéticos pode chegar a 5,4 por 100 mil habitantes por ano e nos pacientes diabéticos isso extrapola muito, chega a 96,9 por 100 mil habitantes.

Então essa é a visão do vascular. Inicialmente, esses pacientes apresentam uma neuropatia, que é uma degeneração dos nervos periféricos, das extremidades inferiores e muitas vezes extremidades superiores, em que os pacientes perdem a sensibilidade. É como se fosse uma anestesia no pé. Eles passam a apresentar essas lesões na face plantar do pé que nós chamamos de mal perfurantes plantares.

As ulcerações antecedem as amputações, como estamos vendo à direita, em cerca de 85% dos casos. Então, são fatores preveníveis das amputações. São medidas que nós podemos tomar no sentido de evitar essas ulcerações: palmilhas especiais, controle do diabetes e todos esses fatores que já foram comentados.

A mortalidade dos diabéticos também é alta, cerca de 50% dos pacientes diabéticos com infecção submetidos à amputação morrem num período de cinco anos. Cerca de 1/4 desses pacientes evoluem também para uma amputação contralateral.

Existe essa dinâmica de causas das ulcerações e infecções. Em última análise, é a neuropatia, essas degenerações da enervação periférica, em que o paciente vai perdendo a sensibilidade dos pés, e a doença vascular, que são obstruções, são estreitamentos da circulação de vasos de médio calibre, principalmente as artérias abaixo do joelho.

Esse é um tipo de pé diabético, nós chamamos basicamente neuropático, que apresenta o mal perfurante plantar. A neuropatia diabética leva a uma atrofia da musculatura intrínseca do pé, um desabamento dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ossos, do arcabouço ósseo do pé. Esse paciente tem essas deformidades, os ossos são jogados, praticamente, ao nível do solo, e os dedos ficam em garra.

À direita, temos uma deformidade importante desses pés neuropáticos, que chamamos pés de Charcot. Existem medidas para cicatrização dessas lesões, com intuito de evitar as amputações futuras. Mostro aqui uma ressecção óssea no sentido de cicatrizar o mal perfurante plantar.

Este é outro tipo de mal perfurante, em que houve inicialmente o desbridamento, antibioticoterapia e, depois, a fixação dos ossos do pé, promovendo uma cicatrização e também evitando uma amputação nesses pacientes. Existem também técnicas de plástica, rotação de retalhos, que favorecem a cicatrização desse mal perfurante plantar.

Eventualmente, esse mal perfurante, se mal cuidado, leva a processos infecciosos, e essas infecções progridem em direção aos ossos do pé, levando à osteomielite. Esse paciente foi submetido a uma amputação de um dos dedos; houve um desbridamento amplo. São infecções muito graves, e esses pacientes permanecem no hospital por longos períodos, com custo hospitalar extremamente alto.

No último à direita, houve uma infecção bastante importante do pé. Esses pacientes são submetidos a desbridamentos cirúrgicos extensos, antibioticoterapia, como eu disse, alto custo hospitalar. E as medidas preventivas do aparecimento dessas lesões, as orientações para esses pacientes, favorecem a prevenção a nível do pé.

Cerca de 2/3 desses pacientes apresentam lesões isquêmicas. São comprometimentos vasculares importantes de artérias da perna, que levam à gangrena de extremidade. Vocês estão vendo na figura que houve gangrena no terceiro dedos de um dos pés.

Existem medidas terapêuticas, cirurgias, angioplastias e reconstruções, derivações com veia safena em ponte, que salvam as extremidades, cicatrizando essas lesões, como vocês estão acompanhando. Então, a angioplastia é atualmente uma das primeiras estratégias no tratamento dessas obstruções arteriais. O princípio é este, de dilatar uma estenose ou recanalizar uma obstrução dos vasos, promovendo melhora da cicatrização, melhora da circulação na extremidade e cicatrização das lesões. Existem stents que são metálicos, são substitutos metálicos que ampliam a luz desses vasos.

Aqui, um exemplo de uma angioplastia em uma artéria poplítea, uma artéria de perna, com os balões próprios. Em alguns casos, cerca de 30%, 40% dos casos, esses pacientes são submetidos à derivações em pontes. Aqui, mostramos a veia safena; ela é retirada, preparada, e é feita a sutura em uma artéria proximal, em uma artéria distal.

Aqui, uma imagem angiográfica dessa ponte de veia safena. Posteriormente, esses pacientes são submetidos à ressecção da área necrótica. São feitos os enxertos de pele.

Aqui, um caso extremo de uma gangrena muito extensa, em que foi feita uma ponte para uma artéria do pé, e, depois, uma retirada de todo aquele tecido necrótico, com a cicatrização evoluindo em dois ou três meses. Houve, portanto, um salvamento de grande parte dessa extremidade, e esse paciente não vai necessitar de uma prótese para se locomover.

Esse trabalho da Inglaterra mostra que a multidisciplinaridade, ou seja, essa interação entre as várias especialidades levou a uma redução das taxas de amputação de cerca de 62% em 11 anos, na Inglaterra, repito.

Aqui, o sistema, como já falado pelo Dr. Ávila, com a criação desses centros de diabetes pelo Ministério da Saúde, secretarias públicas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO SACILOTTO – ...no sentido de diminuir todas essas taxas elevadas de amputações.

Então, a interação entre as várias especialidades é um ponto importante no tratamento do diabético.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos, agora encaminhar a palavra ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vou convidar o Senador Moka para, se puder, presidir, porque tenho que votar, neste exato momento, na CCJ. Vou lá e volto.

O Senador Caiado está com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, nobres colegas, esta audiência pública tem uma importância especial, porque é uma audiência em que, colegas de várias especialidades, sensíveis a esse problema, trouxeram ao Senado Federal um desafio que é, de maneira inteligente, com conhecedores profundos da matéria, o de levar adiante esse projeto. Hoje, esse projeto está de maneira dispersa, não tem dado resultado, e os casos são normalmente diagnosticados em uma fase muito avançada, com custo altíssimo para a saúde pública do País. E, em relação ao ser humano, a situação em que ele chega a nós para ter atendimento na área da saúde é deplorável.

Tive a oportunidade de receber aqui a Sociedade Brasileira de Nefrologia, que me relatava exatamente o momento caótico que vive o setor: o número de hemodiálise, no País, cresce a cada momento; os centros também estão totalmente inviabilizados pela falta de capacidade de arcar com os procedimentos, o que ocorre devido à defasagem dos valores.

Como colocou o colega... Minha área é mais cirúrgica, cirurgia ortopédica, e, de certa maneira, pegamos carona nessa área vascular, porque aqueles casos evoluem normalmente para um processo de osteomielite muito frequentemente. Temos, muitas vezes, de promover ali ressecções ósseas extensas para tentar coibir a infecção que advém de um processo diabético, avançando para as extremidades, trazendo todas essas complicações.

Esses cidadãos, normalmente, estão totalmente inabilitados para atividade física, já vão se aposentar na faixa etária de 30, 40 anos. Com isso, cada vez mais, estamos deixando de fazer uma organização da classe médica no sentido de que haja também uma visão do Governo sobre a importância de se criarem esses centros de diabetes, envolvendo todas as disciplinas em todas as áreas que são também comprometidas pela diabete. É uma doença que tem uma extensão impressionante.

O meu professor dizia que quem mora na beira da praia conhece bem o diabetes: é a maresia. Ela vai destruindo a janela, a porta, a geladeira, o ar-condicionado, ela vai corroendo tudo. Não existe nada que a detém. Então, o diabetes é exatamente isso. A experiência que temos na área vascular mostra o quanto realmente o processo vem se agravando, com sequelas gravíssimas. A área da oftalmologia comprova o que hoje é uma realidade: a cegueira provocada por essa degeneração e comprometimento cada vez maior da retina.

Há um lado que nos preocupa, objeto da fala inicial, que é a nossa prática alimentar ultimamente. A obesidade hoje é algo que preocupa. Acho que o Senador Lobão e eu estamos fora dessa estatística...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ...você ainda está mais ou menos, Moka, não está na fase alarmante. O Prof. Fadlo diz que você não... (*Risos.*)

Então, acho que é uma preocupação real. É impressionante hoje a tendência à obesidade. É uma realidade constatada por todas as pesquisas que são feitas.

Graças a iniciativas de todas essas entidades representativas, da oftalmologia, da endocrinologia, da angiologia, cirurgia vascular, nefrologia, todos vocês construíram algo, Presidente, que tem importância ímpar: a necessidade de avançarmos na construção de centos de diabetes no Brasil, que possam orientar desde o atendimento dos programas familiares até os casos mais graves que, às vezes, já nos chegam em uma fase bem mais precária, como vimos em alguns eslaides.

Com isso, Presidente, enxergo que esse projeto tem uma paternidade que deveria ser da Comissão de Assuntos Sociais. Acho que precisamos buscar assinatura de todos os Senadores, com autorização de V. Exª, para seja um projeto da Comissão de Assuntos Sociais, pela abrangência e importância que tem esse tema. Levaríamos isso ao Presidente da República para o sensibilizarmos e buscarmos ações rápidas, tais como a que o Prof. Fadlo mencionou, ações junto ao Ministério da Saúde, em outros momentos da política nacional.

Também foi relatado pelo meu amigo, nosso companheiro Marcos Ávila, e tantos outros, a oportunidade de realizarem esses mutirões, que proporcionaram a milhares de brasileiros atendimento pelas mãos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

especialistas. O que temos hoje é uma reunião de especialistas, profundos conhecedores em cada uma das suas áreas.

Eu me proponho, Sr. Presidente, a iniciar esse texto, na redação, juntamente com todos os colegas que têm as ideias e o conhecimento mais detalhados, para transformarmos isso em uma leitura, dentro das regras de redação de um projeto de lei, com a assinatura de V. Exª e de todos os colegas da Comissão. E, depois, avançarmos em um rito de urgência e termos a participação do Presidente da República em uma sanção mais célere de uma ação que, acredito, sensibilizará todos os Srs. Senadores como também a Câmara dos Deputados.

Com esse sentimento da importância do diabetes.... Vejam bem, não é fácil – posso falar como médico que sou – nenhum especialista abrir mão da sua área para que outros venham participar. Pretendemos construir no Brasil, e será algo inédito, a convergência de todas as especialidades afins em torno de um entendimento. Aqui não há nenhuma vaidade, e não seria esta Casa que se vestiria de vaidade neste momento. Queremos dividir com todos os membros da Comissão essa oportunidade, e, a partir daí, levarmos essa matéria ao Plenário.

Espero, mesmo com a previsão de um recesso que teremos, Moka, a partir do dia 20, que até lá já possamos avançar bastante no texto, e, com isso, trazermos para apreciação da Comissão o mais rapidamente possível, logicamente consultando todos os pares e buscando também o consentimento de todos eles.

Realmente, não tenho perguntas a formular a nenhum dos expositores, pela clareza com que aqui colocaram, cada um na sua área, o tema diabetes e a necessidade de avançarmos nesses centros de diabetes no Brasil, que seria a maneira de darmos tratamento e minimizar aqueles números que recebemos: nos leitos, 30% tem diabetes; 13 milhões de doentes diagnosticados, com previsão, segundo colocou o colega, de 20 milhões se tivéssemos capacidade de promover os testes em todos os brasileiros.

Enfim, são estatísticas que nos deixam constrangidos em não poder ainda dar uma resposta à altura. Acredito que esta Comissão saberá trabalhar, e vamos atender àquilo que é uma demanda maior de todos vocês.

Eu cumprimentava a todos que vieram aqui, Sr. Presidente, porque é raro, aqui no Congresso Nacional, Moka, assistirmos à vinda de especialistas que chegam para dizer: queremos que vocês nos auxiliem só a montar a parte legal, porque nós nos dedicaremos a instalar os centros, fazendo com que esse conhecimento seja levado a todos os setores, políticas de secretarias municipais, estaduais, o Programa Saúde da Família, enfim, a todos os quadrantes do Brasil. Fica fácil para nós, quando temos uma equipe de tamanha competência e qualidade.

Agradeço a cada um de vocês. Muito obrigado por tudo, Sr. Presidente, inclusive pelo tempo hoje, uma quarta-feira. Peço desculpas pela correria nossa, mas infelizmente – às vezes, as pessoas acham que não – temos que responder por quatro, cinco comissões, das 8h da manhã até as 14h da tarde, em uma função multidisciplinar, "multissenatorial", de discutir temas da Comissão de Constituição e Justiça, como da saúde, assistência social, educação, enfim, uma exigência que temos, e gostamos do que fazemos.

Muito obrigado, um abraço a todos vocês e meus cumprimentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Ronaldo Caiado, V. Exª tem autoridade e legitimidade intrínsecas para redigir esse texto inicial do novo projeto, notadamente ouvindo nossos conferencistas para que possamos produzir, de fato, uma legislação na tentativa de solução desse grande problema. E tem a delegação da Comissão para fazê-lo.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, Senador Edison Lobão, quero cumprimentar todos. E em nome de quem tem a maior faixa etária – devolvo a provocação do Sr. Fadlo – dou uma notícia boa: hoje, pouco antes da audiência pública, aprovamos aqui um projeto da Senadora Ana Amélia, meu e do Senador Walter Pinheiro, de pesquisa clínica. Por incrível que pareça, a pesquisa clínica não tinha lei; tinha apenas uma normatização do Conselho Nacional da Saúde, com toda a morosidade, dificultando a pesquisa

É um texto que a Senador Ana Amélia propôs, me pedindo que fosse coautor. Eu disse: "Ana, não sou leigo, embora, a minha filha, que é nefrologista, me diga sempre que não devo falar mais nada em Medicina porque não sei mais nada de Medicina." Então, tenho uma filha médica, sou médico também, mas tomei a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

liberdade com a Ana Amélia de, antes de assinar, mandar até a comunidade de pesquisadores em São Paulo através do Dr. Paulo Hoffmann, e eles fizeram uma grande contribuição nesse texto aprovado hoje. Portanto, acho que essa é uma notícia boa.

Vou me atrever a desafiar a minha filha, na minha época não tinha esse negócio de residente. No sexto ano, você era doutorando e tomava conta da sua enfermaria, e era assim que funcionava. Eu tinha pretensão de fazer endocrinologia, mas acabei indo para o Proncor – não tenho o titulo de especialista – onde exerci a especialidade em que mais me dediquei, a cardiologia. E eu via muito essa questão. Para não ser repetitivo, Senador Ronaldo Caiado, digo que haveremos de fazer em conjunto.

Acho que foi a Drª Carmem que disse isto: é impressionante como, às vezes, o atraso no diagnóstico acaba complicando a doença. Então, esses centros devem levar até os Municípios, sobretudo aos menores, a capacidade de fazer o diagnóstico precoce. Quando chega ao nefrologista um paciente que é renal crônico, ele já está em fase muito adiantada. Então, acho que o primeiro desafio de vocês, me permitam, é exatamente fazer um trabalho em que esse diagnóstico precoce possa chegar na ponta, naquele Município longínquo. Acho que isso seria fundamental.

Ao Ronaldo Caiado, quero dizer que aqui atuo muito nesta Comissão. Hoje, especialmente, tive que atender outra Comissão. O Presidente acabou de ir lá votar, e eu estava lá, votando também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª foi também Presidente da Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É, presidi a Comissão aqui também.

Então, manifesto a alegria de ver aqui, hoje, especialistas dizerem: "Olhem vocês darão só a formatação legal, que vamos tomar conta disso." Essa disposição, realmente, neste momento que o País está passando, com dificuldade de tudo, esse desprendimento de pessoas com desse nível, grau e experiência, é notável.

O diabetes é, sem dúvida, das doenças que conheço, talvez a mais silenciosa, porque ela vai corroendo, corroendo, e, quando você se dá conta, está realmente avançado.

Quero que a Comissão veja alguns eslaides do Dr. Roberto, que mostram aquelas lesões difíceis de cicatrizar, como o chamado pé diabético.

Lamento que hoje tenha sido um dia corrido, porque eu gostaria que estivessem aqui a Senadora Ana Amélia, o Senador Eduardo Amorim, que é médico também; o Otto Alencar, colega ortopedista. Portanto, a Comissão tem realmente pessoas capazes de ajudar o Senador Ronaldo Caiado. Evidentemente, o texto vai ser sugerido por vocês, e os nossos assessores darão a formatação técnica. Vocês é que dirão como querem isso e de que forma o Senado Federal, em especial, a Comissão de Assuntos Sociais, liderada pelo Senador Edison Lobão, poderá contribuir.

Muitíssimo obrigado pela presença. Desculpem-me pelo atraso, que foi involuntário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, temos ainda mais uma audiência pública por realizar. Em seguida, a sessão do Congresso Nacional, que foi marcada para o meio-dia, e já estamos...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – ... uma hora de atraso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Uma hora de atraso.

Dada a importância do tema, vou conceder a palavra a cada um dos nossos conferencistas por alguns poucos minutos. Peço que se atenham ao mínimo possível.

Começo pelo Sr. Fadlo.

O SR. FADLO FRAIGE FILHO – Bom, Senador Moka, Senador Caiado, Senador Lobão, estou emocionado, muito emocionado, porque este é um momento, para nós, que estamos a vida inteira em diabetes, histórico. Os senhores não sabem como é importante essa iniciativa, a do CBO, com apoio de todas as entidades. É fundamental! Isso vai trazer um benefício a longo prazo para o Brasil e para as pessoas com diabetes. Não vou falar mais da extensão.

Quero parabenizá-los também pelo projeto da pesquisa clínica. O Brasil é motivo de chacota no exte-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

rior, o Brasil perde bilhões de dólares em pesquisa clínica pela incompetência e pela inépcia da Conep, que aqui está instaurada, e é irresponsável pelo prejuízo que nos dá. Sou também pesquisador e sou prejudicado por ela. Perdemos muitas pesquisas, inclusive pesquisas em diabetes, como outros colegas fazem também.

Parabéns por essa dupla iniciativa. Volto feliz para casa depois de ouvir tanta coisa boa. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Marcos.

O SR. MARCOS PEREIRA DE ÁVILA – Senador Lobão, quero agradecer. É o que temos que fazer. Agradeço pelo que o Senado Federal e a Comissão de Assuntos Sociais nos proporcionou como também a milhões de brasileiros.

É uma realidade: a epidemia do diabetes está aí. O Senador Ronaldo Caiado, o Senador Moka conhece bastante o tema. Ao Senador Ronaldo Caiado, os nossos grandes agradecimentos por encampar essa ideia. Estamos prontos para ajudar nas sugestões.

O Conselho Brasileiro de Oftalmologia está aqui, o nosso Presidente Homero Gusmão está aqui. Achamos que o exemplo brasileiro pode mudar o curso dessa doença. Temos uma quantidade grande de pacientes com o problema, mais de 13 milhões de pessoas. E o mais importante: temos uma comunidade científica apta, preparada, motivada, como disse o Senador Ronaldo Caiado, a ajudar. Basta que nos deem as condições, porque o resto vamos fazer. Obrigado pela oportunidade.

Esperamos que essa iniciativa que hoje começa seja um passo importantíssimo, um passo histórico, como disse o Dr. Fadlo. Para nós, que convivemos com o problema da retinopatia diabética, é um dia histórico e que pode mudar o curso da doença para milhões de brasileiros que padecem do problema. É um dia que representa o começo. Que tenhamos, em breve, essas ações transformadas em realidade aqui no Brasil. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado.

Dr. Roberto.

O SR. ROBERTO SACILOTTO – Agradecemos também a oportunidade. O nosso Presidente, Ivanésio Merlo, Presidente da Sociedade de Angiologia e Cirurgia Vascular, tem se preocupado muito com o tema, com o pé diabético em si. Temos promovido várias campanhas em cidades e capitais no sentido da avaliação do paciente no aspecto vascular. Temos também vários programas de tratamento de diabéticos em várias cidades. São movimentos isolados, como o de Vila Velha, no Espírito Santo, mas gostaríamos de ampliá-los, conforma sugestão do Dr. Ávila, formando esses centros de diabetes e difundindo para os Municípios pequenos todo um tratamento padronizado, preventivo desse tipo de lesão que nós acabamos de apresentar.

Agradecemos muito o Senado pela oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Drª Carmem.

A SRª CARMEN TZANNO BRANCO MARTINS – Eu gostaria de reiterar o agradecimento de todos os colegas, agradecendo a iniciativa, parabenizando a Casa pela sensibilidade, pelo interesse.

O Dr. Ronaldo Caiado esteve na audiência que fizemos no plenário no Dia Mundial do Rim, em março; o Dr. Moka também já tem uma sensibilidade para o tema, porque tem em casa uma nefrologista. Então, nós sabemos que, lutando nesse combate contra a epidemia do diabetes, nós também estamos lutando contra a epidemia da doença renal crônica dialítica.

Então, eu só posso sair daqui muito motivada e esperando, como disse o Dr. Marcos, que essas ideias e essas iniciativas se transformem em realidade em breve.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. João Eduardo.

O SR. JOÃO EDUARDO NUNES SALLES – Senador Lobão, Senador Caiado, Senador Moka, muito obri-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

gado pela oportunidade. A Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia agradece muito toda esta iniciativa, inclusive o convite ao Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Nós, aqui, falamos muito de complicações. O que a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia quer, juntamente com a Sociedade Brasileira de Diabetes, é evitar que cheguemos a isso. E nós vamos evitar isso quando conseguirmos capacitar o médico que está lá na ponta, tratando o paciente que hoje descobriu que tem diabetes e que, se não for bem tratado, daqui a 10 anos, estará em uma fila de amputação, estará em uma fila de *laser*, estará em uma fila de diálise, estará em uma fila de doentes cardiovasculares.

Nós precisamos dar capacitação aos médicos, ainda porque, na maioria dos países desenvolvidos, quem cuida do diabetes é o médico generalista. E a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, juntamente com a Sociedade Brasileira de Diabetes, quer, justamente, capacitar, ensinar o médico da ponta a tratar o paciente direito, para que possamos evitar todas essas complicações.

O meu muito obrigado. E, realmente, como disse o Prof. Fadlo, eu também fico emocionado em estar aqui hoje e ver o empenho de todos para tratar o diabetes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Drª Hermelinda.

A SRª HERMELINDA CORDEIRO PEDROSA – Eu também queria reforçar todas as palavras que já foram ditas, principalmente expressar, mais uma vez, o agradecimento especial ao Senador Ronaldo Caiado, ao Senador Edison Lobão e ao Senador Moka, que não conhecia, mas cujas notícias que trouxe aqui, que representam uma mudança de paradigma importante na pesquisa brasileira, deixaram-me muito feliz.

Enfim, gostaria de dizer que nós estamos, de fato, totalmente motivados a trabalhar com os senhores, e tenho certeza de que a criação desses centros e, principalmente, esse foco de investir no tratamento em equipe e capacitar os profissionais, certamente, mudará de forma contundente o cenário devastador que o diabetes provoca atualmente.

Muito obrigada.

Fico muito feliz e levarei todas essas mensagens para a Sociedade Brasileira de Diabetes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu desejo agradecer a presença dos nossos conferencistas e a contribuição valiosa que trazem ao exame e ao estudo dessa matéria. E essas informações, através desta Comissão, por meio da TV Senado e da Rádio Senado, estão sendo espargidas Brasil afora. Pelo que percebo – não sou médico –, a informação às pessoas é fundamental para a prevenção dessa grande doença que assola verdadeiramente o Brasil e o mundo.

O Senador Ronaldo Caiado, assim como o Senador Moka, tem uma sensibilidade muito grande para esses problemas. E esta Comissão foi constituída precisamente para examinar estas questões: questões de saúde, questões trabalhistas e questões sociais de um modo geral. Assim, para cá têm vindo expositores, por ocasião da realização dessas audiências públicas, que são uma concepção razoavelmente recente no Parlamento, para nos esclarecer e informar, sobretudo, quando do encaminhamento de projetos importantes que são examinados terminativamente por esta Comissão.

O que quer dizer ser terminativo? O projeto vem à Comissão e, uma vez aprovado aqui, não precisa ir ao plenário do Senado. A Comissão aprova e está resolvido, enviando-se, assim, o projeto, quando for o caso, à Câmara dos Deputados.

Portanto, a Comissão se reveste de uma importância fundamental no exame e no trato dessas matérias.

Encerro, portanto, esta fase de audiência pública, para iniciarmos uma outra já com a presença do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e outras autoridades, que vêm expor sobre questões trabalhistas.

Muito obrigado aos senhores. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 38ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, LOGO APÓS A 37ª REUNIÃO, PLENÁRIO Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às treze horas e doze minutos, do dia 30 de novembro de dois mil e dezesseis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Regina Sousa, Ana Amélia, Pastor Valadares, Wilder Morais, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Otto Alencar, Marta Suplicy, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Deca, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves, Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 30 de 2016-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2016, que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente ", com a participação dos seguintes oradores: Ives Gandra da Silva Martins Filho, Ministro e Presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST; Guilherme Guimarães Feliciano, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra; Cássia Pizzotti, Advogada, Consultora Jurídica Trabalhista; Nabil Sahyoun, Presidente da Associação Brasileira de Lojistas de Shopping – Alshop; Mario Lúcio Souto Lacerda, Dirigente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB/DF, representante de Adilson Gonçalves Araújo, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, representante de José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Laércio José de Oliveira, Deputado Federal e Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Raymundo Lima Ribeiro Junior, Vice Coordenador da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho do Ministério Público do Trabalho - CODEMAT/MPT. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado e Ricardo Ferraço, além do Senador Edison Lobão, presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Edson Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 30, de 2016-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim, com o objetivo de instruir o PLS 218, de 2016, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente.

Os oradores participantes da primeira mesa são o Sr. Ministro Ives Gandra Martins Filho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; o Sr. Laércio José de Oliveira, Deputado Federal e Vice-Presidente; além de outras autoridades.

Na primeira mesa, teremos apenas a presença honrosa e expressiva do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É com grata satisfação que temos a compor a Mesa S. Exª o Ministro Ives Gandra, que preside com grande competência o Tribunal Superior do Trabalho.

Concedo a palavra a V. Exª para a sua exposição, por 15 minutos.

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO – Boa tarde a todos!

Foi com imensa satisfação que aceitei o convite para vir participar desta audiência pública sobre o projeto de lei que trata do trabalho intermitente.

Cumprimento aqui o Presidente desta Comissão, Senador Edison Lobão, com quem tive a alegria de contar como Relator da minha indicação para ingresso no TST, ocasião em que fui sabatinado exatamente nesta Casa e nesta Comissão.

V. Exª foi o meu Relator e, creio, garantiu que eu pudesse ir para o TST com um relatório muito simpático.

Cumprimento todos os Senadores aqui presentes, os senhores e as senhoras.

Gostaria, já que me foi pedido para dar a minha opinião sobre esse projeto, de colocá-lo em um contexto mais amplo, que é o contexto de uma reforma trabalhista, ou ainda, se nós precisamos ou não de uma reforma trabalhista.

Por quê? Porque isto aqui, no meu modo de ver, é uma reforma trabalhista. E isso porque se está tentando dar a um tipo de relacionamento de fato uma roupagem jurídica.

O trabalhador intermitente, o *free lancer,* é empregado? Não é empregado? É trabalhador? Em que sentido ele pode ter respaldados, assegurados os seus direitos?

E por que eu digo que gostaria de situar a matéria num contexto maior? Na semana passada, nós participamos da abertura de um seminário internacional, no Tribunal Superior do Trabalho, para comemorar os 75 anos da Justiça do Trabalho e os 70 anos do Tribunal Superior do Trabalho. E, nesse seminário, o que foi interessante notar? Que principalmente os palestrantes estrangeiros falaram daquilo que foi a reforma trabalhista em outros países – em concreto: Alemanha, França, Itália, Espanha e Portugal. E mostraram com dados, tanto o panorama jurídico, o que foi mudado, como o panorama econômico, ou seja, que impactos isso gerou. Mostraram, por exemplo, que, na Espanha, caiu de 20% para 7% a taxa de desemprego depois da reforma; que, em Portugal, verificou-se situação semelhante – lá havia um nível de desemprego menor, algo em torno de 12% a 14% –, bem assim na Alemanha. E isso tudo se deu no período de 2004/2005 até 2016, quando se fez a reforma mais recente.

Houve resistência? Sim; houve resistência. Principalmente na França houve uma resistência maior. Ocorre que os dados começaram a mostrar que, realmente, as reformas contribuíram exatamente para conseguir uma redução do desemprego e uma formalização maior do emprego.

No caso, por exemplo, de um projeto que tente dar uma roupagem jurídica, um marco regulatório a determinadas atividades cujos problemas delas decorrentes até hoje nós não sabemos bem como resolver no Judiciário, ou seja, se vamos enquadrar como empregado ou se vamos enquadrar como autônomo, o projeto nos aponta uma solução para o caso *in concretu*.

No começo deste semestre, eu compareci a uma audiência pública na Câmara dos Deputados onde se debatia um projeto de lei que trata de negociação coletiva. E o que eu dizia naquele momento? Acho que uma reforma trabalhista não precisa revisar toda a CLT. Todos nós – todos! – concordamos que a finalidade de qualquer reforma e a finalidade precípua da própria Justiça do Trabalho é harmonizar as relações de trabalho, pacificar, previamente ou *a posteriori*, as relações de trabalho e dar uma proteção real ao trabalhador, não uma proteção de papel, mas uma proteção pela qual o trabalhador tenha, sim, o seu emprego garantido e tenha assegurados os direitos mínimos conferidos pela Constituição. Então, o que precisamos é assegurar que, em qualquer tipo, em qualquer forma de trabalho, os trabalhadores tenham isso que chamamos de patamar mínimo civilizatório.

Agora, quais são as nossas divergências? São quanto aos meios. Eu entendo que prestigiar a negociação coletiva é um meio mais eficaz de se chegar à solução de problemas trabalhistas do que a edição de uma legislação mais detalhada. Por quê? Nem os senhores, como legisladores, nem nós, como juízes – o Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

legislador e o Estado Juiz –, conhecemos as condições de trabalho de todos os ramos de atividade. Cada segmento – o empresário, o trabalhador e o sindicato – conhece aquilo que é possível e o que não é possível dentro da atividade.

Durante dois anos, como Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, eu tinha que compor conflitos coletivos, com greve ou sem greve, e consegui praticamente 100% de conciliação. E o que é que eu propunha? Para cada direito do trabalhador que fosse flexibilizado, por exemplo, não se conceder o reajuste integral.... Se a inflação foi de 10% e se forem dados apenas 9% de reajuste, que se dê uma vantagem compensatória.

Com isso, o que eu consegui, por exemplo, para uma determinada categoria, os trabalhadores metalúrgicos da indústria bélica brasileira? Conseguimos uma vitória histórica na mesa de negociação. A empresa, em período de crise econômica, no ano passado, não tinha condições de dar o reajuste integral; o reajuste ficou dois ou três pontos percentuais abaixo da inflação. Então, na negociação, conseguimos que a empresa reduzisse a jornada semanal de trabalho de 44 para 42 horas. A empresa fecharia aos sábados, pegaria essas duas horas que já não seriam cobradas do trabalhador, e as duas horas a mais seriam distribuídas da seguinte forma: meia hora a mais nos quatro primeiros dias da semana.

Todos os trabalhadores saíram comemorando. Embora tenham tido um reajuste um pouco menor, conseguiram uma conquista histórica, que não lhes será tirada mais: a redução da jornada de trabalho de 44 para 42 horas.

Portanto, a negociação coletiva, se nós soubermos prestigiá-la, será o melhor caminho de reformar, de modernizar, de harmonizar as relações de trabalho. Agora, não é possível vermos essa negociação como caminho único. Também temos que fazer alguns ajustes.

Sem entrar valorativamente no mérito ou fazer juízo de valor a respeito do projeto, por exemplo, que está tramitando aqui no Senado, até com relatório do Senador Paulo Paim, que é o de terceirização – e existe um também um na Câmara–, o fato é que nós precisamos de um marco regulatório para a terceirização. Não é possível mais que nós, juízes do trabalho, tenhamos que julgar com base em uma única súmula, a Súmula nº 331, todas as demandas em matéria de terceirização. Nós temos que ter um marco regulatório mais seguro. Se vai ser esse ou se vai ser outro, eu não sei.

Então, é nesse contexto que eu vejo esse projeto de lei como um projeto muito interessante. Por quê? Porque visa regulamentar, dar um marco para uma realidade concreta: o trabalhador intermitente ou o chamado *free lancer*. É aquele caso em que o trabalhador hoje consegue um trabalho aqui, amanhã vai conseguir ali, com diferentes tomadores do serviço.

Ao mesmo tempo, vejam que interessante: se nós temos marco regulatório, o que acaba acontecendo? Aquele que seria o empregador pensará 10 vezes antes de contratar, porque sabe que, se contratar, vai ser nesses moldes. Se eu tiver vários moldes diferentes, eu posso usar.... Então, eu vou contratar para essa festa este garçom, que também vai poder trabalhar nesta ou naquela outra. O jornalista poderá ser *free lancer* deste, desse ou daquele jornal, até mesmo trabalhar em empresas concorrentes.

Querem ver um exemplo que me parece bastante claro? Recentemente, participei como palestrante da abertura de um debate do segmento de vendas diretas – Avon, Natura, empresas de produtos de beleza. Como acaba acontecendo, se a Justiça do Trabalho, por exemplo, entender que a relação não é de autônomo, mas de empregado, ela acaba com a venda direta, simplesmente acaba, porque é impossível a uma Avon assumir quatro milhões – quatro milhões! – de empregados. Por quê? Porque não é uma empregada da Avon essa senhora está vendendo produtos da Avon e da Natura conforme a pessoa que está comprando queira.

Então, o que eu acho de interessante? E aproveito para cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço pela iniciativa. Se vai ser esse o texto aprovado, não sei, mas que a ideia... E também tem o substitutivo do Senador Armando Monteiro, que eu vejo também que é bom, que vai regulamentando algumas coisas positivamente. No fundo, o que se está criando? O que se está criando é uma figura.... Ou melhor, essa figura existe de fato; o que se está fazendo é estabelecer um marco regulatório. Singelo? Sim. Por quê? Porque nós temos que ver como é que ele vai evoluir e, assim, fazermos os acertos.

O fato é que eu, como Ministro do TST, para dar um testemunho final, fui a uma conferência da OIT, anos atrás, participando da delegação brasileira, antes mesmo de sair a lei do trabalho cooperado, ou seja, antes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de sair a lei das cooperativas de trabalho. Eu, que havia sido membro do Ministério Público durante 11 anos, vi tudo que era cooperativa fraudulenta, dizia: "Como Procurador do Trabalho, eu recebia denúncias e tinha que apurar.

Então, para mim, só chegava a patologia, só o que há de ruim; e, recém-ingresso no TST, fui para a Comissão que trata das cooperativas de trabalho. Em insistia em dizer que existem no Brasil – podem não existir em outros países –, mas no Brasil, é muito usada a figura da cooperativa de trabalho para fraudar direitos trabalhistas". E eles não entendiam: *"What?! False work cooperatives?!"* Ou seja, não cabia na cabeça de um americano que existisse esse tipo de coisa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO – E por quê? Porque, na verdade, faltava o marco regulatório. Quando se instituiu o marco regulatório aqui, no Brasil, praticamente se reduziu a um nível muito baixo o número de ações contra falsas cooperativas. E isso porque, no momento em que você estabelece quais são os direitos do trabalhador cooperado, que são os direitos que estão na Constituição, só que expressos de outra forma, porque não há uma relação direta, o próprio cooperado tem uma liberdade, ou seja, não há um intermediário, um empresário que vai receber parte do que ele fez, vai tudo diretamente para o trabalhador, então, acaba sendo um marco positivo.

Por isso, eu digo que esse projeto é de iniciativa louvável. Eu acho que pode ser aperfeiçoado – e esta é uma tarefa aqui dos senhores –, mas, fundamentalmente, com a conceituação segundo os direitos mínimos, com os requisitos para se admitir que, em dado caso, não se trata de empregado, mas de trabalhador intermitente, enfim, tudo isso vai permitir, primeiro, uma formalização maior das relações, uma empregabilidade maior e, para nós, da Justiça, uma segurança jurídica muito maior, tanto para as empresas, como para juízes, procuradores e para a sociedade.

Então, eu queria cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Ives Gandra.

Senador Ricardo Ferraço, V. Exª deseja falar?

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO – Estou à disposição para qualquer questionamento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, eu queria, inicialmente, agradecer a presença de S. Exª o Ministro Ives Gandra Filho nesta Comissão. E quero registrar que a fala do Ministro é de uma clareza e de uma obviedade enormes, sobretudo numa quadra como esta, em que nós precisamos priorizar, como um dos grandes desafios do nosso País, a geração de emprego.

Os tempos mudaram! Há, portanto, um dinamismo também no mundo do trabalho, e nós estamos procurando apenas interpretar a vida real e criar um marco legal para que esses trabalhadores, ao serem formalizados, tenham os seus direitos garantidos nesse marco.

Portanto, se o meu convencimento, que já existia, na medida em que apresentei essa proposta, agora a manifestação do Presidente Tribunal Superior do Trabalho joga luz, traz elementos absolutamente fundamentais, inclusive, na consideração do Direito comparado. Até porque não estamos inventando nada! A roda já foi inventada! O mercado de trabalho está aí e está aberto, para que trabalhadores, pais de família, possam encontrar oportunidade de trabalho dentro de um marco em que os seus direitos e os deveres do empreendedor possam estar assegurados.

É isso que nós estamos propondo, Sr. Presidente, preconizando nessa proposta, que dialoga, a meu juízo, com uma adequação da legislação à vida real, até porque a vida não é como nós gostaríamos que ela fosse, a vida é como ela é. Nós precisamos, portanto, estar muito atentos a essas mudanças que estão em curso em nosso País, sobretudo, Sr. Presidente, com esta chaga, com esta epidemia do desemprego em nosso Brasil, o que está trazendo tanta infelicidade a tantas famílias, a tantos homens, mulheres, jovens que querem chegar ao mercado de trabalho.

Por evidente, nós precisamos, sim, para além dessa proposta que estamos apresentando, apresentar muitas outras, de modo a fazer uma adequação nas leis trabalhistas em nosso País, de modo que possamos produzir competitividade na economia brasileira, assegurando o direito do trabalhador e assegurando o de-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ver do empreendedor.

Agradeço a V. Exª.

Cumprimento o Ministro Ives Gandra Filho, a quem agradeço a presença aqui em nossa Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar o Ministro Ives Gandra Filho, com o qual tive a oportunidade, por um convite dele, de tomar um bom café no TST.

Para que o debate fique mais rico – há aqui uma série de convidados, convidamos especialistas no setor; fico preocupado com o contraditório –, seria bom que ouvíssemos também os outros convidados, para fazermos o contraponto, para formarmos o nosso juízo sobre a matéria. Por isso, eu me sentiria prejudicado se eu não ouvisse também os outros convidados, sejam eles favoráveis, sejam eles contrários. Com isso, poderíamos fazer um debate com base na posição daqueles que nós convidamos para debate essa matéria.

O Ministro Ives Gandra sabe das minhas posições. Sempre sou muito claro no meu entendimento. Ele sabe das minhas preocupações enormes com a reforma trabalhista, sabe das minhas preocupações com a terceirização, sabe das minhas preocupações com esse projeto.

Muitas vezes, uma boa ideia, Sr. Presidente, pode se tornar, lá na frente, um problema muito sério, pela forma como ela é usada no conjunto da sociedade. Lembro que as cooperativas que foram para dentro das fábricas começaram com uma proposta do MST. Eles tinham problema, faziam as associações nas regiões de entendimento que ficavam a produzir e percebiam que os trabalhadores que não estavam devidamente regulamentados não tinham segurança jurídica nenhuma. E eles entravam mesmo. Sabemos que isso existe na Justiça. Foi proposto, então, para nós – na época, eu era Deputado –, embora não tenha sido eu, que nós aprovássemos as cooperativas. Resultado: as cooperativas foram para dentro das fábricas, não só para atender à área rural, como foi a proposta original muito bem intencionada.

Aqui, V. Exª fala, por exemplo, dos *free lancers*. Temos de ter muito, muito cuidado, porque, de repente, tudo vai virar *free lancer*.

Estou expondo essas preocupações, mas eu nem queria falar agora. Eu queria ouvir os outros convidados. Mas sobre essa reflexão V. Exª já pode fazer uma ponderação, se assim entender. V. Exª é nosso convidado, V. Exª tem preferência aqui com certeza absoluta.

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO – Eu só vou me escusar. Eu gostaria de passar a tarde aqui discutindo com os colegas que vão falar depois, com os ilustres Senadores, mas, realmente, hoje, a minha agenda no Tribunal está apertada.

Eu queria, primeiro, dizer da admiração que tenho pelo Senador Paulo Paim, desde o tempo em que ele era Deputado. Já participamos de várias audiências públicas a convite de S. Exª. Temos, às vezes, visões diferentes quanto aos meios, mas, quanto aos fins, temos o mesmo desejo, a mesma ambição de dar uma proteção real ao trabalhador, de encontrar as melhores fórmulas. O que eu sinto simplesmente é: como já tentamos várias outras e não conseguimos, vamos trilhar caminhos novos?

Fiquei muito impressionado com duas palestras, na verdade com três, a do professor português no nosso Congresso, a do professor alemão e a do professor francês num debate que houve no *Estadão* sobre a questão da reforma trabalhista. O que me impressionou? Um deles, o alemão, era da OIT. Eles disseram o seguinte: "Nos nossos países, enfrentamos as mesmas dificuldades de qualquer país que tenta fazer alguma reforma trabalhista. Como encontrar o ponto de equilíbrio? Mas, tanto nós encontramos o ponto de equilíbrio na legislação que acabou saindo, que a taxa de desemprego caiu substancialmente."

Eles forjaram na Europa uma palavra que achei interessante. O professor era alemão, mas, como a gente não entendia o alemão, ele falava em inglês. Então, pelo menos se dava a tradução simultânea tranquilamente. Ele dizia assim: "Nós geramos a palavra *flexisecurity*." É uma segurança flexível, de tal forma que, em vez de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

haver na legislação trabalhista um capacete de ferro que recebe o impacto e que transmite esse impacto ao trabalhador – a legislação é rígida e é interpretada com muita rigidez –, dá-se uma flexibilidade. Como o capacete de operário é acolchoado e de plástico, você pode quebrá-lo. Então, eventualmente, faz-se isto: flexibiliza, dentro do que a Constituição permite, salários e jornada. Mas o que tenho defendido é que tem de haver uma vantagem compensatória clara, de tal forma que o patrimônio jurídico do trabalhador não saia afetado.

Agora, repito, temos de regulamentar o trabalho terceirizado, temos de regulamentar o trabalho intermitente, o trabalho cooperado e outras formas que nós vamos encontrando. Sobre o problema que o Senador levantou já conversamos várias vezes. Por exemplo, quanto à pessoa jurídica, a chamada pejotinha, tem de haver...

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO – Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu exijo respeito com esta Comissão...

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO – Tem de haver regulamentação no sentido de proteger o direito do trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ...e com o Ministro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO – É óbvio, é óbvio!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os senhores são convidados e têm de se manter em silêncio. Se não conseguirem fazê-lo, peço que se retirem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Prossegue o Sr. Ministro.

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO – Digo e repito: determinadas situações têm de ter uma regulamentação que garanta os direitos de todo trabalhador. Se vai ser essa regulamentação, se vai ser outra, não sei; cabe aos senhores que são os legisladores estabelecer isso, tanto que fazem uma audiência pública.

Agora, uma coisa que gosto de ressaltar muito – o Senador Paulo Paim sabe que sempre me portei desta forma – é que, em qualquer evento que eu organize, sempre gosto que haja a dialética, que se ouça quem defende uma posição, que se ouça quem defende a outra, mas sempre com respeito, sempre sem violência, sem truculência. Por quê? Porque o que deve prevalecer é a razão, é o argumento, não a força, não o grito.

Vou pedir licença para me retirar, mas fico...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO – Infelizmente, tenho também minha agenda.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Desculpe-me, Presidente.

Pessoal, ele é nosso convidado. Aqui vem alguém para fazer o contraditório. Outros aqui vão falar de forma diferente.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pelo amor de Deus, não têm respeito! Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Na próxima manifestação desrespeitosa, pedirei à Polícia do Senado que evacue a Comissão. Os senhores são bem-vindos, desde que se comportem civilizadamente. Se querem fazer bagunça, que a façam lá fora. Aqui, não!

Agradeço ao Sr. Ministro a contribuição que nos dá no encaminhamento desse importante projeto que tramita na Casa. Louvo sua atuação na importante Justiça do Trabalho brasileira.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar também de cumprimentar o Ministro Ives Gandra Filho. É um homem que tem exatamente a competência e a capacidade para debater o assunto, com argumentos, com conteúdo. É um momento em que o Brasil está aberto exatamente a apresentar alternativas para 12 milhões de desempregados. Não é possível, Sr. Presidente, que essas ideias novas não possam sobreviver diante de um corporativismo que acha que tem de impor as regras que deseja. Isso não é democracia.

Quero cumprimentar V. Exª, Ministro Ives Gandra Filho, e dizer que, realmente, o sentimento do Brasil hoje é o de avançar, para que possamos buscar alternativas, produtividade, para que o cidadão não fique engessado por algo que é tão retrógrado, que realmente não acompanha a modernidade e muito menos aquilo que o brasileiro deseja neste momento para disputar com o mercado internacional.

Então, Sr. Presidente, muito obrigado pelo espaço. Agradeço os esclarecimentos trazidos pelo Ministro Ives Gandra e também parabenizo o Senador Ferraço pelo projeto de lei apresentado à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Moka.

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO – Se me permite...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Permita-me, Ministro, primeiro, agradecer-lhe. É muito importante a presença de V. Exª nesta Comissão. Todos aqui conhecem especialmente o Senador Paim. Temos posições divergentes, mas sempre procuramos trabalhar.... Agradou-me muito a forma com que V. Exª tratou a questão. Temos de modernizar, temos de encontrar a forma de flexibilizar, mas temos de fazer isso de forma que o trabalhador tenha realmente uma garantia real e que a concessão, quando houver, tenha de ser obrigatoriamente seguida de uma compensação.

Acho que a melhor forma de fazer isso é conseguirmos realmente tratar disso. Estamos vivendo num período moderno, de transformações. Isso é real. Ou vamos fazer isso harmonicamente, como defendeu V. Exª, ou vamos ter de, amanhã ou depois, votar uma legislação que não vai ser boa para ninguém, porque não foi fruto de um debate ou de um consenso. O ideal é que a gente consiga elaborar textos em que a gente possa avançar e que esses textos sejam convergentes, para que o trabalhador se sinta seguro e para que o empreendedor, o empresário se sinta também com alternativas para poder empregar um número maior de trabalhadores.

Assim, eu agradeço.

Mais uma vez, quero dizer que me sinto honrado com a presença de V. Exª.

O SR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO – Eu queria cumprimentar o Senador Caiado e o Senador Moka pelas suas palavras, que me tocaram o coração.

Eu queria também dizer uma coisa: se, eventualmente, as soluções que proponho não forem as melhores, estou sempre aberto. Sempre estive aberto para qualquer... O Senador Paulo Paim sabe disso. Se me convencerem do contrário.... Eu disse a S. Exª, quando fez a Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores, que me inscrevesse nela, porque quero defender o trabalhador da forma que melhor o proteja.

Não me vejo como sabedor da melhor solução em cada circunstância. Acredito muito mais que os sindicatos com as empresas encontrem a fórmula mágica do que eu, num gabinete, chegar à conclusão de que vou invalidar esta ou aquela cláusula porque acho que não deu certo. O maior exemplo disso, Srs. Senadores, é que recebi recentemente o setor de transporte, a Confederação Nacional do Transporte e a Confederação dos Trabalhadores em Transportes. Eventualmente, alguma descalibragem da lei que trata do motorista não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

agradou nem a empresários nem a trabalhadores, que vieram pedir à Justiça que calibrasse agora na aplicação da lei. Digo: olha, acho melhor vocês voltarem ao Congresso Nacional e verem se não dá para fazer alguma modificação. Quando nem o empresário nem o trabalhador estão contentes, quando os dois vêm juntos procurar o Presidente do TST para ver o que é possível fazer, a calibragem pode ser melhor aqui no Congresso Nacional. Está bom?

Agradeço muito a paciência também de terem me ouvido e o bom acolhimento. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito obrigado, Ministro Ives Gandra.

Iniciaremos agora a segunda Mesa. Convido a compô-la o Deputado Laercio José de Oliveira, o Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Cássia Pizzotti, Raymundo Lima Ribeiro Junior, Mario Lúcio Souto Lacerda, Moacyr Roberto Tesch e Nabil Sahyoun. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Laercio José de Oliveira por dez minutos.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD - SE) – Muito bom dia a todos, às senhoras e aos senhores aqui presentes!

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, o Senador Edison Lobão.

Quero cumprimentar o Senador Moka, o Senador Paim, o Senador Ricardo Ferraço.

Agradeço o convite feito neste ato aqui, Sr. Presidente, representando a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, da qual sou um dos Vice-Presidentes, com muita honra.

Quero cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço como autor do projeto.

Quero dizer aos senhores que, na Câmara dos Deputados, no cargo que exerço lá, também sou autor de um projeto que visa ao mesmo fim. Aliás, é um projeto mais antigo, é um projeto de 2012, que é o Projeto nº 3.785, que está na Comissão do Trabalho aguardando votação.

Esse tema é muito interessante. Entendo que essa é uma necessidade que o País tem hoje. Esse tema vem resolver uma questão que hoje praticamente toma conta do nosso País. Há atividades atípicas que a CLT não consegue proteger sob aspecto algum. Vamos pegar apenas um exemplo, já que o tempo é tão curto: empresas de eventos, que fazem eventos em fins de semana, que organizam congressos, seminários, *shows* Brasil afora. Esse pessoal é contratado sem nenhum tipo de registro, porque o período de trabalho é muito curto. Não há como fazer a contratação dentro das normas da CLT. Acho que só esse aspecto já justifica a aprovação de um projeto como esse.

Entendo, Srs. Senadores e convidados aqui presentes, que, definitivamente, a gente precisa quebrar um pouco as barreiras que existem ou que se instalam quando a gente quer modificar a CLT.

Não é possível que não haja bom senso. Precisamos criar alternativas em função da própria evolução do trabalho no nosso País.

Como foi dito aqui pelo nobre Presidente Ministro do TST, precisamos enfrentar o mundo moderno do trabalho, procurando adequar exatamente a modernidade que as relações do trabalho impõem. Esse caminho do trabalho intermitente é uma solução plausível. Não entendo por que é incompreensível para alguns. Precisamos urgentemente disso.

Existem algumas atividades no mundo do trabalho que não podem ser regidas pela CLT, que precisam de uma adaptação, como os restaurantes e os hotéis, por exemplo. Os restaurantes funcionam nos fins de semana, de quinta a domingo. Nas segundas, nas terças e nas quartas, nos restaurantes, praticamente não existe movimento. Por que o trabalhador tem de ser contratado 44 horas por semana? Então, é uma forma que a gente encontra para adequar a uma realidade do mercado de hoje, promovendo um espaço onde as pessoas poderão atuar em vários outros locais.

Há um detalhe muito interessante: evasão escolar. Muitos largam o seu estudo ou transferem o horário de estudo do dia para a noite porque, quando vão ser contratados por uma empresa, na sua grande maioria, trabalham 44 horas por semana. Ora essa! O jovem que precisa ser inserido no mercado de trabalho tem de ter outra opção para contratação, uma opção dele, respeitando-se todos os seus direitos! O que é que existe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de errado nisso?

Então, tenho certeza absoluta de que estamos no caminho certo. Precisamos avançar com ideias como essa.

Aqui quero cumprimentar mais uma vez o Senador Ricardo Ferraço.

Acho que vale a pena, Sr. Presidente, fazermos uma discussão dentro desses contextos, analisando aspectos concretos, aplicáveis à vida do trabalho no nosso País.

Todos nós brasileiros estamos preocupados com aqueles nossos brasileiros que não têm o seu emprego. É uma solução. Esse projeto, tornando-se lei, é uma solução. Resolve o problema? Talvez, não o resolva, certamente não, mas contribui muito com isso. O que não podemos fazer é nos proteger no nosso casulo e achar que nada pode ser mexido. "Não se mexe na CLT sob hipótese alguma!" Por que não? Por que o trabalhador brasileiro tem de se submeter à CLT, que cumpriu seu papel há muitos anos, há 70 anos? Acho que esse não é o mundo que queremos.

Por isso, sou persistente, como legislador, na condição de atuar em uma confederação, Sr. Presidente, em trabalhar para que encontremos fórmulas legais e legítimas para alterar, naquilo que for possível, a CLT, para que, de fato, ela cumpra seu papel de dar proteção ao trabalhador, que é o elo mais importante. Não adianta achar que não pode ser assim e que o empresário, o empregador tem de suportar esse outro lado. Com isso, não vamos chegar a lugar algum, porque, sem empregador, não existe o empregado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Deputado Laercio Oliveira.

Eu agora concedo a palavra ao Dr. Mario Lúcio Souto Lacerda, que pediu para falar em seguida, em razão de precisar se ausentar da Comissão logo depois.

Mario Lúcio Souto Lacerda.

O SR. MARIO LÚCIO SOUTO LACERDA – Boa tarde a todos, boa tarde a todas. Parabenizar aqui este evento, a convocação deste evento.

Eu sou Mário Lacerda, eu estou aqui pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. E nós, ao olharmos, ao nos debruçarmos sobre esse projeto de lei, algumas preocupações vieram de lá. Fala-se muito em modernidade, fala-se muito nas relações, nas mudanças que ocorrem na Europa, na Espanha, na França, na Itália, e a gente não sabe exatamente; e a gente tem a certeza de que as relações de trabalho e emprego nesses países são bem mais interessantes do que as relações de trabalho e emprego no nosso País.

O projeto de lei, a gente percebe algumas coisas um pouco contraditórias, porque parece que vai atender ao interesse do empregado e não ter vínculo empregatício. Então, fica um empregado, que já é um polo hipossuficiente, que entra numa situação de trabalho e emprego em que ele não tem garantia nenhuma. Parece que é uma escolha estranha, o empregado não quer o vínculo e vai trabalhar nesse sistema de hora intermitente.

E outra coisa também é o empregador contratar esse tipo de situação, que não tem com a empresa nenhuma correlação. Chama para ir um dia, fica uma hora; chama para ir um dia, fica dez minutos; chama para ir um dia, fica duas horas, três horas. Então, o projeto, na sua justificativa de modernização, é o contrário, ele deixa uma série de dúvidas e de preocupações que precisam ser aclaradas. No projeto precisa colocar uma lupa muito grande, porque essa questão de modernizar as relações de trabalho e emprego, nas justificativas, não estão claras.

E a justificativa também fala que essa é uma tendência que ocorre em bares, restaurantes e hotéis, e aí ficou uma pergunta: nós estamos falando, então, de um nicho de trabalhadores, e é esse nicho de trabalhadores que é usado, pelo autor do projeto, para justificar esse projeto de lei, só que esse projeto de lei não é para um nicho, esse projeto de lei é para todo mundo. Esse projeto de lei vai abrir possibilidades para a educação fazer esse tipo de precarização, a segurança, a saúde.

É um projeto de lei que, depois que colocado, deitado e passado por aqui, ninguém vai dizer: "Isso aqui é só porque o setor de hotelaria e o setor de bares e restaurantes precisam disso".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Não, esse projeto aqui é para todos. E, nesse sentido, ele também precisa ser olhado com muito cuidado. Então, a gente vê, na justificativa desse projeto, algumas coisas que não se sustentam.

Outra coisa, os artigos, a literatura do art. 433 diz que o contrato pode ser um contrato tácito, verbal e, depois, ele diz que, no art. 452, pode ser feito por contrato, acordo ou convenção. Nós sabemos que no contrato de trabalho, que é entre empregado e empregador, o peso é do empregador. O empregado, pela empregabilidade, aceita qualquer coisa.

Então, parece-me que esse artigo aqui retira dos sindicatos, porque abre a possibilidade de o empregado fazer contrato sozinho com o empregador; retira o protagonismo do sindicato laboral de estar à frente desse tipo de negociação, que de novo precisa ter uma lupa muito grande, precisa olhar com muito cuidado, porque modernização... aqui ainda fico me perguntando que tipo de modernização é essa.

Outra coisa também é essa questão do período livre e do tempo em prol do trabalhador, do tempo em prol do empregador. São duas coisas. Que é isso, período livre? Segundo a lei, o empregador convoca o trabalhador cinco dias antes; e aí o empregado chega lá na empresa: "Espera aí, não está na hora de você trabalhar". Como é isso? Essa coisa de período livre e de período em prol do empregador também está muito rala para quem quer regulamentar as questões tão caras para o Brasil, que são as questões ligadas ao Direito Trabalhista.

O projeto, de um modo, não avança. Ele atende, inclusive, relações de precarização. Modernidade aqui, no sentido do que a Europa está fazendo, não tem nada. Na realidade, fica um desconforto para a classe trabalhadora, porque o projeto parece mais um cheque em branco para o empregador, que ele vai deter as normas. É ele que vai dizer: "Olha, você vem agora, vou te pagar tanto". Então, é complicado acatar esse tipo de projeto. E ele, na realidade, tira, como a gente tem dito, do protagonismo da negociação coletiva a presença do sindicato, porque ele coloca a possibilidade de o empregado e o empregador fazerem essa negociação.

Não é um projeto bom, ao contrário, é um projeto que, se passar, vai, no nosso modo de ver, criar passivo trabalhista para o empregador. Aqui há uma série de precarizações, coisas não faladas, não ditas que, certamente, vão criar passivos trabalhistas para o empregador. E vai abarrotar mais uma vez a Justiça do Trabalho.

Mais uma vez a Justiça do Trabalho vai ser chamada para decidir sobre essas relações tão díspares que são as relações de trabalho no Brasil, em relação à hipossuficiência do trabalhador e ao poder de comando e direção do empregador.

Eu vou pedir desculpas, eu tenho um compromisso. Nós viemos aqui ao meio-dia, mas não podemos ficar. E agradecer muito pelo convite.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, permita-me um pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só uma consideração, não é comentário. É sobre a mesa. Como há outros convidados e não havia espaço na mesa, com a saída do Lacerda, talvez pudessem agora... Porque constam ali na lista. Por exemplo, o representante da Nova Central e a Central Única dos Trabalhadores. São duas centrais que foram convidadas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Você está propondo um novo nome?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Está aqui: Moacyr Roberto Tesch, representante da Nova Central. Ele não está na mesa, porque não havia lugar.

Só estou propondo que ele ocupasse...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, está convidado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...a cadeira que está vazia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Convido agora o Sr. Guilherme Guimarães Feliciano para usar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Obrigado, Senador Lobão, Senador Paim, demais Senadores presentes, meus queridos colegas de mesa, senhores trabalhadores que aí estão.

Eu trago aqui – agradecendo o gentil convite que foi dirigido à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a Anamatra – a percepção que a Anamatra tem acerca desse projeto, do PLS nº 218, de 2016. Louvando, evidentemente, o Senador Ferraço pela preocupação que o moveu, mas apresentando aqui as objeções que nos parecem pertinentes, na perspectiva de prevenir uma legislação que – aí já me antecipo, aproveitando a fala que me antecedeu –, de princípio, o que fará será abarrotar ainda mais as Varas do Trabalho com demandas trabalhistas.

Eu teria aqui, enfim, nos dez minutos que tenho, algumas observações a fazer do ponto de vista jurídico, e vou fazê-las. Mas, antes disso, eu gostaria de trazer a todos as razões pelas quais esse projeto de lei traz à Anamatra apreensão.

Quando falamos em Direito do Trabalho, geralmente, nos referimos a um princípio que rege esse campo do Direito e que nós denominamos de princípio da primazia da realidade. Ou seja, o Direito do Trabalho se preocupa, especialmente, com o que acontece na realidade, não importa tanto a formalidade, porque estamos falando de trabalhadores que, a rigor, "vendem", entre aspas, a sua força de trabalho, que é uma projeção da própria pessoa humana. E, portanto, esse é um tipo de contrato que tem uma dignidade especialíssima, é completamente diferente de um contrato de locação de coisa. E isso tem que ser levado em consideração. Portanto, o que acontece, na realidade, interessa muito mais do que o que está nos textos.

Aí a nossa preocupação, o que o Brasil já conhece em torno dessa chamada jornada flexível ou jornada intermitente, ou, como se houve ou se lê em um ou outro escrito, jornada *fast food* ou até jornada McDonald's?

O que se vê é exatamente uma situação em que, no final das contas, a compressão toda se faz nos direitos e nos interesses do trabalhador. No final das contas, o que a realidade nos apresentou até aqui – falo de Brasil, não falo de outras realidades – foi um regime de trabalho em que basicamente os riscos da atividade econômica foram transferidos para o trabalhador.

Vejam, eu sou proprietário de um restaurante, este restaurante deveria funcionar de segunda a domingo, mas eu tenho frequência efetiva, para efeitos de lucro, etc., basicamente na sexta à noite; no sábado no meio do dia e à noite; e no domingo no meio do dia. Eu só tenho um movimento mais expressivo nesse tempo, de modo que as despesas fixas que eu tenho com o restante do tempo parecem não compensar, por conta do lucro que eu não tenho. Compreendo isto do ponto de vista econômico, na perspectiva do empregador, do empresário. Mas isso é risco da atividade que ele exerce, é um risco que ele deve suportar em princípio e não trabalhador.

O que, no final das contas, se viu nesse caso do McDonald's? O processo é público, então, não há problema algum em mencionar aqui. Isso foi levado ao Judiciário, pelo Ministério Público do Trabalho, em uma ação civil pública, no Estado de Pernambuco, contra a empresa Arcos Dourados que representa – digamos – a marca McDonald's no Brasil, e a partir dessa empresa se faz a disseminação da franquia. Verificou-se que nós tínhamos uma situação de jornada intermitente, que se estabeleceu com os trabalhadores do McDonald's.

Uma situação na qual, na prática, os trabalhadores só sabiam os horários do mês seguinte quase na virada do mês. De modo que a dificuldade para se programar e reservar o seu tempo para outras coisas, para estudar, para o lazer, para outras coisas que lhe interessassem, até para um outro trabalho, essas possibilidades eram mínimas, já que na iminência do mês seguinte é que ele tinha uma informação mais completa sobre a jornada que cumpriria. Outra questão, mesmo com essa jornada pré-fixada, o que se via, na prática, é que aquele horário também não era observado, e muitas vezes ele era chamado um pouco antes, tinha de sair muito depois. Aquilo não se observava.

Outra coisa, ele não tinha – isto é muito importante – uma segurança quanto ao salário que ele iria receber. Como é que eu vou organizar a economia doméstica, como é que eu vou organizar os meus gastos, a minha economia, se eu não consigo saber exatamente quanto é que eu vou receber? Porque isso acaba dependendo – digamos – da gestão da empresa, da maneira como a empresa vai desenvolver o negócio, do tempo que ela quer disponibilizar para atendimento à clientela. E isso o trabalhador saberá, mais uma vez, na iminência do fato.

Então, esse descontrole sobre a sua remuneração vai se transformar em descontrole sobre as suas con-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tas pessoais, domésticas. Tende a levá-lo ao endividamento, inclusive.

Ainda, outra coisa que se identificou e que se apontou nessa ação civil pública. Muitas vezes essas jornadas intermitentes acabavam levando, em relação aos intervalos que são garantidos por lei, a situações de perplexidade. Então, trabalhadores que, na jornada intermitente ou flexível, iniciavam a sua jornada e dez minutos depois, vinte minutos depois, já tinham que gozar do intervalo. E outros que estavam há sete, oito horas trabalhando para, então, ter o intervalo. O que, obviamente, compromete o próprio sentido do intervalo, que é garantir um momento de descanso, de alimentação que respeite o relógio biológico da pessoa.

Portanto, a realidade que nós temos a esse respeito não aponta para um horizonte – digamos – minimamente garantista do ponto de vista da dignidade do trabalhador, do ponto de vista dos direitos sociais.

Aqui nós não estamos discutindo, portanto, uma visão fundamentalista de que a CLT não admite nenhuma modificação, nenhuma melhora. Aqui nós não estamos discutindo uma visão classista de que o capital quer destruir o trabalho. Até poderíamos caminhar por aí, mas eu estou tentando apresentar aqui dados objetivos de que isto não funcionou bem no Brasil até aqui.

Tanto é – esta é uma outra notícia – que na 105ª Conferência Internacional do Trabalho, que aconteceu em Genebra, na Organização Internacional do Trabalho, agora este ano, nós estivemos como observadores convidados do AIT, nós, a Anamatra, e o Mistério público do Trabalho também, o Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo, levou à OIT uma proposta exatamente para que a OIT tratasse de abolir essa jornada flexível, a partir de uma convenção internacional. Partindo inclusive do que se verificou no caso brasileiro, a partir dessa chamada jornada McDonald's.

Então, não é uma preocupação que hoje esteja adstrita ao setor dos comerciários ou dos bares e restaurantes, etc., isso já ganhou uma dimensão internacional por iniciativa do Ministério Público do Trabalho. Isso foi apresentado, então, este ano, a Corinne Vargas e a Horacio Guido,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ... para que se discutisse, provavelmente, na Conferência Internacional do Trabalho de 2017 e para que se veja quais são as contenções possíveis, no contexto da comunidade internacional, para essa jornada que tem se espalhado e não tem dado – digamos – bons resultados do ponto de vista da saúde e da integridade do patrimônio dos empregados, dos trabalhadores.

Dito isso, eu apresento aos senhores as razões jurídicas que me parecem que também dificultam a aprovação do texto como está. Ou seja, eu parto do princípio de que esta jornada intermitente ou flexível não é uma saída adequada. Eu ouvi aqui atentamente, de fato, há situações em que o trabalhador não terá registro, porque ele é, por exemplo, aquele garçom folguista, trabalhará só no domingo, na folga dos outros.

Mas o problema é que, também o colega que me antecedeu disse aqui, eu identifico um problema num segmento muito específico e crio uma norma geral que vai servir para tudo, inclusive para a indústria, inclusive para o agronegócio, para o trabalho doméstico. Eu identifico um problema e trago uma solução grande demais que, a rigor, vai trazer, a nosso sentir, mais problemas.

Há outras soluções para esses trabalhadores hipossuficientes, que hoje não têm registro – pode-se pensar. A figura, por exemplo, só para dizer este exemplo, do autônomo dependente. Ele não é subordinado, é autônomo, mas tem uma relação de dependência com quem lhe toma os serviços.

A Espanha tem o Estatuto del Trabajo Autónomo –...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Estatuto do Trabalhado Autônomo –, com direitos mínimos para o trabalhador autônomo dependente. Isso pode ser discutido, mas isso é outra coisa. Aqui nós estamos falando de um trabalhador que vai se ativar na atividade-fim da empresa e que está sob subordinação, portanto, é empregado. Esse tipo de solução não serviria.

Aí vem o 452-A, como propõe, só para terminar, e diz o seguinte: "Previsão em contrato de trabalho, acordo ou convenção coletiva de trabalho". Ao meu ver, já aqui há um problema – se nós formos adiante na discussão desse modelo –, porque a Constituição, no art. 7º, incisos XIII, XIV e VI, admite a flexibilização de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

jornada somente mediante negociação coletiva. E aqui eu não vou ter negociação coletiva.

A garantia do trabalhador é uma jornada de oito horas e uma duração de 44 semanais. E o tempo à disposição, aquele tempo que o trabalhador não pode gastar consigo, mas ele tem de aguardar o que o empregador dirá, art. 4º da CLT, integra-se à jornada.

Eu não posso modificar isso por acordo individual – regra constitucional. Parece-me que o projeto vai em outro sentido: a prerrogativa de que o empregado não aceite o convite, feito com pelo menos cinco dias de antecedência.

Vejo o que a lei faz, no final das contas: exatamente positiva aquele problema que eu dizia antes. Mas aqui positiva-se, formaliza-se, passa a ser legal essa situação em que o trabalhador não tem muita expectativa e, portanto, não pode organizar a sua vida, porque, até 5 dias antes, ele poderá, digamos, ser surpreendido com uma nova jornada.

Outra observação, segunda: eu tenho outros instrumentos já na legislação que poderiam servir para isso. Cito dois: trabalho a tempo parcial, artigo 58-A da CLT; e no campo, por exemplo, o consórcio de empregadores rurais, art. 25-A da Lei nº 8.212, que foi pensado para isso.

Como eu tenho lá a situação das várias safras, nesse consórcio de empregadores, o trabalhador uma hora estará em uma unidade de produção; em outro momento do ano, em outra unidade. Mas ele é aproveitado o tempo todo e recebe integralmente o tempo todo.

Podemos buscar outras soluções, foi isso que eu lhes disse.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Guilherme, a Presidência aceita, recebe as sugestões de V. Exª, e a fará chegar às mãos dos senhores membros da Comissão. Mas o senhor precisa respeitar o tempo dos demais.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Perfeito, Senador. Peço desculpas.

Então, só encerro, agradeço a deferência e digo: aceitamos caminhar na discussão, mas achamos que esta proposta não caminha bem. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra à Drª Cássia Pizzotti.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não foi uma crítica, foi um elogio.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Eu sei.

A SRª CÁSSIA PIZZOTTI – Boa tarde a todos. É uma satisfação poder colaborar com um debate a respeito de uma questão que é tão importante e tão urgente para o País.

Entendo que é importante definirmos o que seria esse trabalho intermitente, antes de evoluirmos em qualquer comentário. Ele seria aquele trabalho realizado em uma situação em que eu tenho volatilidade em frequência e em intensidade, em número de horas.

Nós temos vários exemplos... Prefiro não me ater à questão de bares, restaurantes, hotéis, porque nós temos tantos outros exemplos além dos casos de *buffet*, de feiras, de eventos.

Nós temos, por exemplo, os casos dos especialistas na construção civil. Qualquer um de nós que chame alguém para fazer uma reforma na nossa casa, ao questionar aquele pequeno empreiteiro sobre a existência de vínculo de emprego do pessoal que ele vai levar para fazer os serviços, no máximo ele vai dizer que os pedreiros são empregados. Só que aquele que é o especialista, o azulejista, aquele que é o sujeito que faz o sinteco, o sujeito que é o gesseiro, nenhum desses é empregado.

A resposta que o empreiteiro dá é a seguinte: são meus parceiros. Se esse gesseiro sofrer um acidente, ele não tem cobertura da Previdência Social, ele não tem o décimo-terceiro salário, ele não tem férias, ele não tem Fundo de Garantia e, acima de tudo, ele não tem crédito, porque ele não tem carteira assinada.

Além dessa situação, nós temos outro exemplo que é o caso de cuidadores. As pessoas que já tiveram parentes doentes sabem muito bem qual é a situação que se tem quando se precisa de um cuidador. O cuida-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dor não quer se comprometer para estar ali todo dia, porque é muito cansativo, principalmente dependendo do tipo de doença ou se é uma pessoa muito idosa.

Então, é cansativo, muitas vezes ele diz: "Vai vir meu primo para ajudar", ou ele diz: "Eu vou trazer minha filha hoje". Você não tem como registrar essa pessoa, até porque você não tem como saber quanto tempo aquele cuidado especial vai ser necessário, para o bem ou para o mal.

Pensando em todos esses casos que nós temos hoje de atividade oscilante, tanto em frequência quanto em intensidade, se qualquer pessoa me perguntar como contratar essa pessoa, primeiro, para dar segurança para quem contrata e, segundo, para dar direitos e dignidade para quem está sendo contratado, hoje não existe na lei uma alternativa legal. Não existe! Isso eu posso assegurar. Não existindo na lei, nós caímos em duas situações: ou nós temos excesso de hora extraordinária – ruim para saúde, ruim para o emprego –, ou nós temos informalidade, o que é pior ainda.

Quando nós temos informalidade, como eu acabei de dizer, é zero de direito para o trabalhador; então, sem entrar no mérito dos questionamentos que podem vir desse projeto de lei, o que nós temos que lembrar é que se esse projeto de lei for aprovado, todas essas pessoas... Eu aposto que várias pessoas nessa sala possuem amigos, parentes, colegas nessa situação de informalidade – os dados que nós temos é que ultrapassam a casa de dez milhões – e eu tenho certeza absoluta de que nós vamos ver esse projeto de lei de outra forma.

Se ele tem lacunas para serem discutidas, é uma outra questão, mas que essa situação dos *freelancers* tem que ser regulada, ela tem. Não regular é negar direito para as pessoas que vivem essa situação e não são as pessoas de bares e restaurantes; mas também são.

Eu tenho um exemplo que me marcou muito que é de uma banda de senhores com mais de 70 anos que toca num restaurante há mais de 30. Só que eles não tocam sempre, até porque a programação varia, até porque depende do número de reservas... Só que esses senhores que trabalham no restaurante, esses músicos, não têm aposentadoria, não têm um sindicato para os representar, não têm direitos de norma coletiva... Então, dizer que esse projeto de lei vem para retirar direitos eu entendo que não seja correto. Dizer que ele vem flexibilizar também não, porque eu só posso retirar e flexibilizar aquilo que eu dou.

Nós temos, no Brasil, na minha humilde opinião, que parar de negar a existência de determinadas situações, matar na fonte a existência de determinado tipo de contrato ou de determinado tipo de trabalho para evitar positivar, transformar em lei, os direitos e obrigações oriundos desse tipo de trabalho. É claro que nós não podemos, também, tratar de uma discussão de lei com base em desvio. E o desvio está aí para ser corrigido pelo Ministério do Trabalho, pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Judiciário. É para isso que serve uma lei, para que os desvios sejam corrigidos. Eu prefiro não pensar que desvios podem ser base para se discutir se um projeto de lei é bom ou não.

Eu aposto que, em 1974, quando se discutiu o contrato de trabalho temporário, muitos pensaram "ah, agora todo mundo vai virar temporário!" ou que, quando se discutiu a lei de estágio, para regulamentá-lo, pensaram "agora todo mundo vai virar estagiário". Nós temos que parar com isso. Nós temos que parar de pensar, de fingir que não existem, no Brasil, milhões de trabalhadores na informalidade. Para o empresário, é ruim, porque ele tem insegurança jurídica, e não só para o empresário, mas também para a pessoa física que contrata, e é ruim para o trabalhador, porque ele não tem direitos assegurados, não tem direito a crédito e não tem carteira assinada.

Enfim, para concluir, o que eu acho que muito bem resume toda essa discussão e o nosso ponto de vista, com todo o respeito que nós temos pelos demais pontos de vista, é uma citação, é uma entrevista, na verdade, que um juiz da 8ª Vara de Curitiba, juiz Felipe Calvet, deu para o jornal *Os Divergentes.* Eu gostaria de ler, é muito rápido, e concluo aqui, com essa leitura, minhas palavras.

> O trabalho intermitente é um projeto de lei muito interessante. Trará segurança jurídica tanto ao empregado quanto ao empregador. Será muito bom, porque não deixará aquela zona cinzenta da legislação de 1943, feita em uma época em que não tínhamos a necessidade desse trabalho intermitente. Não vai flexibilizar, não vai tirar direito dos trabalhadores. Vai trazer direito aos trabalhadores, que hoje acabam ficando na informalidade por falta de legislação. É, na verdade, uma inovação legislativa para uma realidade que surgiu décadas depois. É um acréscimo, não uma flexibilização. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Dr. Raymundo Lima Ribeiro Junior.

O SR. RAYMUNDO LIMA RIBEIRO JUNIOR – Boa tarde a todos.

Estou representando o Ministério Público do Trabalho, a Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho.

Bem, quero saudar primeiro a Mesa, todos os participantes, os Senadores, os trabalhadores e os empresários presentes e dizer que, na verdade, meu discurso ficou um pouco esvaziado por conta da brilhante apresentação do meu colega e amigo Feliciano, mas acho que alguns pontos merecem ser reforçados.

O Ministério Público do Trabalho investiga essas situações e não é de hoje. Existe ação civil pública ajuizada em 2004/2005 e existe essa segunda ação civil pública ajuizada em Pernambuco, mais recentemente.

No mundo jurídico e também entre os elaboradores da nossa legislação, é impressionante notar – e aí não é uma crítica, mas apenas uma observação – que falta estudo empírico da realidade social desses trabalhadores.

Vamos perguntar aos trabalhadores da Arcos Dourados, de Pernambuco, onde foi flagrada a jornada diária móvel intermitente, se eles querem ser submetidos a esse tipo jornada ou se eles querem o contrato de trabalho padrão. Vamos investigar, com base nos dados do INSS, se esse trabalho intermitente tem um ritmo acelerado de labor, se o ritmo de trabalho aumenta ao ponto de causar problemas ergonômicos ao trabalhador. Vamos requisitar ao INSS quantos são os afastamentos por problemas ergonômicos – lombalgias, estresse – e vamos ver também o cenário acidentário desses trabalhadores.

Sempre que o Ministério Público do Trabalho ajuíza essas ações civis públicas, questionando esses modelos de contrato e de jornada, possui essa preocupação de ver também esse histórico acidentário das empresas. E o caso da Arcos Dourados, só para citar o exemplo, possui, sim, um índice elevado de doenças do trabalho, principalmente ergonômicas. Então, esse é um ponto que a gente deve frisar bastante. A gente precisa de dados empíricos antes de aprovar uma legislação com esse potencial de alteração de uma realidade sociojurídica regulamentada há décadas.

Outro aspecto, discordando um pouco da gentil colega advogada,...

A SRª CÁSSIA PIZZOTTI – Faz parte, faz parte.

O SR. RAYMUNDO LIMA RIBEIRO JUNIOR – ...de que a legislação brasileira diz claramente que é empregado o trabalhador subordinado, não eventual, que faz um trabalho oneroso e também que tem a pessoalidade.

Lá em minha casa eu já tive um período, com minha mãe, por exemplo, com uma cuidadora eventual nos fins de semana, uma vez no fim de semana. Essa trabalhadora pode ser caracterizada como eventual. Deveria e deve receber mais por isso, inclusive. Então, o discurso de que não temos regulamentação sobre essa hipótese de trabalho. Esse discurso, com todo o respeito, é falacioso, porque temos outras formas de proteger o trabalhador. Pode-se recolher previdência com um trabalhador eventual, com um trabalhador autônomo. Inclusive o tomador tem a obrigação de fazer a retenção desses valores à Previdência.

Então, a questão que está muito clara para o Ministério Público do Trabalho é de que há, sim, um fato social – empresas de *fast food.* Quem está reclamando isso ainda não são os hospitais, não são os motoristas, não são outras atividades econômicas e, sim, o setor hoteleiro, o setor de restaurantes, em especial *fast food*, que quer criar um parâmetro jurídico para uma atividade que eu digo que empiricamente tem trazido problemas trabalhistas.

Então, esse é um ponto que eu queria marcar. Não dá para se trazer uma lei trabalhista, não dá para ingressar no ordenamento jurídico trabalhista com uma nova legislação sem esse substrato fático empírico. Precisamos, sim, ir atrás desses dados.

Sobre esse processo de Pernambuco, eu tive a curiosidade de ler todo o inquérito civil e a ação civil pública ajuizada. Inclusive, houve acordo judicial, a empresa reconheceu irregularidades trabalhistas ao montante de R$7,5 milhões de dano moral coletivo por lesões causadas do ponto de vista do descumprimento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

própria jornada móvel. Então, como eu disse anteriormente, só reforçando, precisamos desse passado.

Reforçando essa ideia, os dados do Ministério do Trabalho apontam que o item, o atributo jornada de trabalho é um dos campeões em descumprimento no Brasil. E o discurso, doutora, de que cabe ao Ministério do Trabalho, cabe ao Ministério Público fiscalizar, também é um discurso muito complexo, porque imagine, temos no Brasil milhões, milhares, quase milhões de empresas; a gente precisaria ter uma estrutura de fiscalização do trabalho absurda, e nesse contexto, infelizmente, de retenção de gastos públicos – ninguém quer mais investir, o Governo atual não quer investir no Estado, não quer investir no potencial fiscalizador e promotor de direitos do Estado, tenho que falar isso. Como falar isso? Como sustentar que cabe aos órgãos fiscalizar? Cadê a estrutura? Temos atualmente mais de mil cargos de auditor fiscal do trabalho em vacância. Ou seja, pessoas que se aposentaram, pediram exoneração, e esses cargos não foram supridos. Então será impossível a fiscalização do trabalho pelo Ministério Público, e até uma assoberbada Justiça do Trabalho dar conta de tantos problemas trabalhistas. Então é outro discurso que a gente tem que reforçar.

Outras questões também que eu achei que faltaram no projeto de lei, Senadores e Deputados, foi abordar a questão dos intervalos, como disse bem o Feliciano. Intervalo de descanso tem tudo a ver com saúde e segurança do trabalho. O Tribunal Superior do Trabalho – o Ministro, eu queria que estivesse aqui presente para saudá-lo, mesmo porque ele foi membro do Ministério Público do Trabalho, e dizer isto para ele: Doutor, Excelência, saúde e segurança do trabalho são a bandeira número um do Ministério Público do Trabalho. As súmulas são diversas, do Tribunal Superior do Trabalho, apontando o seguinte: intervalos intra e interjornada estão relacionados à saúde e à segurança. E faltou nesse projeto de lei. O projeto de lei não fala em momento algum nesse tipo de coisa.

E mais: os programas ambientais do trabalho (PPRA, PCMSO), a questão da análise ergonômica do trabalho leva em consideração o tempo de exposição do trabalhador à jornada. A jornada móvel quebra a espinha dorsal da proteção da saúde e da segurança do trabalhador, porque fica sem como a própria fiscalização do trabalho aferir os parâmetros de saúde e segurança do trabalho, porque tempo no trabalho tem tudo a ver com desgaste, problemas ergonômicos, de saúde e segurança.

Outro ponto que não foi abordado na legislação, no projeto de lei: questões relacionadas à saúde e à segurança do trabalho e os intervalos de descanso.

Outro detalhe: grandes capitais. Ninguém levou em consideração o tempo gasto no trânsito pelo trabalhador. Em grandes capitais, vamos supor que ele seja convocado para trabalhar duas horas, três horas; em grandes capitais, a depender da localização de residência desse trabalhador, ele vai passar três, quatro horas só para se deslocar.

Então vamos proteger de verdade. Vamos deixar tempo para esse trabalhador ter educação, saúde e uma renda mínima, porque o salário proporcional, que é a proposta do projeto de lei, não vai garantir ao trabalhador poder de compra para poder se instruir, se aculturar etc. Esse é um outro ponto.

Outra coisa que eu quero discutir é o seguinte: eu tenho lido também alguns livros de autores até estrangeiros sobre essas reformas trabalhistas feitas na Europa, por exemplo, especialmente na Espanha. E não há comprovação real de que a flexibilização, a redução de direitos gerou efetivamente maior empregabilidade, por uma questão muito simples.

O que gera emprego não é se a legislação é dura ou flexível, o que gera emprego é a demanda. Se no Brasil tivermos, se a Arcos Dourados tivesse a garantia de que no Brasil a legislação permitisse o trabalho escravo, se ela não tivesse demanda, ela não contrataria ninguém. Ela precisa de demanda, mas essa demanda só é criada com renda. O trabalhador com baixos salários não vai poder comprar no *fast food*, outro aspecto. Só se essas empresas não quiserem que seu próprio trabalhador sejam seus consumidores. Essa é outra reflexão. Também tenho lido sobre esse outro ponto de vista dos países centrais do capitalismo, que não foi a reforma, não foi a flexibilização dos direitos trabalhistas que gerou mais empregos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAYMUNDO LIMA RIBEIRO JUNIOR – Agradeço o convite, pelo Ministério Público do Trabalho, pela Codemat, e concluo dizendo que a própria justificativa e o parecer do projeto de lei não negam que o objetivo da nova legislação é a adaptação ao novo modelo de mercado, ao novo modelo de consumo. Só que a gente não pode só levar em consideração um valor, temos de ouvir o outro lado, o lado que trabalha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, agradeço e faço de minhas palavras as palavras do Ministério Público. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Dr. Moacyr Roberto Tesch.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, o Senador Paulo Paim. Permita-me chamar o companheiro Laércio, que também é vice-presidente da CNC, dirigente sindical; o Dr. Guilherme, do Ministério Público; o Dr. Raimundo; Senhoras e Senhores aqui presentes; à nossa Confederação, a do Turismo e Hospitalidade, aqui representando a Nova Central.

Gostaria de começar dizendo que tem inúmeras pessoas que vendem dificuldades para obter facilidades. Lamentavelmente, esse é o nosso processo. Há pouco, há minutos... E gostaria, inclusive, de agradecer ao Senador Edison Lobão; ao nosso Relator, Senador Paulo Paim; ao ex-Relator, Senador Ferraço, que trabalharam muito; à Kelly, que trabalha muito para regulamentar o PL nº 57, que regulamentava a gorjeta neste País. Um trabalho exaustivo! Espero eu que tenhamos conseguido colocar um ponto final na questão da garantia jurídica, na legalidade da gorjeta, enfim, trazer uma melhoria para os trabalhadores.

O Dr. Guilherme e o Dr. Raimundo esvaziaram o que teríamos de falar aqui. Nós íamos falar sobre a questão do McDonald's, de que somos parceiros, da maldade que essa empresa faz. E quando a gente fala em McDonald's, e atrás do McDonald's vem uma série de *fast food*. Mas o McDonald's tem sido o número um nas ações.

E lembrar que de ações iguais a essa nós temos sido parceiros no Paraná, em Natal, Goiás, Brasília, Belém, Florianópolis. Enfim, não é um fator isolado. E, dentro dessas questões que nos trazem, é o pior exemplo possível da questão da flexibilização e a questão da jornada móvel.

Poucos meses atrás, Senador Edison Lobão, esta Casa patrocinou, sob o comando do Senador Paulo Paim, um congresso mundial dos trabalhadores em *fast-food*. E, nessa oportunidade, nós tivemos 25 países, mais de sessenta pessoas aqui presentes, dirigentes sindicais, discutindo a questão da jornada móvel. E todos os países que aqui estiveram, inclusive Estados Unidos, Europa, os países aqui citados em que a flexibilização virou uma maravilha, todos eles reclamaram da forma, do jeito e da maneira com que é tratada essa questão da jornada móvel.

A jornada móvel não é nada mais, nada menos do que uma escravidão disfarçada, em que o trabalhador fica disponível à vontade dos empresários. Se tem movimento ali, ele chama. Se não tem, não chama. Como se o patrimônio maior da empresa fosse a estrutura dela, esquecendo que o maior patrimônio das empresas é o trabalhador. Com todo o dinheiro, patrimônio equivalente que as empresas têm, só ele não rende nada. Até para os próprios bancos, que mexem com dinheiro, o patrimônio maior deles são os trabalhadores.

Quando se fala na questão da Europa, depende de onde a gente quer escutar. Se você quiser escutar um programa de desgraça, de morte, de assassinato, você vai ligar no canal que efetivamente vai trazer as desgraças e as mortes da noite anterior. Se você quiser escutar uma parte econômica, você vai procurar um rádio, a televisão no horário econômico. Se você quiser nas questões sociais, você vai procurar tudo isso de acordo com a sua vontade.

Então, é muito difícil você aceitar argumentos que nem foram colocados aqui. Agora nós, os trabalhadores, esses de pé no chão, esses trabalhadores que prestam serviço, nós sabemos da maldade e das dificuldades que a gente tem. Porque, quando chega no final do mês, o carnezinho das Casas Bahia, do Ricardo, da luz, do telefone, do aluguel, da Minha Casa, Minha Vida e coisa e tal, somos nós, os trabalhadores, que temos esses carnês para pagar. E não é uma jornada de um dia ou de outro que poderia ser cumprido com essas questões.

Nós tivemos uma experiência muito forte nessa jornada da discussão das gorjetas. Foi onde eu tive a felicidade de conhecer a nossa colega Kelly.

Ela fez inúmeras reuniões e se desdobrou para fazer o acordo; e chegou muito próxima desse acordo. Estou aqui falando a você, pela admiração que eu tenho pela sua pessoa, e não acredito que passou por sua pessoa a redação desse projeto que nós estamos discutindo, porque no finalzinho, para a gente ver a maldade que tem esse projeto, ele diz o seguinte: A finalidade deste projeto é assegurar a validade dos contratos de trabalhos atípicos, nos quais as empresas do setor econômico, especialmente hotéis, restaurantes e bares, remunerarão seus empregados somente quando convocados a trabalhar. Eu não acredito que tenha partido de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

você, porque acreditar que o trabalhador fique à disposição dos empresários e fique à mercê de uma situação dessa deixa a gente muito triste.

Regulamentando também a questão de gerar mais emprego. O que gera emprego, efetivamente, é a produção. Se nós tivermos uma produção, tivermos capacidade econômica para comprar, o mercado evolui. Caso contrário, não adianta, você não vai ter emprego, não vai ter para quem vender, certo?

A questão que foi colocada aqui pelo companheiro Laércio, das empresas de eventos, coisa e tal, hoje o mundo moderno procura as empresas que efetivamente tenham um quadro funcional dentro daqueles padrões da ISO. E ninguém vai contratar uma empresa para fazer um grande evento, fazer grandes montagens, uma empresa que não tem funcionário, ou então que tem dois, três, quatro ou cinco funcionários e vai contratar um monte de funcionários que não têm vínculo nenhum com a empresa, até porque esses trabalhadores que estão chegando só para fazer aquela prestação de serviço eventual não têm *know-how*, não têm conhecimento, não têm capacidade técnica, não têm nada; é alguém que está sendo pego no mercado. Mas se me disserem: não, mas esse pessoal conhece. Então, eles têm que ser contratados, registrados e respeitados.

Eu não gostaria.... Meu tempo está acabando, eu não gostaria, de forma nenhuma, de tocar neste assunto, mas se eu não falasse, Senador Edison Lobão, eu sairia frustrado desta Mesa e teria me acovardado pelas coisas que escutei nesta mesa.

O Ministro Ives Gandra, que foi representante do Ministério Público...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Eu fui também Ministro no Tribunal Superior do Trabalho, colega dele de trabalho, e me desespera quando uma pessoa do quilate do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho chega numa Mesa desta aqui e ele, que deveria ser o guardião da CLT, o guardião da Constituição Federal, do art. 8º, o guardião do art. 7º, se comporta da forma que foi colocada aqui.

Nos dias de hoje, que eu imagino que ele deveria estar defendendo a Convenção nº 158 da OIT, ele está prevendo e pregando aqui o desmonte da CLT, o que nos deixa muito preocupados, porque é em pessoas iguais a ele que o trabalhador coloca toda a sua confiança, numa Casa de leis, no Judiciário, que deveria dar a garantia aos trabalhadores que estão sendo lesados no dia a dia; mas ficam pregando negociado sobre legislado e outras questões da flexibilização das leis do trabalho.

Eu imagino, quanto à Anamatra, e a Anamatra se tem colocado; e eu gostaria de dar meus parabéns à Anamatra, ao Ministério Público, pela posição contrária ao Presidente do TST em função dos desmandos e da forma equivocada com que ele está agindo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Sr. Presidente, eu já termino.

Mas eu gostaria, para terminar a minha fala, Presidente, de dizer, deve ter alguém assessorando o Ministro do TST, deve estar aqui, e, como é chato falar nas costas das pessoas, mas como ele não ficou, eu sou obrigado a falar o que eu gostaria de falar na sua presença. Talvez ele saia, seria melhor ele sair do TST...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – ...e concorrer efetivamente a um cargo aqui, no Legislativo, aqui ou na Câmara, e sair procedendo como V. Exª e os Senadores e Deputados fazem aqui, independentemente de qual vontade, ou, então, que saia efetivamente e vá defender o patronal dignamente, mas não revestido com a capa da CLT. (*Palmas.*)

Sr. Ministro, nós.... Efetivamente, isso nos deixa muito tristes e peço encarecidamente a todos os companheiros, companheiros aqui, que estão presentes, para que a gente tenha a obrigação e a valorização do voto do Senador Edison Lobão, para que a gente não passe pelo que nós estamos passando nesta Casa, porque pecar pelo silêncio, enquanto a gente deveria protestar, torna homens covardes; e nós não acreditamos nisso. Acreditamos que juntos nós somos fortes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente. Presidente.

Presidente, pela ordem. Permite, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, esta Casa é assim, não é? Eu estou com duas reuniões, uma lá, na Vice-Presidência, com todas as centrais, para discutir a terceirização. Hoje, de manhã, enfrentei a NR-12 numa reunião. Aqui, temos esse debate. E, agora, as centrais estão me esperando lá, desde às 14 horas, para ver se ajustamos o projeto da terceirização.

Se V. Exª permitisse, eu faria uma fala de um minuto e vou para lá, porque não consigo ficar em dois lugares ao mesmo tempo, e eu sou o autor desse requerimento desse debate de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Claro que eu permitirei, Senador Paulo Paim. V. Exª é aqui o Embaixador permanente dos trabalhadores.

Eu, que já presidi o Senado Federal, presidi a Comissão de Constituição e Justiça e diversas Comissões, concordei com V. Exªs com seguidas convocações de audiências públicas, que são úteis. Elas esclarecem. Ainda, há pouco, tivemos uma audiência pública sobre diabetes, mas não se tratou aqui, em nenhum momento, de espaldear nenhuma autoridade.

Nós estamos aqui, Dr. Moacyr, o senhor que foi Ministro do TST, para falar sobre o projeto, sobre o tema central, a espinha dorsal da questão que nos traz aqui, e não para desautorizar uma autoridade superior da Justiça, sobretudo a Justiça do Trabalho.

Eu concedo a V. Exª o tempo que solicitou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É muito rápido, Sr. Presidente.

Só dizer, Sr. Presidente, que eu, de fato, digo para esta Mesa, com todo respeito e com todo carinho, para toda a Mesa – claro que V. Exª está aqui – que eu estou muito preocupado, mas muito preocupado mesmo.

Olha, estou sendo muito sincero, nem no tempo da ditadura eu vi uma avalanche tão grande contra os trabalhadores nestes últimos tempos. Isso me preocupa muito, muito mesmo.

Eu vim do chão de fábrica, sei como eram as fábricas. Sei que uma leizinha que tu fazes aqui repercute lá, em todo o Brasil. O que está acontecendo ultimamente é gravíssimo. Nós temos que ver o que a gente vai fazer, quem sabe até pensamos diferente e vamos conversar.

Deixa eu listar para vocês só rapidamente: a NR-12, olha o que é isso. É uma leizinha que diz que a máquina tem que ter proteção para o trabalhador não perder o braço ou a mão. E eu vi trabalhador perder braços nas fábricas. E querem acabar com a NR-12. Ou seja, as máquinas não precisam mais de proteção. Pode cortar o braço que não faz mal.

Jornada intermitente. Com todo o respeito que este tema merece, sou Relator do projeto de trabalho escravo aqui no Congresso. Jornada intermitente, para mim, no mínimo é análoga ao trabalho escravo. Não vou chamar de trabalho escravo como já vi alguém falar. Eles querem aqui no Congresso regulamentar o trabalho escravo. Eu digo: não podemos regulamentar o trabalho escravo, temos que proibir e ponto. Como vou dizer que trabalho escravo tem que ser regulamentado.

Negociado sobre o legislado. Não vale mais. Faz de conta que isso é a Constituição, não vale mais. Está aí para ser aprovado também. Só vale o que as partes acordarem.

Terceirização todo mundo sabe o que é, não preciso falar aqui. É só ver os dados. A cada cinco mortes de trabalhador no trabalho, quatro são de empresas terceirizadas. A cada dez acidentes, oito são de empresas terceirizadas. O salário é 40% a menos. Olha a vergonha. Nem o Congresso paga os terceirizados. Este Congresso não paga. Não paga. Quatrocentos e oitenta e quatro trabalhadores agora da tal da Qualitec estão aí que nem zumbi, estão aí vagando aqui dentro e não têm a indenização. Simplesmente a empresa não paga. É a oitava empresa que faz isso. E querem terceirizar para todo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Um ataque frontal a todos os sindicatos, acabando com todo e qualquer financiamento. Se acabarem com os sindicatos, vamos atacar também as confederações dos empregadores, vamos pensar no sistema SUS, que é descontado em folha, vamos pensar no sistema partidário, que tem o fundo partidário e é automático. Por que é só os sindicatos que não podem mais?

Fim da Justiça do Trabalho. Encaminha-se para isto: fim da Justiça do Trabalho. Ora, tinha um projetinho aqui que ia garantir.... Veio lá da Justiça do Trabalho, nós estávamos trabalhando em cima dele, mais 100 novas vagas. Sabe o que foi aprovado? Tira esse projeto e manda arquivar. Duzentos juízes iam operar para agilizar as ações.

Ampliar a jornada de trabalho. Há inúmeros projetos apontando para isto.

Reforma previdenciária, todo mundo sabe para onde vai: 65 ou 70 anos. Só vou resumir aí. O acordo que valia no ano anterior, no ano atual não vale mais. Vocês sabem a decisão que foi tomada.

Salário mínimo, tirar o PIB. Foi uma luta botar salário mínimo mais PIB, quando o PIB crescer. Agora é para tirar o PIB.

O projeto que eu peguei para relatar proíbe o direito de greve. Eu tenho dito que o direito de greve é um direito e não uma proibição.

Que este Congresso aqui e não mais o Executivo regulamente as terras dos povos indígenas. Calculem o que vai dar isto. Adeus terras dos povos indígenas.

Que o Supremo está trabalhando com uma ação também pelo mesmo setor para não permitir mais...

Esses são alguns exemplos... A regulamentação da terra dos Quilombolas. Mas é tanta coisa, Senador, que eu lhe confesso que corro para uma Comissão, meto um requerimento para audiência; corro para outra, puxo para mandar para o plenário. Corro para outra, quando dizem "Paim, está passando outro lá".

É tanta coisa! E esse trabalho intermitente, sinceramente, acho que esse é um dos mais grave de todos. É o que disse, doutora, com toda defesa que a senhora fez, que os senhores também fizeram. Não é que o trabalho intermitente vai ser para o *freelancer*, vai ser aplicado em todo o País. Não se pode dizer: "Esse trabalho é só para quem trabalhar uma hora aqui". Não.

Convidaram-me, Senador – e aqui eu termino – para ir para o Mississipi. Não vou dizer o nome da montadora, mas é uma grande montadora, grande, das maiores – não vou dizer o nome, porque que eu quero ter espaço para negociar alguma coisa lá. Lá tem esse trabalho intermitente.

Estão desesperados os trabalhadores de lá. E como aqui não tem, eles querem que nós fôssemos para lá para mostrar e que copiassem o molde brasileiro e tentar convencer a montadora. Isso está marcado para março. Eu vou. Não estou dizendo o nome da montadora.

O que eles me contaram? Eles ficam em casa à disposição para a empresa, que os chama quando ela quiser. Você fica rezando para que ela chame, ainda. Não têm direito a nada, a não ser àquelas horas trabalhadas.

O trabalho intermitente é isso. São as horas trabalhadas e acabou. Se você trabalhar cinco horas por mês, vai ganhar cinco horas e vai ficar rezando para que eles chamem para você trabalhar mais dez. Se ele chamar cinco ou 20, você vai rezar e vai dizer: "Bá, ganhei 20, dá para comer nesta semana". É isso do que estamos tratando nesse País, ultimamente, infelizmente, nos últimos tempos.

É voltar ao regime de escravidão, quando pegavam os trabalhadores, que eram colocados em um caminhão. Jogados em uma fazenda, eles trabalhavam lá. Resolvido, eram colocados em um caminhão e jogados em outra. E fiquem bem felizes, porque no fim eles tinham a senzala, o feijão, o arroz e, quem sabe, o tal de charque para comer.

É isso, o que estou, de fato...

Confesso, Senador, estou sendo muito sincero. Estou muito chateado com tudo isso. Outro dia, uma funcionária me perguntou: "Por que está tão triste, Senador? Está tão triste, Senador".

Não vi na ditadura isso. Não vi no Fernando Henrique, não vi no governo Sarney, não vi no governo Collor, não vi no governo Dilma e Lula, como estou vendo agora. É demais. Se a gente parasse para olhar, va-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mos ver o que é possível, em nome dos novos tempos.

Mas não. Eu sentei aqui... São uns vinte, mas são 72 projetos que atacam diretamente o direito dos trabalhadores. E os nomes... O que os trabalhadores entendem por "intermitente"? Ele tem que saber o seguinte: Vai ganhar o seu salariozinho por hora e vai ficar bem feliz quando chamarem, ainda.

Presidente, agradeço muito a V. Exª. Eu pedi essa audiência pública. Agradeço a todos os convidados, a todos mesmo. Cada um expressou o seu ponto de vista, inclusive o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que foi convidado, veio e expressou o seu ponto de vista.

Pior é quando as pessoas se escondem e não expressam os seus pontos de vista e não deixam as pessoas saberem o que realmente está por trás daquilo tudo.

Ele expressou o ponto de vista dele aqui. E que bom que a gente pode, ainda, viver em uma democracia que permite momentos como esses acontecerem, eu dizer tudo o que eu disse aqui.

O que não quero, confesso, é o que eu vi ontem na frente do Congresso. Com aquilo acho que nenhum de nós concorda. Aquela violência, aquele espancamento, carros sendo virados, ônibus queimados.

Podem saber que não concordo com aquilo e nunca vou concordar. Acho que a teoria das ideias, os argumentos, nos colocarmos no lugar do outro, saber o que ele vai passar com aquilo e que eu também poderei um dia passar com os meus filhos é que tem de moldar a forma de atuação de cada um.

Por isso, meu querido Presidente, agradeço muito a V. Exª e confesso que estou com dois corações. Eu queria ficar aqui e ouvir até o último orador. E estou com os presidentes de todas as centrais lá na Vice-Presidência me esperando.

Eu, apesar desse meu lamento aqui, lamento muito triste, ainda sou daqueles homens que dizem: o pessimista é derrotado por antecipação; o otimista sempre acredita que a vitória é possível.

Eu acredito ainda num mundo melhor para todos.

Obrigado e desculpe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Senador Paulo Paim e concedo a palavra Dr. Nabil Sahyoun.

O SR. NABIL SAHYOUN – Boa tarde a todos.

Queria inicialmente saudar o Presidente da Mesa, o Senador Edison Lobão; o Relator, Senador Armando Monteiro; o Senador Ricardo Ferraço, autor do projeto, e o Senador Paulo Paim, que propôs o debate.

Aos amigos da Mesa, autoridades, trabalhadores e empregados, eu tomei a liberdade de pedir que, na apresentação, rapidez no audiovisual.

O que vem a ser trabalho intermitente. Só para dar um reforço, trabalho intermitente é aquele que permite a contratação por hora, com escala móvel.

Aqui nós colocamos sob três óticas: a ótica da mão de obra, a ótica da competitividade e a ótica da demanda do consumidor.

E aqui a gente fala um pouquinho sobre os hábitos do consumidor, estilo de vida, mudança constante. Novas necessidades e eventualidades.

É importante dizer que todos aqui nesta sala são consumidores. Tanto consumidor quanto varejo vão estar sempre em constante transformação, porque a exigência do consumidor é fundamental, ele é rei. E o varejo, o setor de comércio e serviços está para servir esse consumidor. E se pede hoje, sem dúvida nenhuma, uma mudança nas leis trabalhistas, para beneficiar esse consumidor, que são os trabalhadores e a própria sociedade de um modo geral.

Aqui temos a empregabilidade, obrigações familiares e pessoais e perfil dos trabalhadores.

Quem aqui nesta sala não tem um familiar doente, em que a esposa deixa de trabalhar para cuidar do pai, em que o marido tem que ralar o dia inteiro, quando se podia estabelecer uma divisão de meio período

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para cada um, fazendo essa divisão com os filhos também, para que não houvesse a questão da evasão escolar, que nós vamos falar um pouco mais à frente. Então, essa colocação é fundamental, porque muita gente acaba estando fora do mercado por essas questões, porque a legislação hoje não permite que isso aconteça.

Perfil do trabalhador. Acho importante a gente também se espelhar um pouco no que acontece lá fora. Existem hoje 20 milhões de americanos que trabalham menos de 35 horas por semana.

Nós temos aqui o Grupo 1: 14 milhões, que é o grupo de estudantes, pessoas com responsabilidades, obrigações familiares e semi-aposentados.

Grupo 2: seis milhões, que não querem se comprometer com o emprego ou empregador, trabalham apenas para pagar as suas contas e vão atrás dos seus sonhos.

Aqui nós temos a competitividade, que já foi dito, mas é bom sempre reforçar. Na questão dos informais, hoje são milhares de trabalhadores que estão nessa informalidade, em que não há comprovação de renda, não há um crédito, em que tudo é difícil para eles, que passam a ser informais nesse modelo que está aí sendo apresentado.

A insegurança jurídica também existe na Olimpíada. Mais de 500 empresas foram multadas. Na Copa do Mundo também as empresas foram multadas e vão continuar sendo multadas se esse modelo não for aprovado.

Emprego *versus* precariedade. Nós temos ampliação da renda familiar sem pressionar os salários, a redução das horas extras não pagas, permitir às mães e pais – que nós já falamos, mas é bom reafirmar – conciliar o trabalho com o cuidado dos filhos, a evolução da legislação com garantia dos direitos trabalhistas, como fundo de garantia, férias e décimo terceiro, o que também já foi dito, o recolhimento dos impostos e a contribuição da Previdência, que é tão importante para o País.

E aqui nós temos os benefícios, os grandes eventos *versus* regularidade, o que também, de uma certa forma, já foi falado, mas também por serem jovens da classe média o grupo de brasileiros que melhor domina uma segunda língua, colocaremos uma luz no final do túnel para o desafio de atender os turistas que tanto vêm para o Brasil para passar momentos de férias. E temos essa precariedade, infelizmente, dentro do setor do varejo, que são mais de 139 mil pontos de venda dentro dos mais de 800 *shoppings centers* do nosso País.

E aqui temos o emprego *versus* evasão escolar. Não foi dito aqui o que está acontecendo com a evasão escolar. Infelizmente mais de 23% da população que precisa trabalhar acaba desistindo da escola, porque só pode trabalhar em tempo integral. O outro lado é que nós temos a população de baixa renda, que acaba sofrendo mais com essa questão da evasão escolar. O que seria fundamental é dar oportunidade para os estudantes poderem trabalhar, sejam 3 horas, sejam 5 horas, sejam 10 horas.

O Senador Paim falou agora há pouco que seriam poucas horas de trabalho, mas, na verdade, se considerarmos a grande massa e a grande necessidade que nós temos hoje, eu vou citar poucos exemplos. Eu vou citar os *shoppings centers*, que são mais de 800 *shoppings centers* no Brasil, que fazem eventos dentro do calendário promocional – Dia dos Namorados, Dia dos Pais, Dia das Mães, Natal –, utilizam o estacionamento e colocam os cantores sertanejos para poderem fazer seus *shows*. Isso está sendo automaticamente cancelado, porque eles estariam trabalhando fora da legislação. E, para que vocês tenham uma ideia, neste ano, mais de 80% desses *shows* foram cancelados em função disso, para que eles não sejam multados.

Então, é uma massa extraordinária de geração de emprego que vai acontecer neste País, e daqui a pouco nós vamos falar um pouquinho dos números sobre essa geração de emprego.

E aqui nós temos a alimentação fora do lar, que foi falada, geração potencial de mais de 3 milhões de novos empregos. E aqui eu estou falando em nome da União Nacional das Entidades de Comércio e Serviço, que tem quase um trilhão de faturamento, a Abras (Associação Brasileira de Supermercados); depois nós temos a Abad, o material atacadista; a Abrasel, bares e restaurantes; a Alshop (Associação Brasileira de Lojistas de Shopping); nós temos a Anamaco, material de construção; a Confederação das Associações Comerciais do Brasil e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas.

São essas as entidades, uma parte delas. Tem mais uma centena de entidades que estão também querendo buscar esse trabalho intermitente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pessoal, aqui eu falo um pouquinho do nosso setor, que é o setor de varejo em *shopping centers*. São 139 mil pontos de venda nesses mais de 800 *shopping centers* no País. O varejo está num momento muito preocupante, no sentido de que há mortalidade das empresas, o que faz com que aumente o desemprego – só no ano passado foram mais de 100 mil lojas. Vocês acompanharam pelo documentário de várias televisões, vários jornalistas falando, várias reportagens que foram feitas sobre a mortalidade do varejo, não só dentro de *shopping centers*, mas o varejo de rua também.

As demissões que estão acontecendo... A gente fala, a minha vida é falar com empresário e a minha vida é falar também com o trabalhador. O empresário, quando monta uma loja, traz esse funcionário para trabalhar e muitos deles têm uma relação extraordinária de confiança, e o que acontece é que está sendo falado: "Por que você vai me desempregar? Estou há 20 anos junto com você." E é com dor no coração que os empresários, para sobreviver, infelizmente, hoje estão demitindo. E todos eles têm acusado o retrocesso da legislação trabalhista. Quando eu digo retrocesso, é porque ela não se atualizou. A legislação trabalhista é totalmente arcaica. Nós não podemos ter uma legislação de 70 anos atrás. Enquanto tudo está sendo modificado, essa legislação permanece extremamente rígida, extremamente inflexível.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NABIL SAHYOUN – E não é para tirar direito de ninguém, é simplesmente para que a gente possa ter uma relação mais equilibrada.

Este ano, 50 empresas foram para o Paraguai – 50 empresas este ano foram para o Paraguai –, gerar empregos no Paraguai, saindo do País. Recentemente foi feita uma reportagem pela TV Globo mostrando quem são esses empresários, que contaram por que saíram do País. Falaram não só da questão tributária, mas da questão de uma legislação extremamente rígida.

Eu queria, Sr. Presidente, encerrar aqui e colocar uma reflexão. Sobre aquilo que foi colocado pelo Guilherme e pelo Raimundo, eu acho que toda a fundamentação dessas questões jurídicas será feita por especialistas, que vão se sentar, mas é irreversível que a gente olhe com muito carinho essa questão do trabalho intermitente, tão importante para a sociedade como um todo. E não é importante só para o empregador, como foi colocado aqui: é para a sociedade como um todo, porque um não vive sem o outro. Acho que essa reflexão é fundamental para que a gente possa caminhar para uma modernidade, tão importante para o nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço aos nossos convidados que se mantiveram aqui até este momento, expondo suas ideias democraticamente, procurando contribuir para que o Congresso Nacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... possa edificar uma lei que seja, a um só tempo, boa, conveniente para os trabalhadores e para os empregadores. Não há lei que seja somente boa para os empregadores ou somente boa para os trabalhadores. Em tal circunstância, há um desequilíbrio que acaba por torná-la ineficiente, ineficaz e ela pode desaparecer. Precisamos ter a consciência do equilíbrio em todas as relações humanas. Um casal que tem a participação do marido e da mulher em desequilíbrio não tem destino.

Assim é também no casamento do capital com o trabalho: ou caminham solidários, ou se extinguem.

Agradeço a contribuição, mais uma vez. Estou seguro de que esta Comissão e o Plenário do Senado, e depois o da Câmara, saberão edificar uma lei que seja útil a todos os brasileiros.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 39ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, PLENÁRIO NÚMERO 15, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e nove minutos, do dia sete de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos seguintes Senadores e Senadoras: Humberto Costa, Paulo Paim, Regina Sousa, Ana Amélia, Pastor Valadares, José Pimentel, Fátima Bezerra, Wilder Morais, Waldemir Moka, Marta Suplicy, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Deca, Ronaldo Caiado, Lídice da Mata, Eduardo Amorim e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra a presença do Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar José Carlos de Souza Abrahão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião está dividida em duas partes, a primeira, sabatina do candidato indicado pelo Presidente da República a ocupar cargo Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, constante da Mensagem nº 105, de 2016. A segunda parte, deliberação de nove itens, conforme pauta previamente divulgada. Passa-se à apreciação da Pauta: Item 1 - Mensagem (SF) nº 105, de 2016 - Não Terminativo - Autoria: Presidente da República. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor Leandro Fonseca da Silva, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Leandro Reis Tavares. Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: A Comissão de Assuntos Sociais, em votação procedida por escrutínio secreto, opina favoravelmente à indicação do nome do Senhor Leandro Fonseca da Silva, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Leandro Reis Tavares, por 11 (onze) votos SIM, 1 (um) voto NÃO e nenhuma abstenção. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado (Substituído por ad hoc) Relatoria ad hoc: Senador Eduardo Amorim. 2ª parte da Pauta: Item 1 – Emendas de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015. Autoria do Projeto: Deputado João Paulo Lima. Ementa do Projeto: Acrescenta os arts. 133-A e 145-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as férias do empregado aposentado por invalidez. Relatório: Pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN (de Plenário) oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015. Resultado: Aprovado Parecer contrário à Emenda nº 1-PLEN (de Plenário) oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. Relatoria da Emenda: Senadora Fátima Bezerra. Item 2 - Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2016 - Não Terminativo - Autoria: Senador Eduardo Amorim. Concede às pessoas comprovadamente diagnosticadas com microcefalia causada pelo vírus da zica o direito ao recebimento de pensão especial, de caráter mensal e vitalício, em conformidade com as regras que especifica. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2016. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Dalírio Beber em substituição ao Senador Ronaldo Caiado. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2016. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. Item 3 - Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010 - Terminativo - Autoria do Projeto: Deputado Gilmar Machado. Ementa do Projeto: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares. Relatório: Turno Suplementar. Resultado: Não tendo sido oferecidas Emendas até o encerramento da discussão no Turno Suplementar, o Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria do Projeto: Senador Paulo Paim. Item 6 - Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2016 - Terminativo - Autoria: Senador Waldemir Moka. Altera o art. 476 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder estabilidade provisória aos empregados que retornarem ao trabalho após o término do auxílio-doença, concedido em decorrência de tratamento contra a neoplasia maligna. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2016 e pela sua reautuação como Projeto de Lei Complementar. Resultado: A Presidência designa Relator ad hoc o Senador Wilder Morais em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho. Aprovado Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2016, e pela reautuação como Projeto de Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Complementar. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. Ficam adiados os demais itens da pauta, a saber: Item 4 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado Nº 200, de 2015; Item 5 - Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2013; Item 7 - Projeto de Lei nº 171, de 2016; Item 8 - Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2016; e Item 9 - Projeto e Lei do Senado nº 385, de 2016. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Ana Amélia, Fátima Bezerra, Wilder Morais, Waldemir Moka, Marta Suplicy, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira, sabatina do candidato indicado pelo Presidente da República a ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Complementar, constante da Mensagem nº 105, de 2016. A segunda parte será de deliberação de itens, com dois itens não terminativos e sete itens terminativos, conforme a pauta previamente divulgada.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 105, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor LEANDRO FONSECA DA SILVA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Leandro Reis Tavares.

Convido o Dr. Leandro Fonseca da Silva.

A votação desta Comissão será procedida em escrutínio secreto, de acordo com o art. 383 do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Dr. Leandro Fonseca da Silva.

A Comissão já está suficientemente informada pelo relatório do Senador Eduardo Amorim. Em seguida, entraremos na fase de indagações.

O SR. LEANDRO FONSECA DA SILVA – Bom dia. Cumprimento o Exmº Sr. Senador Edison Lobão, Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais, e as Exmªs Srªs e Exmºs Srs. Senadores que a compõem.

Não estaria aqui sem o apoio da minha família, que há muito vem me ajudando nessa minha jornada de constante aprimoramento pessoal e profissional.

Agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Temer, por essa indicação à Dire-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

toria da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, bem como ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, Ricardo Barros. Agradeço, por fim, ao Exmº Sr. Senador Ronaldo Caiado, que relatou este processo.

Sou economista, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possuo Pós-Graduação em Finanças, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e possuo Mestrado em Regulação, pela *London School of Economics and Political Science* (LSE).

Quanto à minha experiência profissional, após período de trabalho no setor privado, minha vocação para o serviço público falou mais alto. Então, após aprovação em concurso público, há mais de 12 anos, ingressei na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Sou, portanto, servidor público federal concursado.

Desde 2006, venho trabalhando com o tema saúde. Cheguei a Coordenador-Geral de Economia da Saúde, do Ministério da Fazenda, e em 2010 fui para a ANS, tendo trabalhado nas Diretorias de Fiscalização, de Desenvolvimento Setorial e de Normas e Habilitação das Operadoras. Esta última é a diretoria na qual mais tempo fiquei e onde atualmente sou Gerente-Geral de Acompanhamento das Operadoras e Mercado. Ter trabalhado em três das cinco diretorias da ANS possibilitou-me amplo conhecimento sobre a regulação setorial, além de experiência de articulação e interlocução técnica entre as áreas.

Entre as principais experiências que tive neste período de ANS, eu destacaria duas. Primeiro, a participação na revisão dos processos de trabalho da área de regimes especiais, visando ao maior controle e eficiência, sendo que as medidas adotadas proporcionaram significativa redução dos gastos públicos. E a segunda experiência de destaque foi a participação em uma ampla revisão das normas de cunho econômico-financeiro, tanto normas técnicas como operacionais, sempre buscando compatibilizar nesse processo, em conjunto com membros do corpo técnico responsável, a melhor referência teórica, a maturidade setorial e a participação social, quando era o caso.

Exmªs Srªs e Srs. Senadores, a situação atual do setor de saúde suplementar requer atenção. Um a cada quatro brasileiros possuem plano de saúde, todavia, com a crise econômica ou o encolhimento de quase dois milhões de beneficiários, desde 2014, um dos principais desafios do setor é encontrar o equilíbrio entre remuneração adequada para as operadoras e prestadores de serviços de saúde, com qualidade e preços justos para os consumidores e contratantes.

Um eventual desequilíbrio nessa equação pode levar, por um lado, à quebra de operadoras que não estejam preparadas e, por outro, a problemas de cobertura para o beneficiário.

Diante de uma situação de crise como a que estamos vivendo, aliada à tendência de alta de custos assistenciais, é preciso pensar a viabilização econômica do setor para protegermos o consumidor. Afinal, é um setor que além de sua importância social, possui grande relevância econômica.

Estima-se que os empregos diretos e indiretos gerados pelo setor são mais de dois milhões e meio. É um setor que viabiliza o acesso aos cuidados de saúde de 25% da população brasileira, em especial de boa parte da nossa força de trabalho e suas famílias. Realiza grande quantidade de procedimentos. Em 2015, foram quase 1,4 bilhão de procedimentos entre consultas, exames e internações. Ou seja, é um setor que produz saúde e que contribui para a geração de empregos e para a produtividade dos diversos setores da economia, além de ter um papel social extremamente relevante.

Meu compromisso de atuação, caso os Exmos Srªs e Srs. Senadores confirmem a minha indicação para a Diretoria da ANS, é o de trabalhar para a viabilização econômica do setor com o intuito de proteger o consumidor,

Os consumidores precisam ter planos de saúde solventes, ou seja, planos que consigam honrar suas dívidas e compromissos com os prestadores de serviços, médicos, hospitais, clínicas e laboratórios. Planos que consigam fazer os investimentos necessários para que os serviços contratados sejam prestados com cada vez mais qualidade. Planos que tenham minimizado o risco de descontinuidade, garantindo, assim, mais segurança para o consumidor de que ele não ficará desassistido quando precisar.

Exmos Srªs e Srs. Senadores, sem prejuízo de continuarmos lutando, enquanto cidadãos e agentes políticos, por um sistema público de saúde melhor, não podemos abrir mão de buscar um setor de saúde suplementar sustentável. Para tanto, buscarei contribuir, em conjunto com os demais servidores da ANS, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

agência aprimore cada vez mais a sua atuação focando em seu cliente principal, o consumidor brasileiro beneficiário de plano de saúde, bem como buscarei fortalecer os canais de diálogo e interação com a sociedade, com este Parlamento e com o Sistema Único de Saúde.

Resumindo, o setor de saúde suplementar que a regulação deve buscar e que eu gostaria de deixar como legado é um setor que atenda plenamente às expectativas pactuadas com os consumidores.

Buscarei contribuir, portanto, com a minha experiência e conhecimento de economia da saúde, para que, em conjunto com os servidores da ANS e demais diretores, a agência aprimore cada vez mais a sua atuação com esse foco.

Por fim, em relação ao meu perfil, reitero que os valores que procuro observar na minha vida são os valores da integridade, da temperança e da honestidade. Tais valores norteiam e vão continuar norteando a minha atuação.

Coloco-me então humildemente diante da avaliação dos senhores e das senhoras, e caso considerem que posso contribuir como Diretor da ANS, ficarei muito honrado com a sua confiança.

Obrigado pela atenção. Fico à disposição para eventuais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Leandro a exposição que fez.

Encerrada a exposição, entramos na fase da arguição.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Edison Lobão; caros Senadores e Senadoras.

Sr. Leandro Fonseca da Silva, eu havia lido o seu currículo e depois, agora pessoalmente, a sua dissertação, e não há dúvida sobre a sua qualificação, até porque frequentou uma das mais renomadas escolas de gestão do mundo, que é a London School of Economics.

Com a experiência na área privada e agora na área pública, desde 2004, V. Exª tem experimentado, dentro da própria ANS, a agência reguladora que trata da saúde suplementar ou complementar, como queiram, o trabalho nisso.

Eu questiono V. Exª se o nível de fiscalização dos serviços prestados aos usuários é satisfatório.

A segunda questão é a seguinte: diante de uma situação de perda do poder aquisitivo da população, já se nota, a partir de 2015, e neste ano mantendo a média, queda de 2% deixando, migrando da saúde complementar privada para o Sistema Único de Saúde. Ou seja, pressionando também. Queria saber do senhor: há um detalhe que me chamou a atenção, que enquanto no plano de saúde, de cobertura para saúde, há uma queda, há um aumento do plano de saúde específico para Odontologia. Qual é o fenômeno disso, se é em função das deficiências de o SUS não atender essa área. Qual é a justificativa para esse crescimento em relação ao plano integral para assistência odontológica em relação à ANS? E qual seria o limite esperado de crescimento no número de beneficiários de planos privados de assistência à saúde, na sua avaliação? A situação é de equilíbrio econômico-financeiro nessas instituições? Com a saída dos beneficiários dos planos privados de assistência médica, quais são as consequências desse cenário de redução da clientela das operadoras?

Essas são as questões que eu tenho para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Dr. Leandro.

O SR. LEANDRO FONSECA DA SILVA – Exma Senadora Ana Amélia, obrigado pelos questionamentos.

Senadora, houve um processo continuado, entendo eu, da instituição ANS de procurar melhorar seus processos de trabalho, entre eles os relativos à fiscalização.

No último ano, neste ano agora de 2016, houve um recorde de multas aplicadas pela ANS junto às operadoras de planos de saúde. Mas a senhora pode ter certeza de que o meu compromisso de atuação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor pode dar o valor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o volume?

O SR. LEANDRO FONSECA DA SILVA – No dado que eu tenho aqui, em 2016, ou seja, um ano ainda não encerrado, o valor total de multas foi de R$1,117 bilhão. No ano de 2015, por exemplo, foi R$543 milhões. Então, neste ano de 2016 já houve um salto importante no valor das multas aplicadas. Esse é um processo de trabalho que a gente procura sempre aperfeiçoar, e o meu compromisso de atuação é buscar de fato esse aperfeiçoamento também como Diretor da ANS, se for confirmado, e buscar contribuir em todos os processos de trabalho da ANS, inclusive esse da fiscalização, para garantir que o consumidor seja protegido. É preciso que a agência realmente fiscalize, para que seja entregue aquilo que o consumidor contratou.

Então, eu diria que embora tenha havido uma evolução ao longo do tempo, com o próprio aprimoramento institucional, obviamente tanto este quanto outros processos de trabalho podem e devem ser constantemente aprimorados. E meu compromisso é nesse sentido de aprimorar também esse processo de trabalho.

No que diz respeito à crise econômica que vem afetando o setor, a senhora perguntou sobre o fenômeno das odontológicas, setor em que, apesar da crise, não houve uma queda tão expressiva.

Senadora, eu acho que, como economista, eu posso, sem fazer o estudo devido, apenas supor que há uma questão de preço, que é relevante. Ou seja, o plano odontológico, de cobertura exclusivamente odontológica, é comparativamente bem mais barato do que o plano de assistência médico-hospitalar. Então, numa situação de queda de renda das famílias, de perda de poder aquisitivo do consumidor brasileiro, se desfazer de um plano de saúde é uma escolha difícil para o consumidor brasileiro, e talvez o que ele consiga pelo menos manter seja exatamente o plano odontológico, por conta exatamente de preço.

Mas é algo para que vale de fato um estudo. A gente está vivendo um cenário atípico. O País nunca teve uma situação de crise econômica tão profunda como esta. E também o setor de saúde suplementar nunca viveu uma situação tão parecida com esta. E, de fato, está afetando bastante a vida das pessoas.

Em relação à pergunta que a senhora fez sobre o limite, o ponto de equilíbrio para as operadoras de plano de saúde, essa é uma discussão que eu acho interessantíssima para ser feita na ANS.

Só para dar uma ideia para a senhora, a gente tem atualmente em torno de 900 operadoras de plano médico-hospitalar.

Metade dessas operadoras, ou seja, em torno de 450, possui até 15 mil beneficiários.

Em um negócio como esse de plano de saúde, em que você precisa de mutualismo, precisa de uma quantidade de pessoas contribuindo uma mensalidade para que haja recurso para pagar por uma despesa, é preciso, então, pensar em como viabilizar esses pequenos negócios.

Operadoras com porte muito pequeno estão sujeitas a um risco maior, exatamente por não ter tanta gente assim para diluir aquele custo. Então, se ocorre algum evento adverso, por exemplo, crianças que precisam ficar numa UTI neonatal, ou então ocorre um acidente com algum desses beneficiários, então o custo de assistência médica sobe muito para essas operadoras de pequeno porte. É uma situação que pode comprometer a solvência e a própria continuidade dessa operadora de plano de saúde.

É claro que operadoras grandes ou pequenas podem encontrar dificuldades, são empreendimentos privados e, portanto, as decisões privadas podem ser em alguma medida equivocadas e que podem comprometer o equilíbrio econômico e financeiro daquela operadora.

Mas não dá para negar que operadoras de porte menor estão mais sujeitas a risco.

Então, um dos desafios que entendo que o regulador precisa discutir é: como fazer a viabilização econômica dessas pequenas operadoras. Não há ainda um número definido sobre qual seria a escala ótima, o tamanho ótimo de uma operadora de plano de saúde. Mas o que a agência precisa enfrentar em termos de discussão é: qual é então o capital necessário para que uma operadora possa cobrir os riscos de cobertura assistencial sem correr o risco de quebrar, sem correr o risco de ter a descontinuidade operacional.

Então, esse de fato é um desafio importante...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. LEANDRO FONSECA DA SILVA – ...e entendo que com minha experiência nessa área de economia da saúde, acho que posso contribuir muito nessa discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora, V. Exª prosseguirá fazendo a sua arguição, porém só quero pedir permissão para autorizar a abertura do painel, a fim de que alguns Senadores que precisam dar assistência a outras Comissões possam ir a elas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Sr. Presidente. Estou satisfeita.

Eu só queria uma pequena explicação, Dr. Leandro: a tendência do crescimento dos chamados planos corporativos, aqueles que as empresas oferecem aos seus funcionários, ou instituições, Ministério Público. Instituições fazem também planos corporativos?

E aqui, em socorro do Presidente, chegou uma pergunta, de Minas Gerais, de Fernando Barcelos de Carvalho, que indaga interativamente no Portal e-Cidadania do Senado Federal – penso que talvez ele fale de planejamento familiar, aí é uma questão de prevenção de saúde ou de outra questão: "Planejamento familiar deve ser tratado como prioridade pela ANS?"

Acho que talvez ele fale em plano familiar, em que você pode fazer um plano de assistência, contratar, no conjunto da família, como um plano corporativo, aí no plano familiar. Não sei se é essa a questão que ele quer, mas, de qualquer maneira, eu queria agradecer ao Fernando Barcelos de Carvalho, de Minas Gerais, que fez essa indagação.

Ao mesmo tempo, finalizo saudando, antes e depois da resposta, o Presidente Abrahão, da ANS, que está prestigiando aqui essa sabatina do nosso Diretor Leandro Fonseca da Silva, submetido, claro, a uma sabatina e depois à votação pelos colegas Senadores.

Obrigada.

O SR. LEANDRO FONSECA DA SILVA – Obrigado, Exma Senadora, por esse questionamento. Existe, de fato, alguma restrição sobre oferta de planos individuais e familiares, não dá para negar esse problema. Em algumas localidades, em alguns mercados, operadoras deixaram de oferecer este tipo de contratação. O que eu entendo é que a ANS deve buscar fazer uma reflexão, inclusive sobre o arcabouço regulatório, para entender, afinal de contas, por que um empreendedor que atua nesse setor deixa de oferecer um dos tipos de contratação.

Agora, existe, sim, a oferta de planos individuais e familiares em diversos mercados, em diversas localidades. Essa questão da falta de oferta de plano individual é bem localizada em um conjunto mais específico de operadoras de plano de saúde. O que eu entendo é que a ANS deve buscar viabilizar todos os tipos de contratação, seja coletivo, seja individual, familiar, seja por adesão, para que o consumidor tenha, de fato, essas opções a sua frente e possa escolher o tipo de contratação que mais lhe convém.

Em relação a esse problema específico de, em algumas localidades, falta de oferta de plano individual, a minha proposta é levar esse tema para discussão na Diretoria Colegiada para uma reflexão sobre o arcabouço regulatório e de que forma a gente pode incentivar esse tipo de comercialização.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Bom dia, Sr. Leandro Fonseca da Silva.

O senhor já trabalhou em vários setores da ANS, ocupou diferentes cargos na agência, como diretor-adjunto de fiscalização, como diretor-adjunto de normas e habilitação de operadoras, gerente geral de integração setorial, respondendo também pela Diretoria Adjunta de Desenvolvimento Setorial e Gerência-Geral de Acompanhamento das Operadoras e do Mercado. Bem, esse currículo o qualifica plenamente para o cargo pleiteado.

Eu gostaria de saber, no exercício dessas funções, qual o senhor avaliaria como a sua maior contribui-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ção?

O SR. LEANDRO FONSECA DA SILVA – Exma Senadora, obrigado pelo questionamento.

Essa experiência de ter passado por três das cinco diretorias da agência me possibilitou esse amplo conhecimento sobre a regulação e me deu experiência também nessa interlocução e na articulação entre as áreas técnicas.

Então, eu diria que a principal experiência que tive por essa passagem pela ANS foi exatamente a possibilidade de uma visão mais ampla sobre a regulação e a capacidade de diálogo com as diferentes áreas técnicas.

Meu perfil está muito mais ligado à questão técnica. Embora eu tenha exercido o cargo de diretor adjunto, não é um cargo decisório, é mais um cargo executivo e, digamos assim, de coordenação do corpo técnico das diferentes diretorias.

Em termos de principais experiências que tive nesse período de ANS, eu destacaria duas: a primeira experiência foi uma participação numa revisão dos processos de trabalho na área de regimes especiais da ANS, visando buscar maior controle e eficiência. Esse trabalho gerou, em conjunto com o corpo técnico responsável, uma redução bastante significativa de gastos públicos nesse processo de trabalho que era executado pela ANS. Essa foi uma experiência importante. E uma segunda experiência importante, eu diria, foi a minha participação em uma ampla revisão das normas de cunho econômico-financeiro, tanto normas técnicas quanto operacionais. Em conjunto com o corpo técnico da Agência, a gente sempre buscou compatibilizar nesse processo de revisão de normas a melhor referência teórica possível com a maturidade do mercado e a participação social, sempre quando era possível e quando era o caso.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Tem uma questão que há tempos que eu venho trabalhando, que é o fato de que a ANS não consegue ressarcir o SUS de forma satisfatória quanto às operadoras de saúde. Nós não temos tido êxito nesse controle desses ressarcimentos.

Então, tenho algumas questões bem específicas. Qual a principal dificuldade hoje de efetivar a cobrança pelo atendimento prestado aos beneficiários dos planos pelo SUS? Para quem está nos assistindo, é a pessoa que é levada por um acidente e tem plano de saúde. Ela vai para um hospital público, mas tem um plano de saúde que deveria ressarcir o erário, o SUS. E isso parece que é muito aquém do que deveria ser. Juntando nesta pergunta, até recentemente apenas as internações e os procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e alto custo prestados pelo SUS eram cobrados das operadoras. Então, eu queria saber como está essa situação atualmente, porque o plano de saúde cobre tudo geralmente, ou pelo menos quando ele paga isso, ações de não alta complexidade. Então, esse ressarcimento também deveria ocorrer. Portanto, quero saber como está neste momento, ou seja, se o senhor tem informações. E também qual a sua posição.

Depois, segundo a lei vigente, os recursos do ressarcimento ao SUS devem ser depositados no Fundo Nacional de Saúde. Mas está em tramitação no Senado Federal dois projetos de lei que visam alterar essa sistemática para permitir que os recursos sejam destinados ao Fundo de Saúde do ente da Federação que tenha prestado o atendimento. Um desses projetos é inclusive de minha autoria, que é o Projeto de Lei nº 308, de 2015, que altera a Lei nº 9.656, de 1998, sobre planos de saúde, para descentralizar o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde.

Isso porque a ideia é de que os Estados e Municípios teriam mais instrumentos, mais interesse em recuperar esse recurso.

Eu queria saber, se o senhor já debruçou-se sobre essa questão, se o senhor teria alguma opinião sobre isso.

E se acredita que a descentralização da cobrança dos valores devidos pelas operadoras poderá tornar mais efetivo o ressarcimento ao SUS?

E a última questão que eu tenho, a Senadora Ana Amélia tateou já, mas... Colocou a questão de por que a ANS não regula os reajustes dos planos coletivos? E a agência fiscaliza essas associações? Como é que funciona? Existem sanções para as operadoras que são flagradas nessa prática? Essas sanções já foram aplicadas? Como garantir que os planos individuais e familiares continuem a ser ofertados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

São essas as minhas questões.

O SR. LEANDRO FONSECA DA SILVA – Exma Senadora, obrigado pelos questionamentos, tentarei atendê-los em sua plenitude.

Com relação ao ressarcimento ao SUS, eu entendo que a ANS vem evoluindo ao longo do tempo nesse processo de trabalho. Em 2010, houve um ingresso de servidores temporários na ANS, isso começou a facilitar melhor o processo de cobrança do ressarcimento ao SUS. Houve, depois, a entrega de um sistema de informação que também passou a contribuir mais para esse processo de trabalho. Agora, de fato, é um processo de trabalho que precisa ser mais aprimorado, a gente precisa sempre buscar mais eficiência. O meu compromisso é de que cada centavo devido deve ser ressarcido e a gente deve buscar isso efetivamente.

Atualmente, ...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu já ia interromper para fazer uma questão.

Quer dizer, então, a sua posição não é a de que os Estados e os Municípios possam exercer isso, a sua posição é melhorar a atuação do órgão?

O SR. LEANDRO FONSECA DA SILVA – Senadora, eu sou pautado pela legislação como ela está hoje. A legislação, como está hoje, está estabelecendo essa obrigação à ANS. Enquanto essa obrigação for da ANS, o meu compromisso é de buscar a melhor eficiência possível nesse processo de trabalho.

Se o Congresso, eventualmente, decidir mudar essa legislação, atribuir para os Estados, de forma descentralizada, como já foi no passado... No passado já foi descentralizado, depois optou-se por centralizar na ANS. Se o Congresso decidir voltar para uma descentralização, obviamente a ANS vai participar, entendo eu, nessa discussão, apresentando os prós e contras, tentando contribuir nesse debate, mostrando tecnicamente o que pode acontecer caso siga por essa linha, fica o meu compromisso, em sendo Senador, se a senhora quiser, a gente faz essa discussão especificamente sobre esse projeto.

Atualmente, o que está sendo cobrado das operadoras de plano de saúde são tanto as internações hospitalares, então, uma vez que um beneficiário de plano de saúde utiliza o Sistema Único de Saúde para uma internação, isso é identificado através de uma AIH, pela Autorização de Internação Hospitalar. E, desde 2015, a ANS passou também a identificar os beneficiários que são atendidos em procedimentos ambulatoriais de alto custo, que são as APACs (Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade/Custo).

Esse processo então, esses dois tipos de atendimento têm sido cobrados pela ANS. Há a identificação do beneficiário, e há então a notificação à operadora desse tipo de atendimento. Acontece que é um processo que muitas vezes a operadora pode questionar. O beneficiário pode estar no período de carência, o beneficiário pode ter um plano municipal, e ele foi atendido em outro Município. Então não caberia o ressarcimento ao SUS nesse tipo de situação, porque ele não teria a cobertura de plano de saúde. Então é um processo, na verdade, que acaba levando certo tempo, porque a gente precisa abrir para ampla defesa por parte da operadora.

Desde 2000, entre 2000 e 2016, a ANS notificou um valor total de R$6,144 bilhões relativos a ressarcimento ao SUS. As operadoras não impugnaram R$1,448. Ou seja, elas já reconheceram que deviam R$1,448 bilhão. E a gente ainda tem, passível de ressarcimento, em torno de R$3,240 bilhões. Então são esses os números com os quais a gente vem trabalhando, tentando matar um passivo que existia. De fato, havia um passivo, e a gente começou a atacar esse passivo, principalmente com a entrada dos servidores temporários e com a reformulação dos processos de trabalho e com os novos sistemas de tecnologia da informação.

Então entendo eu que a lei, como ela está, cabe à ANS cumprir e fazê-lo da melhor forma possível, exigir que cada centavo devido seja repassado. Se o Congresso decidir refazer esse processo, atribuir isso a Estados e Municípios, coloco-me aqui à disposição, caso venha a ser confirmado como diretor, para contribuir com a senhora nessa discussão desse processo de trabalho.

Em relação ao reajuste dos planos coletivos, que a Exma Srª Senadora perguntou, a ANS regula uma parte desses contratos coletivos, na questão do reajuste, que são os contratos com até trinta vidas. Até trinta vidas. Por que trinta vidas? Porque contratos com acima de trinta vidas não são obrigados a cumprir carência novamente. Então, se há uma empresa com mais de trinta beneficiários de plano de saúde, se ela quiser mudar de operadora de plano de saúde, ela pode mudar, e os seus funcionários não precisam cumprir carência novamente. Então é fácil a mudança,...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO FONSECA DA SILVA – ...é fácil a concorrência.

Para contratos coletivos de até trinta vidas, em que a operadora pode cobrar carência novamente, a ANS estabeleceu uma regulação para controlar esse reajuste e evitar reajustes abusivos, que forçassem em alguma medida a saída desses contratos coletivos. Então a ANS, por uma escolha regulatória, optou por tentar proteger esses contratos, esses beneficiários que estão em contratos menores. E parte-se de um entendimento de que aquelas empresas que têm mais de trinta vidas são empresas maiores e conseguem negociar, de forma mais direta com a operadora de plano saúde, as condições comerciais, e se não ficarem satisfeitas com aquelas condições comerciais, escolhem uma outra operadora.

A ANS começou esse processo de monitoramento desses reajustes dos contratos de até 30 vidas. Eu entendo que a gente precisa aprimorar esse monitoramento e evitar abusividades.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Amorim.

Antes, quero, também secundando a Senadora Ana Amélia, registrar a presença do Presidente da ANS neste recinto, o que nos dá muito prazer e nos honra.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, todos os que estão nos acompanhando aqui presentes ou pelas redes sociais.

Dr. Leandro, o senhor é uma pessoa com extraordinária formação acadêmica, a qual inclui especialização em finanças corporativas, mestrado em regulação e experiência profissional, sobretudo, na ANS. Na opinião do senhor, com toda essa vivência, com todo esse conhecimento, o senhor considera necessário mudar e o que poderíamos mudar na legislação para melhorar a gestão, por exemplo, das nossas agências reguladoras, especialmente da ANS? Onde poderíamos melhorar para que o cidadão brasileiro pudesse ter mais conhecimento, para que ele também pudesse ter, realmente, mais oportunidade até no trato e na relação com essas empresas?

Eu, como profissional da saúde, como médico, vejo o sofrimento, o padecimento. Na hora de pagar, realmente, todas querem, mas, na hora de um exame mais complexo, mais sofisticado, é uma via-crúcis, é um sofrimento eterno. E o sentimento que fica ali é que quanto mais eu negar mais lucro terei na grande maioria das vezes. Não quero aqui generalizar. Até mesmo na hora de reajustar os valores, sobretudo com os contratados, com os profissionais envolvidos, é outra via-crúcis. Eu acho que o mesmo que se cobra do usuário também se deveria passar, sobretudo, para os profissionais envolvidos, mas a gente sabe que isso, infelizmente, não acontece.

Então, repito: com todo esse conhecimento, com toda essa vivência, em que o senhor acha que poderíamos, aqui no Parlamento, contribuir para que as nossas agências reguladoras pudessem ter um pouco mais de eficiência?

O SR. LEANDRO FONSECA DA SILVA – Exmº Senador, obrigado pelo questionamento. Senador, acho que um dos principais desafios que temos é o de tentar equilibrar uma remuneração adequada para as operadoras e para os prestadores de serviços de assistência à saúde com qualidade e preços justos para os consumidores. Esse, de fato, é um desafio tremendo. Um eventual desequilíbrio nessa equação pode gerar, por um lado, a quebra de operadoras que não estejam preparadas, com consequências sobre os prestadores de serviços de saúde, e também um risco de desassistência ao beneficiário de plano de saúde, que é o que a gente mais quer evitar.

Esse desafio se traduz em grande medida no compromisso aqui que estou tendo diante das Srªs e Srs. Senadores, que é de trabalhar na viabilização econômica do setor para protegermos o consumidor.

É preciso que prestadores de serviços – hospitais, clínicas, médicos, laboratórios – tenham uma remuneração adequada. E é preciso que as operadoras tenham capacidade de investimento para realizar as ações e os investimentos necessários para atender o investidor com cada vez mais qualidade.

Entendo que a ANS – caso eu venha a ser confirmado como Diretor da ANS – pode contribuir no debate com este Parlamento, apontado prós e contras de eventuais medidas de políticas públicas que se queiram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

colocar na legislação. Não sei se caberia à ANS ter essa iniciativa, mas, sim, ter o papel de assessoria a este Parlamento no intuito de apresentar parecer em relação a alguma política pública, sobre seus lados positivos e negativos. Caberia, então, ao Congresso decidir e caberia à ANS executar.

Hoje a legislação aplicada ao setor traz obviamente alguns desafios para a Agência. Eventualmente, um ou outro aspecto que fosse alterado poderia facilitar em muito algumas das ações da ANS, melhorando, inclusive, a sua eficiência em alguns processos. Por exemplo, o ressarcimento ao SUS poderia ser otimizado caso houvesse uma alteração na legislação setorial sobre esse assunto. Mas, de novo, acho que cabe aqui menos um papel propositivo e mais um papel de auxiliar este Parlamento nessa discussão.

Há um projeto de lei sendo discutido aqui no Congresso relativo às agências reguladoras. Salvo engano, trata-se do PLS 52, que propõe uma alteração que atinge não apenas a ANS, mas diversas outras agências. Não estou aqui falando em nome da Agência, mas em meu nome. Na minha visão, é um projeto muito interessante e bem apropriado no intuito de fortalecer as agências reguladoras.

No mais, Senador, coloco-me à sua inteira disposição, caso o senhor queira discutir algum aspecto da legislação para essa discussão sobre prós e contras de uma eventual alteração.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a fase do escrutínio.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Edison Lobão, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Dr. Leandro Fonseca da Silva, indicado como Diretor da ANS, eu apenas vou fazer um questionamento porque foi motivo de um debate na Comissão Permanente de Desenvolvimento Nacional o relatório da Senadora Simone Tebet exatamente sobre o projeto a que V. Sª se referiu sobre alterações com relação à Lei Geral das Agências Reguladoras.

Esse projeto foi encaminhado à Câmara dos Deputados.

O substitutivo da Senadora Simone Tebet busca padronizar a gestão e a organização das dez agências reguladoras brasileiras, impor mais rigor na seleção dos indicados para a direção desses órgãos com base nas seguintes regras:

"1– a indicação de diretores será feita pelo Poder Executivo, com base em lista tríplice, elaborada por comissão instituída por decreto presidencial;

2– os candidatos terão de comprovar ao menos dez anos de experiência profissional na área de atuação de cada agência, seja no setor público ou no privado, ou ao menos quatro anos em posição de chefia nas empresas reguladas;

3 – os dirigentes das agências cumprirão mandato fixo de cinco anos sem possibilidade de recondução".

Atualmente o mandato é de quatro anos com uma recondução.

Com base em sua formação acadêmica, que inclui especialização em finanças corporativas e mestrado em regulação e sua ampla experiência profissional na ANS, o currículo de V. Sª já nos dá tranquilidade com relação à competência para exercer a função para a qual foi indicado.

Eu o consultaria: como o senhor qualifica a atuação das agências reguladoras no Brasil?

Considera necessário mudar a legislação para melhorar essa atuação?

Acha positiva a edição de uma Lei Geral de Agências Reguladoras pela Congresso Nacional? Ou seja, se esse projeto deve ter a sua tramitação continuada e sancionada pelo Executivo?

Qual a sua opinião sobre essas propostas de mudanças que foram aqui indicadas? Se ela melhora a gestão e proporciona maior autonomia e isenção técnica na atuação das agências reguladoras.

Por último, se V. Sª teria alguma sugestão a acrescentar nesse projeto que regulamenta a Lei Geral das Agências Reguladoras para que o projeto possa ser melhorado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

São esses os questionamentos.

Quero parabenizá-lo e desejar-lhe sorte. E que Deus o abençoe na nova missão.

O SR. LEANDRO FONSECA DA SILVA – Amém.

Exmo. Senador, obrigado pelo questionamento.

Entendo eu, Senador, que uma iniciativa legislativa que fortaleça as agências reguladoras é muito bem-vinda.

Entendo que esse projeto fortalece as agências na medida em que valoriza a experiência técnica e o conhecimento sobre o setor como critério de pré-seleção, como critério de indicação para a ocupação de cargos de diretorias nas agências reguladoras.

Então, esse aspecto, acho importantíssimo o projeto de lei do Senado.

De minha parte, eu fico confortável na medida em que atendo boa parte dos pré-requisitos. Na questão da experiência, desde 2006, venho trabalhando com o tema saúde, então, entendo eu que atenderia esse pré-requisito. E acho que o projeto traz uma uniformidade, em relação às agências reguladoras, que eu acho também bem interessante. A possibilidade de um mandato mais alongado de cinco anos sem recondução, também entendo eu importante.

Eu acho que seria também, talvez como um algo a mais, que houvesse uma maior interação dos diretores, das diretorias, das agências, com este Parlamento. Acho que é interessante que haja um contato maior das agências com este Parlamento, para que possamos prestar contas daquilo que fazemos e ouvir quais são as demandas políticas da sociedade que são trazidas pelos Ex^mo^s Srs. e Sr^a^s Senadoras, para atuação dos órgãos reguladores.

Então, entendo eu que, não conheço tantos detalhes assim do PLS, os critérios de elegibilidade para a escolha de diretores me parecem bem adequados, bem interessantes, reforçam o caráter técnico da agência. O prazo de mandato mais alongado, mas sem recondução, também acho importante, permite políticas de maior longo prazo.

E se não houver eventual previsão para esse contato maior das agências com o Parlamento, que eu não sei dizer se há essa previsão, mas eu entendo como uma medida importante. Acho que é fundamental que as agências se aproximem mais do Parlamento, tanto para se exporem quanto para ouvirem, repassarem e absorverem as demandas da sociedade trazidas pelos Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, declaro aberto o processo de votação que já está em curso. E, nessa hipótese, declaro encerrado esse processo.

Inicio a apuração eletrônica dos votos. (*Pausa.*)

Foram 12 votos; dos quais 11, SIM, aprovando o nome do Dr. Leandro; e 1, NÃO.

Declaro, portanto, encerrada a votação.

A Comissão de Assuntos Sociais aprova o parecer favorável à indicação do nome do Dr. Leandro Fonseca da Silva, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, na vaga decorrente da renúncia do Sr. Leandro Reis Tavares.

A matéria vai ao plenário do Senado para prosseguimento da tramitação.

De acordo com o art. 165 do Regimento interno, o parecer sobre a escolha de autoridade será incluído na Ordem do Dia.

Cumprimento, portanto, o Dr. Leandro pela exposição neste plenário.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

Sr. Presidente, o item 2 da pauta é um projeto de nossa autoria, cujo Relator, Senador Ronaldo Caiado, produziu um belíssimo relatório. Ele não está presente, Sr. Presidente, mas diante do tema, que é um tema que nos pede pressa... Pois é um projeto que concede às pessoas comprovadamente diagnosticadas com micro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cefalia causada pelo vírus da zika o direito ao recebimento, Senadora Marta Suplicy, de uma pensão especial, de caráter mensal e vitalício, em conformidade com as regras específicas. Porque, Sr. Presidente, sobretudo nesse período de transição de prefeitos, de gestões, imaginem o sofrimento dessas crianças e dessas mães no acompanhamento dessas pessoas.

Assim, diante da pressa e diante da necessidade extrema, gostaria que o senhor, se possível, escolhesse um Relator *ad hoc* e pudéssemos apreciar este projeto. O relatório do Senador Ronaldo Caiado é perfeito, belíssimo e contempla.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Amorim, na reunião anterior, nós havíamos concedido a inversão de pauta por solicitação do Senador Wilder ao Projeto de Lei do Senado nº 385, já que esse projeto tem votação nominal. Além do mais, há uma decisão da Mesa do Senado, ouvido o Plenário desta Casa do Senado Federal, no sentido de que após a votação aqui, o projeto seja devolvido ao Plenário do Senado para ser enviado à Comissão de Constituição e Justiça.

No entanto, enquanto não temos quorum para votação em caráter terminativo do projeto do qual é Relator o Senador Wilder Morais, vou solicitar ao Senador Dalirio que, como Relator *ad hoc*, faça a leitura do relatório já produzido pelo Senador Ronaldo Caiado, a respeito do PLS nº 255, de 2016.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, de 2016
- Não terminativo -

Concede às pessoas comprovadamente diagnosticadas com microcefalia causada pelo vírus da zica o direito ao recebimento de pensão especial, de caráter mensal e vitalício, em conformidade com as regras que especifica.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2016.

Observações:

- *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.*

- *Votação simbólica.*

Concedo, portanto, a palavra ao Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Presidente, Senador Edison Lobão, e também cumprimentar as Senadoras e os Senadores presentes e dizer da honra de poder relatar *ad hoc* este projeto de autoria do nosso Senador Eduardo Amorim, que defendeu agora que nós deveríamos fazer a leitura deste projeto na reunião da Comissão de Assuntos Sociais no dia de hoje.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 255, de 2016, do Senador Eduardo Amorim, que concede às pessoas comprovadamente diagnosticadas com microcefalia causada pelo vírus da zika o direito ao recebimento de pensão especial, de caráter mensal e vitalício, em conformidade com as regras que especifica.

O projeto de lei sob análise possui três artigos. O art. 1º dispõe sobre a concessão de pensão especial, de caráter mensal, vitalício e intransferível, no valor básico de um salário-mínimo, à pessoa com microcefalia causada por infecção pelo vírus da zika, e cuja renda familiar seja de até dez salários mínimos.

O § 1º do art. 1º dispositivo estabelece que a pensão será devida logo após protocolado o pedido de pagamento junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e prevê a elaboração de regulamento para definir as condições aplicáveis à pensão, a qual também obedecerá, no que couber, aos critérios definidos na Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, que dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

e dá outras providencias. Deverão constar, no regulamento citado no § 1º, as regras para o cálculo do valor adicional a ser concedido ao beneficiário, conforme o modelo adotado pela Lei nº 7.070, de 1982

(§ 2º). Serão autorizados a receber o benefício o próprio paciente, se for maior e capaz, ou a mãe, o pai, a pessoa que detenha a guarda, o curador ou o tutor do beneficiário, nessa ordem de preferência (§ 3º).

Já o art. 2º dispõe que as ações previstas no projeto serão financiadas com recursos do INSS. Por fim, o art. 3º, cláusula de vigência, determina que a lei, uma vez aprovada, deverá entrar em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente à data de sua publicação.

A justificação do projeto fundamenta-se na gravidade das complicações clínicas da microcefalia congênita causada pelo vírus da zika. Segundo seu autor, os efeitos da doença impactam negativamente o orçamento das famílias, já que muitas mães deixam seus empregos para cuidar exclusivamente de seus filhos, os quais podem ter diferentes graus de comprometimento e de deficiência física e cognitiva. Assim, com intuito de amenizar o sofrimento dessas famílias, apresentou-se o projeto de lei em comento para lhes assegurar pagamento mensal e vitalício de benefício.

A proposição não recebeu emendas até o momento.

Após deliberação desta Comissão, será analisado, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Análise.

De acordo com o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), incumbe a esta Comissão analisar proposições que tratem de assuntos atinentes à previdência e assistência social (inciso I) e à proteção e defesa da saúde (inciso II).

Em relação ao mérito, o projeto sob análise pretende assegurar benefício mensal e vitalício a pessoas com diagnóstico de microcefalia congênita decorrente de infecção pelo vírus da zika e cuja família tenha renda inferior a dez salários mínimos.

De fato, cumpre informar que é cientificamente reconhecido que, em gestantes, a infecção pelos vírus da zika pode acarretar malformação do sistema nervoso central do feto, o que geralmente resulta em danos neurológicos extensos, graves e irreversíveis.

Conforme a gravidade das lesões, os recém-nascidos podem apresentar amplo espectro de sinais e sintomas neurológicos, quais sejam epilepsia, atrasos do desenvolvimento (problemas de fala, distúrbios motores etc.), transtornos cognitivos (dificuldade de aprendizado), transtornos da marcha e do equilíbrio, problemas alimentares (dificuldades de deglutição, por exemplo), distúrbios de audição e de visão, e várias outras manifestações.

Depreende-se que bebês com essa condição geralmente apresentam grave comprometimento de ordem física, psíquica, cognitiva e social. Isso tem preocupado as autoridades públicas, sobretudo no que diz respeito às medidas que devem ser adotadas para propiciar o efetivo amparo a essas pessoas e suas famílias.

Entre tais medidas, destacam-se as propostas que constam do projeto em comento. De pronto, somos favoráveis à ideia de instituir, no âmbito da Assistência Social, um benefício destinado a auxiliar a subsistência de crianças com microcefalia em famílias de baixa renda.

Todavia, acrescente-se que o projeto sob análise tem o mérito de prever, ainda, situações passíveis de concessão de adicionais pecuniários sobre o valor da pensão. Para isso, vale-se das determinações do art. 3º da Lei nº 7.070, de 1982, o qual estabelece critérios que ensejam o recebimento dos referidos adicionais.

Assim, fará jus ao adicional de 25% a pessoa com idade superior a 35 anos, que é permanentemente assistida por outrem e cuja aferição do grau de incapacidade – conforme critérios constantes da própria Lei nº 7.070, de 1982 – indique pontuação superior ou igual a seis. Por sua vez, adicional de 35% será devido àqueles que preencham os critérios, legalmente definidos, de idade e tempo mínimo de contribuição à Previdência Social.

Conforme mencionamos, a microcefalia congênita é uma afecção capaz de gerar incapacidades neuropsiquiátricas graves e permanentes e, desse modo, impacta negativamente vários aspectos da vida de pacien-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tes e familiares. Em tais circunstâncias, famílias de baixa renda de crianças afetadas encontram-se em franco desamparo social, visto que seus orçamentos são geralmente insuficientes para assegurar subsistência digna.

Portanto, confiamos que a proposição sob análise, com efeito, aliviará o sofrimento desses pacientes e de suas famílias. Por esse motivo, julgamos ser urgente e necessária a sua aprovação.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2016.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador Dalírio.

A matéria está em discussão.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Aqui agradeço ao Senador Relator *ad hoc,* Dalirio Beber, pela contribuição, e peço aqui, aos demais colegas Senadores, o apoio e aprovação desse projeto.

Sr. Presidente, estamos lidando com algo novo na Medicina e no nosso convívio social. Felizmente, essas famílias não são culpadas, muito menos essas crianças pelo que elas adquiriram, muitas vezes pela ausência, pela omissão do Poder Público.

São inúmeros os problemas; problemas, Sr. Presidente, com que nem a medicina brasileira ainda sabe direito como lidar, é algo novo, Senadora Marta, é algo diferente até na medicina mundial. Infelizmente, é um grupo de brasileiros, são crianças que nasceram com tamanhas dificuldades e com graus diversos de lesões que não temos certeza de qual será o futuro de todas elas.

Mas no presente, Sr. Presidente, o que nós sabemos e o que nós vimos, até pela imprensa, é a situação extremamente difícil de ela buscar esse tratamento, esse acompanhamento neurológico, esse acompanhamento fisiológico, psicológico, enfim, de diversos profissionais.

Há um mês, tive o privilégio, no Hospital Universitário em Aracaju, de participar de um aniversário de um grupo dessas crianças. No meu Estado, são mais de 100 crianças. Eu digo um privilégio, porque ali a gente faz uma reflexão sobre a vida, sobretudo aqueles que reclamam muito das oportunidades, enfim, vendo aqueles que praticamente não tiveram nenhuma oportunidade.

Então, diante da pressa, diante da urgência, diante da necessidade, diante do sofrimento, o que mantém essas crianças vivas, além dos bons profissionais que elas encontram, com toda a certeza, é o amor da sua família, especialmente de suas mães. Só o amor realmente salva e tem mantido muitas dessas crianças vivas, porque o sofrimento é grande, Sr. Presidente. Especialmente em algumas regiões do Nordeste, do Norte, onde ela tem de se deslocar quilômetros e quilômetros dia sim, dia não, ou todos os dias, para buscar esse tratamento, para buscar alternativas que possam manter os seus filhos vivos.

Então, o Poder Público, o Estado brasileiro, reconhecer e ajudar minimamente com uma ajuda financeira, acho, Sr. Presidente, que é o mínimo que poderemos fazer neste momento. Para tanto, peço o apoio e a ajuda dos colegas, para que possamos aprovar esse projeto, que ele ainda tem um longo caminho pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Gostaria de parabenizar V. Exª, Senador Amorim, pelo brilhante projeto, porque, em virtude da situação dessas crianças e do que foi colocado, da realidade que essas mães estão vivendo – dificuldade de atendimento e de sobrevivência – e principalmente porque a maioria das nossas crianças que foram vitimadas pela zika são do Norte, Nordeste e a população mais carente, senão miseráveis.

É realmente abandoná-los à própria sorte. Nós estamos vendo que, se o Estado não tiver uma posição, não só de prestar a assistência que tem de prestar, mas também de dar um salário, porque a grande maioria dessas mães vai ter que largar ou já largaram seus trabalhos para cuidar de suas crianças; ao mesmo tempo, muitas vão dar uma atenção muito menor aos outros filhos, porque uma criança vitimada pela zika requer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

muito mais cuidados do que uma criança que não tem essa doença. E nós temos visto em toda a mídia a dificuldade de atendimento.

Então, deveria ter até uma urgência esse projeto, no sentido de ajudarmos essas milhares de mães para conseguirem dar conta. Não vai melhorar a situação no sentido mais amplo, porque é uma criança pela qual você vai ter que cuidar o resto da vida, e o projeto que o Governo tinha apresentado, de dar um salário por três anos de vida, é completamente ridículo, porque essa criança vai viver muito mais. Aí, como a mãe vai continuar a tomar conta? É para o resto da vida essa responsabilidade.

Nós temos, no STF – ia votar hoje mas acho que provavelmente vai ser adiada –, a questão de permitir o aborto no caso da zika.

Eu ponderei muito sobre essa questão e acredito que o caminho talvez não seja esse, o caminho seja o da descriminalização do aborto até o terceiro mês de gravidez, porque senão nós estaremos colocando o que poderia ser chamado de abrir possibilidades para qualquer doença, que agora passa a ser facilitada ou não.

A minha posição é diferente. É de que o direito é da mãe de decidir, não sobre doença, mas decidir se ela quer esse filho, porque nem sempre os motivos são uma questão de doença, muitas vezes e até a maioria das vezes não tem a ver com doença, tem a ver com a impossibilidade daquela mulher naquele momento não poder ou não querer ter mais um filho, ou não querer cuidar de um filho, ou não ter condição nenhuma de ter um filho por "n" motivos.

Então, na hora que nós abrimos essa brecha para o aborto no caso da Zika, nós meio que tiramos um pouco o foco de todo um direito reprodutivo da mulher, que está na pauta das mulheres há muitos anos.

Esse projeto, Amorim, ajuda um pouco essa mulher que hoje, injustamente, não tem o direito de fazer o que ela quer até os três meses de gravidez. E acho que...

Bem, então é um projeto que vem em boa hora, enquanto nós não evoluímos no sentido de a mulher ter direitos sobre essa reprodução.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, só para cumprimentar o Senador Eduardo Amorim pela iniciativa do projeto, pelo quanto ele expressa de sensibilidade mesmo, porque de fato, como disse a Senadora Marta, esse drama das mulheres vítimas da microcefalia, com todas as suas consequências, é um drama que comoveu o País. Portanto, a iniciativa do Senador Eduardo Amorim é mais do que meritória.

Venho declarar nosso apoio ao projeto e pedir, Sr. Presidente, que, se possível, pudesse haver uma inversão de pauta para que votássemos o Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015 do qual sou Relatora. Ele é não terminativo, claro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, esta Comissão é significativamente sensível a iniciativas dessa natureza.

Discutimos longamente esse projeto, que foi bem elaborado na sua origem pelo Senador Eduardo Amorim e bem relatado com todos os cuidados, com todas as precauções.

O que nós estamos fazendo aqui, portanto, é votando uma iniciativa feliz para uma situação que não é feliz; mas procuramos, com esse projeto, da lavra portanto do Senador Eduardo Amorim, construir uma consequência razoável para a infelicidade das famílias num drama dessa natureza.

A nós cabe realmente edificar soluções que possam encaminhar um destino para pessoas que nascem ou que poderão nascer com essas dificuldades.

Eu cumprimento, portanto, o Senador Eduardo Amorim, e o Senador Caiado pelo relatório que produziu; o Senador Dário Berger, que o leu na ausência do titular da relatoria, assim como os Senadores que debateram aqui, como a Senadora Marta Suplicy, esta matéria.

Está em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2016.

A matéria vai agora à Comissão de Assuntos Econômicos para votação em caráter terminativo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, é apenas para agradecer a todos os colegas – à Marta; ao senhor, pela sua sensibilidade, pela competência com que conduz esta Comissão; ao Senador Dalírio pela relatoria *ad hoc* e ao Senador Caiado pela relatoria.

Este é um problema permanente, que vai durar o resto da vida tanto da mãe, dos familiares, como da própria criança, e que não terminou. O problema da zika e suas consequências continua, infelizmente, ainda, no nosso País. São problemas gravíssimos. Como eu disse, só o amor, sobretudo da família e da mãe, poderá salvar e manter vivas todas essas crianças.

Volto a dizer que tive o privilégio de conviver recentemente com dezenas delas. Então, obrigado pelo apoio. Que ele seja aprovado também rapidamente na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vamos prosseguir.

Emenda de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta os arts. 133-A e 145-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as férias do empregado aposentado por invalidez.

Autoria: Deputado João Paulo Lima

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN (de Plenário) oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015, pelo Senador Romero Jucá.

Observações:

- Em 08.06.2016, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Em 17.06.2016, o Senador Romero Jucá ofereceu a Emenda n° 1-PLEN (de Plenário) ao Projeto.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Fátima Bezerra, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, vou direto à análise do nosso voto.

Primeiro, aqui destacando que nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre a presente emenda ao projeto de lei.

A proposição assegura o pagamento ao empregado aposentado por invalidez dos valores relativos ao período de férias adquirido e não usufruído, também denominado "férias vencidas", mesmo com o contrato suspenso.

No que se refere ao *caput* do art. 133-A da CLT, o que se sugere é a substituição da expressão "reintegração por recondução", de tal forma que se evitem interpretações controversas sobre o retorno do empregado ao serviço após a sua reabilitação, o que não altera a finalidade da proposição.

Porém, em relação a extensão do prazo de dez dias para trinta dias, a argumentação do autor da emenda não convém, pois é claro que não se pode prejudicar o trabalhador em virtude de uma possível não comunicação do INSS com o empregador dentro do prazo estipulado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Dessa forma, Sr. Presidente, voto contrariamente à emenda, porque a emenda não vem no sentido de respeitar os direitos dos trabalhadores.

Em face do exposto, votamos pela rejeição da Emenda nº 1-Plenário, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015, de autoria do nobre Deputado João Paulo, do PT de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário à Emenda nº 1-Plenário, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2015.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, de 2016
- Terminativo -

Altera o art. 476 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder estabilidade provisória aos empregados que retornarem ao trabalho após o término do auxílio-doença, concedido em decorrência de tratamento contra a neoplasia maligna.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2016 e pela sua reautuação como Projeto de Lei Complementar.

Observações:

- Em virtude do voto do Relator, a votação será simbólica.

Como o Senador Garibaldi Alves Filho não está presente, o seu relatório será proferido pelo Senador Wilder.

Em virtude do voto do Relator, a votação será simbólica.

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente Edison Lobão. Agradeço também ao autor, nosso Senador Waldemir Moka, e ao Relator, Senador Garibaldi Alves.

Vamos ao relatório.

Esta Comissão examina, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 166, de 2016, que prevê a proteção do empregado diagnosticado com neoplasia maligna, contra a despedida imotivada ou sem justa causa, por até doze meses após a cessação do auxílio-doença. A autoria é do Senador Waldemir Moka, e a relatoria é do nosso Senador Garibaldi Alves.

Análise.

Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre Direito do Trabalho, motivo pelo qual a disciplina da presente matéria encontra-se no âmbito normativo do mencionado ente federado. Além disso, por não se tratar de matéria cuja iniciativa seja privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República e dos Tribunais Superiores, aos Parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Quanto à atribuição da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para o exame de tão importante proposição, o inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a ela confere tal prerrogativa, que neste caso é terminativa.

No mérito, nossa posição é favorável à aprovação do PLS. O diagnóstico da neoplasia maligna ainda paira como uma assustadora e desagradável nuvem sobre a vida das pessoas. Felizmente, a medicina vem evoluindo e a maior parte dos tumores é tratável, com elevadas taxas de sucesso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – A insegurança, entretanto, ainda não está totalmente superada e o tratamento depende de um conjunto de fatores em que estão associadas às questões físicas, psicológicas, econômicas e sociais, entre outras.

No caso do tratamento dos trabalhadores, é inegável que o emprego e a estabilidade dele decorrente podem colaborar eficazmente para o bom andamento do combate a essa doença. Com esse suporte, o árduo tratamento pode ser suportado com menos sequelas e dores.

Enquanto, por outro lado, uma sentença de demissão, mormente quando injustificada e desmotivada, pode agravar o quadro, com efeitos negativos para a sociedade e a família do paciente.

A Seguridade Social e as normas trabalhistas agem como um todo para oferecer aos trabalhadores e aos cidadãos uma cobertura universal. Com a aprovação deste projeto, estaremos fechando uma lacuna existente na nossa legislação. Muitos empregados não precisarão depender de decisões judiciais favoráveis para fazer valer uma garantia justa de emprego.

Ainda ponderando sobre o mérito, parece-nos que o prazo de garantia de emprego, previsto para durar doze meses contados da cessação do auxílio-doença, é apropriado e cauteloso. Dessa forma, a cura estará consolidada, ao término desse período, e os riscos do reaparecimento da doença serão mínimos.

Reconhecido o inegável mérito da proposição, temos que a sua aprovação, tal como foi apresentada, encontra impedimentos formais superáveis. A Constituição Federal exige, para a proteção da relação de emprego, a adoção da modalidade de lei complementar, com os ritos e tramitação inerentes a ela.

Consta do inciso I do art. 7º da Carta Magna, entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, a "relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos". Em nosso entendimento, a proteção ao emprego de trabalhadores que receberam tratamento contra o câncer, contra as arbitrariedades, está dentro da abrangência dessa norma.

Ora, a proposição em exame segue o rito e a tramitação fixados para aprovação de leis ordinárias, quando deveria observar as regras para a aprovação de leis complementares. Essa impropriedade formal pode ser sanada com a reautuação da matéria e a renomeação do projeto.

Nosso voto, no entanto, segue a mesma linha daquele relator que nos antecedeu.

O voto, Presidente.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 166, de 2016, e seu envio à Mesa do Senado Federal, para que se proceda à sua reautuação, identificada como iniciativa de lei complementar.

Esse é o nosso voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2016, e pela sua reautuação como projeto de lei complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A matéria vai à Mesa do Senado Federal para as providências cabíveis e o prosseguimento da tramitação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem, enquanto V. Exª ordena os trabalhos. Eu acho que nós poderíamos... Em turno suplementar, só o item 3, quanto às gorjetas. É uma votação simbólica. Aí ficaríamos livres desse e iríamos para os outros.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim, V. Exª tem razão. Trata-se do item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2010
- Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

Autoria: Deputado Gilmar Machado

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Turno Suplementar

Observações:

- Em 30.11.2016, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 9-CAS (Substitutivo) ao Projeto.

- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão em Turno Suplementar, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro esta discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas até o encerramento da discussão em turno suplementar, o substitutivo oferecido ao projeto é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Eu cumprimento todos aqueles que se beneficiam com esta lei que aqui se vota.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, de 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa clínica.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Observações:

- Em 30.11.2016, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em turno único, o substitutivo ao projeto.

Em 06.12, durante o turno suplementar, a Senadora Vanessa Grazziotin ofereceu uma dúzia de emendas ao substitutivo aprovado ao PLS nº 200, de 2015 – Emendas nºs 26-S a 37-S.

Como o Relator não se encontra presente, fica o enunciado da matéria aguardando a presença de S. Exª

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para a votação, provavelmente na próxima reunião.

Srs. Senadores, temos agora alguns projetos de lei cuja votação se dará em caráter terminativo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, só queria agradecer muito a V. Exª e a todos os Senadores e Senadoras pela votação do projeto, em segundo turno, dos garçons, que estavam numa perspectiva muito grande. Então, agradeço de público. Está concluído. Agora, volta para a Câmara dos Deputados, mediante o acordo que fizeram empregados e empregadores. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em nome de V. Exª e de todos, eu já havia cumprimentado os garçons por essa vitória.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, também faço da Comissão Mista do Orçamento. Avisei a V. Exª que fui lá.

O projeto da pesquisa clínica está em turno suplementar, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ele não depende de quórum qualificado, salvo melhor juízo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não depende. Ele depende da presença do Relator, que é o Senador Otto Alencar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Que está lá na Comissão Mista do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ele está na Comissão Mista do Orçamento, mas não está aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não. Estou apenas... Eu não posso, porque sou um dos autores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas poderia ser designado um Relator *ad hoc*? Porque ele já foi aprovado. Ele não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Poderíamos, Senador Moka. Sucede que, até em manifestação de apreço...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele trabalhou muito nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ...ao Relator Otto Alencar,...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – V. Exª já me convenceu.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ...ele solicita que o projeto não seja votado senão com a sua presença.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – V. Exª já me convenceu.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado a V. Exª.

Bom, os demais projetos dependem, portanto, de quórum qualificado de pelo menos 11 Srªs e Srs. Senadores presentes, o que não ocorre neste momento, em virtude do funcionamento de algumas Comissões desta Casa também neste momento.

Nessas condições, eu adio a votação deste projeto, mantendo o PLS 385 como número um da pauta dos projetos terminativos, pelo fato de ter havido uma inversão na reunião anterior e o pedido coletivo de vista.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 40ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO NÚMERO 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e quatro minutos, do dia quatorze de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos seguintes Senadores e Senadoras: Humberto Costa, Paulo Rocha, Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Gleisi Hoffmann, Wilder Morais, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Marta Suplicy, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Deca, Ricardo Ferraço, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. Parte I- Políticas Públicas do Poder Executivo em 2016 (Artigo 96-B do RISF). Finalidade: Discussão e votação dos Relatórios de avaliação de Políticas Públicas do Poder Executivo em 2016: 1) Benefícios previdenciários, aposentadoria por tempo de contribuição: RAS 05/2016. Relatoria: Senadora Ana Amélia - Votação simbólica; 2) Receitas e despesas da Previdência Social no exercício de 2015, com vistas à apuração dos resultados - Superávit ou Déficit: RAS 06/2016. Relatoria: Senador Paulo Paim - Votação simbólica. Resultado: Aprovados os Relatórios, da Senadora Ana Amélia e do Senador Paulo Paim, que passam a constituir os Pareceres da Comissão de Assuntos Sociais. Serão comunicadas as decisões da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal. As matérias vão ao Plenário do Senado Federal, para prosseguimento da tramitação. Aprovado o Requerimento nº 34, de 2016-CAS (Item 10 - 2ª parte), de Audiência Pública para debater sobre a Previdência Social. Inicia-se a 2ª parte da Paula - Item 1- Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Câmara dos Deputados. Dispõe sobre a prática da equoterapia. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 13, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, ressalvadas as modificações no "caput" do artigo 3º, na alínea "e" do inciso IV do artigo 3º e no artigo 4º. Relatoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 13, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, com as ressalvas propostas pelo Relator. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. Item 3 - Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2016 - Terminativo - Autoria: Senador Sérgio Petecão. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a contribuição sindical será devida somente pelos filiados aos sindicatos, em benefício de seus entes representativos, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2016, e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. Relatoria: Senador Wilder Morais. Item 4 – Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015 - Terminativo - Autoria do Projeto: Senadora Ana Amélia e outros. Ementa do Projeto: Dispõe sobre a pesquisa clínica. Relatoria do Projeto: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação das Emendas nºs 38-S, 39-S, 41-S e 42-S e pela rejeição das Emendas nºs 26-S a 37-S e 40-S, todas de Turno Suplementar oferecidas ao Substitutivo aprovado ao Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015. Resultado: Aprovados, em Turno Suplementar, o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, e as Emendas nºs 38-S-CAS, 39-S-CAS, 41-S-CAS e 42-S-CAS. Foram rejeitadas as Emendas nºs 26-S a 37-S e 40-S. Item 6 - Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2013 - Terminativo - Autoria: Senador Vital do Rêgo. Acrescenta § 5º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Relatoria: Senador Otto Alencar. Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2016 - Terminativo - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar que maternidades de referência possuam banco de leite humano em suas instalações. Autoria: Senador Dário Berger Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2016, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2016, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Item 8 - Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2016 - Terminativo - Autoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senador Ricardo Ferraço. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2016, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Relatoria: Senador Armando Monteiro. Item 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 34 de 2016. Conforme dispõe o Parecer da Comissão de Assuntos Sociais aprovado em 14/12/2016 para o RAS 06/2016, referente à avaliação de Política Pública do Poder Executivo em 2016 (Receitas e Despesas da Previdência Social no exercício de 2015), requeiro a realização de Audiência Pública para debater sobre a Previdência Social com a participação de estudiosos e representantes dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Ministério da Fazenda. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. Extrapauta: Item 11 – Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 35 de 2016. Autoria: Senadora Ana Amélia. Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 77, de 2016, de autoria da deputada Soraya Santos, que regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética, com a participação dos convidados abaixo relacionados: Roberto Mattar Cepeda, Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito); Katia Regina de Lima e Silva Smaniotto, Coordenadora de Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Feevale; Rosalyne Kelly Gomes, Presidente do Sindicato do Rio de Janeiro; Gabriel Gontijo, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD); Carlos Vital, Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM). Resultado: Aprovado. Extrapauta: Item 12 – Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 36 de 2016. Autoria: Senadora Ana Amélia. Nos termos regimentais, requeiro no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realização de Audiência Pública com o tema "A relevância das Instituições Filantrópicas no cenário nacional", para debater a observância dos direitos e garantias constitucionais dessas instituições, com objetivo de proporcionar estabilidade e segurança jurídica ao setor filantrópico. Para tanto sugiro que sejam convidados: Representante do Ministério da Saúde; Representante do Ministério da Educação; Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal; Custódio Pereira, Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif); Daniel Domeneghetti, CEO e Pesquisador da DOM Strategy Partners. Resultado: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da pauta, a saber: Item 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016; Item 5 - Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2012; e Item 9 - Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2015.Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Ana Amélia, Otto Alencar, Marta Suplicy, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, João Alberto Souza, Dário Berger, Lúcia Vânia, Deca, Dalirio Beber, Lídice da Mata e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Assume a presidência momentaneamente o Senador Otto Alencar. A Presidência submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta Quadragésima Reunião (Extraordinária), que é aprovada. Nada mais a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está dividida em duas partes: na primeira parte, haverá a discussão e a votação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

relatórios de avaliação de políticas públicas do Poder Executivo em 2016; na segunda parte, que é deliberativa, há dois itens não terminativos e sete itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Estou abrindo a reunião com base no art. 108 do Regimento Interno, que estabelece: "Art. 108. As reuniões das comissões serão iniciadas com a presença de, no mínimo, um quinto de sua composição [...]." É com base, portanto, nesse dispositivo que iniciamos a reunião para a leitura dos relatórios.

Na primeira parte da nossa reunião, trataremos da avaliação de políticas públicas do Poder Executivo. O primeiro item a ser avaliado trata de decisão não terminativa.

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2016-CAS

Nos termos do art. 96-B, combinado com os arts. 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação em 2016: "Benefícios previdenciários – aposentadoria por tempo de contribuição".

Autoria: Comissão de Assuntos Sociais.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: apresenta as conclusões da avaliação realizada.

Observações: - *A votação será simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Edison Lobão, caros colegas Senadores e Senadoras, nós estamos fazendo um relatório que pode caducar amanhã, porque trata de tempo de contribuição de Previdência Social. Todos nós sabemos que o Poder Executivo prepara uma ampla reforma do sistema previdenciário brasileiro, e, evidentemente, esta matéria é uma das prioritárias nesse conjunto de medidas que serão apresentadas.

Independentemente disso, Sr. Presidente e colegas Senadores, não vou me furtar de fazer a apresentação pelo menos do resumo das questões. O relatório foi feito com a ajuda da Consultoria Legislativa do Senado Federal, que tem dado a nós Senadores, a cada dia que passa, uma demonstração da sua competência, da sua aplicação e do seu empenho em ajudar na elaboração daqueles relatórios técnicos legislativos dentro das regras regimentais, para que possamos aqui dar uma visão muito clara sobre as propostas legislativas.

Este relatório tem 37 páginas, Sr. Presidente, e está disponível para todos os Senadores. Como antecipei neste preâmbulo, ou nariz de cera, como diríamos no jargão jornalístico – V. Exª foi meu colega jornalista também –, podemos chover no molhado, porque ele pode não ter eficácia. Assim, eu vou me limitar, Presidente, a falar brevemente sobre as considerações finais em relação ao projeto que foi aqui apresentado.

Então, em relação à questão que me foi delegada por V. Exª, a aposentadoria por tempo de contribuição, leio as recomendações deste relatório, e é o que interessa.

Com base nas informações constantes neste relatório, apresentamos as seguintes recomendações relacionadas à aposentadoria por tempo de contribuição:

1. Recomendar à Secretaria de Previdência a adoção de medida similar à que foi realizada conjuntamente pelo Ministério da Fazenda e pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), qual seja, o desenvolvimento de um modelo estatístico-matemático que possibilite realizar projeções dos benefícios previdenciários. Sem um instrumento como este, o planejamento e a gestão do déficit previdenciário ficam prejudicados.

2. Recomendar à Secretaria de Previdência, órgão responsável por elaborar as políticas da previdência complementar, a adoção de medidas de estímulo ao setor. Nesse sentido, o Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2014, de minha autoria, contribui para aperfeiçoar o regime de previdência complementar ao alterar a estrutura de fundos de pensão, regras de equacionamento de déficits e superávits e a governança das entidades. Entretanto, novos estímulos, no sentido de elevar a adesão, devem ser buscados.

3. Recomendar ao Poder Executivo que o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), por decisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

administrativa, forneça informações simples e claras, que facilitem a vida dos cidadãos na tomada de decisões acerca do tempo de sua aposentadoria.

Isso serve para que ele saiba qual é a melhor hora de se aposentar, como agora, na iminência dessa ampla reforma.

Esse é o relatório que submetemos à aprovação dos ilustres Pares desta Comissão de Assuntos Sociais.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A matéria está em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia, pelo relatório apresentado por ela, por se tratar de tema tão importante como esse. V. Exª destinou a ela e a mim a feitura dessa avaliação de políticas públicas.

Quero dizer que o relatório dela atende, no meu entendimento, à visão do povo brasileiro, que hoje tem preocupações em relação, principalmente, à aposentadoria por tempo de contribuição.

Por isso, Sr. Presidente, estou discutindo a matéria, dizendo que já estamos fazendo esse debate no Congresso Nacional. É um debate muito forte sobre a emenda que o Governo mandou a esta Casa, que trata da reforma da Previdência. Esse material construído pela Senadora e o outro, que também vou relatar em seguida, vão contribuir para um grande debate.

Cumprimento V. Exª, Presidente, porque acho o fim do mundo começarmos a colocar extrapauta projetos polêmicos, sem nenhum debate nesta Comissão.

Por isso, cumprimento a Senadora, que, durante todo esse período, estudou, conversou, debateu o tema, sob a orientação de V. Exª, e eu farei o mesmo.

Qual é a minha preocupação maior, Sr. Presidente? É, de fato, com esse tema, que é a reforma da Previdência. Percebi que, ontem, esse debate já começou com a Câmara dos Deputados, e todos nós sabemos a abrangência dessa discussão, que envolve a vida, eu diria, de 200 milhões de brasileiros. Quem não quer se aposentar dignamente? Todo mundo quer. Então, esse tema tão importante deve ser aprofundado.

Por isso é que espero que, na Câmara dos Deputados, façam, no espaço da Câmara ou fora da Câmara, um número de audiências suficiente para debater essa questão que vai impactar, Sr. Presidente, na vida de gerações do presente, do futuro e até do passado, pela forma como estão tratando já a questão das viúvas, por exemplo.

Eu queria também dizer, Sr. Presidente, que essa é uma matéria que nós temos tratado com muito carinho. Veja bem, só como exemplo – vou pegar um tema só como exemplo –, essa questão da idade. Querem que as pessoas se aposentem depois de 65 anos, idade que poderá chegar a 80 anos! Quem vai conseguir, sem nenhum intervalo, ter 49 anos de contribuição? Então, essa história de que você vai se aposentar com 65 anos é falácia. As pessoas vão se aposentar depois dos 67 anos, dos 70 anos, e vai haver inúmeros casos que vão ultrapassar os 80 anos. Por isso, esse tema, Sr. Presidente, teremos de discutir com a tranquilidade e a razão necessárias, para não fazermos injustiças.

Com esse comentário, aproveito o gancho do relatório sempre brilhante da Senadora, porque esse é um tema que vamos ter de aprofundar aqui, na Comissão, quando a reforma naturalmente aqui chegar. Espero que ela não seja aprovada e até, quem sabe, que o Presidente Temer a retire antes da votação, pela gravidade, porque atinge principalmente os trabalhadores rurais, porque 99% deles ganham até um salário mínimo e agora vão ter de se aposentar por tempo de contribuição. Não vai ser mais por idade nem pelo talão, vai ter de ser tempo de contribuição e idade. Calcule um trabalhador da área rural se aposentando com 80 anos ou com 70 anos. Bem melhor seria, então, manter a fórmula anterior, 85/95, que permitia que a mulher se aposentasse com 30 anos e que o homem se aposentasse com 35 anos. Essa é uma reflexão sobre esse tema.

É claro que votarei com a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Em votação o relatório da Senadora Ana Amélia.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A matéria vai ao Plenário do Senado para prosseguimento da tramitação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria solicitar a V. Exª, dentro do possível, que fosse feita a inversão da pauta, para que eu pudesse, em turno suplementar, relatar o substitutivo ao PLS 200, de 2015, que trata da pesquisa clínica, até porque sou membro da Comissão Mista de Orçamento, e vai haver agora a votação do relatório do Orçamento. Eu queria ver se V. Exª poderia fazer a inversão da pauta, para que eu pudesse ler aqui o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Otto Alencar, esta reunião se divide em duas partes. Nós estamos na primeira parte, que diz respeito aos relatórios. Quando ingressarmos na segunda parte, eu, então, decidirei sobre a questão de ordem de V. Exª.

O segundo item também trata de avaliação de política pública do Poder Executivo.

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2016-CAS

Nos termos do art. 96-B, combinado com os arts. 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação em 2016: "Receitas e despesas da Previdência Social no exercício de 2015, com vistas à apuração dos resultados: superávit ou déficit".

Autoria: Comissão de Assuntos Sociais.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: apresenta as conclusões da avaliação realizada, com o voto pela apresentação de requerimento de audiência pública para debater sobre a Previdência Social.

Observações: - *A votação será simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, se for entendimento do Plenário – sei da importância desse projeto cujos signatários são o Senador Walter Pinheiro, a Senadora Ana Amélia e o Senador Otto Alencar –, como esse projeto será apreciado em turno complementar, não vejo problema, se assim V. Exª entender, de ele ser votado agora. Depois, vou ler meu relatório, que é extenso, Sr. Presidente. Como tenho muita preocupação com a Previdência, vou lê-lo na íntegra. Vai demorar no mínimo uma hora ou uma hora e meia para eu completar meu relatório. Pode marcar no relógio. Se quiserem votar esse projeto primeiro, abro tranquilamente, porque é um projeto importante. Já fui criticado por ter votado nele. Votei e votarei de novo, da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim, V. Exª tem todo o direito de ler o seu relatório. Todavia, a própria Senadora Ana Amélia, seguindo a tradição desta e das demais comissões, resumiu da maneira mais competente possível o seu relatório. Sem que V. Exª seja obrigado a fazê-lo, creio que não apenas o Presidente, mas também a Comissão ficaria contente se V. Exª pudesse resumir, para adiantarmos um pouco a votação. O Senador Otto, por exemplo, menciona um projeto de fundamental importância para o País, não apenas para a Comissão, mas para o País de modo geral, e ele não terá a oportunidade de votar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

seu projeto, que já está sendo longamente examinado nesta Comissão se V. Exª resolver, de fato, ler o relatório, como é de seu direito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, a leitura do relatório, no meu entendimento, pela importância da reforma da Previdência... E aqui há um trabalho muito bem feito pela Consultoria do Senado. Eu lhe confesso sinceramente que eu gostaria muito de ler o relatório, pela importância da reforma da Previdência, que está no Congresso em debate no momento. Tem tudo a ver com essa questão, porque trata de receitas e despesas da Previdência Social no ano de 2015. Segue muito este foco sobre se há a necessidade mesmo de fazermos uma reforma nos moldes que estão sendo propostos. Devido a isso, cheguei a concordar, se quiserem abrir uma exceção, com que votemos, primeiro, esse projeto ao qual o Senador Otto Alencar se referiu, pedindo para que se invertesse a pauta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pois não, Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com a devida vênia, quero dizer que o senhor é uma pessoa que se dedica há muito tempo a essa questão. Talvez, seja o mais antigo na Casa ligado a essa questão e o seu maior defensor. É impossível que V. Exª não consiga resumir para nós, em dez minutos, o âmago desse projeto, porque, assim, permitiria a outros colegas apresentarem seus projetos. Se acha que realmente não dá para fazer isso em dez minutos, talvez possamos adiá-lo para outra reunião, para que o senhor o faça em dez minutos. V. Exª prepara algo mais sucinto, porque é muito difícil, nesta Casa... Com todo mundo tendo de sair, V. Exª vai conseguir somente a televisão, para alguém ver um dia, e vai impedir muitos projetos de serem apreciados hoje, no último dia.

Então, realmente, peço que V. Exª o resuma para a gente. E fica muito mais fácil, quando resume, falando assim solto – e V. Exª tem o dom da palavra –, para entendermos e captarmos qual o foco do projeto, qual a sua preocupação. Se pudesse fazer desse jeito, nós todos agradeceríamos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu quero pedir aos presentes silêncio! Sobretudo, eu o peço aos assessores, que tumultuam de algum modo a reunião. Nós precisamos de silêncio, para que os Srs. Senadores ouçam o que falam os colegas e possam, com base nisso, deliberar.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, atendendo aos apelos, eu farei o possível. Eu tinha me comprometido... Viajei, inclusive, debatendo esse tema. Era a minha intenção fazer um relato de tudo aquilo que foi feito sobre este tema tão delicado, que é a reforma da Previdência, mas tentarei resumir, para que não seja o relatório tão exaustivo que leve, como estava sendo previsto aqui pelos documentos que tenho, a uma hora e meia de relato, como eu havia previsto no primeiro momento. Tentarei trabalhar na linha que a Senadora Marta Suplicy apontou e não vou usar outros instrumentos que tenho aqui.

Relatório.

O Requerimento nº 6, da Comissão de Assuntos Sociais, selecionou, no âmbito da Previdência Social, a atividade de acompanhamento das receitas e despesas da Previdência Social no exercício de 2015 como um dos trabalhos a serem realizados pela CAS no ano de 2016.

A Previdência Social é um dos principais instrumentos de fortalecimento e consolidação do sistema de Seguridade Social, inscrito na Carta Magna de 1988.

Eu fui constituinte, Sr. Presidente. Tive o prazer de ajudar nessa construção e lamento o que agora está acontecendo, porque estamos praticamente destruindo o que construímos com tanto esforço. E não foi só contribuição de empregado e empregador, foi uma série de outras contribuições, como Cofins, tributação sobre lucro, faturamentos, jogos lotéricos, que nós incluímos na Carta Magna. E, infelizmente, o discurso que a gente ouve hoje é de que a Previdência está falida, que há um déficit na Previdência, o que não é verdade, Sr. Presidente! A seguridade social que nós construímos no período constituinte é superavitária, e vou mostrar aqui os dados e os números. O que está por trás desse jogo todo, por isso a importância dessa missão que V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Exª me deu, é a privatização da Previdência.

Quem o Secretário responsável pela área da previdência, já que o Ministério da Previdência já não existe mais, consultou para apresentar essa proposta? Todo mundo sabe com quem ele fez as reuniões: quase nenhuma com os trabalhadores, mas dezenas com grupos de previdência privada e bancos. Isso é fato real, vai ser colocado aqui, inclusive onde ele se reuniu com eles. Por isso, Sr. Presidente, não estou abrindo mão desse debate nesta Comissão, que eu queria que fosse um debate, inclusive pela qualidade dos Senadores e Senadoras, de alto nível.

Sr. Presidente, da forma como está colocada – isto já está nas redes sociais, no WhatsApp e companhia limitada – que as pessoas vão começar a não pagar a Previdência; estão pregando a desobediência civil. É uma verdadeira convulsão. Eles pensam o seguinte: por que vou pagar algo se não vou me aposentar? Eles acham que o trabalhador é burro, mas o trabalhador não é burro, o trabalhador sabe muito bem o que quer, Sr. Presidente. Ele teria de ser meio irracional para aceitar uma previdência para a qual ele que paga durante toda a vida e que, depois, vai servir, no máximo, para comprar o caixão.

Qual é a tendência? Sou conta a tendência, porque os aposentados de hoje serão os grandes prejudicados, Sr. Presidente. A tendência é de as pessoas dizerem: "Não quero mais pagar a Previdência. Se puder, o empregador que pague sua parte e bote em uma conta à parte. Eu boto a minha parte, faço uma poupança e, no dia em que eu sair da empresa, transfiro para outra ou fico com ela e vou cuidar da minha vida."

Dizem que o princípio da Previdência é o princípio da solidariedade: uma geração paga, para a outra ter o benefício quando aposentar. Ora, até isso vai terminar. Uma geração paga, e a outra também paga, e ninguém se aposenta, da forma como chegou esse projeto aqui.

O que vai acontecer? Um grande incentivo, Sr. Presidente, repito... E quem está hoje na Previdência vai ver a Previdência falir, porque não há recursos. O Governo não paga nada, só desvia o dinheiro – e são todos os governos, para ficar bem claro! Não vi nenhum governo que não tenha encaminhado medidas em que sai dinheiro da Seguridade para outros fins. Todos os governos o fazem! Fiz a mesma crítica sempre, não só agora neste Governo.

Sr. Presidente, por tudo isso, a chamada Constituição cidadã estabeleceu como os três pilares da Seguridade a saúde, a assistência e a Previdência Social, que, em conjunto, de forma integrada, configuram ações governamentais bem como iniciativa da sociedade, nesse âmbito, na consecução de direitos dos cidadãos, do nosso povo. E é na perspectiva do direito social, com o objetivo de se garantir o bem-estar social bem como a justiça social, que a Seguridade se construiu no âmbito da Carta Maior, a Constituição cidadã de Ulysses Guimarães.

Organiza-se, assim, o Estado social brasileiro, Sr. Presidente, tendo a saúde como direito universal; a assistência como um dispositivo de proteção para os segmentos mais vulneráveis, como é o caso, por exemplo, da população idosa, das pessoas com necessidades especiais, dos nossos queridos idosos – Sr. Presidente, fui autor do Estatuto do Idoso, e sabemos da importância desse Estatuto; fui o autor, Sr. Presidente, do Estatuto da Pessoa com Deficiência e sei da importância dele para os atingidos pela pobreza extrema, entre outros –; e, por fim, a Previdência Social como mecanismo de proteção ao mundo do trabalho.

Quanto mais arrocharem, quanto mais não permitirem reajustes decentes, inclusive para o salário mínimo, mais aumentará a violência, mais aumentará, Sr. Presidente, a miséria absoluta do nosso povo.

O presente parecer irá focar-se nas questões atinentes à Previdência Social. Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria muito que este nosso relatório fosse amplamente discutido como mecanismo de proteção à Previdência e, por que não dizer, ao mundo do trabalho.

O presente parecer, repito, terá como eixo as questões atinentes à Previdência, tendo em vista a presente discussão sobre um presumido desequilíbrio financeiro do sistema previdenciário e a proposta de reforma inspirada, como eu já dizia antes, nessa assertiva, recentemente enviada ao Congresso Nacional pelo Executivo.

Para isso, Sr. Presidente, em sua análise, o parecer será composto de três partes, além desta introdução que ora faço.

Na parte primeira, Sr. Presidente, é apresentado um breve histórico sobre a formação da Previdência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Social no Brasil, desde os primeiros dispositivos legislativos até a sua consolidação como um dos três pilares da Seguridade Social inscritos na Constituição Federal de 1988.

A segunda parte, Sr. Presidente, apresenta os três principais desafios para a consolidação do sistema previdenciário brasileiro: o debate sobre a informalidade, a questão do envelhecimento populacional e, por fim, Sr. Presidente, o tema da redução do crescimento econômico dos últimos anos.

Na terceira parte, Sr. Presidente, é discutida a prática recorrente dos governos de tentarem implementar as reformas que ignoram os desafios do sistema anteriormente apresentados e que se atêm à problemática atuarial. Os cálculos atuariais nós entendemos também que são fundamentais.

Por isso, defendo que, antes mesmo de votar qualquer reforma da Previdência, seja feita uma auditoria das contas da Previdência. Vamos fazer uma auditoria! Vamos ver quem é quem! Vamos ver se há déficit mesmo! Vamos ver quem está faltando com a verdade, se são aqueles que dizem – e vejam bem a forma como vou usar a expressão – que não há déficit ou se são aqueles que dizem que há déficit. Vamos fazer uma auditoria! É tranquilo! Vamos contratar uma auditoria e vamos, de fato, ver quem é quem.

Mas vamos em frente, Sr. Presidente.

Em seu diagnóstico, sempre catastrófico, preconizam a existência de um déficit a ser debelado. Esse déficit, cuja existência tem sido refutada por muitos estudiosos desta temática, mereceria, é claro, ser mais bem debatido, de forma ampla e estruturada, o que, infelizmente, não tem ocorrido no nosso País.

Vamos à parte 4, Sr. Presidente.

A parte 4 apresenta justamente a visão alternativa, advogando uma postura mais aberta ao diálogo por parte das autoridades governamentais. Dada a importância social e econômica do sistema previdenciário, que é o melhor sistema de distribuição de renda no mundo, eu diria, é mister que o debate seja feito, como estamos fazendo aqui, com a sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, fui aos 27 Estados. Não deixei um Estado para trás.

Senadora, fui ao seu Estado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Foi ao Acre.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Petecão, fui ao seu Estado, e V. Exª estava lá.

Fui a Goiás, fui a inúmeras reuniões no Rio Grande do Sul, fui a Santa Catarina. Estamos preparando agora um segundo roteiro, com congressos estaduais de emergência, para discutirmos esse relatório, que vamos aprovar – tenho certeza – e que vai servir de eixo para o debate. Voltaremos a todos os Estados. Fizemos isso em três meses, em fevereiro, em março e em abril, para apresentar aqui um diagnóstico específico sobre a reforma da Previdência.

Nessa viagem que fiz aos 27 Estados – já fui a 27 Estados e já voltei a mais 15 Estados, a pedido da população –, nós discutimos a Previdência. Ampliamos, é claro, a reforma trabalhista. Falamos da questão da NR 12, que quer retirar a proteção das máquinas, para aumentar a produção. Fizemos um debate, Sr. Presidente, sobre o trabalho intermitente, sobre o qual já fizemos aqui um debate. O salário, daqui para frente, seria pago por hora, e, com isso, não haveria vínculo empregatício com ninguém. Tudo isso preocupa muito os trabalhadores.

Não estou criticando quem apresentou os projetos. Esta é uma Casa de debates. E, por isso, estou aqui, neste momento, fazendo este relatório.

Mas esse foi um debate muito bom, muito salutar, Sr. Presidente. Nós tiramos a carta de cada Estado, contra, por exemplo, questões como esta dessa reforma.

Enfim, Sr. Presidente, como eu dizia, além de tudo que tenho falado, da preocupação de trabalhadores, de aposentados e de pensionistas, do homem do campo e do homem da cidade, dos trabalhadores da área pública, de todos os setores, além disso, alternativas de financiamento do sistema previdenciário, como a re-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

gulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas, Sr. Presidente, entre outras, devem ser lembradas.

Ah, como eu gostaria que nós aprovássemos aqui o Imposto das Grandes Fortunas! Em países como os Estados Unidos, como a Inglaterra, como a Itália, como a França, isso existe, até para contribuir para a seguridade, mas, no Brasil, não. No Brasil, o foco é outro: como tirar qualquer questão que seja de interesse do trabalhador? Ao andar de cima não percebo nenhum ataque. Ah, como eu gostaria que aqueles que apresentam propostas que atingem o eixo do trabalhador começassem a pensar também em propostas como essa! Por que não tributar as grandes fortunas? E as grandes fortunas, Sr. Presidente, correspondem a 5%, e são os maiores devedores desta Casa. Sabe quanto eles devem para a União? Devem R$1,5 trilhão! E ninguém diz nada. Ninguém diz nada lá fora. Aqui, no Congresso, a gente debate, sim, mas não deixam que se aprove isso. Inúmeros Senadores debatem essa matéria.

Só para a Previdência, são R$500 bilhões. A sonegação anual não fica em menos de R$250 bilhões, que poderiam ir para a Previdência. Mas não, não pode! Por que não apresentam um projeto como esse? Como eu gostaria de ver um projeto assim! Eu já apresentei, Sr. Presidente, inúmeros projetos, sim, para tributar grandes fortunas e grandes heranças. E o que percebi? Não deixaram aprovar. Mas vai chegar um dia em que o Congresso Nacional há, sim, de ter uma posição que atenda a todos. Se é para atingir, que atinja todos ou atenda a todos! Não querem cobrar dos 5% bilionários deste País, que devem R$1,5 trilhão, mas querem tirar a aposentadoria do trabalhador!

Por isso, este nosso relatório, Sr. Presidente, vai nessa linha. Lembrei alguns fatos.

Por fim, na parte 5, são apresentadas bem sinteticamente as considerações finais.

Nota-se que a existência de um regime previdenciário, no âmbito do sistema de seguridade e na forma como foi desenhada na Constituição em vigor, é condição necessária para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e não preconceituosa. E se busca sempre atingir a parte mais fraca, que são os trabalhadores e suas organizações. É, portanto, no âmbito do debate sobre que país se quer no futuro que se inscreve a questão previdenciária.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Falo dos limites da Previdência Social no Brasil. Faço um breve histórico, para situar aqueles que nos estão assistindo pela TV Senado, pela Rádio Senado. Vai ficar nos *Anais* da Casa este meu relatório.

É claro que é importante dialogarmos aqui com os Senadores que conhecem o tema, mas muitas pessoas lá fora, Sr. Presidente, não conhecem com profundidade essa tal Seguridade Social, que abrange saúde, assistência e Previdência, o que realmente fica para a Previdência.

É importante que, neste relatório, aconteça o que acontecer com a reforma da Previdência, ficará demarcada aqui nesta Comissão a luz da verdade. Não pensem que quem me ajudou a construir o relatório foram as centrais, a confederação, mas foram, sim, as entidades especialistas no tema, como a Anfip, como a Frente Parlamentar Mista de Deputados e Senadores que coordenamos no Congresso, que reuniu especialistas para ajudar na construção, principalmente os técnicos do Senado. O Senado, diga-se, tem um corpo técnico da mais alta qualidade. Os profissionais que nos assessoram no Congresso, que assessoram todos os Senadores, ajudaram-nos muito a construir este relatório.

Mas vamos lá, Sr. Presidente.

1. Os limites da Previdência Social no Brasil – breve histórico.

A Previdência Social brasileira, em sua atual conformação, é resultado de uma trajetória cuja construção se inicia na República Velha, por exemplo, com a Lei dos Acidentes de Trabalho (Lei nº 3.724, de 1919) e com a Lei Eloy Chaves, Decreto-Lei nº 4.682, de 1923, que criou a Caixa de Aposentadorias e Pensões, a famosa CAP. Essa legislação contemplava, sobretudo, os segmentos laborais ligados ao setor exportador, notadamente os ferroviários, os portuários, os marítimos. Além disso, as CAPs espelharam-se, Sr. Presidente, nas experiências dos segmentos de trabalhadores estrangeiros que para o Brasil emigraram e que passaram a construir sistemas de ajuda mútua entre seus iguais.

Sabe qual é o problema do Brasil, sobre o qual, neste relatório, tenho o direito e a obrigação de falar, Sr. Presidente? Quando surgiu o princípio da Previdência, milhões de brasileiros passaram a contribuir para o Go-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

verno – em tese, não era para o Governo, era para a Previdência. Estou resumindo aqui. Só que esses milhões e milhões de brasileiros só iriam aposentar-se depois de 30 anos. Aí pegaram todo esse dinheiro, e construíram Brasília. Ele ajudou na construção de Brasília, da Ponte Rio-Niterói, de Volta Redonda, da Transamazônica, e por aí foram as grandes obras deste País. Só que disseram para os trabalhadores, como dizem hoje: "Não se preocupem, vamos desonerar a folha em 20%, mas depois nós repomos, via Tesouro, o dinheiro da Previdência." Não repuseram nada. Foram mais de R$70 bilhões por ano que desapareceram das contas da Previdência e que não voltaram, porque desoneraram a folha em 20%. Sr. Presidente, esses bilhões e bilhões foram usados, simplesmente desapareceram e não voltaram. E não voltarão jamais!

Com isso, agora, o trabalhador é chamado a pagar a conta, com essa reforma absurda que foi aqui apresentada, na qual todos devem contribuir. Quando digo todos, falo dos trabalhadores, que devem contribuir para o enterro, porque à aposentadoria não terão mais direito.

Mas lembro aqui, Sr. Presidente, os anos 30, o advento da Era Vargas, que muita gente quer apagar. Muita gente quer apagá-la, porque inúmeros projetos aqui vêm na linha de destruir os direitos dos trabalhadores, a CLT, com a proposta do negociado sobre o legislado, com o outro projeto, Sr. Presidente, que vai na linha da terceirização, inclusive, da atividade-fim. Querem tentar apagar a Era Vargas. Aqui, nossas preocupações vêm na linha de que a Previdência é dessa Era.

Repito, já nos anos 30, com o advento da Era Vargas, o Estado construiu um novo sistema previdenciário, galgado nos chamados Institutos das Aposentadorias e Pensões (IAPs), cuja organização dava-se por categoria profissional. Os famosos IAPs, criados a partir da visão corporativista de Vargas, eram importantes para os mais pobres. Eram responsáveis pelas aposentadorias e pensões dos seus contribuintes, agregados segundo o ramo de emprego. Assim, em 1933, é criado o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos (IAPM), e, nos anos seguintes, apareceram o IAPC, dos comerciários; o IAPB, bancários; e o IAPI, da indústria. Até 1960, foram criados diversos IAPs, sendo que cada instituto tinha suas próprias regras e sistemáticas de funcionamento, notadamente no que tange à fixação do valor das contribuições e dos benefícios.

Aí viemos à década de 60. Na década de 60, iniciou-se o processo de junção dos institutos, primeiramente com a criação da Lei nº 3.807, de 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que unificou, aí sim, a legislação dos IAPs. Ainda em 1960, o Decreto nº 48.959-A estabeleceu o Regulamento Geral da Previdência Social, e, é claro, a Lei nº 3.841, de 15 de dezembro de 1960, possibilitou a contagem recíproca do tempo de serviço prestado à União, a autarquias e a sociedades de economia mista, para efeito de aposentadoria.

Sr. Presidente, já em 1963, é criado pela Lei nº 4.214, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), trazendo pela primeira vez a realidade do trabalhador rural para o campo da ação política previdenciária. Naquele mesmo ano, a Resolução n° 1.500, do recém-criado Departamento Nacional de Previdência Social, instituiu o Regime Único dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, abrindo, assim, a perspectiva concreta para a unificação dos IAPs.

O ano de 1966 constituiu um marco, Sr. Presidente. Sim, este ano, 1966, constituiu um marco da política previdenciária, com a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de que todos se lembram. Foi nesse período do golpe militar que muitos entenderam que não se podia mais assegurar ao trabalhador o princípio da estabilidade no emprego. Por que não se podia assegurar isso naquele momento? Porque eles entenderam que não podiam, naquele momento, garantir ainda a estabilidade após dez anos. Criaram – como se fosse, de fato, uma opção – o Fundo de Garantia. E não foi uma opção; foi uma obrigação.

Eu me lembro de quando eu era menino, de quando fui à fábrica ainda. Comecei a trabalhar muito cedo. E me deram um documento para eu assinar. Eu perguntei: "O que é isso?" Falaram: "É a opção pelo Fundo de Garantia." Mas não era uma opção. Era uma intimação; era uma obrigação. Ou você assinava ou não tinha o emprego. Mas, enfim, ali ele surgiu mal ou bem. Não tiraram tudo; tiraram a estabilidade. Mas o empregador teve de cumprir com aquela contribuição, com o percentual de 8% para o Fundo de Garantia.

Resumindo, Sr. Presidente, o FGTS foi instituído pela Lei nº 5.107, em substituição ao regime da estabilidade no emprego que, na época, estava em vigência. Bem assim, houve a unificação dos regimes da Previdência com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), quando entrou em vigor o Decreto-Lei nº 72.

Já em 1974 – eu estava falando de 1966 –, é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social. Veja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bem, Sr. Presidente: em 1974, nós criamos, no Brasil, o Ministério da Previdência Social. Eu falo com tristeza, Sr. Presidente, que o atual Governo acabou com ele. Tantas décadas de trabalho para se chegar lá, em 1974, e o ano de 2016 entra para a história como o ano em que o Governo atual acabou com o Ministério da Previdência. Ele não existe mais. Isso não é projeto, não é medida provisória. Ele acabou mesmo, virou uma secretaria do Ministério da Fazenda, mostrando que, na visão desse Governo, a Previdência Social não é importante, que o importante é a economia. Por isso, ele a vinculou ao Ministério da Fazenda e apresenta essa proposta – confesso que eu estava usando o termo "Frankenstein", mas não o estou usando para não ofender o personagem Frankenstein – que é pior que o Frankenstein, de tão absurda que é!

Não vi um único sujeito, ninguém defendendo a reforma como eles a mandaram. Mesmo nas audiências públicas que fiz e para as quais convidei representantes do atual Governo... Inclusive, ontem, Sr. Presidente, numa audiência que tiveram comigo, acho que até nesta sala, ele falou do SUS, da Previdência, das contribuições, da forma como funcionava, mas não falou da reforma. Falou de tudo que a gente imaginar, e eu respeitei sua opinião. Eu percebi que ele estava constrangido e que não queria falar sobre a reforma da Previdência. Falou do INSS, de como estão funcionando as agências. Eu até o elogiei, porque achei que ele foi corajoso por ter vindo aqui ontem, com um Plenário totalmente adverso, 100% contrário, mas ele fez um relato de como está funcionando o INSS. Não falou uma linha sobre a reforma da Previdência. E todos os outros painelistas disseram que essa proposta é surrealista, no mínimo. Alguém chegou a perguntar se existe algum país no mundo que tenha feito uma loucura como essa, de dizer que só pode se aposentar depois dos 80 anos, ou de 65 anos a 80 anos, porque serão mais de 80 anos. Alguém pode se aposentar com 66 anos, mas duvido que consiga com 65 anos.

Falo por mim mesmo, Sr. Presidente. Eu comecei a trabalhar muito cedo, muito cedo mesmo. Como era no Senai, eu tinha direito a um salário mínimo e pagava à Previdência. Assim mesmo, eu não tinha 45 anos de contribuição para me aposentar, porque, em alguns anos, devido ao desemprego, tive de fazer alguns cursos. Eu não contribuí por 49 anos.

É com esse quadro que nós estamos nos deparando, Sr. Presidente.

Mas, enfim, em 1974, embora não exista mais, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, sendo que, além do INPS, agora responsável apenas pela gestão administrativa dos benefícios previdenciários, foram criados o Iapas (Instituto de Administração Financeira da Previdência Social), a quem cabia a arrecadação, a fiscalização, a cobrança das contribuições previdenciárias; e, finalmente, o Inamps (Instituto de Assistência Médica e Previdência Social), cuja missão era a administração e gestão da prestação de serviços médicos.

A ideia, Sr. Presidente, de construção de um sistema...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria pedir, Sr. Presidente, pela importância do tema – sei que a muitos não interessa discutir questões diretamente ligadas aos trabalhadores, aos aposentados, aos pensionistas –, silêncio. Sr. Presidente, estou fazendo um esforço de voz, para que todos que estão nesta sala possam ouvir. E o faço com todo o carinho.

Depois, vamos debater exaustivamente outros temas que retiram direitos dos trabalhadores, mas eu farei o debate e respeitarei, inclusive, as opiniões divergentes.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que, infelizmente – sou obrigado a dizer isto nesta hora –, para mim, é triste perceber que as pautas bomba contra o trabalhador têm preferência neste final de ano. Estou muito preocupado com isso e, por isso, estou tentando fazer uma reflexão sobre essa questão da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paim, concordo com V. Exª sobre a primeira parte da sua intervenção a esse respeito, que é a do silêncio necessário da Comissão. Quanto à segunda parte, as pautas bomba, quero afirmar a V. Exª que, pelo menos aqui, elas não existem contra o trabalhador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Respeito muito V. Exª, e V. Exª sabe disso. V. Exª tem sido um excelente Presidente desta Comissão, mas, quando me refiro à pauta bomba, ela se dá no Congresso. Em nenhum momento, eu me referi à gestão de V. Exª. V. Exª tem sido um democrata. V. Exª tem permitido o bom debate, tem permitido as audiências públicas. V. Exª tem, como diz o outro, a pa-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ciência de Jó, aquela paciência histórica de um estadista como é V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso, eu queria cumprimentar V. Exª. Tenho certeza que, ao longo do debate que, neste dia, teremos nesta Comissão, V. Exª agirá sempre como um magistrado, porque essa é sua forma de atuar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Continuando o relatório, Sr. Presidente, a ideia de construção de um sistema se substancia em 1977 com a montagem do Sinpas (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social), que passa a incorporar, além dos órgãos acima citados, a LBA (Legião Brasileira de Assistência); a Funabem (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor); o Dataprev, responsável pela produção e gestão dos dados e pelo desenvolvimento de ferramentas de Tecnologia de Informação (TI); e a Ceme (Central de Medicamentos). Esse era o perfil do sistema previdenciário antes da Constituição de 1988, atrelado às ações de assistência e saúde, tendo uma maior sincronia entre as ações. A despeito da organização das ações na forma de um sistema, esse carecia, Sr. Presidente, de maior sincronismo e complementaridade.

A ausência de uma diretriz geral que norteasse, integrasse e normatizasse as políticas de saúde, de previdência e de assistência social só foi sanada com a reorganização do sistema na forma da Seguridade Social, construída, Sr. Presidente... Aqui eu me lembro com alegria dos tempos em que participamos da Constituinte, que concluiu os trabalhos de 1988. E deixo isto aqui claro, Sr. Presidente. Seguidamente, perguntam-me: "Tudo bem que vocês queriam mais e votaram contra, mas por que não assinaram a Constituição?" Mentira! Eu mostro as nossas fotos assinando a Constituição. Então, parem de mentir, de dizer que não assinamos a Constituição. Nós assinamos a Constituição, e estamos defendendo que ela seja cumprida.

Diferente, Sr. Presidente, é você votar e até perder – isto é democrático –, dando espaço, como V. Exª está dando aqui agora, para o meu relatório. Podem até não aprovar meu relatório no final, mas deixo claro aqui que essa reforma da Previdência e o déficit são uma falácia. Deixo isto aqui. Podem até pedir vista, se quiserem. Podem não aprovar, mas essa é verdade, e estão aqui os fatos documentados.

Por isso, tenho orgulho, sim, de ter sido constituinte. Mesmo no *impeachment*, Sr. Presidente, como todo mundo sabe, fui radicalmente contra o *impeachment*. Mas vá ver se não está minha assinatura lá. Eu participei do processo. No fim, pediram para todos assinarem. Aconteceu. Então, digam tudo, Sr. Presidente, mas sou coerente com minha história e com minha vida. Nunca votarei um único projeto – podem gravar onde quiserem – que seja contra o trabalhador, contra o aposentado, contra os vulneráveis, contra aqueles que são discriminados. (*Palmas.*)

Até dizem que isso não ganha voto. Não quero saber se ganha ou não ganha voto. Votarei sempre assim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Não podem se manifestar, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A coerência do homem público, Sr. Presidente, para mim é o que norteia a atividade dele, a coerência nas ações, nas causas. Não estou falando aqui partidariamente. Cada um escolha o seu partido e até opções outras, quando assim entender. Mas se deve ter coerência nas causas. Independentemente do partido em que estivermos, cada um deve, no meu entendimento, defender as grandes causas.

Enfim, Sr. Presidente, a introdução no Texto Constitucional do princípio de uma ordem social, sob a qual repousam o primado do trabalho e a busca do bem-estar geral e da justiça social, engendra uma nova roupagem para a nossa querida Previdência, agora no âmbito da Seguridade Social, é claro, porque é mais amplo. Essa visão é engendrada pela Carta Magna de 1988 e concebe os três pilares da seguridade – assistência, previdência e saúde – como direitos a serem assegurados na nova ordem constitucional.

É na perspectiva de um direito que a Previdência Social, assim como a assistência e a saúde, deve ser construída e consolidada sob a nova Constituição. A novidade representa, na verdade, uma conquista das mais significativas para os trabalhadores, conquista essa que, infelizmente, ainda não foi completamente entendida por parte dos governantes de plantão, que insistem em propor reformas que são verdadeiras afrontas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ao direito adquirido.

Quem nos está assistindo neste momento, Sr. Presidente, e que estava em véspera de se aposentar, até pela fórmula 85/95 – a mulher se aposenta com 30 anos de contribuição e com 55 anos de idade; o homem, com 60 anos de idade e com 35 anos de contribuição... Para quem faltavam dois, três ou quatro anos, agora vai haver no mínimo um pedágio de mais 50%. Se faltavam dez anos, vai ter de trabalhar quinze anos, no mínimo. Mas se você não atingiu a idade... Se tiver até 50 anos, é ferro, perde tudo. Vão entrar na nova fórmula homens com até 50 anos e mulheres com até 45 anos.

Por isso, Sr. Presidente, estou insistindo com este relatório. Este relatório está esclarecendo isso, no meu entendimento, pela força democrática do sistema de comunicação do Senado, a muita gente que diz: "Mas como é que é essa história mesmo?"

Sr. Presidente, outra inovação importante no Texto Constitucional – agora se está em perigo com essa reforma – foi a extensão do direito à Previdência Social ao trabalhador rural. Os trabalhadores rurais estão apavorados!

Nesses eventos que faço pelo País todo, dizem – Senadora Ana Amélia, olho para V. Exª de forma bem respeitosa –: "Paim, tu não fazes voto no Acre! Paim, tu não fazes voto em São Paulo! Paim, tu não fazes voto em Rondônia! Paim, tu não fazes voto na Bahia, em São Paulo ou no Rio de Janeiro. O que tu ganhas com esse monte de viagens? Vá cuidar do teu Estado, porque é lá que votam em ti." Aí é que eles se enganam, Sr. Presidente. Defendo causas, e não coisas. Não faço política à procura de voto. Eu faço política em cima das causas que defendo.

Estou muito preocupado com agricultores familiares de todo o País, Sr. Presidente. A aposentadoria deles é um salário mínimo, mas agora eles estão com o risco de perder. Quem é que aguenta, no campo, trabalhar e contribuir por tanto tempo? São 49 anos de contribuição e 65 anos de idade! Quem é que vai conseguir, sob sol e chuva, trabalhar até os 70 anos? Diga para qualquer um de nós que está aqui. Ninguém, ninguém vai aguentar, Sr. Presidente.

Por isso, os agricultores familiares, pescadores, os garimpeiros artesanais passaram a compor, a partir desse movimento nosso, o sistema previdenciário como segurados especiais, cumprindo, assim, o preceito constitucional da universalização da Previdência com a incorporação do trabalhador rural. Nós ajudamos. Não fomos só nós, mas todos os constituintes. V. Exª estava lá. Todos os constituintes ajudaram, ajudaram, sim. V. Exª estava contribuindo nos debates, enfim, para que o trabalhador rural tivesse esse benefício, que agora poderá perder; nessa reforma, ele poderá perder. E querem que ele contribua de outra forma ainda, além dessa idade, que é de 65 anos a 80 anos para todo mundo.

Os efeitos sobre a economia das pequenas cidades, bem como sobre os níveis de pobreza nas áreas interioranas, sobretudo das Regiões Norte e Nordeste, foram notáveis com a dinamização da economia local e seus reflexos extremamente positivos sobre a renda das comunidades interioranas, com base na Previdência.

Em termos de organização, a primeira mudança significativa após 1988 deu-se na criação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que passa a englobar as funções dos extintos INPS e Iapas. Além disso, em um desmonte progressivo do Sinpas, foram extintos o Inamps, em 1993; a LBA e a Funabem, em 1995; e o Ceme, em 1997.

Ainda em 1994, ocorre a desvinculação do reajuste do valor do benefício do índice do reajuste do próprio salário mínimo. Esse foi, Sr. Presidente, a grande facada que deram nos trabalhadores. Naquela oportunidade – eu estava aqui; votei contra, mas estava aqui –, desvincularam o salário mínimo do benefício dos aposentados. Para as pessoas que estão em casa entenderem, quem ganha salário mínimo ganha reajuste mais PIB – quando o PIB crescer, que não está crescendo nada –, mas de quem ganha mais que o salário mínimo tiraram o reajuste real, que seria o PIB. Com isso, a partir dessa data, quem ganhava cinco salários mínimos hoje está ganhando dois; quem ganhava oito, hoje está ganhando quatro ou cinco. E, a continuar nessa escalada, ligeiramente, nós teremos praticamente todos os aposentados e pensionistas ganhando um salário mínimo, que é outra preocupação grande, muito grande, que todos nós teremos. E vamos ter de responder sobre isso para as gerações futuras, perante a história.

Sr. Presidente, em 1998, a Emenda Constitucional nº 20 criou o fator previdenciário. Olha, eu bati muito no fator previdenciário e continuo batendo, mas aqueles que odiavam o fator podem saber que essa reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

é muito pior que o fator previdenciário. Temos de derrubar o fator, mas, primeiro, temos de derrubar essa reforma.

O que é o fator previdenciário? É um redutor do valor do benefício inicialmente fixado em relação ao salário do beneficiário que tem por base a expectativa de vida da população. É aquela velha história: toda vez que a expectativa de vida aumentar, prepara-te, porque tua aposentadoria foi para além. É expectativa de vida, tempo de contribuição e idade. Para mim é inconstitucional esse fator, mas tudo bem. Passou, está aí. O que vou fazer? Tentei derrubar, porque mexia também na idade. Pelo menos, essa reforma da Previdência vem por PEC, porque mexe na idade. Aí terão de ser 49 votos a favor. Eu duvido que alguém o faça neste Congresso, quando se trata de uma proposta tão impopular como a da Previdência!

Mas a mesma emenda a que eu me referia, a Emenda nº 20, introduz outra importante alteração nas regras da Previdência, com a instituição da idade mínima para a aposentadoria de 55 anos para a mulher e de 60 anos para os homens, cumpridos os requisitos do tempo de contribuição.

A iniciativa governamental da desvinculação dos benefícios do salário mínimo e a criação do fator previdenciário foram consideradas pelas entidades representativas dos trabalhadores e dos aposentados como uma investida contra o direito dos trabalhadores, na medida em que representaram perdas reais no valor do benefício, afrontando diretamente o inciso IV do parágrafo único do art. 94 da Constituição.

Outras modificações de menor monta foram também introduzidas na legislação previdenciária. O pano de fundo das alterações propostas tem sido a projeção futura que demonstra o envelhecimento populacional e a queda da relação entre contribuintes para o sistema e beneficiários. As estimativas têm apontado para um horizonte de aumento do contingente de aposentados e pensionistas, aumento esse em uma proporção mais elevada do que as previsões da entrada de novos trabalhadores contribuintes para o sistema.

Por isso, Sr. Presidente, não sou contra que saíssemos da contribuição sobre a folha – aqui já é minha opinião sobre esses desafios – e fôssemos para a contribuição sobre faturamento. Como o desemprego aumenta, como a tecnologia avança, com a robótica, com a cibernética, com a automação, cada vez mais a produtividade poderá aumentar com menos mão de obra. Aí o trabalhador, principalmente, aquele cuja idade avança, ficará no olho da rua, desempregado. E ele vai precisar, sim, da sua previdência social.

Por isso, advogo muito que, neste nosso relatório, apontemos também essa possibilidade, mas não 0%, não 0,5%, não 1,5%, como se propôs. Nós tínhamos cálculos atuariais. Eu propus para o Governo na época que tinha de ser 4,5% sobre o faturamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Daí não haveria o que houve.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim, permita-me fazer uma ligeira interrupção?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Sr. Presidente. É até bom!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós temos uma pauta longa. Hoje, talvez, esta seja a nossa última reunião deste ano. Todos nós conhecemos a combatividade de V. Exª e a defesa que obstinadamente faz, e eu a faço também, de todos os trabalhadores, e esse é o mecanismo de assistência dos trabalhadores.

Sucede que temos de estar, tanto quanto possível, adstritos às regras e às leis até da atividade processual das comissões. O art. 140 do Regimento Interno estabelece que, para emitir o parecer em plenário, o relator terá o prazo de 30 minutos. Dir-se-á: "Mas isso se dá no plenário do Senado." Por analogia, esta é até uma defesa que faz a Secretaria Legislativa da Mesa, aplica-se isso nas comissões.

V. Exª já disserta sobre seu relatório da forma mais competente possível há 40 minutos e havia, em princípio, até atendido a uma ponderação da Senadora Marta Suplicy e de outros Senadores, no sentido de resumir, com a competência que tem V. Exª, o seu relatório. Por outro lado, o relatório já é do conhecimento dos Senadores na medida em que está publicado no Avulso da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, eu pediria a V. Exª que fizesse um esforço. Não lhe quero cassar a palavra, absolutamente, até porque reconheço que o tema é de fundamental importância para todos nós, mas lhe faço um apelo no sentido de que faça um esforço para resumir seu relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem, quero dizer que também concordo com V. Exª, porque temos vários projetos a apreciar. Este é, vamos dizer, o nosso último trabalho do ano. E desse relatório já temos conhecimento. Pedimos que seja um pouco mais rápido, para termos condição de votar outros projetos que estão em pauta hoje.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, ouço V. Exª, que pode ter certeza absoluta de que esse é um tema que, como eu disse, faria com que o relatório demorasse, para ser lido, mais de uma hora e meia. Tentarei ficar no limite de uma hora, mas acho, Sr. Presidente, que um trabalho tão bem feito, por tantos que se dedicaram, por tantos economistas e estudiosos da matéria...

Sou daqueles, Presidente, que, quando estou no Congresso – eu lhe confesso –, não estou falando só para nós, Senadores. Do contrário, não seria preciso mais haver a liberdade democrática que nós conquistamos, nós todos. Este relatório está sendo visto também pelo povo brasileiro. Ele tem de entender. Pergunte para o povo brasileiro, Sr. Presidente – permita que eu me dirija a V. Exª dessa forma –, qual é a maior preocupação dele hoje. É a Previdência, é a Previdência, Sr. Presidente.

E vou entrar agora nos dois temas que entendo serem de suma importância: os desafios da Previdência e o que entendemos que pode ser a saída. Isso está no meu relatório, que, com todo respeito a todos os Senadores... Vejo por mim! Não é correto, Sr. Presidente, dizer que todos já leram o relatório. Não é correto, não é correto. Os senhores não o leram, e eu entendo. Eu também não li... Pergunte-me se li os relatórios da Senadora Ana Amélia. Ela fez uma síntese brilhante, e eu concordei.

Este relatório trata de um tema, Sr. Presidente, que, como digo, está mexendo com a alma, com o coração e com a vida de 200 milhões de brasileiros, que têm de saber se há alguma alternativa.

Se V. Exª permitir... Eu queria também ver com V. Exª, pois temos também as questões regimentais. Se não me engano, teremos sessão, inclusive, do Congresso. Mas não há problema algum! Se quiserem passar a noite toda aqui... Estou acostumado a trabalhar, e todos aqui estão, ou na sua base ou no Parlamento. Sei que a maioria, por incrível que pareça para muitos, trabalham mais do que dez ou doze horas por dia. Então, eu não teria problema nenhum... Sr. Presidente, a todo momento que V. Exª convocar, estarei aqui à disposição para debater todos os projetos que estão na nossa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós temos uma sessão do Congresso marcada para as 11 horas. Faltam, portanto, 16 minutos para a sessão do Congresso Nacional. Como eu disse, V. Exª já ultrapassou seu tempo em 15 minutos. Porém, reconheço a importância do tema. A transmissão pela televisão diz respeito também ao demais projetos que aqui se votam. Este é importante, e os demais também o são.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É claro!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Desculpe-me, Presidente!

Na verdade, Senador Paim, todos nós sabemos que temos um projeto polêmico. Nós já tivemos hoje, nesta Comissão, um quórum extraordinário, mas alguns colegas já se retiraram, já voltaram, e temos outras comissões. Entendo perfeitamente. Se há uma pessoa que o admira nesta Casa sou eu, pelo seu trabalho, pela sua luta sempre em prol dos trabalhadores. Mas, a respeito desse projeto que está na pauta e que queremos discutir, mais de 60 mil pessoas, 60 mil brasileiros querem que esse projeto seja votado hoje aqui. E eles são trabalhadores também.

Agora, sinceramente, Presidente, estou entrando nesta discussão porque eu gostaria muito que esse projeto fosse votado, aprovado ou derrotado. Mas precisamos dar uma satisfação ao povo. Esta Comissão precisa produzir. Como o senhor disse, esta é a nossa última reunião, e precisamos produzir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Entendo perfeitamente, Paim, mas teremos outras oportunidades para discutir esse seu projeto. Quero discutir com V. Exª, porque entendo que o senhor tem certa razão. Mas precisamos produzir na reunião de hoje, sob pena de, nesta última reunião, não votarmos nada aqui nesta Comissão, o que é lamentável, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, atendendo ao apelo do Senador Petecão, também faço um apelo ao nobre Senador, que respeito, e ele sabe disso. Ele sabe que, inúmeras vezes, tivemos debates no plenário. Eu também, como ele fez aqui agora, dei razão a ele em momentos muito difíceis, até na política do Acre. V. Exª sabe do que estou falando, e não vou além disso.

Portanto, faço um apelo a V. Exª, Senador Petecão. Não me nego a votar esse projeto. Estou nesta Casa há 30 anos. Entrei nesta Casa na Constituinte e nunca dela saí. Acho que sou um dos poucos, deve haver uma meia dúzia que aqui entrou e que daqui nunca saiu. Um aqui entrou e daqui saiu para ser Governador; outro daqui saiu para ser Secretário de Estado; outro daqui saiu para ser Presidente da República. Eu nunca saí daqui.

Esse projeto a que V. Exª se refere – vou fechar meu raciocínio – é um projeto que mexe, queiramos ou não, com toda a estrutura sindical, empresarial, dos trabalhadores. Vai mexer no Sistema S, porque as emendas virão. Eu tenho um receio muito grande disso e sou um defensor do Sistema S. Se não pode compulsoriamente para um, não pode para nenhum. Nós vamos fazer as emendas, e espero que V. Exª concorde. Vamos colocar emendas. Por que partido tem de ter contribuição compulsória para um fundo se todo mundo sabe que a corrupção neste País passa por dentro de muitos partidos? Só me permita que eu ajude para o debate.

Por que o Sistema S, que eu quero tanto, tem a contribuição automática? E olha que minha vida só mudou porque fiz cursos no Sistema S. Eu era vendedor de feira, Sr. Presidente. Dos 8 anos até os 12 anos, eu vendia na feira livre. Aos 12 anos, consegui entrar no Sistema S, leia-se curso de formação técnica.

Mas vamos ter de dizer o seguinte: compulsoriamente, para ninguém, nem para partido, nem para a OAB. Por que a OAB tem esse privilégio também – e eu respeito a OAB como entidade democrática – se você só pode advogar se você compulsoriamente recolher a contribuição para a carteirinha? Senão, você não pode advogar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paim, peço a V. Exª que volte ao tema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas vou chegar lá!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já não estamos dando conta do tema, imagine com questões paralelas!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estou concordando. Ele me falou do projeto, e eu tinha de dar um mínimo de explicação, em respeito ao meu querido Senador.

Deixe-me concluir, Senador. Qual é a minha proposta? Vamos acertar aqui um encaminhamento.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Quantas páginas faltam, Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Menos de 50. Acho que faltam 30.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Faltam 32 páginas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele tem boa visão. Eu li a metade.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Faltam 32 páginas?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Faltam 32 páginas.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Sr. Presidente, determine ao Paim para ele fazer leitura dinâmica, que assim será rápido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, farei a proposta de encaminhamento, se V. Exª me permitir, mediante o que colocou o meu querido amigo Senador Petecão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Esse tema mexe nas contribuições compulsórias de todos, de um setor amplo. Todos eles falaram comigo também, não só o sindicato A ou B. Aí vai pegar todo mundo. Se é para valer, é como o teto. O teto é para todo mundo. Se é para combater a corrupção, vamos combater a corrupção para todo mundo, não selecionando setores.

Só proponho o seguinte... Esse projeto entrou aqui, e eu não estava aqui. Confesso que, se eu estivesse aqui, não haveria pedido de vista, não. Iríamos, primeiro, votar o requerimento para a realização de audiência pública. Mas, como eu não estava aqui, aceleraram a vista, e estamos neste impasse neste momento.

Qual a proposta que faço, Sr. Presidente? Há um requerimento de minha autoria sobre a mesa para a realização de uma audiência pública. Vamos chamar empregado e empregador! Vamos chamar OAB, Fiesp, as confederações de empresários e vamos debater o projeto numa única audiência pública. Eu me comprometo que, na próxima, votamos. Se quiserem fazer isso amanhã...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Senador Paim, eu não fiz uma audiência pública, não; fiz mais de dez audiências. Fui a São Paulo. No meu Estado, reuni os sindicatos. Nesse debate... Não existe debate, porque as pessoas...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Quantas estiveram nesta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Atenção! Não podem se manifestar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – E é desse jeito. Nesse debate, nós não ganhamos. Nesse debate, quem está sendo prejudicado é o verdadeiro trabalhador. Esse povo que está aqui, os sindicalistas, eles têm interesse. É muito dinheiro, Sr. Presidente, que está sendo envolvido nisso. É muito dinheiro!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A CNI, a CNA, todo mundo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu não sou contra o projeto, não! Eu sou contra a obrigatoriedade. É só isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigatoriedade para todos, então.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Não! Apresente um projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu apresentaria uma emenda ao seu projeto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Não! Apresente um projeto, Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu posso fazê-lo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O Brasil que nós estamos vivendo hoje não permite isso, Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu posso fazer emenda ao seu projeto?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – A Senadora Ana Amélia acabou de fazer uma emenda aqui para o Relator, uma emenda maravilhosa. Esses sindicatos e essas centrais agora vão ser auditados pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas não há problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Todos os empresários também, empregados e empregadores...

Faço uma pergunta ao Senador Petecão. Ele fez um aparte para mim, e tenho o direito de fazer uma pergunta para ele. Quantas audiências públicas sobre esse seu projeto...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Paim, deixe-me eu dizer...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me perguntar!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Paim, deixe-me dizer uma coisa para você. Não vou discutir sobre o tema "sindicalismo" com V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu nem quero isso!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – V. Exª é uma das maiores autoridades que há aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu respeito V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu estou votando... Não sou ligado a nenhuma central, nunca fui filiado a sindicato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu tenho uma relação, graças a Deus, com todo o movimento sindical.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu acabei de puxar aqui uma pesquisa que está no Alô Senado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Sessenta mil cidadãos brasileiros estão dizendo que são a favor do projeto. Sabe quantos são contra? Mil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quanto à PEC 55...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...que nós votamos ontem, 65% do povo brasileiro eram contrários, e o Senado votou de forma diferente, e eu respeitei.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paim, V. Exª preside uma Comissão. Facilite o trabalho da Presidência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou facilitar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Esse assunto não está ainda em debate. O que está em debate é o relatório de V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu não pude ler!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não pôde lê-lo todo até agora, porque V. Exª tem feito, inclusive...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os apartes não iriam me impedir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não tem havido muitos apartes. O que tem havido é que V. Exª, além da leitura do relatório, tem falado de improviso até para melhorar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Falo sobre um tema que eu conheço, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas fala fora do documento.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Paim, se há um Parlamentar aqui que dá celeridade nas comissões, é você. Quantas vezes fui dar quórum para você? E você faz questão de dar celeridade, para que a gente possa trabalhar. Estou mentindo?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso responder? Deixem-me responder. Quando me perguntam, o Presidente parece que não quer que eu responda. Eu respondo já para você.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Presidente está falando, por favor, Srs Senadores.

Então, V. Exª pode apresentar a emenda no devido momento, como já o fez outro Senador colega nosso, em qualquer sentido que ache conveniente. O que nós precisamos agora é concluir esse assunto sobre o qual V. Exª está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, primeiro, respondo ao Senador Petecão. Espero que ele me responda, mas, se não quiser, não responda. Quantas audiências públicas sobre seu projeto foram feitas nesta Comissão para instrumentalizar a votação, convidando as partes, empregado, empregador e outros setores, sobre a contribuição compulsória? (*Pausa.*)

Eu respondo, e vou em frente já no meu relatório: nenhuma. Estou pedindo uma audiência pública, uma só. E pode ser feita amanhã, se quiserem. Peço uma audiência pública. Escolham o dia, a data. Sempre digo que, para o bom debate, não importa o local ou o dia. A gente tem de estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Quando chegar o momento, nós trataremos dessa questão.

Por favor, prossiga em seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou prosseguir, Sr. Presidente. Obrigado por me dar o direito de apontar caminhos para uma Previdência justa, sem a retirada de direito dos trabalhadores.

Os desafios da Previdência Social.

Do ponto de vista macro, são três os grandes desafios a serem enfrentados pela Previdência Social em nosso País. O primeiro deles se refere ao comportamento do mercado de trabalho e, mais precisamente, o peso da informalidade, que retira do sistema uma parcela significativa de possíveis contribuintes, reduzindo assim a receita potencial do sistema. O segundo desfio é a trajetória demográfica do País, que aponta para o envelhecimento da população, fazendo com que, em um futuro próximo, o peso das despesas com aposentadorias e pensões atinja uma dimensão que pode vir a desestabilizar financeiramente todo o sistema previdenciário.

Por fim, em terceiro lugar, vem a evolução do mercado de trabalho, cujo crescimento, desde que complementado com políticas redistributivas e de proteção social, pode traduzir-se em benefício para a saúde do sistema previdenciário.

Em seguida, discutiríamos, com certeza, cada um dos três desafios e suas implicações para a Previdência Social brasileira.

Sr. Presidente, falo das características do mercado do trabalho brasileiro e dos efeitos da informalidade.

No Brasil, o peso das atividades informais é significativo. Na verdade, o assalariamento nunca se universalizou no País. Mesmo nas áreas de grandes atividades econômicas como São Paulo e Rio de Janeiro, o informal é responsável pela absorção de grande parte da força do trabalho. Trata-se, Sr. Presidente, de atividades ligadas à prestação de serviços, sobretudo serviços pessoais, pequenos negócios, microempreendimentos, ligados à produção de alimentos, ao comércio de rua, aos serviços de reparação. O que se convencionou chamar de setor informal é, na verdade, um mosaico diversificado de atividades, com grande capacidade de absorção de mão de obra em função da própria facilidade de entrada, da ausência de legislação e normativas.

É o lócus do trabalho desregulado e desprotegido. Os trabalhadores informais não têm acesso ao sis-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tema previdenciário. Não contribuem para a Previdência, convivendo com uma insegurança enorme e com as intempéries do mercado. Trabalharão praticamente por toda a existência, tendo, no máximo, o direito ao Benefício de Prestação Continuada, de natureza assistencial, quando atingirem os 65 anos de idade, leia-se, de passagem, se a expectativa de vida não aumentar. Se ela aumentar, não serão 65 anos; a idade poderá chegar a mais de 70 anos. Hoje, já estão dizendo que, no mínimo, seriam 70 anos.

O trabalho informal incorpora algo em torno da metade da força de trabalho ocupada. Informações do Ipea, com base nos dados do IBGE, demonstram que a participação do informal tem variado nos últimos anos, passando de 58,2% em 2002 para 47,3% em 2014. Sr. Presidente, como *proxy* do informal, considera-se a soma dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria. Observe-se que, no período em questão, anos de vigência dos governos anteriores a este, houve redução da informalidade, em função de certa estabilidade econômica associada a uma política de crescimento com melhor distribuição da renda. Tal política foi impulsionada mediante a adoção de políticas sociais de cunho redistributivo, caso do aumento real do salário mínimo, do incremento das políticas de transferência de renda, entre outras.

É bom dizer que nós tiramos o salário mínimo, nesse período – e V. Exª ajudou nesse debate, Senador Lobão, como Ministro do governo anterior –, de US$60 e o elevamos para US$300. Agora, se acontecer aquilo que espero que não aconteça – disseram que não vão mexer na política do salário mínimo, inclusive na do aposentado; embora seja uma receita que é obrigatória, e toda a obrigatoriedade para a emenda constitucional desaparece, eles dizem que não vão mexer –, o salário mínimo poderá voltar a valer US$100 ou próximo a isso.

O que se observa é a possibilidade de extensão da Previdência, em face do grande potencial de trabalhadores não protegidos. Uma política mais agressiva de redução da informalidade poderia engrossar, como eu dizia antes, em muito, as hostes de contribuintes. Daí por que, ao se pensar em perspectivas de longo prazo para a Previdência, há de se ter em conta o grande potencial de crescimento do sistema em face da informalização ora existente.

A trajetória demográfica.

Sr. Presidente, como já vivenciado por outros países, o Brasil está entrando em uma etapa caracterizada pelo recrudescimento do processo de envelhecimento populacional. As estimativas de crescimento populacional por coortes etárias apontam para um cenário de aumento da proporção de velhos, decorrente da redução das taxas de natalidade e do crescimento da expectativa de vida da população. Os dados são do Ipea.

As projeções demonstram que a população brasileira atingirá seu contingente máximo em torno de 2040, após o que se iniciará uma trajetória de leve redução populacional. O perfil etário por coorte passará assim de sua forma piramidal tradicionalmente conhecida para algo mais assemelhado a um cone, cuja base, representando as idades mais tenras, não mais representa o segmento de maior incidência populacional, devido ao nosso envelhecimento. Esse movimento pode ser constatado na comparação da distribuição etária para os anos de 1990, 2010, 2030 e 2050.

Sr. Presidente, no relatório, estão todos os gráficos. Eu pretendia, se o tempo permitisse, mostrar os gráficos no telão, inclusive, para as pessoas entenderem melhor. Mas vou deixar os gráficos de lado.

O cenário dos gráficos mostra tudo isso que aqui eu expliquei e deve servir de base para se rever o sistema previdenciário em prol de sua adequação à nova realidade que se desenha para as décadas futuras. Tal como no caso do mercado de trabalho, os ajustes e mudanças podem ser objeto de um planejamento de longo prazo, em que as propostas de alteração no regime de financiamento do sistema possam ser analisadas e debatidas de forma a garantir o caráter democrático e o quadripartismo, ou seja, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo, no processo decisório, conforme preceitua a Constituição Federal, em seu art. 194, parágrafo único, inciso VII.

Sr. Presidente, o ano de 2015 – estes dados são importantíssimos para quem está, neste momento, acompanhando este debate, que é uma preliminar do que será o debate da reforma da Previdência; está na pauta de hoje esse relatório – marcou o aprofundamento da recessão brasileira. O Produto Interno Bruto (PIB), que havia crescido em média 4,04% ao ano entre 2004 e 2013, praticamente estacionou em 2014, quando cresceu apenas 0,1%. Em 2015, primeiro ano do segundo mandato da Presidente Dilma, a taxa de crescimento do PIB se tornou negativa: -3,85%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O ano de 2014 marcou também uma virada na política econômica da Presidente Dilma, que optou por dar uma guinada conservadora – e essa é exatamente a minha opinião. Todo mundo sabe que, na época, assim eu falava; e continuo falando hoje. Ela nomeou para Ministro da Fazenda Joaquim Levy, um economista conservador – todos nós sabíamos –, formado na escola de Chicago, no lugar de Guido Mantega, um desenvolvimentista. Levy se manteve no cargo de 1º de janeiro a 18 de dezembro de 2015, quando foi sucedido por Nelson Barbosa. A mudança foi mal aceita por muita gente, que não gostou. À medida que a crise econômica avançava, a Presidente perdeu popularidade e apoio político. A crise econômica se tornou também uma crise política, agravando a recessão. O resultado todos nós sabemos: terminou com o *impeachment*.

A desaceleração econômica teve forte impacto sobre as contas públicas não só federais, como estaduais e municipais.

Governo Central é um conceito amplo de governo federal, pois ele abrange todas as repartições federais, suas estatais, mais o Tesouro Nacional, o INSS e o Banco Central. O superávit primário do Governo Central, que considera apenas receitas e despesas não financeiras, sofreu diminuição drástica. Ele, que já vinha diminuindo – aqui eu já lembrava antes –, tornou-se negativo, chegando a -1,9% em 2015. A última vez que o Governo Central tinha tido déficit primário havia sido no distante ano de 1992, quando foi de -0,2% do PIB.

Grande parte do déficit fiscal foi consequência do crescimento mais lento da receita líquida. Ela aumentou de R$1.021,5 bilhões (18,0% do PIB) em 2014 para R$1.043,1 bilhões (17,6% do PIB) em 2015, um aumento muito inferior ao que havia sido projetado no Orçamento. Parte mais substancial do déficit se explica pela expansão das despesas do Governo Central, que aumentaram de R$1.038,7 bilhões (17,6% do PIB) para R$1.158,7 bilhões (19,5% do PIB).

A recessão provocou diminuição nos salários e aumento no desemprego, o que trouxe impactos negativos para as receitas da Seguridade Social. Isso é real.

A curto prazo, o que podemos fazer?

O debate sobre a Previdência tem sido realizado nos últimos anos sobre bases estreitas e é eivado de uma visão alarmista da questão. Segundo os defensores de uma reforma previdenciária, há uma situação de crescente déficit do sistema, situação essa que já seria explosiva e que contaminaria as contas da União.

No cerne do problema fiscal, Sr. Presidente, segundo a visão em tela – falei dos gráficos, mas não terei tempo de me debruçar sobre eles –, estaria o chamado rombo da Previdência. Essa parte, Sr. Presidente, considero das mais importantes, para que a população entenda.

Esse rombo ganha relevância com a apresentação da PEC 55, de 2016, que congelaria os gastos primários. Assim, com as demais despesas restritas aos limites improváveis determinados pela referida PEC, a participação das despesas previdenciárias no total tornar-se-ia explosiva, podendo chegar, em 2035, segundo os cálculos apresentados, a consumir 87% da receita, compondo assim um cenário verdadeiramente insustentável. Note-se que, nesse raciocínio, está sendo considerado o congelamento – estou pensando na PEC já aprovada – das despesas inscrito na PEC 55. Assim, com a restrição imposta às demais rubricas, os gastos previdenciários deverão necessariamente ganhar relevo.

Mas o discurso apocalíptico, agora inflado, tem, na verdade, outras bases. A primeira delas é a total desconsideração do preceito constitucional sobre a Previdência Social, cujo acesso é caracterizado como um direito, que, como tal, deve ser afeto a todos os trabalhadores. Além disso, há explicitamente inscrita na Constituição a cláusula de irredutibilidade do valor dos benefícios, bem como a questão da administração quadripartite. Ainda na Carta Magna estão presentes as fontes de financiamento do sistema de seguridade. Em seu art. 195, tem-se o seguinte:

> Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:
>
> I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre [desmistifica-se a ideia de que a Previdência é só contribuição de em-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pregado e de empregador]:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro [tem de haver uma contribuição também sobre lucro, que está na Constituição brasileira de Ulysses Guimarães].

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201;

III - sobre a receita de concursos de prognósticos;

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

É como se a Previdência vivesse só da contribuição do empregado e do empregador. Não é assim! Ela depende de uma série de quesitos. É só ler a Constituição e verificar que a nossa Previdência gera superávit para o Brasil e é referência para o mundo!

Por isso, Sr. Presidente, entendo, embora alguns assim não entendam, que este relatório é de suma importância. Eu tenho certeza de que milhões de pessoas vão pedir cópia deste relatório. E vão até perguntar: "É verdade ou é mentira?" Então, peguem o relatório, confiram e verão. O relatório vai estar à disposição na minha página, o relatório vai estar à disposição aqui, junto aos órgãos de comunicação do Senado e desta Comissão, até para que aqueles que fazem palestras, que fazem análises sobre a Previdência tenham a oportunidade... E vou mostrar mais embaixo o superávit de quantos bilhões por ano. É assustador. Vão metendo a mão no dinheiro do trabalhador, e vai sumindo o dinheiro, e vai sumindo o dinheiro. E não estou aqui defendendo ninguém. Todo mundo que meteu a mão que diga e explique onde colocou o dinheiro.

O Texto Constitucional estabelece, assim, o primado da Seguridade Social, como instância que engloba a previdência, a assistência, a saúde e, ainda que de forma subsidiária, a área do trabalho. A perspectiva sistêmica tem sido olvidada, e, de modo geral, cada uma das áreas tem sido tratada de forma individualizada e segmentada. A própria construção, Sr. Presidente, do regime de financiamento, à revelia da Constituição, tem tratado de forma compartimentalizada, estabelecendo em legislação infraconstitucional fontes específicas para cada uma das áreas da Seguridade Social. Frustra-se, assim, um dos grandes arranjos nossos, dos Constituintes, fulcro da chamada ordem social, na qual se preveem ações sincronizadas e, por vezes, conjuntas no âmbito da Seguridade.

Tomada em sua plenitude, a Seguridade, cujo orçamento é previsto na Constituição como um conjunto integrado das três áreas mais parte da área de trabalho, deveria compor o que poderíamos chamar de Sistema de Proteção Social ou Estado social brasileiro. Infelizmente, sua compartimentalização trouxe a perda da visão totalizante e a consequente criação de áreas burocráticas e estanques, com administrações individualizadas – repito – e que se isolaram. Tudo isso se dá em detrimento de uma visão mais estratégica e em consonância com o preceito constitucional da primazia, do bem-estar e da tão sonhada justiça social.

Senador Otto, que agora preside esta reunião, quero que V. Exª receba meus cumprimentos pelo brilhantismo com que presidiu aquela reunião Comissão Especial, porque é especial mesmo. Lá tive a satisfação de, em conjunto com V. Exª, votar em muitos projetos, sob sua orientação. E tive ainda a satisfação de V. Exª dedicar a mim a relatoria da terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – V. Exª foi um destino merecido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa não vale.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Paulo Paim, quanto à reforma da Previdência que está vindo agora, num levantamento preliminar, obtivemos a quantia de R$60 bilhões de isenções. Há isenção até para time de futebol! O senhor torce para quem no Rio Grande do Sul?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu torço para o Caxias, que está na Quarta Divisão. Mas sou Caxias e sou coerente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Internacional caiu agora.

V. Exª torcia para o Internacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, eu sempre torci para o Caxias.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, torcia para o Internacional. Como ele caiu, agora virou para o Caxias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu joguei no Flamengo, que era o antigo... Era Flamengo no passado e virou Caxias. Eu joguei nos juvenis.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – No levantamento preliminar que fizemos agora – o Deputado Arthur Maia vai ser o Relator –, a Previdência oferece R$60 bilhões de isenções, até para clube de futebol e para universidades privadas, que cobram taxas caríssimas dos estudantes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor tem toda razão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, há uma série de isenções. Se estas forem retiradas – conversei com ele agora pela manhã –, excluindo as isenções das Santas Casas de Misericórdia, que realmente praticam o atendimento ao SUS, vai haver uma arrecadação mais ou menos igual a R$40 bilhões, que é quase o rombo da Previdência de que se fala.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o que se pensa em arrecadar com a reforma da Previdência. Eles falam em arrecadar R$65 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Este é o momento de se acabar com isso e de realmente cobrar de quem precisa pagar, para não se levar a essa situação do momento que nós estamos vivemos.

V. Exª está fazendo agora uma leitura dinâmica. Está bem mais rápido do que quando começou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A sua presença é que me incentiva, principalmente quando V. Exª entrou no campo do futebol. Eu quero dizer que fiquei muito triste com a situação do Internacional.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª não pergunta para que time o Petecão torce?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu pergunto. É claro que pergunto! (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu estou desconhecendo o Senador Paim. Este não é o Paim que eu conheço lá da CDH. Infelizmente, este não é o Paim que eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Petecão, é uma questão de bandeira. A bandeira do Paim é outra. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Petecão, é que você nunca viu eu fazendo obstrução, que é um instrumento da minoria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ele está um pouco lento hoje. Ele caiu para a Segunda Divisão e está lento agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obstrução é um instrumento da minoria. O senhor sempre a fez muito bem nos tempos em que era oposição. Já a fazia muito bem. Se começarmos a dizer que a minoria não tem mais espaço para expressar o que pensa nem para ler o relatório, será o fim do mundo. Sei que V. Exª não concorda com isso. V. Exª é um democrata. Por isso, tenho a certeza de que vai permitir que eu leia meu relatório até o final.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paim, V. Exª já fala há 1 hora e 20 minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, senhor! Falta de respeito seria se eu não lesse o meu relatório sobre um tema tão importante como a reforma da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu falei que tinha 30 minutos, e V. Exª já ultrapassou, dos 30 minutos, 50 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu tive diversos apartes, Sr. Presidente. Que bom que os tive! O aparte é natural na democracia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu peço a V. Exª que conclua a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu avançarei, mas eu queria lembrar a V. Exª que vamos exigir o cumprimento do Regimento. Às 11h, está marcada sessão do Congresso. Consequentemente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas isso é regimental. Eu proporia... Se me permite, quero usar pelo menos o Regimento, só quero argumentar pelo Regimento. Sr. Presidente, às 11h, haverá sessão do Congresso.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foi adiada, Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi adiada para mais tarde?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foi adiada para as 14h.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, temos de levar esta reunião até as 14h. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu peço aos Srs. Senadores...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado pela ajuda. Eu achei que eu tinha de terminar agora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu peço aos Srs. Senadores que não ajudem o Senador Paim... (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, queriam saber até o time que eu jogava. Eu tive de responder. Eu jogava no antigo Flamengo, que depois foi Caxias. Mas estou muito triste com a caída do Inter. Quando o Caxias não está em campo, sou Grenal, torço para o Grêmio e para o Inter.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Conclua, por favor, o seu parecer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos lá, Sr. Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu já estava à p.28.

Além disso, na concepção do Constituinte – eu fui Constituinte, Sr. Presidente – o sistema de Seguridade deveria ter, nas três áreas, uma influência de ações e interesse na própria sistemática do financiamento, o que possibilitaria o repasse das receitas de uma área a outra, quando necessário, é claro, pois se trata, originalmente, de fontes comuns de custeio. Desse modo, não haveria sentido em se falar em déficit da Previdência, da assistência ou da saúde, na medida em que o sistema de Seguridade Social teria o condão de fazer as devidas compensações, tendo em vista que o volume de recursos para o custeio global tem se mostrado compatível com as necessidades orçamentárias do sistema.

Esta parte em que vou entrar agora, Sr. Presidente, considero de suma importância, é maior que as outras que eu já disse que eram importantes.

Uma das poucas instituições que tem acompanhado a temática dos termos constitucionalmente postos, aqui por mim lidos, ou seja, mediante a apreciação do orçamento da Seguridade Social como uma peça única e integrada, é a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). Em sua publicação anual intitulada "A análise da Seguridade Social", a Anfip traz o balanço da Seguridade, com base nas informações do próprio Governo Federal. Os números mostram que há a realização de sucessivos superávits.

Agora, vou mostrar o superávit, Sr. Presidente, para mostrar a esta Comissão que não é preciso reforma nenhuma da Previdência. Parem de meter a mão no dinheiro da Previdência, que estará tudo resolvido!

Vou deixar algumas perguntas no ar. Mostro os superávits, segundo dados oficiais, consultados junto ao Governo pelos auditores fiscais da Receita.

Em 2006, o superávit foi de R$59,9 bilhões. Onde foram parar esses R$59,9 bilhões? É a pergunta que fica no ar.

Em 2007, o superávit foi de R$72,6 bilhões. Onde foram parar esses R$72,6 bilhões?

Em 2008, o superávit foi de R$64,3 bilhões. Faço a mesma pergunta.

Em 2009, o superávit foi de R$32,7 bilhões.

Em 2010, o superávit foi de R$53,8 bilhões.

Em 2011, o superávit foi de R$75,7 bilhões. Isso se deu naquela alta, quando o desemprego não chegava a 5% no Brasil.

Em 2012, quando o desemprego ainda estava diminuindo, chegando a 4,8%, o superávit foi de R$82,7 bilhões.

Em 2013, o superávit foi de R$76,2 bilhões.

Em 2014, o superávit foi de R$53,9 bilhões.

Em 2015, o superávit foi de R$24 bilhões, apesar de toda a crise política, que é grave. É só ver o que aconteceu ontem no plenário, onde foi dito que está havendo golpe sobre golpe. Não fui eu que disse isso.

Com toda a crise política, social e econômica, ainda tivemos, em 2015, um superávit de R$24 bilhões. É importante, Sr. Presidente, enfatizar que, mesmo em 2015, ano de grandes dificuldades econômicas, sociais e políticas, a Seguridade Social manteve o saldo positivo, ainda que em montante abaixo dos anos anteriores. O mesmo ocorreu no ano de 2009, ano de pico da crise econômica mundial.

A saúde fiscal e financeira do sistema de Seguridade tem sido obstaculizada pela adoção de dispositivos que engendram a sangria dos recursos. É o caso, por exemplo, Sr. Presidente – não há como não dizer isso à população –, da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Como é que eles falam que, de uma receita da Seguridade Social – que dizem que é deficitária e que está quebrada –, podem tirar 30% desse orçamento? Como é que se tiram 30% da receita, por exemplo, da Previdência, se ela está quebrada? É claro que eles sabem que ela não está quebrada. É por isso que eles metem a mão lá também e destinam o dinheiro para outros fins. Eram 20%, e passaram para 30%. O certo seria, em vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de 20%, reduzir para 10%, então. Mas não, de 20%vinte, agora, foi aprovado para 30%.

E aí continuamos com as isenções fiscais.

Para a população que nos está assistindo entender... Já nos informaram, Sr. Presidente, que nossa reunião de hoje está tendo uma audiência recorde. Não sei o que é esse recorde, mas foi o que me disseram.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É o povo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o povo que está assistindo. O povo está acompanhando tudo o que acontece aqui dentro. Isso é bom. O Senador Petecão ajuda. É um aparte?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas pensei que era um aparte. Ele se dirigiu a mim e disse: "Paim, é o povo e tal." Mas tudo bem, vamos lá! Obrigado, Senador.

A DRU é um mecanismo legal que permite ao Governo Federal utilizar para outros fins uma parcela das receitas provenientes dos tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. O grande manancial desses recursos vem de onde? Vem das contribuições sociais, responsáveis por 90% do montante desvinculado. Quando tiram 30% via DRU, estão mexendo principalmente na área social. É por isso que digo que não pode a Seguridade Social ter déficit, se podem tirar 30% de lá.

Enquanto vigorou, a DRU, Sr. Presidente, representou uma sangria de aproximadamente R$60 bilhões anuais no orçamento da Seguridade. O cenário deve se agravar com a aprovação da nova DRU, que, a partir de janeiro de 2016, como eu dizia antes, saiu de 20% e foi para 30%. Algumas previsões da Receita sustentam que a perda da Seguridade ultrapassará agora os R$100 bilhões/ano. Então, suspendam a DRU, que não é preciso fazer reforma. Só suspendam a DRU e deixem os R$100 bilhões na Seguridade Social.

Sr. Presidente, acho que nós aqui – é claro, de forma descontraída – estamos fazendo o debate, em razão da pauta de hoje. Mas é importante que a população perceba que estamos apontando caminhos que dizem que não é necessária a reforma da Previdência. É só suspender a DRU, que nós teremos R$100 bilhões a mais na nossa Seguridade, onde estão a assistência, a previdência e a saúde.

O quadro abaixo, sobre o qual, naturalmente, não vou discorrer, apresenta a comparação entre a antiga e a nova sistemática da DRU.

Observa-se que passam a ser afetos à incidência da DRU apenas as contribuições sociais, as taxas, os fundos constitucionais e algumas compensações financeiras, o que aumentará ainda mais a sobrecarga e a participação dos recursos da Seguridade no total das receitas desvinculadas.

Quanto à receita, os impostos, pela regra atual, correspondem a 20%, fora da DRU; as contribuições sociais e econômicas, 20% – pela PEC, passou para 30% –; acréscimos legais de impostos e contribuições, 20%, fora da DRU; fundos constitucionais, pela PEC, 30%; taxas, 30%; compensações financeiras, 30%.

No que tange às isenções fiscais, segundo dado do próprio Governo, em 2014 houve uma renúncia de R$40 bilhões, que deveriam ir para os cofres da Previdência. Essas isenções beneficiaram micro, pequenas e médias empresas, entidades filantrópicas, setores ligados à produção agrícola e à exportação e, como disse o Senador Otto Alencar, inclusive, clubes de futebol.

A Profª Denise Gentil é muita conhecida no Brasil por ser uma estudiosa do assunto e por ter escrito diversos artigos com o título "A farsa do déficit da Previdência". Em trabalho recente, a Profª Denise Gentil, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, demonstra que a Seguridade Social, como um todo, e a Previdência Social, em particular, a despeito de todo o peso da crise econômica experimentada a partir de 2014, mantiveram um comportamento superavitário durante a sua trajetória recente. Aqui, ela dá destaque principalmente ao período de 2007 a 2015.

Aqui há um quadro que mostra números que eu já li, Sr. Presidente, e, naturalmente, não vou ler de novo para não cansar os meus queridos Senadores e Senadoras. Mas se observa que, de acordo com as informações do quadro acima, daquele superávit que eu já li, a Previdência é, de fato, superavitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Com base no preceito constitucional, a professora, estudiosa e analista Gentil mostra o quadro de receitas e despesas da Previdência Social. Observa-se que, de forma acertada, a autora insere nas receitas as aplicações recebidas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além disso, não estão contemplados na conta da Previdência tanto as receitas quanto os gastos com os regimes próprios dos servidores civis e militares. Tal exclusão se dá pelo correto entendimento de não serem esses regimes abrangidos pelo critério de universalidade da cobertura de atendimento previsto no art. 194, I, da Constituição.

Concluo, Sr. Presidente. Só faltam duas páginas.

Do mesmo modo, Gentil considera os valores integrais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da própria Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do PIS/Pasep (Programa de Integração Social/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público). Também os 40% dos recursos do PIS/Pasep destinados ao BNDES, de acordo com o §1º do art. 239 da Carta Magna, são aqui contabilizados como receitas previdenciárias.

O contraponto – alternativas à visão atuarial, Sr. Presidente.

A questão previdenciária pode ser, portanto, equacionada a partir dos três problemas já mencionados: o envelhecimento populacional, a ausência de crescimento econômico e o grande peso da informalidade. Esses problemas podem e devem ser enfrentados com soluções de longo prazo e que não ponham em risco as conquistas obtidas com base nas diretrizes inscritas na Constituição Federal. Assim, é possível equacionar alternativas capazes de fortalecer e melhor organizar o sistema previdenciário, com base na gestão compartilhada, com a efetiva participação de empregados, empregadores, aposentados e Governo, no que venha a resultar em proposições que atendam ao interesse de todas as partes. Debates sobre alternativas de políticas de incentivo à formalização conjugadas com o aumento da fiscalização por parte do Ministério do Trabalho, ou de políticas de retomada do crescimento econômico com o apoio a projetos básicos como os de infraestrutura urbana ou similares, e mesmo as questões ligadas ao envelhecimento populacional poderiam e deveriam ser objeto de uma concertação, um grande entendimento.

Ao invés disso, Sr. Presidente, o Governo tem insistido em promover alterações gestadas internamente, sem que as demais partes interessadas sejam ouvidas. Desde a vigência da nova ordem constitucional, pelo menos três propostas de reforma previdenciária mediante utilização de emenda constitucional foram enviadas à nossa Casa, ou seja, ao Congresso Nacional. A primeira foi a Emenda Constitucional nº 20, que estabeleceu novas regras de transição para os trabalhadores. A Emenda Constitucional nº 47, por seu turno, instituiu o fator previdenciário e desvinculou o aumento dos benefícios de aposentadoria e pensão, com valores acima do teto, dos índices de reajuste do salário mínimo. Finalmente, a Proposta de Emenda Constitucional nº 287, recém-enviada ao Congresso Nacional, impinge uma série de mecanismos visando reduzir os custos do sistema em consonância com a PEC nº 55, a chamada PEC do teto.

Em comum a essas iniciativas tem-se a recorrência da retórica da saída única, consubstanciada em propostas no sentido da redução de custos do sistema pela via da penalização dos benefícios, seja pela limitação dos valores dos benefícios, seja pelo aumento das restrições para o acesso aos benefícios e aos serviços do sistema. Essas soluções encontradas, em última análise, findam por configurar efetiva perda de direitos para os segurados. Sob o argumento da inelutabilidade, da ausência de alternativas, a retórica é uma só: "é isso ou o caos." Os banqueiros e a previdência privada com certeza agradecem ao Governo.

A inobservância da prática do debate, da troca de ideias, como estamos fazendo aqui agora, neste momento, e da busca até mesmo da conciliação e do interesse diverso que, subitamente, grassam nas hostes dos colegiado quadripartite, tem sido uma triste realidade na política previdenciária, mas os argumentos em favor da tese do déficit, como foi visto, esbarram em argumentos contrários, que têm que ser levados em consideração para melhorar a nossa previdência. Observe-se, por exemplo, que a própria pressão do envelhecimento sobre as contas da Previdência poderia ser enfrentada com um aumento da formalização. São possibilidades reais de políticas que poderiam ser utilizadas de forma complementar ou mesmo como alternativa à proposta do Governo. De fato, à cantilena do déficit crônico e irretorquível têm sido diuturnamente contrapostos estudos que engendram cenários distintos. O debate é, pois, necessário e urgente.

Entendo que começamos aqui hoje, Sr. Presidente. Eu espero que o meu relatório – só falta de fato uma folha – seja exaustivamente debatido nesta Comissão. Eu não vou aceitar, Sr. Presidente – no bom sentido, porque eu sou um democrata – que nenhum Senador não debata o meu relatório, até para se contrapor àqui-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lo que eles entendem que não é adequado, mas, em debate, faremos aqui... Vou terminar, Sr. Presidente, só falta uma página.

A insistência em tratar de temas de longo prazo, que seguramente poderiam embutir possibilidades diversas de soluções, como sujeitos a uma única e definitiva solução, é não apenas à autoritária como anticonstitucional e está sendo, eu diria, a razão mesma utilizada no sentido da saída única pela redução de custos e, portanto, pelo corte de direitos, que tem sido contestada por diversos estudiosos. Argumento a favor, argumento contra, enfim, há argumentos pelo aumento da contribuição do Estado, da regulamentação de Imposto sobre Grandes Fortunas, como eu já levantei, previsto na Constituição e nunca regulamentado, entre outros, que têm sido largamente discutidos, e se busca a manifestação de todos. A reforma constitucional proposta parece ser mais um componente no projeto do atual Governo de redução do Estado. Um projeto que não teve o alvitre das ruas e que não foi referendado pelos demais parceiros do sistema previdenciário. Um projeto gestado a poucas mãos e que pretende a todo custo se implantar no Brasil.

Terminando, Sr. Presidente, aqui seriam as considerações finais.

A Previdência Social representa hoje, no Brasil, um total de mais de 33 milhões de benefícios, incluindo cerca de 10 milhões de aposentadorias por idade, mais de 7 milhões de pensões por morte, 5,4 milhões de aposentadorias por tempo de contribuição e 3,2 milhões de aposentadorias por invalidez. São números portentosos, Sr. Presidente. O sistema, que vem sendo construído com muito esforço nesse quase um século, responde hoje pela manutenção e o sustento de uma parcela significativa da população brasileira. Constitui-se ainda em um dos principais instrumentos distributivos. Durante todo o governo Lula, bem como na gestão Dilma, a política de valorização do salário mínimo possibilitou, via sistema previdenciário, a elevação do padrão de vida de aposentados e pensionistas.

Podemos ter aqui, Sr. Presidente, uma série de questionamentos, mas, naquele período, tiramos da miséria absoluta 30 milhões de brasileiros.

Em grande medida, a Previdência Social tem funcionado como um dos principais pilares da política social, que, nos últimos anos, possibilitou a redução da pobreza e a melhoria da distribuição de renda no Brasil. Sem os valores distribuídos pela Previdência Social, boa parte dos Municípios brasileiros correria o risco de ir à bancarrota, ou seja, fechar as portas. Como muitos prefeitos já me disseram, se quebrarem a Previdência, como vão quebrar, se a proposta que está aí passar, vamos ver como vai ficar a situação desses milhares de benefícios. Hoje, dos 5.566 Municípios, em 3.875 (70%) o valor dos repasses aos aposentados e demais beneficiários da Previdência supera o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Cuidado com essa reforma! Por favor, Presidente, Temer, a retire! Vai quebrar a Previdência. Mais ainda: em 4.589 Municípios, ou 82% do total, os pagamentos aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social superam a arrecadação municipal.

Dada assim a importância da Previdência Social, qualquer iniciativa governamental de mudança ou reordenamento do sistema deve ter em mente, de um lado, o seu papel social e, de outro, a necessidade de que trabalhadores, empregadores e aposentados sejam auscultados. Trata-se de preceito constitucional fundamental: deve ouvir a todos. As mudanças preconizadas pelo atual Governo, no entanto, não observam tais preâmbulos. Ao contrário, de uma maneira autoritária e centralizadora, o Governo, mais uma vez, promove uma reforma constitucional. E, novamente, essa iniciativa se coloca de forma açodada, indo de encontro aos interesses do trabalhador, do aposentado e do pensionista.

Por fim, duas questões se colocam. Por que, dentro de uma perspectiva de longo prazo, onde inicialmente podem se engendrar alterações importantes no sistema, nunca se pensa, até por uma questão de justiça social, em alterações que penalizem os que mais podem pagar e não aqueles que menos podem? De outra parte, por que sempre a conta recai sobre o trabalhador, sob o recorrente argumento do "é assim ou o caos"? É o que eles dizem, do que discordamos radicalmente. Aparentemente, o direito ao lucro e às grandes fortunas é mais valorizado pelo Governo do que os direitos e garantias constitucionais, notadamente aqueles que se referem aos benefícios da previdência.

Sr. Presidente, eu não tenho nada contra o lucro e as grandes fortunas. Eu só quero que não mexam nos direitos básicos dos trabalhadores, até porque a nossa seguridade, deixando tudo o que é destinado a ela, pela Constituição, é superavitária. Daria para melhorar a assistência à saúde e à previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista o exposto, nosso posicionamento é pela aprovação de uma audiência pública – não é o debate da audiência pública que teremos depois – com a participação de todo o setor, estudiosos, representantes dos trabalhadores, dos empregadores e dos aposentados, bem como dos representantes do Ministério da Fazenda, alguém que fale sobre a Previdência, porque não sei quem fala no Ministério da Fazenda, para que o debate sobre a previdência seja realizado de forma ampla e democrática, como aqui, Sr. Presidente, V. Exª assim permitiu.

Eu teria que fazer a leitura, Sr. Presidente, dessa segunda parte, mas, atendendo ao apelo de todos, não farei a leitura e exponho aqui meu voto. Sei que agora – estou preparado, Sr. Presidente – teremos um exaustivo debate sobre o meu relatório com meus pares. E isso é muito bom. Os meus pares sempre – sempre – têm afirmado que o debate é propositivo e eu concordo. Como temos uma visão aqui de consenso, eu agora estou pronto, Sr. Presidente, para ouvir todas as perguntas como também qualquer questionamento sobre o tema; ouvir e responder, naturalmente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, o Relator, Senador Paulo Paim, apresenta um longo e substancioso relatório ao longo de 1 hora e 44 minutos, o que nunca foi visto nesta Comissão. Isso demonstra a paciência dos Srs. Senadores, sobretudo a do Presidente, com a leitura tão longa desse parecer, desse relatório, por uma questão fundamental. Além de o Senador Paulo Paim demonstrar competência, demonstra também que este Presidente é da linhagem direta de Jó: muita paciência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como uma homenagem a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E uma homenagem a mim!

Bom, o Relator conclui por apresentar um requerimento de audiência pública para debater sobre a Previdência Social. Portanto, o que está em votação neste momento é a solicitação da audiência pública.

Senadora Ana Amélia.

O Senador Paulo Paim apresenta o seu relatório, longo, substancioso, e propõe uma audiência pública.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, mas a audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, nós vamos votar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a segunda etapa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós vamos votar.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório automaticamente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aprovam a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... estarão aprovando a audiência pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apoiando a audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Já está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Hein?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Já está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação, portanto, o relatório, com a audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Peço votação nominal, Sr. Presidente, pela importância do tema.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas, Senador Paim, todos nós...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não há necessidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele consultou todos e todos nós, ao não nos manifestarmos...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não é necessário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entendo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está em votação o relatório.

Os Srs. Senadores...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Peço, baseado no Regimento, que a votação seja nominal. É um direito meu.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª pedirá após o resultado da votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já que vamos cumprir o Regimento, vamos fazê-lo...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Mas, Senador Paim, com toda sinceridade...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... vamos fazê-lo com rigor, além do fato de que, sendo V. Exª o Relator, não pode pedir essa votação nominal, mas outros Senadores poderão fazê-lo.

Em votação.

Os Srs. Senadores que apoiam o relatório e, por consequência, o pedido de audiência pública permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só um pouquinho, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... que passa a constituir parecer da Comissão de Assuntos Sociais e o requerimento de audiência pública para debater sobre a Previdência Social, conforme voto do Relator.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

A matéria vai ao plenário do Senado para prosseguimento da tramitação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, já está concluída esta fase, não é? Eu só... Apenas porque o Senador Paim insistiu na votação nominal. Esta não é uma matéria terminativa e o Regimento é claro: em matérias não terminativas a manifestação é dessa forma, até por isso não requer um quórum específico para o número de votação em matérias terminativas.

Eu gostaria de saber, então, para um Senador democrata como é o Senador Paulo Paim, tão envolvido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

com as questões sociais, o motivo especial de ele duvidar do sentimento dos Senadores em relação à necessidade, como ele quer e exige, de que cada um diga "sim" ao relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso responder, Presidente?

Eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço a Senadora Ana Amélia que me deu esta bela oportunidade.

Não dá para confundir verificação de presença mesmo em matéria que não é terminativa. Calcule se daqui para frente, nas matérias não terminativas, for proibido pedir verificação. Não é!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não. Não. Eu queria saber... Não, não. É por que o senhor pediu, se é para checar quórum.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente. É exatamente. Alguém tem dúvida? Eu pedi...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixa só eu responder para ela...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador, esta é uma questão vencida...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Vamos votar, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu apenas perguntei...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu pedi a inversão da pauta...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esta questão tem direito, sim, à verificação. V. Exª respondeu que, como Relator, eu não posso pedir, e eu atendi V. Exª. Mas podia pedir sim se eu não fosse Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Serão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se eu não fosse Relator...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com o apoiamento de quatro Srs. Senadores...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas não foi questionado isso. Então, eu faço uma pergunta a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O assunto é vencido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas posso fazer uma pergunta?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Vamos avançar, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em matéria não terminativa, pode pedir verificação ou não?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Decisão não terminativa...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Vamos avançar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Veja com seus assessores aí...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 1.

ITEM 1
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a prática da equoterapia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 13, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, ressalvadas as modificações no "caput" do artigo 3º, na alínea "e" do inciso IV do artigo 3º e no artigo 4º.

Observações:

- Em 23.02.2016, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável à matéria.

- Em 06.04.2016, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer favorável à matéria.

- Votação simbólica.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu pedi inversão da pauta para que eu pudesse relatar...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas é este. É este o relatório que...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não é este não. É o item 4. Eu pedi inversão para o item 4, que é o projeto da Senadora Ana Amélia, do Senador Waldemir Moka e Walter Pinheiro, em turno suplementar. É o PLS nº 200, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª solicitou... Eu consulto o Plenário se está de acordo.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero começar parabenizando o Senador Paulo Paim, porque ele falou 1 hora e 44 minutos e todos prestaram atenção, ninguém dormiu. Na Bahia, meu Estado, se diz que qualquer orador que fala mais de 40 minutos faz o povo dormir, e o Paim não conseguiu, todo mundo ficou prestando atenção aqui. Parabéns, Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, o projeto que vamos votar agora em turno suplementar...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Um pouco de paciência, Senador Otto, para que eu anuncie os termos do projeto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Decisão terminativa, turno suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, de 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa clínica.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação das Emendas nºs 38-S, 39-S, 41-S e 42-S e pela rejeição das Emendas nºs 26-S a 37-S e 40-S, todas de Turno Suplementar oferecidas ao Substitutivo aprovado ao Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015.

Observações:

- Em 30.11.2016, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda

nº 25-CAS (Substitutivo) ao Projeto.

- Em 06.12.2016, durante o Turno Suplementar, a Senadora Vanessa Grazziotin oferece 12 (doze) Emendas ao Substitutivo aprovado ao PLS 200/2015 - Emendas nºs 26-S a 37-S.

- Em 07.12.2016, durante o Turno Suplementar, o Senador Flexa Ribeiro oferece 5 (cinco) Emendas ao Substitutivo aprovado ao PLS 200/2015 - Emendas nºs 38-S a 42-S.

- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão em Turno Suplementar, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, vêm ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais as Emendas nºs 26-S a 37-S, da Senadora Vanessa Grazziotin, e as Emendas nºs 38-S a 42-S, do Senador Flexa Ribeiro, oferecidas ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 200, de 2015, que dispõe sobre a pesquisa clínica, aprovado por esta Comissão em 30 de novembro de 2016.

Por força do disposto nos arts. 92 e 282 do Regimento Interno desta Casa, ocorre a apreciação do Substitutivo em turno suplementar.

O art. 2º do Substitutivo é alvo de duas emendas: I) Emenda nº 26-S, que visa a alterar o inciso XXV daquele dispositivo e acrescer-lhe novo inciso, para determinar que a instância nacional de ética de pesquisa clínica fique vinculada ao Conselho Nacional de Saúde e para definir a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep); e II) Emenda nº 27-S, que inclui novo inciso para definir o termo "ressarcimento".

A Emenda nº 28-S altera a redação do inciso III do §2º do art. 9º para determinar que os representantes dos usuários no Comitê de Ética (CEP) devem, preferencialmente, ser definidos pelos conselhos de saúde.

A Emenda nº 29-S dá nova redação ao §7º do art. 14 do Substitutivo para determinar que os CEPs de todas as instituições participantes da pesquisa "têm a prerrogativa de aprovar, ou não, o protocolo em suas instituições".

O parágrafo único do art. 29 do Substitutivo é alvo da Emenda nº 30-S, a qual determina que, "em caso de uso de placebo combinado a outro método de profilaxia, diagnóstico ou tratamento, o participante da pesquisa não pode ser privado de receber o melhor tratamento ou procedimento que seria realizado na prática clínica".

A Emenda nº 31-S suprime os incisos VI e VII do art. 30, os quais tratam, respectivamente, de situações que justificam a interrupção da obrigatoriedade do patrocinador da pesquisa em fornecer gratuitamente o medicamento experimental ao participante da pesquisa: I) após dois anos em que o medicamento estiver sendo regularmente comercializado no País; e II) quando o medicamento estiver sendo fornecido gratuitamente pelo sistema público de saúde ou por outro meio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Já o *caput* do art. 30 é alterado pela Emenda nº 32-S, a qual pretende explicitar que a obrigatoriedade do patrocinador em fornecer gratuitamente o medicamento experimental após o término do estudo abrange tanto os participantes do grupo experimental quanto os do grupo controle.

A Emenda nº 33-S altera o art. 32 para excluir a possibilidade, constante do texto original, de que o material biológico e os dados obtidos na pesquisa clínica possam ser utilizados em pesquisas futuras, para fins exclusivamente científicos, quando, no termo de consentimento livre e esclarecido, for concedida autorização expressa para isso.

A Emenda nº 34-S visa a alterar os §§2º e 3º do art. 33. A alteração pretendida do §2º é no sentido de determinar que, após o término do estudo, se o material biológico continuar a ser armazenado em biorrepositório, a responsabilidade sobre o material é da instituição e o seu gerenciamento fica a cargo do pesquisador. Caso contrário, se o material for transferido para biobanco, tanto a responsabilidade quanto o gerenciamento ficam a cargo da instituição que abriga o biobanco.

Já a alteração do §3º do art. 33 objetiva incluir o investigador como responsável pelo envio e armazenamento do material biológico e das informações associadas para centro de estudo localizado fora do País.

A Emenda nº 35-S também incide sobre o art. 33, para alterar a redação do *caput* e para incluir um novo parágrafo, o §4º. Segundo a proposta da emenda, o *caput* passa a determinar, genericamente, que os materiais humanos serão armazenados em biorrepositórios ou em biobancos das instituições envolvidas. O novo §4º visa a "garantir a continuidade da aprovação e do funcionamento dos biobancos já constituídos e registrados segundo as normatizações anteriores".

A Emenda nº 36-S dá nova redação ao §1º do art. 34 do Substitutivo, para determinar que o armazenamento de dados em centro de estudo localizado fora do País é também da responsabilidade do investigador.

A última emenda proposta pela nobre Senadora Vanessa Grazziotin – Emenda nº 37-S – visa a incluir novo artigo ao Capítulo VII do Substitutivo, com o seguinte texto: "Além das exigências contidas nesta Lei, faz-se necessária observância às demais normativas brasileiras sobre armazenamento e utilização de material biológico humano em pesquisas".

Já as cinco emendas propostas pelo Senador Flexa Ribeiro têm o seguinte teor:

Emendas nos 38-S e 41-S: alteram, respectivamente, o inciso XI do art. 26 e o *caput* do art. 34, para padronizar em cinco anos o prazo pelo qual os dados e documentos essenciais da pesquisa devem ser armazenados.

Emenda 39-S: altera o parágrafo único do art. 29, para determinar que o tratamento de comparação seja "o melhor tratamento ou procedimento que seria habitualmente realizado na prática clínica".

Emendas nos 40-S e 42-S: suprimem, respectivamente, os incisos VI e VII do art. 30.

Análise.

Nos termos do §2º do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal é possível a apresentação de emendas ao Substitutivo até o encerramento da discussão da matéria, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

As Emendas nos 26-S a 42-S atendem aos requisitos formais e materiais para a apresentação de emendas e também aos critérios de constitucionalidade e juridicidade.

A Emenda nº 26-S propõe que seja mantida a atual estrutura do sistema de ética em pesquisa, ao determinar que ele seja coordenado pelo Conselho Nacional de Saúde, por intermédio da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep). Esse foi um tema bastante debatido ao longo da tramitação do projeto pelas comissões, tendo-se evidenciado que grande parte da comunidade científica nacional não concorda com a atual configuração do sistema de regulação ética em pesquisa. A falta de estrutura do Conselho Nacional de Saúde para assumir as funções de regulação e fiscalização ética das pesquisas clínicas no País, além dos graves problemas apontados da atual configuração do sistema, que o tornam lento e burocrático, têm sugerido a necessidade de mudanças estruturais.

Sobre a proposta contida no Substitutivo de que a instância nacional de ética em pesquisa esteja vincula ao Ministério da Saúde, sob a coordenação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(SCTIE), em vez da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), não procede a afirmação feita na justificação da emenda de que isso irá eliminar a participação de representantes dos usuários e a participação popular. Essa participação está garantida em dispositivos específicos do Substitutivo, independentemente de qual será a vinculação institucional da instância nacional de ética em pesquisa. Ademais, a proposta contida no Substitutivo aprovado conta com a concordância do Poder Executivo e de grande parte da comunidade científica médica brasileira. Portanto, a emenda não será acatada.

Com relação à Emenda nº 27-S, cremos que a proposta de definir em lei o significado do termo "ressarcimento" não seja necessária, pois o termo é amplamente empregado na linguagem jurídica, não ensejando dúvidas quanto ao seu significado.

A proposta contida na Emenda nº 28-S, de atribuir aos conselhos de saúde a indicação dos representantes dos usuários para participarem dos comitês de ética, não nos parece a mais adequada, pois imprime um viés mais centralizador e político nas indicações. A ideia subjacente ao texto do Substitutivo busca dar espaço à atuação local, comunitária, de quem é efetivamente atendido pela instituição. Portanto, não concordamos com a emenda.

A Emenda nº 29-S mantém a sistemática atual de múltiplas análises éticas, em diferentes CEPs, no caso de estudos multicêntricos. Esse modelo oferece desvantagens em relação ao proposto no Substitutivo, como a menor agilidade e maior complexidade do processo, pois o trabalho de análise será multiplicado pelo número de centros participantes, o que tem sido sinalizado como um problema para o desenvolvimento das pesquisas clínicas no País. Não concordamos com a proposta contida na emenda e, portanto, ela não será acatada.

As Emendas nos 30-S e 39-S têm o mesmo objetivo, qual seja o de garantir que, em caso de estudos com uso não exclusivo de placebo, que o tratamento de comparação garanta ao participante o melhor tratamento que seria habitualmente realizado na prática clínica. Cremos que essa proposta aprimora o texto do dispositivo, pois ela assegura maior proteção ao sujeito da pesquisa. Optamos por acatar o texto oferecido pelo Senador Flexa Ribeiro – Emenda nº 39-S –, por entendermos ser mais adequado do ponto de vista redacional.

As Emendas nos 31-S, 40-S e 42-S suprimem os incisos VI e VII do *caput* do art. 30, os quais constituem previsões sobre a situações que ensejam a interrupção da obrigatoriedade de o patrocinador fornecer gratuitamente o medicamento experimental para os participantes, após o término da pesquisa, quais sejam: I) após dois anos em que o medicamento estiver sendo regularmente comercializado no País; e II) quando o medicamento estiver sendo fornecido gratuitamente pelo sistema público de saúde ou por outro meio. A supressão do inciso VI vai manter a situação atual, em que há exigência de que o patrocinador forneça de forma gratuita e indefinida, para sempre, o medicamento aos participantes e que, de acordo com grande parte dos pesquisadores nacionais, tem deixado o Brasil à margem de muitas pesquisas que poderiam ser realizadas aqui. Já o inciso VII irá ensejar a judicialização, por isso a sua supressão, a não aceitação.

Se, de um lado, a medida proposta pelas emendas poderá beneficiar aquelas pessoas que participam de pesquisas, de outro lado, ela deixará de beneficiar milhares de outros pacientes que não participarão de pesquisas clínicas que seriam do seu interesse pelo motivo de que elas não serão realizadas no País, em grande medida, pela exigência de que o patrocinador tem a obrigação, que não cessa nunca, de fornecer gratuitamente medicamento aos participantes.

A nosso ver, a alternativa proposta pelo Substitutivo é mais equilibrada e não deixo de conferir a devida proteção ao sujeito de pesquisa; deve, portanto, ser mantida.

Sobre a Emenda nº 32-S, julgamos que ela é despicienda, pois, em todo o texto do projeto, quando se fala em participantes da pesquisa isso se refere tanto aos participantes do grupo experimental como os do grupo controle. Portanto, não procede a afirmação de que apenas os participantes da pesquisa do grupo experimental farão jus ao medicamento após o término do estudo. Caso o medicamento experimental tenha apresentado melhores benefícios que o medicamento padrão, todos os participantes terão direito a recebê-lo gratuitamente após o término do estudo, e não apenas aqueles que fizeram uso dele durante a investigação. Assim, a emenda não será acatada, por ser desnecessária.

A Emenda nº 33-S altera o texto do *caput* do art. 32, que trata do uso de material biológico e dos dados da pesquisa em conformidade com o termo de consentimento. A emenda visa a eliminar a possibilidade de uso do material armazenado em pesquisas futuras, mesmo quando esse uso for expressamente autorizado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pelo participante no termo de consentimento livre e esclarecido. Cremos que o texto do Substitutivo está adequado e não deve ser alterado.

As Emendas nos 34-S e 35-S tratam do armazenamento do material biológico humano em biorrepositórios e biobancos; a Emenda nº 36-S atribui ao investigador a responsabilidade pelo armazenamento dos dados em centros de estudo fora do País; e a Emenda nº 37-S determina que é obrigatória a observância às demais normas brasileiras sobre armazenamento e utilização de material biológico humano em pesquisas. A nosso ver, as emendas não contribuem para o aprimoramento do texto do Substitutivo e, portanto, não devem ser acatadas.

Especificamente em relação ao teor da Emenda nº 37-S e do §4º do art. 33, que a Emenda nº 35-S pretende incluir, além de serem incorretos do ponto de vista da técnica legislativa, são desnecessários, pois, até que novas normas sejam editadas e revoguem as normas infralegais do Ministério da Saúde vigentes, essas, naquilo em que não contrariarem a lei, continuam válidas e devem ser observadas. Isso vale não só para o uso e armazenamento de material biológico humano em pesquisas, mas para todas as questões de ética em pesquisa clínica.

As Emendas nos 38-S e 41-S tratam de padronizar o prazo pelo qual os dados e os materiais coletados devam permanecer armazenados após o término da pesquisa. Cremos que elas aperfeiçoam o texto do Substitutivo e devam ser acatadas.

Do exposto, o voto é pela rejeição das Emendas nos 26-S a 37-S e 40-S, e pela aprovação das Emendas nos 38-S, 39-S, 41-S e 42-S.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, penso que já discutimos bastante esse projeto no âmbito da Comissão, seja do projeto em si, nos seus debates e apresentação de emendas, seja nas audiências públicas que foram realizadas.

Neste turno suplementar, conforme lido agora pelo nobre Relator, Senador Otto Alencar, apresentei 12 emendas. Até conversei com o Senador Otto Alencar, dizendo que considerava várias delas, talvez, como se fossem emendas que tivessem um cuidado, um preciosismo significativo, entretanto, em algumas questões, acho que isso é necessário.

Lamentavelmente, nenhuma das emendas que eu apresentei foi acatada. Eram emendas simples, por exemplo, a de nº 27, que apresento ao projeto porque acho necessário definir o que significa exatamente o termo "ressarcimento". O nobre Relator não acata a emenda porque entende que a legislação brasileira já determina o que é ressarcimento. Vejam, aqui no Senado, como em todo o Parlamento brasileiro, os Srs. Parlamentares têm direito a ressarcimento e, na regra que disciplina isso, se diz de que tipo de ressarcimento se trata. Então, acho que ficaria mais preciso com a inclusão desse item e em absolutamente nada atrapalharia o bom andamento do projeto.

Há outras emendas que eu coloco a respeito dos representantes dos usuários durante a pesquisa. Que fosse dada a possibilidade também para o Conselho Nacional de Saúde poder indicar representantes dos usuários. O que é o Conselho Nacional de Saúde se não a representação dos usuários e do setor diretamente envolvido na saúde para estabelecer no País a política de saúde? Também não entendo ser essa uma emenda que pudesse vir a atrapalhar.

Trato da questão da utilização do placebo, também num preciosismo de redação, também dizendo do tratamento que a unidade que desenvolve a pesquisa tem que dar àquele paciente que está sendo submetido a placebo de uma forma mais tranquila.

Outra questão de que trato numa das emendas que apresentei é relativa aos participantes das pesquisas, às pessoas, aos pacientes que estão participando da pesquisa. Esses participantes formam uma parte importante, uma parte indispensável, porque sem a participação deles os testes clínicos em humanos seriam impossíveis e não haveria, assim, a possibilidade de se registrar o medicamento. Então, eu coloco como uma questão extremamente justa, Senadora Ana Amélia, que essas pessoas que participam voluntariamente das pesquisas, nas quais os medicamentos novos são testados, tenham o direito, durante a vida inteira, de receber

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

aquele medicamento de forma gratuita, aquele medicamento testado na pesquisa de que elas participaram. A emenda também não foi acatada, mantém-se o projeto dizendo que até dois anos o laboratório tem que conceder gratuitamente, depois o laboratório pode suspender.

Ou seja, são emendas com as quais eu não tinha o interesse de mudar o escopo geral do projeto, são apenas emendas que, no meu entendimento, poderiam ajudar na própria segurança da aplicação do projeto. Lamentavelmente, o nobre Relator não acatou nenhuma das emendas. Não quero crer que haja qualquer questão política aí no meio, porque estamos tratando de uma questão eminentemente técnica, não creio que haja qualquer orientação política nesse sentido, mas lamento que nenhuma das emendas tenha sido aprovada. Como o projeto está sendo analisado agora em turno suplementar – irá para a Câmara dos Deputados, onde, por sua complexidade, deverá ser modificado – e voltará ao Senado, que é a casa de origem, para que dê a última palavra, eu quero dizer que estou disposta a continuar o diálogo, Senadora Ana Amélia, Senador Otto, até lá. Quem sabe conseguimos incluir alguma dessas questões importantes até o final do debate da matéria?

Era isso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Relator.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu respeito e admiro muito a Senadora Vanessa Grazziotin. Devo dizer à Senadora que não há nenhuma conotação política, absolutamente, apenas a análise do projeto. Essa questão mesmo do termo "ressarcimento" seria, na minha ótica, na minha análise, uma redundância e, por isso, não foi acatada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, em turno suplementar, ressalvadas as emendas de turno suplementar que apresenta.

Procede-se à votação nominal.

Os Srs. Senadores que acompanham o Relator responderão "sim".

Paulo Paim, como vota?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – "Sim".

Ana Amélia, "sim" – é a autora.

Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – "Sim", Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Otto Alencar é o Relator.

Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Deca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vanessa Grazziotin.

Grazinento (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado.

Aprovado o substitutivo, consulto os Srs. Senadores se podemos votar em globo e repetir o resultado da votação anterior para as emendas que receberam parecer favorável do Relator...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... quais sejam, emendas nº 38-S, 39-S, 41-S e 42-S.

Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, consulto V. Exª se nós poderíamos submeter o item 8, por inversão de pauta, considerando que o Senador Armando Monteiro não o relatou ainda e, com certeza, será concedida vista coletiva. Nós, por economia processual, poderíamos ouvir o Senador Armando Monteiro, para que ele pudesse apresentar o seu relatório. É o que peço a V. Exª na condição de autor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O item 8...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª solicita vista?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Não, não, que seja lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, mas isso posteriormente. Vamos concluir a votação.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Não, não, é a inversão de pauta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª se refere ao item 8?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sim, 8.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vamos concluir a votação e posteriormente tratar do assunto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, me desculpe, mas eu não entendi o pedido do Senador Armando Monteiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O que eu solicitei a V. Exª foi que V. Exª pudesse avaliar a inversão de pauta para que nós pudéssemos não deliberar, mas conceder a palavra ao Senador Armando Monteiro, na condição de Relator, apenas para que ele pudesse ler o relatório, uma vez que será concedida vista desse relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu entendi. Porém, vamos concluir esta votação e, em seguida...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Agradeço a V. Exª. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Consulto os Srs. Senadores se podemos votar em globo e repetir o resultado da votação anterior para as emendas que receberam parecer favorável do Relator, quais sejam: Emendas nºs 38-S, 39-S, 41-S e 42-S.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação as emendas que receberam parecer contrário do Relator, quais sejam: Emendas nºs 26-S a 37-S e 40-S.

Procede-se-á à votação nominal.

Os Srs. Senadores que acompanharem o Relator responderão "sim".

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – "Sim".

Senadora Ana Amélia, "sim".

Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Estão me corrigindo. A informação da assessoria da Presidência é que, regimentalmente, o resultado seria o mesmo, porém, pelo Regimento, os que acompanham o Relator dirão "não", junto com ele.

Então, vamos reiniciar a votação.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "Não", seguindo a orientação do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – "Não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente, peço que V. Exª me instrua. É "não"?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Para acompanhar o Relator é "não".

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – O.k. "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Deca.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu sou voto divergente neste item porque são as emendas. Obviamente o meu voto é "sim" porque eu sou contrária ao parecer contrário às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – S. Exª vota "sim".

Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – "Não", Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Contra o voto da Senadora Vanessa Grazziotin, houve, portanto, a aprovação do parecer do Relator.

Aprovado, em turno suplementar, o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, e as Emendas nºs 38-S, 39-S, 41-S e 42-S, da CAS.

Rejeitadas as Emendas nºs 26-S a 37-S e 40-S.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O Senador Ricardo Ferraço...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pois não.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É exatamente porque o tema tem tudo a ver com o pedido do Senador Ferraço. Ele está pedindo a inversão do item 8. Nós temos o item 3. Poderíamos votar o item 3 e, em seguida, votaríamos o item 8. O.k., Ferraço?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sr. Senador Ferraço, o item 3...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu pediria vênia a V. Exª, Sr. Presidente, e ao Senador Petecão – em relação ao item 3, seguramente vai haver um debate – para que possamos conceder a palavra ao Senador Armando Monteiro para que ele leia apenas o relatório, que não terá debate, será concedida vista coletiva. Rapidamente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – E em seguida nós votaremos o item 3. O.k., Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O autor e o Relator estão de acordo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Sr. Presidente, é porque o pessoal, os sindicalistas, as centrais – não sei como se diz – já estão gastando o dinheiro do fundo do trabalhador, do fundo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Entendeu, Presidente?

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – V. Exª está vendo que isso é uma agressão e uma falta de respeito para com os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu pergunto aos Srs. Senadores se concordam com a inversão de pauta.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Procedida a inversão.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, de 2016
- Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2016, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 30.11.2016, a Comissão de Assuntos Sociais realizou Audiência Pública para instruir o Projeto.

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado

Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, trata-se, como V. Exª já falou, de um projeto que altera a CLT, para instituir o contrato de trabalho intermitente.

A proposição cria, portanto, uma nova modalidade de contrato de emprego, em que a jornada de trabalho variará em função das necessidades inerentes às atividades realizadas pelo estabelecimento empresarial.

De acordo com o autor do PLS, trata-se de inovação legislativa que permite adaptar o regime laboral consolidado àqueles empreendimentos que não necessitam de mão de obra permanente no local da prestação dos serviços.

Para tanto, estabelece que o contrato deve conter o valor da hora laboral do trabalhador intermitente, que não poderá ser inferior ao dos empregados em tempo integral que exercerem a mesma função, e os períodos em que o empregado prestará serviços em prol do empregador.

Dispõe ainda a proposição que a mudança pelo empregador dos períodos em que o empregado deva trabalhar seja a ele comunicada com pelo menos cinco dias de antecedência. Para proteger o trabalhador, estabelece o PLS nº 218, de 2016, que a sua recusa em prestar serviços não constitui justa causa para o rompi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mento do vínculo empregatício.

Estabelece o PLS nº 218, de 2016, por fim, que as verbas rescisórias do trabalhador intermitente serão calculadas com base na média dos salários recebidos pelo trabalhador durante a vigência do pacto laboral.

Até o momento, não houve a apresentação de emendas.

Sr. Presidente, passo à análise do projeto.

O contrato em tela é uma modalidade de acordo que permite a contratação, por hora, em escala móvel. Esse tipo de contrato é utilizado pela maioria dos países europeus. Foi instituído em função das necessidades laborais do setor produtivo, surgidas a partir da demanda dos consumidores, que mudaram seus hábitos e seus padrões de consumo. Por exemplo, pesquisas apontam que mais de 73% dos brasileiros realizam compras aos domingos. Os números brasileiros encontram similaridade em países como Estados Unidos, Inglaterra e outras nações.

Assim, esse tipo de arranjo legal busca preencher uma lacuna e visa adequar a lei à realidade daquelas empresas que não necessitam da presença do trabalhador durante as 44 horas semanais. Essa situação é muito comum no ramo de restaurantes e de diversos serviços cuja frequência de clientes não é uniforme ao longo da semana, meses ou durante o ano.

Nesses casos, a jornada do empregado varia em função das necessidades próprias das atividades realizadas pelo estabelecimento empresarial. Por outro lado, há oferta de trabalho disponível para esse tipo de contrato, composta por estudantes que querem conciliar trabalho e estudo, aposentados que buscam voltar ao mercado de trabalho de modo mais flexível e um contingente populacional à procura do primeiro emprego e de adquirir experiência profissional.

Trata-se, portanto, a nosso juízo, de pacto que moderniza a CLT, adaptando o regime laboral nela contido às necessidades de diversas empresas urbanas, sem, contudo, ferir a esfera juridicamente protegida do empregado.

Além disso, em meio à conjuntura que estamos atravessando de elevação da taxa de desemprego, a propositura certamente contribuirá para ampliar a demanda por trabalho sob essa modalidade e, assim, garantir um aumento da renda das famílias, concorrendo para a recuperação do consumo, que é o principal componente da demanda agregada, equivalendo a cerca de 63% do PIB. De acordo com levantamento realizado pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), a implementação do trabalho intermitente no País criaria, em curto prazo, dois milhões de novos postos de trabalho somente no setor de bares e restaurantes, sem contar outras atividades no ramo dos serviços.

Assim, a sua aprovação é medida que se impõe tendo em vista o crescente nível de desemprego no País.

Entretanto, a fim de se aperfeiçoar tão meritório projeto, algumas modificações se fazem necessárias.

A primeira alteração objetiva dar maior segurança jurídica ao se definir e circunscrever o conceito da modalidade de trabalho intermitente, que pode ser caracterizado pela descontinuidade ou intensidade variável da jornada de trabalho, com a determinação, ainda, de que essa modalidade de contrato não pode ser estipulada por prazo determinado ou em regime de trabalho temporário.

O segundo aperfeiçoamento consiste em exigir a forma escrita para o contrato de trabalho intermitente, tendo também como princípio conferir-se maior segurança jurídica. Para tanto, estabelecem-se também as condições em que se dará a prestação de serviços pelo empregado, bem como os locais onde se darão essa prestação.

A terceira alteração pretende aprimorar o dispositivo que trata da resposta dada pelo empregado à convocação patronal para a prestação de serviços fora dos períodos previamente combinados.

A expressão "imediatamente", contida no §2º do art. 452-A que se pretende inserir na CLT, embora transmita a inequívoca ideia de que a vontade do empregado deva chegar ao conhecimento do empregador o mais prontamente possível, não nos parece um parâmetro adequado.

Dessa forma, é estabelecido que o trabalhador responda em vinte quatro horas à intimação patronal, contadas da ciência do chamamento realizado pelo tomador dos serviços. Entendemos ser esse um prazo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

plausível para que ambas as partes possam comportar eventuais desajustes de agenda.

Por essas razões e para dar maior clareza ao texto que submetemos à deliberação desta Comissão, apresentamos, ao final, Substitutivo ao PLS nº 218, de 2016, contemplando os aspectos que acabamos de mencionar.

Em razão do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 218, de 2016, na forma da emenda substitutiva anexa ao presente relatório.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lido o relatório, fica adiada a votação, de acordo com a propositura do Senador Ferraço, salvo se houver solicitação de vista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se foi retirado de pauta a pedido do autor, tudo bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Presidente que falou.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª solicitou apenas a leitura do relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O que nós solicitamos foi inversão de pauta...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Para a leitura do relatório exclusivamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... para que o Relator pudesse fazer a leitura, o que aconteceu. Então, agora, nós deliberamos se não houver nenhuma vista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É aí que eu entro, Sr. Presidente.

Mas é tudo acertado, Sr. Presidente. A polêmica é do outro projeto.

Esse projeto, Sr. Presidente, é polêmico – nós sabemos disso –, há divergência, mas nós falamos com o autor e com o Relator e chegamos a um entendimento. Eu quero, inclusive, cumprimentar o autor e o Relator. Podemos ter divergência no projeto, mas o espírito democrático é de ambos, porque eu pedi a eles – pedi muito, e eles me atenderam – uma audiência pública, V. Exª a agendou, e fizemos aqui uma bela audiência pública sobre o tema.

Agora, conversamos, ajustamos que eu peço vista, e o projeto será votado no momento adequado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vista coletiva, e o projeto será votado no momento adequado.

Mas eu quero ressaltar aqui, Sr. Presidente, que, quando solicitei uma audiência pública para aprofundar o debate, ambos concordaram e ambos estiveram aqui e contribuíram para avançar nesse debate.

O mérito nós vamos debater no dia da votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito bem. Eu atendi V. Exª, porque atendo sempre!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É vista coletiva mesmo. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento.

Fica adiada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A matéria retornará à pauta.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Sr. Presidente, é o projeto agora, o...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seguindo a pauta, é o item 2.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O item 3. Eu pedi inversão. Não fizemos um acordo aqui para inversão? Não foi feito o acordo?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Feito o acordo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até porque não estão aqui nem o autor, nem o Relator do item 2.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, olha, na verdade, eu sinceramente perdi a paciência. Eu perdi a paciência...

Senador Paim, eu que tenho um respeito muito grande por V. Exª, aguentei aqui mais de uma hora. Eu acho que o senhor tem todo o direito de criar todos os artifícios possíveis aqui para tentar postergar, para obstruir. Eu acho que isso faz parte do Parlamento e respeitei.

Agora, quando começa aqui, olha... Isso aqui é jogo sujo. Isso aqui é pilantragem. Isso aqui é uma amostra de para onde está indo...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Tira esse cidadão daqui, olha...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente, tem um cidadão ali dizendo que é peculato. Precisa respeitar o silêncio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu acho que dessa forma nós não vamos a lugar nenhum; não vamos a lugar nenhum dessa forma. Ninguém aqui vai poder ganhar no grito nada de ninguém.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, não adianta criar esse clima. Não é bom para ninguém esse clima.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está suspensa a reunião.

(*Soa a campainha.*)

(*Tumulto no recinto.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, esse clima não vai levar a nada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obstrução é uma coisa, discussão da matéria é outra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Isso aí é obstrução, Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estou falando do que eu fiz aqui. Eu não estou respondendo em nada esse cartaz.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Isso é obstrução?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não tenho nada a ver com esse cartaz.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Isso é obstrução?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu usei o meu instrumento regimental. Ninguém viu aqui eu ofender ninguém, até porque não é do meu estilo.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui eu não ofendi ninguém. Eu só li o relatório, conforme orientação do Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – E eu quero pedir desculpa ao pessoal do sindicato... Ele fica se escondendo aqui por trás, fica falando escondido. Ele é um covarde. Covarde! Pilantra!

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É, é! É para isso que querem dinheiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos lá, pessoal. Não vai levar a nada essa discussão excêntrica e maluca. Vamos ordenar os trabalhos de novo, pessoal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. *Fora do microfone*.) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, diante do ambiente em que estamos, eu vou votar com o Relator, mas eu peço ao autor e ao Relator que retirem essa matéria hoje da pauta para discutirmos mais na próxima reunião, caso... (*Palmas.*)

Muito embora, compreendendo a forma civilizada de membros de sindicatos, mas aqui também colocando a forma desrespeitosa de um elemento que estava aqui, atingindo todo o Parlamento. Acho que nós não merecemos isso. Estamos discutindo uma matéria importante. Eu, pelo menos – e já deixei claro, com todo o respeito –, sou contra qualquer imposição. Sou contra imposto e a favor de contribuição tanto na questão trabalhista quanto na questão patronal. Acho que é uma coisa espontânea de cada membro, no meu modo de pensar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – De modo que eu quero pedir ao Petecão que retire hoje de pauta e que nós encaminhemos no próximo ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Petecão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu concluo aqui, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu acho o seguinte: o cidadão que saiu falou em peculato e atingiu todos os Senadores da Casa. É preciso respeitar a Casa. Eu jamais faria isso dentro de um sindicato. Já participei de sindicatos e sempre os respeitei. Conduzi, quando V. Exª saiu, o relatório do Paim com a maior tranquilidade. Agora, já que nós não ofendemos ninguém de sindicato, eu os respeito muito e sempre voto de acordo com o interesse do trabalhador, isso não é aceitável. Essas agressões estão acontecendo aqui no Senado Federal por alguém que nós não conhecemos e chamando de peculato. Crime. Ninguém aqui é criminoso, nenhum dos Senadores ou Senadoras.

Portanto, nesses casos, V. Exª deve tomar providência imediata para não acontecer coisa pior. Eu acho que o Senador Petecão deveria abrir mão para a solicitação do Paim, para se fazer audiência pública com pessoas qualificadas e não desqualificadas como esse cidadão que agora foi posto para fora do nosso ambiente. Eu concordo com audiência pública, claro. Tem de se ouvir os lados. Todas as pessoas querem apresentar as suas razões, mas não com xingamento e agressões aos Senadores e às Senadoras que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Otto...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu vou conceder a palavra.

V. Exª tem toda razão. Nós admitimos sempre a presença de sindicatos, do povo, de um modo geral, que queira assistir às reuniões. Jamais criamos obstáculos a isso. Mas o próprio Regimento declara o seguinte: "É permitido a qualquer pessoa assistir à reunião pública no lugar que lhe for reservado desde que se encontre desarmado e se conserve em silêncio e em respeito à Casa."

O que houve aqui foi um desrespeito. Acionei a Polícia da Casa, e o cidadão desrespeitoso foi colocado para fora.

Quero dizer a todos que esta Presidência não admitirá agitação aqui no interior. Respeitamos a opinião pública, respeitamos os convidados e até facilitamos o ingresso deles, mas não para fazer baderna. Com isso, nós não concordamos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, eu não sou o relator, que é quem tem autoridade para tirar ou deixar. Não vou intervir nessa parte. Eu só queria fazer um desabafo. Na verdade, isso me fortalece. De forma alguma, isso me intimida, até porque fiz algumas plenárias no meu Estado e caí em algumas armadilhas, achando que era uma reunião. Fizeram reunião com sindicatos e centrais. Quero pedir desculpas porque não consigo separar sindicatos de centrais. Na hora em que me referi a isso aqui, uma senhora falou que não era o sindicato. O covarde estava xingando ali escondido por trás dos outros. Ele não teve a coragem de dar a cara.

Eu peço desculpas se agredi, ou melhor, se não fui justo ao falar de sindicato. Agora, tenho a informação de que é um membro de uma central.

Sr. Presidente, não é que eu seja contra audiência pública. A audiência pública é desleal. Nós estamos falando de um imposto sindical que é muito dinheiro. Se fizermos uma audiência pública...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Você sabe disso, Paim, com a justeza que você tem no coração, e eu o conheço.

Se nós fizermos uma audiência pública aqui, vamos fazer uma audiência para sermos humilhados, porque eles têm dinheiro. Eles trazem as centrais, trazem os sindicatos.

As pessoas que são contra esse projeto – são mais de 60 mil pessoas hoje a favor e apenas mil contra – são os cidadãos, são as pessoas de bem, os trabalhadores, os verdadeiros trabalhadores. Esse benefício era para estar indo para eles, e não para ficar fazendo panfleto, para ficar tocando fogo em carro aqui na frente do Congresso, para ficar bancando mandato de político, como é no meu Estado, como é no Estado de muitos aqui.

É por isso que sou contra. Eu não sou contra o imposto, não. Eu sou contra a obrigatoriedade. O País hoje não aceita mais isso. Ontem, nós votamos o teto salarial, estamos fazendo mudanças nesta Casa. E como é que nós podemos compactuar e conviver com uma situação dessa?

Presidente, o que o senhor passou hoje aqui...

Paim, perdoe-me. Eu o admiro, gosto de você, mas não foi justo você ler um relatório de mais de uma hora e meia sem ter necessidade. Eu trabalho com você na CDH, sei da celeridade e da responsabilidade com que você trata lá a Comissão. Nós damos a maior celeridade possível, porque nós queremos que esta Casa ande.

Agora, quando vem um projeto aqui que trata de uma meia dúzia de interesses...

Ontem, participei de um debate, no gabinete do Senador Wilder, com uns sindicalistas de Goiás. Os cidadãos vieram me dizer: "Olha, agora os sindicatos vão entrar em campo". Campo de quê? Com ameaças! Para o senhor ver o autoritarismo, a arrogância e a prepotência. Aqui dentro da Comissão o cidadão...

Ali! Isto aqui custa caro. Isto aqui eles fizeram em menos de cinco minutos, colocaram minha foto, um papel de material bom, para poder tentar me intimidar, como se isso aqui me intimidasse.

Em trinta anos de política, nunca fui ligado a sindicatos. A minha ligação é com o povo. Toda quinta-feira, toda sexta-feira, estou lá no meu Estado conversando com meu povo. Não estou aqui para agradar e nem para desagradar. Estou tentando ser justo. O meu projeto é justo, porque o povo está do nosso lado. Mais de 60 mil pessoas estão dizendo que o projeto é bom para o Senado, é bom para a imagem do Senado, é bom para a imagem do Parlamento.

Senador, se quiser retirar de pauta, faça o que quiser. Agora, fique sabendo, Paim – como o senhor disse, ali é a TV Senado, o senhor que gosta tanto da TV Senado –, o povo não concorda com isso. Estou avisando-o, o povo não concorda com o que foi feito hoje nesta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Primeiro o Senador Wilder, depois a Senadora Vanessa e, em seguida, V. Exª.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, acompanhando a mesma linha do Senador Petecão, nós chegamos aqui, como bem o senhor falou mais cedo, madrugamos para chegar a esta Comissão e chegamos à Comissão de Infraestrutura. Eu atendi vários sindicatos ontem e há muitos dias, desde que começou este projeto. Este projeto entrou aqui em outubro, então ele teve muito tempo para ser debatido, e tal. Na verdade, não deram a ele, talvez, a importância que deveriam ter dado.

Eu vi agora uma senhora chorando quando esteve no meu gabinete. Há muitos sindicatos sérios. Mas, na verdade, eu vou retirar esse projeto de pauta, até com o pedido de todos, mas esse projeto vai passar, com certeza, na próxima votação que teremos e na qual estaremos presentes.

Agora, é o seguinte: não pode fazer isso, porque o projeto, na verdade, vai fortalecer os sindicatos, que querem prestar serviço. Nós não somos contra sindicato. Nós somos contra a obrigatoriedade de pagar a contribuição.

E eu acabei incluindo também o patronal, pois há uma confusão grande, que não é só do trabalhador. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Armando Monteiro sabe disso: sou empresário, e isso também me afeta. Só que, no Brasil de hoje, com tanta informação... Hoje, com o que nós temos de tecnologia, se as pessoas não trabalharem, nós não poderemos patrocinar isso.

O Senador Petecão tem razão: antes de nós estarmos na reunião, já havia um pessoal gastando dinheiro aqui para fazer insultos. E fez. Nós sabemos que não podemos generalizar, mas, infelizmente, talvez uma pequena minoria em cada segmento acabe atrapalhando os outros, que querem prestar um serviço de verdade.

Eu vou retirar de pauta, pedir para o senhor retirar, a fim de que, no próximo pleito, nós entremos de novo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Por solicitação do Relator, o projeto é retirado de pauta.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa, que...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero cumprimentar o Senador Wilder – ouviu, Senador? Eu acho que a decisão que V. Exª acaba de anunciar é uma decisão equilibrada.

E eu creio, Sr. Presidente, que nós já estamos nas últimas reuniões deste ano, e fevereiro está muito próximo. Nós poderíamos sim marcar, quem sabe, um conjunto de atividades, através desta Comissão, para debater de forma aprofundada. E ouvir todos os lados: ouvir os que são favoráveis, ouvir os que são contrários, para que nós possamos, enfim, expressar aqui um juízo de valor, Sr. Presidente. Somente isso. Acho que não devemos abrir mão de fazer várias audiências públicas e debates acerca dessa matéria tão importante.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Sr. Presidente, eu queria também dar a minha opinião a esse respeito.

No meu entender...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – ... o sindicato é composto de homens de bem e mulheres de bem. O sindicato presta assistência social. Lá existe dentista, existe médico... Se isso acontecer, nós estaremos acabando com os sindicatos do Brasil.

Em 1963, houve um movimento nesse mesmo sentido, para que só pagasse imposto sindical aquele que fosse filiado ao sindicato. E eu pergunto: e quando houver aumento salarial? Esse aumento salarial só vai ser dado para quem é sindicalizado? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não pode se manifestar.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Inclusive, no meu entender, Presidente, esse projeto é inconstitucional. Nós deveríamos consultar a Comissão de Constituição e Justiça, para saber se podemos fazer o que nós pretendemos, porque, se todos pertencem a uma entidade... Se é uma categoria, como é que eu vou dizer que uma parte não contribui e outra parte vai contribuir? Eu acredito que nós deveríamos também consultar.

Agora, o excesso de algum companheiro, algum trabalhador, é um reflexo do momento, um momento crucial, em que ele vive aquilo, em que ele sente aquilo. E, às vezes, ele não pode ter esse diálogo que nós estamos tendo aqui.

Eu sou solidário ao Petecão. Eu não aceito, em absoluto, que se venha para cá assacar a honra de um Senador, mas eu quero dizer que nós temos que fazer uma análise muito grande sobre esse projeto, ver a amplitude dele e que ele não causará mais prejuízo para o trabalhador do que benefício.

Era o que eu tinha a dizer.

Agora, eu gostaria, Presidente, no momento oportuno, de solicitar que esse projeto fosse à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador João Alberto, isso já está deliberado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Vai à Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Depois de votado aqui, irá à Comissão de Justiça.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, eu queria, primeiro, cumprimentar V. Exª e todos os Senadores e Senadoras.

Eu sei que o Senador Petecão ficou um pouco irritado. É normal em momentos de um debate de um tema delicado, polêmico. Eu quero só afirmar, Sr. Presidente, que o que eu li aqui foi o meu relatório sobre a previdência, por uma incumbência de V. Exª. Fiz um raio X da Previdência, apresentei alternativas, como me pediu V. Exª. Esse relatório demorou mais que uma hora e meia. Foram quase duas horas. Eu fiz a leitura devida.

Quanto aos incidentes que aqui aconteceram, isso, de fato, não leva a nada. Eu sempre digo para todos os meus amigos e amigas, Senadores, Deputados, que a gente tem que ganhar no argumento, no campo das ideias. Quem mais bem argumentar, é que vai conseguir...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria perguntar se V. Exª concorda com o panfleto que foi trazido aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vi esse panfleto agora.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª concorda com isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não tem nada a ver comigo e também... Digo que não tranquilamente. Vi esse panfleto aqui agora.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É isso que não pode acontecer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não é esse o caminho. O caminho é nós dialogarmos e encontramos uma saída, como temos feito muito aqui, nesta Casa.

Eu queria cumprimentar a todos, inclusive os sindicalistas que vieram aqui. Se alguém errou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós políticos também, às vezes, erramos. Se alguém errou, foi retirado aqui da sala.

O debate continua, Sr. Presidente. Esse tema de contribuição compulsória, Sr. Presidente, isso é verdade, envolve os partidos, envolve todo o setor empresarial, envolve os trabalhadores, envolve a própria OAB, envolve o Sistema S. Então, é algo que tem que ser tratado com a delicadeza do momento e tem que ser feito um ajuste em tudo que não prejudique ninguém.

Eu sei que é isso que os Senadores querem e é isso que nós vamos fazer. Acho, Sr. Presidente, como aqui ouvi de todos os Senadores com que conversei, e fiquei feliz também com a posição do Relator, que ninguém é contra uma audiência pública. Vamos chamar aqui os empresários, vamos chamar os trabalhadores, vamos chamar a OAB, vamos chamar alguém que fale pelos partidos, se são contra ou não a contribuição compulsória. É só isso que eu quero. E democraticamente vamos deliberar.

Eu queria aqui dar um abraço a todos e agradecer pela sábia decisão, esperando agora o momento da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, só para fugir um pouco dessa pauta mais divergente, eu gostaria de pedir licença aos nobres Senadores e Senadoras para anunciar aqui a presença do ex-Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Neuto de Conto, que passou por esta Casa, fez um brilhante trabalho e nos honra com a sua presença, que eu gostaria de registrar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E que honrou esta Casa...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Que honrou esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... com a sua presença.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – O outro registro que eu gostaria de fazer é que nós temos ainda... Inclusive, há um projeto de minha autoria, que é sobre o banco de leite, de que a Senadora Lúcia Vânia é Relatora, e que exige quórum qualificado. É um projeto extremamente importante, sobretudo para as nossas crianças, que têm no leite materno, vamos dizer assim, o princípio básico e elementar de uma vida saudável no futuro. Então é um projeto de suma importância.

Gostaria de pedir a V. Exª, se possível for, para permanecer até que a Senadora Lúcia Vânia... Não sei se o Presidente vai deliberar nesse sentido, para que nós possamos apreciar essa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Dário Berger pela importância dessa matéria. Quero apenas fazer um comentário adicional a esse respeito.

Tive que sair para socorrer o Senador Romário na relatoria, ocupar a presidência para que ele relatasse duas matérias. Esse foi o motivo pelo qual eu saí e deixei de ir à inauguração da TV Senado, que para mim é muito cara. Sou jornalista, então a televisão é uma questão importante, um veículo relevante.

Eu havia combinado com o Senador Paim... Até conversei bastante com o Relator. Ficou entendido.

Esta é uma Casa política e em Casa política as coisas não se decidem na violência nem na agressão. Na Casa política se discute e se acerta com diálogo, por mais complexos que sejam os assuntos.

Vimos agora, na votação de um relatório brilhante – e agradeço muito ao Senador Otto Alencar... É um médico. O critério que ele usou, em nenhum momento...

Como autora de projetos, quando eu passo às mãos do relator, ele é o dono da matéria. Nunca pedi ao Senador Otto Alencar: Senador, faça isso ou aquilo, mude isso... Não, a autoridade inteira é do relator.

Então eu quero agora... Porque queremos ajudar a apressar o relatório. Enquanto isso, Senadora Lúcia Vânia, eu peço que venham mais Senadores para fazer o quórum aqui.

Eu queria dizer o seguinte: com o Senador Paim, nós dois combinamos... Eu até conversei muito com o Wilder Morais, que é o Relator da matéria sobre contribuição sindical. Essa matéria, por conhecer a Casa, embora não esteja aqui por 30 anos, como está o Senador Paim, mas por pouco tempo, com uma boa discussão, sempre se encontra um denominador comum. Inclusive já apresentei uma emenda ao projeto, para que o Tribunal de Contas fiscalize os sindicatos dos trabalhadores, todos os sindicatos. Esse não é um recurso público; é um recurso individual, mas trata-se de uma organização que é controlada pelo Estado brasileiro. Então o Tribunal de Contas, na fiscalização, pode ajudar muito.

Quero dizer, Senador Paim... Concordei, falamos antes disso que a questão da audiência pública...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quando se abre outro microfone... Se alguém abrir outro microfone, haverá essa microfonia.

Então essa é a saída. Quero cumprimentar o senhor e dizer aos sindicalistas que vieram do nosso Estado, o Rio Grande do Sul, e de todo o Brasil: nós estamos dispostos a ajudar, agora é preciso também entender que o ritmo aqui não é o que todo mundo quer. Nós também gostaríamos que fosse tudo mais rápido, mas o ritmo político tem uma tramitação: tem que passar aqui, tem que passar em outra comissão, tem que ir para a Câmara dos Deputados. É uma tramitação que precisa ser entendida, sim. A democracia é boa e bonita por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

causa disso. E nós vamos construir uma saída que seja adequada para o País, para trabalhadores e para empregadores.

Dito isso, eu só peço ao senhor dois requerimentos meus, extrapauta, depois de tudo decidido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Senadora Lúcia Vânia, que é Relatora do Item 7, solicita inversão de pauta.

Eu submeto ao Plenário.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, de 2016
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar que maternidades de referência possuam banco de leite humano em suas instalações.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2016, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento o autor do projeto, Senador Dário Berger.

Quero dizer que esse projeto é um projeto de grande alcance social, importantíssimo para que a gente possa implementar esse banco de leite nos hospitais, que são responsáveis...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... pela nutrição das crianças, principalmente aquelas que precisam realmente desse leite materno, principalmente as crianças que nascem com deficiência, que nascem com subnutrição. Esse leite materno é fundamental para que a gente possa fazer com que essas crianças tenham uma vida saudável.

Portanto, quero parabenizar o autor do projeto e dizer que, como mulher, como mãe, eu me sinto honrada em poder relatar um projeto desta natureza. Eu sei que vai beneficiar centenas e centenas de crianças neste País.

Portanto, eu vou direto ao voto, porque todos os Srs. Senadores já conhecem o projeto, sabem da sua importância social.

Somos pela aprovação, com duas emendas que acrescentamos. Essas emendas acham-se, também no relatório. Os Srs. Senadores já passaram os olhos nas emendas.

Então, eu pediria ao Sr. Presidente que colocasse em votação o projeto e, posteriormente, as emendas, que vêm aperfeiçoar o projeto.

Portanto, termino aqui pedindo a aprovação do relatório, externando os meus cumprimentos ao Sena-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dor Dário Berger, em nome não só meu, mas de todas as mulheres deste País.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A matéria está em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, quero só cumprimentar o Senador Dário Berger e a Relatora Lúcia Vânia pelo trabalho que apresentaram neste projeto sobre o banco de leite. Ninguém pode ser contra.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, quero parabenizar o autor, o nobre Senador Dário Berger, pela iniciativa de um projeto de grande alcance social. Eu acho importante esse projeto. E também quero parabenizar a Senadora Lúcia Vânia pelo seu relatório.

Era só isso que queria falar e colocar-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Também gostaria de deixar aqui o meu cumprimento ao Senador Dário Berger, de Santa Catarina, pela iniciativa de trazer a esta Comissão um importante tema: exatamente os primeiros cuidados, os mais importantes, para que as nossas crianças, de fato, aquelas que necessitam, possam utilizar esse banco disponível para que, realmente, fiquem fortes e tornem-se brasileiros por inteiro.

Quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, que relatou e produziu, no seu relatório – digamos –, o verdadeiro sentido e objetivo do projeto de lei que está agora sendo apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Parabéns ao autor e à Relatora.

Declaro o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Então, encerrando a discussão, passaremos à votação do projeto, ressalvadas as emendas apresentadas.

Quem votar com a Relatora responderá "sim".

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "Sim", Sr. Presidente. Com o autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Ana Amélia não está presente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dário Berger. (*Pausa.*)

Faltou.

Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dalírio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lúcia Vânia, "sim".

Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu voto "sim", parabenizando o autor, em nome das mães do Brasil e das crianças que estão nascendo por aí.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Deca.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado o projeto.

Consulto os Srs. Senadores se podemos votar, em globo, e repetir o resultado da votação anterior para as emendas da Relatora.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2016, e as Emendas nºs 1 e 2, da CAS.

Será comunicada a decisão da comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário Oficial*.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu peço a V. Exª a inversão da pauta para relatar o item 6. É o Projeto da Câmara dos Deputados nº 88, de 2013.

Como conversei com o Senador Paulo Paim, há um acordo para ele pedir vista. Eu poderia ler o relatório e depois o traríamos para cá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Otto Alencar solicita inversão da pauta para o item 6.

Se os Srs. Senadores estão de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu concordo, mas preciso de um segundo só. Eu combinei com ele que o pedido de vista já fica comigo, porque vamos construir juntos aqui um entendimento.

Eu tenho que abrir já a Comissão de Direitos Humanos. Se V. Exª me assegurar, ele faz a leitura, mas eu já faço o pedido de vista. O.k?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O.k.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, vista coletiva, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pois não, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, é o projeto de Lei nº 88, de 2013, que acrescenta §5º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

De iniciativa do nobre Senador Vital do Rêgo, o Projeto de Lei do Senado pretende regular a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante, tendo sido dita proposição distribuída, em razão da matéria, para exame desta Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo.

O foco da proposta consiste em possibilitar às empresas, com empregados de diferentes categorias profissionais, a celebração, diretamente com o sindicato da categoria preponderante em seu quadro, de contratos ou acordos coletivos de trabalho, válidos para todos os seus obreiros, para compensação de jornadas, com dispensa de acréscimo de salário. Em tal hipótese, ficam prejudicadas cláusulas semelhantes de outros instrumentos de negociação coletiva, eventualmente aplicáveis às relações de trabalho no âmbito daquela empresa.

Reporta-se o autor ao preceito consolidado do *caput* do art. 59 que prevê o denominado "banco de horas", a cujo teor as empresas, mediante acordos e convenções coletivas de trabalho, poderão dispensar o acréscimo de salário relativo a horas extras, quando o excesso de horas num dia for compensado pela diminuição na jornada de trabalho.

Embora reconhecendo o inegável avanço e valia do referido instrumento nas relações trabalhistas, observa que as negociações relativas aos bancos de horas nem sempre se pautam pela segurança jurídica e consenso, mormente em empresas que possuem empregados pertencentes a diversas categorias profissionais, com interesses diversos e diferentes jornadas, criando dificuldades ao processo e levando a resultados nem sempre satisfatórios.

Assinala, também, o autor os percalços que podem surgir na organização do trabalho, no caso de estipulação de regras ou parâmetros diferentes para compensação de jornadas, que atendam perfis de diferentes profissionais, cujas atividades, porém, devam estar associadas, fatores que contribuem eventualmente para frustrar a tentativa de um acordo ou convenção coletiva.

Em linha argumentativa, observa que a solução para esses problemas deve ser buscada no âmbito das empresas, sob o intento de maximizar os benefícios do banco de horas em prol de empregados e empregadores, evitando que interesses minoritários ou dispersos se mostrem excessivamente relevantes no momento das negociações coletivas.

Ao preconizar que a compensação de jornadas seja ajustada com a categoria preponderante dentro da empresa...

Até o momento, não foram oferecidas emendas ao Projeto.

Na análise, Sr. Presidente, para tratar da proposição, trata-se de projeto que se amolda à previsão do inciso XIII do art. 7º da Lei Maior, quando faculta a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

No entanto, a iniciativa do Senador Vital do Rêgo ao estabelecer que a compensação de jornadas seja ajustada com a categoria preponderante dentro da empresa, incorre em inconstitucionalidade por violar a representatividade sindical, já que não se pode sujeitar validamente diferentes categorias, passíveis de compor o quadro de pessoal.

Trata-se de novo regime, dito jornada facultativa, mediante o qual se pode atender a situações especiais, próprias de diferentes categorias laborais que têm jornada legal diferençada, inferior às 44 horas semanais, tornando possível a ampliação destas até o limite constitucional, cuja implementação propiciará vantagens mútuas, em forma de ganhos aos trabalhadores e melhor gestão operacional e produtiva às empresas em geral.

Tal o escopo do Substitutivo de relatoria que ofereço ao Projeto, cujo objetivo consiste em permitir a negociação individual ou coletiva da duração do trabalho, em lugar da necessidade de alterar leis especiais de restrito âmbito corporativo, a fim de restabelecer a jornada comum aos trabalhadores.

Então, Sr. Presidente, já que não foram oferecidas emendas ao projeto, diante da situação, que requer que a matéria seja apreciada para melhorar e flexibilizar as relações de trabalho, nós...

De modo geral, representará aumento remuneratório para todas as categorias profissionais compreendidas nos lindes do Substitutivo adiante, sendo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

- aumento da remuneração total em 72% e aumento real de salários da ordem de 7,5% para os empregados atualmente vinculados à jornada de 5 horas (acréscimo de 3 horas);

- aumento da remuneração total em 40%, ou real de 5%, para aqueles que cumprem jornada de 6 horas (acréscimo de 2 horas); e

- aumento da remuneração total em 17,14%, ou real de 2,5%, para os que trabalham 7 horas a cada dia (acréscimo de 1 hora).

Esse aumento do valor da remuneração de um dia de trabalho repercutirá proporcionalmente à soma das horas acrescidas à jornada, com o percentual de 20% sobre o valor da contribuição sindical anual das respectivas categorias profissionais, o que se acha explicitado na norma constante do §3º do art. 58-B, a ser aditado à CLT, conforme o Substitutivo.

Diante do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2013, e, no mérito, por sua aprovação, na forma do Substitutivo que segue.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Dário pediu a palavra? Ou não?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A matéria está em discussão.

Houve um pedido de vista coletiva, que concedo na forma do art. 132 do Regimento Interno.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Proponho também a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta reunião, que é a 40ª.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, só um minuto. Eu sei que já estamos aqui no adiantado da hora e travamos enormes discussões em relevantes temas, entretanto, não tive oportunidade, na época própria, de fazer um agradecimento especial a todos os Senadores e Senadoras, em especial à Senadora Lúcia Vânia, que foi a Relatora do projeto de lei de minha autoria que institui o banco de leite nas maternidades regionais de todo o Brasil.

Essa matéria, como já foi abordado aqui, e o Senador Otto Alencar que nos dá o prazer aqui da sua companhia, que é médico, sabe efetivamente, talvez mais do que nós que não somos médicos, da sua importância... Várias pesquisas hoje comprovam a importância, a superioridade do leite materno em relação aos outros leites de outras espécies. A introdução precoce, vamos dizer assim, de outros elementos que não o leite materno pode causar grandes consequências para o futuro das crianças e, de imediato, pode causar episódios como diarreia, hospitalização, doenças respiratórias, dentre outras.

Dessa maneira, ao longo dos últimos anos, nos últimos 30 anos aproximadamente, o Brasil vem desenvolvendo ações de promoção de proteção e apoio ao aleitamento materno, um esforço no sentido de aumentar as taxas de amamentação do País. Consequentemente, nosso País conseguiu uma boa ampliação da prevalência do aleitamento materno nessas últimas duas décadas.

Nós fizemos, inclusive, uma audiência pública a respeito desse assunto aqui, Sr. Presidente, que foi, evidentemente, autorizada por V. Exª, e um dos painelistas, dos expositores, mencionou que os primeiros mil dias – já há agora essa nova versão, são os mil dias de vida – são essenciais, são fundamentais, são primordiais, são vitais para a definição da saúde dessa criança para o futuro.

Nós hoje percebemos – inclusive eu gostaria, se o senhor me permitir, de mais um minutinho da sua paciência – que entre as principais estratégias de políticas governamentais em andamento no País concorreram para a obtenção desses resultados os bancos de leite humano, cuja rede é composta por 218 unidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

em operação hoje. Só em 2015 foram distribuídos 145.985 litros de leite humano pasteurizado, com qualidade certificada, a 177.728 recém-nascidos internados em unidades de terapia intensiva. Olha só o alcance social dessa matéria, dessa questão.

Não existe violência maior que aquela praticada contra os nossos filhos, as nossas crianças, sobretudo os nossos bebês.

Eu acho que essa matéria é uma matéria importante. Ela é simples, sublime, mas tem um alcance social muito importante.

Então, mais uma vez, parabenizo... Agradeço a V. Exª pela inversão de pauta, agradeço à Relatora, Senadora Lúcia Vânia, e agradeço a todos os Srs. e Srªs Senadores que, por unanimidade, votaram essa matéria. Muito Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dário Berger, nós que temos que agradecer a V. Exª pela iniciativa da apresentação desse projeto, que é de grande importância realmente para todo o povo brasileiro. Os jovens de hoje serão realmente os homens de amanhã.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O item 1 da pauta também, eu sou Relator, é um projeto não terminativo que também julgo de grande importância, que é o Projeto nº 264, de 2010, Projeto de Lei nº 4.761, de 2012, na Câmara dos Deputados, que regulamenta a prática da equoterapia, que é uma prática hoje consagrada. Eu conheço alguns casos, algumas instituições na Bahia que fazem isso com resultados muito satisfatórios para todos aqueles que precisam desse método, que é um método já consagrado. Portanto, eu pediria a V. Exª, com o espírito público que tem V. Exª,...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado a V. Exª.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... com essa tranquilidade toda, mas hoje agiu com muita firmeza quando nós fomos aqui atacados, que me desse a condição de pelo menos ler esse projeto, que é não terminativo, e a análise dele, para que nós pudéssemos aprovar e encaminhar ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pois não, Senador Otto Alencar.

ITEM 1
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a prática da equoterapia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 13, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, ressalvadas as modificações no "caput" do artigo 3º, na alínea "e" do inciso IV do artigo 3º e no artigo 4º.

Observações:

- Em 23.02.2016, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável à matéria.

- Em 06.04.2016, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer favorável à matéria.

- Votação simbólica.

Concedo, portanto, a palavra, ao Senador Otto Alencar, para proferir a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu tenho um conhecimento razoável desse assunto. Eu me lembrei inclusive de um Município do interior da Bahia, o Município de Jequié, que tem uma instituição que faz um trabalho belíssimo a esse respeito.

Portanto, acho importante, sei que muitos profissionais hoje estão envolvidos com equoterapia, têm bons resultados, os pacientes, os jovens que precisam realmente de uma assistência nesse sentido, e o resultado é muito bom. Não é porque eu sou... Eu gosto muito dos animais. Eu tenho um cãozinho, que é o Mike. Já está comigo há 12 anos, e eu espero que ele possa viver muito tempo. E eu tenho uma paixão pelos cavalos desde garoto. A vida inteira foi com cavalos... Eu acho que é um dos grandes amigos do homem o cavalo. O cão é um grande amigo, mas não puxa o arado, não podemos montar no cão para trazer o boi para o curral. Então, há uma série de atividades com o cavalo, inclusive pela sua docilidade, que são superimportantes.

Então, a análise, para apreciar a matéria, encontra respaldo no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Consoante os arts. 287 e 285, emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda. Ademais, o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto do Senado considerava uma série de emendas. Logo, nessa fase de tramitação dos SCD nº 13, de 2015, cabe a esta Casa aceitar ou rejeitar o substitutivo, na íntegra ou em parte.

A maior parte das alterações propostas na Câmara dos Deputados, de fato, aprimoram o texto aprovado no Senado Federal. Discordamos, no entanto, de três modificações.

A primeira é a exclusão da possibilidade de a autoridade regulamentadora normatizar eventuais questões referentes à prática de equoterapia. Acreditamos que, para a adequada segurança dos pacientes submetidos a esse tipo de tratamento, é fundamental a permanente tutela do Poder Público, o qual deve ter prerrogativa de, no caso necessário, intervir para aperfeiçoar o regulamento dessa matéria.

Em segundo lugar, julgamos que a redação da alínea e do inciso IV do art. 3º do PLS nº 264, de 2010, deixa clara a responsabilidade do centro de equoterapia de garantir atendimento médico de urgência ou de remoção para serviços de saúde. Isso é superimportante, ter essas condições para qualquer atendimento de urgência que possa surgir no curso do tratamento. A condicional de exigir tais serviços somente em localidades em que não exista atendimento médico de emergência – acrescentada pelo SCD sob análise – desobriga a maioria dos centros de equoterapia a assegurar assistência nos casos de acidentes em situação de que discordamos.

Por fim, somos pela manutenção do art. 4º do PLS 264, de 2010, que dispõe que centros de equoterapia somente poderão operar mediante alvará de funcionamento da vigilância sanitária e de acordo com as normas sanitárias previstas em regulamento. O fato de o art. 4º do SCD sob análise possibilitar o funcionamento desses centros com base somente em laudo técnico de autoridade de medicina veterinária pode gerar insegurança a usuários e profissionais. Isso porque considera-se, assim, a possibilidade de prescindir da análise da equipe de vigilância sanitária, o que julgamos inconcebível.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 13, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, ressalvadas as modificações no *caput* do art. 3º, na alínea "e" do inciso IV do art. 3º e no art. 4º.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Sr. Presidente. Só para fazer o registro da oportunidade deste projeto. Jovens, adultos e pessoas com deficiência têm na equoterapia um instrumento valiosíssimo na sua recuperação, na sua vida normal, porque a relação do animal com a criança portadora de deficiência, especialmente, ou mesmo com o adulto, ultrapassa o que a própria ciência prova dessa relação, diria, afetiva.

Gostei muito, Senador Otto, dessa manutenção desse artigo para a questão, porque não adianta você cuidar da saúde de uma pessoa com um animal doente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, esse detalhe é alta-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mente responsável.

E sei – temos conversado muito com o Senador Otto sobre a questão de vaquejadas – do carinho dele. Na minha Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, quando discutíamos o mormo, que é uma doença que dá nos equinos, vi o envolvimento dele com essa matéria. Então, não só estava em boas mãos, mas também pelo cuidado de preservar uma questão que diz respeito à saúde dos dois seres: o animal, que é o cavalo, a sua sanidade; e a pessoa que vai usar a equoterapia como forma de tratamento.

Então, muito boa a iniciativa do autor, e a relatoria do Senador completa o aperfeiçoamento do projeto.

Meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 13, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, com as alterações propostas pelo Relator.

A matéria vai ao plenário do Senado para prosseguimento da tramitação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se pudéssemos, pelo menos, deixar aprovados, extrapauta, Presidente, só dois requerimentos para que, no ano que vem, já possamos agendar – são dois requerimentos de audiência pública de assuntos diferentes –, se for possível, ficaria muito grata a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª poderia lê-los?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim. A Mesa já recebeu cópias dos requerimentos.

Um requerimento é para instruir um projeto de lei, do qual sou Relatora, da Deputada Soraya Santos, que trata da regulamentação das profissões de esteticista, que compreende o esteticista e cosmetólogo, e de técnico em estética, com a participação – para instruir esse projeto do qual sou Relatora – do Dr. Roberto Mattar Cepeda, Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Drª Katia Regina de Lima e Silva Smaniotto, Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade de Feevale; Rosalyne Kelly Gomes, Presidente do Sindicato do Rio de Janeiro; Gabriel Gontijo, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia; e Carlos Vital, Presidente do Conselho Federal de Medicina.

Esse é o requerimento relacionado à instrução desse projeto de lei da Deputada Soraya Santos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – São dois Itens.

V. Exª pode ler o segundo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O segundo requerimento é uma audiência pública para tratar de um tema aqui, também – Senador Otto, Senador Dário Berger, V. Exª e demais Senadores –, que é a relevância das instituições filantrópicas no cenário nacional, e, em especial, para debater a observância dos direitos e garantias constitucionais dessas instituições, com o objetivo de proporcionar estabilidade e segurança jurídica ao setor filantrópico. Sugiro um representante do Ministério da Saúde, representante do Ministério da Educação, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, o Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid; o Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas, Custódio Pereira, do Fonif; e Daniel Domeneghetti, CEO e pesquisador da DOM Strategy Partners, que trata exatamente dessas parcerias. Então, é uma questão interessante, porque aí, na filantropia, estão não só instituições de saúde, no caso, Santas Casas, hospitais comunitários, mas também instituições comunitárias educacionais.

O Rio Grande do Sul e Santa Catarina têm muita instituição que opera como filantrópica na área educacional ou também na área da educação especial. As APAEs, por exemplo, que são filantropia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, são esses os dois requerimentos.

Eu agradeço antecipadamente ao Presidente, Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Um dos requerimentos diz respeito ao Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2016, que se encontra nesta Comissão.

Coloco em votação os dois requerimentos.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados extrapauta, sabendo-se que o requerimento a respeito do Projeto de Lei da Câmara nº 77 faz com que a matéria fique suspensa na Comissão, nos termos do art. 118 do Regimento Interno, aguardando, portanto, a realização da audiência.

(São os seguintes os itens aprovados:

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 35, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 77, de 2016, de autoria da deputada Soraya Santos, que regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética, com a participação dos convidados abaixo relacionados:

• Roberto Mattar Cepeda, Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO);

• Katia Regina De Lima E Silva Smaniotto- Coordenadora de Curso- Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética- Universidade Feevale;

• Rosalyne Kelly Gomes, Presidente do Sindicato do Rio de Janeiro;

• Gabriel Gontijo- Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia-SBD

• Carlos Vital- Presidente do Conselho Federal de Medicina-CFM

Autoria: Senadora Ana Amélia

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 36, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeiro no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realização de Audiência Pública com o tema "A relevância das Instituições Filantrópicas no cenário nacional", para debater a observância dos direitos e garantias constitucionais dessas instituições, com objetivo de proporcionar estabilidade e segurança jurídica ao setor filantrópico.

Para tanto sugiro que sejam convidados:

• Representante do Ministério da Saúde

• Representante do Ministério da Educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

• *Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário*

• *Jorge Antonio Deher Rachid – Secretário da Receita Federal*

• *Custódio Pereira – Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF)*

• *Daniel Domeneghetti – CEO e Pesquisador da DOM Strategy Partners.*

Autoria: Senadora Ana Amélia

Observações:)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria parabenizar V. Exª pela condução, nesses dois anos aqui, à frente da CAS, da Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Ana Amélia, nosso amigo aqui que pensou no leite para as crianças agora, o nosso Dário Berger, e dizer da minha alegria de ter participado nesse período.

A Senadora Ana Amélia tocou num assunto que é superimportante nessa questão da equoterapia, que é a sanidade animal. Eu convivo com isso, sou médico, mas convivo há muito tempo com isso. Algumas enfermidades, algumas doenças animais podem ser transferidas para as pessoas. Uma delas é a babesiose, que é uma doença causada pelo carrapato. Acontece muito isso. Então, a sanidade animal hoje é uma coisa superimportante. O que eu queria dizer é que todos esses centros de equoterapia praticam isso, têm veterinários.

Na vaquejada, a situação é mais apurada ainda, a sanidade animal. Para vocês terem uma ideia, qualquer animal que vá para a vaquejada tem que fazer global já, hoje, tem que fazer hemograma para saber como é que está a hemoglobina, como é que estão os hematócritos, a quantidade de glóbulos, enfim. Hoje se faz isso com uma prática muito grande e se empregam muitos veterinários, que, participando dessas atividades com os animais, evitam a contaminação dos seres humanos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele falou do carrapato, da doença. Eu viajei – para completar só, Senador Otto – com um especialista nessa área que é do Departamento de Fiscalização do Ministério da Agricultura em Porto Alegre. Existem mais de 100 tipos de carrapatos diferentes, cada um com a sua natureza, sempre dando um desconforto para o coitado do animal, mesmo que tenha a garcinha, que vá lá e coma na barriga do cavalo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vai logo ao lugar onde ele não pode fazer nada, que é na orelha.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, como os requerimentos da Senadora Ana Amélia foram apresentados posteriormente, extrapauta, eu proponho outra vez, ratificando a dispensa e aprovação da ata da reunião anterior, a aprovação da Ata da 40ª reunião, que é esta reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Srs. Senadores, estamos realmente chegando ao final deste período de sessões legislativas. Eu tive a honra de presidir esta Comissão por dois anos, como o fiz em relação a quase todas as Comissões do Senado a partir da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E até por ser um dos três Senadores mais antigos desta Casa, com quatro mandatos, 32 anos, eu ganhei alguma experiência, é natural, no contato com os meus colegas de trabalho.

Nesta Comissão, eu tive realmente a honra de trabalhar com Senadores absolutamente aplicados, presentes quase sempre – e se não era sempre foi em razão de outros compromissos em outras Comissões –, debatendo profundamente, exaustivamente, as questões sociais que a esta Comissão foram submetidas.

Eu saio daqui, portanto, no próximo ano, com a sensação de ter cumprido, e não apenas eu, mas os membros desta Comissão, o dever que os líderes e o Plenário do Senado nos atribuíram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Rogo a Deus para que todos tenham um bom Natal e que no próximo ano as turbulências sejam menores para que possamos viver em paz com as nossas famílias, com os nossos amigos e com todo o povo brasileiro.

Agradeço a todos a presença aqui hoje e a presença constante que tiveram ao longo dos dois anos desta Presidência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, como sou a... Como estou diante de dois colegas cavalheiros, e um é cavalheiro e cavaleiro, as duas coisas...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós dois somos cavalheiros também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele é cavalheiro e cavaleiro.

Eu queria pedir, e certamente eles me darão essa preferência, para fazer um agradecimento ao apoio de V. Exª nas horas mais difíceis, como foi hoje também em alguns momentos da nossa reunião da CAS.

Também queria que V. Exª soubesse que tem uma equipe comandada pela Patrícia na Secretaria Executiva da Comissão, toda uma equipe que integra e dá suporte ao trabalho desta Comissão, isso precisamos reconhecer, pois há um zelo e um cuidado muito grande e um apoio da equipe para que se consiga o quórum na hora de votar: saem correndo pelos corredores buscando juntar os Senadores. Penso que é dessa forma.

O senhor disse uma coisa importante, e acho que o Senador Otto Alencar e o Senador Dário Berger concordam: ontem nós tivemos no Senado uma sessão, acho que é isso que a sociedade espera de nós, nós respondemos à crise com trabalho. O que nós fizemos ontem não foi pouca coisa. Votamos matérias da maior relevância, não só a PEC 55, com que tivemos o reconhecimento desse esforço. Votamos a questão do teto, do extrateto, a lei das licitações. Uma matéria que ficou pendente para hoje, mas que é uma matéria que vai ser votada também, todas elas extraordinariamente importantes e impactantes para o País, mesmo o pronunciamento do Senador Jader Barbalho, com que concordei até a metade, depois, parte, não havia necessidade de fulanizar a crise, mas ele estava abordando de maneira adequada, porque quanto mais você cutuca a ferida, cutuca o problema, mais você amplia isso. É como tentar apagar fogo com gasolina. Então, acho que nós cumprimos.

Hoje, também aqui na Comissão, Presidente, cumprimento V. Exª porque está encerrando também o seu período de gestão na Comissão, dois anos de mandato da Presidência. Então agradeço muito todo o apoio dado em todos os momentos por V. Exª, o rigor, o cuidado e a solidariedade com os colegas Senadores que integram esta Comissão de Assuntos Sociais.

De minha parte, muito obrigado.

Parabéns à equipe e parabéns pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito obrigado a V. Exª.

Eu ia secundar a minha fala com o agradecimento da nossa assessoria que foi presente o tempo todo e precisa. A assessoria, não só em relação a mim, é altamente qualificada, faz com que o Presidente tenha facilitado o seu trabalho durante as reuniões, ainda que nas mais tumultuadas. A Drª Patrícia, assim como os demais membros da assessoria desta Comissão...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O senhor pode citar os nomes de todos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Fá-lo-emos.

A Drª Patrícia substituiu aqui na Comissão a Dulcídia, que, como os senhores se recordam, era a secretária da Comissão. A Patrícia já estava na assessoria da Comissão por algum tempo e foi a solução natural para a substituição da Drª Dulcídia, que se aposentou.

Os consultores que vieram da Consultoria Legislativa também tiveram o seu papel, todos eles.

Uma das assessoras que eu tenho na Comissão e que aqui se encontra presente também, a Daniele, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

quem devo mencionar nominalmente, cuidou da parte jurídica por todos esses dois anos. A ela o meu profundo agradecimento também.

No Senado Federal, tanto os seus servidores comissionados quanto aqueles que fazem parte do quadro são sempre qualificados. Isso dá a nós segurança, tanto nas Comissões, que estudam, que têm o dever de fazê-lo mais aprofundadamente, os projetos que aqui chegam, como a todos nós, no sentido de deliberarmos sabendo o que estamos realmente fazendo. É o que tem acontecido aqui.

Com esses esclarecimentos, como pede o Senador Otto Alencar, informo que nós tivemos o concurso do Pedro, da Regina, da Jane, da Carolina, do Adalberto, da Mariana, da Francilene, da Andreia, da Francisca e da Ivani. A todos não apenas os meus agradecimentos, mas os de todos os Senadores que compuseram esta Comissão.

Eu não quero encerrar a presente reunião sem antes ouvir, outra vez, a palavra sempre judiciosa do Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria pedir permissão a V. Exª, já que jogou incenso em todos os seus assessores, para que eu possa, como na Bahia se diz, jogar incenso no Fábio, na Adriana e na Cynthia, que são meus assessores no meu gabinete e me ajudam muito. A Cynthia, inclusive, pressiona muito aqui pelas matérias...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, em meu nome, inclua os meus, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ela é conhecida no gabinete como super-rápida. Se tivesse que voltar em uma outra encarnação, ela seria uma bombeira, porque só anda com pressa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 40 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores José Maranhão e José Pimentel, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Telmário Mota, Benedito de Lira, Lídice da Mata, Lasier Martins, Ângela Portela, Paulo Paim, Ana Amélia, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Romero Jucá, Simone Tebet, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Hélio José, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Magno Malta, Cidinho Santos, Vicentinho Alves. Registra a presença o Senador Otto Alencar. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Eduardo Braga e Marcelo Crivella. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, de 2015 – Não terminativo, que: "Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores." Autoria: Deputada Keiko Ota. Relatoria: Sen. Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ, com a Subemenda nº 1-CCJ à Emenda nº 1-CCJ. Aprovado o Requerimento nº 43, de 2016 - CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 2 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, de 2016 – Não terminativo, que: "Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal." Autoria: Senador Otto Alencar. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. Aprovado o Requerimento nº 44, de 2016 - CCJ, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, que solicita realização de Audiência Pública para instruir a Proposta. ITEM 3 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2015 – Não terminativo, que: "Susta a aplicação da Norma Regulamentadora NR-12, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Armando Monteiro. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, de 2016 – Não terminativo, que: "Altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas." Autoria: Comissão Diretora (CDIR). Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2016 – Não terminativo, que: "Altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994, e 13.105, de 16 de março de 2015, para estipular direitos e garantias para as advogadas gestantes, lactantes e adotantes e dá outras providências." Autoria: Deputado Daniel Vilela. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 2-CCJ a 4-CCJ (de redação). Em 22/11/2016, foi apresentada a Emenda número 1, de autoria do Senador Hélio José. Em 23/11/2016, a Emenda foi retirada pelo autor. Aprovado o Requerimento nº 45, de 2016 - CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 6 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62, de 2015 – Não terminativo, que: "Altera os arts. 27, 28, 29, 37, 39, 49, 73 e 93 da Constituição Federal para vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros. Relatoria: Sen. Vicentinho Alves. Relatório: Favorável à Proposta e parcialmente favorável às Emendas nºs 4, 5, 8, 12, 13 e 14, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 3, 6, 7, 10 e 11. Resultado: Concedida vista coletiva nos termos regimentais. Em 22/11/2016, foi recebido requerimento do Senador Vicentinho Alves, solicitando a retirada da Emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nº 9, de sua autoria. Em 23/11/2016, foi recebida a Emenda nº 14, de autoria do Senador Cidinho Santos. ITEM 7 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 111, de 2015 – Não terminativo, que: "Altera o Artigo 62, § 1°, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias." Autoria: Senador Renan Calheiros e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2012 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública." Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2012 – Terminativo, que "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 472, de 2012 e rejeição do PLS nº 401, de 2012. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2016 –Terminativo, que: "Acrescenta o art. 207-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família." Autoria: Senador José Maranhão. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012 – Terminativo, que: "Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Alvaro Dias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014 – Terminativo, que: "Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 – Terminativo, que: "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 – Terminativo, que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Sen. Ciro Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 – Terminativo, que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Ter-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

minativo, que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015 – Não terminativo, que: "Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União." Autoria: Senador Donizeti Nogueira e outros. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda n° 1, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 – Terminativo, que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 21 - OFICIO "S" Nº 28, de 2014 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). " Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo, que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de colher provas e remeter boletim de ocorrência ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, no caso do envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão dirigida à mulher." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015 – Não terminativo, que: "Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha", para determinar que os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam processados mediante ação pública incondicionada." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 - Complementar – Não terminativo, que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009 – Terminativo, que: "Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países." Autoria: Deputado Walter Pinheiro. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2016 – Terminativo, que: "Altera o art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências", para estabelecer obrigatoriedade da divulgação de todas pessoas que recebem benefícios previdenciários e assistenciais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os respectivos valores recebidos em sítio oficial único da rede mundial de computadores." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta, para reexame do Relatório. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2014 – Não terminativo, que: "Dispõe sobre a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira e estabelece regras para as comunicações de dados dos Poderes da União." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, de 2009 – Não terminativo, que: "Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH." Autoria: Deputado Chico da Princesa. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2014 – Terminativo, que: "Institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Em 23/11/2016, foi recebido relatório reformulado, com voto pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. ITEM 33 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, de 2013 – Não terminativo, que: "Altera os arts. 102, 105, 108 e 125 da Constituição Federal para extinguir o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns." Autoria: Senador Alvaro Dias e outros. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta e às Emendas nºs 2 a 4, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Adiado. Em 23/11/2016, foi recebido Requerimento, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, solicitando a retirada da Emenda nº 5, de sua autoria. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, de 2016 – Não terminativo, que: "Acrescenta parágrafos aos arts. 41 e 82 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para que seja determinado o tempo de sustentação oral das ações originárias ou recursos nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais." Autoria: Deputado Lucio Vieira Lima. Relatoria: Sen. Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 157, de 2015 – Não terminativo, que: "Susta a aplicação da Orientação Normativa "ON-GEADE-002-01" aprovada pela Portaria nº 162, de 21.09.2001 e todos os processos administrativos demarcatórios que tenham utilizado esta orientação normativa, desde sua publicação." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2011 – Terminativo, que: "Acresce o art. 301-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e revoga a Lei nº 5.970, de 11 de dezembro de 1973." Autoria: Deputado Simão Sessim. Relatoria: Sen. Edison Lobão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2016 – Complementar – Não terminativo, que: "Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ataídes Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto, à Emenda nº 2 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, de 2015 – Não terminativo, que: "Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências." Autoria: Deputado Alberto Mourão. Relatoria: Sen. Dário Berger. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 39 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 43 de 2016 - Não Terminativo: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2015." Autoria: Senador Romero Jucá. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 40 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 44 de 2016 - Não Terminativo: "Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada nesta Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Constituição Justiça e Cidadania (CCJ) audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2016, que "Acrescenta o §7º ao art. 255 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal". Para realização da referida audiência pública, sugiro seja formulado convite às seguintes personalidades: 1 – Senhor Anderson Furlan Freire da Silva – Juiz Federal da Seção Judiciária de Maringá/PR; 2 – Vânia de Fátima Plaza Nunes – Diretora do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal; 3 – Presidente da Associação Brasileira de Vaquejada, Marcos Lima. 4 - Vicente Braga, ABVAQ. " Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 41 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 45 de 2016 - Não Terminativo: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2016." Autoria: Senadora Simone Tebet. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 38ª Reunião, Extraordinária, e da 39ª Reunião, Ordinária.

As Srª e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovada e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 38.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – De comum acordo com todos os colegas que se fazem aqui presentes, eu gostaria de pedir inversão de ordem do PLC nº 62, de 2016, que é um projeto em que não há celeuma. Estamos aqui com o Presidente da Ordem dos Advogados, Dr. Claudio Lamachia; estamos com a Drª Eduarda Mourão, que é a Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada. É um projeto muito simples, que estende direitos à mulher advogada gestante, lactante ou que tenha adotado uma criança. Esse projeto que faz uma alteração muito simples no CPC.

Temos, em princípio, um acordo, inclusive com o Presidente da República no sentido de que, se aprovarmos esse projeto esta semana, ele sancionará para que, na segunda-feira que vem já, na Conferência Nacional das Advogadas, em Belo Horizonte, possamos ter essa lei já valendo para todo o Território nacional, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vou responder a solicitação que acabou de ser feita pela Senadora Simone Tebet. Logo em seguida, concederei a palavra a pela ordem.

Consulto ao Plenário se não há objeção...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...à solicitação formulada pela Senadora Simone Tebet.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Não, não há objeção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, pela ordem.

Eu quero discordar, com todo apreço que tenho pela Senadora Simone, porque temos um cronograma de votações, já estabelecido na Casa neste final de ano. Temos matérias que estão no calendário para serem analisadas no dia de hoje. Portanto, eu gostaria que V. Exª mantivesse a pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo discordância acerca da solicitação formulada pela Senadora Simone Tebet, vamos seguir a ordem da pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, quero inclusive pedir a compreensão do Senador Vicentinho para a PEC nº 10, de 2013, que é o item 33, para o pedido de inversão de pauta, atendendo ao Regimento, já que houve um pedido de vista há duas semanas.

O Regimento Interno impõe, quando há pedido de vista, que o projeto volte na sessão seguinte. Como não tivemos sessão na última quarta-feira, creio que é fundamental que se inverta a pauta para a apreciação preferencialmente dessa proposta, uma vez que ela é motivo, inclusive, de grande pressão popular. Há grande interesse popular, e nos cabe respeitar essa manifestação da opinião pública, favorável à deliberação de uma matéria como essa, de forma urgente, ao contrário do que está acontecendo lá no Plenário, Sr. Presidente.

Até aproveito para me dirigir a V. Exª, Presidente desta Comissão, porque a impressão que se tem é de que querem extinguir esta Comissão. Uma matéria da importância, da relevância e polêmica como a do abuso de autoridade não pode ser votada no Plenário do Senado Federal sem passar pela Comissão de Constituição e Justiça.

E o que se aprovou ontem foi regime de urgência para apreciação dessa matéria polêmica, que tem o repúdio da maioria esmagadora da população neste momento, porque não é esta a hora para se discutir abuso de autoridade. Não é possível se produzir uma boa legislação neste momento; as circunstâncias estão postas, todos nós as entendemos e, certamente, qualquer cidadão tem lucidez suficiente para compreender que este é um momento complexo para se deliberar sobre matéria dessa natureza, na contramão das aspirações da população brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, a minha manifestação é contrária a essa proposta de regime de urgência para a votação do projeto sobre abuso de autoridade. E, de outro lado, Sr. Presidente, eu faço esse apelo para que se inverta a pauta de hoje a fim de que nós possamos deliberar sobre o foro privilegiado. Esta matéria, sim, é colocada pela população brasileira como urgente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu quero decidir logo a questão de ordem levantada pelo Senador Alvaro Dias, dizendo que a Mesa cumpriu o que manda o Regimento, tanto assim que o projeto a respeito do qual ele pede inversão de pauta... Aliás, se se pede inversão, pressupõe-se que ele está na pauta – e ele, efetivamente, está na pauta.

Agora, com relação à inversão de ordem, eu tenho que consultar o Plenário. Se não houver objeção, não há problema algum.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O Senador Vicentinho, infelizmente, não concordou com a inversão de ordem. Neste caso, a Mesa não pode atender a solicitação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, é sobre essa questão...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – A manifestação...

Senador Ferraço, apenas...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Maranhão.

Eu queria, na mesma direção do Senador Alvaro Dias, fazer um apelo ao Senador Vicentinho. Essa inversão de pauta, Sr. Presidente, dialoga com o clamor do povo brasileiro. Está aqui na Comissão de Justiça esse projeto que propõe o fim do foro privilegiado, e este é um tema que precisa ser priorizado por esta Comissão.

O foro privilegiado, no Brasil, se transformou em impunidade, na medida em que não são poucos os políticos que procuram o manto do mandato parlamentar para fugir dos seus crimes comuns. Nós estamos aqui, portanto, diante de uma boa oportunidade para pôr fim a esse privilégio que se transformou em imoralidade em nosso País.

Portanto, eu queria fazer um apelo ao Senador Vicentinho para que concordasse com a inversão. Evidentemente, a deliberação e a opinião de S. Exª nós respeitamos, mas vai ficar uma impressão muito ruim para a sociedade brasileira. Mais uma vez nós estamos reunidos e, mais uma vez, nós vamos procrastinar, empurrar com a barriga um tema que está na ordem do dia da sociedade brasileira.

Então, com muita humildade, eu queria fazer esse apelo ao Senador Vicentinho para que concorde com a solicitação de inversão de pauta que foi feita, a fim de que nós pudéssemos deliberar sobre esse projeto, sobre o qual, acho, inclusive eu, há consenso de que é ponto de convergência, como uma oportunidade para que o Sanado da República possa dar uma resposta à sociedade brasileira sobre esse desvio, essa cultura que vem promovendo e potencializando a impunidade em nosso País.

É o apelo que faço, não a V. Exª, Presidente, que está agindo no estrito rigor do Regimento, mas ao Senador Vicentinho, se ele não poderia rever a sua posição, para que nós pudéssemos enfrentar essa questão aqui, na Comissão de Constituição e Justiça. É o apelo que faço ao meu nobre amigo, Senador Vicentinho, digno representante do Estado do Tocantins nesta Casa.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, com todo apreço que tenho pelo Senador Ferraço, e ele sabe disso, eu estou relatando a PEC 62, que envolve muitos segmentos – juízes, procuradores, defensores, todos estão aqui. É uma matéria polêmica. Há dois substitutivos, um do Senador Anastasia, outro do Senador Aloysio Nunes. Portanto, é o motivo maior de eu discordar da inversão porque eu gostaria de enfrentar o nosso relatório no dia de hoje, que já estamos com vários meses para apresentá-lo. Esse é o motivo, Senador Ferraço.

E eu gostaria de concluir. Se não lermos hoje o relatório e o colocarmos em votação, eu tenho a impressão de que este ano não vai ser possível votá-lo. Portanto, esse é o motivo.

Eu continuo mantendo a discordância e que a gente mantenha a ordem da pauta, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente, então eu faria um apelo a V. Exª, já que sei que é habitual atender a uma discordância em relação à inversão de pauta. Eu consulto V. Exª e faço um apelo a V. Exª para que coloque essa Proposta de Emenda à Constituição nº 10, do foro privilegiado, como item nº 1 da próxima quarta-feira, para que nós não fiquemos aqui empurrando com a barriga uma matéria dessa importância. Porque fica a impressão de que está havendo pretextos exatamente para adiar a deliberação dessa matéria. Não é o caso do Senador Vicentinho, tenho certeza, mas passa essa ideia, já que na última reunião questionou-se a ausência da sessão. Não houve sessão. Antes que os Senadores pudessem marcar presença, a sessão foi cancelada, e hoje, novamente, com o item 33, é evidente que nós não chegaremos a ele.

Então, faço um apelo a V. Exª, diante da repercussão dessa matéria na opinião pública, do desejo da sociedade de eliminar essa excrescência do foro privilegiado. Nós não podemos ser colocados aí num pedestal como figuras exponenciais, especiais da República. Devemos ser julgados como qualquer cidadão brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, eu faço esse apelo a V. Exª, para que essa proposta seja incluída na pauta da próxima reunião desta Comissão como item nº 1. É o apelo que eu faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria esclarecer ao Senador, que tem representa-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do não só o Paraná, mas também o Brasil inteiro, pelas suas posições republicanas nesta Casa e no plenário do Senado Federal, que realmente não aconteceu a última reunião desta Comissão por falta de quórum.

Eu estou dando esta explicação, muito embora eu próprio não tenha podido comparecer. Foi a primeira reunião a que não pude comparecer em todo o mandato de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e os motivos já foram sobejamente explicados.

Dessa forma, não houve nenhuma conspiração no sentido de não se realizar a reunião, para que essa matéria não fosse discutida. É evidente que todos os Senadores têm consciência de suas responsabilidades. Evidentemente, os que se opõem a qualquer projeto de lei, ao contrário de se ausentarem da reunião – esta tem sido sempre uma constante nas reuniões –, comparecem à reunião para discutirem e sustentarem seus pontos de vistas, mesmo quando as matérias são as mais polêmicas possíveis, como esta própria é uma matéria polêmica.

Com relação à inclusão dessa matéria constante do item 1 na pauta da próxima reunião, evidentemente eu teria de ouvir o Plenário, e, se o Plenário estiver de acordo, não haverá objeção nesse sentido.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, quero falar com relação ao PLS nº 405, de 2016. V. Exª é o nosso Relator dessa matéria.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Poderia haver uma ponderação por parte do nosso Senador. Quem sabe ele cede?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – V. Exª entregou prontamente o parecer nesta Comissão no dia 17/11. Tenho acordo com o conteúdo do seu parecer, que atende, inclusive, à última definição do Poder Executivo de partilhar as multas usando o Pacto Federativo. É verdade também que esse projeto de lei foi para o plenário. Mas, em homenagem a V. Exª e ao seu trabalho, eu pediria que nós pudéssemos apreciar hoje o seu parecer, que iria para o plenário do Senado Federal até por conta do seu esforço em apresentar, em curto espaço de tempo, esse parecer na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Portanto, o meu pedido é para incluir na pauta de hoje, extrapauta, o PLS 405, cujo parecer já foi apresentado por V. Exª, para que, no plenário da Câmara, mais tarde, pudéssemos ter uma orientação substantiva da Comissão de Constituição e Justiça.

É esse o meu requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, faço uma ponderação. Todos sabem da minha ligação, da minha amizade com o Senador Vicentinho, que já vem não só da nossa proximidade geográfica, como também de nossa relação familiar. Sr. Presidente, há vários projetos a serem discutidos. Esses projetos tratam de outros assuntos. Pela primeira vez, esta Casa e esta Comissão estão sendo colocadas em xeque, ou seja, estão dizendo que estaríamos adiando uma matéria que diz respeito a benefícios de Senadores e de Senadoras. Ora, neste momento, a ponderação que faço é no sentido de que o Senador Vicentinho conceda essa alteração, para que possamos debater essa matéria, porque não vamos admitir que, amanhã, coloquem a posição de que nós, Senadores, estamos legislando em causa própria e pretendamos estar imunes àquilo que, realmente, a sociedade brasileira não admite e que a grande maioria do Senado Federal também não admite.

É hora de nós mostrarmos que não se pode, de maneira alguma, achincalhar o Poder – como se nós estivéssemos nos beneficiando para praticarmos crimes comuns! É inadmissível isso! Ora, o crime de responsabilidade tem, pela lei, a maneira como é julgado. Agora, crime comum... Nós temos que nos submeter àquela lógica a que todo cidadão brasileiro está submetido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, Sr. Presidente, é o momento de a Comissão e a Casa se posicionarem claramente em relação a isso. Eu sei dos desdobramentos que isso terá, mas nós temos que assumir isso claramente. Nós não podemos admitir que continuemos com essa pecha de que nós temos foro privilegiado. Aliás, nós temos que mostrar para o Brasil todo que a reforma não é só a reforma do Poder Legislativo, mas do Estado, e que todos os outros Poderes devem estar submetidos às mesmas regras. Essa é a verdade que tem de ser colocada aqui. Esse foro privilegiado não tem que nos atender nem tem que atender nenhum outro Poder ou funcionário público, seja do Judiciário, do Executivo ou do Legislativo. É de regras claras que nós precisamos a partir de agora.

A ponderação que eu faço, Presidente, é que, desde a reunião anterior... Sei, e posso atestar, a posição de V. Exª, que, se não esteve presente, foi por fatores outros, porque sempre teve a coragem de assumir e presidir esta Comissão nos temas mais polêmicos. V. Exª nunca se ausentou, é um homem que tem coragem de enfrentar o Presidente da Casa quando necessário no plenário do Senado Federal para dizer da importância da Comissão de Constituição e Justiça. Agora temos que ponderar também que, nesta hora, todo e qualquer projeto é secundário diante da importância do debate do foro privilegiado. Nós não podemos permitir que alguém estenda o dedo e diga que temos foro privilegiado. Temos que enfrentar essa matéria com coragem e dizer que aquilo que vamos fazer no Poder Legislativo vai alcançar o Executivo e o Judiciário, em todos os escalões da República, para poder dizer que o Poder mais transparente é o Poder Legislativo e que os outros, às vezes, querem apontar o dedo para nos dizer o que devemos fazer.

Eu sou favorável a essa matéria ser votada urgentemente – essa, sim, com urgência – para que possamos deliberar sobre ela também no plenário da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É a ponderação que faço para meu colega Vicentinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – O Senador Ronaldo sabe da amizade e da consideração que tenho por ele, são verdadeiras – é o que sinto por ele e por sua família, desde os tempos de Goiás. Ocorre que quando eu me posicionei contrariamente, e me posiciono ainda, foi com relação à matéria que estou relatando.

É uma matéria importante e polêmica – há dois substitutivos aqui, do Senador Anastasia e do Senador Aloysio. É importante, quando se tem pautada a matéria na Comissão, que as partes se dirijam para Brasília. Aqui nós temos delegados, juízes, defensores e procuradores que se deslocaram para cá. Portanto, em consideração a todos eles, eu mantenho a minha posição.

Sei da importância da matéria em relação à qual o Senador Ronaldo, o Senador Ferraço e o Senador Alvaro Dias já se posicionaram, mas eu continuo discordando e quero fazer a leitura, como prioridade, do nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Vicentinho, a Mesa, acatando a posição de V. Exª, já decidiu essa matéria. A discussão dessa matéria só vai prejudicar o andamento da ordem.

Aqui nós temos quatro Relatores que estão presentes, e nós gostaríamos de discutir esses relatórios e aprová-los, para o rendimento desta reunião.

Eu agradeço ao Senador Ronaldo Caiado pelo depoimento que deu a respeito das minhas posições como defensor intransigente das prerrogativas desta Comissão e do respeito que ela deve merecer, não somente pelo porte moral e funcional dos seus integrantes, mas pela própria importância formal, legal, constitucional desta Comissão.

Quero conceder a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, é um rápido pela ordem, só para comunicar à Comissão que, na qualidade de Relator da PEC nº 10, de 2013, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, exatamente a que foi debatida no início desta reunião, que propõe o fim da prerrogativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de foro, eu estou à disposição para relatar. Obviamente, submeto-me à decisão da Mesa, que comunica aqui que não, havendo desistência das matérias que estão à frente na Ordem do Dia, não antecipa a relatoria e a apresentação dessa matéria.

Agora, eu solicito a V. Exª, Presidente, com a aquiescência da Comissão – e se for o caso, inclusive perguntando aos membros da Comissão –, que essa matéria, obviamente pela classificação que está na nossa Ordem do Dia, se não me engano é a trigésima matéria, não chegaremos a tempo de deliberá-la ainda no dia de hoje. Sendo assim, que ela seja pelo menos a primeira matéria a ser apreciada na próxima quarta-feira, na próxima reunião da CCJ, não havendo acordo na apreciação primeira desta Comissão.

É o encaminhamento, a solicitação que faço a V. Exª, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente, é uma prerrogativa de V. Exª atender a essa solicitação. Não há necessidade sequer de submetê-la ao Plenário da Comissão, uma vez que a pauta é prerrogativa do Presidente, pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com relação à solicitação formulada anteriormente pelo Senador Alvaro Dias e agora repetida pelo Senador Randolfe Rodrigues, se a matéria não for apreciada hoje – porque está na pauta de hoje –, evidentemente não há nenhuma objeção em colocá-la como item 1 da próxima reunião.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Muito obrigado, Presidente. Agradecemos a V. Exª mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em prosseguimento:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, de 2015
- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

Autoria: Deputada Keiko Ota.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- Em 13/09/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Ronaldo Caiado e Humberto Costa, nos termos regimentais;

- Em 1/11/2016, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Antonio Anastasia (dependendo de relatório).

A Presidência concedeu vista aos Senadores Ronaldo Caiado e Humberto Costa, que até o momento não se manifestaram.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, para proferir relatório sobre as Emendas nºs 1 e 2.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, antes de proferir o parecer sobre as emendas, como há um bom tempo apresentei o meu relatório, eu gostaria apenas de lembrar à Comissão a importância desse projeto de lei que vamos examinar agora, de fazer um breve retrospecto sobre o teor desse projeto de lei para que a Comissão possa aquilatar a importância das emendas apresentadas pelo Senador Antonio Anastasia, que têm meu parecer favorável.

Esse projeto de lei, Sr. Presidente, se originou na Câmara dos Deputados. A sua autora é a Deputada Keiko Ota, que se notabilizou na Câmara dos Deputados, entre outras causas que defende, pela defesa, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

combate aos crimes de trânsito. É uma pessoa que se dedica muito ao tema da segurança pública.

Então, esse projeto de lei visa a tornar mais rigorosa e mais eficaz a punição daqueles que, no volante de automóveis, de caminhões, se transformam em ameaças à vida e à segurança das pessoas. Na mão dessas pessoas, especialmente daqueles que dirigem embriagados, o automóvel é uma arma letal. E é exatamente visando a punir esse comportamento irresponsável que a Deputada Keiko Ota apresenta esse projeto de lei que, em suma, traz as seguintes novidades: aumenta a pena privativa de liberdade no crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor quando o agente estiver com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência. Ela aumenta, ela fixa a pena em de quatro a oito anos de reclusão.

Estabelece também a pena privativa de liberdade de dois a cinco anos de reclusão para o crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, quando o agente estiver com a capacidade...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – A Mesa pede o respeito dos presentes ao orador que está na tribuna, por sinal, o Relator de um projeto da maior importância para a segurança das pessoas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado.

Há também, portanto, Sr. Presidente, o agravamento da pena para aquele que, nessas circunstâncias, estiver com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância que determine dependência, se do crime resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.

A proposição altera também o tipo penal previsto no art. 308 do Código de Trânsito Brasileiro (o chamado crime de "racha"), para incluir a conduta de "exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor", não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada.

Estabelece, no § 3º do art. 291 do Código de Trânsito, a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, prevista no art. 44 do Código Penal, nas hipóteses do § 2º do art. 302, do § 2º do art. 303 e dos §§ 1º e 2º do art. 308, todos do mesmo Código, quando aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, portanto, dentro da sistemática adotada pelo código Penal Brasileiro.

Estabelece expressamente, no § 4º do art. 291, que o juiz fixará a pena-base segundo os ditames do art. 59 do Código Penal, devendo ser dada especial atenção à culpabilidade do agente e às circunstâncias e consequências do crime.

No prazo regimental, foram apresentadas duas emendas, ambas subscritas pelo nobre Senador Antonio Anastasia.

E Emenda nº 1 modifica o §2º do art. 302 do Código, que versa sobre o crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor qualificado.

A Emenda nº 2 modifica o art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, promovendo um retorno à proposta original da Deputada Keiko Ota, autora do projeto, voltando àquilo que a autora pretendia com a sua proposição, que é a chamada alcoolemia zero, tolerância zero com embriaguez e consumo de álcool, ou seja, tolerância zero com condução de veículo seguida de consumo de álcool.

Não houve mais emendas apresentadas.

Creio que já apresentei, Sr. Presidente, as razões fundamentais que me levam a aprovar a proposição que vem da Câmara dos Deputados.

Eu relembraria apenas que a violência no trânsito é responsável pela terceira maior causa de mortes no Brasil, ficando atrás apenas das mortes decorrentes de doença do coração e do câncer. A cada ano, o número de mortes aumenta, colocando o País entre os que mais registram mortes em acidentes de trânsito no mundo.

Os dados estatísticos mostram que aproximadamente 40 mil brasileiros são mortos por ano no trânsito, sendo que tais dados não são precisos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ...uma vez que consideram apenas as mortes ocorridas no local do acidente, e não aquelas vítimas que foram hospitalizadas e posteriormente vieram a falecer.

As principais causas da violência no trânsito estão relacionadas à condução do veículo sob efeito do álcool ou de entorpecentes e a imprudência de trafegar em velocidade acima da permitida, sendo que a impunidade contribui para que a prática de tais condutas não seja desestimulada, aumentando, a cada ano, a mortalidade no trânsito.

Portanto, entendemos que as inovações trazidas pelo PLC em exame são extremamente pertinentes e merecem a nossa aprovação.

Cabe, porém, um alerta: de forma acertada, o PLC resgata o texto recentemente revogado pela Lei nº 13.291, de 2016, quanto ao crime qualificado de homicídio culposo. O referido dispositivo fora substituído quando da apreciação, pelo Congresso Nacional, da Medida Provisória nº 699, de 2015, em alteração proposta pela Comissão Mista. A toda evidência, o PLV aprovado por esta Casa não zelou pela constitucionalidade dessa modificação, na medida em que a Constituição Federal veda a edição de medida provisória sobre matéria penal. E foi o caso dessa modificação acrescida pela Comissão Mista à Medida Provisória nº 699.

Por discordarmos do texto, aproveitamos a oportunidade temporal que este PLC nos permite para retificar esse grave equívoco legislativo. Portanto, nesse resgate, o PLC volta a aumentar a pena privativa de liberdade do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor quando o agente estiver com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool e outras substâncias.

Até novembro deste ano, a pena era de dois a quatro anos de reclusão, quando fora revogada. Nós estamos restabelecendo essa pena.

Ao mesmo tempo, o PLC retira desse dispositivo o trecho que trata da participação, em via, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor não autorizada pela autoridade competente – é o chamado crime de "racha".

Cabe observar que o homicídio culposo decorrente da competição automobilística não autorizada já está devidamente previsto no vigente §2º do art. 308 do Código de Trânsito Brasileiro. Neste dispositivo, em modificação coordenada com o que faz o §2º do art. 302 do Código, agora restabelecido, o PLC inclui conduta de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor. Tal providência é salutar, tendo em vista a ocorrência, cada vez mais divulgada pela mídia, de veículos fazendo exibições não autorizadas, como cavalo de pau, por exemplo, sendo que a referida conduta não se encaixa perfeitamente no tipo atualmente existente de participação em corrida ou disputa automobilística. Portanto, o que se visa é também tipificar a demonstração de perícia, tipo cavalo de pau, em tais competições não autorizadas.

Ainda nesse dispositivo, a Emenda nº 1-CCJ inova na medida em que suprime – essa emenda é de autoria do Senador Anastasia – a expressão "com capacidade psicomotora alterada em razão da", hoje vigente no Código de Trânsito, quanto ao crime qualificado proposto no §2º do art. 302, ora resgatado pelo PLC.

De igual forma, estabelece um aumento da pena mínima desse delito, passando de quatro, proposta pelo PLC, para cinco anos, mantido a pena máxima sugerida pela proposição ora em apreciação.

Justifica o nobre Senador Antonio Anastasia que não se justifica, na tipificação penal da conduta desse grave crime, o elemento da alteração da capacidade psicomotora por decorrência da influência do álcool ou de outra substância psicoativa. O Parlamentar entende que causar homicídio culposo tendo ingerido previamente alguma substância que possa alterar a capacidade do motorista já é uma conduta imprudente e suficientemente mais gravosa para qualificar o crime.

Temos que concordar com o argumento que justifica essa proposta. A evolução legislativa das normas de trânsito sempre visou a estancar a chaga da violência veicular na sociedade brasileira. Inicialmente, este Código previa a circunstância de embriaguez ao volante ou a direção sob influência de substância que alterasse sua capacidade psicomotora como simples causa de aumento de pena, antes inclusa no rol do inciso V do art. 302. Houve modificação em 2008, através da Lei nº 11.705, de 2008, em que se estabeleceu a figura do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor qualificado pela condição de embriaguez do autor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

conduta. O intuito foi conferir tratamento mais gravoso ao autor dessa lamentável e irresponsável conduta. Porém os efeitos têm sido deletérios, reclamando uma postura mais incisiva do legislador ordinário.

Acolhemos, portanto, a Emenda nº 1, da CCJ como resposta a esse intuito, no que não encontramos qualquer vício de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposta.

O PLC ainda cria, no §2º do art. 302, o tipo penal qualificado de lesão corporal culposa na direção do veículo automotor, quando o agente estiver com a capacidade psicomotora alterada em razão da ingestão das substâncias já referidas, se do crime resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, com pena privativa de liberdade de dois a cinco anos. Tal providência supre uma lacuna legislativa, tendo em vista que a qualificadora em questão somente existia para o caso de homicídio culposo e não de lesão corporal grave ou gravíssima.

De outra parte, o PLC possibilita a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, prevista no nosso Código Penal, para as hipóteses qualificadas de homicídio culposo e lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, bem como a lesão corporal de natureza grave e a morte decorrente da participação em competição não autorizada pela autoridade competente, quando for aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, atendidas as demais condições previstas nos incisos II e III do referido artigo que trata dessa matéria no Código Penal Brasileiro. A alteração em questão é extremamente pertinente, uma vez que o inciso I do Código Penal permite a aplicação de substituição para os crimes culposos, qualquer que seja a pena aplica.

Nas hipóteses qualificadas de que tratam o §2º do art. 302 – antes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... da entrada em vigor da Lei nº 13.281, de 2016 –, o §2º do art. 303 e os §§1º e 2º do art. 308, todos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e alterados pelo PLC, por serem condutas de extrema gravidade, não seria conveniente que se permitisse a aplicação do benefício para qualquer quantidade de pena aplicada, apesar de culposa a conduta.

Ainda em relação à aplicação de pena, o PLC estabelece expressamente que o juiz fixará a pena base segundo os ditames do art. 59 do Código Penal, devendo ser dada especial atenção à culpabilidade do agente e às circunstâncias e consequências do crime. Essa providência é bastante interessante, uma vez que concede ao juiz, na fixação da pena, maior flexibilidade para quantificá-la segundo as circunstâncias do caso concreto.

Inovando o texto aprovado pela Câmara, a Emenda nº 2, do Senador Anastasia, afeta o art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, apresentando o resgate da proposta de alcoolemia zero. Subtrai do *caput* do art. 306 do CTB o tipo penal correspondente à aferição da capacidade psicomotora por influência alcoólica ou substância psicoativa. Dessa forma, o crime já é de mera conduta, passando a independer dessas circunstâncias, das circunstâncias de estar o agente com sua capacidade cognitiva alterada. A emenda também modifica o §1º do mesmo artigo, para determinar que qualquer concentração de álcool por litro de sangue ou de ar alveolar já é suficiente para a configuração de delito penal, eliminando-se, assim, a infindável e imprecisa discussão acerca dos limites métricos para definir uma conduta que, a toda evidência, pode variar de indivíduo a indivíduo.

Somos, portanto, favoráveis à Emenda nº 2.

Pelo exposto, somos, portanto, pela aprovação do PL que veio da Câmara, com as Emendas nºs 1 e 2.

Eu pediria, Sr. Presidente, que fosse concedida a oportunidade ao ilustre Senador Antonio Anastasia, autor das emendas que estamos acolhendo agora e que estabelecem um rigor maior do que o previsto no meu parecer inicialmente elaborado, para que ele também possa expressar à Comissão as razões de suas emendas.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, de maneira muito célere, em razão da pauta complexa que temos, eu queria fazer, em primeiro lugar, um agradecimento ao eminente Relator, Senador Aloysio Nunes, pelo acolhimento das minhas duas emendas a um projeto tão importante.

V. Exª, como Presidente, ao fazer aqui o pregão do tema, já alertava aos membros desta Comissão sobre a relevância do tema, que se refere ao cuidado com a vida humana. Especialmente no Brasil, como disse o Relator, há dezenas de milhares de mortes por ano em acidentes de trânsito, e, lamentavelmente, muitos deles são motivados pela ingestão de bebida alcoólica. Todo o Brasil, à saciedade, sabe muito bem dos males decorrentes de dirigir sob qualquer influência do efeito alcoólico.

Desse modo, as duas emendas representam solicitações da sociedade civil, no movimento de tornar mais rigoroso o crime, de tornar a pena mais rígida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... e, ao mesmo tempo, de deixar claro que a sociedade não pode tolerar homicídios decorrentes de direção abusiva em razão do álcool. Os nossos motivos são exatamente estes: tornar mais seguro o trânsito para as nossas famílias e – como disse o eminente Relator, a quem agradeço mais uma vez – combater, de forma veemente, a impunidade, que lamentavelmente ainda grassa no nosso País na questão relativa à punibilidade dos crimes decorrentes do trânsito, especialmente homicídios, que são classificados como culposos.

Agradeço muito ao Senador Aloysio, portanto, a acolhida das emendas, que, se aprovadas por este egrégio Colegiado e pelo nosso Plenário, a meu juízo, aperfeiçoarão o projeto e tornarão mais segura a nossa sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, nós estamos aqui apreciando mais um projeto importante que veio da Câmara dos Deputados.

É interessante: nós estamos aqui ampliando pena – eu sou totalmente favorável –, só que nós temos uma grande dificuldade – e acho que esse assunto deveria ser enfrentado pela Casa, onde nós temos dois grandes constitucionalistas, não só o Relator, Senador Aloysio, mas também o nosso Senador que acaba de fazer um apoiamento ao projeto, o Senador Anastasia –, que é a obtenção de prova.

Presidente, cria-se no Brasil a tese de que fazer, no momento do acidente, a coleta de sangue das pessoas, do acidentado ou do responsável pelo acidente, seria algo que infringiria os direitos ou as prerrogativas dos envolvidos. No entanto, vemos, no mundo todo, em qualquer democracia do mundo, que, quando há um acidente, o responsável e a vítima, os dois, são submetidos à coleta de sangue. Presidente, hoje é tão frequente isso que até as escolas se dão o direito de fazer a coleta da urina quando os alunos chegam.

De repente, no Brasil, não, o cidadão é intocável. Ele pratica uma barbárie, provoca a morte de dezenas de pessoas, mas diz que não, que ninguém pode coletar seu sangue. É a prova real, indiscutível! É dizer "Olha, está aqui a comprovação." Ou seja, é um dado muito mais sofisticado do que nós colhermos uma prova de urina. Eu, como médico, se for credenciado, depois de um jogo de futebol, posso escolher quais os jogadores que serão submetidos ao teste. Nessa hora eu não estou invadindo a individualidade do jogador, do atleta?

No momento em que o cidadão pratica um crime, mata pessoas, muitas vezes drogado ou tendo usado álcool... Não, desse cidadão nós não podemos colher o sangue. É algo que não dá para a gente entender.

Se o cidadão, em outras situações, pode ser submetido, numa situação como essa, em que ele pratica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

um crime explícito, não pode ser feita ali a coleta de sangue, para nós termos uma comprovação. Não é essa tese que está aqui no Código de Trânsito, ou seja, "um vídeo ou uma prova testemunhal, ou outros meios de prova em direito admitidos, observando o direito à contraprova".

Ora, Presidente, nós estamos aumentando a pena – entendeu, Senador? –, e, no entanto, vamos ficar eternamente nessa discussão sobre se está bêbado, se não está bêbado, se está sob uso de droga ou se não tem uso de droga. Então, é algo sobre o que fica uma discussão eterna, e a família da vítima assiste a toda essa discussão. E vamos ver se o vídeo reflete que ele está sem os seus reflexos normais, ou não? Então, é preciso que enfrentemos esse debate, Sr. Presidente.

Quero aplaudir e concordo plenamente com esse aumento da pena, mas deveríamos também enfrentar esse debate junto ao Supremo Tribunal Federal, para mostrar que isso não é questão de individualidade; é questão de termos provas confirmatórias, que são indiscutivelmente determinantes para quem aplica a pena.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era a ponderação que queria fazer, defendendo e ao mesmo tempo elogiando a posição do nobre Relator, Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a exemplo do Senador Ronaldo Caiado, eu quero elogiar o relatório do Senador Aloysio e dizer ao Brasil que precisamos, de fato, enfrentar esse debate, porque nem sempre aquilo que decide um Ministro de Tribunal Superior reflete a verdade do sentimento do coletivo.

O sujeito mata, alcoolizado... É igual à questão do bafômetro. O cara faz o bafômetro se ele quiser, porque se está invadindo a individualidade do cidadão.

Essa tese que se implantou no Brasil, qual seja, a de direitos humanos onde os humanos não têm direito, em que o único que tem direito é aquele que cometeu o crime. Este, sim, é bajulado por aqueles que discutem direitos humanos nessa ótica; este, sim, é colocado no colo; este, sim, tem a sua defesa feita por um grupo de pessoas que não entende que direitos humanos é o direito dos humanos; os humanos precisam ter direitos.

Então, um sujeito desse, alcoolizado, mata no trânsito, e vamos ter que esperar o vídeo para saber? Porque cada qual dá a sua interpretação. O advogado criminalista cria a sua tese, dá a sua interpretação; o Ministério Público dá a dele, para que o juiz, no final, já cansado de um processo, mande que o estagiário faça da maneira que deve fazer, e, depois, ele dá a sentença.

O Brasil é um País onde há um índice de mortandade, no trânsito, violenta, maior do que o de qualquer guerra civil em países pequenos por aí. Então, penso que precisamos enfrentar esse debate, pois nós vivemos uma crise de autoridade, no Brasil. O que está acontecendo no Brasil é crise de autoridade.

Essa tese de direitos humanos ficou tão violenta contra os humanos que precisam ter direitos que, se um policial coloca a mão no ombro ou se ele aperta o braço de um homem travestido de criança, um barbado de 17 anos, um homem, de 16 anos – homem travestido de criança, que não é capaz de confundir uma escopeta com uma chupeta –, se o policial coloca a mão no braço dele e aperta, ai, ai!

Se for filmado com o celular e cair na mão dos direitos humanos ou de um promotor qualquer que é defensor dessa obra feita por homens barbados travestidos de criança... "Tire a mão de mim, que eu sou menor, conheço meu direito." E conhece mesmo, porque só tem direito.

Essas invasões de escolas se basearam nisso. Ninguém pode falar nada, ninguém pode pôr a mão, porque, se colocar, "vocês estão invadindo a individualidade do cidadão".

Senador Aloysio, V. Exª tem meu respeito por seu relatório. O argumento do Senador Ronaldo Caiado é o argumento da Nação. Ninguém aguenta mais essa crise de autoridade que o Brasil está vivendo e essa falta de coragem de enfrentar esse debate. E enfrentar o debate com o Supremo Tribunal Federal. Porque não é possível que a gente fique aqui se urinando de medo porque um Ministro do Supremo tomou determinada posição contra aquela da maioria absoluta dos 204 milhões de pessoas, que é o número de habitantes da Nação brasileira. Então, o debate é nosso, nós precisamos enfrentá-lo, o momento é grave.

Senador Aloysio, parabéns! Acho que é por aí, fazendo esse tipo de enfrentamento com seriedade, res-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

peitando a família da vítima e a própria vítima.

Ora, uma vez eu fiz um projeto aqui, em 2003, quando cheguei a esta Casa, para fazer exame *antidoping* em um menino que vai servir o Exército. Eu comprei uma briga, mas, na verdade, quando você pega um menino de 18 anos de idade, que está entrando no Exército, você dá a ele a possibilidade de mudar de vida. E, se se faz um exame nele e se descobre que ele está fumando maconha ou cheirando cocaína desde os 14 anos de idade – e ele sabe que vai fazer o exame –, quando chegar a 14, 15 anos, não vai cheirar, não vai fumar, porque ele sabe que, na hora de se apresentar ao Exército, ele vai fazer o tal do exame e vai ser detectado o *doping*. E isso é para poder ajudá-lo!

É como colocar cadeado em bicicleta, Sr. Presidente. O cara fala: "Não precisa colocar, não." Mas coloque. Coloque. O ladrão vai olhar e vai dizer: "Não; tem um cadeado ali, não vou levar não. Tem cadeado. Botaram cadeado na bicicleta, está difícil." Se ele cismar de levar, leva. Bota a bicicleta na cabeça e leva. Mas, com cadeado, ele pensa dez vezes. Essas coisas são do tipo cadeado em bicicleta, fazem o cara pensar, dão possibilidade a ele de refletir.

Agora, com essa história que se criou aqui, que se fortaleceu no Brasil, de que os humanos não têm direitos, ficou todo mundo acovardado para fazer um debate desses. E, repito, encerrou o Senador Ronaldo Caiado, dizendo: "É um debate que nós precisamos fazer com o Supremo Tribunal Federal e parar de nos acovardar porque o Supremo decidiu".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, caros colegas Senadores, eu quero cumprimentar a Deputada Keiko Ota, autora do projeto, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela relatoria.

As mães que perderam seus filhos no trânsito violento por motoristas irresponsáveis, embriagados, devem estar prestando muita atenção no que está acontecendo aqui nesta Comissão. Essas mães, essas famílias que perderam seus filhos, a maioria jovens, devem estar esperando que os Senadores e as Senadoras tenham aqui responsabilidade para que outros filhos e outras famílias não sofram as consequências dessa irresponsabilidade.

As UTIs dos hospitais brasileiros estão superlotadas de acidentados, a maioria jovens de 18 a 30 anos. O impacto disso sobre a saúde pública e a Previdência Social chega a cálculos estimados de R$56 bilhões. E, na área de tratamento de sequelas pela Previdência, como são jovens, a duração desses benefícios será longa.

O tratamento, em geral, de sequelados em acidentes de motocicletas ou de automóveis, todos eles, em sua maioria, vítimas de motoristas ou motociclistas embriagados, é incalculável. O sofrimento das famílias não se pode medir.

Portanto, quero apenas cumprimentar a Relatoria e apoiar a iniciativa desse oportuno projeto de lei que temos o dever de aprovar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua facultada a palavra. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, coloco-o em votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, farei chegar à Mesa o texto de duas pequenas correções redacionais, porque são erros de remissão. Peço para se suprimir uma expressão do §2º do art. 302 e do §3º do art. 291 do PLC, porque estou me referindo a uma lei já revogada. Pretendo alterar do §2º para o §3º do art. 302 a Emenda nº 1, da CCJ. Dei parecer à emenda como se ela tivesse sido apresentada a um dispositivo quando, na verdade, ela foi apresentada a outro. Desse modo, são emendas meramente redacionais que estarei encaminhando à Mesa, mas que em nada alteram o conteúdo do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O projeto está em votação, agora com as emendas de correção apresentadas pelo Relator, Senador Aloysio Nunes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, quero solicitar urgência da Comissão para essa matéria. Trata-se de matéria extremamente relevante.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação o requerimento apresentado pelo Senador Romero Jucá.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido o Senador Pimentel, Vice-Presidente desta Comissão, para presidir a reunião, porque sou Relator da próxima matéria. (*Pausa.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

Vamos tratar do item 2 da pauta, que é a PEC que coloca como exceção de crueldade aos animais aquilo que é manifestação cultural.

Há um requerimento sobre a mesa, solicitando uma audiência pública. Acredito que, na mesma ordem, está o do Senador Anastasia. Eu gostaria, antes de o Senador Relator ler o relatório, de discutir sobre a audiência pública para instruir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Veja, como dessa proposta cabe pedido de vista, nós vamos autorizar o Relator a proferir o seu parecer e, em seguida, nós daremos vista coletiva, ou seja, aprovaremos o requerimento. E, nesse período, faremos a audiência pública.

Com isso, não prejudicamos o debate mais amplo a ser realizado na audiência pública, que é um dos objetivos legítimos, e permitimos ao nobre Relator, que já elaborou o seu parecer, que o apresente, para que nós possamos, inclusive na audiência pública, fazer a discussão. Após a audiência pública, nós voltaremos com ele para a pauta, a fim de podermos concluir a análise.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É que eu penso que a audiência pública poderia ajudar o Relator a fazer o seu relatório de outra forma. É sempre mais instrutivo termos a audiência pública antes da leitura do relatório. É por isso que solicitei a V. Exª que pudéssemos tratar do requerimento com antecedência.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Fica o registro.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, apenas faço o registro do meu apoiamento ao requerimento da Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Fica o registro.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, de 2016
- Não terminativo -

Acrescenta o §7º ao art. 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal.

Autoria: Senador Otto Alencar e outros.

Relatoria: Senador José Maranhão.

Relatório: favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão para proferir o relatório, por gentileza.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – O parecer é da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2016, que tem como primeiro signatário o Senador Otto Alencar e que acrescenta o §7º ao art. 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 50, de 2016, que tem como primeiro signatário o Senador Otto Alencar e que acrescenta o §7º ao art. 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal.

O art. 1º da PEC acrescenta o §7º ao art. 225 da Constituição Federal (CF), para dispor que não se consideram...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu pediria aos nossos assessores e aos nossos convidados que, tendo em conta que a sala é pequena e está muito cheia, fizéssemos silêncio para ouvir o relatório que está sendo apresentado pelo Senador José Maranhão, nosso Presidente.

Então, por gentileza, um pouco mais de silêncio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Agradeço a V. Exª.

Realmente, essa é uma matéria que desperta amplo interesse público. Seria importante que pelo menos as pessoas que têm o privilégio de comparecer a esta reunião pudessem ouvir o relatório que vamos apresentar à consideração da Comissão.

O art. 1º da PEC acrescenta o §7º ao art. 225 da Constituição Federal (CF), para dispor que não se considera tratamento cruel aos animais as manifestações culturais previstas no §1º do art. 215 e registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, desde que regulamentadas em lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

Na justificação, os autores citam a decisão do Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.983, julgada em 6 de outubro de 2016, na qual se decidiu pela inconstitucionalidade da Lei nº 15.299, de 8 de janeiro de 2013, do Estado do Ceará, que regulamenta a vaquejada como prática desportiva e cultural. Segundo o Tribunal, é permitida a regulamentação de manifestações culturais que envolvam animais, desde que elas sejam capazes de evitar a crueldade sem a descaracterização da própria prática.

Aduzem os autores que a vaquejada, assim como outras manifestações culturais populares, passaria a fazer parte do patrimônio cultural brasileiro e a merecer proteção especial do Estado quando devidamente registrada como tal. Caso regulamentada de forma a garantir a integridade física e mental dos animais envolvidos sem descaracterizar a própria prática, a vaquejada atenderia a decisão prolatada pelo Tribunal Constitucional na ADI 4.983.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

No tocante à admissibilidade, a PEC 50, de 2016, preenche o requisito do art. 60, inciso I, da Constituição Federal, pois está assinada por mais de um terço dos membros do Senado Federal. Observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio; que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual Sessão Legislativa; e que tenda a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais (art. 60, §§1º, 4º e 5º da Constituição e arts. 354, §§1º e 2º, e 373 do RISF). A proposta respeita a proibição prevista no art. 371 do RISF, pois não pretende alterar dispositivos sem correlação entre si.

Com relação ao mérito, entendemos que a proposição deve prosperar.

A PEC busca garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional e, ao mesmo tempo, preservar as manifestações das culturas populares, em consonância com o art. 215, *caput* e §1º, da Lei Maior. A nosso ver, determinadas manifestações culturais que utilizam animais, como a vaquejada e o rodeio, constituem-se referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. São modos de criar, fazer e viver do vaqueiro e do peão e encontram amparo no art. 216, *caput* e inciso II, da CF. Cabe, portanto, ao Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observada a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional, conforme dispõe o art. 217, inciso IV, da CF.

Quanto à qualificação da vaquejada e do rodeio como esporte, é oportuno mencionar a definição de esporte proposta em publicação da Universidade de São Paulo (USP): "Esporte é toda atividade competitiva institucionalizada que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas, por indivíduos, cuja participação é motivada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos". De outra parte, competição esportiva é definida como "um processo através do qual o sucesso é medido diretamente pela comparação das realizações daqueles que estão executando a mesma atividade física, com regras e condições padronizadas". Portanto, ambas as atividades podem ser classificadas como prática desportiva.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu não quero ser desagradável com os convidados, mas, mantido esse ruído, a Mesa não terá outra saída a não ser pedir para aqueles que querem fazer conferência que o façam no cafezinho ou no corredor, mas que deixem aqueles que querem trabalhar cumprir a sua obrigação e o seu dever. Peço um pouco mais de silêncio.

Continua com a palavra o nosso Relator.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Mais uma vez, obrigado a V. Exª pela firmeza com que condena a prática reiterada de realização, como disse V. Exª muito bem, de conferências dentro do recinto desta Comissão de Constituição e Justiça.

De outra parte, competição esportiva é definida como "um processo através do qual o sucesso é medido diretamente pela comparação das realizações daqueles que estão executando a mesma atividade física, com regras e condições padronizadas". Portanto, ambas as atividades podem ser classificadas como prática desportiva.

Como relação à vaquejada, lembramos que regulamento da ABVAQ veda qualquer tipo de agressão ao animal, sendo, inclusive, causa de desclassificação tocar outras partes do boi que não sejam a cauda durante a competição, salvo quando for para evitar a queda do vaqueiro. Ademais, devem ser disponibilizados no local das provas água e alimento para os animais, em quantidade e qualidade que garantam seu bem-estar. Há tempos, já não é tolerada a agressão aos animais com esporas, rosetas, choques elétricos antes, durante e após a competição esportiva.

Da parte do rodeio, cumpre mencionar que a Confederação Nacional do Rodeio (CNAR) instituiu o "Selo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Verde Rodeio Legal", certificação que possibilita fiscalização quanto ao bem-estar e à defesa sanitária animal. A certificação e a fiscalização baseiam-se na legislação sobre rodeios e seus regulamentos, como o Código de Conduta do Rodeio. Esses instrumentos têm por objetivo impedir que sejam provocadas injúrias nos animais, além de promover a responsabilidade socioambiental nos eventos.

Qualquer análise sobre aceitação ou não do rodeio e da vaquejada deveria ser feita sob a perspectiva dos brasileiros que habitam as zonas rurais. Trata-se de uma realidade completamente diferente dos grandes centros urbanos, onde temos um ambiente fértil de produção e oferta de cultura. Nesse sentido, devemos acolher o pluralismo cultural que é peculiar ao Brasil e proteger essas formas de manifestação cultural. Caso seja proibida a vaquejada, retiraríamos das populações rurais do País, especialmente as das Regiões Norte e Nordeste, uma das poucas opções de acesso à cultura e ao lazer que lhes está disponível, além de impactar a economia de municípios interioranos dessas regiões, já combalidos pela atual crise.

Sobre a importância econômica dessas atividades, a CNAR aponta que são realizados mais de 1,8 mil rodeios por ano, movimentando cerca de US$3 bilhões, com a geração de aproximadamente 300 mil empregos diretos e indiretos. Da parte da vaquejada, a ABVAQ informa que a atividade movimenta R$600 milhões por ano, gera 120 mil empregos diretos e 600 mil empregos indiretos. Cada prova de vaquejada mobiliza cerca de 270 profissionais, entre eles veterinários, juízes, inspetores, locutores, organizadores, seguranças, pessoal de apoio ao gado e de limpeza de instalações.

Embora meritório o PLS, entendemos que a redação proposta pela PEC pode ser aprimorada, pois deve ficar claro no texto que as manifestações culturais a que se refere são as práticas desportivas que utilizem animais. Optou-se pelo termo "práticas desportivas", pois esse é o termo adotado pela Constituição em seu art. 217. Desse modo, apresentamos ao final para aperfeiçoar a redação.

Voto.

Por todo o exposto, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2016, a seguinte redação:

"Art. 225.....

§7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do §1º deste artigo, não são cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais – conforme §1º do art. 215 –, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos."

Sala das Comissões.

Assina o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sem prejuízo do pedido de vista, vamos iniciar a discussão.

Estão inscritos o autor, o Senador Otto Alencar, e o Senador Eunício Oliveira.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu peço a palavra, Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É claro!

Com a palavra o Senador Otto Alencar, pela ordem de inscrição.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Quero me inscrever também, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Peço minha inscrição, Presidente. Senador Valadares.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador José Maranhão, quero parabenizar V. Exª, que, sendo um Senador do Nordeste, da Paraíba, conhece exatamente o que significa para o povo do Nordeste e do Brasil a vaquejada. A vaquejada está em São Paulo, em Sorocaba, em Avaré e em Ribeirão Preto; está em Xerém, no Rio de Janeiro; está no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, em Tocantins, em Goiás, no Pará. Está no Brasil inteiro a vaquejada.

Eu me lembro, Senador José Maranhão, Srs. Senadores e Senadoras, de que, quando eu estava na Universidade Federal da Bahia, em 1966, eu comecei a prática do jogo da capoeira, que era um jogo da Bahia, uma tradição cultural que veio da África e que foi desenvolvida na Bahia pelos negros, o Mestre Bimba, o Mestre Pastinha. Naquela época, eu, capoeirista, não podia entrar no clube social, mas, no clube social em que eu não podia entrar, praticava-se judô, praticava-se caratê. Hoje, no Brasil inteiro, a prática do UFC, do MMA, da luta livre é feita com euforia, com a assistência de todos. Dois cidadãos – e até mulheres agora praticam – arrebentam-se na porrada, o que é uma crueldade que considero das piores. Mas se pode fazer isso, porque é coisa de rico, é coisa que gera muito dinheiro.

No Jockey Club da Gávea, no Rio de Janeiro, o puro-sangue inglês sai do partidor, apanhando até 2,2 mil metros. Quando chega a 1,6 mil metros, o cavalo tem, às vezes, fibrilação auricular e pode cair duro. Quando chega à chegada, aos 2,2 mil metros, ele está com a anca empolada de porrada da taca, mas ninguém vai entrar para proibir isso na Gávea, porque é coisa de rico, não é coisa de sertanejo, não é coisa do Nordeste brasileiro.

Quando se chega à Cidade Jardim, em São Paulo, as bacanas e os bacanas de lá botam um chapéu bonito, vão tomar champanhe, para ver também o puro-sangue inglês sair correndo do partidor à chegada, e todo mundo está aplaudindo. E apanha na anca para chegar com a anca empolada.

No polo, é a mesma coisa, como no hipismo. Agora, nas Olimpíadas, houve animal, com o boleto estourado, com o joelho estourado, pulando dois metros de altura. E não são maus-tratos, não.

Castrar um boi com 12 arrobas, sem anestesia, para fazer gordurinha da picanha, para os barões comerem nos restaurantes ricos do Brasil, também não é crueldade. Castrar o vira-lata, também sem anestesia, não é crueldade, não! Crueldade é fazer a vaquejada, que é uma tradição de mais de cem anos, colocar uma cauda artificial no boi, num leito de 40cm a 50cm de areia. É um boi adulto, olhado pelo veterinário, com todas as condições físicas normais, com todos os cuidados. Se eu usar a espora no cavalo, se eu meter a taca no cavalo e disser que vamos acabar com a vaquejada e desempregar um milhão de pessoas no Brasil inteiro...

Há outra coisa: o Supremo Tribunal Federal proferiu uma decisão dividida. Foi uma decisão da Ministra Cármen Lúcia, e eu conversei com ela. Estou procurando mostrar a ela a importância da vaquejada. Não se deu nenhuma oportunidade ao vaqueiro, ao tratador, ao cuidador, ao que faz a sela, ao que faz o baixeiro, ao que faz a cabeçada, ao que casqueja o cavalo, ao que coloca ferradura no cavalo, ao produtor de ração, àqueles que têm, hoje, a vida ligada à vaquejada e que estão já passando fome, pela decisão do Supremo. Sabem por quê? Porque o Supremo tornou inconstitucional um projeto de lei da Assembleia Legislativa do Ceará, um Estado com oito milhões de habitantes. E a decisão foi de uma pessoa só. E se esqueceram de oito milhões de habitantes e de uma assembleia que aprovou por unanimidade.

Pois bem, tornou inconstitucional, e, agora, quase não se pode fazer vaquejada em lugar nenhum do Brasil. Na Bahia, foram suspensas seis vaquejadas, quebrando seis pessoas que viviam disso, que já haviam assinado pré-contrato para *show,* para colocar lá toda a estrutura para a montagem da vaquejada. Já há gente quebrada, sem condição de se erguer mais, porque cancelaram a vaquejada. Não se deu oportunidade nenhuma de defesa ao vaqueiro nem àqueles que trabalham na vaquejada.

O Senador Humberto Costa é de Pernambuco. Em Pernambuco, há uma cidade chamada Cachoeirinha, que eu conheço e que é considerada o "museu aberto do couro". Do couro, produz-se o selim e toda a estrutura da vaquejada. Vai ficar muita gente desempregada em Cachoeirinha e em Pernambuco.

Na Bahia, há um lugar chamado Malhador, que vive exclusivamente de produzir o artesanato do couro para a vaquejada, como há na Paraíba, como há no Ceará, como há no Rio Grande do Norte. Aí, não se dá oportunidade nenhuma. Acaba-se com a vaquejada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Sr. Presidente José Maranhão, Sr. Presidente José Pimentel, Srs. Senadores, Senadoras, por trás disso está sabem o quê, que nós descobrimos agora? O interesse econômico dos *pets*, dos lugares que vendem aquilo para os cães. Não tenho nada contra o cão; pelo contrário, cuido do meu cãozinho muito bem. Mas, como se está vendendo mais produtos nas lojas de vaquejada do que nos *pets*, começou-se no Brasil a falar: "Vamos acabar com a vaquejada!" Há um interesse econômico por trás disso.

Eu respeito aqueles que são ativistas sérios, que estão contra. Respeito a posição da Senadora Gleisi, do Senador Anastasia, mas é importante respeitar uma tradição do sertanejo, do lamento sertanejo, que tem de ser respeitado aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

Pela ordem, fala a Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada.

Eu gostaria de um esclarecimento de V. Exª: V. Exª já deu vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não. Há uma tentativa de construção de um acordo, mas isso não impede a discussão.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Mas já foi deferida a vista ou a vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Na fase primeira, nós registramos que iríamos ler; em seguida, vamos discutir o requerimento dentro da discussão que aqui subsidia isso. Em seguida, vamos encaminhar.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Presidente...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Quero um esclarecimento: estamos discutindo o requerimento de audiência pública ou o projeto?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não. Estamos discutindo a matéria.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – A matéria?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas, Presidente, não foi pedida vista?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está inscrito o Senador Eunício Oliveira.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Foi pedida vista, Presidente.

Pela ordem, Sr. Presidente, se eu puder, quero encaminhar minha questão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É claro!

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu não tenho problema nenhum em relação ao debate. Acho que o bom debate é fundamental, e esta Casa está aqui para isso. Eu apenas faço uma ponderação: quando o Presidente Maranhão dá vista – e normalmente se pede vista coletiva de um projeto –, nós suspendemos a discussão do projeto para a próxima reunião...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ...sob pena de o mesmo projeto ser debatido em duas reuniões seguidas, com uma pauta de 30 itens para serem debatidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. *Fora do microfone*.) – Não há pressa.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu sei que não há pressa, Senador Lira. Apenas, nós temos projetos prementes, projetos urgentes, projetos que dependem de deliberação, inclusive, do Plenário. Nós estamos chegando ao final do ano, com uma pauta extensa.

Eu gostaria da sensibilidade aqui do Plenário, dos colegas Senadores, para que pudéssemos encerrar toda a discussão com relação a esse assunto hoje. Podemos discutir, não é esse o caso. Uma vez que foi concedida ou pedida vista – e, dando vista coletiva, fica caracterizada a jurisprudência, de acordo com a determinação do Presidente Maranhão –, que nós pudéssemos jogar essa discussão para a semana que vem.

É essa a questão, para que possamos continuar com a pauta, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, peço para contraditar.

Essa é uma matéria extremamente relevante. São milhares de brasileiros desempregados neste momento, e exceções já foram feitas quando se trata de matéria urgente como essa. Assim, Sr. Presidente, quero manter minha inscrição, para poder debater o assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quem está inscrito, Sr. Presidente? Pode ler a relação?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Qual é a relação dos inscritos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É claro! Estão inscritos o Senador Eunício Oliveira, a Senadora Gleisi, o Senador Antonio Anastasia, o Senador Ronaldo Caiado, o Senador Benedito de Lira, o Senador Humberto Costa, o Senador Magno Malta, o Senador Valadares.

Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Presidente, antes de V. Exª me assegurar a palavra, eu gostaria de um esclarecimento da Mesa. Essa matéria está em discussão. Se ela está em discussão, não cabe mais vista, então.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, nós já pedimos vista coletiva, já foi dada.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Eu estou me dirigindo à Mesa e gostaria que, como Presidente da reunião, o Senador José Pimentel me respondesse.

Nós estamos em discussão da matéria. Se estamos em discussão da matéria, regimentalmente não há mais pedido de vista. V. Exª abriu a discussão, o Senador Otto teve a palavra, V. Exª está me dando a palavra para discutir a matéria. Se há discussão da matéria, não há mais como haver vista coletiva em relação a ela.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Em relação a essa matéria, eu vou propor – já conversei com nosso Relator –, como um acordo, que possamos fazer uma audiência pública, se o requerimento for aprovado, na terça-feira, dia 29, na parte da tarde. E, na quarta-feira, dia 30, na sessão ordinária, nós faríamos a votação.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Eu estou inscrito para discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É claro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Sem problema.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Nós estamos no processo de discussão da matéria. É isso?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Estamos discursando, mas assegurando a vista coletiva, que, na fase primeira, nós propusemos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vamos fazer o debate hoje, não vamos encerrar a discussão hoje. Na quarta-feira, a gente a retoma, porque é uma matéria muito importante para as regiões brasileiras, e alguns Senadores e Senadoras, legitimamente, têm compreensão diferente. Por isso, eu pediria a nossos Pares que a gente construísse o entendimento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É só uma informação, Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É que vista cabe até o final da discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Portanto, gostaria que a gente fizesse o entendimento. No calendário, aprovaríamos o requerimento, sem prejuízo das discussões de hoje, e faríamos a audiência pública no dia 29, à tarde. Estou acertando com o Sr. Presidente que, se porventura ele não puder estar aqui, eu me prontifico a estar aqui para ajudar na audiência pública. E, no dia 30, quarta-feira, nós faríamos a votação. E quem tiver maioria de votos...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Então, esse é o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Esse é o encaminhamento.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É o que eu proporia aos meus Pares, com diálogo, com mediação.

Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Sr. Presidente, primeiro, eu acho que essa matéria veio à tona por uma inconsequência. Nós temos uma profissão, que é a profissão de vaqueiros, regulamentada pelo Congresso Nacional. Homens, desde séculos passados, estão dentro das juremas. As pessoas nem sabem o que significa a palavra "jurema". Aquela roupa, aquele gibão de couro que eles vestem não é um ornamento – Benedito de Lira, por favor! –, é uma defesa do homem que vai para o campo para buscar e campear o gado. É diferente aqui do Sul e do Sudeste, onde as vacas, os bois são tratados em confinamento, com rações especiais.

Então, talvez, por desconhecimento, por falta de informação do que significa essa tradição secular, que se tornou, além de tradição secular, um processo de desenvolvimento econômico para uma região pobre, sofrida... Estamos lá há seis anos, Sr. Presidente! Há criança que nasceu, que está com cinco anos de idade e que não sabe o que é chuva, nunca viu chuva na vida. Então, as pessoas não conhecem o sofrimento de 700 mil brasileiros nordestinos que vivem dessa atividade no Nordeste brasileiro.

Maus-tratos de animas, Sr. Presidente? Nós não estamos tratando aqui de briga de galo, nós não estamos tratando de briga de canários. Maus-tratos de animais, Sr. Presidente? Por esse raciocínio, maus-tratos de animais se dão quando se coloca um cavalo para pular três metros de altura. Aí, talvez, haja um estresse do animal. Mas um boi que tem hábito de vaquejada, que corre em menos de 30 segundos, Sr. Presidente? Em menos de 30 segundos, o boi corre. Tenho até um filme de um boi que, de tão viciado que está, porque os cavaleiros se atrapalharam na saída, foi lá e, ao chegar à faixa branca de 100m, deitou. Há um colchão de areia de quase 50cm, que é obrigatório. Então, não há maus-tratos de animais. Não há maus-tratos de animais. Se fosse assim, nós deveríamos discutir outra questão, que são os maus-tratos de humanos em lutas de boxe, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lutas de MMA, em tudo o que existe entre seres humanos.

Aqui está alguém que é defensor de animais. Eu sou fiel depositário, tenho mais de 700 animais apreendidos pelo Ibama bem aqui em Goiás – quem quiser está convidado a ir lá ver –, que eu mantenho à minha custa. São animais maltratados: araras, águias. Há todo o tipo de animais maltratados que o Ibama apreende e entrega para os conservacionistas.

Eu sou conservacionista de animais e protetor de animais maltratados. Agora, vir aqui dizer que há maus-tratos de animais em uma corrida de vaquejada é desconhecer a realidade. Talvez, os que votaram diferentemente de nós – e respeito quem votou diferentemente de nós – tenham feito isso por falta de informação, de conhecimento.

Portanto, vaquejada é uma tradição milenar nossa. É diferente de tourada, Senador Ferraço. É diferente de tourada, é diferente de rodeio, inclusive, que amarra a cintura do boi e aperta. Ninguém toca no boi, a não ser na hora de deitar o boi naquele espaço que é marcado com duas faixas brancas.

Então, nós queremos tirar 700 mil empregos. Já há 12,6 milhões de brasileiros desempregados Brasil afora. Agora queremos desempregar 700 mil pessoas no Nordeste brasileiro, sofrido? É sofrido! O senhor não sabe o que é encontrar um emprego em uma cidade pequena do interior do Estado do Ceará. O Senador José Pimentel, o Senador Maranhão, os que são do Nordeste brasileiro, como o Senador Otto e tantos outros aqui, e também os que não são de lá, mas conhecem o que significa essa questão da vaquejada sabem que não há maus-tratos de animais, não há. Pode haver disputa do ponto de vista econômico para acabar com a vaquejada e ficar o rodeio. Pode haver outro tipo de disputa. Agora, ao se dizer que há maus-tratos de animais – eu já encerro, Sr. Presidente –, isso não é verdade.

Convido quem quiser e quem discordar e achar que há maus-tratos de animais a assistir a uma vaquejada ou a participar de uma vaquejada para ver como aquilo é diferente, como não há maus-tratos de animais e como gera renda para as pessoas e confirma uma tradição, que é milenar.

Portanto, eu queria, Sr. Presidente, encaminhar favoravelmente à PEC. Não sou contra a discussão, não sou contra o debate, não sou contra até à audiência pública que propõe a Senadora Gleisi. Ela propõe uma audiência pública para que se faça esclarecimento disso, para que a verdade aqui prevaleça e para que a gente não prejudique milhares de brasileiros que não têm outra fonte de renda, que não têm do que viver, que não podem plantar um pé de soja, porque ele não cresce, não há chuva para isso.

Nós estamos neste momento – V. Exª vai participar de uma audiência daqui a pouco, junto conosco, no Ministério da Integração – lutando para trazer água da transposição do São Francisco para perfuração de poços, porque todos os açudes do Ceará estão secos. Inclusive, o Açude do Castanhão, que tem 6,7 bilhões de metros de capacidade de acumulação de água, está totalmente vazio no Ceará. Então, nós vamos ter outros problemas maiores, que é o problema da seca e até de abastecimento de água para o ser humano.

Ao vir aqui discutir essa questão dizendo que há maus-tratos de animais na vaquejada, demonstra-se puro desconhecimento.

Peço, sinceramente, que, nessa audiência pública, isso seja esclarecido, para que o resto do Brasil não questione algo que é tradição, que é economia e que é sobrevivência de cerca de 700 milhões de cearenses, nordestinos e brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero iniciar minha fala saudando o Deputado Ricardo Izar, Presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Animais, que nos acompanha nesta reunião.

Eu queria resgatar um pouco o histórico desta PEC.

Há 15 dias, aprovamos, no plenário do Senado, numa aprovação muito rápida, sem discussão, o PLC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

24, que amanhã tem prazo final de sanção. O que dizia o PLC 24? Elevava à condição de patrimônio cultural e imaterial da humanidade a vaquejada e o rodeio. Então, eu queria informar o Senador Eunício, que diz que nós temos falta de informação sobre a vaquejada, que ele aprovou o rodeio também como patrimônio cultural e imaterial. Se ele é contrário, ele podia destacar aqui. Eu voto junto com ele para retirar o rodeio. Então, vamos colocar as coisas como elas são. O rodeio está junto nisso. Foi vaquejada e rodeio.

Primeiro, o que pretende essa PEC? Ela viola os direitos e a cláusula pétrea, porque viola os direitos e as garantias individuais e fundamentais. O art. 225, da Constituição, fala sobre os direitos ao meio ambiente e, no inciso VII, diz: "VII - proteger a fauna, a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécie ou submetam os animais à crueldade."

A emenda do Senador Otto, que respeito muito, diz que não são cruéis as práticas com animais elevadas à manifestação cultural. Então, nós estamos pondo na Constituição que vaquejada e rodeio não são crueldade. Se um animal sentir dor ou tiver problema, nós temos de encarar isso como cultural. Se eu puxar o cabelo de alguém aqui e disser que isso é um patrimônio cultural e imaterial da humanidade, não pode...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Faço só um pedido: não puxe os meus, que são bem pouquinhos!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Há uns restinhos ali. (*Risos.*)

Isso não pode ser considerado crueldade. O problema de sentir dor é de quem sente dor.

Então, eu queria atentar para isso. Primeiro, essa PEC é inconstitucional, porque ela viola cláusula pétrea. E, de novo, vou dizer: vocês estão votando algo que pega a vaquejada e o rodeiro. Sou do Sul e não sou a favor de rodeios.

Quero dizer para os senhores: meu avô foi patrão de CTG. CTG é que organiza os rodeios. Eu via como o gado era transportado, eu via como o cavalo era selado e como colocavam cinta na barriga para o peão pular, eu via como os animais chegavam estressados, para as pessoas se divertirem. Nunca consegui conviver com aquilo!

Entendo que é uma questão de economia e que isso tem impacto, como tem impacto o rodeio no Sul, mas não é possível que, em nome de uma questão econômica, vamos continuar com a crueldade com os animais.

Eu quero lembrar esta Comissão que também era uma questão de economia a escravidão no Brasil. Vocês devem lembrar as discussões que aconteceram no Parlamento e também as discussões na sociedade brasileira sobre a escravatura. Diziam que, se nós abolíssemos a escravidão, quebraríamos a economia brasileira.

Os Estados Unidos fizeram uma guerra, a Guerra de Secessão, para combater a escravidão no sul do País e para poder haver desenvolvimento e dignidade humana. Também era uma questão de economia.

Também era uma questão cultural colocar os cristãos nas arenas romanas para serem comidos pelos animais. Também era uma questão cultural fazer a briga dentro das arenas. Eu fico imaginando a discussão no Senado romano, aquele que originou este Senado. Como seria essa discussão dos Senadores que, na época, não queriam que isso acontecesse contra os Senadores que defendiam a prática? Devia ser muito parecido com o que se está vendo aqui. E também isso tinha impacto financeiro.

A humanidade sempre teve práticas cruéis e conseguiu superá-las ao longo do seu desenvolvimento. Nós não podemos voltar atrás com essas práticas. Eu acho que nós temos de dar alternativa econômica, lembrando que já é considerada uma atividade ilegal, inconstitucional, pelo Supremo Tribunal Federal, que a proibiu porque ela é cruel e por ela ser colocada como crime no art. 225. É por isso que se quer aprovar essa PEC, para ela não ser crime.

Pode ser até que o Supremo Tribunal Federal não tenha dado condições de mediação de transição da atividade econômica. Agora, sustentar uma atividade cruel e dizer que ela dá sustentação à economia?

Eu queria perguntar aqui para os senhores se isto aqui não é crueldade. Este aqui é um boi sendo puxado pelo rabo. Eu queria perguntar se isto aqui não é crueldade, um boi ficando sem rabo. E não adianta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Isso é da vaquejada?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É da vaquejada. Isto aqui é resultado da vaquejada.

Aí, os defensores da vaquejada trazem isto aqui, dizendo que um rabo é aplicado ao boi para minorar o sofrimento. Dá para entender isso?

Mas, além disso, vou falar da morte dos animais e do consumo de carne. Um desses dias, disseram-me: "Mas, então, temos que deixar de comer animais!" Eu quero dizer nesta Comissão que eu sou vegetariana, que não como carne de nenhum tipo, há muitos anos, por opção.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas nunca...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria de ter respeito.

Por isso, vou me sentir muito à vontade para falar. Eu nunca critiquei, nunca apontei quem come carne. Os senhores nunca me viram falar aqui contra o manejo de animais para abate para consumo humano. Nunca votei em nenhum projeto nesse sentido, nunca, nunca! Entendo a economia do País, mas, mais do que isso, entendo que a carne faz parte da base alimentar do ser humano, assim como faz parte da base alimentar de vários outros animais. Eu não como carne por opção, assim como outras pessoas, mas reconheço que ela faz parte da base alimentar. Então, os senhores nunca me ouviram e nunca me ouvirão falando contra isso.

Nós lutamos muito para que tivéssemos morte indolor e sem crueldade. Os senhores lembram quando havia morte de bois a paulada, quando havia morte de bois com crueldade, com requintes de crueldade. Conseguimos implantar no País uma legislação que proíbe isso. Ou seja, hoje, o abate, o manejo para abate de animal obedece a uma legislação.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria de pedir silêncio. Eu respeito a posição dos colegas e gostaria que os colegas me ouvissem e parassem de chacota. Eu estou falando aqui, e há vários fazendo gracinha. Eu não fiz gracinha quando vocês falaram. Então, vamos respeitar!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Eunício, rapaz, pare com isso!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª também.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu também? Eu quero ajudar e me dou mal? (*Risos.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quero dizer...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu estou calado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, Senador Otto, não é com o senhor. É aqui ao meu lado e atrás.

Eu quero só dizer que nós temos regras para o abate animal, e a carne faz parte da base alimentar. Agora, o fato de a humanidade comer o animal, tê-lo como alimento, não pode lhe dar direito a sacrificá-lo ou colocá-lo em práticas cruéis para suas diversões.

Vamos pegar como se dá na cadeia alimentar. Eu acho que os senhores assistem ao Discovery Channel – eu, pelo menos, assisto e gosto muito principalmente daqueles que falam sobre a vida animal. Quando os leões caçam – são as leoas que caçam, aliás – zebras e gnus, eles os trazem para o bando, o bando os come, alimentam-se, e eles deitam, e parou por aí. Pode haver um grupo de zebras ou de gnu ao lado do bando de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

leões, mas, se eles estiverem satisfeitos, eles não vão matar nem tampouco correr atrás para se divertir.

É sobre isso que estamos falando. O que nos dá o direito de colocar um animal numa arena, de puxá-lo pelo rabo, de derrubá-lo e de dizer que isso é fundamental para a economia? A profissão de vaqueiro foi regulamentada aqui, mas não a de vaqueiro de arena. Foi regulamentada a de vaqueiro que faz o manejo do gado, que transporta gado de um lugar para o outro, que faz vacinação, que cuida. Essa é a profissão que foi regulamentada aqui. Esta aqui de correr atrás dentro de uma arena não foi regulamentada aqui.

Pergunto: em nome de que vamos continuar fazendo isso? Em nome dos empregos? Vamos, por favor, dar alternativa para os celeiros que podem utilizar o couro de outra forma, dar alternativa a quem vende o cachorro-quente e o churrasquinho nessas arenas. Continuem com a festa! Pode haver apresentação de cantor, pode haver desfile de animais.

Quero falar outra coisa: não é só a crueldade física. Eu não sei se os senhores sabem, mas o sistema nervoso de um animal, do gado, é praticamente o mesmo sistema nervoso do ser humano. É o mesmo sistema nervoso. Então, as sensações, o medo, a dor são os mesmos que a gente sente.

Aí eu pergunto: se fossem colocados em um caminhão, levados para um brete e colocados numa arena, qual seria a sensação que os senhores sentiriam? Muitas vezes, há dois cavaleiros emparelhando o boi para derrubá-lo. É sensação de medo, é sensação de estresse, é sensação de dor, de perseguição. É essa a sensação que nós sentiríamos. E não adianta virem aqui dizer que há MMA, telequete, luta entre pessoas. As pessoas têm consciência, as pessoas vão lutar por que elas querem, têm livre arbítrio. O boi entra na arena para ser derrubado, como entrava na arena da tourada para ser morto. Não era uma luta de toureiro contra o boi, não; o boi só sairia morto da arena. Mesmo que ele derrubasse o toureiro, matavam o boi. Em briga de galo, é a mesma coisa.

Olhem o que estamos fazendo! Nós colocamos como patrimônio cultural e imaterial da humanidade a vaquejada, em que se derruba o boi na arena para um monte de gente se divertir, dizendo que, com isso, damos emprego e que assim funciona a economia. Aí, achamos que isso é justo e não é cruel. Vamos fazer uma emenda à Constituição, dizendo que não é crueldade. Não somos nós que sentimos a dor. Obviamente, enquanto o boi sentir a dor, enquanto o boi sentir o medo, enquanto o boi estiver no brete, o problema é dele. Então, além de comer o animal, não o respeitamos sequer, e ele dá vida à humanidade. Vamos respeitar o animal que dá vida a todos que estão aqui que comem carne, que é um alimento, mas não precisamos nos divertir com ele. Por favor, nós temos alternativa.

Então, quero deixar claro aqui que não defendo rodeio, mas o rodeio está junto aqui. Os senhores aprovaram a vaquejada e o rodeio. Não defendo corrida de cavalo, não defendo esporte com os animais, porque os animais não têm livre arbítrio para participar do processo esportivo.

Como seres humanos, como pessoas que pensam, temos de cuidar dos animais. Não é possível haver essa involução!

Por favor, quero fazer um apelo à CCJ para não aprovarmos isso. Vamos nos debruçar para que possa haver uma transição da vaquejada – temos de falar com o Supremo Tribunal Federal – para uma atividade econômica alternativa. Não dá para acharmos que isto aqui é normal, não é cruel e serve ao nosso desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigado, Senadora.

Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, nós tivemos uma discussão muito semelhante a essa recentemente, nesta mesma CCJ, bem como no plenário, na votação do projeto de lei de autoria do Senador Otto Alencar, que está aqui a meu lado, sobre o mesmo tema, já que ele foi motivado pela decisão recente do Supremo Tribunal Federal, que teve por objeto exatamente o julgamento da questão da vaquejada no Estado do Ceará. Naquela oportunidade, manifestei minha posição pessoal igualmente contrária àquele projeto, como faço da mesma forma em relação a essa proposta de emenda à Constituição.

Sob o ponto de vista do seu conteúdo, já deixei claro, naquela oportunidade, que, sob o meu ponto de vista e com todo o respeito àqueles que não o tem, considero a atividade como uma atividade que leva maus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tratos a esses animais.

Volto a dizer que respeito a posição e a prática daqueles que entendem de modo diferente. Mas me permito aqui, depois da alocução da Senadora Gleisi Hoffmann, que abordou com muito brilho questões de ordem prática e ideológica sobre o assunto, às quais eu me associo, fazer um corte diferente, até também para ser célere. E reitero que o faço sempre com respeito, principalmente ao Senador Otto que está aqui a meu lado.

Quero dizer, Sr. Presidente, que estamos diante de uma discussão que é muito técnica. Nós vamos indagar o que significa ou não a expressão "maus-tratos". Maus-tratos ou mesmo o bem-estar dos animais são expressões do chamado conceito jurídico indeterminado. Jamais o legislador, por mais criativo que seja, vai conseguir, de maneira clara e insofismável, determinar o que sejam maus-tratos ou o que não sejam maus-tratos, tanto é que o Conselho Federal de Medicina Veterinária, publicamente, entende que vaquejada significa maus-tratos e tornou essa decisão pública.

Diante, portanto, de um conflito de interpretação sobre uma expressão que é subjetiva – e a lei jamais a detalhará –, é evidente que esse conflito só vai ser resolvido no âmbito do Poder Judiciário. Eu disse isso ao Senador Otto, com todo o respeito, da vez passada. Esta discussão nossa no Parlamento neste momento é estéril, porque o tema será decidido pelo Judiciário, que vai, com base em laudos técnicos, apurar se há maus-tratos ou se não há maus-tratos, já que ninguém, em sã consciência – e tenho certeza de que aí é a totalidade –, concorda com a prática de maus-tratos.

Desse modo, eu sou contrário, porque nós estaremos aqui simplesmente criando uma norma que será inócua, não terá nenhuma validade e, se vier a ser aprovada, como eu disse da vez passada, será uma vitória de Pirro, sem nenhuma consequência.

Tenho a serena convicção de que, com base em laudos técnicos, entenderá o Poder Judiciário pela ilegalidade do procedimento pelos maus-tratos.

É evidente que uma questão de transição, como lembrou a Senadora Gleisi, será muito bem-vinda. Mas, da mesma forma que, no passado, nós tínhamos no Brasil a briga de galos, que envolvia, inclusive, uma cadeia econômica e, felizmente, foi proibida, com o passar do tempo, certamente, vamos superar essa fase.

Portanto, meu posicionamento, com todo o respeito, será contrário a essa PEC.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, um ponto precisa ser destacado. Muitas vezes as coisas estão sendo colocadas em forma de esporte, mas é a única atividade no País que se origina no trabalho. Não é a questão de a vaquejada ser esporte, de rodeio ser esporte, de que laçar bezerro seja esporte. Isso é trabalho.

Mas é lógico que as pessoas mais ligadas ao setor urbano não sabem como faz um vaqueiro para ter condições de domar um animal ou de muitas vezes contê-lo ao correr, como colocou muito bem o Senador Otto, tanto no Cerrado, no meu Estado de Goiás, como na Caatinga, no Nordeste. Eu sei como é. Ou acham que o animal chegou lá... E aí vêm os ditos protecionistas, que nada fazem. Como é que ele vai ter acesso ao animal? O animal está na Caatinga, no Cerrado. Como é que ele vai ser contido?

Os nordestinos conseguiram difundir isso para o Brasil, principalmente para nós, do Centro-Oeste. Eles trabalham numa região extremamente inóspita e não têm condições de laçar o animal, porque não têm espaço para aquilo. Aí o nordestino desenvolveu a técnica de poder encostar o cavalo no boi, fazendo com que o boi seja derrubado e, a partir daí, tratar o animal. Essa é a atividade do vaqueiro, Sr. Presidente. O animal tem uma bicheira, o animal está precisando tomar uma medicação, e acham que em todo lugar o animal chega e vai direto para o curral, para o brete, toma injeção e é curado. A realidade do Brasil é essa.

Agora, como colocou o Senador Otto, quando é o esporte de alguns grã-finos não tem problema! Pode fazer corrida de carro ou o que for, divulgar o que quiser, está tudo certo, não tem problema nenhum! Pode correr, envenenar o motor, fazer pega na cidade; isso não tem problema! Agora, de repente, vem aqui um cidadão que...

Eu perguntaria a um defensor se sabe como é que nasce um bezerro. Eles sabem como se cura um bezerro? Eles sabem o que é o umbigo de um bezerro, que é o foco de infecção do animal? O animal que não é tratado naquele momento tem ali a porta de entrada de bactérias e vai sofrer uma lesão nas articulações. Ele sabe que a única condição que se tem é laçando o bezerro no pasto para se aplicar a medicação correta, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que aquele animal tenha condições normais e possa ter um crescimento sem as limitações de uma infecção? Como é que se pega um bezerro? Não se pode laçar? Como é que se doma um animal bravio?

Isso aqui não tem nada de esporte, não; é trabalho. Mas, como essas pessoas não são ligadas ao trabalho, não gostam muito de trabalhar, isso é verdade, não são afeitas ao trabalho, não gostam do trabalho, realmente têm uma resistência... Trabalhar sem gostar realmente é uma coisa que não faz bem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Desculpe, Sr. Presidente, não é sobre isso que nós estamos falando e o Senador está sendo desrespeitoso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu estou discutindo a matéria e gostaria... Da mesma maneira como eu fiquei calado aqui, ouvindo, eu gostaria que me escutassem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Os dez minutos de intervenção são livres.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ninguém o desrespeitou assim.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu não fiz intervenção nenhuma na fala da Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O senhor está sendo desrespeitoso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Então, é importante, Sr. Presidente, que seja esclarecido a todos que estão nos vendo neste momento que é o único esporte no País cuja origem é o trabalho. Eu os desafio a dizerem outro. Qual é o outro esporte? Nada contra jogar tênis, jogar vôlei, jogar futebol – não tenho nada contra! –, saltar carro, jogar peteca. Nada contra! Agora, me digam qual é o esporte cuja origem é o trabalho?

Como é que nós vamos ter acesso ao bezerro para curá-lo no pasto? Como é que nós vamos poder preparar um animal para que ele possa ser montado?

Hoje a doma é racional, Presidente. A doma é racional. Esses animais são tratados hoje com uma ligação direta conosco. Nós sabemos como domar um cavalo e sabemos como montar um cavalo. Não existe paixão nem ligação maior do que a nossa pelos nossos animais.

Agora, nós temos que saber laçar. Se nós não laçamos um bezerro, se nós não podemos curar um bezerro... E são milhares de bezerros que nascem por dia. Ah, mas o cidadão, aquele cidadão lá do asfalto acha que o bezerro nasceu, aí, já está curado, não tem nenhuma contaminação, ele não precisa de nada, simplesmente a natureza vai levá-lo amanhã a todo o seu crescimento e à sua vida normal.

As pessoas não sabem como é feito o transporte dos animais também para outras regiões. E aí nós temos não só a questão de cavalgadas, não. Nós temos as comitivas que levam esses animais e a destreza do vaqueiro, a capacidade de laçar, com regras, Sr. Presidente. Nós laçamos hoje sem poder praticar qualquer sofrimento ao animal, devido à rapidez. Os veterinários estão ao lado ali, para poder saber as condições em que está aquele animal. Nas provas que nós praticamos, há um veterinário para saber se foi ferida a boca do cavalo na puxada do freio. Isso é desclassificatório.

Ou seja, um rodeio hoje mostra como o cidadão está sendo preparado para trabalhar o campo. E o campo só sobreviveu porque nós conseguimos fazer com que houvesse uma bancada no Congresso Nacional que não deixasse que o governo do PT contaminasse o campo brasileiro, o único setor que deu certo no Brasil. E, de repente, eles querem agora interferir para dizer: "Não, não pode montar o cavalo porque agora tem que saber se os protecionistas vão dizer que o horário do trabalho do cavalo é das 8h às 10h e das 4h às 6h da tarde, porque, fora desse horário, o sol vai provocar uma insolação no cavalo. Ou seja, eu não posso mais laçar o bezerro. O bezerro nasceu na minha fazenda e vai ter que ter contaminação, ele vai ter todo o processo de artrite nas articulações por contaminação de bactérias – não pode laçar! Eu estou trazendo maus-tratos ao bezerro que acaba de nascer. No animal que está correndo na Caatinga ou no Cerrado de Goiás ou do Nordeste, eu não posso ter o vaqueiro que tenha habilidade para encostar nele e poder contê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Presidente, o que nós estamos fazendo é um absurdo! Nós estamos vendo o Brasil desviar para a droga. Nós estamos vendo essa juventude toda, hoje, sem alternativa. Presidente, eu cheguei há poucos dias no interior de São Paulo e vi milhares de jovens ao lado de seus cavalos, ali, quase chorando, dizendo: "Olha, eu não posso praticar aqui o esporte do laço em bezerro, porque o promotor cancelou." Esse jovem estava lá trabalhando, estava praticando algo que é a experiência dele amanhã na propriedade rural dele. Não! Naquela hora o promotor disse: "Isso não pode!"

Olha, é algo que realmente é de estarrecer. Nós numa crise dessas... O Brasil numa crise dessas... Vou até dividir a opinião aqui com o Senador Ferraço, que ia dizendo: "É realmente muita falta de ocupação, no momento em que o Brasil está vivendo uma situação tão grave como essa."

Aí, vem o embasamento do Ministro, que diz o seguinte: "O estudo da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, revelador de lesões e danos irreparáveis sofridos também pelos cavalos utilizados na atividade, considerando percentual relevante de ocorrência de tendinite, tenossinovite, exostose, miopatias focal e, por esforço, fraturas e osteoartrite társica." Como sou ortopedista, realmente eu acho que é uma coisa interessante. Quer dizer, o cidadão hoje não pode envelhecer. Isso tudo aqui tem em muitas atividades. Em qualquer atleta brasileiro, você identifica tudo isto: artrose, tenossinovite, tendinite. O jogador de tênis, então, não pode jogar, porque é o primeiro a desenvolver um *tennis elbow*. Presidente, é de um ridículo absurdo. Ou seja, o cavalo tem que ficar retido na baia. Ele não pode sair dali, porque, se ele andar, ele vai ter tendinite. Com o tempo, ele vai ter artrose.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Exatamente.

Então, Presidente, eu acho que nós precisamos trazer aqui a discussão para um Brasil real. São inadmissíveis essas coisas, imaginar... Eu sei o que é isso, porque, quando eu iniciei a defesa de produtor rural, há 30 anos, uma esquerda desenhava o produtor rural como sendo um cidadão que não tinha sensibilidade, que não era solidário, que queria apenas mordomias de governo. Está aí o setor rural mostrando que é o único setor da economia brasileira que deu certo. (*Palmas.*)

Agora, vêm querer, neste momento, Sr. Presidente, criar uma situação dessa, em que o cidadão, no trabalho dele, cuidando do seu rebanho, cuidando da sua tropa... E o cidadão vem da cidade dar aula para mim?! O que é que eu faço, Sr. Presidente? Ora, pelo amor de Deus!

Vamos realmente colocar cada um no seu devido lugar, cada um no seu quadrado, falar do que se entende. Tem pessoas que entendem muito bem como invadir estatais, entendem perfeitamente como usar a máquina de governo, mas, por favor, na parte do setor rural, deixem para nós, porque nós temos competência suficiente para mostrar que o trabalho não pode ser inibido. O trabalho não pode ser, neste momento, agredido por aqueles que têm a responsabilidade, como o único país no mundo, que é o Brasil, de entregar carne verde para o mundo. Somos os únicos. Sabemos fazer o manejo do nosso gado, sabemos fazer o manejo dos nossos cavalos, e, como tal, somos referência nesse setor.

Eu agradeço, Sr. Presidente. Não só concordo como apoio plenamente o projeto de lei do Senador Otto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, após a manifestação de diversos Senadores e, com especialidade, essa manifestação feita pelo Caiado, eu acho que não há mais nada a acrescentar. Até porque, trata-se aqui do Nordeste brasileiro, que é exatamente onde há o maior contingente de pessoas que usam a vaquejada não para praticar maus-tratos aos animais, mas para sobreviver. Além do mais, quando a gente faz uma observação nesses termos, no que diz respeito ao emprego: "Ah, mas eu não tenho nada a ver com o cara que está vendendo lá um cachorrinho quente, um espetinho", isso é a forma de sobrevivência daquele que vai para a concentração dos campos de vaquejada – de sobrevivência!

Então, vamos encontrar um outro caminho. Qual é o caminho? O caminho é exatamente manter a atividade, Sr. Presidente. Como disse o Senador Caiado, Otto e outros, isso é uma atividade que remonta a muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

anos, a muitos anos.

Então, nós temos que fazer o seguinte: temos que agora partir para uma norma de proibir matar o boi, matar o animal. Matar o animal! Para que maior sofrimento do que matar o animal? A pessoa já viu? É com machadada na cabeça, com uma peixeira de doze polegadas, sangrando. Quer dizer, isso pode ser feito, não são maus-tratos. Então, vamos comer grama. Não quero dizer isso a V. Exª, Senadora, que é vegetariana, mas nós deveríamos ter sido acostumados a comer grama. Talvez ninguém tivesse problema de colesterol nem morresse de infarto. Porque normalmente o boi não morre de infarto, nunca ouvi falar disso...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – São absurdos os argumentos desrespeitosos nesta Comissão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Está vendo, Sr. Presidente?

Então, além dos 700 mil empregos que nós temos na atividade, esses diretos, e os empregos indiretos? Vai a muito mais, três ou quatro vezes mais do que isso, Senador Vicentinho.

Então, eu acho isto uma mera, vamos dizer assim, falta do que fazer: querer proibir a atividade secular. Tem um homem do campo, no Nordeste, no Cerrado, como disse o Caiado, que só sabe fazer aquilo. Mas, Caiado, não tem problema nenhum. O bezerro nasceu? Nasceu. Aí, o cabra chega lá: "Vem cá, menininho, chegue, meu filho, vem para cá. E ele vem." O que é isso, minha gente?

Isso é uma atividade que eu acho que deverá permanecer. O Congresso Nacional é que tem que legislar em cima disso. Disse-me aí o querido amigo, que eu respeito profundamente, Anastasia: "Quem vai decidir é o Supremo." Nada de Supremo. Quem vai decidir é o Congresso Nacional, porque é para isso que nós estamos aqui.

Então, Sr. Presidente, eu não só voto a favor da PEC, como vou defendê-la intransigentemente, porque é uma atividade de trabalho, não é uma atividade apenas esportiva.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – É uma atividade de trabalho, e vamos preservar o trabalho.

Quem é formado, quem tem posicionamentos especiais, pode ter um emprego lá em cima, importante, mas o vaqueiro não tem. Aí, a gente acaba com isso, porque, na verdade, estão maltratando o animal. Esperem aí! Vamos pensar em outras coisas, Sr. Presidente.

Por essas razões, eu sou totalmente favorável. Voto a favor da PEC.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, queria, primeiro, me afastar radicalmente de alguns argumentos arrogantes, caricatos, típicos de pessoas que têm uma mentalidade autoritária e que tratam esse tema de forma, eu diria, demagógica e agressiva por outras divergências que têm em relação a determinados grupos.

Quero dizer que defendo o direito à liberdade daqueles que são defensores do meio ambiente – e todos nós deveríamos ser. Se esse movimento não tivesse se fortalecido internacionalmente, nós viveríamos no mundo, hoje, uma situação mais grave até do que a que nós estamos vivendo. Lamento, inclusive, que, em termos internacionais, nós estejamos assistindo à assunção de um Presidente da República dos Estados Unidos que não acredita nos danos climáticos que foram causados, que quer desmontar os acordos que foram construídos com muito trabalho, e o Brasil é um exemplo disso. Portanto, quero dizer que me afasto totalmente do argumento desses que querem defender a vaquejada por essas razões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por que é que defendo essa PEC? Talvez os senhores não se lembrem, mas, no plenário, quando foi votado o projeto de lei que tratava da elevação da vaquejada à condição de patrimônio imaterial, eu me abstive. Abstive-me por que sou nordestino, ao longo de minha vida acompanhei a realização de vaquejadas o tempo inteiro, já estive presente em algumas delas e nunca tinha ouvido nenhuma manifestação como essa do Supremo de que lá havia maus-tratos aos animais. Então eu preferi abster-me naquele momento e fui em busca de informações que pudessem fundamentar a minha posição.

A partir do contato com pessoas que lidam diretamente com essa questão, fui absolutamente convencido de que não há maus-tratos, até porque tem havido um processo de evolução em relação a isso. No passado, alguns excessos aconteciam, como a forma com que o cavalo era tangido ou a forma como o boi era imprensado e alguns equipamentos utilizados pelo vaqueiro. Mas, ao longo do tempo, até por essa consciência que se foi criando na sociedade, há uma preocupação de que o esporte possa ser praticado – e é um esporte de grande apelo popular no Nordeste – sem que haja qualquer tipo de prejuízo ao cavalo ou ao boi.

Tive acesso a vários pareceres de conselhos regionais de veterinária que colocam a sua credibilidade e o seu prestígio para afirmar que não há maus-tratos. Ouvimos a opinião de especialistas, de segmentos dos próprios Ministérios Públicos estaduais que acompanham o processo. Eu tive a oportunidade de ver, inclusive, termos de ajuste de conduta promovidos entre o Ministério Público e os promotores da vaquejada, definindo as condições em que a vaquejada deveria acontecer. Conheci como hoje funciona o processo. Você tem que ter um veterinário o tempo inteiro que possa, em qualquer situação em que se preveja a possibilidade de sofrimento do animal, impedir que isso aconteça. Temos a presença de zootecnistas também no acompanhamento. Há uma área reservada, onde tanto os cavalos quanto os bois ficam sob proteção. São garantidos, inclusive: alimentação, medicação, tudo o que for necessário. Então, isso é feito com outros padrões em relação ao que era feito anteriormente.

Mais do isso, a aprovação dessa PEC vai permitir que, a posteriori, nós aprovemos um projeto de lei em que todas essas regras estarão previstas e todos vão poder se manifestar no sentido de que a prática possa acontecer sem que haja qualquer dano, qualquer prejuízo, quaisquer tipos de maus-tratos a esses animais.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu quero me manifestar aqui de modo favorável à aprovação dessa PEC.

Registro também, embora esse não deva ser o principal ponto – nesse aspecto, a Senadora Gleisi tem alguma razão –, que não acho que a questão principal, apesar de ela ser fundamental para o Nordeste, é meramente a questão econômica. Se houvesse, de fato, a comprovação de que há maus-tratos, se justificaria que não houvesse essa atividade, mas não é o caso.

Eu voto absolutamente tranquilo com a minha consciência de que estamos aprovando uma atividade que respeita a cultura popular e respeita, acima de tudo, aquilo que a própria Constituição prevê, em termos de preservação, de bem-estar dos próprios animais. Então, o meu voto, no momento em que nós formos aqui voltar, será pelo "sim" a essa proposta de emenda à Constituição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, diante de todos os argumentos que foram postos aqui na defesa da vaquejada, tudo o que eu disser daqui para frente é chover no molhado.

Eu quero, antes de sair, Senador Humberto, ratificar o que V. Exª disse aqui, porque eu vivi muito tempo em Pernambuco, cheguei lá aos 17 anos, e o que V. Exª colocou, de que em muitos Municípios do Estado de Pernambuco a vaquejada ocorre nessa consonância, que o Ministério Público faz ajuste de conduta com os promotores, eu quero ratificar o que V. Exª disse, porque é o Estado onde isso mais acontece. E arbitrário, de fato, é o promotor simplesmente dar uma canetada e dizer: "Eu não gosto disso, eu penso desse jeito", sem pensar no coletivo.

V. Exª fique à vontade para se retirar. Eu estou só ratificando o que V. Exª falou, porque realmente Pernambuco é um dos Estados onde existe essa compreensão.

Sr. Presidente, nós precisamos acabar com essa história também de todo mundo viver morrendo de medo de promotor, viver morrendo de medo de ministro de Tribunal Superior. Sabem qual é o problema? É que quando se vai aprovar um ministro de Tribunal Superior e ele senta aqui, em vez de indagar o cara, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

apertar o cara, de saber o que o cara pensa ou não, todo mundo levanta o microfone para fazer elogio, como se tivesse se preparando para ter medo de um cara que amanhã pode julgá-lo. Eu não vejo necessidade nisso. Para ministro de Tribunal Superior, para mim, o voto tem que ser aberto, porque o cara precisa saber.

Aí, você tem um País de 204 milhões de pessoas, onde um sujeito, pelo do alto da convicção dele – com todo respeito ao Ministro Marco Aurélio, com todo respeito a ele, é flamenguista como eu, gosto dele como pessoa –, como um ministro de Tribunal Superior, fundamenta uma decisão citando o estudo de uma universidade. Como? Pelo menos tinha que buscar de duas, de três, de quatro, de cinco, de dez, entender o conjunto, entender o coletivo.

Foi como o relatório, a decisão do Ministro Fachin sobre a legalização da maconha. Nós temos 204 milhões de famílias chorando, de mães que vão ao cemitério porque o filho morreu drogado, começou a fumar maconha no meio da rua, na porta da escola, filhos fumando maconha, se degradando e caindo para o álcool, para a cocaína, mas ele não ouve, é o que ele pensa.

Nesses temas que são emblemáticos, é preciso que um ministro de Tribunal Superior tenha a sensibilidade de entender o coletivo. E a questão da vaqueja é entender o coletivo, é entender a cultura de um país. E, no máximo, fazer sugestões sobre aquilo que acha que está errado ou não. Mas dar uma canetada e mandar suspender e acabou, sem pensar na cadeia de tudo isso, como isso nasceu?!

Quando nasceram meus dentes, lá no interior da Bahia, em Macarani, minha cidade natal, a vaquejada já era mais antiga quase do que o próprio País, e nós não temos, não há registros de animais morrendo ali.

Então, vejam, por que não há nenhuma movimentação para fechar os jóqueis? Não há. Porque vão sofrer um grande *lobby*, porque é coisa de bacana. E olha que, para um animal chegar à frente, ele tem que tomar muito esporada nos córneos, tem que tomar esporada e muita porrada de taca para chegar na frente. E tomar muito tapa no pé do ouvido também, porque o cara, na hora em que está empolgado, começa a bater no pescoço. No tal do polo, só faltam quebrar o pescoço do animal. Quem já viu esse polo sabe que o cara para, poder fazer a curva, para correr atrás da bola, dá cada tranco no pescoço do animal, que é uma coisa violenta. Então, se nós nos enveredarmos por esse caminho, em que o animal está muito mais glamourizado que o próprio ser humano...

Vejam só que, na nova proposta do Código Penal – o Código Penal é um código velho, é um senhor com mal de Alzheimer, alcoólatra, doido, tomando remédio de todo jeito, toda hora, é o Código Penal velho que nós temos –, Sarney convidou um grupo de notáveis para propor e estudar o novo Código Penal. O que os notáveis fizeram? Trouxeram a nova proposta, que é um jovem que fuma craque, que bebe cachaça, mais doido que o velho. E olha o que eles falam: se você for pego vendendo uma pena de pavão na feira, você pega sete anos de cadeia – no novo Código Penal –; se você tirar um ninho de um passarinho do lugar, cinco anos de pau para você; mas, se você fizer uma lesão corporal em alguém, meter uma "facãozada" na cara e o cara não morreu, é só lesão corporal, você pega só seis meses; abandono de vulnerável, abandonou uma criança, abandonou seu pai velhinho, com 100 anos de idade, é só seis meses de cadeia. Para o ser humano, nada! Olhem só.

Se você der um tapa em um animal, um tapa – vejam o quanto esse jóquei bate no pescoço, no pé do ouvido de um cavalo, para ele morrer –, se der um tapa, e já estou advertindo que está no Código Penal novo, nesse menino doido, em um animal, e ninguém tem que bater em animal –, são sete anos de cadeia. Mas lesão corporal em alguém, só seis meses. Quer dizer, é o seguinte: se o cachorro me morder, é melhor eu matar o dono, porque são só seis meses; se eu bater no cachorro, eu pego sete anos. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Então, vejam só: é assim que é. O jóquei se prepare para o novo Código Penal, porque não pode dar tapa no pé do ouvido do animal mais, não; dar tapa no pescoço, não, para o animal correr: "Bora, desgraça!" E quando ele não chega na frente, ele toma mais tapa ainda, porque não chegou. Mas tudo bem! Tudo bem".

O que eu estou querendo dizer, Sr. Presidente, é que se o ser humano... Daqui a pouco esse troço enveredа, e vão acabar com a festa dos bonecos de Olinda, porque aquele boneco pesa tanto! Como é que um ser humano fica dentro do frevo, cinco, seis horas, com um bonecão daqueles nas costas? Aí o Supremo vai dizer: "Não pode! Ou descobrem um boneco de plástico, levinho, ou, então, o indivíduo não pode passar mais de meia hora debaixo daquilo." Daqui a pouco o Supremo vai dizer: "Olha, essas fantasias pesadas de escola de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

samba, não pode." Ora, mamãe, me acode! Nós temos que acabar com essas brincadeiras! Acabar com essas brincadeiras! Isso é brincadeira de mau gosto.

Então, é o seguinte: Senador Anastasia, com todo o respeito ao argumento de V. Exª, e V. Exª tem estudo para isso – o Benedito não tem, não, nem eu; V. Exª tem, e Benedito acho que tem até mais do que eu, mais estudo, entendeu? –, olhe, quem tem que decidir somos nós. O Supremo só faz essas coisas porque nós deixamos essa lacuna, nós fugimos da nossa responsabilidade, sabe? Porque o legislar é do legislador, é desta Casa, não é do Supremo.

Quando o Supremo faz isso, não está dentro do propósito para o qual foi criado o Supremo Tribunal Federal. Em uma situação que envolve um País inteiro e que é condição emblemática, um Ministro não pode dar uma canetada a seu bel-prazer, por aquilo que ele acha, sem entender o coletivo. O Ministro nunca pediu uma audiência com o povo da vaquejada, ele nunca pediu audiência com veterinários, ele nunca chegou a ninguém para discutir isso.

Ora, Sr. Presidente, eu luto jiu-jítsu, eu tenho um centro de treinamento de MMA na minha instituição de drogados. O treino de boxe dos meus atletas é feito por mim. Todas essas doenças da Tchecoslováquia que o Ronaldo leu, eu tenho elas todinhas, duas vezes, em cada cotovelo, nos meus joelhos. Entendeu ou não? E olha que eu sou lesionado de medula. A minha coluna é cheia de titânio. Todo mundo que me vê andando pensa que eu estou com problema no joelho. Não tenho. Eu tenho um déficit pela minha lesão de medula. A minha coluna eu enchi de titânio. Treino três horas por dia e sinto dor o dia inteiro. Isso é da vida. Quem conhece, quem sabe como Deus criou o homem e como criou o animal, jogue o gato para cima e você vai ver como vai cair, porque ele foi preparado para se defender. Você já viu um boi caindo do barranco? Já viu como é que ele cai? Ele sabe como cair, parece até que lutou jiu-jítsu, sabe como rolar e cair em pé nas quatro patas.

Então, isso é conversa para boi dormir, com todo o respeito, com todo o respeito às pessoas que defendem. Cada um defende o que acredita. Defendo a minha consciência. E tem gente que fala assim: "Senador, cuidado com o projeto da vaquejada, porque eu gostava muito do senhor, agora eu estou decepcionado." Porque nas redes sociais é assim agora: se você não tomar cuidado, nego dá rumo na sua vida! "Estou decepcionado! No *impeachment*, achava que o senhor era aquilo tudo, mas o senhor não é, não; está votando pela vaquejada."

Deixe eu falar uma coisa para você que me escreveu essa besteira: eu sou um homem que tenho senso e tenho rumo. Voto com a minha consciência e voto no que eu acredito. Se eu não fosse a favor, se eu fosse contra o *impeachment*, eu defenderia com o mesmo ardor com que defendi o *impeachment*, por acreditar. Você que me escreveu essa besteira preste atenção no que vou falar para você: não é você que dá rumo na minha vida. Eu sou o que sou, sou o que acredito, com o senso de justiça que eu tenho dentro de mim.

Então, se a gente não toma cuidado, às vezes ficam dando rumo na sua vida, e é um monte de gente. Na verdade, essa pessoa nunca me admirou, nem esse nem os outros que falaram a mesma besteira, porque outros falaram, nunca me admirou coisa nenhuma. Naquele momento, eu defendia algo que era conveniência dele; agora eu deixei de defender a conveniência e já não sirvo mais. Então, nunca teve admiração coisa nenhuma.

Pode vir do jeito que vier, a minha consciência aponta para esse momento e volto e repito cada vírgula e cada palavra do que acabei de falar. Voto pela PEC e nós não vamos dar com a cara no Supremo, não, porque o que o povo tem que fazer de fato é pressionar o Supremo como pressiona o Legislativo, como faz com o Legislativo nas redes sociais. Ministro de Supremo não é semideus, não tem asa, não é suplente de Deus e jamais será. É um ser humano comedor de angu igual a gente, que precisa decidir imaginando o coletivo.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já tive oportunidade de dizer aqui que eu nasci no interior de Sergipe, num povoado denominado Pau de Leite. Sou filho de vaqueiro e me acostumei durante anos a me emocionar com as vaquejadas que ali eram realizadas e ainda hoje têm continuidade, através daqueles cujos filhos mantêm a tradição dos seus ancestrais. É uma cultura que vem sendo motivada, estimulada durante anos e anos, há mais de um sé-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

culo.

O que eu estranho é que o Supremo Tribunal Federal, que tantas vezes interpreta de forma sábia e equilibrada os sentimentos da sociedade brasileira, como no caso de casamentos de pessoas de sexos diferentes, como, por exemplo, nos estudos e realizações de pesquisas de células-tronco, o Supremo tem dado uma contribuição enorme aos avanços sociais, econômicos e tecnológicos do Brasil. Neste ponto, perdoe-me o Supremo Tribunal Federal, mas ele agiu na contramão da imensa maioria daqueles que defendem a preservação da tradição e da cultura em nosso País.

Por isso que eu acho que, em boa hora, o Senado Federal se debruça sobre essa PEC para corrigir o equívoco cometido pela nossa Corte Suprema, para que, finalmente, tenha validade aquilo que nós preservamos durante mais de um século.

O Relator, sabiamente, escreveu o seguinte: que, de acordo com o regulamento da ABVAQ, há uma vedação a qualquer tipo de agressão a um animal, sendo, inclusive, causa de desclassificação tocar outras partes do boi que não sejam a cauda, durante a competição – e até, modernamente, há a substituição desse processo por uma cauda artificial –, salvo quando for para evitar a queda do vaqueiro. Ademais, devem ser disponibilizados no local das provas água e alimento para os animais, em quantidade e qualidade que garantam o seu bem-estar. Há tempos já não é tolerada a agressão aos animais com esporas, rosetas e choques elétricos antes, durante e após a competição esportiva. Sábia apreciação do nosso Relator e Presidente desta Comissão.

Quero, então, reafirmar o que outros aqui disseram: que a continuidade da vaquejada no Brasil é uma necessidade imperiosa de se manter a nossa tradição. Não há nenhuma agressão ao animal, não há nenhuma violência contra o animal, diferente do que acontece, por exemplo, na Espanha, onde o animal é sacrificado em plena arena. Às vezes acontece o contrário: quem é sacrificado é o toureiro. Mas, normalmente, em 99,99% dos casos, em quase a sua totalidade, quem morre é o touro, é o animal. Lá é tradição, lá é cultura. Isso não é visto como um ato de violência contra o animal, apesar de que eu acho que é uma violência grande contra o animal. Eu já tive oportunidade de assistir a um filme com Tyrone Power sobre as touradas; era um dos melhores toureiros a pessoa que ele interpretou naquele filme inesquecível, e o que aconteceu? No final, quem venceu foi o touro, que o pegou de costas, desprevenido, paquerando uma pessoa por quem ele era muito apaixonado.

O normal, Sr. Presidente, é que nós estejamos ao lado daquilo que nós preservamos com tanto carinho. O futebol é, sem dúvida, o esporte preferido das multidões, porém, não só no Sul, como principalmente no Nordeste do Brasil, a vaquejada é utilizada como atração turística, como diversão, como esporte, mantendo milhares e milhares de empregos no campo e também nas cidades, promovendo a satisfação, a alegria de milhares e milhares de pessoas, como também gerando emprego neste Brasil, onde o mercado de trabalho está cada vez mais escasso.

Por isso, o meu voto é favorável, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Hélio José. (*Pausa.*)

Está no plenário.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Está no plenário.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu acho que devemos tratar essa matéria sem nenhuma emoção, com absoluta serenidade e com razão. E eu gostaria de fazer, rapidamente, uma apreciação sobre aquilo que aqui foi falado.

Aqui se mencionou até o absurdo da arena romana, dos leões, das feras fazendo a diversão de multidões na época de Nero, dos imperadores romanos. Puxando no tempo, você chega às touradas. Eu já assisti a uma tourada – uma – e não volto nunca mais, porque aquilo, sim, é crueldade. O touro entra e os cavaleiros, armados de uma lança, ficam furando o touro pelo dorso até que ele, exangue, fique presa fácil para o toureiro, que, com a espada, atravessa o coração do touro. Aquilo, sim, é espetáculo deplorável. E até hoje, em Madri,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

as touradas persistem.

Aquilo é diversão; nós estamos tratando de esporte. O esporte reúne adeptos, reúne atividade econômica, e a atividade econômica gera empregos. É disso que estamos tratando: um esporte. Um esporte que, para ser praticado, tem que ser cercado de cuidados. Os cuidados já foram tomados? Todos eles. Pelo meu conhecimento, todos eles.

Eu sou do tempo de vaquejada da cidade de Currais Novos. No meu Estado, há vaquejada em muitos lugares onde não havia o colchão de areia que protegia. Eu cheguei a ver e a ouvir, no passado, animal derrubado quebrando a perna e provocando um estalido, Senador José Maranhão, um estalo. Não existe mais isso. Hoje é um colchão de areia entre 30cm e 50cm de profundidade onde, se o animal cai – e ele vai cair –, ele é protegido. Porque trata-se de um esporte de competição entre pessoas. Os prêmios são em dinheiro ou em veículos.

É um esporte em que a disputa é acirrada. São pessoas, esportistas que vão competir. Agora, competir com animais que são preparados, que têm tratamento veterinário permanente. Já não há mais o deplorável espetáculo da quebra do rabo, da cauda. Hoje, o rabo postiço é uma exigência. Os veterinários estão permanentemente lá. Você não pode tocar o animal; metal não pode tocar o animal – espora, nem pensar!

Então, estamos tratando de um esporte com adeptos, com geração de atividade econômica, com geração de muito emprego e com todas as proteções de um esporte, e não uma diversão. Claro que é uma diversão, sim, mas é fundamentalmente um esporte.

E o que estamos cuidando de aprovar nesta Comissão, o projeto do Senador Otto Alencar, é uma tradição de cem anos no Nordeste, tradição esportiva, tradição que gera emprego e renda para centenas, milhares de pessoas, que não tem nenhuma justificativa em se acabar e, pela via legislativa, nós temos é que preservar. É uma coisa que espero que seja revista no Supremo Tribunal Federal, que talvez não tenha tido as informações precisas que estão sendo objeto deste debate, que possa, em uma oportunidade futura, rever aquilo que nós estamos, no momento, votando. Eu tenho certeza absoluta de que, do ponto de vista da sensatez, do respeito à relação com o animal, vai ser aprovado, e vai ser aprovado por dever de justiça e por obrigação.

São uma e pouco da tarde. Eu estou aqui para votar em prol dos empregos na minha região e no Brasil, e votar com consciência absolutamente tranquila de que não há maus-tratos a animais. Não se façam comparações absurdas. O que aqui se defende é a prática secular de um esporte, claro que de uma diversão, mas fundamentalmente de uma tradição e da geração de milhares de empregos no nosso Nordeste.

O meu voto é, entusiasticamente, "sim", a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, para não ser muito repetitivo depois dos nobres oradores que fizeram uso da palavra, eu acho que esse é um tema sobre o qual todos nós que vamos votar já estamos devidamente esclarecidos, para que nós não possamos cometer nenhum tipo de injustiça e votemos com nossa consciência. Mas eu não poderia também deixar de dizer da relação da vaquejada com o meu Estado, porque se fala muito do Nordeste. A vaquejada não é mais do Nordeste. Está aqui o Senador Vicentinho, que é lá do Tocantins, eu sou lá do Acre, lá na divisa com o Peru e com a Bolívia, e a vaquejada já está na Bolívia, já está no Peru, porque é um esporte das pessoas mais humildes. É um esporte que está entranhado no Brasil.

Às vezes, eu fico ouvindo atentamente alguns interesses. Eu acho que essa discussão das entidades protetoras de animais... E alguns colegas aqui querem fazer a defesa nesse sentido. Nós não podemos, de forma alguma, querer tentar tirar qualquer tipo de proveito político de uma proposta dessa. Antes mesmo de estar discutindo aqui, nós discutimos com o autor da proposta, que é meu colega de Partido, Senador Otto Alencar, e eu tive a oportunidade de, depois de conversar com ele, ir para o meu Estado e ouvir as pessoas. O sentimento daquelas pessoas que estão envolvidas hoje na vaquejada é um sentimento de gratidão, principalmente das pessoas mais humildes. Esse é o foco. Se você for tentar buscar violência, tem alguma coisa mais bruta do que essa luta, o UFC? Tem alguma coisa mais bruta do que isso? Futebol. Se entrar um mau elemento e quiser quebrar a perna de uma pessoa, ele quebra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu penso que todos os colegas que já fizeram o uso da palavra, como o Caiado, o próprio Senador Agripino, meu amigo Benedito de Lira, que são pessoas que nasceram e se criaram dentro da vaquejada, têm muito mais informações do que eu, mas eu queria aqui também prestar o meu apoio, a minha solidariedade, parabenizar o Senador Otto Alencar, por ser o autor da proposta, parabenizar o nosso Relator, nosso Presidente Maranhão, e dizer também que vou votar a favor. A vaquejada também é acriana, porque a maioria do povo acriano, com certeza, é a favor da vaquejada.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Presidente, de forma muito rápida, para colaborar com o andamento da Comissão, eu não poderia deixar de me manifestar neste momento. Parabenizo o Senador Otto, como autor, e parabenizo o Senador José Maranhão, como Relator.

A nossa posição é favorável. Eu venho de um Estado, o Tocantins, em que o campo é predominante às pessoas ali. Eu venho de uma cidade, Senador José Maranhão, que é Porto Nacional, onde a predominância dos nordestinos é muito forte, inclusive meu pai é alagoano e minha mãe é maranhense. Eu nasci em Porto Nacional, essa terra abençoada. Ali nós esperamos um ano pela nossa vaquejada. Portanto, eu quero, nesta oportunidade, homenagear, inclusive, todos os vaqueiros do Brasil, todos os organizadores, na pessoa do meu companheiro Alan, que é um grande organizador de vaquejada na nossa cidade.

Com isso, eu quero dizer que eu sou bisneto, neto, filho de pessoas do campo. Nasci nesse meio, convivo também nesse meio. Quando eu vejo, às vezes... Eu tenho amigas que dizem assim: "O fulano gosta mais da vaquejada, do cavalo dele derrubar o boi, do que de mim." Com isso, eu quero dizer, Presidente, Pimentel, que o vaqueiro cuida bem do seu cavalo, ele zela, ele não maltrata. Hoje as vaquejadas cuidam bem, inclusive dos bois. Tem que ter peso, tem que ter veterinário, como já foi dito. Enfim, tudo já foi esclarecido aqui.

Eu não poderia deixar de manifestar, de forma cristalina, a minha posição favorável ao encaminhamento do Relator, José Maranhão. Votarei favorável, homenageando os homens e as mulheres do campo. Como disse o Senador Ronaldo, em práticas como a vaquejada é que se treina o vaqueiro para lidar no dia a dia do campo, para, inclusive, colocar alimentos na mesa das pessoas que vivem na cidade.

Eu acredito muito na força do campo. Quando o campo produz, deixa as pessoas mais felizes aqui nos grandes centros. Daqui a pouco, vamos nos dirigir para almoçar, e o engarrafamento será grande. Às vezes, eu me pergunto quantas pessoas ali plantaram ou criaram um animal para ter esse alimento. Eu acho que os homens e as mulheres do campo têm que ser sempre homenageados por todos nós do Congresso Nacional.

Meu voto é sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Portanto, conforme acordado, está suspensa a discussão.

Está concedida vista coletiva.

O requerimento de audiência pública que faremos no dia 29, terça-feira, às 14h30, traz as seguintes pessoas: o Sr. Anderson Furlan Freire da Silva, Juiz Federal da Secção Judiciária de Maringá, no Paraná; a Srª Vânia de Fátima Plaza Nunes, Diretora do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal; o Sr. Marcos Lima, Presidente da Associação Brasileira de Vaquejada; e o Sr. Vicente Braga, da ABVAQ.

Portanto, os Srs. e as Srªs que concordam com essa audiência pública e com essas pessoas a serem convidadas permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Portanto, dia 29, terça-feira, às 14h30, nós faremos a audiência.

Transfiro a Presidência para o meu amigo e companheiro José Maranhão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento por parte de V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Da nossa pauta constam 38 itens. Nós estamos no Item 2. A indagação que faço a V. Exª é até que item pretende V. Exª tocar a nossa Comissão, considerando que nós temos uma audiência pública temática no Plenário do Senado. É a consulta que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª está trazendo uma questão que me parece de interesse bem prático. Não vejo um número razoável de Senadores presentes, o que se justifica pelo fato de uma verdadeira colisão com a reunião que está ocorrendo no Plenário do Senado, uma audiência pública ou várias audiências públicas temáticas. De forma que nós vamos votar aqui o Item 5 e, em seguida, encerrar a reunião, para que os colegas tenham a oportunidade de participar da audiência pública que está ocorrendo no Senado.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pela ordem, S. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Com relação à PEC 62, que estamos relatando, há um requerimento de Líderes solicitando um calendário especial para ser apreciado no Plenário, no dia 30, quarta-feira. Inclusive, a minha discordância da Senadora Simone, do Senador Ronaldo e do Senador Ricardo era mais em função desse requerimento de Líderes, porque havia a vontade de cumprir essa programação. Pergunto a V. Exª: essa PEC que estamos relatando, de nº 62, entra pela manhã da quarta-feira ou já vai direto para ser relatada em plenário, conforme o requerimento de Líderes?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, só para ajudar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A informação da Secretaria é de que foi aprovado um calendário especial para que ela seja apreciada diretamente no plenário na próxima quarta-feira.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Então, será lido o relatório e votado na quarta em plenário?

Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não será, portanto, deliberada na Comissão de Constituição e Justiça? É isso? A 62?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A secretaria está chamando a minha atenção para a possibilidade de ser lida no plenário desta Comissão, para apreciação na reunião que se processará na semana seguinte, aqui mesmo na Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Nós vamos discutir a PEC aqui na Comissão? Acho que esse é o caminho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu não entendi, Presidente. Na próxima quarta vai ser lido? Seria bom explicar melhor, porque não entendi.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se V. Exª assim o desejar, pode ler o relatório hoje, aqui, para ser apreciado na próxima reunião, na próxima quarta-feira.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Discussão na semana que vem também?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Isso, discussão e votação.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Eu faria a leitura hoje e poderia abrir vista coletiva, e, na próxima quarta, a gente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Está perfeito.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Pode ser? De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2016
- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994, e 13.105, de 16 de março de 2015, para estipular direitos e garantias para as advogadas gestantes, lactantes e adotantes e dá outras providências.

Autoria: Deputado Daniel Vilela

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Favorável ao Projeto com três emendas de redação que apresenta.

Observações:

- Em 22/11/2016, a emenda nº 1 foi apresentada pelo Senador Hélio José.

Em 23/11/2016, a emenda foi retirada pelo autor.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet para proferir o seu relatório.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente. Faço um agradecimento especial a V. Exª, porque o próximo item da pauta era a PEC 57, de 2016, cuja relatoria é de V. Exª, e V. Exª permutou comigo devido à importância e à urgência do projeto.

Eu quero agradecer aos colegas que ficaram até este momento nesta Comissão e dizer que esse projeto já foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados. Nós já temos um acordo, inclusive falamos com o Presidente da Casa, para que, se for aprovado nesta Comissão, possamos levá-lo em regime de urgência para o plenário, para que seja aprovado ainda esta semana e sancionado pelo Presidente da República até sexta-feira, uma vez que a Conferência Nacional da Mulher Advogada do Brasil ocorrerá segunda e terça na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

O parecer é muito longo, Sr. Presidente, mas o projeto é tão simples, embora relevante, que vou aqui fazer um rápido resumo, sem demérito e prejuízo do entendimento dos demais pares, e estou aberta a qualquer questionamento, se houver, pela pressa e o açodamento, alguma discordância ou dúvida.

Trata-se de projeto de autoria do Deputado Daniel Vilela que altera o Estatuto da Advocacia e o Código de Processo Civil, agora já na p. 2, acrescentando, no que se refere ao Estatuto da Advocacia...

Se puder diminuir o barulho, Sr. Presidente, para que eu não precise gritar no microfone...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada.

No âmbito do Estatuto...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu pediria aos presentes – alguns estão se despedindo dos seus companheiros aqui – que deixassem para se despedir aí no corredor, que também é válido como despedida.

Vamos ouvir a oradora, que está trazendo uma matéria da maior importância, especialmente para as mulheres.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

No âmbito do Estatuto da Advocacia, o projeto prevê a inserção do art. 7º-A para garantir à advogada lactante e gestante alguns direitos, entre eles, especificamente: não se submeter a detectores de metais e aparelhos de raios X nas entradas dos tribunais – o que não significa que não possa haver outro tipo de avaliação; obter a reserva de vagas nas garagens dos fóruns dos tribunais, quando houver; ter acesso a creches, também se houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades dos bebês; ter preferência na ordem das sustentações orais e audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação do estado gravídico; e, por fim, obter a suspensão dos prazos processuais quando a única patrona da causa der à luz ou for adotante, desde que haja notificação por escrito ao cliente. Já adiantando em relação ao parecer, essa suspensão seria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de 30 dias.

Já no final da p. 2: os dois mencionados incisos – porque fazemos uma alteração no mesmo sentido no CPP em relação à suspensão dos prazos processuais – preveem duas novas hipóteses de cabimento da suspensão do processo, sendo a primeira delas voltada à advogada, em virtude do parto ou da concessão da adoção, quando for ela, na qualidade de responsável pelo processo, a única patrona da causa; no que tange à segunda hipótese de suspensão, volta-se em benefício do advogado, a ocorrer quando ele for pai, sendo o único patrono da causa. Nesse caso, o prazo da suspensão é de oito dias.

Na p. 3, no final, na última linha: à matéria não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Da análise; p. 4. Não vimos nenhum óbice de natureza constitucional, jurídica, legal.

Entrando no mérito, já no final da p. 4, vemos como inegável a importância e a relevância desta matéria. No último parágrafo: as dificuldades em relação, hoje, às mães e pais profissionais liberais são muito grandes. Essas dificuldades se tornam emblemáticas e muitas vezes evidentes no caso do exercício do profissional liberal da advocacia, pois a perda dos prazos processuais peremptórios acaba por criar uma série de dificuldades, podendo acarretar prejuízos muitas vezes irreparáveis para a parte, principal interessada em qualquer processo, mas também para a advogada que de uma hora para outra se vê às voltas com questões muitas vezes complicadas da gravidez, seguidas das importantes questões relacionadas ao parto e suas consequências.

Já na p. 5, Sr. Presidente: são evidentes desvantagens que a parte leva quando a advogada torna-se mãe, sendo a única patrona da causa e sem ter como substabelecer para um colega, sobretudo nos pequenos municípios, onde geralmente os escritórios de advocacia contam com apenas um advogado. A esse propósito, deve ser considerado, ainda, que, mesmo que consiga substabelecer, a parte pode ser efetivamente prejudicada pelo fato de o advogado substabelecido muito provavelmente não ter o tempo hábil para se preparar para a defesa do processo.

Quero aqui dar apenas um exemplo. Temos muitos processos, casos complexos, que passam de um milhar de páginas e, muitas vezes, de uma hora para outra, o advogado que recebe o substabelecimento tem que fazer uma sustentação oral em menos de 24 horas.

Diante de tudo isso e das dificuldades apontadas, nós entendemos extremamente meritório o projeto, já na p. 6, apenas fazendo três pequenos ajustes de ordem redacional.

O primeiro deles que propusemos é em razão do fato de que tudo aquilo que se encontra disposto no §2º do novo art. 7º- A, proposto para o Estatuto da Advocacia, já se encontra *ipsis litteris* reproduzido no novo §6º proposto para o art. 313 do Código de Processo Civil, razão pela qual é evidentemente desnecessário que tanto o Estatuto da Advocacia como o Código de Processo Civil tragam exatamente as mesmas disposições. Por isso, estamos suprimindo esse dispositivo do Estatuto e deixando-o apenas no CPC.

O segundo ajuste redacional diz respeito ao texto proposto pelo art. 3º do projeto para o novo §6º do art. 313 do Código de Processo Civil, que trata da fixação do período de suspensão processual em trinta dias e do início da contagem desse prazo.

Já na p. 7, acontece que, na sua parte final, esse mesmo parágrafo termina por dizer que o período de suspensão processual ocorrerá, abre aspas, "independentemente de exceção", fecha aspas. Essa locução nos parece obscura e de difícil interpretação, não se fazendo necessária a inclusão no texto da lei proposta, tanto que, no dispositivo seguinte, o §7º proposto para o mesmo art. 313 do Código de Processo Civil, e que contém disposição correlata a ser aplicada à suspensão do processo para o advogado que se tornar pai, não há a inclusão de texto algum com esse mesmo sentido. Trata-se, portanto, de redação enigmática, que nada contribui para o entendimento do projeto.

Portanto, estamos suprimindo, neste item, a locução, abre aspas, "independentemente de exceção", fecha aspas.

Já na p. 8, indo para o último ajuste redacional, este diz respeito diz respeito à omissão verificada no novo §7º do art. 313 do Código de Processo Civil, proposto pelo art. 3º do projeto, onde, por lapso, deixaram de ser previstas as condições para a concessão da suspensão do processo para o advogado que se torna pai em virtude da adoção, ficando apenas a menção ao parto, em dissonância com o §6º do mesmo artigo, no qual deveria o §7º se espelhar, que trata das condições para a suspensão do processo da advogada que se tor-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nar mãe, tendo em vista que, tal como a advogada, o advogado pode tornar-se pai tanto em virtude do parto da mãe de seu filho natural quanto pela adoção.

Portanto, Sr. Presidente, são apenas ajustes redacionais.

Voto.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC nº 62, de 2016, e, no mérito, pela sua aprovação, acrescido das três emendas de redação.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

Já de antemão agradeço a V. Exª por ter colocado, de pronto, atendendo ao pleito das advogadas do Brasil, este parecer na pauta da CCJ de hoje. Quero agradecer a V. Exª, mais uma vez, por ter permutado o próximo item da pauta, que era de V. Exª, e agradecer aos Srs. Senadores que permaneceram até este momento nesta plenária. E, de uma forma muito especial, agradeço a compreensão do Senador Hélio José de que qualquer alteração a este texto, por mais meritória que fosse – e a proposta, ideia do Senador Hélio José, é muito bem-vinda –, faria com que o projeto voltasse para a Câmara, o que significa que a retirada da emenda do Senador Hélio José nada mais é do que fruto da sua sensibilidade. Já sugiro ao Senador Hélio José que apresente um projeto de lei com essa sugestão que ele apresentou ao projeto que ele mesmo retirou.

É o relatório, que coloco à apreciação desta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, queria registrar meus cumprimentos a V. Exª pela sensibilidade de incluir esse tema tão importante, e ter permutado para deliberação.

Cumprimento, de modo muito rápido, a eminente Senadora Simone Tebet pelo brilhante relatório. Aliás, não era de outra espécie que nós esperávamos o seu trabalho em uma matéria tão importante. Ela, com a sensibilidade de advogada e de mulher, soube acolher tão bem a iniciativa do Deputado Daniel Vilela, do Estado de Goiás.

Parabéns, Senadora Simone! Parabéns, advogadas do nosso Brasil!

Fico feliz porque a festa será na capital do meu Estado, Belo Horizonte, onde todas serão acolhidas no seu evento nacional.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua facultada a palavra.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V. Exª, bem como o nosso Vice-Presidente da Comissão, José Pimentel. Tive que deixar rapidamente a Comissão porque havia outra reunião, a da Comissão de Obras Inacabadas.

No outro assunto, em que eu estava inscrito, só queria comentar que concordo com várias justificativas com relação à questão do sofrimento dos animais, mas também não podemos conter um esporte nacional tão importante como a vaquejada. Temos, sim, que fazer o regramento necessário para poupá-los de qualquer sofrimento. Por isso, sou favorável à PEC e com certeza estarei junto. Brasília – Ceilândia – é uma das maiores cidades nordestinas do Brasil. Há muito da tradição da vaquejada aqui em Brasília, e por isso eu não posso ser contra aquela questão.

Com relação a este projeto, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar de forma efusiva a nossa nobre advogada Simone Tebet, Relatora do projeto, o meu querido Deputado Daniel Vilela, autor desse importante projeto, a cujo Partido, o PMDB do Estado de Goiás, eu tenho orgulho de também pertencer, e registrar, Ex-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

celência, que esse projeto de lei se originou em um triste episódio sofrido pela atual Vice-Presidente da OAB-DF, a nossa querida advogada Daniela Teixeira, que, após esperar seis horas para fazer uma sustentação oral em um tribunal, saiu de lá para o hospital e teve uma filha prematura extrema, que pesava apenas um quilo. Ficaram 61 dias na UTI, tanto a nossa querida Daniela Teixeira quanto a sua filhinha. O Presidente Ibaneis fez o texto do projeto de lei, auxiliado em uma reunião que contou com a presença de 400 advogados. O nosso nobre Deputado Daniel Vilela acatou esse texto e o encaminhou. Esse é o texto que está em votação hoje e é fruto de consenso entre as 27 OABs do Brasil e do trabalho intenso da Comissão Especial da Mulher Advogada, do Conselho Federal.

Eu recebi, nobre Sr. Presidente, o pedido do Diretor Ibaneis Rocha e da Vice-Presidente Daniela Teixeira, com consonância das 27 OABs, que falaram em nome do Conselho Federal da OAB, para que a emenda fosse retirada para que o projeto de lei de consenso entre as OABs do Brasil seja aprovado ainda este ano – no caso, hoje –, que é o Ano da Mulher Advogada. Há toda essa questão. Na próxima segunda-feira, mesmo com todo os méritos da emenda proposta, que era estender esses benefícios aos advogados e a outras questões importantes que não estão colocadas aqui, vamos apresentar um projeto de lei à parte.

Eu fiz questão de atender essa solicitação, porque há, inclusive, um compromisso de esforço coletivo nosso, nobre advogada e colega Senadora Simone Tebet, de tentar aprovar, na Casa, ainda hoje, esse projeto, para que o nosso Presidente da República o sancione nessa comemoração do Ano da Mulher Advogada, em Belo Horizonte, na próxima segunda-feira.

É com muito orgulho que atendi esse pedido, é com muito orgulho também que agradeço a V. Exª pela sensibilidade de ter permitido que esse projeto, que é de tanta importância para as advogadas do Brasil, de Brasília e de todos nós, fosse discutido, avaliado e aprovado hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, nobre Senadora Simone Tebet.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas de Redação nºs 2- CCJ-A e 4-CCJ. (*Palmas.*)

A matéria vai ao Plenário.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para pedir urgência ao projeto, para que possamos votar, no plenário, ainda nesta semana.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedida a urgência, *ad referendum* do Plenário.

ITEM 6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62, de 2015
- Não terminativo -

Altera os arts. 27, 28, 29, 37, 39, 49, 73 e 93 da Constituição Federal para vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Favorável à Proposta e parcialmente favorável às Emendas nºs 4, 5, 8, 12, 13 e 14, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 3, 6, 7, 10 e 11.

Observações:

- Em 30/09/2015, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Roberto Rocha;

- Em 27/10/2015, foram apresentadas as emendas nº 2 e 3, de autoria do Senador Eduardo Amorim;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

- Em 28/10/2015, foi apresentada a emenda nº 4, de autoria do Senador Roberto Rocha;

- Em 28/10/2015, foi apresentada a emenda nº 5, de autoria do Senador Ronaldo Caiado e a emenda nº 6, de autoria do Senador Ricardo Ferraço;

- Em 04/11/2015, foi apresentada a emenda nº 7, de autoria do Senador Eduardo Amorim;

- Em 11/11/2015, foi apresentada a emenda nº 8, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

- Em 12/11/2015, foi apresentada a emenda nº 9, de autoria do Senador Vicentinho Alves;

- Em 19/11/2015, foi apresentada a emenda nº 10, de autoria do Senador Antonio Anastasia;

- Em 25/11/2015, foi apresentada a emenda nº 11, de autoria do Senador Douglas Cintra;

- Em 19/09/2016, foi apresentada a emenda nº 12 (Substitutiva), de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

- Em 18/10/2016, foi apresentada a emenda nº 13, de autoria do Senador Romero Jucá;

- Em 22/11/2016, foi solicitada, pelo Senador Vicentinho Alves, a retirada da Emenda nº 9, de sua autoria.

E em 23/11/2016, foi apresentada a Emenda nº 14, de autoria do Senador Cidinho Santos, dependendo de relatório.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves, para proferir o seu relatório.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como todos os colegas já têm acesso ao nosso relatório, vou procurar colaborar com o tempo e ser bastante sucinto.

Em síntese, a proposição dá nova redação aos dispositivos supracitados, que dispõem sobre a remuneração dos agentes públicos em todos os níveis da Federação, a fim de impedir a previsão de mecanismos que permitam o reajuste automático de tais proventos quando da alteração do subsídio tido como paradigmático aos demais.

Foram, como já registrado por V. Exª, Sr. Presidente, 13 emendas. Estamos acatando mais uma, do Senador Cidinho. Então, serão 14 emendas. A Emenda nº 14 nós estamos acatando.

É o nosso relatório, em separado.

Quanto aos aspectos formais de constitucionalidade da proposta e das emendas a ela apresentadas, respeitaram-se todas as prescrições constantes do art. 60 da Carta de 1988 no que rege a apresentação e tramitação. Não se divisa, assim, lesão ou vício de inconstitucionalidade formal por desrespeito à limitação processual ao processo reformador.

Então, acatamos mais uma emenda, a décima quarta.

Em face desses elementos, inclinou-se esta relatoria por propugnar pela apresentação de substitutivo não só para permitir o aproveitamento de valiosas sugestões capeadas pelas diversas emendas endereçadas à proposição, como também para escoimar vícios de técnica legislativa, buscando uma reestruturação mais eficiente e clara dessa tormentosa matéria.

O voto, Sr. Presidente.

Em face de todo o exposto, e sobre as razões que adotamos, somos contrários às Emendas n°s 1 a 3, 6, 7, 10 e 11 e parcialmente favoráveis às Emendas n°s 4, 5, 8, 12, 13 e 14, votando pela constitucionalidade formal e material da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2015, nos termos do substitutivo.

Esse é o nosso relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, confor-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

me acordado, estamos pedindo vista coletiva.

Estamos fazendo isso porque temos a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.282/DF, ainda em caráter liminar, de autoria do Pleno do Supremo Tribunal Federal, e confunde-se a liminar com o mérito. Essa decisão suspende grande parte dos artigos da Constituição Federal com a redação dada pelo Constituinte de 1988 e com o seu aprimoramento feito pela Emenda Constitucional nº 19 e pela Emenda Constitucional nº 41. Portanto, por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal suspende, por inconstitucionalidade, um conjunto de artigos que estão sendo tratados neste momento.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, há uma decisão do Conselho Nacional de Justiça, que determinou a vinculação dos salários da magistratura pelo teto. Não é uma decisão do Supremo Tribunal Federal nem é previsão legal – da Constituição ou de lei específica –, mas é um ato do Conselho Nacional de Justiça, que determina que o reajuste dado ao teto se aplica automaticamente a todo setor do Poder Judiciário brasileiro, sob a argumentação de que a Justiça brasileira não é nem estadual nem federal; é nacional. Por conta disso, não pode haver subteto.

Em face desse conjunto de itens que o Supremo tratou nessa ADI, do qual a Comissão Especial do Extrateto também está tratando, quero pedir vênia ao meu amigo Vicentinho Alves para que possamos aprofundar esse debate e essa comparação. Por isso, peço vista, e vista coletiva.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, só para informar aos colegas e à Comissão, de forma muito rápida, que nós acatamos boa parte da PEC da Senadora Gleisi com relação aos Estados, com relação aos Municípios, e procuramos preservar as carreiras autônomas. Apenas isso. É o sentido do nosso relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, a vista já foi concedida. O Senador Vicentinho acatou boa parte das emendas, outras não, mas o Senador Pimentel já pediu vista coletiva. Era isso também que nós gostaríamos de fazer, mas já fomos atendidos em parte do relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Veja, nós assumimos um acordo coletivo de não votar mais nenhuma matéria hoje. No entanto, o nosso Presidente tem um parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 57.

Vamos lê-lo, em seguida abrir vista coletiva, e votaremos na quarta-feira próxima.

ITEM 4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, de 2016
- Não terminativo -

Altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas.

Autoria: Comissão Diretora e outros

Relatoria: Senador José Maranhão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão para proferir o relatório, por gentileza.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2016, da Comissão Diretora do Senado Federal, que altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas.

Relatório.

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 57, de 2016, da Comissão Diretora, que altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas.

Também é conferida nova redação ao §1º do art. 150, de modo a asseverar que as vedações da alínea "b" do inciso III do *caput* desse artigo não se aplicam aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II e V, e 154, II da Constituição Federal, para adaptá-lo à supressão da alínea "c" do inciso III do mesmo art. 150, bem como excluir de seu rol o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro (IOF).

É acrescido, igualmente, parágrafo único ao art. 179 da Constituição, para dispor que as normas de caráter geral aplicáveis às empresas deverão observar obrigatoriamente tratamento diferenciado e simplificado em relação às microempresas.

Análise.

Compete a esta Comissão, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à análise de proposta de emenda à Constituição quanto à admissibilidade e ao mérito.

Desse modo, preliminarmente, destacamos inexistirem quaisquer vícios quanto à constitucionalidade e à juridicidade que impeçam a aprovação da proposta em análise, de modo a terem sido respeitados todos os requisitos constitucionais formais e materiais em sua tramitação.

De fato, foi a proposta apresentada pela Comissão Diretora, tendo sido subscrita por 31 Senadores, atendendo, assim, ao quórum mínimo constante do inciso I do art. 60 da Constituição Federal, bem como do inciso I do art. 212 do RISF.

Com o fim de racionalizar a proposta orçamentária anual, no que concerne à enumeração dos tributos e suas respectivas bases de cálculo e alíquotas, é que se propõe a introdução da regra da anterioridade plena, em virtude da qual um tributo só pode ser cobrado em um exercício se instituído ou majorado até junho do exercício anterior, antecedendo, portanto, o encaminhamento da proposta orçamentária, justificando-se, assim, as alterações nas alíneas "b" e "c" do art. 150 da Constituição, bem como no §1º do mesmo art. 150, no §2º do art. 62 e no §6º do art. 195.

A proposta de revogação do §3º do art. 195, por outro lado, tem por finalidade remeter as exigências relativas às certidões negativas de tributos à legislação infraconstitucional.

Finalmente, no propósito de dar maior concretude ao disposto no art. 179 da Constituição, é que se propõe a exigência de diferenciação, pautada pela simplificação, para microempresas e empresas de pequeno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

porte, no âmbito de normas gerais aplicáveis às empresas.

Essas conclusões, ressalte-se, advieram de uma comissão formada por juristas do mais alto escol, que se debruçaram sobre a questão da desburocratização. Suas considerações, portanto, merecem pronto acatamento por este Colegiado e pelo Senado Federal, até mesmo em virtude da profundidade dos debates que caracterizou os trabalhos daquela Comissão.

São essas as razões que nos levam a crer que a aprovação da PEC nº 57, de 2016, representará um enorme avanço no sentido da desburocratização do Estado brasileiro, ao criar mecanismos que fortalecem o Pacto Federativo, bem como no processo administrativo tributário, de modo a beneficiar, notadamente, os pequenos Municípios, as microempresas e as empresas de pequeno porte.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2016.

Sala da Comissão.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Conforme combinado, estamos concedendo vista coletiva, com o pedido primeiro de José Pimentel.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente reunião.

Como sou filho de Deus, vamos almoçar.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 41 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Gleisi Hoffmann, Lídice da Mata e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Romero Jucá, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Waldemir Moka, José Maranhão, José Agripino, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RQJ 44/2016, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann. Finalidade: Debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2016, que "Acrescenta o §7º ao art. 255 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal". Autoria da PEC n° 50, de 2016: Senador Otto Alencar. Participantes: Luisa Mell, Ativista da causa animal (representante de: Anderson Furlan Freire Da Silva, Juiz Federal da Seção Judiciária do Paraná); Hélio Cordeiro Manso Filho, Veterinário, Phd em Ciência Animal e professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco; (representante de: Paulo Fernando Cavancanti De Morais Filho, Presidente da Associação Brasileira de Vaquejada); Henrique Carvalho, Advogado e Vice-Presidente da Comissão do Bem-Estar Animal da OAB de Alagoas (representante de: Vicente Martins Prata Braga, Advogado da Associação Brasileira de Vaquejada). Vânia de Fátima Plaza Nunes, Diretora do Fórum Nacional de Defesa e Proteção Animal. Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2016, que acrescenta o §7º ao art. 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal, conforme o Requerimento nº 44, de 2016, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

São convidados o Sr. Anderson Furlan Freire da Silva, juiz federal da Seção Judiciária do Paraná, neste ato representado pela Srª Luisa Mell, ativista da causa animal; o Sr. Paulo Fernando Cavalcanti de Morais Filho, Presidente da Associação Brasileira de Vaquejada, representado por Hélio Cordeiro Manso Filho, veterinário, PhD em Ciência Animal e professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco; a Srª Vânia de Fátima Plaza Nunes, Diretora do Fórum Nacional de Defesa e Proteção Animal; o Sr. Vicente Martins Prata Braga, advogado da Associação Brasileira de Vaquejada, representado por Henrique Carvalho, advogado e Vice-Presidente da Comissão do Bem-Estar Animal da OAB de Alagoas.

Portanto, convido para compor a Mesa a Srª Luisa Mell; o Sr. Hélio Cordeiro Manso Filho, por gentileza; a Srª Vânia de Fátima Plaza Nunes – seja bem-vinda! –; e o Sr. Henrique Carvalho. Esses são os nossos convidados. (*Pausa.*)

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cada convidado fará sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Deputados aqui presentes. (*Pausa.*)

Nós estamos acordando que os expositores falarão por 15 minutos, com uma tolerância, por conta da agenda de hoje à tarde, que está bastante tumultuada.

Portanto, vamos passar a palavra para...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª me permite, Senador Pimentel?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria só, primeiro, cumprimentar V. Exª.

Quero cumprimentar também o Deputado Ricardo Tripoli, que está conosco.

O Deputado Ricardo Izar não pôde estar aqui.

Há alguns outros Senadores que vão participar também desta audiência.

Quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa e agradecer-lhes a presença aqui.

Também quero cumprimentar quem nos está acompanhando.

Acho que é muito importante esta audiência. Ela é resultado de um requerimento meu e do Senador Anastasia. Eu só queria lamentar, realmente, o horário e o dia. Como há uma pressa muito grande em votar esse projeto – querem votá-lo amanhã –, infelizmente a audiência teve de ser marcada para hoje, e hoje nós temos uma pauta dificílima no Congresso: a PEC 55. Temo que, com isso, nós tenhamos, inclusive, prejudicado o debate. Mas vamos fazer aqui um esforço muito grande, inclusive, para que quem nos está acompanhando nesta discussão possa se inteirar, possa se informar. E, amanhã, se de fato a CCJ for votar – ainda vou fazer um último apelo para que isso não aconteça amanhã –, que todos os Senadores possam recorrer às notas taquigráficas e também ao vídeo que vamos tirar daqui, para obterem informações e votarem com consciência.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A Srª Luisa Mell será a nossa primeira expositora e terá um tempo de 15 minutos – nós administraremos esse tempo –, por gentileza.

A SRª LUISA MELL – Eu posso só colocar no meu Face, para nós entrarmos ao vivo?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pode! (*Pausa.*)

A SRª LUISA MELL – Posso começar, Presidente? (*Pausa.*)

Boa tarde a todos!

É muito triste que não haja muitos Senadores aqui, para um debate que é tão importante.

Os Senadores estão querendo votar com essa urgência toda, querem votar já amanhã e não estão aqui, na audiência pública. Eu acho isso um desrespeito com todos nós. Eu deixei meu filho, minha família, meu trabalho, e vim a Brasília para participar de um debate importante, e os Senadores não estão aqui, para escutarem esse debate que seria fundamental para essa decisão. Mas vamos fazer o debate, em respeito a todos que estão aqui. Vamos continuar.

Quando os Senadores assumem essa cadeira tão importante, eles fazem um juramento: "Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País." Infelizmente, não é isso o que está acontecendo no nosso Senado Federal. Os Senadores estão desrespeitando a nossa Constituição Federal, estão desrespeitando a sociedade brasileira, estão desrespeitando o Conselho de Medicina Veterinária, para aprovarem uma PEC, uma lei em que eles têm interesses próprios.

No dia 6 de outubro, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a vaquejada é inconstitucional, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a nossa Constituição proíbe maus-tratos de animais. O CFMV (Conselho Federal de Medicina Veterinária) manifestou o seu posicionamento contrário às práticas realizadas, para entretenimentos, que resultem em sofrimento animal. No dia 26 de outubro, o Conselho Federal de Medicina Veterinária deliberou posição contrária à prática de vaquejada, em função de sua intrínseca relação com maus-tratos aos animais.

A sociedade brasileira, em absolutamente todas as pesquisas *on-line*, inclusive a desta Casa, do Senado Federal, posicionou-se, a grande maioria, contra a vaquejada. E, mesmo assim, estão fazendo manobras sujas, colocando uma votação em tempo recorde. Estamos aqui fazendo uma PEC à Constituição, e os Senadores nem estão aqui para nos ouvir, nem para ouvir os nossos argumentos, porque querem, de qualquer maneira, passar essa PEC, mesmo desrespeitando o Conselho de Medicina Veterinária; a sociedade brasileira, que elege os Senadores; e, o que é mais grave na minha opinião, a nossa Constituição. Isso é muito sério. Eu sei que há pessoas aqui contrárias, que querem a vaquejada, mas, quando nós começamos a desrespeitar o Supremo, a desrespeitar a Constituição, é um caminho muito sério que este País está trilhando.

É engraçado que as dez medidas contra a corrupção, a que o povo brasileiro deu mais de dois milhões de assinaturas, ainda não haviam sido votadas, e, quando foram votadas, mudaram o texto, chamando todos nós cidadãos brasileiros de palhaços, quando querem anistiar o caixa dois.

Pois bem, como se não bastasse tudo isso, os maus-tratos foram comprovados em todas as vaquejadas. Inclusive, em abril de 2016, em Teresina, no Piauí, o Ministério Público fechou o local onde ocorria vaquejada, diante de incontáveis provas de maus-tratos: patas quebradas, caudas de animais mutiladas. E a jurisprudência do STF é muito clara: conflito de normas na Constituição se resolve em favor da preservação do meio ambiente, quando as práticas e os esportes condenam animais a situação degradante.

Falam em tradição, mas não é porque alguma coisa é tradição que é correta. Muitas tradições mudaram, e foi assim que a humanidade evoluiu e vai continuar evoluindo. Antigamente, as mulheres não podiam votar; antigamente, a escravidão era cultural. Transformamos isso, e acho que ninguém concorda que essas tradições teriam de continuar.

A Ministra Cármen Lúcia, na sua votação, disse:

> Tudo que põe em sofrimento o animal, inclusive, passa para o ser humano uma abertura para ele também se tornar mais e mais insensível com o sofrimento. E a insensibilidade com o sofrimento de um animal passa para a insensibilidade com outro ser humano. E nós estamos vendo em que sociedade nós estamos vivendo, em que a vida, no final, [...] não vale nada.

O FBI, neste ano, elevou o nível de punição por crimes contra a crueldade animal, porque é evidente para a agência que quem é covarde com os animais inocentes é um perigo para a sociedade. Na contramão da tendência mundial, o Brasil quer instaurar e transformar em cultura a crueldade, a maldade com os animais.

Os ilustres Senadores estão jogando a nossa Constituição no lixo, estão desrespeitando o nosso Supremo, estão ignorando a decisão do Conselho Federal de Medicina Veterinária, a votação popular e a tendência mundial. Por que será? A única explicação que nós encontramos são interesses pessoais dos Senadores e de seus doadores de campanha. Uma rápida consulta no TSE mostra que a maioria dos Senadores, os autores da PEC...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu peço a V. Sª... Nós a recebemos aqui com o maior carinho, mas não há mais financiamento empresarial de campanha. Por isso...

A SRª LUISA MELL – Mas os Senadores que foram eleitos e que o fizeram estão no TSE. Posso até falar o nome de cada um e o quanto recebeu.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Estou presidindo a reunião aqui com o maior carinho e com a maior atenção. Eu peço que a senhora respeite as instituições, como eu respeito V. Sª.

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª LUISA MELL – Aliás, o que a gente pede aqui é que os senhores também respeitem as instituições e respeitem o Supremo Tribunal Federal, que decidiu que é inconstitucional.

Eu posso continuar falando o que eu estava falando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LUISA MELL – As empresas se beneficiam, direta ou indiretamente, com torneios de vaquejada e rodeio. Inclusive, o Otto, que foi o Relator e que deveria estar aqui, não escutou a votação do Senado. Ele mesmo recebeu para a campanha muito dinheiro de uma cervejaria que é patrocinadora oficial de vaquejadas.

Durante uma vaquejada... Aliás, o cavalo quarto de milha é um cavalo bem caro, como os bois que são leiloados e que valem R$200 mil, R$300 mil. Não é o povo sofrido do Nordeste que compra esses animais. Não é o povo sofrido que realmente ganha dinheiro com a vaquejada. São empresários milionários que exploram esses animais e acabam explorando as pessoas. Eles falam em milhares de empregos. Na verdade, a maioria desses empregos são temporários, por três dias de festa, e são subempregos com salários abomináveis. Alguns poucos peões são contratados por pecuaristas milionários.

Sobre a manifestação que houve aqui, é só entrar no *site* de um haras em que o dono afirma que ele mesmo pagou para as pessoas estarem na manifestação aqui. Ele financiou, ele pagou. Então, não foi uma manifestação legítima. Foi, sim, uma manifestação paga por empresários que exploram os animais. É muito triste o que está acontecendo aqui.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nós pedimos que mantenhamos um ambiente acordado, educado, como é da natureza do povo brasileiro.

A SRª LUISA MELL – Obrigada, Presidente.

Hoje aconteceu um acidente trágico, e todos nós ficamos muito abalados. Quando eu estava chegando aqui, escutei, pelo rádio, que uma das maiores qualidades do povo brasileiro era a solidariedade, a empatia e a compaixão. E a maior parte da sociedade também tem esses atributos pelos animais. Por isso, nós estamos aqui lutando para que vaquejada não vire patrimônio cultural, para que vocês respeitem nossa Constituição, a decisão do Supremo, a decisão do Conselho de Medicina Veterinária e a sociedade brasileira, que abomina a crueldade contra os animais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Sr. Hélio Cordeiro Manso Filho, também por 15 minutos.

O SR. HÉLIO CORDEIRO MANSO FILHO – Eu queria ver a minha apresentação que eu solicitei. (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Boa tarde, Senador José Pimentel! Em nome do senhor, agradeço por eu estar aqui.

Agradeço aos Senadores presentes por também ouvirem o outro lado.

Nós estamos aqui presentes para explicar, de forma um pouco diferente, o que é a vaquejada, o que isso representa para o nosso País de forma geral.

Inicialmente, antes de prosseguir na minha apresentação, eu gostaria de dizer que a posição que o Conselho Federal de Medicina Veterinária tomou foi uma posição monocrática, ele não reuniu a Plenária. Em toda decisão no Conselho Federal, convocam-se todos os membros, todos os presidentes dos 24 conselhos no País e os 24 conselheiros presidentes, que, nas suas regiões, se reúnem, discutem e tomam suas decisões. Infelizmente, o que ocorreu, alguns dias atrás, não foi uma decisão da Plenária do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Espero que isso seja discutido dentro do Conselho, porque, dos 24 conselhos regionais que nós temos, 17 já emitiram opinião favorável à legalização e à organização desses eventos, ao respeito aos eventos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

equestres.

Eu gostaria de iniciar me apresentando. Meu nome é Hélio Cordeiro Manso Filho. Sou professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco há exatamente 20 anos. Sou formado em Veterinária há 30 anos. Sou filho de veterinário. Minha mãe é economista. Ao longo dos meus anos de estudo, fiz residência em Clínica e Cirurgia no Estado de São Paulo. Pude fazer treinamento ainda no Estado do Paraná e no Rio Grande do Sul. No final de 2005, terminei meu doutorado em Ciência Animal com ênfase em Biociência Animal e em Endocrinologia.

Então, eu realmente procurei entender o que acontece com os animais atletas, independentemente da espécie, porque existe a possibilidade de comparar. Nem sempre, precisamos desenvolver todos os desafios nos mesmos animais. Eu posso fazer isso num cavalo, posso fazer isso num rato, posso fazer isso num ser humano, posso fazer isso em outra espécie, como um bovino. Isso é importante, porque evita o uso indiscriminado de animais na pesquisa. Nós estamos aqui para promover o bem-estar dos animais de maneira geral.

Então, minha preleção – vou procurar ser rápido – vai na direção de por que aprovar a PEC 50, da importância dos esportes equestres para o desenvolvimento do Brasil – a equideocultura é uma coisa importante no Brasil, gera emprego; acho que mais de dois milhões de empregos diretos estão associados à equideocultura – e para as boas práticas de bem-estar animal. Assim como o Ministério da Agricultura, a ABQM já tem adotado isso nos seus manuais de eventos equestres.

Quando olhamos as pesquisas com os animais, as pessoas que estão envolvidas de forma séria e científica procuram trabalhar dentro do que nós chamamos de Medicina Veterinária baseada nas evidências. Quais são as evidências? Ciência. O médico veterinário, hoje, no Brasil e no mundo, trabalha em cima de ciência, de evidência científica. Eu faço parte do Núcleo de Pesquisa Animal, onde há professores de Viçosa; do Ceará, da Uece; do Espírito Santo; de São Paulo; do Rio de Janeiro. Todos nós trabalhamos em conjunto. Nosso objetivo, como veterinários, é o bem-estar dos animais. Vejam que temos pesquisa da Rural, da Uece, da USP, e todas essas pesquisas estão aqui, Sr. Presidente. Eu trouxe todas elas para deixar com a Mesa presente, para que ela possa se debruçar e ler todas as pesquisas que nós colhemos com os animais.

Na vaquejada, de maneira geral, e em vários esportes com animais, nós temos o envolvimento de bovinos e de equinos. Nem sempre é possível tirar muito sangue dos bovinos, porque eles terminam sendo menos usados no evento. Apenas uma vez ou duas vezes, ele corre. Existem experimentos e estudos em que, para se entender o efeito do exercício ou da prática de esporte com ele, ele trabalha em cima das cinco liberdades, e uma delas é importantíssima: quando ele acaba o evento, ele volta a se alimentar. Voltar a se alimentar é um grande indicativo de que o animal está relaxado, está bem. Ele volta a conviver com seus pares.

Outra coisa importante também é que há estudos feitos demonstrando que a enzima CK... É um nome meio chato de dizer, mas é fácil. Quem tem seu time de futebol e gosta de futebol vê isso na resenha esportiva. Por exemplo, acho que todos os jogadores do meu Náutico estavam com a CK alta e não jogaram futebol. Então, a CK é um indicativo na medicina esportiva de que o atleta está com alguma lesão muscular. Então, atleta com lesão muscular não compete. O senhor pode ver, nestes estudos que temos aqui com bovinos, que, após o exercício físico, as enzimas CK não se elevam. Elas se mantêm estáveis mesmo horas após o exercício.

Em cavalos, se o senhor observar também os experimentos presentes aqui, feitos pelo nosso grupo de pesquisa e por outros grupos, inclusive grupos da UnB, da cidade de Brasília, eles mostram que a frequência cardíaca, a creatinoquinase e a combinação glicose e lactato retornam ao normal, após as corridas, mesmo nos eventos mais longos. Isso é importante, porque o cavalo participa da competição, tem aquela resposta fisiológica esperada, o esforço físico. Isso é importante. Até para subir uma escada ou para andar do estacionamento até este auditório, nosso corpo é desafiado e precisa se adaptar a esse tipo de coisa. Se ele não fizesse isso, a gente não conseguiria subir a escada. Nesses trabalhos, a gente observa que a frequência cardíaca se eleva e se recupera rapidamente, com 20 minutos, com 30 minutos. A proteína CK se eleva, mas volta para o normal em menos de 20 minutos ou 30 minutos de exercício do cavalo. E a glicose e o lactato, que são importantes fontes de energia para o animal, aumentam na hora em que é preciso e depois retornam para o normal.

Há uma coisa também importante que se discute às vezes e que a gente tem de olhar de forma macro também: é que a CK é um excelente indicativo da saúde muscular. Então, quando um animal faz alguma coisa por algum motivo e a CK sobe demais, ele teve lesão muscular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

No caso de que estamos falando aqui, falamos que os trabalhos que temos são trabalhos produzidos em revistas sérias, em revistas onde há comissão de ética. Antes de se fazer o trabalho, ele passa pelo crivo da universidade e depois passa pelo crivo das revistas que o publicam. Ele não é um simples trabalho que é colocado lá pela pessoa. Não! Um trabalho científico, para chegar a esse ponto, passa por pelo menos 15 ou 20 avaliadores.

A CK protege o tecido muscular, e o tecido muscular protege o tecido neural. Veja que, às vezes, a gente não avalia a função neural, mas a gente tem a avaliação do sistema muscular mostrando que o sistema não sofre com o tipo de exercício que os cavalos e os bovinos têm realizado.

Recentemente, foi publicado, num congresso de Anestesiologia Veterinária da Inglaterra, um trabalho mostrando que existe uma dificuldade na percepção sobre se a quantidade de receptores de dor tem influência na dor do animal. Isso é muito variado, depende muito. A pessoa que estava envolvida com esse tipo de trabalho mostrou que, mesmo que alguns animais tenham mais receptores ou menos receptores, isso não é indicativo de mais ou menos dor. Ele termina o trabalho concluindo que precisamos de mais estudos para entender a dor nas diferentes espécies, porque dor é coisa muito subjetiva. Quando dou uma topada, eu sinto de um jeito. Se uma criança dá outra topada, ela sente de outro jeito. Essas coisas são distintas. No caso da vaquejada, nós trabalhamos com animais adultos. São animais mais acostumados com a vida, que são mais calejados com a vida no campo, que são acostumados a correr, pular, saltar.

Os trabalhos que estão aqui... Nós colocamos alguns aqui. O senhor pode ver os números. Ali estão os resultados de antes, logo após e depois. Veja que as letras são iguais, não há diferença. Nós temos ali o cortisol, que é um importante marcador da quantidade de trabalho que o animal realiza, e a enzima creatina, que nasce no bovino, que tem outros parâmetros, mas não tem diferença significativa. Aqui nós temos a frequência respiratória e a frequência cardíaca, que se elevam imediatamente após o exercício, mas que, com algum tempo, uma hora depois, voltam para o normal, mostrando que o animal foi capaz de se adaptar. Ele tem isso preparado no corpo, não é uma coisa fora do tempo. E uma coisa importantíssima é a atitude, o comportamento dele antes, durante e depois. Eles estão no curral, vão competir, vão trabalhar e voltam para o seu lugar. Eles têm comportamento normal, a partir de etogramas, que são formas que as pessoas que estão envolvidas com o comportamento animal usam para estudar.

Nos cavalos, esse é o último trabalho nosso. Aqui, salvo engano, há 15 ou 16 trabalhos mostrando dados semelhantes. A primeira letrinha corresponde ao animal em jejum na baia, no lugar onde ele está estabulado. Ele acaba de correr. À esquerda, está o cavalo de esteira; à direita, o cavalo de puxar. O senhor observa que a frequência cardíaca vai até o limite, próxima de 200 batimentos por minuto. No cavalo, ela vai até 250 ou 260 batimentos. Veja que ele ainda tem motor para trabalhar mais. E, tanto num como noutro, após 15 minutos, observa-se que a linha do gráfico retorna aos valores. Ali existe uma marca separando os dois vídeos. O senhor observa que ela volta para o valor que chamamos de pré-teste. O mesmo se observa com a glicose e com o lactato: ele sobe durante o exercício e abaixa. Depois de 30 minutos, as letras estão iguais – ali estão as letras "b" e "b", "c" e "c" –, mostrando a capacidade de recuperação do animal.

Esse tipo de estudo, apesar de ser feito no cavalo, aplica-se a outras espécies. Isso acontece com o ser humano, isso acontece com o bovino e com o rato de laboratório, porque nós somos mamíferos. A diferença do nosso DNA não é tão grande assim, com respostas tão diferentes. É lógico que cada espécie tem sua particularidade.

Esse é um estudo com cortisol em cavalo. Mais uma vez, depois de ele fazer exercício, o cortisol eleva-se, mas, depois de 30 minutos, observa-se que as letras se tornam iguais tanto no cavalo de esteira como no de puxar, mostrando que o cavalo fez o exercício, correu e se recuperou depois que parou. É isso que esperamos de qualquer animal na natureza. Se ele tem de fugir, ele faz um esforço físico agudo. Ele corre porque está brincando com os animais do rebanho ou porque ele tenta fugir por algum motivo. Se uma manga ou uma jaca cai, ele se espanta. Com uma explosão, com um barulho, ele corre e depois se acalma, e isso volta para o normal. Isso acontece conosco no dia a dia. Às vezes, a gente se aborrece no trânsito, e aquilo sobe, mas, daqui a pouco, volta para o lugar. Esse é o dia a dia dos animais.

Como podemos ver isso de forma mais demorada? É simples. É o que vimos quando falamos dos bovinos: os animais voltam a se alimentar. Uma pessoa estressada, um animal estressado não se alimenta. Ele começa a perder peso, entra em estado catabólico. E isso é fácil de se mensurar. Podem observar nos eventos. Nos trabalhos que foram publicados aqui, observa-se que os animais tiveram o seu comportamento normal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ou, vamos dizer assim, natural após o evento.

Outro ponto que eu queria abordar rapidamente é a autorregulação dos esportes equestres. Nós, veterinários, somos regulados pelo código de ética do médico veterinário. Todo veterinário, quando se forma, faz um juramento; ele é obrigado por lei a segui-lo. Então, todos nós fazemos isso, que faz parte da vida do médico veterinário. Assim como os Srs. Senadores têm o seu código de conduta dentro desta Casa, nós temos condição de trabalhar nas clínicas veterinárias ou nas fazendas.

Outra coisa importante é que a associação mais envolvida com o cavalo de vaquejada, que é a ABQM, produziu o seu manual antes do Ministério da Agricultura. O Manual da ABQM é antigo, não tão antigo, mas anterior. Em seguida, veio o manual do Mapa, que aproveita a diretriz ou o segmento que está dentro do manual da ABQM, que, pensando nisso, segue também algumas coisas que acontecem nos Estados Unidos, um país tão avançado, que tem leis de proteção animal muito claras.

Esses manuais, de maneira geral, tentam padronizar, unificar os preceitos do bem-estar animal, sendo possível orientar a educação, o que é importante. Isso faz parte das universidades. Leva-se para o campo como devem ser tratados os animais. As associações também têm feito isto: levam isso para o campo, orientam, fiscalizam. Esse é um papel importante, porque, quando a pessoa está presente num evento em que estão acontecendo maus-tratos, ela, como veterinária ou como guardadora do bem-estar animal, deve se pronunciar nos lugares corretos e, se for o caso, punir. Pega-se a pessoa, e se diz que ela não tem mais condições de fazer aquilo: "Você está suspenso." Um jogador de futebol que brigou no campo é expulso e punido, passando dois jogos sem jogar. Aqui, o tempo é muito maior. Então, essa autorregulação já existe, está sendo praticada, e esperamos que ela avance por todo o Brasil.

Outra coisa importante que se deve considerar em termos de esporte equestre é a organização desses esportes associada à saúde animal. Quando os animais participam de eventos, sejam bovinos ou equinos, para se deslocarem dentro de um Estado ou dentro da Federação, eles precisam ser acompanhados de exames e de atestados de vacinação.

Essa é a palavra da Presidência do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Pernambuco, comentando que, caso ocorra algum problema que impeça de se trabalhar de forma legal a vaquejada ou outro esporte equestre, podemos perder esse controle. Isso é importante para o nosso País. Eu não consigo imaginar a Região Nordeste sem controle no trânsito de animais. Isso pode ser um desastre para a bovinocultura do Nordeste, que já tem sofrido bastante com a seca. Nosso rebanho, nos últimos seis anos, só fez diminuir. Eu ando muito, gosto de passear, gosto de aprender e de visitar diferentes regiões no País. E a minha região tem sofrido bastante. Então, acho que isso nem é preciso reprimir muito.

Então, o que a colega diz? Diz que "a proibição desse esporte poderá incidir em evento e circulação clandestina de animais, favorecendo a dispersão de enfermidades e facilitando os acidentes, como também impactando negativamente na realidade econômica e social das regiões onde ocorrem". Esse posicionamento do Conselho Regional de Pernambuco foi acompanhado por mais 15, porque o da Bahia já havia se pronunciado um dia antes.

Então, é importante a manutenção, é importante a legalização, a lei, a PEC 50, no sentido de manter o Brasil como Estado sanitário adequado para se comunicar com seus pares em nível internacional.

Outro ponto importante, no caso, Sr. Presidente, é a disciplina que eu ensino: a criação de cavalos, equideocultura.

Esse é um trecho do resumo do Ministério da Agricultura do seu grande documento a respeito da indústria equina no Brasil. E o que ele diz? Diz que "são os animais atletas que movimentam a maior intensidade da indústria [a indústria do cavalo em todos os seus aspectos]. Cresce também o número e o tamanho de eventos, como provas de tambor e baliza, vaquejada e tantos outros". Esse mesmo fato ocorre na Europa. Se pegar um estudo semelhante da Europa, que aqui o senhor pode encontrar, isso demonstra que a equideocultura tem se expandido como forma de a pessoa ter uma vida mais tranquila. Diz também que "o crescimento da classe média brasileira verificado nos últimos anos, com a incorporação de milhares de brasileiros ao mercado, contribui também para explicar o forte crescimento da equideocultura no Brasil".

Entendo quando, muitas vezes, as pessoas dizem que cavalo não dá carne, que cavalo não dá leite, que cavalo não dá ovos, mas cavalo dá empregos, muitos empregos, o que é facilmente identificável, empregos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que podem ser sempre melhorados com educação e treinamento, como vemos o Senar fazendo um brilhante papel no Estado de Pernambuco e em outros Estados.

Quanto à posição dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária e do CRMV, já falei no início da minha exposição.

Diferentemente do que ocorreu no Conselho Federal, diversos Conselhos Regionais, 17 em 24, fizeram consulta aos membros das suas comissões, incluindo a Comissão de Bem-Estar Animal – todo conselho, assim como a OAB, tem uma Comissão de Bem-Estar Animal –, e, na maioria deles, a consulta resultou em notas favoráveis à regulamentação dos esportes equestres, incluindo a vaquejada, com base no Código de Ética Profissional – aquele que já citei aqui e que está presente –, nos conceitos de bem-estar e nas pesquisas científicas disponíveis na literatura. Essas pesquisas são públicas. No nosso País, o Ministério da Educação tem um grande portal, a Capes, que você pode acessar para pegar todos os trabalhos que quiser ler. Eles estão ali, são públicos, há vários anos.

Para concluir, esta é uma sugestão das pessoas que redigiram esta apresentação junto comigo: a autorregulação dos eventos equestres aqui descrita, com a aprovação da PEC 50, irá estimular a adoção de boas práticas de bem-estar animal, contribuindo para a evolução de toda a indústria e dos participantes nos mais diferentes níveis. Por isso, ela deve ser apoiada rapidamente por todos que gostam de animais e compreendem a importância dos animais no Brasil e no mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra a Srª Vânia de Fátima Plaza Nunes.

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – Boa tarde!

Antes de tudo, eu queria fazer alguns agradecimentos, antes que se contasse o tempo, por favor.

Eu queria agradecer, primeiramente, à Senadora Gleisi Hoffmann publicamente, em nome do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal. A entidade que represento congrega 128 entidades de proteção e defesa animal no Brasil. Então, eu queria muito agradecer a sua defesa, assim como a do Senador Anastasia, do Senador Randolfe, da Senadora Marta Suplicy, mas a senhora foi a mais brilhante dos Senadores no uso da palavra e na defesa daquilo que nós entendemos que é o avanço de um marco civilizatório para todos nós, seres humanos.

Boa tarde para vocês!

Creio que os principais interessados nesse assunto são esses animais que estão aqui com vocês. Gostei de trazê-los, para que vocês olhassem bem para os olhos deles e pensassem no que nós vamos discutir aqui, hoje.

Quero dizer que nesse tema nós não estamos abordando nenhum desses itens que estou mostrando para os senhores, que são ações importantes que deveriam ser levadas em conta quando se pensa em regulamentar uma prática como a da vaquejada.

Independentemente do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, independentemente da posição do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que é o órgão regulador da profissão de medicina veterinária no Brasil, independentemente de qualquer decisão, até que isso mude, é essa a decisão que está valendo. Na verdade, ele foi bastante veemente em colocar... Ali nós temos uma foto da audiência pública em que, infelizmente, nós não pudemos fazer uso da palavra para de fato dizer o que gostaríamos. É uma decisão que também não está sendo respeitada.

Da mesma forma, a Associação Brasileira de Medicina Veterinária Legal emitiu uma nota técnica reconhecendo o trabalho que nós fizemos, que temos feito há bastante tempo, para o esclarecimento de fato. Quando se fala em defender os animais das lesões e dos danos, o seu bem-estar está aí reconhecido. Há textos que não vou ler aqui pela escassez do tempo, mas vou deixar, Sr. Presidente, uma pasta com todos esses documentos que eu gostaria que fizessem parte desse processo.

Há pouco tempo, houve uma publicação dos auditores fiscais dessa associação. Eles trabalham no Mi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nistério da Agricultura e falam sobre a regulamentação de práticas equestres, mas reconhecem tudo o que está sendo discutido e foi definido pelo Supremo Tribunal Federal. Não querem dizer com isso que as práticas equestres não possam ser regulamentadas de alguma forma. Eles só reconhecem que a decisão do Supremo deixa muito claro que a prática da vaquejada para os bovinos é intrinsecamente cruel. Não há como fazer prova de vaquejada sem que os animais sofram física e mentalmente.

Eu gostaria de ler este pequeno trecho, no qual se diz o seguinte:

> Não há forma de protegê-los com a adoção de boas práticas, simplesmente porque esses são procedimentos contrários a boas práticas. Normativas e recomendações nacionais e internacionais que orientam o manejo dos bovinos nos sistemas produtivos, do nascimento ao abate, deixam claro que arrastar animais conscientes, conter, segurar, derrubar animais por suas partes sensíveis são práticas proibidas por ser consideradas maus-tratos e absolutamente desnecessárias.

Essa normativa está citando exatamente a mesma normativa que o Dr. Hélio, que me antecedeu, respeitosamente, citou.

Apesar da atividade legislativa na qual o PL 24 foi aprovado, apesar de a ampla maioria da população ser contra essa aprovação, como se pode ver aqui – essa foto é do *site* da Câmara dos Deputados, mostrando essa diferença –, o mesmo aconteceu, e nós estamos discutindo hoje a PEC 50, quando tivemos uma ampla maioria da população contra a aprovação dessa PEC, mas estamos aqui para essa discussão.

É tão interessante esse tema, ele é tão importante, que manchete de duas semanas atrás de *O Estado de S.Paulo* dá conta de que "vaquejada e brigas derrubam Ministro; Freire assume Cultura". Se isso é verdade ou não, eu não posso garantir, mas se trata da manchete de um dos maiores jornais que nós temos no País.

Para que não pareça que a sociedade de forma geral e principalmente as entidades de proteção e defesa animal, os protetores voluntários ou todos aqueles que de forma absolutamente desinteressada defendem os animais... Nesse fim de semana, realizou-se, em 48 cidades brasileiras, uma manifestação intitulada Crueldade Nunca Mais, que já esteve nas ruas alguns anos atrás lutando pelas mudanças no nosso Código Civil e pela penalização, pelas penas relativas a maus-tratos aos nossos animais. Então, voltamos às ruas. Realmente, houve a manifestação da sociedade nos mais diferentes lugares. Até agora, já sabemos que isso ocorreu em 48 cidades. Nós sabemos, com certeza, que mais de dez mil pessoas foram às ruas nesse fim de semana para defender os animais em toda parte. Na cidade que moro, Jundiaí, no interior de São Paulo, nós também tivemos essa manifestação. Para aqueles que quiserem acompanhar essas manifestações, sugiro acompanhar o *site* do G1, que, imediatamente, deu a visibilidade que precisávamos para esse assunto.

Quando a gente fala nas provas, é importante pensar no que a gente está falando, na derrubada de um bovino pela cauda. Eu gostaria que, à medida que as imagens fossem se sucedendo... As imagens são todas técnicas, algumas são de internet, que muitos podem encontrar por aí. Essa mesmo é uma imagem de internet, que mostra claramente o que é feito com o animal. Nada aqui foi forjado ou foi dito de alguma outra forma.

Existem preparativos para os animais antes das provas. Realmente, os bovinos utilizados são animais que vivem em campo, não têm a prática de serem transportados, confinados, mantidos em ambientes hostis, pensando-se realmente que, quando se fala de bem-estar animal, isso envolve não apenas lesões físicas, mas, sim, problemas comportamentais, danos mentais para esses animais.

Essa é uma foto real, mostrando como esses animais se comportam em campo quando se veem numa situação que para eles é interpretada como geradora de medo. Então, vocês podem perceber a reunião dos animais, alguns no meio, outros na frente, todos olhando para o mesmo lugar, porque, provavelmente, o que eles estavam vendo ali era uma imagem que realmente causava, de alguma forma, alguma situação que gerava medo.

Há alguns lugares como esses, onde, na verdade, para fazer algum controle ambiental em relação a lixo, os animais ficaram ali por horas. Eu estava presente e pude registrar, durante pelo menos seis horas, essa fumaça onde estavam as pessoas e os animais – vocês estão vendo dois cavalos ali – e a precariedade do local

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

onde esses animais são mantidos presos em cabrestos e limitados por essas fitas, como vocês estão vendo.

Do lado, ali, vocês podem perceber que há um ser humano. São crianças que ficam horas e horas segurando esses cavalos, e os animais ficam ali no meio de carros, de crianças. E também há o uso, muitas vezes, de medicamentos por esses animais, sem nenhum tipo de controle.

Quando a gente fala em vaquejada, a gente tem de pensar, até por dados que já foram apresentados em outras audiências públicas, em quatro mil práticas por ano, mais ou menos, no Brasil. Será que a gente consegue fazer uma fiscalização eficiente, adequada, com responsabilidade técnica, com fiscalização isenta, nesse tipo de prática?

Esse é um cortador, um aparador de chifres, cujo uso é proibido pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária. E isso foi encontrado neste ano em prova de vaquejada, em nosso País, pelo Ministério Público.

Agora, quando a gente está falando do piso, tem sido uma coisa bem interessante o que a gente tem observado: as pessoas falam do colchão de areia como se remetessem ao lugar em que a gente dorme, que, em geral, é um lugar tranquilo, macio, aconchegante. Então, há um uso de palavras que é bem interessante observar. Eu acho que a gente precisaria, de fato, pisar esse local, sofrer o impacto do nosso corpo, que é muito mais leve do que o de um bovino, num lugar desse e verificar qual é...

(*Soa a campainha.*)

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – ...o impacto que realmente acontece.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – São bem-vindos, mas vamos manter o silêncio na sala.

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – Outra parte importante que devemos observar é o que acontece com os animais no momento anterior à entrada na pista para que a prova possa acontecer. Então, aqui é um recinto onde esses animais são contidos. Eu gostaria que vocês prestassem atenção nesse ambiente, na limpeza, na higiene, na condição do local, dos animais e das pessoas que estão trabalhando nesse local. É interessante saber que essas pessoas chegam a ficar de 18 horas a 20 horas nesse ambiente sem sair. Nesse local, elas fazem as suas necessidades, alimentam-se e mantêm-se.

Aqui é só para mostrar para vocês pequenos sinais de comportamento. De fato, quando a gente faz uma análise sobre bem-estar animal, ela é feita sobre os sinais comportamentais que esses animais nos dão. Então, até numa imagem parada é possível a gente observar os olhos, a posição das orelhas desse animal, a cabeça. E os outros animais que estão do lado de fora são dois herbívoros que, num ambiente natural, são presas, e não predadores.

Aqui mostramos uma sequência de imagens, dois animais nesse mesmo brete, e o que acontece a seguir. Eu garanto que vocês não estão vendo que há dois animais nessa imagem. Aqui está o segundo, que está caído embaixo do primeiro. Houve uma grande dificuldade para a gente conseguir tirar esse animal desse local. Vocês podem reparar que as patas traseiras de um estão em cima do corpo do outro, num local extremamente pequeno. Da mesma forma, isso se dá num ambiente externo, em outro local, em outra vaquejada. O que é importante a gente entender é que o ambiente no entorno, com luzes, com sons, com ruídos, com diversos decibéis altíssimos, favorece a situação estressante a que o animal está submetido do ponto de vista físico e emocional.

Então, agora, são só algumas imagens. Eu gostaria que vocês olhassem toda a região do costado desse animal, toda a região dorsal desses animais que estão aí, e observassem como é bem tranquilo, como realmente não existe tração, como não existe risco de dano para esses animais, o que acho que é bastante evidente nas imagens que estão se sucedendo. Eu gostaria que todos os senhores se colocassem de forma isenta e analisassem apenas essas imagens.

A prova, na verdade, todos os senhores que estão aqui conhecem. E os Srs. Senadores que infelizmente nos privaram da possibilidade de mais uma vez... É a quarta vez que estou aqui para falar sobre esse mesmo assunto. Ou temos uma discussão horrorosa, e as pessoas não nos ouvem, ou, infelizmente, como hoje, a pla-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

teia é tão pequena.

Eu agradeço aos Senadores e a outras autoridades legislativas que estão aqui para ouvir. Mas é bom ficar claro que as regras da vaquejada sujeitam ainda mais o bovino à tração, à torção da cauda, para que ele caia no espaço desejado pelo peão e de maneira adequada, senão ele não vai pontuar. Então, há uma regra. E, para cumprir a regra, não há como, na verdade, a gente produzir esse tipo de coisa.

Para aqueles que não estão concordando comigo, eu só queria deixar claro que sou médica veterinária há 33 anos, 15 dos quais eu só trabalhei com comportamento e bem-estar de cavalos, com reprodução de cavalos. E, no restante da minha vida, trabalhei em áreas correlatas, que me trouxeram até aqui hoje.

É importante, então, a gente entender que, além dos sofrimentos físicos que possam resultar desses procedimentos, os animais entram numa vivência de sofrimento mental ou psíquico. Senhores, para sofrer mental ou psiquicamente, não preciso ficar horas sofrendo, eu posso sofrer por segundos. Uma pessoa que é assaltada sofre por segundos e guarda esse trauma pelo resto da vida.

Os animais são seres sencientes, e a ciência já mostrou que eles têm a mesma capacidade mental que nós temos. Por isso, quando decidimos que vamos usá-los da forma como usamos, estamos levando esses animais ao sofrimento. Eu sinto dizer isso para vocês. Isso não são minhas palavras, é a ciência que diz.

Muito bem, enquanto, na verdade, hoje se discute que nós mudamos as regras, que nós mudamos tudo, essas regras ainda continuam nos parques de vaquejada, talvez num dos 3.999 que não mudaram a placa que estava lá. A regra está lá escrita ainda do mesmo jeito: "A quebra do rabo do boi impedirá o retorno pelo vaqueiro, exceto se o boi cair para ponto". Ou seja, eu posso arrancar um tufo de pelo, posso arrancar a cauda, mas, se cair na faixa, está valendo o ponto. Isto está escrito, não inventei essa placa.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – Olha, já mudou, mas a placa está lá ainda funcionando. Então, vocês me desculpem, mas estou dizendo de fatos, e não de suposições.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – Falo das lesões dos animais. Nas fotos que vou mostrar a seguir para vocês, há uma série de lesões – subluxações, luxações – que não são aparentes imediatamente após a prova; elas só vão aparecer horas depois. E esses animais vão voltar para a fazenda onde estavam ou serão negligenciados em algum pasto, como já estavam antes. Só há o interesse de que eles participem de uma prova. São grupos de animais que são retirados de propriedades rurais, que estão ali para um sistema de criação de bovinos provavelmente para abate no futuro e que são trazidos para esse tipo de atividade. Eles podem ter derrames sanguíneos no subcutâneo, e nada disso vai ser percebido, porque só vai aparecer algum tempo depois.

Senhores, ninguém vai vistoriar animal por animal. Ninguém! Nenhum colega meu vai fazê-lo. Vocês me desculpem, mas essa é a realidade do que conheço e do que tenho visto com muitas promotorias de Justiça. Infelizmente, não estou dizendo aqui uma questão pessoal. Eu adoraria dizer para os senhores que nada disso é fato comprovado. E isto é relatado assim historicamente na cultura.

Eu acho que é um reducionismo muito grande quando a gente diz que vai jogar na lata do lixo a cultura nordestina, que é tão rica e que tem tantos atributos que contribuem tanto para a nossa cultura nacional. Eu acho que é um reducionismo enorme quando se diz que, por conta da remoção de uma prova com o uso de animais, nós vamos jogar tudo na lata do lixo. Tenho certeza de que isso não é verdade.

Então, aqui, mostramos regiões anatômicas que são seriamente comprometidas, a ponta da cauda. E, só para deixar claro para os senhores, a cauda do animal faz parte da coluna vertebral dele. Nós, evolutivamente, perdemos a cauda, temos o cóccix, que é o que nos sobrou. Quem já levou um tombo e quebrou o cóccix ou o machucou sabe a dor que eu estou dizendo agora para vocês que esses animais têm o risco de passar.

Esse é um animal que teve o rabo arrancado. Ou esta aqui não é uma imagem real, é uma imagem forjada?

Aqui há outro animal, que não é o mesmo, com a cauda arrancada. Há esses dois animais, um com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cauda arrancada e outro com um tufo de pelos arrancado. Aqui, há vários...

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – ...tufos de pelo no chão. Pela distância da foto, é difícil de ver, mas olhem aí o animal na pista com o rabo arrancado.

Olhem uma criança de aproximadamente 13 anos carregando todos os tufos de pelo, levando para alguém usar como prêmio depois.

E aqui, olhem que coisa interessante, o animal caído não consegue se levantar. Aí, o funcionário vai lá e tenta levantá-lo exatamente por onde? Pelo rabo. Mais uma vez, o animal está sendo tracionado pelo rabo para levantar.

Só para deixar claro, a cauda dos animais não é um acessório sem função, é um fator de equilíbrio. E, na verdade, ela demonstra várias expressões comportamentais fundamentais para a vida dos animais. A cauda é a porção final da coluna vertebral, tendo conexão com outros segmentos.

Aqui é só um corte das estruturas desse tipo que têm risco de serem lesadas.

Quero dizer que, quando a gente arranca o rabo desse animal, a gente lesa a coluna desse animal, a gente vai causar lesões que vão chegar a essas alturas, no mínimo, e que vão comprometer a enervação de órgãos internos, da bexiga, do rim, de todo o sistema digestivo desses animais, de toda a parte interna, visceral, desses animais, comprometendo a vida deles. E eles vão ficar negligenciados no campo, sem que ninguém os acompanhe, sem que ninguém os veja.

Esse é outro ângulo.

Quero lembrar que algumas lesões, professor, vão acontecer em consequência disso. O senhor, como professor universitário que trabalha com equinos, sabe muito bem do que estou dizendo sobre as lesões que podem acontecer mediante esse processo de tração. É inegável que isso acontece, porque é partir dele que os animais pontuam para as pessoas. Há alterações ou perda de funções nas estruturas inervadas por esses nervos, além da ocorrência de dor intensa na região comprometida.

Dor não é uma coisa realmente que eu possa mensurar em unidades de forma tão fácil. Mas, quando a gente fala "dor", todos nós sabemos do que estamos falando, uma dor de maior ou menor intensidade. E não existe mais discussão de que os animais sofrem dor, podem sofrer fraturas, escoriações...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – ...rupturas, contusões, enfim, uma quantidade enorme de problemas no seu organismo.

O que eu gostaria de dizer é que mesmo as provas em que a gente leva em conta as avaliações endócrinas precisam realmente ser avaliadas sob o crivo de qual é o lado que estou querendo defender quando penso nisso. Então, é muito difícil, hoje, a gente poder extrapolar alguns dados, ainda na pesquisa científica, em relação aos dados endocrinológicos e em relação ao estresse. Mas o que a gente sabe é que, baseado em outras espécies, realmente, quando o animal passa por alguma situação em que o sistema dele de defesa é comprometido, é provável que ele possa ter manifestações de problemas inclusive de caráter imunológico e muitos outros ocasionados por aquele trauma inicial.

Quero lembrar que os bovinos são animais de comportamento linfático.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – Eles não são animais agressivos. Na verdade, todo o comportamento manifestado durante as provas mostra claramente uma situação de medo, uma situação de vontade de fugir, de angústia. E basta a gente procurar na literatura científica as definições dessas palavras, que a gente vai entender bastante bem, caso haja dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eles, de forma geral, necessitam de ambientes tranquilos, precisam expressar normalmente suas características comportamentais e fisiológicas, são animais que têm hábito diurno. É importante a gente saber que essas provas, como eu já disse, ocorrem praticamente ininterruptamente por um período de, no mínimo, 18 a 20 horas.

Essas afirmações são de um dos maiores especialistas em bem-estar animal, que é o Prof. Mateus Paranhos, um zootecnista, professor da Unesp, de São Paulo. Ele é uma pessoa tão importante, que ele é um dos técnicos ou talvez o mais importante técnico que participa de todas as tratativas de bem-estar animal que o Brasil discute com países fora daqui. Então, acho que o conhecimento sobre o comportamento natural da espécie precisa ser levado em conta, principalmente quando há a justificativa de um profissional de tamanha relevância.

Devemos entender que os animais não sofrem só dores físicas, eles sofrem mentalmente. Na verdade, quando a gente diz que eles sofrem mentalmente, isso pode se dar psiquicamente, mediante a vivência de sensações de medo, de solidão, de ansiedade, de perseguição, de pânico e outras.

Aqui, terminando o nosso tempo, quero mostrar a imagem de um bovino que ficou... Quando cheguei a esse recinto, fazia dez horas que esse animal estava deitado. Nós pedimos e, depois de algum tempo, nós conseguimos chegar. Aí está o bovino, para quem não o tinha visto. O animal estava nessa circunstância. Vocês podem ver que a primeira imagem foi tirada de dia e que a outra foi tirada à noite. Ele continuou deitado. Foi bem difícil conseguirmos um espaço, tamanha a densidade de animais que havia no local.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – Ele está com a mão esquerda quebrada. Vocês podem ver que ele não apoia a pata. Esse animal, como esse – essa foto foi tirada de dia em outro local –, foi encontrado com a pata quebrada. E olhem o cuidado que as pessoas têm, na verdade, para manejar esse animal. Vocês repararam que há um trator para tirar esse animal daí. Olhem que interessante como ele vai ser carregado. Ele está sendo carregado com uma corda amarrada nos seus membros, e outras pessoas o carregam pelo rabo. De novo, carregam o animal pelo rabo. Aí, coloca-o na caçamba. Ele está sem nenhum tipo de tranquilizante, sem nenhum tipo de anestésico, sem nenhum tipo de medicamento para dor. Só lembro aos senhores que, mesmo que ele vá ser eutanasiado, a legislação brasileira e a normativa do Conselho Federal de Medicina Veterinária regram essa prática, que está sendo feita de forma absolutamente condenável.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – Então, olhem a pata do animal quebrada e a mão do sujeito ali ajudando a segurar a mão do animal. Ele é transportado assim, num caminhão, num veículo.

Essa é a estrutura clínica veterinária que encontramos por aí. Então, ali é um ambiente de atendimento veterinário. Aí está a caixa de material cirúrgico, e, na verdade, os equipamentos veterinários que estão nessa caixa não são os equipamentos mínimos necessários. Há, inclusive, pinças de cirurgia que não são aplicadas porque são só para apreender campo cirúrgico. Esse é o material disponível. Há alguns medicamentos, nenhum anestésico, nenhum tranquilizante, nenhum medicamento para dor.

Eu gostaria... Mas realmente acho que o meu tempo terminou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – Sim, eu agradeço.

Eu gostaria de falar um pouquinho das questões dos cavalos, mas só para não perder...

Esse tipo de instrumento, senhores, já que os senhores querem regrar a prática equestre, precisa ser abolido de qualquer prática. É inadmissível que usemos a professorinha para treinar os animais.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – Muito obrigada. Eu agradeço a possibilidade de falar com vocês. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – No final, nós leremos.

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – No final! Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu quero registrar que todos são bem-vindos, mas esta é uma audiência pública.

Com a palavra o Sr. Henrique Carvalho, por gentileza.

O SR. HENRIQUE CARVALHO – Boa tarde a todos!

Eu gostaria de cumprimentar a Casa, o Senado, na pessoa do nosso Presidente da Comissão, Senador José Pimentel.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos que se disponibilizaram a nos ouvir: os Deputados que são a favor; os Senadores que são favor e os que são contra; as pessoas que já têm suas opiniões.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HENRIQUE CARVALHO – Eu acredito que seja na mesa.

Temos alguns aspectos aqui para debater.

Em relação à situação jurídica, ao aspecto jurídico, ao contrário do que foi falado aqui inicialmente por nossa companheira de Mesa, esta Casa, sim, tem a possibilidade de fazer uma revisão da jurisprudência da Corte Suprema. Isso já foi decidido, Senador José Pimentel, Senadora Gleisi, pelo próprio Supremo Tribunal Federal, quando ele julgou a ADI 5.105, da relatoria do Ministro Fux. Sempre que a jurisprudência nacional tiver, no caso do Supremo, da interpretação...

Profª Vânia! Profª Vânia!

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES (*Fora do microfone.*) – Desculpe-me. É só uma questão de ordem, um problema. Perdão!

O SR. HENRIQUE CARVALHO – Tudo bem! Não há problema.

Em relação à questão constitucional, quanto à possibilidade ou não de uma proposta de emenda constitucional, o próprio Supremo Tribunal Federal, através de julgamento da ADI 5.105, de relatoria do Ministro Luiz Fux, já decidiu que a interpretação da Constituição Federal não é algo privativo do Supremo Tribunal Federal, até porque o Parlamento pode, sim, fazer uma alteração do precedente da jurisprudência quando houver o passar do tempo ou algum aspecto formal e, principalmente, quando há um critério material que justifique a modificação do precedente, no caso, a jurisprudência.

Nesse caso especificamente da vaquejada, quando se estuda e analisa parecer, primeiramente, deve-se pensar e observar que parecer é diferente de laudo. O parecer é uma opinião pessoal, e a opinião que estamos vendo aqui, com todo o respeito, com todo o brilhantismo de uma carreira, demonstra a posição pessoal de quem já é contra por natureza.

Não espere que se vá apontar os olhos numa vaquejada uma visão imparcial, uma visão que sirva como paradigma de um julgamento de todo o esporte equestre. Vimos aqui relatos de uma prática que não acontece mais.

Então, quando se parte para julgar, excluir e afastar um esporte equestre como a vaquejada, prejudicando mais de dois milhões de pessoas, sem que se parta de um trabalho isento, de um laudo de um conselho de médicos veterinários, e não de uma opinião pessoal, eivada de uma característica ideológica própria dos pareceres, isso é muito sério.

Então, em relação à parte jurídica, deve-se deixar muito claro e evidente que é possível, sim, esta Casa fazer a reforma do precedente jurisprudencial, partindo do princípio do equívoco material. Isso ficou muito evidente.

Outra coisa que não podemos deixar de mencionar é que, no caso da interpretação do Texto Consti-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tucional – aí, peço um pouco de paciência dos senhores, porque vou dividir minha apresentação na parte jurídica e, depois, vou comentar alguma parte prática –, sobre a interpretação constitucional, não se pode, no Texto Constitucional, eliminar nenhum princípio, nenhum direito. Quanto às normas constitucionais, não se aplica uma ou outra; ambas têm de ficar. Não se pode interpretar a ponto de extinguir completamente um dos princípios. E aqui o que se extinguiu completamente foi o direito do exercício da cultura.

Então, nesse caso, esse questionamento pode ser feito através do processo legislativo, porque é legítimo. O Supremo já decidiu em algumas oportunidades, como na ADI 5.105. Deputado, depois, posso remeter isso a V. Exª.

Em relação ao bem jurídico relevante, ao bem jurídico que estamos discutindo, é preciso que entenda algumas coisas quem não conhece a vaquejada e sobre ela pretende falar. Primeiro, o boi participa da vaquejada uma única vez na sua vida útil durante um fim de semana.

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES (*Fora do microfone.*) – Isso não é verdade.

O SR. HENRIQUE CARVALHO – É verdade, professora. É verdade. É verdade. O que não é verdade é muita coisa que a senhora mostrou aqui. Muita coisa que a senhora mostrou aqui não é verdade!

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE CARVALHO – Então, o boi só participa uma única vez na vida. Por quê? Porque, quando o boi vai participar uma segunda vez, ele já adquiriu destreza, e, com isso, há dificuldade de derrubá-lo. Todo o competidor sabe disso. Todo nordestino sabe disso. Essa boiada, cuja participação é única, é chamada, no Nordeste, de "Boi Mobral".

Agora, para quem não conhece e pretende fazer uma abordagem séria e isenta, sugiro que faça uma incursão pelo Nordeste e conheça a prática, para depois falar dela.

Então, o boi participa da vaquejada uma única vez. Vou dar um exemplo. Senadores, é muito importante e relevante que V. Exªs o conheçam: em Alagoas, utilizamos, por ano, 12 mil bois na prática da vaquejada, que só a competem uma única vez, e, depois da instituição do protetor de cauda, não há mais fratura de cauda. Isso aconteceu há muitos anos, mas não acontece mais. Utilizamos 12 mil bois. Agora, V. Exªs sabem quantos bois morreram na seca de 2014 em Alagoas? Morreram de fome e de sede 150 mil bois só na seca de 2014 em Alagoas, segundo fonte do IBGE! É fonte do IBGE. E não vi nenhuma associação de proteção se preocupar em fornecer alimentação e em nos ajudar a resolver esse problema. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Peço silêncio na sala. Aqueles que quiserem conversar ali fora e comemorar podem fazê-lo, mas, na sala, vamos manter um pouco de silêncio.

O SR. HENRIQUE CARVALHO – Esse é um ponto muito significativo, porque mostramos realmente qual é o interesse e a intenção dessa defesa desenfreada, dessa tentativa de acabar com parte da cultura do Nordeste.

Então, observa-se que o rebanho do Estado de Alagoas, por exemplo – estou citando este exemplo, porque é assim que acontece no Nordeste –, corresponde a 1,2 milhões bovinos e que menos de 1% é usado na vaquejada. Eles, atualmente, não se machucam, são deitados em um colchão de areia. Há um protetor de cauda. Há três juízes na parte superior e dois na parte inferior, sendo eles da área do bem-estar animal equino e bovino. Essa prática já acontece. É assim!

Ao contrário do que a professora, que tem parecer ideológico, aqui falou, hoje, não são 3.999 que não utilizam protetor, mas, sim, são 3.999 ou 4 mil vaquejadas em que se utiliza o protetor de cauda. Sabe por quê? Porque isso faz parte da essência de quem compete. Ele quer manter a prática da vaquejada. Se ele não a praticar de acordo com as regras do bem-estar animal, se ele não a praticar utilizando o protetor de cauda, há o risco, sim, de a atividade ser extinta. Então, ninguém quer isso! O próprio competidor não vai participar de uma competição que não seja com protetor de cauda. Essa é a regra.

Outro detalhe muito interessante, quando observamos essa demonstração do parecer ideológico, é que ela não observa a avaliação das cinco liberdades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HENRIQUE CARVALHO – Professora, depois a senhora fala. A senhora disse tanta bobagem, que perdeu o tempo de falar isso.

Em relação à avaliação das cinco liberdades...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HENRIQUE CARVALHO – ...nutricional, comportamental, ambiental, sanitária e psíquica...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vamos...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É um desrespeito, Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Olha, se for agir dessa forma, vou encerrar a reunião.

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES (*Fora do microfone.*) – O senhor me respeite!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Aqui, quando um fala, os outros ouvem.

O SR. HENRIQUE CARVALHO – Então, deixe-me falar. Eu preciso falar. Tenho sido interrompido sistematicamente. Essa é uma falta de respeito!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Por isso, peço a todos para ouvirmos. Do contrário, se é para não ouvir, não há por que ficarmos nesta reunião.

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES – Mas eu fui destratada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Na próxima vez em que houver isso, vou encerrar a reunião.

O SR. HENRIQUE CARVALHO – Continuando, falo com relação à avaliação das cinco liberdades, como a nutricional, que representa água e comida à vontade.

O rebanho que é utilizado em uma vaquejada... Recentemente, nós realizamos vaquejadas que foram acompanhadas não só por veterinários, como também por juízes do bem-estar animal. Lá estavam a *Folha de S.Paulo*, a *Veja*, que acompanharam uma vaquejada em que se utilizaram 1,2 mil bois. Sabem quantos bois se machucaram? Nenhum. Há um laudo veterinário. Sabem em quantos bois ocorreu fratura de cauda? Em nenhum. Havia comida e bebida. Tudo foi fotografado. Havia repórter no curral, havia repórter no curral de espera. Todos os profissionais foram entrevistados.

Todas as pessoas que estão *in loco* e verificam a prática da vaquejada, no mínimo, questionam se realmente ocorre o que elas têm visto em determinados laudos que têm seguido e orientado o julgamento seja de órgãos oficiais, como Justiça, Ministério Público, seja de Parlamentares, seja da sociedade civil, de modo geral.

Eu acho que é muito importante, quando vamos defender alguma causa, nós termos o cuidado de ser isentos.

Nós temos aqui, no nosso grupo de trabalho, profissionais competentíssimos que tratam do bem-estar animal. No entanto, se nós trouxéssemos um profissional que trata do bem-estar animal, que exerce diariamente sua vida profissional na prática da vaquejada, de rodeios, nós estaríamos sendo tendenciosos, porque seria um profissional ligado diretamente à prática do esporte. Nós tivemos o cuidado de trazer um professor universitário que não tem ligação alguma com vaquejada, a não ser curiosidade científica. E aqui é ciência sobre ideologia. Minha gente, esses são laudos. Isso não é parecer ideológico, não. São laudos! São laudos produzidos por equipes de trabalho de universidades diferentes e distintas, feitos com isenção, passando por conselhos de ética. O que estou falando tem base em laudos; eu não falo com base em achismo. Como é que alguém olha o boi que estava naquela foto e diz que não havia analgésico? Como? É um olhar biônico? Da arquibancada, olhar o boi e dizer que não há nenhum analgésico? Por uma foto? Por favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Temos de analisar as cinco liberdades que demonstram o conforto do animal, requisitos básicos da Medicina Veterinária – não sou veterinário, mas quem quiser estudar e tiver curiosidade pode aprender –: nutricional, comportamental, ambiental, sanitária e psíquica. Ficou demonstrado nos laudos que não há ofensa a essas liberdades dos animais. É muito fácil alguém partir do princípio de que não gosta, de que acredita nisso, de que acha que é assim.

Ignoram que hoje a prática da vaquejada é feita com a utilização do protetor de cauda, que foi produzido, financiado totalmente com verba privada e patenteado – demorou para ser implantado por conta de uma disputa de patente. Esse protetor de cauda reduziu a zero a fratura de cauda; ele distribui a força do puxão por toda a cauda. Ele distribui a força por toda a cauda. Em relação a esse protetor de cauda, ele é utilizado em todos os eventos, a partir de sua exigência. E essa exigência partiu de uma autorregulamentação, pelo próprio instinto de sobrevivência do competidor de vaquejada, que quer ver o seu esporte continuar.

Poderíamos, sim, discutir aqui qual seria a melhor regulação, mas é difícil partir de uma regulação, é difícil partir de uma discussão quando há, de um lado, pensamentos extremamente radicais. E alguns – alguns, não todos – são preconceituosos e não se dão sequer ao cuidado de averiguar e analisar a real situação da prática hoje.

Então, nesse aspecto, minha gente, a gente tem de ter muito cuidado, porque estamos tratando de vidas, vidas de pessoas. Estamos tratando de bem-estar animal. E nada, nada que se faz única e exclusivamente com paixão pode ter a isenção necessária para servir para julgamento da prática de um esporte.

Nesse contexto – volto para a questão legislativa, em relação ao nosso Parlamentar, o Deputado que também legislou sobre a matéria, com um projeto de lei de sua iniciativa –, como disse o próprio Supremo Tribunal Federal, compete ao legislador, sim, dizer o que são ou não maus-tratos. Não se trata de interpretação da Constituição. Isso compete ao legislador. Por exemplo, é dito que, quando se tira o animal do seu hábitat natural, são maus-tratos. Então, quando você põe um cachorro num apartamento e utiliza coleira de choque nele, quando você leva esse cão para urinar só de 12 em 12 horas no jardim do vizinho, isso não são maus-tratos? Quem vai dizer se isso são maus-tratos ou não? O legislador. Não é interpretação da Constituição. Na Constituição, interpretam-se princípios, e não se pode interpretar um princípio afastando completamente a aplicação de um em favor de outro. Os dois têm de ficar. Um vai prevalecer, mas os dois têm de permanecer. E o que foi feito nessa interpretação foi excluir completamente a cultura em relação à interpretação da norma.

Então, sob a perspectiva ambiental, não há lesão comprovada. E por que não há? Pessoal, aqui, de forma muito didática, quero lembrar que quem é nordestino sabe que um dos pratos famosos na Região Nordeste é a rabada. Quem conhece a rabada sabe que, muitas vezes, você é convidado para ir à casa de parentes, de familiares, para comer esse prato. Nós sabemos que, na cauda do boi, existe carne. Se houver alguma lesão em carne, em músculo, isso é apontado por meio da proteína CK, pelo índice de proteína CK. Nos bois que participaram de vaquejadas e que se submeteram a laudos, foi feito o exame de proteína CK, e não houve alteração. Se não houve alteração na proteína CK, evidentemente não houve lesão muscular da cauda. Isso é laudo. Isso não é parecer ideológico, não, em que se diz "eu acho que...". É laudo. É diferente. Parecer você pode contratar: "Quero um parecer para tratar desse assunto e depois quero analisar a conclusão para colocar em evidência." Parecer é uma coisa, laudo é outra completamente diferente. Nós sabemos isso, e quem é da ciência sabe disso. Então, quando você faz uma análise da proteína CK e demonstra que não houve alteração, você comprova que não há essa lesão.

Aquele curral que foi mostrado na foto não é simplesmente o curral da vaquejada; é o curral por que o boi passa quatro vezes só para tomar vacina, modificador e vermífugo, todo ano. É o lugar onde ele é tratado normalmente na lida, na fazenda. Não se está tratando de um ambiente estranho, desconhecido, aonde ele nunca foi.

Extrator de chifre – pelo amor de Deus! – não é mais utilizado. Extrator de chifre existe? Existe, mas não é utilizado na vaquejada, porque o competidor que participa da vaquejada não corre boi com chifre. E, quando é extraído, cortado o chifre do boi, ele fica mais pontiagudo que o chifre natural, pois fica aquela ponta sem ser abaulada. Desde que se iniciou essa discussão, um pouco antes, isso já era proibido, porque poderia causar lesão ao animal, ao cavalo, ao cavalo atleta, poderia causar lesão ao competidor. Então, não há mais extrator de chifre, minha gente.

E aí mostram três ou quatro bois com a cauda fraturada. Eu vou dizer que isso não existia? Isso existiu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mas não existe mais. Isso é um equívoco material que permeou o julgamento com base em um laudo antigo, ultrapassado, ideológico e direcionado. Como é que se pode julgar dessa forma?

Então, nessa perspectiva, hoje, com protetor de cauda, não existe mais essa lesão, não existe a fratura da cauda. Esse passivo ambiental nós superamos através da criação da patente e da utilização em 100% das vaquejadas do protetor de cauda. Então, nós temos de ser isentos. Hoje, nós temos o protetor de cauda, porque nós reconhecemos o erro, a necessidade de criar o protetor de cauda.

Hoje, não se utiliza mais boi com chifre, porque nós identificamos que há risco de lesão ao cavalo e ao competidor. Muitas vezes – digo isto para quem não sabe –, o boi, quando vai competir, não quer correr.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE CARVALHO – Quando o boi não quer correr, o que se faz? Todo competidor sabe disto – e qualquer pessoa isenta e interessada que queira falar sobre o assunto pode ir lá ver –: o competidor tem direito a outro boi. Chama-se o retorno a outro boi. O boi não pode mais ser tocado.

Chegaram a cometer o absurdo, o despautério de dizer que se utiliza choque em curral de vaquejada. Qualquer pessoa com o mínimo de discernimento sabe que o choque paralisa o músculo, ele diminui a velocidade. O que a polícia que não utiliza arma utiliza para imobilizar as pessoas? Bingo! O choque, minha gente! Que danado quer que o boi corra devagar? Se o boi for devagar, imobilizado com paralisação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE CARVALHO – ...muscular, é difícil de derrubar. Nenhum competidor quer que o boi vá devagar. É interessante que o boi corra. E ele corre naturalmente. Utilizar choque é um contrassenso, um despautério, uma mentira, que talvez estimule a imaginação de quem é contra.

Pimenta! Disseram que se utiliza pimenta no ânus do boi para ele correr. Minha gente, uma vaquejada utiliza 1,2 mil bois. Haja pimenta! São de 1,2 mil a 1,5 mil bois.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE CARVALHO – Não existe utilização de pimenta. Tratamos de uma situação natural. O bovino corre naturalmente. Abriu a porteira, ele corre. Depois que o boi é derrubado, ele levanta e sai andando. Ele não sai desesperado, nervoso, intranquilo; ele sai caminhando. Às vezes, mostram aquela imagem: "Ó boi não quis levantar!" Não é porque o boi ficou machucado, é porque o colchão de areia onde ele é deitado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE CARVALHO – Hoje, faz-se uma cama de onde ele tem dificuldade de se levantar. Aquele é um auxílio para ele se levantar. Levantando, ele sai andando tranquilamente, vai para o curral de espera, onde há comida e água.

Há outra coisa: o boi não fica rodando, competindo. É feita uma divisão em alguns lotes. Uma vaquejada de 1,2 mil bois é dividida em lotes de 50. Enquanto o primeiro lote de 50 compete, os outros 23 lotes descansam. Enquanto o primeiro lote compete, num período de tempo que geralmente dura 40 minutos, os outros 23 – aí é só multiplicar 40 vezes 23 – estão descansando, comendo e bebendo. E o animal só come, bebe e rumina, deita, levanta e faz o seu movimento natural quando ele está tranquilo. Um boi, quando não está tranquilo, não come, não bebe, não rumina e não deita.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE CARVALHO – Isso quem está falando sou eu, Henrique Carvalho, advogado, competidor. Não é preciso ser veterinário; basta ler e estudar.

Agora, quando se tem um objetivo ideológico de demonstrar o que se pensa e o que se quer, então você pode fazer o que quiser, porque o computador aceita tudo, o papel aceita tudo. Agora, daí a aprovar...

Laudo, proteína CK, cortisol, essas são tecnologias acessíveis a toda e qualquer pessoa, basta querer fazer. Do mesmo jeito que se faz um parecer, do mesmo jeito que se reúne, do mesmo jeito que se faz um pro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

testo... E o protesto, ao contrário do que se falou aqui, foi um protesto com pouca adesão. Na própria imagem que foi colocada aqui, segundo a Polícia Militar, 70 pessoas compareceram. Em Alagoas, foram menos de 50, como também em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Em São Paulo, uma capital...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE CARVALHO – ...com alguns milhões de habitantes, nós vimos a quantidade de pessoas que havia.

Em relação a isso, falam: "Mas, nas enquetes, sempre, o número de quem é contra a vaquejada supera." É óbvio, é óbvio! Nós estamos tratando de uma situação do meio rural, discriminada por algumas pessoas do meio urbano – não são todas. E quem é do meio rural, que está no campo, não está no computador, na internet. Quem está no campo não tem 24 horas para o almoço.

Então, é difícil, é difícil quando há argumentos nesse sentido. Eu falo sempre: quando estou discutindo isso em Alagoas, eu me preocupo com os 150 mil bois, só da bacia leiteira, que morrem de fome e de sede. Alguém aqui que já viu um boi morrer de fome sabe do que estou falando. E, muitas vezes, você não tem o que fazer. Você tenta dar comida a ele, você não consegue. Ele fica berrando até morrer, até desfalecer na sua frente, e você não consegue resolver. Todo sertanejo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE CARVALHO – ...todo nordestino sabe do que eu estou falando. E isso é sério!

Sabem por que, para isso, não há tanta adesão para ajuda? Porque, talvez, não dê tanta mídia. E isso é muito sério. Isso é muito sério. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Concluímos a exposição da Mesa.

Estão aqui três Deputados e a nossa Senadora. Eu indago à Senadora Gleisi Hoffmann: a senhora quer falar agora, ou nós ouvimos os nossos Deputados?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria de falar, Senador Pimentel, mas o Deputado Ricardo Tripoli precisa sair e pediu para usar a palavra. Eu não tenho problema nenhum com isso. A minha única preocupação é a hora em que começar a Ordem do Dia, porque aí eu terei de me retirar. Então, se nós pudéssemos alternar entre Deputado e Senador, eu acho que ficaria de bom tom.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, todo mundo aqui vai falar, mas...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Deputado Ricardo Tripoli.

Agora vamos fixar em dez minutos, está bem?

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB - SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, inicialmente, agradecer a gentileza da nobre Senadora Gleisi Hoffmann, pela possibilidade de eu poder falar. Solicitei a palavra porque eu tenho ainda de participar da Comissão de Constituição e Justiça. Como o senhor disse no começo da audiência, aqui fazemos várias atividades ao mesmo tempo.

Então, eu queria agradecer muito a V. Exª e aos demais membros da Mesa por esta reflexão a respeito dessa questão, que é tão grave a todos nós.

Agradeço à Senadora Gleisi Hoffmann, aqui presente e subscritora desse documento.

Quero cumprimentar o Deputado Capitão Augusto, o Deputado João Fernando Coutinho.

Embora pensemos de forma divergente, temos um entendimento. Eu digo que, na classe política, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nos podemos distanciar. Não se trata aqui de uma discussão e de uma disputa político-partidária. Não se trata aqui de uma disputa da Federação, de Estados. Trata-se de uma causa favorável à questão do bem-estar animal. Eu acho que, se não colocarmos assim, fica difícil um debate, uma reflexão que tenha obviamente certa profundidade. O que estamos buscando aqui – obviamente, não vou acrescentar mais do que já foi dito – é esclarecer algumas questões.

O Senado representa os Estados, e nós Deputados representamos a população que compõe esses Estados. Portanto, tenho certeza de que existe eco naquilo que estamos aqui colocando. Permitam-me aqui divergir de alguns que já se manifestaram nesta audiência pública.

A primeira questão que seria importante entendermos é a seguinte: por que estamos aqui hoje? É por uma questão muito simples, por uma questão, eu diria, jurídica. Todos sabem que a questão da vaquejada não se iniciou no Congresso Nacional, iniciou-se na Assembleia Legislativa no Estado do Ceará. Um Deputado Estadual tomou a iniciativa de fazer um projeto de lei que, segundo ele, seria constitucional, e sabemos que não é da iniciativa, da competência dos Estados legislar sobre essa matéria. Muito bem. O Governador do Estado do Ceará, obviamente, acabou acolhendo a medida, sancionando essa medida, e o procurador de Justiça ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, o que redundou numa votação em que houve o reconhecimento do Supremo de que a vaquejada, sim, traz maus-tratos aos animais.

Então, só colocamos isso para que não haja essa disputa, vamos dizer assim, acirrada, para que não percamos aqui o controle. Muito pelo contrário, temos de fazer uma reflexão que seja mais profunda. Acho que os eslaides que foram aqui apresentados falam por si sós, na minha opinião. Então, a primeira questão é essa.

A segunda questão é que, há cerca de três ou quatro fins de semana, tive o privilégio, percorrendo minha pequena biblioteca em casa, de encontrar o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, feito por Câmara Cascudo, um grande nordestino, por quem tenho grande apreço, tanto que tenho o seu dicionário. Eu sempre me socorro dele, porque aqui, no Congresso Nacional, temos várias peculiaridades, do Centro, do Sudeste, do Sul, do Norte, do Nordeste, e é importante saber exatamente quais são essas diferenças.

Eu me recordo, Presidente, de que, uma vez, há uns 15 anos, fui ao Estado do Rio de Janeiro e lá tive um problema: quebrou o escapamento do meu carro. Fui a uma oficina mecânica e perguntei ao mecânico se ele poderia consertar o escapamento. O mecânico me disse: "Mas do que vocês estão falando?" Eu falei: "Escapamento do carro." Ele disse: "Mas o que é escapamento do carro?" Eu pensei: "Esse sujeito está brincando comigo." Aí eu o trouxe até a porta da oficina e disse: "Está aqui." Ele disse: "Não, isto aqui é cano de descarga." No Rio de Janeiro, aquilo se chama cano de descarga, e não escapamento. Então, temos essas dicotomias no Brasil inteiro.

Quando olhei no dicionário de Câmara Cascudo, eu perguntei: "O que é vaquejada? Vou me aprofundar um pouco nisso." E lá ele coloca muito claramente que, no período da invernada, no Norte e no Nordeste, os proprietários de animais juntavam vários animais para que os cuidadores cuidassem deles com um custo mais barato, provavelmente, porque eram vários. Eles faziam a apartação do gado, iam verificar a questão da saúde do gado, do casco do gado. E, quando um ou outro escapava, o cavaleiro tinha de correr e trazer esse animal, laçando-o, provavelmente – não pela cauda, porque de marcha a ré não se traz o animal, tem de ser laçando –, de volta para o rebanho. Isso era a vaquejada. Com o tempo, houve-se por bem modificar. E aí eu insisto na questão da educação, da cultura, do esporte, que não é muito claramente... Há dois animais, dois cavalos, um boi no meio, e ele é puxado. Ele diz, inclusive, no dicionário, que ele é puxado pelo rabo, que é a continuação da sua coluna vertebral, e é jogado ao chão.

Então, está claro, eu acho que não há discrepância. Não estamos inventando. Câmara Cascudo não fez esse dicionário agora, neste momento, para atender a essa demanda. É um dicionário muito antigo e muito respeitado. Que não me contraditem no que diz respeito à figura de Câmara Cascudo, um dos grandes brasileiros que conhecem profundamente a nossa língua brasileira, descendente de português.

O último aspecto, Sr. Presidente – serei muito breve na minha interferência aqui –, é a questão da lei. Acho que, quando nós temos um conflito de leis... Várias leis estão tramitando na Casa e são leis infraconstitucionais, que estão abaixo da Constituição. Nós temos uma coisa chamada lei pétrea, que é a nossa Constituição, modificada em 1988. O art. 225 é inatingível, não há como nós podermos aqui fazer uma modificação. O que nós podemos fazer é, em caso de divergência, levar ao Supremo Tribunal Federal, para que ele dirima as dúvidas que provavelmente alguém tenha; pode ser até o Legislativo, pode ser até o próprio Judiciário, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pode ser a sociedade civil organizada. Você recorre ao Judiciário e diz: "Espere um pouquinho, tenho uma dúvida. Um aqui diz que há maus-tratos, outro diz que não há maus-tratos." Vamos ao Supremo Tribunal Federal, que é a Corte maior do nosso País. Nós somos fabricantes de leis, Deputados Federais e Senadores, mas quem faz a interpretação das leis é o Judiciário. Nós advogados trabalhamos com isso, é a nossa matéria-prima, e o Supremo julga. E o Supremo julgou. Vou dizer mais, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Deputados: julgou sem interferência nenhuma. A bem da verdade, que se diga que não houve sustentação oral no julgamento nem a favor, nem contra. Portanto, os Ministros do Supremo estavam muito à vontade para decidir. E decidiram favoravelmente no sentido de que a questão trazia, sim, maus-tratos aos animais.

Isso criou uma celeuma. Até na última audiência que tivemos na Câmara, eu levantei essa tese. Eu disse: a questão da briga de galo foi assim, por conta de divergência de competência legislativa. A questão da farra do boi foi a mesma coisa. É só perguntar ao Deputado Espiridião Amin, que foi Governador de Estado, que deixou claro isso. A questão da farra do boi foi uma iniciativa que começou num Município, não no Estado, e que acabou redundando também numa decisão do Supremo. E a vaquejada é a mesma coisa.

Eu disse: olha, há um momento em que temos de fazer uma reflexão, para saber o que a sociedade pensa, para saber o que a sociedade quer. Nós podemos até contraditar as nossas vontades, mas o que a maioria da sociedade quer é aquilo que nós devemos fazer.

Eu estou com a consciência tranquila.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB - SP) – Cada um de nós veio aqui pelo voto. Eu, obviamente, vim aqui sempre preocupado com a questão da proteção animal. Foi ela que me trouxe a esta Casa. Então, não há como eu não fazer a defesa dos animais no Congresso Nacional.

Dr. Henrique, vou ser sincero. Conheço a competência de V. Exª, Dr. Henrique Carvalho, o seu trabalho, a sua dedicação. Porém, permita-me contraditar sua fala. Eu estive no seu Estado e não vi 70 pessoas. Eu fui à Ordem dos Advogados lá, e havia mais de 200 pessoas reunidas contra essa atividade. Eu não digo isso... Muito pelo contrário, encontrei lá um médico que é proprietário de vários hotéis e que, inclusive, mantém um hospital de cães e gatos como se fosse público, na cidade, pagando do próprio bolso, atendendo mais de 50 animais por dia no seu Estado.

E mais, só para concluir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB - SP) – Depois, eu lhe dou um aparte, com o maior prazer.

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil na seção de Alagoas, Drª Rosana Jambo de Oliveira, é favorável...

O SR. HENRIQUE CARVALHO – É Presidente da Comissão.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB - SP) – Ela é Presidente da Comissão, e V. Exª é Vice-Presidente. Ela me disse, inclusive, nesta reunião, que ela é favorável a que se acabe com esse tipo de atividade. Então, há uma contradição entre V. Exª e a postura da Presidente do órgão que V. Exª representa. Provavelmente, isso existe em outros Estados.

Eu acho que o importante é não fazermos desta discussão algo que coloque Estados contra Estados. Não há essa dimensão, muito pelo contrário. Tenho um grande apreço pelo Nordeste. A minha sogra é pernambucana. Conheço muito bem o Nordeste e tenho um grande apreço pelo Norte e pelo Nordeste.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB - SP) – Mas acho que, nesta causa, nós temos divergências que são profundas e que temos de reavaliar. O mundo evoluiu, as questões mudaram, e seria importante que nós pudéssemos nos adequar a esse novo período, a essa nova era.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB - PE) – Quero só fazer um aparte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Senador Pimentel, até porque aqui nós temos os nossos convidados Deputados, eu passo a palavra ao Senador João Fernando. É que depois a Mesa toda fala.

O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Ainda não!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Deputado!

Por favor, V. Exª fala, Deputado. Depois, eu vou falar, e a Mesa faz as contrarrazões.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Então, com a palavra o Deputado João Fernando, do nosso Pernambuco.

O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB - PE) – Meu caro Presidente, Senador José Pimentel, quero, de início, parabenizá-lo pela condução dos trabalhos na Comissão de Constituição e Justiça.

Quero também agradecer a gentileza da nobre Senadora Gleisi Hoffmann por nos ceder a palavra antes mesmo de sua exposição, já que aqui é o Senado da República, e a prioridade seria de nossos Senadores.

Quero saudar o Deputado Tripoli, que tem um pensamento divergente do nosso.

Quero saudar todos aqui da Mesa, os convidados favoráveis, os convidados contrários.

É lamentável que, em alguns momentos, nós tenhamos alguns comportamentos que, a meu ver, são um tanto quanto desrespeitosos por parte de algumas das convidadas que são contrárias à causa da vaquejada, pois isso já vem se repetindo no Congresso Nacional, com risos, exatamente desta maneira, com a tentativa de desqualificar o debate, deixando de respeitar as opiniões divergentes. Já que aqui é uma Casa de representação popular, aqui nós estamos falando também representando a sociedade e temos toda a tranquilidade de receber e ouvir posicionamentos que sejam divergentes nos assuntos aqui trazidos, independentemente desse tema da vaquejada. Portanto, quero, de início, fazer este registro e lamentar o comportamento irônico, desrespeitoso, muitas vezes, e pedir respeito.

Mas, falando de vaquejada, meu caro Senador José Pimentel – V. Exª tem uma tradição no Nordeste brasileiro, no Piauí, no Ceará, onde representa nosso povo –, eu acho que a vaquejada está intrinsecamente ligada à nossa tradição, à cultura popular do povo nordestino. Muito bem falou o nosso Deputado Tripoli, depois da leitura de Câmara Cascudo denominando a vaquejada, o início dela, a forma valente com que os vaqueiros sertanejos buscavam as reses nos matos. E, muitas vezes, não podiam laçar as reses. Quem conhece a Caatinga sabe a quantidade de arbustos, Senadora Vanessa, sabe a quantidade de árvores, de espinhos. Por isso, há a necessidade de utilização de gibões de couro para proteger a pele do vaqueiro. Essa é a origem da vaquejada. O vaqueiro pegava o boi pela cauda e o derrubava. Depois, Senadora, ele saltava do cavalo e, aí sim, amarrava a rês e a cinchava ao cavalo, trazendo-a de volta ao curral, para fazer um tratamento de bicheira, tentando vermifugá-la e tratar da sua sanidade animal. A partir daí, como tempo e o mundo evoluem, ficaram famosos aqueles vaqueiros mais valentes, e daí surgiram nas vilas das pequenas cidades as pistas de vaquejada, as corridas de mourão, como inicialmente foram chamadas, para medir exatamente a maior destreza desses vaqueiros, homens rústicos, que acordam cedo, na madrugada, para tirar leite, para cuidar do seu rebanho, e que têm na sua vida o amor ao campo, o amor ao cavalo, o amor aos bois, o amor aos cachorros. Muitos vaqueiros têm cachorros de estimação que carregam mato a dentro, cachorros caçadores. E essa é a característica do surgimento da vaquejada.

A partir dessas corridas de mourão, de fato, a vaquejada tornou-se, ao longo dos anos, depois de mais de cem anos de existência... Foi publicado no jornal *O Estado de S.Paulo* um artigo do nosso eminente ex-Ministro, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, ex-Deputado por seis mandatos pelo Estado de São Paulo, mas um Nordestino por natureza, o ex-Ministro Aldo Rebelo, reportando-se ainda aos *Sertões*, de Euclides da Cunha, quando já ali se reportava à imagem do vaqueiro.

Portanto, a vaquejada, a utilização do vaqueiro no processo evolutivo civilizatório nacional, a luta dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bandeirantes e tantas outras estão ligadas totalmente à nossa história, às nossas raízes, às nossas tradições. E, hoje, há vaqueiros que são filhos de vaqueiros, netos de vaqueiros, bisnetos de vaqueiros. Isso tudo faz com que a continuidade dessa tradição seja mantida.

É bem verdade que isso se transformou em esporte. Esse esporte, sim, gera um grande crescimento no Nordeste. Posso dizer isso porque toda a minha infância foi entre a grande cidade, o setor urbano, e o campo, nos fins de semana, nos períodos de férias, quando eu tinha oportunidade de conviver de perto com a paixão e com o entusiasmo não só dos vaqueiros propriamente ditos, mas daqueles apaixonados pela vida rural, pela vida no campo. Alguns até não tinham a coragem de montar um cavalo e se desafiar a tentar pegar um boi pela cauda e derrubá-lo numa faixa de nove metros. Essas pessoas, no Nordeste, têm um verdadeiro sentimento de pertencimento à tradição do nosso povo, essas pessoas vão assistir às vaquejadas nos fins de semana.

É bom trazermos ao debate também a questão socioeconômica e toda a cadeia produtiva que é gerada a partir da indústria da vaquejada.

Aqui foi dito, talvez por alguns que não conhecem, como a senhora visitante Luisa Mell, que um boi de vaquejada pode custar até R$200 mil. Essa é uma informação completamente absurda, inverídica, demonstrando a falta de conhecimento, de preparo e de consistência nos argumentos apresentados. Os cavalos, sim. Até há cavalos nesse valor.

Mas é importante que a gente aprofunde o conhecimento, para não fazer prejulgamentos, para não fazer aqui a tentativa de apresentar, como fez a Drª Vânia – neste momento, ela também não nos dá a atenção que tivemos na sua palestra –, fotografias de vaquejadas que não mais existem.

É bem verdade – vamos acabar com a hipocrisia – que já houve no passado, sim, medidas que permitiam o vaqueiro pôr a mão no rosto e nos olhos do boi, chicoteando-o, tanto o boi como o cavalo, com cortadeiras que feriam o nariz do boi. Usavam esporas que também feriam a barriga do boi. As lesões de cauda existiam. Esse é um fato verdadeiro, que não dá para a gente esconder. Mas a vaquejada em si procurou evoluir. Como bem disse o nobre Deputado Ricardo Tripoli, o mundo evolui. E a vaquejada está evoluindo. O que se está buscando aqui é exatamente coibir, punir e extinguir qualquer tipo de evento de vaquejada que não esteja devidamente com o regramento da ABQM e da ABVAQ, que têm todos os cuidados em relação à proteção animal.

Um acidente pode acontecer? Pode. Agora, é exceção, Senadora Gleisi Hoffmann, não é a regra. Os animais de vaquejada não são criados para serem maltratados. Ao contrário, os bois de vaquejada, como bem disse o Dr. Henrique Carvalho – quem conhece a vaquejada sabe disso, e aqui se busca exatamente regulamentar essa prática para evitar os excessos –, correm durante uma vaquejada num fim de semana de sua vida de três anos, porque, se ele for para outra, uma semana depois, ele vai aprender a se defender, e não vai haver vaqueiro bom no mundo que consiga derrubá-lo novamente.

Essa é a regra. É possível que algum boi corra demais em uma vaquejada? É possível, é possível. Não dá para a gente garantir com tanta veemência, Dr. Henrique. Mas o que se está buscando é exatamente evitar que isso ocorra. E por que não?

Cabe aqui, sim, a esta Casa Legislativa, ao Senado da República, à Câmara dos Deputados, fazer a legislação pertinente. Eu sou autor da PEC 270, que está tramitando na Câmara e que vai ter o seu parecer votado pela admissibilidade amanhã; ele já foi lido na última quarta-feira. Acredito que não seria necessário, Senadora Gleisi, mexer na Constituição por uma causa como essa. Eu reconheço isso, eu acho que isso seria desnecessário. A minha compreensão é a mesma de cinco eminentes Ministros do Supremo Tribunal Federal. Eles próprios não tiveram uma posição uníssona. A decisão foi por maioria mínima, com um voto de Minerva da ilustre Presidente Cármen Lúcia. Os acórdãos dessa decisão não foram sequer publicados.

Então, não dá para precariamente – não sou advogado –, em alguns Estados, algumas figuras do Ministério Público, promotores de Justiça e procuradores, tentarem interpretar uma lei, uma legislação que foi baseada numa decisão do Estado do Ceará que tem repercussão nacional. Ora, aqui somos representantes legítimos do povo brasileiro, como Deputados, e os Srs. Senadores são representantes dos Estados e da Federação. Aqui não se trata de uma disputa entre Norte e Nordeste com o Sul e Sudeste do País, até porque muitos Deputados gaúchos e muitos Deputados do Paraná já demonstraram total apoio a essa matéria.

Eu queria, para concluir, contestar a fala da Drª Vânia de Fátima Plaza Nunes quando ela apresentou o brete da vaquejada. Eu quero fazer uma pergunta à doutora, quero saber se ela já foi a algum curral de vaci-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nação de bovinos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB - PE) – Então, a senhora já deve ter visto cenas exatamente idênticas àquelas, a não ser que... Eu não sei de que maneira viu, porque quem conhece sabe que, na hora da vacinação, o boi passa pelo brete, o boi muitas vezes bota a cabeça por baixo e se engancha. Na vaquejada, quando o boi deita, por exemplo, ele é imediatamente, pelo que tenho conhecimento, separado da boiada, para, inclusive, não atrasar o andamento daquele evento. Se ele deitou uma vez, é bem provável, é possível que, numa próxima rodada, ele mais uma vez deite e dificulte o manejo do curral. Os bois de vaquejada são animais saudáveis, com um peso mínimo colocado para serem puxados ali pela cauda, pelo protetor de cauda, que foi desenvolvido de maneira tão brilhante. Não sei nem quem foi que teve essa ideia, mas realmente veio para fazer a evolução da vaquejada.

Então, eu acho que é preciso bom senso. Quase um milhão de pessoas dependem da vaquejada. A cidade de Cachoeirinha, por exemplo, tem 16 mil habitantes, e todo o comércio da vaquejada vive da cadeia da produção de selas, de arreios, de couro, de botas, de todos os artigos de couro e aço. Trata-se de artesãos que já demonstraram sua preocupação a respeito. E a atividade econômica no Município vem diminuindo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB - PE) – Portanto, acho que este é o momento de termos aqui bom senso, de termos aqui a compreensão, sim, de defendermos o bem-estar dos animais.

Quero parabenizar o Dr. Hélio pela sua exposição e pelas suas pesquisas apresentadas aqui, quando fala das enzimas CK e de todos os fatores fisiológicos nesse processo por que o boi passa, demonstrando que ele não sofre tanto como é colocado.

Quero pedir que tenhamos bom senso para regulamentar isso, para coibir, proibir e acabar de uma vez por todas com qualquer tipo de evento de vaquejada que não obedeça a essa legislação e que permita, de fato, essas imagens chocantes, que hoje não representam mais a vaquejada, Dr. Vânia.

Portanto, vamos aqui buscar o bom senso, para garantir, preservar a tradição do nosso povo, para manter a prática esportiva e para preservar o bem-estar dos animais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Silêncio!

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

Depois, falará o Capitão. Eu o chamo de Capitão, mas é o Deputado Augusto.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar toda a Mesa que está aqui, a Drª Vânia, a Luisa, o Dr. Hélio, o Dr. Henrique.

Acho que é muito importante termos a oportunidade de fazer este debate. Quero lamentar novamente o dia em que nós o estamos fazendo, que é um dia muito tumultuado no Congresso. Infelizmente, não contamos com a presença dos Senadores que vão debater e decidir amanhã pela pauta.

Hoje também o País vive uma situação de comoção por conta do acidente com o time da Chapecoense. Eu, na abertura da Comissão de Assuntos Econômicos, já manifestei minha solidariedade, meus pêsames aos familiares, aos amigos. Isso nos entristece muito. Santa Catarina é um Estado pertinho do meu, do Paraná. A gente conhece muito a realidade e o pessoal de lá. Então, ficamos muito tristes com isso.

Mas tínhamos esta audiência marcada. Acho que é importante este debate para quem nos está acompanhando e para quem está aqui. O que é importante sabermos? O que a CCJ vai votar amanhã? A CCJ vai votar uma emenda constitucional, dizendo que alguma coisa que mexe com os animais, mas que é elevada à prática cultural não é cruel. É isso que vamos votar amanhã.

Vejam: o art. 225 da Constituição fala sobre o meio ambiente e sobre o direito que todos têm ao meio ambiente. O inciso VII, que é o que muda, diz o seguinte: "VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade." A emenda que temos aqui diz o seguinte: "Para fins do disposto na parte final do inciso VII, não são cruéis as práticas desportivas que utilizam animais, desde que elas sejam manifestações culturais, conforme registradas e conforme definidas em lei." Eu poderia dizer que essa é uma PEC da anestesia, porque, na realidade, estamos colocando na Constituição aquilo que julgamos que seja uma manifestação cultural, que o Congresso aprovou como manifestação cultural, e estamos nos dando o direito de dizer que isso não é cruel. E aí fazemos o debate que está sendo feito aqui.

Quero dizer, inclusive, Dr. Vânia, que não achei que a senhora fez uma exposição ideológica ou falou bobagem. A senhora é uma veterinária, conhece o que está falando, fez sua exposição, assim como Prof. Hélio também, cada um partindo do seu princípio e da sua visão. Ambos fizeram suas colocações com base em questões técnicas. Então,eu quero respeitar muito isso. Nós não estamos num debate ideológico; nós estamos num debate que parte de pressupostos científicos. Eu posso ter uma posição favorável ou contrária, de acordo com a posição em que me encontro.

Então, chamo a atenção para isto: por que nós vamos colocar na Constituição Federal que uma prática que utiliza animais e que é elevada à categoria de patrimônio cultural não é cruel? Eu acho que nós estamos sendo cruéis com a nossa Constituição. Nós não podemos fazer isso. Não há por que levar isso para a Constituição.

Nós aprovamos uma lei aqui que não foi discutida no plenário. Eu obtive a palavra, Deputado, depois que o projeto foi votado, embora eu estivesse no plenário e tivesse pedido para discutir. O PLC 24 foi aprovado aqui e elevou não só a vaquejada, mas também o rodeio a patrimônio cultural e intelectual da humanidade. Até agora, nem vaquejada nem rodeio eram Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Eu entendo que isso pode fazer parte da nossa cultura. Eu sou do Sul, onde há a cultura do rodeio. Meu avô foi patrão de CTG, e eu sei como são os rodeios. Fui a vários rodeios e sei como os animais são tratados, sei como são manejados. Eu também não sou favorável a isso.

Quando foi votado esse PLC, eu falei: "Nós não estamos votando só a vaquejada; aqui estão a vaquejada e o rodeio." Tudo bem que eles possam fazer parte da nossa cultura, mas elevá-los a Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade é demais. Há outras práticas culturais do Sul e do Nordeste que eu tenho certeza de que são muito mais valiosas do ponto de vista histórico e cultural e não são elevadas a Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Aliás, eu pedi à assessoria que fizesse um levantamento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O frevo é, mas são pouquíssimas as manifestações culturais que são elevadas a Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Eu acho que não há uma dezena.

Vejam o que nós estamos fazendo! Para quê? Para nos colocarmos contrários a uma decisão do Supremo. Ora, o Supremo decidiu com base na Constituição. Depois da decisão do Supremo, nós mudamos a Constituição.

Então, estou chamando a atenção, primeiro, para a questão legislativa. Nós estamos cometendo um absurdo legislativo aqui, para tentar consertar algo que o Supremo decidiu – e decidiu com base na Constituição vigente. Nós não podemos fazer isso. Toda vez que nós acharmos que o Supremo decidiu de forma errada, nós vamos fazer uma PEC e mudar a Constituição?

Há um monte de emendas à nossa Constituição. A que nós vamos discutir à tarde é uma barbaridade também, porque vai retirar da Constituição o direito do cidadão à educação e à saúde, pelo qual tanto nós lutamos para incluir na Constituição. Então, nós vamos mudando as coisas conforme a conjuntura.

Por isso, faço um apelo aqui. Nós não estamos, Dr. Hélio, discutindo uma lei que fale sobre sanidade. Essa PEC não tem nada a ver com sanidade, não tem nada a ver com deixar para o mundo a vaquejada ou o manejo que nós fazemos do gado, como se estivesse tudo o.k.. Não é nada disso. Nós elevamos essa prática, junto com o rodeio, a Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade e agora estamos dizendo na Constituição que isso não configura crueldade. Eu pergunto: que legitimidade nós temos, como legisladores, para dizer que isso não é crueldade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Não há opinião unânime do setor científico, dos veterinários, que poderiam dar uma base a respeito do que é ou não é crueldade. Há dois veterinários aqui à mesa, dois veterinários que fizeram exposições brilhantes, com posições divergentes em cima da mesma ciência. Então, como nós, Parlamentes, vamos fazer isso? Eu me sinto extremamente incapacitada. Por isso é que falei muito que nós não podíamos votar isso aqui, porque estamos falando de alterar a Constituição.

A par disso, eu queria fazer algumas considerações. Primeiro, quero dizer que tenho muito respeito pela cultura do Nordeste como tenho respeito pela cultura do Sul. Vou dizer de novo: fico muito à vontade porque o rodeio está sendo tratado aqui. Venho de uma família que cultiva a terra. Minha família é da área rural. Meus avós paterno e materno trabalhavam na roça, tinham pequenas propriedades. Como eu disse, meu avô era patrão de CTG. Então, já fui a muitos bailes de CTG. Fui a rodeios desde pequena, conheço como é isso. Nunca fiquei à vontade lá. Sempre achei que nós não devíamos fazer isso aqui. Enfim, essa é uma questão pessoal. Eu sempre tentei exercer muito a empatia, a capacidade de me colocar no lugar do outro, do outro com vida, para saber o que ele sente e como vê o mundo. Então, sempre aquilo me incomodou muito. Eu me sinto muito à vontade para falar, porque conheço como é.

Eu não sou contra os vaqueiros, por favor! Eu recebi um monte de manifestações no meu Face no sentido de que eu era contra vaqueiros. Não sou! Aliás, a profissão de vaqueiro é regulamentada. Nós votamos isso no Congresso Nacional. O que faz o vaqueiro? O vaqueiro faz o manejo do gado, do gado para consumo, do gado para o leite; enfim, faz o manejo. Então, se o vaqueiro tem de laçar, ele laça. Se o vaqueiro tem de pôr o boi no brete, ele põe o boi no brete. Se ele tem de tratar o boi na invernada, ele trata o boi na invernada. Essa é a vida dele. Mas por quê? Porque nós criamos o gado para comer ou para a produção de leite, do queijo, dos derivados do leite. Então, a profissão de vaqueiro é fundamental, tanto que este Congresso regulamentou essa profissão. Não estou falando do manejo do gado no campo, não estou falando do manejo do gado na invernada. O que estou falando é que...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...uma profissão como essa ou um manejo do animal ou do gado não tem por que ser transformado num esporte.

Vejam que, no dia em que fiz a primeira discussão no plenário sobre essa matéria, disseram assim: "Ah, então, vamos ter de parar de comer carne! Isso também é um absurdo." Vamos separar as coisas. Faz parte da base alimentar da humanidade a carne, que é a base alimentar não só do ser humano como também de outros animais. Nós temos uma cadeia alimentar. Tanto isso é verdade, que nós lutamos muito para que a morte do animal não fosse uma morte dolorosa, não fosse cruel, para que ele pudesse ter uma morte decente. Aqui, muitos se lembram de que o boi era matado a pauladas. Quantas vezes nós assistimos a isso pela televisão, em vários locais? Hoje já há toda uma regulamentação sobre isso, sobre o abate do gado, o abate do porco, o abate do frango. Acho que ainda temos de avançar muito. Mas, enfim, esse é o mínimo que podemos fazer de respeito a quem nos dá a vida.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Morre, para que o ser humano coma, para que o ser humano se alimentar.

Agora, fico me perguntando se, além de comermos a carne, além de fazermos o manejo para o abate, para a produção de comida, para a produção do leite, para a produção dos outros derivados, nós precisamos nos servir deles também para a nossa diversão? É isso que fico perguntando. Nós não precisamos disso! Por que vamos colocá-lo dentro de uma arena? Ele só entra com um propósito: ser derrubado. O senhor mesmo falou aqui que, se ele ficar esperto e for mais de uma vez, ele não é derrubado. Então, ele só entra com este propósito de ser puxado e de ser derrubado.

Então, é claro que ele tem medo, é claro que ele sente dor. Quer dizer, não adianta! O senhor falou das enzimas CK, dos testes que fazem, mas, se se fizer isso com o ser humano, vai dar a mesma coisa depois de uma situação tensa.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pode dar a mesma coisa: você pode voltar a comer etc.. Isso não quer dizer que você não sentiu dor, que sua emoção não foi de tristeza ou de medo.

Fico pensando: como era na época em que, nas arenas, os escravos eram jogados aos leões? Vamos falar a mesma coisa. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eles eram tratados como animais.

Gente, a abolição da escravatura, quero falar para vocês, é muito recente! É muito recente! O Brasil teve dez milhões de escravos, esses escravos eram acorrentados, viviam em jaulas, viviam como bichos ou pior que bichos, não tinham direitos, e nós achávamos isso natural. Foi feita uma discussão neste País, não faz dois séculos, sobre abolir a escravatura.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E o principal argumento era a economia.

Os Estados Unidos fizeram uma guerra de secessão, uma guerra interna horrorosa do sul contra o norte por causa da escravidão, porque o sul dizia: "Se nós abolirmos a escravidão, vai acabar nossa economia." Fizeram uma guerra para abolir. E eram tratados como animais, os negros eram tratados como animais. Desculpem-me, mas tenho de falar isso para vocês, gostemos ou não. Essa é uma mancha da nossa história. Quisera eu que já pudéssemos estar anos-luz na frente para poder olhar para o passado e dizer: "Lá atrás, nós tratávamos os animais como seres que não tinham dor, como seres que pudessem suportar tudo, que pudessem, inclusive, suportar a nossa alegria, a nossa diversão."

O que a gente pede aqui é pelo menos que a gente tenha respeito àqueles que dão a vida para sustentar a vida da humanidade. Temos, sim, de ter preocupação com as questões econômicas. Tenho essa preocupação, sei o que significa isso.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas vamos fazer uma transição, vamos dar alternativa para essas pessoas, não precisa ser só em cima da vaquejada. Vamos continuar fazendo a sela e as botas, vamos continuar usando o couro, para fazer o trabalho do vaqueiro ou para fazer outras atividades. Agora, o que estamos fazendo aqui, além de não dar alternativa, é elevar isso a Patrimônio Cultural Imaterial. Gente, isso é muito grave! Nós elevamos e vamos pôr na Constituição. Por favor, não vamos fazer isso! Vou dizer aqui, vou repetir, nós não temos dez situações no Brasil que sejam consideradas Patrimônio Cultural Imaterial. Estamos colocando a vaquejada e o rodeio como isso. Vocês me desculpem, mas isso é um atentado contra a nossa Constituição.

Por isso, eu queria agradecer muito a presença da Drª Vânia e da Luisa, por fazerem a sua exposição.

Sinto muitíssimo, muitíssimo, muitíssimo...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...que não estejam aqui os Senadores que vão votar amanhã, porque poderíamos evitar uma coisa que vai manchar a nossa Constituição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Deputado Augusto.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR - SP) – Obrigado, Presidente Senador José Pimentel. Tenho quatro perguntas a fazer, na realidade: duas para o Dr. Hélio, duas para a Drª Vânia e uma para ativista leiga Luisa Mell.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A primeira é dirigida ao Dr. Hélio.

Prof. Hélio, o senhor tem conhecimento da entrevista da Drª Irvênia na *Folha de S.Paulo*? Ela elaborou um parecer que subsidiou a decisão do Supremo Tribunal Federal a favor da ADI. Sabendo que ela é veterinária e autoridade no assunto, como o senhor vê isso e se posiciona, também sendo médico e veterinário?

A segunda pergunta é dirigida para o senhor também: do seu ponto de vista, como veterinário, qual é a importância da regulamentação dos esportes com os animais?

Sr. Presidente, vou fazer todas as perguntas, e depois eles respondem.

Antes, quero dizer à nossa Senadora Gleisi Hoffmann que esse projeto que incluiu os rodeios, as vaquejadas e as provas equestres como Patrimônio Cultural Imaterial é de minha autoria. Ele foi aprovado na Câmara e no Senado, e hoje é o último dia para ser sancionado. Eu espero realmente que o nosso Presidente sancione essa lei. Se alguém considerar outros esportes, qualquer outro evento como Patrimônio Cultural Imaterial, que faça o projeto e encaminhe para cá. Eu achei que isso é patrimônio cultural e encaminhei o projeto, que foi aprovado na Câmara e no Senado, por larga maioria, e que há de ser sancionado hoje, último dia. Isso é realmente uma questão de patrimônio cultural.

Eu fico abismado com a comparação entre animais e seres humanos a esse ponto e com o desconhecimento, às vezes proposital, com é o caso da Drª Vânia, porque não é possível que não saiba que não há maus-tratos aos animais.

Eu ainda falo que, no caso dos rodeios, das vaquejadas e das provas equestres, que incluem apartação, prova do tambor, prova do laço e tudo o mais, não há maus-tratos, doutora. Não é possível... A senhora se furta de ir lá conhecer. Eu já fiz o convite para a senhora na Comissão na Câmara: "Vamos comigo aos rodeios para ver." Sorte do touro que pula. Aquele que não pula vai para o abate em dois anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR - SP) – De cada cem touros, no máximo dois ou três servem para pular, têm o instinto para pular.

E ainda vem com mentiras, dizendo que é amarrado o testículo do boi. Tenha santa paciência! Não é possível que ainda utilize argumentos como esse. A foto que a senhora mostrou na Câmara dos Deputados foi tirada há mais de 20 anos. Nem do Brasil eram aquelas fotos! Nós mostramos isso para a senhora.

Então, o que não podemos fazer é partir para mentiras, a fim de tentar derrubar projetos como esse, que visa a salvaguardar esses esportes que são realmente considerados esportes, tradições, que geram quase dois milhões de empregos diretos e indiretos no Brasil, onde há quase 12 milhões de desempregados. Nós precisamos realmente disso. Não é só a questão da economia.

Eu defendo isso, porque já foi mais do que comprovado, até pelos médicos veterinários, que não há maus-tratos. Muito pelo contrário, os touros utilizados nos rodeios são muitíssimos bem tratados, com ração, com veterinário próprio. São touros atletas. Nas vaquejadas, o animal é usado uma única vez ou duas vezes, no máximo. Não são nem vacas; os bois é que são utilizados. Já se comprovou também que, com o protetor de cauda, há muitos anos não há nenhum tipo de lesão nas vaquejadas. Não há lesões, doutora!

Então, as duas próximas perguntas vão para a senhora.

A senhora cita que os animais são estimulados com chutes e choques para que eles saiam correndo do brete, o que é uma grande mentira. Se a senhora presenciou isso, pergunto: tomou algum procedimento? Isso é crime. A senhora fez algum Boletim de Ocorrência? A senhora foi a algum lugar em que estivesse ocorrendo a vaquejada? Conheceu a vaquejada de perto? A senhora acompanhou o procedimento do transporte desses animais?

Em seu parecer técnico, no §4º, à p.1, que serviu como base para a decisão do STF, a senhora descreve: "O que faria um bovino ceder à sua derrubada, quando alguém maneja a sua cauda com essa finalidade? Parece claro e óbvio que cede pela dor." De maneira contraditória, nesse mesmo parecer, no §2º, à p.6, a senhora declara: "Seu desequilíbrio e, consequentemente, queda, a ser promovida mediante tração e torção da cauda pelo peão que disputava a prova." Como um documento tão importante, no cerne da sua opinião, assinado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

por inúmeros veterinários, pode ser tão contraditório?

Essas são as perguntas que quero fazer.

Para a nossa ativista leiga Luisa Mell... (*Risos.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria, Senador Pimentel, que a gente tivesse respeito com quem está aqui. Eu pediria isso ao Deputado, por favor!

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR - SP) – Não, não é questão de respeito. A questão aqui...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu vi manifestações na Mesa, chamando isso de bobagem. Eu não sei se é porque é mulher...

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR - SP) – Não, jamais!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...mas eu gostaria que V. Exª a respeitasse.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR - SP) – Ela tem curso de Veterinária?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Da mesma forma que pedi para que respeitassem o Senado, peço que foquemos o nosso debate sem precisar adjetivar.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR - SP) – O.k.! É só pela questão realmente de que ela não tem formação em Veterinária.

Ela acabou de postar, em seu Facebook, que está lamentando o fato de, apesar de essa ser uma causa tão importante, haver o descaso dos Senadores, porque há apenas dois Senadores presentes aqui. Depois, ela cita também que muitos políticos receberam doações milionárias de empresas que exploram animais, que muitos estão ligados diretamente à exploração de animais. E, na Câmara dos Deputados, já havia feito uma acusação até mesmo contra mim e a vários Deputados que, segundo ela, recebem doações de campanha para virem defender rodeios, vaquejadas, provas equestres. Eu queria saber se ela tem alguma prova disso, algo que comprove realmente qualquer tipo de doação.

A primeira pergunta vai para o Dr. Hélio; a outra, depois, vai para a Drª Vânia.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, não tive oportunidade de ouvir aqui o relato dos convidados e das convidadas, até porque nós estamos votando hoje, estávamos debatendo a PEC que propõe limitar gastos para que o Brasil possa superar uma crise que indiscutivelmente foi provocada pela má gestão do governo anterior, do PT, que levou o Brasil a este descalabro e a esse quadro de 12 milhões de desempregados, mais inflação e mais corrupção.

Mas, mesmo com todo esse quadro, nós assistimos a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, por seis votos a cinco. Então, não foi uma matéria decidida por unanimidade nem com ampla margem de maioria. Foi uma matéria que teve apenas um voto para poder decidir um tema tão relevante quanto esse, tão importante quanto esse.

O que quero buscar aqui neste momento é a verdadeira defesa do animal, a atenção ou o cuidado com o animal por parte daquelas pessoas que estão realmente fazendo isso no dia a dia. Há aqueles que realmente propõem uma tese, mas que, no seu dia a dia, não trabalham para que aquilo aconteça. Qual é o cuidado com o animal? Falar? Qual é o cuidado com o animal? O que é tratar o animal? O que é alimentar o animal? O que é cuidar do animal? O que é ser mais tecnicamente preparado para poder fazer o bom manejo do animal?

Senador Pimentel, eu sou um cirurgião com 42 anos, e é lógico que a minha cirurgia hoje é diferente daquela que fiz quando iniciei minha carreira. Hoje, sou uma pessoa que tenho uma experiência acumulada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Agora, já pensou bem no que é tratar um animal, no que é laçar um bezerro? Não sabem, nem têm ideia do que isso seja! Nem têm ideia do que isso seja!

Então, é importante que a gente traga essa noção para o Brasil, porque não é um bezerro que nasce na cocheira. Milhões de bezerros nasceram no decorrer desses últimos anos. Temos o segundo maior rebanho do mundo e somos o único rebanho do mundo que fornece carne verde para o mundo, pela maneira como nós tratamos os animais, porque nós nos preocupamos com os nossos animais. Qual é a dieta dos nossos animais? O nosso animal come verde, capim. Nosso animal não vive comendo resíduo de outros animais, não. Isso se deve ao produtor rural brasileiro, pela consciência que ele tem. Se ele tivesse uma visão distorcida de lucro, ele estaria fazendo aquilo que foi feito na Europa. Eles têm a tese de que defendem algumas coisas, mas eles, sim, disseminaram a doença da vaca louca pelo mundo. E, no Brasil, nunca houve isso, porque sempre soubemos respeitar os animais e nunca usamos resíduo animal para alimentar nosso gado. Nós nunca admitimos que os animais fossem tratados de uma maneira que não fosse a correta, desde o seu nascimento.

Agora, como se cura um animal, um animal criado em áreas extensas? Como se vai curar o animal? Como você vai balizar o animal para que esse animal seja conhecido de uma propriedade e não seja da outra propriedade? Quer dizer que todas as propriedades têm de ter corredores, currais, toda a estrutura para que o gado possa ser levado?

A vida é como ela é. Como é que a vida é? Na extensão que temos, num País como o Brasil, com milhões de hectares, o gado é criado no Pantanal, ou o gado é criado nas extensões do Cerrado, no meu Estado, ou o gado é criado nas regiões do Nordeste, na Caatinga. Como esse animal é tratado?

O grande problema nesta hora é um só. As pessoas nunca entenderam... Na verdade, entendem, mas, como já têm uma tese, não querem admitir... Vejam bem, já mudei muitas técnicas cirúrgicas, sempre tive humildade. Se me dizem que esta é a melhor, digo: "Não há problema, eu mudo." Agora, as pessoas querem criar aquela tese maniqueísta de que quem faz rodeio, quem vai a uma prova de laço, a uma vaquejada, quem vai fazer uma paletada é inimigo do animal. Entendeu?

Então, não há como discutir. Não se discute, já chega e fala: "Você é inimigo do animal." É algo que choca. Por quê? Falo da minha origem, tenho um orgulho enorme de ser produtor rural. O que é curar um bezerro? Já viu a beleza de um bezerro ao nascer? Já viu?

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES (*Fora do microfone*.) – Muitas vezes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É mesmo?

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES (*Fora do microfone*.) – Muitas vezes. Sou veterinária há 33 anos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Já viu na extensão mesmo? Viu na extensão do campo mesmo ou dentro de casa, dentro da baia? (*Risos.*)

Já viu na extensão do Cerrado, na Caatinga, no Nordeste? Não é verdade?

A SRª VÂNIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES (*Fora do microfone*.) – Já trabalhei...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – E aí V. Sª chamou o bezerro, e ele veio.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por favor, Senador Pimentel, nós estamos tendo aqui...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Por favor, por favor...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por favor digo eu!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu não admito interrupção.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O senhor, o senhor...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O senhor não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de admitir ou não admitir!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, escutei aqui...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu falo...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu escutei aqui, tudo bem...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu não fiz esse tipo de desrespeito...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não me venha com essa... Não venha me contradizer nem dizer o que eu tenho de fazer! Por favor...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...a ninguém na Mesa. O senhor a está desrespeitando!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Ela é que interferiu! Ela é que interferiu na minha colocação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O senhor a está desrespeitando. Eu não a vi interferir.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não venha com essa tese para mim, não!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O senhor está provocando! Isso é vergonhoso!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Por favor, mantenha...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É vergonhoso, vergonhoso! É grosseria!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Porque não tem argumento parte para isso.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Argumento eu tenho, sim; só não sou grossa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu ouvi tudo o que V. Exª colocou.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aqui não é sua invernada. O senhor se comporte!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu ouvi o que V. Exª colocou. Está bom? Eu ouvi tudo o que V. Exª colocou. Está bom? Eu ouvi, tive a paciência de ouvir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Os tempos...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu não agredi ninguém!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – E tive a paciência de ouvir. Está bom? Tive a paciência de ouvir.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu não agredi ninguém.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Tive a paciência de ouvir. Não venha V. Exª dizer isso, não, porque não entende nada desse assunto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Os tempos...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Imagina! O senhor nos respeite aqui, respeite a Mesa!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O que quero dizer... V. Exª me viu apartear algum que se colocasse aqui? Eu respeitei o horário de todos.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Porque todos se respeitaram no falar aqui.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Quem veio interferir na minha posição foi a convidada, que disse espontaneamente que conhece, que já viu. Está certo?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª perguntou a ela...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Ela é que respondeu!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...em tom pejorativo!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu não estou...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Falou em tom pejorativo, provocando!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não admito isso, não, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª está fazendo grosseria.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu quero que V. Exª me garanta a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fazendo soar a campainha*.) – O tempo de V. Exª está garantido, está assegurado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Que V. Exª me garanta a palavra!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O tempo de V. Exª está assegurado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito obrigado.

Então, Sr. Presidente, é importante que saibam as pessoas que esse é o único esporte no mundo, não há outro, que foi originário do trabalho. É originário do trabalho, do fato de a pessoa trabalhar.

Então, antigamente, nós tínhamos exatamente o quê? Amarrava-se um animal, e ali, sim, ele era colocado na canga com outro animal e arrastado até um local para que ele pudesse ser curado. Antigamente, montava-se um animal para fazer com que ele se cansasse, até ele parar de pular. Nós evoluímos exatamente para isto. Hoje, se chegarmos a uma prova de laço, se o vaqueiro der um estirão no laço, ele está desclassificado da prova. Quando você vai ao Rio Grande do Sul para uma prova de paletada, que é o Freio de Ouro, que é uma das maiores do mundo, você vê que há um veterinário na entrada e outro na saída para saber se há algum sinal de algum sangramento na boca do animal. O vaqueiro é desclassificado.

Ou seja, hoje, temos de chegar a todos os lugares, e os nossos vaqueiros têm de estar cada vez mais ha-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bilitados para o bom manejo e para a boa prática. Onde é que isso evoluiu? Isso evoluiu na técnica das pessoas que têm o dom. Isto é dom que Deus dá ao vaqueiro: saber laçar com agilidade. Daí o porquê de puxar a calda do animal. Isso foi criado por um esporte porque o cidadão queria fazer um esporte? Não. É porque o animal está contaminado no campo, tem bicheira, precisa ser tratado. E o cidadão nordestino, como nós no Cerrado do Centro-Oeste brasileiro, era obrigado exatamente a correr o boi, e não havia espaço para laço. Nós tínhamos de encostar o animal ao lado do boi, para que pudéssemos derrubá-lo e, naquela hora, curá-lo daquela infecção que ele tinha.

Agora, as pessoas, sem dúvida nenhuma, o que querem? Elas vivem aquilo. Ora, ele vai para a cidade e vai mostrar a habilidade dele como vaqueiro. Como vaqueiro, ele vai mostrar a sua habilidade. Ele mostra a habilidade dele. Ele treinou o cavalo. O cavalo fala com ele, entende as manobras dele. E ali há toda uma mecânica hoje, que é exatamente a de usar o rabo mecânico. Há a cama de areia. Todas essas exigências são hoje acompanhadas por veterinários.

Eu fui a Jaguariúna esses dias e lá vi quase mil jovens e até crianças de seis anos de idade decepcionadas por que um promotor tinha impedido que houvesse o evento em Jaguariúna. Veja bem que barbaridade! Os jovens hoje estão dispostos a sair daquilo que lhe é oferecido, que é exatamente o consumo da droga em tudo quanto é lugar deste País afora! (*Palmas.*)

Nós estamos dando a esses jovens a oportunidade de ter carinho por um animal, de executar essa prática, de fazer um esporte. É disso que ele gosta! Ele, sim, trata o animal corretamente. E, nessa hora, as pessoas chegam lá e dizem: "Não, isso não pode acontecer. Está encerrado este evento."

As pessoas não sabem ou senão fazem de conta e não querem saber... V. Sªs, principalmente as que são contra, sabem onde está hoje o segundo maior hospital de combate ao câncer no Brasil? Na cidade de Barretos. Foi construído por quem? Foi construído por quem? Foi construído pelos pais e foi ampliado por Henrique Prata, vaqueiro, peão de rodeio, que teve a sensibilidade de, com os rodeios de Uberaba, construir o segundo maior hospital hoje, que é referência mundial, com os protocolos mais modernos que atendem as pessoas. Qual é a fonte de renda principal daquele hospital? O rodeio de Barretos e todos os eventos que lá acompanham o rodeio. É isso que faz com que o hospital possa ser mantido hoje, como um gesto que é estendido ao País todo. São esses grandes eventos que podem salvar as Santas Casas, que podem salvar as pessoas necessitadas.

Agora, querer demonizar a prática do vaqueiro? "Ah, não sou contra o vaqueiro!" Não? É a favor do quê, do motorista da corrida de carros, da Fórmula 1? Não tenho nada contra o corredor da Fórmula 1. Mas o vaqueiro traz exatamente o quê? Resultados para nós. Se as pessoas tivessem o mínimo de conhecimento de causa, saberiam que nós evoluímos hoje ao tratar um bezerro, ao curar um boi, ao manejar o gado, ao fazer a doma do animal, e não estariam falando umas aberrações dessas.

"Ah, mas existem pessoas que..." Existem! Existem médicos que são aborteiros, existem advogados que são propineiros, existem políticos que são corruptos, existem juízes que são também corruptos. Eles existem em todos os segmentos! (*Palmas.*)

Mas querer caracterizar dessa forma uma classe como a nossa, uma classe que hoje é orgulho mundial? A carne hoje de um boi... Veja bem o manejo que é dado a um boi hoje. Vá lá exatamente acompanhar o abate. Você não vê um hematoma no animal, você não vê um descarte por maus-tratos. Pelo contrário, você vê um manejo cada vez mais no sentido de proteger o animal. É a proximidade do animal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agora, é lógico que lá vêm essas teorias! Tudo isso é dito por um fato que existiu ou por uma situação que houve anteriormente e que é citada como sendo a realidade. Como é que nós, nos primórdios, operávamos as pessoas? Elas eram amarradas em uma cama, tinham de suportar a dor, e nós tínhamos de fazer a cirurgia. Hoje, nós temos anestesia; hoje nós temos um processo de indução à anestesia para tirar o estresse da pessoa que vai entrar no centro cirúrgico; hoje nós temos todas as técnicas as mais modernas. Por todos os mecanismos de escopia hoje, por um simples orifício, eu faço uma cirurgia dentro da cavidade abdominal da pessoa, e, no outro dia, ela está em casa. Isso é evolução! E, de toda maneira, foram todos esses esportes que contribuíram para que chegássemos ao ponto a que nós chegamos. É por isso, senão estaríamos os animais como eles foram tratados em 1930.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, as pessoas têm de entender que não existe nenhum setor mais moderno no País do que a agropecuária. É o setor que mais absorve tecnologia hoje, mais do que a área de Medicina no Brasil. É o setor que mais absorve tecnologia hoje. Você vê os animais sendo tratados. É feita uma análise detalhada do seu potencial, é feita uma análise de DNA, para sabermos sua potencialidade, sua capacidade de produzir, de ser precoce, de ser bom de leite.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Portanto, tudo isso é feito com ciência. E essa ciência vem exatamente mostrar como se faz o trato do animal.

Então, tenho certeza absoluta de que quem pode falar bem dos animais somos nós que cuidamos deles no dia a dia. (*Palmas.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Aqui, sim, há aquela paixão pelo meu cavalo, pela minha mula, pelos meus cachorros, pelos meus bezerros, pelos meus animais. Não admito que ninguém venha a agredi-los. Agora, não posso deixar também que eles morram ali porque não podem ser laçados. Muitos que criticam sabem o que é laçar um animal? Sabem o que é dar um estirão no animal? Sabem o que é quebrar o pescoço de um animal?

Então, é isso que nós ensinamos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Caiado...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Estou terminando, Presidente. É que eu fui aparteado pela Senadora, mas estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É claro, é claro! É por isso que nós lhe concedemos um tempo maior. Na Ordem do Dia, já está havendo votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Como é que é? Está havendo votação?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está havendo votação nominal.

O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Estou concluindo em um minuto.

O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A palavra está com o Senador.

O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB - PE) – Perdão!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Então, para concluir, Presidente, quero dizer que é importante que não se tente – até por um gesto de respeito com a classe, com os vaqueiros – colocá-los em um patamar de pessoas que são insensíveis, que estão ali apenas para ganhar um concurso em uma competição que foi feita. Não! Vá olhar o Hospital do Câncer em Barretos! Vá olhar o Hospital do Câncer em Barretos! Vá olhar o Hospital do Câncer, construído por nós! Qual é a obra que outros já fizeram? Zero! É só reclamar, é só estar contra o mundo, é só estar contra tudo! Esse não é o nosso País.

Nós nos orgulhamos dos nossos rebanhos, das nossas tropas, dos nossos criatórios de cachorros, de tudo aquilo que nós apreciamos e com que convivemos no dia a dia. Ninguém é mais apaixonado por eles do que nós. Nós sabemos implantar o que é correto e dar a eles um bom tratamento: saber a cura de um umbigo, dar a eles um vermífugo no nascimento, dar a eles a condição de trato naquela hora.

Será que a pessoa sabe que, quando uma vaca tem a teta maior, o bezerro morre? O bezerro morre, porque não consegue mamar. Aí tem de se laçar a vaca, apear a vaca e levar o bezerro. Não, não é nada. Aí se chama: "Titio, vem cá." Aí a vaca chega, pega o bezerro e diz: "Agora, você mama." Está entendendo como é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É ridículo! As pessoas, quando vêm com essas teses aqui, realmente estão na estratosfera, porque não conhecem a realidade da pecuária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ...não conhecem o dia a dia de um vaqueiro.

Então, Sr. Presidente, encerro, rendendo minhas homenagens aos vaqueiros do Brasil e meu respeito a todos eles...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ...por criarem as condições que foram criadas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB - PE) – Sr. Presidente, quero falar por 30 segundos. Sr. Presidente, eu queria pedir 30 segundos para eu concluir minha participação nesta audiência pública. Eu falei tanto e me empolguei, que nem fiz as perguntas que eu tinha de fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Deixe-me fazer uma consideração.

O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB - PE) – É uma pergunta só.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Deixe-me fazer uma consideração. Veja: a Ordem do Dia começou. Está havendo votação, e tenho a obrigação de votar. O Regimento do Senado determina que, começada a Ordem do Dia e iniciado o processo de votação, todas as comissões têm de encerrar seus trabalhos. Estou encerrando-os em face disso.

Agradeço a presença de todos.

O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB - PE) – Sr. Presidente, mesmo assim, vou registrar minha pergunta para a Drª Luisa Mell.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Deixe-me fazer uma consideração: não faça isso, não, por gentileza.

O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB - PE) – Eu vou respeitar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu iria dar a palavra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 42 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e doze minutos do dia trinta de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores José Maranhão e José Pimentel, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jorge Viana, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Telmário Mota, Benedito de Lira, Lídice da Mata, Lasier Martins, Ângela Portela, Paulo Paim, Ivo Cassol, Ana Amélia, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Romero Jucá, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy , Waldemir Moka, Hélio José, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Sérgio Petecão, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Eduardo Amorim, Magno Malta, Armando Monteiro, e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Gleisi Hoffmann, Ciro Nogueira, Antonio Carlos Valadares e Marcelo Crivella. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, de 2013 – Não Terminativo, que: "Altera os arts. 102, 105, 108 e 125 da Constituição Federal para extinguir o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns." Autoria: Senador Alvaro Dias e outros. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta e às Emendas nºs 2 a 4, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta e às Emendas nºs 2 a 4, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), e contrário à Emenda nº 1. Durante a discussão, foi apresentada sugestão do Senador Antonio Anastasia, acolhida pelo Relator e incorporada ao Substitutivo. ITEM 2 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, de 2016 – Não Terminativo, que: "Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal." Autoria: Senador Otto Alencar. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 3 – EMENDA DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, de 2015 – Não Terminativo, que: "Acrescenta o § 13 ao art. 37 da Constituição Federal para dispor sobre a convalidação de atos administrativos." Autoria: Senador Vicentinho Alves e outros. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Favorável à Emenda nº 1-PLEN, nos termos da Subemenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 1- PLEN, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 4 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, de 2016 – Não Terminativo, que: "Altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas." Autoria: Comissão Diretora (CDIR). Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera os arts. 27, 28, 29, 37, 39, 49, 73 e 93 da Constituição Federal para vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros. Relatoria: Sen. Vicentinho Alves. Relatório: Favorável à Proposta e parcialmente favorável às Emendas nºs 4, 5, 8, 12, 13, 14 e 16, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 3, 6, 7, 10, 11 e 15. Resultado: Adiado. Em 29/11/2016, foram apresentadas as Emendas número 15, de autoria do Senador Lindbergh Farias, e número 16, de autoria do Senador Dário Berger. ITEM 6 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 111, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera o Artigo 62, § 1°, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias." Autoria: Senador Renan Calheiros e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família." Autoria: Senador José Maranhão. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2015 – Não Terminativo, que: "Susta a aplicação da Norma Regulamentadora NR-12, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Armando Monteiro. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Concedida vista aos Senadores Paulo Paim e Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2012 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública." Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2012 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 472, de 2012 e rejeição do PLS nº 401, de 2012. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta o art. 207-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012 – Terminativo, que: "Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Alvaro Dias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014 – Terminativo, que: "Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 – Terminativo, que: "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 – Terminativo, que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Sen. Ciro Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 – Terminativo, que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União." Autoria: Senador Donizeti Nogueira e outros. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda n° 1, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 – Terminativo, que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 21 - OFICIO "S" Nº 28, de 2014 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). " Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo, que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de colher provas e remeter boletim de ocorrência ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, no caso do envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão dirigida à mulher." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha", para determinar que os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam processados mediante ação pública incondicionada." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 – Complementar - Não Terminativo, que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009 – Terminativo, que: "Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países." Autoria: Deputado Walter Pinheiro. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2014 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira e estabelece regras para as comunicações de dados dos Poderes da União." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adia-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, de 2009 – Não Terminativo, que: "Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH." Autoria: Deputado Chico da Princesa. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2014 – Terminativo, que: "Institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, de 2016 – Não Terminativo, que: "Acrescenta parágrafos aos arts. 41 e 82 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para que seja determinado o tempo de sustentação oral das ações originárias ou recursos nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais." Autoria: Deputado Lucio Vieira Lima. Relatoria: Sen. Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 33 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 157, de 2015 – Não Terminativo, que: "Susta a aplicação da Orientação Normativa "ON-GEADE-002-01" aprovada pela Portaria nº 162, de 21.09.2001 e todos os processos administrativos demarcatórios que tenham utilizado esta orientação normativa, desde sua publicação." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2011 – Terminativo, que: "Acresce o art. 301-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e revoga a Lei nº 5.970, de 11 de dezembro de 1973." Autoria: Deputado Simão Sessim. Relatoria: Sen. Edison Lobão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2016 – Complementar - Não Terminativo, que: "Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ataídes Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto, à Emenda nº 2 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, de 2015 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências." Autoria: Deputado Alberto Mourão. Relatoria: Sen. Dário Berger. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, de 2016 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, para incluir a coleta de dados específicos de violência contra a mulher entre as finalidades do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP." Autoria: Senadora Simone Tebet. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o programa Patrulha Maria da Penha." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH, 2-CDH e 3-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 39 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 40 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2014 – Terminativo, que: "Acrescenta art. 83-A à Lei nº 4.737, de julho de1965 (Código Eleitoral) para reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas." Autoria: Senador Anibal Diniz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 41 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2010 – Terminativo, que: "Define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Sen. Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas nºs 1 e 2-CAE-CAS e nºs 3 e 4-CAS, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda 5-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 42 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, de 2016 – Não Terminativo, que: "Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha." Autoria: Deputado Alceu Moreira. Relatoria: Sen. Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 40ª Reunião Ordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 42.

ITEM 1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, de 2013
- Não terminativo -

Altera os arts. 102, 105, 108 e 125 da Constituição Federal para extinguir o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns.

Autoria: Senador Alvaro Dias e outros

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável à Proposta e às Emendas nºs 2 a 4, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

- Em 08/07/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

- Em 09/07/2013, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Alvaro Dias;

- Em 26/10/2016, formam apresentadas as Emendas nºs 3 e 4, de autoria do Senador Alvaro Dias;

- Em 09/11/2016, foi apresentada a Emenda nº 5, de autoria do Senador Ricardo Ferraço;

- Em 09/11/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

- Em 23/11/2016, foi recebido Requerimento do Senador Ricardo Ferraço, solicitando a retirada da Emenda nº 5, de sua autoria.

Em discussão a matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para discutir, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Para apresentar o relatório, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ah, perdão. Perfeito. Ato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

falho.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exª por ter tido não apenas a sensibilidade, mas o compromisso de ter priorizado este item de pauta na Comissão de Constituição e Justiça para que possamos enfrentá-lo e, obviamente, deliberar sobre o tema, que, a meu juízo, precisa ser varrido das práticas e dos costumes da vida política brasileira.

O foro especial por prerrogativa de função, mais conhecido como foro privilegiado, é um instrumento pelo qual tribunais específicos têm o poder de processar e julgar determinadas pessoas. No Brasil, o foro privilegiado vem de muito longe, e hoje se apresenta como um remédio que, graças à dosagem extrema com a qual é ministrado, se tornou, na prática, um veneno.

Mas quem surgiu primeiro no País: a Constituição ou o foro privilegiado? Os dois nasceram juntos. Logo na primeira Constituição do País, promulgada em 1824, no Império, o foro privilegiado já estava lá, marcando presença desde sempre.

Vejamos o que diz o art. 47 da nossa primeira Constituição, Sr. Presidente, meu caro Senador Anastasia: "É da atribuição exclusiva do Senado: 1) Conhecer dos delitos individuais, cometidos pelos membros da Família Imperial, ministros de Estado, conselheiros de Estado e senadores; e dos delitos dos deputados, durante o período da legislatura."

Agora, vejamos, aos dias de hoje, o absurdo adicional de um outro artigo da mesma Constituição, o art. 99, que torna a figura do Imperador de então inimputável. Diz o artigo: " A Pessoa do Imperador é inviolável e sagrada; ele não está sujeito a responsabilidade alguma."

Vejam Vs. Exªs o que era a tradição cultural da época não apenas no Brasil, mas uma tradição desde todo o sempre.

Ao Supremo Tribunal de Justiça, mais alta corte da época, a Constituição reservava o seguinte papel: "Art. 164 [...] 20 Conhecer dos delitos e erros de ofício que cometerem os seus ministros, os das relações, os empregados no corpo diplomático e os presidentes das províncias."

A partir daí, Sr. Presidente, ocorreu o quê? O foro privilegiado não apenas continuou, como também se ampliou largamente ao longo das seis Constituições republicanas que vieram na sequência. Na Constituição de 1988, o instrumento atingiu o seu ápice, contemplando um enorme leque de autoridades em um patamar sem equivalência em qualquer outro país.

Após debate intenso entre os Constituintes, a atual Constituição, apesar de ser considerada a mais democrática de todas, não prevê expressamente a vedação do foro privilegiado. Muito pelo contrário, a Constituição cidadã acabou sendo absolutamente generosa no quesito foro privilegiado, ampliando o fosso entre a maioria da população e uma parcela minoritária de privilegiados. O resultado disso é que, atualmente, segundo estatísticas oficiais, são mais de 22 mil pessoas em nosso País, gozando do inaceitável privilégio de responder a processos criminais diretamente a tribunais especiais e não a um juiz comum pelos seus crimes.

São protegidos pelo foro especial: Presidente e Vice-Presidente da República, Ministros, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Comandantes das forças Armadas, Governadores, Prefeitos, Juízes de Tribunais Superiores. Juízes estaduais e federais, Desembargadores e Membros do Ministério Público e dos Tribunais de Contas da União, e dos Estados.

Conforme o cargo que ocupam, esses brasileiros são julgados por tribunais de justiça dos Estados, tribunais regionais federais, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Não por acaso, o foro privilegiado está diretamente associado à impunidade, pois dá tratamento especial a alguns cidadãos, fazendo com que o julgamento deles se atrase mais do que o normal e o aceitável.

É algo, portanto, intolerável. Precisamos acabar com essa verdadeira farra do foro privilegiado em nosso País. O art. 5º da Constituição Federal estabelece que todos os cidadãos são iguais perante a lei, mas o foro privilegiado é uma exceção, a meu juízo, imoral, que acabou virando regra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Na República, a lei nos iguala – pelo menos assim deveria ser. Estamos aqui a avaliar um instrumento que nega a igualdade e exalta, potencializa a impunidade.

Para nós, Parlamentares, que prerrogativas deveríamos ter para exercer a nossa missão com total liberdade? Só as que garantem a palavra para afirmarmos as nossas convicções sem qualquer tipo de censura. É excesso qualquer prerrogativa para além do limite da chamada imunidade material que torna invioláveis os Parlamentares, civil e penalmente, por qualquer de suas opiniões, palavra e voto, no exercício do mandato.

Para os crimes comuns, não há qualquer sentido a proteção do foro privilegiado. O bom senso, a experiência internacional, o Direito comparado e o histórico desse instrumento recomendam, portanto, a sua revisão, e é isso que temos a oportunidade de fazer na Comissão de Constituição e Justiça neste momento.

Em bom português, o foro privilegiado serviu e serve, até hoje, de biombo para ocultar delitos praticados por uma minoria, como escudo para retardar ou mesmo anular punições.

Hoje, são 84 inquéritos envolvendo 53 Deputados e Senadores. Os que se tornaram ações penais no Supremo Tribunal Federal estão, na média, há mais de sete anos, inclusive, sem previsão de desfecho. Desse total de processos, 22 tramitam há mais de 10 anos na instância do Supremo Tribunal Federal; outros 37 já passam de seis anos à espera de julgamento.

O foro privilegiado afronta a democracia e a cidadania quando se sabe também que só 16 dos mais de 500 Parlamentares processados no Supremo Tribunal Federal, entre 1988 e o ano passado, foram condenados por crimes comuns contra a Administração Pública.

Por essas e outras razões, Sr. Presidente, é que, com muita convicção, tranquilidade e afirmação, eu declino o meu voto absolutamente favorável ao fim do foro privilegiado, insistindo que essa farra, que esse tipo de privilégio tem potencializado a impunidade em nosso País, e que não está reservado apenas a políticos, mas a um conjunto de autoridades que, na prática, se transformaram em cidadãos de primeira classe, na medida em que gozam desse privilégio, a meu juízo, insustentável.

Manifesto, portanto, o meu voto "sim", favorável ao fim do foro privilegiado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Srªs e Srs. Senadores!

Sr. Presidente, nós estamos, de fato, debatendo um assunto de alta relevância e de grande complexidade. Em primeiro lugar, eu quero, igualmente, declinar a minha posição favorável ao parecer do eminente Relator, Senador Randolfe, e à emenda originária do Senador Alvaro Dias. Contudo, não poderia deixar de fazer aqui algumas considerações que julgo importantes, até porque acabei de ouvir, com muita atenção, como sempre, o brilho do Senador Ricardo Ferraço, na sua locução muito correta, sobre a questão do foro nos dias de hoje.

Veja, Sr. Presidente – V. Exª que, como eu, tem formação jurídica –, o quão interessante é nós observarmos, ao longo do tempo, como as leis evoluem e qual o sentido que a sociedade lhes dá.

A ideia do chamado foro privilegiado, na realidade, como o Senador Ricardo Ferraço coloca, evoluiu ao longo das décadas e das nossas Constituições, até chegar a esse momento. Mas, sob o ponto de vista doutrinário – e eu não quero aqui fazer nenhuma defesa, Senador Randolfe, mas só o registro histórico do que significa de fato a questão do foro –, eu trouxe aqui uma decisão jurisprudencial antiga, da década de 60, do Ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal, cuja probidade, integridade e valor jurídico – e mais do que isso, a resistência que teve ao regime militar e sua absoluta integridade – são conhecidos de todos os brasileiros. Naquela ocasião, disse o Ministro Victor Nunes Leal:

> A jurisdição especial, como prerrogativa de certas funções públicas, é realmente instituída, não no interesse pessoal do ocupante do cargo, mas no interesse público do seu bom exercício, isto é, do seu exercício com alto grau de independência que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

resulta da certeza de que seus atos venham a ser julgados com plenas garantias e completa imparcialidade.

É interessante observar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu quero chamar a atenção dos presentes da necessidade de mantermos o silêncio para ouvir o orador, que, por sinal, está fazendo um brilhante voto sobre a matéria que nós estamos discutindo, que, como todos sabem, como todos entendem, é da maior relevância.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

Mas, como dizia, esse excerto do texto do Ministro Victor Nunes Leal demonstra, eminente Relator, a origem do dispositivo e que, na sua origem, ele tinha a prerrogativa de defesa da função, e não do interesse pessoal. O que se observa, todavia, como demonstrou o Senador Ferraço em seu relatório, é que, ao passar dos anos, o instituto foi sendo deformado, foi sendo estendido de maneira equivocada, não foi sendo aplicado de maneira correta e caiu também numa contrariedade, digamos assim, do sentimento democrático nacional.

Por isso mesmo, eu estou fazendo essa ponderação tão somente para demonstrar uma origem que não era uma origem espúria do dispositivo, até porque, volto a dizer, acabo de mencionar aqui um despacho do Ministro Victor Nunes Leal, cuja integridade é aplaudida por todos os brasileiros – ele que, inclusive, foi cassado como Ministro do Supremo Tribunal Federal –, para demonstrar, de fato, que houve essa distorção. Aliás, eminente Presidente, isso é a demonstração da riqueza do Direito. O Direito não é uma ciência exata, é uma ciência que envolve os valores da vida e os princípios e o sentimento da comunidade. Por isso eu digo sempre que Administração Pública e as atividades de governo não são estáticas, elas são dinâmicas. O aperfeiçoamento das leis e as suas modificações são inerentes ao Poder Legislativo e é nossa responsabilidade de fazê-lo. Então, desse modo, o instituto do chamado foro privilegiado entrou em conflito com os valores e os princípios éticos da sociedade nesse momento, mas não era assim no passado.

Então, esse é o ponto em que quero colocar um holofote, para discussão, não digo acadêmica, até porque a decisão me parece já está tomada, senão por unanimidade, por maioria absoluta, a favor do relatório do Senador Randolfe, inclusive com o meu voto e com meu aplauso. Mas eu não me sentiria bem, como professor de Direito, se não fizesse aqui essa observação, digamos, de natureza técnica sobre a sua origem e esse desvirtuamento que aconteceu e acabou levando a mácula a esse instituto, que teve na sua origem exatamente a proteção à função, e não à pessoa física no investido daquela determinada autoridade.

Desse modo, feito esse registro, eu quero manifestar o meu voto favorável, mas acresço e submeto à apreciação dos meus pares nesta Comissão e ao eminente Relator uma dúvida que me assalta.

Senador Randolfe, o seu relatório, muito bem feito, que aperfeiçoa e aprimora o projeto do eminente Senador Alvaro Dias, extingue o foro para todas as autoridades, e é correto. Já que o instituto entrou – vamos dizer assim – nesse choque em relação aos princípios e aos valores da nossa sociedade, não há justificativa para mantê-lo para ninguém – vai ser extinto em relação a magistrados, Parlamentares, ministros do Supremo, membros do Ministério Público, chefes de missão diplomática, ou seja, ele será erradicado, corretamente, do nosso instituto constitucional, não haverá mais o foro.

Mas, aí, a dúvida que me assalta, e por isso a submeto ao escrutínio de V. Exª para, talvez, uma decisão ou uma sugestão: qual foro vai remanescer? Pergunto porque nós estamos tratando aqui, como sabemos, não dos crimes de responsabilidade – que sabiamente V. Exª manteve porque têm outra natureza, não são infrações ilícitas penais –, mas do ilícito penal, que é o crime comum, que é objeto do foro.

A dúvida me vem muito em relação, em especial, aos membros do Poder Executivo, que têm atuação nacional ou estadual. O foro seria o foro do seu domicílio ou do exercício da sua função, como é no caso do mandado de segurança? Ou seria o foro prevento, de acordo com a lei da ação civil pública? Nós temos que deixar isso claro para evitar que determinada autoridade – o Ministro de Estado da Saúde numa dúvida que surja sobre um medicamento, ou o Ministro de Estado dos Transportes numa questão relativa a estradas – seja obrigada a responder a ações dessa natureza 200, 300 vezes pelo Brasil afora. Portanto, acho que este é um dado que nós devemos identificar: onde haverá resposta a essas ações em primeira instância?

Dei aqui exemplos da lei do mandado de segurança, ou pelo menos da jurisprudência relativa ao man-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dado de segurança, da lei da ação civil pública e da legislação processual penal. Talvez, a esta altura, a prevenção explícita, como está na lei da ação civil pública, seja a mais recomendada – através de um comando, por sugestão, talvez, do eminente Relator – nas disposições gerais do Texto Constitucional para deixar isso claro e se fixar a competência em uma só, sob pena de termos uma saraivada de ações, o que inviabilizaria o exercício da função, eventualmente, ministerial, ou até presidencial, ou mesmo de um magistrado – imaginem uma decisão que se resolva discutir numa ação que envolva um Ministro do Supremo Tribunal, que também perderá o foro, que possa ser discutida em comarcas pelo Brasil afora.

Então, de fato, nós temos de identificar um único foro para que isso ocorra, para facilitar não só as ações, até mesmo de natureza criminal, mas também a respectiva defesa. Essa é a ponderação que, com muito respeito, faço a V. Exª, manifestando o meu apoio, portanto, à extinção desse instituto, com as observações históricas que fiz, e cumprimentando V. Exª e o Senador Alvaro por essa iniciativa, que está consoante com os sentimentos, os princípios e os valores vigentes atualmente na nossa sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, se V. Exª me permitir, eu preferiria ouvir os colegas e, antes do autor – obviamente a preferência para falar por último é do autor –, eu me pronunciaria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, quero dizer, em primeiro lugar, que não sou contrário à ideia de eliminação do chamado foro especial. Posso me posicionar até favoravelmente a essa proposta. No entanto, consoante o que falou aqui o próprio Senador Antonio Anastasia, acho que as razões que justificaram a adoção desse instrumento continuam verdadeiras, continuam atuais. Há a possibilidade de que constrangimentos possam acontecer em determinada instância ou em outra. Eles podem acontecer, e não é por outra razão que, hoje, está sendo discutido, por exemplo, o tema do abuso de autoridade. Nós sabemos o que muitos prefeitos sofrem no interior, nós sabemos de processos que poderiam acontecer contra Parlamentares ou desembargadores por razões idiossincráticas ou por razões de ordem política, e o foro especial, em tese, elimina essas possibilidades.

Então, o constrangimento ao exercício de uma função é algo que precisa ser levado em consideração qualquer que seja o foro a ser colocado. Por exemplo, nos Estados Unidos, as autoridades são, todas elas, julgadas na primeira instância. No entanto, como os próprios juízes são indicados, há a possibilidade de que o próprio Parlamento decrete o impedimento de um juiz, o que funciona como um contrapeso. Se, por um lado, a autoridade vai ser julgada lá na ponta, o abuso pode ser combatido por outros meios relevantes. Não há como a gente imaginar que exista um segmento, uma categoria, uma corporação que seja absolutamente imune às ingerências políticas, a uma série de coisas que estão aí colocadas.

Concordo também com o fato de que isso, da forma como tem sido utilizado, tem quebrado, vamos dizer assim, o objetivo a que se propunha no início. Então, qualquer que seja o foro a ser estabelecido, nós temos de evitar a possibilidade do uso político disso aí. Aqui, por exemplo, no Congresso Nacional, existem várias propostas modificando – vou citar só um exemplo – a indicação de integrantes dos tribunais regionais eleitorais, porque todos sabem que há claramente uma ascendência dos governadores sobre a composição desses tribunais. Quem já enfrentou uma eleição sendo oposição ao governo estadual sabe o que isso representa. Estou dando só mais um exemplo de situações como essa.

Acho que o que deve nortear a nossa decisão não é um discurso moralista, mas o que é que permite que a justiça seja feita o mais rapidamente possível. Nós temos exemplos de situações em que, no foro especial, os julgamentos andaram rapidamente.

Está aí o chamado mensalão, que, do ponto de vista do tempo, teve um julgamento rápido. E temos o exemplo também de situações que estão lá há muitos anos e não há decisão, por exemplo, no Supremo.

Como, na primeira instância, nós temos situações em que os casos andaram rapidamente, o caso mais citado é o caso da chamada Lava Jato, apesar de a maioria das pessoas que estão presas não terem sido julgadas ainda. Prevalecem prisões preventivas, na maioria dos casos, das pessoas que estão lá presas. A maioria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dos casos não chegou ainda a julgamento. Mas há de se reconhecer que muitas decisões já foram tomadas.

Mas há casos – e eu queria dar exemplos aqui – que foram lá para a primeira instância e estão há muito tempo, inclusive com a possibilidade de prescrição.

Vou citar um que vivi na Operação Vampiro. Quero aqui mais uma vez citar esse caso em que eu fui denunciante, o inquérito foi feito, no primeiro momento não fui nem citado e, dois anos depois, no momento da eleição, o inquérito foi reaberto e um conjunto de pessoas entrou nesse inquérito. Eu consegui – pela competência dos meus advogados – que, além de esse processo ser desmembrado para o meu julgamento – na verdade, eu era Secretário de Estado no momento em que o julgamento aconteceu –, esse processo fosse julgado no TRF da 5ª Região, onde fui absolvido por unanimidade, e o Ministério Público pediu a minha absolvição.

Pois bem, esse processo inicial na primeira instância prescreveu e não houve um único julgamento. Há situações em que as chicanas feitas pelos advogados fizeram com que sequer o depoimento inicial tenha sido tomado.

Outro caso, o chamado mensalão mineiro, em que, depois de muito tempo no Supremo Tribunal Federal, algumas pessoas foram para a primeira instância, entre elas, o nosso ex-colega Clésio Andrade e o ex-Senador – à época, candidato a governador – Eduardo Azeredo. Pois bem, Eduardo Azeredo foi julgado na primeira instância, condenado a 20 anos, entrou com um recurso no TJ de Minas Gerais, dentro de dois anos o processo dele vai prescrever e provavelmente ele não vai ser julgado, assim como nosso colega Clésio Andrade, que renunciou ao mandato de Senador para ser julgado na primeira instância, e até agora o processo vai avançando e tudo indica que vai prescrever também.

Então, não pode haver uma visão moralista, uma visão fácil de ser defendida que deve pautar isso. Nós temos que saber o que é que vai permitir à autoridade pública e à população que esses julgamentos sejam acelerados. Não há, no meu ponto de vista, garantia de que isso seja feito, seja no foro especial, seja na primeira instância.

Então, o que eu acho que seria o mais adequado, Senador Alvaro Dias, Senador Randolfe e Senador Anastasia? Que nós aprofundássemos essa questão. Tiraríamos o foro especial que existe hoje, mas teríamos que defender um foro único. Por exemplo, quem já foi ministro, secretário ou Parlamentar e já respondeu por improbidade administrativa em algum lugar, sai respondendo no Brasil todinho. Às vezes corre à revelia, porque ninguém sabe o que está acontecendo em termos desses processos.

Então, essas coisas precisam ser discutidas, para efeito da garantia do direito de defesa. Tem que ser feito para garantia de que essas pessoas sejam julgadas. Quem depende da sua imagem para exercer a sua função também deve ter o direito de ser julgado rapidamente. A população quer que se julgue com rapidez, mas a pessoa que hoje tem foro e não tem culpa no cartório quer ser julgada com rapidez também.

Essas são questões que precisam ser respondidas aqui, e eu creio que o relatório do Senador Randolfe ainda não responde se será aprovado aqui e depois vamos tentar construir outra coisa, algo que atenda a essas preocupações que estou levantando. Não sei qual o melhor caminho, mas isso tem que ser feito, sob pena de estarmos nos enganando e enganando a população, como se a simples aprovação do fim do foro fosse eliminar privilégios e eliminar a possibilidade da interferência política.

A interferência política acontece para perseguir, mas também para proteger, Senador. E V. Exª sabe disso. Tem gente que quer ir para a primeira instância a fim de ficar protegido. E tem gente que não quer ir para a primeira instância porque sabe que lá vai ser perseguido. Então, temos de resolver essa equação da melhor maneira possível, para que saia uma legislação equilibrada, boa para a sociedade e boa para a nossa democracia.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Romero Jucá. Mas eu gostaria, antes de mais nada, de fazer um registro especial aqui, porque hoje transcorre o aniversário natalício do nosso próximo orador, Romero Jucá, essa figura extraordinária...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... um Parlamentar eficiente, lhano no trato e que na realidade se relaciona muito bem com todos nós. Por isso, queremos transmitir aqui os cumprimentos de todo esse auditório, de toda esta Comissão, desejando muita saúde, vida longa ao Senador Romero Jucá, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ele é muito útil a esta Casa do Congresso Nacional.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero dizer da minha amizade e do carinho com todos os colegas, independentemente de eventuais embates políticos ou posições divergentes. Acho que a gente tem nesta Casa uma relação de respeito, consideração, principalmente por entender que todos querem o melhor do Brasil. Portanto, eu tenho pautado o meu trabalho aqui, a minha relação pessoal dentro dessa visão de muito entendimento, buscando respeitar a condição e o contexto de cada um.

Sr. Presidente, eu queria falar rapidamente sobre esse tema, primeiro, para dizer que o Brasil tem feito mudanças muito fortes e tem tido cobranças que se manifestam de diversas formas. A sociedade quer evolução, e é importante que o Congresso, a política, os partidos, enfim, quem vive na vida pública se adapte, avançando e entrando em sintonia com a população brasileira. Até porque, se não fizermos isso, nós perderemos a condição de representatividade da população. Então, essa leitura eu tenho.

E nesse aspecto específico da questão do foro – o Senador Humberto Costa, que me precedeu, colocou isto também –, acho que é importante adotarmos algumas medidas, Senador Alvaro Dias. V. Exª pauta um assunto que entendo que precisa ter uma resposta construtiva deste Senado. Não se trata de ser contra ou a favor, de manobrar uma maioria para derrotar o projeto, mas a minha disposição, como Senador da República, é procurar interagir a fim de construirmos uma proposta que seja uma proposta do Senado da República.

Eu não gostaria que nós tivéssemos, no final dessa construção, um embate de alguém que é contra ou a favor, que é governo ou oposição, mas que fosse um pensamento conjunto de evolução do Senado da República, dos Senadores. Uma construção de unidade seria importante até porque isso vai para a Câmara dos Deputados, onde o assunto é muito mais complexo para a votação.

Então, eu queria ponderar aqui a seguinte questão: eu me debrucei sobre a proposta de V. Exª e sobre o relatório do Senador Randolfe, entendo que há avanços, mas acho que precisamos colocar mais algumas questões que possam efetivamente complementar o espírito de equilíbrio, de responsabilização e de responsabilidade, a fim de não transformarmos essa questão do foro em um jogo político, como disse o Senador Humberto Costa, de preservar ou prejudicar alguém, dependendo da relação que ele tenha com o tribunal de justiça do Estado ou na questão mais ampla, em âmbito nacional.

Eu quero lembrar o seguinte: nós somos Senadores da República, nós temos aqui ações de alcance nacional. Os Ministros do Supremo, os Ministros do STJ, muitas autoridades atuam em âmbito federal. E isso quer dizer que, dependendo do texto, nós poderemos estar respondendo a ações no País todo, ações movidas por diversos procuradores, nos lugares mais díspares possíveis. Além disso, poderemos estar respondendo a processos e tendo que ter advogados em razão desses crimes.

Nós temos que tratar também da questão de improbidade, em que temos que definir o espaço e definir prazo para as investigações, porque, como disse o Senador Humberto, isso pode ir para um Estado em que alguém tenha uma relação com a primeira instância, e a ação morra na primeira instância, sem haver investigação.

Então, para mim, que tenho cobrado agilidade da Operação Lava Jato, de todas essas investigações, não tem sentido uma investigação de pedido do Ministério Público demorar dez, doze, quatorze anos, levantando suspeição sobre qualquer agente público.

Então, quero propor que suspendamos da pauta esse item. Eu me comprometo a trazer essas contribuições na próxima semana. Acho que isso é mais construtivo do que votar aqui um relatório, e esse relatório ser emendado, ou depois, na volta, solicitarem-se audiências públicas. Ou seja: existem diversas formas de se embolar o meio de campo e efetivamente não se avançar. Acho que precisamos avançar nessa matéria.

Portanto, eu gostaria, tendo em vista esse clima de correria que vivemos nos últimos dias, de solicitar, já que não se pode mais pedir vista da matéria, que, num entendimento, ela ficasse sobrestada, ainda constando da pauta; assim, teríamos uma semana para apresentar essas propostas. Eu estou fazendo várias. Eu gostaria de discutir e colocar para análise das Senadoras e Senadores desta Comissão essas propostas, inclusive com prazos e com uma série de outros dispositivos que possam efetivamente fazer o que queremos: dar agilidade, transparência e profundidade a todas as investigações que forem solicitadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Fica aqui a sugestão. Não estou com as emendas prontas hoje até porque se trata de uma matéria extremamente complexa, que tem uma série de implicações, mas eu teria na próxima semana, na próxima quarta-feira, condição de apresentar essas proposições. Fica, portanto, aqui a sugestão a critério do Relator e do autor do projeto.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, apenas para responder essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está recebida a sugestão de V. Exª. Devolvo ao Senador Alvaro Dias, ao Senador que fez a leitura do relatório, Senador Randolfe, a decisão sobre a possibilidade de adiamento para uma ou duas reuniões, o que for necessário para a implementação desta solução que está sendo apresentada pelo Senador Romero Jucá.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de contestar a sugestão do Senador Romero Jucá, respeitosamente.

As questões que são suscitadas pelo Senador Anastasia e pelo Senador Humberto Costa são procedentes, mas, a meu ver, cabe o debate dessas questões no âmbito do Direito Processual. Estamos discutindo aqui a questão constitucional. Devemos eliminar da Constituição aquilo que hoje consideramos uma excrescência, até do ponto de vista da aspiração da sociedade brasileira, e discutir as questões complementares no âmbito do Direito Processual.

Temos já, no Direito Processual, matéria que resguarda o interesse aqui discutido. A questão do Direito Processual serve exatamente para racionalizar o processo em que se discute determinado objeto em diversas ações que podem ser impetradas em vários Estados, em várias Varas, e que devem ser remetidas, exatamente pela regra da prevenção, para a autoridade que primeiro recebeu a ação.

Mas essa é uma questão que pode ser aprimorada. Diz o §3º do art. 5º da Lei 4.717, de 1965, que a propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações que forem posteriormente intentadas contra as mesmas partes. Aliás, nós tivemos um exemplo, recentemente, quando se impetraram várias ações contra a posse do Presidente Lula na Chefia da Casa Civil, e todas essas ações foram remetidas para a mesma autoridade judicial, exatamente aquela que assumiu a responsabilidade e a competência na primeira ação impetrada.

Portanto, são questões que, certamente, não devem ser consideradas na Constituição do País, uma Constituição que já trata de assuntos além dos que deveria tratar e que deve remeter essas questões ao Direito Processual, já que se trata de direito material.

Sr. Presidente, então, a proposição que nós fazemos, em contraposição à do Senador Romero Jucá, é a de que elaborem os projetos que desejam elaborar para regulamentar essa matéria, e nós os discutiremos posteriormente. Agora, essa questão constitucional que diz respeito à extinção do foro privilegiado para todas as autoridades no País... E são mais de 22 mil autoridades privilegiadas! O Supremo Tribunal Federal não tem condições de julgar todas as ações impetradas contra autoridades. Seria humanamente impossível a 11 Ministros do Supremo Tribunal Federal julgar todas essas ações. Hoje, são 364 inquéritos em tramitação. Temos ações que demandam 18 anos, um terço das quais prescreve. São 22 as ações que hoje já superam os dez anos. Nós levamos 124 anos para condenar quatro autoridades no Supremo Tribunal Federal. Portanto, alimenta a impunidade esse instituto do foro privilegiado.

E nós tivemos afirmações de Ministros do Supremo Tribunal Federal que devem ser consideradas: a Ministra Cármen Lúcia, Presidente, afirma que "privilégios na monarquia; na República, não". Celso de Mello diz: "A Constituição de 1988, republicana, tornou-se aristocrática, porque conferiu privilégios às autoridades." Todos os Ministros que se pronunciaram até hoje se posicionam contra a existência do foro privilegiado, a saber: o Ministro Barroso, o ex-Ministro Carlos Velloso, o Ministro Marco Aurélio, que defende a eliminação do foro privilegiado de forma ampla e irrestrita, para se praticar o art. 5º da Constituição, que dispõe que somos todos iguais perante a lei e, portanto, devemos ter uma justiça igual para todos.

É evidente, Sr. Presidente, que há questões que podem ser suscitadas posteriormente, e nós teremos a oportunidade de analisá-las, debatê-las e, obviamente, aprimorar essa legislação, para evitar eventuais ris-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cos de injustiça. É evidente que, sobretudo, a autoridade está sujeita a riscos quando se fala que pode haver perseguição na primeira instância, mas pode haver perseguição também no âmbito do Supremo Tribunal Federal, até porque a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal é uma escolha de natureza política, ao contrário do que ocorre na primeira instância, para cujo ingresso há concurso público que premia o talento, o preparo, a qualificação dos julgadores.

Não há razão para suspender a tramitação dessa proposta. Nós devemos deliberar sobre a sua essência, que é o art. 5º da Constituição, conferindo, como já disse o Relator, Senador Randolfe Rodrigues, esse avanço civilizatório emblemático, que vai sinalizar vontade política de mudança nessa transição do Brasil de hoje para o Brasil do futuro.

Portanto, Sr. Presidente, o apelo que nós formulamos a esta Comissão é de que votemos hoje, deliberemos hoje sobre a questão da constitucionalidade desta proposta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, previamente inscrito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, inscreva-me, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª já estava inscrito.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu estou inscrito?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Reinscrevo-me agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está na vez, pela inscrição, o Senador Aloysio Nunes. Consulto se S. Exª quer falar agora.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma observação de ordem prática. Penso que a objeção formulada pelo Senador Anastasia e também pelo Senador Humberto Costa visa a facilitar a aprovação dessa proposta de emenda constitucional, na medida em que, desde logo, ainda que seja numa disposição transitória, já se fixe o foro para o julgamento dessas ações. Caso contrário, essa PEC vai encontrar inúmeros obstáculos na sua tramitação.

O Senador Randolfe disse-me há pouco – não sei se era esse o teor da sua manifestação, eu não seria indiscreto de socializar esse nosso cochicho – que tem o receio de que, se fizer essa alteração, isso configure um novo parecer e haja, portanto, ensejo para um novo pedido de vista.

Creio que não se configura um novo parecer uma mudança pontual, que pode ocorrer durante a discussão.

Então, no interesse da aprovação da PEC pelos Plenários da Câmara e do Senado é que faço esse apelo ao Senador Randolfe que aceite esta pequena modificação, que vai dar garantia de uma boa tramitação do projeto – pelo menos uma tramitação menos tumultuada.

Diz o Senador Alvaro Dias que não é matéria constitucional. Ora, Sr. Presidente, há muita matéria que não é constitucional e que tem sido... A Constituição da República tem até Justiça Desportiva!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Exatamente, Senador Aloysio, mas nós devemos combater isso, e não alimentar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sim, eu sei, Senador Alvaro Dias. Mas eu já vi PEC aqui, por exemplo, criando tribunais regionais. V. Exª mesmo é autor de uma PEC dessa.

Então, acho que é uma questão de ordem prática, ainda que seja uma disposição transitória. Enquanto não houver uma lei processual, que se possa fixar desde já, porque, caso contrário... Eu, que acho que realmente essa instituição do foro privilegiado já é algo ultrapassado pela evolução dos tempos e das mentalidades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

penso que ela teria uma tramitação mais tranquila se adotássemos essa providência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vejo que essa matéria, indiscutivelmente, será polêmica em todos os momentos que nós formos pautá-la ou votá-la. Cada um vai ter a sua interpretação – e eu respeito.

Agora, a classe política já não suporta mais essa cobrança que é feita, e precisamos tomar uma decisão. Acho que manter ou prorrogar essa decisão do foro privilegiado não se aceita mais. Já se chegou a um ponto em que a sociedade enxerga como se criássemos uma casta diferenciada, e isso, hoje, passa a ser motivação para as pessoas que têm uma vida pregressa envolvida em crimes buscarem um mandato com a finalidade de ter ali a blindagem do período do seu mandato eleitoral. Isso passou a ser um guarda-chuva para poder protegê-los dos crimes que praticam no dia a dia.

Ora, Sr. Presidente, não podemos mais admitir esse tipo não só de interpretação, mas muito menos de cláusula da Constituição brasileira que nos garanta foro privilegiado.

Na proposta do Senador Alvaro Dias, ele é direto, ou seja, ela vai exatamente ao art. 102 da Constituição e diz o seguinte: nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros, o Procurador-Geral da República – ou seja, é tudo: o Supremo, a Procuradoria-Geral da República, o Presidente da República, o Vice-Presidente, Ministro de Estado, Senador, enfim, todas as autoridades aí –, nos crimes comuns, nas infrações penais comuns, estão excluídos deste guarda-chuva, o que não nos está exatamente tirando o nosso direito de opinarmos, debatermos e votarmos de acordo com a nossa consciência e também de podermos pronunciar-nos de acordo com aquilo que acharmos certo.

Perfeitamente. Vamos levar isso adiante. As dificuldades que virão... Se amanhã o Estado vai ser simpático a nós ou não, infelizmente essa é a regra. Essa é a regra. É a realidade. Esse fim do foro privilegiado precisa acontecer exatamente antes do recesso. Vamos votar essa matéria logo. Suprime-se isso aqui, acabando com essa brincadeira e dizendo: "Acabou!"

Agora, quem tiver crime comum vai responder pelo mesmo por lá e não vai atrapalhar a rotina do dia a dia do Congresso Nacional. Pronto! Ele não vai ficar acumulando matérias do Supremo Tribunal Federal.

Então, enxergo a necessidade de não ficarmos, a toda hora, achando que... É uma manobra para prorrogar, mais outra medida para procrastinar essa votação, querendo manter esse guarda-chuva. Ao invés de estimular as pessoas de bem, acaba por estimular aqueles que já estão na prática criminosa a quererem, amanhã, essa blindagem do mandato.

Então, vamos encerrar essa conversa, Sr. Presidente, e votar isso logo, está certo? As alterações virão amanhã, dentro da legislação criminal, dentro do Código de Processo Penal, e, aí, poderemos relatar onde é que ele poderá ser processado, logicamente no seu distrito, ou no seu distrito eleitoral. Enfim, há uma decisão que virá pelo Plenário do Congresso Nacional, mas vamos encerrar isso que tem sido algo que está deteriorando, cada vez mais, a credibilidade de toda a classe política.

O ponto que eu vejo – e concordo com o Senador Alvaro Dias – é que essa medida tem um ponto importante. Ela não está fazendo aqui uma retirada do foro seletiva. Ela aqui retira o foro privilegiado de todas as autoridades. Todas. Não há mais ninguém que vai ter essa prerrogativa no País. Do Presidente da República ao mais simples cidadão, o crime comum terá exatamente o mesmo juiz ou a mesma comarca para poder julgar as suas práticas criminosas.

Por isso, Sr. Presidente, eu me coloco favorável à votação, na data de hoje, para que possamos encerrar essa matéria e responder também à pauta da população brasileira, que deseja ver essa matéria votada e concluída e esse foro privilegiado ser expurgado da Constituição brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, previa-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mente inscrito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, primeiramente, com a devida vênia e permissão do aniversariante – é chato divergir de aniversariante, principalmente quando o aniversariante tem a competência e o talento do Senador Romero Jucá –, eu não vejo, Senador Alvaro Dias, condições políticas de esta Comissão de Constituição e Justiça adiar, mais uma vez, esse debate. Nós já o fizemos por duas vezes. Na verdade, nós não adiamos, mas, por duas vezes, não foi possível a apreciação aqui. É importante...

Nós estamos em uma Casa política. Esta Casa, assim como qualquer Parlamento, tem que ser sensível à pressão da sociedade. Veja, por três semanas seguidas, os temas das dez medidas contra a corrupção e do fim do foro privilegiado estiveram nos *trending topics* do Twitter, uma das principais redes sociais do País, mas, mais que isso, qualquer pesquisa que tenhamos feito, seja nas nossas redes particulares, seja no próprio *site* do Senado, aponta um apelo social pelo fim do foro. Se alguém dissesse que é só um apelo popular para isso... Mas o problema é que não é. Há uma circunstância colocada.

Eu aqui quero concordar com o nosso eminente professor Senador Anastasia. Embora a origem do foro tenha sido foro por prerrogativa de função, ou seja, a proteção da função dos excessos do Estado, na história do direito da política brasileira, ele se desvirtuou. O formato do foro como nós temos hoje foi uma construção da junta militar dos três patetas da ditadura, em 1969, com a Emenda Constitucional nº 1 à Constituição de 1967. Com qual objetivo de então, Senador José Maranhão? Com o objetivo de centralizar aqui, em Brasília, todas as ações penais para fortalecer o regime então existente contra aqueles que levantassem a voz contrária ao regime. Então, a origem do formato que temos hoje é uma origem que não é da democracia. O vício da democracia e da Constituição de 1988 foi ter mantido como estava na Emenda Constitucional nº 1, de 1969, ou na Constituição de 1969, como preferirem. Esse foi o grande desvirtuamento. Como ele se constituiu pós-Constituição de 1988, lamentavelmente se tornou um instituto sinônimo da impunidade.

No mundo não existe algo semelhante ao que acontece no Brasil no que diz respeito a autoridades com foro por prerrogativa de função. São 32 mil, Senador Alvaro Dias – 32 mil! –, é do prefeito ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, passando pelo Senador da República, pelo Deputado Federal, pelo membro do Conselho Nacional de Justiça, pelo membro do Conselho Nacional do Ministério Público, pelo Ministro do STJ, pelos governadores de Estado, pelos Deputados estaduais, pelos juízes e pelos promotores. É uma farra geral! Nesse aspecto, é uma jabuticaba brasileira, não há nada parecido no mundo, não se veem por aí tantas autoridades com prerrogativa de foro.

Alguns podem até dizer que a origem dos nossos males, o desvirtuamento do direito, está em Portugal. No entanto, em Portugal não existe isso, em Portugal só há três autoridades com prerrogativa de foro: o premiê, o Presidente da República e o Presidente da Assembleia Nacional, ponto. No restante da Europa, não existe, não há isso; não existe isso na Alemanha, não existe isso na França, não existe na Inglaterra, não existe nos Estados Unidos – se o Presidente norte-americano comete um crime comum, é julgado em primeira instância.

Portanto, se tornou anacrônico o instituto como ele existe hoje, e acabou passando a ser percebido pela sociedade, notadamente pelos mais recentes acontecimentos, inclusive pela Operação Lava Jato, como sinônimo de impunidade. Nós, como Casa política, não teríamos condições políticas de adiar mais uma vez este debate aqui, embora considere – o Senador Aloysio fez uma boa provocação – as ponderações feitas aqui, notadamente pelo Senador Anastasia. Se nós conseguirmos um acordo nesta Comissão de modo que as ponderações acatadas por este Relator não ensejem novo pedido de vista, eu concordaria, obviamente, em submeter à votação. Se não, a ideia que proponho à Comissão é que nós sigamos com o debate aqui e tentemos apresentar alguma emenda no plenário para, no plenário, tentarmos fazer o ajuste necessário. Então, reitero: aceito as ponderações aqui feitas se nós conseguirmos uma forma, uma alternativa para que elas não representem atraso no debate dessa matéria ou ensejem novo pedido de vista. Se não, vamos tentar construir uma mediação nesse sentido no plenário. É a ponderação que faço à Comissão. Mas repito: não vejo condições de nós adiarmos este debate, pela urgência e pela celeridade que a matéria demanda.

Há outra coisa que aqui foi argumentada pelo Senador Caiado. Alguns chegaram a ponderar, no debate sobre essa matéria, o seguinte. Mas como é que fica o Ministro do Supremo Tribunal Federal? Ora, é o *caput* do art. 5º da Constituição: todos são iguais perante a lei. Não teria sentido...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Como nós ficamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Como nós ficamos, exatamente, Senador Ferraço.

Não teria sentido nós derrubarmos o foro para o Senador da República e não derrubarmos o foro para o Ministro do Supremo, que está no mesmo nível, no mesmo estágio dos poderes, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Aliás, é aprovado pelo Senado...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Deixando claro que estamos aqui a nos referir a crime comum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sim, crime comum, perfeitamente.

Ou seja, como já foi muito bem dito pelos colegas Senadores, é pressuposto do agente público, da autoridade pública, não cometer crime comum, é um pressuposto, senão não está à altura da função pública.

Portanto, essa é a ponderação que faço na condição de Relator, muito bem designado por V. Exª.

E quero fazer um registro, Presidente José Maranhão. Ao senhor, a V. Exª, presto aqui todas as homenagens. V. Exª tem pautado esta Comissão não pela agenda que V. Exª acha que é melhor para o País ou pela agenda conveniente para V. Exª. V. Exª tem pautado esta Comissão pela agenda do País, pela agenda dos temas que a República exige que sejam debatidos, aprovados ou rejeitados. V. Exª tem definido as relatorias aqui obedecendo a critérios de isonomia e de democracia, garantindo o rodízio, para que os membros desta Comissão possam exercer a relatoria. Esse perfil republicano de V. Exª é um perfil que faz bem em tempos em que precisamos de agentes republicanos. Então, presto aqui a V. Exª essa homenagem e agradeço a honra da designação da relatoria.

Tenho a opinião de que não há condição alguma de adiarmos este debate. Que a CCJ delibere sobre esse tema no dia de hoje!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agradeço a generosidade do Senador Randolfe Rodrigues e digo que a posição que tenho tomado reflete o respeito que precisam ter a própria instituição e os integrantes desta Comissão, que são todos, sem exceção, pessoas da melhor qualificação política, intelectual e técnica.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, pelo que ouvimos aqui de todos que se manifestaram, todos são favoráveis à mudança nessa legislação. Nenhum aqui disse que era contra, que as coisas deveriam continuar como estão. Portanto, aqui, não se pode dividir os integrantes da Comissão entre os que estão a favor de manutenção de um privilégio e aqueles puros que querem eliminar esse tipo de situação.

Segundo, o que me causa espécie é que, muitas vezes, os Senadores, em conversas ao pé do ouvido, no plenário, manifestam sua preocupação: "Uma prerrogativa do Poder Legislativo vai deixar de se fazer. O que é que se faz?" Mas, quando chegam aqui, quando a câmera é ligada e quando os repórteres estão aqui, aí se tornam os arautos da moralidade, os arautos da defesa...

Isso é verdade! O que estou dizendo aqui é verdade! Estou botando o dedo na ferida! É a velha história: sou contra, mas confio no patriotismo da maioria. Nós não queremos isso, não! Nós queremos participar da discussão e da elaboração de uma legislação que não represente qualquer tipo de privilégio, mas que preserve aquilo que devem ser as prerrogativas do Judiciário, do Legislativo e do Executivo também.

Temos de discutir muitas coisas. Há este negócio de que não se deve botar na Constituição. Ontem, nós botamos execução orçamentária na Constituição por 20 anos!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone*.) – É só isso: se você bota na Constituição um negócio, se não bota, demora dois anos para...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É claro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone*.) – Você vai tramitar sem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É claro! Existem coisas que são concretas. O Senador Alvaro Dias citou um exemplo, que é o único em que acontece essa questão, que é a ação civil pública, a ação por improbidade administrativa. Qualquer outra não tem essa de que o foro é aquele onde se manifestou.

Então, veja bem: nós poderíamos assumir, Senador Randolfe, o compromisso aqui de construir um texto a várias mãos, com o compromisso de ninguém pedir vista em relação ao que vier posteriormente, e nós votamos.

Agora, do jeito que está aí, V. Exª sabe para que serve? Para fazer debate político e fazer pose de ético, porque isso não passa na Câmara.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – E desculpe, Senador Humberto, só um adendo: e nós vamos, em tese, votar um texto que depois vai ser modificado, e a leitura pública, depois, vai ser a seguinte: fizeram um texto e agora estão dando um jeitinho de fazer um negócio, de mudar, de recuar, de tudo o mais, quando na verdade não é um recuo. É um ajuste...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... operacional e jurídico, para que a aplicação da meta tenha viabilidade.

Então, é por isso que eu defendi: em vez de votar de qualquer jeito, depois emendar no plenário, voltar, e dizerem que nós recuamos e pressionamos para mudar e para haver impunidade – porque essa é a leitura que vão fazer –, eu acho que nós teríamos que construir bem para sair, conjuntamente, um texto respaldado por toda a CCJ, para ser votado no plenário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – É a melhor construção para essa matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Senador Humberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, então a minha fala é no sentido de fazer esse apelo, para que nós possamos construir algo que efetivamente atenda à demanda da sociedade, atenda à preservação das prerrogativas dos poderes, atenda ao conhecimento das experiências que nós já vivemos, atenda à agilização da Justiça. Eu acho que é isso que nós precisamos construir.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, a sugestão – e o Relator concorda com isso – é que essa proposta que diz respeito à definição do domicílio possa ser apresentada em plenário com o compromisso do Relator em acolher a proposta.

Nós temos que sinalizar, inclusive para a sociedade – porque nós estamos aqui para representá-la –, que nós estamos agindo com sinceridade, que nós queremos eliminar o foro privilegiado. E não podemos também ficar dependentes do que a Câmara poderá ou não fazer. O Senado tem que cumprir o seu dever e eliminar o foro privilegiado.

É evidente que ninguém quer deixar um vácuo, deixar um vazio de legislação, mas essa proposta pode ser trabalhada a quantas mãos forem necessárias, para que, no plenário, ela seja acolhida como instrumento de regulamentação, a fim de evitar qualquer dúvida em relação à execução dessa nova fase da Justiça brasileira, em que se elimina uma casta de privilegiados.

Portanto, Sr. Presidente, a nossa sugestão é de que votemos hoje, deliberemos hoje sobre a extinção. É uma manifestação de vontade política de acabar com o foro para todas as autoridades. E depois, no plenário do Senado Federal, se discute essa proposta de aprimoramento da legislação, que poderia ser na legislação processual, mas que seja, como querem, com uma regra de transição na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de externar minha posição.

Eu acredito que nós temos que acabar com esse desassossego, com esse desconforto que nos acomete diariamente, em contato com a sociedade.

Eu acredito que, ao apoiar essa PEC, nós estamos sinalizando nosso compromisso com a nova ordem democrática. Estamos também, sem dúvida nenhuma, aprovando um primeiro passo para o aperfeiçoamento das nossas instituições.

Portanto, sou favorável à extinção do foro privilegiado para os crimes comuns.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Nós estamos com a seguinte situação. Não há mais oradores. Evidentemente, eu teria que submeter a matéria à votação.

No painel, nós temos 25 Senadores presentes, mas presença física mesmo aqui nós temos quantas? Peço à Secretaria para contar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente, a votação é simbólica, a menos que alguém peça verificação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço a V. Exª que espere um pouco. Talvez eu possa satisfazer a sua ansiosidade. Nós estamos com 14, então, podemos votar a matéria, podemos deliberar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Recebi do Senador Anastasia, repito, uma solução para a questão que é trazida aqui à preocupação, sobre o foro remanescente, que, na verdade, é uma solução para qual seria o foro extinto, foro por prerrogativa de função. E a inteligente solução aqui é apresentar, para os problemas diagnosticados de agentes do Executivo ou do Legislativo, o foro do domicílio eleitoral. Sugere S. Exª o Senador – e tenho simpatia por essa sugestão – o seguinte dispositivo para acrescentar: "a propositura de ação penal por crime comum contra os agentes políticos prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedido ou mesmo objeto." No meu entender, resolve os problemas remanescentes em relação a essa matéria.

Entretanto, a preocupação é só não gerar um novo pedido de vista. Obviamente, acrescentar isso ao relatório, não vejo alternativa regimental que não pudesse gerar um novo pedido de vista a essa matéria. Eu queria apresentar como solução e como alternativa o seguinte: receber essa emenda para o plenário, visto que essa matéria vai em seguida para o plenário. Receber essa sugestão, essa emenda proposta pelo Senador Anastasia para o plenário e, lá no plenário, acatando-se isso, podermos dar o encaminhamento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, só vou fazer o registro de que...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nós vamos...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... o Senador Harry Potter está usando bigode. Ficou bem, agora perdeu o rosto de menino.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esse bigode do Senador Randolfe está preocupando especialmente o sexo feminino. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, é para me inspirar em V. Exª

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, eu já retiro o que falei. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Conforme a minha exposição original durante a discussão, no início desta reunião, Sr. Presidente, eu redigi aqui como matéria para discutir com nossos pares a proposta para identificar o foro.

Eu ouvi atentamente a ponderação do Senador Alvaro Dias sobre a questão da legislação infraconstitucional, mas é bom lembrar a S. Exª que a legislação infraconstitucional, em matéria de competência, é diversa.

A lei popular tem um critério. A lei de ação civil pública tem outro critério. A lei de mandado de segurança tem um terceiro critério. Então, parece-me que seria adequado, até pela complexidade do tema, que nós pudéssemos colocar a solução do novo foro desde logo para que, extinto o foro chamado privilegiado, já houvesse a identificação imediata de para onde iriam as ações penais, as ações criminais relativas aos agentes políticos.

Tomei a liberdade de sugerir ao Relator – e é claro que não vou entrar aqui na questão procedimental, que será discutida pela Comissão; estou discutindo só o conteúdo – a ideia de adotarmos aquela figura que está na lei da ação civil pública, que diz que a primeira ação previne as demais – a primeira ação previne as demais –, para evitar outras discussões. É uma ideia de conteúdo que eu submeto, sob o procedimento que vier a ser adotado pelos nossos pares.

Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente, quero apenas manifestar concordância com o Senador Anastasia...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... porque a proposta dele vem exatamente ao encontro daquilo que desejam os demais Senadores que se pronunciaram a respeito e corrige esse vácuo. Pode ser realmente no texto da Constituição, mas, evidentemente, acolhendo essa proposta no plenário para evitar a postergação dessa matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senador Alvaro, a não ser que haja um acordo aqui...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... para o Relator acolher sem que haja nova vista.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Exato, sem vista...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Se houver esse acordo entre essas partes...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sem vista, não há nenhum problema, mas, se houver alguma tentativa de propor vista, que seja no plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com relação a essa questão do risco de algum Parlamentar da Comissão pedir vista, a solução alternativa não é regimental, porque o Regimento diz que a emenda não aprovada inexiste. Então, se é uma emenda, tem de seguir um procedimento regimental; tem de ser discutida e votada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, permita-me retificar.

Havendo um acordo aqui entre os membros da CCJ e não ocorrendo pedido de vista – e muito bem lembra aqui o nosso principal regimentalista e aniversariante do dia, Senador Romero Jucá, que emenda não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

enseja novo pedido de vista, e como a decisão deste Relator é acatar a emenda aqui proposta pelo Senador Anastasia, o que não implicaria isso, e, obviamente, em decorrência disso, reitero, havendo acordo e não ocorrendo o pedido de vista, a emenda seria já recebida e acatada para evitar qualquer empecilho regimental ou qualquer problema.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só quero colocar que eu, por exemplo, não vou pedir vista, não há nenhum problema, mas o simples acatamento dessa emenda não resolve o problema. Acho que é indiferente ele acatar ou não, porque, quando chegar ao plenário, vamos ter de ver se conseguimos alguém que faça um substitutivo que responda a essas questões, o que vai, enfim, terminar, de todo jeito, tendo de se gastar um tempo com isso.

Há coisas que têm de ser respondidas, Presidente. Por exemplo, neste caso concreto, qual é o momento de execução da pena? Suponha que um Ministro do Supremo Tribunal Federal será processado por um... Vou pegar o exemplo que o Jucá citou aqui: um Ministro do Supremo Tribunal Federal é processado na Paraíba. Um procurador lá o processa. Um juiz que talvez tenha ficado com raiva do Ministro lá do Supremo, porque no CNJ ele teve uma posição x ou y, condena o Ministro. Ele recorre para o Tribunal de Justiça, que o condena. O que acontece?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone*.) – Vai preso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vai preso, perde a condição.

Há coisas que a gente precisa ver. Ou isso aí só vale depois que transitar em julgado o último recurso? Isso é bom? É ruim? O que está hoje é assim. Então, há muita coisa para a gente responder.

Por isso eu digo que podemos aprovar até do jeito que está; agora, dizendo que é uma proposta capenga, que não responde a uma série de problemas que temos de responder. Essa é a questão em jogo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu ouvi as ponderações feitas pelo Senador Humberto Costa. Embora o meu entendimento de mérito não possa nem deva prevalecer, devo dizer que estamos diante de uma matéria da maior gravidade e repercussão.

Nós não devemos entrar numa rota de sofreguidão para aprovar esse parecer e o projeto. Seria bom que existisse, dentro da própria Comissão, uma saída que ensejasse amadurecimento da questão, de maneira a não sair daqui, quanto a um instituto que é altamente importante e resistiu a vários séculos de legislação no Brasil, com uma proposta capenga, imperfeita, que possa suscitar inclusive questionamentos na própria Justiça.

Essa é uma opinião minha, mas isso não faz jurisprudência. Quem vai decidir sobre essa questão é o autor, o Relator e, de resto, o Plenário. Seria bom que, na própria Comissão, com um pouco mais de tempo, nós pudéssemos encontrar uma forma de expungir esse texto das falhas que aqui foram sugeridas e apontadas por uma forma mais escorreita, mais próxima da perfeição dessa matéria, pela sua gravidade e importância.

Todavia, nada impede que a Comissão decida assim mesmo como está, e esse trabalho de burilamento do texto final seja feito em nível de Plenário. De maneira que fica a critério dos Srs. Senadores os dois caminhos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente, só...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Eu queria fazer só uma ponderação, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente, uma correção. Eu sei que não foi intencional da parte de V. Exª, mas essa não é uma proposta capenga, é uma proposta objetiva e radical que atende exatamente ao que se deseja hoje, como modernidade, em matéria de Justiça: uma nova Justiça para o País.

A principal ponderação foi acolhida pelo Relator. Portanto, nós estamos em condições de votar esta matéria. E se apresentarem no plenário inovações produtivas, construtivas, modernizantes, qualificadoras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

evidentemente, o Relator acolherá e o Plenário aprovará.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu peço a V. Exª que entenda a extensão do adjetivo que eu usei: capenga. Eu repeti apenas o que foi dito aqui por vários oradores. E se incorporei essa palavra ao meu curto discurso não foi no sentido de desqualificar o esforço, a proposta que V. Exª e o Relator mesmo estão fazendo. Foi apenas na questão formal. Eu estou me referindo à questão formal da medida.

Mas eu entendo que o burilamento, se necessário, poderá ser feito tanto aqui na Comissão, os instrumentos existem, como poderá ser feito no plenário, que é até mais amplo do que aqui na Comissão.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. *Fora do microfone*.) – Eu queria apenas dar uma sugestão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é verdade que uma matéria dessa natureza, com essa envergadura e complexidade, demanda mais tempo e mais profundidade. Penso que quando fazemos as coisas no afogadilho e levados pela situação, há esse tipo de debate, embora eu seja plenamente a favor, até porque a proposta do Senador Alvaro Dias trata de crimes comuns, e nós somos cidadãos comuns, revestidos de uma envergadura que nos foi dada por um mandato eletivo pelo povo. E, com esse mandato eletivo, não recebemos alguns privilégios, mas coberturas, para que tenhamos, no exercício do mandato, por exemplo, o foro e a proteção para a nossa fala, porque, sem dúvida alguma, sem essa proteção de fala, de falar o queremos falar, eu seria um eterno mudo no exercício do meu mandato, e não haveria justificativa nenhuma para eu estar aqui.

Por exemplo, ontem, a Ministra Rosa Weber, o Ministro Barroso e o Ministro Fachin – que é o Ministro do Senador Alvaro Dias, que defendeu tanto a vinda dele para cá – votaram a favor do aborto com até doze semanas de gestação. Quer dizer, pode matar um inocente. Esses três Ministros são suplentes de Deus. Deus resolveu descansar e eles disseram: "Agora pode matar porque Deus agora somos nós." Eles são contra pena de morte para vagabundo, mas pode matar inocente no útero. Eu também não sou a favor de pena de morte porque eu sou cristão. Mas eu estou falando o nome: Ministro Barroso. Se eu não tivesse a proteção do foro, eu não poderia falar o nome dele aqui porque eu pegaria cadeia eterna. O Ministro Barroso é a favor da legalização da maconha, sem respeitar uma nação que é eminentemente, majoritariamente cristã. Então, os três suplentes de Deus ontem decidiram que pode matar criança no útero com doze semanas, com três meses. Deus descansou, os três assumiram, e daqui para a frente pode tudo.

Então, sem o foro, jamais eu poderia falar isso. E as pessoas que me encontram, que me acompanham nas redes, que acompanham o mandato de todos aqui, lá da sua Paraíba, dizem: "Gostei daquilo que você falou." Mas, sem o foro, como eu iria falar isso? Seria uma cadeia no meio da cara o que eu ia tomar.

Portanto, eu só falo o que falo não pela proteção do foro; falo o que falo porque é meu sentimento, falo com o meu coração, e medo eu conheço de ouvir falar, nunca fui apresentado. Então, já tenho a proteção do foro para poder falar, senão, não falaria, certo, meu Presidente?

Sei que lá, na Câmara dos Deputados, por exemplo, há um monte de Deputados Federais revoltados comigo por causa da minha proposta de reduzir o teto de R$32 mil para R$15 mil. Quando pedi ao Senador Benedito para assinar a PEC, eu estava na tribuna e citei o nome dele. A Câmara ficou filmando o Senador o tempo inteiro. Ora, eu poderia arrumar uma briga afoita com qualquer pessoa, mas, se já temos essa proteção por mandato, a proposta de crime comum é factível, é até simplória. É até simplória! Mesmo porque quem comete crime comum tem que responder independentemente de ter mandato ou de não ter mandato, de ser juiz, desembargador, de ser primeira instância ou não.

Aliás, cometemos um erro quando este Senado aprova Ministro de tribunal superior. A cada dia, cresce a minha convicção de que tem que haver mandato. O sujeito tem que fazer concurso. Tem que haver mandato para ele ficar oito anos ou quatro anos e, depois, sair. Hoje, ficam eternos lá. Eles são eternos, eles são deuses, eles são semideuses, eles têm asas nas costas e não respeitam uma nação de 204 milhões de cristãos e tomam atitudes aleatoriamente.

O Sr. Fachin, quando falou aqui, parecia que não era o mesmo homem. O advogado do PT era outra pes-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

soa querendo ser Ministro. E eu questionei, votei aberto; não votei fechado. Votei aberto no Sr. Barroso e disse por que estava votando aberto. Sem esse foro, jamais eu poderia fazer isso. Não é valentia, não; é o exercício do meu mandato, do mandato que o povo me conferiu. Mas se tenho isso, ao crime comum o cidadão tem que responder. Quem comete crime tem que responder pelo crime que cometeu, certo, meu Presidente?

Então, voto a favor, e aqui ainda vou esperar o Senador Alvaro Dias me fazer um pedido de desculpas pela indicação de Fachin para o Supremo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, acompanhei aqui, com muita curiosidade, todos as ponderações que foram feitas.

Eu conversava com nosso companheiro Anastasia, pegando aqui o termo usado pelo Relator de que "foro por prerrogativa de função" é o entulho vindo de 1969, do período da revolução.

É interessante porque observo o seguinte, Sr. Presidente: hoje, neste País, tudo está virando moda. Tudo! Ontem, por exemplo, foi a maior anarquia, falta de respeito e de vergonha o que aconteceu na Esplanada dos Ministérios. Com a alegação de que o estudante, que veio aqui para ver a discussão e votação da PEC 55, que vai acabar com este País, meu Deus do céu... Que coisa terrível!

Então, por que é que as ponderações estão sendo feitas aqui? Para evitar que essa matéria chegue ao Plenário e seja objeto de emendas, de um substitutivo, volte para cá... "Mas é para correr! Tem que fazer isso até dia 15."

Nobre Relator, eu queria fazer uma ponderação a V. Exª, que é um rapaz inteligente: já que se esperou um século... E vamos admitir, dentro daquela afirmativa de V. Exª, que de 1969 para cá são 47 anos. Esperamos 47 anos calados e, como disse muito bem o Senador Magno...

Aliás, Senador Magno, V. Exª não poderia mais falar o que está falando não – ouviu? A partir disso aqui, não poderia mais falar não.

Então, é preciso que nós tenhamos ponderação, paciência.

Sr. Presidente, nobre Relator, nobre autor da matéria, por que não fazermos não uma interrupção, mas esse ato no sentido de que se, depois de 47 anos, estávamos calados, silenciosos... Estava tudo bem, mas agora não; "temos que fazer, porque as redes sociais estão pedindo".

Eu recebo todos os dias, no meu telefone, mensagens. Como eu não tenho "zap-zap", Instagram nem nenhuma dessas coisas, porque isso não traz absolutamente nenhum benefício; muito pelo contrário, a gente vê uma coisa terrível no mundo hoje...

Aliás, um dia desses, Sr. Presidente, eu ia do meu gabinete para o plenário, e havia uma moça, que vinha na direção contrária, com a cara em cima do telefone. Eu disse; "Vou ficar na frente dela, porque ela vai acabar batendo em mim". Não deu outra! (*Risos.*)

Quando ela se deu conta, topou em mim. Eu disse: "Mas, minha senhora, por favor!" E ela disse: "O senhor me desculpe.""A senhora bater em mim, tudo bem; mas se livre de, na rua, bater em um carro, porque, aí, não tem jeito, a senhora vai conversar com São Pedro".

É isso que nós estamos vivendo hoje.

Um dia desses foi tanta mensagem dizendo: "Vote essa matéria, vote contra o seu foro privilegiado". Eu, então, mandei um recado para essa pessoa, se não me engano, de Minas Gerais...

O prefixo 31 não é de Minas Gerais?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Pois bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Foram mais de 20 ligações, dizendo: "Vote contra isso, vote contra a 55". E eu, que não quis mais saber daquilo, fiz uma resposta para ele ou ela: "O senhor ou a senhora não tem o que fazer não?" (*Risos.*)

"Se não tem o que fazer, eu vou arranjar uma lavagem de roupas para vocês". (*Risos.*)

Esperem o momento da discussão e votação da matéria. O que nós precisamos é definir as matérias para que a gente possa cuidar da situação deste País no que diz respeito à sua situação econômica e fiscal, e não essa história de ficar pedindo contra isso ou contra aquilo. Isso é terrorismo!

Eu disse, dando uma resposta dura: "Vão procurar o que fazer!"

Você recebeu, Anastasia?

Então, é isso: ponderar não custa absolutamente nada. Nós esperamos, pacientemente, por um longo tempo, mas, agora, não, temos que fazer hoje, agora, não interessa o que se está sugerindo.

A matéria vai ao Plenário, lá se apresenta um substitutivo e ela volta para cá. Pronto! Acabou! Então, nós vamos votar isso só para o ano, quando reiniciarmos os trabalhos legislativos a partir de 1º de fevereiro do ano que vem.

Então, Sr. Presidente, eu queria fazer essa ponderação a V. Exª e contar essa história de que, hoje, nós não podemos fazer tudo aquilo que se pede através das redes sociais. Elas servem para ajudar, mas, ao mesmo tempo, para atrapalhar.

Depois disso, acabou. Ninguém assiste mais a uma missa, ninguém mais vai à igreja, ninguém assiste a um filme mais, ninguém assiste a mais nada!

Para encerrar, Sr. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, eu vou contar outra história. Eu cheguei, um dia desses, ao consultório médico, para fazer um exame. Havia umas dez pessoas lá, todas as dez estavam com a cara no telefone. Dei bom dia. O senhor que estava lá respondeu? Aí eu alterei a voz e disse: bom dia, minha gente! Foi aí que dois ou três responderam "bom dia".

Então, pelo amor de Deus! Eu sou de outra época. Acredito na evolução, na tecnologia, mas ela tem um limite. A gente precisa ter limites para praticar algumas ações, e eu peço ponderação.

Muito obrigado, Presidente. Desculpe a interrupção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Lasier Martins, previamente inscrito.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Presidente José Maranhão, essa matéria do foro privilegiado, da prerrogativa de função, ela nos incomoda há muitos anos, causa constrangimento. Essa matéria está sendo suscitada agora porque a Operação Lava Jato está criando algumas situações delicadas e de apreensão para muita gente. É uma velha excrescência. E agora a proposta do Senador Alvaro Dias estabelece aquilo que a população brasileira quer há muito tempo: a igualdade de todos perante a lei, acabar com o privilégio.

Eu entendo, Presidente, que nós devemos votar aqui, na Comissão, porque a proposta do Senador Alvaro Dias é muito clara. Acaba...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço ao orador um minuto, para apelar, inclusive, em favor de V. Exª

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O orador precisa ser ouvido, e as pessoas presentes, tanto os que constituem a Comissão como os que estão aqui executando os seus trabalhos de assessoria, de consultoria, precisam guardar o necessário silêncio, senão isso aqui vai virar uma feira.

V. Exª tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Sr. Presi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dente.

Então o meu pedido, a minha sugestão, Presidente, é que se vote aqui, na Comissão. Deixe lá para o plenário uma nova discussão, aí, sim, com a participação de todos os Senadores, porque é adequado que todos os Senadores participem dessa matéria. Mas a proposta do Senador Alvaro Dias é muito clara, não deixa nenhuma dúvida: acaba-se com o foro privilegiado para todo mundo.

Então, esta é a minha sugestão: vamos votar aqui, na Comissão, agora de manhã, hoje ainda.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu tenho feito algumas reflexões nos últimos meses, acompanhando desde o processo do *impeachment*, tudo que tem acontecido com o País, e me preocupa muito, basicamente, algo que no dia a dia eu visualizo, através dos fatos, como a verdade perdeu o valor no Brasil, como os fatos foram suplantados pelas versões.

Recentemente, me veio esta palavra que eu não sabia o que era e que reflete exatamente aquilo que eu já vinha pensando, que é a palavra "pós-verdade", que foi a palavra escolhida pelo maior dicionário da língua inglesa, o dicionário Oxford, como a palavra mais usada e, portanto, influente em todo o mundo. O pós-verdade em relação ao Brexit, que é a saída do Reino Unido da zona do euro; o pós-verdade em relação à eleição americana, de Hilary Clinton e Trump; o pós-verdade que acontece e está acontecendo todos os dias no Brasil.

Ou seja, os fatos e as verdades valem menos do que as crenças pessoais, do que aquilo que causa comoção e que transforma aquilo de tal forma, como algo certo a se fazer. Os meios de comunicação estão conduzindo a conduta da classe política no País.

Eu quero deixar muito claro que sou a favor...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – V. Exª me permite um aparte? É apenas para ilustrar o que V. Exª disse agora.

Eu fiz uma ponderação ao Senador Randolfe, e ele concordou em acrescentar em seu parecer um esclarecimento sobre qual será o foro competente para julgar essas ações, segundo uma sugestão do Senador Anastasia. O Senador Randolfe concordou em fazermos isso desde que não houvesse novo pedido de vista. Pois um desses blogues já disse que eu fiz isso porque sou contra o fim do foro privilegiado. É um absurdo! Eu declarei na minha fala que sou a favor e propus essa modificação porque, de qualquer maneira...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Permita-me...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ...isso iria aparecer no plenário e atrasaria a tramitação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Permita-me testemunhar, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Agora eu sou carimbado como sendo contra algo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Permita-me testemunhar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ...a que sou favorável.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A sugestão de V. Exª e do Senador Anastasia não desvirtua nem em um centímetro a proposta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Agora isso vai para um blogue, um blogue que tem milhares de seguidores, onde me atribuem uma posição que é exatamente oposta àquela que defendo.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Então, eu vou dividir essa – entre aspas – "culpa" com V. Exª, porque isso foi fruto de uma provocação minha ao Senador Anastasia na presença de V. Exª.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, me incomoda o que as pessoas escolhem como verdades. Na sema-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

na retrasada não foi possível termos reunião na Comissão de Constituição e Justiça. Eu cheguei dentro do prazo regimental, dentro dos 30 minutos, porque estava em outras comissões e atendendo. A CCJ foi cancelada por motivo de força maior, mas todos os que não estavam presentes foram considerados pelas redes sociais como aqueles que estavam contrários ao fim do foro privilegiado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu quero dizer tudo isso como preliminar para dizer o seguinte: eu sou a favor do fim do foro privilegiado. E explico a razão.

Eu fui prefeita por dois mandatos, eu fui vice-governadora. Eu tenho convicção de que os políticos de bem... E, sim, senhoras e senhores cidadãos, há políticos de bem e honestos neste País, porque nós somos frutos da sociedade brasileira. Se não há político honesto, a sociedade brasileira inteira não é honesta? Isso não é verdade, isso pode ser uma pós-verdade, mas não é verdade. Eu fui gestora municipal. Eu preferiria ser julgada pelos promotores que me ajudaram a administrar, pelos juízes que teriam isenção suficiente – e também conhecimento da realidade dos autos e dos fatos –, que teriam condições de me julgar, a ser julgada por um tribunal que não sabe quem é Simone. Então, para os políticos de bem, o fim do foro privilegiado é tudo o que eles podem querer.

Agora, eu também, como advogada, entendo que um projeto dessa envergadura não pode ser protelado, tem que ser votado, mas nós precisamos de um texto à altura do que nós estamos aprovando, que é o fim de uma instituição antiga, já arcaica, de regimes que não mais são republicanos nem federativos. Entendo que o fim do foro privilegiado tem que acontecer, mas nós estamos mudando a Constituição Federal. Nós precisamos resguardar aí, também, os novos prefeitos que virão.

Por isso é que eu fiz essa provocação com alguns colegas Senadores, e optamos por um texto que não cause questionamentos posteriores.

E eu finalizo a minha intervenção, Senador Aloysio Nunes, dizendo que essa ideia do Senador Anastasia, já incorporada pelo Relator da proposta de emenda à Constituição do Senador Alvaro Dias, vai fazer – e, aí sim, eu chamo atenção de quem está nos ouvindo – com que nós continuemos a ter, ainda que não seja maioria operante na opinião de alguns – para mim é –, prefeitos honestos e de bem neste País. Se nós não aprimorarmos essa emenda à Constituição da forma como quer o Senador Anastasia, não vai ter um único político que vai querer ser gestor neste País. Ele vai ser prefeito em um Município e vai poder ter 200 ações contra ele espalhadas pelo País.

Aí, o conselho que eu tenho que dar para os prefeitos que vão tomar posse no ano que vem: se você é um político de bem, se você tem família, se você não quiser ser difamado, injuriado ou caluniado, não tome posse em janeiro de 2017, porque, assim que você tomar posse como agente político, você já vai estar carimbado na testa como um agente corrupto.

Dessa forma como está a emenda à Constituição, com a alternativa e proposta do Senador Anastasia, eu entendo que nós podemos avançar no intuito de ter o fim do foro privilegiado no Brasil. Vamos com calma, mas sempre adiante. Vamos aprimorar as instituições ouvindo as ruas e o que a população quer, mas fazendo da forma correta e garantindo aqui o papel do Senado. Para isso, nós temos o sistema bicameral, nós somos a Casa revisora do maior Parlamento, que é o Congresso Nacional. Nós não podemos errar.

A favor do fim do foro privilegiado na alternativa proposta pelo Senador Anastasia, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu acho prudente a opinião da Senadora Simone Tebet e já tinha me pronunciado, embora com outras palavras, sem o brilhantismo de Simone Tebet, mas já tinha dito a mesma coisa aqui: nós temos que encontrar um texto que realmente honre as tradições do Parlamento brasileiro. Que não possamos fazer alguma coisa, sob a pressão até de opinião pública, mas que não reflita o equilíbrio, a sensatez e a sabedoria desta Casa. Nós não podemos criar um instrumento que, pelas suas imperfeições, possa até ser objeto de contestação no próprio Judiciário, que, no final de contas, tem a prerrogativa de julgar a constitucionalidade de todas as leis.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, preliminarmente...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, aqui atrás, no finalzinho. Requeiro a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, preliminarmente, eu acho necessário nós deixarmos claro o que estamos votando.

Veja, nós não estamos alterando a prerrogativa constitucional – do *caput* do art. 53 da Constituição – de inviolabilidade de opiniões, palavras e votos dos Parlamentares.

Não está em debate isso. O art. 53 continua incólume. Acho que ele é sagrado até para o exercício do mandato parlamentar. O art. 53, no seu *caput*, diz: "Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos." Isso é princípio do exercício parlamentar desde a Magna Carta do Rei João Sem-Terra, em 1215, na Grã-Bretanha, na Inglaterra, e isso vai ser mantido. Isso está mantido. O Senador Magno Malta pode falar de qualquer ministro do Supremo o que quiser e continuará falando. Nós não estamos alterando isso. Qualquer um de nós continua com a prerrogativa de utilizar a sua palavra em defesa da sociedade. Pode falar, principalmente da tribuna ou aqui, em qualquer espaço do Parlamento ou em qualquer espaço público, com as prerrogativas garantidas na Constituição. Não estamos falando de alteração do art. 53 da Constituição. Ponto. Que fique claro isso!

Estamos alterando o art. 102, inciso I; o art. 105, inciso I; o art. 108, inciso I, da Constituição da República, combinados com o art. 125, §1º, alterando a prerrogativa de foro. O que é a prerrogativa de foro? É a condição de o Parlamentar, hoje, de nós Senadores ou Deputados sermos julgados só no Supremo Tribunal Federal. Na alteração aqui proposta, nós estamos extinguindo para nós, para os ministros do Supremo, para os juízes de primeira instância, para os promotores, para os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, para os membros do CNJ, para os membros do STJ, para os governadores de Estado, para os desembargadores dos tribunais de justiça, para os Deputados Estaduais, para 32 mil autoridades, o que se definiu como foro privilegiado, foro por prerrogativa de função, ou seja, a prerrogativa de aquela autoridade ser julgada somente por aquele juiz ou tribunal específico.

Não ocorrendo pedido vista, reitero, havendo acordo de a Comissão não pedir vista, acato a sugestão do Senador Anastasia, que diz o seguinte: a propositura de ação penal por crime comum contra os agentes políticos prevenirá a jurisdição do juízo. É elementar, é um princípio que já existe na lei de ação penal, ou seja, nós não traremos, com isso, nenhuma distinção. Só diremos que, quando houver a primeira ação contra aquele Parlamentar, aquele Deputado, aquele Senador, aquele Ministro de Estado, o Presidente da República ou aquele juiz específico, esse será o prevento para julgar todas as demais ações. Ou seja, nós estamos só trazendo um dispositivo que aprimora o instituto. Estamos trazendo o instituto da lei de ação penal, que já existe, para a proposta de emenda à Constituição do Senador Alvaro Dias.

Acato a sugestão do Senador Anastasia, a sugestão em forma de emenda que ele apresenta, porque acredito que resolve o problema de haver uma infinidade de ações e de, na prática, nenhuma ação acabar sendo executada contra nenhum Parlamentar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E há julgamentos contraditórios, às vezes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Há julgamentos contraditórios, perfeitamente, Senador Aloysio.

Então, nesse sentido, acho que resolvemos o problema que existe. Repito: o tribunal específico das autoridades fica extinto no Brasil, aprovada essa proposta de emenda à Constituição. Nós só esclarecemos como será o procedimento de julgamento de qualquer ministro, juiz, tribunal, membro do Congresso Nacional. Eu creio que com isso nós criamos as condições necessárias para que essa matéria avance.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Moka, previamente inscrito.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, muito objetivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu sempre entendi que o chamado foro privilegiado era, na verdade, uma imunidade parlamentar, mas quando você estivesse na tribuna ou numa comissão, quando você emitisse uma opinião política, e não foro privilegiado para se proteger de crime comum. Eu sempre fui contra isso. Portanto, eu acho que está no momento realmente de acabar com essa história de foro privilegiado para quem, com isso, quer se esconder de ser julgado.

Não sou advogado, não sou jurista, mas estou aqui acompanhado do jurista Aloysio Nunes e de outro, o Anastasia, sugerindo aperfeiçoamento, com o que eu também concordo. Mas quero deixar muito clara minha posição aqui: sou favorável a que se acabe com o foro privilegiado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Constituição de 1891 estabeleceu que os analfabetos estavam proibidos de votar.

Em 1890, no segundo no segundo Censo demográfico do Brasil, nós tínhamos 84% de analfabetos. Portanto, esses foram eliminados do direito de votar. E a democracia, o direito ao voto, ficou restrita a 14%. Desses 14%, 7% eram mulheres. Portanto, restaram apenas 7% de homens brancos que organizaram o Brasil Republicano que chegou aos nossos dias, eivados de privilégios, entre outros, essa prerrogativa de foro, do foro privilegiado. E isso é uma demonstração clara da preservação de privilégios no nosso País.

Sr. Presidente, nós temos que reconhecer que a democracia representativa se distanciou dos anseios populares, dos anseios da sociedade, isso é verdade. Nós nos enclausuramos, não temos ouvidos para a voz das ruas, até o início deste século, com o advento da tecnologia digital e principalmente com as redes sociais. As redes sociais nos aproximaram da sociedade. Então, é comum recebermos manifestações a qualquer hora do dia e da noite, com as posições dos cidadãos e das cidadãs brasileiras. A oportunidade que nós temos é de ampliar a democracia, respeitando, evidentemente, essa voz que é transmitida através das redes sociais.

Momento ímpar, momento importante de ampliarmos a democracia e de nos reaproximarmos com a sociedade. Este é o momento de acabarmos com vários privilégios que essa casta de 7% de brasileiros brancos criou ao longo da República.

Portanto, o momento é este: vamos, sim, vamos votar e vamos pôr fim ao foro privilegiado, valorizando o juiz de primeira instância, nos aproximando do cidadão comum, que responde na primeira instância, e não mantendo os privilégios que temos, claro, resguardado o nosso direito de opinião, de manifestação livre dos Parlamentares em seus foros, no plenário e nas comissões. Enfim, o direito que a Constituição Federal já garantiu nós vamos mantê-lo, mas é hora de pôr fim definitivamente a esse privilégio absurdo que é, por crime comum, irmos parar no Supremo Tribunal Federal. Portanto, voto favoravelmente ao fim do foro privilegiado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, sem nenhuma dúvida, hoje, quando as ruas e a população, como bem disse o Senador Capiberibe, através dos meios de comunicação, das redes sociais, se aproximaram mais ainda dos mandatos principalmente dos políticos, o foro privilegiado, no formato em que se encontra hoje, é impossível de continuar.

O foro privilegiado é para a proteção do mandato, não para dar impunidade ao mandato; e aí há o crime comum. Muitos estão se aproveitando disso, e os processos ficam 20, 30 anos, prescrevem, e a punição acaba não chegando. Assim, as pessoas que deveriam estar, e esta hora, na cadeia, cumprindo sua pena por terem roubado o povo brasileiro, se escondem por meio desse foro privilegiado. Portanto, é preciso mudar, mas naturalmente com cautela, para não colocar em risco a proteção do mandato do vereador, do Senador, seja de quem for aquele que ocupe um cargo no Executivo, Legislativo ou Judiciário, desde que não vá de encontro ao desempenho do seu mandato.

Sou totalmente contrário a esse formato que está aí. Com a colaboração do Senador Anastasia, sem nenhuma dúvida, isso vai melhorar, e os debates nesta Casa, tanto aqui como no plenário, vão aprimorar a proposta para que se acabe com o foro privilegiado de maneira que ele tenha somente a função de proteção do mandato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Portanto, sou contrário a esse formato que aí está, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, apelo aqui aos colegas Senadores para que votemos. Acho que já há um entendimento, com a sugestão aceita pelo Relator e pelo Autor da proposta, o Senador Anastasia, para que possamos votar e levar ao Plenário. No plenário, qualquer dúvida será dirimida não só pelos que estão aqui, na Comissão, mas também por outros.

Eu também sou favorável, Sr. Presidente: privilégios para ninguém, somos iguais perante a lei; agora, cada um tem uma missão. O mandato é uma missão, e cada um o cumpre da melhor maneira possível dignamente. Então, somos iguais, e acho que é hora de votarmos, Sr. Presidente.

Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, ontem, quem acompanhou o debate na Câmara dos Deputados percebeu que houve o desmonte das dez medidas de combate à corrupção, transformando uma proposta que era muito interessante em um monstrengo. Agora, aqui, no Senado, via a Proposta de Emenda à Constituição do Senador Alvaro Dias, temos a oportunidade de começar esse debate com a seriedade devida.

Por isso, eu me somo a todos os que eu ouvi falarem aqui até o momento. Acompanharei, votarei "sim" – acompanhando, inclusive, o Relator –, Senador Anastasia, pelas informações que recebi, para que acabemos com essa história de foro privilegiado.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais oradores inscritos...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Só para fazer uma declaração de voto, Sr. Presidente, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu quero dizer que sou a favor da mudança das regras. Ponderei aqui algumas questões. Acho que crime comum tem que ser julgado mesmo e tem que ser punido severamente. Por exemplo, político que bate em mulher tem que ir para a cadeia, é a Lei Maria da Penha, não há discussão quanto a isso. Então, eu acho que nós vamos aprovar aqui, mas eu me reservo o direito de propor algumas mudanças operacionais que clarifiquem o texto, no plenário, através de emendas. Sou favorável à extinção do foro e sou favorável a mais clareza para que, efetivamente, possa funcionar e possa ser aprovado o projeto na Câmara dos Deputados. Aqui é a primeira etapa, o grande desafio será aprovar isso na Câmara dos Deputados.

Portanto, o voto é "sim", com a modificação da emenda do Senador Anastasia, mas já com a proposição de outras questões, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...Aécio Neves.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, declaração de voto.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, apenas um registro...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, a manutenção da palavra.

Apenas um registro. Parece que é algo absolutamente consensual já, nesta Comissão, a aprovação da proposta do Senador Alvaro relatada pelo Senador Randolfe, incorporada a sugestão do Senador Anastasia, absolutamente adequada, mas é preciso que haja também, por parte do ilustre Relator, disposição de discutir alguns aprimoramentos que poderão vir no plenário. Concordo que são necessários, mas todos eles devem preservar a essência da proposta, que é, para crime comum, a perda do foro especial, do foro chamado privilegiado – não sei nem se esse é o termo adequado, talvez seja melhor falar em foro por prerrogativa de função.

Portanto, o nosso voto, da unanimidade do PSDB, será favorável à proposta, mas nos reservando também o direito de fazer alguns aprimoramentos para a execução adequada de uma transformação estrutural dessa magnitude na nossa legislação, mas que vem ao encontro, realmente, de um sentimento majoritário não apenas da sociedade brasileira, mas, acredito, do Parlamento brasileiro também.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente! Sr. Presidente, aqui...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Muito rapidamente, Sr. Presidente, só para registrar a minha posição, que é a posição do meu Partido.

O foro privilegiado, quando foi criado, teve uma razão de ser – proteger a palavra, proteger a opinião do Parlamentar e das pessoas que eram beneficiadas com o foro privilegiado. Essa proposta do fim do foro privilegiado no que diz respeito à prática de crime comum tem que ser interpretada como realmente para a prática de crime comum, não do que esteja embutido ou subentendido. Acho que este é o consenso na Comissão: fim do foro privilegiado para crime comum, sim, mas crime comum mesmo, com a interpretação correta, com a identificação correta, para que se possa votar uma coisa em sintonia com a sociedade, mas para que não se vote uma coisa pensando em outra, enganando até a própria responsabilidade do voto de quem está dando voto a favor de um tema e de uma tese.

O meu voto, com essas considerações e concordando com a necessidade de aprimoramento do texto no rumo do que acabei de falar, será "sim".

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Vamos votar, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Sérgio Petecão, previamente inscrito.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Posso falar, Magno?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Deve. (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, na mesma linha dos demais colegas, eu quero hipotecar também o meu apoio. Vou votar a favor. Acho que o nosso País, hoje, passa por um momento de transformações, e é importante que o Parlamento tenha a exata dimensão das transformações que a sociedade tanto espera como resposta desta Casa. É importante que possamos votar e aprovar este projeto na Comissão.

Depois, o Plenário é soberano, e vamos tomar a decisão que for melhor para o Brasil.

Meu voto é a favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente, rapidamente, apenas para enaltecer esta Comissão, a inteligência e a competência dos Srs. Senadores nesta manifestação de vontade política de mudança real, sintonizados todos com essa aspiração do povo brasileiro, que deseja uma nova Justiça, um novo País sem privilegiados.

Portanto, Sr. Presidente, acho que é motivo de comemoração a conclusão desse episódio com o consenso permitindo a eliminação do foro privilegiado.

Destaco: é manifestação de vontade política real de mudança no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente.

Rapidamente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... parabenizar o Senador Alvaro e, por consequência, o Senador Randolfe pela sensibilidade – não sei se foi o bigode – em ter acatado a emenda do Senador Anastasia, que, certamente, contribuiu com o texto, e fazer este registro muito importante neste momento, com base até na última manifestação do Senador Alvaro Dias, de que, sem dúvida alguma, é um avanço, é consonância com a sociedade, é um anseio antigo.

Eu me lembro de que eu falava disso quando era vereador e ia à tribuna – e olha que vereador só tem a imunidade de palavra e mais nada do que isso – questionar o porquê do foro privilegiado para o crime comum.

De maneira, que, hoje, com esse consenso nesta Comissão, com a sensibilidade do Senador Randolfe, fazer um registro, com muita alegria, do meu voto favorável, em nome da população do meu Estado do Espírito Santo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais oradores, em votação o relatório favorável à proposta com a sugestão do Senador Antonio Anastasia, traduzida em emenda aceita pelo Relator, que, neste caso, apresenta um substitutivo na forma do Regimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta e às Emendas nºs 2 a 4, nos termos da Emenda nº 6, da CCJ, substitutivo, e contrário à Emenda nº 1-A, a matéria vai ao Plenário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, aqui.

Com o fim do foro privilegiado, esses políticos que têm oito processos de corrupção e recebimento de propina vão dormir hoje à base do Rivotril. No meu Estado, há um igual.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Sr. Presidente, como é do conhecimento de todos, temos hoje, convocada pelo Sr. Presidente do Senado, uma reunião do Congresso Nacional, dedicada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, recomendação de urgência para o Plenário.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Gostaria de anunciar o Item 2, que é a proposta referente à vaquejada. (*Palmas.*)

Esse parecer, que é de minha autoria, já foi lido.

De forma que convido o Senador Pimentel para presidir a votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, gostaria de só requerer urgência da matéria para o Plenário, da PEC.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) –

ITEM 2
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, de 2016
- Não terminativo -

Acrescenta o §7º ao art. 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal.

Autoria: Senador Otto Alencar e outros

Relatoria: Senador José Maranhão

Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 23/11/2016, foi aprovado o Requerimento nº 44, de 2016 - CCJ, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, que solicita realização de Audiência Pública para instruir a Proposta, que foi realizada, ontem, no dia 29/11;

- Em 23/11/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pergunto ao nobre relator se há alguma complementação nessa fase ou quer deixar para a frente.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – A matéria está conclusa.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigado.

Vamos à continuidade da discussão, que já iniciamos na última reunião, onde foi bastante aprofundado esse debate.

Pergunto aos nobres Senadores e às nobres Senadoras se alguém tem algo a acrescentar. (*Pausa.*)

Em não havendo, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório, favorável à proposta, com uma emenda.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com a Emenda nº 01 da CCJ.

A matéria vai ao Plenário. (*Palmas.*)

Muito bom o resultado da audiência de ontem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, esta Casa acaba de reconhecer a cultura do povo brasileiro. A vaquejada tem de ser respeitada.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Constitucionalizamos a vaquejada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Também o Senador José Maranhão é Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2016, não terminativa.

ITEM 4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, de 2016
- Não terminativo -

Altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas.

Autoria: Comissão Diretora e outros

Relatoria: Senador José Maranhão

Relatório: Favorável à Proposta.

Observações:

- Em 23/11/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não, nobre Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente e Sr. Relator, essa é uma matéria muito complexa, talvez mais do que essa que acabamos de aprovar, porque ela interfere num conjunto de normas que regem, digamos assim, as finanças públicas, atividades da receita pública no recolhimento dos impostos, dos tributos que são necessários para o funcionamento do Estado e a prestação dos serviços à sociedade.

Queria fazer um apelo a V. Exª. Eu tenho uma proposta que formulei ouvindo representantes do Poder Executivo – da Receita Federal, do Ministério da Fazenda – que eu gostaria que fosse submetida à discussão e ao crivo do ilustre Relator. Penso que a relatoria estando nas mãos do Senador Maranhão já é uma garantia de qualidade, mas eu gostaria que S. Exª tivesse tempo para levar em conta observações que eu apresentaria sob a forma de um voto em separado.

De modo que, já no final da reunião, Sr. Presidente, estando com o nosso calendário comprimido pela realização de uma sessão do Congresso Nacional de uma importância vital, porque se trata de concluir a votação da LDO e de se votar uma série de créditos que são muito importantes, inclusive para os Estados, como, por exemplo, créditos para o financiamento da exportação, eu pediria, se fosse possível, que sobrestivéssemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a discussão para que o ilustre Relator José Maranhão pudesse examinar as sugestões que fiz, as quais, infelizmente, dado o atropelo da nossa pauta dos últimos dias, eu não tive tempo de apresentar previamente. Então, se fosse possível, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Quero informar aos nobres pares que para essa matéria nós abrimos vista coletiva antes de iniciar a discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É verdade também que a pauta do Senado Federal está muito intensa, com um conjunto de ações que os Líderes priorizaram. E essa agenda poderá ser objeto de discussão.

No caso concreto, foi aprovado um calendário especial que está na pauta da Ordem do Dia de hoje.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É verdade. Com razão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Como o nobre Líder do Governo, Aloysio Nunes, e Líder da maioria na Comissão está fazendo uma proposição no sentido de que possamos discutir mais essa matéria, eu indago ao nobre Relator e nosso Presidente José Maranhão, para que ele possa se manifestar sobre esse pleito.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Não. Em princípio, eu não me oponho a que é matéria seja exaustivamente discutida. Agora, a matéria já está no calendário especial; a matéria já foi objeto de um requerimento, que, inclusive, está assinado pelo próprio Aloysio Nunes, está aqui assinado por V. Exª. Então, eu não sei se seria prudente, se seria proveitoso nós submetermos essa matéria a mais uma dilação de prazo, inclusive, fora das possibilidades contempladas pelo Regimento da Casa.

E já que o Senador Aloysio Nunes me fez uma um apelo, eu gostaria de devolver esse apelo ao Senador Aloysio Nunes, levando em consideração as ponderações que acabei que acabei de fazer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – As ponderações de V. Exª são evidentemente pertinentes, não há dúvida alguma. Eu tenho plena consciência dos problemas regimentais que estamos enfrentando.

Agora, eu penso que a matéria é de tal complexidade que se pudéssemos obter um prazo de mais alguns dias para que você pudesse examinar as ponderações que faço, nós poderíamos facilitar a aprovação em Plenário. Mas, enfim, curvo-me à decisão da Presidência.

E eu queria acrescentar: Hoje, Sr. Presidente, nós vamos ter uma votação no Congresso que deve se arrastar. Provavelmente, vai invadir a tarde. Dificilmente, teremos condições de discutir e votar matéria dessa complexidade no dia hoje.

Enfim, fica a critério de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sei da complexidade da matéria, o parecer do nobre Relator é bastante rico nessa reflexão, e nós também sabemos que, embora tenha calendário especial, se não houver um acordo das Lideranças, nenhuma matéria no Plenário é votada.

Da mesma forma que foi proposto o calendário especial, nada impede que os autores, que os Líderes possam também assim proceder. Portanto, a Mesa fica em uma situação muito difícil, porque, por um lado foi apresentado o parecer e aberta vista; por outro, hoje é uma quarta-feira em que vamos ter, daqui a pouco, a sessão do Congresso Nacional. E, ao mesmo tempo, tem, por parte do Líder do Governo, do Líder da Maioria, um pedido para adiar para a próxima quarta-feira. Se a Mesa insistir na votação, o Líder da Maioria tem votos suficientes para impedir a sua aprovação.

Como nós somos uma Casa de acordo e fizemos isso com a emenda constitucional da vaquejada, o que nos permitiu votar... Sei que o Senador Antonio Anastasia estava ali ansioso em face da sua posição, mas resolveu, em nome da unidade, deixar votar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Permita-me, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu também tenho informação de que a maior bancada da oposição, o PT, também tem várias sugestões a apresentar.

Eu sei, Sr. Presidente, que já foi concedida vista, mas V. Exª sabe também – todos nós sabemos – o quanto o calendário tem estado atropelado e comprimido pelas matérias relevantes que estão sob nossa consideração. Mas, de qualquer maneira, se for o caso eu já leio o meu voto em separado, para colocar em discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Relator.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Na expectativa de que V. Exª, desta vez, vá realmente apresentar as sugestões para a próxima reunião desta Comissão, eu atendo o apelo de V. Exª, mais uma vez.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu, mais uma vez, agradeço a compreensão de V. Exª e a maneira sensata, competente, democrática com que conduz esta Comissão, o que faz de V. Exª credor da admiração de todos, além, também, da minha amizade.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Nesta matéria, nós temos o privilégio de ter como Relator o nosso Presidente José Maranhão, que sempre é uma pessoa de composição, de acordo. Por isso, vamos deixar esta matéria para próxima reunião. E se o nobre Relator e Presidente concordar, queríamos colocá-la como primeiro item de pauta, para aprofundarmos esse debate com a presença de todos.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Eu não tenho nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Devolvo a Presidência ao Senador José Maranhão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Item 3. Emenda de plenário à Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2015.

ITEM 3
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta o §13 ao art. 37 da Constituição Federal para dispor sobre a convalidação de atos administrativos.

Autoria: Senador Vicentinho Alves e outros

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável à Emenda nº 1- Plen, nos termos da Subemenda Substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, Srªs e Srs. Senadores, eu vou dispensar a leitura do relatório em si e vou para a análise da emenda, porque já foi aprovado nesta Comissão o relatório, que veio com uma emenda de plenário.

A Emenda nº 1-PLEN preenche todos os requisitos constitucionais e regimentais à sua admissão. Foi subscrita por Senadores que totalizam um terço da composição do Senado Federal (art. 358, § 2º, do RISF) e trata de matéria intrinsecamente relacionada ao objeto original da PEC. Quanto à sua constitucionalidade material, nada encontramos que viole qualquer das cláusulas pétreas explícitas (Constituição Federal – CF, art. 60, §4º, I a IV) ou implícitas. Dessa maneira, nada há que obste a admissibilidade da proposição acessória.

Quanto ao mérito, a Emenda visa a restringir a incidência do texto original em relação ao tempo e ao espaço. Estabelece a convalidação dos atos praticados entre 1º de janeiro de 1988 e 31 de dezembro de 1994

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

apenas para o Estado do Tocantins. Justifica o autor que a alteração pretendida se faz imprescindível pela necessidade de conferir tratamento adequado aos atos administrativos praticados durante os primeiros anos no Estado do Tocantins.

Para a correta análise da Emenda, faz-se imprescindível entender um pouco da história de criação do Estado do Tocantins.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1998, foi criado, por desmembramento de uma parcela de Goiás, o Estado do Tocantins. De forma ainda mais brusca e abrupta do que aconteceu com os ex-territórios, que foram transformados em Estados, Tocantins teve que se estruturar do zero, sendo toda a estrutura física e humana dos órgãos públicos construída concomitantemente à criação do próprio Estado.

No caso do Estado do Tocantins, há uma peculiaridade que justifica a emenda em tela, que é a criação do Estado praticamente do nada.

No novo Estado recém-criado, somente a BR-153 era pavimentada, e o acesso a Porto Nacional era viabilizado somente por uma ponte. O sistema de saúde era inexistente, a rede de ensino era precária, assim como a de saneamento. As terras não eram legalizadas e a segurança pública dependia dos coronéis da época.

A existência de uma conjuntura precária e incipiente teve que se ajustar ante às necessidades do povo tocantinense. O aparato estatal tinha que funcionar e, para tanto, diversas medidas foram tomadas, tais como: (i) concessão de certidões de registro civil; (ii) edição de decretos de nomeação de servidores; (iii) desapropriação de imóveis; etc. Naquele tempo, os atos foram praticados em um contexto de premente necessidade de melhoramento das condições sociais do Estado recém-criado. Destaca-se que foram atos praticados com boa-fé e com vistas ao interesse público.

Analisando a história do Estado do Tocantins, observa-se realmente que o Estado foi criado a partir de uma situação peculiar, ou seja, a partir do nada, o que ensejou providências imediatas. Nesse sentido, entende-se que a emenda deve ser acolhida por esta Comissão, mas com ajuste, na forma de uma subemenda substitutiva (nos termos do art. 231 do Regimento Interno do Senado Federal).

Demais disso, a Emenda nº 1-PLEN deve ser adaptada quanto ao espectro temporal. Como a promulgação da Constituição Federal ocorreu em 5 de outubro de 1988, sugere-se que a convalidação dos atos administrativos seja a partir de 1º de janeiro de 1989, ou seja, após a vigência do texto constitucional, até 31 de dezembro de 1994, que corresponde ao período de quase cinco anos após a promulgação da Constituição Estadual do Estado do Tocantins.

Portanto, entende-se que a Emenda nº 1-PLEN é oportuna e meritória, devendo ser aprovada, na forma de Subemenda substitutiva, que apresentamos a seguir.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Emenda nº 1-PLEN à PEC nº 48, de 2015, e, no mérito, por sua aprovação, na forma da seguinte subemenda substitutiva.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

> Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 18-A:
>
> Art. 18-A. Os atos administrativos praticados no Estados de Tocantins, decorrentes de sua instalação, entre o período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1994, eivados de qualquer vício jurídico dos quais decorram efeitos favoráveis para os destinatários, ficam convalidados após cinco anos contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu acho que há dois S a mais, um na ementa e outro no texto. Embora eu goste muito do Estado de Tocantins, ele é um só. E aqui, pelo menos no texto que eu tenho está: "Convalidação dos atos administrativos praticados no Estados de Tocantins." É um evidente erro de digitação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Acho que, na redação final, como é um erro de forma e não de substância, poderá ser corrigido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais quem queria se pronunciar, está em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 1, Plenário, nos termos da Subemenda nº 1, CCJ, substitutiva.

A matéria vai a Plenário.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2015
- Não terminativo -

Susta a aplicação da Norma Regulamentadora NR-12, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Norma Regulamentadora nº 12 estabelece medidas de segurança e higiene do trabalho a serem adotadas na instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, visando à prevenção de acidentes do trabalho. Essa norma foi alterada pela Portaria nº 197, de 17 de dezembro, para alinhar o padrão brasileiro àqueles vigentes em países europeus.

De acordo com o autor da proposição, o resultado dessa alteração foi que a norma extrapolou em muito o seu poder regulamentar ao criar regras para a fabricação, sendo mais exigente que seus paradigmas e ocasionando, portanto, altos custos para sua adaptação, tanto para as máquinas usadas como para as máquinas novas.

O projeto em tela foi distribuído à CCJ, para exame da constitucionalidade.

Em relação à constitucionalidade e à juridicidade da proposição, a Carta Política de 1998, em seu art. 49,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

V, dispõe que compete exclusivamente ao Congresso Nacional "sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa".

Com efeito, o ato de sustação consubstancia exercício de juízo político pelo Poder Legislativo sobre os atos oriundos do Poder Executivo que vão além, como já foi dito, do poder regulamentar. Portanto, o Parlamento, em última instância, busca preservar sua competência legiferante ou prevenir eventual abuso perpetrado pelo Executivo, o que nos parece ter ocorrido nesse caso.

No que tange ao mérito da proposição, com a alteração promovida pela Portaria nº 197, já referida, a NR não se limitou apenas à previsão de medidas de proteção à saúde e segurança do trabalhador, mas passou a extrapolar o poder normativo, ao criar regras não previstas em lei para a fabricação e adaptação das máquinas e equipamentos dos setores produtivos. A norma deveria ter respeitado a legislação vigente à época da fabricação da máquina ou equipamento, não se aplicando aos itens produzidos antes de sua vigência. Nota-se, assim, flagrante violação aos princípios da legalidade, da irretroatividade das normas e, finalmente, atentando contra a segurança jurídica.

Os principais argumentos, Sr. Presidente, podem se resumir da forma a seguir.

Alta complexidade de norma.

Desconformidade com o padrão mundial.

Retroatividade das obrigações – o que claramente configuraria uma situação de ilegalidade.

Não consideração dos impactos econômicos da mudança. O processo de revisão dessa NR não avaliou o impacto econômico dos efeitos na sociedade, princípio constante do regimento único das comissões e grupo de trabalho tripartite. Estimativas preliminares para adequação de todo o parque de máquinas e equipamentos no Brasil apontam a necessidade de um investimento inicial de mais de R$100 bilhões para todos os segmentos econômicos. Do mesmo modo, não foi observado o impacto da nova norma para as microempresas e empresas de pequeno porte, imputando, portanto, a esse segmento custos altos para reposição de equipamentos.

Custos para o conhecimento das novas obrigações. Para a devida aplicação da nova NR, faz-se necessária a aquisição de inúmeras NBR, que são as normas brasileiras atinentes a essa matéria. Segundo a Confederação Nacional da Indústria, a própria consultoria do Ministério do Trabalho e Emprego já se manifestou em outra oportunidade sobre a ilegalidade de uma norma citar normas técnicas que não são de domínio público, obrigando as empresas a adquiri-las.

Falta de um órgão oficial certificador que valide as máquinas e equipamentos.

Retirada dos fabricantes nacionais da concorrência internacional.

A atual legislação exige que o fabricante nacional de máquinas e equipamentos produza seus produtos respeitando as normas nacionais, independentemente da legislação do país de destino do produto. Isso encarece o produto nacional frente a seus concorrentes internacionais, prejudicando as exportações.

O Brasil é um importante produtor de bens de capital e exporta equipamentos para vários mercados da América Latina e em alguns segmentos para o próprio mercado norte-americano.

No que diz respeito ao contexto, desde o início da vigência da norma, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) vem trabalhando com a Comissão Nacional Temática Tripartite – CNTT da NR-12 na revisão técnica dessa Norma, para dar melhores condições de os fabricantes atenderem os requisitos estabelecidos. A entidade defende que o Ministério do Trabalho e Emprego deveria adotar uma postura de orientação, e não uma postura punitiva.

A Abimaq destaca também a necessidade da atuação do já referido Ministério em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e a Receita Federal, para a criação de mecanismos para barrar a entrada de produtos importados em desacordo com a NR-12, com grave impacto na segurança aos trabalhadores e aos fabricantes nacionais, criando uma concorrência não isonômica.

Por sua vez, a CNI, em 6 de fevereiro de 2014, protocolou carta no Ministério do Trabalho propondo a adoção das seguintes premissas: a) linha de corte temporal para as adequações de quinas usadas; b) obriga-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ções distintas para fabricantes e usuários; c) tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte; e d) interdição de máquinas e equipamentos mediante grave e iminente risco, devidamente comprovado por laudo técnico circunstanciado e ato da Superintendência Regional do Trabalho.

Além disso, durante a 22ª Reunião Ordinária da CNTT da NR-12, em 4 e 5 de agosto de 2014, foi acordado que a bancada empresarial deveria se manifestar pontualmente sobre a proposta governamental de republicação do texto da Norma. Fixou-se ainda que a representação governamental encaminharia à representação empresarial análise da proposta que havia sido encaminhada pela Confederação Nacional da Indústria.

Em 25 de setembro de 2014, foi emitida a Portaria Interministerial nº 8, pela qual os Ministros do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda resolveram instituir o Comitê Interministerial de Segurança em Máquinas e Equipamentos – CI Máquinas, que tem realizado desde então reuniões, estudos e negociações sobre a temática...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...ouvindo representações de empregadores, trabalhadores, fabricantes e importadores para apoiar os trabalhos e subsidiar as deliberações ou eventuais alterações da norma.

Importante destacar que o CI Máquinas tem avançado em algumas decisões sobre o tema. Entre 2015 e 2016, foram editadas três portarias buscando corrigir e conferir melhor tratamento a alguns dos pontos mais sensíveis, tais como a distinção de regras para as micro e pequenas empresas, a diferenciação de máquinas usadas e a questão conhecida como estado da técnica e falha segura, determinando que o conceito de afastamento completo de risco pode ser flexibilizado caso seja comprovado não haver mecanismo mais seguro tecnologicamente disponível. Além disso, anexos setoriais estão sendo negociados entre Governo e setores empresariais e devem ser publicados em breve.

Não obstante a importância do tema, trata-se, assim, de uma NR com flagrante violação aos princípios da legalidade, da irretroatividade das normas e da segurança jurídica. Além disso, seu conteúdo apresenta um tom desconectado da realidade brasileira, o que pode trazer – e já vem trazendo – graves prejuízos à economia nacional. Assim, sua manutenção nos atuais moldes implica, além de desrespeito ao ordenamento jurídico, a aplicação de graves sanções econômicas aos nossos empresários, especialmente ante a ausência de uma linha de corte temporal que permita a adaptação do parque de máquinas da indústria do País.

Contudo, com base em novas discussões e argumentações apresentadas no debate do tema, tanto na esfera legislativa quanto no âmbito do Poder Executivo, entendemos mais adequado oferecer substitutivo ao PDS nº 43, de 2015, de tal forma que se alcance o objetivo pretendido sem que para isso – esse é um ponto importante – seja necessária a suspensão integral da NR nº 12.

Assim, concentramos a suspensão do ato normativo naquilo que é o ponto central da controvérsia realmente estabelecida no seio do setor produtivo industrial brasileiro.

Para correção de rota, alteramos o objeto do PDS, para que a sustação seja direcionada à Portaria MTE nº 197, de 17 de dezembro de 2010, que alterou a Norma Regulamentadora nº 12 – Máquinas e Equipamentos, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, e deixou de estabelecer uma linha de corte temporal para atendimento à nova regulamentação, criando um ambiente de insegurança jurídica e elevadíssimos custos para adaptação do maquinário já instalado no parque fabril nacional ou para alterações dos projetos das máquinas novas.

A norma deveria respeitar a legislação vigente à época da fabricação da máquina ou equipamento – como aqui já foi referido –, não podendo se aplicar àquelas produzidas antes de sua entrada em vigor.

A nova norma editada pelo Poder Executivo não poderia retroagir para tornar ilegal o que sempre foi legal e violar os princípios, como já foi também referido, da irretroatividade da lei e da desejada segurança jurídica.

A interdição da máquina ou equipamento só poderá ocorrer ao se comprovar o grave e iminente risco, isto é, após análise de laudo técnico pericial elaborado por auditor-fiscal, com especialização em engenharia de segurança do trabalho ou medicina do trabalho e conforme prevê a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

seu art 3º, inciso II, que assim consigna: "Para investidura no cargo de auditor fiscal do trabalho, nas áreas de especialização em segurança e medicina do trabalho, será exigida a comprovação da respectiva capacitação profissional, em nível de pós-graduação, oficialmente reconhecida".

Ocorre que muitos auditores fiscais em atividade não detêm o curso superior necessário, tampouco a especialização requerida para os atos em segurança e medicina do trabalho, como prevê a Lei.

Nesse sentido, podem atuar em outras auditorias, mas não naquelas em segurança em máquinas e equipamentos. Dessa forma a exigência de laudo técnico circunstanciado e por ato da Superintendência Regional do Trabalho dará garantia jurídica ao ato do auditor e à empresa.

Passamos ao voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PDS nº 43, nos termos do seguinte substitutivo:

E aí vem o Projeto de Decreto Legislativo.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Aloysio, por gentileza.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Como sempre, um trabalho bem feito pelo Senador Armando Monteiro. Eu gostaria de pedir vista porque creio que alguns retoques seriam necessários, que gostaria de submeter à apreciação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O Senador Paulo Paim também havia nos dito que queria pedir vista, para ajudar na confecção desse texto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, mediante a posição já demonstrada pelo Líder do Governo, eu até tinha dois requerimentos para encaminhar, mas não encaminho os requerimentos. E com o pedido de vista a gente pode...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Construir um texto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...de repente conversar para achar um caminho comum, porque essa é uma matéria que me é muito cara, porque, na minha forma original de trabalho, eu era técnico em segurança no trabalho. Então, gostaria também de participar com o pedido de vista que V. Exª faz.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Então, vista coletiva.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A orientação do Presidente José Maranhão é dar sequência à nossa reunião enquanto haja relatores presentes.

Eu sou Relator do Item 32. Se fosse possível inverter a pauta para que eu possa já apresentar o meu parecer, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Como os outros relatores não estão presentes, o Item 32 passa a ser o próximo da pauta e não necessita de inversão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então estou chovendo no molhado!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Projeto de Lei nº 19, de 2016, não terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 32
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, de 2016
- Não terminativo -

Acrescenta parágrafos aos arts. 41 e 82 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para que seja determinado o tempo de sustentação oral das ações originárias ou recursos nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

Autoria: Deputado Lucio Vieira Lima

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir o seu parecer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, a matéria veiculada por esta proposição tem exatamente o escopo que V. Exª acaba de enunciar, que é de padronizar o tempo de sustentação oral nos juizados especiais cíveis e criminais, porque hoje existem entendimentos divergentes, que variam, segundo o tribunal, de 10 a 5 minutos. De modo que a proposta que vem da Câmara visa padronizar esse tempo em 10 minutos.

A sustentação oral nos juizados especiais tem uma relevância extraordinária no julgamento, uma vez que esses tribunais frequentemente – e esse, talvez, seja até o seu escopo inicial – operam buscando o entendimento e a conciliação, inclusive nas ações penais, mediante a transação penal. Então, a sustentação oral, quando o advogado se esforça para convencer os juízes da razão do seu constituinte, é um elemento essencial do julgamento. De modo que penso que é muito importante, realmente, fixarmos esse tempo, para evitar que essa prerrogativa do advogado, que é essencial, repito, ao bom funcionamento desses juizados especiais e também das turmas recursais, possa ser exercido na sua plenitude. Esse prazo é fixado hoje, Sr. Presidente, pelos respectivos regimentos internos ou por atos normativos dos tribunais, na omissão da lei. É essa omissão que este projeto visa suprir.

Há ainda, além da divergência de prazo, quem entenda sequer ser cabível a sustentação oral no rito sumaríssimo proposto, o qual se dá por subsidiariedade do Código de Processo Penal, por suposta incompatibilidade dessa norma processual com os princípios orientadores dos juizados. Quer dizer que existem juizados em que se sequer se admite a sustentação oral. Portanto, é uma matéria de grande relevância, que merece prosperar.

Com o objetivo de aprimorar a proposta, optamos por prever, expressa e autonomamente, nessa lei especial procedimento próprio de sustentação oral e preferência de julgamento, a fim de evitar questionamentos de interpretação sobre a aplicabilidade ou não do Código de Processo Civil à Lei nº 9.099, de 1995. Ademais, além disso, nós faremos também alguns acréscimos no texto da proposição, a fim de contribuir para a celeridade processual dos juizados especiais.

Na emenda substitutiva que apresento, busco adequar a realidade da atividade policial à legislação em vigor, especialmente no que se refere aos crimes de menor poder ofensivo que são julgados por esses tribunais especiais.

O §2º, que se pretende acrescentar ao art. 6º, leva em consideração que já é de prática a lavratura do termo circunstanciado por autoridade policial militar, devendo apenas adequar a legislação à realidade de diversas regiões do País, positivando o que já se tem consolidado nas Cortes estaduais.

É cediço que, no cotidiano da atividade da polícia militar, a grande maioria das ocorrências atendidas refere-se aos delitos de menor potencial ofensivo, tais como: acidentes com lesões leves, vias de fato, agressões, perturbação do sossego e outros de menor gravidade.

Também não é desconhecida a realidade que reclama maiores investimentos do Estado em segurança pública, de maneira a mais bem equipar delegacias de polícia civil. Em razão desse cenário, tem sido recorrente a solução encontrada por gestores públicos, no sentido de se admitir que as ocorrências policiais sejam atendidas e reportadas por policiais militares. A circunstância – decorrente de sua competência legal – de comparecer ao local da prática do delito favorece o policial militar, que tem condições desimpedidas de descrever os fatos de maneira mais precisa, podendo inclusive ouvir as testemunhas e fornecer informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

preciosas ao deslinde do crime.

O próprio Superior Tribunal de Justiça, aliás, ao tratar da matéria no julgamento do Habeas Corpus n.º 7199/PR, assim decidiu:

> Nos casos de prática de infração penal de menor potencial ofensivo, a providência prevista no art. 69 da Lei nº 9.099/95 é da competência da autoridade policial, não consubstanciando, todavia, ilegalidade a circunstância de utilizar o Estado o contingente da Polícia Militar, em face da deficiência dos quadros da Polícia Civil.

No mesmo sentido, também propomos alterar o art. 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, tendo em vista que já é de prática a lavratura do termo circunstanciado por autoridade policial da rodoviária federal.

Outra modificação ao objeto nuclear do projeto se dá na inserção do art. 69-A, com o objetivo de possibilitar a conciliação, ainda nas delegacias, para solucionar os conflitos nas infrações de menor potencial ofensivo (com pena de até dois anos) e que se proceda mediante queixa ou representação. A medida é baseada na celeridade e eficiência, de forma a superar a lacuna prática existente da Lei nº 9.099, de 1995.

Trata-se de proposta inspirada nos Núcleos Especiais Criminais (Necrim), cuja iniciativa pioneira se deu em março de 2010 no Município de Lins, no Estado de São Paulo. Dados da Polícia Civil do estado informam que os números de conciliações não pararam de crescer e ultrapassaram os 86% nos últimos cinco anos, sendo que em 2013 e 2014, atingiram 91% de casos solucionados.

A proposta é convocar vítima e agressor para um acordo. Dessa forma, as questões são resolvidas de forma célere, desafogando o Poder Judiciário.

Portanto, em conclusão, é seguro afirmar que o conjunto das medidas aqui apresentadas promoverá a efetividade na prestação jurisdicional, com a rápida solução dos litígios e a razoável duração do processo, concretizando os princípios constitucionais e melhorando o sistema de justiça.

É de se acrescentar que esse tipo de procedimento não se aplica aos casos da Lei Maria da penha

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2016, na forma do substitutivo que está publicado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu quero parabenizar o Relator pelo seu relatório e registrar que tudo aquilo que vem no sentido de dar celeridade aos processos, sejam cíveis ou criminais, e que desafogue a Justiça, nós devemos apoiar. Por isso, meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem mais queira se pronunciar, em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1- CCJ (substitutivo).

A matéria vai a plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 5 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 43 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e dezoito minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores José Maranhão e José Pimentel, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Humberto Costa, Telmário Mota, Benedito de Lira, Lídice da Mata, Lasier Martins, Paulo Paim, Ana Amélia, Edison Lobão, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Waldemir Moka, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger, José Agripino, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira, Antonio Carlos Valadares, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Magno Malta, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Registra a presença o Senador Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Aécio Neves e Marcelo Crivella. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, de 2016 – Não Terminativo, que: "Altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas." Autoria: Comissão Diretora (CDIR). Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta e às Emendas nºs 1 a 4, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com as Emendas nºs 1-CCJ a 6-CCJ. Em 07/12/2016, foi recebido relatório reformulado pelo Senador José Maranhão, com voto favorável à Proposta e às Emendas nºs 1 a 4, com duas emendas que apresenta. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2007 – Terminativo, que: "Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016 – Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família." Autoria: Senador José Maranhão. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, de 2016 – Não Terminativo, que: "Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha." Autoria: Deputado Alceu Moreira. Relatoria: Sen. Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2015 – Não Terminativo, que: "Susta a aplicação da Norma Regulamentadora NR-12, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Armando Monteiro. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Em 07/11/2016, foi recebido Voto em Separado do Senador Paulo Paim contrário ao Projeto. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2012 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública." Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. Tramita em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2012 – Terminativo, que "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 472, de 2012 e rejeição do PLS nº 401, de 2012. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

2016 – Terminativo, que: "Acrescenta o art. 207-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012 – Terminativo, que: "Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Alvaro Dias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014 – Terminativo, que: "Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 – Terminativo, que: "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 – Terminativo, que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Sen. Ciro Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 – Terminativo, que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União." Autoria: Senador Donizeti Nogueira e outros. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda n° 1, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 – Terminativo, que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 18 - OFICIO "S" Nº 28, de 2014 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). " Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo, que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de colher provas e remeter boletim de ocorrência ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, no caso do envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão dirigida à mulher." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha", para determinar que os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam processados mediante ação pública incondicionada." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 – Não Terminativo, que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009 – Terminativo, que: "Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países." Autoria: Deputado Walter Pinheiro. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2014 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira e estabelece regras para as comunicações de dados dos Poderes da União." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, de 2009 – Não Terminativo, que: "Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH." Autoria: Deputado Chico da Princesa. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2014 – Terminativo, que: "Institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 157, de 2015 – Não Terminativo, que: "Susta a aplicação da Orientação Normativa "ON-GEADE-002-01" aprovada pela Portaria nº 162, de 21.09.2001 e todos os processos administrativos demarcatórios que tenham utilizado esta orientação normativa, desde sua publicação." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Aprovado Requerimento nº 47, de 2016-CCJ, de urgência para a matéria, de iniciativa do Relator. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2011 – Terminativo, que: "Acresce o art. 301-A à Lei nº 9.503, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e revoga a Lei nº 5.970, de 11 de dezembro de 1973." Autoria: Deputado Simão Sessim. Relatoria: Sen. Edison Lobão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2016 – Não Terminativo, que: "Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ataídes Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto, à Emenda nº 2; pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos do Substitutivo que apresenta; e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, à Emenda nº 2 e à sugestão do Senador Antonio Anastasia; pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos da Emenda nº 4-CCJ (Substitutivo); e contrário à Emenda nº 1. Aprovado Requerimento Nº 46, de 2016-CCJ, de urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Antônio Anastasia. Durante a discussão, o Senador Antonio Anastasia apresenta sugestão de redação, acolhida pelo Relator e incorporada ao Substitutivo. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, de 2015 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências." Autoria: Deputado Alberto Mourão. Relatoria: Sen. Dário Berger. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, de 2016 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, para incluir a coleta de dados específicos de violência contra a mulher entre as finalidades do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP." Autoria: Senadora Simone Tebet. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o programa Patrulha Maria da Penha." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH, 2-CDH e 3-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2010 – Terminativo, que: "Define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Sen. Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas nºs 1 e 2-CAE-CAS e nºs 3 e 4-CAS, com duas emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda 5-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2014 - Terminativo que: "Acrescenta art. 83-A à Lei nº 4.737, de julho de1965 (Código Eleitoral) para reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas." Autoria: Senador Anibal Diniz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta e pela rejeição da emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, de 2012 – Terminativo, que: "Estabelece procedimento licitatório simplificado para Estados, Municípios e Distrito Federal adquirirem diretamente dos laboratórios fabricantes medicamentos e material penso hospitalar destinado a suprir as necessidades de abastecimento das Secretarias de Saúde em ações voltadas ao atendimento gratuito da população pela rede pública de saúde, e dá outras providências." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com cinco emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 39 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 607, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para tornar obrigatória a adição de marcadores químicos nas munições e seus insumos destinados a armas de fogo." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRE. Resultado: A Presidência concede vista ao Senador Paulo Paim, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 40 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 46 de 2016 - Não Terminativo - que: "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2016-Complementar. " Autoria: Senador Antonio Anastasia. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 41 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 47 de 2016 - Não Terminativo - que: "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Decreto Le-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

gislativo (SF) nº 157, de 2015. " Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 41ª Reunião Extraordinária e da 42ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado* da República.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 38.

Eu convido o Senador José Pimentel para presidir a reunião, eis que eu sou o Relator do primeiro item.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bom dia!

Item 1.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, de 2016

- Não terminativo -

Altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas.

Autoria: Comissão Diretora.

Relatoria: Senador José Maranhão.

Relatório: Favorável à proposta e às Emendas nºs 1 a 4, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- Em 23/11/2016, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- Em 06/12/2016, foram apresentadas as Emendas nº 1 a 4, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Concedo a palavra ao Senador José Maranhão, para complementar o seu parecer, caso seja necessário.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente, antes de o nosso Relator começar a leitura.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Após a apreciação do item 1, poderemos alterar, com a inversão de pauta, para o item 31?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Houve uma conversa prévia aqui com o Senador Magno Malta, porque o item 2 é de autoria dele e o Relator é também o Senador José Maranhão. Superado o item 2, que já foi um pedido prévio, nós podemos, sim, discutir. Vamos superar os itens 1 e 2 e aí, Senador Ataídes...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Não tenho nenhuma objeção a essa inversão. Gostaria apenas de fazer um apelo, sob pena de todos os relatores que estão presentes pedirem igualmente a inversão, para que pudéssemos seguir a pauta quando o Senador relator estiver presente, depois, claro, de cumprida essa inversão de pauta do item 31, a pedido do Senador Ataídes, só para evitar que os Senadores que estão presentes façam pedido de inversão de pauta quando estão prontos para relatar os seus projetos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – O parecer da nossa relatoria já foi devidamente lido aqui, em plenário. De forma que vou fazer a leitura agora do item III, diante das emendas que foram apresentadas posteriormente à leitura do parecer.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2016, e, no mérito, por sua aprovação, assim como pelo acolhimento das Emendas nºs 1 a 4, e com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à ementa de Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2016, a seguinte redação:

> Altera os arts. 30 e 179 da Constituição Federal para determinar que lei complementar conceituará pequeno Município e para fixar a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às pessoas jurídicas.

EMENDA Nº – CCJ

Suprima-se o art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2016, renumerando-se o atual art. 3º como art. 2º.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo...

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, quero apenas agradecer ao Relator a boa acolhida que deu às minhas emendas. Ao acolhê-las, o Senador José Maranhão prestou a elas o prestígio e a credibilidade que tem um parecer da sua relatoria.

Muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eminente Relator, nosso Presidente, Senador José Maranhão, nós estamos diante de um projeto que é muito interessante, porque ele, pelo menos, leva à concretude a realidade da Federação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós temos tido aqui muitos críticos, ao longo desses quase dois anos, dizendo que a Federação tornou-se uma letra morta, tendo em vista uma uniformidade de critérios que não reconhecem as peculiaridades e as circunstâncias, especialmente, dos Municípios e também dos Estados federados, que são diferentes entre si.

Essa proposta, oriunda da Comissão Diretora da Casa, já dá esse primeiro passo, e eu apresentei, no ano passado, uma PEC, a de nº 77, que tinha o mesmo objetivo: exatamente permitir aos Municípios de pequeno porte facilidades para a prestação de contas de convênio, o chamado *fast track*, exatamente para otimizar e permitir um funcionamento mais adequado dessas entidades municipais. O projeto apresentado tem esse condão, e as emendas apresentadas pelo Senador Aloysio e acolhidas pelo eminente Relator aprimoram o projeto.

Portanto, quero me juntar ao nosso Líder Aloysio e parabenizar o Relator pelo seu trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria um esclarecimento, Sr. Presidente, embora sublinhando aqui o mérito do projeto, o grande alcance do projeto, e me congratulando com o Relator, o Senador José Maranhão.

Eu tenho uma dúvida, porque há um aspecto salutar na proposta, dentre outros tantos, que é exatamente aquele que amplia aquela hipótese da anterioridade tributária. No entanto, há um aspecto que eu queria que fosse esclarecido: atualmente, a medida provisória que crie ou majore tributos respeita a anterioridade a partir de sua conversão em lei. Já a proposta estabelece que os requisitos de anterioridade sejam observados a contar da própria medida provisória.

Eu gostaria de um esclarecimento do ilustre Relator.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Eu queria esclarecer ao Senador Armando Monteiro que nós tivemos a preocupação de manter o princípio da anterioridade a partir da edição da nova medida provisória, apenas isso.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Porque hoje seria a partir da conversão do projeto de lei, o que significa dizer que vamos, de certo modo, limitar o instituto da anterioridade. Ele não se amplia, porque se supõe que a conversão se dá num período necessariamente posterior ao da edição da medida.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Veja bem, não temos aí um ponto de vista dogmático sobre essa questão, por isso V. Exª pode apresentar emenda tentando modificar o projeto dentro do entendimento que V. Exª esposa.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu queria só ajudar: houve uma emenda que foi acolhida pelo nobre Relator que deu conta desse processo. Essa emenda, Senador Armando Monteiro, restitui as regras atuais...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Regras atuais.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... que foi o Senador Aloysio que apresentou.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente. Mantém o princípio da anualidade e a noventena para as contribuições.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Então, essa matéria da preocupação de V. Exª...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – O aspecto que V. Exª abordou já está saneado com a emenda do Senador Aloysio.

Como eu disse, não tenho uma posição dogmática sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Era mais uma posição da Mesa Diretora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Exatamente. Acolhemos a sugestão da Mesa Diretora e, assim, elaboramos o parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Portanto, está encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Eu não fiz a leitura.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O nobre Relator queria...

Nós estamos ainda no anterior.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – V. Exª está ainda no anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É claro. Não é o item 2 ainda não.

Portanto, aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com as Emendas nºs 1 a 6, da CCJ.

A matéria vai ao plenário.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2007

- Terminativo -

Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador José Maranhão

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Da Comissão de Constituição, Justiça e cidadania, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2007, do Senador Magno Malta, que dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 146, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, que dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências.

Nos termos de seu art. 1º, *caput*, a proposição visa a regulamentar a digitalização, o armazenamento em meio eletrônico, óptico ou digital, e a reprodução dos documentos particulares e públicos arquivados. Consiste de oito artigos – seriam nove, não fosse um equívoco em sua redação, que numerou dois dispositivos distintos como art. 8º.

O projeto autoriza a eliminação (por incineração, destruição mecânica ou processo adequado que assegure a desintegração) dos documentos em meio analógico após sua digitalização e armazenamento em mídia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

óptica ou digital autenticada, lavrando-se o respectivo termo de eliminação (art. 2º).

Estabelece que os documentos digitalizados e armazenados em mídia óptica ou digital autenticada, bem como as suas reproduções, criados na forma que define, terão o mesmo valor jurídico do documento original, para todos os fins de direito (art. 3º).

Determina que a digitalização de documentos e o armazenamento em mídia óptica ou digital autenticada serão realizados por empresas e cartórios devidamente credenciados junto ao Ministério da Justiça (art. 4°).

Ainda segundo o projeto, a mídia óptica ou digital que contenha os arquivos resultantes da digitalização de documentos particulares ou os arquivos dos documentos originariamente elaborados em meio eletrônico deverá ser autenticada pelo serviço de títulos e documentos do domicílio do proprietário dessa mídia, a fim de que esta ou sua reprodução possam produzir efeitos jurídicos em juízo ou fora dele (art. 5º).

A fim de produzir efeitos perante terceiros, as reproduções realizadas por particulares deverão ser autenticadas pelo serviço de registro de títulos e documentos que detiver a mídia em seu acervo ou a efetivou, mediante a utilização de assinatura digital certificada no âmbito da infraestrutura do ICP-Brasil, podendo a autenticação ser solicitada e enviada eletronicamente (art. 6º).

A proposição assinala o prazo de noventa dias ao Poder Executivo para regulamentar a lei em que se transformar, indicando os requisitos para o credenciamento das empresas e cartórios autorizados a proceder à digitalização dos documentos, assim como os cartórios encarregados da autenticação e conservação das mídias ópticas ou digitais e autenticação de suas reproduções (art. 8º).

Por fim, estatui que a lei originada da proposição entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (art. 8º).

A proposição iniciou sua tramitação em 22 de março de 2007, tendo sido distribuída às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa. Em 19 de junho de 2007, por força da aprovação do Requerimento nº 729, de 2007, do Senador Magno Malta, passou a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 11, de 2007.

Em 31 de março de 2010, a CCT se manifestou pela rejeição do PLS nº 146, de 2007, e pela aprovação do PLC nº 11, de 2007, na forma de substitutivo oferecido. A CCJ concluiu pela adoção da Emenda nº 1 – CCT (substitutivo), apesar de o respectivo relatório não ter sido submetido à deliberação do Colegiado.

Em 24 de novembro de 2010, o Plenário aprovou o Requerimento nº 606, de 2010, do Senador Mão Santa, que solicitou que o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2010, também passasse a tramitar em conjunto com o PLS nº 146, de 2007, e com o PLC nº 11, de 2007, por versarem sobre o mesmo assunto. Em 24 de março de 2011, contudo, o Plenário aprovou o Requerimento nº 1.008, de 2010, do Senador Roberto Cavalcanti, que solicitou o desapensamento do PLC nº 11, de 2007. O PLS 146, de 2007, passou, então, a tramitar em conjunto apenas com o PLC nº 23, de 2010.

Em 6 de junho de 2012, o relator do PLS 146, de 2007, apresentou relatório perante a CCT, favorável ao PLC nº 23, de 2010, com as emendas oferecidas, e contrário ao PLS nº 146, de 2007. O relatório, contudo, não foi submetido à deliberação da CCT, pois, apenas seis dias após a sua apresentação, o PLC nº 11, de 2007, foi aprovado pelo Plenário e transformado em norma jurídica (Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012), com veto parcial.

Arquivado ao final da 54ª Legislatura, o Requerimento nº 129, de 2015, do Senador Magno Malta, solicitou o desarquivamento do PLS nº 146, de 2007, que passou a tramitar de maneira autônoma.

Em 15 de fevereiro de 2015, a proposição recebeu parecer pela prejudicialidade, no âmbito da CCT.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Compete a esta CCJ, nos termos dos incisos I e II, alíneas “d” e “l”, do art. 101 do Regimento Interno desta Casa (RISF), opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por despacho da Presidência ou consulta de qualquer comissão, bem como, no mérito, emitir parecer sobre matéria afeta ao direito civil e registros públicos.

No tocante à constitucionalidade, formal e material, não vislumbramos vício no projeto. Legislar sobre Direito Civil e Empresarial é matéria que compete à União (Constituição Federal, art. 22, inciso I), por intermédio do Congresso Nacional (CF, art. 48, *caput*). Além disso, não se trata de matéria para a qual se preveja reser-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

va constitucional de iniciativa.

Na mesma direção, a iniciativa não merece reparos no que toca à juridicidade e regimentalidade.

Com relação à conclusão da CCT pela prejudicialidade da proposição, consideramos necessário fazer algumas considerações.

De acordo com o parecer da CCT, a matéria objeto do PLS nº 146, de 2007, já se encontra contemplada na legislação vigente – trata-se, mais especificamente, da Lei nº 12.682, de 2012, decorrente da aprovação do PLC nº 11, de 2007. Contudo, conforme destacado no parecer daquele colegiado, os dois principais objetivos do PLC, que eram equiparar os documentos digitalizados com certificação aos documentos originais e conferir às cópias digitalizadas de documentos o mesmo efeito jurídico conferido aos documentos microfilmados, foram vetados pelo Presidente da República. O veto parcial, por sua vez, ainda se encontra pendente de apreciação, o que significa que a decisão do Executivo pode ainda ser revertida e as propostas originais do PLC nº 11, de 2007, confirmadas. Diante desse contexto, concluiu a CCT que não seria adequada a apresentação de novo projeto de lei sobre o tema antes da apreciação do veto pelo Poder Legislativo.

Consideramos, contudo, que a pendência de apreciação dos vetos apostos à Lei nº 12.682, de 2012, não enseja a prejudicialidade da presente proposição.

Em primeiro lugar, o projeto em análise não se enquadra em quaisquer das duas hipóteses de declaração de prejudicialidade previstas no art. 334 do RISF – perda de oportunidade e prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação. A prejudicialidade é um instituto caracterizado por sua temporalidade, não sendo adequado reconhecê-la em legislatura subsequente àquela em que ocorreu o fato que supostamente a ensejou (a aprovação do PLC nº 11, de 2007, ocorreu em 12 de junho de 2012, no âmbito da legislatura anterior). Não há que se falar, assim, em prejulgamento da matéria pelo Plenário.

Em segundo lugar, a pendência de apreciação de veto presidencial não é um fator impeditivo ao oferecimento de proposições legislativas.

Por fim, eventual aprovação deste PLS não ensejaria afronta ao veto aposto pela Chefia do Poder Executivo – o presente projeto, caso aprovado por ambas as Casas Legislativas, ainda teria que ser submetido à sanção do Presidente da República.

Superada a conclusão pela prejudicialidade do PLS nº 146, de 2007, cumpre registrar que a proposição deve ter seu conteúdo adequado à edição da Lei nº 12.682, de 2012, que dispôs sobre a mesma matéria. Isso porque, nos termos do art. 7º, IV, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Assim, a boa técnica legislativa recomenda a apresentação de alterações à lei de regência da matéria. No caso em tela, as disposições do PLS nº 146, de 2007, devem ser apresentadas como alterações à Lei nº 12.682, de 2012. Aproveitamos a necessidade de adequação do projeto para sanar seus pequenos vícios de técnica legislativa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Eu vou esperar que os colegas concluam as conferências paralelas que estão fazendo para que eu possa fazer a leitura em voz audível, menos forte do que a voz de alguns segmentos do Plenário.

Quanto ao mérito, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 146, de 2007, nos termos da emenda substitutiva que apresentamos.

A redação atual da Lei nº 12.682, de 2012, veda a eliminação dos documentos físicos, mesmo após a sua transformação para formato digital, o que acaba por impedir que avancemos na desmaterialização de processos, como já o fez, por exemplo, o Poder Judiciário. O Novo Código de Processo Civil, inclusive, já incorpora os documentos digitais e digitalizados como válidos para os fins de direito, sendo necessário refletir essa situação na Lei nº 12.682, de 2012, e complementá-la com a garantia do valor probatório do documento digitalizado.

Com efeito, deve-se permitir que os documentos apresentados em papel possam ser destruídos após a sua digitalização, desde que respeitados os requisitos procedimentais para garantia da integridade, autenticidade e fidedignidade da conversão do arquivo do meio físico para o meio digital.

Propomos, ainda, alterar a Lei nº 12.682, de 2012, com o objetivo de garantir que o documento digitalizado na forma da lei possua o mesmo valor legal do documento que lhe deu origem e que, quando realizada pela Administração Pública, seja dotada de fé pública. Além disso, os documentos de valor permanente devem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

seguir a mesma regra aplicada à guarda em geral...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – ... dos acervos dos órgãos públicos, não podendo ser eliminados, ainda que digitalizados.

Já o art. 4º da lei em comento deve ser adequado para prever a associação de elementos descritivos para garantir a integridade, autenticidade, fidedignidade, interoperabilidade e indexação dos acervos digitalizados, ato essencial para garantia do valor probante dos documentos. Ressaltamos que os requisitos técnicos serão definidos em regulamento, visto que as opções tecnológicas para tal avançam em grande velocidade.

Ainda sobre o tema digitalização...

Eu vou lubrificar um pouco as cordas vocais. (*Risos.*)

Eu estou fazendo um esforço muito grande para ver se consigo suplantar a boa conversa que se processa aí no plenário. Deve ser muito boa, porque, não obstante todos os apelos, permanece a dificuldade, em face do vozerio dominante aqui nesta reunião. (*Pausa.*)

Ainda sobre o tema digitalização e documentos eletromagnéticos, consideramos necessário alterar o art. 23 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que trata de documentos digitalizados relativos a operações e transações realizadas no sistema financeiro nacional.

Esse dispositivo, ao conferir ao documento digitalizado o mesmo valor legal que o do documento que lhe dá origem, trouxe a possibilidade de as instituições financeiras melhorarem a gestão documental, incorporando processo mais moderno e de qualidade superior ao da microfilmagem, até então utilizado. Essa inovação pode, inclusive, gerar impactos positivos na prestação de serviços para clientes e usuários.

Essa legislação prevê ainda que o Conselho Monetário Nacional pode disciplinar o procedimento para o descarte das matérias físicas dos documentos digitalizados e armazenados eletronicamente. Não há, entretanto, qualquer comando que autorize de forma expressa o descarte de documentos. A ausência de previsão nesse sentido tem sido vista como potencial embaraço para a efetividade do procedimento de descarte e para o avanço da modernização da gestão documental no âmbito do sistema financeiro.

De forma a conferir ao processo de eliminação de documentos maior efetividade e aderência à legislação em vigor, com ganhos na gestão documental, na mitigação de riscos operacionais e no fornecimento de produtos e serviços financeiros, é necessário que a possibilidade de descarte do documento original esteja prevista, de modo expresso, na própria lei.

Consideramos necessário, ainda, alterar o art. 425 do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), acrescentando incisos para prever o valor probante aos documentos digitais produzidos conforme processo de digitalização previsto em lei específica (a lei decorrente da aprovação deste projeto, no caso).

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador Maranhão, se me permite, a preocupação é com o quórum, que vai cair. Se o senhor for ler o substitutivo... Não sei se o senhor poderia dizer "conforme o substitutivo", para que pudéssemos votar. Senão, vamos perder o quórum.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Sim, não há nenhum inconveniente em acrescentar essa expressão a esse tópico do parágrafo.

Incorporando a sugestão do autor do projeto, Senador Magno Malta, ao nosso parecer, eu acrescento a expressão "conforme o novo Código de Processo Civil".

Também propomos alterar a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, para prever que o documento não destinado para guarda permanente poderá ser eliminado, quando digitalizado na forma da lei. O acréscimo, na Lei nº 8.159, de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, atua no mesmo sentido da harmonização legislativa sobre arquivos públicos.

Por fim, consideramos necessário alterar a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para prover que serão presumidos verdadeiros os documentos e declarações constantes de processos administrativos eletrônicos certificados em sistema eletrônico da Administração Pública, inclusive os que utilizem identificar a pessoa via certificação, por meio de nome de usuário e senha. Essa alteração visa dar maior segurança jurídica aos atos praticados pela Administração, fomentando a migração dos processos administrativos para ambientes eletrônicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Adicionalmente, registramos os seguintes benefícios das alterações propostas: redução de custos; aumento da transparência; aumento da acessibilidade à informação, sustentabilidade ambiental, facilidade de manuseio e recuperação e redução de espaços físicos em arquivos.

Destacamos que o novo texto que apresentamos prevê a eliminação, após a digitalização, dos documentos físicos classificados como temporários. Os documentos considerados permanentes e históricos continuarão a ser preservados, de modo que boa parte dos documentos continuará tendo necessidade de guarda e preservação. No entanto, a quantidade significativa de documentos físicos poderá ser eliminada, fato que causará redução de despesas com a gestão de arquivos da Administração Pública.

Os lugares que hoje abrigam a grande massa documental são precários e de baixa segurança. A manutenção do status quo cria, portanto, a necessidade urgente de realização de reformas para adequação desses locais. O projeto para acomodação do acervo do Departamento de Órgãos Extintos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, estima gastos de cerca de R$15 milhões com reformas que teriam que ser iniciadas ainda este ano. Essa e outras reformas não serão necessárias com as alterações que apresentamos, o que contribui para a redução imediata de despesas do Governo Federal, bem como os outros Poderes e entes da Federação.

Além disso, com a possibilidade de eliminação de boa parte dos documentos físicos, torna-se factível para os órgãos públicos centralizar a guarda da documentação a ser preservada em um único local, onde seriam realizados os serviços de avaliação, higienização, classificação, digitalização e destinação dos documentos. A centralização na guarda de documentos permitirá também reduzir despesas de manutenção.

Voto.

Por todos esses motivos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 146, de 2007, e, no mérito, por sua aprovação, nos termos das emendas que apresenta.

Por solicitação do autor do projeto, que, às vezes, é de uma praticidade que surpreende a todos nós, eu deixo de ler o substitutivo, considerando que o seu conteúdo já foi dissecado, de forma minudente, pelo parecer que acabamos de apresentar, se assim concordarem, naturalmente, os meus pares, porque o autor já está ali agora.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu quero parabenizar o Relator pelo conteúdo do seu parecer e está aberta a discussão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Por causa do quórum mesmo, não vamos discutir.

Eu só quero agradecer ao Senador Maranhão pelo relatório. Penso que esse projeto é de suma importância para a Nação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto de lei pelo Relator.

Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar.

Eu tenho que liberar aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, enquanto estamos votando...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É porque os universitários estão me ensinando como se abre aqui.

Pois não, por gentileza.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Enquanto estamos procedendo à votação, eu quero cumprimentar o meu colega, o Senador Magno Malta, pela iniciativa desse projeto que tramitou pelo Senado, passou pela Comissão de Ciência e Tecnologia.

É um projeto que racionaliza, um projeto que faz uma mudança profunda nesses sistemas todos e que, segundo dados oficiais do próprio Governo, poderá gerar uma economia de algo em torno de R$1,5 bilhão, em função da padronização, da reorganização, da reestruturação que essa proposta, em bom tempo, oferece ao Estado brasileiro. São projetos como esse que, na minha modesta avaliação, contribuem para que possamos reduzir os gastos do setor público brasileiro, que pesam muito para o contribuinte brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Desse modo, quero cumprimentar o Senador Magno Malta por essa excepcional iniciativa, tão bem relatada pelo nosso Presidente, Senador José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu quero também registrar que, na Previdência Social, nós tínhamos prédios e mais prédios como arquivo dos vários documentos que ali chegavam. Levava-se, em média, 180 dias para conceder um benefício da licença-maternidade, da aposentadoria por tempo de contribuição, e uma série de outros. A partir de uma decisão de um decreto-lei do Executivo, nós digitalizamos todo aquele processo, o Congresso Nacional autorizou o reconhecimento automático do Direito Previdenciário, e esse prazo, que era de 180 dias, caiu para meia hora. Aquelas filas longas que tínhamos deixaram de existir em face desse procedimento.

Por isso, quero parabenizar o autor da matéria e principalmente o Relator pela celeridade na aprovação desse tema. Portanto, parabéns, Senador Magno Malta.

O Senador Armando está votando.

O Senador Valadares está terminando. Já votou, é verdade.

Senador Lasier, para concluirmos.

Podemos encerrar? Todos já votaram? Vou encerrar a votação.

Resultado da votação: SIM, 17; NÃO, nenhum.

Uma abstenção, que é do Presidente.

Dezoito votantes.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu gostaria apenas de registrar, Sr. Presidente, o meu agradecimento aos Senadores por essa compreensão da relevância deste projeto para o Brasil, para o cidadão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Deixe-me só concluir.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Ah, o senhor estava falando ainda? Foi um momento de fraqueza da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Devolvo a Presidência ao Senador José Maranhão, para dar continuidade à reunião.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Havendo aqui aquiescência do Senador Ataídes, que já tinha aprovado a inversão de pauta, aproveitando o quórum, se V. Exª estiver de acordo, bem como o Plenário – o Senador Ataídes já se manifesta de acordo –, eu gostaria de relatar o item 3, que é um projeto de autoria de V. Exª, num relato muito rápido, aproveitando o quórum, já que se trata de um projeto terminativo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016

- Terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família.

Autoria: Senador José Maranhão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Se me permite, Sr. Presidente, o relatório já consta do documento de todos e é uma matéria muito simples, a despeito da grande iniciativa, da iniciativa louvável de V. Exª como autor. Na realidade, trata-se de um projeto muito simples. Ele permite que o companheiro também possa ter o direito real de habitação do imóvel que habita. Hoje, a lei só permite isso ao cônjuge. Então, falecido o cônjuge, o cônjuge sobrevivente pode ficar no imóvel, e não há previsão legal para o companheiro ou companheira. O objetivo do projeto é tão somente estender ao companheiro da união estável o mesmo direito, já que hoje os direitos são iguais, em relação também ao casamento com o cônjuge. Então, é um projeto singelo, mas de alto alcance social, que nós estamos relatando.

A minha proposta é de votação favorável com duas emendas somente: a primeira altera a ementa do projeto, e a segunda substitui a conjunção "ou" pela "e", porque o dispositivo que V. Exª apresenta diz assim: " Sem prejuízo da participação que lhe cabe na herança, assiste à companheira sobrevivente, enquanto viver ou não constituir nova união..." Nossa sugestão é: "Enquanto viver e não constituir nova união".

Então, é um projeto simples. A alteração também é cirúrgica. Portanto, a minha sugestão e o meu relatório são pela aprovação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senadora Lúcia Vânia pela ordem.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu queria cumprimentar o Senador Anastasia.

Realmente é um projeto extremamente importante, de alto alcance social. É um projeto simples, mas que vem ao encontro daquilo a que precisamos estar sempre atentos, que é a proteção do cônjuge que sobrevive ao outro que já se foi. E é preciso preservá-lo da ingestão dos outros herdeiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador José Maranhão, só para cumprimentar V. Exª como autor.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um excelente projeto. Cumprimento o Senador José Maranhão, autor, e o Senador Antonio Anastasia, Relator. Fiz questão de ficar aqui para votar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Trata-se de maneira terminativa. Portanto, a votação é nominal.

O painel já está aberto para que os Senadores possam se manifestar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, com a palavra a Senadora Simone Tebet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – O próximo projeto a ser relatado, por deferência de V. Exª, é de relatoria do Senador Ataídes de Oliveira.

Existe um projeto terminativo, de autoria do Senador Paulo Rocha – já li o relatório –, que trata da tipificação como crime da exploração do trabalho infantil. Já está lido o relatório. Como é terminativo, se fosse possível – ele já tem a anuência do Senador Ataídes, só preciso ter a anuência de V. Exª –, gostaria que pudéssemos imediatamente fazer a votação nominal desse projeto da mais alta relevância. Enquanto estiverem votando, posso até relembrar o teor do projeto, se V. Exª assim o entender.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O projeto a que V. Exª se refere é o item 7 da pauta.

Acolho a sugestão de V. Exª por oportuna e prática.

Peço ao Senador Berger que profira o seu voto, a fim de que encerremos, de forma expedita, a votação dessa matéria. (*Pausa.*)

Quero fazer um apelo ao Senador Dário Berger para exercer o seu voto, a fim de encerrarmos a votação.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, V. Exª me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – V. Exª poderia dar-me um presente hoje, no dia do meu aniversário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não sabia ainda, mas aproveito para registrar esse fato auspicioso e agradável. V. Exª está um ano mais experiente.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – São muitos anos mais experiente, Sr. Presidente. Mas eu queria solicitar a V. Exª e aos demais Senadores e Senadoras, na medida do possível, que pudesse atender um pedido de inversão de pauta.

Consta da pauta um projeto de decreto legislativo que regulamenta as questões das demarcações dos terrenos de marinha. Isso atinge toda a costa brasileira, especialmente cidades como Florianópolis, o Estado de Santa Catarina e o Estado do Espírito Santo. É muito importante porque está havendo uma confusão muito séria com relação à demarcação dessas áreas, causando um transtorno enorme. E há tempo que o projeto consta da pauta. Se V. Exª pudesse inverter a pauta! O Senador Ricardo Ferraço é o Relator, um dos maiores especialistas hoje, maior estudioso da questão do terreno de marinha aqui no Senado Federal. Então, eu queria fazer esse pedido a V. Exª. Se V. Exª pudesse, com a aquiescência dos demais Senadores, eu agradeceria muito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O pedido de V. Exª vai ser atendido na ordem dos projetos em inversão, ou beneficiados pela inversão. O de V. Exª será o terceiro na ordem das inversões.

Lembro a V. Exª que a votação está se encerrando.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, V. Exª me concede a palavra enquanto a votação transcorre?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu relato, Sr. Presidente, a matéria constante do item 4 da pauta. Entretanto, antes do item 4, há alguns pedidos de prioridade que já foram acatados por V. Exª e também pelo Plenário desta Comissão.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de solicitar a retirada, a não votação do item 4 da pauta, porque já dialoguei com vários Senadores, inclusive com a Senadora Simone Tebet, para fazermos algumas mudanças no meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não. O pedido de V. Exª vai ser atendido, porque V. Exª é a Relatora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente. E com o compromisso de V. Exª para, nas próximas reuniões, se for possível, pautar como um dos primeiros itens.

E não podia, Sr. Presidente, deixar de fazer um agradecimento a V. Exª no seguinte sentido: a Senadora Simone Tebet e eu encaminhamos a V. Exª, no dia 18 de novembro, um ofício solicitando prioridade para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

projetos que tratam da questão da mulher aqui nesta Comissão, sobretudo aqueles que tratam do combate, do enfrentamento à violência contra as mulheres. Então, solicitamos que V. Exª pautasse. Eu aqui quero registrar os nossos agradecimentos, porque V. Exª pautou todos os projetos. Então, fica aqui a nossa gratidão, o registro e o nosso agradecimento, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Era essa boa nova que eu queria dar a V. Exª. Não está chovendo no molhado, porque aqui é um direito sagrado o de requerimento. De maneira que todos esses projetos, como V. Exª acabou de afirmar, já estão incluídos na pauta.

Eu pergunto se ainda falta algum Senador votar. (*Pausa.*)

Não havendo mais votantes, nós vamos encerrar a votação.

O projeto foi aprovado com: 19 votos SIM, nenhum voto NÃO.

Abstenção: zero.

Quórum: 21 Senadores.

Não votou o Presidente.

Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores que concordarem podem repetir o voto ao projeto para as emendas. (*Pausa.*)

Como todos concordaram, todas as emendas estão aprovadas e serão incorporadas ao projeto.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2016

- Terminativo -

Acrescenta o art. 207-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 24/08/2016, foi lido o relatório e adiada a votação do Projeto;

- Votação nominal.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Os Senadores já podem exercer o direito de voto. O painel está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, pede a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Enquanto os colegas Senadores e Senadoras vão votando, quero apenas lembrar o relatório. Na realidade, já está previsto na Constituição que nós temos por obrigação proteger a integridade física, moral e psicológica das nossas crianças e adolescentes. Lugar de criança é na escola. E a própria Constituição proíbe o trabalho infantil. Mas, infelizmente, o Código Penal é omisso quanto a tipificar a exploração do trabalho infantil como crime. E é isso que o Senador Paulo Rocha faz a partir desse momento, ou seja, nada mais do que expressar a vontade do nosso Constituinte.

A partir de agora, se os Srs. Senadores aprovarem o projeto, fica proibida pelo Código Penal e considerada como crime a exploração do trabalho infantil para menores de 14 anos. Maiores de 14 anos até 18 anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

poderão fazê-lo, na função de aprendiz, conforme prevê a Constituição, desde que não seja trabalho noturno, perigoso ou insalubre. E colocamos ainda como crime qualificado o menor de 14 anos ainda ser explorado em trabalho desumano, noturno e insalubre.

Basicamente é isso, com algumas exceções, entre elas, claramente, o que já existe, que é a atividade lúdica, artística, trabalho em televisão, em rádio. Isso, como já é autorizado pelo juiz, continua prevalecendo naquelas condições estabelecidas pela autoridade judicial.

Então, o projeto é muito simples, mas de um alcance extremamente relevante, principalmente neste momento em que estamos tentando implantar um ensino em período integral para as nossas crianças e adolescentes.

De uma forma muito objetiva, lugar de criança, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, é na escola. Não podemos trocar a escola do bairro pela escola da vida, porque aí se torna um círculo vicioso. Hoje, no Brasil, temos mais de 3,3 milhões de crianças sendo exploradas, trabalhando nas ruas e, infelizmente, nesse círculo vicioso, sabemos todo o problema que isso ocasiona a essas crianças, de pai para filho, nessa sequência ininterrupta de descaso por parte do Poder Público.

Portanto, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, gostaria de parabenizar o Senador Paulo Rocha pela apresentação do projeto, pedindo o apoio dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

Finalizo, enquanto terminam a votação, lembrando que essa, infelizmente, não é uma prática corrente apenas do Brasil; sabemos que é um problema mundial. Mas não podemos nos esquecer dos nossos três milhões de brasileirinhos, que, infelizmente, veem a madeira que deveria talvez estar emoldurando o lápis da escola hoje utilizada como cabo de enxada, que estão nas carvoarias do Brasil, como acontece em Mato Grosso do Sul, exploradas pelas mãos dessas crianças e desses jovens, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, eu vou me abster dessa votação, embora entendendo o espírito do Senador Paulo Rocha, que é o melhor possível, e o relatório, o melhor possível, dentro do mesmo espírito, da Senadora Simone.

Acho que há uma mística em torno disso, porque eu e tantas outras pessoas trabalhamos, como V. Exª, desde 12, 13 anos; e não morri. Com o crescimento da violência e do tráfico de drogas, se não se dá trabalho a um menino de 13, 14 anos, o tráfico contrata. Temos gerente de boca de 13, 14 anos idade, que tem sangue no olho e atira.

Então, por que o projeto não ressalva... Por exemplo, há autorização de juiz para o menino trabalhar na televisão, em desfile de moda. Aí, porque é uma coisa mais glamourizada, pode. Deveria abrir espaço para que o empresário... E aí concordo com a chamada renúncia fiscal. Não concordo com renúncia fiscal para a Lei Rouanet, para artista rico ir lá no mamatório da cultura, ficar mais rico ainda e depois sair dizendo que é de esquerda e, quando o País quebra, vai morar na França. Fazer ressalva para o empresário dar trabalho de meio expediente para um menino desses não mata, não mata; muito pelo contrário, cria dignidade.

Hoje eu vi a Comissão de Infraestrutura falando de tecnologia. Eu estava vendo pela televisão. Todos os Senadores que falaram disseram que um menino de oito, nove anos, hoje, pega um computador, pega um *tablet.* É verdade! As coisas cresceram, avançaram. Um menino de 13 anos, 14 anos, hoje, tem namoradinha na escola. Esse menino entra no *shopping* e quer um tênis, quer levar a namoradinha dele para tomar um sorvete, mas ele não tem dinheiro, porque, para ele, é proibido trabalhar. Aí, o tráfico tem serviço para dar. Dá 500 contos por semana, para poder ser avião, para poder ser sinalizador do tráfico.

Então, precisa haver essa ressalva, e, aí, chamar o comércio do Brasil. Não digo nem a indústria, porque dar meio expediente para um menino desses... Tudo bem, concordo plenamente que levar um menino desses para um trabalho insalubre, à noite, levar um menino para uma carvoaria tem que ser crime mesmo, um menino de 13, 14 anos. Mas, na área urbana, onde se pode estudar, ser matriculado...

Eu sou filho de uma mulher muito pobre, trabalho desde cedo e nunca abandonei a escola. Então, esse argumento é muito... Há uma mística em cima de tudo isso. Então, veja: hoje, um menino de 14 anos é um homem; é um homem. Com 13 anos, é homem também. Com 12 anos, também sabe tudo.

Vi o Senador Pimentel sendo ajudado pelos universitários aí, porque não sabia nem mexer no computador. Se você pega um menino desses, ele desmoraliza tudo.

Eu não vou votar contra, vou me abster, por entender o espírito do Senador Paulo Rocha e as colocações da Senadora, que pontuou. Se você chega lá em Mato Grosso, o moleque está numa carvoaria daquelas, longe de tudo e de todos, e com o pulmão já desgraçado aos 12, 13 anos de idade. Então, precisamos pontuar essas coisas, mas não tirar a possibilidade de o menino trabalhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, fazendo essas ressalvas, respeito o Senador Paulo Rocha, a boa intenção dele e da Senadora, mas acho que precisamos pontuar essas coisas. Eu vou me abster.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia para encaminhar a votação.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Rocha e a Senadora Relatora, Simone Tebet, por esse relatório. É meritório, é importante – eu não tenho dúvida disso.

Eu fui a criadora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Nós retiramos dos canaviais de Pernambuco, das carvoarias de Mato Grosso do Sul, das pedreiras da Bahia, do sisal da Bahia centenas e centenas de crianças que não tinham a oportunidade de ir para a escola.

Hoje, entendemos que essas crianças precisam estar em uma escola em período integral. Por que a criança do rico pode ter atividades extraescolares, como música, dança, pode ter a oportunidade de desenvolver suas habilidades, enquanto a criança pobre tem que estar na rua, tem que estar submetida a todo tipo de situações que a levam para o crime?

Portanto, eu não tenho dúvida de que esse programa é importante. Temos de lutar não para colocar a criança no trabalho fora de hora. Nós temos que lutar para que tenhamos as escolas de tempo integral e para que essas crianças tenham a oportunidade de exercer, de desenvolver as suas habilidades, tenham a oportunidade de estar na escola, permanecer na escola e ter sucesso na escola.

Essa é a nossa posição, e um projeto dessa natureza visa, sem dúvida nenhuma, fazer com que as nossas crianças tenham oportunidades.

Assim, quero parabenizar a Senadora Simone Tebet pelo seu relatório e principalmente o Senador Paulo Rocha, que teve a grandeza de fazer um projeto dessa natureza.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, como estão as inscrições aí?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Veja aí, Sr. Presidente, eu solicitei aqui e não sei se fui vista.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª está aqui na lista de inscrições no segundo lugar. O primeiro lugar é da Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu serei breve.

Apenas me inscrevo para cumprimentar pelo projeto apresentado o Senador Paulo Rocha e lembrar aqui que nós temos no País legislação que permite, até certo ponto, atividades a menor de idade. Está aí o programa Menor Aprendiz, que permite. O que nós estamos tratando aqui é de atividades ilegais e degradantes, sobretudo dos menores de idade.

Presidente Maranhão, eu aproveito esta oportunidade e quero aqui fazer um registro. Eu fui informada agora que hoje, muito cedo, pela manhã, caiu uma aeronave de pequeno porte na cidade de Manaus, matando cinco pessoas. Uma aeronave de uma empresa de táxi-aéreo que levava pessoas para o Município de Novo Aripuanã. É lamentável. No Brasil, nós estamos convivendo com tantos acidentes, acidentes tão graves e fatais. Então eu faço o registro da queda dessa aeronave na cidade de Manaus em que morreram cinco passageiros. E aproveito para me solidarizar com a família e com os amigos dessas pessoas que se foram e dizer que eu costumo, como todos os meus pares, Parlamentares, andar pelos aviões de pequeno porte dessa empresa, visto que, Senador Maranhão, nós só dispomos de aeronaves para chegar aos Municípios do interior.

Então faço esse registro e destaco aqui a minha solidariedade ao povo da minha querida cidade de Manaus.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem rápido, Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para aproveitar o quórum.

Quero só cumprimentar o Senador Paulo Rocha. Não fosse o Senador Paulo Rocha, nós não teríamos a PEC de combate ao trabalho escravo. Ele, como Deputado, começou essa peleia. E este aqui é mais um passo, Senadora Simone, o seu brilhante relatório.

Parabéns a ambos.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu quero comentar o projeto votado, mas antes quero fazer uma ponderação a nós Senadores e Senadoras.

Esse tipo de acidente, fora o acidente que aconteceu e comoveu a Nação há uma semana, tem sido frequente. Um helicóptero caiu em São Paulo com a noiva, e agora, hoje, esse que a Senadora Vanessa colocou. Talvez nós devêssemos ter uma fiscalização mais adequada, talvez ela não esteja correndo da forma certa no País. É uma ponderação para nós começarmos a pensar, como Senadores, o que poderíamos fazer nessa direção, porque volta e meia as pessoas têm uma emergência. Por exemplo... Esse que aconteceu semana passada aqui em Brasília foi por um raio que caiu no avião, algo excepcional, mas tem ocorrido.

Agora, voltando ao projeto que estamos discutindo, eu acredito que essas leis relativas ao trabalho infantil têm se aprimorado e é uma evolução...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Há uma oradora na tribuna. Por favor mantenham o silêncio.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – E é uma evolução da humanidade esse aprimoramento. Todos os países mais desenvolvidos não permitem mais o trabalho em nenhuma idade infantil. Aqui nós vamos aos poucos.

Então eu quero parabenizar o Senador Paulo Rocha e a Senadora Simone, porque essa tipificação vai ajudar muito a termos mais parâmetros para avaliar o que acontece.

Eu sou a favor, votei a favor e acredito que é assim que nós caminhamos mesmo, mas a situação de penúria em que vive a maior parte do povo brasileiro hoje não justifica, mas faz compreender a fala Magno Malta, porque também pensei na hora, por exemplo, que, em São Paulo, está muito difícil você parar num sinal em que não haja alguma criança fazendo malabarismo ou vendendo alguma coisa. É claro, essa criança é explorada, é extorquida, nós somos absolutamente contrários a isso, mas, ao mesmo tempo, a gente pensa: ela está ali fazendo isso porque tem que comer ou de dar de comer para a família. São várias situações de absoluta miserabilidade que levam a isso, e a falta de uma escola de tempo integral.

Então, nós temos não só que penalizar, mas fazer um enorme esforço para colocar essa criança numa escola decente, onde ela possa ter outra atividade, se alimentar durante o dia, porque nós sabemos que muitas escolas hoje servem, no entender daquele pai e mãe desesperados, para alimentar aquela criança, é a única alimentação que a criança tem no dia.

Era essa a minha consideração.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O próximo orador inscrito é o Senador Paulo Rocha, mas eu pediria vênia ao Senador para dar uma explicação, tentar dar uma explicação à Senadora Marta Suplicy no que respeita à sua grande preocupação, legítima preocupação, com a ocorrência de acidentes aeronáuticos graves. Eles sempre existiram. E naturalmente têm crescido na proporção em que a própria atividade aeronáutica no País também tem crescido. O acidente com aquele avião da Colômbia evidentemente não vai entrar nessa estatística, porque o avião é da Colômbia, e fez um plano de voo fora do Brasil. Não há dúvida nenhuma de que ali ficou evidente a conduta inadequada do comandante da aeronave. Ele fez um plano de voo, como toda a imprensa já noticiou, em que a etapa do plano de voo estava maior do que a própria autonomia máxima da aeronave. Não tinha como chegar. Foi uma aventura, uma aventura temerária que, lamentavelmente, sacrificou muitas pessoas inocentes.

Esta é uma condição humana que naturalmente obedece a uma regra geral: o trabalho do homem é sempre imperfeito. Um exemplo aqui de um acidente, já faz algum tempo, que abalou o mundo inteiro foi aquele com o piloto notadamente suicida. Ele era uma pessoa doente, e a Lufthansa, a companhia em que ele trabalhava, tem um departamento para tratar dos pilotos que têm algum tipo de dependência química, seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

alcoolismo, seja outras drogas mais severas. No entanto, aconteceu aquele acidente com um piloto Lufthansa na Alemanha...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de contradizer.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... que trabalha com padrões bastante rigorosos.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sim. Esses exemplos que V. Exª citou são evidentes e não tenho por que estar em desacordo, porque são pontuais. Agora, ocorreu-me a lembrança de um amigo que alugava um avião regularmente para ir a uma fazenda. Um dia o piloto sugeriu que ele não alugasse mais aquele avião, porque a manutenção dele não estava sendo feita de forma correta. Esse é o avião que depois de 20 dias caiu com os Mamonas Assassinas.

Então, o que a gente tem que pensar é que a maioria... Nós não estamos falando desses casos que V. Exª colocou, porque isso aí está certo. Agora, nós estamos falando dessa miríade de helicópteros de aluguel em que não se tem a mais leve segurança se há uma manutenção adequada, se o plano de voo está correto. Eu não sou da área da aviação. Não tenho ideia de como isso está sendo feito. Só que é uma preocupação que agora está muito em evidência, porque, apesar de as pessoas estarem podendo viajar mais de helicópteros... Tanto é que a moça que caiu do helicóptero, a noiva da semana passada, era uma moça modesta. Ela alugou para fazer uma surpresa no casamento. Não sei como ela se empenhou em fazer isso. Então, são essas questões que eu acho que deveriam ser foco da nossa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É evidente, Senadora. Desculpe-me por insistir ainda.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Deixe-me concluir.

V. Exª vai me permitir insistir um pouco sobre isso. Isso não faz a aviação mais segura ou menos segura. Se a gente for partir para um critério de avaliação da segurança, a relação entre acidentes fatais de ônibus, que é o transporte rodoviário mais seguro, e de avião, é de quatro para um. Enquanto você tem quatro acidentes graves com ônibus, você tem um com avião.

Agora, é claro que até as companhias... Por exemplo, aquele acidente de Congonhas, na sua terra, São Paulo, está muito na cara, para quem faz uma leitura subjacente, uma leitura paralela, que a verdade não foi contada por inteiro, porque o piloto morreu e, quando o piloto morre, é todo mundo contra ele.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas na realidade aquele homem foi compelido a fazer uma operação temerária ...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... pela ganância da própria empresa. Quem é da aviação, como eu sou, sabe disso. Nos corredores das empresas essas notícias são comentadas. Mas a grande imprensa não comenta isso, porque a grande imprensa vai ouvir sempre a empresa, a grande empresa.

Então, eu estou citando o exemplo da Alemanha porque eu estou falando de um país do Primeiro Mundo e um país que é conhecido pelo rigor da sua disciplina, não somente na aviação, mas também em tudo que faz. Eles têm um departamento para cuidar dos pilotos independentes. No entanto, não puderam evitar que um piloto independente se matasse e sacrificasse mais de 200 pessoas.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, se o senhor me permitir, com todo respeito a esse tema, que acho relevante, eu queria que V. Exª nos ajudasse a definir o plano de voo da nossa reunião. Eu estou apreensivo, porque nós temos aqui vários itens na pauta que estão, de certo modo, sobrestados.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Inclusive o item que será relatado por V. Exª...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... com todo esse conhecimento de causa e dedicação que V. Exª tem sobre esse projeto.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aqui nós temos com uma lista de inscrições. Está na vez agora do Senador Paulo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Justamente por ele ser o autor – eu acredito que tenha que ser o último a falar –, se V. Exª me permitir, gostaria de me dirigir diretamente ao Senador Paulo Rocha para fazer um agradecimento especial a ele. Acho que precisa ficar público o que aconteceu. Eu estava no plenário. O Senador Paulo Rocha estava do outro lado do plenário, me chamou e pediu que eu relatasse esse projeto. Eu quero deixar público que ele me deu um presente ao poder relatar um projeto de tamanha envergadura. Eu, como mãe, como mulher, não poderia deixar de fazer esse registro pessoal e dizer que o Senador Paulo Rocha, na realidade, deu um presente às mães desses menores, que se veem, muitas vezes, como o Senador Magno Malta falou, aliciados pelo tráfico.

Um crime não justifica o outro. O crime que o narcotráfico faz ao fazer dessas crianças mulas ou transportadoras de drogas não justifica um crime do Poder Público maior de amputar uma parte da existência da juventude e da mocidade dessas crianças, colocando-as para trabalhar.

Então, eu gostaria de deixar registrado, realmente, esse agradecimento ao Senador Paulo Rocha e dizer que esse projeto vai ao encontro do anseio da sociedade, que é garantir à criança o seu tempo de inocência, dar a ela educação de qualidade para que, sim, a partir, principalmente, dos 18 anos, ela possa trabalhar, entrar no mercado de trabalho, ser reconhecida, com um salário digno, com uma renda digna e compatível com o grau de instrução que teve no banco escolar e, se Deus permitir, no ensino universitário.

Muito obrigada, Senador, pela paciência.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Paulo Rocha, previamente inscrito.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, o senhor me permitiria?

Há um entendimento aqui que está em curso a respeito da questão da suspensão parcial da NR 12. Então, eu gostaria de, nessa perspectiva do entendimento, pedir a V. Exª para retirar de pauta hoje. Agora, temos aqui um compromisso no sentido de que esse assunto retornaria na próxima reunião se não houver um acordo que, efetivamente, possa proporcionar uma solução equilibrada para essa questão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Atendendo ao requerimento do Senador...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem, nesse assunto, se o senhor me permite, antes da decisão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... eu retiro de pauta, faço o adiamento da reunião, com o compromisso de incluí-lo na próxima pauta.

(É a seguinte a matéria adiada:

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2015

- Não terminativo -

Susta a aplicação da Norma Regulamentadora NR-12, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 30/11/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Paulo Paim e Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais;

- Em 07/12/2016, foi apresentado Voto em Separado do Senador Paulo Paim contrário ao Projeto.

)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeito.

O objetivo, Sr. Presidente, se o senhor me permite, é exatamente este: há uma previsão de uma reunião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

marcada, no âmbito do Ministério do Trabalho, para sexta-feira, e, caso não haja o acordo, nós teríamos esse como um dos primeiros itens da próxima reunião de quarta-feira para votação. Inclusive foi esta a posição que me recomendou aqui o Líder do Governo, Senador Aloysio Nunes, pela votação na próxima semana caso não haja acordo no âmbito do Executivo e das entidades até então.

Muito obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, me perdoe, só fazer um registro...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu consulto o Senador Paulo Rocha e Benedito de Lira se mantêm a inscrição. (*Pausa.*)

Mantêm.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu só queria esclarecer que houve uma pequena retificação no relatório do projeto que será retirado de pauta agora, mas foi apenas para corrigir uma informação relativa à data da Portaria nº 199. No relatório, constava 17 de novembro de 2001, quando a data correta seria 17 de janeiro de 2011. A correção já foi devidamente entregue à Secretaria desta Comissão.

Era esse...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, na verdade, pedi a palavra para agradecer à CCJ, à sua Presidência e aos colegas Senadores pela aprovação do meu projeto. Reputo ser esse projeto de uma grande importância, e foi dada mais importância ainda quando da nomeação da nossa Senadora Simone Tebet para ser a Relatora, não só pelo que ela representa, como S. Exª já falou, sendo mãe, mulher e uma Senadora com experiência, mas principalmente por ser uma Senadora que vem de um Estado, Mato Grosso, onde também há grande exploração econômica – ela sabe disso – do trabalho infantil nas...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Carvoarias.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... carvoarias, etc. etc.

Então, eu queria agradecer a todos.

A Senadora Simone Tebet foi uma parceira importante e ajudou, inclusive, a melhorar o projeto.

Quero só deixar claro que nós tivemos todos os cuidados nessa questão. Aqui fica claro que o projeto penaliza, tipifica o crime daqueles que exploram economicamente e que visam à lucratividade com o trabalho infantil, com a mão de obra infantil, uma mão de obra barata, para poder melhorar seus ganhos econômicos. Nós fizemos todas as ressalvas, inclusive quanto ao trabalho doméstico.

É importante ler isto:

> Art.207-A. .....
>
> .....
>
> § 1º Não constitui atividade com fim econômico o serviço prestado em âmbito familiar, de auxílio do adolescente aos pais ou responsáveis, fora do horário escolar e que não prejudique sua formação educacional e seja compatível com suas condições físicas e psíquicas.

Então, é fundamental dizer isso.

Naturalmente, quando nós apresentamos um projeto desses, é porque temos experiência e sabemos o que existe na sociedade. O Brasil tem grande capacidade de potencial econômico, com farta mão de obra para o mercado. Então, o lugar das crianças deve ser na escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É responsabilidade do Estado, do Governo ajudar nossas famílias a prepararem as nossas crianças, os nossos adolescentes para enfrentarem o mercado de trabalho com qualificação e com condições de ajudar o nosso País a se desenvolver. A criança não pode ser usada como mão de obra barata para favorecer os grupos econômicos.

Por isso, agradeço a todos e parabenizo a nossa Senadora Simone Tebet pelo belo trabalho, que ajudou a melhorar ainda mais o nosso projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento o Senador Paulo Rocha pela iniciativa e a Senadora Simone pelo belo trabalho que fez não apenas nesse projeto, mas em todos os outros em que ela é Relatora, agora, permitam-me: eu confesso a V. Exªs que não tenho desejo de 100% num projeto dessa envergadura.

Primeiro, fala-se que a criança, no Brasil, não pode trabalhar, criança com 14 anos, 15 anos de idade, 16, 17. Muito bem. Por quê? Porque precisam ir para a escola. Ótimo. Quem não gostaria que todas as crianças que nascessem neste País, independentemente de ser filho de Senador ou filho de uma mulher de rua, de uma pessoa desempregada, de uma pessoa que vive em função das ajudas que recebe... Todos nós gostaríamos que isso não acontecesse.

Vão dizer: "Mas esse é de outra época, a época hoje é moderna." Eu me reporto a quando eu fui criança. Toda a minha vida acadêmica foi na escola pública. Toda. E eu, Sr. Presidente, comecei a trabalhar muito cedo, com dez anos de idade. E eu estou aqui como Senador da República.

O que nós deveríamos fazer se nós, o Governo brasileiro ou o Estado brasileiro, tivéssemos tido a preocupação, Senadora Marta, de fazer investimento na educação? É muito bonito quando a gente diz escola de tempo integral, o garoto tem que ir para a escola de tempo integral. Ele não tem a escola convencional, Presidente. Daí, Senadora Marta Suplicy, que foi Prefeita de São Paulo, sabe mais do que ninguém quantas e quantas crianças adolescentes na rua de São Paulo. Por quê? Porque a capacidade do Estado não chegou ainda a dizer o seguinte: "Toda criança do Brasil vai para a escola, porque nós temos disponibilidade de vagas." Não é verdade isso? Alardear isso é mentira?

Eu sou de um Estado pobre do Nordeste, pequeno, com uma população de, aproximadamente, 3 milhões de habitantes. Centenas de milhares de crianças não têm escola para estudar. Quando eu era garoto, jovem, eu fui estudar em uma escola agrícola e na escola agrícola o aluno trabalhava. Trabalhei no canavial, trabalhei em vacaria, trabalhei na escola para sobrevivência. E não perdi, não arrancou nenhum pedaço.

O que o Governo brasileiro deveria fazer, o empresariado nacional deveria fazer é abrir uma agenda para atender essa moçada que está na rua, muitas vezes sendo utilizados pelos grandes traficantes. Muitos jovens do meu País, lamentavelmente, têm morrido por conta do tráfico. Há de se dizer: "Não, mas deveriam ir para a escola". E quem foi que o mandou para a escola? Não há escola para atendê-lo, escola convencional, imagine escola de tempo integral, que seria uma maravilha.

Então, minha gente, muitos projetos passam por aqui e deveríamos inverter a sua ordem. Nem todo jovem, criança e adolescente é filho de Senador, Deputado ou de empresário. É filho, muitas vezes, de quem não tem o que comer. Quando a gente vê um jovem na rua limpando o para-brisa de um carro que para em um semáforo é porque ele está ajudando a família. Não é melhor ele fazer aquilo do que ser mula de traficante? Mas nós não entendemos assim. "Ah, é um pecado. É horrível uma criança trabalhar." Qual foi a criança das gerações passadas que trabalhou e que não presta? Não.

"É a época da informática, da internet, do telefone, de tudo isso. É uma geração diferente." É não. É uma geração que deveria ter tido o Estado para cuidar deles, principalmente os pobres, porque o rico vai para qualquer lugar. O pai leva para os melhores colégios do mundo, e a criança pobre fica sem escola e proibida de trabalhar, porque, se for trabalhar, seja numa casa, seja num escritório, como *office-boy*, não pode! "Não, Virgem Maria, isso é uma escravidão!" O trabalho degradante, tudo bem: que as autoridades do Estado pudessem exatamente proibir. Agora, o trabalho decente, um trabalho que não tornasse o jovem revoltado, mas, sim, sentindo-se útil, e reservar o lugar dele na escola. Eu sempre trabalhei na minha vida inteira, como jovem, como adolescente, como adulto, e nunca deixei de estudar. Nunca deixei de estudar.

Então, eu sou totalmente favorável ao trabalho decente para os jovens do meu País. É preciso abrir essas expectativas, esses espaços. O Governo e a iniciativa privada deveriam ter um percentual, como nós temos cotas, mas não têm. O jovem, a criança deste País, tanto faz, como tanto fez: nasceu, deixe que o mundo tome conta dela.

Por isso, Sr. Presidente, eu louvo a ação do Deputado. O trabalho degradante tem de ser proibido e pu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nido, mas o trabalho decente não. Eu sou favorável a que o jovem, o adolescente possa ter oportunidade de trabalhar e estudar. Lógico que ele teria um compromisso. Qual? O compromisso dele é que só teria oportunidade de ter uma vaga no escritório A, B, ou na empresa C e D se ele tivesse o comprovante de que estava matriculado na escola. Agora, o Governo teria de proporcionar a escola, o espaço escolar para esse jovem, e não simplesmente dizer que ele não pode trabalhar e que estude se quiser. Não é por aí.

Por isso, Sr. Presidente, respeito a opinião dos meus colegas, mas confesso que sou daqueles que advoga a tese de que o adolescente, o jovem, terá de trabalhar. Eu nunca ouvi dizer que um jovem que começou a trabalhar cedo não desse para gente no futuro. Nunca! Agora, o jovem que não está trabalhando, orientado por quem não deve, esse é o pior trabalho do mundo: é o sujeito hoje com que as autoridades não se preocuparam tanto. O tráfico aí, abertamente, utilizando-se dos menores, das crianças, dos jovens, porque, muitas vezes, coitadinhos, são levados a isso, para tentar sobreviver. Muitas vezes, eles pagam com a própria vida, porque o traficante não tem pena de ninguém. Não pagou, morre! É por isso que morrem milhares e milhões de jovens neste País.

Queria pedir desculpas à Senadora Simone Tebet, com o respeito que tenho por V. Exª, pela sua capacidade de trabalho, pela sua visão. Agora, queria discordar daqueles que não acham que um jovem, um adolescente, possa exercer uma atividade digna de trabalho.

Essa é a minha observação, considerando que muitos e muitos brasileiros, que começaram a trabalhar com 12, 14, 15 anos de idade... Está aí, por exemplo: se chegar uma fiscalização do Ministério do Trabalho numa empresa do Senador Ataídes, por exemplo, e estiver um jovem filho do Ataídes, com 14 ou 15 anos de idade, ajudando-o, o Ataídes vai ser multado, sua empresa vai ser multada, porque ele está proporcionando oportunidade para que o filho trabalhe, na empresa dele ou na de um amigo.

Por isso, Srs. Senadores, me desculpem, mas discordo desse tipo de procedimento de proibir que o jovem, o adolescente de 14, 15, 16, 17 anos de idade possa exercer uma atividade decente para sobreviver e até, muitas vezes, para a sobrevivência da família. Quantos e quantos jovens desses são tidos como arrimo de família, pois há muitos pais que abandonam seus filhos quando estes nascem? E a mãe, uma verdadeira santa guerreira, é quem vai criá-los! Muitas vezes, a pobrezinha está debaixo de um pé de pau, as pessoas a censurando, mas ela está tentando sobreviver, juntamente com seus filhos.

O País, nessa pose de dizer que faz ou deixa de fazer, proíbe a criança de procurar um emprego.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Agripino.

Determino ao setor técnico que faça o encerramento da votação. Todos aqui presentes já exerceram o direito de voto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, já que V. Exª me passou a palavra, quero fazer uma comunicação, porque nem todos os Senadores que estão aqui na CCJ puderam acolher a convocação do Vice-Presidente Jorge Viana, que fez um convite aos Senadores presentes na Casa, para que fossem ao plenário.

Eu fui ao plenário. Estavam lá vários outros Srs. Senadores, e o Vice-Presidente Senador Jorge Viana comunicou que a sessão das 2h da tarde estava cancelada, e ele faria a convocação de uma sessão extraordinária entre 6h e 7h da noite e, nesse sentido, pedia a presença dos Senadores na Casa, porque haveria sessão hoje.

Portanto, ele tomou a iniciativa de desconvocar a sessão ordinária das 2h da tarde e, pessoalmente, tomou o compromisso de fazer a convocação de uma sessão extraordinária entre 6h e 7h – supõe-se, é claro, que seria após o julgamento por parte do Supremo Tribunal Federal da questão que nos envolve.

Convocaria uma sessão extraordinária entre 6h e 7h – claro, após a deliberação do STF –, uma reunião extraordinária para contagem, evidentemente, do prazo de tramitação da PEC 55. E, em havendo sessão hoje – e haverá –, você terá a primeira sessão de discussão; amanhã, a segunda sessão de discussão; e, na terça-feira, se completará, com a terceira sessão de discussão, o prazo regimental e acordado para a votação da PEC 55.

Eu gostaria, portanto, de agradecer a V. Exª e fazer essa comunicação aos membros da CCJ que não tiveram a oportunidade de ir ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Faço minhas as palavras que acabaram de ser proferidas pelo Senador José Agripino.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vou proclamar o resultado do painel.

SIM, 15; NÃO, 0.

Uma abstenção.

Peço ao pessoal que mantenha os dados referentes ao resultado da votação no painel. Quando eu estava falando, ele foi suprimido. Eu não sei o que acontece com esse painel, porque ele está sempre dando defeito – sempre!

Aprovado o projeto.

Em votação a emenda.

Consulto os Srs. Senadores se concordam em repetir a votação no projeto para a emenda. (*Pausa.*)

Todos concordam.

Aprovada a emenda.

O projeto tem uma emenda, que já foi aprovada, CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para providências cabíveis.

ITEM 31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Favorável ao Projeto, à Emenda nº 2 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

- Em 12/04/2016, foi apresentada a Emenda Substitutiva nº 1, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin;

- Em 13/04/2016, foram apresentadas as Emendas nº 2 e 3, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira para proferir o seu relatório.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente José Maranhão.

Este projeto de lei complementar nº 7, de 2016, de autoria do Senador Lasier, que está aqui ao meu lado, que veda o sigilo nas operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Sr. Presidente, é de extrema importância, é importantíssimo.

O Senador Lasier foi muito feliz nessa propositura, porque nós sabemos que o grande problema do Brasil, a corrupção, foi instalado em nosso País porque não houve transparência, pela falta de transparência.

E, aqui, então, esse projeto joga luz sobre as operações deste grande banco que nós temos hoje no Brasil, que é o BNDES. Então, a princípio, já quero parabenizar o Senador Lasier Martins por essa bela propositura.

Eu tentei, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, simplificar, resumir ao máximo esse relatório e, assim, eu acredito que não vou tomar muito tempo.

Esse projeto, então, dispõe que, aspas, "não poderá ser alegado sigilo ou definidas como secretas as operações de crédito de apoio financeiro ao BNDES ou de suas subsidiárias, qualquer que seja o beneficiário ou interessado, direta ou indiretamente, incluindo nações estrangeiras".

A justificativa do projeto aponta para a necessidade de impedir o capitalismo de compadrio, em que de-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

terminadas empresas são favorecidas em detrimento dos interesses do País.

Ressalta, ainda, a "existência de empréstimos feitos a outros países e cuja relação custo-benefício nos é desconhecida".

Após a apresentação do relatório original a esta Comissão e antes do começo de sua votação, foram apresentadas três emendas, pelo que retirei o relatório para reanálise.

A Senadora Vanessa Grazziotin apresenta a Emenda nº 1, que, apesar de expandir o alcance do projeto a outras instituições financeiras que lidam com recursos públicos, termina por reduzir o escopo do projeto, limitando a publicidade das informações sobre as operações ao "Tribunal de Contas da União, que deverá resguardar, na forma da legislação aplicável à matéria, o sigilo das informações".

As duas emendas seguintes são da lavra do Senador Antonio Carlos Valadares e buscam, em síntese, os seguintes objetivos: estender o fim do sigilo às operações levadas a cabo por outras instituições financeiras de perfil público, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e assemelhados; manter protegidos por sigilo, aspas, "as operações financeiras que não recebem subvenções públicas e as concedidas a pessoas físicas", fecho aspas, e garantir que, aspas novamente, "informações sensíveis, acerca não da operação de crédito em si, mas sobre a empresa beneficiária do empréstimo", fecho aspas, continuem protegidas pelo sigilo bancário.

Vamos, então, à análise.

A proposta mostra-se constitucional e jurídica, pois não fere cláusulas pétreas nem subverte o conjunto dos preceitos relativos à organização político-administrativa do Estado brasileiro.

Igualmente não há ofensa nem à legalidade nem à regimentalidade, não havendo quaisquer razões formais que impeçam sua regular tramitação.

Quanto ao mérito da proposta, deve-se ressaltar a necessidade de se implementar um sistema mais transparente no Banco, em especial se tomamos em conta a dimensão da influência do BNDES sobre a economia brasileira.

A transparência é a condição fundamental, *sine qua non*, para que sejam controladas a racionalidade e a economicidade das decisões financeiras de operação de crédito.

A discussão mais fundamental parte do reconhecimento de que as operações subvencionadas pela União transferem renda do conjunto da sociedade para os tomadores daqueles recursos, e essa conta deverá ser obrigatoriamente paga em algum momento.

Nesse contexto, do ponto de vista do controle social, o mínimo que se espera é que o Tesouro Nacional e o próprio BNDES tratem a questão com a máxima transparência.

Quanto às emendas apresentadas, meu juízo é o seguinte: acolho integralmente a Emenda nº 2, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, para estender o alcance do projeto a operações de, abro aspas, "instituições financeiras públicas ou suas subsidiárias que envolvam subvenções ou operações de crédito subsidiadas, direta ou indiretamente, com recursos públicos", fecho aspas, mantendo sob sigilo as operações financeiras dessas entidades que não recebem subvenções públicas e aquelas firmadas com pessoas físicas.

Apenas incluímos, na redação do *caput* do novo art. 10-A, proposta por S. Exª, a expressão, abro aspas, "ou definidas como secretas", fecho aspas, que está presente no texto original, sobre a qual a emenda não faz referência e que penso ser de bom alvitre manter.

Quanto à Emenda nº 3, que busca manter sob sigilo – apenas excepcionado pelo acesso dado aos órgãos de controle interno e do Tribunal de Contas – as informações relativas à avaliação de risco feita pela instituição financeira; às estratégias comerciais, financeiras e industriais e à rentabilidade esperada do projeto de investimento financiado, encaminho o seu acolhimento parcial.

Portanto, acolho parcialmente a Emenda nº 3, do Senador Valadares.

É válida e louvável a preocupação do ilustre Senador com a manutenção dos, aspas, "sigilos bancário e empresarial", fecho aspas, que, de fato, aspas novamente, "são fundamentais para o livre exercício da atividade econômica", fecho aspas.

Ocorre, Sr. Presidente, que não parece simples manter, a um só tempo, a intenção original do projeto e uma radical inacessibilidade pelo público a algumas informações "não da operação de crédito em si, mas sobre a operação beneficiária", como bem sintetizou o Senador Antonio Carlos Valadares.

Algumas informações sobre a "empresa em si", como, por exemplo, as que dizem respeito à avaliação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

risco e ao esperado retorno financeiro da operação, são fundamentais para que o público, o cidadão comum, e não apenas os órgãos de controle e o TCU, mas qualquer cidadão faça um juízo sobre a conveniência e oportunidade de a Administração Pública ter concedido tal empréstimo, dadas as condições tais e quais da empresa beneficiada.

Esse é o coração da proposição original do Senador Lasier Martins e não concordo com sua supressão.

Acerca disso, talvez fosse interessante lembrar que nenhum agente econômico está obrigado a financiar-se com recursos públicos. Os dados sobre a análise de risco e rentabilidade do projeto financiado só serão tornados públicos na hipótese de a empresa buscar as condições mais favoráveis do empréstimo público em detrimento do mercado de crédito privado.

Pois bem, este é um dos preços que pagará o empresário para gozar da benesse de usar o dinheiro público para perseguir seus objetivos privados vinculados ao lucro: a relativização da privacidade de sua operação comercial.

Estou quase concluindo, Sr. Presidente.

Estão todos livres para manter todas as suas informações sensíveis do ponto de vista comercial sobre sigilo, mas não poderão fazê-lo se quiserem ser financiados pelo conjunto da sociedade.

Assim, acolhemos a emenda para manter sob sigilo apenas as informações relacionadas às estratégias comerciais, financeiras e industriais da empresa beneficiada pelo empréstimo.

Quanto à Emenda nº 1, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, rejeito-a integralmente pelas mesmas razões, ou seja, por restringir o acesso aos dados da operação do Tribunal de Contas da União, vedando o conhecimento verdadeiramente público de suas condições e, logo, impedindo o juízo coletivo sobre sua conveniência e adesão ao interesse público. Esse dinheiro é de todos os brasileiros, e não dos Ministros do Tribunal de Contas da União. Que todos saibam para aonde está indo e, principalmente, se vai voltar.

Por fim, registro que suprimi a expressão "públicas" do *caput* do art. 10-A, pois existem políticas públicas pontuais operadas por instituições financeiras privadas com recursos públicos, já que a manutenção da expressão poderia levar à interpretação errônea de que essas instituições não estariam submetidas ao dever de transparência.

Nesse sentido, penso estar acolhendo, na máxima extensão possível, as sugestões de meus pares sem esvaziar a intenção original do autor deste projeto, Senador Lasier Martins.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o meu voto é pela admissibilidade do Projeto de Lei do Senado Federal nº 7, de 2016, e, no mérito, pela sua aprovação e pelo acolhimento integral da Emenda nº 2, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3 e pela rejeição da Emenda nº 1, nos termos do substitutivo que apresento.

Já falamos sobre o substitutivo, Sr. Presidente. Acho que o dou como lido, Sr. Presidente. Deixe-me ver. Eu dou como lido o substitutivo, Sr. Presidente.

O meu voto é pela aprovação deste maravilhoso projeto de lei de autoria do Senador Lasier Martins.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Presidente José Maranhão, mesmo com esse magnífico relatório do Senador Ataídes, eu queria adicionar mais alguns dados para que sejam considerados pelos meus pares, porque, até mesmo pela época de economia que estamos vivendo, não é admissível que um banco público da importância do BNDES mantenha sigilo nas suas operações, nos seus financiamentos. Sr. Presidente, recordamos bem a época em que surgiu a primeira denúncia sobre o caso do petrolão: tornou-se voz corrente no Brasil de que também deveria haver uma profunda investigação no BNDES, uma grande caixa-preta deste Brasil por onde escoaram bilhões e bilhões.

Como foi dito no relatório, o nosso objetivo principal é o de transparência. Não se justifica um sigilo num banco dessa grandeza quando a própria Constituição é bem clara dizendo que os negócios públicos devem ser regidos pela moralidade e pela publicidade. Não é possível deixar sem o conhecimento público para onde está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

indo o nosso dinheiro, porque o dinheiro do BNDES é dinheiro público.

Eu queria acrescentar este dado: os empréstimos resultaram em aumento de quase R$0,5 trilhão na dívida pública brasileira. É dívida que veio, em grande parte, do BNDES. Além do mais, nós cansamos de ouvir que há uma relação muito grande com o financiamento em obras muito suspeitas que transcorreram de maneira clandestina, inclusive com vários países, como Angola, Moçambique, Cuba, Venezuela, Bolívia, onde nunca faltou aquela expressão... Da maneira como ocorreu o financiamento, seguramente houve superfaturamento, e certamente nunca houve investigação sobre isso. Nós ainda não perdemos a esperança de fazer essa investigação.

De modo que, pela clareza desse projeto, nós não podemos admitir que continue sigilo no financiamento do BNDES, com as exceções, com as quais contribuiu muito o Senador Antonio Carlos Valadares, que foram aqui captadas, absorvidas, recebidas pelo relatório do Senador Ataídes.

Então, a exemplo, inclusive, do que acontece nos Estados Unidos, onde os financiamentos públicos são de conhecimento público, encaramos como bem-vinda também a adesão do Senador Valadares, que estende a outras instituições bancárias, ressalvados os empréstimos a pessoas físicas, etc. Então, entendo que está na hora, Sr. Presidente, nesta época de transparência total em tudo que se pretende com a verba pública, com a vida pública, que também os financiamentos do BNDES...

E me senti muito animado, Presidente José Maranhão, ao receber, agora de manhã, uma cópia da direção do BNDES se solidarizando e apoiando esse projeto e mandando dizer isto à Presidência da OAB, à Presidência da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil, ao Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, ao Presidente da Associação da Auditoria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, de modo que parece que temos o terreno aplainado para acabar, de uma vez por todas, com esse sigilo absurdo com a verba pública do BNDES.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Lasier Martins – e acabamos de ouvi-lo –, pela sua iniciativa, que é mais que louvável. Aliás, ele tem já essa bandeira desde o início do seu mandato, no ano passado, e fez diversos pronunciamentos na tribuna do Senado Federal sobre este tema. Então, cumprimento-o pela iniciativa.

Todavia, o nosso eminente Relator, o Senador Ataídes, que também tem essa mesma bandeira e vem defendendo a tese da transparência desses recursos públicos já há muito tempo, deu um passo além e coloca, no seu substitutivo, não só as questões relativas ao BNDES, mas aos recursos públicos objetos de operação de crédito. Eu concordo com a posição colocada pelo eminente Relator, mas quero deixar registrado, tão somente e, portanto, eminente Senador Lasier, que V. Exª sugere o BNDES, e, agora, nós iremos aprovar, se assim for, para o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banrisul e os bancos em geral que estão aí pelo Brasil afora, que são controlados pelo Poder Público, inclusive os bancos privados que tenham, nas suas carteiras, recursos oriundos, por exemplo, do Finame, que é do BNDES. Então, só esse esclarecimento, que é sempre bom fazer, mas com o qual nós estamos de acordo.

Eu queria só sugerir, portanto, ao eminente Relator, trocar a ementa, porque a ementa está, então, equivocada, eminente Senador Ataídes. A ementa do seu substitutivo menciona operações do BNDES. Eu sugeriria aqui, se V. Exª acatasse, operações – pelo menos, eu estou lendo aqui o que está no nosso computador – de crédito com recursos públicos, que é o global que V. Exª acolhe e bem apresenta, salvo engano meu, em seu relatório.

Obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Evidentemente, vindo do Senador Anastasia. Sim, ela ficou um pouco ambígua. Mas está admitida a ementa, Presidente.

Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A ementa será incorporada ao relatório de V. Exª.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Apenas para parabenizar o autor da proposição. Esse projeto é mais do que necessário, é urgente, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nome do princípio da transparência. No Estado democrático de direito não cabe mais sigilo. Nós mesmos, nesta Casa, disso demos demonstração, quando acabamos com votações sigilosas do Plenário desta Casa.

Quero parabenizar o Relator pelo brilhante relatório, estendendo esse princípio a outros bancos que tenham recursos públicos em subvenção.

E lembro que o BNDES, recentemente, já lançou no seu *site* eletrônico, inclusive em nome dessa transparência, todas essas transações, o que vem ao encontro do projeto do Senador Lasier.

Nós teremos a oportunidade, na tribuna do Senado, de fazer considerações mais aprofundadas, principalmente em relação à relevância, à importância para a sociedade brasileira de um projeto dessa envergadura. Afinal, só em 2014 o BNDES foi responsável pelo subsídio de R$591 bilhões, fruto de impostos da população brasileira. Nada mais justo do que essa mesma população ter noção exata de onde vai o dinheiro que é dela para esses investimentos na iniciativa privada.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, só uma informação muito rápida. Em 2015, relatando uma medida provisória, não me lembro mais do número, eu coloquei uma emenda que pedia, que determinava que o banco, o BNDES desse informações sobre o resultado desses empréstimos subsidiados. E assim, então, aconteceu. A emenda foi acolhida pelo Plenário do Senado e também da Câmara. Em 2016, o BNDES deu essa informação, então, de que os empréstimos concedidos com subsídios geraram um prejuízo ao povo brasileiro, de 2009 a 2015, de R$123 bilhões. Então, isso é muito importante. E vamos votar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Dário Berger. (*Pausa.*)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Vamos votar, vamos votar. Voto favorável, "sim". Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais oradores sobre o projeto, em votação o relatório favorável ao projeto, à Emenda nº 2 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos do substitutivo, e contrário à Emenda nº 1.

Houve uma sugestão para que o Relator incluísse no seu relatório uma ementa. Eu consulto V. Exª se mantém essa...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mantenho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a nova ementa apresentada pelo Relator no curso da leitura do relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, à Emenda nº 2 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos da Emenda nº 4-CCJ (Substitutivo), já com a alteração sugerida ao Relator, e contrário à Emenda nº 1. A matéria vai a Plenário.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Gostaria, se V. Exª não colocar obstáculo, de solicitar urgência, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação a urgência.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ITEM 32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Alberto Mourão

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para proferir o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, se fosse possível e com a sua aquiescência, eu gostaria que V. Exª colocasse em pauta os terrenos de marinha, dos quais o Senador Ricardo Ferraço é Relator. Eu abriria mão do projeto do qual sou Relator para que, efetivamente, o Senador Ricardo Ferraço pudesse ler o seu relatório e defender a sua relatoria em função da premência, da urgência dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O que V. Exª está solicitando é a inversão de pauta, na prática.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Para ceder, ao Senador Ricardo Ferraço, essa oportunidade de ele relatar esse projeto de decreto legislativo, que estabelece nova regulamentação para a remarcação de terreno de marinha, que está causando um problema enorme em muitos Municípios e muitos Estados brasileiros.

Se o senhor permitisse, se fizer essa alternativa, agradeço muito a V. Exª e abro mão da relatoria do meu projeto para uma próxima sessão da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Atendido o apelo de V. Exª.

A Presidência anuncia o item 29.

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 157, de 2015

- Não terminativo -

Susta a aplicação da Orientação Normativa "ON-GEADE-002-01" aprovada pela Portaria nº 162, de 21.09.2001 e todos os processos administrativos demarcatórios que tenham utilizado esta orientação normativa, desde sua publicação.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para proferir o seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – De autoria do eminente Senador Dário Berger, este projeto de decreto legislativo tem por objeto sustar a aplicação da Orientação Normativa GEA-DE-002-01, aprovada pela Portaria nº 162, e todos os processos administrativos demarcatórios que tenham utilizado essa orientação normativa desde sua publicação.

Em primeiro lugar, observe-se que essa orientação normativa inovou no mundo jurídico. Não se trata de uma orientação normativa que apenas regulamenta o que já está disposto em lei. A pretexto de regulamentar o art. 9º do Decreto-Lei 9.760/46, a orientação normativa criou normas jurídicas inteiramente novas. Com isso, alterou unilateralmente as obrigações dos foreiros e ocupantes de terrenos de marinha em todo o País.

Sendo assim, essa orientação normativa é um verdadeiro ato normativo primário. Ou seja: não apenas regulamenta lei, mas inova no mundo jurídico, como se lei fosse. Está, portanto, sujeita ao controle político de constitucionalidade e à sustação por meio de decreto legislativo.

A sustação dos procedimentos administrativos fundados em ato que viola a competência do Congresso Nacional inclui-se, portanto, na competência do próprio Congresso. Trata-se de um dos poderes implícitos atribuídos a este Poder.

Não se pode admitir que procedimentos pautados por uma orientação normativa que usurpa a competência do Congresso continuem a tramitar normalmente, principalmente depois de o ato normativo que fundamenta esses procedimentos já ter sido sustado pelo Congresso Nacional.

No que se refere à juridicidade e à regimentalidade, por sua vez, não se encontram quaisquer vícios im-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

peditivos da tramitação do projeto.

No que tange à análise do mérito da proposição, parece-nos necessária a sustação do ato normativo objeto do PDS nº 157, de autoria do eminente Senador Dário Berger. De fato, conforme argumenta o autor na justificação do projeto, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) tem exorbitado do seu poder regulamentador sobre a matéria, sem qualquer respaldo legal. A proposição ora em pauta harmoniza-se com outras duas leis já aprovadas pelo Congresso Nacional, que buscavam racionalizar a atuação da Secretaria do Patrimônio da União quanto aos terrenos de marinha: a Lei 13.139/15 e a Lei 13.240/15.

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) – que é um órgão da União – encontrou uma forma, na prática, de aumentar o patrimônio da União, sem que houvesse qualquer lei nesse sentido. Ao definir a Linha de Preamar Média de 1831 conforme seus próprios e questionáveis critérios, a Secretaria do Patrimônio da União tornou a União proprietária de inúmeros imóveis que historicamente nunca lhe pertenceram.

Os critérios da orientação normativa da SPU distorcem completamente a definição, uma definição arcaica. Para que se tenha uma ideia, o que deveria limitar-se a 33 metros pode chegar a quase um quilômetro, pelos critérios do órgão da União. Em muitos casos, a SPU ampliou a definição de terreno de marinha de 33 metros para 600 ou 750 metros da distância do mar.

Em suma, a SPU, unilateralmente, tentou transformar a União em proprietária de imóveis que não lhe pertencem e nunca lhe pertenceram. Tudo isso ocorreu por meio de um indevido alargamento do conceito de terreno de marinha. Essa ampliação do conceito não se justifica nem histórica, nem tecnicamente.

Como pode um órgão da União dizer que propriedade é da União? Pode um particular, ao olhar para uma casa que lhe parece bonita, anunciar que essa casa é dele? A mera declaração do particular sem respaldo legal ou contratual torna a casa sua propriedade? Evidentemente que não. Da mesma forma, toda e qualquer declaração da Secretaria do Patrimônio da União sobre os terrenos de marinha deve estar claramente adstrita ao que determina a lei. Do contrário, a União será juiz em causa própria, tendo que definir ela própria, com maior liberdade, quais imóveis são de sua propriedade.

Tamanha liberdade é incompatível com a separação dos Poderes e o com o Estado de direito democrático. Não se pode admitir que um órgão do Poder Executivo, à revelia da Constituição e da lei, diga unilateralmente o que lhe pertence.

Com essas premissas, Sr. Presidente, cumprimentando o Senador Dário Berger não apenas pelo mandato que faz, focado e devotado à defesa de causas importantes para o Brasil, para Santa Catarina e para Florianópolis, sua terra natal, é que nós, também conscientes dessa necessidade, até porque este é um tema que fala alto ao interesse dos capixabas, estamos apresentando o nosso relatório absolutamente em linha com aquilo que propugna o Senador Dário Berger.

Diante do exposto, nós votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2015 e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do substitutivo, em que nós fazemos alterações apenas ortográficas, para facilitação do entendimento.

É como relato, Sr. Presidente, ao tempo em que peço urgência para que essa matéria possa ser submetida ao Plenário do Senado e nós possamos ver esta Casa deliberar sobre este tema, que faz injustiça com brasileiros de tantos Estados, mas, sobretudo, brasileiros dos Estados de Santa Catarina e do Espírito Santo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão a matéria.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Bem rapidamente, Sr. Presidente, para não abusar de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – A primeira iniciativa deste projeto de lei e o primeiro passo que deveria ter sido dado pelo Governo Federal e pelo patrimônio da União era a redefinição ou o estabelecimento do marco legal, ou seja, a Linha de Preamar Média. Hoje eles estão adotando a Linha de Preamar Média como se fosse 1831.

Ora, de lá para cá, a geografia dessas cidades se alterou substancialmente. E eu vou dar um exemplo para V. Exª e para o Senador Ricardo Ferraço, que é um dos mais entendidos desse assunto aqui no Senado Federal. Muitas cidades sofreram um acréscimo de marinha, com os tradicionais aterros onde estão localizados os centros históricos da cidade, como é o caso de Florianópolis, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Bem, evidentemente, Sr. Presidente, que a Linha de Preamar se alterou substancialmente. E esse marco legal tem que ser definido agora com o que está acontecendo hoje, e não com o que acontecia em 1831.

Outra questão importante a ser relatada nesse conceito é que esse é um entulho autoritário da época do Império, Sr. Presidente. Naquela época se designou e se estabeleceu como terreno de marinha, e não terreno da Marinha, porque esses terrenos não são da Marinha. É uma mera titulação que foi dada para preservar, vamos dizer assim, a segurança nacional, uma vez que a Marinha do Brasil e o Governo brasileiro, então, teriam condições de acessar essas áreas para garantir a segurança nacional. Bem, não é o caso.

Estou pensando, inclusive, em apresentar um novo projeto de lei para que a Linha de Preamar Média seja aquela que estabelece hoje a realidade dos Municípios brasileiros. Então, que sejam os 33 metros da maré média, estabelecida nas nossas orlas, nas nossas praias, em todo o litoral brasileiro. Com isso, estariam praticamente resolvidos 90% ou mais dos casos dessas cidades que são banhadas pelo mar.

Não é o que está acontecendo.

Eles estão, então, remarcando e, na remarcação que eles estão fazendo, Sr. Presidente, eles estão pegando, na Avenida Beira-Mar de Florianópolis, por exemplo, todos aqueles prédios, todos aqueles edifícios que hoje foram construídos no acréscimo de marinha e os estão considerando agora de marinha. E eles querem tributar, efetivamente, todos esses terrenos, o que é impossível. Não tem lógica isso. Isso é um abuso autoritário do Governo. Por isso, este projeto de decreto legislativo tem este objetivo, tem esta iniciativa: que possamos definir o marco legal e, a partir do marco legal, fazer, então, as demarcações que sejam necessárias.

Ademais, pedindo autorização de V. Exª, está aqui ao meu lado, Sr. Presidente, o Gean Loureiro, Senador Ricardo Ferraço, que é o Prefeito eleito da cidade de Florianópolis, nosso amigo, nosso companheiro, nosso correligionário, que é uma das pessoas, vamos dizer assim, um dos prefeitos eleitos mais interessados na aprovação desse projeto de decreto legislativo.

Mais uma vez, agradeço ao Senador José Maranhão, Presidente da Comissão de Justiça desta Casa, por ter me prestigiado dando oportunidade para que fosse relatado esse projeto. Eu tenho absoluta certeza de que este é um dos projetos mais importantes que nós estamos votando, neste momento, para estabelecer a pacificação dos proprietários de terrenos de marinha com as remarcações autoritárias e inconsequentes em muitas das regiões em que estão acontecendo, por todo o Brasil, e que envolvem aí 10 milhões aproximadamente. Senador Ricardo Ferraço, 10 milhões de brasileiros estão na iminência de ter as suas remarcações redefinidas de maneiras equivocadas, não racionais.

Por isso, nós precisamos estabelecer uma nova legislação para manter a segurança jurídica tão necessária no Brasil, especialmente nas cidades litorâneas.

Era o que eu tinha para relatar, Sr. Presidente.

Agradeço, mais uma vez, a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero apenas cumprimentar tanto o autor, Senador Dário Berger, como o Relator, Senador Ricardo Ferraço, pelo projeto, que, de fato, vai criar uma segurança jurídica nessa área tão importante.

Depois da votação do projeto, peço a palavra pela ordem.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, queria pedir urgência a V. Exª para colocar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Após a votação.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu gostaria de requerer, Presidente... Sou eu, Senador Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não, Senador. V. Exª tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Já requeri a urgência.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – O Senador Ricardo Ferraço já requereu a urgência. Em todo caso...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Endossa.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu endosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... o relatório...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... favorável ao projeto, nos termos do substitutivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Rápida e objetivamente, quero cumprimentar o autor e o Relator, principalmente pela pertinência da matéria. Nós, que somos de Estados que têm área de marinha, como bem foi destacado aqui, sabemos a dificuldade que enfrentamos em relação a esse tema.

O Senador Ferraço tem vanguardeado essa pauta. Aliás, ele tem enfrentado muitos conflitos, principalmente com a Secretaria do Patrimônio da União, por estar vanguardeando essa pauta. Essa matéria e essa iniciativa são fundamentais para os nossos Estados.

Então, quero cumprimentar, com louvor, o autor e o Relator da matéria e, obviamente, após aprovado o projeto, requerer a urgência necessária para a votação em plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais quem queira se pronunciar a respeito do assunto, vamos passar à votação do relatório, favorável ao projeto, nos termos do substitutivo.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº1-CCJ (Substitutivo).

A matéria vai a plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Permita-me, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Há requerimento sobre a mesa da urgência.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação a urgência, que foi previamente solicitada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O projeto tramita agora em regime de urgência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu já conversei com V. Exª. Eu estou muito, muito preocupado com a NR 12.

Eu venho dessa área. Fui técnico de segurança no trabalho e sei da importância da proteção do trabalhador, com os aparelhos necessários, ao utilizarem as máquinas.

Não estou aqui para convencer ninguém nesse encerramento de reunião. Eu só quero assegurar, Sr. Presidente... No dia 16/11, eu apresentei um requerimento para uma audiência pública, a fim de ouvirmos o Ministério do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Só uma informação ao Senador Paulo Paim: esse projeto foi adiado por solicitação do autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por duas vezes. Eu participei desse...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Ele é Relator ou autor? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aliás, eu estou confundindo. O Senador Armando é Relator...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... e não autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. E eu tenho um parecer contrário sobre a NR 12, por causa do pedido de vista.

Eu participei dos entendimentos para que não votasse nem a semana passada nem hoje. Eu só quero resgatar que o meu requerimento para uma audiência pública está na mesa desde o dia 16/11/2016, para que a gente ouça o Ministério do Trabalho, que sei que tem uma posição contra, para que a gente ouça o Ministério Público, para que a gente ouça as centrais e, só depois, então, vote a matéria.

E, como apresentei o requerimento no dia 16/11, faço o apelo a V. Exª de que não seja votada a matéria sem a aprovação...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Uma informação para V. Exª – estou pedindo aqui à Secretaria: por solicitação do Senador Pimentel, foi pedida a suspensão da votação em função do acordo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, tudo bem. De tudo isso eu participei, Sr. Presidente. Eu estava junto. Só estou dizendo que há na mesa, desde o dia 16/11, um requerimento de minha autoria para uma audiência pública. Eu peço que esse requerimento seja aprovado antes de iniciar a votação. Eu estava aqui no dia em que concordamos com o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concordo com V. Exª, de tal forma que vamos, antes de iniciada a votação, submeter o seu requerimento à apreciação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, eu solicito a V. Exª para ser incluído extrapauta, de acordo com a conveniência de V. Exª e do Plenário, o meu parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella. Esse projeto de lei de S. Exª altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e torna obrigatória a adição de marcadores químicos nas munições e seus insumos destinados à arma de fogo.

Eu solicito a V. Exª para fazer a breve leitura do relatório – e, obviamente, há um pedido de vista coletiva – para a apreciação dessa matéria, se possível, na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª está...

(Matéria não lida:

EXTRAPAUTA

ITEM 39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 607, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para tornar obrigatória a adição de marcadores químicos nas munições e seus insumos destinados a armas de fogo.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRE.

)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu peço vista desse projeto para que eu possa, durante a semana, analisar com profundidade. E, na próxima quarta, a gente vota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Veja bem: nós já tínhamos anunciado a leitura, mas, se o Senador Randolfe der como lido, eu posso atender o pedido de vista de V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente. Obrigado, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Está dado como lida.

Só para informar a todos – o relatório está à disposição –, ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 607 e, no mérito, pela aprovação com a emenda que apresento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O projeto, com a vista solicitada pelo Senador Paim, voltará à pauta na reunião da próxima semana, na quarta-feira.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 59 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 44 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e dez minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador José Maranhão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Humberto Costa, Telmário Mota, Lídice da Mata, Ângela Portela, Paulo Paim, Ivo Cassol, Ana Amélia, Romero Jucá, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Roberto Requião, Waldemir Moka, Hélio José, José Agripino, Antonio Anastasia, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Magno Malta, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Fátima Bezerra, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Eduardo Braga, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Carlos Valadares, Lúcia Vânia, Eduardo Amorim e Marcelo Crivella. A Presidência registra a presença de Sua Excelência o Deputado Federal Bonifácio de Andrada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2007 – Terminativo, que: "Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo. Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, em Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, de 2016 – Não Terminativo, que: "Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha." Autoria: Deputado Alceu Moreira. Relatoria: Sen. Vanessa Grazziotin. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 3 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 125, de 2015 – Não Terminativo, que: "Fixa os critérios para escolha do Advogado-Geral da União, bem como o procedimento para a sua nomeação." Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para disciplinar o processo de licenciamento de parques e áreas aquícolas de pequeno porte." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2015 – Não Terminativo, que: "Susta a aplicação da Norma Regulamentadora NR-12, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Armando Monteiro. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2012 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública." Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2012 - Terminativo, que "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 472, de 2012 e rejeição do PLS nº 401, de 2012. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012 – Terminativo, que: "Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Alvaro Dias. Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014 – Terminativo, que: "Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013 – Terminativo, que: "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014 – Terminativo, que: "Altera os arts. 45 e 69 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para instituir o Diário Eletrônico da OAB." Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Sen. Ciro Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 – Terminativo, que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública." Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União." Autoria: Senador Donizeti Nogueira e outros. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda n° 1, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 – Terminativo, que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - OFICIO "S" Nº 28, de 2014 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). " Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo, que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2014 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de colher provas e remeter boletim de ocorrência ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, no caso do envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão dirigida à mulher." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resulta-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2010 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - "Lei Maria da Penha", para determinar que os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam processados mediante ação pública incondicionada." Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 – Complementar - Não Terminativo, que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, de 2009 – Terminativo, que: "Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países." Autoria: Deputado Walter Pinheiro. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2014 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira e estabelece regras para as comunicações de dados dos Poderes da União." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2014 – Terminativo, que: "Institui a Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, de 2011 – Terminativo, que: "Acresce o art. 301-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e revoga a Lei nº 5.970, de 11 de dezembro de 1973." Autoria: Deputado Simão Sessim. Relatoria: Sen. Edison Lobão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, de 2009 – Não Terminativo, que: "Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH." Autoria: Deputado Chico da Princesa. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, de 2015 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências." Autoria: Deputado Alberto Mourão. Relatoria: Sen. Dário Berger. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, de 2016 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, para incluir a coleta de dados específicos de violência contra a mulher entre as finalidades do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP." Autoria: Senadora Simone Tebet. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o programa Patrulha Maria da Penha." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH, 2-CDH e 3-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2010 – Terminativo, que: "Define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Sen. Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CAE-CAS e nºs 3 e 4-CAS, com duas emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda 5-CAS. Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2014 – Terminativo, que: "Acrescenta art. 83-A à Lei nº 4.737, de julho de1965 (Código Eleitoral) para reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas." Autoria: Senador Anibal Diniz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, de 2012 – Terminativo, que: "Estabelece procedimento licitatório simplificado para Estados, Municípios e Distrito Federal adquirirem diretamente dos laboratórios fabricantes medicamentos e material penso hospitalar destinado a suprir as necessidades de abastecimento das Secretarias de Saúde em ações voltadas ao atendimento gratuito da população pela rede pública de saúde, e dá outras providências." Autoria: Senador Ivo Cassol. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com cinco emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 607, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para tornar obrigatória a adição de marcadores químicos nas munições e seus insumos destinados a armas de fogo." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRE. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, de 2015 – Terminativo, que: "Cria o banco nacional de impressões digitais." Autoria: Senador Omar Aziz. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, de 2012 – Não Terminativo, que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a aplicação da legislação trabalhista brasileira aos empregados de embaixadas e consulados de Estados acreditados no Brasil e em Organismos Internacionais." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, de 2011 – Não Terminativo, que: "Obriga a criação de unidade do Procon nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências." Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 39 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 91, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo máximo de três meses para a indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal por parte do Presidente da República, sob pena de crime de responsabilidade." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 40 - EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 2, de 2014, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 2011 – Não Terminativo, que: "Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e correlatos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Favorável à ECD nº 2, de 2014, ajustando-se a redação da ementa do PLS nº 464, de 2011, para: acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, produtos de higiene pessoal, perfumaria, cosméticos e saneantes. Resultado: Adiado. ITEM 41 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 84, de 2015 – Não Terminativo, que: "Susta atos normativos do Poder Executivo que impedem a utilização de veículos de passeio movidos a óleo diesel." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Marcelo Crivella. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 42 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 218, de 2015 – Não Terminativo, que: "Acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que "disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências"." Autoria: Deputado Bonifácio de Andrada. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. ITEM 43 - OFICIO "S" Nº 82, de 2015 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 658.026 publicado no Diário da Justiça Eletrônica em 31 de outubro de 2014, mediante o qual o Plenário declarou a inconstitucinalidade do inciso III, do art. 192, da Lei n°. 509/1999, do Município de Bertópolis/MG." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 82, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 44 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2016 – Não Terminativo, que: "Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Penal" Autoria: CPI do Assassinato de Jovens (CPIADJ). Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 45 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 – Não Terminativo, que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Maranhão

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 43ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 45.

ITEM 42
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 218, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que "disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências".

Autoria: Deputado Bonifácio de Andrada

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Anastasia para a leitura de seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, a quem cumprimento e dou bom dia.

Passo à leitura do relatório.

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei da Câmara nº 218, de 2015, de autoria do Deputado Bonifácio de Andrada, meu conterrâneo, conhecido professor de Direito Constitucional e nosso decano na Câmara dos Deputados, que acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, "que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências".

O projeto é composto de três artigos.

O art. 1º indica o objeto da lei, qual seja, inserir o art. 9º-A à Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a fim de dispor sobre recursos e reclamações em inquérito civil e peças de informações. O art. 2º insere o art. 9º-A propriamente dito, dispondo que "das decisões ou atos de representante do Ministério Público nos autos de inquérito civil ou em peças informativas poderão ser apresentados recursos ou reclamações ao órgão superior da instituição, que deverão ser resolvidos em quarenta e cinco dias".

Já o art. 3º traz cláusula de vigência imediata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Na justificação, o autor defende uma solução processual para esclarecimento de fatos relevantes no inquérito civil, por meio de recursos ou reclamações ao órgão superior do Ministério Público, como forma de se proteger os direitos constitucionalmente protegidos e de "impedir uma série de deficiências, evitando o questionamento judicial de questões que podem ser sanadas no âmbito do próprio Ministério Público".

A proposição foi distribuída com exclusividade à CCJ. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea d, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, bem como quanto ao mérito de proposições que versarem sobre direito processual. De resto, o PLC nº 218, de 2015, não apresenta vício de natureza regimental.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 218, de 2015, pois I) incumbe à União legislar sobre direito processual, conforme art. 22, inciso I, da Constituição Federal; II) a proposição tem por finalidade precisamente o estabelecimento de norma relativa ao inquérito civil e peças informativas, procedimentos disciplinados pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; III) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, caput); IV) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e V) não há reserva temática de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto afigura-se escorreito, pois I) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; II) possui o atributo da generalidade; III) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; IV) afigura-se dotado de potencial coercitividade; e V) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico.

Quanto ao mérito, a proposta representa um avanço na disciplina do procedimento do inquérito civil e das peças informativas, ao prever a possibilidade de recursos ou reclamações ao órgão superior do Ministério Público, como forma de se aprimorar o controle da legalidade das decisões e dos atos praticados em sede desses procedimentos.

Como exposto na justificação, possibilita-se assim a correção de decisões ilegais dentro do próprio Ministério Público, sem que seja necessária a judicialização dessas questões. A correção de eventuais lesões a direitos e garantias fundamentais dentro dos procedimentos preparatórios evita a instauração de ações civis públicas baseadas em provas ilícitas. Dessa forma, a medida, ao mesmo tempo em que garante os direitos do cidadão sujeito ao procedimento, contribui para aprimorar o sistema de instrução preparatório para as ações civis públicas. É por isso que merece aprovação.

Nada obstante, necessário fazer um ajuste na redação do dispositivo incluído, pois se faz a referência a "representantes do Ministério Público" que, na realidade, é um termo impróprio, pois o Ministério Público é composto pelos seus membros. Por essa razão, proponho uma emenda de redação para tão somente corrigir o texto e deixá-lo tecnicamente mais preciso.

Voto:

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 218, de 2015, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº – CCJ

Modifique-se o art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 218, de 2015, para substituir a expressão "representantes" por "membros" na redação do art. 9º-A da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, na forma que se segue:

Art. 2º.....

Art. 9º-A Das decisões ou atos de membro do Ministério Público nos autos de inquérito civil ou em peças informativas poderão ser apresentados recursos ou reclamações ao órgão superior da instituição, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

deverão ser resolvidos em quarenta e cinco dias.

Esse é, Sr. Presidente, o nosso parecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão o parecer.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Se me permitir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu gostaria apenas de parabenizar o autor do projeto e o Relator. Quem já foi gestor, seja em âmbito municipal seja em âmbito estadual, sabe bem a dificuldade que tem em relação à questão ambiental. Eu acabo de ver o relatório, não sabia nem que estava em pauta esse projeto, mas que reputo da mais alta importância. Nós sabemos que, pela Constituição, uma das poucas matérias que são imprescritíveis no Direito brasileiro é a questão ambiental, principalmente chamamos de passivo ambiental.

É muito comum um gestor, principalmente no Município, acredito que nos Estados também... Eu só fui Vice-Governadora, mas o Senador Anastasia, como ex-Governador de Minas, tem amplo conhecimento disso. Nós somos responsáveis não só pelos atos que praticamos – ou mesmo pelas nossas omissões –, mas também por atos pretéritos ou omissões pretéritas. E pegamos o passivo no que se refere à responsabilidade ambiental de gestores passados.

Às vezes, não temos a compreensão do Ministério Público, e, embora representemos um poder, na realidade, não podemos ter a responsabilidade pessoal pelas atividades de que não tenhamos sido autores. E, muitas vezes, acontecem as injustiças. Permitir-se que, nesses casos, seja possível recorrer ainda no âmbito do Ministério Público, à instância superior, para se tentar resolver, no âmbito do Ministério Púbico, vejo que é salutar e saudável para a sociedade, para a questão ambiental e para os próprios gestores. É muito comum, hoje em dia, termos a sensibilidade do Ministério Público, mesmo em nível de primeira instância, quando propõe aos gestores os termos de ajuste de conduta, mas não é sempre que contamos com essa sensibilidade.

Então, ver esse recurso em instância administrativa acho que garante a segurança jurídica sem nenhum prejuízo à questão ambiental; ao contrário, queremos todos é que o meio ambiente seja preservado, em nome da sobrevivência da própria humanidade. Por isso, parabenizo mais uma vez o autor, e não poderia estar esse projeto em melhores mãos do que nas mãos competentes e sábias do Senador Antonio Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua facultada a palavra aos presentes.

Quero, neste momento, fazer aqui uma breve saudação ao meu ex-colega de Câmara Federal e sempre amigo Bonifácio de Andrada, que, com sua inteligência vívida, continua contribuindo para o ordenamento jurídico deste País. Eis que, além de uma vasta experiência, é também um acadêmico qualificado como professor de Direito Constitucional na Universidade de Minas Gerais.

Seja bem recebido. Esta Casa tem profunda admiração por V. Exª.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

A matéria vai ao plenário.

Pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora já definido, cumprimento o Senador Anastasia pela relatoria de matéria, como especialista em gestão pública e institucional e também pelos aspectos políticos. Cumprimento-o pelo relatório.

Quero informar ao Presidente que sou Relatora do Item 34, o Projeto de Lei nº 171, de 2012, que está em caráter terminativo, de autoria do Senador Ivo Cassol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É um projeto muito interessante que trata de estabelecer um regime simplificado de licitações nos Estados, Municípios e Distrito Federal na compra de medicamentos diretamente aos fabricantes. Ocorre que ontem votamos uma lei de licitações, e, para não haver, digamos, um choque de interpretação em uma lei, prefiro que saia daqui uma lei melhor, que seja aplicada e ajustada à mudança que ontem aprovamos.

Então, já que esperamos, e esse projeto tramita desde 2012, peço ao Presidente a retirada de pauta, porque o próprio Governo tem interesse em examinar e apreciar as normas de ajuste dos termos aprovados ontem, da Lei de Licitações, para a questão relacionada ao projeto de iniciativa do Senador Ivo Cassol, em muito boa hora.

Isso simplifica e barateia a compra de medicamentos diretamente das fábricas e indústrias farmacêuticas nacionais.

Então, solicito a V. Exª a retirada de pauta do Item 34, que é o PLS 171.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Atendida a solicitação de V. Exª, que é Relatora do mesmo projeto.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 34
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, de 2012
- Terminativo -

Estabelece procedimento licitatório simplificado para Estados, Municípios e Distrito Federal adquirirem diretamente dos laboratórios fabricantes medicamentos e material penso hospitalar destinado a suprir as necessidades de abastecimento das Secretarias de Saúde em ações voltadas ao atendimento gratuito da população pela rede pública de saúde, e dá outras providências.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto com cinco emendas que apresenta.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu vou fazer logo uma leitura aqui, porque é até uma forma de garantir a presença, já que todos sabem que, após essa leitura – pode parecer enfadonha porque é um relatório – vamos ter o prazer de ouvir a nossa musa aqui da Comissão de Constituição e Justiça, a Senadora Simone Tebet.

Eu fiz um pequeno – já que essa parece ser a última reunião antes do recesso parlamentar – resumo, como dizia um conterrâneo meu, uma síntese alongada, um resumo mesmo, do que foram os nossos trabalhos durante o ano legislativo de 2016.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do Senado Federal, permaneceu, ao longo de 2016, apreciando diversas matérias de relevante interesse nacional, mantendo elevada, mesmo em ano eleitoral, a sua produtividade, contribuindo sobremaneira para a considerável produção do Legislativo federal no presente ano.

Com isso, a CCJ soube, mais uma vez, responder às demandas da sociedade, obedecendo ao seu mandato de zelar pelo texto constitucional e proporcionar debates de alto padrão para solucionar as questões brasileiras mais relevantes.

Uma das missões precípuas da Comissão é a análise da indicação de autoridades para diversos órgãos da República, em especial no Poder Judiciário. Nesse sentido, foram sabatinados o Ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2016-2018; os Srs. Joel Ilan Paciornik, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e Antonio Saldanha Palheiro, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para comporem o Superior Tribunal de Justiça; o General de Exército Marco Antônio de Farias e o Sr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz, para exercerem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o cargo de Ministros do Superior Tribunal Militar; o Sr. Carlos Eduardo Barbosa Paz, Defensor Público Federal no Distrito Federal, para ocupar o cargo de Defensor Público Geral Federal; e os Srs. Henrique de Almeida Ávila e o Otávio Augusto da Silva Orzari, para a vaga reservada a STJ no Conselho Nacional de Justiça.

Aliás, especialmente sobre o Poder Judiciário, merece destaque a Proposta de Emenda à Constituição PEC 35, de 2015, aprovada pela Comissão em fevereiro, que estabelece mandato de dez anos para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta modifica ainda o processo de escolha do indicado para a função e o torna inelegível para qualquer cargo eletivo pelo prazo de cinco anos após o término do mandato.

Outra matéria relevante aprovada em 24 de fevereiro foi o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2015, que quebra a exclusividade do abastecimento de água por parte da concessionária pública. O objetivo é permitir que haja concomitantemente o fornecimento de água potável por fontes alternativas, água de chuva e águas residuais entre outras. A intenção da proposta é elevar a disponibilidade hídrica e reduzir o consumo de água potável para fins não potáveis.

Já sobre o tema do trânsito, a Comissão aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 156/2015, que torna obrigatório o uso de farol baixo durante o dia nas rodovias. A matéria foi aprovada também pelo Plenário do Senado e sancionada na forma da Lei nº 13.290/2016.

No campo do Direito Penal, merece destaque o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 572, de 2015, que altera a Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099, de 1995). O objetivo da proposta é fazer com que os crimes de lesão corporal leve e culposos cometidos contra menores de 18 anos ou incapazes, no ambiente familiar e doméstico, sejam julgados por meio de ação penal de iniciativa pública incondicionada. Com isso o Ministério público torna-se titular e responsável pelo início do processo, sem a necessidade de anuência da vítima.

No tema da Administração Pública, a CCJ aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 388, de 2015, complementar, que determina que os integrantes de diretorias executivas de fundos de pensão poderão ser escolhidos em processo seletivo público conduzido por empresas especializadas. A proposta tem por objetivo eliminar a influência político-partidária na indicação de dirigentes desses fundos.

Ademais foram aprovados diversos projetos de reajuste salarial para várias carreiras de servidores efetivos da União, com destaque para os servidores do Judiciário e do Ministério Público da União, bem como a fixação dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República. Essas últimas, com repercussão nos diversos estratos da administração, na administração da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e da Defensoria Pública da União e de diversas carreiras do Executivo, como os militares, os professores e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Ainda sobre temas administrativos, merece destaque a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31/2016, que permitirá ao Governo Federal ter liberdade para realocar 30% das receitas obtidas com taxas e contribuições que hoje têm aplicação específica definida em lei, a chamada Desvinculação da Receita da União (DRU). Segundo relatório por mim apresentado, a desvinculação das contribuições sociais deverá liberar R$110,9 bilhões; a da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), R$4,6 bilhões; e a das taxas, R$2,2 bilhões.

No que tange à organização político-administrativa do Estado, destaca-se a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 10, de 2013, que prevê o fim do foro privilegiado para todas as autoridades brasileiras, inclusive o Presidente da República, nas infrações penais comuns.

A mudança, no entanto, não altera o art. 53 da Constituição, que prevê que os Deputados e Senadores são invioláveis civil e penalmente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

Sobre a área tributária, a Comissão houve por bem aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 57/2016, que busca simplificar as exigências fiscais e tributárias dirigidas a microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente em Municípios menores.

Fruto do trabalho da Comissão de Juristas da Desburocratização (CJD), a proposta também traz como uma das suas principais mudanças a delegação de competência, para que o Estado em que estiver localizado o chamado pequeno Município, que será definido posteriormente por lei complementar, assuma a cobrança e a fiscalização dos tributos sob sua responsabilidade.

Acerca dos direitos políticos, a CCJ aprovou, em 13 de setembro, a Proposta de Emenda à Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(PEC) nº 36, de 2016, que reforça a exigência de fidelidade partidária de políticos eleitos e extingue as coligações nas eleições proporcionais, além de estabelecer uma cláusula de barreira na atuação parlamentar dos partidos. O texto permite o exercício do mandato ao Parlamentar eleito por partido que não alcançou o percentual mínimo da cláusula de barreira, mas limita "o funcionamento parlamentar" desses partidos. A matéria foi posteriormente aprovada pelo Plenário da Casa e remetida à Câmara dos Deputados.

Sobre a questão dos transportes, a Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 394, de 2014, que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), para permitir a transferência de bilhete aéreo entre passageiros. No entanto, condiciona a operação a regras de restrições impostas pela companhia aérea, bem como às exigências fixadas pela autoridade aeronáutica em relação à identificação dos passageiros.

Sobre a temática social, a Comissão houve por bem aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 38/2015, que garante a representação proporcional de cada sexo na composição das mesas e comissões da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional. A mudança na Constituição Federal estabelece não apenas a representação proporcional por sexo no preenchimento das vagas nas mesas e comissões permanentes e temporárias, mas também que se assegure ao menos uma vaga para cada sexo nesse processo.

Ainda no campo social, foi importante a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC nº 50/2016) que permite a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal – beneficiando diretamente a prática da vaquejada. A iniciativa busca reverter recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contrária à realização de vaquejadas pelo País, por considerar haver "crueldade intrínseca" contra os animais. Para viabilizar a aprovação da proposta, apresentei, na condição de Relator, emenda que determina não serem consideradas cruéis práticas desportivas que utilizem animais, aspas, "desde que sejam manifestações culturais registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos".

Outra matéria relevante aprovada pela CCJ foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 152/2015, que cria novo regime especial de pagamento de precatórios. A proposta tem por objetivo diminuir o estoque de precatórios pendentes, agilizar os pagamentos e responsabilizar os gestores públicos em caso de não cumprimento da norma. A PEC cria novo regime especial de pagamento com prazo máximo de dez anos. Para saldar os precatórios, vencidos e a vencer, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devedores depositarão mensalmente, em conta especial, 1/12 do valor calculado percentualmente sobre as respectivas Receitas Correntes Líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento. A PEC prevê ainda que, caso haja atraso na liberação dos recursos, o chefe do Poder Executivo responderá conforme legislação de responsabilidade fiscal e de improbidade administrativa.

No campo do planejamento econômico, a Comissão aprovou a fixação de um teto das despesas primárias da União para o período de 20 anos – a Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2016, chamada de PEC dos gastos, de iniciativa do Poder Executivo. Com sua aprovação, o limite de gastos para 2017 será o valor da despesa primária paga em 2016 (sem os juros da dívida), incluindo os restos a pagar, corrigida em 7,2%. Para os 19 exercícios financeiros seguintes, será o limite do ano anterior corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período de 12 meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.

A Comissão também cumpriu suas obrigações regimentais, ao analisar e votar a Representação nº 01, de 2015, que requeria a instauração de procedimento disciplinar para verificação de quebra e decoro parlamentar em face do Senador Delcídio Amaral.

Em 09 de maio, a CCJ aprovou o relatório do Senador Ricardo Ferraço, que passou a constituir o parecer da CCJ, concluindo pela inexistência de vício de processamento da representação sob o aspecto da constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Por fim, foram feitas seis audiências públicas pela Comissão, as quais receberam o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Diogo Oliveira, que trouxe informação sobre o impacto financeiro dos projetos de reajuste de servidores analisados pelo Senado Federal, a Secretária de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça, Fátima Pelais, entre outros representantes, para discutir o Projeto de Lei nº 07, de 2016, que acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2016, para dispor sobre o direito da vítima de violên-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cia doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado ininterrupto e prestado preferencialmente por servidores do sexo feminino e dá outras providências.

Inclusive, essa matéria foi pela Comissão após intenso debate em julho de 2016, que voltará a ser analisada em virtude de apresentação de emendas de Plenário e diversos representantes do Ministério Público nacional, como o Sr. José Robalinho Cavalcante, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, para discutir sobre a nomeação do Procurador-Geral da República a partir de lista tríplice encaminhada pelas carreiras.

Também se discutiu a redação da maioridade penal com a presença de diversos especialistas, os efeitos causados pela aprovação da PEC do Teto de Gastos Públicos, PEC nº 55, de 2016, e a proposta que permite a realização de manifestações culturais registradas como patrimônio cultural que não atentem contra o bem-estar animal, resguardando de maneira mais explícita a prática da vaquejada.

Aqui, uma ligeira estatística.

Total de reuniões no período: 43; audiências públicas: 06.

Matérias apreciadas:

Projeto de Lei do Senado, 13; Projeto de Lei do Senado não terminativo [os anteriores eram terminativos], 15; Proposta de Emenda à Constituição Federal, 29; Projeto de Lei da Câmara não terminativo, 38; mensagens do Senado Federal, 5; requerimentos do Senado Federal, 1; projetos de resolução do Senado Federal não terminativos, 3; ofícios, 10; projetos de decretos legislativos não terminativos, 4; turnos suplementares terminativos, 2; substitutivos da Câmara (PLS) 2; emendas da Câmara (PLS), 1; emendas da CCJ, 131; emendas de Plenário, 14; requerimentos da CCJ, 47; emendas (PLDO), 11; emendas (PLOA), 4.

Total: 330 proposições no período legislativo, que deverá encerrar-se com esta reunião, porquanto o Senado Federal vai entrar de recesso.

Eram essas as informações que gostaríamos de prestar aos integrantes da Comissão, agradecendo a todos pela contribuição valiosa, tanto no sentido funcional como no sentido substancial.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia, um dos grandes colaboradores desse trabalho.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente. É tão somente para cumprimentar V. Exª pelo trabalho de condução desta Comissão, que nós sabemos que não é fácil. Aqui é o coração do Senado da República, e a presidência desta Comissão, com os diversos pontos de vista divergentes, é uma tarefa extremamente delicada e que V. Exª cumpre com extremo carinho, com muita lhaneza no trato, com muita distinção e, da mesma forma, o Vice-Presidente, Senador Pimentel, que está aqui ao meu lado, quando o substitui.

Então, quero cumprimentá-los muito, dar parabéns e dizer que foi uma honra para mim ter esse período aqui trabalhando na Comissão sob sua orientação, e estender à Secretaria, Dr. Ednaldo e todos os que integram a Secretaria, os meus cumprimentos pelo trabalho sempre muito eficiente.

Parabéns, Senador Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agradeço a V. Exª pelas considerações generosas em torno do modesto trabalho que nós fizemos, cujo êxito dependeu muito mais da contribuição valiosa de todos os seus integrantes do que propriamente da nossa gestão como Presidente desta Comissão.

Eu entendo que a maior qualidade parlamentar e que é comum a todos que integram esta Comissão é a tolerância democrática. Nós, aqui, praticamos aquela frase que é atribuída a Voltaire: não concordo com nada do que dizeis, mas morro defendendo o direito de dizer.

A Comissão se portou assim. Aqui, nós tínhamos representação de todos os partidos com assento no Senado Federal e tendências filosóficas e ideológicas as mais variadas, mas, graças a Deus, tivemos a sorte de conviver harmoniosamente e respeitosamente com todas essas tendências que estão impressas na própria legislação que nós aprovamos aqui, nos pareceres e nas audiências públicas que realizamos.

Acho que, se algum mérito há nesta Comissão, esse mérito não é de quem está dirigindo a Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós somos apenas o maestro que, se não seguir a partitura, termina a orquestra ficando desafinada.

Então, foi assim que agi, inspirado no temperamento democrático e sempre tolerante de todos os companheiros.

Com a palavra o Senador José Pimentel, previamente inscrito.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador José Maranhão, quero também parabenizá-lo pela forma com o V. Exª conduziu os trabalhos desta Comissão. Para mim, não é nenhuma novidade, porque conheço V. Exª tanto lá da nossa Região Nordeste, mas de matérias muito difíceis aqui do Congresso Nacional, como foi o Orçamento da União para 2008, em que V. Exª era o nosso Presidente da Comissão Mista do Orçamento, um ano em que estávamos com o orçamento pronto para ser votado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Somos eternos aprendizes, Sr. Presidente.

Continuando, conseguiu conduzir com maestria, retirando R$40 bilhões do Orçamento da União, e, junto aos Três Poderes, construiu um novo orçamento. Com a clareza de que o problema tinha surgido no Congresso Nacional, V. Exª sempre nos dizia: cabe a nós resolvermos essa pendência.

Da mesma forma, à frente da CCJ, tivemos, neste 2016, um ano muito difícil na política brasileira, momentos de embates, destituição de uma Presidência da República, com os graves problemas a que estamos assistindo. E é nesta Comissão, na nossa Comissão de Constituição e Justiça, onde esses temas terminam aparecendo com muita intensidade pelo seu próprio conteúdo. E V. Exª, conduziu esses trabalhos, conseguiu transitar e passar esse 2016 da melhor forma possível nessa conturbação política em que vivemos.

Portanto, se tínhamos um Presidente adequado para esse período difícil, nada melhor do que o meu amigo José Maranhão.

Parabéns pela condução.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Na mesma linha dos meus colegas que me antecederam, eu gostaria de parabenizar V. Exª pelo trabalho, Presidente de todos nós.

Quando o Senador Anastasia falou que a Comissão de Constituição e Justiça é o coração desta Casa, e realmente é, eu me lembrei de que, com toda a liturgia do cargo e responsabilidade – quantos maiores as atribuições, maiores as responsabilidades e pressão – V. Exª soube conduzir com maestria e com muito equilíbrio, como disse o Senador Pimentel, em tempos difíceis, principalmente no ano de 2016, este ano, em particular.

E eu só tenho a agradecer. Da mesma forma, agradeço pelas relatorias que V. Exª me designou. Também faço um pedido de desculpas, porque sempre que vinha utilizar esse microfone para fazer alguma reivindicação, V. Exª, com toda a paciência e experiência, me conduzia para o caminho certo do equilíbrio, da parcimônia. Muitas vezes nos vendo exaltados, V. Exª tinha a capacidade de manter a serenidade de cada um individualmente e da plenária como um todo.

Então, os nossos agradecimentos.

Para mim, fica uma lição: aquele que sabe simplesmente faz não precisa ficar falando. V. Exª é de poucas palavras, mas realmente de muito trabalho. E, quando realmente chama a atenção através da verve, vem com palavras, acima de tudo, sábias.

Muito obrigada pelo aprendizado e obrigada pelo trabalho nesses dois anos à frente da Comissão, que, como disse o Senador Anastasia, é o coração do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu é que tenho que agradecer a V. Exª porque sempre que precisamos do concurso de sua inteligência e de sua juventude vibrante e forte nas suas convicções, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

as tivemos.

O importante na relação parlamentar – parece-me, e não estou aqui querendo dar lição a ninguém –, o que perturba os resultados não são as divergências, mas é a incapacidade de compreender o outro. E nunca faltou isto aqui: a capacidade de compreender o outro, ao contrário do que se diz. Por isso é que chegamos a esse acervo de matérias decididas e aprovadas.

O ano anterior, 2015, também foi um ano de grandes embates aqui. Todos estão lembrados aqui da sabatina do Procurador Janot, do juiz. Aqui, a aprovação de Fachin foi precedida de uma série de mal-entendidos na grande imprensa, na imprensa nacional, que atribuíram àquele hoje magistrado, que era um advogado militante e respeitado do Paraná, posições que jamais foram verdadeiras; invenções que se criaram. E nós, com habilidade, procuramos satisfazer a todos, oferecendo ao próprio sabatinado a oportunidade de revelar a sua verdade.

E aqui tivemos, como endossatário dessa posição, um Senador do Paraná. Foi por isso que eu escolhi, não só pelos seus atributos, o Senador que relatou e que está aqui, na minha presença, o Senador Alvaro Dias. Eu sabia, por informações de terceiros, que Alvaro Dias conhecia profundamente aquele juiz – hoje, Ministro – e poderia dar o testemunho do seu conhecimento e, sobretudo, da grande credibilidade que ele tem perante todos nós.

O resultado é que esta comissão evitou que se perpetrasse uma injustiça contra um homem de bem, que, por sinal, está tendo uma posição brilhante na cadeira de Ministro do Supremo, que hoje ocupa com brilhantismo e com rara independência, como todos nós já esperávamos.

Então, esta comissão sempre soube se portar pela posição firme de todos os seus membros, com equilíbrio, com isenção, como deve ser, percebendo e tendo a convicção da grandiosidade da sua missão. É a Comissão de Constituição e Justiça que opina sobre a constitucionalidade das matérias, sem deixar de levar em conta também, nessa avaliação, os aspectos éticos porque, no momento que estamos vivendo, nunca o Brasil precisou tanto dessa força da ética na política, dessa força da honestidade na política.

Então, eu sou muito grato por ter sido indicado para uma comissão que me causou conforto pela integridade moral de seus membros e não somente pelos conhecimentos vastos. Aqui nós temos os maiores cérebros do Senado da República, mas também temos homens e mulheres de bem, que souberam dar a sua contribuição para que a nossa legislação, a legislação brasileira, a ser apreciada depois pelo Plenário do Senado da República, se aproximasse ao máximo da perfeição, ao máximo do desiderato da própria sociedade, que é ter uma legislação equilibrada, uma legislação realista e, ao mesmo tempo, progressista.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Meu caro Presidente, José Maranhão, é bom ficar por último exatamente porque facilita a tarefa. Basta subscrever o que os que antecederam falaram a respeito de V. Exª e os cumprimentos que foram dirigidos pelo trabalho profícuo, realizado com muita competência e, sobretudo, elegância diante dos seus pares.

Eu quero agradecer a forma como fui tratado por V. Exª nesta Comissão e a primazia que tive de relatar matérias importantes. Eu creio ser esta uma tarefa delicada de quem preside: designar relatores. Há, no Senado, uma queixa generalizada em relação a relatorias, porque há os relatores gerais da República nesta Casa também, que são sempre premiados com a relatoria de projetos importantes. Essa é uma queixa que se repete. Essa reclamação é uma rotina. E V. Exª, nesta Casa, procurou administrar isso com muita imparcialidade. V. Exª mesmo acaba de fazer referência a uma relatoria da maior importância para a qual fui designado, a do Ministro Fachin – muito me honrou ser Relator –, como a de outros, do Ministro Kukina, no STJ. Enfim, V. Exª agiu sempre com parcimônia, com imparcialidade, com inteligência e com muita elegância.

Por isso, o nosso agradecimento e os nossos cumprimentos. Eu não tenho nenhuma dúvida em afirmar, Presidente, José Maranhão: V. Exª ficaria muito bem na cadeira de Presidente do Senado Federal a partir de fevereiro do próximo ano. Teria o nosso voto e o nosso apoio.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A generosidade de V. Exª me obriga a este pingue-pongue. Eu posso até, na generosidade de V. Exª, ter algum merecimento, mas, na realidade, não estou aspi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

rando a isso. Eu sou muito sincero comigo mesmo nas posições que afirmo. Eu acho que, no meu currículo, não está inscrito esse potencial para ser Presidente do Senado da República.

Agora que está terminando o meu mandato aqui, na condição de Presidente, quero me dedicar mais às lides do plenário do Senado e, como membro desta comissão, se me for dada ainda a oportunidade, e de outras comissões que me cabem regimentalmente.

Mas não aspiro a ser Presidente do Senado da República e acho que temos muitos companheiros muito mais vocacionados do que eu.

É do rito do Senado da República que as posições sejam definidas pelo tamanho da Bancada. Infelizmente, V. Exª, com todo o talento que tem – e não estou só devolvendo o elogio que quis me fazer, mas fazendo aqui um reconhecimento –, poderia muito bem, sobretudo numa hora difícil como esta, ser Presidente do Senado da República. Eu estaria sendo insincero se dissesse que V. Exª era o meu candidato porque nós estamos sujeitos a essa questão da proporcionalidade das Bancadas. E o partido de V. Exª, infelizmente, não está na vez para indicar o Presidente.

Mas aqui mesmo, nesta Comissão, temos pessoas extraordinárias do meu partido. E eu aqui estou de frente a uma mulher que eu acho que seria uma grande acertada do Senado se a convidasse para presidir o Senado neste momento difícil não somente pelo seu talento, mas sobretudo pela oportunidade de ser mulher. Eu creio que a mulherada, para usar uma expressão bem popular do Brasil inteiro, iria se sentir muito bem representada, duplamente representada, pelo mandato de Senadora e pelo mandato de Presidente do Senado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu já ganhei, independentemente de assumir ou não a Presidência da CCJ, com as suas palavras. Eu sei que, muito mais do que o meu mérito, é fruto da amizade de V. Exª por mim, seja qual for a missão. Mas eu sou daquelas que jogo – não entendo nada de futebol – em qualquer posição. Acho que o importante, acima de tudo, é todos nós unirmos forças para ajudar o Brasil. Quero estar sempre ao lado de V. Exª.

Obrigada pela lembrança, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Boa indicação sua, Presidente.

Mas eu queria, na sua despedida da Presidência desta Comissão, parabenizá-lo pelo seu trabalho, pela sua produtividade. Às vezes, essa produtividade nos preocupava, porque não dávamos conta de intervir em todos os processos e acompanhá-los. Mas V. Exª deu uma dinâmica grande e forte aqui, na Comissão. Isso foi muito importante.

Agradeço a parceria que fizemos em alguns momentos, eu, como Presidente da CAE, e V. Exª, aqui, como Presidente da CCJ. Pelo menos por duas vezes houve reuniões conjuntas, que foram muito produtivas, debates muito importantes.

Quero agradecer a V. Exª a confiança e parabenizá-lo pela sua tranquilidade, pelo seu equilíbrio. Muitas vezes, com a sua experiência, V. Exª me ajudou a arrumar a conduta, a ajustar as coisas aqui.

Então, quero agradecer muito, parabenizá-lo e desejar-lhe sucesso agora, em outra função que V. Exª possa ocupar nesta Casa, porque sei que tem capacidade para isso, tem respeito e está politicamente preparado.

Eu também aproveito para parabenizar o Senador Pimentel, seu Vice, que também por diversas vezes assumiu a Presidência da Comissão e, junto com V. Exª, tocou tão bem os trabalhos, também sempre com muita parcimônia, com muito equilíbrio.

Eu acho que o resultado de votações da CCJ foram resultados importantes para esta Casa.

Então, desejo a V. Exª sucesso depois da CCJ, mas o parabenizo pelo seu trabalho.

Aproveito também para desejar aqui aos nossos pares, sendo a última reunião, um bom final de ano, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bom Natal. Que a gente possa voltar com as energias renovadas em janeiro, porque o País vai precisar muito da nossa atuação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agradeço à Senadora Gleisi Hoffmann. Podemos até divergir em matéria de política partidária, mas não divergimos em matéria de políticas públicas. Podemos discordar, podemos vislumbrar outro caminho, além do caminho apontado por ela, mas tenho que reconhecer a sua tenacidade, a sua inteligência e a sua garra nos projetos que defendeu aqui nesta Comissão e no plenário.

A política é uma atividade que só exercermos de forma confortável se tivermos vocação, porque sabemos que se sofre muito na política; há injustiças que são típicas da atividade política, são inerentes à atividade política. Mas fazemos as coisas com prazer, porque temos a vocação. Vocação no sentido que a Igreja Católica traduz do latim *invocatio,* chamamento. Se nós não temos esse chamamento, Senadora Gleisi Hoffmann, certamente não teremos a força necessária para perseverar no caminho que é muitas vezes espinhoso.

Estou na política desde os 18 anos. Nunca consegui sair da política, mesmo quando tive que passar 12 anos fora da política por força de uma cassação no regime militar de 1964. Eu nunca estive fora da política porque eu não me imaginava como cidadão brasileiro com o direito de renunciar aos deveres que a cidadania me impunha: o dever de lutar pelo meu País, pela minha cidade, pelo meu Estado, pelo meu povo. E era isso que me fazia suportar com firmeza e com perseverança as adversidades que foram muitas.

Eu tive muito mais tempo na oposição do que no governo. Tanto assim que nem sei exercer direito a condição de governista aqui, todo mundo sabe. A minha relação com o Governo atual pessoalmente é muito boa; politicamente eu não sei se tenho relação. Porque esse é o meu espírito. Eu me sinto mais confortável numa posição de oposição de que propriamente numa posição de governista.

O governista tem sempre a obrigação de apoiar, mas muitas vezes não tem o direito de ser ouvido. E não existe nada mais constrangedor para um político saber que tem uma boa ideia, mas essa ideia não tem acolhida nos centros de decisões.

Com toda a clareza, com toda a firmeza que tenho, eu me sinto assim atualmente, como me senti assim quando apoiava o partido de V. Exª e o governo de V. Exª, no governo de Dilma, no governo de Lula. Tanto que, nos embates políticos lá no meu Estado, na minha última eleição para governador, o meu adversário era o PT, que renunciou a uma candidatura fruto de um acordo que já tinha sido feito com o PMDB para cair nos braços do governador. E nós fomos sozinhos para a eleição. O meu guia eleitoral era de um minuto, e eu me lembrava muito de Enéas, que só tinha o direito de dizer: "Eu sou Enéas." (*Risos.*)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Quinze segundos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas ganhamos a eleição. Ganhamos a eleição mais com o trabalho que fiz em oportunidades anteriores do que com o discurso, porque discurso eu não podia ter. Não se pode dizer muita coisa em um minuto.

Mas eu tenho admiração por V. Exª, embora discorde de algumas de suas posições políticas – não de todas –, pela firmeza, pelo caráter de uma mulher batalhadora que V. Exª é.

Logo quando cheguei aqui, eu não conhecia V. Exª, vim conhecê-la nesta legislatura. Eu olhei para esse seu rostinho de menina, de criança, e disse: o que está fazendo essa mulher aqui? As aparências enganam. Depois, eu tive uma surpresa positiva muito forte, porque eu vi que por trás desse rosto jovial, quase infantil, se escondia uma mulher madura, forte nas suas convicções.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ganhei o dia com esse seu elogio, Presidente.

Muito obrigada. Foi muito bom.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pode ficar certa de que não é gratuito. Não faço elogio gratuito. (*Risos.*)

Senador Valdir Raupp.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Porque quem pede primeiro fala depois, é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Posso dar a preferência para V. Exª, Senador Magno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Não, vou dar a preferência ao Senador porque antiguidade é posto. No Exército e aqui.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – V. Exª é professor, por isso fala por último.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Logo em seguida, eu vou rasgar uma seda para você, Maranhão. (*Risos.*)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador José Maranhão, Srªs e Srs. Senadores, o que eu admiro no Senador José Maranhão é a inteligência, a sabedoria e, sobretudo, a paciência. Com essa paciência, ele conseguiu presidir esta Comissão, que é uma das mais nevrálgicas do Senado, porque tudo passa por aqui, as matérias mais polêmicas, mais difíceis. Ele conseguiu, com sabedoria, com paciência, fazer essa travessia em um dos momentos mais difíceis do Congresso Nacional.

Acho que estou aqui há apenas 15 anos, Senador Maranhão. V. Exª já passou por aqui antes de mim, depois foi para o Governo do Estado, ficou lá dois mandatos. Foram dois mandatos de governador? E volta para o Senado da República. Então, V. Exª tem muito mais experiência acumulada do que todos nós aqui.

E, como eu dizia, nós estamos vivendo um momento muito difícil, e uma parcela da sociedade cobra mais leis do Congresso Nacional – e leis mais duras. Mas nós já aprovamos muitas leis, aqui nesta Comissão, duríssimas – leis duríssimas! – contra nós mesmos, contra o próprio Congresso, contra os próprios Parlamentares. E, entre essas leis, está a da delação premiada – que eu votei, aliás todos nós votamos aqui –, que, de certa forma, está passando o Brasil a limpo, com alguns excessos, é verdade.

Eu nunca esperava, Presidente Maranhão, quando eu votei aqui, nesta Comissão, a lei da delação premiada, que as doações legais de campanha – quando se podia pedir e quando se podia receber, ou os partidos, ou os candidatos –, que um dia essas doações de campanha pudessem se tornar propinas e ser criminalizadas, porque é isso que está acontecendo hoje, em grande escala – em grande escala!

Na boca dos delatores – não sei quem os instruiu –, as doações legais de campanha, cujas prestações de contas foram aprovadas pelos TREs e pelo TSE, ou seja, em ambas as instâncias, estão se tornando propina e crime – hoje é crime. Aquilo que há cinco, seis, dez anos era legal, mesmo naquela época da legalidade, agora não é mais. Hoje, sim. Hoje, as doações de campanha feitas por empresas constituem crime, são ilegais. E ninguém mais está fazendo. Mas, na época em que se podia ter uma doação de campanha, como é que você poderia adivinhar que, cinco ou seis anos depois, uma empresa poderia passar por uma dificuldade de uma investigação, uma empresa que cometeu abusos, que cometeu falhas... Como é que o político, no Brasil inteiro, a classe política está com problemas em função dessas doações legais de campanha. Repito: doações legais de campanha.

Então, como dizer que o Congresso Nacional, que a CCJ, que o Senado Federal não têm aprovado leis duras? Nós temos aprovado leis duras, sim.

Então, eu encerro aqui. Isso é apenas um desabafo, ainda porque este não é o meu estilo. Eu aprendi, na vida, que o silêncio é o melhor argumento. Às vezes, eu fico quieto, não falo, porque o silêncio é o melhor argumento. Não há como contraditar. Não há como questionar. Esse é o poder do silêncio. A Madre Teresa de Calcutá já dizia que o maior poder é o poder do silêncio. E, às vezes, eu invoco esse poder, que é o poder de ficar quieto. E V. Exª reclamava, ainda há pouco, que às vezes tem boas ideias e não pode expressar. Mas há muitas horas em que é melhor ficar em silêncio, porque, assim, não há como ser questionado. O poder do silêncio é muito forte.

Parabéns a V. Exª, pelo brilhante trabalho que fez nesta Comissão. Sucesso! Feliz Natal e um ótimo Ano-Novo!

Novas missões, com certeza, nos aguardam e aguardam V. Exª também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Obrigado a V. Exª, pela generosidade de suas palavras. E V. Exª diz uma verdade candente: nós aprovamos uma legislação dura, que, inclusive, está sendo extensiva-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mente aplicada e modificada nos seus propósitos quando se confunde doação legal com propina, com atos de corrupção.

Só uma revelação que não quer calar: na própria legislação, que sempre existiu no Brasil, sobre as formas de contribuição de campanha, já está definida, eu não usaria a expressão corrupção, mas a desigualdade. Dificilmente uma empresa vai contribuir para um candidato que não tenha, na visão das pesquisas e na força do partido, grande chance de aprovação, porque a moral das contribuições de campanha sempre foi esta: as empresas, quando se apresentam dois candidatos, um com largas possibilidades de se eleger e outro que será o lanterninha, dão 90% de contribuição ao candidato que tem chance e dão, no máximo, 10% ao lanterninha para salvar as aparências.

Por isso, eu tenho um entendimento de que esse critério deveria ser modificado. Aliás, eu vou apresentar um projeto nesse sentido. Eu acho que todas as contribuições, todas elas, sem exceção, deveriam ser consignadas à Justiça Eleitoral, e esta, baseada em critérios objetivos, a representação de cada partido, distribuiria esses recursos com os partidos. Quem tem mais massa de representação recebe uma cota maior; quem tiver menos recebe menos.

Dessa forma, o fator "interesse da empresa"... A imprensa está cheia de artigos e de comentários nesse sentido. Eu vi até um comentário com o título meio depreciativo. "Compre o seu político". É exatamente para esse caráter subjetivo da aferição das contribuições de campanha. Agora, quando se encontrar, no sistema brasileiro, uma forma impessoal de distribuir esses recursos não mais pela força de quem está no poder, mas pela proporcionalidade, acho que acaba esse privilégio e acaba todo esse questionamento que se está fazendo.

Cada um interpreta a seu modo a lei que nós votamos aqui. A lei não confunde. V. Exª tem razão. Surpreendeu a todo mundo que a lei que nós votamos no Congresso Nacional estivesse sofrendo essa distorção de que contribuição está confundida com corrupção, de que contribuição está confundida com propina.

O que veio por fora, o caixa dois, pode ser até apontado como uma fonte. E a gente sabe que o caixa dois nem sempre é fruto de uma intenção dolosa. As empresas não querem revelar a sua preferência pelo candidato A ou B e vão para o caixa dois. Eu acho que agora ninguém quer ir mais para o caixa dois. Sempre dentro daquela visão, as contribuições de campanha vão sempre para quem já está no poder ou para quem é uma perspectiva real de poder, porque dizem que a expectativa de poder é mais forte do que o próprio poder.

V. Exª tem toda razão. Eu acho que nós vamos aprender muito com todo o desenrolar dessa crise que está aí e vamos naturalmente aqui, no Congresso Nacional, encontrar uma fórmula que não permita que os erros, que os crimes que foram cometidos em cima da legislação que está aí venham a se perpetuar na vida pública brasileira.

O que acontece, na verdade, é que as pessoas nivelam por baixo. Nem todos os políticos são corruptos, mas, muitas vezes, no julgamento popular, depois desse *tsunami* que se desencadeou, na visão popular, todo político é corrupto infelizmente; mesmo os que passaram a vida toda primando para fazer as coisas com correção, com decência e com equilíbrio terminam recebendo o mesmo estigma.

Eu acho que só nós podemos, através de uma legislação forte, clara e honesta acabar com esse capítulo e encerrá-lo de uma vez por todas, porque a maior ânsia de todos os brasileiros, além de que os culpados sejam realmente punidos, é que nós possamos sair logo disso para o País retomar o caminho do desenvolvimento, da paz, do progresso, do crescimento econômico e do pleno emprego. Não dá para viver a vida toda procurando culpados – sempre mais um e mais outro culpado – sem que essa coisa tenha um fim, fica tudo pelo meio.

O Presidente Michel Temer foi muito feliz na carta que fez nesta semana, exigindo que as coisas sejam resolvidas e logo. O País não pode ficar nesse impasse. V. Exª tem toda razão, não pode ficar nesse impasse que dá direito a que todos terminem suspeitos dentro de um mar de corrupção que aconteceu.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – V. Exª falou no Presidente Michel Temer, que é Presidente do maior partido do Brasil. E havia dezenas de candidatos a governador espalhados por todo Brasil nas eleições ma-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

joritárias – de Presidente da República e governadores –, como foi o caso do Paulo Skaf em São Paulo. Havia, nas eleições municipais, milhares, 3 mil e tantos candidatos a prefeito. Eu era Vice-Presidente lá e presidi por algum momento o PMDB. Como é que um presidente de um partido que tem milhares de candidatos em todo o Brasil – e se a lei permitia – não vai pedir ajuda de campanha? A lei era clara, a lei permitia! Depois nós cortamos aqui, mas, naquele momento, na eleição de 2010, na eleição 2012, na eleição 2014, era permitida a doação para campanha por empresas em todo o Brasil – em todo o Brasil!

Agora, qual o crime de um presidente – ou até mesmo de um tesoureiro – de um partido ao pedir ajuda de campanha oficial, tendo prestado conta nos TREs, prestado conta no TSE, com contas aprovadas? Qual o crime? E para os investigadores, para os delatores, porque querem se safar, querem se livrar, isso passou a virar propina e crime – o que era, no passado, legal.

Hoje, sim, se alguém pedir, se um presidente de um partido ou mesmo um candidato pedir uma doação de campanha para uma empresa, ele está cometendo crime, porque a lei hoje não permite mais. Mas, repito, nas eleições de 2014 para trás, em todas elas, permitiu-se a doação para campanha por empresas. E, agora, essas doações oficiais viraram crime de uma hora para outra. E, aí, ficam uma semana, na televisão, os vazamentos criminosos, os vazamentos antes mesmo de se instaurar o inquérito, de se instaurar uma apuração. Vaza para a imprensa, para a mídia nacional, e fica durante uma semana, todos os dias, nos telejornais, na grande mídia nacional, batendo como se aquilo fosse propina, se um pedido de doação oficial para campanha fosse uma propina. Está errado; isso está errado!

E, pela primeira vez em dois anos – pela primeira vez em dois anos! –, o Ministério Público instaura um procedimento para apurar o vazamento criminoso desses depoimentos. Pela primeira vez em dois anos, o Ministério Público instaura um procedimento para apurar esses vazamento criminosos, enxovalhando, acabando com a vida das pessoas mesmo antes de provar se o dinheiro era de doação oficial para campanha – porque para a opinião pública não é. Para a opinião pública hoje, esse pedido de doações, essas doações para campanha oficiais viraram propina e crime.

Acho que o Congresso Nacional tem que se debruçar nisso. Por que eu advogo, já há muito tempo, desde a época da Presidente Dilma Rousseff, que os Poderes têm que sentar e conversar? Se o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário não sentarem para conversar, para se entender... A nossa Constituição Federal já diz que os Poderes têm que ser independentes; um tem que fiscalizar o outro, mas têm que ser harmônicos, tem que haver harmonia. Em qualquer país do mundo, em qualquer democracia do mundo, os Poderes têm que ser harmônicos.

Eu já fui prefeito duas vezes, já fui governador, e eu sei como é que se senta com assembleia legislativa, com a câmara de vereadores, com o Poder Judiciário. Eu organizava jantares para conversar com Poder Judiciário, com Mistério Público, com Tribunal de Contas, com assembleia legislativa, porque é assim que os Poderes têm que agir.

Agora, do jeito que está hoje no Brasil, um de costas para o outro – estão todos de costas uns para os outros praticamente –, não tem quem governe. O que eu tenho falado? Não há quem governe o Brasil nessas condições; não há quem governe! Pode descer Jesus Cristo na Terra que não vai conseguir governar o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Presidente Maranhão, nós estamos nesta última reunião da CCJ nesta Legislatura. Imagino que nem tudo que queríamos e sonhamos realizar este ano fizemos, mas fizemos o possível e, em alguns momentos, até o impossível sob o comando de V. Exª.

A Bíblia fala de homens dos quais o mundo não era digno. Era uma referência a alguns homens que a Bíblia cita, mas que eram humanos, não eram semideuses, não tinham asas. E o mundo está cheio desse tipo de gente.

Eu me lembro de quando Pedro Simon se despediu ao perder a eleição no Rio Grande do Sul. E a gente fica pensando sobre o comportamento do ser humano. A gente fica sempre defendendo, falando as coisas em nome do povo, em nome do povo, e muitas vezes o povo não quer o que a gente está fazendo. Porque o que leva um povo a destituir de um mandato um homem com a qualidade de Pedro Simon? Na minha visão, Pedro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Simon era para se eleger sentado em casa, sem se movimentar, pela história que construiu. Depois que ele fez aquele discurso, todos o apartearam com os mais lindos elogios: "Pedro Simon é um exemplo para o Brasil", "Pedro Simon é um exemplo", "um exemplo" – essa palavra estava já como que estridente no ouvido de todos, uma tarde inteira, e a família dele estava ali. Eu penso que fui um dos últimos a falar, e eu disse que tinha admiração por ele; que, quando me nasciam os dentes na vida pública, ele já era um homem público de respeito.

Sei que a distância não é muito grande entre nós dois, mas, quando me nasciam os dentes para a vida pública, V. Exª já era o Maranhão, um político respeitado na Paraíba, pelo seu procedimento, pela história que construiu, pela vida que leva até o dia de hoje. E construiu o respeito de seu povo ganhando eleições sucessivas, e aquelas que não ganhou – até porque a urna é um detalhe; Deus não tem derrota para nós. Os caras dizem: "fulano perdeu". Perdeu como? Perdeu? Não, porque não era o propósito de Deus. A urna é só um detalhe. Se eu não passei pela urna foi porque Deus tinha outro propósito na minha vida. E muitas vezes, na política, perder é ganhar, porque quem não se elegeu para prefeito agora não perdeu, teve um livramento, e só vai saber daqui a seis meses. Só vai saber daqui a seis meses!

E eu quero usar a frase que usei para ele: a vida tem, segundo a Bíblia, homens dos quais o mundo não era digno, e V. Exª é um desses.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – E eu dizia: eu não tenho Pedro Simon como exemplo. Também não tenho V. Exª como exemplo. Por V. Exª tenho muito carinho, temos muita intimidade, falamos muito abertamente, brincamos. V. Exª, por ser nordestino, tem uma capacidade de fazer piadas, de fazer tiradas de cordel muito fortes e muito rápidas – é uma característica do povo daquela terra –, e isso me encanta muito.

Por isso os nossos papos são muito alegres, V. Exª sempre muito cordato, mas V. Exª não é exemplo para ninguém. Minha mãe, D. Dadá, dizia que os maus servem de exemplo; os bons servem para ser copiados. E V. Exª é um homem bom. Os bons devem ser copiados.

De maneira que nós encerramos esta última reunião da CCJ. Sinto-me profundamente honrado por ter sido conduzido pela paciência e pela gentileza de V. Exª. Paciência é algo que eu não conheço. Sou absolutamente inquieto e gostaria muito de saber falar toda vez deste jeito que estou falando agora. Dificilmente eu consigo esta pausa, esta paz com que estou falando agora. Tomara que, em toda sessão, todo discurso eu imaginasse que fosse o último do ano, porque eu falaria nesta calma, nesta paz, mas eu não consigo. Eu acelero. E vou encerrar, porque já estou começando a acelerar.

V. Exª receba o meu abraço, o meu carinho. E quero me penitenciar. Aqui estão os meus colegas de Comissão: o Senador Raupp, o Senador Anastasia, o Senador Pimentel, a Senadora Simone e V. Exª. Se em alguma coisa extrapolei pelo meu jeito de ser, eu quero me penitenciar, quero pedir perdão.

Este é um momento em que estamos nos encaminhando para o final do ano, quando a humanidade se reúne para celebrar o nascimento do Cristo. Natal tem que ser todos os dias da nossa vida. Se Ele não nasce todos os dias da nossa vida, nós nos tornamos pessoas insuportáveis. Precisamos buscar o nascimento permanente de Cristo em nós todos os dias, para que saibamos conviver e nos suportar uns aos outros em amor.

Peço perdão aos meus colegas. Este é o momento de nos juntarmos em favor de uma Nação sofrida que nos vê, de renovarmos esperança em nosso povo, esperança em uma Nação rica, a quem Deus deu tudo. Alguma coisa errada está conosco para ser consertada, porque este País tem tudo o que deveria ter. Este País tem água. O pulmão do mundo está aqui, a Amazônia. Aqui tem peixe, aqui tem carne, aqui tem ouro, aqui tem gás, aqui tem petróleo, aqui tem granito, aqui tem mármore, aqui tem mamão papaia, aqui tem pimenta. O que mais esta Nação tem? Tudo o que deveria ter está aqui. A terra prometida é aqui, e não tem nada do que não deveria ter. Aqui não tem *tsunami*, aqui não tem vulcão, aqui não tem terremoto, aqui não tem maremoto, aqui não tem Estado Islâmico. Bin Laden, quando estava vivo, nunca nos ameaçou. O que não deveria ter não tem. Alguma coisa está errada!

O que existe é falta de entendimento, falta de compreensão, voltando a essa situação dos três Poderes. É preciso que haja penitência da parte dos três, sandálias da humildade, grandeza dos três Poderes em favor de uma Nação, respeito ao momento difícil que nós estamos vivendo e, mais do que isso, entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

No 11 de setembro, quando aconteceu a tragédia na América, Bush chamou oito pessoas para conversar no seu gabinete, na hora do desespero. Um deles foi o Pastor Billy Graham, conhecido no mundo inteiro. Com mal de Parkinson, 90 e poucos anos, ele não foi e mandou a filha no seu lugar. Depois que todo mundo falou, o Bush disse: "O seu pai não veio, e você veio no lugar dele". Ela disse: "Meu pai mandou um bilhete para o senhor". Ele pegou o bilhete de Billy Graham e o abriu. Estava escrito: "A América se esqueceu de Deus".

Nós precisamos continuar crendo em Deus, confiando em Deus. Deus nos deu essa terra para cuidar, uma Nação rica, e não poderíamos estar padecendo desse mal. Temos alguns males sobre nós: o mal espiritual e o mal moral a serem consertados. De maneira que, na confraternização dos povos da Nação, quando as pessoas, mesmo com as suas dificuldades, pessoas desempregadas, haverão se sentar-se à mesa para celebrar o Natal, quero dizer ao Brasil que continue tendo esperança, vamos sair desse buraco. Precisamos nos juntar, e esse é o momento para nos penitenciarmos uns com os outros.

Por isso, encerro a minha fala, mais uma vez, pedindo perdão se em algum momento extrapolei, defendendo uma posição. Nunca extrapolei sem a minha crença, sem defender aquilo em que acredito. Mas, mesmo defendendo as minhas posições, há momentos em que extrapolo, uso palavras muito duras para justificar essas posições. Sei que as pessoas, muitas vezes, se ofendem com isso e se ressentem dessas palavras muito duras. Peço perdão, mas é uma tentativa de acertar e uma tentativa de colocar a posição de quem só tem um lado e quer ver a Nação mudar neste momento tão difícil.

De maneira que agradeço sua paciência, sua compreensão, sua capacidade, o acúmulo dos seus dias de sabedoria na vida pública.

Encerro, dizendo que V. Exª é um desses homens dos quais o mundo não é digno.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Obrigado a você. Magno.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu estava ouvindo atentamente as palavras de V. Exª.

Acho que só podemos gostar das pessoas, ou de uma pessoa, se as aceitamos como são. V. Exª não precisa pedir perdão – e naturalmente o faz por suas convicções religiosas – porque V. Exª é autêntico. É assim mesmo, nem para mais, nem para menos. Então, de minha parte, e você pediu perdão aqui a todos a quem hipoteticamente possa ter ofendido, V. Exª nunca me ofendeu, porque aceito as pessoas como elas são. Quem sou eu para ser juiz de quem quer que seja?

De maneira que V. Exª fique tranquilo, estamos em paz e participamos da mesma ideia. Este País tem jeito. Não tenha dúvida nenhuma de que tem jeito. Talvez aqui eu seja um dos poucos que assistiu e participou, como político, como assistente político, das quatro últimas crises que o Brasil viveu.

Comecei na política em 1954. Então, assisti à crise política, e participei muito dela, que redundou no suicídio de Getúlio. Depois, na deposição do Presidente João Goulart, e, por coincidência, eu estava ao lado deles. Eu pertencia ao Partido Trabalhista, onde comecei, quando o partido trabalhista era uma proposta social democrata. Depois de Jango, depois de Brizola, o partido virou outra coisa ou outra instituição, e é por isso que não estou lá. Quando os partidos foram extintos, eu tive de entrar no MDB, que era o partido que se colocava em oposição ao regime militar, à ditadura militar de 1964. E ainda estou nele.

Quando, às vezes, eu participo de reuniões internas do partido e alguém diz "eu sou histórico", eu digo: "Eu só não sou igual a você porque eu sou pré-histórico". E não pretendo mais sair, com os erros ou com os acertos do partido. Quando o partido erra, eu não concordo com ele. Se ele, na minha visão, acertar, eu estarei sempre com ele. Mas não pretendo sair.

Então, eu assisti à crise da renúncia de Jânio Quadros. Eu já participava da política quando do golpe de 64, ocasião em que fui cassado. Mas não saí da posição em que estava e sempre pude conviver, sem maiores desconfortos, porque a gente tem que compreender o outro, inclusive na política.

Às vezes, quando eu vejo alguém contando bravatas de valentia, disso ou daquilo outro, eu sempre digo que me coloquei em uma posição assim: não agredir nem aderir. Sem agredir nem aderir, eu tirei os 21 anos da ditadura militar, sempre, contudo, lutando contra ela e pelo restabelecimento da democracia. E, assim, eu convivi com as figuras o mais díspares possível, de muitos perfis diferentes, sempre procurando preservar as qua-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lidades que eu, espontaneamente, escolhi para orientar a minha vida e respeitando as convicções dos outros.

Dessa forma, só tenho a agradecer as palavras generosas de V. Exª, como generosas foram todas as palavras que foram ditas aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ouça as minhas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, eu queria, neste momento em que estamos fazendo a última reunião da nossa Comissão de Constituição e Justiça deste ano e do exercício, creio, do mandato de V. Exª à frente desta Comissão, não por nossa vontade aqui, que se diga... Se eu tivesse poder de influência em seu partido, permita-me dizer que advogaria pela permanência de V. Exª, como indicado do partido majoritário da Casa, para presidir esta Comissão.

Eu quero testemunhar aqui que nós tivemos ótimos Presidentes nesta CCJ, e eu tive a honra e a satisfação de ter uma ótima relação com todos eles, tanto com o Senador Eunício Oliveira, como com o Senador Vital. Porém, com toda a vênia e respeito aos dois colegas que o antecederam, eu quero destacar e agradecer a condução de V. Exª, nesse período de dois anos, dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça.

Dizem – dizem – que V. Exª é o mais experiente entre nós. Eu digo que V. Exª é o mais jovem entre nós, pela vitalidade e pela disposição. V. Exª tem feito sempre questão de estar aqui nesta Comissão e pessoalmente conduzir os nossos trabalhos.

Oxalá os presidentes que sucederem V. Exª, indicados pelo partido majoritário, tenham o comportamento republicano que V. Exª teve à frente desta Comissão!

Posso testemunhar isso. Sou de um Partido minoritário nesta Casa. Sou de um Partido que tem sido oposição, seja anteriormente ao governo petista, seja agora ao Governo conduzido pelo Senhor Michel Temer. Isso não foi critério para o senhor nos excluir de qualquer designação de relatoria. O que pautou, inclusive, a designação de relatoria nesta Comissão – sou testemunha – foram os critérios republicanos e as afinidades com os temas.

Eu diria – permita-me dizer – que foi uma atitude de coragem de V. Exª aceitar pautar, por exemplo, a proposta de emenda à Constituição que tanto diálogo tem com a população como a do fim do foro privilegiado, elaborada por um Senador de oposição, o Senador Alvaro Dias, e designada pelo senhor para um Senador de oposição, este que aqui faz este relato. V. Exª a pautou, aceitou a apresentação do relatório e o pautou, submeteu-o a voto, e esta Comissão votou essa matéria, como tantas outras. Repito: ela estava sob a relatoria de um Senador de um partido minoritário. Imagino a oposição que, talvez, o senhor tenha enfrentado por conta disso, porque isso não é comum. Lamentavelmente, na política e, como aprendemos, nos caminhos, nos escaninhos e nos descaminhos do Congresso Nacional, do Senado, às vezes prevalece o conchavo. Às vezes prevalece a lógica de que quem não se coaduna com a opinião majoritária tem de ser excluído.

V. Exª não se comportou assim. O comportamento de V. Exª é coerente com a história de V. Exª, a história de alguém que, como acabou de relatar, teve origem no Partido Trabalhista Brasileiro, nos anos 50 e 60, o histórico PTB. Se tivessem executado as reformas que foram propostas por João Goulart em 1964, o Brasil seria bem melhor. V. Exª tem tido uma postura nesta Comissão coerente com a história de V. Exª, que foi cassado pelo arbítrio, que foi cassado pela ditadura e que, mesmo cassado, não desistiu da política.

Tenho de fazer não somente um agradecimento a V. Exª, mas também um agradecimento ao povo da Paraíba por ter designado V. Exª para o Senado e, por conseguinte, para presidir esta Comissão.

Esta reunião de hoje da Comissão não poderia terminar sem que eu fizesse este depoimento, sem que eu desse este testemunho sobre a conduta de V. Exª. Com toda a vênia e respeito aos colegas que antecederam V. Exª, quero dizer que V. Exª se destaca por ter sido o mais republicano e democrático Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça. Sei que esta posição, esta opinião que aqui externo, com certeza, será reproduzida também e é comungada por todos os colegas desta Comissão, sejam eles do DEM, sejam eles do PSDB, do PT, de todos os partidos políticos.

Repito: se dependesse do meu voto, V. Exª continuaria à frente desta Comissão. Mas, como não tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

esse poder, exulto que a escolha feita pelo partido majoritário seja a melhor possível e se inspire no exemplo da condução de V. Exª nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agradeço a V. Exª por tudo que falou, muito embora eu atribua essa manifestação, em grande parte, à pureza da sua juventude e ao seu entusiasmo em tudo o que faz e diz.

Agradeço a V. Exª e diria que o meu papel na Comissão de Constituição e Justiça eu já cumpri e me dou por muito satisfeito. Eu não quero me repetir aqui, porque a gente repetir um mandato nem sempre significa que vai repetir os acertos ou o equilíbrio do mandato anterior. Eu me dou por satisfeito. Agradeço a V. Exª.

Vamos escolher outro colega do PMDB, pelas regras. Temos na nossa Bancada muitos colegas à altura dessa distinção – eu considero distinção ser Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Mas, é lógico, nós vamos continuar os dois, como todos aqui, no plenário do Senado e em outras comissões, trabalhando lado a lado. O importante é fazer as coisas que são necessárias. Nem sempre os desafios são os mais fáceis, os mais confortáveis, os mais alegres, mas a gente tem que fazer tudo dando o máximo que podemos oferecer para que as coisas saiam certas, corretas. De maneira que agradeço a generosidade de suas declarações.

Logo quando eu cheguei aqui, eu ouvia o primeiro pronunciamento de V. Exª e dizia: esse menino vai longe. Tenho muita simpatia pela juventude, não somente porque a juventude é diferente, a juventude tem aquela energia, aquela pujança que nós na idade madura não temos mais, mas sobretudo porque a gente sabe que está falando com o futuro. Olhei para V. Exª, ouvindo seu discurso, e pensei: esse menino vai longe ainda. E tem sido assim. V. Exª nunca me decepcionou em todas as posições. Às vezes, eu amarguei o fato de estarmos em posições diferentes, mas é como eu estava dizendo em relação...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O amargor é mútuo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... à Senadora Gleisi. A gente pode não concordar com o que Gleisi fala, pode ter divergências profundas, mas não deixará nunca de admirar a energia, a força de vontade, a crença naquilo que ela abraça. Isso é importante não só na vida pública, mas sobretudo na vida pública, porque nós lutamos sempre com a diversidade. Não há um político sequer no regime democrático que possa ser unanimidade. Aliás, uma frase de um poeta, e nem concordo com ela, vale a pena citar: "Toda unanimidade é burra." Nem sempre é, mas muitas vezes é.

Então, a gente, por esse respeito ao pensamento contrário, tem que admirar as pessoas que têm garra para defender suas ideias, suas convicções, muitas vezes até contrariando intimamente e pessoalmente a gente.

Dessa forma, agradeço muito a generosidade de V. Exª e posso lhe dizer que... Aliás, se tivesse de fazer aqui uma escolha sobre o mais simpático, o mais inteligente, o mais brilhante, ficaria numa dificuldade tremenda, porque acho que esse jogo ficaria empatado entre muitas pessoas, entre todos os membros desta Comissão.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Meu prezado amigo, Presidente José Maranhão, quero dizer a V. Exª que foi para mim uma grande honra integrar a Comissão de Constituição e Justiça do Senado durante a sua Presidência.

Depois da palavra do mais jovem, agora vem a palavra de um dos mais idosos na nossa Comissão. (*Risos.*)

Acompanho a vida pública e participo dela há muitos anos, meu caro Senador José Maranhão, e, por isso, tenho de V. Exª a informação de quem acompanhou muito de perto a sua trajetória política antes de ter o prazer de conhecê-lo pessoalmente.

V. Exª tem uma longa vida pública, marcada pela coragem, pela coerência dos princípios, pela luta denodada pela democracia, pela altivez com que enfrentou as perseguições do regime ditatorial, pelo espírito público e pela qualidade das suas administrações. Enfim, V. Exª é um dos grandes homens públicos do nosso País. Foi uma honra ter servido nesta Comissão sob a sua Presidência. Seguramente, são essas as qualidades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de que V. Exª fez prova ao longo de tantos anos, que garantiram o brilhante desempenho nesta Presidência, saudado unanimemente por todos nós.

V. Exª conseguiu, nesta Comissão, que é, sem dúvida, a mais importante do Senado Federal, criar um clima de colaboração entre todos nós, em que pesem às nossas divergências partidárias, aos nossos enfrentamentos políticos. Não houve nenhum momento, durante a Presidência de V. Exª, em que a sua autoridade foi contestada. Em nenhum momento, o Presidente José Maranhão foi acoimado de se ter desviado do estrito cumprimento do Regimento Interno e do Regimento da nossa Comissão.

V. Exª se comportou com temperança, com equanimidade e objetividade para conduzir a Comissão, focada nas matérias mais importantes, que são submetidas a sua análise.

Por isso, V. Exª termina a sua gestão com uma estima imoderada de todos nós, especialmente minha, que fui, por tantas vezes, distinguido pela benevolência com que V. Exª me tratou ao longo destes dois anos.

A qualidade do trabalho da nossa Comissão sob a sua Presidência me faz lamentar que algumas matérias importantes, que são levadas ao plenário, não tenham sido previamente submetidas ao nosso crivo.

Se tivéssemos tido, por exemplo, a ocasião de nos debruçarmos sobre questões juridicamente delicadas, como o projeto de lei sobre abuso de autoridade, por exemplo, seguramente, teríamos condições de chegar ao plenário com visões, se não harmonizadas, pelo menos compreendendo perfeitamente quais são os pontos polêmicos e podendo tomar posição com maior conhecimento de causa.

Outra que também poderá ser levada ao plenário ainda hoje é o projeto de lei que legaliza os jogos de azar no Brasil. Matéria espinhosíssima. No direito brasileiro, ela passou por várias fases de permissão, de ilegalidade, de permissão parcial, ilegalidade total. Há problemas delicados de controle, de fiscalização, de competências. Se tivesse passado pela nossa Comissão, seguramente ela teria tido outro tratamento, outro rumo.

Ainda há pouco, o projeto de lei a respeito da securitização da dívida chegou ao plenário todo cheio de pontas que não puderam ser amarradas, de modo que não pudemos votá-lo.

Enfim, Sr. Presidente, os exemplos são os mais abundantes. E eu sei que V. Exª, além de tudo, defendeu com unhas e dentes a competência da nossa Comissão. V. Exª em mais de uma vez se colocou contra essa prática, que infelizmente cria um certo *bypass* para evitar o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça no Senado.

Com denodo e com coragem, V. Exª defendeu a competência do órgão que preside. Mais uma razão pela qual V. Exª encerra o seu mandato coberto de todos os elogios e a merecida estima de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Aloysio, primeiro, tenho que agradecer a generosidade de V. Exª, que acho corre por conta da boa amizade que fizemos aqui, nessa relação de trabalho na Comissão de Constituição e Justiça; mas no plenário também. Segundo, porque V. Exª, que é Líder do Governo, tem uma missão espinhosa e entende perfeitamente esses últimos aspectos que V. Exª relacionou da nossa luta, que é a luta de toda Comissão para fazer o nosso trabalho com altivez e com o escopo da retidão, da coerência.

Não é através de rotas tortuosas que o Senado da República vai encontrar o seu próprio caminho. O seu caminho tem que ser reto. Aqui todos nós temos compromissos partidários, temos convicções ideológicas, mas nós temos um compromisso fundamental com a lei.

Esta é a Comissão de Constituição e Justiça, não pode transigir, de uma forma pusilânime, em todos os momentos. Há momentos em que a Comissão precisa se afirmar pela sua responsabilidade. E V. Exª tem razão quando diz que algumas vezes nós fomos "bypassados". Mas, todas as vezes em que isso aconteceu, nós reagimos. Fomos lá defender o Regimento Interno e a soberania da Comissão.

E acho que o fiz corretamente. Não foi uma questão de vaidade, de orgulho. Absolutamente. Foi uma questão funcional, uma questão funcional. Para que existe a Comissão de Constituição e Justiça se, ao sabor das conveniências, aqui e ali, quando se supõe que a Comissão não vai concordar com o caminho escolhido, ela é retirada do seu papel? Não, nunca pude aceitar isso. E, reagindo da forma com reagi, entendi que estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

preservando a dignidade de todos os membros da Comissão.

Então, agradeço muito a V. Exª porque V. Exª inclusive esteve presente em todos esses momentos e nos ajudou a ver restabelecidos e respeitados os caminhos verdadeiros que o Regimento nos assegura para gestão da Comissão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, fiz questão de vir aqui, já às 13h, porque percebi que V. Exª estava como que se despedindo da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

O desempenho de sua missão justificou a carreira que dei do plenário até aqui, para prestar um depoimento muito mais de colega reconhecido do que de amigo que somos. Fui seu companheiro na Constituinte, V. Exª era Deputado Federal, eu já era Senador do meu primeiro mandato. Conversávamos no plenário e fizemos daquelas conversas uma amizade que perdura até hoje.

Venho acompanhando-o: governador da Paraíba, Senador e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Quando V. Exª foi eleito Presidente da CCJ, devo dizer que algumas pessoas até diziam: "Mas ele é tão manso e vai dirigir a Comissão mais importante, mais conflituosa da Casa. Será que ele vai dar conta?" Foi com sua mansidão que V. Exª deu conta, e por inteiro, das tarefas da Comissão de Constituição e Justiça. Foi pela sua capacidade de dialogar, de não pegar no arranco, de estabelecer o diálogo correto na hora certa, que V. Exª trouxe esta Comissão aonde ele chegou, não abrindo mão das prerrogativas dela, nem das obrigações dela nem da pauta dela. V. Exª não tinha hora para terminar as reuniões. Com a sua mansidão, alguns até diziam: "Mas ele já está com a idade avançada". Pode até estar, mas está no vigor da sua capacidade de trabalho e de discernimento, e de equilíbrio, e de capacidade de conduzir com respeitabilidade os trabalhos da mais importante Comissão, que é a CCJ do Senado Federal.

Fiz questão de vir aqui para prestar este testemunho. V. Exª, com muita simplicidade, muita dignidade, faz uma prestação de contas, mas é preciso que se sublinhe a eficiência com que V. Exª se conduziu nesta Comissão.

V. Exª foi, ao mesmo tempo, paciente, moderado, altivo e corajoso. Não lhe faltaram altivez e coragem no momento em que a altivez e a coragem eram necessárias, muitas vezes mesmo entrando em rota de colisão com companheiros do seu partido – assistimos a isso –, mas sempre na defesa das prerrogativas da Comissão que V. Exª preside e que estão acima de qualquer mandato.

Esta é uma instituição! É por aqui, pela Comissão de Constituição e Justiça, onde tudo começa no Senado da República. E V. Exª, com a consciência que tem da missão que lhe compete, pela experiência política de tantos anos, seja como parlamentar, Senador e Deputado Federal, seja como governador de Estado, levou a efeito com maestria a sua missão.

Eu não estou aqui fazendo elogios gratuitos; eu estou aqui fazendo um reconhecimento e desejando-lhe sucesso no prosseguimento da sua vida parlamentar e manifestando o meu agradecimento, como parlamentar, como Senador, pela correção das suas atitudes como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça até o último dia.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador José Agripino, eu conheço V. Exª mesmo antes de V. Exª chegar aqui, porque conheço a sua famílias, os seus ancestrais, com os quais eu fiz política em conjunto na Paraíba, no Município de Catolé do Rocha, que é a origem de toda a família Maia em todo o Estado da Paraíba.

A família Maia sempre teve uma presença notável na vida política da Paraíba. E eu destaco, na Paraíba, a figura do saudoso João Agripino, que foi tudo nesta República e sempre marcou as suas posições pela dignidade, pela seriedade e pela coragem cívica. Era um homem digno do nosso Estado, a Paraíba, de grandes tradições, tradições essas de que nos orgulhamos – e creio que V. Exª também –, ainda que, naquele tempo, nem eu, nem V. Exª fôssemos nascidos e pudéssemos participar de sua gênese.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Desde 1930, três Estados da Federação sustentaram a luta contra o Poder Central: a Paraíba, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul. E essa posição dos nossos ancestrais marcou muito o espírito dos paraibanos. Nós gostamos muito do que é justo, do que é certo, do que é honesto, e foi nessa condição que a Paraíba, juntamente com os dois outros Estados citados, deflagrou a Revolução de 1930, que mudou completamente a fisionomia política e até administrativa do Brasil.

Então, conhecendo a família de V. Exª pelas raízes, sei que V. Exª, até pelas suas tradições, não faz depoimento gratuito sobre quem quer que seja, ainda porque os Maia da Paraíba sempre preservaram muito a sua dignidade e a sua independência.

Desse modo, fico muito sensibilizado, sinceramente, por todas as declarações e por todos os depoimentos que foram oferecidos aqui espontaneamente, mas o depoimento de V. Exª cala fundo no meu espírito, porque, mesmo hoje as nossas famílias estando em Estados diferentes, lutam pelas mesmas causas, lutam pela dignidade, pela ética na política e por todas essas coisas, que, às vezes, se tornam raras e, às vezes, se tornam abundantes, mas que, no momento, estão faltando muito na vida política nacional.

Eu acredito que o Brasil é muito mais forte do que qualquer crise. Antes de V. Exª chegar aqui, eu tinha afirmado que tive o privilégio, na minha vida pública, de assistir e participar das quatro últimas crises que envolveram a vida política nacional. E sempre nutri essa fé, essa esperança de que o Brasil ia superar todas, como vai superar essa também. Felizmente o Brasil tem homens como V. Exª, como o Senador Aloysio, como o Senador Anastasia, como aquele Deputado, que está ali, que foi nosso contemporâneo na Constituinte, Bonifácio de Andrada, que, do alto de sua experiência, continua contribuindo para este País. Nós hoje aqui aprovamos um projeto de sua autoria lá, na Câmara, que esbarrou aqui.

Então, a vida pública é cheia de episódios. Eu não conheço um político sequer, nenhum dos que estão sobrevivendo na democracia que não tenha enfrentando, em determinado momento, grandes adversidades. A maioria dos que eu conheci, e que enfrentaram essas adversidades, cresceram exatamente na adversidade, porque tiveram capacidade de afirmação. Eu tenho certeza de que esses homens, muitos dos quais como Bonifácio, como Aloysio, como você, que é muito jovem ainda, mas que tem uma tradição a preservar, como o Governador Anastasia, todos esses homens vão ajudar o País a sair dessa crise, diferentemente do que quer fazer aí uma certa imprensa, que apresenta o Brasil como um paciente terminal, sem cura, sem nada. Eu tenho certeza de que esses homens, pelas suas experiências, vão ser os médicos desse paciente. Este País vai sair, sim, da crise que está atravessando, malgrado o derrotismo de muitos, malgrado as intenções pouco defensáveis de muitos que estão aí apostando no "quanto pior, melhor".

É por isso que nós estamos aqui e é por isso que nós vamos continuar, em outras batalhas, lutando para que este País mobilize todas as suas forças. Eu não quero que isso aconteça apenas com o meu partido. Eu sempre fui um homem de partido, mas sempre tive um respeito absoluto pela organização partidária. Não conheço nenhuma democracia no mundo de um só partido. Só as ditaduras é que têm um partido só, como Adorno.

Todavia, o direito de divergir, o direito de pensar diferente, o direito de escolher outros caminhos só a democracia nos oferece. E eu acredito não só no meu partido, mas acredito em todos os partidos como forças, as únicas forças capazes de soerguer este País.

Agradeço finalmente a todos os companheiros esta oportunidade que me deram aqui de fazer o trabalho nesta Comissão. Graças a Deus, as dificuldades que surgiram eu não digo que tenham sido fáceis de solução, mas elas foram razoáveis para as nossas forças. E foi graças ao conjunto desta Comissão, a essa diversidade de partidos políticos, que a Comissão de Constituição e Justiça chegou finalmente aos resultados que eu acabei de detalhar no pequeno relatório que apresentei.

Eu recebi um pensamento e vou lê-lo aqui – achei interessante: "O objetivo da vida não é ser feliz; é ser útil, honrado, compassivo, fazendo com que a nossa vida, bem vivida, faça alguma diferença", de Ralph Waldo Emerson.

Item 1: turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2007.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2007

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

- Terminativo -

Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador José Maranhão

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, está encerrada a discussão.

Resultado: não havendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284 do Regimento Interno).

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Encerramento.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 46 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia dezesseis de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença das Senadoras Regina Sousa e Gleisi Hoffmann. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, Lasier Martins, Paulo Paim, Wilder Morais, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, José Agripino, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Romário, Roberto Rocha, Cidinho Santos, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque (RQM 477/2016). Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos Requerimentos nºs 69 e 77, de 2016-CE, de autoria da Senadora Fátima Bezerra. **Finalidade:** Debater o Programa Escola sem Partido. **Participantes: Iago Montalvão, Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes - UNE; Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Subprocuradora-Geral da República; Fernando Penna, Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF; Cléo Manhas, Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Camila Lanes, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - Ubes.** Usam da palavra as Senhoras Senadoras Regina Sousa e Gleisi Hoffmann. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão*.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 69 e 77, de 2016, da Comissão de Educação, de minha autoria, apoiada também pela Senadora Regina Sousa, do PT, do Piauí – que já está presente –, para a realização de audiência pública destinada a debater o Programa Escola sem Partido.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os nossos convidados até a mesa.

Drª Deborah Macedo Duprat, Subprocuradora-Geral da República; Prof. Fernando Penna, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense; Camila Lanes, Presidente da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas); Iago Montalvão, Diretor de Relações Institucionais da UNE; Cléo Manhas, representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Nós vamos registrar a presença aqui das demais entidades. Já vemos aqui a Leia, representando a Fasubra. Sejam muito bem-vindos. Queremos dar conhecimento de que, além dos convidados aqui presentes – a quem, antes de mais nada, gentilmente agradecemos por terem aceito nosso convite –, nós também convidamos o Sr. Miguel Nagib, um dos ideólogos do projeto Escola sem Partido; infelizmente, ele não compareceu. Também convidamos a Srª Priscila Cruz, do movimento Todos pela Educação; ela alegou dificuldade na agenda.

Vamos começar a nossa audiência pública. Primeiro, ressalto que o que nos levou a apresentar a inicia-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tiva do presente debate foi a existência de iniciativas, Drª Deborah, em curso no Congresso Nacional – não só aqui no Senado, como também na Câmara dos Deputados – que pretendem alterar a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), incluindo nas suas diretrizes o chamado projeto Escola sem Partido.

Os que defendem essa ideia o fazem sob o pretexto de que está havendo uma doutrinação nas escolas, portanto, acusando os professores de doutrinadores. Os que defendem essa ideia o fazem sob o pretexto da necessária neutralidade política, ideológica, religiosa nas escolas.

Os que combatem essa ideia estão chamando esse projeto de lei da mordaça, repito, os que contestam essas ideias, os que contestam esse projeto chamam de lei da mordaça, porque ele viria na contramão de negar aquilo que é a essência do magistério, que é a essência do papel do professor, que é a liberdade de ensinar, que é a liberdade de aprender. Aliás, princípios esses que estão nas nossas legislações maiores, tanto na Constituição Federal, no seu art. 205, quanto na nossa própria LDB, como também em outra legislação muito importante, que é a Lei 13.005, aprovada em 2014, que é o Plano Nacional de Educação.

Nossa legislação é farta no sentido de assegurar a liberdade de ensinar, de aprender, o pluralismo de ideias, de concepções pedagógicas. Nossa legislação é farta no sentido de colocar que o objetivo central da educação, de acordo com o próprio texto constitucional, é contribuir para o pleno desenvolvimento das pessoas, ou seja, a capacitação das pessoas para o trabalho, voltado para o exercício pleno da cidadania.

Isso está na nossa Constituição, que também coloca, como pressuposto maior, uma sociedade solidária, justa, livre e fraterna. A educação, evidentemente, tem, até pela especificidade da própria educação, pelo tema com que ela lida – repito, educar significa exatamente isto: formar para a vida, para o trabalho, formar para o exercício da cidadania –, um destaque muito especial do ponto de vista do esboço da arquitetura constitucional, repito, pelo papel que ela tem a desempenhar no conjunto da sociedade.

Volto a dizer: os que se contrapõem a esse projeto – e eu me incluo nesse time – nos contrapomos, porque o projeto vem na direção de cercear o debate, na medida em que o próprio projeto propõe vigilância sobre o papel do professor.

Há projetos tramitando aqui na Casa que propõem inclusive a criminalização do professor, caso, segundo os que defendem a ideia da Escola sem Partido, o professor se afaste do papel que o projeto Escola sem Partido prevê.

Enfim, eu quero só colocar que, felizmente, ideias como essas a gente respeita, embora não concorde. Respeitamos porque democracia significa o debate das ideias, significa o debate dos contrários. Democracia, sobretudo, é o debate inclusive dos contraditórios. Volto a dizer: lamento que os que defendem a ideia da Escola sem Partido não estejam aqui. Seria muito bom que estivessem. Respeitamos os que defendem ideias como essas, mas queremos deixar muito claro que isso é um desserviço à educação. A nosso ver, isso só se justifica por estar na esteira desse momento difícil pelo qual o País passa, com o avanço de ondas ultraconservadoras.

No debate que tivemos quando do Plano Nacional de Educação, aqueles que querem negar o debate plural, o debate sobre a diversidade, tudo fizeram para suprimir do Plano Nacional de Educação as estratégias que lá colocávamos acerca do quanto é necessário, sim, a escola tratar da vida como ela é. E, para tratar da vida como ela é, a escola não pode se omitir nem se furtar do debate da questão de gênero, da questão religiosa, da questão da orientação sexual, da questão da raça e da etnia. Ou seja, a escola, mais do que qualquer outro lugar, tem o dever de abrigar o debate da forma mais plural que possa ser feito. No nosso entendimento, repito, o projeto vem para limitar, para cercear esse debate.

Por isso, agradecemos e muito a presença dos senhores e das senhoras. Certamente, a reflexão que será feita hoje aqui na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado será muito importante não só do ponto de vista de incentivar, Drª Deborah, de estimular esse debate, mas, sobretudo, para que as pessoas tenham melhor entendimento do tema e possam firmar as suas convicções.

Nós vamos começar pelo Prof. Fernando de Araújo Penna. Vocês têm acompanhado, têm se dedicado muito a esse tema, têm uma posição clara contrária ao projeto, e nós vamos começar, portanto, ouvindo o Prof. Fernando de Araújo Penna, da Universidade Federal Fluminense.

O SR. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA – Boa tarde a todos e a todas, aliás, bom dia ainda. Meu nome é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Fernando de Araújo Penna.

Eu sou professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Sou mestre doutor da da Universidade Federal Fluminense.

Sou mestre e doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e sou um dos coordenadores do GT de Ensino de História e Educação da Associação Nacional de História.

Considero importante colocar de onde eu falo.

Outro elemento importante na minha localização é que eu sou – vou usar a apresentação ali – um dos coordenadores da página do Facebook "Professores contra o Escola sem Partido".

Para trabalhar a temática que temos aqui, hoje, para debater, eu primeiro coloco uma interrogação nesse nome. O próprio nome do movimento e do projeto Escola Sem Partido coloca para nós uma falsa alternativa entre uma escola necessariamente sem ou com partido. Eu vou defender agora que não é bem essa a alternativa que está em jogo com esse projeto.

Esse é um projeto de escola, um projeto de escolarização que remove da escola o seu caráter educacional. Por isso, eu o percebo como uma ameaça a uma educação democrática.

Eu ia mencionar, mas tenho certeza de que a Deborah Duprat vai fazer isso. Ainda assim considero importante destacar que recentemente a Procuradoria-Geral da República lançou um documento de 75 páginas analisando o projeto e as ações diretas de inconstitucionalidade e afirmando a sua inconstitucionalidade.

Esse é um documento muito importante que o movimento Escola Sem Partido tem ocultado dos seus seguidores. Eles não divulgaram ainda esse documento nas suas páginas, nas suas redes sociais. Entendo que é um documento bastante pertinente. Vou mencioná-lo aqui, ao longo da minha apresentação.

Vamos à discussão sobre Escola Sem Partido.

Primeiro, gosto de destacar que, para entender o programa Escola Sem Partido, que é esse projeto de lei que foi criado por iniciativa de um Deputado Estadual do Rio de Janeiro, chamado Flávio Bolsonaro...

Flávio Bolsonaro entrou em contrato com o Advogado Miguel Nagib, em 2014, e pediu que ele formulasse um projeto de lei que capturasse as ideias do movimento Escola Sem Partido, surgido em 2004. Então, ele primeiro aparece, em maio de 2014, no Estado do Rio de Janeiro, e, semanas depois, no Município do Rio de Janeiro, apresentado pelo Vereador Municipal Carlos Bolsonaro. Mas a apresentação desses projetos não se limita à atuação da família Bolsonaro no Rio de Janeiro. Ele se expande. Já foi apresentado em vários Estados do Brasil, tramita no Senado e na Câmara e em inúmeros Municípios, tendo sido aprovado no Estado de Alagoas.

Algo que venho discutindo e que considero muito importante é o fato de que, para entender esse programa Escola Sem Partido, ou projeto de lei, temos que contextualizá-lo na atuação do movimento Escola Sem Partido. Onde é que podemos encontrar as ideias do movimento Escola Sem Partido? Na sua página do Facebook e no seu *site* na internet. Então, vou contextualizar, vou buscar muitas informações nesses espaços. Inclusive, na primeira vez em que defendi isso num debate direto com o Advogado Miguel Nagib, num programa do Canal Futura, logo depois do debate, ele colocou uma tarja no *site* do Escola Sem Partido, afirmando que aquele não era o *site* do programa, mas sim do movimento Escola Sem Partido. Creio que essa dissociação é... Não sei como alguém cria um movimento, depois tem vergonha da sua atuação e do que ele próprio escreveu no *site*. Então, faço questão de trazer isso à tona.

Para exemplificar esse caráter grosseiro do discurso do Escola Sem Partido, especialmente nas redes sociais, vou mostrar alguns ataques que eles têm feito. Começam com ataques à figura de Paulo Freire, um pesquisador brasileiro. É o único autor brasileiro na lista dos cem autores mais utilizados nas universidades norte-americanas. Eles têm dito – e essa é uma publicação do próprio Escola Sem Partido – que Paulo Freire recomendava que se usasse o sistema público de ensino para fazer doutrinação e propaganda político-ideológica a favor do PT, sendo que a maior parte da obra do Paulo Freire é anterior à fundação do PT.

Mas eles não param de difamar, de falar mentiras sobre Paulo Freire e eles compartilham imagens agressivas. Outra publicação do Escola sem Partido seria Paulo Freire, com as suas feições deformadas, tem a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cabeça aberta e, dentro da sua cabeça, há fezes; essa é uma imagem compartilhada pelo Escola sem Partido. E a legenda diz: "Paulo Freire transformando analfabetos inocentes em analfabetos comunistas desde 1963." Essa é a atuação do Movimento Escola sem Partido.

E, numa última imagem, então, eles compartilharem esse texto, perfil do Escola sem Partido, e a matéria continha esta imagem, uma imagem extremamente agressiva: Paulo Freire de quatro, com as roupas rasgadas, comendo capim, com orelhas de burro, e, montado nele, está a figura do Stalin, com feições demoníacas, como se estivesse conduzindo Paulo Freire. Eu pergunto: em que compartilhar imagens como essa contribui para o avanço no debate sobre educação? Absolutamente nada!

Além disso, eles também fazem ataques constantes aos professores. Essa aqui é outra postagem, na página do Escola sem Partido, que contém uma imagem – vejam bem essa imagem! – extremamente ofensiva, direcionada aos professores. Trata-se de uma professora que não é qualquer professora, que representa a escola pública, e ela contém uma estrela do PT, um símbolo do anarquismo, um pentagrama, o símbolo de paz e amor. E ela segura um aluno que está representado como uma criança pequena e indefesa, um jovem inocente, com a sua cabeça aberta – e esse é um dado importante, a maneira como eles veem os alunos; eu vou mostrar mais elementos para corroborar esta leitura –, e, então, a professora vomita lixo dentro da cabeça do aluno. Esse padrão iconográfico, essa forma de representar o professor e o aluno se repete em várias imagens compartilhadas pelo Escola sem Partido.

Bom, tendo feito esse alerta sobre esse discurso de ódio nas redes sociais, parto, então, para analisar alguns elementos do ideário, da ideologia, da proposta do Escola sem Partido. Primeiro, é um projeto de escola que remove o seu caráter educacional, é um projeto de escola que tenta remover da escola a sua dimensão educacional. Onde eu posso perceber isso? Na página inicial do Movimento Escola sem Partido, eles compartilham uma biblioteca politicamente incorreta, com apenas quatro livros.

O primeiro desses quatro livros é o livro *Professor não é educador*, de um indivíduo chamado Armindo Moreira. E qual é a tese desse livro? A de que os professores não são educadores; uma dissociação entre o ato de educar e o de instruir: o ato de educar seria exclusivo da família e da religião, e o professor teria que se limitar a instruir, transmitir conhecimento neutro, sem mobilizar valores e sem falar da realidade do aluno.

Esse é um dado importante. Essa concepção do que seria o fenômeno educacional está ultrapassada há décadas, senão séculos. A gente fala em construção do conhecimento, em diálogo com os alunos, falando da sua realidade.

Outro elemento interessante para corroborar essa leitura também do *site* do Escola sem Partido: eles apresentam no *site*, essa é a página inicial, alguns quadrinhos, e um deles é chamado Flagrando o Doutrinador.

Um dos elementos de inconstitucionalidade do programa Escola sem Partido é o de que eles tentam proibir. No art. 3º do PL 867, de 2015, que tramita na Câmara dos Deputados, está dito o seguinte: "São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica [...]." Mas eles não definem que pratica é essa. Então, esse já é um elemento de inconstitucionalidade, tentar proibir uma prática sem defini-la claramente. Mas no *site* nós encontramos uma definição. Então, há uma aba chamada Flagrando o Doutrinador, na qual eles vão instruir os alunos sobre como identificar esse professor, para denunciá-lo anonimamente.

Vou ler com vocês a lista de itens dessa aba Flagrando o Doutrinador. Vejam bem, então, a definição deles do que seria doutrinação ideológica:

"Você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor:

– Se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional.

Essa dissociação entre a matéria objeto da disciplina e a realidade da comunidade escolar, da realidade na qual os alunos estão inseridos, é absurda, não tem fundamento algum. É um princípio educacional inquestionável você vincular a realidade dos alunos, a realidade em que eles vivem, com a discussão específica das disciplinas. Então, essa á uma dissociação e esse é o primeiro critério para identificar o professor doutrinador. Se essa é a definição que eles apresentam, eu acho que nós temos que problematizar os conceitos que eles usam.

– Adota ou indica livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu sempre faço o mesmo desafio. Eu queria que alguém me indicasse um livro que não é identificado com uma corrente ideológica. Eles operam com uma dissociação também já caduca, nas ciências humanas, entre neutralidade e ideologia, como se houvesse posições neutras e outras, ideológicas.

– Impõe a leitura...

Então, o professor impondo, o professor é representado como um criminoso, que incita o ódio... Repito: se essas são as ideias que estão sendo compartilhadas por esse movimento, nós temos que problematizá-las. Um segundo elemento, então: além de remover o caráter educacional da escola, é um projeto que reduz a educação a uma relação de consumo.

Miguel Nagib, o Coordenador do movimento Escola sem Partido, que foi convidado para participar hoje, mas não veio, já disse, numa audiência que aconteceu recentemente... Deixem-me ver se o vídeo sai com áudio...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA – Percebam: não é que a educação não tenha uma dimensão de prestação de serviço, mas ele tenta reduzir a educação apenas a essa relação de consumo, e a consequência principal disso é a desqualificação do professor como detentor de saberes profissionais que pode planejar intervenções pedagógicas, de acordo com esse saber, para enfrentar qualquer problema que ele encontre em sala de aula. Mas, nessa concepção, o professor é um prestador de serviços, e o consumidor tem sempre a razão. Então, é como se as famílias pudessem determinar o que vai ser discutido na escola, o que é um equívoco.

E um dado curioso... Eu queria ouvir a resposta do Miguel Nagib hoje. Pena que ele não veio. Ele insiste em que os professores não podem discutir valores em sala de aula, mas ele já foi articulista do Instituto Millenium. E, quando ele estava lá, ele escreveu – aqui a foto dele, no *site* do Instituto Millenium, na captura de tela – um texto chamado "Por uma escola que promova os valores do Millenium".

Curioso, não é? Será que esses são os valores necessários à transmissão do conhecimento?

Quais são os valores, então, que ele apresenta nesse texto vinculado ao seu nome? Vou selecionar três: propriedade privada, responsabilidade individual e meritocracia. Eu pergunto: esses são valores necessários para a construção do conhecimento em sala de aula ou nós temos aqui uma visão bem clara do que eles consideram fenômeno educacional? Educacional, não; o projeto de escolarização, porque eles retiram da escola o seu caráter educacional. Então, acho que é preciso problematizar essas ideias.

Outro elemento: a desqualificação do professor que não tenha o seu saber profissional reconhecido. Os membros do movimento Escola sem Partido, especialmente o seu Coordenador, vivem afirmando que nenhum pai... Essa é uma fala do Coordenador do movimento num debate que aconteceu no Entre Aspas, da Globo News: "Nenhum pai é obrigado a confiar em um professor; nenhum pai. O professor, quando fecha a sala de aula, é dono do espetáculo. Aos pais que estão me ouvindo aqui: se sentirem que seus filhos estão recebendo orientação moral que conflite com a orientação moral que você, pai, dá em sua casa, pode processar esse professor." Eu pergunto: os pais, em princípio, não devem confiar nos professores? Eles não são detentores de um saber profissional para realizar a sua atividade cotidiana em sala de aula? Então, por que não se deve confiar nos professores? Eu não estou dizendo que essa confiança deva ser cega, mas devemos confiar nos professores. Esse é um dado importante.

Eu não vou mostrar esse vídeo.

Aqui é uma fala do coordenador nas redes sociais: "Valeu, pessoal! Não podemos ficar de fora desse debate. Afinal, nós somos os consumidores dos serviços prestados pelos professores – aliás, um serviço, na média, de péssima qualidade." Essa é a forma como ele percebe a atuação dos professores. Um outro elemento. É um ódio aos professores, como eu já mencionei.

Dentro do *site* do Escola sem Partido há uma aba "quem somos". O que eles falam sobre o que é o movimento Escola sem Partido? "EscolasemPartido.org é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior." Prestem atenção aos termos utilizados: contaminação – é uma doença. "A pretexto de transmitir aos alunos uma "visão crítica" da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

professores [...]" Vejam bem como eles falam dos professores. E por fim, mais abaixo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA – ... eles dizem que um pouco de luz do sol é o melhor desinfetante – como se houvesse algo a ser desinfetado da sala de aula.

Uma imagem que eles compartilharam. Eles puseram a imagem de um vampiro com o rosto do Gramsci, um pensador, com uma estaca onde está escrito "escola sem partido". E o que dizia a postagem: "Conde Gramsci, o vampiro que vampiriza a educação brasileira, com a ajuda de Paulo Nosferatu Freire, pode estar com seus dias contados." Um vampiro. Então, professores são vampiros, contaminação, algo a ser desinfetado.

Por fim, um carrapato com uma estrela do PT compartilhado pelo próprio Escola sem Partido: "Conheçam o terrível carrapato-estrela (*Carrapatus gramsci*), o parasita ideológico da educação brasileira".

Então, é por isso que um pesquisador, um historiador português chamado Manuel Loff, especialista em fascismo no século XX, afirmou, em um de seus textos publicados em Portugal, que o Escola sem Partido adota estratégias discursivas fascistas – essa estratégia de desumanizar os professores.

Além do ódio aos professores, eles também realizam uma imbecilização dos alunos. Eles percebem os alunos como figuras absolutamente incapazes. Vou mostrar para vocês o que eles falam sobre os alunos na sua página – e aqui os representantes dos estudantes podem ficar bem chocados. Prestem atenção: esta é a página do Escola sem Partido, é o que eles têm a dizer sobre o movimento estudantil. Um touro mecânico vazio é a imagem, e o que se diz: "O movimento estudantil é aliado histórico dos promotores da doutrinação política e ideológica nas escolas. Sua 'rebeldia juvenil' está a serviço dos partidos de esquerda, que, dos bastidores, o controlam há décadas, como o operador do brinquedinho ao lado."

Então, pergunto: será que todo movimento estudantil é manipulado? Eles não podem ter iniciativa? Isso aqui é a maneira como eles percebem os alunos.

Mais do que isso, talvez o elemento mais grosseiro presente no *site*: eles têm uma aba chamada síndrome de Estocolmo. Então, é uma imagem da Bela e da Fera. Síndrome de Estocolmo, para quem não lembra, é aquela síndrome na qual alguém foi capturado ou sequestrado e se apega emocionalmente ao seu captor, sequestrador. Então, na cabeça deles, os professores são sequestradores intelectuais, e os alunos seriam as vítimas desse sequestro. Então, quando um aluno defende o seu professor contra uma acusação feita a ele, é porque ele estaria sofrendo de síndrome de Estocolmo. Vejam bem como esse grupo percebe a relação entre o professor e o aluno. É de uma grosseria sem precedente.

Eles começaram, então, uma campanha: "Não mexam com as nossas crianças. Meus filhos, minhas regras".

Eu vou pular alguns elementos aqui, porque acho que já estourei meu tempo.

Para concluir, só afirmo que o projeto Escola sem Partido, especialmente se acompanharmos a atuação do movimento Escola sem Partido, é uma ameaça a uma educação democrática e plural.

Para demonstrar isso e para concluir, vou apresentar para vocês duas denúncias feitas pelo Escola sem Partido.

A primeira delas, compartilhada pela página do Escola sem Partido, é um texto de um blogue chamado De Olho no Livro Didático: "Candomblé e umbanda em livros didáticos/2016 do MEC". É a página do tal do blogue De Olho no Livro Didático, coordenado por um dos defensores do Escola sem Partido. Qual é a denúncia, então? Prestem muita atenção.

> Candomblé e umbanda em livros didáticos/2016 do MEC para o ensino fundamental
>
> Alunos de escolas públicas e privadas, inclusive confessionais, que estudarem com os livros didáticos/2016 do MEC para crianças de 6 a 10 anos, serão doutrinados sistematicamente no Candomblé e na Umbanda. [Se é que vocês podem acreditar que isso esteja acontecendo.]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

No que se baseia a denúncia? Na simples presença de uma imagem como esta: "Xangô, deus do trovão e da justiça. O símbolo desse orixá é um machado de duas lâminas, chamado oxé. Esse machado representa a justiça."

Eu pergunto o que há de doutrinação de candomblé e umbanda nessa imagem? A simples presença de um deus como Xangô? Então, outros deuses são representados, a todo momento, na literatura dos materiais escolares: Zeus, Apolo, Afrodite, Jesus Cristo. Eles seriam deuses neutros? Aí, uma divindade, um deus vinculado a uma religiosidade afro-brasileira seria um deus ideológico? Então, quer-se limitar algumas representações na escola. Essa aqui é uma delas.

Outra, e aqui eu concluo: "MEC não desiste: livros de 2016 para crianças de 6 a 10 anos vêm com Ideologia de Gênero". E aqui vocês vão conhecer o que eles chamam da temível ideologia de gênero. Eles insistem: o termo "ideologia de gênero" é uma forma de desqualificar o debate gênero nas escolas, tentando dizer que a discussão de gênero seja uma tentativa de acabar com a família tradicional ou, então, transformar os alunos em *gays* e lésbicas. Não é isso. Discutir gênero é mostrar como representações do que é ser homem e ser mulher são construídas historicamente, tentar combater a desigualdade de gênero, a homofobia, transfobia, machismo.

Mas vejam qual é a denúncia sobre a ideologia de gênero nos livros didáticos, onde eles veem isso. É um exercício de múltipla escolha: "Veja os desenhos que três crianças fizeram para representar suas famílias." A família de cima é composta por apenas uma mãe com dois filhos, inclusive essa família é a família estatisticamente mais comum no Brasil, a família com apenas uma mãe.

Logo abaixo, uma outra família com diferentes pertencimentos étnico-raciais, com diferentes brancos, negros, todos juntos em uma mesma família. Por fim, um último desenho de uma família homoafetiva. Aparecem duas mães com um filho.

Qual era a pergunta? Com base nos desenhos, podemos dizer que, gabarito letra d: as famílias são diferentes umas das outras. Onde é que está a ideologia de gênero aqui? No que isso aqui poderia prejudicar algum aluno? A simples afirmativa de que existem diferentes modelos de família? Percebam, eles querem excluir algumas representações do material escolar, representações vinculadas à cultura afro-brasileira, representações vinculadas a outros modelos de família. Por isso, insisto em que o Escola sem Partido é uma ameaça a uma educação democrática. Eu até ia falar um pouquinho do parecer da Procuradoria Geral da República, mas tenho certeza de que a Deborah Duprat vai apresentar na sua fala.

Aqui, para concluir, eu gostaria de fazer um alerta aos professores. Essa maneira de representar os professores está sendo compartilhada, esse movimento tem ganhado cada vez mais força e ele compartilha uma verdadeira campanha de ódio voltada aos professores. Como a Senadora já disse, existem vários projetos para criminalizar a atuação dos professores. Então, se os professores não se mobilizarem para defender sua profissão, temos muitas ameaças a ela. Fica aqui o meu chamado de mobilização na defesa da profissão e da educação, a escola como espaço de educação, sim, e uma educação democrática.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Queremos desde já agradecer ao Prof. Fernando Penna pela excelente contribuição, tão qualificada e tão consistente. Parabenizo mais uma vez pelo quanto você vem se dedicando a esse tema.

Vamos agora ouvir também outra pessoa que tem desempenhado um papel muito importante não só nesse tema, mas na defesa da cidadania, da juventude, dos homens e mulheres, enfim, da cidadania do povo brasileiro, sintonizada tanto quanto ela é a nossa Constituição Federal de 1988. Então, queremos aqui, Drª Deborah, desde já, agradecer sua presença pelo tanto que ela é importante para nós.

Com a palavra a Drª Deborah Duprat.

A SRª DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA – Bom dia a todas e todos.

Muito obrigada, Senadora Fátima, pelo convite, pelas palavras carinhosas, meus companheiros e companheiras de Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu confesso que a brilhante exposição do Prof. Fernando me causou uma profunda tristeza de pensar que algo tão primário como esse projeto, como esse movimento, tenha alcançado a dimensão que alcançou, tenha mobilizado mais de uma comissão desta Casa, tenha se expandido por Estados e Municípios, tenha ganhado corpo. Enfim, fico absolutamente surpresa. Chamo atenção para o fato de ele estar na contramão da concepção contemporânea de educação em todos os sentidos.

Primeiro no que ele compreende que seja o aluno: o aluno como um receptor acrítico de ideias, incapaz de discernimento, incapaz de participar desse processo educacional. Também me chamou a atenção a questão do noticiário: é errado o professor que fala do noticiário nacional ou internacional.

A grande disputa da atualidade para uma educação é a quebra dos muros da sala de aula, é o estudante inserido na comunidade à qual ele pertence, ciente dos problemas. Enfim, é a formação de alguém que atenda a sua comunidade.

Então, eu fico impressionada como o discurso da neutralidade pode convencer alguém, porque essa ideia de neutralidade é absolutamente falsa. Todos nós somos seres encarnados, inseridos nos espaços sociais, inseridos nas nossas relações de vizinhança, de pertencimento. Então, não há e nunca haverá uma ideia ou um valor neutro. Por ser valor, ele já é uma percepção de algo valioso e, por isso, objeto de defesa.

Como lembrou o Prof. Fernando, essa questão do Escola Sem Partido, a ideia que permeia o Escola Sem Partido já foi objeto de um longo parecer oferecido pelo Procurador-Geral da República na única lei estadual aprovada até o momento, que é a lei do Estado de Alagoas.

Ali várias questões são postas. Para permitir o espaço de tempo de toda a Mesa, vou procurar ser bastante breve, também lamentando o fato de que, em um assunto que se pretende tão importante, o seu grande artífice não se submeta ao debate; lamento que venha num dia, ocupe o tempo todo da sessão e depois não esteja disposto a ouvir, enfim, concepções opostas àquela que ele veicula.

Nós temos que lembrar que esse documento tão importante ao qual a Senadora Fátima faz referência, que é a Constituição de 1988, tem que ser defendido o tempo todo, porque é ele que inaugura uma nova sociedade após um período de ditadura e de um modelo de sociedade hegemônica. Então, a ideia-força dessa Constituição vai ser a liberdade de expressão e o fim da censura.

Liberdade de expressão por quê? Porque o outro valor fundamental dessa Constituição é o pluralismo. Nós deixamos de ser uma sociedade de um único sujeito de direito, aquele masculino, heterossexual, branco, capitalista, urbano, adulto, enfim, os vários atributos que conformaram esse sujeito único de direitos para ser uma sociedade de diferentes, de plurais, de múltiplos.

Numa sociedade em que os valores são múltiplos, os acordos a respeito das soluções sempre são provisórios. Eles vão resultar de uma compreensão naquele momento do que é mais valioso. Mas isso sempre estará em disputa, porque são múltiplas as visões de mundo e as compreensões de valores. Daí por que a potencialização do espaço público e a liberdade de ideias, a ideia do livre mercado de ideias, enfim, do espaço onde todos possam dizer o que pensam como contribuição valiosa para o processo de tomada de decisão é o grande vetor da Constituição de 1988

Isso obviamente não poderia estar diferente no espaço da sala de aula, no espaço da educação, e a Constituição é expressa em relação à liberdade de cátedra, mas ela é expressa também por um outro aspecto: pela valorização do professor; pela valorização desse profissional não só no aspecto da sua remuneração, porque ela investe também nisso, numa educação de qualidade, numa educação pública de qualidade, com forte investimento no financiamento. Daí também a nossa insurgência, a nossa irresignação contra a PEC atual 55, que, enfim, acaba comprometendo a espinha dorsal de uma Constituição que tem por propósito vencer um quadro de pobreza, de desigualdade e que precisa, por isso, investir fortemente em políticas públicas, principalmente saúde e educação.

Mas, enfim, esse projeto atinge, primeiro, essa ideia-força da liberdade de expressão, e da liberdade de expressão de um profissional fundamental para mudar essa sociedade, para fazer avançar as ideias trazidas por essa Constituição.

É importante lembrar que, numa sociedade plural, que passa a ser reconhecida como plural, a escola é também um espaço estratégico, porque é por meio da educação que esses outros tantos valores também vão ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

espaço na sala de aula. Nós, de fato, não tínhamos, até a Constituição de 1988, espaço para discussão na sala de aula das religiões de matriz africana, como não tínhamos possibilidade de discussão da questão LGBT, como não tínhamos possibilidade de discussão de várias outras coisas, porque estávamos exatamente numa sociedade dominada pela censura e por uma única ideia, por um único valor. Lembrando que, nessa questão específica da chamada ideologia de gênero, nós temos, além da Constituição brasileira, uma infinidade de documentos internacionais, mas lembrando especialmente da Conferência do Cairo que, pela primeira vez, fala em direitos sexuais e reprodutivos, reconhece esse padrão patriarcal masculino das sociedades ocidentais e elege a escola como grande espaço para o fim das desigualdades e para o pluralismo das orientações sexuais.

Então, até hoje, os Estados nacionais signatários de várias convenções que tratam do assunto, inclusive o Brasil, têm que prestar contas a respeito da educação que está fornecendo para vencer esse quadro de desigualdade de gênero. O Brasil, nesse ano, foi instado pelo Comitê de Direitos Econômicos, Culturais e Sociais a dizer por que ainda o avanço era tão tímido nessa área.

Bom, por fim, quero lembrar aqui a laicidade. É outro valor importante a ser estimulado, e a laicidade impede, portanto, exatamente aquilo que o projeto pretende: que só se deem em sala de aula as orientações religiosas e morais compartilhadas pela família.

A questão do Candomblé: é engraçado como um projeto que se pretende neutro investe contra um segmento religioso. A laicidade é exatamente a garantia de que não haverá doutrinação religiosa em sala de aula, em todos os sentidos, tampouco a desvalorização de qualquer religião.

No passado, num período de interinidade como Procuradora-Geral da República, propus uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para dar interpretação, conforme a Constituição, a um dispositivo que prevê o ensino religioso num Estado cuja Constituição prevê, ao mesmo tempo, que o Estado é laico. Propus no sentido de interpretar esse dispositivo como a possibilidade de, dentro de sala de aula, se discutirem a história das religiões e a história também da não-religião, do espaço do ateísmo, do agnosticismo.

Por fim, há um vício de inconstitucionalidade aqui na parte como a Constituição concebe a família e como concebe a criança e o adolescente. A criança e o adolescente não são propriedade dos pais; a criança e o adolescente não são propriedade da família; a criança e o adolescente estão sujeitos aos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta, e são um assunto do Estado, da sociedade e da família. Eles são preparados exatamente para esse exercício da cidadania e para aprenderem a conviver nesse espaço de diferenças, de divergências, de multiplicidades e de aceitar cada qual como igual, enfim, diferente, mas detentor de idêntico respeito e consideração.

Por fim, só dando uma notícia: temos um grupo de trabalho sobre educação na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e a nossa próxima investida vai ser contra as notificações extrajudiciais aos professores por algum conteúdo que estejam dando dentro de sala de aula. Então, a nossa ideia é mandarmos uma recomendação para todos os conselhos estaduais e municipais de educação, no sentido de que essas notificações são de nenhum efeito e não podem gerar qualquer tipo de consequência para o professor ou professora.

Espero sinceramente que esta Casa não avance nesses projetos, já com sinais claros da sua inconstitucionalidade, sinais denunciados no parecer do Procurador-Geral da República e evidenciados pela maneira como o próprio projeto se apresenta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço à Drª Deborah Duprat pela sua importante contribuição, até porque, repito, ela fala aqui em nome de uma instituição extremamente importante, uma instituição que, de acordo com a nossa própria Constituição, tem o papel de zelar pela cidadania.

E, Drª Deborah, esse parecer que o Ministério Público Federal proferiu, contrário, portanto, ao mérito do projeto Escola sem Partido, para nós é um parecer muito importante, porque estamos aqui tratando de uma cidadania que é a cidadania do direito à educação como um dos direitos mais fundamentais, mais essenciais para a conquista plena da cidadania da população como um todo.

E volto aqui a colocar o parecer, a consistência do parecer, ou seja, o quanto ele está fundamentado, ao se posicionar pela inconstitucionalidade do projeto, fundamentado à luz, como a senhora acaba de colocar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

aqui, da legislação que temos em vigor desde a Constituição Federal de 88, passando pela LDB, até o próprio Plano Nacional de Educação.

Então, mais uma vez, agradeço a presença aqui da senhora, que representa tão bem aqui o Ministério Público Federal.

Nós vamos agora passar a palavra para Camila Lanes, a nossa presidente da UNE. Antes, Camila, quero aqui registrar a presença de Leia Oliveira, da Fasubra, a presença também de Gilson Reis, da Contee, da professora Suzana Maria Brito de Medeiros, que é professora lá do Núcleo da Educação Infantil, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, lá do meu Estado. Registro também a presença da mãe de aluno, Márcia Aparecida Souza, mãe de um aluno do Núcleo de Educação Infantil, da nossa Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Mais uma vez, agradeço a presença de cada uma de vocês, dizendo que essa audiência está sendo transmitida. Nós também estamos recebendo aqui várias perguntas ou manifestações através do Portal e-Cidadania, portanto, mais uma vez, registro aqui a presença da Senadora Regina, que subscreveu comigo o pedido da realização da presente audiência.

Vamos passar agora, imediatamente, a palavra para Camila.

A SRª CAMILA LANES – Primeiramente, bom dia a todos e todas. Gostaria de saudar a Mesa na pessoa da Senadora Fátima Bezerra. Agradeço, principalmente, o convite para estar aqui representando a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e estar pautando um pouco sobre a opinião dos estudantes secundaristas sobre não somente a lei da mordaça, como nós chamamos, que é conhecida popularmente como a Escola sem Partido, mas também sobre tudo o que ela apresenta, que pode refletir dentro das escolas públicas.

Antes de tudo, eu gostaria de pegar um pouco do que Fernando falou sobre essa troca de mercadoria. Muito que é colocado no portal da Escola sem Partido declara que eles, realmente, só têm uma visão mercantil sobre a educação, como se a educação fosse simplesmente uma mercadoria. Inclusive, eles usam o Código do Consumidor para fazer isso. Nós, do movimento estudantil, que é um movimento muito criticado, inclusive por quem defende a Escola sem Partido e a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, não consideramos a educação como um produto ou uma mercadoria que possa ser vendida e possa ser locada dessa forma e tratada dessa forma.

Infelizmente, temos em muitos Estados, hoje, governantes que tratam, de fato, a educação como se ela fosse um grande pacote que você compra no mercado e no atacadão.

Mas temos lutado para que isso não seja levado à frente e para que a educação realmente seja tratada como uma ferramenta que pode, sim, mudar a vida de brasileiros e brasileiras, como já aconteceu no nosso País, há alguns anos. Há até algumas medidas que atacam os direitos da educação pública, em especial, se forem colocadas em prática aqui, no Congresso.

Infelizmente, esse projeto interfere até no que podemos chamar da luta constante pelo direito constitucional em um Estado laico, porque, quando se ataca inclusive a opinião e a crença religiosa dos estudantes que estão em formação, nas suas escolas, isso deixa muito claro que a Escola sem Partido, na verdade, é uma escola de um partido só, e que esse partido que, infelizmente, quer doutrinar os estudantes, como eles tanto falam que estamos fazendo.

Junto com a medida provisória vem a PEC 55; junto com a lei da mordaça vem a PEC 55, a medida provisória, o fim do regime de partilha e até mesmo a criminalização dos grêmios estudantis e das ocupações que estão acontecendo no Brasil. Hoje, no Brasil, já tivemos um ápice de 1.174 escolas ocupadas e, com elas, para além das pautas que eram contra a medida provisória e a PEC, nós também dialogamos muito sobre o que poderia ser a Escola sem Partido dentro das escolas e como isso pode interferir inclusive na formação cidadã dos estudantes.

Eu acredito que o período em que cassávamos, perseguíamos e, principalmente, no momento da história em que criminalizávamos a formação sindical, a agremiação dos estudantes, a opinião de cada um, deve ter ficado no passado, junto com a ditadura militar, quando nós, em especial os estudantes e toda a classe trabalhadora, éramos perseguidos.

Infelizmente, a Escola sem Partido hoje se mostra dessa forma. Há alguns dias, como foi colocado aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

eu recebi uma publicação, que está rodando em vários grupos, em que alguns membros – sobre os quais não vou aqui me arriscar a falar –, que representam esse projeto, oferecem dinheiro para quem enviar o vídeo do professor doutrinando o seu estudante na escola.

Aí, para contrapor a isso, eu, como presidente de uma entidade estudantil que dialoga com um universo muito grande de estudantes, tenho a dizer que há problemas muito maiores do que a "tal doutrinação". Inclusive, eu gostaria que um dos representantes desse projeto estivesse aqui presente para me explicar onde está o processo de doutrinação das escolas.

Hoje, dentro das escolas públicas, temos um problema muito maior, começando pela merenda. Nós temos uma CPI da Merenda, que não está acontecendo só no Estado de São Paulo e que não está sendo investigada somente no Estado de São Paulo. Nós temos hoje escolas no Brasil que são feitas de palafitas; temos escolas de barro, escolas de lata, escolas que hoje não recebem a verba do governo estadual, porque essa verba está sendo desviada para pagar campanha eleitoral, como acontece em alguns Estados, onde alguns Governadores estão sendo investigados, já há algum tempo.

Nós temos, nas escolas, problemas de falta de professores, falta de material; nós temos problemas de superlotação da sala de aula, evasão escolar. Eu gostaria de saber como, no meio de todos esses problemas, cabe tempo para doutrinar um estudante, sendo que, dentro de uma escola, temos uma aula de cinquenta minutos e, durante todo esse processo da aula, o professor mal consegue fazer a chamada, consegue corrigir a tarefa da aula passada e consegue apresentar um novo conteúdo.

Eu gostaria realmente que algum representante desse projeto estivesse presente para me explicar o que significa a doutrinação para os estudantes secundaristas.

O principal argumento que eles utilizaram foi, em especial, após as ocupações, o de que os estudantes provaram, de diversas formas, que eles conseguiram se organizar, sim, sem precisar que uma pessoa com idade mais elevada os coordenasse para que pudessem fazer isso.

Mais de mil escolas foram ocupadas em 19 Estados diferentes no Brasil. Se antes a juventude era cobrada porque não fazia nada em relação a tudo que está acontecendo no nosso Brasil, hoje, infelizmente, quando nós fazemos, somos taxados de petistas, comunistas, doutrinados, vagabundos, comedores de pão com mortadela e daí para frente.

Isso, infelizmente, mostra o quanto esse movimento não está interessado em resolver os problemas da educação pública, porque, se estivesse, esta Casa poderia debater agora, de fato, a execução das metas do Plano Nacional de Educação que estão sendo esquecidas pela medida provisória, em especial.

Se estivesse aqui o Relator desse projeto, poderia apresentar aqui como nós vamos diminuir todo o problema de merenda existente nas escolas, porque – muitas pessoas podem não acreditar – a merenda escola é um processo muito importante dentro da escola. Ela faz parte também da formação dos estudantes, pois existem escolas no País, hoje, que são de educação integral e não apresentam uma bolacha com um copo d'água para os estudantes que estão matriculados naquela instituição.

Para finalizar, utilizando os meus últimos minutos, eu gostaria de falar um pouco sobre o ódio, porque nós precisamos falar sobre o ódio. Tudo isso que foi apresentado aqui, tanto os *prints* como os vídeos e até mesmo as postagens que são feitas não somente nessa página, mas também em outras páginas ligadas a esse movimento, fala muito sobre o ódio espalhado nas redes sociais. Quando eu digo ódio, não me refiro ao ódio a determinado partido ou a determinada pessoa, mas, sim, à organização, em especial à organização estudantil e à organização dos professores.

Isso tudo já tem reverberado de diversas formas, em especial nas ocupações, com ataques sistemáticos contra estudantes. Infelizmente, já houve um caso de morte de um estudante secundarista no Paraná, e, hoje – quem viu os noticiários já sabe disto –, ocorreu a morte de mais um estudante: Guilherme Silva Neto, estudante da UFG, foi morto pelo pai, que não queria que o filho se envolvesse nos movimentos sociais, porque o pai era um dos seguidores das páginas que foram apresentadas aqui e era um dos seguidores que repercutiam, infelizmente, essa ideia de que os estudantes que se organizam, em especial nos movimentos estudantis e nos movimentos sociais, são doutrinados, estão sendo liderados por líderes partidários e estão seguindo determinada ideologia política. Mesmo que fosse isso, qual é o problema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós estamos em 2016, no século XXI. Acredito que, para a democracia do nosso País, por mais que tenha sido ferida por todo o processo que já aconteceu, ainda assim, organizar-se dentro um movimento social, dentro de uma ocupação, enfim, tomar partido sobre o que está acontecendo no nosso Brasil não deveria ser um crime. Muito pelo contrário, deveria ser um fato a ser parabenizado, porque hoje nós precisamos que a juventude se mobilize. A juventude também faz parte desse setor, que, infelizmente, vai ser prejudicado pelas futuras ações que o Governo deve adotar. Acima de tudo, acredito que esse projeto é a síntese de toda a criminalização, é o começo da criminalização que acontece contra o movimento estudantil, em especial.

A medida provisória tem um pouco da Escola sem Partido também, quando retira filosofia, sociologia, história e educação física do currículo escolar. Isso só demonstra, cada vez mais, o quanto o futuro da educação pública e, principalmente, dos estudantes de escola pública está prejudicado. Porque nós sabemos que, se eles não estão interessados, se eles querem combater a doutrinação e tirar, em especial, as matérias que apresentam conteúdos que podem ajudar na formação cidadã dos estudantes, sabemos muito bem que essa escola sem partido tem um único partido, e esse partido quer calar a opinião dos estudantes que sofrem, há muito tempo, com os descasos e o sucateamento educação pública.

Então, para finalizar, eu gostaria de deixar público aqui o posicionamento totalmente contrário da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e dos 50 milhões de estudantes do Brasil contra o projeto da Escola sem Partido, porque ele não nos representa e ele não passa mais, que é da lei da mordaça.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos ouvir agora o Iago, que vai falar aqui pela UNE.

Desde já, Camila, mais uma vez, agradeço a presença da Ubes, que tem estado muito presente aqui no debate acerca dos rumos da educação. Também destaco o papel protagonista que a Ubes, junto com a UNE, junto aos estudantes, vem desempenhando neste exato momento: a defesa de uma das agendas mais importantes para qualquer projeto de nação que se pretenda inclusiva, solidária, que é a agenda da educação.

Quero, de forma muito breve, dizer que, mais uma vez, a sua fala aqui mostra, Drª Deborah, a dignidade com que os estudantes vêm lutando neste exato momento, em todo o Brasil. A fala de Camila expressa sobretudo dignidade pelo quanto fala aqui com clareza, com lucidez, expressando claramente quais são os motivos que estão levando não só os jovens lá do meu Estado, Rio Grande do Norte, de Brasília, mas praticamente de todo o País hoje, a se manifestarem de forma pacífica, mas se manifestarem de forma muito firme em defesa, repito, da agenda da educação.

Então, parabéns aqui, mais uma vez, pela sua participação, Camila, que traz aqui a voz da Ubes. Agora, vamos ouvir a voz da UNE, com Iago Montalvão.

O SR. IAGO MONTALVÃO – Muito bom dia a todos e a todas.

Quero, primeiro, agradecer, Senadora, o convite para este debate que é muito importante. Mas é lastimável, como a Procuradora Drª Deborah bem colocou aqui, a própria apresentação do professor. Estamos profundamente indignados com a situação de termos que estar aqui, neste momento, gastando o nosso tempo para debater uma coisa tão simplória e tão completamente absurda.

O Prof. Leandro Karnal participou do programa Roda Viva, há um tempo, para falar sobre isso, e ele dizia justamente que essa é uma proposta tão absurda, tão absurda, que chega a ser uma ofensa os professores terem que estar colocando seu tempo à disposição. Um professor como o Prof. Fernando, que veio da UFF, teve que colocar seu tempo à disposição de construir uma apresentação tão bem elaborada um projeto de tanto retrocesso.

Então, é assustador. Acho que a palavra é essa. Para nós, estudantes, sobretudo para mim, especialmente, que sou estudante de História, licenciatura, e que pretendo tornar-me professor, é assustador. Acho que é assustador não só no campo da educação, mas no campo da sociedade, porque se trata de valores que têm sido debatidos. Tentam instalar valores de intolerância, valores retrógrados. Há um pensamento, há uma consciência e há um imaginário social. Acho que isso extrapola os muros das escolas, das universidades e diz respeito à tentativa de criação de novos paradigmas de pensamento, de formação da juventude brasileira, do próprio povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A gente sabe que, em toda mudança de regime político, existe também, acompanhando – assim como existe uma mudança do projeto econômico...Toda mudança de regime brusca passa por uma mudança de projeto econômico acompanhada por uma mudança de projeto de paradigma filosófico, especialmente na educação. O que acontece hoje, na verdade, é uma mudança de regime político – na nossa opinião – para um estado de exceção, disfarçado em um estado democrático. O golpe institucional e parlamentar que se instituiu, no Brasil, na verdade inaugurou, juntamente com outros Poderes da República, um estado de exceção. Então, ao mesmo tempo, tenta-se inaugurar um novo projeto econômico e um novo projeto filosófico e educacional, com uma mudança de paradigma.

É muito semelhante, diga-se de passagem, à mudança de paradigma que foi construída no início da ditadura militar. Quando a ditadura militar foi instituída – e houve uma mudança de paradigma também – tentou-se estabelecer uma educação como esta: neutra, moral, pautada na moral da família e num ensino tecnicista. Todos os estudos que se referem à mudança de paradigma na educação, na ditadura militar, referem-se a isto: a uma educação tecnicista, neutra, moralizante, ética, de respeito aos valores da família. Então, as semelhanças são incrivelmente assustadoras, se relacionarmos todos os outros estados de exceção. Estou dando o exemplo da ditadura militar que é o mais próximo da nossa realidade histórica. Enfim, em toda mudança brusca de regime, especialmente regimes totalitários ou ditatoriais, há esse tipo de mudança também na educação.

Acho que cabe ressaltar aqui, com muita força, o que também a Drª Deborah já falou: a nossa Constituição. Apesar do fato de que essas Casas aqui foram eleitas para legislar para o povo brasileiro, não andam respeitando muito bem a nossa Constituição. É triste isso! A gente vive falando da Constituição, mas parece que não tem muita importância. Existe um artigo na Constituição, o art. 206, que elabora sobre a liberdade de cátedra. Diz justamente que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: "Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas". Ou seja, não existe neutralidade onde existe pluralidade. Porque a pluralidade perpassa, justamente, oposições de ideias ou diversas ideias que perpassam ideias semelhantes ou opostas e divergentes.

Portanto, não existe pluralidade onde existe neutralidade. É uma contradição iminente, e a gente precisa pontuar isso.

Essa questão da neutralidade é um absurdo. O próprio Prof. Paulo Freire – acho que o maior teórico educação brasileira, imensamente desrespeitado por esses absurdos que são colocados – já dizia que a neutralidade só serve para fortalecer aquele que é o opressor.

Então, existe uma intenção real de, na verdade, mudar o paradigma da educação para manter um *status quo* e não dar condição para os estudantes e a juventude elaborarem um pensamento crítico, libertário e emancipador.

Portanto, manter o regime, o *status quo* como está, assim como na ditadura era feito pela censura, não dá possibilidade aos estudantes de apontar quais são as problemáticas presentes em um regime, em um estado, em um governo.

Consequentemente, de doutrinado para subversivo é um passo, porque era assim que eram tratados aqueles que colocavam em cheque ou faziam crítica a qualquer tipo de regime que impunha um estado de exceção à sociedade.

Portanto, de doutrinado para subversivo é um passo, que era como nós estudantes éramos chamados em outros tempos, no estado de exceção. Só que vem sob uma nova roupagem, porque, na verdade, tudo o que a gente vive é uma certa repetição em dada proporção, guardadas as proporções históricas e evitando anacronismos. Mas isso vem sob uma nova roupagem, com novos conceitos, novas tentativas de colocar um pensamento que, na verdade, é um impedimento da emancipação do ser humano, da juventude etc.

Então, fica a questão... Porque a gente faz o debate aqui... Muitos profissionais, educadores, professores, estudiosos que estudam profundamente o tema da educação e do ensino-aprendizagem já têm colocado absolutamente todos os argumentos possíveis para contrariar isso.

Mas nós não conseguimos encontrar de fato quem é que patrocina, do ponto de vista argumentação teórica, esse tipo de projeto, simplesmente porque não existe, porque os patrocinadores desse projeto não estão no campo da educação. Eles estão no campo da política e no campo ideológico, mais do ponto de vista de uma reação conservadora, que tem se construído na sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Portanto, acho que cabe perguntar também: quem é que patrocina esse tipo de projeto e qual é o interesse dele? Porque, se todo o campo educacional, se todo o campo dos estudiosos da educação, dos professores, das categorias, das associações – a associação de história elaborou ótimas notas sobre isso, ótimos estudos sobre isso –, todos se posicionaram contra, quem é que está patrocinando esse tipo de projeto, se não são aqueles que trabalham com a educação?

Então, na nossa opinião, isso vem em uma onda – pegando um pouco do que a Camila colocou no final – de uma coisa que não é nova, mas que retorna sob uma nova roupagem, com grande força neste momento que a gente vive...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IAGO MONTALVÃO – ...que é a criminalização da política e da organização social.

A Escola sem Partido é irmã da medida provisória da reforma do ensino médio, porque ela está calcada m princípios muito semelhantes.

É óbvio que a medida provisória é muito mais complexa, envolve outros fatores, mas ela também está calcada em alguns desses elementos de uma escola tecnicista, que não debata criticamente, que não sirva à emancipação. Portanto, acho que vale ressaltar que é isso que está em jogo.

Os estudantes têm muita consciência disso. Nós sabemos o que é uma Proposta de Emenda à Constituição, nós sabemos o que é medida provisória, nós sabemos o que é projeto de lei, nós sabemos o que é projeto de lei orgânica, nós sabemos o que é tramitação, nós sabemos o que é Comissão de Constituição e Justiça, nós sabemos que os projetos de lei passam aqui pela Casa, nós sabemos tudo isso e estamos nos mobilizando justamente porque sabemos como é que funciona o sistema político brasileiro e que não mudará se não houver pressão e mobilização da base social.

É justamente porque sabemos o que é tudo isso que estamos nos mobilizando. São mais de 200 universidades ocupadas, mais de mil escolas ocupadas, que têm se posicionado também contra a «Escola sem Partido», entre milhares de aspas.

Para encerrar, porque o meu tempo já está acabando, acho que é isso. Esse projeto é um completo absurdo, acho que temos que encará-lo neste sentido mesmo, até porque, com a ação de inconstitucionalidade que a Contee entrou no STF... O STF pediu a opinião do MEC e da AGU, o próprio MEC e AGU, após o *impeachment*, após a substituição do governo Dilma, já deram a resposta de que são contrários. Então, o próprio MEC do Governo atual e a própria AGU do Governo atual já disseram que são contrários.

Então, não existe possibilidade nenhuma de se dar alguma racionalidade a esse projeto porque não existe. Nem eles mesmo estão dizendo que esse negócio tem alguma razoabilidade. Então, acho que é tratar a coisa nesse sentido mesmo, mas continuar mobilizado, porque, no momento de exceção que vivemos, os absurdos estão sendo coisas comuns, e nós não podemos deixar de ficar atentos a isso.

Quero dizer que este projeto é parte de uma ofensiva de criminalização à política, de uma rearticulação de paradigma do pensamento e da educação brasileira, uma tentativa de colocar uma formação humana à crítica tecnicista não emancipatória, que justamente privilegie a manutenção de um regime de exceção, colocando aos estudantes e à juventude a não possibilidade de apontar as contradições desse regime.

Então, essa é a nossa posição. Nós continuaremos mobilizados, estamos mobilizados e vamos fazer um debate honesto, sincero, mas apontando que é um completo absurdo. Sabemos, sim, o que é isso e estamos completamente à disposição de apresentar todos os argumentos necessários para demonstrar a inviabilidade deste tipo de projeto. É isso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Iago. Quero parabenizar aqui também a voz da Une, repito, com tanta clareza, lucidez, com tanta sabedoria e consistência defendendo aqui suas ideias e colocando a posição da Une, contrária ao projeto, fazendo isso, repito, com sabedoria, com fundamentação.

E é bom destacar aqui inclusive o que Iago mencionou agora há pouco, Drª Deborah, Prof. Fernando. A própria a AGU já se manifestou contrária ao projeto. Estou falando da Advocacia-Geral da União. O MEC também já deu declaração, Prof. Fernando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Bom, mas vamos passar agora para ouvir Cléo, que aqui representa a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A SRª CLÉO MANHAS – Bom dia a todos e todas. Bom dia, Senadora Fátima Bezerra. É uma grande honra estar aqui representando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Eu sou assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos, que é uma organização não governamental que atua local, nacional e internacionalmente há mais de 37 anos e faz parte da rede da Campanha. E por isso que estou aqui representando essa rede, que tanto tem batalhado pela democratização do ensino e pela qualidade da educação.

Bom, recentemente uma outra organização não governamental, que também faz parte da rede da Campanha, a Ação Educativa, lançou este livro aqui, que se chama *A ideologia do movimento Escola sem Partido*. Nesse livro, vinte pessoas – vinte educadores e pensadores da Educação – escreveram e problematizaram um pouco sobre esse projeto, que ora a gente discute aqui nessa Mesa. E, como eu sou a última, muita, muita coisa já foi falada e muita coisa já foi levantada e há pouco para ser acrescentado. No entanto, eu acho que a gente precisa destacar algumas questões.

Eu escrevi um artigo para esse livro, cujo título é: "Nada mais ideológico do que a Escola Sem Partido". Na verdade, como já foi levantado aqui pela Procuradora Deborah Duprat, pelo Prof. Fernando e pelos meus outros parceiros de Mesa, não existe neutralidade, e a ideologia não é só uma ideologia à esquerda. Existem ideologias, e tudo que a gente está fazendo nesse mundo está impregnado por elas.

Agora, particularmente, não acredito, até pelo parecer do próprio Ministério Público, que esse projeto se transforme em lei porque ele é claramente inconstitucional. No entanto, o mais preocupante é que ele tem vingado na prática. E a gente sabe que, neste nosso País, muitas das legislações não vingam na prática. A gente sabe que há leis que não pegam, a gente tem até essa expressão. Mas há muitas práticas que, mesmo que não sejam legislações, se transformam em práticas cotidianas. E a gente já está vendo aí as histórias das criminalizações de professores, de estudantes, de educadores. E esse é um estímulo a uma perseguição dentro da sala de aula – principalmente nas nossas instituições maiores, como é o caso desta Casa Legislativa e do Congresso.

Por que eu estou falando isso, o que acontece? Na tramitação do Plano Nacional de Educação, que foi aprovado há dois anos, quem acompanhou aqui, os movimentos que acompanharam – eu acredito que muitos de vocês tenham acompanhado presencialmente aqui nesta Casa –, uma das grandes polêmicas suscitadas não dizia respeito nem os 10% do PIB para a educação, que era a meta teoricamente mais polêmica.

Elas diziam respeito à promoção a uma frase contida, colocada pelo então Relator, o Deputado Angelo Vanhoni, no texto, dizendo o seguinte: a gente deveria promover o combate às desigualdades regionais, de gênero, de raça e etnia, orientação sexual. E isso acabou excluído do texto, e, por consequência, isso influenciou a tramitação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, que também sucumbiram a esse *lobby* conservador e refutaram qualquer menção a gênero, por exemplo, difundindo a falsa tese da ideologia de gênero.

Assim como temos escolas sem partido, também temos ideologia de gênero. Isso causou uma confusão deliberada entre uma categoria teórica e uma pretensa ideologia, reforçando preconceitos que naturalizam os lugares sociais de homens e mulheres e a heteronormatividade como únicas representações e segregam qualquer outra forma de manifestação, ampliando, então, a homofobia, o sexismo, a misoginia, que sabemos e principalmente os educadores e professores sabem que isso acontece dentro das escolas. E isso acontece na nossa vida cotidiana e acontece muito dentro das escolas e, por isso, isso precisa ser problematizado com os estudantes e as estudantes.

Então, há cerca de três anos, nós, do Inesc, em uma parceria com a Unicef, realizamos oficinas em escolas públicas para escutar com os estudantes do ensino médio, em escolas públicas do ensino médio em Brasília, e agora expandimos para vários Municípios da Chapada Diamantina e para escolas de Belém também, para escutar os estudantes sobre que educação que eles querem e por que há tanta evasão, especialmente no final do ensino fundamental e no ensino médio. E, dentre as várias questões levantadas, que nós já conhecemos, que são trabalho precoce, gravidez na adolescência, racismo, a discriminação relativa ao público LGBT; o *bullying* sofrido por eles é uma das fortes motivações da evasão escolar. Então, essas são razões, a meu ver, mais do que suficiente para se discutir gênero nas escolas.

Qual a ligação entre os dois temas: escola sem partido e ideologia de gênero nesses dois diferentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

momentos da aprovação: Plano Nacional de Educação e neste momento de discussão do projeto da Escola sem Partido? Aquilo que ter diferentes motivações e origens resulta dos mesmos elementos, que também já foram problematizados aqui, nesta Mesa, que são os fundamentalismos conservadores que tentam passar às pessoas ideologias e crenças.

Então, foi dito aqui, pela Procuradora Deborah Duprat e pelo representante da UNE que não há como vingar esse projeto. Como é que vinga, a partir da apresentação do Prof. Fernando? Como é que vinga uma ideia tão simplória e, aparentemente, quase ridícula? Como é?

Se olharmos aí nas nossas redes sociais, vamos perceber que várias histórias que parecem bem simplórias têm vingado muito. Então, acho que temos que deixar um pouco de lado essa... Apesar de simplórias, talvez fiquemos muito no nosso pensamento e tenhamos dificuldade para combater essas ideias simplórias, que vão se arrastando feito ervas daninhas e vão contaminando todo o mundo.

Então, mesmo que esse projeto não seja aprovado aqui, por ser inconstitucional, ele está lá, no dia a dia das nossas vidas, nas escolas, nas instituições, brotando como erva daninha dentro dessa concepção, que parece muito simplória, de dizer que existe neutralidade, até porque não são só os pensamentos intitulados marxistas que são ideológicos como tentam nos fazer crer os ideólogos da Escola sem Partido.

Quando defendem a não ideologização em nome dessa pretensa neutralidade, eles estão impregnados de ideologia, a gente sabe disso. E o que estão chamando de neutralidade na verdade, de acordo com Prof. Moacir Gadotti em um artigo também neste livro, é a cultura da indiferença em relação às desigualdades, contribuindo fortemente para o aprofundamento dessas desigualdades, como aconteceu lá na votação do Plano Nacional de Educação. E essas desigualdades que assolam o nosso País são seculares.

Mas esses teóricos da Escola sem Partido advogam a neutralidade e se dizem não partidários. No entanto, suas intenções são claras: a retroação dos avanços que tivemos nos últimos tempos, especialmente a partir da Constituição de 1988, e, com relação aos direitos humanos, por exemplo quando dizem lutar contra a doutrinação.

Uma das situações apresentadas lá no *site e* que o Prof. Fernando já apresentou aqui é um seminário realizado na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados sobre os direitos LGBT e a política de educação. Eles citam esse caso como uma afronta ao art. 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, afirmando que os pais e seus filhos têm de ...

(*Soa a campainha.*)

A SRª CLÉO MANHAS – ...ter uma educação moral de acordo com as suas convicções.

Na verdade, isso é uma deturpação do citado artigo, porque esse art. 12 da Convenção Americana diz respeito à liberdade de consciência de religião, e a gente bem viu aqui que, quando estão falando da religião, que esses pais que estão lá pregando a Escola sem Partido defendem, está tudo certo, mas a gente sabe muito bem o que acontece com as religiões de matrizes africanas: elas também são vítimas da cultura do ódio, e a cultura do ódio, como tão bem falou aqui a Camila, está fazendo vítimas por aí.

Então, como o tempo ali está exíguo, muitas das coisas que coloquei aqui já foram citadas, porque esse movimento não vem de agora, não é deste momento, deste Governo ilegítimo. Ele vem lá de 2004, e, no início, acho que o deixamos fluir porque parecia tão ridículo que poderia não vingar. Mas ele vem vingando há um tempo e está aí tomando conta. E mesmo que este Governo diga que não apoia a Escola sem Partido, a gente bem sabe que a primeira audiência concedida pelo Ministro da Educação foi para o Revoltados On Line, que é um movimento que defende a Escola sem Partido, que foi apresentar esse projeto para o Ministério da Educação, o que é muito simbólico, visto que era a primeira de todas as audiências citadas.

E quero aqui dizer que uma outra coisa muito complicada, para encerrar: a Escola sem Partido, esse movimento, criou uma associação para eles judicializarem questões que achassem importantes, e a primeira questão que eles judicializaram foi o tema da redação do Enem do ano passado, que dizia respeito à violência contra mulheres.

Pois é, eles acham que discutir violência contra mulheres também é doutrinação, e nós sabemos que, no Brasil, a cada quatro minutos, uma mulher dá entrada no SUS por ter sofrido violência física, e treze mulheres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

são assassinadas a cada dia, uma a cada uma hora e cinquenta minutos.

Como é que um movimento vem dizer que discutir violência contra mulheres é uma questão de doutrinação?

Portanto, gente, há vários ovos de serpente sendo chocando neste momento em diversos locais, seja nos Legislativos municipais, estaduais ou nacional e mesmo no Poder Executivo. E não temos garantias, infelizmente, de que o Judiciário irá barrar tais aberrações. Portanto, nossa única arma é a manifestação, é a nossa presença nas ruas, é a disseminação de informação a um público o maior possível, já que é, na internet e nas redes sociais, como o Whatsapp, que esses grupos têm angariado seguidores, muitos deles muito jovens. Então, é preciso promover debates que esclareçam essas situações, como este momento aqui. Infelizmente, a gente não tem nessa Mesa o contraditório, o que é uma grande pena, como já foi ressaltado aqui. E é preciso principalmente apoiar os movimentos, como as ocupações de escolas e universidades, que nos trazem bons ventos sobre a juventude, que não quer omitir-se diante de tantos abusos de poder e retiradas de direitos.

Portanto, parabéns aos estudantes que estão ocupando as escolas, que estão ocupando as universidades e que estão trazendo alegria neste momento de tanto fundamentalismo grassando nessas terras brasileiras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer à Cléo, parabenizando-a também, pois aqui fala em nome, repito, de uma instituição muito importante na luta em defesa da cidadania, com foco na educação, que é a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Muito obrigada pela participação.

Nós agora vamos ouvir aqui alguns dos presentes à nossa plenária. Indago à Senadora Regina... (*Pausa.*)

O.k.

Então, vamos passar inicialmente à Senadora Regina e, depois, vamos ouvir a Profª Suzana Maria Brito de Medeiros. Daremos prosseguimento aos demais inscritos.

Antes, quero muito rapidamente registrar também, com muita satisfação, a presença da Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul aqui na nossa audiência pública. (*Palmas.*)

Também a Associação dos Servidores da Universidade Federal de Santa Maria; (*Palmas.*)

Sindicato das Universidades Federais de Santa Catarina; (*Palmas.*)

Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do Estado do Ceará; (*Palmas.*)

Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro; (*Palmas.*)

Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal Fluminense; (*Palmas.*)

Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativo da Universidade Federal do Mato Grosso; (*Palmas.*)

Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos das Universidades Públicas Federais da Bahia; (*Palmas.*)

Daqui a pouco, Leia Oliveira vai falar aqui em nome da Fasubra.

Senadora Regina com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Srª Presidenta, senhores convidados e senhoras convidadas, é estarrecedor o que vi nesse *site*. Confesso que eu não o tinha acessado ainda. A gente tem uma mania de não querer ver essas coisas e acessar só os nossos, mas é estarrecedor. Eu acho que, guardadas as proporções, quem viveu os anos 70, isso aí é o CCC, Comando de Caça aos Comunistas. É o papel, de buscar, de cassar, sem falar na destruição da carreira de professor.

E aí, quando o Cléo falou "não sei quem está por trás disso", eu acho que a gente sabe. Isso é jogo com-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

binado. Não pode não ser. É claro que é. Olha só: quem levou, lá no começo desse governo ilegítimo, foi o Alexandre Frota. Ele levou lá aquele povo. Então, vem de alguém essas coisas. Alguém respalda, e é no Governo, porque os recados estão vindo.

Olha o "notório saber" na MP 746. É destruir a carreira de professor, botar o professor muito abaixo. Já não basta tudo o que o professor sofre, sofreu e vem sofrendo ainda, com salário baixo? Agora, ele não é educador. Ele é o quê mesmo? Se ele não é educador, qualquer um pode ir para o lugar dele.

Então, é preciso que a gente reaja. E aí, temos que usar todas as armas. Há muita ofensa, e a gente tem que usar isso para judicializar, entrar com ações contra esse povo, individuais ou coletivas, pelo menos para eles se ocuparem se defendendo, pelo menos para a Justiça se ocupar lendo os processos. Pode ser que não dê em nada, mas de repente pode dar em alguma coisa.

Então, têm que ser muitos os processos em todos os Estados, em todas as associações e sindicatos, muitos processos, porque a gente só viu aqui uma amostra. Deve ter muita coisa ofensiva por aí que dá para a pessoa judicializar, porque temos que usar todas as armas que a gente puder.

Eu me lembro – a Profª Deborah estava falando do ensino e do professor também – de que ninguém me ensinou, quando eu era estudante nos anos 60, que Cabral descobriu o Brasil por acaso, que a Princesa Isabel libertou os escravos, que a Independência do Brasil se deu sem nenhuma gota de sangue.

E, depois, a gente vai descobrindo, lendo outros historiadores, que Portugal estava em uma disputa de conquista de terras com a Espanha principalmente, para ver quem dominava mais, que teve toda uma luta abolicionista. Nos livros de história que eu lia só havia quatro linhas da biografia do abolicionista, mas eu nem entendia o que era o abolicionista.

As lutas pela libertação dos escravos ninguém nunca me ensinou, assim como nos livros de história até hoje não há a Batalha do Jenipapo, lá no Piauí, que teve derramamento de sangue, sim, e muita gente morreu. Foi lá que se deu a última luta pela independência já no ano seguinte, em 13 de março, quando se derrotou as tropas do Fidié, e foi por isso que o Brasil tem o tamanho que tem hoje.

Aquele pedacinho do Nordeste que fica mais perto da Europa era para ter uma linha divisória para continuar pertencendo a Portugal. Agora, pouca gente sabe disso, porque os historiadores estão começando a estudar isso agora. Já há alguns livros de alguns historiadores que infelizmente ainda não são adotados nas escolas.

Então, como a gente faz com o Escola sem Partido? Vai transmitir o quê, vai dizer o quê para esses meninos e meninas? Então, acho que é hora de uma reação muito grande, inclusive na internet, porque eles desapareceram das ruas com suas camisas da CBF, mas eles estão agindo nesses outros espaços, que são perigosíssimos também. E a gente precisa dar uma resposta.

Quando eu digo que o Governo está por trás, é porque muita coisa está acontecendo, por exemplo, a tentativa de apagar as marcas do governo anterior, do governo da Dilma e do Lula. Quando o *Estadão* faz um editorial sobre o Bolsa Família, como o fez ontem, destruindo o Bolsa Família, é para depois acabar, diminuir, ficar pequenininho, porque a cesta básica é melhor. Uma fila na prefeitura para buscar a cesta básica é menos doutrinário. Quando é época de eleição, o cara entrega a cesta e o santinho para votar.

Mas isso, para eles, é melhor, e é isso que querem. Então, Bolsa Família muda de nome e vai ser mesmo o prefeito que vai entregar uma cesta básica, selecionar os seus. Quando se diz que Bolsa Família tem empresário recebendo, o empresário que eles chamam, minha gente, é porque eles encontraram o CNPJ: são os presidentes de associação, presidentes de pequenas cooperativas, presidentes de partido – no meu partido, só é no interior do Piauí, é mais o trabalhador rural que preside o partido. E o CNPJ é no nome deles. Então, é "empresário recebendo o Bolsa Família"... A casa tem um aposentado: aí eles já, pelo que cruzaram com o INSS: "tem um aposentado que recebe um salário mínimo". Mas a família tem pai, mãe, quatro filhos: divida pelas sete pessoas, que ele se enquadra nos critérios do Bolsa Família. É um salário mínimo só na casa. Mas eles se aproveitam disso para fazer a propaganda contra, desfazer a ideia, para poder acabar. Então, isso é muito programado, é muito planejado o que a gente está vendo aqui.

Então, eu acho que a gente precisa de mais debate, se dispor a ir... eu estou indo sexta-feira para a Universidade Federal do Piauí, lá em Parnaíba, já tenho convite para ir, na outra sexta, para outro debate. Porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tem que ser. Sei que os meninos e as meninas aqui sabem debater, mas a maioria da população não sabe o que é PEC 55, em que ela prejudica eles.

Então, eu dei um exemplo para um senhor, assim, que ele ficou pensando: "Agora que eu entendi, Senadora". Então, eu dei o exemplo assim: porque o Governo diz "vai ser corrigido pela inflação, não é verdade que congela. Vai ser corrigido pela inflação", no caso da PEC 55. Aí eu dei um exemplo para ele: "Olha, você é o ministro do feijão, você tem direito a um saco de feijão no ano. Então, no ano seguinte vai ser corrigido pela inflação esse saco de feijão, então você vai continuar tendo direito a só um saco de feijão durante 20 anos. Apenas ele vai subir de preço. Tem que corrigir pela inflação. Se sua família aumentar, você não vai ter mais uns quilinhos de feijão". Então, ele entendeu que a gente precisa aprender a conversar com o povão para poder explicar essas coisas. Porque a gente fica: "PEC 55". Aí o Temer tem razão, né? A população não sabe o que é PEC.

Mas os estudantes sabem. Ele debochou naquele dia – até botei no Twitter –, debochou dos estudantes, dizendo que eles não sabem o que é PEC. Mas ele tem um ministro que não sabe o que é BRICS e que chama o Brasil de Estados Unidos do Brasil. É um ministro dele, um chanceler. Então, precisa que a gente converse com o povo, tenha disposição, cada um de nós que está aqui, que é esclarecido, tenha disposição de conversar com a população, porque senão vai pegar essa história quando a gente pensar que não aconteceu. Aí, depois que aconteceu, para a gente lutar, quem viveu, como eu vivi, os anos 70, sabe disso, sabe como é.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço a Senadora Regina, uma Senadora que tem sido também uma Senadora muito presente e atuante aqui na Comissão de Educação. E, de fato, V. Exª tem toda a razão: é assustador mesmo tudo isso. Assustador pelo quanto de retrocesso um projeto como esse traz. Parece que um projeto dessa natureza nos remete, enfim, à barbárie.

Eu quero aqui colocar, Drª Deborah, que, apesar do perfil do Congresso Nacional – na sua grande maioria, infelizmente, um perfil, digamos assim, conservador etc. e tal –, esse projeto não prosperará no Congresso Nacional.

Aliás, no Senado, por enquanto, nós só temos uma iniciativa que é exatamente o PL apresentado pelo Senador Magno Malta e que já tem inclusive como Relator o Senador Cristovam Buarque. Ele se encontra exatamente na Comissão de Educação. Tenho absoluta clareza de que o Senador Cristovam Buarque vai dar um parecer contrário a esse projeto. Como é terminativo, ele passa somente por esta comissão. Uma vez que o parecer do Senador Cristovam contrário ao projeto seja aprovado, e, portanto, não haja recurso a ser apresentado ao Plenário, a ideia morre por aqui mesmo.

É evidente que existe ainda um conjunto de outras iniciativas na Câmara. Lá é preciso prestar mais atenção, porque lá já foram dados mais passos, pois já há até instalada uma comissão especial.

Nós temos lá o PL nº 7.181, de 2014, que é o inicial, do Deputado Erivelton Santana, do PEN da Bahia; temos também o projeto PL nº 867, de 2015, do Deputado Izalci, do PSDB do Distrito Federal, que inclui entre as diretrizes da educação a proibição de professores utilizarem as aulas para impor ideias políticas ou religiosas. Temos também o PL nº 1.859, de 2015, do Deputado Alan Rick, que promove mudanças na LDB, proibindo a adoção de formas tendentes à aplicação da ideologia de gênero e de orientação sexual na educação. Há também o PL nº 5.487, de 2016, deste ano, do Prof. Victório Galli, que proíbe orientação e distribuição, pelo método de livros, que versem sobre orientação de diversidade sexual sobre crianças e adolescentes. Existe ainda o PL nº 1.411, de 2015, do Deputado Rogério Marinho, do PSDB, do Rio Grande do Norte, que prevê detenção de três meses a um ano para quem expor aluno a assédio ideológico, condicionando-o a adotar determinado posicionamento político-partidário e ideológico. E temos um projeto de lei apresentado pelo Deputado Jean Wyllys. Em contraponto à Escola sem Partido, o prof. Jean Wyllys, do PSOL do Rio de Janeiro, propõe a escola livre. É uma proposta que vem em sintonia com a Constituição e diz respeito à diversidade, para estimular e fortalecer o pensamento crítico.

Então – repito –, enquanto aqui no Senado há apenas, por enquanto, um projeto de lei, que está inclusive na Comissão de Educação, na Câmara, há várias iniciativas e existe inclusive uma comissão especial instalada.

Mas creio que iniciativas e debates como este, Prof. Fernando, vêm na direção, Cléo, de contribuir, cada vez mais, para fortalecer a mobilização contra projetos dessa natureza, em razão do retrocesso que eles repre-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sentam para a concepção da educação que nós defendemos.

Nós vamos agora ouvir os nossos convidados do plenário. Vamos começar pela Profª Suzana, que é professora do Núcleo de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A SRª SUZANA MARIA BRITO DE MEDEIROS – Bom dia.

Na pessoa da Senadora Fátima, eu saúdo todos da Mesa e, desde já, também agradeço o convite para estar aqui hoje.

Eu sou Suzana Maria Brito. Há 23 anos, sou professora de educação infantil numa escola de aplicação da UFRN – existem mais 18 espalhadas pelas universidades do País.

Como eu estou aqui um pouco nervosa, resolvi imaginar que vocês são as minhas crianças e vim aqui, hoje, contar uma história, uma história muito triste, mas as histórias infantis também têm sua tristeza.

O que eu vou ler aqui é a síntese de um fato que ocorreu em nossa escola na UFRN, na universidade federal; é a síntese de um documento que nós tivemos que escrever. Eu concordo com vocês: tivemos que parar os nossos trabalhos, parar os nossos investimentos, as nossas investidas junto às nossas crianças, para escrever um documento e responder a uma notícia, veiculada em redes sociais, com o tema "Pais denunciam 'doutrinação' anti-Temer em crianças na UFRN", assim como a uma representação de um Parlamentar do RN junto ao Ministério Público quanto ao nosso trabalho com as nossas crianças do Núcleo de Educação da Infância.

Destacamos, na primeira acusação, o exercício de doutrinação anti-Temer em crianças; depois, na segunda acusação, mencionada no ofício, a realização de atividades de cunho unicamente político que forçaram as crianças a produzirem desenhos contra o atual Presidente da República do Brasil, que tinham, como único viés, a ideologia, da qual as crianças eram obrigadas a participar; a violação do regime jurídico dos servidores públicos; e a corrupção da integridade psíquica e moral das crianças no abuso de audiência cativa desses estudantes.

Quem somos nós? Como eu já falei, trata-se de uma escola de aplicação, dentro de uma universidade, que tem como finalidade desenvolver socialmente atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco na promoção de práticas pedagógicas e inovadoras na educação da infância.

O NEI, assim como toda a escola de aplicação, oferta suas vagas a partir de um edital público, aberto a toda a comunidade. No NEI, as vagas geralmente são abertas no início do ano. Hoje, nós temos um público de 350 alunos, que vai desde o berçário até o ensino fundamental, segundo ciclo, com crianças de 10 anos.

O nosso Núcleo, assim como outras escolas de aplicação, contribui no processo de construção e efetivação de uma proposta pedagógica, por meio de diversas ações; promove um espaço e um *locus* para que o estudante de Pedagogia e de outras licenciaturas convivam com as crianças, aprendendo, na prática, o que é ser professor – e professor de criança exige um aprendizado muito singular.

Promovemos, também, a liberdade, a inclusão de toda a comunidade, com os jeitos e os modos de cada um, de cada família.

Essa prática tem possibilitado um diálogo constante, que promove, a nosso ver, processualmente, uma cidadania vivida e não só falada, não só mencionada em livros, compartilhada com toda a comunidade escolar, especificamente e especialmente entre família e escola.

Diálogo aqui não como retórica, mas diálogo como palavra, como ação que move toda a nossa metodologia. Compreendemos, é claro, a dificuldade deste Parlamentar e de outros em compreendê-la, haja vista o que temos presenciado no cenário político do nosso País.

Especificamente ao fato, eu vou começar, então, a nossa história. O fato que originou a denúncia do Parlamentar e...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SUZANA MARIA BRITO DE MEDEIROS – ... e do *blog*, foi a nossa participação no ato político e cultural, no dia 22 de setembro, deste corrente ano. E temos a dizer que a equipe do NEI, junto com demais professores da UFRN, das redes municipal e estadual, aderiram à paralisação nacional em defesa da escola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pública, da qual participaram também 82 entidades em todo o nosso País.

Essa decisão foi tomada no dia 19, na segunda-feira, em assembleia dos docentes, ocorrida na UFRN. No outro dia, imediatamente, essa paralisação tinha como foco protestar contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, hoje PEC nº 55, que, no nosso entendimento e de muitos profissionais de deferentes áreas, inviabiliza a continuidade do Plano Nacional de Educação 2014/2024, em nada se relacionou ao fato, denominado pelo Parlamentar como doutrinação anti-Temer.

Considerando a nossa parceria escola e família e respeitando o direito de acesso às informações concernentes ao cotidiano escolar, no dia 20, enviamos uma carta aberta aos pais e responsáveis explicando os motivos da nossa paralisação, além da nossa programação. Porque entendemos que a família, no caso em relação ao nosso foco, são crianças, é a responsável primeira em dirigir a educação moral e social dos seus filhos e filhas e, nesse caso específico, em autorizar toda e qualquer ação escolar que envolva seus filhos.

Por isso foi também enviado uma solicitação de autorização para participação de suas crianças e as crianças de algumas turmas, as turmas mais velhas, por meio de desenhos e vídeos, em respeito ao disposto do art. 5º, da Constituição Federal, que concede a todo indivíduo o direito de uso de sua imagem. E, por tratar-se de crianças, observou-se ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente que assegura tal direito, nos arts. 17º e 18º.

No dia 21, portanto, no dia anterior à paralisação, como é recorrente em nossa abordagem metodológica, fizemos uma roda que chamamos de roda Inicial, e nessa roda dissemos às crianças que iríamos parar por um dia, não era um feriado, não era um final de semana, era um dia especial, era um dia em que iríamos reivindicar que investimentos para a educação, orçamento, concursos não poderiam parar de serem enviados para as escolas públicas, para não prejudicar o crescimento das práticas inovadoras.

Ou seja, conversamos como se encontra a nossa escola hoje, nos dias atuais, e como ela poderia ficar se caso esses investimentos necessários para mantê-la e ampliá-la fossem mantidos com uma inflação ou, conforme a Senadora falou, o tal do saco de feijão. Ressaltamos ainda que os pais já tinham no horizonte uma esperança de ver o 5º ano acontecendo na escola. Nós só vamos até o 4º ano, até então. E, para isso, sabíamos da necessidade de contratação de novos professores, compras de mobiliário, contratação de novos funcionários.

Durante a conversa, em nenhum momento, os professores mencionaram nomes de políticos, partidos ou referiram-se ao Presidente, ao atual Presidente da República, mas sim a um grupo de pessoas que, hoje, representando o povo brasileiro, escreveram uma proposta, assim como a gente escreve as nossas propostas, aqui na roda, e estabeleceram uma nova relação dos investimentos nas áreas de educação e de saúde. Vale salientar que, nesse momento, muitas crianças expressaram já saber do assunto, através de seus familiares. Em seguida, foi perguntado às crianças o que achavam que poderia acontecer com a nossa e as demais escolas públicas, caso essa proposta fosse implementada.

Por fim, foi proposta a produção de desenhos relativos ao assunto para a organização de cartazes, como sempre fazemos em qualquer outra demanda de assembleia. Uma dessas crianças se expressou com a imagem do Presidente. Aí expressando tudo aquilo que ela queria colocar no seu desenho. Mais uma vez, uma roda foi formada a fim de que cada criança expusesse a sua produção e explicasse por que havia desenhado tal imagem.

Nessa perspectiva, afirmamos que essa escola é assim, é assim que ela faz, é assim que ela ensina, dando lugar, vez e voz às crianças. Sempre que necessário, conclama toda comunidade escolar para se posicionar em frente à sociedade em defesa dos direitos da educação pública e de qualidade. Por muitas vezes, na história da instituição, nós manifestamos, tanto em prol de interesses e demandas mais específicas da nossa escola, quanto da educação do País. A exemplo disso, já citaremos várias bandeiras defendidas em algumas manifestações das quais participamos: reivindicação por recursos físicos da escola; abertura para concurso de professores; oferta de merenda escolar para as crianças atendidas, datando de 2007; construção de um prédio de estudos para pesquisa na infância.

Enfim, levando em consideração esses princípios e a concepção de crianças como sujeitos históricos e socialmente situados, entendemos os desenhos como forma de expressão das leituras de mundo que elas fazem de todos os ambientes em que interagem e esse ambiente não se restringem ao espaço escolar. Não esquecendo que o ato de desenhar é parte de um processo de alfabetização, de letramento do mundo, do su-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

jeito no mundo, em respeito a esses diferentes espaços formativos e à pluralidade de ideias que nele circulam, em toda e qualquer rotina de trabalho, em toda e qualquer escola.

No dia destinado à paralisação, suspendemos nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão para discutirmos sobre os efeitos da PEC. Participamos das ações planejadas na assembleia da categoria. Mais uma vez, por acreditarmos na importância da parceria entre escola e família, realizamos uma outra roda, uma roda de conversa entre pais e professores no início da manhã, do dia 22. Na ocasião, discutimos com os presentes a respeito dos motivos da paralisação, enfatizando os efeitos da PEC sobre o sistema público de ensino. Abrimos espaço para as colocações dos pais, suas dúvidas e posicionamentos. Sem querer parecer repetitiva, mas entendo a necessidade de cada esclarecimento, reafirmamos que a manifestação não foi feita dentro das salas de aula, como afirma o Parlamentar, mas no estacionamento do centro de convivência da universidade, uma atividade organizada pelo sindicato dos docentes, durante a qual foram levadas produções das crianças cujos país autorizaram o uso, para dado fim.

Outro ponto de inconformidade consiste na afirmação de que os professores promoveram manifestações de desapreço ao Presidente da República. Como já foi exaustivamente colocado anteriormente, o foco das manifestações foi a possibilidade da aprovação da PEC 241, hoje PEC 55.

Assim sendo, no episódio em questionamento, nenhum professor ou professora cometeu qualquer ato que pudesse ferir a integridade das crianças que atendemos, e, sim, preservamos sua identidade, posto que solicitamos a autorização dos pais para utilização dessas imagens.

Nessa perspectiva – então, vou só finalizar –, levantamos... Por isso, lamentamos imensamente o ocorrido: que o Parlamentar denomine os profissionais de doutrinadores travestidos de professores, sem que nunca tenha procurado averiguar a veracidade de suas denúncias.

À luz dessas considerações, discordamos veementemente dessas acusações. Acreditamos que o esclarecimento justifica o nosso posicionamento a esse respeito, assim como reafirma o compromisso dessa equipe, que compõe o NEI/CAp, com a educação pública brasileira e com o empenho na garantia dos direitos e deveres básicos da cidadania, relativos especialmente à educação das crianças.

No mais, seguiremos com nosso respeitoso trabalho, visto que estamos e continuamos empenhadas em construir uma escola cada vez melhor para as nossas crianças, primando pelos princípios de pluralidade, orientados por uma perspectiva inclusiva e que preza pelo compromisso social da inserção delas e de suas famílias. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço à Profª Suzana.

Nós vamos passar imediatamente a palavra à Márcia Aparecida de Oliveira, que é mãe também de um estudante lá do NEI. Ao mesmo tempo, quero registrar aqui também, com muita satisfação, a presença da Senadora Gleisi Hoffmann entre nós.

Márcia é mãe de um aluno do NEI. Portanto, ela disse que gostaria de falar aqui na condição de mãe de um estudante.

Vamos conceder a palavra a você agora, até porque você vai falar acerca do mesmo contexto que a Profª Suzana acaba de nos relatar.

A SRª MÁRCIA APARECIDA SOUZA – Como a Profª Suzana já citou tudo da escola e o tempo está muito adiantado, eu só vou falar do movimento que os pais fizeram, contrário à denúncia do Deputado Federal sobre essa questão doutrinária no NEI.

Logo depois que saiu na imprensa e que disseram que iria para o Ministério Público, nós pais nos reunimos e fizemos alguns movimentos na escola e em toda a sociedade natalense. Esses movimentos foram os movimentos relacionados a um abaixo-assinado, que teve mais de 5 mil assinaturas em pouquíssimo tempo, em duas semanas, e uma ida à imprensa, para informar e defender a instituição, porque a instituição não fazia essa doutrinação com as crianças.

Antes disso, eu passei direto. Eu nem cumprimentei a Mesa, em nome de Fátima, nem coloquei o nome de Camila aqui para dizer que, em nome de todos os outros... E dizer que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estamos todos cumprimentados, pode seguir adiante.

A SRª MÁRCIA APARECIDA SOUZA – Eu tenho muito orgulho de ter uma representante Senadora, que me orgulha, no que a gente vive hoje na política. Então, Fátima me representa. (*Palmas.*)

A gente fez todo esse movimento, pegou essas assinaturas, procurou as meninas para ver o que a gente podia fazer, tudo muito fora da escola, porque a gente se viu vigiada.

Pessoas iam lá, tiravam fotos, perguntavam se a gente estava pegando assinatura dentro da escola, perguntavam se a escola estava ajudando de alguma forma a gente. A gente fez isso como mães, no nosso tempo.

Criamos um grupo no WhatsApp. Um ia lá e pegava assinatura e outra... Um grupo muito pequeno, liderado por mim e outra mãe. Porque há dois prédios, o NEI ampliou e há dois prédios. Eu ficava com um e ela com o outro.

Como vocês já entenderam o que é o NEI, que é uma escola de aplicação que há 37 anos está no nosso Estado e que é conhecida nacionalmente pelo seu trabalho, consegue hoje fazer com que muitas, cerca de três mil pessoas inscritas para 20 vagas, porque o NEI é uma escola onde todo pai quer que o filho estude, pois é uma escola pública gratuita de qualidade. Isso é o NEI.

Para dizer a vocês melhor o que é o NEI, eu vou ler uma carta que não levará nem dois minutos. É uma carta muito poética. Nós passamos três ou quatro dias pegando assinatura sem escrever nada. Aí percebemos que tínhamos que escrever alguma coisa. A gente fazia essas coisas que estão aqui, e uma das mães foi muito poética e redigiu essa carta que abriu o nosso abaixo-assinado de 5.325 assinaturas:

> "Que escola é essa? [também é o nome do nosso movimento, movimento de pais Que Escola é Essa]
>
> Que escola é essa onde se toca uma música infantil ao invés de uma sineta para sinalizar que está na hora de ir para a sala de aula?
>
> Ah, essa é a escola que valoriza a música como atividade lúdica e, por isso, dá vez à lira ao invés do toque unilateral da sineta. Isso se chama sensibilidade.
>
> Que escola é essa em que os professores e professoras, atentos aos saberes das crianças, promovem com elas a escolha do tema de pesquisa, e meu filho chega em casa e comenta: "Mamãe, o tema das árvores não passou, só teve dois votos" (este era o tema que ele sugeriu). E continua: "os morcegos e as borboletas ficaram empatados e hoje vamos fazer nova votação para escolher qual tema vai ganhar".
>
> Ah, essa é a escola em que se ensina a criança que podemos decidir coletivamente e que devemos respeitar a decisão da maioria quando o nosso voto é vencido. Isso se chama democracia.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MÁRCIA APARECIDA SOUZA – E continua:

> Que escola é essa que, diariamente, promove um momento de relaxamento e meu filho chega em casa me ensinando como respirar melhor?
>
> Ah, essa é a escola que considera que as crianças têm corpo e que este corpo precisa relaxar e a mente precisa se acalmar. Isso se chama aprender o autocontrole.
>
> Que escola é essa que convida os escritores para contarem as estórias e promoverem oficinas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

leitura e escrita com as crianças?

Ah, essa é a escola que considera a leitura e a escrita como práticas sociais de linguagem e que estão nos livros, porque antes estão em nós, seres que convivem em permanente diálogo. Isso se chama interação.

Que escola é essa que promove o ensino de língua estrangeira, dança e música, sem deixar de ensinar os conteúdos necessários ao conhecimento das linguagens convencionais?

Ah, essa é a escola que considera e respeita que somos seres múltiplos e com muitas potencialidades a serem exploradas. Isso se chama pluralidade cultural.

Que escola é essa que, em cada sala de aula, acolhe ao menos uma criança com necessidade especial de aprendizagem?

Ah, essa é a escola que respeita e compreende que todas as pessoas têm direito à educação de qualidade. Isso se chama inclusão.

Que escola é essa que, além de preparar semanalmente os seus planos de trabalho, a cada mês, os professores param para estudar e planejar coletivamente o processo de ensino e aprendizagem?

Ah, essa é a escola que considera que sempre nos formamos uns com os outros e que a constante troca de saberes e planejamento conjunto faz com que o trabalho tenha continuidade, conformidade e evolução. Isso se chama formação continuada.

Que escola é essa que sempre dialoga com os pais, estando permanentemente aberta para ouvir sugestões e críticas?

Ah, essa é a escola que considera a família o pilar mais estruturante da formação da criança e, por isso, sempre dialoga com essa família. Isso se chama respeito.

Que escola é essa que não confunde ser professor com ser babá? (*Palmas.*)

É a escola que compreende e respeita o trabalho das babás, mas compreende que, na escola, os nossos filhos vão ser sujeitos capazes de pensar e ser responsáveis por seus atos. Isso se chama autonomia e responsabilidade pessoal.

Que escola é essa que tem tanto espaço para as crianças brincarem, que os professores fazem a cada bimestre um relatório individual de cada criança, abordando as várias fases do desenvolvimento delas?

Essa é a escola que compreende que a criança se constitui ao brincar e que cada um é diferente do outro. Isso se chama respeito às singularidades da infância.

Que escola é essa que também é laboratório?

É uma escola que abre espaço para a formação de outros professores, pois é sabedora de que seu papel de conformadora de novos professores, respondendo à sociedade a tarefa que lhe foi conferida. Isso se chama escola modelo.

Que escola é essa que respeita tanto as crianças, que separa um tempo para explicar-lhes que um dia não deveria ter aula e essa aula não correrá na escola, mas na rua?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Sim, essa é a escola que foi às ruas dia 22 de setembro, convidou os pais a participarem do ato em defesa da educação pública de qualidade, a escola vem sofrendo com corte de verbas...

Termine, por favor. (*Palmas.*)

A SRª SUZANA MARIA BRITO DE MEDEIROS – Continuando:

A escola, já sofrendo com o corte de verbas, não pode e não deve se isentar de mostrar à comunidade a sua real situação.

Sim, professoras e pais foram às ruas em defesa do Núcleo de Educação da Infância – NEI/CAp/UFRN, e nisso não há doutrinação. Estimados presentes, nisso há responsabilidade e compromisso com a educação de qualidade das crianças que estudam no NEI.

Nesse sentido, vimos a público defender essa escola e repudiar as afirmações levianas que foram feitas em *blogs* locais contra os professores e professoras, bem como denúncias feitas por alguém que não compreende que a escola não se sustenta no vazio, mas ela precisa necessariamente de verbas públicas para se manter. E, ameaçada como está pela PEC nº 55, só resta aos professores e professoras, com total apoio dos pais, bradar nas ruas e mostrar a nossa indignação. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero aqui, mais uma vez, saudar a Profª Suzana e Márcia, que é quem acaba de falar, mãe de um dos estudantes. E, mais uma vez, Suzana, quero aqui reiterar toda a nossa solidariedade a vocês.

Esse episódio ocorreu, como ficou evidenciado aqui, lá no meu Estado, o Rio Grande do Norte, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É bom que se ressalte aqui que o NEI, que é o Núcleo de Educação Infantil, escola de aplicação, faz parte de um conjunto de escolas de aplicação que nós temos em todo o País. Mas dizer com toda a clareza que o NEI do Rio Grande do Norte, Drª Deborah, é uma das melhores escolas de aplicação que a gente tem pelo País afora. Para motivo de muito orgulho nosso, do povo do Rio Grande do Norte.

E isso se evidencia, Senadora Gleisi, quando, por exemplo, a UFRN foi uma das instituições de Ensino Superior que mais se destacou nos programas voltados para as políticas de formação inicial e continuada do magistério, implementada nesses últimos anos dos governos Lula e do governo da Presidenta Dilma. Há um reconhecimento não só no nosso Estado, mas nacionalmente, Prof. Fernando, da qualidade pedagógica, da consistência do trabalho pedagógico do NEI, da UFRN nessa área, que, repito, a UFRN foi quem teve uma presença mais destacada. E os seus professores falam por si mesmos do quanto de responsabilidade, de sabedoria, de preparo pedagógico e de compromisso que eles têm no dia a dia, desde o início do NEI, lá, na nossa Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Infelizmente, esse ataque que os professores do NEI sofreram por parte de um determinado Parlamentar... Infelizmente, inclusive é até lá do nosso Estado. É lamentável isso, porque, enfim, é uma escola, como eu disse desde o início, que tem mais é que ser premiada, tem mais é que ser aplaudida, tem mais é que ser zelada, repito, pelo patrimônio que ela é, o NEI, não só para as famílias do Rio Grande do Norte e de Natal, mas para todo o Brasil, pela trajetória que essa escola tem, pelo quanto eles têm contribuído, repito, nas políticas de formação inicial e continuada. É tão necessária ainda para o aperfeiçoamento do magistério brasileiro.

Então, não foi à toa, Prof. Fernando Penna, que, quando desse episódio lá, esse ataque aos professores de forma caluniosa, gerou muito repúdio. Várias instituições lá do Rio Grande do Norte se manifestaram claramente em solidariedade aos professores, aos seus pais e, ao mesmo tempo, em repúdio.

Então, de forma que, Suzana, é importante a sua presença aqui, a presença de Márcia, porque infelizmente isso não é um caso isolado, ou seja, o Escola Sem Partido significa infelizmente exatamente isto: de repente criminalização, punição, vigilância, inclusive contrariando tudo aquilo que Drª Deborah colocou, contrariando aquilo que está na nossa Constituição cidadã de 1988, que é a educação para a cidadania, para a liberdade, o que vocês têm feito ao longo desse período é exatamente isto, é preparar as nossas crianças para o exercício livre e pleno da cidadania. É isso que vocês têm exatamente feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, mais uma vez, obrigada aqui pela participação de vocês.

Nós tínhamos agora a Leia para falar. Vamos lá, a Senadora Gleisi. Nós só temos Leia, Gilson e Fabiano.

Vamos Leia, que fala pela Fasubra.

A SRª LEIA DE SOUZA OLIVEIRA – Inicialmente, gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da nossa querida Senadora, cumprimentar o Comando Nacional de Greve da Fasubra, que está aqui presente. (*Palmas.*)

Nós estamos já há quase um mês em uma greve em defesa da universidade pública, contra a PEC 55 e contra esse golpe, que não se encerrou apenas no *impeachment*, pois a cada dia nós estamos sendo golpeados.

Mas eu queria colocar o meu depoimento até cumprimentando todos os palestrantes, em especial o Prof. Fernando, que, através da sua fala, dele, com certeza esclareceu algumas dúvidas – se é que existe alguma dúvida ainda acerca do que representa esse projeto. E o que eu destaco da fala dele é que o PL não se encerra nesta Casa; é um movimento, um movimento vivo, que, independentemente de não prosperar aqui no Senado ou na Câmara, ele já está enraizado na sociedade, e, por isso, nós devemos pensar ferramentas para poder combatê-los na base da sociedade.

Eu gostaria de colocar um dado aqui até para ouvir dos nossos companheiros aqui da Mesa como esse projeto de Escola sem Partido, Escola com Mordaça não está dissociado de um ataque à Constituição Federal, nós temos aí, dentro da PEC 55, a proposta da criação...

(*Tumulto no recinto.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, Cléo, nós vamos garantir a palavra aqui à Leia.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos...

(*Interrupção do som.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FABIANO FARIA – O movimento Escola sem Partido está muito bem representado.

(*Interrupção do som.*)

(*Tumulto no recinto.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos retomar aqui os nossos trabalhos.

A Profª Leia, com a palavra.

(*Tumulto no recinto.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Profª Leia com...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, por favor! Vamos retomar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós temos a Profª Leia inscrita, além do Prof. Gilson e da Senadora Gleisi.

Vamos aqui voltar para o nosso debate. Eles foram convidados e aqui não vieram – e aqui não vieram de maneira nenhuma. Foram convidados e aqui não vieram. Portanto, nós vamos continuar aqui fazendo o nosso debate. Vamos concluir nosso debate em respeito aos telespectadores, em respeito a vocês que vieram, em respeito aos que estão nos acompanhando e, sobretudo, em respeito àquilo que mais defendemos, que é uma escola voltada para educação democrática, inclusiva, laica, pública e de qualidade social para todos e para todas. (*Palmas.*)

É esse o debate que nós estamos fazendo aqui neste exato momento.

Então, Leia, por favor, pode retomar sua fala.

A SRª LEIA DE SOUZA OLIVEIRA – O que nos assusta é esse ódio, que temos que combater o tempo todo.

Mas, como eu estava dizendo anteriormente, esse projeto não está dissociado de outras medidas do Governo. Eu queria falar sobre a questão da terceirização da atividade-fim, que está para ser votada no Supremo Tribunal Federal, e, dentro da PEC 55, eu queria ouvir da Procuradora Deborah Duprat a sua reflexão sobre o seguinte ponto: num determinado artigo lá está colocada a autorização para o Governo criar empresas públicas não dependentes do Estado. Passa despercebido, porque só falamos da parte dos 20 anos, de congelamento do investimento em políticas públicas, mas o que é a síntese dessa autorização para o Governo criar esse tipo de empresa, articulada com a autorização de terceirização de atividade-fim, ao projeto Escola sem Partido, à MP 746, e à PEC 55 no seu total.

Nós achamos que o que estamos vivendo, nesse momento, no País é um golpe, um golpe muito bem articulado; nós estamos em um Estado de exceção; é outro regime que está sendo implementado. E a educação, como sempre foi o *locus* adequado da liberdade, da crítica, da contestação, da luta contra a ditadura... Os estudantes tiveram protagonismo muito importante na luta pela democracia, nas Diretas Já, contra a ditadura. E agora, com a ocupação, obviamente, os estudantes serão protagonistas principais nessa luta de resistência a essa PEC e a todos os outros projetos.

Então, esse projeto Escola sem Partido começa, agora, enaltecendo essas práticas fascistas e o ódio. Assim, eu acho que o Temer já conseguiu o seu objetivo – e nós temos que agradecer ao Temer por isso –, porque ele conseguiu que as centrais sindicais se unissem, todas as centrais sindicais, que os estudantes se unissem, os trabalhadores... (*Palmas.*)

Ele conseguiu que os pais se unissem com os professores.

E eu quero aqui falar para a professora da UFRN, desse núcleo: conte com o apoio dos trabalhadores técnico-administrativos. Esse depoimento dessa mãe aqui, mostrando que escola ela quer para os seus filhos, é que nos dá mais força ainda para continuar lutando contra esse projeto Escola sem Mordaça.

O professor colocou com muita clareza, no início da fala dele, que esse nome Escola sem Partido não tem nada a ver com o conteúdo do projeto. O nome desse projeto deveria ser Escola com Mordaça a serviço de uma ideologia, a serviço de um projeto que é muito mais perverso do que foi a época da ditadura. O que o Temer quer fazer em seis meses de Governo, a ditadura não conseguiu fazer em 20 anos neste País. Essa PEC, que vende o Brasil, que coloca a soberania, o desenvolvimento e a democracia do País em jogo, é muito mais perversa de que várias iniciativas que foram feitas na época da ditadura. Pelo menos os ditadores defendiam a soberania, o desenvolvimentismo na lógica equivocada deles, mas tinha esse caráter. E, agora, não! Essa PEC quer acabar com tudo isso que foi construído com muita luta pelos trabalhadores e pelos movimentos sociais organizados.

Eu chamo atenção aí dos companheiros, dos estudantes e dos professores. Os professores, a exemplo do depoimento da companheira da UFRN, deveria ser o grande protagonista nesse momento, levando o debate para a escola, levando o debate para associações de pais e mestres, discutindo, dentro da sala de aula, o que está colocado. Nós acreditamos nessa juventude, nessa resistência a esses ataques que são colocados pela PEC.

E eu queria aqui, finalmente, fazer um convite à Procuradora, porque eu gosto de aproveitar esses espaços públicos para colocar nossas demandas. Nós estamos com comando nacional de greve, com quase cem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

companheiros de todas as universidades públicas, reunidas aqui em Brasília. Queríamos contar com a presença da senhora debatendo alguns elementos. Conhecemos a sua força militante dentro da PGF e queríamos saber se poderíamos contar com a senhora debatendo alguns temas, que estão tramitando naquela casa.

E quero cumprimentar todos – todos – que falaram aqui. Nós temos que nos unir. E é só com o povo na rua, é só com resistência e com mobilização que nós vamos conseguir derrotar esse projeto. E já está sendo derrotado, porque o Temer foi o nosso aliado, porque ele conseguiu nos aliar. Faz treze anos que não nos reuníamos na mesma mobilização, na mesma frente – as centrais sindicais. Agora nós estamos unidos. E é esta a palavra dos estudantes: a luta unificou – estudante, professor e trabalhador em defesa da universidade pública. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Leia.

Nós vamos passar agora para o Gilson Reis, da Contee.

E nossa saudação aqui, Leia, aos trabalhadores técnico-administrativos das universidades federais, que, em todo brasil, neste exato momento, somam-se aos estudantes e a outras categorias de servidores. Inclusive, os servidores técnico-administrativos das universidades federais estão em greve nesse exato momento, na luta em defesa da educação. E defender a educação, nesse momento, sobretudo, é lutar para que essas agendas não prosperem, desde o Escola sem Partido até a PEC 55 e etc.

Com a palavra Gilson Reis, representando a Contee.

O SR. GILSON REIS – Senadora Fátima Bezerra, companheiros e companheiras, Senadores presentes, a primeira questão é que me parece que nós todos que acreditamos na humanidade acordamos hoje, em nosso País, estarrecidos com a morte do Guilherme, um jovem assassinado pelo pai, alvejado por vários tiros. O garoto tentou fugir do pai, e, mesmo fugindo, o pai pegou o carro, atirou nesse menino e o matou em nome do ódio, da intolerância, daquilo que nós estamos vendo em nosso País neste momento, que é o cimento do golpe articulado com setores das elites brasileiras, uma profunda e intensa reação conservadora, ideológica e fundamentalista. É estarrecedor o que aconteceu com esse jovem, fruto daquilo que nós acabamos dever aqui agora: dessa intolerância e desse ódio praticado há algum tempo já neste País. Não é de agora, porque, no período pré-golpe no Brasil, nós vimos também essa intolerância presente em praças e ruas pelo País. Acho que isso demonstra que a nossa luta será muito maior do que nós imaginávamos.

E é preciso também, ao falar sobre a intolerância e sobre a situação que vivemos no País hoje, dizer que isso é decorrente na história do Brasil. Se nós olharmos em todas os períodos de exceção e de golpe, desde os anos 1930, 1937, 1946, 1964, 1968, sempre ocorreu essa reação autoritária, conservadora, de grupos fundamentalistas, tradição família e propriedade, os integralistas, os anticomunistas, enfim... Surge, nesse momento, exatamente essa parte da sociedade que tenta impor, à força e no grito, a sua posição de sociedade.

Acho que temos que ter consciência de que nossa luta será muito maior do que se apresenta. Além da luta político-ideológica, teremos que enfrentar esse tipo de pessoa – esse pai que chegou ao limite de matar seu filho e se matar em nome de uma ideologia e de um projeto de Estado profundamente reacionário, conservador, totalitário e fundamentalista. Eu estou indignado nessa manhã de hoje e penso que nós brasileiros que pensamos na vida e numa perspectiva de um País muito mais justo também estamos indignados. Possivelmente não será a última morte, porque o ódio está se esparramando pelas praças e ruas deste País.

Queria dizer que a luta contra essa ideia da Escola sem Partido, ou lei da mordaça, é uma luta que precisamos continuar a fazer. Apesar de pensar que ela, em grande medida, foi colocada como um chamarisco para aquilo que é o projeto definitivo dessas elites dominantes que tomaram o País por um golpe, que é a reforma do ensino médio. Ali está presente o conceito daquilo que eles querem aplicar como Escola sem Partido, quando exclui das disciplinas que serão praticadas como obrigatoriedade, por exemplo, a filosofia, a sociologia, a história, a geografia e vários conteúdos que eram e são de importância muito grande na formação intelectual, crítica e de cidadania dos nossos alunos, da nossa sociedade.

Eu penso que precisamos encarar esse debate agora em outro patamar: precisamos agora que o Ministro Barroso, que é o Ministro Relator da ADI que a Contee propôs, que já tem posição favorável do Procurador-Geral da República, da Controladoria-Geral da República e de outros órgãos, que têm manifestado como inconstitucional a proposta apresentada, neste Senado, na Câmara dos Deputados e também nas câmaras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

legislativas e câmaras de vereadores pelo País afora...

Precisamos concentrar nossa energia no processo jurídico, no processo político, mas para além da questão da Escola sem Partido, discutindo a questão que envolve a reforma do Ensino Médio, que me parece que é o objetivo central.

E fico pensando, por exemplo, que aqui neste Senado há Senadores vinculados às chamadas igrejas neopentecostais e até mesmo a essa visão da Igreja Católica ortodoxa, ligada a grupos também profundamente conservadores, para quem a opção da reforma do ensino médio poderá ser também uma opção de uma escola evangélica, de uma escola vinculada aos interesses de hoje, aos 30%, 40% dos religiosos neopentecostais que dominam uma parte importante da religiosidade do nosso povo. Pode-se transformar essas escolas também com o objetivo não só do ponto de vista da formação ideológica, religiosa, mas também do retorno financeiro, porque é o que está presente, por exemplo, na proposta vinculada à reforma do ensino médio, pois uma parte da disciplina, sem o conteúdo nacional mínimo, matemática, português, inglês, poderá ser acrescida de outras matérias. Ora, isso pode criar um campo, como existe nos Estados Unidos, em muitas regiões dos Estados Unidos, em que a igreja protestante e as igrejas de várias matrizes religiosas controlam e comandam essas escolas públicas de acordo com seus interesses e com seus objetivos estratégicos.

Então, também setores conservadores, reacionários, liberais estão inseridos nessa proposta, mas também há um conteúdo religioso, porque poderá haver, no processo da reforma do ensino médio, a transferência de recursos públicos para setores privados e para setores ligados a essas grandes igrejas. Há todo um esquema montado, toda uma estrutura montada que precisa ser debatida.

Penso que nós precisamos concentrar nossa discussão em torno da questão de a escola ser amordaçada, da escola sem partido, mas também começar a concentrar nosso pensamento na questão da reforma do ensino médio.

Para concluir, quero dizer que o Senado da República deveria, não sei, dar as condições de começar ou tentar um diálogo com o Ministro Barroso, depois de todas as questões já envolvidas, para que houvesse uma liminar, conforme sugestão da Contee na ação que nós entramos. Seria um gesto magnânimo desse Ministro, que, tenho certeza, não defende essa tese da escola sem partido.

E hoje nós estamos aqui no Senado e estamos em Brasília reunidos com dezenas de entidades ligadas à educação de todo o País, entidades nacionais, entidades locais, de professores, alunos, enfim, um conjunto de entidades. Ao final da tarde, nós deveremos escrever um manifesto em defesa da escola pública, em defesa de uma escola inclusiva, de uma escola democrática. E nós estamos imbuídos numa luta ferrenha neste País não só para retomar a democracia e derrubar o golpe de Estado praticado contra o povo brasileiro, mas recolocar na agenda política não o retrocesso, mas o avanço da sociedade.

Então, esta é a Contee.

Trouxemos aqui para a Mesa alguns materiais que a Contee tem feito. Vou passá-los às Senadoras e ao público, se der para todos. E vou passar um vídeo de 30 segundos que nós produzimos e que poderá ser utilizado pelos movimentos que lutam contra essa famigerada escola sem partido, que, na prática é a escola do partido dos reacionários, dos fascistas, dos que querem impor uma ideologia nas nossas escolas e na nossa juventude.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada. Gilson.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*) (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos passar a palavra agora ao Fabiano, mas, antes, mais uma vez, parabenizar o Gilson da Contee. Ao lado de toda essa rede das entidades e instituições que defendem a agenda da educação, que não vem de agora, mas já há muito tempo, a Contee tem tido um papel muito especial nessa luta. Tanto é assim que foi ela que entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo. Portanto, temos de destacar e ressaltar o papel dedicado que vocês têm desempenhado na luta em defesa da educação e contra aberrações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

como essa.

Vamos passar a palavra ao Fabiano; depois, à Senadora Gleisi para encerrar os trabalhos da nossa Comissão.

Peço compreensão em função do horário até porque vamos, no encerramento dos trabalhos, fazer os nossos encaminhamentos finais.

Então, Fabiano Faria, da Frente Nacional Escola sem Mordaça; depois, a Senadora Gleisi.

O SR. FABIANO FARIA – Agradeço à Senadora Fátima Bezerra pela oportunidade e gostaria de cumprimentar os demais Senadores presentes, a companheira Gleisi, a companheira Regina, os companheiros de luta da Fasubra, os colegas da UNE, da Ubes, e todos os companheiros.

Gostaria de começar dizendo que o sindicato de que faço parte e sou Coordenador, o Sinasefe, está em greve desde o dia 11 da semana passada, com uma pauta totalmente política, contra a PEC 55, o PL Escola sem Partido, a reforma do ensino médio entre outros pontos.

Coube a mim falar mais em nome da Frente Escola sem Mordaça. Então, eu gostaria de informar que hoje tivemos uma reunião, estamos agendando a próxima, e, muito brevemente, programado para os dias 4 e 5 de dezembro, estaremos realizando no Rio um curso para debatedores do Escola sem Partido. Inclusive, estamos convidando a Drª Deborah Duprat, que vai ministrar um dos módulos, para estar entre nós. A intenção é formar debatedores para visitar todas as escolas e universidades, fazendo – o Fernando Penna está na organização também – um debate e tentar disputar com a sociedade essa questão.

Eu gostaria de destacar – acho que é uma oportunidade de ouro para fazer isso – um aspecto do movimento Escola Sem Partido que até então tem sido pouco destacado, que é o apego que os militantes desse movimento, que foram muito bem representados na cena que a gente viu agora há pouco, têm na democracia, o apego que eles têm, na verdade, à época da ditadura militar.

Pude observar na outra audiência, que não chegou a terminar... Foi um dia depois do *impeachment*, e o Senador Cristovam Buarque não se deu muito bem com as críticas que ele recebeu pelo seu voto. A audiência não continuou, mas foi perceptível na fala – depois eu procurei pesquisar melhor – do Vice-Presidente, o Bráulio, quando ele fazia referência a uma doutrina militar que foi vigente no período pré-64, a chamada doutrina da guerra revolucionária. Foi uma doutrina importada pelos militares que promoveram o golpe de 1964, importada do exército francês, e que, de uma maneira bem sintética, dizia que os comunistas, para implementar a ditadura comunista, têm uma tática da periferia para o centro, uma mudança – que eles liam como mudança – da tática do comunismo, de chegar o poder da periferia para o centro em cinco etapas: primeiro, a agitação democrática, quando eles diziam que os comunistas não se assumiam como comunistas; segundo, a construção de uma rede de organizações comunistas – sindicatos, grêmios estudantis, etc.; terceiro, a penetração no Estado; quarto, a guerrilha; e quinto, a formação de um exército revolucionário para tomar o poder.

Na verdade, essa doutrina não tem nenhuma racionalidade, mas ela servia para que os então militares que defendiam o golpe de Estado dizerem que qualquer iniciativa no sentido de uma discussão crítica estava relacionada, no final, a um assalto violento ao poder e à destruição do que eles chamavam de democracia. Assim, eles podiam dizer que um professor em sala de aula estava contribuindo para destruir o Estado, para tomar o poder, para fuzilar todo mundo, enfim. Não vou poder aqui destrinchar o que é a doutrina da guerra revolucionária. Limito-me a dizer que, como estudioso do tema, eu nunca tinha presenciado alguém defender a doutrina da guerra revolucionária como se fosse uma coisa atual, e vejo isso hoje de uma maneira muito clara nos defensores do movimento Escola Sem Partido, o que me leva a uma reflexão que, para mim, pelo menos é muito preocupante: já foi levantado por vários debatedores aqui que é muito improvável que o Escola Sem Partido seja aprovado neste Senado, ou, na hipótese de ser aprovado, que ele consiga vingar juridicamente, até pela ação da Contee. Devo dizer – a gente discutiu hoje na reunião da Frente, apareça na próxima – que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO FARIA – ... todas as entidades da educação têm que entrar como terceiras interessadas nisso e pressionar o Supremo para julgar. A gente pode derrubar o movimento Escola Sem Partido no Senado e talvez até na Câmara, mas o grande problema é que esse é apenas a expressão de um movimento muito maior e mais preocupante, que é um movimento de retrocesso da discussão dos direitos humanos, de apolo-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

gia à ditadura militar, em que os PLs e o Escola sem Partido são apenas uma expressão.

Em 20 anos de militância, eu nunca tinha presenciado um grupo de militantes de direita se organizar e se apresentar da forma como se apresentou aqui. Há 20 anos, mais ou menos – eu devo contar uma história e já estou caminhando para a conclusão –, uma professora minha dizia o seguinte: "No dia em que nós tivermos uma mulher no poder, um negro no poder, que os homossexuais forem respeitados pelas suas convicções, vamos viver num País melhor." Até recentemente, nós tínhamos uma mulher no poder. Um presidente negro, não no Brasil, nós temos. Nós tínhamos um Ministro Presidente do STF que era negro. A união homoafetiva é uma coisa possível de ser reconhecida hoje legalmente. Infelizmente não vivemos num mundo tão diferente, como talvez a minha professora supunha há 20 anos. Acho que ela exagerou um pouquinho.

O fato é que o movimento Escola sem Partido, como uma expressão de um movimento de regressão da sociedade, de regressão política, busca não só regredir à ditadura militar, mas destruir todas essas pequenas conquistas – pequenas, mas muito importantes – que nós conquistamos em direitos humanos.

Então, é preciso, sim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO FARIA – ... lutar contra o PL Escola Sem Partido. Acredito que não só todas as entidades da educação aqui presentes, como todos os Senadores aqui presentes, todos os profissionais, todos os companheiros estão imbuídos nesse propósito.

Não nos estranha o fato de que para entrarmos hoje, nesta audiência, tivemos que pedir a ajuda dos companheiros para ir lá. Eu acho que os colegas que chegaram aqui não tiveram a mesma dificuldade para entrar como nós tivemos. Isso mostra que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO FARIA – ... alguma coisa anda errado.

Mais do que lutar contra o PL Escola sem Partido, nós precisamos, de agora em diante, estar preparados para lutar contra o movimento de direitização, de destruição dos movimentos humanos na sociedade brasileira, que, além do Escola sem Partido, também está presente na Lei Antiterrorismo, que persegue os movimentos sociais, e também está presente – por que não? – na reforma do ensino médio, que tristemente tem, como Relator, ninguém menos que o Deputado Izalci Lucas, que é o autor do PL Escola Sem Partido e também tubarão do ensino privado.

Companheiros a luta é longa.

Eu gostaria de terminar – às vezes, eu falo – com as palavras do Anderson Silva. Por que não? Eu sei que não são dele, mas vêm muito a calhar. Ele estava uma vez falando e falou o seguinte: "Não importa o quanto você bate [Ele sabe o que diz], ninguém vai bater mais forte do que a vida. O que importa é o quanto você consegue apanhar e continuar lutando." Pois bem, que venha o movimento Escola sem Partido, com toda a direita com sua força local. O que temos a dizer aqui é que nós vamos continuar lutando.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Fabiano. Agradeço a Fabiano, que é um dos articuladores, Senadora Gleisi, da Frente Nacional Escola sem Mordaça.

Ao saudar Fabiano, nós queremos aqui também mandar o nosso abraço aos demais professores e servidores dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica que, neste exato momento, a exemplo também da Fasubra, estão aí participando intensamente da luta para barrar essa agenda de retrocessos em tramitação aqui no Congresso nacional e que afeta duramente, mas duramente mesmo o presente e o futuro da educação brasileira.

Nós passamos agora a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, mais uma vez saudando a Senadora Regina que, desde o início, também está aqui conosco.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Fátima. Quero fazer uma saudação e cumprimentá-la pela iniciativa que está tendo aqui na Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de Educação de debater esse tema e tantos outros temas que V. Exª tem debatido com a gente: a PEC 55, a medida provisória do ensino médio. Isso tem sido muito importante. Eu acho que é uma tentativa de resistir a esse movimento que estamos tendo de retrocesso não só em termos de valores, mas também em termos de economia. Enfim, é uma situação muito difícil que nós vivemos hoje.

Quero também fazer uma saudação à Mesa, à Drª Débora Duprat que está aqui conosco; ao Iago da UNE; à Camila, minha conterrânea, Presidente da Ubes; à Cléo; ao Professor Fernando e a todos vocês que estão aqui; ao pessoal da Fasubra que já estiveram com a gente também na Comissão de Assuntos Econômicos; ao pessoal que acompanha; aos professores que falaram e dizer que para mim também é uma satisfação e uma honra estar junto a vocês aqui neste momento.

Senadora Regina, quero me desculpas, mas não consegui vir antes. Eu estava com outra agenda, mas manifestar aqui meu apoio a essa luta. De fato, a gente vive tempos difíceis, mas eu acho que ter uma mulher na Presidência, ter um negro na Presidência dos Estados Unidos e mesmo um negro no Supremo Tribunal Federal foi resultado de luta que fizemos, da lua dos anos 80, da luta dos anos 90 e que a gente chegou a um avanço considerável só que, como diz um amigo meu, nós não nadamos em uma piscina, nós estamos em mar revolto. Portanto, a toda ação nossa tem uma reação contrária. É obviamente que a sociedade tem suas manifestações diversas. Então, a direita, os valores conservadores não iriam nos olhar avançando em terreno de democratização, de emancipação, de conquistas de direitos e não fazer nada.

O que estamos tendo é um refluxo como já tivemos muitos na história e, mesmo assim, a história da humanidade evoluiu, avançou graças a lutas e graças exatamente à resistência que tem que haver. Então, acho que estamos num momento em que temos que ter muita resistência. Muita resistência! Não vai ser fácil, não vai ser fácil porque não é um jogo só de interesse de valores da sociedade, é um jogo de interesses econômicos. Isso tudo está embricado. Quando se fala de uma escola sem partido não é só o fato de buscar a consciência, mas é também a visão de que você tem que formar única e exclusivamente a mão de obra para o mercado de forma tranquila para que aquelas pessoas trabalhem, para que aquelas pessoas produzam e, de preferência, não incomodem o *status quo* que está vigente. Então, isso tudo tem um peso muito difícil.

Na questão dos direitos sociais essa PEC 55 é a coisa mais absurda que podíamos ter na nossa história. Quer dizer, as parcas conquistas que tivemos na Constituição de 88 – parcas – é o primeiro degrau de um Estado mínimo de bem-estar social que está sendo desmontado. O que conseguimos construir até agora depois de 88 vai voltar e quero ver depois para a gente reconstruir isso como vai ser e de uma maneira rápida sem falar com a sociedade, sem discutir, a maioria vai pagar essa conta.

Então, não vai ser um momento simples, não vai ser um momento fácil, mas nós temos que resistir, e o que a gente puder fazer de resistência, qualquer espaço, movimento social, Parlamento, nas ruas, enfim, nos grupos que a gente tem, temos de fazer, porque a onda ao contrário é muito forte. E essas pessoas que estiveram aqui estão convencidas de que têm razão. Elas acham que é assim, que está errado o nosso posicionamento. E vai nos caber também disputar uma parcela uma parcela da sociedade que não está convencida nem de um lado nem de outro. E a gente tem de mostrar a realidade que estamos vivendo.

Então, acho muito importante fazer esta audiência. Às vezes, a gente acha que audiência não vale muito, porque tem poucos Senadores, mas tem repercussão na Casa, tem repercussão na sociedade, tem repercussão nos movimentos. É assim que a gente vai construindo novamente o nosso posicionamento. Sabemos que já avançamos, que há um refluxo, mas que temos de avançar de novo. Então, vamos indo contra essa corrente para lutar pelos direitos, pelo que a gente conquistou.

Além de dizer que também fico chocada com essa história do menino que o pai matou – é uma coisa absurda chegar a esse nível –, quero dizer que nós estamos tendo grandes problemas no Rio de Janeiro. Passaram-me agora que, na manifestação dos servidores, a polícia entrou com bombas, com cassetete, com violência, para dispersar a manifestação. A gente já teve isso no Estado do Paraná; os nossos professores já foram tratados dessa forma. A gente sabe o que isso significa, ou seja, um nível de intolerância muito grande! E a gente vai ter de denunciar isso não só entre nós, mas internacionalmente, fazer movimentos e usar todos os canais que a gente têm. Então, quero aqui manifestar a minha solidariedade aos servidores do Rio de Janeiro pela luta que têm.

É um absurdo pensar que eles terão 30% dos seus salários cortado. Gente, 30% do salário cortado? Não existe isso! Como é que alguém chega e diz: «vou cortar 30% do seu salário porque tem de cobrir o buraco da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Previdência». Como aqui, onde querem congelar e reduzir todas as despesas, inclusive o salário mínimo, para quem ganha salário mínimo, porque isso impacta nas contas públicas. É uma coisa absurda! É tratar as pessoas como números, como objetos, que você pode manipular e resolver.

Então, estamos vivendo tempos realmente difíceis! Por isso, acho muito importante, Senadora Fátima, o que V. Exª fez aqui, isto é, chamar esta audiência pública. A gente também está com uma série de audiências públicas durante a semana que vem contra a PEC 55. E eu queria pedir ao pessoal para participar, divulgar. Vamos ter uma grande no dia 22, no plenário do Senado, mas, na segunda-feira à noite vai ter, na segunda-feira de manhã vai ter, na quinta-feira à noite vai ter. Nós vamos ocupar todos os espaços que pudermos ocupar, do Senado da República, fazendo essas audiências e esclarecendo a população. Vamos fazer todos os movimentos que pudermos fazer. E, aí, entram os movimentos sociais, o da luta pela escola pública, pela saúde, são fundamentais, porque é nesses setores que vai cair a dor maior, o preço maior por esse ajuste maluco, que não tem razão de ser.

Por que ser um ajuste desses? Nós não temos uma dívida estourando no País; muito pelo contrário, a dívida pública brasileira tem decaído, tem crescido menos, por incrível que pareça. No Governo do Lula cresceu só 79%, enquanto que no de Fernando Henrique cresceu 750% e no de Dilma cresceu 31%, menos do que a inflação no período. Então, como é que nós estamos fazendo um ajuste em despesa primária para reduzir dívida para pagar juros? É uma loucura o que estamos fazendo com o Brasil! Então, vamos precisar resistir muito.

Então, queria deixar esse convite, deixar a minha solidariedade, e dizer que o mandato está à disposição. O que a gente puder fazer junto para fazer esse enfrentamento, essa resistência, nós vamos estar aí.

Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço a participação da Senadora Gleisi, uma Senadora que o Brasil inteiro vem acompanhando pela dedicação com que tem se empenhado nesta luta contra essa agenda de retirada de direitos e que, à frente, hoje, da Comissão de Assuntos Econômicos, tem desempenhado um papel muito importante.

A despeito da maioria dos Parlamentares aqui, que dão sustentação ao Governo que aí está e que, portanto, não quer debate, Drª Débora... Tanto é que a PEC 55 entra aqui, e eles estabeleceram um calendário mais apressado ainda do que o da própria Câmara. Como pode uma matéria como essa, por exemplo, não ser objeto da comissão temática, que é a CAE? É inaceitável isso. Como uma matéria como essa – a PEC 55, repito – pode não ser objeto de uma comissão especial? Isso é mais inaceitável ainda. Na verdade, só tivemos uma audiência pública na CCJ – não é, Senadora Gleisi? –, e a matéria já vai direto para o plenário, no dia 29, com votação em primeiro turno, e segundo turno, votação final no dia 13.

Não obstante tudo isso, quero, portanto, aqui destacar o papel que a Senadora Gleisi vem desempenhando lá, na CAE, no sentido de promover o debate, assim como os debates que estamos fazendo também na Comissão de Educação e na Comissão de Direitos Humanos, até porque não tem como, neste momento, dissociarmos essas ações, porque estão todas articuladas: da PEC 55 à Escola sem partido, à MP 746, a própria destruição já do marco regulatório da exploração do pré-sal, infelizmente, já aprovada na Câmara. Tudo isso vem na direção de, enfim, consolidar as ameaças violentas à concepção de educação que defendemos. E é por isso mesmo que é muito importante toda mobilização social e popular que está acontecendo neste exato momento no País, e esperamos cresça cada vez mais.

Vamos, agora, às considerações finais da nossa Mesa, começando por Iago.

Por favor.

O SR. IAGO MONTALVÃO – Não vou acrescentar muita coisa, acho que ficou tudo já, todo mundo aqui colocou questões muitos importantes e acho que é absolutamente trágico, enfim, triste, ter que presenciar uma cena absurda como a que aconteceu agora há pouco, mas que, de fato, como o Fabiano falou, reflete o que é o posicionamento desses que defendem esse tipo de projeto.

Mas eu queria dizer duas coisas: uma, é que vejo na fala da Professora do Colégio de Aplicação da UFRN e na mãe, Suzana, Professora, e Márcia, é um reflexo da minha própria vida, porque fui estudante de colégio de aplicação também, e minha mãe também sempre foi muito próxima, compunha a Associação de Pais e Mestres, como chamávamos lá, e, de fato, fui estudante do Colégio de Aplicação da UFG, em Goiânia, durante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

toda a minha vida, desde a pré-escola ao 3º ano do ensino médio, e, de fato, tenho conhecimento de causa para dizer que esse é o modelo de escola que precisamos para o nosso País. Um modelo de escola crítica, com professores valorizados, com uma grade horária que abre espaço para conhecimentos diversos, múltiplos e interdisciplinares.

Eu, na minha escola, tinha uma interdisciplinaridade muito grande. No Ensino Médio, a gente tinha oportunidade de ter aulas no período da tarde sobre os mais diversos temas, então eu tinha aula de astronomia, eu tinha aula, enfim, das mais diversas coisas. Nós não podemos limitar o nosso currículo, nós precisamos ampliar o nosso currículo e construir a interdisciplinaridade.

Então quero dizer que fico feliz e me vejo muito também nessa história. E uma segunda coisa, já para encerrar, quero lamentar também, como o Professor Gilson falou aqui, a morte do estudante Guilherme, que é estudante da Universidade na qual eu ingressei, a UFG.

Não conheci pessoalmente o Guilherme, mas sei quem era. Os meus amigos são amigos em comum com ele, conheço a luta que ele fazia lá em Goiânia e de fato quero dizer que isso é fruto desse discurso de ódio o qual nós presenciamos aqui mesmo e que tem dado base e subsídio a esse tipo de projeto, porque esse tipo de projeto ele não se constrói por uma vontade simples, vinda do nada; ele se constrói a partir de um sentimento, de uma construção de uma ideologia, de uma vontade popular, que é construída com muita colaboração da mídia e de um determinado tipo de pensamento.

Então é isso.

Queria deixar só essa minha consideração final e agradecer a Senadora, a todos os presentes e aos movimentos que aqui estão.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Iago.

Estou pedindo a compreensão de todos porque nós estamos com o horário já estourado, e, além do plenário, vai ter início daqui a pouquinho uma reunião da MP nº 746, a MP do Ensino Médio. E eu tenho inclusive que ir para lá também.

Com a palavra a Drª Deborah.

A SRª DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA – Eu quero parabenizar este momento e lembrar que Burger costuma dizer que a escola foi o maior instrumento de construção do Estado nacional porque ela conseguiu colonizar as diferenças.

Então eu acho que no momento em que nós temos um modelo constitucional de uma escola emancipadora, de presença das várias diferenças no espaço público, nós temos que agregar esses diversos segmentos de mulheres, LGBT, negros, indígenas, a população do campo, trabalhadores rurais e urbanos, e mostrar que todos perdem num cenário de uma escola sem partido.

Obrigada e parabéns! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Drª Deborah.

Camila, por favor.

A SRª CAMILA LANES – Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, o convite, e dizer que gostei de saber que, apesar de toda a truculência e de todo o cenário atual, ainda assim o movimento estudantil, os movimentos educacionais e sociais têm espaço aqui dentro desta Casa para conseguir, em especial, debater sobre o futuro da educação no Brasil.

Eu gostaria de me solidarizar às duas professoras aqui. Eu sou filha de educadora, então compreendo muito do que se passa no dia a dia de cada educador e professor.

Eu sofri com a minha mãe por muito tempo e vivenciei com ela por muito tempo tudo o que o sepultamento da educação causa inclusive nas nossas vidas e interfere nas vidas das crianças e, em especial, dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nossos educadores.

E, mais uma vez aqui, quero colocar à disposição, a Ubes em todos os debates e reiterar, mais uma vez, o nosso posicionamento contra a Lei da Mordaça, contra a Medida Provisória nº 746 e contra a PEC 55.

No dia 29, nós vamos organizar uma grande caravana de estudantes rumo a Brasília para também se manifestar. Todos eles tiveram um espaço para se manifestar em suas escolas e, agora, pretendem vir para Brasília para conseguir transformar Brasília em um grande espaço de ocupação para que a juventude possa ter, quem sabe, vez e voz para falar para que os Senadores e Deputados possam, enfim, compreender por que essa juventude está se manifestando.

Para finalizar, anunciar que mais duas escolas foram ocupadas: a ETEC Rubens de Faria e Souza e a EE João Kopke, na capital de São Paulo.

Assim, encerro e, mais uma vez, agradeço o convite, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Camila.

Cléo.

A SRª CLÉO MANHAS – Eu gostaria de agradecer, em nome da campanha, novamente, este espaço de debate. Mesmo neste momento de um Congresso tão conservador como a gente tem, a gente ainda tem redutos e espaços democráticos para debater.

Queria encerrar minha participação, falando que é um pouco absurdo o que estão fazendo, colocando o Prof. Paulo Freire nesse lugar de doutrinador, justamente ele que passou a sua vida inteira batalhando contra a doutrinação e pela abertura das cabeças para que as pessoas pudessem saber onde elas estão pisando, com quem elas estão falando e a que mundo elas pertencem.

Então, em homenagem ao Prof. Paulo Freire, nosso grande mestre, eu agradeço a esta Comissão pela participação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Antes de passar a palavra ao Prof. Fernando Penna, queremos registrar aqui, rapidamente, a presença de Toni Reis, Presidente da ABGLT.

O SR. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA – Quando eu comecei a perceber a emergência desses projetos – o primeiro é de 2014 –, eu comecei a estudar, a acompanhar. Quando apareceu o primeiro projeto nacional, eu me assustei e decidi me dedicar a isso. E, por ser um discurso muito grosseiro, ainda no ano passado, quando eu falava sobre isso em um congresso, a maioria dos meus colegas dizia: "Fernando, você está dando palco para malucos. Isso não é constitucional, nunca vai ser aprovado ou, se for aprovado, a Dilma vai vetar". Eu acho que essas ilusões já nos deixaram.

Eu lembro o primeiro texto que escrevi sobre o tema, quando decidi investigar mesmo o projeto, que foi um texto chamado "O ódio aos professores", que até saiu no livro que a colega mostrou aqui.

E, ontem, por acaso, eu divulguei outro texto, "O Ódio se profissionaliza", no qual eu falei um pouco sobre essa campanha oferecendo R$50 ou R$150 para alunos gravarem vídeos de professores, as tentativas de intimidar os professores, de fazer com que eles deixem de realizar o seu ofício, a sua docência da maneira como eles acreditam, mas com medo.

Agora fico muito feliz com a campanha que estou vendo nas camisas de apoio a esses professores...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou mostrar a camisa. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO DE ARAÚJO PENNA – E é muito triste ver esse ódio chegando ao ponto de um pai matar o próprio filho por não querer que ele participe de um movimento de ocupação estudantil. É muito triste perceber que a defesa da escola pública se tornou uma pauta de esquerda contra uma direita. Acho que existem colegas de direita ou liberais que são contra o Escolas sem Partido. A gente não deve cair na estratégia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

deles de polarizar essa discussão, mas a entender pelo que ela é, analisando o projeto, analisando a atuação do movimento.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero agora, no encerramento, primeiramente, mais uma vez, agradecer aqui à Drª Deborah, ao Iago, representando a UNE, ao Prof. Fernando Penna, à Cléo e à Camila por terem aceitado o nosso convite, e, ao terem aceitado o nosso convite, repito, pela importante contribuição que dão ao debate, cada um falando do lugar e do papel que ocupa na sociedade.

Para nós, a presença de Fernando aqui, muito importante, pelo quanto ele, como professor, vem se dedicando ao tema, e fazendo-o com muita responsabilidade e muito talento do ponto de vista intelectual.

A Cleo, porque fala aqui em nome da sociedade, pela legitimidade e a representatividade que tem a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

E aos estudantes, tanto Camila, como o Iago, pelo quanto a voz deles nesse debate é essencial, é fundamental, até porque esse projeto em debate aqui diz respeito, principalmente, à vida deles – diz respeito, principalmente, à vida deles –, na hora em que querem calar a voz do professor e, consequentemente, calar a voz dos estudantes.

Dizer, Drª Deborah, que eu não tenho nenhuma dúvida de que nós vamos conseguir barrar essas iniciativas, porque eu, como dizia Paulo Freire, eu nunca deixei de lado o verbo esperançar, de maneira nenhuma. Muito pelo contrário, acho que a gente não pode perder a esperança e, junto com ela, a capacidade de se mobilizar, de se unir, de se juntar e de lutar para que agendas como essa, repito, não prosperem. Agendas como essa, que é sempre bom a gente lembrar, associada à PEC 55, associada à MP 746, representa o mais duro ataque à luta em defesa da educação pública, que não começou de hoje. É concepção essa que começa lá, bem atrás.

Vamos pegar, por exemplo, os anos 30, não é, Zuleide? Com os pioneiros da educação da Escola Nova, com Anísio Teixeira, depois, com Darcy Ribeiro, depois, com o próprio Paulo Freire, Florestan Fernandes e entre outros, que plantaram as sementes da educação que uma Nação que se pretenda, repito, respeitada, generosa, inclusiva, solidária precisa. Precisa de quê? Precisa de uma educação pública, laica, mas uma educação inclusiva, uma educação com qualidade, uma educação que não pode, nunca, de maneira nenhuma, prescindir do debate, e o debate na sua plenitude, com toda a pluralidade que o debate deva ter.

E iniciativas como essa, repito, vêm na direção, exatamente, de desconstruir e de desmonte de todo esse processo que foi construído historicamente com a presença e com a participação de muitos atores e atores dos mais diversos segmentos da sociedade.

Acrescento aqui para vocês, dessa audiência, nós vamos tirar os seguintes encaminhamentos: primeiro, nós vamos entregar um relatório aqui dessa audiência ao Senador Cristovam Buarque, que é o Relator do projeto de lei que ora tramita aqui, na Comissão do Senado, de Autoria do Senador Magno Malta, que propõe a escola sem partido.

Nós vamos entregar um manifesto, um relatório ao Senador Cristovam, e esse relatório muito claro, colocando aqui a unanimidade de todos que aqui vieram contrários ao projeto.

Segundo, vamos também ao Supremo conversar com o Ministro Barroso, inclusive ancorados já pelo brilhante parecer da Drª Deborah Duprat, pelo brilhante parecer do próprio Ministério Público Federal, que aponta claramente a inconstitucionalidade dessa matéria. Vamos também ao Supremo Tribunal Federal colocar claramente o nosso posicionamento.

Por fim, lamentar. Nós convidamos aqui um representante do Projeto Escola sem Partido. Convidamos nada mais nada menos do que o seu mentor intelectual que é o Sr. Miguel Nagib, e lamentamos que ele não tenha atendido aqui ao nosso convite. Inclusive ele aqui vindo teria o tempo que ele julgasse necessário. Lamentamos isso, ao passo em que repudiamos o que houve aqui durante a audiência. Não vem para o debate e chega aqui um grupo e, em vez de vir para o debate, aqui vieram se manifestar de forma intolerante, de forma agressiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Enfim, isso cabe à sociedade, Drª Deborah, julgar e acompanhar.

Eu quero terminar dedicando essa audiência pública de hoje a ele que foi e continua sendo até hoje uma das pessoas, um dos mestres que mais nos inspirou e continua nos inspirando na luta em defesa da educação para a liberdade, da educação para a cidadania, que é o Prof. Paulo Freire. (*Palmas.*)

Nós queremos dedicar aqui essa audiência pública a ele, a sua memória.

Termino com uma citação do seu livro *Educação como Prática da Liberdade*, em que ele analisa toda essa questão que nós estamos debatendo aqui em profundidade.

Nesse livro, há uma citação que simboliza muito o debate que nós estamos fazendo aqui contra projetos dessa natureza e para preservar o ato de educar com liberdade em prol da cidadania.

A citação de Paulo Freire é a seguinte – abro aspas: "A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa."

Muito obrigada.

Quero convocar para o dia 22 de novembro, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h45, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 34 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 47 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e cinquenta minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Regina Sousa, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Lídice da Mata e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Wilder Morais, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Dário Berger, Jader Barbalho, José Agripino, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Roberto Rocha, Cidinho Santos e Pedro Chaves. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2013** que: "Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas." **Autoria:** Deputado Osmar Terra. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com sete emendas que apresenta, e contrário às demais emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, de 2015** que: "Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nº 1-CDH à 5-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, de 2016** que: "Dispõe sobre a criação da Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Chico Lopes. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2014** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, em conformidade com o II Plano Nacional de Educação, dispor sobre a gestão democrática do ensino público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2014, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 321, de 2014, e 94, de 2015, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Jader Barbalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, de 2015** que: "Institui o Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio para ingresso nas instituições federais de educação superior." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2016**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que: "Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2016** que: "Reconhece a Vaquejada como manifestação da Cultura Nacional." **Autoria:** Senador Raimundo Lira. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, em 21/11/2016, para atender à solicitação constante do OF. SF/1301/2016, da Presidência do Senado Federal. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2016** que: "Institui o Dia Nacional do Policial e do Bombeiro Militares." **Autoria:** Deputado Subtenente Gonzaga. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, de 2016** que: "Denomina Elevado Vitório Cella o elevado que liga a Rodovia BR 282 com o acesso à BR-480, no trecho denominado acesso Plínio Arlindo de Nês, no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Jorginho Mello e outros. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, de 2015** que: "Denomina Rodovia Prefeito Genésio Pasinato o trecho da BR-163 compreendido entre os Municípios de São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado João Pizzolatti. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 222, de 2015** que: "Inscreve o nome de Joaquim Francisco da Costa - Irmão Joaquim do Livramento no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Deputado Esperidião Amin. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2016** que: "Denomina Prefeito Dilney Chaves Cabral o viaduto duplo de acesso aos bairros São João e Morrotes localizado no Km 336,35 da BR-101, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Edinho Bez. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 435, de 2012** que: "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para inserir entre as condicionalidades do Programa Bolsa Família a exigência de rendimento escolar mínimo para aprovação." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, de 2016** que: "Institui o Dia Nacional do Engenheiro de Custos." **Autoria:** Deputado Edinho Bez. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2013** que: "Dispõe sobre o processo de escolha de dirigentes das instituições de ensino superior." **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela apresentação à Mesa de requerimento de sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2013, até que se ultime a apreciação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2011. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, de 2016** que: "Denomina Rodovia Frei Jorge o trecho da rodovia BR-251 localizado no perímetro urbano da cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Deputado Zé Silva. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 58 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública, objeto do RCE 83/2015, seja incluído o seguinte convidado: 1- Representante da Associação Nacional dos Celíacos do Brasil (ACELBRA). "**Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 60 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Em aditamento ao Requerimento nº 56/2016, aprovado nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, requeiro convidar os atletas abaixo para audiência pública para avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016: 1. Thiago Maia – medalhista de ouro olímpico como jogador da seleção brasileira de futebol; 2. Arthur Nori – Ginasta medalhista de bronze olímpico." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 74 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública, objeto do RCE 83/2015, sejam incluídos os seguintes convidados: 1- Representante da Associação Nacional dos Celíacos do Brasil (ACELBRA) e 2- Representante da Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil (FENACELBRA)." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 79 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam convidados para participar de audiência pública, a ser realizada no âmbito das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), os seguintes senhores, para discutir as propostas de limitação aos gastos públicos, especialmente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55, de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na origem) – PEC DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS: Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Professor Titular de economia da Universidade de Campinas (Unicamp); Roberto Lehrer, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(UFRJ); e Rubens Penha Cysne, Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/EPGE)." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 80 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RCE 72/2016, para discutir os efeitos da PEC 241 de 2016, em tramitação no Legislativo Federal, sejam incluídos os representantes das seguintes entidades entre os convidados: 1. União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES 2. União Nacional de Estudantes - UNE 3. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES 4. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF 5. Campanha Nacional pelo Direito à Educação 6. Movimento Todos pela Educação 7. Fórum Nacional de Educação." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Adiado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 82 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam convidados para participar de audiência pública, a ser realizada no âmbito das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), os seguintes especialistas, para discutir a inclusão de crianças e adolescentes, em idade escolar, no acesso à internet, notadamente a partir da popularização dos chamados smartphones: Maximiliano Martinhão, Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Rossieli Soares da Silva, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; Igor Vilas Boas de Freitas, Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Maria Eugênia Sozio, Coordenadora da Pesquisa TIC Kids Online 2016, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (GCI); Eduardo Levy, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL); e Bia Barbosa, Membro da Coordenação Executiva do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. " **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 83 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 75/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 01 de novembro de 2016, a inclusão da seguinte convidada para participar de audiência pública destinada a debater propostas de aperfeiçoamento e inovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira - Secretária de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás. " **Autoria:** Senador Hélio José e outros. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental para iniciar, declaro aberta a 47ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunico às Srªs Senadoras e Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente:

- Ofício nº 204, de 2016, da Câmara Municipal de Hortolândia, São Paulo, a qual encaminha Moção de Apelo nº 90, de 2016, em favor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Hortolândia;

- Ofício nº 83, de 2016, da Associação Brasileira de Antropologia, a qual apresenta manifestação relativa à reforma do ensino médio proposta pelo Governo Federal;

- Documento da Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, a qual apresenta manifestação relativa à PEC 55, de 2016, que institui o Novo Regime Fiscal.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que desejarem o acesso ao seu conteúdo.

Comunico, ainda, que esta Comissão esteve presente no seminário de lançamento do Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação: Biênio 2014-2016, representada pela nossa Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra.

O material distribuído, que contém os resultados de indicadores do PNE, encontra-se à disposição, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Secretaria desta Comissão, dos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo.

Informo que amanhã, quarta-feira, às 11h, será realizada reunião extraordinária em forma de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, destinada a debater o Cuidado Integral na Primeira Infância: Cultura, Desafios Jurídico-Sociais e em Situações de Deficiências.

A audiência está inserida na programação da 9ª semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz e atende aos Requerimentos nº 67, de 2016, desta Comissão, de minha autoria, e 32, de 2016, da CAE, de autoria do Senador Edison Lobão e outros Senadores.

Informo também que amanhã, às 16h, será realizado um encontro técnico com a Delegação da Comissão da Educação, Cultura, Saúde e Esporte do Comitê Permanente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês para tratar de assuntos referentes ao sistema brasileiro de administração e serviço à cultura.

Em virtude da inexistência de quórum para deliberação, as atas das reuniões anteriores serão aprovadas oportunamente.

E, pelo mesmo motivo, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 11 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 10 ª REUNIÃO, CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (48ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (35ª REUNIÃO), EM 23 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, **sob as Presidências das Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa**, reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença do Senador Gladson Cameli. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Wilder Morais, Simone Tebet, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, José Agripino, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Romário, Roberto Rocha, Cidinho Santos, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCE 67/2016, de autoria do Senador Romário, e RAS 32/2016, de autoria do Senador Edison Lobão e outros e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). **Finalidade: Cuidado integral na Primeira Infância: Cultura, Desafios Jurídico-Sociais e em situações de deficiências. Participantes: Vital Didonet**, Professor - Tema: A cultura do cuidado integral.; **Ivone Ferreira Caetano**, Desembargadora - Tema: Denegação dos Direitos de acesso ao cuidado integral da criança: consequências jurídicos-sociais.; **Drina Candilis**, Psicóloga, Psicanalista e Professora - Tema: Uma população excluída dos sistemas de saúde e de prevenção: os pais em situação de deficiência.; **Dafne Herrero**, Doutoranda em Ciências da Saúde - Tema: Estratégias para o desenvolvimento infantil pleno do lactente com deficiência em seus primeiros anos de vida. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão*.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia, pessoal. Vamos começar. (*Fora do microfone.*)

Sejam todas e todos muito bem-vindos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 67, de 2016, de autoria do Senador Romário, e 32, de 2016, do Senador Edison Lobão e outros Senadores, para a realização de audiência pública destinada a debater o cuidado integral na primeira infância: cultura, desafios jurídico-sociais e em situações de deficiências.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os nossos ilustres convidados para tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, temos aqui, na nossa Mesa, o querido Prof. Vital Didonet, que vai discorrer sobre o tema "Cultura do cuidado Integral". Temos a Drª Ivone Ferreira Caetano – seja muito bem-vinda – desembargadora, que vai falar sobre o tema "Denegação dos direitos do acesso ao cuidado integral da criança – consequências jurídico-sociais". Temos também Drina Candilis – bem-vinda –, psicóloga, psicanalista e professora, que vai refletir sobre o tema "Uma população excluída dos sistemas de saúde e de prevenção:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

os pais em situação de deficiência". Temos, ainda, Dafne Herrero, doutoranda em Ciências da Saúde – seja muito bem-vinda –, com o tema "Estratégias para o desenvolvimento infantil pleno do lactente com deficiência em seus primeiros anos de vida".

Bom, quero aqui, mais uma vez, saudar os demais presentes, por ocasião da 9ª Semana da Criança – cuidado integral com a criança. Antes de passar aos nossos expositores, faço algumas considerações iniciais. Primeiro, quero colocar que o tema da infância é talvez um dos que mais devem tomar o tempo de nossa reflexão, já que, todo sabemos, essa fase é essencial para a formação do ser humano em toda a sua plenitude.

Quero aqui dizer para os senhores que tive a honra de relatar a primeira matéria aprovada pelo Senado Federal neste ano de 2016, que foi, inclusive, sancionada pela Presidenta Dilma em março. Refiro-me à Lei 13.257, que criou o Marco Legal da Primeira Infância. Essa nova Lei determina que os direitos das crianças nessa faixa etária sejam garantidos por políticas públicas especificamente voltadas à primeira infância, reunindo em uma mesma legislação as amplas proteções necessárias para o desenvolvimento integral das crianças nessa faixa etária. Estou certa de que o Marco Legal da Primeira Infância vai contribuir para que observemos com um novo olhar o desenvolvimento de nossos meninos e meninas de até seis anos de idade.

Entre os inúmeros benefícios da lei, destaco a extensão da licença paternidade de cinco para 20 dias nas empresas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã, um direito essencial para que o pai participe, desde o início, do desenvolvimento de seu filho. Os estudos da neurociência mostram que, quando nascemos, centenas de bilhões de neurônios já se encontram disponíveis para os processos cognitivos. Nos primeiros anos de vida, esses neurônios integram conexões conhecidas como sinapses que são responsáveis pela elevação da capacidade cognitiva por toda a vida.

A interação constante e correta com o mundo exterior é base para o pleno desenvolvimento de um cérebro sadio, também dependente da alimentação e das condições gerais de saúde. E é também na primeira infância que a criança está mais fortemente disposta aos agravos provocados por condições de vulnerabilidade social e econômica.

Pesquisas demonstram que 13% dessa população encontra-se abaixo da linha da pobreza, ao passo em que a média nacional em todas as idades é de 7%. Portanto, investir no desenvolvimento da criança na primeira infância deve ser considerado prioridade.

Segundo James Heckman, Prêmio Nobel de Economia, cada dólar investido na educação da primeira infância dará retorno de US$9 para a sociedade.

Sobre o sistema educacional brasileiro, ele assim se manifestou, abre aspas:

> Colocar mais crianças na escola, como tem feito o Brasil, é bom. Melhorar a qualidade do ensino é ainda melhor. Mas essas duas iniciativas, por mais bem executadas, não chegarão a fazer muita diferença se não for tomado um cuidado extra: investir também nas crianças na primeira infância. Um programa de primeira infância de qualidade para a população carente é uma condição necessária para avançarmos em direção a uma sociedade mais educada, igualitária e, sobretudo, menos violenta.

Eu quero aqui, mais uma vez, dizer que a Lei nº 13.257 criou o Marco Legal da Primeira Infância. Aqui, mais uma vez, homenageio todas as entidades e instituições que contribuíram decisivamente para a formulação desta proposta e para que também tivéssemos aqui no Congresso Nacional, à época, um ambiente político favorável à aprovação desta proposta. Permitam-me fazê-lo na pessoa do professor Vital Didonet. Através de você, Vital, mais uma vez, homenageio e, repito, toda a rede em defesa da primeira infância e instituições que tiveram um papel decisivo para que pudéssemos dar esse passo muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu acho que o Marco Legal da Primeira Infância inova principalmente em matéria de quebrar paradigmas, romper tabus; inova quando chama a atenção para os cuidados que a criança efetivamente deve ter, inclusive quebrando paradigmas e etc.

Mas concluo, chamando a atenção dos senhores para o fato de que todas essas iniciativas, essas políticas voltadas para a defesa e promoção da primeira infância, infelizmente, nesse exato momento encontram-se seriamente ameaçadas diante do contexto que estamos vivendo.

Refiro-me, claramente, à Proposta de Emenda à Constituição nº 55, uma proposta que quer congelar os gastos nas áreas sociais pelos próximos 20 anos, na medida em que estabelece agora um teto para as áreas sociais. Que teto é esse? É um teto que diz que, daqui para frente, se a PEC for aprovada, os gastos sociais serão o orçamento do ano anterior corrigido apenas pela inflação do ano anterior.

Mais do que isso, essa PEC também anula por igual período a vinculação constitucional. Refiro-me ao dispositivo constitucional que a sociedade brasileira conquistou para que garantíssemos pisos mínimos para áreas essenciais, que são o eixo central da política de atenção à criança: educação e saúde.

Eu costumo dizer que não foi pouca coisa termos conseguido consignar na Constituição de 1988 que a União, no mínimo, investisse 18% do seu orçamento na educação, e Estados e Municípios, 25%, assim como definiu-se o percentual mínimo da saúde. A PEC, repito, anula, rasga a Constituição quando revoga esses dois dispositivos. E não é por um ano nem dois; é por vinte anos.

Os senhores sabem que, para avançarmos no direito à educação das nossas crianças, precisamos ampliar os investimentos. Tanto é que, nesses últimos doze, treze anos, apesar de o piso mínimo ser de 18%, nós conseguimos investir 23%. Nós conseguimos sair de 3,2% do PIB para 6,2%.

Eu digo isso para explicar por que, por exemplo, criamos o Fundeb. Vital participou intensamente do Fundeb. O Fundeb – ouso ainda dizer aqui para os senhores e as senhoras – se constitui na política mais ousada voltada para a infância no Brasil. Por que ousada? Porque, até então, essa etapa tinha sido relegada ao abandono. Apesar de ela constar na Constituição e ser prerrogativa dos Municípios, a maioria dos Municípios não dispõe de orçamento suficiente para implementar uma política pública voltada para a primeira infância, que começasse inclusive com o acesso a creche.

Essa política pública só começou a ter contornos mais nítidos a partir exatamente do Fundeb. Por quê? Porque o Fundeb, ao substituir o Fundef, corrigiu uma imensa falha do Fundef, que era um fundo voltado somente para o ensino fundamental. E a criança de zero a três anos? E a criança de quatro a cinco, da pré-escola? Então o Fundeb corrige quando estabelece uma política de financiamento que tem que olhar desde a creche até o ensino médio.

Se os senhores e as senhoras prestarem atenção, antes do Fundeb não tínhamos sequer 10% das nossas crianças na creche. Eram precisamente 8,9%. Passado esse período do Fundeb – o Fundeb não completou dez anos ainda, vai completar agora em 2020 –, já saímos de 8,9% para 24% o percentual de crianças de zero a três que estão na creche. Mas ainda é muito pouco. Nós tínhamos 3,8 milhões de crianças sem acesso a creche no Brasil. O PNE coloca que até 2024 teríamos que garantir pelo menos 50% desse contingente.

Veja, eu estou colocando isso porque infelizmente, repito, essas políticas voltadas para a primeira infância, tão decisivas, tão importantes, estão seriamente ameaçadas diante da PEC 55.

Não adianta aqui – vou concluir – dizer que a educação não será afetada. Não tem como, já que a PEC não só congela, como reduz drasticamente os recursos para a área da educação.

Seja muito bem-vinda, Senadora Regina, professora, Senadora do Piauí.

Então, veja bem, se a PEC, ao estabelecer teto para as áreas sociais – teto para as despesas financeiras não há, para pagamento de juros não existe teto, agora, para as políticas sociais, sim, inclusive no caso da primeira infância –, evidentemente serão reduzidos os recursos para a área da educação. Serão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

reduzidos de tal forma que as projeções que estão endo feitas pelas instituições, pelos técnicos, mostram que, nos próximos oito, dez anos, se essa regra vigorar, a regra Temer/Meirelles, o investimento mínimo na educação, percentual do PIB *versus* educação, deve cair para a marca de 13%.

Então, meus amigos e minhas amigas, faço aqui essa reflexão, porque não podemos nos dissociar da realidade que estamos vivendo. Por isso, é preciso que lutemos para que pautas como essas, literalmente, de retirada de direitos, inclusive de direitos das nossas crianças terem uma infância com dignidade e com respeito, não prospere.

Bom, passo a palavra imediatamente. Nós vamos começar por você, Prof. Vital.

Podemos pactuar 15 minutos?

O SR. VITAL DIDONET – Podemos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não. Peço à Comissão que marque o tempo.

Depois, eu gostaria que a Secretaria aqui da Mesa fizesse chegar até mim as entidades para que eu possa registrar-lhes a presença.

Com a palavra o Prof. Vital.

O SR. VITAL DIDONET – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra. Saúdo V. Exª.

Gostei muito das suas palavras de abertura desta audiência, porque também, aqui em nome da Rede Nacional Primeira Infância, temos expressado, manifestado a preocupação não só com a conjuntura atual de crise, mas com a perspectiva de maior dificuldade em atender os direitos das crianças. As suas palavras fecham completamente com a nossa posição, no sentido de que temos que preservar, pelo menos, a infância se queremos ter um País sadio, se queremos ter uma sociedade equilibrada, se queremos ter justiça social e equidade neste País. Há outras formas de obter recursos, de cortar despesas, que não sejam nos investimentos primários fundamentais da área social.

Tanto que, ontem, o Secretário Executivo da Rede Nacional Primeira Infância mencionou, numa das mesas de que participamos, que a Rede Nacional Primeira Infância tem propostas de emenda, se o relator aceitar, de pelo menos preservar desse congelamento pelo menos investimentos da área social dirigidos à primeira infância.

E que a revisão também possa ser feita pelo menos coincidente com o período dos planos plurianuais.

Saúdo também a Senadora Regina, nossa amiga lá do Piauí, os participantes dessa audiência pública aqui presentes e também os profissionais que nos acompanham pela TV Senado Brasil afora. Um bom dia a todos.

A escolha desse tema para esta audiência pública e particularmente ao subtema que me compete, que é o cuidado integral da criança como cultura, tem uma razão. O Brasil avançou bastante, tem avançado nos últimos anos, sobretudo a partir da Constituinte, que culminou nessa bela Constituição brasileira de 1988. Avançou bastante na conceituação, na formulação do direito da criança como sujeito de direitos, como cidadã, pessoa integral e que deve ser olhada nessa perspectiva de um ser participante da sociedade.

Avançou também nas políticas públicas. E temos, acho, um quadro de políticas bastante sensível às características da criança na primeira infância. No entanto, encontramos muitas deficiências, encontramos muitas falhas.

Uma das coisas importantes que temos em mente hoje é o cuidado integral à criança. E o cuidado entendido em um sentido abrangente, não naquele sentido tradicional de proteção física, de evitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

acidentes, de evitar mortes, cuidado da saúde, que a criança esteja protegida. Refiro-me ao cuidado no sentido de um olhar zeloso, de um olhar que enxerga a criança na sua inteireza de pessoa, que vive um período fundamental e decisivo da sua existência, que deve ser vivido plenamente como ser nesse momento, pleno enquanto está vivendo em cada uma das etapas e também na dinâmica da vida humana.

E esse cuidado deve ser visto em uma perspectiva holística, que envolve todos os aspectos da existência da criança, na sua diversidade, nas suas individualidades e nas diversidades em relação às outras crianças e na diversidade das infâncias brasileiras.

Podemos dizer assim que o Marco Legal da Primeira Infância, do qual a Senadora Fátima Bezerra foi Relatora aqui no Senado, no plenário, defensora intransigente da sua aprovação, é um avanço. E ela foi realmente fundamental e decisiva no sentido de conseguir que o projeto chegasse ao plenário, fosse aprovado, porque ele estava com dificuldade de tramitação.

E esse marco legal é não só um avanço na conceituação e na legislação, mas é uma proposta de um cuidado integral à criança, o que podemos chamar de construção. Ele contribui para a construção de uma cultura do cuidado, o cuidado do ser humano. Nós somos o que somos porque fomos cuidados. O ser humano não sobrevive e não se desenvolve se não for cuidado.

E o cuidado que nos trouxe até aqui, que cuidou da nossa infância é o mesmo que tece os nossos pensamentos, nossas atitudes, o nosso modo de e ser, o nosso estar e ser no mundo. Nós somos seres do cuidado.

A criança precisa, fundamentalmente, de um olhar zeloso, de um olhar atento, de um olhar que a enxergue no seu ser e no seu crescer. Se nós cuidamos, somos humanos, mas se descuidamos, abandonamos, omitimos, agredimos, destruímos, somos desumanos.

O Marco Legal da Primeira Infância é como uma construção da cultura do cuidado que vai além de algumas políticas, de algumas ações, de certos atos de proteção da criança. Se dizemos que a cultura é o modo de ser, o modo de estar no mundo, de fazer, de pensar, de produzir, de criar, se isso é cultura, a cultura do cuidado vai muito além de proteção física; é uma corresponsabilidade, é um estar com a criança, é um crescer junto com a criança, cada um na sua dimensão, cada um na sua respectiva idade. Por isso é que ele tem de ser integral. O Marco Legal trabalha nessa direção.

Se examinarem com esse filtro de buscar onde o Marco Legal está atento ao cuidado nesse conceito de zelo pelo bem dessa criança, vão perceber que da primeira à última palavra o Marco Legal existe uma sensibilidade para as infâncias brasileiras e para cada uma das crianças, como sujeito, como pessoa competente, capaz, mas com necessidade da mão solidária do adulto.

Relacionei uma série – e é claro que não vamos falar aqui – de aspectos do quanto, para exemplificar, estão presentes no Marco Legal todos os aspectos da vida infantil. Vou mencionar rapidamente.

O cuidado na gestação. Vários itens do projeto já começam falando da atenção à gestante, para que ela tenha uma gestação tranquila, segura, cuidadosa, protegida por meio das consultas pré-natais, de assistência hospitalar. O cuidado no parto, o direito de ela ter um acompanhante de sua escolha, no parto, no pós-parto, na UTI neonatal, também, o direito do bebê de ter a presença de alguém da sua ligação afetiva na UTI neonatal, nas consultas pediátricas, incluindo, a participação do pai ou do companheiro nas consultas pré-natais, no parto e nas consultas médicas, pediátricas, posteriormente.

A Lei menciona as orientações para a gestante, durante o pré-natal, em vários aspectos: atenção odontológica já como orientação para a gestante e, depois, para o bebê, com possibilidade de órtese, de prótese a de atendimento odontológico no Sistema Único de Saúde.

O cuidado com a formação do vínculo afetivo. Isso está presente na lei de forma bastante forte, tanto assim que, quanto à licença-paternidade, um dos argumentos a formação do vínculo com bebê.

Se Winnicott fala da díade, depois ele mostra também a tríade, que é fundamental. Então, o bebê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

precisa dessa relação com a mãe, com o pai ou com uma pessoa que é o cuidador masculino.

O cuidado integral, o cuidado como cultura pega a pessoa inteira, inclusive o seu nome. Por que o *bullying* é um descuido do ser humano? Porque são que ofendem, que entristecem a pessoa ou que fazem com que ela seja ridicularizada.

O cuidado com sobrenome. A lei determina o direito de colocar o sobrenome, o nome do pai no registro em qualquer tempo e de forma gratuita, porque esse é um direito da criança.

A promoção da parentalidade corresponsável: preferência para o bebê, para a criança, em qualquer circunstância, ficar com a família. Evitar o máximo possível a separação, tanto por facilitação de adoção ou de retirada do pátrio poder quanto por preparação da família, ou a assistência família, para que ela esteja disposta, que ela esteja disposta e tenha condições de receber o retorno de um filho que passou um tempo numa instituição de acolhimento.

A política de acolhimento familiar com família acolhedora: ontem comentamos no painel a razão, e uma participante do plenário fez um comentário muito bonito sobre a política de família acolhedora.

O brincar. Hoje, tivemos uma excelente Mesa da Marilena, da Juliana, também com a participação da Cláudia Cabral sobre o brincar, sobre o significado importante, de como isso pervade o ser da criança. É a forma de ser criança, se é um brincar livre, espontâneo, não dirigido nem pedagógico e nem pressionado pela tecnologia.

Então, há uma determinação no Marco Legal – e a Marilena fez referência a isto: de que o poder público, tanto o federal, quanto estadual, quanto o municipal, construa espaços lúdicos na cidade, lugares para que a criança possa interagir com seus pares, fazer interações intergeracionais, correr pular, saltar, brincar livremente com segurança.

Outro item: a proteção contra a pressão consumista, contra a publicidade mercadológica que está causando tanto problema para o desenvolvimento infantil. Ainda: alimentação complementar, prevenção de acidentes, educação infantil em creches e pré-escolas, reforçando o que está no plano nacional de educação, que a Fátima muito bem mencionou agora. Há um risco de esse plano não conseguir ser executado, se congelamento da área social e os recursos da educação permanecerem assim como está previsto nesta fatídica Proposta de Emenda Constitucional nº 55.

Outro item: acesso à produção cultural. A criança deve ser vista não apenas como consumidora de cultura, mas como produtora de cultura. Isso é uma novidade na legislação brasileira, e já existem experiências.

Dentro da Rede Nacional Primeira Infância, temos algumas organizações que trabalham na área da cultura com criança, e estamos aprendendo, no País todo, como ver a criança já como produtora de cultura. São dimensões do ser criança fundamentais nessa cultura da proteção integral.

Então, são exemplos.

Ambiência adequada para gestante. Uma mulher que for presa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VITAL DIDONET – ... isso significa o quê, Fátima? Que tenho um minuto?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Você precisa de quanto ainda?

O SR. VITAL DIDONET – Três ou dois minutos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. VITAL DIDONET – Que bom.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tranquilo. Nós seremos flexíveis aqui com a tempo necessário para os senhores concluírem.

O SR. VITAL DIDONET – Obrigado, Fátima.

Ao prender uma mulher gestante, ela pode receber uma decisão do juiz, se for prisão preventiva, de ser transformada em prisão domiciliar, como forma de garantir uma ambiência melhor para a criança. Mas as prisões femininas que tenham gestantes, que tenham crianças, mães com crianças pequenas, têm que ter ambiência adequada para o cuidado da criança, e que elas se relacionem com o sistema de educação para garantir a educação infantil dessas crianças.

Veja como, em todo o Marco Legal, Fátima, está essa atenção à criança nos seus diferentes espaços de vida, para que ela seja respeitada como pessoa, como cidadão e possa se desenvolver integralmente.

O respeito ao ritmo de desenvolvimento de cada criança individualmente, no seu modo de ser e aprender. Isto está muito presente na pedagogia da infância: a escuta da criança. Esse é um princípio que está definido para a formulação das políticas públicas. As crianças precisam ser ouvidas. Elas não são uma esponja para serem imbuídas do líquido que você derrama sobre elas. Elas são competentes, elas têm o que dizer, elas são antenadas a tudo que as cerca e elas têm formas de expressão por meio de diferentes linguagens.

Nós, profissionais, ou pais, ou pessoas da sociedade é que temos de ter a sensibilidade para entender as diferentes formas de a criança expressar os seus sentimentos, os seus desejos, as suas frustrações, as suas emoções e os seus pensamentos. A nossa experiência na Rede Nacional Primeira Infância, de escuta de criança com metodologias adequadas – existem técnicas apropriadas para isso e profissionais capacitados – é de que a criança tem muito a dizer e ela diz coisas pertinentes.

Dou exemplo aqui do Distrito Federal, que fez uma escuta de mais de mil crianças em todas as instituições de educação infantil públicas, urbanas e rurais, e a exposição dos trabalhos das maquetes que as crianças construíram da sua casa, da sua cidade, do seu bairro, do seu ambiente, dizendo como é e como elas gostariam que fosse, é admirável. A gente tem muito a aprender quando escuta a criança com sensibilidade, porque elas têm uma sensibilidade para perceber o que está bem e o que podia ser diferente.

Outro aspecto: formação dos profissionais para que haja pessoas qualificadas em todos os ambientes em que se atende criança.

Na Omep, que é a Organização Mundial de Educação Pré-Escolar, há muitos anos, defendemos esse princípio de que o profissional mais bem qualificado, o professor mais bem formado deveria ser aquele que trabalha com a primeira infância, porque é esse o período em que ele tem uma influência maior, em que a criança é mais sensível às interações. Quando já é adulto, mais autônomo, mais independente, ele pode não se sentir tão influenciado por determinados comportamentos de quem com ele convive, mas na infância, sim. Então, é preciso que todos os profissionais, em todas as áreas, tenham uma formação adequada.

E aqui há um item importante no Marco Legal, que não são apenas os profissionais tradicionais – pedagogo, professor, psicólogo, médico, pediatra, assistente social – que devem ter a formação qualificada para a infância, mas também outras formações não tradicionais, como arquiteto, engenheiro, urbanista, pessoal da área de comunicação, a sociologia. Um sociólogo que entende a sociologia da infância sabe interpretar muito mais os fenômenos sociais, os fenômenos das famílias, dos problemas que acontecem nas migrações, da urbanização. A pessoa formada em comunicação, que estudou um pouco de infância, de repente, sai um jornalista com capacidade de fazer uma reportagem mais adequada, ou um produtor de cinema, um diretor de cinema. Então, diferentes áreas de formação que têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a ver com a criança poderiam e deveriam ter uma formação adequada, mas pelo menos aqueles que estão com contato direto com a criança devem ter formação adequada e permanente.

Então, concluindo, a pergunta é a seguinte: o que podemos fazer para instaurar a cultura de cuidar da primeira infância no Brasil? Eu diria que a primeira coisa é levar a sério o art. 227 da Constituição Federal, que diz que os direitos da criança e do adolescente devem ser assegurados com absoluta prioridade; o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que define como essa absoluta prioridade se aplica na preferência de atenção às crianças, no orçamento público garantido para assegurar esses direitos; e o art. 3º da lei que cria, que define o Marco Legal, a Lei nº 13.257, diz que essa prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente implica que o Poder Público formule políticas públicas para atender a criança conforme as suas necessidades.

O segundo item eu já mencionei, que é a formação dos profissionais.

Do terceiro item, mencionei apenas uma parte, é a escuta, a sabedoria dos pais. Vamos dizer, o programa Criança Feliz, que está por ser implantado, não pode ser definido de cima para baixo; ele não pode chegar na família com um visitador sem nunca ter ouvido, escutado as famílias. Um profissional não pode chegar em uma família, trazendo uma série de informações e ir embora. Ele tem que dialogar, ele tem que escutar, ele tem que reunir as famílias e ouvi-las, pelo menos ali no território. Então, achamos que a sabedoria dos pais é fundamental para conformar uma política pública voltada à primeira infância bem como a experiência dos profissionais dos mais diferentes campos de trabalho.

Na formulação do marco legal, Senadora, tivemos a chance de ouvir profissionais de diferentes áreas, e o conhecimento que eles têm – chamo de sabedoria, porque é um conhecimento aplicado e refletido – é fundamental para acertarmos uma determinação que deve se tornar genérica, universal: o conhecimento dos estudiosos da infância.

E desse terceiro já falei: incluir as crianças como sujeitos capazes de informar, de dizer o que sentem, de que precisam, o que é mais adequado para elas.

E, finalmente então, garantir políticas públicas. Vejam aqui um pai, na relação com a criança, e uma mãe. Vejam que a mãe se põe ao lado da criança, ela está observando, ela sente alegria de ver a criança trabalhando com esses brinquedinhos, e para a criança já é fundamental essa companhia, essa presença, esse estar com, de ser um brincante junto. Então, é um pouco na linha do sentido daquele olhar zeloso para que seu filho esteja bem, para que seu filho seja feliz e possa viver a sua infância com plenitude.

Muito obrigado e obrigado também pela paciência do tempo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mais uma vez, vamos agradecer aqui a participação valiosa do professor Vital Didonet. Nós queremos informar que a presente audiência, repito, é fruto de um requerimento conjunto da Comissão de Educação, de autoria do Senador Romário e outros, e também da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do Senador Edison Lobão e outros.

Informo ainda que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: o Alô Senado, através do telefone 0800 61 2211, e o e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que está transmitindo ao vivo a presente audiência e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos nossos expositores via internet.

Quero ainda aqui registrar com muito prazer a presença do Dr. José Martins Filho, presidente da Academia Brasileira de Pediatria; Dr. Claudius Ceccom, Presidente da Rede Nacional Primeira Infância; a professora Cristina Werner, presidente do Instituto de Pesquisas Heloisa Marinho; a professora Marilena Flores, fundadora do IPA Brasil – Associação Brasileira pelo Direito de Brincar; a professora Jaqueline, psicóloga e professora titular da Universidade de Paris, e Lisle Lucena, presidente da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de Valorização da Primeira Infância, do Senado Federal, responsável pela organização da 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância.

Bom, quero convidar agora a Senadora Regina para compartilhar aqui da coordenação dos trabalhos.

Nós gostaríamos, neste momento, de passar a palavra para a Dafne Herrero.

Pode ser?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Pode.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A Senadora Regina vai presidir os trabalhos neste exato momento. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos ter que ir a outra Comissão, mas voltaremos. Vocês estão em boas mãos com a Senadora Regina, mas voltaremos daqui a pouco. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra Dafne Herrero, doutoranda em Ciências da Saúde.

A SRª DAFNE HERRERO – Bom dia.

Eu havia preparado uma apresentação um pouquinho mais longa. Então, vou dar uma corrida com os eslaides, mas acho que o principal vai ser filtrado e vai ser comentado aqui hoje.

O meu subtema seria "Estratégias para o desenvolvimento pleno do lactente em seus primeiros anos de vida".

Aqui, a gente tem que o desenvolvimento infantil é compartilhado por todas as crianças, com e sem deficiência. Eu acho que é muito importante a gente deixar isso muito claro, principalmente quando os pais chegam com a criança com deficiência logo que ele recebeu o diagnóstico ou logo no pós-parto. É algo que parece que vai ser outra estratégia completamente diferente, e não é.

Oliver Sacks, um neurologista que, infelizmente, faleceu no ano passado, traz para a gente a informação de que a deficiência é simplesmente uma nova forma de organização. Então, se, hoje, por exemplo, eu iria ser a quarta a apresentar e agora estou sendo a segunda a apresentar, tudo bem, a gente se organiza perante a condição que a gente tem. Então, é interessante que a gente veja a deficiência como uma nova forma de organização, e não como uma parte de limitação ou algo que limite essa criança.

A gente leva muito em consideração as oportunidades que o ambiente oferece para essa criança.

Minha formação é em fisioterapia. Então, a postura dessa criança perante o mundo é algo para o que volto meu olhar e é algo que vejo que, na prática, todo mundo também tem intrinsecamente.

Então, por exemplo, uma criança de quatro anos... Eu faço adequadores de papelão, que seriam cadeiras ou parapódios, dispositivos para a criança ficar de pé, andador, e a usamos papelão, rodinha de esqueite, e conseguimos dar uma acessibilidade praticamente total.

Eu entrei na sala de aula, e esse garotinho, que tinha quatro anos, estava num carrinho de bebê. Isso foi em fevereiro. Aí, a professora me falou assim: "Olha, ele tem uma deficiência. Ele não consegue ficar sentado nas cadeiras e, por isso, por isso que ele está num carrinho de bebê; acho que ele tem um atraso cognitivo importante". Eu falei "ah, beleza. Vou lá falar com ele". Eu falei "oi, cara. Tudo bem?" "Tudo certo, tia". Eu falei assim: "Olha, eu vim aqui para a gente tirar as medidas para construir uma cadeira para você, para você sentar ali, igual aos seus amigos". Ele virou para mim e perguntou: "Quanto isso vai me custar?" Com quatro anos. Eu falei "meu, passa esse cara de ano! Com quatro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

anos, olha a consciência que ele tem!. Ele não tem atraso cognitivo". Ele tinha falta de oportunidades. Ele está deitado num carrinho de bebê com uma placa de madeira colocada na barriga para ser a mesa. Se estivéssemos deitados ali, muito provavelmente nosso nível de atenção cairia e nosso sistema de alerta ficaria prejudicado.

E, aí, eu fiz assim: "Poxa, vai ser um presente meu, da tia". Ele disse: "Então, eu quero azul". Ele tinha a resposta, mas ele não se permitiu, talvez, sonhar com a possibilidade de ter uma cadeira, porque a condição social dele já tinha dado muitos "nãos" para ele, e ele só tinha quatro anos. Então, realmente, ele não tinha um atraso cognitivo.

Um mês depois, a gente voltou e entregou essa cadeira para ele, e ele pôde se sentar naquelas mesinhas onde se sentam quatro crianças. A gente tirou ele do carrinho de bebê, colocou na cadeirinha e colocou ele sentado à mesa. O amiguinho do lado perguntou: "Qual é o seu nome?". E ele estava naquela sala há mais de um mês. Então, como a gente também enxerga o outro pela postura de ele estar sentado do nosso lado. "Eu, que sou uma criança média, de quatro anos, e esse garotinho que está ali num carrinho de bebê, será que ele pertence ao meu grupo? Se esse garoto está sentado do meu lado, sim, ele pertence ao meu grupo." E ele podia, talvez, ter uma dificuldade de mexer a perna, uma dificuldade de mexer a mão, mas, sentado do meu lado, ele se coloca em posição de igualdade.

Além disso, aquela placa de madeira que estava em cima do carrinho de bebê não permitia que a gente pudesse posicionar uma apostila, um estojo. E, à medida que a gente posturou esse garoto em sala de aula, ele também teve um vazio aqui, e a gente falou: "E agora? Cadê o estojo? Cadê a apostila?". Então, de um jeito espontâneo, criou-se uma demanda perante uma postura que foi adequada para essa criança.

Então, é simplesmente a gente dar uma oportunidade e criar uma estratégia para que, sim, ela esteja sentada. Então, é uma nova forma de organização.

O brincar e o desenvolvimento infantil podem ser familiarizados e empoderados em todas as pessoas que estão nesse processo. Então, os pais, os professores, os terapeutas, os avós, todos os que estão ao redor dessa criança têm de ser empoderados e pertencer a esse processo.

Uma referência que eu gosto bastante é do Brazelton. Ele traz para a gente aquela figura onde coloca todos da mesma cor, com o mesmo círculo; as mesmas flechinhas interligam todas as figuras, e isso dá um empoderamento. E ele fala também do quanto a gente antecipar esses pais, para dar conhecimento. Por exemplo, ele fala que tem 13 *touchpoints.* Então, como a gente pode tocar esses pais e prepará-los para uma situação?

Por exemplo, aquela criança que está quase chegando aos dois anos e que não quer uma bolacha quebrada. "Mas, não, nossa, imagina, eu comia bolacha esmigalhada". Comia nada! É que a gente não lembra. A gente também não ia querer a bolacha quebrada. Se a gente vai pegar uma blusa hoje, se a gente vai comprar uma blusa hoje, a gente não quer uma blusa furada. Eu quero uma blusa. A criança também não quer a bolacha quebrada. Ela está formando conceitos na cabeça dela. Ela quer uma bolacha quadrada, porque ela está aprendendo o que é um quadrado; o que é um círculo; que força se faz para poder quebrar a bolacha; quanto é legal a gente raspar o recheio no dente.

Então, todas essas experimentações são cessadas na criança e principalmente da criança com deficiência. A gente leva, por exemplo, as frutas para a criança com deficiência, na maioria das vezes, amassada, tudo picado. Às vezes, a gente mistura, e fica uma cor que a criança não sabe nem de que cor é a fruta direito.

E tem uma demanda também, de três, quatro anos, em que a mãe fala assim;"Não, ele não está gostando mais de fruta". Se a gente dá para a criança sempre na mesma textura, sempre na mesma cor, é óbvio que aquilo não fica interessante. A criança precisa ser instigada. Ela é curiosa.

Então, em determinado momento, a gente falou assim: "Beleza, então, na semana que vem, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

gente vai fazer a atividade na feira. Tem aqui na rua de cima. A gente vai organizar." "Não, mas é difícil por conta da cadeira, por conta do...". "Não, a gente vai. Estou propondo isso. A gente vai fazer lá na feira." Chegando lá, as crianças escolheram duas ou três frutas cada uma. Na hora que a gente chegou ao atendimento, elas descascaram com uma faca sem ponta, mas a gente empoderou aquela criança, ela escolheu a fruta, ela descobriu, por exemplo, que não tem como comer a casca do abacaxi, mas tem como comer a casca da maçã.

Olha quantas informações. Daí chegou um garotinho e falou assim: "Tia, a melancia é grande e tem uns carocinhos bem pequenininhos, e o abacate é pequeno e o caroço é grande. Que enganação!" É uma enganação o abacate, se a gente pensar. Essas proporções de tamanho, de sabor, de consistência, de preço, tudo isso é levado em consideração na escola depois, em conceitos de matemática, em conceitos de proporção. Então, tudo isso a gente aprende na prática. As crianças com deficiência têm que ter vivência na rua, na feira, no mercado. Tudo isso para empoderar, para participar, para escolher a fruta que quero comer. Se vem tudo batido, se vem tudo amassado, se vem tudo com a mesma consistência e cor, aquilo realmente não me instiga, não é interessante comer aquilo. Então, não é porque elas não querem mais, mas é porque elas querem ser instigadas como qualquer outra criança.

Eu acredito também no poder do olhar. Por exemplo, numa cena de amamentação, esse daqui é o Jorge, meu filho. A gente estava num momento... A gente fala que amamentação é questão nutricional, mas tem muito na amamentação. A criança com deficiência normalmente fica um tempo na UTI, fica um tempo com dificuldade, talvez, de coordenação, de sistema estomatognático. Aí a gente cessa um momento em que a gente está dando muita informação para essa criança. Ela toca na nossa pele, ela toca na nossa blusa e, com tudo isso, eu vou dando texturas, eu vou dando temperatura, tudo ajuda a abrir e fechar a mão, puxar, me puxar para o olhar dela. A gente sabe que a criança enxerga nos primeiros meses de vida de forma nítida, é justamente essa distância, que é a distância do colo. "Ah, mas não tenho como fazer a amamentação do meu filho." Tudo bem, mas só que o colo é muito importante, e ele vem intrínseco na amamentação. Se não há possibilidade de amamentação, vamos oferecer o colo em todas as possibilidades que ele tem.

Eu fui ao oftalmo nessa época e fui trocar os meus óculos. "Parece que deu uma piorada e tal." A oftalmo falou assim: "Realmente, só que não vou trocar os seus óculos". Gente, eu vim aqui na boa, eu só queria trocar... "Não, eu não vou trocar, porque, nos primeiros seis meses de vida, a gente tem uma adaptação visual para que a gente enxergue melhor de perto, porque essa criança está perto da gente. Dos seis aos doze meses de vida, a gente tem uma adaptação visual para que a gente enxergue melhor de longe, porque é quando o nosso filho vai começar a se deslocar". Então, a gente tem uma adaptação visual. É interessante essa informação para que as pessoas saibam que há adaptação, e não é só a gente que oferece adaptação para a criança, mas esse bebê está me oferecendo também formas de me adaptar a esse momento e formas de fortalecer esse vínculo que é tão importante.

O olhar é tão importante também nas aquisições motoras. Então, a criança, quando está andando e cai de bumbum, se ela olha para a gente e a gente fala: "Levanta para cair de novo", a criança levanta e sai andando. Agora, se a gente faz "hã", a criança senta e chora, porque ela pensa: "Se ela está assustada, eu tenho de estar muito assustado".

Então, essa construção do vínculo e essa construção do olhar da criança com deficiência tem que ser muito vista. A gente teve a apresentação, principalmente das telas, hoje, no primeiro horário da manhã, e a gente viu o quanto isso está sendo deixado de lado nas crianças sem deficiência. Imaginem nas crianças com deficiência o quão esse olhar para as crianças é muito importante.

Aqui é um exemplo típico da criança que vem com um diagnóstico. Da primeira foto até a terceira, são 15 dias de diferença. Na primeira foto, está claro que a criança não consegue se sustentar sentada. O discurso dos pais era: "Não sei o que ele tem, o diagnóstico é supercaro, um valor que a gente não tem. Estou um pouco aflito". Eu fiz assim: "Tudo bem, eu não sei também o que ele tem, mas posso brincar com ele?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O que eu tenho aqui é ele, e eu vou brincar com ele – pode ser? A gente empodera esses pais, e eles veem que o peso do diagnóstico nessa hora é muito pequeno. Dali a 15 dias, esse garotinho estava sentando, e eu segurando só a mão. Foi a fisioterapia que fez? Com certeza, não: foi a sustentação de dentro para fora, porque esses pais também acreditaram nessa criança. Esses pais puderam olhar para essa criança, e essa criança teve novas oportunidades. Então, que peso o diagnóstico tem na criança com deficiência, e quanto nós temos de diminuir isso e dar vazão para o desenvolvimento infantil, que é pleno para qualquer criança?

Aqui, acho que a prematuridade tem um peso muito forte, principalmente nas morbidades, como a gente fala – as crianças que têm algum tipo de acometimento depois. Sabemos quão importantes são esses limites, porque as crianças não ficam tanto dentro da barriga da mãe, e o quanto elas não criam de tensão – é essa tensão que vai deixá-las direcionadas para vencer a gravidade. Então, quanto a gente pode fazer de intervenção nesse período, que faz uma diferença enorme para essa criança – para essa criança conseguir organizar a mão com a mão, o pé com o pé. E é no colo. Então, a mãe fala assim: "Eu fiquei muito com ele no colo." A gente tem de valorizar, porque é muito importante ficar com ele no colo, já que ele não ficou todo esse tempo na barriga. Tudo bem, não tem problema, a gente vai fazer uma barriga extra aqui; a gente vai fazer um colo para ele. Então, isso é muito importante.

Eu queria agora falar um pouquinho para vocês sobre uma experiência que eu tive em Recife. Esses são os adequadores de papelão, são os parapódios, a cadeirinha. A gente vê que a criança está olhando para o brinquedo, você dá a oportunidade de ela se posturar. "Ah, mas ela não segura o pescoço direito." Eu acho que todo mundo tem uma mesa aí na frente. Vamos fazer uma coisa? Coloquem as duas mãos a apertem. Vocês vão sentir uma tensão no pescoço. Sentiu a tensão no pescoço? Se a criança, mesmo que não tenha um controle de cabeça, um controle cervical, como a gente chama, se ela senta e faz uma força com a mão, isso ajuda o controle cervical. Então, a gente está dando a oportunidade no momento certo, no momento ótimo. A gente, às vezes, usa a palavra precoce, estimulação precoce – parece que a mãe está sempre atrasada, está sempre num destempo. Então, a gente fala estimulação essencial: na hora em que a criança chegar, a gente vai ter muito a oferecer.

Na experiência em Recife, a gente fez uma oficina voluntária com 55 profissionais que tinham a possibilidade de replicar esses adequadores, e a gente conseguiu fazer 12 cadeirinhas e 12 parapódios para crianças que tiveram a síndrome congênita do zika vírus. Antes, a gente falava só acometimento pelo zika vírus; por uma série de acometimentos que acontecem, a gente colocou o nome de síndrome. Então, agora, é denominado síndrome do zika vírus. São crianças que estão completando um ano agora. Elas participaram do primeiro grupo em que foi diagnosticado, realmente, esse acometimento e o seu *link* com a microcefalia. São crianças que até ficam um pouco carequinhas aqui atrás, de tanto ficarem deitadas.

A gente lê: "Nossa, elas são um pouco irritadas." Se a gente for pensar na nossa dinâmica, quando a gente deita numa cama, a gente alinha o nosso corpo de acordo com a cabeça, e a gente tem um volume de cabeça para dar isso. Essas crianças têm um volume de cabeça diminuído. Imaginem, então, elas deitadas e com a cabeça abaixo da linha do corpo. Não é uma situação confortável. Então, não é que elas estejam tão irritadas assim, mas a demanda que a gente tem de ouvir – e o professor falou bem nisso, de a gente escutar a demanda, caracterizar esse grupo e ver, por exemplo, que todas essas crianças, quando deitadas de barriga para cima...

(*Soa a campainha.*)

A SRª DAFNE HERRERO – ...precisam ter um apoio.

Gente, eu tenho medo dessa campainha. (*Risos.*)

Mas eu acho que, se a gente olhar e conversar com essas mães, entender a dinâmica e a biomecânica das crianças, a gente tem muito mais chances de ter estratégias assertivas. Não adianta a gente achar que a estimulação é igual para todos. Eu tenho dois filhos e acredito que talvez tenha comparti-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lhado de algumas estratégias, mas a gente sabe que a demanda dos dois é muito diferente.

Então, a gente tem que olhar para qualquer criança. A gente vai ter algumas estratégias assertivas em mente, mas sempre olhando para as demandas dessas crianças.

Depois, a gente fez a entrega. Então, a gente vê que as crianças conseguem juntar as mãos na linha média, conseguem pegar o brinquedo. Elas melhoraram realmente a postura cervical e dos braços e apoiaram os pés. A primeira vivência delas de pé foi com esse parapodium. E é todo um material de baixo custo e realmente acessível a todos.

Aqui eu acho que é só uma visualização rápida. Eu gosto de falar para as mães para elas identificarem talvez um atraso de uma maneira rápida. O atraso motor vem com um indicativo muito forte se a criança tem alguma deficiência. Porque, se a gente vai rolar, a gente vai rolar porque escutou ou ouviu algo. Se a gente vai pegar algo e vai brincar, é porque a gente tem plena coordenação dos membros superiores. Então, a gente consegue, através do motor, fazer uma leitura de algumas deficiências sensoriais que vêm junto com o atraso motor.

Aqui é só uma visualização rápida, por exemplo, de uma criança que tem três meses. É interessante que ela tenha a cabeça já vencendo a gravidade e que o bumbum fique para cima, porque ela ainda está com aquela tensão em que ficou ali dentro da barriga. Com seis meses, ela está pegando o pé. Então, forma exatamente o número seis. Estou pegando o meu pé, formei o número seis. Com nove, estou saindo para poder fazer um deslocamento. Então, estou aqui e o meu pé está lá na frente, eu formo o número nove. Com 12, estou segurando numa mesa e consigo tirar minha mão para pegar alguma coisa. Então, o número um e o número dois para fazer o laço.

Aqui é a frase com a qual a gente começou, do Oliver Sacks.

Aqui são algumas coisas que eu faço na vida. Mas acredito que ser uma mãe muito feliz é acreditar que o que é bom para os meus filhos é bom para os filhos dos outros. Eu acho que é o que me dá base para as outras atividades.

Quando a gente fala de desenvolvimento infantil, acredito que todos aqui tenham alguma lembrança muito boa da infância. Então, quando eu converso com os alunos, eu digo: vocês não se lembram do bolo de fubá saindo do forno da sua avó; de uma brincadeira que vocês faziam com seus primos? Tudo isso é infância. Com a criança com deficiência, a gente participa ativamente da infância dela. Então, que a gente crie memórias legais, para elas virarem adultos que tenham que se sustentar e que se lembrem de momentos legais na infância.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Drª Dafne.

Vamos para a Drª Ivone Ferreira Caetano, Desembargadora. O tema é denegação dos direitos de acesso ao cuidado integral da criança: consequências jurídico-sociais.

A SRª IVONE FERREIRA CAETANO – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa na pessoa da Senadora Regina.

Eu gostaria de agradecer o convite para estar aqui neste momento. Eu fui convidada para falar sobre a denegação dos direitos de acesso ao cuidado integral da criança – consequências jurídicas e sociais.

Antes de começar, eu queria pontuar uma coisa: a minha experiência com criança é ao longo da minha vida, tem exatamente o tempo que eu tenho de vida. Estou falando aqui muito mais como uma cidadã que tem essa experiência que foi vivida de várias formas do que como uma profissional. Por outro lado, eu também sou Presidente do Fórum Permanente da Criança e do Adolescente do Tribunal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do Rio de Janeiro.

Para falar sobre a denegação de direitos de acesso ao cuidado integral da criança, eu tenho que primeiro cumprimentar a todos que me antecederam, a todas as falas que fizeram menção quase sempre à Lei nº 13.257, Marco Legal da Primeira Infância. É uma lei recente e ainda não sabemos como será o resultado dela. Então, para falar sobre esse tema, é preciso falar sobre um princípio que já é antigo, desde 1988, no nosso ordenamento jurídico, que é a doutrina da proteção integral.

Essa doutrina reconhece, na seara da infância e da juventude, um princípio que concebe tratamento peculiar desse segmento da criança e do adolescente como um todo, notadamente quando se refere à primeira infância. Sendo assim, esse princípio, que ganha arrimo na Constituição Federal do Brasil, reconhece esse tratamento diferenciado à criança, de forma que atribui nominalmente figuras que são responsáveis pela obtenção dessa dita proteção, a qual se torna mecanismo da promoção da dignidade da criança.

Ao fazer o meu eslaide, eu coloquei uma bolha – que ali não está aparecendo – que seria muito interessante, porque dentro dessa bolha o que está representando é... Essa bolha está representando exatamente a doutrina da proteção integral. Dentro dela, cabem todos os elementos constantes da doutrina, que é a vida, o direito da criança e do adolescente à vida, o direito à saúde, à liberdade, à educação, ao lazer, à cultura, sobretudo à dignidade, à convivência familiar e à profissionalização. Tudo isso está contido no art. 227 da Constituição: "Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde..." E seguem todos os elementos.

A redação da norma constitucional é clara quando estabelece um tratamento diverso para esse grupo, sobretudo no que diz respeito aos responsáveis pela tutela da vida e da saúde dessa parcela que nos é muito cara.

No art. 227, ele fala: é dever da família, é dever da sociedade, do Estado, ou seja, do poder público assegurar todos esses direitos.

A redação da norma constitucional é clara. Já falei isso.

Cumpre lembrar que a doutrina da proteção integral consolidou em nosso ordenamento jurídico, por força de vários tratados e convenções internacionais. Não foi só uma visão nossa. Isso decorre dos tratados e convenções internacionais. Todos os tratados e convenções referentes a direitos de crianças e adolescentes foram assinados pelo Brasil. O Brasil, deles é signatário.

Então temos a Declaração dos Direitos da Criança de 1924, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, e a Convenção dos Direitos da Criança, Resolução nº 44, da ONU, de 1989, tendo sido adotada a Doutrina de Proteção Integral fundada em três pilares: o reconhecimento da peculiar condição da criança e do jovem como pessoa em desenvolvimento titular da proteção especial; crianças e jovens têm direito à convivência familiar; as nações subscritoras obrigam-se a assegurar os direitos insculpidos na Convenção com absoluta prioridade.

A referida Convenção foi subscrita pelo governo brasileiro em 26 de janeiro, no início do ano de 1990, o que dá a qualquer criança ou jovem que esteja neste solo os direitos ali elencados.

A Doutrina da Proteção Integral, ao conceber essa tutela especial às crianças, o faz por entender que deve existir uma bolha, ou melhor, entender a existência de uma bolha envolvendo a criança, permitindo a sua completa proteção.

Pois é, senhores. Essa bolha pode ser estourada. E, quando estoura, a dignidade, a cultura, a educação, o lazer, a liberdade, a vida, a saúde, tudo se dissipa. Basta um furinho.

Ouvi aqui as falas. E todos falam em relação a uma generalidade de criança, mas nós temos muitos brasis, não é? E aí? Eu vejo as cabeças balançando. E aí? O que nós vamos fazer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu atuei na Vara da Infância e Juventude durante 21 anos. E atuei exatamente para tentar devolver o que eu havia recebido. E é muito triste; é triste a trajetória e é triste chegar a um lugar, pensando, de início, estar habitando o Olimpo, onde nada é resolvido favoravelmente para a criança. Eu digo nada porque o acervo é enorme e as medidas são inócuas. Dá vontade de lembrar o que o Desembargador Alyrio Cavallieri, que foi meu professor, dizia: "Todos esquecem que debaixo do papel tem gente."

O descumprimento de qualquer dos itens contidos no art. 227 acarreta o rompimento da bolha que envolve a criança, atingido todos os direitos que nelas existem, ensejando a denegação dos direitos de acesso ao cuidado integral da criança, colocando em perigo sua vida, sua saúde, sua liberdade, subtraindo-lhe a educação, o lazer, a cultura, interfere em sua convivência familiar e na sua profissionalização, mas, sobretudo, fere o princípio da dignidade da pessoa humana. Tal consequência ocorre para qualquer criança, independente da raça, cor, religião ou condição social.

Vemos crianças de condições sociais maravilhosas que têm babás, folguistas, psicólogos, orientadores escolares, mas elas também podem ter os seus direitos feridos. A bolha pode arrebentar a qualquer momento, basta que não se tenham os cuidados que anteriormente foram apontados em todos aqueles que falaram anteriormente a mim, basta que se tenha conhecimento ou desconhecimento das ferramentas e instrumentos que podem ser usados agora.

Vejam bem: a preocupação com a primeira infância, a preocupação com a formação do cérebro de uma criança é uma constatação que vem preocupando profissionais de diversas áreas, fomentando inúmeros estudos das causas e consequências dessa ocorrência, e aí nós passamos para uma coisa fantástica: a cegueira social. É impressionante, senhores! "Não é no meu quintal, está tudo bem. Não é no meu quintal."

Observa-se, entretanto, que, na verdade, esse procedimento não atinge a todas as camadas dessa sociedade. Alijadas estão as crianças pobres e, principalmente, as negras, a que eu não ouvi, durante todo o tempo que eu estive ou presenciando ou assistindo, qualquer referência. Parece que nós temos uma relutância incrível em falar qual é. Não sorria, senhora. A senhora é uma das poucas que estão aqui me fazendo companhia.

Olha só: eu acho impressionante a postura do brasileiro. Há uma recusa de se falar no maior problema que nós temos como sociedade. Volto a dizer: não é no meu quintal; é fora do meu do meu portão.

Esta sociedade devia perceber que a denegação dos direitos de acesso ao cuidado integral, especificamente da criança negra, ocorre desde a época da escravidão, onde eram até proibidos de estudar, e não pode esquecer outra coisa: tudo aquilo que foi passado para os descendentes dos escravos persiste até hoje. A formação do cérebro dessas crianças, a visão delas pela vida, persiste até hoje porque a omissão persiste até hoje, e não podemos acusar só o Poder Público, não. Nós temos que ter consciência do nosso papel, um papel que retira da nossa sociedade a condição de humanos porque volto a dizer: não é no meu portão; é além do meu portão.

(*Soa a campainha.*)

A SRª IVONE FERREIRA CAETANO – Desse segmento – eu falei para a senhora – a bola foi estourada, sendo-lhe negado saúde, liberdade, educação, lazer; enfim, tudo aquilo dentro da lei. Só não vê quem não quer, só não vê quem quer tornar e deixar invisível realmente esta questão em relação a esse segmento, esquecendo que esse esquecimento não prejudica só a esse segmento, não, prejudica toda a sociedade, até porque faz parte da maioria desta sociedade e, como há alguns índices que comprovam que todos os sangues se interagiram neste País, então, provavelmente, alguém... Aliás, eu conheço pessoas com os olhos azuizinhos – esses não podem entrar nessa contagem – que são descendentes ou têm alguém negro na sua família, mas, se isso não fosse suficiente, nós temos uma outra coisa: nós somos um País que pretendemos ser uma nação, mas, com a invisibilidade do *apartheid* que aqui existe e que incide diretamente em cima da criança, diretamente, sem o menor pudor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Os senhores me desculpem a forma incisiva pela qual estou falando, mas eu não estou falando só porque atuo em determinada especialidade ou porque sou uma juíza, não; eu estou falando desta forma porque eu tenho esse conhecimento vivencial.

Se os senhores observassem todos os requisitos que os senhores ouviram até agora e que foram ditos não só aqui, mas em todas as outras reuniões em que eu estou, como é que uma família negra, da periferia ou de uma favela, cuja mãe sai para trabalhar, às vezes a semana toda, deixando o filho na ruela, entregue ao traficante, ao miliciano, que poderia estar com ela, amamentando, brincando...

É isso que realmente gostaria que fosse para todos. Não estou criticando a lei que foi feita agora. Estou querendo que esta lei seja efetivamente estendida a todos, porque, até agora, o Brasil não cumpriu satisfatória e integralmente nenhum dos ditames de qualquer lei que diga respeito à criança e ao adolescente negro.

E aí? O que nós queremos? Redução da menoridade. A cada dia, vamos encher mais os presídios. É uma forma de se banir: esconder, botar embaixo do tapete, porque aqui não tem preconceito.

Eu mesma, às vezes, fico abismada quando alguém diz que existe preconceito. Imagina!

Pois é. Na verdade, precisamos ter consciência de que tudo começa de nós, que estamos aqui, no sentido de que todos são iguais e precisam de tratamento igual.

Que esta lei, Srª Senadora, que está sendo colocado neste momento, realmente, seja integralmente cumprida e implantada para todos, porque isto é um benefício não só para aquelas crianças, mas para todos nós.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Drª Ivone.

Queria registrar a presença do Dr. Laurista Corrêa Filho, pediatra e neonatologista, especialista em saúde da mulher e da criança, membro do Comitê Científico da Comissão da Primeira Infância, e da Profª Sandra Cabral, professora da Universidade Federal Fluminense, pesquisadora do grupo de trabalho Resiliência, Juventude e Vulnerabilidade, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

Vamos ouvir a Drª Drina Candilis, psicóloga, psicanalista e professora. O seu tema é: "Uma população excluída dos sistemas de saúde e de prevenção – os pais em situação de deficiência".

Estou vendo que ela está com fone de ouvido.

Vai falar português?

A SRª DRINA CANDILIS (*Tradução simultânea*.) – *En français.* (*Pausa.*)

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer pela honra de participar desta audiência e a todos os colegas da Associação Infância e Paz, que tiveram a gentileza de convidar-me aqui, em Brasília.

Eu vou-me inscrever em uma certa continuidade com relação às falas que foram feitas hoje de manhã porque novamente vou falar de exclusão, mas de uma exclusão um pouco diferente, que é a exclusão dos pais em situação de deficiência, os pais deficientes.

Quando é questão de parentalidade e de deficiência, trata-se do fato de ser pai de uma criança com deficiência. Inúmeras instituições, colóquios, publicações científicas, no mundo todo, inúmeros testemunhos são consagrados à deficiência da criança e às dificuldades encontradas pelos pais para enfrentar essa deficiência. Esquecemos que essas crianças vão crescer, que essas crianças vão querer também ser pais e que essa questão não é abordada pela literatura e que só recentemente a Medicina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

e o meio médico social se interrogam nas condutas a serem levadas quando uma mulher ou um homem em situação de deficiência físicas e/ou sensorial se torna pai, graças à abertura oferecida pelas técnicas médicas novas.

Então, como responder à sua demanda? É preciso organizar estruturas perinatais específicas? Então, será o objeto da minha comunicação, baseada em uma experiência de cerca de 15 anos no acompanhamento da parentalidade das situações de deficiência.

Vários pontos devem ser lembrados que nos distanciaram muito do quadro miserabilista da condição dos jovens deficientes. Eu coloquei algumas imagens aqui.

Levando em conta que as pessoas em situação de deficiência constituem cerca de 10% da população mundial, a ONU promulgou, em 1975, uma declaração sobre os direitos das pessoas com deficiência, que é, só muito longamente e com demora, um prolongamento nos outros países.

Para a França, a legislação e as leis sobre acessibilidade, a inserção escolar e profissional em meio comum data de 2005, mas inúmeros obstáculos subsistem. A sexualidade e a parentalidade fazem parte desses obstáculos, ainda que elas remetam à vida íntima de cada um e não a um direito público.

No entanto, olhando para essas questões, medimos a necessidade de pensar medidas em instituições destinadas a criar meios ambientes mais favoráveis para a vida dessas pessoas e desses pais. Um primeiro ponto seria a não continuidade dos tratamentos da criança até o adulto deficiente.

As autoridades de saúde são conscientes do fato de que o progresso da Medicina tornou possível um prolongamento da expectativa de vida das crianças portadoras de deficiência. Hoje, cerca de 90% das crianças afetadas de doenças crônicas ou debilitantes vão viver mais de 20 anos, quer se trate de doenças congênitas, como a síndrome de Down, ou de doenças crônicas e genéticas, ou ainda de consequências dos avanços da Medicina neonatal, na medida em que a taxa de sobrevida dos grandes prematuros aumentou bastante – nós sabemos disso –, mas também as sequelas que vêm dessa prematuridade.

Certas doenças genéticas modificam sua expressão com os anos. É o caso, por exemplo, da retinite pigmentária que, progressivamente, leva um jovem adulto até a cegueira completa ou, em outro plano, é o caso da esclerose múltipla. Então, o acesso à idade adulta se acompanha por dificuldades novas, tanto no plano fisiológico, embora as necessidades afetivas e os desejos de vida exerçam também suas pressões nas pessoas em situação de deficiência.

Um segundo ponto importante diz respeito a encontro com o parceiro. As leis de 1975 e depois de 2005, depois da resolução internacional da OMS, insistem nas determinações necessárias para que a acessibilidade no sentido amplo favoreça a integração das pessoas em situação de deficiência no direito comum. Não sei como vocês chamam isso no Brasil a fim de lutar contra as antigas práticas de exclusão e de confinamento em instituições especializadas. As leis sobre o trabalho, sobre a integração dos alunos em situação de deficiência dentro do sistema escolar comum, o acesso a novas tecnologias, inclusive a Internet, modifica aos poucos os estigmas sociais que vão junto com a imagem da deficiência.

Ainda que as organizações militantes coloquem em relevo as carências nesse campo, mas para além do direito e, seja qual for a idade, o corpo é limitado para pessoas em situação de deficiência e ter acesso naturalmente a relações de proximidade como aquelas que exigem os vínculos afetivos, amorosos ou até parentais isso solicita um trabalho pessoal que não se impõe só com a mesma evidência quando a gente tem um corpo que pode ser esquecido com um trabalho psíquico, esforços permanentes são necessários e que podem conduzir ao desânimo e, com ele, vários tipos de raiva, de reivindicação, de depressão e de isolamento.

O peso da realidade transcende aqui os mecanismos comuns a todo mundo. Como se integrar sem pena aos lazeres, aos programas dos adolescentes de sua idade, quando temos pouca visão ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

quando uma cadeira de rodas bloqueia os deslocamentos? Amizades na *net*, por exemplo, é romper um pouco esse isolamento; o recrutamento dos parceiros eventuais é por vezes questionável, a euforia do encontro virtual pode se deparar com a atração de condutas de risco; a deficiência afeta o adolescente. O outro válido se torna então a promessa de tudo o que o jovem não tem.

Por parte daqueles que são ditos válidos pode haver uma compaixão ou perversão, ou real interesse que, do seu lado, a pessoa deficiente não está em medida de perceber nem sempre. Então, permanece que certas doenças exigem, por vezes, uma ajuda 24 horas por dia e que viver uma vida de casal nessa configuração não é simples. As coisas ainda são mais difíceis com a chegada de um bebê em casa.

O terceiro ponto que eu gostaria de botar em relevo é a aventura da procriação e o desejo de uma criança. Vale ressaltar que os dados epidemiológicos são extremamente difíceis de se reunir nessa área em todos os países do mundo inclusive na medida em que a deficiência é um dado social que abrange uma grande disparidade de situação e de idade.

Se nós nos concentrarmos aqui nas deficiências sensoriais ou motoras, algumas são devidas a transmissões genéticas, outras de doenças crônicas estabilizadas ou evolutivas, outras ainda de acidentes neonatais ou que ocorreram em outros períodos da vida.

Para uma população de cerca de 800 mil pessoas na França, que beneficiam de um reconhecimento administrativo e que têm entre 25 e 49 anos, a situação não é idêntica àquela da população geral, mas as especificidades e as necessidades permanecem amplamente negligenciadas e ignoradas. Uma publicação coreana de 2015 dedicou-se a estudar os casos e os prontuários obstétricos das mães em situação de deficiência motora, comparando com as mulheres válidas, eles encontram taxas de aborto muito altas, cesáreas altas, complicações obstétricas altas – eu não vou dar os números aqui – assim como riscos de depressão de pós-parto muito mais importante, três vezes mais importante do que na população válida.

Então, frente a esses resultados muitos parciais, parece necessário que, tanto no plano científico quanto clínico, nós coloquemos mais atenção para essas jovens mulheres para que elas possam viver de forma mais segura a sua gravidez e o seu parto, e de forma mais autônoma a instauração dos primeiros vínculos pais e crianças, como na população geral.

É o projeto que o nosso serviço implementou dedicando-se especificamente ao acompanhamento da parentalidade das pessoas em situação de deficiência sensorial e motora, desde o período de pré-concepção até a idade de sete anos da criança. Nós trabalhamos em rede, com a rede social e médico social que envolve essas famílias e a maternidade do Hospital La Salpêtrière, em Paris. Nós temos uma equipe mensal que se dedica ao acompanhamento desses pacientes, às vezes, é muito acrobático no plano médico, e o nosso recrutamento vem também de outras maternidades, de associações ou profissionais de campo.

Esse trabalho de acompanhamento se organiza em duas direções intrinsecamente vinculadas: uma que nós qualificaremos de dimensão pública e social e a outra de dimensão íntima. Na primeira, trata-se, para a equipe médica, como para nossa equipe médico-social, de propor medidas de acompanhamento da gravidez, do parto e da parentalidade as mais adaptadas possíveis à situação física dos casais que vêm até nós. Nós não apoiamos o direito da criança, mas nós sabemos que ter o direito de ser mãe não pode ser objeto de um julgamento e deve ser acompanhado com muita tolerância, humanismo e precaução.

Então, a revolução da assistência médica para a procriação suscitou um movimento de esperança nessas mulheres que até então não tinham esse direito. Todas as mulheres deficientes não têm acesso a essa assistência ou não precisam dessa assistência. Mas essa esperança se associa com a transformação dos percursos de vida dessas pessoas deficientes e faz com que essas pessoas decidam tentar essa aventura da procriação, longe da crítica social encontrada nas gerações anteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Homens que se tornaram paraplégicos depois de um acidente ou uma doença podem também se tornar pais com essa assistência médica à procriação. Algumas jovens mulheres que têm doenças raras querem engravidar, apesar dos riscos para a sua saúde e até para a da criança.

Então, nessas situações, a intervenção médica se dá em vários níveis: a preconcepção, o diagnóstico pré-implantatório pré-natal em casos de doenças geneticamente transmissíveis, se os pais quiserem, depois, a gravidez, o parto e eventualmente um acompanhamento pediátrico do recém-nascido, se ele for prematuro, o que acontece muito.

Então, as equipes pluridisciplinares examinam o prontuário de cada paciente, para tentar avaliar os riscos e evitar principalmente a banalização dessas situações.

O campo das doenças raras é um campo novo para a medicina e para nós também, do setor médico-social. Os pacientes têm necessidades específicas que precisam ser reconhecidas. É também com a ideia de identificar as necessidades específicas desses pais, que se construiu o protocolo de acompanhamento dos nossos serviços.

Os serviços baseiam-se numa equipe pluridisciplinar, composta de puericultoras, pediatras, assistentes sociais, educadoras de jovens crianças e também psicólogos.

Ele parte da observação que as práticas de puericultura comuns, em uso entre os profissionais e os pais, não são adaptadas às situações de deficiência. Vou mostrar agora, através de algumas imagens, o que nós fazemos.

Aqui, por exemplo, imaginamos umas pranchas, para que mulheres cegas possam sentir o crescimento do feto dentro do útero. Elas podem fazer isso sozinhas, graças a essas pranchas, que entregamos a elas, ou podemos também, com a ecografia e o sistema de termoimpressão, desenhar o feto que elas não podem ver.

Podemos também trabalhar com uma forma de carregar, seja com uma coleira de cachorro, seja com uma bengala. Quando se trata de uma cadeira de rodas, imaginamos um sistema para elevar a banheira, por exemplo, onde elas podem aprender a dar banho na criança dentro da cadeira de rodas ou, então, colocá-lo em sistemas de toalhas para carregá-los e secá-los ao mesmo tempo.

Então, algumas mães, como essa, por exemplo, fazem tudo no chão, porque a sua deficiência é de enfermidade motora e cerebral, e ela não consegue ficar em pé.

Essa mãe aqui tem uma miopatia muito grave e não pode utilizar outra coisa, que não sejam as mãos. Aqui, mais uma vez, os sistemas para carregar os bebês são adaptados a cada uma. Ela pode, aqui, carregar a criança bem perto dela, assim como também pode ter esse apoio nos braços para não sentir dor nas costas.

Para essa mamãe, que não pode mexer nada, nenhum membro, há todo um dispositivo para se colocar a criança frente a ela, para que ela possa ter uma troca de olhar pelo menos.

Aqui, gosto dessa imagem, porque podemos ver que há uma espécie de admiração. Na psicanálise, falamos de uma total admiração. Aqui, é uma boneca, é claro, mas essa mulher está muito surpresa de poder fazer algo, quando antes pensava que iria ser distanciada do bebê.

Então, essas crianças que acompanhamos são “válidas” normalmente. Em alguns anos do nosso exercício, apenas cinco ou seis famílias tiveram uma criança com a mesma deficiência que os pais.

O conselho genético é encorajado por nossa equipe, inclusive depois da concepção. Várias famílias tiveram recurso à interrupção médica de gravidez e, depois, ao diagnóstico pré-implantação. E aí que eu falo que a medicina mudou completamente o horizonte dessas famílias.

E finalmente, algumas famílias querem se dirigir para adoção para não transmitir a sua doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, eu termino com essa imagem.

Muito obrigada pela sua atenção. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Drª Drina.

Comunico que hoje, às 16h, será realizado um encontro técnico com a delegação da Comissão da Educação, Saúde e Esporte do Comitê Permanente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, para tratar de assuntos referentes ao sistema brasileiro de administração em serviço à cultura.

Essa convocação é para a Comissão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É para o encerramento. Sim.

Sempre, quando estou presidindo, costumo passar para alguém da plateia falar. Não sei qual é o tempo de vocês. Há tempo ainda para pelo menos duas pessoas falarem, para interagir, ou há gente com prazo esgotado?

O SR. VITAL DIDONET (*Fora do microfone*.) – Há tempo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É à Mesa que tenho que perguntar, porque, se vocês...

Então, há alguém que queira falar?

Agora, não é o tempo dos palestrantes; são três minutos para fazer alguma manifestação.

Identifique-se lá, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Senadora Fátima está retornando.

Eu vou aproveitar, Senadora Fátima – sente-se aí só um pouquinho –, antes de ele falar, eu quero só fazer alguns comentários.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Com prazer.

Acabei de aprovar um projeto de lei de sua autoria e um requerimento de sua autoria na CDH.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ai que bom! Na CDH.

Eu vou só fazer um comentário rápido sobre o que ouvi, e, depois, passo a palavra para vocês e, enquanto isso, a Senadora Fátima vem para o encerramento com os convidados e as convidadas.

Desembargadora Ivone, eu entendo a sua indignação. Agora, não espere muito deste lugar aqui. Aqui o processo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Foi o que você disse: "Srs. Senadores, essa lei tem que sair do papel". A gente briga, luta, para haver a lei. Foram não sei quantos anos para esta lei. Agora a gente tem uma luta intensa para se fazer cumprir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

esta lei.

É a sociedade, é a rua, são os pais e mães, movimentos organizados... Porque, aqui, o processo legislativo dura quatro, cinco, seis anos para sair uma lei. Então, gente, é lamentável, mas é a verdade brasileira.

Dafne, eu aprendi tanta coisa que eu não sabia, só nesses seus 15 minutos de fala. Imagine se, em cada maternidade, houvesse um profissional da sua área, com o seu jeito, para falar para as mães antes de elas saírem da maternidade! (*Palmas.*)

Então, acho que essa é uma luta que a gente pode encampar, porque as mães entram na maternidade e passam lá, pelo menos, 24 horas. Elas ganham o bebê, depois de 24 horas, vão para casa. Quer dizer, se, antes de irem para casa, houvesse uma palestrinha de 15 minutos para essas mães, certamente muitas coisas mudariam, em relação a todas as crianças, mas principalmente em relação às crianças com deficiência.

Mas a sociedade brasileira ainda é muito cruel. Foi o que você falou: "Não é comigo".

Quando foi aprovada a lei de inclusão, teve dono de escola particular que entrou na Justiça contra a lei, para se desobrigar de dar condições na escola para receber as crianças com deficiência. Ele acha que não é papel da escola dele, que é papel só do Estado. A escola dele é uma concessão do Estado, ele funciona porque o Estado deixa, mas ele não sente que é responsável. Então, eles entraram na Justiça. Felizmente a Justiça negou, mas eles entraram – um grupo do Paraná, se não me engano, entrou na Justiça para que eles não fossem obrigados a cumprir esse requisito.

Eu lidei muito com criança, porque sou a 5ª de 14, então os mais novos eu ajudei a criar. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A experiência.

Eu sempre digo assim às mães mais novas, aos pais mais novos da minha família: a criança, da hora que nasce, precisa de assistência – e até foi dito aqui que, ainda no útero. Só não para ser dona do corpo da mulher, porque às vezes querem fazer leis para impedir a mulher de ser dona do seu corpo. Acho que temos que trabalhar a mulher para ela não querer abortar, mas o corpo é dela. Acho que desde o útero deve ser dado cuidado para a mãe, assistência para a mãe, para essa criança nascer bem.

Tem também a questão do cuidado enquanto a criança é pequenininha. A gente pensa que ela não sabe nada e, portanto, pode fazer qualquer coisa na frente dela, como brigar. A criança com um ano já percebe que o tom de voz da mãe ou do pai mudou, porque não é normal eles conversarem, brigando na frente delas. Não é normal, então ela percebe que o tom de voz alterou. Desde a música que você canta para sua criança – mães cantam cada música, porque agora está na moda uma tal de "sofrência", e você canta para o bebê a música do Pablo, não é? Nada contra ele, mas a música dele não é para se cantar para uma criança. E a história que você conta para ele, que lê para ele, o brinquedo que você dá de presente, tudo isso influencia. E, às vezes, a pessoa não tem o menor cuidado, dá um revolverzinho de brinquedo, achando que é um brinquedo; mas é uma arma!

Acho que precisamos trabalhar essas coisas. A casa da gente é o maior laboratório que a gente tem, porque a gente não tem esses programas ainda. Há algumas experiências boas, mas universalizar ainda está muito distante.

Agora, essa questão do profissional na maternidade, eu vou lentar, até porque, no meu Estado, o Governo é do meu Partido, então vou conversar para ver se tenho essa experiência, não é? Tem coisas que a gente não faz ou que o governo não faz, porque ninguém deu um toque.

Eu fui Secretária de Administração do Estado por dois governos e não via nada de saúde, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

um dia, eu fui fazer uma visita a uma maternidade, porque me convidaram para visitar a UTI neonatal, que tinha sido ampliada. E eu percebi que as mães dão à luz e saem, no dia seguinte, na garupa de uma moto ou pegam ônibus, com a criança no braço e a sacolinha no outro, para ir para casa. E aí eu disse que deveríamos mudar isso. Todo dia tem que ter uma van do Estado, num horário certo, que vá deixar essas mães em casa. A despesa era mínima. Eu nem sei se continua, mas, durante o governo inteiro, coloquei lá, com uma despesa mínima, uma pequena van para, todo dia às 10h e às 16h, horários da alta – que os médicos liberam –, levar essas mães para casa. É uma coisa muito simples, mas ninguém havia pensado nisso.

Então, quem sabe a gente consegue colocar o profissional para conversar com as mães antes de elas saírem da maternidade?

Muito obrigada.

Quem é que está fazendo a pergunta?

Senadora Fátima, venha ocupar seu lugar para encerrar aqui.

Andréa Melo quer fazer uma pergunta. É Andréa? (*Pausa.*)

Ele levantou a mão primeiro.

Vamos lá; o senhor. Identifique-se, por favor, para ficar registrado.

O SR. JOSÉ MARTINS FILHO – Eu sou José Martins Filho, professor de Pediatria da Unicamp, presidente da Academia Brasileira de Pediatria, trabalho com a área de pediatria e puericultura e pediatria social e comunitária, e quero só fazer um comentário muito rápido a todas as pessoas que falaram. Realmente, foram muito importantes as colocações.

Eu queria cumprimentar a Senadora e o Senado, porque está em discussão no Senado – não sei se foi já foi aprovada – a ampliação da licença maternidade de quatro para seis meses. Parece que isso é algo que está em discussão e está saindo.

Eu apenas gostaria de colocar que, para nós pediatras e para todas as pessoas que lidam com crianças e que conhecem a ciência, a neurofisiologia do desenvolvimento cerebral – ontem eu fiz uma palestra sobre isso –, é fundamental que, quanto àquilo que está escrito na lei, prioridade para a família na relação com a criança, seja lembrado que a prioridade também tem que ser a possibilidade de as mães que quiserem e puderem e tiverem condições ficarem mais tempo com as crianças. É por isso que muitos países do mundo inteiro têm licenças maternidade até de dois anos, e o pai, às vezes de um ano.

Então, quero parabenizar, porque nós conseguimos ampliar para o pai, 20 dias, o que é muito pouco ainda; para as mães, estamos quase conseguindo ir para seis meses. Mas é evidente que, sem deixar nenhuma dúvida de que a creche é fundamental e soluciona o problema social e o problema das nossas famílias e a importância dela, há a possibilidade de que o Brasil caminhe em direção a outros países, inclusive latino-americanos, em que a licença maternidade é maior do que seis meses, alguns de um ano e meio, como aqui os nossos vizinhos. Seria importante que a gente pudesse continuar nessa discussão. E isso é muito importante porque hoje, pelo que se sabe de neurofisiologia, dos famosos primeiros mil dias, da importância desse período no desenvolvimento cerebral das crianças, na articulação neuronal das sinapses do cérebro, é fundamental que a criança viva o mais possível dentro da sua família.

É óbvio que, na realidade, nem sempre isso é possível, e muitas vezes você tem que abrir mão dessa situação. Agora, se for opcional, para as mães que querem e podem, ficar com seus filhos mais tempo, seria maravilhoso se nós pudéssemos levar até um ano. Para as que não podem, as que não têm essa condição, sim, nós teremos que ter à disposição creches de alta qualidade, com plano de desenvolvimento, com trabalhos como da Dafne, com trabalhos como o que o Vital falou aqui tão bem, e as coisas que precisam ser discutidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, eu queria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARTINS FILHO – Eu só queria terminar dizendo que nós, pediatras, estamos muito preocupados, porque essa possibilidade de as crianças terem as suas famílias ajudando no desenvolvimento é fundamental para o resto da vida. Crianças que não têm essa chance têm mais dificuldade no desenvolvimento precoce e posterior na infância.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos agradecer a participação do Dr. José Martins e, agora, rapidamente, passar a palavra para Andréa.

A SRª ANDRÉA – Boa tarde.

Meu nome é Andréa, sou de Santo Antônio do Descoberto.

Como não é todo dia que nós estamos perto de uma desembargadora, e lá nós atendemos 2.227 crianças de educação infantil, há algumas situações que nós vamos resolvendo no dia a dia, mas surgem muitas dúvidas sobre se está certo, se está errado.

Em uma situação de tirar a criança da família, pelo Conselho Tutelar, o momento da retirada pode ser feito quando a criança está na creche? O que queremos é que ela se sinta bem, acolhida e segura na creche e leve consigo, vida afora, esse sentimento. Como ela pode, depois de vivenciar essa situação, sentir-se em relação a essa instituição? Provavelmente, ela vai voltar.

O conselho tutelar pode fazer dessa forma essa retirada, ela estando dentro da creche, mesmo que o caso não envolva violência física ou sexual? Nesse caso a gente compreende, tudo bem, tirar de dentro da creche já que ela não pode mesmo voltar para casa. Nesse caso, a gente compreende que essa prática é correta, mas não em outras situações, em que a gente entende que pode ser feito, mas não na creche; tirar da creche, onde está com as colegas, a professora. Enfim, esta é a nossa dúvida: essas práticas estão certas? Erradas?

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um momento.

A senhora pode anotar?

Há mais uma pessoa inscrita. Márcia Dias, por favor.

A SRª MÁRCIA DIAS – Bom dia ou boa tarde – não sei.

Sou servidora do Senado Federal e atuo como voluntária no Instituto Horizontes, de educação ambiental de crianças, jovens, adolescentes e adultos também.

A minha pergunta é: o Congresso Nacional já fez a lei. Nós conseguimos, com muito trabalho, com muita dedicação, com muita atuação da comunidade, da sociedade e dos nossos Parlamentares, que saísse o marco legal. A minha pergunta é – não sei se a Mesa vai conseguir me responder isso, mas vou fazer a pergunta para ter uma resposta posterior talvez: existe um planejamento para ser colocado em ação para capacitação dos agentes públicos, professores, assistentes sociais, advogados, servidores e afins, que atuam nas áreas relacionadas à primeira infância, à infância e à adolescência para que realmente promovam a implantação do marco legal?

Há uma previsão de um trabalho conjunto das áreas de saúde, educação e cultura e do Judiciário nesse sentido, para engajar toda a classe de servidores e também para que esses servidores sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

multiplicadores junto à sociedade, para que se engajem também nessa implantação do marco legal?

Essa é a minha pergunta.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós agradecemos à Márcia.

Pedimos a compreensão de todos, porque nós vamos ter a oportunidade de um seminário com novos painéis – não é, Vital? – já agora a partir das 14h. Então, nós vamos encerrar os nossos trabalhos aqui da presente audiência pública.

Vamos facultar a palavra à Desembargadora, Drª Ivone, para que ela possa responder as perguntas aqui formuladas.

A Márcia fez uma pergunta agora muito importante. Lamento que não haja ninguém aqui do Poder Executivo para responder.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Certo. Tudo bem, vamos facultar.

Nós vamos passar agora a palavra, no encerramento dos trabalhos, para a Drª Ivone e, depois, para Vital e para as nossas duas outras convidadas, se quiserem fazer algumas considerações. Só gostaríamos de pedir brevidade em face do adiantado da hora.

Com a palavra, Drª Ivone.

A SRª IVONE FERREIRA CAETANO – Quem fez a pergunta, por favor?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi a Andréa.

A SRª IVONE FERREIRA CAETANO – Andréa, você é Conselheira ou Comissária de Justiça? Você é Conselheira Tutelar?

A SRª ANDRÉA – Não; eu trabalho na coordenação das instituições de educação infantil.

A SRª IVONE FERREIRA CAETANO – Certo.

Veja bem, para se retirar uma criança da mãe ou da convivência familiar, são necessárias três coisas: que haja violência, que haja abuso sexual ou que haja uma negligência extrema. Por exemplo – coisas que já vi na minha vida –, a criança que ficou sozinha dentro de casa num berço que não era berço misturada a fezes e comida. Isso leva, o resto não. Quanto ao resto, pelo menos na minha visão, tem que haver uma avaliação da real situação. E é muito comum, muito mais do que os senhores pensam, as crianças de famílias pobres, de mães pobres, serem retiradas exatamente porque são pobres. Pobreza não pode, de jeito nenhum, retirar uma criança de sua família.

Outra coisa: tem que ser respeitado o direito da criança, porque a criança adora ficar com a sua mãe. Isso deveria ser levado em consideração, mas não é. Não é levado em consideração por vários operadores do Direito, não estou falando só pela juíza. Agora, se o Conselho foi lá, pode ser que tenha havido uma decisão do juiz nesse sentido, um mandado nesse sentido. Não havendo, não pode. Tomou conhecimento de alguma coisa? Leve para o Ministério Público, leve para a vara para que seja analisado.

Agora, há violência? Há abuso sexual? Há um caso como o que eu mencionei? Alguns tipos de negligência, realmente, depõem contra a dignidade da criança. E, veja bem, eu constatei isso quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

eu era criança, sequer sabia que um dia seria juíza, sequer sabia. Eu vi quando duas crianças foram abandonadas numa favela, porque a minha mãe foi chamada para ver se resgatava aquelas crianças, se ajudava aquelas crianças. As crianças estavam misturadas no berço – ou sei lá o que era aquilo –com comida, porque a mãe saía cedo – como já falei, a mãe era empregada doméstica – e deixava as duas filhas sozinhas dentro daquele cômodo com comida do lado para não sentirem fome. E as fezes?

Eu falei aqui de forma muito pontual, mas eu já vi muita coisa na minha vida. Então, essa retirada da criança pode ter vários objetivos. Agora, se for favorável à proteção daquela criança, para respeitar o direito da criança, sobretudo considerando o que for melhor para aquela criança, pode. Se não, não, e só nesses três casos que mencionei. Tem que ser examinado, e o Ministério Público tem que se manifestar para que o juiz... E aí é outra coisa, cada um decide de um jeito. Mas não é assim, chegou levou, muito menos se for uma família pobre. (*Palmas.*)

A SRª ANDRÉA – Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Drª Ivone, muito obrigada.

Vital, por favor.

A SRª IVONE FERREIRA CAETANO – Eu é que agradeço.

O SR. VITAL DIDONET – Eu vou responder muito rapidamente.

A Márcia está aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VITAL DIDONET – Você colocou uma questão decisiva e fundamental. No marco legal da primeira infância, nós temos três ou quatro incisos, artigos ou parágrafos que mencionam a necessidade da formação inicial e permanente de todos os profissionais que têm contato com as crianças. Esse é um ponto fundamental.

Agora, em vários setores isso acontece. A formação inicial se dá ou na universidade – e é por isso que estamos fazendo uma tentativa no sentido de os cursos de formação superior incluírem disciplinas para os profissionais entenderem o desenvolvimento infantil e direito de criança –. ou naqueles de educação infantil, que já é praxe, já é normal.

O que se está tentando fazer é que os programas, os planos de ação tenham a formação em serviço, oportunidades de os profissionais refletirem sobre a sua prática e terem debates e aprofundarem o seu conhecimento a partir das informações teóricas e da sua vivência cotidiana. Isso é uma coisa que alguns programas estão fazendo, podia citar alguns exemplos de programas que fazem isso, mas a maioria não. Abandonam o profissional e ele que se vire e tal. Esse é um grande defeito, porque a pessoa se cansa, aquilo passa a ser rotineiro...

Veja, por exemplo, uma vez uma professora me disse: "Eu tenho 18 anos de experiência de educação infantil". Eu pensei: "Puxa, que bacana, 18 anos de experiência!". Daí, depois de cinco minutos de conversa eu percebi que ela tinha um ano de experiência e 17 de repetição, porque ela nunca teve oportunidade de questionar aquela experiência inicial de interagir com outros profissionais, de buscar a leitura de uma nova informação teórica, de sorte que ela pudesse aprofundar esse conhecimento. Então, acho que essa é uma falha, é uma irresponsabilidade da gestão dos programas não dar o direito dos profissionais que estão trabalhando na prática de aprofundarem os seus conhecimento.

Você tem razão: a gente tem que batalhar muito para conseguir isso, como a Fátima disse, com o poder público que é o que gere os programas públicos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obrigada, Dr. Vital.

Drª Dafne, por favor.

A SRª DAFNE HERRERO – Eu só queria dizer para vocês brincarem muito com os filhos de vocês. Brinquem muito.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Drina... (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRª DRINA CANDILIS (*Tradução simultânea*.) – Eu queria simplesmente dizer que as crianças se tornam adultos e, para ser bons pais, nós precisamos cuidar bem deles quando são crianças porque a gente não se improvisa pai tão facilmente assim.

É isso que eu queria dizer e é o que nós vamos tentar fazer com essas pessoas que a Dafne viu pequenininhas e que eu vejo adultos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, nós queremos, mais uma vez, agradecer a presença aqui de todos e todas vocês e, mais uma vez aqui, saudar as entidades, as instituições. Enfim, a todos aqueles e aquelas que dedicam boa parte das suas vidas na luta em defesa da educação, na luta em defesa da primeira infância.

Quero aqui, por ocasião do encerramento, mais uma vez dizer a vocês que eu tenho muita alegria de, ao longo da minha trajetória político-parlamentar, como professora que sou, ter tido a oportunidade de ter sido a Relatora do Fundeb. Eu fui a Relatora do Fundeb e, volto a dizer, é uma lei que nós temos que prestar muita atenção a ela pelo caráter universalizante que ela tem; pelo fato de que foi o Fundeb, sim, que propiciou nós começarmos a construir no Brasil uma política pública voltada para o acesso educacional à primeira infância.

O Professor Vital, que está aqui, concorda comigo porque ele, junto à Campanha Nacional pelo Direito à Educação, teve um papel muito importante como representante da sociedade civil para fazer com que nós pudéssemos avançar naquela legislação – não é verdade, Professor Vital?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Incluindo a creche, porque lembremos que quando o Fundeb... Se o Fundef tratava só do Ensino Fundamental, enfim, quem tinha condições bota seu filho numa creche particular e, quem não tem, Drª Ivone? Que é a maioria da população. Como é que ficava?

A SRª IVONE FERREIRA CAETANO – Fica numa creche que não tem condição nenhuma.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E a maioria dos Municípios – vamos aqui reconhecer –, sem uma forte parceria com o Governo Federal, não tem orçamento suficiente para atender a demanda de zero a três anos, passando pela pré-escola até o Ensino Fundamental.

O Fundeb veio para corrigir mais do que uma lacuna, mas uma injustiça, mais do que injustiça. Aliás, é injustiça porque veio para corrigir algo que se chama negação de direitos, e nós estamos falando aqui de negação de direitos numa das fases – os senhores e as senhoras sabem melhor do que eu porque são especialistas – mais importante para o desenvolvimento da vida da criança que são exatamente os primeiros anos.

O Fundeb veio nesse sentido, é o primeiro passo para que a gente pudesse constituir uma política de financiamento e uma política de Estado, e essa política de Estado dissesse agora: "Olha, há crianças de zero a três neste País que, para ter o direito à educação, precisa que seja pela via da escola pública".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Ele veio exatamente para corrigir isso.

Assim como, por exemplo, tive a oportunidade de ter sido a Relatora da presente lei que instituiu o marco legal da primeira infância. Eu quero aqui destacar para vocês um dos dispositivos desta lei muito importante que é a que prevê a extensão da licença-paternidade de cinco para 20 dias nas empresas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã. É aquilo que eu dizia no início: isso tem um caráter paradigmático, porque é aquela coisa: não basta só ser pai, não basta só ser mãe.

E mais: a gente também está trabalhando aqui com conceito universal da família, porque família é aquela que cuida, família é aquela que cuida com carinho, é aquela que batalha para que suas crianças, para que seus filhos tenham o direito a uma vida com dignidade.

O Congresso Nacional já adotou esse dispositivo legal que é a extensão da licença-paternidade de cinco para 20 dias. Eu vou reproduzir aqui a fala do Rodrigo Brum, que é Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, que foi pai, Drª Ivone, da sua primeira filha em janeiro deste ano e, portanto, já fala exatamente da importância da legislação do marco legal da primeira infância.

E ele coloca: "Nos primeiros dias de vida da criança, o pai precisa ficar com a mãe; é um momento muito importante para eles. Eles precisam estar juntos o máximo possível. E, com uma visão de gestor, se um pai não tiver esses dias, vai ficar deslocado, pois todos os pensamentos estarão voltados para aquele filho".

Então, enfim, agradeço demais a colaboração aqui da Mesa pela formação, pelo preparo intelectual que tem, pela dedicação.

Lembro aqui que o nosso seminário continua – não é, Vital?. Exatamente daqui a pouco, às 14h, nós teremos o terceiro painel, que é "Infância em famílias homoafetivas: questões afetivas, jurídicas e sociais". A coordenação é da Senadora Lídice da Mata. Portanto, um painel muito importante.

A esse pretexto, eu quero inclusive rapidamente aqui dizer para os senhores e senhoras que, ontem, na Comissão de Direitos Humanos, nós realizamos uma audiência, ocasião em que foi apresentado o resultado de uma pesquisa realizada recentemente, em parceria Brasil com os demais países da América Latina, e o alvo dessa pesquisa é exatamente o ambiente educacional *versus* a questão do *bullying* homofóbico, ou seja, a pesquisa foi no sentido de tirarmos um retrato de como andam as nossas escolas, os nossos ambientes educacionais no que diz respeito à questão do respeito à diversidade, em sintonia com aquilo que diz a nossa própria Constituição que ninguém pode ser discriminado, seja por raça, por credo, gênero, peso, deficiência e orientação sexual. Isso está muito claro na nossa Constituição.

Só para concluir: a pesquisa traz um dado que deve chamar a atenção de toda a sociedade, principalmente de nós professores, especialistas e agentes públicos. Qual foi o dado que a pesquisa trouxe? Trouxe o dado de que simplesmente mais nada menos do que 73% dos jovens pesquisados, foram eles próprios, afirmaram que sofrem *bullying* homofóbico nas escolas, ou seja, intolerância, desrespeito, insulto etc., o que não é concebível. Por isso, nós também temos que estar muito atentos a pautas aqui dentro porque, ao invés de virem para promover a educação inclusiva que nós tanto defendemos, há pautas aqui dentro que, se prosperarem, vêm na direção exatamente contrária, como o chamado projeto escola sem partido, apelidado de lei da mordaça.

Esse é um projeto desumano, porque é um projeto que quer caçar a liberdade de ensinar, caçar a liberdade de aprender, cercear o debate, caçar inclusive o debate com o senso crítico e plural que deve ter na escola, que deve pautar a educação, de acordo inclusive com a nossa própria Constituição e com a nossa própria LDB.

Eu fico imaginando que futuro terão as nossas crianças e os nossos adolescentes se, de repente, forem reféns de legislações – repito – tão conservadoras e que remetem a barbáries como essas. Por isso, isso não pode prosperar. Ainda bem que o Ministério Público Federal deu um parecer muito con-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sistente dizendo que esse projeto é inconstitucional. Um projeto como esse não faz bem inclusive à infância das nossas crianças de maneira nenhuma.

Comunico que hoje, às 16h, será realizado um encontro técnico com a delegação da Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Esporte, do Comitê Permanente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, para tratar de assuntos referentes ao sistema brasileiro de administração e serviço à cultura.

Convoco também, para dia 29 de novembro, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h45, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Por fim, mais uma vez, parabenizo todos e todas que estão participando da 9ª edição do Seminário Cultura e Paz da Primeira Infância e deixo aqui uma mensagem de esperança, a mensagem de não desistirmos, muito pelo contrário, persistirmos sempre na luta em defesa dos direitos dos cidadãos e cidadãs como dever do Estado e, no caso específico aqui, que não percamos nunca a esperança e, portanto, a nossa capacidade de continuarmos lutando em defesa das nossas crianças.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente em reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 49 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dezesseis horas e quarenta e três minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Romário e Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença do Senador Lasier Martins, e ainda dos Senadores não membros Flexa Ribeiro e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Paulo Paim, Wilder Morais, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, José Agripino, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Cidinho Santos, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Encontro técnico com a Delegação da Comissão da Educação, Cultura, Saúde e Esporte do Comitê Permanente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês para tratar de assuntos referentes ao sistema brasileiro de administração e serviço à cultura. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Boa tarde a todos.

Como eu disse, temos o maior prazer e alegria em receber no Senado da República do Brasil a comitiva de Senadores da República Popular da China, os senadores Hu Zhenmin, Cao Yumin, Xu Peidong e a comitiva: Srª Zhang Jinghua, Sr. Liu Xuguang e Sr. Tian Qingfeng.

Peço desculpas pelo meu mandarim. Tenho me esforçado, procurando ser fluente, mas ainda não consegui.

Temos aqui presente, como já foi apresentado, o Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal; o Senador Cristóvão Colombo... (*Risos.*)

Colombo, não. É porque ele é mais importante aqui do que o descobridor da América.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, me permite um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É que eles não conhecem Cristóvão Colombo, porque, na história da China, eles estiveram na América antes de Colombo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Antes de Colombo.

O Senador Cristovam Buarque é Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

A Senadora Vanessa Grazziotin, membro de diversas Comissões Permanentes do Senado Federal.

Eu quero também apresentar e agradecer a presença do Dr. José Edmar de Queiroz – pode levantar para eles o conhecerem? –, Consultor Legislativo do Senado Federal na área de educação, e do Dr. Rafael Augusto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Simões, também Consultor Legislativo do Senado Federal na área de cultura e esporte.

Eu vou passar a Presidência ao Senador Cristovam para que ele possa, como membro da Comissão de Educação, transmitir aos Srs. Senadores alguns dados da educação no Brasil, assim como, após o Senador Cristovam, ao Senador Lasier, que falará sobre ciência e tecnologia. Os nossos Consultores também farão as observações sobre cultura e esporte e também sobre a área de educação.

Ao concluirmos a nossa reunião aqui, nós gostaríamos que os Srs. Senadores conhecessem o plenário do Senado Federal, fizessem uma visita ao plenário para que, junto com o Senador Lasier, a Senadora Vanessa e o Senador Cristovam, nós pudéssemos apresentá-los aos demais Senadores que estiverem na sessão deliberativa que está acontecendo e, pela tela, os senhores podem ver.

As sessões deliberativas do Senado, assim como as reuniões das Comissões Permanentes, são transmitidas ao vivo para todo o Brasil. Então, nós temos na tribuna agora o Senador Otto Alencar, que é Senador pelo Estado da Bahia.

Nas reuniões das comissões, que se reúnem às terças, quartas e quintas, os brasileiros podem interagir nas discussões dos projetos em tempo real também, fazendo, através da internet, questionamentos aos Senadores que estejam, no momento, participando da reunião dessa comissão.

Vou passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque. Ao final das exposições, os Srs. Senadores poderão fazer as indagações que acharem necessárias.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu quero, em primeiro lugar, manifestar minha pessoal admiração pela história da República Popular da China: os 5.000 anos de história, os 100 anos de República, os 70 anos da revolução e esses últimos 30 ou 40 anos das mudanças que levaram à construção da China moderna.

Esses últimos anos, eu, pessoalmente, costumo dizer que são de Mao a Ma, Jack Ma à revolução de Chairman Mao, e agora essa revolução tecnológica que a China tem feito e que tem sido um exemplo para o mundo inteiro.

Observando daqui, em algum momento, nos dá certa inveja de algumas razões que permitiram à China fazer esse crescimento tão rápido da sua sociedade e economia. Em primeiro lugar, a coesão do povo, sem divisões como nós temos aqui, por exemplo, em grupos, corporações separadas. O povo chinês forma um todo. Entendemos que isso não seria possível sem o papel firme do Partido Comunista Chinês, com seus 80 milhões de filiados, e toda a sua organização.

Nesse ponto, uma admiração que eu tenho é pelo respeito ao mérito dentro da ascensão na política, obviamente influência ainda do tempo de Confucius. E aí, claro, tem um papel fundamental a educação, que na China tem sido uma grande prioridade ao longo de todos esses últimos anos, desde 1949.

No Brasil também temos feito um esforço. Algumas décadas atrás, tínhamos muitas crianças fora da escola.

A partir dos anos 80, passamos a ter uma política mais inclusiva das crianças na escola, o que se consolidou muito a partir, inicialmente, do governo Sarney, depois, do governo de Fernando Henrique Cardoso, do governo do Presidente Lula e também, na sua continuidade, da Presidente Dilma.

Hoje em dia temos 97% das crianças na escola, todas elas recebendo livro didático grátis e refeição diária gratuitamente. Mas não estamos satisfeitos com a qualidade dessa educação. Consideramos, em primeiro lugar, que ainda é pequeno o número dos adolescentes que terminam o ensino médio, o secundário. Apenas 40% das nossas crianças, embora todas tenham passado pela escola, terminam o ensino secundário. E os indicadores mundiais não nos põem entre os lugares primeiros. Nós estamos num lugar muito atrás na qualidade. E sentimos que esse é o grande impedimento para o Brasil se transformar numa potência moderna.

Os que terminam o ensino médio, para entrar na universidade, têm que fazer um concurso chamado vestibular, que permite a apenas poucos entrar nas melhores universidades do Brasil. Setenta e cinco por cento dos que entram nas universidades têm de procurar instituições privadas e, em geral, não são as de melhor qualidade. Por isso não temos uma base firme para o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Esses que entram nas universidades particulares têm que pagar; os outros, da universidade pública, não pagam, é absolutamente gratuita, o que eu creio que não é o caso da China, onde, mesmo na pública, é preciso pagar alguma coisa.

De qualquer maneira, não basta isso. A partir dos estudantes universitários, é preciso haver um sistema científico e tecnológico que envolva as universidades, os institutos de pesquisa, os empresários, órgãos do Governo, fazendo pesquisas científicas. E nisso estamos muito atrasados ainda. Nós não temos um bom sistema de ciência e tecnologia no Brasil.

E tudo isso faz com que, no Brasil, haja uma grande desigualdade na educação entre os filhos das camadas ricas e os filhos das camadas pobres.

Mas, para resumir, o Brasil tem feito um grande esforço, nas últimas décadas, através de diferentes governos. Esperamos que, no governo atual e nos próximos, estejamos unidos para fazer o Brasil dar o grande salto na educação. Se fizermos isso, os outros saltos virão.

E, para concluir, eu gostaria de fazer uma proposta, Sr. Embaixador, no sentido de aumentar a cooperação entre a comissão de educação do Parlamento chinês e a Comissão de Educação do Senado brasileiro.

Eu gostaria de sugerir um convite do Parlamento ao Presidente da Comissão de Educação do Senado para que ele possa visitar e ver o esforço que a China está fazendo. O nosso Presidente da Comissão, não sei se na China é muito conhecido, mas nos países que praticam futebol é muito conhecido por ter sido um dos maiores jogadores de futebol do Brasil, o hoje Senador Romário.

Eu estou convencido de que ele aceitaria, com muita alegria, esse convite, e de que, na China, haveria uma recepção muito favorável à presença dele como Senador, como Presidente da Comissão e como um atleta tão reconhecido internacionalmente. E, se ele achar conveniente, eu me inscreverei para ir junto com ele. (*Risos.*)

Muito obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O senhor me permite, Sr. Liu?

Na área do futebol, nós sabemos que a China vem tendo um enorme desenvolvimento. Inclusive, o campeão chinês deste ano, da cidade de Guangzhou, é um clube treinado por um brasileiro chamado Felipão, Felipe Scolari, que é um gaúcho, é do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu quero agradecer ao Senador Cristovam Buarque e pedir até desculpas porque eu deveria, ao apresentá-lo, ter dito aos Srs. Senadores que nos visitam que ele foi Governador do Distrito Federal, aqui em Brasília, e foi Ministro da Educação do nosso País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E colega do Senador Flexa ainda no curso secundário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Todos nós, Parlamentares do Congresso Nacional, lutamos por uma educação de melhor qualidade, porque a transformação que nós queremos para o nosso País, sem sombra de dúvida, passa pela qualidade da educação que se oferece aos nossos jovens e crianças.

Com certeza, todos nós, Senadores, quando o tema é educação, seguimos a orientação do Senador Cristovam Buarque.

E o mesmo eu digo do Senador Lasier Martins, que vai passar aos senhores que nos visitam alguns dados importantes sobre ciência e tecnologia no nosso País.

Mas, antes, eu quero saudar os nossos posso dizer já amigos e praticamente membros permanentes do Senado, do Grupo Parlamentar Brasil-China, Ministro Wang Wei, que está sempre aqui conosco, e a Conselheira Xue Dongxiao. Sejam sempre bem-vindos.

Senador Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bem, Sr. Liu e Sr. Hu Zhenmin, eu quero ser objetivo. Já tive oportunidade, na reunião que tivemos até há pouco com os senhores, no gabinete do Senador Flexa, de externar a grande admiração por esse extraordinário desenvolvimento da China. E disse também que se confirmou aquela profecia do Napoleão de que, quando o dragão chinês despertasse, o mundo iria tremer, e é o que nós vemos, mas no sentido positivo.

Agora, como nós temos curiosidade sobre o Parlamento chinês, imagino que os senhores também tenham curiosidade sobre o Parlamento brasileiro. Nós temos aqui duas Casas, que formam o Parlamento. Uma é a Câmara dos Deputados, que, guardadas as proporções, equivaleria à Assembleia Popular da China. O Conselho Superior da China, guardadas as distâncias, seria o Senado Federal, onde os senhores se encontram, que tem 81 Senadores, enquanto que a Câmara dos Deputados tem 513 Deputados.

A Câmara dos Deputados representa o povo de cada Estado, e o Senado representa os Estados da Federação.

Aqui no Senado nós temos 13 comissões temáticas que ocupam salas como esta em que os senhores se encontram, que são os locais onde se geram as leis, onde se discutem os projetos, que depois são levados para o plenário para as votações finais, aprovando-os ou rejeitando-os.

E nessas comissões permanentes, que são 13, nós avaliamos as políticas do Governo Federal, do Poder Executivo. Por exemplo, a Comissão que tenho o prazer de presidir faz a análise, a avaliação da política pública sobre as pesquisas científicas e tecnológicas.

Essa área da ciência, tecnologia e inovações nos preocupa muito porque o futuro do Brasil depende muito das pesquisas. Na competição mundial a que estamos assistindo, os países que mais crescem são aqueles que mais descobrem inovações e com isto criam mercados, encontram melhores e modernas soluções e proporcionam mais empregos e renda.

Por isso, apesar da grande crise econômica que vive o Brasil, nessa Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, que se reúne todas as terças-feiras, estamos fortemente empenhados em apurar sobre o aumento de recursos para financiamentos de investigações tecnológicas e científicas, porque isto é fundamental para que o Brasil possa entrar na competição dos grandes inovadores, dos grandes descobridores.

Concluindo, esse é o objetivo de uma das tantas comissões. Outras existem, para avaliar educação, infraestrutura, situação social, direitos humanos, etc. Todos os temas de interesse público são discutidos aqui, no Senado, nas várias comissões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Senador Lasier Martins e passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para que possa também passar informações aos nossos visitantes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador Flexa Ribeiro, que é o coordenador da frente de amizade Brasil-China e que sempre nos mantém muito informados e com muitas atividades em torno da discussão das relações dos dois países.

Eu quero dar as boas-vindas a essa comitiva brilhante. Já fui informada de que temos aqui artistas muito famosos e conhecidos, compositores, um grande escritor, que está aqui ao nosso lado. Para nós, é uma alegria receber pessoas tão talentosas e que se dedicam tanto à educação e sobretudo à cultura, não só na China, mas no mundo inteiro.

Nós, que somos de dois países grandes, gigantes, porém muito distantes do ponto de vista territorial, a cada dia que passa nos aproximamos mais, procurando encaminhar questões coletivamente, conjuntamente. O exemplo maior disso são os BRICS, importante órgão, entidade, que a China, junto com Brasil, Rússia, África do Sul e Índia criaram e que, sem dúvida nenhuma, terá uma grande importância para o futuro da humanidade.

O Brasil, assim como a China, é um país muito rico, não só do ponto de vista da diversidade natural – somos o País que tem a maior biodiversidade do Planeta, reserva natural –, mas somos ricos também pela diversidade étnica e cultural. Nós temos, dentro do País, muitos países, com manifestações culturais muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

diferentes, mais ou menos como acontece na China. E é muito importante que os senhores que vêm possam tomar conhecimento disso.

Temos técnicos aqui, do Senado Federal, que em seguida farão uma boa apresentação.

Então, ficam aqui as minhas palavras de boas-vindas. Espero que todos os senhores estejam apreciando muito o nosso País. É um país que passa por muitas dificuldades políticas neste momento, vivemos um momento muito difícil, mas o povo brasileiro é sempre muito alegre e tem uma grande esperança de que tudo possa ficar melhor do que está.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu queria só registrar um fato importante. O Brasil, como disse a Senadora Vanessa, tem dimensões continentais, como a China. Nesta reunião, nós temos Senadores que representam a Região Norte e a Região Amazônica. Eu represento o Estado do Pará, e a Senadora Vanessa, o Estado do Amazonas, ficamos no norte do Brasil. O Senador Cristovam Buarque representa o Distrito Federal, Brasília, bem no centro do nosso País. E o Senador Lasier Martins representa o Estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do nosso País. É uma coincidência singular, porque o Brasil por inteiro está representado nesta visita, que nos honra muito, dos Senadores da República Popular da China.

Com relação ao esporte, todos os senhores têm conhecimento, o Brasil passou recentemente por dois eventos mundiais. Um deles foi a Copa do Mundo de Futebol, de triste memória para nós, porque tivemos uma performance muito aquém da esperada.

Até hoje ainda não conseguimos digerir aqueles 7x1 que a Alemanha impôs ao Brasil.

Mas estamos retomando a nossa posição no *ranking* mundial na disputa das vagas para a próxima Copa do Mundo, na Rússia. No grupo do Brasil, estamos em primeiro lugar.

O Senador Lasier me dizia que esperamos encontrar a China na próxima Copa do Mundo, na Rússia. Mas que nos encontremos na final, Senador Lasier, para que possamos disputar a final, e nós vamos torcer pelo Brasil, e os senhores, pela China.

Eu vou passar a Presidência ao Senador Romário, que é o Presidente da Comissão de Educação. Como já foi dito, ele é Senador, e no esporte representa o Brasil com muita honra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O Romário, que hoje é Senador eleito pelo Rio de Janeiro, foi o goleador da Seleção Brasileira na Copa do Mundo dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Romário, eu estava aguardando a sua chegada.

O Senador Cristovam já falou sobre educação, o Senador Lasier sobre ciência e tecnologia, a Senadora Vanessa fez comentários gerais, como eu também o fiz. Estávamos agora para entrar na área do esporte. Eu dizia que o Brasil hospedou duas grandes disputas mundiais.

A Copa do Mundo nos deixou uma lembrança que queremos esquecer. Eu disse a eles dos 7x1, mas que já estamos recuperados. Na disputa da vaga para a Copa do Mundo da Rússia nós estamos em primeiro lugar.

Neste ano, nós tivemos aqui as Olimpíadas. Aprendemos muito quando as Olimpíadas ocorreram na República Popular da China.

Então, vou passar a Presidência ao Senador Romário, para que possa expor os dados sobre o esporte no Brasil, ele que é um atleta reconhecido internacionalmente, pela importância que teve quando era participante do futebol, inclusive com lugar cativo na Seleção Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, pelas palavras.

Primeiro, vou aqui tentar falar duas coisas que considero importantes para os nossos amigos chineses e que significam: bem-vindos e boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Bem, primeiro, quero dizer que é uma honra, como Presidente desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, receber todos vocês nesta Casa, principalmente nesta Comissão tão importante do nosso Senado e de grande importância também para o nosso País.

Eu acredito que não tenho muito o que falar sobre o esporte no Brasil, porque uma das coisas de que mais se fala no mundo é sobre isso, principalmente sobre futebol.

Nesses últimos anos, tivemos o prazer de sediar eventos mundialmente conhecidos, como, em 2014, a Copa do Mundo, e este ano as Olimpíadas.

Eu não poderia deixar de dizer que as Paralimpíadas também foram um dos grandes eventos que nós realizamos no País e mostramos para o mundo. E esse evento aconteceu logo após o término das Olimpíadas.

Inclusive, o Senador Lasier aqui fez uma colocação e eu quero aproveitar para parabenizar a China, que ficou em segundo lugar em medalhas nas Paralimpíadas.

Em geral, o nosso esporte, eu tenho bastante consciência disso por ter sido um esportista e por ter defendido com muita honra a Seleção Brasileira, atravessa um momento difícil, assim como todo o País.

Na prática, os resultados não foram os que nós brasileiros esperávamos, principalmente em termos de Olimpíadas, pelo gasto da verba pública, na minha opinião e na de muitos, muito mal aproveitada, dentro do que poderia ser realizado.

No que se refere ao futebol, infelizmente, todos sabem que nós, na Copa do Mundo, tivemos muitos problemas extracampo, com corrupção e muitas coisas negativas, e principalmente dentro de campo, com a vergonha maior do nosso País, pois fomos eliminados em uma fase pela Alemanha, e uma eliminação vergonhosa, no placar de 7x1, coisa que gostaríamos de esquecer, mas que, infelizmente, será impossível. Viveremos com isso eternamente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Romário, melhor sorte tiveram os chineses, que, com o mesmo treinador brasileiro que tomou os 7x1 aqui, lá na China ganharam o campeonato nacional chinês este ano, com o Guangzhou e o técnico Luiz Felipe.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu particularmente acredito que, assim como o nosso País está hoje vivendo um momento difícil em todos os segmentos, em todos os sentidos, no esporte não é diferente, mas vamos sair disso. Com seriedade, com trabalho e com muita dedicação, eu acredito que, no que diz respeito ao nosso esporte em geral, não apenas no futebol, no voleibol, no basquetebol, no tênis, haverá um futuro bem positivo.

Hoje, por exemplo, já está praticamente finalizada a CPI do Futebol. O resultado foi bem positivo no que se refere a uma CPI, porque muitos acreditam que CPIs sempre acabam em pizza. Essa felizmente terá um resultado diferente daquele que muitos imaginavam, de que não seria positivo.

A aproximação Brasil e China no esporte também é muito importante. Todos nós estamos cada dia aprendendo alguma coisa. Eu tenho certeza de que temos muito a aprender com vocês chineses, e vocês também podem aprender muitas coisas com o nosso País.

Finalizando a minha fala, mais uma vez digo que é uma honra e um prazer recebê-los aqui nesta Casa.

Quero agradecer aos Senadores Flexa Ribeiro, Lasier Martins e Cristovam Buarque por receberem vocês e dizer que esta Casa e especificamente esta Comissão estarão sempre de portas abertas para a relação entre Brasil e China, que sempre foi muito amigável, e agora não será diferente.

Muito obrigado.

E agora teremos a oportunidade de levá-los ao plenário, para mostrarmos como funciona o Senado.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Romário, eu quero agradecer a V. Exª por receber a comissão de senadores da República Popular da China, o Sr. Hu Zhenmin, à sua esquerda, que é o chefe da comissão, e os Senadores Cao Yumin e Xu Peidong, que com ele compõem a comissão do parlamento chinês em visita ao Congresso Nacional, e os membros da comitiva que os acompanham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E eu colocaria a palavra à disposição do Sr. Hu Zhenmin e, depois, dos demais Senadores, o Senador Cao e o Senador Xu, para que façam, se tiverem, algum questionamento aos Senadores. Depois, como disse o Senador Romário, nós iremos ao plenário a fim de apresentá-los aos demais Senadores que lá estiverem em sessão.

O SR. HU ZHENMIM (*Tradução consecutiva*.) – Nós gostaríamos de saber de quanto tempo ainda dispomos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Nós temos um limite, que é a Ordem do Dia, quando começa a votação no plenário. Então, ele pode usar a palavra para fazer os seus questionamentos, mas temos que ficar atentos ao início da Ordem do Dia no plenário do Senado.

O SR. HU ZHENMIM (*Tradução consecutiva*.) – A proposta é de dar uma pausa agora, para ir ao banheiro, e depois ir para o plenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Os Srs. Senadores também não têm nenhum questionamento? Não querem fazer uso da palavra?

O SR. HU ZHENMIM – O Sr. Senador emitiu convite para viabilizar a visita da comitiva do Conselho Consultivo Político Nacional da China. Além do mais, tem organizado esse importante evento, com a presença de cinco Senadores de grande representatividade geográfica do Brasil, do Norte ao extremo Sul do Brasil. Tudo isso é uma clara demonstração de que os Senadores brasileiros dão muita importância a nossa visita ao Brasil e também dão muita importância ao fomento de relações bilaterais entre os dois países.

Todos os Senadores já fizeram discursos muito amistosos e sinceros, que vão contribuir ainda mais para o crescimento de cooperação entre os dois países. E me surpreendeu especialmente o conhecimento que os Senadores têm em relação à história da China, referente a 5 mil anos de civilização,100 anos da República, 70 anos da Revolução e 30 anos da Reforma da China, e porque o povo chinês está unido, sob o comando do Partido Comunista, para lutar conjuntamente pelo desenvolvimento.

Também os Senadores tiveram a gentileza de apresentar um panorama geral do Brasil na área de educação, economia, cultura e esporte.

Tudo isso contribuiu para aprofundarmos o conhecimento em relação ao Brasil.

Ele quer esclarecer que a Comissão de Educação, Cultura, Arte, Saúde, Ciência e Tecnologia, que preside no Conselho Consultivo Político Nacional na China, é uma das nobres comissões. Essa comissão coordena as pesquisas internas, dentro do país, a membros do Conselho Consultivo Nacional nas áreas de educação, ciência e tecnologia, cultura, saúde e esportes, e também promove intercâmbios internacionais a membros do conselho nessas áreas. Por isso, as apresentações feitas pelos Senadores em relação à cultura, ciência, tecnologia, educação e esporte do Brasil vão servir de valiosa referência para o nosso trabalho.

Em outras palavras, as atribuições da comissão nossa realmente coincidem com as da Comissão de Educação e Esporte do Senado.

Ele é uma personalidade famosa na área da cultura, dentro da comissão, mas ele também vai promover o estreitamento de relações das outras quatro áreas da atribuição da comissão.

Há pouco, o Senador Cristovam propôs que a China emita um convite ao Senador Romário para visitar a China. Agora o chefe da delegação da China formula oficialmente esse convite perante o Senador Romário.

Temos muitos temas em comum para estudar e analisar e temos muito espaço para cooperação. Não há tempo suficiente para discussões mais aprofundadas. Por isso concluo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pelas palavras. É uma honra receber esse convite oficial e esta comitiva. E é claro que, com a companhia do Senador Lasier Martins, do Senador Flexa Ribeiro e do próprio Senador Cristovam Buarque, nós iremos, com prazer, à China conhecer um pouco dessa nação tão importante, inteligente e querida também por todos nós brasileiros.

O SR. HU ZHENMIM – Ele quer cumprimentar pessoalmente. Ele tem 70 anos, já não está em condição de jogar futebol, mas aqui, aquele senhor, além de ser um famoso compositor, é o subcomandante de uma equipe de futebol, de um time de futebol da China e é um apaixonado pelo futebol. Corre muito rápido. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

chefe da delegação quer que ele fale alguma coisa sobre o futebol da China.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor.

O SR. HU ZHENMIM – O senhor é o ídolo dele no futebol.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado. É uma honra.

O SR. HU ZHENMIM – O futebol do Brasil tem influência mundial, como ele, pessoalmente. Apesar de que, na última Copa, tenha perdido de 7x1 para a Alemanha, os chineses continuam muito apaixonados pelo futebol do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Nós também. (*Risos.*)

O SR. HU ZHENMIM – Estamos muito honrados em convidar o senhor a visitar a China, porque o futebol da China está passando por uma reforma também e precisa assimilar novos conceitos mundiais do futebol, especialmente aprender experiências brasileiras. Por isso, hoje, muitos jogadores e técnicos brasileiros estão trabalhando na China.

Desejamos que o Senador Romário possa levar a cultura do futebol para a China, preparar melhor os adolescentes no futebol. O Conselho Consultivo Político Nacional da China também tem a obrigação de contribuir para isso. Quando o senhor visitar a China chefiando essa delegação de educação, cultura e esporte, com certeza vai ser muito aplaudido na China.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pelas palavras. Com certeza me sentirei, assim como meus colegas aqui, honrados em participar dessa visita.

Infelizmente, nós vamos ter que parar por aqui porque já abriu a Ordem do Dia.

Eu gostaria de dizer que aqueles que tiverem interesse em fazer algum tipo de pergunta, nós temos aqui a nossa Consultoria Legislativa, que poderá responder os questionamentos através de *e-mails*, já que, infelizmente, vamos ter que deixar esta Comissão agora e ir para o plenário.

Vai começar agora a Ordem do Dia e estão todos convidados a participar dessa visita.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu quero agradecer a visita. Vamos fazer agora uma visita ao plenário do Senado, para que possamos apresentá-los aos demais Senadores.

Xie Xie.

(Iniciada às 16 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 55 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 50 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às doze horas e seis minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Gladson Cameli, Regina Sousa, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Simone Tebet, Otto Alencar, Dário Berger, Roberto Requião, Hélio José, Marta Suplicy, José Agripino, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado, Aloysio Nunes Ferreira, Lídice da Mata, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Fernando Bezerra Coelho e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Paim, Wilder Morais, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Jader Barbalho, Alvaro Dias, Dalirio Beber, Romário, Roberto Rocha, Cidinho Santos e Eduardo Amorim. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2013** que: "Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas." **Autoria:** Deputado Osmar Terra. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com sete emendas que apresenta, e contrário às demais emendas. **Resultado:** Concedida vista coletiva nos termos regimentais. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, de 2015** que: "Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nº 1-CDH à 5-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, de 2016** que: "Dispõe sobre a criação da Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Chico Lopes. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2014** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, em conformidade com o II Plano Nacional de Educação, dispor sobre a gestão democrática do ensino público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2014, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 321, de 2014, e 94, de 2015, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Jader Barbalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais. ," **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, de 2015** que: "Institui o Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio para ingresso nas instituições federais de educação superior." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2016** que: "Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2016** que: "Institui o Dia Nacional do Policial e do Bombeiro Militares." **Autoria:** Deputado Subtenente Gonzaga. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, de 2016** que: "Denomina Elevado Vitório Cella o elevado que liga a Rodovia BR 282 com o acesso à BR-480, no trecho denominado acesso Plínio Arlindo de Nês, no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Jorginho Mello e outros. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, de 2015** que: "Denomina Rodovia Prefeito Genésio Pasinato o trecho da BR-163 compreendido entre os Municípios de São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado João Pizzolatti. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 222, de 2015** que: "Inscreve o nome de Joaquim Francisco da Costa - Irmão Joaquim do Livramento no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Deputado Esperidião Amin. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2016** que: "Denomina Prefeito Dilney Chaves Cabral o viaduto duplo de acesso aos bairros São João e Morrotes localizado no Km 336,35 da BR-101, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Edinho Bez. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 435, de 2012** que: "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para inserir entre as condicionalidades do Programa Bolsa Família a exigência de rendimento escolar mínimo para aprovação." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, de 2016** que: "Institui o Dia Nacional do Engenheiro de Custos." **Autoria:** Deputado Edinho Bez. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2013** que: "Dispõe sobre o processo de escolha de dirigentes das instituições de ensino superior." **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela apresentação à Mesa de requerimento de sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2013, até que se ultime a apreciação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2011. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, de 2016** que: "Denomina Rodovia Frei Jorge o trecho da rodovia BR-251 localizado no perímetro urbano da cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Deputado Zé Silva. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, de 2016** que: "Confere à cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional da Celulose." **Autoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 58 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública, objeto do RCE 83/2015, seja incluído o seguinte convidado: 1- Representante da Associação Nacional dos Celíacos do Brasil (ACELBRA)." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 60 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Em aditamento ao Requerimento nº 56/2016, aprovado nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, requeiro convidar os atletas abaixo para audiência pública para avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016: 1. Thiago Maia – medalhista de ouro olímpico como jogador da seleção brasileira de futebol; 2. Arthur Nori – Ginasta medalhista de bronze olímpico." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 74 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública, objeto do RCE 83/2015, sejam incluídos os seguintes convidados: 1- Representante da Associação Nacional dos Celíacos do Brasil (ACELBRA) e 2- Representante da Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil (FENACELBRA)." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 79 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam convidados para participar de audiência pública, a ser realizada no âmbito das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), os seguintes senhores, para discutir as propostas de limitação aos gastos públicos, especialmente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55, de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na origem) – PEC DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS: Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Professor Titular de economia da Universidade de Campinas (Unicamp); Roberto Lehrer, Reitor da Univer-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e Rubens Penha Cysne, Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/EPGE)." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 80 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RCE 72/2016, para discutir os efeitos da PEC 241 de 2016, em tramitação no Legislativo Federal, sejam incluídos os representantes das seguintes entidades entre os convidados: 1. União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES 2. União Nacional de Estudantes - UNE 3. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES 4. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF 5. Campanha Nacional pelo Direito à Educação 6. Movimento Todos pela Educação 7. Fórum Nacional de Educação." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 82 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam convidados para participar de audiência pública, a ser realizada no âmbito das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), os seguintes especialistas, para discutir a inclusão de crianças e adolescentes, em idade escolar, no acesso à internet, notadamente a partir da popularização dos chamados smartphones: Maximiliano Martinhão, Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Rossieli Soares da Silva, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; Igor Vilas Boas de Freitas, Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Maria Eugênia Sozio, Coordenadora da Pesquisa TIC Kids Online 2016, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (GCI); Eduardo Levy, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL); e Bia Barbosa, Membro da Coordenação Executiva do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. " **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 83 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 75/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 01 de novembro de 2016, a inclusão da seguinte convidada para participar de audiência pública destinada a debater propostas de aperfeiçoamento e inovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira - Secretária de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás . " **Autoria:** Senador Hélio José e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 29 - Minuta de Requerimento Nº , de 2016** que : "Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado VOTO DE PESAR pela tragédia com o avião que transportava o time da Chapecoense, a ser encaminhado às famílias dos falecidos." **Autoria:** Sen. Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 30 - Minuta de Requerimento Nº , de 2016** que : "Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência ao Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2016, que "Dispõe sobre a criação da Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher e dá outras providências"." **Autoria:** Sen. Simone Tebet. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 84 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 75/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 01 de novembro de 2016, a inclusão do seguinte convidado para participar de audiência pública destinada a debater propostas de aperfeiçoamento e inovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Carlos Savio Teixeira, Professor da Universidade Federal Fluminese." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício nº 323/2016, da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, que encaminha a Moção nº 64, relativa à liberação de verba suplementar para o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies; Aviso nº 57 – Plenário, o qual encaminha cópia do acórdão com o objetivo de elaborar a primeira versão da matriz de controle do Plano Nacional de Educação e o acompanhamento do plano referente ao exercício de 2016.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos Itens nº 1 a 28.

Eu gostaria de solicitar a cópia desse acórdão do TCU com relação ao Plano Nacional de Educação.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta de requerimento de pesar de nossa iniciativa. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo à leitura do requerimento.

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de pesar pela tragédia com o avião que transportava o time da Chapecoense, a ser encaminhado às famílias dos falecidos.

Os Srs. Senadores... (*Pausa.*)

O Senador Dário quer fazer uso da palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Srª Presidente, Srs. e Srªs Senadoras, o Brasil, o Estado de Santa Catarina e em especial o grande oeste catarinense, mais especificamente a cidade de Chapecó, capital catarinense do agronegócio de Santa Catarina, amargam a tristeza na alma com um acidente que vitimou o time da Chapecoense, acidente esse que ocorreu no início da madrugada desta terça-feira, cujo avião, que levava a comitiva da Chapecoense a Medellín, caiu próximo ao aeroporto de Medellín, na Colômbia, por volta, como eu falei, de 1h da manhã.

Estavam a bordo cerca de 81 pessoas. O trágico acidente, Srª Presidente, vitimou já 77 delas. Quatro apenas sobreviveram até o presente momento: dois atletas, um jornalista e uma comissária. Os atletas são: o Alan, que é lateral da Chapecoense; e o Jackson, que é goleiro reserva, e também sobreviveu, como também o Rafael Henzel, jornalista, e a comissária Ximena Suárez. Até o presente momento, são as informações que possuo, Senador Lasier.

Entre os mortos, está o técnico da Chapecoense, o treinador Caio Júnior, que é muito conhecido da mídia nacional, muito conhecido dos irmãos do Rio Grande do Sul. Está também o Presidente da Federação Catarinense de Futebol, Delfim de Pádua Peixoto. O Delfim foi um grande lutador pela democracia, foi Deputado Estadual, foi um dos militantes mais proeminentes do velho e guerreiro PMDB de guerra da época. Já tinha uma idade até avançada, mas gozava de uma vitalidade extraordinária, e infelizmente nos deixou.

Eu também quero registrar aqui que o Presidente da Chapecoense, o Pallaoro, que também é um jovem extremamente promissor, foi vitimado por esse acidente, além de outras 77 pessoas, jogadores e jornalistas que estavam a bordo.

Então, eu quero aproveitar esta oportunidade aqui, de antemão, para externar a minha mais total solidariedade à cidade de Chapecó, ao Estado de Santa Catarina e ao Brasil, porque a Chapecoense neste momento representava o Brasil na Copa Sul-Americana. Iria fazer o primeiro jogo em Medellín, para disputar, então, a finalíssima, o título, na sua casa, em Chapecó.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu quero aqui expressar também o meu sentimento de pesar a todas as famílias, a todos os amigos, a toda a região do oeste catarinense, a todo o Estado de Santa Catarina, a todo o Brasil, porque, realmente, um acidente dessa envergadura, dessa natureza, com essa proporção, deixa enlutado o Brasil inteiro. Inclusive, o Presidente Temer, pelas informações que possuo, decretou luto oficial de três dias para que nós possamos reverenciar esses valorosos amigos, jovens com um futuro promissor pela frente, jogadores da Chapecoense, que têm dignificado o esporte em Santa Catarina e no Brasil e que merecem todo o nosso apoio.

Então, ficam aqui a minha solidariedade, o meu sentimento de pesar e, evidentemente, o meu apoio, na medida do possível, para confortar todas as famílias enlutadas por esse grave, triste, dramático acidente que, no seu bojo, carrega uma tragédia sem precedentes na história do futebol brasileiro, com a vitimização de cerca de 77 pessoas, dentre elas jornalistas, jogadores, dirigentes e a própria tripulação.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Dário, nós cumprimentamos V. Exª pelas considerações que acaba de fazer acerca dessa tragédia, levando em consideração, inclusive, o fato de V. Exª ser catarinense e, com certeza, mais do que qualquer um de nós, dever estar com o coração, neste exato momento, muito dolorido, porque é uma tragédia que causa uma comoção, uma profunda tristeza em todo o País, especialmente em Santa Catarina. Eu quero, mais uma vez, me associar a V. Exª nesse sentimento de pesar e dizer que nós também, Senadora Simone, perdemos um potiguar, que era o Gil, da cidadezinha de Santo Antônio, no Rio Grande do Norte, um garoto que se destacou no futebol potiguar, no futebol do Rio Grande do Norte, tanto é que foi convidado para o time do Chapecoense e estava fazendo bonito também lá, com toda a equipe.

O Senador Lasier pediu a palavra. Depois, a Senadora Simone.

Camisa 8...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Também, Presidente, Senadora Fátima, além de apresentar a nossa solidariedade aos nossos irmãos catarinenses, na pessoa do Senador Dário, que aqui está, quero dizer que todos nós brasileiros estamos impactados por esse triste acontecimento na madrugada de hoje, já em terras colombianas.

Nós do Rio Grande do Sul tínhamos ali naquela comitiva vários representantes. Eu, particularmente, relaciono entre essas pessoas amigos ao longo do futebol, como o jornalista Mário Sérgio, que foi jogador do Internacional, que foi campeão brasileiro no ano de 1979, que foi jogador do Grêmio, que foi campeão pelo Grêmio, que foi da Seleção e que, atualmente, era comentarista da TV Fox.

Igualmente, o treinador Caio Júnior, gaúcho, treinador do Grêmio por muito tempo. Um dos goleiros era gaúcho. O Alan Ruschel também era jogador gaúcho. Enfim, inúmeros gaúchos, além da delegação de jornalistas da RBS de Santa Catarina, empresa na qual atuei por muitos anos. Perdemos muitos amigos.

Sobretudo, há tristeza por ver uma equipe de futebol tão bem-sucedida no futebol brasileiro, numa campanha admirável. Mesmo sendo de uma cidade pequena, como é Chapecó, a campanha da Chapecoense foi exemplar, fruto de uma organização. Ainda na semana passada, ouvia um programa de debates de esporte, e diziam que não é sem razão que a Chapecoense fez uma campanha tão boa, se situando entre os clubes médios do campeonato, exatamente por sua organização, o que pressupõe uma diretoria muito competente. Então, perdemos uma equipe praticamente inteira de uma campanha tão bonita. Esperamos que o Município de Chapecó saiba reagir e reconstruir, embora fique para sempre na memória este que foi não apenas o mais grave acidente com um clube de futebol no Brasil, mas o mais grave acidente com uma equipe de futebol no mundo, porque nos casos antecedentes, inclusive com a delegação do Torino, nos anos 40, nenhuma delegação acidentada teve tantos participantes como teve na madrugada de hoje a comitiva da Chapecoense. Hoje é um dia triste para o Brasil – não apenas para o esporte, não apenas para o futebol, mas para todos nós brasileiros. É indispensável que esse registro seja feito numa Comissão que também é do esporte, como é a nossa Comissão.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento o Senador Lasier e passo a palavra imediatamente à Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Fátima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

No mesmo sentido que os meus colegas Senadores, gostaria de externar também o meu lamento, a minha dor e a minha tristeza. Nós estamos vivendo um luto nacional e, neste momento, palavras são insuficientes para acalentar, acalmar, aplacar a dor insuperável das famílias e dos amigos que ficaram. Mesmo que essas palavras sejam insuficientes, eu deixo aqui o meu pensamento, a minha oração e a minha solidariedade a cada mãe, a cada pai, a cada familiar, a cada amigo desses jovens que, tão prematuramente, nos deixaram. Acima de tudo, são exemplos de jovens que, através do esporte, escolheram uma profissão e estavam levando o nome não só de Chapecó, de Santa Catarina, mas do Brasil, para a América do Sul como um todo. Fica, portanto, aqui, exatamente isto: a nossa solidariedade, nosso pensamento e a nossa oração para que, de alguma forma, esse sentimento de dor e de lamento que hoje acomete toda a população brasileira possa, de alguma forma, acalentar o coração dos que ficaram, especialmente das mães, dos pais, dos familiares e dos amigos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento a Senadora Simone Tebet.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senadora, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Também gostaria de manifestar minha solidariedade a todas as famílias que perderam seus entes queridos num momento de tanta dor, em que realmente é muito difícil conseguir expressar o que significa isso para nós todos. Cada acidente desse tipo gera, também, uma comoção no País, que vai além, também, da perda de todas as famílias e para cada um de nós também.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, nós vamos colocar em votação o presente requerimento.

Apenas destacando também, Senador Lasier, toda a nossa solidariedade às famílias dos 21 jornalistas que acompanhavam a delegação do time Chapecoense. Então, também aqui fazer esse destaque.

Lembrando, Senadora Simone, que esse requerimento vai a voto no Plenário e, portanto, é uma iniciativa do Colegiado aqui, de toda a Comissão.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de pesar, diante da tragédia com o avião que transportava o time da Chapecoense, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos, agora, para os projetos de lei que constam da nossa pauta, começando pelo item nº 1.

É o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, não terminativo, que altera a lei nº 11.343, de 2006, e várias outras legislações, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas, e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2013
- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Autoria: Deputado Osmar Terra

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao Projeto, com sete emendas que apresenta, e contrário às demais emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Observações:

1- Foram realizadas audiências públicas para instrução da matéria.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

3- Em 22/11/2016, foi recebido Voto em Separado da Senadora Lídice da Mata, favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

4- A matéria constou da pauta das Reuniões de 08/11/2016 e 22/11/2016.

A autoria é do Deputado Osmar terra e a relatoria é do Senador Lasier.

O Senador Lasier apresenta um relatório favorável ao projeto, com sete emendas.

Portanto, concedo agora a palavra ao Senador Lasier Martins para ele fazer a leitura do seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente, Senadora Fátima.

Este é um tema muito sensível. Ele já vem em debate aqui no Congresso há bastante tempo, com muitas participações, muitas audiências públicas. E ele, de fato, diz respeito ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e às condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas, e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Esse projeto, como disse V. Exª, veio da Câmara, sob o nº 37. Projeto de Lei nº 7.663, de 2010, na Casa de origem, de autoria do Deputado Osmar Terra, objetivando reformular a política sobre drogas.

Vou ler alguns pontos principais, porque é um relatório bastante amplo. Ele está disponível na internet. E eu passo, desde logo, aos pontos que aqui são abordados.

Em seus 20 artigos, que criam ou alteram dezenas de dispositivos, o projeto de lei dispõe sobre os seguintes temas, entre outros – então, é o que consta aqui desse debate:

- conceitua e determina a composição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad); define comunidades terapêuticas acolhedoras – onde serão ofertadas ao usuário ou ao dependente terapias que visem à abstinência – e a sua participação no Sisnad;

- atribui competências à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito do Sisnad; cria o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas e seus objetivos;

- institui e estabelece a composição, o funcionamento, o financiamento e as atribuições dos conselhos de políticas sobre drogas nos entes da Federação;

- atribui à União a incumbência da criação e manutenção de sistema de informação, avaliação e gestão de política de drogas e define os seus objetivos;

- prevê ações de reinserção social e econômica dos atendidos no âmbito das políticas sobre drogas; estabelece dois tipos de internação do dependente de drogas: internação voluntária e involuntária;

- torna obrigatória a elaboração de Plano Individual de Atendimento (PIA) para cada usuário ou dependente de droga;

- cria hipótese de redução da pena cominada aos crimes previstos no art. 33 da Lei Antidrogas, quando as circunstâncias do fato e a quantidade de droga apreendida demonstrarem o menor potencial lesivo da conduta;

- agrava as referidas penas se o agente exercer o comando individual ou coletivo de organização criminosa – reclusão de oito a quinze anos, mais pagamento de 800 a 1.500 dias-multa;

- possibilita a alienação, antes mesmo de promovida a denúncia, de veículos, embarcações, aeronaves, máquinas, ferramentas, instrumentos e objetos de qualquer natureza utilizados para o tráfico de drogas;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

- altera o processo judicial dos acusados de crimes relacionados a drogas; dispõe sobre o financiamento de políticas sobre drogas:

- faculta aos contribuintes deduzir do imposto de renda devido 30% das quantias efetivamente despendidas na construção e manutenção de instituições de atenção a usuários de drogas;

- regula, detalhadamente, as doações pelos contribuintes aos fundos de políticas sobre drogas, estabelecendo incentivos fiscais para a sua consecução, e promove alterações na legislação tributária; e

- prescreve que as licitações de obras públicas que gerem mais de 30 postos de trabalho deverão prever, nos respectivos contratos, que 3% do total de vagas sejam destinadas à reinserção econômica de pessoa atendida pelas políticas sobre drogas.

Especificamente sobre os temas pertinentes a esta Comissão, o PLC 37, de 2013:

- preconiza a mobilização dos sistemas de ensino na realização de atividades de prevenção ao uso de drogas, no âmbito do Sisnad;

- cria a Semana Nacional de Políticas sobre Drogas e estabelece as ações a serem desenvolvidas nesse período; inclui, entre os princípios e diretrizes das atividades de atenção e de reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares, o "estímulo à capacitação técnica e profissional" e a "efetivação de políticas de reinserção social voltadas à educação continuada e ao trabalho";

- determina que as pessoas atendidas por órgãos integrantes do Sisnad terão atendimento nos programas de educação profissional e tecnológica, de educação de jovens e adultos e de alfabetização;

- estabelece que os serviços de tratamento do usuário ou dependente de drogas devem permitir, entre outras ações, a preparação para "a reinserção social e econômica, respeitando as habilidades e projetos individuais por meio de programas que articulem educação, capacitação para o trabalho, esporte, cultura e acompanhamento individualizado";

- modifica as legislações relativas aos serviços sociais autônomos para prever a possibilidade de cooperação dessas entidades com o sistema de política antidrogas;

- estipula que os estabelecimentos de qualquer natureza poderão ofertar vagas de aprendizes a adolescentes usuários do Sisnad, nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os estabelecimentos e os gestores locais responsáveis pela política de drogas;

- determina que as instituições de ensino, clubes, agremiações recreativas e estabelecimentos congêneres assegurem medidas de conscientização, prevenção e "enfrentamento" ao uso ou dependência de drogas ilícitas; e

– inclui como incumbência dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro, mediante a adoção de estratégias de prevenção e "enfrentamento" ao uso ou dependência de drogas.

No Senado Federal, o projeto tramita sem apensados e foi distribuído para análise das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Após receber as decisões desses colegiados, a proposição deverá ser também submetida ao Plenário.

Em 29 de outubro de 2014, a CCJ aprovou o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, que passou a constituir o Parecer da CCJ, com voto favorável ao PLC nº 37, de 2013, e às Emendas nºs 1, 2, 3, 7 e 8, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 4, 5, 6 e 9.

Aqui, nesta Comissão, foi realizada uma audiência pública sobre a matéria, dividida em duas partes. No dia 30 de março de 2016 (1ª Mesa), a audiência contou com a presença dos seguintes convidados: Luís Fernando Farah de Tófoli, Professor Doutor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Ronaldo Laranjeira, Professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); Sérgio de Paula Ramos, Psiquiatra especialista em álcool e drogas. Já na 2ª Mesa, ocorrida no dia 31 de março de 2016, compareceram os seguintes debatedores: Mauro Leno, membro da Coalizão Latino Americana de Ativistas Canábicos (Clac); Emílio Figueiredo, advogado; Leandro da Costa Fialho, Coordenador-Geral de Educação Integral do Ministério da Educação (MEC); Sérgio Vidal, Presidente da Associação Multidisciplinar de Estudos sobre Maconha Medicinal (AMEMM); e Va-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lencius Wurch Duarte Filho, da Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde (MS).

Não foram apresentadas outras emendas.

Análise, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar a respeito de normas gerais sobre educação e instituições educativas, bem como sobre formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e outros temas correlatos. Além disso, conforme dispõe o inciso II do referido dispositivo do RISF, também cabe à CE manifestar-se sobre a instituição de datas comemorativas.

Dessa maneira, a apreciação do PLC nº 37, de 2013, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão, pois a proposição em exame, ao pretender reformular a política sobre drogas, também aborda temas relacionados à educação e à cultura.

Acertadamente, o PLC busca reforçar o papel da educação no combate ao uso de drogas ilícitas. Dessa forma, atua tanto no aspecto preventivo quanto na recuperação de usuários. Assim, a iniciativa altera a Lei nº 9.394, de 2006, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, conhecida como LDB, para determinar que as escolas promovam ambiente seguro, por meio de ações preventivas. Já na mudança a ser feita no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), essa estratégia preventiva de conscientização é estendida também a clubes, agremiações recreativas e instituições assemelhadas.

Ao mesmo tempo, o PLC busca promover a reinserção social e econômica do usuário e do dependente de drogas mediante a previsão de ações que articulem educação, capacitação para o trabalho, esporte, cultura e acompanhamento individualizado.

Eu pediria, Srª Presidente, que tivéssemos um pouquinho mais de silêncio. Afinal, estamos tratando do maior flagelo da sociedade brasileira, o uso de drogas.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senador Lasier. Nós reiteramos aqui a solicitação que V. Exª acaba de fazer de mantermos o silêncio devido, para que o Senador possa fazer com tranquilidade a leitura do seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado.

Ressalte-se que as estratégias de reinserção social de dependentes químicos têm na profissionalização importante fator de recuperação da autoestima, por meio da recolocação no mercado de trabalho.

Ademais, as entidades dos serviços autônomos têm capacidade para atender esse público, em razão da expertise e da excelência dos cursos de formação profissional que oferecem. Nesse sentido, são bem-vindas as propostas de envolver os serviços nacionais de aprendizagem na oferta de vagas aos usuários do Sisnad.

Igualmente relevante é a previsão da oferta de vagas de aprendizes a adolescentes usuários do Sisnad, nos termos da CLT.

Apropriadamente, as duas medidas não têm caráter impositivo e dependem da celebração de instrumentos de cooperação entre os ofertantes das vagas e os gestores locais responsáveis pela política de drogas.

A despeito das medidas adequadas que o projeto institui, cumpre destacar que a Seção II do Capítulo I do Titulo III e o respectivo art. 19-A – *caput*, §1º e incisos –, que o PLC pretende introduzir na Lei nº 11.343, de 2006, apresentam problemas. Isso porque o projeto de lei cria a Semana Nacional de Políticas sobre Drogas e estabelece as ações a serem desenvolvidas nesse período.

No entanto, para que tramitem regularmente, os projetos que instituem datas comemorativas devem atender aos requisitos procedimentais estabelecidos pelos arts. 2º a 4º da Lei nº 12.345. Segundo, a abertura e os resultados das consultas e audiências públicas para a definição do critério de alta significação sejam objeto de ampla divulgação pelos meios oficiais, facultando-se a participação dos veículos de comunicação social privados (art. 3º). Terceiro, que a sugestão das datas comemorativas objeto de projeto de lei venha acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas, ou ambas, com a participação de amplos setores da população, conforme estabelecido no art. 2º da referida lei (art. 4º). Caso, por alguma circunstância, seja admitida a tramitação de projeto de lei apresentado após a publicação da Lei n° 12.345,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de 2010, sem que estejam atendidos os requisitos nela estabelecidos, deve ser ele rejeitado quando de sua deliberação por esta Comissão, ou, eventualmente, pelo Plenário.

Assim, uma vez que não foi realizada consulta ou audiência pública específica sobre o tema, previamente à apresentação da matéria, a mencionada Seção II e o respectivo art. 19-A – *caput*, §1º e incisos –, que o PLC nº 37, de 2013, pretende introduzir na Lei nº 11.343, de 2006, devem ser suprimidos por não cumprirem os requisitos procedimentais estabelecidos pela Lei nº 12.345, de 2010, assim como o §1º do art. 8º-F, que igualmente se pretende introduzir na mesma lei e que também faz referência à Semana Nacional de Políticas sobre Drogas (nesse dispositivo, por equívoco, a efeméride é denominada "Semana Nacional de Enfrentamento às Drogas"). Por essa razão apresentamos uma emenda supressiva.

Ademais, face à complexidade do tema, que exige a conjugação de várias políticas públicas, tais como as de saúde, ação social, educação, cultura, esportes e direitos humanos, mas também das áreas policial e penal, consideramos adequado propor outros aperfeiçoamentos ao projeto de lei – na forma de emendas –, que oferecemos à apreciação deste colegiado. Tais emendas também buscam escoimar alguns vícios de inconstitucionalidade que identificamos na matéria, a despeito da exaustiva análise realizada pela comissão que nos antecedeu.

Primeiramente, é necessário ajustar o texto do projeto, para que sejam retiradas previsões de constitucionalidade duvidosa, que criam obrigações para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios de instituírem "programas de tratamento, acolhimento e reinserção social e econômica". Dessa maneira, deve ser suprimida a expressão "obrigatoriamente" do inciso IV do art. 8º-B e do inciso IV do art. 8º-C, ambos a serem acrescidos à Lei nº 11.343, de 2006, na forma do art. 2º do projeto. Isso porque a Constituição Federal, em seu art. 24, inciso XII, estabelece a competência concorrente dos entes federativos para legislar sobre proteção à saúde, o que implica autonomia para esses entes federativos decidirem quais políticas públicas, nessas áreas, serão por eles implementadas.

Em sentido semelhante, não deve prosperar o §2º do proposto art. 8º-F à Lei nº 11.343, de 2006, na forma do art. 2º do PLC, uma vez que ele acabaria por gerar obrigações orçamentárias relacionadas aos conselhos de política sobre drogas. Esse dispositivo adentra matéria de competência legislativa de Estados, Distrito Federal e Municípios, o que aponta para sua inconstitucionalidade. Além disso, em tempos de grandes restrições orçamentárias, é temerário criar novas despesas aos entes federados sem a previsão das fontes de custeio necessárias.

Também deve ser alterada a proposta de inclusão do art. 22-B à Lei nº 11.343, de 2006, que trata de percentual obrigatório de contratação de pessoal atendido pelas políticas públicas de drogas em contratações de obras públicas. Não obstante a intenção positiva do PLC, ele criaria novas dificuldades às contratações de obras públicas, que já experimentam grandes dificuldades e obstáculos na prática. Neste ponto, solução adequada foi encontrada pela CCJ, ao prever que os assistidos pelas políticas públicas sobre drogas serão encaminhados ao Sistema Nacional de Emprego (Sine) para que sejam atendidos em suas necessidades específicas.

O §4º do art. 33 da Lei 11.343, de 2006, prescreve que as penas para o tráfico de drogas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

O PLC, por sua vez, pretende estabelecer, no §4º do art. 33 da Lei 11.343, de 2006, que a pena deverá ser reduzida quando: a) o agente não for reincidente e não integrar organização criminosa (inciso I); ou b) as circunstâncias do fato e a quantidade de droga apreendida demonstrarem o menor potencial lesivo da conduta (inciso II).

Do nosso ponto de vista, a aplicação isolada da hipótese do inciso II pode permitir que integrantes de organização criminosa sejam eventualmente tratados como pequenos traficantes. Assim, julgamos adequado manter inalterado o texto legal. Nesse sentido, apresentamos emenda para suprimir essa alteração proposta pelo projeto.

O §5º que o PLC acrescenta ao art. 33 da Lei nº 11.343, de 2006, destina-se a incrementar a pena do tráfico de drogas quando o agente é comandante de organização criminosa. O §6º, por seu turno, traz a definição do que se deve considerar organização criminosa.

Ocorre que supervenientemente foi editada a Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013, que define organiza-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ção criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

Essa lei trata as organizações criminosas de modo mais rigoroso do que o proposto pelo PLC, até porque tipifica a mera conduta de integrar organização criminosa, o que leva ao concurso material do agente que, nessa condição, pratica o crime de tráfico ilícito de drogas.

Por essa razão, apresentamos emenda para suprimir os §§5º e 6º que o PLC pretende acrescer ao art. 33 da Lei nº 11.343, de 2006.

Por fim, observamos que as revogações pretendidas pelo art. 19 do PLC perderam a oportunidade. Com efeito, os §§1º e 2º do art. 32 e os §§1º e 2º do art. 58 da Lei Antidrogas foram supervenientemente revogados pela Lei nº 12.961, de abril de 2014.

Em razão disso, apresentamos emenda para suprimir o art. 19 do PLC.

Voto, Srª Presidente.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, com as emendas abaixo apresentadas e pela rejeição das demais emendas:

Primeira emenda:

EMENDA Nº – CE

Suprimam-se dos arts. 2º e 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, respectivamente, o §1º do art. 8º-F da Seção III do Capítulo II-A do Título II, e a Seção II do Capítulo I do Título III, e seu art. 19-A, inseridos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Outra emenda:

EMENDA Nº – CE

Dê-se a seguinte redação ao art. 8º-B da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013:

"Art. 8º-B .....

.....

IV – instituir e manter programas de tratamento, acolhimento e reinserção social e econômica, sem prejuízo de programas de prevenção."

Outra emenda:

EMENDA Nº – CE

Dê-se a seguinte redação ao art. 8º-C da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013:

"Art. 8º- C.....

.....

IV – instituir e manter programas sobre prevenção, sem prejuízo de programas de acolhimento, tratamento e reinserção social e econômica."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Outra emenda:

EMENDA Nº – CE

Suprima-se o §2º do art. 8º-F da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013.

Outra emenda:

EMENDA Nº – CE

Dê-se a seguinte redação ao art. 22-B da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, nos termos do art. 4º do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013:

"Art. 22-B. Os órgãos integrantes do Sisnad encaminharão o usuário ou dependente de drogas submetidos a tratamento ou acolhimento ao Sistema Nacional de Emprego – Sine e a programas de inserção no mercado de trabalho.

§1º Os programas de que trata o *caput* deverão contemplar estratégias específicas de atendimento aos usuários ou dependentes de drogas, inclusive priorização na contratação de mão de obra para obras e serviços públicos terceirizados, visando sua efetiva reinserção social e econômica.

§2º Será assegurada a proteção da intimidade da pessoa contra qualquer forma de discriminação por sua condição de usuário ou dependente de drogas."

Outra emenda:

EMENDA Nº – CE

Suprimam-se no art. 6º do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, a alteração do §4º, bem como a inserção dos §§5º e 6º no art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

E por fim:

EMENDA Nº – CE

Suprima-se o art. 19 do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, renumerando-se o art. subsequente.

É o longo relatório, Srª Presidente Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Lasier.

Concedo, agora ,a palavra à Senadora Lídice da Mata para a leitura do voto em separado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Srª Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, caro Relator, reconheço uma dedicação muito grande em seu relatório. No entanto, Srª Presidente, após um grande debate na Câmara dos Deputados, num processo intenso de elaboração legislativa, o projeto chegou à Casa e eu pude acompanhá-lo na CCJ, onde recebeu parecer do Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do meu Partido, que me pediu e solicitou acompanhamento dessa matéria aqui nesta Comissão.

Por entender que o relatório do Senador Lasier tem muitos méritos, incorporo algumas posições nesse nosso relatório e no substitutivo. No entanto, ele deixa para trás, na rejeição do relatório da CCJ, inúmeras mudanças muito positivas que o relatório da CCJ traz. Por isso, fiz este voto em separado, para recuperar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

parte significativa do relatório do Senador Antonio Carlos Valadares.

O relatório, Srª Presidente.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 37, de 2013, busca promover ampla reformulação na política sobre drogas, por meio de alterações na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, conhecida como Lei de Drogas, e outros doze diplomas legais.

Em resumo, o projeto trata de sete grandes temas: (1) estruturação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad); (2) formulação e acompanhamento das políticas sobre drogas; (3) atividades de prevenção, reinserção social e econômica; (4) atenção à saúde do usuário de drogas; (5) caracterização das comunidades terapêuticas acolhedoras; (6) aspectos penais e processuais penais; e (7) mecanismos de financiamento.

A descrição pormenorizada das inovações legislativas propostas foi apresentada no relatório do eminente Relator, Senador Lasier Martins, que adoto para fins deste voto em separado.

O projeto recebeu o despacho inicial da Mesa para a CCJ, CE, CAE, CAS e CDH.

Em 29 de outubro de 2014, a CCJ aprovou o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, que passou a constituir o Parecer da CCJ, com voto favorável ao PLC nº 37, de 2013, e às Emendas nos 1, 2, 3, 7 e 8, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 4, 5, 6 e 9.

No âmbito da CCJ, durante a instrução do projeto, foram realizadas duas audiências públicas. A primeira, com a participação dos seguintes convidados: Vitore André Zílio Maximiano, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça; Marcus Vinícius de Oliveira, representante do Conselho Federal de Psicologia; Padre Haroldo Rahm, Presidente da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas; Alice de Marchi Pereira de Souza, representante da Rede Justiça Criminal; Dartiu Xavier da Silveira, Professor da Universidade Federal de São Paulo; Clóvis Benevides, Coordenador do Fórum Brasileiro de Gestores de Políticas sobre Drogas; Miriam Abou-Yd, representante da Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial; Aloísio Andrade, Coordenador Geral do Colegiado de Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas; Cristiano Maronna, advogado e representante de Rede Pense Livre; e Célio Luis Barbosa, Presidente da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas (Confenact).

A segunda audiência pública da CCJ foi de iniciativa popular (Sugestão nº 10, de 2014), solicitada por meio do canal e-Cidadania, por mais de dez mil pessoas, para debater os temas da descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal e da eventual inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei nº 11.343, de 2006.

Participaram da audiência os seguintes convidados: Analice de Paula Gigliotti, médica psiquiatra, representando o Dr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria; Beatriz Vargas Ramos, professora da Universidade de Brasília; José Alexandre de Souza Crippa, professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; José Henrique Torres, juiz de direito do Tribunal de Justiça de São Paulo; Maria Lúcia Karam, diretora da LEAP Brasil; Renato Malcher Lopes, neurocientista e professor adjunto do Departamento de Ciências Fisiológicas da Universidade de Brasília e Ubiratan Ângelo, representante da ONG Viva Rio.

No processo de elaboração do substitutivo aprovado pela CCJ, o Senador Antonio Carlos Valadares, conforme descreve em seu relatório, estabeleceu diálogo com os Ministérios da Saúde, da Justiça, da Fazenda, Casa Civil e Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Recebeu contribuições do Conselho Federal de Psicologia e de diversas entidades da sociedade civil, como: Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia, Rede Pense Livre, Rede Justiça Criminal, Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Viva Rio, Movimento Rio de Paz, Rede Evangélica Nacional de Ação Social (Renas), Rede Fale, Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas, Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, Pastoral da Sobriedade, Cruz Azul no Brasil, Fazenda Esperança, Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon).

No âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, foi realizada uma audiência pública sobre a matéria, dividida em duas partes, como já foi dito aqui antes. Na primeira Mesa a audiência contou com a presença dos seguintes convidados: Luís Fernando Farah de Tófoli, Professor Doutor da Universidade Estadual de Campinas; Ronaldo Laranjeira, Professor da Universidade Federal de São Paulo; Sérgio de Paula Ramos, Psiquiatra especialista em álcool e drogas. Já na segunda Mesa, ocorrida no dia 31 de março, deste ano, compare-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ceram os seguintes debatedores: Mauro Leno, membro da Coalizão Latino Americana de Ativistas Canábicos; Emílio Figueiredo, advogado; Leandro da Costa Fialho, Coordenador-Geral de Educação Integral do Ministério da Educação; Sérgio Vidal, Presidente da Associação Multidisciplinar de Estudos sobre Maconha Medicinal; e Valencius Wurch Duarte Filho, da Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde.

O eminente Relator nesta Comissão, Senador Lasier Martins, apresentou seu relatório no último dia 24 de outubro, com parecer favorável ao projeto, com sete emendas de sua autoria, e contrário ao substitutivo aprovado pela CCJ, Emenda nº 1-CCJ.

Não foram apresentadas outras emendas.

Análise.

Tributando o máximo respeito e consideração ao eminente Relator, reconhecendo o cuidadoso trabalho que ele desenvolveu em torno do projeto, aqui serão expostos os motivos que nos levam a concluir pela aprovação do projeto na forma de um substitutivo que contempla a maior parte das emendas apresentadas pelo Senador Lasier Martins, mas aproveita a Emenda nº 1-CCJ, incorporando a ela as devidas alterações.

Como bem assinalado no relatório apresentado, compete à CE opinar a respeito das normas gerais sobre educação e instituições educativas, bem como sobre formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e outros temas correlatos.

Além disso, conforme dispõe o inciso II do referido dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal, também cabe à CE manifestar-se sobre a instituição de datas comemorativas.

Verificamos que o PLC 37, de 2013, promove inovações legislativas que valorizam o papel da educação e da cultura na prevenção ao uso indevido e à dependência de drogas, assim como na reinserção social e econômica de usuários.

As alterações propostas no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 16 do PLC) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 17 do PLC) instituem o dever de instituições de ensino, clubes, agremiações recreativas e estabelecimentos congêneres adotarem medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas.

Ainda no campo da educação, o PLC estabelece que as pessoas atendidas por órgãos integrantes do Sisnad terão atendimento nos programas de educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos e alfabetização. Prevê também que, mediante instrumentos de cooperação, as escolas dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (Senai, Senac, Senar e Senat) poderão ofertar vagas aos usuários do Sisnad. No mesmo sentido, os estabelecimentos de qualquer natureza poderão ofertar vagas de aprendizes a adolescentes usuários do Sisnad, conforme o respectivo instrumento de cooperação.

Com relação à reinserção social e econômica pelo trabalho de pessoas atendidas pelas políticas sobre drogas, o projeto reserva 3% das vagas em empresas vencedoras de licitações de obras públicas que gerem mais de 30 postos de trabalho. O postulante à vaga deve estar cumprindo seu plano individual de atendimento.

Estamos de acordo com a alteração formulada pelo substitutivo e abraçada em emenda proposta pelo Senador Lasier Martins, de igual teor, que propõe, ao invés da cota de vagas, o encaminhamento do usuário do Sisnad ao Sistema Nacional de Emprego (Sine) e a programas de inserção no mercado de trabalho, com a previsão de que tais programas deverão contemplar estratégias específicas de atendimento aos usuários ou dependentes de drogas.

Com relação à criação da Semana Nacional de Políticas e a previsão das ações que devem ser desenvolvidas nesse período, também concordamos com o relatório do Senador Martins, quando demonstra que a proposta fere os requisitos procedimentais estabelecidos pelos arts. 2º a 4º da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

No que diz respeito aos demais temas abrangidos pelo PLC, concordamos com a necessidade de retirar previsões de constitucionalidade duvidosas, como já foi dito aqui pelo Relator, que criam obrigações para Estados, o Distrito Federal e Municípios de instituírem programas de tratamento, acolhimento e reinserção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

social e econômica.

Duas emendas do Senador Martins suprimem a expressão "obrigatoriamente" e, portanto, o texto proposto é igual àquele aprovado pela CCJ no bojo da Emenda nº 1, do substitutivo.

Pelas mesmas razões, necessária a supressão do § 2º, do art. 8º-F, à Lei nº 11.343, na forma do art. 2º, do PLC, uma vez que ele acabaria por gerar obrigações orçamentárias relacionadas aos Conselhos de Política sobre Drogas, adentrando matéria de competência legislativa de Estados, Distrito Federal e Municípios.

Igualmente alinhados ao substitutivo da CCJ, na emenda proposta pelo Senador Lasier percebemos que se tornou inoportuna a inclusão dos §§5º e 6º ao art. 33, da Lei nº 11.343, de 2006, que buscam definir o que é organização criminosa e incrementar a pena de tráfico de drogas quando o agente é comandante de organização criminosa.

Ocorre que, após a aprovação do PLC pelo Plenário da Câmara dos Deputados, foi promulgada a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, que trata as organizações criminosas de forma mais rigorosa do que o proposto pelo PLC.

Concordamos, também, com o Senador Lasier com a necessidade de suprimir as revogações pretendidas pelo art. 19, do PLC, equivocadamente mantidas no art. 15, da Emenda nº 1-CCJ, por terem perdido a oportunidade.

Com efeito, os §§1º e 2º, do art. 32, e os §§1º e 2º, do art. 58, da Lei de Drogas, foram supervenientemente revogados pela Lei nº 12.961, de 4 de abril de 2014.

Verificamos, portanto, Srª Presidente, sintetizando, que, das sete emendas apresentadas pelo Senador Lasier, quatro estão contempladas no substitutivo da CCJ. Das outras três emendas, estamos de acordo com duas (supressão dos dispositivos que criam a data comemorativa e do que promove a revogação dos dispositivos que já foram revogados). Entendemos que, nesses pontos, o substitutivo da CCJ deve ser aprimorado.

Divergimos, portanto, do relatório apresentado pelo Senador Lasier em dois aspectos fundamentais: a emenda que suprime do texto aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados as alterações no §4º, do art. 33, da Lei nº 11.343, de 2006, e a rejeição do substitutivo da CCJ em sua integralidade, o que descartaria inúmeros aprimoramentos incorporados ao texto.

Eu vou, Srª Presidente, passar diretamente a esses dois pontos.

A inovação pretendida pelo PLC 37, de 2013, de dar um tratamento mais adequado aos pequenos traficantes, revela-se condizente com a realidade das organizações do tráfico de drogas. Essa realidade não pode ser ignorada. É sabido que a rede do tráfico de drogas opera de forma organizada e hierarquizada, envolvendo diferentes graus de participação, comando e importância.

Há envolvimentos absolutamente engajados e com domínio do fato final, mas há também envolvimentos marginais e até insignificantes, de pessoas facilmente substituíveis em caso de morte ou prisão, que nada interfere na estrutura final da organização criminosa. A lei penal deve propiciar respostas em diversos níveis de intensidade, conforme o risco social causado pelas variadas condutas criminosas. É de bom tom que o juiz possa assim se pronunciar.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu pediria, Srª Presidente, por favor, um pouco mais de atenção para o voto em separado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Por isso acabei de apertar a campainha pedindo...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Estou tentando, inclusive, pulando trechos do relatório, já que todos receberam o voto em separado, mas destacando algumas questões. Quero destacar, por exemplo, que, recentemente, o Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou um caso, HC 118.533, em 23 de junho de 2016, relatado pela Ministra Cármen Lúcia, em que a Corte mudou a sua orientação jurisprudencial e assentou que o chamado tráfico privilegiado, previsto no §4º do art. 33, não deve ser considerado crime equiparado ao hediondo. Assim, pronunciou-se o STF ao verificar essa equiparação, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

seria desproporcional. Pesaram considerações de política criminal, como o aumento desmesurado da população carcerária, produzida pela Lei nº 11.343, de 2006, e a rigidez da norma, impedindo que o juiz aplique penas adequadas aos casos concretos.

A redação do PLC nº 37, de 2013, para o §4º do art. 33 vem ao encontro dessa necessidade de conferir instrumentos para que o juiz aplique penas adequadas e proporcionais, verificando a singularidade de cada caso concreto.

Agora, Srª Presidente, eu vou me referir justamente à segunda divergência, que diz respeito àquilo que de avanço foi conquistado pela sociedade na negociação feita pelo nobre Relator, que adentra esta sala, o Senador Antonio Carlos Valadares, que foi fruto de uma intensa negociação com as organizações da sociedade brasileira. O primeiro deles é que todas elas são rejeitadas no parecer do Senador Lasier.

1. O acréscimo de objetivos ao Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, como o de fortalecer a rede de atenção psicossocial para o atendimento a usuários e dependentes de drogas e o de consagrar o pluralismo de abordagens para a prevenção do uso indevido de drogas, estabelecer convergência de propósitos com políticas públicas voltadas para a criança, o adolescente e o jovem, políticas de esporte, cultura e lazer, entre outros objetivos.

Essas inovações foram incorporadas a partir de sugestões enviadas pelo ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, de conhecimento público, participante de um fórum internacional que discute o enfrentamento de drogas em todo o mundo;

2. Garantia de participação da sociedade civil nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, na forma do regulamento;

3. Quanto aos Conselhos de Políticas sobre Drogas, alterações atenderam às sugestões do Colégio de Presidentes de Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas, a previsão de que entes federados poderão atribuir-lhes poder normativo mediante a aprovação de lei local, além as previsões de que os objetivos elencados também se aplicam à União, de que os conselhos de políticas sobre drogas deverão atuar em articulação com os conselhos de saúde e assistência social, de participação da sociedade civil, de forma paritária e de mandato fixo para seus conselheiros, cuja participação será considerada de interesse público e não remunerada.

4. Previsão de que, entre os objetivos do sistema de informação, avaliação e gestão das políticas sobre drogas, está o de criar ouvidoria para a melhoria do atendimento a usuários e dependentes de drogas. É outra alteração incorporada a partir de sugestão enviada pelo ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

5. Inserção de dois novos princípios e diretrizes para as atividades de prevenção, quais sejam, a divulgação de informações sobre ações de prevenção e de atenção à saúde e a divulgação de iniciativas, ações e campanhas que visem estimular o diálogo e a inserção social de pessoas que fazem uso problemático de drogas.

6. Acréscimo de novos princípios e diretrizes a serem observados nas atividades de atenção à saúde e de reinserção social dos usuários e dependentes, como: promoção de condições indispensáveis à garantia da atenção integral e acesso igualitário aos serviços e ações de saúde; coordenação de políticas em atenção à criança, ao adolescente e ao jovem para a redução de danos sociais e à saúde relacionados ao uso indevido de drogas; e a compatibilidade entre os programas que visam a abstinência com os programas de tratamento que visam a autonomia do indivíduo, com redução de danos sociais e à saúde. Aqui, também, trata-se de sugestões feitas pelo ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

7. Deslocamento topográfico do atual art. 24 da Lei nº 11.343, de 2006, para que passe a viger como art. 22-C, a fim de manter o assunto de que ele trata (incentivos a programas de reinserção no mercado de trabalho) no capítulo próprio do tema, evitando que, com as alterações que serão introduzidas na lei, ele reste inserido no capítulo do plano individual de atendimento, que é instrumento da atenção à saúde.

8. No que se refere à atenção à saúde, a inclusão da atenção psicossocial, ao lado do tratamento ambulatorial, como forma prioritária de tratamento dos dependentes de drogas; supressão da referência a usuários, quando o sistema de atenção à saúde deve estar focado nos dependentes; e especificação de que os protocolos técnicos usados para orientar tais serviços sejam baseados nas melhores evidências científicas disponíveis.

9. No tema da internação involuntária de dependentes de drogas, a previsão de que ela será interrom-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pida, quando houver solicitação escrita da família e não houver risco imediato à vida da pessoa internada ou de terceiros, avaliado pelo médico responsável; e poderá ser interrompida pelo médico responsável mediante requerimento de servidor público da área de saúde ou da assistência social.

Sr. Presidente, sei que são muitos os artigos, vou escolher mais três para ler, porque são questões de extrema importância que estão no projeto relatado pelo Senador Valadares. Enumerei 17 dessas ações que foram suprimidas no relatório do Senador Lasier.

Por exemplo: reorganização dos dispositivos referentes às comunidades terapêuticas acolhedoras, consolidando-os no art. 26-A, com nova redação que traz a definição dessas entidades para o capítulo próprio, separa os incisos que elencam características dessas entidades daqueles que criam obrigações, e acrescenta novas obrigações, como: informar à família e órgãos públicos, inclusive o Conselho Tutelar, sobre os acolhimentos realizados, assim como os desligamentos, desistências e evasões; permitir a comunicação com familiares; respeitar a integridade física e psíquica e os direitos à privacidade, à liberdade de crença, à alimentação e alojamentos adequados; e observar as normas de segurança sanitária.

Buscou-se, também, eliminar ambiguidades que poderiam surgir na caracterização das comunidades terapêuticas. Esse que trata das comunidades terapêuticas é importante porque diversas delas foram vidas no processo de relatório durante um ano, em que o Senador Valadares relatou esse projeto na CCJ. Deixa claro que elas não se caracterizam como unidades de saúde.

Para isso, o substitutivo especifica que os projetos terapêuticos oferecidos têm como principal instrumento a convivência entre os pares, esclarece que as entidades de acolhimento deverão se articular com o SUS e o SUAS, para garantir a integralidade da atenção à saúde e preparar o processo de reinserção social da pessoa acolhida, e, por fim, assegura-lhes prioridade na utilização da rede de atendimento do SUS, conforme o fluxo organizativo e institucional estabelecido pelo SUS.

A redação do dispositivo foi construída pelo Relator no âmbito da CCJ, como disse antes, em diálogo e acordo com representantes da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas (Confenact) e da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (Febract) com ampla atuação nessa política pública.

Entre os aspectos penais do projeto, uma alteração no art. 44 e a revogação do art. 59 da Lei nº 11.343, de 2006, busca atualizá-la à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, como disse antes.

Destaco também, no item 16, no tema do financiamento das políticas sobre drogas, alterações substanciais que foram feitas para atender a sugestões do Ministério da Fazenda, a fim de tornar mais simples, do ponto de vista burocrático e operacional, os incentivos fiscais previstos para fomentar doações a instituições que atuam na recuperação de usuários de dependentes de drogas (dedução no imposto de renda).

Por fim, o último aspecto – eu li aqui em torno de oito a nove dos 17: a supressão de dispositivos existentes no projeto original, que: (i) criam novas condições para os Estados e Municípios recebam recursos do Funad, como a criação de conselhos e integração ao sistema de informações; (ii) regulam em detalhes do funcionamento dos órgãos gestores dos fundos de políticas sobre drogas, incluindo regras sobre a forma de emitir recibos, de administrar as contas e de realizar as suas reuniões; (iii) limitam a atuação do Ministério Público na fiscalização da forma como os recursos são aplicados pelas instituições beneficiárias de incentivos fiscais.

Todas essas questões acima não estão contempladas no relatório oferecido pelo Senador Lasier Martins e seriam rejeitadas com a opção de aprovar o projeto original e não a Emenda nº 1 da CCJ.

Optamos dessa forma por oferecer um substitutivo que tem como base a Emenda nº 1 da CCJ, mas insere as alterações referidas no início da presente análise, no intuito de aprimorá-lo com as supressões dos dispositivos que criam a data comemorativa e do que promove a revogação de dispositivos que já foram revogados por lei posterior, como sugere o Relator Lasier Martins.

Por todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, e sua aprovação na forma do seguinte substitutivo, Srª Presidente, que segue em anexo e que os Srs. e as Srªs Senadoras já receberam.

Muito obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Randolfe com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, naturalmente será dada vista coletiva dessa matéria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito, mas não prejudica aquilo que foi colocado.

Será dada vista. A matéria não será votada agora.

Eu queria só fazer um encaminhamento.

Nós estamos em um momento que tem sido difícil, nas últimas semanas, para conseguir o quórum da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Há várias semanas. V. Exª tem toda a razão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exatamente. Eu acho que deveríamos aproveitar este momento em que temos quórum para votar um conjunto de matérias terminativas que temos aqui.

Eu queria, de antemão, fazer uma solicitação a V. Exª, com a concordância do Plenário também. Existe um PLS de minha autoria, o Item 7 da pauta, cuja leitura já foi feita. Na verdade, ele tem que ser submetido à votação. E existe o Item 11 da pauta, que é o PLS nº 212, de 2016, de autoria de V. Exª e de relatoria do Senador Paulo Paim, e queria que V. Exª me designasse Relator *ad hoc* para podermos encaminhar esses itens.

Então, o meu apelo à Comissão é para aproveitarmos o quórum e encerrar as matérias terminativas.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Eu entendi, Senador Randolfe, e concordo com V. Exª. Eu só gostaria de saber quem está fazendo o pedido de vista. É a Senadora Marta?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Estou fazendo o pedido de vista de quinze dias, para que possamos analisar os dois relatórios.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Senadora.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pedido de vista concedido.

Diga, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Somente para, em breves palavras, já que houve o pedido de vista, parabenizar a Senadora Lídice da Mata pelo trabalho edificante que fez para ressalvar aquilo que a Comissão de Constituição e Justiça conseguiu aprovar através do meu relatório, depois de um ano de intenso trabalho, ouvindo dezenas e dezenas de entidades e de especialistas, para construirmos um projeto que sintonizasse os interesses da maioria da sociedade brasileira, o pensamento daqueles que veem a droga não como um crime. O cidadão que entra no vício da droga não pode ser visto como um criminoso, mas como uma pessoa que precisa do amparo do Estado para cuidar da sua saúde.

Lamentavelmente, no projeto que veio da Câmara dos Deputados, nós tivemos que fazer essas alterações substanciais visando colocar como eixo de nossas preocupações o atendimento àquele que não enveredou pelo caminho do crime, mas pelo vício, e que pode ser tratado em várias entidades, inclusive nas comunidades terapêuticas. Lamentavelmente, não foi assim que entendeu o novo Relator, aqui, nesta Comissão de Educação. Mas, quem sabe, depois de aprofundarmos o estudo sobre as duas proposições, a original, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

veio da Câmara dos Deputados, e a que foi aprovada pela CCJ, a Comissão de Educação possa tomar uma diretriz mais justa, equilibrada, sintonizada com o momento atual grave por que passa a sociedade brasileira, em que as cadeias estão abarrotadas de pessoas. Muitas delas poderiam estar, sem dúvida alguma, cuidando da saúde, mas estão presas. E depois saem com diploma de criminosos nesta sociedade injusta que estamos vivendo.

Agradeço a V. Exª, Srª Presidente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço, Senador Valadares.

Primeiro, quero conceder aqui o pedido de vista por 15 dias, solicitado pela Senadora Marta Suplicy.

Segundo, eu queria fazer um apelo aqui às assessorias no sentido de que fizessem contato com alguns Senadores, para que pudéssemos ter o quórum suficiente e deliberar sobre essas duas sugestões do Senador Randolfe, um projeto de lei de autoria dele e outro projeto de lei de nossa autoria.

Há concordância de todas as bancadas aqui. A nossa ideia era apreciar agora o projeto de lei relatado pela Senadora Simone, ao tempo, Senadora, em que repito que nós fizéssemos um esforço aqui para que déssemos o quórum qualificado para aprovar em seguida as outras duas matérias.

Concedo, com o maior prazer, a palavra à Senadora Simone Tebet, que é Relatora do projeto de lei, de autoria do Deputado Chico Lopes, que dispõe sobre a criação da Semana Nacional pela Não Violência Contra a Mulher e dá outras providências.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Srª Presidente.

É um relatório muito simples, como é a matéria. Não vejo polêmica. Eu vou evitar ler até para que nós possamos acelerar, mas lembrando que nós já estamos nos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher.

Na realidade, esta é uma campanha mundial, desde 1991. Começa no dia 25 de novembro e termina no dia 10 de dezembro – são, portanto, 16 dias –, passa dentro desse calendário pelo dia comemorativo dos direitos humanos, que é no dia 10 de dezembro, e passa também pelo dia 6 de dezembro, que é o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Daí a importância de votarmos – não é terminativo – esse projeto, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Chico Lopes, que simplesmente cria a Semana Nacional da Não Violência contra a Mulher exatamente nesse período de campanha mundial ou internacional.

Na justificação, o autor apresenta os dados – que eu não vou apontar, nem falar aqui – de pesquisas recentes, e infelizmente a violência contra mulher é um dos mais graves problemas que persistem no País. A violência, ao invés de diminuir, tem aumentado, inclusive no seu requinte de crueldade. Já foi aprovado, como eu disse, na Câmara.

Na análise, não vimos óbice de natureza constitucional, regimental e, muito menos, em relação ao mérito. É muito bem-vinda a contribuição do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2016, do Deputado Chico Lopes. Como já bem disse, trata-se de instituir a semana proposta para se juntar à campanha internacional de 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher.

Aqui, já indo para o final, uma vez que já disse que nos aspectos constitucionais e de juridicidade não vimos nenhum óbice, no entendimento desta relatoria, a proposição atende plenamente ao requisito da alta significação. Tendo sido apresentado desde 2007, antes, portanto, da vigência da citada lei, não houve a necessidade de se fazer audiências específicas para tratar a temática. Mas, para finalizar, gostaria de dizer que embora não tenhamos feito audiências públicas, são inúmeras as audiências públicas que realizei, como Presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, com as Senadoras e Deputadas também, desde 2015, portanto, são testemunhos bastantes em relação à importância do debate desta matéria para a contribuição ao debate público de maior relevância.

Nosso voto, portanto, é pela aprovação do projeto de lei de Câmara que dispõe sobre a criação da Se-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mana Nacional pela Não Violência contra a Mulher e dá outras providências, Srª Presidente.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Falou a Senadora Simone Tebet pela relatoria.

Passo a palavra imediatamente à Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu quero parabenizar o projeto.

Acho extremamente importante termos semanas dedicadas a um tema, porque realmente aparecem consequências positivas quando o tema fica nacional, os meios de comunicação trabalham o tema, e as pessoas vão perdendo – muito principalmente as mulheres, porque são vítimas – o temor de poderem fazer as denúncias, e todos que são responsáveis também pela aplicação da Lei Maria da Penha se sentem mais "vigiados", entre aspas, mais preocupados com o bom andamento do cumprimento da lei.

Em relação ao projeto de combate às drogas, também foi discutido isso. Não lembro se o Senador Lasier retirou a semana das drogas de alguma forma, que o substitutivo da Senadora Lídice está recolocando.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não, não.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – E acho extremamente importante.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não, não.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ou é o contrário?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mudou o nome.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas vai continuar mantendo?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mudou o nome para, do mesmo jeito que a Senadora Simone fez, fugir do rigor da legislação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Fica... Fala no microfone, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Foi retirado, sim, porque tem que cumprir a Lei nº 245. Foi efetivamente retirado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas vai haver a semana ou não?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não, nós retiramos a proposta da semana.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ah, bom.

Então, eu já quero dizer aqui que acho muito importante haver a semana, porque, da mesma forma que a Semana do Combate à Violência contra a Mulher propicia essa discussão, todas as escolas do País, em uma semana – só para falar das escolas, sem falar do resto – vão ter que se engajar nesse combate.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Só para esclarecer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Há uma legislação que define que procedimento nós temos que seguir para criar as semanas. E foi porque esse procedimento não foi atendido que o Senador retirou do texto. Então, talvez, nessa reavaliação do texto nós possamos, de comum acordo, recuperar isso, usando o mecanismo que foi usado pela Senadora Simone de dizer que todas as nossas audiências feitas ao longo destes dois anos podem suprir essa necessidade de audiência específica para isso. Acho que poderíamos acordar nesse aspecto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Pausa.*)

Em discussão ainda a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Um aspecto interessante desse projeto de lei é a sugestão para que ele passe a constar agora da Campanha 16 Dias de Ativismo. É bastante interessante esse aspecto.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Apenas para solicitar urgência ao projeto, para que possa ser deliberado pelo Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Coloco em votação agora o requerimento de urgência, para que seja encaminhado à votação pelo Plenário da Casa.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós não atingimos o quórum, e mais uma vez fazemos um apelo. Uma Comissão tão importante quanto esta, e há semanas que, infelizmente, não temos quórum qualificado para que possamos aprovar iniciativas tão importantes que constam aqui da nossa pauta há muito tempo.

Enfim, vamos para a apreciação de requerimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Srª Presidente, permita-me.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Uma vez que é fatal que já perdemos o quórum e não vamos conseguir recuperá-lo, está dado isso, para adiantar inclusive o projeto de V. Exª, solicito que me designe Relator *ad hoc* do Projeto de Lei do Senado nº 212, de V. Exª, para que eu faça a leitura do relatório agora. Pelo menos, ficará pendente somente a votação, assim como ficaria da minha matéria, que propus. Ficaria lido o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Enquanto isso, Senador, vamos aos dois requerimentos.

ITEM 28
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 83, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 75/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 01 de novembro de 2016, a inclusão da seguinte convidada para participar de audiência pública destinada a debater propostas de aperfeiçoamento e inovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira - Secretária de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás .

Autoria: Senador Hélio José e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O outro requerimento é do Senador Cristovam, extrapauta.

ITEM 31
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 84, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 75/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 01 de novembro de 2016, a inclusão do seguinte convidado para participar de audiência pública destinada a debater propostas de aperfeiçoamento e inovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Carlos Savio Teixeira, Professor da Universidade Federal Fluminense.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

O requerimento é de autoria do Senador Cristovam.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Este aqui é de minha autoria:

ITEM 26
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 80, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RCE 72/2016, para discutir os efeitos da PEC 241 de 2016, em tramitação no Legislativo Federal, sejam incluídos os representantes das seguintes entidades entre os convidados: 1. União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES 2. União Nacional de Estudantes - UNE 3. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES 4. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF 5. Campanha Nacional pelo Direito à Educação 6. Movimento Todos pela Educação 7. Fórum Nacional de Educação.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Comunico que amanhã, quarta-feira, às 9h30, será realizada reunião extraordinária em forma de audiência pública destinada a debater propostas de aperfeiçoamento e inovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em atendimento ao Requerimento nº 75, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Romário e Hélio José.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 51 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia trinta de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências eventuais dos Senadores Cristovam Buarque e Antonio Anastasia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Gladson Cameli, Ana Amélia, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Eduardo Amorim e Deca. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Lasier Martins, Paulo Paim, Wilder Morais, Simone Tebet, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, José Agripino, Alvaro Dias, Lídice da Mata, Romário, Roberto Rocha, Cidinho Santos e Pedro Chaves. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCE 75/2016, de autoria do Senador Romário e do Senador Cristovam Buarque e outros, RCE 83/2016, de autoria do Senador Hélio José e outros e da Senadora Fátima Bezerra, e RCE 84/2016, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros e da Senadora Fátima Bezerra. **Finalidade:** Debater Propostas de Aperfeiçoamento e Inovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). **Participantes:** Marcelo Lucio Ottoni de Castro, Consultor Legislativo do Senado Federal; Ademir Almagro, Professor da Rede Municipal de Novo Horizonte; João Batista Araújo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto. Carlos Sávio G. Teixeira, Professor da Universidade Federal Fluminense. Após as exposições dos convidados, a presidência concede a palavra, excepcionalmente, à Senhora Loni Elisete Manica, Doutora em Educação e Assessora Parlamentar. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Antonio Anastasia

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Senador Cristovam Buarque

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Um bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião atende aos Requerimentos nºs 75, 83 e 84, de 2016, de minha autoria e de autoria dos Senadores Romário, Hélio José e Fátima Bezerra, para realização de audiência pública destinada a debater propostas de aperfeiçoamento e inovação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Dando início à audiência, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para que tomem assento à mesa.

São nossos convidados: Marcelo Lúcio Ottoni de Castro, Consultor Legislativo do Senado Federal; João Batista Araújo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto; Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira, Secretária de Estado da Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás, que ainda não está presente; Carlos Sávio Teixeira e Ademir Almagro.

Agradecemos aos convidados.

Informo que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, através do Alô Senado, cujo telefone

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

é 0800-612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirão, ao vivo, a presente reunião e possibilitarão o recebimento de perguntas e comentários aos expositores através da internet.

Esta é a segunda audiência que fazemos com o objetivo de debater propostas de aperfeiçoamento e inovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que este ano completa 20 anos.

A proposta de metodologia para o debate na reunião foi elaborada pelo Prof. João Batista Araújo e Oliveira, a quem agradeço, que atuará na função de coordenador dos trabalhos. O objetivo é estabelecer uma dinâmica que permita oferecer propostas de aperfeiçoamento sobre a educação, em especial, obviamente, na LDB.

O formato de audiência, com perguntas sobre as quais os participantes deverão debater, permite liberdade a todos os quatro. Entretanto, eu tenho trabalhado com outras pessoas a ideia de tentarmos responder a algumas perguntas, como, por exemplo:

1. Em que aspecto atual LDB contribuiu para promover avanços na educação dos últimos anos? Que avanços podemos dizer que se devem à LDB.

2. Como pensar no marco legal que evite, considere ou supere a condição na qual se debate um projeto de lei? Nesse contexto, seria possível pensar um projeto nacional para a educação? Essa é uma pergunta fundamental. Como contemplar as diferentes pressões e contrapressões? Inclusive, se não é melhor não ter lei também é uma pergunta que pode passar e justifica pensar, ou uma lei restrita.

3. A LDB atual foi alvo de mais de 20 emendas e há mais de 300 projetos em andamento com emendas adicionais. Que característica deveria ter um marco legal para a educação que assegure o melhor interesse do aluno, crie espaço para assegurar e promover mudanças sem necessidade de emendas a cada período? A ideia aqui é para falarmos nas grandes linhas ou temas que o marco legal deveria contemplar. Isso fundamental. Que grandes eixos o marco legal da educação deveria contemplar?

Vamos ter reuniões no formato que cada reunião terá três perguntas, que serão respondidas e debatidas pelos participantes, o coordenador fará a mesma pergunta para os participantes; depois, na resposta, o coordenador estimula um debate entre os participantes. Ao mesmo tempo, faremos, eu e o João Batista, uma pequena síntese do que foi discutido ao longo desta manhã.

Eu não gosto de cortar a palavra, até porque vocês vieram aqui para serem escutados, nós viemos aqui para ouvir. Mas vamos ter um relógio que aos 15 minutos avisa. Se for preciso continuar, não se inibam. Continuem, obviamente, dentro de um certo limite que permita que, em uma certa hora, possamos ter concluído os trabalhos.

Eu vou passar na ordem em que eu chamei.

Antes de passar a palavra para cada um na ordem, vou passar a palavra ao João Batista, que tem nos auxiliado a refletir sobre essas audiências relacionadas à LDB, como homenagem aos 20 anos, também como análise dos 20 anos e também como proposta alternativa para os próximos 100 anos, vamos dizer assim.

Prof. João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador.

A ideia desta Mesa é ter um formato diferente do que é usual em audiências públicas, o Senador concordou e os participantes receberam a informação. Então, a ideia é de que a cada pergunta cada um tenha 5 minutos para responder. Então, são três rodadas de 15 minutos em função das três perguntas. Cada um vai tentar se manter dentro do tempo para que todos os itens possam ser contemplados.

Então, o primeiro bloco de perguntas tem a ver com a LDB atual e com a inquietação do Senador. A inquietação genérica que ele acabou de falar é esta: temos uma lei, temos um punhado de mudanças em 20 anos, temos um punhado de pedidos de mudanças que ainda não foram examinados e temos o mundo que muda com muita celeridade. Então a ideia é: precisa haver lei? Pode haver lei? Como é que deve ser o contorno da lei? Para responder essas perguntas, a análise é a seguinte. O que essa lei atual, de 1997, permitiu que a lei antiga não teria permitido? Por que ela foi necessária? Por que essas emendas foram necessárias? O que elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dizem? O que a gente pode aprender disso?

Passo a palavra ao Prof. Ademir para a primeira rodada de 5 minutos.

O SR. ADEMIR ALMAGRO – Bom dia a todos. Quero inicialmente saudar o nobre Senador Cristovam Buarque e, nesta saudação, estendo também os meus cumprimentos a todas as autoridades presentes e aos companheiros de Mesa.

Em relação à LDB de 1996, eu destaco vários avanços. O Brasil realmente melhorou na educação nesse sentido, apesar de estar muito longe do ideal.

Destaco, por exemplo, o aumento no gasto com a educação. União, Estados, Distrito Federal e Municípios se viram obrigados a investir mais em educação. Isso trouxe reflexos na sala de aula – volto a lembrar, longe do ideal, mas foi um avanço.

Destaco também outro avanço, que foi a necessidade de os professores dos anos iniciais e do ensino fundamental, também chamado de Fundamental 1, procurarem um curso universitário, um curso superior. Até então não havia essa necessidade. É um avanço, acontece diferença em sala de aula, a educação está melhorando – longe do ideal, mas é um passo.

Destaco também uma outra grande mudança, acredito eu, a grande novidade da LDB: determinar que a União faça avaliações para analisar o rendimento da educação. Acredito eu que aí nós temos uma grande chance de fazer a educação melhorar mais e num ritmo mais rápido também. Acredito eu que essa avaliação especial que nós já possuímos, chamada Prova Brasil, que gera o Ideb, é uma grande reflexão que se faz. Se as escolas analisarem os números e pensarem esses números como fator de estratégia, como necessidade de mudança, se analisarem onde temos problemas no sistema de ensino e aprendizado e fizerem essas mudanças – lógico, respeitando suas realidades –, a educação muda, e muito.

Para finalizar, ainda vejo mais um avanço, que é incluir a educação infantil nesse contexto de educação básica. É fundamental essa evolução.

O Brasil passa por grandes leis que melhoram a educação, mas não podemos parar por aí. Então se faz necessária uma reunião como esta. A educação precisa ser repensada a cada dia, para que se produza a educação que o Brasil merece.

Obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Muito bem. Muito obrigado.

Teria algum comentário sobre a segunda pergunta, quer dizer, sobre por que foi necessário haver tantas alterações nesse período?

O SR. ADEMIR ALMAGRO – Acho que a educação no Brasil, historicamente – me posiciono como professor de História –, nunca foi levada muito a sério, ela foi mais de improvisos. Até que, recentemente, se descobriu que o Brasil precisava mudar. E a mudança imediata é pela educação, é o setor nevrálgico de uma sociedade. E lembro que isso vem à tona, em especial, com os números que nós conseguimos colher, não só com a Prova Brasil, mas também com a prova internacional, chamada Pisa, na qual – perdoem-me a redundância – o Brasil tomou uma pisa. Sempre assim. Foi aí que acordamos, foi aí que decidimos trabalhar a educação de forma mais séria.

Porém, a educação é muito grande. O sistema educacional do Brasil é monstruoso. Então, tivemos uma LDB feita com grandes avanços, porém ela precisa passar por ajustes. Estamos tentando correr atrás de praticamente 400, 500 anos de atraso. Não é fácil, mas é necessário e, eu diria, urgente.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Muito obrigado. Prof. Carlos Sávio.

Como as perguntas são as mesmas, não preciso repeti-las, correto?

O SR. CARLOS SÁVIO G. TEIXEIRA – Correto.

Bom dia a todos. Agradeço ao Senador Cristovam Buarque e à Comissão pelo convite para integrar esta audiência pública. Saúdo meus colegas de Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Quero iniciar dizendo que a LDB, de fato, foi um marco na medida em que teve o mérito de definir divisões de competências de suas atribuições. Ao longo desses 20 anos, entretanto, ela sofreu mudanças que, no conjunto, não tiveram o condão de tocar no aspecto central do problema estrutural da educação brasileira, que diz respeito a uma das duas mais importantes chagas do Brasil.

A primeira chaga é a desigualdade social. O Brasil é uma sociedade moderna, contemporânea, mas desigual em seu tipo. Os Estados Unidos são a mais desigual entre as nações desenvolvidas e o Brasil é a mais desigual entra as nações em desenvolvimento.

A segunda chaga diz respeito diretamente ao problema da educação, que é a desigualdade regional brasileira. Ela só pode ser enfrentada, de forma estrutural, com a discussão profunda – e a LDB, nesses últimos 20 anos, não foi capaz de ser reformada nesse sentido – sobre questão federativa. Essa questão nem sequer é compreendida no debate educacional brasileiro no sentido em que outras questões são compreendidas, como financiamento e gestão. Essa incompreensão é, na verdade, a causa principal da deficiência da educação brasileira ao longo desses 20 anos de predomínio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Eu diria que essa circunstância de completa ausência de um debate sistemático e profundo sobre a dimensão federativa e a construção de um sistema nacional de educação que seja capaz de enfrentar o grave problema da desigualdade federativa se ilustra na presença, dentro do debate, de um conjunto de propostas que, sob alguns aspectos são meritórias, mas que não têm a capacidade de integrar uma visão sistêmica sobre o problema da educação. Eu diria que, na hierarquia dos problemas graves do sistema educacional brasileiro, no topo, está o problema federativo. E, ao longo desses 20 anos, apenas duas mudanças pontuais na LDB tocaram nesse ponto, uma em 2003, outra em 2009. Isso mostra, portanto, a gravidade não da situação – é calamitosa –, mas do debate sobre a educação brasileira. Eu diria que há uma correspondência entre estas duas dimensões: a dimensão fática e a dimensão intelectual.

É chocante assistirmos, diante da desigualdade da Federação brasileira, à ausência de debate sério e sistemático em torno dessa questão.

Nos últimos 20 anos, nós tivemos dois governos progressistas no Brasil – o governo do PSDB e o governo do PT –, de partidos que se apresentam como modernizadores, que sequer olharam, de forma precisa, para essa temática.

Então, para exemplificação disso, eu vou lembrar aqui duas ideias marcantes ao longo desses últimos anos a respeito da educação brasileira. Em 2010, o Senador da República José Serra, então candidato à Presidência da República, apresentou, como a sua principal proposta para a educação brasileira, a colocação de dois professores dentro da sala de aula. Além do caráter um tanto aberrante da proposta, se você colocar dois ou dez professores ruins dentro da sala de aula, você não consegue resolver absolutamente nada.

De outro lado, o ex-Ministro Janine Ribeiro, uma pessoa séria e bem-intencionada, no curto espaço de tempo em que foi Ministro, tinha, como mote principal, a discussão de uma justaposição entre educação e cultura. Assim, se o aluno vai aprender violão, se ele vai aprender piano... Ótimo! Isso tudo é muito importante, mas tem uma questão anterior: o aluno brasileiro não sabe fazer contas, não sabe escrever e ler. Então, cultura vem depois. Nós temos que resolver a questão básica, fundamental, que é ensinar. E como é que se faz isso com Estados e Municípios incapacitados? Discutindo a questão federativa.

Então, há uma hierarquia. Eu acho que a questão central que esses 20 anos de LDB mostram no debate educacional brasileiro é o erro crasso de foco na hierarquia do diagnóstico e nas terapias propostas.

Então, nesse sentido, eu fico satisfeito porque o Senador Cristovam Buarque seja um dos que, juntamente com outras poucas vozes, tem levantado a bandeira da discussão séria da questão federativa na educação brasileira. Eu diria que essa é a questão número zero – zero! – do debate sobre a educação brasileira. Claro que há um conjunto de outras questões que também são importantes, mas, sem o equacionamento da desigualdade regional brasileira na educação, nós não avançaremos, e todas as outras propostas que forem feitas e encaminhadas ficarão prejudicadas no seu alcance.

Então, para responder a primeira questão, esta, a minha contribuição.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

Prof. Marcelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. MARCELO LUCIO OTTONI DE CASTRO – Bom dia a todos!

Saúdo os componentes da Mesa e agradeço o convite da Comissão de Educação, particularmente ao Senador Cristovam.

Os colegas que me precederam foram muito felizes em apontar os avanços e os problemas que já estão presentes na LDB. Eu gostaria de destacar aqui que houve um esforço muito grande, durante a tramitação da lei, para definir com mais precisão as competências entre os níveis de governo. Era um esforço do Senador Darcy Ribeiro e de outros relatores também; porém, houve muita dificuldade por conta dos marcos constitucionais que criavam alguns impedimentos para as tentativas de se querer definir melhor quem faz o que, inclusive o dispositivo que prevê a colaboração entre os níveis de governo.

A medida não está regulamentada. A LDB tentou regulamentar, mas a tudo que se fazia logo vinha um questionamento dizendo "é inconstitucional; não pode, não pode". Então, a LDB ficou aquém daquilo que se gostaria a esse respeito. Mas não deixou de avançar um pouco. Há artigos dizendo: a União tem essa competência, os Estados têm essa competência, e os Municípios. Significou um avanço, mas ainda há uma limitação muito séria.

Um aspecto importante que foi ressaltado pelo Prof. Almagro é a respeito da educação infantil. A primeira infância era assistência social, e ela foi tirada de lá e colocada na educação. Isso foi um avanço muito importante.

Também quero destacar aqui a respeito de recursos financeiros. A ideia de transparência na gestão dos recursos apareceu na LDB, embora com princípios gerais, afinal de contas é uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação. E creio que foram muito importantes os artigos que definiram aquilo que são despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino – inclusive aquilo que não são despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino. É curioso que a lei tenha que dizer o que não é; bastaria dizer o que é. Mas a preocupação do legislador foi tão grande em relação a isso, que vieram dois artigos a respeito. Isso foi um avanço importante.

Eu queria lembrar aqui que já apareceu na LDB um princípio que é o de Custo Mínimo do Aluno, referenciado por um padrão de qualidade. Isto está na LDB, nunca foi regulamentado. Dezoito anos depois, o PNE cria o Caq, o custo aluno ligado à qualidade. Até agora também não vejo sinais de regulamentação. Então, aí são vinte anos em que temos um princípio importante que não é regulamentado. Mas a LDB já se preocupou com esse assunto.

E é interessante notar que, dos nove títulos da LDB, apenas dois não foram modificados, o art. 1º, de abertura de um artigozinho, e o título que trata de recursos financeiros. E o curioso é que, durante esse período, o País passou por mudanças no financiamento da educação com a criação do Fundef e do Fundeb. Mas a LDB não sofreu alterações. Por quê? Em linhas gerais, o essencial está ali, mas em linhas gerais. E, de certa maneira, o legislador reconheceu isso não propondo alterações nesse título.

Eu acho importante também destacar alguns assuntos que entraram na LDB e que antes também eram pouco tratados na legislação educacional, como educação a distância, educação indígena, educação especial. São conquistas que surgiram lá na Câmara dos Deputados, no início da tramitação, que foram aperfeiçoados ao longo da tramitação e representaram avanços, embora com os condicionamentos da época. Por exemplo, a educação especial fala em portador de necessidades especiais. Quer dizer, é uma terminologia que, hoje em dia, é um pouco cômica – ninguém porta necessidade especial. No entanto, já houve um aperfeiçoamento. Houve agora, em 2013, a aprovação de uma lei que a atualizou. Então, é isso. A legislação foi avançada, mesmo que a terminologia tenha escorregado. Mas houve a possibilidade de avanços, de melhoria, de aperfeiçoamento. Este é um exemplo de aperfeiçoamento.

Em suma, a LDB consolidou conquistas que surgiram no processo constituinte a respeito de direitos educacionais. Ela tratou desse assunto. Muitos desses direitos até hoje ainda o País não consegue cumprir, mas ela avançou nesse aspecto, e nisso eu acho que ela merece a consideração de todos.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Bom, eu fico feliz por ter funcionado bem o nosso esquema combinado. Eu tinha alguma apreensão. Muito obrigado a todos pela disciplina.

Acho que falta mais polêmica do que o Senador e eu gostaríamos de ver neste debate. Então, passo a palavra para o Senador colocar um pouco de pimenta nessa sopa. Depois, se precisar, aumento o tempero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu vou colocar pimenta não pelo gosto da pimenta, mas pela necessidade, a meu ver, de colocar tempero nesse debate de muito tempo.

Vocês não acham que o nosso debate sobre educação está muito preso à questão de recursos? Eu nunca vi, por exemplo, em um debate, dizerem: "O que dá para a gente fazer com o dinheiro que a gente gasta hoje na educação, pouco mais de R$6 mil por aluno?" Eu calculo que a gente precisa de R$10 mil para ter uma boa educação, mas por que a gente não debate o que dá para se fazer com os atuais R$6 mil? Onde há vazamentos, por que o dinheiro que a gente está gastando não chega à cabeça da criança? Ou não tem nenhum? Eu já listei um grande número de vazamentos. Se houver tempo aqui a gente pode discutir.

O Prof. Ademir falou que um dos indicativos da melhoria é gastar mais. Eu não sei. Uma pergunta: a LDB, que eu me lembre, não prevê recursos, ela não toca nisso. Isso veio na Constituição, tanto logo, com João Calmon, e, depois, na Constituição de 1988, que aumenta, se não me engano, de 13% para 18%. Além disso, gastar mais não deveria ser um indicador de qualidade. Indicador de qualidade é a posição no Pisa. Essa é uma pergunta.

Outra coisa é a avaliação. Essa seria uma dúvida, é um efeito imediato: como a gente teria um sistema de avaliação contínua, quase dia a dia? Eu não estou nem falando do aluno, do professor, também deles, mas falo dos resultados. Será que a gente não deveria ter um sistema para avaliar continuamente, em vez de, a cada ano, a gente fazer uma avaliação, quando todo mundo se escandaliza, se horroriza, alguns Senadores e Deputados fazem um discurso e, pronto, tudo bem?

Quanto ao Carlos Sávio, sobre o federalismo, eu sou um dos que discuto isso, mas em um viés bem diferente. Aí tenho uma pergunta: o que é mais importante para o Brasil: respeitar a diversidade dos Estados e Municípios ou respeitar o direito a uma escola igual para cada criança brasileira, não importa onde nasceu? A gente sacrifica a diversidade para beneficiar o aluno ou a gente sacrifica o aluno para respeitar a diversidade? Essa é uma pergunta. Eu já fiz minha opção: eu acho que cada criança, quando nasce no Brasil, só deveria saber que é pernambucana como eu aos 18 anos. Até lá: "Esse menino é brasileiro, esse menino é brasileiro, esse menino é brasileiro." Aos 18 anos, a gente faz uma festa e diz: ele é pernambucano também e vai ser motivo de muito orgulho. Nasceu? É brasileiro! Desmunicipalizar a criança, acho que essa é a batalha fundamental. E eu estou usando até uma expressão que a Presidente do Chile tem usado: desmunicipalização da educação.

Quanto ao Marcelo Ottoni, aí, sim, é um avanço – aliás, o Ademar falou isso também –: colocar a educação infantil no marco do sistema educacional.

Agora, fica esta preocupação: o custo como grau de avanço. Para mim, não é avanço gastar mais. É como se uma pessoa doente comemorasse que está gastando mais dinheiro com remédio. Eu nunca vi alguém comemorar que está gastando mais dinheiro com remédio. Você comemora que está com menos dor de cabeça, que o tumor está regredindo, mas não por gastar mais.

Então, fica aqui a ideia que eu falei, mas que eu pensei na hora em que o Marcelo falou, que é este exercício, o que dá para fazer com o dinheiro que a gente gasta hoje.

Para concluir, eu queria dizer o seguinte: nós estamos vendo muitas manifestações, inclusive ocupação de escolas. Eu não vi uma faixa nessas manifestações pedindo horário integral. Eu não vi uma faixa pedindo um movimento pela erradicação do analfabetismo. Eu não vi uma faixa dizendo que o filho do pobre no Brasil deve ter o mesmo direito para uma escola de qualidade que o filho do rico. Eu não vi uma faixa dizendo que a pedagogia moderna tem que usar os modernos equipamentos que estão à disposição, como televisão e computador. Eu não vi faixas reivindicando coisas concretas, apenas reivindicando não aprovar a PEC 55 em nome de ter mais recursos. Inclusive ninguém nem tem clareza de que vai reduzir recursos, porque a PEC não diz que vai sair dinheiro da educação. Diz que ninguém vai gastar mais no total. Pode aumentar para educação diminuindo em outro lugar. Estava na hora de também ter faixa dizendo: "Vamos reduzir os gastos em construção de prédios de luxo!", em que o setor público brasileiro, especialmente Legislativo e Judiciário, gasta tanto. Mas não se vê.

Então, essas são as preocupações com que eu fiquei.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Muito bem. Vamos pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Prof. Ademir

O SR. ADEMIR ALMAGRO – Em primeiro lugar, falou sobre...

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – O senhor poderia repetir a pergunta para poder ajudar.

O SR. ADEMIR ALMAGRO – Sim, a do gasto, não é?

Em primeiro lugar, temos que analisar que na educação nós não temos gastos, temos investimentos.

Em segundo lugar, para quem está na UTI, e a escola pública está na UTI, os poucos remédios que chegam são bem-vindos. A situação na sala de aula é de calamidade. Eu falo porque estou lá. Eu sinto isso, posso dar meu testemunho. Quando aumentou o gasto em investimento, na verdade, aumentou o pouco que chega lá.

Como o senhor mesmo disse, nobre Senador, infelizmente, é um dinheiro enorme, mas eu garanto que não chega esse dinheiro na sala de aula.

Então, quando aumentou o índice, aumentou a pequena porcentagem que chega na sala de aula. E isso fez uma pequena diferença. Se fosse todo o dinheiro canalizado exclusivamente para aquilo que é pedagógico, aquilo que realmente faz a educação funcionar, não necessitaria desse aumento, eu concordo com o senhor. Mas na estrutura que nós temos hoje é impossível. Hoje, se fosse para citar números, eu citaria 50% de investimento; para chegar na escola, 3%. E, olha, eu estou sendo otimista. Eu conheço escola de 1,1 mil alunos que tem 5 funcionários. É impossível controlar uma escola dessa forma, contando merenda, inspetor, quem fica no portão, limpeza – 24 salas de aula para 5 pessoas limparem, de um turno para o outro; são 45 minutos para você entregar uma sala com dignidade para o próximo aluno estudar.

Então o problema, eu concordo com senhor, não é o dinheiro, pois o dinheiro seria suficiente, uma vez que, como não costuma acontecer, então esse aumento foi bem-vindo. A escola pública está na UTI, e esse pouquinho a mais de medicamento fez com que a escola respirasse um pouquinho melhor, e eu diria até que deu uma sobrevida.

Com relação à avaliação, esta que é diagnóstica, eu acho que é a grande solução do Brasil no sentido educacional, desde que possa ser sabiamente utilizada. O grande problema da LDB – citei somente os avanços, mas quero falar também dos entraves –, um deles, é que a lei não determina aquilo que deve acontecer no real, não há parâmetros para se avaliar exatamente o que está acontecendo. Vou pegar o exemplo maravilhoso da Prova Brasil. É uma prova inteligente, moderna, que nos traz um resultado. Porém, o resultado chega muito tarde, pois somente no ano que vem terei o resultado deste ano. O que eu faço com a turma que não aprendeu? Volta todo mundo, vamos devolver todos os alunos ao ano anterior porque eles não conseguiram consolidar aquele conhecimento? Não resolve.

Então, vou citar a minha realidade. Eu venho de uma cidade que tem um índice muito bom. O Ideb de Novo Horizonte, realmente, é interessante – não é excepcional, mas é muito bom. Nós pegamos a ideia do Inep: nós temos a Prova Brasil aplicada toda sexta-feira, é uma prova semanal. Nós estudamos a Prova Brasil, todos os descritores, o que não é fácil, pois o Governo criou uma ideia de avaliação maravilhosa, mas só esqueceu de ensinar professores e alunos a fazer essa prova, a trabalhar para ela. Então, cria-se um modelo perfeito numa estrutura que não está adaptada para isso. Nós levamos dois anos estudando os descritores da Prova Brasil para entender como funciona e, assim, passar para os alunos para que eles pudessem jogar sabendo a regra do jogo. Na sexta-feira, na primeira aula em cada turno ocorre o simulado, português e matemática, com dez questões cada. No mesmo dia já sai o resultado. Na segunda-feira, à noite, temos uma reunião semanal, chamada HTPC (Hora e Trabalho Pedagógico Coletivo), em que nós debatemos os números que foram colhidos na sexta-feira. O problema identificado na semana não dura 15 dias: na terça-feira, já está solucionado. Nós identificamos a febre e atacamos a infecção, mas é porque nós temos dados, trabalhamos esses dados e trabalhamos no sentido da correção. Todavia, o modelo que foi criado no Brasil é muito bonito, mas não funciona. Exatamente porque não existe o direcionamento.

Vou dar outro exemplo: a LDB diz que é dever de cada sistema correr atrás, de acordo com a sua realidade, para encontrar o número ideal de aluno por professor. O critério é um só: é econômico. Se é para economizar, coloca-se 50 alunos. Eu dei aula para 56 alunos numa sala: não cabia, não tinha como; espremido na porta, não tinha como escrever na lousa. Isso foi no ensino médio, 2º colegial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Que a idade?

O SR. ADEMIR ALMAGRO – Dezesseis anos.

Só para finalizar: qual é o problema de toda a educação que eu vejo? Nós estamos trabalhando com o emergencial, com a UTI. E nós precisamos também pensar com o estrutural. E a LDB está perdida no meio. Ela está tentando agir no emergencial, mas não conseguiu; e também, no estrutural, e não conseguiu. Então, existem avanços pontuais, porém não é a solução.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Muito obrigado. Estamos registrando aqui as contribuições magníficas.

Professor Carlos Sávio, o desafio aí é do federalismo. Perguntas muito simples.

O SR. CARLOS SÁVIO G. TEIXEIRA – Perfeito. Eu acho que, primeiro, o direito de o aluno aprender é muito mais importante do que o direito dos professores, o direito dos gestores, governadores, prefeitos, secretários. Tem que ter uma hierarquia, tem que ter clareza sobre isso, que nós não temos no debate brasileiro.

Professores têm direitos, gestores têm direitos, os Estados com sua cultura, sua diversidade. Isso é importante, mas é menos importante do que o direito de o aluno brasileiro aprender. E esse direito é sistematicamente violado no Brasil. Esse é o ponto.

Então, Senador, nesse ponto eu discordo que essa questão colocada pelo senhor seja relevante para nós avançarmos no encaminhamento do problema estrutural da desigualdade regional.

O federalismo brasileiro foi copiado dos Estados Unidos pelos nossos Constituintes, como quase tudo nas nossas instituições são copiadas na boa crítica que já vem de antigamente, por Oliveira Viana, que cansou, ficou com calos nas mãos de denunciar o colonialismo mental dos nossos legisladores, da nossa elite pensante e política, burocrática.

Então, quanto à temática colocada pelo Senador Cristovam Buarque, que é como compatibilizar padrões nacionais de investimento e qualidade com gestão local de Estados e Municípios que sejam capazes, em alguma medida, de preservar essas identidades regionais com a observação desses padrões nacionais, eu acho necessário dois movimentos concretos nesse sentido. Um, caminharmos na direção de um federalismo cooperativo. Quer dizer, o federalismo cooperativo precisa de alguns instrumentos, requer alguns instrumentos.

A ideologia do federalismo clássico norte-americano é uma ideologia experimentalista, uma ideologia de que os entes federados possam ser uma espécie de laboratório de experiências divergentes do rumo central e que podem, por assim dizer, reorientar essa experiência geral. Isso é muito bonito, mas, para você realizar isso, precisa de uma série de dispositivos, de instrumentos que a Constituição brasileira negou ao federalismo brasileiro.

Então, nós temos que reformar ou a Constituição ou criar por meio de emenda constitucional uma espécie de instância transfederativa, um órgão que seja capaz de realizar o termo, que não é dos melhores, mas é o termo real, uma espécie de tutela emancipatória nos sistemas educacionais que caiam sistematicamente abaixo do padrão mínimo de qualidade.

É impossível falarmos em qualidade de educação sem enfrentar essa questão. Chega de lenga-lenga, entendeu? Chega de lenga-lenga. Essa é a questão. Um sistema escolar, depois de um conjunto de avaliações, cai sistematicamente abaixo do padrão mínimo – mínimo! – de qualidade, o que acontece com ele no Brasil hoje? Nada, absolutamente nada, como disse o Senador.

Senadores vêm aqui fazem discurso, Deputados fazem discurso, governadores, prefeitos reclamam, falam, e não acontece absolutamente nada. Por quê? Porque falta esse elemento, o elemento do resgate, o resgate do sistema, um sistema que não consegue a despeito de todos os esforços.

Só há uma situação, que é a paranoia brasileira, em que há intervenção: quando há corrupção, a nossa doença, a patologia brasileira. Quando tem dinheiro de corrupção, aí se tira prefeito, tira-se secretário, mas quando ele é incompetente, não, ele é mantido lá. É uma loucura! É uma loucura! É uma loucura! A loucura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do patrimonialismo, a loucura da ideologia da corrupção no Brasil. A gente tem que superar isso. Quer dizer, quando o sujeito é incompetente, não tem problema, quando, é ladrão, tem problema. Claro, quando ele é ladrão, tem que ter problema, evidentemente. Mas o problema sistêmico não é a corrupção na educação brasileira, embora ele exista, o problema sistêmico é a incompetência.

Como é que resolvemos a incompetência? O primeiro passo é a solução dessa intervenção momentânea saneadora do sistema educacional que cai repetidamente abaixo dos padrões mínimos aceitáveis. E isso é regra, nós temos que inverter essa regra. É o problema central, repito, da educação brasileira, mas isso sequer é compreendido. O drama não é que isso não tenha sido implementado por razões políticas, porque é algo controvertido. O problema é que isso sequer é debatido. É chocante!

O debate é o seguinte: gestão e financiamento. Não se olvida que há problema de gestão e que há problema de financiamento, claro, mas não adianta você melhorar a gestão, dar mais dinheiro para um sistema que estruturalmente e institucionalmente é ruim, funciona mal.

Certa vez participei de um debate com o Ministro Fernando Haddad e eu disse que eu ficava chocado com o esforço que os debatedores, os ativistas pela educação, tinham com a dimensão da quantidade e não da qualidade, entendeu? E todo mundo quer colocar a gente para dentro de um sistema que é horrível, que é ruim, e ninguém pensa em melhorar o sistema. É a ideologia abstrata da inclusão: vamos incluir gente dentro do sistema, que é muito ruim, e não se discute isso. A minha angústia está em relação a isso.

Eu acho que a questão fundamental que diz respeito, inclusive, à gestão e ao financiamento é o problema institucional relativo ao federalismo brasileiro, é essa forma, copiada dos Estados Unidos, que os nossos Constituintes, bem-intencionados, nos legaram e que nos amarra, que nos impede de enfrentar, de forma concreta, o maior desafio da educação brasileira.

O SR. MARCELO LUCIO OTTONI DE CASTRO – Eu queria fazer um comentário a respeito das considerações do Senador Cristovam.

Creio que existe, no País, uma falsa dicotomia entre equidade e diversidade. São coisas completamente diferentes, mas, infelizmente, parece-me que muitas instituições, pensadores e educadores acabam confundindo um pouco as duas coisas, tentando fazer essa oposição que é falsa, não existe.

Equidade: que os investimentos feitos nos alunos sejam semelhantes. Na Paraíba, no Pará, em Minas Gerais, eles têm que ser semelhantes, não pode haver essa disparidade. O Fundef ajudou, resolveu um pouco, o Fundeb também, mas a coisa continua.

Outra coisa também: as disparidades de investimento entre os níveis de ensino. Está gastando-se demais em alguns níveis e de menos em outros. Isso tem que ter um pouco mais de equilíbrio. É claro que cada nível de ensino tem as suas particularidades. Não vamos querer que se gaste exatamente o mesmo, não é isso, mas tem que entender que um aluno do ensino fundamental tem o mesmo valor do que um aluno da educação superior, de uma universidade pública. Que a universidade pública seja mais cara, é claro, vamos entender que se gaste, se invista mais lá, mas essa disparidade que existe hoje em dia é bastante complicada.

Equidade significa também que os professores tenham a mesma formação, sejam bem qualificados, seja um professor de uma grande capital ou do interior de um Estado do Norte ou do Sul, que ele tenha a oportunidade de requalificação e treinamento em serviço, e também uma base curricular comum. Estamos falando em equidade.

Agora, o que é diversidade? Diversidade é respeito às diferenças culturais. É permitir que, por exemplo, cada unidade federada tenha uma parte curricular a respeito de suas características para ensinar a sua história, as suas tradições culturais, coisas dessa natureza. É permitir que, por exemplo, em um Estado haja um calendário diferenciado, porque ali a economia tem uma particularidade. Isso é diversidade. Então, não creio que se possa fazer essa dicotomia.

O outro aspecto que gostaria de ressaltar aqui é o que vou chamar de síndrome da quantidade, que o Prof. Carlos Sávio mencionou também. É um problema sério no País, de maneira geral, e, em particular, na educação. O ensino médio está mal. Solução: aumentar a carga horária. Se a escola está ruim e aumenta a carga horária, a aversão do aluno à escola vai aumentar. Quer dizer, que desastre ter que ficar mais tempo, ter que ir à tarde a essa escola ruim. Isso é péssimo! Não que eu seja contra o ensino integral, que se expanda o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tempo escolar. Não é isso. É o seguinte: você tem que melhorar a qualidade para, à medida que isso vai sendo detectado, identificados os sistemas confiáveis de avaliação, aí sim, pensar em ampliar.

Outra coisa é também já pensar em uma educação integral para certos segmentos da população, aqueles que, por exemplo, têm menos oportunidades. Aí você já pensa: vamos ter uma educação na escola com disciplinas e laboratórios de manhã, e, de tarde, outras oportunidades, como artes e esportes. Quer dizer, é um tratamento especial para parte da população que chamaríamos aqui de mais vulnerável. Mas falar, indiscriminadamente, em aumentar a carga horária é complicado. Aí entra na questão do financiamento. A educação vai mal, aumentar os investimentos simplesmente. Eu acho que é necessário, mas aumentar por aumentar não vai adiantar nada. Acho que vai cair mais coisa pelo ralo. Você pode fazer uma programação de aumento dos investimentos, mas exatamente tentando conter esses ralos, tentando criar gestões mais racionais. Então, acho que as duas coisas também podem ser conciliadas.

Então, temos problemas na educação brasileira, como esses, que precisam ser resolvidos, que são essenciais, porque, senão, vamos continuar sempre pensando em aumentar um ano a mais no ensino fundamental. Por quê?

São problemas. Vamos pensar na quantidade, já que não conseguimos resolver a qualidade. Acho que é um problema que é necessário se resolver imediatamente.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Muito bem. Eu queria concluir esta primeira parte. Não vou falar muito, mas vou falar já pensando na segunda.

O que ouço aqui como respostas às indagações. Quer dizer, nós temos uma lei que avançou em relação à lei anterior, mas não avançou suficientemente, sobretudo, para quem mais precisa da educação, que são as pessoas mais pobres. Então, nós falhamos no essencial. Ninguém disse se isso é falha da lei ou não, mas, claramente, a lei, se não falhou, não ajudou.

Quando nós observamos o que acontece no interregno entre hoje e os 20 anos atrás é que a gente vê que todas as tentativas de mexer na lei é dentro do espírito da própria lei. Só dois itens não foram mexidos e aí há um punhado de coisas que foram pedidas e outras trezentas e tantas que não foram pedidas que tem a ver com currículo, princípios gerais de currículo: 25 das leis estão aí para serem revistas têm a ver com o currículo; 76 novas disciplinas – que é o corporativismo ambulante; 64, com questiúnculas de normas e registros; 37, com ampliação de novos direitos – mais isso, mais aquilo, mais aquilo outro etc, idade, horário em tempo integral.

Ontem vimos, na aprovação da Lei de Ensino Médio, isto que acabou de comentar: mais carga horária, mais restrições.

O que parece, o que ouço aqui, é que a lei não está atendendo, de um lado, a certos princípios básicos que as pessoas estão dizendo, por exemplo, a questão da equidade, a questão do federalismo, quer dizer, ela não amadureceu isso a fundo. De outro lado, ela incita, estimula pelo seu formato, pela sua amplitude ou por outros condicionamentos, o detalhismo infinito. Então que aí haja um incitamento permanente a mexer. E, de um terceiro lado, ela não tem limites. Quer dizer, ela não se autolimita e, como o instrumento de trabalho do legislador é fazer lei, não é outro, a coisa fica em aberto e cria um círculo que entendo como vicioso.

Isso então, se está correto o que estou ouvindo, se casa com algumas outras coisas que, de formas diferentes, os nossos três debatedores aqui apresentaram como questões centrais – essas questões centrais talvez sejam as que a lei deva tratar – e a questão a ver com a forma. Um tema recorrente é a questão do financiamento, que todos praticamente mencionaram, inclusive o Senador. Uma questão que apareceu é a do currículo, tanto na sua dimensão nacional, como na sua dimensão local. Outro tema é a questão de magistério: que professor? Qual professor? O mesmo professor? Outra questão é a da avaliação.

Ora, o que são essas questões? A meu ver, são as questões que se chamam as grandes instituições que conformam a educação. Então, parece que a lei é omissa ou falha naquilo que ela deveria ter e ela é abundante naquilo que não deveria ter, e, com isso, se distrai a atenção das pessoas.

Nessa segunda parte do nosso debate – e agradeço e espero que tenhamos a mesma disciplina que tivemos para a primeira –, a questão é uma que está desdobrada em duas. A questão central é quais são marcos, quais são os nomes dos grandes capítulos que uma boa lei para promover o que todos queremos, que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

promoção da igualdade e o bem do aluno, o que ela deveria conter? Aqui estamos falando dos artigos da lei, não é nos capítulos da lei, o que ela deveria contemplar. E uma das subperguntas, para ajudar nessa reflexão, se os debatedores pudessem trazer, é um pouco da experiência internacional.

Nós vimos, nos últimos anos e nos últimos séculos, que alguns países fizeram avanços significativos em educação e alguns deles em muito curto prazo, alguns até nos 20 anos da nossa LDB. Nós não fizemos. Então, há alguma coisa a aprender da experiência, inclusive legislativa, de outros países que nos iluminaria a pensar o que deve e talvez o que não deve conter na LDB.

Esse é o tema dessa nossa segunda parte, Prof. Ademir.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Batista, eu queria fazer pequenos comentários sobre essa segunda fase deles.

Primeiro, em relação ao Ademir. O Prof. Ademir diz que a educação está na UTI, mas não complementou. É uma UTI dentro de um navio avariado, com a tripulação amotinada, dividida em corporações, baseada essa tripulação em conceitos falsos e no meio de um *tsunami*. É muito pior do que uma simples UTI.

E quanto ao Carlos, direito do aluno, isso é fundamental. Eu estava aqui pensando, você falou, imagine que Darcy Ribeiro tivesse levado dez Senadores para a cidade com o menor IDH e dissesse: "Vamos ficar aqui quinze dias para elaborar a LDB. Vamos elaborar a LDB vendo a situação dessas crianças, com recursos desse prefeito, com o preparo desses professores." Era bem provável que tivesse saído diferente.

E eu achei muito interessante quando você traz a preocupação de que a gente fala em corrupção do roubo do dinheiro, que é o comportamento do político; não fala da corrupção nas prioridades, que é o uso do dinheiro. Há duas corrupções no Brasil: o político que põe dinheiro no bolso, ou no partido, ou na campanha; e o político que põe o dinheiro em estádios em vez de escola. Na minha ótica, outros acham que estádio é melhor.

E para mim, a grande vantagem da PEC 55 é que agora ninguém vai bater palma quando se fizer estádio no lugar de escola, porque até aqui, ninguém imaginava que um tijolo que vai para um estádio não vai para a escola. A imaginação brasileira é de que você pode pegar um saco de cimento e usar para duas coisas ao mesmo tempo. Se fizer isso, é um cimento tão ralo, que o prédio cai, os dois. A PEC nº 55 vai obrigar a dizer: é para a educação que a gente quer mais dinheiro? É. Então dizer de onde é que a gente quer menos dinheiro. Onde é que a gente quer menos dinheiro? Então essa ideia da corrupção nas prioridades é boa.

Para o Marcelo, eu queria falar sobre diversidade e equidade. Eu acho que realmente há uma dicotomia hoje, porque em defesa da diversidade de uma cidade, há prefeito contra medidas nacionais de educação. Há alguns. E os sindicatos de professores, também. Eles são contra a ideia de uma responsabilização nacional, até mesmo de uma carreira nacional. Porque como você falou, professor tem que ter a mesma formação. Não adianta o dinheiro. Mas sem uma carreira nacional, os professores vão ter formação diferente de uma cidade para outra.

E aí, finalmente eu vou deixar para quando chegar a hora você responder, sobre esse negócio de carga horária. Quando a gente diz: "Não vamos botar carga horária se a escola é ruim." Aí a gente termina justificando fechar a escola porque ela é ruim. E por que a gente não pensa em botar o horário integral e fazer a escola boa? Aí não há dinheiro. Não há dinheiro para o Brasil inteiro, mas se a gente escolher alguns lugares, faz, que é a minha proposta, de a gente começar a pegar um sistema que está carcomido e criar um outro que vá substituindo aos poucos. Eu defendo que seja por cidade. Brizola, Darcy Ribeiro fizeram por escola. Aí terminou o tempo deles, acabou.

Então a minha ideia é de que para fazer realmente o salto que o João falou, que alguns países fizeram, não vai ser por dentro da escola que está aí. Vai ser algo ao lado dela. A gente vai agindo nessas que estão aí para melhorar, mas não para dar o salto. Dar o salto é outra coisa.

E aí eu creio que a medida provisória – que eu vou ter que sair daqui a pouco para votar lá – vai melhorar, mas não vai dar nenhum salto. Eu acho que podiam ter feito.

Finalmente, para radicalizar no pessimismo, eu falei que era uma UTI num navio soçobrando, avariado, com a tripulação amotinada, dividida. Mas, às vezes, eu tenho a sensação de que nós somos políticos Jim Jones. Os mais novos não sabem, mas Jim Jones era um líder religioso que levou 700 pessoas ao suicídio na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Guiana. Às vezes, eu acho que a gente está tomando veneno: veneno de corporativismo e veneno de narrativas falsas. Mentiras e corporativismo estão envenenando o Brasil. Somos Jim Jones.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Então, para nos situarmos novamente, antes de o Senador sair – creio que ele vai voltar –, quero só lembrar que, na LDB, o Darcy Ribeiro colocou o artigo 81, pelo qual ele brigou intensamente, que diz que é proibido proibir, ou seja, são abertos espaços para experimentos e inovações educacionais. Infelizmente, o MEC não deixa acontecer nada, mas, na lei, isso está estabelecido.

Bom, o nosso tema agora é o que deveria conter uma LDB, os grandes capítulos e se há alguma lição da experiência internacional.

Prof. Ademir.

O SR. ADEMIR ALMAGRO – Muito bem. Acredito que, primeiramente, a LDB precisa ser realista. Se, de repente – como o Senador já citou um exemplo –, ela fosse feita analisando a realidade da sala de aula, talvez ela fosse diferente mesmo. Uma coisa é fazer a lei, outra coisa é imaginar que ela será colocada em prática – há uma distância gigantesca.

Hoje o Brasil tem poucos exemplos, mas são belíssimos exemplos que fazem a educação funcionar. Sobral é um exemplo disso. Por que não visitar? Por que não pegar ideias que verdadeiramente deram certo? Lembrando que o que nós temos hoje, em algumas cidades que funcionam, é o emergencial. Dentro da UTI, estamos mantendo o paciente vivo. Depois, temos que pensar na parte estrutural.

Esse modelo que funciona, que atinge um Ideb de 6,8, 7, 7,2 mostra que a estrutura pode ser melhor. O Brasil não merece um Ideb de 3,8, 4,1 ou coisa parecida. Então, é possível melhorar, mas só há melhora encontrando aquilo que funciona. É aquela velha regra: o bom é o que funciona. Por que não pegar os modelos que já funcionam e colocar suas principais ideias, suas principais diretrizes na LDB? Além disso, ela precisa ser séria ao tratar da educação.

Se a educação, com professores formados, já não corresponde nem à metade do que nós imaginamos, não é possível colocar, por exemplo, profissionais com notório saber na sala de aula. Isso acontece no hospital? Isso acontece com os motoristas? "Não, com 14 anos nessa área, ele deve saber dirigir mais ou menos." Como funciona isso? Aí nós temos a comprovação de que educação está falida. Na verdade, isso é um paliativo. Se ninguém mais quer ser professor, vamos pegar quem está na esquina, vamos colocar aqui, lembrando que isso é modo de dizer. É lógico que há todo um processo para mostrar o saber, mas não é o certo.

Em vez de corrigir o erro, estamos reforçando o erro. Nós não estamos corrigindo. Esse remédio só mantém o paciente na UTI. Ele jamais vai sair de lá e vai depender de aparelhos para o resto da vida. Não é funcional.

Eu diria até que, na minha experiência de professor – já se vão 25 anos –, no momento em que se faz a lei, as pessoas, com todo o respeito, acho que não conhecem nem o Brasil, que dirá uma sala de aula, porque elas fogem da realidade. Eles colocam palavras bonitas, não há dúvida, mas não há prática. Façam o inverso. Ouçam a sala de aula e depois montem a lei. Aí nós teremos uma lei que tem base, que tem realidade. E hoje, com a tecnologia que nós temos, não é tão difícil fazer uma pesquisa dessas, um debate, um seminário ou coisa parecida para colher informações. Caso contrário, ficaremos nessas leis bonitas mas vagas, que não correspondem à realidade.

Para finalizar a minha fala, quero destacar que a lei precisa existir. Por exemplo, nós estamos debatendo ainda a Base Nacional Comum Curricular. É preciso haver isso. Não podem engessar o sistema, mas é preciso haver lá 60% de comum acordo no Brasil. A cidade em que moro recebe muitas pessoas que vêm do Nordeste. O principal setor de trabalho lá é o corte da cana e é desumano o que acontece. O aluno muda não de cidade, não de Estado e de região. Ele muda de mundo. A desigualdade é monstruosa. Ele chega ao 7º ano com aquilo que estaria no 3º. E como é que nós socorremos isso? Como é que você olha para uma sala de 30 alunos tão heterogênea? Toda sala é heterogênea e tem que ser assim, é normal, faz parte do ser humano. Mas foge do controle. É desumano. O que estão pedindo é um milagre. Nós não sabemos fazer milagres.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Muito obrigado.

Professor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. CARLOS SÁVIO G. TEIXEIRA – Quanto à segunda questão, Prof. João Batista, nos últimos 20 anos de experiência internacional, eu diria que as grandes transformações em sistemas educacionais na história moderna tiveram um roteiro relativamente homogêneo. O mais importante – e que não faltou em nenhum deles – é um ideário forte, um ideário que oriente um projeto nacional e seja capaz de exercer uma mobilização, uma convergência preponderante em torno de um núcleo forte e estruturador. A direção ideológica disso é variada. Você pode encontrar várias perspectivas. Mas nenhuma das grandes transformações em sistemas educacionais, no mundo moderno e contemporâneo, aconteceram sem a presença de um ideário forte. O ideário forte tem uma vantagem adicional que diz respeito a um problema que foi colocado pelo Senador Cristovam e pelo Prof. João Batista, que é a questão das pressões e contrapressões. Quer dizer, evidentemente o ideário forte não evita, mas dirime a força do corporativismo, a força dos *lobbies*, a força dos interesses privatistas. Você cria uma couraça em torno dele.

Então, quando há o predomínio, como há na educação brasileira nos últimos 30 anos, de programismos, aí, meu amigo, é terreno fértil para o *lobby*, para o corporativismo deitarem e rolarem, que é o que nós estamos a assistir. Muitos desses programinhas que PSDB e PT levaram a cabo são meritórios, fizeram coisas boas, mas não há visão de conjunto, não há pegada estrutural. Esse é o problema. Eu vou repetir: a grande proposta de José Serra era colocar dois professores dentro da sala de aula. Mas se os professores são ruins, você pode colocar dez, quinze, piora em vez de melhorar o problema.

O outro é o negócio de cultura, que vai colocar cultura. Mas se o professor não consegue ensinar, você vai substituir o ensino por cultura? Então, eu diria que essa questão do ideário forte é fundamental.

Dois, ainda nesse ponto: talvez seja importante você ter como o agente catalisador desse projeto não o Ministério da Educação, a burocracia, porque ela está sob pressão. É natural, ela está sob a pressão da rotina, da administração, da gestão. Então, ter um órgão, de repente até, dependendo do perfil, um Presidente da República forte, com legitimidade, com capacidade, ele liderar esse processo. A ex-Presidente Dilma tentou fazer isso, mas ela carecia das condições, o perfil dela e tal. Então, eu diria que ter uma instância, um órgão que seja o coordenador dessa agenda transformadora e propugnador desse ideário forte.

Terceiro ponto: de forma muito clara, ser capaz de fazer com que esse ideário ganhe o imaginário nacional, quer dizer, os meios de comunicação, os intelectuais. Isso tem que virar.... Goste ou não goste, o ex-governador Leonel Brizola conseguiu, com o Ciep, ter essa ideia, ter uma marca, ter um símbolo. Esse ideário forte tem que ser capaz de fazer isso. O Leonel Brizola e Darcy Ribeiro conseguiram fazer isso com o Ciep, quer dizer, demarcar um rumo. Porque, à medida que você tem um ideário forte e demarca o rumo, você obriga todo mundo a discutir aquilo, seja contra ou a favor, e aí o projeto toma corpo, toma envergadura.

Então, acho que a experiência internacional mostra a necessidade que o Brasil ainda não conseguiu alcançar, de ter um projeto forte na área de educação.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Muito obrigado.

Marcelo.

O SR. MARCELO LUCIO OTTONI DE CASTRO – Bom, eu queria destacar aqui três tópicos que seriam interessantes abordar numa mudança da LDB.

O primeiro é tentar estimular ao máximo a colaboração entre os níveis de Governo. Isso é essencial, porque não dá para ter essa disputa e essa ignorância sobre o que o outro faz. Quer dizer, se não houver colaboração ou coordenação, realmente fica difícil desenvolver boas ações.

O outro aspecto é a avaliação. É preciso que a avaliação tenha consequências. As avaliações devem vir acompanhadas de medidas corretivas. Avaliar por avaliar, só para ter índice, para publicar índice, é muito pouco. Tem que haver medidas corretivas. Inclusive, pensar na possibilidade de premiações para quem demonstre mais esforço. Não é questão de punir, de não mandar recurso para quem saiu bem. Às vezes é o contrário, exatamente porque não está bem, tem que dar uma atenção especial. Mas tem que haver consequências a avaliação.

Um outro aspecto importante a destacar também é o tal art. 81, podia dar um *plus* nesse artigo, deixar muito claro isso aí: experiências novas são importantes, serão acompanhadas. Não é simplesmente pode fazer e pronto. Não. São permitidas, serão acompanhadas, serão avaliadas, serão debatidas e serão estimuladas se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

os resultados forem bons. É um ponto a destacar numa alteração da LDB.

E alguns pontos a evitar. Uma coisa a evitar é tomar cuidado para não estabelecer princípios ou criar normas que a gente sabe que o País não tem condições de cumprir, porque isso acaba desmoralizando a lei.

Tudo bem, também não vamos ser tão contidos a ponto de não tentar ter uma ambição, é exatamente querer melhorar a educação do País, mas há certas coisas que se percebe que estão muito além da capacidade do País. Então, ser cuidadoso com isso.

Outro aspecto também a evitar é tomar cuidado com aquilo que eu falei, a síndrome das quantidades: tentar sempre ter mais isso, mais aquilo. Não, a gente tem que avançar nesses aspectos, mas, com cuidado, para que isso não predomine e sejam esquecidos outros lados mais importantes ou tão importantes quanto.

Outra coisa também que precisa ser evitada é a questão de currículo, de disciplinas. A gente tem visto até experiências internacionais de sucesso que estão mostrando a importância da integração de áreas de conhecimento, de conteúdos. E aqui a gente vê uma lei que cria nova disciplina, depois uma outra com nova disciplina. Então, chegou a esse estado em que, principalmente, o ensino médio se encontra: o aluno está sobrecarregado, ele fica doido, porque ele tem que fazer o Enem, tem que fazer o vestibular. É uma coisa desumana também com os coitados dos estudantes.

É interessante observar que, antes da LDB, na Lei nº 9.131, de 1995, o próprio legislador delegou ao Conselho Nacional de Educação a competência de estabelecer diretrizes curriculares. Mas, mesmo assim, o legislador continua dizendo: "mas eu quero isso também, mas eu quero isso também. Inclua mais isso, mais isso." Com isso, estamos numa situação um pouco difícil, um paradoxo, porque o legislador tem essa prerrogativa, mas talvez ele tenha que compreender que seja preciso abrir mão, em prol de uma visão mais coesa do aspecto curricular.

E vocês estão vendo agora que a medida provisória reforça essa ideia de delegação da competência de decisão curricular para o Conselho Nacional de Educação, com homologação do MEC, a questão da base comum. Essa é uma questão complicada, realmente, tem que ter uma visão técnica na hora de estabelecer essa base a respeito dos temas transversais, das disciplinas, se for o caso, mas, ao mesmo tempo, é preciso ver como fica a prerrogativa do legislador federal a respeito da definição de diretrizes ou de matérias curriculares.

Eu diria que seria preciso prudência e diálogo a respeito desse tema. Seria interessante, por exemplo, que em vez de o Parlamentar, isoladamente, querer apresentar um projeto criando uma disciplina nova, etc, que esses temas fossem discutidos, por exemplo, no âmbito das comissões: Comissão de Educação, da Câmara e do Senado, junto com o Conselho Nacional de Educação, antes de tomar decisão de apresentar o projeto de lei, que fosse uma coisa com aspecto mais coletivo, na tentativa de exatamente coordenar melhor esse aspecto, porque senão pode ocorrer de, daqui a pouco, de novo, o currículo voltar a ficar sobrecarregado.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Muito obrigado. Acho que tivemos um debate amplo para avançar para discussão. Antes de avançar aqui, vamos ouvir aqui os comentários do Senador sobre essa segunda rodada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Vamos repetir um por um. Eu estou achando muito interessante este formato. É a primeira vez que a gente faz uma audiência com esse tipo de formato assim, em vez de cada um fala e, depois, pergunta. É dinâmico.

O Ademir falou que uma coisa é fazer a lei, outra coisa é fazê-la funcionar. Isso é verdade. Mas uma coisa também, a gente precisa tomar cuidado, é fazer uma lei subordinada à realidade, que não vai mudar. Há que se fazer lei com ousadia, guardando os instrumentos. Isso a gente não tem feito. O próprio PNE não dá os instrumentos. A LDB não deu os instrumentos. Não há estratégia de como executar o projeto.

Sobre o notório saber, aí volta a ideia dos olhos que a gente olha o que a gente vai fazer. Se a gente olha com os olhos de uma criança que está na sala de aula sem professor de matemática, eu acho que não há problema em usar o notório saber, chamar um engenheiro aposentado, que não tem licenciatura e colocar para dar aula. É possível que, se ele tivesse licenciatura, ele tivesse mais traquejo didático. Mas eu prefiro a criança com um professor sem licenciatura, formado em engenharia.

A Embrapa aqui, todos os dias, joga fora doutores em biologia na aposentadoria, que ficam em casa chateados, podendo dar aula de biologia, se quisessem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mauro Santayana é um dos maiores jornalistas que este País tem. Mauro Santayana não fez curso nenhum, nem de jornalismo. Mas ele podia ser um tremendo professor de português, se fosse permitido.

Então, acho que o notório saber é uma forma de evitarmos aluno sem aula.

Quanto à pegada estrutural, eu achei muito interessante essa ideia da "pegada estrutural". E é disso que a gente precisa. Dois professores na sala de aula não é necessariamente ruim. A gente pode fazer um esforço para melhor o professor e ter os dois.

Agora, foi muito bom na sua fala a ideia do ideário. A gente precisa do ideário e de um "JK da educação". Precisamos de um Presidente. Ministro, eu já fui e vi que Ministro não manda nada. Ministro não tem a menor possibilidade de mudar as coisas se não houver um Presidente que o faça. Então, é preciso um Presidente, um "JK da educação".

Eu volto a insistir que o ideário podia ser a ideia de o Governo Federal ir adotando as crianças das cidades ao longo de 30 anos, até chegar em todo o Brasil, nas cidades que quisessem. E eu lamento que a Dilma não tenha nem respondido a um Prefeito da Bahia que fez uma carta dizendo: "Presidente Dilma, minhas crianças são brasileiras e eu não tenho como oferecer uma boa escola para elas. Por favor, adote as escolas da minha cidade". Eu tenho a cópia da carta.

Por que não fazer isso? Por que colocar uma escola técnica em uma cidade é tão comemorado? E por que as pessoas não querem as escolas de ensino fundamental? Eu acho que podia ser um ideário.

E finalmente, o Marcelo fala sobre colaboração entre os níveis. Cada vez eu acredito menos na possibilidade de colaboração entre os níveis, porque são muito desiguais as cidades brasileiras. Não são desiguais só em dinheiro, não. Em dinheiro, em jovens que podem ser professores, em tudo, no analfabetismo dos pais. Então, eu não vejo muito que essa colaboração seja a resposta para as cinco mil e quinhentas e sessenta e tantas cidades. Pode ser para algumas, pode ser para alguns Estados até, mas não para o conjunto.

Concordo totalmente que a gente tem que dar mais liberdade.

Nesse sentido, vou pedir licença para ir votar a emenda, e o Prof. Anastasia vai ficar aqui no meu lugar, mas não vou lhe dar, Senador Anastasia, o privilégio de ficar por muito tempo aqui não, porque está muito interessante isso aqui e vou querer voltar logo.

Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Prof. João Batista, por gentileza, com a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Muito bem.

Tivemos, então, uma segunda rodada, em que a pergunta era: como a experiência internacional pode iluminar o repensar de uma LDB e quais seriam as categorias fundamentais para compor essa LDB? Aqui tivemos uma riqueza enorme de contribuições, que vou tentar resumir, para podermos encaminhar uma conclusão desse nosso debate.

Eu listei aqui uma série de contribuições, que eu vou apresentar como se fossem negativas, mas estão alertando para sinais, quer dizer, quando se mencionou a experiência de Sobral ou de outros países, o que se mostrou foi o seguinte: para uma educação e para uma lei que viabilize a educação, o que temos no Brasil? Temos falta de ideias claras, falta de rumos, falta de lideranças, falta de saber olhar para a realidade, seja da sala de aula, seja da avaliação.

No fim e ao cabo, acho que todas essas observações que foram feitas aqui apontam para uma carência, que talvez seja a maior do Brasil, de que faltam efetivamente as instituições, no sentido da palavra, que permitam criar um sistema educativo no País. Não temos essas instituições, quer dizer, quando se fala, no ano de 2016, em currículo no Brasil, ninguém sabe do que se está falando até hoje, ninguém sabe quem é responsável, como se faz, qual o processo, e não dão a menor bola para a experiência dos outros países. Então, faltam instituições básicas.

Quando se fala em avaliação, temos alguns pedaços da avaliação, mas, como diz o nosso Secretário, Ademir Almagro, ela não chega lá na ponta, e a ponta tem que descobrir, a duras penas, como lidar com isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

como fazer esse processo, como transformar essa avaliação num instrumento útil para, efetivamente, promover a aprendizagem.

Não temos uma cultura de formação de professores, ora não vale nada, ora é o vale-tudo. Não é aqui a discussão de que se pode ou não o notório saber, mas a questão do que é a competência e como é que se verifica essa competência: quem pode ser, quem não pode ser.

Então, para qualquer lado que olharmos, as bases das instituições básicas que compõem um sistema educativo.... Para não falar na ideia de escola, que hoje é um lugar a ser ocupado. Não temos uma noção clara dessas coisas. E a própria estrutura de financiamento, que, num país federativo da maneira que é, também acaba exacerbando mais do que limitando as desigualdades.

Então parece, do que ouvi aqui, que a voz dos debatedores está dizendo: "para fazer uma lei não é primeiro sentar e fazer a lei". O que as pessoas falaram? Primeiro, o Senador disse: "vamos pegar dez Senadores – o Anastasia aqui incluído – e vamos ficar 15 dias no Município e depois pensar como é que faz a lei"; o nosso Secretário falou: "vamos lá na sala de aula" – e entendo que ele estava falando. "Vamos lá numa sala de aula que funciona para ver como é que funciona para, depois, a gente pensar a lei."

A ideia é esta: não podemos repensar uma lei sem repensar a educação, sem entender e olhar a realidade. Mas não é só a nossa realidade. A realidade internacional conta, a realidade de outros países conta, a realidade de algumas boas experiências no Brasil, ainda que limitadas, conta. Então, esse passo preliminar que não temos a paciência de fazer – se o Senador Cristovam quiser tocar em frente essa ideia de uma nova LDB – passa por uma aprendizagem das questões básicas, desenvolver essas questões básicas de olhar, saber onde olhar, saber para onde olhar.

Eu vou tentar resumir um pouco aqui o que vamos oferecer e o que a gente ouviu aqui como contribuição, para avançar. Eu sou o mais velho aqui – sou o mais velho em todo lugar que vou. Em 1984 eu participei de uma audiência pública aqui no Senado, conjunta com a Câmara, a convite do patrono deste auditório, João Calmon. O tema da minha palestra foi Bases Para a Nova Diretriz em Educação – um tema que é recorrente. Naquela época, eu trabalhava como assessor do Ministro Hélio Beltrão no Programa Nacional de Desburocratização e estava muito ligado à questão do federalismo, da descentralização da burocracia. Oito das páginas dessa magra intervenção é uma lista das leis, decretos e normas que existiam na época sobre educação.

Eu tive a pachorra – na época não tinha computador para contar – de contar as páginas de todas essas regulamentações e, se colocasse no chão uma página após outra, ia daqui a Porto Alegre, naquela época. Hoje, imagino, que dá três voltas ao mundo. Isso era e continua sendo a forma de o Brasil querer tocar a educação: fazendo leis. Claramente, não é. Não era em 84, não foi em 87 e não será hoje. Quer dizer, se a ideia do Senado é pensar uma nova lei de educação, talvez tenha que criar condições externas a essa educação, nessa sociedade, para que essa coisa avance.

E o que é que eu estou ouvindo aqui e o que eu trago dessa experiência de ouvir essas questões? Em primeiro lugar, é essa questão de entender o que nós queremos fazer. Sem uma liderança, sem um portador de uma ideia – essa ideia aqui ficou muito clara –, essa coisa não vai avançar. O País tem que ter conceitos muito claros e quais são os dois conceitos que a educação brasileira não tem? É o conceito da equidade e o conceito do objetivo da educação, que é a produtividade. A educação brasileira não tem contribuído para estas duas coisas: nem para o indivíduo e nem para a sociedade. Isso é renitente. Então, esse ponto de partida é fundamental e isso é limitado para a questão de como promover isso num país federalista, ou num País federativo.

Acho que esta reflexão é importante: o que é que nós temos hoje na LDB? Você cria sistemas de educação, porque a Constituição colocou o Município como entidade federativa, ela criou essa coisa, e aí você tem o fato esdrúxulo – e aqui nós temos um eminente especialista em Direito Administrativo, o Senador Anastasia – em que uma rede Municipal de Educação pode também ser um sistema de educação para sistematizar a própria rede. São absurdos assim que em nada colaboram. E hoje querem criar ainda redes de redes de redes, para complicar ainda mais esse nó.

Então esse pensamento central de promover equidade com produtividade precisa, antes de pensar em fazer a lei, de um amadurecimento dessa questão federativa. Aqui nós temos claramente o Senador Cristovam que tem uma posição muito marcada a respeito. Outros de nós temos outras posições a respeito de como filtrar. Acho que sempre haverá a questão: Seria o Governo Federal competente para administrar escolas? E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

eu acho que a resposta é claramente negativa, por tudo que nós conhecemos da história do presente e da própria condição de se fazer qualquer coisa a partir de Brasília. Quer dizer, acho que ele não está aqui, mas é uma questão que precisa ser debatida. Mas a questão central é esta: que tipo de arranjo federativo é possível? E aí cai na questão constitucional. A Constituição atual não permite avançar, pelas ambiguidades da questão da definição do regime de colaboração. Isso teria que ser predefinido antes de se pensar na questão da lei.

Esse é um processo de debate e nós estamos vendo aqui que a gente está aprendendo a fazer o debate neste foro. E para que é essa lei? Essa lei é para permitir, é para obrigar, é para proibir e para estimular. Quer dizer, hoje nós temos a lei para punir. Eu vou dar um exemplo da LDB. Quando a lei cria um conselho de educação, que supostamente seria para velar pelo equilíbrio das coisas que a lei não equilibra, ela cria um conselho que, por desenho, é corporativo. Quer dizer, como que eu posso confiar em um conselho cujos membros são indicados por prioridades corporativas? Não tem a menor respeitabilidade, não tem a menor condição de isenção. Então, quer dizer, vai ao conselho para atender aos interesses corporativos. Então esse desenho ele não pode ser feito no processo de elaboração da lei. Ele tem que passar pelo amadurecimento de um debate na sociedade que leva tempo e que carece de uma liderança.

Por outro lado, ele precisa passar por um processo de amadurecimento das instituições. Quer dizer, de todas instituições brasileiras o que nós temos de arremedos? Temos o arremedo de financiamento, porém é um arremedo de financiamento que é falho pelas questões federativas, é falho talvez pelo volume de recursos, não sei, e certamente é falho pela forma de regulamentar o uso desses recursos. Aqui se falou no MDE, no que que é despesa de educação e no que não é, quer dizer essas coisas às vezes criam muito mais ineficiências do que ajudam. Eu acho que uma liberdade maior, associada a uma cobrança maior nos recursos ajudaria muito mais. Então, na área de financiamento, nós temos um arremedo, mas não temos instituições sólidas.

Nós não temos, por exemplo, dados confiáveis. Você pega os dados do SIOP, os dados do Ministério da Fazenda, os dados do MEC e da Fazenda sobre gastos em educação e verifica que as diferenças são gritantes. Quer dizer, quando a gente fala: Está se gastando tanto em educação, ninguém sabe... Está-se gastando tanto em educação segundo a base tal, e não a base tal. Ou seja, não temos um mecanismo ainda adequado de financiamento, uma cultura de financiamento, uma cultura de responsabilização, e não vai ser a lei que vai resolver isso. Esse é um passo importante que precisa avançar antes de haver a lei.

O outro arremedo de algo que temos avançado no Brasil é avaliação. Foi falado aqui. Sim, temos algo. Porém, quando há um Enem, mobiliza Exército, Marinha, Aeronáutica, ministro da educação, Segurança Nacional, para aplicar um teste. Parece que a coisa mais importante para avaliar o ministro da educação é se ele é capaz de gerenciar um exame. Mobiliza, para, ele não tem tempo para cuidar da alfabetização, e para cuidar do exame; vai à televisão, o comando maior. Isso é brincadeira! O MEC não tem que fazer prova. Isso aí se faz numa instituição especializada, se faz pela internet.

Então, na coisa que a gente é melhor, que é avaliação, os mecanismos são falhos e deturpam muito a prioridade do administrador. Falta-nos ainda, na avaliação, muito, tanto do ponto de vista institucional, quanto do ponto de vista, como disse aqui o nosso secretário, da utilização prática desses modelos nos vários filtros em que isso vai ocorrendo. Segunda-feira teremos o piso sendo anunciado. É outra crônica da morte anunciada que virá pela imprensa em breve.

Depois, nós temos a questão que é cara aqui ao nosso Senador, que é a instituição professor. Pode ser qualquer um, pode não ser qualquer um, tem que ter título, não tem que ter título, tem que ter doutorado, não tem que ter doutorado? O Brasil não tem uma clareza sobre essas questões, mas, sobretudo, ele tem uma visão profundamente equivocada de como formar o professor e como avaliar os professores, de como credenciar os professores.

E aqui o maior inimigo são as universidades federais, que transformaram a formação do professor num campo de batalha ideológica. Essa é uma questão em que o País ainda não se debruçou. Temos milhões de professores, muito mais do que precisamos, se houvesse um sistema eficiente. E aqui eu retorno à questão do uso do recurso, que o Senador toda hora cobra, mas não temos professor – que o Serra não precisava ter dois, podia ter só um – para cuidar da turma de forma adequada. Não há no Brasil.

É um problema mundial? É. O mundo tinha, no século XIX, as moças que iam ser professoras, depois profissionalizou um pouco, e, depois, com o surgimento de muitas outras oportunidades para as mulheres, aquelas mulheres bem formadas, de boas famílias que iam ser professoras não foram mais, e houve um decréscimo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

na qualidade das pessoas que procuravam. Os países que valorizaram isso conseguem obter, e outros países não conseguem.

E aqui eu acho importante pensar nas questões estruturais. Por que estruturalmente nós não conseguimos atrair professor bom? Porque nós temos um sistema universitário viciado. Quando você pega qualquer sistema europeu, qualquer país europeu, há universidades – quase sempre públicas, mas isso é um detalhe – nas quais acessam 30% a população que conclui o ensino médio. É algo meritocrático, fundamentalmente. Ou seja, só os 30% melhores vão lá. Então, qualquer país europeu tem como professor alguém que está entre os 30% melhores por definição.

No Brasil não há essa definição. Você abre uma porteira, como se universidade fosse um bem público, acessível, de graça para todo mundo, que todo mundo tem que pagar, e que ninguém conclui, e aí vai catar alguém que queira ser professor no fim desse processo. Ou vai culpar a instituição porque não forma bem. Como ela vai formar uma pessoa que está no decil inferior da Prova Brasil ou do Enem?

Então, o desenho conspira contra isso. Não há nenhum mecanismo institucional, não há uma cultura que proteja isso. Então, nós estamos, na área de professor, a zero, e certamente não é uma área que se resolve só pensando em salário, ou só pensando em formação, ou, muito menos, pensando em requalificação. Eu acho que aí há um conjunto enorme de mecanismos que a sociedade ainda precisa de amadurecer, e que, certamente, vai começar pela atratividade da carreira, que precisa de ser pensado.

E depois há a questão do currículo. Nós não temos o currículo, avaliação, financiamento, e, obviamente, a gestão e a interação entre os atores passam pela questão federativa. Não tendo o país essas instituições, a meu ver, é muito difícil você constituir uma lei básica. E hoje há um modelo, Senador, que eu sugeriria que se observasse. É essa questão do marco regulatório dos setores. Vamos pegar o marco regulatório da primeira infância. Ele é muito interessante e eu sugeriria que, para esse exercício nós incorporássemos isso. A primeira parte dele é extremamente interessante. Ela abre o horizonte, a segunda parte cai no cacoete: "artigo tal da lei tal". Aí ela fecha tudo, amarra tudo e mata tudo.

Talvez o que a gente conseguisse fazer no primeiro exercício de uma nova LDB seria a primeira parte, começar a refletir sobre as grandes linhas, essas linhas das quais aqui se tratou, sob a égide da equidade e da produtividade.

E, finalmente, acho que para concluir essa sugestão que esse grupo traz, eu gostaria de recuperar essa ideia que o Senador traz – o Professor Ademir também nos fala dela – de voltar às bases. Por que não começar fazendo coisas? Por que não abrir espaços, ainda que tentativas, seja para o governo local, para o Governo Federal, começar a fazer educação ao lado, começar a fazer educação direitinho, começar a fazer a coisa bem feita. Talvez, antes de fazer uma regulação nacional para qual não temos experiência, seria também saudável, a par de iniciarmos um debate, discutirmos as instituições, também incentivarmos a criação de inovações bem avaliadas, bem seguras, seja no nível de um Município, seja no nível de uma região, de uma federação, municipal. Enfim, criar esses espaços que a lei atual permite para poder testar essas ideias.

Eu não poderia concluir sem um tema que me é caro e que não foi falado aqui como critério. Falou-se muito em critério de outros países – eu mesmo provoquei –, em critérios de verificar escola, olhar o chão, visitar município. Mas há um critério na educação brasileira que precisa ser incluído obrigatoriamente em todas as ações e na lei: as evidências. O mundo da educação, o conhecimento que nós temos hoje sobre educação é extremamente diferente do que era há 20, 30, 40 anos.

Então, é impensável, hoje, que se proponha a legislação, seja sobre alfabetização, sobre avaliação, até sobre financiamento, critérios e incentivos sem levar em conta a evidência científica. Não que haja consenso de tudo sobre tudo, mas há um elevado grau de conhecimento, e é uma imperícia legislativa e uma imperícia política ignorar essa realidade.

Então, Senador, eu creio que não só inovamos no debate e no respeito ao tempo, mas trouxemos aqui uma série de sugestões para essa sua brilhante ideia de repensar a educação, de repensar a LDB.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu agradeço muito a participação de todos e gostaria de saber se alguém aqui presente gostaria de fazer algum comentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª LONI ELISETE MANICA – Bom dia a todos da Mesa.

Parabenizo o Senador Cristovam por mais este debate da LDB que S. Exª tem conduzido. Tenho conseguido fazer parte desse grupo de vez em quando e contribuído, principalmente na minha área, que é a educação especial.

Meu nome é Loni Manica. Sou da área da educação e estou aqui no gabinete do Senador Romário. Trabalho com a área da educação, especialmente com a educação especial, que é minha área de doutorado.

Escutando aqui, anotei algumas coisas bem interessantes que eu gostaria de passar para vocês.

Primeiro, que eu penso muito como o Prof. Carlos em termos de qualidade. A gente está muito mais preocupado com a quantidade. Esse é o maior erro que a educação tem. Se você pegar qualquer documento do Ministério da Educação ou qualquer documento que qualquer instituição quer mostrar publicamente, ela coloca os números: "eu capacitei tantos milhões". Isso me parece que está à frente de qualquer qualidade. O próprio Sistema S, que é parceiro da educação, do MEC, está preocupado em divulgar primeiramente os números. Isso sempre foi assim, quando nós temos uma qualidade precária. Eu tenho que fechar com o Prof. Carlos. Foi excelente sua colocação.

Quanto às terminologias, Marcelo – inclusive mandei por *e-mail* para esse grupo muitas contribuições na educação especial, principalmente no EJA e na educação especial –, eu entendo que não dá mais. A LDB está ultrapassada. Está ultrapassada não só concretamente, na questão prática, como também nas questões da terminologia. Nós avançamos em 20 anos e estamos com uma LDB ultrapassadíssima na educação especial. Como o Marcelo diz, ainda usamos termos que hoje são condenados pelas próprias pessoas com deficiência que fazem a educação especial.

A questão da avaliação tem que ser revista, urgentemente. Eu não consigo ver uma educação pensando em uma avaliação sem falar em uma avaliação por competência. Como é que nós vamos fazer uma avaliação sem pensar em uma avaliação por competência concreta? Como a escola faz? A gente vai para o exterior e vê as pessoas sendo avaliadas, tendo registros por competência. Aqui no Chile, a gente vê excelentes experiências. Aí a gente vem para o Brasil e precisa de uma carteira de competências. A escola até tem vontade, em um curso prático de profissionalização, mas ela não sabe fazer. Então, nós temos que garantir isso na LDB. Nós temos que garantir que esse profissional possa fazer uma avaliação baseada na certificação também por competência.

A outra questão: concordo com o Senador Cristovam inteiramente. A escola integral pode ser o contrário. Nós podemos começar pela escola integral. Eu fecho com o Senador Cristovam. Depois essa qualidade vai ter que aparecer, porque o aluno não se satisfaz em quatro horas, mas pode estar satisfeito em oito horas, porque eu tenho mais quatro para colocar para ele além daquele conteúdo maçante que tem sido dado em sala de aula. Então, eu concordo na questão de fazer primeiro essa avaliação integral.

Eu discordo do Senador em relação ao notório saber. Como licenciada, como professora que fez magistério, no tempo em que o segundo grau era magistério, para que a gente pudesse ir para a sala de aula com as crianças de primeira a quarta série. Eu me senti extremamente segura saindo do magistério depois de quatro anos, com o ensino profissional do magistério. A gente fazia em quatro anos, devem lembrar isso. Eu fui para a pré-escola e para a escola de primeira a quarta série também, em que tive experiência, totalmente segura, somente com o segundo grau, e fui buscar uma licenciatura para poder avançar e trabalhar com outras áreas. Eu vejo em que no momento em que nós estamos abrindo mão de que o professor da sala de aula tenha uma licenciatura, eu posso dizer que o professor pode ir lá construir um projeto de engenharia, porque se não a gente acaba com as licenciaturas.

É uma defesa que eu faço não em nome da Loni. Eu a faço em defesa de todos os professores. Onde é que está o erro, Senador? O erro está em nós não termos uma estatística mínima de quem nós precisamos formar. Por exemplo, não adianta eu formar mil professores em letras, se nós temos professores sobrando em letras. Em termos de estatística, eu preciso de professor de matemática. Então, vamos abrir mais vagas nos cursos de matemática e diminuir os cursos de letras.

Agora, se nós pensarmos em uma licenciatura que qualquer um pode entrar na sala de aula e fazer, aí eu discordo. Eu concordo com o Senador no momento em que o engenheiro possa ter um novo currículo. O meu filho é formado em engenharia e, quando eu pergunto para ele se ele sabe a Norma 9050, que é da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

acessibilidade – o Marcelo conhece bem –, diz que não sabe o que é isso. Como você se formou em engenharia sem conhecer a Norma 9050? Como é que você se formou em engenharia sem ter o conteúdo mínimo de como você pode se portar em uma sala de aula, o conteúdo mínimo de um professor? É claro que a prática é essencial. Aí eu vejo que os cursos de engenharia, arquitetura, em que o cara quer sair como professor também, têm que ter no mínimo mais um ano ou dois anos. E esse cara pode escolher, sim, mas ele vai ter que ter disciplinas básicas da licenciatura. Senão, nós acabamos com as licenciaturas, Professor. E o senhor há de concordar comigo, porque o senhor é professor. Eu sei que o senhor discorda em relação a essa questão. É por isso que eu estou colocando.

Em relação a isso, eu acho que temos que pensar em uma LDB que traga uma postura para o licenciado de valorização e não de desvalorização, porque isso acaba com o licenciado, ou seja, qualquer um faz educação, mas não é qualquer um que faz engenharia, não é qualquer um que faz medicina. Então, eu penso que o médico, o engenheiro podem, sim, ser professor, desde que eles se enquadrem dentro de um ano a mais ou tenham um currículo diferenciado dentro daquele curso, para que ele tenha a base mínima de uma licenciatura. É a minha posição, como professora desde a primeira série até o ensino universitário.

Tenho uma sugestão sobre outra questão, já para encerrar, Senador. A harmonia tem que acontecer na universidade, tem que haver harmonia entre a formação do professor e o que estou necessitando no mercado de trabalho. Se essa harmonia acontecer, eu nem abro vagas para aquilo que não vai ter emprego. Essa harmonia estatística tem que acontecer e tem que ser prevista dentro de uma legislação, porque aí nós vamos ter cursos de formação já com empregabilidade pronta e definida, não faltará professor para aquelas áreas e também não sobrará professor desempregado em outras áreas. Então, essa harmonia, esse ajuste tem que ser feito. Eu não sou boa em estatística, mas eu acho que bons estatísticos podem pensar nessa questão.

Encerrando, Professor, se nós pensarmos, como o Prof. Ademir, de voltar às bases, como o senhor também falou, eu acho que conseguimos avançar muito em termos educacionais. O senhor tomou à frente de um GT – e podemos chamar isto de um GT, de um grupo de trabalho, pensando nessa nova legislação. Se esse grupo tem condições, ou um grupo maior ou um grupo menor que se divida – um vai trabalhar EJA, outro vai trabalhar saúde, outro vai trabalhar educação especial –, e se esses especialistas trouxerem as contribuições de uma revisão de artigo por artigo, eu acho que nós temos condições de montar um projeto de lei e apresentar uma coisa muito boa. É claro que nunca contentamos 100%, e isso vimos na LBI, em que pude trabalhar imensamente. Nós não contentamos, mas fomos por esse caminho que o senhor está começando aqui, um GT, que talvez se transforme em grandes subgrupos que discutam verdadeiramente o que é em cada capítulo da LDB e nós tenhamos especialistas na área.

Eu, por exemplo, gostaria de participar imensamente da educação especial, é a minha área de estudo, eu tenho contribuições lá dentro. Como especialista, poderia ser do EJA, ou outro especialista da educação infantil. Então, formaríamos isso aí, teríamos milhões de ideias positivas e fecharíamos uma proposta de LDB, de algo novo, porque 20 anos está na hora de a gente repensar.

Então, são essas contribuições que faço.

Desculpem, porque eu me alonguei.

Obrigada, Senador, o senhor sabe o quanto eu gosto do senhor. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu é que agradeço muito suas colocações.

Só o um único ponto polêmico eu vou responder. Primeiro eu quero dizer que sou defensor da licenciatura. Não deveríamos ter um professor sem licenciatura, mas veja o que eu disse: não deveríamos. E você disse que, com profissional, defende isso.

Agora, vamos supor que, além de profissional, como mãe – você disse que tem filho. Não foi? Que tem um engenheiro –, você prefere o seu filho sem aula de matemática, ou com aula de matemática dada por um engenheiro com reputação de bom engenheiro?

Mas deixe eu avançar só um pouquinho. Eu estou falando em amanhã, eu não estou falando nos próximos anos. Nos próximos anos, todos têm que ter licenciatura, e em todas as disciplinas. E aí você disse que certas disciplinas atraem mais professoras para licenciatura do que outras, e matemática é uma das que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

atrai. Então, o salário tem que ser diferenciado, mas muita gente não defende isso.

Porque nós não podemos obrigar. "Você vai estudar matemática, você vai estudar biologia, você vai ser professor de sociologia." Não dá! Se não é obrigado, qual é a maneira? É isso.

Mas oferecer menos vagas para essa, mas mais vagas para a outra não vai ser. Quem quer ser professor de português, e não houver vaga, não será professor de matemática, porque há vaga. É muito raro que vá. É que você olha sempre na ótica do professor; eu estou olhando na ótica da criança, do aluno. Então, nós vamos ficar sem professores.

Então, como mãe, e há milhões de mães neste País cujos filhos estão nesta hora aqui sem professor de física, de química, de biologia, de matemática e de português também.... Neste momento de emergência, a gente continua recusando notório saber? E aí só uma reclamação, você disse: "Não aceito qualquer." Não é qualquer um; é um doutor em biologia que passou 35 anos na Embrapa; é um engenheiro do DER que ficou 35 anos como engenheiro; no estou falando de qualquer um.

Mas eu quero ver na ótica da criança sem aula. É porque a gente que fica aqui neste ar-condicionado esquece que milhões de alunos hoje não têm aula de matemática, nem de física, nem de química, nem de biologia, nem de português. E eu não disse milhares; eu disse milhões.

O maior crime, entre ter um professor sem licenciatura, que é um crime, e não ter professor, eu prefiro o crime do professor sem licenciatura, com notório saber; não qualquer um.

E eu tenho talvez uma deformação. Eu fui reitor e trouxe de volta um professor de arquitetura que não tinha diploma, que foi contratado por Darcy Ribeiro, e o regime militar demitiu, chamado Zanine. Ganhou prêmios internacionais. Não tinha curso de Arquitetura e lhe demos o notório saber. Está cheio de gente com notório saber. Um dos maiores, senão o maior, ornitologista do Brasil não tem nenhum curso, mas ninguém sabe de passarinho mais do que ele, no Brasil. A gente vai recusar esse saber?

A SRª LONI ELISETE MANICA – É a competência de que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Competência.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Exato. Eu acho que agora, Senador, como o senhor está colocando, a situação é de uma avaliação por competência para esse professor também. É um registro paliativo temporário.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Claro que é. É lógico que é.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Nesse sentido talvez seja a proposta da LDB, para que ele tenha um registro temporário...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Aliás, está na LDB.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Pois é. Que isso aí seja realmente colocado em prática. Que ele tenha esse registro temporário. E entendo que tenha no mínimo uma formação digna, pelo menos igual ou parecida aos anos de estudo de um licenciado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu coloquei uma emenda nesse projeto...

A SRª LONI ELISETE MANICA – Eu vi. E isso é interessante.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ...que deve ter pelo menos o diploma universitário.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas em alguns casos, nem deveria precisar disso.

A SRª LONI ELISETE MANICA – O senhor sabe muito bem que para o notório saber necessariamente não é preciso ter o diploma. E é aí que se corre o risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Em alguns casos, não precisa mesmo não.

A SRª LONI ELISETE MANICA – E eu corro o risco assim: o meu pai é um excelente mecânico. Ele tem a terceira série primária. Eu daria o notório saber para ele, de mecânico. Mas eu também teria sérias críticas por deixar meu filho sem aula ou colocá-lo para dar uma aula de mecânica.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Você teria dúvida? Preferia o seu filho sem aula?

A SRª LONI ELISETE MANICA – Não, não sem aula.

Nós não podemos, Senador, pensar que futuramente queremos isso, um paliativo com cara...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não. Futuramente é outra coisa.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Então temporário. É. Isso em que ficar expresso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Futuramente é um salário básico de R$10 mil para professor. Aí todas as minhas contas, os meus livros, minhas argumentações formadas...

A SRª LONI ELISETE MANICA – Tem que ter um máximo de tempo, porque aí se organiza, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso. Mas hoje, nesses próximos anos?

A SRª LONI ELISETE MANICA – Para quantos anos o senhor acha isso?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O tempo que for preciso.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Ah, não. Aí eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O tempo que for preciso!

A SRª LONI ELISETE MANICA – Aí eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Agora, eu espero que o tempo que for preciso seja curto.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Não. Não concordo. Vamos colocar um tempo...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, pronto. Vamos marcar um prazo e dizer: olha, menino, você, que vai nascer daqui a cinco anos, vai ficar sem professor.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É isso?

A SRª LONI ELISETE MANICA – Não, porque as universidades têm que estar em harmonia com o que falta, professor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso! Então, é outro projeto.

A SRª LONI ELISETE MANICA – O senhor quer ver? No projeto que eu lhe digo, o senhor pode muito bem... O senhor diz: "Ah, mas daí eu não posso oferecer matemática para quem quer fazer português." Não! Mas vou diminuir as vagas. Significa que alguns vão ficar de fora. Melhor ele ficar de fora na formação do que desempregado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Tudo bem, mas ele não vai ser professor de matemática. Ele não vai querer ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª LONI ELISETE MANICA – Não. Aí ele não vai ser, mas vai ter gente querendo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, não, não. Mas há as vagas de professor para matemática.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Mas precisa de mais vagas! E menos em português.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Outra coisa: com esses salários iguais, a gente não consegue atrair. Tem que aceitar o mercado aí.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Também é uma ideia boa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas não querem. Os sindicatos não aceitam. Se falta professor aqui, só tem um jeito de aumentar aqui: é de fato reconhecer que você vai ter um tratamento especial, no meu País, porque a gente está precisando de você. Como se fosse uma guerra, em que a gente tinha de tratar os soldados ainda melhor do que trata hoje.

Aliás, não trata bem hoje, não. Tinha de tratar bem os soldados.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Aliás, a gente tinha que formar para a educação não formal. Também.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, acho que para hoje não é o ideal, mas melhorará. Essa é a pergunta que vou fazer: Essa proposta aí não é a minha, não é a ideal.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Não é a ideal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Agora, é melhor do que o que está aí. Colocar horário integral, mesmo sem bom professor, é melhor do que não ser horário integral. Um professor ruim com quatro horas dá menos resultado do que um ruim com oito horas de aula. Não o mesmo professor, claro.

Outra coisa, gente, outra coisa: a escola hoje não é só para ter o aluno mais tempo na escola, é para ter menos tempo na rua.

Será que não se está entendendo que a rua é um instrumento, é um lugar hoje perverso? Horário integral é para tirar da rua, não só para colocar na escola, porque as famílias já não ficam com as crianças quando elas saem da escola. Além disso, na escola ela tem mais condições, de qualquer maneira, de aprender algo. Agora, isso justifica a escola ruim? Não. Não, de jeito nenhum. Professor despreparado não. E aí vai exigir avaliação, mas salário, um bom salário. Agora, salário com cobrança, porque tem muita gente aí querendo salário sem cobrança.

Outra coisa, gastos. Temos que separar os vazamentos com os gastos. Por exemplo, quanto a gente gasta pagando salários a professores que não estão em sala de aula? Isso é um vazamento. Quanto a gente gasta em pagar aposentados com o dinheiro da educação? A aposentadoria tinha que sair de uma outra fonte. Quanto a gente desperdiça se não usar tecnologias modernas?

E o vazamento demográfico? Está diminuindo o número de crianças. Se a gente continuar aumentando recursos sem levar em conta a diminuição do número de alunos, vai ter um vazamento. São muitos vazamentos. A PEC 55 vai forçar a gente a olhar para os vazamentos que temos.

Mas, voltando, o notório saber é porque a gente precisa de professores de algumas áreas e eles estão aí, sem licenciatura. Pena, mas a gente os tem por aí. Além disso, pode-se fazer cursos intensivos também para esses professores. Se você chegar para um menino que está hoje na oitava série e disser: "Olhe, a gente está sem professor de Matemática, mas a gente vai abrir mais vagas na universidade, a gente espera que mais jovens queiram ser professores de Matemática, daqui a quatro anos, eles vêm dar aula para vocês". Daqui a quatro anos, o menino perdeu, sumiu, foi embora. (*Pausa.*)

E aí outra pergunta: e as universidades vão se adaptar? Não. Elas são autônomas. Talvez tenhamos que criar institutos estaduais, institutos municipais de formação de professor. As universidades estão resistindo a cumprir o papel delas.

Esse é outro vazamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª LONI ELISETE MANICA – É outro vazamento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – A quantidade de jovens que entram em licenciatura em Pedagogia e que nunca irão a uma sala de aula é um vazamento, é um desperdício de dinheiro.

A SRª LONI ELISETE MANICA – É um desperdício.

Por isso, fecham-se alguns cursos e abrem-se outros de que necessitamos. Tem que ter essa visão, de futuro, também.

Não adianta hoje eu formar mil pedagogos e não ter vaga para nenhum. Eles vão ficar desempregados.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Além disso, mil pedagogos, não todos, mas muitos não querem saber de sala de aula. Querem saber de... Cada um hoje quer ser um Paulo Freire. Cada um quer ser um Paulo Freire. Nós estamos formando muitos filósofos da Pedagogia.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Na prática, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Na prática. E a maior parte com muitos preconceitos teóricos.

O SR. CARLOS SÁVIO G. TEIXEIRA (*Fora do microfone*.) – Filósofos ruins.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O Professor Carlos está dizendo "filósofos ruins".

Bem, mas eu passo a palavra ao João Batista, que é o Coordenador.

Bem, então eu fico muito satisfeito. Nós vamos trabalhar para transformar este debate em um texto. Espero que ele provoque muitos debates como este e que aprendamos a olhar a educação na ótica da criança e do Brasil, quando a gente soma todas as crianças.

Alguém quer falar?

O SR. ADEMIR ALMAGRO – Só para fazer o fechamento, eu resumiria a nossa participação aqui em dois detalhes: primeiro, é preciso separar o emergencial do estrutural. Volto na frase do início. O professor de notório saber, o profissional de notório saber é emergencial, concordo com o Senador. Mas o que traz a LDB ou a medida provisória para corrigir o erro? Nós identificamos o erro, ou seja, falta professor. Agora, a medida que vem para trazer uma solução emergencial não traz a solução estrutural. Então, eu concordo que é necessário, porém também quero já uma solução a médio e longo prazo, senão isso vai se eternizar.

O segundo detalhe é levar a educação a sério. Na verdade, é um pedido de socorro dos professores, pois a sala de aula está sendo um depósito. Joga lá e vê o que eles fazem. Assim, chegamos com um monte de panfletos da dengue e dizemos: vai lá e dá aula. Um monte de panfletos do HPV: vai lá e dá aula. Um monte de panfletos para evitar a gravidez na adolescência: vai lá e dá aula. Não é assim.

Agora estão jogando oito horas. Vai lá e cumpra-se. Nós não temos estrutura. Ninguém foi lá ensinar a sala de aula como acontece isso. Não deram estrutura para oito horas, faço o quê? Eu vou ser professor de teatro? Eu vou ser professor de artes cênicas? Vou fazer o quê? A ideia é linda, não há dúvida, mas é preciso pensar na realidade. Vai lá na sala de aula e vê se é viável.

Sabe o que acontece? O aluno fica mais tempo na escola, a escola fica muito chata, o que aumenta a evasão. A ideia é genial, fantástica, porém precisamos tomar muito cuidado na aplicação. Mas isso depende da realidade.

Nós precisamos ser ouvidos. Vai na sala e vê o que está certo e o que está errado e nos socorra. Não é que não vamos fazer. Eu posso falar da dengue, mas me ajude. Posso falar do HPV, mas me ajude a falar, me dê um curso para isso. Mas não é assim que acontece a educação, pelo menos lá em baixo na base. Na sala de aula, no pó de giz, não chegam essas informações e não chega dinheiro.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O senhor trouxe aqui uma coisa que ninguém está levando em conta: que isso é ruim para o notório saber. Sabe o que é? Só vamos encontrar profissionais com notório saber nas grandes cidades. A Embrapa está aqui para nos dar biólogos. A USP está cheia de professor aposentado para dar aula. Mas no interior a gente vai ter pouquíssimo notório saber. Essa desigualdade, sim, é o problema.

Mas antes de terminar, e insisto se alguém quer falar, eu quero ler as perguntas que nos chegaram pela Internet.

Uma é do Matias Ribeiro: "Quais são as razões pelas quais as disciplinas de Sociologia, Filosofia e História estão perdendo seu verdadeiro valor na educação do ensino médio?"

Primeiro, eu acho que não estão, até porque, que eu saiba, o Governo voltou atrás e colocou de novo essas disciplinas. Agora, eu me pergunto por que só Sociologia, Filosofia e não se coloca Economia? E por que não Direito Constitucional? Por que não primeiros cuidados? Todo aluno deveria aprender primeiros cuidados. E por que não Ecologia? E por que não Biologia, para entender e conhecer um *Aedes aegypti*? Aí pronto, a grade foi embora com essas disciplinas obrigatórias.

Além disso, creio que certas disciplinas não devem ser em sala de aula, devem ser na prática. Acho que menos importante do que aprender quem foram os filósofos gregos é debater a Lava Jato sabendo o que Aristóteles dizia da Ética. Então, um professor de Filosofia – e aí sim tem de ter – agregaria muito mais como líder desse debate. Educação Física, que ele nem colocou aqui. A Educação Física está sendo dada em sala de aula, a gente precisa de prática de Educação Física e não de teoria de Educação Física. Outra coisa, tem menino que gosta de futebol, mas estão dando aulas, às vezes, de Beisebol. A gente tem de respeitar o gosto e a vocação. Então, tem de ter hora reservada para a prática de Educação Física, com um professor de Educação Física por perto, prática. Acho que até Filosofia, por incrível que pareça o contraditório entre teoria e prática, a gente tem de ter na prática.

Do Anderson Oliveira. "A LDB é linda como todas as leis feitas, se for para melhorar e colocar em prática". E realmente não estamos. Aí vem essa ideia: estamos muito no emergencial. Mas, na hora do emergencial, é melhor ter o emergencial do que ficar esperando o estrutural.

Minha proposta: ter o emergencial. E o estrutural, volto a insistir, seria substituir o atual sistema por um outro, com escolas novas, com uma carreira nova do magistério, em âmbito federal e ao longo de 20, 30 anos, com liberdade pedagógica e descentralização gerencial. Federalizar para regular a gestão de cada escola é um desastre. As universidades têm a sua autonomia, podemos dar às escolas. Os professores fazem a gestão com os alunos, com os pais.

O currículo tem de ser decidido localmente. Não vejo como ter um currículo que amarre todas as escolas do Brasil, a partir do que Brasília decide. Liberdade dentro da sala de aula, pedagógica, com avaliação. Com avaliação para ver se aquelas experiências, para as quais a gente tem de dar liberdade, estão dando resultado. Porque se as experiências não dão resultado, são simples aventuras teóricas, aí a gente tem de dizer: companheiro, chegou a hora de parar a sua experiência, pelo menos no marco do setor público, que financia tudo isso. Mas dando tempo para a experiência e para a avaliação, permitindo saber se está indo bem.

Quero, então, encerrar e agradecer muito a presença de vocês. Quero dizer, João Batista, que foi uma ótima experiência, uma audiência diferente das outras e muito mais agradável, muito mais dinâmica. Creio que vai nos deixar com boas ideias.

Obrigado.

Está convocada, para o dia 6 de dezembro, terça-feira, em caráter excepcional às 14h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 52 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, **sob a Presidência do Senador Pedro Chaves**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Antonio Anastasia, Lídice da Mata e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Lasier Martins, Paulo Paim, Wilder Morais, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, José Agripino, Alvaro Dias, Dalirio Beber, Romário, Roberto Rocha e Zeze Perrella. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCE 65/2016, de autoria do Senador Pedro Chaves. **Finalidade:** Debater o Projeto Aliança Brasileira pela Educação. **Participantes:** Evando Neiva, Presidente da Fundação Pitágoras; Gislaine Moreno, Diretora da Kroton Educacional; Cláudio de Moura Castro, Especialista em Educação; Orlando André Almeida Graça, Diretor da Escola Estadual Afonso Pena - Belo Horizonte/MG; Tomáz de Aquino Resende, Representante - Projeto Aliança Brasileira pela Educação; Helena Neiva, Representante - Projeto Aliança Brasileira pela Educação. Olacir Aparecido Alvarenga Oliveira, Representante - Projeto Aliança Brasileira pela Educação. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Pedro Chaves

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Minhas senhoras e meus senhores, o nosso bom-dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 65, de 2016, de minha autoria para realização de audiência pública destinada a debater o projeto Aliança Brasileira pela Educação.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. Teremos duas Mesas. Na primeira: Gislaine Moreno, Evando Neiva, Cláudio de Moura Castro e Tomáz de Aquino. Gostaria que respeitassem apenas a sinalização que está na frente da mesa. (*Palmas.*)

As instituições de ensino superior desenvolvem um papel importantíssimo para o desenvolvimento e crescimento do País. Ressalto que quase 75% do total dos alunos da educação superior estudam em instituições particulares, que além de oportunizarem a formação acadêmica de ¾ dos universitários, promovem melhoria para as comunidades sob sua influência.

Assegurar a qualidade da educação básica é dever de todos, inclusive dos gestores de ensino superior, que são responsáveis pela qualificação dos profissionais que atuam na formação de crianças e jovens. Portanto, a responsabilidade quanto à educação básica e qualidade de sua formação cabe, também, aos agentes do ensino superior.

Nesse cenário, surgiu a iniciativa de criar a Aliança Brasileira pela Educação, por meio da união de forças e integração de parceiros para contribuir com o desenvolvimento do ensino básico público, além de estimular o protagonismo social de colaboradores e alunos.

A proposta de criar uma aliança de alcance nacional é resultado de uma experiência bem-sucedida realizada no Estado de Minas Gerais. A Conspiração Mineira pela Educação, coordenada pela Fundação Pitágoras, braço social da Kroton Educacional, participou de histórias transformadoras na educação pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Ao longo de sua trajetória de mais de 10 anos, a Conspiração Mineira já atendeu 1.353 escolas, beneficiando mais de 1 milhão de alunos, com 135 fóruns de diretores. Foram mais de 405 horas de capacitação destas lideranças. Os diretores participantes desenvolvem o seu método de gestão escolar, produzindo um ambiente positivo e estimulante para o aprendizado, o que contribui para a melhoria de seus resultados no indicador de qualidade da Educação Básica (Ideb).

A Aliança Brasileira pela Educação nasce com a proposta de replicar nacionalmente o trabalho da Conspiração, atuando em duas frentes:

a) Fortalecimento da liderança das escolas por meio de fóruns de Diretores, encontros sistemáticos mensais com os diretores das redes públicas municipais e estaduais. Os encontros de trabalho, regulares, promoverão a troca de experiência e melhores práticas, de forma simples e eficiente, trabalhando temas considerados fundamentais para uma escola de qualidade e resgatando a autoestima dos atores do processo educacional.

b) Compartilhamento de projetos de sucesso: pela oferta aos grupos de diretores, de projetos gratuitos com alta eficácia para os alunos, cedidos por parceiros do segundo e terceiro setores, altamente relevantes para a melhoria de sua aprendizagem.

Visando a inserir o Senado Federal nessa importante discussão sobre uma melhor qualificação para o ensino de qualidade, proponho a referida audiência pública que está sendo agora realizada.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800 612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Então, é com muita alegria que estamos aqui hoje, numa audiência extremamente importante para a educação brasileira, principalmente com os baixos rendimentos que temos verificado na educação básica, tanto no Ideb como no PIS. É necessário que haja, na verdade, uma ação efetiva por parte do Senado Federal, contribuindo com as instituições privadas, para melhorar realmente esse quadro dramático em que o próprio Ministro da Educação e o Presidente da República estão extremamente preocupados.

Essa foi a razão maior da reforma do ensino médio, que foi feita por medida provisória para dar celeridade ao processo, porque o Brasil não pode esperar mais. Já estamos realmente angustiados com esses resultados sempre danosos. O resultado do PISA deu o Brasil como um dos cinco piores países, dos setenta elencados pela OCDE. Então, é importante que haja ações desse tipo.

Eu quero parabenizar a Fundação Pitágoras e acima de tudo a Kroton, que é braço da Fundação Pitágoras, por essa iniciativa. Eu gostaria que fosse imitada por todas as outras instituições privadas. É uma colaboração que nós temos que oferecer às instituições públicas. É importante mostrar que esse trabalho, na verdade, tende a oferecer metodologias alternativas para as escolas municipais e estaduais. Parabenizo mais uma vez os diretores, os gestores. Que eles continuem a fazer esse trabalho.

Sem mais delongas, vamos passar a palavra, imediatamente, à Prof. Gislaine Moreno, Diretora da Kroton Educacional.

A SRª GISLAINE MORENO – Muito obrigada, Senador.

Bom dia a todos. Eu quero dizer que é um enorme prazer estar aqui. Senador, muito obrigada pela sua sensibilidade com o tema, por ter aberto as portas desta Casa tão importante, para debatermos esse assunto que é de interesse de todos, com certeza.

O senhor tem feito um brilhante trabalho na relatoria da MP do ensino médio e tem conhecido a educação de forma ainda mais profunda, ouvindo os diversos atores. Acho que a sensibilidade que o senhor já tinha está ainda mais aflorada. Ficamos felizes e honrados em ter um Senador como o senhor no nosso País.

Estou muito feliz de estar aqui porque vejo muitos amigos e vejo muita gente que acredita em educação, gente que vive para a educação. Vejo aqui o Raulino, sorrindo, ele que trabalha com educação por toda a vida; o Prof. Reinaldo Mota, que é reitor da Estácio e tem a vida dedicada à educação, faz um trabalho brilhante; o Prof. Carlos Monteiro, da CM Consultoria, um nome importante no cenário educacional; o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Prof. Gabriel, grande inspirador dessa aliança, que o tempo todo tem nos questionado sobre o porquê de não chegarmos até todo o Território nacional, com a iniciativa da Fundação Pitágoras; o Sólon, representando a ABMES, parceiro de muitas lutas; a Beth Guedes, da Abraes; e o representante da Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) – vejam só, que secretaria importante tem o MEC. Vou repetir: Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. O MEC tem essa secretaria importante. Ficamos muito felizes de a Secadi estar sendo representada, e, tenho certeza, nós os teremos conosco nessa proposta de aliança.

Quero me apresentar, para quem não me conhece.

Sou brasileira, pedagoga e trabalho com educação desde sempre; não vou nem falhar há quantos anos porque, senão, vou me entregar. (*Risos.*)

Essas coisas a gente não fala, mas digo que é muito tempo. Comecei minha vida profissional na educação, trabalhei com crianças, tive o privilégio de trabalhar com alfabetização e fui seguindo, crescendo, até chegar ao ensino superior. Hoje trabalho na área administrativa, mas fico muito à vontade de ir para a sala de aula, de ir para o ambiente escolar porque esse ambiente é muito rico e faz com que sejamos melhores. Não tenho dúvidas de que a educação nos faz melhores. E estamos em um momento, no País, tão conturbado, tão cheio de problemas, mas acho que é um refrigério podermos parar hoje, aqui, neste momento, para falar de alguma coisa que é comum, que afeta todos nós e que também está nas mãos de todos nós.

Se vocês olharem aquele eslaide ali, verão que ele é muito significativo. Com toda a diferença que existe no nosso País, diferença de partidos políticos, diferença de classe econômica, diferenças profissionais, diferenças religiosas, encontrei o consenso de que a educação básica, sobretudo o ensino médio, que é o objeto da medida provisória que está sendo discutida, precisa melhorar.

Vi muita divergência em muitos assuntos, mas não vi ninguém discordar, Prof. Evando, de que a nossa educação precisa melhorar. Acho que isso é um consenso, independentemente de qualquer coisa. E falar sobre aquilo que é consenso é muito bom, porque chegamos desarmados e sabemos que também o público que nos assiste está querendo contribuir. É realmente um momento ímpar, e fico muito gratificada.

Como eu disse, é consenso que a educação precisa melhorar. Há números que são impressionantes e que não deixam dúvidas de que esse consenso é correto.

A fonte dessa informação é o próprio MEC. Eu deveria ter colocado ali um asterisco, mas me esqueci. O MEC me desculpe, mas dou aqui os créditos. De qualquer forma, é uma informação estarrecedora: o Censo de 2015 mostrou que 1,65 milhão de estudantes da faixa etária, matriculados em 2014, não renovaram a matrícula no ano seguinte. Estamos falando de educação básica. Isso é estarrecedor! Esses alunos não concluíram a etapa.

O Raulino está fazendo um sinal assim, e é exatamente esta a expressão: evasão. Alunos que deixaram de estudar; brasileiros que deixaram de estudar. Imaginem só o que isso significa.

O que a educação significa na vida da gente? Educação é a base de tudo. Eu acho que, se a gente conseguir melhorar a educação, muita coisa melhora na carona. A educação ajuda na nossa compreensão. Nós nos compreendemos como indivíduos por meio da educação. A educação eleva a nossa autoestima.

Vocês já perceberam isso? Vocês já viram alguma pessoa que não é alfabetizada? Já perceberam como ela é retraída, como ela tem vergonha de ir a determinados lugares, como ela acha que não se encaixa em muitos lugares?

Então, a educação é libertadora; a educação pode transformar um país. Se há algo que pode transformar um país, é a educação.

E quando a gente vê esse número tão grande de evasão, a gente precisa também concordar que alguma coisa precisa ser feita. E, aí, eu acho que a gente precisa parar de fazer a caça às bruxas e de falar "ah, o culpado é o fulano, é o sicrano..." Às vezes, a gente ouve, no ensino superior, os professores dizendo: "Ah, os alunos chegam fracos; o ensino médio é muito ruim..." Aí, quando se pergunta para o pessoal do ensino médio, eles falam o quê? "A educação básica é muito ruim; os alunos chegam fracos." E, assim, a educação básica fala da educação infantil; e esta vai falar o quê? Que a culpa é da família. E de quem mais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Assim, a gente fica nesse ciclo: "Ah, a culpa não é minha; eu já recebo alunos fracos. Portanto, posso lavar as minhas mãos". Isso está errado, gente! A gente precisa fazer alguma coisa. A gente precisa entender que esse é um problema de todos nós. Não adianta dizer que o problema está lá atrás. Então, vamos ajudar. Se o problema é lá no início, vamos ajudar, vamos lá no início descobrir e encontrar soluções para melhorar.

É isso que nos motivou a criar esse projeto da Aliança Brasileira da Educação, que vem com uma experiência já bem-sucedida em Minas Gerais.

Em Minas Gerais – e você vão ouvir essas explicações das pessoas que fundaram o movimento –, o movimento tem o nome de "Conspiração Mineira".

Vocês já imaginaram se a gente viesse a Brasília com um movimento chamado "conspiração"? Vocês já imaginaram o que isso iria causar aqui no dia de hoje? (*Risos.*)

"Esse povo veio falar de conspiração no Senado? Chama a Polícia Federal! Socorro!"

Então, sabiamente, a Conspiração Mineira fica limitada ao Estado de Minas Gerais e, aqui, nós a chamamos de Aliança Brasileira pela Educação. Soa melhor. Ademais, quando a gente fala de aliança... Se vocês estão vendo essa aliança aqui no meu dedo, vocês sabem que existe alguém comigo, eu não estou sozinha. Eu tenho compromisso. É isso, Raulino! Eu tenho compromisso.

Então, o nome aliança é exatamente para mostrar que a gente precisa de parceiros comprometidos para que a gente possa fazer a diferença na educação.

Quando olhamos esse grande número de evasão, o mais importante é que fomos olhar as causas, os principais motivos para a evasão: mudança, trabalho infantil, problemas de saúde e insatisfação escolar. Acho que, aqui, talvez, não possamos fazer nada com respeito à mudança. O trabalho infantil, talvez, possamos denunciar, tentar melhorar. Quanto a problemas de saúde, dificilmente vamos poder resolver, pelo menos na nossa esfera, como cidadãos. Mas a insatisfação escolar, gente, está nas nossas mãos, porque podemos contribuir para que nossos professores sejam melhores. Em vez de taxá-los como culpados pelo fato de o ensino estar ruim, por que não fazemos uma aliança, por que não damos as nossas mãos e vamos tentar melhorar essa insatisfação escolar?

É com esse objetivo, é com essa causa que criamos a Aliança Brasileira pela Educação. Hoje, vamos fazer a apresentação pensando exatamente nesta pergunta que eu gostaria que cada um de vocês fizesse para si mesmo: o que cada um de nós pode fazer? Não existe ninguém aqui, nesta sala, independentemente da condição social, independentemente do grau de instrução, independentemente do partido político, independentemente de qualquer motivo, que não deva se sentir responsável pela educação. É isto que esperamos hoje, que, ao sairmos daqui, estejamos todos convencidos de que conseguimos, sim, promover uma educação de melhor qualidade.

Fico muito feliz e muito agradecida pela presença de todos.

Passo a palavra agora para os meus companheiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Meus parabéns à Profª Gislaine!

Passo, imediatamente, a palavra para o Prof. Evando Neiva, Presidente da Fundação Pitágoras.

O SR. EVANDO NEIVA – Prezado Senador Presidente desta importante Comissão, ao ouvir suas palavras na abertura desta audiência, fiquei lembrando o filme dos nossos dez anos, desde o momento em que alguém – ainda bem que há um copo d'água aqui para eu poder temperar a emoção! – nos inspirou para esta caminhada.

Como a Gislaine, de forma tão inspirada, falou há poucos minutos, é uma oportunidade para convidarmos todos para entrarmos naquela ciranda brasileira pela educação. É um outro nome, Gislaine: corrente.

A SRª GISLAINE MORENO – É verdade!

O SR. EVANDO NEIVA – É uma corrente, não é?

E todos podem, realmente, dar uma contribuição individual, como voluntários, como parceiros institucionais. Temos visto esta caminhada de dez anos animadora. Acho que é por isso que estamos aqui, para trazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

este depoimento e dizer que temos a ousadia de transformar a Conspiração Mineira numa aliança nacional. Estamos aqui, nesta Mesa, com pessoas fundadoras do movimento. Também na plenária, há parceiros importantes.

Quero me lembrar do momento em que estive com o Tomáz. Foi lá no gabinete dele, em Belo Horizonte. A gente estava começando a Conspiração, e eu me apresentei – acho que nós não nos conhecíamos – e comecei a descrever o que a gente pretendia fazer. Depois de conseguir, durante uns cinco ou dez minutos, explicar para ele qual era o nosso propósito, ele virou para mim: "Prof. Evando, o senhor está louco?" E aí ele me generaliza esta ideia: toda vez que você tem uma iniciativa e conta para um companheiro, se o companheiro tem essa expressão, é porque a ideia é boa. Não é isso, Dr. Tomáz? (*Risos.*)

O SR. TOMÁZ DE AQUINO RESENDE (*Fora do microfone*.) – Tem chance.

O SR. EVANDO NEIVA – Essa loucura se ampliou ao longo desse ano, ao fazer dez anos de Conspiração. Na medida em que a gente pretende fazer a mesma coisa na escala do Brasil, é uma loucura de ordem superlativa. Eu acho que é uma boa expressão para o que a gente está querendo fazer.

O que é o nosso propósito? E vocês vão ver isso num documento de frente e verso que nós chamamos de A Carta do Caminho, que faz referência à Carta de Caminha, como o documento da origem da nossa nacionalidade. Então, A Carta do Caminho fala desse nosso propósito. Eu acho que é algo grandioso.

Nós nos propusemos a contribuir para a melhoria da escola pública em Minas Gerais nesses dez anos. E, por ousadia, resolvemos ampliar isso para a escola pública no Brasil. E sabemos dos números, da ordem de grandeza: vamos encontrar algo como 100 mil escolas públicas espalhadas por este Território grandioso. E queremos contribuir para melhorar a qualidade de 100 mil escolas públicas? Fala sério! Mas o propósito é esse mesmo.

Na minha frente está o Cabral, que também é um dos fundadores do movimento em Minas. E o Cabral fez outro dia uma metáfora. Eu acho que, diante de tanta variável, as metáforas nos ajudam a compreender. O Cabral fez a seguinte metáfora. "É como se a gente tivesse, há dez anos, um pequeno grupo – há alguns aqui –, e um dos membros falasse: 'vamos fazer uma caminhada?' 'Claro, vamos fazer uma caminhada.' 'Só que a nossa caminhada vai ser para atravessar a selva amazônica.' 'Como assim? Você está louco?" Mais uma vez, não é? Nós queremos fazer uma caminhada, atravessando a selva amazônica, do Maranhão até os Andes peruanos, que é algo que dá 3.000km debaixo daquela floresta maravilhosa. Mas nós nos propusemos a fazer isso.

E, dez anos depois, com esses números que já foram até relatados pelo Senador Pedro Chaves, eu, proporcionalmente, diria que nós conseguimos, nessa floresta de 3.000km, avançar 30km, que é quase nada perto do todo. Mas acontece que, nesse avanço, nós conseguimos contemplar coisas extraordinárias, a beleza, a grandeza da floresta, seus perfumes e sabores, o que nos anima a continuar caminhando.

A propósito, a gente fala que a nossa missão é uma missão impossível. Quando é que vamos dizer que cumprimos a missão e podemos voltar lá para Paracatu?

Paracatu é a minha terra. A Gislaine falou que é uma brasileira; eu diria que sou um paracatuense.

Então, quando é que posso voltar para Paracatu? Nunca! Então, nós vamos caminhar debaixo dessa floresta maravilhosa para o resto da vida. Não é esse o compromisso? Alguém vai afinar desse convite?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EVANDO NEIVA – Bem, então, essa é a ideia mais ampla, a razão de ser do nosso movimento.

Vocês vão ter mais dados por intermédio da Lelê, minha filha que está aqui, executiva voluntária da Fundação Pitágoras – todos nós somos voluntários –, e a gente vai ter uma ideia desse avanço, desses 30 quilômetros.

A Gislaine falou de muita coisa que me tocou o coração. Por exemplo, aliança. E a minha aliança é tríplice. A gente sabe que o nosso movimento se baseia numa tríplice aliança – não é isso Tomáz? Você nos ensinou isso há dez anos: aliança intersetorial que tem um vértice no Poder Público, e sem o Poder Público não é possível avançar nessa floresta; que tem um vértice nas empresas, e muitas empresas estão disponíveis, motivadas a contribuir, pelas razões que a Gislaine mencionou; e tem um vértice nas fundações, nas associações do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

terceiro setor sem fins lucrativos. A gente conseguiu fazer um *mix* dessas três forças da sociedade, e é por isso que a gente tem avançado, com resultados notáveis, com programas eficazes e de baixo custo. Aliás, eu nem diria de baixo custo, mas de custo zero, porque todos os nossos parceiros, voluntários, instituições que se integram, se propõem a oferecer o que há de melhor sem custo algum para o Poder Público, sobretudo atuando naquelas cidades que mais necessitam.

É claro que a gente fez um trabalho extraordinário lá em Sorocaba – vejo aqui o Prefeito Vítor Lippi e a Secretária de Educação Teresinha. Fomos parceiros naquele programa do Sistema de Gestão Integrada, que promoveu um salto de qualidade em Sorocaba, que, aliás, já tinha um nível muito elevado. Sorocaba se tornou a campeã nacional das grandes cidades no Ideb. Mas a gente também conseguiu fazer trabalhos notáveis em cidades muito singelas. Por exemplo, cidades – todos conhecem, mesmo a distância – do Vale do Jequitinhonha. Temos aqui representantes de cidades que, pelo menos, tangenciam o Vale.

A gente partiu de um IDH muito baixo, porque essa é a realidade socioeconômica lá, e de um Ideb muito baixo também. Eu me lembro – a Tânia, que trabalha conosco na Fundação, monitora isso – que, com esse trabalho no Vale do Jequitinhonha, nós fizemos com que uma das cidades – mínima – se tornasse a campeã mineira do Ideb, não é, Tânia? Saiu de quanto e foi para quanto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EVANDO NEIVA – Então, eu vou repetir as palavras da Tânia: Aricanduva, no Vale do Jequitinhonha, depois de dois anos de trabalho conosco, saiu de um Ideb de 3,8 e foi para 7,2, sagrando-se campeã mineira do Ideb. É isso que nos anima a continuar caminhando debaixo dessa floresta.

Eu sei que nós vamos contar com o Senador para caminhar junto conosco, e com vocês. Fica o convite para essa grande ciranda.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Agradeço as palavras do Prof. Evando Neiva, Presidente da Fundação Pitágoras, o depoimento extremamente emotivo, que sensibiliza todos nós.

Passo a palavra agora, imediatamente, ao Prof. Cláudio de Moura Castro, especialista em educação.

O SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO – Senador, o Cristovam era o Senador da educação, mas agora ele tem concorrente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Nós somos parceiros. Temos uma aliança.

O SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO – Vou contar um caso, um casinho pequeninho, singelo, mas, afinal, como mineiro naturalizado, eu tenho que contar caso. O caso é o seguinte: em meados da década de 90, começou a pipocar em Belo Horizonte um movimento de gente dizendo: "Eu quero fazer alguma coisa pela educação; a educação está ruim, as coisas não estão bem." Era gente idealista, disposta a trabalhar, cheia de ideias. Aí, com o patrocínio, com o apoio da Associação Comercial, da Amcham, da Fundo Amigo, tiveram certo auxílio. Começamos a discutir mil ideias. Nesse momento, me veio à mente uma experiência de dez anos anteriores, quando eu estava na OIT. Um amigo comum me disse: "Convida um velhinho chamado Reginald Revans para falar aqui na OIT, porque ele tem uma experiência sensacional que se chama Action Learning. Eu chamei o cara e veio o velhinho de oitenta e tantos anos. Já tinha sido atleta olímpico, tinha um currículo interessante, estudou no Cavendish Lab, foi aluno do Rutherford, Prêmio Nobel, e tinha um doutorado de astrofísica, que muito pouca gente sabe para que serve – o Ronaldo sabe, mas não tem muito mais gente que saiba. (*Risos.*)

Ele teve o bom senso de largar a astrofísica e se meter na área de gestão. Foi para Manchester, virou professor de gestão na época em que a Inglaterra estava descobrindo que existia gestão. Com a nacionalização das minas de carvão da Inglaterra depois da guerra, ele recebeu a visita de um colega de universidade que disse: "Eu tenho uma mina que é igualzinha a essa daqui; essa daqui é produtiva, essa daqui não é. Você está mexendo com essas novidades de gestão e eu queria que você descobrisse... " Aí o Revans respondeu, foi o caso que alguém me contou: "Só daqui a três meses." A conversa seguiu: "Só daqui a três meses". Perguntaram: "O que você vai fazer daqui a três meses que é tão importante?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Ele disse: "Eu vou trabalhar em uma mina de carvão. Como eu posso falar sobre mina de carvão se nunca fui mineiro?" E o desgraçado foi para a mina de carvão, passou três meses enfiado em um buraco – diz ele que é um horror. E voltou e se encontrou com o cara, com o presidente, colega dele. E o presidente disse: "Você descobriu o que acontece com a mina? Por que essa produz?" Ele disse: "Não". "Você não vai descobrir?" Ele disse: "Não". "Mas e aí?" Disse: "É muito simples. O que eu descobri? Os caras dessa mina a conhecem profundamente, passaram a vida enfiados no buraco. Os caras da outra mina conhecem profundamente a mina, enfiados no buraco. Então, se alguém conhece os problemas da mina, são esses caras. Se eles não resolvem o problema, é porque não há as condições objetivas para uma boa discussão".

Então, ele descobre dois princípios básicos: primeiro, quem sabe dos problemas é quem vive os problemas; segundo, é preciso criar semiartificialmente – digamos assim – as condições para que essas pessoas possam se tornar, de vítimas, protagonistas. Então, ele criou um grupo de mineiros calejados, que começaram a discutir uns com os outros, de uma mina e de outra mina, para descobrir por que uma era produtiva e por que a outra não era produtiva. Com isso, resolveu-se o problema, e nesse momento estava criado o Action Learning. E eu fiquei encantado com o velhinho. Tanto assim que fui a Manchester e acabei fazendo um documentário com ele. Mas isso são águas passadas.

Quando eu vi um bando de gente dando palpite sobre o que se tinha que fazer na educação de Minas Gerais – e eu, inclusive, acho que tinha mais ideia do que todo mundo –, eu disse: "Esperem aí, esperem aí! Vamos ver onde é que o sapato aperta, dito pelo dono do sapato, pela pessoa que está com o sapato calçado no pé. Então, vamos entrevistar as diretoras. Vamos ouvir as diretoras". Apareceram umas oito, falaram durante duas horas, e nenhuma falou de educação. Era droga, era desmotivação, era violência, era isso, era aquilo. Eu disse: "Esperem aí. Nós temos que começar por aqui. Algum dia vamos chegar à educação. Mas, se as diretoras estão dizendo que os problemas são esses, nós temos que chegar a esses problemas. E possivelmente a solução é o tal Action Learning, do velhinho".

E aí o Evando disse: "Então, você saia e busque um cara que faça Action Learning". E eu não conhecia ninguém. O velhinho já tinha morrido. Eu conhecia um oficial do exército americano que fazia Action Learning, mas também não resolveria muito o meu problema. Eu entrei na internet e descobri uma mulher que fez uma conferência sobre Action Learning no Rio Grande do Sul, mas que não sabia muito, e uma consultoria internacional chamada Caliper, que fazia Action Learning. Eu disse: "Ah, maravilha!" Mas, quando fui ver, eles estavam no Brasil fazendo consultoria para a Gerdau. E como um movimento que não tinha nem orçamento pagaria uma consultoria internacional padrão Gerdau? Escrevi para o cara e disse: "Lamentavelmente..." Aí, esse tal de George Brough, que era o diretor da coisa, disse: "Eu faço como voluntário. Paguem a passagem, que eu faço como voluntário". E fez como voluntário. A cada duas semanas, ele ia a Belo Horizonte e se reunia com as diretoras.

Aí o que aconteceu? Na primeira reunião, devia haver umas 20 ou 30 diretoras, uma coisa assim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO – Havia mais? Umas 50...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO – Uma confusão do demônio; uma confusão, que ninguém entendia nada, nada fazia sentido.

Quando acabou a reunião, eu disse: "George, virgem, Nossa Senhora! Esse trem não vai dar certo." Ele disse: "Cláudio, é assim mesmo."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO – É, um escocês que falava português direitinho, mas com sotaque: "Isso é assim mesmo. Pode deixar, não se preocupe." Na segunda, o trem ajeitou. E o número já ultrapassou 400 reuniões, oito anos depois que o tal do escocês foi embora. Ou seja, criou-se um movimento autônomo, autossustentável, no qual um diretor convida os diretores das outras escolas para verem o que estão fazendo na sua escola para melhorar a educação. Nesse dia, limpam a escola – que já é um grande avanço –, há a festinha, há a cantoria e tudo, mas eles mostram as inovações que estão fazendo. Então, essa coisa se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

autorrealimenta.

E, quando falamos de orçamentos milionários, nós estamos falando de quê? Guaraná e pão de queijo; é o que custa a reunião. Portanto, o que estamos vendo? São alguns princípios fundamentais: quem sabe do problema é quem vive o problema; depois, quem pode resolver o problema é quem vive o problema. Mas, se o problema não foi resolvido, é preciso criar algumas condições adicionais para incensar, para botar fogo na imaginação, na motivação dessas pessoas para que cuidem, para que tratem de se sentir confiantes de que podem resolver o problema.

Com isso, a coisa andou. Muitos problemas foram resolvidos. O Ideb deu uma boa subida nesse período.

E uma das lições importantes é o protagonismo da escola, quer dizer, os problemas da escola são resolvidos na escola; não é por gente que vem de fora e começa a meter a mão e meter o bedelho. Nós temos que criar um movimento de dentro da escola. E isso que vai mudar a educação do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. EVANDO NEIVA – Cláudio, permita-me? Damos a isso o nome de Fórum de Diretores.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Quero agradecer ao Prof. Cláudio de Moura Castro pela sua exposição.

Convido imediatamente o Prof. Tomáz de Aquino Resende, Procurador de Justiça, aposentado, consultor em terceiro setor e intersetorialidade.

O SR. TOMÁZ DE AQUINO RESENDE – Bom dia, Senador Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Prof. Evando, meus caros companheiros de Mesa, eu também vou ter que contar história. Aqui nós estamos só contando história.

Faz dez anos da Conspiração e eu lembro muito bem, como se fosse aqui agora: chegaram o Prof. Evando Neiva e o Prof. Cabral na minha sala, com uma capa muito bonita de um projeto. Eles falaram lá por uns dez, quinze minutos e eu pedi para ver o projeto. Eles disseram: "Não, não há nada ainda, não. É só a capa." (*Risos.*)

Você se lembra, Cabral? "É só a capa. Nós vamos fazer ainda." Eu falei: "O senhor está louco? Nós vamos fazer, então."

Eu fui Promotor de Justiça por 23 anos em Minas Gerais; me aposentei em janeiro de 2013. Desses 23 anos, em 18 deles eu trabalhei com associações e fundações, um universo totalmente ignorado e desconhecido pela maioria dos Poderes, das instituições e por quase todos nós.

Eu me surpreendi sempre positivamente com o alcance e com a capacidade desse setor em atender demandas sociais e ambientais. Eu me encantei com isso e defendia que a solução dos problemas sociais e ambientais passava pelo terceiro setor.

Daí a pouco, veio a decepção porque ele, por si, além da administração amadora, falta de transparência e muita dificuldade de se manter, não resolve; quem resolve é o Estado. O Estado é quem cuida disso. O Estado tem essa capacidade, é gigante, alcança o Brasil todo. Também grande decepção.

Depois, eu achei que eram as empresas, que ganham dinheiro deste País, sugam as entranhas de Minas e não nos devolvem nem educação. Também não é.

Em 2005, pouco antes do início da Conspiração, eu participei e coordenei uma pesquisa sobre o terceiro setor e descobri que as instituições ou as ações produtivas, efetivas eram aquelas em que estavam os três setores funcionando cada um na sua especialidade. Ou seja, todos os bons programas, projetos que davam certo na área de assistência social, de saúde e de educação, esses problemas sociais graves eram aqueles em que estavam os três setores. Daí comecei a estudar, pesquisar e percebi, hoje, com toda a tranquilidade, que não há possibilidade de nenhuma solução para nenhum problema social ou ambiental se não estiverem presentes nele os três setores. Há de se ter Governo fazendo as regras, fiscalizando, fomentando, enfim, fazendo o seu papel; há de se ter mercado para financiar, senão não acontece, e há de se ter as organizações. Daí vem a fala do Prof. Cláudio: são as pessoas que sabem que fazem, os executores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, não tenho mais dúvidas – o Prof. Evando comprou essa ideia lá no começo. Falamos muito disso no início da Conspiração – de que a ideia da intersetorialidade tem prevalecido. Temos trabalhado em escolas públicas com participação de voluntários de empresas e com as organizações da sociedade civil, as ONGs, as associações e fundações.

A Profª Gislaine me lembrou de duas estórias, de dois casos. Esse negócio de Conspiração não é só de Minas. Falamos de conspiração e parece que estamos falando de um movimento contra alguma coisa. Não. Conspirar é respirar junto, é estar unido, estar de aliança. O nome aliança fica mais suave aqui no Senado, menos perigoso, menos arriscado. Mas, quando falamos "você está louco, Prof. Neiva?" Devem ter falado para o Tiradentes que ele estava louco. Devem ter falado para o Paulo Freire que ele era louco. Devem falar muito para o Cláudio que ele é louco.

O SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO (*Fora do microfone*.) – É verdade. (*Risos.*)

Então, é nesse sentido de que esses loucos é que fazem as mudanças e as diferenças realmente.

Na minha história de promotor de Justiça, de associações e fundações, eu tive dois momentos, dois episódios que mudaram muito os meus conceitos e serviram para tratar dessas atividades de uma forma diferente. Primeiro, uma mulher chamada Dona Maria, que é catadora de papelão e presidente da Asmare

(Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte) e ficou famosíssima. A Mme Mitterrand levou-a à ONU, e ela disse lá: "A vida fez um papelão comigo e eu fiz do papelão minha vida". Ela é catadora de papelão e sobreviveu com isso.

Mas isso não é o mais importante. Nós brasileiros, principalmente promotores de Justiça, somos muito hábeis, muito criativos em expressões, não é, Prof. Cláudio? Na época, a palavra da moda era "resgatar". Nós fizemos um encontro lá no Ministério Público, convidamos as associações, as fundações, o Poder Público, empresas, e falávamos de resgatar. E, aí, todo mundo falava: resgatar a cidadania das mulheres da rua, resgatar a cidadania dos presos, resgatar a cidadania dos meninos na escola, resgatar, resgatar... Foram bons discursos. Foram excelentes discursos sobre o resgate da dignidade.

Quando acabou, a Mesa foi desfeita, D. Geralda espera ali do lado e fala assim: "Eu entendi bem o que vocês estão falando? Resgatar significa buscar o que a gente perdeu?" Eu disse: "Exatamente, a senhora compreendeu perfeitamente. Muito bem!" Ela disse: "Não, vocês é que não entenderam. Eles nunca tiveram. Como é que você vai resgatar o que nunca teve?" Se você nunca teve chance de ter educação, como é que vai resgatar a educação? É fazer educação! É oportunizar educação. É fazer "com". (*Palmas.*)

Outra coisa é que a nossa formação cristã brasileira nos leva a esse erro terrível de fazer "para". Essa é uma bobagem que a gente tem feito, porque não volta, não acontece. É fazer "com".

E depois, passado um tempo, já estava presente em outra Mesa o nosso cardeal católico Serafim Fernandes. E, aí, a palavra da moda, Senador, era "esperança". Até houve aquela frase famosa, "A esperança venceu o medo", todo mundo se lembra, e depois virou esta confusão. Venceu, mas não deu muito certo. (*Risos.*)

Está bem, não é adequado, me perdoe.

Mas aí eu tenho que fazer um parêntese, porque sou mineiro, de um lugar chamado Grota, grotadas, de grota mesmo. Eu calcei sapato quando tinha sete anos de idade. Eu sou o nono de 15 irmãos e sou mineiro, naturalmente. Fui promotor de Justiça por 23 anos, sou advogado do terceiro setor e atleticano – hoje é o dia, hein! Eu acredito! Ninguém entende mais de esperança do que eu. Posso dizer que sou a esperança viva, a esperança encarnada. (*Risos.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. TOMÁZ DE AQUINO RESENDE – Eu só sou atleticano porque tenho que ter esperança, senão eu seria de outro time que não precisa ter esperança, não é?

Então, vamos lá, nessas condições, com essa vida, eu falava de esperança e falei muito bem de esperança. Hoje, de improviso, não vou falar tão bem, mas quando eu me preparei para falar de esperança foi um bom discurso. Mas, enfim, quando acabei de falar, Dom Serafim tomou a palavra e disse: Tomáz, você falou muito bem, esperança realmente é o que faz a vida acontecer. Há um paralelo entre vida e esperança: você só tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vida se tiver esperança e só tem esperança se tiver vida. As pequenas esperanças do dia a dia, como a esperança de que o trânsito esteja bom, de que tenha um café da manhã; as médias e as grandes, como a esperança de que a gente atravesse a floresta e atinja a educação nacional. Então, a vida é esperança. A vela, a luz que move a pessoa é esperança. Mas há um problema, um fato:

Mais importante do que ter esperança é ser esperança. E ser esperança, Profª Gislaine, na sua fala, é fazer alguma coisa para mudar a realidade que nos incomoda. Isso é ser esperança. Então, vamos juntar as duas coisas: a Dona Geralda dizendo que você tem que fazer com, e o Dom Serafim dizendo que você tem que ser esperança. Não existe isto – eu concluí, não precisava de nenhuma inteligência para uma conclusão tão óbvia – de fazer alguma coisa sendo esperança conjugado na primeira pessoa do singular. Ou eu faço ou não vai acontecer. Ou o Evando Neiva toma o cabresto dessa cavalgada e nos conduz ou não vai acontecer, é o GPS; ou o Cabral deixa lá a engenharia e a família e fica dia e noite reunindo com diretores ou não vai acontecer. E aí todos nós...

Eu sou talvez o menor dos voluntários da Conspiração hoje. Posso ter tido importância quando eu tinha um cargo público relevante, mas não deixo de fazer, porque fazer alguma coisa para mudar o que nos incomoda é ser esperança. E aí, Senador, sem chavão, sem palavra inventada, esperança é o que nos move.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Parabéns ao Tomáz de Aquino Resende, Procurador de Justiça, pelas suas palavras. Acho que elas foram extremamente positivas e despertaram em todos nós a esperança. Isso é bom.

Agora vamos fazer a segunda rodada. Eu peço aos convidados que aqui estão que ocupem os seus lugares na primeira fileira. Convido imediatamente Helena Neiva, Assessora da Fundação Pitágoras; e Olacir Aparecido Alvarenga Oliveira, Prefeito de Santa Maria de Itabira, Minas Gerais. (*Palmas.*)

Nós vamos deixar o questionamento para após a fala dos atuais convidados, quando todos estarão convidados a questionar, perguntar e colaborar com as suas opiniões.

Vamos manter aqui a Gislaine Moreno, Diretora da Kroton Educacional e uma das responsáveis por este evento.

Em continuidade a esta audiência pública, passo a palavra à Profª Helena Neiva, Assessora da Fundação Pitágoras.

A SRª HELENA NEIVA – Bom dia a todos.

Senador Pedro Chaves, é uma enorme honra participar desta audiência.

Eu costumo dizer que eu tenho a paixão por educar correndo no meu sangue desde que eu nasci. Eu sou abençoada por ser filha do Prof. Evando Neiva e por ter ele como meu grão-mestre e também como meu espelho. É uma enorme alegria poder contribuir com os projetos de responsabilidade social da Fundação Pitágoras, da Conspiração Mineira e agora da Aliança Brasileira pela Educação.

Eu costumo dizer que estamos contribuindo para transformar a vida de quem mais precisa. E acredito que não possa haver uma missão mais nobre do que essa.

Quero começar a minha apresentação à luz de um pensamento de Einstein, que nos disse que "só uma vida dedicada aos outros merece ser vivida". É isto que nós estamos fazendo: que as nossas vidas valham a pena.

Gostaria de começar mostrando com mais detalhes a operacionalização da Aliança Brasileira pela Educação. E um bom começo é partirmos dessa linha do tempo que mostra o caminho percorrido que nos trouxe até aqui.

Em 1966, portanto, há cinquenta anos, surgiu Pitágoras como uma instituição particular de pré-vestibular com uma pequena sala para 35 alunos em Belo Horizonte. Ao longo dos anos, o Pitágoras foi expandindo a sua atuação no Brasil e no exterior, oferecendo toda modalidade de educação básica e se firmando como uma instituição referência em qualidade de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Em 1999, surge a Fundação Pitágoras, com a missão de contribuir para a melhoria da gestão das redes públicas, com um programa especialmente talhado para as redes municipais, o SGI – Sistema de Gestão Integrado, que é uma metodologia de gestão que alia os esforços de todos os integrantes da comunidade escolar, começando pela Secretaria Municipal de Educação, passando pelas lideranças, pelos diretores, coordenadores, funcionários e professores até chegar aos alunos e as suas famílias, para colocar todos remando na mesma direção, qual seja, a melhoria do desempenho dos alunos, medida sobretudo através da evolução dos índices de aprendizagem. Se tivéssemos que resumir em uma frase, a nossa maior convicção é esta: escola boa é aquela em que o aluno aprende.

O SGI é um programa que tem implantação de dois anos. Ao final desse período, os educadores recebem certificação e pós-graduação em gestão escolar. E o mais importante, à medida que a tecnologia vai sendo transferida, os educadores vão implantando e adaptando-a para a realidade das suas escolas. Então é um programa mão na massa. Ao final do período de implantação, aquela rede municipal tem total autonomia e segurança para caminhar com as próprias pernas. Mais à frente eu vou mostrar os números do SGI.

Em 2006, como muito bem explicado pelo trio de professores que se apresentaram anteriormente, surge a Conspiração Mineira pela Educação, um movimento de voluntários também com a missão de contribuir com a melhoria da educação pública em Minas Gerais.

Eu queria mostrar esses números do SGI para deixar claro que existe uma trajetória que comprova a eficiência e a eficácia do trabalho. É uma proposta que já foi testada ao longo dos anos.

O SGI tem 18 anos de estrada. De 1999 para cá, ele já foi implantado em mais de 100 Municípios em todo o Território nacional, beneficiando mais de mil escolas, capacitando 30 mil educadores e chegando até a sala de aula, melhorando os índices de aprendizagem de 728 mil alunos. Um pouco mais à frente eu vou mostrar esses resultados.

Quero também mostrar o alcance da Conspiração Mineira nessa última década. Então, é um movimento que fica em Minas Gerais, atua especificamente em Minas Gerais, em 42 Municípios do Estado. Conseguimos, também, já reunir mais de 1,3 mil escolas, beneficiando um milhão de alunos, também com resultados notáveis na evolução dos índices de aprendizagem.

O SGI e a Conspiração são programas similares, mas também distintos. As similaridades são que ambos são coordenados pela Fundação Pitágoras e ambos têm o foco na escola pública com ênfase na educação básica. O que fundamentalmente os diferencia é o formato. Enquanto o SGI é uma metodologia de gestão, completa, complexa, que dura dois anos para ser implantada, a Conspiração atua através dos fóruns de diretores, que são os encontros sistemáticos, mensais, com grupos de diretores de um determinado território educativo. Eu acho que está aí a grande força desse formato, porque a gente reúne diretores de uma mesma vizinhança de escolas estaduais e municipais, que, geralmente, nem se conhecem. Então, a gente consegue reunir esses grupos para que eles possam trocar experiências, conhecer as melhores práticas e entre seus pares encontrar os caminhos para os grandes desafios que enfrentam.

Esse gráfico é muito importante, porque é fundamental mostrar que o resultado se traduz em resultados palpáveis. Então, a gente vê a evolução histórica do Ideb, da última década, dos anos iniciais do ensino fundamental, com quatro medidas. Temos a média do Brasil, naquela barra azul; a média de Minas Gerais; a média das escolas que participam dos fóruns da Conspiração; e também das escolas que já implantaram o SGI.

E o que a gente pode perceber é que, em 2005, tanto as escolas da Conspiração quanto as escolas que implantaram o SGI partem de um patamar abaixo da média de Minas – é bom lembrar que Minas Gerais é um Estado que tem os indicadores educacionais como referência, superiores em relação à média de outros Estados do Brasil – e gradativamente a gente percebe essas escolas galgando a evolução desse indicador até chegar em 2015, quando eles superam a média de Minas Gerais. Então, são saltos expressivos, mostrando que o que a gente faz de fato tem um resultado comprovado.

Essa mesma tendência é percebida nos anos finais do ensino fundamental. Da mesma forma as escolas da Conspiração e do SGI partem de um patamar inferior à média de Minas. E, ao final de 2015, superam-nas. A gente tem as escolas da Conspiração saindo de 3,5 e chegando a 5, em 2015, e as escolas do SGI saindo de 3,4 e chegando a 5,4, em 2015. Então, são saltos expressivos e que nos mostram, nos sinalizam que estamos no caminho certo, com formato bastante eficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A síntese é a seguinte: se somarmos, linearmente, o tempo de estrada da Fundação Pitágoras com o SGI, os 18 anos de trabalho mais os 10 anos de trabalho da Conspiração com os Fóruns Diretores, nós temos quase três décadas de experiência trabalhando com as escolas públicas. E, durante todo esse período, encontramos caminhos para contribuir de forma expressiva e, o mais importante, de forma absolutamente gratuita para o Poder Público.

A Fundação Pitágoras tem esses dois carros-chefes: o SGI e a Conspiração, os Fóruns de Diretores. Exatamente o formato dos Fóruns de Diretores é que será replicado na Aliança Brasileira pela Educação, nessa ideia poderosa de colocar escolas municipais e estaduais trabalhando juntas.

A Aliança Intersetorial já foi claramente explicada pelo Dr. Tomáz. É fundamental que essa aliança, que nasceu em Minas, se expanda para o Brasil. É uma honra poder começar por esta Casa, como o primeiro grande parceiro do Poder Público integrando essa aliança, passando pelo MEC, pelas secretarias estaduais e pelas secretarias municipais de educação. São simplesmente fundamentais para o sucesso desse projeto.

Já estamos sendo procurados por diversas empresas e fundações de diferentes áreas interessadas em integrarem a Aliança, não é, Gislaine? Temos feito reuniões importantes para poder conseguir somar forças, porque sozinhos nós não daríamos conta de um desafio dessa magnitude, que é contribuir para a melhoria da educação pública do nosso País. Nós temos que ter realmente essa comunhão de forças.

A missão da Aliança sintetiza tudo isto: contribuir para a melhoria da qualidade das escolas públicas brasileiras com foco na educação básica, por meio de uma aliança intersetorial entre governo, empresas e fundações, tendo a Kroton como articuladora dessa iniciativa, convidando parceiros, sejam pessoas jurídicas sejam físicas, para se juntarem a nós. Todos são bem-vindos.

É importante também que tenhamos metas bem definidas, bem claras e as metas propostas são as que estão listadas nessa tela: o fortalecimento da liderança do diretor. Costumamos dizer que a escola tem a cara do seu diretor, para o bem ou para o mal. Então, se temos diretores comprometidos, confiantes, motivados, aquela escola certamente vai refletir isso.

Outra meta importantíssima é a alfabetização das crianças na idade certa: até os 8 anos de idade; também projetos de inclusão pelo esporte, essa também é uma área que a Aliança vai jogar forte; e a melhoria dos indicadores de aprendizagem como consequência desse trabalho.

Então, a Aliança Brasileira, que vai replicar o formato dos fóruns, trabalha sistemas estratégicos, que o Prof. Cláudio também já citou. São temas, eixos que sempre trabalhamos nos fóruns e que sempre discutimos com os diretores: a questão da pacificação, da motivação dos alunos, da motivação dos professores, da integração entre família e escola e da melhoria dos indicadores de aprendizagem.

Eu queria detalhar rapidamente um pouco mais a dinâmica desses encontros.

São encontros mensais que duram uma tarde por mês, de 14 às 17 horas. Vocês podem observar que é uma pauta dinâmica. A gente se inspira no formato TED, que é uma instituição que se especializou na arte das palestras e das apresentações e que se fundamenta nos conceitos da neurociência, que nos ensina que o tempo ótimo de concentração do cérebro humano dura cerca de 20 minutos. Então, hoje a gente tem atividades curtas, trabalhadas em profundidade e com a total concentração do grupo.

Nesses encontros, os diretores conhecem ferramentas de gestão aplicadas à sala de aula, assistem a palestras motivacionais e, sobretudo, trocam experiências, aprendem o que está dando certo na sua escola e o que podem levar para a sua escola.

Perspectivas para o próximo ano: propomos a total continuidade dos fóruns em Minas Gerais, que tem mais de mil escolas participando desses encontros. É bom lembrar que os grupos têm, em média, 50 pessoas. Pretendemos também expandir a Aliança Brasileira em São Paulo. Começamos um piloto em agosto. Já fizemos nove fóruns muito bem-sucedidos, com a total adesão dos diretores, e, para o ano que vem, queremos expandir essa atuação incluindo também as escolas municipais. Pretende lançar a Aliança Brasileira no Rio de Janeiro. Existe também a possibilidade de implantarmos o SGI, que é essa metodologia de gestão mais complexa em outros pontos do nosso País, em parceria com as empresas e fundações que queiram se juntar a nós.

Eu gostaria, agora, para finalizar, de mostrar um vídeo breve, de apenas cinco minutos, que traz depoimentos de diretores e lideranças que implantaram o SGI em seus Municípios e que participam dos fóruns de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

diretores. Eu acho que ninguém melhor que eles para atestar em primeira pessoa a força e a importância dessa proposta.

(Procede-se à exibição de vídeo) (*Palmas.*)

A SRª HELENA NEIVA – Bom, só para finalizar, vocês viram os depoimentos de privados de liberdade, depoimentos muito tocantes. Um dos principais trabalhos da Aliança também é atuar nas escolas do sistema prisional. Essas escolas já participam do SGI, já participam dos fóruns de diretores da Conspiração.

E quando a gente fala de incluir escolas do sistema prisional, nós estamos verticalizando para o nível mais profundo da exclusão. São milhares de jovens, em sua maioria negros, que jamais tiveram acesso à educação ou têm baixíssima, sequer cumpriram o fundamental nos anos iniciais. Então, levar educação para as escolas, levar educação de qualidade para as escolas do sistema prisional é uma possibilidade real de ressocialização. Então essa é uma missão também que nos enche de orgulho e de alegria.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Meus parabéns para a Helena Neiva. Excelente exposição. Acho que sensibilizou todo mundo, Helena? Parabéns!

Eu vou passar a palavra, agora, ao Prof. Olacir Aparecido Alvarenga Oliveira, Prefeito de Santa Maria de Itabira, Minas Gerais.

O SR. OLACIR APARECIDO ALVARENGA OLIVEIRA – Bom dia a todos. No nome do Sr. Senador Pedro, eu saúdo a Mesa. Cumprimento todos os presentes. Gostaria de saudar o Sr. Senador Cristovam Buarque. Bom dia, Sr. Senador.

Depois dessa fala técnica, fica até difícil de a gente falar, não é, Senador? Mas eu agradeço o espaço.

Se o senhor me permite, Senador, eu gostaria de contar uma história. Como todos estão falando uma historinha, uma historinha séria, a de vocês, a minha também, é séria. Eu não sou técnico, viu, gente? Eu sou bem simples mesmo, minhas palavras não são técnicas. Sou nascido na zona rural da minha cidade. É uma comunidade de 700 habitantes, uma comunidade bem pequena e simples.

Hoje, o motivo de eu estar aqui, mesmo eu não sendo professor, mesmo não sendo diretor, mesmo não sendo uma espécie que possa inteirar-se mais na educação, estou aqui como gratidão, em agradecimento, em nome do Município de Santa Maria de Itabira, em Minas Gerais, da Secretária de Educação, do meu Vice-Prefeito Israel de Oliveira Magalhães, nós estamos aqui para agradecer.

A história que vou contar, Senador e senhores, é que eu nasci na zona rural, sou nascido e criado na roça, estudei pouco naquela ocasião. Na época, lá, a gente só tinha a quarta série para estudar. Mudei para a cidade e depois de velho fiz até a oitava série. Até então, como diz a filha do Profº Neiva, a gente não teve oportunidade, naquela ocasião, para concluir os estudos. Mas eu sou prova viva para contar essa história. Quando eu me candidatei a vereador e fui eleito, no primeiro mandato, percebi que vereador não faz nada. Desculpe-me dizer dessa forma, Senador, mas vereador é uma pegação no pé do prefeito. Eu fui vereador e sei. Falei: desisto! E me afastei. Eu me afastei, mas tinha os parceiros políticos ou mesmo amigos da gente, que pediram para eu sair candidato. Naquela ocasião, o trabalho prestado como vereador não foi um trabalho de assistencialismo, mas foi um trabalho prestado com dignidade para a comunidade do meu Município. E eles pediram para a gente sair candidato naquela ocasião. Nós saímos candidato e fomos eleitos. Nunca teve uma votação tão expressiva no meu Município com o nosso candidato.

O que é que ocorre? Qual o porquê do meu depoimento? Naquela ocasião, a minha credibilidade, do Olacir – o apelido no meu Município é Grilo – não chegou a zero porque Deus não quis. Os empresários maiores, com todo respeito a eles, não apostavam em nós. Apostavam que ia ser a pior administração dos últimos anos na nossa cidade. Mas nós buscamos parceiros. Primeiro eu falei com o pessoal: acreditem em mim, porque não tenho dúvida de que acredito em vocês. Um exemplo: quem vai dar aula na educação não é o prefeito, é o professor, em conjunto com os diretores, com a secretária. O prefeito vai autorizar vocês a trabalhar.

E sabendo eu que tinha pouco estudo, eu não sou louco de deixar a educação do meu Município sumir da face da Terra, vamos dizer assim, por minha conta, eu, Grilo, Olacir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Falar em gratidão. Eu agradeço e depois ainda peço, se for possível, Senador, uma salva de palmas para o meu amigo, que considero como amigo, o Profº Evando Neiva. (*Palmas.*)

Muito obrigado, professor, pela parceria que o senhor teve conosco em nosso Município. Quando a pessoa falou que o Grilo ia pegar a prefeitura, que ia acabar com a educação de Santa Maria, porque era um analfabeto que estava pegando a prefeitura, nós tivemos a coragem, a ousadia de buscar o senhor como parceiro. E o senhor nos deu a resposta imediata.

Hoje, só para vocês terem uma ideia, vou contar a história aqui, nós trabalhamos lá com 1,2 mil alunos. Nós fizemos curso, em parceria da fundação, com 150 profissionais e professores. Eu não estou aqui ganhando nada, gente, graças a Deus" Isso é coisa que eu quero falar porque aconteceu conosco no Município. E também a fundação não nos cobrou nada, foi de graça para o Município.

Baseado nessas parcerias, esses cursos de que já falei, cursos técnicos, levantaram nossa capacitação, com autoestima dos professores, em conjunto com os diretores e mesmo os alunos. Pensem na dificuldade que era os professores na sala de aula, o convívio do dia a dia de um com o outro ou mesmo dos diretores naquela ocasião. Como já havia esse clima na sala de aula, a minha chegada foi bem complicada: "Chegou mais um e vai acabar com a educação". Resgatamos a autoestima dos profissionais. Fizemos parceria com os alunos, como foi dito aqui antes, eles dando o seu pitaco, vamos dizer assim, mostrando para os professores o que eles queriam, e os diretores colocando dia a dia o que era melhor para a escola e para o Município, de modo geral. Nessa oportunidade, nós padronizamos nossas escolas com orientações da equipe do professor.

Eles saíam de Belo Horizonte para dar suporte para a gente, o que não é fácil. O Município, de 11 mil habitantes, a dificuldade que o País está vivendo, e nós sabemos que nós tínhamos – desculpe, Senador – uma bomba para resolver naquele momento. Se eu deixo o nome do meu Município ir para a lama, eram quatro anos que o meu nome também ia. Nós não queríamos isso, por isso buscamos com os parceiros...

Agradeço mais uma vez a forma como o senhor nos atendeu no seu gabinete. O nosso Município, em vista dos demais, é um ovo, e o senhor nos recebeu da mesma forma como recebe um Município grande. Muito obrigado pela parceria. (*Palmas.*)

Como eu já falei, a nossa reforma nas escolas, com orientação deles, a merenda escolar que existe hoje levantou nosso Ideb. O índice do nosso Ideb era de 5,5; hoje é de 6,4, posição de destaque na região.

Muito obrigado ao senhor. (*Palmas.*)

Por isso, estou aqui para agradecer ao senhor. Estou muito emocionado, porque aqueles que falaram que eu ia afundar a educação de Santa Maria de Itabira hoje se orgulham de nós. E o senhor está conosco.

Muito obrigado.

Aqueles empresários que duvidaram do nosso trabalho hoje se sentam conosco e falam: "Se fosse hoje, nós votaríamos em você". Eu disse: a política passa, o Município continua. Vamos buscar mais parceiros para o futuro.

O nosso compromisso é o todo, não é só o Olacir, não é o Grilo só. É o todo, o Município é o todo, incluindo buscar essas parcerias do senhor. Eu parabenizo o senhor. O que aconteceu comigo, gente, é fato. O que aconteceu no Município de Santa Maria – a gente não está aqui como fanfarrão nem brincando com o emocional de ninguém – é excelente parceria.

Muito obrigado de coração.

Agradeço ao senhor, professor, à sua equipe, que organizou para a gente a parceria de todos. Não vou dizer nomes, porque é muita gente e eu acabo esquecendo.

Agradeço mais uma vez ao Vice-Prefeito, nós fomos parceiros, graças a Deus; agradeço também à Secretária, que, vendo as dificuldades, como eu mesmo, se não fosse ela também eu estava perdido. Mais uma vez destaco a parceria.

Agradeço mais uma vez ao Profº Neiva. Nosso muito obrigado a toda a sua equipe. Que Deus os abençoe. Muito obrigado a vocês. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu fiquei realmente emocionado com o depoimento do Olacir, que abriu o coração e falou de forma clara e tranquila. Na verdade, é um exemplo para este País, porque temos, seguramente, mais de 2.500 Municípios com menos de dez mil habitantes e que têm problemas semelhantes a este.

Tenho o prazer de registrar a presença do nosso Senador educação, Cristovam Buarque. É um prazer recebê-lo aqui. (*Palmas.*)

Nós vamos abrir agora para o debate, para quem quiser fazer uso da palavra. Não sei se o Cristovam quer começar a fazer algumas perguntas, questionando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Quero apenas dizer que acompanho o trabalho da/do Pitágoras – dependendo do que a gente fala, ou seja, colégio ou fundação – há muito tempo, não apenas pelo trabalho de vocês, mas também pelo Cláudio, que é um velho amigo meu.

Vejo nesse trabalho algumas coisas muito interessantes. Primeiro, uma entidade privada que não fica presa apenas aos alunos da sua rede. É uma entidade privada que tem responsabilidade social, nacional e que põe a educação de todos como um objetivo também. Segundo, esse trabalho, que eu não conhecia, com presos. Eu não conhecia. E me orgulho muito que a lei que permite redução de pena por estudo é minha, é de minha autoria. Levo muita pancada por causa disso, sobretudo devido ao fato de que hoje há um certo ódio da violência e muito identificada com os presos. Alguns deles, realmente, não merecem que a pena seja reduzida. Mas isso são exceções, pois a grande maioria merece.

Eu já tive a ousadia de pensar – existe um limite na ousadia, pensar é fácil, mas propor uma lei exige mais ousadia, que eu não tive até hoje –, tenho uma ousadia teórica de que o sistema prisional deveria estar no Ministério da Educação. Eu não tenho essa ousadia de propor uma lei nesse sentido porque vão achar que eu estou querendo passar a mão na cabeça de bandidos. Mas acho que a prisão deveria ser um sistema de recuperação e de não retorno à prisão. E só a educação permite isso. Só a educação. Eu percebi isso quando Governador, visitando a cadeia, a famosa Papuda hoje, que depois deixou de ser um lugar de visita de político. E eu percebia duas coisas, aliás: uma era o fato da falta de educação generalizada e, portanto, da falta de perspectiva; a outra que eu insisto também, e esta eu tenho a ousadia de propor já algumas vezes, embora muita gente não goste, que é o serviço militar obrigatório. É raro o preso que fez o serviço militar. Tem que levar em conta que não é um universo representativo. De fato, não é um universo representativo, mas o serviço militar traz três coisas que ajudam a barrar a violência que termina na prisão: um é disciplina numa idade específica, a juventude; a outra é amigos, companheiros que se consegue ali; e terceiro é aprender um ofício, podendo combinar um serviço com o ofício. Então, fiquei muito feliz com essa parte dos presos, muito, e gostaria até de ver se consigo o contato da Drª Natália Fernandes, que aparece aqui, porque eu tenho sido muito procurado por grupos que querem levar adiante esse processo.

Então, eu fico muito feliz de ver o trabalho de vocês, o trabalho de levar um serviço de educação do seu setor privado ao setor público. Eu tenho insistido muito no fato de que a gente precisa mudar o conceito de público como sinônimo de estatal. Há entidades estatais que não têm nada de público. E existem entidades privadas que são públicas, pelo serviço que prestam.

Uma faculdade que forma professor para rede, seja pública, seja privada, para ensino básico, essa entidade está prestando um serviço público. Ela é pública. E o ideal seria que o governo pagasse, como faz com o Prouni. Senão, a pessoa está pagando para ser professor. Logo, está pagando para um serviço público. O primeiro ponto da publicização, claro, é a qualidade. Se não tem qualidade, aí não é público, seja estatal, seja privado. Então, vocês trazem essa dimensão do público no setor privado, o que nós temos de aumentar ao máximo.

Sou defensor da cooperação público-privada, das OSs, desde que a gente leve com cuidado para evitar corrupção, para evitar apadrinhamentos. Mas eu creio que não dá para prescindir da energia que há no setor privado para a realização do que a gente quer a serviço do público. E vocês estão fazendo isso, como outros grupos da educação estão fazendo.

Por isso, Gabriel, muito bom estar aqui, muito bom estar com vocês e muito feliz de ver o trabalho que estão fazendo. E fico feliz que esteja sendo feito aqui no Senado e que, eu espero, esteja sendo transmitido pela televisão, para que as pessoas vejam que é possível dar contribuição. Vocês não vão conseguir chegar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

aos 55 milhões de alunos, mas estão dando a contribuição de vocês. E, se outros fizerem isso, nós chegaremos mais rapidamente.

Ainda ontem foi divulgado o resultado do PISA, mais uma vez com resultados infames em 2015, em relação ao passado, com algo para que muitos de nós vêm alertando, com países avançando mais do que nós, países como a Indonésia, que vive dificuldades imensas, inclusive com centenas de idiomas diferentes, o que torna complexo o processo de educação. Pois bem, mais uma vez ficamos para trás.

Sem o esforço público-privado, aliás, sem o esforço estatal privado a serviço do público, nós não vamos dar o salto que precisamos. Por isso, parabéns, Pitágoras; parabéns, Kroton. Parabéns a todos vocês.

E eu espero que outros sigam o exemplo de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – É com prazer que eu registro a presença do Deputado Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais. (*Palmas.*)

Ele é também da área de educação. Ele foi o autor do PL 6.840, que trata da reforma do ensino médio, cujo relatório eu aproveitei bastante para o projeto que eu concluí e que foi aprovado pela Comissão.

Passo a palavra ao Ronaldo, para fazer algum questionamento, porque nós estamos num debate intenso aqui, interativo. E eu acho que a gente vai elegendo algumas pessoas. Depois, todos poderão usar da palavra, sem nenhuma restrição.

O SR. RONALDO MOTA – Diante de um pedido do Senador Pedro Chaves, eu não posso falar não.

E me vêm muitas coisas à cabeça. Primeiro, assim, por mais que a gente seja otimista, e, particularmente, da Comissão de Educação, este evento supera qualquer expectativa, porque eu hoje estou aprendendo um monte de coisas e espero que todos também possam aprender igualmente, e me vem uma ideia de uma ficção.

Quer dizer, claro que nós temos no momento no País uma grave crise econômica, temos uma grave crise política e imaginem uma ficção em que alguém falasse assim: "Dá para fazer uma troca? Vamos fazer o seguinte: dá para agravar a crise econômica e agravar a crise política um pouquinho, mas a gente, em compensação, teria uma melhoria na educação?"

É uma aposta difícil, porque ninguém fez essa pergunta, mas, se fizesse, eu acho que valeria a pena, porque, mesmo num contexto de maior dificuldade econômica e de maior dificuldade política, se nós tivéssemos, e não temos, boas notícias no campo educacional, seria um grande motivo adicional para termos mais esperança.

Ou seja, a centralidade, a estratégia da educação é ela mesma. Quer dizer, se a gente quer pensar o futuro, o futuro está absolutamente ligado à educação, e educação não dá, como diz o Senador Cristovam, para ser uma responsabilidade unicamente estatal ou unicamente pública no sentido usual. Ela demanda um conjunto de ações de muitos atores, e, particularmente aí, o setor privado, através das suas fundações, tem um papel imprescindível.

Então, eu acho que, se nós temos, e voltando aqui a nossa crise não política, mas econômica, é difícil definir em resumo, mas eu diria que nós temos uma crise econômica também, ou como prioridade número um, a questão da produtividade. A baixa produtividade nossa está associada a outros fatores, mas o fator mais relevante é nós temos uma baixa produtividade e, portanto, somos menos competitivos, porque temos o problema de escolaridade, tanto em número de anos, quanto em qualidade dos anos cursados.

E se nós temos alguma expectativa de um desenvolvimento econômico, social, ambiental sustentável, isso só se dará através de educação. Não há fim de crise política, nem fim de crise econômica que não passe por nós termos um outro padrão educacional, uma outra capacidade de competir globalmente, e, portanto, gerarmos um desenvolvimento, que é o que nós queremos, que seja sustentável.

É isso, Senador.

Então, parabéns a todos, belíssima iniciativa. E sou voluntário para ajudar no que for possível.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Federal Vitor Lippi, de São Paulo, que está aqui desde o início do debate.

Peço as escusas por não anunciar antes.

Seja bem-vindo aqui.

Parece que o Raulino quer falar alguma coisa.

Pois não, Raulino. Vamos para o debate.

O SR. RAULINO TRAMONTIN – Senador Pedro Chaves, velho colega de guerra, eu queria comentar sobre a apresentação da Gislaine e dizer para a Gislaine que o IBGE lançou, há uma semana, mais ou menos, e está no teu e-mail, um relatório chamado Síntese dos Indicadores Sociais, numa reportagem sobre os "nem-nem". Então, os números que você coloca aí, multiplica por cinco.

Nós temos, seguramente, quase 6 milhões, Senador Cristovam, que abandonaram, e esses aí provavelmente vão engrossar as cadeias. Eu me espantei com os números desse relatório. Sugiro a quem não leu o relatório que o faça. O relatório, que está disponível na internet – e se não acessarem, eu posso mandar, porque mandei para muita gente – mostra que nós tivemos uma evolução de 29%. Isso quer dizer que os números que você apresentou aí dá para multiplicar por 5. Não, mas o relatório que saiu em 2015 é muito maior do que aparece aí, é muito maior.

Eu queria, para terminar, Senador, dizer o seguinte: nós estamos fazendo alguma coisa, sim, e nós temos, aqui em Brasília, em algumas famílias, o Adote uma Família, para educação, e está dando certo.

Eu vou dar um exemplo, já que todo mundo conta a história: no Paranoá nos encontramos uma família com três rapazes que há 15 anos não trabalhavam e nem frequentavam a escola. E viviam em um barraco de madeirite.

Nós desafiamos. O que eu fiz? Comecei dar uma cesta de legumes toda semana. Fomos ao Sesc, no Setor Comercial Sul, fizemos uma parceria com Sesc, matriculamos esses rapazes. Alguns terminaram o ensino fundamental e temos os dois primeiros que estão terminando o ensino médio este ano, em um projeto chamado Adote uma Família.

Eu acho que o Adote uma Família, Senador Cristovam, é exatamente dentro desse espírito. Eu quero dizer o seguinte: esse programa – e eu acompanho pela internet o Conspiração Mineira há muito tempo – você imagina o que vai acontecer com esses mais de 6 milhões de pequenos, médios e jovens de até 18 anos que simplesmente abandonaram a escola, e não há possibilidade de voltar, do jeito que as coisas estão indo.

Eu acho que é dentro dessa faixa que nós temos que começar a pensar o que nós vamos fazer para não engrossar a fila das cadeias públicas brasileiras, que já estão lotadas.

Então, Gislaine, o que você apresentou é um pouco pior até, e eu parabenizo a Mesa pela oportunidade que nos deram de aprender um pouquinho mais. E quero dizer que nós educadores, que só trabalhamos com educação, ficamos cada vez mais entusiasmados no sentido de que a união faz a força e é possível efetivamente mudar. A mudança vem do compromisso com o querer fazer. (*Palmas.*)

A SRª GISLAINE MORENO – Raulino, que pena que os números são maiores. Mas a grande pergunta é: Você vai ser voluntário?

O SR. RAULINO TRAMONTIN – Eu já sou voluntário.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu pergunto ao Deputado Reginaldo e ao Deputado Vitor se gostariam de usar da palavra para fazer o questionamento ou para uma contribuição?

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) – Amigos e amigas, boa tarde.

Eu gostaria de cumprimentar o nosso querido Senador Pedro Chaves, o Senador Cristovam Buarque e também o nosso Deputado Reginaldo; cumprimentar essa equipe fantástica que traz tanta esperança, tanto amor e tanta ação – o que é sempre importante, a atitude – que é professor Evando Neiva, que tem inspirado tantas mudanças e conseguido fazer uma articulação importante para trazer novas soluções; cumprimentar a Gislaine Moreno, uma parceira fundamental do projeto; cumprimentar o Professor Cláudio de Moura Castro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que tem sido um crítico muito importante no processo de melhoria dos processos; cumprimentar a nossa Professora Teresinha, lá de Sorocaba, que foi a nossa Secretária de Educação, e, em nome dela, cumprimentar todos os educadores aqui presentes.

Eu queria, rapidamente, dizer que lá em Sorocaba tivemos a oportunidade de ter o SGI, e foi muito interessante porque percebia que, embora houvesse um grande interesse dos diretores em melhorar a sua escola, víamos que faltava método. Hoje a gente sabe que, para você ter uma melhoria de gestão, você precisa ter liderança, vontade, conhecimento e método. Faltava esse método, e a SGI permitiu fazer um alinhamento das expectativas, dos programas, enfim, para a gente poder trabalhar melhor com os indicadores. Então, foi uma experiência maravilhosa. Eu nunca vi a Secretaria da Educação tão entusiasmada, tão motivada.

Mas, agora, nós temos algo ainda mais interessante. Eu acho que é uma forma ainda mais simples de trabalharmos. E me encanta essa proposta, que já vem sendo colocada em prática. Helena, você também traz uma forma muito simples de mostrar esse processo. Nós que gostamos muito de gestão, de melhoria de gestão, e acho que essa é a grande questão, precisamos buscar os resultados. Eu acho que a aqui nós conseguimos ver que o método é um método simples, uma dinâmica muito simples. Isso é fundamental. Ela é participativa, porque legitima o processo e fortalece o protagonismo, o empoderamento dos diretores. Ela é territorializada, que é algo também fundamental. Não adianta falarmos: "não, cada um...". Não, cada um no seu local para definir as suas responsabilidades. Ela também integra melhor as escolas públicas estaduais e municipais, porque não existe criança estadual e criança municipal. Existe criança, e essa criança precisa ser vista com os dois sistemas de educação de forma integrada. Ela é vivencial, que é fundamental, porque, sem a vivência, nós ficamos na teoria. Então, isso é muito importante. Ela trabalha com método, que é muito simples, e ela tem os indicadores. Então, para mim, isso é maravilhoso, porque é muito barato, muito simples. Ela valoriza a vivência, quer dizer, faz com que as pessoas se empoderem.

E vocês conseguiram identificar coisas que são comuns a todas as escolas brasileiras. Estamos muito preocupados com isso, queríamos estar comemorando estar entre os 11 melhores. Na avaliação PISA, a estamos entre os 11 piores. Acho que precisamos fazer muita coisa. É possível? Eu não tenho dúvida de que é possível. E falta isso, porque vontade existe.

Foi dito aqui, com muita propriedade, sobre a esperança. Eu acho que, com essa esperança, não a esperança só de esperar, ser parte da esperança, da mudança, mas com método, com perseverança, nós haveremos de fazer grandes transformações.

Eu fico muito feliz de estar aqui. Conte com o nosso apoio, Reginaldo. Somos grandes entusiastas, porque sabemos que essa é a melhor forma realmente de termos um País com pessoas mais felizes, mais bem preparadas, mais confiantes.

Esperamos ter muito menos gente na prisão, porque sabemos que ali é o indicador de que não estamos bem. A cada ano, infelizmente, está aumentando o número de pessoas nos presídios brasileiros e não temos mais onde colocar as pessoas. Não tenho nenhuma dúvida de que não tem outro local mais adequado para trabalharmos isso que não seja através da educação.

Portanto, meus cumprimentos a vocês. Eu quero agradecer realmente, de coração, porque precisamos de algo assim, simples, com método, com participação e com o entusiasmo que vocês trazem a todos nós.

Parabéns pelo trabalho de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – A palavra está livre a quem quiser fazer uso.

Deputado Reginaldo.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Só para parabenizar pela iniciativa. De fato eu não participei aqui da apresentação do projeto, mas se é aliança, se é pacto, se é compromisso, eu estou junto. Acho que em relação à educação é fundamental.

Conheço o trabalho da Conspiração Mineira pela Educação, inclusive já fui palestrante há uns dois anos sobre a reforma do ensino médio, e o senhor foi Relator, na comissão mista, da medida provisória. De fato, tem que haver esse esforço colaborativo, republicano de todos pela educação no País, para melhorar os métodos, os resultados, os compromissos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu diria até mais, é preciso mais vontade política – quero cumprimentar o prefeito que está aqui também, que é meu amigo e companheiro, da nossa cidade de Santa Maria de Itabira, o Olacir – no sentido de que, de fato, quando temos gestores municipais muito envolvidos, junto com toda a sua equipe, nós temos resultados importantes na educação.

É fundamental que tenhamos um compromisso de não deixar nenhuma criança para trás. Acho que esse compromisso com direito sagrado ao aprendizado deveria ser a principal política dos Municípios.

O nosso Deputado colocou muito bem: para o cidadão não tem diferença a escola ser municipal, estadual, federal, privada. Ele quer que o seu filho tenha um aprendizado de qualidade.

A política de educação, de maneira transversal, resolve os demais problemas – do desemprego à violência. Eu tive oportunidade de ser autor e presidir três comissões especiais no Parlamento. A primeira que gerou a nova lei sobre drogas, a 11.343, de 2006. Nós avançamos, despenalizamos o usuário, apesar de o sistema prisional ser seletivo, para não dizer outras coisas. E, Cristovam, em vez de prender menos prendeu mais, porque da cena do crime até o juiz que julga são muito elitizados, não compreendem a diferença de um usuário de um traficante. Depois, ali eu percebi que tínhamos muito problema na política de segurança pública. Mas, também, já estou mexendo com um tema tão polêmico, não vou ousar colocar outro na pauta, em tese, fingir que não existia.

Depois nós ajudamos a pensar a reforma do ensino médio, porque, de fato, é uma etapa em que o jovem precisa encontrar algumas respostas. O nosso modelo não dá essas respostas, e aí é evidente que aumenta os "nem-nem" – nem trabalho nem estudo. Nem trabalho porque não tem trabalho, e nem deve ter, o trabalho é educação. Ele tem que estudar. Nós temos que ter um modelo para ele estudar.

Olhamos os dados do ensino médio noturno, Cristovam, e é lógico que eu defendo. O Brasil não tem estrutura para botar fim no ensino médio noturno, mas um menino de 14 anos não deveria estar estudando no período da noite. Ele deveria estar estudando no período da manhã ou da tarde. É porque não há escola, mas é porque também há uma falsa expectativa de trabalho. É porque não se considera neste País que educação é um dos melhores trabalhos de um adolescente. E o Brasil tem condições de ter uma política para financiar a sua permanência, como nós fazemos para os estudantes universitários. Mas nós não priorizamos a educação básica no País da mesma forma que priorizamos, em parte, a educação superior. Então, no ensino noturno, apenas 12,5 trabalham, mas, mesmo assim, achamos que não há saída. Temos que permanecer com o ensino noturno independentemente do resultado do Ideb do ensino médio no Brasil.

Depois eu cheguei a uma comissão, onde tive alegria, mas fiquei perplexo com os resultados, que foi a CPI da Violência contra Jovens Negros e Pobres, que presidi no Congresso. Nós temos uma dura realidade neste País. Esses jovens são colocados para fora das escolas. Não há uma política de coesão. Não há um modelo capaz de fazer uma busca ativa, como foi colocado pelo companheiro aqui, o Adote uma Família. O Estado é incompetente de fazer isso. Não se prioriza. Se ele não comparecer, não há *link* entre a Secretaria de Educação e aquela família ou aquele conselho de pais. Rompeu-se com essa lógica. É como se não fosse problema de ninguém. Os Municípios são incompetentes, não querem assumir as medidas meios, abertas. E, na ausência de cumprir e mostrar para o nosso jovem que o crime não compensa, nós fazemos das medidas meios um estoque para as medidas fechadas. Mas isso não importa à maioria de nós, porque, na maioria, são pobres, são negros. Há brancos pobres também. Então, nós criamos esse faz de conta. E chegamos à violência. O Brasil caminha para ser a maior população carcerária do mundo se continuar desse jeito. Nós já somos o terceiro, 700 mil presos.

E aí vem um sistema penal e uma persecução penal totalmente falidos, porque a ampla maioria são presos provisórios, porque não são feitas as audiências de custódia. A maioria dos presos poderia estar solta. São provisórios. Então, isso é resultado.

Qual é o problema e por que estou falando disso? Porque tem em comum o quê? A saída? A educação, com a vontade política, com métodos práticos e eficientes, que ousam, para além da teoria, ser sustentável e aplicável de maneira objetiva e concreta, um Pacto Federativo e republicano, mais o federativo também, da sociedade. Eu ouvi o Senador Cristovam falando aqui também. É um problema de todos. Se déssemos conta dessas três coisinhas, nós promoveríamos em todas as cidades uma coesão social, porque há cidade que é assim. Nós temos no Brasil cidades com alto índice de violência e homicídios, mas há cidades que, há mais de 50 anos, não têm nenhum homicídio. Por que uma cidade cria uma coesão social, e outras não? É possível ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

uma cultura de paz. Eu sei que essa palavra é meio clichê, mas nós podemos criar. E o mecanismo passa por um modelo eficiente da educação. Ou nós encontramos esse compromisso de fato ou vamos ficar nos discursos. Então, é isso. Eu quero dizer que passa por esse Pacto Federativo, mas também passa por um grande pacto republicano.

E quero aqui parabenizar a Mesa, porque é quase toda mineira, com mais o Senador, que nós vamos adotar como mineiro também. Então, nós temos uma Mesa bem mineira, viu, Cristovam? Parabenizo aqui, em nome da mineiridade.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª GISLAINE MORENO – Eu queria aproveitar, quebrando o protocolo aqui, já que o Senador vai passar a ser mineiro a partir de hoje, para dizer que hoje é aniversário dele. Uma salva de palmas para ele! (*Palmas.*)

Quem sabe no dia de hoje ele renasça mineiro!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Esta audiência pública já é um presente maravilhoso para mim. O que vi aqui foi muito bom.

Eu vou dar cinco minutos para os expositores, se quiserem usar da palavra. Todos aqueles que estiveram aqui fiquem à vontade.

O SR. FERNANDO PINTO – Oi!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não. Pode falar.

O SR. FERNANDO PINTO – Eu queria falar mais por incentivo da Profª Bete.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Fique à vontade.

O SR. FERNANDO PINTO – Eu sou assessor de Comunicação do Crub, mas não vou falar como assessor, porque, na verdade, quem viria seria a minha chefe, que havia sido convidada, mas ela teve outro compromisso e me pediu para vir. Eu vim de surpresa. Como a Profª Bete conhece a minha história, ela queria que eu falasse um pouco da minha história. Então, eu não sou mineiro, mas vou contar uma história. Mexeu muito comigo a questão da educação, porque hoje, se eu cheguei aonde cheguei e estou onde estou, foi pela educação.

Vou resumir rapidamente. Eu nasci em uma cidade satélite, Brazlândia – quem é de Brasília conhece –, e sou fruto de um estupro. Não conheço meu pai, e minha mãe é deficiente. Quando descobriram que ela estava grávida, ela estava com oito meses. Chegou ao hospital passando mal, e disseram: "Ela está grávida". E a minha história começou nessa confusão. Minha mãe já morava com outras pessoas, que já tinham que cuidar dela. Então, lá no hospital, já houve o problema quando eu nasci: quem vai cuidar dele? Então, veio uma tia e falou: "Eu cuido dele".

Vivi a infância em uma pobreza, em uma violência, e por isso criei uma rebeldia muito grande com a vida, com a história. Eu não queria acreditar que eu tinha sido... Então, eu era um péssimo aluno, muito revoltado. E, aos 11 anos, essa tia, pela minha revolta, me pôs para fora de casa. Eu já ia reprovar a 5ª série e estava entrando para o mundo da marginalidade. Fiquei por dois dias na rua e falei: vou seguir por esse mundo. Até que uma prima veio, falou que ia me ajudar, e a única coisa que ela impôs para que eu morasse com ela era que eu estudasse. Ela falou: "Nós só vamos sair de toda essa história pelo estudo". E deu o exemplo dela. Ela também veio da nossa família, pobre, e tinha recentemente passado na UnB, passado em um concurso. Ela falou: "A gente não pode mudar o passado, mas podemos estudar".

Então, eu estava reprovando a 5ª série, mas peguei com gás para estudar. Havia muitos programas como o da Fundação Pitágoras lá na minha cidade, e eu fui aproveitando todos, a questão psicológica, tudo para me ajudar, e fui focando no estudo. Isso, em escola pública. Estudei e consegui concluir. Depois, consegui fazer o curso que eu queria, com todas as bolsas, os incentivos. Formei-me em Comunicação Social, depois fiz uma pós-graduação em Assessoria. E é isso. Eu só sou hoje o que sou por causa da educação e porque, no meio do caminho, houve pessoas com projetos que me incentivaram a chegar aqui.

Então, eu fiquei muito emocionado de estar aqui e de ouvir isso. E eu tinha que falar isso, porque eu sou uma prova viva. E fiquei muito feliz de ver que a Kroton é... Porque eu me formei na Anhanguera e, por várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vezes, eu ia desistir, eu ia trancar a matrícula, e a coordenadora, a diretora da Anhanguera fez de tudo, me mostrou vários... Então, eu comecei pagando integral, terminei com bolsa, eles me apresentaram alternativas para eu não desistir. Eu tenho até uma coordenadora que sempre diz que eu tinha que escrever um livro.

Mas eu só queria reforçar isso. Eu só sou o que eu sou, eu só cheguei aonde cheguei hoje e tenho o que eu tenho graças à educação, porque o caminho que tinham me apresentado era da marginalidade, mas eu fui pelo da educação. Então, é isso.

Parabenizo todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Está de parabéns!

Pois não.

A SRª RENATA DUARTE SILVA – Boa tarde. Meu nome é Renata. Eu estou Secretária de Educação do Município de Santa Maria de Itabira. Eu sou filha de lavradora. Meu pai é vaqueiro. Eu comecei na prefeitura como auxiliar de serviços gerais. Fui votada como Secretária. Hoje fiz um trabalho. Sou convidada para continuar como Secretária na próxima gestão.

Eu queria contar para vocês que o SGI foi a esperança do nosso Município. O SGI, como disse o Professor Tomáz de Aquino, nos ensinou a fazer aquilo da melhor maneira, a ser esperança e a praticar esperança. Nós conseguimos elevar o nosso Ideb por quê? Nós fortalecemos a nossa liderança e através dela chegamos até o aluno. Porque a escola, como diz a Helena, é só é boa quando o aluno aprende. Hoje, nós somos referência na nossa região, por causa do trabalho desenvolvido nesses quatro anos.

Então, como você, eu também tenho uma história. E graças a Deus, essa história está ficando no Município. E temos que agradecer muito, Professor Evando Neiva. Saber que esse trabalho se estenderá para o Brasil, para o mundo, é muito grande para nós, porque a prova é o nosso Município. Ele realmente melhorou o indicador de aprendizagem do nosso aluno. Os nossos alunos aprendem, e isso é prova viva.

Eu gostaria muito de agradecer a você, a toda a equipe Pitágoras e à equipe Kroton, que nos possibilitou isso, porque como diz o prefeito, é um Município sem recursos, com IDH baixo, com Ideb baixo, que hoje é referência na região. Então, estou muito orgulhosa, e poder participar dessa história é muito gratificante. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Depois eu passo para a Helena.

Então, por favor.

O SR. TOMÁZ DE AQUINO RESENDE – Eu não posso perder a oportunidade, Senador. Eu sou voluntário nas APACs, que também são uma experiência de Minas muito interessante. Nós temos lá 42 APACs, que são associações que administram prisões com todo tipo de presos dos três regimes. E há uma pesquisa da Fundação AVSI, e corroborando o que o Deputado Reginaldo falou, nós temos hoje, no Brasil, o terceiro maior prendedor do mundo. Perdemos para os Estados Unidos e – salvo engano – para a China. Estados Unidos, China e depois Brasil. São 700 mil presos, no Brasil, e em Minas Gerais são 70 mil.

A Fundação AVSI tem um estudo impressionante, que diz que 70% desses presos têm menos de 30 anos. Desses 70%, 90% não têm o ensino fundamental, todos com fundamental incompleto. Nenhum tem profissão. Nunca estudaram, nunca trabalharam, nunca fizeram nada.

Nós temos, em Minas, hoje, 42 prisões administradas pelo sistema APAC. Temos oito no Maranhão, duas no Paraná, uma sendo inaugurada no Rio Grande do Sul. E temos conseguido um índice de ressocialização ou de não reincidência de mais de 80%, chegando, em algumas prisões, a quase 90%. Um dos trabalhos principais existentes nessas prisões é justamente a questão da educação. Todos, todos, todos, lá em Minas, os três mil e poucos recuperandos – como a gente chama esses que estão nessas prisões – são obrigados a trabalhar, são obrigados a estudar e têm atividades o dia todo, das sete da manhã às nove da noite.

A principal atividade, disciplina e respeito, tem tido um resultado fantástico. Isso está incluído por causa da Helena. Ela sabe da minha paixão, do meu trabalho nesse voluntariado das APACs. Hoje, a Conspiração está dentro das APACs e estamos tendo um resultado fantástico.

Gostaria, Deputado Reginaldo, que o senhor também, nessa sua labuta pelo sistema de execução pe-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nal, que é, desculpe a grosseria, uma excrescência, uma vergonha, um crime o que acontece no Brasil... Eu fui promotor de Justiça por 23 anos. Nós prendemos, pioramos e devolvemos. Isso é um absurdo, uma vergonha! Agora, se não houvesse solução... Mas nós temos! Esse sistema APAC funciona – e funciona bem – junto com a Conspiração.

Eu precisava fazer esse depoimento porque eu acredito que, assim como a educação, nós não vamos atingir os milhões que precisam ser atingidos, nós não vamos conseguir atingir os 700 mil presos do Brasil, mas nosso interesse é, sim, atingir os 700 mil presos e os milhões de pessoas sem escola.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado pelo depoimento.

Vou passar a palavra para a Helena.

A SRª HELENA NEIVA – Eu pedi mais trinta segundos porque eu acho que vamos sair todos daqui hoje com os espíritos elevados e todos comprometidos a ser a esperança.

Vou ler uma frase, que está até no cartão de Natal da Conspiração, do Goethe, que diz o seguinte:

> No momento em que nos comprometemos, a providência divina também se põe em movimento. Todo um fluir de acontecimentos surge ao nosso favor. Como resultado da atitude, seguem todas as formas imprevistas de coincidências, encontros e ajuda que nenhum humano jamais poderia ter sonhado em encontrar. Qualquer coisa eu você possa fazer ou sonhar, você pode começar. A coragem contém em si mesma o poder, o gênio e a magia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Bom, vamos ao encerramento.

Convoco para o dia 13 de dezembro, terça-feira, em caráter excepcional, às 14 horas e 15 minutos, uma reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a participação de todos os convidados, todas as autoridades e Parlamentares.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 53 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quarenta minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Romário, Lasier Martins e Ana Amélia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Wilder Morais, Gladson Cameli, Regina Sousa, Telmário Mota, Simone Tebet, Otto Alencar, Dário Berger, Hélio José, Marta Suplicy, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Pinto Itamaraty, Lídice da Mata e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, Paulo Paim, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Jader Barbalho, José Agripino, Alvaro Dias, Roberto Rocha, Zeze Perrella e Pedro Chaves. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Avaliação de Políticas Públicas. **Finalidade:** Apresentação do Relatório com conclusões da avaliação da política pública "Lei nº 11.438/06 (Lei de Incentivo ao Esporte)", para deliberação da Comissão em cumprimento ao art. 96-B, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria: Senador Romário Observações: - Em 29/3/2016, foi aprovado o Requerimento nº 15/2016-CE, de autoria do Senador Romário, para avaliação das seguintes políticas públicas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte: Implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC; Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac; e Lei nº 11.438/06 (Lei de Incentivo ao Esporte). **Resultado:** Aprovado o Relatório. 2ª Parte - Deliberativa. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2016** que: "Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Relatoria:** Sen. Dário Berger (*Ad hoc*), substituiu Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e a votação. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009** que: "Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para aumentar, na educação básica, a frequência mínima exigida para aprovação." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2014** que: "Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, em conformidade com o II Plano Nacional de Educação, dispor sobre a gestão democrática do ensino público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2014, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 321, de 2014, e 94, de 2015, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 707, de 2015** que: "Inscreve o nome de Francisco Xavier da Veiga Cabral no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015** que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Sen. Jader Barbalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, de 2016** que: "Confere à cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional da Celulose." **Autoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2013** que: "Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas." **Autoria:** Deputado Osmar Terra. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com sete emendas que apresenta, e contrário às demais emendas. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2-CE a 8-CE, e contrário à Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, de 2015** que: "Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Pinto Itamaraty (*Ad hoc*), substituiu Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nº 1-CDH a 5-CDH. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 6-CE (Substitutivo), e contrário às Emendas nº 1-CDH a 5-CDH. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, de 2015** que: "Institui o Sistema de Avaliação de Mérito no Ensino Médio para ingresso nas instituições federais de educação superior." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2016** que: "Institui o Dia Nacional do Policial e do Bombeiro Militares." **Autoria:** Deputado Subtenente Gonzaga. **Relatoria:** Sen. Pinto Itamaraty (*Ad hoc*), substituiu Sen. Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, de 2016** que: "Denomina Elevado Vitório Cella o elevado que liga a Rodovia BR 282 com o acesso à BR-480, no trecho denominado acesso Plínio Arlindo de Nês, no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Jorginho Mello e outros. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, de 2015** que: "Denomina Rodovia Prefeito Genésio Pasinato o trecho da BR-163 compreendido entre os Municípios de São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado João Pizzolatti. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 222, de 2015** que: "Inscreve o nome de Joaquim Francisco da Costa - Irmão Joaquim do Livramento no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Deputado Esperidião Amin. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2016** que: "Denomina Prefeito Dilney Chaves Cabral o viaduto duplo de acesso aos bairros São João e Morrotes localizado no Km 336,35 da BR-101, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Deputado Edinho Bez. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 435, de 2012** que: "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para inserir entre as condicionalidades do Programa Bolsa Família a exigência de rendimento escolar mínimo para aprovação." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **ITEM 19 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, de 2016** que: "Institui o Dia Nacional do Engenheiro de Custos." **Autoria:** Deputado Edinho Bez. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2013** que: "Dispõe sobre o processo de escolha de dirigentes das instituições de ensino superior." **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela apresentação à Mesa de requerimento de sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2013, até que se ultime a apreciação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 1, de 2011. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, de 2016** que: "Denomina Rodovia Frei Jorge o trecho da rodovia BR-251 localizado no perímetro urbano da cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Deputado Zé Silva. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 689, de 2015** que: "Confere ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Inovação Tecnológica." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - AVISO Nº 26, de 2016** que: "Encaminha cópia do Acórdão n° 1071/2016, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre renúncias de receitas diretamente relacionadas à organização e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (TC 011.846/2015-1)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Sen. Romário. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento do Aviso. **Resultado:** Aprovado Parecer pelo conhecimento e arquivamento do Aviso. **ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 709, de 2015** que: "Altera as Leis n° 10.891, de 9 de julho de 2004, e 12.395, de 16 de março de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

2011, para estabelecer prioridade e limite máximo para a concessão da Bolsa-Atleta, assim como alterar critério da concessão do Bolsa Pódio; e altera as Leis n° 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.891, de 9 de julho de 2004, para corrigir a redação do termo "paralímpico" e seus derivados." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE a 6-CE. **ITEM 25 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2016** que: "Institui o Dia Nacional do Boxe." **Autoria:** Deputado Marcelo Matos. **Relatoria:** Sen. Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, de 2016** que: "Dispõe sobre a denominação do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, na cidade de Blumenau." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, de 2016** que: "Institui o Programa Passe Livre Estudantil e cria o Fundo Federal do Passe Livre Estudantil." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Sen. Pinto Itamaraty. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE a 4-CE. **ITEM 28 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 58 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública, objeto do RCE 83/2015, seja incluído o seguinte convidado: 1- Representante da Associação Nacional dos Celíacos do Brasil (ACELBRA)." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 60 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Em aditamento ao Requerimento nº 56/2016, aprovado nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, requeiro convidar os atletas abaixo para audiência pública para avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016: 1. Thiago Maia – medalhista de ouro olímpico como jogador da seleção brasileira de futebol; 2. Arthur Nori – Ginasta medalhista de bronze olímpico." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 74 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública, objeto do RCE 83/2015, sejam incluídos os seguintes convidados: 1- Representante da Associação Nacional dos Celíacos do Brasil (ACELBRA) e 2- Representante da Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil (FENACELBRA)." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 79 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam convidados para participar de audiência pública, a ser realizada no âmbito das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), os seguintes senhores, para discutir as propostas de limitação aos gastos públicos, especialmente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55, de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na origem) – PEC DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS: Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Professor Titular de economia da Universidade de Campinas (Unicamp); Roberto Lehrer, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e Rubens Penha Cysne, Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/EPGE)." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 82 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam convidados para participar de audiência pública, a ser realizada no âmbito das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), os seguintes especialistas, para discutir a inclusão de crianças e adolescentes, em idade escolar, no acesso à internet, notadamente a partir da popularização dos chamados smartphones: Maximiliano Martinhão, Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Rossieli Soares da Silva, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; Igor Vilas Boas de Freitas, Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Maria Eugênia Sozio, Coordenadora da Pesquisa TIC Kids Online 2016, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (GCI); Eduardo Levy, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL); e Bia Barbosa, Membro da Coordenação Executiva do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. " **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 33 - Minuta de Requerimento Nº , de 2016** que : "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação informações relativas à denúncia apresentada na Carta Aberta do Coordenador do Fórum Nacional de Educação, divulgada no último dia 06 de dezembro de 2016." **Autoria:** Sen. Fátima Bezerra e Sen. Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senador Romário

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta 53ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Passo a Presidência ao Senador Lasier, para que eu possa relatar a avaliação de política pública em relação à Lei nº 11.438, de 2006 (Lei de Incentivo ao Esporte). Por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Senador Romário.

Nós hoje estamos vivendo uma sobrecarga extraordinária de trabalho por ser, a princípio, o último dia do ano legislativo. Neste momento, eu estou presidindo a comissão sobre a Anatel – as queixas de todos os brasileiros com relação à prestação dos serviços de dados, telefone móvel, etc. Então, Presidente Romário, eu estarei aqui pelo tempo necessário e, depois, devo retornar para lá, onde está em andamento uma audiência pública.

V. Exª tem a palavra para relatar sobre a política pública no setor.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Avaliação de política pública em relação à Lei de Incentivo ao Esporte.

Avaliar uma política pública é investigar seus efeitos no mundo real, com o propósito de fornecer insumos para sua continuidade e eventual ampliação, para a modificação de alguns aspectos de sua concepção ou execução, ou simplesmente para subsidiar a decisão por seu encerramento.

Registramos que é a segunda vez que esta Comissão de Educação do Senado Federal se debruça sobre um tema no campo esportivo para produzir uma análise de caráter mais sistemático. No ano de 2015, foi avaliado o programa Bolsa-Atleta.

Assim, este relatório, que apresento resumidamente, sobre o desempenho da Lei de Incentivo ao Esporte e proposição a ela, abordou três grandes eixos: I) Análise Diagnóstica; II) A Lei de Incentivo ao Esporte em números; e III) Notas Conclusivas – aspectos positivos e problemas relativos à sua aplicabilidade. Passo imediatamente às Notas Conclusivas e começo pelos aspectos positivos da Lei de Incentivo ao Esporte.

Ressalto que a lei foi elaborada de forma a impedir a existência de intermediários entre o proponente do projeto e o apoiador, fundamental para a desburocratização do processo.

Outro ponto positivo diz respeito à diversidade de modalidade apoiada. Em um País onde o futebol se sobressai, verificamos que muitas outras modalidades conseguem angariar recursos provenientes da renúncia de receitas em prol do esporte. Entre as 20 modalidades que mais captaram recursos em 2015, estão algumas de pouca popularidade histórica entre a população, como o rúgbi, a canoagem e o golfe. Isso é altamente benéfico tanto para a comunidade quanto para o País, que tem o objetivo de se firmar como uma potência esportiva mundial nas próximas décadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Já entre os problemas verificados na execução de 2015 da Lei de Incentivo ao Esporte, destaco o prazo de sua execução, previsto para encerrar em 2022. Consideramos que a lei deveria ter prazo de aplicação indeterminado, de maneira semelhante ao que ocorre com a Lei Rouanet, na área da cultura.

Além disso, acreditamos ser benéfico ao esporte ampliar a possibilidade de dedução do imposto devido também às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, não se limitando apenas ao lucro real, como ocorre atualmente.

Ademais, julgamos necessário o aumento do limite de dedução aplicável às pessoas jurídicas, de 1% para 4%, novamente de maneira semelhante ao que ocorre com o setor cultural por meio da Lei Rouanet.

Tal alteração já consta no anteprojeto de lei entregue ao Senado Federal pela Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto da Lei Geral do Desporto Brasileiro.

Outro problema constatado na execução da Lei de Incentivo ao Esporte diz respeito à baixa relação entre os valores aprovados para captação e os recursos efetivamente captados. Em 2015, apesar de haver a autorização para a captação de R$689,4 milhões, apenas R$247,3 milhões efetivamente foram captados.

Uma vez mais, acreditamos que ampliar o espectro de incentivadores pode ajudar a solucionar o problema, motivo pelo qual reiteramos a necessidade de possibilitar às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido que apoiem projetos nos termos da Lei de Incentivo ao Esporte.

Foi verificado também que os projetos envolvendo o esporte de rendimento são maioria tanto em número de apresentação quanto em quantidade de captação de recursos. Nesse aspecto, lembramos que o inciso II do art. 217 da Constituição Federal determina que, no fomento às práticas desportivas, deve-se observar "a destinação [...] prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para [...] alto rendimento". Não é o que ocorre ao longo da execução da Lei de Incentivo ao Esporte desde 2006.

Além disso, citamos a concentração de projetos nas Regiões Sul e Sudeste, que, juntas, foram responsáveis por 94% do total de recursos captados em 2015, ou seja, apenas 6% restaram para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa enorme diferença deve merecer atenção do Ministério do Esporte nos próximos exercícios.

Por fim, nossa principal recomendação é a de que é necessário seguir com o acompanhamento da aplicação da Lei de Incentivo ao Esporte e manter a interlocução com os gestores nos diversos níveis operacionais.

É o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Romário queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, nos termos do art. 96-B, §3º, do Regimento Interno do Senado.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Devolvo a Presidência ao nosso eminente craque desta Comissão, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador Lasier.

Item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2013
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Autoria: Deputado Osmar Terra

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao projeto, com sete emendas que apresenta, e contrário às demais emendas.

Observações:

1- Foram realizadas audiências públicas para instrução da matéria.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

3- Em 22/11/2016, foi recebido Voto em Separado da Senadora Lídice da Mata, favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

4- Em 29/11/2016, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, substitutivo.

Consulto os Srs. Senadores sobre alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, esse projeto tem despertado muita polêmica aqui. Eu gostaria de indagar ao Senador Lasier se houve entendimento com a Senadora Lídice.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – A Senadora Lídice apresentou um voto em separado. Nós já tínhamos firmado a convicção de que o trabalho vindo da Câmara era um trabalho qualificado. Concordamos com aquelas ideias e referendamos. Eu tenho impressão de que caberá ao Presidente colocar em votação, até porque essa matéria vai seguir por outras comissões.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por quais outras comissões ela seguirá ainda? Eu gostaria de saber da assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu acabei de falar aqui: Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sei, mas não ficou claro para mim ainda, Senador Lasier: a Senadora Lídice entrou num entendimento e está concordando com esse substitutivo do senhor?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não. Ela teve discordâncias, mas agora, de memória, eu não me recordo, porque foi um trabalho também extenso, e eu não tenho aqui em mãos neste momento o voto em separado da Senadora. Ele realmente contraria alguns itens do meu relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu gostaria só de fazer uma sugestão. A Senadora Lídice está chegando. Então, para termos um melhor aproveitamento e uma discussão mais segura mesmo, eu gostaria só de sugerir ao Senador Lasier e ao Senador Romário que passássemos a apreciar outros projetos enquanto ela chega, para que pudéssemos ter uma discussão com mais informações. É só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Na verdade, Senadora, a discussão só poderá ser interrompida se o próprio Relator concordar com isso. Senão...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É esse apelo que estou fazendo a ele.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu entendo o seguinte, Senadora Fátima: como vai para outras comissões, dentre elas a de Assuntos Sociais, lá será um local mais adequado, porque nós, aqui, dificilmente chegaremos a um denominador comum. O meu relatório tem uma posição que encampa quase tudo, mas não tudo que veio da Câmara, e a Senadora Lídice tem as suas discordâncias. Até pelo pouco quórum que temos hoje, não sei se nós temos condições de debater. Eu sugiro, por uma questão mais racional e mais produtiva, que a discussão seja travada em uma outra comissão. É a sugestão que eu faço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, eu quero discutir ainda. Eu pedi para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor, V. Exª tem a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu volto a insistir, até porque não quero usar de uma prerrogativa regimental que tenho de pedir verificação de quórum e a reunião cair. Por isso, estou fazendo esse apelo não ao Presidente da Comissão, mas ao Senador Lasier. A Senadora Lídice está chegando. Para que pudéssemos ganhar tempo, o Senador Romário adiantaria a pauta enquanto ela não chega. Assim que ela chegar, retornaríamos imediatamente à apreciação do relatório de V. Exª. Esse não é um tema qualquer, é um tema muito delicado, é um tema, inclusive, que tem tudo a ver com a Comissão de Assuntos Educacionais – tem tudo a ver mesmo. É só esse apelo de bom senso que estou fazendo ao senhor. Ela está chegando. Imediatamente, quando ela chegar, colocaríamos o projeto de lei em apreciação. É só isso que estamos querendo.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor, Senador, com a palavra.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Para discutir um pouco o assunto.

Realmente, este projeto gerou uma certa polêmica, mas, na minha opinião, é importante, fundamental e merece ser aprovado.

Fundamentalmente, ele altera alguns princípios do ordenamento legislativo para tentar combater o aumento progressivo do consumo de drogas, em especial, entre jovens do ensino médio e do ensino fundamental.

Por incrível que pareça, podemos perceber que esses jovens já incidem com consumo de drogas ilícitas em um percentual bastante significativo. Por exemplo, no meu Estado, Santa Catarina, 12% dos jovens consomem, vêm consumindo ou já consumiram droga ilícita; aqui no Distrito Federal, esse percentual gira em torno de 17%; no Rio Grande do Sul, nosso Estado irmão, é de 13,2%, até um pouquinho maior do que em Santa Catarina; em São Paulo, 12%; no Paraná, também 12%. E por aí vai.

Por essa razão, parece-me que esse projeto de lei, com essa nova redação, interfere fundamentalmente em dois aspectos, Senador Romário. Primeiro, obriga a internação involuntária. Vamos dizer que o cidadão não queira se tratar, e a lei dispõe sobre essa questão de permitir que as autoridades ofereçam esse serviço de maneira que os nossos jovens possam efetivamente se tratar. A outra questão fundamental – e quero aproveitar para parabenizar V. Exª, Senador Lasier, pelo relatório – é que vem distinguir, objetivamente, o traficante do consumidor. Isso, na minha opinião, é extremamente importante neste projeto. Além da internação voluntária ou involuntária, há a definição desse critério.

Eu fui prefeito, e o senhor tem conhecimento de que, nos grandes centros urbanos, nas capitais, vem ampliando, vamos dizer assim, a participação dos moradores de rua. Não é o caso desse projeto, mas é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

caso também que merece uma atenção muito grande. Invariavelmente, o setor público oferece o serviço de saúde para que eles possam se tratar e se recuperar, e eles não têm esse interesse. Fica aquela discussão de pedir autorização para o Ministério Público, do direito de permanecer, de ir e vir. E o que acontece com essas políticas públicas? Em vez de resolvermos o problema, ele vai se avolumando, vai se ampliando, e os moradores de rua não têm efetivamente o tratamento que é necessário possuir.

Distante da polêmica – de minha parte, não a observo –, eu penso que o projeto tem avanço significativo, principalmente nesses dois pontos. Por essa razão, eu acho que ele merece prosperar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador Dário Berger.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado pelo seu apoio.

Nós estamos tratando do maior flagelo do Brasil, que são as drogas. Outro dia, esteve na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Ministro do Exército, que disse que as Forças Armadas não têm como conter essa invasão devastadora de drogas no Brasil, principalmente de países vizinhos, Peru, Bolívia, Paraguai – principalmente o Paraguai.

Por outro lado, nós distinguimos bem a situação do traficante e do usuário, e nos preocupa muito essa questão do tratamento. O Brasil não tem condições de sustentar clínicas de tratamento. Não há recursos para essa quantidade impressionante de dependentes químicos. Quem paga isso é o contribuinte. Então, nós estamos procurando evitar que aumente essa demanda extraordinária que acaba caindo na conta do contribuinte. E há cada vez mais dependentes. E nós sabemos que o dependente químico é uma pessoa descontada. Ele tem problemas cerebrais que estão muito bem demonstrados, sob o ponto de vista clínico e médico nos nossos relatórios.

Por isso, nós abraçamos quase todo o projeto que veio da Câmara dos Deputados.

Eu deixo aqui a questão ao nosso Presidente, que é suficientemente diligente para encontrar uma solução com relação a essa matéria, no presente momento, aqui na Comissão de Educação do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Senadora Lídice da Mata, com a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, ninguém, em nenhum momento, negou o mérito do projeto – nem o mérito do projeto original, nem o mérito do substitutivo apresentado pelo Senador Lasier. E ninguém também está discutindo nem negando que as drogas são um grave flagelo de saúde pública no Brasil.

O que está se discutindo é um substitutivo *versus* outro substitutivo, que foi apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, após também mais de um ano de discussão, debate, negociação, da mesma forma que foi feito aqui, na Comissão de Constituição e Justiça. Aliás, muitos dos aspectos de que trata esta matéria são afeitos muito mais à Comissão de Constituição e Justiça, que trata de matéria jurídica e penal neste Senado, do que à Comissão de Educação. Então, ao fazermos o nosso relatório, nós entramos, inclusive, em matéria que não é típica da Comissão de Educação e que deveria estar sendo discutida ou na CCJ ou mesmo na Comissão de Assuntos Sociais, porque trata diretamente de questões relacionadas com saúde pública. E nós tivemos, aqui no Senado, há dois anos, também na CAS, um intenso debate, com comissão especial, com oitiva de entidades, para tratar desse assunto.

Não há, na contraposição do voto em separado oferecido, nenhuma ameaça à invasão das drogas no Brasil ou coisa tal. O que está se discutindo, inclusive aqui reconhecido, é que, se esta é uma questão que chega até as Forças Armadas, ela não é uma questão que possa ser resolvida simplesmente com ações simples de aumento de pena, de tentativa de caracterização de usuário ou traficante. Isso é indispensável, é necessário para a caracterização do crime e está feito no relatório. O que nós discutimos é que o relatório do Senador Lasier, não sei bem por que razão, praticamente ignora todas as contribuições consideradas muito positivas que foram acrescentadas pelo Senador Valadares, no que diz respeito às comunidades terapêuticas, após intenso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

debate com esse setor.

A comunidade terapêutica não recebe só recursos do Estado. Em geral, são comunidades que recebem recursos privados. Cada família daqueles que estão ali internados paga por isso. Algumas recebem algum tipo de apoio, mas eu nunca ouvi dizer que não se pode combater uma doença apenas por ela custar caro ao Estado. Aliás, em todo debate a respeito das questões que dizem respeito às doenças e à saúde pública, elas têm um preço para o Estado.

Eu aqui discuti e fui contra que nós tivéssemos referências a elogios, por exemplo, à bebida alcoólica. No entanto, V. Exª, que é da área do esporte, sabe que diversas são as arenas do País que são patrocinadas e têm o patrocínio de bebida alcoólica, um flagelo tão grave – e qualquer especialista do setor de saúde pública poderá confirmar isso – quanto as drogas que nós estamos dizendo estar tratando. O flagelo do alcoolismo no Brasil é gravíssimo. E nós o ignoramos quando tratamos das drogas. Tratamos praticamente como se ele não existisse, porque se trata de uma droga lícita. E, além de lícita, ele é, digamos assim, de convívio social bastante desenvolvido em nosso País.

Eu não estou me colocando contra o parecer por considerar que não se trata de uma questão grave, por considerar que o contribuinte não paga. O contribuinte paga com todo e qualquer problema de saúde pública do Brasil e deve pagar por isso com prioridade, porque paga por outras coisas que não são prioritárias para a população.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Permite-me um aparte, Senadora?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Um momento. Eu darei um aparte a V. Exª.

No relatório do Senador Valadares, também está garantida a internação involuntária, mas garante também que, por determinação da família... E a família pode, em determinada circunstância, desejar a saída daquele que foi involuntariamente levado ao tratamento, internado. E, mais do que com a decisão da família: com a decisão da família e ordem expressa de algum outro médico. Então, eu não entendo por que isso não pode permanecer no projeto. É apenas a ideia de permanecer o projeto como veio no original? Vale só o posicionamento do autor do projeto?

Eu tenho muito respeito pelo Senador Lasier. Sei que o Senador Lasier se dedicou, como sempre o faz em todos as matérias que desenvolve, que trata, que recebe, como Relator, aqui, na Casa, mas não aceito que o questionamento ou o posicionamento colocado contra o nosso voto em separado possa ter os argumentos aqui elencados. O nosso projeto não é contra nada do que foi aqui colocado, é um projeto, na minha opinião, mais abrangente – e nosso não é meu, é o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, que partiu de um amplo consenso na Comissão de Constituição e Justiça, com todas as Lideranças partidárias, que votaram, por unanimidade, esse projeto. Acho, portanto, que, ao modificá-lo em uma Comissão cuja atribuição primeira não é justamente tratar nem de questão jurídica nem de questão de saúde pública e, sim, de educação, eu acho que incorremos em um erro. Em assim sendo, nós vamos recorrer para que ele possa ser tratado também na Comissão de Assuntos Sociais, porque para lá deve se dirigir. Cabem mais duas comissões.

Eu vou votar contra o projeto, não porque tenha qualquer senão ao enfrentamento das drogas no Brasil, que acho uma questão indispensável. No entanto, adoto e defendo uma política que possa incorporar efetivamente, como no projeto do Senador Valadares, toda uma política de relacionamento com as comunidades terapêuticas, que inclusive define o que é comunidade terapêutica, define obrigatoriedades que a comunidade terapêutica deve ter, que não apenas deve se basear na boa vontade de muitos daqueles que querem tratar essas pessoas, mas deve ter efetivamente uma relação com um tratamento que seja sustentado no conhecimento técnico e científico. É isso basicamente que está garantido no projeto do Senador Valadares.

Por isso, Senador Romário, nós insistimos em apresentar esse voto em separado com emendas que pudessem restaurar essa condição do relatório do Senador Valadares e, além disso, garantir aquilo que é um direito inalienável do ser humano. Ainda que tenha que ser peremptoriamente retirada a sua liberdade para um tratamento impositivo do Estado, que a sua família tenha direito, com a autorização médica, de retirar ou de se pronunciar ou de se posicionar sobre aquele tratamento que está sendo realizado.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora Lídice.

Passo a palavra ao Senador Lasier.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Desculpe-me, Senador. Eu queria terminar o meu raciocínio.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senadora Lídice, é igual de minha parte o respeito à sua atuação, à sua vasta experiência como pessoa pública.

Agora, temos diferenças conceituais e com relação a repercussões, porque o que nós defendemos é que, antes de se chegar à necessidade do tratamento em comunidades terapêuticas, nós devemos atenção a um valor maior, que é a prevenção. No Brasil, nada mata mais do que o tráfico de drogas. Nada. O número de homicídios no Brasil é de milhares e milhares.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sem dúvida.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – E não se tem conseguido coibir esse aumento cada vez maior.

As autoridades militares têm dito que 60% no mínimo dos homicídios no Brasil decorrem das drogas, de guerras de gangues. É tudo aquilo que se vê diariamente nos noticiários e nas apreensões. Então, no Brasil problematizado como nós vivemos, de caos econômico, sem recursos para nada, nós devemos cuidar muito para evitar que se aumente o número de usuários, de viciados. Por outro lado...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mas eu não estou contra isso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, estamos de acordo nesse particular.

Em conclusão, essa matéria foi exaustivamente debatida na Câmara dos Deputados por mais de um ano, de modo que ela também chegou aqui, ao Senado, muito tratada, e nós levamos em conta muito aquilo que foi colhido lá na Câmara dos Deputados. Por isso, também apresentamos o nosso relatório.

É um dos grandes problemas brasileiros. Nós devemos racionalizá-lo da melhor maneira possível, sempre pensando na saúde pública em primeiro lugar e nos nossos jovens. Quantos têm se perdido no vício?

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mais uma referência, Presidente.

Eu fui Presidente, como V. Exª sabe, da CPI que tratou das mortes e assassinatos de jovens no Brasil e, portanto, não poderia discordar do que tratou o Senador Lasier. Só que este tratamento e esta referência não serão dados nesse projeto. A nossa CPI indicou caminhos claros, investigou, debateu na área específica no que diz respeito à segurança pública, medidas, inclusive, com que as Forças Armadas poderiam também contribuir para tratar. Nós tratamos do tráfico de drogas, do tráfico de armas, do tipo de crime que se estabelece hoje nas grandes cidades brasileiras, principalmente nas áreas mais populares dessas grandes cidades. E nada disso que está sendo tratado aqui interfere naquilo que é a causa ou pelo menos o que leva ao confronto permanente entre forças policiais no nosso País e o tráfico efetivamente de drogas no Brasil.

Eu considero, volto a dizer, que o projeto tem méritos, porém considero que o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares aprofunda e aperfeiçoa esse mérito. É tarefa do Senado, como Câmara Revisora, revisar matérias e aprofundar matérias que venham da Câmara. Portanto, estamos dentro daquelas que são as nossas atribuições, diferentemente do que fazemos nesta Comissão, quando entramos em aspectos que não são inerentes à Comissão de Educação para propor mudança de política pública. A CAS trouxe aqui, na época, representantes do Ministério da Saúde, representantes de comunidades terapêuticas, em excesso, os mesmos cientistas que vieram para debater aqui foram para lá. Há correntes do pensamento que discutem a prevenção às drogas que propõem, por exemplo, droga zero na sociedade. Eu acho que é um estágio ideal. Nós temos políticas em relação a isso com sucesso, por exemplo, no combate ao tabagismo no Brasil. Não temos, no entanto, com tanto sucesso uma política que possa alcançar o alcoolismo no Brasil, que, volto a dizer, mata – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mata muito. Ele mata tanto diretamente aqueles que são alcoólatras, como mata com suas consequências, como as mortes de acidente no Brasil. Isso custa hoje imensamente ao Estado brasileiro, ao contribuinte brasileiro. Está comprovado nas pesquisas realizadas que atropelos, acidentes de carro e, especialmente, acidentes de moto no Brasil são decorrência direta do uso e abuso – principalmente do abuso – do álcool. E nós não estamos tratando dessa política, especificamente, aqui.

Parabenizo o Senador Lasier por todo o esforço feito e por sua contribuição, que nós incorporamos ao nosso substitutivo, mas eu considero que o substitutivo do Senador Valadares, com a visão voltada, na Comissão de Constituição e Justiça, para discutir a legislação penal, mais afeita ao tema da CCJ, incorporando as contribuições já dadas pelo debate na CAS em relação às comunidades terapêuticas, faz um relatório mais completo, sem nenhum demérito ao relatório do Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Aqui seguiremos o Regimento.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não, não! Espere aí! Eu apenas estava respondendo uma pergunta do Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, quero um esclarecimento: é para votar a favor ou contra o parecer ou é para votar pelo substitutivo da Senadora?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – V. Exª que decide.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não. O que ele está querendo esclarecer é: o voto "sim" ou "não" diz o quê?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Voto "sim" é a favor do relatório...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O relatório do Senador Lasier foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Voto "sim" é o relatório do Senador.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É o relatório do Lasier. O meu relatório é um voto em separado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pronto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Portanto, rejeitando o...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A votação é simbólica. Quem for contrário ao Relator se manifeste. Quem não for...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Certo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu sou favorável ao dela.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não. Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – ... com as Emendas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – A maioria se pronunciou...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – ... nºs 2 e 8. A matéria vai à Comissão de Assuntos...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... contra o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Votos vencidos dos três.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A votação é simbólica, Senadora. Quem determina...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sim, mas há quatro pessoas aqui, Senador Romário. Há quatro; três levantaram a mão em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Excelência, o que eu poderia fazer é verificação...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O apoiamento de mais três Senadores, por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Apoiamos o pedido de verificação de quórum da Senadora Lídice.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Mais um Senador.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Senador Cristovam também está apoiando.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Precisamos de mais um.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Precisa de mais um? Não são três?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não são três? O meu e mais dois?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu quero dizer a V. Exª que aqui eu só estou seguindo o que manda o Regimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador, eu acho que nós estamos cometendo um equívoco grave, porque as gravações de TV demonstram que, com quatro Senadores em plenário, três Senadores levantaram a mão e, portanto, rejeitaram.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu não estou entendendo por que isso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – E o pedido de apoio, se não me engano...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu não estou entendendo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... é para o plenário. É para voto em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Verificação de quórum é um mais três. Isso é o que determina o Regimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mas não é um problema do que determina o Regimento, Senador Romário; é o que determina a razoabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu não preciso ler, não é?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Perdoe-me, mas eu vou solicitar as gravações das câmeras da TV e recorrer ao Plenário, porque não é possível. Há quatro Senadores, visivelmente, nesta sala. Três se manifestam contrários. E o senhor disse que o projeto foi aprovado. Realmente, é uma novidade.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu nunca vi isso aqui na Comissão. Eu nunca vi.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não existe; não existe.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu nunca vi isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aqui, Senadora Lídice, V. Exª, mais do que ninguém, me conhece um pouco ao longo desses anos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Conheço. Por isso mesmo que estou reclamando.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu aqui tenho por obrigação seguir o Regimento. Eu não faço nada, simplesmente, porque eu queira ou não queira.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mas, então, explique onde o senhor está...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O Regimento diz que, para pedido de verificação...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mas eu não estou tratando disso, Senador. Estou tratando da declaração anterior de V. Exª, de que o projeto foi aprovado quando, dos quatro Senadores presentes, três pronunciaram-se contra.

Não há Secretário que consiga resolver isso, meu caro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, de acordo com o Regimento, a votação é simbólica...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sim, o fato de ser simbólica...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Então, aquele que não está aqui significa que são favoráveis ao projeto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não! Os que não estão presentes?!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É o que manda o Regimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Ah, não é possível. Aí não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não sou eu que estou inventando, não.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Aí V. Exª há de desculpar-me, isso não ocorre desta forma em nenhuma outra comissão. Então, eu vou, realmente, ter que fazer uma representação à Mesa da Casa e, depois, ao Plenário. Não há possibilidade disso. Os que não estão presentes votam? É uma novidade. É realmente uma novidade regimental: os que não estão presentes votam a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Mas isso é regimental. É regimental, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não é regimental.

Regimental é que há quórum para votação. A votação se dá com o resultado daqueles que estão presentes em qualquer comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi o que sempre foi feito aqui na Comissão, gente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Em voto simbólico, é isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi o que sempre foi feito.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Então, é uma mudança prática da Comissão inaceitável.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero fazer um apelo também ao Senador Romário pela questão da razoabilidade mesmo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Pela razoabilidade, Senadora, eu tenho por obrigação de seguir aqui...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós passamos aqui dois anos...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – ... o que está no Regimento. Eu não posso correr disso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, Senador, mas nós passamos dois anos aqui nesta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – E foi a primeira vez que aconteceu isso. Por isso que eu estou seguindo o Regimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu pediria ao Secretário da Mesa que instruísse devidamente o Presidente...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Na verdade, teve uma situação parecida.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... que não tem responsabilidade de cometer um resultado deste. V. Sª está orientando erradamente, porque, se nós temos pessoas que assinaram o quórum e não estão presentes, elas não podem ser contadas a favor de ninguém. Elas não podem ser contadas a favor de ninguém. Nós temos aqui, presentes, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Segundo o meu Secretário, que é bem conhecedor do Regimento, se fosse feita a verificação, tudo bem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O Secretário vai ter que explicar qual a prática desta Comissão durante todos os seis anos que estou nesta Casa, e o Senador Cristovam está, porque nunca houve uma prática desa. Nunca!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Mas eu tenho que fazer o meu papel e aqui está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável do projeto, com as Emendas nºs 2 e 8...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Isso é uma arbitrariedade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nunca vi isso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – V. Exª merece o meu carinho e o meu respeito, mas o Secretário não está lhe orientando como deve. Eu sinto muito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não. V. Exªs estão equivocadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

em relação a isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nunca vi isso de maneira nenhuma.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido. Conforme falei a V. Exª, extrapauta, Sr. Presidente. Requerimento extrapauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, por favor.

> Art. 293. No processo simbólico observar-se-ão as seguintes normas:
>
> I – os Senadores que aprovarem a matéria deverão permanecer sentados, levantando-se os que votarem pela rejeição;
>
> II – o voto dos líderes representará o de seus liderados...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mas eu não estou discutindo verificação de voto. Estou discutindo objetivamente que, estando quatro pessoas presentes, três votando a favor... Não é possível isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) –

> ... presentes, permitida a declaração de voto em documento escrito a ser encaminhado à Mesa para publicação;
>
> .....

Vou para o quarto:

> IV – o requerimento de verificação de votação só será admissível se apoiado por três Senadores.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É que se definiu o Regimento. Agora define que espiritualmente essas pessoas votaram. Eu não posso aceitar isto! Eu não posso aceitar isto! Eu, aliás, não aceito a continuidade desta reunião desta forma, Presidente, o que quer dizer...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Senador Romário, Presidente, eu gostaria só de me manifestar a respeito deste assunto.

Eu até poderia aderir aos demais Senadores para dar o quórum. Entretanto, se assim procedesse, automaticamente, nós teríamos que encerrar a nossa reunião de hoje. Como sou Relator de cinco, seis ou sete projetos de lei, a minha preocupação é a de que, se nós não deliberarmos isso hoje, evidentemente, isso vai ficar só para o ano seguinte. Então, por essa razão específica, acabei não aderindo.

Na minha opinião, acerca dessa divergência que ocorreu entre o relatório do Senador Valadares, da Senadora Lídice da Mata e também do Senador Lasier, é perfeitamente possível serem sanadas essas peculiaridades específicas do projeto, sem nenhum problema, pelo que percebi. Ainda há mais duas ou três comissões em que nós poderemos alterar e corrigir esses detalhes que efetivamente ocorreram aí.

Eu só queria justificar que eu só não estou aderindo, Senador Cristovam Buarque, porque eu quero relatar outros. Senão, encerraria a Comissão, e nós poderíamos...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas por que encerraria?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não encerra a Comissão.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Porque daí não tem quórum...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Ah, não terá quórum qualificado, e fica demonstrado que nós não temos condições...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Requerimento extrapauta...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Encerra-se a reunião. Não é verdade?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para a leitura do requerimento.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Mas, Sr. Presidente, a Senadora Fátima Bezerra, em que pese o meu respeito, pede para incluir extrapauta? Os meus projetos...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É porque a Senadora já está de saída. Logo, logo, já...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É porque vou inclusive representar esta Comissão, Senador Dário, no Fórum Nacional dos Reitores e Reitoras do Brasil. Estou indo lá, inclusive, participar de um debate.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Ah, bem. Então, estou de acordo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, esse requerimento que nós estamos apresentando – inclusive, a Senadora Lídice é coautora também – é para pedir que sejam solicitadas ao Ministro da Educação informações relativas à denúncia apresentada na Carta Aberta do Coordenador do Fórum Nacional de Educação divulgada no último dia 6 de dezembro de 2016.

No requerimento, Sr. Presidente, eu transcrevo, na íntegra, o conteúdo da Carta Aberta do Coordenador do Fórum Nacional de Educação que denuncia, em resumo, o não reconhecimento do Fórum Nacional de Educação por parte do MEC como espaço estratégico de debate, discussão e participação em relação à política educacional do País; a não elaboração do documento referência da Conae 2018 (Conferência Nacional de Educação); a não definição da dotação orçamentária para as etapas de realização da Conferência; e a não garantia de condições para o funcionamento da Secretaria Executiva do Fórum Nacional de Educação, além de outros aspectos destacados pelo Fórum Nacional de Educação. Até o presente momento, sem respostas, conforme revela a carta transcrita abaixo.

Sr. Presidente, eu quero destacar aqui só alguns parágrafos, porque eu julgo esse requerimento um dos mais importantes que apresentamos na Comissão de Educação, por uma razão muito simples e muito grave ao mesmo tempo: o tratamento que o MEC vem dando ao Fórum Nacional de Educação. Na carta-denúncia assinada pelo Coordenador do Fórum Nacional da Educação, ele elenca, por exemplo, a demora de mais de cinco meses para que fossem definidas, ainda de forma absolutamente insatisfatória, as condições de trabalho da Secretaria Executiva do Fórum Nacional de Educação e a condição do Secretário Executivo, servidor público concursado, que foi, inclusive, colocado à disposição do setor de pessoal durante o período, de forma desnecessária, já que, inclusive, continuou sendo instado pela gestão a exercer atividades vinculadas de responsabilidade do MEC, mesmo sem estrutura mínima adequada. Ele elenca ainda a não realização de qualquer contato ou tratativa a respeito do Custo Aluno Qualidade, mecanismo reivindicado pela sociedade e previsto na lei do Plano Nacional de Educação. O MEC ignorou os comandos do Plano Nacional de Educação, as deliberações da Conae e até as disposições de portaria de sua lavra, a Portaria nº 142, de 16 de março de 2016, que trata da Comissão Interinstitucional para Implementação do CAQi-CAQ, que nomina membros do Fórum Nacional de Educação em sua composição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, V. Exª pode terminar, por favor?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou terminar, Sr. Presidente. Permita-me, porque – volto a dizer aqui – esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – V. Exª me pediu para colocar esse requerimento extrapauta, que seria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é. Eu estou pedindo para falar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não, a senhora não falou que iria ler todo o requerimento. Não foi isso que a senhora falou.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, eu não vou ler, embora seja um direito que eu tenho. Se V. Exª me permitir, eu tenho o direito...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Direito a senhora tem. A senhora tem o direito também de fazer o que foi combinado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ah, então, está bem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Veja bem, Sr. Presidente. Eu estou pedindo só bom senso. Esse requerimento que eu estou apresentando aqui – volto a dizer – é um dos mais importantes desta Comissão. É um requerimento simplesmente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em consideração e respeito ao pedido de V. Exª, eu coloquei esse requerimento extrapauta...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – ... de acordo com o que foi combinado com V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E eu agradeço. Eu agradeço, assim como estou pedindo a compreensão de V. Exª, porque julgo extremamente pertinente que os membros desta Comissão tenham conhecimento do que está acontecendo com o Fórum Nacional de Educação. O que é isso? Uma Comissão de Educação tem o direito de saber o que está acontecendo com o Fórum Nacional de Educação, que, como eu já disse aqui diversas vezes, não é um órgão de governo A, B ou C, mas uma instituição do Estado brasileiro, com amparo de lei, a Lei nº 13.005.

Vou concluir, Sr. Presidente, para dizer que essa carta, bem-feita, assinada por todos os membros que fazem o Fórum Nacional de Educação – nada mais, nada menos, Senador Romário, que 50 entidades, as mais representativas da sociedade –, denuncia o desrespeito com que o MEC está tratando o Fórum Nacional de Educação e elenca vários motivos, como o descumprimento de acordos no tocante à Base Nacional Curricular Comum; como a não consideração do MEC em relação à profunda divergência do fórum em relação à Medida Provisória nº 746, que trata da reformulação do ensino médio; como o fato de, por exemplo, o MEC protelando as medidas administrativas para viabilizar a questão da Conferência Nacional de Educação; e mais uma série de outros motivos que eles aqui apresentam. Portanto, denunciam o que está acontecendo neste exato momento.

Ainda ontem, me encontrei com o Ministro da Educação casualmente aqui no Congresso, ocasião, inclusive, em que aproveitei a oportunidade, Senador Romário, para cobrar dele, não só o requerimento que estou apresentando hoje, como o ofício também que enviei na sexta-feira, porque o Ministro precisa responder urgentemente. Esse tratamento desrespeitoso que o Ministério da Educação está dando ao Fórum Nacional de Educação está colocando em risco as Conferências de Educação, o que também é força de lei. A Conferência Nacional de Educação é uma das agendas, do ponto de vista programático e do ponto de vista mobilizatório, Senador Dário, mais importantes da educação. V. Exª sabe disso. A conferência, repito, não é um desejo do governo A, B ou C. Isso tem amparo na lei, legal. Elas devem realizar-se de quatro em quatro anos. É evidente que, em uma conferência do porte da Conferência Nacional de Educação, é necessário ter as etapas preparatórias com bastante antecedência, porque a Conferência Nacional é a síntese das Conferências Municipais e das Conferências Estaduais. E uma das atribuições do Fórum Nacional de Educação é exatamente articular e coordenar as Conferências Nacionais de Educação, assim como acompanhar e monitorar as metas do Plano Nacional de Educação. Volto a dizer: é prerrogativa do fórum – está na lei – coordenar, articular...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – V. Exª pode terminar, Senadora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou concluir.

É prerrogativa do fórum coordenar, articular a Conferência Nacional de Educação. E o MEC? O MEC simplesmente, ao dispensar esse tratamento desrespeitoso de não reconhecer o papel do Fórum Nacional de Educação, infringindo, inclusive, a lei, está pondo em risco neste exato momento a Conferência Nacional de Educação. Isso é um absurdo. Só em tempos de um Governo ilegítimo, de um Governo sem voto, a educação passar por uma ameaça dessas, como se já não bastassem as outras ameaças pelas quais passa a educação neste exato momento.

Feitas essas considerações, eu peço o apoio dos nossos pares para que o requerimento seja aprovado e enviado urgentemente ao Ministério da Educação e que o Ministério da Educação dê as informações urgentes a esta Casa, porque nós exigimos o respeito à lei e, consequentemente, a garantia de funcionamento do Fórum Nacional de Educação. Faço isso, Senador Romário, como integrante que sou do Fórum Nacional de Educação, representando, inclusive, este Colegiado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 24.

ITEM 24
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 709, de 2015
- Não terminativo -

Altera as Leis n° 10.891, de 9 de julho de 2004, e 12.395, de 16 de março de 2011, para estabelecer prioridade e limite máximo para a concessão da Bolsa-Atleta, assim como alterar critério da concessão do Bolsa Pódio; e altera as Leis n° 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.891, de 9 de julho de 2004, para corrigir a redação do termo "paralímpico" e seus derivados.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao projeto, com seis emendas que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Lasier para proferir o relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, trata-se de estabelecer prioridade e limite máximo para a concessão do Bolsa-Atleta, assim como alterar critério de concessão do Bolsa Pódio; e alterar as Leis nºs 9.615, de 1998, e 10.891, de 2004, para corrigir a redação do termo "paralímpico" e seus derivados.

Eu vou direto ao relatório, Sr. Presidente, para objetivar ao máximo – afinal, está na internet o relatório.

Em primeiro lugar, com relação à juridicidade e à constitucionalidade, está tudo correto.

Com efeito, ao propor que a Bolsa-Atleta seja concedida prioritariamente para atletas que não recebam recursos acima de 360 salários mínimos, a proposição assegura que os recursos do programa privilegiem aqueles que realmente necessitam desse incentivo para prosseguir sua formação e treinamentos desportivos.

Da mesma forma, a iniciativa evita distorções e elimina subjetividades ao propor a dispensa, para a concessão do Programa Atleta Pódio, da exigência de que o atleta seja indicado pelas respectivas entidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nacionais de administração do desporto em conjunto com o COB ou o CPB e o Ministério do Esporte.

Por fim, a correção proposta para o uso do termo "paralímpico" atende recomendação do Comitê Paralímpico Internacional para alterar e padronizar a nomenclatura.

Dessa forma, a proposição em análise é pertinente, oportuna, justa e meritória. Todavia, são necessárias algumas alterações no texto da referida proposição, no sentido de corrigir distorções, bem como de adequá-lo ao rigor da boa técnica legislativa. De tal modo, apresentamos seis emendas à proposta do Senador Romário.

Em primeiro lugar, com o intuito de preservar a boa técnica legislativa, faz-se necessário alteração no texto da ementa, o que fazemos na primeira emenda.

Em segundo lugar, impõe-se corrigir o comando do art. 1º da proposição. O §3º – cuja alteração é pretendida pelo projeto – pertence, na verdade, ao art. 1º da Lei 10.891, de 2004, não existindo §3º em seu art. 2º.

Além disso, promovemos três ajustes no parágrafo a ser modificado.

O primeiro deles exclui a expressão "com bolsas esportivas, patrocínio e premiações", tornando o dispositivo mais amplo, a fim de possibilitar que outras fontes de renda, não previstas em lei, também sejam contabilizadas para o limite máximo do rendimento a ser percebido pelo atleta bolsista.

A segunda alteração foi a retirada da previsão de entrega pelo atleta da Declaração Anual do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física como instrumento apto a demonstrar que seu rendimento não supera os 360 salários mínimos previstos. De fato, a Declaração do Imposto sobre a Renda informa os rendimentos recebidos pelo atleta no exercício anterior ao pleito, não refletindo a soma dos rendimentos para o ano em que será concedida a Bolsa-Atleta. Assim, para evitar que se cometam injustiças, propusemos que seja levada em conta a declaração do próprio atleta detalhando os rendimentos recebidos, já prevista no inciso IV do art. 3º da Lei nº 10.891, de 2004.

O terceiro ajuste no referido §3º do art. 1º diz respeito à exclusão do termo – abre aspas – "que as pratiquem de modo não profissional" – fecha aspas – haja vista que resultaria em limitação excessiva do alcance do programa Bolsa-Atleta.

Em terceiro lugar, sugerimos o acréscimo de três novos parágrafos ao art. 1º da Lei nº 10.891, de 2004.

O §8º sugerido tem a finalidade de garantir o correto entendimento do conceito legal de atleta não profissional, fazendo remissão ao dispositivo da Lei nº 9.615, de 98, que trata sobre essa definição.

O §9º que se pretende incluir tem o objetivo de evitar que Bolsa-Atleta seja concedido a atleta estrangeiro, mesmo que competindo em equipe nacional, porque o atleta estrangeiro não poderá representar a delegação brasileira em competições internacionais. Esclarece-se, outrossim, que o brasileiro naturalizado não é alcançado pela restrição imposta.

Já o §10 pretendido tem o intuito de impedir que o beneficiário da Bolsa-Atleta possua diversas fontes de patrocínio público. Assim, propomos o limite de somente mais uma fonte de financiamento público, que pode ser o patrocínio de alguma empresa estatal ou o recebimento de Bolsa-Atleta por alguma unidade da Federação. Frisa-se, porém, que esses são exemplos não taxativos. Excetuam-se dessa determinação os atletas incorporados pelas Forças Armadas, dada a peculiaridade desse vínculo com a Administração Pública.

Em quarto lugar, propomos alteração do art. 2º da proposição, renumerado para art. 3º, visando a excluir os incisos que seriam acrescidos aos §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei nº 10.891, de 2004.

Os citados dispositivos têm a intenção de vedar a candidatura ao programa Bolsa-Atleta de atletas que tenham rendimento superior a 360 salários mínimos, estabelecendo pena de suspensão do benefício em caso de descumprimento. Consideramos, porém, que tal mandamento seja desnecessário, visto que a mera candidatura não gera benefício financeiro algum ao atleta. É no momento da inscrição que o Ministério do Esporte fará a análise dos requisitos necessários para a concessão de Bolsa-Atleta, incluindo-se o limite máximo de renda de 360 salários mínimos, já previsto na alteração sugerida ao §3º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 2004.

Complementarmente, essa quarta emenda propõe a inclusão de um §3º ao art. 3º da Lei nº 10.891, de 2004, para determinar que o atleta, ao fim do exercício financeiro no qual recebeu Bolsa-Atleta, apresente sua Declaração Anual de Imposto sobre a Renda, que deverá ser comparada à declaração de rendimentos forne-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cida no momento em que pleiteou o benefício. Acreditamos que esse seja o momento mais justo e oportuno para a apresentação da declaração por se referir ao mesmo exercício financeiro em que a Bolsa-Atleta foi concedida.

Em quinto lugar, propomos ajuste ao comando do art. 3º da proposição, no sentido de remover a referência a um inexistente §1º do art. 7º da Lei nº 12.395, de 2011.

Em sexto lugar, por fim, com o intuito de preservar a boa técnica legislativa, faz-se necessário alterar o comando do art. 4º, ora renomeado para 5º.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 709, de 2015, na forma das seguintes emendas:

EMENDA Nº -CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 709, de 2015, a seguinte redação:

> Altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e nº 12.395, de 16 de março de 2011, para estabelecer novos critérios para a concessão da "Bolsa-Atleta" e para ingresso no Programa Atleta Pódio, bem como para corrigir o termo "paralímpico" e seus derivados.

Outra emenda:

EMENDA Nº -CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 709, de 2015, a seguinte redação:

> "Art. 1º O §3º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:
>
> 'Art. 1º.....
>
> .....
>
> §3º A Bolsa-Atleta será concedida prioritariamente aos atletas de alto rendimento das modalidades olímpicas e paralímpicas filiadas, respectivamente, ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB ou ao Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB, e cuja soma de rendimentos seja inferior a trezentos e sessenta salários mínimos anuais, conforme declaração apresentada no momento da inscrição.
>
> .....(NR)'"

Outra emenda:

EMENDA Nº -CE

Insira-se novo art. 2º ao Projeto de Lei do Senado nº 709, de 2015, renumerando-se os subsequentes, para dispor:

> "Art. 2º O art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§8º, 9º e 10:
>
> 'Art. 1º.....
>
> .....
>
> §8º Para efeito desta Lei, considera-se atleta não profissional o atleta que atua nos termos do disposto no inciso II do §1º do art. 3º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

§9º É vedada a concessão da Bolsa-Atleta a atleta estrangeiro, ainda que competindo em equipe nacional.

§10 O beneficiário da Bolsa-Atleta poderá ter somente mais uma fonte de financiamento público, tal como patrocínio por empresa pública ou Bolsa-Atleta de alguma das Unidades da Federação, não sendo contabilizado, para esse fim, vínculo do atleta com as Forças Armadas. (NR)"'

EMENDA Nº -CE

Dê-se ao art. 2º, renumerado para art. 3º, do Projeto de Lei do Senado nº 709, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 3º O art. 3º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte §3º:

'Art. 3º.....

.....

§3º No ano subsequente ao exercício financeiro em que foi beneficiário de Bolsa-Atleta, o atleta deverá entregar cópia de sua Declaração Anual de Imposto sobre a Renda, que será comparada com a declaração apresentada nos termos do inciso IV do *caput* deste artigo, para fins de análise da regularidade das informações prestadas.

Outra emenda:

EMENDA Nº -CE

Dê-se ao art. 3º, renumerado para art. 4º, do Projeto de Lei do Senado nº 709, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 4º O inciso IV do *caput* do art. 7º da Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 7º.....

.....

IV - estar ranqueado na respectiva entidade internacional entre os vinte primeiros colocados do mundo em sua modalidade ou prova específica;

..... (NR)"'

Outra emenda:

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 4º, renumerado para art. 5º, do Projeto de Lei do Senado nº 709, de 2015, a seguinte redação:

Art. 5º Altere-se a redação dos seguintes termos:

I - "paraolímpicos" passa a ser "paralímpicos" nos arts. 6º, e aí uma série de artigos.

II - "paraolímpico" para "paralímpico" nos arts. 9º, e vários outros artigos.

Enfim, sempre substituindo "paraolímpico" para "paralímpico".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

III -"paraolímpicas" para "paralímpicas" nos vários artigos aqui descritos.

IV - "paraolímpica" para "paralímpica" no art. 1º e subsequentes.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 6, desta Comissão.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Senador Lasier, pelo brilhante relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado.

Com sua licença, Presidente, vou agora para a outra Comissão, que é a da CCT, sobre a Anatel, com a licença dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem. Obrigado pela presença.

Senador Dário Berger.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2016
- Terminativo -

Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto, outra para a emenda.

2- A matéria consta da pauta desde a Reunião de 18/10/2016.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O Relator seria o Senador Paulo Paim, mas V. Exª será o Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger, para proferir o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Senador Romário, Presidente, quero combinar com V. Exª aqui uma leitura resumida do projeto de lei, uma vez que o relatório completo está à disposição na internet.

Penso que, se V. Exª me autorizar, faço a leitura resumida para que a gente possa ganhar tempo com relação a essas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor, Senador.

Perfeito.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, vamos direto ao assunto. Procurarei ser bem objetivo na leitura do relatório em exame.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Como V. Exª relatou, o projeto é de autoria da Senadora Fátima Bezerra, o Relator é o Senador Paulo Paim, e tenho a honra de relatar *ad hoc*.

O relatório vem a exame nesta Comissão de Educação e Cultura em decisão terminativa.

O projeto de lei tem sete artigos.

O primeiro artigo visa instituir a política nacional de leitura e escrita como estratégia permanente para promover o livro e a leitura, a escrita, a Literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil.

Em seu parágrafo único, determina-se que a nova política será implementada pelos Ministérios da Cultura e da Educação, envolvendo os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, além de contar com a participação da sociedade civil e de entidades privadas.

O art. 2º tem por fito definir as diretrizes da política nacional da leitura e escrita. Os cinco incisos que o compõem buscam enfatizar a universalização do acesso à leitura.

O art. 3º tem o propósito de, em seus dez incisos, declinar os objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita, sempre na definição das orientações gerais para que o Poder Público empreenda as ações necessárias à sua implementação.

O art. 5º visa instituir o Prêmio Vivaleitura, que terá a finalidade de "estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências que promovam o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas".

Com o art. 6º fica instituída a obrigação de os Ministérios da Educação e da Cultura, em ato conjunto, regulamentarem o disposto na nova lei.

O art. 7º refere-se à data da sua publicação que será efetivamente na aprovação do presente projeto de lei.

O oferecimento da proposição, segundo sua autora, se apoia no fato de que a leitura, a escrita e a literatura são elementos fundamentais para o desenvolvimento de um país e produzem impactos em diversos campos, da cultura à economia. Ainda segundo a autora, não obstante os avanços registrados desde 2003, quando foi lançada a primeira formalização da Política Nacional do Livro, e em 2006, com o Plano Nacional do Livro e Leitura, ainda há muito a construir nesse campo.

Bem, em síntese este é o projeto ora relatado *ad hoc* por este Senador.

Então, Sr. Presidente, vou direto ao voto.

Diante de todo o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 212, de 2016, com uma emenda que apresenta.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador Dário Berger.

O relatório é dado como lido. Ficam adiadas a discussão e a votação.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Só para contribuir com V. Exª, sou relator de diversos projetos, cuja leitura também gostaria de fazer de forma bastante sucinta e resumida, principalmente aqueles que não têm caráter terminativo. E os terminativos, então, deixaremos para outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, de 2015
- Não terminativo -

Denomina Rodovia Prefeito Genésio Pasinato o trecho da BR-163 compreendido entre os Municípios de São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Autoria: Deputado João Pizzolatti

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria consta da pauta desde a Reunião de 01/11/2016.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger par proferir o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ao justificar a proposição, o autor enaltece que Genésio Pasinato foi um dos pioneiros da região do oeste catarinense, tendo emprestado uma grande parcela de contribuição para desbravar e colonizar um pedaço de Santa Catarina, na fronteira com a Argentina.

Na exposição do relatório, estabelece-se que esta deliberação da matéria é de competência do Congresso Nacional. E, não havendo obstáculo constitucional à sua aprovação, o relatório encontra-se à disposição na Internet para os interessados.

Por isso, vou direto ao voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2015, e também do Projeto de Lei nº 2.194, de 2011, na origem.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 222, de 2015
- Não terminativo -

Inscreve o nome de Joaquim Francisco da Costa - Irmão Joaquim do Livramento no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputado Esperidião Amin

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria consta da pauta desde a Reunião de 01/11/2016.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para proferir o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

A proposição consta de dois artigos, o primeiro dos quais determina que se faça a referida inscrição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

prevendo o art. 2º a vigência da projetada lei a partir da data de sua publicação.

Na justificação, assinala o autor que o Irmão Joaquim do Livramento, como era conhecido o frade católico que se busca homenagear, foi figura eminente da história religiosa do País e se destacou por sua atuação em obras de cunho social.

Encaminhada ao Senado Federal, a matéria foi destinada à apreciação exclusiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, não lhe sendo oferecidas emendas.

Após ser apreciada na Comissão, a proposição será submetida à decisão do Plenário.

Análise.

Compete à Comissão de Educação opinar a respeito de matéria dessa natureza.

Joaquim Francisco da Costa, catarinense nascido em 1761 na então vila de Nossa Senhora do Desterro, atual capital de Santa Catarina, Florianópolis, sobressai como uma das personalidades mais relevantes a se dedicarem, na passagem do século XVIII para o XIX, à vocação religiosa em nosso País.

Filho de um casal de açorianos, com 20 anos, viajou a Portugal para entrar como irmão leigo na Ordem Franciscana.

Esse é o objetivo de inscrever no *Livro dos Heróis da Pátria* o irmão Joaquim do Livramento, razão pela qual passo ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 222, de 2015, de autoria do Deputado Esperidião Amin.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2016
- Não terminativo -

Denomina Prefeito Dilney Chaves Cabral o viaduto duplo de acesso aos bairros São João e Morrotes localizado no Km 336,35 da BR-101, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Deputado Edinho Bez

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria consta da pauta desde a Reunião de 01/11/2016.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para proferir o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Da mesma forma, a proposição se compõe de três artigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O art. 1º indica o objeto da lei, que consiste em denominar Prefeito Dilney Chaves Cabral o viaduto duplo de acesso aos bairros São João e Morrotes localizado, como V.Exª já mencionou, no Km 336,35 da BR-101, no Estado de Santa Catarina.

O art. 2º institui a denominação mencionada no dispositivo anterior.

O art. 3º, por sua vez, determina a entrada em vigor da presente lei.

Em sua justificação, o autor do projeto destaca a biografia de Dilney Chaves Cabral e sua relevância para o município de Tubarão, no Estado de Santa Catarina. Observa que, na condição de Prefeito, trabalhou intensamente para o desenvolvimento da infraestrutura da cidade, que vivia, à época, intenso processo de urbanização.

E aí relata, Sr. Presidente, as qualificações ainda do homenageado, razão pela qual passo à análise propriamente dita, dizendo que, no que se refere à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa, e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Diante disso, passo ao voto, Sr. Presidente.

Verificados o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a adequação à técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2016, de autoria do Deputado Federal Edinho Bez de Oliveira.

É o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Muito bem, Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Os Srs Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria será encaminha à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 435, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para inserir entre as condicionalidades do Programa Bolsa Família a exigência de rendimento escolar mínimo para aprovação.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta das Reuniões de 22/11/2016 e 29/11/2016.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para proferir o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, este é um projeto que surgiu por Sugestão do projeto Jovem Senador, razão pela qual merece todo o meu respeito, sobretudo ao homenagear a juventude deste País, que representa a esperança viva de um futuro melhor.

Entretanto, o projeto foi analisado e, no decorrer da sua tramitação, entrou uma legislação que prejudica – vamos dizer assim – a Sugestão feita pelo projeto Jovem Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Rapidamente, ele pretendia alterar o art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que é a lei do Programa Bolsa Família, para estabelecer novas condicionantes para a concessão do benefício. E ele define aqui algumas regras: o desconto de 1% do valor total do benefício percebido pelo aluno, referente a cada disciplina em que faltar nota para aprovação.

O projeto elenca uma série de obrigatoriedades, e, na sua justificação, seus autores argumentam, Sr. Presidente, que o Programa Bolsa Família tem tido pouca repercussão sobre o sucesso escolar das crianças e dos adolescentes beneficiados, justamente por não exigir resultados, no que, diga-se de passagem, eles têm plena razão, embora possa ter ajudado a aumentar o número de estudantes matriculados, com o que concordo plenamente. Destarte, pouco contribuiria para melhorar o panorama geral da educação no País.

Assim, os autores viram o Programa Bolsa Família como instrumento histórico de grande potencial, desde que tornado, por assim dizer, exigente em termos de resultados.

O que os Jovens Senadores pretendem, na verdade, é exigir que, no Bolsa Família, tenha-se um resultado prático e objetivo, o que, na verdade, é inconstitucional. A ideia é boa, mas, infelizmente, na prática, a Constituição da República não permite que façamos esse tipo de legislação.

A proposta é de competência privativa da União.

A Comissão de Educação é competente para o exame do Projeto de Lei do Senado Federal nº 435, de 2012.

O relatório completo está à disposição na internet.

Passo ao voto.

Conforme as razões apresentadas, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Relatório aprovado, que passa constituir o parecer da Comissão pela recomendação da declaração de prejudicialidade do projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 19
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, de 2016
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Engenheiro de Custos.

Autoria: Deputado Edinho Bez

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta das Reuniões de 22/11/2016 e 29/11/2016.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para proferir o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado, Presidente.

A proposição consta de três artigos: os arts. 1º e 2º propõem a referida homenagem, e o art. 3º prevê que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Em sua justificação, o autor da matéria, Deputado Federal Edinho Bez de Oliveira, destaca os aspectos que revelam a grande importância do engenheiro de custos para os empreendimentos na área da construção civil, o que efetivamente é extremamente salutar e verdadeiro.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

O Deputado Federal justifica e amplia a importância do engenheiro de custo, com o que eu estou de pleno acordo e tenho certeza de que os demais Senadores também, razão pela qual o voto, Sr. Presidente, diante do exposto, é pela sua aprovação, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2016.

Sr. Presidente, é assim que faço o relatório pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para providências cabíveis.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nº 1-CDH à 5-CDH.

Observações:

1- A matéria constou da pauta das Reuniões de 22/11/2016 e 29/11/2016.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Gostaria de designar como Relator *ad hoc* o Senador Pinto Itamaraty.

Concedo a palavra ao Senador Pinto Itamaraty para proferir o relatório.

O SR. PINTO ITAMARATY (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2015, do Senador Romário – que ora preside esta reunião –, que "dispõe sobre a contratação de Apaes e Pestalozzis, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências".

O Relator é o Senador Paulo Paim.

Vamos ao relatório.

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 69, de 2015, que dispõe sobre a contratação de Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e de Pestalozzis, entidades sem fins lucrativos especializadas em educação especial.

De acordo com o projeto, as Apaes e as Pestalozzis prestarão atendimento educacional, no contratur-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

no, para alunos matriculados em escolas regulares públicas estaduais ou municipais e particulares, "a fim de preservar a política de inclusão".

Desse modo, os pais ou tutores devem declarar formalmente que os respectivos alunos não frequentam o ensino regular no contraturno por não terem se adaptado ao ensino regular.

A proposição prevê que as contratações serão padronizadas de acordo com: a) custo/aluno *per capita*; b) operacionalização pedagógica; c) custeio com pessoal e despesas básicas; e d) manutenção física.

Na celebração do contrato, deverá constar a ciência do apoio das Secretarias Estaduais de Educação, e os termos contratuais deverão considerar a necessidade de reformas e adaptação física para a devida recepção dos alunos e funcionários.

Nos termos da iniciativa, as Apaes e as Pestalozzis, como prestadoras de serviço, terão autonomia na contratação de seus profissionais, observado o registro do currículo do funcionário nos arquivos da entidade, para fiscalização, quando for necessário.

Determina ainda o projeto que as Secretarias Estaduais de Educação deverão auxiliar as Apaes e as Pestalozzis no desenvolvimento de projeto político-pedagógico, "a fim de unificar a excelência no atendimento", bem como na sua gestão contábil, em prol de sua sustentabilidade financeira.

As Apaes e as Pestalozzis, por sua vez, deverão elaborar planilhas de gastos, a serem atualizadas mensalmente e encaminhadas aos contratantes, conforme lei específica.

Por fim, o PLS determina que a lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, seu autor afirma que se inspirou na experiência desenvolvida no Estado do Espírito Santo de uma nova forma de relação entre as referidas entidades de educação especial e o Poder Público.

Ainda segundo o autor, no modelo atual, os convênios de repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) a essas entidades sem fins lucrativos têm variado entre os entes federados, havendo inclusive "situações de abandono". Assim, defende a ideia de um novo modelo que traga efetivo suporte do Estado a entidades que, mediante seu esforço, tornaram-se referência na educação especial.

A matéria, distribuída inicialmente apenas para apreciação pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), veio também à Comissão de Educação por força do Requerimento nº 276, de 2015. Na CDH, foi aprovada com emendas.

Após a análise da Comissão de Educação, o projeto será apreciado, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição e Justiça.

Não foram apresentadas emendas neste Colegiado.

Da análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLS 69, de 2015, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

De acordo com o art. 213 da Constituição Federal, podem ser destinados recursos públicos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: a) comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; e b) assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

Já no desdobramento dos deveres do Estado com a educação, o Texto Constitucional prevê o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, conforme art. 208, inciso III.

Ao regulamentar esse dever do Estado, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

diretrizes e bases da educação nacional", conhecida como LDB, determina, no capítulo dedicado à educação especial, que "o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular", conforme art. 58, §2º.

Ademais, estatui que devem ser estabelecidos critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público, ainda que se dê preferência à ampliação do atendimento aos educandos com deficiência na própria rede pública regular de ensino (art. 60).

O projeto em apreço busca exatamente assegurar o pleno acesso à educação aos alunos que necessitam de educação especial e que, por necessidade de desenvolvimento de outras habilidades, requerem atendimento especializado. Dada a disparidade de regulamentação da matéria nos sistemas de ensino, é lícito que sejam estabelecidas normas gerais que assegurem, na situação de inadaptação ao ensino regular, o atendimento do educando por instituições de notória reputação, como as Apaes e as associações Pestalozzi.

A CDH promoveu alterações procedentes no projeto, que buscaram corrigir impropriedades de técnica legislativa, além de tornar o texto mais claro.

Identificamos, entretanto, a necessidade de efetuar ajustes adicionais na matéria. Julgamos que o PLS não deve nomear as Apaes e as associações Pestalozzi, não obstante a sua reconhecida tradição na oferta de educação especial fora do ensino regular, pois a lei deve ter caráter genérico e impessoal.

Dessa forma, a proposição deve regulamentar as relações entre o Poder Público e "instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público", conforme a terminologia do art. 60 da LDB.

Cumpre observar que a LDB delega a competência de regulamentação da matéria aos sistemas de ensino, particularmente a seus órgãos normativos. No entanto, o projeto avoca a matéria para a União. Não vemos problema em que lei federal disponha sobre as linhas gerais dessa relação, pois isso não afeta a prerrogativa dos entes federados de emitir normas complementares sobre a matéria.

O projeto prevê a existência de lei específica para decidir sobre o custo por aluno nas instituições de educação especial sem fins lucrativos e sobre a elaboração de planilhas de custo por essas entidades. Ora, ou a definição se faz pela própria lei em proposição, ou se remete a matéria para regulamento. Dada a complexidade da questão, julgamos ser indicada a segunda alternativa.

Por fim, em observação aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, optamos por sugerir que as mudanças propostas sejam direcionadas à LDB.

Em suma, no que tange ao mérito educacional, o projeto em tela merece acolhimento, com as mudanças elencadas.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2015, na forma do texto substitutivo a seguir, rejeitando-se as Emendas 1-CDH, 2-CDH, 3-CDH, 4-CDH e 5-CDH.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constitui o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 6, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2016
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Policial e do Bombeiro Militares.

Autoria: Deputado Subtenente Gonzaga.

Relatoria: Senador Telmário Mota.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria consta da pauta desde a Reunião de 18/10/2016.

Designo como Relator *ad hoc* o Senador Pinto Itamaraty, a quem concedo a palavra.

O SR. PINTO ITAMARATY (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Posso ir direto ao voto?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Pode ir direto ao voto se V. Exª assim entender.

O SR. PINTO ITAMARATY (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Obrigado.

Aqui é mais um projeto que está na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Trata-se do Projeto de Lei nº 2.376, de 2015, que é do Deputado Subtenente Gonzaga, que institui o Dia Nacional do Policial e Bombeiro Militares.

O relatório é de conhecimento de todos os integrantes desta Comissão.

O projeto vem em bom momento, tem o acolhimento desta Comissão e também do Relator, e vem prestar uma justa homenagem aos policiais e bombeiros militares.

Vamos direto ao voto, que é pela aprovação.

Diante do exposto tanto na análise quanto no relatório, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2016, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constitui o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 27
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, de 2016
- Não terminativo -

Institui o Programa Passe Livre Estudantil e cria o Fundo Federal do Passe Livre Estudantil.

Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros.

Relatoria: Senador Pinto Itamaraty.

Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Concedo a palavra ao Senador Pinto Itamaraty para proferir relatório.

O SR. PINTO ITAMARATY (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Sr. Presidente, este é um projeto de autoria da Senadora Lídice da Mata e do Senador Roberto Rocha, titular que substituo neste momento. Também tive a grata satisfação de por esta Comissão ser indicado como Relator.

É um projeto que versa sobre a questão do Passe Livre Estudantil em nosso País. Todos lembram que, naquelas manifestações de 2013, uma das grandes pautas era sobre a questão do Passe Livre. A Senadora Lídice da Mata e o Senador Roberto Rocha fizeram um projeto que eu vou me permitir ler aqui resumidamente antes de ir ao voto.

Está na Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 353, de 2016, da Senadora Lídice da Mata e do Senador Roberto Rocha, que institui o programa de Passe Livre Estudantil e cria o Fundo Federal do Passe Livre Estudantil.

Vem ao exame da Comissão de Educação, Esporte e Cultura o Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2016, da Senadora Lídice da Mata e do Senador Roberto Rocha, que trata de instituir o Programa Passe Livre Estudantil e de criar o Fundo Federal do Passe Livre Estudantil.

O objetivo do projeto é estimular os Municípios a implantar a gratuidade no transporte coletivo público municipal para estudantes de baixa renda no percurso entre a residência e a instituição de ensino em que estão matriculados.

Apenas os alunos da rede pública e os bolsistas da rede privada de ensino fundamental e médio farão jus aos benefícios, os quais poderão ser estendidos aos estudantes matriculados em cursos profissionalizantes e técnicos e matriculados em cursos de qualificação profissional oferecidos pelo Programa Seguro-Desemprego.

Caberá ao Poder Executivo municipal regulamentar os requisitos dos benefícios do Programa, observados os critérios mínimos requeridos. As ações do Passe Livre Estudantil serão custeadas por meio de fundo específico instituído com essa finalidade.

O Programa será gerido por um Conselho Gestor com até cinco representantes de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal, de representantes da sociedade civil, de entidades estudantis e de instituições de ensino, conforme regulamento.

O Fundo Nacional do Passe Livre Estudantil, previsto na natureza contábil, destinar-se-á a transferir, mediante ressarcimento, recursos para os Municípios que implementarem o Programa.

O Fundo será constituído da receita do fundo de diversas fontes, dentre elas: recursos ordinários do Tesouro Nacional; parcela dos recursos destinados à União, provenientes dos *royalties* do pré-sal; parcela dos recursos provenientes dos rendimentos do Fundo Social; parcela dos recursos de participação e dividendos recebidos pelo Tesouro Nacional das empresas de economia mista; parcela dos recursos das quotas da União no salário-educação; e outros recursos definidos em lei.

O limite máximo dos recursos a serem repassados aos Municípios será definido anualmente e deverá se basear no número de estudantes beneficiários ou não do Programa, bem como no valor das tarifas locais do transporte público.

Por último, o Município que reduzir o número de beneficiários do Programa fará jus a uma parcela extra, destinada ao investimento em obras e serviços de mobilidade para pedestres e ciclistas no entorno das escolas públicas.

O PLS nº 353, de 2016, foi distribuído à Comissão de Educação e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Análise do mérito.

O PLS nº 353, de 2016, envolve matéria relacionada à educação, encontrando-se, dessa forma, sujeito ao exame de mérito desta Comissão, conforme disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade ou à juridicidade da proposição.

No mérito, o projeto é bastante pertinente. Afinal, segundo a redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, ao inciso VII do art. 208 da Constituição Federal, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), por sua vez, determina que cabe aos Estados e aos Municípios assumir, respectivamente, o transporte escolar dos alunos da rede estadual e da rede municipal.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aborda o tema em diversas estratégias, estabelecendo, desta forma, a importância do tema do transporte escolar para garantir, de forma efetiva, educação de qualidade para todos.

O PLS ora em discussão, que é de 2016, facilita que os Municípios cumpram essas diretrizes legais, pois direciona recursos para efetivar o acesso dos estudantes – sobretudo os mais pobres, moradores das regiões periféricas – a instituições de ensino, por meio da gratuidade para seus estudantes no transporte coletivo público municipal, no percurso entre a residência e a instituição de ensino em que estão matriculados.

Sugerimos, a título de aperfeiçoamento, algumas emendas de caráter redacional. A primeira delas é o ajuste do nome do Programa do Seguro-Desemprego, inscrito no §2º do art. 1º, à grafia utilizada na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências".

Além disso, sugerimos que, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, a retirada do ponto final após a numeração dos artigos ordinais e a substituição das expressões "artigo 208" e "artigo 2014", respectivamente, que, na verdade, fica: "art. 208" e "art. 214", e não 2014.

Alteramos também a redação do *caput* do art. 2º, evidenciando que os requisitos exigidos se referem aos beneficiários do Programa. Além disso, modificamos o inciso I do referido art. 2º, a fim de garantir aos beneficiários de programa de transferência de renda o acesso ao programa. Da forma como foi redigido o dispositivo, esse público não estaria incluído, pois apenas pessoas com renda superior à dos beneficiários de programa de renda mínima seriam atendidas. Também articulamos o inciso II às disposições da LDB.

No §2º do art. 6º, acrescentamos a expressão "em decorrência da instalação de escolas em regiões periféricas ou de ações de mesma natureza, na forma do regulamento", para definir que a parcela extra a que farão jus os Municípios só será aplicável aos que reduzirem o número de beneficiários em função de avanços na infraestrutura educacional. Em outras palavras, não basta reduzir o número de beneficiários; é preciso que essa redução esteja atrelada a benefícios consistentes para as populações estudantis assistidas, relacionados à existência de escolas nas proximidades de suas residências.

Análise da adequação financeira e orçamento.

Com a devida vênia, sem adentrar no mérito das competências...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador, se V. Exª preferir ir direto ao voto, pode ficar à vontade.

O SR. PINTO ITAMARATY (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Pois não. Então, vamos direto ao voto. Fiz questão de ler tudo aqui, mas as emendas, na verdade, são apenas de ajustamento redacional, o que não muda o conteúdo do projeto em sua essência.

O voto é: Em função do exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 353/2016, com as seguintes emendas – as emendas já estão aqui todas colocadas e que já li anteriormente, o que faz jus a essas modificações, justamente para que o projeto fique contemplado e não haja rejeição nas comissões ou na comissão futura por que ele passará.

Após a minha leitura, o pedido é para a aprovação.

Coloco para discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4 desta Comissão.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Parabéns, Senador, pelo relatório.

O SR. PINTO ITAMARATY (Bloco Social Democrata/PSDB - MA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passo a Presidência à Senadora Ana Amélia, para que eu possa relatar o Item 23 da pauta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está em apreciação o Item 23 da pauta de hoje.

ITEM 23
AVISO Nº 26, de 2016
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão n° 1071/2016, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre renúncias de receitas diretamente relacionadas à organização e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (TC 011.846/2015-1).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do Aviso.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Romário, nosso Presidente, para proferir o relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Vou direto à análise, com a permissão de V. Exª.

Com a apresentação da candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, o Brasil assumiu uma série de compromissos consolidados no dossiê de candidatura e correlacionados às garantias exigidas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI).

Na presente análise, importam os compromissos relativos à remoção de todos os obstáculos para importação, uso e exportação, e à adoção das medidas legais necessárias para que se atinja "uma estrutura fiscal benéfica para os Jogos, utilizando uma combinação de isenções e concessões, conforme a necessidade" (Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro, sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, p. 120).

Com base nas informações levantadas, ante as razões expostas pelo Ministro Augusto Nardes, o Plenário do TCU, por meio do Acórdão nº 1.071/2016, concluiu pela adoção de oito medidas. Vou ler aqui algumas para minimizar o tempo:

1. recomendação à Casa Civil, considerando sua competência quanto à coordenação e à integração das ações do Governo, que, em conjunto com os Ministérios da Fazenda e do Esporte, na qualidade de coordenador do Geolimpíadas, defina os responsáveis, no âmbito do Poder Executivo, para a elaboração das prestações de contas mencionadas no art. 29 da Lei nº 12.780, de 2013, e em seu parágrafo único, no prazo de 30 dias; [...]

3. determinação ao Ministério do Esporte, ao Ministério da Fazenda e à Controladoria-Geral da União

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que, em conjunto, no prazo de 45 dias, disponibilizem, no Portal da Transparência, as informações sobre as habilitações às medidas fiscais da Lei nº 12.780, de 2013, disponíveis no *site* da Secretaria da Receita Federal do Brasil. [...]

6. notificação:

6.1 à Casa Civil, ao Ministério do Esporte, ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Defesa, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Controladoria-Geral da União, todos integrantes do Geolimpíadas, de que não houve coordenação no âmbito federal, por parte do Geolimpíadas, quando da institucionalização das medidas tributárias instituídas pela Lei nº 12.780, de 2013, em desacordo com o decreto não numerado de 13/9/2012, que definia o citado comitê como instância coordenadora das atividades do Governo Federal financiadas com recursos da União, inclusive mediante incentivos fiscais.

Passo agora para o 7:

7. cientificação do Acórdão nº 1.071/2016-TCU-Plenário, bem como do relatório e do voto que o integram, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, à Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, ao Ministério do Trabalho e Emprego e à Secretaria-Geral de Controle Externo.

8. determinação à Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) que monitore as deliberações acima.

Voto.

Em face do exposto, considerando que as questões levantadas neste relatório, constantes do Acórdão nº 1.071/2016, do Plenário do TCU, serão objeto de monitoramento por parte do tribunal, propomos que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 26, de 2016, e proceda, em seguida, ao arquivamento da matéria.

Esse é o voto, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Romário.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo conhecimento e arquivamento do aviso.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos para o item 25.

ITEM 25
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2016
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Boxe.

Autoria: Deputado Marcelo Matos

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Romário, nosso Presidente, para proferir o relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia, peço a V. Exª para que eu possa ir diretamente à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

A proposição visa homenagear o boxe, esporte de luta mais tradicional em todo o mundo. Nos Jogos Olímpicos modernos, as competições de boxe foram introduzidas em 1904, quando de sua realização em Saint Louis, nos Estados Unidos, e praticadas em todas suas edições posteriores, com uma única exceção. O boxe feminino passou a integrar as competições olímpicas em 2012.

Entre os brasileiros, devemos destacar a figura ímpar de José Adilson Rodrigues dos Santos, o Maguila, campeão sul-americano ao longo de uma década e também campeão mundial dos pesos-pesados, em 1995, pela Federação Mundial de Boxe; e, igualmente, Acelino Popó Freitas, o pugilista baiano famoso por suas inúmeras vitórias por nocaute, em carreira admirável que lhe valeu os títulos mundiais de peso-superpena e peso-leve.

Pela relevância esportiva e social do tradicionalíssimo boxe, acatamos, quanto ao mérito, a proposição sob exame. Nela não detectamos, tampouco, qualquer óbice relativo à sua constitucionalidade, juridicidade e adequação ao Regimento da Casa.

O voto, conforme o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2016.

Por favor, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Romário.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Antes de fazer regimentalmente o encaminhamento, quero cumprimentar o Senador Romário, que faz uma homenagem a um grande boxeador brasileiro, primeiro, o Éder Jofre, que foi notabilizado, e o Popó, que é da Bahia e amigo do Senador Romário. Então, a homenagem não só aos dois, mas eles são emblemáticos pelo espaço e pela fama que conquistaram com esse esporte.

Eu queria dizer que está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências necessárias e regimentais.

Devolvo a Presidência ao Senador Romário, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, incluindo a desta reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 10 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença dos Senadores Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Ataídes Oliveira, Cidinho Santos e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Otto Alencar, José Medeiros, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. A Presidência submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RMA 17/2016, de autoria do Senador Ataídes Oliveira. **Finalidade:** Discutir os critérios e a metodologia de cálculo da taxa de desemprego no Brasil. **Participantes:** Claudio Crespo, Assessor da Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Cimar Azeredo, Coordenador de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Mário Magalhães, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Trabalho - MTE; André Gambier Campos, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Anne Caroline Posthumá, Especialista de Emprego no Escritório da OIT no Brasil. Antônio Ibarra, Assessor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ATAÍDES OLIVEIRA

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bom dia a todos! Bom dia a todas!

Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Senadores e às Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a ata, que será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente reunião destina-se a discutir os critérios e a metodologia de cálculo da taxa de desemprego no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2016, de minha autoria, Ataídes Oliveira.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Desta forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o Alô Senado, pelo número 0800612211.

Convido a participar da Mesa o Sr. André Gambier Campos, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Bom dia!

Convido também o Sr. Mário Magalhães, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Trabalho e Emprego.

Bom dia, Mário!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Convido também o Sr. Claudio Crespo, Assessor da Diretoria de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Bom dia!

Convido também o Dr. Cimar Azevedo, Coordenador de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Seja bem-vindo, Dr. Cimar!

O convidado Dr. Antônio Ibarra, que é Assessor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Dieese, está a caminho. Nós o estamos aguardando. Quando chegar aqui, ele participará também da nossa audiência.

Agradeço a presença do Dr. Cimar Azevedo. Já estivemos aqui, no ano passado, também discutindo esse mesmo assunto, essa metodologia de cálculo do desemprego no País.

Portanto, mais uma vez, Dr. Cimar, agradeço a presença de V. Sª aqui, nesta manhã do dia 6 de julho.

Também agradeço a presença do Sr. Mário Magalhães, que é representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

Agradeço muito a presença do senhor.

Agradeço também a presença do Sr. Claudio Crespo, que é Assessor da Diretoria de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por último, agradeço a presença do Sr. André Gambier Campos, que é técnico de planejamento do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Portanto, só está faltando aqui, por enquanto, o representante do Dieese. Logo, ele deverá estar aqui também. Ele está à porta. Temos a informação de que o Sr. Antônio Ibarra está chegando aqui.

Portanto, estamos aqui hoje nesta audiência com a presença dos técnicos do Dieese, do Ipea, do IBGE e do Ministério do Trabalho e Emprego, ou seja, os responsáveis técnicos – permitam-me dizer – que conhecem a situação do desemprego no País. São técnicos da mais alta capacidade – já tenho estas informações – e que, sem dúvida alguma, nos trarão muitas informações que serão, sem dúvida, de extrema valia para este Congresso Nacional, como também para o povo brasileiro, especialmente para o novo Governo, que acabou de se instalar, do Presidente Michel Temer. É necessário que o novo Governo saiba exatamente qual é o índice de desemprego no nosso País, qual é o número verdadeiro de pessoas, de trabalhadores desempregados no nosso País, para que o Presidente Temer tome imediatas providências para corrigir este mal que chamo de desemprego, tão danoso ao nosso povo e principalmente ao nosso País.

O Presidente Temer precisa de informações para que possa realmente, juntamente com sua equipe e com seus ministros, tomar as decisões necessárias para combater o desemprego, como também nossos empresários, investidores e empreendedores, internos e externos, que querem investir no nosso País. Nós sabemos – sou empresário de longa data – que a primeira coisa que o empresário faz, quando vai investir em um país, em um Estado ou em um Município e vai levar seu produto ou serviço, é a pesquisa. Ele faz uma pesquisa, inclusive repetidamente, para ver a probabilidade do sucesso do seu negócio. Pois bem, se esses empresários, esses empreendedores não tiverem essas informações ou não puderem acreditar nessas informações, evidentemente eles não irão investir no País, não irão dar emprego, gerar renda e pagar impostos.

Portanto, essa estatística do desemprego é de fundamental importância para o País e para a Nação, eu não tenho dúvida nenhuma disso.

Senhores convidados, tenho muita dúvida com relação a essa metodologia hoje utilizada, aplicada e efetuada pelo IBGE. Nós já tivemos aqui – repito – uma audiência no ano passado, com a presença do Ministério do Trabalho e Emprego e também do IBGE, com a presença do Dr. Cimar, que hoje é grande referência na área de Estatística do nosso Instituto, o IBGE. Tenho dúvidas e imagino que eu possa sanar muitas dessas dúvidas. Hoje, também contamos com a presença do IPEA, do Ministério e Emprego e do Dieese, cujo representante está chegando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pois bem, hoje há a Comissão de Impeachment, da qual sou membro. Vou tentar ser o mais objetivo possível, para que possamos, num menor espaço de tempo, concluir os trabalhos desta audiência. A princípio, eu sugeriria aos senhores um prazo máximo de 10 minutos para suas considerações, explicações. Aos representantes do IBGE, Dr. Cimar e Dr. Claudio, eu concederia 15 minutos divididos.

Poderíamos fazer esse acordo, então, de lhes conceder 10 minutos e até 15 minutos para o IBGE? Podemos fazê-lo? (Pausa.)

Acabou de chegar, então, o Sr. Antônio Ibarra, Assessor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico (Dieese).

Como vai? Bom dia! Seja bem-vindo!

Portanto, concedo a palavra para os representantes do IBGE, Dr. Cimar e Dr. Claudio.

Com a palavra, então, por 15 minutos, o Dr. Claudio.

O nosso Secretário desta douta Comissão irá registrar. O tempo não é tão rígido, não. Fique à vontade.

O SR. CLAUDIO CRESPO – Agradeço, Senador, o convite ao IBGE. Quero dizer que nosso instituto está sempre disponível para os esclarecimentos necessários.

Aproveito para dar explicação sobre a ausência hoje do Dr. Roberto Olinto, que é Diretor de Pesquisas. Em função da transição que está ocorrendo no IBGE, ele foi convocado para uma reunião do Conselho Diretor. Então, ele não pôde comparecer aqui. Eu, como seu assessor, e o Cimar, como Coordenador da Área de Pesquisas Domiciliares, vamos apresentar as informações.

Quero só fazer o registro da presença aqui do Sílvio, que é nosso Chefe da Unidade Estadual do IBGE em Brasília, e da Srª Anne Posthumá, da Organização Internacional do Trabalho, com a qual o IBGE tem também longa parceria.

Quero registrar que às indagações colocadas pelo Senador no seu requerimento nós procuramos responder. Hoje, vamos fazer um detalhamento da metodologia adotada pelo IBGE nas suas pesquisas sobre força de trabalho, sobre mercado de trabalho.

Quero dizer que nosso Sistema de Pesquisas Domiciliares está sendo implantado. Há um planejamento de implantação e de divulgação dos seus indicadores. E o importante indicador da desocupação segue estritamente as orientações, as recomendações da Organização Internacional do Trabalho. Então, o País está alinhado, na PNAD Contínua, na sua pesquisa mais recente, com as mais recentes recomendações feitas a partir da 19ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho. Posso dizer que o País está na vanguarda dessas recomendações.

A taxa de desocupação divulgada pelo IBGE permite a comparação internacional do País, com o grande salto que nós demos com a PNAD Contínua, podendo haver taxas de desocupações e outras medidas que vamos explicar de subutilização da força de trabalho para o País como um todo. Até então, na PME, que vinha cumprindo muito bem seu papel, tínhamos uma taxa de desocupação para as seis regiões metropolitanas. Então, hoje – isto se deu a partir de 2012, com divulgação a partir de 2014 –, o País tem, de fato, uma taxa de desocupação que permite comparação entre todos os Estados, que permite a leitura da conjuntura de estatística do trabalho. Vários Estados não tinham uma pesquisa como essa, feita não só pelo IBGE mas também por outros órgãos estaduais. Alguns poucos tinham essa pesquisa. Hoje, temos essa taxa de desocupação, conhecemos a conjuntura do mercado de trabalho – ainda não é uma série longa, é uma série que começa em 2012 – em todos os Estados brasileiros, nas capitais, nas regiões metropolitanas, com comparabilidade entre eles, com comparabilidade internacional.

Então, a nossa metodologia segue essas recomendações. Mas, para além da taxa de desocupação, que vamos apresentar – o Cimar vai detalhar mais –, iremos divulgar, dentro do nosso planejamento de implantação do Sistema de Pesquisas Domiciliares, outras medidas de subutilização da mão de obra. E, à medida que esses indicadores, que seguem estritamente essas orientações internacionais, forem sendo divulgados, novas informações nós teremos sobre o mercado de trabalho. Mas, de qualquer modo, quero ressaltar aqui que, conceitualmente, elas não podem ser confundidas com taxas de desemprego. A taxa de desocupação é uma das medidas de subutilização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É isso que nós, a partir de novembro, dentro do nosso planejamento, começaremos a disponibilizar para todo o País. E por que em novembro? Como eu disse, nós temos um planejamento. Começamos a divulgar os resultados da PNAD Contínua em 2014. Precisamos estudar todas essas informações, porque elas são muito relevantes, e detectamos também a necessidade de algum aperfeiçoamento em nosso questionário. Então, a partir do último trimestre do ano de 2015, nós fizemos algumas alterações. Para divulgar esses resultados, temos de ter o acumulado de alguns trimestres, minimamente. Depois dessa reformulação, após essa alteração, nós estamos apenas com dois trimestres divulgados. E o nosso planejamento é divulgar as medidas de subutilização em novembro deste ano, que completarão o conjunto de indicadores recomendados pela Organização Internacional do Trabalho. E nós ampliaremos ainda mais.

Acredito que o Brasil será referência nesses indicadores, porque essa recomendação é de 2013, finalizou em 2013. Já tínhamos iniciado o processo de implantação da PNAD Contínua. Daí a nossa reformulação. E também aproveitamos para fazer alguns refinos tecnológicos, porque nós vamos, trimestralmente, a 211 mil domicílios. Então, é uma operação bastante significativa. E talvez o País seja referência nas estatísticas de trabalho para todo o mundo, respondendo a inúmeras questões conjunturais, mas também do trabalho voluntário e de outras características do trabalho, que são recomendações e alterações que o País vem implantando.

Creio que, com a apresentação na sequência, essas medidas de subutilização e esses conceitos ficarão bastante definidos para todos. Buscamos uma apresentação bastante elucidativa, para que o País conheça, como um todo, a grandiosidade da pesquisa e o conjunto de informações que nós teremos a partir daí, sendo que PNAD Contínua não se esgota aí. Depois, ainda teremos dados estruturais, porque é uma operação que responde à conjuntura e também aos aspectos socioeconômicos básicos, como habitação.

É, de fato, uma infraestrutura estatística muito grandiosa, para que possamos ter mensalmente para o Brasil e trimestralmente para todas as outras desagregações espaciais esses indicadores. Então, por mês, o IBGE visita 70 mil domicílios, e isso tem de ser feito naquela semana, naquele estrato, exatamente naquele domicílio, conforme foi amostrado. É preciso conhecer um pouco da infraestrutura que garante ao País ter essas informações.

Passo a palavra ao Cimar. Vamos completando esta apresentação, para que haja todo o esclarecimento.

Quero ressaltar que nós do IBGE estamos sempre à disposição. É claro, é evidente que, no Senado, como representação das Federações, é importante que esclareçamos os resultados da PNAD Contínua para todos os Estados, para Tocantins, por exemplo, que passou a ter, com a PNAD Contínua, um indicador de estatística de trabalho, e para todos os outros Estados dos quais conhecíamos algumas informações anualmente, com a PNAD. É claro que, em São Paulo, há uma estatística para a região metropolitana. O Paraná, o Rio Grande do Sul e alguns outros têm também outras pesquisas e nos dão uma visibilidade. Mas o País, como um todo, depende, sim, dessa operação estatística que é feita pelo IBGE.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com a palavra, o Dr. Cimar.

O SR. CIMAR AZEREDO – Bom dia, Senador! Bom dia a todos e a todas!

É um prazer muito grande estar aqui. Acho que é a oportunidade de mostrarmos a metodologia da PNAD Contínua.

Como o Claudio bem mencionou, a PNAD Contínua hoje está espalhada pelo Brasil inteiro. São 3.460 Municípios que são visitados pela PNAD Contínua trimestralmente.

Acho importantíssima a presença da OIT aqui, conhecendo o trabalho do IBGE como conhece, sabendo de quão vanguarda é esse trabalho que o IBGE vem desenvolvendo. Recentemente, fizemos um contato com a Organização Internacional do Trabalho. Principalmente na região das Américas, o Brasil é um dos países mais adiantados no sistema de adotar as recomendações da última Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, que foi realizada em Genebra em 2013. Adotar essas recomendações não é uma tarefa fácil porque exige mexer nos instrumentos de coleta que são atuais hoje.

Acho esta reunião de extrema importância, para que as pessoas possam conhecer a PNAD Contínua e possam saber como ela é calculada, entendendo a importância dela, para recebê-la em casa.

O senhor tem razão quando diz que estamos diante de um mal que é o desemprego. Eu o definiria até como uma chaga. Hoje temos cerca de 11,4 milhões de pessoas consideradas como desocupadas no País. Isso dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

uma taxa de desocupação de 11,2%. Estamos falando de taxa de desocupação e de desocupação. Se esse número avança para uma medida de subutilização do trabalho, que é uma medida que inclui a taxa de desocupação – a taxa de desocupação é uma parcela dessa medida –, certamente estaremos diante de números maiores. A desocupação é um mal que afeta não apenas diretamente a pessoa que está desempregada, mas que afeta também toda a família que cerca aquele ator considerado como desempregado, além daquelas pessoas todas que estão incluídas na medida de subutilização da mão de obra.

A OIT, em recomendações anteriores, tinha um certo relaxamento com relação ao conceito da desocupação. Na 13ª Ciet, em 1982, foram colocadas algumas ações relativas ao conceito de desocupação, ao conceito de desemprego, como se chamava na época aqui no Brasil. É importante ressaltar que, em 2008, na 18ª Conferência Internacional, da qual eu tive até a oportunidade de participar, foi solicitado que fosse aberto um estudo no sentido de discutir na 19ª Conferência, que foi realizada em 2013, o tema da desocupação e das medidas de subutilização de mão de obra, de forma que o mundo tivesse uma medida de subutilização da mão de obra – ou também podemos chamar de subutilização do trabalho – que fosse internacionalmente comparável, porque hoje nós não temos essa medida internacionalmente comparável.

Como eu disse, o Brasil é um dos países que está à frente desse processo. Nós instalamos e começamos a captar essa medida desde 2012. Houve uma análise intensa desses indicadores, porque eles são novos. Tivemos de fazer um processo de alteração do questionário da PNAD Contínua. Vamos passar isso, inclusive, para a OIT, no sentido de se fazer um estudo de caso – não só esse, mas diversos outros, todos relacionados às recomendações da 19ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho.

Já que a gente está com o tempo um pouco mais curto, vou passar para uma tela com os gráficos, que aparece lá no final. São umas telas mais coloridas.

Pode ir passando. São os quadros que aparecem. É isso. Volte um pouquinho, por favor.

O objetivo das medidas de subutilização do trabalho é fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação. Hoje só há uma medida que representa essa subutilização, que é a taxa de desocupação. Só que há outros componentes. Um deles são as pessoas que estão na força de trabalho, que são subocupadas por insuficiência de horas. Todo mundo que está ocupado, que está trabalhando menos de 40 horas, que deseja trabalhar mais de 40 horas e que tem disponibilidade para trabalhar é considerado subocupado por insuficiência de horas e, portanto, também é um integrante dessa medida de subutilização do trabalho. A ele se integra também a força de trabalho potencial, que a gente vai definir daqui a pouco.

Eu vou passar aqui, para ficar mais didático. (Pausa.)

O mapeamento da força de trabalho é feito dessa forma. São pessoas de 14 anos de idade ou mais. Nós fazemos isso apenas conjunturalmente para as pessoas de 14 anos de idade ou mais, mas, uma vez por ano, é feito o levantamento da população de 5 a 13 anos. O acompanhamento, no Brasil, é feito com pessoas de 14 anos ou mais, porque, no Brasil, é proibido trabalhar com menos de 14 anos. Então, o levantamento que se seguiu foi o de pessoas com 14 anos ou mais de idade, mas é importante destacar que não estamos deixando de lado o trabalho infantil, que está sendo monitorado, uma vez por ano, pela PNAD Contínua, como era feito anteriormente com a pesquisa PNAD Anual.

Há a força de trabalho e a população fora da força. Nós dividimos a população na força de trabalho em dois grupos: os ocupados e aqueles que estão desocupados. Esses dois aqui fazem parte da força de trabalho. Antigamente, o nome dado era população economicamente ativa. Na última recomendação internacional, a OIT trocou o nome para força de trabalho, denominando os ocupados e os desocupados. Entre os ocupados, estão as pessoas ocupadas por insuficiência de horas e aquelas que não sofrem insuficiência de horas trabalhadas, como eu já mencionei aqui.

Dentro da população fora da força de trabalho, há a população fora da força que realizou uma busca efetiva, mas que não estava disponível para assumir aquele trabalho. É o caso, por exemplo, de uma pessoa que está enferma, que está em casa, que está procurando trabalho, mas que não tem disponibilidade para assumir esse trabalho em função da doença dela. Há, por exemplo, o caso de uma mãe que está em casa, que está procurando trabalho, que acha o trabalho, mas que não tem disponibilidade, porque não tem como deixar o filho. Então, há essas limitações. Há pessoas que estão fora da força por consequência de um problema. Mas ela é uma força de trabalho que está subutilizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Há outra população fora da força de trabalho que não havia realizado busca efetiva, mas que gostaria de trabalhar e que estava disponível para trabalhar na semana de referência. Isso é o que chamávamos, no passado, de desalentados, que é uma parcela.

Seguindo um pouco mais adiante, há a população fora da força, que não é uma população fora da força de trabalho potencial. Então, aqui eu a defino como fora da força, mas ela é força de trabalho potencial.

Na próxima tela, vamos ver aqui, então, a medida de subutilização de mão de obra. Então, são os desocupados, os ocupados que estão subocupados por insuficiência de horas e toda essa força de trabalho potencial que hoje está sendo considerada como fora da força.

Aqui está a subutilização do trabalho hoje. O IBGE está divulgando apenas esta parte aqui, que é a dos desocupados. Está faltando toda essa parte aqui, que vamos divulgar em novembro, quando serão dadas, então, as medidas que são recomendadas pela OIT.

A força de trabalho ampliada no Brasil está mostrada nesse quadro. Há a força de trabalho, que está composta pelos ocupados e desocupados, e a população fora da força. Mas há ali a questão da força de trabalho potencial.

Na sequência, nos indicadores de subutilização do trabalho, segundo a OIT, é recomendado que o País adote os indicadores principais para propiciar um quadro mais completo da subutilização do trabalho. Insisto que, até agora, as recomendações internacionais passavam um pouco ao largo dessa medida de subutilização. O desemprego era uma medida importante, mais utilizada para medir a desocupação no País.

É importante ressaltar que, quando se analisa o mercado de trabalho, principalmente através da PNAD Contínua, nós temos indicadores de desemprego, mas existe uma forma de analisar o mercado de trabalho através do emprego, observando se ele está sub-remunerado, se ele está desempregado, se ele está subocupado por insuficiência de horas, se ele é muito voltado à informalidade, observando como os jovens estão nesse mercado, a ocupação que eles têm, a atividade em que eles estão sendo colocados. Então, analisar o mercado de trabalho não só pelo desemprego mas também pelo emprego é o que a PNAD Contínua já permite de forma bastante ampla.

Há outro ponto que acho importante destacar.

Esses são os indicadores que vamos divulgar.

As próximas tabelas que vamos mostrar para vocês são estas aqui. A próxima tabela que vai entrar em novembro mostra as medidas de subutilização de mão de obra. Já temos hoje o número de desocupados. Teremos o número dos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e da força de trabalho potencial, que hoje está sendo considerada como fora da força. Haverá também a taxa de desocupação, taxa combinada de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e desocupação, taxa combinada de desocupação e força de trabalho e potencial e a taxa composta de subutilização da força de trabalho. Esses indicadores, certamente, à medida que se vão agregando mais pessoas, tendem a subir, tendem a ficar maiores.

Hoje, nós temos apenas uma medida de subutilização que está sendo divulgada, que é taxa de desocupação. A taxa de desocupação que divulgamos está correta, está extremamente aderente e segue estritamente, como o Claudio mencionou, os conceitos e recomendações da OIT. A partir de novembro, essas medidas serão completadas, seguindo as recomendações internacionais.

Participei, no final do ano, logo depois que estive nessa conferência, de um grupo de trabalho da Conferência Estatística das Américas, do qual faço parte. A última reunião foi realizada no Chile. Tive a oportunidade de apresentar todo o trabalho feito com a PNAD Contínua, o trabalho que o Brasil já vem fazendo ao adotar essas recomendações com a PNAD Contínua. Pudemos conferir que o Brasil, sem dúvida, de longe, é o País que está passando por uma situação mais confortável. Por que isso ocorre? Porque, no momento em que houve a preparação para essa conferência que aconteceu em Genebra em 2013, o Brasil já estava num processo de planejamento da PNAD Contínua. À medida que participávamos dessas conferências, dessas reuniões, tanto a do hemisfério quanto a regional ou até mesmo a última, nós já estávamos com o quadro da PNAD Contínua bastante ajustado a essas recomendações.

O SR. CLAUDIO CRESPO – Quero só fazer um aparte. É importante conhecer tudo isso que será possível com a PNAD Contínua, mas quero destacar, Senador, a importância dessas recomendações e de cada conceito, por-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que precisamos conhecer o máximo possível as características do mercado de trabalho brasileiro, por nossas questões nacionais, mas também porque são medidas de comparação internacional. Então, elas têm importância para o País, para o posicionamento do País no cenário internacional. Muitos países somente têm a taxa de desocupação, aquela que, digamos, tradicionalmente, os países divulgam. E elas são comparáveis.

Nós continuaremos divulgando a taxa de desocupação...

(Soa a campainha.)

O SR. CLAUDIO CRESPO – ...a taxa combinada, cada uma com suas definições conceituais, de acordo com as recomendações.

Então, é fundamental que isso fique bastante esclarecido, para que a gente não use conceitos de forma a agregar tudo num único chamado.

É evidente que as que questões se popularizam. O IBGE fará todo um esforço de divulgação, de disseminação. Este é nosso papel, é nossa missão: divulgar para toda a sociedade todas essas informações, promovendo o conhecimento conceitual, para que cada um possa utilizar e explorar da forma mais importante cada uma dessas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Dr. Cimar.

Obrigado, Dr. Claudio Crespo.

Recebemos de uma telespectadora nossa de Santa Catarina, Anna Flávia Schmitt Wyse Baranski, o seguinte comentário: "Aqui, em Santa Catarina, eu sou vejo a massa de desempregados crescer. Há gente que, há pelo menos três anos, procura emprego. Eu gostaria de entender a pregação do Governo do Estado, que insiste em falar que temos o menor índice de desempregados do Brasil."

Anna Flávia, de Santa Catarina, muito obrigado pela sua participação.

Passo, então, a palavra ao Sr. Mário Magalhães, do Ministério do Trabalho e Emprego, por dez minutos.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar deste debate.

Quero cumprimentar os membros da Mesa, o Senador Ataídes, os técnicos do IBGE, os técnicos do Ipea e os técnicos do Dieese.

É uma discussão salutar. Concordo com o Senador sobre esta oportunidade, para que este debate sobre a metodologia venha à tona, tome os espaços que precisam ser tomados, se alguma dúvida há sobre quais os são os verdadeiros índices de ocupação e de desocupação do Brasil.

Na qualidade de representante do Ministério do Trabalho, Senador, eu até havia feito um pleito junto ao seu assessor, dizendo que o Ministério do Trabalho deveria participar mais como debatedor do que como exatamente um expositor, na medida em que os detentores dessa metodologia estão aqui todos representados. As duas metodologias que convivem no Brasil são a do IBGE e a do Dieese, que o Antônio Ibarra irá expor. Acho interessante que o Ipea esteja presente, como órgão de pesquisa e usuário dessas fontes de dados para pesquisa, como também o Ministério do Trabalho, como debatedor, como usuário dessas fontes para políticas públicas, para fazer a política pública.

Eu trouxe aqui – acho que vamos entrar neste debate – apenas alguns dados sobre as fontes de dados do Ministério do Trabalho, que são as fontes do mercado formal, que são Rais e Caged, de que o senhor já teve conhecimento na audiência anterior. Apenas quero fazer alguns comentários não sobre os dados em si, quero fazer alguns comentários metodológicos, na medida em que essas fontes formais se relacionam com outras fontes de pesquisa domiciliar direta.

Então, eu gostaria de pedir ao companheiro que passasse os eslaides. Pode pular os primeiros eslaides. Aí há um erro;ficou ruim. Coloque o eslaide anterior, por favor. Há alguma coisa aí que não está certa.

Esse eslaide mostra a PNAD Contínua. Esses dados são apenas para situar qual é o universo em que o mercado de trabalho é abordado pelo Caged. Aqui há as várias categorias de trabalhadores. Os dados são da PNAD, apenas para mostrar que, entre as diversas categorias de trabalhadores e de empregadores – com carteira, sem carteira, conta própria, doméstico ou familiar – e o pessoal do setor público, os dados do Caged estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nesta faixa "com carteira". Vamos mostrar nos dados seguintes que, embora os dados do Ministério sejam dados administrativos, sejam dados fornecidos pelas empresas, e esse dado do IBGE seja um dado coletado domiciliarmente, há aí uma compatibilidade de tendências, embora não exatamente de números absolutos propriamente ditos.

Apenas quero reforçar que essas variações se referem à comparação entre o primeiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2016. A gente vê todas as outras categorias. Na categoria de empregadores, o número de empregadores decaiu em 8,6%. O número de trabalhadores com carteira caiu também. O número dos sem carteira também caiu, como caiu também até o número daqueles trabalhadores familiares que fazem parte da força de trabalho e que ajudam nos trabalhos, não no trabalho doméstico, mas nas empresas familiares. O número do setor público também caiu. As duas únicas categorias que, nesse período, nesses últimos 12 meses, de trimestre a trimestre, aumentaram, foram as de conta própria e de emprego doméstico, que são categorias – apenas enfatizo isto – que têm muito a ver com esses conceitos de emprego, de subemprego e de inatividade.

Vamos passar, vamos ver se as telas seguintes não estão com problema. Passe mais uma tela. Volte. Que pena! Estamos com alguma dificuldade. Acho que o microcomputador desconfigurou conforme o formato, a versão. Só volte a tela.

Quero só mostrar uma coisa. Nessa tela, há a variação dos saldos de empregos admitidos menos os desligados. No Caged, as empresas informam mensalmente quantos foram admitidos e quantos foram desligados. Isso é importante. Quero dizer que isso confunde muito, Senador, quando se divulgam na imprensa os dados do Ministério do Trabalho e os dados do IBGE. Por quê? Por que os dados do Ministério são dados de fluxo. As empresas informam quantos admitiram e quantos foram demitidos, e há um saldo. Esse saldo pode ser positivo e pode ser negativo. Neste caso, por exemplo, o saldo de maio foi de menos 72 mil pessoas desligadas. Então, o saldo foi negativo.

Você pode dizer: "Como uma variável do mercado formal pode ter um saldo negativo e, de repente, a taxa de desemprego apresentada pelo IBGE ou pelo Dieese apresenta um decréscimo?" Vou dizer o porquê. Por que, na verdade, esse é um dado de fluxo. Todo mês, as empresas estão admitindo e demitindo. Não necessariamente uma demissão, como a daquelas 72 mil pessoas, vai fazer parte do contingente em desemprego, porque há sempre aquele fluxo, a pessoa pode ser demitida e receber o seguro-desemprego. Normalmente, os demitidos do mercado formal, aqueles dispensados sem justa causa, têm direito ao seguro-desemprego. E é provável que ele passe um tempo usufruindo do seguro-desemprego antes de procurar novo trabalho. Então, nesse caso, como ele está usufruindo do seguro-desemprego, como ele foi demitido, não está trabalhando e não está procurando emprego, ele está numa situação de inatividade. Então, não necessariamente, aqueles 72 mil vão acorrer ao mercado de trabalho à procura de emprego. É preciso categorizar, porque esse dado do Ministério é um dado de fluxo, não é um dado de contingente em desemprego, de procura de trabalho.

Só quero reforçar que estamos hoje com um estoque de emprego. Quanto à variação de admitidos e de desligados, comparamos o estoque de emprego que tínhamos em maio de 2015 e em maio de 2016: estávamos com 41.027 mil – estou falando de memória –, e aqui há 39 mil. Aquele é o dado de maio de 2015. A diferença é de 1,7 milhão de poucas pessoas no mercado formal a menos. Então, essa parte de saldo a menos é que pode impactar... Conforme o volume desse saldo negativo, ele impacta mais ou menos o contingente em desemprego.

Vamos passar para a última tela, por favor.

Aqui mostro justamente que há uma variação no mês, uma variação no ano e uma variação em 12 meses. A gente percebe aqui que, nessa variação do estoque no Brasil entre admitidos e desligados, há um saldo de 1,781 milhão de empregos formais a menos, com uma queda de 4,34% em relação ao estoque. Nesse caso, só chamo a atenção para o fato de que essa variação do estoque formal de 4,34% é semelhante, é compatível, é coerente – eu gostaria que você voltasse àquela tela, companheiro – com o estoque daqueles com carteira estimado pelo IBGE. A queda aqui é de 4%, e lá é de 4,34%.

Embora os dados de estoque nosso em maio sejam de 39 milhões e o IBGE estime um estoque de 34 milhões, a tendência propriamente dita é muito parecida. Aqui é trimestre contra trimestre. Há aqui um problema também de periodicidade, de período de aferição, que não é exatamente a mesma coisa. Aqui passou-se de 36 milhões para 34 milhões, e, do mês de maio de 2015 a maio de 2016, passou-se de 41 milhões para 39 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A queda é de 1,7 milhão; aqui, é de 1,4 milhão. Mas você vê que as tendências são muito parecidas, são muito coerentes. Uma coisa complementa a outra. Eu diria até que o estoque de empregos formais com carteira, estimado pelo Caged, pela Rais e pelo Caged, tende a ser mais ampliado, porque é um dado administrativo, é um dado que as empresas informam. Pode haver aí alguma subestimação, pois há algumas empresas que não informam ou deixam de informar por atraso ou por alguma coisa assim. Mas o dado da empresa domiciliar é uma estimativa. Ele tem um fator de expansão. Não necessariamente, vai haver uma coincidência plena desses dados.

Então, só para finalizar, quero dizer que, do ponto de vista dessa metodologia, do ponto de vista setorial, há as mesmas considerações. Quando o Caged divulga o emprego setorial, a indústria... Por exemplo, temos aqui um dado mensal, de maio: a indústria caiu 21 mil; a construção civil caiu mais, 28 mil; o comércio caiu muito próximo da construção civil; os serviços, apesar de relativamente ser um dado menor, caíram mais ainda. Quer dizer, quando você compara setorialmente os dados do Ministério do Trabalho com os dados do IBGE em relação à ocupação do setor, é preciso saber sempre que você deve comparar com os dados de carteira assinada, porque, do ponto de vista global, no IBGE, há a categoria dos autônomos, por exemplo, que estão crescendo muito e que certamente apresentarão uma tendência ligeiramente um pouco diferente dessa, porque os autônomos também se distribuem entre aqueles autônomos que são da indústria, que são serralheiros e tudo o mais, o pessoal que presta serviços e o pessoal que é comerciante no mercado informal.

Eu gostaria de encerrar a apresentação por aqui, fazendo só alguns comentários sobre essa questão metodológica do desemprego.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Quero louvar, porque, de fato, o IBGE está avançando, por distinguir essa parcela, primeiro, desagregando os desocupados, a sua forma, e também pegando a questão do subemprego, que foi a categoria discutida na última Conferência dos Estatísticos do Trabalho, em 2013. Acho isso importante, principalmente no caso em que nosso mercado de trabalho volta a apresentar um índice de informalidade muito grande.

Senador, aqui eu chamaria a atenção para o seguinte: nessas questões da metodologia, quando se trata de pesquisa de emprego e desemprego, de fato, sempre haverá alguma dúvida, sempre haverá alguém que poderá fazer alguma observação diferente daquela que se estava fazendo, porque a linha entre ocupação e desocupação – principalmente em mercados de trabalho pouco estruturados, como os da América Latina – e a linha entre inativos e ocupados são sempre linhas um pouco tênues. Você precisa de um conceito. Por exemplo, ele está dizendo ali: "Olha, não vou classificar o subemprego ou a subutilização da mão de obra por horas trabalhadas." Aí se pergunta: "Quantas horas são suficientes? Ou como é a insuficiência, para se dar o subemprego?" É preciso estabelecer algum critério. Esse critério pode variar. Alguém pode dizer que é mais, outro pode dizer que é menos.

Então, primeiro, quero louvar o esforço do IBGE. Eu acho que, de fato, ele se destaca e faz o Brasil se destacar no avanço dessas estatísticas. Isso é inegável. O Brasil investe muito nessas estatísticas. Nos anos 70, nós tivemos grandes problemas para estimar o trabalho informal, houve aquela questão da terceirização. O senhor deve se lembrar do inchaço dos grandes centros urbanos. Havia aquele problema da distribuição de renda. Delfim Netto, junto com seus schoolers, tentava justificar que o bolo cresce depois. Aí havia um grande problema.

Acho que o Brasil avançou muito nisso. Acho que isso pegou muito. O IBGE, ao fazer uma pesquisa nacional em que se possa comparar Santa Catarina – como estava dizendo a nossa colega – com São Paulo, com Belo Horizonte, com Minas, proporciona até que ela possa se orientar, para saber se vai continuar procurando emprego em Santa Catarina ou se deve ir para outro Estado onde, quem sabe, ela tenha melhor sorte ou onde as oportunidades sejam melhores.

Do ponto de vista do planejamento econômico, a PNAD Contínua é, inegavelmente, um grande salto. Há problemas a serem ajustados? Acho que pode haver problemas a serem ajustados. As pesquisas de emprego e de desemprego têm duas funções grandes – considero importante registrar isto aqui –, e uma delas é a questão econômica, a que trata do nível de atividade econômica. Você olha se um país está com um nível de atividade alta ou baixa pelo seu nível de ocupação, de emprego. Então, é uma variável mais econômica. A variável do desemprego entra na economia mais para se saber o seguinte: se você está aumentando o desemprego, você está aumentando o número de pessoas sem renda, e isso não vai realimentar o consumo. Então, também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

é uma variável econômica. Agora, existem outras variáveis, que são as variáveis sociais propriamente ditas. Tanto o IBGE quanto o Dieese dão conta de uma riqueza de dados de variáveis, de perfis, tanto dos ocupados como dos desempregados, que são importantíssimos para as políticas públicas. Esse ponto é especialmente caro ao Ministério do Trabalho. Quem são esses desempregados? Onde eles estão? Qual é o perfil deles? O avanço na obtenção desses dados, além de saber idade, escolaridade, faixa de salário, setor de atividade, essa parte da condição de atividade – se ele está mais ou menos ocupado, se ele tem uma renda mais ou menos compatível com sua renda familiar –, para nós é importante, porque o desemprego de longa duração exige medidas de política pública diferentes daquelas utilizadas com o desemprego aberto, aquele desemprego mais flexional. E nós estamos entrando numa fase em que isso, especialmente, torna-se importante.

Eu só deixaria aqui duas questões, e uma delas é propriamente metodológica. Eu não sabia que o IBGE estava trabalhando nessa questão do subemprego. Acho que existe aqui um debate interessante, porque o IBGE tem uma estimativa anterior, desde que foi criada a metodologia da PED. É uma estimativa desse subemprego, com o nome de Desemprego pelo Trabalho Precário, algo semelhante a isso. E há alguma diferença metodológica nisso. Acho que aí é interessante fazer uma discussão, porque, quando você coloca o desemprego como horas insuficientes... Estou levantando aqui só alguma lebre, para nós aprofundarmos um pouco o debate. Pode haver um consultor que trabalha poucas horas por semana, mas seu trabalho é de consultoria, por exemplo, de asset management no setor financeiro. Ele pode, naquela uma hora, ganhar um salário, embora realizado em poucas horas, através do qual a sua renda se torne uma renda suficiente para que ele mantenha sua família por um tempo e tudo o mais. Então, acho que ao conceito de horas é preciso agregar alguma coisa, para se qualificar esse subemprego.

No caso do Dieese... O Antônio está aqui. Desculpe-me por antecipar, Antônio, mas quero só ilustrar que o trabalho precário tem uma variável. Além de o trabalho ser menor, ser de poucas horas, o fundamental para o trabalho precário, para o subemprego, é a perspectiva de que ele vá ter outro trabalho. Há essa perspectiva de que é instável. Dou o exemplo do flanelinha que está no estacionamento. Todo dia, ele está ali. O seu trabalho é informal? É informal. Ele necessariamente tem um subemprego? Ele tem um subemprego do ponto de vista da legislação trabalhista. Ele tem um trabalho informal, não tem direitos e tudo o mais, mas, todo dia, ele tem uma renda garantida, porque está ali.

Então, ele não está, por exemplo, no conceito de "desemprego pelo trabalho precário", porque o precário é a incerteza da renda. Ele está como informal e ele é uma força de trabalho, vamos dizer, precarizada – do ponto de vista legal, mas não do ponto de vista da condição de atividade. Eu acho que há uma coisa para se compatibilizar aí.

A outra coisa, só para deixar para o debate: quando nós pensamos em políticas públicas, uma coisa que hoje salta muito à necessidade, especialmente para o Ministério do Trabalho, é aquele contingente em desemprego, independentemente de condição de atividade. Quanto a esse contingente que está em desemprego, qual é a parcela dele que tem algum nível de proteção de renda, seja do Estado, seja pessoal? Ele pode estar procurando emprego, estar precisando do emprego, mas ele pode ter uma renda, ele pode ter alguma outra coisa que lhe dê uma proteção. Existem muitos desempregados que trabalhavam, ficaram desempregados, mas eles têm uma herança de um pai, têm um apartamento, têm um rendimento...

Há uma pergunta que está surgindo muito hoje: você vê aprofundando o desemprego de 2015, de abril de 2015 até maio de 2016, e muitas pessoas que saíram do mercado formal já deixaram de receber a última parcela do seguro-desemprego. Quais são as pessoas que estão no mercado de trabalho que ainda possuem algum nível de proteção, ou da Previdência, ou do Ministério do Trabalho? Quais são aquelas pessoas que, de fato, não têm nenhuma proteção? Precisamos dimensionar esse contingente totalmente desprotegido, porque é esse contingente, Senador, que vai causar mais riscos sociais; é o contingente mais afetado pela questão da segurança pública, e cujos filhos mais novos estão em risco de desnutrição. Ou seja, o risco social aumenta grandemente com a parcela da população que está desempregada, procurando emprego, que tem insuficiência de renda e não tem nenhuma outra forma de proteção.

Então, eu acho que dar essa medida para o Brasil, neste momento, é superimportante. É um momento, inclusive, em que você está dimensionando com o que você deve gastar. Você tem uma crise econômica, de desemprego, e tem uma crise fiscal. Então, a crise fiscal faz com que você pese cada centavo que você deve gastar. E com o que você deve gastar? Você precisa ter algum nível de proteção? Vai estar em discussão, por exemplo, no Ministério do Trabalho, se você concede duas parcelas adicionais ou não aos trabalhadores que tiveram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

direito ao seguro-desemprego e que já terminaram as suas parcelas. Isso é gasto, e é um gasto significativo. Ele é real? Ele precisa ser feito? Qual é o nível, vamos dizer assim, de desproteção social que esses desempregados estão vivendo? Eu acho que essa é uma questão relevante, que se poderia pesquisar neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito.

Muito obrigado, Dr. Mário Magalhães, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Passo agora a palavra ao Sr. André Gambier Campos, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Com a palavra até os dez minutos, Sr. André.

O SR. ANDRÉ GAMBIER CAMPOS – Muito bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria muito de agradecer o convite do Senado, o convite do Senador Ataídes Oliveira, para poder falar um pouco sobre mensuração de desemprego ou de desocupação no Brasil.

Eu queria cumprimentar todos os membros da Mesa, todos os colegas da plateia, e dizer, de saída – acho que é uma coisa que o Dr. Mário já falou, na verdade –, que o Brasil é um país estritamente privilegiado, por poder contar com instituições do calibre do IBGE, do Dieese e da Fundação Seade, em São Paulo, que é parceira do Dieese na PED também. Ou seja, instituições muito respeitáveis e que colocam o Brasil numa posição ímpar na América Latina e no mundo no que se refere à mensuração de desemprego. Ou seja, o Brasil realmente é um país diferenciado, porque tem medidas – e medidas muito boas, muito bem feitas, muito bem elaboradas –, e uma multiplicidade de medidas, as quais podemos discutir aqui, a respeito desse fenômeno tão complicado que é a desocupação ou desemprego. Então, eu quero só fazer esse registro inicial, porque, considerando o que eu vou apresentar aqui, tem que ser lembrada a excelência dessas instituições brasileiras que lidam com esse fenômeno no País.

Eu vou falar muito rapidamente aqui, na verdade, sobre algumas coisas que o Ipea – como usuário de todas essas informações que são geradas pelo IBGE, pelo Dieese e pelo Seade – observa, em termos de mensuração de desocupação, no período brasileiro mais recente. Qual é o objetivo? Comparar as diferentes medidas de desocupação. Eu vou focar aqui, principalmente, naquelas que são divulgadas pelo IBGE. E, aí, estamos falando basicamente de PME (Pesquisa Mensal de Emprego), de PNAD Anual – a clássica PNAD realizada no Brasil – e também de PNAD Contínua, que já foi muito bem mencionada aqui pelo Claudio, pelo Cimar. Foi muito bem descrita.

Agora, um ponto comum em todas essas pesquisas é que elas estão mensurando, em termos de desocupação, a desocupação chamada aberta, pelo menos dos indicadores até aqui presentes. A partir de novembro vamos ter novidades aí, como o IBGE já mencionou. O que é desocupação aberta? É a população que está sem trabalho, estritamente sem trabalho, que tem procura ativa de trabalho – por vários mecanismos distintos –, e que tem disponibilidade para início imediato, em um novo trabalho, pela remuneração corrente no mercado. Ou seja, estamos tratando aqui do clássico conceito de desocupação aberta, com o qual as pesquisas já lidam há muito tempo.

Para além desse objetivo, qual é o contexto da discussão aqui, na verdade? Só para lembrar uma coisa que já foi aqui mencionada pelos colegas do IBGE: está em curso um processo de unificação das pesquisas domiciliares do IBGE. Isso envolve toda a construção do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, o SIPD. E qual é um dos primeiros resultados desse sistema novo que está nascendo e que é muito meritório e tem muita coisa interessante? Na verdade, é a PNAD Contínua; talvez seja o primeiro produto do SIPD, que tenta unificar, em alguma medida, a PME – que acabou de ser descontinuada, no início deste ano – e a PNAD Anual, cuja última realização foi em 2015. Em novembro vamos ter a divulgação dela, mas é a última edição da clássica PNAD Anual, que vem ocorrendo desde 1976 no Brasil.

Ainda dentro do contexto: isso aqui, na verdade, é um gráfico que parece complicado, mas ele é bastante simples. É a taxa de desocupação aberta, calculada pela PNAD Contínua. Aqui no eixo horizontal nós temos os trimestres, e aqui no eixo vertical nós temos a taxa de desocupação aberta. Cada linha dessas representa um ano. E o que nós observamos é que, de 2012 a 2014, a tendência é muito uniforme, porque há uma baixa constante – ou semiconstante – da taxa de desocupação aberta. O discrepante aqui se dá realmente a partir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de 2015, porque aí há uma ascensão muito forte da taxa de desocupação aberta no Brasil. No primeiro trimestre de 2016, nós chegamos a 10,9%. Essas são todas as taxas calculadas pela PNAD Contínua Trimestral. É a divulgação trimestral dos dados. Ou seja, 2015 passa a ser uma outra tendência. É um outro mundo, é um outro Brasil, é um outro mercado de trabalho.

Agora, um aspecto interessante em tudo isso é que, de 2012 a 2016, você teve uma simultaneidade entre as pesquisas principais do IBGE, no que se refere a mercado de trabalho: PME, PNAD Anual e PNAD Contínua. Com isso, você consegue verificar algumas eventuais discrepâncias entre as taxas de desocupação calculadas por essas pesquisas.

Este gráfico aqui traz, muito rapidamente... São os dados, também trimestrais, de algumas pesquisas. Eu vou me concentrar aqui em duas principais. A debaixo, aqui, é a PME, recalculada para uma população de 14 anos ou mais de idade; e a de cima, essa de traço grosso, aqui, na verdade é a PNAD Contínua. O que nós observamos, fundamentalmente? Você tem uma discrepância de 1 ponto a 1,5 ponto entre as taxas de desocupação nesse período do primeiro trimestre de 2012 ao último trimestre de 2014, e entre as taxas de desocupação calculadas pela PME e pela PNAD Contínua. Não obstante essa diferença de 1,5 ponto a 2 pontos, a tendência que se observa é muito semelhante. E até os pontos de inflexão no tempo, onde a tendência muda... Vejam: o desemprego estava caindo aqui... Subiu. A tendência, na PME e na PNAD Contínua, é a mesma. E os pontos de inflexão também são os mesmos; isso é importante notar. Ou seja, você tem uma diferença no resultado da mensuração da PME e da PNAD Contínua, mas as tendências e os pontos de inflexão no tempo são os mesmos, o que dá uma segurança bastante grande para nós utilizarmos ambas as fontes de informação.

Fundamentalmente, o que poderia explicar tais diferenças de desemprego no Brasil, tal como ele é mensurado em ambas as pesquisas? O primeiro ponto, na verdade – e nós fomos tentar olhar, rapidamente –, é se os conceitos que estão sendo investigados são mais ou menos os mesmos. Nós já discutimos bastante nesta Mesa a questão da conceituação: o que é ocupação, o que é desocupação, qual é o limite frágil num mercado de trabalho muito pouco estruturado como o brasileiro – tradicionalmente pouco estruturado, como o brasileiro –, quais são os limites entre inatividade e atividade, ocupação e desocupação... Esses limites realmente são muito nebulosos, historicamente nebulosos. Nós trouxemos aqui uma rápida conceituação de cada uma das pesquisas. Isso aqui é inclusive o produto de uma nota técnica divulgada pelo próprio IBGE.

Na primeira coluna, aqui, nós temos as informações da PME, que é onde eu vou me concentrar, e da PNAD Contínua, que é onde eu vou me concentrar também. A coluna do meio é a da PNAD Anual, a clássica PNAD Anual, na qual não vou me concentrar tanto. E o que nós observamos, na verdade... Isso aqui são só informações gerais de cada pesquisa. A abrangência da coleta: as seis regiões metropolitanas, na PME; Nacional e Nacional, nas duas PNADs. A abrangência da divulgação: cada uma das metropolitanas; Brasil e até as nove metropolitanas na PNAD; as metropolitanas que incluem os Municípios das capitais na PNAD Contínua. A periodicidade: mensal; anual; e aqui anual, trimestral e mesmo mensal, para um conjunto restrito de indicadores, na PNAD Contínua. Período de referência, população investigada – que só muda aqui na PNAD Contínua, com 14 anos ou mais... Eu vou pular essa tabela.

Eu vou aqui para a tabela que discute o conceito de desocupação: quem é a pessoa desocupada. O fundamental a observar é que aquela diferença de 1,5 ponto a 2 pontos no desemprego, mensurada pela PME e pela PNAD Contínua, provavelmente não é resultado da diferença de conceitos do que é uma pessoa desocupada. Por quê? Porque se você olhar aqui, na verdade, a conceituação é muito semelhante. Entre a PME e a PNAD Contínua, o conceito é muito semelhante: na semana de referência, estava sem trabalho; estava disponível para iniciar um trabalho, caso ele aparecesse; e, no período dos 30 dias anteriores à pesquisa, havia tomado uma providência, ou seja, foi à busca de trabalho. Esse é o conceito-chave da PME e esse também é o conceito-chave da PNAD Contínua. Em termos de definição da pessoa desocupada, há muito pouca diferença. Na verdade, só há uma diferença aqui, no final, que é uma categoria bastante residual, em termos de pessoas, na PNAD Contínua.

Ou seja, em termos de desocupação os conceitos são muito semelhantes. Eles não explicam, aparentemente, aquela diferença de 1,5 ponto a 2 pontos entre PME e PNAD Contínua.

Bom, para entender a desocupação a gente precisa, antes, entender também o que é ocupação, porque só vai à desocupação – nessa característica que a gente está investigando, que é a Desocupação Aberta –, a pessoa que realmente não tem nenhum trabalho, não tem nenhuma ocupação, no período de referência da pesquisa. Investigando aqui qual é esse conceito de ocupação, quem é a pessoa ocupada na verdade, a gente também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

observa que as diferenças entre PME e PNAD Contínua são muito reduzidas...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ GAMBIER CAMPOS – ... são muito restritas.

Vou acelerar, mas quanto ao trabalho remunerado, o conceito básico de trabalho remunerado é o mesmo em ambas as pesquisas: desenvolvido por pelo menos uma hora por semana, a mesma coisa. Trabalho sem remuneração, em ajuda a membro do domicílio, a membro da família, é a mesma coisa, praticamente. Não há diferenças.

Continuando aqui, é a mesma coisa. A diferença chave em termos de ocupação não está entre a PME e a PNAD Contínua, mas está entre ambas e a PNAD tradicional. Por exemplo, no trabalho para o próprio consumo e construção para o próprio uso há diferenças chaves, porque a PME e a PNAD Contínua não consideram essa pessoa como ocupada, e a PNAD tradicional considera essa pessoa como ocupada.

Em suma, em termos de conceituação não há diferenças entre PME e PNAD Contínua, ou seja, isso não explica aquela diferença de 1,5 ponto a 2 pontos na mensuração da desocupação no Brasil.

Outras possibilidades que ainda estão para serem investigadas são as diferenças de amostragens, porque a gente sabe que, apesar dessa unificação dos sistemas de pesquisa, há diferenças históricas e clássicas entre a amostragem da PME e da PNAD Contínua. Há uma possibilidade aqui que é um clássico chamado viés de rotação. Esse viés de rotação... Não é que ele enviese o dado, mas ele afeta a mensuração da desocupação em pesquisas que têm dados longitudinais, ou seja, a mesma pessoa é entrevistada em momentos diferentes do tempo. E sempre se pergunta para a pessoa, em cada momento: "Você está desocupada?". Isso, na verdade, acaba produzindo um viés nos resultados, porque diminui a probabilidade de a pessoa se declarar desocupada ao longo do tempo. Essa é uma possibilidade a ser investigada também. Outras possibilidades: redações das perguntas nos questionários da PME e da PNAD Contínua, o fluxo das perguntas e as orientações dadas aos entrevistadores. Tudo isso aqui são possibilidades que podem, talvez, explicar as diferenças de desocupação.

O IBGE já fez alguns testes. Em relação à redação das perguntas, descobriu-se que a PNAD Contínua tem um questionário melhor que a PME e que a PNAD tradicional. Em termos de fluxo de perguntas, para a população ocupada o fluxo não afeta, para a população desocupada talvez afete, mas não há muita certeza sobre isso ainda.

Considerações finais. Períodos de 2012 a 2016, se realmente há uma simultaneidade de pesquisas aí no mercado, o que é muito interessante, abre uma janela muito interessante para se investigar uma série de coisas – PME, PNAD anual e PNAD Contínua foram mais ou menos realizadas nesse período. E o que se observa é que a taxa de desocupação da PNAD Contínua é um pouco acima, de fato, da calculada com base na PME, mas, insisto, a tendência evolutiva no tempo é a mesma e os momentos de oscilação dessa tendência também são os mesmos.

Só para encerrar, não há clareza ainda no debate – posso estar enganado, mas acredito que não há clareza no debate institucional – sobre quais as razões que levam a PNAD Contínua a mensurar um pouco acima a taxa de desocupação no Brasil.

Aqui, algumas referências, para quem tiver interesse. E há um anexo aqui; tudo que a gente está falando é sobre "desocupação aberta". Só lembrando: o Dieese e a Fundação Seade têm um dado da PED que é muito interessante.

E aqui apenas um dado da Região Metropolitana de São Paulo, uma série histórica, de 2012 em diante, que mostra que a desocupação aberta é o carro-chefe da desocupação no Brasil – 85% do fenômeno da desocupação está estritamente relacionado com a desocupação aberta no Brasil. Ou seja, o que a gente está discutindo aqui é o busílis da coisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. André.

No requerimento desta audiência também convidamos um representante da OIT, e está presente a Srª Anne

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Caroline Posthumá. A presença de V. Sª é de extrema importância para nós, uma vez – conforme já foi colocado pelo Dr. Cimar, pelo Dr. Cláudio – que essa pesquisa é balizada e também orientada pela Organização Internacional do Trabalho. Nosso Secretário nos informou que a senhora tem um compromisso daqui a pouco, mas – eu vou passar-lhe a palavra – se a senhora pudesse ficar até o final, concluída a fala do representante do Dieese, Sr. Antônio, eu prometo efetuar as minhas perguntas com a maior brevidade, do modo mais dinâmico possível. Mas seria muito importante a presença da senhora aqui.

Passo a palavra para a Srª Anne Caroline, por até dez minutos, mas se quiser usar menos tempo, fique à vontade.

A SRª ANNE CAROLINE POSTHUMÁ – Muito obrigada, Senador.

É uma honra para a OIT estar aqui nesta Comissão de grande importância.

Eu vou fazer alguns brevíssimos comentários, mas a importância desta audiência pública é muito grande. É necessário que a OIT esteja presente para colocar a sua posição. Eu acho, como também outras pessoas muito qualificadas têm colocado, que é uma necessidade imprescindível haver estatísticas em nível do País, estatísticas confiáveis e de acordo com os padrões estabelecidos em nível internacional. Esses padrões são estabelecidos pela Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, que é coordenada pela OIT, em Genebra.

É importante que a coleta de dados do Brasil esteja de acordo... E agora, com o padrão da nova PNAD Contínua, o Brasil está plenamente de acordo com esse padrão internacional. E é ainda mais interessante, como tem sido destacado, que o Brasil está adiantado na apropriação e na adequação do último padrão, que foi determinado na última reunião da Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, em 2013. Já que o Brasil está plenamente de acordo, é importante manter o mesmo rumo dessa coleta de dados. O Brasil, é importante destacar, participa historicamente da Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho desde a sua primeira reunião, desde o início, em 1923. O Brasil foi membro desde a primeira reunião até a última, a 19ª, em 2013.

Naquela ocasião, o Brasil se destacou pela presença da Srª Márcia Maria Melo Quintslr, do IBGE, na qualidade de chairperson do comitê, da conferência – só para refletir a importância que é dada ao Brasil e à sua participação na Conferência. Com a elaboração agora da PNAD Contínua, o Brasil deu mais um passo no sentido de aprimorar a sua coleta e análise de dados estatísticos no País, que continua sendo uma referência regional e também internacional.

A questão é que poucos países nesse momento incorporaram essas novas recomendações que saíram da última Conferência de 2013. Mas o Brasil, com a nova PNAD Contínua, já está de acordo com essas novas recomendações, e isso é um grande passo e é o resultado de um trabalho aprimorado do IBGE.

É preciso que essas estatísticas nacionais estejam de acordo com os padrões internacionais para manter a sua continuidade e também uma comparação em nível do País, através do tempo, mas também mantendo a importância da comparabilidade internacional. Então, como o Brasil já está de acordo, mantém uma consistência em nível nacional e também uma possibilidade de uma comparação internacional, que é de grande importância também.

Eu vim aqui para reforçar esses pontos, pelo grande apreço que a OIT tem pelo trabalho efetuado, e em reconhecimento da consistência técnica apresentada pelo IBGE na coleta dos dados e sua conformidade com os padrões internacionais de estatística.

Muito obrigada pela oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu que agradeço, Srª Anne.

Passo a palavra para o Sr. Antônio Ibarra, Assessor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese.

Com a palavra o Sr. Antônio, por até dez minutos.

O SR. ANTÔNIO IBARRA – Muito obrigado, Senador.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a todo mundo da Mesa, agradecer o convite do Senador, em nome do Dieese.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu vou ser breve, até porque, como muita gente já falou, há pouco espaço. Vou apenas pontuar alguns detalhes a respeito da Pesquisa de Emprego e Desemprego que podem fornecer alguns parâmetros de diferenças na taxa de desemprego, principalmente.

A PED surgiu nos anos 1980 como uma demanda do movimento sindical, no começo da década de 1980. A metodologia foi conceituada pelo Dieese e a Fundação Seade, como já foi dito anteriormente. Basicamente, no que se refere à conceituação, o Dieese não trabalha somente com o desemprego aberto, mas também com o desemprego oculto, e a gente já vai dizer o que é esse desemprego oculto. Num mercado de trabalho heterogêneo, como é o caso brasileiro, há um grupo de ocupados, os desempregados e os inativos. O inativo, neste caso, é a pessoa que não participa da força de trabalho. Não é que ela seja inativa, aposentada. Também pode estar aposentada.

Só que muitas vezes – a gente vai poder enxergar aqui, neste grupo –, essas bolas vão tendo uma interseção, e essa interseção é onde aparece um público que a gente chama de público desempregado, que a gente considera como desempregado, só que pelo trabalho oculto. Ou seja, são pessoas que, muitas vezes, estão trabalhando. No caso, aqui você tem o inativo com um trabalho excepcional. O que significa isso? É um estudante que, de repente... "Você pode ficar um mês trabalhando?" "Está bom". Depois de um mês, voltou, e continuou estudando tranquilamente. Esse é um tipo de situação que é bastante comum, principalmente durante as férias escolares – espera-se, porque afinal de contas, as crianças têm que estar na escola, estudando.

Outra situação que também é muito frequente é a do desempregado pelo trabalho precário, que a gente já vai conceituar mais pra frente. E, entre a linha de inativo e desempregado, você tem o desemprego pelo desalento. O que são essas duas formas? No trabalho precário estão basicamente as pessoas que trabalham em bicos, ou seja, elas não têm uma continuidade naquele trabalho que exercem. E aí está a diferença que o Mário estava apontando, ou seja, a questão do número de horas. É claro, ela é importante, só que o fato de você não ter essa previsibilidade de renda – o que faz com que muitas famílias tenham uma volatilidade de renda, ou seja, num mês eu tenho R$500, no outro, eu não tenho nada, ou posso ter R$100... Esse é o público que a gente está chamando de desempregado, que é considerado como desempregado pelo trabalho precário.

Por outro lado, há o desalento, que já foi colocado aqui, e que o IBGE, inclusive, vai incorporar a partir de novembro: é a pessoa que, desestimulada de procurar, vai falar: "Não vou procurar neste mês porque eu já sei que não vou encontrar".

Então, basicamente, essas são, em termos conceituais, as principais diferenças. Mas eu acho que é importante – a gente falou muito de fluxo, de perguntas, de questionário – ressaltar, até para todo mundo que está a nos assistir, como é que é feita uma pesquisa. A pesquisa não é uma pesquisa feita no meio da rua, onde você vai parando as pessoas e vai perguntando: "Você está desempregado?". Não, não! Essa aqui é uma pesquisa domiciliar, são pesquisas domiciliares. Não é a pessoa que define: "Ah, eu sou desempregada pelo trabalho precário." Não. Existe uma série de perguntas que são feitas, e eu selecionei somente algumas. Somente referentes ao mercado de trabalho a PED tem 50 perguntas. É claro que não é todo mundo que responde as 50, mas responde só a uma parte porque há um fluxo. E depois a gente vai analisar e vai falar: "Essa pessoa estava numa situação de desemprego pelo trabalho precário", "Estava desalentada". Muitas vezes as pessoas perguntam: "Como assim? Eu é que me defino". Não. Há uma série de perguntas e a partir desse perfil você vai montar uma tipologia.

Há outras perguntas, por exemplo, na PED, a pergunta nº 33, que é a respeito da situação de terceirização: "A empresa em que o senhor trabalha é a mesma que lhe paga?" Então, são tipos de pergunta que dão margem a uma série de estudos para compreender o mundo do trabalho.

E como é que é feita a pesquisa? Basicamente, você define o território – vamos dizer, uma região metropolitana; há uma seleção de um cadastro de endereços – o IBGE tem um excelente Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos; você faz uma listagem para ver o que é residência, o que é comércio dentro daquele setor que você definiu; você desenha a amostra; e vai a campo. No campo, o que é importante? O pesquisador só pode ir para aquele endereço que foi selecionado na amostra. Ele não pode entrevistar o vizinho, não pode entrevistar outros domicílios. Tem que ser aquele. Por quê? Porque tudo isso está feito dentro de um parâmetro científico do que é a probabilidade, ou seja, a probabilidade é a seleção daquele domicílio, naquele mês especificamente.

Mas não é só isso. Assim como o IBGE, a gente também tem pesquisadores novos, tem pesquisadores mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

antigos, e a gente checa a informação. No caso de pesquisadores novos, a gente checa 100% das informações. Ou seja, a gente manda outra pessoa para ir lá e falar assim: "O pesquisador veio aqui? Quem mora aqui?" Tudo isso para conferir os dados básicos para ver se estão certos, se a gente pode confiar nessa informação. E no caso dos pesquisadores já mais experientes, a gente checa 30% dessas entrevistas. Isso tudo depois vai para a Crítica, vai ser feita uma análise para ver se não há nenhum problema de idade – de repente, há alguém com cinco anos e que está trabalhando. Não, aí houve algum erro no preenchimento do questionário. Por final, o tratamento dos dados, onde você vai ponderar e vai expandir esse número para chegar em quantos são os desempregados e tudo o mais.

O questionário tem vários blocos. Você identifica o domicílio, as características da pessoa, dos moradores. Na Pesquisa de Emprego e Desemprego, a população em idade ativa que a gente considera é a de 10 anos ou mais. Mas também, claro, como a gente tem tudo isso, você pode considerar somente 14 anos ou mais. Não há problema nenhum nisso.

Essas são taxas de desemprego. A cobertura é a Região Metropolitana de São Paulo, desde 1984; Distrito Federal; RM Porto Alegre; RM BH, que está interrompida desde julho de 2015; Região Metropolitana de Salvador; de Recife, que parou em setembro de 2015; e Fortaleza.

A metodologia dos trimestres móveis eu não vou detalhar. Vou direito para este gráfico aqui, onde a linha de cima é a taxa de desemprego total, ou seja, na Região Metropolitana de São Paulo seria esse azulzinho; o vermelho é o aberto; aqui é o precário e o desalento. Ou seja, a gente pode ver que essas três debaixo somadas dão essa aqui. Então, é o que o André estava mencionando – o aberto corresponde a 85% da taxa global.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO IBARRA – Em Belo Horizonte também acontece o mesmo fenômeno. Notem que aqui o desemprego aberto e o total estão se aproximando. Em Porto Alegre também, no Distrito Federal também. Mas quando a gente olha para as capitais do Nordeste, para as regiões metropolitanas, essa diferença ainda continua bastante acentuada, ou seja, a taxa de desemprego oculta é a diferença entre essas duas linhas. Olha aqui, em Salvador, como ela é ainda bastante significativa, e em Recife também.

Os principais pontos de divergência que podem haver: os conceituais; a questão da cobertura – no Dieese, só consideramos as áreas urbanas; a questão da idade, que pegamos dez anos ou mais; e a análise por trimestres móveis – o IBGE também está fazendo por trimestre, só a taxa nacional mensal que é por trimestre móvel.

Por fim, aqui eu comparei um pouco a evolução das duas, ou seja, o que seria o resultado da PED com a PNAD Contínua. E importante aqui, mais do que diferenças, é apontar que a tendência é a mesma. A gente olha, a pessoa fala: "Há uma convergência, faz sentido", quando a gente está falando: "Então, a partir de 2015, a taxa de desemprego está subindo." E está subindo mesmo! Está em todas as pesquisas, assim como no registro administrativo o nível de ocupação está caindo, então, não há muita dúvida em relação a isso.

Era basicamente isso. Os microdados da pesquisa estão todos disponíveis nos sites. Posso deixar a apresentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Muito obrigado, Sr. Antônio.

Pediria aos nossos convidados e aos presentes que me concedessem dois minutinhos para correr aqui e voltar já. Como diz o Prof. Raimundo: "É vapt-vupt!" (Pausa.)

Peço desculpa pela ausência rápida.

Pois bem. Até então estou muito contente, muito feliz com o resultado desta nossa tão interessante audiência. As falas de cada um dos senhores foram, com certeza, muitíssimo importantes para o País, para o povo brasileiro e para este Congresso.

Já estamos caminhando para o final e tenho certeza de que, no final, estarei consciente de que o desemprego no País estará muito próximo do que imaginamos; e isso é muito importante.

O Dr. Cimar, hoje uma das maiores autoridades em pesquisas do nosso País, do IBGE – temos acompanhado o trabalho do senhor, Dr. Cimar, pela televisão –, colocou aqui muito bem a taxa de desemprego atual, de 11,2,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

algo em torno de 11,4 milhões de trabalhadores; colocou também, para nós, que a partir do mês de novembro de 2016 – se eu estiver enganado, me corrija, Dr. Cimar – o IBGE vai aprimorar as pesquisas, os dados dessa pesquisa, colocando essa taxa de desocupação... Ou melhor, taxa de desocupação o senhor colocou que é 11,2... Mas o senhor colocou que vai, então, mostrar essa força de trabalho que está desocupada. A partir do mês de novembro – se não me falha aqui, se estiver errado, me perdoa –, o IBGE vai melhorar e muito essas informações sobre a pesquisa de desemprego no Brasil. Isso me deixa muito contente, porque percebo que há certa deficiência, falta a nós um pouco mais de informações.

O Sr. Cláudio também colocou perfeitamente a respeito da PME, essa Pesquisa Mensal de Emprego que hoje não está sendo mais utilizada. Não é isso? Foi descontinuada. E ela trabalhava, buscava informação tão somente em seis regiões metropolitanas – Salvador, Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Recife. Eu sempre a critiquei muito porque, num País continental como o Brasil, medir-se o desemprego tão somente nessas seis regiões, principalmente as regiões Sul e Sudeste do nosso País, onde se concentra o maior número de empresas e indústrias, evidentemente a oferta de emprego é maior do que no Norte, no Nordeste – no meu caso, Tocantins, onde não temos indústrias, não temos grandes empresas.

Fiquei feliz quando se descontinuou essa Pesquisa Mensal de Emprego. Eu achava que era realmente um risco para o nosso País, para os nossos empresários e para o próprio Governo se balizar por ela.

Aqui eu lembro que o governo anterior, ou melhor, o governo que está afastado, disse, em 2013, 2014, sobre o pleno emprego – pleno emprego –, baseado tão somente na Pesquisa Mensal de Emprego. Aquilo era uma preocupação enorme, Dr. Cimar, essa afirmação de pleno emprego no Brasil, quando eu via que, lá no meu Estado, o desemprego já era alarmante naquela época.

Pois bem. O Dr. Cláudio também disse a respeito da PNAD Contínua, que é a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio, que hoje atinge até 3,5 mil Municípios, mais de 70 mil domicílios por mês. Então, olha que maravilha! Essa pesquisa da PNAD realmente é fabulosa. Acredito que a partir do mês de novembro, quando o IBGE turbinar esses quesitos, aumentar esses quesitos, vai atender perfeitamente e, como já foi colocado, vamos sair à frente mundo afora, não é Srª Anne? Vamos sair à frente mundo afora, como hoje as nossas instituições financeiras também, nosso sistema eleitoral, que é referência no mundo inteiro. Com essa pesquisa também, temos tudo para chegar a esse ponto.

O Ipea, o Sr. André colocou muito bem... Eu gostaria inclusive de ter acesso a todo esse material, ouviu, Raimundo? Todo esse material será de importância extraordinária para mim. O Sr. André disse que o Ipea se baliza e busca, então, todas essas informações; é usuário das pesquisas do IBGE e também do Dieese. Falou inclusive da discrepância da PNAD Contínua e do PME; eu também já fazia essa crítica anteriormente. Muito bom!

O Sr. Mário fala então do Caged, também uma fala espetacular. E o Caged, nós podemos realmente acreditar nessas informações, porque se a empresa não apresentar o Caged dentro do mês, de acordo com a legislação, sofre multa. Não é isso? Então, essas informações do Caged, que é o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego, são muito importantes para nós... V. Sª fez inclusive algumas considerações a respeito da estimativa para o subemprego, chamando, não diria a atenção, mas fazendo uma colocação ao IBGE de que precisamos ver essa estimativa para o subemprego, a força de trabalho – se ele tem alguma forma de rendimento ou não, se vem de herança, etc. Falou também sobre o contingente de desempregados.

Enfim, a fala do senhores, da senhora, foi espetacular. Gostaria tanto que esta Comissão, neste momento, estivesse cheia de Senadores e Deputados! Esse debate e essas informações são importantíssimos; entretanto, esta Casa tem muitos afazeres.

Neste momento, me parece que estamos com quatro Comissões em andamento, mais o Plenário e mais a Comissão de Impeachment. Então, lamentavelmente, não temos aqui os nossos colegas, mas vou passar a eles as notas taquigráficas e o resumo de toda essa nossa audiência.

Pelo Dieese, o Sr. Antônio falou que desde 1980 a pesquisa é feita através da Pesquisa de Emprego e Desemprego. Falou também da forma científica como é feita a pesquisa que, na verdade, eu desconhecia em parte, e quero me adentrar um pouco mais para me ater mais, conhecer mais desse sistema científico e metodológico de campo. Eu gostaria muito, e agora terei essas informações; se me faltar alguma, vou perturbar os senhores.

Falou do PEA, que pega de dez anos acima; também o PIA, de dez anos acima; e mais o IBGE, 14 anos acima. Então, há uma distorção. O Sr. Antônio só não disse qual é a taxa atual do desemprego. Qual é a taxa atual?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ANTÔNIO IBARRA – Agora você me pegou, vou ficar devendo essa.

A taxa total deve estar, em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – No País.

O SR. ANTÔNIO IBARRA – É porque a gente não está calculando.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Na metropolitana.

O SR. ANTÔNIO IBARRA – Na metropolitana de São Paulo deve estar em torno de 18%.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dezoito.

O SR. ANTÔNIO IBARRA – Ou seja, os 12% do desemprego aberto, mais uns 7% de... A maior taxa é em Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Ou seja, nessas seis regiões metropolitanas que a PNAD Contínua mediu o desemprego, o senhor colocaria uma taxa de desemprego na casa de 15% ou mais?

O SR. ANTÔNIO IBARRA – Na média, tranquilamente em torno de 15% ou 16%.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos lá. Vou tentar ser o mais breve possível nas nossas indagações.

Dr. Cimar, agora não vamos mais falar em PEA, em pessoas economicamente ativas, vamos falar em força de trabalho. É isso, não é?

O SR. CIMAR AZEREDO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Ou continua PEA?

O SR. CIMAR AZEREDO – Não, o termo agora utilizado e recomendado pela OIT, em substituição a População Economicamente Ativa, é população na força de trabalho, que engloba os ocupados e os desocupados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito.

Pergunto ao senhor – a gente pode fazer esse bate-bola aqui tranquilo –: qual é o último número que o IBGE tem do PEA ou da força de trabalho no País atualmente? Qual o número disso?

O SR. CIMAR AZEREDO – Em torno de 102 milhões, aproximadamente: são 92 milhões de ocupados, somados com 11 milhões de desocupados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Maravilha! Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Que pena! Porque vamos falar exatamente sobre essa metodologia, e aí envolve a OIT, D. Anne. Serei muito rápido aqui, é só o Dr. Cimar e o Dr. Cláudio. Vou até antecipar para liberar a senhora.

Vamos lá no seguro-desemprego.

Quantas pessoas hoje nós temos no seguro-desemprego, beneficiários do seguro-desemprego? Os senhores, o Cláudio e o senhor, têm informação desse número atual?

O SR. CIMAR AZEREDO – Essa informação será divulgada na PNAD Contínua anual, que será disponibilizada em novembro, juntamente com essas informações com relação à subutilização da mão de obra. A PNAD Contínua vem captando essa informação e como essa, outras, mas, como o Cláudio mencionou, estamos em processo de implantação e cada variável dessa que é divulgada – e são centenas delas – é analisada detalhadamente, porque divulgamos para 80 recortes.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Entendido.

O Sr. Antônio, o Sr. Mário e o Sr. André poderiam me dizer, principalmente o Ministério do Trabalho, qual é o número de pessoas, no final do mês de junho, beneficiárias do seguro-desemprego? Têm uma noção? Só uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

noção para que eu possa formular a pergunta.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Estamos com uma taxa de cobertura que chamamos de "os dispensados sem justa causa no mercado formal, que têm direito a seguro-desemprego", em torno de uns 60%. Sem os dispensados, diria que estamos em torno de...

Gostaria de registrar a presença da Jociany, que é da nossa coordenação de emprego e de estatísticas, cuida da produção do Caged e da Rais.

Entre os dispensados sem justa causa, você lembraria do último número ou não?

A SRª JOCIANY MONTEIRO LUZ – ... questão do seguro-desemprego seria em torno de 7 ou 8 milhões de segurados.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Anuais?

A SRª JOCIANY MONTEIRO LUZ – Isso, anuais.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E no momento?

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – O último dado que temos é do mês de maio.

A SRª JOCIANY MONTEIRO LUZ – De maio.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Nesses dados do mês de maio, é algo – não sei se você tem – de 7 ou 8 milhões, é algo em torno de 300 mil, alguma coisa assim. Não é? Porque estamos com 60% dos dispensados sem justa causa.

O total de desligados foi quanto, por favor? Você se lembra do total de desligados em maio?

A SRª JOCIANY MONTEIRO LUZ – Não, esse número, não. Geralmente, a gente faz mais a análise por saldo.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – É, mas acho que tenho aqui.

Só um instante, Senador.

Mas é, de fato, algo em torno de 300 e 400 mil pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Trabalhadores?

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Tão somente isso? Nas minha contas, imagino que seja mais.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Divide 7,5 milhões por 12, por favor. Vai dar uma média mais ou menos que a gente ter uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – No ano passado foi 8,4.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Ele tem razão: é algo entre 600 e 700 mil pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Setecentos. O.k.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Muito obrigado.

Pois bem. Pergunto ao Dr. Cláudio e ao Dr. Cimar: esses trabalhadores que se encontram em benefício do seguro-desemprego, na estatística do IBGE, estão como empregados ou como desempregados?

O SR. CIMAR AZEREDO – Senador, é importante destacar que, pela definição, desocupadas são aquelas pessoas que não estavam trabalhando na semana de referência. Geralmente, a semana de referência é a semana anterior àquela em que ele está sendo entrevistado pelo entrevistador do IBGE. Ele não estava trabalhando na semana anterior, mas tomou alguma providência efetiva para conseguir o trabalho. Ou seja, ele entrou na internet, passou um currículo, ele tomou alguma providência, falou com um amigo, procurou um empre-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dor, ele tomou uma atitude efetiva para conseguir esse trabalho e estaria disponível para trabalhar caso viesse a encontrar esse trabalho. Esse é o desocupado. Se um subempregado, se uma pessoa que está recebendo seguro-desemprego tomou essa providência, ela vai ser considerada como uma pessoa que está desocupada.

E a ocupada é uma pessoa que trabalhou em troca de remuneração na semana de referência pelo menos uma hora. Se a pessoa que está recebendo seguro-desemprego trabalhou pelo menos uma hora na semana anterior, ela vai ser considerada ocupada. Então, depende de ela preencher os requisitos de ocupada ou desocupada. Para essa recomendação da OIT não entra a parte do seguro-desemprego. Por exemplo, uma pessoa pode estar recebendo seguro-desemprego e pode ter aberto uma firma informal, uma empresa informal e estar lá trabalhando e continuar recebendo o seguro-desemprego. Se for registrado o CNPJ dessa firma que ele abriu, isso vai bater com o cadastro do Ministério, e o Ministério vai em cima e acaba desfazendo.

Por isso, muitas vezes, ainda mais agora, com essa junção desse cadastro, as pessoas que estão recebendo seguro-desemprego, se estão ocupadas, estão mais voltadas para a informalidade. Até mesmo se ela está trabalhando com carteira, vai bater o registro e ela vai ter seu benefício excluído.

O SR. CLAUDIO CRESPO – O seguro-desemprego em si não é um critério da definição de ocupado ou desocupado. São esses conceitos que a pesquisa domiciliar estabelece que, de fato, vão definir a condição dele de ocupado ou desocupado. Ele pode estar ocupado numa atividade informal, estar recebendo o seguro-desemprego, que foi um direito adquirido por ele em função de ter tido um emprego formal, e durante esse período estar em busca de um novo emprego. Ele está recebendo seguro-desemprego e está tomando iniciativa, pode ter feito um concurso, mas ainda, de fato, não ter assumido aquele posto de trabalho.

Então, essa questão que o senhor colocou não é um critério para essa definição. Essa condição pode ser visualizada através das pesquisas, a posteriori... Ele recebia seguro-desemprego, mas estava buscando um novo emprego ou estava numa atividade informal, pois, afinal, as pessoas têm que buscar os meios para sua condição de vida.

O SR. CIMAR AZEREDO – Aí, apenas corrigindo, inclusive ela vai levantar, ela está levantando se um desocupado está recebendo seguro-desemprego, se um ocupado está recebendo seguro-desemprego. Isso está incluído na PNAD Contínua.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Em complementação, é exatamente isso. O conceito de desemprego, o principal ponto para o desemprego é a atitude, a procura de um emprego.

Então, eu costumo sempre dizer, para diferenciar, e às vezes isso é difícil perceber, que desempregado não é aquele que perdeu o emprego, mas aquele que procura emprego. Ele pode perder o emprego e não estar procurando outro. Então, ele está inativo. E é muito comum que o segurado que recebeu o seguro-desemprego, durante um período, não passe a procurar emprego imediatamente. Provavelmente, ele não engrossa, vamos dizer assim, o contingente de desemprego imediatamente. Inclusive, é muito comum que esses trabalhadores com benefício de seguro-desemprego passem um período fazendo trabalhos esporádicos, complementando o benefício do seguro-desemprego com alguma renda. E aí pode ser que ele, na semana de referência do IBGE, esteja até como trabalhador ocupado, não como desempregado.

O que é interessante visualizar é, dentro daquele conceito, quais são os desempregados que, de fato, estão em proteção social, voltando a esse tema, tanto para seguro-desemprego como para Bolsa Família, como para outros benefícios. Então, esta é a parte interessante de você olhar o desemprego e comparar com os benefícios: qual é aquele contingente, aquela parcela de desempregados que está em proteção social.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bem lembrado, Sr. Mário. Inclusive quem recebe qualquer outro benefício, como auxílio-doença ou o Bolsa Família.

Aqui, então, está o motivo principal que nos levou a requerer esta audiência.

Eu percebi aqui, na fala do Dr. Cimar e também do Dr. Claudio, que a minha pergunta foi direta. Esses beneficiários que estão hoje recebendo o seguro-desemprego são considerados empregados ou desempregados? Eu não tive a resposta, mas tive uma colocação dos senhores dizendo o seguinte: "Olha, de repente, ele pode estar buscando emprego. De repente, ele pode estar trabalhando em outra coisa. De repente, ele pode estar trabalhando". Não fiquei convencido. Primeiro, ele não pode ter outro trabalho de carteira assinada, não pode registrar uma empresa – ele está proibido. Ele tem que buscar qualificação da sua mão de obra e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

continuar procurando emprego. Mas, para mim, ele está desempregado.

Aí, Srª Anne, eu vou lá, então, na OIT, na 19ª Conferência, de 2013, e também na 18ª, de 2008. Eu não vou ler aqui espanhol porque eu já tenho dificuldade com o nosso português. Então eu vou só... Mas o nosso pessoal traduziu aqui para mim. Até que eu daria conta de ler. Mas aqui diz o seguinte: "pessoas que recebem transferências em dinheiro ou in natura não relacionadas a emprego".

Ou seja, a OIT está dizendo que quem recebe benefícios ou transferência em dinheiro ou in natura não pode ser considerado empregado. Eu volto, então, à pergunta ao Dr. Cimar e ao Dr. Claudio.

Então, na estatística, eles estão nesses 11,4 milhões de desempregados, ou não?

O SR. CIMAR AZEREDO – Esclarecendo: o fato de a pessoa estar recebendo seguro-desemprego ou programas sociais, segundo as recomendações internacionais, não implica nessa classificação. Ele tem que seguir o conceito de ocupado, que não passa pelo crivo de estar recebendo seguro-desemprego ou não. A mesma coisa com o conceito de desocupado, que também não passa pelo crivo de programas sociais ou de recebimento de seguro-desemprego.

Então, respondendo bem diretamente, essa pessoa que está recebendo seguro-desemprego pode estar sendo considerada ocupada, pode estar sendo considerada desocupada ou pode estar sendo considerada uma pessoa fora da força de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Drª Anne, por favor...

O SR. ANTÔNIO IBARRA – Só um minutinho.

Ocupada, mas não empregada, porque ela não pode ter um emprego.

O SR. CIMAR AZEREDO – Sim, ela pode até ter um emprego...

O SR. ANTÔNIO IBARRA – Ela não pode ter emprego.

O SR. CIMAR AZEREDO – Não, ela pode ter um emprego, Ibarra, sem carteira. Ela pode ser empregada sem carteira.

O SR. ANTÔNIO IBARRA – Isso. Ela pode ter emprego sem carteira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Informal.

Srª Anne, diga-me, por favor: quanto a esses nossos trabalhadores que estão sob o benefício do seguro-desemprego no País, em torno de 700 mil, hoje, a estatística deveria considerá-los empregados ou desempregados, segundo a OIT?

A SRª ANNE CAROLINE POSTHUMÁ – Recebendo seguro-desemprego, de acordo com o fato de ser registrado como um desempregado. (Pausa.)

Desculpe-me, Senador. O senhor gostaria de confirmar se isso está de acordo a definição?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Se ele deveria estar na estatística como empregado ou desempregado. Eu me refiro a esses beneficiários do seguro-desemprego.

A SRª ANNE CAROLINE POSTHUMÁ – Beneficiário do seguro-desemprego está cadastrado como desempregado. Portanto, recebe, mas, como tem sido mencionado pelo Cimar, o aprimoramento da captação dos dados permite cruzar essas informações com maior agilidade. Isso é um avanço muito importante também. No caso das pessoas que estão registradas como desempregadas, uma vez encontrando uma ocupação, você teria maior agilidade também do registro da nova capacidade de inserção no mercado de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas o Brasil tem esse cruzamento de informações, Srª Anne. Não é, Dr. Mário? Por exemplo: se ele for para outro trabalho de carteira assinada, o Caged imediatamente vai suspendê-lo... O Governo vai ficar sabendo que ele arrumou trabalho e vai suspender o benefício. Se ele montar uma empresa, se ele colocar uma empresa, seja individual ou em sociedade, o Governo também vai ficar sabendo. Ou seja, no meu entendimento, esses beneficiários estão desempregados, conforme a senhora colocou e conforme diz a Organização Internacional do Trabalho. Agora, se ele está lá no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

semáforo vendendo balinha, aí é outra história. Ele continua desempregado, recebendo este benefício.

Era isso que eu queria colocar.

Deixe-me ouvir o Dr. Mário.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Pois não.

Senador, eu acho que aqui está exatamente a distinção entre aquilo que é um dado administrativo, que é um dado, vamos dizer, fornecido pelas empresas e uma pesquisa domiciliar. Eu acho que essa dúvida tem tudo a ver com o universo ao qual nós estamos nos referindo.

Com certeza, o beneficiário do seguro-desemprego, pelo nível, hoje, de checagem de informações que o Ministério faz, para conceder o seguro-desemprego, não está nem reempregado, na coisa de carteira, nem exercendo alguma atividade empresarial formal, porque o CNPJ inclusive é checado. E, recentemente, isso foi até objeto de muito questionamento, porque há pessoas que têm CNPJ desativado e não podem receber, porque o Ministério pega isso nos cadastros da Fazenda.

Mas o que o Cimar está dizendo é o seguinte: hoje, o conceito que nós falamos não é de trabalhador empregado e desempregado, mas de ocupado e desocupado. Essa categoria de ocupado envolve não só o trabalhador com carteira, mas também o trabalhador sem carteira e o autônomo, aquelas categorias que eu expus ali: o doméstico, o autônomo e aquele trabalhador familiar sem remuneração. Ele está ocupado. Ele não tem nenhuma remuneração, mas ajuda o pai no balcão do comércio, do pequeno comércio. Então, ele é a mão de obra familiar sem remuneração.

Então, este universo que extrapola o dado da empresa, que é o emprego formal, com carteira, é que é apropriado pela pesquisa domiciliar e faz com que a situação de um trabalhador que está recebendo seguro-desemprego possa ser dúbia. Sua pergunta, mais precisamente, seria se o trabalhador que recebe seguro-desemprego está empregado ou desempregado. A resposta precisa a essa pergunta é: depende. Ele pode estar ocupado e pode estar desempregado. Por quê? Porque o nosso mercado de trabalho não é apenas aquele com carteira assinada; o nosso mercado de trabalho é multifacetado. Os autônomos são um bom exemplo disso. Como eu já fiz referência, é muito comum que o trabalhador em gozo do seguro-desemprego faça trabalhos autônomos. Aí ele recebe seguro-desemprego. Aí o Ministério do Trabalho não tem nem como pegar. Embora ele aufira uma renda, o que não deveria, o Ministério não consegue identificar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Permita-me, Sr. Mário.

O senhor está supondo, por exemplo, que ele pode estar no mercado informal. Ou o Ministério do Trabalho tem essa informação? O senhor está supondo ou o Ministério do Trabalho tem essa informação de que ele está na informalidade, recebendo o benefício?

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Então... Essa é uma falha, inclusive porque a legislação do seguro-desemprego diz o seguinte: o beneficiário do seguro-desemprego não pode ter outra renda, inclusive renda de aluguel...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Isso.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – ... e tudo o mais. Quando as rendas são formais – um novo emprego, CNPJ –, aí o Ministério consegue captar. Mas, naquela situação da informalidade – o emprego sem carteira, uma atividade autônoma e independente dessas outras atividades que auferem renda que, em princípio, não deveriam dar a ele o direito ao seguro-desemprego –, você também tem uma outra situação,

que também é muito comum, na qual, independentemente disso – de o Ministério pegar ou não –, ele terá direito ao seguro-desemprego e não estará no contingente de desempregados. Sabe qual é? É a situação de inativo, que é muito comum. Por exemplo, é muito comum que o trabalhador receba o seguro-desemprego... Ele recebia um salário mínimo quando empregado. Como o benefício mínimo é de um salário mínimo, ele, ao ficar desempregado, continua recebendo por cinco meses exatamente a mesma remuneração que recebia quando estava empregado. O que ele pode pensar? "Bom, se eu estou recebendo seguro-desemprego, eu vou ficar em casa, junto com minha esposa e meus filhos. Não vou procurar emprego nem vou trabalhar". Então, ele estará inativo, ele estará fora da força de trabalho.

Então, V. Exª está apertando o Cimar, dizendo: "Cimar, você tem que me dizer... (Risos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

... ele está empregado ou desempregado? Não aceito outra resposta." Mas, na verdade, a resposta é múltipla, Senador. Não existe uma única resposta para essa situação. Ele pode estar ocupado no mercado formal; ou pode estar desempregado, porque está recebendo seguro. Mas, como está com medo de não ser reempregado, então ele continua procurando emprego. E quando achar um emprego formal, que paga um salário maior que o benefício, ele vai abandonar o benefício e vai para o mercado de trabalho. Assim como ele pode também ficar em casa, junto com sua família, em gozo do plano de seguro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu gostaria...

O SR. CLAUDIO CRESPO – Senador, só um dado...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Só um minutinho, Claudio. Só um minutinho.

Eu também gostaria de ouvir o Sr. André e o Sr. Antônio, mas eu deveria ter falado aqui, no início, que nós não estamos aqui a procurar erros, falhas. De forma alguma. O objetivo desta audiência é corrigir possíveis irregularidades ou distorções. Não estou aqui, de forma alguma...

Eu me lembro de que, quando o Dr. Cimar esteve aqui, eu fui um pouco mais incisivo: "Dr. Cimar, como é que é essa história?" Não, não. Nós queremos, aqui, realmente buscar essas informações, para que nós possamos corrigir – se porventura houver alguma distorção – essas possíveis...

Eu gostaria de ouvir o Sr. Antônio com relação a esses beneficiários do seguro-desemprego. Eu estou vendo que...

Eu queria ouvi-lo: o Dieese considera como empregado ou desempregado? Mais objetivamente, Sr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO IBARRA – Vamos lá de novo.

Acontece o seguinte: o mercado de trabalho formal brasileiro tem uma taxa de rotatividade gigantesca. Quando eu digo gigantesca, quero dizer 60% de rotatividade. O que significa isso, em termos práticos? Significa que 60% de todos os trabalhadores rodaram? Não. Significa que uma parte dos trabalhadores rodou mais de três, quatro, cinco vezes em um ano. Uma parcela desses trabalhadores, dependendo das regras, tem direito a acessar o seguro-desemprego. Geralmente, são trabalhadores de baixa renda. Sendo trabalhadores de baixa renda, a chance de ficarem em casa, como inativos, é baixa. O que acontece? Eles precisam ter alguma perspectiva. Então, de novo: na PNAD, você tem uma variável que ainda não está disponível, mas vai mostrar assim: recebeu o seguro-desemprego e o valor. É isso? Aí você vai olhar aquela pessoa e vai falar assim: "Ah, esse cara aqui recebeu o seguro-desemprego". Só que, quando o cara for responder àquele fluxo de perguntas, ele vai falar: "Não, espere aí: o cara está na informalidade também".

Isso pode acontecer. Até porque o mercado de trabalho é dinâmico. Você não pode ler uma fotografia. Então, por exemplo: o número de seguros-desemprego no mês de maio, para mim, não quer dizer muita coisa. Num ano, sim. Num ano... "Ah, então foram sete milhões de seguros-desemprego". Aí tudo bem. O que é que aconteceu naquele ano? Então, quantos estavam... etc. A resposta é exatamente esta: a pessoa pode estar recebendo o seguro-desemprego e estar trabalhando na informalidade – que é o mais comum.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito. Perfeito.

Sr. André, do Ipea, qual a colocação que o senhor faria sobre essa indagação do beneficiário do seguro-desemprego? Ele pode ser considerado empregado, ou desempregado?

O SR. ANDRÉ GAMBIER CAMPOS – Perfeito, Senador.

Só retomando: seguro-desemprego é uma política passiva do mercado de trabalho, fundamental para um mercado de trabalho como o brasileiro. Movimenta R$35 bilhões por ano – esses são dados de 2015; beneficiou 7,7 milhões de trabalhadores, diretamente, também no ano de 2015 – ao longo do ano inteiro –; e beneficiou cada um desses 7,7 milhões, com três a cinco parcelas, cada parcela com um valor médio de 1,3 salário mínimo/mês, o que dá mais ou menos R$1.100, R$1.200 por mês – de três a cinco parcelas para cada um desses 7,7 milhões de trabalhadores.

Só esses números já dão uma dimensão da importância do seguro-desemprego para o mercado de trabalho brasileiro e também para a economia brasileira. Vamos deixar isso bastante claro, logo de saída. Agora, quan-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

to à indagação que o senhor faz para esta Mesa: é uma indagação difícil de responder, porque o acesso ao seguro-desemprego parece um fenômeno simples, mas é um fenômeno complexo: depende de muita coisa que já foi discutida aqui. E, na verdade, quanto à PNAD – a PNAD Contínua mais exatamente, que é o foco da atenção aqui –, eu não sei se é o melhor instrumento para ajudar a responder a esse tipo de indagação, porque os conceitos que são ali trabalhados são bastante distintos. Eu acredito que a preocupação do senhor pode ser respondida de outras formas, e isso na verdade é um debate, é uma agenda de pesquisa que está aberta para várias instituições por aí.

Só lembrando um fenômeno, por exemplo, que o Ipea já captou, a pedido do próprio Ministério do Trabalho: em 6% dos desligamentos que acontecem em um ano, as pessoas se desligam e voltam a trabalhar com o mesmo CNPJ, dentro de um período de um ano. Qual o sentido desse tipo de informação de 6%? Isso, na verdade, talvez – vou ressaltar aqui e sublinhar a palavra "talvez". É uma hipótese – possa indicar possíveis problemas no acesso ao seguro-desemprego. Ou seja, na verdade a pessoa se desliga daquele emprego, para ter acesso a uma série de rendimentos – por exemplo, uma multa do FGTS e o seguro-desemprego – e poder, depois, voltar a trabalhar no mesmo empreendimento, no mesmo estabelecimento, com o mesmo CNPJ.

Agora, tudo isso que eu estou falando aqui, na verdade, tem que ser tomado com muito cuidado, porque isso aí são apenas indícios de uma agenda que podem balizar uma futura agenda de pesquisa, de investigação, sobre um fenômeno que – insisto – é complexo, não é simples, que é o fenômeno do acesso ao seguro-desemprego, que é uma política fundamental para o mercado de trabalho brasileiro e para a economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito. Perfeito.

O Sr. Cláudio queria fazer...

O SR. CLAUDIO CRESPO – Não... Quero apenas ressaltar que, quando a gente está falando... Primeiro, acho que foi bem esclarecido: nós trabalhamos com a taxa de desocupação, justamente, desse fenômeno dos empregos formais e da informalidade, e o emprego informal representa – a ocupação informal, digamos assim – 40%, em torno de 40%

da ocupação no País. Então, se esse fosse um critério – a questão do seguro-desemprego –, a gente está tratando de 60% da força de trabalho. Então, quanto ao mercado de trabalho no País, discutir apenas questões relacionadas ao emprego formal deixaria de fora uma parcela significativa da população. Por isso, essa questão colocada pelo senhor, Senador, além do aspecto conceitual, envolve a própria dinâmica do mercado de trabalho, que leva a essa situação de haver pessoas que, além de estarem recebendo esse ou qualquer outro benefício, estão ocupadas, mas numa ocupação que é informal, em função de estarem buscando melhorias para a sua situação de vida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Para a gente encerrar esse ponto, Dr. Cimar e Claudio: nessa pesquisa, então, do IBGE, se fala com o beneficiário desse seguro-desemprego? A pesquisa tem ido até esse beneficiário e tem tido dele essa informação de que ele está na informalidade e está recebendo este benefício? O IBGE tem essa informação ou não tem?

O SR. CIMAR AZEREDO – Então... Como o Ibarra mostrou aqui, de forma perfeita, nós estamos trabalhando com o questionário da PNAD Contínua, e o Dr. Mário levantou a diferença de estarmos trabalhando com registro administrativo em uma pesquisa domiciliar, que são coisas diferentes. O fato de a PNAD Contínua ser uma pesquisa domiciliar significa que há uma visita ao domicílio, o entrevistador vai utilizando um coletor eletrônico, e esse coletor eletrônico capta informações relativas ao emprego, à parte referente ao desemprego e a todo o rendimento daquela família.

É importante ressaltar, numa audiência como esta, que é pública e que está sendo transmitida na mídia – tanto na internet quanto na própria televisão aberta – que é preservado o sigilo dessas informações. É importantíssimo destacar que o sigilo da informação prestada ao IBGE não pode ser utilizado para efeito de fiscalização ou qualquer outro fim. Esse é um dos princípios fundamentais das estatísticas oficiais da ONU. Portanto, quanto a uma informação coletada por pesquisas com fins estatísticos, o sigilo dela está preservado.

Então, uma pessoa, por exemplo, que trabalhava numa empresa, digamos, de conservação e limpeza... Como a gente viu aqui, o serviço doméstico aumentou. Ele vinha em queda, e nos últimos meses ele vem aumentando de forma expressiva. Se aquela empregada doméstica perdeu o emprego, lá onde ela tinha carteira de trabalho assinada, e ela ficou desempregada, arrumou um emprego para trabalhar como faxineira, está rece-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bendo seguro-desemprego e está trabalhando como faxineira sem que a carteira esteja assinada... Isso pode acontecer. E a pesquisa vai registrar isso. E quanto ao dados dessa empregada, de que ela estava lá, recebendo o seguro-desemprego, e ao mesmo tempo está aqui, ocupada, num serviço informal, sem a carteira de trabalho assinada, o IBGE vai ter essa informação – de novo preservado o sigilo. E ela vai servir para quê? Para traçar o perfil da população que está recebendo o seguro-desemprego e

traçar o perfil da população que não está recebendo. Então, a pesquisa permite um conjunto de estudos relacionados a essas variáveis coletadas que é bastante amplo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito. Perfeito.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Senador, posso só fazer uma pequena complementação?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pode.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – O fato de a PNAD levantar a informação de que o trabalhador possui ou não, está em gozo ou não de seguro-desemprego também é um ponto de vista amostral. Quer dizer, além da questão propriamente dita do sigilo – você não poder revelar individualmente aquele trabalhador que respondeu à pesquisa –, você não pode revelar a situação pessoal dele, o CPF dele, qualquer que seja, porque senão você estaria maculando, vamos dizer, a própria pesquisa. Você acabaria, aí, influenciando as respostas do trabalhador.

Além disso, a pesquisa é só uma amostra pequena. Quer dizer, quando ele for perguntar ao trabalhador se ele está em gozo ou não de seguro-desemprego, ele depois vai aplicar um fator de expansão e vai fazer uma estimativa de tantos trabalhadores que têm seguro ou não. Não é aquela informação, vamos dizer, individual, administrativa, que possa ser imputada. Então...

O SR. CLAUDIO CRESPO – Só complementando, Senador: além dessa questão muito bem ressaltada pelo Cimar, com respeito ao sigilo, que é um princípio fundamental para nós, do IBGE, e para todo mundo que trabalha com informação – não só o IBGE, todo o sistema estatístico –, para se conhecer o mercado de trabalho, nessas nuanças, é preciso considerar a informação da pesquisa domiciliar amostral e do registro.

Evidentemente, há sempre a busca da melhor pergunta, para captar o fenômeno. Então, não necessariamente um olhar, somente, com um resultado da pesquisa amostral, confere as características. Até porque a pesquisa amostral não tem como objetivo, por exemplo: "Deixa eu checar quantas pessoas recebem seguro-desemprego." O objetivo é o trabalho, a composição da renda, as características gerais da população.

Então, esse aspecto é fundamental para a gente não querer extrair, de um instrumento – que é a pesquisa amostral –, uma informação que "bata" exatamente como registro e muito menos que seja um instrumento de fiscalização, porque isso não é a função do IBGE.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Dr. Claudio, pode até estimar quantos, mas não quais.

O SR. CLAUDIO CRESPO – Exatamente.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pois bem.

Eu estou preocupado com a Srª Anne, porque há mais um quesitozinho em que eu gostaria da participação dela.

Mas vejam só: o Sr. Mário colocou que a história do beneficiário do seguro-desemprego é feita por uma amostragem. Neste caso não. Neste caso, o Ministério do Trabalho e Emprego tem exatamente o nome, o CPF e o local da residência de cada um. Então não é amostragem, salvo melhor engano, se eu entendi.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Só para dizer: o Ministério tem os dados de quem é beneficiário. É o IBGE que não tem esses dados da parte administrativa. Nós temos esses dados da parte administrativa e nós sabemos quais são. Quantos e quais são.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas o Ministério do Trabalho informa ao IBGE quem são esses beneficiários do seguro, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Não. Os dados do seguro-desemprego...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não?

O SR. CLAUDIO CRESPO (Fora do microfone.) – Ele tem uma estatística...

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Não... Os dados do seguro-desemprego são transparentes. Estão disponíveis para todo mundo, para quem quiser saber...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas não há uma informação direta ao IBGE, ao setor de pesquisa do IBGE?

O SR. ANTÔNIO IBARRA – O IBGE não pergunta CPF nem nada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Olha, mas então...

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Senador, só um instantinho. É porque, neste caso, é o seguinte: o IBGE não atua como órgão de fiscalização e controle.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O.k.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Não pode. Não pode. Se ele fizesse esse papel, ele estaria se desvirtuando. É o que nós dizemos. Se você usar, na pesquisa domiciliar, a declaração do trabalhador para alguma coisa, do ponto de vista administrativo, de controle do Estado, você está desvirtuando a pesquisa. E não pode, porque aí você vai desvirtuar os resultados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Está perfeito, está perfeito. Mas a minha indagação – e estou convencido – é de que o IBGE, ao divulgar essa taxa de desemprego, poderia – e deveria, no meu entendimento, salvo melhor juízo – adicionar estes beneficiários do seguro-desemprego.

Eu vou, inclusive, tomar uma providência – estou aqui com o nosso assessor, Dr. Sândalo –, para ver qual procedimento nós podemos adotar, para que o Ministério do Trabalho realmente peça ao IBGE essa inclusão. Não sei.. Eu vou pensar nesse sentido, Dr. Cimar, para ver o que é que nós podemos fazer, porque essa preocupação do seguro-desemprego – e aqui eu volto novamente à OIT, que diz lá, no seu art. 30, de las personas ocupadas, lá na letra "d", que fala de pessoas que recebem transferência em dinheiro ou in natura não relacionadas a emprego. Ou seja, não podem ser consideradas empregadas. Então, nós vamos dar uma olhada nesse quesito. Eu continuo ainda em dúvida. Eu continuo ainda firme no propósito de que são desempregados, sim, e que não podem receber outro benefício.

Mas vamos, então, passar para frente e falar sobre os desalentados, para nós liberarmos a Srª Anne.

A figura dos desalentados, conforme nós já sabemos, são aqueles trabalhadores que perderam o emprego e que, durante 30 dias, bateram nas portas das empresas e não conseguiram trabalho. E eles, então, saem da estatística de desempregados e vão para esta rubrica de desalentados.

Eu tenho duas perguntas nesse sentido. A primeira: esta rubrica dos desalentados, que era da pesquisa mensal de emprego, continua na PNAD Contínua? Esta é a primeira pergunta. E a segunda pergunta é: qual é o último número que nós temos destes desalentados, dessa rubrica "desalentados"? É a segunda pergunta. E a terceira pergunta – ao Dr. Claudio e ao Dr. Cimar – é se eles estão na estatística, realmente, como desempregados ou não.

O SR. CIMAR AZEREDO – Então... O desalentado era marginalmente ligado à PEA, à população economicamente ativa, que era um indicador disponibilizado pela Pesquisa Mensal de Emprego. E a parte referente aos desalentados não chegava a ser uma recomendação estrita da OIT, com relação à 13ª CIET, que foi realizada em 82, na qual a PME, durante um tempo, se balizou. Existem alguns países que, inclusive, calculam esse indicador, como o Brasil fazia, com base na Pesquisa Mensal de Emprego. E como a PNAD Contínua surge nesse momento, da 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, realizada em 2013, e há toda uma preparação para ela... Porque a conferência, na verdade, é uma reunião onde se vai discutir aquilo que já vinha sido trabalhado pelas regiões, pelos países que são membros da OIT. E ela definiu a medida de subutilização da mão de obra. Então, a medida de subutilização da mão de obra, uma parte dela, inclui o que poderíamos chamar de desalentado, mas não com esse nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, nós temos agora uma medida de subutilização da mão de obra, o quanto de trabalho está sendo subutilizado e, dentro dessa medida, como eu expliquei aqui, nós temos a taxa de desocupação. Existem essas pessoas que estão fora da força, não tomaram providência de trabalho, mas gostariam de trabalhar e estariam disponíveis para trabalhar, como aquelas que tomaram uma providência efetiva, mas não estariam disponíveis para trabalhar.

Muitas dessas estatísticas que foram colocadas na subutilização da força de trabalho, ou na subutilização do trabalho, para que o País tenha um efetivo claro da subutilização do trabalho do País como um todo, são para subsidiar estudos relativos à parte referente a gênero... E de jovens também.

Então, essas estatísticas vão avançar, e eu acredito que na 20ª conferência, que vai ser realizada em 2018, isso possa avançar, para que – principalmente na parte referente ao trabalho forçado também, que está na agenda da próxima conferência – isso possa ser levantado e discutido, porque as reuniões vão começar daqui a pouco – as reuniões regionais.

Então, respondendo sumariamente: hoje nós temos recomendada pela OIT uma medida de subutilização da mão de obra, e a parte do desalentado está colocada como um ponto específico lá.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Como desempregado?

O SR. CIMAR AZEREDO – Não. Não como um desempregado; como uma medida de subutilização. É uma força de trabalho que está subutilizada, mas ela não é considerada como desempregado – como nunca foi. A OIT é bem clara: desocupado é uma parcela da subutilização do trabalho.

Então, nós temos hoje 11 milhões de desocupados. Esses desocupados são uma mão de obra que poderia estar sendo utilizada e não está. Por isso chama-se "subutilizada". Esse número, hoje, que nós temos de subutilização medido pela taxa de desocupação é de 11 milhões. Aproximadamente 11 milhões. É claro, este número vai crescer, quando disponibilizarmos esses indicadores completos: a taxa de desocupação, aquelas pessoas que estão ocupadas por insuficiência de horas – 40 horas por semana –, que estão trabalhando menos de 40 horas por semana, as duas parcelas da população que estão fora da força, tanto aquela que tomou a providência e não poderia assumir o trabalho, como aquela que não tomou, mas gostaria

e estaria disponível para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O senhor tem esse número dos desalentados? Eu o tinha em agosto do ano passado.

O SR. CIMAR AZEREDO – Então... Nós o tínhamos com a Pesquisa Mensal de Emprego. A Pesquisa Mensal de Emprego mostrava um total, se eu não estou enganado, em torno de 50 mil pessoas nas seis regiões metropolitanas. A pesquisa era restrita a essas seis regiões metropolitanas, porque a PME era restrita a seis áreas.

Então, o desalentado tinha esse número: 50 mil pessoas. Como a gente está vivendo, hoje, um período recessivo, esse número poderia estar aumentado, em função principalmente das pessoas. Por que o desalentado acontece? É aquela pessoa que está fora do mercado, que está fora da força de trabalho, não por vontade, mas porque ele acha que ele não vai conseguir, ele não tomou providência, e aí a PNAD contínua é bastante incisiva: "Você está ocupado?" "Não, não estou." "Você tomou uma providência efetiva?" "Não, eu não tomei uma providência efetiva.""Mas você gostaria de trabalhar?" Ele diz: "Eu gostaria de trabalhar." Então, essa é uma força de trabalho que está subutilizada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito.

Você tem esse número, Cláudio?

O SR. CLAUDIO CRESPO – Não, não temos esse número. As medidas de subutilização só serão divulgadas em novembro. Então, nós não temos ainda esse número para disseminar.

Agora, a outra questão que está colocada, na pergunta do Senador, é que o conceito de desocupação é uma parte da subutilização. Então, a nossa taxa de desocupação vai continuar sendo a que nós estamos divulgando. A taxa combinada, os três indicadores que o Cimar mostrou – que são as outras medidas de subutilização – é que mostrarão a população com essas características que o Cimar acabou de relatar. Mas a taxa de desocupação, tradicionalmente, mantém o seu conceito como nós vimos divulgando. Ou seja, hoje, nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

divulgando uma das quatro medidas de subutilização. Em novembro, teremos divulgadas as quatro medidas de subutilização. E, aí, as pessoas com essas características colocadas, que são relativas ao desalento, estarão incluídas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito.

Srª Anne, eu indago da senhora essa rubrica, esse trabalhador considerado pelo IBGE, pelo PNAD contínuo, como desalentado, como bem diz aqui o Dr. Cimar. Esse trabalhador que perdeu o trabalho e, durante trinta dias, procurou trabalho, e não conseguiu. Ele então está desalentado, desanimado. E o Dr. Cimar colocou aqui que ele não está na estatística como desempregado. Não é isso, Dr. Cimar? Ele não está na estatística como desempregado.

Pergunto à senhora: ele deveria realmente estar como desempregado ou como empregado? Melhorando a pergunta: a senhora concorda com o Dr. Cimar que ele não é considerado desempregado? A senhora concorda com o Dr. Cimar que ele não é desempregado?

Ou melhor: a senhora concorda com o Dr. Cimar que este trabalhador não está desempregado?

A SRª ANNE CAROLINE POSTHUMÁ – Senador, eu volto a utilizar a definição do Dr. Cimar, que era a definição da pessoa desalentada, depois de uma busca, sem sucesso, de inserção no mercado de trabalho. Isso entra numa categoria de subutilização de mão de obra. Isso está correto, Cimar?

O SR. CIMAR AZEREDO – Sim.

A SRª ANNE CAROLINE POSTHUMÁ – Então, é uma subutilização de mão de obra que não é igual dentro da definição; não pode ser considerado, de forma alguma, empregado. Não entra na categoria. Não pode ser considerado empregado. Mas a definição que o senhor está buscando é entre a subutilização e o desemprego? Essa é a sua busca, na diferenciação de definição?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Isso.

A SRª ANNE CAROLINE POSTHUMÁ – Então, no caso, estou repetindo o que foi colocado, porque eles estão conforme a definição internacional da subutilização da mão de obra, que não é da mesma categoria do desempregado. Era essa a diferenciação que o senhor queria?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O.k.

Eu percebi que a senhora, num primeiro momento, disse que ele não pode ser considerado empregado – isso deve estar nas notas taquigráficas. Mas, Srª Anne, indo lá, à OIT, a essa 19ª conferência, de 2013... Eu também não vou me atrever aqui a ler em espanhol... (Pausa.)

Onde se encontra?

O SR. CIMAR AZEREDO – Está na p. 60.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Página 60.

O SR. CIMAR AZEREDO – Letra...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eita... Eita... Mas não está aqui. Eu deixei. Eu deixei. Mas, se porventura não for a realidade, me chame a atenção, por favor.

Então, a OIT disse que este trabalhador que não conseguiu o emprego, dentro dos trinta dias, é considerado desalentado, desanimado? A OIT disse que, se ele estiver buscando a ajuda de amigos, de parentes ou de qualquer intermediário, ou se ele atualizar o currículo em redes sociais ou profissionais, ou se ele responder a qualquer anúncio de emprego, ou se ele procurar por suprimentos para a produção de algo, ou registrar-se em agências de emprego, ou solicitar alvarás, ou buscar recursos financeiros para montar um negócio, ou contactar diretamente empregadores, ou se ele for para o boteco tomar uma cachaça e falar para o amigo

que está desempregado, a OIT disse que ele não pode ser desalentado.

Então, eu aí discordo – com toda a vênia – do Dr. Cimar que esse trabalhador não pode ser considerado desempregado. E, aí, eu fico com a senhora, que disse que ele não pode ser considerado empregado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Os senhores queriam fazer algum comentário a esse respeito? Pergunto isso, porque eu quero liberar a Drª Anne. Vocês querem fazer algum comentário? Por favor...

O SR. ANDRÉ GAMBIER CAMPOS – Caro Senador, só quero dizer que essa discussão sobre desocupação por meio do desalento é fundamental, do ponto de vista conceitual, do ponto de vista teórico, mas talvez só seja necessário colocá-la no seu devido tamanho, hoje, na realidade brasileira, pegando, por exemplo, dados da PED, de três metropolitanas: São Paulo, Salvador e Distrito Federal – onde estamos.

O que nós observamos, na verdade, é que o fenômeno da desocupação pelo desalento é bastante restrito, na verdade, dentro da composição da desocupação total. Por exemplo: pegue o Distrito Federal. A última taxa divulgada em maio é de 18,9% de desocupação total. Só 0,9% corresponde à desocupação pelo desalento. Pegue São Paulo: a última taxa divulgada em maio...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – São 9% de desalento?

O SR. ANDRÉ GAMBIER CAMPOS – É 0,9%.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É 0,9%. Perdão.

O SR. ANDRÉ GAMBIER CAMPOS – Pegue São Paulo: a última taxa de desocupação divulgada pela PED, na verdade, é de 17,6%, em maio. O que é a desocupação por desalento em São Paulo? Só 0,4%. Ou seja, dentro de 17,6%, só 0,4%.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – No âmbito do Brasil, o senhor colocaria um número de trabalhadores?

O SR. ANDRÉ GAMBIER CAMPOS – Na verdade, dentro do montante total de desocupados, via PED, não chega a 5% os que são desocupados por desalento. Ou seja, não obstante toda a importância dessa discussão da desocupação pelo desalento, que historicamente é fundamental – ainda mais em mercados de trabalho pouco estruturados como o brasileiro –, quando você olha as taxas, hoje, no Brasil, esse fenômeno, na verdade, não é propriamente marginal, mas ele ocupa um espaço bastante restrito dentro da discussão sobre a desocupação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas esse 5%, hoje, da taxa de 11,2...

O SR. ANDRÉ GAMBIER CAMPOS – Não, desculpe-me: são 5% no montante total de desocupados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – De desocupados.

O SR. ANDRÉ GAMBIER CAMPOS – Isso. Do contingente de desocupados no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não dá para se falar em um número? Seriam 200 mil, 300 mil, 500 mil trabalhadores?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – São 400 mil?

O SR. ANDRÉ GAMBIER CAMPOS – Por aí. Não passa disso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – São 400 mil, aproximadamente.

O SR. ANDRÉ GAMBIER CAMPOS – Ou seja, na prática, os dados estão indicando que a expressão desse fenômeno, do ponto de vista empírico, é bastante restrito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pois bem.

Vamos aqui para o terceiro ponto – e eu já estou perto de liberar os senhores.

Drª Anne, a respeito do "trabalho bico", do cidadão que trabalha uma hora por dia durante a semana. Eu pergunto, então, para o Dr. Cimar e o Dr. Claudio: quanto a esses trabalhadores, que trabalham tão somente uma hora por dia, na estatística, eles estão como empregados ou como desempregados? Ocupados ou não ocupados?

O SR. CIMAR AZEREDO – Então... Eles são considerado como ocupados, se esse trabalho for um trabalho com remuneração, em que ele trabalhou pelo menos uma hora. Esse corte de "pelo menos uma hora" é um corte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

definido pela OIT.

Em alguns países, no passado, quando a recomendação não estava tão restrita, poderia se chegar a 15 horas. Hoje nós temos esse corte, da OIT, de se ter um trabalho de pelo menos uma hora na semana anterior à semana da entrevista – que é a semana de referência.

Agora, o importante é registrar que nós coletamos a jornada de trabalho dele durante a semana. E, com essa informação da jornada de trabalho, cruzada principalmente com o rendimento, nós podemos fazer uma série de indicadores que, inclusive, não são recomendados pela OIT, como o de sub-remuneração, a própria definição de subemprego – que eu considero ser uma discussão que a gente tem que levantar, porque, na verdade, a OIT não recomenda o termo "subemprego". Ela levanta a "subutilização da mão de obra". É o termo utilizado. Isso porque o subemprego pode estar relacionado à hora, pode estar relacionado também ao fato do rendimento... Porque uma pessoa pode estar trabalhando menos que quarenta horas, pode estar ganhando um salário razoável, mas, se ela respondeu para mim que ela gostaria de trabalhar mais horas, para aumentar ainda mais o rendimento dela, isso vai colocá-la em uma situação de insuficiência de horas trabalhadas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, ela não está nesses 11,2% de desempregados no Brasil?

O SR. CIMAR AZEREDO – Não. Ela está entre os ocupados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Hã?

O SR. CIMAR AZEREDO – Hoje, ela não está entre os desempregados. Ela vai entrar, na medida de subutilização de mão de obra, como uma pessoa com insuficiência de horas trabalhadas. Ou seja, trabalhou menos do que 40 horas por semana.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Correto.

O SR. CIMAR AZEREDO – Somada aos desocupados, ela vai totalizar, aí, a medida de subutilização da mão de obra.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Entendido.

Então, não está embutida, não está incluída nos 11,2% de desempregados. Não é isso?

O SR. CIMAR AZEREDO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O.k. Esse é o trabalho de bico.

Eu estou satisfeito com a resposta.

O SR. CLAUDIO CRESPO – Só para complementar uma questão a respeito dessa diferenciação e da importância de demarcar conceitualmente o desocupado, o ocupado com insuficiência de horas: tudo isso é para que possamos compreender melhor as características do mercado de trabalho. Tem uma função essa desagregação. Tem uma função essa não inclusão de tudo como desocupado, porque o mercado de trabalho ocupa pessoas, menos horas, com condições informais. O mercado de trabalho tem desocupados... Há pessoas que, durante o período, investem na sua formação e, aí, não pressionam a força de trabalho, talvez em momentos em que o rendimento seja maior, porque as suas famílias, as pessoas com quem elas moram, podem suprir as suas necessidades básicas e investem em treinamento, em formação.

Então, essa desagregação – não tornar tudo desemprego ou desocupação – tem uma função de leitura do mercado de trabalho. É por isso que a OIT recomenda que a gente consiga diferenciar a desocupação, a subutilização por insuficiência de horas, a subutilização de pessoas que poderiam estar na força – e estão fora – e que seriam uma força ampliada... Então, toda essa diversificação tem um propósito. Então, eu acho que, além das explicações...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Os senhores têm esse número de pessoas que se encontram, hoje, nesse trabalho de bico? Os senhores têm a última estatística, Dr. Cimar?

O SR. CIMAR AZEREDO – Não, nós não temos.

Ele não faz parte do conjunto de indicadores básicos da PNAD Contínua que estão disponibilizados hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Como o Claudio mencionou, o processo da PNAD Contínua está em implantação, nós estamos avançando, mas os microdados que estão disponíveis no site do IBGE, hoje, inclusive de forma gratuita, permitem ao Ipea ou a quem queira fazer esses estudos fazer o levantamento das pessoas que estão trabalhando. Não por insuficiência de horas, porque a variável hora vai entrar em novembro, quando nós divulgarmos. Inclusive pode se consultar a classificação, se essa pessoa está trabalhando com bicos ou não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito.

Eu gostaria de ouvir todos sobre esse assunto, mas eu farei a última pergunta à Drª Anne, e depois ela poderá, então... E lhe agradeço, Srª Anne.

Minha pergunta: quanto a esses trabalhadores, então, que trabalham tão somente uma hora por dia, segundo a OIT, eles podem ser considerados empregados ou desempregados?

A SRª ANNE CAROLINE POSTHUMÁ – Senador, por ser constatado que a pessoa trabalha uma hora apenas por dia, na nossa definição, isso não é um emprego. A pessoa não está empregada. O senhor leu a própria definição.

Está correto, Cimar?

O SR. CIMAR AZEREDO – Não. Se trabalhou menos de uma hora, ela está fora da força de trabalho – ou sendo considerada como desocupada, se ela tomou providência. Agora, se trabalhou pelo menos uma hora, na semana de referência, ela é considerada ocupada, segundo as recomendações da OIT.

A SRª ANNE CAROLINE POSTHUMÁ – Ocupação.

O senhor está falando de uma hora... Até uma hora de atividade?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Isso. Vou voltar novamente, Srª Anne. E a senhora até já deu a resposta. A pergunta é exatamente esta: o trabalhador que trabalhou uma hora por dia, durante a semana, é considerado empregado ou não? A senhora até já disse que a OIT não considera ele empregado.

A SRª ANNE CAROLINE POSTHUMÁ – É ocupado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas não é empregado.

A SRª ANNE CAROLINE POSTHUMÁ – Aí...

O SR. CIMAR AZEREDO – Se for formal...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E essa primeira afirmação da senhora, quando a senhora disse que ele não pode ser considerado pela OIT como empregado? A senhora disse.

A SRª ANNE CAROLINE POSTHUMÁ – Eu acho que o senhor está colocando umas dúvidas muito importantes, que têm uma implicação muito grave em termos das várias definições utilizadas quanto ao método de trabalho. Eu entendo que o senhor está construindo a sua argumentação. Mas eu só queria mencionar que, se são dúvidas de grande importância, podemos preparar uma resposta bem ponderada, com as várias situações, com uma resposta para o senhor, até citando as fontes corretamente. Eu acho que isso poderia servir como um documento técnico de referência de valor, neste debate que está sendo realizado. Ou seja, eu coloco a OIT à disposição para responder, com o detalhamento merecido, a essas dúvidas, com atenção técnica, utilizando as nossas definições também.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Srª Anne, eu não estou,

de forma alguma...

A SRª ANNE CAROLINE POSTHUMÁ – Eu quero colocar a OIT à sua disposição, para essa finalidade, porque eu entendo o peso e a importância desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O.k., mas eu queria dizer para a senhora que, em momento algum – eu até já disse aqui, logo no início dos trabalhos –, eu aqui estou querendo montar um discurso, um argumento, para derrubar o nosso sistema de pesquisa do País, principalmente do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

IBGE, que eu admiro tanto. Então, não estou formulando. Eu queria deixar isso claro para a senhora.

Nós estamos aqui com as autoridades máximas do nosso País na área de pesquisas, incluindo V. Sª. E V. Sª disse, ao responder à pergunta – e eu a fiz bastante compassadamente –, que a OIT não considera como emprego. E é verdade. Está na OIT. Então, era só isso. Eu não quis forçar, em momento algum, uma resposta que me agradasse. De forma alguma. Eu não seria capaz de fazer isso.

A SRª ANNE CAROLINE POSTHUMÁ – Esse não é o objetivo. Mas estamos aqui para servi-lo. E eu queria servi-lo da melhor forma, com o merecido detalhamento, se for da sua necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço. Agradeço.

Servir ao País, não é? Esse é o objetivo de todos nós aqui.

Os senhores querem fazer algum comentário sobre a história do "trabalho bico"? Ou não? (Pausa.)

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Senador, eu acho que tanto o caso do bico como o caso do desalentado são formas de inserção, de condição de atividade, que as pesquisas domiciliares conceituam, que às vezes estão mais em evidência ou menos em evidência, conforme o momento conjuntural. Então, por exemplo, quanto ao desemprego pelo desalento, que se refere àquele trabalhador que não está procurando emprego insistentemente, que não está procurando emprego naquela semana de referência nem nos últimos 30 dias, mas procurou emprego em algum momento, nos últimos 12 meses – esse é o conceito do Dieese –, esse desemprego é considerado estrutural, é o desemprego de longa duração. Esse desemprego, por exemplo, tende a aumentar, se a crise se prolongar. Hoje, ele está, como disse aqui o André, pouco expressivo. Por quê? Porque nós estamos no momento em que a crise chegou, existe uma insuficiência de renda grande e todos os trabalhadores estão procurando emprego insistentemente, ou seja, constantemente, com mais intensidade. Então, isso faz com que o desemprego aberto esteja bastante em evidência. Agora, à medida que a crise se prolongar – se isso ocorrer –, essas outras formas de desemprego tendem a tomar um pouco mais de espaço, porque o trabalhador que procura emprego com insistência, e não acha, passa a ficar um pouco mais desalentado. Então, esse é o sentido, na verdade.

Independentemente do número, o que importa, do ponto de vista metodológico, é que o desemprego pelo desalento, à medida que vai ficando mais expressivo, vai justamente denotando uma dificuldade maior, aquele desemprego de mais longa duração. E, provavelmente, as formas também, vamos dizer, de

subutilização da força de trabalho – que é o trabalho precário, aquele bico – também tendem a aumentar, na medida em que não há espaço no emprego formal. Por exemplo, no caso do bico: o que é o desemprego pelo trabalho precário? De certa forma, ele expressa o desemprego do autônomo. O desemprego da pessoa que tem um vínculo empregatício com o empregador ocorre pela sua demissão. Agora, como o autônomo fica desempregado? Quando falta serviço, quando começa a escassear aquele serviço. Então, o desemprego pelo trabalho precário – esse bico – representa, de certa forma, um tipo de desemprego do autônomo, que não tem um empregador, mas sofre com a escassez de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, o senhor concluiria que esse trabalhador teria que aparecer, nas nossas estatísticas, para o povo brasileiro como desempregado? O senhor confirma?

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Ele hoje aparece como desempregado nas estatísticas, na metologia do Dieese, que abrange, na forma de desemprego, tanto o aberto como o desemprego oculto pelo desalento – esse desalentado – e o trabalho precário, o bico. Hoje, isso já consta da metologia do Dieese.

O que o Cimar está colocando é que a OIT vem avançando também nessa questão. Acho que ele está dizendo que, hoje, esse desempregado não aparece nas estatísticas do IBGE, mas em novembro irá aparecer. Ele está colocando que essa parte do desalento e até da subutilização irão aparecer, sob um outra nomenclatura – não será exatamente como essa –, mas irão aparecer. Então, é um avanço.

Eu até arrisco dizer que esses avanços que a OIT tem feito, no sentido de pegar essas outras formas de inserção no mercado de trabalho que não aquelas clássicas, têm a ver com a própria evolução do emprego no mercado de trabalho, em outros países mais desenvolvidos, que, em função da crise, acabaram apresentando essas outras formas que antes eram muito peculiares em países em desenvolvimento, como o Brasil. Mas a Europa, por exemplo, talvez já tenha os seus autônomos, os seus desalentados, de maneira mais expressiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, eu tenho a impressão – talvez a Drª Anne possa falar alguma coisa sobre isto – de que o movimento da OIT, em direção a essas outras formas de inserção, como o trabalho pelo desalento, a subutilização pelo desalento, pelo trabalho precário, tem a ver com a própria precarização, também, das relações de trabalho nos países desenvolvidos. Então, acho que é uma questão de evolução.

O SR. ANTÔNIO IBARRA – Quero só fazer um comentário a respeito disso.

No Dieese, a gente considera o desemprego, só que a gente divulga todas as taxas. Por quê? Porque, afinal de contas, isso está sendo perguntado, e está-se tentando entender melhor essa dinâmica do mercado de trabalho brasileiro.

O IBGE, quando incorporou... E acho que aqui tem que ser realçado o seguinte... Eles estão falando: "Em novembro, nós vamos disponibilizar esses dados..." Só que esses dados já estão sendo captados desde 2012. Correto?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E não foram divulgados?

O SR. ANTÔNIO IBARRA – E não foram divulgados ainda, porque há todo um trabalho de consistência e tudo o mais. Mas você vai ter essa informação. Então, o importante é coletar a informação, entender os fenômenos. Se isso vai ser incorporado à taxa de desemprego ou não, aí já é outra questão. A questão é: a taxa de desemprego aberto continua existindo. No Dieese,

o importante é que o IBGE está desempenhando o papel de aumentar o leque, o escopo de suas pesquisas para incluir tudo isso e buscar entender melhor qual é a realidade do mercado de trabalho brasileiro. Isso é o que deve ser colocado. Depois, querer somar à taxa de desemprego ou não é uma decisão de cada usuário. Por isso, a divulgamos todas as taxas. Por exemplo, na PED de São Paulo, há o desemprego aberto, o desemprego oculto pelo trabalho precário.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Aproveitando a oportunidade, Antônio, essa divergência entre Dieese e IBGE é de longa data. Há uma diferença, uma divergência de percentual desse desemprego. Como V. Sª considera esse percentual de divergência, que me parece ser algo em torno de cinco pontos percentuais, em média, se é que estou certo? Como o senhor explicaria o porquê dessa divergência exatamente sobre os desalentados e o bico, conforme V. Sª acabou de colocar agora? Seria um dos fatores?

O SR. ANTÔNIO IBARRA – Exatamente. Quando comparamos o desemprego aberto, fica muito próximo. É claro que não fica igual, porque são duas pesquisas com desenhos e amostragens distintos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas o senhor considera o bico e o desalentado como desempregado na pesquisa?

O SR. ANTÔNIO IBARRA – O Dieese e a Fundação Seade consideram.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Entendido.

O SR. ANTÔNIO IBARRA – Mas fazem a divulgação de cada uma das taxas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Entendido.

O SR. ANTÔNIO IBARRA – Depois, faz-se o total. Mas pode ser considerado ou não. Depende do usuário.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito.

Dr. Cimar, o Dr. Mário disse que, em novembro, esse trabalhador que faz bico deve aparecer na PNAD Contínua como desempregado. O senhor colocou mais ou menos isso, não é?

O SR. MÁRIO MAGALHÃES (Fora do microfone.) – É um conceito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não é um conceito? Procede? Nós estamos corretos nessa afirmação? Esse bico deve aparecer realmente em novembro como desempregado?

O SR. CIMAR AZEREDO – Não como desempregado. Ele vai integrar...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Os desocupados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. CIMAR AZEREDO – ... a medida de subutilização da força de trabalho.

O SR. CLAUDIO CRESPO (Fora do microfone.) – Subutilitário.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Como?

O SR. CLAUDIO CRESPO (Fora do microfone.) – Subutilitário. Força de trabalho de subutilitário.

O SR. CIMAR AZEREDO – Nós vamos ter a massa de trabalhadores, ou seja, uma massa da força de trabalho que está subutilizada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito.

Só para atualizar os meus dados, qual é o número de pessoas com idade ativa no nosso País hoje? Alguém tem esse número para me dizer?

O SR. ANTÔNIO IBARRA – São 150 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – São 150 milhões?

O SR. CIMAR AZEREDO – O número exato, divulgado em maio agora, é de 166 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – São 166 milhões.

O SR. CIMAR AZEREDO – São 166 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O.k.

Vocês podem me informar o número de jovens que acabaram de concluir o curso superior, que saíram da universidade e estão procurando trabalho? Ou o percentual dessa força de trabalho? Vocês poderiam me prestar essa informação?

O SR. CIMAR AZEREDO – A taxa de desocupação da PNAD Contínua hoje para a população de 14 anos ou mais está em torno de 11,2%, 11,3%. A taxa desses jovens chega em torno de...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Formados?

O SR. CIMAR AZEREDO – Não. A taxa de jovens, como um todo, chega a aproximadamente 20%. Essa taxa, desagregada por anos de estudo ou por nível de escolaridade, nós até temos, mas eu não sei de cabeça. A taxa é bem elevada, principalmente em relação aos jovens, em função das barreiras do processo recessivo que estamos vivendo agora mais a falta de oportunidade por eles não terem experiência, não terem uma qualificação e, muitas vezes, não terem até formação. Essas são algumas barreiras.

Programas de governo vêm sendo feitos no sentido de tentar transpor essa barreira, que, em momento de recessão, tende a se potencializar. Por isso, os jovens hoje são a população mais afetada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Algum dos senhores tem o número desses jovens que saíram da universidade e estão à procura de trabalho? Alguém sabe esse número?

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – O único órgão que pode saber esse número no Brasil é o IBGE...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – IBGE.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – ... porque o Dieese, que também faz pesquisa domiciliar, só faz em algumas regiões metropolitanas. Hoje, isso está disponível em quatro. Então, basta fazer uma tabulação especial, um corte.

O SR. CIMAR AZEREDO – A escolaridade dele, o nível de escolaridade. Mesmo assim, não me lembro do número de cabeça.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Trata-se de pegar o contingente de desemprego e desagregá-lo por nível de escolaridade.

Agora, acho que há uma questão a acrescentar, Senador. Existe uma particularidade em relação aos jovens que terminaram o curso superior e estão entrando no mercado de trabalho. Como esses jovens têm um ca-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nudo na mão – como se dizia antigamente –, eles não vão aceitar qualquer trabalho. Eles vão procurar um trabalho que seja condizente com seu novo nível de escolaridade. Nesse caso, dependendo da conjuntura do mercado de trabalho, apesar de ele ter uma escolaridade maior, a taxa de desemprego desse jovem pode ser, às vezes, até maior que a taxa daquele que tem uma escolaridade menor e pode aceitar outro trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Se não me falha a memória, a Folha de S.Paulo publicou recentemente que o índice, o percentual desses jovens que concluíram o curso e estão à procura de emprego é de 18,74%. É assim, 18,74%?

O SR. CIMAR AZEREDO – Sim. Pode ser aproximadamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Aproximadamente 18,74%. Perfeito.

Vamos passar agora praticamente ao final.

Os nem-nem: nem trabalha, nem estuda e talvez nem esteja procurando trabalho.

Eu pergunto aos senhores: eles estão na estatística como desempregados ou como empregados? Segunda pergunta: qual é o número desses nem-nem hoje no Brasil? Terceira pergunta: qual é a idade média desses nem-nem?

Eu gostaria de obter as três respostas, se possível, para praticamente encerrarmos os nossos trabalhos.

O SR. CIMAR AZEREDO – A conceituação de nem-nem é dada às pessoas que nem estão ocupadas nem tomaram providência para conseguir trabalho. Portanto, não são consideradas desocupadas.

Há uma pergunta, na PNAD Contínua, que questiona essa população fora da força por que não tomou providência e por que não estava ocupada. Esse número, inclusive, já está disponibilizado, essa informação já está disponível.

Está agendado, para o dia 20, um seminário, com a participação do Ipea, sobre a discussão de um questionário que vai garantir a inclusão, que vai fazer um mapeamento mais inserido na PNAD Contínua, uma discussão para inserir uma pesquisa na PNAD Contínua, um módulo na PNAD Contínua para levantar a informação mais específica sobre os nem-nem.

O que existe hoje, na PNAD Contínua, e está disponível no SIDRA, principalmente, que é o sistema de recuperação automática de variáveis do IBGE, é a possibilidade de identificar as pessoas que estão fora da força, até por idade, e de explicar o motivo que levou essa pessoa a estar fora da força: pode ser uma menina que está grávida, pode ser uma pessoa que está se qualificando numa especialização, pode ser uma pessoa que está fora da força por outro motivo que não é o que levantamos aqui. Essas informações já estão disponíveis.

Uma pesquisa está sendo preparada entre o IBGE, o Ipea e a Secretaria Nacional da Juventude. A OIT também está participando dessa pesquisa e vai participar desse seminário, daqui a duas semanas, no dia 20, quando vai ser discutida e apresentada a preparação da construção desse módulo, que vai abranger não só o nem-nem, mas também todo o processo de qualificação da população jovem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eles estão como empregados ou como desempregados?

O SR. CIMAR AZEREDO – Estão fora da força de trabalho. Por isso, são nem-nem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Desempregados.

O SR. CIMAR AZEREDO – Eles nem estão ocupados nem estão estudando. Por isso, são classificados como nem-nem. Nem-nem significa: nem ocupado nem estudando. E há um terceiro "nem" que significa: nem tomou providência efetiva para conseguir trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Existe esse número hoje?

O SR. CIMAR AZEREDO – Existe, mas eu não sei de cabeça. Está disponível no site do IBGE.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sabe, Dr. Cláudio?

O SR. CLAUDIO CRESPO – Estou consultando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Está consultando? Alguém sabe esse número?

O SR. CIMAR AZEREDO – Eu fiz várias vezes, mas...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Procede ser algo em torno de 10 milhões?

O SR. CIMAR AZEREDO – Sim, pode ser em torno disso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com idade de 15 a 29 anos.

O SR. CIMAR AZEREDO – Sim, que é a população jovem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Jovem, essa força robusta de trabalho, para a qual o Governo vai precisar olhar.

O SR. MÁRIO MAGALHÃES – Principalmente mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Exato. O Governo vai precisar olhar para essa população com muito carinho. Essa é uma força robusta existente hoje, no Brasil, que está sendo jogada para o canto.

Aqui eu volto a falar com os senhores a respeito do Sistema S, que recebe contribuições sociais, que recebe tributos, contribuições do povo brasileiro, que, no ano passado, ultrapassaram os R$30 bilhões, para qualificar essa mão de obra, Dr. Cimar, para dar oportunidade a esses jovens nem-nem de fazer um cursinho gratuitamente. A Drª Anne, da Organização Internacional do Trabalho, está ali. É preciso dar aos jovens a oportunidade de fazer um curso gratuito de eletricista, de pedreiro, de carpinteiro, de cabeleireiro, de manicure, de pedicure. Mas, quando chegam ao Sistema S – Sesc, Senac, Sesi, Senai, Senar –, os jovens têm que pagar pelo curso.

Estou dizendo isso aos senhores e gostaria de que pensassem nessa minha colocação. Eu escrevi um livro chamado A Caixa-Preta do Sistema S. Eles são extremamente poderosos. É uma meia dúzia de empresários que hoje toma conta do Sistema S, com esses bilhões de arrecadação ao ano, com mais de R$21 bilhões aplicados hoje no mercado financeiro. Com mais de R$20 bilhões aplicados no mercado financeiro, não dão oportunidade a esses jovens de 15 a 29 anos de idade. Isso é um crime terrível no nosso País. Porque se der a esse garoto...

Eu estou dizendo isso porque eu vim da extrema pobreza do nosso País, onde eu não tinha oportunidade nenhuma, até que um dia eu consegui limpar um lote de um cidadão que tinha uma escola de datilografia e eu fiz esse curso. E esse curso me deixou hoje aqui, no Senado Federal, e como um dos grandes empresários hoje do País, medidas as proporções.

Dr. Cimar, Ministério do Trabalho, vocês têm cadeira dentro do Sistema S. A gratuidade não passa de 15%, sendo que teria que ser 100%. O tal do Sebrae tem hoje mais de R$3 bilhões aplicados no mercado financeiro. E as nossas pequenas, médias e microempresas fechando Brasil afora. Não estou aqui fazendo discurso, não. Estou aqui como um cidadão brasileiro, como um Senador, fazendo a minha parte para que nós tenhamos amanhã um País mais justo.

Para esses jovens, principalmente do Norte, de Tocantins, que não têm essa oportunidade, sobra a eles a droga, o crime e, por derradeiro, a cadeia ou o caixão. É uma responsabilidade de todos nós essa famigerada geração nem-nem, Dr. Cimar. Eu estou me referindo mais ao senhor, porque o senhor tem estado sempre na televisão prestando informações. O Ipea, o Ministério, o Dieese têm uma posição extraordinária também no País. Ajude-nos a olhar essa situação desses nem-nem, para darmos um cursinho de qualificação para eles, porque assim vão arrumar trabalho. Não ficarão entre esses 10 milhões de desempregados. Posso contar com os senhores?

Agradeço muito. Estou muito contente com o resultado da nossa audiência. Para mim foi uma das melhores audiências de que eu participei até hoje neste Senado Federal. Eu sou novo na política, estou aqui, efetivamente, há dois anos e pouco. Venho da iniciativa privada, quero contribuir com o nosso País e estou muito contente. Vamos, então, conversar um pouco mais.

Essas informações de que, a partir de novembro, o IBGE vai melhorar ainda mais essas pesquisas vai nos aproximar mais ainda da realidade do nosso desemprego no Brasil. Eu vejo que o maior desafio que este Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Temer tem hoje é o desemprego e a dívida interna e externa do País, mas o maior desafio é o desemprego. Um pai de família acordar de manhã, olhar no espelho e ver que ele não tem como sair para a rua para buscar o sustento dessa família é um grande risco a uma nação. Ele pode ir para outro rumo. E hoje já estamos vendo isso: a criminalidade.

Então, nós precisamos que esses números sejam reais, verdadeiros mesmo. Não os estou chamando de mentirosos, mas que eles se aproximem, ao máximo, da realidade para que o Governo realmente tome as providências efetivas e imediatas para corrigir esse mal que hoje está assolando milhares de brasileiros.

Se pegarmos os 11,4 milhões do IBGE – isso aí já é estatística minha –, pegarmos mais uma fatiazinha dos desalentados, pegarmos mais uma fatiazinha de quem faz bico, pegarmos mais esses 10 milhões de nem-nem, nós vamos chegar muito próximo a 30 milhões de pessoas hoje sem trabalho neste País.

O jornalista Diogo Mainardi escreveu um livro, a que eu ainda não tive acesso, em que fala realmente sobre essa população de idade ativa. Ele fala, no livro, parece-me, de 165 milhões de pessoas. O Dr. Cimar colocou que são 166 milhões de pessoas. Dessas 166 milhões de pessoas, 74 milhões de pessoas estão sem ocupação. Eu quero ver esse livro, porque me preocupou muito essa afirmação desse competente jornalista brasileiro, que geralmente fica na Europa, mas é muito antenado aqui, no País, e que faz parte do pessoal de O Antagonista.

Pois bem, alguns dos senhores quer fazer algum comentário final?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não.

Então, eu agradeço de coração a vinda de todos os senhores. Eu não tenho dúvida de que os senhores contribuíram demais com o nosso País, trazendo essas informações. Agradeço a presença da Drª Anne Caroline, da OIT, aqui também.

Agradeço a todos e dou por encerrada esta audiência.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Ronaldo Caiado, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Alvaro Dias. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Jader Barbalho, Otto Alencar, José Medeiros, Romero Jucá, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. A Presidência submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RMA 5/2016, de autoria do Senador Ronaldo Caiado e outros e do Senador Flexa Ribeiro. **Finalidade:** Debater a atual situação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS). **Participantes:** Dr. Oswaldo Cordeiro de Paschoal Castilho, Presidente da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás); Dr. Dimas Tadeu Covas, Presidente da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (ABHH); Messias Alves Trindade, Secretário em Substituição da Secretaria de Controle Externo da Saúde do Tribunal de Contas da União - TCU. Laura Carneiro, Diretora de Produtos Estratégicos e Inovação da Hemobrás. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ronaldo Caiado

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto às Srªs e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se a debater a atual situação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), em atendimento ao Requerimento nº 5, de 2016, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e Ronaldo Caiado.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o Alô Senado, número 0800-612211.

Convido para tomar assento à mesa o Dr. Oswaldo Cordeiro de Paschoal Castilho, Presidente da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás). Convido o Dr. Dimas Tadeu Covas, Presidente da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular, e o Dr. Messias Alves Trindade, Secretário em substituição da Secretaria de Controle Externo da Saúde do Tribunal de Contas da União (TCU).

Vou conceder a palavra a cada convidado para exposição inicial pelo tempo de 15 minutos. Em seguida, passaremos aos questionamentos das Srªs e dos Srs. Senadores.

Passo a palavra ao Dr. Oswaldo Cordeiro de Paschoal Castilho, Presidente Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás).

V. Sª tem a palavra por 15 minutos.

O SR. OSWALDO CORDEIRO DE PASCHOAL CASTILHO – Obrigado, Senador Ronaldo Caiado. É um prazer estar aqui para esta audiência. Agradeço o chamado de V. Exª para esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu gostaria de apresentar algumas informações inicialmente sobre a Hemobrás e, após essa breve apresentação, eu estarei disposto a responder as perguntas.

Inicialmente, eu devo esclarecer que fui designado presidente da Hemobrás há menos de 40 dias. Então, nós estamos num processo ainda de conhecimento e de tomada de algumas decisões que envolvam a Hemobrás. Nesse sentido, eu gostaria então de iniciar uma breve apresentação da Hemobrás, para contextualizar sobre o papel da Hemobrás e a atual situação em que hoje se encontra a empresa.

Essa empresa tem uma função social, que é o resultado de uma política de governo que foi estabelecida há mais de seis anos, que visa "garantir aos pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS o fornecimento de medicamentos hemoderivados ou produzidos por biotecnologia".

No Brasil, nós não temos a produção desses produtos. Esses produtos são produzidos atualmente em vários outros países, mas aproximadamente apenas seis empresas mundiais estrangeiras têm essa tecnologia.

O foco da atuação da Hemobrás é a gestão do plasma brasileiro, o fornecimento de medicamentos para o Ministério da Saúde e a implantação da fábrica de hemoderivados e recombinante. Esse é o objetivo da atuação que foi concebida à Hemobrás na sua na sua concepção, há mais de seis anos.

O conceito básico dessa empresa é a transferência de tecnologia e, com essa transferência de tecnologia, o Brasil ter a oportunidade de produzir internamente os produtos de hemoderivados, produtos na parte de plasmáticos e na parte de recombinante.

Hoje, nós temos, no caso da área de plasmáticos, algumas etapas concluídas, que é a qualificação do Hemorrede e Logística do Plasma e a importação e distribuição de medicamentos. Em fase de andamento, nós temos a finalização da embalagem e a liberação de medicamentos hemoderivados, as utilidades industriais – a fábrica –, o processo de envase de albumina e a produção de albumina. E nas fases futuras seria a produção de imunoglobulina e a produção dos fatores de coagulação.

No caso do Fator VIII recombinante, nós temos a Fase I, foi o registro do Hemo-8r junto a Anvisa e distribuição do recombinante à disposição de recombinante; a Fase II, embalagem e liberação do Hemo-8r e a Fase III, o envase. Do envase, nós já temos todos os equipamentos comprados e não instalados ainda. E, futuramente, a produção do Fator VIII e assistência técnica. Essas são as etapas que foram estipuladas e planejadas dentro da concepção e na instalação da Hemobrás.

Os focos da atuação da Hemobrás: a gestão do plasma brasileiro, fornecimento de medicamentos para o Ministério da Saúde a implantação da Fábrica de Hemoderivados e Recombinante.

Esses foram os objetivos acordados dentro da lei que foi criada e depois reformulada para a atuação da Hemobrás dentro do País.

A função social seria "garantir aos pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS o fornecimento de medicamentos hemoderivados ou produzidos por biotecnologia."

Acho que eu voltei ao início. Desculpem-me, está havendo um problema aqui.

O resultado da Gestão do Plasma. O trabalho da Hemobrás hoje se resume na habilitação progressiva dos serviços de hemoterapia para fornecimento de plasma para fracionamento industrial. Dentro dessa atividade, temos uma grande atividade de apoio aos hemocentros e de recebimento e distribuição dos produtos.

No caso do fornecimento de medicamento, este é o diagrama. Nós temos temos produtor internacional, vem à Infraero, armazém da Hemobrás, transporte e depois entregamos aos hemocentros e eles fazem a dispensação para os clientes

Nós temos, nesse caso específico, a importação e distribuição de Albumina, Imunoglobulina, Fator IX e Fator VIII plasmático e Fator VIII recombinante. Esses são os produtos com que a Hemobrás atua dentro do mercado brasileiro, através da importação desses equipamentos que são adquiridos hoje via o acordo que nós temos. No caso de plasmáticas, com a LFB francesa, e, no caso do recombinante, com uma firma americana, que hoje se chama Baxter.

Na concepção da nossa fábrica em Goiana, em Pernambuco, a capacidade máxima de operação da fábrica da Hemobrás: fracionamento de 500 mil litros de plasma por ano. Isso atende 100% da demanda de Albumina, Imunoglobulina e Fator de Von Willebrand.

A capacidade de produção anual da Fator VIII plasmático na fábrica da Hemobrás: 60 milhões de UI, no fracionamento desses 500 mil litros de plasma, o que é insuficiente à demanda nacional total de Fator VIII. Ou seja, com essa fábrica, nós vamos apenas atender o mercado em 10% do Fator VIII. Por isso, a necessidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

incorporação da tecnologia de Fator VIII recombinante, que é uma nova tecnologia. À época em que foi criada, em que foi idealizada a Hemobrás, essa tecnologia não estava tão desenvolvida e implementada. Então, focou-se na área do plasmático.

Vantagens do Fator VIII recombinante: capacidade de atender plenamente a demanda de tratamento profilático da hemofilia A e independência de plasma humano como matéria-prima. Ou seja, ele não usa o plasma como matéria-prima, são células oriundas de animal ou humanas que se desenvolvem, faz-se uma coleta em uma progressão e, a partir dela, faz-se o produto.

Qual é a fase da nossa fábrica hoje? Nós temos as obras da fábrica de hemoderivados com 71% em execução, 60% das aquisições de equipamentos, sistemas e tecnologia já realizadas e aproximadamente R$1 bilhão já aplicado no projeto da fábrica. Essa é a atual situação hoje da fábrica.

Aqui, nós temos uma visão da atual fase. Temos os blocos: B01, câmara fria de armazenagem do plasma. Essa câmara fria já é hoje funcional, nós fazemos toda a coleta do plasma, que é acondicionado nessa câmara fria, a menos 35 graus e, e a partir dessa coleta, há um processo de certificação de triagem desse plasma que hoje é encaminhado, de acordo com nosso acordo com a LFB francesa, enviamos para a França, que fraciona esse plasma, nos devolve os produtos e nós distribuímos hoje para os hemocentros. B02, B03 e B04 são os blocos de fracionamento, envase e embalagem. O B05 é de armazenagem de medicamentos e o B06, laboratório de controle de qualidade.

Eu gostaria de esclarecer que, no caso específico, o B01 já em fase de operação. Do B05, nós temos aproximadamente 92% desse bloco concluído e do B06, nós temos 98% do bloco concluído. Quanto aos B02, B03 e B04, realmente nós temos uma defasagem muito grande dentro do cronograma previsto, há um atraso relativo nesse processo.

Apenas para mostrar, no bloco B02 é onde se tem efetivamente a produção do Fator, utilidades, alguns exemplos, visões externa e interna do B05.

Temos de falar também da atual situação da fábrica como um todo. Esses são alguns exemplos que dei de como a fábrica está, o atual estágio das obras, os objetivos e a razão de estarmos construindo essa casa dentro de uma política de governo de produção interna de determinados produtos farmacêuticos.

Eu gostaria de falar agora da atual fase em que se encontra essa fábrica.

As obras dessa fábrica estão paralisadas desde aproximadamente seis ou sete meses, inicialmente, em função de uma operação da Polícia Federal e do Ministério Público deflagrada em dezembro de 2015, chamada Operação Pulso pela Polícia Federal.

Essa investigação apontou irregularidades cometidas em contratos firmados com a Hemobrás. Nessa ocasião, foi determinado o afastamento judicial de dois dirigentes da estatal, do presidente e do diretor. Essas pessoas foram afastadas. Uma dessas pessoas já virou réu em um processo. Existia dentro da Hemobrás, na época, uma série de pessoas vinculadas a essa diretoria. Eles foram totalmente afastados. Hoje nós não temos nenhuma dessas pessoas, foram todas afastadas. E todas as pessoas que hoje estão indiciadas não mais pertencem à Hemobrás e não mais trabalham com a Hemobrás.

O resultado disso foi que, com essa operação, houve uma reestruturação, a partir de janeiro de 2016, na estrutura não só de comando da Hemobrás, mas também das funções exercidas por essas pessoas que anteriormente estavam ali e foram afastadas. Hoje, na maioria dos casos – quase na totalidade –, os que hoje têm certo poder de gerenciamento e de interlocução são funcionários concursados da Hemobrás. Isso foi feito durante esse processo.

Além disso, no novo contexto da Hemobrás foi feita uma nova comissão de fiscalização e controle da obra; novos gestores de área estratégica – isso que eu já estava afirmando –, com mais pessoas do quadro, praticamente todas do quadro; nova composição da Diretoria Executiva, incluindo este Presidente, que tem apenas trinta e poucos dias à frente desse processo, e programa de integridade, *compliance,* em implantação desde junho de 2016. Ou seja, nós estamos com uma série de comissões de investigação que estão sendo realizadas dentro da Hemobrás, em todos os contratos que foram firmados anteriormente.

Tivemos também a criação de um quadro de ética próprio, que não existia; instituição de comissões de sindicância para apurar irregularidades dos contratos sob investigação no âmbito da Operação Pulso; medidas tomadas em relação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSWALDO CORDEIRO DE PASCHOAL CASTILHO – ...aos contratos investigados, englobando redu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ções de valor, não renovação, suspensão e novas contratações em andamento. Grande parte desses contratos anteriores estão sendo finalizados ou denunciados, para uma nova fase nesse processo. Devo ressaltar a colaboração com as ações do TCU, CGU, MPF e PF, que é a Polícia Federal.

Eu tenho menos de quarenta dias à frente dessa empresa e devo manifestar a minha gratidão e o meu respeito ao TCU pelas posições que foram tomadas e por se ter colocado à disposição de me receber. Eu já fui duas vezes ao TCU, e nessas duas vezes foi muito bem recebido. E temos uma colaboração nesse sentido de atender às demandas do TCU em todos os sentidos. A gente espera ter uma relação muito profícua com o TCU, para responder a essas perguntas todas que estão sendo colocadas.

A implantação dessa fábrica tem atrasos recorrentes nas entregas por parte do consórcio. Esse consórcio foi auditado pelo TCU, que colocou um IGP no contrato específico do consórcio. E na manifestação do Ministro Relator, ele pontua muito claramente que isso não impede a continuação da obra, com uma eventual nova licitação para a concretização da fábrica. Mas ele pontua a não renovação desse contrato, que finaliza agora, dia 30 de novembro. E estamos seguindo todas as recomendações feitas pelo TCU.

Há falhas gritantes. São falhas de planejamento, execução e controle da obra e há indícios de irregularidades graves apontados pelo TCU, e isso foi apontado como IGP.

Ontem, eu estive na Comissão de Orçamento, na Câmara, juntamente com o Senador Telmário Mota, onde foi longamente debatida a situação da Hemobrás com relação a esse específico contrato que está sendo motivo de auditoria do TCU. Aliás, acho que o TCU está auditando a fábrica como um todo, mas especificamente o que foi apontado foi o contrato da obra.

As recomendações do TCU foram imediatamente cumpridas: a não prorrogação do contrato, que vence agora, dia 30 de novembro; a não realização de pagamentos ao Consórcio Biotec e a não liberação das garantias estabelecidas no contrato. Todas essas recomendações foram seguidas e estão acontecendo nesse sentido. Nós esperamos que, ao encerramento desse contrato, possamos fazer um inventário da obra, para o futuro encerramento do Contrato nº 2/2011. Ou seja, fazer um inventário completo do que realmente foi feito, o que foi pago, as pendências que porventura sejam necessárias para atuar junto ao consórcio ou não; ou se temos recursos a serem pagos a esse consórcio. Então isso tudo será feito nesse inventário. Para isso, temos um apoio muito forte do Ministério, não só fortalecendo a equipe de engenharia, mas também seguindo a recomendação do próprio TCU, em outro parecer seu, estamos renovando um contrato da gestora do contrato para apenas cinco meses, para nos ajudar a fazer esse inventário mais detalhado.

Também estou tendo cooperação de alguns órgãos como o próprio Butantan e o Tecpar, que nos vão fornecer alguns recursos humanos que nos ajudem a fazer esse inventário o mais rápido possível, para finalizarmos essa situação. E esse inventário não será simplesmente para ver o que foi feito ou o que deixou de ser feito, mas o que precisa ser feito, para uma nova licitação a ser realizada futuramente, o que a ideia e o nosso programa de trabalho preveem; a retomada de aquisição dos demais equipamentos de produção e a conclusão da transferência de tecnologia celebrados pela Hemobrás; e a produção nacional de medicamentos e hemoderivados e Fator VIII Recombinante.

Eu gostaria de salientar que hoje estamos focando, na realidade, basicamente na questão da conclusão da fábrica, uma vez que temos 72% dessa fábrica já construída, e com investimento de UR$1 bilhão, aproximadamente, precisamos finalizar, porque se não finalizar isso, seria um recurso do Governo brasileiro jogado fora ao longo desse tempo. Então, essa é a nossa intenção, o mais rápido possível.

A questão do Fator VIII Recombinante nós vamos ter que discutir mais futuramente, dentro do processo, uma vez que exige novos investimentos. Na atual fase da situação do País, não existem, a curto prazo, recursos para a gente fazer esse tipo de investimento. Então, essa recombinante temos de trabalhar de outra forma. E estamos trabalhando, juntamente com o Ministério e com os institutos.

Fizemos um acordo entre Butantan, Tecpar e Hemobrás, no qual pretendemos fazer uma sociedade em que venha, futuramente, uma empresa privada nesse sentido, com a construção dessa fábrica de recombinantes.

Benefícios da conclusão desses empreendimentos da Hemobrás: consolidação do Complexo Industrial da Saúde; aproveitamento do plasma brasileiro (oriundo de doações de sangue voluntárias) em indústria nacional; economia de recursos públicos dispendidos com a aquisição de medicamentos hemoderivados e Fator VIII Recombinante; fortalecimento da Hemorrede brasileira, com melhoria na qualidade dos processos e hemocomponentes produzidos, atendendo melhor o SUS; e contribuição substancial para a autonomia do Brasil e redução da dependência externa de produtos hemoderivados e biotecnológicos.

Eu gostaria de focar esse número cinco, contribuição substancial para a autonomia do Brasil e redução da dependência externa. Quando falamos em termos de produção e produtos farmacêuticos, não podemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

falar sempre, única e exclusivamente, em termos econômicos. Esse não é o foco de um empreendimento que foca principalmente numa produção interna que reduza a dependência externa e possibilite que o País tenha uma autonomia nesse processo, pelo menos para atender o seu povo.

Na realidade, essa parte econômica não quer dizer que não seja importante, pelo contrário, é extremamente importante, uma vez que são recursos oriundos da contribuição do povo brasileiro, são recursos públicos, mas é importante deixar claro que a política de produção interna que minimize a dependência de importação é considerada e sobrepassa a parte econômica no processo. Então, se você, por exemplo, hoje pegar uma vacina produzida no Brasil, ela fica mais cara do que se você importar via OPAS. Mas o problema é que precisamos ter as vacinas quando forem necessárias; e temos produção e tecnologia para fazê-las.

Então, essa é uma área muito tênue quando analisamos o contexto como um todo, se focarmos apenas na parte econômica do processo. Sim, nós temos que focar um pouco na realidade e na autossuficiência do País, para atendimento à população brasileira.

Essa é a atual fábrica ou o atual estágio da fábrica que nós temos.

Bom, eu agradeço e estou à disposição para questionamentos e perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Convido o Dr. Dimas Tadeu Covas, Presidente da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular, pelo prazo de quinze minutos.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Boa tarde. É um prazer estar aqui, Senador Caiado e demais integrantes da Mesa.

A Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia é a sociedade médica que reúne os especialistas na área de hematologia e hemoterapia. A despeito disso, eu também sou especialista nessa área e milito há mais de 30 anos. Particularmente, eu tenho grande experiência na produção de proteínas recombinantes, que é uma dessas proteínas mencionadas pelo Dr. Oswaldo.

Gostaria até de parabenizar o Dr. Oswaldo, que nesse prazo de 40 dias tentou entender o que acontece na Hemobrás. E nós, que militamos do outro lado, estamos tentando entender a Hemobrás desde 2004 e não conseguimos.

Na nossa opinião, o projeto da Hemobrás foi feito à revelia dos especialistas; um projeto feito sem uma opinião técnica, na época em que foi iniciado, de uma forma mais aprofundada. E em alguns momentos, foi até contrário à opinião de técnicos. Só para dar um exemplo, 60% da matéria prima que a Hemobrás usa é gerada na Região Sudeste, e no entanto, ela foi construída na Região Nordeste, criando inúmeros problemas de logística, de qualidade e assim por diante.

Então, temos, desde a primeira formulação, pleiteado junto às diretorias passadas da Hemobrás que havia a necessidade de uma participação mais efetiva dos especialistas. É impossível conduzir um projeto dessa dimensão sem essa participação. Infelizmente, isso nunca aconteceu de forma efetiva.

Eu tenho uma visão muito realista. Não é uma visão crítica, mas uma visão muito realista do projeto da Hemobrás. É um projeto com profundas deficiências, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista operacional e de tecnologia que está sendo implementada lá. Enfim, é um projeto que, na minha opinião, não vai cumprir os objetivos que se colocaram inicialmente.

A despeito dessas dificuldades que foram apontadas com relação a obras, Tribunal de Contas, esquecendo isso, voltando ao projeto em si, nós temos questionamentos de ordem técnica. Por exemplo, você projeta uma fábrica para uma capacidade de 500 mil litros e nós não conseguimos gerar, hoje – isso foi em 2004 –, 200 mil litros de plasma de qualidade para indústria.

Uma construção que seguramente, quando se compara com o que existe no mundo, deve ser a que tem a maior capacidade improdutiva por metro quadrado construído. Uma fábrica de 500 mil litros, no exterior, tem dez mil metros, quando muito. Nós estamos falando de 43 mil metros. São prédios e prédios, para abrigar uma atividade extremamente reduzida do ponto de vista produtivo.

A tecnologia que foi escolhida e está sendo adquirida é da LFB, uma estatal francesa. Na época da contratação, a estatal não tinha a tecnologia que está implantando aqui. Ela não tinha essa capacidade produtiva. Então, veja, é um projeto que na nossa forma de entender acumula erros desde a sua concepção e não vejo com otimismo – eu sou uma pessoa otimista – como essa situação pode ser revertida, dado o estado dos investimentos que lá foram feitos.

Eu não vou nem entrar na questão do recombinante, que para mim é um absurdo, porque se fez um con-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

trato de PDP, com uma multinacional, que já está vencendo; o prazo era de cinco anos para uma transferência de tecnologia por um fator recombinante de terceira geração. Quando essa fábrica entrar, nós já estaremos na quinta, sexta geração. Hoje nós estamos na quarta geração. Há uma patente de quarta geração para esse fator. E nós estamos pagando isso. O Brasil está pagando essa transferência de tecnologia.

Então, eu enxergo... Em nome dos técnicos, essas questões são discutidas permanentemente e esse projeto tem sérias dificuldades e precisaria ser revisto na sua integralidade, antes que fosse continuado. Essa é a nossa posição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agradeço ao Dr. Dimas Tadeu Covas e passo a palavra, agora, ao nosso último convidado, Dr. Messias Alves Trindade, que fala em nome do Tribunal de Contas da União.

O SR. MESSIAS ALVES TRINDADE – Boa tarde a todos.

Agradeço o Senador Ronaldo Caiado pelo convite, em nome do Tribunal. As últimas gestões têm incentivado esse contato, que é uma forma de o Tribunal prestar contas à sociedade do que vem realizando.

O meu trabalho não sei se ficará mais fácil. Vou encurtar algumas telas, em virtude dos que me antecederam.

Primeiramente, eu trabalho na Secretaria de Controle Externo da Saúde. Está me acompanhando, na audiência, outro Auditor, Marcos Tabosa. Ele, como o Presidente mencionou, esteve mais diretamente ligado à parte da obra. O Tribunal tem um sistema que se chama Fiscobras, que audita um rol de obras, e a Hemobrás, se não me engano, foi no terceiro ou quarto ano que entrou nesse Fiscobras. Isso foi, inclusive, objeto de uma cautelar, como o Presidente também mencionou.

Entendo a situação do senhor. É a questão da interinidade, quarenta dias. Primeiro, talvez seja de bom tom colocarmos algumas citações. No Tribunal, como em qualquer órgão de auditoria – vamos mencionar para citar o quadro – trabalhamos basicamente com dois tipos mais conhecidos de auditoria: auditoria principal, que é a de conformidade, mais conhecida, alguns a chamam de auditoria de regularidade; e hoje temos algumas auditorias chamadas de auditorias de desempenho ou auditoria operacional. Talvez isso me deixe em desconforto, mas é interessante, a técnica que me antecedeu é alguém com 30 anos de história, com esses elementos todos... Não sou formado em saúde, não sou médico.

Basicamente, um tribunal de contas faz o quê? Trabalha com aderência. É você pegar critérios, pegar referenciais e ver se aquilo que é executado aproxima-se daquilo. Não tenho elementos para contrapor – vimos acompanhando – não tenho como não fazer coro à fala do Dr. Dimas, que me antecedeu, com suas observações, muito embora um órgão de controle tenha as suas limitações. A própria decisão... Começa com a criação da Hemobrás, que foi uma lei aprovada por esta Casa. Então, é uma decisão politica.

Um órgão como o TCU não pode substituir o gestor. Em auditorias, mesmo as operacionais, em que se olha eficiência, o Tribunal tem que estar muito bem embasado em termos de resultados e apontar a correção de rumos. É lógico que, por vezes, pela própria natureza do processo, há uma decisão política. Espera-se um tempo para a política ir executando e, por vezes – não é demais dizer – a atuação do órgão de controle acaba sendo tardia em muitos casos.

Porque, quando veio a lei...

Como o Dr. Dimas, embasado em números, falou, esse bloco B01, que hoje concentra todo o plasma que é recolhido nacionalmente, é um item muito importante. Se a maior concentração de sangue é coletada na parte sul, a própria logística para deslocar esse sangue todo para o Nordeste é algo que se deve considerar. Há a questão da geração do recombinante, a questão do PDP, que agora foi firmado com a Baxter, em 2012. Há, então, essas várias questões.

Vou pontuar alguns trabalhos em que o TCU atuou nesse aspecto. Foi basicamente a partir do contrato firmado em 2007, de transferência de tecnologia, que a Hemobrás se apropriou desse conhecimento e processou o sangue para obter os hemoderivados.

Vou mostrar uma cronologia, ali, rapidamente: em setembro de 2005 foi o início do funcionamento da Hemobrás; outubro de 2007 foi a assinatura. É interessante que em julho de 2007... antes, o fracionamento do plasma era feito pelo Ministério da Saúde. Ele direcionou isso para a Hemobrás, e isso entrou no processo de transferência de tecnologia. Foi uma decisão do Tribunal, à época, até muito concessiva porque se alegou que, com o fracionamento do plasma também abarcando o processo de transferência de tecnologia, a própria Hemobrás iria apropriar-se do conhecimento de auditar os hemocentros, e isso faria parte também do processo de transferência de tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Com informações mais recentes, vemos certa contradição. Em 2010, muitas alegações foram trazidas para justificar esse aditamento do contrato, que saiu de R$10 milhões para, com o serviço de fracionamento, R$200 milhões. Muitas dessas razões alegadas em 2010, mais recentemente, tornaram-se contraditórias. Naquilo que serviu para a época hoje estamos vendo algumas contradições.

Vou tentar recapitular o mais rapidamente possível.

O próprio LFB foi desclassificado à época, nessa concorrência lançada. Acabou-se contratando diretamente, porque não houve outros interessados à época, Esse aditivo é o último item que acabei de falar: no contrato de transferência de tecnologia também foi abarcado o serviço de fracionamento.

Essa questão é mais técnica, vamos passar também, porque já foi dito.

Mais diretamente relacionado à ação do Tribunal: quando houve esse aditivo, que aumentou substancialmente o gasto, um dos instrumentos que o Tribunal tinha à disposição chama-se acompanhamento. Quando processo é mais longo, então, o Tribunal periodicamente vai fazendo aquela checagem.

Houve uma questão da tropicalização, invocada à época, e reputamos a uma questão de planejamento, que seria adequação dos insumos à realidade brasileira, de quem seria esse fornecedor, que é o LFB.

Uma outra questão de regularidade que indicamos: há um certificado de boas práticas de fabricação, que atualmente é conferido pela Anvisa. O LFB teve um momento, passou por prolemas em sua sede, ficou um tempo sem esse certificado, o que gerou um acúmulo do plasma recolhido no Brasil e que deveria ser enviado. Isso fez com que a Hemobrás tivesse que fazer contratações, inclusive por meio de caminhões e câmaras frias.

Sobre o excedente do armazenamento, não vimos, inclusive pelo que temos nos autos, aplicação de multas em relação a isso nem vimos uma determinação de que o LFB suportasse esse ônus, pelo menos, dado que não foi a Hemobrás a causadora disso. A perda do certificado foi pelo transferente, que seria o LFB,

Uma questão que se ressalta muito é o planejamento. Retirando isso que o Dr. Dimas falou, de ser de terceira a questão da geração, como essa decisão antecedeu a 2007?

Há a questão de compatibilidade da linha. Anteriormente, era considerado material humano. Hoje, você tem um fator recombinante. Como é que é essa compatibilização? Além disso, há a questão do prazo. Como o Dr. Dimas também falou, já está também vencendo essa transferência de tecnologia. Deve ser ressaltado que, nesse período, o fornecedor tem exclusividade. Isso tudo gera o quê? Uma indefinição.

Então, com a criação da lei... A previsão inicial era para 2014; depois, há uma informação para 2020; depois, passou a ser 2023. O gabinete do Ministro Relator, que concedeu a cautelar, traz um prazo – não adentrei nos detalhes – muito mais dilatado do que esse.

O Tribunal tem uma questão séria de custos. Se olharmos os relatórios de gestão da Hemobrás, veremos que, em determinado momento, ela cita um valor; diligenciado, mas são informados outros valores.

Há uma questão acerca do que se considera custo ou não. Determinados itens entram como investimento e determinados itens não entram. Ao final, tudo seria custo.

Excluindo-se essa questão que o Dr. Dimas falou, sobre a decisão de processar o plasma humano, o que o Tribunal tem apontado é que, ainda que seja essa decisão, ele tem certas limitações porque não podemos substituir o gestor. Não adiantaria o Tribunal falar: não se vai construir essa fábrica aí. Não adiantaria, a não ser que o Tribunal estivesse suportado, no momento próprio, por um corpo técnico. Acho que a indagação mais procedente desta Comissão aqui, apontada pelo Dr. Dimas, é exatamente a decisão politica da época. Onde estão os estudos técnicos? É economicamente viável? Não há ninguém no Brasil que poderia fazer isso, a partir do material que já li, por exemplo? Temos uma Fiocruz; será que a Fiocruz não poderia ter participado do processo?

Mais do que isso, independentemente da escolha, ainda que fosse considerada a mais adequada a forma da transferência de tecnologia, a opção pelo plasma humano, vimos que a direção da época não se cercou minimamente de cuidado. Entendemos que faltou certo zelo. Houve vários problemas nos processos licitatórios; a atuação da unidade, Fiscobras, apontou problemas de sobrepreço, preços distintos para serviços idênticos, questões de administração local na obra. Só a atuação do Tribunal à época, em uma sequência de duas oportunidades, gerou uma redução de R$10 milhões. Só para ser ter um comparativo – não há como isso se ressaltar – o valor da redução decorrente da atuação do Tribunal, de R$10 milhões, era o valor inicial do contrato de transferência de tecnologia. É um número que chama a atenção.

Como o Dr. Oswaldo falou antes – não é novidade – a Operação Pulso, que se realizou no final do ano passado, com a autorização judicial de compartilhamento de provas, vai propiciar que o Tribunal se aprofunde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

em algumas questões no estado em que está. Faço coro ao que o Dr. Dimas falou: a essa altura do campeonato, como está hoje, segue-se a possibilidade de correção, depois de um investimento desses, depois de tanto recurso aportado lá...

Nesse acompanhamento, o Tribunal deliberou em duas oportunidades: em 2014 e em 2016.

Em 2014, uma das providências do Tribunal, tendo em vista a previsão de conclusão da obra, foi determinar um plano de ação que tentasse resolver a situação. Foram mandadas informações iniciais, mas elas não atenderam a contento. Hoje, agora, no estado em que se encontram a partir da Operação – isso ficou claro no Acórdão nº 1446, deste ano – que, em relação às irregularidades, poderá haver autorização para atuação de representações, para que o Tribunal possa tentar responsabilizar. Não obstante, de antemão, acho que é interessante a direção atual apontar algumas medidas que serão adotadas em relação a esses apontamentos.

Isso é importante porque é uma política muito interessante. O pessoal da área sabe o número que é atingido embora seja quantitativamente um número pequeno. Quem sofre a doença é que sabe efetivamente pelo que passa. Há algumas questões relacionadas à profilaxia, há alguns outros trabalhos com representação em andamento no Tribunal, e ele tem tratado disso. Por vezes, o Tribunal encontra essa linha muito tênue, que divide a área até aonde pode ir da área aonde não pode ir. Talvez fosse interessante o pessoal da área, por canais próprios – inclusive esta Casa, que tem muita força, que é titular do controle externo – adiantar algo sobre isso.

Essas eram minhas considerações. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fazendo soar a campainha*.) – Quero agradecer aqui a presença dos nossos expositores.

Tivemos a oportunidade de ouvir o Dr. Oswaldo Cordeiro de Paschoal Castilho, que é o atual Presidente, já que o Presidente foi destituído, demitido; o Dr. Dimas Tadeu Covas, Presidente da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular. Ouvimos também o Dr. Messias Alves Trindade, nosso Secretário, que falou pelo TCU.

Tivemos, mais ou menos na mesma linha do Dr. Dimas e do Dr. Messias, várias perguntas formuladas, já que estamos também conectados diretamente com o portal e-Cidadania do Senado Federal. É interessante – várias perguntas foram aqui encaminhadas, e não são poucas – que, apesar de não haver uma grande participação por parte dos Senadores, já que hoje estamos também debatendo a PEC dos gastos – tivemos vários encaminhamentos sobre essa matéria.

"Temos notícias de que há hemocentros equipados com *freezers* caseiros, armazenando plasma. Como são as condições dos hemocentros do Brasil para quantidade e qualidade do plasma coletado?"

É lógico que, como são muitas perguntas, eu gostaria de fazer aqui um encaminhamento de todas elas para que, depois, vocês pudessem, de certa maneira, tentar resumir as respostas.

"Quais as responsabilidades e ações da área de qualidade da Hemobrás junto aos hemocentros?"

"Existe controle de qualidade do plasma coletado nos hemocentros?"

"Se existir perda no hemocentro, de quem é a responsabilidade?"

"Qual a quantidade de plasma coletado pela Hemobrás nos hemocentros atualmente? Esta quantidade é maior do que o necessário? Por quê?"

"O plasma coletado no Brasil atualmente está sendo exportado para a LFB na França. Qual é a quantidade anual de plasma necessária para a produção dos hemoderivados que são industrializados no exterior pela LFB?"

"Há política de descarte de plasma nos hemocentros, na Hemobrás, por excesso de produção de matéria-prima? Isso é rotineiro? Por quê?"

"Qual o destino do plasma quando é excedido o seu prazo de validade? Qual o prazo de validade do plasma armazenado pela Hemobrás? "No caso de perda do plasma por prazo de validade, de quem é a responsabilidade?"

"Em qual porto é realizada a exportação? Suape, Santos?"

Aqui também há algumas perguntas encaminhadas sobre a fábrica.

"Qual é o teor do contrato de transferência de tecnologia pela LFB?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

"Qual é a situação da Hemobrás hoje? Ela está produzindo algum medicamento?"

"Por que a Hemobrás foi construída em Pernambuco se a maior parte do plasma, matéria-prima, está coletada na Região Sudeste?"

"A tecnologia que está sendo transferida para a Hemobrás é a mais atual ou é ultrapassada? Quando essa tecnologia ultrapassada for produzida pela Hemobrás em Pernambuco, quais os impactos para os pacientes brasileiros?"

"Atualmente, qual o percentual de prescrição de hemoderivados sintéticos e daqueles fabricados com plasma humano?"

"Qual a causa da interdição da fábrica da LFB pela anvisa em 2013? Por quê?"

"Ao ser liberado o plasma, por que a Hemobrás reteve plasma e não exportou para a França? A LFB tinha algum limite de capacidade de processamento?"

"Depois da liberação da interdição de 2013, quais foram os novos problemas com a LFB a partir de 2014? Por que a LFB reduziu a importação de plasma?"

O Sr. Victor Hugo Alves de Araújo pergunta: "Eu quero saber da história da empresa e de seu futuro."

O Sr. Arthur Alvim Curi faz apenas um comentário: A Hemobrás não deve ser privatizada; deve ser valorizada como empresa pública."

E há a pergunta do Sr. Frederico Antonino: "Eu gostaria de saber qual o futuro da Hemobrás, se as serão retomadas e finalizadas de fato, bem como saber se a empresa será privatizada ou não."

"Qual o prazo para a resolução desse impasse a respeito da Hemobrás, já que as obras estão paradas?"

Então, são essas as perguntas que eu formulo, e gostaria de ouvir, inicialmente, por parte do Dr. Dimas, Presidente da Associação Brasileira de Hematologia, lógico, uma resposta aglutinativa, como nós usamos muito frequentemente aqui no Senado Federal, em relação às várias perguntas que foram formuladas a V. Sª.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Com relação ao plasma – e aqui há várias questões que dizem respeito ao plasma localizado nos hemocentros –, nem todos os hemocentros estão qualificados para fornecer plasma para a Hemobrás. Os que estão qualificados, em princípio, devem ter os controles de qualidade adequados.

Qual a política de qualificação? Essa política de qualificação foi formulada pela própria LFD, quer dizer, eu não tenho conhecimento de quais foram exatamente os critérios utilizados para fazer essa qualificação dos hemocentros.

E o plasma que é descartado? Não existe uma política de descarte de plasma, a não ser por vencimento. E, aqui, nós temos um grande problema: o plasma não é recolhido de forma efetiva desde 2012. Quer dizer, ele foi recolhido durante um tempo, houve problemas de armazenamento – e sobre isso o Dr. Oswaldo poderá, depois, complementar –, foi atingida a capacidade das câmaras frias existentes em Pernambuco e, com isso, houve um represamento de plasma nos hemocentros. E isso acontece hoje, quer dizer, hoje, os hemocentros estão abarrotados de plasma, com o risco de esse plasma não ter onde ser estocado. Consequentemente, se não for retomado o recolhimento desse plasma, nós vamos perder matéria prima, porque, não havendo capacidade de estoque, não é possível se manter de forma adequada.

Existem notícias de que, mesmo na época do recolhimento, houve armazenamento inadequado porque foram utilizados, por exemplo, caminhões frigoríficos, *freezers* que não atingiam a temperatura adequada... Disso nós tomamos conhecimento. Não sei se, de fato, ocorreu, mas eu mesmo, em visita que fiz à Hemobrás, encontrei lá 10 caminhões frigoríficos em frente ao setor de armazenamento, funcionando, ou seja, estavam abarrotados de plasma, indicando, portanto, que as câmaras frias já haviam atingido a sua capacidade máxima.

A associação, regularmente, recebe notícias de que existe plasma que não tem mais utilidade industrial e que terá de ser descartado. Essa notícia vem de pessoas do próprio Ministério que já avançaram sobre isso. Já foi dita até, inicialmente, uma cifra de 40 mil litros de plasma que precisariam ser descartados por total falta de condições de uso industrial.

De quem é a responsabilidade quando há perda? Essa é uma boa pergunta. Quer dizer, os hemocentros, em princípio, são os fornecedores para a Hemobrás, a Hemobrás não recolhe o plasma. Então, de quem é a responsabilidade quando esse plasma é descartado?

Os hemocentros fazem um esforço imenso para qualificar esse plasma, mas , como eu disse, eles têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

uma capacidade de armazenamento limitada. Os hemocentros não têm grande capacidade de armazenamento. Eles têm uma capacidade que se esgota no prazo de um ano. Nós estamos falando de plasma armazenado há mais de um ano. Então, torna-se extremamente difícil para os hemocentros se responsabilizarem pela guarda desse plasma. Assim, de quem é a responsabilidade? Difícil responder essa questão.

Algumas questões eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Mais ligadas ao Ministério...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Mas, por exemplo, ainda com relação a isso... Enfim, do que eu consigo responder, sim.

Vejam: é importante dizer que esse plasma é uma matéria nobre. Na indústria internacional, o plasma corresponde a, mais ou menos, 60% do custo de produção desses produtos. Um litro de plasma, do menos qualificado, vamos colocar assim, no mercado internacional, custa de US$70,00 a US$90,00. Esse é o custo de um litro. E, aqui no Brasil, essa é uma matéria-prima que nunca foi tratada de forma adequada. Nunca foi tratada de forma adequada! Não só não se valorizando os hemocentros, que são os responsáveis pela sua coleta... Existe uma heterogeneidade muito grande de hemocentros no Brasil em termos de qualidade. Quer dizer, não existe uma política definida.

Foi mostrado ali que "a Hemobrás vai atuar junto aos hemocentros para qualificá-los". Não; isso não existe. Isso não saiu do papel. "A Hemobrás vai fazer investimentos nos hemocentros pela quantidade de plasma que é fornecido". Isso nunca aconteceu.

Então, na realidade, os hemocentros, hoje, estão numa situação muito desconfortável. Eles têm a obrigação de fornecer a matéria-prima e, às vezes, até a responsabilidade sobre quando essa matéria-prima vai ser descartada, e não têm nenhum bônus nessa atividade.

Essa matéria prima é entregue à Hemobrás, que vai utilizá-la, como eu disse, para fracionamento no exterior, que é o que acontecia até muito recentemente, onde essa matéria tem um preço, e isso não desce na cadeia até quem coleta. Então, é uma situação extremamente difícil. É uma situação para a qual não houve planejamento, ou seja, não houve planejamento com relação à qualidade, ao fornecimento de matéria-prima, como eu já citei anteriormente.

Então, é uma situação que eu reputo realmente difícil para, neste momento, tomar caminhos, a não ser que se faça um replanejamento, mas não só da Hemobrás; eu acho que tem que ser replanejado o sistema de sangue, porque, sem esse sistema de sangue funcionando em harmonia com a Hemobrás, não será possível. Todos esses planos que foram colocados aqui não vão se concretizar, porque não vai existir matéria-prima em quantidade suficiente para fazer a metade do que está planejado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Dr. Dimas, a pergunta, que formulo a V. Sª também, foi feita em relação à tecnologia que está sendo implantada na Hemobrás. É uma realidade, hoje, que essa tecnologia já está ultrapassada e que nós não nos preocupamos em modernizar esse projeto. Isso procede? Ou seja, os produtos que poderão advir amanhã, com a Hemobrás instalada, já não atenderão aquele de padrão que nós poderíamos fornecer de melhor qualidade aos nossos pacientes?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Bom, com relação ao recombinante, não há a menor dúvida. Esse contrato de transferência de tecnologia com recombinante se esgotou, porque o próprio processo, se não me engano, tinha a validade de cinco anos. Não existe nenhum iniciativa... Eu visitei a fábrica da Hemobrás no ano passado e vi que existe a demarcação do terreno onde vai ser construída uma fábrica. Quer dizer, não existe nenhuma ação efetiva na transferência dessa tecnologia. E mais: o Brasil está pagando por essa transferência. Ele não só está comprando o fator recombinante com exclusividade, como foi dito pelo Messias, mas o Brasil está pagando por essa transferência de tecnologia.

Então, o Brasil está comprando com exclusividade da Baxter, está pagando pela transferência de tecnologia e não está, efetivamente, entrando nessa seara, ou seja, não existe esse processo de transferência dessa tecnologia. E é uma tecnologia que, hoje, já é ultrapassada. Nós estamos falando de um produto que, no próximo ano, provavelmente já não estará no topo da lista dos produtos especificamente fator VIII para hemofilia A.

Hoje, nós falamos em produtos de longa duração, em recombinantes de quarta geração, quer dizer, é uma indústria muito dinâmica, e nós fizemos uma opção por uma tecnologia estática num determinado momento. Naquele momento, era vantajoso; hoje não é mais.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado.

Eu passo a palavra ao Dr. Oswaldo, Presidente da Hemobrás, para que ele possa, também, esclarecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

alguns pontos que foram aqui formulados e indagados a todos os expositores.

O SR. OSWALDO CORDEIRO DE PASCHOAL CASTILHO – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exª, se possível, que uma dessas respostas seja dada pela minha diretora que está à frente da Hemobrás há muito mais tempo e está particularmente à frente do processo em relação ao plasma.

Solicito, pois, que eu passe à Drª Laura para que ela responda especificamente sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Concordo plenamente.

E gostaria que a Drª Laura estivesse aqui...

Eu gostaria que V. Sª tivesse assento aqui à Mesa para que, daqui, pudesse responder as perguntas formuladas.

Vou só pedir ao presidente para trocar de lugar, porque ficaria mais fácil para ela falar daqui. (*Pausa.*)

Com a palavra V. Sª.

A SRª LAURA CARNEIRO – Boa tarde.

Primeiramente, para esclarecimento, eu sou funcionária pública de carreira da Hemobrás; estou à frente da Diretoria de Produtos Estratégicos e Inovação, como diretora substituta, por designação do Conselho de Administração após o afastamento dos dirigentes. Então, desde abril, eu estou nessa posição.

Em relação aos pontos já levantados pela Mesa, eu também vou tentar fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – V. Sª poderia declinar o seu nome completo, para que ficasse registrado?

A SRª LAURA CARNEIRO – Laura Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado.

A SRª LAURA CARNEIRO – Em relação aos pontos que foram levantados aqui pela Mesa, eu gostaria de discutir alguns deles. Anotei alguns pontos, mas se outros escaparem, enfim, a gente pode retomar aqui.

Primeiramente, em relação à tecnologia que vai ser utilizada na Hemobrás.

A tecnologia de produção de hemoderivados que será empregada na fábrica, cuja transferência de tecnologia está sendo feita etc., é uma tecnologia semelhante à de outros grandes fracionadores, a saber: o fracionamento por precipitação etanólica, as purificações através de ultrafiltração, cromatografia etc.

Em relação ao fator VIII recombinante, de fato, tudo que o Dr. Dimas falou vai ao encontro do que a gente tem na atualidade. O fator VII recombinante de terceira geração... Hoje, nós já temos fatores tanto de longa duração, peguilados, como temos fatores também de quarta geração.

Na época em que foi firmada a PDP, em 2012, o fator VIII era o fator VIII mais atual disponível. Então, há de se ponderar isso. A PDP é um processo de longo prazo de transferência de tecnologia. Agora é evidente que, na Hemobrás, a gente está revisando essa questão do fator VIII recombinante e a questão da atualização da tecnologia, uma vez que é um investimento, um aporte grande de recursos que precisa ser feito para que a Hemobrás incorpore isso.

Em relação à capacidade da fábrica, ou seja, em relação aos 500 mil litros, a Hemobrás, de fato, é uma fábrica com uma capacidade muito grande de produção, o que até já fortalece a questão de que ela pode centralizar tudo o que será feito em termos de fracionamento, ou mesmo prestar serviços de fracionamento. A gente, hoje, no Brasil, tem uma média de 3,6 milhões de doações de sangue. Nem tudo isso, claro, vira plasma disponível. Na verdade, muito pouco disso vira plasma disponível para a indústria, mas existe um potencial para que a gente qualifique mais serviços de hemoterapia e tenha mais plasma disponível para a indústria.

Ainda assim, mesmo que seja feito esse processo, a gente sabe que é necessário se pensar em plasmaférese para haver plasma suficiente para que a Hemobrás possa operar como todos os fracionadores do mundo hoje. Enfim, a gente não roda uma fabrica de hemoderivados só com plasma proveniente de sangue total.

Em relação às perguntas que foram trazidas também via Web, a Hemobrás faz a qualificação dos serviços de hemoterapia seguindo a legislação brasileira e seguindo também as recomendações do fracionador com quem ela tem a transferência de tecnologia firmada. A gente tem equipes de auditores habilitados por esse fracionador; a gente checa os processos dos serviços de hemoterapia desde a captação do plasma até a liberação, após exames sorológicos, imunoematológicos etc. Enfim, a gente checa as condições dos serviços, infraestru-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tura etc., até poder dizer que o serviço está qualificado, ou não, para fornecimento de plasma com qualidade industrial.

A Hemobrás tem uma equipe de garantia da qualidade que faz todo o controle dos processos internos da Hemobrás, tanto os relacionados à operação da câmara fria, à triagem do plasma, à exportação e quanto ao armazenamento dos medicamentos que são hoje importados. Então, tudo isso, enfim, a gente controla dentro da Hemobrás, com equipes que são treinadas para isso e que observam a legislação brasileira que regula esse tipo de operação.

Há a questão da diferença, do descompasso entre volumes coletados e exportação de plasma. Isso é uma realidade com a qual, hoje, a Hemobrás está tendo que conviver. É uma coisa em que a gente, de fato, teve um descompasso grande entre o que foi coletado e o que foi exportado, e esse processo está sendo revisto, para que a gente possa destinar os volumes de plasma que hoje estão coletados para fracionamento industrial e possa ter produtos.

Neste ano, a Hemobrás exportou uma quantidade muito grande de plasma – eu acho que a maior que já havia exportado em comparação a anos anteriores. A gente conseguiu exportar 108 mil litros de plasma. Contudo, a gente tem ainda volumes grandes em estoque, para os quais, certamente, a gente vai definir uma destinação para que esses produtos retornem e sejam distribuídos ao SUS.

Em relação a prazos de validade, como foi colocado aqui, o PFC, o plasma fresco congelado, tem dois anos de validade pós-coleta, armazenado a -30ºC. Após esse período, é convertido em plasma comum, do qual se extraem proteínas estáveis por até cinco anos.

Então, existe um esforço muito grande para que a gente possa aproveitar maximamente o que se tem em estoque, no sentido de fracionar e obter o maior número possível de medicamentos.

O porto, hoje, pelo qual se faz a exportação de plasma é o porto de Suape, que é o porto de Pernambuco. Eu acho que os senhores conhecem o complexo industrial de Suape.

Bom, de modo geral, eram esses os pontos que eu gostaria de abordar.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu gostaria de ainda insistir em uma pergunta: quanto se tem, hoje, de plasma estocado que foi deslocado de todos os hemocentros do Brasil lá na sede da Hemobrás, em Pernambuco?

A SRª LAURA CARNEIRO – A gente tem cerca de 200 mil litros de plasma.

A SRª LAURA CARNEIRO – Duzentos mil litros de plasma?

A SRª LAURA CARNEIRO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – E esses 200 mil litros de plasma serão transferidos para onde?

A SRª LAURA CARNEIRO – A destinação, hoje, não está certa. A Hemobrás vem conversando já com o Ministério da Saúde sobre os rumos a serem dados a esse plasma que está acumulado em estoque. A ideia é de que seja feita a contratação de um novo fracionador, para que esse plasma possa ser fracionado e para que a gente possa, enfim, entregar os hemoderivados resultantes para o SUS. Isso porque, hoje, a gente tem que fazer o beneficiamento no exterior de fato. Hoje, a gente não tem condições de, no Brasil, fazer o fracionamento desse plasma.

Então, a gente vem trabalhando muito proximamente ao Ministério da Saúde, para que possa ser encontrada uma solução conjunta frente a esse estoque que se tem na empresa, para que seja feito o fracionamento e que a gente tenha um encaminhamento para essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Bom, a pergunta que se faz é: existe uma projeção daquilo que é a capacidade, dentro do convênio feito com a França, e a capacidade de produção e armazenamento da Hemobrás? Nós chegamos a uma situação, hoje, em que nós não temos para onde enviar o plasma para ser fracionado e nós temos um estoque de 200 mil litros. Nós estamos pagando toda a estrutura de manutenção e ele tem um prazo de validade, como V. Sª colocou, de dois anos, findo o qual, não tendo sido esse plasma fracionado, ele será destinado...

A SRª LAURA CARNEIRO – A gente pode extrair proteínas estáveis ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Exato, muito bem! Mas perderia essa finalidade maior do atendimento do objetivo principal da sua coleta feita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nesse fato, isso aí foi programado? Por que, nessa programação, houve ruptura? Por que houve essa solução de continuidade nesse cronograma? Como explicar termos hoje 200 mil litros de plasma? Como colocou aqui o Dr. Dimas, é um produto extremamente valioso, e, de repente, estamos com um estoque deslocado do Brasil todo, sem saber para onde nós vamos, em que condições nós vamos, quando nós vamos, para que empresa nós iremos, sendo que já há o plasma coletado e armazenado na Hemobrás. Onde é que quebrou o projeto? O que aconteceu para termos hoje esta situação, que se torna complexa para utilizarmos aquele que foi o projeto inicial da criação da Hemobrás?

A SRª LAURA CARNEIRO – Como colocado, de fato, é uma questão extremamente complexa. É difícil mensurar todos os fatores que levaram a essa situação de acúmulo do estoque. Há, certamente, uma questão de planejamento no recolhimento e na exportação. Houve um descasamento entre o que foi recolhido e o que foi exportado. Há questões regulatórias com o fracionador que influenciaram nesse acúmulo de estoque que existe hoje. Mas o ponto crucial que temos de abordar aqui é que está sendo buscada uma solução para isso. Então, existem fracionadores no mundo que têm produtos registrados no Brasil e que têm condições de fracionar esse plasma, de maneira que possamos aproveitar essa matéria-prima, que é uma matéria-prima oriunda de doações voluntárias, e possamos entregar os produtos para o SUS. Hoje, estamos trabalhando com um foco muito grande nisso, para garantir o uso desse plasma que está armazenado na Hemobrás.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – A consideração que eu gostaria de fazer, antes de passar a palavra, para que façam as considerações finais, a todos aqueles que foram nossos convidados na tarde de hoje, é relativa, no primeiro ponto, a um projeto. Hoje, já há um gasto acima de R$1 bilhão. Conforme colocado aqui pelo Dr. Dimas, é um projeto tipo elefante branco para realmente atender um objetivo para o qual não seria preciso haver uma planta de 40 mil metros quadrados na área de construção; há também uma solução de apenas dez mil metros.

Em segundo lugar, há um contrato feito com uma empresa francesa que tem uma limitação para poder fazer o fracionamento. No entanto, a Hemobrás passou a ter uma capacidade pela doação de sangue. Quer dizer, o cidadão está doando sangue e, de repente, está vendo esse produto, que é um produto nobre, que é o plasma, ser transportado em condições, como colocou aqui o Sr. Messias, que não são as mais favoráveis. Eu perguntaria: o armazenamento é todo feito em refrigeração da Hemobrás, é próprio dela ou é também alugado de terceiros?

A SRª LAURA CARNEIRO – A Hemobrás tem estrutura própria para o armazenamento de plasma. A gente tem uma câmara fria com capacidade para mais de 900 mil bolsas, que é toda controlada com monitoramento de temperatura adequado, toda robotizada. Enfim, é um projeto complexo. Há um bloco que já está em operação em Pernambuco e que opera muito bem.

Há o transporte de plasma, que, no momento, está suspenso, de fato, até pelas questões de acúmulo e por outras questões que estão sendo avaliadas internamente. Mas, no transporte, mesmo sendo ele contratado e controlado, mesmo que seja acompanhada tanto a qualificação dos caminhões quanto a temperatura etc., existe um ponto específico que está tratado no âmbito da Operação Pulso, como a questão de estocagem irregular que foi feita no âmbito do contrato de transporte. O contrato de transporte não era de armazenamento. Essa irregularidade já está sendo, enfim, devidamente tratada pelos órgãos competentes e mesmo internamente, na Hemobrás.

O que quero reforçar é que existem equipes muito comprometidas, equipes técnicas que fazem com que a Hemobrás rode de maneira adequada. Há um bloco funcionando, como eu disse, com os requisitos necessários para tal, que é essa câmara fria em Pernambuco.

Todas as contratações são feitas com as especificações adequadas, de acordo com os requisitos legais, e são acompanhadas tanto pelos fiscais de contrato quanto pelas equipes de qualidade da Hemobrás.

Então, existe um caso pontual. É claro que não só isso, mas também outros problemas desencadearam isto que a Hemobrás vive após a Operação Pulso. Mas acho que isso não pode desfazer todo um trabalho que existe na empresa, um trabalho para o fortalecimento da Hemorrede. Acho que todo trabalho que a Hemobrás faz, tanto com as equipes de auditoria quanto com as equipes de qualidade, reflete em melhoria dos serviços de hemoterapia. Acho que todo o trabalho de auditoria que é feito e de apontamento de não conformidade e de acompanhamento dos serviços de hemoterapia reflete, na verdade, na qualidade não só do plasma que vai para a indústria, mas também do plasma que é transfundido, das plaquetas, das hemácias que são transfundidas.

Então, na verdade, existem aspectos positivos colaterais a esse trabalho que é feito com a Hemobrás visando à indústria e que se reflete em benefícios para a Hemorrede brasileira como um todo, entre outros aspectos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, acho que a gente não pode resumir um projeto muito bonito e muito complexo em problemas que aconteceram, que são problemas graves, é claro. Não estou aqui querendo minimizar os fatos. Mas é preciso separar o joio do trigo. A gente tem um projeto que é muito bonito, que é muito importante para a redução da dependência nacional de hemoderivados e de produtos biotecnológicos e que precisa ser valorizado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Fiz a formulação da pergunta, até porque, no País, estamos diante desta situação crítica em que vivemos hoje. Estamos até apreciando no Senado Federal uma emenda constitucional para limitação de gastos. Ninguém está fazendo uma crítica dentro do imaginário do projeto. Estamos fazendo aqui uma crítica em relação a como o dinheiro público está sendo gasto. De que maneira o projeto foi inicialmente avaliado? Quais foram os objetivos reais do projeto?

Uma única operação da Polícia Federal, junto com a Receita, por alertas feitos pelo Tribunal de Contas da União, já foi suficiente para mostrar para o Brasil todo aquelas cenas deprimentes de dinheiro sendo lançado pela janela de prédio. O Diretor e o Presidente da empresa foram presos pelo comportamento de desvio nos contratos que são elaborados.

Realmente, diante do momento de crise por que passa o País, o País tem de buscar priorizar suas ações na área da saúde.

É importante que eu possa repassar a V. Sª que, quando debatíamos na Câmara dos Deputados a Emenda nº 29, para buscarmos dinheiro para a saúde, nós fomos extremamente rígidos em não admitir que nenhuma outra área fosse incluída como gastos em ações de saúde que não fosse o atendimento direto ao paciente, como definição de ações em saúde. A única concessão feita por nós na elaboração do Orçamento foi exatamente a inclusão da Hemobrás, para que ela pudesse ter parcela do gasto daquilo que é destinado para o SUS.

Então, Drª Laura, comungo com a necessidade de nós avançarmos, mas a irresponsabilidade com que o projeto foi tratado, realmente, tira totalmente a importância dele, no momento em que ele terá de ser refeito, revisto, para que ele tenha praticidade e não possa ser aquilo... O que se produz dentro da metodologia implantada hoje não precisa daquela área, pelo menos é o que nós ouvimos do Dr. Dimas. Então, existe um excesso em tudo.

Estamos vendo que o mesmo que aconteceu com o Porto de Suape está acontecendo exatamente com a Hemobrás. São duas figuras que, realmente, denigrem as obras públicas do País, em decorrência do gasto e do resultado que podem trazer para as pessoas. O dinheiro da Hemobrás é o dinheiro do SUS, é o dinheiro que deveria atender a toda a população brasileira neste momento. Aquilo que, realmente, a Hemobrás entrega hoje ao SUS sabemos que ainda está distante da demanda. Em segundo lugar, a tecnologia, em curto espaço de tempo, já deverá estar ultrapassada, sem que tivéssemos a preocupação de, ao firmar esse contrato, avaliarmos o quanto a tecnologia tem avançado e o quanto nós temos de estar abertos a novas alternativas hoje em dia.

Quero agradecer a todos os expositores.

Quero passar a palavra, por um prazo de três minutos, a cada um, para que possa fazer as suas considerações finais, iniciando pelo Dr. Oswaldo Cordeiro de Paschoal Castilho, que, como disse na sua exposição, é o atual Presidente da empresa brasileira. Ele é o atual Presidente, ou seja, ele está recebendo aquilo a que, infelizmente, nós assistimos acontecer na Petrobras, na Eletrobras, nos fundos de pensão.

V. Sª recebe a Hemobrás, e acredito que, com o seu conhecimento e com sua capacidade de gestão, poderá produzir ou buscar uma alternativa em que possa haver uma conciliação entre o bom senso, a austeridade, a transparência e a qualidade do produto oferecido à população brasileira.

Passo a palavra ao Dr. Oswaldo Cordeiro de Paschoal Castilho.

O SR. OSWALDO CORDEIRO DE PASCHOAL CASTILHO – Obrigado, Senador.

Antes, eu gostaria de explicar que sou um funcionário público. Tenho 40 anos de funcionalismo público. Sou do Ministério da Fazenda, sou economista. Passei grande parte da minha vida nas Nações Unidas. Recebi essa missão. É um desafio muito grande. Durante a minha vida pública, tudo que me foi demandado eu consegui entregar bem-feito. Acredito que eu possa fazê-lo de novo, naturalmente com toda uma reestruturação. Esta é uma verdade: precisamos reestruturar essa empresa não só na parte de *compliance*, mas também nos objetivos a que ela se propõe.

Estamos abertos – esta é a ideia não só nossa mas também do Ministro, do novo Governo – a parcerias.

Dr. Dimas, estamos abertos à contribuição de todas as associações, particularmente da de V. Sª.

Devo informar que, no novo esboço do que precisamos fazer, estamos agora assinando um contrato de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cooperação com o Butantan e com o Tecpar, para fazer não mais uma Hemobrás, mas um projeto de hemoderivados para o País como um todo. É isso que vamos tentar fazer. E vamos reestruturar toda essa política que, hoje, de alguma forma, foi concentrada dentro de um modelo que não se aplica mais. Estamos dispostos a abrir essa nova política para institutos que possam contribuir e também produzir. No caso, o Butantan tem uma fábrica parada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSWALDO CORDEIRO DE PASCHOAL CASTILHO – Vamos fazê-la funcionar.

Eu agradeço muito.

Estamos à disposição, com o compromisso de que vamos efetivamente tentar achar uma solução que resolva o problema para o próprio País e para a sociedade brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agradeço.

Passo a palavra ao Dr. Dimas Tadeu Covas pelo prazo de três minutos, para fazer suas considerações finais.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador, eu gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa de trazer este assunto à discussão. É a primeira vez que participo de uma discussão que vai a fundo na questão da Hemobrás.

A questão da Hemobrás não é simples, não é uma questão de reunir um ou dois parceiros. Desculpe-me, Dr. Oswaldo. Ela está inserida dentro do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados, e, dentro do Sistema de Sangue e Hemoderivados, ela precisa ser organizada. Quer dizer, ela não é uma entidade que pode acontecer como tem acontecido até então. Ela não pode andar à revelia do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados, não pode andar à revelia do que acontece nos Estados. Ela tem de se permeabilizar, tem de permitir o influxo não só das associações, mas também dos Estados, dos Conselhos Estaduais de Saúde, o que, até então, não acontece de forma efetiva.

Então, acredito que é uma oportunidade, que é o início de uma nova caminhada. Quem sabe, nessa nova caminhada, possa ser encontrado um caminho para a Hemobrás? O caminho que estava traçado até então, na minha opinião, não é o caminho adequado. Ela precisa ser repensada, precisa ser revista, e acho que o momento é agora.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agradeço.

Passo a palavra ao Dr. Messias Alves Trindade, Secretário substituto, que fala em nome do Tribunal de Contas da União (TCU).

Antes, então, quero esclarecer a todos que o Ministério Público foi convidado, foi oficiado, mas não mandou um representante. Mas nós fizemos questão de que eles também pudessem participar desta audiência pública na tarde de hoje.

Passo a palavra ao Dr. Messias Alves Trindade, para fazer suas considerações finais, por três minutos.

O SR. MESSIAS ALVES TRINDADE – Obrigado, Senador, pelo convite. Em nome do TCU, agradeço.

Eu queria fazer uma rápida ponderação. O Dr. Dimas está muito mais gabaritado para isso, por ser experto na área, militando há 30 anos.

Os órgãos de controle ainda têm limitações, mas não têm estado estáticos. A atuação do tribunal se dá nos limites, nas ferramentas de que ele dispõe. Aproveito para fazer um paralelo, por exemplo, com o que está tão em voga, que é a Operação Lava Jato. As auditorias de obras do tribunal, de alguma forma, já sinalizavam problemas. As ferramentas de que a Polícia e o Ministério Público dispõem, tais como quebra de sigilo e outras, o tribunal não as tem à disposição. O caminho que o tribunal tem encontrado hoje é o de fazer parcerias. Algumas informações até foram cogitadas aí, mas, por limitações até processuais, de auditorias que estão em andamento a gente não pode fazer julgamentos antecipados. O que posso assegurar é que alguns itens que foram direcionados, como, inclusive, a perda de plasma, estão em apuração no tribunal, e, no momento certo, haverá resposta para isso. A gente tem orientações, para que a gente não possa antecipar isso antes de se ofertar o contraditório.

Então, eu queria agradecer o convite. Espero que a nova gestão dê rumos à situação, que é o que a sociedade espera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu gostaria também de passar a palavra à Drª Laura Carneiro para fazer suas considerações finais, já que também ela colocou aqui a sua posição e trouxe vários argumentos a repostas que aqui foram formuladas.

Passo a palavra à Drª Laura, por três minutos, para fazer as suas considerações finais.

A SRª LAURA CARNEIRO – Vou ser bem breve também.

Quero agradecer a oportunidade de ter integrado a Mesa, de ter feito alguns comentários e de ter contribuído com as discussões.

Mais uma vez, quero reiterar a importância do projeto Hemobrás para a sociedade brasileira. É claro que ele precisa ser revisto, precisa ser reestruturado. A gente tem tomado medidas internamente, na gestão, com o apoio também do Dr. Oswaldo, para que a gente possa melhorar o que vem sendo feito, as práticas da Hemobrás, de modo geral. Tudo isso, com certeza, vai contribuir para que a gente consiga, enfim, concluir esse projeto.

É objetivo de todo o corpo funcional da Hemobrás que a gente veja a fábrica funcionando, que a gente traga o fracionamento do plasma para o Brasil, que é uma coisa extremamente estratégica do ponto de vista de saúde pública, de autonomia nacional. Tudo isso, com certeza, só vai ser possível com a contribuição da Casa, dos órgãos de controle, de especialistas, como o Dr. Dimas. A gente vai precisar muito de ajuda mesmo, para que o projeto possa, enfim, cumprir o propósito para o qual foi criado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Bom, antes de encerrar, eu quero agradecer mais uma vez a todos os convidados e dizer que esta audiência pública também tem um grande objetivo no momento que estamos vivendo em relação à política nacional.

Não sei se todos notaram, mas a maioria das perguntas aqui formuladas dizia respeito a quem se vai responsabilizar pelos prejuízos, pelos danos causados à máquina pública, e normalmente o cidadão brasileiro é que tem que arcar e pagar por todos esses gastos. Eu acredito que esse é o grande desafio nosso neste momento. Ou seja, como projetar um Porto de Suape, por exemplo, que inicialmente custaria em torno de x, e uma refinaria ali ao seu lado, e, de repente, o gasto já ser dez vezes acima do valor projetado? Como é que se pode projetar uma Hemobrás, com todos os benefícios que vai trazer e, no entanto, acumular tantos prejuízos e tantos contratos aí ilícitos, que foram motivo, lógico, de prática de corrupção, conforme foi muito bem levantado pela Polícia Federal e alertado pelo Tribunal de Contas da União?

Ou seja, a partir deste novo momento, há a necessidade, e nós queremos, sim, a transparência não de um Poder, nós queremos transparência em toda a máquina do Estado brasileiro, que todos sejam responsáveis por suas decisões e também pelas consequências de transformar o dinheiro público em instrumento de enriquecimento ilícito ou em projetos que são totalmente defasados da realidade e não suportados por aquilo que a sociedade brasileira hoje exige.

Eu agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado e muito boa tarde às senhoras e aos senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Ivo Cassol, Humberto Costa, Regina Sousa, Valdir Raupp, José Medeiros, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Lídice da Mata, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Acir Gurgacz e Jader Barbalho. A Presidência submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: Aviso nº 919 - GP/TCU; Aviso nº 989 - GP/TCU; e Aviso nº 891 - Seses-TCU/Plenário. A Presidência comunica o recebimento de memorando da Diretoria-Adjunta de Gestão do Senado Federal, solicitando a retirada do "Portal da Copa do Mundo de 2014, das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016". Colocada em deliberação, a retirada do portal foi aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2016** que: "Acrescenta inciso ao art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos dispositivo antiesmagamento nas janelas cujo vidro é acionado por circuito elétrico." **Autoria:** Deputado Jefferson Campos. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista ao Senador Romero Jucá por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2016** que: "Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 4º da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para dispor sobre a forma de divulgação da Tarifa Social de Energia Elétrica." **Autoria:** Deputado Jefferson Campos. **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 617, de 2015** que: "Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, para modificar o critério que configura a integração de agentes dos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir aos consumidores de plano de saúde coletivo empresarial ou coletivo por adesão, se violado algum direito ou interesse juridicamente protegido, legitimidade ativa ad causam contra Plano Privado de Assistência à Saúde." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, de 2016** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para incluir, entre as competências da Agência Nacional de Telecomunicações, a publicação mensal de indicadores de qualidade e de reclamações dos serviços de interesse coletivo." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 587, de 2015** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir nos Planos de Recursos Hídricos a promoção de campanhas educacionais periódicas para estimular o uso racional da água." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2013** que: "Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2014** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor ao imediato cancelamento do pagamento junto à administradora de cartão de crédito, sem necessidade de prévia anuência do prestador de serviço." **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, de 2014** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para conferir maior segurança às relações de consumo não presenciais." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatoria:** Sen. Cidinho Santos. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2014** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para proibir a inscrição de débito de valor inferior a dez por cento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

salário mínimo em banco de dados ou cadastro de inadimplentes." **Autoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria:** Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." **Autoria:** Senador Kaká Andrade. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2015** que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para dispor sobre cosméticos orgânicos." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Sen. Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Sen. João Capiberibe. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva ao projeto por cinco dias, nos termos do art. 132, §1º do RISF. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2016** que: "Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação com catorze emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 33 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, combinado com o inciso I, do artigo 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com a presença do Sr. Ernesto Lozardo, presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), para debater sobre o funcionamento do Instituto e sobre a tentativa de submeter os órgãos técnicos às vontades políticas do governo, especialmente no caso que envolveu o estudo "Os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do sistema único de saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil" (Nota Técnica nº 28 Disoc/Ipea), de autoria dos pesquisadores Rodrigo Pucci de Sá e Benevides e Fabiola Sulpino Vieira, que resultou na exoneração desta do cargo Coordenadora de Estudos e Pesquisas de Saúde na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, após publicação no site do Ipea de nota contestando os dados do referido estudo, por contrariar a posição do governo em relação à PEC 241, sobre regime fiscal." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 35 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Com base nos termos do artigo 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO seja CONVOCADO o Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, GEDDEL VIEIRA LIMA, para que compareça à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito dos fatos noticiados pela imprensa, e detalhados na justificativa abaixo, e que primeiramente foram suscitados na notícia - "FORA DO GOVERNO, CALERO ACUSA GEDDEL DE PRESSIONÁ-LO PARA LIBERAR OBRA" - veiculada pelo jornal "FOLHA DE S. PAULO", no dia 19 de novembro de 2016, segundo a qual o então ex-Ministro da Cultura, Marcelo Calero, acusa o Ministro Geddel Vieira Lima de tê-lo pressionado a produzir um parecer técnico para favorecer seus interesses pessoais." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 36 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do artigo 50 caput da Constituição Federal, que seja CONVIDADO a comparecer a esta casa o Senhor Marcelo Calero, ex-Ministro da Cultura, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito dos fatos noticiados pela imprensa, e detalhados na justificativa abaixo, e que primeiramente foram suscitados na notícia - "FORA DO GOVERNO, CALERO ACUSA GEDDEL DE PRESSIONÁ-LO PARA LIBERAR OBRA" - veiculada pelo jornal "FOLHA DE S. PAULO", no dia 19 de novembro de 2016, segundo a qual o Sr. Marcelo Calero acusa o Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, de tê-lo pressionado a produzir um parecer técnico para favorecer seus interesses pessoais." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 39 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do Exmo. Sr. Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, para que compareça à Comissão, a fim de apresentar as ações do Programa Novo Chico, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu gostaria de pedir a V. Exª a inversão da pauta, para que possamos analisar os item 16 e 17, que são os últimos itens da pauta e que tratam exatamente de convites a serem feitos ao ex-Ministro Geddel Vieira Lima e ao ex-Ministro Calero, para que possam aqui nos esclarecer sobre os fatos que são de conhecimento de todos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, peço isso a V. Exª, se for da concordância de todos. Além disso, temos também dois novos ofícios de convocação extensivos à Ministra da AGU e ao Ministro Padilha. Demando a V. Exª que eles possam ser colocados na condição de extrapauta, se for possível fazê-lo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Peço-lhe um instante.

Senador Humberto Costa, vou concluir o que eu estava lendo aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Está bem, Sr. Presidente. Desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Depois, nós veremos essa solicitação de V. Exª de inversão da pauta.

Passo a palavra ao Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

É sabido, Sr. Presidente, que nós estamos com a pauta desta Comissão com diversos itens, já há mais de 30 dias. É preciso que, realmente, a gente limpe essa pauta. Vejo que, neste momento, não seria de bom alvitre a gente fazer essa inversão de pauta, Sr. Presidente. Vamos seguir a pauta. E, lá na frente, então, colocaremos em julgamento os pedidos, os requerimentos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vou concluir a leitura, porque fui interrompido.

Mas posso ceder a palavra a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Pois não, Sr. Presidente, pode concluir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É que não posso deliberar antes de ler o que eu estava lendo aqui.

Faço a leitura de avisos, de ofícios e de demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos:

- Aviso nº 919 - GP/TCU;

- Aviso nº 989 - GP/TCU; e

- Aviso nº 891 - Seses-TCU/Plenário.

Os avisos foram encaminhados aos gabinetes dos membros da comissão, via *e-mail*, em seu inteiro teor, para avaliação e a manifestação que os Srs. Senadores e Senadoras considerarem oportunas.

Comunico o recebimento de um ofício do Comitê de Análises de Emendas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização informando a necessidade de ajuste nas emendas apresentadas pela CMA ao Projeto de Lei Orçamentária de 2017.

Basicamente, as advertências apontam que as emendas coletivas de comissão precisam ter caráter nacional, sendo proibida a sua regionalização.

Assim sendo, fizemos as correções necessárias e reencaminhamos à CMO as emendas de comissões. Essas correções foram feitas pela Comissão, eu assinei e encaminhei para a CMO.

Informo, também, que foi recebido um memorando da Diretoria-Geral Adjunta de Gestão do Senado Federal, solicitando autorização para a retirada do Portal da Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016.

A proposta é no sentido de que, no lugar do portal, seja incluído um *link* no *site* do Senado, redirecionando o interessado para o Portal CGU, tendo em vista a duplicidade da ação pelos dois órgãos e o consumo excessivo de recursos do sistema do Prodasen.

O Portal da Copa foi iniciativa da comissão feita em 2012 para dar transparência aos gastos públicos da União na realização dos eventos da Copa do Mundo, Olimpíadas e Paralimpíadas.

Para tanto, foi firmado o convênio com a CGU, sendo estabelecido que ambos os órgãos manteriam *sites* com divulgação dos dados públicos abertos, havendo intercâmbio técnico de suas informações.

Como os eventos já foram realizados e o *site* do Senado apenas replica os dados disponibilizados pela CGU, não vemos inconveniente em direcionar os pesquisadores para o *site* da CGU, poupando recursos de armazenamento de dados no Senado para outras necessidades.

Dessa forma, submeto aos Srs. Senadores a solicitação da retirada do Portal da Copa, nos termos propostos pela Diretoria-Adjunta de Gestão, reguardando o redirecionamento proposto.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 1 da pauta é do Senador José Medeiros.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Foi feita aqui uma sugestão, pelo Senador Humberto Costa, de inversão da pauta. E eu solicitaria de V. Exª, Presidente, que nos desse uma resposta ou, então, que pudesse ouvir a maioria do Plenário sobre qual a opinião a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E, depois, eu peço,novamente a questão de ordem, imediatamente após essa decisão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – A minha resposta também, não é Sr. Presidente? Eu peço que não conceda essa inversão de pauta, diante desta nossa pauta que está paralisada há longa data, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, na aprovação de requerimentos, o normal, a regra que todas as Comissões adotam é a de que, primeiro, dada a entrada do requerimento na Secretaria da Comissão; ele é lido em uma reunião e é colocado em discussão e votação na reunião seguinte.

Então, não há como se romper a regra que sempre foi usada pela hoje oposição quando era situação.

Assim, eu pediria a V. Exª, como Presidente, que mantivesse, quer dizer, que recebesse o requerimento do Senador Humberto Costa e que ele fosse lido e discutido numa reunião próxima quando pautado por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vou responder primeiro ao Senador Humberto Costa. Vou indeferir os requerimentos que V. Exª pede extrapauta pelo montante de projetos que temos aqui. Já há três reuniões em que não há quórum qualificado para deliberar. Então, ficarão para a próxima reunião.

E, em relação aos dois requerimentos que V. Exª encaminhou pedindo inversão de pauta, eu acolho a questão de ordem do Senador Flexa Ribeiro. Poderá ser lido para ser votado na outra reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Para contestar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Isso, inclusive, já aconteceu aqui anteriormente, foi proposto até pelo Líder do Governo à época – como ele falou –, e eu acatei essa decisão. Aí, é atender ao que está escrito no Regimento. Ou seja, já que o Senador Flexa Ribeiro provocou, eu tenho que seguir aquilo que está no Regimento, procedimento esse que já fizemos, anteriormente, em outras reuniões.

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, na verdade, quero contestar porque não estamos pedindo a inclusão; isso já está aqui na pauta. Isso já está na pauta! Então, se já está na pauta, não faz sentido isso ser lido para ser votado na semana que vem. Na pauta da semana passada, eles já estavam...

Eu acho que deveria ser interesse do próprio Governo, o mais rapidamente possível, tratar desse tema. Eu acho que estamos fazendo aqui um favor ao Governo, ou seja, trazer essas pessoas para que elas possam explicar esse episódio tão nebuloso que mexeu com o País nesses últimos dias.

E, desse ponto de vista regimental, essas matérias já estão aqui na pauta. Elas não entraram hoje nem... Elas já estiveram na semana passada e estão hoje novamente. Eu estou pedindo simplesmente que elas possam ser o primeiro e o segundo pontos da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só para contraditar o Senador Humberto Costa.

Elas estão na pauta para serem lidas – para serem lidas! – e não discutidas e votadas. Só poderão ser discutidas e votadas, segundo a praxe, na reunião seguinte. E, aí, V. Exª terá a garantia, Presidente, da presença dos companheiros, dos pares que hoje são oposição e que normalmente não frequentam a Comissão de Meio Ambiente, a garantia de que eles estarão conosco nos dando quórum na reunião da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Humberto Costa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se V. Exª responder ao Se-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nador Humberto Costa, eu acho que seria importante que fosse citado qual é o artigo do Regimento que diz que tem que ser lido numa reunião e votado na outra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador, V. Exª pode citar o artigo?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ele está dizendo que não é regimental, mesmo porque não existe isso no Regimento, Presidente. O que existe de acordo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Olhe bem, eu creio que o Senador tem fé pública; já que ele falou, eu acatei.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não há. Ele acabou de dizer aqui que não há artigo, que isso não é regimental. E não é mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro, então V. Exª...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Agora, independentemente, Sr. Presidente, quais são sempre os acordos que se fazem em todas as comissões? Pauta numa semana, e vota na outra. Já está pautado desde a semana passada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas não importa! Está publicado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu vou...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

A Senadora Vanessa Grazziotin faz um leitura de acordo com o interesse momentâneo da posição em que ela se coloca. Quando era situação, ela tinha uma posição, um raciocínio; na oposição, tem outra.

Ele está em pauta, vou repetir, para ser lido. Agora, ela pergunta qual o artigo do Regimento. Eles mesmos criaram... A oposição hoje, quando situação, criou a regra de que, nas Comissões, os requerimentos seriam lidos numa reunião e votados na outra, porque, àquela época, a oposição de então chegava numa manobra legislativa, entrava com o requerimento numa reunião e aprovava na mesma reunião, e a situação de então criou essa regra de não poder ser, porque não é possível pegar a todos de surpresa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nós já olhamos aqui no regimental, então vou indeferir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas é o que está acordado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, deixa eu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Aloysio.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Queria também, Senador, só antes de V. Exª decidir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Senador Aloysio pediu primeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sim; o Senador Aloysio primeiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, isso não é um jogo de cabra cega, de pegadinhas. Esta é uma Comissão do Senador, e, em uma Comissão do Senado, fomos convocados para uma pauta. A pauta que foi...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É; o Senador Humberto Costa pediu inversão da pauta. Nós vamos deliberar sobre isso. Ele pediu inversão da pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Publicada com antecedência, porque esse requerimento foi incluído extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, não, não. foi pautado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Já foi pautado?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Deixem-me esclarecer ao Senador Aloysio, por favor.

Estão na pauta. Foram encaminhados anteriormente e foram pautados.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Que foram publicados.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – E há mais dois que ele queria incluir extrapauta, mas eu indeferi.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ah, pois não. Era a esses extrapauta a que estava me referindo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agora, o que o Senador Humberto Costa pede é a inversão da pauta, como já foi pedido várias vezes aqui.

O Senador Flexa Ribeiro colocou... Algumas vezes já aconteceu anteriormente isso, ou seja, de ser lido e votado depois. Já aconteceu, mas não é regimental. Assim, vou indeferir.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, sobre a inversão da pauta então.

Vejam bem: eu presido uma Comissão e sou frequentador assíduo das Comissões. A inversão da pauta se faz quando há acordo – quando há acordo! Então, tem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Aloysio, sobre o que o Senador Humberto Costa colocou eu ainda não deliberei.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, assim como Senador Aloysio, fui Presidente de uma Comissão, da Comissão de Assuntos Econômicos. Na verdade, esse requerimento aqui surgiu, Senador Aloysio, na semana passada, antes do envolvimento do Presidente Michel Temer, porque agora é Michel Temer também com crime de responsabilidade. Foi antes, na semana passada! Por isso está na pauta para ser votado hoje.

Faço um apelo ao Senado Federal e a esta Comissão, que é de fiscalização e controle, para que votemos isso hoje. Esse caso é gravíssimo, que está paralisando o País; não é uma crise qualquer.

Presenciamos aquela entrevista coletiva desanimadora para o País, no domingo passado.

Queremos muito fazer essa convocação aqui por esta Comissão de Fiscalização.

Faço um apelo aos governistas de agora que aceitem a convocação desses ex-ministros, porque se os senhores não aceitarem...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vocês nunca aceitaram convocação nenhuma. Que conversa é essa?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estou com a minha palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Nunca aceitaram convocação nenhuma!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estou com a minha palavra. Estou com a minha palavra aqui. Estou com a minha palavra, Sr. Presidente.

Eu queria fazer esse apelo aos senhores. Os senhores estão nos empurrando para coletar assinaturas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para uma CPI. É essa a posição de vocês! Vocês não querem discutir aqui no Senado, numa crise desse tamanho? Se esta Comissão não fizer isso, tem que deixar de ser de fiscalização, porque essa é tarefa nossa. É obrigação desta Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vocês nunca concordaram com a convocação de ninguém.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu faço um apelo aos Líderes governistas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Nunca concordaram com a convocação de ninguém.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria só concluir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Lindbergh...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Aloysio.,,

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Lindbergh, por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Lindbergh, ouça bem: todas as vezes, no passado, em que havia convocação, a convocação era revertida para convite. Várias vezes aconteceu isso. V. Exª não é da Comissão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sim; eu sei...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nós aceitamos convite. Vamos convidar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... Que V. Exª não é membro da Comissão, mas, por acordo aqui, na época, em vários momentos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... com vários ministros do governo Dilma...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... em crises parecidas, iguais ou maiores do que essa, fazia-se aqui, em vez de convocação, convite.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nesse caso, são convites mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não foi assim, Senador Humberto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Até porque não são mais membros do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sempre é assim.

Então, o que eu quero dizer...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Façamos o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu, na Presidência, não vou fazer nenhuma manobra para impedir absolutamente nenhuma investigação, até porque – e falo com muita serenidade isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ...V. Exª sabe que eu fui um dos que, analisando os autos do processo, mesmo tendo dificuldades, votei contra o *impeachment* da Presidente Dilma.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nós sabemos disso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, da mesma forma, esse equilíbrio emocional, essa compostura parlamentar deve ser algo da consciência de cada um de nós, para não perdermos e sairmos para uma posição de debate, com palavras duras, chulas e que possam terminar em agressão, como já aconteceu com V. Exª várias vezes aqui no Senado.

Essa é uma coisa que eu, na minha experiência – V. Exª é muito jovem, e eu já tenho 30 anos de política, 69 anos de idade –, percebo que, às vezes, o Parlamento, o Senado perde o equilíbrio emocional para encaminhar-se para uma situação que eu não desejo ver aqui na Comissão que eu presido.

Portanto, vejo V. Exª e sua preocupação. As suas colocações são pertinentes, é claro. Há uma crise instalada no Brasil por uma situação até que eu não esperava que acontecesse: que um problema pessoal de um ministro pudesse levar a abalar todo o País. Mas é preciso ter serenidade e tranquilidade para analisar as coisas.

Esse é um estilo nosso que vou preservar permanentemente do momento em que cheguei até a hora em que eu sair do Senado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu respeito V. Exª e acho que temos de fazer...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... como fizemos em outro momento: transformar em convite.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, eu vou no caminho que V. Exª coloca, mas deixando claro para aqueles que nos estão ouvindo que essa questão de se enquadrar no Regimento... O Regimento dá essa leitura para proteger a minoria em determinado momento e para proteger a maioria em determinado momento. Porém, não é essa a questão que está colocada aqui.

O que está colocado exatamente é que está instalada uma crise política, está instalada uma situação no centro do Governo, ao lado do Presidente e na cadeira do Presidente da República, e a oposição está cumprindo o seu papel. É aqui exatamente nesta Comissão que a gente tem de tomar a iniciativa para esclarecer para a população e, cumprindo o nosso papel como Senadores, fiscalizar as atitudes de governo etc e tal.

Portanto, não vamos querer nos incriminar aqui, colocando que nós estaríamos querendo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sem nenhuma dúvida.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... tumultuar o processo por causa do nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não; eu não coloquei tumultuar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim.

Segunda coisa: eu chamo, inclusive, o testemunho do Senador Caiado de que eu mesmo aqui, na época em que eu era governo, fiz acordos de convocação, inclusive uma coisa que inicialmente o governo não quis cumprir, mas fiz cumprir essa questão de convocação de ministro ou convocação de autoridades públicas que estavam fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu sou testemunha disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, aqui não vamos tergiversar na questão regimental, que não é a questão central. A questão central é se a Comissão cumpre o seu papel de fiscalizar, ou não o Governo e as suas atitudes.

A maioria governista vai buscar fazer valer a sua maioria, mas também nós estamos aqui cumprindo o papel de oposição e de minoria que querer fazer valer a função do Senado no que tange à fiscalização do Executivo.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço silêncio às pessoas que estão no plenário.

Senador Paulo Rocha, eu concordo com a colocação política que foi feita pelo Senador Lindbergh. Não há dúvida. Eu participei por 12 anos do Governo do Estado da Bahia, com um governador que, em 12 anos, trocou três secretários: Antônio Carlos Magalhães. E escolhia pela vida pregressa, pela situação que o secretário tinha, sabia tudo o que o cidadão tinha, para não demitir por essas questões.

Eu não tenho a menor dúvida de que o governo que demite seis secretários em seis meses é um governo que tem fragilidade na escolha dos quadros que vêm participar do governo. Não tenho a menor dúvida disso. No entanto, não estimulo de maneira nenhuma, nem vou estimular...

Até no sábado agora na Bahia teve a declaração do ex-Governador Jaques Wagner, do ex-Ministro Jaques Wagner, se colocando contra essa posição de *impeachment* do Michel Temer. Não fui eu, não; foi o Jaques Wagner, que se colocou contra essa posição de *impeachment* do atual Presidente, reconhecendo as fragilidades, reconhecendo que, em seis meses, trocar seis ministros em função de irregularidades cometidas é uma coisa frágil, que o deixa frágil, mas, como disse o ex-Presidente Fernando Henrique de maneira muito clara: só temos essa ponte para atravessar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Essa pinguela, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sim; uma pinguela.

Então, temos que ter estabilidade para não levar o Brasil a uma situação pior do que aquela em que se encontra.

Eu, repetindo, trabalhei com um governador que, em 12 anos, trocou três secretários. Foi um grande governador da Bahia. E, hoje, nós vemos isso aqui. Então, não há a menor dúvida de que o Governo escolheu mal, o Governo é frágil. E, na hora de escolher, tem que saber quem vai escolher, para não ter que demitir rapidamente. E aí, tanto o que vai escolher como aquele que é convidado têm que analisar a sua história, olhar dentro de si e, se estiver comprometido com a lei, não ocupar o cargo.

Eu, jamais em minha vida, se tivesse sequer de longe – eu não sou denunciado por órgão nenhum, na minha vida inteira, fui secretário três vezes, governador, vice-governador, conselheiro, não fui denunciado nunca, nem por Ministério Público, nem por adversários, tenho uma vida completamente limpa –, se tivesse uma denúncia mínima, e convidado que fosse para ocupar um cargo, eu rejeitaria para não comprometer o Governo, porque nós não estamos brincando com um país que vive hoje um momento dificílimo, de desemprego, de inflação, de não enxergar absolutamente futuro. E isso não é de agora não. Essa crise já vem da Presidente Dilma. Essa crise começou no dia em que eu cheguei aqui e nunca parou. Digo isso para que não se queira colocar a culpa só nos seis meses do Governo. Ela não vem de hoje. E se encontrou o quê? Um pepino para descascar.

O atual Governo tem sido frágil, tem bambeado permanentemente na gestão pública, o que me deixa muito constrangido e triste, porque eu não vim para aqui para viver um momento desses em minha vida, que eu nunca vivi no meu Estado da Bahia. Portanto, essa é uma situação muito grave que nós estamos vivendo hoje na vida conturbada nacional, que eu não esperava que fosse tão assim.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, primeiro, o Senador Humberto Costa. Depois, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, primeiro, do ponto de vista de procedimento, nós temos aqui que cada Comissão adota um procedimento. Por exemplo, na CCJ, são admitidos os pedidos de inversão de pauta desde que haja concordância de todos. Isso é uma prática da CCJ. Em outras comissões, o pedido de mudança de pauta pode ser submetido ao Plenário para que uma maioria se posicione em relação a ele. Seria importante que V. Exª até...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então vamos deliberar e...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só um minutinho, Presidente. Só um minutinho, porque V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Porque eu tenho aqui uma série de...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... com toda a razão, fez um discurso, falou corretamente, e eu queria também me colocar. Primeiro, nós estamos propondo convite até porque um ministro já havia saído...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não; é convocação. É para convocar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, mas o ex-Ministro Geddel saiu do Governo. Agora só faz sentido convite. Nós queremos o convite aos dois. Certamente que o ex-Ministro Geddel não virá, mas o outro pode querer vir, e ele deve ter muitas coisas para nos colocar aqui.

Então, quanto a essa questão de convocação ou convite não há problema, porque a situação já exige que haja um convite.

Há outra questão que eu queria colocar, porque ela é política: essa crise também não surgiu do nada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu sei.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A essa crise nós chegamos por um processo permanente de instabilização, de sabotagem, que foi feito em relação ao Governo anterior, e nós, lá atrás, alertávamos para isso. Alertávamos que o País poderia chegar a uma encruzilhada em que as saídas sejam cada vez mais difíceis de serem encontradas. É isso que nós estamos vivendo hoje. Então, algumas pessoas aqui, que esquecem que estão no Governo querem continuar fazendo oposição ao Governo que derrubaram.

Então, quando nós propomos que essas pessoas venham para cá, é exatamente porque a situação é grave, porque os esclarecimentos precisam ser dados, porque o papel desta Casa é, exatamente, fiscalizar. E a Base do Governo quer impedir que essa discussão aconteça.

Então, por isso eu peço a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu vou colocar, então...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que, diante do procedimento de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu vou colocar em votação. Vou colocar em votação, para que o Plenário delibere se inverte a pauta ou não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, eles que ensinaram a situação de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Vanessa não vota porque...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então vamos votar. Depois eu faço questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora, V. Exª não vota porque é suplente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, eu coloco em votação o pedido de inversão dos Requerimentos nº 16 e 17 que estão na pauta.

Eu vou perguntar nominalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O PMDB encaminha contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Contra.

Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O PT encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Contra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está registrando, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está anotando aí?

Ô, Raimundo, acorda para Jesus! Anota aí. (*Risos.*)

Vai anotando aí: o Senador Capiberibe é a favor; o Medeiros é contra; a Regina é a favor; o Paulo é a favor; o Humberto é a favor; o Jucá é contra; o Eduardo é contra; o Flexa é contra; o Caiado é contra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – O Flexa não vota.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Meu voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ataídes é contra.

(Procede-se à apuração.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, meu voto. V. Exª computou o meu voto? O meu voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foi computado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Seis a cinco.

Então, não posso atender V. Exª e inverter a pauta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero só fazer uma declaração, Sr. Presidente, em nome da Bancada do PT.

Registro, aqui, o desinteresse da Bancada do Governo, certamente orientada pelo Presidente da República, envolvido nesse caso, que não quer que haja qualquer tipo de investigação e de apuração. Então, eu quero registrar aqui o nosso protesto diante dessa posição da Base do Governo de impedir que o Senado discuta esse tema.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, quero só fazer uma declaração.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, eu estou aqui aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Senadora Vanessa, Senador Medeiros, Senador Romero Jucá e Senador Flexa Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, primeiro, eu quero cumprimentar V. Exª pela forma democrática como conduz os trabalhos nesta Comissão – e não é de agora. V. Exª preside esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... desde o início e tem se portado da mesma forma. Então, eu cumprimento V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... pela forma correta e democrática com que conduz os trabalhos.

Em relação ao que V. Exª falou, eu quero assinar embaixo. Nós vivemos uma crise grave, Presidente, e é inimaginável que o Senado Federal, que esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, em especial, não aceite debater neste momento, Presidente.

Eu não me refiro somente aos requerimentos cuja inversão de pauta foi solicitada e rejeitada. Eu me refiro, por exemplo, a um requerimento que apresentei aqui há mais de um mês, no dia 18 de outubro, convocando o Presidente do Ipea para explicar...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... o porquê da demissão do cargo de chefia de uma das pesquisadoras do Ipea, Drª Fabíola Vieira, por conta da divulgação de um estudo sobre o impacto da PEC 55.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não foi pautado?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Está pautado, mas, até hoje, não foi votado. Está pautado. V. Exª pautou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está pautado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Está pautado há quatro reuniões. Ocorre que, por ordem também da Presidência da República... Aliás, quem diz agora que vai autoconvocar o Parlamento não é mais o Presidente do Parlamento, mas, sim, o Líder do Governo, o Líder do Executivo, porque ele acha que manda aqui. Eu imaginei, com o meu simples entendimento legal e regimental, que cabia ao Presidente do Senado fazer a autoconvocação. Agora, não. Cabe ao Líder de Michel Temer fazer a autoconvocação ou adiantar que haverá uma autoconvocação do Congresso. Então, se está pautado...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mas ele está convocando só a si próprio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois é, a si próprio; só pode ser.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Art. 14, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu não falei o nome de ninguém aqui, não falei o nome de ninguém aqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Líder do Governo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, veja, Presidente, está pautado...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Art. 14 também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Está pautado...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está com a palavra a Senadora. Vamos ouvi-la.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... há quatro sessões. V. Exª é testemunha. Chego muito cedo aqui e V. Exª já está sentado aí. Eu assino e digo: "estou na outra Comissão, me chame a hora que der quórum". Assino para dar presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Então, está com falta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É lamentável dizer isso: estão paralisando.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Isso é crime.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É verdade que o Brasil vive uma crise de muito tempo? É verdade. E não vive só ela essa crise; o mundo está em crise econômica. Mas tiraram uma Presidente, rasgaram uma Constituição, prometendo que iam resolver o problema do País, não estão resolvendo nem vão resolver – nem vão resolver!

Então, lamento e não admito que comparem...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Conclua, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... posturas que tivemos com posturas de agora, que são completamente diferentes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Medeiros. Depois o Senador Romero Jucá e o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, primeiramente, quero parabenizá-lo pela forma como conduz esses trabalhos, de forma ordeira, sensata, com toda a temperança.

Queria registrar os nossos sentimentos – e creio que de toda esta Comissão – em relação a essa tragédia que aconteceu com o time da Chapecoense. Quero registrar, também, que nesse avião estava o grande jogador brasileiro Mário Sérgio, que jogou pelo São Paulo, pela Seleção Brasileira. Creio que é um dia de luto para o Brasil porque era um time de Santa Catarina que estava, acho que pela primeira vez, disputando a final de um campeonato internacional e acontece essa tragédia.

Dito isso, Sr. Presidente, vejo todos esses reclamos aqui, essa choradeira... Inclusive, nem entendo por que o PC do B ainda continua com essa... Já se acabou o poder; já acabou a boquinha. Então, não sei por que esse destempero, essa coisa toda para defender. Está virando a ONG do PT. Mas, cada um faz suas escolhas.

Em segundo lugar, vejo que nós estamos numa crise interminável, nós temos de buscar saídas para o Brasil. Eles querem ficar se enrolando nos cabelos das pernas. Aliás, boa parte dessa crise política é divido a esse comportamento autofágico. Esse Governo pareceria um balde de caranguejos. Quando um ia saindo por cima, o outro ia puxando a perna por baixo. Aliás, o grupo da Dilma, arrebentando com o grupo do Lula, se arrebentou todo. Então, o que aconteceu? Está aqui para a gente resolver esse problema, mas querem ficar discutindo coisa pequena.

Quero parabenizar todos os que votaram aqui pela manutenção da pauta, porque nós precisamos de uma saída para este País – a saída que eles não quiseram. O Senador Capiberibe foi quem sugeriu uma vez e eles não aceitaram.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador José Medeiros, perdi um grande amigo. Mário Sérgio era um grande amigo que tive ao longo da minha vida, em todos os times que jogou. Tive a oportunidade de operar o seu filho, Bruno, caçula, casado com uma amiga minha, a Sílvia, lá da Bahia. O Fernandinho também, uma família toda ligada. Então, foi uma perda muito grande. Realmente, era um craque do futebol e um grande amigo. Além disso, perdemos dois jogadores que se formaram na Bahia: Arthur Maia e o Ananias, que eram titulares lá do Chapecoense.

Queria perguntar e pedir vênia aos senhores e senhoras para que possamos fazer um minuto de silêncio em respeito à morte dessas pessoas que tocaram profundamente o nosso – pelo menos o meu coração foi tocado profundamente.

Um minuto de silêncio.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jucá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu sei que o pessoal da oposição é alienado, mas eu acho que alienação tem limite. Então, quero aqui repor duas questões que são verdadeiras.

Primeiro, a crise que o Brasil vive não é essa questão do Calero ou do Geddel. A crise que o Brasil vive é uma profunda crise econômica e social colocada pelo governo anterior, que nós estamos tentando resolver. E, hoje, vamos votar uma matéria importante na direção dessa solução. Primeira coisa.

Segunda: a Senadora Vanessa devia procurar se informar melhor, porque a declaração que eu dei, dizendo que defendo a convocação extraordinária, a partir do dia 10, para darmos prosseguimento à discussão no Congresso da reforma da Previdência e de alguns pontos, eu não dei como Líder do Governo; eu dei como Presidente do PMDB, que é o maior partido do Brasil. E defendo isso pelo PMDB, porque entendo que não dá para tirarmos férias enquanto a situação econômica vai piorando e o desemprego vai aumentando.

Então, se nós andarmos com a Comissão Especial, mesmo que não tenhamos votação em plenário, contando o prazo para reforma da Previdência e outras reformas que estão propostas, é uma sinalização que vai na direção da construção da confiança e da segurança para investimentos.

Portanto, coloco essa posição como Presidente do PMDB, mas quero registrar que o Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, também do PMDB, já deu declarações na imprensa dizendo que defende a autoconvocação.

Isso nada tem a ver com o Governo do Presidente Michel Temer, não é uma tarefa do Governo do Presidente Michel Temer. Ele até pode fazer uma convocação. Essa convocação do Executivo tem que ser aprovada por maioria nas duas Casas – não é o caso. Portanto, eu defendo uma autoconvocação sem o pagamento de nenhum tipo de vantagem a servidores ou Parlamentares.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – A lei já não permite, Sr. Líder. V. Exª sabe disso. Não precisa faturar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Essa é a posição do PMDB. Portanto, fica claro aí. Espero que a oposição leia jornal e se informe melhor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, nós estávamos aqui a discutir a inversão de pauta desses referidos requerimentos. Entretanto, alguns Senadores, que nunca compareceram a esta douta Comissão, chegaram aqui para fazer o seu discurso. É interessante, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O Senador Jucá colocou muito bem, mas eu quero ir um pouquinho além, rapidamente. Como é que se quebra um Brasil com seis meses de gestão? Como? Eu sou um administrador de empresa há 30 anos. Como é que se quebra um país em seis meses? Impossível!

Eu vou dar dois números aqui muito rapidamente: em 2003, o Brasil devia, depois de 500 anos, R$852 bilhões. Em treze anos de PT, agosto de 2016, R$4,27 trilhões. Ponto!Aqui não há que se falar mais nada, Senador Aloysio. Quem quebrou o Brasil e quem não quebrou o Brasil? Está aqui: de R$852 bilhões para R$4,27 trilhões. Nesses 13 anos de governo, os gastos do governo do PT superaram a inflação em 75,4%. Se alguém tiver dúvida, é só buscar essas informações junto ao Ipea e junto ao mercado econômico no País, junto aos grandes jornais.

Então, aí, sim, quebrou o País. O que o Presidente Temer está fazendo – não estou aqui para defendê-lo – é tentar consertar todo esse desastre. Mas eles, além de terem quebrado, Medeiros, o Brasil, não querem deixar nós consertarmos o Brasil. Os culpados hoje somos nós. O que o Padilha tem a ver? O Padilha vindo aqui vai consertar o Brasil? É claro que não! O que o Padilha vai vir fazer aqui? Consertar o Brasil? Acho até, Presidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eles estão é demolindo o Brasil.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu estou com a palavra. Respeite-me, por favor...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eles estão demolindo o Brasil. Quando o Brasil cai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Respeita, Vanessa; garanta a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora... Por favor, Senadora.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu acho que nós devemos colocar esse requerimento, Sr. Presidente, em votação. Vamos colocar esse requerimento em votação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É muito ruim interpelar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Nós vamos é consertar este País. Essa PEC que o Senador Jucá colocou é de extrema importância para o nosso País. Esse é o caminho para consertarmos todo esse desastre.

Hoje, nós vamos aprovar a PEC 55 do Teto de Gastos hoje e, no dia 13, vamos bater o martelo final. Esse vai ser o novo marco na gestão pública do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Há algum Senador que queira...

Senador Flexa Ribeiro, peço a V. Exª...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, só para concluir muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... por favor, que. Futuramente, não me induza mais a erro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – De maneira nenhuma. Estava convencido...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Tenho tanto apreço e admiração a V. Exª! Todo Senador tem fé pública. Quando se diz uma coisa, é para se acreditar que é realmente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu nunca me referi à questão regimental. Eu me referi à questão do acordo que existe em todas as Comissões e que foi introduzido por eles quando estavam na situação e tinham a maioria.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Mas a lei vem do costume. Então, está no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª está na suposição.

Pois não, faça a sua colocação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu só quero reafirmar aquilo que já foi dito pelos meus Pares anteriormente.

Eu tenho que respeitar a posição dos Senadores que estão na oposição hoje de tentar defender o indefensável. Ora, todos nós – e acredito que eles também – estamos imbuídos do espírito de colocar o Brasil no caminho da normalidade, no caminho do desenvolvimento, arrumado, como eles receberam – como eles receberam em 2003.

Ora, mas isso não pode ser feito num passe de mágica. Seria muito fácil estalar os dedos e a coisa acontecer. O estrago foi muito profundo. O País está numa situação... Se fosse um paciente seu, Senador Otto Alencar, estaria em coma.

Então, V. Exª sabe que é preciso que haja medidas e remédios amargos para que você possa recuperar a nossa Nação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Esse tipo de paciente eu não tenho. Eu sou ortopedista. Quem tem esse paciente é neurologista.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, está todo quebrado. Pronto. Está que-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

brado. Até fica melhor a expressão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Fraturado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Exª me corrigiu para melhorar a situação do Brasil. Está quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Politraumatizado. Pronto, politraumatizado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está quebrado. Politraumatizado, pronto. Então, vai precisar de muitos parafusos para poder arrumar.

Então, vamos continuar a nossa pauta. Vamos chegar lá. Eu faço até questão que a gente chegue nos requerimentos. Vamos votar hoje os requerimentos, não tem problema não. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, eu não sei como vai ficar agora a nossa pauta aqui, mas eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vamos começar pelo item 1.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – ...mas eu queria, de antemão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... que é o Senador José Medeiros.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – ...pedir para tirar de pauta o item 4. Preciso de uma análise maior. E também queria, na medida do possível, lógico, pedir para que votássemos o mais rápido possível, se possível inverter, o item 12, que é de nossa relatoria, que já está pronto, Sr. Presidente, aqui na comissão há mais de quatro meses para que possamos votar. Aproveitar o quórum qualificado e votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Estamos retirando de pauta o item 2, o item 4.

São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2016

- Não terminativo -

Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 4º da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para dispor sobre a forma de divulgação da Tarifa Social de Energia Elétrica.

Autoria: Deputado Jefferson Campos

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistên-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cia à saúde, para garantir aos consumidores de plano de saúde coletivo empresarial ou coletivo por adesão, se violado algum direito ou interesse juridicamente protegido, legitimidade ativa ad causam contra Plano Privado de Assistência à Saúde.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

- A matéria constou na pauta do dia 18/10/2016.

-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

E eu passaria a palavra ao Senador José Medeiros para o item 1, depois o item 12, como pediu o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, o item 1 já tem pedido de vista?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, o item 1 vai... O Relator, Senador José Medeiros, eu passei a palavra a ele. Não tem pedido de vista.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu quero pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Concedo vista a V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu vou ler antes, depois dou vista a V. Exª.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2016

- Não terminativo -

Acrescenta inciso ao art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos dispositivo antiesmagamento nas janelas cujo vidro é acionado por circuito elétrico.

Autoria: Deputado Jefferson Campos

Relatoria: Senador José Medeiros

Então, eu concedo ao José Medeiros que ele possa ler o relatório e, depois, será concedida vista.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, vou direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Compete a esta comissão, nos termos do art. 101, inciso III, do Regimento Interno, opinar pelos assuntos atinentes à defesa do consumidor. Os arts. 48 e 61 da CF atribuem ao Congresso Nacional e a qualquer de seus membros, respectivamente, a iniciativa para a proposição de leis relativas a matérias de interesse da União.

No mérito, a proposição tem a virtude de proteger a vida e a segurança dos usuários de veículos automotores ao mitigar os riscos de lesão e morte. Observamos, contudo, que o PLC não diferençou a aplicação da norma entre os veículos para o mercado doméstico daqueles destinados.

Voto. Pelo exposto, votamos pela aprovação do projeto, com a seguinte emenda:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O art. 2º do PLC nº 14, de 2016, terá a seguinte redação:

O art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

VIII – dispositivo antiesmagamento nas janelas dos veículos automotores que possuam os vidros automatizados eletronicamente, segundo as normas estabelecidas pelo Contran.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Senador Romero Jucá, está concedida vista.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu peço vista porque eu quero ver se coloco mais alguns itens...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está concedida vista a V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O item 12, Senador Eduardo Amorim, é terminativo. Esse é um rito terminativo. Eu pediria aos Srs. Senadores e Senadoras que pudessem permanecer para que nós pudéssemos, pelo menos, aprovar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu solicito aos Senadores que permaneçam, pois a votação vai ser rápida, para que nós possamos votar também os requerimentos de acordo como a oposição pediu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Então, Presidente, eu vou pedir também para tirar de pauta.

Sr. Presidente, eu pedi para tirar o item 4 e agora o 12 também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vai tirar de pauta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Retirado de pauta o item 12.

É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para dispor sobre cosméticos orgânicos.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

-A matéria constou nas pautas dos dias 26/04/2016, 10/05/2016, 31/05/2016, 28/06/2016, 05/07/2016, 16/08/2016 e 18/10/2016.

Então, vamos ao item 2.

Está retirado de pauta também o item 2.

O item 3.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Se pudesse só ler o item 14... Só ler.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Quanto ao item 3, Sr. Presidente, a Senadora Vanessa saiu, ela que é Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Senador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Tirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Tirar de pauta?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Tirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Senador Ronaldo Caiado pede, e eu acato, a retirada de pauta do Item 4.

É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir aos consumidores de plano de saúde coletivo empresarial ou coletivo por adesão, se violado algum direito ou interesse juridicamente protegido, legitimidade ativa ad causam contra Plano Privado de Assistência à Saúde.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação com duas emendas

Observações:

- A matéria constou na pauta do dia 18/10/2016.

-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

O item 5 está sob a relatoria do Senador José Medeiros.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, de 2016

- Não terminativo -

Altera o art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para incluir, entre as competências da Agência Nacional de Telecomunicações, a publicação mensal de indicadores de qualidade e de reclamações dos serviços de interesse coletivo.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCT.

V. Exª é o Relator.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Então, vou direito ao voto, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Como?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Vou direto ao voto, então, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vai tirar de pauta?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não, vou direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vai direto ao voto, pois não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Tendo em vista o exposto, manifestando pela constitucionalidade e juridicidade do projeto de lei e, no mérito, por sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quer discutir, Senador?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, eu peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pede vista da matéria.

Concedida vista ao Senador Aloysio Nunes.

O item 6, que está sob a minha relatoria, eu vou retirar de pauta também. É do Senador José Agripino.

Item 7.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Relator é o Senador Paulo Rocha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não está presente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu tenho um voto em separado a respeito, mas, como ele não está presente, eu também peço para tirar de pauta para poder discutir com o Relator Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O item 8, Relator: Senador Davi Alcolumbre, que também não está presente. (*Pausa.*)

O item 9, Relator: Cidinho Santos, que também não está presente. (*Pausa.*)

O item 10, Relator: Senador Ivo Cassol, a quem eu passo a palavra.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vamos tirar de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Retirado de pauta, a pedido do Senador Ivo Cassol.

São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2013

- Terminativo -

Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela rejeição

Observações:

-O relatório foi lido na reunião de 29/09/2015, sendo concedida vista coletiva à matéria. Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.

-Apresentado voto em separado pelo Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação do projeto com uma emenda.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2014

- Terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor ao imediato cancelamento do pagamento junto à administradora de cartão de crédito, sem necessidade de prévia anuência do prestador de serviço.

Autoria: Senador Lobão Filho

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela rejeição

Observações:

-A matéria constou nas pautas dos dias 19/05/2015, 26/05/2015, 16/06/2015, 30/06/2015, 07/07/2015, 14/07/2015, 11/08/2015, 18/08/2015, 25/08/2015, 15/09/2015, 22/09/2015, 29/09/2015, 06/10/2015, 20/10/2015, 27/10/2015, 10/11/2015, 24/11/2015, 01/12/2015, 16/02/2016, 23/02/2016, 15/03/2016, 22/03/2016, 29/03/2016, 05/04/2016, 26/04/2016, 10/05/2016, 31/05/2016, 28/06/2016, 05/07/2016 e 18/10/2016.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para conferir maior segurança às relações de consumo não presenciais.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

-O relatório foi lido na reunião de 16/08/2016.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para proibir a inscrição de débito de valor inferior a dez por cento do salário mínimo em banco de dados ou cadastro de inadimplentes.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela rejeição

Observações:

-A matéria constou nas pautas dos dias 01/12/2015, 16/02/2016, 23/02/2016, 15/03/2016, 22/03/2016, 29/03/2016, 05/04/2016, 26/04/2016, 10/05/2016, 31/05/2016, 28/06/2016, 05/07/2016 e 18/10/2016.

O item 11, Relator: Senador Valdir Raupp, é o Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2014.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Peço a retirada para melhores análises.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Também retirado de pauta.

É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados.

Autoria: Senador Kaká Andrade

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição

Observações:

-O relatório foi lido na reunião de 23/03/2016.

O item 12 já foi retirado de pauta a pedido do Senador Eduardo Amorim.

O item 13, Projeto de Lei do Senado nº 750, terminativo.

João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com a palavra V. Exª para relatar o Projeto de Lei nº 750, de 2015.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030.

Autoria: Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatoria: Senador João Capiberibe.

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta do dia 18/10/2016.

Este projeto, de autoria do Senador Jorge Viana, eu julgo de alta importância parra ser relatado por V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, este momento é importante para apreciarmos e votarmos este projeto, em função da última reunião de Marrakesh sobre mudanças climáticas.

O relatório tece uma série de considerações, analisa o momento em que nós estamos vivendo, fala das mudanças que o nosso País está sofrendo e principalmente de regiões que não podem mais sofrer pressões ambientais, como é o caso da Amazônia.

Eu vou aqui destacar a inclusão dessas metas à Lei nº 12.187, de 2009. Não instalaria conflito com as metas já estabelecidas no art. 2º, porque ela acrescenta, voluntariamente, algumas metas importantes para que o nosso País se situe em âmbito internacional.

O Acordo de Paris estabeleceu requisitos semelhantes, condicionando a entrada em vigor à assinatura de 55 países, responsáveis por 55% do total das emissões. Assim, no caso de não cumprimento das condições mínimas para entrada em vigor do acordo ou de atraso do Brasil em ratificá-las, as metas brasileiras apresentadas na COP 21 poderiam figurar no ordenamento jurídico graças a alterações propostas no PLS e poderiam pautar o planejamento nacional sobre mudanças climáticas para o período pós 2020.

Por isso, ante o exposto, votamos pela aprovação do PLS 750, de 2015.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão.

Nenhum Senador ou Senadora deseja discutir a matéria?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu gostaria de pedir vistas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Senador Romero Jucá também.

Vistas coletivas, então.

Item 14, Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2016, terminativo, Senador Jorge Viana.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não está presente.

É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação com catorze emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Observações:

Vamos ao item 15.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 33, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, combinado com o inciso I, do artigo 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com a presença do Sr. Ernesto Lozardo, presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), para debater sobre o funcionamento do Instituto e sobre a tentativa de submeter os órgãos técnicos às vontades políticas do governo, especialmente no caso que envolveu o estudo "Os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do sistema único de saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil" (Nota Técnica nº 28 Disoc/Ipea), de autoria dos pesquisadores Rodrigo Pucci de Sá e Benevides e Fabiola Sulpino Vieira, que resultou na exoneração desta do cargo Coordenadora de Estudos e Pesquisas de Saúde na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, após publicação no site do Ipea de nota contestando os dados do referido estudo, por contrariar a posição do governo em relação à PEC 241, sobre regime fiscal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Em votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha contra, tendo em vista...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, eu quero discutir.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... que as premissas do requerimento são falsas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para discutir, pela ordem, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Em seguida, o Senador Humberto Costa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, Sr. Presidente, eu quero reiterar que esse requerimento eu apresentei ainda no dia 18 do mês de outubro, portanto há mais de um mês.

Entretanto, mesmo a gente tendo dificuldade de só votar agora, apesar de a matéria estar pautada devidamente, conforme determina o Regimento, e que não foi votada anteriormente por falta de quórum sucessivos nesta Comissão, mas, mesmo assim, Sr. Presidente, o requerimento permanece atual.

A realização dessa audiência pública é fundamental, porque nós teremos a possibilidade não só de debater o funcionamento do Ipea, mas também de debater dados relativos à PEC 55. Vejo isso como fundamental.

Quem não lembra o que aconteceu naquele período, Sr. Presidente, logo em meados, início do mês de outubro, quando foi lançado um estudo técnico, a Nota Técnica nº 28, do...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... Ipea, que colocava claramente os impactos a serem sentidos no Sistema Único de Saúde em relação à PEC nº 55.

Em decorrência desse fato e em decorrência, Sr. Presidente, de estar uma servidora pública, um servidor público cumprindo o seu dever e divulgando dados oficiais, dados verídicos, eles foram retaliados. Ela foi demitida, a Drª Fabíola foi demitida, foi retirada da sua função de confiança por conta disso.

Olha só o paradoxo. Vejamos só a contradição. Aqui ouvi muito e ouvi com bastante atenção dizerem que o problema do País está muito além de Geddel Vieira Lima, está muito além de Ministro Padilha. De fato, está muito além. Mas não podemos deixar de reconhecer que essas figuras centrais do poder no Brasil, enquanto o Brasil pega fogo – e isso quem diz não sou eu, isso quem diz são todos os articulistas, inclusive aqueles que se empenharam muito para a saída da Presidente – enquanto o País pega fogo, enquanto o País se afunda em uma crise econômica, eles ficam intervindo em setores do poder público em favor de iniciativa privada, em favor de interesse pessoal de um Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Veja, levantei um caso em outubro, um caso de uma pesquisadora, uma das dirigentes do Ipea que foi tirada do cargo por ter cometido qual crime? Por ter divulgado, assinado uma nota técnica relatando os impactos na saúde pública da PEC nº 55. Ela foi tirada.

Um outro fato, um Ministro pediu para sair dizendo não aguentar as pressões, pressões em favor do privado, pressões em favor de pautas escusas. E aí me vem o Presidente da República, na maior cara de pau, Sr. Presidente, dizer que agiu para resolver um conflito entre órgãos. Que órgãos estavam em conflito? Nenhum órgão estava em conflito, porque se um órgão estadual, que é subordinado ao nacional, tem sua decisão revista, o que vale é a decisão do órgão nacional, que foi o do IPHAN nacional. Não havia conflito. O único conflito que havia ali era o conflito de interesse direto do Sr. Geddel Vieira Lima. Esse era o único conflito. O único. Único e absoluto conflito. E o que acontece?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, ela pediu para discutir um requerimento...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Um Ministro...

Eu estou debatendo o requerimento no tempo regimental...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Está discutindo requerimento...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Um Ministro – Ministro! – pede, Ministro vai e pede para um colega, o Ministro da Cultura, para resolver. Outro Ministro Padilha pede para resolver...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Nada a ver.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Tem a ver sim...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora, a senhora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Tem a ver sim. A conduta é a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora, peço a V. Exª...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque veja: de um Governo que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... Peço a V. Exª para se ater ao tema.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... que assumiu o poder com um bandeira central, qual seja, o combate à corrupção; com uma bandeira central, a ética, agir dessa forma, enquanto uma servidora como é o caso do Ipea, desse órgão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Vanessa, para concluir, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... que cumpre o seu dever – e concluo, Sr. Presidente –, assina uma nota técnica, estuda um projeto e os impactos desse projeto e divulga é demitida, é deslocada do cargo que ocupa e o outro é pressionado para descumprir a lei?!

Este é o Governo que colocaram, seis meses, seis meses e não conseguiram superar a crise econômica e não vão conseguir, não conseguiram trazer a paz e não vão conseguir, porque assim age, infelizmente, esses que estão no poder máximo, no Palácio do Planalto, trabalhando em defesa dos seus interesses particulares e privados em detrimento dos interesses do País.

Então, acho que é fundamental este debate aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Humberto Costa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone*.) – ... não conseguiu um apartamento e Lula conseguiu comprar um triplex. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vamos respeitar o *ad argumentandum*. Vocês não querem nem quem tinha o direito a argumentar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Todos terão direito à palavra. Então, vamos assegurar a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu não vou responder a essa provocação feita pelo Líder do Governo porque eu acho que não merece resposta. Se eu fosse responder, eu seria tão grosseiro quanto ele o foi agora, mas eu não vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª me permite que eu possa fazer um aparte?

Eu acho que o momento do Brasil é tão grave que, se não esperar soluções boas para o País dos moderados e dos exaltados, nós não vamos esperar absolutamente nada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu vejo cada exaltação aqui descabida que não merece análise, como V. Exª falou, porque nós estamos discutindo um assunto em que todos têm direito à palavra para discutir, então, de forma democrática e colocar suas opiniões com muita clareza.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, ainda agora o senhor chamou a atenção do Lindbergh, então, chame a atenção agora do Jucá também, dessa grosseria que ele fez com a gente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone*.) – Grosseria, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jucá, realmente...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu peço desculpas.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª é Senador, não é corretor de imóveis para fazer essas comparações.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Peço desculpas. Eu sou apenas um comentarista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Humberto Costa, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu entendo que esse debate que a Senadora Vanessa Grazziotin procura suscitar é extremamente importante porque fala de republicanismo, fala de fidelidade e de posicionamento de órgãos públicos e fala do direito deste Senado Federal fiscalizar as ações do Poder Executivo.

Apesar da forma jocosa com que alguns estão tratando o tema, ele é muito sério, ele é muito grave. Quando um Governo resolve interferir e destituir uma servidora de um órgão de direção por conta de um estudo realizado que não coincidiu com o desejo ou com a vontade, a opinião do Governo, parece-me que isso é muito grave, principalmente quando se trata de um órgão como o Ipea, que é uma referência nacional e internacional, que os seus estudos permeiam a tomada de decisão, não apenas dentro do Governo Federal, mas de outros níveis de Governo, da iniciativa privada, de outros países. Portanto, é um órgão que precisa ter a sua *expertise* e a sua respeitabilidade absolutamente preservadas.

Portanto, é preciso que se investigue se isso aconteceu, primeiro porque outros estudos serão feitos pelo Ipea, de relevância para o País, e poderão ser questionados se eles, de fato, refletem a verdade ou se foram maquiados para atender ao interesse do governante de plantão. Segundo, se essa prática se dissemina, nós temos outros órgãos que também são órgãos de excelência e que têm uma responsabilidade vital para a economia, por exemplo, do nosso País. Imaginem se o IBGE passar a ser dirigido com essa espada sobre o pescoço dos seus integrantes!

Eu me lembro... Já vi, inclusive, Senadores aqui criticando, por exemplo, a Argentina, no período do governo anterior, em que se dizia que os cálculos da inflação eram maquiados. Imaginem se os órgãos brasileiros começam a perder a sua credibilidade também! Imaginem a taxa de apresentada, projetada pelo IBGE, ou as pesquisas que são feitas da condição socioeconômica da população brasileira! Ora, isso tem uma repercussão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

gravíssima para a credibilidade do País, para a credibilidade do Governo.

Por outro lado, eu acho que isso é exatamente daquilo de que nos acusavam: o verdadeiro aparelhismo é este. É colocar pessoas em órgãos de credibilidade importante para não cumprirem a sua responsabilidade e o seu papel, mas para atenderem às demandas do Governo, seja até negando o que é a realidade.

O que este estudo do Ipea demonstrou é aquilo que nós estamos dizendo o tempo todo: que essa PEC vai trazer prejuízos graves para o Brasil. E ela focou numa área essencial que é a área da saúde, que eu minimamente conheço um pouco.

E este mesmo Senado, que aprovou a regulamentação da PEC 29, o mesmo Senado que aprovou a Lei Complementar 141, que definiu também os gastos mínimos de saúde para Estados e Municípios, e recentemente aprovou uma decisão vinculando os gastos da saúde à Receita Corrente Líquida, com essa proposta de PEC, está exatamente acabando com qualquer vinculação. E o papel da vinculação é garantir a possibilidade de universalização dos serviços de saúde, de garantir uma qualificação melhor dos serviços saúde que são prestados à população.

E nós sabemos que o congelamento dos gastos públicos durante 20 anos vai levar fatalmente à queda da qualidade e dos gastos efetivos de diversas áreas, inclusive da saúde. E não adianta dizer aqui que o congelamento se dá pelo valor global, porque, quando nós formos discutir como fazemos uma divisão diferenciada dos gastos, não pense que vai ser a área da saúde ou que será a área da educação que vai ser beneficiada. Outros segmentos têm muito maior capacidade de vocalização junto ao Congresso Nacional, e o que nós vamos ter é o aumento da desigualdade.

Portanto, o que o Ipea fez foi cumprir o seu papel. E nós queremos aqui não somente debater o conteúdo desse estudo, mas saber se realmente as denúncias que foram feitas de demissão de um servidor pelo fato de ter contrariado posições do Governo são efetivas ou não. E eu acho que deveria ser, até mesmo para a preservação da credibilidade do Ipea, uma decisão da Base do Governo fazer essa audiência pública e esclarecer os fatos.

Obrigado, Senador Otto Alencar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Para discutir, Sr. Presidente, bem rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, os representantes de um governo que foi useiro e vezeiro em maquiar coisas gravíssimas, maquiar as contas públicas do País, que levou ao descrédito universal a contabilidade pública brasileira estão aqui a nos dar lições de transparência em relação a este caso.

Na verdade, Sr. Presidente, essa senhora pesquisadora não fazia parte do corpo funcional do Ipea, como membro da carreira; ela era uma pessoa que exercia um cargo em comissão. Muito bem, ela apresentou um estudo sobre esse tema, o tema da repercussão da PEC dos gastos sobre a área da saúde. É uma opinião.

Aliás, o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo, na sua intervenção, aqui no plenário, ressaltou este fato, que economistas, diante de um mesmo fato, frequentemente têm opiniões inteiramente divergentes; isso é assim. E foi o que ocorreu, no âmbito do Ipea, porque essa pesquisadora apresentou um estudo com as conclusões que são saudadas pela oposição e que, no meu entender, são erradas, porque essa PEC preserva os gastos da saúde. Agora, concomitantemente a esse estudo, outro estudo havia sido elaborado por dois outros pesquisadores que merecem tanto respeito quanto ela, e que chegaram à conclusão diametralmente oposta.

Pois bem, o Presidente do Ipea, o Prof. Lozardo, pediu aos seus colegas que aguardassem a volta de uma viagem que ele iria fazer para o exterior, para colocar esse tema num debate amplo entre eles, os pesquisadores, porque é hábito da casa, quando há questões dessa relevância, discutir-se internamente, antes de se adotar uma posição pública – é o hábito da casa!

Acontece que essa senhora, essa pesquisadora não concordou, e unilateralmente divulgou o seu estudo, antes que ocorresse uma reunião, o que é, insisto, algo habitual numa casa de pesquisa, de debate, de estudo, a confrontação de opiniões. Ela se precipitou e divulgou o seu estudo, e apresentou esse estudo como sendo opinião do Ipea.

Então, isso foi o que aconteceu. Não houve nenhuma perseguição. O Presidente da República – imagine a fantasia, imagine que coisa maluca! – ter determinado a demissão. Nada disso – nada disso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Quem tinha esse hábito de interferir nos trabalhos dos pesquisadores era o Sr. Marcio Pochmann, petista ilustre que presidiu o Ipea e que perseguiu o atual Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Mansueto de Almeida, que é pesquisador do Ipea e que teve os seus trabalhos interditados, não pôde levar à publicação os seus trabalhos, exatamente porque o Sr. Marcio Pochmann, petista ilustre, de alto coturno, impediu a divulgação desses trabalhos.

Então, Sr. Presidente, o que está se fazendo aqui é uma tempestade em copo d'água. Debater os efeitos da PEC 55 sobre a saúde é o que nós estamos fazendo em audiências públicas, nas comissões, já debatemos em plenário por quatro sessões e vamos debater e votar hoje, para aprová-la com ampla maioria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu estou com urgência na votação desses requerimentos, mas eu vou ser muito breve, Presidente, porque você, às vezes, escuta algumas coisas que não dá para você permanecer em silêncio.

O nosso querido amigo Senador Humberto Costa colocou o problema da saúde e da PEC, pois ele está preocupado com a vigência dela por 20 anos. Deixe-me dar uma informação precisa para o nosso amigo Senador Humberto Costa. Em 2000, o Brasil investia 1,73% em saúde – acredito que V. Exª tenha essa informação –; em 2011, 1,75%, ou seja, quase uma década, sem aumentar praticamente nada, tendo aumentado 0,02 a verba da saúde, em relação ao PIB. Isso é fonte Ipea. Se V. Exª está preocupado com a PEC em 20 anos, basta olhar para trás que V. Exª vai ver que a saúde não sofreu injeção de recursos. Isso é do Ipea, é só olhar lá. Eu digo mais: em 2015, a Presidente Dilma tirou da saúde R$11,5 bilhões. Vamos para o SUS. V. Exª é médico e sabe muito bem. O SUS: em 2000, o Brasil investia 60%; em 2010, 45%.

V. Exª também falou sobre o IBGE. Eu não sei se V. Exª se lembra, mas eu sempre fui um crítico ferrenho dessa metodologia de cálculo do IBGE no Brasil. Fiz aqui várias reuniões, porque eu sabia que essa metodologia estava errada. Eu tinha certeza disso. Eu tenho o maior respeito pelos técnicos do IBGE, mas a Presidente Wasmália, do governo do PT: maquiaram-se esses números. E eu provo isso. Desalentado era considerado empregado; seguro-desemprego era considerado emprego; quem trabalhava uma hora por semana era considerado empregado. Agora, o IBGE está fazendo, então, um novo cálculo, em que chegou a 22,9 milhões de brasileiros desempregados. É lamentável. As nossas instituições precisam, realmente, ser sérias, porque nós não podemos ter números errados.

Eu só queria dar essa informação, Sr. Presidente. Vamos à votação, então.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Presidente, vamos votar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pelo art. 14, Presidente. Como ele me citou, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. V. Exª tem a palavra, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria só dizer ao ilustre Senador Ataídes que, em primeiro lugar, os únicos governos que, efetivamente, cumpriram a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, foram os governos de Dilma e Lula.

Foi também no governo da Presidenta Dilma que essa PEC foi regulamentada por intermédio do Projeto de Lei Complementar nº 141, que nós votamos, que definiu, inclusive, os gastos mínimos de Estados e Municípios.

Terceiro, foi também durante esse governo que nós fizemos a vinculação à receita corrente líquida.

Quarto, é importante que V. Exª, que sempre apresenta números e se mostra um estudioso das questões orçamentárias, possa saber que a proporção de gastos entre Governo Federal, Estaduais e Municipais mudou a partir da aprovação da EC nº 29, porque, lamentavelmente, os Municípios e os Estados não tinham um gasto definido previamente e mínimo. Foi a Emenda Constitucional nº 29 que determinou, o que não impediu que governos estaduais – por exemplo, do PSDB – incluíssem em gastos da saúde coisas que não têm nada a ver com saúde, como atendimento veterinário a cavalos e coisas assim.

Então, quanto a essa diminuição da proporção, não é que, em termos reais ou nominais, houve uma queda de gastos federais; pelo contrário, cresceu. O que houve foi um crescimento proporcional dos gastos estaduais e municipais. Como tal, se estabeleceu assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Isso quer dizer que nós gastamos muito em saúde no nosso governo? Não, devíamos ter gasto mais. Agora, que nós vamos sofrer com redução dos gastos a partir dessa PEC, com certeza, nós vamos.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vamos para a votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não havendo mais quem deseje discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado por ampla maioria.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Ampla, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Por maioria.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 35, de 2016

- Não terminativo -

Com base nos termos do artigo 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO seja CONVOCADO o Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, GEDDEL VIEIRA LIMA, para que compareça à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito dos fatos noticiados pela imprensa, e detalhados na justificativa abaixo, e que primeiramente foram suscitados na notícia - "FORA DO GOVERNO, CALERO ACUSA GEDDEL DE PRESSIONÁ-LO PARA LIBERAR OBRA" - veiculada pelo jornal "FOLHA DE S. PAULO", no dia 19 de novembro de 2016, segundo a qual o então ex-Ministro da Cultura, Marcelo Calero, acusa o Ministro Geddel Vieira Lima de tê-lo pressionado a produzir um parecer técnico para favorecer seus interesses pessoais.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Ex-Ministro, no caso.

Em discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Antes de mais nada, esse requerimento de convocação tem que ser transformado em um requerimento de convite. Na medida em que o Ministro renunciou por conta da gravidade das denúncias que foram apresentadas contra ele, ele deixa de ter a obrigação constitucional de aqui comparecer. Portanto, se trata de um convite.

Aqui, ninguém queira dizer que, no governo passado, não se convidavam ou se convocavam ministros e outras autoridades, porque eu tenho aqui uma relação de convites que foram feitos só ano de 2015 e de comparecimentos que aqui tivemos, assim como em outras comissões e no plenário – em 2014, em 2015. Portanto, não se devem utilizar os fatos do passado para justificar a posição no presente.

Segundo, eu queria colocar, Sr. Presidente, que esse é um assunto extremamente grave. Esse assunto teve repercussão, inclusive, internacional. Um Ministro de Estado, talvez um dos mais importantes deste Governo, que, ao invés de exercer as suas funções com denodo, com republicanismo e com decência, utilizou-se desse cargo para procurar estabelecer benefícios de ordem pessoal e praticou crime de concussão e de advocacia administrativa, pressionando servidores – na prática, subalternos – a romperem o seu compromisso funcional, a modificarem pareceres técnicos que foram dados por instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, inclusive alardeando que outros ministérios ou outras instituições do Governo Federal poderiam fazer o arrumadinho de criar um parecer que pudesse beneficiar o Ministro.

Portanto, é um assunto de extrema gravidade. Não podem os Senadores da Base, aqui, dizerem: "O que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

é que vai adiantar Geddel vir para cá, para o futuro do Brasil?" Adianta muito, porque nenhum governo consegue promover mudanças ou ações sem ter a credibilidade necessária, e este Governo não tem credibilidade, Sr. Presidente.

Os integrantes deste atual Governo alardearam ao Brasil que era necessário derrubar uma Presidente eleita pelo povo, para combater a corrupção, e o que nós estamos vendo é a corrupção se aprofundando; que era necessário derrubar a Presidente e que, de imediato, o País recuperaria a sua confiança, por parte dos investidores, e nós teríamos controle de inflação, fim da queda do desemprego, melhoria das condições econômicas e crescimento do País. Está acontecendo tudo ao contrário: o desemprego está se aprofundando, a recessão está se aprofundando, o Governo não toma medidas que sejam capazes de responder a isso, e, como tal, a situação se agrava. E, além do mais, a crise de ordem ética, com interesses privados sendo advogados dentro do Governo, compromete ainda mais essa confiança e essa credibilidade que o Governo precisaria ter.

E me parece um erro, um equívoco grave que nós não tenhamos aqui, no Congresso Nacional, a oportunidade de convidar esse cidadão, para que ele possa prestar os esclarecimentos. Há suspeitas, por exemplo, que foram alardeadas pela imprensa, de que ele sequer é proprietário desse apartamento, de que poderia se tratar de uma articulação com uma taxa de sucesso, que seria o presente do apartamento. Se isso não é grave, o que é grave neste País?

Então, eu entendo que o objetivo que a oposição tem, ao apresentar esse requerimento, é exatamente esclarecer os fatos, permitir que a população brasileira saiba do que aconteceu, a fim de que nós possamos, efetivamente, cumprir o nosso papel e a nossa tarefa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em votação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não, Sr. Presidente: eu quero debater a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A senhora pediu?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu pedi.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu também, desde já, quero aqui dizer que talvez, no requerimento anterior, eu tenha adiantado já muito do que falaria agora, na votação desse requerimento, visto que já me referi ao fato.

Primeiro, em relação ao requerimento anterior, nós vimos aqui explicações até plausíveis do que possivelmente teria ocorrido, mas eu quero dizer que não creio nessas explicações, porque, se de fato as explicações fossem verídicas, seria muito bom, até para eles, trazer o Presidente do Ipea, para que, diante dos Senadores e Senadoras, na Comissão adequada, que é essa Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, nos dissesse, nos explicasse que nenhuma irregularidade foi cometida. Não. Pelo contrário: eu não vi nenhuma resposta, nesse sentido, pela imprensa.

Então, eu acho que quem foge do debate o faz porque não tem o que dizer, Sr. Presidente. O que nós estamos ouvindo aqui é exatamente isso.

Eu também, Sr. Presidente, apesar de não parecer, levo muito em consideração todas as orientações que recebo, independentemente de onde venham. E estou aqui, lendo com muita atenção as matérias de jornais, sobretudo dos acontecimentos no dia de ontem. E aqui, lendo a matéria, eu percebi o seguinte, Sr. Presidente: em decorrência desse escândalo, que é o objeto do requerimento que nós estamos votando, havia uma grande expectativa de quem iria substituir o ex-Ministro Geddel Vieira Lima na SRI, na Secretaria de Relações Institucionais. Mas, ontem, segundo notícia do jornal, foi jogado um balde de água fria naqueles que tinham pretensão de substituir o ex-Ministro nesse cargo e que a decisão tomada – ninguém sabe até quando – é que a equipe continuará tocando.

Agora veja, Senador Humberto Costa, a principal pessoa da equipe, que continuará tocando, é o Sr. Carlos Henrique Sobral, e a outra pessoa da é Ivani dos Santos. Carlos Henrique Sobral é Secretário Executivo. Na época de sua nomeação para Secretário, houve uma polêmica muito grande. Sabem por quê? Porque ele foi um indicado do ex-Presidente da Câmara dos Deputados e ex-Deputado Eduardo Cunha. Um homem de confiança de Eduardo Cunha é quem continuará dirigindo a Secretaria de Relações Institucionais. Aí vêm querer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dizer que está tudo bem no Brasil, que no Brasil não há problema nenhum, Sr. Presidente?

Ontem mesmo, esse ex-Presidente da Câmara dos Deputados dirigiu inúmeras perguntas ao Presidente da República, várias delas eliminadas pelo Juiz Moro. É importante que todos aqui e que o Brasil inteiro tomem conhecimento dessas perguntas, porque elas soam muito mais a respostas do que a perguntas.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte – e terminar como iniciou o Senador Humberto Costa: no governo anterior, eleito, legítimo, da Presidenta Dilma, vários foram os requerimentos polêmicos como este aqui, mas não é verdade isso que estão dizendo. Eu tenho aqui alguns dados: no dia 14 de maio de 2013, aqui esteve o Ministro Edinho Silva. Na sequência, veio para cá Gilberto Carvalho, em acordo. Então, vamos fazer um acordo. Vamos fazer um convite, acho que, neste primeiro momento, ao Calero, quem sabe. Ao Calero ou, senão, aos dois, ou ao Geddel. Vamos ver qual o acordo possível de ser feito.

O que não pode, Sr. Presidente, é esta Comissão ignorar o que está acontecendo. E não adianta dizer que o problema do Brasil não são essas pessoas. São, sim. São essas pessoas sim, porque – volto a repetir – eles tomaram de assalto o Palácio do Planalto, por umas razões muito objetivas. Agora, os fatos demonstram que era para a defesa dos seus interesses privados e defesa dos interesses das grandes corporações financeiras, porque tudo aquilo que eles estão dizendo que vai superar a crise econômica são maldades...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para concluir, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... estou concluindo – com o povo brasileiro.

Agora é a PEC 55, que vai retirar dinheiro da saúde e da educação, sim. Da segurança pública, da ciência e da tecnologia. Vai, sim. Depois o quê? Reforma da previdência, Presidente, para tirar direito do humilde trabalhador, que não ganha nem três, quatro salários mínimos. E depois? Reforma trabalhista. E depois? Desvinculação dos direitos sociais do salário mínimo. Tudo contra o povo e nada contra as elites financeiras, que vêm aqui sugar o juro e o recurso barato que eles recebem para enriquecer.

Então, vamos fazer um acordo e votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Encerrada a discussão e votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – PMDB encaminha contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Rejeitado o requerimento de autoria do Senador Humberto Costa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Meu voto a favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O item 17 também é um requerimento do Senador Humberto Costa.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 36, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 50 caput da Constituição Federal, que seja CONVIDADO a comparecer a esta casa o Senhor Marcelo Calero, ex-Ministro da Cultura, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito dos fatos noticiados pela imprensa, e detalhados na justificativa abaixo, e que primeiramente foram suscitados na notícia - "FORA DO GOVERNO, CALERO ACUSA GEDDEL DE PRESSIONÁ-LO PARA LIBERAR OBRA" - veiculada pelo jornal "FOLHA DE S. PAULO", no dia 19 de novembro de 2016, segundo a qual o Sr. Marcelo Calero acusa o Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, de tê-lo pressionado a produzir um parecer técnico para favorecer seus interesses pessoais.

Autoria: Senador Humberto Costa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Em discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para discutir, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não vou bater nas mesmas teclas; quero trazer mais algumas preocupações. Vejam, nós temos um ex-Ministro, uma pessoa com a qual se pode ter divergências – e elas existem, dentro do próprio meio vinculado à questão da cultura –, mas um servidor que fez questão de dizer alto e bom som que não estava participando do governo para se submeter a pressões ou para realizar o que ele chamou de maracutaias. Eu acho que faz muito tempo na história do Brasil que um integrante de um governo faz denúncias tão graves contra o próprio governo, inclusive contra o Presidente da República.

Esse cidadão, com certeza, tem muitas coisas a dizer a este Congresso Nacional. Ele foi pressionado, primeiro e diretamente pelo Ministro Geddel Vieira Lima, a rasgar um parecer que foi dado pelo IPHAN nacional em contraposição a um parecer dado pelo IPHAN regional – coincidentemente, por uma pessoa indicada pelo próprio Ministro Geddel Vieira Lima. E o mais grave: o próprio Ministro usa o argumento de que tinha ali um apartamento e que pessoalmente estava sendo prejudicado. Ele disse textualmente, e não negou, em nenhuma das entrevistas que deu, que tivesse falado com o Ministro e dito: "E eu, como é que fico?"

Veja que inversão de valores existe neste Governo! O ministro de uma das pastas mais importantes, que deveria buscar preservar o republicanismo, a ética, a impessoalidade, pratica claramente advocacia administrativa. Isso, por si só, já seria suficientemente grave e deveria ter ensejado a demissão imediata desse ministro, o que não aconteceu.

A crise andou, a crise caminhou e só depois que o próprio Presidente da República foi envolvido é que ele pediu demissão. Mas não foi somente ele que se envolveu nessa história: o Ministro da Casa Civil vai e também convoca esse Ministro da Cultura para advogar no interesse do Ministro Geddel e dizer: "Olha, você não tem experiência, você não sabe o que é essa coisa de governo. Resolva esse assunto. O Presidente quer que se resolva." O próprio Ministro da Cultura pergunta: "Mas o Presidente está sabendo?" "Não, está sabendo, e ele quer que se resolva o assunto." Outra coisa gravíssima que aconteceu. Mas a mais grave de todas ainda estaria por vir, as duas mais graves. Uma foi o próprio Ministro Geddel dizer: "Olha, faz o seguinte: manda esse negócio lá para a AGU, que a AGU tem uma solução." É como se dissesse assim: "Já que você não quer sujar as mãos, mande lá para a AGU que lá a gente vai resolver esse problema." Na minha opinião, significa dizer que alguém lá – provavelmente a Ministra – já tinha tido uma conversa sobre...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Deixe de ser leviano, rapaz!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exª me deixe falar!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Deixe de ser leviano! Isso é leviandade, rapaz!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Que leviandade?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Leviano!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Que leviandade?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, Senador Medeiros. Respeite a palavra...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Baixe essa bolinha aí. Baixe a bola.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Espere aí, Senador. Respeite a palavra do Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Baixe a bola aí. Para cima de mim, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Medeiros, por favor. Nós não estamos aqui num...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu aguento V. Exª falar o que quer! Falar mal do Lula, falar mal da Dilma, acusar de desonestidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não estamos aqui...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu só falo mal de bandido, que tem de ser preso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aí, está vendo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Espera aí.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não vou seguir o seu exemplo, não. Fique quieto aí e me escute.

Então, na minha interpretação, a leitura...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Isso aqui não é um octógono para se fazer uma luta de palavras.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A leitura que eu posso fazer, Sr. Presidente, é essa, que ele comprometeu. Pode ser até que não tenha havido esse contato com a Ministra e ele esteja vendendo, ou estava vendendo, como se diz, um prestígio que não tinha. Mas depois a coisa se complica, porque é o próprio Presidente da República que conversa com o Ministro, diz que é importante ele resolver o problema, que Geddel teria ficado muito irritado com a decisão do Ministério da Cultura. Mas veja que coisa! Imagine, o Presidente da República preocupado porque o Ministro ficou irritado porque um parecer não permite que ele tenha o seu apartamento construído! E voltou a afirmar que se deixasse esse assunto ir lá para a AGU. Tanto isso é verdade – e V. Exª não me chame de leviano – que o próprio Ministro, naquela entrevista fantasmagórica de domingo, o próprio Presidente disse: "Eu estava arbitrando um conflito entre órgãos." Não! Ele estava arbitrando um conflito no interesse privado. A AGU interfere quando você tem um Ministério com uma posição, outro com outra, outro com outra. Mas ali havia uma posição de um órgão hierarquicamente inferior, o IPHAN local, que está submetido ao IPHAN nacional, que por sua vez está submetido ao Ministério da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para concluir.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, não havia disparidade nem divergência de pareceres.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou concluir.

O próprio Presidente da República levantou essa questão.

Então, Sr. Presidente, seria muito importante que o Sr. Calero pudesse vir aqui e dizer de viva voz se isso tudo é mentira, é conversa, ou se realmente aconteceu. Parece-me que aconteceu, e se aconteceu é muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vamos levar à votação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E eu quero só dizer a V. Exª mais uma coisa. No começo da reunião, eu pedi que houvesse uma inversão de pauta, e vários Senadores falaram que não era correto, porque havia uma pauta gigantesca que precisava ser limpa, etc. etc. No final, abriram mão de tudo, de todos os projetos, para que se votasse isso e se derrotasse, e se tentasse, com isso, acabar com a crise. Não se acaba com crise assim, não! A crise vai se aprofundar, porque esse Governo não tem condições políticas nem éticas de continuar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu quero debater a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vamos à votação do requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Presidente, eu quero debater.

Eu quero debater, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª já usou a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, é um direito regimental.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora, eu sei, mas V. Exª já discutiu o outro requerimento.

V. Exª já discutiu antes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A cinco minutos qualquer Senador tem direito.

V. Exª vai cassar minha palavra?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pode marcar meu tempo, são cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vou lhe dar a palavra, embora eu tenha absoluta certeza de que V. Exª será repetitiva, vai dizer as mesmas coisas que disse no anterior.

Se a senhora gosta de repetir, eu concedo a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Mas eu estou primeiro que ela.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Se é questão de gosto, eu não vou discutir.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª é um adivinhão. Não sabe nem o que eu vou dizer.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Só quero dizer, Presidente, que não é verdade o que Senador Humberto...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Espere aí. É a minha palavra ou é a palavra dele?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Estou primeiro do que V. Exª, Vanessa. Eu me inscrevi primeiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quem diz isso é V. Exª ou é o Presidente?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu me inscrevi primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Então, eu vou pedir para sair da Comissão, Presidente, porque V. Exª não tem palavra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu vou lhe dar a palavra depois da Senadora. Eu vou lhe dar pela ordem.

Senador José Medeiros, eu vou lhe dar pela ordem, com todo respeito ao Regimento e à educação parlamentar, que o Senado exige.

Senadora Vanessa, depois o Senador José Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, eu quero dizer que, em deferência a V. Exª, a quem acabo aqui de fazer uma série de observações – o tempo nem está correndo. Seria bom que corresse, porque não quero ultrapassar – vou fazer um grande esforço de falar até menos do tempo a que tenho direito regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – E diferentemente do anterior.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu peço a palavra e insisto nela, para tentar, mais uma vez, um acordo, Presidente. Que possamos convidar esse senhor, ex-Ministro da Cultura do Brasil, Dr. Marcelo Calero, para que venha aqui debater com os Senadores e as Senadoras.

No domingo passado, o Brasil parou para assistir a uma entrevista que ele deu à Rede Globo de televisão, ao Fantástico, uma entrevista dada de forma muito segura. Os elementos ali colocados, Sr. Presidente, mostram que estamos diante de um crime confesso, porque nenhuma das pessoas citadas pelo Dr. Marcelo Calero, nem o ex-Ministro Geddel, nem o Ministro Padilha, tampouco o Presidente, Michel Temer, veio a público desmentir as afirmações do ex-Ministro da Cultura Marcelo Calero. Então, o Brasil inteiro parou para ouvir essa entrevista coletiva.

O Senado nada mais é, Sr. Presidente, que a Casa dos representantes das unidades da Federação, do povo brasileiro. Se nós aqui não aprovarmos a realização de um convite, mínimo que seja, que exemplo estaremos dando à sociedade? Exemplo nenhum, aliás, corrijo, o pior de todos os exemplos, o de que esta Casa não trabalha tendo em vista da coletividade, mas trabalha tão somente tendo em vista os interesses de algumas personalidades da República. São personalidades que cometem crime, que confessam o crime cometido, porque Michel Temer nunca disse que não chamou, convocou o Ministro da Cultura em Palácio para tratar do assunto, nunca desmentiu; diz apenas que agiu para resolver conflito entre órgãos diferentes. Não é verdade, não havia conflito entre órgãos! O que havia era um conflito entre um órgão público e um interesse particular de um ex-Ministro, de uma empreiteira. Então, o crime é confesso.

Vamos debater. É apenas isto que queremos: ter o direito de convidar um ex-Ministro que fez a mais grave acusação que a República viu nos últimos tempos, a mais grave, repito, e um crime que é confesso, para debater conosco. Repito: não foi essa a conduta e o procedimento do governo passado. O governo passado, muitas vezes, e nos momentos mais difíceis, aceitou sim o debate e mandou para cá os seus ministros para debater junto com Senadores e Senadoras.

Então, eu sugiro aqui que façamos esse acordo. Vamos fazer o convite...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Senador Aloysio quer falar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... ao ex-Ministro Calero, para que ele venha debater conosco.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu sei o que é a dificuldade que foi, a dificuldade imensa que foi, por exemplo, instalar a CPI da Petrobras – a CPI dos Fundos de Pensão, então, nem se fale: que barreira infernal eles montaram.

Agora, a Polícia Federal está investigando o caso.

Eu penso que todas as gravações devem ser divulgadas, possam vir a público, para que possamos, a partir daí, formar um juízo sobre o caso e, se for do interesse e do desejo da Comissão, então, votar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Encerrada a discussão, em votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O PMDB encaminha o voto contra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Como não há outro item na pauta, está encerrada a reunião.

Aliás, eu queria perguntar aos Srs. Senadores se ocorre um acordo.

Há um requerimento de minha autoria para trazer o Ministro Helder Barbalho para mostrar o projeto do Rio São Francisco para a próxima...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria ler, se é possível haver acordo.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 39, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite do Exmo. Sr. Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, para que compareça à Comissão, a fim de apresentar as ações do Programa Novo Chico, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Autoria: Senador Otto Alencar

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Está feito o convite para terça-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia hum de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Ronaldo Caiado e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Jader Barbalho, Otto Alencar, José Medeiros, Romero Jucá, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata, João Capiberibe, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RMA 106/2015, de autoria da Senadora Regina Sousa. **Finalidade:** Discutir o Mapa da região ecológica dos Babaçuais nos Estados do Piauí, Tocantins, Maranhão e Pará. **Participantes:** Carmen Lúcia Silva Lima, Professora da Universidade Federal do Piauí - UFPI; Francisca Silva Nascimento, Coordenadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB; Cledeneuza Maria, Representante do Movimento da Quebradeiras de Coco Babaçu no Estado do Pará; Juliana de Paula Batista, Advogada do Instituto Socioambiental - ISA; Francisca Maria Pereira, Representante do Movimento da Quebradeiras de Coco Babaçu no Estado do Maranhão; Francisca Pereira Vieira, Representante do Movimento da Quebradeiras de Coco Babaçu no Estado de Tocantins; Tiago Ribeiro Patrício, Professor da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Mauro Oliveira Pires, Diretor de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas. Eu declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a discutir o mapa da Região Ecológica dos Babaçuais Nos Estados do Piauí, Tocantis, Maranhão e Pará, em atendimento a Requerimento nº 106, de 2015, de autoria da Senador que vos fala, Regina Sousa.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o Alô Senado, pelo número 0800 61 22 11.

Vamos fazer duas mesas, porque são oito convidados. Então, a mesa aqui, oito pessoas falando aqui... E além disso a mesa não tem espaço para isso. Então, fazemos uma primeira mesa, depois as pessoas voltam, e enfim, uma outra, um outro grupo para a segunda mesa.

Na verdade, é uma coisa que me inquieta a questão do babaçu, primeiro porque é a minha origem. Eu fui quebradeira de coco até a idade adulta, sim, porque, até 17, 18 anos, estudando fora, mas, quando vinha, nas férias, tinha que quebrar o babaçu para levar o dinheirinho para comprar os livros. E como eu era uma menina muito pobre, mas vaidosa, eu não gostava de livro velho, aquele livro que a gente recebia já todo escrito. Eu não gostava, então, eu trabalhava, mas levava dinheiro para comprar meus livros na livraria. Então, passava as férias inteiras trabalhando para comprar as coisas de que precisava para o ano seguinte. E também que a minha família toda ainda mora na região, na zona rural mesmo, minha mãe, meus irmãos, que já se aposentaram estão fazendo o caminho de volta, todo mundo fazendo o caminho de volta para a zona rural, a zona do babaçu.

E a gente constata que está desaparecendo o babaçu, pelo menos na minha região. No Estado do Piauí, a minha região é a cidade de União, faz parte da Grande Teresina, muito perto da capital. Mas a estrada inteira era de babaçu, 50km, e depois as pessoas foram expulsas para plantar cana, até derrubar. Fazia pena os tratores derrubando aquelas chácaras lindas que tinha na estrada, porque alguém comprou e foi plantar cana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lá. Então, cada vez aumenta o canavial e vai devastando o babaçu, cada vez menos reservas. São obrigados a deixar reservas, mas estão deixando cada vez menos, até porque o fogo que eles usam para queimar a cana para poder cortar atinge as palmeiras e fica lá, pegando fogo. A vantagem é que o babaçu é uma palmeira teimosa, a gente diz que é teimosa, porque ela nasce lá, do nada, a gente pensa que acabou, e daqui a pouco tem as pindobas – lá a gente chama de pindoba –, tem as pindobinhas lá, nascendo daqueles cocos que ficaram no chão. Então, é muito resistente, a gente percebe isso, mas, se não tiver uma preocupação... Não é um bioma, é uma zona de transição, mas, se não tiver uma preocupação, vai acabar.

E os governos, se tivessem mais atenção, iriam perceber que eles têm uma riqueza, porque o babaçu absorve o carbono, o dióxido de carbono, que é uma moeda de troca, inclusive, internacional. Tem países aí que compram porque eles poluem lá e compram aqui. Então, podia ser uma moeda de troca, se os governos quisessem conservar o babaçu.

E aí tem muitos problemas. A gente sabe, quebradeira de coco, minha cunhada ainda hoje é quebradeira de coco, mora lá, casada com meu irmão, já falecido. E ela quebra coco, assim, a gente vê, cada vez mais distante ir buscar o coco, atrás. Então, foi para problematizar isso, mas não só para problematizar, para tentar

...foi para problematizar isso, mas não só para problematizar, para tentar achar caminhos de preservar, de dar condições de vida melhor para as quebradeiras, de ver como se agrega valor, como se faz a pesquisa, como a gente pode ajudar nisso tudo e sermos uma comunidade defensora do babaçual, que é uma palmeira pouco conhecida, porque só quatro Estados tem, então o resto do Brasil não sabe o que é. A gente fala babaçu, eles perguntam: o que é isso? Porque não conhecem. E a gente que conhece é quem tem que fazer essa luta.

Então, espero que nessa audiência a gente tenha muitas sugestões do que fazer. A gente tentou já abrir um diálogo com o Ministério do Meio Ambiente, mas anterior a este governo, tinha começado, mas aí mudou o governo, parou, mas a gente vai, de novo, ao Ministro Zequinha Sarney, que a gente sabe que ele tem uma sensibilidade para essa questão, ele é um dos ministros escolhido, talvez pelo mérito, porque ele realmente é uma pessoa dedicada a esse tema. Então, vamos ver como a gente pode abrir espaços lá também para sensibilizar para essa questão do babaçu.

Dito isso, quero chamar primeiro à Mesa a professora Carmem Lúcia Silva Lima, que é professora da Universidade Federal do Piauí. (*Palmas.*)

Quero chamar Francisca Silva Nascimento, que é Coordenadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB. (*Palmas.*)

Quero chamar Cledeneuza Maria, que é representante do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu no Estado do Pará. (*Palmas.*)

E a Juliana de Paula Batista, advogada do Instituto Socioambiental – ISA. (*Palmas.*)

Composta a Mesa, vamos orientar primeiro assim: são dez minutos inicialmente, claro que a gente tem muita tolerância, a medida em que a pessoa está ainda com seu trabalho pela metade, a gente vai dando mais tempo. Tem uma campainha que toca faltando um minuto. Às vezes, ela toca de forma muito forte que assusta. Mas, a gente avisando assim, o susto é menor. Tenho tentado diminuir o tom dessas campainhas aqui, mas é difícil. E tem sala que é pior. Essa aqui acho que é até uma das mais suaves. Então, faltando um minuto, não significa que você tenha que correr, pois eu tenho aqui o controle de dar mais um minuto, mais um minuto.

Vamos começar. Alguém quer começar ou tenho que fazer uma ordem aqui? Talvez o mapa situe a gente de tudo e de como está a situação no babaçu. Talvez começar com o mapa seja melhor.

Professora Carmem Lúcia, da Universidade Federal do Piauí.

A SRª CARMEN LÚCIA SILVA LIMA – Então, bom dia.

Estou aqui, na verdade, representando o Projeto Nova Cartografia Social e também, enquanto professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, iniciaria rapidamente situando o que é o projeto, para quem não conhece, e aí entender porque a gente, dentre muitas possibilidades de apresentar os resultados das pesquisas, a gente escolheu exatamente a produção de mapas. E que tipo de mapas são esses que o Projeto Nova Cartografia

vem produzindo? Então, se trata de uma rede de pesquisadores, que já têm experiência de pesquisa envolvendo uma infinidade de grupos sociais, de povos e comunidades tradicionais. Então, temos cartografias realizadas com populações indígenas, com as quebradeiras de coco babaçu, com ciganos, grupo de mulheres, ribeirinhos, trabalhadores rurais, e é uma rede de pesquisadores que está presente, a gente pode dizer, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

quase todos os Estados brasileiros e que também têm experiências em mapeamento social, inclusive fora do Brasil. Porque é exatamente um trabalho que começou e foi idealizado pelo professor Alfredo Wagner, que é um antropólogo, e uma outra pesquisadora, professora Rosa Azevedo, que está na Federal do Pará, e, a partir daí, essa proposta foi exatamente sendo abraçada pelos pesquisadores, que estão presentes nas universidades, e também pelos movimentos sociais.

E aí então é uma rede interdisciplinar. Embora tenha sido idealizada por antropólogos, mas tem geógrafos, economistas, sociólogos, historiadores, são uma infinidade de profissionais de diversas áreas.

E porque a gente optou pela produção de mapa? Primeiro, porque, quando a gente trabalhava com essas comunidades, com essas populações, a gente via uma carência de dados em relação a elas. Até mesmo quando a gente procurava, às vezes, situá-las geograficamente, elas não existiam nos mapas oficiais. Aí, então, às vezes, o trabalho que a gente tinha que fazer era até de levantamento de dados primários para dar visibilidade à existência dessas comunidades.

E é claro, era sempre uma relação de pesquisa, que envolvia conflito, e conflito socioambiental, conflito que envolviam pessoas, que, de alguma forma, tinham sua sobrevivência, enfrentavam algum tipo de desafio para manter a sua sobrevivência. Aí, então, o projeto começa a trabalhar com as quebradeiras de coco babaçu.

Então, é importante dizer que o mapa que a gente vai apresentar aqui é decorrente de uma pesquisa que foi realizada nos anos de 2014 e 2015, mas que reúne dados também de trabalhos feitos anteriormente. Porque, desde o ano de 2005 que o Projeto Nova Cartografia vem trabalhando em parceria com o MIQCB, que é o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. E aí, de certa forma, o recorte que o mapa apresenta, ou seja, a situação da floresta de babaçu, nos Estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, é o recorte de atuação do MIQCB. E aí a gente já diria uma das características desse mapa, porque a nós não interessa apresentar simplesmente um espaço físico. O que esse mapa retrata, na verdade, é uma organização social, empreendida por um movimento, um movimento de mulheres, que já, há algum tempo, vem falando dos desafios que elas enfrentam para garantir a sua sobrevivência. E aí, nesse caso, a sobrevivência das quebradeiras de coco babaçu está intimamente relacionada à floresta de babaçu.

Então, por isso, a preservação, a manutenção da floresta é super importante para garantir a reprodução, seja reprodução física e cultural, das quebradeiras de coco. Então, esse mapa evidencia exatamente isso.

Nessa pesquisa, que realizamos com recursos da Fundação FORD, estiveram à frente, fazendo parte da equipe de pesquisa, as mulheres do MIQCB, nos seus diversos regionais, tivemos professores da Universidade Estadual do Maranhão, da Universidade Federal do Piauí, da Universidade Federal do Tocantins, da Federal do Maranhão, da Federal do Pará e da Federal do Oeste do Pará.

Federal do Pará e a Federal do Oeste do Pará.

Cerca de 40 mulheres no MIQCB estiverem presentes nas visitas às comunidades, no processo de coleta de dados. Além de uma outra rede de associações, movimentos que foram acessados exatamente nesses locais onde os dados foram coletados.

E o que o mapa apresenta? O mapa está projetado ali e se vocês olharem, do lado esquerdo, vamos ter diversas legendas que evidenciam exatamente a situação da floresta, a situação dessa floresta, o que está acontecendo com ela, as situações de desmatamento, a questão dos envenenamentos dos babaçuais, as indústrias, o problema das cercas, muitos empreendimentos tipo cerâmicas, as carvoarias, também muitos conflitos com monocultura nos quatro Estados, que estão impactando essa floresta.

Então, a partir daí, porque essa é a grande novidade do mapa, a gente saiu reunindo dados das instituições, inclusive instituições governamentais, coletando bases cartográficas e uma infinidade de informações, mas o dado novo do mapa é exatamente porque ele traz a experiência das quebradeiras do coco babaçu e dos grupos sociais que vivem no perímetro da floresta.

Portanto, todas as situações que estão identificadas no mapa foram indicadas por essas populações. É o ponto de vista delas sobre a floresta.

Do lado direito, a gente vai ver as formas de resistência, que são uma infinidade de associações, o próprio MIQCB, sindicato de trabalhadores rurais, ou seja, todas as formas de organização que as pessoas conseguem gestar até o momento. Algumas delas estão diretamente relacionadas à floresta e outras indiretamente, mas que também contribuem com a defesa da palmeira.

E, mais uma vez, isso tudo a partir do ponto de vista das pessoas que vivem nesses locais. Nesse sentido, a gente traz da antropologia o cuidado que temos com os dados primários, o cuidado de escutar as pessoas para que tenham a possibilidade, o direito de garantir que seja conhecida a sua visão sobre o local, sobre o es-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

paço, sobre a sua própria identidade, sobre a luta que elas empreendem. Portanto, ali estão todas as formas de organização. Também colocamos diversas associações, cooperativas, sindicatos, as escolas famílias agrícolas. E nesses locais existem também outros processos de territorialização, terras indígenas, quilombolas, inclusive práticas de agroextrativismo também, tudo isso é compartilhado com a floresta de babaçu.

É importante dizer que a floresta toda é essa mancha branca, mas, é claro, ela está... São situações diversificadas. Há locais em que ela está mais densa e, em outros lugares, onde ela sofreu uma degradação maior, às vezes há um número menor de palmeiras. Mas a ida a campo evidencia que esse seria, hoje, o perímetro da floresta de babaçu. Mas é importante dizer que essa floresta se encontra em situações diversas. Há locais, por exemplo, como o União, eu fiz parte da equipe que fez trabalho de campo em todo o território de Cocais e o Entre Rios, e, por exemplo, União, 80% da floresta de babaçu foi devastada para plantação de cana. Esse é o dado que a nossa Senadora já registrou aqui no início da sua fala...

o dado que a nossa Senadora já registrou aqui no início da sua fala.

Mas a gente teria outras situações graves também em cada um dos Estados. Então... E é uma coisa importante também. Há um dado em relação à floresta física, à presença da palmeira, mas outra coisa importante para o nosso projeto é registrar o movimento social e o uso que eles fazem, o uso que as pessoas que estão nos movimentos sociais fazem dessa floresta. Nesse sentido, evidenciamos que há uma vitalidade muito grande da economia do babaçu, ela é compartilhada com outras práticas da agricultura familiar, outras formas de extrativismo, a presença de homens, mas predomina, de fato, as mulheres no movimento, são quebradeiras de coco babaçu.

Um último ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção, porque acho que vai no debate, é exatamente a conquista... Este mapa tem a pretensão de subsidiar a luta do MIQCB pela Lei do Babaçu Livre. Mas acho que as companheiras do MIQCB vão falar sobre isso, pois já existem algumas experiências no Maranhão, em Tocantins e no Pará de implementação da Lei do Babaçu Livre, que, para alguns, seria incompatível com a propriedade privada. No entanto, se buscarmos nós teríamos leis na nossa Constituição Federal, inclusive na OIT, que permitem a implementação da Lei do Babaçu Livre. Mas sabemos que isso depende, às vezes, de uma articulação política.

Assim, encerro a minha fala, parabenizando a nossa Senadora do Piauí. É um orgulho para o nosso Estado que você esteja atenta a essa questão, porque é uma problemática, um problema social muito grave que precisa ser enfrentado. Então, agradeço estar aqui neste momento a partilhar minha experiência.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu tinha dado mais dois minutos, mas ela não utilizou.

Obrigada, Prof. Carmen Lúcia. Mas quero fazer uma pergunta: tem a análise desse mapa escrita? A análise do mapa?

A SRª CARMEN LÚCIA SILVA LIMA – Tem uma outra. Além do mapa... Na verdade, esse projeto tem dois produtos: um é o mapa, que já está sendo distribuído para o MIQCB e também vamos mandar para o gabinete da senhora; e tem um livro também, onde são sistematizados os artigos da equipe de pesquisadores sobre cada um dos Estados. E isso exatamente para refletir sobre essas situações.

Então, o livro... A pesquisa foi feita em 2014/2015 e a gente passou esse tempo todo trabalhando na análise dos dados. O livro já está na fase da impressão. Portanto, brevemente será lançado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

É importante a gente ter escrito para poder fazer as análises. Você fez a análise aqui porque entende bastante de cartografia, mas se uma pessoa leiga olhar não vai entender muita coisa. Portanto, é importante estar escrito para a gente.

Vamos passar para a segunda convidada, a Srª Francisca Silva Nascimento, Coordenadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB.

A SRª FRANCISCA SILVA NASCIMENTO – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Em primeiro lugar, quero saudar a Mesa em nome da Senadora Regina Sousa, que é do nosso Estado do Piauí, e agradecer também pelo convite, pois durante o ano todo a gente vinha tentando marcar esta audiência e não conseguia por conta da nossa agenda no MIQCB. Sempre que era para ser não dava certo porque tínhamos outras atividades e quando a gente queria também não dava certo marcar aqui no Senado. Então, aconteceu que hoje, bem apertado, mas a gente teve que fazer e estar presente aqui, mas contando que estamos em outras atividades nos nossos Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O MIQCB é o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só para registrar que o Mauro...

Só para registrar que o Mauro Oliveira Pires, do Ministério do Meio Ambiente, já se encontra aqui. Ele é nosso convidado e certamente vai ser o nosso elo com o Ministério para vermos o que fazemos para proteger o babaçu.

A SRª FRANCISCA SILVA NASCIMENTO – O MIQCB é um Movimento que não é governamental e que consiste em organizar as quebradeiras de coco babaçu para conhecer seus direitos, defender as palmeiras de babaçu e o meio ambiente, e a melhoria das condições de vida nas regiões extrativistas do babaçu.

O MIQCB já atua há mais de 30 anos nos Estados do Piauí, Pará, Tocantins e Maranhão, onde existem as quebradeiras de coco, que não estão apenas nesses Estados, mas são os Estados onde atua o MIQCB. E quero dizer da importância de estarmos aqui hoje, as quebradeiras de coco, para falarmos do mapa, porque esse mapa é muito importante para nós enquanto quebradeiras. É um mapa que foi construído com a gente, com cada regional, com cada Estado, e nós, as quebradeiras de coco, que fizemos parte, que construímos junto com a universidade, com a cartografia, porque esse é o mapa que diz, que mostra que nós existimos ainda como quebradeiras de coco, e que está mostrando, está escrito o que nós estamos dizendo, ou seja, que existe a floresta de babaçu.

A floresta de babaçu não é inexistente, ela existe. E como estávamos falando no início, ela é uma palmeira teimosa. Quanto se tenta devorar, derrubar, mas é como o ser humano, é uma palmeira que é a mãe, ela é nossa mãe, é de onde tiramos o nosso sustento, e de onde as famílias de quebradeiras de coco quebram o seu coco para tirar o seu azeite, para tirar o seu mesocarpo, para vender a própria amêndoa, para que possam, sim, ter a renda mensal para a família e possam se sustentar.

Quero dizer também que é importante a gente estar aqui apresentando o mapa, porque nesse mapa estão os quatro Estados. Talvez seja uma apresentação, para quem esteja olhando de longe, que não dê para entender, mas no lado dele, na lateral, cada legenda é uma apresentação, é uma situação que as quebradeiras enfrentam nos seus Estados, ele mostra os conflitos, mostra as reivindicações, de como a gente vem vivendo hoje no nosso Estado com a situação do babaçu. Esse mapa vem justamente para mostrar e dizer qual a real situação que hoje vive as quebradeiras em cada Estado a fim de que possamos realmente tirar desse mapa o trabalho e a reivindicação, mostrando como trabalhamos nos Estados, como a gente está lutando e enfrentando a nossa situação frente ao poder para que possamos dizer o que nós queremos, o que queremos com esse mapa, por que estamos hoje aqui apresentando esse mapa. É isso que a gente quer: dizer que queremos a nossa terra, que queremos viver, que queremos a nossa palmeira de babaçu livre, que as queremos existindo e não deixando de existir, onde vem o agronegócio, onde vem o poder de tirar das nossas mãos as nossas palmeiras, porque sabemos que se fizerem a derrubada, a queimada e o envenenamento vão tirar de nós o nosso direito de viver.

Nós vivemos do babaçu, ele é o nosso sustento, é a nossa vida. Não adianta a gente dizer que não é, porque é. Quantas mulheres estão na base dependendo desse babaçu, e a gente sabe que isso também vai sofrer um grande impacto, grandes impactos, grandes projetos que vêm aí para destruir o nosso babaçual.

Nós temos no Estado do Maranhão, a Suzano Papel e Celulose, que é uma empresa que já vem devorando grandes áreas de babaçu...

celulose, que são empresas que já vêm devorando grandes áreas de babaçu, empresas que compram o coco inteiro. Então, a gente sabe que tudo isso são impactos que a gente já vem sofrendo ao longo do tempo.

Tem a monocultura da soja, do arroz, da cana-de-açúcar, que está instalada no Piauí também... Tudo isso a gente sabe que está em áreas de babaçu. Por mais que alguém diga que não vai chegar até os babaçuais, a gente sabe que já está atingindo as nossas áreas de babaçu, as nossas quebradeiras, que estão sendo expulsas de suas áreas, porque, quando a monocultura chega, quando o agronegócio chega lá na ponta, eles não vão pensar nas famílias, naquilo de que elas precisam, eles não vão estudar, eles não vão saber do que cada uma daquelas famílias está realmente precisando, se realmente é a sua sobrevivência e em como tem que se trabalhar.

Então, tudo isso são grandes impactos que a gente vem enfrentando, e esse mapa tem escrito tudo isso dentro dele, todos esses grandes projetos, todos esses impactos que a gente vem sofrendo. O mapa não é só para mostrar que existem as quebradeiras, que existe o babaçu, mas é também para mostrar quais as consequências que as quebradeiras vêm enfrentando dentro de seus Estados.

Tem as cerâmicas, que compram o coco inteiro para queimar nas carvoeiras, nas cerâmicas, nas guseiras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de ferro... Tudo isso são impactos que a gente vem sofrendo nas nossas áreas de babaçu. Quando as empresas se instalam, elas dizem que vão levar projetos, e muitas mulheres acreditam que realmente vão. Só que, quando elas chegam lá, as mulheres não vão ser quebradeiras, mas catadoras, porque elas vão catar e vender o coco inteiro, porque acreditam que vão ganhar emprego. Mas, na verdade, não é isso. Não é isso que acontece nos nosso Estados. É por isso que nós estamos dizendo que não é da monocultura que nós precisamos, que não é do agronegócio que nós precisamos. Nós precisamos da nossa palmeira livre, do babaçu livre, sem impedimento, sem que ninguém impeça que a gente chegue até ela, porque, quando se instala o agronegócio, vai-se tirando de perto da gente a palmeira, o babaçu, e ele vai ficando bem distante. Famílias que dependem dela têm que caminhar quatro ou cinco quilômetros para chegar ao babaçual para colher o babaçu para quebrar, para poder tirar o seu mesocarpo, para tirar o seu azeite, porque a gente sabe que são vários os derivados do babaçu que a gente tem. Então, como a gente vai ter a nossa sobrevivência se é tirado da gente o babaçu, se é derrubada a palmeira, se é envenenado? Porque, quando se tem a monocultura, joga-se o veneno, e ele se espalha. As águas são poluídas, os riachos, os baixões são poluídos, e o peixe que está lá a gente não pode consumir, porque ele está envenenado. Como é que vão viver essas famílias?

Então, é tudo isso que a gente tem... Tem os linhões no Maranhão, que são áreas, linhas de transmissão de energia, que também vêm afetando essas quebradeiras, porque passam dentro das comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, de quebradeiras de coco...

Nós temos também a duplicação de estrada de ferro. Sem falar também no Matopiba, que, para nós, não é Matopiba, mas mata e pimba, acaba tudo. A gente diz que, para nós, a vida é Matopipa, Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí. Aí, sim, é vida, porque, onde a gente está trabalhando, a quebradeira de coco não é apenas a quebradeira, mas é também preservadora das áreas de babaçu. Nós estamos preservando. Nós cultivamos essas áreas para que a gente possa sobrevier delas, porque a gente sabe que é dali que nós tiramos o nosso sustento.

Outros impactos também. Tem a pecuária, a pesca predatória, que a gente sabe que todo dia vem se instalando em nossos Estados, de pouquinho. Não precisa cavar um buraco, um açude aqui para criar peixe, mas, na realidade

Não precisa cavar um buraco, um açude aqui para criar peixe, porque, na realidade, essa não é a nossa sobrevivência, criar peixe, e a gente sabe que, quando os pequenos chegam aqui, é porque os grandes já estão devorando por trás. E a gente vem se preocupando com tudo isso. As nossas áreas vão ser devoradas, vão ser desmatadas, e a gente está dizendo "queremos a Lei do Babaçu Livre", porque a lei vai garantir...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FRANCISCA SILVA NASCIMENTO – ... que nós, quebradeiras de coco, temos o livre acesso e a preservação dos babaçuais, porque é disso que a gente precisa. Nós não precisamos dizer que queremos a lei só para dizer que é porque a gente quer ter essa lei, mas porque a lei vai dar garantia de acesso ao babaçu às famílias de quebradeiras, às comunidades tradicionais, porque a gente sabe que, hoje, o babaçu, em muitos Estados, está nas fazendas, está nas mãos dos fazendeiros, dos proprietários, que não dão acesso a essas quebradeiras de coco. Para nós, é um empecilho. Como essas mulheres vão sobreviver? Isto quando não se coloca o búfalo, que é um animal muito bravo, dentro da área, para que as mulheres não consigam entrar e acessar. E também sem falar na cerca elétrica, que é outra situação dos Estados, do Maranhão... Também é um grande impacto que vem afetando as famílias tradicionais.

Então, a privatização de terras de coco babaçu também é uma situação muito séria. É por isso que nós estamos aqui. Queremos a Lei do Babaçu Livre. Mais uma vez, Senadora, peço a você, como Senadora do Estado do Piauí, que essa lei seja resgatada tanto no nacional quanto no Estado do Piauí, para que a gente possa estar lutando por essa lei nos Estados também. Em Tocantins já existe a lei estadual, mas tem o Pará, tem o Maranhão, que a gente vem lutando por essa lei, que não é apenas uma leizinha que vai dizer que as quebradeiras estão aqui e que a gente precisa da lei, mas é a preservação dos babaçuais, é a vida dessas mulheres que a gente está reivindicando, é o nosso direito de viver em cada território, em cada terra, em cada área. É a terra, é água, é vida, é o babaçu que nós queremos.

Para finalizar também, o uso de veneno nos babaçuais, com contaminação dos rios, que é o que eu falei agora há pouco também...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FRANCISCA SILVA NASCIMENTO – ..., isso vem muito sério aqui na região do Miguel Alves, lá no Piauí. Com a plantação de arroz, os rios estão ficando poluídos. Essa é uma grande preocupação do movimento das quebradeiras de coco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Para finalizar, quero agradecer mais uma vez. Depois, a gente pode estar entrando no debate. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Francisca.

Vou passar a palavra para a Cledeneuza Maria, representante das quebradeiras de coco do Pará.

A SRª CLEDENEUZA MARIA – Bom dia a todos e a todas.

A história do Pará é a mesma do Maranhão, do Tocantins e do Piauí, mas com a diferença de que no Pará é a pecuária que domina e de que eles acham que para ter a pecuária é preciso tirar os babaçuais...

(*Soa a campainha.*)

A SRª CLEDENEUZA MARIA – ..., apesar de a gente saber, e eles também sabem, que não prejudica o pasto. Mas as quebradeiras do Pará não têm o reconhecimento do Estado. Existe babaçu no Pará nas nossas áreas todas, de Altamira a São Geraldo, ao Porto da Balsa, que é Palestina do Pará... São áreas de babaçuais. Eram, porque agora tem lugar que parece que nunca teve.

Agora, tem lugar que parece que nunca teve.

E a gente sofre com essa situação, como todos, principalmente com o envenenamento. Começou envenenando as pindobas e, agora, é a palmeira adulta. A derrubada com trator, com motosserra, destruindo tudo.

E nós, que sobrevivemos, somos um grupo organizado pelo MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu) de mais de 80 mulheres. E fora as que não se juntaram a nós, mas que praticam a mesma atividade que nós praticamos. E nos preocupamos muito em ter um investimento e estamos vendo que está terminando. Além da água, nós não temos mais as nossas nascentes, as nossas fontes, porque já secou tudo. Nós reivindicamos vida, porque nós, quebradeiras, não prejudicamos o meio ambiente. Nós procuramos conservar. Nós tiramos o babaçu e não matamos nada.

Enquanto estão tirando de nós, uma quebradeira não tem preocupação de estar mendigando e pedindo esmola para ter seu pão, porque ela trabalha todo dia. Enquanto isso, hoje se fala do desemprego, se fala de tudo. E nós nos preocupamos por quê? Porque nós somos empregadas. Nós temos nosso meio de viver. Infelizmente, estão tirando. Entende-se a Lei do Babaçu Livre, porque o babaçu não foi plantado pelos que se dizem donos da terra. Ele é da natureza, e o que é da natureza podemos usar sem essa destruição.

Então, o Pará está incluído na mesma luta, com o mesmo sofrimento. Tudo o que a Francisca já falou, ela falou por todos, porque ela fala pelos quatro Estados. Nós, do Pará, ainda temos mais dificuldades. Por quê? Porque no nosso Estado as autoridades não nos reconhecem. Eles acham que babaçu é peste. Então, sofremos muito com essa situação. Querem destruir tudo.

Hoje, para eles reconhecerem... Nós éramos área de castanhais. Não temos mais castanha. Agora, quem quiser comer castanha tem que comprar muito caro, vindo de longe. Outras madeiras de lei não existem mais. Aí, a cerâmica tem que queimar o coco; a queijeira tem que queimar coco; e a siderúrgica tem que queimar coco. E, mesmo assim, as quebradeiras ainda têm matéria para elas. Está longe, mas ainda tem. Daqui a mais alguns anos, se for nesse ritmo, não teremos nada. Nem eles, nem nós, porque não estão reconhecendo o valor. O valor que o coco tem para nós é muito grande. De um coco, nós fazemos quantos produtos? E eles não reconhecem. Nós temos o carvão, nós temos o azeite, nós temos a farinha, só do coco. E quanto à palmeira, que já está fazendo tábua, já está fazendo adubo. Faz tudo.

Então, estamos na mesma luta, procurando defender essa natureza, que não é só para nós. É para o mundo inteiro, porque, com o mundo sem floresta, sem nada, as pessoas não vão sobreviver. As autoridades têm de olhar para nós: o quanto de dificuldade, de doença, de tudo o que está acontecendo. Por quê?

o quanto de dificuldade, de doença, de tudo o que está acontecendo. Por quê? Porque está tudo poluído, porque as árvores que absorvem essa poluição estão acabadas. A água que nós bebemos é envenenada, o ar que nós respiramos é envenenado, e os homens não estão vendo isso, as autoridades.

Então, nós pedimos uma lei municipal. Está lá: no meu Município, tem uma lei, mas não é respeitada. Adianta denunciar? Para quem? Não tem para quem denunciar, porque ninguém dá ouvidos. Então, é uma tristeza muito grande nos sentirmos desamparados, vendo as coisas saírem, fugirem do nosso controle, que é a nossa sobrevivência. Cada quebradeira sabe o quanto é importante para sua vida defender a palmeira, defender o meio ambiente. Somos criados no meio ambiente e, além disso, fazemos um trabalho tradicional, seguido, há muitos e muitos tempos.

Era a sobrevivência de nossos pais, e hoje, nossa. Assim, criamos nossos filhos. E, para nós, no Pará, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

importante estar aqui e dar um recado para os nossos representantes paraenses, porque eles sabem o quanto custa, mas eles não veem a importância do nosso trabalho. Nós somos discriminados totalmente, porque, quando defende a lei federal, o nosso representante paraense disse que babaçu é peste, porque ele só pensa na pecuária. Então, nossa região é de pecuária. O Piauí é de cana-de-açúcar, e o Pará, de pecuária. Então, não podemos entrar na solta porque o gado é valente. No Maranhão, na baixada, é o búfalo. E, aqui, a cerca elétrica. E, no Pará, é o boi mesmo, natural, e a cerca elétrica em vários lugares já existe.

Estão tirando os babaçus para plantar eucalipto, para plantar teca, e outra coisa não tem. Então, tiram todos os nossos direitos. Somos iguais nessa defesa, porque está igual nos quatro Estados, o mesmo sofrimento. Então, parece que somos tão pouca gente, mas nós somos muita gente e somamos também na construção da sociedade.

Aí, chegamos até aqui e é muita felicidade para nós. Espero que muita gente esteja nos acompanhando e vendo que não estamos falando de coisas que disseram. Nós somos a produtora, nós somos as pessoas que sentem na pele. Estamos falando dos nossos sentimentos, da nossa vida. Tudo o que é explanado sobre o babaçu, nós, quebradeiras de coco, somos legítimas quebradeiras de coco.

Então, estamos aqui para, até pedir, fazer um apelo: que esta Casa de leis, que este Senado e as outras Casas que estejam nos ouvindo vejam que estamos defendendo uma vida melhor para o mundo inteiro. Não é só para nós, não, porque, acabando nossas águas, acabando nossas florestas, como vai ser? O dono do boi também não vai ter pasto para criar o boi dele, não. Ninguém vai ter nada mais, e nós estamos defendendo.

Queremos agradecer esta oportunidade de estarmos unidos aos quatro Estados, porque a Senadora do Piauí tomou a iniciativa. Se o do Pará, o do Tocantins e o do Maranhão se juntarem e tomarem a iniciativa, com certeza, tem mudança na nossa base. Com certeza, nós vamos

tem mudança na nossa base. Com certeza, nós vamos sobreviver mais anos com mais tranquilidade.

Obrigada pela oportunidade. Espero sermos ouvida. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Cledeneuza, representante das quebradeiras de coco do Pará.

É engraçado que há duas ou três semanas nós fizemos uma audiência pública com os indígenas daqui sobre o matopiba. Como eles dizem as mesmas frases que você acabou de dizer! Teve uma liderança indígena, que não me recordo o nome da menina, que disse assim: "Daqui a um tempo homem branco vai comer dinheiro, porque não vai ter o que comprar com o dinheiro".

Você acabou de dizer que não vai ter nem para nós e nem para eles. Não vai ter para as quebradeiras, mas também não vai ter para eles.

Vamos encerrar esta mesa com a fala da Juliana de Paula Batista, advogada do Instituto Socioambiental (ISA).

Alguém trouxe uma foto das palmeiras só para as pessoas conhecerem a palmeira do babaçu.

A SRª JULIANA DE PAULA BATISTA – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar a mesa, a Senadora Regina Souza e também as representantes do movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu, em especial a Srª Cledeneuza aqui do meu lado e os demais presentes.

Nós temos diversos desafios quando pensamos numa lei do babaçu livre. Vou pontuar alguns aspectos legais e alguns aspectos da lei de babaçu livre, porque já houve uma proposta neste sentido e que foi arquivada, para que possamos partir para uma reflexão em termos de normativa sobre o assunto.

Então, a primeira questão que eu gostaria de pontuar e que me chamou muito atenção é que existem hoje, no Brasil, cerca de 300 mil mulheres que são quebradeiras de coco babaçu e que o mapa da região ecológica dos babaçus, que foi muito bem apresentado pela Drª Carmen Lúcia, ainda tem um potencial florestal de 25 milhões de hectares babaçuais. É um potencial florestal muito importante, muito significativo que, com certeza, em termos de conservação ambiental pode ter um olhar prioritário. Tivemos divulgado, esta semana, dados do Ministério do Meio Ambiente que apresentaram, no último ano, um aumento do desmatamento em 26% em relação aos anos anteriores, o que é para nós um dado preocupante, quando pensamos que o Brasil, neste ano, assinou o Acordo de Paris, que é um tratado internacional, onde ele se compromete justamente com a redução das emissões, principalmente por meio da contenção ao desmatamento.

Em relação ao direito das quebradeiras de coco babaçu, gostaria de chamar atenção que essa é uma expressão de um modo de criar, fazer e viver, portanto, é uma expressão cultural, protegida pela Constituição Federal de 1988 e também pela Convenção 69, da Organização Internacional do Trabalho, que resguarda os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

modos de vida de populações cujas condições sociais, culturais e econômicas sejam distintas de outros setores da coletividade nacional.

No tocante à legislação, nós podemos mencionar também o Decreto nº 6.040, de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, protegendo os povos e comunidades que usam territórios

protegendo os povos e comunidades que usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural e social.

Quando começamos a discutir a normatização do babaçu livre, a primeira questão que surge é o discurso de como vamos permitir que quebradeiras de coco babaçu adentrem propriedades privadas. A primeira questão que o agronegócio e que os grandes proprietários levantam é que isso é uma ameaça à propriedade privada. Mas temos que entender que não existe direito absoluto, não existe nenhum questionamento das quebradeiras de coco babaçu à propriedade de ninguém. Elas querem apenas o livre acesso aos locais onde ainda existem babaçuais.

Nós estamos diante de um direito coletivo, um direito coletivo que expressa, como falamos, um modo de viver, um modo necessário de vida para manutenção cultural dessas comunidades tradicionais que representam essas quebradeiras de coco babaçu.

Então, temos que ter em mente que, entre os direitos individuais e os direitos coletivos, principalmente quando eles não estão em confronto e existe possibilidade desses direitos serem compatibilizados, temos que dar prioridade ao direito coletivo, nós vivemos em uma sociedade.

As quebradeiras de coco babaçu representam um potencial econômico, de desenvolvimento não apenas econômico como também social e ambiental, principalmente quando temos em vista a necessidade de fomento as cadeias da agrobiodiversidade, que tão bem conservam, tão bem fomentam e tão bem respeitam.

Estava lendo sobre a questão do babaçu e achei muito bonito quando li uma declaração de uma quebradeira dizendo que o babaçu é arvore mãe. É a mãe que traz toda a nutrição para essas comunidades, comunidades que muitas vezes estiveram despojadas de qualquer acesso patrimonialista à terra, mas que estiveram sempre, a partir de sua atividade, buscando a conservação das riquezas naturais e do babaçual, fazendo dele uma fonte de riqueza quando muitas vezes para o fazendeiro, como a D. Cledeneuza mencionou, ele é uma peste, ele é uma praga, porque queima, arranca e ele continua nascendo mesmo assim.

Então, temos que ter em mente que nós não temos direitos em disputa. Talvez partir para um nível de política pública, de conservação e de tornar a árvore do babaçu imune ao corte, alinhada também com uma política de conscientização de que as quebradeiras de coco babaçu não disputam propriedade, não disputam com o dono da terra a propriedade dessas terras. O que elas querem é nada mais, nada menos do que o livre acesso aos babaçuais.

Nós também podemos pensar em termos de regulamentação em olhar algumas questões em relação às normativas que já foram propostas, mas que estiveram arquivadas. Mas antes de entrar nas leis que foram arquivadas, levantando alguns aspectos relevantes dessas leis, para pensarmos em termos de normatização futura, eu gostaria de chamar apenas atenção a uma última questão, que também já foi

....de chamar apenas a atenção para uma última questão que também já foi levantada aqui pela Mesa, que é o fato de a maior parte das quebradeiras de coco babaçu, majoritariamente, ser de mulheres. Então, quando a gente pensa numa política de livre acesso aos babaçuais, estamos propondo a conservação de uma espécie florestal, nós estamos propondo o fomento a uma atividade produtiva, a uma atividade tradicional, a um modo de ser, viver, criar e fazer, mas a gente também precisa pensar no contexto rural que temos hoje no Brasil, na questão de identidade de gênero. Como que, por meio dessa política, nós vamos pensar também na proteção da integridade física e sexual dessas mulheres quebradeiras de coco babaçu, que estão aí pedindo livre acesso para poder extrair os frutos, porque, com certeza, uma das questões que muito nos preocupa nessa discussão é como essas mulheres também passam por violência, por ameaças. Quando a gente pensa numa política, a gente também tem de pensar numa política que vise resguardar essas mulheres que muitas vezes estão com filhos pequenos e com toda a sua família fazendo a extração desses cocos.

Em relação ao projeto de lei que foi arquivado, esse projeto de lei abrangeu o Maranhão, o Piauí, Tocantins, o Pará, Mato Grosso e Goiás. Essa proposta trazia importantes contribuições para a proteção dos babaçuais e para o reconhecimento dos direitos das quebradeiras de coco babaçu. Primeiramente, a proposta constituía, como de usufruto comunitário das populações extrativistas que exploram em regime de economia familiar, as matas naturais constituídas de palmeiras de babaçu. Isso era algo extremamente inovador, pensar que um recurso florestal não está ali apenas para atender ao indivíduo, que muitas vezes nem faz uso econômico daquele recurso, mas que ele pode ter, em relação àquele recurso natural, um usufruto coletivo, que seria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

um instrumento jurídico que permitiria o acesso dessas quebradeiras...

(*Soa a campainha.*)

A SRª JULIANA DE PAULA BATISTA – ...principalmente para elas poderem utilizar esses frutos. Outra questão é que a lei tornava os babaçus imunes ao corte, estabelecia algumas exceções, como utilidade pública e interesse social declarado pelo Poder Público, condicionada o desbaste do babaçu nas propriedades que desenvolvessem atividades agropecuárias, apresentação e aprovação no órgão ambiental competente de planos de manejo e também a consulta livre, prévia e informada das quebradeiras de coco babaçu, uma das primeiras propostas de lei que vêm de fato efetivar e garantir esse direito já reconhecido numa convenção internacional, mas muito pouco aplicado pelo Estado brasileiro. Além disso, estabelecia algumas penalidades no caso de infração à lei, como, por exemplo, o pagamento de multa equivalente ao número de palmeiras derrubadas e a restrição a políticas de incentivo aos proprietários que por ventura cortassem essas árvores. Então, a gente, analisando essa normativa, verificou que ela era bastante avançada, que iria constituir um importante marco de proteção aos territórios tradicionais, porque a gente tem de ter em mente...

...de proteção aos territórios tradicionais, porque a gente tem de ter em mente que hoje a gente não tem apenas um conceito de terra ou de propriedade. Quando a gente visualiza o mapa dos babaçuais, a gente vê muito claramente que na terra, na propriedade, também existem territórios de ocupação tradicional. Talvez a gente deva pensar na terra como a gente pensa na água, que deve ter usos múltiplos, assim como a terra deve ter usos múltiplos para garantir sociobiodiversidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRª JULIANA DE PAULA BATISTA – ....porque o setor do agronegócio sempre fomenta quantas toneladas de soja eles produzem anualmente, como isso alimenta. Mas, sempre que leio isso, eu me pergunto: quantas pessoas nesta sala comem soja? A gente às vezes come diversos derivados da soja, em várias outras coisas, mas o que alimenta a população é a diversidade nutricional, é a diversidade de alimentos, é a diversidade produtiva, que está ficando cada vez mais restrita quando as políticas públicas vêm reforçar muito uma produção em larga escala de poucas coisas, fomentando pouco uma produção menor de muitas coisas. Então, como eu estava dizendo a vocês, essa normativa que vinha sendo proposta, que foi arquivada...

(*Soa a campainha.*)

A SRª JULIANA DE PAULA BATISTA – ...ela era extremamente inovadora, extremamente avançada e constituía um marco muito importante na proteção tanto dos babaçuais como das quebradeiras e da atividade tradicional. A gente espera que esta Casa possa dar continuidade a iniciativas que garantam os direitos econômico-sociais e culturais das quebradeiras de coco babaçu e também a conservação ambiental dos babaçuais. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Juliana.

Vamos passar para a outra mesa. A Juliana já apresentou uma série de sugestões, do ponto de vista da legislação, embora a gente saiba que os processos legislativos são demorados, estamos com uma lei para a população de rua que vem de 2009 e a gente ainda não conseguiu aprovar, apesar de todo o movimento que estamos fazendo. Já fizemos audiência pública, mas não conseguimos... Aprovou no Senado, foi para a Câmara e lá adormeceu. Então, a gente não pode jogar todo o peso na legislação por isso, porque o processo legislativo é demorado. Então, a gente tem de construir algumas coisas a partir do Ministério do Meio Ambiente, a partir das Secretarias de Meio Ambiente, alguns acordos que possam garantir algumas coisas, mas sem invalidar a legislação. Você fez propostas interessantes. Podemos tentar, inclusive, a partir de um grupo, escrever os projetos para apresentarmos, certo?

Então, vamos para a segunda Mesa.

Vocês sentam ali. Depois faremos um retorno para cada um.

Vamos à segunda Mesa.

Francisca Maria Pereira, representante do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu do Estado do Maranhão.

O Tiago Ribeiro Patrício é Professor da Universidade Federal do Piauí, que pesquisa o babaçu, como agregar valor. Ele está aqui?

Mauro Oliveira Pires, que é Diretor de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do Meio Ambiente.

E Francisca Pereira Vieira, representante do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu do Estado de Tocantins.

As mulheres do MIQCB são todas Franciscas. (*Risos.*)

Vocês combinaram? As três representantes chamam-se Francisca.

Francisca Pereira, do Estado do Tocantins.

O representante do Ministério quer falar por último?

Então, vamos deixar o Ministério por último. Vou falar com as meninas para que elas coloquem logo os problemas. Depois será o pesquisador e por último o Ministério.

Então, vamos ouvir a Francisca Maria Pereira, representante do Movimento de Quebradeiras de Coco Babaçu no Estado do Maranhão.

A SRª FRANCISCA MARIA PEREIRA – Bom dia a todos e a todas. É uma satisfação estar aqui representando o Movimento, representando a nossa categoria. Com relação à resistência das quebradeiras de coco, a gente está sempre falando que quanto mais a gente luta mais obstáculos vão aparecendo. Então, a gente fala que é uma resistência muito grande. É a luta pelos nossos territórios, é a luta pelos nossos babaçuais, pela floresta, pelos nossos animais, nossos rios, nossos igarapés, que estão acabando. A gente está com várias lutas, uma delas na região do Maranhão. É o Matopiba, que está vindo com força, e a gente, enquanto Movimento, enquanto quebradeiras, povos e comunidades tradicionais, a gente está se unindo, a gente está se organizando. Em todas as reuniões e audiências que a gente têm, nos encontros, a gente está falando sobre a Matopiba, a gente está conversando com as nossas lideranças, a gente está fazendo as nossas capacitações, as nossas formações em políticas públicas. A gente está se mobilizando porque a nossa cidade será muito atingida. Como se não bastasse a gente ter um empresário na nossa região, que tomou conta da nossa cidade, eu sou de Codó. Por incrível que pareça, ele foi eleito. Será uma resistência nossa, daqui para frente, conseguirmos manter as nossas palmeiras de babaçu em pé, a nossa floresta. O filho desse empresário foi eleito prefeito, eles são do Grupo FC Oliveira. Quem mora na cidade conhece. Quem conhece aquela região sabe que ele é uma das pessoas que mais são beneficiadas, que mais exploram, que mais devastam os babaçuais. Há uma resistência nossa a essa empresa que está atuando. A luta do Movimento está em capacitar o nosso povo, as nossas mulheres. Há mulheres que têm livre... há mulheres que tem um livre acesso aos babaçuais, mas há mulheres que não têm. Quem mora na zona urbana têm que ir para o interior, têm que pegar um carro, têm que ir para algumas fazendas para quebrar esse coco. E é uma dificuldade que elas têm em acessar esses babaçuais.

E, por incrível que pareça, a queimada também é uma das coisas que está destruindo os babaçuais na nossa região. Muitas queimadas, a gente não sabe de onde vêm, quem tocou fogo. A gente sabe que está queimado. E é uma preocupação essa questão.

Nós também estamos lutando contra os latifundiários que estão na nossa região, tem Floresta Brasil, que estão comprando o nosso coco inteiro. E a gente está tentando tirar essa empresa da cidade, mas é muito complicado. A gente está tendo essa resistência, conscientizando as mulheres, mas algumas delas se submetem porque não têm alternativa. Os fazendeiros fazem... A única forma que elas têm de quebrar o coco é juntando para essas empresas, e aí os fazendeiros deixam que elas entrarem nas suas fazendas para elas quebrarem o coco. Então, é um acordo que a gente não quer, mas esse é o acordo que elas estão tendo com algumas fazendas. E a gente fica pensando as estratégias que a gente vai ter para poder fazer com que ela acesse esse babaçu sem estar se submetendo a esse tipo de coisa.

Uma das nossas ajudas é aprovar a lei do babaçu livre na nossa região, no nosso Município, para que elas tenham esse livre acesso e não tenha esse entrave que fica as atrapalhando quando elas querem quebrar o coco delas. O coco é uma planta nativa, não é de ninguém, ninguém plantou, nasceu lá. Então, é uma resistência nossa também quanto a essa questão. Que essa lei seja aprovada para que elas possam acessar esse babaçu.

Outra coisa agora que a gente ficou também sabendo, estão querendo subir as mulheres por máquinas, já estão inventando máquinas para quebrar coco. Nós somos quebradeiras e não catadeiras. Essa é uma resistência nossa agora de estar atrás dessas pessoas. Não é aval do MIQCB, são pessoas inclusive que a gente considerava como parceiro. Mas que parcerias são essas que estão inventando máquinas para substituir as mulheres? Isso é uma coisa inadmissível, a gente está conversando sobre isso. Não há máquina que vai substituir mulheres. Se as máquinas substituírem as mulheres, como que vai ficar esse babaçu? Porque as mulheres não vão ter acesso mais, porque essas mulheres que ainda quebram coco que estão em área de fazendeiro, não vão poder acessar. Eles vão querer vender esse coco inteiro para essas empresas. Então, é uma resistência, vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ser uma luta maior ainda nossa, fazer com que essas máquinas não cheguem ao mercado, para que as mulheres não sejam mais prejudicadas do que já são. É uma preocupação muito forte. A gente fala que está sempre, no nosso dia a dia, contribuindo e a gente não tem muito retorno.

E a gente está mostrando o nosso mapa, foi bem foi bem falado por Francisca, por Carmen, o mapa mostra cada lugar que a gente atua e cada símbolo que foi construído junto com a gente está mostrando o lugar onde tem fazendeiros, o lugar onde tem quebradeiras, o lugar onde tem associação. Nós estamos muito bem representados no mapa, porque na hora que eu chego no mapa eu já vejo o símbolo que está atingindo a minha região, eu vejo onde tem um fazendeiro, onde tem uma fazenda, onde os fazendeiros estão jogando agrotóxico com avião, acontece na nossa região.

A gente mora perto de fazenda e, de repente, nossa plantação, nossa mandioca que a gente planta, nosso babaçu, que é resistente, começa a ficar seco e a gente já percebe que ali... A gente já viu um fazendeiro fazendo isso, mas a gente vai denunciar, vai lá, protocola e não há resultados, não há resultados. Porque eles alegam que quando vão lá não há nada irregular.

O ambiente mesmo, já aconteceu da gente se unir com os pescadores, de estarem poluindo o nosso Rio Itapecuru, a gente já foi lá, fez a denúncia, o Ibama foi lá e falou que estava tudo regular. Como que estava tudo regular se a água que eu lavo a minha roupa, que eu lavo as minhas louças, que eu pego para tomar banho, que meus filhos banham está preta, passam de dois, três dias preta, cheia de pomo, que quando você sai de dentro da água o pomo está todo peguento na nossa roupa, na nossa pele. Como que esse rio não está poluído?

E aí uma preocupação nossa,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FRANCISCA MARIA PEREIRA – ... que quando a gente fizer essas denúncias, que a gente seja ouvido. E que nós que estamos na base, que eles procurem a gente, nós que fizemos a denúncia, nós que estamos na base, nós que sabemos, nós que sofremos, nós que somos agredidas.

Então, não tem como, você faz uma denúncia e eles vão chamar as pessoas. O dono da empresa lógico que não vai mostrar onde está o erro. Eles deveriam convidar as pessoas que estão ali, que moram na beira do rio, para acompanhar. Não chamar uma pessoa que mora na empresa, como foi o caso que aconteceu com os pescadores que denunciaram no Rio Itapecuru.

Eu encerro aqui as minhas palavras, a gente tem muita história para contar, mas o tempo é curto. A minha reivindicação é que as quebradeiras de coco, que os povos e comunidades tradicionais, que nós sejamos ouvidos quando nós fizermos essas denúncias. E as nossas palmeiras, a nossa floresta, nós estamos preservando, nós estamos na luta preservando e vem um e destrói. E se destruir tudo como que vai ficar? Nossos rios, minhas filhas tomam banho todo dia nos rios. Como que vai ficar? O Rio Itapecuru, por incrível que pareça, é o primeiro ano que ele secou. Um lugar onde as pessoas tomavam banho, o rio secou. Os igarapés estão todos secos. Há comunidade em que o carro pipa está trazendo água para abastecer as comunidades, porque não há mais água. Por conta das empresas que estão usando a nossa água de forma irregular. Quando a gente coloca uma bomba no rio...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FRANCISCA MARIA PEREIRA – ... para fazer uma horta, nós somos criticados. Mas os empresários podem fazer e não são. A gente vai tirar uma licença do meio ambiente para colocar o motor lá no rio, eles não dão. Mas os empresários vão lá e colocam dois motores, três motores que têm dez vezes mais potência do que o nosso. É uma reivindicação nossa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Francisca Maria Pereira, do MIQCB, do Maranhão; vamos ouvir a Francisca Pereira Vieira, Representante do Movimento das Quebradeiras de Coco do Tocantins.

A SRª FRANCISCA PEREIRA VIEIRA – Bom dia a todos e a todas. Dizem que quem fica na derradeira, vai mais concluindo. Eu não sei se eu vou tomar meu tempo todo ou se não vou, mas eu vou tentar aqui ver o que eu faço.

Eu queria falar aqui a respeito do mapa, que foi em 2015. Se hoje, no Tocantins, for fazer o mapa novamente ele tem grande diferença. Porque as companheiras falaram aí todas que a palmeira é resistente, mas ela chegou ao limite. Eles estão colocando veneno nas palmeiras grandes, e é de forma que a gente nem percebe,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

quando percebe ela está morta, porque eles colocam num tipo de furadeira que vai o veneno e fura lá a madeira da palmeira. E as pequenas estão colocando veneno no olho, você passa na beira da estrada e jura que foi um fogo que queimou, mas não é, é o veneno. Sem falar nos nossos rios, o Rio Tocantins que está seco, provavelmente ele vai secar mesmo. E sem falar em outras coisas.

Essa doença é contagiosa, nesses Estados tudinho é a mesma situação. Existe a lei, mas a lei não é cumprida. Existe no papel, mas só que ela não é cumprida. E ela não é cumprida por falta de fiscalização, que não tem; falta do pessoal sair dos gabinetes e olhar a realidade do seu povo. A gente diz seu povo, porque se alguém está aqui nesta Casa é porque o povo botou. Então, por isso eu digo seu povo, pode ter gente que diz: "Não é meu povo", mas eu considero que é.

A gente vê as quebradeiras. Eu sempre digo que a palmeira é a minha mãe, e é. Porque a minha mãe me gerou dentro do ventre e foi se alimentando da palmeira, do babaçu, do seu leite, do seu azeite, do seu carvão, da sua casa para morar. Então, ela é minha mãe e com idade

casa para morar. Então, ela é minha mãe. E, com a idade de sete anos eu comecei a quebrar coco. Criei meus filhos todos quebrando coco. E o que a gente está vendo é que está se acabando. Essa história do meio ambiente, eu quero fazer um apelo a esta Casa, que tirasse como prioridade, que fosse uma prioridade, porque, se a gente não fizer com prioridade, não vai dar mais para o ano que vem, não vai dar mais para amanhã. Tem que ser hoje! Eu sei que é muito difícil, porque tem gente que tem a boa vontade, tem outros que não têm, porque não conhecem a realidade do povo. Se conhecessem, botariam como prioridade.

Quando a pessoa que falou aqui na audiência sobre o meio ambiente falou que daqui a uns tempos o povo vai comer dinheiro, talvez nem seja dinheiro, porque, da situação que está hoje o nosso País... Nós, que estamos lá nas comunidades tradicionais, estamos lá lutando, nós estamos lutando pelo mundo todo. E nós somos muito pequenas em vista do tanto de grandeza que tem. Mas minha mãe dizia o seguinte: "Água mole e pedra dura, tanto bate até que fura." Então, nós somos pequenas, mas somos persistentes, somos resistentes, só que a gente precisa de ajuda desta Casa. Por isso, estamos aqui hoje.

Eu luto desde a minha infância, mas tem horas que eu fico pensando: "Será que vai ter jeito mesmo, meu Deus? Será como que vai ser, porque nós não estamos tendo água mais, nós estamos ficando sem o nosso babaçu, sem as nossas matas." E uma coisa eu queria dizer para vocês que estão nos ouvindo aqui: "Se nós morrermos pela falta de água, o nosso meio ambiente, das doenças todas, meus amigos, vocês, que estão na grande capital, também vão." Pode ser mais derradeiro, mas vão, porque tem coisas que ninguém vive sem elas, como a nossa água. Ninguém vive.

Aí, chega a hora de a gente lutar junto, de a gente fazer uma corrente, todo mundo junto, lutar contra esses projetos. Gente, esses projetos grandes que vendem o eucalipto, a teca, que no Tocantins está afetando, do gado...

A palmeira é uma coisa que Deus deixou. Tem as propriedades privadas, mas a palmeira estava lá. Nós não vamos pegar a vaca do fazendeiro para nós comermos. Nós vamos pegar o coco, que ele nem utiliza esse babaçu. Esse babaçu somos nós que utilizamos, porque nós temos a necessidade de utilizar; e eles, não. Aí, eles nem utilizam nem deixam as pessoas que precisam pegar esse babaçu, que é uma coisa que foi Deus que deixou. Homem nenhum plantou uma palmeira de babaçu, foi Deus que deixou ela lá.

No Tocantins, ainda não tem a história da cerca elétrica, mas tem a história do envenenamento. Não é nem nas palmeiras, foi este ano já, jogaram veneno de avião. Gente, matou o feijão do povo tudo, matou tudo quanto foi coisa, palmeira, todas as plantas.

E aí, está deixando o povo viver, a gente não pode ter uma sociedade de todo mundo pedir esmola, não. Nós não queremos isso. Nós queremos trabalhar, para viver, para não ser preciso a gente ir de porta em porta, pedindo a migalha para viver.

E, se os homens da lei não tomarem consciência do que está acontecendo no nosso País, no nosso meio ambiente, não sei para onde nós vamos, não sei. É preciso que a gente veja isso com os olhos, que a gente sinta na consciência, no coração o que está se passando no nosso meio ambiente, as palmeiras, as águas, a terra. Gente, o veneno numa terra dura cem anos. Não adianta nós dizemos que não, bota um veneno, mas esse veneno é fraco. Não adianta isso, não. Acaba com tudo.

A quebradeira, a gente se chama de quebradeira, mas nós, quebradeiras, nós quebramos coco, nós cuidamos da casa, nós trabalhamos de roça também. Toda quebradeira faz isso. E isso não é valorizado. Nós somos muito discriminadas, muito. A gente já avançou um pouquinho, porque, só de estar hoje nesta Casa aqui, já é um avanço para as quebradeiras, porque nem isso a gente tinha. A gente não tinha acesso, mas, graças a Deus, tem uma Senadora, mulher, que está aqui, que fez esta audiência para estarmos hoje aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu queria agradecer. Quando a gente vê essa "zuadinha" aqui, sempre vejo ela na televisão. Eu vejo gente que tem mais muitas horas. Mas eu queria agradecer aqui, primeiramente, as quebradeiras de coco, que têm a coragem de chegar a esta Casa, porque não é fácil a gente chegar aqui nesta Casa, porque a gente fala a nossa língua. Às vezes, tem palavra que a gente fala que o povo: "Que diacho é isso mesmo?" Mas é o jeito nosso, é como a gente foi criada, é como a gente se vê nas nossas comunidades, é assim desse jeito nosso aqui.

Muito obrigada por estar aqui com essa oportunidade que vocês deram para nós. Obrigada, Senadora, por tudo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Francisca. Disse coisas muito tocantes aqui. Eu espero que tenha muita gente assistindo e que outras pessoas assistam quando repetir, porque vai repetir esta audiência.

O que eu vou falar aqui pode não parecer ético, mas incomoda. Então, eu vou falar: vocês viram que aqui vieram de quatro Estados. Então, já vieram dois Senadores de dois Estados; falta um, o Maranhão. Mas vocês viram o que fazem: assinam e vão embora. Se duvidar, vai postar no *site* que está participando da audiência pública sobre o babaçu.

E deveriam ser os principais interessados em dialogar com vocês aqui, porque podiam chegar a alguma solução.

Então, vamos ouvir o prof. Tiago, falando agora de produto. É uma garrafinha ali. Depois, a câmera pode mostrar a garrafinha. Podia até trazer. Ele tem uma do lado dele, que são os produtos do babaçu. As meninas falam das quebradeiras, quebrar o coco, vender, mas tem tanta coisa.

A Pastoral da Criança, há 20 anos, cuida das crianças desnutridas com a massa do babaçu, que é o mesocarpo e que faz milagre. Só com a massa do babaçu as crianças são curadas da desnutrição. E ela, agora, virou merenda escolar. Não sei se é só no Piauí, no Maranhão também, está fazendo parte da merenda escolar. Então, agregou valor. Ela está até, de certa forma, bem... Parece-me que são R$25 o quilo da massa.

Então, quer dizer, já é um valor que as pessoas... A gente quebra o coco e joga fora. No meu tempo, não tinha isso, eu não sabia que a massa era importante. A gente passou fome, mas tinha outros alimentos, tinha muitas frutas naturais, de estação. Não se chegava a usar a massa do babaçu.

Minha mãe contava que, na época dela, usavam, mas faziam uma farofa, uma farinha. Lá em São João do Arraial, tem o babalate, que é o chocolate da massa do babaçu, que é gostosíssimo, fazem sorvete, picolé. O sabonete feito do babaçu, gente, quem usar pela primeira vez não quer largar mais nunca o sabonete, que é glicerina... Tem macarrão.

Lá em São João do Arraial, que é um Município do Piauí, exploram bastante essa coisa. Lá tem até a moeda própria, que é o cocal, moeda própria da cidade. A cidade trabalha com uma moeda própria, que se chama cocal. Então, trabalham muito a questão do babaçu, dos produtos.

Então, vamos ouvir o Prof. Tiago, da Universidade Federal do Piauí, que é um pesquisador que trabalha na questão do azeite.

O SR. TIAGO RIBEIRO PATRÍCIO – Bom dia. Eu sou pesquisador do babaçu. Desde 2009, eu trabalho com o coco babaçu. E sou professor da cadeira de Empreendedorismo Rural e da cadeira de Coletivismo, que, a meu ver, deveria ser uma matéria a ser ensinada desde a nossa primeira infância, que é esse entendimento do coletivo, que já foi colocado aqui por todas as mulheres aqui presentes.

Bem, aqui é o Projeto Babcoäll. É um projeto que tenta trabalhar com o desenvolvimento de uma nova cadeia de valor do babaçu.

Esse aí, para quem não conhece, é o coco babaçu e as suas partes. O coquinho babaçu tem essa amêndoa, que é 7% do valor da amêndoa, e a cadeia do babaçu sempre foi pautada em cima dela. A amêndoa do babaçu todo mundo sabe que gera um óleo muito bom. O que pouca gente sabe é que estudos novos mostram que o óleo do coco babaçu é o óleo mais sofisticado da natureza, é superior a qualquer outro óleo.

O mesocarpo do babaçu, como foi colocado agora, é uma farinha amilácea, rica em amido, mas também muito rica em ácidos fenólicos, vitaminas, é polivitamínico, é riquíssimo em fibra, tem muito mineral, é multimineralizada e tem uma quantidade muito grande de ferro. Uma criança em desnutrição mórbida consegue sair da desnutrição em 40 dias alimentando-se exclusivamente de água e mesocarpo de babaçu.

O epicarpo, que é aquela última partezinha, que é a casa, é uma fibra estruturada, que é muito interessante para qualquer tipo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

fibra estruturada, que é muito interessante para qualquer tipo de composto fibroso. E o endocarpo, que é a parte mais conhecida, que é a parte que sobra, que é aquela parte mais dura, é um dos compostos lenhosos mais densos da natureza. Então, é muito interessante o Babaçu ser tudo isso e ainda hoje não ser um grande produto. O Babaçu é o composto natural com mais possibilidades da nossa natureza.

O nosso projeto começou lá em 2008, que era o Geratec, que teve participação de várias instituições, principalmente Uespi, Ufpi e Ifpe. E ele findou em 2013 e foi aglutinada muita pesquisa sobre o Babaçu. E essas pesquisas iam virar título, iam virar gaveta. A gente conseguiu transformar o Projeto Babcoall, que é aplicar essas pesquisas e trabalhar o desenvolvimento delas. Aí você também tem a palmeira e o cacho do Babaçu.

Bem, para o Babaçu ser uma realidade, isso é tudo o que ele se propõe a ser, a gente tem algumas sugestões. São projetos de lei e indicativos favoráveis à cadeia de valor do Babaçu. Criações de leis para preservar os babaçuais, evitar a queima do coco inteiro em caldeiras e produção de carvão. Isso é o que as meninas aqui estavam conversando agora, estavam colocando todas essas questões, e que também foi muito bem colocado pela Drª Juliana e pela Profª Carmen.

A lei do babaçu livre é uma lei que, ao meu ver, vai dar sustentabilidade para tudo que a gente vai mostrar daqui a pouco. Tudo precisa disso aqui primeiro. Nada adianta todos esses produtos que a gente inventou, criou, se não tiver essas quatro leis funcionando, principalmente. Porque não adianta só criar a lei, é preciso efetivá-las, cobrá-las e fazer elas funcionarem.

A lei do babaçu livre, pelo que eu estava entendendo ali da Drª Juliana, eu acho que, se ela for recolocada com um novo texto, eu acredito que ela poderia facilmente ser aprovada. E já foi bem discutida. Tem a lei de proibição da derrubada de palmeiras semitropicais. No Ceará, já tem uma lei estadual que proíbe a derrubada da Carnaúba. Então, essa lei poderia ser aplicada para todas as outras palmeiras semitropicais.

A Quebradeira de Coco está em um ambiente que não tem só o Babaçu, tem o Tucum, tem o Buriti, tem outras palmeiras e todas essas palmeiras podem ser aproveitadas pela Quebradeira de Coco. Uma lei que proíba a queima do coco babaçu integral. Eu acho que essa é a grande questão. Hoje o Babaçu, vocês têm dificuldade de encontrar o babaçual, de encontrar palmeiras de Babaçu muito mais por conta disso.

Vocês colocaram muito bem. Estão queimando o coco integral a torto e a direito, fazendo qualquer tipo de aproveitamento, menos o aproveitamento que seria interessante, que é produção de alimentos. Alimentos funcionais, alimentos que são a tendência do mundo agora, um alimento livre de agrotóxico, altamente nutritivo e é praticamente o nosso fármaco. A nossa farmácia é a nossa dispensa se a gente for trabalhar com esse tipo de produto.

E isso também é muito interessante, uma lei de renda mínima para produtores da sociobiodiversidade. Lei que garanta períodos de estiagem, como a gente está vivendo. Além de tudo isso que vocês colocaram, também tem a questão da seca que a gente está vivendo. Então, é uma seca histórica, comparada à Seca do Quinze, muito retratada nos nossos livros de história.

Então, isso tudo atrapalha o nosso... Pode ser que

Então, isso tudo atrapalha o nosso... Pode ser que, no próximo ano, tenha um coco mais fácil, um coco mais robusto e a gente possa também fazer o melhor aproveitamento. Isso também interfere muito no que a gente está vivendo hoje.

Agora, não são só as leis. As leis são fundamentais, esse é o primeiro passo. A gente tem aqui uma Senadora que está disposta a brigar por isso e ela não é somente a Senadora do Piauí, ela é a Senadora do Babaçu, a Senadora da sociobiodiversidade. Então, ela é a Senadora do Maranhão, é a Senadora do Pará, é a Senadora do Tocantins, é a nossa Senadora do Babaçu.

Ações governamentais favoráveis à cadeia de valor do Babaçu. Isso é tão importante quanto as leis. Primeiro, é preciso dar valor à quebradeira de coco. Ela não é a única atriz dentro desse esquete que a gente está vivendo, mas é a principal atriz. E isso precisa ser deixado muito claro.

Então, precisa ter inclusão de representantes das quebradeiras de coco na Câmara Setorial do Óleo. Se o grande produto do Babaçu, o primeiro grande produto do Babaçu é o óleo, então a quebradeira de coco precisa participar da Câmara Setorial do Óleo, porque só tem grandes industriais participando dela.

Eu acredito que o MIQCB seja a principal instituição da quebradeira de coco. Tem várias outras, mas o MIQCB poderia lutar por isso. E isso é muito importante para mostrar o seu valor, para poder continuar estar aparecendo aqui dentro do Senado, como a Francisca colocou agora.

Incentivos fiscais para produtos artesanais, semi-industriais e industriais pleno (ICMS zero). No Piauí, se uma quebradeira de coco for vender um azeite, ela vai pagar 17% de tributação de ICMS. Eu não sei nos ou-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tros Estados. O nosso projeto trabalhou o estudo somente do Piauí. Eu acredito que, no Maranhão, pela luta ser mais antiga, eu acredito que aqui tenha algumas vantagens em alguns tipos de produto. Mas isso é muito importante. Para a quebradeira de coco ganhar dinheiro, ela precisa estar institucionalizada. E, para isso, ela precisa ter ganhos reais.

Pauta de ICMS para produtos do Babaçu igualitários nacionalmente. Isso aqui pouca gente vai entender, mas isso é muito importante. É o pessoal da contabilidade que vê isso. Um Babaçu, se a gente for querer trabalhar uma cadeia produtiva muito bem feita, precisa ter um intercâmbio de produtos. O produto feito no Piauí tem que ser igual ao do Maranhão, tem que ser igual ao do Tocantins, tem que ser igual ao Pará e tem que ser igual, inclusive, a outros Estados que também têm o Babaçu.

A gente tem a presença do Babaçu em 22 Estados da Nação. Ele é quase endêmico no Brasil, mas ele já entra no Peru, ele entra na Bolívia. Mas 50% do Babaçu está no Maranhão; 80% do Babaçu está nessa área que a gente viu agora, nesses quatro Estados.

Criar mecanismos para evitar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO RIBEIRO PATRÍCIO – ... a sazonalidade de preço entre a safra e a entressafra. Incluir áreas de babaçual com aproveitamento como áreas de sequestro de carbono para gerar crédito de MDL. Isso seria a forma de incluir os donos de terra dentro do projeto. Já que eles estão se sentindo exclusos, eles podem trabalhar com isso, é uma forma de trazer o dono da terra para junto da gente.

Incluir o Babaçu na farmacopeia brasileira. Isso talvez seja o mais importante. O Babaçu está na farmacopeia europeia e na farmacopeia norte-americana, mas não está na farmacopeia brasileira. O que é isso? A gente não pode fazer um fármaco de Babaçu, um remédio

mas não está na farmacopeia brasileira. O que é isso? A gente não pode fazer um fármaco de Babaçu, um remédio de Babaçu. Isso aqui a gente já tem pesquisa e tese de Doutorado e dissertações de Mestrado amplamente divulgadas para a gente conseguir incluir. Falta briga e política.

Fomentar e financiar novas pesquisas e finalizar as pesquisas iniciadas. Isso também é muito importante e a gente está trazendo a ideia do Projeto Babcoall. Ele não está definido, a gente precisa inteirar mais com a quebradeira de coco e começar a aplicar um piloto. E, aí sim, a gente pode dizer que o Projeto Babcoall estaria no ponto. A gente está muito acadêmico, a gente está muito dentro do ar-condicionado. Está faltando essa interação com as Franciscas, que a gente já ouviu aqui bem.

O resumo do projeto é isso. É criar uma estrutura, uma forma de essas mulheres saírem do rústico pleno. No Piauí, nós temos o mel orgânico de abelha. É o mel mais valorizado no mundo. É um mel exclusivo de produtores rurais. E lá tem uma indústria grande, 90% da produção vai para fora do País. Então, é esse tipo de indústria que a gente está tentando incutir.

Lá no Pará, tem uma indústria que trata exclusivamente de castanha do Pará. É uma indústria de extrativistas. Então, a gente quer criar uma indústria para a quebradeira de coco. E a quebradeira de coco, eu acho que ela tem um medo, por exemplo, de maquinário. O maquinário é danoso se ele for mal empregado. É como um remédio. O remédio pode virar veneno se a dose for errada.

A gente criou lá na universidade um maquinário que é exclusivo para a quebradeira de coco, onde ela vai melhorar a qualidade de vida, aumenta a produtividade, mas não tem eletricidade. Não tem como ter eletricidade.

Então, esse maquinário vai trazer uma renda maior para a quebradeira de coco, uma melhor qualidade de vida. É um machado mecânico. Ele está em testes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO RIBEIRO PATRÍCIO – ... e foi copiado por um pessoal do Goiás, que fez uma mistura grande. Mas a quebradeira de coco é insubstituível dentro do projeto. Por quê? Porque é extrativismo pleno. Não tem como um dono de terra ou um industrial catar coco mecanizado. Tem que ter a quebradeira de coco. E a quebradeira de coco precisa ter aquelas leis para se resguardar contra eles.

Justificativa. Essa é a justificativa do Piauí. Tem essa quantidade de gente trabalhando com Babaçu, mas o mais importante é isso. Uma unidade familiar ganha, em média, R$500 a R$900. Uma unidade familiar é de oito a dez pessoas. Com o projeto, trabalhando com produtos de alto valor agregado, uma família passa a ga-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nhar de R$6 mil a R$7 mil. É empoderamento total, social, econômico, financeiro, ambiental. A gente propõe trabalhar com melhor qualidade de vida, mantendo a tradição e a cultura.

Inserir o homem e o jumento no contexto produtivo. O homem não participa muito da cadeia produtiva. O jumento hoje só serve para ser atropelado em beira de estrada. A gente pretende colocar ele de novo na questão de transporte rural.

O potencial do Piauí é de trabalhar, com as quebradeiras de coco, trabalhar com aproximadamente R$50 milhões/ano. Com esse número, a gente consegue chamar atenção de ONGs internacionais, que já venham para cá, como a Fundação Ford.

E tem o desafio que é a questão de melhorar a cadeia produtiva

desafio que é a questão de melhorar a cadeia produtiva.

O aproveitamento da socioparticipação é mais ou menos isso: para cada projeto desse é incluir uma indústria com socioparticipação. Quem vai ser a dona da indústria também serão as cooperativas de quebradeiras de coco.

Esse é o desenho do plano social, é uma indústria cercada de produtores rurais, em que esses produtores rurais vão produzir o mesmo produto, para ter escala, para conseguir chegar no mercado internacional, e isso tudo amparado pela sede da cooperativa.

Esse é como vai ser o galpão. É um galpão que não precisa de energia elétrica, os maquinários trabalhados e envolvidos todos eles são sem energia elétrica e, mesmo assim, conseguem ter a maior produtividade e de qualidade possível.

Esse galpão, esse maquinário respeita as fiscalizações do Ministério do Trabalho e do MAPA e Anvisa. Então, apesar de ser uma coisa rústica, que vai estar lá, no mato, ele atende as necessidades e as exigências de MAPA, que é o Ministério da Agricultura, de Anvisa e de Ministério do Trabalho.

Aqui é a cadeia e alguns produtos que a gente está tentando mostrar. Vocês falaram em quatro produtos, mas nós, na universidade, conseguimos desenvolver 64 produtos, e esses produtos vão ser trabalhados no projeto... (*Ininteligível.*)

... por quebradeiras de coco.

Alguns de nossos números iniciais.

Nós estamos trabalhando com o desenvolvimento dessa nova cadeia de valor, do APL do babaçu, que é um arranjo produtivo local, do babaçu.

Nós temos hoje, já, sete patentes de nível mundial.

Aquele lá, embaixo, ácido láurico de coco babaçu é o mais importante deles. Esse aí é o ômega 3 do futuro.

O ômega 3 dizem que é bom para aquilo, bom para aquilo outro, quem não tomar vai morrer. O ácido láurico realmente é tudo o que o ômega 3 se propõe a ser e isso quem vai fazer, com uma forma estruturada, com uma forma organizada, com escala é a quebradeira de coco.

Nós temos três conformações de produto. É um processo similar à cajuína, não sei se vocês conhecem a cajuína, mas é um projeto que vai conseguir manter uma padronização de produção para esses três produtos.

Nós já temos o procedimento operacional padrão para o azeite tradicional, para o óleo extravirgem e para o mesocarpo em pó.

Esse óleo extravirgem é o óleo mais sofisticado da natureza. É um óleo que qualquer pessoa vai estar consumindo, um produto altamente funcional e que é melhor do que esse óleo de coco, que está muito na moda agora.

O azeite tradicional é *gourmet*. A gente precisa incutir, e já foi muito bem visto pela alta gastronomia paulista e carioca, que é o alvo.

E o mesocarpo do babaçu, esse é um outro produto que é sensacional, é fantástico. Isso aqui é anticarcinogênico. Se você toma refrigerante, você vai acelerar seu processo de câncer. O mesocarpo do babaçu retarda.

Então, você vai consumir um produto que é muito mais nutritivo do que linhaça, granola, aveia e trigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

juntos. Ele tem propriedades fenólicas, em que o consumo contínuo do mesocarpo do babaçu te corrige gastrite, ele é um poderoso produto para a pele, ele é um protetor solar muito interessante, porque ele é anti-inflamatório, antifúngico, ele melhora a pele da pessoa.

Bem, esses são os participantes do projeto. Nós temos esses entes, todos eles muito

Nós temos esses entes, todos eles muito bem reconhecidos. Nossa última parceria foi com o Governo do Estado do Piauí, do qual eu sou Diretor de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado.

Esses são alguns pesquisadores.

Vocês vejam que todos os nossos pesquisadores estão no Piauí. O que a gente queria também era abrir, trabalhar com pesquisadores da UFMA, da Universidade do Tocantins, do Pará, apesar de que esses pesquisadores nem todos são piauienses. Têm muitos cearenses, têm paraibanos, têm paulistas, têm paranaenses.

E com essa frase eu gosto sempre de terminar: a sustentabilidade pode ser alcançada quando um projeto é ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e, principalmente, culturalmente aceito.

Muito obrigado.

E esse é o projeto. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Bom, vamos passar agora para o Mauro Oliveira Pires, Diretor de Extrativismo e Desenvolvimento Rural e Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer o convite à Senadora Regina Sousa, ao Senador Otto Alencar pela possibilidade de participar aqui, dessa audiência pública.

Queria cumprimentar também as quebradeiras de coco, o Professor Tiago.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Registrar a presença do Senador Paulo Rocha, do Pará.

Na hora em que quiser intervir, o Senador pode falar na hora em que quiser. É a regra, é o Regimento.

Então...

Mas acho que o Mauro vai falar dez minutos. Aí, você, se quiser intervir...

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Se o Senador quiser falar antes, claro.

Bom, então, continuo, também agradecendo aí a presença de todos. Acho que as informações especialmente trazidas agora pelo Professor Tiago apontam aí a importância desse produto da biodiversidade brasileira, que está associada também à situação das quebradeiras de coco, mostrando aí como é que a nossa biodiversidade pode ser extremamente útil para o desenvolvimento econômico, social.

E queria me apresentar.

Eu sou servidor público federal, da carreira lá, de Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e do Ministério do Meio Ambiente.

Acho que a nossa participação aqui tem a ver com as ações que o Ministério desenvolve associadas aí à luta das quebradeiras de coco em favorecimento do seu modo de vida e também da conservação ambiental.

Para o Ministério do Meio Ambiente, as quebradeiras são parceiras, são reconhecidas como parceiras. Nós reconhecemos o trabalho, a dedicação, reconhecemos a importância delas para, especialmente, a conservação ambiental.

Então, já há uma parceria de longa data, exatamente porque elas desempenham um papel social relevante e um papel importante para a conservação dessa área dos babaçuais como foi mostrado no início dessa audiência pública.

E aí queria também ressaltar a importância, Senadora, da sua iniciativa em trazer esse debate aqui, para o Senado Federal, uma vez que é uma Casa fundamental, em que a República Federativa se faz presente. Creio que o trabalho de normatização, de legislação pode ser avançado exatamente com a atuação importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ser avançado exatamente com a atuação importante aqui, dos Senadores, especialmente aqueles mais sensíveis a essa agenda.

Fico feliz de ver aqui o Senador Paulo Rocha, que é alguém com uma atuação muito forte no campo socioambiental da Amazônia, expandindo também para outras regiões.

Queria também dizer da importância desse mapa aqui para o conjunto das políticas. Acho que apresentar esse mapa da região dos babaçuais é uma contribuição da academia, é uma contribuição importante do movimento das quebradeiras para exatamente apoiar a identificação de políticas, de ações voltadas aí para a conservação desses territórios.

E aí já fazer, também, um pedido. Nós lá, do Ministério, teríamos interesse em ter acesso a esse mapa no seu *shape*, as suas informações mais detalhadas, exatamente para permitir depois o cruzamento dessas informações com as áreas de atuação das políticas que nós temos.

Então, se puderem, depois, os organizadores, passar a informação detalhada, especialmente o *shape*, isso ajudará na realização de políticas em favor do babaçu e em favor das quebradeiras de coco.

Queria também comentar que o esforço que o Ministério do Meio Ambiente faz em relação às quebradeiras de coco está associado, esses esforços estão associados a um Decreto que já foi mencionado aqui, o nº 6.040, de 2007, que estabelece a política nacional de desenvolvimento sustentável das populações e comunidades tradicionais do Brasil.

Esse é um marco importante da política pública brasileira, porque reconhece o papel das populações tradicionais, o seu modo de vida e a importância que isso tem para o desenvolvimento sustentável.

O Ministério do Meio Ambiente é um ativo, é um agente ativo para o desenvolvimento dessa política estabelecida pelo Decreto e dela decorrem, dessa política decorrem várias ações aí que eu gostaria de mencionar logo em seguida.

Entre elas, mencionar que foi estabelecida uma Mesa de diálogo do Ministério do Meio Ambiente, mas também com a participação de outros órgãos, tanto órgãos vinculados ao Ministério, como o próprio ICMBio, órgão do qual eu originalmente faço parte, o Serviço Florestal Brasileiro, que também tem importância nessa agenda, mas também o Incra, responsável pela regularização fundiária, pela política de assentamentos, a Conab, que também tem um papel importante em várias frentes de trabalho, e outros órgãos.

Quer dizer, essa Mesa de diálogo foi montada junto com o MIQCB. O MIQCB tem participação, com seis representantes, é paritário, portanto, exatamente para fazer avançar essa agenda da sociobiodiversidade das quebradeiras.

Então, lá, foram apresentadas as frentes de trabalho, entre elas a regularização fundiária, que é uma demanda que vai exatamente ao cerne do que foi debatido aqui. Quer dizer, em alguns lugares, nós temos até unidades de conservação criadas para as quebradeiras de coco, como as Resexs, uma no litoral e outra ali, na região do Bico do Papagaio, mas também outras modalidades de regularização fundiária.

Além disso, essa Mesa de diálogos também tem a preocupação com o eixo de atuação, ações voltadas aí para a inclusão socioprodutiva, e nesse aspecto eu queria fazer uma referência novamente à exposição do Professor

queria fazer uma referência, novamente, à exposição do professor Tiago. Quer dizer, acho que o aproveitamento integral das possibilidades dadas pelo coco babaçu devem ser consideradas aí na nossa discussão. Portanto, na Mesa de Diálogo, esse trabalho da Universidade Federal do Piauí é muito bem-vindo.

Essa Mesa foi instituída por uma portaria, de 22 de setembro de 2016, mas ela já vem acontecendo informalmente desde o ano passado e, agora, foi reforçada. Portanto, creio que o âmbito do Ministério do meio Ambiente é o melhor lugar para a discussão da agenda associada ao coco babaçu e às quebradeiras de coco. Então, Senadora, esta Mesa, inclusive, está à disposição do Senado, em particular de V. Exª, para fazer avançar essa agenda que vai ao encontro, exatamente, do que é a sua finalidade: a de fomentar políticas voltadas ao fortalecimento e ao reconhecimento do modo de vida das quebradeiras de coco.

Tem uma outra ação também importante de ser mencionada que é uma parceria com a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento. Nós repassamos, o Ministério do Meio Ambiente repassou para Conab, em torno de R$ 350 mil para promover a capacitação de técnicos dos órgãos de assistência técnica e extensão rural, bem como das Secretarias de Agricultura dos Estados, a fim de potencializar a divulgação e o acesso dos produtos extrativistas à política de garantia de preço mínimo da biodiversidade, a chamada PGPM – Bio. A cha-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mada PGPM – Bio, para quem não sabe, é uma medida muito importante porque garante, às populações extrativistas em particular, um preço mínimo para a extração daqueles produtos. E entre eles está o babaçu. Então, isso significa que o Estado brasileiro compra – e essa não é uma política da agora, ela já vem acontecendo há vários anos – exatamente por um preço mínimo, quer dizer, estabelece um patamar que dá uma garantia para as populações extrativistas fazerem a extração desses produtos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – No caso particular da Conab, essa parceria permite, exatamente, a difusão e também o cadastramento das populações, em particular das quebradeiras de coco, como beneficiárias da PGPM-Bio.

Nos últimos dois dias, ontem dia 30 e no dia 29, aconteceu um Painel, lá na Cidade de Pedreiras, no Maranhão. É uma região que vocês sabem que é importante dentro daquele mapa dos babaçuais. Então, houve lá uma discussão, de dois dias, entre os órgãos públicos, a Conab, o Ministério do Meio Ambiente, para difundir a PGPM-Bio, iniciar o processo de cadastramento e iniciar, também, uma forma de difusão dessa política, que significa a possibilidade de o Estado brasileiro comprar esses produtos.

Queria lembrar também que, no âmbito dessa política da PGPM-Bio, recentemente, o Ministro do Meio Ambiente solicitou o aumento do valor pago pelo quilo do babaçu dentro da PGPM-Bio. Então, saiu de R$2,49 para R$2,87. Parece pouco, mas, de qualquer forma, significa um incremento do valor pago para o coco babaçu no âmbito da PGPM–Bio, que acho que é importante ser mencionado

ser mencionado.

Queria também comentar uma outra iniciativa do Ministério que tem a ver com o nosso debate aqui na Comissão que é o Planafe. O Planafe é o Plano Nacional de Fortalecimento das Populações Extrativistas e Ribeirinhas. É um plano, como dito, nacional, portanto não é exclusivo dessa ou daquela comunidade, mas a sua finalidade é exatamente a de fortalecer o meio de vida dessas populações na sua associação com os recursos naturais.

É um plano estabelecido em quatro eixos. Um deles é a gestão ambiental e territorial, exatamente para garantir, inclusive, o acesso às áreas dos produtos extrativos, entre eles o babaçu. O outro eixo é a inclusão social. Portanto, fazer com que políticas públicas da área da Educação, da Saúde, da Assistência Social, cheguem às famílias extrativistas e ribeirinhas. O outro eixo é a inclusão sócio-produtiva. Nesse sentido é parecido, como eu disse, com a Mesa de Diálogo com as quebradeiras de coco. E o eixo de infra-estrutura voltado para fornecer energia elétrica ou outro tipo de energia, permitindo aí a melhoria das condições de vida.

Esse Planafe está sendo reelaborado. Ele começou a partir de uma demanda do movimento do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, o antigo CNS. Tinha um foco amazônico e agora foi expandido. Nós estamos, exatamente agora, reestruturando o plano para os anos de 2017, 2018 e 2019. Então, nós queremos, nesses próximos três anos, que o Planafe seja encampado pelo Governo como uma iniciativa importante de reconhecimento e de fortalecimento dos modos de vida associados à conservação ambiental. Portanto, dentro dele, as demandas das quebradeiras de coco vão ser também tratadas.

Uma outra iniciativa importante aqui para compor o nosso diagnóstico sobre as ações voltadas para as quebradeiras de coco tem a ver com o apoio que o Ministério do Meio Ambiente deu, em particular o departamento do qual faço parte, junto com a equipe que veio aqui desta audiência. Esse departamento apoiou o Miqcb a apresentar uma proposta ao Funbio. O Funbio lançou um edital, associado a uma linha de financiamento de projetos ambientais, e esse projeto, no valor de R$ 400 mil, foi aprovado recentemente. Então, agora, o papel é executar esse projeto que pretende fortalecer as práticas de produção dos derivados do babaçu, como também dos sistemas agroflorestais onde o babaçu aparece, e favorecer, também, a venda dos produtos nos mercados institucionais. Nós falamos aqui da PGPM – Bio, mas vale também comentar o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Dentro do Programa de Aquisição de Alimentos há um componente que se chama compras públicas. O papel é fazer com que os órgãos públicos demandem produtos de origem rural, de origem agropecuária. Nada mais justo do que, portanto, esses órgãos públicos também adquirirem produtos da agricultura familiar, em particular das populações extrativistas, portanto o babaçu estaria incluído, além também de outras iniciativas como a merenda escolar

como a merenda escolar. Portanto, a finalidade desse projeto, embora pequeno – R$400 mil é não valor relativamente pequeno - , tem a função exatamente de fortalecer essa agenda que foi colocada aqui como importante alternativa para o aproveitamento do coco e também para o aproveitamento e a valorização do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

trabalho das quebradeiras de coco.

Aqui também se falou, Senadora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Já estou concluindo...sobre o Matopiba, uma região que, em certa medida, coincide...Em certa medida não, coincide bastante aqui com a região do babaçual. É também uma região de extrema preocupação do Ministério do Meio Ambiente. Lá se encontra o que há de remanescente significativo da região do Bioma Cerrado. Então, por conta disso, é uma área já sensível, uma área que preocupa o Ministério. Recentemente foi aprovado, semana passada melhor dizendo, um edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente exatamente para fortalecer projetos de uso sustentável e de fortalecimento do extrativismo nessa região. Então, acho que isso é importante de ser considerado.

Achamos importante também que para esse debate aqui sejam convidados os governos estaduais porque eles têm não só terras devolutas em que ocorrem as manchas de babaçual e, portanto, com muitos problemas ainda de regularização fundiária, mas porque os Estados, também, são responsáveis por várias das políticas públicas que devem chegar a esse público, entre eles a assistência técnica. Aqui se falou sobre a atividade. Quer dizer, é importante que os órgãos de assistência técnica sejam chamados também para essa discussão. Além disso, quer dizer, os governos estaduais também têm um papel no que se refere à fiscalização ambiental. Claro que naquilo que se refere aos rios nacionais, a áreas de atuação do Ibama, a competência é Federal, mas, no geral, os Estados têm um papel muito importante na fiscalização. E, às vezes, estão muito mais próximos do que o Governo Federal.

Em relação à denúncia apresentada sobre o Rio Itapecuru. Vou levar isso ao conhecimento do Ibama. Só queria comentar que nem sempre a melhor estratégia de fiscalização é aquela que coloca o denunciante junto com o denunciado. Isso pode até acirrar conflitos. Acho que esse não é o interesse de todos.

Por fim, queria dizer do nosso interesse de continuar essa luta, junto com as quebradeiras de coco, para fortalecer o seu modo de vida, porque eu acho que é disso que se trata. Quero nos colocar totalmente à disposição de vocês, em particular aqui do Senado, na pessoa da Presidenta a Mesa, Senadora Regina, porque acreditamos que em algum momento será necessário um marco legal que dê mais segurança para essas ações e para o acesso das quebradeiras de coco ao território onde que elas fazem a extração desses produtos. Portanto, sem dúvida, novamente, a importância dessa audiência de trazer à tona essa discussão é uma boa medida. Queremos continuar fortalecendo essa agenda junto com vocês.

Muito obrigado.

(*Soa a campainha.*) (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Mauro.

Assim, encerramos a nossa segunda mesa. O Senador Paulo Rocha vai se manifestar. Depois, a gente vai ver se na plenária tem alguém que queira fazer alguma pergunta. A mesa inteira...Podem ficar aqui vocês. Pode ser que precisem responder. Podem ficar. O Senador vai falar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Tem de ficar aí porque aparece na televisão.

Bom,

Bom, eu queria saudar a iniciativa, saudar a presença das companheiras, e dizer o seguinte: esse desafio aqui, acho que a gente já avançou bastante nesse processo, inclusive no campo governamental. Porque tem programas hoje, como ele já falou ali, que atendem quem incentiva e que investe. Tem investimentos públicos, programas de investimentos públicos nessa questão da pequena produção, principalmente no campo, em que se avançou bastante nesses períodos últimos.

Os próprios órgãos governamentais das áreas de pesquisa – também se avançou bastante, porque antigamente os órgãos oficiais de pesquisa, eles dominavam a pesquisa, mas quem tinha acesso à pesquisa sempre, geralmente, eram os grandes: os grandes produtores, etc. Eu acho que o pequeno também, mesmo a partir de governos, já se apoderam deste processo da pesquisa. As próprias universidades já têm se aproximado bastante desse processo aí. Acho que isso aí é um ganho e um avanço muito importante, porque esse tipo de produção tem que ver muito com pesquisa, com produtividade. E explorar, como já foi dito pelo professor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

quando eu estava chegando aqui, toda a diversidade que pode provocar uma cadeia a partir de um produto do extrativismo.

Outra questão que eu queria colocar, importante, portanto, tem já... Ele falou dos programas aí, mas tem o Pronaf, por exemplo. O Pronaf é um programa de financiamento do governo que, nos últimos, antes, ainda lá... Dou esse exemplo só para ele ver como evoluiu: na época do Fernando Henrique Cardoso, para agricultura familiar o Governo dispunha de R$2,6, R$2,8 bi. Mais recente agora, a Presidenta Dilma assinou esse programa, colocando no Banco do Brasil R$28 bi. Quer dizer, tem condições de produzir. O problema é que tem que chegar lá o projeto tecnicamente bem-feito e bem elaborado, e a viabilidade financeira, etc. e etc.

Só para vocês terem uma ideia, ao que eu sei, ano passado tinha R$26 bi, mas só foram executados R$9 bi. Ou seja, não chegaram projetos para serem executados. Isso é uma coisa. Mas uma coisa que eu queria colocar para vocês, principalmente para as companheiras e quem está se organizando aí em associações, cooperativas, etc., e para o nosso professor da universidade, o companheiro do Ibama, que está aqui representando um órgão federal, é que para nós lá da Amazônia, creio que também é a mesma coisa no Nordeste, tem uma questão

que tem a ver muito com a concepção de desenvolvimento. A Amazônia – nós lá, principalmente – foi pensada só a partir do grande. Para desenvolver, a Amazônia sempre foi a partir do grande: do grande projeto mineral, do grande projeto agropecuário, dos grandes projetos. Quer dizer, a nossa briga toda lá foi como incluir o pequeno no processo produtivo e no processo de desenvolvimento. Por isso que eu disse que se evoluiu muito na valorização de incluir o pequeno, porque exatamente a grande massa da visão do grande projeto é tê-lo como mão de obra barata. Então, a inclusão do pequeno não só na busca pela terra e na busca por saídas como essa que está se propondo – cooperativas, na exploração de toda a cadeia do que o coco babaçu, promove, produz e pode produzir.

Eu acho que esse é o grande desafio que nós temos – vocês como pesquisadores, os governos. Não é fácil você, vamos dizer, incluir os governos dos Estados, porque os próprios governos dos Estados têm essa concepção só a partir do grande. Não valorizam a questão do pequeno. Você vê, por exemplo: se a Embrapa, se outros órgãos federais de pesquisa já avançaram bastante, mas, por exemplo, a Emater nos Estados ainda está muito vinculada ao grande, etc., etc. É muito mais a evolução do técnico pessoalmente do que da visão de governo. São técnicos que se dispõem a ajudar o pequeno, etc. e tal, mas não tem, vamos dizer assim, uma concepção de governo para colocar a Emater, no caso, do governo do Estado, nesse sentido. Então, tem muita coisa ainda a fazer. Claro que depende das autoridades. Nós Senadores temos um papel importante nisso.

Outra coisa que eu queria colocar: pois bem, então, se a gente luta para poder ser incluído como pequeno no processo de desenvolvimento de uma região, há que ter diálogo com os governos tanto federal, estadual e municipais, como – uma outra questão, mas ainda sobre os governos, eu queria dizer o seguinte: não sei se há experiências também lá do Piauí, do Maranhão e tal, mas no meu Estado do Pará não tem um Município que tenha um plano de desenvolvimento local. Por exemplo, a companheira aqui, a Cledeneuza, cadê ela? Tu és de onde?

A SRª CLEDENEUZA MARIA – São Domingos do Araguaia.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – São Domingos do Araguaia. Então, lá no São Domingos eu não tenho um plano de desenvolvimento local. Porque se tivesse um plano eles iam identificar que o babaçu, que o coco, lá, era uma riqueza fundamental para poder processar o tal do desenvolvimento local, e que tem aí nos planos de governo – pelo menos tem na Sudam, deve ter na Sudene, a questão dos Arranjos – como é que chama?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Arranjos Produtivos Locais, não é? Os APLs. Então, nós íamos identificar isso lá como tal.

Depois eu queria dizer também, eu não sei o seu caso da região, mas por exemplo a monocultura, ela não dá conta de resolver o problema do pequeno.

Por isso que tem que ter no seu lote ou no seu terreno duas, três produções durante o ano, para poder... Não é o caso de olhar especificamente se aqui tem uma viabilidade financeira, mas se só isto tenha viabilidade financeira para aquela família sobreviver. E viver bem, dignamente. Por isso a experiência é que a monocultura não dá conta. Ou seja, num lote, ou num trabalho, e tal, tem que se agregar outras produções.

Nossa experiência lá do Pará, por exemplo, vivia sempre da mandioca. Não tem como evoluir de qualidade de vida, porque plantar mandioca, dá uma vez no ano. O cara planta e fica esperando lá a produção. Não tem viabilidade financeira para a família. Por isso que tem que ter várias produções no mesmo lote, na mesma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

família, etc. e tal. E aí é que eu queria por o babaçu no meio: que se também explore na cadeia produtiva as várias facetas que o coco – por exemplo, se é no lote dela lá, que tem muita água na região, então dá para poder entrar na piscicultura, para criar peixe no lote, e aí entra na cadeia aquilo que é o resíduo que pode alimentar também o peixe, ou o pato, ou o frango caipira, etc., etc. Estou dizendo isso porque eu estou incentivando muito essa experiência lá no Pará, onde o cara cria peixe, galinha caipira, enfim... No Tocantins, o pessoal descobriu uma batata, uma batatona. A universidade de lá descobriu uma batata que extrai o etanol, mas fica aquela massa grande como resíduo, que entra na cadeia da alimentação do porco, do frango, do peixe, etc., etc., etc. Então, incluir também, vendo o lote como um modelo, como uma unidade produtiva, mas que tenha várias produções naquele lote. Aí sim, dá viabilidade financeira.

Porque a experiência da gente lá é que a gente produz, mas o pessoal... : "Vamos plantar cupuaçu". Aí todo mundo foi plantar cupuaçu. Depois sabe o que acontece? O pessoal vai vender o cupuaçu na estrada. Aí não tem viabilidade nenhuma. Nossas estradas lá, como, com certeza, as outras estradas, são cheias de barraquinhas ao longo delas: vender farinha, vender cupuaçu, vender tucupi, não sei o que mais, etc., entendeu? Então, não tem estabilidade.

Daí, a última coisa que eu queria colocar nesse debate para ser agregado é pegar a experiência do Acre, viu, Regina? No Acre os companheiros avançaram bem, que criaram lá o PPC, público-privado-comunitário. Então, eles pegaram, no caso aí – vou dar um exemplo no caso aí: qual é a âncora... Vou pegar o exemplo do peixe lá: qual é a âncora da produção de peixe? A fábrica de ração, a produção do alevino e o frigorífico para poder industrializar o peixe.

o frigorífico para poder industrializar o peixe. Então, o que foi que eles fizeram? Eles chamaram um grupo que tem o capital para fazer o chamado integrado. O governo do Estado entrou com as máquinas para produzir os tanques nos lotes, e o comunitário, o trabalhador rural, entrou com a mão de obra e com a produção. Aí você pode dizer: "Ah! Mas esse integrado já tem experiência lá no Sul?" E o pessoal era contra o processo de integrado principalmente da Sadia e da outra grande, a Perdigão, porque era como se fosse o empregado produzindo para eles. Mas, não, porque lá no Acre eles avançaram mais. A empresa Âncora, que é dona do fábrica de ração do alevino e da industrialização, do frigorífico, ela é uma SA, em que o produtor, a unidade produtiva tem ação sobre a coisa. Então, não só ele ganha como produtor ali, porque se ele engordar dez toneladas de peixe, ele naturalmente vai ganhar por essa produção, mas também, no final do ano, ele tem participação dos dividendos da empresa mãe.

Então, eu acho que são experiências em que se avança mais no sentido da valorização da inclusão do pequeno no processo do desenvolvimento da nossa região. Ao que me parece, pelo que eu conheço e pelas experiências que eu tenho vivido, porque tenho uma longa história não só como Parlamentar, mas também como dirigente sindical lá do meu Estado, as experiências têm avançado bastante, mas a gente precisa entrar num mercado em que deve haver sempre um controle, porque, claro, é preciso grandes investimentos, e há esse processo de disputa. Por exemplo, como é que o dendê entrou nos interesses dos grandes capitalistas? É a mesma coisa que o babaçu. Tudo do dendê se aproveita, não é? Por exemplo, a companheira sabe que lá em Marabá há guseiras – ferro-gusa –, porque como na região está a maior reserva de ferro do mundo, fizeram lá ... Hoje as gusas estão paradas É claro que foi por outra situação, mas a principal foi que, como não havia uma produção de carvão para alimentar as caldeiras, o pessoal entrou na floresta. O Ibama foi muito duro com relação a essa questão. Está correto. No entanto, ali do lado está a matéria-prima própria para alimentar essa coisa, que são os briquetes produzidos a partir do resíduo do babaçu. Então, o babaçu também entra nessa outra cadeia de uma indústria que está lá parada. Acho que das dez, três são guseiras. Dez estão paradas porque o Ibama interveio e interrompeu o fornecimento do carvão e impôs que os caras plantassem madeira para poder produzir carvão. Mas ao lado está o babaçu, o resto do babaçu.

Então, o babaçu tem que estar também numa cadeia que o valorize. Por isso é que o dendê

numa cadeia que valoriza, por isso que o dendê entrou, agora é o interesse dos grandes capitalistas, inclusive da Vale do Rio Doce – numa associação lá no Pará – e da Petrobras. Entrou no dendê, porque se aproveita tudo do dendê, que é a mesma coisa do babaçu.

Quero parabenizar esta audiência pública, e é mais uma oportunidade de que o nosso País tem viabilidade e é só incluir o pequeno produtor no processo de desenvolvimento que vamos desenvolver nossas regiões mais rapidamente e resolver os problemas de falta qualidade de vida que ainda há no nosso interior.

Parabéns a todos, principalmente às companheiras quebradoras ou quebradeiras.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigado, Senador Paulo Rocha. (*Palmas.*)

Já está rolando um debate com o Sérgio Moro lá no plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Há alguém que queria fazer alguma pergunta?

Agora, a pergunta é só dois minutos, é pergunta mesmo.

A SRª CARMEN LÚCIA SILVA LIMA – Para o meu colega de trabalho lá da UFPI.

Quando você estava apresentando o projeto, falou de registro de patentes, de produtos do coco babaçu. Gostaria de entender melhor como estão sendo feitos os registros dessas patentes, principalmente porque, na condição de antropóloga – e tua colega de instituição –, e venho trabalhando com povos e comunidades tradicionais, em nenhum momento eu vi falar em conhecimento tradicional. As quebradeiras, por exemplo, parecem estar ausentes, é mais um projeto de outra natureza que não está incluída a perspectiva das quebradeiras.

Gostaria mesmo de esclarecimento sobre esse registro de patente.

A SRª FRANCISCA SILVA NASCIMENTO – Eu gostaria de falar muito...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FRANCISCA SILVA NASCIMENTO – ... estou até com a folha cheia, mas, infelizmente, o tempo é curto e não vai dar.

A minha pergunta seria também em cima do que a Carmem fez, mas também é outra pergunta: como está sendo feito o estudo em cima desse trabalho na questão desse projeto na universidade, sem o nosso conhecimento – das quebradeiras e nem do MIQCB. Porque é um projeto que está se criando, que está se fazendo, pensando no babaçu, mas a gente não foi consultado – as quebradeiras – em nenhum momento no Piauí nem no Maranhão, nem no Tocantis nem no Pará; em lugar nenhum, fomos consultadas sobre esse projeto. Não é a nossa realidade, não é a nossa cara esse projeto. Queria que vocês respondessem para a gente como foi pensado e com quem foi feita essa pesquisa, esse estudo.

Aí me pergunto mais uma vez: quando a gente se nega, às vezes, de querer dar uma informação... Acho que é isso que está dando problema de dizer que está contra a universidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FRANCISCA SILVA NASCIMENTO – Não é que a gente está contra, é porque as coisas têm outro caminho quando a gente dá nossas informações. A gente não sabe para quem a gente está dando. São esses cuidados que estamos tendo como quebradeira de coco.

Queria só que fosse mais detalhado, porque, infelizmente, nós não conhecemos esse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tiago, responde as duas perguntas e, depois, a gente retorna para todos da Mesa terem os seus três minutos de encerramento. Está certo?

O SR. TIAGO RIBEIRO PATRÍCIO – Está.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Todos da Mesa, os que estão aqui e que foram palestrantes.

Tiago responde as duas perguntas em três minutos.

O SR. TIAGO RIBEIRO PATRÍCIO – Senadora, é uma satisfação.

principalmente o desenvolvimento de produtos. Falta agora aplicação prática, colocar isso dentro do plano real.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente vai retornar. Três minutos para cada um para poder ir para o Plenário lá do....

Mas eu queria deixar uma pergunta na fala do Mauro, se ele puder responder, porque quando eu chamei esta audiência a intenção era juntar todo mundo que de alguma forma tem interesse no babaçu, até para identificar alguma coisa comum, mas a principal questão é: Como proteger?

Então eu queria que você falasse um pouco assim... Porque a preocupação é que, se proteger, tem para todo mundo, tem para quem vai industrializar numa escala maior, tem para a quebradeira, tem para o dono

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

da terra, porque inclusive no projeto dele mostra que o dono da terra, se ele for convencido que ele tem uma riqueza, porque a questão do sequestro de carbono pode ser bom para ele inclusive preservar o babaçu. Sem falar na questão da lei, a legislação, a gente vai sentar depois para tentar formular aquilo que pode ser nacional ou que pode ser estadual, para a gente ver como legislar nesse sentido, mas como eu falei o processo legislativo é lento. Então a gente tem que ir agindo independente da lei.

Neste momento, antes que a lei seja, se for possível uma lei de proteção, o que é possível fazer para proteger? Sabe, alguém falou aqui que os Estados têm que entrar. Já vamos conversar com os Estados. Os Governadores têm que fazer alguma coisa para não deixar desmatar, derrubar e acabar, porque se a gente for esperar o processo legislativo ele pode, quando for aprovado, porque um projeto aqui é aprovado e ele vai para a Câmara e aí ele... Eu disse para vocês, a população de rua está há 9 anos lá e ainda não saiu do lugar. Então vamos atuar em todas as frentes.

Então quando eu misturei todo mundo era para ver... Até porque eu sei tem uma questão, vou dar o meu exemplo, quando eu entrei no Banco do Brasil, eu trabalhava era com rádio, a comunicação da gente era via rádio, ficava aqui para Bom Jesus dizendo, letra por letra, para ele poder entender qual era a palavra que eu tinha que dizer para ele. Aí quando mudou do rádio para o Telex, a gente já ficou meio cabreira assim, achando: Ah, vai tirar o lugar da gente. Então a gente tem uma certa rejeição à tecnologia, porque realmente ela tira algum espaço da gente. Agora a gente tem que ver como aproveitar o melhor da tecnologia. Quer dizer, a gente achava que bancário ia acabar quando entrou a tecnologia da informação. E não acabou! Os bancários estão aí ainda resistindo como categoria. Agora, não dá para rejeitar, tem que ver o que a gente pode ter em comum e aproveitar disso.

Então, por isso que eu quis misturar todo mundo assim, para a gente ver, até para saber, para conhecer, eu conheci o projeto dele, porque ele me apresentou recentemente também, e achei interessante, porque é uma pesquisa, os pesquisadores, a gente não pode frear a pesquisa também. Os pesquisadores estão aí para tentar descobrir, cientificamente as coisas que são possíveis e a gente vai aderir ou não se a gente achar que não vale a pena.

Então essa questão da proteção para mim é o eixo principal, neste momento, porque eu estou preocupada, cada vez que eu passo naquela estrada, eu percebo, eu olho e acho que diminuiu, porque a monocultura deixa lá, umas bolinhas de babaçu aqui e outra ali, mas essas bolinhas cada vez vão diminuindo, porque cada vez que ele queima, porque a colheita da cana ainda é na queima, um fogaréu assim horroroso, que solta uma fuligem que dá tuberculose, ele vai queimando um pouco em volta, então vai diminuindo, e aquilo não resolve, porque fica lá, eu não sei nem o que eles fazem daquilo, naquele canavial que tem lá no Piauí, o que eles fazem? Porque não se colhe aquele coco ali...

Então para mim neste momento a nossa principal questão é a

proteção, como é que a gente protege o babaçu, e queria que você enfatizasse na sua fala.

Então eu vou passar – começar com essa Mesa que já está aqui –, começar com, de novo, Francisca, depois a outra Francisca, depois o Tiago, depois o Mauro.

Vamos lá, Francisca, do Maranhão.

A SRª FRANCISCA MARIA PEREIRA – Nessa apresentação do professor, aí é onde eu falo para vocês: é onde a gente tem nossa preocupação em preservar nossos babaçuais, e, assim: onde estão as quebradeiras de coco babaçu? A gente está... Nós, quebradeiras de coco, nós estamos junto com povos e comunidades tradicionais, onde a gente está preservando os babaçuais, e assim: a preocupação aumenta. Nós não estamos dizendo que nós somos a favor da tecnologia. Nós somos. Mas desde que ela seja uma tecnologia que vá beneficiar as quebradeiras de coco, e vamos ver como que essas tecnologias estão sendo usadas. Então, assim: nós somos quebradeiras, nós estamos lá preservando, brigando, lutando, em conflito com todos que querem devastar elas, e, assim, eu adoro meu jumento para carregar o meu coco lá do mato para casa. Eu adoro, porque é ele que sempre, desde quando eu me entendi por gente, está lá e ele que ajuda.

Outra coisa também, assim: nós somos quebradeiras, eu quero que isso fique bem claro e registrado. Não catadeiras. Máquinas vêm para substituir. É isso que eu estou falando: vamos ver como a gente vai usar essa tecnologia para que ela não nos substitua, porque nós estamos lá na base. Eu tenho orgulho em dizer que eu sou quebradeira de coco, eu sou filha de quebradeira, eu tenho filhas que são quebradeiras e que a gente está aqui para preservar. E que nós vestimos a nossa camisa enquanto MIQCB, nós estamos aqui defendendo as nossas mulheres que estão lá no campo, que estão lutando, que vivem do coco. A gente quebra o coco, a gente tem nossa roça, a gente tem nosso arroz, a gente tem nosso feijão, tem nosso milho, tem nossa mandioca, que é nossa renda complementar, mas nós temos o coco, e nosso coco é de ano em ano, ele não se acaba.

Então, essa é uma luta nossa. Eu quero que isso fique bem claro: que nós não somos contra a tecnologia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mas desde que ela seja usada de uma forma que não vá nos prejudicar, e que a máquina para nós não é a nossa política. A política do MIQCB não é ter máquina para quebrar coco. Então, daqui a uns dias, não vai ter mais quebradeira de coco. Vamos ter catadeiras. Porque nós vamos catar esse coco para as máquinas quebrarem. Não tem máquina que vá substituir pessoas, mulheres, gente, não tem. Porque cada coco é diferente, cada região...

(*Soa a campainha.*)

A SRª FRANCISCA MARIA PEREIRA – ... seu coco é diferente. O tamanho é diferente. Não tem como substituir. Então eu quero que fique bem claro aqui: que essa não é a política do movimento e que a nossa luta vai continuar contra qualquer ou quem que seja que vá nos prejudicar, prejudicar as nossas quebradeiras que estão lá na base. Que é para isso que nós estamos aqui, representando.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O.k., obrigada, Francisca. Agora a Francisca do Tocantins, três minutos.

A SRª FRANCISCA PEREIRA VIEIRA – A gente fica muito preocupada.

A gente fica muito preocupada. Eu acho que, dessas quebradeiras que hoje estão no Senado, talvez eu seja a mais velha dessas e toda a vida quebrei coco. Eu sei que tem muita tecnologia aí, mas as companheiras quebradeiras de coco não entendem dela e gente tem muito medo. Dessas tecnologias, Senadora, a gente tem medo mesmo, porque têm delas que podem até ajudar as quebradeiras, mas têm outras que não vão ajudar. E nós temos medo de ser patenteadas por outras coisas que não é a nossa estratégia.

E nós vamos lutar contra quem quer que seja que vai patentear as nossas tradições. Elas são culturais. Eu já conheci máquinas que foram colocadas lá somente para gastar o dinheiro brasileiro que nós temos, e que não funcionaram. Nós temos conhecimento disso. E por que não foi discutida com quebradeira? Em nenhum momento, isso foi discutida com quebradeira. E se discutem, às vezes, a quebradeira não está nem sabendo do que estão falando.

Mas eu queria ver aqui com o Dr. Mauro o que fazer, porque fazendeiros tiram uma licença para tirar as palmeiras de uma área, este ano, para ralear. Aí eles fazem essa licença este ano. No outro ano, eles fazem a mesma licença, na mesma área.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FRANCISCA PEREIRA VIEIRA – Eu queria saber com o Dr. Mauro o que fazer para ser interrompido isso, porque, quando ele tira dois anos, não fica mais. E quando ele tira a palmeira velha, que bota o cacho, não fica mais semente para os outros. E eles estão botando venenos nas nossas.

Obrigada aí gente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Francisca.

Professor Tiago.

O SR. TIAGO RIBEIRO PATRÍCIO – A gente não trabalha com desenvolvimento de maquinários. Muito pelo contrário. E as patentes têm muitas coisas que a gente precisa proteger para a gente. Patente não é uma coisa ruim. Patente é uma coisa boa, desde que não seja patente utilizada para uso de poucos.

As patentes podem ser feitas por uma universidade e liberadas para quem quiser produzir. É essa a nossa intenção. Outra coisa: a gente começou a trabalhar agora, de 2014 para cá, com máquina, porque tem muita máquina sendo produzida, inclusive por vários outros tipos de pesquisadores. Ali, na universidade, temos três mil professores.

A gente não tem como dizer que todos eles são bons pesquisadores, são boas pessoas. Muito pelo contrário. A maioria não é a regra. O nosso projeto não é inimigo do MIQCB nem das quebradeiras de coco. Muito pelo contrário. A gente consegue entender que a quebradeira de coco é a atriz principal desse contexto. A gente não está criando maquinários para substituir. Esses maquinários foram sendo criados já tem um tempo. Desde 2000 que a própria Embrapa está incentivando essa criação de máquina. Eu concordo que a máquina vai substituir a quebradeira de coco, se ela conseguir chegar. A gente também entende isso.

A gente está tentando criar são ferramentas para melhorar o trabalho da quebradeira, fazer com que o processo seja menos penoso, para que tenha mais produtividade e que traga mais renda e mais facilidade para...

produtividade e que traga mais renda e mais facilidade para o acesso ao coco e para o manejo do coco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pela quebradeira de coco.

Nossos equipamentos não são elétricos. Nossos equipamentos exigem a presença da quebradeira de coco. O dono da terra, nem que queira, vai conseguir, porque é necessária a presença da quebradeira de coco para operar o maquinário. São maquinários que vão trazer muita melhora, mas são maquinários que ainda são individuais, são maquinários que não são elétricos.

Então, o registro que eu gostaria de deixar no final é este: as nossas pesquisas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO RIBEIRO PATRÍCIO – ... tem um fim, que é trazer desenvolvimento rural, maior produção, melhor produção para o incremento da renda dessas pessoas que estão no babaçual.

É preciso incluir o homem no processo, porque existe uma disparidade. O homem, hoje, bebe cachaça, leva para casa, dá pancada em mulher. É uma desagregação social. Ele precisa estar incluso.

Quanto à questão do jumento, a gente pensou muito nisso. Foi feita uma dissertação de mestrado inteira para tentar reincluir o jumento na logística das quebradeiras de coco dentro dos babaçuais.

Então, o que a gente quer colocar é que realmente está começando um projeto de aplicação prática agora. Se a quebradeira de coco não foi chamada até agora, é porque isso ainda não existia. Agora é que a gente está apresentando.

Eu acho que vale muito a pena vocês irem à universidade para conhecer esse projeto. A Prof. Carmen pode levar vocês até lá, e eu faço questão de lhes apresentar esse projeto.

Eu acho que, daqui para frente, não há como não estar entrelaçada a quebradeira de coco e a pesquisa que a gente está ajudando a desenvolver. Não é só a gente que faz pesquisa do coco babaçu. Todas as instituições de pesquisa nessas regiões fazem esse tipo de pesquisa. A gente também sabe que não é o dono da razão. Para a gente conseguir chegar ao fim comum, a gente tem que estar de mão dada e trabalhar no mesmo rumo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mauro, do Ministério do Meio Ambiente.

Você vai ter um tempinho maior, porque tem perguntas a responder.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – Senadora, são duas perguntas, mas eu queria fazer só um comentário sobre essa questão referente à pesquisa, ao conhecimento tradicional.

Esse é um tema realmente muito precioso. Tanto a Convenção nº 69 quanto a própria lei, agora regulamentada, que trata do acesso e da repartição de benefícios, trazem isso como tema central, para garantir que as comunidades também sejam beneficiadas com a eventual repartição de benefício referente ao desenvolvimento tecnológico.

Sem entrar no mérito, eu tenho a impressão de que a mesa de diálogos, instituída pelo Ministério do Meio Ambiente, como eu falei antes, pode ser um ambiente importante para a discussão, nesse caso particular.

De qualquer forma, acreditamos que a pesquisa é algo fundamental para a promoção dos meios de vida das populações. Portanto, eu acho que ela pode realmente ser tratada como parceira, desde que garanta, é claro, o protagonismo, a participação das quebradeiras de coco no seu desenho.

Em relação às duas perguntas, uma das Senadoras questionou, de fato, o tema central do debate, que é referente a como proteger...

... central do debate é referente a como proteger. Como proteger essa região abrangida pelos babaçuais do Brasil.

Senadora, não é uma resposta simples, nem uma resposta única.O caminho mais convencional seria dizer: "Bom, então vamos fortalecer a fiscalização ambiental de modo que seja ampliada a força dos órgãos ambientais para garantir que os babaçuais não sejam destruídos". Essa, sem dúvida, é uma frente de trabalho, mas nós já vimos aqui que ela não é suficiente, quer dizer, não é possível, mesmo somando a força Federal, o Ibama, que é o órgão de fiscalização ambiental Federal, com os governos estaduais, vai ser difícil a gente garantir que essa área seja protegida, se nós não, também, incluirmos outras estratégias. E, novamente, a fiscalização tem um papel fundamental, mas ela não é suficiente, é um papel importante, especialmente no curto prazo, mas ela não é garantidora da manutenção dessas áreas.

Outras frentes passam aí também pela regularização fundiária das comunidades. Não quer dizer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a regularização fundiária vá atingir todo o contingente do babaçual, porque também existem propriedades privadas, legítimas inclusive, ainda que também exista a terra devoluta. Talvez ocupadas de forma irregular, precisamos olhar aí para as terras devolutas estaduais. Aqui foi falado do Matopiba, quer dizer, no sul do Piauí e no sul do Maranhão têm terras devolutas, que estão sendo ocupados, precisamos verificar a legalidade desse processo e exigir novamente dos governos estaduais uma definição, afinal de contas as terras devolutas são de domínio estadual, mas essa é uma frente também importante.

Outra frente importante é, sem dúvida, envolver o aproveitamento, aquilo que nós chamamos antes de inclusão sócio-produtiva. Enquanto a gente não valorizar o Babaçu, e aí novamente entra a pesquisa, é difícil você convencer de que aquele produto é útil. Claro que nós temos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – ... o Código Florestal.

O Código Florestal, recentemente debatido aqui nesta Casa, em 2012, é um instrumento para garantir a conservação de partes da propriedade: área da reserva legal e as áreas de preservação permanente. Ainda que com as concessões feitas no texto de 2012, que permitem a anistia a desmatamentos anteriores a 2008 e permitem também, algumas regras, de recuperação de APP. Bom, ele é um instrumento importante e, para isso, o primeiro passo é o cadastramento ambiental rural. Precisamos olhar, por isso que a gente precisa dos dados do MAPA para fazer o cruzamento desse mapa dos babaçuais com os proprietários que já fizeram o cadastramento ambiental rural, porque essa é uma medida importante para verificar, de fato, quem cumpriu ou quem não cumpriu o Código Florestal, quem garantiu a sua reserva legal e, se não garantiu, como vir a recuperá-la, mas para isso a gente precisa ter acesso ao mapa.

Ontem o serviço florestal brasileiro disponibilizou o acesso às informações do CAR. Hoje, qualquer cidadão, portanto, pode entrar no *site* lá do serviço florestal e puxar as informações de município a município dos *shapes* das áreas informadas no CAR. Acho que essa é uma informação relevante, que pode ser útil aqui para a garantia dessa região do babaçual. Vamos ver quais são os proprietários, começar por áreas mais estratégicas, prioritárias e ...

começar por áreas mais estratégicas, prioritárias e verificar qual é o grau de cumprimento do código, o que está dentro de reserva legal, o que está mantido como APP e também quem é que agora vai iniciar o processo de recuperação de área. O código também diz isso, é importante e é obrigatória a recuperação das áreas degradadas por meio do PRA, que é o Programa de Regularização Ambiental. Então acho que essa outra frente também é importante.

Outra coisa que nos parece importante aí, que eu acho que o MIQCB tem que se alinhar a outras organizações da sociedade civil, refere-se ao debate internacional que tem essa sigla de REDD, que no fim das contas significa mecanismos de compensação a países que promovam redução das emissões decorrentes de desmatamento ou de degradação florestal. Quem sabe nos debates internacionais sobre REDD isso possa ser colocado. Mas aí há posições diferentes, até mesmo dentro dos órgãos públicos, a esse respeito. Mas o debate está colocado. Então acho que o MIQCB pode ser um agente dentro dessa estratégia de saber se não é possível fazer o aproveitamento das áreas, e isso significar haver algum retorno em razão da redução das emissões referentes a isso.

As outras duas frentes que eu queria mencionar têm a ver com o debate sobre a pesquisa,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – ... acesso e repartição dos benefícios, e também da farmacopeia. Eu acho que essa é uma medida pequena, mas importante, quer dizer, de garantir – eu não sabia disso, que o babaçu ainda não estava inscrito na farmacopeia brasileira. Eu acho que essa é uma necessidade que pode ser rapidamente, suponho, talvez não seja tão rápido, mas que ela deve ser, de qualquer forma, trabalhada e haver uma atuação frente a isso.

Enfim, não há uma solução simples. Acho que a gente tem que combinar diversas estratégias, Senadora, e combinar também diversos atores. Nós temos responsabilidade no plano federal, mas também nos Estados e nos Municípios. Hoje aliás, a política ambiental dá muito poder aos órgãos estaduais e municipais, no CAR, no licenciamento ambiental. Precisamos olhar, por exemplo, quais são as atividades agropecuárias dentro dessas propriedades abrangidas pelo mapa do babaçual, se essas atividades estão licenciadas ou não. Isso compete os governos estaduais. No plano federal, sempre se olham os grandes impactos, as grandes obras, então, aí sim, é responsabilidade federal. E também aos Municípios. Por isso que a lei do babaçu nos Municípios é uma estratégia importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Agora, novamente, ela precisa vir acompanhada da sua implementação. E portanto, se vier acompanhada de uma definição no plano federal, uma lei de acesso ao babaçu no plano federal, sem dúvida que isso também fortalece. Mas como a senhora mesma comentou, quer dizer, é uma medida que demanda certo tempo de tramitação.

Por fim, só para o último comentário aqui da Francisca, referente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES – ... ao controle de como evitar esse desmatamento, essa destruição, novamente, acho que essa é uma medida que compete aos órgãos municipais e estaduais de meio ambiente. Então eles também têm que ser sensibilizados. Nós achamos que a mesa de diálogo pode ser um lugar onde essa discussão aconteça de uma forma mais adequada. Também, quer dizer, essa mesa é um momento importante, mas ela precisa ganhar a participação de outros atores.

Muito obrigado.

outros atores.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Mauro, por ter vindo e pela paciência de ficar aqui. Quero até parabenizá-lo, porque é difícil trazer órgão de Governo, até pelas ocupações que tem. A pessoa chega: eu vou falar, mas tenho que sair. Você ficar para responder tudo é muito bom.

Vocês podem falar daí mesmo, porque a câmera filma vocês do mesmo jeito.

Profª Carmen.

A SRª CARMEN LÚCIA SILVA LIMA – Bom, eu agradeço imensamente esta oportunidade e informo que a gente vai lançar esse mapa em todos os Estados. Nesse sentido, já convido a nossa Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Deixe-me fazer uma pergunta para você incluir na sua fala. O mapa mostra essa história de quem são as terras devolutas, essas coisas? Vocês pesquisaram isso?

A SRª CARMEN LÚCIA SILVA LIMA – O mapa evidencia essas situações a partir da perspectiva das quebradeiras de coco babaçu e dos movimentos sociais. O que acontece? O nosso respeito primeiro é o ponto de vista das quebradeiras de coco babaçu. As situações estão lá, mas, por exemplo, o nosso trabalho não é de investigação no sentido de identificar quem são, não é uma investigação criminal. E há dados, inclusive...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª CARMEN LÚCIA SILVA LIMA – Não. Nessa escala aí, não. Agora, é claro que, como os dados são cedidos pelos movimentos sociais, há até uma questão importante em relação a esse mapa, porque o dono do mapa não vai ser o Projeto Nova Cartografia. São as quebradeiras de coco babaçu e os movimentos sociais.

Não sei se vocês perceberam que, no mapa, logo embaixo, há diversos nomes. Ali são todas as pessoas dos movimentos sociais que ajudaram na coleta de dados. Então, nesse sentido, é um grande mutirão.

Então, se quer saber, localizar algum dado, como terra devoluta, essa coisa toda, consultar os movimentos sociais que estão lá, porque eles têm como dizer isso, porque são eles que vivenciam esses conflitos.

Pela escala em que a gente trabalha, inclusive porque faz parte também da metodologia da pesquisa... A gente sabe o quê? Que as pessoas que são dos movimentos sociais e das quebradeiras de coco babaçu são as mais vulneráveis nesse processo. Então, a gente não quer, de repente, um mapa que venha expor pessoas que estão dentro de uma relação desigual de forças. Então, está lá o dado. Agora, como conferir, como cruzar com outros dados de outras agências, isso é um trabalho que depende dos interesses de cada um.

O que eu estava querendo dizer é que esse lançamento do mapa vai acontecer em todos os Estados. O mapa não é completo. Ele contempla a coleta de dados até 2015. Em 2016, a gente ficou trabalhando na análise desses dados, mas essa pesquisa está tendo continuidade. A gente está numa segunda etapa. Ainda com recurso da Fundação Forte, a gente está contemplando situações que não foram contempladas nessa primeira etapa. Por exemplo, no Estado do Piauí, a gente avançou agora para o sul do Piauí. Nós já visitamos cinco Municípios nos arredores de Bom Jesus, fomos também à Santa Filomena e Baixa Grande do Ribeiro. Então, a gente já tem dados de floresta de babaçu em uma região que não tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª CARMEN LÚCIA SILVA LIMA – Que a gente nem sabia que tinha. Inclusive, nós da Universidade não sabíamos, porque, no levantamento inicial que fizemos na Fetag, na CPT, eles não falavam. Diziam que babaçu só teria até Palmeirais, mas, agora, a gente já foi, visitou e, inclusive, fez reuniões com grupos de quebradeiras de coco babaçu, numa primeira viagem, inclusive com representantes do MIQCB, para conhecer também essa realidade. E, agora, numa segunda etapa do mapa, essa mancha da floresta de babaçu vai avançar, porque a gente

essa mancha da floresta de babaçu vai avançar, porque a gente já tem dados georreferenciados que comprovam a existência de babaçu em regiões que até então não se sabia. Então, é isso.

Esse é o nosso trabalho. Uma coisa que me alegra é que, na apresentação, ficou evidente algo que é uma característica do trabalho do projeto Nova Cartografia Social, que é exatamente as pessoas que fazem parte da situação de pesquisa estudada terem o domínio sobre o mapa.

(*Soa a campainha.*)

A SRª CARMEN LÚCIA SILVA LIMA – Então, aquele mapa que a gente viu aqui de repente parece muito denso de informações, mas eu tenho certeza de que, se as quebradeiras de babaçu olharem lá, elas vão dizer o que é cada uma daquelas situações e vão dizer melhor do que os pesquisadores, porque são elas que vivenciam. Elas é que sabem de cada uma das situações que aparece lá. Nesse sentido, a gente se sente feliz, poque elas estão contempladas no mapa e elas se reconhecem nesse mapa.

Mais uma vez, agradeço a possibilidade de apresentar esse trabalho aqui.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Professora Carmen.

Francisca, você ainda é a Presidente do MIQCB?

A SRª FRANCISCA SILVA NASCIMENTO – Sim. Ainda sou a Presidente.

É importante, sim, do mapa para nós, a construção do mapa, como Carmen já colocou. Quando a gente se preocupa com novos projetos que surgem, como estudos, embora não estejam implantados, é porque quando a gente constrói, quando a gente trabalha junto a gente sabe o que está sendo colocado, qual é a nossa visão, qual é o nosso objetivo e onde queremos chegar. E quando um estudo é feito e nós nem sabemos por onde começou e onde vai terminar, claro que é uma preocupação nossa, porque nós estamos aqui, quebradeiras de coco, representando quebradeiras de coco, comunidades tradicionais e extrativistas.

Extrativista não quer dizer só quebrar o coco, não é só a quebradeira, mas há a pescadeira, há o catador de mangaba, há o seu povo, que trabalha com pequi. Há todo tipo de extrativismo. A gente se preocupa porque essas pessoas estão em comunidades tradicionais. A gente se preocupa e a gente fica se perguntando: será que é bom para nós? Será que realmente é disso que a gente precisa, dessas tecnologias tão avançadas? E a gente já tem experiências com máquinas que não deram resultados. Não precisamos ir longe, não. Na minha comunidade existe. Às vezes a gente acha que dá certo, mas não dá certo. Não é a nossa realidade. Não é a nossa cara. Quando está implantada, a gente não consegue manusear. E aquilo ali para. São recursos investidos do Governo. São recursos que vão para lá, acreditando que dão certo, e não dão.

Então, assim, são coisas com as quais a gente se preocupa.

Quando dizem assim: nós vamos trazer o fazendeiro ou nós vamos trazer o proprietário para se colocarem dentro do projeto, porque, se eles virem que ali é bom, então que bom que eles vêm para perto. Nós vamos ser as catadeiras, porque quem vão ser beneficiários serão eles. E não nós. Porque eles vão ver que o resultado será bom e vão dizer: "então, agora, muito bem, eu já não dava o coco para vocês sem saber que tinha resultado, imaginem agora eu sabendo que nós vamos ter o resultado maior, e vocês vão ser apenas as mesmas catadeiras de coco.

(*Soa a campainha.*)

A SRª FRANCISCA SILVA NASCIMENTO – E aí? Como vai ficar nossa situação? É triste você ver uma mãe de família dizer "vai voltar o tempo em que nós passávamos fome e, de novo, vamos passar fome", porque estão sendo queimados os babaçuais, estão sendo devorados os babaçuais, nós não temos mais as políticas públicas, que estão se acabando, que era o que apoiava as quebradeiras. E, aí, como nós vamos viver? O Bolsa Família está se acabando. Por mais que dizem que era o "bolsa preguiça", era um complemento da família, da vida das pessoas. E nós vivemos da quebra do coco. Nós fazemos a roça, nós plantamos o quintal. Mas, naquele período em que não há aquela produção, onde nós estamos? Quebrando o coco, para poder sobreviver...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tem aquela produção, onde nós estamos? Quebrando coco para poder sobreviver. E a gente fica se perguntando: será que nós estamos aqui só porque nós estamos querendo só a preservação? Nós estamos colocando que é a nossa vida que está em risco, não é só a preservação dos babaçuais que a gente quer, mas é a preservação também da cultura, da vida dessas quebradeiras, que estão correndo risco. Não só apenas isso, não. Não é só uma lei para preservar, não. Mas é uma lei que venha de fato garantir a vida da quebradeira de coco no campo.

Então, não tem como a fugir dessa realidade. Quando se fala de quintais, de agroquintais, nós não conseguimos viver num agroquintal, num quintalzinho de casa. Cadê a terra que nós temos para trabalhar? Que nós não temos. Nós vamos ficar sem terra. Como é que nós vamos fazer a roça? Como é que nós vamos até o riacho pescar? Nem todo mundo tem água para ter uma criação, um criatório de peixe. Não é a nossa realidade.

E aí a gente fica se perguntando: será que é essa a realidade das comunidades tradicionais, das quebradeiras de coco? É isso que nós estamos aqui reivindicando? Não, nós estamos aqui reivindicando liberdade, direito, livre acesso a essas áreas, a essa floresta de babaçu. Não dá para a gente ficar calada e achar que é um pedacinho de coisas que a gente quer. Quando eu digo assim, a gente não participou dessa construção, não participamos. Quando foi lançado, nós nem sequer sabíamos dessa questão do estudo na universidade. Por que a gente não foi chamada? Ou nessa construção ao longo do tempo, a gente não foi consultado? A gente foi quando ia lá na comunidade que queria as informações. "Ah, beleza, é isso e isso". Hoje a gente está se deparando com um projeto que tenho certeza de que, se por mais que a gente ache que não vá se implantar, se o Governo apoiar, ele vai ser implantado. E não é a nossa cara, não é a nossa realidade das quebradeiras de coco. Não adianta dizer que é. É uma questão de agregar valor? É. A gente quer agregar valor aos nossos produtos, mas não dessa forma, com uma coisa que a gente não se identifica, que não é a nossa realidade, que não é aquilo que nós queremos nas nossas bases, nas nossas comunidades.

Não existe máquina de quebrar coco que substitua as nossas mãos de quebradeiras de coco. Não existe.

A Francisca colocou muito bem, gente, o babaçu não é uma amêndoa, não é um coco de um tamanho único que uma máquina vá pegar e cortar de um jeito que nós fazemos manualmente. Não é.

Então, nós já temos nas nossas comunidades alguns projetinhos de trabalhar o mesocarpo, de trabalhar o azedinho. Então, o que a gente precisa é melhorar essas unidades que nós temos, de como a gente ter um local adequado, que a vigilância exige para nós termos o nosso produto de boa qualidade. A isso a gente vem se adequando aos poucos. Acho que é isso que o Governo tem que olhar. Como vamos melhorar a situação das quebradeiras nas comunidades que não é uma indústria, que a gente não se adequa a isso. Não adianta dizer que tem uma indústria que vai funcionar sem energia. Não existe isso. Me desculpe, mas não existe. É essa a realidade nossa.

Quero agradecer muito, mais uma vez, à Senadora, a todos que estão aqui presentes, por estarem aqui junto com a gente, ouvindo toda essa discussão, porque essa é a nossa realidade.

E quero pedir também para ela, como Senadora, que nos dê uma força no Estado do Piauí, com audiência com o governador, que a gente quer, inclusive para a apresentação do mapa no Estado, que fosse agora em janeiro, 26 e 27, que a gente está prevendo fazer o lançamento do mapa e que ele nos recebesse no Estado.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Cledeneusa, do Pará.

A SRª CLEDENEUZA MARIA – Quero agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer que nós, do Pará, precisamos muito do apoio a todos os projetos porque os Estados... tem um apoio para cada Estado. Então, o Estado do Pará precisa também

tem um apoio para cada Estado. Então, o Estado do Pará precisa também estar mais divulgado, buscar da Secretaria de Meio Ambiente esse apoio para desenvolver o nosso trabalho, para levar o conhecimento dos valores que temos com o babaçu.

E dizer que da parte da Prefeitura a gente também tem buscado e precisa de total apoio, porque, se uma coisa não estiver ligada à outra, a gente não tem força. Então, o que a gente sente é que, se a gente fica lá no final do Pará, como é que a gente chega à capital para falar com alguém? Então, a gente não tem dinheiro para se deslocar. A gente fica fazendo planos, mas nunca consegue. A Secretaria que está próxima da gente também não tem recursos para nos amparar. Mas, mesmo assim, nós estamos juntos defendendo nosso patrimônio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

porque, como já foi dito pelas companheiras, é a nossa sobrevivência e também é a nossa grandeza. Hoje não temos terra para produzir muita coisa, mas temos a renda do babaçu, temos outras rendas, como disse o Paulo Rocha, para sobreviver, não para viver com tranquilidade, mas pelo menos...

Então, quero agradecer a oportunidade de estar aqui, porque cada vez que alguém vê a gente numa televisão, cresce a nossa credibilidade. Nós estamos dando alguns passos para chegar lá. Então, tudo é importante para a nossa vida: estar presente numa audiência no Senado, e que o mundo todo esteja vendo a gente, as nossas dificuldades ...

(*Soa a campainha.*)

A SRª CLEDENEUZA MARIA – ... e as nossas reivindicações.

Obrigada por tudo. Espero que isso alerte o Estado do Pará.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Cledeneuza.

Juliana, do Instituto Socioambiental.

Depois partiremos para o encerramento.

A SRª JULIANA DE PAULA BATISTA – Gostaria de parabenizar a Senadora Regina Sousa pela iniciativa de trazer até esta Casa as quebradeiras de coco babaçu e o movimento interestadual para ampliação do debate e do diálogo sobre a importância de um marco legal de proteção aos babaçuais e às quebradeiras de coco. E a gente se coloca à disposição para avançar nessa discussão, nesse diálogo.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Juliana.

A gente está encaminhando para o encerramento.

Primeiro, falei da intenção principal, ou seja, eu acho que se não for a primeira preocupação a proteção, não vai haver babaçu. Não adiante a gente ficar um para um lado e outro para o outro lado discutindo quem tem razão, quem não tem razão, e o babaçu sendo devastado. Então, eu acho que nós temos que trabalhar essa questão da proteção.

E aí vou precisar da ajuda ... A Juliana, inclusive, já apresentou várias sugestões. A gente vai recolher todas as falas para ver que legislação podemos propor. Mas já sabendo que o processo legislativo é demorado. Então, acho que o caminho, por exemplo, babaçu livre, o caminho são os Estados. É preciso um Deputado que queira apresentar esse projeto, e aí vocês vão para cima desses Deputados, dos outros, para aprovar esse projeto, porque tudo só é aprovado assim. Vocês podem ver que nesta Casa está passando tudo, porque não há ninguém aqui, não deixam entrar nenhuma pessoa, as galerias estão vazias. Então, vota-se tudo. Estão aprovando mazelas que a gente só vai sentir o efeito delas daqui a dois anos. Aí vocês vão ver o que foi a PEC 55. No ano que vem, até para poder dar credibilidade, eles vão botar, no Orçamento, dinheiro para a educação e saúde, dinheiro extra, já está previsto no Orçamento deste ano. Então, no ano que vem, saúde e educação ainda não vão sofrer. Agora, depois, é nada! Mas não há movimento aqui. O movimento vem aqui fora, é reprimido, não deixam entrar ninguém nas galerias. É uma coisa esquisita demais, pois se é a Casa do povo, há não sei quantas cadeiras lá, e deixam entrar ninguém nas galerias. É uma coisa esquisita demais. Como é que é a Casa do Povo? Existem não sei quantas cadeiras lá, e a pessoa não pode assistir o que o seu Senador está votando, e, aí, ele vota do jeito que quer. Vocês viram aqui: entram aqui e assinam. Se fosse olhar esta Comissão, existe a parte de cada um. A Comissão de Meio Ambiente é uma montanha de gente, e quem é que apareceu aqui?

Então, é preciso que a gente veja isto: conhecer; não rejeitar de vez as pesquisas, mas conhecer. E, aí, decide: se vai acatar ou não vai acatar; se vai usar ou não vai usar. Mas vamos conhecer, porque a pesquisa é só a descoberta, e a aplicação dela depende de... não é mais o pesquisador que a aplica.

A questão da terra devoluta: eu não tinha pensado nisso ainda. De repente, o Estado tem um monte de terra no babaçual. Vamos, então, para cima do Estado para ele não deixar devastar mais e não conceder mais licença lá, para ninguém fazer nada, pois a gente não sabe. Tem que achar esse mapa que está aí. Acho que pode ser até uma sugestão de continuar a pesquisa neste sentido: de quem é essa terra? Lá em Palmeirais, existe babaçu para caramba ainda, não é? Vamos ver quem são os donos daquilo ali, pois, de repente, é o Estado, e nós não sabemos. E, com o Estado, nós temos mais capacidade de enfrentar. Quando é o proprietário, fica complicado, porque bota pistoleiro. Eu me lembro que, naquele canavial de União, antes de implantar, eu enfrentei trator vindo para cima de mim, querendo me matar, e nós lá de braço dado para não deixar devastar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, não é simples, mas existe muita sugestão que acho importante. O que for da minha parte aqui resolver. Eu acho que no ministério nós temos uma abertura – percebi que temos abertura –, pois existe essa mesa de diálogo. E quando houver uma outra eu quero participar. Porque tem que se achar uma brecha de preservar.

E, quando eu falei de o dono da terra se interessar, não é que ele vá se interessar pelo babaçu, mas é a questão do crédito de carbono. Quer dizer, a terra é dele e, então, ele vai ter um crédito e vai trocar lá com a Alemanha, com os Estados Unidos, etc. Aí, ele não vai querer derrubar palmeira, porque é crédito para ele. É uma forma de ele também se interessar pela preservação.

E, com isso, para concluir, quando eu pedi para mostrar as imagens, eu queria dizer uma coisa: o que me impressiona no babaçu, na palmeira, é que, quando eu digo que ela é teimosa, é que ela ganha de todas as árvores, não é? Eu me lembro de quando eu passo num setor que é de mangueiral (plantação de manga) e existe uma palmeira: ela fica disputando o oxigênio lá e cresce sempre mais que as outras – ela se torna aquelas palmeiras imensas, porque ela fica lá sobrevivendo, disputando. A manga é uma coisa frondosa, e a palmeira, não: é aquela coisa linheira. Mas ela disputa e ganha, pois fica lá em cima, fica acima das outras. Eu acho que é por isso que a gente diz que é teimosa.

E, também, isso serve para a palmeira como um todo. Estamos falando de babaçu, mas no Piauí existe o buriti, e existem várias cidades que têm o nome de buriti: comunidade Buritizal, Buritizinho, Canto do Buriti, Buriti dos Lopes, Buriti dos Montes. Agora, se formos lá, não se acha um buriti para comprar mais: devastaram; não existe mais o brejo. E, aí, é bom lembrar que a palmeira – até foi mostrado o terreno embrejado – conserva a água mais na superfície. Então, onde acabou o buriti não existe mais brejo, não existe mais água na superfície. Então, são todas as palmeiras. A carnaúba, por exemplo: existe um grupo no Piauí que sofre com a questão do extrativismo da carnaúba.

Então, nós temos muito trabalho pela frente. Vamos ver o que nós conseguimos fazer no babaçu.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 4 ª REUNIÃO, REUNIÃO DE SUBCOMISSÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia doze de julho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Flexa Ribeiro, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte com a presença do Senador Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp e Vanessa Grazziotin. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Buscar soluções para as pendências relativas às condicionantes para a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e problemas correlatos, com a presença dos seguintes convidados: Duílio Diniz de Figueiredo, Presidente da Norte Energia S.A.; Rose Mirian Hofmann, Diretora de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Francisco Souza Lima Junior, Assessor Jurídico do Município de Anapu/PA; Wando Oliveira Pinho, Assessor da Prefeitura de Anapu/PA; Maria Amélia Enríquez, Representante do Governo do Estado do Pará no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX); Thais Santi Cardoso da Silva, Procuradora da República em Altamira; Vereador Francisco Armando Alvino Aragão, Presidente da Câmara Municipal de Altamira; Vitor Mateus, Secretário de Estado de Saúde do Pará; e Gracinda Lima Magalhães, Representante do Movimento Xingu Vivo Para Sempre. **Resultado:** Reunião realizada com os seguintes participantes: Duílio Diniz de Figueiredo, Presidente da Norte Energia S.A., e equipe: José de Anchieta, José Lázaro de Brito Ladislau, Bruno Hbahiana, Arlindo Miranda e Luciana Galvão; Rose Mirian Hofmann, Diretora de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Francisco Souza Lima Junior, Assessor Jurídico do Município de Anapu/PA; Wando Oliveira Pinho, Assessor da Prefeitura de Anapu/PA; Maria Amélia Enríquez, Representante do Governo do Estado do Pará no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX); Thais Santi Cardoso da Silva, Procuradora da República em Altamira; Vereador Francisco Armando Alvino Aragão, Presidente da Câmara Municipal de Altamira; Vitor Mateus, Secretário de Estado de Saúde do Pará; Gracinda Lima Magalhães, Representante do Movimento Xingu Vivo Para Sempre; Domingos Juvenil, Prefeito de Altamira/PA; e Luiz Cláudio Corrêa Júnior, Secretário Municipal de Planejamento de Altamira/PA. Foram recebidos os seguintes documentos: 5 volumes dos Termos de Doação e/ou Termo de Entrega relativos aos investimentos da Norte Energia em obras de saneamento, escolas, saúde e outras áreas correlatas, nos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, no Estado do Pará, da empresa Norte Energia S.A.; Complementação do Plano para Abertura do Hospital Geral do Mutirão, do Secretário Municipal de Saúde de Altamira/PA; Parecer nº 002/2016-Comissão Provisória do Conselho Municipal de Saúde de Altamira/PA, sobre análise dos Planos de Abertura e Funcionamento do Hospital Geral do Mutirão apresentado pelo Estado e outro elaborado pelo Município; Carta do Fórum em Defesa de Altamira (FDA); Ofício nº 053/2016 da Associação dos Moradores do Bairro São Joaquim de Altamira/PA, endereçada à Presidente do IBAMA, Sra. Suely Araújo; e Apresentação RUC Pedral - Reassento Urbano Diferenciado para Povos Indígenas, pescadores e extrativistas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flexa Ribeiro

Presidente da Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Havendo quórum, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aprovada.

A ata foi aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Faremos hoje a segunda reunião de trabalho para buscar soluções para as pendências relativas às condicionantes de implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2016, desta Subcomissão, com os seguintes participantes: Dr. Duilio Diniz de Figueiredo, Presidente da Norte Energia S.A., que vem acompanhado dos senhores: José de Anchieta, Diretor Socioambiental; Aguinaldo Lima; Ricardo Márcio; José Lázaro de Brito Ladislau; Luciana Galvão; Gilberto Veronese; Danilo Queiroz de Sá; e Thiago Bandeira; Srª Rose Mirian Hofmann, Diretora de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Sr. Francisco Souza Lima Junior, Assessor Jurídico do Município de Anapu, Pará; Sr. Wando Oliveira Pinho, Assessor da Prefeitura de Anapu, Pará; Srª Maria Amélia Enríquez, representante do Governo do Estado do Pará no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX); Srª Thais Santi Cardoso da Silva, Procuradora da República em Altamira; Vereador Francisco Armando Alvino Aragão, Presidente da Câmara Municipal de Altamira; Dr. Vitor Mateus, Secretário de Estado de Saúde do Pará; e Srª Gracinda Lima Magalhães, representante do Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

Passo a palavra ao nosso Relator, Senador Paulo Rocha, para suas observações iniciais, para que possamos, então, abrir a discussão das condicionantes.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria saudar a todos e a todas por atender ao nosso convite.

Sobre a nossa ida lá, além de irmos como fiscalizadores do Senado, nós, pelas questões que encontramos lá e que envolviam, inclusive, relacionamento político dos vários atores, nos propusemos também a mediar situações que, porventura, estariam precisando de mediadores para buscar soluções. Sempre foi muito relacionado aos prefeitos. Não sei se há algum prefeito aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Os mais interessados lá são os prefeitos, e a ausência desses acaba prejudicando o andamento.

Era essa a observação que eu queria fazer inicialmente, mas vamos aproveitar aqueles que vieram e ouvi-los para darmos continuidade ao nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Senador Paulo Rocha.

Peço aos nossos convidados que ocupem aqui, mais à frente, a primeira fila, sem problemas. A mesa aqui não dá para todos, mas quero convidar o Presidente da Norte Energia e a Drª Thais, Procuradora Federal em Altamira. Não há nenhum prefeito, lamentavelmente, porque eles são os mais interessados em que as condicionantes se realizem efetivamente, mas convido o Secretário de Estado de Saúde do Pará, Dr. Vitor Mateus. Sintam-se todos participantes da Mesa. Renovo o convite para que vocês estejam mais próximos, ocupando a primeira fila das cadeiras.

Na última reunião que fizemos, tiramos algumas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ah! Quero convidar o Prefeito Domingos Juvenil para vir tomar assento à mesa. Peço que providenciem uma cadeira, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Temos aqui uma ata daquilo que ficou definido por ocasião da última reunião que fizemos. Vou fazer uma leitura breve, só um resumo.

Com relação aos RUCs, a Norte Energia encaminhará à Subcomissão em 15 dias cronograma de conclusão das obras de infraestrutura, inclusive acesso, e dos equipamentos previstos.

Creches. Foi uma solicitação feita aqui de que, para os RUCs que não tivessem previsão de creche, a Norte Energia pudesse também fazer a construção delas. A Norte Energia vai estudar como atender o pleito da cons-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

trução de quatro creches nos RUCs que não foram incluídas nas condicionantes.

Documentação. A Norte Energia encaminhará à Subcomissão em 15 dias cronograma de conclusão dos registros dos imóveis com entrega dos documentos de propriedade às famílias.

A Norte Energia encaminhará até o dia 11 de maio relação dos equipamentos necessários para a conclusão do hospital e seu pleno funcionamento, conforme listagem definida em conjunto com a Prefeitura de Altamira; apresentará ainda o custo dos equipamentos.

Acesso. A Prefeitura entregará à Norte Energia, em 48 horas, até 29 de abril, o projeto de vias de acesso. A Norte Energia elaborará o orçamento e o cronograma das obras e se posicionará sobre o pleito até o dia 11 de maio.

Gestão. Será realizada reunião em Altamira em 3 de maio entre o Governo do Estado, representado pelo Dr. Vitor Mateus, Secretário de Saúde, e pela Drª Maria Amélia Enríquez, representante do Estado no PDRSX, e a Prefeitura de Altamira, representado pelo Sr. Prefeito, Dr. Domingos Juvenil, e o Secretário de Saúde, Dr. Waldecir Aranha Maia, para discutir o imediato funcionamento e a gestão do hospital.

Item 3. Saneamento, água e esgoto. A Norte Energia fará com os técnicos da prefeitura o comissionamento de todas as redes em 15 dias e apresentará relatório detalhado dos ajustes necessários e do prazo para conclusão, incluindo as ligações domiciliares, a desativação das fossas existentes e o treinamento das equipes municipais em relação às ETAs e às ETEs.

Item 4. Cipar. A Subcomissão agendará reunião com o Secretário da Pesca do Ministério da Agricultura e com o Prefeito de Altamira para definir o uso, o custeio e a gestão do complexo.

Item 5. Comunidade do Bairro Brasília na Transamazônica, palafitas. A Norte Energia esclarece que comprou e disponibilizou um terreno para permitir alocações necessárias e que aguarda definição do Governo Federal para quem deva transferir a propriedade.

O Sr. Avelino Ganzer, Coordenador-Geral da Casa do Governo em Altamira, informou que desenvolve um projeto dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida para remanejar os invasores de outro projeto em execução; estimou o prazo necessário em um ano.

O Senador Flexa Ribeiro reiterou necessidade de buscar, junto com a Norte Energia e a prefeitura, dentro de um prazo curto, uma solução para as famílias, em torno de 90, que ocupam a área de risco.

A Drª Thais Santi Cardoso da Silva, do Ministério Público Federal em Altamira, encaminhará à Subcomissão a relação das pendências remanescentes.

Essas são as anotações que foram obtidas da reunião que fizemos no dia 27 de abril.

Proponho, Relator, que possamos, antes de abrir para o restante das condicionantes, ter por parte tanto da Norte Energia quanto do Prefeito, da Drª Thais e do Dr. Vitor uma posição em relação a esses itens que ficaram para serem encaminhados durante esse tempo de abril até julho – tivemos 70 dias.

Eu iniciaria com o Presidente Duilio, da Norte Energia, para que ele pudesse nos dar as informações a respeito das ações que a Norte Energia tomou em relação a essas pendências.

O SR. DUILIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Boa tarde a todos.

Obrigado, mais uma vez, por nos convidar para esta reunião da Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente do Senado.

Na outra reunião, viemos aqui com um grupo menor de pessoas e não pudemos dar as explicações com o nível de detalhe que foi dado pela outra parte, pelas partes contrárias.

Hoje, estamos com toda a nossa equipe aqui, e eu sugeriria, Senador, que a cada ponto chamássemos aqui o especialista para que desse exatamente explicações. Por exemplo, começando pelo hospital, trouxemos aqui o nosso médico sanitarista que está desde o começo das negociações, quando foi definido o hospital de Altamira, e ele poderia nos colocar aqui todas as tratativas que foram tomadas nesse período, inclusive com a visita da Procuradora Drª Thais Santi ao hospital – ela esteve lá visitando o hospital –, vendo todas as colocações, as reuniões que ocorreram, e, finalmente, com a definição de quem vai efetivamente fazer a operacionalização do hospital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Peço ao Dr. Ladislau que faça as colocações e ao Dr. Anchieta que complemente com aquilo que ele julgue necessário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Dr. Duilio, estamos iniciando pelo primeiro item da nossa audiência de hoje com relação à ativação, à gestão e ao custeio do Hospital do Mutirão.

Na última audiência que tivemos, seria feita uma reunião em Altamira. Essa reunião foi realizada com a participação, parece-me, do Secretário, do Prefeito, da Drª Thais e do Dr. Anchieta.

O SR. DUILIO DINIZ DE FIGUEIREDO – E do Ladislau.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E do Ladislau.

Naquela ocasião, o Prefeito Domingos Juvenil acordou de transferir o hospital para o Estado, para que o Estado pudesse fazer a gestão.

Fui informado, depois, que houve outra reunião em que houve uma reversão daquilo que tinha sido decidido, também com a participação de praticamente os mesmos que estavam nessa primeira reunião, com o Prefeito Juvenil voltando a assumir o Hospital.

Drª Thais, nesta audiência de hoje, deveríamos ter um ponto de consenso e definir de vez como vamos colocar em uso o Hospital do Mutirão, porque são enormes as demandas de atendimento na área da saúde, a Norte Energia considera o Hospital entregue, e a Prefeitura de Altamira não o recebeu. Alegou-se, naquela altura, que faltavam equipamentos, faltava acesso, mas havia um terceiro item, Juvenil, do qual não me lembro no momento. O Hospital está fechado há mais de ano.

Vamos tomar este tema e chegar a uma definição, de tal forma que saiamos daqui sabendo como ele vai ser aberto, quem vai geri-lo e quem vai custear o Hospital, porque não é só abrir, há um custeio para manter o Hospital e atender a população.

Dr. Ladislau, com a palavra.

O SR. JOSÉ LÁZARO DE BRITO LADISLAU – Em primeiro lugar, acho que seria interessante ouvir o Secretário de Estado e o Prefeito com relação à gestão, porque, na última reunião, parece que ficou para Município assumir, não é isso, Prefeito?

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Ladislau, cite, em resumo, o resultado das reuniões, o que aconteceu, e relate a última ata, quando ficou definido o que seria feito. Depois, o Estado e o Município se manifestam. O.k? É melhor porque nós estávamos lá, éramos o objeto de consumo dos dois e, no final, o que é que acontece? A gente definiu um caminho que agora tem que ser seguido.

O SR. JOSÉ LÁZARO DE BRITO LADISLAU – Correto.

O que ficou mais evidente foi a proposta de a prefeitura assumir o hospital. O Conselho de Saúde aprovou essa proposta, o Secretário esteve conosco na última reunião, e, depois, tivemos outras reuniões no sentido de ajustar os outros pontos. Um dos pontos que o Senador lembrou é a questão do reparo das obras que, em decorrência do tempo, foram deterioradas. Nós faremos o reparo de todos os pontos que sofreram desgaste.

Com relação à gestão, parece que ficou definido realmente que a gestão ficará a cargo do Município; com relação aos equipamentos a nossa posição é a seguinte: tivemos acesso à relação dos equipamentos por intermédio de uma reunião no Ministério Público da qual o Prefeito participou. Somente naquele momento, o Município encaminhou a relação de equipamentos. Oficialmente, a Norte Energia não recebeu essa relação de equipamentos. Entretanto, já tivemos acesso aos documentos e os analisamos. A grande maioria desses equipamentos já foi entregue e a Procuradora pediu que fosse feita uma avaliação por um consultor, que disse que a maioria dos equipamentos são passíveis de reparo. A Norte Energia se responsabilizará pela manutenção dos equipamentos, revisão, troca de peças, o que for preciso e deixará em condições de funcionamento. Os equipamentos que não forem passíveis de reparo por questões antieconômicas serão adquiridos pela Norte Energia.

É importante lembrar que nesse ínterim, novembro do ano de 2014, a Secretaria de Saúde solicitou apoio da Norte Energia no sentido de realizar a manutenção dos equipamentos que haviam sido entregues no Hospital São Rafael. Essa manutenção foi feita com reparo de peças, nós custeamos todas as despesas, e esses equipamentos foram revisados em condições de serem desinstalados no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

São Rafael e instalados no novo hospital. Entretanto, com a demora na inauguração do hospital, do funcionamento, será necessária nova revisão desses equipamentos, substituição de peças, o que será feito com recursos da Norte Energia. Para substituir os equipamentos que não forem passíveis de serem recuperados, serão adquiridos novos equipamentos. Esses equipamentos com manutenção nós garantiremos a entrega com garantia de um ano de funcionamento e assistência técnica.

Com relação aos equipamentos: grande parte deles se referem a equipamento da área materno-infantil. É nosso parecer que esse equipamento seja entregue só quando esse materno-infantil estiver pronto para funcionar, para evitar essa polêmica de que entregou e depois tem de fazer nova entrega de equipamentos. Então, da relação, extrairíamos a questão dos equipamentos do materno-infantil e entregaríamos somente no momento da entrega do hospital. Em síntese, é isso.

Eu gostaria de ouvir dos gestores se há alguma coisa que não ficou clara.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vamos passar a palavra para o Prefeito Domingos Juvenil, para que possa colocar a posição da Prefeitura de Altamira.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro; Sr. Vice-Presidente Senador Paulo Rocha; Sr. Presidente da Nossa Energia, Dr. Duilio; Sr. Secretário de Saúde, Dr. Vitor Mateos; Srª Drª Thais, Promotora Pública Federal, para mim fica muito difícil discutir uma situação como esta nas exposições que são feitas neste espaço, nesta situação e nestas circunstâncias, porque, lamentavelmente, eu teria de discordar, porque da reunião do dia 27 de abril para cá, 70 dias, Sr. Senador, tudo o que foi acordado que seria feito, que "vamos fazer" absolutamente nada foi feito. Agora, eu revejo o "vamos fazer, vamos fazer, vamos colocar" e teremos aí mais 70 dias para nova reunião e nova avaliação.

Estivemos no gabinete, por iniciativa da Dr. Thais, Promotora, uma reunião conjunta, ampla, em que foi debatido o hospital, e se fizeram algumas variantes, etc. De lá para cá, também não tivemos nenhum resultado. Quem tem de realizar é a Norte Energia. É preciso que diga: "Foi feito isso, aquilo, aquilo outro, etc. Está pronto, e já estamos executando." Mas não. É: "Nós vamos fazer, nós vamos comprar, nós vamos recuperar, nós vamos não sei o quê." E fica no "Vamos." Portanto, peço desculpas, porque, como gestor que está vendo o tempo passar, as coisas acontecerem, principalmente na questão da saúde, porque o fluxo foi enorme da barragem para cá. Depois, parte dos operários foi para os seus devidos lugares, mas parte ficou lá em Altamira, a demandar serviços, a demandar situações diversas.

Eu queria dizer, para sintetizar, que, do dia 27 para hoje, nada mudou no que foi discutido. Mudou sim: a Prefeitura se comprometeu de, no dia 29, entregar o projeto dos acessos do hospital e entregou, inclusive com orçamento. Mas ficou nisso. Aliás, foi entregue pessoalmente e depois ratificamos com ofício.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Concluiu?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Senador, posso?

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Concluí, sim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço.

Já dou a palavra ao Dr. Anchieta.

Dr. Vitor Mateus, pelo Estado do Pará.

O SR. VITOR MATEUS – Boa tarde a todos.

Eu queria, inicialmente, cumprimentar a Mesa, em nome do Senador Flexa Ribeiro; nosso Vice, Paulo Rocha; Dr. Duílio; Dr. Ataísio; o Prefeito de Altamira, Domingos Juvenil; e os demais representantes que estão aqui nesta mesa e que estão participando desta audiência da Subcomissão.

Eu gostaria de reproduzir algumas questões importantes para ter essa questão do Hospital do Mutirão efetivamente como responsabilidade da gestão estadual, porque cabe ao Estado proporcionar as condições dentro daquilo que cabe à função do Estado como parte do proponente dentro do conjunto de rede assistencial que há no SUS naquele Município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Afirmo que esse Hospital do Mutirão, dentro das conjunturas que nos cabem para podermos fazer a abertura efetiva, de acordo com o que foi previsto com o perfil assistencial para aquele hospital, seria um hospital de média e alta complexidade. E foi com esse propósito que se colocou na disposição, dentro das condicionantes, a efetiva definição para que pudéssemos ter o alargamento de leitos que viessem a contemplar, dentro desse perfil assistencial, a oferta desses serviços para Altamira e também para a região como um todo. Tanto é que, quando foi feito o projeto, ele foi definido para contemplar 78 leitos divididos entre Clínica Médica e Clínica Cirúrgica, acrescidos de mais dez leitos de UTI adulto. E foi com esse propósito que foi definido, na exposição da Norte Energia e das empresas contratadas para esta finalidade, contemplar isso que cabe para a sua execução, de acordo com as condicionantes.

É óbvio que existem outras variáveis que não estão aqui postas, e acho importante afirmarmos com todas as inerências para que possamos avançar nesse processo. Eu só queria fazer um registro, mas não é aquilo que nos move para a condição de não ter isso colocado sob o ponto de vista da arregimentação necessária para avançarmos. A titularidade do terreno onde foi feita essa obra é do Estado. Mas isso não é óbice para termos colocado isso sob o ponto de vista de podermos avançar. Então, este é um ponto que eu queria registrar aqui nesta Comissão: a titularidade do imóvel, do terreno é do Estado, e fazemos a concessão para o Município, caso isso seja definido, para que ele possa ser o gerente efetivo do hospital.

Mas, até então, eu queria afirmar que o princípio que norteou a execução deste projeto era de acordo com o perfil para o procedimento de média e alta complexidade para contemplar isso.

Também queria afirmar que o nosso propósito é de termos efetivamente aberto isto: se pegarmos os parâmetros da Portaria nº 1.101 do Ministério da Saúde e agora, por meio de uma portaria mais recente que define as necessidades de leitos e de serviços novos para a região, esse hospital, mesmo aberto, vai ficar aquém das necessidades de cobertura necessária para a região do Xingu. Isso é um fato. Tanto é que o Estado tinha se adiantado em fazer um projeto de expansão do próprio hospital regional que está lá constituído. É um hospital de médio e alta complexidade. Este projeto está concebido para que pudéssemos alargar isso na condição de tê-lo dessa forma. Isso foi colocado sob o ponto de vista de olhar a condição da cobertura necessária para isso e foi pautado para essas questões.

Eu queria mencionar essa questão mais específica do Hospital do Mutirão, pela condição que cabe. Na reunião que tivemos em Altamira com a Coordenação da nossa Procuradora Federal, Drª Thais, com a participação de todos os entes, inclusive estendido isso para o Ministério da Saúde, que estava presente na reunião – o Ministério da Saúde teve como representantes a Mariana Schneider, o Marcos e outros colegas do Ministério; o Conselho Municipal do Sul também esteve presente, lideranças, o Presidente da Câmara –, foi tirado um encaminhamento para a questão de fazer a efetiva abertura do Hospital do Mutirão.

Ainda não recebi essa ata, mas ficou afirmado – corrija-me, Drª Thaís – que a gerência do Hospital do Mutirão ficou a cargo da Prefeitura de Altamira. Ficou acertado isso. Tanto é que o Prefeito tinha-se mostrado favorável para que isso acontecesse nessas condições de poder ser o gerente do Município, em função disso, desde que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com a palavra, o Prefeito Domingos Juvenil, porque está sendo gravado e precisa registrar.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Em nenhum momento, eu me manifestei passando o Hospital do Mutirão para o Estado. Tivemos uma reunião no meu gabinete e, pelo que eu vejo, foi entendido convenientemente. Em nenhum momento. O hospital é do Município. O Município quer fazer a gestão, mas o Estado tem R$6 milhões para pegar o hospital e passar para fazer um anexo do regional, tem R$6 milhões para dar para a dirigente, e não tem R$3 milhões para contribuir com o Município para que possa fazer a gerência do hospital. Quer dizer, é muito estranho isso. Algo nos parece muito difícil. O hospital é do Município. Se o Estado tem a titularidade do terreno, é porque o Município a concedeu em outra oportunidade, em outra circunstância, não nesta. E acho até que a lei caducou porque, quando ela foi dada – e foi na minha gestão –, foi passado para o Estado sob condições, que não foram cumpridas. O que acontece agora é que era uma UPA pequena de um bairro aquele hospital, e a Norte Energia apenas a ampliou, quando deveria ter construído um hospital novo no Município, atendendo à demanda. Esse é o fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mas que fique claro, Dr. Vitor Mateus, que, em nenhum momento, o Prefeito Domingos Juvenil – para registrar até como posição política – concedeu ao Estado para fazer uma extensão do Hospital Regional, que é de uma OS que administra lá.

O SR. VITOR MATEUS – Bem, muito obrigado.

Eu queria terminar a minha fala no sentido de contemplar que, sobre a questão do Hospital do Mutirão, ficou definido nessa reunião do dia 29 agora de junho, na audiência da Procuradoria Federal, em Altamaria, que a gerência do Hospital Mutirão é do Município. O.k.?

A questão que se coloca é que precisamos redefinir... E também ficou fechado que o perfil assistencial desse hospital ficaria para ter Clínica Médica, Clínica Cirúrgica e abertura de uma UTI de dez leitos.

Só para citar alguns dados importantes para demonstrar, hoje, dentro da capacidade, de acordo com essa Portaria nº 1.101, precisaríamos de dez leitos, 10% dos leitos instalados no Município ou na região para dar cobertura em UTI.

Meus senhores, temos, no Município de Altamira, apenas sete e precisaríamos, no mínimo, de 30 leitos de UTI para dar cobertura àquela população. Temos que fazer isso sob a condição de atender, de forma que permita fazer esse redesenho da rede assistencial, com a abertura de novos leitos.

Bem, o Mutirão vai abrir com 78 mais 10 da UTI; com os 70 do São Rafael agregados aos 90 do Hospital Regional, estaríamos falando de uma coisa em torno de 160 leitos para a região, que, no momento, contempla as condições dessa necessidade. Mas precisamos ter essa definição de outros serviços que hoje estão descobertos, mas precisam ser discutidos junto com o Ministério da Saúde, junto com o Estado e os Municípios do entorno.

Mas isso contempla a condição de termos isso colocado dentro das condicionantes? Não. As condicionantes são bem definidas e é para essa finalidade que cabe a questão da definição do Hospital do Mutirão.

Da nossa parte, a condição de ser ter essa questão bem esclarecida foi, nessa reunião do dia 29, que a gerência do Mutirão é do Município. Ninguém está dizendo – e o Estado não vai se furtar dessa condição de não ter essa questão colocada sobre isso. Agora, o Estado, como gestor maior, vai acompanhar a execução dessa gerência junto ao Município de Altamira, no sentido de garantir aquilo que foi pactuado, aquilo que está garantido e dar condições, no prazo de 90 dias que ficou fechado, para que se possa dar abertura efetiva àquilo que foi apresentado à Procuradora no sentido de viabilizar.

É óbvio que as condições para que isso aconteça envolvem itens que precisam ser elencados para dar a garantia efetiva dessa abertura. Essas condições são necessárias para podermos possibilitar que isso aconteça. Agora, essa não é a proposta do Estado. A proposta do Estado queria, na realidade, fazer uma abertura mais rápida do Hospital do Mutirão, de ele assumir, para atender as condicionantes e aquilo que está estipulado sobre a condição de fazer isso. O Estado era proponente para assumir essa gerência, porque nós temos capacidade mais rápida, melhor e de maior qualidade em poder fazer isso dentro das condicionantes que envolvam a abertura efetiva disso. Isto é uma garantia que estou dando em nome do Governo do Estado: fazer uma abertura rápida, com qualidade, presteza e de acordo com o perfil.

Se isso não for possível, temos outra proposta, que precisamos colocar sob o ponto de vista de repensar a região para que a tenhamos, a partir daí, uma melhor cobertura assistencial em função daquilo que nos envolve sob a condição de ter uma rede para atendimento à cobertura da população não só de Altamira, mas da região como um todo, e isso tem que ser dimensionado sob o ponto de vista da discussão com o Ministério da Saúde, envolvendo os demais Municípios.

Não estou me furtando a discutir novas propostas que envolvam isso para impulsionarmos as necessidades que venham ao encontro disso aqui. Mas quero deixar firmado aqui que, se houver algum impedimento de o Município não poder assumir o Mutirão, o Estado o assumirá com todas as prerrogativas e com todas as garantias para que possamos fazer, efetivamente, a abertura desse hospital tão importante para a região. Então, esse é o nosso compromisso, esse é o nosso propósito.

E dizer que o Estado terá sempre a condição de estar como ator dentro da saúde pública e na condicionante de gestor maior para que isso possa acontecer dentro dos preceitos e dentro dos objetivos que cabem na discussão que aqui está posta nesta mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Dr. Vitor.

Só fazer um reparo, Prefeito Domingos Juvenil. Essa nossa reunião é uma reunião de trabalho da Subcomissão do Senado Federal; não é uma reunião política, como V. Exª fez referência. Estamos aqui para buscar solução para os problemas das condicionantes da implantação do projeto de Belo Monte. Esse é o objetivo da Subcomissão.

Acho que temos todos de convergir em um único objetivo que é resolver a execução das condicionantes, Drª Thais, e colocá-las para mitigar o impacto na população não só de Altamira como de todos os Municípios envolvidos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não. Com a palavra o Prefeito Domingos Juvenil.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Eu peço, inclusive, que V. Exª mande retirar da ata porque, em nenhum momento, tracei aqui algo político-partidário. Se é política pública, de saúde pública, tudo bem, mas partidária, em nenhum momento. Se foi entendido assim, solicito que retire da ata, como é hábito nesta Casa de debates.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sua solicitação será atendida, para não ficar dúvida.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Obrigado.

Eu queria apenas dizer que o Município é responsável pela saúde básica; a média e alta complexidade é do Estado. Quando se fala em atendimento regional, é o Estado que tem que assumir isso, e não o Município. O Município tem obrigação com a saúde básica. Por isso que eu não entendo quando o Sr. Secretário diz que assumiu a gestão da saúde. Decerto, assumiu da parte do Estado; do Município, não. Em nenhum momento, foi delegado para o Estado que assumisse, que fosse o gestor pleno da saúde; a básica é do Município. Nós queremos – e temos discutido, inclusive com o Conselho de Saúde – que o Município exerça livremente, sem amarras, a saúde básica. Por que sem amarras? Porque, de uma forma ou de outra, aqui ou ali, o Estado – nenhuma conotação política – baixa uma portaria. Agora, recentemente, retirou do atendimento do hospital 90% da contribuição do Estado para o hospital municipal. Portanto, é um comportamento que não conseguimos entender. Quer dizer, baixam portarias e portarias, retiram os recursos do hospital municipal em 90%, e reduzem o atendimento.

Por causa disso o Município teria que demitir cem funcionários do hospital, mais três enfermeiros, mais três médicos porque o Estado, pela Secretaria de Saúde, retirou 90% dos recursos para o hospital municipal, e nós assumimos para não demitir cem pessoas do administrativo, para não demitir três médicos e três enfermeiros.

Quer dizer, são dessas ações que aqui devemos tratar, meu caro Senador, para que, ao sairmos daqui, possamos efetivamente, como sugestão, cumprir e definir. Senão, teremos que retornar 70 dias depois, pelo zelo da Comissão do Senado – que louvo – para tratar do mesmo assunto porque não se deu um passo em favor da resolutividade.

Quero deixar isso claro porque o Município, em nenhum momento, se omitiu ou se omite; muito pelo contrário, vai cobrar.

Faço um apelo ao governo do Estado, ao Sr. Secretário, para que devolva os 90% dos recursos do Município porque não atinge o Prefeito Domingos Juvenil nem os seus gestores; atinge a população, e é uma população acrescida pela construção da barragem porque parte do contingente de trabalhadores ficou no Município e demanda saúde, demanda educação.

Há uma diferença que precisa ser dita aqui: com relação à educação, cada Município tem sua escola fundamental. Um aluno do Município mais próximo não vem se matricular em Altamira, nas escolas do Município, mas, na questão da saúde, é diferente: vem todo mundo correndo para Altamira, todo mundo corre para Altamira, tenha ou não condições de uma consulta nos outros Municípios. Por isso, temos que olhar com muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

objetividade.

E fica claro aqui que nós, gestores do Município, não aceitamos que portarias dessa ordem retirem recursos do hospital, talvez até para dar uma condição de decadência plena do atendimento da saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Solicito que a gente mantenha o foco da audiência.

O foco da audiência é o Hospital Mutirão, a abertura do Hospital Mutirão. Nós não vamos discutir aqui se houve, por parte do Estado, portaria que diz respeito a um programa de saúde, que atende, dentro de um projeto de Estado, à questão do Município de Altamira ou de qualquer outro Município impactado. Vamos tratar de definir como vai ficar. Se nós sairmos daqui definindo o Mutirão, já podemos tirar fora uma das condicionantes que é talvez uma das mais importantes daquelas que dizem que está pronto, mas não está funcionando.

Drª Thais.

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – Senador, primeiro, agradeço o convite, mais uma vez, para que o Ministério Público Federal participe desse momento.

Eu vou me ater à questão do hospital.

A reunião que houve aqui, em Brasília, foi dia 27 de abril. Naquela ocasião, até me pronunciei afirmando o meu pouco conhecimento sobre a questão do hospital, porque, a princípio, essa questão ficaria com outra procuradora em Altamira, mas, de lá para cá, algumas coisas aconteceram, e eu acabei me aproximando disso e pretendo agora me aproximar ainda mais.

O que aconteceu? Final de abril e começo de maio, houve um surto de gripe H1N1 nas aldeias indígenas da região, o que demonstrou, de maneira inquestionável, de maneira absolutamente transparente e indiscutível, o colapso da saúde no Município, seja na precariedade do atendimento nas aldeias e a impossibilidade daqueles indígenas ingressarem no sistema de saúde de média complexidade principalmente. Não tinha UTI, e as crianças foram morrendo uma após a outra diante de nós.

Então, diante dessa situação, para mim, naquele momento, ficou muito claro o descumprimento – já era muito claro porque eu já tinha conhecimento – das condicionantes de saúde com relação aos indígenas. Refiro-me, especificamente, ao PBA indígena, mas surgiu, à minha frente, a questão do Município de Altamira: a superlotação dos hospitais e a impossibilidade de ingresso na rede de alta complexidade.

Diante disso, houve uma aproximação do Ministério Público Federal com relação à situação dos hospitais locais. Então, acabei me aproximando. Isso justifica a expedição de uma recomendação, a Recomendação nº 3, de 2016, que envolve tanto o Município quanto o Estado, quanto o Ministério da Saúde e a concessionária Norte Energia.

Então, essa recomendação, paralelamente aos trabalhos que já vinham sendo feitos por parte da Comissão do Senado, solicitou a abertura do Hospital Mutirão. Nessa recomendação, que inclusive encaminhei para o Senado, encaminhei para a Comissão, para V. Exª, o Ministério Público Federal solicitou a apresentação de um plano para a abertura do hospital e pediu que as entidades recomendadas comparecessem ao Ministério Público Federal, na data do dia 29 de junho, com uma definição sobre a gestão desse hospital, portando, uma espécie de uma minuta, de um termo de compromisso para a gestão desse hospital.

Durante esse período... Até corrijo. V. Exª, no início, disse que eu teria participado de uma reunião em que teria havido a transferência do hospital ao Estado. Na verdade, eu não participei dessas discussões que ocorreram. Eu aguardei a entrega de um plano para a gestão desse hospital e aguardei que essas entidades comparecessem. Esperava que isso tivesse sido resolvido durante esse mês de maio e de junho.

Eu havia sido informada, durante esse período, que o hospital seria gerido pelo Estado, mas não cabe ao Ministério Público – e eu me coloquei nessa posição – definir quem seria o gestor do hospital. Eu aguardava um plano para que esse hospital pudesse funcionar.

O plano de abertura foi entregue na data aprazada só pelo Estado do Pará. Então, recebi realmente esse documento em que Estado do Pará afirmava a sua disponibilidade para a gestão do hospital, via OS. Havia ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

um documento anexo que seria uma espécie de proposta – uma reunião que teria ocorrido no Município – para essa transferência para o Estado.

E, por ser um documento unilateral, não poderia considerar um plano, porque a recomendação pediu que fosse feito em conjunto.

Por que digo isso? Porque ficou evidente, diante da dificuldade da apresentação de um plano conjunto, a dificuldade mesmo de debate, de diálogo, entre as entidades recomendadas. Então, a recomendação do MPF não foi cumprida por uma impossibilidade ou incapacidade de discussão desses atores. Na data do dia 29, compareceram todos ao Ministério Público Federal, mas não se chegou a um consenso sobre o que eu aguardava.

Digo isso aos senhores. Gostaria de colocar as minhas considerações sobre isso. Primeiro, alguns consensos foram fixados e estabelecidos nessa reunião. Não digo que seja um consenso à gestão do hospital pelo Município. Nesta reunião, houve a reação inflexível, uma posição do Conselho Municipal de Saúde, de que quem deve gerir esse hospital é o Município de Altamira.

E o Conselho Municipal de Saúde fez a revisão desse plano apresentado pelo Estado e apresentou um outro documento, propondo que o Município de Altamira fosse o gestor desse hospital.

Isso é evidente. Senador, penso que não há como discutir a gestão do hospital pelo Município se não se houver a contrapartida do Estado e do Governo Federal para que isso posso acontecer.

Então, a proposta do Conselho Municipal é a de que Município faça a gestão, mas é preciso que haja um cofinanciamento do Estado do Pará e do Governo Federal. Neste momento, não há indicativo disso, por parte do Estado do Pará. A posição do governo do Estado do Pará foi de que não haveria uma diferenciação de repasses ao Município de Altamira, em razão do aumento da demanda deste Município com relação ao novo hospital.

Eu diria que esse é um grande impasse, porque não há discussão, não há como o Município gerir – estou dizendo aos senhores o que consta da memória dessa reunião. Não bastasse isso, parece-me que, nessa reunião,... Estão retomando a memória.

Senador, vou trazer um pouco da minha posição pessoal do Ministério Público Federal, com relação a isso. Ao Ministério Público não cabe conciliar entes federativos, mas sim exigir as responsabilidades. Parece-me aqui, quando se discutiu, dentro da Procuradoria da República, essa questão, que o problema do Hospital do Mutirão, é muito maior do que o Hospital do Mutirão.

Penso que hoje é necessário olhar para isso com a seriedade que a questão envolve. A questão do Hospital do Mutirão envolve tanto repasses do Estado para o Município de Altamira, que não são feitos com ... talvez a palavra seja transparência mesmo, mas não no sentido de irregularidade, mas no sentido de de que possa um controle pelo Conselho, de que o Ministério da Saúde saiba para onde vai o recurso encaminhado, que possamos ter uma avaliação do que precisa para a abertura deste hospital.

Então, existe a necessidade hoje – e ficou claro nessa reunião que houve – da criação de um grupo de trabalho para avaliar o que está acontecendo, na região com relação à saúde.

Assim, o Hospital do Mutirão faz parte de um contexto de dificuldade que precisa ser reavaliado, incluindo a reavaliação e a reconstrução do PPI, que foi muito colocado na reunião. Isso foi proposto, e foi criado esse grupo.

Hoje, existe uma pactuação do Ministério da Saúde com o Estado e o Município, com o acompanhamento do Conselho Municipal, para avaliar as necessidades da região. Isso deveria ter sido feito em 2010.

A minha posição hoje, que é a do Ministério Público Federal, é no sentido de que, nesse tipo de condicionante – refiro-me ao hospital, mas, com o saneamento básico, é o mesmo problema –, as UPAs, os postos de saúde nas aldeias sofrem a mesma questão. Soube de escolas criadas em Vitória do Xingu, em locais que não há como ter criança em aula.

Deveria ter acontecido isso antes. Isso não aconteceu no momento adequado. Então, para o Ministério Público Federal, existe uma dificuldade do licenciamento ambiental, que precisa ser corrigida. A condicionante da empresa Norte Energia foi considerada não cumprida. Não existe, hoje, condições de este hospital operar. Portanto, talvez pelas próprias circunstâncias – acho que o Dr. Ladislau tem colocado muito isso –, não há como o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Ibama atestar o cumprimento dessas condicionantes que impõem a melhora da estrutura de saúde no Município de Altamira, pela entrega física de um hospital sem condições de funcionar.

Isso foi colocado na reunião. O próprio Ibama afirmou que essa linha de definição do cumprimento de uma condicionante tem de ser repensada, principalmente envolvendo entes não obrigados no licenciamento.

Portanto, acredito que pode ser definido, aqui, hoje, o prazo para, como o Dr. Ladislau disse, a reforma do hospital, a entrega dos equipamentos e o acesso. Acho que esse prazo tem de ser definido com a maior celeridade possível.

Na reunião, ficou estabelecido, se não me engano, o prazo de 60 ou 90 dias, para que isso... E eles ficaram de se reunir e me entregar, neste início de semana, um plano com essa necessidade de equipamentos. Isso é algo que pode ser definido.

Agora, preocupa-me algo que surgiu na reunião durante o trâmite da recomendação. Primeiro, o Hospital do Mutirão faz parte de um contexto. Então, não dá para pensar só no hospital do mutirão. Segundo, nesse contexto, discutíamos a melhora do atendimento à saúde. Realmente, como o Prefeito colocou, hoje, existe uma portaria do Estado do Pará, retirando recursos destinados à saúde do Município de Altamira.

Então, estamos numa situação de piora. Isso, para mim, é da ordem do inimaginável. Deparei-me com a precariedade do atendimento no Hospital do Mutirão. Por causa disso, o Ministério Público se aproxima da questão do hospital municipal. E, hoje, tenho uma situação em que recebo, diariamente, médicos, documentos e ofícios, informando-me que o hospital municipal vai fechar as suas portas, no que diz respeito a atendimento ortopédico. Houve uma piora nas condições em que o Município presta o atendimento à saúde.

A princípio, são essas as questões. Não posso dizer que há um consenso de que o Município de Altamira vá gerir o hospital, de que tenha sido pactuado esse consenso, Secretário, naquela reunião, porque ele dependeria de uma posição do Estado, no sentido de apoiar o Município no cofinanciamento desse hospital.

Não houve essa posição. Naquela reunião, houve uma manifestação firme e inflexível do Conselho Municipal de Saúde de que esse hospital tem de ser municipal, mas, para isso, é necessário que haja um cofinanciamento.

O Ministério da Saúde se dispôs a reavaliar a rede, para que se possam rever os repasses federais, e que estes, de uma certa maneira, sejam feitos ao Município.

E o Estado do Pará, para que o Hospital do Mutirão possa ser gerido pelo Município de Altamira, tem de se comprometer com o cofinanciamento. Se isso não acontecer, ao Ministério Público Federal não existe uma única alternativa, mas, hoje, essa é a primeira. Então, se isso não acontecer, ainda não sei como será. Talvez, teríamos de voltar a discutir outra possibilidade de gestão desse hospital e a própria responsabilização do Estado.

Destaco, por fim, que a minha presença aqui, além de todo o apoio que V. Exª tem da minha parte nas atividades da Comissão, se deve a uma observação mesmo: gostaria de observar a posição de todos os entes federados envolvidos e do próprio empreendedor nessa questão.

Para o Ministério Público Federal, há uma responsabilidade de todos os representados, inclusive a Norte Energia. Não descarto a sua responsabilidade pela própria gestão do hospital, caso o Estado não tivesse condições, mas, hoje, não entendo que o Estado não tenha condições.

Portanto, o Ministério Público Federal está diante de responsabilidades, e acredito que, se, em um primeiro momento, foi definida a gestão municipal, é necessário pensar em como fazê-la. É isso. Obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigada à Drª Thaís.

Passo a palavra ao nosso convidado, Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim, vou passar a palavra para o Dr. Anchieta depois. Estou aqui esgotando a mesa.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Senador Flexa Ribeiro, que coordena os trabalhos desta Comissão; Senador Paulo Rocha e demais integrantes da mesa, Sr. Prefeito Domingos Juvenil; Drª Thaís, do Ministério Público;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Dr. Duílio Diniz de Figueiredo, da Norte Energia; Sr. Secretário de Saúde, Presidente da Câmara, Vereador Aragão, todos os Secretários aqui presentes, Drª Maria Amélia, nossa Gracinda, representando os movimentos sociais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Eu a tinha visto lá atrás. Agora, ela já está aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Não. Você vai falar aqui. Uma reunião como esta não vale nada sem ouvi-la.

Quero fazer algumas brevíssimas considerações, porque estou incomodado um pouco com o viés do debate. Perdoem-me qualquer transgressão conceitual. Não sou especialista na área de saúde, apenas um curioso, mas estamos aqui discutindo efeitos deletérios que lidam com o bem jurídico mais importante da sociedade, que é a vida humana, portanto, a saúde pública, diante de uma intervenção no Estado do Pará.

Não estou discutindo se ela é boa, ruim, média, mas foi uma intervenção de um enclave, que gerou um fluxo migratório absurdo, em um ano e meio, dois anos, vendida sob a ideia de progresso, desenvolvimento, melhoria, emprego etc.

E hoje estamos aqui discutindo a tragédia ou os efeitos deletérios da tragédia, e, na minha opinião – e permitam a ousadia de dizer isso –, de uma forma enviesada.

Nós estamos discutindo a saúde, e eu diria que, tanto o Prefeito Domingos Juvenil tem razão quanto a Drª Thais tem razão e o Secretário tem, em parte, razão; todos têm uma parte de razão nisso.

Vejam bem, os hospitais regionais foram construídos para atender a média e alta complexidade, como aqui foi bem dito. Isso é uma competência constitucional dos Estados, da União. Os Municípios, com atenção primária, mas todos eles fazem parte de uma coisa chamada SUS (Sistema Único de Saúde).

Esses conceitos não podem estar dissociados, porque a ausência de uma boa atenção primária – por exemplo, a falta de PSF para diagnosticar diabetes no interior, em um ramal lá da Transamazônica, no Município de Altamira ou de Vitória do Xingu ou de Uruará ou Medicilândia ou de qualquer lugar, porque aquelas unidades de Altamira, não só o Hospital Regional, atendem à região como um todo –, de uma política na atenção primária produz os efeitos na atenção média, na média e alta complexidade. Um sujeito com diabetes tem que amputar a perna... O Município não dá conta daquilo que conceitualmente é da sua responsabilidade.

Então, na verdade, são divisões conceituais, que, no fundo, no fundo, fazem parte de um todo. Não dá para a gente ficar aqui segmentando, até porque, para o cidadão, que é o financiador disso tudo, não importa se a competência pontual é do Município nisso e naquilo, do Estado naquilo e naquilo outro e da União lá e acolá em frente. Não importa isso.

Isso é uma mera divisão, uma categorização didática, administrativa. Não dá para a gente levar isso ao pé da letra, porque dá essa confusão que estamos vendo aqui. E acho que estamos chegando a um entendimento que me parece, mais ou menos, ... Quer dizer, o Estado não se opõe à gestão desse Hospital do Mutirão ao Município – se eu bem entendi isso. Dr. Vitor, é isso? Não se opõe. Esse hospital tem que atender ao conjunto das demandas que um Município e a região estabelecem pelos indicadores que são construídos pelo Município, pelo Estado e pela União – pelo Ministério da Saúde. São indicadores, inclusive, universais.

Então, parece-me que a discussão é menos de quem vai fazer a gestão. E aí me parece que aqui já está pactuado que há um entendimento não oponente de que Município possa fazê-lo, como assim reivindica o prefeito e como assim acorda o Estado – e me parece que ninguém se opõe a isso. Mas, principalmente, qual é a modelagem desta unidade hospitalar, gerida pelo Município, e qual é a corresponsabilidade no financiamento disso.

E, nessa corresponsabilidade me estranha – e aí vem o pecado original no desenho original da condicionante – que a Norte Energia esteja fora. Estão discutindo os dois entes menos empoderados para fazê-lo. Porque não basta construir uma unidade física e entregar, dizendo o seguinte: "Está aqui um hospital". Uma unidade física com equipamentos não é um hospital, não é, definitivamente. Uma unidade física construída, por mais bela que seja, e alguns equipamentos não são um hospital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O conceito de hospital é infinitamente maior do que isso. Ele precisa atender as pessoas, ele precisa prestar o serviço para essas pessoas, e não dá para a gente, admitindo isso como uma condicionante – porque se fosse uma iniciativa do Município, claro que o debate seria outro; se fosse uma iniciativa do estado do SUS, o debate seria outro –, ou seja, considerando que isso é uma compensação para os efeitos nocivos que o processo daquele enclave produzido gerou com o fluxo migratório, com a população aumentando e as demandas aumentando, não dá para excluir o ente autor deste fenômeno desse compartilhamento de responsabilidades, não dá!

Porque é muito fácil assim, esse modelo federativo criminoso que o Brasil tem, em que o Estado do Pará e os demais Estados da Amazônia e outros são escravos desse modelo federativo. Quer dizer, não dá para excluir a casa grande da responsabilidade diante dos efeitos da senzala. Não dá.

E eu acho que o Ministério Público, Drª Thais, tem que – e a senhora já apontou isso, foi isso que provocou essa minha intervenção – mediar, no sentido de buscar uma construção um pouco mais justa desse processo, do ponto de vista do custeio, inclusive.

Porque é muito fácil dizer: há compensação. Há aqui dez UPAs, há aqui dez prédios para funcionar escola e dez não sei o quê e 20 não sei o quê. E quem sustenta isso depois? E quem garante que isso se traduza em indicadores de cidadania, de serviços prestados? Esse debate está do avesso, desculpe-me. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Secretário Vitor Mateus.

O SR. VITOR MANUEL JESUS MATEUS – Só quero complementar com informações adicionais: depois da reunião do dia 29 de junho, que foi coordenada pela Procuradora Federal Thaís, nós já tivemos duas reuniões subsequentes a essa, em que se definiu a contribuição do Estado em subsidiar toda a entrega de documentos, de equipamentos, de modelagem da gestão do hospital. Entregamos para a Procuradoria Federal, entregamos para o Conselho Municipal, entregamos para a Prefeitura de Altamira.

Toda a documentação que o Estado tinha já estudado, na perspectiva de viabilizar a abertura do hospital, entregamos oficialmente através dos Ofícios nºs 2112, 2114 e 2116. Isso foi entregue oficialmente – toda a documentação que o Estado tinha feito – para um apronte disso, que cabe para essa questão.

Mais outra informação: já está agendada – dias 26, 27 e 28 – uma reunião entre Ministério da Saúde, Estado e Municípios do Vale do Xingu, para que façamos uma revisão da PPI, que venha a contemplar o reordenamento das necessidades físicas e orçamentárias, para contemplarmos essa questão do custeio.

Então, essa foi outra medida acordada na reunião. O Estado é, vamos dizer, o coordenador dessa ação que está sendo promovida, e nós já temos agendada – agora para 26, 27 e 28 – essa reunião para redefinirmos o início da repactuação física e orçamentária, para contemplar o custeio que permita ter essa questão colocada não só para Mutirão, mas também para as outras unidades que contemplam as condicionantes: Vitória do Xingu, Brasil Novo, mais 32 centros de saúde e outras unidades que foram aprontados e entregues para os Municípios, que precisam também ser redefinidos.

Não é apenas só Mutirão. Ao fazermos a repactuação, temos que fazer a repactuação daquilo que está colocado dentro da rede assistencial da região – e isso está marcado agora para 26, 27 e 28.

Eu só queria complementar essas duas informações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Dr. Anchieta.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Senador, complementando, eu gostaria de fazer algumas observações.

A primeira delas: a Norte Energia não define construção de UBS, não define construção do hospital. Tudo isso foi definido pelos administradores municipais, inclusive os locais. Tudo isso foi definido, inclusive a quantidade.

E lá na partida – e aí eu aproveito a fala do Deputado Jordy –, quando se falou que era muito – o Dr. Ladislau, que até acompanhou –, havia um questionamento, inclusive do Prefeito Juvenil, de que não concordava com a localização daquele lugar para o hospital.

Mas não foi a Norte Energia que disse: "É aqui". E essa condicionante, Senador, é aquela que o senhor diz que é a condicionante jabuti: há a obrigação da Norte Energia e há a obrigação de outros parceiros. Mas, na hora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de o parceiro assumir, ele diz: "Eu não posso". E sobra para quem? Vamos ver se a Norte Energia banca. Isso em todos. E pegou uma situação difícil agora – do Estado, União e Municípios –, e ninguém pode operar nenhum dos sistemas que foram implantados.

Eu diria a você o seguinte: eu tive a preocupação de PBA. Tudo o que estava previsto lá nós executamos. Esse hospital foi entregue em março de 2015 – março de 2015! Há termo de entrega. Nós estamos em julho de 2016 e estamos discutindo aqui questão de equipamentos.

Nessas reuniões que o Secretário falou, o que foi que a Norte Energia disse? "Os problemas de construção advindos de deterioração do tempo, a gente vai lá e conserta". Mas só vai consertar quando definir se o gestor é A ou B, porque os dois potenciais gestores estão discutindo aqui ainda.

Está definido que é o Município, mas o Município reclama que se tiraram recursos para ele operar. Então, não adianta consertar o hospital, porque ele vai ficar mais seis meses fechado – e daqui a seis meses tem que consertar de novo.

Quanto aos equipamentos que estão em operação, concordamos, nós temos um engenheiro clínico lá, uma empresa contratada para dar manutenção aos equipamentos que estão paralisados, porque equipamento paralisado.... Eu não sou médico, apesar de ter uma filha médica. Ela me diz que equipamento parado também se danifica pelo não uso.

Então, esse rapaz vinha dando manutenção durante esses 12 meses. E a que é que nós nos comprometemos na última reunião? Nós vamos fazer a manutenção de todos os equipamentos que terão que ir para o mutirão, e aqueles que não puderem, serão repostos. Então, nós já assumimos um compromisso que resolve a situação dos equipamentos.

A questão do acesso, que foi colocada depois de 15 meses de entrega do hospital, eu fui pesquisar também. Não há compromisso. E eu respondi, no dia 23 de junho, ao Prefeito que nós não íamos fazer o acesso. Está aí a carta, está aqui. Se os senhores quiserem, eu deixo cópia na Comissão.

Aliás, eu protocolei cópia na Comissão de todos os termos de entrega de todas as UBS, todas as escolas, do sistema de saneamento, do sistema de abastecimento da água, que é outra discussão, mas, relativo ao Hospital Mutirão, dizer que não foi cumprida a condicionante?

A parte da Norte Energia, mas tem um erro na partida. Os prefeitos queriam o UBS, queriam hospital, queriam isso e aquilo. O secretário falou de um hospital de 78 leitos, com 10 de UTI. Lá são 104. Mas acontece o seguinte: o Prefeito de Vitória do Xingu construiu um hospital e está funcionando. No dia em que foi inaugurado, estava todo mundo em seu posto. Mas foi feito de acordo com o tamanho do Município.

Aí eu acho que o prefeito tem uma colocação certa. Quando você tem uma complexidade maior, migra para Altamira. Mas essa posição de migrar para Altamira não é responsabilidade nossa, porque isso é uma coisa que acontece no País inteiro. Não é privilégio daquela região.

Depois se fala no seguinte: fluxo populacional. Nós fizemos convênios com todos os Municípios e aportamos recursos para manter em Altamira oito equipes de Saúde da Família, para evitar justamente isso de se chegar um atendimento de complexidade maior. Isso ainda está em manutenção. Nós repassamos os recursos todos os meses para medicamento, para urgência, para atendimento ortopédico e para malária, que está praticamente erradicada na região. Mas a Norte Energia é o grande terror. Está certo? O que se fez de bom não resolveu. Agora, tem uma estrutura física. Concordo. O Estado não pode, a União não pode, o Município não pode, a Norte Energia...

Outro dia, brincando, eu disse: Norte Energia, saúde, saneamento e água. A Nesa já comporta tudo. Mas isso é uma prática recorrente no Brasil todo, Senador Paulo Rocha. Mas acontece que, na partida, quando são discutidos os empreendimentos, são discutidas as questões socioambientais e se diz "o tamanho é este".

Então, quando o Ibama foi lá com o PBA, disse: "era estrutura física". A estrutura física está pronta. A condicionante por parte da Norte Energia está atendida. Agora falta o quê? Falta abrir o hospital e operar. Aí entram o Estado, o Município e a União. E aí a Norte Energia pode ser chamada para ajudar no que for necessário e no que for possível, mas não ser responsabilizada integralmente.

Outro detalhe: nós fazemos uma pesquisa de monitoramento da população migrante. De toda a popula-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ção que migrou para Altamira – nós temos os números, que estão à disposição de quem quiser –, permaneceram apenas 3% na região. Constituíram família de certa forma e tal e estão lá. O resto, todos eles, quando saem do emprego, a gente bota num avião, dá a passagem e fica monitorando para não retornarem. Agora, é muito fácil: a Norte Energia está ali e pode ser responsabilizada por tudo.

Aí, desculpe-me, Secretário, não sei dessa coisa, mas, se é tirado 90% do recurso, o prefeito entra em desespero. Veja só: eu não vou entrar nesse número. Não quero nem discutir porque não é minha praia. Agora, tem um detalhe: eu preciso de recurso, "Norte Energia, você vai ter que bancar o custeio".

Até quando vamos transferir responsabilidades? Eu tenho 39 anos de estrada, e isso é coisa recorrente. Não é a primeira vez que acontece, não. Está entendendo? Quando chega a hora de entregar os equipamentos, os Municípios estão em penúria e tentam transferir a responsabilidade para o empreendedor. E, se o empreendedor não ajudar, o que foi investido se acaba, fica abandonado lá. Então, o que a gente diz é o seguinte: estamos abertos ao diálogo, queremos resolver, como temos resolvido uma série de coisas, umas na amizade, outras na discussão, mas está caminhando.

Agora, neste caso, especificamente – desculpem-me –, aí a Norte Energia cumpriu, a condicionante foi cumprida. Vamos acabar com esse negócio de cumpriu ou não a condicionante. Condicionante não cumprida, não; os jabutis que foram embutidos nas condicionantes é que não estão cumprindo seu papel. Lá não está dizendo que a Norte Energia tinha que operar e manter o hospital, não. Tinha que concluir fisicamente e entregar. O terreno foi imposto, e foi uma comissão do Estado e do Município, não a Norte Energia. A Norte Energia apenas participou. "É aqui? É." O que foi que ela fez? Pegou uma UPA antiga, fez uma reforma e ampliou o hospital, e hospital que tem uma qualidade que poucos na região têm. Aliás, poucos no País têm essa qualidade. Há pouquíssimos iguais.

Lamento o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Dr. Duilio.

O SR. DUILIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Eu queria complementar aqui o que o Anchieta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O Prefeito está solicitando a palavra.

Com a palavra o Prefeito Domingos Juvenil.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Dr. Anchieta, 3% de quê? De quantos que cabem em Altamira?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Três por cento da população que foram a trabalhar...

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Quantos, doutor? De quantos?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Em torno de 25 mil a 30 mil.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Três por cento de 25 mil a 30 mil.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Isso, é que permaneceram na região. E não é só em Altamira, não, mas na região como um todo.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Dr. Duilio.

O SR. DUILIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Bom, eu queria conversar aqui, complementar e fazer algumas colocações aqui.

No começo da reunião, eu estava conversando com a Procuradora, Drª Thais, e escutando aqui o que colocava o Deputado Jordy. Claro que vocês têm razão na medida em que vocês colocam que a discussão de que um empreendimento dessa natureza tem que ser muito bem feita. Deputado, eu concordo com o senhor, mas ela tem que ser muito bem feito na origem. No momento em que você está estabelecendo PBA, você está estabelecendo as obrigações e as compensações que o empreendedor tem que fazer. É nesse momento que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que ficar claro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DUILIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Exatamente.

Lamentavelmente, em Belo Monte não aconteceu isso. Deram uma quantidade enorme de obrigações do Estado – e, quando falo aqui em Estado, refiro-me aos governos federal, estadual e municipal –, para que o empreendedor arcasse com aquela responsabilidade, mas não tiveram a diligência de colocar como seriam repassados a esses empreendimentos escolas, hospitais, saneamento e assim por diante, para quem, efetivamente, iria tomar conta dessas coisas.

Veja bem: nós entregamos 40 unidades básicas de saúde, entregamos 4 hospitais, e em nenhum deles teve essa discussão do Hospital Mutirão. Claro que são de menores demandas e de menores custos de manutenção.

Por que o Hospital Mutirão está essa complicação? A gente viu aqui, de certa forma, que o Estado, hoje, aqui, na pessoa do Secretário Vitor, se colocou à disposição para assumir a gestão do hospital, mais uma vez. Mesmo ele concordando que a prefeitura se colocasse como gestora do hospital, ele se coloca como um parceiro que tem mais habilidade e mais rapidez para fazer isso com muito menos tempo. Lamento dizer e concluir, e fico extremamente angustiado com isto, não como empreendedor, mas como cidadão brasileiro, e ver um hospital daquela qualidade parado há 16 meses, e a gente fazendo aqui discussões e mais discussões...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DUILIO DINIZ DE FIGUEIREDO – O Prefeito fala que não foi feito nada em três meses. Eu discordo dele. Foi feita muita coisa. As pessoas se reuniram, a Procuradora Federal chamou a si a responsabilidade, tentou fazer reuniões, tentou fazer organizações. O dissenso foi a marca registrada dessas reuniões.

A gente vê aqui que a gente não consegue andar porque não consegue ter um interlocutor com quem a gente possa falar. Nós chegamos a fazer um termo de entendimento com o Estado do Pará, dentro de uma proposição que foi feita. Esse termo de entendimento foi discutido, foi visto. E, quando eu achei que a gente estava caminhando para uma abertura, tomei para mim, pessoalmente, o desgosto de ver que o assunto tinha retroagido à administração da Prefeitura. Não tive desgosto com a Prefeitura, mas por não ter andado com a velocidade que a gente imaginava. São 16 meses com esse hospital pronto, entregue, em manutenção, e nós estamos aqui numa segunda reunião para discutir exatamente as mesmas coisas.

A gente tem que ter um pouco, Senadores – e eu coloco aqui para os dois Senadores, o Presidente e o coordenador –, que se estabeleça uma agenda positiva no sentido de poder caminhar para uma solução. O empreendedor já disse aqui mais de uma vez, que a sua obrigação em nível de condicionante é fazer o hospital, equipá-lo, mobiliá-lo e entregá-lo. Nós não temos, institucionalmente, nem em nível de condicionante, a obrigação de fazer, apesar de eu concordar com o conceito do Deputado Jordy de que deveria ter sido estabelecido na largada deveria ter sido estabelecido e não foi, nós não temos essa obrigação de fazer essa manutenção e essa operação do hospital. E aí eu acho que os senhores, que são Senadores, que são autoridades no Brasil, é que devem também interferir junto ao Ministério da Saúde, às secretarias e aos governos estaduais para fazer essa parceria para que se possa, efetivamente, abrir esse hospital de uma vez, porque o que ficar de responsabilidade da Norte Energia ligada à condicionante de fazer o hospital, de fazer a manutenção das coisas que tiveram desgaste, de fazer a manutenção dos equipamentos, dos equipamentos que, eventualmente, não possam ser... O Dr. Ladislau estava me dizendo que um equipamento... O pessoal técnico tem restrições a se abandonar equipamento que existe. Os equipamentos são feitos para serem mantidos e operados. Um equipamento com dez anos não é, necessariamente, obsoleto; um equipamento com dez anos bem mantido é igual a um equipamento novo. Quer dizer, isso tanto faz na engenharia quanto na medicina. É igual, porque equipamento é equipamento.

Então, quando a gente vê essas colocações de mais equipamento novo, mais isso, mais aquilo...

Eu tive oportunidade, no dia 30 de maio, de fazer a entrega do hospital de Vitória do Xingu, e tive uma surpresa agradável quando, passando por todas as seções, vimos que todas elas tinham os equipamentos montados e, mais do que isso, pessoas que iriam operar os equipamentos, que iriam operar diversas seções do hospital. Eu não vejo isso no Município de Altamira. Eu não vejo, até o presente momento uma vontade específica – falo aqui do Estado e do Município – de, efetivamente, assumir o hospital e colocar esse hospital em dia. Eu disse para a Procuradora, no começo da nossa reunião que, como brasileiro, eu lamento essa situação extremamente cons-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

trangedora para mim como cidadão, como gestor, e, principalmente, como diretor-presidente dessa empresa, que tem trabalhado lá em parceria com o Estado e com o Município de uma forma muito definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu quero só registrar aqui também a minha perplexidade de nós estarmos hoje discutindo algo que já deveria ter sido resolvido há muito tempo. Acho que nós erramos e continuamos errando como cidadãos, porque, quando foi para a implantação do projeto, as condicionantes deveriam ter sido discutidas em profundidade, porque não basta construir um hospital e entregar o hospital.

Não sou da área da saúde, mas o que tenho de informação é que, por ano, para se manter um hospital, gasta-se tanto quanto se gasta para construir e equipar esse hospital. Então, caso se gastem R$50 milhões para construir e equipar um hospital, R$50 milhões, por ano, será o custeio dessa unidade, Drª Thais.

Depois, o Conselho Municipal de Saúde não pode ater-se a uma visão somente no nível do Município. Ele tem de estar aberto para uma visão global do sistema nacional de saúde. Eu estive com o Ministro Ricardo Barros, agora, solicitando a ele que fossem cadastrados serviços de média e alta complexidade, executados pelo Estado do Pará, porque é obrigação da União Federal fazer o ressarcimento, e não são ressarcidos, porque não são credenciados. E o Ministro disse, de forma transparente, que não são credenciados porque não há recursos para que façam o credenciamento e seja transferido o custeio desse serviço de alta e média complexidade. Então, o sistema nacional é uma divisão. O prefeito tem razão: média e alta complexidade são obrigação do Estado. Saúde básica, é do Município.

Ainda ontem, no Bom Dia Brasil – não sei quem assistiu ao Bom Dia Brasil de ontem –, houve uma reportagem, e me parece que serão várias, que vão tratar da saúde básica no nosso País. E o exemplo que eles mostram lá é lamentável, Drª Thais, lamentável: 80% não são atendidos. Então, o que acontece? Essas pessoas perdem vidas. Por quê? Porque é lá na unidade básica que é preciso atender, para que não se chegue à média e alta complexidade. São pessoas com diabetes, uma doença silenciosa, que leva a problema renal, que leva a hemodiálise. É o problema de hipertensão, que também é silencioso e, na unidade básica, pode ser determinado. Aí, se não for determinado, virá problema de AVC ou qualquer outro, levando-se para a média e alta complexidade. Quer dizer, é uma questão muito complexa. Não é uma questão que se vá resolver com uma visão que não seja geral.

A União há 15 anos participava do custeio da saúde com algo em torno de 54% – não sei o número exato – do gasto da saúde.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA. *Fora do microfone*.) – 60%.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Quanto? 60%.

Eu não tenho o número. Então, em torno de 60%. Vamos pôr 57%. Assim, hoje, a União participa do custeio da saúde, com 46% ou 47%. Então, ela reduziu as transferências.

Todos nós, todos, sem exceção, no Senado, na Câmara, lutamos para que haja mais recursos para a saúde. Quando aprovamos as emendas impositivas dos Parlamentares, o Governo anterior disse que só aprovaria medida impositiva se 50% dessas emendas fossem destinadas à saúde. Todos nós concordamos, todos nós. Isso daria para a saúde algo a mais em torno de R$4 bilhões e alguma coisa.

Lamentavelmente, o que foi feito pelo Governo? O que era piso, tiraram-se R$4 bilhões que estavam no Orçamento, colocando-se os R$4 bilhões das emendas; ou seja, o que era piso continuou piso. Então, essa é a situação. E o ministro disse que, lamentavelmente, não tem como atender, neste momento, nenhum pleito que traga um esforço adicional de transferência de recursos para a área da saúde. Essa é a realidade que estamos vivendo.

Então, dentro dessa realidade, temos de olhar o nosso objetivo, que é o cidadão. Esse é que sofre. Esse é que precisa do atendimento lá na ponta, que chega e encontra a porta fechada, não é atendido e não tem onde procurar recursos. Então, acho que temos de chegar a um entendimento. Temos de sair daqui. Estamos discutindo e marcando passo. Estamos andando e não saímos do lugar. Acho que estamos numa esteira rolante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já passo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Eu queria só uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não, Deputado Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Quanto a Norte Energia repassa para o Município na área da saúde? E o Estado também repassa alguma coisa? Essa é uma informação que eu queria ter uma ideia, grosso modo.

O SR. DUILIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Deputado, eu vou dar uma ideia para o senhor: um empreendimento como esse que estamos fazendo é diferenciado do resto do mundo. Quando se investem nos países desenvolvidos, os impostos são cobrados quando efetivamente se começa a produção. No Brasil, não. No Brasil, colocou-se o primeiro tijolo, começa-se a pagar imposto.

Aqui, a Norte Energia, até o presente momento, pagou de impostos federais R$180...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Dr. Duilio, o Deputado Jordy fez um questionamento pontual.

O SR. DUILIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Eu vou chegar lá.

Foram R$162 milhões de impostos estaduais e R$585 milhões de impostos municipais, já contribuindo com R$931 milhões. É desses recursos que imaginamos que deveriam vir os recursos para se fazerem os aportes para funcionamento dos hospitais, enfim, das coisas.

Vou dar mais um dado para o senhor: neste ano, só por estarmos com a usina operando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DUILIO DINIZ DE FIGUEIREDO – Os Municípios foram R$586 milhões, redondo. O Município de Altamira, R$116 milhões, e o Município de Vitória do Xingu, R$456 milhões.

Só pelo fato de a usina estar em operação – a operação começou em abril –, só com a contribuição financeira pelo uso de recursos hídricos – não é aquela taxa do Pará; é só pelo uso da água –, vamos gastar R$32 milhões. O Estado vai receber R$14 milhões, Vitória do Xingu vai receber R$7 milhões, e Altamira vai receber R$7 milhões. Quer dizer, então, nós estamos falando isso aqui.

Temos uma apresentação ainda que o senhor pediu, em que ele mostra, em saúde... Quanto foi o índice de saúde?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só o valor.

O SR. JOSÉ LÁZARO DE BRITO LADISLAU – Mensalmente, nós passamos para a atenção básica R$160 mil e, para a parte hospitalar, R$230 mil, todos os meses. E, aproximadamente, R$50 mil mensais para a malária. Ou seja: mensalmente, dá quase R$450 mil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Isso é para Altamira. Tem os outros, Cada Município tem um valor.

O SR. JOSÉ LÁZARO DE BRITO LADISLAU – Só para Altamira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vamos ordenar, Prefeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ah, só para repetir.

O SR. JOSÉ LÁZARO DE BRITO LADISLAU – São R$160 mil para atenção básica; R$8 mil, equipes de saúde da família; R$120 mil para insumos, serviços e outros recursos destinados pelo Município; R$59 mil, para emergência; e R$60 mil para traumato-ortopedia, totalizando cerca...

O SR. DOMINGOS JUVENIL – R$60 mil para ortopedia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. JOSÉ LÁZARO DE BRITO LADISLAU – R$60 mil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ LÁZARO DE BRITO LADISLAU – Para a malária, como nós pagamos a folha de pagamento dos agentes, combustível, dá mais de R$50 mil; ou seja, em torno de R$450 mil mensais. Isso significa, no período de 2011 para cá, cerca de R$19 milhões só para Altamira.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Bom, eu não tenho ideia da realidade desse número: se é suficiente, insuficiente, ou não.

Mas, vamos adiante.

O Dr. Vitor teria alguma coisa a acrescentar?

O SR. VITOR MANUEL JESUS MATEUS – É só para dizer que o Estado também entra com o cofinanciamento do Hospital São Rafael. Nós complementamos com recursos da UCI Neonatal do Tesouro do Estado. E, também, da parte dos recursos, aquilo que cabe na oferta da PPI, nós tiramos da condição de outros da reserva técnica do Estado recursos adicionais daquilo que está fixado em PPI. Então, a esta parte do cofinanciamento daquilo que cabe para as questões, além do pessoal cedido também para o Município.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Bom, Drª Gracinda, V. Sª vai ter a palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, não vamos interromper a audiência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Fique sossegada que a senhora terá direito à palavra. Eu já disse isso. A senhora esteve aqui comigo, e eu lhe disse que a senhora terá direito a palavra, e vai ter.

Prefeito Juvenil.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Estou diante de dados que eu preciso checar. Por isso, registrei todos os dados.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está bom.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Para poder checá-los. Inclusive, essa participação cofinanciamento da saúde estadual, mesmo porque, só para esclarecer, nós abrimos a UPA faz bastante tempo, e a UPA é cofinanciada pela União, pelo Estado e pelo Município. A UPA tem 50.... Nesses três cofinanciamentos, a União já baixou portaria para pagar a parte dela, o Município vem arcando com as três partes, sustentando a UPA, o Município, e o Estado disse a mim que só vai entrar com a parte dele, o Estado, quando a União ou o Governo Federal pagar a parte dele também. Aí, fica o Município sustentando a UPA, que atende de 600 a 700 pessoas por dia, e é exclusivamente o Município que atende.

Portanto, esses números, que são de cofinanciamento de UCI, de PPI, que a Norte Energia repassa para a saúde, eu vou checar os dados. Mas os dados que eu tenho, que são com relação à UPA, por exemplo, estou dizendo como a UPA está funcionando, ou seja, às custas exclusivamente do Município. O Estado diz que só quando a União repassar. A União já fez a portaria, mas ainda não repassou, e, enquanto isso, o Município arca sozinho com esses recursos.

Obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado.

Eu quero passar a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Srª Gracinda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Srª Gracinda...

Srª Gracinda, no Senado Federal, numa audiência pública no Senado Federal, não adianta a senhora levantar, vir aqui à frente, falar alto, porque a senhora vai ter a palavra no momento em que lhe for concedida. Então fique tranquila, que V. Sª terá o direito à palavra.

A senhora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Lamento, lamento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu já disse à senhora que nós estávamos esgotando aqui a Mesa e íamos passar para quem quisesse fazer uso da palavra. Agora, a sua postura de levantar, vir aqui, falar alto não vai resolver, não. Não pense que vai resolver. Não vai resolver. Só estou lhe dizendo que não vai resolver. A senhora está numa audiência pública.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Sª está numa audiência pública do Senado Federal. Então a senhora vai cumprir o Regimento. Vai cumprir o Regimento. Nós não estamos aqui em nada de reunião; nós estamos numa reunião do Senado Federal. Existe um Regimento, a senhora vai cumprir o Regimento, a senhora vai ter a palavra no momento em que lhe for concedida.

Eu gostaria de ouvir, mas vou pedir à representante do Ibama, lamentando a Srª Sueli não estar aqui. Lamento novamente que, na primeira reunião, a então presidente do Ibama também não esteve aqui. E, agora, foi o convite para a Drª Sueli, e ela, novamente – novamente, não, porque não era ela a então presidente – ela não veio.... Não estou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não estou desmerecendo a representação da Drª Rose como Diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama – nenhum desmerecimento a isso. Mas, a juízo meu, o responsável por tudo isso que está acontecendo chama-se Ibama, porque o Ibama é que ficou responsável por definir as condicionantes. E o Ibama colocou lá...

O Dr. Anchieta falou em jabuti; jabuti não é custeio, não. Jabuti não é custeio. Custeio deveria estar lá na condicionante. Jabuti é estar, na condicionante de Belo Monte, o desentrosamento lá da área de Apyterewa. Isso é que é jabuti, que o Ibama, para dar a licença de instalação, exigiu colocar uma coisa que não tem nada a ver com a outra. Não tem nada a ver com a outra! E foi colocada. Aí, o Governo aceita, porque queria o empreendimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Hein?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim; a Funai, mas foi o Ibama que fez.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ah, mas o Ibama que era o respon-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sável.

E sabe o que é que vai acontecer, Drª Rose?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim, o pleito, mas o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É do Ibama; é do Ibama! Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Sabe o que vai acontecer Drª Thais, Drª Rose? Não; eu quero me dirigir mesmo à Drª Thais, como Procuradora Federal em Altamira. Não vai ser na área de responsabilidade dela, mas nós vamos estar aqui, daqui a alguns anos – espero que não.... Eu sempre disse, desde que foi instalada esta Subcomissão, que nós, do Senado Federal, não tínhamos nenhuma dúvida de que Belo Monte geraria energia. Nenhuma dúvida! E geraria dentro do cronograma. Atrasou alguns meses para gerar, mas está gerando.

A licença de operação não deveria ter sido dada pelo Ibama; foi dada incorretamente, incorretamente! Mas essa é a coisa: dá a licença, e, aí, a Norte Energia, que quer ter a geração fica atendida naquilo que é do seu interesse.

Mas só alertando, porque já fiz isso várias vezes, e como isso fica nos *Anais* do Senado.... Posso ter todas as falhas, mas não vou falhar por omissão. Nós vamos ter o mesmo problema lá em São Luís do Tapajós – a mesma coisa, a mesma coisa. Estão lá os estudos para a implantação do novo projeto de geração de energia. Não somos contra, mas, pelo que eu sei, ninguém está discutindo condicionantes. Ninguém! O Ibama é de novo o responsável pela listagem da coisa, e o Estado – o que é pior –, que é a unidade federada, não é nem ouvido naquilo que lhe diz respeito, nem os Municípios.

Quer dizer, há uma intervenção direta. E isso, sim, poderia entender – e já não se entendia – no governo militar quando fizeram Tucuruí. Foram lá, implantaram Tucuruí, não houve nenhuma condicionante. E, até hoje, a Eletronorte deve, Deputado Jordy, R$200 milhões de condicionantes aos Municípios do lago e não executa essas condicionantes. Nós estamos falando de 25, 30 anos. Trinta anos! Estamos falando de trinta anos. Lá implantaram.

Agora, em Belo Monte, estamos com esse problema, que nós já sabíamos. Era morte anunciada. Vai gerar energia, as condicionantes não vão estar prontas. Lá, em São Luís do Tapajós, eu já estou prevendo, e eu espero que a gente possa não deixar acontecer. Ou lá na hidrelétrica de Marabá também, onde vão inundar metade do Município de São João do Araguaia, uma grande parte de São João. Essa obra está lá também para ser feita, e não se fala em condicionantes, não se fala de nada.

Então, eu vou pedir licença à Drª Rose para poder passar a palavra para a Srª Gracinda, que está precisando falar com urgência, para fazer os reparos que precisam ser feitos.

V. Sª tem a palavra, Srª Gracinda.

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – Bom, primeiro eu lamento. Eu queria que...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pode ficar sentada; não precisa levantar.

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – Não, eu preciso ficar olhando para vocês. Eu só tenho.... Eu tinha 1,5m; agora, eu fui me medir, tenho 1,48m. Estou diminuindo a cada ano. Assim, prefiro ficar em pé.

Então, quando o Dr. Duilio falou que o hospital de Vitória está funcionando, que ele foi à inauguração, eu queria que vocês ouvissem a gente que conhece a região. O hospital foi inaugurado com muita pompa, mas ele não tinha nem energia, era um grupo gerador. Eu mesmo aconselhei o novo diretor, que é um médico muito novinho, que ele não abrisse sem a Celpa ligar a energia. Se nós temos um sério problema com a energia, até para ligar unidades administrativas como um CRAS, quanto mais um hospital.

E eu queria dizer para os senhores que o hospital – e eles já fizeram a mudança do antigo hospital para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

novo.... Aliás, fui até eu que fiz o projeto assistencial – não é, Dr. Ladislau? –, tudo dentro dos parâmetros. Esse hospital só tem um teto financeiro de R$60 mil ao mês. Não há custeio.

Eu entendo que as condicionantes não são responsabilidade só do empreendedor; são principalmente do Governo Federal e do Estadual. As condicionantes, na questão da manutenção e do custeio, os governantes teriam que ter previsto o aporte financeiro para garantir tudo o que nós construímos durante esses anos, para que eles funcionassem em sua plenitude. Era a primeira coisa que eu queria dizer para o Dr. Duilio, e infelizmente ele saiu. Mas diga para ele, Dr. Anchieta. Diga que foi a Gracinda que falou para ele que o hospital lá não está funcionando às mil maravilhas, não.

São R$60 mil de custeio, e aqui, numa série histórica – está aqui o papel do Ministério da Saúde, onde amanhã eu vou me reunir –, eles gastam menos de 70% desse teto financeiro de R$60 mil, porque não há resolutividade. Então, os pacientes de Vitória vão procurar a resolutividade no hospital de Altamira. Era a primeira coisa que eu queria dizer.

A segunda coisa era falar para o Dr. Vitor para ele não pegar carona na nossa luta. São cinco anos, nós lutando e pedindo para o Estado a revisão da PPI. Cinco anos! A Mariana, que está aqui, do Ministério da Saúde, acompanha desde essa época, quando nós queríamos rever a PPI, por causa do dinheirinho que foi alocado a título de reserva técnica, porque nós estávamos construindo uma rede de saúde com o PBA e com o PDRS Xingu e a gente precisava redimensionar o teto. E pedir mais algum dinheirinho para o Ministério da Saúde.

E o Estado inclusive esteve comigo – o senhor! –, no dia 7 de julho, com o Ministro Arthur Chioro, e ele pediu um tempo que era para a DDASS ir à região e promover o que nós vamos fazer, do dia 25 ao dia 29, lá em Altamira. Mas não foi o Estado que conseguiu, não; foi o nosso grito. Porque nós precisamos redimensionar o nosso teto financeiro, por menor que ele seja, de forma a efetivamente conseguirmos otimizar esse pouco recurso de transferência federal para funcionar minimamente a estrutura de saúde que nós construímos.

E é verdade, sim, que tem funcionado com o dinheirinho que o Anchieta falou agora e o Dr. Ladislau elencou, porque não houve aporte financeiro de recursos, Senador – ouviu, Senador Flexa? Não houve dinheirinho novo de 2010 para cá.

Então, o Programa de Ação para o Controle da Malária (PACM) era uma preocupação constante da Norte Energia com a questão da malária. É um plano que eu sempre elogio, porque ele provou que, havendo compromisso, responsabilidade e dinheiro, a gente consegue erradicar a malária na Amazônia. Eu sempre elogio o êxito do Programa de Ações para o Controle da Malária. Foi esse dinheiro que o Dr. Ladislau falou que entrega para os municípios, não somente o de Altamira, mas para os cinco municípios de área de influência direta e mais Pacajá, que era área endêmica. E houve alguns municípios em que a gente conseguiu zerar a malária. Foi um dinheiro bem aplicado e bem fiscalizado pela Norte Energia. Só entrega se prestar contas e apresentar os relatórios.

Agora, em relação aos recursos das oito Unidades Básicas de Saúde...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – Eu queria que os Senhores prestassem atenção, porque eu ouvi vocês aqui me engasgando, mas ouvi.

Então, oito Unidades Básicas de Saúde foram construídas pela Norte Energia, e há várias outras que conseguimos construir com o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS). Eles estão financiando as Unidades Básicas de Saúde porque, se não fosse esse aporte de recursos, esse termo de cooperação, elas estariam fechadas, porque a ausência do Estado e do Ministério da Saúde em financiar e ampliar as ações da Atenção Básica é gritante! É por isso que eu vivo aqui em Brasília.

Eu não suporto ficar aqui, mas eu venho para ver se a gente consegue sensibilizar os gestores de que a responsabilidade de manutenção e custeio, constitucionalmente, é deles, não do empreendedor. E eu não trabalho para o empreendedor nem para o Juvenil – eles sabem disso. Eu falo aqui com muita propriedade porque sou livre, ninguém me bota cabresto. Eu não devo nada nem ao Anchieta nem ao Dr. Juvenil.

Então, com relação ao Hospital Municipal São Rafael, foram retirados, sim, recursos e foi feita uma besteira. Quinta-feira eu vou estar em Belém atrás dessa história, porque foi desvio de finalidade. A Lei Complementar nº 141 é muito clara ao dizer que o gestor é passível de devolução de recursos quando ele os aplica indevidamen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

te, quando ele desvia a sua finalidade.

O Dr. Vítor praticou desvio de finalidade, através de uma portaria de Altamira, com o dinheiro que ele tirou. É uma portaria da SAS, a Portaria nº 32, de 31 de janeiro de 2011. Esse teto financeiro não era só do Município de Altamira; esse teto financeiro era de todos os municípios da região que pactuaram conosco na PPI em 2010. Por isso que digo que ele tem de devolver.

Com relação à outra questão, à Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) neonatais, ele não está fazendo cooperação. O Ministério da Saúde, através da Portaria nº 3.061, começou a financiar a UCI Neonatal de Altamira, no valor de R$ 84 mil, desde janeiro de 2011, com efeito retroativo...

Aliás, desde janeiro de 2012, com efeito retroativo a dezembro de 2011. No entanto, o Estado está repassando apenas R$ 39 mil. Ele está desviando da UCI neonatal de Altamira R$ 50 mil.

Isso nós também vamos ver, no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), porque amanhã eu terei audiência lá com essas provas. Nós queremos o retorno desse dinheiro para a UCI neonatal, que não é de Altamira, é de toda a região da Transamazônica Xingu.

Eu queria dizer, Drª Thais, que, durante esses dias em que eu trabalhei bastante de forma voluntária, no sentido de tentar construir uma proposta consensuada para o Hospital do Mutirão, eu muito me decepcionei, mas foi uma lição para mim. Eu me decepcionei em ver a intransigência do Estado e da gestão municipal. Mas, para mim, foi importante, porque consegui ter acesso a informações.

Esse documento que o Dr. Vítor diz que entregou, como se fosse uma coisa boa, ele só foi entregue para nós no dia 1º, porque, quando a senhora nos obrigou a sentar todos juntos na sua sala de reunião, o Estado tinha esse documento e nós não. Eu fui verificar o que tinha aqui. Aqui diz que, para funcionar o Mutirão, o Estado precisa contratar 15 assistentes sociais, quando o hospital regional só tem duas. Aqui diz que ele precisa contratar 81 médicos, quando o hospital regional não tem nem 50. Aqui diz que ele precisa contratar uma enfermeira para cada dois técnicos de enfermagem. Está tudo aqui nesse documento.

Aí eu vi que o Conselho tinha sido muito sábio, dentro da sua prerrogativa e dever, de dizer não, de dizer que compete ao município executar as ações de saúde com a cooperação técnica e financeira do Estado e da União. É isso o que diz a Constituição Federal. O Conselho também foi sábio e coerente quando disse que o setor privado participa de forma complementar da execução das ações de saúde, não como prioridade, como o Estado está querendo fazer, enfiando-nos, goela abaixo, uma OS.

É por isso que o Conselho disse não. A gerência do Hospital do Mutirão é do Município de Altamira. E mais, tive oportunidade de ter acesso a dados que me mostraram que 80% das nossas internações são de baixa complexidade, porque são doenças causadas por fatores condicionantes de um Estado saudável, mas não financiadas pela saúde. Por exemplo, Anchieta, onde a maioria das internações das nossas crianças é causada pela ausência de saneamento básico, que é uma condicionante que não está concluída, pela água que nós não temos tratada. Esse é um dos maiores casos. Está lá, eu estudei todos esses dias. Eu saía do meu trabalho às 14h e pegava no Ministério Público às 15h, lá no auditório, para estudar dados. Quarenta por cento das nossas internações são obstétricas, de baixo risco.

Vinte por cento das nossas internações no hospital municipal são na pediatria, que são causadas por verminose, infecções gastrointestinais, porque são causadas por outros fatores.

Lamento profundamente, Drª Thais, que a senhora não esteja me ouvindo. Lamento que as crianças indígenas tenham morrido para chegarmos aonde estamos chegando, a consensuar uma proposta de abrir o Mutirão, porque o Mutirão era para ter sido aberto em 2010, não agora. O dinheirinho que o Dr. Ladislau disse que dá para Altamira, R$ 60 mil, para trauma, era para atender minimamente ao monte de acidentes de trânsito que nós temos na Transamazônica, também provocado pelo aumento populacional, pelo aumento de renda que esse projeto trouxe para nós. Eu não estou aqui culpando empreendedor nem satanizando, como disse uma vez o José Geraldo, eu estou dizendo que as condicionantes, a parte estrutural, eram para o empreendedor fazer, mas a manutenção e o custeio, a Constituição Federal, a Emenda Constitucional nº 29, a Lei Complementar nº 141, diz que o financiamento do SUS é tripartite: Estado, Município e União.

Altamira tem mais do que competência para fazer a gestão daquele hospital, porque ela segurou sozinha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

esses anos todos, no *pull* da obra – e não eram só 30 mil homens, Dr. Anchieta, eu tenho informações.... Eu fui muitas vezes aos canais, eu fui muitas vezes ao pimental, ver nos CATs. Era em torno de 35 mil homens, que foram embora, mas deixaram crianças sem registro, porque, em 2010, estávamos com uma queda no número de nascidos vivos. Em 2010, nasceram mil novecentos e poucas crianças. Em 2015, fechamos o ano com quase quatro mil crianças nascidas vivas. Isso é consequência da barragem.

Nós não tínhamos casos de sífilis vertical, nós não tínhamos casos de aids, HIV vertical, transmitida de mãe para filho, e hoje nós temos. Só não temos recursos financeiros para manter a atenção a essa população, porque o nosso teto financeiro é o mesmo de 2010, da PPI de 2010, que o Estado se achou onipotente de tirar, de uma portaria da SAS, sem dar satisfação nenhuma.

Então, Dr. Vítor, é difícil eu chegar ao senhor em Belém. Agora, eu consigo chegar em Brasília e fazer a nossa voz.... E a minha voz não é de Juvenil, não é de Jatene, não é do Dr. Vítor, não é de ninguém. A minha voz é de uma usuária do Sistema Único de Saúde, militante do SUS, moradora reassentada no Núcleo São Joaquim.

(*Interrupção do som.*)

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – ...do CEP que não temos ainda, Juvenil, o que tem causado problema para nós até na questão do PCCU. O que o CEP tem a ver com o PCCU? Tem a ver que, para a gente fazer o PCCU, tem de ter o cartão do SUS, e o cartão do SUS tem um endereço com CEP.

E era preciso mudar lá o meu endereço, só que eu não tenho CEP, quando vai para o sistema, não entra, o sistema rejeita, assim como na Receita Federal, dizendo CEP incompatível ou CEP inexistente. E nós estamos com um contingente de mulheres que fizeram PCCU há mais de um ano e meio, que tiveram NIC 1 e que até hoje a gente nem conseguiu entregar o resultado para elas.

Então, são pequenas coisas na área da saúde, que eu estou tratando com o senhor, que tem erro do Governo Federal, tem erro do Governo estadual, tem erro do Governo municipal e tem a omissão do empreendedor.

Porque você, Anchieta, nos prometeu uma comissão permanente de negociação, prometeu que ia derrubar aquelas cercas lá e até hoje não cumpriu. Isso tudo está no papel que eu entreguei ao Ibama, porque eu também acho que a responsabilidade é do Ibama de tudo que está acontecendo. Já entregamos para o Ministério Público Federal e vou entregar agora para o senhor, Senador Flexa, a quem agradeço ter me dado a palavra. E desculpe-me se eu não tenho a sua fleuma, nem o brio para me comportar dentro do Senado.

É muito difícil, para mim, ficar ouvindo os senhores falarem e eu, vivendo a realidade lá, percebo que o que vocês têm é muita teoria e o sofrimento da prática é nosso que calçamos o sapato.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço, Srª Gracinda.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Sª tem todo o brio para falar no Senado Federal e a sua fala é registrada e será, com certeza absoluta, levada em consideração pela Subcomissão.

Antes de passar para a Drª Rose, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Queria dar uma sugestão: daqui a pouco estará começando a Ordem do Dia, às 17h, e eu temo que a gente perca a oportunidade de ver tanta gente aqui, tantas autoridades de lá da nossa região e não consiga avançar, porque estamos emperrados neste ponto desde a reunião passada.

Queria dar uma sugestão a todos: ver se seria a possível, como nós dois somos Senadores do Pará, como disse no início, nós estamos aqui também responsáveis pela situação também lá, porque nós somos representantes perante a Federação, sermos mediadores deste processo, além de fiscalizadores.

Então, eu proponho aqui o seguinte: aproveitando que todos estão aqui, se seria possível todos ficarem amanhã, para a gente tratar especificamente deste ponto numa sala específica, com a presença do Prefeito e seu assessor principal da área de saúde; com o Ministério da Saúde, que está aqui presente; os secretários de saúde, as três partes; mais o Anchieta, da Norte Energia e seu assessor da área de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É capaz de buscarmos uma situação, porque se envolvermos aquilo que o Jordy colocou, que é o principal problema que há hoje no nosso País, que é o problema federativo, e quem sofre mais são os Municípios.

Mas não é só na área da saúde, é na área de educação, é um conjunto de situações em que as coisas estão concentradas muito ainda na União. E como se municipalizou muito os serviços, dos últimos governos para cá, municipalizou um conjunto de coisas, então, foi um bocado de políticas públicas para lá, o Governo Federal ou a União não processou as transferências adequadas para poder processar o custeio. Ainda mais, acrescente-se, um empreendimento dessa monta ali na região. Aí agrava o problema.

Se a gente envolver isso, não vamos buscar solução nenhuma, porque é um processo de correlação política, inclusive perante a Federação. O mesmo problema, à medida que o Centro-Sul mais desenvolvido está buscando energia e impõe para nós a tal da energia limpa que nós temos que produzir, paralelo a isso, é necessário fazer uma mudança na legislação tributária, porque ao final a gente produz a energia, mas os impostos se concentram também no consumidor.

É um problema que depende de correlação de força política aqui, as bancadas nossas, que são menores, acabam não tendo força política para poder fazer essas mudanças, inclusive na questão fiscal, na questão tributária, etc. Eu queria propor, para ver se a gente busca uma mediação na política, buscar soluções para minorar esta situação. Quantas vezes nós temos batido lá na porta do Ministério exatamente por isso?

O próprio Senador Flexa já foi duas ou três vezes Relator do Orçamento da União para a saúde e tentou compensar isso. Mas há um problema: o Sistema SUS – reconheça-se, é um dos sistemas mais modernos de solidariedade, digamos assim, na questão da saúde do mundo – sofre do problema de financiamento. Quem sofre mais, realmente, são as regiões menos desenvolvidas e, portanto, mais pobres. E aí os nossos Municípios que, ao final, têm esse problema.

Então, para a gente ver se avança, sugiro ficarem aqui as partes para que, talvez no seu gabinete, Senador, a gente possa buscar uma mediação, porque, com certeza, não se busca em uma audiência assim, desta maneira. Quem sabe mais alguns ali estejam presentes, como o Conselho de Saúde e o Ministério Público.

Mas que as partes ali, Prefeitura, empreendedor, Ministério da Saúde, o pessoal do Sistema SUS, federal, estadual e municipal, quem sabe a gente possa buscar.... Porque é um absurdo! É responsabilidade de todos a gente tem um empreendimento construído há tanto tempo e por causa desta situação a gente não possa solucionar o problema. Ao final, quem sofre é aquele que estava precisando desse atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Drª Thais.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Senador, me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A Drª Thais pediu, já passo para você, Prefeito. Ela já havia me pedido anteriormente.

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – Eu só queria, mas concedo a minha palavra ao Prefeito para falar antes do Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sem problema.

Com a palavra o Prefeito.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Muito obrigado, Drª Thais.

Eu queria deixar aqui gravado que eu analiso, o Governo municipal analisa que a questão do Hospital do Mutirão é de resolutividade fácil. Nesta reunião que o Senador Paulo Rocha propôs, pode ser até resolvida. Eu vou elencar aqui.

A questão dos equipamentos que estão faltando lá, a Norte Energia disse aqui que vai fazer com os equipamentos que foram listados. O Dr. Ladislau falou que a Norte Energia vai colocar.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Um minuto só. Não são os listados.

O que foi combinado é o seguinte: uma empresa de manutenção fará a manutenção em todos, verá aque-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

les que são passíveis de transferência, aqueles que não derem mais para ser, nós vamos complementar. Isso é o que consubstanciado para o hospital ficar pronto, isso é o que está na ata da última reunião do Ministério Público.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – De qualquer forma, é mais ou menos isso.

Agora, por favor, só um exemplo gritante que eu vou dar, não vamos transferir as macas para o hospital e os doentes ficarem sem macas no atual. É um exemplo gritante que eu estou dando para fazer comparação.

Então, eu acho que, como disse o Senador Paulo Rocha, se a gente reunir, podemos encontrar uma solução para o Hospital do Mutirão. Primeiro, é isso, complementar o equipamento mínimo necessário para fazer funcionar.

Segundo, a Norte Energia fazer os acessos, porque não há acessos para lá. E eu, realmente, fui contra o local para fazer aquele hospital. E o Dr. Anchieta lembra-se disso e aqui patenteou. Ele está em lugar impróprio, mas já existe, tem que fazer funcionar. Vai ter que fazer acesso.

Fiquei surpreso quando ele disse que, no final do mês passado, já entrou com um ofício na Prefeitura dizendo que não vai fazer os acessos, que não chegou ainda nas minhas mãos pelas circunstâncias do mês de julho, que nós sabemos o que isso representa para os paraenses.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Foi protocolado no dia 23 de junho.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Sim.

Não vai fazer os acessos.

Outro assunto, o Estado pode repassar a parte dele para o custeio, ele tem obrigação. Se o Estado repassar a parte dele, nós trocamos e vamos atrás da União. Agora, se retrair, é para não abrir o hospital. Nós exigimos que o Estado repasse a parte dele.

O Município faz a gestão, não há nenhum problema fazer a gestão para a saúde básica, claro que com as implicações, como bem colocado pelo Deputado Jordy.

E para resolver o problema da região, da média e alta complexidade, o Estado pode investir na ampliação do regional. Ele mesmo investe. A Norte Energia tem disponível R$12 milhões para fazer um hospital materno infantil.

Nós, inclusive, numa certa ocasião, disponibilizamos esses recursos – o Dr. Ladislau é sabedor disso – para ampliar o hospital regional, para poder fazer essa operação. Quer dizer, é só o Estado, com o dinheiro que tem para repassar a OS e receber esse Hospital do Mutirão, que ia ser um suporte para o regional, ele pode ampliar o hospital regional atual e resolve o problema. Isso, com relação ao hospital.

E há que se deixar ficar bem claro aqui, porque é a Subcomissão de Monitoramento das Condicionantes, e as condicionantes não se prendem só a Hospital do Mutirão, que fosse levada em consideração e registrado em ata que temos problema de abastecimento de água. Até hoje...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Nós vamos entrar no assunto. Vamos concluir assunto do Mutirão para poder avançar na pauta.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – E até hoje não temos conclusão. O esgotamento sanitário; a estrada de entrada, a Ernesto Accioly, a entrada da cidade está lá há tempos e tempos, e ninguém passa lá, com risco de vida, porque não há continuidade. Disse para o Dr. Duílio, portanto, é claro, conversando com ele, que, desde a LO que as coisas passaram longe. Os RUCs nós temos levantamento de que eles não atendem à população.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Prefeito, esses itens todos estão na pauta. Vamos esgotar o Mutirão.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Senador.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Só quatro minutos para registrar

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Estamos aqui há duas horas só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tratando do Mutirão e não concluímos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador, tem uma reunião marcada para amanhã.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Termino já. As reformas das sete escolas, que são condicionantes...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas V. Exª continua entrando em outros itens da pauta.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Já concluímos. As cabeceiras das pontes, os parques eólicos...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Quer fazer constar.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – E o Viário do Pepino, para constar, porque esta é uma Comissão de monitoramento.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas elas estão todas aqui no destaque.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Muito obrigado. É porque no Parlamento é assim mesmo, às vezes a gente avança no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Drª. Thais.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O problema é o seguinte, Juvenil: é que você chegou quando já tinha começado, e ele listou a pauta e tinha listado todos esses pontos com os quais você está preocupado em constar em ata. Mas logo no início ele listou isso tudo.

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – Bom, eu só queria fazer uma colocação em razão da fala da Norte Energia a respeito da condicionante. Veja: são duas questões, primeiro, eu recebi tanto do Município como do Estado do Pará, como no parecer do Conselho Municipal de Saúde, que existem ainda déficits na condicionante. Então, são duas questões. Uma, o hospital não foi entregue em condições de funcionar. Então, eu tenho esses documentos afirmando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – Independente da gestão. É evidente. Aí eu sugeri, inclusive pedi ao Dr. Ladislau que fosse feita uma avaliação do que precisa para que essa obrigação – e aí é isso que eu queria colocar, inclusive antes da fala do Ibama. É importante diferenciar obrigação de condicionante. A Norte Energia foi obrigada, dentro do licenciamento, a construir um hospital. Só que existe uma falha de origem nesse processo.

A condicionante não se cumpre com a construção do hospital. Então, não só hoje o hospital não está em condições de funcionar, como a condicionante só se cumpre quando o hospital estiver funcionando. Então, faltam equipamentos, falta o acesso. Eu não tenho dúvida de que o acesso faz parte da construção do hospital. Inclusive, pelo que eu entendi, Dr. Anchieta, o acesso a hospital – acho que nem precisamos discutir isso aqui – faz parte do próprio parque. A construção de um parque ali na região seria um dos caminhos desse acesso. Esse parque vai ser construído ainda pelo empreendedor. Foi isso que eu tinha entendido.

Mas, de qualquer maneira, existe uma necessidade de entender o que é uma condicionante. É uma obrigação para que a obra pudesse ser implementada.

Então, eu falo isso por quê? Porque eu acho que o Ibama... O grande problema aqui, eu estou pensando no Ibama, é que houve uma falha de origem e, durante o processo de licenciamento, houve outra falha, que foi a emissão da licença sem o cumprimento das condicionantes.

E hoje qual é a via de pressão para que se organize? Esta reunião aqui uma reunião excepcional, porque isso não tem mais acontecido. Meses atrás, se houvesse o risco de não emissão da licença, o Governo Federal chamava essa reunião e esses nós eram desatados. Hoje isso não acontece. Então, a gente está tratando de uma condicionante que não foi cumprida. E ela só pode ser atestada como cumprida quando o hospital estiver em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

funcionamento.

Eu acho que o Ibama tem de tomar um cuidado na origem para que isso não se repita, de estabelecer uma condicionante "incumprível", sem participação de Ministério da Saúde, sem um termo de compromisso de gestão. E hoje tem de ser revisto esse atestado de cumprimento dessa condicionante.

Então, é isso que eu gostaria de colocar.

E para o Ministério Público Federal, Dr. Anchieta, Dr. Vitor e Prefeito Juvenil, são todos corresponsáveis. Então, eu vou aguardar mais alguns meses a definição disso. Senão, todos vão responder "cossolidariamente" pela obrigação desse hospital. É evidente que ninguém quer isso. Mas, para o Ministério Público Federal, existe uma corresponsabilidade sim, inclusive na gestão desse hospital.

Então, é isso. Desculpe-me a demora.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Senador, eu queria fazer uma sugestão, já concordando com....

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Deputado Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Concordando com a sugestão do Senador Paulo Rocha e parece que não houve contestação, acho que todos estão de acordo de fazermos amanhã uma reunião de trabalho apenas para fazer os ajustes de pactuação disso que a Drª Thais acabou relatando como síntese disso tudo.

Eu acho que nós estamos aqui avançando. Eu sou otimista. O Prefeito Domingos Juvenil colocou. Quer dizer, eu entendo que nós temos demandas ali na área da saúde que são de média e alta complexidade. As estatísticas eu fui ver um dia desses. Se a gente comparar as estatísticas de resolutividade de Hospital Regional de Altamira em relação aos outros hospitais regionais, que foram concebidos diante de uma concepção macro única e as OSs, contra as quais eu tenho restrições – não sei se a Gracinda está aí ainda –, mas no caso das condicionantes do Estado do Pará, se não tem como oferecer profissionais de neurocirurgia, queimados ou outros profissionais pelo regime jurídico único do Estado. Essa é uma necessidade de se fazer via OS. Mas, enfim, isso é um outro debate.

O que eu queria só resumir é que nós temos demandas de atenção primária e média e alta complexidade. Quer dizer, o Prefeito Juvenil disse que "a atenção primária, nós temos condição de fazer a gestão do Hospital do Mutirão, desde que o Estado faça a reforma e ampliação da média e alta complexidade". Então, há dois caminhos. Ou essa unidade passa a ser uma unidade complexa ou se separam as responsabilidades, de tal forma que se atenda ao conjunto das demandas que estão com indicadores do Ministério da Saúde apresentadas.

O que nós não podemos é, nessa compartimentalização administrativa de responsabilidade, penalizar a sociedade da região, que foi fruto de uma intervenção. Eu não posso esquecer isso. Isso é uma intervenção, em que o Estado e nenhum Município, aí justiça se faça desse modelo, não são consultados se terão condições de fazer aquilo que a União decide sozinha. Quando eu digo a União decide sozinha, a Drª Rose, representante do Ibama.... Não estou falando do Governo A, B, C ou D, mas isso é de sempre, desde, como disse o Senador Flexa Ribeiro, Tucuruí, que faz 30 anos, e o desenho é o mesmo, o enclave.

A União não pode mais decidir sozinha isso, sem que as unidades federadas sequer tenham o direito de dizer "espera aí, eu quero aqui soltar uma lágrima nesse funeral, para dizer o que eu pretendo, onde é que a dor aperta". Não tem, juridicamente não tem, porque a exclusividade do licenciamento é única da União.

E essa é uma questão que já deixo aqui antecipada: nós precisamos resolver do ponto de vista legislativo. A Lei Complementar nº 140 precisa ser alterada para tirar a exclusividade do licenciamento da União e pelo menos estabelecer de forma concorrente com os Estados. Eu não digo nem Municípios. Mas pelo menos com os Estados. O Estado não pode ser vítima de uma intervenção federal sem poder dizer onde é que ele gostaria de modelar, digamos assim, as compensações para o seu desenvolvimento.

Então, é isso que eu sugiro. E queria só que V. Exª deixasse o horário marcado dessa reunião amanhã, para que se pudessem fazer os ajustes e detalhamento dessa questão. Só sobre o hospital do mutirão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só vamos tratar do Hospital do Mutirão. Às 9h lá no nosso gabinete.

Eu vou abrir a reunião, e o Senador Paulo Rocha vai dar continuidade, porque eu tenho um compromisso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

externo logo em seguida. Então, todos confirmam a presença?

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Drª Rose quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já vou passar. Só vou fechar aqui a reunião de amanhã.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Eu tenho uma reunião no BNDES amanhã no Rio.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O Duílio pode participar.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – O Duílio vai comigo. É questão de recurso. Mas está aqui o Superintendente de Socioeconomia, Dr. Ladislau, que é o especialista, que poderá estar na reunião. Eu acho que parte daquilo que a Norte Energia vai fazer nós já nos comprometemos. Nós já colocamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É lamentável, Dr. Anchieta. Eu entendo a necessidade da reunião do BNDES.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Entenda só. Eu estou voltando à Norte Energia e vou tentar ver se fico fora dessa reunião e venho. Mas, se não vier, a Norte Energia vai participar. E eu quero dizer a você o seguinte, Senador: nós já colocamos aqui aquilo que nós vamos contribuir. Então, amanhã, nós vamos insistir na mesma tecla.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A juízo meu, a Norte Energia não pode colocar de forma autoritária a sua posição ao dizer: "Eu não faço isso ou faço isso".

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Senador, se estar se comprometendo a fazer além do que era a obrigação é autoritarismo, eu não sei mais o que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A juízo seu, a Norte Energia está fazendo além da obrigação. A juízo dos paraenses, ela está fazendo muito aquém da sua obrigação.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – É uma coisa sobre a qual nós vamos sentar e discutir.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Nós vamos entrar num processo que nós não vamos chegar a lugar nenhum.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Sª chega e diz: "eu não faço isso", "eu não vou fazer isso", "eu não quero fazer isso". Não pode ser desse jeito.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Não é "eu não quero", não.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não. V. Sª já disse aqui e em outra reunião, inclusive numa reunião lá no gabinete do Presidente. V. Sª se levantou e disse "isso eu não faço". Então, eu até comentei e digo: então, é melhor suspender a reunião, porque, se a posição é dessa forma, eu lamento.

Eu lamento que o empreendedor desse projeto que, quero repetir, é para o Brasil, não é para o Pará, e quem sofre as consequências é o Estado, e o Estado não é nem ouvido naquilo que é feito de intervenção na sua área territorial como ente federado. Aliás, eu acho que o Brasil é um Estado unitário, porque a União manda em todos os Estados da forma como lhe apraz.

Eu, se a Norte Energia não estiver na reunião, nós vamos suspender a reunião. Não haverá reunião.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – A Norte Energia vai estar na reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, o Presidente da Norte Energia, alguém que decida, porque, se nós vamos lá discutir, vamos fazer a reunião e vamos sair sem resolver, não vai adiantar. É para que a gente saia resolvido.

Então, é o caso do Prefeito, que é convidado e eu espero que ele confirme; a Drª Thais; o Secretário de Saúde; a Norte Energia; a Subcomissão; o Ministério da Saúde; o Conselho; e o Ibama – vamos colocar o Ibama também na reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Senador Flexa, eu acho que nós temos que ter uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – De trabalho.

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Dos entes federados.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A Drª Thais está ponderando que não há necessidade do Ministério Público. Eu acho que é importante que esteja junto e do Ibama, porque o Ibama já fez a maldade que tinha que fazer lá atrás.

Eu espero que a Drª Rose ajude a resolver.

Então, estamos agendados às 9h, amanhã, lá, no nosso gabinete, aguardo a todos os que estão convidados para ver se nós fechamos pelo menos esse item.

Drª Rose.

A SRª ROSE MIRIAN HOFMANN – Bom, começo agradecendo a oportunidade de poder falar nesses últimos minutos, para deixar clara a posição da nova gestão do Ibama nesse cenário caótico que a gente enfrenta no processo de Belo Monte.

Eu destaco o comprometimento e a preocupação da Presidente do Ibama com esse assunto, tanto que, no primeiro dia em que eu assumi a Diretoria de Licenciamento, há 14 dias, uma das primeiras demandas que ela me passou foi Belo Monte e não tem sido diferente em nenhum dos dias posteriores. Nesses 14 dias, não há um dia em que não se fale em Belo Monte, e eu diria que até o motivo de eu ter sido convidada para a Diretoria de Licenciamento reflete todas as críticas que foram feitas hoje ao licenciamento.

Eu publiquei um estudo no ano passado criticando o licenciamento ambiental justamente pelo foco no cumprimento ou descumprimento de condicionante, se apresentou ou não apresentou o documento x, e não na efetividade do licenciamento.

Essa é a proposta da nova gestão, que é tirar o foco do papel e olhar para a prática, olhar se o licenciamento está funcionando ou se não está funcionando.

A inserção dessas condicionantes, seja lá o apelido que elas ganhem, de jabuti ou que seja, são sintomáticas da falha de política pública. Há falha do processo legislativo, que não dá embasamento; há falha das políticas públicas, tanto municipais, estaduais e federais, em áreas mais carentes de atenção – saúde, segurança pública. Isso não deveria chegar no licenciamento ambiental, mas está chegando e o Ibama não vai se furtar a essa responsabilidade.

Qual é a proposta para a gente sair desse foco de cumprir ou não cumprir a condicionante? Eu não entraria na discussão se a LO deveria ou não ter sido emitida pelo cumprimento da condicionante do hospital, mas a pergunta certa a se fazer é: o empreendimento era viável para começar a operar naquele momento? O empreendimento era viável para ser instalado naquele momento?

Existem condicionantes hoje pendentes de cumprimento por parte da empresa já vencidas na LO. A LO não tem nem um ano de validade ainda e já tem condicionantes fora do prazo e condicionantes que deveriam ter sido efetivadas antes da instalação.

Reassentamento de população não pode ficar para o pós-operatório. Já se está falando na operação e há condicionantes, elas vêm sendo postergadas continuamente e os prazos vêm sendo prorrogados.

Vou destacar mais uma vez: nesses 14 dias em que eu estou na Diretoria de Licenciamento, a gente já conseguiu fazer um levantamento do que é que está pendente e é caótico. Vai ter uma atenção especial, tanto a Diretoria de Licenciamento, quanto a Diretoria de Proteção Ambiental, que é quem cuida da fiscalização, e a gente vai estabelecer uma agenda própria para Belo Monte, assim como para outros grandes empreendimentos que têm demandado atenção do Ibama.

Para tranquilizá-los, inclusive, daqui para a frente, nessa gestão em relação a outros projetos, como o que foi citado, a Usina de Tapajós, esses erros não vão se repetir.

A Usina de Tapajós tem análise do EIA/RIMA. Por que que ainda não houve participação social, como foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

reclamado aqui? O EIA/RIMA não foi submetido a audiência pública, porque foram solicitadas uma série de complementações, há aproximadamente dois anos, e elas não foram atendidas.

Existem impedimentos impostos pela Funai em relação ao componente indígena que também impedem o prosseguimento do processo, mas a gente vai tirar o foco desse "cumpriu ou não cumpriu", "a Funai deu o.k. ou não deu o.k.". Não, é a efetividade. A pergunta certa é se o empreendimento é viável, e não se as condicionantes foram cumpridas.

Cumprimento de condicionantes por si só não dá direito líquido e certo à emissão de uma licença. O poder discricionário foi feito para avaliar o cenário como um todo, na abrangência que merece e, no que compete ao licenciamento no Ibama, a gente vai tratar a questão dessa forma.

Em relação ao processo legislativo, eu destaco alguns projetos em andamento tanto na Câmara, quanto no Senado, e, principalmente na Câmara dos Deputados, o Projeto nº 3.729, de 2004, que teve parecer favorável na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e hoje se encontra em Plenário, apto a ser discutido e votado. Recentemente, foi apresentado um substitutivo da CFT. Falta a manifestação da CCJ na Câmara, para que ele possa ser votado.

O Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, tem trabalhado na base do texto aprovado na Comissão de Meio Ambiente para fazer uma proposta do Executivo. Trazer uma proposta com este foco: tirar o olho, não desconsiderando o papel, mas tirar o foco principal do papel e dar maior efetividade, considerando as especificidades locais de cada empreendimento.

Então, olhem com atenção para esse processo 3.729, de 2004, para fazer um diálogo no sentido de melhorar as políticas públicas, e o Ibama vai cumprir com as responsabilidades que lhe cabem.

É esse o compromisso que eu trago para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Alguém quer comentar a intervenção?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Eu quero, não comentar, mas só informar à Drª Rose, eu sei que ela chegou agora, que o empreendedor, desde dezembro de 2015, pediu reunião ao Ibama para discussão da LO, das condicionantes.

Renovamos o pedido em fevereiro. Depois, renovamos em 2016, e, até hoje, não foi marcado.

Então, eu não estou aqui me eximindo de nenhuma responsabilidade. Eu acho que o processo é construído a várias mãos. Nós temos que sentar, discutir, ver aí todas as coisas e ajustar, entendeu?

Então, eu sei que a senhora chegou agora e estou reiterando, apesar de que verbalmente, mas fica registrado, que a senhora veja esses ofícios nossos lá e já pode agendar uma reunião. Toda a minha equipe está aqui e disponível para essa reunião, ou seminário, ou o que for, o.k?

Muito obrigado.

A SRª ROSE MIRIAN HOFMANN – Estamos disponíveis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria dar, sobre a questão ambiental, Ibama...

Pois não.

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – Drª Rose, eu entendo que o Ibama fica muito distante. A senhora não sabe quantas coisas a gente tem conseguido à base de pressão, não é, também, Dr. Anchieta? A gente pressiona, o movimento social também faz a sua parte.

Nós temos feito a nossa parte nos RUCs.

Se saísse essa comissão permanente de negociação, regularmente, com acompanhamento do Ibama, porque é obrigação dele, talvez a gente tivesse melhorado muitas coisas que estão nesse documento que eu lhe entreguei e que passei uma cópia para o Dr. Anchieta, porque são coisas que a gente cobra constantemente. A derrubada daquelas cercas que nos separam dos iluminados funcionários da Norte Energia, porque para mim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

aquilo é uma discriminação, o acesso, e a gente pode também funcionar como um elo de negociação, com a gestão, porque não está havendo.

A gente não consegue sentar, a Prefeitura, Ibama, Norte Energia. Então, vocês ficam muito aqui, e é preciso estar é lá. Agora, está presente o Hugo, ele tem acompanhado algumas coisas, mas vocês precisam ser mais proativos, porque a gente está reclamando. Esse papel que eu entreguei para o Dr. Anchieta e entreguei para a senhora também, eu tenho entregue isso, já tem três anos que eu venho entregando o mesmo papel, com as mesmas coisas, e aí, o Ibama vai para uma reunião, de corpo presente, e nem abre a boca.

Então, acho que é o papel de vocês. Está na hora de vocês tomarem nas mãos a responsabilidade de escrever esse negócio. E ficar cobrando, em audiência pública, do empreendedor, não. A falha também é muito do Ibama, viu? Me desculpe eu lhe dizer. Nós estamos lá para construir, porque não está bom. Do jeito que está não está bom. O problema da água é sério. Eu estou todo o tempo reclamando, infernizando a vida deles, porque nós precisamos de água para viver. Agora, se o Ibama estivesse junto da gente e a prefeitura também, a gente poderia ter resultados mais positivos e mais rápidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Com a palavra a Drª Maria Amélia.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRÍQUEZ – Obrigada, Presidente.

Maria Amélia, Secretária Adjunta da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e representante do Governo do Estado no PDRS do Xingu.

Eu acho que, com todas as falas aqui – eu não sei se a gente já está caminhando para outros temas, mas, sem dúvida nenhuma, o Mutirão é o mais icônico de todos –, uma coisa ficou muito clara aqui, e acho que as falas da representação do Ministério Público Federal, dos movimentos sociais, do Deputado Jordy também vêm nesse sentido.

Eu acho que, em muitas decisões fundamentais, que dizem respeito ao Estado, o Estado sequer foi ouvido ou não houve uma continuidade nos acompanhamentos.

A gente não vai discutir a origem disso, já ficou muito claro. Estou pensando daqui para a frente.

Acho que Belo Monte pode deixar um legado importantíssimo para o Estado do Pará. É um exemplo importante para o Brasil. Ninguém vai discutir aqui a importância da geração de energia, principalmente a energia limpa, que é a energia proveniente das hidrelétricas. Mas ninguém pode ignorar as externalidades que ela gera.

Ela pode, desde que equacionados todos esses problemas que a gente está elencando, deixar um legado importante, um exemplo para outros projetos similares ou pode deixar um grande problema para o Estado, para o País e para quem representa essa energia.

Então, a minha sugestão, que vem ao encontro de várias falas aqui, é a de que esta Subcomissão do Senado crie um comitê de acompanhamento – um comitê de acompanhamento, porque são vários, e o Hospital do Mutirão é apenas um.

Em visita ao RUC, vi que havia uma escola estadual. A minha pergunta é: será que isto está contemplado dentro do dispêndio do Estado, aumentar o efetivo de professores para aquela área? E a gente sabe hoje o que significa não cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Será o que o Governo do Estado tem margem de manobra para contratar mais pessoas? Como isso foi contabilizado dentro do cenário financeiro do Estado?

Então, a minha preocupação é colocar um foco e uma lupa nessas questões. São escolas que vão ser entregues, obras de infraestrutura que podem ser fantásticas.

Eu vi o Projeto Orla de Altamira. Acho que o Projeto Orla, desde que bem gerido, pode mudar a realidade do Município para melhor e ser um polo de excelência de turismo ali, na região de Altamira.

Mas a minha grande preocupação, quando a gente foi fazer a visita lá, há uns três meses, é que não se tinha pensado qual é o modelo de gestão. Vai ser a mesma coisa. Vai-se entregar a obra, e não está equacionado o modelo de gestão.

Então, Senador Flexa, a minha sugestão aqui é a de que desta Subcomissão seja retirado o encaminhamen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

to de criar um comitê de acompanhamento, em que haja um representante do Município, da União, do Estado, para fazer essa sintonia fina, para evitarmos esses elefantes brancos.

Ou a obra vai deixar um legado importante ou pode deixar um problema muito sério para todos os gestores. E a minha preocupação muito grande é a questão do equacionamento financeiro.

Muito se falou em OS ou não OS. Por que o Estado faz a opção pelo modelo de OS? Porque isso não entra como despesa de pessoal. O Estado sempre está naquele limite prudencial do gasto com pessoal. Ele não pode ampliar o gasto com pessoal sob pena de... A gente viu o que está acontecendo no País: o não cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, a gente tem que pensar nesse modelo do gerenciamento operacional dessas escolas, dessas obras, desses equipamentos de saúde que estão sendo entregues. Isso requer essa sintonia fina, esse olhar dos diferentes níveis da Federação e multidisciplinar também, dos seguintes pontos de vista: a engenharia está o.k? A economia está o.k? A gestão está o.k?

É fundamental que se tire um acompanhamento técnico com esses múltiplos olhares dessa quantidade de obras que estão para ser entregues e das que foram entregues sem efetividade, como agora o Ibama está reconhecendo, quando se está colocando uma lupa na questão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Drª Maria Amélia.

Quero pedir desculpas à Drª Rose por ter me ausentado. Nós estamos em Ordem do Dia. Regimentalmente, nenhuma comissão pode funcionar com a Ordem do Dia em andamento. O Prefeito Juvenil já foi Deputado e sabe muito bem disso.

Além da Ordem do Dia, estamos em votação nominal. Então, tive que me ausentar, para exercer o voto lá, bem como liberar o Senador Paulo Rocha, para que ele também fosse votar.

Mas vamos ver até onde... A Ordem do Dia hoje vai ser bastante extensa. Mas quero pedir desculpas, porque gostaria muito de ter escutado toda a sua fala. Mas vou, pelas notas taquigráficas, fazer a leitura.

Só o início da sua fala já me dá um alento de que a postura do Ibama vá mudar. Vai mudar, espero.

Não vou entrar em outros assuntos, para não fugir da pauta, porque, se fugirmos da pauta, vamos ficar aqui a semana inteira, e não vamos chegar a um resultado prático, que é o que queremos.

Mas só quero fazer esse registro. Depois vou ter a oportunidade de uma audiência, para podermos conversar sobre os diversos aspectos da atuação do Ibama no Estado do Pará.

Sobre a questão do Mutirão, ficamos, então, acordados, nesta reunião, para amanhã, e espero que possamos chegar a um consenso, Drª Thais – a um consenso.

A Drª Maria Amélia tem toda a razão da preocupação: não é só fazer a transferência de recursos. Hoje, lamentavelmente, o País vive uma crise jamais vista, crise essa que não é só da União, que tem um déficit de R$170,5 bilhões, que rebate nos Estados e nos Municípios. Não há dúvida, a realidade é essa.

Então, o modelo de gestão de OS é o modelo que está no Brasil inteiro – no Brasil inteiro. E é um modelo exitoso. Lógico, tem que haver fiscalização, regulação; tem-se que saber o que se vai fazer. E, quando comparado com o modelo da gestão pública, ele sai mais barato e com melhor atendimento, tanto que o Hospital de Altamira foi considerado... Dez hospitais no Brasil receberam da ONA o selo de excelência, e dois são do Pará: o de Altamira e o de Santarém.

Então, acho que o caminho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mesma OS.

O caminho é esse. O Estado de São Paulo, há 20 anos, trabalha com OS na saúde pública. Há 20 anos, isso não é de agora. Ele faz isso há 20 anos. E pelo Brasil inteiro isso está disseminado.

Não sei quem fez a referência de não se poder contratar, acho que foi o Jordy, o Deputado Jordy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Realmente, lamentavelmente.... Já estou fugindo da pauta também. Nós já discutimos, aqui, no Congresso, por diversas vezes, transformar a carreira de médico em carreira de Estado, para poder resolver esse problema, porque o médico não quer ir para o interior. Ele não vai para o interior, porque não tem perspectiva de progressão. Mas o juiz vai, o defensor público vai, o procurador vai, porque sabe que está numa carreira de Estado e que ele está passando por....

Então, acho que todas são importantes, mas o Congresso deveria aprovar a carreira médica como carreira de Estado, porque aí o médico começaria lá no Município e faria carreira, para chegar a diretor de hospital.

Mas vamos ao segundo item – e vamos ver se caminhamos mais rápido –, com relação ao reassentamento, aos RUCs. Na última reunião, ficou claro aqui, pela visita que fizemos, que os RUCs não estavam concluídos com relação à sua infraestrutura, à sua legalização.

A Gracinda fez um comentário sobre o CEP. Não se pode ter acesso ao cartão do sistema, porque não há CEP ainda.

Então, eu gostaria de ouvir da Norte Energia se, ao longo desses 90 dias, avançou alguma coisa em relação à regularização e à complementação dos serviços de infraestrutura dos RUCs.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Ricardo ou Bruno, um dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. BRUNO BAHIANA – Bruno. Boa tarde a todos.

Com relação à infraestrutura dos RUCs, no caso, a gente teria que fazer, na verdade, só um histórico com relação ao dimensionamento dessas infraestruturas. Estou falando de educação, saúde, assistência social.

Quando da implementação dos RUCs, foi feito, junto à Secretaria de Educação, à Semut e a outras áreas correlatas, o dimensionamento para isso.

Então, por exemplo, as escolas dos RUCs, que hoje são sete, foram, inclusive, construídas por um projeto, um leiaute, na verdade, que foi entregue pela prefeitura.

Então, com relação a essas infraestruturas, elas foram implementadas de acordo com o acordado com a municipalidade – isso, para a UBS também, para a saúde. E a Norte Energia entende que, dimensionado tudo, implementou-se, e está tudo concluído.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E, com relação à infraestrutura de arruamento, que não estava concluída, quando estivemos lá?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Estava.

O SR. BRUNO BAHIANA – Com relação ao arruamento?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – As vias. As vias...

O SR. BRUNO BAHIANA – Dos reassentamentos?

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Complete, Arlindo. Você tem informação, Arlindo?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pode falar ao microfone. Está sendo gravado. Ao lado, à sua frente.

O SR. ARLINDO MIRANDA – A Norte Energia, quando da construção dos novos bairros, inicialmente se ocupou de fazer o arruamento interno, o asfaltamento do arruamento interno.

Em outros bairros, como é o caso do Jatobá, os acessos foram feitos. No São Joaquim também foi feito. E no Bairro Laranjeiras, que foi o último e que está sendo concluído, de fato, a Norte Energia teve um problema com uma das empreiteiras e está resolvendo isso, já está com novas empresas contratadas. Foi um processo que nos causou um...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Prejuízo e perda de tempo.

O SR. ARLINDO MIRANDA – ... prejuízo bastante grande, inclusive, e transtorno, evidentemente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Para a prefeitura e para o Município.

O SR. ARLINDO MIRANDA – ... para a população. E a gente tem esse reconhecimento.

Contudo, para outros dois bairros, foi feito um acordo com a prefeitura municipal e foi repassado material à prefeitura municipal para que fizesse esses acessos. E, ao que sabemos, a prefeitura não fez esses acessos.

O Prefeito está aqui e poderá, ao seu tempo, contestar o que nós estamos afirmando; e o diretor também está aqui, que foram os partícipes desse concerto. O fato é que foi acordado, foi repassado o material para a prefeitura, e a prefeitura não fez o acesso.

A população está sem o acesso, é verdade, então temos que, mais uma vez, buscar a solução para esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Quanto à legalização para poder fazer a entrega oficial dos alocados?

O SR. ARLINDO MIRANDA – Todos os cinco bairros já concluídos, as moradias e a infraestrutura interna, considerando que existem ainda pendências nos acessos, como foi falado, estão com processo de regularização junto à prefeitura e junto ao cartório de registro de imóveis.

Nós já temos pareceres favoráveis das secretarias dos órgãos municipais. E em dois bairros, o Jatobá e o São Joaquim, o processo de aquisição se deu por demanda judicial. Todavia, mesmo tendo isso ocorrido por demanda judicial, nós, junto ao cartório de registro de imóveis, conseguimos o consenso de que é possível, em razão de mandamentos legais, fazer a titulação em nome de cada um dos moradores.

Nós vamos iniciar isso com o RUC Casa Nova, que já está num processo bastante avançado de regularização, de maneira que, daqui para diante, a entrega do documento de propriedade para a população vai se tornar uma realidade. O mais próximo disso é o RUC Casa Nova, que são 700 moradias. Nós já estamos em condições inclusive de entregar o documento de propriedade, porque já houve...

Já saiu o decreto de aceitação? Estava para ser editado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO CORRÊA JUNIOR (*Fora do microfone*.) – Não saiu ainda.

O SR. ARLINDO MIRANDA – Não saiu.

Nós entregamos os requerimentos junto à municipalidade, apresentamos a documentação e estamos tendo alguma dificuldade.

O Município se manifesta através de relatórios e pareceres questionando que, no caso do RUC Casa Nova, por exemplo, havia um bueiro quebrado, havia uma rua em que o mato estava crescido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu acho que, para receber o conjunto, você tem que fazer um *check-list* e apontar todas as...

O SR. ARLINDO MIRANDA – Foi feito esse *check-list*.

Nós cumprimos algumas exigências que a municipalidade apresentou formalmente e devolvemos isso para a municipalidade, requerendo novamente que fosse feito o decreto de aceitação. E estamos aguardando isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Prefeito Juvenil.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Muito obrigado. E queria começar pelos acessos. (*Fora do microfone.*)

O acesso a que nós nos comprometemos, para o qual a Norte Energia deu brita e deu – é preciso checar a conclusão disso – R$500 mil foi para fazer a Transposição. E a Transposição atende o RUC São Joaquim. E com o contorno do Anel Viário, a Transamazônica urbana dá acesso ao Casa Nova, não para fazer a rua. Por exemplo, as ruas para o São Joaquim ou para os RUCs.

E o acesso do Jatobá quem fez foi a prefeitura, sem nenhum centavo da Norte Energia, porque lá há um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bairro contíguo, chamado Paixão de Cristo, e passa também por um bairro chamado Jardim...

O que acontece? Para se ter acesso a esses dois bairros, eu precisava fazer o acesso. E nós fizemos sem nenhum centavo da Norte Energia. A Norte Energia forneceu brita para a Transposição, que é por onde anda o pessoal do São Joaquim, inclusive os funcionários que têm residência lá.

Antes dava uma volta, ou pela Transamazônica, sem asfalto e sem condições, e dava uma volta ainda lá pelo Bairro Brasília, para sair lá pela Ernesto Acioly, onde está interditado até hoje.

Então, foi para esse recurso, não para fazer os acessos para os RUCs. Os RUCs estão sem acesso, porque nós entendemos que é responsabilidade da Norte Energia.

Dr. Arlindo, essa não é a primeira vez que eu ouço essa história de que pagou para fazer o acesso. Não pagou.

Esse entendimento foi para a Transposição, que não havia pedra, e nós fomos com a Norte Energia para fornecer as pedras. E nós fomos buscar lá nas pedreiras, quebradas pela Norte Energia.

E isso depois de uma discussão aqui no gabinete da Presidência, em uma reunião com o Presidente da Norte Energia, no seu gabinete, para poder fornecer as pedras que nós fomos buscar. E estava no entendimento R$500 mil, mas ali se gastou mais de R$10 milhões.

Que fique claro isso, Dr. Arlindo, porque não é a primeira vez que, em reunião de RUC, em reunião de Norte Energia, do social, etc., entra essa situação.

Não recebemos nenhum centavo para fazer acesso para os RUCs. E o acesso do Jatobá fomos nós que fizemos.

Então não tem nenhum centavo da Norte Energia, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Dr. Anchieta.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Prefeito, sem querer polemizar, no convênio, se o senhor der uma lida, lá tem: via da Transposição, acesso do Casa Nova e São Joaquim. Além do mais, teve o material e o repasse de R$870 mil em quatro parcelas.

Inclusive uma das parcelas nós atrasamos, o senhor até me ligou, eu estive lá com o senhor pessoalmente e a gente providenciou.

Pode ler no convênio. Esse convênio tem isso, tem acesso do Casa Nova e São Joaquim.

O SR. DOMINGOS JUVENIL (*Fora do microfone*.) – Me mostre esse convênio assinado. Eu desafio a Norte Energia a me apresentar esse convênio assinado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com a palavra o Prefeito Juvenil.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Há uma minuta de convênio e essa minuta de convênio é inconveniente, porque inclui uma porção de outras coisas, e não há nenhum...

Por isso que eu disse: vou checar os R$500 mil. Vou checar. Porque não há convênio nenhum nesse sentido. Mas nós recebemos as pedras e fizemos a Transposição. (*Fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Pode checar.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Agora, que haja assinado um convênio para fazer os acessos para os RUCs, tanto São Joaquim como Casa Nova, da Transamazônica para a Casa Nova, da Transposição para o São Joaquim, ou do São Joaquim para a Transamazônica, não existe.

Porque o que a população hoje usa é por cima da calçada do RUC para chegar na Transposição, para poder se servir dela.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Tudo bem, Prefeito, eu vou lhe mandar o convênio assinado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Encaminhe para a Comissão, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Para a Comissão eu já encaminhei. Não sei se está nessa documentação de hoje, mas vou lhe encaminhar especificamente ele.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado.

Com relação aos RUCs, nós continuamos na mesma situação que estávamos há 90 dias: sem os acessos, sem a legalização, sem a complementação.

As pessoas estão morando lá, e nós tivemos a oportunidade de verificar, nós não vamos chegar na água. Mas sem terem a garantia de que elas são proprietárias daquelas unidades, porque não foi ainda passado em cartório a unidade para cada família.

Eles foram colocados lá, mas não legalizados no direito que eles têm de terem sido relocados.

O SR. DOMINGOS JUVENIL (*Fora do microfone*.) – Concede-me V. Exª mais um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – A questão toda é que os RUCs... (*Fora do microfone.*)

A Norte Energia se negou a pagar os impostos. E agora chegaram no cartório dois – se não me falha a memória, mas o meu Secretário de Planejamento pode discorrer sobre esse assunto –, dois deles passaram pela prefeitura e estão no cartório para pagar o ITBI, está lá parado. O cartório não registra se não tiver realmente pago os impostos, etc.

E toda essa demora, há anos, é para não pagar os impostos necessários. Mas o Secretário de Planejamento pode discorrer concisamente sobre esse assunto.

O SR. ARLINDO MIRANDA – Senador, sobre essa questão, o senhor poderia me dar aparte?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Deixa o Secretário de Planejamento falar e depois, Dr. Anchieta, passo a V. Sª.

O SR. LUIZ CLÁUDIO CORRÊA JUNIOR – Boa tarde.

Quanto à questão dos reassentamentos, o problema maior que a gente tem é assim. A lei municipal exige alguns documentos para que a prefeitura expeça o decreto de aceitação.

O que acontece? Foi feita a solicitação de aceite, mas sem apresentar nenhum tipo de documento. Então, eu tenho um documento não da Norte Energia, tenho de uma empresa prestadora de serviço, solicitando o recebimento da infraestrutura.

Só que, para eu receber a infraestrutura, existem outros documentos que a lei pede: o registro do imóvel, o laudo de aceitação da Celpa quanto à questão da iluminação pública; há a questão da água, que tem que estar funcionando, do esgoto. Isso tudo faz com que a prefeitura não tenha condições de receber o reassentamento, nenhum deles, inclusive a questão do acesso.

Então, isso tudo faz com que a prefeitura não tenha condições de receber o reassentamento, nenhum deles, inclusive a questão do acesso. Não há hoje, por parte da prefeitura, possibilidade de recebimento dos reassentamentos não porque a prefeitura não queira, mas, sim, porque a lei exige algumas coisas que não estão sendo atendidas.

E aí gente vai para a problemática de *check-list*. Foi feito um *check-list* no Casanova, a Norte Energia acompanhou. Sobre esse *check-list,* a prefeitura disse que havia inconsistências na água, no esgoto, na iluminação pública. O projeto foi alterado em alguns pontos, e a Norte Energia não apresentou os projetos finais.

E o que aconteceu? A Norte Energia me respondeu dizendo que a iluminação foi aceita pela Celpa dentro da norma. O poste de iluminação que estava quebrado foi alguém que quebrou, a boca de bueiro também foi alguém que quebrou. Só que eu vou receber uma obra.... Infelizmente, eu não poderia receber essa obra sem antes as pessoas estarem morando.

O que acontece? A Lei 6.766, federal, diz que não se pode negociar nenhum lote antes do registro. Só que os lotes foram negociados com as pessoas, as pessoas estão morando lá, e agora a prefeitura não tem como re-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ceber aquilo sem estar a infraestrutura completa. Eu não tenho como dizer que foi um morador que quebrou um bueiro, infelizmente não tenho como fazer isso. E a Norte Energia, dentro disso, vai ter que arcar com isso. Por quê? Porque ela deu os lotes sem ter o registro pronto. E essa briga é séria, porque, inclusive, há pena criminal para isso: lote sem registro.

Então, eu não tenho como aconselhar o Município, na competência que tenho hoje, na Secretaria de Planejamento, a receber nenhum reassentamento, porque os reassentamentos não têm registro no cartório de imóveis. As infraestruturas não atendem ao mínimo que a população precisa.

Por exemplo, a iluminação pública que a prefeitura utiliza hoje, um *kit* de iluminação, é uma lâmpada de 100kW. A Norte Energia implantou nos reassentamentos uma lâmpada de 70kW e, por incrível que pareça, isso não atende as necessidades daquele local. Além disso, no decreto de aprovação dos reassentamentos, houve outras condicionantes impostas pelo Município, como, por exemplo, escola, que ainda não foi entregue para o Município porque não houve o recebimento da prefeitura com Carta de Habite-se. A licença de construção foi paga agora no mês passado. Então, fez-se uma escola toda sem a aprovação da prefeitura e ainda não tem Carta de Habite-se. A prefeitura não recebeu a escola.

Na condicionante dos decretos de aprovação, há escola, creche, praça, e essas coisas não foram atendidas. Então, como a prefeitura vai receber, vai aceitar os reassentamentos se há condicionantes que ainda não foram atendidas? Essa é a questão dos reassentamentos.

Água não funciona, esgoto não funciona, iluminação não atende à população. E para a prefeitura assumir isso e ter que refazer todo o serviço de algo que não poderia ser dado à população antes de a prefeitura dar o aval, fica muito difícil. Então, é por isso que hoje os reassentamentos estão nessa situação. E aí fica nesta: a prefeitura não recebe, a Norte Energia diz que repassa, que a infraestrutura está concluída. Está concluída, mas não atende ao mínimo que a população necessita naquelas áreas. Infelizmente essa é a realidade.

E o básico disso: a lei exige que só se pode transferir esses imóveis após o registro. E hoje só se tem um registro, que foi feito no mês passado, que é o do Casa Nova. Os outros não têm registro. Então, nessa situação, a prefeitura não tem como aceitar os loteamentos; da forma como estão, isso não é possível.

Já foram feitas reuniões não com os diretores que estão aqui, mas há um senhor que ficou responsável por fazer esse acompanhamento com a prefeitura, só que essas reuniões não prosseguiram. Então, a prefeitura apresentou o que precisava ser feito na infraestrutura. A Norte Energia respondeu que estava dentro da norma, e a prefeitura respondeu dizendo que ainda havia coisas pendentes. E ficou nesse ponto.

Então, hoje a prefeitura da Altamira não tem como receber os reassentamentos única e exclusivamente porque há condicionantes do decreto de aprovação que não foram atendidos ainda. A infraestrutura... A manutenção precisa ser feita, porque a manutenção só vai passar a ser feita pelo Município a partir do momento em que o Município receba isso. Os imóveis foram dados para as pessoas sem o registro e, enquanto não tiver o registro, a prefeitura não tem como receber esses reassentamentos.

Obrigado.

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES (*Fora do microfone*.) – Senador, eu posso falar como moradora...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pode. Quando eu lhe passar a palavra, com certeza.

O SR. ARLINDO MIRANDA – Aqui nós estamos falando dos bairros de Altamira que têm um sistema de esgotamento sanitário e que têm um sistema de abastecimento de água. Eu não sei se há outros bairros lá que têm isso completo, mas esses quatro com certeza têm. E o que há em discussão...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vou me permitir um aparte para dizer que não é nenhum favor ter o esgotamento e o abastecimento de água, é uma obrigação, e não está concluído. Eu estive visitando as unidades. Eu, o Senador Paulo Rocha e outros Senadores que estiveram lá abrimos a torneira, enchemos o copo, e a cor da água era cor de garapa. Então, para nós, o serviço não está pronto.

Agora, o que eu lamento – e eu estava comentando com o Senador Paulo Rocha – é que parece que estamos aqui numa conversa de surdo e mudo. A Norte Energia de um lado, a prefeitura do outro e, no meio, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

povo, o cidadão sofrendo a consequência dessa falta de diálogo entre as duas partes. Alguém tem que mediar isso. Não sei se é o Ibama, que deu...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone*.) – O Ibama tem que multar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Lógico, acho que o Ibama tem que assumir a responsabilidade de ter sido o gestor das condicionantes, de ter liberado de forma incorreta a licença de operação. E tem que dar uma solução, Drª Rose, para esse problema, porque senão nós vamos ficar aqui...

E era a preocupação. Se nós pegarmos as notas taquigráficas de dois anos atrás, veremos que já dizíamos que a preocupação da Subcomissão não era – vou repetir – com a geração de energia, era com a execução das condicionantes, porque a geração ia se complementar e as condicionantes, não. E vamos ficar discutindo isso até 2018, quando está prevista a última turbina entrar em operação. E, aí, a Norte Energia vai dizer "Estou com o empreendimento entregue", vai sair de Altamira ou de Vitória do Xingu, vai ficar lá só a parte operacional. E a população vai ficar, Drª Thais, sem ter as condicionantes.

Então, eu pediria que o Ibama, Drª Rose, pudesse ter um entendimento com a presidente, a Drª Suely, de tal forma que o Ibama fosse o órgão mediador disso, porque a Norte Energia diz uma coisa, o prefeito diz outra e o secretário diz outra. Nós não vamos chegar a lugar nenhum assim.

Podíamos emendar no RUC a questão do saneamento. Foi dito na última reunião que a Norte Energia ia colocar 15 empresas fazendo as ligações. Ia colocar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E concluía com 90 dias, 15 mais 90 dias. Ia colocar uma equipe para treinar a equipe da prefeitura na questão da estação do tratamento de esgoto e da estação de tratamento de água. Eu cobrei várias vezes da Norte Energia. A resposta da Norte Energia, Prefeito Juvenil, é que não tinha sido colocada a equipe da prefeitura para acompanhar a execução das ligações e o comissionamento, e a Norte Energia também não colocou as 15 empresas. Ia colocar há duas semanas, nem sei se entrou já...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA – Estão contratadas.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas não começadas.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA – Contratadas e já estão começando.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ah, estão começando.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA – Mas já começou, já está uma trabalhando em dois lotes e as outras 15 estão entrando na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas, Dr. Anchieta, se nós formos rever as notas da última reunião, veremos que eram 15 dias para fazer...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA – Senador, o processo licitatório foi feito. Houve alguns problemas...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas V. Exª sabe disso...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA – Eu não posso contratar direto, não...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... é experiente...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA – Eu sei. E nós vamos trabalhar para cumprir o prazo, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O prazo está para vencer, 90 dias. Veja lá nas notas taquigráficas.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA – Eu tenho, pela licença, até o final de setembro para cumprir as ligações domiciliares.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu não estou falando pela licença, estou falando pelo que nós assumimos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, eu pediria ao Ibama que pudesse mediar esse entendimento entre a prefeitura e....

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA – Essa questão, o Hugo está acompanhando, tudo isso. O Ibama local está acompanhando, e tem enfrentado as dificuldades e tem mediado no que é possível.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com relação, Prefeito Juvenil, ao sistema de saneamento.

O SR. ARLINDO MIRANDA – Eu não concluí o que tinha a falar. O senhor me interrompeu...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, conclua, conclua.

O SR. ARLINDO MIRANDA – É que há uma exigência da prefeitura de pagamento de imposto de transmissão. O Prefeito Juvenil e o Secretário de Planejamento acabaram de se referir a essa exigência, que nós entendemos totalmente descabida, porque a forma de aquisição por desapropriação é tida como forma de aquisição originária e, portanto, não é devido o imposto. No entanto, a prefeitura insiste em cobrar esse imposto, que ele seja pago. E esse é o pano de fundo para a não aceitação dos RUCs. O senhor me desculpe, mas é isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E aí entra o Ibama para mediar essa situação, saber quem está dentro da lei, com a razão. Não tem jeito, tem que ser o Ibama para mediar isso aí.

Prefeito Juvenil.

O SR. LUIZ CLÁUDIO CORRÊA JUNIOR – Senador, eu, particularmente, não entrei nem no mérito da questão do ITBI. O prefeito citou, mas eu, aqui, na minha fala, só falei da questão da lei municipal, da lei federal, dos loteamentos e do básico, do que a lei precisa. A prefeitura não tem condições.... Por mais que haja qualquer mediação, a prefeitura não tem condições de receber o reassentamento de qualquer forma. Essa que é a questão. A lei pede documentação que não foi apresentada para a prefeitura.

Eu, se for necessário, encaminho os ofícios que a Norte Energia apresentou para a prefeitura entregando a infraestrutura. É uma página, uma folha, dizendo: prefeitura, conforme a condicionante tal, estão aqui as obras de infraestrutura concluídas. E só, não há registro do cartório, não há aceitação da Celpa pela iluminação, não há aceitação do saneamento, da parte da água e do esgoto.

É como eu estou lhe falando: como a prefeitura vai aceitar isso? Eu não digo que seja questão de mediação para problema. Eu digo que a prefeitura tem que sentar com a Norte Energia para acertar um cronograma de execução e executar o que falta. É simples isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mas não vai. Eu continuo lamentando e dizendo que nós vamos esgotar 2018 e vamos ficar discutindo os mesmos pontos todas as vezes. É conversa de surdo e mudo. Nós precisamos ter um órgão independente que possa mediar esse entendimento entre Norte Energia e Prefeitura de Altamira e, para mim – eu consulto o Senador Paulo Rocha – é o Ibama.

Drª Rose.

A SRª ROSE MIRIAN HOFMANN – Eu já recebi alguns elogios a um analista ambiental que foi colocado em Altamira com dedicação exclusiva para esse assunto, mas a gente pode reforçar ainda mais. Ele foi nomeado em maio, começou efetivamente em junho, creio eu, e, se em um mês ele já fez tudo isso, com um pouco mais de apoio, ele consegue fazer muito mais. Podemos levar essa discussão para Brasília ou, alternativamente, coloco-me à disposição para ir lá se for mais conveniente para favorecer a participação da sociedade também no debate.

O Ibama hoje, eu diria, está falido, mas para as prioridades a gente arranja dinheiro. Na Diretoria de Licença Ambiental, a gente tem R$400 em caixa, mas eu tenho certeza de que, com esse cenário, eles vão dar algum jeito de arrumar dinheiro para diárias e passagens, e a gente vai lá resolver, sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu pediria, Drª Rose, que, junto à Drª Suely, presidente, pudesse ser feita uma força tarefa. Não basta um, é preciso que uma força tarefa vá a Altamira, e tem que ser lá, não adianta ser aqui em Brasília. Tem que ser lá, para que possa tratar assunto por assunto e definir, dizer: "Olha, nisso aqui tem que fazer isso; o Ibama diz que, para considerar atendia a condicionante, tem que fazer isso aqui." Pronto! Assim nós vamos avançar. Se nós não fizermos isso, nós não vamos avançar.

A SRª ROSE MIRIAN HOFMANN – Eu diria que um dos grandes problemas de todos os processos de licen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ciamento é falta de decisão, e a falta de decisão tanto de emitir ou não emitir a licença, autuar ou não autuar. Isso penaliza a sociedade como um todo. Essa disposição, a gente tem, a Presidenta Suely Araújo já me deu carta branca para esse tipo de coisa, e ela mesma, se a gente conseguir compatibilizar a agenda, a gente vai. Mas eu já me comprometo a ir para resolver isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu acho que, de tudo o que nós discutimos hoje, a coisa mais objetiva e mais eficaz é essa mediação por parte do Ibama no entendimento entre o empreendedor e o Município.

A SRª ROSE MIRIAN HOFMANN – Eu acrescentaria uma questão: a economia está desaquecida. É o momento que o Ibama tem para olhar para o pós-licença, porque, em momentos em que há dinheiro sobrando, o Ibama só recebe pressão para soltar licença e soltar licença. Agora, a gente está em momento de crise, o setor elétrico não está nessa ânsia de querer licença nova. Então, é o momento que a gente tem, o momento de crise, para aproveitar isso e olhar o pós-licença, ver se o licenciamento foi efetivo e qual é a responsabilidade de cada um. E, no que o Ibama puder autuar, tanto para exigir resultados quanto para estabelecer a autuação dos responsáveis, a gente vai fazer.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço.

Drª Thais.

A SRª THAIS SANTI CARDOSO DA SILVA – Eu queria só fazer um comentário.

Eu acompanhei, em 2014, o início do processo de reassentamento. A Drª Gracinda, eu acho, se recorda que houve uma audiência pública em Altamira quando a Defensoria Pública da União ainda não estava lá. O Ibama participou, a Funai também, o Governo Federal. Então, houve uma...

E, nessa audiência pública, foram colocadas inúmeras falhas no processo de reassentamento. E a proposta que foi feita, a partir de acordo, pactuada nessa audiência pública, foi a criação de uma câmara de reconciliação por meio da qual os problemas de reassentamento seriam levados a uma discussão interinstitucional. A ideia era que a gente teria, numa mesma mesa, o Ministério Público, a Defensoria Pública da União, o Ibama e o Governo Federal para discutir os problemas do reassentamento.

A audiência pública foi no dia 26 de novembro, se eu não me engano, e eu lembro que, em duas semanas, eu fiz a minuta e apresentei a proposta para a Norte Energia e para o Ibama, mas até hoje eu não tive resposta. Então, a gente passou o período todo de 2015 e o ano de 2016 sem um espaço em que a população pudesse efetivamente levar à discussão alguns problemas que não se discutem ali, na mesa da Norte Energia.

Então, eu sugiro, inclusive, que se retome essa ideia, de que problemas no licenciamento sejam discutidos em um espaço de conciliação que não seja simplesmente a sala do empreendedor. Eu acho isso muito sério, porque foi um compromisso assumido naquele momento perante a população de Altamira, mas não foi cumprido pela Norte Energia.

Então, eu sugiro que se retome algo nesse sentido e que a gente possa ter um espaço em que essa população... A gente ouve falar, Dr. Arlindo, eu ouço da população que eles estão sem água, a pessoa fala "Faz 8 dias que não sai uma gota de água da torneira da minha casa." Então, realmente, eu acho que, nesse caso, é necessário.

Se a gente pensa em uma câmara de conciliação, a gente pode pensar em apoio de um perito ali, da Universidade Federal do Pará, que possa fazer essa avaliação, para não ficar nesse "um diz, outro não diz". Então, eu sugiro que se relembre esse compromisso da Norte Energia e que os problemas do licenciamento sejam levados à discussão, para que a população tenha apoio na hora de falar, de colocar as suas demandas.

Só queria relembrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Drª Thais.

A Srª Gracinda pediu a palavra. Faça uso dela.

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – Está funcionando isso?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Funciona! Se a senhora apertar aí o botão para acender a luz, vai funcionar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – Acende uma luz verde.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso!

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – Eu tenho aqui umas fotos que eu vou mostrar para vocês depois – primeiro para o Ibama. É a tentativa de dar água para nós, são aqueles poços que está cavando lá, no São Joaquim. Então, é uma condicionante, para mim, não cumprida.

Numa parte, aqui, se fala: "Água: até quando a população de Altamira vai sofrer com isso?" Há uma parte aqui que é cheia de lixo: é a entrada 4, é o acesso 4. Toda vida, todas as vezes, que encontro com o Dr. Juvenil, digo: "Faça o acesso da Rua 4".

Aí vêm muitas reclamações, os acessos aqui.... Eu vou lhe mostrar.

Queria dizer que este documento que eu tenho aqui – eu entreguei para o Senador, dei uma cópia para o Anchieta e dei uma para a senhora – até ficou meio comprido, cinco páginas, mas poderia estar menor se todas as coisas que a gente está colocando aqui tivessem sido encaminhadas devagarinho, cada uma delas.

Olha, eu não quero saber quem é que está cobrando imposto, quem é que está devendo imposto. O meu imposto, o IPTU, está pago. Eu paguei, Dr. Juvenil, o ano todo, porque tinha desconto, e muita gente lá pagou também. Então, não quero saber se a Norte Energia não paga ou se o senhor está cobrando errado. Eu quero saber do direito que eu tenho de morar em um lugar bom. Eu quero coleta de lixo urbano, eu quero a creche, porque as mulheres precisam trabalhar, eu quero ponto de mototáxi, eu quero CEP. São essas coisas que eu quero.

Agora, eu não estou aqui querendo botar a faca no pescoço de vocês. Eu estou querendo botar a faca no pescoço de vocês. Eu estou querendo propor para vocês.... Nós temos uma sociedade civil organizada lá, que já tem associação em todos os RUCs. Só não está registrada porque a gente não tem CEP. Nós temos estatuto aprovado em assembleia, mas não há o CEP. Para você registrar, tem que ter o CEP.

E por que nós não temos o CEP? Nós não temos o CEP porque há uma lei municipal que exige alguns requisitos. Por exemplo, na linha H: para legalizar um RUC, precisa-se de pavimentação asfáltica – isso na linha H. Na linha I: calçamento do passeio público no sistema de lazer. Nós não temos sistema de lazer, só há uma quadra, nós não temos uma praça. Então, não dá nem para fazer a calçada cidadã, com rebaixamento para cadeira de rodas. Não dá porque não tem.

Sinalização viária horizontal e vertical. Até colocaram. Não está muito boa, ainda falta muito, porque não existem os acessos.

Construção das creches. Escola, foi construída uma. Nós temos que discutir o plano pedagógico dessas escolas.

Dr. Anchieta, a história... Viu, Dr. Anchieta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – É porque eu não estou olhando o senhor olhar no meu olho. Foi por isso. Desculpe. Pois é, eu estou ficando velha e com catarata.

O rapaz foi lá entregar a escola para nós. Eu estou sempre orientando: nós não temos que dar aval para receber nada, isso é responsabilidade do Poder Público. Agora, eu quero discutir o projeto pedagógico, porque é uma escola, e nós temos ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio. Como é que nós vamos botar toda essa clientela em uma... E o projeto pedagógico tem que ser discutido conosco, da comunidade, nós moramos lá.

Então, não dá para tirar o ônibus agora. "Ah, a partir do segundo semestre não vai haver ônibus." Eu quero ouvir do senhor isso, porque o ônibus vai ter que ficar...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA – Já renovei o contrato.

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – Pois é.

Disso a gente tem que participar. A gente não é cricri; é porque não há como a gente tirar nossas crianças das escolas onde elas estão no meio do ano e botar em outra escola sem nem saber qual é o plano pedagógico para aquela escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Voltando aqui ao acesso. Nós queremos o acesso da Rua 7, que é exclusivo da Norte Energia; da Rua 13, que é a rua principal, é exclusivo, aberto – isso o senhor já sabe, nós não abrimos mão –; o da Rua 6: tem que abrir esses acessos para nós, aquele RUC é nosso, não é dos empregados da Norte Energia. Os empregados da Norte Energia, se querem exclusividade, vão morar lá na Vila do Belo Monte, aquele lá é nosso, dos RUC's é nosso. O acesso da Rua 4 precisa ser aberto, assim como os acessos que vão para a Transamazônica.

Com o inverno, o acesso da Rua 10 para a Transamazônica ficou intrafegável. A gente está entrando pela Rua 13, dá uma quebrada, aí entra na Rua 2, pega a Rua 1 e sai na Transamazônica em um trecho perigoso – além de ser um aclive, é uma curva, então é muito perigoso ali, e isso tem que ser visto. Eu falo isso com propriedade porque eu moro lá, e eu saio para trabalhar por lá, por essa da Transamazônica.

No acesso da Rua 4, que é muito usado, como é escuro e está cheio de mato e de lixo, como eu vou mostrar agora – isso é competência da prefeitura, já que eu não estou devendo para ela a o meu IPTU –, acontecem assaltos e, aí, à noite.... Nós só temos um acesso que nós estamos usando, que é o acesso da Rua 8.

Agora, eu quero.... Eu entreguei para a Norte Energia uma casa titulada, ela me pagou, e eu coloquei as minhas condições para a gente fechar negócio. "Se você quer derrubar a minha casa, então derrube, mas eu quero uma para mim, uma para o meu filho, o dinheiro que ela vale e tudo mais." Numa negociação de oito meses, eu consegui. Eu estou lá morando, é sossegado, mas eu quero um lugar melhor para eu viver, é por isso que eu trabalho nesses movimentos. Agora, eu sinto falta do Ibama perto, eu sinto falta da prefeitura.

Eu não estou querendo, Dr. Juvenil, que o senhor saia de lá do seu gabinete e vá se meter em tudo quanto é reunião dos RUC's, porque o senhor não ia ter tempo para fazer mais nada, mas mande o seu Secretário do Meio Ambiente para lá, mande o seu Secretário de Planejamento para lá, porque, quando o senhor não vai, vai a Equilíbrio, e o que é que a Equilíbrio diz aqui? Ela diz bem aqui que o senhor recebeu R$3 milhões. Está bem aqui colocado, eu vou ler para o senhor: "Hoje eu não sei de quem cobrar referente à situação do meu bairro. A prefeitura recebeu R$3 milhões para fazer os acessos do RUC São Joaquim e Casa Nova e não fez." Por quê? Porque toda ausência é atrevida. No momento em que a gente se reúne com a Equilíbrio e a prefeitura não está presente, a Equilíbrio diz o que ela quer.

Outra coisa, Dr. Anchieta: mais do que nunca nós precisamos dessa comissão de negociação permanente. Antigamente eu ia atrás do senhor, era pertinho lá no Jatobá – ainda era difícil para eu ir –, mas agora o senhor se mudou para Belo Monte, o Dr. Vitor Mateus se mudou para Belo Monte. Eu quero falar com o José Filho... Mudou-se para Belo Monte e, aí, eu não consigo ter acesso.... Então, eu acho que isso foi uma estratégia para os senhores se livrarem de nós, mas nós somos que nem chulé: para se livrar é difícil. E aí a gente aguenta uma viagem dessas para cá para vê-lo, porque lá eu não consigo vê-lo.

A mesma coisa é com o Ibama. Eu queria ver a presidente agora, mas eu não vi, veio ela. Diga para o Hugo forçar as reuniões das comissões permanentes de negociação que, com certeza, nós vamos vir menos vezes para Brasília, e esses papéis que eu trago aqui vão diminuir e diminuir até que não vai haver mais página nenhuma para a gente trazer.

Eu vou mostrar para o senhor aqui as coisas.

O SR. DOMINGOS JUVENIL (*Fora do microfone*.) – Presidente, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pois não, Prefeito.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Só para esclarecer: a prefeitura não recebeu R$3 milhões em lugar nenhum.

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES (*Fora do microfone*.) – Pois é, mas está aí, eu vou lhe mostrar.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Mas a prefeitura não recebeu R$3 milhões em lugar nenhum. Essa Equilíbrio está desequilibrando!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, qual é o encaminhamento possível para solucionar esse problema que está aqui: primeiro dos RUC's e, depois, do saneamento e água – o Presidente encaminhou os dois juntos. Vamos ver se a gente retoma essa divergência – não recebe porque há um pano de fundo, e outros não recebem porque falta cumprir o *check-list.* Como é que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. LUIZ CLÁUDIO CORRÊA JUNIOR – O Senador Flexa tinha sugerido a mediação de algum outro órgão, essa foi a sugestão dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim, do Ibama, mas...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA – Sim, do Ibama, sem problemas.

O SR. LUIZ CLÁUDIO CORRÊA JUNIOR – Porque dizem que a prefeitura e a Norte Energia não...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA – A gente conversa bastante.

O SR. LUIZ CLÁUDIO CORRÊA JUNIOR – Eu também acho, mas dizem que a gente não consegue conversar. Eu não vejo problema de se marcar uma reunião com o Ibama.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA – Deixe-me colocar aqui: o Ibama pode participar até como ouvinte na primeira reunião, mas, nessa questão dos RUC's... Eu acho interessante o Ibama participar, porque um tércio nessas reuniões é para evitar...

Inclusive, informações equivocadas, eu vou investigar de quem partiu. Esse negócio de R$3 milhões para prefeitura, essas coisas, eu vou investigar o que é isso, que informação é essa, está entendendo? Nós não concordamos com isso. A gente diverge para convergir. Então, o que acontece? O prefeito é testemunha, vocês são testemunha: a gente tem negociado bastante e o que é correto, é correto.

Por exemplo – só um exemplo –, a questão da iluminação, de que o pessoal reclama. Na época em que nós implantamos a iluminação, era a Celpa a responsável, e ela aprovou – eu tenho os projetos aprovados pela Celpa –, então eu não fiz nada errado. Aí, hoje, há um problema de segurança, e se diz que é falta de iluminação. No Pedral, a prefeitura já me mandou qual é o padrão que tem que ser feito, porque agora a prefeitura assumiu a iluminação pública. Então, são essas coisas que você vai ajustando.

Agora, sobre essa questão dos RUC's, a gente tem conversado bastante. O José Fernando tem me procurado semanalmente, não é isso? Acontece que há alguns documentos – estamos atendendo – para que saiam os decretos definitivos, e a gente possa dar sequência à titularidade definitiva das pessoas.

Mas também há um detalhe: as pessoas não estão lá do nada, elas têm um contrato que assinaram e que dá a posse a elas da casa. As pessoas não estão lá do nada não, ninguém invadiu, ninguém é invasor. Agora, falta o título definitivo e, aí...

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES (*Fora do microfone*.) – Mas eu...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA – Mas, Gracinda, essas coisas, infelizmente, em empreendimentos de hidrelétricas, acontecem. Não estou aqui querendo me desculpar, mas isso é uma coisa recorrente. Nós estamos trabalhando, e você é testemunha disso também, você é testemunha de que a gente está trabalhando.

Outro detalhe dessa questão é o seguinte: há reuniões periódicas com o pessoal dos RUC's. Inclusive a prefeitura tem participado também, Luciana tem participado.

Luciana, por favor...

A impressão que fica é que a gente está fora, está ausente. Nós não estamos ausentes. Agora, há uma série de problemas que precisam ser resolvidos. E aí, dentro dessas divergências, a gente está tentando convergir.

Luciana.

A SRª LUCIANA GALVÃO – Boa noite.

Sou Luciana Galvão, Norte Energia.

Eu queria resgatar, inclusive aproveitando a sua presença, Secretário Luiz Cláudio, uma reunião de que nós participamos – a Norte Energia e a prefeitura, que estava representada por sua pessoa – no dia 3 de junho no Reassentamento Jatobá.

A SRª LUCIANA GALVÃO – Boa noite. Sou Luciana Galvão, da Norte Energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu queria resgatar, aproveitando a sua presença, Secretário Luís Cláudio, uma reunião de que nós participamos, a Norte Energia, e a prefeitura estava representada pela sua pessoa, no dia 3 de junho, no Reassentamento Jatobá. Nós sabemos que essa questão do CEP, que está sendo apontada aqui, foi também colocada pela população. Havia um número relevante de pessoas moradoras do reassentamento. De fato, procedemos, do ponto de vista da Norte Energia, a todo o processo participativo de escolha dos nomes das ruas, enfim, o processo previsto dentro do PBA nós seguimos. Entretanto, a questão de emissão do CEP foge à nossa alçada.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – É dos Correios.

A SRª LUCIANA GALVÃO – É dos Correios, mas Correios, dependendo de uma questão que envolve legislação municipal, que foi o que nos foi apontado pelo próprio Secretário de Planejamento, que nos indicou que – era dia 3 de junho – ele teria na semana seguinte uma reunião com os Correios para equacionar o problema, inclusive se colocando, junto com a gente, na condição de representantes da Norte Energia, para trabalhar conjuntamente para resolver essa questão...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Tem que ser.

A SRª LUCIANA GALVÃO – ... porque de fato é uma questão de utilidade pública. Então, eu só queria lembrar esse ponto.

Além disso, só para continuar...

O SR. LUIZ CLÁUDIO CORRÊA JUNIOR (*Fora do microfone*.) – Luciana, deixe-me falar sobre esse assunto.

A SRª LUCIANA GALVÃO – Pois não.

O SR. LUIZ CLÁUDIO CORRÊA JUNIOR – Depois dessa reunião eu estive nos Correios com a Norte Energia, e os Correios disseram que só precisavam dos projetos com o nome das ruas. Foi apresentado aos Correios...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Está dependendo deles agora.

O SR. LUIZ CLÁUDIO CORRÊA JUNIOR – Só que aí os Correios não têm condições de pessoal para solucionar isso neste ano, essa foi a resposta que os Correios deram. E aí não depende mais da prefeitura e também não depende mais da Norte Energia.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Nem da Norte Energia. Depende agora dos Correios. Então vamos pressionar os Correios para que eles abram um precedente e resolvam esse assunto.

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES (*Fora do microfone*.) – Sexta-feira. Toda sexta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Só para registrar em ata que esse diálogo está sendo feito entre a Norte Energia e o Secretário Municipal.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – De Planejamento, isso. É importante que fique claro o seguinte: olha, eu não tenho CEP, eu não tenho endereço. Foi tudo encaminhado, o que nós podíamos fazer foi feito, agora fugiu à nossa responsabilidade. Eu acho que está sendo encaminhado a todos os demais, entendeu?

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES (*Fora do microfone*.) – ... O restante não.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – ... já está tudo encaminhado, Gracinda. A questão toda é a seguinte: nós dependemos de terceiros. A instituição Correios é uma instituição deficitária hoje, você sabe disso, muito precária. E aí, resultado: não somos nós que vamos definir o CEP, Senador, é o Cruzeiro. Aí esta Comissão pode nos ajudar peticionando ao Cruzeiro urgência nesses CEPs, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está bem. Agora a outra questão que estava colocada pelos RUCs, uma das grandes reclamações quando fomos lá foi a questão das rotatórias, das entradas, etc. Como é que está isso? Porque havia esse problema lá, além dessa questão dos Correios, de CEP, dos acessos e não sei o que mais.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Quanto aos acessos, foi explicado aqui, nós temos uma pequena divergência com a prefeitura, mas vamos esclarecer. O pior deles era o de Laranjeiras, V. Exª esteve lá. Foi contratada a empresa para refazer, choveu bastante e não podia começar, e sobre os outros nós vamos nos entender com a prefeitura para resolver esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – Mas vamos marcar prazo, porque eu queria ter os cronogramas.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Deixe-me colocar só uma coisa, Gracinda: acesso, nós vamos fazer aquilo que é nossa obrigação.

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – Você não está dizendo que vai conversar...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Entenda, deixe-me falar, nossa obrigação, porque no meio do processo vem alguém que diz: não, mas eu uso tal área, eu quero acesso por ali. Não é dessa forma que se faz.

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – Não é isso, Anchieta. Eu disse isso bem claro. Olha, temos o Acesso 8. A Rua 10 não precisa mais, porque já temos o 8, o 7.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – O acesso do Casa Nova e do São Joaquim... Veja só. Eu até falei sobre isso, e o prefeito disse que há uma divergência e que vai verificar isso. Vou, inclusive, encaminhar o contrato assinado, está certo? Falo de Casa Nova e de São Joaquim. Um dos acessos era obrigação da prefeitura. A gente até fez um convênio.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – O acesso a que eu sempre me referi foi o da transposição. E aqui tenho rebatido que não há convênio nenhum para fazer os demais acessos dos RUCs.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Não, os demais acessos não são obrigação nossa.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – É o da transposição e o do contorno. Então, quero ver esse convênio assinado.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Não, entenda: trata-se do convênio pela transposição, via transposição, e dos acessos Casa Nova e São Joaquim. Não é isso?

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – E o acesso do São Joaquim é a Rua 4. É o acesso da Rua 4.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Eu não sei.

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – Há as aberturas da 7. Eu sei tudo de cor, porque já tenho aquele negócio na minha cabeça. Aí o que quero é que vocês se sentem e resolvam o problema. Está aqui, está tudo escrito. Vou lhe dar uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Gracinda, quando você intervier lá, você tem de se apresentar, senão vai aparecer todo o tempo a sua fala...

Primeiro, é o seguinte. Vamos ver quais são as obrigações entre a prefeitura e a Norte Energia. A reivindicação do movimento, dos moradores que estão lá, que já precisam de outros acessos, é outra coisa que será tratada mais adiante. Agora, precisamos que pelo menos se faça o acesso que, inicialmente, estava comprometido entre as duas partes.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Esse acesso...

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Eu queria pedir um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pois não.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – É assim: por onde sai o pessoal do São Joaquim? Por onde é que ele sai? O pessoal do São Joaquim está ali, Gracinda. E sai por onde? Ou sai montando calçada e chega à transposição, ou se passa o período de lama ou de poeira com rua... Rua não! Com abertura incompleta e se vai para a Transamazônica. A Transamazônica Contorno foi feita pela prefeitura, sem nenhum centavo. O pessoal passa por cima da calçada para chegar à transposição, que foi feita pelo Município. Aí, sim, houve pedra. E quero ver o contrato assinado sobre essa situação, o que não existe.

Portanto, o acesso de Laranjeiras, digamos, do conjunto até a Transamazônica, esse acesso é da Norte Energia. De Laranjeiras até a avenida do aeroporto, a Tancredo Neves, esse é da Norte Energia. É isso que estou falando. Do Casa Nova até a Transamazônica, esse é da Norte Energia. Nós fizemos o anel viário que protege todos e que beneficia todos, mas nós não vamos fazer as entradas. As entradas são da Norte Energia.

A SRª GRACINDA LIMA MAGALHÃES – Eu só quero dizer, Senador, que os acessos de que estou falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

são os que tenho nos mapas e que, inclusive, seduziram-me para eu querer ter uma casa no São Joaquim. Eu tenho os mapas, eu guardo tudo. Além de eu guardar isso aqui, eu guardo papel. É isso que eu quero. Então, temos de sentar com alguém da prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Gracinda, deixe-me dar um encaminhamento sobre essa questão.

Uma coisa é a reivindicação dos moradores que foram para lá e que têm necessidade de tantas outras coisas. Essa é uma coisa. Vamos, primeiro, ver se resolvemos quais são os acessos do comprometimento entre a Norte Energia e a prefeitura, para vermos se resolvemos isso.

Depois, em não atendida a necessidade dos moradores, vocês têm que entrar, perante a prefeitura, com outros processos e tal, porque é outra coisa, entenderam, para nós não entrarmos em uma terceira questão, porque os acessos primeiros ainda não estão sendo feitos, e é essa a nossa divergência aqui. Então, vamos primeiro resolver esse problema. Depois, apresentam-se outros acessos, pela rua tal, não sei por onde, porque aí é outra coisa, nesse sentido. Aí já é uma reivindicação de quando os moradores foram para lá. Os moradores falaram que viram uma necessidade de haver outros acessos e outras coisas, em outro momento.

Antes de solucionar isso, a Drª Amélia queria falar.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRÍQUEZ – Sou Maria Amélia, representante do Estado no PDRSX.

Bom, como representante do Estado, nós recebemos também todas essas demandas sociais. Recebemos, várias vezes, demandas da Gracinda, da associação dos moradores, e fomos fazer uma visita. Eu, pessoalmente, antes da Comissão no Senado, fui fazer uma visita. E aqui nós já elencamos pelo menos 12 pontos: o problema de água, falta de creche, transporte público ineficiente, falta de segurança. Inclusive, uma das primeiras abordagens ao Estado era a questão da segurança, para implantar o Proerd na região. E nós conseguimos encaminhar isso, via Secretaria de Segurança Pública.

Um outro ponto importante que foi colocado é o da requalificação profissional, pois qual é o conceito de reassentamento? O reassentamento, de alguma forma, tem que recompor o meio de vida. Mesmo que você morasse numa habitação inadequada, você tinha ali o seu meio de vida. Então, como você vai recompor esse meio de vida, de forma que essa população possa usufruir dos serviços que ela tinha, na sua situação originária? Então, temos a questão da qualificação profissional, que nem sequer foi falada, mas é um ponto que a Gracinda demandou e que nós, na medida do possível, temos tentado equacionar. Quanto a escolas, foi falado também do projeto pedagógico, da questão da falta do CEP, iluminação pública, esgoto, ponto de táxi. Foram 11 pontos aqui.

Então, como encaminhamento, eu gostaria até de reforçar aquilo que já foi dito. É importante uma reunião da Norte com a Prefeitura, mediada pelo Ibama, com a participação das associações de moradores.

Agora, é o seguinte: também nesses RUCs existem equipamentos do Estado. Eu vi no RUC – eu não sei se foi no Jatobá ou no São Joaquim –, uma escola de segundo grau, que fica no Jatobá. Quer dizer, eu não sei se a Secretaria de Educação incorporou isso no seu orçamento. Então, eu gostaria também de participar daquilo que se referisse ao Estado.

Então, como encaminhamento, Senador, reforçamos o que já foi dito aqui – acho que pelo Ministério Público –, esse resgate da Câmara de Conciliação, com a participação dessas entidades, com a mediação do Ibama, mas com um prazo muito bem amarrado, para não ficar prorrogando, prorrogando, porque há coisas, assim, é como se falou: empurra para cá, empurra para lá, e são coisas simples. Eu tenho a impressão de que nós ficamos nos afogando em águas rasas, quando na verdade poderíamos estar avançando para conquistas muito mais importantes do que essas questões que nós vemos se arrastarem, aqui, ao longo do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Drª Maria Amélia.

Eu vou ter que encerrar a nossa audiência, que já se estende por quase quatro horas, em função da Ordem do Dia, que está em votação nominal permanente.

Antes de encerrar, eu quero primeiro agradecer a presença de todos que aceitaram o convite da Subcomissão, para que nós pudéssemos debater todos que aceitaram o convite da Subcomissão para debater a questão das condicionantes de Belo Monte, e fazer um pedido especial à Drª Rose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Drª Rose, eu solicitei ao Dr. Anchieta que ele me fizesse uma listagem de todas as condicionantes, de todos os Municípios e o estágio em que se encontrava cada uma – concluída, em andamento, não iniciada, qual o prazo para a conclusão da que está em andamento, quando vai iniciar e qual é o prazo de conclusão da que não iniciou –, Município por Município, para que tivéssemos uma visão geral de toda a área impactada. Vou encaminhar uma cópia a V. Sª e vou pedir que faça também um cotejamento pelo Ibama dessas informações que a Norte Energia está encaminhando à Subcomissão e acrescente, se for o caso, alguma outra que, por esquecimento, tenha faltado na relação da Norte Energia.

Vou encaminhar a cada um dos prefeitos da relação essa mesma relação, para que os senhores prefeitos também o façam, ou seja, vejam a situação da condicionante, como ela se encontra, e possam responder à Subcomissão, no menor espaço de tempo possível, para que tenhamos uma visão geral de como se encontra a execução dessas condicionantes.

Vou retomar o convite que fiz e desfiz no início para que a senhora possa estar amanhã também, já como mediadora, na questão do hospital do Mutirão, que é o primeiro. Deus queira que amanhã saiamos com uma solução, definindo um rumo traçado para atender à população de Altamira e da região. Espero, às 9 horas, no gabinete, para que possamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pode falar.

A SRª ROSE MIRIAN HOFMANN – Só uma sugestão até para incrementar, eu diria, um painel de acompanhamento dessas condicionantes. Temos que achar o melhor mecanismo para manter isso público o tempo inteiro. Não sei se seria no *site* da própria empresa, alguma forma para que...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – No Ibama. Vamos fazer com o Ibama. O Ibama é o nosso xerife a partir de agora.

A SRª ROSE MIRIAN HOFMANN – No *site* do Ibama é superfácil de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Aliás, ele gosta de ser xerife. Então, ele vai ser o xerife das condicionantes.

A SRª ROSE MIRIAN HOFMANN – Podemos. Estamos, inclusive, trabalhando na reformulação do *site* do Ibama, porque hoje ele não é muito simpático e precisa ser mais aberto à sociedade justamente para isso. O quanto antes colocaremos. Sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Deputado Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Eu queria, antes de V. Exª, Senador Flexa, Deputado Paulo Rocha.... De tanto lhe chamar Deputado, ficou o vício. Senador Flexa, só para lembrar. Esta audiência aqui, Senador Paulo Rocha, é consequência de uma audiência pública que nós tivemos em Altamira. Flexa, esta audiência, esta reunião de trabalho é consequência de uma audiência que tivemos em Altamira, onde ouvimos, durante uma tarde e uma noite, dezenas de entidades da sociedade civil.

O relatório dessas pendências, que envolve parte do que foi dito aqui.... Aqui nós ouvimos um rol de problemas, desde o CPF dos RUCs até a questão do transporte, a questão do hospital, a questão do prejuízo de todos os indicadores socioeconômicos – todos, sem exceção; isso foi um estudo feito por vários órgãos do Governo Federal, do Governo do Estado. Evidentemente, esta reunião aqui é para tentar encaminhar soluções objetivas para isso.

Eu quero dizer ao Ibama, Drª Rose, que estou encaminhando. Eu pensei que fosse encontrar a Drª Suely aqui, mas, pelas razões já expostas, ela não pôde vir. Estou solicitando inclusive uma audiência, quero revelar isso aqui, com a Drª Rose, para não pedirmos a suspensão da licença de operações da Norte Energia, do complexo. Acho que nós temos que evitar chegar a isso, mas isso não é uma coisa descartada, porque a Norte Energia – só para ilustrar, aqui está a notícia em um jornal do dia 10 de junho – foi condenada a pagar R$15 milhões por danos morais por um juiz federal, pelo descumprimento de condicionantes socioambientais, etc. etc. etc. Isso aqui foi uma condenação da Justiça Federal à Norte Energia, de R$15 milhões. E outros processos que existem estão lá tramitando, demandando o não cumprimento dessas condicionantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu queria sugerir a V. Exª que, além da reunião de amanhã, em que se vai discutir especificamente a questão do hospital – há uma série de outras pendências –, que a gente pudesse marcar uma audiência com a Presidente do Ibama ou convidá-la a vir aqui, inclusive com a Drª Rose, que acompanhou e tem o acúmulo desta reunião, no sentido de sabermos quais são as providências que o Ibama, que é o órgão licenciador, tomará se isso não for executado num determinado prazo.

Eu acho que o calendário de atendimento a essas condicionantes, ou pelo menos grande parte delas, já está fora do prazo. Isso já era para ter sido realizado. E nós estamos aqui chorando sobre o leite derramado, ainda que admitindo algumas ponderáveis justificativas da Norte Energia – algumas polêmicas, ou discutíveis; mas o fato é que há um conjunto de passivos não realizados.

Eu espero que amanhã avancemos na questão do hospital, mas, para além do hospital – já que V. Exª está encerrando a audiência agora, por exigências regimentais da Casa –, como vamos ficar diante desses outros passivos que não apenas o hospital, e os problemas do RUC? Há problemas, por exemplo, de comunidades indígenas. Ontem eu recebi um telefonema do Cláudio, com relação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Cláudio Kuruaia, em nome de um conjunto; há demandas de populações de pescadores, há demandas de comunidades ribeirinhas, para além daquilo de que a Gracinda já foi porta-voz, etc. e tal. Então, é apenas uma preocupação, porque, com certeza, nós seremos cobrados por isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não há dúvida, Deputado. Quando nós fizermos o cotejamento dessas informações que a Norte Energia está encaminhando, que o Ibama vai fazer uma conferência e adicionar, se for o caso, algo que esteja faltando, vamos fazer a distribuição, vamos encaminhar a cada um dos prefeitos dos Municípios. O levantamento...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – O Ibama já tem isso, me parece, ou parte disso...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, é lógico que tem, porque...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – ...é só compilar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ele vai cotejar essa informação...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – É claro que a informação do Ibama não será rigorosamente coincidente com a informação da Norte Energia. É esse cotejamento que V. Exª está propondo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Deputado...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – A minha preocupação é a seguinte: em que prazo nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu vou lhe responder.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Nessa informação da Norte Energia, ela vai definir as condicionantes que estão concluídas – e aí vai haver polêmica se estão realmente ou não, é um tipo de discussão –, vai definir as que estão em andamento e qual o prazo em que elas vão estar concluídas, e as que não foram iniciadas e quando serão iniciadas. Então nós vamos ter a informação que o Deputado e todos nós queremos, quer dizer, não vai ficar *ad aeternum* para serem feitas. Aí, o Ibama, a Subcomissão, os prefeitos, a procuradora, nós vamos acompanhar, fazer um cronograma e dizer: "No dia tal do mês tal vai iniciar a condicionante tal." Isso vai ser feito.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Entendi.

Uma única pergunta: em quanto tempo V. Exª imagina ter esse diagnóstico, com as diversas informações do Ibama, nessas três categorias que V. Exª elenca, aquilo que o Ministério Público tem registrado como demanda, porque é o órgão fiscalizador da lei, e o Ibama, que é o órgão controlador, é quem licencia e, portanto, deve ter o controle mais rigoroso disso? V. Exª imagina ter esse diagnóstico cotejando essas três fontes de informação em quanto tempo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu pediria, logicamente, a maior brevidade possível. Poderemos definir como data o início de agosto. Nós vamos entrar em recesso agora. Então, vamos ter...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Quinze dias.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Mais, um pouco mais.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Vinte dias, início de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Início de agosto...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Dia 2 de agosto está bom?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Dois de agosto nós vamos retornar aqui.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Dia 5 de agosto...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Acho que, no dia 3 de agosto, nós poderíamos fazer uma reunião menor para fazer essa análise de todas essas informações.

...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Presidente, era só isso que eu queria sugerir. Três de agosto é a sugestão de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, 3 de agosto.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS - PA) – Eu estou contemplado com essa sugestão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço.

Por favor, identifique-se para ficar registrado.

O SR. WANDO OLIVEIRA PINHO – Wando Oliveira Pinho.

Estamos aqui, eu e o Dr. Francisco Júnior, representando o Município de Anapu. Queremos apenas pedir 30 segundos, se for possível, porque viemos de tão longe, de Anapu, gastando aquilo que nós não temos...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já podiam ter pedido a palavra, ter feito como a Gracinda fez: "Eu quero falar, Presidente!". E já teriam falado.

O SR. WANDO OLIVEIRA PINHO – Faz horas que estamos pedindo aqui. Faz horas que estamos pedindo aqui, Excelência. Só que estamos respeitando e esperando o momento nosso, para não passarmos por constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Aqui, quando a gente quer falar, a gente diz "pela ordem" ou então levanta o dedo.

O SR. WANDO OLIVEIRA PINHO – Já levantei a mão dez vezes...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pode falar, Wando. Você já perdeu os 30 segundos...

O SR. WANDO OLIVEIRA PINHO – Não, o senhor tirou os meus 30 segundos. Agora me dê 60!

Sr. Presidente, é triste a situação que estamos passando neste momento. Estamos aqui, várias entidades, representantes de Municípios, do Estado, do Senado, da Comissão e, inclusive, do Ibama, que é um órgão licenciador e fiscalizador. Nós sabemos que, desde a LP (Licença Prévia), algumas condicionantes não vêm sendo cumpridas. Depois deram a LI (Licença de Instalação) – mesma coisa –, e liberaram por último, agora, a LO (Licença de Operação). É triste a situação porque, se houvesse o empenho do Ibama, com certeza não estaríamos aqui agora discutindo, debatendo, enxugando gelo.

Eu quero fazer um apelo a V. Exª, ao senhor, que representa a Comissão, junto com a Drª Thaís, que repre-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

senta o Ministério Público Federal, e à representação do Ibama. Eu acho que a Comissão, a Drª Thaís e o Ibama são suficientes para intervir na situação dessas condicionantes, porque a Norte Energia, infelizmente, deixou a desejar.

Nós do Município de Anapu, assim como de Altamira, fomos afetados diretamente. Se vocês pesquisarem no portal do IBGE, no mês de julho de 2015, Anapu foi o quarto Município que mais cresceu no Estado do Pará. Não é diferente – não quero repetir as mesmas palavras que foram aqui citadas – de Altamira. Fomos afetados, com o aumento populacional, em várias situações. Hoje, o serviço de saúde de Anapu atende Anapu e Pacajá, um Município vizinho, porque o hospital de Pacajá está fechado. Então, nós estamos atendendo Anapu e Pacajá.

E quero pedir aos senhores, ao Ibama, ao Ministério Público Federal e à Comissão, que tenham mais determinação, porque passamos horas e horas aqui e – peço até perdão pela palavra –, não vou dizer que perdemos tempo, mas não chegamos ao objetivo final.

Eu quero citar apenas uma situação de Anapu. Nós temos as condicionantes, mas quero citar uma situação especial, que foi encaminhada para o Presidente da Comissão, o Senador Flexa Ribeiro. Toda a areia – viu, Drª Thaís e Ibama? – para construir o maior empreendimento do Brasil e quarto maior do mundo, toda a areia utilizada foi extraída do Município de Anapu, pela empresa CCBM. Todo esse material para construir o maior empreendimento do Brasil foi extraído de dentro do Município de Anapu.

E a pergunta que fica: sabem quanto o Município recebeu de compensação? Nada. Nem um centavo. Agora, imaginem, se não fosse a areia extraída do Município de Anapu, não existiria Belo Monte, não estaríamos aqui neste momento discutindo quanto entrou de ISS para Vitória do Xingu e quanto entrou para Altamira. Enquanto isso, para Anapu não entrou praticamente nada, Drª Thaís e Sr. Presidente da Comissão.

O Sr. Duílio, Presidente da Norte Energia, já se retirou, mas aqui estão algumas pessoas da Norte Energia que são conhecedoras da situação. Inclusive está aqui o Sr. Arlindo, que na época era o procurador jurídico, não sei se ainda é. Eu pediria que vocês olhassem a situação com carinho. Nós não estamos aqui falando em nome do prefeito, nós estamos falando em nome da população, do povo sofredor, que necessita de uma qualidade de vida melhor. Hoje, o Município de Anapu praticamente não tem uma rua pavimentada e o povo recebe água em caminhão-pipa, sendo que todo o material para construir Belo Monte foi extraído do Município de Anapu. A CCBM recebe pelo metro quadrado de concreto que é feito para a obra, e lá está a areia.

Eu não estou aqui pedindo a areia, senhores, porque nós não temos direito, mas sim o ISSQN do meio que foi utilizado para extrair aquele material para a execução do empreendimento de Belo Monte.

E digo mais, senhora que representa aqui o Ibama, cujo nome eu esqueci: todo o material extraído de Anapu foi extraído de forma ilegal. Eu, Wando Oliveira Pinho, estou dizendo isso, e nós temos documentos suficientes para comprovar o que estou dizendo. Eu não seria tão louco de fazer uma afirmativa como essa de algo tão grandioso. Quero que você reveja isso de uma forma especial.

Que pena que nosso tempo aqui foi curto, mas que minhas palavras possam ficar na mente e no coração de vocês. De nada adianta vocês quererem burlar, enganar ou empurrar com a barriga aqui na Terra. Lembrem-se de uma coisa: um dia vocês terão que dar conta de tudo aquilo que passou pelas mãos de cada um de vocês.

Então, faço um apelo aqui, em nome do povo de Anapu, à Comissão; faço um apelo ao Ibama e também à Drª Thais, para que possam relembrar do Município de Anapu, dessas palavras que foram citadas.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Dr. Wando, esse assunto que V. Sª traz aqui à Comissão foi um assunto sobre o qual já nos reunimos com a Norte Energia. Acabei de perguntar ao Dr. Anchieta, está sob análise da Norte Energia, está judicializado. Eu falei a V. Sª que a cada ano foi dada uma licença ao consórcio construtor para que ele tivesse autorização para retirar a areia lá do local, do rio. No primeiro ano que o consórcio construtor não tivesse pago o ISS, a Prefeitura de Anapu não deveria ter renovado a licença para ele continuar retirando areia. Foi renovada, se não me falha a memória, por quatro. Quatro anos, sem que eles cumprissem, Drª Rose, com a obrigação.

Eu já disse ao Dr. Anchieta e ao Dr. Duílio que a Norte Energia é corresponsável, porque se o contratado não cumpre com as suas obrigações, o contratante responde por elas. Então, a Norte Energia tem que dar uma solução, senão, no que se refere à ação que está contra o consórcio construtor, a Norte Energia vai ser chamada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

à lide vai por não ter cumprido.

Lamento só que a Prefeitura de Anapu tivesse renovado a licença durante quatro anos sem estar recebendo ISS. No primeiro ano, se ela não renovasse, tenho certeza absoluta de que teria resolvido a questão.

Mas fique certo de que o empenho é de todos nós, de toda a Subcomissão, de tentar...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – Da Norte Energia também.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... que a Norte Energia, junto com o consórcio construtor, sente-se com a Prefeitura de Anapu e resolva essa pendência, porque via Justiça vai resolver, mas sabe Deus quando.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS – É, mas esse assunto vai ter que terminar na Justiça. Mesmo que se chegue um acordo, vai lá e resolve.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, faz um acordo, nos autos, lógico.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ô Anchieta, não faça isso de dizer que vai terminar na Justiça, porque dá a entender que o processo vai ser judicializado.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Já está judicializado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ele está judicializado. O que a Subcomissão está mediando, o que está solicitando à Norte Energia...

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – É um entendimento para ensejar um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Um entendimento não. Faça o consórcio construtor cumprir com a sua obrigação. É isso que é a realidade.

Então, feito isso, é só fazer um acordo nos autos e está resolvida a questão.

O SR. JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – É isso que eu estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso está na pauta. Fique tranquilo que nós estamos atentos a essa questão lá de Anapu.

Muito obrigado pela presença.

E agradecendo novamente a presença de todos, dou por encerrada esta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 93ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezesseis, na sala nº 6, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senadoras Fátima Bezerra, Regina Sousa, Gleisi Hoffmann e do Senador Lindbergh Farias. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 137 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para ciclo de debates sobre: "As propostas de limitação aos gastos públicos", com efeitos nas políticas educacionais e sociais. A Senhora Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Ana Júlia Pires Ribeiro, Estudante; Jaqueline Pasuch, Representante do Fórum Nacional de Educação; Orlando Afonso Valle do Amaral, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; Wilson Conciani, Reitor do Instituto Federal Brasília, representante do Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Carlos Frederico Rocha, Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Camila Lanes, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES; Priscila Cruz, Presidente Executiva do Movimento Todos pela Educação; Luis Fernando Martins, representante dos alunos do Instituto Federal de Brasília – IFB; Iago Campos, Representante da União Nacional dos Estudantes – UNE; Daniel Cara, Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Rosilene Correa de Lima, Diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Gibran Ramos Jordão, Representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras – FASUBRA; Fabiano Godinho Faria, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE; Alexandre Galvão Carvalho, Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN; Gilson Reis, Coordenador Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino – CONTEE; Andréia Araújo Munemassa, Assessora Jurídica do Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior das IFES – ATENS. A Senhora Presidente eventual registra a presença de pessoas presentes no Plenário. A Senhora Presidente eventual conde a palavra as seguintes pessoas presentes no Plenário: Nicoly Moreira do Nascimento, Estudante; Glória Mari, Aluna do CEMTN – Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte; Ana Flávia, Movimento Juntos; Camila Temorio Cunha, Professora do Instituto Federal de Brasília – IFB; Che de Araujo Seabra, aluna do Gisno Brasília; Vanderlucia de Oliveira, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Fazem uso da palavra as Senadoras Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Regina Sousa e o Senador Lindbergh Farias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Queremos, inicialmente, dar as boas-vindas, dar o nosso bom-dia, cumprimentando os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado.

Nosso bom-dia aos estudantes de todo o Brasil, representados aqui pela estudante Ana Júlia, do Estado do Paraná, e pelos estudantes de Brasília, aqui também presentes.

Saúdo todas as entidades e instituições vinculadas à área da educação e os demais convidados.

Queremos colocar aqui, inicialmente, que esta audiência pública faz parte do ciclo de debates sobre a PEC nº 241, de 2016, recém-aprovada na Câmara, e que tramita agora, aqui no Senado, sob o nome de PEC nº 55.

Esta audiência pública é uma iniciativa conjunta da Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paulo Paim, em parceria com o nosso mandato e em parceria com o mandato da Senadora Gleisi Hoffmann, aqui presente, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Essa PEC, conforme já coloquei, agora PEC nº 55 em tramitação aqui no Senado, se constitui no eixo central da agenda de retirada de direitos, patrocinada pelo Governo ilegítimo do Sr. Michel Temer, e tem contado com o apoio da base político-parlamentar que lhe dá sustentação no Congresso Nacional.

A PEC nº 55, ao propor congelar pelos próximos 20 anos os investimentos nas áreas sociais, revela-se uma proposta extremamente nociva aos interesses da maioria da população, na medida em que, ao estabelecer o teto de gastos, ou seja, estabelecer que, daqui para a frente, o Estado brasileiro terá como limite o patamar da inflação do ano anterior para os gastos nas áreas sociais, anula, ressalte-se também, por igual período, a vinculação constitucional que garante percentuais mínimos para áreas fundamentais como saúde e educação. Ou seja, uma PEC com essa lógica, com essa regra, a chamada regra Temer/Meirelles, rompe com o pacto constitucional de 1988 como a função social do Estado brasileiro de assegurar a universalização de direitos em áreas essenciais como educação, saúde, assistência social, seguridade social, entre outras.

E os que defendem a idolatria do mercado não venham aqui nos acusar, Senadora Gleisi, de que nós não reconhecemos a gravidade da situação fiscal do País, a necessidade de melhoria na eficiência e no controle dos gastos públicos. O que nós discordamos, veementemente, é do diagnóstico e do remédio que eles, o Governo ilegítimo, propõem frente à realidade pela qual passa o País.

E quero, aqui, fazer minhas as palavras da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil quando, em nota dirigida à população nesta semana, manifesta sua posição frente à PEC nº 241, alertando o caráter injusto e seletivo da PEC nº 55, na medida em que essa regra Temer/Meirelles elege, para pagar a conta do descontrole nos gastos, os trabalhadores e os pobres, ou seja, exatamente aqueles que mais precisam do Estado para que os seus direitos constitucionais sejam garantidos, ao mesmo tempo em que protege o andar de cima, os detentores do capital financeiro, quando não colocam teto para o pagamento de juros, quando não taxam as grandes fortunas, quando não taxam os dividendos e os lucros das grandes empresas, quando não propõem auditar a dívida pública.

Teto para a dívida pública, privilegiando o andar de cima, repito, privilegiando mais ainda os banqueiros, nem pensar! Não existe! Agora, para os gastos sociais, tome teto! E isso com reflexos dramáticos nas áreas sociais, como, por exemplo, educação, que será o foco da nossa reflexão no dia de hoje.

Eu quero, ainda, acrescentar que, especificamente na área de educação, a PEC nº 241 – e repito, hoje PEC nº 55 aqui no Senado –, aliada à Medida Provisória nº 746, que impõe, de cima para baixo, a reforma do ensino médio, que, embora necessária, é completamente equivocada nos moldes em que é apresentada, e ao projeto da Escola sem Partido, que pretende calar o pensamento crítico de estudantes e professores, são iniciativas que visam, no nosso entendimento, enterrar de vez qualquer esperança de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade, inclusiva para todos e para todas.

Depois de 13 anos de avanços e conquistas na área da educação, norteados pelo acúmulo das Conferências de Educação e pelo amplo debate que resultou na aprovação do Plano Nacional de Edu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cação, uma das agendas mais generosas, mais importantes, mais estratégicas para o País, nós estamos testemunhando retrocessos inimagináveis. E, diga-se de passagem: em pouquíssimos meses, que envolvem a entrega do pré-sal, o congelamento dos investimentos em educação durante 20 anos, através da PEC, e a imposição de um novo modelo de ensino médio, que não atende aos desafios da educação brasileira.

Quero aqui ainda acrescentar, Senadora Gleisi, que é lamentável a forma autoritária pela qual o Governo vem tratando a educação, ignorando os apelos de entidades históricas do campo educacional, como as que estão aqui hoje, ignorando, também, as críticas de renomados especialistas e das mobilizações sociais protagonizadas pelos estudantes.

Por sinal, não poderia aqui, de maneira nenhuma, neste momento, primeiro, deixar de registrar, mais uma vez, a alegria da presença de Ana Júlia, dos estudantes aqui de Brasília e, na pessoa deles e delas, saudar todos os estudantes secundaristas que, nesse exato momento, estão em luta pelo País afora.

Termino, mais uma vez agradecendo a presença de todos e todas vocês e termino aqui, Senadora Gleisi, lembrando-me de um grande mestre, um dos grandes escritores brasileiros, Guimarães Rosa, autor de um dos maiores clássicos da literatura portuguesa, brasileira e mundial, quando ele dizia: "Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende."

Pois, Ana Júlia, os estudantes aqui de Brasília, os estudantes lá do meu Estado do Rio Grande do Norte, os estudantes de todo o Brasil, que o povo brasileiro, especialmente nós, professores, aprendamos com vocês as belas lições de política e cidadania que vocês estão nos dando neste exato momento, neste ato corajoso de, através de um movimento pacífico, conclamar a sociedade brasileira para rejeitar essa agenda regressiva de direitos simbolizada principalmente na PEC 241 e reafirmar o nosso compromisso e luta em defesa da educação, pelo quanto a educação significa como caminho imprescindível para um projeto de qualquer País, de qualquer nação – nação que se queira autoproclamar como generosa, como inclusiva, como promotora de direitos, como promotora da justiça social e da dignidade.

Volto a dizer aos estudantes de todo o Brasil: nós estamos aqui, eu, a Senadora Gleisi, a Senadora Regina, que acaba de chegar, o Senador Paim, vários e vários Senadores, nós estamos aqui irmanados com os estudantes, com os professores, irmanados com todos aqueles e aquelas que neste momento não abrem mão, de maneira nenhuma, da luta em defesa da educação.

Sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas. (*Palmas.*)

Nós queremos, agora, passar a palavra para a Senadora Gleisi e chamar aqui a estudante Ana Júlia, por favor. (*Palmas.*)

Logo em seguida, nós vamos dar início aos nossos trabalhos.

Vamos passar agora a palavra à Senadora Gleisi para fazer também as suas considerações iniciais, inclusive falar aqui do trabalho que ela está coordenando no âmbito da CAE.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Fátima, a quem eu cumprimento. Cumprimento também a Senadora Regina e todas as entidades que estão aqui – os professores, os reitores, as entidades representativas do movimento estudantil, os estudantes que estão aqui, do Distrito Federal. Cumprimento muito especialmente a Ana Júlia. Agradeço muito, Ana, a você e à Nicoly por terem aceito o convite de estar hoje, nesta reunião, que nós estamos fazendo, nesta audiência pública. Eu queria agradecer também o Júlio César e a Nina, que acompanham a Ana Júlia, os pais dela; o João Pedro, que é o irmão.

Acho que é muito importante a sua presença aqui, principalmente quando nós discutimos aquilo que está fundamentando a mobilização dos estudantes nas escolas brasileiras, que é não só a medida provisória de revisão do ensino médio, de reorganização, mas também esta Proposta de Emenda à Constituição, que agora, no Senado, é a PEC nº 55. Aliás, é interessante que nós temos um calendário já aqui, no Senado da República, para a votação da PEC, e a última data de votação, Senadora Fátima, vai ser no dia 13 de dezembro, uma data bem interessante, aliás, porque, no dia 13 de dezembro de 1968, era baixado, no Brasil, o AI-5, que mudava exatamente os direitos e garantias constitucionais. Por ironia do destino, é a data que foi marcada para fazer a votação final da PEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nada é por acaso. É verdade.

Eu espero, sinceramente, que a gente consiga fazer uma resistência aqui, fazer o debate, porque, como foi na Câmara, tinha que ser daquele jeito para ser aprovada, porque, se nós tivermos um debate aprofundado do que significa a mudança que estão querendo fazer na política fiscal brasileira, isso não passa.

Acho que a sociedade já começou a se conscientizar, já começou a se organizar e a ver o que significa essa PEC para o desmonte não só de programas que foram conquistados nos últimos anos, mas daquilo que a Constituição teve como garantia para a educação, para a saúde, para direitos que são fundamentais à vida da população.

E existe um debate torto nisso, porque é um debate de que "a PEC tem que ser aprovada, porque nós precisamos fazer equilíbrio das despesas no Orçamento; precisamos ter austeridade". Nós hoje temos um Orçamento que não é um Orçamento descontrolado. Nós não temos despesas que são descontroladas. Muito pelo contrário. Se nós formos pegar o que hoje o Estado brasileiro gasta com a sua folha de pessoal em relação ao Produto Interno Bruto é o mesmo percentual que gastava em 2003. Se nós formos pegar custeio, é menor o percentual em relação ao PIB do que se gastava em 2003. Onde que nós aumentamos as nossas despesas? Na área social: Previdência, assistência social, principalmente educação. Nem em saúde aumentamos tanto. Agora que nós começamos a ter um aumento das despesas com saúde. E é exatamente sobre isso que se quer fazer uma restrição orçamentária ou que se quer diminuir.

Como falou a Senadora Fátima, nada; não se fala absolutamente nada das despesas financeiras, dos serviços da dívida. O Brasil tem um dos juros mais altos entre todos os países do mundo: 14,25%. Quer dizer, baixou agora para 14% e estão achando que já foi um erro ter baixado. Acho que não vão continuar a diminuir. Isso nos dá uma despesa de juros de cerca de R$500 bilhões.

É muito dinheiro! Então, esse dinheiro está concorrendo com outras despesas, que são as despesas que sustentam o Estado mínimo de bem-estar social que nós conquistamos na Constituição Federal. É isso que está em jogo.

Por outro lado, o Governo quer fazer um equilíbrio fiscal sem mexer no item da receita. Nós continuamos com um dos sistemas mais regressivos na área tributária. Ou seja, este País tributa os mais pobres, e não os mais ricos. Nós não temos tributação, por exemplo, para lucros e dividendos; é muito pequena. Agora, o assalariado paga imposto de renda, e paga uma alíquota de 27,5% quem ganha mais. E nós não temos, por exemplo, uma discussão sobre retirar do consumo a carga tributária. Pobre paga o mesmo imposto, quando compra arroz, quando compra feijão, que o rico. Quem sustenta a arrecadação neste País é a população mais pobre do Brasil. Esta é a realidade.

Então, nós estamos num jogo que é perverso. Nós não vamos mexer na receita, não há nenhuma proposta aqui para taxar grandes fortunas, nenhuma proposta para taxar lucros e dividendos, nenhuma proposta para refazer ou reformular o sistema tributário, e vamos acabar com o mínimo de despesas que nós tínhamos, maiores, na área social.

Portanto, vamos ter, sim, problemas gravíssimos. Não é possível congelar e, depois, diminuir esses recursos sem considerar que a população cresce, sem considerar que as demandas aumentam.

Então, é muito importante, e, por isso, acho que é louvável, Senadora Fátima, sua iniciativa, e agradeço pelo convite de V. Exª e do Senador Paim para participar desta audiência. Nós já fizemos três audiências públicas na Comissão de Assuntos Econômicos. Da primeira, o Governo participou; às duas seguintes, o Governo não foi. Disse que não iria, que não iria fazer a discussão. Eles não querem fazer o debate. Inclusive, os Senadores da Base do Governo que estiveram na CAE na última reunião não queriam que a audiência pública acontecesse, porque disseram que...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora, só um parêntese. Inclusive, até o presente momento, o MEC, convidado que foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não veio também.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... não veio também, até o presente momento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eles não vão aparecer. Eles vão aparecer aqui em dois momentos: no dia 8, quando nós formos fazer uma audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos com a Comissão de Constituição e Justiça – é importante nós termos a presença de vocês aqui – e numa audiência pública no Plenário, que acontecerá no dia 22. Nesses dois momentos. Eles não querem discutir, porque eles perdem nessa discussão. Então, é importante a gente aprofundar. Nós vamos fazer, todas as segundas-feiras, aqui, debates sobre a PEC e as questões setoriais: saúde, educação, assistência e Previdência. E isto é só o início, porque eles estão mandando a reforma da Previdência para cá. Aliás, se for aprovada essa PEC e não houver a reforma da Previdência, não se sustenta isso aqui. Então, eles estão obrigados a mandar e a aprovar a reforma da Previdência. A reforma da Previdência, vai ser muito mais difícil. As pessoas entendem muito mais o que significa mexer na Previdência. A PEC ainda é uma coisa que as pessoas não entenderam, e nós temos que proporcionar esse debate.

Então, eu queria parabenizá-la, Senadora Fátima, e agradecer a presença de vocês aqui. Acho muito importante que vocês acompanhem todas as audiências e discussões que nós estamos fazendo e nos ajudem a esclarecer isso diante da população, porque as pessoas têm que saber, e, se a população entender o que está em jogo, tenho certeza de que a gente consegue, sim, sensibilizar os Senadores aqui e não deixar isso ir para a frente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço à Senadora Gleisi, que, inclusive, vem exercendo um papel muito importante aqui, no Congresso, à frente da Comissão de Assuntos Econômicos. A Senadora Gleisi vem dando uma grande contribuição para qualificar o debate e contribuir para a mobilização e a participação da sociedade.

Nós vamos, agora, formar nossa primeira Mesa.

O Senador Lindbergh acaba de chegar. Seja muito bem-vindo, nosso Líder da Minoria no Congresso.

Vamos, agora, chamar a nossa primeira Mesa. Ana Júlia já está aqui. Queremos chamar o Prof. Wilson Conciani, Reitor do Instituto Federal de Brasília, que está aqui representando o Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). Prof. Wilson, por favor.

Jaqueline Pasuch, representando aqui o Fórum Nacional de Educação; Orlando Afonso Valle do Amaral, Vice-Presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior); Carlos Frederico, Professor associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. E convidamos o representante do Ministério da Educação. (*Pausa.*)

Não apareceu até o presente momento. Enviou alguma justificativa? Pergunto à assessoria. (*Pausa.*)

Não.

Bom, vamos dar início aqui à nossa primeira Mesa. Em função de agenda, a estudante Ana Júlia solicitou que passássemos inicialmente a palavra a ela, O.k.?

Ana Júlia tem a palavra. Conforme havíamos combinado, em decorrência de termos aqui várias entidades, várias instituições que vão também ter direito à fala, combinamos aqui um prazo de dez minutos. Pode ser? (*Pausa.*)

Com a palavra a estudante Ana Júlia. (*Palmas.*)

A SRª ANA JÚLIA PIRES RIBEIRO – Exma Presidente, Senadora Fátima Bezerra, Exmos Senadores e Senadoras aqui presentes, colegas de luta e demais presentes, bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Devido aos acontecimentos da última semana, acredito que todos vocês já saibam que eu sou a Ana Júlia, estudante secundarista do Colégio Estadual Senador Manoel Alencar de Guimarães, localizado em Curitiba. Tenho 16 anos.

Na última quarta-feira, fiz uma fala, e não entendi por que tamanha repercussão, já que se trata de algo tão básico, ou que, pelo menos, deveria ser assim. Eu já peço desculpas se, por acaso, eu decepcioná-los hoje... (*Risos.*)

Mas eu peço que lembrem que eu sou estudante de escola pública. Tanto em toda minha trajetória estudantil quanto ontem, visitando as escolas em Brasília, eu percebi a precariedade do ensino público. Percebi como nós precisamos dar ênfase a isso, como precisamos melhorar a educação pública, como temos uma falta de infraestrutura e como precisamos realmente voltar nossos olhares a isso.

Nós, estudantes, em relação à Medida Provisória nº 746, só temos a dizer que, até o dia 20 de janeiro de 2017, esperamos e acreditamos que ela não se concretize em lei.

Nós esperamos que aproveitem essa oportunidade de levá-la aos profissionais da educação, que ela seja debatida, que a sociedade possa debater sobre ela. Que a voz dos estudantes sobre ela possa ser escutada. Que a voz do movimento estudantil seja ouvida. Que os profissionais da área tenham espaço e tenham como debatê-la, tenham como estudá-la.

Nas nossas ocupações, nós frisamos muito o ensino público de qualidade, nós frisamos a importância dele. Nós frisamos a legitimidade do nosso movimento, nós frisamos que estamos lá porque acreditamos no futuro do Brasil. E infelizmente nós temos sofrido repressão de movimentos contrários. Infelizmente a repressão está sendo violenta, repressão essa que, na calada da noite, passa nas escolas. Repressão essa que, na calada da noite, passa, ao som alto do Hino Nacional, como se nós não respeitássemos o Hino. Repressão essa que olha para nós e nos desmoraliza, nos desmoraliza para o nosso pessoal. Que usa de táticas abusivas, para falar das nossas pessoas, e não dos nossos ideais. E a gente, sem sombra de dúvida, é contra essa repressão agressiva.

Nós defendemos o direito que eles têm de serem contrários. Nós vivemos numa democracia e sabemos que é importante haver os dois lados. Só que a repressão violenta, nós abominamos e vamos continuar abominando, porque nós estamos lá pacificamente, nós estamos lá lutando por uma educação pública de qualidade e estamos lá na paz, estamos lá conversando. Estamos lá priorizando o diálogo aberto. E é por isso que nós vamos abominar essa violência que está sendo feita contra nós, estudantes, e contra a educação.

Nesse período de ocupação que eu presenciei em Curitiba, na minha escola, e ontem aqui, em Brasília, eu aprendi, não só eu, mas todos os estudantes aprendemos um novo significado de resistência. Aprendemos que a resistência não acaba quando a gente sai do portão para a escola. A gente aprendeu que a resistência é quando olham para nós e falam: "Larga isso. Larga, porque vocês não vão conseguir nada, porque vocês estão do lado errado." A gente olha para eles, ergue a cabeça e fala: "Não, eu não vou largar." (*Palmas.*)

É quando a gente ergue a cabeça e fala: "Eu acredito na educação pública, eu acredito no futuro do Brasil e vou continuar lutando." E nós vamos continuar lutando da mesma maneira: pacificamente. Nós vamos desenvolver métodos de resistência pacíficos e que valorizem o movimento estudantil, que provem tudo isso que nós estamos falando, que nós somos estudantes pelos estudantes, que nós somos pacíficos e que nós vamos continuar pacíficos. Nós vamos desenvolver métodos de desobediência civil, nós vamos levar a luta estudantil para a frente. Nós vamos mostrar que nós não estamos aqui de brincadeira e que o Brasil vai ser um País de todos. (*Palmas.*)

Em relação à PEC 55, a antiga PEC 241, nós, estudantes, só temos a dizer uma coisa: aqueles que votarem contra a educação estarão com suas mãos sujas por 20 anos.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Queremos cumprimentar mais uma vez a Ana Júlia pela sabedoria das suas palavras.

Vamos passar agora a palavra para a Jaqueline, aqui representando o Fórum Nacional de Educa-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ção. Antes, Jaqueline, eu queria lembrar aos telespectadores, aos ouvintes, que esta audiência pública está sendo realizada em caráter interativo, com a possibilidade, portanto, de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e também do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Com a palavra a Jaqueline.

A SRª JAQUELINE PASUCH – Bom dia. Em nome do Fórum Nacional de Educação, gostaria de agradecer o convite feito pelo Senador Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos do Senado, assim como às Senadoras Gleisi Hoffmann e Fátima Bezerra e aos demais Senadores aqui presentes. Quero saudar também as 50 entidades que compõem o Fórum Nacional de Educação, composto pelas entidades do Governo e da sociedade civil. Quero saudar os movimentos sociais e sindicais e destacar aqui, na presença da Ana Júlia, a nossa esperança, como povo brasileiro, de ter a voz dos estudantes e a voz das crianças, que muitas vezes têm tido negado o acesso, com qualidade, a uma educação pública, laica, gratuita e referenciada.

Eu também gostaria de dizer que, quando iniciamos esta audiência pública, na consulta do Senado, na consulta popular em relação à PEC 55, agora em tramitação nesta Casa, nós tínhamos 14.470 pessoas a favor e 250.137 contra. Então, não somos só nós que estamos aqui, nas nossas representações, mas pelo menos 250 mil pessoas dizendo que não querem essa PEC. Eu, Jaqueline, e o Mieib, entidade que represento aqui no Fórum Nacional, somos contrários, e acredito que sim, podemos dizer que quem votar a favor terá 20 anos de mãos sujas.

O Fórum Nacional de Educação aprovou, na sua última reunião do pleno, uma nota, a 44ª Nota, que diz:

> A Proposta de Emenda à Constituição nº 241 de 2016 (PEC nº 241/2016), enviada pelo governo Temer ao Congresso Nacional, propõe profundo e intenso ajuste sobre as despesas correntes da União – com reflexos nos demais entes federados –, o que certamente inviabilizará as principais metas da Lei 13.005, que trata do Plano Nacional de Educação (PNE) para a década de 2014 a 2024, inclusive por meio da desvinculação da vinculação constitucional de impostos instituída em 1934.
>
> O princípio norteador do PNE consiste em quase dobrar as atuais receitas orçamentárias da educação, a fim de se cumprir as 20 metas e 257 estratégias do Plano, entre elas, as que preveem atingir o investimento equivalente a 10% do Produto Interno Bruto na educação, a equiparar a remuneração média do magistério com outras categoriais profissionais de mesma escolaridade e a instituir o mecanismo de Custo Aluno Qualidade (CAQi e CAQ) para financiar as matrículas nas escolas públicas.
>
> No entanto, os dois principais objetivos da PEC 241 [hoje 55] colidem com o PNE, uma vez que se pretende suspender por 20 exercícios fiscais – o dobro de tempo de vigência do Plano Decenal de Educação – as receitas de impostos vinculadas à educação (art. 212 da CF e art. 60 do ADCT/CF), bem como limitar os investimentos educacionais (despesas primárias do Estado) à inflação medida pelo IPCA-IBGE do exercício anterior, também por 20 anos. Ou seja: o objetivo do Estado brasileiro passará a ser exclusivamente o pagamento de juros da dívida aos credores internacionais e nacionais, uma vez que as despesas financeiras ficarão imunes de qualquer teto orçamentário.
>
> Os impactos negativos da PEC 241 para a garantia do direito humano à educação já têm tido repercussão e reconhecimento internacional. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação entregou dossiê técnico durante a última Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) ao chefe da [Comissão de Educação]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

> [...], ex-ministro do Reino Unido, Gordon Brown, que se mostrou extremamente preocupado com a medida. A PEC 241 contraria a última recomendação oficial do Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU ao Brasil de independentemente de crise econômica ou política garantir a preservação dos recursos para a implementação do Plano Nacional de Educação, o qual com a PEC ficará inviabilizado.
>
> Os questionamentos sobre a PEC 241 [hoje 55] são objetivos. Como garantir, por exemplo, o cumprimento da meta 20 do PNE se o Estado brasileiro estará impedido de aplicar "dinheiro novo" em políticas sociais, inclusive na educação? E a meta 17 do Plano Decenal, como alcançá-la se o piso nacional do magistério terá seu valor real congelado por 20 anos? E como superar as limitações orçamentárias do Fundeb, sobretudo com o compromisso de incluir mais estudantes nas escolas, se a vinculação constitucional de impostos será suspensa por prazo que supera a vigência do atual PNE? Aliás, pelo novo formato fiscal da PEC 241 [hoje 55], não há mais garantias de renovação do Fundeb, muito menos de instituição do CAQi [Custo Aluno-Qualidade Inicial] e CAQ [Custo Aluno-Qualidade], podendo a educação sofrer enorme retrocesso.
>
> Essas indagações se pautam na dura realidade que será imposta pela PEC 241 às políticas educacionais, devendo, portanto, o parlamento nacional – autor da [própria lei que institui o Plano Nacional de Educação] [...] e outras – rejeitar essa medida de grande prejuízo para o país e para a população que mais necessita dos serviços públicos.
>
> Por outro lado, como forma de superar a momentânea crise fiscal imposta não pela expansão da oferta de serviços públicos à população brasileira, mas por um cenário internacional adverso não apenas ao Brasil, o Fórum Nacional de Educação propõe ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional a revisão do marco regulatório tributário nacional, com vistas a ampliar a arrecadação de impostos sobre a renda, o lucro e o patrimônio dos que detêm a riqueza nacional, regulamentando, inclusive, o Imposto sobre Grandes Fortunas, mantendo as riquezas do petróleo para o financiamento da educação pública e da saúde e eliminando a incidência de desonerações de impostos sobre as políticas sociais, sobretudo das que detêm vinculação constitucional.

Assinam essa nota diversas entidades que compõem o Fórum Nacional da Educação.

Também há que se considerar os pronunciamentos dos últimos dias, principalmente após a aprovação na Câmara dos Deputados, e que, com essa nota da CNBB, da Anped, da Anpae, da Campanha pelo Direito à Educação – o Daniel daqui a pouco provavelmente vai falar –, da ABGLT, do Mieib, dos fóruns de EJA do Brasil, da UNCME, ad Undime, dentre outras, estando às vésperas de começar a discussão da Conae 2018, que a gente não faça com isso a morte da participação social nos rumos dos planos de educação do Brasil.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos aqui à Jaqueline, que representa o Fórum Nacional de Educação, lembrando a todos que o Fórum é uma instância muito importante do Estado brasileiro e foi instituído através da Lei 13.005, que instituiu um novo Plano Nacional de Educação. É uma instituição que congrega mais de 50 entidades e instituições vinculadas à educação e tem, inclusive, como uma das principais prerrogativas, acompanhar o Plano Nacional de Educação. Tem também como uma das principais atribuições a coordenação, a realização das Conferências Nacionais de Educação.

Então, agradeço, Jaqueline, porque nós consideramos que o Fórum Nacional de Educação não pode, em absoluto, ser excluído de qualquer instância de debate que diga respeito aos destinos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

educação brasileira.

Queremos aqui registrar também, com muita alegria, a presença já de Camila Lanes, Presidente da Ubes.

Camila, daqui a pouco você será convidada para participar da segunda Mesa.

Vamos passar agora a palavra ao Prof. Orlando Afonso, Vice-Presidente da Andifes, por dez minutos.

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Bom dia a todos e a todas. Queria cumprimentar, em primeiro lugar, a iniciativa desta Comissão, ressaltando o trabalho, a importância e a relevância da atuação das Senadoras Fátima Bezerra e Gleisi Hoffmann, e cumprimentar os demais componentes da Mesa, Ana Júlia, Jaqueline e Wilson Conciani, aqui representando o Conselho de Reitores das IFEs. E eu, na posição de Vice-Presidente da Andifes, estou representando a Presidente da Andifes, Profª Ângela, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que não pôde estar presente porque está voltando exatamente de uma viagem ao exterior no dia de hoje. Seria impossível para ela participar. Queria cumprimentar o Senador Lindbergh e demais Parlamentares aqui presentes, assessores, representantes sindicais, técnicos, professores, estudantes, todos os que estão aqui na audiência.

É, de fato, uma oportunidade única que temos para debater este tema aqui com esta audiência tão qualificada e tão envolvida neste debate. É uma oportunidade para entendermos melhor os impactos e as repercussões da aprovação de uma medida como essa e as consequências para o futuro de 20 anos, que é um futuro, como já se mencionou, extremamente longo no cenário educacional brasileiro.

Queria, em primeiro lugar, ressaltar aqui que a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais) já tem, há algum tempo, uma posição muito clara em relação à PEC 241, hoje 55. Em 26 de julho, ao tomarmos posse como a nova direção da Andifes, nós já tínhamos nos manifestado em relação à educação pública gratuita, de qualidade e inclusiva, questionando, já naquela oportunidade, a aprovação de uma medida tão draconiana como essa. Ressaltávamos, naquele documento, a importância da expansão das universidades nos últimos anos, sobretudo das universidades federais, mas também dos institutos federais, quando passamos, em um período muito curto de sete anos, de 2007 a 2014, ao dobro de matrículas no sistema federal das universidades federais.

Mais importante do que dobrar o número de estudantes matriculados, que era uma antiga bandeira de todos nós que estamos na educação superior há muito tempo, foi o movimento de levar a educação superior para o interior do País. O Brasil tinha, em 2007, da ordem de 100 Municípios com a presença das universidades federais, e passamos a ter mais de 300 Municípios com a presença das universidades federais – a Federal de Goiás também –, levando a educação superior mais próxima ao cidadão, ao interior do País, e dando oportunidade a milhares de estudantes brasileiros, de jovens brasileiros que, de outra forma, não teriam acesso à universidade.

Então, esse foi um processo extremamente importante, que ainda está em curso, não está completo e precisa ser consolidado. Tudo isso para chegarmos hoje a um percentual de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos de apenas 17% dessa população nas universidades brasileiras, sejam elas públicas ou privadas.

Esse percentual é muito baixo – é muito baixo – em qualquer comparação internacional com os países mais desenvolvidos, com os países da América Latina também. Os nossos vizinhos têm mais jovens na educação superior do que tem o Brasil. O Brasil tem apenas 17%, e é por isso que no PNE uma das metas é dobrar esse percentual até 2024, para alcançar o nível de 33%.

Para vocês terem uma ideia do quão ruim é esse indicador, do quão ruim é esse indicador para o Brasil, especialistas de educação, na nomenclatura internacional, classificam os países pela participação de jovens da educação superior da seguinte forma: países com até 15% da população de jovens nessa faixa etária na educação superior são países em que a educação superior é elitista. O Brasil está com 17%, está um pouquinho acima do limiar do elitismo da educação superior em termos de número de alunos. É muito ruim para o País, até para sair da crise.

Nós vivemos uma crise econômica, é preciso retomar o crescimento e o desenvolvimento, é pre-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ciso ter mais renda, mais arrecadação, e as universidades têm um papel fundamental nesse processo. A educação superior na graduação, na pós-graduação, a ciência e tecnologia que é desenvolvida no Brasil tem um papel fundamental.

Então, as nossas preocupações com a adoção desse novo regime fiscal têm a ver com esse desafio do País, o desafio do PNE, que já foi ressaltado aqui, anteriormente, também, de tornar este País mais inclusivo. Nós temos que trazer mais camadas, todas as camadas da população brasileira para a universidade. Existe uma lei de cotas que favorece isso felizmente, atualmente. Cinquenta por cento das vagas são destinadas à população, aos estudantes da escola pública, mas é preciso muito mais para recuperarmos o terreno da educação superior brasileira. A universidade mais antiga no Brasil tem menos de 100 anos, a Universidade de São Paulo, que foi criada na década de 1930. Agora estava num evento numa universidade na Itália, Universidade de Parma, que é da idade média. Nós temos um desafio enorme, que é recuperar o terreno, o terreno perdido, e transformar a nossa universidade de educação superior no Brasil, a educação de uma maneira geral, naqueles níveis que o País exige.

Eu vou apresentar agora algumas informações que foram colecionadas e consolidadas por um especialista da Universidade Federal de Goiás, da minha assessoria, Prof. Nelson Cardoso Amaral, que é um estudioso do financiamento das universidades, da educação, da educação superior. Eu vou, rapidamente, passar algumas informações, que eu acho que são bastante esclarecedoras.

Por favor.

O primeiro ponto, de fato, é que uma das premissas para se argumentar em favor da PEC é de que as despesas primárias do Governo fugiram ao controle, explodiram.

Vamos ver um próximo gráfico. Essa é a evolução das despesas primárias no Brasil, crescente, como teria que ser mesmo, mas – vamos ao próximo gráfico –, aqui estão essas despesas com o percentual do PIB. Com o percentual do PIB, que cresceu também, não houve explosão. Então, as despesas primárias do Brasil não explodiram.

Então, esse argumento de que as despesas estão fora do controle, do ponto de vista do PIB, não estão.

Para a frente.

Renúncias de receitas. Aqui, a margem para algum tipo de rearranjo fiscal, que não está sendo colocado, mas pode passar. Aqui também temos a evolução das renúncias tributárias, que são crescentes e, como vamos ver na próxima transparência, são crescentes em relação ao PIB também.

Aqui, são as várias renúncias – algumas muito importantes e outras que poderiam ser questionadas, mas aí está o elenco de todas as renúncias fiscais, que dão aquele número anteriormente mostrado.

Próxima. Aqui é o gasto do Governo com o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, sem falar sobre o refinanciamento, que, no seu estudo, o Prof. Nelson considera que não deve entrar nessa conta.

Vamos lá! Aí se mostra a evolução desses gastos.

Pode ir para a próxima.

Aqui, mostra-se o percentual do PIB. Como já foi mencionado anteriormente, na PEC, não há nenhuma limitação nos recursos alocados para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida. Por que não? Por que não escolher esse caminho de limitar esses gastos, não de deixar de pagar, não de dar o calote na dívida, mas de pagar dentro de um tamanho que o País consiga pagar sem prejudicar suas políticas sociais?

Próximo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL – Eu poderia ter mais dois minutos, Presidente, rapidamente? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Na PEC 241 – agora, vou passar muito rápido por isso –, está determinado que os Poderes terão seus tetos estabelecidos de forma individualizada.

Próximo. Com a correção pelo IPCA do Orçamento do ano anterior. Isso significa congelamento. Se a gente corrige pela inflação, isso significa congelar. Se estivéssemos em um país com uma educação e com uma saúde muito bem estruturadas, isso poderia até ser razoável. Mas, num país como o Brasil, com enormes carências, um país injusto e desigual com tantas carências em educação e em saúde, é condenar o País a ficar na situação atual, que não é nada boa, como é conhecido por todos.

Vamos lá! Aqui, há um problema: quando se fala que o Executivo vai ter um teto, que é a inflação, o IPCA, isso significa dizer que, dentro do Executivo, em que há vários Ministérios, o MEC vai competir com os outros para saber se ele vai receber mais ou menos. Ele pode até receber mais. Mas será que vai receber mais na disputa com os outros ministérios? Há uma séria dúvida se vamos vencer essa luta.

Próximo. Dentro do MEC, também vai haver disputa. O fato de o MEC, eventualmente, ter a correção do seu orçamento pelo IPCA não garante que as universidades federais terão o aumento pelo IPCA. É disputa lá dentro do MEC!

Próximo. Aí é uma simulação: o que aconteceria com o orçamento das universidades caso a regra fosse essa de 1999 para cá?

Estou terminando. Vamos lá!

Esse é o gráfico. A linha de cima mostra o orçamento das universidades, e a de baixo, a regra do IPCA. Chata, não é? Qual é o detalhe importante desse gráfico? Em 2005, em 2006, o gráfico começou a descolar do IPCA. Por quê? Porque foi feita a expansão. Quer dizer, se fosse manter a regra do IPCA, não haveria elevação, é óbvio. Então, se nós quisermos, como manda o PNE, dobrar novamente, não podemos ficar neste platô aqui embaixo, na regra do IPCA, mas temos de subir, porque temos de contratar mais professores, tem de haver infraestrutura, etc., etc.

Então, condenar-nos à regra do IPCA por 20 anos significa mantermos o *status quo*, mantermos a situação atual, com os 17% de jovens na educação superior pública e privada. E lembremos que 80% ou quase 80% dos alunos das universidades brasileiras estão no setor privado, não é só nas públicas não.

Próximo.

Se a gente somar essa diferença, dá quase R$200 bilhões que as universidades não teriam caso essa regra tivesse sido aplicada lá atrás. E, claro, não haveria expansão, não haveria nada disso.

Era isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A despesa não vai manter, vai cair.

Se mantivesse, seria ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço aqui ao Prof. Orlando, que falou em nome da Andifes.

Vamos passar a palavra imediatamente ao Prof. Wilson Conciani, que é o Reitor do Instituto Federal de Brasília e está representando o Conif.

Queremos registrar a presença do Daniel Cara, representando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e de Priscila Cruz, representando o movimento Todos Pela Educação.

Mais uma vez, quero registrar a presença da Senadora Regina, que, inclusive, é a Vice-Presidente da nossa CDH, e registrar também a presença do Senador Lindbergh.

Aviso às pessoas que estão em pé que, se quiserem sentar, o plenário 9, onde há um telão, foi liberado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Prof. Wilson, representando o Conif.

O SR. WILSON CONCIANI – Bom dia a todas, bom dia a todos.

Bom dia, Senadora Fátima, Senadora Gleisi, Senadora Regina, Senador Lindbergh.

Obrigado pela oportunidade de estarmos aqui apresentando a posição do Conif.

O Conif já deixou a sua posição bastante clara na Carta de Vitória, que foi elaborada no final de setembro, quando da Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec). A preocupação nossa é essencialmente a mesma de todos os que estão aqui nesta Mesa. E a gente olha um pouquinho como o Prof. Orlando colocou.

Até 2005, nós éramos 55 mil estudantes na rede federal de educação profissional e tecnológica. Nós agora somos um milhão de estudantes. Isso foi possível porque tivemos um orçamento que cresceu com a quantidade de estudantes.

No Distrito Federal, em particular, não havia nenhuma unidade da rede federal de educação profissional e tecnológica, e hoje são dez. Isso implica infraestrutura, isso implica pessoal, isso implica custeio. Enfim, exige despesas.

Quando olhamos para esse número perguntamos: por que estamos crescendo desse tanto? Qual é o significado disso?

Os países do hemisfério norte, de uma forma geral, planejam que 50% das suas matrículas devem acontecer na educação profissional para dar sustentação ao desenvolvimento desses países. Não é possível sustentar o País sem educação profissional, sem aquilo que toca o dia a dia das instituições.

No limiar do século XXI, o pessoal começou a perceber e dizer: "Olha, nós estamos entrando em crise, a solução é aumentar o número de matrículas na educação profissional para 75% das matrículas." Tudo que tivermos de matrícula no País, 75% tem que ser na educação profissional.

Como nós estamos aqui no Brasil em relação a isso? Juntando todas as matrículas da educação profissional, do sistema federal, do Sistema S, das escolas estaduais, municipais e privadas, nós temos quase 2% da população matriculada.

Como vamos sustentar desenvolvimento dessa forma? De onde sai o conhecimento tecnológico, o conhecimento técnico para fazer funcionar o banco, o supermercado, a fábrica de carros, a construção civil, a indústria alimentícia? Ou seja, nós não temos um mínimo *background* técnico para fazer funcionar nossas instituições.

Isso nos coloca nesse pingue-pongue, nessa senoidal em que vamos, em uma hora estamos bem desenvolvidos; noutra, a gente mergulha. Quando subimos, não temos capacidade técnica de sustentar o nosso desenvolvimento, e mergulhamos de novo.

Por isso é que houve esse crescimento tão grande de matrículas na rede de educação profissional – saímos de 55 mil para um milhão de matrículas – porque é preciso sustentar esse desenvolvimento.

Bom, além da educação técnica para os meninos que estão cursando o ensino médio, os institutos federais oferecem também o Proeja, profissionalização para aqueles que estão fora da idade esperada. A gente espera que o pessoal conclua o médio com 17 anos. Mas há muita gente que não conseguiu sequer entrar no ensino médio com 17 anos. Então, os institutos federais trazem essa oferta de Proeja para promover a inclusão das pessoas.

Como fazemos isso? Como sustentamos a educação profissional? A diferença de manter um laboratório de mecânica como o que a universidade tem para fins de pesquisa fundamental, para fins de desenvolvimento e de demonstração... Para nós, é um pouco diferente. Precisamos que as pessoas façam, por que se a pessoa não pegar o torno e não fizer a peça, como vai chegar na indústria e fazer a peça se ela só viu como se faz? Então, há um custo muito maior.

Para além dessas questões de custeio, de investimento, há a meta 11 e a meta 12 do Plano Nacional de Educação, que implicam triplicar as ofertas de Proeja, que implicam dobrar as ofertas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

educação profissional até 2024.

Bom, e aí a gente pensa: como é que eu vou aumentar a oferta? Aumentando o número de unidades; aumentando o número de professores, pelo menos; aumentando a capacidade dos laboratórios. E como fazer isso sem investimento? Como fazer isso sem custeio?

Nós temos também um outro projeto paralelo que impacta diretamente na vida dos institutos. Para que a gente possa ofertar ensino médio integrado com a educação profissional, a gente faz ou o período integral, ou seja, os estudantes vêm de manhã e de tarde para a escola, ou a gente faz o curso em quatro anos. A tendência é de se migrar sempre para o período integral, sobretudo agora com a medida provisória do ensino médio. E aí a gente tem alguns custos adicionais.

Vamos falar só de custo, que é o ponto central. Como é que vamos dar café, almoço e lanche da tarde para essa criançada com 30 centavos, o valor que hoje recebemos do PNE? É preciso haver uma pequena mudança de valores porque eu não consigo cumprir com a minha obrigação de dar alimentação para a criançada com esse valor de 30 centavos por cabeça.

Então, é preciso que a gente olhe com um pouquinho mais de cuidado para isso. Como a meta 17 falava do financiamento, agora, com a proposta, a meta 17 praticamente vai embora. A gente não tem mais vinculação – ou pelo menos não está clara a vinculação.

O que o Conif espera? O que os reitores dos institutos federais esperam nesse momento? Nós esperamos poder contribuir para uma efetiva discussão da PEC, daquilo que ela pode trazer de benefícios e daquilo em que ela pode ser corrigida para melhorar a situação da educação profissional no País e da educação como um todo. Não basta fazer educação profissional. Primeiro, faz-se educação e, depois, profissionalização. E a gente procura integrar isso.

Então, a nossa preocupação maior é de que a PEC possa impedir que a gente, inclusive, mantenha o número de matrículas que a gente tem hoje.

Para fazer esse ensino médio integrado, muito provavelmente a gente tenha que reduzir alguma coisa na ordem de 30% a 40% das vagas que a gente tem, e não é isso que o País precisa neste momento. O País precisa aumentar o número de vagas absurdamente para chegar aos tais 50% como os outros países.

Como Orlando já dizia, mesmo aqui na América do Sul, a nossa oferta é muito pequena. Perdemos para a Colômbia, perdemos para o Peru, para a Argentina, para o Chile, para o Uruguai. Perdemos para a maior parte dos países em termos de número de matrículas, de percentual de matrículas, na educação profissional.

A solução é que a gente possa pegar esse texto, a parte técnica, que fundamentou a construção da PEC e colocar os especialistas que as universidades têm, que os institutos têm para discuti-lo. Assim como a Andifes fez e os institutos também, nós colocamos o Prof. Paulo Rocha, que é cientista político, especialista em Orçamento Público, foi Secretário de Orçamento durante muitos anos, e está à disposição para olhar as peças técnicas e trazer contribuições. É o que a gente pode fazer para que efetivamente a PEC beneficie o País, não corte a educação, a saúde. Enfim, limite o nosso País.

É simples, é possível. Entendemos que é um momento difícil, mas é preciso olhar para frente, não apenas para gerar superávit, mas para gerar capacidade e transformação no País. É isso que a gente espera. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos ao Prof. Wilson, representante do Conif, pela participação.

Passamos a palavra imediatamente ao Prof. Carlos Frederico, Professor do Instituto de Economia da UFRJ.

O SR. CARLOS FREDERICO ROCHA – Obrigado.

Bom dia a todos.

Primeiramente, quero agradecer pelo convite para estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Em segundo lugar, o primeiro eslaide deve estar sendo projetado aí, eu achei importante começar com o art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, que afirma: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

É importante falar sobre isso porque não há qualquer medida na PEC 241 que necessite de uma mudança constitucional, que não seja a saúde e a educação.

Retirar os pisos de gastos na saúde e na educação é a única medida para a qual você necessita de uma reforma constitucional. Não há nenhuma outra. Você consegue implantar tetos de gastos sem reforma constitucional. Você vai conseguir fazer uma reforma da Previdência sem reforma constitucional. A única medida em que é necessária uma reforma constitucional é essa.

Então, a PEC é sim para retirar direitos da saúde e da educação, os direitos sociais que estão garantidos no art. 6º da Constituição.

Dito isso, a minha exposição vai partir de duas premissas. A primeira, eu não acredito nela, mas eu vou usá-la. A primeira parte da premissa do Ministro Meirelles de que, após a implantação da PEC, o País vai virar um *show* de crescimento. Então, nós vamos crescer 2,5% ao ano. Então, com todos os dados que eu vou mostrar aí, vão supor que, a partir da PEC, nós vamos crescer 2,5% ao ano. Eu não acredito nisso. Eu não acredito que a PEC traga crescimento. Mas nós vamos supor isso na nossa apresentação.

E a segunda hipótese de que nós partimos é que não há como gerir a PEC sem reduzir gastos em saúde e educação. E essa premissa parte também de hipóteses do Ministro Meirelles. O Ministro Meirelles fala que, baseado na transição demográfica que nós teremos, que nós estamos vivendo, nós aumentaríamos os gastos com a Previdência. Se você congela os gastos totais e aumenta os gastos com a Previdência, torna mais difícil você alocar recursos para outros gastos. Então, saúde e educação serão fatalmente afetadas. Não existe a retórica do Ministro Meirelles de que serão alocados mais recursos na saúde e na educação se o Congresso quiser. O Congresso não poderá fazer isso.

Então, eu acho importante os Srs. Senadores saberem que estarão limitados a alocar recursos na saúde e na educação sim. A PEC é um ataque à saúde e à educação.

Por favor, o próximo eslaide.

Este eslaide mostra, atualmente, o gasto público em saúde que nós temos no Brasil. Nós gastamos cerca de 3,8% do PIB em saúde, o que representa um gasto *per capita* da ordem de US$600. Se nós compararmos com os países desenvolvidos – ali eu coloquei União Europeia – e países de alta renda, esses países gastam 7,8% em saúde, e a média de gasto é de quase US$3 mil/ano *per capita*. Então, eles têm um gasto *per capita* maior e eles fazem um esforço, as políticas públicas desses países são melhor direcionadas do que as políticas públicas do Brasil.

Mas, olhando para trás, atualmente nós gastamos 3,8%, e a América Latina gasta 3,7% em saúde e educação, com um gasto *per capita* semelhante ao nosso. E os países de renda média alta, de que nós fazemos parte, gastam 3,4% do PIB em saúde e educação. É importante falar sobre essas percentagens, porque essas percentagens normalmente referem-se a políticas que são adotadas. E, conforme você cresce o PIB *per capita*, o gasto *per capita* vai crescer junto com essas políticas.

Então, o que a PEC faz?

A OMS (Organização Mundial da Saúde) recomenda que o gasto governamental em saúde seja de 6% do PIB. Então, nós estamos muito abaixo da recomendação da Organização Mundial da Saúde. Nós teríamos que aumentar fortemente esse percentual.

O que acontece hoje? O que vai acontecer com a PEC? Se a PEC for implantada, o percentual do PIB vai cair de 3,8% para 3%. Nós estaremos abaixo da média dos países de renda média alta.

Então, é um forte impacto na saúde. Três por cento do PIB é muito pouco. Para se ter uma ideia, quem gasta isso é Ruanda. Nós estaríamos no nível de Ruanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por favor, o próximo.

Eu não vou falar nada, mas é altamente correlacionado o gasto em saúde com a expectativa de vida. Eu não vou dizer as consequências aqui que nós teremos para a expectativa de vida no Brasil.

Próximo, por favor.

Aqui eu tenho o mesmo gráfico para educação. Os dados são de 2012. Hoje nós estamos gastando 5,2%. No gráfico está 4,8% porque os dados são de 2012.

Em educação, ao contrário do que acontece em saúde, a política está bem feita. Nós gastamos um percentual semelhante àquele dos países desenvolvidos. E nós gastamos um percentual semelhante àquilo que é recomendado pelas organizações internacionais.

No entanto, o nosso PIB *per capita* é baixo. Portanto, quando nós vemos o valor *per capita*, o valor *per capita* destinado à educação está muito abaixo daquele dos países desenvolvidos. Para nós nos equipararmos aos países desenvolvidos, nós teríamos que crescer o PIB – esse PIB que o Ministro Meirelles diz que vai crescer, do qual nós poderíamos usufruir, e de que ele está proibindo que nós usufruamos.

O que na verdade está acontecendo? Se houver crescimento, na verdade, boa parte da população brasileira não usufruirá do crescimento do Brasil. É isso que está sendo dito.

Por favor, o próximo.

Aí é o mesmo gráfico para a educação superior, porque a educação superior, no caso da PEC, é a mais afetada. Agora, notem que, em educação superior, nós estamos com um gasto de 0,97% do PIB, que está abaixo da média do gasto dos países desenvolvidos. E nós cairemos para 0,58% do PIB se a PEC for aplicada. Ou seja, nós estaríamos abaixo de qualquer outro país que está nesse gráfico. Então, é um baita impacto na educação superior. E a educação superior é aquela em que o esforço público é integralmente ou majoritariamente federal.

Próximo.

Já falaram aqui sobre o Plano Nacional de Educação. Eu não preciso dizer que isso vai tornar o Plano Nacional de Educação letra morta. Aí estão as principais metas que serão afetadas do Plano Nacional de Educação.

O que acontece? No Plano Nacional de Educação, nós decidimos chegar ao nível *per capita* dos países desenvolvidos aumentando o percentual dedicado à educação. Isso está finalizado. Nós vamos reduzir o percentual destinado à educação.

Por favor, próximo.

O que é principalmente afetado? Ensino profissionalizante e ensino superior.

Olhem a meta do Plano Nacional de Educação. Nós praticamente dobrávamos o ensino superior e o ensino profissionalizante. O ensino profissionalizante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FREDERICO ROCHA – ... aumentava – estou terminando – em 190%, e o ensino superior aumentava em 90%. E o gasto estaria acompanhado ali. Esse é o aumento de gasto necessário para se fazer isso. Ou seja, nós vamos estagnar.

Por favor, próximo.

Então, eu aqui fiz o que vai acontecer, se nós crescermos a 2,5% ao ano, com o gasto governamental. Nós sairemos de 19,8% do PIB, que é o percentual de 2016, para 12,1% do PIB.

Se nós considerarmos o que é recomendado internacionalmente, que é 6% do PIB gasto em saúde; cerca de 5% do PIB gasto em educação, isso dá 11% do PIB e não cabe no setor público projetado para 2036. Simplesmente é isso o que está acontecendo. Nós vamos acabar com a saúde e a educação no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por favor, o próximo gráfico.

Mantendo as cláusulas constitucionais, esse verde se adiciona àquela trajetória. Então, a manutenção das cláusulas constitucionais de educação e saúde afeta muito pouco as metas de gasto do Governo Federal. Não sei por que isso tem de ser mantido assim.

Por favor, o último.

Você poderia clicar sobre a figura?

Eu queria agradecer a todos e mostrar o nosso pequeno GIF e o que vai acontecer com o País. (*Pausa.*) (*Risos.*)

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer ao Prof. Carlos Frederico pela importante contribuição.

Vamos agora, imediatamente, passar para a segunda Mesa. Teremos três Mesas na presente audiência pública. Por causa do horário, vamos imediatamente passar para a segunda Mesa, mais uma vez agradecendo a presença dos nossos convidados e convidadas pela qualificada e importante colaboração que estão dando a um debate tão essencial, tão importante e tão decisivo para o nosso País.

A Senadora Gleisi vai acompanhar a estudante Ana Júlia.

Por favor, com a palavra.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – A Ana Júlia tem uma série de audiências agora que acho importantes, e um dos focos do debate, além do conteúdo da PEC, do conteúdo da medida provisória, é também termos condições de fazer uma rede de proteção aos nossos estudantes que estão nos movimentos nas escolas.

Tivemos questão de violência em Tocantins, Espírito Santo, no Paraná, Distrito Federal, Goiás. Isso tem sido muito preocupante para nós. A Ana veio para cá, aproveitando para falar nesta audiência, mas ela também vai se encontrar com o pessoal da Unicef, com a Drª Débora Duprat, que é do Ministério Público e com a CNBB. Então, queríamos que vocês que estão participando aqui também pudessem nos ajudar com essa rede para que não deixemos os estudantes ficarem expostos à violência ou a uma ação até de movimentos contrários que têm sido bem fortes – lá no Paraná, com certeza, têm sido muito fortes. Então, pedimos isso.

E quero agradecer também a presença de todos, parabenizando mais uma vez a Senadora Fátima por esta iniciativa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Toda a nossa solidariedade ao movimento dos estudantes secundaristas em todo o País.

Passando para a segunda Mesa, queremos convidar Daniel Cara, representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Priscila Cruz, Presidente-Executiva do Movimento Todos pela Educação; Luis Fernando Martins, representante dos alunos do IFB. Cadê Luis? Iago Campos, representando a União Nacional dos Estudantes; Camila Lanes, representando a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Lembramos que, imediatamente depois, teremos ainda a terceira Mesa, com a presença de Rosilene Correa de Lima, representando aqui a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Gibran Ramos Jordão, representando a Fasubra; Fabiano Godinho Faria, representando o Sinasefe; Alexandre Carvalho, pelo Andes-SN; Gilson Reis, pela Contee; e Andréia Araújo, representado a Atens.

Vamos agora para a segunda Mesa, lembrando que os Senadores que aqui estão poderão fazer uso da palavra quando acharem necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mais uma vez, agradeço aqui a presença do Senador Lindbergh e da Senadora Regina.

Com a palavra Camila, Presidente da Ubes.

Eu vou só pedir a compreensão aqui de vocês em função do tempo, Camila. Nós estamos destinando oito minutos, pois ainda teremos uma terceira Mesa.

Com a palavra Camila, Presidente da Ubes.

A SRª CAMILA LANES – Bom dia a todos e todas. Eu queria saudar a participação de cada estudante secundarista que está aqui dentro da sala, em especial aqueles que estão ocupando suas instituições de ensino e aqueles que estão aqui para realmente debater sobre o nosso futuro e o futuro de todas as gerações que virão após a tristeza de haver ou não essas medidas antipopulares aplicadas aqui no País.

Acho que, após as explanações que já foram colocadas, principalmente dos termos técnicos, não vou entrar muito nesse quesito, porque acredito que cada um aqui também vai conseguir contribuir da sua forma. Então, venho aqui mais para utilizar esse espaço de fala para fazer uma grande denúncia.

Já são mais de 1.174 escolas ocupadas por todo o Brasil, em 19 Estados mais o Distrito Federal. Os estudantes secundaristas têm ocupado suas escolas em resistência há quase um mês contra a Medida Provisória nº 746, que é da deforma do ensino médio, e também contra a PEC 241, que agora passa a ser a PEC 55 no Senado.

Infelizmente, em nenhum momento – não que a gente deseje –, durante todo esse tempo, o Ministério da Educação e muitas Secretarias de Educação tiveram um único esforço para conseguir dialogar e entender o que esses estudantes estão reivindicando dentro de suas escolas e, principalmente, o que esses estudantes pretendem fazer diante de todas essas medidas que serão aplicadas.

Infelizmente, junto com as ocupações existe um movimento que, no meu entendimento pessoal, não é uma simples organização, e sim uma organização criminosa, que descumpre sete artigos do Código Penal quando coloca a vida de estudantes secundaristas em risco, quando coloca a integridade física desses estudantes em risco, atacando as escolas.

Não só no Paraná aconteceu, mas o Movimento Desocupa, que é financiado pelo Movimento Brasil Livre, tem atacado as escolas com pedras, com ameaças; tem feito movimentações para colocar estudantes contra estudantes. E, infelizmente, no Paraná, a gente vê casos como o atropelamento de um estudante em um ato; a gente vê casos, como na Bahia, de agressões físicas e ameaças feitas por membros desse movimento contra estudantes; a gente vê casos, como aqui em Brasília, em que o Movimento Desocupa tentou invadir uma escola pelo telhado.

E precisamos fazer com que essas denúncias partam, saiam somente da mídia e passem para a Justiça. Já vou anunciar: nós vamos tentar fazer um movimento para que o MBL – assim como todos os responsáveis pelo Movimento Desocupa, que é criminoso – responda na Justiça por todas as ameaças, agressões e por toda a truculência que ele tem feito dentro das escolas. (*Palmas.*)

Então, eu já queria, de antemão, pedir que todo estudante que já se sentiu ameaçado, dentro de uma escola pública, pelo Movimento Desocupa – que infelizmente passou do limite – vá até uma delegacia e faça um boletim de ocorrência, porque nós precisamos cobrar na Justiça. São oito artigos do Código Penal que estão sendo colocados praticamente no lixo, por um movimento que, infelizmente, não sabe dialogar. Os estudantes nunca, sequer em algum momento, fecharam as portas das escolas para que o debate fosse feito. Muito pelo contrário: as portas estão abertas para todos e todas que queiram saber por que os estudantes estão ocupando. Então, nós convidamos aqueles que são contrários a essas ocupações a que vão às escolas e façam o debate, mas nós não aceitamos, em algum momento, a violência. Tanto é que a regra principal das ocupações é que nenhum tipo de opressão e violência é aceito dentro da escola, porque já nos basta a violência do Estado, que hoje não investe em educação e que propõe, infelizmente, medidas provisórias, colocam PECs e projetos como esses para votar. E agora há também esse movimento que, infelizmente, é um movimento criminoso, que tem colocado a vida dos estudantes em risco.

Para já dar finalidade à minha fala, eu gostaria de ressaltar duas coisas que são motivos de grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

reflexão, inclusive para o Ministério da Educação, que se opõe a qualquer diálogo. Reiterando o que eu já disse, não que os estudantes se interessem por um diálogo com o Ministério da Educação, mas ontem aconteceu, em mais de quatro Estados, o segundo turno das eleições, e felizmente os estudantes conseguiram, na forma do diálogo e do bom senso, promover a coexistência do processo eleitoral nas escolas ocupadas. Vamos dar um exemplo: em Minas Gerais, o Senador Aécio Neves votou dentro de uma escola ocupada, não foi atacado por nenhum estudante, não foi sequer xingado por nenhum estudante, porque os estudantes estão ocupando suas escolas para a defesa da educação pública, e não para fazer ataque simultâneo a qualquer pessoa que entre na escola.

Então, nós estamos aqui agora. Eu, como Presidenta da Ubes, não quero, de forma alguma, me colocar como liderança e representante das ocupações no Brasil, porque o movimento é espontâneo, cada estudante está ocupando a sua escola, e nós respeitamos a autonomia e a independência de cada estudante para ocupar a sua escola, mas nós queremos repudiar – e eu quero repudiar, em público – as ameaças que as secretarias de educação estão fazendo às escolas ocupadas, falando que, se os estudantes não desocuparem suas escolas até quinta-feira, a Força Nacional irá desocupar, fazendo com que professores vão até as escolas para tirar fotos desses menores de idade e entregá-las à secretaria de educação, fazendo com que as secretarias de educação fiquem buscando listas dos estudantes que estão dormindo nas escolas, para ter o número contado de quantos estudantes estão ocupando suas escolas. Isso representa o quão antidemocrático está sendo esse processo.

A Medida Provisória não nos representa. A PEC 241 e a PEC 55 não nos representam. São mais de mil escolas ocupadas. A mídia tradicional não pauta essas ocupações e, infelizmente, começou a tratar as ocupações, após a morte do estudante Lucas Eduardo Mota, dentro de uma escola ocupada em São José dos Pinhais, que é a minha cidade... Inclusive, nós queremos pedir respeito ao luto da família do Lucas, que infelizmente está sendo totalmente criminalizado. Nenhum laudo médico foi colocado ainda em prática, para que a Globo, em especial, fale que esse estudante estava drogado dentro de uma escola. Nenhum laudo médico prova que o estudante Lucas Eduardo estava drogado, para a grande mídia pautar isso.

Isso é criminalização do movimento estudantil, criminalização do movimento social, e nós não vamos permitir. É por isto, inclusive, que a grande mídia não entra nas escolas: nós estamos cansados da mentira que eles propagam todos os dias na TV e nas rádios. (*Palmas.*)

Para finalizar, eu gostaria, mais uma vez, de reiterar a unidade e a total responsabilidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRª CAMILA LANES – ... que os estudantes secundaristas têm colocado nas ocupações. Convido todos aqui a irem a uma escola ocupada, a doarem aulas, também a ajudar e resistir com os estudantes, porque essa luta não é só dos estudantes e dos professores, mas é de todos e todas. É o nosso futuro que está em risco, e os estudantes têm se mobilizado e vão resistir para que consigamos, inclusive, não prejudicar o Exame Nacional do Ensino Médio, porque não é a nossa intenção prejudicar os estudantes.

Nós estamos tentando lutar pelo nosso futuro. Então, estamos aqui fazendo uma grande mobilização e queremos reiterar, mais uma vez, que nossa mobilização não é pelo ódio e pela violência, nossa mobilização não é baseada nas mentiras. A nossa mobilização é sincera, é verdadeira. Nós estamos tentando lutar pelo nosso futuro e não queremos prejudicar, de forma alguma, nenhum estudante de escola pública, principalmente aqueles que estão terminando o ensino médio.

Nós deixamos bem claro que, após toda essa mobilização, tenho certeza de que o movimento estudantil vai estar cada vez mais forte, para vir à Brasília inclusive, para cobrar de Michel Temer e Mendonça Filho, que não dialogam com os estudantes, mentem e colocam a opinião pública contra nós.

É isto: ocupar e resistir.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço à Camila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Rapidamente, digo à Camila que, tão logo o MEC tomou aquela iniciativa, através daquela circular, de pedir a identificação dos estudantes que estão se mobilizando em defesa da agenda da educação, exigindo, inclusive, dos gestores, dos diretores dos institutos federais que entregassem a lista, repito, com o nome dos estudantes, de pronto, eu, o Senador Lindbergh, a Senadora Gleisi, a Vanessa, a Senadora Regina, o Paim e vários outros aqui nos mobilizamos. Primeiro, repudiamos esse ato do MEC; em seguida, inclusive, também representamos, Camila, junto à Procuradoria-Geral da República e estivemos também junto à Procuradora Federal de Defesa dos Direitos do Cidadão, Drª Deborah Duprat. Representamos, portanto, contra o MEC, pedindo a suspensão daquele ofício, inoportuno que ele é, pela intolerância, pela intransigência e truculência que contém. Os estudantes precisam é de diálogo e não, repito, de métodos como esses, autoritários, intolerantes e truculentos.

Então, só faço o registro das nossas ações aqui, no campo político e parlamentar, em sintonia com vocês, não só prestando solidariedade, mas fortalecendo o movimento em defesa da educação, que vocês tão bem estão protagonizando neste exato momento, renovando, cada vez mais, a nossa esperança.

Quero aqui imediatamente passar a palavra para Daniel Cara, representando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O SR. DANIEL CARA – Bom dia a todos e todas.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite feito pela Comissão de Direitos Humanos na pessoa da Senadora Fátima Bezerra, que tem sido uma das mais importantes Parlamentares, nas últimas legislaturas, na luta pelo direito à educação.

Cumprimento também o Senador Lindbergh Farias, que tem feito um trabalho fundamental de combate à PEC 241, ou PEC 55 agora, no sentido de demonstrar que ela tem elementos danosos para o desenvolvimento do País e também para os direitos sociais.

Essa atividade, hoje, na nossa opinião, na opinião da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, é uma das mais importantes do debate sobre a PEC 55. Nós tentamos muito participar – e vários requerimentos foram negados na Câmara dos Deputados, Senadora Fátima – para tentar apresentar quais são os impactos da PEC 241, na época, atual PEC 55, aqui no Senado, sobre o direito à educação.

O único consenso que se estabeleceu em relação a esse tema foi uma audiência pública que teve a participação da Undime, do Conasems e do Congemas – respectivamente, secretários municipais de educação, secretários municipais de saúde e secretários municipais de assistência social. Porém, essa audiência pública aconteceu em um momento em que a Câmara dos Deputados estava totalmente dedicada ao calendário eleitoral – ainda não tinha ocorrido o primeiro turno. Então, o debate acabou ficando sem um impacto.

A realidade – e nós temos hoje a sociedade brasileira bastante mobilizada em relação à PEC 55 – é que já não existem tantos argumentos novos, porque praticamente todos os argumentos já foram esgotados.

A Jaqueline trouxe aqui a apresentação do Fórum Nacional de Educação, de que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação é signatária; outras entidades, como o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), de Campinas, têm feito um trabalho de estudos sobre a PEC 241, agora PEC 55; a Campanha Nacional pelo Direito à Educação – inclusive, eu vou projetar; eles estão ali tentando organizar a projeção – lançou recentemente uma nota técnica, junto com a Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação), apresentando os impactos da PEC 55, do novo regime fiscal do Temer e do Meirelles, na área de educação. E a realidade é que a sociedade brasileira, aqueles que têm acesso a informação, sabe que a PEC 55 é danosa para a realização do direito à educação.

Se não fossem os estudantes em ocupação... E eu quero aqui deixar registrado o apoio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação à luta que a Ubes tem liderado, mas que os estudantes, em cada uma das escolas, têm protagonizado. Eu acho muito correto, da parte da Camila, que demonstra uma liderança muito madura como presidenta da Ubes, compreender esse movimento, dar apoio ao movimento dos estudantes e participar das ocupações. Nós temos visitado ocupações no Brasil inteiro, e é impressionante como os estudantes têm feito um debate técnico sobre a PEC 241, PEC 55 agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a medida provisória do ensino médio e o Escola sem Partido, que também é uma pauta importante. Neste momento, se não fosse a luta dos estudantes, certamente a sociedade brasileira não daria tanta atenção ao debate do novo regime fiscal, que vai ser extremamente danoso.

O primeiro dado que eu quero trazer para vocês nesse sentido – acho que este é o único dado novo hoje do debate – é um gráfico que foi realizado pelo Prof. José Marcelino de Rezende Pinto, em uma nota técnica conjunta entre a Fineduca e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, em que se demonstra que uma das teses que têm sido apresentadas pelo Presidente Michel Temer e pelo Ministro da Fazenda Henrique Meirelles não se comprova. Eles têm dito que os mínimos constitucionais da educação seriam mantidos com a PEC 241. E esse gráfico desenvolvido pelo José Marcelino mostra uma queda bastante vertiginosa, inclusive dos mínimos constitucionais. Ou seja, no vigésimo ano de vigência da PEC 55, do novo regime fiscal, a vinculação de tributos, de impostos à educação, prevista no art. 212 da Constituição Federal, cairia para cerca de 10% dos tributos, sendo que, pela Constituição Federal, é 18% dos tributos, e hoje estamos acima desse patamar.

É importante frisar esse dado porque a luta pelo direito à educação vive uma necessidade muito maior do que os 18% de tributos, de impostos da União vinculados no art. 212. Na Mesa anterior, o representante da Andifes trouxe um dado bastante relevante: na realidade, a educação precisa, para a manutenção do Plano Nacional de Educação, de uma vinculação maior de recursos do que aqueles que estão previstos na Constituição Federal.

É curioso observar que a PEC 241, ou a PEC 55 agora, tem trazido para o debate do direito à educação a ideia de que agora é preciso haver austeridade; quer trazer para a pauta econômica um conceito moral, como que querendo dizer que, no passado, até 2014, 2015, o que existia era um gasto completamente irracional de recursos na área de educação.

O que quero dizer para vocês é que a irracionalidade dita pelo Governo Temer, na realidade, foi a expansão das universidades como nunca aconteceu no Brasil, foi a expansão dos institutos federais de educação técnica, foi a expansão da creche e da pré-escola, foi a constituição do Fundeb, de que a Senadora Fátima Bezerra foi Relatora na Câmara dos Deputados. Ou seja, a PEC 55, na realidade, vai fazer com que o direito à educação se torne um direito completamente secundarizado no debate público brasileiro.

Eu quero trazer agora três pontos que penso serem fundamentais para a análise desta matéria e que precisam ser reforçados no debate público brasileiro.

Pode passar.

A PEC 241 tem um defeito de origem – acho que este é um argumento importante que está no documento Austeridade e Retrocesso, de vários autores, mas especialmente a Plataforma Social, que já foi apresentado aqui pelo Pedro Rossi –, porque ela transforma a política fiscal em política econômica. Ou seja, a questão relacionada à arrecadação de tributos e ao gasto desses tributos se tornam sinônimo de política econômica, o que significa que o Brasil vai deixar de planejar como deve gastar aqueles recursos que arrecada. Simplesmente haverá um teto de gastos que ficará basicamente dedicado ao pagamento das dívidas, o que não é uma pauta menos importante. Temos de ter clareza sobre a importância da pauta da dívida pública, porém a dívida pública precisa ser raciocinada e planejada conforme o interesse da sociedade brasileira.

Outra questão que a PEC 241 – PEC 55 aqui no Senado – traz e que é extremamente danosa é a ideia de que ela introduz outras medidas para reduzir a participação do Estado. A Senadora Gleisi Hoffmann, com razão, colocou a questão da reforma da Previdência, mas, na realidade, a PEC 55 tem um efeito ainda mais danoso para o debate educacional, que é o fato de que ela introduz medidas como a medida provisória do ensino médio.

O que é a medida provisória do ensino médio em termos bem concretos? A parte da LDB, das alterações na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, é uma parte secundária dentro da medida provisória. O fundamental é a alteração do Fundeb em termos de financiamento da educação. O que vai acontecer com a medida provisória do ensino médio é que o Governo Federal vai se eximir do financiamento mais estrutural do ensino médio, sendo que o Plano Nacional de Educação pensa numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

forma de aumentar a participação do Governo Federal.

Deixem-me só tomar um gole de água.

O Plano Nacional de Educação trabalha numa perspectiva de aumentar a participação do Governo Federal na questão da educação básica, especialmente por meio do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi). E a realidade é que a medida provisória do ensino médio retira a participação do Governo Federal ao longo do tempo e vai redistribuir os recursos do Fundeb.

Então, o Governo Federal teria que aumentar a sua participação no financiamento da educação básica. Entretanto, a partir do momento em que existe a PEC 241, ele tem um argumento para se eximir dessa responsabilidade, caso contrário o teto vai ser sempre superado. E isso, por meio da proposta de emenda à Constituição, a própria Constituição da República Federativa do Brasil não vai permitir. Ou seja, o investimento adequado na educação torna-se algo impossível de ser realizado.

Por último, existe um aspecto da medida provisória que demonstra uma grave imaturidade do debate público brasileiro. É que a PEC 55 procura introduzir também ações de desconstrução das políticas do passado.

Vou dar um exemplo bem claro para vocês. O Brasil, depois de muita luta da sociedade civil, conseguiu incluir as creches no Fundeb, e essa talvez tenha sido a luta mais importante entre os anos 2000 e 2010, que teve uma participação de vários Parlamentares de todos os partidos – assim como todos os partidos também votaram no Plano Nacional de Educação, que vai ser desconstruído pela PEC 55. A partir do momento em que conseguimos aumentar a possibilidade de financiamento a creches via Fundeb, mas também com programas como o Proinfância, a realidade é que a sociedade brasileira passou a reivindicar mais o direito à creche. E este é um aspecto interessante: boa parte da sociedade brasileira não tinha consciência da importância do direito à creche. Foi graças à luta principalmente do MIEIB (Movimento Interforuns de Educação Infantil do Brasil) que isso se tornou uma pauta importantíssima.

Ao passo que temos que expandir as creches numa razão de mais ou menos 3,4 milhões de matrículas, que é o que está previsto no Plano Nacional de Educação, o Governo Federal, com a PEC 55, modifica a lógica da educação infantil e lança o Criança Feliz, que não é um programa educacional. Ele tenta ser um programa intersetorial, mas, na prática, significa a retirada da educação infantil como uma pauta prioritária do Ministério da Educação, com a sua transferência para o Ministério do Desenvolvimento Social, que agora é Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Ou seja, a PEC 55 também demonstra qual é o tipo de projeto de sociedade que o Governo Temer acaba tendo como proposta de desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, e certamente não é um projeto de sociedade condizente com a Constituição Federal de 1988.

Aqui não se está fazendo proselitismo ou oposicionismo fácil. O fato é que a gente precisa analisar os dados, e os dados que têm sido apresentados para a sociedade brasileira mostram uma forte desconstrução da pauta do direito à educação.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação – todos vocês que acompanham a área sabem – foi uma das entidades mais críticas em relação às gestões Lula e Dilma em termos de educação, porque nós víamos muitos limites em relação àquilo que poderia ser feito e apontávamos os limites, apontávamos soluções. Mas nós nunca imaginávamos que um governo que assumisse a Presidência da República em um processo de *impeachment,* que consideramos ilegítimo, já faria, em tão pouco tempo, uma forte alteração em relação a tudo aquilo que vinha sendo construído, o que é um grave entrave para o desenvolvimento democrático do País.

Então, para finalizar – há vários outros dados, a apresentação vai ficar disponível aqui no Senado Federal –, o que eu queria dizer para vocês é que a PEC 55 desconstrói o Plano Nacional de Educação e desconstrói o processo de desenvolvimento das políticas sociais que vinham sendo realizadas desde a Constituição Federal de 1988.

E quanto a minha visita à Organização das Nações Unidas, quando eu entreguei à Comissão de Educação daquela organização, para o Gordon Brown, um estudo sobre o que significa a PEC 241, a minha experiência foi de um susto absoluto da comunidade internacional, um receio em relação àquilo que vem do Brasil, porque o Brasil vinha sendo tratado como um país paradigmático, um país que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vinha desenvolvendo políticas sociais consistentes. E a comunidade internacional está muito assustada com a possibilidade de o Brasil optar por deixar de fazer política social estruturante por 20 anos, deixando de desenvolver a sua sociedade.

Então, parece que nós discutimos uma medida de governo, mas, na realidade, nós estamos não só impondo um teto à economia brasileira, estamos também impondo um teto de 20 anos ao desenvolvimento do País. Isso precisa ser refletido e, se não fossem os estudantes, talvez a sociedade brasileira não debatesse esse tema com a ênfase com que precisa fazê-lo.

Quero parabenizar a Senadora Fátima Bezerra e o Senador Paulo Paim pelo convite, bem como os demais Senadores presentes, porque, no Senado Federal pelo menos, este debate está sendo travado da maneira como precisa ser travado, da maneira como precisa ser refletido. Então, meus parabéns e muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer a Daniel Cara, representando aqui a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. E quero mais uma vez aqui registrar a seriedade e a qualificada contribuição, Daniel, que a Campanha tem dado à luta em defesa da educação pública no nosso País – sou testemunha disso.

Agora vamos passar a palavra para Priscila Cruz, Presidente Executiva do movimento Todos pela Educação.

A SRª PRISCILA CRUZ – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Quero agradecer o convite da Senadora Fátima Bezerra, agradecer também a presença de todos vocês para este debate e agradecer a mobilização dos estudantes, porque eu acho que uma coisa que tem acontecido cada vez mais neste País é o debate sobre a educação e a importância da educação. Então, a forma pela qual eu gostaria de contribuir neste momento é fazendo um apelo para que o Senado vire o jogo.

Eu acho que é possível nós virarmos o jogo, Senador Lindbergh, e trago aqui alguns argumentos para nós tentarmos virar esse jogo aqui no Senado e fazer com que essa discussão toda da PEC 55 ajude no amadurecimento desse debate sobre a educação no Brasil.

E não se trata apenas do debate da importância da educação, porém, muito mais do que isso, de a educação ser vista como eixo central do projeto de desenvolvimento do Brasil. Acho que essa é a principal mensagem que nós temos que levar dessa discussão toda. Ela é muito mais estratégica do que simplesmente proteger a educação. Proteger a educação é fundamental, e eu vou trazer aqui todos os argumentos para que nós realmente consigamos fazer isso aqui, mas eu acho que a busca principal é fazer com que a educação seja o eixo central do projeto de nação.

Pode passar.

Qual é a educação de que nós precisamos para o país que todos nós queremos, um país justo, que cresce? A PEC não quer crescimento? Então, com respeito a esse país que cresce, qual é a educação de que nós precisamos para ele?

Pode passar.

Primeiro, garantir, cumprir e finalizar a agenda do século XX, nós ainda estamos terminando essa agenda do século XX. Nós entramos no século XXI sem terminar a agenda do século passado. Nós ainda temos 2,8 milhões de crianças e jovens fora da escola – é quase toda a população do Uruguai de crianças e jovens fora da escola. Nós ainda precisamos alfabetizar metade das crianças com oito anos.

Então, vamos imaginar um país do tamanho do Brasil, com o potencial do Brasil, que ainda tem metade das crianças com oito anos analfabetas.

Ainda precisamos garantir o aprendizado de todos os jovens. No final do ensino médio, só 9% dos jovens têm o aprendizado mínimo em matemática e 27% em língua portuguesa, que é um resultado ruim, e depois eu vou falar um pouco das implicações disso no crescimento econômico.

Eu acho que já não faltam mais evidências para mostrar que o principal, para a gente realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

conseguir garantir qualidade e equidade no Brasil, é o professor. E aqui, no Brasil, a carreira de professor não é atrativa, só 2% dos jovens querem ser professores no Brasil. E eles ganham metade do que os demais profissionais com ensino superior ganham. Então, é óbvio que a gente tem aí uma equação que precisa ser solucionada.

Ainda há muita coisa para caminhar na formação dos professores. E uma das principais políticas que o Governo Federal pode realmente realizar, para garantir educação de qualidade com equidade, principalmente nas regiões mais pobres, é garantir uma boa formação para os professores. É isso que realmente importa. Hoje 38% desses alunos estão em cursos a distância, quando nas engenharias é só 3%. Quer dizer, a gente não coloca o mesmo peso na formação dos professores e na formação dos engenheiros ou na formação de outras carreiras. Eu faço até o convite aqui para vocês fazerem a leitura de um artigo que eu publiquei ontem, no jornal *O Estado de S. Paulo*, justamente sobre esse tema da formação dos professores.

Pode passar.

O que a gente agora precisa colocar no debate sobre a importância da educação e sobre o porquê de preservar a educação na PEC 55? Por que a gente tem que salvaguardar a educação na PEC 55? Se a lógica é promover crescimento, se a lógica é salvar o País, primeiro a gente tem que ter em mente que, a cada três anos a mais de escolaridade, a gente acrescenta 1% no PIB – há várias evidências mostrando isso. A cada ano adicional, a gente eleva em 15% a renda do trabalhador ao longo de toda a sua vida. Não há nenhuma outra medida que consiga promover esse ganho imediato na vida do trabalhador que consegue a educação.

Pode passar.

Mais do que escolaridade... No gráfico do Hanushek – esses dois gráficos são dois clássicos do Hanushek –, ele mostra que, mais do que escolaridade – e a escolaridade já tem um efeito enorme; se a gente garante aprendizagem para todas as crianças com qualidade e equidade, principalmente para as crianças mais pobres, fazendo com que o investimento em educação e o apoio técnico cheguem principalmente às crianças mais pobres –, a gente consegue um aumento no PIB, crescimento, distribuição de renda, a gente ganha recursos em saúde. Eu acho, Senador, que está faltando no debate é mostrar também o que a gente ganha em outras áreas quando investe em educação. A gente ganha em saúde, segurança pública, habitação; a gente ganha em distribuição de renda; a gente ganha em cidadania, em nível de democracia. Quer dizer, a gente está ganhando em vários outros campos, mas isso não é contabilizado e, aí, pagar com a conta da educação não faz o menor sentido.

Um país que coloca a educação como eixo central do seu projeto de desenvolvimento preserva a educação sabendo disso tudo, sabendo que a gente vai conseguir crescer pela educação. Isso é aquilo que outros países fizeram em algum momento da sua história, outros estão fazendo agora. É muito comum a gente ver países crescendo porque colocaram a educação como eixo central. Isso é ter uma visão estratégica de país. Acho que é esse o discurso, é essa a estratégia que a gente tem que ter no País.

Pode passar.

Então, é importante essa visão de longo prazo, a visão de estadista, a visão que coloca o seguinte: vamos corrigir de uma vez por todas um erro histórico que tem nos colocado, o País inteiro, nessas crises o tempo inteiro. Quantas vezes não vivemos essas crises, essa volatilidade, essa insegurança que o País vive, estando o tempo inteiro à mercê das crises externas? Isso é porque não temos essa base sólida da educação consolidada.

Pode passar.

Acerca da PEC 55, o que podemos fazer? Essa é a virada que podemos fazer, e a sinalização do Senado é a seguinte: vamos salvaguardar a educação porque entendemos que o futuro do Brasil depende do investimento em educação, em quantidade e qualidade. Podemos fazer com que a educação como eixo central do projeto nacional realmente vire uma realidade, aproveitando a mobilização da juventude, aproveitando o fato de que a educação entrou no debate nacional e de que, cada vez mais, estamos conscientes do impacto da educação na vida de todo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pode passar.

Aqui se trata de criar um ciclo virtuoso, porque hoje estamos em um ciclo que, de certa forma, é vicioso, porque investimos pouco, investimos mal, não temos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRISCILA CRUZ – ...educação de qualidade para todos e não conseguimos fazer com que o País cresça com equilíbrio.

Pode passar.

Esse é o ciclo virtuoso. Vou deixar a apresentação aqui para vocês.

Pode passar.

Aqui é o impacto. Na apresentação, há vários gráficos em que vocês podem observar exatamente qual é o impacto no mínimo constitucional. Podemos, em 20 anos, perder R$110 bilhões em recursos para a educação.

Pode passar.

Aqui é algo um pouco parecido com aquilo que foi apresentado pelo Daniel. Se mantivermos essa comparação com os 18%, em 20 anos poderemos chegar em 9,3% do investimento em educação. Então, em comparação com o que temos hoje, vemos que temos uma perda real dos investimentos em educação.

Pode passar.

Esta é a principal mensagem: como podemos fazer para que os ganhos presentes da riqueza do País sejam revertidos e investidos em ganhos futuros, principalmente pensando na consolidação de uma base de crescimento mais sustentável para o País?

Pode passar.

Muita gente fala que, aqui, não há teto para educação e que se pode até crescer mais. Só que não temos essa força toda de barganha. Infelizmente, a educação é uma política de longo prazo, e toda vez vamos perder o debate para aquilo que é mais urgente, aquilo que está na porta de todo mundo. Então, perder aquilo que já foi uma garantia não faz o menor sentido neste momento. Então, todo ano, na hora dos debates orçamentários, a educação entrar nesse cabo de força vai fazer com que percamos, com certeza, recursos, até porque não vamos ter esse ganho tão imediatamente.

Pode passar.

Aqui há esses gráficos todos. Também vamos deixá-los para vocês no portal que a Senadora Fátima Bezerra comentou, todos eles. Estamos falando dos tetos também, então, tanto no piso quanto no teto, temos uma perda de investimentos.

Pode passar.

Pode voltar um minutinho?

Cruzamos essas duas linhas em 2026, então, muito rapidamente já vamos começar a investir menos do que aquilo que estaríamos investindo se não fosse pela PEC da forma como está hoje. Por isso, salvaguardar a educação, retirá-la da PEC, seria estratégico para o País bem como seria a sinalização de uma visão de longo prazo do Senado Federal – depois confirmada pela Câmara dos Deputados.

Pode passar.

Aqui é a mesma coisa em termos percentuais.

Pode passar.

Aqui, já que fica parecendo que essa perda de investimento na educação vai afetar só o ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

superior, quero mostrar que vamos ter também uma perda de investimentos muito grande na educação básica.

Pode passar.

Esses programas todos, que não são despesas, que são despesas discricionárias, podem sofrer uma redução de investimentos brutal. São programas importantíssimos do MEC, que podem inclusive ser a maior qualidade, com equidade, e que corrigem algumas distorções que temos no País hoje. Sabemos que Estados e Municípios, sozinhos, não vão conseguir fazer toda a tarefa educacional, e a função da União na educação básica é fundamental. Acho que esse é um grande risco para o qual temos que estar atentos.

Pode passar.

Aqui deixo um último recado, Senadores, voltando à educação superior.

A principal ação do Governo Federal para a educação básica – e aqui entra a defesa da educação básica – é na formação dos professores. A nossa formação, em grande medida, é a distância, de péssima qualidade, com currículos defasados. Então, precisamos fazer essa mudança, essa alteração radical na formação dos professores, e isso não vai acontecer sem mais recursos. Então, de todos os programas do Ministério da Educação e da União que podem afetar a educação e que podem ter os seus recursos minimizados, reduzidos, o principal seria a formação dos professores, eu o citaria como principal.

Pode passar.

Aqui é só uma complementação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço à Priscila e também destaco o papel importante que o movimento Todos pela Educação desempenha em todo o País em defesa da educação.

Imediatamente, concedo a palavra ao Luis Fernando Martins, representando aqui os alunos do Instituto Federal de Brasília.

O SR. LUIS FERNANDO MARTINS – Bom dia a todos e a todas.

Meu nome é Luis Fernando, sou do Instituto Federal de Brasília, *campus* Estrutural.

Ex^{mo}s e Ex^{ma}s Srs. Senadores que compõem a diretoria da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, agradeço pelo espaço concedido a nós, estudantes. Quero aqui cumprimentar V. Exªs, Senadores e Senadoras.

Venho aqui hoje participar deste debate a respeito da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, também chamada de "Novo Regime Fiscal". A PEC altera estruturalmente as formas de políticas sociais atualmente praticadas, congelando por 20 anos investimentos em áreas essenciais, como saúde, educação e políticas sociais, investimentos em tecnologia e pesquisa. Se aprovada, a população mais pobre será a que mais sofrerá com essas duras medidas impostas pelo Governo.

Contra essa medida, nós, estudantes, nos mobilizamos, ocupamos cerca de 1,2 mil escolas, universidades e institutos federais pelo Brasil. Somente no Distrito Federal e no Entorno, já são oito *campi* do Instituto Federal de Brasília ocupados e seis escolas distritais. Mas, em inúmeras outras, começam a aparecer os primeiros sinais de mobilização nesse sentido.

Essa motivação dos estudantes tem origem na revolta, e a revolta, senhoras e senhores, como disse o magistrado e historiador francês Alexis de Tocqueville, não vem quando tudo vai mal, mas quando um período de progresso, durante o qual as expectativas crescem muito, é bruscamente interrompido.

Não há sentido em cortar qualquer direito enquanto não houver combate à sonegação, auditoria da dívida pública e mudança na carga tributária para taxar grandes fortunas. O que temos de mais escandaloso nesse processo é excluir o sistema financeiro desse sacrifício e sacrificar o povo para favorecer esse segmento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O que parece ficar evidente é que as medidas apresentadas seguem a linha de redução do papel do Estado. A limitação dos gastos determinará também a limitação das funções do setor público enquanto fomentador de investimentos e provedor de direitos sociais fundamentais e garantidor de distribuição de renda. As ocupações vêm como resposta à ausência de diálogo entre o Governo e setores da educação, porque não se ouviu aqueles que estão diretamente implicados com o efeito dessa proposta de alteração do Texto Constitucional.

Da maneira como está sendo apresentada, podemos considerá-la como parte de uma estratégia de retrocesso, porque nenhum país do mundo se desenvolveu sem investir fortemente em educação, tecnologia e saúde. A saúde, aliás, é outro setor que ficará profundamente abalado, pois sua demanda por recursos é agravada pelo envelhecimento da população.

Só para constar, a rede federal de ensino, da qual eu faço parte, é destaque em avaliação internacional, o PISA. Indica que os desempenhos de nós, estudantes da rede federal, foram superiores aos obtidos por países como França, Estados Unidos e Canadá, entre outros. Os fatores que influenciaram no resultado positivo foram: infraestrutura de qualidade, investimento por aluno três vezes superior ao dos alunos da rede estadual e municipal, bibliotecas e laboratórios, profissionais qualificados e também por receberem incentivos para aperfeiçoarem tantas outras determinantes.

Por isso diremos repetidas vezes que o que está se desenhando no projeto chamado Uma Ponte para o Futuro é, na verdade, uma avalanche de retrocessos e retiradas de direitos fundamentais do povo brasileiro. Nisso é preciso ouvir o ex-membro desta Casa e antropólogo Darcy Ribeiro, um dos fundadores da Universidade de Brasília, quando lançou o seu questionamento: por que o Brasil ainda não deu certo? Ele próprio respondeu que o atraso, a recusa ao progresso e a lentidão não estão no povo nem no caráter arcaico de sua cultura, mas sim na resistência das classes dominantes.

Deixo aqui um ponto de reflexão para V. Exªs: que país este Governo está se propondo a formar cortando recursos de áreas tão fundamentais para o desenvolvimento da Nação? Que futuro terão as ciências, as tecnologias, as pesquisas? Vão importar pesquisadores?

Quero deixar registrado aos muitos que dizem que levantamos bandeiras que levantamos sim. A nossa bandeira é de educação gratuita e de qualidade para todos e com liberdade de pensamento. As ocupações têm revelado que nós, jovens, sabemos onde queremos chegar e estamos dispostos a lutar e resistir, buscando, assim, uma educação pública plural e de qualidade para todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero saudar o Luis Fernando. Obrigada pela participação.

Imediatamente, vamos passar a palavra agora para Iago Campos, representante da União Nacional dos Estudantes (UNE).

O SR. IAGO CAMPOS – Muito bom dia a todas e a todos.

Meu nome é Iago. Sou estudante de História, Licenciatura, da Universidade de Brasília, e estou como Diretor de Relações Institucionais da UNE.

Eu queria reforçar um pouco as ideias que já foram colocadas aqui e acrescentar algo do ponto de vista da nossa batalha também nas ocupações em universidades, que têm acontecido em todo o País.

Inicialmente, do ponto de vista do discurso que se constrói para a tentativa de legitimação dessa proposta de emenda à Constituição, eu acho que já foi muito bem colocado aqui e é profundamente importante que entidades como o Conselho dos Reitores, como professores e instituições de economia venham aqui porque dão subsídios teóricos importantes ao debate que se faz no combate a essa PEC. Fica cada vez mais claro que, na verdade, não se trata de um remédio, nem mesmo de um remédio amargo, mas de uma tentativa de mudança de programa político para o País, de um programa político neoliberal, de um programa político que entrega as nossas riquezas ao capital estrangeiro e que, sobretudo, paralisa o desenvolvimento nacional.

Existe hoje um discurso falacioso. É muito fácil compreender que, durante a crise de 2008 a 2014,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

todos os países tiveram anos consecutivos de déficit na sua economia. A maioria dos países que passaram pela crise tem hoje dívidas públicas muito maiores do que a do Brasil, chegando, por exemplo, a mais de 200%, como é o caso do Japão. Então, existe um discurso falacioso, que tenta subsidiar um outro projeto político, que inverte a lógica que nós tivemos anos atrás, de investimentos em áreas sociais importantes para o desenvolvimento do País.

Então, essa PEC não é só contra a educação e a saúde. É sobretudo contra a educação e a saúde, mas é contra investimentos na infraestrutura e no desenvolvimento do País. Porque, ainda que nós salvemos a educação e a saúde, a infraestrutura, o desenvolvimento, o investimento em tecnologia e em transportes será prejudicado. E isso trava o desenvolvimento do País, travando inclusive que nós consigamos ter mais recursos para o desenvolvimento de todas as áreas sociais importantes. Então, é preciso combater esse discurso falacioso que entrega investimentos ao capital estrangeiro e aos bancos em detrimento do investimento nacional, do desenvolvimento nacional e da qualidade de vida para a nossa população.

Nós temos muita legitimidade para dizer isso, e todos os movimentos que estão aqui têm, porque nós participamos da luta pelo Plano Nacional de Educação, nós participamos da luta pelo pré-sal para a educação. Há dois anos nós saímos daqui sorrindo por nossas conquistas, pelas quais nós batalhamos tanto, e hoje temos que retornar para garantir que elas não sejam retiradas de nós.

E é por isso que os estudantes, compreendendo este momento importante da política brasileira, como sempre fizemos na história do nosso País, como sempre na vanguarda dos movimentos populares e em defesa da soberania nacional, estão tomando a frente nas ocupações e na luta por um Brasil mais justo, contra o retrocesso e contra as medidas e a retomada neoliberal que este Governo ilegítimo tenta nos impor.

São muito legítimas as ocupações que têm acontecido no País. Já são mais de 130 universidades ocupadas. E elas têm sofrido duras tentativas de criminalização, duras tentativas de criminalização de políticos, duras tentativas de criminalização de movimentos fascistas, duras tentativas de criminalização do Judiciário e duras tentativas de criminalização do Ministério Público, como foi o caso de Goiás – o Ministério Público Federal em Goiás tem dito que as ocupações e os movimentos nas universidades representam a utilização de espaços públicos para fins político partidários. Mas, ora, como utilização para fins político partidários? É utilização por motivo de resistência, por motivo de preocupação com a nossa própria universidade.

Isso é um absurdo, é uma tentativa conservadora de criminalizar e paralisar esses movimentos tão fundamentais e que colocaram em debate na sociedade o tema da PEC, da reforma do ensino médio e da Lei da Mordaça. Então, é importante valorizar o movimento dos estudantes. E nós, da União Nacional dos Estudantes, estamos dando total apoio a todas as ocupações, estamos participando ativamente, e queremos construir, com todos os movimentos sociais, especialmente os da educação, uma grande caravana para vir a Brasília e fazer uma grande pressão, reunindo as ocupações do Brasil inteiro, assim como greve e a luta de todos os trabalhadores e professores para que, em pressão, junto com centenas de milhares de pessoas aqui em Brasília, possamos dizer que não admitiremos esse retrocesso para o nosso País.

Então, eu gostaria de fazer essa convocação aos movimentos sociais e dizer que nós, da educação, já estamos organizados no Comitê Nacional de Educação também, que nós participamos da luta em defesa da democracia e agora lutamos contra os retrocessos. Nós inclusive vamos realizar uma reunião na sexta-feira, às 14 horas, na sede da CNTE, a fim de debater como nós, de maneira unitária, vamos combater esses retrocessos. Nós nunca estivemos fora da luta, nós sempre estivemos muito bem organizados. E este momento, mais do que nunca, nos traz a necessidade de ter unidade e muita ação na luta em resistência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IAGO CAMPOS – Para finalizar, eu queria dizer que, embora haja todo esse processo e toda essa batalha, pode até ser que, aqui no Senado, na votação da PEC, nós sejamos derrotados. Eu acredito que não, acredito que nós venceremos, mas ainda que sejamos derrotados aqui, na sociedade nós já somos muito vitoriosos. Isso porque, acima de tudo, essas mobilizações representam um salto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

conscientização da juventude brasileira e a elevação de lideranças, como a Ana Júlia, que esteve aqui, que ninguém pode apagar, ninguém pode retirar.

As ideias são mais letais do que as armas, já diziam, e viajam mais rápido do que a velocidade da luz. Ninguém pode tocar as ideias.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IAGO CAMPOS – Por isso, ninguém pode retirar os nossos sonhos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IAGO CAMPOS – A nossa luta, portanto, vai seguir. A vitória há de chegar. Pode não ser hoje nem amanhã, mas ela virá.

Força à luta dos estudantes! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer ao Iago, representante da União Nacional dos Estudantes.

Quero parabenizar, mais uma vez, a UNE e a Ubes pelo papel importante, como sempre, de vanguarda na luta em defesa da democracia e na luta em defesa da educação. A democracia sem direito à educação não sobrevive, não é verdade?

Vamos agora passar para a terceira Mesa, ao mesmo tempo em que vamos facultar, Senador Lindbergh, a palavra a V. Exª. Eu queria só organizar a terceira Mesa, o.k.?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Facultaremos a palavra a V. Exª e à Senadora Regina.

Então, mais uma vez, quero agradecer à Priscila, ao Daniel, ao Luis Fernando Martins, ao Iago e à Camila. Peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

A segunda Mesa deu sua contribuição, muito importante, a este debate tão especial para os destinos da educação brasileira e do nosso País.

Vamos agora para a Mesa 3, nossa última Mesa.

Vamos chamar aqui Rosilene Correa de Lima, Diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Gibran Ramos Jordão, representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra); Fabiano Godinho Faria, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe); Alexandre Galvão Carvalho, Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes); Gilson Reis, Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE); Andréia Araújo, do ADURN, do nosso Estado, Assessora Jurídica do Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior das Ifes – Atens; e também o representante do Proifes.

Agora vamos seguir a ordem.

Podemos começar por você, Rosilene? Pode ser?

A SRª ROSILENE CORREA DE LIMA – Pode ser.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rosilene, desculpe-me, por favor!

O Lindbergh está pedindo para furar a fila, Fabiano.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, não quero furar a fila não! Se for o caso, espero, falo depois. Você disse que eu poderia falar a qualquer momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pode. Deixe-me só colocar para vocês...

Lindbergh, falei isso numa boa, está certo? (*Risos.*)

Primeiro, Fabiano, na realidade, perante o Regimento, é evidente que os Senadores têm direito a fazer uso da palavra no momento em que desejarem.

Com a anuência de vocês, eu gostaria que pudéssemos, para dinamizar o debate...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já fizemos duas Mesas. Eles ficaram o tempo todo aqui como bons alunos, participando.

Então, para dinamizar o debate, sem maiores delongas, vamos passar a palavra ao Senador Lindbergh...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Senadora Fátima.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...e à Senadora Regina. Aí voltaremos para a Mesa, o.k.?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Senadora Fátima.

Na verdade, acho que é importante falar até antes dessa Mesa. Acho essa Mesa muito importante.

Vou ser muito franco com os senhores e com quem nos está assistindo. Só temos uma chance de derrotar essa PEC aqui: com muita mobilização da sociedade. E as entidades que os senhores representam têm um papel decisivo.

Primeiro, quero falar da satisfação de ver aqui a Ana Júlia e a Camila, presidente da Ubes. De fato, o movimento estudantil brasileiro tem um peso. Essas ocupações de escola pelo Brasil afora nos dão esperança. Essa ida dos estudantes às ruas e a ocupação de escolas podem criar um grande fato político no País e podem paralisar essa tramitação da PEC. Outra questão são as greves e os movimentos dos servidores públicos federais.

Quero aqui trazer, primeiro, meu apoio à greve da Fasubra. Sei que o Sinasefe vai ter um encontro no fim de semana, como também as outras entidades.

Quero trazer aqui meu repúdio – vou fazer um pronunciamento hoje à tarde – à decisão do Supremo Tribunal Federal, que decidiu obrigar que se corte salário de servidor público em greve. Não é facultar, é obrigar. Não é greve considerada ilegal, é um escândalo! Neste Congresso Nacional, há muito tempo – até hoje, não se conseguiu fazer isto –, tramita a regulamentação do direito de greve do serviço público federal.

Vejam bem o que aconteceu na semana passada. O Supremo decidiu sobre desaposentação, sobre a reforma da Previdência, que também deve ser debatida no Congresso Nacional, e discutiu sobre direito de greve e sobre corte de salários, no momento em que eles apresentam a PEC 241. O resultado para o funcionalismo da PEC 241 nem é o congelamento pela inflação do salário. A consequência vai ser aumento zero pelos próximos anos. Parece que eles querem voltar à política de Fernando Henrique Cardoso: oito anos sem aumento para o servidor público federal. E estão dizendo a vocês que vocês não podem protestar! Têm de aguentar calados a PEC 241!

O mais grave é a intromissão em funções que são nossas. Estamos avançando para uma ditadura do Poder Judiciário. Estou falando isso... Primeiro, há uma perseguição seletiva à esquerda, a alguns partidos. Agora, há ataques a direitos dos trabalhadores.

Só para termos uma ideia do que estamos vivendo: marcaram para o próximo dia 9 o julgamento, também no Supremo, da terceirização ampla, geral e irrestrita, Senadora Fátima Bezerra. Aquilo que veio da Câmara, por Eduardo Cunha, a gente segurou aqui no Senado. Como não está tramitando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

aqui, estão decidindo que, no dia 9, vão resolver isso no Supremo Tribunal Federal. Onde vamos parar com isso?

Quero, primeiro, falar do meu repúdio a essa decisão do Supremo e da importância de vocês, servidores, mostrarem força neste momento. Vocês não podem aceitar isso neste momento e ficar de braços cruzados com medo disso. Pelo contrário, acho que a tendência é haver um reforço na onda de greves neste momento, a partir dessa decisão do Supremo Tribunal Federal. (*Palmas.*)

Agora, acho que há um ponto importante neste debate aqui: quem paga a conta? A discussão está toda centrada na questão fiscal.

Primeiro, quero mencionar um erro conceitual deles. Qual é o problema hoje da dívida pública brasileira, que não é das maiores do mundo? Muito pelo contrário, não é nada extravagante: estamos com uma dívida líquida em torno de 36% do PIB. Essa dívida já chegou a 60% no Governo Fernando Henrique Cardoso, caiu, ao final do Governo Lula, para 34% e, agora, subiu um pouco. Mas, quando fazemos uma comparação internacional, não é nenhum fim de mundo.

A discussão deles é a seguinte: o Governo gastou muito. Na verdade, a causa dessa crise é outra, não é por que o Governo gastou muito. Em 2015, muito pelo contrário, houve um ajuste fiscal draconiano que cortou muitos recursos. Os motivos desse problema fiscal que estamos enfrentando são dois: queda da receita, por causa da recessão e da desaceleração econômica, e aumento do pagamento de juros. Saltamos, em 2012, de 4,5% do PIB para mais de 8% do PIB em pagamento de juros. E, aqui, ninguém fala em colocar limite em pagamento de juros. É por isso que tenho dito que eles querem que, nesta crise agora, só os trabalhadores e os mais pobres paguem a conta, porque investimento em educação pública e em saúde pública é salário indireto do trabalhador. Eles querem também atacar, na reforma da Previdência, especialmente a vinculação do salário mínimo ao benefício previdenciário. Então, não há nenhuma medida nesse pacote deles para o andar de cima, para os mais ricos. Não há nenhuma medida de tributação progressiva, alguma coisa que limite o pagamento de juros.

Qual é o impacto na educação? Vou encerrar aqui, Senadora Fátima, para não tomar muito tempo. Eles dizem: "Ah, não! Vai estar tudo limitado pela inflação, e é o Congresso Nacional que vai decidir em que área cortar." Essa é uma falácia, primeiro porque, em relação à Previdência Social, nós consumimos algo em torno de R$500 bilhões de pagamento à Previdência, algo em torno de 8% do PIB. Mesmo eles fazendo essa reforma absurda que eles querem fazer, vai haver uma subida da Previdência, por efeitos demográficos, de 8% para 9% do PIB. Quais são os outros grandes gastos que existem? Saúde e Educação. Não há milagre. Os orçamentos do Ministério da Cultura, infelizmente, são muito pequenos e vão ser prejudicados. Nós gastamos muito pouco, hoje, no País, em investimentos, algo em torno de 0,7% do PIB, e eles também vão ser cortados. Então, o impacto na educação vai ser gigantesco. O economista João Sicsú fez um cálculo de quanto seria o investimento em educação pelo Governo Federal se essa PEC estivesse funcionando desde 2006: em vez de R$103 bilhões, seriam investidos R$31 bilhões em educação; em vez de R$102 bilhões, seriam investidos R$65 bilhões em saúde. É um corte muitíssimo violento.

Só para encerrar, eu queria falar do salto que nós demos nesse último período. Estamos vivendo um período de demonização da esquerda, de demonização do PT, de demonização do Lula. Quero aqui deixar registrado o salto que nós demos nesse último período: só de 2006 para 2015, com várias políticas de ampliação de universidades federais, das Ifes, das escolas técnicas, nós saltamos, em termos de gastos em educação, 130% acima da inflação; houve um salto, de 2006 a 2015, de 130%! É isso que eles estão querendo pegar. A pancada vai ser toda em cima da educação pública. E chamo a atenção das universidades também, porque universidades, Ifes e escolas técnicas federais vão ser duramente atingidas. Há várias simulações aqui.

Eu queria falar para os servidores: do jeito que está esse projeto, vai ser difícil – não se trata de o salário do servidor ficar congelado pela inflação não – haver um aumento qualquer no salário dos servidores públicos federais. É um ataque muito grande. E é um erro acharmos – concluo, dizendo isto – que isso é congelamento de recursos.

Não é congelamento, é diminuição. É uma diminuição violenta de recursos da área da educação e da área da saúde pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

São essas as minhas palavras.

Volto a dizer: se os senhores esperarem apenas que nós, no Senado Federal, consigamos vencer essa batalha... Vamos lutar muito, mas só há um jeito de haver reviravolta aqui, que é com pressão popular, com vocês parando este País, senão não há jeito. Digo isto aqui em alto e bom som. Vocês estão vindo aqui, mas estamos pedindo a vocês ajuda nas mobilizações. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vamos parar o País para derrotar essa PEC, porque essa PEC – encerro, dizendo isto – desmonta completamente o precário Estado social brasileiro. Há duas formas de você combater a desigualdade, e uma delas é pela arrecadação. Infelizmente, nisso pouco avançamos. Temos um sistema tributário no Brasil extremamente regressivo. São os pobres, a classe média e os funcionários públicos que pagam impostos. Os grandes milionários não pagam impostos. Então, só houve uma forma com que nós diminuímos muito a desigualdade social neste período do País: isso se deu com o aumento de gastos sociais; nós o aumentamos de 13% do PIB para 17% do PIB. Pois é justamente aí que cai essa PEC 241, para destruir esses avanços do período recente.

Muito obrigado, Senadora Fátima. (*Palmas.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Lindbergh, pela importante contribuição que dá.

Quero ressaltar aqui, mais uma vez, que o Senador Lindbergh tem tido um papel destacado na luta contra a agenda de retirada de direitos.

Vamos passar, imediatamente, a palavra a outra lutadora do Nordeste, a Senadora Regina Sousa, do Partido dos Trabalhadores do Piauí.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Mesa.

Peço desculpas por fazer esta intervenção agora, mas preciso falar para estes meninos e meninas que ainda estão aqui. Tenho receio de que, daqui a pouco, o estômago comece a reclamar e eles comecem a ir embora. Sei que todas as Mesas são importantes, mas acho que, neste momento, o que há de mais importante é o movimento que esses meninos e meninas estão fazendo, a lição que eles nos estão dando.

Um dia desses, um Senador aqui disse que eram meninos que estavam sendo manipulados por nós, Senadores da esquerda, pelos movimentos sociais, pela CNTE, pela CUT. Disse que esses meninos não sabiam o que estavam fazendo nem o que estavam dizendo. Aí vem a Ana Júlia e arrasa, mostra que sabe o que está dizendo, que sabe o que está fazendo.

Então, eu queria parabenizar esses meninos e meninas que estão ocupando escolas em todo este País. (*Palmas.*)

Para não dizer a minha idade, eu gosto de falar que sou da geração que amava os Beatles e os Rolling Stones. Então, vocês podem fazer a conta. Eu vivi a ditadura militar, no começo sem saber ainda muito bem o que era. No meu Piauí, não havia televisão em casa, nem havia rádio. Mas eu tinha um tio que era das ligas camponesas. Então, ele me contava as histórias quando eu estava de férias e ia para a zona rural, onde eu morava.

Quero dizer que não imaginei, depois de tudo por que passei, ver no meu País a Constituição proibir investir em educação. É o que vai acontecer, está proibindo. Para tudo que se colocar, que se reivindicar, vão dizer: "A Constituição não permite, a Constituição proíbe. Não pode extrapolar o teto."

Já usamos muito a Lei de Responsabilidade Fiscal para poder frear algumas coisas, o que é normal. Acho que isso não tem a ver. Instrumento de contenção de despesa é orçamento! Para isso, existe contingenciamento. Constitucionalizar despesa por 20 anos é não contar que vão nascer meninos hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

amanhã e depois e que esses meninos vão precisar de creche. Aí o prefeito não vai construir creche porque ele vai extrapolar. Não venham dizer que isso não atinge governadores e prefeitos! A renda de governo é repasse. A maioria dos governos estaduais e municipais vive de repasses. Esses meninos, daqui a 20 anos, vão querer entrar na universidade, mas não vai haver universidade para eles entrarem. Isso é muito grave. É muito sério o que está acontecendo no Brasil.

A gente não falou da medida provisória que já está valendo. A medida provisória passa a valer no dia em que é emitida. Falo da MP 746, do ensino médio, que trata o ensino médio como se ele nada tivesse a ver com educação básica, com ensino infantil, com ensino fundamental. É outra questão séria. Entendo que essa é mais a luta dos meninos e das meninas. Precisamos também incluir no debate o efeito disso. É como se estivesse dando um recado para as meninas e para os meninos, principalmente para os pobres: "Não precisam se preocupar com universidade. Para que universidade? Vocês só precisam ter um curso profissionalizante. E aí vocês vão ser empresários, aí vocês vão ganhar dinheiro." Vão dar o exemplo de alguns empresários bem-sucedidos, sabe-se Deus por que métodos! Vão ficar dando exemplos para o menino se convencer de que ele não precisa ir para a universidade, de que ele só precisa ganhar dinheiro, como alguns da Fiesp ganham. É muito séria essa medida também, a Medida Provisória nº 746, que deve chegar aqui em regime de urgência. Nem dará tempo de discuti-la. Aqui, ultimamente, medida provisória se vota em uma semana.

Quero parabenizá-los de novo e dizer duas coisas de que sinto falta, de que vocês estão precisando. Vocês e nós precisamos pensar nisso, mas, como vocês são mais criativos do que os adultos, vocês precisam formar uma rede de proteção do lado de fora contra a violência, porque a violência está acontecendo do lado de fora. Eles chegam à porta da escola... Precisam formar uma rede que faça chegar... A mídia oficial chapa-branca que está aí não diz nada. A gente não sabe de nada, a gente sabe pela Mídia Ninja, mas é pouco. É preciso fazer chegar rapidamente a todo lugar muita coisa. Então, é preciso haver uma rede de proteção que filme tudo e comunique imediatamente para todo mundo, para todo mundo se mobilizar para defender. Acho que é uma das coisas que os movimentos sociais dos adultos, como gostamos de dizer, podem fazer por esse movimento, sem doutrinar – vocês não precisam de ninguém para doutriná-los.

Boto muita fé no movimento que está acontecendo. Acho que desse movimento vai nascer uma nova nação. Estou querendo viver para ver essa nova nação com vocês aí.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Senadora Regina. Fazemos das suas palavras as nossas palavras também, Senadora Regina, pela semente de esperança que a mobilização dos estudantes traz para a luta em defesa da democracia, para a luta em defesa da educação.

Vamos agora começar a nossa terceira Mesa.

Vamos seguir a ordem, começando por Rosilene Correa de Lima, que é Diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

A SRª ROSILENE CORREA DE LIMA – Bom dia a todas e a todos.

Bom dia, companheira Senadora Fátima. Agradeço, em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, o espaço aqui nesta Mesa.

Gostaria de cumprimentar os alunos e as alunas na pessoa da Glória, que está aqui, é aluna de Taguatinga e, juntamente com os demais, está enfrentando bravamente, com essa ocupação... (*Palmas.*)

Inclusive, enfrentando, lamentavelmente, colegas nossos, professores – não é, Glória? E, infelizmente, a gente precisa depois, Fátima, fazer um amplo debate, profundo, com os nossos colegas sobre isso, porque é impressionante como estamos encontrando resistência junto aos nossos colegas para reconhecer a legitimidade desse movimento.

Então, eu, em nome da categoria, peço desculpas a vocês, porque isso tem me incomodado bastante e vocês sabem disso. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Além da CNTE, eu sou também dirigente do sindicato dos professores da rede pública do Distrito Federal. Então, tenho acompanhado de perto esse movimento e falo da importância de todos nós participarmos desse movimento, porque, como foi bem dito aqui, a PEC é uma medida provisória que não traz prejuízo somente aos nossos alunos, aos nossos jovens, mas ao nosso País. E é preciso que todos nós façamos a nossa parte.

Eu quero também aqui pedir desculpas aos jovens deste País, não só aos que estão fazendo ocupações, porque nós, adultos, temos que reconhecer que cometemos algumas falhas para passarmos pelo que estamos passando agora. E devemos desculpas aos nossos meninos e meninas por, de repente, este País sofrer um retrocesso tão forte. Eles, mais do que ninguém, sofrerão as consequências disso. Tomara que a gente consiga fazer com que vocês, como disse a colega e companheira Senadora, consigam reverter, e que possamos assistir a dias melhores para frente.

Enfim, nós temos sim uma organização, Senador Lindbergh, de greve geral para o dia 11. Eu tenho dito isto nas escolas: não é a greve dos professores, mas é o dia em que a sua diarista também não irá. É o dia em que você tem que respeitar que a sua doméstica também não vai trabalhar, que o porteiro do seu prédio não vai trabalhar. Tem que ser uma greve, de fato, dos trabalhadores deste País, que é para dizer um basta a tudo o que se está colocando, que está em curso. Não sou somente eu, servidora pública, que devo fazer greve, mas preciso incentivar todos os trabalhadores.

O que nós temos hoje... E a educação... Eu tenho dito também que este Governo deu um tiro no pé quando atingiu o coração da educação, que foi começar pelo ensino médio, porque são pessoas que já têm capacidade de mobilização, de organização, e reagiram imediatamente. Isso está tendo efeito e tem servido de lição para todos nós.

O que temos em curso nada mais é do que aquilo que já vínhamos acompanhando, que é uma disputa ideológica, uma disputa para um projeto diferente para o País, um projeto diferente daquilo a que estávamos assistindo e implementando. E nós da educação sabemos o quanto ainda estávamos, e estamos, distantes daquilo que é o ideal, daquilo que queremos para a educação pública, especialmente, deste País.

Mas também não podemos negar os avanços, os investimentos que tivemos – basta pegar números para ver que isso fica comprovado. Mas ainda vivemos uma realidade de Estados e Municípios que não cumprem sequer a lei do piso. Aí você tem, não por coincidência... Esses que são favoráveis à PEC também são favoráveis ao fim da lei do piso. Então, é a destruição, é o desmonte de um modelo que nos estava permitindo, ainda de forma muito lenta – podemos dizer assim –, avançar.

O PNE era uma esperança, uma luz no fim do túnel, recursos do pré-sal. E, de repente, a gente vai assistindo ao desmonte de tudo isso. O mais grave é que a população está sendo convencida, através de um trabalho muito bem feito na mídia – a gente sabe muito bem o que é isso –, da desmoralização do serviço público brasileiro. É isto que está posto: nós, servidores públicos, custamos muito e prestamos um serviço de baixa qualidade. É isso que o Governo Federal e os governos locais estão conseguindo fazer.

Aqui no Distrito Federal temos sofrido um ataque contínuo com relação a isso. É o convencimento de que não se pode pagar o nosso reajuste previsto em lei, porque senão nós seremos responsáveis pelo buraco na rua do cidadão. Nós somos os responsáveis por não haver um remédio no hospital. E é isso que se está fazendo neste País. O Governo Federal está numa campanha insistente para dizer que o culpado pela falência do País é o serviço público. Portanto, a educação, a saúde e a assistência social ficam em evidência, porque isso é público, é assim que as pessoas enxergam o que é público – e atribuem a nós, servidores, essa responsabilidade.

Precisamos reagir imediatamente. Precisamos inverter essa lógica, precisamos mostrar para aquele que não é servidor que, ao falarmos de congelamento, de falta de investimento, não é só o meu salário que ficará congelado por vinte anos, mas é o serviço ao usuário que deixará de ser prestado como deve ser. Que escola o seu filho terá? Que saúde essa população terá?

Há uma tentativa de reduzir essa discussão à questão salarial. Aí fica para nós isso. Dizem que nós estamos reclamando simplesmente porque é o nosso salário e pensam: "Se eu não sou servidor público,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

isso não vai me atingir". Nós precisamos fazer essa discussão com a sociedade, porque será ela a maior prejudicada. Na verdade, o que vai acontecer é que o Estado vai deixar de prestar o seu papel, abrir mão da sua responsabilidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROSILENE CORREA DE LIMA – A gente sabe muito bem que aqui, infelizmente... Nós esperamos... Aí, Senadores e Senadoras, nós precisamos fazer um trabalho não aqui dentro dos gabinetes. É preciso ir à base eleitoral desses Senadores e Senadoras que tendem a votar a favor. Precisamos ir lá, é lá que temos de desmoralizá-los.

Aqui fica muito fácil. A gente vem em grupo, conversa, faz a abordagem, eles ficam... E depois vão lá e votam. Então, nós precisamos desmoralizar essas pessoas que estão aqui para defender o interesse público. É lá, perto do seu eleitor, da sua eleitora, que precisamos ir para mostrar o que ele está defendendo aqui dentro. Senão fica muito distante e, depois, eles chegam lá, fazem um discurso bonito e infelizmente acabam convencendo do contrário.

Então, para finalizar – acho que já deu o meu tempo –, é só para reforçar que essa mudança do ensino médio nada mais é do que aquilo que disseram, do que aquilo que estão dizendo para todos nós: "Olha, espera aí, já chega. O tempo de vocês passou, e lugar de pobre é onde sempre esteve. Então, vocês chegarão só onde nós quisermos que vocês cheguem. E para vocês, como foi dito, um curso técnico é o bastante, para atender à necessidade do mercado. É isso. Esqueçam investimento, esqueçam filho de pobre cursando universidade, porque o Brasil não precisa de vocês. Quem precisa estudar a gente paga, manda para fora ou deixa as nossas federais novamente para aqueles que têm dinheiro". Essa tem sido a realidade que a gente vem combatendo.

Então, o fim do PNE, para nós, significa o retrocesso. É colocar o Brasil na sua condição de Terceiro Mundo, é dizer ao povo brasileiro que o Brasil não é para ele.

Por isso, nós, trabalhadores em educação, temos uma responsabilidade muito grande com isso, porque lá dentro da escola temos as condições, no debate com os alunos e com toda comunidade escolar, para reverter essa situação. Trata-se de irmos para a rua e nos organizarmos para a greve geral do dia 11, porque com certeza esse enfrentamento será de toda classe trabalhadora.

Muito obrigada.

O tempo é muito pouco e temos muito que desabafar aqui.

É isso, gente. Um abraço para todos e vamos à luta. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, queremos agradecer à Rosilene, que é dirigente do Sinpro e também está aqui representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Confederação que representa mais de 2,5 milhões de professores e servidores da educação, e mais do que nunca sabe do desafio colocado na luta para preservar um dos direitos fundamentais, mais essenciais, que é o direito à educação.

Agora, dando sequência, passaremos a palavra para Gibran Ramos Jordão, que aqui está representando a Fasubra.

O SR. GIBRAN RAMOS JORDÃO – Bom dia a todos os presentes.

Quero cumprimentar toda a Mesa, que são colegas do movimento sindical, trabalhadores e companheiros ligados a entidades tanto do ensino superior como também do ensino médio.

Cumprimento os companheiros da direção da Fasubra que estão aqui presentes e vieram acompanhar esta audiência.

Cumprimento a Senadora Fátima Bezerra, que teve essa iniciativa; o Senador Paulo Paim, que também teve essa iniciativa – não esteve aqui presente –; e todos os outros Senadores – o Senador Lindbergh, a Senadora Gleisi, que não está aqui mais; a Senadora Regina. Não sei se há mais algum outro Parlamentar, mas deixo a todos aqui um abraço da Fasubra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Em primeiro lugar, eu queria anunciar que a Fasubra está em greve desde o dia 24. Uma greve que tem como pauta central... (*Palmas.*)

...a luta contra a PEC 241 – agora PEC 55 –, a PEC que nós estamos apelidando de PEC do Fim do Mundo.

A Fasubra tem consciência de que essa não é uma tarefa só dos técnicos administrativos. Por isso, achamos fundamental nossa articulação com todo o movimento estudantil que está hoje ocupando escolas, institutos, universidades. A nossa greve tem o objetivo de fortalecer esse movimento. Também nós queremos construir e articular com todos os sindicatos, respeitando o ritmo de cada um, mas seria fundamental neste momento que fizéssemos uma greve unificada do funcionalismo público para derrotar a PEC 241. E, mais do que isso, seria fundamental construirmos... Dia 11 faremos um dia nacional de protestos; dia 25 faremos um dia nacional de protestos. Haverá paralisações, mas ainda não é a greve geral de que precisamos. Então, é muito importante que as centrais, principalmente a Central Única dos Trabalhadores e as centrais majoritárias, construam de fato e não percam a perspectiva de uma greve geral neste País, uma greve que possa parar o País contra a PEC do Fim do Mundo. Essa é a grande tarefa, hoje, de todos os movimentos sociais, do movimento sindical e do movimento estudantil. E esse é o objetivo da greve da Fasubra que se coloca neste momento. No dia de hoje iremos instalar o comando nacional de greve.

Nós não podemos deixar de dizer aqui, no dia de hoje, que, no dia 27 de outubro, na semana passada, véspera do Dia Nacional do Servidor Público, o Supremo Tribunal Federal concluiu a decisão sobre o recurso extraordinário que restringe o direito de greve. Foi uma decisão covarde, por maioria – para a gente fazer justiça, porque não foram todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal que votaram a favor, foi uma votação apertada inclusive, para a qual cabe questionamento. E nós vamos questionar, com embargos declaratórios, assim que o acórdão for publicado. Foi uma decisão covarde porque colabora com o Presidente Michel Temer, um Presidente ilegítimo; colabora com a maioria do Congresso Nacional, que, a despeito de toda crise política que existe, está juntinho para o que é estratégico para a burguesia nacional e para a burguesia internacional.

O que é estratégico para os ricos e poderosos deste País é atacar os direitos dos trabalhadores, saquear os recursos naturais e recrudescer as liberdades democráticas para ganhar um fôlego diante da crise do capitalismo, que é uma crise mundial. Querem que os trabalhadores paguem por uma crise que nós não fizemos! É uma burguesia covarde que é incapaz de construir um projeto de soberania nacional, totalmente subserviente ao imperialismo, ao Fundo Monetário Internacional, que esteve aqui no País depois do processo de *impeachment* para dizer que está tudo certo, que o Michel Temer está fazendo tudo correto, que está fazendo o dever de casa. É uma burguesia covarde, que não tem coragem de construir um projeto de soberania nacional, de independência. Esta tarefa sobrou na mão dos trabalhadores brasileiros: a segunda independência deste País, evitar que este País seja recolonizado. Sobrou na mão dos trabalhadores, e nós vamos pegar essa bandeira e levantar bem alto.

Por que estamos dizendo que este País está sendo recolonizado? Vejam o problema. A Fasubra representa 180 mil técnicos administrativos das universidades, que hoje são um pilar fundamental para a produção do ensino, da pesquisa e do conhecimento neste País. As universidades públicas federais estão entre as melhores instituições da América Latina, produzem conhecimento, pesquisa. Produzir conhecimento hoje num país da América Latina é produzir a independência desse país.

A PEC 241, que agora é a PEC 55, vai impedir investimentos maciços na produção de conhecimento. Isso significa que este País vai continuar dependente das grandes potências mundiais. Isso significa que nós continuaremos dependentes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIBRAN RAMOS JORDÃO – ...e continuaremos numa rota de recolonização. É isso o que querem fazer. Por isso, o Executivo, o Legislativo e o Poder Judiciário estão juntinhos para tomar medidas contra os trabalhadores brasileiros. Querem aplicar e aprofundar um projeto de ajuste fiscal e querem, ao mesmo tempo, proibir que a gente reclame quando tiver os direitos tolhidos.

O meu tempo está acabando, mas eu queria um compromisso aqui. Achei a iniciativa da Bancada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dos Senadores do PT muito importante e queria fazer uma exigência, papel que o movimento sindical precisa fazer.

O PLP 257 passou na Comissão. Ele vai chegar aqui ao Senado. Ele vai passar pela Câmara e vai chegar aqui. Esse PLP é irmão siamês...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIBRAN RAMOS JORDÃO – ...da PEC 241. Ele foi enviado ainda no Governo Dilma para cá.

Seria muito importante o compromisso dos Senadores do PT de não votar, de denunciar também o PLP 257, muito importante! Não adianta barrar o 241 e passar o 257.

Por fim, eu ouvi aqui o representante da UNE fazer uma proposta que achei muito importante: uma grande caravana a Brasília, provavelmente na data da votação da PEC no Senado. Nós vamos instalar o comando nacional de greve. Nós vamos discutir essa proposta na greve da Fasubra. Se as entidades aqui presentes, os companheiros da CNTE, do Andes, do Sinasefe que também vai discutir possibilidade de greve já no próximo final de semana, os movimentos sociais, o MTST, o MST, os companheiros da UNE, da Anel, todo movimento estudantil, se essa for uma proposta que unifica, nós precisamos construir uma grande caravana a Brasília, colocar milhares de pessoas aqui e fazer como Raul Seixas colocou aqui na música: construir o dia em que a terra parou.

Contra a PEC do Fim do Mundo, tem que ser o dia em que a terra parou. Nós precisamos parar este País e impedir o processo de recolonização, garantir que os nossos direitos não sejam destruídos, denunciar o ajuste fiscal que está sendo promovido pelo Poder Judiciário, pelo Legislativo e pelo Executivo. E, mais do que isso, por fim, derrubar este Governo ilegítimo, o Governo de Michel Temer, um governo que está a serviço das multinacionais, do imperialismo, um governo que não merece a confiança dos trabalhadores. (*Palmas.*)

Dia 11 é um dia nacional de protestos e paralisações. A Fasubra vai construir o dia 11 de novembro. Queríamos convidar todas as entidades e todos os trabalhadores a participarem desse dia. E o dia 25 de novembro também é um dia nacional de protestos e mobilizações que precisamos construir de forma unificada.

Um grande abraço a todos.

Eu queria agradecer a atenção e espero que a gente saia daqui derrotando a PEC 241. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Gibran. Queremos cumprimentá-lo por sua participação e, ao mesmo tempo, renovar as considerações que o Senador Lindbergh já fez, reiterando toda a nossa solidariedade para com os técnicos administrativos da Fasubra, que iniciam a greve neste exato momento – como você mesmo já mencionou, o comando nacional de greve se instala hoje.

Desejo, Gibran, sobretudo, que tenhamos sabedoria militante e lucidez política para construirmos a unidade da resistência, tão necessária, vital para frearmos essa onda de ataques e essa agenda regressiva de direitos. É muito importante que comunguemos o verbo da unidade, da união, porque está em jogo, repito, a democracia, o direito à educação.

Rapidamente, com relação ao PL de que você falou, o 257, que está tramitando aqui no Senado, que é o 54, de 2016, que trata da renegociação das dívidas, um projeto que já foi aprovado na Câmara dos Deputados, quero só dizer para você, não só em nome da Bancada do PT, do PCdoB, mas em nome da Bancada progressista aqui no Senado, liderada pelo Senador Lindbergh, que nós, desde o início, temos posição muito clara de que uma coisa é a renegociação das dívidas e outra coisa é penalizar os servidores e os serviços públicos. Por isso, em nenhum momento, seja no projeto original, quando chegou àquela Casa, inclusive ainda no governo da Presidenta Dilma, seja agora, nós concordamos com o conteúdo do projeto, repito, inclusive pelo equívoco que traz de misturar a questão da renegociação das dívidas com a questão dos servidores e dos serviços públicos. Então, fique tranquilo, porque nós temos uma posição muito clara aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aliás, mais do que isso, quero dizer que nós, da Bancada do Nordeste, temos nos unido no sentido de que esse projeto não pode nem deve ser aprovado, pois além de penalizar os servidores e os serviços públicos, é um projeto que traz todo um tratamento diferenciado, do ponto de vista da renegociação das dívidas, quando é muito atrativo para os Estados do Sul e do Sudeste; mas, por exemplo, os Estados da Região Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste ele simplesmente não contempla em nada, aprofundando mais ainda as desigualdades sociais e regionais. Então, esse projeto deve merecer o nosso repúdio.

Imediatamente, agora, passo a palavra para Fabiano, aqui representando o Sinasefe.

O SR. FABIANO GODINHO FARIA – Meu nome é Fabiano, sou Coordenador-Geral do Sinasefe. Gostaria de começar, como de praxe, agradecendo o convite à Senadora Fátima Bezerra, ao Senador Paulo Paim; agradecendo a presença do Senador Lindbergh e da Senadora Regina, a todos os companheiros e às entidades que estão juntas na luta.

Começo dizendo que o Sinasefe está muito próximo de deflagrar uma greve nacional neste final de semana. E mais do que isso, vários institutos federais, inclusive o meu, já estão em greve neste momento. (*Palmas.*)

E gostaria de dizer que esta greve, com muito orgulho, é uma iniciativa dos estudantes. Se eu tinha, há muito tempo, vontade de responder ao Miguel Nagib e aos seus asseclas do Escola sem Partido, quando dizem que nós somos os doutrinadores dos estudantes, acho que a resposta está dada. É o contrário: os estudantes nos levam a essa luta!

E nesse sentido, registrando que hoje, mais cedo, estiveram presentes representantes dos gestores, inclusive um representante do Conif, eu gostaria de lamentar que os estudantes, nesse momento do IFSul, estejam discutindo a desocupação do *campus,* em função de uma ordem judicial que surgiu de uma iniciativa do reitor do instituto, que por acaso é presidente do Conif.

Eu gostaria de aqui, publicamente, pedir aos reitores e gestores, que o tempo todo dizem que estamos no mesmo barco, que esta não é a hora de entrar na Justiça para garantir a desocupação dos *campi*, é a hora de entregar os cargos, se necessário, para garantir a ocupação. (*Palmas.*)

Esse é o mínimo que nós esperamos. E mais, como institutos federais, é preciso deixar claro que a PM não entra. Aliás, entra, se fizer o exame de seleção. Se não passar, não entra. Isso tem que ficar claro. Eu peço, inclusive, a esta Comissão de Direitos Humanos que esteja atenta a essas possíveis violações.

Agora, enfim, tratando do assunto que nos cabe hoje, a questão da PEC, vou evitar tratar do tema tecnicamente, porque já foi muito bem falado. Gostaria de falar um pouco sobre a doutrina que subjaz a criação da PEC e sobre as reações do movimento social.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a PEC é uma medida do mal extremamente criativa – por que não dizer? –, muito criativa. Ela realiza de uma vez só todos os sonhos que o governo do PSDB de Fernando Henrique não realizou em oito anos, impõe de uma vez só uma nova Constituição, de fato, em que se inverte a lógica do Estado. Os objetivos fim do Estado para qualquer cidadão que passa ali na frente – saúde, educação e segurança – se tornam os objetivos secundários. E o objetivo fim do capital, que é o pagamento da dívida nunca auditada, se torna a prioridade. É muito triste ser sindicalista num momento como este, em que estamos prestes ao que talvez seja a pior derrota da classe trabalhadora. E eu falo não só como sindicalista, mas como professor de história e estudioso, inclusive, do movimento sindical.

O que está por trás da PEC? A velha lógica do neoliberalismo, daquele neoliberalismo que resgata o liberalismo do século XIX, o estado mínimo, a lógica do privado, a santificação da iniciativa privada e a demonização de tudo que é público. Se aprovada a PEC, bem objetivamente, a contribuição do Estado para o desenvolvimento social será zero. Os defensores da PEC, sem nenhuma timidez, falam que... Quando não mentem, é importante registrar que há muitas mentidas. Ontem, vi na televisão o Ministro da Saúde, por exemplo, dizer com estas palavras: que a PEC é para determinar o mínimo e não o máximo. É mentira, descaradamente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mas, muito bem, os defensores não têm nenhum problema em dizer que é preciso estabelecer o teto para que o País volte a crescer. Ao mesmo tempo, sabemos que isso vai provocar uma retração gradual insuportável e morte do Estado. É o que está colocado. Ou seja, eles dizem que o Estado vai ter que voltar a funcionar, na lógica, a economia vai ter que crescer a partir da iniciativa privada. A mesma iniciativa privada que jamais se desenvolveu no Brasil sem o suporte e o subsídio do Estado. É isso que está colocado.

Agora, a forma como está sendo colocada a PEC neste momento – esta é uma segunda parte desta fala – é incrivelmente em sintonia com o manual do choque escrito pelo economista, felizmente já falecido, Milton Friedman. Dizia Milton Friedman que a melhor maneira de se promoverem as reformas necessárias para a destruição do Estado era através do choque.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO GODINHO FARIA – Não por acaso, o primeiro Estado foi o Chile; depois, foram Thatcher e Reagan. O momento da crise política, o momento da crise econômica, o momento em que se busca um agente social para culpabilização, e, em cima dele – no caso, são os servidores públicos, são os empregos públicos, somos nós os chamados marajás –, utiliza-se isso para poder, em um momento de impacto, com mentiras descaradas, aprovar um projeto de lei que muda estruturalmente o Estado, que propõe uma nova relação entre o Estado e a educação.

Caminhando para o final – eu sei que já passou o meu tempo –, eu fico pensando o que será do Estado brasileiro nos próximos 20 anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO GODINHO FARIA – Não serão só os salários que vão cair – e não, eles não vão ficar congelados, eles vão cair. A PEC é constitucional. A maior parte dos salários dos servidores públicos federais é paga em gratificações garantidas por lei; nos próximos anos, não só os salários serão congelados, como também as gratificações tenderão a ser retiradas, ao passo em que também haverá aumento das terceirizações. Fico pensando o que, daqui a quatro, cinco anos, precisaremos fazer. Se formos derrotados agora, no momento da PEC, vamos ter 20 anos ou menos para poder acabar com ela definitivamente.

Para concluir, eu gostaria de fazer um pedido também aos Senadores. Tanto o PLP 257 quanto a PEC se justificam pelo argumento de que é preciso pagar a dívida. E esse é o grande problema. Até hoje – e isto está na Constituição –, a dívida pública não foi auditada. Nesse sentido, no dia 8, vai haver a primeira audiência na CCJ. E, se a justificativa toda é a dívida, eu gostaria de deixar aqui a sugestão de garantir na Mesa da CCJ também a companheira Maria Lúcia Fattorelli, até para que ela exponha, com conhecimento de causa, se há justificativa para alguma reforma com objetivo de pagar dívida, para alguma reforma antes de se fazer a auditoria para essa dívida, constitucionalmente garantida.

Agradeço. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos agradecer aqui a participação de Fabiano e, muito rapidamente, Fabiano, saudar, através de você e do Sinasefe, todos os servidores técnicos e os professores dos institutos federais de educação profissional e tecnológica de todo o País, que estão em processo de mobilização. E, mais uma vez, eu quero pedir que os professores se inspirem nesses atos de coragem e de defesa da cidadania que os estudantes estão fazendo em todo o Brasil, inclusive os estudantes dos institutos federais de educação profissional e tecnológica. Eu sou testemunha. O meu Estado foi um dos mais contemplados no plano de expansão da educação profissional dos governos Lula e Dilma.

Hoje, o IFRN Central, Parnamirim, Cidade Alta, São Gonçalo, Currais Novos, o IFRN de João Câmara, de Macau, Mossoró, o IFRN de Caicó, de Parelhas, o IFRN da Zona Norte e o IFRN de Canguaretama estão todos em mobilizações, ocupações, ao lado dos estudantes da UFRN, da Escola Estadual Santos Dumont, do Floca, do Francisco Ivo, do Ana Julia, do Anísio Teixeira, do Berilo Wanderley, do Augusto Severo e da Escola Agrícola de Jundiaí. Estão todos – repito – em mobilização, ocupando as escolas, expressando seu descontentamento, seu inconformismo diante dessa agenda de retrocessos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que aí está.

Antes de passar a palavra para Alexandre Carvalho, que é o Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), nós queremos muito rapidamente registrar a presença de Sumika Freitas, representante do Mieib (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil), um movimento protagonista na luta em defesa do direito à creche, do direito à educação infantil, assim como registrar com satisfação a presença de Paulo Sena, que é consultor legislativo da Câmara dos Deputados, outro grande parceiro em defesa da educação, e registrar também a presença de João Monlevade, consultor técnico aqui do Senado.

Alexandre, com a palavra, representando o Andes.

O SR. ALEXANDRE GALVÃO CARVALHO – Boa tarde a todos e a todas.

Em nome do Andes, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior do Brasil, eu saúdo os Senadores presentes e todos os membros que estão nesta importante audiência pública, um espaço fundamental para discutirmos, debatermos e construirmos as mobilizações e as lutas para derrubar essa agenda regressiva, pois essa PEC – agora nº 55 – é mais uma das medidas que constam da agenda regressiva que visa, obviamente, atacar os direitos conquistados a duras penas pelos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Portanto, o Andes. Sindicato Nacional, considera absolutamente nefasta para a educação no Brasil a PEC 55, e está empenhado na construção das lutas e da derrubada dessa PEC, por meio da construção de mobilizações, protestos, atividades de luta, apoiando, inclusive, todas as ocupações hoje, nas instituições de ensino, pela derrubada da PEC e, obviamente, pela construção da greve geral em nosso País.

Eu gostaria de, em vez de estar aqui discutindo a PEC do fim do mundo, estar aqui discutindo medidas que visassem garantir a aplicação do percentual de 10% do PIB para a educação pública já. Essa é uma bandeira de luta que o Andes e vários movimentos sociais têm defendido para, de fato, transformar a realidade da educação no nosso País. Não há argumentos para a defesa dessa PEC.

Hoje, durante todo o dia, foi mostrado que não há nenhum tipo de argumento que mostre que essa expansão das despesas primárias esteve, de fato, acompanhada pelos aumentos da receita primária do Governo e também do PIB nos últimos 18 anos. Não é uma crise relacionada com as despesas primárias. O problema, de fato, é a estagnação econômica, seguida pela crise internacional e perda do dinamismo interno, aliadas ao ajuste recessivo adotado em 2015. O que esta PEC visa é desmontar o serviço público nas próximas décadas, deixando intocáveis os gastos com o pagamento de juros, que hoje compromete quase R$1 trilhão do orçamento da União.

O que nós precisamos é de uma auditoria da dívida pública já! Auditoria essa que, infelizmente, não foi levada a cabo no governo de Dilma Rousseff, que vetou a auditoria da dívida. Mas o movimento docente e vários movimentos sociais continuam empenhados nessa auditoria da dívida. Um dos impactos mais graves da redução orçamentária na educação é o fato de que, se a PEC for aprovada, mudarão os critérios dos valores mínimos aplicados em saúde e educação, hoje atrelados à arrecadação e à Receita Corrente Líquida. Não é uma medida de emenda à Constituição. Não é. É mais um ataque à Constituição de 1988, já tão vilipendiada. E esses ataques todos, desde a sua promulgação, têm sido elementos de luta do sindicato nacional, do Andes, Sindicato Nacional, articulado com vários movimentos sociais.

Senhores e senhoras, para se ter uma ideia dos cortes orçamentários a serem implementados pela PEC na educação, um estudo do Dieese simulou as consequências das regras propostas pelo Governo Federal caso esta PEC tivesse sido implementada nas áreas de educação e saúde desde o ano de 2003. Pasmem. Sabem qual foi o resultado? O resultado revelou uma redução drástica de recursos aplicados em educação, da ordem de 47% no período de 2003 a 2015. Quanto isso significa em valores reais? Significa R$377 bilhões que seriam investidos a menos na educação. É esse o objetivo real da PEC.

Além disso, a PEC tem um elemento importante: ela penaliza quem descumprir os limites de gastos, proibindo os órgãos públicos e os poderes de realizarem, dentre outras medidas, o concurso público. É esse o objetivo da PEC – contribuir para o desmonte dos serviços públicos no Brasil, precarizando o trabalho ao máximo, objetivando levar grande parte da população a recorrer aos serviços privados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sob uma falsa justificativa. Qual justificativa? De que o Estado deve contratar esses serviços privados. Ora, no caso da educação, já são frequentes as transferências exorbitantes de repasse de dinheiro público para Pronatec, Fies, Prouni, enquanto as instituições públicas de ensino superior são cada vez mais preteridas. É, sem sombra de dúvida, a contrarreforma do Estado em curso, por meio de medidas que seguem a linha de redução do papel do Estado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE GALVÃO CARVALHO – Qual é o objetivo? O objetivo é limitar as funções do setor público como fomentador de investimentos, provedor de direitos sociais fundamentais e garantidor da distribuição de renda em nosso País, em vez de canalizar recursos para o pagamento de juros e amortização da dívida, que não estarão sujeitos ao teto de gastos.

O Senado deveria aprovar um projeto que transformasse, de forma radical, a estrutura tributária brasileira, hoje baseada em contribuições e impostos indiretos e não distributivos.

O Governo também deveria diminuir a taxa de juros Selic, que remunera quem tem títulos da dívida pública. A PEC 55 é, na verdade, uma opção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE GALVÃO CARVALHO – ... que visa a beneficiar setores rentistas e prejudicar a classe trabalhadora.

Mas, apesar da grande propaganda feita na mídia para a população, a população percebe, com clareza, já hoje, principalmente docentes, estudantes e técnicos administrativos, seja por ocupação, seja por greves, que essa PEC não pode passar.

Deve ser dado um recado a todos aqueles que estão nesta Casa: a PEC deve ser rechaçada. O Andes, Sindicato Nacional, estará atento, denunciando para a sociedade brasileira todos os Senadores e Senadoras que votarem a favor dessa PEC. Por isso, o Andes está mobilizado para a construção da greve geral. O Andes não vai aceitar e suas bases estarão mobilizadas, em todo o País, contra a retirada de direitos de trabalhadores e trabalhadoras.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimentando o Alexandre, que falou em nome do Andes, quero aqui acrescentar que, com relação à sugestão de que Maria Lucia fosse convidada para participar da audiência pública sobre a PEC 241, hoje 55, na Comissão de Constituição e Justiça, já fizemos essa sugestão. É claro que não depende de nós, mas já fizemos, até por considerarmos o quanto é importante a presença de Maria Lucia, pela qualidade, pela firmeza do debate e pela consistência da análise que ela faz no que diz respeito à questão da auditoria da dívida pública. Então, já tomamos a iniciativa.

É importante aqui só ressaltar, claro, que infelizmente somos minoria, tanto é que, por exemplo, não aceitaram a nossa proposta, de maneira nenhuma, de que a PEC, a exemplo de passar na CCJ, também fosse objeto de debate na CAE.

Nada mais natural para uma PEC dessa, que tem, como eixo central, a questão da lógica fiscal, de alterar essa lógica pelos próximos 20 anos, não só congelando, mas, como diz Lindbergh, na verdade, reduzindo drasticamente os recursos, lembremos, inclusive, anulando, por igual período, a questão de vinculação constitucional.

Ou seja, para uma matéria que tem o eixo exatamente centrado, ancorado na questão na economia, nada mais natural de que essa PEC fosse também, do ponto de vista regimental, objeto de debate na CAE. Mas eles não aceitaram, porque os golpistas têm pressa. Ou seja, a base que dá sustentação ao Governo, a exemplo da Câmara, tem pressa também em enfiar goela abaixo e concluir a aprovação da PEC da desigualdade ou da injustiça, pela qual nós estamos aqui refletindo e lutando, com vistas a frear essa onda de ataques.

Vamos agora passar a palavra para Gilson Reis, que é Coordenador-Geral da Confederação Nacio-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nal dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

O SR. GILSON REIS – Uma boa-tarde à Senadora Fátima Bezerra. Eu queria cumprimentar o Rodrigo, que também é da nossa Executiva, Presidente do Sinproep.

Eu queria começar a minha fala com uma musiquinha que acabei de receber aqui, muito interessante, depois de muito debate: "É pau, é PEC, é o fim do caminho, é o resto do voto, é o povo sozinho. São as águas de Temer afogando a Nação, é a promessa de morte para a educação. É a noite, é o corte, é o jantar, é a ladeira, é a peroba do campo na cara de pau, é o abutre na casa, é o povo na lama, é o rico mandando, é o pobre sem janta. São as águas de outubro fechando o invernão, é a promessa de Temer assombrando o povão. É o golpe de Temer, é a Marcela de azul, é o povo todinho tomando caju". (*Palmas.*)

Muito bem. Acho que a música serve também para ilustrar um pouco o momento dramático que nossa Nação está vivendo. Eu começaria a minha intervenção dizendo, Fátima Bezerra, Senadores da República: nós não podemos ter dúvidas de que vivemos um golpe de Estado no Brasil. Não o golpe do Temer, é um golpe de Estado. É lógico que não é um golpe clássico da história em que o Exército e as Forças Armadas estiveram presentes; este é um golpe de natureza diferente, mas é um golpe de Estado. E quando nós olhamos este golpe de Estado e a consolidação do processo do golpe podemos dizer que há uma divisão, Fátima Bezerra, das atribuições de cada um dos Poderes da República naquilo que concerne o aprofundamento e a consolidação do golpe.

O Poder Executivo está neste momento imbuído de duas grandes ações do golpe: destruir a Petrobras, a principal e mais importante empresa do País, o que inclusive implica a questão do pré-sal e da educação; e destruir a política externa realizada de forma autônoma pelo Governo brasileiro nos últimos 15 anos. Isso está em plena execução. Essa é a função primeira do Executivo dentro da estruturação do golpe.

O Poder Legislativo tem como pressuposto do golpe a reforma do Estado, através da 241; a reforma da Previdência, que virá, porque a 241 sem a Previdência não terá êxito, conforme já estão explicitando; e, por último, a reforma política, porque implica a derrota que tivemos no nosso campo, nas últimas eleições, que é circunstancial, mas aprofundar a cláusula de barreira, o voto distrital e um conjunto de outras medidas para controlar e cercear qualquer possibilidade de retomada de um projeto mais autônomo de nação. Então, o golpe está em curso também dentro do Legislativo.

E, no Judiciário, vai ficando cada vez mais claro que o Supremo Tribunal Federal tem como posição destruir os direitos sociais. Na área do trabalho – o Senador Lindbergh disse aqui –, já são cinco ou seis ações do Supremo nos últimos 30 dias, com o objetivo de destruir o direito trabalhista e também o direito previdenciário.

Aquele jantar entre Gilmar Mendes, Michel Temer e Fernando Henrique Cardoso é a consolidação e a divisão entre os Poderes da República, com a definição de qual e quem será o responsável por cada uma das partes no processo de golpe no Brasil. É lógico que o golpe também tem se consolidado externamente aos Poderes da República, através do sistema financeiro, que impõe juros draconianos ao setor produtivo do pato amarelo da Paulista; que impõe regras ao sistema de trabalho, ao sistema de televisão, rádios e jornais, à mídia golpista e essa mídia oligopolizada que continua a controlar o sistema.

E aí discordo do companheiro da Andes: o povo não sabe, companheiro, o que é a 241; infelizmente ainda não. Nós precisamos ir para as nossas bases discutir com os trabalhadores do País. Eles não sabem o que é – não sabem o que é! –, nem os servidores.

Foi dito aqui pela companheira da CNTE: existem professores denunciando os alunos que estão ocupando a escola. Olha, isso é a coisa mais elementar. Não vamos partir do princípio de que nós já sabemos que está acontecendo e, portanto, o povo está consciente do desafio histórico colocado na nossa frente.

Não é isso que está acontecendo, pelo menos em Minas Gerais, de onde venho, apesar de muitas ocupações e muitas questões que envolvem a luta, lá no Estado de Minas Gerais, inclusive a luta da derrota do Aécio, que eu queria deixar registrada. Ontem, estava vindo à noite para cá, e não sei se o Aécio pediu música no Fantástico, porque perdeu a Presidência, o Governo do Estado e a Prefeitura de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Belo Horizonte ontem.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. GILSON REIS – Deveria estar aqui, inclusive.

Companheiros, esta PEC é para poder transformar o Orçamento brasileiro em cláusula pétrea, como fizeram com a Lei de Responsabilidade Fiscal, como fizeram com a questão da inflação. Passou de quatro a hiperinflação e agora vem com a cláusula pétrea. Se aprovada no Senado Federal, nós teremos muitas – muitas! – dificuldades em alterar no futuro, porque são coisas que eles transformam em coisas que não são, como disse o Ministro do Collor, "imexíveis", no sentido da organização do Estado brasileiro.

Essa PEC é tão draconiana que nem o Fundo Monetário Internacional propôs – em qualquer parte do mundo, em qualquer país que tivesse a pior crise fiscal, como ocorreu depois de 2008, no caso da Europa, dos próprios Estados Unidos; em nenhum país do mundo –, foi colocada essa saída para resolver o problema fiscal; em nenhum. E olha que o Brasil não está sob intervenção do Fundo Monetário Internacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILSON REIS – Então, é algo completamente fora de qualquer propósito ao longo da História, até daqueles que defendem a mais radical operação ultraliberal do Estado brasileiro.

Podemos dizer, companheiros, que estamos diante do maior ataque da história da educação no nosso País, porque não é só a PEC 241. Porque alguns já disseram aqui, a PEC 241 não é para mexer em outras áreas do Orçamento; é para mexer com a educação e a saúde; é com a educação pública e com o SUS. Esse é o objetivo central, porque, então, não se precisaria fazer uma reforma por meio de uma PEC, porque iria ser o remanejamento do próprio orçamento. Não! É uma reforma, porque querem atingir o centro da discussão, que são as políticas públicas de educação e saúde.

Por fim – meu tempo está terminando –, queria dizer aos companheiros que aqui nós podemos discutir um conjunto de questões, mas, em oito minutos, infelizmente, é impossível adentrar as questões que envolvem a PEC 241. Mas eu tenho clareza de uma que nós precisamos tirar aqui agora, pois nós estamos sendo vistos por todo o Brasil: nós precisamos mobilizar as nossas bases para o primeiro grande confronto contra a PEC 241, que é no dia 11 de novembro. Nós temos que mobilizar o nosso povo, as nossas entidades sindicais, o movimento estudantil, a população brasileira e dizer: "Nós não aceitamos a regressão proposta pela 241".

Parece-me que deve haver essa mobilização, além do nosso discurso, além das nossas compreensões e além das questões que envolvem as lutas vindouras que nós teremos que travar contra este Governo golpista e contra o golpe de Estado no Brasil. Nós precisaremos ter muito mais força, e que seja nesse dia 11. Essa será a primeira grande manifestação de rebeldia, de aceno do nosso povo. Os trabalhadores não aceitarão mais um golpe na história do Brasil, como tivemos em outros momentos da história. Portanto, unidade, luta, mobilização. (*Palmas.*)

O povo precisa compreender o que está acontecendo para enfrentarmos isso de forma clara, objetiva e com muito discernimento.

Um grande abraço, companheiros de todo o Brasil que estão nos escutando. Brasileiros de cada lugarzinho do Brasil que estão agora escutando a TV Senado, vamos nos mobilizar, vamos mobilizar o povo. Que seja uma manifestação de dez, quinze pessoas em qualquer lugar deste País, mas não podemos deixar de protestar, porque isso representa a destruição de qualquer possibilidade de futuro deste País.

É isso aí.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos saudar o Gilson Reis, que aqui está representando a Contee, na condição de coordena-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dor.

Vamos passar a palavra para a Andréia.

Quero, Gilson, aqui também saudar a Contee pela lúcida iniciativa que teve de protocolar uma representação junto à Procuradoria-Geral da República questionando a constitucionalidade do projeto de lei que cria o Escola sem Partido, que tramita na Câmara dos Deputados, tramita também aqui no Senado. Foi uma vitória muito importante. O Procurador-Geral da República já se posicionou a respeito, assim como a Drª Déborah Duprat, Procuradora de Defesa dos Direitos do Cidadão. Acolheram a representação da Contee, dizendo claramente que o projeto de lei que cria o Escola sem Partido fere a Constituição, fere a LDB. Portanto, é inconstitucional, à medida que é um projeto que, repito, vem na direção de calar o professor. Por isso é chamado de lei da mordaça, um projeto de lei que fere de morte uma das funções mais importantes, mais nobres do magistério, que é a função de ensinar, de aprender, a liberdade de ensinar e a liberdade de expressão. Ao mesmo tempo em que fere o senso crítico que o debate requer. Fere não só o senso crítico, mas também o senso plural que o debate deve ter.

Então, faço essas considerações apenas para parabenizar a Contee, e faço isso aqui em nome de todo este Plenário, pela importante vitória que obtivemos com o parecer do Procurador-Geral da República, que se posicionou contrário ao projeto de lei que cria o Escola sem Partido.

Imediatamente, passo a palavra à Andréia Araújo, Assessora Jurídica do Sindicato Nacional do Técnicos de Nível Superior das Ifes – Atens.

Vamos terminar aqui esta Mesa e, em seguida, facultar a palavra a algumas pessoas do Plenário que se inscreveram.

Com a palavra a Andréa.

A SRª ANDRÉIA ARAÚJO MUNEMASSA – Boa tarde, Senadora. Minha garganta está péssima hoje.

Quero agradecer o convite feito pelo Senador Paulo Paim ao Atens Sindicato Nacional, e cumprimentar a Mesa pelas exposições feitas até agora. Realmente, foram muito esclarecedoras. Quero cumprimentar todos os presentes e dizer que este é um momento singular em nosso País.

Concordo com o Gilson Reis: de fato, o povo brasileiro não tem a clareza devida do que vai significar a PEC 241 para a sociedade brasileira. A PEC 241 é realmente uma PEC do fim do mundo.

A PEC 241, inicialmente na Câmara dos Deputados, foi proposta no dia 16 de junho deste ano, em pouquíssimos meses já tramita aqui no Senado, atualmente como PEC 55, e tem nove artigos. Desses nove artigos, os principais determinam um novo regime fiscal por 20 anos – 20 anos. Então, se a PEC 241 passar, é importante que tenhamos em mente que o que for aprovado terá vigência por 20 anos. E todas as despesas primárias, como saúde, educação, transporte, segurança, todas elas serão contingenciadas, limitadas à inflação do ano anterior.

Após dez anos, por um projeto de lei complementar, poderá o Presidente da República mudar o método de correção, mas, durante uma década, certamente não poderá haver nenhuma mudança no limite de contingenciamento da despesa pública primária.

E, a partir de 2018, haverá uma mudança no financiamento da educação e saúde. E, como já foi dito aqui por esta Mesa, para isso existe a necessidade da emenda constitucional, porque a forma de financiamento que é prevista no art. 198, no caso da saúde, e, no art. 212, no caso da educação, será modificada. E aí, não tem jeito. A modificação no financiamento da saúde e educação vai determinar a redução dos investimentos nessas duas áreas, que são duas áreas fundamentais para o desenvolvimento de qualquer nação, de qualquer país.

Então, se esse limite não for atingido, o que acontece? Vamos dizer que, no ano de 2019, o Brasil vai gastar mais do que poderia gastar em áreas básicas, em áreas absolutamente necessárias para a população brasileira. O que acontece? No momento seguinte, haverá proibição de concurso público, de reajuste de servidores, de novos planos de carreira, ou seja, um engessamento absurdo do serviço público em todos os Poderes: no Poder Executivo, no Poder Judiciário e no Poder Legislativo. Todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Poderes estarão subvencionados a essa determinação da PEC 241. Isso vai engessar, vai precarizar o serviço público e a qualidade do serviço público que é prestado em nosso País.

O próximo, por favor.

Essa aplicação mínima, no caso da educação, só para se ter uma ideia, é prevista desde 1934 e só foi descumprida duas vezes: durante a ditadura do Estado Novo e no golpe militar de 1964, e, agora, com a PEC 241. Vejam a gravidade desse regime fiscal. Vejam a gravidade que vai ser para a população brasileira e a perda de investimentos que se vai dar em saúde e educação.

O Dieese, como o colega que me precedeu falou, já fez um estudo econômico. Segundo o estudo, se a PEC 241 estivesse sendo aplicada desde 2002 no Brasil, seriam R$424 bilhões a menos na educação. É um prejuízo absurdo de investimento na educação, e esse prejuízo se explica de uma forma muito fácil. Por que há prejuízo? Porque não poderá, ao contrário do que dizem aqueles que defendem a PEC 241, haver aumento nem manutenção dos investimentos em educação. Não poderá por quê? Porque a receita dos impostos é maior do que a inflação, e será assim no período de 2017 até 2036. Veja que, no ano de 2016, se investiu acima do piso, que é 18% hoje. O Governo investiu 23% das receitas líquidas em educação, e mesmo assim temos 3 milhões de jovens fora da escola neste País. Isso se dá porque temos um País com graves, gravíssimas desigualdades sociais, que serão extremamente acirradas com a aprovação da PEC 241.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANDRÉIA ARAÚJO MUNEMASSA – O próximo, por favor.

O PNE, como também já foi dito aqui, será extremamente afetado. Haverá menos vagas, creches, ensino médio, nas instituições federais, nas universidades, no ensino de modo geral. Desde o ensino infantil até o ensino superior, todo ele será afetado com a PEC 241.

Só para se ter uma ideia, esse quadro mostra como ainda estamos distantes do que seria adequado para uma educação de qualidade no País.

Vejamos aqui, o valor investido por aluno em Portugal, que é o nosso país coirmão, é de US$7.741; o Brasil investe apenas US$3 mil.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANDRÉIA ARAÚJO MUNEMASSA – Os salários dos professores, não obstante toda a campanha que os sindicatos fazem para que sejam mais dignos, ainda estão muito aquém do devido. Ainda pegando o exemplo de Portugal, lá, o salário anual de professor é de aproximadamente US$29 mil; no Brasil, de apenas US$10 mil. Então, a aprovação da PEC 241 vai acirrar ainda mais esse atraso que existe e que não foi feito agora. É um atraso de século e séculos. Com a PEC 241, esse atraso vai se tornar ainda mais grave e muito mais difícil de ser corrigido pelas gerações seguintes.

Próximo, por favor.

Nesse gráfico podemos ver que a perda estimada para a saúde, de 2017 a 2025, se a PEC 241 estiver em vigência, vai ser de R$161 bilhões a menos; na educação, menos R$58 bilhões; na assistência social, menos R$125 bilhões. É muito dinheiro que vai deixar de ser investido.

Na verdade, a PEC 241 vai inviabilizar o crescimento econômico do Brasil. Além de toda a questão do prejuízo social, também do ponto de vista econômico, o Brasil sairá perdendo, porque, como foi dito, nenhum país do mundo – embora no relatório do Deputado Darcísio Perondi se utilize muito o exemplo da Holanda –, nem mesmo a Holanda, utilizou um programa de reajuste fiscal por vinte anos. A Holanda o fez por quatro. A cada quatro anos, esse programa sofre revisão. E, em 2008, quando a crise recrudesceu, a Holanda flexibilizou o seu programa de ajuste fiscal.

Então, o que é dito hoje a fim de garantir a aprovação da PEC 241, atual PEC 55, tem que ser muito bem pensado, muito bem analisado pela sociedade, porque a perda social será enorme.

Mais um, por favor, o próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por fim, só para terminar, o grande vilão da dívida pública são os juros. Esse gráfico mostra que 45% da dívida pública está comprometida com juros. E esses juros não estão sendo contingenciados. Todos os brasileiros e brasileiras serão atingidos pela PEC 241: os 151 milhões de usuários do SUS, que dependem exclusivamente do SUS, que vai perder em torno de R$454 bilhões se a PEC for aprovada, assim como todos os estudantes deste País, todos aqueles que pretendem fazer universidade pública federal de qualidade, e todos aqueles que necessitam do ensino básico de qualidade neste País. Esses serão afetados, se a PEC 241 passar.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero cumprimentar a Drª Andréa, advogada que falou como assessora jurídica da Atens. Quero cumprimentá-la pela importante colaboração que está trazendo para o nosso debate da PEC, principalmente com foco na educação, que é o que nós temos feito nesta manhã de hoje – os impactos diretamente na área educacional.

Bom, concluída a terceira e última Mesa, nós vamos agora, rapidamente, facultar a palavra a alguns dos nossos convidados e convidadas para que imediatamente possamos concluir a nossa audiência pública, inclusive coletivamente, definindo os encaminhamentos, ou seja, os próximos passos.

Então, passo a palavra agora à Nicoly Moreira do Nascimento. A Nicoly é também estudante lá do Paraná, que aqui está também com a Ana Júlia.

Nicoly, por favor, nós vamos conceder três minutos, está certo?

A SRª NICOLY MOREIRA DO NASCIMENTO – Sim.

Meu nome é Nicoly Moreira, tenho 15 anos e estudo no Colégio Estadual Santa Felicidade, em Curitiba, Paraná. Minha alma veio marcada pela trágica perda precoce de duas vidas pela violência. Uma violência que o nosso País vem suportando há anos. Uma violência que nossos antepassados lutaram para acabar e agora está voltando. Uma violência contra a qual nossos antepassados lutaram para conseguir os direitos que temos hoje. Hoje, nós temos, como funcionários públicos, moradia digna, saúde, além de leis que asseguram a proteção do trabalhador, como férias remuneradas, licença-maternidade, décimo-terceiro e salário mínimo. Todos esses avanços não ocorreram da noite para o dia. Eles precisaram de luta, eles precisaram de gente, eles precisaram de força. E hoje, como estudante, estou aqui para representar essa força, porque essa PEC vai trazer um total retrocesso à área de ensino, de educação, e à área de saúde. É uma nova ditadura militar, que lutamos para conseguir acabar, e agora querem congelar. Congelar o que, se já não temos o que oferecer? Eles querem congelar o pouco que o povo recebe, o pouco que as escolas têm, o pouco que podemos dizer que é nosso.

Eu hoje estou aqui como estudante e como representante de uma escola ocupada. E quero questionar: quem fez essa PEC estava preparado para isso? É uma pessoa que vive a realidade de escolas e hospitais públicos? É essa a minha pergunta hoje. A pergunta sobre quem fez a medida provisória também: são pessoas que vivem em escolas públicas? É a minha principal pergunta.

E, representando também a escola pública Santa Felicidade, eu queria perguntar: precisamos de quantos Lucas para ganharmos voz?

(*Soa a campainha.*)

A SRª NICOLY MOREIRA DO NASCIMENTO – De quantas pessoas vamos precisar? Quanto tempo será necessário para os estudantes ganharem voz? Porque essa PEC, além de tudo, congela a nossa voz. É uma PEC imposta, é uma PEC em que não temos o direito de opinar. É literalmente uma nova ditadura militar. Perdendo o direito de opinar, nós retrocedemos muitos anos. Foram anos de luta para conseguirmos chegar aonde estamos hoje.

E a minha pergunta ainda fica no ar: quem fez essa PEC e essa medida provisória são pessoas que vivem a realidade pública?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nicoly, nós queremos, a exemplo da Ana Júlia, que esteve aqui, agradecer a você também, que veio lá do Paraná e que, junto com Ana Júlia e vários outros companheiros e companheiras, estão na liderança desse movimento no Paraná. Até pelo protagonismo que o movimento estudantil secundarista adquiriu no Paraná, uma vez que foi lá que começou e uma vez que é o Estado que hoje apresenta o maior número de escolas ocupadas. Volto a dizer: vocês estão dando, literalmente, como vocês já falaram, lições de política e cidadania. Pelos atos de coragem, coragem cívica, pelo ato de amor, que, como Paulo Freire dizia, defender a educação é, acima de tudo, um ato de amor, de generosidade, pelo quanto a educação tem de imprescindível para a conquista da cidadania.

Quero também agradecer por você ter se deslocado do Paraná até aqui para trazer a sua voz, fazer o seu chamamento e dizer do seu inconformismo, do seu descontentamento com a agenda que está colocada, na medida em que ela se constitui uma ameaça séria, grave à educação brasileira, porque não há algo mais grave do que uma agenda que inviabiliza as metas do novo Plano Nacional de Educação, como a PEC 241. Então, seja muito bem-vinda.

Nós vamos passar a palavra agora para Vanderlúcia de Oliveira, do MST.

Vanderlúcia, seja muito bem-vinda.

A SRª VANDERLÚCIA DE OLIVEIRA – Boa tarde, Fátima e Senadora Regina.

Eu sou Vanderlúcia, do setor de educação, do Coletivo Nacional de Educação do MST. Gostaria também de deixar nesta Comissão de Direitos Humanos do Senado o nosso registro, como setor de educação, como MST, de repúdio, de indignação contra essa PEC, a PEC do retrocesso, a PEC da maldade, a PEC do fim do mundo.

Nós que somos do campo sabemos claramente o quanto o campo foi injustiçado, foi excluído de muitas políticas públicas, durante muitos e muitos anos. E sabemos que essa PEC, com certeza, vai reforçar, agora mais do que nunca, toda essa descriminalização, todo esse período, agora que estávamos tentando refazer tudo isso, que estávamos tentando reconstruir a educação no campo.

Sabemos que, com essa PEC, todas as políticas públicas que havíamos conquistado para o campo vão retroceder muito também no sentido de aumentar enormemente o fechamento de escolas no campo. E, com certeza, nós que nos últimos dez anos temos levantado a bandeira contra o fechamento de escolas no campo, estamos aqui para dizer não a essa PEC, para pedir aos Senadores que, por favor, não sujem suas mãos, como diz a companheira Ana Júlia.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANDERLÚCIA DE OLIVEIRA – Não sujem suas mãos por 20 anos, assinando essa PEC.

Então, nós queremos deixar aqui o nosso registro de indignação.

Também quero elogiar a atitude dos companheiros, jovens que estão ocupando as escolas com muito entusiasmo, e dizer o que o Florestan Fernandes disse: "Feita a revolução nas escolas, o povo a fará nas ruas". E, com certeza, a revolução nas escolas já começou com essa juventude, com toda a garra e persistência nessa luta. E nós, com certeza, vamos fazer nas ruas também. Estamos aí para ajudar na unificação da luta. O MST também está na luta para paralisar o Brasil contra a PEC 241, aqui PEC 55, e também contra a reforma do ensino médio. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Vanderlúcia.

Parabéns. Também queremos nos somar às preocupações que você menciona. São muito graves os efeitos da PEC 241, repito, sobre a agenda educacional do nosso País, especificamente no que diz respeito ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Preocupa-nos demais o destino de um programa tão importante como o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Preocupa-nos demais, como você aqui mencionou, a sustentabilidade e a ampliação das vagas da educação no campo por este País afora, o que ainda é necessário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

em função do déficit social da educação na zona urbana e, mais ainda, na zona rural. Essa PEC, se for implementada, pela redução drástica de recursos que ela trará, vai afetar seriamente a educação no campo.

Portanto, Vanderlúcia, seja muito bem-vinda, para que nós possamos fortalecer o movimento contra essa agenda de retrocesso.

Vamos imediatamente chamar a Glória Maria, aluna do Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte.

A SRª GLÓRIA MARIA – Boa tarde.

Senhoras e senhores, todos os presentes nesta Casa, estamos aqui para falar de uma causa maior, estamos aqui para falar do futuro do nosso País.

Meu nome é Glória Maria. Tenho 17 anos e sou secundarista. Venho aqui para representar não só o Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte, mas também todos que defendem essa mesma luta.

Essa medida, a PEC 241, ou PEC 55, reduz os investimentos públicos em educação e sabota os movimentos sociais que ainda nos restam. Faz com que as pessoas que sempre sofreram com a pobreza se afundem ainda mais nas injustiças do Estado brasileiro. Elas serão presas na armadilha das desigualdades sociais. Com essas medidas, o Brasil será um imenso deserto de pessoas frustradas.

É importante lembrarmos que a ocupação é um espaço dos estudantes. Estamos lutando por uma causa legítima: pela defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Recebendo diariamente o apoio de entidades estudantis e de nossa comunidade, nós nos organizamos para realizar palestras, aulões e oficinas. Nenhum aluno se prejudicou, nenhum aluno se sentiu minimizado. Nesses espaços, ninguém seria invisível.

Não há nexo algum entre as duas propostas. Tanto a PEC 241/55 como a MP 746 deformam a educação de nosso País.

A incoerente proposta de uma educação em período integral não leva em consideração a falta de recursos para isso. Se não existem verbas para os centros de ensino, que dirá para uma suposta educação integral.

A nossa luta é todo dia. Imaginem seus filhos em nosso lugar. Estão destruindo nosso futuro, nossa liberdade, sonhos, voz e pensamento. A questão é cruel.

Os jovens dizem: "Somos o futuro. Não deixaremos dificuldades, recursos invisíveis serem motivos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLÓRIA MARIA – ... para desistirmos do que é nosso por direito e garantido pela Constituição."

Foram e ainda são noites sem dormir, com problemas diversos: corte da água, da luz e constante ameaça de movimentos de extrema direita que tentam nos criminalizar.

Quem não entende o nosso movimento, quem não se disponibiliza a discutir conosco não percebe as mudanças que fizemos na escola.

Nós convidamos cada um aqui, dentro de mais de mil escolas ocupadas neste País, para ver que há um propósito real de ocupação, que não existe mais outra forma de protesto que tenha a merecida atenção, senão esta.

Queremos ser ouvidos e levados a sério. Por mais novos que sejamos, temos consciência de que o futuro nos chama. Continuamos, então, ocupando e resistindo.

Fora Temer! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Parabéns, Glória, estamos juntas.

Vamos passar, agora, para a Ana Flávia, do Movimento Juntos.

Ana Flávia, por favor.

A SRª ANA FLÁVIA – Bom dia. Sou do Movimento Juntos, ocupante do CEM Elefante Branco, e gostaria de saudar as mais de mil escolas, universidades e IFs ocupados no País.

As escolas ocupadas lutam por seus direitos, desde o direito a uma educação de qualidade até o direito de manifestação. O Governo Temer, Mendonça Filho e seus aliados têm um plano de desmonte e precarização da educação. O princípio é congelar durante 20 anos os investimentos públicos, afetando diretamente a educação através da PEC 55, depois, através de uma medida provisória, a MP 746, uma medida extremamente autoritária e impopular, que reformarão o ensino médio, tornando obrigatórias apenas as matérias Português, Matemática e Inglês, além do ensino técnico. E a cartada final é amordaçar nossos professores dentro das salas de aula. Em contrapartida a esses ataques, nós, estudantes em greve, ocupamos nossas escolas contra todos esses ataques e contra este Governo que não nos respeita e não nos representa.

A nossa luta e resistência se mostram também no dia a dia, quando os ataques promovidos e financiados, muitas vezes pelo MBL, e ataques vindos também de movimentos de desocupação. Vivemos tempos difíceis, tempos em que direitos são rifados, em que a casta política vende direitos da juventude em troca de privilégios para os mais ricos.

No Brasil, a cada 23 minutos, morre um jovem negro. As cadeias estão cheias de corpos negros e, ainda assim, querem tirar nossa principal saída, a educação. Em um país em que a população pobre morre por falta de remédios e médicos, de infraestrutura nos hospitais, acham razoável congelar investimentos na saúde. Por que cortar de quem mais precisa? Por que não retirar dos ricos? A auditoria da dívida e taxação das grandes fortunas, por exemplo, são alternativas à PEC 55. As escolas estão em luta e resistem. Enquanto atacarem nossos direitos, ocuparemos.

(*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Parabéns, Ana. Valeu!

Imediatamente, vamos facultar a palavra à Camila.

Camila, por favor, professora do Instituto Federal de Brasília.

A SRª CAMILA LANES – Bom dia, eu queria falar como professora.

O Sinasefe DF está em greve desde o dia 19 de outubro contra a PEC, contra a MP. Mas eu queria falar como professora que está há 20 anos em chão de escola e que ama o que faz. Eu vim redistribuída do IFSP, desde junho, mas estou na educação há 20 anos e sempre trabalhei com educação pública, sempre trabalhei com crianças que precisavam dessa educação de qualidade, porque um educador trabalha com sonhos. E, quando vem uma PEC dessa, é por isso que os jovens estão se mobilizando, vem direto atacar os sonhos, atacar o educador e os sonhos desses jovens.

Há 20 anos, quando comecei a trabalhar, comecei a trabalhar no Sesc, no Programa Sesc Curumim, em São Paulo – sou professora de educação física – , e algumas vezes fui à casa de alunos do Programa Curumim, que é um programa social do Sesc, sem que ninguém soubesse, levar cesta básica para aqueles alunos. Quando eu comecei a trabalhar, em 1999, no Sesc. Trabalhava e, algumas vezes, fazia isso. Fui vendo... Virei professora em São José dos Campos, concursada, efetiva, da rede municipal.

Em 2005, quando as políticas públicas do governo – que a mídia golpista não deixa que sejam difundidas – começaram, quando essas políticas públicas começaram, vi a transformação desses jovens. Então, vi também, de perto – quem trabalha com a burocracia, com um número, não sabe –, aquele programa em que os alunos recebem um livro, nas escolas de ensino fundamental. A cada dois meses, eles recebem um livro para levar para casa e para ser deles. Aquele livro vai virar um livro deles. Esses livros chegavam do Governo Federal – ainda era Lula. Vi a alegria de um aluno, cuja avó era catadora e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cuidada dele, falando: "Olha o cheiro de novo deste livro". Neste ano ainda, trabalhando no Instituto Federal, em São Paulo, um aluno falou: "Professora, se não fosse o Bolsa Família" – lá em São Paulo se entra por vestibulinho –, "a gente teria morrido de fome lá em casa". Ele estava sonhando, estava fazendo um curso de eletrônica lá no IFSP. Por isso, ainda está sonhando.

Vim aqui falar como uma educadora que viu a transformação, nesses anos, e que viu o quanto essas políticas públicas chegaram à educação e o quanto foi investido em educação. Porque também vi alunos que fizeram bolsas de pesquisa, bolsas de extensão, dentro do Instituto Federal. E mais, o Instituto Federal não teve só investimento estrutural – e disso até a gente reclama –, mas é um investimento naquilo que já foi falado na Mesa, na formação do docente. Ele tem investimentos.

Eu tive um aluno este ano, também lá em São Paulo, que por conta de pressão, de sofrer homofobia, estava pensando em se matar. Lá no Instituto Federal ele recebeu assistência de psicólogos. Então, nesse modelo de ensino médio que está dando certo ninguém está falando. O modelo do Instituto Federal está dando certo e é um modelo de ensino médio que está aí. Por que está dando certo? Está dando certo porque tem investimentos no professor, porque tem investimentos no aluno, tem assistência social.

Para quem está desse lado, no lado do chão da sala, como estou há vinte anos, é uma coisa que você não quer ver destruída, porque você não quer ver a criança ser destruída, a pessoa com quem você trabalha ser destruída.

Então, eu vim aqui falar. Não havia planejado falar, mas é porque eu queria que vocês sentissem a gravidade por alguém que há 20 anos luta na educação, que vê um sonho de educação dando certo, um projeto de educação dando certo e, de repente, esse projeto ser ameaçado. Foi por isso que vim aqui falar.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu, Camila! As palavras que você acaba de proferir falam por si sós. Aliás, estava comentando aqui com o representante do Sinasefe. O Sinasefe está sintonizado exatamente com a base, na medida em que está chamando à participação os professores e os servidores técnicos e administrativos, diante do momento que estamos vivendo. De fato, são sonhos mesmo, são sonhos em busca da felicidade, da cidadania, do direito à educação, que nós não podemos, de maneira nenhuma, permitir que sejam mutilados, sejam ceifados.

Por isso, a nossa corrente aqui contra essa agenda de retirada de direitos.

A última inscrita é Che de Araujo Seabra.

Depois vamos encerrar os trabalhos.

A SRª CHE DE ARAUJO SEABRA – Boa tarde a todos.

Ontem, quando me perguntaram no colégio se eu poderia estar aqui hoje, eu vim mais porque achei que poderia observar. Venho de uma família de jornalistas, então, é natural pensar automaticamente nisso.

Cheguei aqui e duas alunas da UnB sugeriram que eu falasse. Sou do Centro Educacional Gisno, na 907 Norte. Há muita coisa na nossa ocupação que é muito boa, e eu adoraria ficar falando sobre como ela está dando certo, mas acho que todo mundo já falou como algumas ocupações estão dando certo, assim como outras estão dando errado, mas acho que esse é o principal no momento.

Primeiro, está havendo delação. Os diretores estão delatando os alunos da ocupação. Só de vir aqui falar, de dizer qual é o meu colégio e o meu nome, eu já estou me colocando em risco de ter de sair do colégio durante a ocupação. Estou fazendo isso porque acho que precisamos ser ouvidos.

No Gisno especialmente, temos uma estrutura realmente precária. Chuto ao dizer que talvez seja uma das mais precárias do Distrito Federal pelo menos. Para se ter ideia, um dos banheiros no salão do refeitório estava desativado. Com a ocupação conseguimos abrir a porta de novo. Havia um tapete de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bicho morto por lá, de tanto tempo sem abrir. Os vasos não funcionam, as portas não fecham, e muita gente acha que estamos de brincadeira nessas ocupações.

(*Soa a campainha.*)

A SRª CHE DE ARAUJO SEABRA – É óbvio, se eu pudesse escolher entre ficar na minha casa, na minha cama, no meu quarto, comendo a comida que a minha família preparou e ter que ir para a escola para dormir no chão, passar frio durante a noite, não saber exatamente quando vamos comer ou o que vamos comer, porque não sabemos até quando as doações vão durar e dependemos disso, não escolheria o colégio. É meio óbvio isso.

Além disso, estamos preocupados com a nossa integridade física. O Movimento Desocupa está sendo extremamente violento em muitos colégios. Invadiram colégios pelo telhado, quebraram portões de colégio em Taguatinga, jogaram pedra no colégio para tentar tirar a galera lá de dentro. Ontem, por exemplo, tomamos o maior susto, porque ficou um carro parado na frente do colégio. Quando decidimos levantar para ver o que eles queriam, eles simplesmente foram embora. Então, são coisas que dão medo.

O Gisno também tem uma área muito grande. A área em que foi construído o prédio do colégio é minúscula comparada à área total da escola. Há muita grama. Não sabemos por onde as pessoas podem vir, não há gente suficiente, por exemplo, durante o turno da noite. Tem um pessoal que está virado, há dois, três dias sem dormir, por causa de medo, porque não pode deixar o turno da noite sozinho, porque têm que fazer as coisas.

Mas é uma coisa que, embora seja ruim, com desgaste físico e emocional que o pessoal está tendo lá dentro, a gente ainda está conseguindo. Dia após dia, entra mais estudante na ocupação, gente que estava totalmente contra. Nós abrimos as portas para dialogar com os alunos e estamos fazendo aulão. Hoje mesmo, teve aulão preparatório de Física e História, e vai ter plantão de Matemática hoje à tarde para o pessoal que quer prestar o Enem.

E eu acho que é isso a maior parte. As ocupações que mais estão dando certo são as em que existe diálogo, e procuramos manter isso. A gente está com medo, a gente passa frio, às vezes a gente fica com fome. A gente tem horário definido para comer, a gente tem horário definido para dormir. A não ser que você tenha feito o turno da noite, por exemplo, e você queira dormir durante o dia, você não pode, por motivos óbvios, a gente precisa da galera.

A gente está tentando se organizar, a gente está tentando limpar o colégio, porque, sério, picharam siglas de grupos terroristas no nosso colégio. Tem suástica nazista pichada. Na entrada tem um teto, e tem uma suástica nazista pintada em cima. E é tudo para desmoralizar.

A gente também tem um pequeno problema, porque a fama do Gisno já é muito ruim, mesmo antes das ocupações. A gente sempre teve fama de colégio ruim. A gente está tentando resgatar não só o nome do nosso colégio, mas os nossos alunos também. Se eu chego com uma blusa do colégio, do jeito que eu estou aqui agora, em um *shopping*, o segurança vai ficar na minha cola, porque já aconteceu. É uma coisa que incomoda, e tem muita gente que desiste simplesmente por isso. Porque a gente não tem estrutura, os ventiladores estão quebrados, as salas não conseguem ficar quentes quando está muito frio, porque tem vidro quebrado, as janelas não fecham, não trancam. Os tijolos do nível médio, perto da fileira, mais perto do chão, a maioria deles está destruída, e ninguém sabe exatamente como aconteceu, mas a gente está resistindo para isso.

E...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.?

A SRª CHE DE ARAUJO SEABRA – É isso o mais importante aqui. Como a Ana Júlia falou também, no vídeo dela, que viralizou, é muito difícil para um estudante, para a gente decidir o que vai apoiar, porque a gente às vezes sente que tem essa autonomia política toda, mas quando vai ler as coisas a gente fica extremamente confuso, e, às vezes, procura orientação nos lugares errados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

A SRª CHE DE ARAUJO SEABRA – E é isto principalmente que a gente está tentando: abrir diálogo, explicar e, o mais importante de tudo, resistir até o fim, não só por nós, os ocupantes, mas mesmo para as pessoas que querem tirar a gente da escola...

(*Soa a campainha.*)

A SRª CHE DE ARAUJO SEABRA – ... porque não é meu ano letivo, não é meu semestre que está em jogo, são os próximos 20 anos da educação. E se, para salvar os próximos 20 anos, eu tiver que repetir o meu segundo ano porque a escola ficou ocupada o resto do ano inteiro, eu vou repetir, porque eu me importo muito mais com o longo prazo, com o que os meus filhos talvez vão viver do que com eu simplesmente perder um semestre, que eu posso tentar repor depois. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Che. Eu queria saudar você pelo depoimento forte, bonito e emocionante que acaba de fazer, com o relato de como está se dando essa mobilização cidadã, pacífica de vocês, ocupando as escolas em defesa da educação.

Nós queremos, aqui, para concluir, Senadora Regina, em meu nome e em nome da Senadora Regina e dos demais Senadores, Senadora Gleisi, Paim, Lindbergh, em nome dos demais Senadores, agradecer a cada um e a cada uma de vocês que atenderam o nosso convite e que aqui vieram, além de lamentar e repudiar a ausência do MEC, que não veio nem se dignou a mandar representante. Até o momento não se justificou, ignorando o debate, o que eu acho lamentável. Essa é uma atitude antipedagógica, de desrespeito.

Quero aqui reforçar as iniciativas no que diz respeito à rede de solidariedade e proteção ao movimento dos secundaristas, dos estudantes universitários, dos Institutos Federais pelo País afora. Já são mais de mil escolas, estudantes das universidades e Institutos Federais. Enfim, quero reforçar aqui a necessidade dessa rede de solidariedade, de proteção, Senadora Regina, do ponto de vista do apoio jurídico e do apoio técnico, e convocar os ativistas, os comitês de defesa da democracia pelo País afora, Rosilene, para que, nos seus Estados, nas suas cidades, estejam sintonizadas com a luta dos estudantes, para que possam dar a eles o apoio jurídico que se faz necessário, sobretudo neste momento em que temos conhecimento de ataques às mobilizações estudantis, partindo de grupos que têm atuado de forma ofensiva, agressiva, com métodos até fascistas. Uma coisa é a discordância, isso faz parte da democracia, mas o que nós não podemos aceitar, de maneira nenhuma, é a agressão, o que nós não podemos aceitar, de maneira nenhuma, é que, inclusive, as polícias estaduais, sob as ordens daqueles que não têm compromisso real e verdadeiro com a democracia estejam acionando policiais para que esses policiais apontem seus fuzis e suas armas contra os estudantes brasileiros, que, repito, estão num movimento pacífico, um movimento cidadão, um movimento em defesa do Brasil, porque é em defesa da educação.

Quero dizer para as estudantes que aqui vieram, Ana Júlia, Nicoly, Glória, Ana Flávia, para você, Che, que esta audiência tem inclusive o objetivo de dialogar com o Brasil, de dialogar com a sociedade civil, para que possamos reforçar essa rede de proteção, essa rede de solidariedade.

Hoje mesmo, à tarde, Ana Júlia, Nicoly e vocês, vamos cumprir aqui uma agenda. Estaremos com D. Leonardo, que é o Secretário-Geral da CNBB. Estaremos também, com a presença de Ana Júlia e de outros estudantes, na Unicef. Estaremos também, hoje, com a Drª Deborah Duprat, do Ministério Público Federal. Os estudantes vão ser acompanhados pelo Dr. Marcelo Lavenère, pelos professores, Drª Beatriz Vargas, Débora Diniz, Ângela Ferraro, entre outros. Estaremos na Secretaria de Direitos Humanos da OAB do Distrito Federal, e também na Defensoria Pública da União.

Essa é a agenda que vamos cumprir na parte da tarde, com o objetivo de fortalecer a rede de solidariedade junto ao movimento dos estudantes em todo o Brasil.

Quero ainda dar conhecimento e, desde já, convidar vocês, dando sequência à agenda de debates sobre a PEC 241 e sobre a reforma do ensino médio e o Escola Sem Partido, para, já agora, no dia 9 de novembro, às 11 horas, a discussão da MP 746, no contexto do Plano Nacional de Educação. No dia 16, haverá outra audiência pública, para a qual também convido todos e todas vocês, às 11 horas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para a discussão do Projeto Escola Sem Partido. Essas duas audiências públicas serão na Comissão de Educação aqui da nossa Casa.

A Comissão de Direitos Humanos vai dar continuidade ao ciclo de debates sobre a PEC e suas consequências, do ponto de vista da limitação de gastos, assim como a Comissão de Assuntos Econômicos vai dar continuidade ao ciclo de debates sobre a PEC 241.

Sei que a luta é muito difícil, muito desafiadora, a julgar, infelizmente, pelo perfil do Congresso Nacional hoje, um perfil muito conservador. Mas isso não é motivo para desistir, muito pelo contrário. A nossa presença aqui, no dia de hoje, é uma demonstração de que não perdemos a capacidade de nos indignarmos, de que não perdemos a esperança, e, portanto, de que não perdemos a capacidade de luta e de resistência, de maneira nenhuma.

Viva a luta dos estudantes!

Viva a luta em defesa da educação brasileira!

Não à PEC 241 e por nenhum direito a menos.

Muito obrigada.

Está encerrada a presente audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 94ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas do dia sete de novembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 6, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e José Medeiros. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 90 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre o tema: "Ambulância: vida ou morte?". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Alex Douglas, Presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Ambulâncias – ABRAMCA; Manoel Araújo Lima, Presidente do Sindicato dos Condutores de Ambulâncias do Amazonas; Wanderson Pires de Souza, Presidente do Sindicato dos Condutores de Ambulâncias do Rio Grande do Norte; Cláudio Cordeiro Queiroga Gadelha, Procurador do Trabalho - Ministério Público do Trabalho; Luciano Silva, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN; Rodrigo Caselli Belém, Representante do Conselho Federal de Medicina; Grazielle David, Representante do Conselho Nacional de Saúde – CNS; Eliana Maria Ribeiro Dourado, Técnica do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; Jean de Luna Chagas, Policial Rodoviário Federal; Jaqueline Carrijo, Auditora Fiscal do Trabalho, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – SINAIT; Marcelo Oliveira Barbosa, Coordenador-Geral de Urgência e Emergência do Departamento de Atenção Hospitalar e Urgência do Ministério da Saúde - DAHU-SAS; Luiz Edgar Leão Tolini, Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar e Urgência do Ministério da Saúde – DAHU-SAS. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Wesley Franco, Federação Nacional dos Enfermeiros; José Henrique Barbosa Neto, Sindicato dos Condutores de Ambulância; Nilson José, Sindicato dos Condutores de Ambulância de Pernambuco; Robson Avelino, Sindicato dos Condutores de Ambulância de Roraima; Jivaldo Luiz Nascimento, Sindicato dos Condutores de Ambulância; Roberto Alexandrino, Sindicato dos Condutores de Ambulância do Paraná. O Senhor Presidente concede a palavra ao convidado Alex Douglas para considerações finais e sugestões de encaminhamentos. O senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) Intermediar reunião de trabalho com o Ministério da Saúde e representantes dos condutores de ambulância. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 94ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 90, de 2016, desta Comissão, de minha autoria, para debater o tema "Ambulância: vida ou morte?".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Fizemos aqui uma introdução neste momento. Esta audiência pública está sendo transmitida, ao vivo, para todo o Brasil. É importante que aqueles que estão assistindo pela TV Senado, ouvindo pela Rádio Senado, ou, de uma forma ou de outra, tendo conhecimento pela Agência Senado percebam o motivo desta audiência. Por isso, farei aqui uma pequena introdução.

Hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater uma situação gravíssima, que é a precariedade da situação das ambulâncias no País.

Infelizmente, a carência de investimentos na saúde, em particular no meio de transporte das pessoas que necessitam de tratamento urgente, acarreta todos os dias problemas gravíssimos, tais como falta de aparelhos dentro das ambulâncias para os primeiros socorros e até falta de combustível.

Aqui mesmo, no DF, recentemente, várias ambulâncias ficaram paradas por falta de combustível, vindo uma pessoa inclusive a falecer pela impossibilidade do seu transporte para o devido hospital, o que é inaceitável.

Outra questão gravíssima é a ausência de manutenção das ambulâncias, que faz com que muitas estejam inutilizadas. E há insuficiência de regulamentação no que tange às infrações de trânsito cometidas por precariedade das ambulâncias. Sabemos que os condutores das ambulâncias, para salvar vidas, necessitam muitas vezes de dirigir em maior velocidade, até mesmo ultrapassar semáforos vermelhos. E, pasmem, muitas vezes têm que arcar eles com as multas quando estão no estrito cumprimento do seu dever, ou seja, salvando vidas.

Se esses graves problemas já existem com as condições atuais, preocupa-nos ainda mais como ficará a situação com a redução de investimentos durante os próximos vinte anos, conforme proposto na PEC 241, aqui no Senado conhecida por PEC 55, de 2016.

Todo o nosso respeito aos condutores de ambulância, que todos os dias salvam milhares de vidas, mesmo enfrentando dificuldades, tantas outras, entre aquelas que eu falei. Contem conosco, porque essa luta é justa e necessária.

Nós vamos formatar neste momento a Mesa. Já deve haver aí a relação dos nossos convidados. Com a relação dos convidados, nós iniciaremos de imediato o debate, mas é claro que enquanto os painelistas que vão usar a palavra chegam, eu não posso deixar de falar rapidamente aqui sobre essa PEC 55.

Eu estou muito preocupado. Calculem os senhores que ela congela todo tipo de investimento, por vinte anos, por parte da União. A população brasileira, hoje em torno de 210 milhões de brasileiros, daqui a vinte anos, já que o próprio IBGE diz que a expectativa de vida vai aumentar, nós seremos quantos? Se a nossa idade aumenta, consequentemente, teremos um número maior de pessoas, e pessoas com mais idade, envelhecidas pelo tempo – e que bom que estamos envelhecendo, não é? –, mas isso significa mais gastos nessa área que vocês atuam, que é a área da saúde. Se o orçamento atual não atende nem sequer as ambulâncias, calculem daqui a vinte anos, como eles querem que se congele. Nós não seremos 210 milhões, seremos o que, 220 milhões, 230 milhões de pessoas? E com o orçamento congelado. Calculem, na saúde, na educação, na infraestrutura, enfim, em todas as áreas.

Por isso que há esse movimento nacional muito forte contra essa medida proposta pelo Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Temer e que já foi aprovada, infelizmente, na Câmara dos Deputados. Eu espero que aqui no Senado não aconteça isso.

Eu, nesse período em que fiquei fazendo inclusive exames – foi essa semana que passou, no Rio Grande do Sul, e a PEC aqui chegou –, exames de saúde, percebi a fragilidade da saúde do nosso País. E nessa fragilidade, os investimentos, eu diria, porque aumenta a população, vão diminuir. E enquanto lá eu ficava e conversava muito com a população, eu me perguntava: a quem interessa a PEC 241? A OAB diz que é contra; a CNBB diz que é contra; os estudantes são contra; os professores são contra, tanto que eu vou fazer uma audiência pública aqui com todos os reitores do Brasil, e eles dizem que são contra; os trabalhadores são contra; os sindicatos são contra. A quem interessa a PEC 241?

Há quem diga que interessa aos banqueiros. É só ver o lucro dos bancos atuais. É algo nunca visto na história deste País, o tanto que o lucro deles aumenta. Por isso que é fundamental. Reuniões como esta e outras que faremos com certeza têm como objetivo que a população tenha muita clareza do que significa essa PEC.

Lá no Rio Grande do Sul, por exemplo, há uma campanha muito forte de que nós não deveríamos votar em nenhum Parlamentar que vote favoravelmente a essa proposta chamada 241.

Fizemos isso na Constituinte, e deu certo. Deu certo. E eu fui Constituinte. Se a Constituição avançou para a chamada Constituição cidadã, liderada, na época, por Ulysses Guimarães, cujo corpo uns dizem que está nas profundezas do mar, mas que ele deve estar lá no Alto, dialogando lá com outros, como Covas, como Brizola. E devem estar todos muito, muito, muito preocupados com a situação por que o Brasil passa hoje.

Então, a situação é da maior gravidade. Esta audiência de hoje vem nesse sentido. Qual é a perspectiva para nós todos, principalmente classe média e os mais pobres deste País?

Após essa introdução – já chegou aqui agora a relação dos nossos convidados –, eu, de imediato, chamo para a Mesa Alex Douglas, Presidente da Associação Brasileira dos Motoristas e Condutores de Ambulância – Abramca. Seja bem-vindo, Alex. (*Palmas.*)

Chamo Manoel Araújo Lima, Presidente do Sindicato dos Condutores de Ambulância do Amazonas. (*Palmas.*)

Convidamos Wanderson Pires de Souza, Presidente do Sindicato dos Condutores de Ambulância do Rio Grande do Norte. (*Palmas.*)

Convidamos Cláudio Cordeiro Queiroga Gadelha, Procurador do Trabalho, Ministério Público do Trabalho. (*Palmas.*)

Convidamos Luciano Silva, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). (*Palmas.*)

Neste momento, de imediato, passo a palavra ao Alex Douglas, dizendo-lhe que eu estava numa situação muito difícil: tinha os meus exames de saúde e uma palestra no Rio de Janeiro, também hoje, para falar sobre trabalho escravo num congresso nacional daqueles profissionais que lutam nessa linha de combate ao trabalho escravo – mais detalhes darei depois. Mas, devido a todos os meus exames – e confesso que era tão importante lá como aqui, porque eles estão lá, neste momento, assistindo, mas coincidiu –, eu tive que voltar para Brasília. Aí, naturalmente estou aqui, com a mesma satisfação de sempre. No entanto, se eu não estivesse, naturalmente, um outro Senador parceiro – já tinha conversado com você – iria presidir esta reunião. Mas que bom que está indo bem, em matérias de exames pelo menos, e podemos estar aqui com vocês. E fica o compromisso de eu estar com os companheiros do Rio em um outro momento, que já estamos agendando.

Com a palavra o companheiro Alex Douglas, Presidente da Abramca.

O SR. ALEX DOUGLAS – Obrigado, meu Presidente.

Bom dia a todos e a todas, assim como a todos os condutores de ambulância de todo o Brasil.

Primeiramente, dou um bom-dia à Mesa, a todos que estão aqui: o Luciano, do Cofen, o Wander-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

son e o Manoel, que estão sempre conosco, e a todos os amigos que estão presentes aqui, que vieram de diversos lugares do Brasil, do Oiapoque ao Chuí, ao pessoal que veio aqui.

Vamos debater a questão da banalização dos serviços de ambulância no Brasil, porque a coisa é muito grave.

Então, quero agradecer a V. Exª por nos ter dado a oportunidade de vir aqui falar em público para todo o Brasil, porque o negócio para nós, condutores de ambulância de todo Brasil, está precário, está complicado, inclusive na questão... Até estávamos relatando em alguns Estados o trabalho escravo. O cara pega plantão de uma semana, com a ambulância dentro de casa, o que é um absurdo. A gente não sabe como um gestor admite uma coisa dessas. Então, o negócio está complicado.

E a questão do trabalhador morrendo no serviço e dos pacientes morrendo em ambulância, porque as ambulâncias estão em más condições. O pessoal pensa que está transportando gado, transportando qualquer coisa dentro da ambulância, e não é isso. A gente quer respeito não só conosco, mas com o povo brasileiro, que precisa do serviço de ambulância, e precisa de um serviço digno. Então, a gente está aqui para denunciar as más condições de trabalho.

Estamos aqui, meu Presidente, para debatemos isso.

E passaríamos a palavra aos demais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Produção feita pelo Presidente Alex Douglas.

De imediato, Manoel Araújo Lima, Presidente do Sindicato dos Condutores de Ambulâncias do Amazonas.

O SR. MANOEL ARAÚJO LIMA – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim, bom dia a todos os representantes das instituições e órgãos públicos, bom dia a todos os condutores de ambulâncias do Brasil.

Nós vamos hoje falar sobre algo que nos fere gravemente, nos deixa perplexos diante do abandono, por parte do Poder Público, que deveria fazer o seu trabalho. Nós estamos aqui para alertar um proveniente caos no serviço de APH. Os condutores hoje são considerados o pilar de sustentação do serviço de APH.

Sem condutores de ambulância o APH não existe. Não adianta falar em APH, o Ministério da Saúde não adianta falar em APH se não há condutores qualificados, se ainda se precariza de forma banal a profissão, colocando esses profissionais em nível elementar ou no máximo fundamental. Isso é um absurdo!

O condutor tem que entender que tudo o que a gente aprende a gente leva não só para dentro do nosso trabalho, mas para dentro da nossa casa. Nós cuidamos da população da mesma forma que cuidamos das nossas famílias.

Nós só viemos alertar e buscar, neste Poder, nesta Casa que determina as leis e as regras, simplesmente o dever de cumprir. Elas existem, mas nós estamos abandonados em nossos Estados porque eles se sentem incompetentes de fazer cumprir. Por esse motivo nós estamos aqui.

Eu espero muito que todos nos ouçam, que todos prestem bem atenção em tudo o que for relatado, porque neste momento nós só contamos com o apoio dos bons políticos, dos bons profissionais, daquelas pessoas que, como o senhor, Senador, sentem na pele, agora que está relatando, a dificuldade dos serviços de saúde. Nós não estamos pedindo nada que não seja legal, nós não estamos pedindo nada que não seja real e necessário.

Com isso ganha a população, ganha o Governo e ganham também os profissionais, que estarão melhor qualificados, prestando uma excelência no serviço para o qual eles foram destinados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Manoel Araújo Lima veio falar em nome dos condutores de ambulâncias do Amazonas, já que ele é o Presidente do sindicado.

Ele enfatizou que o papel de nós todos, na verdade, é salvar vidas; é fazer de tudo para que a precariedade na saúde, no serviço de ambulância não piore, porque o quadro que se apresenta aí é o de que só vai piorar.

Como serão investidas mais verbas em novas ambulâncias, se vamos congelá-las? Como serão investidas mais verbas na saúde? Vocês aqui estão denunciando, e o relato que eu recebi, que vocês me deram, no particular, é da maior gravidade. Ele fala da forma como as pessoas morrem nas ambulâncias. E aí? E a 241? E essa PEC 55? Por isso que ela é chamada de PEC da morte, pois vai diminuir os investimentos na saúde.

O Presidente do Sindicado dos Condutores das Ambulâncias do Rio Grande do Norte, Wanderson Pires de Souza, está com a palavra.

O SR. WANDERSON PIRES DE SOUZA – Bom dia a todos.

Senador Paulo Paim, obrigado pela oportunidade de expressar a nossa angústia pelo que cada condutor de ambulância vem passando em todo o País.

A verdade é que nós, que estamos lá na ponta, é que sofremos todo o impacto da falta de gerência das instituições públicas: do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho, do Contran, dos órgãos de trânsito, de fiscalização. Em todo o Brasil, nos nossos Estados, tentamos buscar uma solução para essa banalização, para essa precarização, e não somos atendidos. Então, hoje, este momento é muito importante para a gente expor isso.

Todos os dias se criam resoluções do Contran, certo? Todos os dias baixam uma portaria do Ministério da Saúde, e não se busca a nossa categoria para dizer se aquele veículo é o ideal, para saber se o trabalhador está satisfeito em conduzir aquele veículo, se ele oferece segurança para transportar os usuários do SUS. E nós, Senador, somos o elo, a ligação. Sem o condutor de ambulância, o Brasil para; o Serviço Único de Saúde para.

Então, a gente quer denunciar casos pontuais, negligências da fiscalização da Polícia Rodoviária Federal. E isso a gente tem, por meio de documentos que a gente solicita. Muitos policiais – não digo todos – se omitem de parar ambulâncias, porque dizem que estão conduzindo vidas, sendo que a Lei nº 9.503/97, nos seus arts. 145 e 145-A, estabelece os requisitos do veículo de urgência; e o seu art. 29 diz que a ambulância tem livre parada e acesso, quando em serviço de urgência. Fora isso, é um veículo comum. E existem os requisitos necessários, que são: estar em serviço de urgência, manter o intermitente ligado e também a sirene ligada. Fora isso, é um veículo comum. Mas, mesmo assim, não está havendo fiscalização desses veículos. Os condutores param. O carro não está em condições de rodar. Por favor, façam alguma coisa!

A gente chega aos órgãos de trânsito, e, simplesmente, eles prevaricam, eles deixam de cumprir a lei, porque acham que a lei são eles. Você está entendendo? A gente não quer partir para a seara criminal. Quando os órgãos de trânsito deixam de cumprir a lei, eles estão cometendo um crime. Mas o nosso intuito é trabalhar em parceria – eles precisam entender isso.

Os condutores são sobrecarregados: além de conduzirem o veículo, eles interagem nas ocorrências. Muitos aqui transportam a equipe de enfermagem. Como eu posso conduzir e fazer uma massagem cardíaca, se estou sozinho no veículo? Então, o que está em risco, o que está em jogo nessa situação não é só a questão de uma categoria. O que está em risco é a vida dos pacientes, das pessoas que precisam de atendimento. E esse atendimento está sendo precarizado, está sendo banalizado. Como o Senador falou muito bem, se essa redução de gastos públicos for aprovada, a situação vai se tornar um caos.

É por isso que a gente está aqui hoje.

Eu agradeço, mais uma vez, a oportunidade e espero que a gente saia daqui com uma definição, para passar para as nossas bases, para a nossa categoria o que de fato a gente vai fazer. A partir de hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que eu acho que é um marco inicial, as autoridades vão tomar conhecimento do que vem ocorrendo, conforme as falas no decorrer do dia, e a gente vai encontrar uma solução para passar para a categoria em todo o Brasil.

Então, era isso que eu queria falar inicialmente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Wanderson Pires de Souza, Presidente do Sindicato dos Condutores de Ambulância do Rio Grande do Norte.

De imediato, passo a palavra ao Claudio Cordeiro Queiroga Gadelha, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho.

Parabéns ao Pires pela sua fala, demonstrando também sua preocupação com o congelamento dos investimentos via PEC 241, na Câmara, PEC 55, no Senado.

O SR. CLAUDIO CORDEIRO QUEIROGA GADELHA – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Paulo Paim, renovando a saudação. Nós estivemos juntos na Paraíba, quando ele fez a audiência pública, na Assembleia Legislativa, sobre o PLC 30, da terceirização, do qual também quero falar um pouco aqui, tendo em vista que certamente faz parte desse contexto.

Cumprimento também os demais integrantes da Mesa.

Meus senhores e minhas senhoras, na manifestação do primeiro dirigente sindical, foi dito de que há indícios de prática de trabalho escravo envolvendo os condutores de ambulância no Brasil. Isso já nos deixa sobressaltados. Por quê? O cenário que se avizinha com a eventual aprovação da PEC 55 é, sobremaneira, aterrador, não apenas no aspecto econômico-financeiro, como já disse muito bem o Senador Paulo Paim, mas, especialmente, e muito especialmente, para a vida do trabalhador.

A máquina pública, em especial da saúde e da educação, passará necessariamente, inevitavelmente, por um processo de criação de ferrugem. Vai enferrujar. São como aqueles teares em algumas cidades lá no interior da Paraíba e do Rio Grande do Norte, Senador, em que são confeccionadas redes, teares absolutamente obsoletos, em que a máxima é provocar acidentes do trabalho.

O mesmo vai acontecer com a saúde pública no Brasil. Eu digo isso porque não haverá renovação, não haverá incremento de mão de obra. E quando o companheiro de Mesa disse que há indícios de trabalho escravo, imediatamente, Senador, a gente remete à questão da jornada extenuante.

E eu queria já colocar em pauta, para discutir aqui com o Plenária, Senador, qual é o nível e o índice de terceirização que existe hoje nesse serviço no Brasil. Nós estamos aqui representando todo o Território nacional, e eu gostaria de saber muito qual é o índice, o nível de terceirização nesse serviço. Por quê? Sem incremento de mão de obra na saúde, certamente o setor de transporte de ambulância no Brasil também vai ser atingido.

Eu me pergunto: como deverá se desdobrar um trabalhador, um motorista que já pratica jornada exaustiva, se brincar acima de 12 horas? E aí já é jornada extenuante, nos termos da lei é considerado, sim, como condição análoga à de escravo, até que este Congresso Nacional modifique, mas hoje ainda é considerado como condição análoga a de escravo a jornada extenuante. E nós queremos saber exatamente a dimensão disso que vai acontecer. Porque a terceirização parece-me que é uma situação que cada vez mais se consolida. Não haverá incremento de mão de obra no setor da saúde porque não haverá dinheiro para contratar pessoas. Eu me pergunto: e esses motoristas que já conduzem veículos sucateados, sem licenciamento, veículos em condições péssimas de uso, com ferrugem, trancados com fechos de corda, com fechos de aço?

Eu pergunto: a saúde pública neste Brasil, como tem dito, como tem propagado até mesmo a imprensa mais cara deste País, que com a PEC 55 aqui no Senado nós teremos um cenário melhor para a saúde pública no Brasil, como? Como vender uma ideia dessa diante de um fato incontestável de que hoje a saúde pública no Brasil já é uma situação absolutamente caótica? Tão caótica, Senador, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o Ministério Público do Trabalho instituiu, na semana passada, um projeto estratégico, denominado Saúde na Saúde, em que nós vamos fazer uma abordagem nas principais entidades públicas de saúde do Brasil com maiores índices de acidente de trabalho ou doenças ocupacionais.

E, Senador, a partir desta audiência, deste momento aqui, eu, como coordenador nacional e gerente estratégico desse projeto, vou inserir, no contexto dessa investigação que nós vamos fazer em âmbito nacional, também a condição dos trabalhadores no setor de transporte de ambulâncias em hospitais públicos. (*Palmas.*)

Como coordenador, já vou determinar que isso seja inserido dentro do nosso projeto estratégico. Amanhã terei reunião com o Procurador-Geral do Trabalho e já vou anunciar para ele.

Então, essas são as palavras preliminares, e eu gostaria de deixar aqui o registro. Queria saber dos senhores todos aqui presentes qual é o nível de terceirização nesse serviço no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Claudio Cordeiro Queiroga Gadelha, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, com a competência de sempre. Eu tenho uma parceria grande com o Ministério Público do Trabalho. A sua fala aqui só fortalece que esta Comissão de Direitos Humanos está correta nessa parceria que temos adotado. Aqui, ele levantou a terceirização e o trabalho escravo.

Vejam bem, por azar deles, eu peguei a relatoria do projeto que está aqui, do trabalho escravo. E a primeira frase que eu disse foi esta: trabalho escravo nós não temos que regulamentar; trabalho escravo temos que proibir. E é nessa linha que vai ser o meu relatório.

Infelizmente, o número de trabalhadores sob o regime de escravidão ainda é grande no Brasil, temos que ter vergonha de dizer isso.

Muitas vezes, o trabalho de vocês acaba sendo semelhante. Por isso, meus cumprimentos ao Dr. Claudio pela intenção imediata de levar esse debate para dentro do Ministério Público do Trabalho.

O Dr. Claudio também falou sobre aquilo que tenho insistido, que é essa maldita PEC 55. Eu não vejo ninguém defendê-la, porque quando te convidam eles não defendem. Não sei se entre os convidados que eu vou ter essa semana, vamos ter diversas audiências públicas, eu gostaria que eles viessem aqui para debater com os nossos convidados o porquê dessa PEC que é chamada no Brasil todo de PEC da morte.

Vamos em frente.

Luciano Silva, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). (*Palmas.*)

O SR. LUCIANO SILVA – Bom dia a todos e todas.

Cumprimento o Senador Paulo Paim sempre presente nas lutas da categoria. Quantas e quantas audiências por este Brasil, Senador. Mais uma vez parabenizando-o sempre pela atuação em prol dos trabalhadores deste País.

Alex Douglas, em nome de quem cumprimento os colegas condutores de ambulância.

Falo em nome do Presidente do Cofen, Dr. Manoel Carlos Neri. Nós acreditamos que esse assunto é tão importante, o APH hoje no País tanto pré-hospitalar móvel, como fixo, nós criamos a Comissão Nacional de Urgência e Emergência do Cofen – o Alex está até a par dessa comissão criada –, para realmente fazer a discussão do APH no País e principalmente das carreiras que estão inseridas no APH.

Nós sabemos que hoje nós temos um gargalo muito grande na saúde pública do País. Para se ter uma ideia, nós temos hoje algo em torno de 3 mil ambulâncias habilitadas ou qualificadas de Samu, sem contar toda essa parte que foi colocada, os serviços privados que existem, as terceirizações, porque os dados não chegam concretamente. Dessas 3 mil, temos cerca de 2,5 mil básicas, em que ficam os condutores e os técnicos de enfermagem, e algo em torno de 500 avançadas, que é equipe médica, enfermeiro e o condutor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Só para se ter uma ideia do gargalo que existe nisso, e é uma questão de financiamento que tem que ser muito bem falada, uma ambulância avançada, hoje, para rodar, custa, para o gestor municipal, na ponta, algo em torno de R$100 mil a R$120 mil. Nós estamos falando aí de RH e combustível, sem falar em outros custos que nós temos. É bucha, é pneu, é óleo, é tudo isso.

E nós temos, por parte do Ministério da Saúde, um repasse de R$38 mil ou R$48 mil, o restante fica para o gestor na ponta. E aí começam todos os problemas que nós vimos no dia a dia: não tem manutenção, é realmente com cadeado a porta, o condutor tendo que se virar todo dia quando abre o plantão. Ele fala que a ambulância está ruim e vem a ordem da chefia: "Dá um jeito, o carro não pode parar". E o jeito, nós sabemos, é esse, que coloca em risco a vida do paciente.

Mas, eu gostaria, nestas palavras iniciais, dizer que nós, o Conselho Federal de Enfermagem, queremos discutir e trabalhar duas questões: a questão da qualificação dos condutores de ambulância e a questão da regulamentação.

Eu acho que é importante nós falarmos como é que se dá a entrada dos condutores de ambulância, uma categoria extremamente importante para o APH móvel no País. Aliás, é realmente como foi dito pelo colega, se não houver o condutor, para tudo. Mas como se dá a entrada dos colegas condutores nesses serviços? Quais são os pré-requisitos para ser condutor de ambulância? Porque é diferente de motorista da garagem, é totalmente diferente.

Como se dá o treinamento em serviço desses colegas? Nós sabemos que é todo dia, como foi falado, é isso mesmo, é todo dia, 12 horas, e você não treina, você não fala, você não dialoga com esse condutor, parece que ele não está dentro da estrutura de treinamento do APH.

E a regulamentação, o que faz? Nós sabemos que há vinte Brasis dentro deste nosso Brasil. O que faz o condutor? Em cada cidade parece que cada um faz uma coisa. Cada um tem uma atividade, não há uma regra básica. É uma atividade especial ou não? Ela é uma atividade especial quando quer tirar o sangue do condutor. Agora, quando é para os benefícios, aí não é uma atividade especial. Espera aí! Então, você não é mais condutor de um veículo de emergência, você é motorista.

Não é assim. Nós precisamos trabalhar essas questões da regulamentação e, principalmente, quem fiscaliza essa atividade. O Conselho Federal de Enfermagem fiscaliza a atividade do enfermeiro e do técnico. O CFM fiscaliza a questão do médico. Quem fiscaliza as ações do condutor? Nós estamos fazendo essa discussão, porque é uma questão séria. No dia a dia, como eu falei, são 2,5 mil ambulâncias básicas, o condutor e o técnico em enfermagem saindo para a rua, para pegar n situações de uma pessoa que está em risco, que está precisando daquela assistência. Quem fiscaliza isso? Vamos ter que pensar e trabalhar isso.

Nessas palavras iniciais nós deixamos essa discussão. Nós estamos com esse problema de financiamento sim, que tem que ser discutido, porque ou a gente vai ter que ter mais financiamento, e pelo que nós estamos vendo, o cenário todo está indicando o contrário, ou a gente vai ter que fazer toda uma mudança no modelo. De qualquer forma, nós temos que dialogar com esta Casa, o Senado Federal, sempre aberto, com a Câmara dos Deputados e, principalmente, com Conasems e Ministério da Saúde, porque nós precisamos, sim, sair, realmente, com alguns encaminhamentos que façam com que a gente comece a caminhar nesta questão da regulamentação e da qualificação dos colegas condutores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Luciano Silva, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen).

Eu falei aqui com o Alex e também com o líder Manoel, e nós temos aqui os vídeos das ambulâncias. Se puderem passar neste momento, porque nós vamos trocar a Mesa agora, nós vamos para uma segunda Mesa.

Enquanto eles ajustam ali, eu vou pedir aos meus convidados que voltem ao plenário, e vou chamar a segunda Mesa.

Rodrigo Caselli Belem, representante do Conselho Federal de Medicina. Está aqui já? (*Pausa.*)

Está ali. Muito bem, seja bem-vindo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Grazielle David, representante do Conselho Nacional de Saúde. Seja bem-vinda, Grazielle. (*Palmas.*)

Eliana Maria Ribeiro Dourado, técnica do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Jean de Luna Chagas, policial rodoviário federal. (*Palmas.*)

E Jaqueline Carrijo – ela estava aqui, acho que deu uma saidinha –, auditora fiscal do trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Vamos agora aos vídeos. Já estão no ponto? Então vamos lá.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

Não é só ambulância. Correios também, viu, pessoal? Olha lá.

A Jaqueline à Mesa. Seja bem-vinda, Jaqueline! (*Palmas.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

Pode passar esse primeiro da 241. Pode ser aquele mesmo que você listou ali. É só para situar o pessoal.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, pessoal.

Esse vídeo, pessoal, ilustra, claro, o nosso debate. E ficam claras, desde a abertura que aqui fiz, as preocupações que levantei. Perguntaram-me o que tem a ver ambulância com PEC 241, ou PEC 55. O nosso Procurador foi muito fez. Tem tudo a ver. Se vocês salvam vidas e precisam de mais investimentos na área da saúde para essa estrutura do nosso País e vão congelar todos os investimentos, não teria nem razão de haver esta audiência. Mas a audiência tem razão de ser, para nós mostrarmos que queremos, sim, mais investimentos na área da saúde. E a vida está ali, ao alcance de cada um de vocês, que cumprem um papel fundamental, que acabam, enfim, com mais estruturas, salvando mais vidas; com menos estruturas, perdendo, infelizmente, vidas, independentemente da vontade de vocês.

Vamos agora, então, para a nossa segunda Mesa.

De imediato, passo a palavra ao representante do Conselho Federal de Medicina, Sr. Rodrigo Caselli Belem. Lembro a todos que são dez minutos para cada um. Uns utilizam o tempo total, outros vão além do tempo.

O SR. RODRIGO CASELLI BELEM – Não. Serei bem breve.

Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim. Em nome do Presidente do Conselho Federal de Medicina, agradeço o convite para participar desta discussão. Parabenizamos vocês pela iniciativa desta discussão. Eu me sinto particularmente privilegiado por estar aqui, uma vez que sou médico e trabalho em ambulância há quase 20 anos. Antes de Samu, da Portaria 2.048, eu estava trabalhando já em ambulância. A gente continua trabalhando isso daí, e esta discussão se faz totalmente pertinente.

Embora a função do Conselho Federal de Medicina seja a fiscalização do trabalho ético do médico e suas condições, isso esbarra diretamente na questão da segurança da equipe e do paciente.

Compartilho com o colega do Cofen, que falou sobre a questão de quem fiscaliza a questão do condutor. Nós fiscalizamos os médicos, fiscalizamos os enfermeiros. E quem fiscaliza a questão do condutor?

Então, parabenizo o pessoal pelas iniciativas dos últimos anos, realmente definindo que o condutor não é um mero motorista de ambulância. Isso vem sendo debatido, discutido, mas a gente ainda tem alguns problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E, como médico e gestor, eu fui gestor durante dez anos num serviço pré-hospitalar, vi as dificuldades que temos no manejo dessa situação. E muitas delas estão relacionadas justamente com a legislação e com a parte de financiamento.

Vemos hoje, por exemplo, embora tenhamos falado a grosso modo do Samu e do Corpo de Bombeiros, que é o maior contingente que temos, que temos um problema muito sério em relação às ambulâncias de prefeituras.

Trabalho aqui em Brasília, no Hospital de Base, e nós recebemos as ambulâncias das prefeituras. A maioria delas não atende às mínimas condições, que já são poucas previstas na legislação, nem sob o ponto de vista técnico e nem operacional. Isso é um risco para o paciente. Isso está, sim, matando gente. Isso está sendo um problema que precisa ser levado mais a sério.

Discutimos muito sobre a capacitação e o treinamento desses profissionais. Aqui, em Brasília, temos uma situação um pouco privilegiada. Há alguns condutores aqui presentes. Temos, sim, investido muito tempo na questão da capacitação, no treinamento e na capacitação desses servidores, mas sabemos que não é a realidade no Brasil e não é suficiente para resolver os nossos problemas.

Sabemos das condições da viatura. Infelizmente, por mais que a nossa legislação diga que sim, sabemos que as condições das nossas viaturas não são as ideais, nem sob o ponto de vista ergonômico para as equipes que trabalham nessas viaturas, nem com relação à segurança. E quando falo de segurança, falo da segurança do paciente também.

Só para citar um dos exemplos, a maca. A maca faz parte da ambulância. A nossa maca não oferece condições de segurança para os pacientes. É muito fácil vermos, quando vamos para fora do País, a diferença, que é abissal, entre as condições da viatura aqui e as condições de lá. E alguém vai dizer assim: "Mas é porque não tem dinheiro". E nós estamos aqui e sabemos que a questão não é essa. Estamos falando em economia. Falar em economia numa situação dessa é muito complicado.

Outra questão que diz respeito especificamente ao profissional condutor é a escala, a sobrecarga que esse profissional sofre.

Apenas para consubstanciar a discussão, existe um trabalho que foi em 2003 sobre o serviço de ambulância australiano. Eles compararam o reflexo do motorista condutor da ambulância no período noturno, após 24 horas de privação de sono, com motoristas embriagados. E a conclusão foi a seguinte: depois de 24 horas de trabalho, o reflexo e a capacidade de resposta do condutor de uma ambulância é a mesma de um motorista embriagado.

Então, se não permitimos que o cidadão dirija embriagado, como permitimos que o condutor de uma ambulância dirija com sono? Está provado... (*Palmas.*)

Está provada que a correlação existe. O reflexo dele está diminuído. Existem dados, todos estabelecidos. Se quiserem, depois eu disponibilizo esse trabalho para vocês, que é um trabalho bem interessante.

Então, dentro desse contexto, a gente falar em economia é complicado, é muito difícil, tanto economia de recursos humanos, quanto de material. Acho que vivemos uma situação genérica no País que é a seguinte: a nossa legislação é feita baseada no que dá para se fazer, e não no que deve ser feito.

Não se pode fazer gato, não se pode arrumar isso de qualquer jeito. Estamos transportando vidas. A ambulância foi feita para salvar e não para matar, como é o tema da discussão aqui.

Então, isso precisa, sim, ser revisto. Nós temos que adaptar a nossa legislação. Ela tem que ser rígida, sim, com relação à questão técnica das viaturas e, principalmente, com relação ao servidor. É difícil, mas temos que trabalhar isso aí, essa questão das escalas. É difícil, é impossível – digo isso tecnicamente, é uma opinião pessoal – um único condutor trabalhar no período noturno numa viatura.

Aqui em Brasília, na nossa realidade pelo menos, facilmente uma viatura dessa roda em 12 horas quase 500 quilômetros. Então, isso tem que ser levado em consideração.

Agora, infelizmente, muitas vezes não fica na mão do gestor que está na ponta a solução disso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

aí. Senão, a solução do gestor vai ser a seguinte: fechar o serviço. Então, precisa, sim, de uma gestão acima, uma gestão maior para tentar controlar, para tentar otimizar essa questão do recurso humano e do recurso tecnológico.

Era isso o que tinha para falar.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Rodrigo Caselli Belem, que falou pelo Conselho Federal de Medicina, dando exemplos práticos e objetivos, dizendo que com uma carga horária exagerada, acima dos limites, expõe-se a vida do paciente e do próprio motorista. Esse exemplo foi muito simbólico, é como se estivesse embrigado. O cara está ali querendo salvar vidas, mas o corpo tem limites. É mais ou menos isso. Parabéns pela exposição muito objetiva, que vai na linha dos vídeos passados aqui das ambulâncias.

Ao mesmo tempo fala que não adianta pensar em economia na saúde. Saúde ou se faz ou não se faz; ou opera ou não opera; ou tem o equipamento ou não tem; ou tem ambulância ou não tem; ou tem motorista ou não tem. Como é que se vai tirar o dinheiro da saúde?

Com a palavra a representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Grazielle David.

A SRª GRAZIELLE DAVID – Bom dia. É um prazer participar representando o Conselho Nacional de Saúde para falar um pouco sobre a situação. Agradeço o convite do Senador Paulo Paim e a presença de todos.

É interessante como, ao longo de todas as falas, a questão do financiamento para que as ambulâncias e a saúde funcionassem foi bastante mencionado. Como o Conselho Nacional de Saúde tem feito um trabalho importante com relação a essa questão de financiamento, vou dar uma ênfase para esta questão, começando com um pouco do histórico de como foi planejado o financiamento da saúde, desde a aprovação do direito à saúde na Constituição Federal do Brasil, que é um direito extremamente avançado.

O SUS é um dos melhores modelos no mundo até hoje já planejado – planejado, mas ainda não executado, ainda em fase de construção –, e a dificuldade de chegar aonde se quer chegar com o que foi planejado se dá muito em relação à questão de financiamento.

Ao longo dos anos, vários movimentos se organizaram para garantir um financiamento adequado, mas só em 2000 conseguimos regulamentar uma emenda constitucional, a Emenda nº 29, que garantia, então, que deveria existir um financiamento mínimo para a saúde, mas ainda precisavam ser regulamentadas as suas porcentagens para cada ente federado.

Só em 2012, 12 anos depois, isso veio então com a Lei Complementar nº 141, falando quais seriam as porcentagens que cada ente federado iria aplicar em saúde. Isso durou pouco tempo. Em 2015, já tivemos a Emenda Constitucional nº 86, que alterou a fórmula de cálculo do financiamento para a União, fazendo um escalonamento de porcentagens da Receita Corrente Líquida que iria para a saúde.

À época da Emenda nº 86, o Conselho Nacional de Saúde falou que essa não era a melhor forma de se fazer o cálculo. Em momentos de crescimento econômico seria uma fórmula boa, mas em momentos de recessão enfrentaríamos sérios problemas. E foi exatamente o que aconteceu.

E, agora, agravando ainda mais o quadro, temos a PEC 241, aqui no Senado PEC 55, que agrava de forma ainda mais séria, porque, nos momentos de crescimento, vai estar congelado, e, nos momentos de recessão, também.

Então, quando se vive uma recessão, é interessante que se mantenha o que foi aplicado no ano anterior corrigido pela inflação, mas, no momento em que há crescimento – e todas as projeções indicam que, com ou sem a PEC, nós vamos ter crescimento e retomada da economia brasileira e melhora do PIB, melhora da Receita Corrente Líquida –, os valores a serem investidos em saúde, então, ficarão muito abaixo do que com a fórmula anterior, que era baseada na Receita Corrente Líquida.

Você pode colocar na próxima imagem, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, essa projeção foi feita por um grupo de economistas que elaborou esse material chamado "Austeridade e Retrocesso", que é bastante interessante. E eles projetam, ao longo do período dos 20 anos da PEC 55, como ficarão os gastos de despesas primárias, com uma porcentagem do PIB. Como a gente observa hoje, em 2015, a gente está próximo de 20% do PIB aplicado nas despesas primárias, que são basicamente os gastos sociais e os gastos de investimento, e como isso vai cair ao longo dos anos.

Observem bem que a diferença, entre o que a gente pode chamar de piso e teto, essa variação do PIB, como ela é maior hoje e como ela vai diminuindo ao logo do tempo. Aquela faixa mais escura representa a Previdência. E foi feito o cálculo já imaginando uma possível reforma da Previdência, que também pretendem votar.

Então, mesmo que haja uma reforma da Previdência, os gastos em Previdência permanecem altos e crescentes; os gastos em saúde e educação sofrerão uma queda. E foi feita uma projeção por esse grupo, tentando manter ainda uma valorização, porque, em todos os espaços falam: "Não, para a saúde e educação a gente vai garantir, sim, que há o recurso." Então, eles fizeram o cálculo, tentando manter, apesar disso, a queda para saúde e educação.

Mas o mais grave é que aquela faixa do meio, que a gente vê que praticamente desaparece. Então, à medida que a porcentagem do PIB para ser aplicada nas despesas primárias vai reduzindo, ao longo dos anos, mantendo Previdência, e saúde e educação perdendo pouco, não sobra dinheiro para mais nada. Como a gente vai fazer com gastos com pessoal, investimento, infraestrutura, segurança pública, direitos humanos, igualdade racial, agricultura? Vai caber ali?

E ainda estão dizendo, há um argumento bastante frequente de que: "Não, para a saúde não há problema. A gente vai garantir o mínimo. Foi feita uma emenda, dizendo que, pelo menos, o valor aplicado no ano anterior, corrigido pela inflação, vai ser mantido, e ainda dá para tirar de outras áreas e colocar na saúde. Não há impedimento para isso". De onde vai tirar? Daquele 1% do PIB que sobrou? Não é possível! Afirmar que a saúde não vai perder dinheiro com a PEC não é verdade; afirmar que é possível remanejar de outro lugar não é um argumento verdadeiro também.

É interessante observar, então, que para a saúde foi feita uma alteração para que não valesse a regra que está valendo para todas as outras políticas. Para todas vai ser o valor de 2016, que vai servir como base; e para a saúde e a educação vai ser o valor de 2017. Para a saúde 15% da Receita Corrente Líquida de 2017, depois corrigida ao longo dos anos pela inflação.

Para 2017 estão certos em afirmar que esse valor vai ser maior do que seria pela regra anterior, porque nós estamos num período de recessão. Porém, ao longo dos próximos anos, à medida que o PIB for crescendo, essa afirmação não será mais verdadeira. O gasto permanecerá congelado, mesmo com a melhora da economia.

Então, à medida que o PIB vai crescendo e o gasto na saúde, nas demais áreas, permanece congelado, temos uma porcentagem imensa de dinheiro que vai ficar sobrando para ir para a única coisa que está fora da PEC 55, que são justamente as despesas financeiras com juros e amortização da dívida.

Muitos falam que isso não é congelamento. Vamos pensar no que é congelamento, então. Se você aplica o valor do ano anterior e menos do que o valor da inflação, você aplicou valor inferior, e, então, foi menos; se você aplica o valor do ano anterior e acima da inflação, você cresceu; se você aplica o valor do ano anterior e só a variação inflacionária, você congelou. Não há como falar que isso não é congelamento. Isso é congelamento. Então, a PEC 55 congela os gastos sociais e os gastos de investimentos.

Além disso, como eu falei antes, a saúde sofre de um subfinanciamento crônico. O SUS ainda é uma política em construção, ainda não tem a sua estrutura completamente construída. Temos muito o que avançar, como foi relatado aqui. Na questão de ambulâncias, por exemplo, olhem a situação em que nós vivemos e o quanto de mais recursos se precisaria para poder financiar adequadamente essa questão e todas as demais na área da saúde. Apesar disso, esse congelamento de 20 anos implicará nunca sair da situação atual e muito contrário, por causa dos próximos elementos.

O primeiro é que, como, ao longo dos anos, o PIB crescerá e as despesas primárias ficarão con-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

geladas, isso representará uma redução da porcentagem do PIB e, consequentemente, da Receita Corrente Líquida para os gastos de saúde, os demais gastos sociais e os investimentos. Como esta é uma Comissão de Direitos Humanos, é importante ressaltarmos que isso é um desrespeito ao princípio do uso máximo de recursos disponíveis para a realização de direitos humanos. Como o PIB melhorará, a Receita Corrente Líquida melhorará, haverá recursos financeiros disponíveis em um volume muito maior. Apesar disso, eles estarão congelados pela PEC 55, o que é uma clara afronta a esse princípio dos direitos humanos. Como o Brasil é signatário de um tratado internacional, que foi internalizado, vamos cometer uma infração ao Tratado de San Salvador, dos direitos humanos. Então, essa é uma situação gravíssima também, que a Comissão, inclusive, pode levar aos órgãos responsáveis pela garantia do respeito a esses princípios.

Outra questão também é que, com esse teto dos gastos com despesas primárias cada vez mais baixo ao longo dos anos, ocorrerá uma inviabilização. Mesmo que haja interesse aqui, no Legislativo, de aumentar os recursos financeiros tanto para a saúde quanto para a educação, não haverá espaço. É aquilo que eu falei: se sobrou só 1% para tudo, como se vai tirar dali e jogar para saúde e educação? É impossível. Mesmo que Deputados e Senadores queiram fazer isso, não vai existir dinheiro para poder fazer isso.

Agora, avaliando o que acontecerá ao longo dos anos com a regra da PEC 55. Se, em 2017, você começa com 15% da Receita Corrente Líquida e vai andando, ao longo dos anos, apenas com a correção inflacionária, ao final dos 20 anos, isso vai representar uma perda de R$433 bilhões a serem aplicados em saúde. Se hoje não conseguimos ainda fornecer a saúde com a qualidade necessária para todos os brasileiros, como será isso com R$433 bilhões a menos?

O próximo.

É importante também destacar que, além dessa perda de recursos financeiros, que ocorrerá naturalmente, ainda há uma situação muito grave com relação à saúde. A primeira é a seguinte: a população ainda vai crescer nesses 20 anos, vai crescer 9% nesses 20 anos e envelhecerá, sendo que, em 20 anos, a população idosa vai dobrar. Só esses dois elementos em si exigiriam um aumento de recursos a serem colocados em saúde.

Isso não vai acontecer. Os gastos vão estar congelados. A demanda vai estar maior. A aplicação *per capita* será muito inferior ao longo desses anos, e isso é um desrespeito a outro princípio de direitos humanos que é o do não retrocesso social. Se, ao longo dos anos, você diminuir o que está sendo aplicado por pessoa, você estará retrocedendo na garantia do direito para cada indivíduo e para a sociedade em geral.

Além disso, a PEC 55 desconsidera a questão extremamente importante de que vários gastos sociais, especialmente os de saúde, têm um efeito multiplicador. Então, apesar da insistência em dizerem que as despesas sociais são gastos fora de controle, a verdade é que as despesas sociais são investimentos devido a esse efeito multiplicador. Por exemplo: a cada R$1,00 gasto em saúde, aumenta-se R$1,70 o PIB.

Se fizéssemos uma projeção de o que teria acontecido nos últimos anos, calculando de 2003 a 2015 e comparando com o que seria se a PEC 55 estivesse em vigor, observamos que, ao longo desses anos, a saúde teria perdido R$175 bilhões. E a porcentagem do PIB de gasto federal teria caído do que estaria hoje de 1,60% do PIB de gasto federal em saúde para 1,20%, um valor muito inferior.

Ainda é importante lembrar que, na política de saúde, várias políticas internas – por exemplo, a política de atenção básica, as políticas de vigilância em saúde – são bastante vinculadas. Se você pensa em financiamento de atenção básica, ele é feito pelo Piso da Atenção Básica fixo e variável. O fixo é fixo, não muda, é obrigatório; e o variável é discricionário, pode mudar. Isso acontece muito. A maioria das despesas na saúde são bastante vinculadas. Então, onde será possivelmente mais são exatamente as despesas discricionárias dentro da saúde. E quais são essas despesas discricionárias? A primeira, que é muito importante, é o Piso da Atenção Básica variável. É importante dar ênfase a essa questão porque estão dizendo muito que Estados e Municípios não serão afetados, uma vez que, na PEC 55, há uma previsão das exceções, e está escrito ali que as transferências constitucionais para Estados e Municípios não estarão dentro desse teto da PEC 55. É verdade. As transferências constitucionais para Estados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Municípios não estarão, porém muito do dinheiro que vai para Estados e Municípios não é via transferência constitucional, mas via transferências dentro das políticas públicas.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GRAZIELLE DAVID – Na saúde, isso é extremamente importante. Os grandes executores da política de saúde são especialmente os Municípios. A demanda e a obrigatoriedade do Município de garantir que ele cumpra as obrigações permanecem, porém, os recursos estarão extremamente diminuídos porque a maioria dos financiamentos para as políticas públicas dos Municípios vêm muito das transferências federais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permite, é por isso que a Federação dos Municípios também já se posicionou contra a PEC 55.

A SRª GRAZIELLE DAVID – Exatamente. O Conasems também já se posicionou contra a PEC 55 porque os Municípios serão extremamente afetados, pois os recursos que viriam do ente federal para a execução da política desaparecerão. Bem, sem recurso federal e já muito endividados com uma aplicação importante do seu orçamento em saúde, como ficarão os Municípios com a obrigação ainda de garantir a saúde, mas sem o financiamento adequado porque a PEC 55 limita essas transferências dentro das políticas públicas? Não é possível afirmar que Estados e Municípios não serão afetados pela PEC 55. Eles serão muito afetados.

Dentro da saúde, outras questões que serão bastante afetadas são: medicamentos, exames complexos, cirurgias eletivas e também vigilâncias sanitária, epidemiológica e de saúde. É extremamente grave, se pensarmos essa questão de vigilância, num momento em que vivemos uma crise séria de zika, de dengue, ser essa questão bastante afetada.

Essas políticas, essas medidas de austeridade e de cortes de programas sociais que estão sendo adotadas no País, na verdade, afetam milhares de pessoas. É importante relembrarmos muito isso, ainda mais numa Comissão de Direitos Humanos. Ficamos aqui falando tanto de números e perdemos a noção do que está por trás deles. Por trás de cada número desse, por trás de cada bilhão, de cada centavo que está ali, há pessoas, seres humanos, que diariamente precisam de uma ambulância para poder ter um serviço garantido, precisam ter acesso a um medicamento. É isso que não vai ser mais garantido. São vidas que vão ser diretamente afetadas: não são apenas reais, centavos ou um dinheiro qualquer, são pessoas, são indivíduos.

É importante destacar que a responsabilidade fiscal não deve ser baseada em corte de programas sociais, assim como a proteção dos direitos humanos não pode depender da situação econômica de um País. Em temos de dificuldade, como vivemos hoje, os governantes têm o dever de proteger seus cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, via garantia de políticas públicas adequadas, especialmente quando temos um diagnóstico incorreto das causas do momento por que atravessamos.

Essa tabela é do FMI e demonstra ali, quando houver mais tempo para olhar os números específicos, que a grande crise que vivemos não é de despesas primárias em excesso; pelo contrário, ela se manteve estável e até diminuiu nos últimos anos. A grave crise que temos é de excesso de despesas financeiras, com juros e amortização da dívida, e especialmente de queda de receitas.

Bem, já que estamos falando em saúde, se o diagnóstico, na verdade, é de crise de receitas, por que estamos tratando de despesa? É um diagnóstico incorreto, um tratamento incorreto e só pode ser um prognóstico extremamente inadequado. Então, por que não buscar alternativas à PEC 55 que lidem com o real problema que é de uma crise de receitas? Aí existem diversas alternativas muito mais eficientes, de curto prazo, porque a PEC 55 não vai trazer um resultado imediato, de curto prazo, não é assim que ela vai funcionar. Então, essas outras propostas, na verdade, seriam muito mais justas.

Eu vou falar bem rapidamente por causa da limitação de tempo e porque vários economistas já passaram por aqui e falaram sobre essa questão.

A primeira delas seria fazer uma reforma tributária com justiça fiscal. Temos hoje uma política tributária e fiscal extremamente recessiva, que penaliza, de forma muito mais acentuada, os mais pobres e a classe média, enquanto as pessoas com maior capacidade contributiva hoje contribuem menos com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

País. É uma lógica completamente inversa do que acontece nos demais países. Da mesma forma, tributa-se de forma muito mais pesada as empresas do que as pessoas físicas, o que é totalmente contrário do que acontece nos demais países e limita a capacidade do País de retomada das suas indústrias, da demanda e de crescimento econômico.

Então, uma primeira medida extremamente importante seria promover a reforma tributária. Revogando a lei que isenta tributação de lucros e dividendos no Imposto de Renda, por exemplo, chegaríamos a R$43 bilhões a mais. Se se melhorasse a distribuição e se aumentassem as alíquotas, chegaríamos a R$80 bilhões. Se tributássemos IPVA sobre aeronaves e embarcações, também mais recursos. E o ITR representar 0,06% somente da contribuição para a composição da arrecadação do Governo Federal é uma vergonha em um país com grandes latifúndios,

Outras alternativas também seriam trabalhar com as receitas em potencial, que são elas, por exemplo: aprimorar os mecanismos – pode passar, por favor – referentes ao combate e controle da sonegação fiscal, que em 2015 chegou a R$500 bilhões; aprimorar os mecanismos de cobrança de dívida ativa – há um montante hoje de R$1,5 trilhão, sendo que R$252 bilhões já transitaram em julgado e poderiam ser recolhidos imediatamente –; aprimorar a regulação dos mecanismos de elisão fiscal – os brasileiros têm hoje R$1,5 trilhão em paraísos fiscais.

É importante destacar que a Lei de Repatriação nos demonstrou como muito desse dinheiro chegou ali sem ser tributado adequadamente, tanto que o Brasil foi campeão na repatriação de recursos quando comparado com os demais países.

Também é necessário rever as políticas de desonerações tributárias, se, de fato, elas estão tendo um retorno social. Só em 2015 foram R$450 bilhões sem que houvesse um controle de como isso retornou para a sociedade depois.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRª GRAZIELLE DAVID – E fazer o controle das despesas financeiras, apesar... Eu fiz um cálculo ali com o PLOA 2017.

Você pode colocar no eslaide 15, por favor?

Esse cálculo é um ensaio com o PLOA, que é o Projeto de Lei Orçamentária para 2017, que nos revela o seguinte: em 2017, o gasto com juros será de 13% e o gasto com amortização, 17%. Isso porque eu coloquei o filtro do refinanciamento da dívida. Eu vi que a Maria Lúcia estava aqui, ela não faz esse filtro, mas eu fiz só para termos uma noção.

Tirando o refinanciamento da dívida e colocando só a questão dos juros e da amortização, chegamos a 30% do Orçamento Federal de 2017 só para despesas financeiras que estão fora do controle da PEC 55. Para as demais áreas, então, fica tudo limitado. Se observarmos onde está a saúde ali, que são as outras despesas correntes, já observamos uma perda.

Você passa, por favor?

E, aí, separando por função: a saúde está em ali em amarelo. Ela já tem R$200 milhões a menos do que se fosse o valor do ano anterior corrigido pela inflação. Então, ela já desrespeita, digamos assim, a PEC 55, e já há perda para a saúde. Apesar de afirmarem que a saúde não perderá nada, em 2017 ela está perdendo R$200 milhões.

Vou encerrar aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Muito bom o material, se ele puder ficar aqui, na Comissão... Aqueles dados ali – todos são importantes –, R$1,5 trilhão, R$500 bilhões, R$250 bilhões, já transitados em julgado... Eu não consigo entender quando eles falam que, com essas reformas, eles pensam e falam – pelo menos com a da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Previdência – em arrecadar R$65 bilhões. Se arrecadassem isso, não seria preciso reforma nenhuma e nem essa maldita PEC da morte.

Parabéns, doutora. Mais uma vez, meus cumprimentos. (*Palmas.*)

É importante dizer que os representantes do Ministério da Saúde chegaram.

Então, meus cumprimentos. (*Palmas.*)

Senão fica sempre aquela história de que, na Comissão, não convidamos os dois lados. A Comissão sempre convida os dois lados; é que, às vezes, não vem o outro lado. Por isso eu pedi até uma salva de palmas pela presença de vocês, para colocar o ponto de vista na linha de construir um caminho.

Como não vai haver uma terceira Mesa, eu proporia, se vocês concordarem, que os dois que já falaram dessem espaço para os dois que chegaram neste momento. Enquanto isso, os outros vão falando. Pode ser? O.k.? O debate depois vai ser feito tranquilamente.

Então, eu convido para a Mesa o Coordenador-Geral de Urgência e Emergência do Departamento de Atenção Hospitalar e Urgência, do Ministério da Saúde, Dr. Marcelo Oliveira Barbosa.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convidamos também o Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar e Urgência, do Ministério da Saúde, Dr. Luiz Edgar Leão Tolini.

Seja bem-vindo também! (*Palmas.*)

Continuando aqui com a Mesa, vamos chamar Eliana Maria Ribeiro Dourado, Técnica do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Lembro a todos que são dez minutos; se necessário, mais cinco.

Sejam bem-vindos!

A SRª ELIANA MARIA RIBEIRO DOURADO – Bom dia! Eu sou Eliana Dourado. Sou Assessora Técnica do Conass e médica pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Estou representando aqui o Dr. João Gabbardo, que é o Secretário de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul e que, nesta gestão, é o Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Então, estou falando aqui em nome dos Secretários Estaduais de Saúde.

Cumprimento, então, o Senador Paulo Paim, em nome de quem cumprimento todos os colegas da Mesa, o Ministério da Saúde, o Conselho Federal de Medicina, o Conselho Nacional de Saúde, o Cofen e, acima de tudo, os condutores do nosso Samu, por essa importante iniciativa.

Naturalmente que o tempo é muito exíguo para se falar, do ponto de vista da gestão estadual, de um componente tão importante como o Samu. E consideramos que o componente Samu, composto pelas ambulâncias, pelas viaturas e pelas centrais de regulação – não podemos nos esquecer disto, que estão vinculadas a esses veículos –, faz parte de uma rede: a Rede de Atenção às Urgências e Emergências. Essa rede foi revisitada e redefinida em 2011, e, por uma pactuação tripartite, nós a consideramos da mais absoluta prioridade no País, tendo em vista todas as condições de saúde e os fatos que os senhores anteriormente já relataram.

Sem dúvida nenhuma, o Samu foi o componente da Rede, instituído em 2004 por um decreto, que mais cresceu no Brasil. Ele hoje é presente em todos os Estados, nas 27 Unidades da Federação, e tem altas coberturas, que naturalmente levam em conta essa ampliação não só das viaturas e de todos os seus componentes – são diversos tipos de viaturas –, como também dos seus recursos humanos, do cuidado que tem que haver – a gente reconhece – não só com a contratação, como o treinamento dos recursos humanos, e de toda a rede que vem atrás desse componente, porque dele depende também a continuidade dos cuidados com as pessoas.

Consideramos que o Samu, sem dúvida nenhuma, salva vidas. Eventualmente, as pessoas morrem porque há muitas condições que não estão na nossa governabilidade, na governabilidade da saúde intervir, como os acidentes de trânsito, por exemplo, que hoje são uma das causas em que o Samu tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

um trabalho da maior relevância. Mas são condições que têm que estar articuladas, é uma política que tem que ter uma intersetorialidade muito grande, sob pena de continuarmos a tentar salvar vidas, mas muitas vidas são perdidas.

Além disso, há as condições crônicas, doenças que agudizam e que vêm aumentando no País, as doenças cardiovasculares, as doenças cerebrovasculares, as doenças renais. Então, no levantamento que eu fiz e que, infelizmente, vai ser impossível passar neste tempo, mostramos inclusive que, hoje, 60% do trabalho do Samu, na maioria dos casos que eu analisei, tem a ver inclusive com agudização de condições crônicas.

Eu vou pedir...

O SR. ALEX DOUGLAS – Sr. Presidente, Sr. Presidente. Questão de ordem, por favor.

Dona Eliana, a questão aqui é o Samu também, mas nós não podemos deixar o serviço das "branquelas" lá atrás, porque esse povo é que faz a diferença. Antes de o Samu, o 192, ser implantado no Brasil, o pessoal dos sanitários é que fazia esse serviço.

Então, a gente está relatando o problema das ambulâncias, das branquinhas, entendeu? E também, de forma geral, de todas as ambulâncias. (*Palmas.*)

Então, não podemos descartar que, na sua fala, fale das ambulâncias branquinhas. Porque, até agora, o momento é o Samu. Peço desculpa, mas eu tive que intervir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo bem você colocar o seu ponto de vista. Conforme foi combinado, nós vamos permitir que todos os painelistas expressem o seu ponto de vista e depois faremos o debate.

Então, a palavra volta à senhora, e eu lhe darei o tempo que ele usou nesse aparte.

A SRª ELIANA MARIA RIBEIRO DOURADO – Não é uma resposta, mas eu estou colocando a minha questão de tempo. Como o Samu é o nosso componente da rede de urgência institucionalizado, pactuado de forma tripartite, eu estou aqui apenas fazendo um recorte.

É impossível... Então, o conselho também dos secretários municipais deveria estar à Mesa também. O Ministério, eu e o conselho, para podermos compartilhar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Podemos desdobrar em outras audiências, se necessário. Fiquem à vontade.

A SRª ELIANA MARIA RIBEIRO DOURADO – Eu acho que poderemos desdobrar. Não é uma desconsideração, se me permite colocar. Apenas estou reforçando, na rede de urgência, o cuidado que devemos ter com o Samu.

Eu fiz um levantamento da situação nos Estados hoje em relação ao Samu. Nesse recorte, então, eu procurei saber, em 2016, como estava o serviço de atendimento móvel.

Pode passar.

E é do Samu que nós estamos falando hoje. Infelizmente, não dá para falar das outras ambulâncias. Eu sei que existem.

Pode passar.

Alguns falaram aqui da questão do excesso de legislação. Não é por falta de legislação que nós deixamos de operar ou de qualificar o Samu. Então, ele é um dos componentes, como eu disse, que foi instituído através, inclusive, de decreto. Ele foi reformulado na Política Nacional de Atenção, em 2011. Há uma portaria específica, que é a nº 1.010, que redefine, então, nesse período, a implantação do Samu.

Pode passar.

Uma questão que, para os gestores, é muito importante, e que muitas vezes passa ao largo, é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que define o financiamento do Samu. Para que o Samu opere é preciso que ele se cadastre; para que ele receba os incentivos, há uma série de pré-requisitos, tanto das centrais quanto das unidades móveis.

Pode passar.

O Samu, acho que não preciso falar... São estes os atendimentos que ele presta, principalmente.

Pode passar.

São estes os tipos de veículos que compõem as unidades móveis.

Pode passar.

Este é um panorama que eu tenho do Samu, do Serviço de Atendimento Móvel, cobertura da população, só para demonstrar que,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELIANA MARIA RIBEIRO DOURADO – ... efetivamente, a cobertura no Brasil é muito alta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais cinco.

A SRª ELIANA MARIA RIBEIRO DOURADO – Eu vou passar diretamente para o final, para as fragilidades, porque, realmente, neste tempo não é possível.

Pode passar.

Fragilidades.

Vou apenas ler, para poder concluir nesses próximos minutos.

A gente reconhece nessa fala das Secretarias Estaduais de Saúde a precarização dos vínculos trabalhistas, contribuindo para a alta rotatividade; a contratação dos profissionais sem perfil para atendimento das competências mínimas exigidas para a atividade e frequentes intervenções do Ministério Público com vista à realização de concurso público; as frequentes notificações do Conselho Regional de Enfermagem aos enfermeiros responsáveis técnicos por bases do Samu, exigindo o cumprimento da Resolução Cofen nº 375, que dispõe sobre a presença do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar em situações de risco conhecido ou desconhecido – próximo –; as insuficiências nos processos de capacitação dos profissionais; a dificuldade na comunicação entre equipes profissionais via celular e rádio, por conta de várias áreas de sombra existentes, a resolução do problema exigiria a implantação de várias torres retransmissoras; a dificuldade dos Municípios para captação e fixação, principalmente do profissional médico; estradas e rodovias em condições precárias e longas distâncias entre os pontos de atenção.

Próximo.

Embora 100% do Samu em funcionamento em funcionamento esteja cadastrado no CNES, frequentemente tem ocorrido suspensão do custeio federal, sob a alegação de inexistência de informação no SIA/SUS. Os Municípios alegam dificuldades pontuais para a exportação de dados, seja por questões operacionais do sistema ou por falha pessoal dos digitadores.

Próximo.

A diversidade de vínculos representa uma grande dificuldade para a gestão. E eu aqui elenco alguns problemas, como regimentos diferentes para os servidores, CLTs e estatutários; da SES, estatutários e CMS; carga horária diferenciada entre categorias e até mesmo dentro de uma mesma categoria; salários diferenciados, por conta dessa diversidade de vínculos.

Sergipe fala que a fundação hospitalar que faz a gerência do serviço não tem previsão de realização de concurso público, o que os obrigou, nos últimos dois anos, a fazerem contratação por processo seletivo simplificado, em comum acordo com o Ministério Público Federal, fato esse que precariza essa relação de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Há os impactos financeiros também, em relação ao Samu, na Secretaria de Sergipe. O fato de haver 36 bases centralizadas que são mantidas desde a locação da base até as contratações de terceirizados, para manutenção e segurança, apenas pela Secretaria Estadual, sem que haja um reconhecimento desse custeio específico.

Próximo.

A necessidade de reposição de frota. A frota está muito sucateada. Mesmo em Municípios que fazem manutenção preventiva, alguns já poderiam ter trocado duas vezes de viatura. Devido à contingência atual, o Ministério não está fazendo reposições. Essas são falas que eu captei nesse período, para vir à audiência.

Informam que os Municípios têm direito, porém não têm viaturas disponíveis para repasse.

Temos novas bases para serem implantadas. Da mesma maneira, devido à dificuldade de financiamento, o Ministério não está habilitando nenhuma base nova.

O déficit de leitos clínicos intensivos, a superlotação das portas de entrada da rede, sejam elas prontos-socorros, UPAs ou portas dos hospitais.

Proposições para a continuidade da discussão aqui apresentadas pela SES: necessidade de rediscutir o financiamento tripartido; integração das centrais de urgência com as demais centrais, leitos, consultas ambulatoriais e exames; efetivar a regionalização das centrais;...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELIANA MARIA RIBEIRO DOURADO – ... avaliar o funcionamento das portas de entrada das redes, sejam elas prontos-socorros, UPAs ou PS; reposição da frota; rever as portarias dos demais componentes da rede de urgência, tendo em vista a dificuldade de habilitação dos componentes na rede; discutir a governança da rede e a precarização das relações de trabalho.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a técnica do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Eliana Maria Ribeiro Dourado.

Vamos, como estamos correndo contra o tempo, de imediato, para o Sr. Jean de Luna Chagas. Ele é policial rodoviário federal.

O SR. JEAN DE LUNA CHAGAS – Bom dia a todos. (*Palmas.*)

Eu gostaria de, em nome da PF, agradecer a oportunidade, Senador, de poder falar um pouco e diretamente com essa importante carreira, vamos assim chamar, de condutor de ambulâncias.

Vocês, assim como nós policiais rodoviários federais, têm uma missão: a missão de salvar vidas. Então, a gente está na pista, na rodovia, na estrada, 24 horas, com o objetivo de salvar vidas. Mas olhem que grande ironia: a gente está na estrada para salvar vidas e acaba morrendo; acaba morrendo ou acaba matando.

Eu fiz uma consulta agora, no Google, e dá mais de cem páginas de acidentes de ambulância no Brasil. Qual o porquê disso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quantas?

O SR. JEAN DE LUNA CHAGAS – Aparecem aqui mais de cem páginas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais de cem páginas.

O SR. JEAN DE LUNA CHAGAS – A gente começa a olhar e se pergunta: por que isso está acon-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tecendo? A gente pode colocar a culpa na rodovia, na fiscalização, na ambulância, no condutor, mas esse não é o problema. O problema é que está morrendo gente com a justificativa de querer salvar gente. Então, o que a PRF propõe à sociedade é que parar um pouco e pensar um pouco mais sobre as nossas atitudes.

Vocês viram, no vídeo, o inspetor Tony, da Polícia Rodoviária Federal, fazendo aquela apreensão, a retenção daquelas viaturas, daquelas ambulâncias. Imaginem o prejuízo que isso deve ter causado à saúde para aquele Município que ficou sem aquelas ambulâncias. Mas, se for preciso parar todas essas ambulâncias, a PRF vai fazer isso, porque é inadmissível que isso ocorra. (*Palmas.*)

A gente não vai conseguir parar todas, a gente não vai conseguir fiscalizar todos os veículos, mas, partindo do princípio de aqui ter um grande compromisso de que isso não ocorra mais, é muito mais fácil para a PRF e para as outras instituições. Então, o apelo que venho fazer aqui é: vamos nos conscientizar.

A gente já faz alguns trabalhos de conscientização, conversando com cada motorista, porque não basta só parar a viatura, parar a ambulância e pronto, acabou. A gente faz um trabalho de conscientização, mas a gente precisa conscientizar secretários de saúde estaduais e municipais, prefeitos, governadores, para que se possa mudar essa realidade, não a PRF sozinha, não o condutor sozinho, porque, se o condutor chegar e falar que não vai nessa ambulância, ele vai perder o emprego. O passageiro, o doente, vai falar: "Eu não entro nessa viatura desse jeito." Como se faz? Só que isso não é justificativa para o que está acontecendo.

Imaginem o que é – você já deve ter passado por isso – ir com sua ambulância atender alguém sabendo que é um colega seu que está ali. A gente na PRF sofre muito isso. Para fazer o atendimento de uma pessoa que, às vezes, fez uma ultrapassagem proibida, a gente faz uma ultrapassagem proibida, dá de cara com uma carreta e morre. Tenho vários colegas que morreram assim ou que ficaram com sequelas gravíssimas, porque queriam cumprir a sua missão de salvar vidas. Mas, antes de tentar cumprir essa missão, a gente tem que resguardar a nossa. Essa é a nossa maior preocupação.

Quando a gente para um veículo, seja ambulância, seja caminhão, seja veículo particular, o objetivo ali não é fazer uma multa, ficar feliz porque prendeu um carro. Não é isso. O nosso maior objetivo é preservar essa vida, é fazer com que essa pessoa saiba que o carro é uma ferramenta importantíssima, mas também é uma arma mortal. As maiores infrações que a gente vê com ambulância são ultrapassagem proibida e excesso de velocidade. Como a gente pode admitir uma ambulância carregando pessoas e fazendo ultrapassagem indevida?

Então, a gente precisa pedir mais legislação, pedir mais compromisso das autoridades, mas também ter esse compromisso de fazer com que esse profissional seja cada vez mais qualificado, que ele seja cada vez mais valorizado e que também se valorize.

A gente faz trabalhos com caminhoneiros e vê esse mesmo problema. O caminhoneiro, um profissional tão importante, que não se valoriza e que não é valorizado.

Então, está na hora de nós procurarmos isso, valorizar principalmente a vida. Só assim a PRF, os Estados, os Municípios, os motoristas vão conseguir salvar vidas.

Volto sempre a frisar isso, porque na PRF a nossa missão principal que nos faz acordar todo dia de manhã e ir trabalhar é salvar vidas, incluindo aí a nossa. Então, o que eu peço a todos vocês é esse compromisso. Procurem a PRF para nos ajudar a conscientizar mais, a fiscalizar melhor.

Eu gostaria também de parabenizar essa iniciativa de poder levar esse tema ao debate, e não ficar guardado lá no interior, não ficar dentro de uma secretaria ou dentro de uma associação. É levar para fora e mostrar que há um problema e que há como resolvê-lo. Há como resolver e nós vamos resolver.

Contem com a PRF no que for preciso, no que precisar de força, de apoio e saibam que a gente está ali na rodovia para ajudar vocês, para fazer a fiscalização, para fazer a proteção de vocês, porque o bem maior que vocês carregam é a vida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Jean da Luna Chagas, Policial Rodoviário Federal.

Ontem, em Porto Alegre, Alex, e você acompanhou, na feira do livro eu lancei o livro "O Martelo, a Pedra e o Fogo", e lá na fila – havia muita gente na fila, centenas de pessoas, que dobrava o quarteirão para receber o livro, e eu autografava –, as pessoas elogiavam essa iniciativa.

Às vezes, a gente fala em saúde, mas não vai onde no X da questão, não vai aonde o calo aperta mesmo.

Mas, olha, parabéns pelo debate. Um cidadão me falava que ele perdeu exatamente um motorista, irmão dele, porque o carro capotou e ele morreu. Ele estava com o paciente atrás, um enfermeiro do lado e outra pessoa lá dentro. Quando o carro capotou, ele quis proteger o jovem enfermeiro e se abraçou nele. Ele morreu e salvou o jovem.

Isso é vida. Então, por isso, o relato que o senhor dá aqui vai nessa linha, Sr. Jean. Meus cumprimentos pela fala.

Aproveito para agradecer as centenas e centenas de pessoas que foram lá. Interessante, Alex. Quando eu falei nas rádios que eu ia lançar o livro e falei também dessa realidade, eu dizia: vão lá e me deem um abraço porque o mundo, porque o mundo cabe num abraço. E, casualmente, o camarada me conta lá como o irmão dele morreu.

Mas agradeço muito à feira do livro e à gauchada, que estava toda presente.

Enfim, agora, Jaqueline Carrijo, Auditora Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Conhecemos a Jaqueline há tempos, é um belíssimo trabalho o que ela faz. E me permita, Jaqueline, neste momento, agradecer muito ao 34º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

A abertura foi ontem, no Clube Monte Líbano. O encontro se estenderá até o dia 9, no Centro de Eventos do Hotel Atlântica, lá do Rio. A minha participação lá seria no tema "Trabalho digno e seguro", que tem tudo a ver com o evento de vocês. "Trabalho digno e seguro – Uma questão de direitos humanos". Infelizmente, devido à minha saúde, eu não pude estar lá, porque eu iria depois da feira do livro, mas tive que vir para cá para concluir os exames. Vim ontem à noite. Foi por isso que marquei para as 10 o meu médico, e estou aqui agora.

Com você a palavra. (*Palmas.*)

A SRª JAQUELINE CARRIJO – Bom dia.

Bom, eu fui convidada porque, no meu Estado, o Estado de Goiás, eu coordeno as operações especiais na saúde pública e privada e no transporte de carga e passageiros há cinco anos. Então, realizo operações especiais na saúde, inclusive pública, enfrentando as más condições de trabalho dos trabalhadores. E aqui eu deixo claro que, independentemente do tipo de vínculo – celetista, estatutário, autônomo –, atingimos, alcançamos todos. E, como auditora federal, tenho outra atribuição, que é o combate à corrupção e todas as ineficiências que comprometem a saúde e a segurança dos trabalhadores. Isso significa, falando aqui para gestores, que, no caso de haver identificação do comprometimento da saúde e segurança em razão da má gestão, da ineficiência dos gestores, é meu dever fazer a representação civil e criminal. É isso que fazemos. (*Palmas.*)

Nesses cinco anos, nas unidades públicas e privadas alcançadas na auditoria, um dos focos da nossa fiscalização tem sido as ambulâncias. E eu pasmei, porque eu não sou da área da saúde, mas tive que aprender sobre risco biológico para coordenar as operações especiais. As más condições de trabalho, à primeira vista, parecem o quê? Que é problema de manutenção. Não! O problema dos trabalhadores de ambulância, o primeiro, é o risco biológico. Uma ambulância é uma unidade de saúde móvel. E por que não crítica? Então, nas nossas operações, causou espanto e interdições, diga-se de passagem, porque nós não autorizamos o trabalho inseguro em atividade de grau de risco 4, de maneira nenhuma, que nem local para lavar, Senador, essas ambulâncias há. Entendeu? (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Esterilização...

Eu estou falando o que vocês vivem todo dia. Não há um local para higienização, esterilização de materiais.

Muita gente, muitos pacientes acham que acabaram pegando infecção hospitalar ou uma Iras num hospital. Tem certeza de que não foi na ambulância? (*Palmas.*)

Qual é a vigilância que o Ministério da Saúde tem feito em cima do risco biológico nas ambulâncias?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª JAQUELINE CARRIJO – Até agora, nas unidades que nós auditamos no Estado de Goiás, nenhuma. Isso é absurdo! Materiais com esterilizações erradas, produto químico errado, sem local correto para fazer esse tipo de procedimento.

Outro problema gravíssimo: carga de trabalho. Vocês falaram aqui bastante em jornada. Mas não é só a jornada excessiva; é a carga de trabalho, é o acúmulo de atividades.

Lembrem que eu falei que uma ambulância é uma unidade móvel. Isso significa que tal qual uma unidade de saúde tem que ter dimensionamento; significa que tem que ter um número certo de médicos, equipe de enfermagem destinada, profissionais da limpeza, da esterilização.

Tudo isso tem que ser dimensionado, todas as prefeituras fiscalizadas – não são muitas porque o Senador sabe que estamos em greve pela falta de auditores fiscais – mas 100% de onde nós estivemos há uma insuficiência caótica, caótica de profissionais e empurrando, por exemplo, os condutores de ambulância para essa carga horária excessiva que, com certeza, compromete a segurança viária que o meu colega da PRF estava dizendo aqui. Porque como é que um profissional que trabalha 24, 30 horas seguidas, sem local de repouso... Vamos falar de NR-24? Quem é que tem local de repouso adequado com cama, com uma televisão, com um momento de lazer? Porque é estressante! A carga de trabalho dos profissionais de ambulância é estressante. Ele acaba tendo que... (*Palmas.*)

...por conta da insuficiência do quadro, do mal dimensionamento, de exercer tarefas que não são da competência dele.

Há maqueiro em tudo quanto é lugar? Não. Um dos pontos nossos de interdição nas unidades é a falta de maqueiros. "Ah, mas isso é grave? Iminente risco?" É claro que é porque isso força a que, por exemplo, um condutor de ambulância ou um vigilante tenha que pegar um paciente para tirar aquela pessoa da ambulância ou daquele veículo que levou na porta do hospital para dentro.

A gente está falando de gente ensanguentada, gente arrebentada – entendeu? – e a pessoa não está paramentada, não teve capacitação, qualificação para isso e vacinação – vamos falar da vacinação. É problema demais, é muito problema – falta de vacinação dos profissionais.

Tratou-se aqui da questão da qualificação. Motorista de ambulância é um motorista profissional especial porque ele lida com o risco biológico, esse profissional tem que saber todos os protocolos de biossegurança. Mentira ou verdade?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª JAQUELINE CARRIJO – Todos os profissionais que trabalham em ambulância têm que entender do risco biológico, têm que saber quais são os protocolos de biossegurança e isso para se proteger, proteger as pessoas que estão com ele, acompanhando também dentro da ambulância.

E o que nós temos levantado, Senador? O despreparo desses profissionais. Mas o erro está onde? Na contratação. O problema está na contratação. Quem contrata um motorista especial tem que exigir esses conhecimentos básicos, esse conhecimento mínimo e, dependendo do perfil da unidade, compete ao Cesmet, à Cipa, SCIH, SSH, que são as comissões de infecção hospitalar, capacitar. Não é nada coisa de outro mundo, não. Mas a pessoa tem que ser capacitada, ela tem que entender do risco com o qual ela está lidando para que não comprometa a segurança não só do paciente, mas também da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dele em especial porque essa pessoa, esse trabalhador tem uma vida, tem família, vai sair dali e vai para casa dele e vai levar doença. E vocês sabem do que estamos falando: doenças infecto-contagiosas. Isso é gravíssimo! E então pegou uma doença: "isso aqui deve ter sido uma doença de fácil contaminação". Não, isso faz parte do trabalho dele. Se ele tivesse tido um mínimo de segurança no trabalho, poderia ter sido evitada, o filho dele poderia não ter contraído uma doença.

Tenho casos na nossa Superintendência de Investigação de Acidentes envolvendo bombeiros, militares – porque eles também estão nas ambulâncias – de familiares, de membros da família que acabaram acometidos por doenças que foram contraídas porque o trabalhador levou para casa.

Essa questão de que a doutora falou aqui, a respeito dos vínculos, dos vários tipos, isso tem sido muito combatido, enfrentado por nós nos autos de infração. Tudo o que fazemos nós mandamos para o MPT e para o MPF, porque a gente entende que não é só uma mera infração trabalhista, isso é crime. Colocar a saúde dos outros, a segurança dos outros em risco é crime, e o que não está na governabilidade compete ao gestor. Se tem buraco na estrada do município dele, que chame o pessoal do transporte que eles tampam os buracos. Está faltando sinalização? Que façam o trabalho de sinalização correto, mas não justificar, dizer que isso compete a outro e lavar as mãos. Isso não pode ser feito. Quem é do controle – e o gestor é mais ainda do que somos – tem de buscar todos esses lados. Agora, há um problema seríssimo de falta de preparo dos gestores para entender essas situações. Acaba que, com o que a gente lida... (*Palmas.*)

Chega-se ao cúmulo do absurdo de a gente conversar com a pessoa, explicar, e a pessoa está achando que a gente está falando do exagero. Chega ao ponto de a gente cansar de explicar o óbvio. Então, é o seguinte: está duvidando? Vamos responder na Justiça Federal pelo crime de improbidade...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª JAQUELINE CARRIJO – ...vamos discutir em outro âmbito, porque aqui, já que insiste em considerar exagero tudo o que o auditor fiscal do trabalho está apontando, então, prove que tecnicamente os seus motivos serão sustentáveis no Poder Judiciário Federal. Vamos ver.

(*Soa a campainha.*)

A SRª JAQUELINE CARRIJO – Eu queria terminar. Mais cinco minutos?

Eu gostaria de falar um pouco a respeito das contratações dessa mão de obra e do quanto isso tem gerado conflito dentro das unidades com o único objetivo, Senador. Plantam a confusão, um conflito atrás do outro, os gestores recebem as coisas de cima para baixo e não fazem a crítica do quanto aquilo vai comprometer a segurança do trabalhador e a segurança dos pacientes e da comunidade. Essa diversidade de vínculos acaba gerando conflito, muita briga, fragiliza o movimento sindical, uns entram em greve, outros não entram, e aí começa aquele bate-boca dentro do lugar. Isso acontece.

A questão da jornada de trabalho, que tem a ver com o tipo de vínculo, acaba também impactando. Então, a terceirização, a quarteirização... Eu estou em operação especial no nosso Estado, fazendo os grandes hospitais públicos do Estado de Goiás, por denúncia de atraso no pagamento de salário, terceirizações. Por que decidimos fazer *blitz,* alcançando todos, inclusive vocês? Salário como critério de saúde e segurança, porque compromete a saúde mental. Compromete ou não compromete?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª JAQUELINE CARRIJO – E aí vocês trabalham dentro de uma unidade móvel pequena... Um está com o salário atrasado, Senador, o outro não está, um tem jornada de 12 horas, mas faz 20, o outro não tem, entendeu? E ali essa confusão que gera um conflito potencializa o risco de acidentes não só no trânsito, mas na hora de aplicar uma injeção ali dentro. Estamos falando de profissionais, inclusive, que largam a condução para prestar assistência dentro da ambulância. Isso é flagrante! Eles ajudam, porque ficam tão desesperados em dar uma resposta que acabam tentando ajudar de alguma maneira. Aquele momento é desesperador, é uma questão de vida ou morte do paciente. Acaba que todos que estão dentro daquela unidade móvel começam a participar. Só que não têm preparo, e há falta de outros itens também que são necessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Primeiro, quero dizer que vocês estão de parabéns. É com a unidade na classe que vocês vão conseguir melhorar as suas condições de trabalho. Peço também que vocês se unam a todos os vínculos, independentemente do tipo – estatutário, celetista, autônomo, público e privado. Não façam uma luta solitária, porque a luta solitária não alcança os mais importantes objetivos.

Nós, a Auditoria Fiscal do Trabalho, Senador, também somos defensores do SUS. Nós defendemos o SUS. E o SUS, como a outra doutora falou, está em construção, e ele é magnífico. Nesse processo de construção do SUS, todos esses temas terão que ser tratados, porque todas essas não conformidades deverão ser corrigidas, para a boa prestação de serviço, para a segurança do trabalhador, para a segurança dos protocolos de biossegurança.

Era isso que eu tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Jaqueline Carrijo, auditora fiscal do trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Jaqueline, primeiro, meus cumprimentos pelo seu trabalho. Nós fizemos uma grande atividade na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e todo mundo falou, mas quem liderou foi ela. Então, uma salva de palmas para ela. (*Palmas.*)

Ela está falando sobre esses temas todos e, pelas palmas todas do plenário, você viu a clareza desse tema e a forma contundente como ela defende o trabalho dos auditores fiscais do trabalho, que estão em greve até hoje por falta de estrutura, falta de gente, falta de um plano de carreira decente. Ainda estão em greve, e com minha total solidariedade a eles.

Agora, eu vou passar a palavra, conforme entendimento, primeiro para o Dr. Luiz Edgar Leão Tolini, que é Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar e Urgência do Ministério da Saúde. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, doutor. É uma alegria ver aqui o Ministério representado. Fico chateado quando não vem. Daí eu faço a minha crítica mesmo pela não presença, e não pelo mérito do tema.

Permita-me: eu queria registrar a presença conosco da Fatorelli e do Bira, um presidente de central. Ao Bira, os meus cumprimentos. Nós estaremos na audiência às 15h, e a Fatorelli também, que vai discutir a 241, que é a 55, da Auditoria Cidadã da Dívida. Então, uma salva de palmas para os dois, que vão participar da audiência da tarde.

Por favor.

O SR. LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI – Bom, primeiramente, cumprimento os membros da Mesa, em nome do Senador Paulo Paim, e os demais representantes, o Alex, em meu nome, do Ministério. E o senhor pode ter certeza de que todas as vezes em que nós formos convocados, eu faço questão de vir. Nós temos uma relação muito estreita com a Drª Eliane através do Conas.

Bom, apesar do nosso entendimento, da preocupação de vocês como condutores – eu, como médico, conheço bem o trabalho e sei como é, e a Drª Jaqueline já externou a situação da insalubridade, do estresse para vocês como condutores –, nós Ministério da Saúde temos o entendimento de que esse problema se dá na ponta, na contratualização, na capacitação e na qualificação do profissional que vai ser efetivamente o condutor, não só o condutor de ambulância, mas toda a equipe que faz parte. No caso das unidades avançadas que nós temos, que vocês já conhecem, e eu vou falar diretamente da realização do programa do SAMU, em que a Drª Eliana já tinha dado andamento, de 2000.

São já 12 anos de trabalho, 3,6 mil veículos já foram concedidos aos Municípios e aos Estados, um investimento total da ordem de R$6 bilhões e um custeio de R$1 bilhão.

Existem falhas? Existem. Conscientização do gestor municipal, do gestor estadual é o nosso trabalho. Nós não temos condição de vistoriar todas. Recentemente, estamos aplicando uma coisa que vocês, acho que todo mundo estranha, alguns Estados têm e outros Municípios: monitorização de frota. Eu sou recém-chegado, já vim, antes, de uma situação em que eu já estive aqui, em outra Comissão, de alto custo, que é uma situação que hoje, no Brasil, já perdura, com doente crônico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mas olha só: como é que eu vou dar um mapa para o senhor se eu tenho 3,6 mil ambulâncias e eu não sei quais estão rodando? Não estou contando, não esqueci das branquinhas, ouviu, Alex? Eu acho que essa daí pode ficar tranquilo. O ideal é que nós pudéssemos monitorar todas, mas como o Ministério partiu para a área do SAMUSAMU, é inconcebível que nós não tenhamos isso monitorado, certo? Eu preciso saber quem está rodando, até porque eles recebem o custeio e como é que eu faço com uma equipe de 150 pessoas para vistoriar?

E outra coisa: não é só SAMU. Nós temos SAMU, UPA, 400 mil leitos hospitalares para tomar conta e 20 mil leitos de UTI. Na pasta, existe uma sobrecarga de trabalho, e nós fazemos por amostragem, às vezes, muito mais, por denúncias em que nós vamos mandar uma equipe para vistoriar, e, nessas coisas, o mais importante: a ponta é que é o responsável pela contratualização. Como a Drª Jaqueline falou, a senhora vem de um Estado muito bom, viu? Quero dizer para a senhora, Goiás, pode ser que não esteja cumprindo as coisas, mas, com certeza, vai melhorar. Então, eu também, como goiano, estou aqui, mas, na realidade, estou falando por todos vocês e conheço a realidade como médico, certo?

Então, eu vou sugerir, dentro da minha capacidade, primeira coisa, monitorização. Estamos trabalhando para que seja feito. Isso vai dar uma tranquilidade para vocês, saber quem está rodando e como está rodando, quem não está rodando com giroflex, quem está. E tem gente que anda a 200km/h, você sabe disso, descumprindo todas as leis.

Então, nós estamos querendo propor uma discussão em cima da 2048, que é uma Portaria muito antiga, gente. Nós precisamos chamar todos os responsáveis: o Conass, Drª Eliane; Ministério Público Federal, Dr. Cláudio; o Rodrigo, que trabalha dentro do Conselho Federal de Medicina, trabalha com a área; o Conselho Nacional de Saúde; a Graziela, que já falou. Drª Jaqueline, nós temos que tentar montar um grupo de estudo para rediscutir até onde o Ministério pode fomentar, e recomendar à ponta, aos Municípios e aos Estados contratantes que seja feito isso, até porque nós podemos colocar isso como objeto de "vocês precisam cumprir isso para receber depois os custeios". Então, nós estamos sabendo de todas as falhas que existem dentro de um sistema.

Então, nós queremos é chamar as pessoas que estão envolvidas na discussão para que nós possamos rediscutir a 2048 e colocar isso. O investimento é alto, a portaria é antiga. A Drª Eliana já tinha falado sobre isso. Então, eu só estou referendando o trabalho de vocês, que conheço. E existe responsabilidade sobre se tentar colocar um direcionamento.

Ontem, nós assinamos uma renovação de frota: vão ser feitas mais 340. "Oh, mas é muito pouco, Tolini, pois são só 10% da frota!" É verdade, mas já assinei para mais 800 para o ano que vem. Essa situação, nós esperamos, para uma ata de registro de preço, para 800. Vamos conseguir entregar todas? Não sabemos, mas, pelo menos, no mínimo, esse mesmo quantitativo, no ano que vem, vai ser renovado.

Uma ambulância com um condutor sem responsabilidade e sem qualificação profissional se torna uma arma, pois é como você entregar o carro para um não habilitado. A responsabilidade não é só do Ministério em cobrar isso dos Municípios. Na realidade, a ponta é que é a grande responsável.

Vou passar a palavra para o Marcelo, que já tem mais tempo nisso, pois é tecnologista de orçamento e finanças, e que tem algumas coisas a acrescentar nessa fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Luiz Edgar Leão Tolini.

E, como ele mesmo anunciou depois da rápida fala que fez, quem vai complementar é o Sr. Marcelo Oliveira Barbosa, que é Coordenador-Geral de Urgência e Emergência do Departamento de Atenção Hospitalar e Urgência do Ministério da Saúde.

O SR. MARCELO OLIVEIRA BARBOSA – Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Senador, em nome de toda a Mesa.

Já tivemos até algumas oportunidades de estarmos juntos – o Alex e eu já estivemos lá no ministério quando da audiência para falar das ambulâncias com os fabricantes de veículos.

Eu queria iniciar a minha fala aqui tocando em alguns pontos que a Drª Jaqueline mencionou e di-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

zer que nós do Ministério da Saúde também sentimos falta com relação a esse ponto tocado por ela, da fiscalização sanitária. Todos sabem, nós fazemos visitas de monitoramento em todas bases do SAMU, de UPAs, enfim, dentro dos componentes que nos são atrelados lá na coordenação. E, realmente, nós sentimos falta também de uma fiscalização sanitária maior, dentro daquilo que a doutora colocou. Mas nós também sentimos que existem algumas competências e algumas atribuições que acabam fugindo um pouco da nossa pasta. Então, nós notamos que, realmente, nós precisamos estar mais juntos com os demais órgãos e com outras instituições. A urgência emergência têm crescido ao longo do tempo, eu acho que isso é uma construção. E o que nós estamos fazendo aqui é uma construção, sim, de um cenário ideal. Para que esse serviço possa ser modelo na ponta, eu acho que nós precisamos, sim, da contribuição e da colaboração com essas instituições.

Há outra ação nossa que vem em conjunto com essas idas nossas, com essas visitas que nós fazemos de monitoramento, especificamente no SAMU – eu já entro para falar um pouco das ambulâncias branquinhas, Alex, fique tranquilo.

Quando fazemos essas visitas de monitoramento, fazemos também a verificação das bases. A doutora colocou aqui que há bases que realmente não têm condição de tê-los lá – cama, ar-condicionado –, enfim condições mínimas de vocês estarem lá para poderem descansar, fazer as coisas que uma pessoa normal faz. E principalmente no trabalho que vocês desenvolvem, realmente, é uma situação bem complicada.

O Ministério da Saúde não tem se furtado de aplicar sanções e orientações aos gestores quando encontra bases descentralizadas e centrais como a Drª Jaqueline mencionou. Nós temos feito um trabalho em cima de várias dessas bases centralizadas pelo País inteiro, e aplicando, sim, sanções, orientações, dando prazos para que as pessoas e os gestores possam adequar essas bases para poder receber vocês, para vocês terem um mínimo de descanso, um lugar, pelo menos, para que possam dar continuidade ao trabalho.

No Ministério da Saúde – e aí eu também posso dizer a vocês que isso é uma questão pontual do Ministério, e a gente usa isso até também como um apoio aos gestores na ponta –, nós temos cursos de capacitação para os condutores pelo Proadi – todo mundo conhece aqui esses cursos, já ouviram falar? Então, assim, existem esses cursos, até pelo hospital, o HAOC, para que vocês possam se capacitar, atendendo a um dos requisitos da Portaria 2.048. Então, assim, eu acho que vocês podem se informar lá na ponta com os seus coordenadores, e eles entram em contato com o Ministério, os cursos estão lá, disponíveis, para que vocês possam se capacitar, sim, o.k.?

Sobre a questão das ambulâncias, das branquinhas, que Alex colocou, há algum tempo o Ministério da Saúde fazia financiamento dessas ambulâncias, financiava a compra das ambulâncias, e em razão de uma problemática que todo mundo conhece aqui, que foi a questão da Máfia das Sanguessugas, esse processo parou e o Ministério da Saúde parou de fazer esse tipo de cessão e de compra desse tipo de ambulância.

Tivemos notícia agora, há bem pouco tempo, de que, para o ano que vem, nós vamos ter emendas parlamentares que vão possibilitar a compra de ambulâncias para transporte sanitário. A princípio, está definido que esse transporte sanitário não será dentro de capitais, e sim de interior para a capital, mas haverá a possibilidade de compra e de entrega pelo Ministério desse tipo de veículo. Tranquilo?

Temos algumas limitações no Ministério da Saúde. Eu só quero repisar o que eu coloquei antes, que nós também precisamos do apoio das instituições – Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, conselhos –, para que vocês também possam se fortalecer com relação à questão de carga horária de atuação de vocês lá na ponta.

Nas visitas de monitoramento que fazemos, quando nos deparamos com algumas situações como as que a Drª Jaqueline colocou, que fogem a uma normalidade, o nosso papel no Ministério da Saúde – e temos feito isso em todos os lugares que fomos – é de orientação. Podemos orientar. Não temos como entrar especificamente nessa seara porque não é uma seara do Ministério da Saúde.

Então aqui volto, mais uma vez, a falar e a clamar sobre a parceria que nós devemos ter com essas instituições de que estamos falando aqui – Ministério do Trabalho, Ministério Público, conselhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

–, para que estabeleçam, realmente, um piso, um horário para que vocês possam trabalhar, de forma condizente com a não loucura desse trabalho.

Queria dizer a vocês que o Ministério da Saúde, realmente, tem passado por uma questão financeira. Não vou falar que só o Ministério da Saúde, mas todos os ministérios têm passado por questões orçamentárias e financeiras complicadas, e também o País. Há bem pouco tempo, vocês viram aí pelas notícias que o Ministério da Saúde começou a pegar financiamentos, habilitações em custeio de UPAs e tal. Foi anunciado pelo Ministro Ricardo Barros o custeio de 99 dessas UPAs pelo País e de hospitais filantrópicos.

O que eu, como coordenador, tenho visto dentro do Ministério da Saúde, realmente, é um olhar no sentido de qualificar o gasto do Ministério da Saúde e não simplesmente de acharmos que o Ministério não tem dinheiro, então não dá para fazer isso, não dá para fazer aquilo. Vamos olhar para dentro – e isso nós estamos fazendo – e verificar o que é que nós podemos gastar com qualidade, para que sobre dinheiro para fazermos aquilo que o Ministério tem de fazer, que é a sua atividade-fim.

Queria dizer a vocês também que a Coordenação Geral de Urgência e Emergência está à disposição. Nós não somos auditores, em hipótese nenhuma, nós somos técnicos, mas não vendamos os nossos olhos com relação às questões que encontramos lá na ponta. Precisamos, volto a repisar, do apoio e de conversar com outras instituições. A vocês, inclusive, que estão aqui – e nós já tivemos, como disse, outras oportunidades de estarmos juntos – queria dizer que é uma construção. Estamos construindo e vamos construir juntos. Nós estamos juntos, não estamos separados. Vocês não são separados dos ministérios, nem separados do Município. Muito ao contrário, nós estamos aqui todos juntos para construirmos um modelo de SAMU, um modelo de saúde na ponta. Cada um tem o seu papel. Então, vamos construir juntos.

Obrigado.

Bom dia a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sr. Marcelo Oliveira Barbosa, Coordenador Geral de Urgência e Emergência do Departamento de Atenção Hospitalar e Urgência do Ministério da Saúde.

O SR. LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI – Só uma palavra a mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até não usou o tempo dele, usou só cinco minutos.

O SR. LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI – Exatamente. Deixei para o Marcelo, que tem uma intimidade maior com vocês, já tem mais tempo. São dois anos trabalhando diuturnamente com isso. Ele, realmente, é uma pessoa que se dedica. Nós agora estamos envoltos em portarias que nos tomaram tempo, dias e noites.

Mas, Drª Jaqueline, eu sou um defensor ferrenho de unidade hospitalar de risco biológico e de insalubridade, porque eu fui gestor de farmácia de alto custo, e na minha farmácia eu tinha contato diuturnamente com uma série de doenças, como hepatite C. E aí você tinha uma intimidade, porque aquela é coisa: nós não tínhamos remédio, que dirá copo. Então, eu sou um preocupado com isso, eu acho que essa coisa tem que ser revista mesmo.

O trabalho deles além de estressante, nós estamos dentro do risco biológico, dentro da insalubridade. Então, é aproveitar essa portaria desse grupo técnico que nós vamos propor, para que seja discutido isso e para que os Municípios, na hora da contratação, tenham noção de que, lógico, isso vai traduzir em custo. Todo mundo quer contratar bom e barato, e isso não existe em saúde, a capacitação é cara.

O Proadi é um programa que eu acho que vocês poderiam olhar. Quem tiver interesse pode procurar o Marcelo, os hospitais que dão os cursos são referência, o Sírio Libanês, o HCor especificamente no caso do condutor, e as questões envolvendo transporte sanitário. Isso eu fui chamado recentemente, vai ser somente através de emenda parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mas, doutora, eu tenho muito medo de que isso tenha desvio de objeto. Um transporte sanitário que vai tirar... O Conass é uma coisa que nós vamos conversar. E vamos escrever essa portaria com o maior esmero possível, porque, se não, em época de campanha, Senador, nós vamos ter o dissabor de ver um veículo de transporte sanitário cheio de eleitor. E a doutora não vai descansar. A Drª Jaqueline ainda vai falar: "Vai ser preso todo mundo, o prefeito vai responder por improbidade administrativa." E o condutor que está lá dentro, vocês sabem que vocês são demandados. Não tem isso, o transporte sanitário é para tirar o que tem uma expectativa de exame, o doente que não tem a locomoção devida, a família não tem como. Então, inicia-se no interior e nas cidades ribeirinhas.

Como vai ser de emenda parlamentar, todo mundo quer, até porque existe aquela situação de: "O prefeito me pediu...". Quem fizer um bom trabalho vai colher os frutos como política social. Não pode ser partidária. Isso está totalmente fora e eu tomei muito cuidado.

Eu falei: "Vocês demandaram sobre portador de necessidade especial, sobre o transporte deles? "Ah, a gente por enquanto é só o simples." E eu falei: não, absolutamente. Vamos colocar e vamos provisionar os veículos para o transporte sanitário, e, se você tiver três, você coloca um em que caiba também o portador de necessidade especial, se você tiver só um, então aquele vai ter que ter.

Mas é uma coisa que vai demandar um projeto muito interessante. A ordem do ministro é para que isso saia rapidamente, nós estamos trabalhando com isso, mas não vamos confundir prioridade com pressa. Falou em pressa é retrabalho.

Pois não, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minuto, pessoal. A forma de organizar nossa audiência pública é que depois da conclusão da fala da Mesa nós já temos um cidadão inscrito, que é o Wesley Franco.

Eu pergunto: o Dr. Luiz concluiu?

O SR. LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI – Está concluído.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, o Dr. Luiz concluiu a sua fala. (*Palmas.*)

São 12h17. Vamos abrir para cinco pessoas do plenário o direito a usar a palavra, questionamento, enfim.

O SR. ALEX DOUGLAS – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho.

Já está inscrito, foi ele que encaminhou para a Mesa, o Wesley Franco.

Então você pode indicar, Alex, os cinco que vão fazer questionamentos.

O SR. ALEX DOUGLAS – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Alex com a palavra.

O SR. ALEX DOUGLAS – Só um instante.

A gente poderia passar uns eslaides para eles, que estão na Mesa, aproveitar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode aproveitar este momento, antes de abrir a palavra para cinco convidados no nosso plenário.

Eu peço que a minha assessoria pegue os nomes dos cinco que vão usar a palavra. Já está aqui o Wesley Franco. E o senhor lá atrás, que foi o primeiro a pedir no microfone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vamos passar os eslaides. (*Fora do microfone.*)

O SR. CLAUDIO CORDEIRO QUEIROGA GADELHA – Senador, eu aproveito o pequeno hiato só para informar que a Consultoria Legislativa da Casa concluiu que a PEC 55 é inconstitucional, por mudar cláusulas pétreas e prejudicar o desenvolvimento social do País. Foi um relatório de 48 laudas, aprovado aqui, na Consultoria Legislativa do Senado Federal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa informação!

O.k., pessoal. Vamos lá para os eslaides. Em seguida, para os cinco companheiros e companheiras do plenário que vão usar a palavra. Daí vamos para o encerramento.

O SR. MANOEL ARAÚJO LIMA – Novamente, bom dia a todos.

Vamos aproveitar a participação dos membros da Mesa para fazermos uma pequena explanação do nosso serviço em todo o Brasil.

Hoje, os condutores de ambulância estão representados no País inteiro, 27 Estados mais a confederação.

Os promulgadores dessa luta sempre foram o ex-Deputado Onofre Santo Agostini e o nosso Presidente da Abramca, que é o Alex Douglas.

A legislação dos serviços de ambulância está limitada à Portaria nº 2.048, como bem disse o representante do Ministério do Trabalho, muito antiga. E eu concordo plenamente.

Outra coisa também que foi recitada pelo coordenador, do que se passa, como regra, a Portaria nº 2.048, as empresas que trabalham em CLT cumprem também a mesma determinação. E a questão do bom e barato é o que precariza a mão de obra, porque ele quer comprar exatamente o que não convém, e isso também é prejudicial.

A resolução do Conselho Federal de Medicina, que trata também do conceito, e a Resolução nº 2.110, de 2014, que tem o objetivo de coordenar as ações do serviço do SAMU. Isso é muito importante.

A regulamentação dos condutores de ambulância vem a partir da Lei nº 12.998, de 2014, que tem uma classificação do novo CBO 782320, que é a Classificação Brasileira de Ocupações. E no seu art. 29, do Código de Trânsito Brasileiro, que traz as prerrogativas legais sobre a ambulância.

Pode passar.

Continuando a apresentação árdua do esforço, sempre bem contundente, da presença ilustre do nosso Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qual é o Estado dele mesmo? Lembro-me de que estive com ele.

O SR. MANOEL ARAÚJO LIMA – Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É Santa Catarina. Eu estava na dúvida se era Santa Catarina ou São Paulo.

O SR. MANOEL ARAÚJO LIMA – Santa Catarina, pronto. Corrigido.

Pode passar.

A habilitação do profissional de condutor de ambulância deve seguir alguns conceitos. E o que queremos aqui dos representantes hoje é sair daqui com uma forma de parceria em fazermos algumas mudanças. Não cabe mais aceitarmos tantos absurdos, preâmbulos, como bem disse a Drª Jaqueline, que dão acesso aos administradores fajutos, esses que estão lá pendurados no Erário público e que nada sabem e estão se aproveitando de toda a situação para essas brechas.

Então, temos hoje condutores de ambulância dirigindo com categorias B e C, o que é proibido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Sabemos disso, mas, comprar hoje um veículo de ambulância e adaptá-lo, compra-se uma Fiorino. Uma pessoa de 1.70m não entra numa Fiorino. Isso não é ambulância, isso é um veículo adaptado. Então, não tem condições.

Queremos aqui solicitar urgente, tanto do Ministério como dos órgãos competentes, uma padronização, respeitando o setor da ergonomia, o espaço para se trabalhar o paciente no interior da ambulância. Não tem condições de carregar dois cilindros de oxigênio e um gás de aspiração e mais todos os equipamentos dentro de uma Fiorino. E o que a gente vê hoje é o abandono total do Poder Público com a nossa profissão.

Pode passar.

A habilitação deve ser corrigida e tem que ser corrigida. E o meu colega Jean, da Polícia Federal, sabe muito bem, que deve estar especificado no caso, lá atrás, da notificação da responsabilidade dele em conduzir o veículo. Caso ele não tenha, ele precisa apresentar o certificado e andar com ele. Isso é o que a gente quer que a fiscalização cumpra.

Pode passar.

O condutor de ambulância já é considerado, pelo próprio Ministério da Saúde, em reuniões que temos participado, igual a um piloto de um avião. Sabiam disso? Vocês sabem disso? Então, é muito importante você pegar um piloto de avião e dizer: pode entrar, meu amigo, se você não conhecer os equipamentos, leve essa pessoa aí dentro – essas pessoas. Um condutor de ambulância, se não conhecer os equipamentos que tem, o itinerário, o conhecimento do local, da geolocalização, ele também é prejudicial no sistema, ele vai matar essa pessoa.

Então, a importância do condutor, em todos os aspectos, é muito inerente. Não adianta a gente questionar que não dá para o condutor hoje ser capacitado. O Dr. Marcelo falou muito bem sobre a condição de capacitação. Os SAMUs hoje, do Brasil, têm um núcleo de educação, correto? É isso? Mas, então, coloque para funcionar, porque na maioria dos Estados, inclusive no meu, não funciona. (*Palmas.*)

Sou condutor de ambulância há 24 anos, trabalho no SAMU desde sua implantação no Estado do Amazonas. E tem um curso, há mais de dois anos, foi minha última participação no núcleo de educação. O núcleo de educação não pode se limitar ao externo. O seu profissional, a própria Portaria diz, a cada oito meses, tem que ser certificado. E isso não acontece na maioria dos núcleos de educação.

Colocar como regra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. MANOEL ARAÚJO LIMA – A busca pelo conceito é um absurdo quando você não tem o condutor de ambulância inserido no processo. Convide o condutor de ambulância para participar, convide o condutor de ambulância para estar inserido nesse processo.

Pode passar.

Aí vamos apresentar agora, como tenho um minuto, a falta da manutenção e o excesso de viagem, a ausência do profissional.

É lógico, nunca se tem a equipe completa, como determina a legislação. O condutor de ambulância, muitas vezes, transporta o paciente sozinho. É um absurdo a falta de higiene, como bem se falou.

Pode passar.

Aí nós vamos apresentar algumas figuras do dia a dia nosso. Isso não é do ano passado, não é de uma década, não. É esse o nosso dia a dia.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Volte essa imagem.

Aí nós temos um colega que foi morto num processo.

Pode passar.

Exatamente, dormiu, cansado.

Pode passar.

Essa é a situação do nosso País hoje. E se o Ministério da Saúde não tomar providência, nós não sairemos daqui com algo fixo, com algo que garanta a nossa volta aos nossos Estados dando pelo menos uma legalidade à profissão, ajudando, auxiliando, vamos começar tendo problema.

O Procurador perguntou quantos têm como serviço prestado. No meu Estado, quase tudo é serviço prestado. E agora nós temos uma Salvare cujo dono acabou sendo preso por desvio, no nosso Estado, de R$250 milhões. E aí o que a Justiça faz? Nós estamos lá hoje com a paralisação de 12 ambulâncias, porque estão há três meses sem receber. Como se faz? O que nós podemos fazer?

Parabéns, Drª Jaqueline, por seu empenho. Eu queria que o meu Estado tivesse também uma Drª Jaqueline. Infelizmente, o meu Estado está abandonado pela Justiça, porque, quando a gente abre a porta para reclamar e para levar as denúncias, demora meses. E, às vezes, a gente nem é ouvido.

Então, estamos aqui, diante dessa situação, clamando pelo Ministério da Saúde e também pelo Senado Federal, clamando por todas as instituições que determinam o conceito. Vamos fazer um documento que garanta pelo menos a dignidade, o respeito e a moralidade dos profissionais condutores de ambulância. Caso contrário, iremos falir.

É insuportável isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passamos a palavra agora para Wesley Franco, da Federação Nacional dos Enfermeiros.

Eu vou lembrar, pessoal, que são cinco minutos para cada um. O nosso prazo limite aqui – vou explicar por que – termina às 13 horas. Até as 13 horas nós temos que terminar, porque às 14 horas começa o Plenário e às 15 horas já há outra audiência aqui. E os funcionários também têm que ter o seu horário de almoço. Senão, nós que questionamos tanto deixaremos os funcionários todos aqui trabalhando direto.

Às 15 horas há outra audiência pública, que vai tratar exatamente da PEC 241 (PEC 55 no Senado) e o seu impacto na vida dos trabalhadores da área pública, da área privada e do povo brasileiro. E vai tratar também da própria terceirização.

O SR. WESLEY FRANCO – Boa tarde a todos.

Eu vejo, pelas nossas lideranças do Ministério da Saúde, pelos Secretários de Saúde de cada Município, que vocês estão dando muita importância ao SAMU. Não que o SAMU não seja merecedor, mas venho, pela Federação Nacional dos Enfermeiros, trazer o anseio de trabalhadores que são os motoristas, os condutores dessas ambulâncias, que não têm o mínimo de valorização por parte de ninguém, na maioria das vezes, nem pela própria equipe que está com ele. Por quê? Pela má contratação na ponta, de todos – porque eu tenho um enfermeiro amigo, porque eu tenho um médico amigo, ele vai trabalhar com esse condutor.

E o condutor, na maioria das vezes, vem com uma contratação por quê? Ele é meu amigo, é amigo do vereador, será contratado para dirigir aquele veículo adaptado, que nem ambulância é, como o colega expôs, que nem tem a ergonomia correta para você, dentro de uma NR (Normas Regulamentadoras), que tem capota de fibra. A capota é a primeira que quebra.

E detalhe: em toda viatura que ando, que eu conheço, o primeiro homem sempre é o condutor, não é nem o comandante da operação. E nessas ambulâncias, nessas viaturas, o que está ocorrendo? Ele sempre é o último homem. Na maioria das vezes, eu, como enfermeiro, vou à ocorrência, presto o meu atendimento e volto ao hospital dormindo, e ele volta dirigindo. Isto é complicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nesses interiores do nosso Brasil todo, quem trabalha, infelizmente, ainda é o Dr. Fiorino, porque o médico está lá na ponta só para canetar e mandar para a capital. Então, quem trabalha é o condutor da ambulância, que, na maioria das vezes, trabalha sozinho. (*Palmas.*)

Ele trabalha sozinho, vira condutor de ambulância, técnico de enfermagem, enfermeiro e, na maioria das vezes, médico. Ele faz parto, faz tudo dentro da ambulância, e ninguém olha por ele. O mais mal remunerado é o que tem a maior carga horária trabalhista. E ele é coagido na ponta, na hora da contratação. Porque, se ele for reclamar para alguém, ele vai ser despedido. E ele tem dois, três filhos para criar, e ninguém olha por ele.

Então, esses companheiros que estão aqui, trabalhadores, estão clamando por isto, por alguém que olhe por eles, por alguém que os valorize. A população não os está valorizando porque não conhece, pois, na maioria das vezes, deixam obscuro esse quadro para a população também. E quem trabalha são eles, na maioria das vezes.

Está bem claro esse clamor de todos aqui. Quem trabalha nos interiores hoje não está sendo nem tanto o SAMU, porque há muito desvio de verbas nesses interiores; quem trabalha são as ambulâncias sanitárias, são as branquinhas mesmo. É o Dr. Fiorino que pega e leva para a capital, e esse condutor faz o papel de todo mundo. Na maioria das vezes, ele está exercendo uma profissão quase ilegal, porque está exercendo a profissão de enfermagem sem ter a qualificação própria para aquilo. Ele não sabe. Ele está fazendo porque me viu fazendo como enfermeiro e aprendeu a fazer. Ele não tem o conhecimento técnico e científico para aquilo, mas, naquele intuito de salvar uma vida, ele faz. E não está errado, não, em salvar uma vida, mas está errado pela desvalorização dele. (*Palmas.*)

Deixo aí a Federação Nacional dos Enfermeiros, vínculo trabalhista, aberta a todos os condutores de ambulância para o que for preciso. Nós enfermeiros estamos juntos com vocês. Através da Federação, vamos lutar juntos, pessoal. Somos uma força muito grande. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Wesley Franco, da Federação Nacional dos Enfermeiros.

Agora José Henrique Barbosa Neto, do Sindicato dos Condutores de Ambulância.

O SR. JOSÉ HENRIQUE BARBOSA NETO – Bom dia a todos vocês presentes, à Mesa e à doutora ali, principalmente. Gostei muito de ouvir sua palestra, porque sou do Município de Pureza, no Estado do Rio Grande do Norte, e sou condutor das branquinhas. Sou funcionário público efetivo há 18 anos, mas passei por um problema muito grande dentro do meu Município. Infelizmente, por eu estar, na gestão passada, em um palanque numa eleição e não ter votado na que ganhou, eu fui afastado do hospital. Fiquei nove meses afastado, tive que voltar praticamente pela Justiça. Simplesmente me tiraram, uma pessoa que tem a capacidade, que é preparada para exercer o trabalho, para colocar pessoas contratadas.

Então, há algumas coisas que ainda existem no nosso País. Não é difícil de a gente ver isso no interior. E a gente sabe que aqui, nos Poderes, não chega um problema dessa qualidade aqui.

Mas eu queria colocar exatamente a questão da deficiência que nós temos nas nossas ambulâncias e o que nós somos obrigados a fazer para cumprir o nosso papel dentro dos pequenos Municípios, como a minha cidade. Porque nós trabalhamos em ambulâncias sem o mínimo de segurança, com pneus carecas; que não têm ar-condicionado funcionando – quando têm, somos nós motoristas que nos reunimos e pagamos do nosso bolso. Então, nós não temos aquilo que é de direito nosso.

A nossa alimentação, no próprio hospital, não é a normal para nós. Nós chegamos às seis da manhã e não temos o café; só temos direito ao almoço e à janta. E, muitas vezes, você está no meio do mundo e não tem uma diária, não tem nada para se alimentar.

O nosso salário, eu acho que talvez seja o pior do nosso Município e do nosso Estado. Não sei quanto aos outros Estados, mas em Pureza um funcionário com quase 20 anos na função ganha em torno de R$1,3 mil, com insalubridade, botando tudo. Quer dizer, é um salário irrisório para aquele trabalho que a gente presta dentro do nosso Município.

Mas o que eu quero que as autoridades vejam, além do salário, são essas questões básicas, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a de perseguições dentro dos nossos Municípios. As pessoas não podem se vincular a um sindicato, porque quem se vincular a um sindicato já fica com medo de ser botado para fora, porque o gestor ameaça, diz que vai fazer um processo administrativo para colocar o condutor... Quer dizer, geralmente, trabalha coagido. E eu acho que isso também faz parte da saúde mental do ser humano.

Então, diante daquilo que a doutora colocou, eu acho que isso não precisa ser feito só no Estado dela, mas devia ser abrangido em todo o Estado do Rio Grande do Norte, para que isso não venha acontecer, não só comigo, mas com outros companheiros que eu tenho certeza de que já passaram por esses problemas. Felizmente, eu tinha outras virações e tinha como sobreviver, mas passei nove meses sem receber salário. Nove meses sem receber salário! Um funcionário efetivo concursado, que não devo favor, por ser concursado, a nenhum político na verdade.

Então, peço que a gente preste atenção a todas essas ocorrências.

E eu também queria deixar aqui uma fala a respeito da PEC da morte. Eu acho que o nosso País ainda não está politizado o suficiente para que a gente aborde esses temas – a nossa população não tem o conhecimento do que está acontecendo no nosso País –, mas eu acho que a gente tem o papel e o dever de abranger todos esses problemas, porque isso aí vai influir diretamente na saúde pública dos nossos Municípios, dos nossos distritos e, inclusive, nos nossos salários, dos motoristas. Se não há dinheiro para a saúde, como vai poder aumentar o nosso salário? Como a gente vai poder ter condições de prestar um trabalho melhor? Funcionário bem remunerado trabalha feliz, satisfeito, mas funcionário mal remunerado não tem como trabalhar satisfeito nem feliz. Se um cara mora há 30km, como eu moro, e tem que dar vários plantões, tem que ter condição de vir, de ter um combustível ou, então, de pagar um transporte para poder vir trabalhar. Com um salário de mil e trezentos contos, realmente, fica difícil para um condutor.

Era isso que eu queria falar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, José Henrique Barbosa Neto.

Nilson José, Sindicato dos Condutores de Ambulância de Pernambuco.

O SR. NILSON JOSÉ – Bom dia a todos.

Parabéns, Senador, por ter investido no nosso intento.

Quero dizer aqui, bem rapidamente, que, se a gente fosse discutir aqui o que eu anotei, a gente teria que fazer, no mínimo, mais três audiências.

Mas eu gostaria de lembrar o início desta primeira audiência. Ela começou com o nosso companheiro Toni, que foi ver uma situação em uma das estradas em Sobral e, conversando com um patrulheiro, perguntou se ele faria fiscalização nessa ambulância, e ele disse que não. Ali começou essa confusão, e está aí hoje a nossa primeira audiência de muitas que haverá.

Quero dizer também, Senador, o seguinte: a PEC 55 está com o número errado. Ela devia ser 1.080, veneno puro, em referência àquela coisa lá.

Dizer o seguinte: que a profissão de condutor de ambulância já está regulamentada pela Lei Federal nº 12.998, de 2014. Nós somos classificados como profissionais com a CBO. Ou isso não regulamenta? Ou isso não faz com que sejamos preparados unicamente para aquela função? Então, isso é fato.

Eu sou condutor de SAMU do Recife e me preocupo quando se mostra uma coisa tão bonita do SAMU, quando estão colocando a gente, pela 20.048, para cometer exercício ilegal da função, quando nos dão uma PH, para que a gente vá na rua fazer o atendimento, e todas as vezes a gente está lá atuando com paciente. Isso é exercício ilegal da função. Se algum familiar fotografar ou filmar um condutor ou uma pessoa daquela morrer nas nossas mãos, a gente vai responder por crime. Aí vem uma história, essa história muito bonita, que eu ainda não consegui encarar, dos SAMUs no Brasil: dá uma PH ali dentro, dizendo que habilita. Não habilita coisíssima nenhuma, nenhum condutor. Ela capacita. Agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

habilitar para deixar um condutor sozinho, com técnico de enfermagem, ir para um acidente imobilizar fraturas expostas, fazer uma série de coisas, é um absurdo, é um crime! Estou falando isso aqui como denúncia. Estou colocando como denúncia. Isso é um crime que o SAMU faz com os condutores de ambulância no Brasil. Isso é absurdo! É impossível continuar dessa forma! (*Palmas.*)

Estou vendo aqui a seguinte questão, com relação às ambulâncias – e aí a gente está esquecendo da política por trás. O Estado de Pernambuco tem 187 Municípios. No mínimo, cada Município desse tem três ambulâncias. Multiplicando-se, dá 560 ambulâncias que são de vereadores, que pegam qualquer carro, botam uma estrela da vida, pintam de branco e botam na rua dizendo que estão tratando da saúde, transportando pessoas a 60, 120, 200, 800km, com um camarada que não é habilitado, não é qualificado, e ainda anda sozinho. Quando não está o cara que ele chama da rua, porque o ajudou a ganhar votos, ou é presidente da associação, esse camarada, com qualquer carteira, faz transporte de pessoas para lá. Ali mostrou um acidente de uma van de um desses camaradas. Morreu o condutor mais duas pessoas, e tem lá nove feridos. Havia 13 pessoas num daqueles carros que estavam ali. Isso é o que a gente tem de discutir.

O Estado de Pernambuco está propondo e eu espero que todos os ministérios, Ministério Público, Ministério da Saúde, abracem essa ideia, porque já discutimos isso em várias reuniões em que chamamos alguns setores e a maioria deles não foi.

A gente tem de sair hoje com a certeza de que todos vocês criem imediatamente um selo de inspeção em veículos de ambulância neste País, como tem no táxi, como tem no transporte escolar. Temos que sair daqui com selos para que esses carros sejam fiscalizados a cada seis meses... (*Palmas.*)

Aí a gente acaba com muita coisa. Esse selo está aqui, estou trazendo uma proposta por escrito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. NILSON JOSÉ – A questão salarial. Meu amigo, parabéns para você que, no interior, está recebendo R$1,3 mil de salário. Tenho um companheiro aqui, da cidade de Caruaru, do SAMU de lá, que recebe um salário mínimo. Então, parabéns para você que está recebendo R$1,3 mil. E isso é uma situação em todo o Nordeste, principalmente, e no Brasil. Eu não quero discutir aqui só o meu Estado. A questão dos Fiorinos está aí.

Agora, só para encerrar, a questão da Polícia Federal. Parabéns. Lá em Pernambuco existe um inspetor, o Davino. Ele foi uma das pessoas que esteve conosco nas reuniões e se comprometeu a fiscalizar a ambulância.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NILSON JOSÉ – Porque alguém me disse: "Fiscalizar ambulância? Você é doido?" Por que eu sou doido? Ambulância não passa 24 horas com paciente ali dentro, não.

Então, para encerrar, esse abraço que a Polícia Federal está nos dando aqui com relação à fiscalização, nós esperamos que seja em todo o Brasil, em todos os 5.055 Municípios, e que também daqui saia a decisão para que as polícias rodoviárias estaduais e os controladores de trânsito municipais também o façam porque são irresponsáveis quando não cumprem, e estão sendo irresponsáveis neste País. Infelizmente, é isso. Parabéns a todos pela audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Nilson José, do Sindicato dos Condutores de Ambulância de Pernambuco.

Robson Avelino, do Sindicato dos Condutores de Ambulância de Roraima.

O SR. ROBSON AVELINO – Olá. Bom dia a todos.

Antes de eu vir para esta audiência, eu tive a honra de andar por quase todos os Municípios do Estado de Roraima, que são 15. Eu consegui ir a 14. Todos esses que nós visitamos têm uma ambulância do SAMU, com exceção do Município de Boa Vista, que tem quatro.

O levantamento que nós fizemos neste relatório que eu quero deixar com o senhor, para ver a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nossa realidade lá no Município – e, como um dos colegas colocou, em nível nacional –, mostra que só quatro Municípios têm a ambulância do SAMU em efetivação no Estado de Roraima. Dos catorze que visitamos, só quatro. E no outro, que nós não visitamos, nós temos a informação de que há mais de um ano a ambulância está quebrada. E um detalhe: não deixaram de vir os recursos federais para o SAMU, não. Todo mês está chegando recurso federal, e não vemos nenhuma atitude dos gestores na visão do SAMU.

Exaltaram aí o SAMU, falando só no Samu, bonito, a portaria que rege o SAMU, mas, na realidade, não é o que nós vivenciamos. São as branquinhas, em alguns Municípios, que estão suprindo a necessidade e fazendo o serviço que era para o SAMU estar fazendo também.

Outra coisa: lá no Estado de Roraima, nós estamos com um problema, também, de imigração, por causa da situação da Venezuela hoje. Hoje, lá no Município de Pacaraima, que faz fronteira com a Venezuela, aumentou em 100%, ou mais de 100%, o número de atendimentos no SUS. Inclusive, há mais de um ano, conforme o relatório que nós pegamos lá, a ambulância do SAMU... E o hospital está sem ambulância. Eles pegam aqueles carros da Sesai – umas picapes Ranger, Hilux, em que a Sesai transporta os pacientes índios – e usam, o que é ilegal. É uma picape normal, comum, e eles transportam os pacientes índios.

Então, eu quero deixar também aqui essa indignação, essa denúncia, para que o Ministério da Saúde faça uma fiscalização e obrigue a Sesai a contratar ambulância. Que essas empresas terceirizadas da Sesai pequem a ambulância para transportar o índio, porque o índio é um ser humano também.

Então, através desses relatórios, dessas visitas que nós fizemos em parceria, com o apoio da Abramca e da Central Única dos Trabalhadores, nós constatamos esses absurdos em torno de trabalhadores que salvam vidas. E nós estamos acreditando que, após esta audiência, aqui, nós vamos ter um resultado positivo, uma fiscalização de todos esses representantes que estão na Mesa, que passaram pela Mesa. Que eles façam com que nosso pedido saia do papel, principalmente para a nossa Polícia Rodoviária Federal. Nós solicitamos, via ofício, um apoio a ela, para que faça uma fiscalização nas nossas ambulâncias, lá no Estado, e até hoje não tivemos nenhuma informação de que houve fiscalização nas nossas ambulâncias.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Robson Avelino, do Sindicato dos Condutores de Ambulância de Roraima.

De imediato – estamos com um problema de horário – passo a palavra ao Jivaldo Luiz Nascimento.

Teremos que dar ainda um encaminhamento final, não é, Alex?

O SR. ALEX DOUGLAS – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Robson Avelino.

O SR. LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI – Só para te falar de Pacaraima. A situação lá é séria. Nós estivemos lá, fizemos uma visita e conseguimos ambulância. O SAMU vai chegar lá. Havia um problema de manutenção no Município, estava faltando pneu, e nós conseguimos resolver, através do gestor. Ela já está a caminho. E o problema é muito mais sério do que ambulância. O Ministro já liberou equipamentos para o hospital e insumos básicos, porque a situação de Pacaraima é a seguinte: não são os cidadãos do Estado de Rondônia que estão criando problemas, mas sim o número de venezuelanos que estão atravessando. É uma situação incontrolável, com 9km de fronteira. O Exército não tem condição, e o Itamaraty tampouco, de fechar aquilo ali. Então, é uma situação premente.

Na realidade, eles estão indo comprar comida, a cidade se tornou um centro de compra e virou um movimento maluco, absurdo. Mas o que for de responsabilidade do Ministério... O hospital precisa ser equipado. Está em ótimo estado o hospital de Pacaraima, por um acaso, e nós já conseguimos: o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

SAMU deve estar chegando lá, talvez no meio desta semana. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Jivaldo Luiz Nascimento, do Sindicato dos Condutores de Ambulância.

O SR. ROBSON AVELINO – Senador, só um minutinho, por favor.

A ambulância do hospital também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós vamos fazer um encaminhamento, no final, que vai te contemplar, está bom?

Passo a palavra ao Jivaldo Luiz Nascimento, do Sindicato dos Condutores de Ambulância.

O SR. JIVALDO LUIZ NASCIMENTO – Bom dia a todos.

Vou tentar, aqui, ganhar o máximo de tempo possível, porque até mesmo os assuntos principais já foram abordados, e eu quero enfatizar, nas palavras da auditora fiscal, a Srª Jaqueline, e também nas do procurador do Ministério do Trabalho. Foram duas falas que generalizaram todos os condutores de ambulância, não somente do SAMU, mas principalmente os condutores de ambulância que estão se sentindo muito menosprezados pelos gestores, pelos órgãos públicos. Até mesmo o Sr. Senador Paulo Paim, quando falou na parte da prática de escravo, e é isso que todos os condutores, pelo menos 90% desses condutores de ambulância, das branquinhas, como são chamadas, apelidadas, vêm sentindo, em todo esse tempo.

Então, eu gostaria de chamar muito a atenção das autoridades, do Ministério da Saúde, para que olhe melhor, porque aqui não ficou bem claro com relação a esses condutores. Foi muito enfatizado o SAMU, sendo que o Samu é uma rede de ambulâncias, de condutores, do Governo Federal. Ele não abrange a maioria dos Municípios que sentem a precariedade e a deficiência com relação aos debilitados deste País.

Quero agradecer à senhora, Jaqueline, as suas palavras, diretamente, a sua forma de se expressar. Quanto a isso, pode ter certeza de que todos os condutores, do Brasil inteiro, aplaudiram a senhora, e não somente este Plenário. (*Palmas.*)

Ao Senador Paulo Paim: Deus está com o senhor, porque a crise que está nesses políticos, nos Deputados, no Senado Federal, não está boa, não. Só quem sabe dizer é cada um dos brasileiros que estão em suas residências, em suas localidades. E a sua boa vontade de ajudar, de colaborar, de estar com esses simples condutores que, em nível nacional, se tornam grandes, porque são eles que estão lá, defendendo, juntamente com aqueles debilitados.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Jivaldo Luiz Nascimento, do Sindicato dos Condutores de Ambulância.

De imediato, passo a palavra ao Roberto Alexandrino, do Sindicato dos Condutores de Ambulância do Paraná.

E daí, Alex, eu vou dar cinco minutos para você, para nós fazermos o encerramento com uma proposta de encaminhamento. E eu proporia a vocês, já refletindo, que todos saiam daqui sabendo que não termina aqui. Por mais que nos respondamos aqui, e os outros painelistas também falem, os encaminhamentos precisam avançar, agilizar, tipo nós sairmos daqui com uma Comissão organizada por você.

Já falei aqui com o Ministério da Saúde. Eles estão dispostos a sentar, conversar e encontrar caminhos que atendam às reivindicações principais aqui colocadas.

Então, vamos ao Roberto Alexandrino. Daí o Alex termina.

O SR. ROBERTO ALEXANDRINO – Quanto à minha fala aqui, eu queria pegar uma brecha na fala

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do Dr. Luiz, quando ele falava da reforma da Portaria nº 2.048. E aí eu ouvi o Dr. Luiz falando de todos os órgãos, mas não falou na Abramca. Não é, Doutor?

Então, eu acho – e tenho certeza de que todos os companheiros aqui concordam – que a Abramca deveria ser inserida nesse contexto da reformulação da 2.048. (*Palmas.*)

A minha preocupação – ou a nossa preocupação aqui – é que nós participemos de todos os debates, de toda a discussão pertinente à categoria, mas 100%. Se o companheiro Alex não puder participar, que mande um representante, mas a Abramca tem que participar. Pedi a palavra para falar isso.

A outra questão é que, quando o senhor falou dos problemas que existiam, o outro companheiro do Ministério da Saúde também falou que, muitas vezes, trabalha em cima de denúncia. Eu sugeriria que deixasse o canal aberto aqui, através da Abramca, para que os presidentes pudessem fazer a denúncia, deixassem com o Alex, para colocar no *site*, enfim, que todos os presidentes lá na ponta fizessem a denúncia e vocês a acolhessem, acatassem, verificassem.

A minha preocupação é de que nós tenhamos vindo para cá para o blá-blá-blá e não saiamos daqui com a coisa concreta, sem a participação real dos condutores de ambulância nas decisões nacionais, porque todos nós sabemos que, se a coisa não sair daqui de Brasília, não funciona lá na ponta. Tem que sair daqui virado lei, tem que sair daqui virado decreto, enfim, mas que funcione. Por isso, eu queria insistir e pedir, pelo amor de Deus, que a Abramca e os condutores de ambulância participassem, que vocês abrissem uma porta, uma brecha para que eles participassem de todas as discussões pertinentes à categoria.

Essa era minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Roberto Alexandrino.

Alex, por favor.

O SR. ALEX DOUGLAS – Finalizando aqui, quero agradecer ao Senador Paulo Paim, porque S. Exª, desde que abraçou nossa causa lá atrás, também ajudou a construir a 12.998, de 2014. Só agradeço aos senhores e peço ao Dr. Luiz e ao Marcelo para anotarem aí o Decreto nº 7.816, de 2012, do dia 28 de setembro de 2012. Por quê? Esse decreto trata da licitação das ambulâncias, à qual o senhor se referiu. Esse decreto já tem mais de dez anos. Hoje estamos falando de tecnologia embarcada. Esse decreto não fala de *airbag*, ABS, controle de tração, controle de estabilidade. Então, esse decreto deveria mudar.

Agradecendo ao Roberto Alexandrino pelo que ele falou, a nossa proposta é que nós participemos da nova construção da Portaria nº 2.048. Peço mais a vocês o seguinte: que, nessa nova reformulação, a portaria não se torne uma portaria, torne-se uma lei, que o atendimento pré-hospitalar no Brasil se torne uma lei, porque aí os gestores públicos e privados vão fazer cumprir a lei. A questão é que eles não cumprem a portaria. Eles falam que é uma mísera portaria e não a cumprem. Se houver uma lei específica regulamentando o APH no Brasil, as coisas irão mudar.

O doutor do Conselho Federal de Medicina falou muito bem, mas só que a 1.671 e a 1.672 do Conselho Federal de Medicina falam da questão do transporte sanitário.

Falo também ao Dr. Jean, da Polícia Rodoviária Federal, que tem que haver inspetores como o Tony espalhados por todo o Brasil (*Palmas.*)

Porque é difícil nós irmos à Polícia Rodoviária Federal e eles falarem isso para gente, os absurdos que falam, que a gente não pode parar ambulância. A gente pergunta: por que não? Se está no Código de Trânsito, tem que ser separado. Transmita aos seus amigos que a gente precisa dessas fiscalizações, que é um absurdo isso. E peço mais: que vocês revejam isso, porque é um absurdo, é o descaso do condutor de ambulância, é o descaso de todo trabalhador que trabalha na ambulância, principalmente na sanitária, principalmente agora.

O nosso Presidente, o Wanderson, coloca muito bem a questão das legislações, das leis, e que o Código Brasileiro de Ocupações seja cumprido. Inclusive, o próprio Ministério da Saúde não quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cumprir. Por diversas vezes, a gente foi fazer a conversa, falando que tem que fazer a inclusão. Agora, nessa nova reformulação da portaria, espero, por Deus, que se torne uma lei, coloque, faça a inclusão do condutor de ambulância, de fato, lá, porque nós já estamos regulamentados. Já está reconhecida a profissão graças ao Senador Paulo Paim e ao nosso pai e nosso eterno Deputado Onofre.

O Nilson está falando de um salário mínimo, o menino está falando de R$1,3 mil eu estou falando... Ali, Paim, está uma presidente condutora de ambulância, a Presidente de um sindicato dos condutores de ambulância, D. Poliana, que está aqui, porque na Abramca não há machismo. Ali, no Estado dela, no Município, não sei onde, o menino ganha quinhentos e quanto, Presidente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEX DOUGLAS – Ganha R$536 de salário para dirigir uma ambulância. Isso é um absurdo, não tem explicação. Então, pedimos ao Ministério, porque vocês são a carta magna do pré-hospitalar no Brasil, que regimente e legalize isso para a gente poder fazer a inclusão dentro dessa portaria – não só o SAMU que está precário, mas também as ambulâncias sanitárias –, para fazer um projeto de lei, que isso daí seja lei, porque não dá mais para aguentar esse tipo de coisa no Brasil todo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX DOUGLAS – Eu quero agradecer a todos. Dr. Jaqueline, sem palavras; mais uma vez, obrigado. A gente já esteve em Goiás, em outras atividades também. Obrigado. Fala muito bem disso daí. Senador Paulo Paim, sem palavras ao senhor. Obrigado ao Dr. Luiz, ao Dr. Marcelo, ao Dr. Jean. Obrigado a todos. Obrigado a todos os condutores de ambulância que estão aqui, do Oiapoque ao Chuí, que se desdobraram. Senador Paim, obrigado pelo senhor ter desmarcado, porque houve uma confusão. A gente vê que o pessoal veio para cá, esforçou-se e está aqui do próprio bolso.

Muito obrigado. Obrigado a todos os condutores do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alex.

Pessoal, são muitos questionamentos e nós estamos com problema de horário, doutor. Eu sei que o senhor gostaria até de responder a alguns, mas, como eu falei com ele e ele concordou, temos que encerrar agora devido ao horário.

Fica acertada uma reunião com o Ministério da Saúde – o Dr. Luiz e o Sr. Marcelo concordam com isso –, em que vocês levarão todas as demandas colocadas aqui e vão tentar ali construir o entendimento. Da audiência pública, pessoal, não sai o acordo. A audiência pública provoca o fato. Provocado o fato, estabelece-se um cenário, e o encaminhamento tem que ser numa reunião de trabalho. Por isso, vou fazer um apelo. Sei que diversos já levantaram a mão, mas não vou abrir a palavra para ninguém. São exatamente 13h. Nós temos que encerrar. Eu havia comprometido a palavra de o Alex fazer o encerramento. Assim, Alex, vou encerrar a audiência com esse encaminhamento. Vocês sentam aqui em seguida, combinam a data.

Eu ainda tenho que dar dois informes: primeiro lamentar muito a invasão da sede da escola do MST, em São Paulo, feita pela polícia – foi a informação que me chegou aqui. A gente lamenta que isso tenha acontecido.

Mas quero ainda neste encerramento, que as pessoas ficam aguardando, mais uma vez, agradecer os auditores fiscais do trabalho do Brasil, que estão num Congresso no Rio de Janeiro, e justificar minha não presença lá, com o compromisso de, na próxima, estarmos juntos.

E também anunciar que dia 10 de novembro teremos o grande debate aqui, na Assembleia Legislativa de Brasília, para discutir todos os temas de interesse dos trabalhadores da área pública, da área privada; do campo e da cidade e, naturalmente, a PEC 55 e também a reforma trabalhista, previdenciária e a questão do trabalho escravo.

Resumindo, no dia 18 de novembro será em Salvador, Bahia, no auditório da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Aí Alex, eu queria convidar vocês também – para mim vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ser muito prazeroso – porque nesse dia eu recebo, também na Assembleia Legislativa da Bahia, o título de cidadão baiano. Se vocês puderem estar com a delegação lá, para mim vai ser muito prazeroso. (*Palmas*.)

Dia 2 de dezembro, esse mesmo evento – não é homenagem, porque vão pensar que é uma homenagem para mim. Não. Dia 2 de dezembro, o debate sobre PEC, reforma da previdência e trabalhista, enfim, previdenciária. Dia 2 de dezembro, Belém, no Pará; dia 9 de dezembro, Florianópolis, Santa Catarina.

Audiências aqui na Comissão, hoje à tarde às 15h, terceirização, impacto que está para votar no STF, ainda esta semana, o impacto da PEC 55 e os trabalhadores; 8 de novembro, audiência pública aqui para discutir o plano de desenvolvimento agropecuário, baseado no Decreto nº 8.447. É uma provocação do povo dessa área; 14 de novembro, às 9h, audiência pública para instruir o projeto que combate o infanticídio em tribos indígenas. Sabem que, infelizmente, não são em todas, mas em algumas tribos indígenas – eu que sou o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência –, quando a pessoa nasce com deficiência, eles, infelizmente, sacrificam, esse é o termo correto. Queria usar o termo mais adequado, você me ajudou.

Então, há um movimento nesse sentido e, é claro, que eu sou contra que isso aconteça e, por isso, o meu relatório, já aviso, vai nesse sentido e há muita gente... Trabalhei, inclusive, com caciques indígenas que discordam dessa questão de que a criança deficiente acaba sendo sacrificada; 17 novembro, cobrança elevada dos bancos; 21 de novembro, audiência pública em defesa do pré-sal; 23 de novembro, debate sobre a questão da primeira infância.

Essas são algumas das audiências; 24 de novembro para discutir o PL 229; 28 de novembro, para discutir os 50 anos do FGTS; 1º de dezembro, proibição das postagens sobre automutilação – uma questão seriíssima –; 5 de dezembro, uma audiência pública para discutir o bioma Pampa, no Auditório Petrônio Portela, projeto esse de nossa autoria; 6 de dezembro, audiência pública para discutir a reforma da Previdência, também aqui no Auditório Petrônio Portela.

Todos nós estamos acompanhando, por exemplo, essa ideia de querer que as pessoas se aposentem só depois dos 65. E aí para a frente ainda pega um *plus* toda vez que o IBGE anunciar que a expectativa de vida aumentou.

Dia 8 de dezembro, um debate sobre a questão do Ministério Público.

Esses são os informes que eu tinha que dar.

Está encerrado.

Parabéns a todos vocês!

Vamos torcer os encaminhamentos.

Eu proponho agora que todos tiremos uma foto aqui na frente.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 5 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 95ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e vinte e quatro minutos do dia sete de novembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 6, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e José Medeiros. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 137 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre o Tema: "As propostas para limitação aos gastos públicos", com foco nos efeitos para a classe trabalhadora. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente Nacional da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil-CGTB; Paulo Lino Gonçalves, Diretor de Relações Externas do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – SINAL; Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – CONTEC; Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; Graça Costa, Representante do Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização e Secretária de Relações do Trabalho da CUT; Leomar Daroncho, Procurador do Trabalho e Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho-MPT; João Domingos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil-CSPB e Representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores-NCST; Marcos Antônio Lemos Fabre, Secretário Geral da FENAJUD; João Marcos de Souza, Vice-Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO; Paulo Barella, Membro da Executiva Nacional da CSP – Conlutas; Luiz Antonio Colussi, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho-ANAMATRA; João Paulo Ribeiro, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; João Pedro Ferraz dos Passos, Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas – ABRAT; Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores-CUT; Maximiliano Nagl Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas-ALAL. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Eurídice Almeida, Representante da FASUBRA; Romero Calmón, Representante da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezenove horas e um minuto; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa tarde para todos e todas. Nós vamos iniciar a nossa audiência pública de hoje. De hoje à tarde, porque de manhã já houve uma. E o eixo acaba sendo o mesmo, são as ditas reformas aí e a investida deste Governo em relação à 241, leia-se agora 55, reforma da Previdência, trabalhista. E a terceirização, que é uma enorme preocupação também, e o Supremo poderá se posicionar, segundo informações que nos chegaram, ainda essa semana.

Mas eu queria aqui...

O SR. PAULO BARELLA (*Fora do microfone.*) – Ele se posicionou no direito de greve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente. Inicia a greve, no primeiro dia já estão sem receber os salários.

Eu perguntaria aqui, a gente poderia montar uma Mesa aqui, não é? E eu pergunto quais as indicações para a Mesa para a gente poder fazer o debate. Ah, já chegou aqui. O pessoal está organizado. Vamos lá, então. Agora vai para a formalidade.

Declaro aberta a 95ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública está sendo realizada nos termos do Requerimento nº 137, de 2016, de nossa autoria, dentro do ciclo de debates sobre as propostas para limitações aos gastos públicos, com foco principalmente nos efeitos para os trabalhadores do campo, da cidade, servidores, enfim, toda a sociedade.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Eu vou, então, de imediato, pessoal, primeiro justificar, agora que estamos oficialmente. Eu não estava aqui na semana passada porque eu tive que fazer uma série de exames, 71 exames. É dose, não é? Mas a maioria pelo exame de sangue. Mas 71 exames. Então, eu fiquei a semana no Estado, aí no domingo lancei o livro lá intitulado, como título *O martelo, a pedra e o fogo*, que tenta mostrar a importância de respeitar a Constituição.

A pedra seria as grandes causas que unem a todos nós, isso eu falo no livro. E o fogo é a força do nosso povo, a alma, a energia. É isso que eu falo no livro. E termino cumprimentando a militância aguerrida. Porque, se nós cometemos erros, é porque nós não ouvimos a militância. Por isso que cometemos erros.

Estão entendendo o que eu estou dizendo. Dos erros que nós, políticos, cometemos na história foi principalmente por não ouvir a militância, que aqui V. Exªs representam e muito bem, pela própria liderança de cada um de vocês.

Eu vou montar de acordo com o que chegou aqui para mim, pessoal, e a gente vai organizando. Chegaram aqui duas Mesas. Na primeira Mesa está: Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente Nacional da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB. (*Palmas.*)

Só avisar que nós estamos pela internet para todo o Brasil e depois vai, à noite, novamente ao ar para todo o País pela TV Senado, e também para os canais alternativos da própria TV Senado.

Paulo Lino Gonçalves, diretor de Relações Externas do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – Sinal. (*Palmas.*)

Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – Contec. (*Palmas.*)

Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida Pública. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Graça Costa, representante do Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização e secretária de Relações do Trabalho da CUT. Está aqui a Graça. (*Palmas.*)

Leomar Daroncho, Procurador do Trabalho e Diretor do Ministério Público do Trabalho – MPT. Satisfação aqui. (*Palmas.*)

Bom recebê-lo aqui. Nós estabelecemos uma parceria boa aqui com o Ministério Público do Trabalho. Aqueles que me criticaram, vejam bem, o Ministério do Trabalho está em todas com a gente aí. E não me arrependo da parceria que fiz na Comissão de Direitos Humanos.

João Domingos, presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB e representa a Nova Central Sindical. (*Palmas.*)

Eu vou... Aqui está a segunda Mesa. Vejam que eu cheguei agora e não fui eu que montei, pessoal.

Eu sempre digo que primeira ou segunda Mesa não é importante. Até sempre digo que a segunda Mesa, para mim, é a mais importante. São aqueles que ficam na Mesa e aí que começa o debate.

Então, segunda Mesa: Marcos Antônio Lemos... Nada contra a primeira Mesa, senão eu fico aqui desfazendo a primeira. Eu faço média com a segunda e me queimo com a primeira. Porcaria! (*Risos.*)

Marcos Antônio Lemos Fabre, Secretário-Geral da Fenajud, vai ser na segunda Mesa; João Marcos de Souza, Vice-Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco); Paulo Barella, Membro da Executiva Nacional CSP - Conlutas; Luiz Antonio Colussi, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra); João Paulo Ribeiro, JP, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); João Pedro Ferraz dos Passos, Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat).

E quem? Valeir.

Valeir... Eu não pulei não. Não estava aqui.

Então, vamos incluir aqui, na segunda Mesa.

E o Valeir, da CUT, também vai estar na segunda Mesa.

Pessoal, hoje não há nada no Plenário. Aquilo lá vai terminar logo e oxalá termine logo, porque aquilo lá não está rendendo nada hoje. Só estão lá os setores mais conservadores neste momento, porque, aí, a TV vem direto para cá.

Olha aí, mais uma vez, quem está na segunda Mesa vai se dar bem.

Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores.

Bom, o tema todos sabem. Apenas me alertaram aqui que veio um documento para a Mesa da Câmara Municipal de Viçosa, e a Vereadora está aqui, a Marilange Pinto Coelho – está certo?

Então, seja bem-vinda.

Uma salva de palmas para você. (*Palmas.*)

A solicitação era que a gente abrisse isso lendo o documento que você encaminhou à Mesa. Se todos concordam, assim eu o farei. E eu não leio o documento antecipadamente. Comigo é tudo ao vivo mesmo.

Se sobrou para mim o documento, azar, porque agora vou ter que ler.

Se estiver ruim, a gente rejeita, viu, pessoal? Combinar o jogo aqui.

Então, vamos lá.

Câmara Municipal de Viçosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Moção 021, de 2016.

Requeremos a V. Exª, na forma regimental, cumprindo deliberação aprovada em audiência pública realizada nessa Casa em 03/11/2016, manifestando assim a vontade soberana do povo de Viçosa, seja enviada Moção de repúdio ao Senado Federal contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, leia-se 55, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para fixar limite de gastos públicos, conforme os motivos expostos na justificativa abaixo.

A PEC 241 congela todos os gastos primários por 20 anos, dentre eles estão saúde, educação, previdência, assistência social, bem como os reajustes dos servidores públicos em âmbito federal, estadual e municipal.

Caso a PEC venha a ser aprovada, esses gastos sociais passarão a ter um teto limitado a valores dos anos anteriores, corrigidos apenas pela inflação com possibilidade de revisão em dez anos.

O estabelecimento de um teto para investimentos estatais para os próximos 20 anos limitando-os à despesa do ano anterior corrigida pela inflação confronta o princípio constitucional que vincula as receitas para a educação e para a saúde. Essa vinculação é uma das mais importantes conquistas do povo brasileiro na Constituição de 1988.

Se aprovada, essa PEC afetará drasticamente as políticas sociais e o desenvolvimento estratégico e soberano do País.

Mesmo que a economia volte a crescer e a arrecadação tributária aumente, coloca a Federação brasileira num longo período de obscurantismo e atraso na formação educacional de trabalhadores qualificados, uma das condições imprescindíveis para que o País possa atingir níveis de desenvolvimento humano, econômico e social condizentes com a sua gente e com a sua importância no cenário internacional.

Trata-se de um ataque sem precedentes aos avanços que a sociedade conseguiu a duras penas escrever na Constituição Federal de 1988 e, por conseguinte, às práticas democráticas ali consagradas.

Sem tal vinculação e a ampliação dos recursos públicos para educação e saúde, não há possibilidade de garantir serviços públicos de qualidade, e sem eles não há democracia e nem inclusão social.

Termina, dizendo:

Com isso, tal medida serve apenas como garantia para investimentos de caráter financeiro e de natureza especulativa, priorizando o pagamento de juros em detrimento do financiamento da política social.

Em suma, a PEC 241, leia-se, aqui, no Senado, PEC 55, reduz as possibilidades de atuação do Estado na área de educação, saúde e outras áreas essenciais, como Previdência, que já citamos aqui, quebrando a espinha dorsal da proteção social no Brasil estabelecida na Constituição.

Eu peço que aqueles que concordam com essa Moção, eu, particularmente, já digo que concordo, se manifestem com palmas, porque é uma forma de esta Comissão tomar total liberdade de encaminhar ao Presidente do Congresso e do Senado da República. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O.k.?

Repetimos que ela foi encaminhada pela Câmara Municipal de Viçosa pela Vereadora Marilange Pinto Coelho.

O tema todos conhecem.

Só vamos aqui começar pela mesma ordem em que eu li.

Então, passo a palavra... Como em todas as audiências públicas, são dez minutos, se necessário, mais cinco, mas eu faço um apelo, porque, como serão duas Mesas, cada um, se puder ficar em dez minutos, são quase... Quantas pessoas? Duas, quatro, eu me incluo, porque eu falo muito aqui, seis, oito, dez. São quase 20 pessoas que vão usar a palavra e eu ainda quero abrir para que o Plenário possa participar.

Então, dez minutos para cada um.

Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da CGTB.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos.

Queria saudar aqui mais essa iniciativa desse amigo, desse querido companheiro, o Senador Paulo Paim, que em todas as causas dos direitos dos trabalhadores, da classe operária não faz distinção a ninguém, bota o debate aqui, diferentemente do que o Governo e a situação estão querendo fazer, querendo sobrepor o patrão à sociedade brasileira, ao povo.

Aliás, a semana passada teve aqui esse embate. Eu estava aqui, nós estivemos com 100 companheiros, para entrar aqui foi duro. Impediram um monte de gente de entrar e, quando há esse medo da participação do povo, é porque coisa ruim está na parada. Quando se tem medo de enfrentar o debate cara a cara, é porque querem assaltar o povo e a Nação brasileira.

Mas nós não nos intimidamos, não nos intimidamos. Vamos lá, chamamos os Deputados, na época da 241, os Deputados para nos apoiarem e conseguimos botar para dentro 100 companheiros.

E nós não temos nenhum Deputado eleito por nós aqui. A verdade é essa, mas botamos 100 companheiros com apoio dos Deputados, porque houve a determinação de vir e defender o nosso povo sofrido e defender os trabalhadores.

É o seguinte: a PEC 241, que agora é a 55, na nossa opinião, tem um objetivo claro, central, que é aumentar os recursos para os banqueiros. Por quê? Essa é a questão central. Essa é a questão central e a gente vai procurar demonstrar por quê.

O Governo tem falado que vai haver investimento na saúde e na educação em 2017 e em 2018. Na nossa opinião, o que acontece é que ela vai ter bastante investimento, vai ter bastante dinheiro, R$11 milhões para cá, R$12 milhões para cá.

A verdade é a seguinte: nós estamos numa crise sem precedentes. A arrecadação do Brasil está caindo assustadoramente. E não é só isso. Se vocês forem analisar o número de empresas que faliram nesses últimos quatro, oito anos, é uma coisa absurda.

Quando esse principal setor para de contribuir, o que acontece é que a arrecadação cai, e, quando a arrecadação cai, não tem dinheiro para nada, a não ser para banco.

Então, essa conversa fiada de afirmar que nós estamos errados, "o pessoal que está contra a PEC está querendo jogar contra o Brasil", não é verdade. Quem está jogando contra o Brasil são eles, que só no ano passado entregaram R$502 bilhões para o sistema financeiro – R$502 bilhões é dinheiro para danar, meus amigos. Dava para resolver o problema de um monte de gente nesse Brasil.

Aí, os caras falam que não congelam o salário. É claro que congela. O salário mínimo faz parte da Previdência, o salário mínimo tem ligação direta com a Previdência.

Então, se você congela os gastos públicos, o que acontece?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Você congela o aumento do salário. E aqueles que ganham mais que um salário, evidentemente, vão ter uma dificuldade muito maior de, nas suas categorias, terem aumento de salário.

Então, o que está acontecendo é uma tentativa de enrolar a Nação. E vir com uma outra conversa, alguns desavisados aí que ficam falando que essa PEC é uma PEC só contra os servidores. Conversa fiada.Todo o povo brasileiro precisa de saúde. Todo o povo brasileiro precisa de educação. Então, como é que vai prejudicar só o servidor público. E, se fosse prejudicar só o servidor público, já era motivo suficiente para aqueles que têm vergonha na cara poderem levantar as suas bandeiras e irem para a rua para defender o serviço público de boa qualidade no nosso Brasil. (*Palmas.*)

A gente sabe, essa política de terra arrasada, de tudo para os brancos e nada para o povo tem levado o Brasil à bancarrota em todos os setores, à bancarrota de uma maneira geral.

A gente viu aqui, senhores, segundo o estudo do Bráulio Borges, economista da Fundação Getúlio Vargas, se a chamada PEC da morte tivesse sido aprovada em 1998, o salário mínimo seria R$400 hoje – R$ 400. Ou seja, menos da metade do que são hoje os já miseráveis R$880.

Calcula o Dieese que, pelo art. 7º da Constituição, o salário mínimo deveria ser quatro mil reais, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e as da sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social.

De acordo com a nota técnica do Ipea, de Fabíola Sulpino Rodrigues Pucci, se aprovado o congelamento imposto pela PEC, isso resultará, em 20 anos, num corte de 743 bilhões no SUS (Sistema Único de Saúde). O Brasil gasta hoje US$591/ano por habitante, enquanto na Argentina o gasto é o dobro, US$1.167/ano, e na França é US$3.360. Com 22 milhões de desempregados, segundo o IBGE, a demanda do SUS vai estourar, pode crer, com essa política, se ela prevalecer.

Para o Ipea, a PEC 55, em 20 anos, vai tirar 868 bilhões da assistência social, valor que atinge as famílias que vivem na pobreza, aposentados por velhice ou por doença duradoura e beneficiados pelo Bolsa Família.

Conforme levantamento, os gastos com políticas assistenciais vão despencar de 1,26% do PIB em 2015 para 0,7% em 2036. Também ficará proibida a aplicação da revisão geral anual dos salários dos servidores, que, desde 2011, já estão com perdas, em média de 27%. No caso de descumprimento do limite, a PEC impõe proibição de criação de cargos e empregos, funções e alteração de estrutura de carreiras que implicam aumento de despesa, bem como contratação de pessoal e realização de concurso público.

A PEC 55 quer congelar tudo menos o pagamento de juros e amortizações. Essa é a essência da política econômica do Governo, ditada por Henrique Meirelles, funcionário do Banco de Boston: engessar o Brasil para deixar livre a transferência de recursos públicos para os bancos e demais rentistas.

É o aprofundamento da política irresponsável que drenou para o sistema financeiro, só em pagamento de juros, R$2,8 trilhões de 2003 a 2015, ou R$1,5 trilhão de 2011 para cá, e R$502 bilhões em 2015. Esse é o quadro que está colocado. Essa é a lógica deste Governo. E isso acaba influenciando outras áreas.

Agora, quero dizer a todos os meus companheiros aqui, todos, essa batalha não está dada como eles estão falando. Essa batalha ainda não ganharam. E sabem por quê? Porque na Câmara, a gente estando lá, no primeiro turno houve aquela votação, mais de trezentos; no segundo turno, já caiu a votação logo no texto principal; nas emendas, foi para menos de 320 votos, e isso com a gente fazendo aquele rebu que nós fizemos na reunião passada.

Então, agora, nós estamos determinados, determinados, senhores, porque isso significa a vida de pessoas, significa a vida do povo, significa criança não poder ter médico, significa senhoras grávidas não poderem ter seus filhos com dignidade, significa uma série de coisas que vai levar o nosso povo à morte, por isso a PEC da morte.

Significa isso. Então, se significa isso, vale a pena darmos tudo da nossa vida para poder defender contra essa PEC da morte. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A lógica deste Governo está uma verdadeira... É o seguinte: está uma canalhice total. Olhem os senhores, mexer na CLT, tirar os direitos dos trabalhadores na CLT, quer dizer, é o seguinte: o acordado sobre o legislado. Ou seja, tentar pegar por baixo e tirar os direitos dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Trabalho intermitente, trabalho por hora.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Trabalho por hora, paga quando quiser. Quer dizer, estão pensando que isso aqui é um galinheiro? Aqui tem Pátria, aqui tem povo. Nós já derrotamos muitas políticas desse tipo e não vai ser agora que vão transformar o Brasil em terra arrasada.

Então, é o seguinte: atenção confederações gerais dos trabalhadores, centrais dos trabalhadores, sindicatos, vamos entupir isso aqui. Vai haver votação quarta-feira. Vai haver votação quarta-feira na CCJ. Amanhã, vai ter audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça junto com a CAE. Vamos para cima. Não vamos dar moleza para vagabundo que quer destruir o nosso País e destruir o nosso emprego. Esse povo tem que entender que o Brasil não vai se curvar aos banqueiros internacionais. O povo precisa viver com dignidade. Esse mordomo de filme de terror, que hoje ocupa a Presidência da República, vai ter que sair com o rabinho entre as pernas porque não representa a vontade do povo brasileiro. (*Palmas.*)

Meus queridos companheiros e companheiras, não é só um desabafo de quem está querendo fazer agitação aqui. Eu estive junto com os companheiros, eu estive na Câmara, desmoralizamos, cantamos palavras de ordem, desmoralizamos aqueles que batiam no peito e diziam: "Vocês estão pensando o quê? Vai haver dinheiro para tudo." Esse tudo é igual a banqueiro, o que eles falam. Não vai haver dinheiro para nada. Já está começando essa situação.

Então, é o seguinte: nós da Central soltamos o nosso material, vamos estar correndo nesta semana até votar essa PEC da morte na Comissão de Constituição e Justiça, e vamos trabalhar para derrubá-la. Se não derrubar agora, a gente vai para o plenário. E no plenário vai pegar fogo aquele negócio, porque não vamos passar batido, não vamos deixar batido isso, porque isso significa desorganizar o movimento sindical, prejudicar os trabalhadores, enterrar a educação, a saúde, o salário do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo, Bira.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Muito obrigado. Vamos à luta, porque vale a pena a gente lutar e ganhar essa batalha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da CGTB.

De imediato, Paulo Lino Gonçalves, Diretor de Relações Externas do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – Sinal.

O SR. PAULO LINO GONÇALVES – Boa tarde a todos. Inicialmente, quero cumprimentar, agradecer e parabenizar o Senador Paim por abrir as portas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a nossa CDH, para debater um tema tão importante quanto este. Se não fossem iniciativas como a do Senador, não haveria esse tipo de discussão, porque o Governo tem uma pressa danada em aprovar, em correr com essa aprovação e terminar a votação no menor prazo possível. Então, iniciativas como a do Senador nos dão a chance de trazer as nossas mensagens, de trazer as nossas preocupações com essa PEC e termos esse espaço para levarmos não só para nós que estamos presentes, mas principalmente, através da própria TV Senado, para toda a sociedade brasileira.

Embora todos nós já conheçamos essa PEC, eu acho importante que a gente repita que ela visa a que a expansão anual das despesas primárias do Governo Federal, pelos próximos 20 anos, repito, 20 anos, não poderá superar o índice inflacionário do exercício anterior.

As despesas primárias são todos os gastos do Governo menos as despesas financeiras. As despesas financeiras, que a gente pode simplificar como a manutenção dos ganhos de capital, o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, não foram limitadas e nem congeladas. E lembremos: hoje, essas despesas financeiras já consomem mais de 42% do Orçamento da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Em defesa da sua proposta, o Governo argumenta que são necessárias medidas para um ajuste fiscal de longo prazo, dadas as condições econômicas em que se encontra o Brasil. Porém, entendemos que o que essa PEC propõe não é um plano econômico, mas, sim, uma mudança no papel do Estado brasileiro, que vai afetar negativamente todo trabalhador, seja do setor público, seja do setor privado.

Os dispositivos dessa PEC manietam o Governo, não só o atual como os futuros, restringindo drasticamente os investimentos em todas as áreas de sua atuação, sendo que na educação, saúde e segurança desfavorecem sobremaneira as classes sociais de menor poder aquisitivo, dependentes que são quase que exclusivamente da rede pública de atendimento.

Os serviços públicos vão sofrer muito provavelmente com o congelamento e redução das verbas para o seu funcionamento, com o impedimento da realização de novos concursos, extinção de cargos em comissão, reestruturação da carreira, progressão e promoção dentro da carreira e, não esquecendo, o recrudescimento do arrocho salarial, o que virá reduzir e muito a eficiência do setor público brasileiro. E o setor privado sofrerá não só com a redução do próprio investimento que o Governo faz cortando os seus gastos, como também com a perda do poder aquisitivo do povo, pois o salário mínimo será, sim, afetado, será, sim, congelado, e cada vez menos a população brasileira terá como gastar. E tudo isso visando à destinação de todo o capital para o mercado financeiro.

A PEC, na prática, condiciona ainda a aprovação de uma nova reforma da Previdência, que pode aumentar não só a contribuição de todo trabalhador, como a idade mínima de aposentadoria, isso entre outras grandes maldades que poderão vir junto com essa reforma.

O congelamento de gastos não dará margens para novas despesas inevitáveis, como as decorrentes do crescimento demográfico e do envelhecimento da população brasileira, o que vai resultar em um conflito distributivo dos parcos recursos existentes.

Os setores mais organizados, com maior capacidade de pressão, devem abocanhar a maior fatia, reduzindo ainda mais os investimentos nas áreas mais sensíveis à sociedade brasileira. Eu costumo citar o exemplo de uma família, como o Brasil seria essa família hoje: uma família com a célula formada pelo marido, a esposa, dois filhos pequenos e a mãe viúva que mora com eles. O salário hoje é suficiente para que eles se mantenham. É o mínimo possível para que eles se mantenham e aí vem o patrão e diz para esses assalariados: os seus salários serão congelados por 20 anos, mas nós vamos lhes garantir a inflação. É ótimo.

Tudo bem, a gente vai manter a inflação, a gente vai manter por 20 anos o mesmo salário. É só manter as mesmas despesas. Mas esses filhos vão crescer, esses filhos vão entrar na escola, esses filhos vão gastar com a educação. A mãe, que hoje ainda não está tão velha, vai envelhecer nesses 20 anos, vai precisar da saúde; cuidar da sua saúde, vai precisar gastar com medicamentos. E essas despesas não estão previstas dentro da célula dessa família. O salário dele na está prevendo isso porque não é essa a sua realidade. Essa realidade futura, essas despesas que virão inevitavelmente não estão previstas hoje. E o Brasil vai ficar na mesma situação.

Hoje, o nosso orçamento é suficiente para essa manutenção precária – mas é a que termos – dos serviços públicos, mas com os inevitáveis acréscimos de despesas, com o envelhecimento da população brasileira, como o crescimento demográfico, com as despesas extraordinárias que virão, certamente será impossível manter minimamente o que já temos hoje.

É um prejuízo para a Nação, é um prejuízo para os serviços públicos brasileiros e é um prejuízo para quem usa o serviço público brasileiro, que é a sociedade. E é, principalmente, repito, a sociedade daqueles mais necessitados, que não têm como buscar uma rede de atendimento privada, que necessitam da rede de atendimento público, que, constitucionalmente, o Governo deveria lhes oferecer.

Esta dificuldade, essa pressão que receberemos daqui para frente, a pressão que o trabalhador brasileiro, e o homem, o indivíduo dentro da sociedade receberá só terá um beneficiário. Se nós, na melhor das hipóteses, aumentarmos a arrecadação, esse dinheiro que se arrecadou a mais não será destinado também para as despesas primárias. Será destinado para a constituição de um superávit, superávit esse que também será levado para os ganhos de capital.

Então, nós estamos vivendo hoje uma mentira, quando se busca dizer que estamos querendo um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

equilíbrio nas contas. Não estamos querendo equilíbrio nas contas, nós estamos precarizando as nossas despesas, nós vamos tornar os nossos serviços públicos ruins, piores do que poderiam ser, porque terão cada vez menos investimentos, buscando, assim, nessa total incapacidade de servir ao povo, que venha até mesmo a privatização de muitos desses serviços que hoje são obrigações do Governo.

Mais que isso, todo esse arcabouço feito através desta PEC visa apenas que mantenhamos este pagamento dos juros, a rolagem da dívida e esse ganho de capital exorbitante, que poucos têm.

É tudo isso que nós temos que combater. Talvez seja o maior combate que nós, das classes trabalhadoras, das classes sindicais enfrentamos nos últimos 20 anos. Nós precisamos combater violentamente essa PEC, que é fruto de um apanhado de coisas que virão, porque ela não pode ser analisada individualmente.

Esse é um projeto de Estado, é um projeto de poder, e é isso que nós temos que combater. Conclamo, então, a todos que a gente sirva de multiplicador dentro dos nossos meios de convivência, que levemos para aquele que convive com a gente, para aquele que mora em nossa rua, para aquele que esteja do nosso lado, mostrando a todos que a sociedade brasileira vai ser lesada com essa PEC e que nós precisamos combatê-la.

E nós, que temos os meios para isso, que contamos com Parlamentares da conduta do Senador Paulo Paim, temos a obrigação de estarmos aqui, combatendo na frente de luta contra essa PEC 241, hoje PEC 55.

Eu agradeço mais uma vez ao Senador e conclamo a todos para que permaneçamos firmes nesta luta.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Paulo Lino Gonçalves, Diretor de Relações Externas, do Sinal.

De imediato, Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), e Presidente da Confederação Nacional Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec).

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Boa tarde, Senador; companheiros e companheiras da Mesa; a Maria das Graças, da CUT; a Drª Maria Lúcia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; eminente Senador; companheiro Bira; João Domingos, do CSPB; companheiro do Sinal; senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Paim pela lembrança do convite para participarmos desse debate aqui hoje. Quero cumprimentá-lo, em primeiro lugar, Senador Paulo Paim, até por uma questão de boa educação, de bom trato pelo lançamento do seu livro, no final de semana, *O Martelo, a Pedra e o Fogo*, que é, na verdade, de grande relevância e que tem ali um conteúdo fundamental para a geração atual e futura.

Com relação a essa PEC 55, a antiga PEC 241, que passou na Câmara dos Deputados, se formos usar uma linguagem matemática ou até em termos de velocidade, ela já passou a metade da velocidade dela, já a ultrapassou. Tendo passado pela Câmara, 50% dentro da Casa já foram vencidos.

De certa forma, o movimento sindical, muitas vezes, não por omissão, mas talvez por uma questão de erro de cálculo ou de avaliação, se pudesse pensar: "Essa questão de despesa, de serviço público, talvez interessasse para o João Domingos da CSPB, os servidores públicos." E por aí, a coisa acabou andando, mas acho que ainda é tempo de nós trabalharmos. Temos ainda o processo de resistência muito forte para colocar nesta Casa, no Senado da República, afim de que realmente tenhamos formas de impedir a aprovação dessa PEC 55.

E por que essa PEC 55? Na verdade, os malefícios dessa PEC talvez sejam equivalentes ou até superiores – porque vão atingir quem trabalha, quem é trabalhador e quem não trabalha mais, quem já está jubilado – do que talvez essa tão decantada reforma da Previdência, a reforma trabalhista, que nós discutimos, discutimos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Essa não se discutiu com ninguém. E, quando menos se esperava ela está aqui, passa na Câmara e está aqui no Senado com os encaminhamentos de avançar.

E o que compete ao movimento sindical? Compete ao movimento sindical resistir. Nós sabemos que já houve um mandado de segurança, que o Ministro Barroso, do Supremo, negou.

As confederações de trabalhadores têm legitimidade constitucional para inquinar qualquer ato perante a Suprema Corte que envolva o ferimento da Constituição da República. Então, cabe às confederações agirem, cabe às confederações fazerem isso. E é o que faremos, Senador.

Por outro lado, nós sabemos que é uma experiência que vivemos todos os anos. O meu setor é o bancário. Estou na Mesa, com muita honra, com um companheiro do Sinal, dos servidores do Banco Central do Brasil.

O sistema financeiro é extremamente lucrativo em qualquer lugar do planeta, e no Brasil, acho, é mais lucrativo ainda porque aqui são praticados os maiores juros do mundo todo, de todos os continentes os maiores juros são pagos aqui

E para que essa PEC? Para que esse entesouramento? Para que esse congelamento de despesas? Para que esse controle tão rígido? Para que se colocar na Constituição da República o bloqueio de não aumentar, de não se gastar mais do que aquilo que se arrecada, de acordo com os gastos, com os cálculos inflacionários. Por que isso? É uma forma, pelo que entendemos, de se ter mais dinheiro. E para quê? Para os trabalhadores não será, para os trabalhadores do setor público e do setor privado não será.

É simplesmente uma forma de a banca nacional e internacional terem mais cursos ainda, de uma forma segura, de uma forma prevista na Constituição, ali registrada de forma indelével, de forma definitiva.

A gente sabe que dias piores talvez virão ainda. Uma reforma que se comenta, que se fala, que se discuta, que se divulga demora chegar por aqui. Agora, essa, que vem, sorrateiramente, e, de uma hora para outra, aqui aporta no Congresso Nacional e é aprovada celeremente na Câmara dos Deputados, já estando aqui com os encaminhamentos também para serem aprovados?

O que faremos nós? Nós temos que lutar, temos que partir para os enfrentamentos. Nós temos uma pesquisa breve que eu tomei o cuidado de verificar hoje, Senador Paulo Paim. É uma consulta pública aberta pelo Senado aqui. São mais de 330 mil consultas. Dessas, 20.209 pessoas, agora, no período da manhã, eram a favor da PEC. E 317.812 são contrários... (*Palmas*.)

Então, o poder que está estabelecido aqui, constituído, regulamentar, constitucional, legal, isto é, o Senado, a Câmara dos Deputados... Aqui, discute-se, vota-se, aprova-se ou reprova-se.

Agora, a sociedade é contra essa PEC. Acho que está bem claro aqui: São mais de 300 mil a 20 mil. É praticamente um jogo de basquete, em que você conta 25 a 1; 49 a 17; 85 a 13.

Então, a sociedade é contra, agora, nós trabalhadores temos que procurar nosso caminho de resistência, o movimento sindical sempre fez isso. Nós combatemos os decretos-leis, ganhamos alguns e perdemos outros. Mas nunca nos omitimos, e com relação à PEC, também nós faremos a mesma coisa.

É um governo novo, é um desdobramento, um governo novo, mas nós sabemos que as práticas são muito ruins. O sistema financeiro, que é muito poderoso, como nós dissemos... Eu estou com o olho no relógio para não abusar. Nós tivemos agora recentemente uma campanha salarial onde, com uma inflação de 9,62%, os trabalhadores bancários, depois de 31 dias em greve – greve maciça, nacional, forte – só conseguiram 8%, sendo que 1,62% ficou para depois. Ganho real também não. Então, isso é um exemplo.

Então, lutando, enfrentando, muitas vezes, não estamos resolvendo o problema. Então, o que será no nosso futuro? O que acontecerá quando os servidores públicos, os servidores do setor semipúblico ou misto baterem à porta do seus empregadores e se disser: "Não há dinheiro, não há dinheiro porque nós temos uma restrição inserida na Carta da República que diz que tem que ser assim durante 20 anos. Vocês têm só dois ou três anos. Então, há mais 18 para esperar."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

De forma que o movimento sindical tem que lutar, o movimento sindical vai lutar, porque nós aqui temos uma coisa muito singular: o Estado Federal, o Estado de cada Estado provincial, o Município, todo o setor público não produz nada, sabemos disso. Simplesmente, arrecada, arrecada, arrecada e distribui esse dinheiro, pagando salários, pagando serviço, pagando juros, pagando despesas. Simplesmente, acontece isso. Agora, por que essa restrição tão grande? Evidentemente, para amealhar mais dinheiro, para entesourar mais ainda, para ter mais dinheiro para pagar a dívida, para pagar os juros da dívida.

Então, o movimento sindical tem que ter esse compromisso de retornar praticamente àquilo que se discutia no século passado. Termos uma auditoria séria nessa dívida, uma auditoria que seja autônoma, independente e capaz... (*Palmas.*)

... de mostrar para a sociedade brasileira que há muita coisa errada, que o governo seja do Estado, seja o Governo Federal, seja o dos Municípios, está pagando muita dívida que não devia pagar, justamente pela ausência, pela falta de uma auditoria, de levantar aquilo que realmente está devendo, aquilo que realmente é devido, aquilo que realmente foi contratado, aquilo que realmente tem que ser pago, e não aquilo que vai sendo pago, porque tem que ser pago. E vai pagando, pagando.

Então, é isso o que queríamos colocar. Sei que ainda falta um minuto e alguns segundos. Quero reiterar o agradecimento e dizer que o movimento sindical está unido, vai resistir, vai encontrar a forma de usar os mecanismos jurisdicionais que nós temos, especialmente junto ao Supremo Tribunal Federal, embora haja esse mandato de segurança que foi negado. Mas nós estaremos lá.

Na verdade, a sociedade é dinâmica. Hoje, você tem uma situação e, no futuro, pode ter uma situação diferente e isso em um futuro, muitas vezes, nem tão longínquo. Estamos cuidando de muitos aspectos que envolvem a imponderabilidade. Não sabemos o que pode acontecer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – ... daqui a mais um mês, dois meses ou um ano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador do Fórum Sindical e Presidente da Contec.

Eu queria só anunciar rapidamente Fernando Ferreira de Anunciação, Presidente da Fenaspen, Luiz Alberto da Silva, Diretor da Cobap e também este livro: *Terceirização no STF – Elemento do Debate Constitucional.*

Ele mandou aqui um resumo. Eu vou ler só as primeiras duas frases. O livro *Terceirização – Elemento do Debate Constitucional* é organizado pelos advogados Wilson Ramos Filho, Mauro Menezes e José Eymard Loguércio.

Nele, há o artigo de apresentação intitulado "Terceirização, a barbárie salarial", da lavra do Doutor em Ciência, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Giovanni Alves.

Enfim, o texto... O que está em jogo em matéria de terceirização trabalhista, Supremo Tribunal Federal... Está aqui uma série de advogados que assinam e a maioria das centrais também.

É um livro interessante. Quem puder ter acesso...

Agora, Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

O SR. MARIA LUCIA FATTORELLI – Muito grata, Senador Paulo Paim.

Cumprimento aqui, em nome de Maria da Graça, mulher como eu, aqui na Mesa; cumprimento todos os integrantes da primeira e da segunda Mesas – estão todos cumprimentados – e todo o plenário.

Eu preparei uma apresentação. Talvez não dê tempo de percorrer todas as telas, mas o material fica disponível para todas as pessoas, inclusive para ajudar a divulgar depois, porque há muitos *links*. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

fiz questão de deixar os *links* para possibilitar o aprofundamento do estudo.

Para nós da Auditoria Cidadã, que há 16 anos nos dedicamos ao estudo da dívida pública em âmbito federal, estadual, municipal e até de outros países, está muito claro o objetivo da PEC: a PEC visa privilegiar o setor financeiro.

Para isso, para privilegiar o setor financeiro, pretende inserir, no texto constitucional, um teto para as despesas primárias. Então, amarra as despesas primárias e vai gerar uma sobra de recursos que será totalmente destinada às despesas financeiras, que não fazem parte das despesas primárias.

O Prof. Felipe Rezende apresentou um estudo mostrando que se esta PEC entrar em vigor no Brasil o objetivo dela é reduzir as despesas primárias para 14% do PIB. O Prof. Felipe pesquisou 191 países e em apenas onze deles os gastos do Estado são inferiores a 16%, não chegam nem a 14, inferiores a 16. Que países são esses? Bangladesh, República Centro-Africana, Congo, Guatemala, Irã, Macau, Madagascar, Nigéria, Singapura, Sudão e Turquemenistão.

Sem nenhum demérito para nenhuma dessas nações. Mas o Brasil, o potencial do Brasil tem alguma coisa a ver com elas? Olha a vergonha! A que querem reduzir o Brasil? A uma nação pagadora de juros. Isso está provado na exposição de motivos assinada pelo banqueiro Meirelles, que está à frente do Ministério da Fazenda: "Torna-se, portanto, necessário estabilizar o crescimento da despesa primária como instrumento para conter a expansão da dívida."

Está claríssimo, não está? Conter a expansão da despesa primária, quer dizer: segurar a despesa primária para conter a expansão da despesa financeira. Conter como? Pagando, pagando, pagando, destinando cada vez mais recursos para a dívida.

Então, as despesas primárias vão ser congeladas durante vinte anos, e, enquanto isso, a liberdade total, sem limite, sem controle, sem teto para as despesas financeiras com a chamada dívida pública, que nunca foi auditada e sobre a qual recaem diversos indícios comprovados em comissões deste Congresso Nacional de ilegalidades, ilegitimidades e até fraudes, passando por suspeita de renúncia à prescrição de dívida, passando por assunção de dívidas privadas e mais uma série de ilegalidades. Então, tudo à vontade para a dívida.

E mais um esquema fraudulento que essa PEC esconde: recursos fora do teto para as tais empresas estatais não dependentes, que estão surgindo agora. Uma infâmia! Há vinte anos estamos privatizando nossas empresas estatais e lucrativas, e recentemente passou a surgir um novo tipo de empresa estatal muito peculiar, ligada a Estados e Municípios – agora em âmbito federal o Meirelles quer fazer também –, que emitem debêntures escondidas na fachada de cessão de dívida ativa que não sai do lugar, é só uma fachada, é só para colocar um parâmetro para garantia que o Estado dá para este tipo de empresa.

Então, gente, o resumo da PEC é isto: privilegiar o sistema financeiro. Para isso, ela congela as despesas primárias e deixa de fora a despesa com juros, e, ainda por cima, com as empresas estatais não dependentes.

A CNBB soltou uma nota impressionante. Ali está o *link*.

A CNBB diz:

> A PEC 241 é injusta e seletiva. Ela elege, para pagar a conta do descontrole dos gastos, os trabalhadores e os pobres, ou seja, aqueles que mais precisam do Estado para que seus direitos constitucionais sejam garantidos.

Diz ainda que a PEC afronta a Constituição e coloca um limite, incapacitando o Estado de satisfazer as necessidades humanas.

O Cofecon (Conselho Federal de Economia), que representa 230 mil economistas, também se manifestou publicamente contra a PEC. Disse que não há como atender as crescentes demandas sociais sem mexer em nosso modelo tributário. A PEC não toca nisso. E omite, a PEC coloca um falso diagnóstico de gastança, mas a gastança não está nas despesas que a PEC congela, a gastança está justamente nas despesas que a PEC deixa fora do congelamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O Cofecon diz: "[...] omitindo-se as efetivas razões, que são os gastos com os juros da dívida pública (responsáveis por 80% do déficit nominal) [...]". Quem diz isso é o Cofecon. As excessivas renúncias fiscais, as benesses tributárias, a farra para as grandes empresas multinacionais, o baixo nível do combate à sonegação fiscal por falta de investimento na administração tributária e a frustração de receita devido ao elevadíssimo grau de corrupção.

A PEC não enfrenta as amarras que impedem o Brasil de desenvolver. O modelo voltado para metas estéreis. Quais são as metas do modelo econômico? Meta de inflação, que não combate o tipo de inflação que nós temos, e meta de superávit, que garante o privilégio abusivo para o sistema financeiro.

Modelo tributário injusto e regressivo, nosso modelo tributário é às avessas. Ele dá benesses para os ricos, até para os estrangeiros que investem aqui, são isentos, e o trabalhador e o pobre são os mais onerados, porque a maior parte da carga tributária é sobre o consumo. É um aleijão o modelo tributário brasileiro.

Outro problema: a política monetária suicida exercida pelo Banco Central, com juros extorsivos e restrição sobre a base monetária. Há mais de um trilhão esterilizado no Banco Central, nas chamadas operações de mercado aberto. Escassez de investimentos estruturantes em ciência, tecnologia, educação, saúde, infraestrutura, reforma agrária. A PEC nem passa perto disso, pelo contrário, retira recursos de todas essas áreas.

E para falar, então, da exploração mineral predatória que temos aqui. Imaginem a fonte de recursos que isso significaria! Vocês devem ter visto o programa que a Globo veiculou esses dias sobre a Noruega. Até pouco tempo pobre, quando descobriu o petróleo lá e começou a explorar corretamente, virou um dos países mais justos e ricos. O Brasil, com essa riqueza imensa, o que faz com essa riqueza?

Nós recebemos, em Minas Gerais, R$ 2,72 por tonelada de nióbio extraído.

Isso é uma ofensa, isso é uma violência! Se olhássemos simplesmente para o nióbio, esse Orçamento federal se multiplicaria muitas vezes.

E o que se quer é congelar, colocar esse congelamento na Constituição Federal por 20 anos. Quer dizer, todo acréscimo que possamos ter – do modelo tributário, de receitas patrimoniais, de qualquer outro tipo de atividade econômica –, está tudo congelado por 20 anos. Só se pode usar isso para pagar dívida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIA LUCIA FATTORELLI – ... e para transferir para o esquema fraudulento das empresas estatais não dependentes.

A Consultoria Legislativa do Senado publicou, no final da semana passada, um documento importantíssimo: "As Inconstitucionalidades do Novo Regime Fiscal Instituído pela PEC nº 55, de 2016."

Viola cláusulas pétreas da Constituição, viola o princípio da separação dos Poderes, o princípio da segurança jurídica, o princípio da razoabilidade, da proporcionalidade, da adequação ou idoneidade, da necessidade, da exibilidade.

Viola o voto secreto universal e periódico. Sabem por quê? A PEC diz que, só daqui a dez anos, o Presidente da República vai poder propor uma mudança. Só daqui a dez anos! Então, não acreditem nos discursos mentirosos de que esse prazo pode ser reduzido, porque só se vai poder propor daqui a dez anos uma mudança. E, a partir daí, cada Presidente só pode mudar o índice uma única vez. Então, o nosso voto para Presidente da República foi roubado por essa PEC. Porque não adianta eleger quem quer que seja; está tudo congelado na Constituição, e toda a política econômica, ditada por essa excrescência que é essa PEC 55.

Viola o princípio da intranscendência da pena, na sua dimensão institucional, ao estabelecer por 20 anos o congelamento apenas em uma das áreas, apenas sobre as despesas primárias.

Pode passar.

A PEC é inconstitucional – não vai dar tempo de eu ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pode passar.

A Auditoria Cidadã da Dívida apresentou denúncia, entregou em todos os gabinetes do Senado Federal, entregou em várias Comissões, protocolou junto à Presidência do Senado Federal.

A PEC 55 burla o art. 167, inciso III, da Constituição Federal, conhecido como regra de ouro da Constituição.

Inviabiliza o cumprimento dos objetivos fundamentais da República, previstos no art. 3º. Vocês se lembram do que está lá? É objetivo fundamental da República o direito ao desenvolvimento. Que desenvolvimento vamos ter diante dessa amarra, diante dessa corrente que pretende nos atar por 20 anos? Está lá como objetivo fundamental da República a erradicação da miséria, o combate à pobreza, uma vergonha para o país mais rico do mundo. O Brasil é o mais rico do mundo em matérias-primas e ainda tem uma pobreza, uma miséria vergonhosa. E essa PEC vai impedir esse objetivo fundamental da República.

Inviabiliza o cumprimento dos direitos sociais previstos no art. 6º. O que está lá? Todo brasileiro, toda brasileira tem direito a saúde, educação, previdência, assistência, moradia, alimentação, transporte. Tudo isso está inviabilizado. Tudo isso está congelado, amarrado por 20 anos.

Inviabiliza o cumprimento dos arts. 208, 212 e 196, que tratam da saúde e educação como dever do Estado. Está escrito na Carta Magna: saúde e educação são deveres do Estado.

E para isso a Constituição estabeleceu um piso mínimo. O que quis o Constituinte dizer com isso? O que se vai gastar com saúde e educação é "daqui para cima"; o que estava na Constituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIA LUCIA FATTORELLI – ... era um piso mínimo. O que a PEC faz? Transforma esse piso em teto. E agora diz: é "daqui para baixo". Fere, modifica um princípio constitucional que considerava saúde e educação como dever do Estado, até o advento dessa PEC absurda.

Além de tudo isso, essa PEC ainda favorece o esquema fraudulento que favorece empresas estatais não dependentes. Isso é uma fraude! Nós já analisamos vários casos, como o da PBH Ativos em Belo Horizonte, como o da CPSEC em São Paulo, como o da Invest POA em Porto Alegre, e vários outros que estão surgindo por aí, como uma praga no nosso País. Uma fraude escondida por trás do anúncio de venda de dívida ativa, que não sai do lugar. É mentira!

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIA LUCIA FATTORELLI – Essas empresas emitem papéis financeiros, vendidos com desconto absurdo e juros de mais de 20% ao ano. Tudo isso vai virar dívida pública.

Então, Senador, como não dá tempo mais de continuar, eu deixo aqui a proposta. A nossa proposta é a sustação...

Pode ir à penúltima tela.

A nossa proposta é a sustação do andamento dessa PEC. É a sustação do andamento dessa PEC com base...

Eu tenho tempo ainda, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já passaram dez minutos.

O SR. MARIA LUCIA FATTORELLI – Já passou, já acabou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para concluir, mais um minuto e meio.

O SR. MARIA LUCIA FATTORELLI – Então, é a sustação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Quem ganha com isso são os bancos.

Pode ir passando.

Quem paga são os pobres. Nós temos hoje 166 milhões de pessoas em idade de trabalhar: apenas 90 milhões ocupadas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIA LUCIA FATTORELLI – ... 12 milhões desempregadas e 64 milhões fora do mercado de trabalho.

Pode passar.

Esse quadro – de manhã não deu tempo de a Grazielle mostrar – eu vou mostrar rapidamente. O Inesc fez um comparativo entre o Projeto de Lei Orçamentária de 2017 e o Projeto de Lei Orçamentária de 2016 corrigido pelo IPCA, que é o que a PEC faz. Naquela coluna ali, todas aquelas áreas rosadas estão tendo perdas no primeiro ano; no seguinte, todas, sem exceção, amargarão perdas; e, ao longo dos anos...

Vá adiante.

Olhem: em termos de educação, o vermelho é o que estaria atualmente, com 15%. Olhem o azul o quanto vai ter de perda.

Pode passar.

Esse é um gráfico que mostra toda aquela queda ali como resultado em 20 anos do congelamento. É uma simulação das despesas sob o novo regime fiscal. Está ali o *link* da pesquisa completa.

Tudo o que vai sobrar ali, decorrente daquela queda, vocês sabem para onde vai? Vai para juros da dívida e para alimentar esse esquema financeiro fraudulento das debêntures. Vocês estão vendo ali o congelamento?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARIA LUCIA FATTORELLI – Vai ali.

Agora – não dá tempo mais –, só este quadro, feito pelo próprio Bradesco, que mostra isso, mostra a queda das despesas primárias ao longo dos 20 anos.

Feito pelo Bradesco – insuspeito.

Vamos ao final.

A nossa proposta – pode ir para a penúltima tela – é uma suspensão do andamento dessa PEC para que haja debate, para que nós possamos mostrar o que está realmente por trás dessa PEC; quem está ganhando, quem está perdendo; quais os riscos que a sociedade brasileira está correndo com essa PEC.

E há amparo legal do Regimento do Senado Federal para isso: art. 279, incisos I, II e V, do Regimento do Senado Federal. É possível suspender o andamento, sim, para que seja formada uma comissão de peritos para realizar diligências, apurar os reais efeitos dessa PEC em relação a todos os temas, averiguar os aspectos de ilegalidade, mencionados tanto na denúncia que apresentamos como na própria consultoria do Senado Federal, e avançar nas alternativas com foco nas amarras que impedem este País de crescer.

Essa PEC não serve para o Brasil. Essa PEC só serve para atender o interesse do setor financeiro.

Muito grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

Graça Costa, representante do Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização e secretária de Relações de Trabalho da CUT.

A SRª GRAÇA COSTA – Boa tarde a todos e todas.

Vamos, gente!

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Vamos trocar umas energias aqui.

Realmente, depois de ouvir tudo isso, Senador Paim, ou a gente paralisa, fica sem ação, ou a gente faz uma reflexão do que está acontecendo no nosso País e de que a gente tem que reagir imediatamente.

Quero agradecer a oportunidade e fazer esse debate da 241, mas, principalmente, fazendo aqui uma ligação bem rápida com a questão da terceirização, que é um assunto que está em debate aqui no Senado, mas que também esta semana, na próxima quarta-feira, depois de amanhã, estará também em debate no STF.

Eu acho que a gente precisa encontrar um jeito de falar de forma bem clara para a população tudo isso que está colocado no debate sobre a PEC. Já foi dito muito claramente que o que há de conteúdo realmente é um privilégio ao setor financeiro, é um privilégio para quem já tem, vão continuar do mesmo jeito em que estão hoje as grandes fortunas, sem terem a sua taxação, sem pensar realmente na justiça fiscal. Mas é uma mudança do modelo econômico, do modelo de Estado do nosso País, e isso tem que ficar muito claro.

A PEC vai mudar, acrescentar dois artigos nas Disposições Transitórias da Constituição Federal, e ela muda tudo, simplesmente tudo.

Então, é muito sério, é muito grave o que nós estamos vivendo hoje.

E aqui, no Senado, os Senadores estão com uma responsabilidade muito grande nesse período. Aqui está o projeto da terceirização; aqui está o projeto que discute o conceito de trabalho escravo – para diminuir esse conceito; aqui está o Projeto nº 257, que saiu da Câmara e está aqui para ser analisado pelo Senado Federal; e aqui está a PEC 241, agora chamada de PEC 55.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para complementar: o tal de trabalho/hora.

A SRª GRAÇA COSTA – Intermitente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Intermitente. É exatamente isto: você vai ganhar somente por hora e acabou. Eu consegui enfiar o requerimento para uma audiência pública, por isso não foi votado.

A SRª GRAÇA COSTA – E é muito importante esse debate e o tanto de audiências públicas que estão sendo realizadas neste período, não só por esta Comissão, mas também outras comissões do Senado, porque os olhares têm que estar aqui, nesse momento, no Senado Federal.

Os Deputados já fizeram suas votações lá: já votaram no golpe, para tirar a Dilma e deixar o Temer, golpista, livre para fazer o que ele está fazendo, propondo o que está propondo; já votaram no PL 257, já votaram na PEC 241. Eu, particularmente, estou entendendo que eles não estão ouvindo a voz nem das centrais, nem dos trabalhadores, nem do movimento popular. Não estão ouvindo a voz e nem estão votando conforme a representação dos votos que eles receberam. Eles receberam o voto da população para representarem a população, para representarem os interesses da população.

Eu gostaria de começar perguntando: qual será o voto dos Senadores? Como votarão os Senadores no PL 257, na PEC 241, no trabalho escravo, no trabalho intermitente e na terceirização? A responsabilidade é muito grande; esta é a Casa revisora. Se a Câmara comete algum desatino, esta Casa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tem a oportunidade de fazer voltar ao normal, ao equilíbrio. Então, é muito importante fazermos esse debate, essa discussão.

Outra questão é: já votaram. Vão continuar votando? Vão continuar tirando? Vão continuar massacrando? O.k., então, tudo bem, vamos fazer o que temos que fazer. Nós estamos fazendo uma campanha muito pesada – mas ela vai aumentar – contra todos que estão votando contra o povo brasileiro. Nós já temos muito material, o movimento sindical está fazendo isso – não só a CUT –, e agora o movimento estudantil entrou também para fazer esse debate de não votar em quem tira direitos dos trabalhadores, em quem tira direitos da população, em quem quer botar o País nessa situação – 2018 está bem aí!

Para ser bem clara, pessoal: se a parte deste Congresso que está dessa forma, fazendo tudo isso, conseguir se reeleger, aí não vão ser só 20 anos, serão muitos anos mais de castigo, de retirada de direitos e de sofrimento para todos nós. Então, nós vamos começar a campanha de 2018 agora. Temos que começar agora!

É verdade que não é fácil. Não é fácil ficar na situação em que nós estamos, com mais de 12 milhões de desempregados neste País. Nós temos um ataque sistemático do STF, do Parlamento e do Executivo. Os três Poderes se uniram; os três Poderes estão unidos contra o povo. Haja manifestação, haja ocupação, haja tudo. Eles não escutam, não estão escutando; estão escutando apenas a sua própria voz e a voz do mercado. Nós precisamos fazer essa reflexão.

O STF agora está fazendo a reforma trabalhista, dando uma colher de chá para o Temer. Inclusive, ele nem precisa mandar a reforma trabalhista para o Congresso Nacional, porque o negociado sobre o legislado está sendo debatido e votado para liberar que os trabalhadores possam fazer negociação direta com o patrão, inclusive sem a presença do sindicato. Há projeto tramitando aqui, no Congresso Nacional, para retirar os sindicatos da mesa de negociação.

Nós já tivemos a ultratividade, que é o direito do contrato de negociação perdurar até que se faça um novo. Caindo isso, zera tudo, começa tudo de novo. Como as pessoas vão compreender isso? Chegou dia 1º de maio, por exemplo, a sua negociação coletiva não fluiu, não conseguiu fechar o acordo, parou, acabou. Vai começar tudo de novo. Com esse mercado da forma como está, com a crise do jeito que está, os trabalhadores e as trabalhadoras só perdem.

Agora, a PEC 241 tem uma ligação muito direta com a terceirização. Se há teto, não vai poder fazer concurso, não vai poder aumentar o serviço público, aumentar os serviços de educação, fazer novas escolas, enfim... Como vão acontecer os serviços? Terceirização de ponta a ponta – de ponta a ponta, em todos os locais – se liberarem a terceirização da atividade-fim. E está prevista a votação para as 14h do dia 9; está na pauta da STF. Nós temos reação, Senador.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Nós estamos organizando vigília no STF para quarta-feira, nós estamos organizando ato para o STF, nós estamos organizando ato para o Congresso Nacional, porque vai haver a votação da PEC 241 na CCJ, e nós estamos organizando o dia 11, sexta-feira, a nossa paralisação, dia de greve nacional. A nossa ideia é parar o Brasil para poder parar o golpe e parar as reformas. Se não tivermos isso muito claro, o que foi colocado aqui vai se estender por muito mais do que 20 anos.

Eu entendo o seguinte: quando os três Poderes se juntam, só há uma saída, o povo. O povo tem que vir para a rua. E, aí, os estudantes já estão ocupando as escolas, as universidades já estão sendo ocupadas. Quase todas as universidades federais estão em greve, estão fazendo ocupação. Os trabalhadores estão também se manifestando, assim como o Movimento Sem Terra, o Movimento Popular e o Movimento Sem Teto.

É hora de unificarmos a ação, independente de nossas divergências ou diferenças. É hora de unificarmos a ação e derrubarmos isso tudo, senão não haverá futuro para os nossos filhos – eu tenho duas jovens em casa, uma com 19 e outra com 23. As duas estão fazendo faculdade. Qual será o futuro das minhas duas filhas? Nesse processo, elas vão ter o futuro delas congelado por 20 anos.

Eu diria mais: qual será o futuro daqueles que vão nascer este ano? Das crianças que não vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ter direito à creche, não vão ter direito à educação? Por 20 anos, vai ficar tudo congelado. Nenhuma mulher pode parir nesse próximo período, porque não vai ter as condições que a própria Constituição deveria garantir – de educação, de saúde –, como falou aqui a Lucia. Nós estamos numa situação bastante delicada.

Eu conclamo homens e mulheres de bem, independentemente de partido, independente de organização, a refletirem para nós nos juntarmos para virar esse jogo. O Brasil vinha num caminho muito importante, principalmente na questão das relações do trabalho. Até fizemos uma Conferência de Trabalho Decente neste País, coisa que nunca aconteceu no mundo inteiro. E nós fizemos aqui. E, agora, nós temos um retrocesso desse.

Avante, companheiros e companheiras! Vamos à luta, vamos resistir e vamos virar o jogo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Graça Costa, que falou pela CUT e pelo Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização.

O Leomar Daroncho, Procurador do Trabalho e Diretor do Ministério Público do Trabalho (MPT).

A SRª LEOMAR DARONCHO – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Senador Paulo Paim e o parabenizo pela iniciativa. Agradeço ao Senador pela oportunidade de mais uma parceria dele com o Ministério Público do Trabalho, juntamente com os demais integrantes desta Mesa e da próxima. Sim, nós já somos o finalzinho da primeira Mesa, então estamos na transição.

A convocação seria para falar especificamente sobre essa PEC, mas eu vejo que é importante ter em mente que há um contexto de uma série de medidas e iniciativas de extrema gravidade. Algumas foram lembradas agora, nas ultimas manifestações.

Há poucos dias, estivemos em uma audiência na Câmara, e eu lembro que alguém, representante de uma central sindical, leu 58 medidas legislativas em tramitação, todas com viés restritivo, suprimindo direitos, restringindo alguns benefícios dos trabalhadores. Já na oportunidade, eu assinalava que, daquele conjunto todo de medidas, duas são para acabar. Não precisam nem das outras! A terceirização e essa questão do negociado sobre o legislado praticamente eliminam a necessidade de qualquer outra medida, porque por essa via se suprime tudo, nivela-se por baixo e praticamente se acaba com uma ordem jurídica protetiva, construída em anos de lutas, desde o final do século XIX até o início do século XX, quando tínhamos formas inconcebíveis de submissão do trabalhador. Isso foi sendo reparado ao longo dos anos, e algumas medidas que estão em tramitação jogam tudo isso fora, numa tacada.

Eu acho importante a gente fazer uma pontuação e contar com o apoio, inclusive, dos sindicatos, dos Parlamentares, numa questão que às vezes fica pouco clara: a questão da terminologia, das palavras. Está havendo uma esperteza na manipulação das palavras. Ninguém pode ser contra a responsabilidade fiscal – ninguém é contra isso. Nós não vamos conseguir convencer ninguém de que não tem de haver responsabilidade fiscal. Ninguém vai conseguir. A gente não consegue convencer alguém de que terceirização, falando essa palavra, é uma coisa ruim; a palavra não tem uma acepção ruim.

Há pouco tempo, eu estava atuando no Mato Grosso, no ano passado, quando estava tramitando na Câmara o projeto da terceirização. Os blocos do Jornal Nacional eram inteiros sobre isso. A propaganda da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso, que lá é muito importante, ocupou um intervalo inteiro do Jornal Nacional – que é um intervalo caro –, e ela dizia assim: não é justo que os benefícios da terceirização sejam levados apenas ao homem da cidade; o homem do campo tem que ter direito aos benefícios da terceirização. E essa propaganda era muito criativa, porque a terceirização, a palavra, não tem uma carga negativa. A gente tem de aprender a chamar as coisas pelo que elas são: não é terceirização, é precarização. E não é responsabilidade fiscal – ninguém é contra isso –, é um programa de transferência de renda para quem tem mais; é assegurar, na Constituição, perenizar um sistema perverso de distribuição de renda que beneficia sempre o mesmo. A rigor, não muda muito com relação ao que a gente tem hoje: grande parte dos recursos são canalizados para a banca, para quem empresta, para o rentista, que empresta dinheiro a juros. Apenas o mercado está querendo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sinalização.

No início, quando começaram a falar nessa PEC, lembro-me de que vários economistas ligados aos bancos, ou ao Governo, ou aos dois, usavam a expressão "é preciso emitir um sinal aos mercados de que haverá responsabilidade". O que eles querem é que o mercado fique ciente – o mercado é o sistema financeiro – de que ele não terá prejuízo, de que ele não correrá risco de continuar recebendo essa fortuna. A Drª Fattorelli, que é da ada Auditoria Cidadã da Dívida, colocou alguns números; eles são chocantes. Vejam, nós tivemos... Eu me dei ao trabalho de ler um relatório do BNDES de 2015 – para quem tiver a curiosidade, ele está disponível na internet –, e é bem interessante. Entre 2013, 2014 e 2015 – isso está no relatório –, o BNDES transferiu, em empréstimos subsidiados para setores cuja utilidade social é altamente discutível, em três anos, R$514,1 bilhões.

Há uma jornalista... Para não usar o *site* da auditoria das contas públicas, que pode ser acusado de tendencioso, ideológico, na coluna da Miriam Leitão, de agosto de 2013, ela introduziu um tema que era o escândalo da bolsa empresário – aí começaram a usar essa expressão. Nesse ano, ela fala de novo que o programa de sustentação do investimento do BNDES já destinou R$359 bilhões, e boa parte desse recurso é subsidiado, com intermediação bancária que aufere grandes lucros quando faz essa operação. Portanto, são operações, no mínimo, de utilidade muito discutível para a sociedade. E continua sendo drenado livremente. O que eles querem agora é a garantia constitucional de que continuará assim, e não se limita isso. Isso está fora do conceito de despesa primária, conforme foi bastante explorado aqui, já. O que vai limitar são as despesas, aquelas que dizem respeito ao cidadão normal, ao trabalhador, como é a pauta desta reunião, desta audiência. Esse será o penalizado.

Quando o Governo começou a ser pressionado por uma série de informações e estudos de que haveria prejuízo à saúde, à educação, logo se apressaram a informar que não, que o teto é um limite global, que a saúde e a educação podem ter suplementos além do teto, do que seria delas, desde que no global se mantenha o mesmo. Mais grave ainda: se acontecer isso, eles vão minguar outras áreas. O que será de setores do Governo que cuidam de meio ambiente, de cultura, de proteção à saúde do trabalhador? A gente consultou, vindo para cá... O Ministério do Trabalho e Emprego tem os auditores que deveriam fiscalizar as relações de trabalho no Brasil inteiro. Já há mais de 1,1 mil vagas abertas sem serem providas. Eu conheço vários que já recebem o abono permanência. Se essas pessoas se aposentarem, esse número vai continuar abrindo, o Ministério do Trabalho e Emprego vai ser extinto por falta de gente para trabalhar.

A crise também sobrecarrega o Poder Judiciário. Eu vejo os amigos, ali, da Justiça do Trabalho. E aí há um aumento da demanda. A gente vê algumas matérias e algumas manifestações com um viés bastante patronal, dizendo que é um absurdo o incremento no número de ações, mostram estatísticas. Só existe aumento no número de ações e reclamações trabalhistas porque há negativa ou descumprimento da legislação trabalhista, e aí, se você desestrutura aquele órgão que seria o que dá o imediato socorro a essas situações, de novo você vai punir o trabalhador. A crise e o desemprego tendem a reduzir a renda das pessoas, em geral.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEOMAR DARONCHO – A tendência é que um maior número de pessoas busquem planos, ou melhor, abandonem os planos de saúde, abandonem escolas particulares e vão para o serviço público. Isso vai gerar um incremento de despesas públicas que são justamente as primárias. Não haverá como dar resposta a essa demanda. Eu acho que a gente pode prever como um resultado provável da implementação dessa PEC o aumento da desigualdade – uma possível, inclusive, convulsão social. À medida que as pessoas forem percebendo o conto em que elas caíram, o que significava a responsabilidade fiscal – que, em si, parece uma frase, uma terminologia até bonita, mas que representa um grande retrocesso...

Parece-me que a gente tem de ter muita atenção com o que está acontecendo no Senado. A gente tem sérias razões para acreditar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEOMAR DARONCHO – ... que o STF (Supremo Tribunal Federal) não dará guarida às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

investidas judiciais para reverter essa medida. Quando se julgou, agora, o caso da greve dos servidores públicos – embora não tenha sido publicada, ainda, a decisão –, a notícia transcreveu trechos dos votos e o Relator já disse isso – se alguém olhar no *site* do STF, vai ler –, que é previsível que, em função da PEC 241, haja aumento no número de greves. Então, restringir ou dar aquela enquadrada, como se deu nas greves, é uma forma, já, de preparar o campo para a batalha seguinte, de enquadrar todos os servidores do setor público que fizerem greve. Mas vejam que, por trás dessa frase, ele já embutiu um juízo de valor: de que eles vão respaldar a PEC. Então, se o Senado deixar isso passar, não será no Supremo que isso será revertido. A oportunidade é agora, não depois.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEOMAR DARONCHO – Então, é uma grande responsabilidade do Senado.

Preocupa-me muito... Alguém disse aqui uma frase diferente, mas eu vou pegar um ditado platino, da terra vizinha à do Senador, lá do Uruguai, que está numa música do Kleiton e Kledir, que fala o seguinte: quem vai depressa demais, a alma fica para trás. Eu acho uma frase linda. E é mais ou menos o que está acontecendo. Para que tanta pressa com isso, se isso vai durar 20 anos? A pressa é para evitar a discussão, para que as pessoas não tomem consciência do que está acontecendo. A gente tem de ter muito cuidado com isso.

Eu vou terminar aqui, citando um outro trecho de um livro que fez e ainda faz grande sucesso, de um economista francês, o Thomas Piketty, que escreveu o livro *O Capital no Século XXI*. Ele diz a verdade que a PEC quer esconder.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEOMAR DARONCHO – O livro não é sobre o Brasil, é sobre Europa e Estados Unidos, mas vamos lá:

> São duas as principais formas de um Estado financiar suas despesas: por meio de impostos ou por meio de dívidas. [...] O problema da dívida é que quase sempre ela precisa ser paga. Portanto, financiar a dívida é, acima de tudo, do interesse de quem tem os meios para emprestar ao Estado, e seria melhor para o Estado taxar os ricos em vez de pegar dinheiro emprestado deles.

Parece-me que esse trecho, menos do que um parágrafo, condensa exatamente a discussão que é deixada de fora da tramitação da PEC: qual a origem do rombo? A professora mostrou, a origem do rombo são os subsídios, os empréstimos subsidiados, as renúncias. Está na outra ponta. E os juros, que, só no ano passado, bateram a ordem dos R$962 bilhões. Então, a origem é outra. Quem vai pagar o pato, da cor da parte de cima da bandeira aqui da CGTB? Quem vai pagar o pato? Quem vai pagar o pato é o mesmo que sempre pagou. Aliás, eles não mentiram na campanha "Eu não vou pagar o pato." Estava claro, quem vai pagar o pato é o outro.

Eu agradeço muito pela oportunidade e gostaria, mais uma vez, de lembrar: a hora é agora. Não esperem pelo Supremo; não virá de lá uma decisão em sentido diferente da que for adotada aqui no Senado.

Muito obrigado.

Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Leomar Daroncho, Procurador do Trabalho e Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho.

Por fim, nesta Mesa, João Domingos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Boa tarde a todas as companheiras e companheiros. Boa tarde, Senador Paulo Paim.

Eu quero cumprir o meu dever de sempre, em toda oportunidade pública: repetir o mantra de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que o Senador Paulo Paim se transformou, e, mais do que nunca... Inclusive, este evento aqui, agora, reforça essa convicção de que o Senador superou em muito a qualidade de um Senador da República, por mais honrosa – e é honrosa – que seja. O Senador hoje se transformou numa verdadeira instituição de defesa dos trabalhadores brasileiros.

Permita-me também, Senador Paulo Paim. É que a TV da CSPB, a TV pública e notória que o senhor bem conhece, está transmitindo ao vivo, desde o início, esta audiência. O último relato que me chegou aqui é de que nós estamos com 1.059 pessoas conectadas, assistindo a esta audiência. Então, quero também... (*Palmas.*)

Quero também cumprimentar os internautas pelo privilégio que temos, de que vocês nos ouçam.

Bem, Senador, eu vou procurar ser bem objetivo, até porque a conceituação da PEC já foi bastante definida por oradores mais qualificados que eu, especialmente a Profª Fattorelli.

Eu gostaria aqui de resumir essa PEC numa frase: essa PEC é simplesmente o pior projeto legislativo que tramita no Congresso Nacional desde a redemocratização. Só não é o pior da história moderna do País porque existem os Atos Institucionais da ditadura, senão seria o pior da história. É uma PEC, como já foi dito por praticamente todos desta Mesa, que simplesmente congela o Estado brasileiro por 20 anos. Ela congela a Administração brasileira por 20 anos. E congela não apenas educação, saúde e transporte, como nós temos dito mais comumente, porque são os maiores impactos, mas congela tudo. Ela congela a pesquisa científica, congela o salário mínimo, congela as aposentadorias, congela o Brasil por 20 anos! Então, Senador, é uma PEC que impõe um cenário de fim de mundo aos brasileiros. É uma PEC que faz uma verdadeira reforma do Estado, na medida em que ela redefine o tamanho e o papel do Estado – e redefine para menor, ou seja, para pior. É uma PEC que faz uma reforma fiscal, uma PEC que transforma o Brasil da forma como o conhecemos para uma aventura que jamais imaginamos. E é uma PEC que tramita no Congresso Nacional, até hoje sem debate com a sociedade. Uma PEC que foi votada açodadamente, atropeladamente, na Câmara dos Deputados, sem nenhuma discussão com a sociedade.

E hoje nós temos claro por que os 28 pedidos de audiência pública daquela Casa foram sumariamente rejeitados. É porque, se debater, a máscara cai. Se debater, a máscara cai!

Então, Senador, é por isso que este momento é especial e é por isso que dá mais relevância à sua condição de instituição de defesa dos trabalhadores brasileiros.

Muito pela atuação de V. Exª, o Senado Federal, ao contrário do que seria o lógico, transformou-se no ambiente do Congresso Nacional mais arejado para que se discuta com o povo, com a sociedade, quando esse ambiente deveria ser a Câmara. A Câmara é a Casa do povo, é a representante do povo; o Senado é o representante do Estado. No entanto, repito, muito pela atuação de V. Exª e de muitos dos seus pares, aqui tem sido o ambiente onde temos conseguido levar adiante ao menos a discussão de pautas que não interessam muito, e discussões com muito resultado.

Aliás, Senador Paulo Paim, eu gostaria de lembrar a V. Exª que, no primeiro semestre, discutindo outra matéria aqui, nós dissemos: "Se a PEC 241 passar na Câmara dos Deputados, ela virá para o Senado. E aí nós vamos contar com São Paim". Chegou a hora, São Paim. Agora é conosco aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Só santo mesmo.

A SRª GRAÇA COSTA (*Fora do microfone*.) – É agora ou nunca.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Então, essa PEC é sobretudo eivada de muitas distorções. É uma PEC que faz terra arrasada do Brasil, porque a Administração Pública – pode muito bem ser dito pelo Brasil – é representada pela sua Nação. Faz terra arrasada, Senador, e, ao mesmo tempo, não conseguimos sequer discutir os principais interesses, as principais demandas dos servidores públicos. Principalmente no aspecto de que essa terra arrasada recai exclusivamente sobre o povo, sobre o povo pobre, principalmente, à medida que ela apenas congela as despesas correntes; não congela e sequer fala em despesas financeiras.

Então, Senador, de forma muito objetiva, nós gostaríamos de propor aqui algumas soluções, após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

algumas análises, e pedir o patrocínio de V. Exª para essas soluções que propomos.

Na verdade, quero deixar bem claro que nós achamos que o lugar dessa PEC é a lata de lixo. Mas é fato que ela tramita no Congresso Nacional, já foi aprovada na Câmara e está tramitando no Senado Federal com grande possibilidade – temos que admitir isso – de ser aprovada.

Então, em que pese entender que o correto é a sua rejeição ou, no mínimo, o seu congelamento, a suspensão da sua tramitação, como reivindica a Profª Fattorelli, nós gostaríamos de, no mínimo, propor algumas emendas. Emendas que não conseguimos fazer na Câmara dos Deputados. Emendas que, apesar de muito simples e objetivas, confeririam o mínimo de seriedade e o mínimo de coerência a essa PEC.

Por exemplo, a principal delas é limitar a 5% das receitas correntes da União o pagamento do serviço da dívida. (*Palmas.*)

Por quê? A motivação de propormos isso é que, lá na Câmara, quando da votação da PEC, dezenas de Deputados usaram como discurso o exemplo daqueles países do Primeiro Mundo que estão muito endividados.

Particularmente a Grécia foi exaustivamente usada como exemplo, porque tinha uma crise financeira, política, social, etc. – e era verdade –, e fez uma repactuação estrutural limitando os gastos públicos e hoje está saindo da crise.

Pois bem, fomos buscar como se dá a questão da Grécia e, de quebra, fomos buscar como se dá essa questão do pagamento do serviço da dívida nos principais países endividados lá no Primeiro Mundo.

A Grécia paga hoje 4,3% do seu PIB em serviço da dívida. E no ano que vem, cai para 2,6%. E a Grécia tem 128% de dívida com o setor financeiro em relação ao seu PIB anual.

Eu até, brevemente, vou citar alguns países aqui. A Grécia tem uma dívida de 175% do PIB e paga 4,3% e vai para 2,6% no ano que vem. A Irlanda – deve ser a Irlanda mesmo – tem 123% de dívida em relação ao seu PIB e paga 4,1% do seu PIB em serviço da dívida anualmente. A Itália tem uma dívida de 128% do PIB e paga 4,7%. A Espanha tem uma dívida de 92% e paga 3,3%. Portugal é o que paga mais, tem 128% de dívida em relação ao seu PIB e só paga 5% do PIB ao ano. A Alemanha paga 1,9%. A França, 2,2%. E o Japão, por exemplo, que tem 224% do seu PIB em dívida com o setor financeiro, paga 2,2% de serviço da dívida.

E aqui no Brasil nós já pagamos o dobro de quem paga mais; estamos chegando a 10% do PIB, e sem limite. O que isto quer dizer? É que todas as sobras produzidas pela PEC 241, agora PEC 55...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ... serão dirigidas para aumentar o já absurdo pagamento do serviço da dívida.

Então, Sr. Presidente, essa PEC é, no mínimo, para dar o mínimo de seriedade e o mínimo de coerência, assinalando que ao menos o setor financeiro vai pagar minimamente.

Uma segunda emenda, Senador, seria a ínfima garantia de 1,5% do PIB – aí seria do PIB, e não das receitas correntes – para investimentos sociais e expansão do serviço da dívida.

Por que isso é absolutamente necessário e, se não for aprovado, cai a máscara? Porque, veja bem , nós estamos congelando os investimentos do Estado brasileiro a níveis de 2007, Senador, dez anos atrás, e está previsto um congelamento por mais 20 anos. Então, seriam mais ou menos 30 anos de congelamento da Administração Pública brasileira.

Pense bem que cenário seria, nesses 20 anos, por exemplo, com o crescimento vegetativo da população? Hoje a população cresce mais ou menos 1% por ano. Então, serão quase 50 milhões de novos brasileiros demandando o serviço público, de novos brasileiros aposentando-se, essa é uma dinâmica natural. Como será então possível, com esse cenário de aumento da demanda, diminuir, congelar o serviço público ao nível de hoje? Só há uma forma, que está bem sinalizada aqui. A única forma, se você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tem um valor fixo e aumenta os beneficiários desse valor, é reduzir benefícios.

Ou seja, essa PEC induz necessariamente uma reforma administrativa para retirar direitos e conquistas dos servidores públicos. Essa PEC induz uma reforma da Previdência drástica, porque estamos com um orçamento limitado e vamos aumentar o número de aposentados, então terá que cortar os valores.

Em síntese, uma última emenda que propomos – teremos todas bem fundamentadas para V. Exª creio que ainda hoje – é que... Outro absurdo é que se congela por 20 anos, congelando então as cinco próximas administrações praticamente.

Lá na última hora, na Câmara dos Deputados, o relatório final, naquela parte que diz daqui a dez anos é que se faria alguma revisão, também diz – foi uma inovação de última hora – que em cada governo vai se poder fazer uma única revisão de metas. Nós estamos propondo a supressão desses dez anos. Para quê? Para respeitar o voto do eleitor, porque o eleitor vai votar em programas, vai votar em projetos dos candidatos. Como será possível realizá-los se já estão todos engessados?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Então, a proposta é que se retire, se suprima aquele termo "após dez anos" e que possa, verdadeiramente, cada governo fazer ao menos uma revisão.

Ou seja, são propostas ínfimas, que parecem até provocação. E se não forem aceitas, estará o Congresso Nacional confessando o que tenta esconder: o único objetivo é precarizar o serviço público para justificar as privatizações, sobretudo as terceirizações, e produzir mais sobras para o pagamento do serviço da dívida.

Para terminar, Senador, eu gostaria apenas de fazer uma reflexão. O que eu acho que é uma das piores distorções em relação a esse projeto é a percepção que a sociedade está tendo dele, induzida pela grande mídia. E a sociedade está apática, não se mobiliza, entendendo que essa questão da PEC 55 é uma questão entre o Estado e servidores públicos, e não é. Nós servidores públicos teremos nossa vida funcional congelada por 20 anos. Isso é drástico! Isso é dramático!

Aliás, faço um parêntese aqui sobre essa decisão do Supremo, Sr. Procurador. Não foi uma maldade isolada do Supremo praticamente proibir a greve no setor público. Ela está completamente harmonizada com a PEC 241, agora PEC 55. Por quê? Porque ela está congelando as reivindicações dos servidores públicos *ad eternum,* e não apenas por 20 anos.

A sociedade precisa entender que o maior prejuízo que teremos nós servidores públicos é na nossa dimensão de usuário do serviço público, na nossa dimensão de cidadão, e essa dimensão nós compartilhamos com os 220 milhões de brasileiros.

Finalmente, acredito que a única solução é construir, a partir dos servidores públicos que já estão mobilizados para essa causa, a unidade de ação entre todos os segmentos que organizam os servidores públicos. Mais que isso, levarmos essa unidade de ação aos trabalhadores em geral, envolvendo todas as centrais. Mais que isso, levarmos essa unidade de ação à sociedade através dos movimentos sociais, do mundo eclesiástico, dos movimentos de gênero, e outros, para finalmente cumprirmos o nosso grande dever de casa, que é superar essa barreira da grande mídia e levar a verdade da PEC até a sociedade. Este é o nosso desafio.

Apesar do cenário de fim de mundo, não estou desanimado e não sou pessimista. Nós estamos iniciando uma mudança na história, uma mudança de paradigma no movimento social brasileiro a partir do movimento sindical.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, João Domingos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. Ele falou também pela Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Convidamos os nossos painelistas a retornarem ao plenário.

Vamos chamar a segunda Mesa: Marcos Antônio Lemos Fabre, Secretário Geral da Fenajud; João Marcos de Souza, Vice-Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – Fenafisco; Paulo Barella, Membro da Executiva Nacional da CSP – Conlutas; Luiz Antonio Colussi, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra; João Paulo Ribeiro, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; João Pedro Ferraz dos Passos, Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – Abrat; Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Todos foram chamados. Não sei se alguém da Cobap também estava. Se estava, não está mais.

Vamos, de imediato, então, à segunda Mesa.

Marcos Antônio Lemos Fabre, Secretário Geral da Fenajud, com a palavra.

O SR. MARCOS ANTÔNIO LEMOS FABRE – Obrigado, Senador. Represento aqui também o Sindijudiciário do Espírito Santo e todos os sindicatos filiados à Fenajud (Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados).

Quero parabenizar o senhor e dizer que Maria José manda um abraço, como sempre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Maria José!

O SR. MARCOS ANTÔNIO LEMOS FABRE – Quero dizer que a Fenajud é contra banquete para banqueiros. O que nós estamos vendo no País hoje – e só vou lembrar, Senador, que, no dia 11 de abril, aqui estivemos em outra audiência – é que os valores estão invertidos.

Eu vou aproveitar aqui o início da segunda Mesa e lembrar as palavras do Ubiraci, que falou de garra; do Paulo Lino, que falou em mobilizar a sociedade; do Lourenço, que falou que devemos buscar lutar em todos os campos: político e jurídico; da brilhante Maria Lucia Fattorelli, que, mais uma vez, nos brindou com uma aula e o pedido de suspensão, plenamente viável; da Graça, que falou aqui que devemos, como mães e pais, nos preocupar em mobilizar também cada um, em cada Estado, em cada Município, e externou a preocupação com a PEC 54, do trabalho escravo, e a PEC 55; do Leonardo, que citou aqui Kleiton & Kledir e falou também das estratégias de enfrentamento, o que acho que temos que analisar; e do nosso Presidente João Domingos, sempre preocupado com a divulgação de nossos atos.

Acho que nós avançamos de 11 de abril até agora – avançamos –, mas falta mobilizar a sociedade, os servidores públicos, a classe trabalhadora. Mas a mobilização da sociedade é fundamental.

Nós temos, no dia 11, uma chamada para uma greve, uma mobilização nacional, que precede o nosso 15 de novembro. E parece que os Deputados, os Senadores, talvez, ainda não atentaram, como alguém bem colocou aqui, que os próximos Presidentes e também os próximos Congressos serão de fachada. Se não há o que mudar durante cinco, dez, vinte anos, o que estarão fazendo aqui? Ou seja, estão abdicando de grande parte das suas atribuições.

E permita-me dizer que o mal fica derredor; ele procura um momento de fragilidade para poder tentar se instalar. E cito o poeta também: "Que País é este?" Que República vai se tornar esta? Transformam o País em um puteiro porque assim se ganha mais dinheiro.

É estranho que, em um momento que o País vive uma perspectiva de desenvolvimento, com as classes menos favorecidas tendo oportunidade de saúde, de educação, de profissionalização, de consumo, venha uma proposta desse tipo.

Eu acho, Senador, que a coisa talvez seja um pouco maior. Na corrida do desenvolvimento, um país como o Brasil, que tem todas as potencialidades, tentam amarrá-lo. É um tipo de embargo, Senador. Ou seja, se o Brasil não investe, se o País não cresce, é cada vez mais dependente. Retornaremos, talvez, em 20 anos, à categoria de colônia. De quem? Do capital, de alguns banqueiros. Talvez alguns deste País, a maioria de fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E é bom lembrar também que, quando os impérios estão caindo ou existe uma mudança de época, as pessoas tentam se amealhar, pegar coisas para poder fugir talvez de uma situação a que, com certeza, nos próximos dois anos, a sociedade brasileira vai dar resposta, porque não é concebível essa proposta que aí está. O João Domingos citou aqui o AI-5. Eu tinha escrito aqui: é um Ato Institucional nº 55, guardadas as devidas atribuições ou finalidades, é o AI-55.

Para não me estender muito, eu acho que as propostas são estas: é a sustação, são audiências públicas, é a greve. Eu acho que nós temos que conclamar para o dia 11 todas as centrais, confederações, federações, sindicatos, pai, mãe, homens e mulheres de bem, porque os estudantes já estão na rua. Isso é importante, porque é o futuro deles. É o nosso futuro, mas, principalmente, é o futuro daqueles que hoje... Acho que a Graça disse aqui: "É o parto que não vai ser feito no ano que vem, é a creche que não vai se ter." Então, é esse ponto que eu acho que nós temos de trabalhar melhor. Não se trata de servidores públicos contra o Governo, contra a gestão, como bem disse aqui o Ministério Público do Trabalho. Ninguém é contra isso ou aquilo. Nós somos contra isso que está aí de favorecer os mais ricos, de não cobrar os sonegadores.

Completa-se, nesta semana, neste mês, um ano da tragédia da Samarco em Minas e no Espírito Santo. Num país sério, aqueles empresários estariam em cana. Para as empresas que são acionistas, se fosse lá, a coisa seria bem diferente. Mas aqui nós somos mal-acostumados a não cobrar providências. E nós temos de cobrar. Eu acho que é este o grande momento de cobrar dos nossos representantes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ANTÔNIO LEMOS FABRE – ... de cobrar das autoridades para que tomem uma posição e, principalmente, que, no dia 11, cada um de nós tome uma posição, porque eu acho que é o primeiro grande passo – alguns passos nós já demos – em mobilizar toda a sociedade brasileira para dizer não a essas propostas imediatistas, que não foram autorizadas pelas urnas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Marcos Antônio Lemos Fabre, Secretário-Geral da Fenajud.

Lembro que, na primeira Mesa, inclusive, já ficaram algumas propostas. Você lembrou, por exemplo, as emendas que propuseram o João Domingos e outros. Nós estamos dispostos a apresentá-las naturalmente para o debate na CCJ.

Eu já estou com 11 emendas encaminhadas para a CCJ. Algumas, inclusive, da CSPB e de outros movimentos sociais que me encaminharam.

Como eu dizia, Bira, a segunda Mesa é a segunda Mesa. Nós ficamos todo o tempo pelo YouTube, pela internet, pelas redes sociais, por canais alternativos. Agora temos ao vivo para todo o Brasil. (*Risos.*)

Vamos lá, João Marcos de Souza, Vice-Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

O SR. JOÃO MARCOS DE SOUZA – Senador Paulo Paim, cumprimentando V. Exª, estendo os cumprimentos aos demais colegas aqui presentes na Mesa.

Eu queria, assim como os demais que me antecederam, parabenizá-lo pela iniciativa, Senador. Se houvesse aqui, nesta Casa, mais pessoas como V. Exª, talvez o Brasil pudesse estar dormindo de forma diferente, sonhando de forma diferente com o nosso futuro. Infelizmente, aqueles que deveriam representar o Brasil, representar os nossos Estados nem sempre condizem com isso nas suas atitudes do dia a dia. Eu queria parabenizar V. Exª, porque, em todas as causas que envolvem não só servidores públicos, mas o Brasil, o nosso País, V. Exª sempre está do lado correto. Eu queria parabenizá-lo nesta ocasião.

Eu queria lembrar que o Dr. Leomar, do Ministério Público do Trabalho, falou sobre o termo responsabilidade fiscal, que se usa. Eu lembro que, quando na votação, na Câmara, um Deputado, do qual eu recuso a falar o nome porque ele não merece ser nominado aqui, virou para aquelas pessoas que estavam na galeria e disse que somente contrários a essa proposta eram aqueles vagabundos que, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vez de estar trabalhando, estavam ali fazendo arruaça naquele momento de votação. Então, ao dizer não... Foi um Deputado muito conhecido nosso de muitas causas.

Na verdade, Senador, não há ninguém, não há nenhum cidadão brasileiro que seja contrário ao equilíbrio fiscal. Eu acho que, se perguntar para qualquer um de nós, todos nós somos favoráveis a isso. Agora, nós somos servidores, somos corporativistas, sim, lógico que somos, temos as nossas demandas, mas, antes de tudo, somos cidadãos brasileiros e, como tal, nós nos preocupamos com o nosso País, não apenas com o nosso bolso e com as nossas conquistas, mas com aquilo que é o futuro da nossa Nação.

Quando olhamos uma medida que vai levar o nosso País àquilo que todos estamos vendo e ouvindo em números demonstrados aqui, nós, como cidadãos, estamos preocupados, não apenas como servidores, mas como cidadãos brasileiros. Nós devemos pensar nesta nossa questão: quem vai pagar essa conta desse ajuste? Qual é o custo desse ajuste para a nossa sociedade? Será que nós estamos dispostos a pagar esse preço? Será que a nossa sociedade está disposta a pagar esse preço?

Para mim, pessoalmente, seria muito cômodo estar no meu Estado, com a minha filha de quase quatro anos, brincando com ela e curtindo o seu crescimento ao lado dela. Eu sou servidor estadual. Num primeiro momento, isso não iria nos atingir, é apenas para os servidores da União, mas não temos dúvida de que isso vai ser levado aos Estados e vai ser levado aos Municípios. E, mesmo que não fosse, eu, como cidadão brasileiro, não saberia ficar calado na minha casa vendo o futuro da minha filha e dos filhos desse Deputado que falou aquelas asneiras em plenário sendo destruído por conta de uma medida dessas, sem sequer nos manifestar quanto a isso.

Nós temos visto, Senador, que não se fala mais do 257. Pararam de falar do 257, que atingia os Estados e Municípios. Quando veio a 241, agora 55, acabou o 257, que era urgente, precisava fazer isso para salvar os Estados e os Municípios, mas não se fala mais nele. Isso é estratégico, porque, a partir do momento em que se aprovar a 55, não há dúvida de que qualquer Estado e qualquer Município que queira renegociar a sua dívida com a União será obrigado a fazer essas mesmas medidas no seu Estado e no seu Município.

Nós não temos nenhuma dúvida quanto a isso. Essa é a razão de que ele não está sendo votado açodadamente aqui, no Senado, também.

Há uma situação fiscal muito pior nos Estados e Municípios do que na própria União. Então, não vai se exigir que eles façam isso? Se a União está fazendo esse sacrifício, não vai se exigir que os Estados e Municípios o façam? Logicamente chegará até nós. Agora, o que não se diz é que, se os Estados e Municípios estão na situação que estão, é porque para eles foram passados encargos e obrigações e não foram passadas as receitas correspondentes. Os Estados foram obrigados a contratar funcionários, aumentar a suas estruturas para atender demandas que a União não estava atendendo e que foram passadas para que os Estados e Municípios o fizessem, e não tiveram as receitas para isso.

Nós temos visto que toda a economia desse projeto é apenas e unicamente para pagamento de dívida. Não há nenhuma previsão de aumento de investimento, de crescimento do nosso País, até porque seria um contrassenso com o que se propõe. Como vão fazer investimentos se nós podemos construir hospitais e não podemos contratar médicos? Como vamos construir escolas se não vamos poder contratar professores? Como vamos fazer alguma demanda se não vamos ter profissionais para trabalhar ali dentro, se podemos, no máximo, repor aqueles em algumas áreas, nas outras nem isso poderá ser feito? Quantos brasileiros vão ter que morrer para que possamos pagar essas altas taxas de juros?

Graça, você falou do futuro de suas filhas, que estão terminando os cursos universitários. Suas filhas estão felizes, estão terminando. Quantas gerações precisam ser perdidas com o declínio que haverá na educação brasileira, que já é deficiente e que terá uma pior qualidade a partir da aprovação dessa PEC? Quantos filhos nossos não terão nem essa chance de chegar à universidade?

Nós vimos, nesses dias atrás, uma reportagem falando dos Estados Unidos, do quanto os universitários estão lá enrolados com os seus financiamentos universitários, com os altos valores que estão devendo. Isso vai acontecer aqui, no Brasil, também? É isso que nós vamos ver para os nossos filhos?

A Maria Lucia falou do nosso gasto primário comparado com outros países. Nós temos outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dado importante para comparar com outros países: a nossa alta taxa de juros. O que justifica que o Brasil pague 14% de taxa básica de juros, que tenha uma taxa básica de 14%? Nós estamos com uma taxa de juros igual a da Nigéria, igual a de Uganda, igual a da Ucrânia. Com todo respeito a esses países, olhe o tamanho da economia brasileira, olhe a nossa estrutura, olhe a nossa riqueza, e nós pagamos a mesma taxa que esses países. O que justifica isso? A Rússia é um dos países mais sabidamente corruptos do mundo – fala-se muito da corrupção brasileira, mas a da Rússia é maior do que a nossa – e tem uma taxa de 10%, uma taxa, no mínimo, 40% menor do que a nossa. O que justifica essa nossa taxa se não for para dar dinheiro para aqueles que não precisam?

Nós vemos que os juros e a rolagem da dívida consomem mais de 40% do orçamento do Brasil. O que justifica isso? Em plena crise, podem olhar os balanços de qualquer banco brasileiro e vejam se todos não tiveram seus lucros aumentados. Empresas quebrando, empresas falindo, mas os bancos, cada vez mais, ricos. Eu sempre digo: o dinheiro não acaba, ele só muda de mão. Quando interessa ao capital, ele não investe, ele para de investir. Quando interessa a ele segurar o dinheiro, ele segura e passa a ganhar somente com juros. Hoje é muito mais vantajoso ganhar com juros do que trabalhar. Está muito mais fácil ganhar com juros do que no trabalho.

Aqui foi falado do combate à sonegação.

O nosso colega Marcos Antônio falou do combate à sonegação. O Dr. Leomar falou dos empréstimos do BNDES para os grandes empresários, mas, se esses empréstimos são enormes para grandes empresários, pior é o que o Brasil perde em sonegação e em renúncias fiscais. Só na esfera federal, é estimada em mais de R$500 bilhões a sonegação no Brasil, isso sem falar nos Estados e nos Municípios.

As renúncias fiscais são verdadeiras caixas-pretas aqui no nosso País. Temos empresas que, além de pegar esses empréstimos subsidiados do BNDES, também possuem grandes renúncias dadas pelos Governos tanto Federal como dos Estados e Municípios, sem que a população saiba o quanto isso representa.

Quando falam os institutos da carga tributárias brasileira, que está em trinta e poucos por cento do PIB, realmente ela está. O que eles não falam é para quem ela está, para quem ela representa isso, porque uma das coisas que não se fala no Brasil é da injustiça da forma como a tributação é feita. Temos uma grande centralização dos nossos tributos no consumo, com muito pouco na renda e no patrimônio. Quando se fala do imposto sobre o consumo, quem paga esse tributo não é o empresário, somos nós, quando vamos ao estabelecimento comprar um pão, uma carne, um arroz, um remédio na farmácia. Somos nós que pagamos esse tributo. O empresário é meramente um repassador desse dinheiro para os cofres públicos, porque ele embutiu no preço. No consumo, o imposto faz parte do produto, está dentro do preço, somos nós que pagamos, mas nós costumamos a aplaudir o sonegador, aplaudimos quando ele sonega o imposto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO MARCOS DE SOUZA – ... sem sequer nos atermos que ele está tirando o nosso dinheiro.

Então, combater a sonegação é muito mais eficaz do que qualquer medida de contenção de gastos que está se propondo. Se se combatesse a sonegação, teríamos um resultado muito mais efetivo e muito mais prático.

Se verificássemos as renúncias fiscais que estão sendo feitas, os benefícios fiscais concedidos, a sua necessidade, teríamos muito maior efetividade para a nossa população, porque esse dinheiro, sim, poderia ser revertido em benefícios à nossa população.

Quando vemos que, no Brasil, o Imposto de Renda da Pessoa Física é maior do que aquele que as empresas pagam no Imposto de Renda de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, vemos que alguma coisa está errada. Se nós, pessoas físicas, pagamos mais Imposto de Renda – porque o nosso é salário, não é renda –, do que os empresários, alguma coisa está errada no nosso sistema. E ninguém fala nisso. Vamos cortar as despesas, vamos arrochar os servidores, mas e aqueles que deveriam estar pagando a sua contribuição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO MARCOS DE SOUZA – Esses não estão pagando.

Temos aqui, dentro do Congresso, uma PEC, a PEC 186, que está na Câmara pronta para plenário há algum tempo. Essa PEC está tramitando desde 2007. É uma PEC que dá à Administração Tributária uma autonomia, uma possibilidade de fazer o seu serviço de forma isenta e de forma justa. Estamos falando de 2007 a 2016, durante nove anos, essa PEC nem sequer foi votada na Câmara. A PEC, atual 55, 241 na Câmara, em pouco tempo, já está aqui no Senado, pronta para que passe e passe a valer nas normas jurídicas brasileiras.

Agora, daquilo que é bom para o Brasil sentam em cima e não passam. Querem ajudar o Brasil? Vamos ajudar, vamos aprovar aquilo que é bom para o Brasil, vamos aprovar uma PEC que dá à Administração Pública, à Administração Tributária as condições de cobrar de quem deve aquilo que deve, fazer com que os cofres públicos tenham aquele dinheiro que é dele.

Hoje, o servidor faz muito com pouco. Se essa PEC for aprovada, Senador, teremos que fazer muito mais e com nada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO MARCOS DE SOUZA – Já indo para a conclusão, temos um congelamento, Senador, na baixa orçamentária. Quando se falava da chegada da crise, eles diziam que os motivos por que ela viria para o Brasil eram mundiais e que o Brasil não iria ficar fora desses efeitos.

Ela é uma crise mundial, então não seríamos nós que passaríamos ao largo.

Mas agora, para sair da crise, quando o mundo fala da saída da crise, já se prevê que no ano que vem o Brasil deve começar, o próprio Brasil deve começar a sair dessa crise. O Brasil precisa penalizar o seu povo? Será que é necessário que aprovemos isso neste momento de crise, sendo que temos um horizonte previsto de que ele possa sair, independente da aprovação dessa PEC ou não?

Qualquer pessoa que ama o Brasil precisa ser contrária a essa medida. A população precisa saber o que vem dessa medida, da forma como ela está. A mídia não passa essa verdade para o povo. Será que o cidadão brasileiro iria optar pelo pagamento de juros de agiota em troca da vida de um filho seu, que é o que nós veremos, com a precarização maior ainda da nossa saúde? Se hoje nós já vemos pessoas morrendo na fila da saúde, nós não veremos muito mais?

Será que o cidadão diria: Vamos pagar juros para as dívidas do Brasil e vamos deixar nossos filhos morrerem? Será que eles falariam isso? Será que eles iriam abrir mão, Graça, da educação desde a base até o nível universitário do seu filho, deixando somente para quem pode pagar concluir o ensino com qualidade? Será que ele iria concordar com o aumento da violência, que com certeza advirá dessa falta de investimento público na nossa segurança pública?

Então é necessário que nós reflitamos, é necessário que nós levemos à nossa sociedade essas questões para que eles saibam o que nós vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. JOÃO MARCOS DE SOUZA – Senador, apenas, juntando as propostas do nosso João Domingos, por que nós não dividimos essa conta? Se realmente essa proposta é séria e está pensando no interesse do Brasil, porque então nós não propomos que, de todo o ganho de arrecadação que tiver, em vez de deixar tudo para o pagamento da dívida, pelo menos 50% disso seja reservado para investimentos e para reinvestimento na estrutura do País?

Por que nós não reservamos só 50% do ganho de arrecadação para pagamento da dívida?

Vamos deixar metade desse ganho nosso, desse esforço, que nós teremos, que o Brasil fará, 50% desse ganho de arrecadação para que possa ser reinvestido, para que você possa contratar professores, para que possa construir escolas, hospitais e infraestrutura do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então vamos dividir essa conta. Vamos propor uma emenda que faça essa divisão, para que 50% desse ganho de arrecadação possa ser reinvestido e apenas 50% fique para esse ajuste fiscal.

Vamos refletir senhores. É a nossa hora, nós precisamos nos unir. O sindicalismo público brasileiro passa por um momento de necessidade e união e somente assim que nós podemos reverter essas medidas, esta é apenas uma de muitas que virão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, João Marcos de Souza, vice-Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital FENAFISCO que, a exemplo da primeira Mesa, deixa propostas para nós todos refletirmos e encaminharmos.

Passamos a palavra agora a Paulo Barella, membro da Executiva Nacional da CSP-CONLUTAS.

O SR. PAULO BARELLA – Bem, em primeiro lugar eu queria me dirigir ao Senador Paim e agradecer ao convite feito por esta comissão, quero cumprimentar os companheiros e companheiras, representantes de entidades e movimentos aqui nesta mesa e especialmente as companheiras e companheiros que estão nesta assistência aqui, acompanhando este debate.

É um momento de uma crise mundial muito profunda. Nós não podemos fazer o deslocamento das análises sobre as medidas que são encaminhadas aqui no Brasil fora da análise do que acontece no mundo.

Você sabe que, em períodos de crise econômica muito forte, existe sempre um setor, um único setor que se salva frente a elas. O setor produtivo é o primeiro atacado, então quebram empresas; o setor e comércio, evidentemente, por consequência, também tem seus prejuízos, as tem um setor que passa ao largo disso, que é o sistema financeiro, que é o setor financeiro.

E, justamente nesses períodos de crise, o sistema financeiro cobra muito mais a fatura. A PEC 241, atual 55 aqui no Senado, cumpre com esse papel de garantir, frente a um cenário de crise muito profunda, o pagamento dos privilégios, da remuneração dos banqueiros, da banca internacional, dos agiotas internacionais. Isso fica muito, digamos assim, estampado, de forma, inclusive, agressiva, nos números que são apresentados nas exposições da Maria Lucia Fattorelli, minha querida Maria Lucia Fattorelli, minha amiga. São agressões, inclusive, à capacidade intelectual das pessoas, que se possa admitir um projeto desses.

Agora, o problema todo é que vivemos sob um sistema chamado capitalista, e esse sistema capitalista, evidentemente, tem que encontrar formas de garantir os privilégios e a manutenção do lucro dos grandes empresários. Esse é um problema concreto, não é? Aqui não há como deslocar esse debate da própria luta de classes que vivemos no sistema capitalista. A forma de acumulação do capital é a forma da exploração da classe trabalhadora. Então, vejam que as medidas, todas elas colocadas na PEC 55, são medidas que tiram direitos e que reduzem os ganhos, a remuneração, o salário, exatamente da classe trabalhadora, Seja ela do serviço público, seja ela da construção civil, metalúrgica, comércio, etc. Não é, meu caro Bira? É esse o objetivo.

Então, vivemos numa guerra não só no Brasil, mas vivemos uma guerra no mundo, em que as agressões aos interesses da classe trabalhadora se aprofundam cada vez mais. A PEC 55 não é uma inovação no mundo, digamos, da correlação de forças mundial. Essas são medidas semelhantes aos ajustes fiscais, aos planos de austeridade impostos na Europa no último período, que teve como, digamos assim, anfiteatros mais notórios a Grécia, a Espanha, Portugal, França, dentre outros.

O debate que se faz para além da PEC 55, que é a discussão sobre a reforma da previdência e a reforma trabalhista, recentemente teve um episódio extremamente ruim para o conjunto da classe trabalhadora francesa, em que conseguiram impor o negociado sobre o legislado. Não foi sem luta. É um processo de enfrentamento duro, mas Hollande, que é considerado, digamos assim, um setor meio que à esquerda – é do Partido Socialista – foi quem aplicou as medidas, quem propôs a aplicação das medidas.

Nós não nos iludimos. A 257, por exemplo, que aqui, se não me engano, é a 54, foi elaborada pelo Governo do PT, pela Dilma. A MP 241, aqui MP 55, foi uma elaboração do atual Governo, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

numa lógica de exploração da classe para resolver os problemas da burguesia.

Então, o congelamento dos gastos públicos, todo mundo já falou, é uma situação em que vamos levar o País... Porque o problema não é só o fato de que se vai remunerar os banqueiros; o problema é que é uma falácia o que os empresários falam da necessidade de aplicar a PEC 55 para poder desenvolver o País. É exatamente o contrário: quando você para de investir no setor público, você para o desenvolvimento da economia.

O caso do salário mínimo: houve uma política, no último período, de valorização, ainda que tênue, eu diria tênue, mas uma valorização porque a recomposição se dava acima da inflação. Na verdade, como já foi dito aqui por alguns companheiros, e estava presente, pelo menos, a minha querida companheira do Dieese, Lílian, teríamos que estar com salário mínimo com valor superior a R$4 mil, para atender às necessidades que estão previstas na Constituição brasileira, e não foi alterada até hoje. Mas havia pelo menos uma recomposição que chegou a esses valores de R$880 agora.

As projeções apontam que, se tivesse sido aplicada em 1998, hoje teria um salário mínimo de R$400, se essa medida fosse aplicada. Bom, o problema do ponto de vista do desenvolvimento e do incremento da economia, eu creio que, a vingar essa medida, daqui a 20 anos, vamos ter Municípios de pequeno porte quebrando literalmente, porque sobrevivem praticamente de arrecadação a partir dos salários e do salário mínimo que as pessoas ganham.

No Brasil, vamos ter uma situação, nas periferias sobretudo, em que há uma tendência, inclusive, de aumentar não só a miséria, mas também a morte de pessoas, porque boa parte das famílias brasileiras se sustenta com um salário de um aposentado: um senhor, um avô, uma avó, que sustenta uma família, muitas vezes, de quatro, cinco, seis pessoas. Se essas pessoas deixam de comprar, como se pode desenvolver economicamente um País? Como, se você cria uma política com esse conteúdo? Acho que os dados apresentados pelo João Marcos são esclarecedores também desse ponto de vista e do problema da taxa de juros.

Agora, o problema concreto é que, para o sistema capitalista, tanto faz se um país, como o Brasil, pode quebrar, porque o que importa é que a remuneração do banqueiro seja garantida, porque também ele pode transferir seus ativos daqui para um outro país de uma hora para outra. Dependendo da insustentabilidade de honrar as dívidas, pode fazer essa transformação. Essa é a lógica.

Então, parece-me que os dados, todos eles são muito importantes, e tivemos vários apresentados aqui, mas o mais importante desse processo é que se trata de uma mentira, uma falácia muito grande dizer que a PEC 55 vai servir para incrementar e desenvolver o País e tirar o País da crise. Na minha opinião é justamente o contrário: não cumpre com esse papel.

Não é só o problema do salário mínimo que causa prejuízo para a população, mas também toda a política pública que vai atingir educação, saúde, transporte, moradia, etc. Não vai haver mais investimento, e quem vai sofrer é a população pobre, não resta dúvida.

Digamos que nós do serviço público – eu também sou servidor do IBGE – vamos ter, evidentemente, nossos salários congelados e, com isso, vamos sentir uma queda no nosso poder aquisitivo, mas o mais dramático é que a população pobre deste País vai viver uma situação de miserabilidade completa a partir dessa proposta. É por isso que alguns setores colocam uma nomenclatura nessa PEC, chamando-a de PEC do fim do mundo, PEC da morte, etc., que, vamos combinar, são adjetivos adequados a esse tipo de política.

Eu sei que o meu tempo já está se esgotando, Senador, mas eu queria falar sobre como devemos reagir a isso.

Está colocada uma tarefa para nós, Bira; está colocada uma tarefa para nós, companheiros das centrais, que é organizar a nossa classe para fazer esse enfrentamento.

Não podemos esperar – e o Senador Paim certamente vai concordar comigo – que nós apresentemos uma série de emendas neste Senado, que não só é conservador, mas também corrupto... Essa PEC, embora não tenhamos como provar, certamente gerou investimento para os Deputados e, agora, está gerando investimento para os Senadores, a fim de que ela seja aprovada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Não tenho dúvida nenhuma disso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO BARELLA – Todos eles estão contaminados por isso. Aliás, seria bom perguntar por que não estão presentes para conversar com o povo nesta audiência, já que todos eles sabiam de sua realização. Por que só está o Senador Paim aqui?

Então, só há uma forma de reverter esse processo. Acho que nós devemos encaminhar todas as medidas que são necessárias, as emendas e tudo o mais. Agora, sem mobilização não vai haver a menor possibilidade de isso ser revertido. E aí, meus queridos companheiros e minhas companheiras, nós temos que olhar para juventude de hoje. Chega a dar orgulho e arrepiar os pelos, quando vemos meninos e meninas, de 13 a 15, 16 anos, ocupando escolas e dizendo: "Nós não vamos aceitar a reforma do ensino, que vai trazer mais ignorância para as nossas gerações futuras. Nós não vamos aceitar a PEC 241, a PEC 55...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO BARELLA – ... pelo ataque ao conjunto dos nossos direitos na área de educação."

Então, companheiros e companheiras, a tarefa que está colocada para nós das centrais é a de não só transformar o 11 e o 25 em grandes dias de mobilização, parando todos aqueles setores a que nós damos orientação política, que nós coordenamos, mas também de construir a greve geral no País. É fundamental que se construa a greve geral no País, porque a greve geral cumpre com um objetivo neste momento: parar o País para não parar o futuro do Brasil. Ou nós paramos o Brasil agora, ou nós assimilaremos parar o futuro do nosso País com esse projeto que está sendo apresentado, que é a antessala para, depois, eles aproveitarem a oportunidade para votar a reforma da Previdência e a reforma trabalhista.

Por fim, eu queria deixar um exemplo aqui – não sei se o Senador tem conhecimento disso, ou se vocês têm conhecimento disso: existe uma cidade no interior do Ceará chamada Iguatu, uma cidade média, onde os Vereadores tentaram aumentar o seu salário em 150%. A população se organizou em conselhos populares em todos os bairros, e não saíram de cima da Câmara até que retirassem o projeto. E terminou isso com uma vitória, e a população foi discutir. Agora, acabamos os conselhos populares ou permanecemos? Foram unânimes em dizer: vamos reforçar a organização dos conselhos populares.

E, se a força do poder popular, se essa força é como a de uma manada de elefantes que, por onde passa, destrói tudo, podemos destruir essas políticas da burguesia, dos ricos, poderosos e corruptos que estão aqui dentro desta Casa.

Um grande abraço e obrigado pela atenção.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Paulo Barella, membro da Executiva Nacional da CSP-Conlutas, que encerra a sua fala, dizendo que só há uma alternativa: a mobilização. A pressão de fora para dentro do Congresso Nacional.

Luiz Antonio Conlussi, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Anamatra.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Boa tarde a todos, uma saudação especial aos integrantes da primeira Mesa e da segunda Mesa. De fato, tem um sabor especial a segunda Mesa, não é, Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sempre tem.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – A gente ouve todo mundo, vai incorporando todo o ensinamento e o conhecimento transmitido por diversos representantes dos trabalhadores, professores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

especialistas, e isso traz para nós um incentivo e uma motivação muito especial.

Peço desculpa por não nominar a todos da primeira e da segunda Mesa, já que são 14, e ainda há o Max e outros ainda que poderão depois, também, fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estão inscritos, depois desta Mesa, há mais três.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Então, sintam-se todos abraçados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não são três Mesas, mas vão falar.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – ...e devidamente cumprimentados.

Não, é isso aí, não é, Senador?

Um abraço especial ao Senador Paim. Estou vendo que o Senador veio muito feliz do Rio Grande do Sul, não só pelo lançamento do livro, mas, com certeza, porque os 71 exames... Passou em todos, Senador, os resultados foram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para falar a verdade mesmo, muita gente disse que vim mais feliz, e vou dizer para vocês que vim mais feliz mesmo, até escrevi no meu Facebook: foi por causa do livro. Não por causa do livro, mas pelo carinho com que a gente foi tratado naquela praça. Foi isto: aquele abraço, aquele beijo, aquela frase no ouvido, quando a gente abraça: "não desiste, não te entrega, vai à luta." E foram centenas, tanto que muita gente chorou na praça, confesso que algumas lágrimas minhas também caíram. Então, essa felicidade foi o povo que me deu naquele momento bonito.

Então, voltei mais feliz mesmo.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Que bom! Isso é ótimo!

E penso que o título do livro expressa bem a atuação do Senador Paim: o martelo, que está batendo, que insiste, não vamos nos entregar, vamos fazer, vamos defender os direitos sociais; a pedra, que é a rocha, que é a firmeza, pedra bruta; e o fogo é aquilo que incendeia, Senador, incendeia todos nós, e por isso nós estamos juntos nessa tarefa.

O nosso trabalho hoje aqui nessa audiência pública é bem amplo, muito interessante, mas tem uma peculiaridade, Senador Paim, que é o foco nos efeitos na classe trabalhadora.

Esse congelamento, a PEC 241, agora 55, em que vai interferir na vida dos trabalhadores, na vida daqueles que produzem a riqueza em nosso País?

Os que defendem o projeto, lamentavelmente, hoje são a maioria no Parlamento. A PEC 241 foi aprovada em primeiro e segundo turnos e também na Comissão especial, com uma facilidade impressionante. A sociedade foi patrolada, literalmente, e o cenário parece não ser diferente aqui no Senado. Por isso nós já, de antemão, apoiamos o requerimento feito pela auditoria cidadã e os demais requerimentos para tentarmos uma maneira e uma fórmula de dialogarmos melhor nesses projetos.

As coisas não podem acontecer dessa maneira, uma imposição de cima para baixo, colocando goela abaixo no povo brasileiro. Isso nós não podemos aceitar, não podemos permitir. Por isto essa luta de todos: o anúncio já feito aqui, as paralisações, a greve que virá, enfim, os mecanismos para tentarmos barrar a aprovação açodada dessa PEC que, de fato, traz uma grande injustiça, mais uma grande injustiça para o povo brasileiro. Aumenta o fosso entre os pobres e os ricos, lamentavelmente.

E nós, a sociedade brasileira, o Estado brasileiro, nos dispusemos, desde o ano de 1988, no dia da promulgação da Constituição brasileira, da Constituição Cidadã, a diminuir as desigualdades. E o que está acontecendo hoje, quase 30 anos depois: o aumento da desigualdade social.

Não é isso que queremos e não é com isso que sonhamos. Por isso, essa preocupação de que por vinte anos haja o congelamento do Orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vou pedir licença para nem sequer adentrar nas inconstitucionalidades do projeto, que já foram passadas aqui, inclusive mostradas pelo PowerPoint no telão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Colussi, aqui no plenário apresentei nessa linha que você está falando dizendo que essa era a posição inclusive da assessoria do Senado. Era a assessoria de inúmeros advogados, juízes, Anamatra, enfim, que o projeto era inconstitucional.

Daí a forma que me responderam: "Não, mas tem um parecer do Ministro do Supremo dizendo que na opinião dele não é". Primeiro, ele não é o dono da verdade. Ele pode ter direito à opinião dele, mas ele não é o dono da verdade. E esse é um tema acerca do qual todos temos a nossa opinião e vamos continuar fazendo o bom debate.

É que o outro lado, no plenário, tenta mostrar que a opinião de um Ministro do Supremo é verdade absoluta.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – O que não é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É quase que nem a Globo, quando a Globo fala é verdade absoluta. Aí não dá.

O SR. MARIA LUCIA FATTORELLI – Qual Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi o Ministro que não acatou o pedido de inconstitucionalidade.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – O Ministro Barroso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... o Barroso – por parte do PCdoB. Foi o Barroso.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – É público, o julgamento foi público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E aí eu respondi também, como a questão da desaposentadoria: houve Ministro a favor e contra. Continuo do lado daqueles que entendem que a desaposentadoria devia ser um direito do trabalhador, para revisar o benefício depois que voltou a trabalhar.

Então, não me diga que um Ministro é dono da verdade.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – A Anamatra também entende assim, Senador Paim. Agradeço muito a sua contribuição nesse sentido. A questão da ofensa à autonomia dos Poderes, a ofensa aos incisos II, III e IV do §4º do art. 60, o voto direto, secreto, universal, a separação dos Poderes, e a ofensa maior ainda aos direitos e garantias individuais. Não há dúvida de que a proposta é extremamente danosa – extremamente danosa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu ouvi, mas não sei o que diz. É ilegal, imoral e inconstitucional.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Por que então prejudica os trabalhadores? Quando congela o orçamento por 20 anos, produzindo uma grande recessão. Não se enganem que a crise econômica que está aí vai ser resolvida com esse ajuste fiscal. O País já tem as normas, tem a Lei de Responsabilidade Fiscal, tem tantos mecanismos que, se cumpridos, não se chegaria a esse exagero.

Então, a recessão vai acabar provocando aumento do desemprego, e isso, sim, é danoso. Quer dizer, não há consumo, não há compra e venda, não há aumento de salários, a riqueza não circula. E pergunto se, lá na frente, quando os empresários perceberem isso,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – ... vai ter tempo de dar conta de voltar atrás, porque o arrependimento será grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A saúde já foi amplamente debatida aqui, quer dizer, a redução do orçamento, o ataque ao SUS. O acesso à saúde vai ficar cada vez mais difícil. A educação, cada vez reduzindo investimento nas escolas, reduzindo investimento nas nossas crianças e nos nossos adolescentes. Na previdência social, não dá para descolarmos a PEC 241 da reforma da previdência. Ela está praticamente pronta, acho que agora as últimas notícias são de quando ela virá. Na verdade, acredito que ela esteja pronta há muito mais tempo.

Imagina-se que estão dando apenas a sacramentação da aprovação da PEC 55 aqui no Senado para encaminhar para lá, para não tirar o foco, para a Base do Governo poder trabalhar com mais dedicação na aprovação dos projetos do seu interesse. Quer dizer, aí é um ataque frontal ao direito dos trabalhadores.

O congelamento do orçamento da Justiça do Trabalho, Senador Paim, a PEC está dizendo que o orçamento vai ser o de 2016. Todos sabem que a Justiça do Trabalho sofreu um corte profundo no orçamento, de 30% no custeio e de 90% no investimento. Então, não tem como ampliar os órgãos da Justiça do Trabalho, não tem mais como contratar servidores, não tem mais como fazer concurso público. Isso vai aumentar, portanto, a demora no atendimento dos trabalhadores e no processo daqueles desempregados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem mais dois minutos.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – O.k.

O salário mínimo vai ficar engessado e, portanto, o engessamento de todos os benefícios previdenciários. Vejam todo esse prejuízo.

Partindo para o encerramento, Senador, eu não posso deixar de me referir à questão da terceirização. Está realmente articulada uma tentativa. Graças ao trabalho do Senador Paim e de ilustres outros Senadores, a proposta de terceirização ampla e irrestrita não andou no Senado. Agora, corre-se o risco de ser aprovada lá no Supremo Tribunal na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou com ela há um ano, discutindo com o Brasil. Peguei a relatoria e a segurei, mas o seu alerta agora é importante, porque, esta semana, o Supremo quer julgar inconstitucional e ilegal, sei lá o quê, a súmula do TST, que, pelo menos, dá um parâmetro...

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Pelo menos limita a atividade-fim. Separa a atividade-fim e a atividade-meio. Então, o risco é muito grande.

O negociado sobre o legislado, a sustação da NR-12, o trabalho intermitente, enfim, inúmeras, inúmeras tentativas de precarização.

Então, ao nosso ver, ao ver da Anamatra, nós estamos em um momento muito crítico do País. E a reação dos trabalhadores, a reação de todos nós é fundamental, porque se busca o desmonte da própria Justiça do Trabalho, se busca a eliminação dos direitos sociais. Nós não podemos permitir esse retrocesso social.

Eu encerro, ressaltando muito este aspecto, que, para mim, é essencial: a Constituição de 1988 veio para reduzir as desigualdades. Agora, embutindo uma emenda dentro da Constituição, de forma inconstitucional, o Governo de plantão vai aumentar as desigualdades. Portanto, nós temos que lutar e resistir.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Luiz Antonio Colussi, que falou pela Anamatra.

João Paulo Ribeiro, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Bem, Senador e todos ouvintes, é um grande prazer estar aqui presente novamente, Senador. Como o Luiz estava falando agora, há coisas boas em ficar por último porque evita-se ficar repetindo.

Mas é o seguinte: eu acho que é um espaço, Paim – novamente parabenizando-o – porque não tivemos esse espaço para denunciar a PEC 241, agora PEC 55, lá na Câmara. O motivo da denúncia ninguém sabe, porque eles não querem o debate.

Antes de começar a minha fala, Paim, queria saudar a minha federação, Fasubra Sindical. Os companheiros do Comando Nacional de Greve estão ali. (*Palmas.*)

Estão em greve contra a PEC 241 e a PEC 55 desde o dia 24 de outubro, resistindo e ajudando em todas as ocupações nos institutos federais e nas universidades deste País. Essa Federação resiste. Essa Federação demonstra a urgência e a nossa capacidade de luta, se espelhando e dando um pouco de motivação a todos os companheiros do serviço público do País.

Então, quero parabenizar os companheiros da Fasubra, o meu companheiro Pimentel. Ele disse assim: "Fala para o Senador que nós temos que ser baluartes da resistência." O companheiro Pimentel é companheiro da UFF, da velha guarda, Paim... (*Palmas.*)

Da Viradouros da Universidade Federal Fluminense.

Eu estava falando sobre a CAE, onde a Senadora Gleisi fez um debate também na mesma linha. O senhor e a Senadora Gleisi são os dois Senadores que se prontificaram a ouvir o movimento social, a ouvir os sindicatos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na mesma linha, há outro amanhã, às 9h.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Isso, Senador. Então, estamos muito felizes de termos pelo menos alguns companheiros.

A CTB já vem elogiando – e nós elogiamos muito também – a coragem e o desprendimento do Senador Requião, que esteve na CAE e soltou um documento. Ele é do mesmo partido do Governo que está aí. Eu votei nele, mas ele deveria cair fora junto, porque é um sacana, para não dizer outra coisa. Eu moro na Bahia e posso chamar de sacana mesmo, porque ilegítimo é pouco, viu, Graça? Mas vamos lá. Ele está aí, e vamos bater nele também.

Eu queria dizer o seguinte: a gente não pode ficar aqui tangenciando o debate. Eu quero mostrar novamente e não é ficar falando só do Paim. O Paim é um baluarte, o João Domingos falou aqui. Quando temos problemas trabalhistas, quando temos problemas com servidores ou com trabalhadores, é aqui que temos vindo recorrer. Sempre foi assim, e está sendo, desde a Câmara, e nós vamos continuar assim.

Faço em nome do meu Presidente, Adilson Araújo, todos os elogios ao Senador Paim. Acho que esse é o motivo. E digo isso porque também isso não é novo para nós, servidores públicos. Quero focar muito no serviço público. O PLP 01, Presidente, foi apresentado em 2007. Nós o derrotamos aqui. E foi apresentado pelo Lula. Temos que lembrar também que Meirelles estava aí nessa época, não é? Mas derrotamos. Sabem por que nós derrotamos? Porque colocamos, naquela época, todo o agravante e o engessamento do Estado que ocorreriam durante dez anos. E nós provamos isso. O desenvolvimento do governo Lula e o investimento foram justamente de 2005 a 2012. O pico foi nessa época.

E, se tivesse sido aprovado o PLP 01 naquela época, não haveria essa grande avalanche desenvolvimentista que houve. Nós temos que fazer o debate sério e nós conseguimos, Paim. Eu acho que o senhor nos ajudou a bloquear não só o PLP 01, mas a PEC 92, também colocada por esses mesmos dragões que estavam no governo anterior. Eles querem fazer pautar a discussão. Eles querem destruir por causa do ajuste fiscal e eles tentaram fazer isso também.

E eles tentaram fazer isso também, mas a nossa resistência conseguiu. Por quê? Porque tinha uma democracia. Eles nos permitiram fazer o debate por um simples fato: era uma PLP, que tramita e é obrigada a passar em algumas comissões. Não houve essa destruição, esse rolo compressor que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

fazendo, e sem debate. E não provam.

É importante fazer algumas notas aqui. A nossa companheira, amiga pessoal, Maria Lúcia, já falou, e os outros companheiros que me antecederam, na primeira mesa, também falaram. Então, a gente tem que começar a fazer algumas sinalizações positivas. Por exemplo, os companheiros do Ipea, a companheira Fabíola Sulpino Vieira e Rodrigo Pucci de Sá e Benevides, colocaram uma nota técnica na época do Ipea sobre os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para efetivação do direito à saúde no Brasil. Uma nota muito boa e verdadeira. São honestos. O que aconteceu? Eles foram perseguidos, foram cassados e humilhados, tiveram que sair do Ipea.

Isso não acontecia, Senador. Isso acontece neste Governo que se diz democrático, não sei de onde.

É isso. Eu queria saudar os dois funcionários do Ipea, os dois pesquisadores... (*Palmas.*)

... porque é de pessoas sérias que precisamos. Nós temos que valorizar, como o senhor acabou de falar, o Consultor, porque estão dizendo acerca do Consultor do Senado, "não, isso é dele, não é do Senado". Não, nós temos que valorizar a coragem e a sensatez de uma pessoa como o Consultor, porque simplesmente teve coragem e justeza, para que não passem a perna em nós novamente, como está acontecendo aqui com a falta do debate.

Eu estava dialogando com a minha companheira de luta, a Graça, sobre o fato de que temos que fazer aqui... acho que não tem 18, Graça. Isso é que é o pior. Estou corrigindo, porque, infelizmente, falei isso com uns companheiros na rua e com o movimento social, e eles "Ah, mas, em 2018, nós vamos derrotá-los". Não vai, gente. Se passar essa PEC, eles vão engessar os próximos governos. Os companheiros falaram aqui. Quer dizer, não adianta nem irmos às ruas, nos revoltar. Mesmo que ganhemos as eleições de 2018, mesmo colocando todos os Senadores e Deputados para fora, nós estaremos prejudicados.

Temos que dizer o seguinte: "Ah, eu faço um acordo. São 20 anos, 10 anos para a revisão? O.k. Não vai aumentar o meu gás, não vai aumentar as minhas despesas, o meu aluguel, não vai aumentar a escola dos meus filhos, não vai aumentar transporte? Vocês garantem isso, Senadores? Se garantirem, tudo bem, vamos pactuar." Então, parem de mentir porque a população não é idiota. Larguem de ser hipócritas. Larguem de hipocrisia, porque é impossível.

Muitos de nós, eu estou no meio deles, talvez, só com a graça de Deus, estaremos vivos daqui a 20 anos. Se vocês não têm a capacidade de pensar para o futuro de vocês, pensem para o futuro, pensem para quem está vindo agora, pensem nessa juventude que está aí jogando, não tem partido político. Eles estão sendo convencidos porque sabem o mal, eles sabem que eles não vão ter escola. A escola já precária, não garante a qualidade, e nós estamos lutando por qualidade. E eles estão lutando para o futuro, e devem envergonhar muito desses Deputados que precisavam de uma jantinha.

Vamos fazer também, Senador, avisei à Senadora Gleisi; lá no Paraná está tranquilo, tem o Requião e tem a Gleisi, mas vamos atrás do Alvaro Dias, ele vai ter que dizer à população do Paraná e para os servidores de lá. Vai dizer para os outros, o Lasier e a Ana Amélia, que eles vão ter que dizer – o Senador Paim, no Rio Grande do Sul, já disse –: sou contra. Vão ter que dizer para a população, e esse futuro vocês vão ter que levar, porque vão estar na história. O Senador que continuar com a demagogia vai estar na história em todos os portais da CTB e em todos os sindicatos dos servidores públicos. Os traidores do futuro do País são esses. A história vai dizer quem estava certo. E vocês vão estar sujando as gerações de vocês. As pessoas vão ter vergonha de Deputados e Senadores que pactuaram com essa questão. Nós iremos denunciar, até o último dia em que estivermos aqui sobrevivendo, todos os destruidores do serviço público.

Essa é a linha. Querem enfrentar? Vamos enfrentar, vamos sofrer. E lembra o seguinte, Barella: nós enfrentamos oito anos sem reajuste, de Fernando Henrique Cardoso, e não morremos. Estamos aqui. Sofremos, mas podemos resistir a outra luta, companheiros. Podem tentar destruir.

Falei com o companheiro Luiz agora, eles estão querendo, não é possível tanta denúncia contra o Supremo. Dizem: "Ah é alto salário." Eu disse: "pare com isso, gente. O que está por trás disso é fechar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o único espaço que foi construído para tentar salvar os trabalhadores." E eles estão fazendo denúncias. Precisam disso. Vai economizar tanto? Parem de demagogia. Temos que tentar defender, e quem estiver errado, que saia do Supremo, passe por uma outra verificação, vamos ver quem vai ser indicado, passe por um crivo. Não passam, não é? Precisam passar.

Então, estou dizendo o seguinte: não vamos destruir uma Justiça do Trabalho porque ainda é a âncora de defesa dos trabalhadores; não vamos querer julgar por algumas coisas que aconteceram e que devem tentar explicar. Se eles recebem altos salários, alguma justificativa há. Eu não concordo. Acho que um mês só de salário deles, que foi divulgado, para mim já bastava. Era perigoso ficar na Bahia um ano e nem querer saber de voltar mais para cá.

Mas, enfim, estou dizendo isso, gente, para tentar concordar com muitos que falaram. Acho que os debates já foram feitos aqui, por várias companheiras. Acho que tecnicamente já foi explicado quase tudo e acho que não vou ficar sendo repetitivo.

E finalizo minha intervenção aqui dizendo o seguinte:

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – ...estamos num estado de exceção. Tivemos, Paim, e aqui acho que já há um AI-5, diferentemente de alguns companheiros que falaram. É o seguinte: entrar numa escola Florestan Fernandes, com armas em punho, colocar algema em crianças de 12 anos, desculpem-me, isso é estado de exceção.

E vou dizer: mas não há bloqueio, por exemplo, para as 338 viagens com aviõezinhos da FAB, não é? É, são falsos moralistas. Gastar R$468 mil e bloquear agora as 654 contas do Bolsa Família, não sei onde está a justeza de tudo isso.

E, finalizo mesmo, porque pedi e falei aqui, Paim, para falar em nome da CTB, meu presidente João Domingos, que queremos que o Pecfaz seja incluído no projeto de lei. Já houve uma menção inclusive do Jorge Rachid. Não podemos fazer, porque até isto o governo faz: ele faz um projeto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – ... coloca um bônus e simplesmente discrimina o conjunto dos trabalhadores. Então, queremos, sim, que, já que estão se fazendo esses ajustes, de fato, coloquem e incluam todo mundo que estamos defendendo.

E, aí, digo – é você que vai falar, Paim – que, infelizmente, caducou a MP 739. Mas hoje, novamente, aquele ilegítimo lá da Câmara, que entrou no lugar do ladrão que está preso no Paraná, simplesmente disse que vai priorizar a 6427. Então, é o seguinte: eles não deixam. Trabalhador, hoje, de luta não pode dormir mais! Nós somos luta 24 horas e nós venceremos! Vais demorar, mas nós venceremos. E essas pessoas vão ficar no seu devido lugar: na cadeia ou esquecido pela sociedade, esquecido por todos nós, porque eles não merecem o mínimo respeito de nossa parte.

Obrigado, gente. Essa é a palavra da CTB

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, João Paulo Ribeiro, que falou pela CTB.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Eu tinha até falado aqui – vou quebrar o protocolo porque o companheiro estava falando, e eu queria parabenizar você pelo livro – e vou fazer uma provocaçãozinha com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Só faltou a foice, não é? Porque a foice, o martelo, a pedra para afiar... (*Risos.*)

...um fogo que forja esses dois instrumentos de trabalho que significam unidade do camponês e do operário. Parabéns a você, mais uma vez, Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, JPR.

João Pedro Ferraz dos Passos, da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas.

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS – Senador, eu vou ser muito breve e não vou usar o meu tempo.

Quero, primeiramente, cumprimentar V. Exª e agradecer, mais uma vez, a honra de participar de mais uma audiência pública, das tantas que V. Exª tem organizado aqui no Congresso, todas elas em defesa dos trabalhadores – contra terceirização, já participamos de várias. E eu sou testemunha do seu trabalho na defesa dos direitos dos trabalhadores. Embora sejamos do mesmo Estado, eu quero, primeiramente, registrar que tenho muito orgulho de tê-lo como Senador do meu Estado. E V. Exª não representa apenas o Estado gaúcho, V. Exª representa os trabalhadores do Brasil inteiro, pelo trabalho que vem fazendo. Isso já é uma marca que V. Exª certamente já vai carregar para toda a sua existência. E o nosso primeiro contato já foi com V. Exª observando e tentando defender direitos dos trabalhadores, isso lá por volta de 1992, na Organização Internacional do Trabalho, com V. Exª ainda como Deputado naquela época. Eu gostaria, então, de agradecer a V. Exª o convite, de saudá-lo e de fazer esses registros.

E quero cumprimentar a Mesa anterior e esta Mesa, se V. Exª me permitir, na pessoa do Bira, que é o mais jovem de todos os que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "O mais jovem", eu gostei! (*Palmas.*)

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS – Senador, a tarefa é árdua. Nós já ouvimos aqui a manifestação de todos, e, se eu fosse aqui colocar as minhas ideias, com certeza, eu seria repetitivo, Senador.

O que nós devemos fazer são registros desses acontecimentos que nos espantam e que não são usuais. Essa PEC é uma forma de perpetuar, por mais 20 anos, o golpe parlamentar que se institucionalizou aqui. Então, é engessar, é colocar uma camisa de força nos representantes do povo, para que eles não possam decidir a vida da Nação.

E eu vejo claramente, no distante, nessa decisão preliminar e monocrática do Supremo Tribunal Federal, uma bárbara inconstitucionalidade nessa PEC,... (*Palmas.*)

...na medida em que retira dos nossos representantes futuros que vamos eleger a possibilidade de dizer onde vão aplicar os recursos da Nação, onde vão aplicar os impostos que pagamos, onde será aplicado aquilo que arrecadam de nós. E, certamente, já foi dito aqui, os maiores prejudicados serão os trabalhadores e será a população mais pobre, porque os setores mais atingidos serão a saúde e a educação, que já têm um déficit tremendo e já têm um buraco enorme. E nós vamos congelar a saúde e a educação nesse buraco, nesse bolo.

E dizem: "Vamos esperar o crescimento do bolo, para a gente comer um pedaço." Senador, eu ouço isso desde criancinha. E eu já estou com quase 70 anos, e esse danado desse bolo não cresce, esse danado desse bolo está cada dia murchando mais.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO (*Fora do microfone.*) – Não botaram fermento.

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS – Não botaram fermento. Então, isso é que nos deixa indignado, mas isso é só para fazer uma reflexão sobre tudo o que foi dito.

Em relação à terceirização, Senador e meus companheiros, em um evento acho que foi em Minas Gerais, e também repeti isso no Rio Grande do Sul, houve um coral de uns jovens, uns meninos que estavam num evento que nós fizemos na Universidade Federal de Minas Gerais contra a terceirização. E os jovens cantaram uma musiquinha que me chamou atenção antes da minha fala. Eles diziam assim: "Terceirização é coisa de ladrão!"

E, olha, isso ficou batendo na minha cabeça, sabe por quê? Porque, claro, tudo isso, o nosso debate aqui tem um *link* que são os malefícios da PEC na vida dos trabalhadores e principalmente quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

à terceirização. E eu digo que terceirização é mesmo coisa de ladrão, porque terceirização rouba a saúde, rouba direito dos empregados, rouba a segurança daqueles que pretendem ter um futuro melhor e uma previdência social, rouba, enfim, a expectativa de você crescer dentro de um empreendimento econômico, de você conviver com a sua família. Você é terceirizado, você hoje presta serviço aqui, presta serviço ali, e não está integrado em nada.

Mas uma das coisas também que têm me chamado atenção na questão da terceirização que vai ser decidida agora no Supremo Tribunal Federal é a terceirização também no serviço público, Senador. Tem que se combater essa terceirização, que é danosa. No Judiciário se terceiriza, Doutor; no Parlamento se terceiriza, aqui se tropeça em empregados terceirizados e em todos os setores do serviço público.

Isso é uma discriminação. Isso é uma maneira de mitigar direitos de trabalhadores. E nós temos que estar atentos a todos esses fatores que parecem que são, às vezes, questões isoladas aqui e ali.

O colega da Anamatra não falou, por uma questão até eu acho que de *fair-play,* mas o que está acontecendo hoje, por exemplo, na Justiça do Trabalho é: quando o Presidente do TST veio à Câmara dos Deputados, para pedir a retirada de projetos que aumentavam a estrutura da Justiça do Trabalho, não se referia a salário de ninguém, não; mas à estrutura, à criação de serviços para serem colocados à disposição do empregado, a varas do Trabalho, ao aumento de cartórios, a um cargo de servidores.

E a quem a Justiça do Trabalho serve, meus senhores? A Justiça do Trabalho serve hoje aos empregados. Quem são os clientes da Justiça do Trabalho? São os empregados que não recebem os seus direitos; são os empregados que têm os seus direitos roubados diariamente. Então, eu acho que o colega não comentou esse episódio desagradável que hoje vive a Justiça do Trabalho,...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA (*Fora do microfone.*) – Mas ele pediu para votar o negociado sobre o legislado.

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS – ... por uma questão de *fair-play.*

Mas vejam bem, esses episódios todos... Disseram aqui, no início, que a reforma trabalhista não precisa ser encaminhada para o Congresso. O Supremo está fazendo em conta-gotas. Mas é um conta-gotas que está gotejando muito rápido.

Nós já tivemos aí a questão do negociado sobre o legislado, em que se equipararam os representantes de empregados aos empresários, aplicando-se aquela tese do *pacta sunt servanda*: você contratou, está contratado; não adianta discutir; e não se quer saber se houve igualdade de condições entre os dois lados que negociaram. Logo depois, veio outra decisão quanto à questão da validade das normas coletivas, sem a ultratividade, acabou a norma coletiva, acabaram os direitos. E agora vão discutir o Enunciado 331, que, bem ou mal, coloca um limite nessa terceirização desordenado.

Eu disse que não iria usar o tempo, mas estou usando.

Mas, se juntarmos todos esses fatos, Senador, nós vemos que o golpe continua, o golpe está andando a passos largos. E eu acho que só quem tem força para segurar esse golpe...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS – ... são os trabalhadores. E eu lamento que aqui não estejam todos os trabalhadores. Aqui estão os mais combativos, aqui estão os mais legítimos, aqui estão os mais autênticos, mas não estão todos os representantes dos trabalhadores aqui, Senador. E V. Exª sabe a quem eu estou me referindo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o João Pedro Ferraz dos Passos, da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrate).

E, por fim, terminando esta Mesa, Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da CUT.

O SR. VALEIR ERTLE – Primeiramente, cumprimento o Paim, pela iniciativa. É o nosso baluarte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

aqui na Comissão, entre tantos temas importantes para os trabalhadores e para a população em geral que são debatidos aqui.

Cumprimento a primeira e a segunda Mesa; não dá para nominar todo mundo, porque o tempo já foi todo.

Então, falo o seguinte, essa PEC, Senador Paim, é resultado da atuação de um Governo golpista que fez um projeto de lei contrário ao resultado das urnas. Querendo ou não, ele foi eleito como Vice-Presidente, e é contrário a essa discussão, esse debate que aí está. Além de tudo, é um Governo golpista que sequer cumpre ou aceita o resultado das urnas.

Com certeza, essa não seria a proposta das urnas e, com certeza, essa não seria a proposta da Dilma – nem dele, porque ele era Vice-Presidente na chapa, apesar de ser golpista e ter dado todo o golpe, tirando uma Presidente legitimamente eleita.

Segundo, é muito fácil: o cara corta 5 milhões de Bolsa Família, mas gasta 24 milhões em cartão corporativo em quatro meses. E vai ter um *show* hoje, pagando R$500 mil para as sambistas. Eu acho que comemorar o centenário do samba é muito importante, mas pagar R$500 mil mais um jantar para 600 a 1000 pessoas... Quanto vai ser gasto hoje à noite, com o dinheiro público? E isso, porque o Brasil está em crise e precisa economizar. Isso é resultado de um Governo realmente hipócrita, mentiroso, enganoso, com toda aquela... Investindo milhões para pagar a imprensa golpista que fez todo o financiamento, que fez parte da orquestra do golpe neste Brasil. Por aí, vemos o resultado deste Governo.

Essa PEC 55 é um absurdo que tramita aqui no Senado Federal. Ela é a contramão de toda a discussão, contrária à arrecadação tributária de todos os brasileiros. A maior parte dos brasileiros é que paga os impostos, tanto na... Já foi colocado aqui que é um absurdo os trabalhadores pagarem mais Imposto de Renda que os empresários. Além disso, quanto imposto pagamos indiretamente na compra dos produtos que consumimos? Além disso, o brasileiro não tem como sonegar, não tem nenhum incentivo fiscal, é descontado na fonte, não tem como sonegar. Os empresários, muito pelo contrário, são repassadores de impostos; eles não pagam impostos, eles repassam os impostos, pois quem paga somos nós. Além disso, sonegam milhões e milhões. Se fossem cobrar só os impostos sonegados, as dívidas que têm com este Brasil só na Previdência Social, com certeza, não teria necessidade de aprovar nenhuma PEC 55.

Limitar os gastos em 20 anos. Os gastos com educação têm uma queda brutal no Brasil, onde nós estamos vivendo hoje com 12 milhões de desempregados. Imaginem em 20 anos todo o impacto que isso vai dar. Então, é muito complicado. Imaginem, com a nossa educação tão precária como está, hoje, com essa crise, com esses milhões de desempregados, com as pessoas ganhando menos e não conseguindo fazer um reajuste decente, ter que acabar com seus planos de saúde, tirar seus filhos das escolas particulares e colocar nas escolas públicas. Como é que vai suprir essa deficiência? Só para cumprir o Plano de Educação, em 2017, vão entrar 3 milhões a 5 milhões de crianças e jovens nas escolas. Imaginem como vai ficar essa situação.

Se, no Brasil, tivesse sido aplicado este plano que aí está de 2006 a 2015, estudos apontam que, só em educação, saúde e assistência social, teriam deixado de investir 687,92 bilhões. Então, deixariam de aplicar 179,78 bilhões em dez anos na saúde; 320,68 bilhões em educação; e 187,46 bilhões na assistência social. Imaginem o impacto que isso vai dar em 20 anos para este Governo.

Enquanto isso, só em 2015, como já foi dito aqui, foram R$962 bilhões para o pagamento da dívida interna. E, nesse projeto, não tem nenhuma limitação, não tem nada que limite como em vários países do mundo, em que há uma limitação. Hoje, 43% de toda a nossa arrecadação vão para pagar a dívida interna – a dívida externa, graças a Deus, o Lula acabou.

Além disso, a DRU. A DRU era 20%, passou para 30%, e o Governo tem autonomia para gastar onde bem quiser. Então, é dinheiro que é tirado da educação, da saúde, da seguridade social, para gastar onde bem quiser – com certeza, nos cartões corporativos, 24 bilhões em três meses, têm toda a liberdade. E aonde vamos chegar com essa situação? Só a DRU representou em torno de R$500 bilhões que podem ser remanejados, sem nenhum tipo de fiscalização, sem ter nenhuma vinculação nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Só na questão da desoneração da folha de pagamento e incentivo fiscal, no ano de 2015, foram 600 bilhões. Foi feito sem nenhuma contrapartida social. Imaginem. Não precisavam acabar com tudo, acabassem com a metade da desoneração da folha e incentivo fiscal... Nós da CUT sempre fomos contrários, defendemos que foi um absurdo. Não tem nenhuma contrapartida social. Os empresários só embolsaram. Serviu de transformação de lucro para os empresários, de remessa de divisa para o exterior. Neste ano, vamos ter 170 bilhões de déficit. Se diminuíssemos pela metade, já sobravam 130 bilhões de investimentos. Isso é uma questão de prioridade, mas tem que continuar dando incentivo fiscal aos empresários que foram os grandes financiadores desse golpe. Todo mundo sabe. A Polícia Federal tem filmagem, tem tudo de como foi financiado esse golpe no Brasil, como os empresários investiram nesse financiamento do golpe. Então, é um absurdo.

Nessa PEC, além de todo o serviço que já foi colocado, um dos grandes prejudicados vai ser o servidor público, como a Graça colocou. É a necessária vinculação à terceirização, porque não vai ter contratação de servidores públicos. Muitas pessoas vão se aposentar. Vão dar um jeito, com a aprovação dessa PEC, de demitir muitos servidores públicas. Essa é que é a realidade. Não tem como continuar dessa forma. Imaginem quantos terceirizados vão entrar. Quantas decisões judiciais tiveram, pois vários ministérios tinham terceirizado tudo e tiveram que desterceirizar, contratando? Foi um trabalho do governo Lula, que a Dilma continuou, de fazer os concursos. Tanto é que hoje quantos concurseiros de plantão estão fazendo curso para conseguir, mas, infelizmente, concursos vão acabar neste País.

A CUT tem sempre se posicionado contra qualquer ajuste fiscal que faça com que os trabalhadores paguem pelo efeito da crise. Como falou, a Fiesp não está pagando o pato. Nós sempre colocamos que esse golpe não era somente contra a democracia, não era só contra a Dilma; esse golpe era contra a classe trabalhadora. Nós sempre dissemos isso. A CUT sempre afirmou isso em todos os seus documentos. Aqui debatemos sobre isso – eu, Graça, outros membros da executiva da CUT. Nós sempre colocamos essa questão e colocamos a posição da CUT bem clara. Então, infelizmente, para alguns trabalhadores, não é bem assim, mas está bem claro que, infelizmente, está acontecendo tudo que dizíamos. Nós estamos pagando o pato. Com os empresários, poderiam acabar com a desoneração fiscal e várias questões que foram aprovadas aqui, num contrassenso, e não estariam nessa crise fiscal... E diga-se, de passagem, que foi no governo Dilma que chegou a 500 bilhões de incentivo... Nós sempre estamos criticando os empresários, só que sempre querem com as duas mãos e não retornam nem com o dedo.

São várias críticas que podem ser feitas.

É preciso corrigir as distorções da arrecadação regressiva, porque é um absurdo a forma com que se paga imposto. Eles adotaram a política progressiva de impostos e tributos, em que quem ganha mais paga mais; aumentando os impostos dos mais ricos; corrigindo a tabela do imposto de renda, pela qual pagamos um absurdo; diminuindo as isenções;...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALEIR ERTLE – ... instituindo o pagamento do imposto de renda sobre lucros e dividendos; os impostos sobre grandes fortunas, heranças e bens de alto valor – quem tem um avião não paga IPVA. Nós que temos nosso carinho para andar temos de pagar IPVA. Quem tem iates não paga. Então, é um contrassenso. A burguesia, realmente, não paga imposto neste País –; acabar com as desonerações fiscais; e garantir espaço para investimentos em infraestrutura, fomentando o crescimento. Isso é fundamental. Se pegássemos esses R$600 bilhões de ativos fiscais da desoneração e os aplicássemos em investimento, quanto significaria de retorno de crescimento e de emprego? Para isso, é preciso limitar o pagamento dos juros da dívida, como foi colocado em proposta. Inclusive, acho que é importante o Paim fazer uma proposta de limitar, porque é um absurdo pagar 43%, quase R$1 trilhão, de juros da dívida. É uma coisa horrorosa!

Além disso, a PEC 55 passando, como foi colocado aqui antes, virão várias reformas: a previdência tem de ser reformada para estar dentro da PEC 55. Não há como não fazer uma reforma da previdência. A terceirização é necessária para poder cumprir a PEC 55. Então, várias reformas virão por aí. E é um contrassenso: o que o STF tem feito é um absurdo. Para que desgastar o Congresso? Para que desgastar os Senadores e os Deputados, se há um STF que está legislando? Ele está fazendo um desserviço ao povo brasileiro. O que foi decidido, há pouco tempo, o negociado sobre o legislado no período da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vasp, contrariamente às posições de toda a Justiça trabalhista do Brasil... O que o Gilmar Mendes fez, rasgando a Constituição, rasgando a lei, rasgando o Regimento do STF, decidindo monocraticamente a questão da outra atividade das convenções coletivas de trabalho... Imaginem como vai se negociar daqui para a frente? Imaginem o Bira, no sindicato dele; chega o patrão, com a faca no pescoço – daqui para a frente, não tem outra atividade, não tem nada. Com o negociado sobre o legislado, como se vai negociar? Imaginem as condições que nós temos, no Brasil, para se negociar daqui para a frente.

E a terceirização que será, infelizmente, decidida nesta semana. Espero que consigamos fazer um bom ato na quarta-feira, convidando todo mundo, convidando a Anamatra, a Associação dos Advogados, o Ministério Público do Trabalho, e nos unirmos numa grande cruzada para ver se conseguimos sensibilizar os membros do STF, que, infelizmente, estão a serviço do golpe. Esse golpe só se concretizou por causa do STF, que deu guarida a ele e o sustentou, fazendo um desserviço para o País, dando toda a sintonia do golpe, o que é uma coisa absurda.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALEIR ERTLE – O que nos resta é, no dia 11, fazer um grande dia de paralisação nacional. Todas as centrais sindicais estão juntas e unidas nesse propósito. Esperamos que a gente consiga fazer uma grande paralisação, paremos o transporte nesse Brasil todo, num grande dia de mobilização contra a PEC 55, contra a reforma da previdência e nenhum direito a menos. A única coisa que nos resta é fazer uma grande mobilização, colocar a população na rua, colocar os jovens, que já estão dando exemplo de mobilização e organização, e todos os trabalhadores nessa cruzada, juntamente com todas as associações. Nesse sentido, é fundamental que a Abrat, a Anamatra, Alal, todos estarmos juntos. Como fizemos todo aquele debate sobre a terceirização com esses atores juntos, com certeza, vamos obter êxito se tivermos uma cruzada, juntamente com os Senadores defensores do povo brasileiro, como é o Senador Paim.

Obrigado a todos e a todas.

Esperamos ter êxito nessa nossa cruzada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Valeir Ertle, que falou em nome da Central Única dos Trabalhadores.

Nós temos ainda o Maximiliano Garcez.

Pode usar a palavra daí mesmo. Não há problema nenhum.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele está propondo trocar com você.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Só para esclarecer ao Dr. João Pedro. Não foi *fair play*, Dr. João Pedro. Houve um esquecimento aqui pela premência do tempo, e eu não consegui falar sobre a retirada dos 32 projetos. Para deixar clara a posição da Anamatra, nós emitimos nota pública, num ato democrático...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu li, na tribuna, inclusive, a nota de vocês.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Sim, foi lida a nota pública, um ato contra o presidente do Supremo. Impetramos um mandado de segurança, que a Ministra Delaíde deferiu. Infelizmente, a Ministra Cármen, ontem, reformou a decisão. E trabalhamos na nossa Diretoria Legislativa lá na Câmara para segurar, porque o Presidente da Câmara já queria mandar embora. Está lá, ainda hoje, graças a nossa ação.

Eu agradeço a referência, porque, no nosso tempo, não deu para falar de tudo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

palavra o Maximiliano, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Primeiramente, Fora Temer.

Agradeço o convite do Senador Paim, a quem tanto admiro. Essa admiração só cresceu com a maratona que tivemos oportunidade de acompanhar em 18 Estados e a sua luta nas audiências públicas.

Quero cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fomos aos 27 Estados. Não escapou um.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não ficou nenhum para trás.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – E eu vi o seu destemor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dezoito foram no segundo turno.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – É isso mesmo. Foi um prazer enorme, e até meus filhos me acompanharam em algumas delas.

Gostaria de parabenizar a competente assessoria da CDH, cumprimentar os trabalhadores diretos e terceirizados do Senado, que prestam um ótimo serviço, e quero agradecer aos companheiros do meu escritório, que fizeram um levantamento estatístico sobre como votaram os Deputados no golpe ilegal que foi cometido contra a Presidenta eleita Dilma, na terceirização e na PEC 241. E houve uma coincidência, Senador, de quase 90% entre golpistas, inimigos dos trabalhadores e destruidores do futuro nacional, na PEC 241.

Então, o mesmo tipo de traidor do povo, que destruiu a democracia, tem destruído o direito dos trabalhadores e, agora, quer destruir o futuro do Brasil com essa medida que é absurda. Eu não vou entrar nos detalhes. Corroboro, aqui, com o que os meus colegas que falaram anteriormente, especialmente o companheiro da Anamatra, o companheiro da Abrat, entidades de luta na área jurídica, além de destacar que eu falo aqui também em nome do Fórum Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização.

A terceirização e a PEC 55 têm tudo a ver. São duas maneiras de tentar tornar ainda mais desigual o nosso País e tentar destruir o projeto consensualizado pela Nação brasileira em 1988, a Constituição de 1988, de construir um Estado social-democrático e uma sociedade mais justa, mais igualitária.

É exatamente isto que a PEC 241 quer fazer: congelar o golpe, como já colocaram; impedir que qualquer tipo de projeto de nação soberana venha a ser implementado; cassar o direito de voto, que já foi cassado este ano, ofendendo 54 milhões de eleitores; e agora impedir que se elejam Presidentes da República, Deputados e Senadores por 20 anos, na prática. Você congela um estado ilegal de coisas que vêm acontecendo no Brasil.

Não é à toa que esse ataque aos direitos vem em conjunto com a criação do Estado de exceção. Já tínhamos boa parte da população brasileira que vivia em Estado de exceção nas favelas brasileiras, sem direito a cidadania e submetida ao terror policial, e agora vemos uma gama de setores – os estudantes, o MST, uma série de movimentos populares – sofrendo a truculência do Estado policialesco, que vem junto com o golpe.

É deprimente ver um Presidente ocupando ilegalmente a cadeira. Além de o golpe ter sido ilegal, mais ilegal ainda é você governar com quem foi derrotado nas urnas, com um projeto que foi rejeitado pela população brasileira. Os cientistas políticos norte-americanos tentam entender isso e um deles disse: «Não conseguiria entender como que seria possível que o Obama sofresse um *impeachment*, o Joe Biden assumisse a Presidência e, no dia seguinte, ele dissesse: 'Não, agora eu vou governar com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

republicanos, que perderam as eleições, os democratas vão para a oposição e minha primeira medida vai ser acabar com o ObamaCare [que era a vitória do Obama em relação à saúde dos trabalhadores]'". Isso é algo que é impensável. O que eles querem fazer é instituir agora a barbárie no País.

Há uma frase do companheiro Josué de Castro, em *Geografia da Fome*, em que ele dizia que a gente poderia criar uma situação no Brasil como havia em parte da humanidade. A frase é: "Metade da humanidade não come; e a outra metade não dorme, com medo da que não come". Hoje a proporção é maior do que isso, mas infelizmente, no mundo, há muito mais gente que não come. Felizmente, graças ao governo da Dilma e Lula, conseguimos praticamente erradicar a fome no Brasil e o Governo golpista de Temer quer fazer exatamente o contrário.

Em relação à educação, a situação é ainda mais trágica. Vamos ter um aumento da população brasileira, então seria natural haver um aumento nos gastos com educação. Temos um déficit educacional gigantesco. Por isso, a luta dos estudantes é tão importante em relação a essa medida provisória absurda, que tenta calar a voz dos professores e dos alunos do Brasil.

Quanto à questão do gasto com educação, o Governo Temer alegando que é muito cara, lembra-me um debate que houve uma vez entre um Presidente norte-americano e o reitor de Harvard. O Presidente norte-americano de plantão dizia que educação custava muito nos Estados Unidos e o reitor de Harvard disse: "Se você acha que educação é cara, experimente a ignorância", vai ser muito mais cara. E essa ignorância dessas pessoas deslumbradas com o poder, fazendo esses banquetes vergonhosos, utilizando aviões da FAB, cortando direitos, é algo que o povo brasileiro não vai permitir.

Eu tenho certeza de que essa luta dos estudantes, essa luta dos trabalhadores vai se somar. Em breve, vamos conseguir retirar esse Governo ilegítimo do poder e impedir que esses retrocessos prosperem.

Ainda confio na força da mobilização popular para impedir que esse golpe por 20 anos, algo sem precedentes na humanidade, nos séculos XX e XXI, que é a PEC 55, prospere.

Há uma frase do Paulo Freire em que ele dizia que: "Não é na resignação, mas na rebeldia, em face das injustiças, que nos afirmaremos". Eu lembro uma outra frase dos estudantes: "Se não nos deixam sonhar, não os deixaremos dormir".

Espero que os Senadores que querem atacar o povo brasileiro sintam isso, nas suas casas, nos seus escritórios, aqui em Brasília, nos rincões do País. Quem quiser saber os endereços dos Senadores, basta entrar em www.senado.leg.br. Há uma tabela do Excel com os endereços, inclusive dos escritórios regionais de cada Senador, para pressioná-los, a fim de que não prospere o golpe nas votações que vão existir, pelo jeito, a toque de caixa.

Quero citar aqui uma frase do Manifesto de Córdoba, que incendiou as universidades durante a ditadura argentina: "A juventude não pede, exige. Está cansada de suportar os tiranos". O Manifesto de Córdoba.

Com essa chamada à luta e à resistência, lembrando o discurso lindíssimo da companheira Ana Júlia, eu vou mostrar aqui um pequeno *videogame* que resume o que é a PEC 241. A segunda parte do *videogame* termina com a esperança de que resistamos.

Finalmente, quero agradecer novamente ao companheiro Paim, por ser o bastião de luta aqui.

Quero agradecer a todos os companheiros das centrais aqui presentes, às diversas entidades que estiveram neste painel e no painel anterior. Há várias entidades aqui presentes também, os companheiros da Fitratelp, os companheiros da Contracs, da Contraf, da Fisenge e de tantas entidades.

Então, concluo com esse videozinho aqui.

Muito obrigado.

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bem, muito bem, muito bem.

Parabéns, Maximiliano Garcez, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas.

Agora, vamos encerrar, mas houve duas pessoas no plenário que pediram a palavra, o Romero Calmon, da Universidade Federal da Paraíba, e uma mulher, a Eurídice Almeida.

Então, primeiro, a Eurídice Almeida, representante da diretoria da Fasubra.

Só aperte o botão preto. Vai acender uma luz verde.

A SRª EURÍDICE ALMEIDA – O.k.

Quase boa noite a todas e todos.

Bem objetivamente, porque eu sei que o tempo urge e depois de tantas lições recebidas aqui, aprimoradas a cada audiência promovida nesta Casa pelo também grande guerreiro nosso, que é o Paulo Paim, dizer que a 241 é o último pilar de sustentação da ponte que vai para o inferno de Dante.

Nós não podemos deixar esse pilar ser erguido. Está nas mãos dos Senadores aqui, está aqui no Senado a força, os instrumentos e o apoio do povo para que essa sustentação não seja implementada.

Meu nome é Eurídice Almeida, eu sou paraibana, estou na direção da Fasubra Sindical. E nós estamos, como sempre, na vanguarda do movimento, puxando o movimento sindical para dar suporte a todas as outras entidades, todos os outros movimentos, tanto público quanto privado, porque essa 241 não vai atingir só o serviço público. Não vamos mais fazer outras analogias, porque já houve aqui.

Só tenho uma coisa a dizer: Srªs e Srs. Senadores, não sujem suas mãos apertando os botões que vão aprovar essa PEC, continuem junto do povo que dará sustentação a esse País maravilhoso chamado Brasil, tão cobiçado por todos. Juntos continuaremos fortes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Eurídice Almeida, da Fasubra.

Romero Calmon, da Universidade Federal da Paraíba.

O SR. ROMERO CALMON – Agradeço a oportunidade. Eu vim de tão longe. Falo como servidor. Resolvi falar, depois de várias explanações importantes em debate nesta Casa, resolvi falar porque eu sou o perfil que essa PEC vai atingir. Eu sou servidor técnico administrativo em educação da Universidade Federal da Paraíba. Eu sequer tenho teto, o meu salário é abocanhado com pagamento de aluguel. Então, eu sou o perfil que essa PEC quer atingir. Não fui contemplado com política habitacional ainda neste País e acredito que, com a implementação da PEC, não serei. Eu não tenho plano de saúde. Se eu hoje, junto com minha família, for acometido de doenças, tenho SUS, o único recurso que me resta. E estou aqui para lutar por ele. E essa PEC vai atingir diretamente o SUS. O meu salário sequer dá para as despesas básicas, senhores e senhoras aqui presentes.

Portanto, conclamo os Senadores que estão me ouvindo através da TV Senado para que votem contra essa PEC. Essa PEC, Srs. Senadores, será um tiro no pé dos senhores, pois os senhores são os representantes dos Estados. Os senhores, através das suas emendas, conseguem alocar recursos para esses Estados. Como os senhores vão falar, para pessoas como eu, do caos social que essa PEC vai implementar e os senhores são responsáveis por ela? Portanto, eu conclamo que os senhores que votem contra essa PEC.

Como trabalhador em educação, estou em greve. Estou em greve porque o Governo que aí está descumpre um acordo de greve do ano passado. Estou em greve também contra a PEC 241, 55 aqui no Senado.

Esta Praça dos Três Poderes tem uma instituição chamada Supremo Tribunal Federal que, em vez de obrigar o Poder Público a implementar a data-base, cumprir a Convenção nº 151 da OIT, vem de encontro aos trabalhadores, em uma conjuntura totalmente desfavorável. Esta Praça dos Três Poderes está unida para acabar com os movimentos sociais, para acabar com o povo brasileiro.

Portanto, agradeço a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Romero. Parabéns pela fala autêntica, legítima e muito verdadeira. É um belo depoimento que fica nos *Anais* da Casa.

Assim, pessoal, nós terminamos a audiência pública de hoje. Lembramos que amanhã, na Comissão de Economia, às 10h, vamos ter outro debate que vai tratar dos temas que tratamos nesta tarde.

Tivemos uma pela manhã, que também entrou na área da saúde; teremos outras durante toda a semana, tanto aqui na Comissão de Direitos Humanos como também na Comissão de Economia, cuja Presidente é a Senadora Gleisi.

Desta reunião, coisas fundamentais ficam registradas: mobilização e pressão em cada Senador. Eu, particularmente, tenho 30 anos de Parlamento. Insisto em dizer isso: o Senador, o Deputado, no fundo, tem mais medo do voto do que de outra coisa. Se nós soubermos fazer uma mobilização, Município por Município, Estado por Estado, deixando bem claro que o voto será dado para aqueles que não votam contra os trabalhadores...

Aqueles que votam com essa PEC, que atinge criança, idoso, saúde, educação, saneamento básico, que atinge tudo, por isso é a PEC do fim do mundo, tão bem lembrada, não há como nós do movimento social, das mais variadas áreas, do campo, da cidade, da área pública, da área privada, sem teto, sem-terra, LGBT, estudante, não há como não acompanharmos o voto de cada um. A pressão para mim é quase mais importante do que a pressão aqui. Fazer vigília na praça, por exemplo, colocar em cada praça deste País, que é mais fácil do que deslocar para cá, se conseguirmos colocar, no dia da votação, cinco mil pessoas na praça com um telão, acompanhando o voto de cada um, acho que teria um peso muito grande.

Eu vejo por mim. Calculem botar na minha cidade um telão elogiando o Paim. É claro que vou gostar, por isso que eu botei elogio. Eu falei elogio para não dar má intenção aí. Ah, eu ficaria bem louco, eu digo: o que aconteceu? Vamos discutir com esse povo para ver o que está acontecendo.

Político pensa meio semelhante, pessoal. Ele pensa meio semelhante em matéria eleitoral. Eu, por exemplo, tenho uma forma de pensar. As causas é que me dão energia para fazer o bom combate, como estamos fazendo aqui, indiretamente, e me anima a fazer disputas permanentes.

Outros não defendem causas; defendem coisas, mas têm medo do voto. Ah, têm medo do voto! Para ele continuar defendendo as coisas dele, ele precisa do voto. E nós temos que mostrar que quem não defende causas não terá que ter voto.

Eu sei que Senadores estão ouvindo, e estou sendo muito verdadeiro. Quem defende causas merece o voto do povo brasileiro; quem não defende causas, para mim, não merece. Deveria ir para a iniciativa privada cuidar da sua vida, onde bem entendesse, mas não dentro do Parlamento . (*Palmas.*)

A greve do dia 11 eu acho que é uma grande iniciativa das centrais, federações, confederações, movimentos sociais. Todos, todos nós devemos colaborar para que haja um grande movimento, como também no dia 25, serão dois momentos. E dia 9 vai haver a concentração aqui.

Olhando para a nossa juventude, também estou muito orgulhoso. Quando falo muito da Feira do Livro é porque foi muito bonito lá mesmo. O que houve de jovens que vinham me dar um abraço e diziam: "Paim, a palavra de ordem lá na minha universidade, lá no meu colégio é ocupar e resistir, ocupar e resistir"; inclusive eu me lembro de um que se chamava Lucas e de tantos outros.

Com essas palavras, eu encerro.

E vamos fazer um bom combate, pessoal, eles não pensem que está tudo resolvido. (*Palmas.*)

Parabéns a todos vocês!

(*Iniciada às 15 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 1 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 96ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 6, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Regina Sousa e dos Senadores José Medeiros e Vicentinho Alves. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 135 de 2016-CDH de autoria da Senadora Regina Sousa, para debater sobre: "O Plano de Desenvolvimento Agropecuário - PDA-MATOPIBA, instituído pelo Decreto Presidencial nº 8.447 de 6 de maio de 2015". A Senhora Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Eduardo Mazzoleni, Coordenador de Cooperativismo e Associativismo da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Isolete Wichinieski, Representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT; Ego Heck, Representante do Conselho Indigenista Missionário – CIMI; Gecílha Crukoy Krahô, Liderança Indígena do povo Krahô; Alexandro do Carmo Silva, Representante da Comunidade Serra do Centro - Campos Lindos – TO; Joice Bonfim, Representante da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais - AATR/Bahia; Felício de Araújo Pontes Júnior, Procurador da República - 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Pedro Antônio Ribeiro, Comissão Pastoral Da Terra – CPT. A Senhora Presidente eventual concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Sra. Isabel Xerente; Ivonete Krao Canela; José Luis Kassupá; Adalto Guarani; Laura Laudovina, Conselho Indigenista Missionário - CIMI; Iremar Barbosa de Araujo; Oscar Abinajé; Davi Avá Canoeiro; Zilmar Pinto Mendes, Comunidade Quilombo do Charco/MA; Pedro Wilson, Secretário Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas - SMDHPA. A Senhora Presidente eventual registra a presença de pessoas no Plenário. A Senhora Presidente eventual passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e o Senador José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dezessete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas.

Eu declaro aberta a 96ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 135, de 2016-CDH, de autoria da Senadora Regina Sousa, esta que lhes fala, para debater o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) Matopiba, instituído pelo Decreto Presidencial nº 8.447, de 6 de maio de 2015.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Eu fiz o requerimento desta audiência, mas, na verdade, ela foi solicitada pelo Conselho Indigenista Missionário, regional de Goiás e Tocantins. Eles solicitam, mas, como só quem pode pedir é um Senador ou uma Senadora, então, eu fiz o requerimento, para discutir os impactos do programa que foi lançado em 2014, ainda pela Ministra Kátia Abreu. E precisamos ver que passos ele deu, que andamento teve, depois de lançado. Eu me lembro de que, no lançamento, eu fiz uma peregrinação no meu Estado. O meu Estado, Piauí, é o Pi do Matopiba. Eu fiz muitas reuniões com trabalhadores, com sindicatos, em que eu estava cuidando desse assunto também, porque há uma preocupação, principalmente no meu Estado, com as nascentes que há dentro da região de rios perenes preciosos, sagrados para nós, e que podem correr riscos também. Nós temos assentamentos, sabemos que há quilombolas e, principalmente, os indígenas que estão nesse território.

O programa, quando foi lançado, cheio de boas intenções, falava que teria todo o cuidado tanto com a questão ambiental quanto com a questão da pequena agricultura, da agricultura familiar, e a gente precisa avaliar como é que está andando isso, depois do Governo que assumiu, o que está acontecendo. Eu ouvi o Ministro dizendo que ia dar uma reformulada. Vi uma entrevista dele, em que ele disse que ia reformular o programa – que ia continuar, mas ia reformular.

Foi para isso que a gente convocou esta reunião. Como nós temos várias audiências públicas aqui, todas muito polêmicas, vamos começar, porque nós temos duas Mesas, para darmos tempo de os convidados falarem e também ter um pouco de participação. Já há uma solicitação. É a primeira inscrita. Pode pegar o nome dela, porque ela vai ser a primeira inscrita. Vou abrir quatro falas do plenário para a gente ouvir também.

Primeiro, vamos ouvir os convidados da Mesa 1. Vou chamar Eduardo Mazzoleni, Coordenador de Cooperativismo e Associativismo da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Seja bem-vindo.

Isolete Wichinieski, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade que tem uma história muito longa com os trabalhadores. Eu participei algum tempo da CPT também.

Ego Heck, representante do Conselho Indigenista Missionário, da região Goiás-Tocantins.

Hoje só tem nome difícil aqui para eu falar. Se estiver falando errado, perdoem-me.

Gecílha Crukoy Krahô, liderança indígena do povo krahô. (*Palmas.*)

Então, vamos com esses quatro. Acho que vocês foram avisados: dez minutos. A gente tem sempre uma tolerância. O reloginho acolá mostra mais ou menos como está o andamento da fala, para você apressar ou finalizar. A gente sempre dá uma tolerância. A sirene toca com um minuto. Ela é meio assustadora. Não consigo reduzir essa sirene aqui. Ela assusta a gente um pouco, quando falta um minuto.

Vamos começar, passando a palavra para o Eduardo Mazzoleni, que é do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. É bom que ele é da área governamental e já situa para a gente como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

anda o projeto, e a discussão parte então disso.

O SR. EDUARDO MELLO MAZZOLENI – Perfeito.

Senadora Regina Sousa, é um prazer, como técnico do Ministério da Agricultura, poder conversar um pouco.

Acho que a ideia da nossa conversa aqui é colocar o que foi a ideia do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba) e como ele pode auxiliar de forma sustentável o desenvolvimento socioeconômico dessa região do Matopiba.

Pode passar o próximo.

A primeira questão importante a gente tem que situar. Talvez todos aqui já saibam, mas é importante a gente dizer que a Região Norte e a Região Nordeste são regiões pelas quais o Ministério da Agricultura sempre tem uma preocupação a mais de auxiliar nessa produção agropecuária. O que a gente observa é que essas duas regiões, Norte e Nordeste, na verdade têm três grandes biomas, três ecossistemas muito diferenciados, e que para o desenvolvimento de políticas agropecuárias adequadas, a gente tem que separar a Região Semiárida do Nordeste, a Região Amazônica da Região Norte, e existe uma grande região de Cerrado, que é justamente essa delimitação do Matopiba. Então, esse recorte pega, do ponto de vista agropecuário, a questão do Cerrado, que precisa ser tratado como política diferente. Por isso, a gente tem planos para a Região Norte, para a Região Amazônica, para o Nordeste, a Região Semiárida, e o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba.

Pode passar o próximo.

Então, o grande objetivo é desenvolver a produção agropecuária de forma sustentável, trazendo desenvolvimento econômico e social para esses quatro Estados (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) – Tocantins da Região Norte; Maranhão, Piauí e Bahia da Região Nordeste –, pegando o recorte de cerrado desses quatro Estados. Esse é o grande objetivo e para isso – pode passar o próximo – surgiu o decreto, Senadora, do ano passado, de maio de 2015. Esse decreto foi a primeira etapa da construção do plano. A partir daí, o Ministério da Agricultura já conseguiu definir um comitê gestor, que envolve quase trinta entidades representantes da região, através de uma portaria de outubro do ano passado, e também já definiu os mais de 330 Municípios que fazem parte dessa região. Então, essa é uma definição técnica que auxilia a ideia de como fazer investimentos de acordo com as necessidades da região. Hoje estamos na etapa de elaboração do plano, definindo quais são as cadeias prioritárias, as microrregiões e as ações prioritárias para posteriormente fazer, então, a publicação do plano, reunir o comitê e fazer a execução. Na verdade, o que eu vou mostrar aqui é um levantamento que está sendo realizado, e ações que o Ministério da Agricultura já vem desenvolvendo na região.

Pode passar o próximo.

Então, o decreto dá diretrizes para o plano. Ele dá três grandes diretrizes. A primeira diretriz é a busca do aumento e da eficiência da infraestrutura logística vinculada às atividades agrícolas e pecuárias. Infraestrutura é uma das grandes diretrizes do plano.

O apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação voltada também à atividade agrícola e pecuária é a segunda grande diretriz do plano, orientada pelo decreto.

E a terceira grande diretriz é que o objetivo disso tudo é ampliar e fortalecer a população rural, a classe média rural, através de instrumentos que possam trazer mobilidade social, promover aumento da renda, aumento do emprego, qualificação profissional e melhoria da atividade dos produtores rurais dessa região. Então, essa é a diretriz.

Os gargalos que a gente observa são vários, do ponto de vista da produção agropecuária. Evidentemente, a gente olha pelo ponto de vista técnico. Estamos aqui, Senadora, preocupados com a produção agropecuária, mas, evidentemente, no Plano de Desenvolvimento de Matopiba existe todo um respeito às regiões de reservas naturais, às regiões de reservas indígenas, de quilombolas, de apoio específico às áreas de assentamento de reforma agrária. Então, são várias as ações e, dentro desses objetivos de melhorar a infraestrutura, de prover assistência técnica ao maior número de produtores, buscando a maior eficiência de mecanismos como a irrigação – havendo possibilidade –, para que haja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

um aumento da produção animal, da produção vegetal, melhorando a qualidade dos produtos da região e trazendo, com isso, um melhor aproveitamento, uma maior valorização dos frutos da terra dessa região de cerrado do Matopiba.

Também um dos grandes objetivos é auxiliar a organização dos produtores – que eles possam se organizar em cooperativas, em associações –, buscando melhorar o beneficiamento, fazendo uma melhor distribuição das riquezas, procurando, com isso, melhorar a capacitação, o acesso a crédito e a questão da sustentabilidade alimentar da região.

Para finalizar, a gente tem, para esses gargalos, o que o Ministério já vem desenvolvendo e pretende intensificar através do plano, sincronizando as ações do próprio Governo Federal com as ações dos Estados, dos Municípios da região.

Pode passar o próximo.

Nós temos a ideia de que precisamos, então, através do Ministério da Agricultura, auxiliar na melhoria da infraestrutura; buscar desenvolver uma assistência técnica, uma capacitação apropriada para os produtores rurais da região, levando, com isso, a ideia da organização através de associações e de cooperativas, buscando agregar valor através da produção de produtos orgânicos, através de indicação geográfica, que pode melhorar a rentabilidade de produtos da região através de certificações; e, evidentemente, é uma política do Ministério da Agricultura o crédito rural. Além disso, não só através do Ministério da Agricultura, mas de outros órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura, como a Conab, promover programas de venda no balcão de insumos básicos para a produção agropecuária. A Embrapa participa, dentro da ideia desse plano de poder desenvolver uma rede de inovação e aperfeiçoamento tecnológico voltada para aquelas principais cadeias produtivas, aquelas principais culturas a que a região dos pequenos e médios produtores se dedicam, como a ovinocaprinocultura, a bovinocultura de corte, a bovinocultura de leite, a apicultura, a produção de arroz, feijão, mandioca, e, com isso, levar a irrigação para que essas culturas sejam mais valorizadas.

O que a gente consegue colocar aqui como um auxílio é que o Ministério da Agricultura tem muitas ações e, hoje, quando se fala de produção agropecuária, indiscutivelmente fala-se de sustentabilidade. Hoje nós precisamos ter isso como norte, isso é algo que tem de ser do início ao fim pensado nessa questão do aumento da riqueza...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO MELLO MAZZOLENI – ... com a sustentabilidade e o respeito às diferentes culturas e tradições que cada região tem. Este é o objetivo do PDA-Matopiba: conseguir respeitar essa região com as suas reais necessidades.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Muito obrigada, Sr. Eduardo.

Eu disse que ainda havia uma tolerância, se o senhor quiser continuar...

O SR. EDUARDO MELLO MAZZOLENI – Não, não.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tanto que eu coloquei lá o...

O SR. EDUARDO MELLO MAZZOLENI – Está ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há sempre uma tolerância que a gente coloca para a pessoa concluir. Não é obrigado a concluir na hora em que a sirene toca, não.

Os questionamentos e perguntas só acontecerão depois das duas Mesas. Aí, a gente pode fazer perguntas para eles, também.

Vamos à Isolete Wichinieski, representante da CPT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª ISOLETE WICHINIESKI – Bom dia a todos e todas.

Bom dia, Senadora. Obrigada pela oportunidade de estarmos aqui debatendo esse tema, que é tão importante e que foi muito pouco debatido pela sociedade na criação desse plano de desenvolvimento que se chama Plano de Desenvolvimento Agropecuário.

Acho que o primeiro fato a questionar é esse: as comunidades não foram ouvidas para a discussão desse plano e a gente não consegue observar qual é o plano, também, existente. Há muito tempo a gente tem questionado o Ministério da Agricultura para ter acesso a esse plano, e muito pouca informação e transparência a gente tem disso. Acontece que, na prática, a gente já sabe, realmente, que esse plano não é de agora – ele foi criado em 2015, com o decreto presidencial, mas as ações já vêm acontecendo há muito tempo. Se a gente pegar os dados dos conflitos no campo que a CPT registra, nos últimos dez anos, principalmente, entre esses quatro Estados, os maiores conflitos estão nessa região do Matopiba; mais de 50% dos conflitos, 53% dos conflitos nos últimos anos estão nessa região do Matopiba – para a gente entender que isso não é uma coisa de agora, a partir do decreto, mas algo que já vem acontecendo há muito tempo, porque o plano já começou a ser discutido em 1996, 1997. É uma questão que vem sendo implementada.

A primeira questão que se coloca para a gente, hoje, é a problemática das comunidades, principalmente as comunidades tradicionais. Por conta desse plano de desenvolvimento, muitas comunidades estão perdendo seus territórios. Outros nem estão conseguindo acesso a esses territórios. A senhora trouxe o caso do Piauí, por exemplo, onde agora as comunidades indígenas estão começando um processo de reconhecimento das suas terras, um processo de reconhecimento da sua identidade no Piauí. Com certeza, esses grupos têm direito a acesso aos seus territórios. E a gente vai perguntar: que território vai sobrar para essas comunidades? Porque a gente está vendo que a especulação imobiliária e o acesso dos grandes latifundiários e empresas e corporações internacionais está avançando para essa área com uma velocidade imensa.

E isso significa avançar através das terras públicas, principalmente porque hoje temos um problema muito sério, que é a regularização fundiária e o acesso aos territórios dessas comunidades tradicionais.

Então, pegamos o caso, por exemplo, de um conflito no Piauí, no assentamento Rio Preto – eu não sei se a senhora conhece, porque é do seu Estado. Há mais de dez anos as famílias estão assentadas e, este ano, correram o risco de grilagem das suas terras, estão prestes a perder as suas terras. O fazendeiro resolveu vender a terra para uma outra pessoa e simplesmente as famílias estão correndo o risco de ser despejadas das suas terras, isso porque, nos últimos anos, tivemos um aumento significativo na valorização da terra dessa região. Então, há um olho muito grande, como falamos e as comunidades falam sobre essas terras. Esse é um problema primordial que precisamos discutir. Isso não está sendo colocado dentro de discussão do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, principalmente porque os comitês não têm representação das comunidades. A única representação que existe no comitê é dos trabalhadores da agricultura, que é a Contag que está representando. Cadê o restante das comunidades que representam isso? Esse é um primeiro ponto que queríamos trazer de discussão dentro desse debate da questão do Matopiba.

Outra questão principal que se coloca à região do Cerrado, principalmente porque o Plano de Desenvolvimento traz diretamente na questão do Cerrado, é a questão do acesso à água e a garantia que vamos ter de água para a nossa população, porque, nessa região, temos dois dos principais aquíferos que abastecem as águas de várias bacias hidrográficas, inclusive do São Francisco. Para nós, isso é fundamental dentro dessa discussão, porque, além da terra e do seu território, as comunidades precisam da água, quer dizer, todo mundo precisa da água, não sobrevivemos sem água.

Então, é um debate que precisamos colocar em discussão. É por isso que, dentro dessa Campanha Nacional em Defesa do Cerrado que estamos desenvolvendo, esse debate é primordial. Quando falamos nessa discussão do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba é porque os processos de irrigação da grande agricultura consomem muita água. Hoje o principal consumo de água é na agricultura, em torno de 75%. Um grande pivô de irrigação consome o equivalente a um Município, a uma cidade de 35 mil habitantes. Isso é um absurdo. Temos, na Bahia, agora, na Fazenda Sudotex principalmente e outros casos – queríamos que eles estivessem aqui; eles estão barrados lá embaixo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

porque não podem entrar para vir falar sobre isso –, um processo de retirada do lençol freático de água, que estão chamando de "piscinões". Nesses "piscinões" para irrigação do café, são retirados 192 milhões de litros de água do lençol freático. Isso não tem condições de recomposição, ainda mais porque o processo de avanço do agronegócio está retirando toda a cobertura vegetal do Cerrado. E a cobertura vegetal do Cerrado é essencial para o acúmulo de água nos aquíferos. Então, quer dizer, se estamos vivendo problema de falta de água, de seca nos principais rios não é pela questão de falta de chuva. A cada ano, no Cerrado, dez rios secam, e é por conta desse processo de avanço do capital, do avanço do agronegócio no campo.

Essa região de que estamos falando, o Matopiba, é uma região que ainda conserva alguma área de Cerrado, mas, nos últimos tempos, foi a mais devastada na região do Cerrado: mais de 60% do desmatamento dos últimos anos foram nessa região.

Então, perguntamos: como vamos conseguir garantir água para abastecer a população brasileira? Do Cerrado, nascem as oito principais bacias hidrográficas brasileiras e da América do Sul, do Aquífero Guarani. Nesse sentido, é uma questão muito séria que precisamos debater.

Aí, há também uma questão primordial, que está dentro do Código Florestal: no Cerrado, podem-se desmatar 80%. Como vai sobreviver uma vegetação que acumula água no seu lençol freático com apenas 20% dessa vegetação intacta? É impossível isso.

Então, esse plano, principalmente no que vimos debatendo, vem para fortalecer essa questão do desmatamento – porque é a grande questão que está sendo colocada –, e percebemos que não há interesse nesse processo da regularização das comunidades por parte do Poder Executivo. Trazemos esses casos aqui para podermos conversar especificamente sobre isso.

Depois vamos ter o pessoal de Campos Lindos, que vai trazer todo o processo que estão vivenciando num conflito específico de reintegração de posse das comunidades lá de Campos Lindos. São conflitos que estão iminentes e outros que estão iminentes dentro desse processo.

Outra questão que gostaríamos de denunciar é a grilagem de terras por conta das corporações internacionais. Várias corporações internacionais estão avançando sobre essa região. Destacamos aqui os fundos de pensão dos Estados Unidos. Temos um grupo que fez uma pesquisa de que isso está influenciando diretamente a compra de terras. Se pegarmos agora que existe no Congresso Nacional uma PEC que vai possibilitar o aumento de compras de terras por estrangeiros – e, nesses dias, já saiu um artigo de que as regiões em que essas empresas internacionais têm mais interesse ficam no Matopiba e em Mato Grosso –, sabemos muito bem onde vamos parar.

Falando disso, a questão da água não é só uma questão específica do Brasil, é uma disputa internacional. Então, achamos primordial que as comunidades tenham a garantia do seu acesso a esses territórios, porque significa que vamos ter a soberania sobre as nossas águas. Se vendermos essas terras, esses territórios para as grandes corporações, a nossa soberania sobre as águas vamos perder, porque são os territórios das comunidades que estão ocupados que garantem principalmente essa questão.

Outra questão que gostaríamos de trazer para o debate – talvez a Joice vá trazer depois – é o que estamos chamando de regularização ambiental, que é a questão do CAR hoje. Nas grandes fazendas que já estão desmatadas

...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ISOLETE WICHINIESKI – ... muitos fazendeiros estão investindo sobre essas áreas de reserva, porque é a área de reserva que ele pode incluir no seu CAR como a sua regularização da área de reserva.

Então, eu acho que esses são os pontos fundamentais que precisamos discutir, principal a questão das comunidades.

Como já foi colocado – talvez o Secretário tenha notado –, há uma investida dizendo que o Matopiba foi extinto. Isso não é verdade. O Plano do Matopiba está aí. Vimos agora que o Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

trouxe isso. Então, essa falácia de dizer que foi extinto não existe. Existem já vários contratos, convênios com governos de outros países, inclusive do Japão, que é um deles, através do Jica. Essa falácia não existe; o Plano não foi extinto: ele continua e continua ainda mais forte em cima das nossas comunidades.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Isolete.

Vamos ouvir agora o Sr. Ego Heck, representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

O SR. EGO HECK – Bom dia, amigos lutadores, guerreiros, indígenas dos povos originários aqui presentes, pessoas que têm uma história de resistência, de luta, que tantas vezes já foi trazida aqui, mas que, cinicamente, continuam tendo seus direitos negados, vilipendiados, pisados aqui nesta Casa, aqui no Congresso, no Palácio do Planalto, no Ministério da Justiça, no Supremo Tribunal Federal, enfim, em todas as instâncias de poder do Estado nacional.

Eu quero trazer aqui mais do que informações, números, dados. O grito e o clamor de quem aqui está, de quem aqui não pôde vir, e refiro-me também ao grito da Mãe-Terra. Ela gostaria de estar aqui, com certeza, para dizer: "Deixem de me destruir, deixem de ser assassinos da minha vida, deixem minha vida dar vida a vocês."

É vergonhoso que um país como o nosso, que tanta terra tem, não reconheça a terra dos seus habitantes originários, dos povos indígenas. Nós temos várias iniciativas nos três Poderes da República buscando retirar direitos constitucionais dos povos indígenas.

Com certeza, o programa Plano de Desenvolvimento do Matopiba é um desses instrumentos de negação de direitos. Porque é muito bonito nós dizermos – e eu posso testemunhar isso, há 44 anos estou com os povos indígenas, através do Conselho Indigenista Missionário –, posso dizer que a destruição quase total da Mata Atlântica, que o processo crescente de destruição da Amazônia, que os processos crescentes de destruição dos outros biomas no País sempre vêm acompanhados de belos discursos de desenvolvimento, de progresso, mas, a rigor, na prática, significam a morte, a destruição.

Nós vemos, por exemplo, a destruição que pede passagem por onde passam os correntões que vão derrubando o que sobra do Cerrado e que vão sendo alimentados pelo Programa Matopiba. Nós, como cidadãos deste País, como aliados dos povos indígenas, como pessoas que se sentem responsáveis pela vida nessa parte do Planeta Terra, tão ameaçado na sua totalidade hoje, queremos nos colocar ao lado das populações tradicionais, das populações que já estão sendo atingidas, das populações que serão ainda mais atingidas assim que o programa se desenvolver, conforme eu tenho assistido junto aos povos indígenas desde o Rio Grande do Sul até Roraima nesses quarenta e poucos anos. Tenho visto belos discursos demagógicos envoltos em destruidores planos do chamado desenvolvimento e progresso.

E o que dizer das populações indígenas que estão lutando pelo seu direito constitucional, que veem, cada dia mais, os seus direitos serem pisados, a Constituição rasgada, não cumprida intencionalmente? Então, eu gostaria, juntando-me aos meus colegas de Mesa, de parabenizar todos e o Senado de maneira especial por abrir esse espaço de vida aos povos, abrir esse espaço para que o direito da Constituição seja cumprido, abrir esse espaço para que os povos indígenas, de maneira especial, possam estar aqui uma vez mais para trazer o seu grito, o seu gesto de cidadania, de lutar por direitos e pela vida.

Eu inclusive deixaria, junto com esse clamor pela vida, clamor pelos povos, clamor pela Mãe-Terra, aqui o registro de todos aqueles que deram suas vidas para que nós pudéssemos estar aqui hoje e nos unir ao grito silencioso de milhares de índios, de milhares de quilombolas, de milhares de sem-terra que foram assassinados nesses últimos anos, nessas últimas décadas em nosso País. Então, juntar ao sangue derramado a decisão firme de não se curvar a nenhum projeto de morte, mas de afirmar com todas as forças, com toda a decisão, que os projetos de vida vencerão a morte. Que o nosso País não seja um país sorrateiramente entregue aos grandes interesses multinacionais, mas que seja um país que, de fato, tenha dignidade de dizer: "Nós estamos não só respeitando, mas tratando com dignidade o presente e o futuro dos nossos povos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu gostaria realmente, assim como em outros momentos em que estive nesta Casa, de poder repetir: o Brasil é um país em que leis muitas existem e são respeitadas. Infelizmente, não posso dizer que são respeitadas porque as leis são respeitadas pelos pobres, pelos pequenos, pelos injustiçados, mas são solenemente desrespeitadas por grandes capitais, pelos seus representantes nessas Casas, pelos seus representantes no Poder Executivo, pelos seus representantes no Poder Judiciário.

Então, gostaria de deixar aqui esse clamor para que não sejamos amanhã acusados de sermos coniventes com processos de genocídio, com processos de violência, com processos que negam a vida às populações. Se algum minuto sobrou, eu gostaria de destiná-los e deixá-los para que os povos que aqui estão, principalmente os povos indígenas, usassem da palavra depois.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada ao representante do Conselho Indigenista Missionário, Cimi, Sr. Ego Reck e a gente vai para a representante da liderança indígena, Gecílha. Depois, a gente vai fazer a outra Mesa e, aí sim, a gente abre e, com certeza, os representantes das comunidades vão falar. (*Palmas.*)

A SRª GECÍLHA CRUKOY KRAHÔ – Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, eu falo para a senhora porque eu estou vendo muito lugar vazio e meus parentes estão lá na porta. Será que até agora as pessoas que estão lá nessa porta não têm, não respeitam a senhora falar para poder liberar esse povo para poder ir aqui ouvir o que a gente quer falar, o que a gente para aqui contar para vocês? Porque não é todas as vezes que a gente tem este espaço de entrar aqui e de vir bagunçar não.

A gente veio para conversar e contar para a senhora que essa situação nossa, do povo do Brasil não está sendo respeitada. Por isso que estamos aqui falando para a senhora e hoje a gente tem que falar e tem que se mostrar porque nós somos semente da terra, nós que somos broto, que quando os brancos vieram para dentro do Brasil encontraram foi os indígenas, os indígenas que estavam aqui no Brasil. E por que eles não respeitam a nós? Se fosse para poder vir brigar, nós começávamos lá da nossa cidade, nós íamos brigar lá, nós íamos matar lá. Não, a gente está vindo para mostrar a nossa cara, mostrar o nosso direito, que nós ainda vivemos dentro do Brasil e nós precisamos da Mãe-Terra. Se for para a gente matar a nossa mãe, como que a gente vai viver? A gente matando o nosso pai, como é que a gente vai viver? A gente não vive e, sem a terra, ninguém vive; sem o rio ninguém vive porque é o rio que dá o sangue nosso; a terra onde a gente planta, que traz a comida, traz as coisas que ficam dentro da terra e, fora da Terra, ninguém vive.

Existe tanta coisa que eu estou ouvindo. Vocês prestem bem atenção na minha fala, porque eu sou uma mulher indígena, não sei falar bem, não, mas eu vou gaguejar para ver se vocês entendem o que vou dizer.

Porque esse negócio de Matopiba está vindo sem comunicar os indígenas, que somos donos da terra. E ninguém está sabendo o que está acontecendo dentro do nosso Brasil.

E as pessoas que são as responsáveis por isso não dão a mão, porque vocês precisam também da terra, da água. Não somos só nós, que conversamos, que precisamos, não; até os bichos, as milangas precisam viver dentro da terra; os peixes precisam viver dentro dos rios. As caças que vivem dentro do mato querem viver tranquilas, eles quem comer a comidinha deles também. Não somos só nós, não.

E se nós formos dar a nossa mãe, onde vamos ficar? De onde vamos trazer as coisas e a saúde para nós, a educação para nós? Não temos como, porque não vamos virar vento, não vamos virar alma para poder andar no vento. Nós precisamos comer, precisamos sentar, conversar, fazer as coisas que os nossos bisavós, nossos tataravós vinham fazendo.

E ainda tem mais outra que eu estou ouvindo, onde a gente vai dar fé dessas coisas todas, esse negócio de Matopiba, da PEC 215, da PEC não sei de quê mais – é tanta PEC aí – para prejudicar os índios. E não são só os índios, os brancos também, os quilombolas, os camponeses, os sem-terra, os ribeirinhos. Eles precisam viver, eles precisam ter o feijãozinho deles.

E uma coisa com que eu fiquei muito chateada, e até hoje eu estou – e eu queria deixar o meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

recado para a senhora passar para outras pessoas –, de que esse negócio de ficar despejando as pessoas que moram dentro daquela terra há muitos anos, as pessoas têm que respeitar. Não carece fazer documento hoje e amanhã dizer que ele é dono, não, porque branco nenhum é dono dessa terra aqui dentro do Brasil. Quem é dono dessa terra aqui dentro do Brasil somos nós, indígenas, que somos broto, somos semente da terra de dentro do Brasil aqui.

Aí, sim, eu concordo, porque nós queremos que os brancos que estão aqui dentro do Brasil que são contra os índios vão procurar de onde vieram os bisavôs de vocês, vão fazer essas coisas lá, não aqui para nós. Nós queremos viver em paz, nós queremos viver tranquilos, nós queremos criar nossos netos e nossos tataranetos tranquilos, sem aborrecer vocês. Nós respeitamos, nós somos donos, e estamos respeitando. Só que as pessoas que estão vindo não sei de onde estão prejudicando a gente.

Só pela contagem dessas coisas, já estamos prejudicados. Por quê? Se nós não estivéssemos prejudicados, não estaríamos falando para a senhora aqui. E a senhora, como Senadora, tem que pensar em falar "não". Não assina, porque não é bom. Se fosse bom, a gente não estaria falando para a senhora, porque estaria tudo tranquilo. Tanto faz para vocês como para nós, indígenas. Mas até agora os indígenas estão muito impactados, muito prejudicados. E nós não queremos que haja mais coisas que venham só mudando os nomes para a gente não saber, porque nós estamos sabendo o que está vindo mais para frente.

E não é do Brasil, não, está vindo de fora. Estão trazendo essas coisas de fora aqui para gente. O que a gente está recendo aqui? A gente está recebendo as violências, as doenças, as preocupações. E a gente não sossega mais na aldeia para poder trabalhar, e depois os brancos ficam falando que os índios são preguiçosos, que os índios não fazem nada. Têm razão: nós trabalhamos com os nossos bracinhos, nós fazemos as coisas é com regra, nós não fazemos as coisas para matar tudo. Porque os bichos também precisam.

Como a senhora está vendo, sei que está vendo por avião, por essas coisas que estão indo aí, o desmatamento: por que é que o rio está secando? Por que é que nascentes estão secando? Morrem dessas coisas, porque estão matando as raízes todas. O que é que vai puxar mais água? Nada! E só você não vai dar água, não. O eucalipto não dá água, não. Ele faz é chupar mais para poder acabar. E tem muita gente morrendo de sede. Os bichos estão morrendo de sede. Não só nós que queremos vida em paz, não. Até os bichinhos querem, porque Deus fez para poderem viver daquele jeito. Não é ficar destruindo essas coisas pela cabeça dos homens, querendo ser mais sabido que Deus, não. Tem de obedecer e tem de respeitar a nós, que quando a gente vem aqui a Brasília, a gente não vem mentir, não. A gente vem contar o nosso direito e o nosso respeito.

Então, eu fico muito chateada, como aí eu falei lá na portaria, a gente veio aqui é para poder dizer para vocês que nós ainda existimos. Nós ainda não fomos embora. Nós ainda não morremos. Nós estamos aqui vivos. Então, do jeito que respeitamos vocês, vocês respeitem a nós também.

Por que é que somos Senadores? Por que é que somos Deputados? Por causa de nós, porque nós votamos para eles lá. E eles ganha as forças e depois eles querem matar a nós? E se nós morrermos, todo mundo, quem vai dizer? Por causa de quem que vai ser um Deputado? Por causa de quem que vai ser um presidente? Ninguém. De onde que ele vai receber dinheiro?

Então ele tem de fazer um trabalho que dá certo para todo mundo, não ficar mentindo. Como eles estão falando que o Matopiba já morreu, sei lá, o que foi: mentira! Ele está vivo e ele está escondido nessas gavetas por aí, não sei onde.

Estão vindo mais, como aí eu falei dessa PEC, PEC não sei de que, sei lá de que, como é os nome, que eu não dou conta de falar os nomes direito, mas é muita PEC. Mas, por favor, a senhora tem de falar "não". Ajunte os povo que quer viver, que saiu como filho de Deus, faça isso por nós! Que nós tamos aqui pedindo esse favor para podermos viver em paz, para nós não ficarmos abusando. O pessoal como lá na portaria, por que é que eles não querem deixar? Justamente porque eles tão ganhando uma grana para poder ficar fazendo este tipo de coisa errada. E por isso que a gente está aqui, brigando, contando que nós vivemos em cada comunidade!

Eles tão falando que essa PEC, o Matopiba, é bom. Mas não é. Eles querem é acabar com o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

direito. Eles querem é acabar com o direito da terra. Quem não tem a terra, por quê? Porque os fazendeiros botaram para correr, depois eles querem a terra, e eles tão falando que não pode. Como que não pode?

Tem de ter, sim, tem que ter o direito para a Funai para ela fazer a demarcação das terras de onde os parentes saíram das terras deles. E eles têm de cumprir do que foi feito. Não foram os índios que abandonaram a terra, correram para lá e hoje estão pedindo para poder demarcar a terra, não. Porque botaram eles para correr, que até hoje tem parente aí dentro do mato comendo jatobá aí, e eles na cidade tranquilos, inda quer matar os coitados. Ainda querem botar esse tipo de coisa para poder acabar com isso.

Esse daí para mim não é justo, não. E se eu esqueci um bocado de coisa pode ser que eu lembre mais e eu posso conversar mais depois.

E muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É, depois dessa fala, eu acho que a gente podia até terminar a reunião. Gecílha, eu tenho que lhe explicar uma coisa: você não é obrigada a entender. Eu sou Senadora, mas eu não posso tudo aqui dentro.

Aqui temos um tal de Regimento, e a gente briga com ele todo dia, porque por esse Regimento, não entrava era ninguém. A gente fica conversando, adulando às vezes, para poder deixar entrar, porque quando é povo parece que têm medo. Eu e o Paim temos brigado muito para mudar o Regimento, mas não conseguimos ainda. Então, para entrar aqui realmente é uma dificuldade, a gente tem reclamado, mas o importante é que esta audiência está sendo transmitida para o Brasil inteiro. Então, muita gente está vendo e o objetivo da audiência é este: é a gente mostrar os problemas para ver se as pessoas se sensibilizam.

Nós aqui, eu e o Paim, que somos da Comissão de Direitos Humanos, esta Comissão é a que ainda abre as portas. Nas outras, você não chega lá, não. Essa aqui ainda é a que abre as portas, para ouvir, para receber as pessoas, para tentar pelo menos dar voz, mostrar para o Brasil que existem esses problemas, porque muita gente não sabe que existem. Então, é isso, mas se eu pudesse, eu estaria com outras salas cheias, como todo mundo que está lá fora. – Ronald, não tem mais chance de entrar ninguém, de dar um jeitinho lá? O pessoal do Piauí entrou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Veja lá Ronald, pelo menos esses do Piauí, que é para representar o Brasil, os Estados que estão todos envolvidos pelo Matopiba...

Ainda mais na minha terra, imagina, o pessoal da minha terra não entrar... Eles até riram, mas tem um tal Regimento, que eu tenho que obedecer como Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Então, vamos. Nós terminamos esta Mesa. Gecílha você vai ter a oportunidade de falar depois, porque quando terminar a gente vai abrir para um debate, para outros indígenas também falarem. Vocês vão sentar ali agora e a gente vai chamar a outra Mesa.

Vamos imediatamente para a Mesa 2.

Alexandro do Carmo Silva, representando a comunidade Serra do Centro. Campos Lindos, Tocantins.

Joice Bonfim. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Espera só um instantinho. Eu vou substituir pela pessoa da CPT que vai apresentar os mapas. Quem é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, esse aqui não vem, Juarez? Você pode dar seu nome aqui para ele, que ele vai colocar. Você pode vir.

Vamos chamar Joice Bonfim. Já está aqui. Ela representa a Associação dos Advogados Trabalhadores Rurais da Bahia.

Vou chamar Felício de Araújo Pontes Júnior, que é Procurador da República, da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

E a gente vai ter o convidado, que tem dados importantes para mostrar, que é da CPT. Qual o nome dele?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Sr. Pedro vai sentar aqui e a gente vai fazer a última Mesa.

Vamos então passar a palavra para o Alexandro do Carmo Silva. Representante da comunidade Serra do Centro, Campos Lindos, Tocantins.

O SR. ALEXANDRO DO CARMO SILVA – Boa tarde a todos.

Agradeço o convite. É a primeira vez que a gente tem a oportunidade de chegar aqui, através da CPT, para expressar o sofrimento por que a gente passou e está passando nos últimos tempos.

Meu nome é Alexandro do Carmo Silva, representante da Comunidade Serra do Centro, no Município de Campos Lindos, Estado de Tocantins.

Na Serra do Centro, eu sou de uma das famílias tradicionais dos primeiros habitantes que nasceram, se criaram e hoje vivem lá. Não são reconhecidos pelos governantes, por V. Exª da Comarca de Goiatins também e pelos grandes fazendeiros que entraram nos últimos tempos.

A minha geração é de 1911 para cá, sem falar dos meus tataravôs – minha avó, meu avô. Em 1935, nasceu meu pai, que hoje vive lá, com 82 anos. Eu sou de 1985. Nasci e me criei lá e, hoje, sou filho da Serra do Centro. Mas, como dizem os outros, não somos reconhecidos muito bem como filhos de lá. Somos conhecidos como invasores, mas não somos invasores. Os invasores que se encontram na região da Serra do Centro, aqueles que lá habitam, mandam e dizem que são donos são os grandes "projeteiros". São lá de Portugal, Minas Gerais, Santa Catarina, japoneses e também paranaenses, paulistanos, mato-grossenses. Hoje, tomaram conta de tudo que era nosso, e nós estamos ficando como os invasores, sem direito e sem poder fazer algo melhor para garantir a liberdade na nossa terra.

Em 1996, criaram o primeiro mapa, quando ainda não havia sido desbravada a Serra do Centro. Em 1997, fizeram o segundo mapa, quando já estava bem avançada toda a poluição que hoje existe lá, com os rios secando e as margens se acabando. O que resta são as beirinhas dos rios, os morros e as serras, porque não podem mais derrubar. Então, a gente vive esse sufoco.

De 2005 para cá, de 2011 para cá, o sufoco foi grande, e ninguém teve mais sossego. É só assim: "Ordem de despejo por cima de ordem de despejo."

Agradeço a Deus e à CPT (Comissão Pastoral da Terra) e também ao Ministério Público Federal por nos terem reconhecido como família tradicional, depois de sermos esquecidos. Eles comprovaram isso.

Hoje, nós assinamos um TAC – obrigados –, nesse movimento, para não sermos despejados.

No dia 18 de outubro de 2016, acompanhei a primeira ordem de despejo na Serra do Centro, feita por policiais, com fuzis e metralhadoras, para arrancar os pobres coitados de cima de suas terras, e os reconhecidos fazendeiros, dizendo que são invasores de terra. Hoje, a gente vive esse grande momento dificultoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Queria que as autoridades e a Senadora tivessem conhecimento disso e tentassem nos ajudar neste momento muito difícil por que estamos passando.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Alexandro.

Vamos ouvir a Joice Bonfim, que é Advogada de Trabalhadores Rurais da Bahia.

A SRª JOICE BONFIM – Bom dia a todas e a todos, fui apresentada, sou Joice, venho de lá, da Bahia, sou da AATR, que é a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais.

Primeiramente, eu queria saudar o Plenário, dizer que, de forma muito contraditória, são poucas as vezes em que a gente vê este plenário tão representativo, não é? Porque, na real, na real, nem o Senado, nem a Câmara, de fato, representa o povo. Então, aqui, a gente tem quilombolas, indígenas, fundo e fecho de pasto, povo preto, mulheres, que não é o que a gente vê cotidianamente nas representações institucionais do povo.

Bom, a primeira coisa que eu queria dizer é que, na Mesa anterior, foi falado um mito de que, na verdade, o PDA-Matopiba, o Plano de Desenvolvimento do Matopiba é sustentável para as regiões do Cerrado desses quatro Estados, mas, se há uma coisa que não combina é agronegócio e sustentabilidade. O Matopiba, na verdade, é a continuidade da expansão do agronegócio para as regiões de Cerrado desses quatros Estados, a partir de uma lógica de apropriação e dominação desses territórios, a partir de uma lógica colonialista. Antes, dizia-se que o Cerrado não servia para nada, eram apenas árvores tortas, grandes gerais e, agora, tem-se investido recursos públicos e tecnologias, para que o Cerrado sirva para o desenvolvimento do agronegócio.

De início, também, citar uma situação grave que tem acontecido lá, na Bahia, que é o desenvolvimento de tecnologias para a captação de águas profundas, a partir de perfuração de grandes poços artesianos para a captação de água. E temos o exemplo que já foi citado por Isolete, na Mesa anterior, que é a Fazenda Sudotex, que fica no Município de Correntina, e, aqui, há representantes do Município que podem falar de forma mais apropriada do que eu. É uma empresa de implantação de algodão, e tivemos uma notícia péssima no final da semana passada, porque as outorgas de água estavam suspensas. Infelizmente, o Inema, que é o órgão ambiental da Bahia – não sei qual é o interesse que o Inema tem para conceder outorga –, recorreu da decisão que tinha sido suspensa e, agora, a empresa voltou a estar autorizada a continuar a captação de águas profundas lá, no Município de Correntina, e é uma grande quantidade de águas, como falou Isolete, que é maior do que o consumo do Município inteiro.

Então, na verdade, o PDA-Matopiba, de fato, de sustentabilidade, não tem nada, é um processo de apropriação mesmo das áreas do Cerrado para desenvolvimento do agronegócio. E essa apropriação acontece de duas formas, pelo menos de forma mais geral: uma é a apropriação do território físico em si, das terras, e, aí, a partir de investimento de Estado, de crédito, de facilitação da compra de terras, da grilagem de terras, e a outra é a partir da política ambiental a gente vê que tanto o desmantelamento como o que a gente tem hoje de política ambiental têm sido utilizados para dar legitimidade à implantação desses empreendimentos.

Então, muitas vezes, os empreendimentos não estão nem fisicamente implantados, mas já têm licenciamento ambiental, já têm Cadastro Ambiental Rural, já têm outorga de água, e isso a política ambiental acaba legitimando, esse processo de apropriação.

Em relação à apropriação física do território, vou trazer aqui alguns dados. A gente vê que, na verdade, como já foi dito também, o Matopiba não se iniciou em 2015. É um processo que já vem acontecendo há muito tempo. Os dados mostram isso, que no período de 2000 a 2014, a área cultivada com soja, milho e algodão, no Bioma Cerrado, passou de 9,33 milhões de hectares para 17,43 milhões de hectares, correspondendo a um aumento de 86,7%. Aí com o predomínio da soja. Na região específica do Matopiba, de 2000 a 2014, a área de soja passou de 0,97 milhões para 3,42 milhões de hectares, ou seja, um aumento de 253%. É um aumento muito grande que o agronegócio vem tendo aí nos últimos períodos. Isso, em tese, poderia ser visto como riqueza, como desenvolvimento do País, mas o que a gente vê, na prática, é que esse processo vem aliado três questões: à valorização das terras;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ao aumento da concentração fundiária; ao aumento dos conflitos no campo.

Em relação à valorização das terras, o que a gente tem é que de 2003 a 2012, o preço médio de terras para o agronegócio aumentou 227%. No período, a média do preço por hectare mais do que triplicou. Saiu de R$2,3 mil para R$7,5 mil. O grande contrassenso é que essas terras que são vendidas, que são utilizadas para aquecer o mercado de terras, são terras griladas, ou seja, são terras públicas, devolutas, dos Estados da Federação, que têm sido utilizadas para aquecer o mercado de terras. Um estudo que a gente tem feito lá na Bahia diz que essas terras griladas têm sido utilizadas tanto para a implantação mesmo de empreendimentos quanto, também, como forma de hipoteca, como forma de garantia para financiamento público, inclusive do BNDES. A gente tem identificado que a grande maioria dessas terras griladas tem sido utilizada para isso. Então, é um verdadeiro contrassenso, porque o investimento é público, a terra é pública. Então, a gente pergunta o que o agronegócio tem de privado. Efetivamente, só o lucro, porque a terra é pública, o investimento é público, a estrutura quem constrói é o Estado. Somente o lucro é privado.

Em relação à concentração fundiária, de 2003 a 2014, houve um aumento de registro de imóveis em dois sentidos. Esses são dados do Incra, do sistema de cadastro de imóveis rurais. Na medida em que a gente aumenta os números de imóveis abaixo de 100 hectares, que são os minifúndios, a gente tem um aumento dos grandes imóveis, acima de 100 mil hectares. A gente tem um processo de minifundização, do aumento da quantidade de terras de minifúndios e do aumento de latifúndios. Então, o que a gente vê, na verdade, é que são os trabalhadores rurais, os agricultores familiares, as comunidades sendo imprensadas, ficando com os seus territórios cada vez menores e o latifúndio crescendo.

Aí, uma coisa para a qual quero chamar a intenção – de que a Isolete já tratou aqui – é que tanto o aquecimento do mercado de terras quanto a concentração fundiária têm um perigo grande agora – e é importante trazer isso para a Casa – que é o PL relativo à facilitação de compra de terras por estrangeiros. É o Projeto de Lei nº 4.059, de 2012, que está tramitando em regime de urgência no Congresso Nacional e que tem como principal objetivo retirar o poder do Estado, ao garantir limites para compra de terras por estrangeiro.

Então, não vai mais haver limite, como há hoje, de as empresas brasileiras, controladas direta ou indiretamente pelo capital estrangeiro, comprarem terras no Brasil. Hoje há um limite, e o principal problema desse PL é que não vai haver mais limite. Isso coloca em risco... O aumento da concentração fundiária e o aquecimento da terra colocam em risco a soberania nacional.

Em relação aos conflitos no campo, é importante destacar que eles estão relacionados diretamente com a grilagem de terras e com a lógica colonialista de achar que o Cerrado e que as áreas não são ocupadas por ninguém.

Então, a gente vê, no Plano de Desenvolvimento do Matopiba, que eles colocam os territórios de comunidades tradicionais de povos indígenas, que estão regularizados, como espaços a serem respeitados. Mas a gente sabe que a política de regularização fundiária no Brasil é uma falácia.

A gente tem inúmeros territórios que não foram regularizados e que são vistos pelo Plano de Desenvolvimento como territórios a serem ocupados – como se não tivessem ninguém e fossem territórios livres para ocupação do agronegócio. Essa lógica é que tem causado os conflitos, porque é uma lógica extremamente colonialista e etnocêntrica, que não respeita os territórios autogeridos pelas comunidades tradicionais.

A Isolete também já trouxe os dados do conflito no campo, mas eu quero chamar atenção para um dado alarmante: nos últimos 10 anos, houve 50 assassinatos no campo, o que é quase um assassinato por semana... Nos últimos 12 anos ocorreram 50 assassinatos – quase um por semana. Portanto, a gravidade da situação, a gravidade do que está colocado, é imensa.

A outra dimensão para qual eu queria chamar atenção é em relação à, como eu disse no início, apropriação fundiária dos territórios em si e à política ambiental. Como eu falei, essa apropriação e dominação se dão pela política ambiental de concessão de licenciamento e outorga de água, que é uma política executada de forma desvinculada e alheia à política fundiária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

A SRª JOICE BONFIM – Então, você concede a outorga, você concede licenciamento, sem isso estar aliado a uma política fundiária. Os territórios nem estão ainda implementados, mas a política ambiental tem sido utilizada para legitimar essa apropriação.

Para finalizar, quero dizer que esse modelo não se sustenta, nem ambientalmente nem socialmente. E o recado que o povo tem mostrado para a gente é que ele vai seguir defendendo, resistindo, organizando-se, lutando, retomando seus territórios.

O recado que a natureza dá para a gente também – como disse um trabalhador rural para mim em Juazeiro, certa feita – é: a natureza não sabe se defender, mas sabe se vingar.

É isso. Muito obrigada! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Joice.

Passo a palavra para o Pedro Ribeiro, da Comissão Pastoral da Terra. Vou deixar Ministério Público por último, porque ele escuta mais e vai poder falar em cima do que ouviu.

Então, Pedro Antônio Ribeiro, Comissão Pastoral da Terra.

O SR. PEDRO ANTÔNIO RIBEIRO – Isso. Da Comissão Pastoral da Terra – Araguaia e Tocantins. Atuo na região do Tocantins, mais especificamente no Nordeste.

Então, a gente traz o caso concreto do Projeto Agrícola Campos Lindos, cujo nome é o mesmo do Município, Campos Lindos, que fica na Região Nordeste, no centro aí da região chamada Matopiba, porque está na divisa com o Maranhão.

Como foi dito, esse caso concreto de Campos Lindos mostra que as ações não são de agora. O decreto Matopiba é recente, mas as ações elas estão sendo já implementadas nessa região há décadas. O caso de Campos Lindos, o projeto foi criado a partir de um decreto, emitido pelo Governo do Estado do Tocantins em 1997, então, há quase 20 anos. Então, em 1997, foi baixado o decreto criando o projeto Campos Lindos, na região Serra do Centro. É um Município de uma população, na época, senão maioria, mas quase igual à população urbana, população rural, então, 2014 está com mais de um terço de população rural, um Município que permanece com um índice de desenvolvimento baixíssimo, um dos menores do País e o menor do Estado de Tocantins. Com esse projeto, o Município de Campos Lindos passou a ser considerado capital da soja, com grande produção de grãos e exportação de 100% dessa produção.

Eu gostaria de apresentar o primeiro mapa, por favor, o mapa 1.

Esse Município faz divisa, uma parte, uma lateral, com o Estado do Maranhão, Município de Balsas; a outra extremidade faz divisa com o Município de Goiatins, pelo Rio Vermelho, dividindo com o território do povo indígena krahô, que está muito representado aqui. Então, está ali próximo ao território krahô, o projeto agrícola Campos Lindos, com 105 mil hectares. Esse Município historicamente é habitado por inúmeras comunidades tradicionais, comunidades camponesas. Esse povo foi ignorado desde então, desde o decreto, porque a primeira versão do projeto destina a área de reserva legal, que é essa parte em verde, que margeia os rios, justamente em cima de onde se concentra a maioria das famílias de comunidades tradicionais dessa região, em torno de 230 famílias habitando essa região.

Nesse ano de 1997, até 2000, houve uma reação das comunidades que se manifestaram denunciando e conseguiram, logo em seguida, um reconhecimento de parte dessas famílias. Gostaria que pulasse para o mapa próximo, por favor.

Então, parte das famílias que ali habitavam há décadas ou até há mais tempo, até 100 anos – isso comprovado – elas foram ignoradas inicialmente, mas, depois de uma reação, parte das famílias foi reconhecida, mas foi reconhecida não em sua totalidade do seu território, mas em áreas fragmentadas, em pequenas parcelas que foram tituladas, sobrepondo continuamente a área da reserva legal do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, o que eu estou dizendo é o seguinte: que dentro dessa área em verde foram reconhecidas e tituladas pequenas parcelas para um grupo de mais ou menos 130 famílias, porém, para outras 100 famílias não foram reconhecidas. Boa parte dessas famílias hoje, depois de muita discussão, de muitas audiências com o Ministério Público Federal, conseguimos comprovar que, sim, de fato, trata de comunidade tradicional porque foi determinado pelo MPF e foi realizado um estudo antropológico. E o estudo antropológico comprova, atesta que, sim, de fato, se trata de comunidade tradicional.

Porém, a Associação dos Plantadores de Soja, que compõe o grupo que trabalha nessa área explorando soja há quase vinte anos, como eu disse, que tem um trabalho muito ligado a grupos do capital internacional, como a Bunge e a Cargill, que financiam os projetos e compram toda a produção. Isso vem mostrar que, teoricamente, usa-se muito a palavra sustentabilidade, mas na prática isso não é a real. Na prática, é o contrário. Esse projeto comprova isso, porque esse projeto nem sequer tem a licença prévia. Nós temos dois pareceres técnicos conjuntos Naturatins-Ibama, um de 2004 e outro de 2007, que comprovam que não teve esse projeto a preocupação sequer de elaborar um estudo de impacto ambiental, um relatório de impacto ambiental, buscando ter as licenças como diz a lei ambiental brasileira.

E aí, no segundo parecer técnico, a equipe técnica Naturatins-Ibama comprova que 34 condicionantes foram colocadas para que então fosse liberada a licença e não foram cumpridas, ou três delas cumpridas em parte. E uma dessas condicionantes era resolver o problema da sobreposição do projeto em áreas de territórios tradicionais de camponeses, de posseiros, como chamam também às vezes.

Mas hoje, então, a situação é complexa porque a Associação Planalto entra com uma ação judicial contra essas famílias pedindo a reintegração da posse dessa área, alegando que as famílias eram invasoras da reserva legal do projeto. Enquanto, na prática, era o contrário. A reserva legal do projeto foi implantada em cima do território tradicional dessas famílias.

Bem, pois bem, pode ser que algumas famílias tenham entrado recentemente, posterior ao projeto, mas a grande maioria foi comprovado que elas já existiam ali antes do projeto. No entanto, quando nós conseguimos a comprovação através do estudo antropológico, a decisão judicial já tinha sido tomada em última instância, todos os recursos possíveis já tinham sido esgotados. O processo, que é uma questão mais jurídica, já tinha – usa-se muito esse termo – transitado em julgado. Quer dizer, a última instância já aqui no Supremo Tribunal, o processo já tinha sido julgado e os recursos tinham sido indeferidos.

Então, essas famílias estariam passivas a serem expulsas de suas terras. A reintegração de posse estava para ser cumprida por uma decisão judicial. E, dessas cem famílias, como eu já disse, 59 comprovadamente são comunidades tradicionais.

Então, através de uma negociação no Ministério Público Federal, recentemente foi elaborado um acordo, um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta, em que se garante que essas 59 famílias não vão ser vítimas de ações judiciais, vão continuar nessa área. Porém, elas não vão ter a autonomia do seu território, do seu espaço. As terras continuam como reserva legal desse projeto. Elas simplesmente vão poder continuar ali porque o TAC prevê a elaboração de um plano de manejo, que vai permitir que essas famílias continuem ali trabalhando, mas de uma certa maneira limitadas pelo que vai constar nesse plano de manejo. E o reconhecimento da autonomia, da legitimidade dessas famílias está sendo negado no seu território.

E aí, em relação à questão do impacto ambiental, da contaminação dos rios pelos venenos, da contaminação do ar é alarmante na região, porque são inúmeros casos de famílias que manifestam, famílias inteiras, logo após a aplicação de veneno – sintomas de intoxicação, que aí eles não conseguem ser reconhecidos dessa maneira pelos atendentes da área da saúde.

São problemas de gripe, são problemas de pulmão, e outros, e outros, mas nunca comprovando, constatando que se trata de intoxicação. Mas dá para perceber – os indícios são fortíssimos – que se trata, sim, de envenenamento, de intoxicação gradativa lenta.

E essa região contamina o Rio Vermelho – os irmãos indígenas krahô estão aqui e comprovam isso. A nascente do Rio Vermelho está bem próxima dessa área. Então, a pulverização com grandes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

quantidades de agrotóxicos contamina, sim, as águas, os rios, inclusive os rios que margeiam esse Rio Vermelho e seus afluentes, que margeiam o território krahô.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO ANTÔNIO RIBEIRO – Para concluir, esse projeto continua em pleno vapor, mesmo como eu disse, sem ter sequer licença prévia, e a tendência do agravamento dos impactos é aumentar a cada ano, porque as famílias estão ali ilhadas, vulneráveis a todo o tipo de impacto ambiental, principalmente com a contaminação com agrotóxico, a contaminação com os venenos o assoreamento dos ribeirões, a diminuição das águas e até mesmo a limitação para o uso desse recurso, desse bem natural, que é a água, porque elas estão contaminadas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada Pedro Antônio Ribeiro da CPT, trouxe-nos dados importantes. Ainda não tinha sido tocada a questão do envenenamento pelo agrotóxico. Também é um problema, não só na região, mas em toda a agricultura de exportação.

Vamos ouvir, então, Felício de Araújo Pontes Júnior, Procurador da República, 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Tem uma bagagem imensa aí para comentar.

O SR. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES JÚNIOR – Obrigado, Senadora.

Senadora Regina Sousa, eu fico muito grato pelo acolhimento nesta Casa, e gostaria também de agradecer ao Cimi pela iniciativa de pedir ao Senado esta audiência. Acho que ela é de suma importância para que esse tema venha a ser discutido em caráter nacional.

Nós estamos falando de um projeto de atinge 8,5% do Território nacional, e quase ninguém sabe no Brasil. É muita coisa, é muita área que está em jogo. O mais grave disso tudo é a sociedade brasileira, os grandes veículos de comunicação ainda não terem se dado conta do que é esse projeto, terem sequer discutido esse projeto com a sociedade civil.

E isso é o que mais chama a nossa atenção, do Ministério Público Federal, no primeiro momento em que foi levado a conhecer esse projeto através – veja só, Senador – das pessoas que já estavam sendo atingidas por esse projeto. Foi aí que o próprio MPF tomo conta dele.

É importante, eu acho que é uma coisa que nos faz simplificar a fala, sendo o último, é que muito já foi dito. Eu diria que quase tudo já foi dito, e dito em profundidade pelas pessoas que me antecederam, tanto nesta Mesa como na Mesa anterior.

Acho que, se eu pudesse traduzir o que foi dito aqui, eu diria que esse projeto, em primeiro lugar, causa degradação ambiental, forte degradação ambiental; em segundo lugar, atinge os povos tradicionais; e, em terceiro lugar, gera, é claro, conflitos agrários, como bem foi exposto pela Drª Joice, que me antecedeu. E são conflitos gravíssimos, são conflitos verificados em uma área em que, no mapa da violência, não era comum aparecer esse tipo de conflito. Nós estávamos acostumados a ver o mapa da CPT, com os casos de violência do Brasil a cada ano, restrito ou com uma ênfase maior no sul do Pará. Era ali a área de grandes conflitos, era ali a região campeã do Brasil em assassinato de trabalhadores no campo. Esse eixo começa a se deslocar agora para o Centro-Oeste, para essa região que nós estamos discutindo nesta audiência, para o Matopiba.

Então, isso é sintomático, isso mostra o quanto esse projeto já vem, antes da sua implementação oficial, trazendo o agravamento dos conflitos agrários.

Em relação à degradação ambiental, a

Gecílha Krahô nos traz relatos impressionantes da terra. Ela nos mostra aquilo que vem sendo sentido desde a época em que ela era pequena, como ela vê essas mudanças que estão acontecendo em seu território e como aquilo atinge a própria população Krahô.

Eu me recordo que, no meio do ano, o *Jornal Porantim,* do Cimi, traz uma entrevista exatamente com a Gecílha, que falou aqui nesta sessão na primeira Mesa, e ela disse o seguinte, que eu gostaria de trazer à consideração de todos nós:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

> O Rio Vermelho, que abastecia as aldeias, está secando e está poluído. Chovia sempre na data certa, mas hoje até os *cupês* [que somos nós, os não indígenas] estão doidos, eles pensam que vão lançar a roça na data de antes, mas está tudo lascado. Muita gente perdeu neste ano. Estou percebendo que, no ano retrasado, não foi como no ano passado e que está diferente neste ano. Dá para perceber nos rios, nas árvores, no modo do capim. O *cupê* destrói a natureza não é porque quer ver as coisas de outro jeito. Destrói porque quer ver o dinheiro. A vida do *cupê* é o dinheiro. No meu pensamento de *mein* [*mein* é indígena na língua Jê], eu quero ver este pé de pequi vivo, eu quero que meus netos e meus bisnetos vejam também como é o jeito do pé de pequi, que experimentem o sabor dele, o sabor dos frutos da terra, como eu conheci.

Acho que o depoimento dela e mais o que ela falava do Rio Vermelho, da sua aldeia, fazem com que a gente perceba, de plano, que esse projeto atingiu os povos da floresta, as populações tradicionais. Nós estamos falando aqui de uma área que possui, oficialmente, 28 terras indígenas, 46 unidades de conservação, 768 projetos de reforma agrária e mais dezenas de territórios quilombolas. Isso é o que há em termos oficiais, sem falar no que ainda está nos escaninhos dos Ministérios, da Esplanada dos Ministérios, onde ainda não houve o reconhecimento oficial principalmente das terras quilombolas, dos territórios quilombolas, do Estado do Tocantins, principalmente ali. Se nós levarmos em consideração esses territórios em processo de reconhecimento oficial, a gravidade, Senadora, é maior ainda.

Ele atinge uma população considerável, ele vai atingir exatamente aquela população que traz comida para a mesa dos brasileiros. Se levarmos isso em consideração, 768 projetos de assentamentos estão atingidos. Como vai ficar o arroz e o feijão que a gente come? Isso não está sendo produzido no latifúndio. Como mostrou a Drª Joice aqui, isso está sendo produzido no minifúndio, que está acabando. Os dados que ela traz são incontestáveis.

Então, se esse projeto atinge os povos da floresta, atinge os povos indígenas, esses povos precisavam ter sido consultados anteriormente, por força de um decreto, que saiu desta Casa, do Senado Federal, e que fez com que a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, se tornasse lei no Brasil desde 2005. Eu gostaria de chamar a atenção de todos nós aqui para um artigo específico que foi violado neste projeto. Precisamos retomar essa discussão. É o art. 6º da Convenção 169, da OIT, que diz o seguinte:

> Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:
>
> a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas [como é o caso do decreto do Matopiba] suscetíveis de afetá-los diretamente.

Olhem só, esse artigo, traduzindo o que ele quer dizer aí, fala o seguinte: para qualquer medida legislativa ou executiva – o projeto Matopiba é um decreto da Presidente da República e, por isso, se encaixa dentro das medidas administrativas que estão escritas aí –, deveria ter sido feita, antes que esse decreto fosse editado, a consulta aos povos interessados.

Temos aqui, Senadora, uma representação imensa de povos da floresta. Muitos representantes de povos indígenas, de territórios quilombolas, de populações tradicionais, de modo geral, estão aqui nesta audiência hoje. Quem aqui foi consultado se queria ou não esse projeto?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES JÚNIOR – Ninguém.

Portanto, parece-me muito claro que o projeto viola a Convenção 169. Ele viola uma convenção de direitos humanos, talvez uma das convenções mais importantes para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES JÚNIOR – Eu gostaria de concluir, dizendo que acho que, agora, o Ministério Público, juntamente com as associações, com as entidades representativas de quilombolas indígenas, das populações tradicionais do Matopiba, precisa urgentemente fazer uma reunião para estabelecer como está prosseguindo o projeto Matopiba e quais os direitos que foram violados dessa população, para que, se não houver a devida compreensão do Governo de que ele precisa voltar atrás e discutir com a sociedade que foi afetada esses direitos, a violação desses direitos, a gente possa recorrer, infelizmente, mais uma vez, ao Poder Judiciário, para que possam ser resguardados os direitos dos povos da floresta.

Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Dr. Felício. Já deixo uma pergunta, para o senhor se manifestar: o Ministério Público, nesses casos, só pode agir de ofício, provocado, ou ele age por iniciativa própria?

O SR. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES JÚNIOR – Ele já foi provocado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já foi provocado, não é?

Então, obrigada.

Mas ele age por iniciativa própria?

O SR. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES JÚNIOR – Também.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É disto que esses povos estão precisando, que alguém que entenda mais do assunto aja por eles quando essas coisas começam.

Antes de passar a palavra para a plateia, quero só contar uma história, para vermos como as pessoas são enganadas. Não são enganados só os povos tradicionais, não, mas também o pequeno agricultor, que está no Sindicato do Trabalhador Rural. Na minha terra, por exemplo, no Piauí, há projetos de energia eólica. Então, saíram colocando torres em cima das serras, em todas as serras na região da Serra do Araripe, e o trabalhador, se houver alguma torre na sua terra, ganha uma quantia mensal enquanto existir o projeto. Mas eles são muito inocentes. Ninguém diz isso para eles, e os mais sabidos vão antes e compram a terra deles, porque chegam com o dinheiro. Com a tentação do dinheiro, R$50 mil, eles as vendem. Depois, o que comprou a terra com cinco torres ganha R$7,5 mil por mês, quando poderia ter sido ele a receber esses R$7,5 mil por mês, porque ele não sabe. A mesma coisa ocorre com a mineração. Eles não sabem o que há debaixo da terra, mas os sabidos já sabem, vão lá e compram a terra, porque sabem que, mais cedo ou mais tarde, uma mineradora vai explorar ali o níquel, o ferro e outros minérios.

Então, é uma coisa muito triste. Por onde ando, faço questão de conversar com os trabalhadores nos sindicatos, para ver se a gente evita isso. Um senhor vendeu a terra dele por R$200 mil, e passam cinco torres lá dentro. Aí, ele a vendeu. "Mas por que que o senhor a vendeu?" Ele disse: "Porque eu queria comprar um caminhão para eu trabalhar." Eu disse: "Mas, com o dinheiro das torres, você ia comprar o seu caminhão." Mas ele a vendeu, porque alguém chegou com R$200 mil para ele, e foi difícil resistir.

Então, é uma coisa muito séria o aproveitamento que alguns fazem, pela ingenuidade das pessoas.

Vamos ouvir agora as pessoas que pediram para falar, que são quatro. Depois, a gente volta para a Mesa. Cada um vai ter três ou quatro minutos para fechar, a partir do que ouviu e do que vai ouvir ainda aqui dos quatro.

Então, a primeira é a Srª Isabel Xerente, porque foi ela que veio aqui.

Ela podia falar de lá, porque há um microfone, mas, se quiser vir aqui, não há problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Ela quer falar sem microfone. Ela quer ficar de frente para o povo. Está certo. Está certo.

Fale com a voz alta, com voz forte.

A SRª ISABEL XERENTE (*Fora do microfone.*) – A gente pode falar?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode.

A SRª ISABEL XERENTE (*Fora do microfone.*) – É o seguinte. Agora, vocês vão me escutar bem. Eu não sei falar bem, porque eu sempre fui analfabeta. Meu pai era analfabeto, meu bisavô era analfabeto, e, depois que eu me entendi, meus netos já estão na escola. Por que nós estamos cultivando os meninos? Por causa disso que vocês estão discutindo. Não é Matopiba, é matar tudo. Não vai matar só o índio, não; vai matar vocês todos. Não somos só nós, não! (*Palmas.*)

Eu falo que esse Matopiba vai matar nós todos.

Eu sempre falo isso. Por que estou aqui? Primeiro, nós somos federal, nós existimos. Depois, vocês, que são federal, existiram em cima desta terra. E a terra é a nossa mãe. Nós estamos lutando para poder deixá-la para os nossos netos, para os tataranetos, para o resto do pessoal, não só para os nossos netos. Nós cinco estamos lutando para poder ter sossego. Depois é que eu entendi. Agora estou sem sossego.

Eu ando para cima e para baixo. A gente deixa de fazer as coisas para o interesse do branco, que são vocês. O branco é mais interessado que nós, para destruir isto aqui, para destruir árvore, para destruir a mata, como sempre fazem. Desmatam a mata para colocar gado nela, para plantar capim, para plantar soja, para colocar garimpo, para plantar cana. Isso é o que está acontecendo.

Mas Deus não vai olhar só para vocês, mas para nós, em primeiro lugar. Deus está olhando para nós em primeiro lugar. Por que está havendo terremotos, como vocês chamam? Por que o pessoal está morrendo? Porque Deus está castigando vocês, porque, a cada dia que passa, vocês estão entrando feito gado roceiro, sem nos consultar, e nós somos os donos desse terreno. Primeiro, quando nós descobrimos o Brasil, nós já estávamos em cima da terra. Depois, foi indo todo mundo, dividindo.

Eu não sei falar bem, porque agora é que eu estou andando para poder falar. Por que os meus filhos estão estudando? Por causa de vocês. Porque cada dia que passa... Olha esse tal de pré! Agora, vocês estão botando outro nome, para a gente não entender. Mas Deus está no céu e, cada vez mais, a cada dia, está nos mostrando o caminho.

Por que eu falo isso? Eu sou mulher, já estou velha, mas eu não quero outro federal em cima do meu direito. Eu não tenho medo de federal, porque federal somos nós. (*Palmas.*)

Nós somos índios, estamos correndo atrás dos nossos direitos. Vocês estão trabalhando para derrubarem os índios, para acabarem com os índios. E por que vocês não acabam...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª ISABEL XERENTE – Agora, se vocês matassem para que nós deixássemos esse terreno para vocês... Mas nós não vamos deixar. Deus vai dar essa força para nós. Deus vai condenar vocês. Aqueles que estão lutando para poder ficar com o terreno Deus vai condenar. Vocês vêm as coisas que estão se passando. Vocês estão vendo. Vocês têm olho, têm ouvido, têm tudo. Então, vocês têm de ver.

Eu estou aqui porque nasci da barriga da minha mãe. Hoje eu estou aqui. Eu não tenho casaco. Eu não nasci com roupa. Eu não nasci com essa papelada, como vocês. (*Palmas.*)

Nós somos índios. Nós somos índios e estamos lutando para podermos pegar nosso direito. Olhe este aqui. Este aqui já foi muito massacrado. Para que isso? Nós somos índios. Nós somos primeiro federal. Tem de dar um pouco de respeito para nós. Esse terreno é nosso. Não foi roubado. Nós não roubamos de branco nenhum. Quando acaba, vocês sempre estão andando atrás de nós...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ISABEL XERENTE – ...para vocês poderem nos matar, para podermos deixar esse terreno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para vocês, mas nós não vamos deixar. Isto aqui pode dar o que der, mas nós não vamos deixar.

Agora eu estou falando para vocês. Eu estou falando para vocês "botarem na moringa" que esse terreno nós não vamos largar. E nós não vamos largar de lutar. Nós temos que pegar nosso direito. Nós não temos medo, não! Nós também temos tudo, para nós podermos brigar.

Agora eu estou falando aqui no meio de vocês porque não tenho medo, porque não estou roubando. Eu não roubei terreno de ninguém, de posseiro nenhum. Nós estamos dentro do nosso terreno. E agora eu estou falando aqui no meio de vocês todos.

Era só isso. Eu não sei falar bem. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Isabel Xerente. Falou muito bem. Ninguém poderia expressar melhor do que você esse sentimento e o que está passando pela cabeça dos que estão aqui, dos que estão assistindo lá fora, dos que ficaram lá. Acho que foi a melhor expressão que a gente podia ter.

Estamos com a presença do Senador José Medeiros, que pode usar da palavra na hora em que quiser.

Estamos discutindo os efeitos do Matopiba nas comunidades tradicionais. Já falaram os expositores. Agora está falando a representação das comunidades, mas, se o senhor quiser usar da palavra antes, não há problema.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senadora Regina.

Eu passei aqui só para cumprimentar a comunidade indígena. Estou em duas comissões. Aqui todos os trabalhos acontecem ao mesmo tempo. Não é fácil a gente participar de tudo, mas vim aqui como representante do Estado de Mato Grosso, que tem diversas comunidades indígenas. A gente tem de avançar e sair da retórica.

Acabei de ouvir aqui a fala indignada dessa representante. Nós somos representantes políticos. É daqui que saem todas as medidas que vão afetar a vida de todos os brasileiros. Eu não consigo fazer esta distinção entre índio e não índio. Eu acho que temos aqui brasileiros. E nós precisamos avançar para chegarmos a este patamar em que todos os brasileiros possam ser respeitados.

Há poucos dias, eu conversava com um cacique. Ele estava justamente dizendo o seguinte: "Nós estamos aqui recebendo o passivo de tudo o que aconteceu nesses 500 anos do Brasil, mas não estamos recebendo os ativos disso. Nós precisamos de saúde na comunidade, precisamos de estradas, e essas coisas não têm acontecido."

Aqui há diversos projetos que, como sabemos, são de interesse da comunidade indígena. Acho que é da maior importância, Senadora Regina, esta audiência que V. Exª está fazendo, justamente para ouvirmos os interessados, para ouvirmos os que serão afetados pelo que vamos fazer aqui ou não.

No mais, quero só cumprimentar todos. Meus respeitos a toda a comunidade indígena! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador José Medeiros.

Vamos ouvir a Ivonete Krahô-Kanela.

Ivonete, você vai falar daí?

A SRª IVONETE KRAHÔ-KANELA – Bom dia a todos e a todas!

Para quem não me conhece, sou a Ivonete, do povo krahô-kanela, do Estado do Tocantins, de onde veio uma forte delegação.

Aqui estou também para colocar a minha indignação a respeito desse projeto Matopiba. Uma das coisas que me traz muita preocupação é que, no dia 1º de março deste ano, 50 japoneses estiveram em Palmas em um seminário com alguns políticos e com representantes dos quatro Estados – Maranhão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Tocantins, Piauí e Bahia –, quando foi feito um acordo. O Japão queria fazer esse acordo, que foi feito. O Japão queria fazer a implementação desse projeto no Estado do Tocantins, e, em troca disso, o Brasil deveria favorecer para eles a alimentação, como carne de boi, galinha.

Então, eles querem fazer o quê? Eles querem investir na estrada, na hidrovia. Isso viria para facilitar para os povos e para aqueles que estão nesses Estados? Não. Isso viria a favorecer o escoamento dos grãos que vão surgir. E deixaria o que para nós? Deixaria a devastação principalmente do Cerrado, onde temos a maior biodiversidade, de onde são extraídas as plantas medicinais, pois o que mais existe está no Cerrado. Estamos vendo tudo ser destruído. Como já foi falado, antes, eles tinham de ter sido feito uma consulta prévia aos povos indígenas.

Uma das maiores preocupações é a seguinte: esses povos que estão naquelas regiões desses Estados futuramente vão estar ali não como reserva indígena ou como reserva dos quilombolas, mas como reserva do Matopiba. Eles vão estar ali simplesmente para morar, não para utilizar mais nada daquela reserva.

Lá 337 Municípios vão estar envolvidos nesse projeto. São 31 microrregiões e 73 milhões de hectares que vão ser envolvidos nesse projeto. Há ali 5,9 milhões de habitantes. Onze por cento da população do Piauí vão ser atingidos por esse agronegócio, bem como 18% na Bahia, 33% no Maranhão e 38% em Tocantins.

Então, não podemos fazer essa negociação, porque estaríamos amando mais os japoneses do que os brasileiros. Nós estaríamos dando vida para os japoneses e matando nosso povo. Eles vão tirar tudo dos nossos Estados, e nós vamos ficar apenas com a degradação.

Nós povos indígenas, camponeses, camponesas e quilombolas estamos a dizer que não negociamos a nossa terra, porque ela já está habitada. E há outra questão: a mãe natureza clama por socorro, e quem vai socorrer a mãe natureza somos nós, os povos indígenas.

Está na hora de os comandantes e os representantes colocarem a mão na cabeça e verem que nós, povos do Brasil e do exterior, necessitamos do oxigênio, porque o Brasil é considerado o pulmão do mundo, principalmente a Amazônia. Então, nós jamais poderemos fazer esse acordo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Ivonete.

Vamos ouvir o Sr. José Luís Kassupá.

Pode falar.

O SR. JOSÉ LUÍS KASSUPÁ – Primeiro, bom dia a todos, a todos os parentes!

Eu sou José Luís Kassupá, liderança indígena do Estado de Rondônia.

Olhando um pouco essa questão do projeto Matopiba, nós temos uma experiência em Rondônia, principalmente nos projetos das usinas hidrelétricas, tanto na de Santo Antônio quanto na de Jirau. Além dessas, outra usina está sendo trabalhada para ser construída na região de Ji-Paraná, que é a Tabajara.

Quanto a esses projetos, falam que vão compensar os impactos sociais e ambientais dentro de terras indígenas ou na própria comunidade dos ribeirinhos, das populações tradicionais, quando, na verdade, isso não acontece. E é aí que observamos a violação desses direitos garantidos pela Constituição. Com essa violação, há coisas que, como vemos, não são feitas para os povos indígenas. Nós já perdemos terras, perdemos muitos parentes indígenas na questão da colonização no Estado de Rondônia. Vemos que precisamos da demarcação dessas terras. Precisamos que o Estado brasileiro demarque essas terras, porque já estamos visando ao futuro.

Não queremos mais desmatamento. Não queremos que matem o Cerrado. Não queremos que prejudiquem a vida do ser humano. Somos seres humanos. Vocês também são seres humanos. É com esse pensamento que nós, indígenas, viemos aqui, a esta Comissão de Direitos Humanos, para pedir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que haja um consenso entre vocês, Senadores e Deputados Federais, para que realmente vocês defendam os direitos humanos.

Esse problema não está só conosco. Esse problema não nos afeta somente, mas afeta também vocês. A partir do momento em que vocês aprovam o projeto do Matopiba para a agropecuária, para a indústria, para esse consórcio desse projeto que vem destruir o Cerrado, vocês estão aprovando o extermínio de várias espécies dessa região, como estão fazendo na Região Amazônica com o desmatamento, com a invasão das terras indígenas, com a perda de território dos povos indígenas.

Então, nós estamos muito preocupados com relação a isso, até porque povos indígenas estão surgindo justamente para lutar contra essa questão. Eu queria deixar só esse alerta, porque a gente tem pouco tempo para falar. A demanda é muito grande, é muito maior do que a gente pensa, porque, no futuro, não queremos comer veneno. A partir do momento em que se mexe com agropecuária e com agroindústria, todo mundo vai comer veneno, principalmente vocês que moram na cidade. Na produção que vocês têm aí, o veneno é aplicado em todos os alimentos para consumo. Esse é o problema maior que a gente tem, e isso vai gerar um problema no futuro para a saúde da população brasileira. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, José Luís Kassupá.

Vamos ouvir o Adalto Guarani. Onde está o Adalto?

O SR. ADALTO GUARANI – Estou aqui.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode falar, Adalto.

O SR. ADALTO GUARANI – Primeiramente, bom dia para os parentes que estão aqui!

A nossa luta é difícil. Desde 1.500, lutamos para sobreviver, lutamos com esse pessoal que judiava de nós.

Eu vi que, no Matopiba, vai acontecer como em Mato Grosso do Sul, onde hoje faz um calorão, onde são aplicados venenos. Os povos indígenas estão sofrendo na mão do agronegócio. O agronegócio atinge todos os países, mas quem está sofrendo somos nós. Por isso, estou aqui para defender o povo.

Também quero colocar que o Matopiba vai ser igual ao marco temporal, porque, quando se deixa uma lei funcionando aqui, ela cria pernas e atinge o Brasil inteiro.

Então, Senadores, faço a minha reclamação agora que estou aqui. Nós confiamos em vocês. Por isso, estamos aqui pedindo que vocês tirem as coisas que atrapalhem a nossa vida. Faço uma comparação: a PEC 215 não é um projeto bom para nós, se aprovada, porque todas as coisas que não prestam jogam para o lado dos índios; o que presta jogam para o lado do agronegócio. Gente, nós também somos seres humanos. Nós também queremos viver, como vocês.

Eu já falei esses dias com o Ministério Público para ele nos ajudar também. Se não ajudar, quem vai nos ajudar hoje? Nós lutamos, mas, desde 1970, nós não temos leis. Depois da lei é que começaram a nos ver como gente, e nunca parou a nossa lei no lugar.

Pelo amor de Deus, vocês têm de olhar para o nosso lado também, porque somos os donos da terra. Essa terra foi roubada. Primeiro, ela foi roubada. Agora, a palavra é "golpe". Agora, toda a nossa lei está golpeando e massacrando os índios. Quando isso acontecer direto, onde vamos parar?

Nós confiamos no Senado. Se a PEC 215 passar, ela vai passar por aqui. E, se a aceitarem, ela vai virar lei. Aí quem vai sofrer? Somos nós. Nós é que sofremos a consequência, e não vocês.

Por isso, Senado e Ministério Público, olhem para a nossa causa, olhem para a nossa família, olhem para quem está chorando, ajudem quem está precisando. Nós cansamos de pedir comida na rua. Parece que não somos os donos da terra! Por causa da reserva, nós vivemos em confinamento. Índio vive só na reserva, confinado. Vão confinar os índios mais ainda? O que é isso, gente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pelo amor de Deus, você tem de nos ajudar a sair deste sofrimento. Cansamos de sofrer! Vocês não sofrem porque vocês têm terra. A nossa terra, a nossa riqueza, roubaram tudo de nós! Primeiro, roubaram matéria-prima, mineração e, agora, biodiversidade. Esse Matopiba vai tirar tudo. E quem vai repor para nós a nossa riqueza? Nós éramos ricos, ricos, ricos, ricos no Brasil!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALTO GUARANI – Deixe-me concluir.

Aí o que virará? Roubaram a nossa riqueza, deixaram os índios pobres e sem lei ainda. Isso é uma vergonha, gente! Se fosse eu, eu teria vergonha, bastante vergonha, de judiar do próprio dono da casa! Será que isso é direito mesmo, gente? (*Palmas.*)

Nós somos próprios da terra, somos fruto da terra e começamos a sofrer em cima da nossa terra, gente! Pelo amor de Deus!

Senado, olhe para o lado dos índios! Ministério Público, peço esse favor para vocês.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada ao Adalto Guarani.

Agora, vamos retornar à Mesa.

Na primeira Mesa, vamos dar três minutos para cada um.

Podem falar de onde estão, porque não cabem todos aqui. Podem sentar no lugar em que há microfone.

Mas, antes, eu queria deixar...

A SRª ISOLETE WICHINIESKI – Vou deixar minha fala para o pessoal da Bahia que queria falar e não teve tempo. Então, passo a minha fala para eles.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quem é que vai falar?

O SR. EGO HECK (*Fora do microfone.*) – Eu também gostaria de deixar o meu espaço para...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Na hora, vocês indicam quem é a pessoa. Vou começar com esta Mesa aqui; depois, passo para a outra. Tenho de saber quem é que vai substituir a pessoa da Mesa.

Tenho de cumprir os horários e as regras aqui, infelizmente. Por mim, eu ficaria conversando com vocês por muito mais tempo.

Mas, antes de passar adiante, eu queria só dar um testemunho: não é só o Cerrado que está sofrendo agora no Matopiba. No dia 1º de dezembro, nós vamos ter aqui uma audiência pública sobre o babaçu. Alguns Estados da região do Matopiba têm babaçu, mas o babaçu está sumindo também, está desaparecendo. É uma palmeira que tem tudo a ver com a questão da absorção do carbono, é uma mata nativa, mas, no meu Estado, está dando lugar para a cana-de-açúcar. Já não há quase babaçu no Piauí. A gente vai fazer essa audiência para ver o que pode salvar ainda, o que pode ser transformado em área de proteção, porque não é bioma, é só uma região de transição.

Mas podem perceber que as quebradeiras de coco, que muitos de vocês aqui devem conhecer – também há essa categoria nos Estados –, que quebram o coco babaçu, que vivem do coco babaçu e da extração do óleo do coco babaçu, também estão passando por esse sofrimento.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Explique, porque muita gente não entendeu.

A SRª LAURA LAUDOVINA PEREIRA – Na cultura do povo xerente, quando falece um parente e quando a gente não encontra o outro parente, a partir do momento em que a gente se encontra... A D. Isabel encontrou o sobrinho dela aqui, o Ivan, e, então, ela fez esse choro, em sentimento à pessoa que faleceu.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O.k.!

Agora vou começar com esta Mesa aqui.

Alexandro, você vai falar ou vai dar a palavra para alguém?

O SR. ALEXANDRO DO CARMO SILVA – Eu gostaria de falar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, você fala por três minutos, com tolerância de mais um minuto. Agora, é menos tempo, ouviu?

O SR. ALEXANDRO DO CARMO SILVA – Eu gostaria de deixar também na mesa o que eu tinha esquecido de falar para trás: as famílias tradicionais da Serra do Centro, neste momento, com um TAC assinado, não se sentem também muito felizes, porque isso tira toda a liberdade que nós tínhamos antes e o conhecimento de nossa terra, que hoje é degradada. Somos conhecidos por um gênio que não temos. Estão tirando todos os direitos de nós sermos os donos, de nós sermos os proprietários. Hoje, os grandes agricultores estão esbanjando dinheiro, vendo as nossas margens secando, sem haver uma Justiça para nos proteger no momento em que mais precisamos, que é este pelo qual estamos passando.

Estamos sem a documentação das nossas áreas de chão, que, hoje, deveriam estar documentadas. Hoje somos como invasores e desconhecidos, numa vida em que isso não é preciso e não é cabível. Mas, pela injustiça que aconteceu, sem piedade, nós passamos por estes momentos e estamos passando esta grande dificuldade.

Então, peço ao Senado, a todos que nos estejam ouvindo, aos Deputados Federais que também tenham piedade do nosso sofrer e que façam com que nós vivamos felizes, porque nós também precisamos de terra, precisamos de água, precisamos de saúde, sem os quais nós temos sofrido, nesses últimos anos, esta grande dificuldade.

Somos do tempo do Goiás. Em 1988, foi extinto o antigo Goiás e passou a ser Estado do Tocantins. Nós hoje ainda vivemos no mesmo local, mas estamos sem documento da nossa terra, somos desconhecidos. Os fazendeiros estão sorrindo da nossa cara...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRO DO CARMO SILVA – ...e dizendo que agora eles conseguiram o que bem queriam.

Mas Deus terá piedade de nós, do povo indígena e ribeirinho e de todos os que estão sofrendo neste momento. Entrego a Deus Pai, Todo Poderoso, Criador do céu e da terra e da nossa conservação.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu vou passar a palavra para a Mesa, Davi, e deixo-o falar quando você voltar para aí. O Felício pode ficar para depois também.

Pedro Antônio Ribeiro.

O SR. PEDRO ANTÔNIO RIBEIRO – Eu cedo meu tempo para o pessoal do Piauí e, talvez, para o da Bahia, que chegaram depois.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Alguém anota para mim os nomes de quem vai substituir o Pedro. Quem vai substituir a Joice eu já sei quem é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, o Pedro já cedeu a palavra.

Agora, é o Felício, do Ministério Público.

O SR. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES JÚNIOR – Eu gostaria de agradecer a oportunidade e de fazer uma proposição concreta aos povos indígenas, aos quilombolas e às populações afetadas por esse projeto, de modo geral, para que a gente possa fazer uma reunião aqui com os procuradores da República.

Talvez, possamos ver quais são os representantes – poderia deixar isso a cargo da CPT e do Cimi –, para que possamos fazer uma avaliação do que foi esta audiência e do projeto e pensar em medidas que possam ser tomadas conjuntamente pelo Ministério Público Federal e pela sociedade civil e que possam ainda conter esse projeto e fazer com que sejam respeitados os direitos dos povos da floresta.

Então, se as comunidades que estão aqui concordam, a proposição é que alguém seja representante dessa comunidade nessa pequena comissão, para que possamos avaliar as medidas que devem ser tomadas por todos nós, tanto judiciais como administrativas, no sentido de resguardar os direitos dos povos da floresta.

Era só isso.

Obrigado, Excelência.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, vamos agora continuar.

Da Mesa 1, o Eduardo Mazzoleni quer falar agora?

O SR. EDUARDO MELLO MAZZOLENI (*Fora do microfone*.) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E a Isolete?

A SRª ISOLETE WICHINIESKI (*Fora do microfone*.) – Já cedi.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Cedeu para quem?

A SRª ISOLETE WICHINIESKI (*Fora do microfone*.) – Para o Iremar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Fala você, então, por três minutos.

O SR. IREMAR BARBOSA DE ARAÚJO – Boa tarde!

Uma das questões que ainda existem nesse território imenso é que uma centena de comunidades tradicionais ainda não foi reconhecida como tal. Os fechos de pasto, por exemplo, do grande oeste da Bahia não têm nenhuma visibilidade praticamente em termos de Brasil. Talvez, essa seja a questão que pudesse ser colocada. Eu gostaria de colocar algumas pimentas nesta discussão para facilitar a compreensão da coisa.

Estudo recente da ANA provou que o oeste da Bahia sustenta o São Francisco com 80% das águas. Provou também esse estudo que, no processo de compactação com tecnologias como calcareamento e gesso numa escala de 0 a 7, somente 1,5% do que chove está sendo infiltrado para sustentar o São Francisco. Esse desmatamento todo nessa região chamada Matopiba está provocando uma bolha de calor que impede as correntes da Amazônia atravessarem, tanto é que, no oeste da Bahia, num período de seis meses de chuva, no ano passado, choveu num único mês, que foi janeiro. Foi o caso daquela enchente toda que passou nos jornais e que inundou Santa Maria da Vitória, mas isso se deu num único mês, e acabou. Isso nunca tinha acontecido na história daquela região. Possivelmente, esse estudo tem muita propriedade. Acredito que, nas outras regiões, também tenha sido assim.

O agronegócio se faz em cima de três ou quatro grandes questões básicas. O agronegócio se faz em cima de terras públicas exclusivamente. São terras roubadas – é importante dizer isso. O agronegó-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cio se faz em cima de água pública. Há rios que eles represam. Eles fazem suas barragens e, depois de dez anos, vão pedir autorização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IREMAR BARBOSA DE ARAÚJO – Quanto a tecnologias públicas, a Embrapa produziu para a soja 127 cultivares, mas os pequenos agricultores que estão aqui, dificilmente, ela foi lá acudir com uma tecnologia que salve um pé de banana.

O agronegócio se faz com dinheiro público – a maior dívida interna do Brasil praticamente é oriunda do agronegócio – e, especialmente, com um aparelho estatal muito forte, órgãos como secretarias, institutos estaduais. No caso da Bahia o Inema adotou uma política totalmente liberalizante, em que as licenças são autodeclarativas. Isso não existe! A Polícia... Há milícias que se formam nessa região. Gente, as imagens que retemos são de bala. Esse território está sendo tomado à bala. Quem tiver mais bala leva. (*Palmas.*)

O Judiciário dá liminares como se estivesse rifando prêmios no meio da galera. Há uma dificuldade imensa. Depois, o setor político cria uma legislação muito favorável a esse problema. Isso vai redundar – e já está redundando – em fortes conflitos agrários – esse deslocamento do sul do Pará volta para essa região agora – e, especialmente, conflito por água.

Gente, esse negócio vai estourar. Sobradinho bateu anteontem 7% da sua capacidade. O Rio São Francisco seria o responsável hoje por 90% praticamente da água do Nordeste brasileiro e por praticamente também 90% da energia dessa região. Quem contribui com 80% dessas águas é o oeste da Bahia. Como é que a gente lasca um agronegócio que elimina os rios do oeste da Bahia e compacta o solo daquela região? Há alguma coisa errada! O Brasil precisa pensar em certas questões estratégicas, e aquela área é uma região estratégica para a Nação brasileira.

Finalmente, quero dizer que o "Mapitoba" – a gente chama de "Mapitoba", não de Matopiba – é uma coisa imoral. É imoral, porque não se discutiu com ninguém que estava lá, porque não se fizeram estudos apropriados para aquela região, porque se fez invasão de plantas e de animais naquela região. Só o oeste da Bahia recebe 120 carretas grandes de veneno por mês. E tudo isso o pessoal está comendo lá.

Mas eu queria colocar uma questão bem específica que está sendo forte agora. Como essa bolha de calor aumentou e como a chuva não veio, está se disseminando a tecnologia chamado pivô central à base de piscinões no oeste da Bahia. Um piscinão feito em Correntina, por exemplo, tem capacidade para 200 milhões de litros de água. Em uma propriedade de lá, há dez piscinões abertos, e o Tribunal de Justiça autorizou esse funcionamento agora. São dez piscinões! Um proprietário, uma pessoa só, por dia, tem mais água à sua disponibilidade do que todo o Nordeste brasileiro, que é alimentado pelas chamadas cisternas do P1, com a captação de água de chuva. Ou seja, é indecente o que está acontecendo no oeste da Bahia.

Eu queria propor que, talvez, as associações, o Ministério Público, esta Comissão do Senado, o povo que está aqui e suas representações pudessem unificar as suas ações. Não dá para atacar dessa forma. E quero pedir à companheirada resistência. Não há outro jeito! Ou o povo resiste, ou vai ser enxotado para debaixo da ponte. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigado, Iremar.

Vamos ouvir o Oscar Apinajé.

O SR. OSCAR APINAJÉ – Bom dia!

Meu nome é Oscar Apinajé. Aqui represento a organização Timbira. Os Timbira são formados pelos povos Krahô, Krikati, Gavião, Canela e Apinajé e representam o povo do Cerrado.

Hoje, a gente vê a realidade do nosso País em relação à devastação do nosso Cerrado. Desvalorizam, dizem que não há vida no Cerrado. A gente discorda disso. O alvo maior disso é o que eles falam aqui: a Amazônia faz chover. A gente discorda disso. No mundo em que nós vivemos, um depende do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

outro, cada um tem a sua função. O Cerrado é importante. A Amazônia é importante. Sem o Cerrado, não existe Amazônia; sem a Amazônia, não existe Cerrado.

Então, a gente hoje representa esse bioma, porque nós não dependemos desse capitalismo, desse sistema. Acho que a sociedade humana, hoje, tem de mudar o seu padrão de vida. Não é por aí que a gente vai avançar, não é por aí que a gente vai salvar o nosso Planeta.

Essa coisa vem nos provocando. Não estamos pensando só no povo indígena. Nós estamos pensando, de modo geral, nos animais, nas árvores, na água e no ar. Eu acho que aqui, onde todos estão presentes, a gente não tem classificação abaixo disso. Todos somos iguais. Não temos diferenciação: o mais rico, o mais pobre e o médio. No mundo em que nós vivemos, não importa a cor, mas precisamos destes bens: a água, o ar e a mata.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSCAR APINAJÉ – Sem isso, não vamos sobreviver. O dinheiro não salva a vida da humanidade.

Então, a gente continua a lutar. Neste mundo ou no outro mundo, vamos sempre lutar pelos nossos bens.

Vocês se acham espertos e se acham mais do que os outros. Desprezam os demais. Mas não é por aí, não é por aí que a gente vai salvar o nosso Planeta. Essa é uma necessidade de nós todos. Nós temos de ter essa consciência, temos de ver isso. Com dinheiro, mas sem a água, sem o ar, sem a chuva, será que nós podemos produzir, será que nós podemos avançar, será que vamos salvar a vida deste Planeta? Eu acho que não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSCAR APINAJÉ – E nós não dependemos disso. Nós temos respeito pelo nosso Criador. Cada um tem o seu deus. A gente acredita e respeita. Mas vocês não respeitam ninguém. Tudo o que foi criado aqui e que está debaixo do chão... Vocês não respeitam nem Deus. Os restos deles estão guardados ali. E vocês tiram e fazem uma demonstração de que querem ser mais do que eles. Mas hoje estamos vendo a realidade. Neste mundo ou no outro mundo, nós vamos estar sempre nos manifestando com os nossos ancestrais.

Vocês veem o que está acontecendo? Há uma região que tem seca, há outra região que tem muita chuva. Numa região, há furacões destruindo, e, em outra região, há maremoto. Temos de ver esse lado. Não precisamos de dinheiro, não precisamos de ferro, não precisamos de ouro ou de diamante. Nós não precisamos disso, nós não comemos isso. Mas, pela visão de vocês, é essa a necessidade de permanecer nesse mundo. Eu acho que vocês têm de ver o nosso lado. Não nos classificam mais como seres humanos. Todos que vivem tanto no Cerrado quanto na Amazônia, todos têm sua função, para configurar.

Eles falam que o Cerrado não tem nada. Então, serve para plantar soja e eucalipto, serve para plantar cana. Mas o Cerrado é a maior bacia hidrográfica que armazena água; passa a água para a Amazônia, e a Amazônia a devolve de novo para o céu, de onde vem a chuva. Vocês não veem isso. Hoje, a ciência ainda está descobrindo, mas os nossos ancestrais, o nosso pajé, que é a nossa ciência, já previu isso. A gente já sabe disso há muito tempo. Por isso, insistimos hoje nesta vida. Se nós não vencermos nesta vida, na outra vida sempre estaremos nos manifestando via esses fenômenos.

Então, o que me traz aqui? Venho aqui para mostrar esse gargalo, para mostrar para vocês que a gente precisa disso. Vocês não vão comer ferro para sobreviver. Nem tendo muito dinheiro, vocês não vão conseguir produzir sem a chuva. Sem a água, será que vocês vão sobreviver com o dinheiro? Então, isso é o que me traz aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Oscar Apinajé.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vamos ouvir agora o Davi Avá-Canoeiro.

Vamos completar o tempo aí, Davi, porque a Gecílha ainda vai falar. Estamos com o tempo meio estourado.

O SR. DAVI AVÁ-CANOEIRO – Bom dia, parentes e parentas!

Eu só vou complementar um pouco o que os parentes falaram. Toda a realidade que eles falaram é a realidade dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos que lutam pela sobrevivência de cada um. Não pensamos só em nós, mas, sim, em todos.

O Governo sempre, cada vez mais, vai fazer algumas PECs como esta que está vindo agora, que faz os povos indígenas se deslocarem de sua comunidade, com muita dificuldade, para virem a esta audiência para se expressar, para falar o que sentem, para mostrar a dor que todos sentem. A gente sai com muita dificuldade de lá, deixando os parentes para trás. E passamos por muita dificuldade aqui também.

Isso é o que eu tenho em mente. Falo para que vocês vejam o lado dos povos indígenas, de todos os que sofrem com essas emendas constitucionais.

Era só isso. Não vou usar os três minutos, não.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Davi.

Quero registrar a presença de Zilmar Pinto, liderança quilombola do Quilombo Charco, no Maranhão, que representa o Moquibom.

Como não falou nenhum quilombola, vou dar os três minutos para a Zilmar. Pode ser? Aí a Gecílha fecha.

A SRª ZILMAR PINTO MENDES – Bom dia!

Meu nome é Zilmar Pinto Mendes. Sou do Quilombo Charco, de São Vicente Ferrer. Sou do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom) e da Articulação Nacional de Quilombos também.

Estamos aqui em luta. Como o irmão já falou, os parentes, a luta dos indígenas é a dos quilombolas também. Falo do sofrimento que a gente tem vivido nestes últimos tempos. É só perda de direito! Cada dia mais, o pouco direito que nós temos vem sendo tirado, mas não é por isso que nós vamos baixar a cabeça. Nós temos de levantar a cabeça para enfrentar esses projetos de lei inconstitucionais, com os quais esses povos têm sofrido. Nós do Movimento Quilombola do Maranhão estamos em luta em defesa da vida. Há alguns projetos de lei que chegam à nossa comunidade. Para nós, parece que é um projeto que vem trazer renda e emprego, mas, na verdade, vem trazer a expulsão das nossas comunidades dos nossos territórios.

Então, nós temos de nos unir, temos de nos juntar, cada dia mais, para defender nossas vidas, porque não podemos sair das nossas comunidades. Sem as nossas comunidades, sem os nossos territórios, nós não temos vida, porque é lá que nós plantamos e temos a nossa alimentação. Nós somos um povo que também preserva o pouco das matas que ainda existe. Então, se nós sairmos de lá, esses projetos de lei que chegam vão terminar por prejudicar os nossos rios e por desmatar os nossos palmeirais.

Então, a gente tem de se unir. Temos de estar juntos nessas lutas que não são fáceis; para isso, estamos unidos.

No Quilombo Charco, o Flaviano foi assassinado com sete tiros na cabeça, e, até hoje, o fazendeiro está impune. A gente, as nossas lideranças são mortas, são assassinadas por pistoleiros. Querem que as nossas lideranças saiam dos nossos territórios, que os abandonem e percam a vida. Nós temos de estar unidos e ir para a frente, para a luta. Temos de vencer essa batalha, porque essa luta é nossa. Então, nós temos de estar juntos nessa luta. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obri-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

gada, Zilmar.

Eu sei que muita gente gostaria de falar, e a gente gostaria também de ouvir, mas nós temos as regras da Casa, que, para não perdermos este espaço, temos de cumprir.

Quero registrar que está presente aqui o assessor do Senador Vicentinho Alves, de Tocantins, que é o Ivan Xerente.

Cadê o Ivan? Ele está aqui. É família também.

Então, vamos ouvir outra pessoa também – acho importante que ela fale – por três minutos. Depois, a Gecílha fecha com a fala dela. É o ex-Deputado Pedro Wilson, que é Secretário de Direitos Humanos. É de Goiás?

O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES – De Goiânia.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É de Goiânia.

Eu acho que é importante a sua fala. Ele faz parte da região, que também é muito próxima. Ele tem um depoimento importante para dar e, inclusive, pode ajudar, quem sabe, em algumas questões.

O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES – Srª Presidente, representantes verdadeiros do Brasil, sou de Goiás, sou Secretário Municipal de Direitos Humanos da cidade de Goiânia. Já fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Sou o autor da PEC que está sendo segurada na Câmara e que considera o Cerrado patrimônio nacional. A Constituição de 1988, Srª Presidente, considerou a Amazônia, o Pantanal e a Mata Atlântica patrimônios naturais, mas não considerou o Cerrado, a Caatinga e o Pampa. Nós apresentamos uma emenda constitucional, que está parada, segurada pelas mãos do latifúndio, daqueles que não querem realmente uma lei para regular o uso do Cerrado, que é a caixa d'água do Brasil.

A gente se lembra da água da Amazônia, tudo bem. Metade da água da Amazônia sai do Cerrado, bem como a água que vai para o Nordeste, pelo São Francisco; a água que vai para o Prata, para o Pampa, para o Pantanal – 98% da água do Pantanal saem do Cerrado, principalmente de Mato Grosso, do Centro-Oeste.

Então, estou aqui para me solidarizar com essa luta. Todo mundo está se lembrando do Piauí, do Maranhão, de Tocantins ou mesmo da Bahia e de Goiás. Mas estou me lembrando do projeto Jica, que a CPT (Comissão Pastoral da Terra) há 20 anos denunciou, porque eles queriam plantar coisas para exportação, e nós sabemos que grande parte da nossa alimentação, dois terços, vem da agricultura familiar, vem do extrativismo. O Cerrado tem esse valor imenso, e se está plantando só para exportar. Nada tenho contra a soja, contra o milho ou contra o girassol, mas sou a favor da mandioca, do arroz, do feijão, de outras batatas, do palmito, do açaí, da mama-cadela. O Cerrado tem 12 mil espécies vegetais; 1,2 mil são espécies medicinais. E a aração extensiva que o agronegócio faz no Centro-Oeste está não só destruindo onde é arado, mas outros lugares.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES – Volta e meia – a senhora sabe disso –, nós estamos ouvindo denúncias de desaparecimento das abelhas. No caso do Cerrado, há o desaparecimento não só de abelhas, mas também de besouros e de outros insetos que ajudam a polinizar. O araticum está desaparecendo de Minas, de Goiás e da Bahia, porque é um besouro que sai na época da florescência para polinizar e produzir. Então se está deixando de produzir muita coisa. Neste ano mesmo, nós tivemos variações de produção do pequi e do caju por causa da falta de água, mas também por causa desse processo.

Então, quero também aqui, na oportunidade, solidarizar-me e denunciar publicamente, mais uma vez, a prisão do camponês Lázaro, em Itapaci, e de Luiz Batista, em Rio Verde, vítimas da criminalização dos movimentos sociais, principalmente do MST. São vítimas da criminalização, assim como os índios que estão aqui. Goiás tinha mais de 30 nações indígenas. Até o nome de Goiás vem de uma nação que desapareceu. Nós tínhamos mais de 30 nações. Havia mais de 300 mil índios na época da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

descoberta do Brasil. Hoje, nós temos praticamente em Goiás três tribos: os karajás, em Aruanã; os tapuias, que já perderam o uso da língua, em Nova América; e os avá-canoeiros, que são praticamente menos de cem, na beira do Rio Tocantins, na região de Minaçu. Inclusive, como Deputado, nós fizemos uma audiência pública aqui, no Congresso, para defender as terras para os avá-canoeiros, quando da construção da usina no Rio Tocantins, que, inclusive, é a que tem melhor água para peixe.

Então, quero trazer essa notícia aqui, solidarizar-me com o Senado e com V. Exª para realizar esta audiência, porque muitas vezes as ações são realizadas, e depois a gente trata dos mortos. A gente trata do grande líder que lutou pela democracia brasileira – no último dia 5 –, uma pessoa que já foi Parlamentar no Brasil e que foi assassinado em São Paulo, Carlos Marighella, e de tantos outros no Cerrado, como José Porfírio, Sebastião Rosa da Paz, Nativo da Natividade, Wilmar de Castro.Há os lutadores pelo Cerrado, como Valdir, Líder do MST, que foi preso no Rio Grande do Sul, e a quem agora o Superior Tribunal de Justiça concedeu liberdade, prisão domiciliar.

Essa luta do povo indígena, dos camponeses, dos agricultores familiares é a luta pelo Cerrado, para termos vida. Se destruirmos o Cerrado, vamos destruir o Brasil, porque ele irriga água para todo lugar. Todo mundo fala que as árvores do Cerrado são tortas, feias, só servem para carvão. Mentira! Além de servirem para a Medicina, elas servem para alimento.

A Embrapa mesmo fez um estudo que mostra que um alqueire inteiro do Cerrado, daqui a cinco anos, vai valer mais de cem vezes aquilo que foi usado para a aração com as novas tecnologias, distribuídas pela Monsanto, compradas agora pela Bayer. Vejam bem, um laboratório de remédios compra uma empresa que distribui sementes para evitar sementes crioulas, sementes nativas, que os índios e os camponeses protegem.

Por isso, então, nesta manhã, quero saudar esse encontro de povos indígenas, de agricultores familiares e de assentados, na luta em defesa do Planeta, da terra e da água. É nesse sentido.

E, mais uma vez, quero fazer um apelo contra a criminalização da luta dos índios, dos quilombolas e também dos camponeses, porque eles chegaram primeiro à terra, mas, às vezes, não têm acesso a crédito nem à tecnologia ou mesmo à política deles. Os quilombolas e os índios, Srª Presidente, são o único tipo de população do Brasil para o qual a terra não é individual; a terra é coletiva, a terra é do grupo. Se ele morre, a terra fica para todo mundo. Se ele planta, ele pode colher, mas, se ele não planta, a terra volta para a comunidade. Enquanto isso, nós, no sistema capitalista, estamos cada vez mais arraigados, controlamos a propriedade, como se está fazendo na Europa agora para evitar os migrantes, que saem de outros lugares por causa da guerra e da intolerância religiosa, tema abordado agora no exame do Enem.

Por isso, mais uma vez, obrigado. Parabéns a V. Exª!

Nós temos de levar esta luta contra a criminalização da luta indígena. Muitos índios, principalmente os guarani-kaiowás, no Mato Grosso do Sul, são constantemente vítimas, inclusive de pistoleiros contratados no Paraguai, que vêm a cavalo, matam as lideranças indígenas, depois voltam para o Paraguai, e fica tudo como está.

Por isso, a minha saudação em nome da Secretaria, do Prefeito Paulo Garcia e de todos aqueles militantes dos direitos humanos na luta do Pe. Josimo; na luta do Sebastião lá de Gurupi, que lutava pelos índios no Tocantins; na luta do Pe. Henri des Roziers, que veio da Europa, transformou-se em advogado e defendeu os índios e os camponeses da região da Amazônia.

Parabéns a V. Exª e a todos aqueles que estão aqui presentes na luta pelos direitos humanos, que é direito de ter direito! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Deputado Pedro Wilson.

Eu esqueci que ainda havia o Sr. Eduardo Mazzoleni.

O SR. EDUARDO MELLO MAZZOLENI (*Fora do microfone.*) – Não vou mais falar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não vai querer mais falar. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, agora, falará a Gecílha.

Quer vir falar daqui, Gecílha? (*Pausa.*)

A SRª GECÍLHA CRUKOY KRAHÔ – Obrigada. Eu agradeço muito à senhora esta oportunidade que me está dando.

Eu peço para a senhora falar mais para os povos lá fora que eles têm de obedecer e que a gente tem de tratar dessa mãe, que a gente tem de tratar desse pai, porque a gente não pode perder essa mãe, a gente não pode perder esse pai. Se a gente perder essa mãe e esse pai, o que é que a gente vai ser? Nós não vamos virar alma, não. É certo que a gente vai morrer e vai virar alma, mas, quando a gente está vivo, a gente precisa viver com saúde, tranquilo, satisfeito.

Então, quero que a senhora – eu me esqueci de falar isto, primeiro, mas ainda estou lembrando – fale para os outros Deputados, para os advogados, sei lá quem mais, para o "parrizão", como eu falo – a minha língua não me deixa falar os nomes direito, mas, na minha língua, fala-se que é *parri* –, que eles estão querendo fazer essas leis todas, que eles estão colocando essa outra lei para poder acabar com a Funai. Mas não é para poder acabar com a Funai, porque, se acabar a Funai, como é que os parentes que estão sem demarcação das terras vão demarcá-las? Então, é preciso dar força para a Funai, para que a Funai tenha pernas para andar e fazer a demarcação das terras dos parentes que estão sem terra. Eles estão sem terra não porque eles querem; eles estão sem terra porque os fazendeiros correram atrás, para poder tomar a terra deles.

Se a gente está aqui falando para o mundo inteiro, principalmente eu... Eu estou falando não porque quero roubar terra do outro, não. Os índios já estavam lá dentro. Eles correram com medo, com medo de morrer. Quem não tem medo de morrer? Todos nós temos medo de morrer.

Então, eu quero agradecer muito à senhora, para poder ajudar nisso, para não fazer mais esse tanto de leis, para ficar atingindo a nós todos.

A água está indo embora, não porque ela quer, não. Ela está indo embora porque o povo está exigindo que ela vá embora, mas a minha preocupação não é só comigo, é com nós todos que estamos aqui. Não temos mesmo como dizer que nós somos mais poderosos. Se esse pensasse direito, nós seríamos poderosos, porque, na semente que ficou, as pessoas poderiam nos respeitar, porque nós é que estamos segurando, nós é que somos o Ibama, nós é que somos a Federal, nós é que somos... Como é que chama o outro lá?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª GECÍLHA CRUKOY KRAHÔ – É. Esse é que nós somos, porque nós é que estamos protegendo essas coisas, nós é que estamos querendo que o Cerrado fique em pé, para poder trazer a chuva, trazer sombra, porque hoje está para pegar fogo. E, se não fizer isso, para poder parar isso, eu acho que o mundo vai acabar com fogo. Não está difícil de ele pegar fogo, não. Para o rumo do Tocantins, está quente. Está quente, quente, quente!

Então, se eu falei uma coisa que está queimando o coração de vocês, vocês vão me desculpando, porque nós temos de cuidar da nossa mãe, nós temos que cuidar do nosso pai, para podermos ficar tranquilos, para os nossos netos e os nossos tataranetos viverem. Os ribeirinhos, os camponeses, os negros e os sem terra precisam ter o feijãozinho deles e o trabalho deles, com os quais eles vêm vivendo.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GECÍLHA CRUKOY KRAHÔ – E há outra coisa: esse pessoal lá de Campos Lindos foi despejado. Por favor, botem eles de novo no lugarzinho em que eles estavam, no lugarzinho em que eles nasceram! Eles estão lá não porque eles roubaram e ficaram lá, não. Os bisavôs deles já os deixaram lá. Eu quero que outros Presidentes, outros Deputados, outros advogados ajudem esse grupo, botem esses grupos de novo no mesmo lugar onde eles vivem. (*Palmas.*)

Será que nós indígenas... Tirando-os de uma cidade, para jogá-los em outro lugar que eles não conhecem, eles vão aceitar? Não vão. Eles já estão acostumados ali. Se o pessoal aqui de Brasília, se todos aqui falarem para os que vivem dentro do Brasil para irem embora, eles vão aceitar? Não vão, não vão!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

A SRª GECÍLHA CRUKOY KRAHÔ – Então, a mesma coisa acontece com os ribeirinhos que estão morando ali.

Era só isso mesmo. Vão me desculpando.

Eu vou dar um presente para a senhora aqui e vou falar para os outros que somos a semente e somos o broto da terra. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Gecílha.

Caminhando para o encerramento, eu quero dizer que estas audiências são feitas, que esta Comissão é que dá voz para os sem voz. A gente aqui discute todo dia. Todo dia, há audiência pública com o trabalhador urbano, com o rural, com o quilombola, com os indígenas, com as mulheres. A gente discute muito a questão das mulheres, porque um tema que está aí é a violência contra a mulher. A cada 11 minutos, uma mulher é estuprada no Brasil. Então, isso é grave. Há muito tema para discutir, e esta é a Comissão certa. A gente não tem a solução, mas, pelo menos, a gente dá voz e mostra para o Brasil os problemas.

Esta audiência é transmitida pela TV Senado e depois vai ser repetida. A gente vai pedir para repetir mais de uma vez, para o Brasil tomar conhecimento dos problemas. E, quem sabe, as pessoas vão se sensibilizando e ajudando a resolver.

Eu gostaria também, se houver algum documento elaborado por vocês, de poder fazer um ofício e de entregá-lo ao Ministério da Justiça ou onde for possível. Eu faço isso para uma coisa que seja uma pauta de vocês.

Quanto à PEC 215, podem ter certeza de que a gente não vota nela. Mas a gente que eu digo é a minha Bancada, que é pequena. Então, vocês têm de conversar com os Senadores de cada Estado. Cada Estado tem três Senadores. Infelizmente, eles não vêm a estas audiências. Não sei por que, mas não vêm. Vocês viram que só um passou aqui rapidamente. O outro mandou um representante, o Senador Vicentinho, mas os outros desta Comissão... Há audiência quase todo dia, mas são poucos os que vêm. Então, vocês têm de acessar esses Senadores, esses Deputados no Estado e dizer o que vocês disseram aqui, para poder criar essa força também, para que não seja só a gente. Não adianta só eu votar contra. Vai ficar só o meu voto simbólico, ou só o da Bancada, o dos dez. Tem de haver voto para rejeitar a PEC. Então, é uma tarefa também de todos nós e de vocês nesse sentido.

A SRª GECÍLHA CRUKOY KRAHÔ (*Fora do microfone.*) – Não é desfazendo, não. A senhora pede para eles virem, mas eles ficam com medo de nós. Por isso é que eles não querem vir. Mas a senhora fala para eles que nós não somos bicho, não, que nós somos gente e que nós queremos falar com eles.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está certo. Então, também vocês, no Estado, vão aos escritórios – eles têm escritórios – e digam: "Nós não somos bicho. Você não foi ao Senado, mas nós viemos aqui para conversar com o senhor ou com a senhora. Nós queremos só conversar."

A SRª SELMA XERENTE (*Fora do microfone.*) – A gente vai fazer muita oração em nossa língua para dar força para vocês, para não passar isso aqui. Na nossa aldeia, a gente vai fazer muita oração.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Se depender de mim, não vai passar a PEC 215. Se depender de mim, ela não passa.

Então, com isso, declaro encerrada esta reunião, esta audiência pública. (*Palmas.*)

Agradeço a presença de todos os convidados e palestrantes e das comunidades que aqui vieram.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 97ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e trinta minutos do dia nove de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Hélio José, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Paim, Hélio José, Regina Sousa, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Ana Amélia, Pastor Valadares, Gleisi Hoffmann, Dário Berger, Valdir Raupp, Simone Tebet, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, José Medeiros e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Telmário Mota, Benedito de Lira, Rose de Freitas, Omar Aziz, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Cássio Cunha Lima e Magno Malta. O Senhor Presidente propõe a dispensa e aprovação das atas da 91ª a 96ª Reuniões desta Comissão, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, de 2013. Terminativo. "Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011. Terminativo. "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011. Terminativo. "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011. Terminativo. "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015. Terminativo. "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016. Terminativo. "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015. Terminativo. "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012. Terminativo. "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Sen. Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CI, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016. Terminativo. "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

DO SENADO Nº 1, de 2014. Não terminativo. "Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.295 de 2013 do Senado Federal (PLS Nº 295/2013 na Casa de origem), que altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para inserir, entre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, o princípio da organização de serviços públicos específicos e especializados para atendimento de mulheres e vítimas de violência doméstica em geral." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Marta Suplicy. Relatório: Favorável à Emenda da Câmara dos Deputados nº 1 de 2014 ao Projeto de Lei do Senado nº 295 de 2013. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Emenda da Câmara dos Deputados nº 1 de 2014 ao Projeto de Lei do Senado nº 295 de 2013. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2016. Não terminativo. "Institui a Política Nacional para Doenças Raras no Sistema Único de Saúde - SUS." Autoria: Deputado Marçal Filho. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 12 - OFICIO "S" Nº 16, de 2015. Não terminativo. "Encaminha, para conhecimento e providências porventura cabíveis no âmbito do Senado Federal, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2008. Não terminativo. "Altera o Art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para considerar crime hediondo o acidente de trânsito com vítimas fatais praticado por motorista alcoolizado ou sob efeitos de substâncias análogas." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, de 2011. Não terminativo. "Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais." Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2013. Não terminativo. "Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para fixar a parcela dedutível do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) relativa aos rendimentos de pensão por morte paga a filhos e equiparados a filhos." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Sen. Hélio José (*Ad hoc*), substituiu Sen. Humberto Costa. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2015. Não terminativo. "Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2016. Não terminativo. "Cria o Ato Nacional dos Direitos das Vítimas de Crimes e altera o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal)." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2016. Não terminativo. "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2016. Não terminativo. "Altera as Leis nºs 8.134, de 27 de dezembro de 1990 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a dedutibilidade, da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), de despesas com tratamentos e tecnologias assistivas em prol de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 20 - SUGESTÃO Nº 7, de 2015. Não terminativo. "Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing/teleatendimento e estabelece o piso Nacional mínimo para operador de telemarketing/teleatendimento." Autoria: SINTRATEL. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Pro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

jeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM 21 - SUGESTÃO Nº 1, de 2016. Não terminativo. "Sugere a normatização do atendimento nos Hospitais e Clínicas através do DPVAT, para atendimento das despesas de assistência médica suplementar - DAMS." Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. ITEM 22 - SUGESTÃO Nº 9, de 2016. Não terminativo. "Apresenta Projeto de Lei que dispõe sobre a alteração da Lei nº 7.498/86, que regulamenta o exercício profissional da Enfermagem, no que atinge ao dimensionamento de pessoa (número de profissionais nas instituições), conforme Projeto e Justificativa em anexo." Autoria: Federação Nacional dos Enfermeiros - FNE. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99 de 2016, que "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência(s) pública(s) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), "para que autoridades públicas e representações de classe dos policiais possam debater os dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos, que serão fornecidos pelos Ministros de Estado da Justiça e da Defesa"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100 de 2016, que: "Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 109 de 2016, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater, junto com as autoridades responsáveis, "A audiência de custódia no Brasil"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 127 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a relevância da criação da Universidade Federal de Barra do Garças (UNIBARÇAS), por meio do desmembramento do Campus Universitário do Médio Araguaia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 143 de 2016 , que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de apresentar e debater os resultados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 - As Experiências de Adolescentes e Jovens LGBT em nossos Ambientes Educacionais." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Adiado. ITEM 28 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 144 de 2016, que: "Requer, nos termos regimentais a realização de diligência desta Comissão no Município de Capanema/PR para acompanhamento e participação na Audiência Pública a ser realizada no dia 18 de novembro, no Centro Comunitário da Comunidade de Marechal Lott, naquele município paranaense, com a finalidade de debater a situação dos atingidos pela Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Adiado. ITEM 29 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 145 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a participação da Comissão de Assuntos Econômicos no ciclo de debates desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), destinado a debater "As propostas de limitação aos gastos públicos", aprovado nos termos do RDH nº 137, de 2016." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 30 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 146 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater "A defesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do pré-sal". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 31 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 147 de 2016, que: "Reque, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A reestruturação do serviço exterior brasileiro "." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 32 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 148 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reunião desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para debater "a primeira infância"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 33 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 149 de 2016, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater "A violência nos municípios do chamado Entorno de Brasília e a participação de policiais militares em grupos de extermínio "." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 34 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 150 de 2016, que: "Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre a regularização e derrubadas de condomínios no Distrito Federal." Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 35 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 152 de 2016, que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater "A importância do fortalecimento da classe trabalhadora"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às onze horas e trinta e um minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Hélio José. Às onze horas e quarenta minutos o Senador Hélio José devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Às onze horas e quarenta e quatro minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Hélio José. Às doze horas e quatro minutos o Senador Hélio José devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Às doze horas e vinte minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para o Senador Hélio José. Às doze horas vinte e um minutos o Senador Hélio José devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Ana Amélia e os Senadores Paulo Paim e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 97ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 91ª a 96ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos aos projetos.

Item 14, inversão de pauta, já acertada aqui com o Senador Hélio José, que nos ajudará aqui em toda a pauta no dia de hoje. Vocês sabem que a maioria dos Senadores está na CCJ, mas todos os projetos que nós votarmos aqui são projetos de acordo, de entendimento. O Senador Hélio José uma hora vai presidir, outra hora vai ser o Relator *ad hoc* de alguma matéria. Eu agradeço de antemão a boa vontade dele. Depois, nós também vamos ter que voltar lá para a CCJ para o debate da PEC 55.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, vamos começar pelo item 14.

Como sou Relator, passo a Presidência ao Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Item 14:

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, de 2011
- Não terminativo -

Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ, CAS e terminativo na CEDN (Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional).

- Em 19/10/2016, foi lido o Relatório. Em seguida foi concedida vista coletiva.

Eu gostaria de passar a palavra ao nosso Senador Paulo Paim, Relator do PLS 513, de 2011, não terminativo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O relatório foi lido por mim no dia 19 de outubro de 2016, concluindo pela aprovação do projeto nos termos da emenda substitutiva que apresentei. Foi concedido vista pelo próprio Senador Hélio José, e pediu vista o Senador Ataídes, que me comunicou ontem, no plenário, que não haverá problema nenhum quanto à votação do projeto. O Senador Hélio José nos deu a honra, inclusive, de presidir neste momento, com a presença aqui também da Senadora Ana Amélia, que me perguntava hoje, e eu dizia que é fruto de um grande entendimento. Mas é claro que ela vai colocar seu ponto de vista sobre esse projeto.

Eu já li o projeto. É aquele que abre a parceria público-privada nos presídios. Os companheiros de todo o Brasil estão aí. Foi pedido vista na última sessão.

Lembro que a Senadora Rose de Freitas era favorável a que se votasse naquele dia. Aí, o Senador Ataídes pediu uma semana. Mas ele já me deu o retorno dizendo que nada tem a opor, como também o Senador Hélio José, que nada tem a contrapor ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Em discussão.

Isso é um projeto de grande mérito. Eu, atendendo, inclusive, aos colegas do Sindpen e aos demais representantes de sindicatos dos presídios nacionais, solicitei vista exatamente para a gente poder fazer um ajuste no projeto, garantindo a importância da preservação do essencial na mão do Estado, na mão do trabalhador, como os agentes de atividades penitenciárias, e aquilo em que é possível fazer a terceirização, como o caso dos motoristas, o caso dos limpadores...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aquilo que a súmula já permite hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É como hoje a súmula permite. Exatamente, Senador Paulo Paim.

Então, eu quero cumprimentar V. Exª por ter apresentado esse relatório equilibrado, um relatório que atende a todos. Eu me orgulho muito de ter pedido vista para dar esse tempo para que construíssemos, junto com os representantes dos vários organismos das pessoas que trabalham nos presídios, um projeto que atendesse a todos.

Então, eu parabenizo V. Exª. Tenho a honra de estar aqui presidindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Passo a palavra agora à nossa nobre Senadora Ana Amélia, do nosso querido Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero cumprimentar o Senador Paim, então, pela conclusão do projeto, com o apoio de uma matéria que já vinha tramitando e para a qual já houve consenso, e também dar uma satisfação aos interessados nesse assunto a que o Senador Paim fez referência e saudou.

Eu queria pedir ao Presidente, Senador Hélio José, antes de fazer o encaminhamento da votação, a inversão de pauta, porque eu sou Relatora do item 17. Consulto se é possível.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, nobre Senadora Ana Amélia. Por quê não? Como eu falei para a senhora...

Paim, no momento em que aconteceu tudo aquilo nos Estados Unidos, nós, brasileiros, temos que ser cada vez mais incisivos compreendendo a importância da mulher na política. Então, está aceito. O próximo projeto vai ser o seu, o PL 17. Não é isso, nobre Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, é o item 17.

Não tendo quem se contraponha, eu quero colocar em votação.

Os que concordam com essa inversão fiquem como se encontram. (*Pausa.*)

Está acatada essa inversão.

O item 17 será o próximo item.

O.K., Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Passo a palavra ao nosso nobre Relator do PLS 513, de 2011, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria, antes da votação, Sr. Presidente, cumprimentar o autor do projeto, o Senador Vicentinho Alves, que foi muito compreensivo, concordou com o substitutivo, que foi construído pela sociedade.

Eu sempre digo que uma proposta, quando vem mediante acordo...

Estão aqui os líderes da categoria de todo o País, não é? São vinculados à Nova Central.

O Calixto me ligou, o João Domingos me ligou, todos preocupados com esse projeto, e me pediram que a aprovação, se possível, acontecesse hoje, já que havia um grande entendimento em um projeto que vocês negociaram com inúmeros setores. Como, mediante o acordo que foi formulado, isso era onde poderíamos chegar, já ficou um movimento para que na CCJ eu fosse o Relator, porque alguns setores estavam preocupados com que, quando fosse para outra comissão, o projeto fosse desvirtuado, digamos, da construção coletiva que foi feita com o próprio Governo atual, com as pastorais e com os outros setores interessados na questão tão importante dos presídios.

Todos nós sabemos que os presídios no Brasil são um caos. Isso aqui pode ser uma janela que vai se abrir para melhorar a qualidade dos presídios e, naturalmente, a qualidade de vida dos trabalhadores, dos servidores que dedicam a sua vida para garantir as nossas vidas, porque, quando eles cuidam dos presídios estão cuidando também da segurança das nossas próprias vidas. Como o projeto foi amplamente debatido, já foi discutido, e eu o li, o meu parecer é esse.

Agradeço a presença da Senadora Ana Amélia e a presença do Senador Hélio José, que está presidindo neste momento.

Assim, dou por concluído o meu ponto de vista, que já foi colocado com muita clareza em inúmeras reuniões e até em audiências públicas que fizemos. Se V. Exª quiser colocar em votação, entendo que os trabalhadores e as trabalhadoras que estão aqui agradecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Cumprimentando V. Exª e todos os presentes, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o PLS 513, de 2011, com parecer do nosso nobre Senador Paulo Paim e autoria do nosso querido Senador Vicentinho Alves.

Os nossos nobres Senadores e Senadoras, que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade esse importante projeto.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O projeto segue para análise da CCJ e da CAS e, posteriormente, à CEDN (Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional), em decisão terminativa.

Então, esse projeto aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 da CDH, Substitutivo.

Passo a Presidência ao nosso nobre Senador Paulo Paim para tratarmos do item 17, conforme solicitação da nobre Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Hélio José. Peço a V. Exª, se puder ficar aqui mesmo, porque, em seguida, haverá outros projetos de minha autoria e de que sou Relator, e V. Exª terá de presidir. Agradeço desde já a V. Exª.

Como, agora, o ritual da tecnologia nos obriga a cada projeto votado ir mudando a Presidência, é preciso mudar os registros aqui.

Então, vamos lá. (*Pausa.*)

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2016
- Não terminativo -

Cria o Ato Nacional dos Direitos das Vítimas de Crimes e altera o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável ao Projeto

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para a leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Senador Paulo Paim, Presidente da CDH, caro Senador Hélio José, caros amigos, eu queria, primeiro, destacar a relevância desta matéria do ponto do alcance dos direitos humanos, iniciativa oportuna do Senador Ricardo Ferraço, que é um produtivo legislador nesta Casa.

Como estamos com a agenda bastante sobrecarregada, eu vou direto à análise, para simplificar, já que a matéria, eu diria, é autoexplicativa.

Considerando que ela também, aqui, não é terminativa, ela será submetida à CCJ, nessa condição de matéria terminativa, onde vai ser examinada a constitucionalidade e também a juridicidade dessa proposição, restringindo à análise aqui ao mérito deste PLS 65, do Senador Ferraço.

No mérito, consideramos a matéria extremamente, como eu disse, oportuna e da maior relevância, pois detalha as garantias devidas pelo Poder Público às pessoas que foram vitimadas pela violência, atribuindo-lhes um lugar especial no ordenamento jurídico brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O texto apresentado é coerente com a Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução nº 40/34, de 29 de novembro de 1985.

Além disso, o PLS não substitui nem derroga as proteções já vigentes no ordenamento jurídico e legal brasileiro. Seu objetivo, ao contrário, é o de ampliar, detalhar e explicitar as garantias necessárias à reparação dos danos sofridos pelas vítimas da violência. E, entre as medidas propostas, somos particularmente favoráveis à aplicação da Justiça Restaurativa como meio para se obter redução de danos e celeridade na aplicação da Justiça.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2016, com voto também de louvor à iniciativa do Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue, agora, para análise da CCJ, em decisão terminativa.

Passamos agora ao item 19. Como sou Relator desse item, passo a Presidência ao Senador Hélio José. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Já fizemos aqui a autenticação, cumprindo as formalidades do Senado Federal.

ITEM 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2016
- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 8.134, de 27 de dezembro de 1990 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a dedutibilidade da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), de despesas com tratamentos e tecnologias assistivas em prol de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Paulo Paim

É de grande mérito esse projeto e me orgulho muito, também, de estar presidindo esta reunião.

Passo a palavra ao nosso nobre Senador Paulo Paim para relatar este importante PLS, o de nº 275 do Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hélio José, nós vamos diretamente para a análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão decidir se o projeto em análise merece aprovação ou não.

Refiro-me aqui, de imediato, ao Relatório Mundial sobre a Deficiência, publicado pela Organização Mundial da Saúde em 2011, que conseguiu estabelecer uma associação entre a deficiência e a pobreza. Pessoas com deficiência geralmente estão em desvantagem tanto em termos de formação escolar quanto de empregabilidade, e certamente essa desvantagem se refletirá na sua condição social. Além disso, as pessoas com deficiência – ou seus responsáveis – têm que arcar com custos bem mais elevados que as demais, pois demandam atendimento médico especializado ou necessitam de tecnologias assistivas, dietas especiais e outros recursos que lhes propiciem uma melhor qualidade de vida. Infelizmente, tais custos podem vir a comprometer o orçamento familiar, agravando, então, a exclusão social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por esses motivos e outros, recebemos com entusiasmo a proposição do Senador Romário, o PLS nº 275, de 2016, que busca estabelecer um mecanismo que compense essas desvantagens e esses custos extras das pessoas com deficiência e de suas famílias, dividindo por toda a sociedade uma parte daquele ônus financeiro que elas carregariam isoladamente.

Assim, as pessoas com deficiência, ou seus responsáveis, poderão deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda as despesas com a promoção da acessibilidade. Nada mais justo, pois esta deveria ser uma bandeira de toda a sociedade.

Assim, somos totalmente favoráveis, e o voto, em razão do exposto, é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório do Senador Paulo Paim, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o PLS 275, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CAE, em decisão terminativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dado o trabalho relevante que o Senador Paim fez em relação à defesa de uma demanda da categoria dos agentes penitenciários e das agentes penitenciárias, eu queria dizer que já solicitei, Senador Paim... Tive a honra de fazer uma foto com eles e, em seguida, terminada a audiência, eles vão esperar para fazer uma foto com V. Exª, que é o pai dessa criança. (*Risos.*)

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já está acertado com eles. Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Parabéns, nobre Senadora Ana Amélia.

Damos continuidade ao nosso trabalho aqui hoje, em que estamos fazendo uma pauta bem rápida e consensual, para que possamos, nobre Senador Paulo Paim, dar sequência a projetos importantes.

Vamos agora à análise da Sugestão nº 7, de 2015, não terminativo, tendo como Relator o nobre Senador Paulo Paim.

ITEM 20
SUGESTÃO Nº 7, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing/teleatendimento e estabelece o piso Nacional mínimo para operador de telemarketing/teleatendimento.

Autoria: SINTRATEL

Relatoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao nosso nobre Senador Paulo Paim, para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hélio José, esse projeto foi fruto de audiência pública. Houve amplo debate aqui na Comissão, dialogamos com os mais variados setores e chegamos na construção desse substitutivo, que dispõe sobre a regulamentação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do exercício da profissão de operador de telemarketing ou teleatendimento, institui piso nacional para o operador de *telemarketing* ou teleatendimento.

O substitutivo, Sr. Presidente, que chegou às mãos de todos os Senadores e Senadoras, que trata desse tema vai na linha de fortalecer a categoria. O piso salarial profissional nacional dos operadores de *telemarketing* ou teleatendimento será de R$5,85 por hora, segundo entendimento feito com a categoria. O salário será atualizado uma vez por ano de acordo com o INPC. Com isso, estariam garantidas as condições de trabalho e também um salário digno a esses milhões de trabalhadores.

Esse é o relatório, que boto à apreciação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Em discussão a referida matéria.

Eu gostaria de, antes de passar a palavra a algum dos nobres Senadores e Senadoras que queiram discutir, fazer as seguintes considerações, nobre Senador Paulo Paim: esse é um projeto que atinge, tal qual o nosso das agentes e dos agentes penitenciários, milhões de pessoas em nosso País. São pessoas que muitas vezes encontram-se em situações precárias, com muitas dificuldades de trabalho, exploradas de toda forma. Então, é de grande mérito esse projeto e importante para os operadores de *telemarketing*, *call center,* espalhados neste País. A partir desse projeto, dessa resolução, dessa sugestão, nós vamos poder dar uma condição melhor de trabalho a esse importante trabalhador. São milhares de pais e mães de família. Em sua maioria são meninas, mães de família que têm dificuldade em deixar seus filhos. O salário é baixo, há uma exploração, uma sobrecarga de trabalho. Então, esse projeto é de largo alcance.

Quero cumprimentar V. Exª, cumprimentar o Sintratel, cumprimentar todas as operadoras e todos os operadores de *telemarketing* deste País e dizer que estamos batalhando muito para ajudar essa categoria. Inclusive, ajudando, Senador Paulo Paim, a gente vê se consegue pegar a carta sindical definitiva desse importante sindicato, o Sintratel, para representar todos os operadores de *telemarketing* de forma mais objetiva, porque há uma diferença muito grande entre telefônicos, as pessoas normais que trabalham em empresas de telefonia, e operadores de telemarketing que, objetivamente, estão ao telefone ouvindo e atendendo reclamações e sugestões do Brasil inteiro para a empresa A, B, C ou D, que têm um trabalho totalmente diferenciado, totalmente penoso, inclusive insalubre, na maioria das vezes, para poder bem fazer o seu trabalho.

Então, esse relatório que V. Exª apresenta é de altíssima relevância para todas as senhoras e senhores trabalhadores na área de *telemarketing* do nosso País. Parabéns! Eu só fiz uso da palavra aqui para dizer que me sinto orgulhoso também de estar presidindo esta importante reunião em que V. Exª apresenta o seu relatório.

Continua aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. Agora é a Comissão de Direitos Humanos que está apadrinhando esse importante projeto para os nossos brasileiros e brasileiras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hélio José, um rápido comentário, já que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lembrando que esse projeto garante também o adicional de insalubridade, a data-base e garante também a carga horária, tudo num limite decente para esses trabalhadores. Esse projeto foi construído em parceria com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

categoria. Em todo o Brasil, realizaram congressos e chegaram a esse entendimento. De acordo com a carga horária deles, fixaram o salário-hora que naturalmente vai, a partir da carga horária, fixar o salário mensal. É uma iniciativa brilhante dos trabalhadores dessa área. Eu fiquei muito feliz quando me pediram que apresentasse o projeto. Eu disse a eles que o melhor era que eles apresentassem em nome da entidade. Eu assumiria a relatoria e teria certeza de que o Plenário desta Comissão iria aprovar, como aconteceu aqui.

Então, vida longa aos trabalhadores de *telemarketing*!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito bem observado, nobre Relator, Senador Paulo Paim, a importância desse projeto, que prevê a questão da insalubridade. São cubículos totalmente sem condições adequadas de trabalho, que acumulam muitas pessoas ao mesmo tempo, com o ar-condicionado proliferando doenças de uns para os outros. Então, a questão da insalubridade é fundamental nessa área, assim como prever uma condição humana de trabalho para essa turma que faz esse trabalho tão essencial, o *telemarketing*.

Obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

ITEM 21
SUGESTÃO Nº 1, de 2016
- Não terminativo -

Sugere a normatização do atendimento nos Hospitais e Clínicas através do DPVAT, para atendimento das despesas de assistência médica suplementar - DAMS.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH

Essa sugestão sugere a normatização do atendimento nos hospitais e clínicas através do DPVAT, para atendimento das Despesas de Assistência Médica Suplementar (DAMS). Outro projeto de alto mérito, porque o DPVAT, todo mundo sabe, é aquele seguro obrigatório dos veículos, que é para os hospitais e clínicas terem de atender quando a pessoa mais necessita, está na rua, está longe de todo mundo, é acidentada e muitas vezes tem dificuldade em ser atendida. Então, é um projeto altamente meritório, de autoria da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás.

A relatoria é do Senador Paulo Paim, a quem tenho a honra de conceder a palavra para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hélio José, de fato, tenho trabalhado, desde a época em que era Deputado, com essa questão do DPVAT. É muito nebulosa essa questão do DPVAT, tanto que muitos dos que se acidentam acabam não recebendo o DPVAT, não sabem nem qual é o seguro. Sou obrigado a dizer que, como existem maus políticos, existem também maus profissionais, que deturpam, acabam ficando com o DPVAT.

Como essa é uma proposta da Seção de Goiás, fiz uma discussão mais ampla com a OAB Nacional e resolvemos arquivar essa sugestão e construir, com base na OAB Nacional, na linha do que V. Exª falou, Senador Hélio José, outro projeto no qual todos, então, estejam contemplados.

Em vista do exposto, arquivamos esse, mas com o compromisso de ter um debate com a OAB Nacional, para que as preocupações levantadas aqui pelo Senador Hélio José estejam efetivamente contempladas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Em discussão a matéria.

Para discutir, queria comentar que concordo com o Senador Paulo Paim. É uma questão de abran-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

gência nacional, de interesse de todos nós. É um momento em que as pessoas estão muito fragilizadas, o momento em que aconteceu um acidente numa rodovia, a morte de um familiar, um atropelamento, e muitas vezes as pessoas não são bem atendidas.

Então, é muito bom, Senador Paulo Paim, a gente ouvir a OAB Nacional, ouvir as representações da associação, os usuários, fazer aqui um grande debate, até para enriquecer melhor essa proposta da Seção OAB/Goiás e termos condições de, juntos, se for possível, ajudarmos nisso. Você pode contar comigo para o que der e vier para ajudar nessa proposta tão importante.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pelo arquivamento dessa sugestão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, pelo arquivamento da sugestão, com o nosso compromisso, nobre Senador Paulo Paim, de conversar com a OAB, como o senhor já colocou, representando todos nós aqui e, juntos, tentarmos construir um projeto mais amplo.

ITEM 22
SUGESTÃO Nº 9, de 2016
- Não terminativo -

Apresenta Projeto de Lei que dispõe sobre a alteração da Lei nº 7.498/86, que regulamenta o exercício profissional da Enfermagem, no que atinge ao dimensionamento de pessoa (número de profissionais nas instituições), conforme Projeto e Justificativa em anexo.

Autoria: Federação Nacional dos Enfermeiros - FNE

Relatoria: Senador Paulo Paim

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Paulo Paim para que faça a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiro, explicar a todos que esse não é o projeto, de que também sou Relator, que trata da periculosidade, que trata da aposentadoria especial do pessoal da enfermagem. Fizemos uma reunião hoje de manhã com os companheiros da enfermagem, com os enfermeiros, com os auxiliares e com os técnicos e chegamos à conclusão de que o projeto que estou relatando vai incluir, para garantir a aposentadoria especial e os devidos adicionais a enfermeiros, técnicos e auxiliares, não somente aos enfermeiros. Quero, de pronto, cumprimentar a grandeza dos três setores que, junto com este Relator, construíram esse acordo. É bom lembrar que o Senador Hélio José me levou os técnicos de enfermagem, que estavam fora. Já lhe adianto que você pode anunciar a eles que vamos incluir, então, os técnicos em enfermagem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito bom.

Agora, especificamente a este projeto, é uma sugestão também da Federação Nacional dos Enfermeiros. A emenda que apresento diz, no seu parágrafo único, que compete ao Conselho Federal de Enfermagem estabelecer, por meio de regulamento, o correto dimensionamento do pessoal de enfermagem a ser utilizado em instituições de serviços de saúde pública e privada. Porque não dá para você chegar a uma UTI, por exemplo, e ter dez pacientes e um enfermeiro. Então, eles vão dimensionar o número de enfermeiros, via esse conselho, que serão obrigados a ter, com base no potencial de cada departamento em que os enfermeiros terão de trabalhar. Por isso dei o parecer favorável a essa iniciativa, que vai melhorar e muito o atendimento dos pacientes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Em discussão a matéria.

Eu gostaria rapidamente de comentar que tive o privilégio de, sendo procurado pelo Sindicato dos Técnicos em Enfermagem, pelos AOSDs, pelo sindicato representante, pela equipe que trabalha com os enfermeiros, levar conversa com o Senador Paulo Paim, nos reunimos. O Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

teve o esforço de conseguir demonstrar para a Federação Nacional dos Enfermeiros a importância da unidade de todos os setores. E, consequentemente, conseguimos que o outro PLS que vamos analisar aqui semana que vem, que trata das questões do trabalho em si, dessas profissões, da regulamentação, da aposentadoria, da concessão, da forma de tratar essa questão, corra nas duas Casas de forma unificada. Isso já é um ganho muito grande aqui, construído por nós do Senado Federal.

Então, é com muito carinho, Senador Paulo Paim, que eu estarei – inclusive, na assembleia grande que eles estão tendo hoje eu não vou poder ir, mas na segunda-feira haverá outra – anunciando essa questão, deveremos apresentar o seu relatório aqui, na semana que vem, provavelmente na terça ou na quarta-feira, para análise. Inclusive, conversarei com eles para estarem presentes aqui nesta Casa prestigiando V. Exª, que muito colaborou nesse processo.

Eu sou esposo de uma enfermeira há 32 anos. Tenho o privilégio de ter uma enfermeira na minha casa, na minha família, mãe dos meus quatro filhos, minhas três filhas e meu filho. Sei o tanto que é importante para a enfermagem esse projeto, tanto esse que aqui agora relatamos quanto o outro que apresentaremos na próxima semana.

Continua em discussão essa sugestão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH.

Hoje a CDH está fazendo gol de placa, com projetos importantes aqui, da nossa autoria, não é, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como a Presidência voltou para mim, neste momento, vamos ter que de novo trabalhar aqui novo sistema.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Passando a Presidência ao nosso nobre Senador Paulo Paim, que vai aqui tocar o piano, mas um piano do bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não deixa de ser um piano.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só para fazer um comentário sobre essa última sugestão aprovada que vai virar projeto de lei. É em boa hora que vem um projeto assim. Eu fui administradora de Estado, fui secretária de administração, durante oito anos, e sei o que é a dificuldade da gente saber... Eu era demandada: "Tem que fazer concurso para área de saúde, enfermeiro, técnico de enfermagem". Eu dizia: com base em que vou fazer esse concurso? Porque à vista da gente havia muita gente. Mas não tem como o secretário de administração saber exatamente quantos técnicos de enfermagem tem que haver num hospital de tantos leitos.

Então, acho que é uma coisa importante que vai servir para o Brasil inteiro, vai servir de base para as administrações estaduais e municipais saberem exatamente a quantidade de profissionais na hora de fazer edital de concurso. Então, é muito importante isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa. Parabéns pela fala, que fortalece o projeto que ora aprovamos, de iniciativa dos próprios profissionais da área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vamos ao item 15.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, DE 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para fixar a parcela dedutível do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) relativa aos rendimentos de pensão por morte paga a filhos e equiparados a filhos.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Relator *ad hoc*, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Senador Paulo Paim, é com muita honra que eu faço a relatoria *ad hoc* desse projeto do nosso nobre Senador Humberto Costa.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para fixar a parcela dedutível do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas relativa aos rendimentos de pensão por morte paga a filhos e equiparados a filhos.

Para ganhar tempo, já que é um projeto meritoso e consensual, vou direto à análise e ao voto.

Nos termos dos incisos V e VI do *caput* do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem competência para opinar sobre iniciativas que tratam da proteção à família, infância e juventude. Como o PLS nº 383, de 2013, versa sobre essa temática, é regimental sua análise por este Colegiado.

Nos aspectos formais, o projeto atende também aos requisitos jurídicos e constitucionais, pois é legítima a iniciativa que está expressa em boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, trata-se de aliviar da incidência de impostos os rendimentos auferidos até o valor do teto dos benefícios da Previdência Social por esses pequenos e pequenas pensionistas, enquanto se firmam na vida para lidar com os ajustes familiares decorrentes da perda de um ente querido.

Portanto, consideramos socialmente relevante esse acolhimento de crianças e adolescentes que sofreram perdas significativas justamente numa fase de especial vulnerabilidade da vida. Nesse sentido, acreditamos que a iniciativa se coaduna com a doutrina da proteção integral preconizada pela Constituição da República.

Direto ao voto:

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2013.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto. O projeto segue para análise da CAE, em decisão terminativa.

Vamos agora ao item 10.

ITEM 10

EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2014

- Não terminativo -

Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.295 de 2013 do Senado Federal (PLS Nº 295/2013 na Casa de origem), que altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para inserir, entre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, o princípio da organização de serviços públicos específicos e especializados para atendimento de mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Favorável à Emenda da Câmara dos Deputados nº 1 de 2014 ao Projeto de Lei do Senado nº 295 de 2013.

Observações:

Tramitação: CAS e CDH

- Em 26/11/2014, a Emenda foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais.

Relatora *ad hoc*, Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu vou ler só o primeiro trecho do relatório, para passar também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um pouquinho, pessoal. Já havíamos combinado, podem ir entrando, fiquem à vontade. Nós estamos concluindo a nossa reunião deliberativa e vocês poderão aqui, então, assistir ao debate das comissões.

Por favor, Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Para ganhar tempo, vou ler só a caracterização da emenda e depois vou para a análise.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Emenda da Câmara dos Deputados nº 1, de 2014, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2013. A proposição trata de incluir, entre os princípios da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde, a organização de serviços voltados especificamente para as mulheres e vítimas da violência doméstica em geral. O projeto tem sua origem na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a situação de violência contra a mulher brasileira.

Vou à análise, para a gente ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só avisar que os nossos convidados podem ir sentando aqui, pessoal.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Análise:

Compete à CDH opinar sobre matérias que tratem dos direitos da mulher, conforme inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, caso do PLS nº 295, de 2013 e, consequentemente, da emenda encaminhada pela Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Saliente-se que, nos termos do parágrafo único do art. 65 da Constituição da República, o projeto de lei emendado pela Casa revisora deverá voltar à Casa iniciadora, sendo que, ao apreciar tais alterações, a Casa iniciadora não poderá modificá-las por meio de subemenda, a teor do disposto no art. 285 do Regimento Interno do Senado Federal.

No que se refere ao mérito da Emenda da Câmara dos Deputados, pode-se afirmar que a alteração aprimora a redação da matéria, tornando o texto mais objetivo e mais consentâneo com o dispositivo da lei modificada, uma vez que se trata ali dos princípios a serem observados na criação dos serviços de saúde.

A Emenda da Câmara dos Deputados melhorou a redação do projeto, na medida em que substituiu a expressão "organização de serviços públicos" por "organização de atendimento público". A alteração é mais coerente com o art. 7º da Lei nº 8.080, de 1990, que trata de regras gerais sobre a prestação da saúde pública no País. Ressalte-se que o referido art. 7º é o dispositivo que ratifica na lei ordinária diretrizes já definidas no art. 198 da Constituição da República a respeito do cumprimento, pelo Estado, de seus deveres em relação ao direito à saúde, garantido a todos os brasileiros e brasileiras.

Por isso mesmo, o detalhamento já contido no projeto original é desnecessário e a substituição proposta pela Câmara contribui para que não haja maiores prejuízos à coerência do referido art. 7º.

Em outro plano, a emenda também amplia a abrangência e a eficácia do projeto ao incluir em seu texto referência à Lei nº 12.845, de 2013, que detalha o atendimento obrigatório e integral de vítimas de violência sexual.

A menção a esse diploma no texto do projeto contribui para o desenho de uma política pública de saúde que reconheça as necessidades específicas de atendimento das vítimas tanto da violência sexual quanto da violência doméstica. Em consequência dessa mudança, estende-se a proteção buscada na matéria também para as vítimas de violência sexual.

O projeto concorre, sobretudo, para garantir às mulheres o direito fundamental à saúde, além de direcionar as ações do Estado no sentido de um atendimento capaz de assegurar, no contexto da violência doméstica e da violência sexual, a prestação de serviços especializados que ofereçam os cuidados necessários à plena recuperação das vítimas.

Ademais, construído no bojo da comissão parlamentar que investigou a violência cometida contra as mulheres, a proposição busca preencher lacuna legislativa em relação ao tema, contribuindo, assim, para melhorar os serviços prestados pelo Estado às vítimas.

Por fim, a análise da matéria não constatou óbices quanto à sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados nº 1, de 2014, ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2013.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Eu queria informar aos convidados que queiram assistir ao debate na CCJ que foi liberada a sala 15, com telão para que todos assistam. Nós temos que concluir os trabalhos aqui, porque nós três também queremos ir para a CCJ, mas os convidados se desloquem para a sala 15...

Sim, mas há espaço para eles ou não têm? Me disseram que tinha.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Na sala 15 não tem espaço para eles?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, continuem aqui, pessoal. Tinham me dito que tinha espaço para vocês na sala 15. Agora, não. Agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

quem foi à sala 15 foi a CCJ. E vocês ficarão à vontade aqui. Nós vamos acelerar aqui as nossas votações para que o telão seja instalado para vocês poderem assistir. O.k.? Cadê as palmas? Eu faço uma força enorme aqui. (*Palmas.*)

Só para descontrair, pessoal. (*Risos.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não. Pela ordem, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Gostaria da inclusão extrapauta do Requerimento n° 150, de 2015, que se encontra sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – assim o farei. Só vou botar em votação o relatório aqui apresentado pela Senadora Regina Sousa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ah, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável à Emenda da Câmara dos Deputados nº 1, de 2014, ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2013.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da CDH, favorável à Emenda da Câmara dos Deputados nº 1, de 2014, ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2013.

Então, neste momento, para agilizar, os outros projetos não terminativos e terminativos nós deixaremos para a próxima quarta-feira, e só vamos votar os requerimentos.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão dos requerimentos extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O primeiro requerimento é do Senador Hélio José. Por favor, se puder sintetizar, nós botaríamos de imediato em votação.

EXTRAPAUTA
ITEM 34
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 150, de 2016
- Não terminativo -

Com amparo no art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre a regularização e derrubadas de condomínios no Distrito Federal.

Sugiro que para a referida audiência sejam convidados:

1. Superintendente da Secretaria de Patrimônio da União – SPU/DF;

2. Superintendente do INCRA/DF;

3. Superintendente do IBAMA/DF;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

4. Representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;

5. Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação do Governo do Distrito Federal – SEGETH;

6. Secretário de Estado da Agricultura, abastecimento e desenvolvimento rural – SEAGRI;

7. Governador do DF;

8. Presidente da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP;

9. Presidente do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM;

10. Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT;

11. Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT;

12. Defensor Público Geral do DF;

13. Presidente da OAB-DF;

14. Secretária Especial de Direitos Humanos – Ministério da Justiça e Cidadania;

15. Coordenador da Bancada Federal do DF - Izalci;

16. Presidente da Câmara Legislativa do DF;

17. Presidente da Procuradoria-Geral do DF;

18. Presidente da Associação de Moradores do Grande Colorado;

19. Presidente da Associação Comunitária dos Condomínios da Região do Jardim Botânico – AJAB;

20. Representante das Novas Cidades (Sol Nascente, Pôr do Sol, Morro da Cruz, Porto Rico, Sucupira, Estância, Araponga e outras);

21. Representante da Cidades Tradicionais (Paranoá, São Sebastião, Itapoã, Vicente Pires, Estrutural e outras).

Autoria: Senador Hélio José

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Senador Paulo Paim, eu vou tentar ser breve, mas este assunto é muito importante, atinge mais de 1,5 milhão de pessoas no Distrito Federal, e eu não tenho como ser tão sintético, devido à importância do referido requerimento. Primeiro, eu quero ler o requerimento, depois, falarei a respeito do Requerimento nº 150, de 2015.

Com amparo no art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre a regularização e derrubadas de condomínios no Distrito Federal.

Sugiro que para a referida audiência sejam convidados:

1. Superintendente da Secretaria de Patrimônio da União – SPU/DF;

2. Superintendente do Incra/DF;

3. Superintendente do Ibama/DF;

4. Representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;

5. Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação do Governo do Distrito Federal – SEGETH;

6. Secretário de Estado da Agricultura, abastecimento e desenvolvimento rural – Seagri;

7. Governador do DF;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

8. Presidente da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap;

9. Presidente do Instituto Brasília Ambiental – Ibram;

10. Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT;

11. Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT;

12. Defensor Público Geral do DF;

13. Presidente da OAB-DF;

14. Secretária Especial de Direitos Humanos – Ministério da Justiça e Cidadania;

15. Coordenador da Bancada Federal do DF - Izalci Lucas, Deputado;

16. Presidente da Câmara Legislativa do DF;

17. Presidente da Procuradoria-Geral do DF;

18. Presidente da Associação de Moradores do Grande Colorado;

19. Presidente da Associação Comunitária dos Condomínios da Região do Jardim Botânico – Ajab;

20. Representante das Novas Cidades (Sol Nascente, Pôr do Sol, Morro da Cruz, Porto Rico, Sucupira, Estância, Araponga e outras);

21. Representante da Cidades Tradicionais (Paranoá, São Sebastião, Itapoã, Vicente Pires, Estrutural e outras).

Nobre Presidente, eu tive que discorrer sobre essa questão porque é importante que todos saibam que Brasília vive em estado de sítio, praticamente, em relação ao terrorismo das derrubadas de condomínios, do terrorismo da derrubada de residências construídas ao longo do tempo. Não podemos continuar nessa situação.

Por isso, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, no próximo dia 5 de dezembro, estaremos promovendo praticamente um seminário, começando às 14 horas, no Auditório Petrônio Portella, seguindo noite adentro, procurando construir um pacto para superar esse grave problema na Capital do País, que é a crise dos moradores de condomínio, das residências que precisam ter a sua escritura pública e o seu direito de moradia preservada.

Esse é o parecer desse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em votação o requerimento apresentado pelo Senador Hélio José.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Hélio José, eu teria que votar em bloco esses requerimentos. Explicamos: os nossos convidados terão que ir para a sala 13. Como deu um problema na cabine de som lá da CCJ, os Senadores virão todos para esta sala, e os que vão assistir no telão vão para a sala 13. Em cinco minutos eu vou encerrar os trabalhos desta Comissão de Direitos Humanos aprovando seis requerimentos.

Eu pediria ao Senador Hélio José que assumisse a Presidência, mas que pudesse falar só o que está em negrito. Pode ler os seis de uma vez só, só falar a parte em negrito, eu não farei defesa, e colocaremos em votação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Nobres senhores participantes da CDH, encontram-se sobre a mesa 6 requerimentos: o item 29, item 30, item 31, item 32, item 33 e o Requerimento Extrapauta n° 152, todos de autoria do nosso nobre Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 29

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 145, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a participação da Comissão de Assuntos Econômicos no ciclo de debates desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), destinado a debater "As propostas de limitação aos gastos públicos", aprovado nos termos do RDH nº 137, de 2016.

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 30

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 146, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater "A defesa do pré-sal".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 31

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 147, de 2016

- Não terminativo -

Reque, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A reestruturação do serviço exterior brasileiro ".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 32

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 148, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reunião desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para debater "a primeira infância".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 33

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 149, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater "A violência nos municípios do chamado Entorno de Brasília e a participação de policiais militares em grupos de extermínio ".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Autoria: Senador Paulo Paim

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 152, de 2016

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater "A importância do fortalecimento da classe trabalhadora".

Autoria: Senador Paulo Paim

Em votação os referidos requerimentos.

Os nobres Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os referidos requerimentos.

Passo a palavra e a Presidência ao nosso Presidente da CDH, nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Encerramos a nossa reunião deliberativa da Comissão de Direitos Humanos.

Atendendo a um pedido da Direção da Casa. Este espaço ficará agora para um debate muito, muito importante da PEC 241. E eu, como já estou aqui na Comissão, aqui ficarei, não presidindo, mas participando dos debates.

Obrigado, Senador Hélio José, que presidiu aqui. Obrigado, Senadora Regina Sousa, que relatou inúmeras propostas.

Estão encerrados os trabalhos.

(*Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 98ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e onze minutos do dia dez de novembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 6, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Regina Sousa e do Senador Paulo Paim. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 56 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para ciclo de Debates sobre: "Democracia e Direitos Humanos", com foco no papel dos trabalhadores em educação na construção de uma Universidade inclusiva na América Latina e no Caribe. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Leia Oliveira, Representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA; Marcelo Di Stefano, Secretário Adjunto da Asociación del Personal no Docente de la Universidad de Buenos Aires – APUBA (Argentina); Daniel Oliveira, Secretário Geral da Agremiación Federal de Funcionarios de la Universidad de la República – AFFUR (Uruguai); Victor Lopez, Representante da Federación Nacional de Trabajadores Universitarios de Bolivia; Mercedes Sanchez, Representante da Federación de Sindicatos de Trabajadores Universitarios de Nicaragua; Manuel Sanchez, Representante da Asociación de Empleados Universitarios (Republica Dominicana); Luis Mendieta, Federación Nacional de Sindicatos de las Universidades y Escuelas Politécnicas del Ecuador (Equador); Oscar Picado Sanchez, Sindicado de Trabajadores de la Universidad Nacional de Costa Rica. O Senhor Presidente concede a palavra as seguintes pessoas presentes no Plenário: Antonio Alves, FASUBRA; Francisco de Assis dos Santos, SINTUFRJ; Neide Dantas Mendes, FASUBRA; Isaías Magalhães Quintana, FASUBRA; Paulo César, SINTUFRJ; Avenir Benedito Pimentel, SINTUFF; Carlos Moura, Instituto Zumbi dos Palmares. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no Plenário. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e quarenta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 98ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 56, de 2016, de minha autoria, para o Ciclo de Debates sobre "Democracia e Direitos humanos", com foco no papel dos trabalhadores em educação na construção de uma universidade inclusiva na América Latina e no Caribe.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br-ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Como é de praxe, informamos aos nossos convidados dos países amigos que estão aqui presentes – sejam todos bem-vindos –, que nós vamos fazer uma pequena introdução sobre o tema. As audiências públicas, para os que são do exterior, são transmitidas pela internet e pelo sistema de comunicação do Senado, para todo o Brasil. Como hoje à tarde não teremos sessão deliberativa no plenário, em seguida nós estaremos ao vivo pela TV Senado para todo o País. Só para situá-los de que nós não estamos falando, como a gente às vezes faz, para nós mesmos numa sala de reunião. É uma audiência pública, e, de uma forma ou de outra, eu sempre digo que se 2% assistirem, já são mais de quatro milhões de pessoas; se for 1%, é mais de dois milhões de pessoas que estão assistindo a esse debate que aqui fizemos.

Eu tenho elogiado sempre – e faço aqui com a presença de convidados internacionais – que no sistema de comunicação do Senado nada é censurado. Podemos ter problemas outros, mas pelo menos o que for dito aqui vai ao ar diretamente, o que não acontece em muitos setores da mídia privada, que nem sempre o que a gente fala vai ao ar. Mas pelo menos aqui vocês terão essa oportunidade, como eu tenho toda semana e todos os dias.

Estava agora falando casualmente sobre educação, em matéria de universidades estaduais e as federais públicas e a importância da política de cotas que foi implementada no Brasil, como também sobre o ProUni e a mudança que passamos a ter depois dessa implementação de acesso de 50% das vagas para alunos de escolas públicas, e ali dentro o corte social e o corte também racial, assegurando que negros e índios também possam chegar à universidade. Até uns dez anos atrás, você entrava nas universidades brasileiras e era difícil você ver uma pessoa negra – digamos, como eu, que eu sou o único Senador negro que temos aqui na Casa – dentro de uma universidade. Lembro-me de que não muito tempo atrás, acho que há uns 15 anos mais ou menos, veio um presidente de um país africano fazer uma fala numa universidade, e disse: "Mas dizem que no Brasil 51% são negros, como é que não vejo nenhum aluno negro aqui dentro?" Isso virou manchete nacional, que não deveria nem virar. Deveríamos responder que, de fato, infelizmente, alguém já disse que a pobreza tem cor no Brasil. Claro que há brancos e negros pobres, mas a maioria é da população negra.

Mas vamos lá.

É com muita satisfação que damos início, neste momento, à audiência pública para debatermos o papel dos trabalhadores em educação na construção de uma universidade inclusiva na América Latina e no Caribe, sob o prisma dos direitos humanos e da democracia.

Congratulo a Federação de Sindicato de Trabalhadores Técnicos Administrativos em Instituições do Ensino Superior Públicas do Brasil, a Fasubra, pela iniciativa de promover, ontem e hoje, seminário internacional para discutir os desafios desses profissionais, numa visão sistêmica de Estado e de democracia, compreendendo a rica diversidade das universidades da América Latina e do Caribe.

Tenho a convicção, senhoras e senhores, de que a justiça social e a democracia são valores que caminham juntos. Mas não me refiro somente ao ideário da democracia como um regime político, em que, por exemplo, o cidadão deposita o seu voto na urna a cada dois anos. Na sua essência, democracia remete à igualdade, e é uma igualdade, que ainda é difícil alcançar; deve compreender também os campos social, econômico, cultural, educacional, entre tantos outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E vale ressaltar que é a partir desse entendimento que podemos afirmar, com segurança, que privar o indivíduo da igualdade de oportunidades e de conhecimento é uma séria violação aos direitos humanos. Infelizmente é esse o cenário da maioria dos países latino-americanos e caribenhos, fato que se tem acentuado pelo grave retrocesso social e político de regiões.

No Brasil, temos verificado o desmonte de uma infinidade de políticas públicas tanto para os alunos quanto para os profissionais da educação, o que, no longo prazo, prejudicará justamente os segmentos populacionais que mais carecem de apoio público para receber uma formação de qualidade.

Vivemos, senhoras e senhores, um momento de cegueira na discussão do papel transformador da educação para a construção de um futuro positivo para cada indivíduo, e, por extensão, para toda uma nação.

Da mesma maneira, é relevante salientar a presença de vários representantes de países da América Latina e do Caribe no seminário organizado pela Fasubra.

Quando o Constituinte brasileiro prescreveu – e eu estava lá, eu fui Constituinte, lá em 1987 para 1988, época em que eu cheguei ao Parlamento e desde então não saí mais, e o culpado é o povo brasileiro –, entre os princípios fundamentais de nosso País, a busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, não o fez motivado somente pela proximidade geográfica que nos une.

Compartilhamos os mesmos laços históricos, os mesmos desafios, as mesmas injustiças. O que podemos verificar, com a realização deste seminário, é que caminhamos para essa essencial integração da sociedade civil, a integração dos trabalhadores para debatermos ideais, trocarmos experiências, debatermos ideias e construirmos soluções conjuntas para os nossos problemas neste momento de incertezas mundiais. E, a partir dessa percepção, constatamos na prática que somos ainda mais próximos uns dos outros e que temos inúmeros assuntos em comum.

Tenho muita convicção, muita esperança, muita, eu diria, euforia, de que esta audiência pública terá uma importância central na oxigenação de ideias, de ideais nos formuladores das políticas públicas, no direcionamento de caminhos para o futuro das universidades e, sobretudo, na defesa da garantia da liberdade de atuação dos funcionários públicos da educação, afinal, é essa liberdade que garante a produção independente do conhecimento, que fomenta o questionamento e a pesquisa. É essa liberdade que contribui para a construção de uma verdadeira democracia social. A universidade, senhoras e senhores, deve inspirar e jamais limitar os sonhos dos profissionais e de estudantes.

Que tenhamos um bom debate.

Aproveito o momento, já que falamos também de profissionais e estudantes, para dizer que estou muito entusiasmado com a juventude brasileira, pela forma como estão, de forma muito corajosa, muito contundente, apontando o caminho para os mais velhos, neste momento, em defesa da democracia, em defesa de uma educação de qualidade, contra a PEC que vai conter todas os investimentos no País, ocupando mais de 1.200 escolas e universidades neste momento.

Um viva à juventude brasileira! Um viva ao nosso encontro neste momento! (*Palmas.*)

Vamos para a primeira Mesa. Convidamos Leia Oliveira, representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra); Marcelo Di Stefano, Secretário Adjunto da Asociación del Personal no Docente de la Universidad de Buenos Aires, Argentina (Apuba); Daniel Oliveira, Secretário Geral da Agremiación Federal de Funcionarios de la Universidad de la República, do Uruguai (AFFUR); Jose Miliciades Ortiz, representante do Sindicato de Trabajadores y Empleados Universitarios de Colombia (Sintraunicol).

Esses são aqueles que estarão na primeira Mesa. Teremos depois uma segunda Mesa com Mercedes Sanchez, Victor Lopez, Manuel Sanchez e Luis Mendieta.

De imediato, como faço sempre nesta Comissão – já fiz a introdução, situando os nossos telespectadores e ouvintes do sistema de comunicação aqui do Senado –, eu passo a palavra à Representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), Leia Oliveira. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Estão propondo aqui uma adequação, porque o Sr. Jose Miliciades Ortiz não se encontra. É isso? Então, propõe-se que, nesta Mesa, a gente convide o Sr. Victor Lopez, Representante da Federación Nacional de Trabajadores Universitarios de Bolivia. (*Palmas.*)

Normalmente nós, nas audiências públicas, destinamos aos nossos convidados dez minutos, mas com mais cinco de tolerância, se necessário. Aqui, ninguém vai ser rígido no tempo. Dez com mais cinco já são 15.

A SRª LEIA OLIVEIRA – Não, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se tivermos que chegar a 20, chegaremos também. Então, vamos lá tranquilos para o nosso debate. Quem ganha é o povo brasileiro, e espero eu que todo o nosso continente.

A SRª LEIA OLIVEIRA – Eu gostaria inicialmente de cumprimentar o nosso Senador Paim, que sempre esteve aberto a todas as demandas dos trabalhadores, dos movimentos sociais e humanos em nosso País.

Gostaríamos aqui de fazer um cumprimento especial aos companheiros da Contua, aos companheiros do Comando Nacional de Greve da Fasubra.

E gostaríamos de dizer para os companheiros que estão participando deste evento o quanto o Brasil, o quanto os trabalhadores se orgulham de ter, na pessoa do Senador Paim, um fiel lutador em defesa das causas democráticas e populares. Então, é um orgulho para nós estarmos neste momento, ao lado do Senador, debatendo um tema tão importante quanto o papel dos trabalhadores em educação técnico-administrativa nas universidades brasileiras. E, num momento conjuntural muito desafiante, porque discutir o nosso papel na universidade é debater a democracia, e o Brasil tem uma jovem democracia, com apenas 32 anos, que, neste momento, está colocada sob risco. A nossa democracia sofreu um golpe de Estado, um golpe midiático, um golpe institucional. E, obviamente, que o resultado desse golpe no Brasil vai ter dobramento pelos países latino-americanos. Então, o mundo está atento ao que está acontecendo no Brasil.

E, com muita alegria, nós constatamos, da mesma forma com que o Senador Paim constatou, que a juventude se mobiliza, a juventude se organiza, jovens secundaristas, jovens universitários, na luta em defesa do papel do Estado, um papel de Estado inclusivo, um papel do Estado comprometido com os direitos humanos e sociais. Por isso que nós estamos nessa luta em resistência a esta PEC, que é apenas um dos elementos dum pacote de ajuste fiscal que pretende conformar o Brasil ao modelo do que de pior há no neoliberalismo. É isso que está colocado para o Brasil neste momento conjuntural.

E as universidades, que são espaço do debate, da reflexão, que se constituem em ferramentas estratégicas para o desenvolvimento e a soberania do País, têm no seu conteúdo, no seu interior uma categoria muito aguerrida que são os trabalhadores técnico-administrativos das universidades. Culturalmente, Senador, da mesma forma que nós lutamos contra a segregação social, porque é óbvio que a pobreza tem cor, na universidade os técnicos, até pouco tempo atrás, eram invisíveis, porque, culturalmente, a universidade foi constituída por professores e por estudantes. Aqui no Brasil, nós tínhamos uma legislação, que foi atualizada em 1994, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que dava visibilidade apenas por dois segmentos: o docente e o estudante; os técnicos administrativos eram tratados como não docentes e, em alguns casos, como funcionários.

Eu sei que, na maioria dos países da América, os técnicos administrativos não possuem uma identidade e também não possuem uma lei, uma política de Estado, definindo o papel desses trabalhadores. Aqui no Brasil, foi uma conquista que nós tivemos no governo Lula a aprovação de uma lei que determina, que identifica, que explicita qual o papel do técnico administrativo numa universidade.

Então, a questão da definição do debate de papéis dentro de uma instituição que tem na sua gênese a questão da democracia, que tem na sua gênese essa estratégia no desenvolvimento da soberania do País é discutir a democracia interna da universidade. E, como diz Boaventura de Sousa Santos, que já esteve no Brasil, ele é de Portugal: a universidade para ser uma força para o exterior precisa se democratizar internamente, reconhecendo todos, docentes e técnicos, como docentes de saberes diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, a nossa lei da carreira tem essa concepção muito ligada ao papel que cada segmento desenvolve na universidade. E a nossa carreira hoje é um instrumento de gestão, ela está ligada ao plano de desenvolvimento da universidade. E, nessa definição de papéis, explicita que o técnico administrativo pode atuar no pilar que sustenta a universidade, que é o ensino, a pesquisa e a extensão. Então, o técnico hoje pode participar da gestão da universidade, pode participar de todas as políticas de graduação, de pós-graduação, nos programas de pesquisa e também nos programas de extensão.

Mas não basta para nós, como trabalhadores, militantes, protagonistas na luta pela democracia do País, apenas assegurar o nosso espaço na universidade. Para nós a universidade, para ser, de fato, uma instituição democrática, ela tem que ter políticas perenes que garantam o acesso. Tivemos avanços significativos de acessos, de democratização do acesso na universidade, através das políticas de cota, que hoje estão ameaçadas, mas precisamos ainda de muito mais. Ao lado das políticas de cotas para os quilombolas, para os indígenas, para as classes menos favorecidas, nós precisamos também de políticas de permanência, políticas efetivas que garantam ao estudante carente que ele possa, de fato, utilizar de todo o espaço da universidade.

Outro elemento é a política de gestão. E, na política de gestão, nós enfrentamos uma legislação que ainda é resquício da época do governo passado, de Fernando Henrique Cardoso, da década perdida de Fernando Henrique Cardoso, que determina, que diferencia os três segmentos da universidade, dando um peso maior de votos para o docente em detrimento dos estudantes, que são a maioria da comunidade universitária, e dos técnicos administrativos. Essa lei ainda é resquício do modelo neoliberal, que nós temos que combater.

E a produção do conhecimento, a democracia da produção do conhecimento, Senador, reconhecendo todos os saberes, inclusive aqueles não hegemônicos, como os saberes dos quilombolas, os saberes dos ribeirinhos, os saberes dos trabalhadores que constroem na própria luta sindical. A própria luta sindical, a prática sindical, a militância sindical, é uma forma de conceber um saber. Nós precisamos democratizar também a produção do conhecimento na universidade, dando espaço para aqueles conhecimentos não hegemônicos. A universidade ainda precisa de muito caminhar para ser, de fato, uma instituição democrática na concepção que nós defendemos: uma universidade aberta para todos, uma universidade autônoma, mas uma universidade que se submeta ao controle social, e o controle social tem que ser dividido entre os três segmentos que compõem a universidade e os setores sociais que não estão na universidade, mas que reivindicam um espaço dentro dela.

Na América Latina, é muito diferente esse debate sobre técnicos administrativos. Eu me lembro que, na primeira vez em que nós participamos de um fórum da Contua, quando nós informamos que nós tínhamos uma identidade com definição de papeis dentro de uma lei – portanto uma política de Estado, e não de governo – isso foi uma surpresa, porque a maioria das universidades não possui isso. Por que nós fizemos questão de colocar esse tema hoje, no transcorrer dessa reunião da Contua? Porque até essa lei que nós conquistamos com muita luta em 2005, que hoje completa 11 anos, está ameaçada também, porque a palavra de ordem que está colocada nessa nova conjuntura para os trabalhadores não é nem mais "avançar nas conquistas"; é "resistir e lutar". É resistir na defesa dos direitos, para que não haja retrocesso, e lutar contra o desmonte do Estado brasileiro, lutar contra o desmonte dos direitos humanos e sociais. Por isso, a importância dessa categoria, Senador, ter tido esse protagonismo, essa coragem. Como os estudantes estão tendo coragem de ocupar, nós tivemos a coragem de entrar em uma greve – sozinhos, mas entramos em uma greve. (*Palmas.*)

Para nós, hoje, o que está colocado em risco não é mais o nosso salário, não é mais a nossa carreira: é o Estado da forma como nós o concebemos, é a universidade da forma como nós a concebemos, é a falta de garantia para milhões e milhões de brasileiros que ainda não têm acesso à universidade. É por isso que nós estamos em greve desde o dia 24. Contamos sempre com o apoio do Senador contra a truculência, contra a opressão, contra a repressão. Nós estávamos chegando agora ao Senado, e a Polícia Legislativa nos cercava, nos perguntava. Eu falei: "como mudou a forma de nos receber!" Embora tenhamos Senadores e Deputados que abrem a Casa para nós, isso não tem acontecido com a maioria das sessões que acontecem nesta Casa. É uma truculência, um desrespeito aos Senadores e às Senadoras, coisa que fazia muito tempo – 13 anos, mais ou menos – que nós não víamos acontecer no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Hoje é um momento muito importante, de muita alegria para nós da Fasubra, por estarmos aqui sediando este evento, porque nós, da mesma forma que ousamos fazer uma greve, também ousamos, internacionalmente, junto com os companheiros da Argentina e do Uruguai, que foram os primeiros idealizadores desse projeto ousado de construir uma confederação internacional de trabalhadores técnico-administrativos, funcionários, ou não docentes, das universidades da América e do Caribe. Isso é uma ousadia, porque, como eu disse no início, na universidade, da forma como ela foi culturalmente concebida, só existe professor e estudante. Então, além dessa federação do porte do Brasil, que representa 220 mil trabalhadores – nós representamos 220 mil trabalhadores –, temos 56 sindicatos filiados, que representam mais de 56 universidades públicas federais deste País. Da mesma forma como nós temos essa organização forte no Brasil, a Contua também, internacionalmente, já se constitui em uma Confederação que tem espaços em organismos importantes, dando voz e dando protagonismo político a um segmento que até pouco tempo, na década passada, era invisível no meio acadêmico, era invisível nos setores que discutiam ciência, conhecimento.

O Marcelo, com certeza, vai falar um pouquinho dessa experiência internacional, que veio chocar, que veio questionar toda uma ordem constituída e preconcebida em um ambiente universitário que, pela sua própria formação, é um ambiente conservador, onde o professor trata o técnico como subalterno; onde o professor se dirige para uma secretária e fala "é minha secretária"; onde o professor, até pouco tempo, na década passada, pegava o motorista para levar sua criança para a escola, pegava o jardineiro para cuidar do seu jardim. Esse momento já foi superado aqui no Brasil, graças ao protagonismo, graças à luta dos trabalhadores técnico-administrativos, porque hoje nós temos uma lei que afirma a nossa identidade, nós temos uma lei que define os nossos papéis e atribuições. Portanto, nós não temos mais uma postura de submissão ao docente. Qualquer governo, seja o que for, governo golpista ou não, para mexer com nossa carreira, vai ter que topar com a luta aguerrida dessa categoria.

É por isso que nós fizemos questão de trazer hoje este debate aqui: para mandar um recado para aqueles que ousam questionar a forma de concepção da nossa carreira, para aqueles que estão sentados lá no MEC que questionam que técnico administrativo de nível médio não precisa ter incentivo de qualificação, que técnico de nível médio não tem que fazer mestrado nem doutorado, que apenas técnico de nível superior deve ter acesso à pós-graduação *stricto sensu*.

Hoje, nós estamos aqui dando esse recado ao Governo: que a universidade se modificou; que a universidade, nesses últimos 13 anos, garantiu a diversidade da sociedade em todos os seus espaços, em cursos que antes eram hegemonicamente ocupados pelos brancos, como disse muito bem aqui o Senador. Curso de medicina, no Brasil, era de uma elite.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LEIA OLIVEIRA – Hoje você entra no curso de Medicina e você vê alunos oriundos das cotas raciais. Eu acabei de ver uma matéria agora sobre o filho de uma empregada doméstica que passou no curso de medicina em primeiro lugar. Então, hoje, a cara da nossa universidade é outra. Não é esse modelo que o Ministro Mendonça quer implementar na universidade.

Para finalizar a minha intervenção, eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade que o Senador nos concede, dando espaço para esses trabalhadores aguerridos da América Latina... (*Palmas.*)

... que estão no Brasil hoje para colocar as suas experiências, as suas formas de organização.

E quero dizer que pode contar conosco, ouviu, Senador? Para nós, o senhor é uma referência e um orgulho para os trabalhadores deste País, em função da sua forma de conduta política, comprometida com a luta dos trabalhadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Leia Oliveira, que falou pela Fasubra na abertura do nosso seminário. Parabéns pela fala, brilhante como sempre – além do conteúdo de quem conhece o tema, com a garra e a coragem das filhas de Zumbi, mas também das Anita Garibaldi, representando, na Mesa, as mulheres brancas e negras. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Passamos a palavra a Marcelo Di Stefano, Secretário Adjunto da Asosiación del Personal no Docente da Universidad de Buenos Aires.

O SR. MARCELO DI STEFANO (*Tradução simultânea.*) – Boa tarde.

Muito obrigado, Senador. Para nós, é um prazer estar aqui neste diálogo nesta sala, e poder falar com as pessoas que estão também nos assistindo pelos meios de comunicação.

Eu quero começar entregando uma cópia deste livro para você e outra para a Biblioteca do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e do Senado, e a outra, claro, vai para o meu gabinete.

O SR. MARCELO DI STEFANO (*Tradução simultânea.*) – Claro, claro. (*Palmas.*)

Este livro trata do percurso da Fasubra como protagonista. Este livro fala da construção política coletiva, da Contua, fala dessa construção de base, fala dessa construção de um sonho comum. Todos os trabalhadores e sindicalistas sempre sonhamos com a possibilidade de unificar nossa categoria nas nossas bases, nas nossas regiões, no país e, claro, também, no nosso caso, na América Latina, que é essa pátria grande, como dizia Bolívar.

Dentro desse sonho, a Fasubra tem sido protagonista. Sempre estamos contando com essa contribuição substancial para entender os processos de diversidade dentro da capacidade de luta da Fasubra. A Contua se soma a isso, e também participam 16 países com características similares. A contribuição da Fasubra tem sido esta: esse amor pela diversidade, que se expressa em todas as suas políticas; essa busca de consenso, porque às vezes é difícil ter essa garra, essa luta, essa coragem. É uma palavra que vocês usam no Brasil e de que eu gosto muito: coragem. (*Palmas.*)

Também quero destacar a importância do debate neste espaço. Nós que viemos de fora já vimos, durante este ano, vários acontecimentos que se sucederam no Parlamento brasileiro – acontecimentos que, muitas vezes, conturbaram a política e a democracia. São questões que também nos envergonham, porque também somos parte desse povo latino-americano.

Viemos aqui agora para discutir sobre política de educação superior e inclusão.

Esta também é uma oportunidade para reivindicar a democracia e para condenar o golpe de Estado.

Também quero me permitir aqui, diante de todos vocês, dizer: fora Temer! Que volte a democracia: queremos eleições e que o povo tenha possibilidade de votar. (*Palmas.*)

Refletindo sobre o tema que nos convoca aqui hoje, pensei em fazer uma resenha, um resumo de um acontecimento que vai acontecer proximamente.

Disse que a universidade moderna nasceu na América Latina a partir da Reforma Universitária de 1918, na Universidade de Córdoba, na Argentina. Naquele momento, os estudantes se rebelaram e conseguiram uma mudança legislativa que permitiu um novo governo universitário; foi quando passou para o poder civil, para o poder cidadão, em vez de ficar nas mãos da igreja. Faz já quase cem anos essa reforma tão importante.

Essa reforma é para nós uma mensagem. Houve uma frase que os estudantes penduraram diante da universidade que dizia: "As dores que nos restam são as liberdades que nos faltam".

Então, de fato, vemos esses cem anos dessa conquista com muita dor, porque a universidade nasceu justamente para impulsionar os processos de transformação social, processos de transformação a partir de novas ideias, de poder pensar um mundo novo. E sempre esse novo mundo faz parte dos processos de transformações e discussão dos povos.

O que estamos vendo é que a universidade, como espaço de mudança, também pode ser um espaço de reprodução de modelos. Se a maioria dos Deputados e Senadores que votaram para a destituição de Dilma tivessem títulos universitários com base nesse modelo, as coisas poderiam ter sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

diferentes.

Então, há pessoas que foram, inclusive, responsáveis por crimes políticos, pessoas que, muitas vezes, são responsáveis por manter a pobreza e que terminam sendo também recebidas nas universidades públicas do nosso continente.

A universidade ainda não cumpriu com o seu desafio. É preciso repensá-la, reformulá-la, aproximá-la das pessoas e colocar novos objetivos que permitam alcançar esta transformação social.

Quanto aos trabalhadores, temos, então, uma contribuição importante a fazer. Funcionários ou trabalhadores no Uruguai ou em outros países, somos as pessoas que estão ali e não estamos simplesmente para, muitas vezes, servir o chá ou o cafezinho: queremos contribuir com o novo sentido do mundo do trabalho, queremos fazer a inclusão em todos os fóruns universitários. Uma das coisas que se somam ao longo do tempo é que antes se falava somente de educação superior e falava disso apenas o pessoal de governo. Sempre que havia reuniões sobre educação superior, participavam os ministros, os funcionários, os reitores; nunca participavam dessas mesas os trabalhadores.

Com o trabalho da Fasubra, da Contua e de cada uma das nossas organizações e também com o trabalho dos legisladores que têm esse sentimento popular, queremos incluir esses setores sociais na mesa de debate. O saber não tem que estar restrito, ele não precisa estar dentro de uma confraria. A educação é muito importante para que ela esteja na mão apenas dos pedagogos. Ela é importante para estar somente na mão dos políticos, então é importante que ela não esteja na mão de poucos. A educação deve ser inclusiva, deve ser um debate participativo e deve necessariamente ter um protagonismo por parte dos trabalhadores.

Na última reunião da Conferência Mundial sobre Educação Superior da Unesco, uma reunião que aconteceu em Paris em 2009, tivemos um grande debate. Ali os setores do poder queriam mudar a categoria da educação superior, queriam sair desse papel de serviço público para colocar a educação superior dentro dos valores intercruzados ou interdisciplinares. Os governos, os sindicatos latino-americanos participaram disso. Esse era um cenário que tínhamos em 2009.

Em 2018, esse debate vai voltar a acontecer e já não temos o mesmo esquema de poder que tínhamos antes. Possivelmente talvez o presidente do meu país vote, através do seu ministro, ou o Presidente de fato deste País, através do seu ministro, vá participar. Talvez eles já não defendam aquela posição popular e o papel da universidade como lugar de serviço público de qualidade e gratuito para os interesses do povo.

Por isso, precisamos unir forças; por isso, devemos nos mobilizar; por isso, devemos sair das posições incômodas em que estamos para que a nossa voz seja ouvida mais fortemente. Essa é uma possibilidade que temos.

Viemos também aqui para debater sobre democracia, sobre o que temos feito; viemos aqui falar neste Parlamento, deixando o testemunho; e também viemos para apoiar a luta da Fasubra. A Fasubra está em greve, a Fasubra está num processo de luta importante. É um processo de luta que vai se alargando dentro deste País tão amplo. É um processo em que, às vezes, as pessoas se sentem sozinhas.

Viemos aqui, diante de vocês, de nossos companheiros do nosso comitê de greve, dos comitês das direções, e também queremos abraçá-los e prestar o nosso respeito, falar do nosso orgulho e do nosso compromisso de irmandade. Damos esse apoio forte. A Fasubra é um exemplo para nós, a Fasubra é um exemplo de sindicato para o Brasil e é um exemplo de sindicato para o mundo.

Muito obrigado por esta oportunidade.

Força, companheiros! Vamos continuar lutando todos juntos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Marcelo Di Stefano, que, de forma direta e objetiva, fez aqui uma bela palestra para o povo brasileiro, já que, quando você estava falando, estávamos ao vivo para todo o País, fortalecendo, na sua fala, a democracia, fortalecendo os nossos estudantes, os nossos professores e os profissionais da educação, que aqui vocês representam tão bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu estou muito feliz com ele, com a fala dele, mas estou triste por um lado. Ele está ouvindo? (*Pausa.*)

Mas estou muito triste por um outro lado: porque eu lembrei que hoje à noite é Argentina e Brasil. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Então, vamos ver se depois do jogo nós damos boas risadas. Estou triste, porque estou preocupado com aquele tal de Messi. Aquele Messi incomoda... Mas, de fato, é um grande profissional. Tenho muito carinho pela forma de ele trabalhar a arte com a bola. Ele a domina. Sei que esse não é o assunto, mas eu fui jogador quando era jovem. Eu tenho o maior respeito pelo Messi. Só que hoje não, Messi. Vai devagar. Vamos deixar para o nosso time da moçada nova. Veio no mesmo voo do Neymar. Estou sabendo já.

Vamos lá.

Daniel Oliveira, Secretário Geral da Agremiación Federal de Funcionarios de La Universidad de La Republica – AFFUR.

O SR. DANIEL OLIVEIRA (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Senador Paim. Nós conhecemos o trabalho dele, a sua trajetória, ainda que ele não tenha saído muito do Brasil desde os últimos acontecimentos com a Presidente Dilma. Ele esteve no Uruguai há pouco tempo. Tivemos uma jornada internacional em defesa da democracia, contra o neoliberalismo, e a Presidenta Dilma foi à nossa central. Nós tivemos o prazer de ouvi-la quando esteve entre nós. E o Senador Paim, também. Como referência na defesa dos direitos humanos, ele palestrou. Nós pudemos escutar as suas intervenções sobre o *impeachment*, sobre essa farsa que significou o processo de *impeachment* no Congresso brasileiro, tanto na Câmara dos Deputados, onde vimos que foi vergonhoso, uma sabotagem, quanto no Senado, onde esse processo se disfarçou como constitucional, sendo um verdadeiro golpe de Estado.

Então queremos agradecer pela presença dos trabalhadores das universidades latino-americanas também aqui, no Senado, em Brasília. É um Senado que cometeu esse crime de responsabilidade, como disse Dilma, mas estou feliz por estar aqui e participar com vocês deste momento.

Quero felicitar os colegas da Fasubra e os estudantes do Brasil, tanto de ensino médio como das universidades, que estão agora nessa luta, nessa greve contra a PEC que limita os gastos em educação. Essa não é uma novidade. É claro que essa é mais uma amostra da verdadeira intenção desse processo de *impeachment* que foi levado adiante no Brasil. Não podemos dizer que foi um golpe de Estado, mas um golpe contra a vontade popular. Creio que foi isso que aconteceu no Brasil. Nesse sentido, como trabalhadores que sempre defendemos a democracia, nós defendemos que as medidas deste Governo tenham o respaldo das pessoas. Tudo o que significa diminuir o orçamento da educação vai contra as próximas gerações.

No Uruguai também houve essa proposta de levar o orçamento da educação a apenas 6%, chegando a 8% ou 9% de aumento no orçamento do nosso Produto Interno Bruto.

No Uruguai, nós estamos exigindo uma porcentagem maior do PIB. Apesar de termos um governo progressista, neste ano nós tivemos instâncias de lutas orçamentárias muito duras, tivemos cortes no orçamento da educação e também no orçamento da universidade, pela primeira vez. Isso nunca tinha acontecido no nosso país.

Nesse contexto de crise, como está acontecendo mundialmente, nos nossos países a crise normalmente é paga pelos trabalhadores. O custo dela é pago por aqueles que têm direito a uma educação pública de qualidade.

As universidades, por tradição, têm esse histórico de ser o espaço das elites. Às vezes, as classes mais trabalhadoras têm acesso somente ao ensino médio. Ir à universidade não significa somente formar profissionais. A universidade, no geral, na América Latina, como dizia Marcelo, começou há quase 100 anos com esse processo de participação dos principais atores, mas ainda não completamos esse processo. Nós também exigimos a participação, nos governos universitários, dos funcionários técnicos e administrativos. Nós queremos ter voz nos conselhos também no Uruguai. Nós temos espaço, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

não somos considerados no momento das decisões principais.

No meu país agora, com a refuncionalização ou com as reformas do Hospital de Clínicas, por exemplo, que é o nosso hospital universitário único... É um dos hospitais mais importantes que existem no nosso país. É um centro de referência nacional, inclusive em nível internacional, na pesquisa e também no ensino para a formação dos recursos humanos em saúde. E agora esse hospital está em sério perigo. É um edifício que conta com mais de 50 anos sem nenhum investimento significativo. Os investimentos foram insuficientes nos últimos anos e há o risco de que esse hospital seja levado ao capital privado.

Por essa experiência, eu creio que já passou o Brasil. Acredito que vá acontecer também na Argentina, já aconteceu na Espanha. E esse modelo, querem copiar na nossa região toda. Então já não é mais o Estado que vai investir na educação e na formação dos recursos humanos para a saúde. Querem colocar o capital privado como definidor daquilo que se vai pesquisar ou ensinar. E os trabalhadores do Hospital de Clínicas, que formam a nossa confederação, a nossa Contua, estão agora num momento de decisão. Houve uma proposta importante para financiar essas obras que não foram consideradas pelo governo federal. Essas obras foram deixadas de lado, porque eles querem que somente o capital privado faça inversões nesse hospital. Então a fonte de trabalho e os processos de pesquisa e de extensão do nosso hospital universitário ficariam comprometidos, assim como a atenção à saúde.

No Uruguai, praticamente todos têm um parente que foi atendido nesse Hospital de Clínicas, que é um símbolo da resistência, como foi também a universidade durante a ditadura de que padecemos nos anos 70.

Consideramos então essa importante defesa. Nós, ainda que não participemos ativamente do governo, queremos formar a democracia. Os estudantes participam da universidade, eles devem participar também das instâncias de decisão. Isso faz parte da formação dos cidadãos. Queremos logo ter profissionais comprometidos não somente com a sua profissão, os médicos com o atendimento à saúde, os docentes na educação. Queremos que essas pessoas sejam profissionais comprometidos com a democracia e com a participação da cidadania e das decisões e participem das decisões que são tomadas no governo.

Nos momentos de resistência, surge política, surgem embates de ideias e surge repressão às manifestações populares. E, muitas vezes, os estudantes são reprimidos quando protestam. Já vimos as manifestações dos estudantes no Brasil, eram manifestações pacíficas. Havia estudantes que falavam contra o governo e outros que falavam contra determinadas políticas ou pediam mais recursos para a educação ou pediam mais participação nas decisões, uma melhor qualidade educacional, maior inclusão. Existe um esforço no Brasil de incluir indígenas e negros na educação. Se falamos de povos marginalizados, então o que falar dessas minorias raciais que existem em países como o Brasil?

No Chile também houve uma manifestação forte dos estudantes. O Chile é um país que ainda experimenta certas experiências, que vêm desde a ditadura do Pinochet. Temos uma educação totalmente paga, ela não é gratuita e segue o modelo norte-americano, de que é preciso pagar para ser educado.

Então, defendemos a gratuidade da educação, o acesso universal de todos em igualdade de oportunidades e com políticas inclusivas dentro de uma discriminação positiva, para que aqueles setores menos favorecidos dentro dessa sociedade capitalista em que vivemos tenham acesso à educação superior, que é uma garantia de maior democracia e um futuro melhor para os nossos povos.

Aquelas sociedades que alcançaram um maior número de jovens na educação superior, que têm essa capacidade de formação de profissionais são aquelas economias desenvolvidas. Não são ricos porque têm muitos recursos naturais, como tem o Brasil ou alguns outros países, são ricos porque têm esse grande capital humano. E, nesse sentido, a universidade é sempre um fator fundamental para o desenvolvimento desse capital humano. A universidade transcende a formação profissional. Nós queremos sempre que se formem cidadãos livres, críticos, que questionem a ordem social e que façam propostas para mudar essa ordem social e melhorar a convivência entre todos.

Então, saudamos essa luta que está sendo realizada no Brasil pelos companheiros da Fasubra,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

todos os trabalhadores. Esse é realmente um exemplo para nós. Devemos apoiar e difundir o que os meios de comunicação às vezes não informam aqui no Brasil ou fora daqui. Então, queremos compartilhar, informar dessa luta que é realizada aqui no Brasil. E queremos dizer que estamos juntos. Queremos mais democracia, melhor universidade e sociedades e países mais livres. É isso que queremos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – AFFUR, Uruguai. E em uma fala também objetiva, direta. Você deu o toque e todo mundo foi bem. Eles são rápidos para pegar aqui a mensagem porque, como eram só dez minutos, eles foram direto.

Meus comprimentos também, tanto pelo fortalecimento da luta da nossa Fasubra, como também a luta dos estudantes, a solidariedade à nossa frágil, eu diria, democracia, e condenando, naturalmente, como todos que aqui falaram, e é a nossa posição, o golpe que aqui houve, um golpe parlamentar.

Victor Lopez, representante da Federación Nacional de Trabajadores Universitarios de Bolívia.

O SR. VICTOR LOPEZ (*Tradução simultânea*.) – Obrigado e boa tarde.

É um privilégio, Senador Paim, estar aqui no Senado e conhecê-lo pessoalmente. Recebemos importantes considerações de parte de sua característica humana e posição ideológica, quando a Contua nos convocou para uma reunião, um evento, como aquele que desenvolvemos e que ainda está em processo, e não demoramos um minuto para conhecer o senhor pessoalmente e estabelecer qual é a situação vivida por nossos companheiros das universidades brasileiras.

Todos os trabalhadores em conjunto, no total, percebemos lá fora não necessariamente aquilo que realmente acontece aqui. Nós percebemos que as condições e o cenário político são muito mais difíceis e duros do que nos é mostrado.

Nós somos trabalhadores universitários da Bolívia, acredito que somos a organização mais jovem fazendo parte da Confederação de Trabalhadores Universitários das Américas (Contua), e acredito que somos os mais comprometidos com este momento em procurar apoio, suporte e dar suporte para quem precise.

Vocês sabem que na Bolívia vivemos momentos difíceis, de luta, tentando mudar o modelo neoliberal, tentando recuperar a democracia e tentado, por todos os meios, encontrar um processo de mudança que favoreça a todos os bolivianos. Fomos consequentes na luta e avançamos muito nessa perspectiva.

A nossa experiência, com certeza, poderá servir para fazer com que as outras organizações que fazem parte da Contua. Ao mesmo tempo, as organizações sociais e de trabalho da América Latina podem, naturalmente, contar com nosso suporte.

Observamos, como país vizinho, que o golpe de Estado que ocorreu neste país, no Brasil, realmente ficou fora de todo o contexto racional. Não acreditamos que o voto popular possa ser mudado tão facilmente por um voto estritamente legislativo. Não aceitamos isso e não compartilhamos com essa situação.

Nós devemos dizer isso, embora não significa uma crítica ou que alguém possa dizer que estamos no local onde não deveríamos dizer isso. Pelo contrário, nós dizemos com o coração aberto, convencidos política e ideologicamente do que estamos colocando aqui.

Não concordamos com nenhuma ditadura, não concordamos com nenhum golpe. Nunca concordaremos. (*Palmas*.)

Nunca concordaremos com a vulneração da massa do mais sagrado que nós temos, que é a democracia. A democracia permite-nos ter liberdade. Quando isso muda, a liberdade deixa de ser tal, e, portanto, todos aqueles que dizemos de nós mesmos, cidadãos, temos a obrigação moral de defender a democracia, sair para a rua e reclamar o direito que temos de viver em liberdade.

Os trabalhadores universitários da Bolívia fizemos uma análise sobre a conjuntura política que está correndo em toda a América Latina. Não é casualidade. A nosso critério, não é casual isso que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

acontecendo. Acontece em vários países, e, ao mesmo tempo, adotaram posições populistas. O que finalmente nós pensávamos que fosse o melhor, procurar que o povo seja responsável pelo governo, pelo próprio destino, não as elites oligárquicas que querem governar a nossa vida e os nossos recursos, quando conseguimos isso, permitimos. Parece que neoliberalismo deu um repouso, um descanso, passou um tempo e o primeiro que eles fazem é ter que tirar o governo do meio e mudar as estruturas para voltarmos à etapa obscura do neoliberalismo sanguinário. Não podemos permitir isso.

Evidentemente, estamos cometendo erros e devemos corrigi-los. Evidentemente, estamos procurando fazer processos de mudanças através de políticas que não necessariamente estão à altura dos acontecimentos e do momento histórico. Eu acredito que devemos fazer uma engenharia política do que nós queremos e esperamos e vamos procurar, mas, por enquanto, aqueles que têm um problema, como o Brasil, primeiro é recuperar a democracia, primeiro recuperar a liberdade, e, depois, entrarmos em um acordo sobre qual é o melhor caminho.

Não acreditamos que seja razoável que, a partir de uma mudança de timão, de direção, imediatamente o primeiro que deva ser mudado são os recursos para a saúde, para a educação, os recursos de uma outra índole.

E quem se vê afetado por isso? O povo. Quem deve sofrer as consequências? O povo. Quem pesa esse despropósito é o povo, e o povo deve dizer a sua palavra, deve falar, e não estamos para isso, os trabalhadores, necessariamente, colocaremos os nossos critérios, não vamos calar. Nós, os trabalhadores bolivianos, tomamos a determinação aberta e concreta e solidária, unânime, de apoiar nossos companheiros da Fasubra. Sabemos que estamos de greve, estamos na rua. O protesto é o nosso direito, é o único instrumento que temos, e este instrumento será utilizado até o último dia da nossa vida, mesmo se devamos perdê-la para procurar melhores dias para nós, nossos filhos e toda a Nação, neste caso, Brasil. (*Palmas.*)

Senador, pensamos que, ao chegar aqui, talvez a porta não se abrisse para nós, nós tínhamos dúvidas, dúvidas pessoais. Mas a porta se abriu, nós pudemos entrar, estamos aqui sentados, e o senhor me dá este privilégio de dizer o que penso, o que sinto, e eu agradeço muito. Este privilégio me permite, Senador... (*Palmas.*)

...me permite dizer que os irmãos latino-americanos, nós, que viemos a este evento, a esta sala do Senado nacional da República do Brasil estamos solidariamente apoiando todos os nossos companheiros trabalhadores do Brasil que estão protestando contra esse golpe de Estado e contra esse golpe legislativo e judiciário que está acontecendo neste País.

Nós somos solidários a todos vocês. Vamos, então, aqui, expressar o nosso respeito, carinho e consideração e tudo aquilo que sentimos. Nós, como irmãos latino-americanos, estamos dispostos a oferecer nosso apoio solidário.

Muito obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero dizer, Victor Lopes, antes de encerrar a Mesa, que a melhor forma de cumprimentar você pela brilhante fala foi a reação do plenário, pelo número de aplausos que, aqui, você recebeu e todos os nossos convidados. Você fez uma defesa ao longo da sua fala firme, corajosa da liberdade, da democracia, dos direitos humanos e dos direitos dos trabalhadores.

Ficamos muito felizes com a sua fala, e pode ter certeza de que, além de você ter falado pelo sistema de comunicação do Senado, nesse aspecto, não há nenhuma restrição, e fique tranquilo, porque quem fala a verdade não teme, quem fala a verdade não teme, por isso que você não treme e não teme... (*Palmas.*)

...porque o nome do cara aqui é "treme".

Eu convidaria os senhores a retornar ao plenário e chamaria, agora, a segunda Mesa.

Com satisfação chamamos, neste momento, a representante da Federação de Sindicato de Tra-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

balhadores Universitários de Nicarágua, Mercedes Sanchez, que também é Deputada, recentemente eleita.

Não sei o porquê, mas indicaram para a senhora ficar à minha esquerda. (*Risos.*)

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Sr. Manuel Sanchez, representante da Asociación de Empleados Universitarios da República Dominicana.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Luis Mendieta, da Federación Nacional de Sindicatos de las Universidades y Escuelas Politécnicas del Ecuador. (*Palmas.*)

Jose Miliciades Ortiz ainda não chegou.

Então, são esses os três convidados desta Mesa.

De imediato, vou passar a palavra à Deputada e também representante da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Universitários da Nicarágua, Deputada Mercedes Sanchez. (*Palmas.*)

A SRª MERCEDES SANCHEZ (*Tradução simultânea.*) – Boa tarde a todos e a todas, especialmente ao Senador Paulo Paim.

Em nome da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Universitários da Nicarágua, recebam uma cordial saudação da terra de Rubén Darío e de Augusto César Sandino, recebam essa fraterna saudação. (*Palmas.*)

É muito importante compartilhar, nesse debate, algo que me pegou de surpreso. Mas, antes de entrar nesse tema, eu gostaria de esclarecer que Maritza Espinales é a Secretária-Geral da Fesitun e é quem nos representa no Parlamento. Ela é a Deputada Nacional, que, orgulhosamente, representa a Fasubra, a Contua e outras instituições coligadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esclarecimento feito.

A informação que chegou à Mesa foi a de que você também era Deputada. Mas eu fiquei feliz. Como ela nos representa lá muito bem, uma salva de palmas à Deputada. (*Palmas.*)

A SRª MERCEDES SANCHEZ (*Tradução simultânea.*) – Também é importante dizer aos senhores que, recentemente, na Nicarágua, nós passamos pelo processo de eleições e, novamente como o apoio do povo da Nicarágua, com mais de 75%, assumiu a Presidência o nosso companheiro Daniel Ortega Saavedra, e também Maritza continua sendo Deputada Nacional.

Quero também compartilhar com os senhores que temos uma companheira sindicalista – vocês também a conhecem –, a Leda Trujillo, nomeada como Deputada Suplente no Parlacen.

É importante dizer isso porque os sindicalistas, as mulheres, estamos assumindo espaços no Parlamento da Nicarágua. Eu gostaria de expressar, em nome da Federação, todo o apoio solidário para a Fasubra. Quero expressar este apoio solidário à Fasubra porque, como nicaraguenses, recusamos esse golpe de Estado que aconteceu neste País. (*Palmas.*)

Aqui, houve uma violação dos direitos do povo, porque atualmente está no Poder um Presidente que não foi eleito pelo povo, e é por isso que recusamos, rejeitamos essa intervenção. É uma intervenção ingerencial dos neoliberais.

A Nicarágua, depois do triunfo da revolução, conseguimos que assumisse o poder o Partido da Frente Sandinista de Liberação Nacional, mas, depois, passaram pelo poder governos neoliberais durante 16 anos, e foi uma luta, foi um bastião importante na Nicarágua a unidade dos sindicatos. Nós formamos essa Frente Nacional dos Trabalhadores e fazemos parte da confederação à qual a Fesitun se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

afilia. Fomos um bastião do nosso partido na Frente Sandinista, e foi assim que conseguimos derrotar esse governo neoliberal 16 anos depois de muitas lutas nas universidades, nas ruas, porque queríamos que nos fossem entregues os nossos direitos: as universidades e o orçamento de 6% constitucional.

As universidades deram a vida de um companheiro administrativo, Porfírio Ramos, e, em dezembro, comemoramos a data do seu falecimento. Os trabalhadores administrativos, nas suas lutas contra o neoliberalismo, entregamos, inclusive, o sangue desse colega trabalhador.

E é por isso que eu aqui convoco a que nos unamos, porque só unidos podemos alcançar a vitória. Nós fomos às ruas... (*Palmas.*)

...anualmente, fomos exigir esse orçamento, e, hoje, graças ao modelo cristão social socialista e solidário do governo do Presidente Daniel Ortega Saavedra, pudemos alcançar essa luta sem ter que ir às ruas. Já temos esses 6% garantidos, é um direito que merecemos como trabalhadores e trabalhadoras das universidades.

Então, companheiros e companheiras, disso se trata. Unidos somos tudo e desunidos não somos nada.

Liberdade para as universidades.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mercedes Sanchez, que fala sobre a liberdade, a democracia, a unidade e dá o exemplo de La Frente de los Trabajadores, que foi fundamental para conquistar a democracia e que o projeto neoliberal não permanecesse por mais tempo em seu país.

Estive na Nicarágua na época dos contras. Os contras invadiam por uma região e fui em uma missão de paz e fui recebido na época, se não me engano, recebido pelo comandante Tomás Borge. Era um dos sete comandantes, um dos poucos que estava vivo ainda. Fui numa missão de paz do Brasil e atingiu o objetivo, que foi solidariedade ao povo da Nicarágua naquele momento tão duro. Se não me engano, conheci na época o Daniel Ortegas.

Então, vida longa à liberdade plena da Nicarágua. (*Palmas.*)

Manuel Sanchez, representante da Asociación de Empleados Universitarios da República Dominicana. (*Palmas.*)

O SR. MANUEL SANCHEZ (*Tradução simultânea.*) – Boa tarde para todos e todas.

Sr. Senador Paulo Paim, obrigado pelas palavras dos companheiros da Contua e da Fasubra. Percebemos o seu nível de evolução, como pessoa, porque foi abraçando os melhores interesses do povo brasileiro e também de toda a América morena, da nossa formosa América Latina.

Os trabalhadores da República Dominicana tiveram um dos ditadores mais sanguinários da América, Rafael Trujillo Molina, e têm ainda hoje cicatrizes que não podem ser apagadas depois de mais de 50 anos do assassinato do ditador.

Nós como trabalhadores queremos aqui no Brasil oferecer o apoio para os companheiros trabalhadores deste importante País, que juntamente com Chile, Argentina, México e outros países foram como que insígnia para o desenvolvimento da nossa América morena e que praticamente hoje conseguimos ver como desenvolvimento que sustentava esse país, que empurrava toda a América Latina começa a se deter e a se parar.

Isso é observado por nós no Caribe, praticamente em todas as discussões nos fóruns de homens de ciência. Nós temos essa percepção de que novamente o desenvolvimento deteve-se de toda nossa América Latina. Nós trabalhadores temos a alta responsabilidade de acompanhar Senadores e Deputados, homens do seu porte, para que, junto com o seu povo, organizemos aquilo que deve ser um esforço para mudança sustentável desse processo de evolução registrado em toda a nossa América Latina e em grande parte do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Dessa forma, companheiros brasileiros, podem contar com todo o nosso respaldo, nosso suporte, para viver aquilo que nós vivemos na República Dominicana, após 50 anos do assassinato do ditador. Porque isso vai se entrosando de modo gradual, ocupando espaços de forma gradual, até que praticamente vão abolindo todos os vestígios de democracia, internamente, do nosso povo e da nossa privacidade. Ela fica completamente destroçada.

Nós pedimos que vocês, brasileiros, façam o esforço de orientar os passos da América Latina, para não tenha de viver esse período. Desejo que não seja muito longo, porque falar em democracia é algo que cada um sente de forma diferente. É poder manifestar-se nesse cenário, como foi permitido hoje, neste Senado, aqui no Brasil, através desses dignos representantes, para podermos expor aqui, em plena democracia, usando nossa liberdade, nosso pensamento.

De forma que a República Dominicana conhece, detalhadamente, o que significa uma ditadura sangrenta. Vocês não chegarão a essa fase. Mas, se vocês não cuidarem, o neoliberalismo irá empurrando essa situação até chegar a níveis em que a liberdade individual praticamente não poderá ser desfrutada.

A República Dominicana e, basicamente, a Universidad Autónoma de Santo Domingo quiseram acordar no ano 61 o movimento dos estudantes da Universidade Argentina de Córdoba. O movimento gerado nessa universidade foi fruto desse manifesto dos estudantes argentinos e praticamente nos levou, como universidade, a provocar um dos movimentos revolucionários que levaram por terra o período de mais clareza em nosso país. A partir desse movimento, tiveram de sair da Universidad Autónoma de Santo Domingo todos os professores vinculados, ligados, diretamente ao ditador. Eles fundaram a universidade. A Universidad Autónoma de Santo Domingo ficou e nela ingressaram as mentes mais claras e democráticas que levaram luz ao desenvolvimento da República Dominicana.

Em menos de 30 anos, a Universidad Autónoma de Santo Domingo praticamente entregou à sociedade dominicana em torno de 40 mil profissionais de diferentes áreas. Entre elas de humanidades, que são as que mais contribuem com o desenvolvimento social de uma nação. Quem visitou a República Dominicana há 30 anos, há 20 anos, e o visita também hoje, encontrará uma nação que dá passos gigantes na busca da melhora do povo dominicano.

Hoje, na imprensa, praticamente todo o plantel, esses profissionais da mídia egressaram dessas universidades abertas e democráticas, e podemos dizer que o povo dominicano hoje desfruta de um espaço onde os intelectuais, os estudantes, os obreiros, todos podemos interagir, um espaço onde é possível desfrutar dos avanços levados adiante pelo nosso povo, fruto do desenvolvimento em um ambiente agradável das ideias. Acredito que o debate das ideias ofereça essa oportunidade. As universidades, onde interagem tantas ideias diferentes, podemos dizer que é um laboratório permanente em que aparecem as ideias que transformarão praticamente a vida do mundo.

Hoje, produtos possivelmente da nossa América Latina, como a matéria-prima, servirão como base para que seja substituído o plástico. A casca da banana e de outras frutas nativas da nossa América Latina serão a base que substituirá o plástico que hoje em dia gera tanto dano ao meio ambiente. Essas ideias só podem acontecer e se desenvolver em um ambiente onde o homem tenha liberdade. Então, a nossa América Latina tem uma grande responsabilidade para continuar mantendo uma verdadeira democracia e em apoiar homens como aquele que temos ao nosso lado, esse Senador que representa praticamente a diversidade do Brasil, que praticamente tem a mesma conformação de toda a América, onde existe uma conjugação da raça negra, da indígena e da branca. Surge essa raça formosa que aos poucos é conhecida, como naqueles tempos em que se conduziu o que deve ser uma só nação na América Latina.

Então, a República Dominicana se solidariza com os irmãos brasileiros, com a Fasubra. Eles podem contar com o nosso apoio. Estamos prontos para ajudá-los. Todo o nosso grêmio de Santo Domingo, toda a universidade, o nosso reitor, o nosso plantel profissional, todos temos um acordo de trabalho em suporte às causas nobres da nossa América Latina, de modo que estamos muito bem aqui no Brasil.

Agradecemos ao Sr. Senador mais uma vez. Que ele possa continuar apoiando a defesa dos trabalhadores das universidades, o que eu sei que, finalmente, se traduzirá em benefício para todo o povo brasileiro e de toda a nossa querida América Latina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obrigado e boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço a Manuel Sanchez, que representou aqui a Asociación de Empleados Universitarios da República Dominicana e que deixa na sua fala que esse tempo seja curto, que não se viva um tempo que é praticamente de exceção.

Eu já tenho uma certa idade e também convivi, aqui no Brasil, com a força da ditadura no ano de 64. Foram mais de 20 anos de ditadura, anos muito difíceis, muito cruéis, e agora os tempos mudaram. Naquela época foi um golpe militar, e agora foi, na verdade, um golpe parlamentar. Com mais sutileza, mas, infelizmente, quando atinge a democracia, para mim, com a mesma truculência. Porque a democracia, eu sempre digo, é a causa número um de todos nós. Eu sempre digo que os homens públicos dedicam a sua vida às causas do nosso povo.

E a solidariedade de vocês outros aqui, para o povo brasileiro e para a Fasubra, podem saber que faz com que, cada vez mais, esse Senador, que já está com 66 anos, possa dizer nas palestras que faço: que bom saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês! (*Palmas.*)

Muito obrigado pela solidariedade.

Luis Mendieta da Federación Nacional de Sindicatos de las Universidades y Escuelas Politécnicas del Ecuador.

O SR. LUIS MENDIETA (*Tradução simultânea.*) – Obrigado, Sr. Senador. Primeiramente eu quero dar graças a Deus por estar aqui com todos os senhores e pedir a Deus que dê longa vida a todos vocês de cada um dos nossos países, porque é assim como podemos nos expressar livremente.

Eu estou surpreso de ver que aqui é um espaço no qual todos podem se expressar, essa é uma surpresa para mim. As realidades são diferentes da que eu vivo. Então, eu quero agradecer aos colegas da Fasubra. Fizemos um *city tour* excelente. O Brasil é realmente uma potência, o Brasil tem tudo, o Brasil tem uma diversidade de pessoas, e, com este Senador maravilhoso aqui, vocês são uma potência, sim. Vocês são um país gigante realmente. E é verdade, vocês têm tudo, nós temos tudo.

E isso é interessante para a América Latina. Que o Brasil seja uma potência é interessante. Talvez pela má educação dos governos estamos como estamos, mas somos pessoas preocupadas, e o Senador aqui presente é uma dessas pessoas preocupadas. Essa é a realidade.

Nós precisamos de espaços como este, um espaço como o Senado, que escuta os trabalhadores, que escuta os professores, que ouve todos, e ser transmitidos. Isso também ajuda a que haja maior consciência por parte das pessoas.

Eu quero também agradecer os companheiros da Fasubra pela recepção excelente que nos deram. É um sindicato muito importante, grande. Todos nós da América Latina esperamos que os senhores não deixem jamais de lutar na defesa da democracia. Vocês são uma referência para nós na América Latina.

A Contua também nos ajuda, nos apoia, tem muitos critérios. Ela apoia nessa luta dos trabalhadores, nessa luta dos direitos trabalhistas e nos direitos sociais. Essa luta deve ser globalizada para que possamos avançar. Não podemos estar cada país trabalhando indistintamente. Todos os países somos iguais. Os direitos dos seres humanos são iguais em todas as partes do mundo. Nós queremos ter governos que protejam os trabalhadores, que protejam o cidadão comum. Não queremos direitos apenas para aqueles que têm acesso às altas esferas. Queremos que todos os cidadãos tenham direitos. Nós queremos que haja esse viver bem, esse sentido do bom viver, e queremos que isso esteja aliado aos governos.

Desconfio que a universidade é o ambiente onde o povo é mais bem-educado, de onde saem grandes homens, grandes mulheres, pessoas novas, mas no nosso País nós não temos liberdade de ingresso à universidade. Você quer estudar e, às vezes, não tem acesso. Você não pode estudar o que você quer. Às vezes uma pessoa quer ser advogada e mandam essa pessoa estudar economia – imaginem! Então, não há o direito de decidir. Não existe esse direito de protesto também. O protesto é criminalizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, onde estamos? Nós devemos avançar. Não devemos estar em uma democracia disfarçada, sendo uma ditadura por trás. Eu me lembro de governos de extrema direita, de governos repressores, em que os trabalhadores não podiam ir às ruas. As garantias constitucionais estavam todas atropeladas, e agora estamos diante dessa situação. Existem muitos presos, dirigentes de centrais sindicais que estão detidos ou que foram despedidos no Equador, e dizem que foram despedidos porque eles são má influência para os trabalhadores. Isso não pode acontecer, não deve ser assim. Isso é uma preocupação. No nosso país, não há essa liberdade de expressão, e muitas vezes o nosso país é vendido como uma oitava maravilha do mundo, um lugar lindo. Às vezes, as pessoas nos dizem: "gostaríamos de ser como o Equador". Mas nós não temos um sistema político ideal neste momento, e não é que nós queremos atacar o governo. Queremos apenas que haja uma mudança, queremos que o governo escute, então precisamos de espaços democráticos como este aqui, onde possamos expressar o que sentimos e onde possamos contribuir para as grandes mudanças, porque se não somos ouvidos, não vamos chegar a lugar nenhum.

Nosso Presidente, todos os sábados, reúne pessoas, mas reúne seus próprios aliados, e coloca um diálogo aparentemente aberto, mas na verdade não é assim. Então, há uma repressão. Não há respeito às convenções da OIT. Essas convenções foram firmadas e, muitas vezes, passam a ser leis orgânicas nos diferentes países, mas lá elas não são respeitadas. O delegado do Equador esteve na OIT. Depois, muitas vezes, eles são ameaçados no Equador. Os representantes das centrais sindicais, às vezes, são ameaçados.

Todas essas situações acontecem e isso é uma grande pena. É uma pena! Deve haver uma democracia plena para que a expressão livre e voluntária do povo se manifeste. O povo não deve se expressar somente quando está a favor de uma determinada linha política vigente. A pessoa deve ser pacífica, mas nem por isso deve se alinhar àquilo que está contra os interesses seus e da nação.

Então, Sr. Senador, eu gostaria que, a partir deste momento, fosse aqui engendrado um resultado melhor, que a democracia aqui no Brasil mostre a sua força, a força dos trabalhadores, especialmente dos jovens. Os jovens não podem estar condenados, daqui a 20 anos, ou dentro desse período de 20 anos. Isso não deve ser assim, vocês não podem permitir isso. E um homem como o senhor é um guia para trabalhar nisso, levar essa luta adiante. É uma luta que está, de agora em diante, e essa também é uma luta para nós companheiros da América Latina.

O Brasil é um referente. Nós rejeitamos esse golpe de Estado que aconteceu aqui no Brasil. É evidente, companheiros!

Eu também quero cumprimentar a delegação do Equador, que nos acompanha. Temos aqui os nossos companheiros e não queremos que o Equador fique calado. Nós queremos estar de pé. Devemos começar por algum lado, não? (*Palmas.*)

Eu sou de um sindicato privado, mas eu já trabalhei muito e trabalho sempre com o setor público. Sou da federação nacional de sindicatos das escolas politécnicas do país. Mas no nosso país está proibida a livre sindicalização; os sindicatos não estão podendo se organizar, e isso é muito crítico. Quinze anos atrás, eu propus uma espécie de CUT, uma central única dos trabalhadores, mas o senhor Correa, que é muito inteligente, criou a sua CUT, uma CUT alinhada ao governo. Ali, as centrais sindicais não têm como trabalhar. Eles criaram uma CUT paralela, eles se adiantaram ao nosso propósito. Uma nação não deve representar todos os interesses, os interesses de todas as classes?

Eu ouvi aqui, os governos de esquerda, os sindicatos são responsáveis por muita coisa, mas existe a outra cara, o outro lado, a outra face da direita também. Às vezes, dizem que os setores socialistas não serviram ou não servem para nada, então é preciso lutar contra essas questões. Vejam vocês, o colega da Bolívia comentou sobre isso também. Aqui está um Senador que também está lutando, que está se manifestando. Muitas pessoas mudam. Então, eu não entendo. Os trabalhadores sempre devem estar nessa luta para melhorar os seus meios de sobrevivência. O Brasil é uma futura potência, ele já é uma potência.

Essas são as minhas palavras. Desculpem, eu saí um pouco do contexto, mas saio daqui muito satisfeito de poder participar numa sala do Senado, e que isso seja visto por todo o Brasil. Tomara que os colegas do Equador também possam ver, mas eu tenho medo de depois ir a uma sabatina por conta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

disso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É como eu digo sempre: a verdade tem muita força. Eu gostei do que você falou, essa parte, permita-me, de estarmos ao vivo para todo o Brasil. Isso é verdade; nós não podemos faltar com a verdade.

Toda segunda-feira pela manhã eu faço audiências públicas ouvindo a sociedade. Eu fiz, ano passado, 150 audiências públicas. Este ano já estamos em 100. (*Palmas.*)

Estamos chegando à centésima. Fui aos 27 Estados levando esse debate, e o sistema de comunicação daqui do Congresso me acompanhou. E foi sempre nas assembleias legislativas.

Então, nós estamos – claro – chateados pela forma com que uma Presidenta eleita pelo voto direto, como a gente fala no Rio Grande do Sul, foi apeada, foi retirada do posto, mas, mesmo assim, nós vamos sempre brigar pela democracia plena.

É isso que estão fazendo os estudantes, é isso que estão fazendo os trabalhadores, mas temos que admitir que o sistema de comunicação do Congresso, do Senado, como está aqui o fotógrafo agora também da Casa – e a audiência vai ser publicada no *Jornal do Senado* – merece o nosso respeito e o nosso carinho, até porque eles são profissionais que se dedicam.

E não há censura, como eu disse na abertura. E, se não há censura, o que foi dito aqui... Então, nesse momento, em que se está para votar a PEC 241, nós estamos fazendo quase que duas audiências por dia para ajudar, como você falou, a aumentar o nível de consciência da população sobre o que significa a PEC 241, que congela os investimentos por 20 anos.

Eu sempre dou um exemplo muito prático: nós somos 210 milhões de brasileiros. Daqui a 10 anos, 15 anos, 20 anos, nós seremos quantos? Sabemos que a expectativa de vida aumenta. Com certeza, nós seremos 230 milhões – quem sabe? –, 240 milhões. E como é que o mesmo orçamento deste ano será usado para uma população que deve aumentar em 20 milhões, 30 milhões? A lógica não funciona.

Para onde irão as nossas crianças? Se ficamos mais velhos, vamos gastar muito mais com saúde. Como os planos de saúde no Brasil estão disparando, e a população está abrindo mão do plano de saúde, ela vai para onde? Vai para o SUS. E o sus não tem que ter mais investimento? São milhões que estão abandonando o plano de saúde e indo para o SUS.

Escola pública. Como o arrocho salarial é grande, muitos filhos que estavam em escolas particulares estão indo para a escola pública. E como é que não vai haver mais investimento em escolas públicas, desde a contratação de profissionais, como os senhores que estão aqui, professores em todas as áreas? Então, não fecha essa conta. Não tem como explicar.

Nós poderíamos colocar para eles um vídeo sobre a PEC 241, Toni? É um videozinho muito bem-feito que ilustra o que significa essa PEC 241 aqui no Brasil.

Mas aceite mais uma vez as nossas palmas... (*Palmas.*)

... porque você trouxe também um componente da democracia e a importância de o Senado estar fazendo ao vivo a cobertura do debate onde aqui diversos países do mundo estão falando. Nós podemos ter divergência no voto, mas também é da democracia. Temos que saber que, quando estamos numa democracia, perdemos e ganhamos.

Eu mesmo tenho uma série de projetos que eu estou obstruindo tudo aqui, para não deixar votar, porque, se votar, nós vamos perder, como por exemplo, a jornada intermitente. O que é isso? É salário/hora. Significa que o cidadão vai trabalhar 3 horas, 4 horas, 5 horas, recebe e vai embora. E onde ficam todos os direitos acumulados dos trabalhadores?

O outro projeto é o negociado sobre legislado. Não vale mais a CLT? Não vale mais o Código do Trabalho? Só vai valer o que empregado e empregador ajustarem entre si? Estamos segurando para não votar. Trabalho escravo – desse, como verdadeiro descendente de Zumbi, consegui pegar a relatoria. E digo o seguinte: trabalho escravo não se regulamenta; trabalho escravo a gente proíbe. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E esse vai ser o meu relatório.

Então, eu sei que não é fácil, mas vamos à terceirização. Querem terceirizar tudo aqui no Brasil, como fizeram, se não me engano, no México. Terceirizando tudo, significa o quê? Teremos professores sem escola, porque eles são mandados para qualquer escola do Estado, do País ou da cidade, a qualquer momento; teremos metalúrgicos sem metalúrgica, porque não pertencerão mais a essa ou àquela metalúrgica, pertencem a um escritório, que muitas vezes, é um escritório fantasma, faz todo mundo assinar um contrato e manda eles para a metalúrgica que tiver mais pique de trabalho; teremos bancário sem banco, um dia vai para o Banco Itaú, outro dia vai para o Bradesco, outro dia vai para outro banco. Como exemplo só, porque vão ser mercadoria fácil. É com isso que nós estamos muito preocupados.

Decisão recente do Supremo Tribunal Federal acabou com o instituto da desaposentadoria. E agora o servidor público, fez greve, no primeiro dia, já...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...estão nessa iminência, não é?

Então, é um momento difícil. Há uma maioria conservadora, de fato, no Congresso, mas isso não quer dizer que vá complicar o sistema de comunicação da Casa, a quem eu daria um cumprimento, que eu sei que são profissionais de mais alto valor e são democratas. Eles não têm nada a ver com decisões, com as quais eu possa até discordar, porque, como eu digo, como eu brinquei com o companheiro da Argentina: futebol, se empata, perde e ganha. Na política não tem jeito: ou você ganha ou perde. Não tem jeito!

Por isso, que eu gostaria de dar uma salva de palmas ao sistema de comunicação do Senado... (*Palmas.*)

... pela postura firme e clara da cobertura de tudo o que acontece aqui dentro, gostemos ou não.

Eu queria, então, que se passasse o vídeo, e nós vamos, como sempre fizermos – é praxe também desta Comissão –, abrir para que alguns companheiros do plenário possam usar a palavra, questionar os painelistas.

Vamos ver o vídeo da 241, o que significa.

(*Procede-se à apresentação de vídeo*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., pessoal.

Como havíamos combinado, eu vou pedir que a assessoria pegue a inscrição. Vamos combinar aqui quantos, porque temos limite, para encerrarmos nossa audiência. Já há quatro inscritos. Seis. Como eu sou bem flexível, sete. Vamos pegar os sete aqui.

Já o primeiro inscrito. O companheiro fala e dá o nome.

Cinco minutos para cada um, pessoal.

O SR. TONINHO ALVES – Boa tarde a todos e a todas.

O meu nome é Toninho Alves, sou da Direção Nacional da Fasubra. Quero saudar a iniciativa do Senador Paulo Paim, que temos como companheiro de luta em defesa da universidade e da educação pública neste País e do serviço público como um todo, por esta audiência; saudar aqui a nossa companheira, a Coordenadora-Geral Leia, que fez uma brilhante intervenção, colocando a situação das universidades brasileiras, mostrando que a Fasubra está muito bem representa na sua coordenação.

Hoje pela manhã realizamos a recepção dos companheiros da Fasubra. Só queria resgatar, até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para dizer que este mês, que nós lutamos tanto para ser o mês Novembro Negro, roubaram a nossa imagem, tornando Novembro Azul. Até essa identidade conseguiram tomar da nossa comunidade, principalmente a comunidade negra, que faz um embate em defesa do serviço público, que ela, mais do que ninguém sabe o que significa o serviço público para as comunidades neste País mais desassistidas, como a comunidade negra, indígena, ribeirinha etc.

Só queria ressaltar que, embora vários companheiros da Mesa tenham dito que nós estamos aqui no Senado, que é um espaço democrático, e que o País vive uma democracia onde podemos falar o que quisermos, que bom que vieram hoje, porque ontem, na CCJ, na votação da PEC 241, a gente viu muito bem que a nossa democracia aqui no Brasil vive um sério risco com o golpe de Estado que foi dado pelo nosso Presidente Fora Temer.

Ontem, na CCJ, houve pressão para poder entrar, pressão para poder acompanhar a votação da PEC 241, onde não se abre o debate com a sociedade brasileira, para explicar justamente isto: o desmonte do serviço público, o que isso ataca nos nossos direitos, nos direitos da população que vai se utilizar do serviço público, como foi colocado pelo Senador Paulo Paim, nos próximos 20 anos, é um ataque frontal aos nossos direitos.

Por isso, acho que é importante reafirmar que a luta da Fasubra, neste momento, com essa greve de enfrentamento à PEC, à retirada dos nossos direitos, assim como a Fasubra tem um histórico de defesa da universidade, projeto de uma universidade cidadã para os trabalhadores, eu já tive a oportunidade de estar aqui no Senado fazendo esse debate de discutir a democracia na universidade, discutir a democracia na educação, essa PEC atinge profundamente o direito à democracia, o direito à universidade pública, qualidade referenciada nos direitos sociais.

Deixar aqui, então, que esse ataque da PEC, nós que somos da Fasubra, e esse ataque aos nossos direitos, como a votação de cortar o ponto agora dos trabalhadores das universidades federais, eu que sou de uma estadual, para nós já é bastante comum. Os trabalhadores em greve da USP estão com os cortes de pontos ainda feitos pelo reitor da universidade, indicado pelo Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, outro governador também que ataca os direitos dos trabalhadores. E São Paulo, como sempre, é um laboratório para aplicar as políticas neste País.

Então, não só a PEC 241, mas as votações, como o Senador Paulo Paim colocou aqui, estão tirando os direitos dos trabalhadores, os direitos nossos de serviço público. Em São Paulo, isso é bastante comum. E acho que a nossa saída, mais do que nunca, é ir às ruas, mais do que nunca é apoiar a luta dos estudantes, acreditar nessa juventude. A saída para este País é acreditar nesta juventude, que está nos dando uma aula de enfrentamento aos ataques dos nossos direitos neste País.

Então, quero reafirmar que é importante a gente apoiar a luta dos estudantes, apoiar a greve dos trabalhadores e enfrentar os ataques...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. TONINHO ALVES – ... do Governo, como tem sido feito em Goiás, onde a polícia tem batido nos estudantes secundaristas na madrugada e, agora, estão tentando retirar os estudantes que ocuparam os prédios das universidades.

Esse é o nosso enfrentamento em defesa da democracia contra a PEC 241.

Fora Temer! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos pela fala.

Fui informado que já está conosco o Oscar Picado, do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Nacional da Costa Rica. Queria convidá-lo para a Mesa e ele usaria o tempo dele daqui desta Mesa. Está aí o Oscar? (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Enquanto o Oscar vem, eu já passo a palavra para o Francisco de Assis dos Santos, Coordenador-geral da SINTUFRJ. Seja bem-vindo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS – Boa tarde, companheiros e companheiras. Primeiramente.

Queria saudar sempre a iniciativa do Senador Paulo Paim, que faz com que esta Casa seja a Casa do povo, abrindo a Casa do povo para que nós trabalhadores possamos trazer aqui a mensagem do povo, o seu debate, o seu contraponto e a sua visão na construção de um Brasil melhor. Então, esse espaço deve ser saudado.

Quero também aqui, sendo base da Fasubra, também em direção da Fasubra, mas, neste momento, aqui representando o meu sindicato, o SINTUFRJ, saudar os companheiros da Contua, que declararam aqui o seu apoio – e sempre apoio – à nossa federação e à nossa luta e à nossa greve.

É importante ter esse apoio internacional, porque estamos num momento difícil, embora diferente de outros países, como foi citado aqui, mas é um momento difícil e estamos passando dificuldades. Dificuldades dentro das universidades neste momento de crise também.

Eu queria aproveitar o espaço para denunciar que está havendo um ataque às universidades por meio dos procuradores, por meio da Justiça, de procuradores que tentam quebrar a autonomia da universidade, imputando aos reitores uma intervenção no sentido de atacar o nosso legítimo direito de greve, de atacar, por meio dessa última decisão, dessa continuidade do golpe, do golpe parlamentar. E também o golpe no Judiciário, que está se apoderando de reformas que não são feitas neste Parlamento, utilizando os meios judiciais para fazer a reforma trabalhista, a reforma no nosso direito de greve e várias outras que estão em curso, que não tiveram espaço no voto, na sociedade, e estão fazendo por meio dos que ajudaram e estão construindo esse golpe, que é, lamentavelmente, o Supremo Tribunal Federal.

Então, queria deixar esse espaço para fazer essa denúncia e dizer que, como trabalhador da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que está em greve, que está em luta também para barrar e derrubar essa PEC nº 241, deixo aqui a saudação a todos os nossos colegas que estão em luta, estão em greve, na defesa da universidade, na defesa da autonomia da universidade, na defesa dos avanços que tivemos, durante esses longos anos aí, abrindo espaço para a nossa sociedade, para trazer a juventude pobre do nosso País para dentro da universidade.

Então, não podemos deixar de lutar. Podemos, sim, ser atacados, pode ser cortado o nosso ponto, ser tirado o nosso salário, mas não vão tirar a nossa dignidade nem a nossa vontade de lutar. Essa é a mensagem que eu queria deixar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Francisco de Assis dos Santos, coordenador geral do SINTUFRJ, que termina com esta frase para mim muito bonita, permita-me dizer: não vão tirar nunca a nossa dignidade e a vontade de lutar.

Neide Dantas Mendes, Fasubra.

A SRª NEIDE DA SILVA DANTAS MENDES – Boa tarde a todos e a todas.

Senador Paim, em nome do meu sindicato de base, o Sindifes, de Minas Gerais, que congrega quatro instituições – UFMG, UFVJM, Cefet-MG e Instituto Federal de Minas Gerais –, eu faço uma saudação muito especial ao senhor por essa abertura neste momento tão crítico da educação pública brasileira.

Saúdo também os convidados de todos os países que estão aqui representados – Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, Nicarágua, República Dominicana e Uruguai – por esta importante... (*Palmas.*)

Prossigo: por esta importante presença no apoio à nossa luta.

Saúdo também os trabalhadores das universidades em greve, que estão aqui representados, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

várias universidades brasileiras que estão aqui no CNG da Fasubra.

Saúdo também todos os brasileiros que nos assistem, agradeço à audiência, porque a oportunidade... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A SRª NEIDE DA SILVA DANTAS MENDES – Como comunicadora, porque sou jornalista também, eu teria a obrigação de fazer isso, agradecer aos trabalhadores e à nossa audiência por estarem entendendo um pouco mais dessa nossa luta pela educação brasileira.

Em especial, gostaria de saudar a juventude da UFMG. Até ontem, havia 17 ocupações dentro daquela universidade, uma das mais importantes do País, uma referência da intelectualidade mineira, que já produziu grandes mineiros, como Carlos Drummond de Andrade e Guimarães Rosa. Então, aquela casa, que muito honrou este País, sente-se muito honrada também com essa juventude que tem ressignificado a política. Acho que a gente não pode deixar de louvar essas ocupações, que são feitas de forma organizada e fazem uma denúncia social, embora estejam sendo ignoradas pela grande mídia. Mas a gente fura o bloqueio e faz essa denúncia em todos os espaços.

Eu gostaria de citar... O senhor mencionou os projetos de retirada de direitos da população e citou um, especificamente, que é a própria institucionalização da gambiarra, que vai tirar direitos e deixar os trabalhadores à míngua.

A nossa luta também pela PEC 241, agora 55, é muito referenciada. Cada dia mais, temos a consciência da sua importância. A luta contra a medida provisória do ensino médio e contra a lei da mordaça. São ameaças seriíssimas que podem desconstruir todo um projeto de avanço de liberdade e de democracia do nosso País.

E, novamente, muito obrigada pela oportunidade.

Continuaremos nessa batalha, mesmo que ela possa parecer inglória, mas é a nossa possibilidade de reverter e de barrar essa situação, que tanto ameaça nosso País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Neide Dantas Mendes, da Fasubra, que saudou aí todos os lutadores que, de uma forma ou de outra, fortalecem a democracia e estão tentando, como uma peleia – peleia é termo gaúcho – permanente, dizendo "sim" à democracia e "não" a todo ato de arbítrio, como aquele que estão cometendo, como o de prender meninos.

Sabem vocês que eu recebi uma carta muito bonita de um menino e li da tribuna do Senado. Se eu tiver oportunidade, eu trago essa carta aqui ainda, porque ela é quase uma poesia. Fala desses meninos e meninas de 16, 17 anos, que não estão armados, não têm tanque, não têm metralhadora, não têm nada; só têm a força da palavra, a causa e as ideias que defendem. Por que tanto medo desses meninos? Querem amordaçar essa meninada, que tem a coragem de botar a cara e dizer: "Não; eu sei que educação eu quero."

Parabéns! Parabéns!

Vamos ver agora quem mais... Aqui à Mesa só chegaram dois inscritos, e eu havia aberto para cinco. Ele, ali, eu lembro que levantou.

Peço a ele que pegue os nomes, aí você diz seu nome, por favor.

Ele também lá atrás... Mas vai você, começa para irmos ganhando tempo.

O SR. ISAÍAS MAGALHÃES QUINTANA – Boa tarde. Meu nome é Isaías.

Eu trabalho no Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Sou do sindicato da ASSUFRGS e filiado à Fasubra. E nós estamos chegando aqui hoje para reforçar a luta na Capital. Venho trazer também aqui a nossa indignação contra essa PEC, que é um absurdo. Ela chega a ser ridícula de tão absurda que é.

Se é uma PEC para fomentar a economia, como é que ela vai retirar o poder de compra do traba-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lhador? Isso nunca vai gerar um crescimento da economia. Há interesses obscuros por trás – de sucatear o Estado, de nos levar à condição de Estado mínimo, de fazer a população sofrer, reduzindo o bem nacional, o tesouro público conquistado por nossas gerações. Privatizar tudo e levar o País à miséria. Essa PEC é ridícula. Nós temos que nos opor a ela.

A PEC se resume em uma frase que os nossos estudantes fizeram. Os estudantes do Campus Canoa do IFRS fizeram uma síntese, colocaram nos cartazes de protesto: "A PEC é como tirar o dinheiro da comida das crianças, do remédio do vovô, para comprar o uísque do papai." É isso que o Governo está promovendo. E para isso temos que dizer "não". Nós não vamos entregar o Estado; nós não vamos permitir isto, uma escravidão moderna, um neocolonialismo.

Nós viemos lá do Rio Grande do Sul para reforçar a luta aqui, mas, nos Estados também, vamos estar todos na rua, na luta contra essa medida de sufoco, de sangria do trabalhador. Isso nós não vamos permitir. Eles querem colocar nossa utopia na UTI, e isso não é permitido. Nós queremos o direito de sonhar, o direito de conquistar, porque toda a riqueza que esta Nação tem é fruto da classe trabalhadora deste País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos e parabéns à delegação do Rio Grande do Sul. Está aqui a delegação gaúcha? Vamos levantar os braços os gaúchos! Eu fui o primeiro a levantar o braço aqui. (*Risos.*)

Parabéns à Bancada gaúcha.

Essa frase da meninada de Canoas, que é a minha cidade... Eu nasci em Caxias do Sul, mas a minha caminhada política toda foi em Canoas e é até hoje com muito orgulho.

Paulo Cesar, SINTUFRJ.

O SR. PAULO CESAR – Boa tarde a todos e a todas, em especial, à Mesa, aos companheiros do Contua, que vieram contribuir conosco, e ao Senador Paulo Paim – meu xará, porque também sou Paulo. O senhor, para mim, representa todo o Brasil, todos os cidadãos brasileiros, porque o senhor, em qualquer Estado que fosse candidato, seria eleito porque representa o povo brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

O SR. PAULO CESAR – Sinto muito ontem ter saído daqui com tristeza no meu coração e envergonhado de ser brasileiro e de ser dono desta Casa, porque muitos que aqui estiveram me envergonharam, pois não quiseram fazer parte do debate e, na hora de votar, vieram como um rolo compressor, esmagando a minoria que não teve o direito de entrar com um recurso de emenda sequer. Por isso, saí daqui ontem envergonhado.

E quero dizer que a PEC não é um ataque somente à educação e à saúde; é um ataque a todo serviço público que é designado à população menos favorecida, porque quem usa o serviço público é a população menos favorecida. Aqueles que têm dinheiro não vão para a rede de saúde e nem para e educação pública; vão, sim, para a rede privada porque têm como pagar. É simplesmente isso. Saí daqui envergonhado em ver aqueles que se dizem cidadãos, de forma truculenta, aprovarem, com ampla maioria, o ataque à maioria da população brasileira.

Por isso, acho que é um retrocesso que também faz parte do golpe que aqui foi dado. O golpe não foi dado no PT e nem na Dilma, mas, sim, na classe trabalhadora e no cidadão brasileiro, que, com muito custo, trabalha a duras penas para sustentar aqueles que aqui estão furtando. Não é à toa que a PEC tem o número 55, porque, na Lei Penal, 155 é furto. Então, tiraram o 1 e ficou só 55.

Espero que a luta dos trabalhadores da UFRJ e da Fasubra se incorpore em todas as universidades do Brasil e, junto com os secundaristas e estudantes das universidades, venham tomar as ruas porque é o que o povo tem de fazer.

Uso este canal do Senado para clamar à toda a população brasileira que vá às ruas para que possamos conseguir a vitória, que só se conquista com luta. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Agora, é o Pimentel.

Por favor, Pimentel, de Niterói, Rio de Janeiro.

O SR. AVENIR BENEDITO PIMENTEL – Meu caro Senador Paulo Paim, eu sou jubilado, sou funcionário da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro.

Primeiramente, eu queria agradecer ao senhor pela homenagem que foi a mim prestada pelo senhor e pela Mesa na segunda-feira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na audiência pública de segunda-feira.

O SR. AVENIR BENEDITO PIMENTEL – Na audiência pública de segunda-feira.

Eu estendo essa homenagem para mais 249.999 funcionários das universidades federais fluminenses que são filiados à Fasubra.

Eu queria dizer o seguinte ao senhor: já até deu na minha cabeça mudar o nome dessa PEC. Essa PEC, na minha universidade, chama-se PEC da morte, porque vai matar o povo pobre brasileiro todo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AVENIR BENEDITO PIMENTEL – Todo mundo sabe disso.

E queria dizer mais ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar.

O SR. AVENIR BENEDITO PIMENTEL – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode.

O SR. AVENIR BENEDITO PIMENTEL – Eu sinto um amor imenso pelo senhor, independentemente de partido, porque a sigla não faz nada para ninguém, quem faz é o ser humano filiado àquela sigla. E o senhor tem sido um baluarte para os aposentados do Brasil e para todos os funcionários neste País. (*Palmas.*)

Eu digo o seguinte: já pensou se todos aqueles 359 picaretas que há lá fossem iguais ao senhor? Nós não estaríamos nessa situação no Brasil. O aposentado e o trabalhador estariam onde devem estar e agora não estão mais. Os aposentados e os trabalhadores deste País, os pobres, principalmente os da nossa cor, têm que ser respeitados, porque somos o braço forte deste País.

E eu queria deixar uma mensagem para os companheiros que vieram da América Latina. Existe no País um compositor e cantor que, lá em 1964, teve uma frase de uma de suas músicas censurada. Ela diz assim: "Vem, vamos embora, que esperar não é saber; quem sabe faz a hora e não espera acontecer" – Geraldo Vandré. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Pimentel.

Para registro: Antonio Capila, representante da Condsef, é solidário aos camaradas da Fasubra em greve. (*Palmas.*)

Agora nós vamos passar a palavra para o Sr. Oscar Picado Sanchez, representante dos trabalhadores da Universidade Nacional da Costa Rica.

O SR. OSCAR PICADO SANCHEZ (*Tradução por profissional habilitado.*) – Boa tarde a todos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

todas. Uma cordial saudação ao Senador Paulo Paim.

Pelo que escutamos aqui por parte dos representantes desta audiência, parece que essa razão de ser e de estar aqui não se perdeu, porque as pessoas, às vezes, pensam que quando chegam ao poder ou aos seus postos não vão representar os povos.

Então, na Costa Rica, nós temos uma Deputada que sempre está aberta para escutar o povo. Ela é a única Deputada que sempre apresenta propostas. Apesar de todas as críticas que possa receber, está sempre disposta a ser representante do povo. Nós devemos dizer que ela foi dirigente sindical em algum momento. Ela foi eleita pelo Partido da Frente Ampla, da esquerda.

E na Costa Rica, na nossa Assembleia, temos um partido que conta com três vertentes dentro de si. Então, existe um fracionamento total, é difícil chegar a acordos. Há leis que levam já 12 anos sendo discutidas. É uma situação bastante difícil.

Eu quero agradecer então ao pessoal que está aqui. Quero agradecer à Contua (Confederación de Trabajadores y Trabajadoras de las Universidades de Las Américas). É importante um país tão pequeno poder vir aqui e falar das suas necessidades também. Então, agradeço pela logística toda que foi criada para que estivéssemos aqui.

Somos países grandes e pequenos, mas com o respeito comum entre nós, e nessa jornada que temos com a Fasubra hoje pela manhã e aqui também, percebemos que os problemas são os mesmos, embora os tamanhos dos países sejam diferentes. Os problemas de vocês são similares aos nossos.

Na Costa Rica, há alguns anos, nós resolvíamos as coisas de forma pequena, de forma costa-riquenha, ou seja, com o diálogo, mas agora nós temos um risco, porque existe já uma polarização no nosso país. A sociedade costa-riquenha está polarizada e nós, como funcionários e trabalhadores do setor público, concluímos que já praticamente estamos voltando à Segunda Guerra Mundial, àquela questão, àqueles momentos complicados, em que os problemas da Costa Rica eram problemas de todos os funcionários do setor público.

Então, é assim que a situação se apresenta neste momento para nós. Temos problemas com o orçamento da educação, da saúde. Os Deputados da direita terminaram de aprovar agora um orçamento nacional, e nesse orçamento há propostas para diminuir apoios a certos setores. Nós temos leis que determinam faixas de orçamento para determinados setores, mas agora temos problemas com o orçamento. Está se pensando, inclusive, em transferir orçamento da educação para a segurança. É claro que nós temos agora o problema mais acentuado no narcotráfico na Costa Rica. Existem já carteis que estão atuando, principalmente nesse corredor do Caribe, passando pela Costa Rica, e quando os carteis estão muito organizados, as polícias às vezes não têm os meios para prevenir ou para lidar com isso. Então, existe uma luta para retirar orçamento da educação pública e levá-lo à segurança. Isso também se alia a certos erros que vão sendo cometidos, e às vezes os funcionários do setor público são acusados de serem os culpados de todos os problemas. Então, o que querem fazer? Querem privatizar tudo. Querem privatizar a educação, querem privatizar a segurança, a saúde, ou terceirizá-la. Nesta manhã, nós falamos sobre isso. Na minha universidade, isso está acontecendo. Neste momento, estão sendo construídos 18 prédios na minha universidade. Então, como será possível que os serviços sejam de qualidade, se a planta física cresce, mas não cresce o tamanho do pessoal na minha universidade?

Eu estou contente de estar aqui, de compartilhar desses momentos com os senhores e conhecer a realidade dos outros países. Na Costa Rica, nós temos um ditado: nós não sabemos se somos tão maus como nos vemos, ou se somos tão bons como os de fora nos veem. Isso é igual quando chegamos ao Brasil e vocês nos dizem: "nós temos coisas boas, vocês sabem, mas também temos os nossos problemas". Para a solução desses problemas que temos no Brasil, Uruguai, Nicarágua, República Dominicana e toda a América Latina, acredito que devemos participar dessa solução, independentemente de sermos professores, ou do corpo administrativo, ou trabalhadores sem carreira, ou técnicos, mas é uma responsabilidade de todos os países.

Cada país conhece o seu papel, cada membro e cada funcionário conhecem o seu papel. Existe o papel dos Senadores, do Presidente e o papel de cada um, e é preciso fazer valer o seu papel.

Outro dia, um sociólogo da nossa universidade disse que nós temos um grande papel, nós ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

não percebemos que os seres humanos somos gregários, somos sociáveis e, ao mesmo tempo, cada dia, queremos ser mais individualistas. Se eu estou bem, não me interessa se os outros Estados estão bem ou mal. E essa política, independentemente de onde estejamos, acontece.

Antes de mais nada, eu quero agradecer a todos. Eu quero aproveitar este espaço aqui para este agradecimento e espero que saíamos daqui com o maior aproveitamento possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esta frase, de fato, tem sentido: se todos estão bem, eu estarei bem. Por que só eu quero ficar bem? Temos que pensar no coletivo.

Meus cumprimentos. Você também trouxe um componente interessante para este debate que nós não tínhamos levantado, que é o que está por trás dessa posição de retirar uma Presidente eleita exatamente pelas privatizações, porque as privatizações vão nesse sentido e ainda retiram direitos dos trabalhadores. Os 5% mais poderosos do País é que serão os que vão abocanhar o poder econômico cada vez maior e, principalmente, o sistema financeiro.

Meus cumprimentos pela fala e a sua solidariedade a todos nós.

Eu percebi que chegou o Carlos Moura. Quer anunciar a delegação que chegou aqui?

Esse é um encontro internacional, organizado pela Fasubra. Estão aqui em torno de 10 países.

Moura, quer anunciar a delegação que chegou com você?

Pode ser daí mesmo. Pega o microfone, aperta o... Isso!

O SR. CARLOS MOURA – Muito obrigado, Senador.

Senador Paulo Paim é sempre generoso e está ao lado dos despossuídos. Eu, sempre que tenho oportunidade de falar nesta Casa, não posso deixar de recordar a luta travada no Senado Federal, ou melhor, no Parlamento brasileiro pelo Senador Paulo Paim desde 1986. Ele é um pouquinho mais velho do que eu, mas mesmo assim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com muito orgulho. Tomara que eu continue mais velho sempre. (*Risos.*)

O SR. CARLOS MOURA – ... eu consigo acompanhar a trajetória dele.

Senador, nós estamos aqui com um grupo de companheiros que trabalha – e o senhor sabe disso – em favor da saúde, mais especificamente em favor do Sistema Único de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. CARLOS MOURA – O nosso trabalho é um trabalho pelos direitos humanos na perspectiva da pessoa humana, tudo em consonância com aquilo que o senhor faz nesta Casa.

Nós estamos acompanhados do Sr. Maurice Lyon, um perito da União Europeia, que está nos ajudando e nos apoiando nesse trabalho de defesa do SUS. (*Palmas.*)

Quero aproveitar para agradecer a oportunidade que tivemos com o nosso Projeto Justiça Econômica, onde está a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. E agradeço porque o Senador Paim já nos propiciou mais de uma audiência pública a respeito do SUS e está nos ajudando para um seminário relativo à reforma da Previdência, que acontecerá aqui no dia 3 de dezembro.

Portanto, os nossos cumprimentos aos senhores que estão premiados por terem como defensor o Senador Paim e muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carlos Moura, foi, no Brasil, um dos, eu diria, fundadores da Fundação Palmares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Se eu disser que foi só ele, ele diria: "Não diga que foi só eu". É um dos principais fundadores da Fundação Palmares e também contribuiu muito para criar a Acepir. Na época deu a sua contribuição...

O SR. CARLOS MOURA (*Fora do microfone.*) – Estatuto da Igualdade Racial, que é de sua autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, mas se não fosse, como ele disse aqui mesmo, o coletivo – fizemos um debate intenso, –, o estatuto não seria lei hoje no Brasil, tanto da igualdade racial, tanto do idoso, como da pessoa com deficiência e o da juventude.

Todos eles, eu tive a alegria de participar como autor e o da juventude como relator. E o Moura sempre esteve nessa linha de frente.

Eu fico feliz de ver aqui, tem tudo a ver com o debate, inclusive com o que fizemos aqui, da 241. Diálogo em Construção. Que reformas da Previdência Social nós queremos? Encontro de redes nacionais. (*Palmas.*)

São movimentos como esse que, eu acredito, vão se criando, permitam-me essa fala rápida, porque eu vou passar para a Leia encerrar. Ela vai fazer o encerramento, em nome da Fasubra.

Mas eu acredito muito, Moura, em movimentos como esse. Eu tenho advogado, mediante a situação que o Brasil passa, na criação daquilo que eu chamo Frente Ampla pelo Brasil.

Essa Frente Ampla seria reunir, suprapartidariamente, comprometidos com as grandes causas, os movimentos sociais organizados, sindicatos, enfim, todos os setores da sociedade que queiram mudar isso que está acontecendo no Brasil, que são ataques aos direitos dos trabalhadores e da nossa gente, coisa que eu nunca vi nesses meus 66 anos de idade. Nunca vi tanta truculência contra o direito dos trabalhadores.

Por isso, palmas a você, eu peço, e a esses movimentos como o da Fasubra e esse que aqui você representa. (*Palmas.*)

Eu vou pedir, agora, para a Leia Oliveira, que aqui na Mesa representou a Fasubra, para que ela faça a fala de encerramento da nossa audiência pública.

A SRª LEIA OLIVEIRA – Mais uma vez, eu gostaria de agradecer, em nome dos trabalhadores das universidades brasileiras aqui presentes, em nome do nosso comando nacional de greve – e, hoje, nós temos 44 universidades já em greve –, em nome da Direção Nacional da Fasubra – meus companheiros da direção estão aqui, representando a direção nacional plural e unificada na luta – e em nome dos companheiros da Contua, dos países Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, República Dominicana, Costa Rica e Nicarágua, que se encontram neste evento importante na organização e na ampliação dos laços de solidariedade, de combatividade do trabalhadores da América contra o ascenso do neoliberalismo.

Em particular, eu gostaria de dizer que eu comungo com o companheiro, defensor do SUS, da sua defesa. A Fasubra está nessa luta, participando do Conselho Nacional de Saúde, ocupando todos os espaços que defendem o SUS. Concordo plenamente com você. É motivo de muito orgulho termos ao nosso lado um companheiro como o Senador Paim.

E tenha certeza, Senador, que, daqui para frente, o teu nome vai ser falado também em todos esses países aqui que participam da Contua. Com muito orgulho... (*Palmas.*)

... porque é um companheiro que abre essas portas. Como o Toninho falou: nem sempre as portas desta Casa estão abertas, mas nós, felizmente, temos aqui dentro Deputados e Senadores que são comprometidos com as causas democráticas e populares, a exemplo do Senador, que enfrenta esse tipo de postura: de fechar a Casa para o povo, abrindo-a cada vez mais e, por isso, nós estamos aqui junto com o senhor.

Para nós, da Fasubra, companheiros da Contua, é muito importante a presença de vocês aqui. Vocês podem ter certeza de que nós reoxigenamos as nossas energias, porque nós não temos medo da luta. Nós achamos que derrotado é aquele que não tem coragem de lutar, por isso nó lutamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Palmas.*)

E com a presença de vocês aqui, com a sua fala de solidariedade, de exemplo e de luta em seus países, com essa energia que vocês nos passam, eu tenho certeza de que cada um, companheiro que está aqui representando uma universidade em greve, vai sair com mais garra ainda para continuar a luta.

Então, nós estamos muito satisfeitos com esse encontro, que ainda não terminou, que vai terminar amanhã com a reunião do Conselho Executivo da Contua, com a abertura desta Casa aqui, porque todos estão ouvindo essa organização internacional dos trabalhadores, repudiando o golpe que aconteceu no País, mandando o recado para o Temer que nós não temos nada a temer, não temos nada a temer, por isso continuamos na luta, e mandando uma mensagem também para os Srs. Senadores de que nós, em cada Estado deste País, não daremos um momento de descanso, porque esses Senadores, a exemplo do Senador Paim, não podem se esquecer que o compromisso maior que ele deve ter não é com o Partido a que ele pertence, é com povo que o elegeu. (*Palmas.*)

Então, nós, que estamos aqui, cada um de nós, vamos grudar em cada Senador, na casa, no aeroporto, no gabinete. Não vamos dar um minuto de trégua, porque o que está em jogo é o futuro das nossas gerações.

E nós que estamos aqui, que já estamos numa idade mediana, não vou falar minha idade, Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já falei... (*Risos.*)

A SRª LEIA OLIVEIRA – ... nós que estamos aqui numa idade mediana, nós temos um compromisso de manter esse legado, de deixar este Estado público, uma Nação inclusiva para as próximas gerações. Nós não podemos congelar o futuro dos nossos jovens. E a PEC nº 241, agora PEC nº 55, vai congelar o futuro dos jovens do País, e é por eles que nós lutamos. Não é por nós, é pelos jovens, que merecem um País diferente.

Então, mais uma vez, muito obrigada, Senador. Contem conosco. Nós vamos participar, companheiro, da audiência. Nós vamos estar em greve ainda, porque nós vamos colocar no comando de greve, na nossa agenda. Nós vamos estar aqui debatendo a nossa visão e a nossa defesa intransigente do SUS.

Muito obrigada.

Agora, antes de finalizar, nós queremos tirar uma foto, aquela foto histórica, com o nosso Senador, para que a sua imagem corra todos esses países da América Latina.

Uma salva de palmas para o nosso Senador agora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, pessoal.

A SRª LEIA OLIVEIRA – Pessoal, venham aqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Antes, eu queria só encerrar oficialmente a audiência pública e informar que, no sábado, dia 3 de dezembro, o local onde será esse debate sobre a previdência é o Centro Cultural de Brasília. E no dia 6 – estão todos convidados, pois terão direito à palavra – será no Auditório Petrônio Portela, um debate sobre a previdência. É um encontro internacional que faremos no Petrônio Portela, e todos serão bem-vindos. Dia 6, às 9 horas.

Pessoal, agradeço a todos.

Vida longa aos nossos convidados internacionais!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vida longa à Fasubra!

Vida longa ao povo brasileiro!

Vida longa a todos aqueles que têm compromisso com políticas humanitárias!

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 15 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 99ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 6, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Regina Sousa e do Senador Paulo Paim. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 8 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para instruir: O PLC nº 119 de 2015, que "Acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Sandra Terena, Diretora e Produtora do documentário: "Quebrando o Silêncio", que trata do infanticídio; Maira Barreto, Doutora pela Universidade de Salamanca na Espanha no tema infanticídio; Fernando Pessoa de Albuquerque, Representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde; Kakatsa Kamayura, Índio - sobrevivente do infanticídio - líder do Projeto Tekonoe; Artur Nobre Mendes, Representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Josué Palmari, Líder do Movimento Indígenas a Favor da Vida; Marianna Assunção F. Holanda, Pesquisadora associada à Cátedra Unesco de Bioética – UnB, Mestre em Antropologia Social e Doutora em Bioética – UnB. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Rosângela Alves Justino; Osvaldo Eustáquio Filho; Lúcio Flores, Indígena Terena; Mikaellyson Martins da Silva; Elaine Moreira, Antropóloga. O Senhor Presidente passa o vídeo de título "AMELÉ" presente no site: https://www.youtube.com/watch?v=3r70LQP1svg. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) Realização de outras audiências públicas com a presença do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB, do Conselho Nacional de Políticas Indígenas, do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, do Conselho Nacional da Saúde, de entidades representativas dos povos indígenas, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, da Procuradoria Federal Especial junto a FUNAI, do Conselho de Líderes de Pastores Indígenas – COMPLEI, da ONG Atini, Associação Brasileira de Antropólogos – ABA, entre outros que poderão ser sugeridos. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e três minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 99ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública de hoje, como todas as outras, será realizada nos termos do Requerimento nº 8, de 2016, de nossa autoria, para instruir o PLC 119, de 2015, que acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Como sempre fazemos, as nossas audiências públicas são transmitidas principalmente nas segundas-feiras, pela manhã, ao vivo, para todo o Brasil, pela TV Senado, pelos canais alternativos, pela internet e pela Rádio Senado. Então, esta Comissão introduz o tema para que todos aqueles que nos estão assistindo ou ouvindo fiquem a par do que se vai debater aqui na Comissão.

Esta audiência pública tem a finalidade de instruir o PLC 119, de 2015. Estamos mais uma vez aqui reunidos para instalar a audiência pública destinada a instruir o Estatuto do Índio, que é o estatuto mais antigo apresentado no Parlamento e que nunca avançou, ou seja, não caminhou para uma decisão final. Eu mesmo apresentei o Estatuto do Idoso, aprovei o estatuto para os que têm deficiência, aprovei o Estatuto da Igualdade Racial, aprovei o Estatuto da Juventude, do qual fui Relator e que aprovamos também. O Estatuto do Índio, que foi apresentado antes desses todos, não anda. Deve haver algum motivo para que ele não ande. Por isso, é importante debatermos a matéria ou chegarmos todos à conclusão de que não se quer um estatuto dos povos indígenas. Sempre digo que o pior dos mundos é não decidir. Temos de decidir.

Esta audiência tem este viés: não há motivo algum para que a matéria não seja discutida, pela importância inclusive dos povos originários, dos povos indígenas. Não há motivo para que a gente não faça um debate no mais alto grau no sentido de que se busque aprovar aquilo que interessa principalmente aos povos indígenas.

Como se sabe, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 119, de 2015, visa a alterar o Estatuto do Índio, com o propósito de redefinir as competências da União, dos Estados, dos Municípios e das autoridades responsáveis pela política indigenista para assegurar a dignidade desses brasileiros. Para tanto, são discutidas e propostas regras e condutas que, eventualmente, podem prevalecer sobre as práticas tradicionais indígenas. Entre outros procedimentos para alterá-lo, destaco aqueles relacionados à garantia do direito à vida, à saúde, à integridade física e psíquica das crianças e dos adolescentes, das mulheres, das pessoas com deficiência e dos idosos indígenas. Mais precisamente, o PLC 119, embora reafirme o respeito aos costumes tradicionais dessas populações, dispõe-se a combater práticas nocivas e a proteger os direitos fundamentais de crianças indígenas.

A despeito dos avanços incessantes no meio médico e sanitário nas metrópoles brasileiras, lideranças e culturas indígenas ainda resistem a novos paradigmas conceituais no campo do diagnóstico, da terapia e do tratamento de enfermidades e deficiências. Aliás, não foi por acaso que tal proposição legislativa passou a se chamar de Lei Muwaji. Em verdade, isso se deve à razão de precedente homenagem a uma mãe da tribo suruwaha que se rebelou contra a tradição de sua tribo e salvou a vida de sua filha, que seria morta por ter nascido deficiente.

Segundo dados da Funasa, entre a etnia ianomâmi, o número de homicídios elevou o coeficiente de mortalidade infantil de 39,56 para 121 no ano de 2003. Ao todo, foram 68 crianças vítimas de homicídio naquele ano. No ano seguinte, em 2004, foram 98 as crianças vítimas de homicídio.

Nesse contexto, a presente proposição visa a cumprir com o disposto no Decreto nº 97.710, de 21 de novembro de 1990, que promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança, além de reconhecer o direito à vida como inerente a toda criança. Reitera a prevalência do direito à saúde da criança no conflito com as práticas tradicionais e a obrigação de que os Estados-partes repudiem tais práticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Na mesma linha, a resolução denominada Um Mundo para as Crianças, também da Assembleia-Geral da ONU, estabelece como primeiro princípio conceder prioridade aos melhores interesses da criança. Destaca-se que a expressão "melhores interesses da criança", presente na legislação nacional e internacional, é hoje um princípio em nosso ordenamento jurídico. Urge ressaltar que, no Brasil, as crianças encontram-se sob a proteção da própria Constituição Federal de 1988, que, no seu art. 227, garante o direito à vida e à saúde a todas as crianças.

Dessa maneira, senhores e senhoras, convidados, debatedores, o Estado brasileiro deve atuar no sentido de amparar as nossas crianças, independentemente de sua origem, gênero, etnia ou idade, como sujeitos de direitos humanos que são. Obviamente, as tradições são reconhecidas, mas não estão legitimadas a justificar a violação de direitos humanos, como dispõe o art. 8º do Decreto nº 5.051, de 2004.

Por último, e não de menor relevância, cabe frisar que a cultura é dinâmica, e não imutável. Segundo uma visão antropológica mais moderna, a cultura não é o bem maior a ser tutelado, mas, sim, o ser humano, no intento de lhe propiciar o bem-estar e de minimizar o seu sofrimento.

Em suma, entende-se que práticas tradicionais nocivas, em nome das quais muita violência se pratica em diversos grupos étnicos do nosso País e do mundo, não podem ser ignoradas por esta Casa. Por mais delicada que seja a questão, o PLC 119 merece a nossa atenção e precisa ser amplamente debatido.

Essa é uma introdução sobre o tema que vamos debater no dia de hoje.

Eu gostaria, de imediato, de convidar os nossos painelistas.

Na primeira Mesa, está Sandra Terena, diretora e produtora do documentário Quebrando o Silêncio, que trata do infanticídio.

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Já cumprimento V. Sª e cumprimento todos.

É difícil, numa segunda-feira, véspera de feriado, homens e mulheres virem aqui dispostos a debater políticas de direitos humanos, que é o caso hoje em debate.

Então, meus cumprimentos a todos que se deslocaram de seus Estados para virem a Brasília debater um tema tão importante como é este das crianças indígenas.

Eu o fiz com muita consciência e com muita tranquilidade, porque sei da importância do tema e de tudo aquilo que vocês vão colocar aqui, para que a gente possa avançar sempre, sempre na defesa das crianças do Brasil e do mundo.

Convido Maira Barreto, Doutora pela Universidade de Salamanca, na Espanha, no tema infanticídio.

Seja bem-vinda, Maira! (*Palmas.*)

Convido Fernando Pessoa de Albuquerque, representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde.

Seja bem-vindo, Fernando! (*Palmas.*)

Aqui também – você pode até me ajudar – está Kakatsa Kamayura, índio sobrevivente do infanticídio, líder do Projeto Tekonoe.

Pedi para ela me ajudar, pela pronúncia indígena que ela domina muito bem. Eu domino o português com todo o cuidado ainda, para não errar muito.

Então, de imediato, vamos ao nosso debate aqui, lembrando às senhoras e aos senhores que estamos ao vivo. No mínimo, como sempre digo, se 1% estiver assistindo à reunião, isso significa mais de dois milhões de pessoas. Por isso, valorizo muito este espaço democrático que o Senado nos assegura nas segundas pela manhã e mesmo em outros dias, quando não há sessão no plenário. Mesmo quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

há sessão no plenário, o programa é novamente passado à noite. Então, é um espaço pelo qual tenho enorme respeito.

Recentemente, aqui vieram em torno de 10 ou 12 países, fazendo uma análise da democracia no Brasil e no mundo e se posicionando favoravelmente à greve dos técnicos nas universidades. Eles, que são também técnicos de universidades, aqui falaram. Eles ficaram até surpresos com o fato de que podiam falar para todo o Brasil pela TV Senado. Eu disse que a democracia nos garante no Brasil que, em um instrumento como a TV Senado, de suma importância, não haja censura. O que é dito aqui vai ao ar diretamente. É claro que a responsabilidade é de cada um de nós.

De imediato, passo a palavra à diretora e produtora do documentário Quebrando o Silêncio, que trata do infanticídio, Diretora Sandra Terena.

O tempo é de dez minutos, com mais cinco minutos. Se for necessário, vamos além.

A SRª SANDRA TERENA – Olá! Bom dia a todos!

Meu nome é Sandra Terena, sou indígena, sou da Região Sul. Meus parentes terena vivem na aldeia Icatu, no interior de São Paulo. Eu sou uma das primeiras jornalistas indígenas diplomadas no Brasil, mas, acima de tudo, sou mãe. Sou mãe de três indiozinhos: Tenó, uma menina de oito anos; Rondaro, um menino de três anos; e Rayenó, um garotinho de dois anos e três meses.

Eu sou produtora e diretora do documentário Quebrando o Silêncio. Foi um trabalho que, depois de anos de pesquisa, a gente conseguiu finalizar em 2009. Esse filme, esse documentário foi muito importante, justamente porque pôs por terra a versão oficial da Funai, que dizia que o infanticídio não existia, que o infanticídio era uma invenção. Antes de finalizar o filme, eu estive algumas vezes aqui em Brasília, protocolei três vezes um pedido para que eu conseguisse conversar com a Funai sobre essa questão, e, em nenhuma das vezes, a Funai, até agora, nunca me respondeu. Inclusive, dois dias antes, quando a gente lançou o filme em 2009 em Brasília, nós estivemos na comunicação da Funai, conversamos com a diretora de comunicação, e ela, bastante nervosa, falou para a gente que ainda dava tempo de a gente voltar atrás e não lançar o filme, pois isso mexeria num tema bastante delicado. Mas, na verdade, o objetivo nosso com o filme foi mostrar que muitas mães hoje já vêm pedindo apoio e precisam de ajuda justamente para poder dar uma condição de vida para os seus filhos.

Assim, desde a produção do filme até hoje, tenho participado de várias audiências, tenho participado de vários debates e andado também pelas aldeias. Tenho visto o anseio das mães de que haja uma legislação, um projeto de lei, para que as crianças possam ter uma melhor qualidade de vida.

Eu, pessoalmente, quero deixar registrado perante a Mesa que sou neta do meu avô Terena, Sr. Florentino, hoje falecido. Ele foi uma grande liderança. O meu avô tinha uma doença de pele que a gente conhece por vitiligo. De todos os netos dele – são mais de 20 netos –, eu sou a única neta que tenho essa característica, essa doença de pele. Entendo que, dependendo do contexto da aldeia em que eu tivesse nascido, eu também poderia ser uma pessoa vítima do infanticídio. Mas não houve isso comigo.

Há outra coisa que acho muito interessante. Hoje, a gente está aqui debatendo sobre esse PLC 119, de 2015, que vai muito ao encontro do que a gente tem visto hoje: as mães estão defendendo seus filhos, estão lutando por melhores condições de vida, por melhores condições de saúde.

Eu, como mãe, como indígena, manifesto aqui, perante todos, o meu desejo da aprovação integral do PLC 119, de 2015, inclusive até diante desse tema em que a gente tem trabalhado, tem pesquisado, tem debatido.

Hoje, no Xingu, há uma situação em que duas mulheres que estão grávidas e estão com esse problema, porque existe uma suspeita quanto à paternidade das crianças. Um projeto de lei dessa natureza assegura, garante a vida dessas crianças. Então, é muito importante a implantação do PLC 119, de 2015.

Como falei para vocês, tenho participado de várias audiências e, de forma clara e muito positiva, tenho ouvido as manifestações das mães. Eu tive a oportunidade de estar em um congresso no Parque do Xingu. Foi a primeira vez que se realizou um congresso para as mulheres, porque sempre são os ho-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mens que têm mais participação política. Exibi o filme. Houve a discussão com as mulheres. Foi muito relevante ver que as mães e as mulheres, realmente, estão defendendo o direito à vida de seus filhos.

Além disso, o filme Quebrando o Silêncio, dirigido por mim, que sou indígena, tem recebido o apoio e o reconhecimento da sociedade. Em Curitiba, cidade onde moro, recebi o apoio da Câmara dos Vereadores de Curitiba. Em 2014, o filme foi exibido em uma audiência na Câmara dos Deputados e teve uma boa aceitação dos Parlamentares.

Como falei, o filme Quebrando o Silêncio foi finalizado em 2009 e, no mesmo ano, recebeu dois prêmios: o prêmio Voluntariado Transformador, pela sua característica de redução da mortalidade infantil, e o Prêmio Jovem da Paz, um prêmio internacional na categoria Comunicação, devido à relevância do tema.

Eu queria exibir um trechinho do filme, que deixei separado, porque acho que é muito relevante a fala dos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não. Vamos lá!

É um *trailer* do filme?

A SRª SANDRA TERENA – É um trechinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quanto tempo vai durar?

A SRª SANDRA TERENA – Uns dois minutinhos. É curto.

Enquanto isso, quero reforçar que, a partir do momento em que nós, mulheres, mães e indígenas, lutamos e pedimos para que haja o direito à vida das nossas crianças, é dever do Governo prover meios para que isso aconteça, para que a saúde pública chegue às aldeias de verdade, para que as crianças possam receber um tratamento de qualidade que garanta uma vida com tranquilidade.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª SANDRA TERENA – Então, esse aí é o resultado de que falei para vocês de um dos encontros de nós mulheres indígenas.

Acho que é importante frisar aqui que esse documentário gerou mais de 80 horas de gravação. Então, a gente tinha um vasto material.

Também quero deixar claro que, na semana passada, meus parentes estiveram aqui, em Brasília, reivindicando melhores condições para a saúde. A gente sabe que um dos temas que têm sido muito debatidos no Brasil, no País inteiro, é a questão da corrupção. A gente sabe que a corrupção está enraizada no nosso País. Há o caso mesmo do Recurso Extraordinário nº 852.475, de Relatoria do Ministro Teori Zavascki, que trouxe a repercussão geral sobre os crimes de improbidade administrativa em todo o Brasil. Enquanto ele não for julgado, cria-se um limbo para que os políticos corruptos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SANDRA TERENA – ...e condenados assumam cargos eletivos em 2017.

Então, pelo fim da corrupção e pela aprovação da Lei Muwaji eu me manifesto aqui, hoje.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sandra Terena, diretora e produtora do documentário Quebrando o Silêncio, que trata do infanticídio.

Por mim, eu até assistiria a um pouco mais. Não sei se, depois, daria para vermos mais um pedaço. É possível?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, depois, a gente assiste a um pouco mais.

O pessoal não precisa sentar lá atrás, ouviu? Pode sentar aqui, na primeira fila. Estou vendo que está todo mundo indo sentar lá atrás. Pode vir para a frente, aqui.

Passamos a palavra agora para Maira Barreto, doutora pela Universidade de Salamanca, na Espanha, no tema Infanticídio.

Pode sentar aqui, mais na frente.

A SRª MAIRA BARRETO – Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim.

Quero agradecer, Senador, a oportunidade de aqui discutir um tema tão relevante para as crianças indígenas e para as mães indígenas também, como a Sandra Terena bem ressaltou aqui.

Eu gostaria também de pontuar um aspecto muito relevante desta discussão: a perspectiva do controle de convencionalidade, que foi, inclusive, objeto da minha tese de doutorado. Por quê? Toda a legislação brasileira tem de passar pelo crivo dos tratados internacionais com os quais o Brasil se comprometeu. Isso se chama controle de convencionalidade. Ou seja, tudo tem de estar de acordo com os compromissos internacionais que o Brasil assumiu. Se não estiver de acordo, o que vai acontecer? Será responsabilidade do Estado brasileiro. O Brasil pode ser responsabilizado internacionalmente se não cumprir os seus compromissos internacionais. Então, toda a nossa atuação, inclusive aqui dentro do Estado brasileiro, tem de estar em conformidade com os tratados internacionais de direitos humanos. Se o Brasil não quiser cumpri-los, então ele tem de denunciar esses tratados de direitos humanos. Senão, é, sim, motivo de responsabilização internacional. Então, isso tem de ficar muito claro.

O Senado e a Câmara dos Deputados, o Poder Legislativo faz um controle preventivo, um controle prévio de convencionalidade. Assim como há no Senado a Comissão de Constituição e Justiça, que vai analisar a constitucionalidade dos projetos, nós também temos de ter a convencionalidade. Também há de se ver se esses projetos de lei estão de acordo com as convenções internacionais. Isso, já decidido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, é obrigação do Estado, obrigação do Poder Legislativo, sob pena de responsabilização.

Por isso, a gente gostaria de frisar isto muito enfaticamente: o Brasil precisa, então, analisar as convenções internacionais de direitos humanos. Tanto a respeito da Convenção sobre os Direitos da Criança quanto a respeito da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, existe um comentário conjunto, Senador, que foi refeito em relação à questão das práticas tradicionais nocivas. Esses dois comitês para eliminação da discriminação contra a mulher e sobre os direitos da criança exararam esse comentário. O que significa isso? Eles interpretaram essas convenções sobre a questão das práticas tradicionais nocivas. Pela primeira vez, isso se deu em 2014. E lá ele menciona várias hipóteses de práticas tradicionais nocivas, define o que são essas práticas e fala especificamente também de questão de infanticídio como prática tradicional nociva. Por quê? A Convenção sobre as Crianças, no seu art. 24, 3, Senador, fala que os Estados-partes devem abolir as práticas prejudiciais à saúde da criança. Eu acho que não resta dúvida quanto à questão de abolir. O que significa isso? Deve haver um combate por parte do Estado em relação a todas as práticas tradicionais nocivas. Às vezes, fica difícil para a gente compreender isso no nosso contexto, quando a gente fala em relação à questão do infanticídio indígena, mas, talvez, se a gente olhar para outras práticas tradicionais nocivas que são elencadas nesse comentário, fique mais fácil a gente compreender. Por exemplo, há a prática de mutilação genital feminina na África. O Senador já deve ter ouvido falar dessa prática. Mais de 130 milhões de mulheres são mutiladas na África por questão cultural. Então, essas mulheres têm os seus direitos violados por questões culturais. Aí existem diversas recomendações, inclusive esta, para que o Estado combata essas práticas e garanta o direito dessas mulheres. Outro caso também é o infanticídio feminino; na China e na Índia, isso é muito comum ainda.

Essas práticas, então, são já mencionadas porque deve haver o combate por parte do Estado, tanto em matéria legislativa, como na sua atuação de políticas públicas. Isso não é fácil muitas vezes por quê? Porque lida com questões culturais. Não é fácil esse combate. Mas eles sempre mencionam a questão da educação em direitos humanos, para que se entenda que essas mulheres e essas as crianças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

têm, sim, direito à vida e à sua integridade física e psíquica.

Por exemplo, essas mães indígenas, como a Sandra bem mencionou, que também sofrem com essas questões culturais, têm o direito também de poder criar os seus filhos. O que eu tenho a mais que essa mãe? Eu não tenho nada. Só o meu local de nascimento é que é diferente do dela.

O meu filhinho nasceu com marcas de nascença também, Sandra, mas o que eu tenho a mais que essa mãe que está às vezes numa etnia em que isso é uma questão complicada para ela?

E aí? É só. Eu não posso condicionar os meus direitos, os direitos das pessoas pelo local de nascimento. O relativismo cultural faz isso muitas vezes, ele condiciona isso ao local de nascimento, para se entender que essas pessoas não são pessoas, que elas não têm dignidade e não podem então ascender aos direitos. Mas isso não pode acontecer, porque já está determinado o controle de convencionalidade, como acabei de mencionar aqui. A Corte Interamericana de Direitos Humanos também deixou muito clara esta questão, que é necessário fazer esse controle.

Há outra questão em relação a isso também. Vamos pensar que, por exemplo, uma etnia tem alguma dificuldade com homossexuais. Então, também nós não vamos falar nada a respeito disso, tentar ajudar essa etnia a compreender as questões em relação ao relativismo cultural? Pelo relativismo cultural, o que acontece? Se se matar essa pessoa por causa da questão de ser homossexual, o que vai acontecer? Não se vai fazer nada. Por quê? Porque tem de se esperar que essa comunidade entenda isso. Tem de se esperar o desenvolvimento dessa comunidade para que entenda isso e para que não haja interferência alguma. Com essas crianças indígenas, acontece a mesma coisa. Vamos esperar que aconteçam mais mortes, para que não haja isso? É um questionamento que a gente coloca.

Eu só vou ler aqui, Senador, para que isso fique bem claro, essa recomendação geral que a gente mencionou aqui em relação à questão das convenções internacionais. Eles falam o seguinte, no número 3. Vou passar o eslaide, para mostrar para vocês.

Outro exemplo é o da Malala Yousafzai, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz. Pela concepção relativista, Senador, o que ia acontecer? Ela não poderia ter ajuda nenhuma. Deveria esperar que os membros do seu povo dissessem que ela teria direito à educação, que isso se desenvolvesse lá em relação a isso. Então, ela não teria direito, ela não poderia ter sido ajudada, como ela foi, pela comunidade internacional, sob essa perspectiva do relativismo.

Depois, posso deixar também para o Senador este material sobre a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e também o documento que fala sobre a necessidade de combate às práticas tradicionais nocivas.

Vejam só ali. Eles mencionam a prática do infanticídio – ali embaixo, a gente está vendo –, ritos iniciais violentos, práticas relativas à viuvez, acusação de bruxaria, infanticídio, incesto. Depois, ali se fala bem claramente que "os comitês instam aos Estados-partes a proibir, de maneira explícita, por lei, e sancionar devidamente ou tipificar como delito as práticas nocivas de acordo com a gravidade da infração e o dano ocasionado".

Ademais, a legislação em relação à proteção dessas crianças deve ter prioridade sobre as leis consuetudinárias, tradicionais ou religiosas que permitem, consentem ou estabelecem qualquer tipo de práticas nocivas. Que derroguem sem mais demora toda a legislação que consente, permite ou propicia as práticas nocivas!

Outra questão, Excelência, que eu queria mencionar é que temos a Convenção sobre as Pessoas com Deficiência, hoje, aqui no Brasil, aprovada com *status* de emenda constitucional.

(*Soa a campainha.*)

Vou só finalizar, então.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique tranquila. Você tem mais cinco minutos.

A SRª MAIRA BARRETO – Está joia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Essa convenção, Excelência, fala especificamente das crianças com deficiência e tem *status* constitucional no Brasil, ou seja, tem força constitucional, faz parte da nossa Constituição. Ela reafirma, no seu preâmbulo, a universalidade dos direitos humanos. Entendia-se que, na nossa Constituição, havia o entendimento do relativismo cultural, mas essa Convenção já eliminou essa hipótese, porque ela reafirma a universalidade dos direitos humanos no seu preâmbulo.

Depois, veja só, Excelência, os Estados-partes se comprometem a assegurar e a promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência. Veja a alínea "b": "b) adotar todas as medidas necessárias, inclusive legislativas, para modificar ou revogar leis, regulamentos, costumes e práticas vigentes que constituírem discriminação contra as pessoas com deficiência". A morte delas é mais grave ainda que uma discriminação.

Em relação às crianças com deficiência, os Estados-partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. Aqui não há exceção, não fala "exceto as crianças indígenas". Não há essa ressalva, é para todas, todas as crianças. Isso é constitucional hoje, está na Constituição.

Ali também fala em combater práticas nocivas em relação a pessoas com deficiência. Isso está na Constituição hoje. A nossa Constituição diz isso hoje. Então, é necessário que o Estado tome essas providências.

A Lei Muwaji, o PLC 119, de 2015, está em total conformidade com essas determinações da Convenção dos Direitos da Criança, da Convenção para a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher e da Convenção das Pessoas com Deficiência, que é constitucional hoje no Brasil.

Então, por isso, essa aprovação é extremamente necessária, porque, se não for aprovada, o Brasil vai passar a imagem de que ele não quer cumprir o que está determinado nessas convenções, de que não quer fazer o combate a essas práticas tradicionais, por meio de educação em direitos humanos, de diálogo. E são as próprias mães que têm pedido. É uma demanda também interna delas, que querem, sim, poder criar seus próprios filhos. Então é uma demanda interna, não é uma coisa impositiva, vem de dentro dessa sociedade. A gente vai fechar os olhos? Não vamos, então, responder a essa demanda?

Só para terminar, quero também falar sobre o que a jornalista Sandra Terena fez. Ela fez um documentário sobre isso, o que é algo que também está dentro dessa recomendação do comentário conjunto de fazer documentários, de fazer campanhas de sensibilização, para poder iniciar esses debates públicos, para que haja a conscientização em relação à questão do infanticídio.

Veja só, Excelência, houve no Fórum Permanente dos Povos Indígenas o debate sobre os indígenas deficientes. Esse é o fórum mais alto dentro da ONU em relação às questões indígenas. Veja no documento o que ficou dito em relação à questão do infanticídio:

> A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência protege o direito à vida das crianças com deficiência. Costumes devem ser respeitados, mas apenas na medida em que não violem o Direito Internacional dos Direitos Humanos, significando que quaisquer práticas de infanticídio de crianças com deficiência seriam contrárias àquelas disposições e a outras do Direito Internacional dos Direitos Humanos.
>
> [...]
>
> Os Estados deveriam ajudar a garantir o direito à vida dos indígenas com deficiência, assegurando que as crianças com deficiência sejam registradas no nascimento e que sejam tomadas as medidas para prevenir o infanticídio [...].

Ou seja, dentro do próprio Fórum da ONU sobre as questões indígenas houve essa disposição em relação à questão do infanticídio. É o órgão máximo de discussão em relação às questões indígenas dentro da ONU. Isso ficou determinado lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Há também a questão da omissão de socorro, que está estabelecida dentro do projeto. Há o dever de comunicar essa questão às autoridades competentes, o que também está de acordo com a recomendação. Veja lá: "Nos casos de profissionais médicos e funcionários públicos que participam da relação de práticas nocivas ou sejam cúmplices com essas, sua condição de responsabilidade, incluída a de denunciar [...]." Ou seja, devem, sim, falar a respeito dessa existência, em conformidade também com o PLC, em que há a questão da comunicação em relação a esses casos, para que o Poder Público possa agir e ajudar essas mães.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MAIRA BARRETO – Só para finalizar, não há dúvida quanto à convencionalidade e à constitucionalidade do PLC 119, de 2015. A omissão do Poder Legislativo, caso não aprove o presente projeto em sede de controle preventivo de convencionalidade, pode gerar responsabilidade internacional do Estado brasileiro, assim como na questão da mutilação genital feminina também.

A modelo Waris Dirie fez um filme em relação à mutilação genital feminina. Ela fez isso denunciando a questão. Ela foi uma das primeiras a denunciar a questão da mutilação genital feminina. Hoje, há uma discussão em relação a isso nas comunidades, e há uma aceitação. Isto é importante também frisar: há, sim, dentro das comunidades, aceitação nesta questão no sentido de querer mudar, de que haja mudança em relação a isso, como houve já em outras questões pelo mundo em relação às práticas tradicionais nocivas.

O que a gente não pode fazer é simplesmente fechar os olhos em relação a isso e dizer que isso não existe. O Poder Público não pode se omitir em relação a esta necessidade de realmente realizar esse controle de convencionalidade e de constitucionalidade.

Era isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Pela Universidade de Salamanca, Espanha, falou aqui a Drª Maira Barreto.

Para aqueles que não sabem, sou o Relator da matéria. Consequentemente, esta audiência para mim é fundamental. Tudo que foi colocado aqui foi gravado e será instrumento para o meu relatório final. Eu fui o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, e foi também nesta Comissão que se deu o principal debate da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A SRª MAIRA BARRETO – Se me permite complementar, Excelência, houve um questionamento já no Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência com relação a isso, sobre a questão do infanticídio. O Brasil já foi cobrado no Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me lembro de que o Senador Flávio Arns foi fundamental na aprovação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, como primeiro Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Todos nós trabalhamos juntos na Câmara e no Senado. Nós éramos Deputados e, depois, viemos para o Senado.

Esta é a primeira audiência. É claro que vamos fazer quantas audiências forem necessárias, para que não fique nenhuma dúvida em relação ao tema. E a população naturalmente há de se pronunciar também. Mas a minha intenção é dar o parecer sem muita enrolação, para que a gente tenha uma decisão final.

Passo a palavra, neste momento, ao representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, Dr. Fernando Pessoa de Albuquerque.

O SR. FERNANDO PESSOA DE ALBUQUERQUE – Bom dia a todos! Bom dia!

Quero parabenizar a Mesa, porque acho que a gente está fazendo uma discussão muito importante sobre a saúde da criança indígena. A gente está falando de uma população extremamente vulnerabilizada, que tem dificuldade de acesso a muitas políticas sociais e que, muitas vezes, está em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

situação de extrema fragilidade. O Estado brasileiro é extremamente negligente com essas populações.

Falo das dificuldades que a gente tem em ofertar atenção à saúde dessas populações. Eu acho que ampliar a discussão sobre direitos humanos e direitos indígenas é muito interessante. É preciso que a gente esteja nesta Casa ampliando esta discussão. Afinal, chamou-me muito a atenção isto: o Senador trouxe a questão do Estatuto do Índio, que está em revisão há muito tempo, e a gente não consegue...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há mais de 20 anos.

O SR. FERNANDO PESSOA DE ALBUQUERQUE – Há mais de 20 anos. E a gente não consegue ampliar essa discussão. Infelizmente, há poucas representações políticas indígenas que possam ampliar essa discussão, em especial na Câmara e no Senado. Dessa forma, a gente vai vendo que os direitos indígenas estão cada vez mais ameaçados. Então, temos de ter um cuidado muito grande, temos de ter muita cautela nesta discussão.

Primeiramente, quero só destacar rapidamente que a Secretaria de Saúde Indígena é responsável por atender a população aldeada. São 630 mil indígenas e 305 povos, que falam 274 línguas. Há sugestão sobre a discussão da informação sobre a deficiência, sobre educação e saúde. A gente vai vendo a dificuldade que a gente tem de ofertar – e é atribuição da Secretaria de Saúde Indígena – educação e saúde, quando há 274 línguas, como a gente vê, por exemplo, no povo ianomâmi, nos povos do Xingu, onde, como a gente tem conhecimento, há algumas informações relacionadas a infanticídio. Há situações em que nem mesmo o próprio agente indígena de saúde tem domínio do português. Então, a gente está falando de um contexto totalmente intercultural.

Eu queria destacar que 90% das quase cinco mil aldeias indígenas no Brasil têm menos de cem habitantes. Então, estamos falando de uma grande distribuição. Eu queria destacar a dificuldade – é claro que estou falando como representante da Secretaria de Saúde Indígena –, para todos terem a compreensão, de ofertar atenção à saúde dessas populações, de ofertar garantia de atenção à gestação, ao parto e ao puerpério dessas mães indígenas de que estamos falando aqui.

Essa mesma população convive com índices de saneamento básico baixíssimos, menores do que os percebidos pela população brasileira em geral. Há uma dificuldade de acesso à água tratada muito grande. E, cada vez mais, nesse período, em especial devido ao avanço do agronegócio e de ocupações de terra, temos encontrado mais conflitos territoriais em várias regiões do País. Há invasão de garimpeiros e de madeireiros nas serras indígenas. Isso tem vulnerabilizado mais ainda essa população.

Discutir o direito das populações indígenas à sua cultura e aos seus modos tradicionais de vida é superimportante. Por isso, é tão especial este lugar em que estamos.

O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, criado pelo grande sanitarista Sérgio Arouca em 1999, tem a atribuição de ofertar atenção diferenciada em articulação com saberes e práticas tradicionais e de ofertar o respeito e o reconhecimento da eficácia das práticas tradicionais indígenas. A gente vivencia ainda, em algumas situações, devido às nossas dificuldades de qualificação dos nossos profissionais de saúde, muita dificuldade. A gente reconhece que o conhecimento das culturas indígenas ainda é carente entre os nossos profissionais de saúde indígena. Esse é um desafio nosso. A gente percebe que, muitas vezes, a gente ainda não consegue obter o diálogo necessário entre os pajés, entre os xamãs, entre os cuidadores tradicionais e a biomedicina. Isso a gente reconhece como um desafio para a Sesai.

Relembro que, na semana passada, os indígenas vieram aqui para reafirmar a importância da Secretaria de Saúde Indígena como uma conquista do movimento indígena. Eles são parte extremamente atuante no controle social, através dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena, que são 34 pelo Brasil inteiro.

Por isso, o propósito da política é garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral. Eu queria destacar um trecho, mas não quero gastar muito tempo nesta introdução. A Política de Saúde Indígena reconhece a eficácia das práticas tradicionais e o direito desses povos à sua cultura.

Eu passei o fim de semana relendo o projeto de lei e retomei alguns princípios, alguns marcos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

norteadores dos direitos indígenas na nossa Constituição Federal. A Constituição Federal afirma que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União [ao Governo Federal] demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, está escrito que "os povos indígenas, no exercício do seu direito à livre determinação, têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas a seus assuntos internos e locais, assim como a disporem dos meios para financiar suas funções autônomas".

Eu queria destacar aqui que a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, sugere que, em questões relacionadas aos povos indígenas, eles devem ser consultados e que deve ser respeitada a sua autodeterminação. O Brasil também é signatário dessa Convenção. Então, essa lei também deve ouvir as organizações indígenas, as populações indígenas.

Eu queria destacar alguns trechos do PL que dizem respeito diretamente à Secretaria Especial de Saúde Indígena, àquilo que a gente faz nos territórios indígenas, àquilo que os enfermeiros, os técnicos de enfermagem, os agentes indígenas de saúde e os médicos fazem. Aliás, tivemos uma ampliação enorme do número de profissionais dentro da saúde indígena, devido também ao Programa Mais Médicos, e temos conseguido chegar a lugares onde não conseguíamos chegar anteriormente. O que eles fazem em área? O projeto de lei sugere que as equipes profissionais de saúde deverão ter um cadastro atualizado de mulheres gestantes por etnia ou por aldeia, deverão proporcionar a elas acompanhamento e proteção durante todo o período gestacional e, ao verificarem que a criança gerada corre risco de vida, poderão, com a anuência da gestante, removê-la da aldeia. Isso já é realizado. Na verdade, a gente faz uma discussão dentro da saúde Indígena sobre critérios para identificar com eficácia as gestantes em risco. A gente tem como prioridade que elas possam ter, sim, seus partos nas suas terras tradicionais.

Acho que a gente está fazendo uma discussão que é maior ainda. O Ministério da Saúde hoje em dia... No Brasil inteiro, mais de 80% são de partos cesárea; na população indígena, 80% são de partos normais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO PESSOA DE ALBUQUERQUE – Isso tem de ser destacado.

Como tenho um pouco menos de tempo, eu queria dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, tu tens mais cinco minutos, o mesmo tempo dos outros.

O SR. FERNANDO PESSOA DE ALBUQUERQUE – Tenho mais cinco minutos.

Eu queria dar destaque a estes dois trechos, porque compreendo que a Sesai já tenta realizar isso. Isto é atribuição básica de uma equipe de saúde de atenção primária: priorizar as gestantes em maior risco e ter um cadastro geral. Trabalhar com a epidemiologia do risco é a base da atenção primária em saúde, que é o que a Sesai faz em área. E aí tentar entrar em contato...

Eu queria fazer um destaque: em grande parte, as nossas equipes... Vou dar um exemplo. Onde a gente tem conhecimento da ocorrência de algumas situações que alguns antropólogos têm chamado de neonaticídio... Por exemplo, entre os ianomâmis, nossas equipes passam 30 dias em área, visitando uma série de pequenas aldeias. Esta é uma questão de Estado, a gente tem de fazer uma discussão no Estado: como é que a gente vai ofertar atenção – eu me preocupo com esse projeto de lei – se a gente nem tem acesso direito a essas populações? As equipes passam, às vezes, dois dias ou um dia numa aldeia que fica a oito horas de caminhada. Dou o exemplo dos ianomâmis. E os ianomâmis, muitas vezes, nem falam português. A gente tem de colocar isso em pauta.

O que mais me preocupou em relação a esse projeto de lei? Após a apuração dos fatos, preferencialmente acompanhada de estudos antropológicos e psicológicos, se constatada a disposição dos genitores, dos familiares ou do grupo em persistirem em práticas que coloquem em risco a vida, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

saúde ou a integridade física dos vulneráveis, deverão os órgãos e autoridades competentes promover a retirada provisória deles do convívio da família ou do respectivo grupo e determinar a sua colocação em lugar seguro, observando a especificidade de cada etnia.

No ano passado, Senador Paulo Paim, houve uma discussão envolvendo a Secretaria de Saúde Indígena, a SDH (Secretaria de Direitos Humanos) e a Funai. Fomos para o Mato Grosso do Sul e realizamos o que chamamos de Mutirão Cone Sul, justamente com o objetivo de garantir o direito à convivência familiar e comunitária das crianças indígenas. A gente observou que muitas crianças estavam em situação de abrigamento e de perda de pátrio poder.

Com a discussão com o Ministério Público Estadual e com o Ministério Público Federal, a gente foi reconhecendo que os conselhos tutelares estavam tirando as crianças das famílias, que, muitas vezes, viviam em situação de vulnerabilidade social e cultural. Muitas vezes, as famílias têm problemas decorrentes do uso prejudicial de álcool. Há várias situações de violência intrafamiliares também. Essas crianças estavam sendo retiradas e abrigadas e, com o tempo, iam perdendo contato com sua cultura, o que a Profª Rita Segato, da UnB, chamou de sequestro estatal. A gente estava tirando essas crianças de suas famílias sem garantir os direitos às famílias, que já vinham sendo violados. Quando a gente retira uma criança... Aqui, falo como pesquisador em saúde pública e como psicólogo que sou. Já trabalhei com violência. A gente compreende que tirar uma criança que está sendo vitimizada de dentro da família vulnerabiliza mais ainda essa criança. Então, a gente tem de fazer uma discussão sobre a garantia de direitos às populações indígenas.

Eu queria só, rapidamente, mostrar esses dados. As nossas crianças indígenas morrem muito mais por diarreia. Na verdade, a maior parte da população morre no período de 1 a 4 anos de idade. Desculpem-me, esse gráfico mostra que é de 0 a 1 ano. A maior parte das crianças falece entre 30 dias e 1 ano de idade. Então, a gente não tem dados claros sobre essa incidência grande de situações de neonaticídio. A gente vê que, em 2016, no caso de mais de 50% dos óbitos, as crianças tinham mais de 30 dias. Em especial, os estudos de Carlos Coimbra, da Fiocruz, apontam a diarreia e a pneumonia, devido à desnutrição e à falta de saneamento básico, como o problema das crianças indígenas, falando epidemiologicamente, como pesquisador em saúde pública que sou.

Quero só mostrar as principais causas de morte. Há 27% de problemas decorrentes do parto, que são sensíveis justamente à falta de acesso a um pré-natal de qualidade, ainda que a gente admita que esse seja um desafio nosso, da saúde indígena; à falta de acesso a situações de bem-estar para essas mães.

Eu queria destacar que o Ministério da Saúde colocou, na ficha de notificação de violência, que é o Sistema de Informação de Agravos de Notificação, como vocês estão vendo aqui, o item "Unidade Notificadora", e o nº 5 se refere à Unidade de Saúde Indígena. Já estava a etnia como indígena aqui. Esse é um exemplo, é uma demonstração da Secretaria de Saúde Indígena ao identificar as causas de violência contra crianças, que são comuns. Elas precisam ser acolhidas, precisam de atenção. E aí a gente incluiu, no instrutivo, que se deve reconhecer a violência contra as populações indígenas: "Populações indígenas encontram-se em situação de vulnerabilidade em função das mudanças culturais e relacionais provindas do contato com a sociedade envolvente e da assimetria nas relações de poder entre indígenas e não indígenas. Deve-se levar em consideração as perspectivas indígenas sobre esses eventos".

Por que estou dizendo isso? Porque eu queria fazer esse destaque. Quando a gente lê no Estatuto do Índio que não deve prevalecer a importância do respeito às práticas tradicionais indígenas, fico preocupado com o fato de estarmos tirando direitos de populações já tão vulnerabilizadas. Acho que temos, sim, de valorizar mais ainda as práticas tradicionais indígenas. Vemos que situações de violência ocorrem muito mais quando a cultura está rompida, como, por exemplo, no Mato Grosso do Sul, onde essas populações sofrem tanta violência e discriminação racial.

Por isso, nós da Sesai, inicialmente, já nos dispomos a cumprir o nosso objetivo: incentivar ações de planejamento familiar, garantir ações de prevenção e de promoção da saúde e colocar em pauta os determinantes sociais e ambientais da saúde. Cito, como exemplo, uma situação em que uma mãe indígena está em situação vulnerável e em que garimpeiros invadem a sua terra e contaminam suas águas com mercúrio, provocando deficiências em suas crianças. Eu acho que temos de estar mais atentos aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

determinantes sociais da saúde, sem criminalizar práticas tradicionais indígenas.

É essa a minha preocupação. E não é só minha. Para terminar, o Conselho Nacional de Saúde recomendou a não aceitação, desse modo, desse projeto de lei, assim como a Coordenação Nacional de Saúde da Criança também compõe com essa perspectiva de não criminalizar as práticas tradicionais indígenas.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse é o Fernando Pessoa de Albuquerque, representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde.

Vamos agora à fala de Kakatsa Kamayura, índio sobrevivente do infanticídio, líder do Projeto Tekonoe.

O SR. KAKATSA KAMAYURA – Olá! Bom dia!

Meu nome é Kakatsa. Sou da etnia kamayura, do Alto Xingu, em Mato Grosso, no Centro-Oeste do Brasil.

Sou sobrevivente de infanticídio. Quando eu estava na barriga da minha mãe, meu pai não me reconheceu como filho legítimo. Então, minha mãe ficou muito triste. Pela pressão do meu pai, quando eu nasci, ela queria me enterrar. Ela cavou um buraco e queria me enterrar, mas uma senhora veio e me levou para a sua casa, porque eu era homem. Mesmo que meu pai não me reconhecesse como filho legítimo, eu ia ajudar minha mãe a caçar, a pescar. Então, essa senhora me pegou, e eu sobrevivi. Depois de um ano, meu pai se separou da minha mãe e foi morar em outra aldeia. Hoje, eu trabalho, eu sou o líder do Projeto Tekonoe, um projeto que cuida, salva e abriga as crianças do risco do infanticídio também.

Eu tenho também um irmão, que deve chegar aqui. O nome dele é Amalé, ele foi vítima de infanticídio também. Ele é filho de mãe solteira. Quando nasceu, ele foi enterrado vivo. Depois de duas horas dentro do buraco, minha mãe o tirou do buraco. Minha mãe tinha presenciado vários tipos de acontecimentos de infanticídio. Então, minha mãe sabia que Amalé ia sobreviver, porque houve uma criança que ficou o dia inteiro dentro do buraco chorando. Ela nasceu de manhã. À tarde, a família dessa menina solteira tirou e matou a criança, e assim ela parou de chorar.

O Amalé, hoje, tem um problema de saúde muito sério e faz tratamento aqui, em Brasília, no antigo Hospital de Apoio, no Hospital da Criança. Ele tem 12 anos agora. Ele faz tratamento médico especial.

Eu tenho uma filha que também é sobrevivente de infanticídio, uma filha linda. Eu não consegui salvar todas as crianças que nasceram na aldeia e foram mortas. Na nossa cultura, a gente enterra as crianças vivas. Então, não é uma pessoa sem alma, como as pessoas falam. Dizem que a criança indígena é diferente da criança dos brancos, porque a criança indígena não tem alma. Essas coisas falam as pessoas que não conhecem a cultura indígena.

A gente leu esse projeto de lei. Somos a favor desse projeto de lei, porque ele obriga o Estado a tirar a criança que está em risco dentro da barriga e a levá-la para a cidade, para lhe dar um apoio especial. Não é para deixar a criança na cidade, mas para dar esse apoio, para, depois, ela retornar para a sua comunidade e, assim, não perder a sua cultura, como o Dr. Fernando falou. Ele disse que, quando sai a criança da sua aldeia, ela perde a cultura. Mas é o contrário: quando sai da sua aldeia, ela se valoriza.

Eu sou sobrevivente. Então, agora eu tenho de fazer a diferença na minha cultura, na minha comunidade, no meu caso. Eu sempre penso assim: como eu sobrevivi, então tenho de ajudar as crianças a sobreviverem também, porque as crianças são lindas, e a vida das crianças é mais importante do que a cultura, do que se manter a cultura viva. Hoje em dia, o pessoal valoriza mais a cultura do Xingu, porque são culturas muito bonitas. Então, eles valorizam mais a cultura do que a vida das crianças do Xingu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O Amalé está aqui. Ele é sobrevivente do infanticídio. Ele é meu irmão. (*Palmas.*)

Todo mundo conhece a história do Amalé. Sobre ele há um documentário de cinco minutos. Se alguém quiser assistir, no YouTube, está escrito "Amalé". Esse é um menino guerreiro.

Então, todos nós precisamos seguir o exemplo da minha mãe, guerreira, que salvou a criança. Ela não quis me enterrar. Ela foi obrigada a matar uma criança, mas ela não conseguiu. Hoje, a minha mãe está aqui. Essa é a minha mãe, uma mulher guerreira. (*Palmas.*)

Acho que era isso que eu gostaria de falar. Somos totalmente a favor deste projeto de lei, o PLC 119, de 2015, sem modificação, sem tirar nenhuma vírgula. Somos totalmente a favor desse projeto.

Essa é a Kaiti, também uma menina linda. Ela é sobrevivente do infanticídio lá na minha aldeia. (*Palmas.*)

Então, é isso, Senador.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui para compartilhar a nossa história e para lutar para garantir a vida das crianças indígenas, das mães e dos idosos. Esse projeto ampara todas essas pessoas de que falei.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! A exemplo do que fizemos com a Sandra, passaremos o vídeo dele, de cinco minutos. (*Pausa.*)

(*Procede-se à execução de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Enquanto eu assistia ao filme aqui, a Maira me falava que aquela jovem carregou a...

A SRª MAIRA BARRETO (*Fora do microfone.*) – Tocha Paralímpica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como é o nome dela?

A SRª MAIRA BARRETO – A Iganani Suruwaha carregou a Tocha Paralímpica nas Paralimpíadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas para ela! (*Palmas.*)

Vamos agora para a segunda Mesa.

Convido os painelistas da primeira Mesa a voltarem ao plenário.

Vamos para a segunda Mesa.

A SRª MAIRA BARRETO (*Fora do microfone.*) – A Muwaji está bem ali, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem?

A SRª MAIRA BARRETO – A Muwaji, que dá nome à lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qual é a Muwaji, que dá nome à lei?

A SRª MAIRA BARRETO – A Muwaji Suruwaha está ali.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas para a Muwaji também! (*Palmas.*)

Convido Artur Nobre Mendes, representante da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convido Josué Palmari, líder do Movimento Indígenas a Favor da Vida. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Convido Marianna Assunção Holanda, pesquisadora associada à Cátedra Unesco de Bioética da UnB, mestre em Antropologia Social e doutora em Bioética. (*Palmas.*)

O Henrique Afonso não se encontra aqui.

Então, essa é a última Mesa.

De imediato, passo a palavra a Artur Nobre Mendes, representante da Funai.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Bom dia!

Cumprimento todos os presentes e agradeço o convite de V. Exª, Senador Paim, dizendo que estamos muito honrados em participar desta discussão.

O tratamento dessa questão pela Funai é muito antigo, vem desde a época em que a Funai era a responsável pela saúde indígena. Nossos agentes de saúde sempre trabalharam com atenção muito especial em relação à situação de risco das crianças. Nunca houve, por parte da Funai e do Estado brasileiro, uma omissão nesse sentido.

Nós temos uma postura bastante crítica em relação ao projeto de lei que se discute hoje por várias razões. A primeira delas, à qual eu gostaria de dar ênfase especial, é o seu caráter discriminatório. O projeto de lei é terrivelmente discriminatório na medida em que coloca o infanticídio como uma prática única e exclusiva dos povos indígenas e das sociedades indígenas. Ou seja, destaca esse grupo social como sendo aquele grupo que pratica, de forma contumaz e corriqueira, o infanticídio, ignorando o restante da sociedade.

Mais do que isso, ele parte do pressuposto de que o Estado brasileiro é totalmente omisso em relação também a essa prática, seja entre os índios, seja entre os não índios; de que não existem políticas públicas; e de que, portanto, há a necessidade de uma lei que regule a atuação do Estado nesse sentido.

Ele parte também do pressuposto de que o Estado não dá garantias em relação à vida, ou seja, é como se a Constituição brasileira não desse essa garantia. O direito à vida está presente na Constituição brasileira e em vários outros estatutos. Ele não dialoga com a legislação já existente, decorrente da própria Constituição, como, no caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Maria da Penha e outros.

Então, há uma série de pressupostos falsos que deram origem a esse projeto de lei. Especialmente, ele tem um caráter religioso. Ou seja, ele parte do esforço de evangelização dos índios por parte de algumas missões religiosas. E decorre daí essa percepção, essa visão que distorce completamente a realidade de vida no meio dos indígenas.

Portanto, o tratamento dispensado por parte desse projeto de lei está eivado de julgamentos morais, porque eu o acompanho. Não coincide, obviamente, com a relação que os índios têm com as suas crianças, que é uma relação de amor e de respeito, que atribui às crianças um lugar de extrema importância no seio desses grupos. Tratam o infanticídio como se fosse não apenas uma tradição cultural, mas também um traço característico e, às vezes, até um traço definidor do que seja ser indígena no Brasil. E nós nos colocamos sempre, claramente, publicamente, de forma contrária.

A própria divulgação que foi feita dessa questão da Tocha Olímpica trazia na sua redação esse caráter discriminatório, colocando não só o infanticídio, mas também o estupro coletivo e outras práticas como sendo tradições indígenas, o que fez a Funai se manifestar publicamente de forma contrária, o que gerou alguma polêmica. Mas nós não consideramos e jamais admitimos que os povos indígenas e as sociedades sejam retratados dessa maneira, porque, realmente, não é essa característica que os define.

A abordagem do projeto de lei induz a crer que tal prática se dá de forma corriqueira, cotidiana, como se fosse algo comum e praticado de forma indiscriminada, como se houvesse uma condenação à morte de indígenas, como se houvesse a prática de sacrifício humano em prol do bem-estar na comunidade e coisas do tipo. É necessário deixar claro que o infanticídio, da mesma forma como ocorre em nossa sociedade, também ocorre de forma esporádica entre os grupos indígenas contemporâneos, sobretudo naqueles povos de recente contato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É importante uma análise contextualizada, neste caso, para que se faça compreender que o infanticídio cometido por alguns grupos, nas raras vezes em que ocorre, diz respeito às reais possibilidades de sobrevivência da criança, da sua possibilidade de se desenvolver como ser social pleno. Assim sendo, a dolorosa decisão de não manter viva uma criança pode se dar em decorrência de deformidades graves que impossibilitem ou dificultem sua sobrevivência no interior da sua sociedade. Logo, ressaltamos algo que já foi dito: essa decisão por parte da mãe ou da família é algo que causa extrema dor, tristeza e desespero. Portanto, afirmamos ser perfeitamente possível construir, junto a essas comunidades indígenas, outras formas e soluções para casos em que se poderia recorrer ao infanticídio, sem agredi-los, sem criminalizá-los.

Essa é a prática que a Funai mantém e que hoje a Sesai, como foi dito aqui pelo representante, também mantém. Nós temos, há décadas, a prática de levar essas crianças que estejam nessa situação ou que estejam de alguma forma vulnerabilizadas à adoção, primeiramente, pela própria comunidade ou por outras comunidades indígenas e, em último caso, até por não indígenas. Nós temos centenas de processos de adoção que ocorrem na Funai todo ano. A nossa procuradoria jurídica e a nossa área social conduzem e acompanham esses processos, de forma que não há, por parte do Estado, abandono nem omissão nesses casos.

O que já foi dito aqui pelo representante do Ministério da Saúde é o que eu gostaria de reforçar, no sentido de que se trata mais de políticas públicas, de ações, do que propriamente de uma possível criminalização por parte do agente que possa deixar de fazer isso. Nós temos políticas públicas, nós temos um esforço grande nesse sentido, como foi destacado pelo representante do Ministério da Saúde. A Funai vem trabalhando de forma coordenada com a Comissão de Direitos Humanos, com o Ministério da Saúde, com o Ministério do Desenvolvimento Social e com várias outas instâncias de governo, com os conselhos tutelares, enfim, dentro do aparato do Estado de proteção e de acolhimento de crianças e mulheres em situações de vulnerabilidade.

Nós elaboramos, em conjunto com essas instâncias, uma instrução normativa, que está em vigor, que objetiva disciplinar a atuação nesses casos de ameaça iminente ou consumada de privação do direito da criança e do jovem indígena de conviver com sua família, comunidade e povo. Essa instrução, fruto do trabalho coletivo e institucional, está em pleno vigor, e estamos trabalhando no sentido da capacitação dos agentes, tanto da Funai como dos conselhos tutelares e de outros órgãos, no sentido de aplicá-la integralmente.

Então, nós consideramos absolutamente desnecessária a lei que está em discussão, uma vez que o Estado, dentro das suas políticas, dos seus aparatos e da sua legislação, já dispõe dos elementos e dos instrumentos necessários para fazer valer essas garantias.

É essa a nossa posição.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Artur Nobre Mendes, representante da Funai.

Pessoal, a Consultoria da Casa me passou aqui e pediu que eu anunciasse a este Plenário que estamos recebendo muitas solicitações para realizar mais audiências públicas sobre este tema. É um tema que choca. Queiramos ou não, ele choca. Vamos todos convir que choca todos nós, independentemente da posição de cada grupo aqui. Eu ia falar isso no final, mas estou falando agora, até porque o que está passando pela TV para a sociedade é isto que eu não preciso repetir: se a criança nasceu deficiente, ela é enterrada viva. Isso é o que está passando. É claro que vocês têm o papel de mostrar se é ou não é assim.

Estão falando: "Paim, esse é um dos temas mais importantes de que você tratou até hoje". É o que me disseram aqui. Como nos choca e como sou o Relator, eu não vou me omitir. Todo mundo sabe que, em outros temas, eu não me omiti, como foi o PL 122. Todo mundo sabe o debate que houve, e eu fiz o relatório e o apresentei. Houve um recurso no plenário, e ele foi para a CCJ, dentro da democracia.

Eu vou ter de dar um parecer sobre o projeto, e, pelo que percebo e pelas informações que me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

deram aqui, é um projeto que choca. Todos nós vamos convir que choca. Temos de ver qual é o caminho. Eu sempre acho que a melhor forma de querer julgar – quem somos nós para julgar alguém? – é se botar no lugar do outro. Eu sempre me ponho no lugar do outro. (*Palmas.*)

Não batam palmas. Não é isso, pessoal. Não são as palmas. A gente sempre se coloca – eu, pelo menos –, em cada relatório que eu vou fazer... Eu tenho mais de mil projetos apresentados. Acho que ninguém apresentou tanto projeto na história desta República. Tenho centenas de relatórios e nunca me omiti de dar o meu parecer contra ou favor, no meu entendimento. Nem sempre sou entendido. Às vezes, batem em mim, mas faz parte da democracia aqueles que discordam pensarem diferente: "Olha, Paim, não gostei disso aí."

Nós faremos mais audiências, mas o relatório sairá, terá de sair. Oxalá construamos um relatório a 10, 20, 30, 40, 50 mãos, para construirmos o caminho mais adequado. Vamos continuar o debate, mas, com certeza, eu farei outras audiências públicas devido à delicadeza do tema.

Quando me perguntaram se eu pegaria a relatoria, já me disseram que era um projeto polêmico, complexo. Eu disse: "Não, não há problema. Estamos aqui para isso."

Se todo Parlamentar, quando houver uma bola dividida, sair fora, não dá. Então, o lugar não é aqui.

Eu estou me referindo a isso para comentar: vocês estão aqui, democraticamente, colocando o ponto de vista de vocês. Isso é muito bom. E quero cumprimentar todos os painelistas aqui presentes.

Mas, com a sensibilidade de todos nós, eu citei algumas crianças. Eu queria que todas as crianças que estão aqui recebessem uma grande salva de palmas. Todas! (*Palmas.*)

Estou vendo que há mais de uma dezena de crianças aqui presentes.

Por favor, agora Josué Palmari, Líder do Movimento Indígena a Favor da Vida. (*Pausa.*)

Palmari.

O SR. JOSUÉ PALMARI – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês fazem correto, é para a população entender qual é a pronúncia correta. Eu naturalmente não sou estudioso da questão indígena, mas sou um homem negro que sabe o que é o racismo, conheço muito bem o racismo que há contra o índio, contra o negro, enfim, contra o imigrante. Sou apaixonado pelas grandes causas e acho que o povo brasileiro tem que ouvir, sim, inclusive a pronúncia correta do nome de cada líder indígena que está aqui. Por isso, vocês estão todos autorizados. Na hora de eu falar o nome, podem dizer: "Olha, não é assim, é assim."

Vamos lá, meu amigo.

O SR. JOSUÉ PALMARI – Bom dia a todos!

É um prazer estar aqui com vocês. O meu nome é Josué Palmari. Sou da região de Lábrea do Amazonas. Venho aqui falar um pouco da situação dos indígenas lá na região.

Tenho viajado para várias comunidades indígenas daquela região, tanto do médio Purus, baixo Purus, como do baixo Amazonas. E as histórias são as mesmas. A gente costuma ouvir muitas histórias.

Desde bem novo, eu tenho acompanhado audiências que falam a respeito dos indígenas, da questão da saúde indígena, da questão do infanticídio. Enfim, a gente está sempre tentando acompanhar essas questões. E isso nos abre os olhos para ver os indígenas caminhando, como nós podemos ver o Amalé aqui, com saúde, força, e estudando. Esse é o nosso desejo.

Eu vou falar um pouco do projeto de lei. O Muwaji é um projeto que retaguarda as mulheres e as crianças indígenas, e foi criado não por uma questão religiosa. São pessoas que amam a vida, são pessoas que se preocupam com a vida. Quando criaram esse projeto, quando foi analisado o projeto, eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

não estavam pensando na questão da religiosidade, mas, sim, na questão da vida da criança, porque a vida de uma criança é muito preciosa.

Então, falando em relação à lei, eu não tenho a foto do nosso amigo Edson Bakairi, um homem que foi salvo do infanticídio.

A mãe dele o teve. Quando nasceu, ele foi condenado à morte. A mãe foi ganhá-lo no mato e pediu que a irmã dele fosse matá-lo, mas ela não conseguiu. A irmã salvou-o, e hoje o Edson é professor na sua região. Ele tem também falado a respeito do projeto, tem compartilhado, tem estado orientando os indígenas, tanto os que estão fora da comunidade indígena como os que estão fora da aldeia. Eu também estou nesse caminho, orientando os indígenas em questão da vida da criança.

Eu acho que a aprovação dessa lei é muito importante. Por quê? Hoje nós temos muitos órgãos que dizem que se preocupam com a saúde e a vida indígena. Na realidade, eles não conhecem muito, apenas 40%, 50% das comunidades. Às vezes, nós sabemos que entram recursos para isso, mas não chegam para esses lugares distantes.

Eu concordo com a fala do rapaz que estava aqui, é distante mesmo. Mas nós indígenas e outros que apoiam a vida, que são a favor da vida, conseguimos nos movimentar em lugares distantes e vamos só para falar do valor que a vida tem.

Então, eu achei bem ofensiva a palavra que o Artur Nobre falou a respeito do projeto. Não me lembro agora da palavra, mas está gravada aí. E acho que todo mundo que estava assistindo no momento se assustou com a palavra.

É difícil, porque este é um desafio para nós. Para mim, é muito desafiador estar aqui. Primeiro, porque nunca tive esse contato direto com vocês aqui. Tenho contato com os indígenas; a gente troca uma ideia, fala com eles, é mais tranquilo. Mas aqui é muito desafiador para mim.

Então, a questão da lei que salvaguarda a vida das crianças, a vida das mulheres, é muito importante.

Era isto o que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem. (*Palmas.*)

Este é Josué Palmari, Líder do Movimento Indígena a Favor da Vida.

Passamos a palavra agora à Pesquisadora associada à Cátedra Unesco de Bioética – UnB e Mestre em Antropologia Social, Doutora em Bioética – UnB, Drª Marianna Assunção Figueiredo Holanda.

A SRª MARIANNA ASSUNÇÃO FIGUEIREDO HOLANDA – Bom dia.

Agradeço à Comissão de Direitos Humanos do Senado pelo convite.

Inicio a minha fala aqui, Senador Paulo, fazendo uma crítica muito respeitosa à ausência de representantes indígenas com representatividade nacional e entre seus povos de origem nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu tive o cuidado – só para V. Exª ficar tranquila – de que esta seja uma audiência pública. Para ter uma ideia, já está aqui a outra audiência pública, que deve ter uma posição semelhante à sua: Procuradoria da República, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Apib, Conselho Nacional de Política Indigenista, entre outros. Todos virão outro dia. E virá também – não veio hoje – o ex-Deputado autor do projeto. Virá também a CNBB, virá a OAB. Então, é só para tranquilizar. Eu entendo a sua crítica, porque eu não tinha falado isso. Esta é uma das audiências públicas. Todos serão chamados, claro, para que o Relator tenha todas as informações para contribuir com a melhor proposta final. Só quis esclarecer.

A SRª MARIANNA ASSUNÇÃO FIGUEIREDO HOLANDA – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi bom até você ter falado, porque deu oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª MARIANNA ASSUNÇÃO FIGUEIREDO HOLANDA – Não poderia deixar de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro! Fizeste muito bem. Não é nenhuma crítica. Só quis aproveitar o momento para dizer que teremos outras audiências públicas que vão contemplar suas preocupações.

A SRª MARIANNA ASSUNÇÃO FIGUEIREDO HOLANDA – Que bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perguntam-me, aqui – aqui comigo não tem segredo, é tudo ao vivo –, se vai abrir ao público. Normalmente eu abro. Se eu abro normalmente, vou ter que abrir hoje também. Aqui não tem exceção. Então, nós vamos dar a palavra para cinco pessoas no público. É normalmente o que a gente faz: depois das duas mesas, cinco pessoas no público poderão se inscrever e a assessoria ajuda.

Já estou descontando do seu tempo. Fique tranquila.

A SRª MARIANNA ASSUNÇÃO FIGUEIREDO HOLANDA – Depois você me devolve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou devolver já.

A SRª MARIANNA ASSUNÇÃO FIGUEIREDO HOLANDA – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está lá.

A SRª MARIANNA ASSUNÇÃO FIGUEIREDO HOLANDA – Eu fiz uma rápida apresentação pensando em duas questões caras aos povos indígenas, que são a questão da defesa da dignidade humana e a questão do bem viver, e pensando em quais são as estratégias possíveis para a gente combater as violências. Como sabemos – e parte dessa crítica que eu fiz aqui no começo –, a Convenção nº 69 da OIT, da qual o Brasil é signatário, afirma que os governos devem consultar os povos interessados a cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los, assim como a Declaração das Nações Unidas sobre Povos Indígenas. Então, é para enfatizar que não é possível estar fazendo esse debate sem a presença representativa das instâncias representativas nacionais dos povos indígenas. Isso quer dizer que o Estado brasileiro, por meio de seus representantes eleitos, assumiu o compromisso de que qualquer projeto de lei que verse direta ou indiretamente sobre os povos indígenas não pode ser feito sem celebrar consultas e cooperação de boa-fé com eles. É uma questão que tinha que ser posta.

Eu vou trazer um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estou acatando já as suas recomendações.

A SRª MARIANNA ASSUNÇÃO FIGUEIREDO HOLANDA – Que bom!

Um pouco do histórico desse PL. Há quase dez anos, a gente vem debatendo publicamente a violação de direitos humanos indígenas por meio da criminalização do que está sendo tipificado aqui como infanticídio indígena. A primeira audiência sobre o PL foi em 2007 e, apesar das informações, esclarecimentos e críticas de indígenas, indigenistas, antropólogos, profissionais de saúde, juristas e aplicadores do Direito a esse PL, ele foi aprovado na Câmara e segue agora ao Senado.

O texto original sofreu mudanças, e às acusações de infanticídio foi acrescida uma série de violências contra pessoa humana, que são afirmadas no texto do projeto como práticas culturais rotineiras ou práticas tradicionais dos povos indígenas. É importante dizer que não está na pauta dessas organizações indígenas de representatividade nacional como a Abip, o CNPI e a Coiab, por exemplo, a defesa desse PL como instrumento capaz de proteger a dignidade humana de crianças, mulheres e idosos indígenas. Esse dado precisa constar na ata desta audiência.

Para além dele, cabe-me aqui, como antropóloga, indigenista e pesquisadora dos direitos humanos, esclarecer por que consideramos esse PL um grande equívoco. Eu separei minha apresentação em dois grandes temas centrais: a questão das vulnerabilidades dessas violências que estamos colocando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

aqui, perguntando-nos se o infanticídio é uma questão cultural e se a violência faz parte da cultura indígena, como está sendo afirmado aqui; e uma estratégia de defesa da dignidade humana, que eu acho que é o interesse de nós que estamos aqui presentes. Então, esses são os temas centrais.

Violências contra os povos indígenas. A gente pode, assim como o Cimi faz no Relatório Anual de Violência contra os Povos Indígenas, separar tipos de violência. Então, existem as violências por omissão do Poder Público, essa é uma categorização do Cimi, que é bem didática e de que eu gosto. A gente pode elencá-las. O Fernando estava aqui fazendo a exposição da Sesai e das dificuldades de prestar assistência à saúde indígena. E, muitas vezes, essa omissão acaba se caracterizando como violência.

A questão da mortalidade infantil, dos suicídios, da disseminação de álcool e de outras drogas, da desassistência na educação escolar indígena, da construção de empreendimentos e grandes empreendimentos em terras indígenas – rodovias, linhas de transmissão, hidrelétricas – e, principalmente, do avanço na regularização territorial é a pauta principal do movimento indígena hoje e é, a partir dela, que se geram todas essas consequências e isso que a gente está debatendo aqui hoje. Então, ela é uma pauta central.

Aqui há algumas reportagens sobre as consequências dessas faltas de assistência. Esse aqui foi um *e-mail*, um WhatsApp que o Anselmo Yanomami circulou e que também expõe essas vulnerabilidades das crianças indígenas, mostrando que a mortalidade se dá, em grande parte, pela dificuldade de assistência à saúde.

Também elencamos alguns ataques diretos aos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas, que são violências cometidas por terceiros, não seriam pelo Estado: pressões, invasões, assassinatos por latifundiários, madeireiros, mineradoras, difamação de sua imagem pública por meio de discriminação, entre outros. Isso precisa ser colocado.

Quais são as principais causas da mortalidade indígena hoje no Brasil? Os contextos de violência expostos aqui e elencados nessas categorias geram índices de mortalidade entre povos indígenas, no Brasil, em números muito maiores do que os parâmetros nacionais para pessoas não indígenas. A mortalidade infantil entre os povos indígenas é quatro vezes maior do que a média nacional. A quantidade de mortes de crianças indígenas por desassistência subiu 513% nos últimos três anos. Os dados parciais da Sesai de 2015 revelam a morte de 599 crianças menores de cinco anos. As principais causas são: desnutrição, diarreia, viroses, infecções respiratórias, falta de saneamento básico em contextos urbanos e, principalmente, em acampamentos reivindicatórios gerados pela expropriação territorial, além de um quadro preocupante de desassistência à saúde como um todo. Ora, sabemos que pneumonia, diarreia e gastroenterite são doenças facilmente tratáveis, desde que essas crianças tenham acesso às políticas de saúde. A Região Norte do País concentra o maior número de óbitos.

Quando abordamos os números relativos ao suicídio, a situação é igualmente alarmante. De acordo com os dados da Sesai, 135 indígenas cometeram suicídio em 2014, o maior número em 29 anos. De acordo com o Relatório Anual de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, elaborado anualmente pelo Cimi, os dados de 2015 apontam que dos 87 casos de suicídios registrados no ano, 45 ocorreram no Mato Grosso do Sul.

Constatou-se que 24% dos casos ocorreram na faixa etária entre 10 e 14 anos, 37% na faixa entre 15 e 19 anos e 22% na faixa de 20 a 29 anos. Então, a gente tem um dado de que entre os anos 2000 e 2015, temos um número alarmante de 752 suicídios somente no Mato Grosso do Sul, abatendo, sobretudo, a comunidade Guarani-Kaiowá.

Jovens e adultos do sexo masculino também são as principais vítimas dos conflitos territoriais, que resultam da omissão e letargia do Estado brasileiro nos processos de demarcação das terras indígenas.

Em 2014, 138 indígenas foram assassinados, quase o dobro do que o ano anterior, com 97 casos registrados. No período de 2003 a 2014, 754 indígenas foram assassinados em solo brasileiro, uma média anual de 68 casos.

Em 2015, no capítulo violência contra a pessoa, o Cimi registrou ainda 54 assassinatos, dos quais as situações que mais preocupam são assassinatos de líderes engajados na luta pela recuperação dos territórios tradicionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Importante enfatizar ainda que nesse contexto de escassez territorial registram-se crescimento de epidemias de uso de álcool e drogas, os maiores motivos de violência contra as mulheres indígenas, algumas vezes praticados por índios e parentes, como a maior parte das mulheres violentadas no Brasil e no mundo; mas entre as mulheres indígenas ainda somam-se estupros praticados por não índios, devido ao racismo, à discriminação e à vulneração nos processos de lutas pelos direitos territoriais.

Então, também, mais reportagens que trazem um pouco desse quadro que eu estou apresentando aqui. Indígenas mortos por fazendeiros, indígenas mortos por discriminação, criança indígena queimada por madeireiros. Essa é a realidade indígena também.

Quem são os assassinos dos povos indígenas no Brasil? Qual a responsabilidade do Estado brasileiro diante desses números que são apresentados aqui? Quais os compromissos éticos e históricos que nós, não índios, temos com os povos indígenas brasileiros? E uma pergunta importante, como um projeto de lei que criminaliza os próprios povos indígenas pela vulnerabilidade e violência causados por terceiros pode ajudar na proteção e promoção dos seus direitos? É algo para a gente refletir aqui, coletivamente. E uma pergunta ainda mais importante: o infanticídio é uma tradição cultural?

Desde 2005, acompanhamos no Brasil uma campanha que se pauta na afirmação de que os povos indígenas teriam tradições culturais nocivas e arcaicas que precisam ser mudadas com intervenção e punição tanto dos indígenas responsáveis como de quaisquer funcionários do Estado ou agentes de organizações indianistas que trabalhem junto a esses povos. Afirma-se que há dados alarmantes de infanticídio entre os povos indígenas, de modo a fazer a opinião pública pensar que, incapazes de refletir sobre as suas próprias dinâmicas culturais, os povos indígenas, sobretudo as mulheres indígenas, matariam sem pudor e nenhum sentimento dezenas de crianças.

As notícias de jornal, as pautas sensacionalistas da grande mídia fazem crer que não estamos falando de pessoas humanas, mas indivíduos que devido a sua ignorância cultural cometem, sem ética, afeto e dúvidas, crimes contra os seus próprios filhos, contra o seu próprio povo.

Pergunto-me porque um argumento como esse transmite credibilidade entre aqueles que não conhecem as realidades indígenas, pois quem trabalha junto aos povos indígenas, em prol dos seus direitos, não tem interesse em disseminar esse tipo de desinformação. E a única resposta possível é que a sociedade brasileira, em geral, é profundamente ignorante sobre os povos indígenas que aqui habitam, mantendo imagens estereotipadas e caricaturadas sobre os índios, e, pior, imagens carregadas de preconceito e discriminação.

Desde os tempos do Brasil Império, há registros de infanticídio entre os povos indígenas, como também havia inúmeros registros de infanticídio nas cidades da colônia.

Historiadores apontam a normalidade com que recém-nascidos eram expostos nas ruas do Rio de Janeiro, Salvador, Recife. Andava-se literalmente pisando em corpos. Realidade que também era comum na Europa e que levou à criação das Casas dos Expostos, lugares onde se podia abandonar legalmente as crianças, que mais tarde vieram a se tornar os orfanatos. Os índices de mortalidade nesses locais eram estarrecedores. Crianças eram deixadas lá para morrer.

Já entre cronistas e missionários do Brasil Império se recolheram também inúmeros relatos dos cuidados e afetividades com que os povos indígenas tratam as suas crianças, o que muito espantou os escritores, comparando-se às práticas pedagógicas das mulheres europeias.

Com o advento da Antropologia e das etnografias de povos indígenas, um importante método de pesquisa e registro de dado antropológico, aprendemos que as crianças indígenas são sujeitos criativos e ativos em suas sociedades, tendo diversos graus de autonomia. Aprendemos que as práticas de cuidado e pedagogia das mulheres indígenas envolvem um forte vínculo com as crianças, que são amamentadas até os três, quatro, cinco anos. Envolvem uma relação de presença e de afeto.

Aprendemos também que a rede de cuidado com as crianças é uma rede de relações de parentesco que vai muito além de pai e mãe. Muitas vezes, são tias e avós as principais responsáveis pelo cuidado e criação das crianças, sobretudo quando os pais passam por qualquer espécie de dificuldade.

Acompanhamos, nos últimos anos, os dados impressionantes do crescimento demográfico dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

povos indígenas, sobretudo no período posterior ao regime militar, que, como sabemos, foi uma época de grande genocídio dos povos indígenas no Brasil, de acordo com os dados tornados públicos pela Comissão Nacional da Verdade.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIANNA ASSUNÇÃO FIGUEIREDO HOLANDA – Atualmente, os povos indígenas crescem muito acima da média nacional. Na última década, começam a tomar corpo pesquisas etnográficas que apontam o número crescente de nascimento gemelares entre povos indígenas, de crianças albinas, de crianças com deficiências.

Em 2014, Íris Morais Araújo defendeu uma sensível tese de doutorado em Antropologia, na Universidade de São Paulo, que fala sobre os especiais para os Karitiana. Trata-se de pessoas com diversas formas de deficiência física, mostrando como esse povo inclui essas crianças em suas redes de parentesco e sociais. Apesar de suas diferenças, os especiais são estimulados a participar do cotidiano da aldeia. Muitos deles, ao se tornarem adultos, casam-se e constituem família. A tese traz também um importante dado da ONU, de 2003, que aponta 54 milhões de indígenas com deficiência ao redor do Globo.

No Brasil, segundo o Censo do IBGE, de 2010, 165 mil pessoas, ou seja, 20% da população indígena autodeclarada possuem ao menos uma forma de deficiência: auditiva, visual, motora, mental e intelectual. O número de Iris Araújo relaciona também as políticas públicas de saúde e as políticas de transferência de renda para famílias indígenas nessa situação.

Tanto o crescimento demográfico acelerado dos povos indígenas quanto os dados de que 20% da população indígena brasileira tem alguma deficiência nos permitem demonstrar que os dados que afirmam que há uma prescrição social para que essas crianças sejam mortas por seus pais e familiares não se sustenta.

Estaríamos nós transferindo os nossos preconceitos e formas violentas de agir para os povos indígenas, transformando isso em parte da sua cultura? Ao me questionar isso, fiz uma pesquisa sobre casos de infanticídio entre a sociedade não indígena no Brasil. Apenas no ano de 2006, encontrei dezenas de reportagens jornalísticas – e a gente sabe, está todo dia na mídia –sobre abandono de criança no hospital, na lixeira, no mato... Enfim, é uma prática cultural do povo indígena?

E aqui algumas reportagens jornalísticas. A gente sabe, a gente vê todo dia na mídia.

Isso aqui não tem nada a ver com mulheres indígenas.

E também é importante para a gente refletir. (*Pausa.*)

A nossa cultura é infanticida? Quando a gente se depara com essas reportagens, quando eu ouço, todos os dias, que mulheres não indígenas, mas mulheres brancas, mulheres ocidentais abandonam crianças, eu posso afirmar que a minha cultura é infanticida? Eu posso generalizar isso? Se a resposta é não, por que o PL 119 pretende fazer isso com os povos indígenas?

O mesmo exercício pode ser feito com outras tipificações de violência e atentados à dignidade humana que estão no texto do PL. Elas podem ser generalizadas como práticas tradicionais dos povos indígenas? Ou podem ser pensadas como mazelas humanas das quais os indígenas também não escapam?

E, como questões finais também de reflexão, é importante apontar que a transformação é, sim, uma das principais características culturais dos povos indígenas. Isso está em dezenas de etnografias. Isso significa que não existem culturas estanques e que essas pessoas também, assim como nós e como qualquer pessoa humana, estão refletindo sobre suas práticas, sobre suas tradições e estão buscando encontrar soluções. Prova disso são os dados que a gente está trazendo aqui, de que há um número crescente de crianças gêmeas, de crianças com deficiência vivendo entre as comunidades indígenas hoje, apesar dos relatos que o Kakatsa traz, que o Edson traz, que o José traz. São histórias de vida que a gente tem que escutar, mas elas não são as únicas e não podem ser tratadas como uma realidade, como um todo.

Importante também afirmar que o pluralismo histórico acontece em todas as culturas. Ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

todos estamos refletindo sobre quais são as novas formas de comportamento social que devemos ter. Isso faz parte do comportamento humano.

Um ponto também importante ao se pensar no PL é a questão da isonomia e da igualdade de direitos. Por que legislar novamente sobre o que já está legislado? Porque, ao se fazer isso, a gente está criando uma tipificação e um PL que especificam para os povos indígenas violências que não são exclusivamente deles. E, ao fazer isso, a gente está afirmando de forma violenta, na minha opinião, que as vulnerabilidades deles são tradicionais. É desnecessário legislar sobre o que já é legislado. O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos, da Declaração das Nações Unidas para os Povos Indígenas.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIANNA ASSUNÇÃO FIGUEIREDO HOLANDA – Todas elas garantem a defesa do direito à vida. Todos nós estamos aqui defendendo direitos humanos e vida.

Qual a justificativa de um PL que verse especificamente sobre essas violações entre os povos indígenas e que promove interpretações equivocadas – e esse é o grande problema – sem embasamento científico e técnico difamando as realidades dos povos indígenas?

Ao tornar a pauta redundante, os indígenas seriam duas vezes julgados e condenados por um mesmo crime, sendo que eles já são punidos? O Código Penal brasileiro estabelece que o crime de infanticídio está lá. Eles seriam punidos. Eles são julgados. Hoje, no Brasil, existem 750 indígenas cumprindo pena no sistema penitenciário. Então, também existe uma falsa ideia de que há uma inimputabilidade relativa aos povos indígenas. E aí a pergunta que todos nós estamos fazendo aqui: como garantir os direitos das crianças e dos povos indígenas? E aí eu volto para a afirmação que eu estava fazendo no início desta fala: qualquer solução passa necessariamente por consulta e participação dos povos indígenas na elaboração de políticas e ações positivas por parte do Estado e não por estratégias punitivas e que criminalizam.

A gente tem que pensar aqui em políticas não em criminalização, a criminalização já está no texto da lei, a gente pode pular essa fase e pensar de forma mais progressistas os direitos.

Dignidade e direitos humanos. Não se trata apenas da defesa do direito individual, e isso é importante quando a gente está falando de povos indígenas. Um direito fundamental de toda pessoa é precisamente o de ser parte de um povo, isto é, o direito a ter um povo. Um povo criminalizado tem a sua dignidade ferida, um povo chamado de infanticida tem a sua dignidade ferida. E eu encerro aqui a minha apresentação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esta foi a Drª Marianna Assunção Holanda, pesquisadora associada à Cátedra Unesco de Bioética e Mestre em Antropologia Social, Doutora em Bioética.

Só dizer, Drª Marianna, que concordo com V. Exª. Grande parte do povo brasileiro claro que não conhece nada do povo indígena. Isso é fato, é real. Grande parte do povo brasileiro não conhece nada dos quilombolas, isso é fato e é real; e não se preocupam também, nem com os indígenas, nem com os quilombolas. Grande parte do povo brasileiro não conhece nada do povo cigano. E que bom a gente ter uma audiência como essa em que V. Exª pôde colocar posições como essas.

No Brasil – esse dado eu dou e não tem nada a ver com o debate; o debate tem que ser equilibrado e eu aqui não estou como juiz, mas farei o relatório final – nós temos 45 milhões de pessoas que tem algum tipo de deficiência hoje; 45 milhões de pessoas que têm algum tipo de deficiência! Então, esse debate é um debate esclarecedor, ouvindo quem pensa a favor e quem pensa diferente, mas que o Brasil é um País onde a discriminação impera, não tenha dúvida nenhuma. Não é só com os índios; com os índios, com os negros, com os ciganos e até com as pessoas com deficiência. Por isso, tivemos que fazer até estatutos: o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Igualdade Racial e inclusive o Estatuto da Juventude. Então, esse debate que estamos fazendo aqui para o Brasil todo é muito positivo; e é bom ouvir as posições divergentes, como vamos ouvir.

Agora, eu gosto sempre, num debate como esse, e uso isso no Plenário também, de dizer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ninguém pode ser achar dono da verdade absoluta. A minha verdade não é a verdade do Plenário, mas é a minha verdade; e não é a verdade absoluta. Eu sou daqueles que está sempre aberto ao diálogo, aos argumentos, para construir aquilo que seja o melhor. Estou falando como Relator, ouvir todos os lados e ajudar nessa construção sem achar que eu, Relator, sou o dono da verdade. Não sou o dono da verdade e, por isso, acho possível sempre construirmos uma proposta que leve em consideração o interesse de todo nosso povo e toda a nossa gente. Quando falo todo o povo, é índio, é negro, é branco, é imigrante; e inclusive buscar a convergência naquilo que para muitos parece impossível.

Eu confesso a vocês – e vou passar a palavra já – que quando iniciei o debate do Estatuto da Igualdade Racial me disseram que era sonho, que eu nunca iria conseguir, que eu iria jogar negro contra branco. O Estatuto está aí em plena atividade. Quando eu iniciei o Estatuto do Idoso: "ah, tu vais jogar criança contra idoso", eu ouvi aqui no Plenário, inclusive de intelectuais, de estudiosos. Está aí o Estatuto do Idoso.

Trabalhei junto, e não fui autor, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu sou um democrata, acredito que o bom debate é bom para todos. Por isso, podem ter certeza de que ouviremos, sim, todos os outros setores. Podem encaminhar para cá, esta Comissão é ampla e, ao contrário do que a grande mídia diz, que a Comissão só ouve um lado, e dizem isso porque são ignorantes, não acompanham, não sabem que aqui está aberto, que ouvimos todos os lados, inclusive o Governo atual. Eu posso ter discordância do Governo atual, mas em todas as reuniões que há aqui os representantes do Governo atual são convidados para vir ao debate. Então, fique tranquila, a minha fala, neste momento, é mais para dizer a minha intenção de ouvir todos os que pensam a favor ou contra esse PL que veio da Câmara dos Deputados. O Senado não tem posição quanto a ele.

Agora nós vamos abrir a palavra, pessoal, para os inscritos. Cinco minutos para cada um. Peço que cada um use os seus cinco minutos para que a gente termine no horário previsto, inclusive com algum encaminhamento final, fruto do consenso do Plenário. Então, em primeiro lugar, Rosângela Alves Justino.

A SRª ROSÂNGELA ALVES JUSTINO – Bom dia a todos. Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, muito obrigada por sua presença nesta manhã de segunda-feira, véspera de feriado. Quero dizer ao Senhor que sou neta de negro. Meu avô materno era negro. Por isso meus cabelos são assim. Minha avó paterna era indígena. Então, avô materno negro e avó paterna indígena. Então, estar aqui me faz ficar muito à vontade com os indígenas que estão aqui. Infelizmente, os preletores dessa última mesa, representantes da Unesco e da Funai, os ignoraram. Eles estão aqui sendo ouvidos e querem a aprovação do Projeto de Lei contra o Infanticídio nas tribos indígenas. Quero dizer que sou psicóloga e que me preocupa muito esse equívoco do discurso antidiscriminação e preconceito, naturalizando, aprovando o infanticídio nas tribos indígenas. Isso me preocupa muito, porque são pessoas que falam em nome de instituições públicas e na academia, trazendo um discurso superequivocado sobre o infanticídio, ao passo que nós temos ali o Josué, nesta Mesa, e outros indígenas que se colocaram aqui contra o infanticídio.

Então, esse é um dado de realidade que não podemos negar. A gente não pode ir atrás de estudiosos e não entrar em contato com a realidade. A realidade está aqui, os indígenas estão interessados na aprovação desse projeto de lei. Também, Senador, todos que me ouvem neste lugar, fico muito preocupada com essa discussão, que para mim não é uma discussão ética e nem terá mais audiências públicas para atrasar a aprovação e o relato desse projeto.

Não considero ético a gente discutir mais sobre esse assunto, à medida que a dignidade da pessoa humana é uma cláusula pétrea, o valor da vida, se a vida não for preservada, mesmo dentro das tribos indígenas, não teria nem sentido estar aqui. Então, adiar mais a aprovação desse projeto, para defender as vidas dentro das tribos indígenas, para mim também é um equívoco.

E, como o Estado é laico, e todas as religiões devem ser contempladas dentro do Estado laico e respeitadas, eu queria deixar uma reflexão do Salmo 139:13, por coincidência, o número 13, que diz:

"Tu criaste cada parte do meu corpo; Tu me formaste na barriga da minha mãe."

Então, Deus garante que Ele mesmo nos criou, nos formou na barriga da nossa mãe, e isso inclui também os povos indígenas. Deus criou e formou cada tecido na barriga da nossa mãe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E as pessoas que estão aqui defendendo a cultura de morte estão vivas. Será que poderíamos aqui fazer audiências públicas e discutir se elas deveriam ter nascido, existido ou não, também, nobre Senador? Então, eu queria trazer essa reflexão aqui e agradeço...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ROSÂNGELA ALVES JUSTINO – ...por V. Exª ter aberto esta oportunidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Todo respeito à senhora, D. Rosângela, mas isso é uma prerrogativa do Relator, como, por exemplo, o Relator do aborto nesta Comissão, e indiquei-o, fez um ciclo de debate sobre o aborto, e ele é contra o aborto, mas fez um ciclo, e estou respeitando, porque ele é o Relator da matéria, ele fez um ciclo, que não terminou ainda, se não me engano, foram cinco, seis audiências públicas e continuam. Então, não posso usar, como é que se diz, pesos e medidas diferentes, é isso? Ás vezes, confundo. Então, já é uma decisão do Relator, teremos sim outras audiências públicas sobre um tema tão importante como esse, a exemplo do que já fizemos em outras matérias.

Passo, de imediato, a palavra para o Sr. Oswaldo Eustáquio Filho.

O SR. OSWALDO EUSTÁQUIO FILHO – Muito bom. Muito boa tarde, Senador, boa tarde à Mesa toda.

Sou um descendente de camponeses paraguaios, jornalista, sou indigenista, e vivo hoje em Curitiba, Paraná, a cidade que é a capital da Lava Jato, a capital da luta contra a corrupção. Como bem falou a Jornalista Sandra Terena sobre o Recurso Extraordinário 852.475, de Teori Zavascki, que pode legalizar a entrada de corruptos no Poder, que fazem com que dinheiro, como disse o Josué, que deveria chegar à saúde pública das aldeias não chegue. Não são só as pessoas que não chegam, Josué, o dinheiro não chega, não tem remédio, não tem. Sei porque acompanho nas aldeias.

Eu gostaria de saber também por que, quando a Sandra Terena falou que, por três vezes, protocolou pedido para falar com a Funai, esta não quis falar? A Funai não dá entrevista sobre infanticídio, a Funai não quis debater o infanticídio. E quando a Sandra Terena, por meio do seu brilhante documentário, desmentiu a Funai, e essa é a palavra, desmentiu a Funai, esta dizia que o infanticídio era mentira.

E o documentário de que o Senador também falou que poderia assistir mais um trecho, eu recomendo isso também para o Brasil todo; seria importante, porque desconstrói todo esse argumento antropológico que diz que não acontece, que não acontece, que é invenção, porque são dezenas de indígenas, de dezenas de povos diferentes, de locais diferentes do Brasil, dizendo: Olha, acontece! Eu matei o meu filho e estou arrependido. Eu estou chorando porque eu matei meu filho. Eu estou chorando porque eu matei meu filho. E agora ele não está mais aqui. Eu tinha dois e agora eu só tenho um. E eu choro a morte do meu filho. Eu matei o meu filho porque eu não tinha condições, a saúde pública não chegou aqui. Porque a partir do momento que o indígena decide pela vida, é obrigação da FUNAI, da Funasa, do Sesai, do poder público, prover meios para que ele sobreviva. Mas, como disse o representante da Sesai, nem chegar lá, porque é longe. Perder vidas porque é distante, nós não podemos aceitar mais no Brasil. Do Guarani, o cumprimento é o "diaúdio", Senador; é assim que se cumprimenta. No Terena, Sandra Terena, é "naqueieie". Do povo Kaingang que é um povo paranaense, "amarran", que é um povo guerreiro.

E eu não consigo entender como antropólogos, como a Funai, representando o Governo do Brasil, envergonhando o Brasil no mundo, querem ignorar uma menina como essa, que levou a tocha olímpica, sobrevivente; ignorar o Kakatsa Kamaiura, que hoje está vivo, mas seria morto; ignorar a vida do pequeno Amalé, que era para estar morto e hoje está vivo; ignorar as 80 horas do filme de Sandra Terena, que virou em 20 minutos, que está à disposição para a Funai ver, mas que a Funai sequer quis receber de forma vergonhosa! Que a Sesai não quer saber!

Eu falo para os antropólogos que nós podemos franquear essas 80 horas para você ver a dezenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de povos indígenas dizendo: Nós não queremos matar nossas crianças! E vocês não vêm até nós, porque é longe.

Brasil, nós não podemos aceitar isso, nós temos que salvaguardar a vida das nossas crianças, porque Ganani, porque Amalé, porque Hakani não estariam aqui, são invisíveis para Funai, são invisíveis para a Sesai, são invisíveis para antropólogos relativistas.

E nós não podemos mais deixar que essas crianças morram em nosso País. É um discurso bonito de dentro da FUNAI, de dentro da Sesai, de dentro de escritórios com ar condicionados, dizendo: Não acontece!

Nós fomos às bases. Eu concordo com a antropóloga Marianna quando ela diz que nós temos que ouvir também representantes de instituições indígenas, mas nós temos que ir nas bases. E eu fui nas bases, Sandra Terena foi nas bases. Eu tenho um minuto ainda, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. OSWALDO EUSTÁQUIO FILHO – E nessas bases que nós fomos, as mães indígenas choram. E não são só as crianças, são por essas mães, são por mães como a Sandra Terena.

São mães como a Muadi, que está ali, que estão dizendo: Parem de matar nossas crianças! E nós não-indígenas, estamos querendo relativizar, dizendo: Não, tem que matar. Não tem que matar! Nós temos que salvaguardar essas crianças, porque o Brasil não pode ficar com essa pecha.

E eu pergunto para a Funai, eu pergunto para a Sesai, para a Funasa, eu pergunto para o Senado da República, para o Poder Executivo, para o Legislativo e para o Judiciário: Quem é que vai dar conta do sangue dessas crianças indígenas? Quem é que vai dar conta do sangue das que já morreram? Quem é que vai dar conta desses sangues? São os antropólogos? É a Funai?

No ar-condicionado, sem ver. A Sandra Terena protocolou. Vocês não receberam. Que vergonha! Recebam-na para ver as 80 horas de filme. Quem é que vai dar conta desse sangue?

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Oswaldo Eustáquio Filho e a Rosângela ficaram exatamente nos cinco minutos.

Lúcio Flores, indígena Terena. É só apertar o botão preto que acende uma luzinha verde.

O SR. LÚCIO FLORES – Obrigado. Eu quero agradecer a oportunidade de poder fazer o meu comentário sobre o tema, mas também quero cumprimentar a Mesa anterior, aqueles que já falaram. De fato, este debate traz uma riqueza muito grande. E eu gostaria de contribuir neste momento com esta discussão.

Eu sou Terena, do Mato Grosso do Sul. A aldeia é Jaguapiru. Muita convivência com o meu povo e com outros povos. Muitos anos na Coiab, na Amazônia, dez anos assessorando a Coiab. Então, uma boa experiência com os povos indígenas de outras regiões. Atualmente, estou na Aldeia Bacaeri, Mato Grosso, onde eu vivo.

Quando nós falamos desse projeto, isso nos dá a impressão de que não temos leis que já protejam a vida. Parece que estamos trazendo uma coisa nova. Nós vamos proteger a vida dos índios a partir de agora. Na verdade, nós já temos tantas leis e já temos assegurada a nossa vida em mecanismos nacionais e internacionais. Nós temos isso muito claro. Nós já ouvimos aqui... Temos a OIT, o art. 169, outros artigos que já tratam e também a própria Constituição brasileira, que já traz muito sobre a vida.

Parece-me um projeto bastante discriminatório. Nós estamos sendo discriminados uma vez que dizemos que são dezenas de povos indígenas. Nós não temos essa grandeza de número, essa grandeza numérica de povos que tenham, de alguma forma, na sua história, a prática do infanticídio. Meu povo, lá pelos períodos ainda de chaco, na verdade, quando havia uma convulsão muito grande, uma criança podia ser deixada. Se tinha dois, ninguém fugia com os dois, fugia apenas com um, mas isso em séculos passados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aqui está uma indígena Bacaeri, do mesmo povo do Edson Bacaeri, na aldeia em que moro hoje. Lá na Aldeia Bacaeri não há histórico de infanticídio. Nós vivemos lá. Matilde Madicai está de pé lá. Ela é do mesmo povo. A história do povo dela não pratica o infanticídio.

Quando nós falamos que estamos tentando criar uma lei e tratando isso como um fato cultural, nós vemos aqui um exemplo do próprio parente Kamayurá. Ele foi salvo pela mãe. Se fosse cultural, a mãe também estaria matando, sabe? Nós não temos a própria família protegendo? Nós não temos tios, não temos irmãos, não temos mães protegendo? Então, não é cultural, é circunstancial.

Naquele momento, quando ele disse que o pai entendia que não devia ter esse filho, e, se em alguns povos isso acontece, é porque as necessidades, os problemas vividos, e, aí, nós ouvimos muito aqui sobre isso, em que não chega o Poder Público, em que não há condições de sobrevivência, então, as crianças morrem e são salvas, aquelas que são salvas, são pelos seus próprios povos.

Então, me preocupa muito quando nós generalizamos essa situação como se nós todos fôssemos, nós, indígenas somos os matadores de criança. Não é isso. Eu rejeito esse projeto de lei se se encaminhar nesse sentido.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, que já disse que vai ouvir outras instituições representativas, porque nós temos instituições que estão na ponta, que estão trabalhando com os povos indígenas, que estão conhecendo a situação de cada povo, e, lá, de fato nós podemos entender o quanto é difícil discutir um tema como esse.

E eu gostaria de finalizar dizendo que qualquer lei que sair dos palácios daqui, de Brasília, não vai ter muita influência lá, na base. Ninguém vai ficar cuidando quando a mãe lá, no mato, tiver que abandonar seu filho. Não vai estar a Funai, não vai estar a Funasa, não vai estar a Polícia Federal para criminalizar ninguém lá.

Nós gostaríamos de não ser criminalizados.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Lúcio Flores, indígena Terena.

Cumprimento a fala de todos os três, porque ficaram exatamente nos cinco minutos.

Agora, Mikaellyson Martins da Silva.

O SR. MIKAELLYSON MARTINS DA SILVA – Quero, primeiramente, agradecer ao Presidente Paulo Paim.

Sou do Norte, extremo Norte do Brasil, Roraima. Pude presenciar a professora ali, do Inan, Instituto de Antropologia no Estado de Roraima, e eu fico triste por não ver os nossos Senadores do Estado de Roraima, Senadores Telmário Mota, Romero Jucá e Angela Portela.

É triste, porque eu acho que o grande número de indígenas também, o grande polo de toda essa discussão está no Norte, no extremo Norte, que é esquecido por muitos, principalmente aqui, do centro do Brasil.

Nós somos esquecidos nas fronteiras desse Brasil e eu quero chamar a atenção dos estudiosos, que dizem defender tanto a cultura. Eu quero perguntar: deles, de quem é o interesse de defender tanto a cultura? Será que realmente é para defender os povos indígenas? Ou têm outros interesses por trás?

Eu acabei de ver aqui alguns, nas suas falas, aí, denegrirem a imagem dos parentes, dizendo que "Ah, é apenas uma história. Não podemos levar em consideração". Por que não? Quer dizer que o que eles viveram não tem valor? Kakatsa, conheci o Kakatsa, uma história muito bonita e essa questão toda dessa indiofobia que existe por parte de alguns estudiosos...

Em Caracaraí tem muitos indígenas yanomamis que sofrem também, que praticam a questão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

infanticídio.

O que eu vejo nessa questão são estudiosos querendo transformar as nossas aldeias, os nossos parentes em laboratórios. Por isso essa questão desse isolamento total. Querem transformar em laboratório de pesquisa.

E eu venho dizer, os parentes não são objeto de pesquisa de vocês, não são objeto qualquer. Nós somos seres humanos. Todos são seres humanos e merecem respeito. Nós vimos lá o Davi Kopenawa que lutou contra os americanos que vieram aqui só coletar seu sangue e levaram. Ficou anos lutando na Justiça internacional para ter seu sangue de volta.

O interesse maior é só esse. É transformar as nossas aldeias em laboratório de pesquisa. É isolar para querer estudar a questão do sangue, da genética. Essa é a questão maior.

Nós vemos crianças sendo enterradas vivas por causa de lábio leporino. O que é isso? Com duas ou três cirurgias se resolve esse problema. E hoje a gente vê instituição querendo negar que existe essa criança aqui. Todos têm direito de ser reconhecidos, todos nós temos direito, como seres humanos, independentemente de ser índio, negro, branco – esse mito das três raças.

Eu trato toda essa questão desde a colonização, quando também transformaram os nossos indígenas em laboratório. Trouxeram os negros, a minha raça também, como um laboratório de burro de carga dos brancos, dos grandes coronéis, que até hoje dominam a classe. É isso que eu vejo.

Perdoem-me os estudiosos, porque eu também sou estudante de antropologia, mas o que eu vejo é a grande maioria dos estudiosos transformando os nossos indígenas em objeto de pesquisa, assim como fizeram os portugueses na colonização do Brasil: levaram para as lavouras de café. A gente nem precisa de Funai. Nós temos as nossas lideranças. Quero dizer para os outros parentes que nós também temos outras lideranças que são contra o infanticídio. E a grande maioria é contra o infanticídio. O problema é que nunca foram ouvidos.

Eu agradeço ao Senador Paulo Paim, que ele venha também dar ouvido às outras vozes. Eu fico aqui muito grato.

O projeto foi bem discutido. Acho que a professora não acompanhou o projeto desde o início, mas passou oito anos sendo discutido antes de vir para o Senado. E que venham outras discussões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Ficou nos cinco minutos também, Mikaellyson Martins da Silva.

Elaine Moreira, antropóloga.

A SRª ELAINE MOREIRA – Eu sou Elaine Moreira, a professora que o meu colega que me antecedeu comentou.

Eu trabalho em Roraima. Fiz minha tese de doutorado com povos indígenas lá e acompanhei na época pela ABA a comissão de assuntos indígenas da Associação Brasileira de Antropologia, quando ainda estava na Câmara dos Deputados esse projeto. Isso foi em 2009.

Passados esses anos, eu vejo uma cena muito parecida. As mesmas pessoas, as mesmas histórias. Então, devemos estar atentos para essa construção de uma imagem, essa produção de uma imagem.

Vai fazer quase um ano de uma imagem que não circulou na Rede Globo, e acho que quero me referir a essa imagem. Foi o assassinato de uma criança indígena no colo da sua mãe, numa rodoviária, no Estado de Santa Catarina. Essa criança foi assassinada. Vocês aqui devem se lembrar disso, vai fazer quase um ano esse fato.

Isso é para a gente ter uma imagem desse racismo que o Senador colocou, para a gente ter junto a essa discussão essa imagem da tamanha violência do racismo que as populações indígenas sofrem aqui no Brasil.

Eu queria também chamar atenção que, na fala do Josué e do Kamayura, a gente percebe exa-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tamente, como disse o outro colega que me antecedeu, que quem está ali na ponta são os próprios indígenas. Eles estão agindo, debatendo, discutindo. E acho que isso nos faz perguntar qual então é o papel do Estado nessa discussão. É a criminalização dessa prática? É oferecer instrumentos para que esse debate continue? É dar o suporte para uma qualidade de saúde que chegue efetivamente à ponta? Então, qual é o papel do Estado?

Outra coisa que eu gostaria de registrar é que, nessa construção da imagem, é muito grave o que tem acontecido. Existe um documentário que foi construído, circulado, e que faz parte de uma denúncia no Ministério Público Federal. E sugiro que o Relator solicite ao Ministério Público Federal o documentário, e eu gostaria que os colegas me ajudassem a falar o nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para nós o localizarmos. Eu vou ver...

A SRª ELAINE MOREIRA – Hakani – começa com h.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

A SRª ELAINE MOREIRA – Então, sugiro que o Relator, por favor, solicite-o ao Ministério Público, para a gente ter uma dimensão dessa construção da imagem e dessa criminalização junto aos povos indígenas.

E acho que a pergunta é esta: qual então é o papel do Estado dentro dessa luta pela imagem, dentro dessa questão por direito.

Acho que é importante dizer que é um falso debate quem defende a vida, quem defende a morte. Acho que não tem ninguém aqui defendendo a morte.

Eu sou antropóloga, sou mãe, enfim, trabalho, luto pela questão dos direitos humanos. Mas os direitos humanos nos fazem refletir também qual é o papel do Estado. O Estado também pode ser o violador dos direitos humanos.

Então, era só isso que eu gostaria de colocar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Elaine.

A Elaine fechou bem quando falou da importância de esse debate continuar, inclusive lá na ponta, e de nós refletirmos. É o que estamos fazendo aqui.

Acho que você fechou muito bem este momento em que a gente ouviu o Plenário.

Como de praxe na Comissão, os convidados das duas Mesas, porque ouviram o Plenário, terão três minutos cada um para suas considerações finais. Claro que não serei rígido; ser precisarem de cinco minutos, darei cinco.

Então, começo com a Sandra Terena. Ela se encontra? Então, vamos começar com a outra Mesa. Eu vou chamando então aqueles que estiverem.

Maira Barreto, por três minutos; se necessário, cinco.

A SRª MAIRA BARRETO – Excelência, na verdade, como tem sido dito aqui, esse debate comporta mais tempo para a gente poder falar e justamente até agora poder me manifestar sobre tantas coisas que foram ditas aqui.

Eu gostaria de mencionar em relação ao que foi dito sobre a questão de não poder divulgar essas práticas culturais nocivas porque seria discriminatório. Da mesma forma remeto a questão da mutilação genital feminina na África. Não se pode divulgar isso? Por que isso incita preconceitos aos povos africanos? Não se pode falar sobre essa prática? E por que é ruim a gente falar sobre práticas que não são boas, para a gente justamente debater? No Brasil, infelizmente, o povo brasileiro é corrupto. No geral é corrupto. A gente não pode falar sobre isso? Não pode combater isso? A questão da sexualização precoce das crianças aqui no Brasil é terrível. A gente não pode falar sobre isso? Infelizmente é um aspecto também da nossa cultura aqui. Essa sexualização precoce das crianças, a gente não pode debater sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

isso? Por que incita ódio ao povo brasileiro? Incita preconceito? Por que não poder debater sobre isso? É necessário sim.

Inclusive como falei, o Comitê sobre os Direitos das Crianças, o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, com essa recomendação sobre as práticas tradicionais nocivas, deixa muito claro que é necessário sim falar sobre isso e combater, não resta dúvida sobre isso. É necessário o combate a essas práticas tradicionais nocivas, ainda mais vindo por uma demanda interna. Vai negar, como o Osvaldo acabou de falar, que existem? E aqueles dados do mapa da violência em Roraima, em Caracaraí, de que o colega também falou a respeito, da cidade mais violenta do Brasil, e saiu no Fantástico até sobre isso, é mentira? Esses dados não são verdadeiros? Essas mães yanomamis não têm direito ao acesso à saúde?

É difícil chegar lá, mas o Brasil vai ser responsabilizado internacionalmente se não chegar lá, porque é obrigado a fornecer saúde para esses povos indígenas, como também fornece ao resto da população. A população indígena tem que ter acesso à saúde sim. Essas mães têm que ter acesso à saúde e direito de criar os seus filhos como todas as outras mães têm. Isso sim. Está na nossa legislação; a Convenção 169 da OIT também fala isso. Só que ela também fala que esses povos deverão ter o direito de preservar seus costumes desde que em conformidade com os direitos humanos universais.

Todas as declarações internacionais em relação aos povos indígenas colocam essa ressalva, que pode sim preservar a cultura desde que em conformidade com os direitos humanos.

Claro que sim, tem que preservar a cultura indígena, óbvio, ninguém discute isso, mas os aspectos que são nocivos, tanto da cultura indígena como da nossa cultura... Nós matamos também crianças, é horrível, mas isso não exclui também a necessidade de olhar para as crianças indígenas, que são invisíveis. Tem que ser dada atenção da mesma forma a todas as crianças. Não existe ressalva, nos documentos internacionais, de que crianças indígenas não vão ser protegidas. Por isso, novamente repito: o Brasil pode ser sim responsabilizado internacionalmente pela omissão em relação a essa questão.

E em relação também à consulta aos povos indígenas? Claro, eles têm que ser consultados e participar do debate. Mas se há uma questão que viola direitos humanos, essa questão se sobrepõe, sobrepõe-se inclusive à questão de opinião. Isso foi decidido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Gelman Vs. Uruguai, e até posso passar ao Senador informação em relação a isso, em relação à Lei de Anistia quando a população uruguaia foi a favor da Lei da Anistia, que permite tortura...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRª MAIRA BARRETO – Sim.

E o que a Corte Interamericana decidiu? Mesmo que seja democracia, mesmo que seja a maioria da população votando a favor de uma lei que é contrária aos direitos humanos, contrária à Convenção Americana de Direitos Humanos, essa lei não pode prevalecer, mesmo tendo sido decidido pela maioria. Então, a mesma coisa ocorre em relação aos povos indígenas.

Claro, gente, todo mundo está falando aqui, tem que preservar, mas, se for a opinião em relação a uma coisa que viole os direitos humanos, isso não pode prevalecer. E a vida das crianças tem que prevalecer.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Maira Barreto.

Agora, voltamos à Sandra Terena.

A SRª SANDRA TERENA – As minhas considerações finais: eu já falei basicamente tudo o que eu tinha que falar. E reforço aqui ao Senador Paulo Paim a necessidade de estabelecimento dessa lei justa-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mente para garantir o direito das nossas crianças.

Hoje a gente está aqui com o Amalé, com a Iganani. E eles estão aqui justamente porque muitas pessoas têm lutado e têm defendido essa causa. Então, eu peço a atenção, a sensibilidade do Sr. Senador no sentido de olhar com carinho para esse projeto de lei.

Em relação também ao que foi falado de que são sempre as mesmas pessoas que estão debatendo sobre a questão do infanticídio, eu quero deixar aqui aberto, porque há 80 horas de documentário – 80 horas de depoimentos de pessoas indígenas de lugares muito afastados às quais a gente teve acesso, porque a gente foi pessoalmente até a aldeia –, para quem quiser assistir, escutar. Só que eles não têm como chegar até aqui, eles não tiveram essa oportunidade de estarem aqui. Mas eu deixo à disposição para quem quiser ouvir a história deles, saber, porque eles podem, sim, dizer muito melhor, podem contar a história deles, ficando claro realmente que infelizmente essa prática acontece.

É isso que eu tenho a falar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sandra Terena, que não usou os cinco minutos.

Vamos, de imediato, ao Fernando Pessoa de Albuquerque; os mesmos cinco minutos para todos. Quando chegar ao quarto minuto, a campainha tocará, e, no quinto, terminará o tempo.

O SR. FERNANDO PESSOA DE ALBUQUERQUE – Sim.

Bom, queria agradecer a oportunidade de a gente conversar e discutir sobre essa temática. E eu queria deixar muito claro que para nós da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde é uma temática extremamente preocupante, em especial quando a gente fala de violência contra a criança em geral.

As crianças indígenas têm sofrido situações de vulnerabilidade social. Na Região Sul, a gente vivencia situações dos acampamentos onde as famílias vivem sem nenhuma infraestrutura. A gente tem que tomar muito cuidado sobre como a gente lida com isso, porque, de modo algum – de modo algum! –, a gente é a favor do infanticídio.

E aí eu me coloco como um sanitarista preocupado com a saúde das crianças indígenas. E o que a gente está falando é como desenvolver políticas públicas para essas crianças. Há uma proposta de um projeto de lei que visa criminalizar essas situações denominadas de infanticídios, às quais alguns antropólogos têm denominado como neonaticídios – o assassinato de recém-nascidos.

E aí eu queria só deixar claro que, na minha fala, mencionei muito rapidamente sobre notificação de violência. E que a gente conseguiu incluir – a Sesai é uma comunidade notificadora – as notificações de violência.

Já temos como lei que todo profissional de saúde é obrigado a notificar a violência contra a criança e contra o idoso. Aí o Senador, que é um dos autores do Estatuto do Idoso, sabe muito melhor que eu que o Estatuto do Idoso obriga o profissional de saúde a notificar a violência contra o idoso. É o mesmo efeito quando nós falamos de criança. Então, já existe uma lei que legisla sobre o papel do profissional de saúde na notificação das violências.

Essa notificação de violência serve justamente... Aí eu posso partilhar com o Senador que, na Sesai, nós montamos uma ficha complementar das notificações de violência. O que nós perguntamos nessa ficha? Nós perguntamos se a violência é reconhecida pela comunidade e quem demandou essa temática. Então, digamos assim, uma jovem indígena, kayapó, que vai ter a sua cabeça raspada, num ritual de passagem da menina para a mulher. Isso é uma situação de violência, senhores, ou é um rito de passagem próprio daquela cultura?

Se essa jovem indígena considerar que não quer, na nossa ficha complementar de violência ela vai dizer que considera aquilo uma situação de violência, e o profissional de saúde vai anotar como uma situação de violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Na nossa ficha pergunta-se também se há algum aspecto cultural da comunidade que justificaria essa situação, abro aspas, de "violência" e sobre como a comunidade lidou com isso.

O que eu estou dizendo, senhores, é que existem políticas públicas que têm sido desenvolvidas. Essas fichas complementares estão sendo preenchidas. Infelizmente, eu não consegui tempo para trazer os dados consolidados dessas violências, porém a Sesai se dispõe a partilhar essas informações. Mas nós compreendemos que temos que fazer políticas públicas sobre isso e incentivar o acolhimento da... E, aí, eu acho superimportante ouvir as mulheres.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. FERNANDO PESSOA DE ALBUQUERQUE – Eu acho superimportante poder ouvir as mulheres, que são, muitas vezes, vozes que têm menos poder dentro da sociedade indígena. A Associação de Mulheres Indígenas do Xingu, da qual eu também já participei, é um exemplo de mobilização, e as lideranças se incomodam. As lideranças de homens se incomodam. Então, é superimportante nós darmos voz, sim, às mulheres e darmos voz às outras organizações indígenas.

Só para fechar, eu entendo que nós conseguimos trabalhar essa temática e combater as situações de vulnerabilidade dessas crianças – chamadas de infanticídio – através de política pública, e não de criminalização. E sugiro o convite ao Conselho de Direitos Humanos, para também fazer parte dessa discussão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente cinco minutos.

Esse foi Fernando Pessoa de Albuquerque.

Kakatsa Kamayura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quanto a esses dados, no encaminhamento final nós os pegaremos.

O SR. KAKATSA KAMAYURA – Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador a disponibilidade para debater esse tema tão importante para nós e tão polêmico para os que estão aqui.

Esse projeto de lei não criminaliza os indígenas, criminaliza o Poder público, as pessoas que trabalham na área indígena – no caso, lá no Xingu, os funcionários da Funasa, ou Secretaria Especial de Saúde Indígena, trabalham na área indígena. Lá na minha aldeia tem uma enfermeira trabalhando. Então, essas pessoas que são responsabilizadas caso aconteça algum infanticídio indígena.

Muito obrigado pela disponibilidade de nos ouvir.

Existem pessoas que estão ignorando nossa preocupação, porque se preocupam mais com elas mesmas. As pessoas que estão aqui têm apartamento, têm creche para os seus filhos, então não se preocupam com a questão indígena – elas se preocupam com o bolso delas. Eu gostaria de agradecer exatamente por causa disso.

Para finalizar, eu gostaria de dar este livro, que tem vários relatos, e os jornais que falam sobre infanticídio indígena. Eu vou dar este livro para o senhor, para o senhor analisar bem a situação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu recebo, como Relator, o livro, com enorme satisfação, para ajudar no parecer.

Muito obrigado, Kakatsa Kamayura. Muito obrigado.

Você pegou a foto dele aqui? Então está bem. Já pegou a foto, eu achei que ela não tinha pego,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

devido à rapidez.

Nós vamos agora para a segunda Mesa; começa com o Artur.

Artur Nobre Mendes, representante da Funai.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Obrigado, Senador.

Sendo muito breve, até pelo adiantado da hora, eu queria mais uma vez agradecer a oportunidade e dizer que este debate realmente é muito importante. Quero parabenizá-lo pela decisão de dar continuidade ao debate, não encerrar aqui, porque muitos e muitos atores, pessoas e instituições que atuam nessa questão precisam ainda ser ouvidas. E coloco a Funai sempre à disposição para este e outros debates que venham a acontecer.

Nós vimos aqui, em algumas falas – principalmente aquelas mais exaltadas – uma tentativa um pouco maniqueísta de transformar o debate, que é o debate de um projeto de lei, num debate para saber quem é a favor ou contra o infanticídio, para saber quem é a favor ou contra a vida humana, e isso, realmente, é lamentável que aconteça. O que está em debate é se – e é importante trazer isso, trazer novamente essa questão para o debate – o projeto de lei que chegou às suas mãos para relatar é ou não a forma mais adequada de o Estado brasileiro abordar o assunto. Isso é que está sendo debatido.

É um problema. Existe o problema, tanto na sociedade indígena como na nossa sociedade. Qual é a melhor maneira de abordar? Qual é a melhor maneira de tratar o assunto, pelo Estado brasileiro? Essa questão é que está sendo debatida. Eu lamento profundamente as ofensas que sofri e presenciei aqui, e acusações graves, mas eu queria dizer que não levo essa mágoa.

E essa ofensa, alguma pessoa que fez, que praticou, está devidamente perdoada em nome de Jesus, inclusive.

Queria também deixar claro, como disse aqui o nosso representante do Ministério da Saúde, que o Estado brasileiro, muitas vezes, é deficiente na sua atuação, muitas vezes, ele impede. Vigemos num país onde o índice de violência é altíssimo, mas não por falta de leis. É deficiente, porque o Estado também é deficiente e porque a sociedade, muitas vezes, não se utiliza dos mecanismos legais existentes para coibir essa violência.

Agora, isso implica a necessidade de outras leis e principalmente é necessária uma lei que tipifique um crime, delimitando um único grupo social, como sendo ele o praticante, em especial, daquele crime. Vamos aprovar uma lei contra o homicídio praticado por índios, vamos aprovar uma lei contra qualquer outro crime que ocorra em terra indígena ou entre os povos indígenas, como se não existissem entre nós? Isso é que está sendo discutido e é por isso, exclusivamente por isso, que a Funai não apoia esse projeto de lei.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Artur Nobre Mendes.

Quanto às ofensas, eu diria que toda ofensa pessoal não é bem-vinda. Com certeza, não constará da ata.

Se houve ofensa pessoal, na hora de fazer a conversão na ata, as ofensas pessoais, se houver, não constarão.

Deixo bem claro isso para todos.

Quero deixar claro também, por obrigação, quando foi se referir a outros três Senadores, que, primeiro, dois deles fazem parte desta Comissão, um não faz parte, mas, na segunda-feira, normalmente, são sessões de debates, tanto aqui como no plenário à tarde, de que vou participar. São Senadores sempre presentes aqui no Congresso.

Faço esse esclarecimento, independentemente de eu discordar até da posição de outro. Eu estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

falando dos três: Romero Jucá, Telmário Mota e Angela Portela são Senadores muito presentes aqui na atividade da Casa. Só para não ficar nenhum mal-entendido.

Agora, Josué Palmari.

O SR. JOSUÉ PALMARI – Mais uma vez, bom dia.

Quero agradecer, mais uma vez, pela oportunidade.

Primeiro, quero parabenizar a comunidade Bakairi, que falou que não há infanticídio, mas, se não há, a história do Edson é uma das que pratica, não sei se é da mesma comunidade.

Parabéns.

Outra coisa que eu queria deixar aqui: enquanto vocês estão adiando essa questão da votação, se é aprovado ou não, muitas crianças estão sendo mortas na Região Amazônica.

É isso que eu queria deixar.

Como eu falei na primeira fala, existe isso em muitas comunidades. Se vocês quiserem, vocês são os meus convidados para viajarmos rio acima juntos, para que vocês conheçam pessoalmente o que realmente está acontecendo.

Nós não viemos aqui só falar de pesquisa de antropólogo, que, às vezes, nem esteve lá ou ficou uma semana, fez a pesquisa e já saiu. Isso não dá. Eu não vejo como uma situação em que a pessoa conheça aquela realidade. Em uma semana você não conhece a realidade de um grupo indígena. Então, todos vocês, o representante da Funai nacional, o Arthur, o rapaz lá da secretaria de saúde também está convidado. A minha lancha está em Manaus, bem localizada para ir para os rios. Então, eu convido vocês para conhecer a realidade dos indígenas lá.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, ficou dentro do tempo também o Josué Palmari.

Agora a Marianna Assunção Holanda, pesquisadora e doutora nesse assunto.

A SRª MARIANNA ASSUNÇÃO FIGUEIREDO HOLANDA – É importante falar algumas coisas aqui. Quando a Rosângela coloca que a gente está aqui representando instituições e defendendo a morte em nome dessas instituições, mais uma vez é importante enfatizar que ninguém aqui é a favor do infanticídio. Isso é inquestionável. Ninguém tem porque defender isso. Também não estamos afirmando que infanticídios não existem; muito pelo contrário, eu fiz toda uma exposição mostrando que existem tantos nas comunidades indígenas como em qualquer outra comunidade humana.

O que está sendo afirmado aqui de forma muito contundente é que não podem os infanticídios, assim como todas as práticas de violência, ser colocados e descritos num projeto de lei como práticas tradicionais das culturas indígenas, como algo específico que as caracterizem como um povo. São deturpações dos nossos argumentos que não fazem sentido, não é isso que está sendo dito.

Quando o Mikaellyson coloca que existe essa defesa da cultura acima da vida, esse também não é o nosso argumento. Ninguém aqui está falando disso, estamos todos defendendo a vida, Mikaellyson. O que a gente está dizendo – e fiz isso também agradecendo as histórias de vida e os índios presentes que estão aqui, de maneira nenhuma ignorei –, faço questão de enfatizar mais uma vez, é que essas histórias de vida são muito importantes, mas existem muitas outras, e a gente precisa ouvi-las. E existem também as falas das representatividades, das representações nacionais dos povos indígenas. Eu não vejo motivo nenhum para ter medo ou querer avançar no debate e não querer ouvir essas pessoas. Eu acho que a gente está aqui discutindo um tema muito importante, um tema muito delicado, e a gente está defendendo os direitos humanos.

Quando a Elaine colocou, Senador Paulo, a questão do documentário Hakani, é importante falar duas coisas. Há uma ação civil pública sobre esse documentário, pelo Ministério Público, ele foi tirado de circulação, porque ele é apresentado como um documentário, mas é uma encenação. Os índios karitianas que participaram desse documentário se sentiram lesados por uso e abuso de imagem. Eles entenderam que estavam fazendo um documentário que representava práticas antigas, ancestrais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

povo, e lá estavam sendo apresentadas crianças enterradas vivas. Então, quando eles perceberam, eles tiveram contato com isso quando estava sendo transmitido pelo Fantástico em rede nacional, ficaram absolutamente indignados e chocados.

É importante frisar também que esse documentário foi banido, teve sua exibição proibida pela Justiça australiana, um documentário que também está lá. Essa mesma acusação de infanticídio também é feita para os aborígenes australianos. É um processo mundial que está acontecendo.

Então há várias provas. Africanos estão sofrendo essas acusações. Há uma rede mundial de afirmações nesse sentido. E a Justiça da Austrália, na sua instância máxima, que seria correspondente ao STF, proibiu a exibição desse documentário lá, por considerar que ele denigre e difama a imagem dos povos indígenas.

Colocando isso e falando ainda em defesa das instituições, eu jamais poderia ter um título de mestrado em Antropologia e de doutor em Bioética defendendo a morte de crianças. Isso é inviável. Também falando por essas instituições, é importante frisar, e vou deixar aqui para o Senador Paulo, duas manifestações que foram feitas: uma é a carta de comissão de assuntos indígenas da ABA, intitulada "Infanticídio entre as populações indígenas. Campanha humanitária ou renovação de um preconceito?"

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIANNA ASSUNÇÃO FIGUEIREDO HOLANDA – É a posição institucional da Associação Brasileira de Antropologia.

O outro é uma carta das mulheres indígenas, lida e aprovada na assembleia de encerramento do I Encontro Nacional de Mulheres Indígenas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem um minuto.

A SRª MARIANNA ASSUNÇÃO FIGUEIREDO HOLANDA – ...manifestando repúdio e indignação contra a reportagem produzida pela ONG Atini e exibida no dia 7 de novembro de 2010, em rede nacional, no programa *Domingo Espetacular*, da Rede Record. Essa carta foi aprovada por unanimidade no Encontro Nacional de Mulheres Indígenas. Está aí, com o senhor.

Maira, quando você coloca que estamos aqui dizendo que não se podem divulgar essas práticas, mais uma vez vocês estão deturpando toda hora o que estamos colocando. Não estamos falando que não se pode divulgar. Estamos divulgando, estamos trazendo dados, dados oficiais que mostram que a mortalidade infantil indígena é muito maior por causa de fome, de desnutrição e de desassistência à saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo.

A SRª MARIANNA ASSUNÇÃO FIGUEIREDO HOLANDA – Os nossos dados de infanticídio não são alarmantes, como vocês dizem.

Para concluir, a questão não é que não se podem divulgar essas práticas. A questão é que não se pode afirmar que elas são práticas tradicionais das culturas indígenas.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a Marianna Assunção Holanda, que é pesquisadora e Mestre em Antropologia Social.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, só mais um minuto.

Se eu abrir agora pela ordem, você vai me desculpar, inúmeros terão direito a pedir pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Veja bem, pessoal. Eu dei espaço para todo mundo, a audiência transcorreu em alto nível até aqui. Quando foi dito que alguém se sentiu ofendido, eu lhe garanti que isso não ia constar da Ata. É claro que nós vamos olhar.

Se eu abrir neste momento, você vai concordar que eu terei que abrir para todos fazerem as suas considerações, porque entenderam que o ponto de vista do outro não foi aquele que eles gostariam.

Diante disso, eu vou dar um encaminhamento às ditas oportunidades.

Como eu disse, este debate não termina aqui. Na Câmara, ficou oito anos.

Às vezes, aqui no Senado é assim. Por exemplo: medidas provisórias ficam lá na Câmara por todo o tempo do mundo. Quando chegam aqui, dizem: olha, Paim, tem que aprovar como está, senão vai cair.

Nós não concordamos com isso, brigamos para que isso não aconteça. Particularmente, sou contra as medidas provisórias. Tenho um projeto para acabar com isso. Essa proposta deve ser por projeto de lei e não por medida provisória.

Como eu já havia decidido, nós vamos realizar outras audiências públicas. Leia-se – eu estou sendo muito franco: não é outra. Outras. Consequentemente, serão mais duas, mais três... Todos terão direito a se posicionar. Não sou eu quem indica os convidados. As entidades aqui... Permita-me, o seu nome...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Ana Maria, por exemplo: ela mesma indicou inúmeras pessoas, como nas outras audiências. Todos poderão indicar, mas aqui há alguns nomes que chegaram. Eu peço que, no final, se entenderem que há outros nomes que deveriam ser indicados para essas próximas audiências públicas, é só se dirigir aqui aos nossos companheiros da Secretaria-Geral da Comissão.

Encaminhamento tirado desta audiência: realização de outras audiências públicas, com a presença... Vou ler aqui os nomes que foram levantados: o Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Conselho Nacional de Política Indigenista, Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, Conselho Nacional de Saúde, entidades representativas dos povos indígenas, Ministério Público, OAB, CNBB, e também a Secretaria – que eu acho importante – de Direitos Humanos da Presidência da República.

Ficarão livres, os senhores e as senhoras, para se dirigir à Secretaria da Mesa. Quem é que vai controlar isso? (*Pausa.*)

Já de imediato, a partir do encerramento, se quiserem indicar... Daí poderemos combinar, inclusive... Serão duas audiências? Serão duas? Bom... Serão três? Desde que não seja, como eu digo sempre, para protelar por protelar, podemos marcar datas e dias das audiências públicas que vamos realizar com esse objetivo.

Aqui me informam isto: "Sr. Presidente, a Mesa informa que o documentário 'Hakani: A História de Uma Sobrevivente' [mostrado em documento] foi tirado de circulação." É isso, não é?

Bom, pessoal, mediante isso, nós encerramos a audiência pública de hoje.

Eu proporia, pessoal, que nós tirássemos agora, aqui, no final – até para mostrar para a história que nós estamos fazendo o debate –, uma foto coletiva, com a participação de todos. E faço questão, inclusive, da autora do filme. Todos que estão aqui, inclusive as crianças, poderiam sair – se assim vocês entenderem – numa foto, para ficar nos Anais da Casa, sobre esse trabalho.

Todos que estão no plenário estão convidados. Todos, sem nenhuma discriminação.

(*Iniciada às 9 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 3 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 100ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 de Novembro de 2016, Quarta-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2.

Às onze horas e cinquenta e dois minutos do dia dezesseis de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Regina Sousa, Ângela Portela, Benedito de Lira, Dário Berger, Hélio José, Rose de Freitas, Omar Aziz, Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Tendo em vista a falta de quórum para a deliberação de matérias, a votação de todos os projetos e requerimentos constantes da pauta são adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental para abrir a reunião, declaro aberta a 100ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Seção Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Como está visto, falta quórum para deliberar, quer sejam requerimentos, quer sejam projetos. Não está sendo possível porque faltam quatro Senadores, ainda, no painel de registro de presenças. Com o feriado de ontem, estamos vendo que, na maioria das Comissões, não há quórum para deliberar, e com esta Comissão não é diferente. Mas, como temos número suficiente para abrir a reunião, assim o fiz. Aproveito para dar alguns avisos. Enquanto isso, se outros Senadores chegarem, poderemos votar projetos não terminativos e requerimentos. Caso contrário, não votaremos.

Vou apresentar hoje à tarde um voto de pesar e solidariedade ao povo gaúcho pela morte de um grande líder do Estado. Faço, neste momento, a leitura deste requerimento que vou apresentar às 14h no plenário do Senado.

Nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, requererei hoje à tarde de voto de pesar pelo falecimento do amigo, companheiro, lutador, militante, Irmão Antônio Cechin, grande lutador social, religioso e político. Ele faleceu nas primeiras horas da manhã de hoje. O Irmão Antônio Cechin nasceu em 17 de junho de 1927, em Santa Maria. Tornou-se irmão Marista em 1944. Em consequência de seu comprometimento com a liberdade, a vida e a democracia, foi perseguido, preso e torturado pela ditadura militar entre 1968 e 1972. No início da década de 70 foi pioneiro, com outros religiosos, na atuação junto aos pobres na periferia de Canoas e da Grande Porto Alegre, onde nasceram, por obra principalmente dele, as comunidades eclesiais de base.

Suas experiências de pastoral serviram de base para a Teologia da Libertação; ajudou a criar o COM, o Cebi, o Ceca, a CPT e o MST; buscou, na experiência e simbologia de Sepé Tiaraju e do povo guarani, uma mística de luta para os movimentos sociais e populares; também colaborou para a criação da Central da Única e do Partido dos Trabalhadores.

Foi por iniciativa dele que eu e o Deputado Maia apresentamos aqui a proposta de transformar Sepé Tiaraju em herói da Pátria, e isso hoje está consagrado.

Começou a trabalhar nas Ilhas do Guaíba, no Delta do Jacuí, quando se aproximava dos 60 anos de idade. Com sua presença solidária e fraterna junto aos pobres das Ilhas, segue organizando os cata-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dores, e desse trabalho emerge uma mística de luta ecológica que culmina com o Projeto Ecoprofetas, desenvolvido pela Associação Caminho das Águas, da qual é presidente. Eu tive a satisfação de fazer com ele essa caminhada.

Antônio Cechin influenciou uma geração de militantes no Rio Grande do Sul e no País. Foi o criador da Romaria da Terra, da qual participei inúmeras vezes; da Romaria das Águas. Foi o idealizador da missa em honra a São Sepé Tiaraju, o índio que foi massacrado defendendo os interesses do povo brasileiro. Foi também cofundador do Movimento Nacional Fé e Política.

Incompreendido em sua própria congregação religiosa, o Irmão Antônio Cechin dedicou a sua vida em defesa dos mais pobres. Foi agente de Pastoral em diversas periferias da região metropolitana de Porto Alegre; assessor de Comunidades Eclesiais de Base do Rio Grande do Sul, dos catadores e recicladores; desempenhou, ainda, a função de coordenador do Comitê Sepé Tiaraju e da Pastoral da Ecologia do Regional Sul-3 da CNBB.

Bacharel e licenciado em Letras Clássicas, Latim, Grego e Português, bacharel em Ciências Jurídicas – era advogado –, fez especialização, no exterior, em Economia e Humanismo na Irfed, acompanhado de Jacques Lebret, e Catequese no Instituto Superior de Pastoral Catequética, ambos na cidade de Paris, na França.

Experiências: vida religiosa marista; professor em colégio de segundo grau; diretor de escolas; secretário da Faculdade de Filosofia da PUC, Rio Grande do Sul; formação de catequista da Libertação, método Paulo Freire; movimentos juvenis, movimentos populares, MST, Sem Teto, Sem Terras e catadores; apaixonado pelos pobres e dedicado integralmente a fazer o bem por meio do empoderamento dos cidadãos, sem assistencialismo; escreveu o livro *Empoderamento Popular. Uma pedagogia de libertação*.

Essa foi a vida do irmão Cechin, que, junto com a sua irmã Matilde, dedicou sua vida a defender os mais pobres, os mais vulneráveis, os mais necessitados deste País. Deixo aqui a homenagem ao irmão Cechin, mas agradeço ainda em vida à Srª Matilde, irmã do irmão Cechin, a quem vou remeter este voto. Ela sempre o acompanhou nessa bela caminhada em defesa dos que mais precisam.

Esse voto de pesar e solidariedade, além de ser entregue à sua irmã de sangue, de vida e de causas, Srª Matilde, é extensivo também aos demais familiares no endereço Rua Coronel Vicente, 444, ap 130, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Este é o voto de pesar e solidariedade que vou apresentar no Plenário do Senado, às 14h.

Aproveitando este momento de informes, anunciamos que a CDH realizará, nesta sexta-feira, 18 de novembro, às 14 horas, audiência pública para debater os temas: Previdência Social, direito dos trabalhadores, negociado sobre o legislado, combate ao trabalho escravo, tráfico de pessoas, PEC 55/2016, conhecida como a PEC da morte. Vai debater também a defesa da democracia, o combate às desigualdades e preconceitos e a NR 12 (Norma Regulamentadora Nº 12 do Ministério do Trabalho), que voltou novamente para a CCJ. Ela estava na pauta, inclusive, no dia de hoje. Apresentamos dois requerimentos, um para que ela venha para esta Comissão e outro para que haja uma audiência pública.

Esta audiência será realizada na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, com início às 14h, porque, pela manhã, estaremos na Assembleia Legislativa da Bahia, às 10h, onde, com muita satisfação, muita alegria, receberei o título de cidadão baiano.

Informo ainda que, no dia 2 de dezembro, o mesmo debate aqui lido por mim será realizado em Belém do Pará.

Ainda na linha dos avisos, no dia 17 de novembro, às 9h, haverá audiência pública sobre a cobrança de elevadas contribuições de funcionários dos bancos. Aqui, claro, fala também da questão específica dos funcionários aposentados do Banesprev, que estão pagando também eles, além da população, contribuições elevadas. No dia 21 de novembro, audiência pública aqui na Comissão, às 9h, a PEC 55 e a Previdência Social. No dia 23 de novembro, audiência conjunta da CAS (Comissão de Assuntos Sociais), CAE (Comissão de Economia) e CDH para debater a primeira infância.

No dia 24 de novembro, às 9h, audiência pública para instruir o PLS 229, de 2016, que trata da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

consulta prévia às comunidades indígenas para fins de outorga para empreendimentos de geração de energia elétrica, a partir das fontes solar e eólica, e de transmissão de energia elétrica em terras indígenas.

Em 28 de novembro, às 9h, audiência pública para debater os 50 anos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a situação atual.

Em 29 de novembro, às 10h, audiência pública no Petrônio Portella sobre a importância do fortalecimento da organização dos trabalhadores mediante as inúmeras propostas, apresentadas pelo atual Governo, de retirada de direitos.

Em 1º de dezembro, audiência pública sobre a proibição de postagens sobre automutilação.

Em 5 de dezembro, às 9h, audiência pública para discutir a PEC 55 e, ao mesmo tempo, a dívida dos Estados.

Em 6 de dezembro, às 9h, audiência pública no Petrônio Portella para debater a reforma da Previdência.

Em 8 de dezembro, às 9h, audiência pública para debater a situação do oficial do Ministério Público.

Em 12 de dezembro, às 9h, audiência pública para discutir o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Em 15 de dezembro – porque no dia 16 encerramos –, audiência pública em que o tema será o Bioma Pampa.

Esses eram os avisos que nós tínhamos para o dia de hoje.

Como faltam ainda quatro Senadores, nós encerramos a nossa reunião do dia de hoje, sem nenhum prejuízo dos requerimentos, que serão votados na semana que vem, já que na semana que vem com certeza a Casa vai estar lotada. Esta semana tivemos um prejuízo, porque houve o feriado no dia de ontem.

Estão encerrados os trabalhos desta Comissão desta manhã. À tarde teremos outras atividades.

(*Iniciada às 11 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 101ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 6, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro e Pastor Valadares. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 118 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A cobrança de elevadas contribuições de funcionários e aposentados do BANESPREV". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Walter Antonio Alves Oliveira, Conselheiro Deliberativo do Fundo Banespa de Seguridade – BANESPREV; Jarbas Antonio de Biagi, Presidente do Fundo Banespa de Seguridade Social – BANESPREV; Alessandro Tomao, Superintendente Executivo do Jurídico Contencioso do Banco Santander; Eros Autorio de Almeida, Representante da Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo - AFABESP; Camilo Fernandes dos Santos, Presidente da Associação dos Funcionários do Grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp – AFUBESP; Fábio Henrique de Sousa Coelho, Diretor da Diretoria de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos – DIACE - da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc; Tirza Coelho Souza, Representante da Associação dos Funcionários do Grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp – AFUBESP; Ademir Wiederkehr, Secretário de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul; Antônio Bráulio de Carvalho, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão - ANAPAR. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Oliver Simioni; Maria Auxiliadora Alves da Silva; Vera Lúcia Marchione. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no Plenário. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz encaminhamento no sentido de que nos próximos quinze dias as partes se reúnam na Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC para a construção de um entendimento. O Senhor Presidente recebe o Prêmio MPT 10 do Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal e Tocantins, Alexandro Santos de Miranda. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 101ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 118, de 2016, desta Comissão, de minha autoria, para debater o tema "a cobrança de elevadas contribuições de funcionários e aposentados do Banesprev".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania (link: www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nós temos duas mesas. Vamos chamar, de imediato, a primeira mesa. Convidamos Walter Antonio Alves Oliveira, Conselheiro Deliberativo do Fundo Banespa de Seguridade. Seja bem-vindo, Walter. (*Palmas.*)

Jarbas Antonio de Biagi, Presidente do Fundo Banespa de Seguridade Social. (*Palmas.*)

Alessandro Tomao, Superintendente Executivo do Jurídico Contencioso do Banco Santander. Seja bem-vindo também. (*Palmas.*)

Eros Autorio de Almeida, representante da Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo. (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos.

Essa é a primeira mesa. Só para situar, na segunda mesa nós teremos Camilo Fernandes dos Santos, Presidente da Associação dos Funcionários do Grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp, e ainda Fábio Henrique de Sousa Coelho, Diretor da Diretoria de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos; Tirza Coelho Souza, representante da Previdência Complementar; Ademir Wiederkehr, Secretário de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, e Antônio Bráulio de Carvalho, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar).

Como todas as audiências públicas aqui no Senado, ou elas são transmitidas ao vivo pela TV Senado, ou elas são gravadas e vão à noite, mas, ao mesmo tempo, são transmitidas pelo sistema da internet, canais alternativos, para todo o Brasil. Como creio eu que hoje não haja nenhuma Comissão neste momento em atividade, provavelmente nós estaremos ao vivo para todo o Brasil discutindo esse tema.

Eu só vou fazer uma pequena introdução para situar quem está assistindo pelo sistema de internet ou mesmo pela TV Senado a nossa audiência pública. Vou só fazer a abertura deste documento, que trata das questões que nós vamos aprofundar hoje na nossa audiência pública.

Gostaria, antes de tudo, de dar as boas-vindas a todos e a todas que hoje vieram participar desta audiência pública, sugerida pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e prontamente atendida por esta Comissão.

Nossa audiência hoje trata de uma questão que já se arrasta há muitos anos e aflige um número grande de ex-funcionários do Banespa. Trata-se da questão da cobrança de contribuições extraordinárias para cobrir o déficit do Plano II do Banesprev, que tem a sua origem nas dificuldades enfrentadas pelo banco em meados dos anos 90 e que foram negligenciadas no processo de privatização ocorrida no ano 2000.

Depois, vem toda a discussão do Plano II, que eu não vou naturalmente ler, mas deu para, só nessa introdução, a população entender a gravidade e a grandeza do debate que faremos aqui hoje, envolvendo trabalhadores aposentados, o banco e setores interessados nesse tema.

Por isso, nós vamos de imediato iniciar o debate aqui com os especialistas do tema. Eu presido a Comissão. Sempre digo que o Parlamentar é um generalista, ele não é especialista praticamente em nada. Ele tem uma visão de tudo e, no debate, claro, a gente vai aprendendo junto com aqueles que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

estão assistindo os temas que eu trago aqui.

Eu tenho orgulho de dizer que, no ano passado, fizemos 150 audiências públicas, e vocês hoje estão inaugurando a de número 101. Até terminar o ano, pode ter certeza de que vai dar quase 150 – isso porque o ano termina no dia 16 para nós aqui –, pelo número de debates que nós temos aqui, por exemplo da 241. Na 241 nós debatemos a semana toda. Eu vou debatê-la na Bahia amanhã. Então, hoje à noite eu vou à Bahia. É uma audiência pública que vai ser feita lá que vai debater a 241, vai debater essa questão do negociado sobre o legislado, a reforma da previdência, a questão da reforma trabalhista, enfim, todos esses temas que estão no cenário das reformas do governo atual.

E, por isso, também quero dizer para vocês que esta nossa audiência pública está ao vivo. Já está confirmado que nós estamos ao vivo para todo o País pela TV Senado. Se no mínimo 1% das pessoas estiverem assistindo, vocês estão falando para dois milhões de pessoas, mais de dois milhões de pessoas.

Então, vamos, de imediato, aos nossos convidados e, na medida em que eles vão falando, a população vai entendendo o motivo desta audiência pública. Eu falo da importância das audiências públicas, porque é o momento de dar visibilidade aos grandes temas de interesse do País.

Nós já fizemos aqui com saúde, educação, infraestrutura, a questão da própria segurança, que é um problemão, a dívida dos Estados – vamos fazer mais uma na semana que vem. Aí, Ademir, nosso Rio Grande e o Rio acho que capitaneiam, porque são os dois Estados mais quebrados do País hoje. Não falo isso com satisfação, falo com tristeza. E não estou botando a culpa nesse ou naquele governo. Estou apenas dizendo que são dois Estados que estão com uma situação lamentável. Acho que é o Rio de Janeiro em primeiro lugar e, em segundo lugar, somos nós. Isso nós vamos debater aqui nesta semana.

Uma proposta alternativa que eu apresentei fala da renegociação da dívida dos Estados, com uma parceria muito grande com o Zanetti, lá no Estado. Viu, Ademir, você que conhece bem? Ele foi Presidente do CPERS. Ele reuniu um grupo de pessoas e apresentou esse projeto, que eu apresentei com o apoio de outros dois Senadores. É um tema muito interessante.

Bom, de imediato, eu passo a palavra ao Sr. Walter Antonio Alves Oliveira, Conselheiro Deliberativo do Fundo Banespa de Seguridade. Se tiverem alguma apresentação, fiquem tranquilos para chamá-la, e até algum vídeo, que fica gravado aqui na Casa e também vai ao ar para todo o País. O tempo para cada um dos convidados é de dez minutos, com mais cinco, se necessário. Quinze minutos seria o limite, para permitir que todos falem, e abrir a possibilidade, como eu sempre falo e faço, para que no mínimo cinco ou seis pessoas do plenário possam questionar os nossos convidados.

Dr. Walter, por favor.

O SR. WALTER ANTONIO ALVES OLIVEIRA – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão. Bom dia, Presidente Dr. Jarbas de Biagi, Presidente do Fundo de Pensão. Bom dia, Alexandre Tomao. Cumprimento também aqui o meu amigo Eros, da sessão dos aposentados.

Primeiro, queria agradecer esta oportunidade, Senador, de a gente poder mostrar um pouco da nossa realidade. Nós somos de São Paulo e às vezes eu fico invejado de ter um Senador como o senhor no Rio Grande do Sul, que tem um trabalho tão grande. Nós gostaríamos de ter um Senador no nosso Estado com toda essa representação e com toda essa vontade de trabalho. Então, muito obrigado.

Agradeço também ao pessoal do Rio Grande do Sul, que foi um dos idealizadores deste evento, a CUT, o Sindicato do Rio Grande do Sul e principalmente essa plateia, pessoal que viajou a noite inteira, desde ontem à tarde, para estar aqui. (*Palmas.*)

Eu vou falar rapidinho aqui. Eu fiz um pequeno histórico sobre o nosso problema. O Banesprev é uma entidade bem grande. Entre os fundos de pensão, é um dos dez maiores. Nós estamos falando de 27 mil pessoas participantes. Então, quando a gente alcança isso para os dependentes, nós vamos chegar perto de 60 mil participantes que recebem um benefício que depende do nosso fundo. E um dos principais planos do fundo é o Plano II, que é patrocinado pelo Banco Santander e por duas empresas – Isban e Produban – que são da área de informática do banco, que é o maior problema nosso e que é o foco principal aqui, apesar de haver outras coisas que podem ser colocadas nessa audiência.

Então, eu vou fazer um rápido histórico. Esse é um plano de benefício definido. Plano de benefício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

definido é aquele plano em que você sabe qual benefício vai receber, mas não sabe quanto vai pagar. Então, todo ano tem um custeio, e esse é o nosso grande problema nesse presente momento. O total de participantes é de quase 11 mil pessoas, 10,8 mil neste plano, sendo que 1,9 mil são ativos e 8,9 mil são assistidos.

Esses números são de uma colocação que a Previc fez ao Banesprev. A forma de contribuição é 55,05% do patrocinador e 45,95% que o participante paga. Ele tem um patrimônio de 5,4 bi – é um plano grande –, com 94% aplicado em renda fixa. Esse plano começa em 94. Mais precisamente em outubro de 94, nós, participantes, começamos a aportar recursos. Ele vem também de um plano anterior, que era patrocinado exclusivamente pelo Banco Banespa. Só que, em dezembro de 94, dois meses após a introdução do plano, há a intervenção do Banespa e praticamente o fechamento das adesões. Não há mais novas adesões.

Então, devido a todo esse tempo passado, lá em novembro de 2011, como nós tínhamos o grande problema do déficit, já que apontava para um problema que ia surgir – e surgiu gravemente em 2012, como vocês vão ver à frente –, nós protocolamos uma denúncia junto à Previc. Nós, o Sindicado dos Bancários de São Paulo, a Federação de São Paulo, a Confederação, Afubesp e outras pessoas, inclusive pessoas físicas.

Nessa denúncia da Previc, logo depois, em abril de 2012, começa o primeiro equacionamento de déficit. Como vocês podem ver, é um déficit bem grande já, com contribuição extraordinária, que afeta todos os participantes, inclusive o patrocinador. E os aposentados que não pagavam nada passam a pagar. Não pagavam nada aposentados, porque pagaram bastante enquanto estavam na vida ativa.

Em dezembro de 2012, nós encerramos esse processo administrativo. Ou seja, ele levou um ano dentro da Previc, com algumas reuniões entre banco, entre Banesprev e participantes. Eu participei de várias. Então, estou bem tranquilo para falar sobre isso. Foi encerrado esse processo pela Previc sem uma solução que agradasse a todos, principalmente a nós, participantes. É claro. E aí, em abril de 2013, nós impetramos uma ação judicial para cobrar o serviço passado, como vou mostrar lá na frente.

Essa ação está em fase de perícia, agora. Acho que não tem nenhuma decisão ainda. Nós estamos ainda nessa fase de perícia do problema. Em abril de 2013, houve um novo déficit de 170 milhões. E nós já chegamos perto de um bilhão equacionado. Ou seja, 950 milhões mais ou menos estão equacionados.

Em dezembro de 2013, os participantes questionam a Previc, alguns participantes, sobre a forma do cálculo que estava sendo feita pelo Banesprev. Essa forma de cálculo era baseada no art. 39 do Regulamento, que é feito sob cascata. Os altos salários, aqueles salários maiores pagavam valores muito grandes. Então, eles não estavam conseguindo pagar também e questionaram a Previc.

Lá em dezembro de 2015, apenas, a Previc determina que se altere o cálculo. Ela usa o exercício de 2014, por isso aqueles números são de 2014, no início dos números de participantes. Ela determina que o Banesprev faça essa alteração. Aí dá uma grande polêmica na reunião do Conselho Deliberativo. Nós procuramos a Previc, fizemos uma audiência na Previc, em janeiro de 2016, para o esclarecimento, para a ratificação sobre se aquilo estava correto.

Aí o Presidente do Branesprev também estava presente. Nessa audiência, foram pedidos ajustes. Em fevereiro de 2016, nós voltamos à Previc com os ajustes para definir exatamente como seria o prazo para as pessoas amortizarem; para os participantes amortizarem e o banco também.

Qual era o prazo? O prazo era de 27 anos, em cima de uma resolução lá de 2006. Só que, nessa reunião, foram discutidos vários prazos. Inclusive, como eles estavam voltando à de 2014, eles disseram que talvez voltassem em uma CNPC 14, que é uma Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me que eu cumprimente o Senador Flexa, porque as presenças aqui, para viabilizarem as audiências, são importantes.

Então, o Senador Flexa veio aqui para nos dar o apoio. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu queria agradecer o Senador Flexa.

Obrigado por ter vindo.

O SR. WALTER ANTONIO ALVES OLIVEIRA – Muito obrigado. Então, voltando. Nessa audiência, foram discutidos alguns prazos. Nós tínhamos um contrato para amortizar em 27 anos. Foi discutido para fazer em onze. Nós propusemos que, se não pudesse seguir os 27, que fizessem uma alternativa, que era uma CNPC, uma resolução, que estava valendo naquele momento, para que a partir daquele momento pudesse ser em dezessete, dezoito anos.

Eles ficaram de resolver, de responder, e responderam para o Presidente do Banesprev que ele tinha que operacionalizar em onze anos. Isso causou um grande problema para os participantes aposentados, principalmente para os que ganham salários menores, que representam 70% do plano.

Então, o problema nosso se agrava. E aí, em março de 2016, nós, através da Anapar, conseguimos um prazo – o Presidente da Anapar está aqui, o Bráulio, que vai falar em seguida – para conversar com a Previc. O Presidente do Banesprev mandou o recurso em cima desse prazo sobre o qual nós conversamos. Ele mandou, fez tudo corretamente. Porém, a Previc indeferiu o nosso recurso.

E o que acontece? O recurso foi indeferido. Eu e o Camilo, que também somos do Conselho Deliberativo, também fizemos um recurso para pedir para manter os 27 anos. Nunca houve resposta da Previc. O aumento, como eu disse antes, foi para 70% dos assistidos, dos aposentados. Em alguns casos, a variação chegou a 500% ou mais. Então, imagine uma pessoa que pagava aquele valor pequeno? Nós também tínhamos um problema para corrigir. Isso é verdade. Temos que considerar isso. Mas 500%, 400% não cabem em nenhum orçamento do País, ainda mais nos dias de hoje.

Em novembro de 2016, nessas idas e vindas da Previc, ela autoriza agora para o prazo voltar aos 17 anos, para mudar. Não são nem 27 nem 11. Ficou mais ou menos de 17 anos, depois de ela consultar a Procuradoria Federal de uma outra associação – eu acho que ela não está presente aqui –, que fez o recurso e conseguiu essa vitória, que é uma vitória de todos nós.

Aqui é só uma demonstração de como ficou o benefício. A maioria dos ativos paga entre 4% e 6% dos salários. É razoável. Porém, a grande maioria dos aposentados – 8.639 – pagam de 12% a 14%. Isso sem contar os dezessete anos. Nós estamos falando ainda no número de onze anos, porque não temos ainda total conhecimento dos dezessete anos de amortização.

Esse aqui é um pequeno resumo do déficit.

Então, nós temos 950 milhões contratados; 804 milhões a contratar. Então, nós temos um déficit total de 1,7 bilhão, o que corresponde mais ou menos a 30% do patrimônio. É um déficit muito alto, difícil de ser pago. Em fevereiro de 2017, virá um novo equacionamento de 343 milhões, dos oitocentos que a Resolução permite equacionar.

Ou seja, nós vamos ficar com 60% daqueles oitocentos milhões – para quem está aqui e é do plano – que ainda vão ficar represados para um futuro equacionamento. Então, é uma situação muito grave pela qual nós estamos passando. O total do equacionamento, então, contando tudo isso, já chega perto de 1,3 bilhão.

Eu queria falar rapidamente sobre as causas do déficit. Eu coloquei algumas. Há uma ali que está com outra cor, na cor laranja. Mas a baixa rentabilidade dos ativos é claro que afetou muito o déficit.

A alteração das tábuas de sobrevida. As pessoas estão vivendo mais. Mas também a tábua utilizada no momento é bem conservadora e afeta bastante as contas.

Sobre o tempo de permanência na ativa, no Banespa as pessoas ficavam muito tempo. Em média, o plano usava dois anos após aposentados. Mas muitos ficavam seis, sete, oito anos na ativa e isso colaborava, porque não precisava pagar benefício. A pessoa apenas pagava a contribuição.

Aí vem a reforma da Previdência oficial lá em 98, 99, que também afeta bastante, porque cria o fator previdenciário. E o Banesprev passa a fazer o papel de Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALTER ANTONIO ALVES OLIVEIRA – Antecipação de aposentadorias que também não estavam previstas no plano.

Aí há o grande problema, na minha opinião – e tenho certeza disto: a falta do serviço passado, do aporte do serviço passado. Como eu disse lá no começo, o Plano I era patrocinado totalmente pela patrocinadora. Então, nós entendemos que a patrocinadora tinha que ter colocado o serviço passado. O que é o serviço passado? As pessoas estavam na empresa; já estavam contribuindo com a Previdência oficial para aposentar. Então, elas chegariam aposentadas sem constituir reserva matemática para receber vitaliciamente. Esse é um plano vitalício, com reversão para dependentes. Então, esse aporte, na nossa opinião, em que estamos discutindo na nossa ação, em que a Drª Tirza está presente, é o grande causador desse nosso problema. Ele é o grande causador de todo esse dilema que nós sofremos, que nós estamos passando todo esse tempo.

Então, nós pedimos essa audiência para ver se existe alguma alternativa. Se o Senado, se o senhor, se alguém pode nos ajudar. Primeiro, nós precisamos do aporte do serviço passado. Sem esse aporte fica difícil para nós conseguirmos manter a nossa situação. A Previc precisaria manter os 27 anos. Ela voltou a um tempo atrás. Não entendo como uma legislação pode voltar lá atrás, há dois anos, prejudicar todos os participantes e ficar por isso.

Acho que ela tinha que voltar a esse tempo atrás. Não fazer nem por onze, nem por dezessete ou por dezoito, mas fazer por 27 anos, como era feito. O atuário atestou isso para a Previc. O plano tem uma vida média de 23 anos hoje, porque 27 era em 2012. Se contar o que nós pagamos, nós temos 23 anos pela frente. Isso está perfeitamente possível.

Ali faltou a palavrinha "alternativas". Outras possíveis alternativas. Que o senhor possa nos ajudar.

Vou encerrando por aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Walter Antonio Alves Oliveira, Conselheiro do Fundo Banespa de Seguridade.

Eu ia dizer ao vivo e a cores, mas é em preto em branco, porque eu sou preto e a maioria aqui é branca. Aí vocês vão entender porque eu fiz a brincadeira.

Como sempre na correria, está presente aqui o pessoal do Ministério Público do Trabalho. São aliados nossos em inúmeras lutas, desde o combate ao trabalho escravo.

Eu confesso: vou à Bahia, porque vou ter que ir.

Vou receber lá o Título de Cidadão Baiano e farei o debate sobre todos os temas de que falamos antes.

Mas o Ministério Público do Trabalho me concedeu o prêmio pelos trabalhos em defesa dos direitos sociais. Eu não pude ir lá receber o prêmio e ele só pode vir aqui nesta manhã.

Então, eu gostaria, se vocês me permitissem, que ele só venha aqui me entregar o prêmio, tirar uma foto, e o debate continuará igual. Está bem? (*Palmas.*)

Eu queria convidar aqui o Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho, Dr. Alessandro Santos de Miranda, para que me entregue, então, esse pequeno mimo – grande para mim – pelas causas que nós defendemos juntos. (*Palmas.*)

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Obrigado pela palavra.

Na verdade, é um reconhecimento do Ministério Público do Trabalho a todo o seu empenho na defesa das causas sociais.

É a primeira edição do nosso Prêmio MPT 10. O senhor foi o primeiro agraciado; o primeiro nominado, à unanimidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Dr. Alessandro! Agradeço muito o Dr. Alessandro.

De fato, nós temos uma parceria permanente no Brasil todo. O trabalho que vocês fazem é um trabalho brilhante. Por isso, nós conseguimos caminhar juntos.

Eu digo que sempre vale a pena quando as causas não são pequenas. É bom saber que nós ficamos naquele time – todos nós aqui – na linha de fazer o bem sem olhar a quem.

Parabéns a V. Exª. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De imediato, chamamos o Presidente do Fundo Banespa de Seguridade Social, Dr. Jarbas Antonio de Biagi.

O SR. JARBAS ANTONIO DE BIAGI – Bom dia a todos!

Inicio cumprimentando os meus companheiros de Mesa; o Dr. Eros, que comanda a Associação dos Funcionários Aposentados do Banespa; o Walter, que também foi membro de vários colegiados do Banesprev e foi Diretor, inclusive, da Executiva.

Cumprimento também o nosso companheiro do Santander, que nos ajuda nessa questão da administração dos planos e também é Conselheiro do Banesprev, o Dr. Alessandro Tomao.

Cumprimento e agradeço ao Senador Paulo Paim, como Presidente da Comissão e também como Senador, pela oportunidade de fazermos a apresentação do Banesprev e também do Plano II.

Lembro também que trago o agradecimento de toda a comunidade paulistana, de todos os paulistas, pelo trabalho desenvolvido pelo Senador pela Nação. Nós acompanhamos esse seu trabalho, principalmente na seara dos direitos sociais e também dos direitos previdenciários.

Nós nos colocamos à inteira disposição para todos os questionamentos, para qualquer ponto que houver, pois é importante.

Então, nós vamos passar alguns pontos que são um pouco repetitivos. Mas nós vamos passá-los, no tempo que nos é destinado, pois eles são importantes.

Vamos passar pela governança do Banesprev, pelo Plano II. Vamos trazer as causas reais de impacto do custeio, as fiscalizações, as auditorias, os questionamentos que são colocados, as perspectivas e a nossa conclusão na administração, porque nós somos gestores de um plano de benefícios. Como gestores e administradores, nós temos que trazer o passado, o presente e também o futuro.

Não é demais, Senador e senhores, nós falarmos que quando estamos cuidando de um plano de benefícios, nós estamos pensando não só nos participantes que nos estão assistindo e nos estão questionando, mas nós estamos pensando também nos seus pensionistas, nos seus assistidos.

Então, o Banesprev.

Nós temos uma governança da qual nos orgulhamos. Ela é compartilhada com eleitos por voto direto em todos os colegiados da entidade. E aqui, neste auditório, nós temos dezenas de pessoas que ou participaram ou participam dos colegiados do Banesprev diretamente. Então, em todos eles o voto é direto.

Eu destacaria, de diferente que nós temos lá, que temos na Diretoria Executiva dois eleitos e dois nomeados. São paritários. Eu sou nomeado pelo patrocinador. Mas, na realidade, dois são eleitos e dois são nomeados.

Eu destacaria também nessa questão, que é uma questão relevante e que foi muito forte para o crescimento do Banesprev, que o diretor de investimentos cuida da parte de investimentos – o Walter já foi diretor lá – e cuida também da parte atuarial. Isso é incomum. Talvez o Presidente da Anapar aqui presente e também nosso companheiro de tantas jornadas, o Bráulio, não conheça outro fundo em que o Diretor de Investimentos é eleito pelos participantes e cuida também da parte atuarial. Normalmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a parte atuarial é afeta ao plano de benefícios.

Temos os Comitês Gestores de Planos.

O Plano II, por exemplo, tem o comitê gestor – e aqui estão alguns integrantes – que participa diretamente da administração do plano. Temos também a figura da Assembleia de Participantes, que é um fórum deliberativo. Também não conheço nenhuma outra entidade. Isso levou ao crescimento da nossa entidade com o trabalho de todos que estão aqui, com o braço forte também do patrocinador sempre nos apoiando, sempre nos defendendo, entendendo que isso é importante. A nossa entidade hoje tem quatorze bilhões de ativos, em reais, basicamente título público, e nós temos 21 planos de benefícios.

A nossa administração, Senador – o senhor também participou da Lei Complementar nº 109, em que está escrito que a administração deve ser transparente –, é transparente. Não há nenhum documento – e o Walter é testemunha disso – que foi solicitado lá e que a Executiva se furtou a fornecer, qualquer que fosse o debate que ele viesse a gerar.

O debate faz o nosso crescimento. Então, na realidade, essa é uma entidade que tem essas características. Não é preciso dizer que, na Executiva, nós temos mais de setenta reuniões formais durante o ano; reuniões com comitês gestores, comitês de investimento; conselhos e também assembleia.

O Plano II.

O Plano II também, assim como essa audiência aqui, é uma conquista. Ele foi uma grande discussão e um debate entre os sindicatos e o patrocinador, porque ele trazia um sonho, que seriam os benefícios amplos e que são mantidos até hoje, independentemente da mudança do patrocinador. Cem por cento do salário da ativa – existe essa perspectiva –, benefícios por invalidez e pensões – estou falando aqui do macro –, seguindo o INSS. Quem o INSS reconhecer que é o pensionista, seja companheiro, seja companheira, na realidade, tem direito à pensão.

O público.

A migração do Plano I, que era um plano pago integralmente pelo patrocinador e por novos funcionários do Grupo Banespa, foi um sucesso. Não só o patrocinador tinha interesse nisso, como também os sindicatos e as associações. Nós tivemos 97,48% de migração do Plano I para o Plano II – isso é algo também histórico. Se analisar estatisticamente, eu desconheço uma migração tão forte, que ocorreu em razão do que se oferecia. O plano é realmente excelente. É, digamos, um INSS com 100% do salário complementar e, na realidade, com as mesmas regras de reversão para os pensionistas.

O custeio é de 44,95% para os participantes e de 55,05% para os patrocinadores. Fui eu que fiz essa projeção – ali está 95, mas não é 95; é 05. Então, o patrocinador paga um custeio um pouco superior: 110%. Isso foi fruto daquela negociação lá no passado, quando era estatal ainda.

Observem que, nesse particular – só para registrar um detalhe, muito rapidamente –, a privatização trouxe um privilégio, porque, se o banco tivesse continuado estatal, seria meio a meio, porque, hoje, na realidade, a legislação, com a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, e, depois, com a Lei Complementar nº 109, não permite que um patrocinador estatal pague mais que 50%. Então, o patrocinador continua arcando com 55,05%. Ou seja, é um plano excelente com um custo correspondente. Na nossa administração, nós temos isso espelhando, e é nisso que a gente também confia.

Em relação ao custeio extraordinário, para falar em valores e também para termos uma noção de grandeza, no Senado, como foi muito bem colocado pelo Conselheiro Walter – nesses números nós convergimos –, na realidade, observem que nós já recebemos R$423 milhões.

Nesse mesmo período, nós tivemos R$1,7 bi de folha de benefícios, valor que foi pago. Ou seja, quanto à solvência do plano, não há qualquer dúvida, não há qualquer insegurança, e também não é isso que se está falando aqui. O plano é solvente por excelência.

Nós temos, no visor, o plano de navegação do Plano II e dos demais planos do Banesprev, ajudados por todos os colegiados e também pelo patrocinador, dentro do que é possível prever.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Percentuais médios de contribuição do custeio extraordinário. Nós estamos trazendo essa informação, com a nova autorização da Previc, que foi uma demanda das associações que aqui estão presentes, porque, inicialmente, não era isso. O assistido ia pagar – como colocou o Walter na sua projeção anterior – de 13% a 14%, em média. Com essa nova autorização da Previc, de uma vez e meia do eixo do plano, nós temos essa diminuição. Essa é a média.

Mas esse regramento da Previc, sob o fundamento do Conselho Nacional de Previdência Complementar – essa resolução do CNPC –, trouxe um certo critério na visão do legislador. Ele trouxe um critério de justiça. Então, não dá para trabalhar com uma média linear; é necessário olhar a situação individual de cada participante.

Hoje, na realidade, para que se tenha uma ideia, entre os participantes assistidos, 97% estão pagando de 8% a 12% – 97% de contribuição do seu benefício. Então, nós temos uma contribuição de custeio extraordinário, lembrando que, no sentido figurado, senhores, o plano está um pouco doente. Como ele está um pouco doente, o remédio para ele é contribuição. E a contribuição está saindo desta forma: 55,05% do patrocinador e 44,95% dos participantes.

Para mostrar também a parte do patrocinador, quando o banco foi privatizado, havia 2,3 mil aposentados. Observem que, graças às conquistas que ocorreram e também com à concordância do Santander, hoje nós temos 9,3 mil assistidos, ou seja, o plano se manteve na sua inteireza, o que também não é muito comum num processo de privatização.

Valor da folha. A folha de benefícios, Senador – é importante registrar –, é de R$38 milhões por mês. Observem que essa folha de benefícios é maior do que a maioria dos orçamentos, até anuais, dos Municípios, se falarmos dos Municípios pequenos. Então, são R$38 milhões de benefícios pagos todo mês.

O patrimônio está próximo do que o Conselheiro Walter colocou. Nós temos benefícios mensais. Eu coloquei o maior, mas, na realidade, a média desses benefícios, excluindo INSS, é de R$4,2 mil, mas há participantes lá para provar a questão dos 100% – R$32 mil de complementação. Observem que é um plano, nesse sentido também, invejável – ele tem essa questão do custeio. A média etária dos assistidos é 60 anos.

Ativos do plano. Como colocado aqui pelo Conselheiro Walter, o plano é muito seguro, porque, na realidade, ele está todo lastreado praticamente em renda fixa e bons títulos. Essa parte de estruturados é muito residual, assim como empréstimos a participantes.

Planos de custeio. Por força da legislação, eles são elaborados por consultorias atuariais reconhecidas mundialmente, são anuais e são submetidos à aprovação das instâncias que deliberam sobre esse tema na entidade. Então, esses planos também são transparentes.

Trouxemos aqui, não só para reflexão, mas também para registro, a questão dos impactos no custeio.

Intervenção no patrocinador Banespa. Esse plano foi criado, como nós vimos, para ser o plano do Banespa, que era uma empresa patrocinadora que todos pensavam que ia viver para sempre. Então, nós teríamos novos participantes nesse plano.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS ANTONIO DE BIAGI – O plano seria altamente, digamos assim, de demanda de novos participantes.

Fechamento do plano. Tivemos a reforma da Previdência. Em que isso impactou? Na reforma da Previdência, as pessoas foram contar o tempo, porque o banco estava sob intervenção. Não se sabia se o banco ia ser liquidado, se ia voltar para o Estado, o que ia acontecer. Todo mundo contou o tempo e foi se aposentar.

Na sequência, tivemos um fator mais perverso em relação ao plano que impactou o custeio fortemente. Esse plano é um plano complementar, parte do INSS. Com o fator previdenciário de 1999, fazendo os cálculos e mudando o que precisa ser mudado, mas com números atuais, a pessoa vai sair

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

com R$5,5 mil. Na realidade, o fator previdenciário jogou as pessoas para 60%, porque era uma população jovem. Eu passei a complementar muito mais. Isso causou uma pressão no custeio – é visual.

Possibilidade de migração. Criamos um plano de migração, às vésperas da privatização, porque o plano já trazia um cenário de necessidade de custeio – não que o plano fosse ruim. Essa migração foi também diminuta, porque se entendeu que o Plano II ainda era melhor.

A estabilidade foi obtida pelos sindicatos, através de acordo coletivo com o patrocinador e com a concordância do patrocinador, sabendo do plano. Quer dizer, nós ficamos estáveis e, na realidade, tínhamos a garantia do nosso emprego. Isso também aumentou a quantidade de aposentados.

Com essa cláusula "pijama", que muitos aqui conhecem, a pessoa não seria demitida antes. Esse é um belo acordo coletivo social. Mas, no dia que completasse o tempo, ela teria que sair, ela teria que se aposentar naquele dia. Isso causou um impacto oposto. O cidadão, como colocou o Conselheiro Walter, em vez de contribuir por mais três anos para o plano, assim como o patrocinador, passou, na realidade, a receber de imediato.

Então, foi uma linha contrária. Eu deixei de receber e passei a pagar, porque ele saía e requeria o benefício.

Longevidade. O plano foi criado com a tábua MSSP 69,71, mais 19 anos. Assim, a pessoa com 55 anos de idade ia receber o benefício. Hoje, nós temos uma tábua até 2000, e, na realidade, com 55 anos, a pessoa vai receber por mais 28 anos e um ponto a mais. Ou seja, há também esse impacto, que é forte na necessidade de custeio.

Em resumo, as aposentadorias são antecipadas. Isso é exceção, Senador, porque o plano é bem contratado, bem amarrado. Uma pessoa se aposentou com 37 anos, porque começou a trabalhar com 12, juntando mais 25 anos de contribuição, antes da Emenda Constitucional nº 20. Houve outro assistido mais jovem, que contou com o tempo rural. Isso nós estamos trazendo como exceção, porque é importante mostrar o plano no seu histórico.

Fiscalizações. Tivemos todas essas fiscalizações. Nós temos, em média, mais de 4 fiscalizações para o Plano de Benefícios II. Para a entidade, nós também temos fiscalizações que acompanham os estudos atuariais, para verificar se há alguma coisa divergente, e que atestam que o plano está contratado adequadamente.

Dentre todas essas auditorias que nós listamos aqui, eu destacaria uma, muito rapidamente, porque estou com pouco tempo. Na auditoria de janeiro 1999 a dezembro de 2001, da Previc, os auditores calcularam inclusive as reservas dos planos – isso está documentado – e chegaram à conclusão de que os planos – na época, havia só o Plano I, II e III, mas, hoje, há o IV, o V, o Pré e o III, das caixinhas – estavam o.k. Quer dizer, nós tivemos fiscalizações ao longo de todo esse tempo, fiscalizações por demais, digamos assim, rigorosas. Isso também nos dá tranquilidade na administração e nos números números que nós apresentamos. Então, aqui estão as fiscalizações e as auditorias.

Questionamentos da representação. Esses questionamentos surgiram quando começou a subir o custeio do plano, e houve essa discussão de que poderia existir um compromisso do patrocinador. Um dos questionamentos foi a inexistência de contratação nesse sentido. Solicitamos pareceres atuariais pelos responsáveis pelo plano e auditorias independentes. Temos também as fiscalizações e os estudos de segunda opinião que realizamos em relação ao plano – Atual, Ernest & Young e Mercer. Tivemos a denúncia dos participantes, colocada aqui pelo Conselheiro Walter, com toda a documentação, e a deliberação da Previc pela improcedência desse compromisso adicional.

Aqui nós temos as ações ajuizadas pelas três associações, como também foi colocado pelo Conselheiro Walter. Ou seja, esse assunto, hoje, está judicializado. Já passou pela esfera da entidade, passou pela esfera administrativa, e hoje está judicializado.

Perspectivas. No caso dos participantes ativos, todos vão se aposentar nesse plano, a menos que não queiram – podem querer sair, resgatar sua reserva ou migrar para o Plano III, que ainda está aberto. Na realidade, nós entendemos que não existe uma alternativa melhor para os participantes do que se aposentarem nesse plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS ANTONIO DE BIAGI – Atualmente, 520 participantes já têm condições de se aposentar.

Novos custeios extraordinários. Para os próximos anos, dado o regramento sobre o tema, teremos custeios extraordinários para os patrocinadores.

Estou concluindo, Senador.

É um plano excelente, com benefícios vitalícios.

O custeio anual é devidamente realizado por consultoria atuarial independente.

Auditorias independentes e fiscalizações rotineiras atestam que os cálculos atuariais e as exigências estão corretos e que não há nada pendente, seja em relação aos participantes, seja em relação aos patrocinadores.

Nós agradecemos a oportunidade. Não temos a mínima, digamos assim, reserva em prestar contas, porque entendemos que gestor de plano de previdência, na realidade, tem por obrigação prestar contas em todos os fóruns em que for chamado, em que exista o interesse seja de participante, seja da coletividade.

Nós estamos à inteira disposição.

Mais uma vez, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Jarbas Antonio de Biagi, Presidente do Fundo Banespa de Seguridade Social.

Dr. Alessandro Tomao, Superintendente Executivo do Jurídico Contencioso do Banco Santander.

O SR. ALESSANDRO TOMAO – Primeiramente, bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar o Exmo Sr. Senador Paulo Paim, digníssimo Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; cumprimentar os Srs. integrantes desta Mesa, Dr. Jarbas, Dr. Walter, Dr. Eros, que participam ativamente da governança da entidade; as autoridades aqui presentes, as senhoras e os senhores.

Inicio cumprimentando esta egrégia Casa, o Senado Federal, na pessoa do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o Exmo Sr. Senador Paulo Paim. Não poderíamos deixar de mencionar que o Senado Federal é uma instituição de proa no Estado brasileiro, ao qual a Constituição atribui papel central na organização política do País. Esta Casa espelha a existência do nosso sistema federativo e é responsável por assegurar o equilíbrio do sistema federativo, aliás, cláusula pétrea constitucional. Além do mais, o Senado Federal desempenha relevante missão de promoção dos direitos individuais e sociais e das garantias constitucionais. Cumprimento, ademais, todos os membros desta alta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Esta respeitável Comissão tem atuado precipuamente na garantia e promoção dos direitos humanos, bem como na integração social dos cidadãos e preservação dos direitos fundamentais e de valores como a dignidade da pessoa humana. A proteção à infância, à juventude, aos idosos, às pessoas portadoras de deficiência demonstra que esta Comissão desempenha uma das mais importantes funções públicas no nosso Estado democrático.

Dito isso, parabenizo a iniciativa da realização da presente audiência pública, que visa debater a cobrança de contribuições de serviços de servidores ativos e aposentados do Banesprev.

Por derradeiro, aproveito a ocasião para manifestar nosso apreço pelo Exmo Sr. Senador Paulo Paim, o qual sempre desempenhou com grande denodo magnífico trabalho na defesa dos direitos humanos individuais e sociais, bem como na garantia e promoção dos mais relevantes valores constitucionais.

Isso posto, em relação ao mérito do requerimento apresentado por algumas associações e enti-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dades objeto desta audiência pública, o patrocinador requer a V. Exª que, após a explanação, façamos um protocolo de um termo mais detalhado, com termos mais técnicos e jurídicos que me resuma aqui, já excluindo a parte do histórico e a parte da governança muito bem explanados pelo Dr. Jarbas e pelo Dr. Walter, aos termos mais diretos desse requerimento. *O.k.*?

Sobre o mérito dos requerimentos apresentados, os quais fazem parte dos autos da audiência pública, basicamente se resume a dois pontos: um, as contribuições extraordinárias e sua forma de custeio; o outro, o serviço passado. Como a audiência vem sendo televisionada, seria importante deixar um pouco mais claro, em termos mais leigos, o que é o serviço passado. Muito se falou aqui já sobre serviço passado, mas nem todos talvez, considerando o público que nos assiste, têm conhecimento desses termos mais técnicos e atuariais.

Como disse o Dr. Jarbas, aqui, e também o Dr. Walter, o plano é de excelente benefício, mas apresenta certas características de doença, como disse aqui o Dr. Jarbas. O plano está doente, mas a doença não é o serviço passado e tampouco a contribuição extraordinária. A contribuição extraordinária, na realidade, é o remédio, é uma forma de saneamento disso; e o serviço passado é um argumento, um fundamento, que geraria uma pretensa contribuição por parte do patrocinador, que seria um outro remédio.

Mas o problema aqui do plano se baseia no déficit que foi colocado aqui de R$1,8 bilhão. É muito dinheiro para uma população. Então, sendo problema o déficit, as nossas reflexões... Não vamos falar... Então, vamos nos poupar de falar do histórico e tudo o mais, o que já foi muito bem explanado aqui pelos colegas, do Plano I, do Plano II, Banespa, privatização etc. Vamos focar, então, em por que o problema, por que o déficit? Os colegas, também, já falaram um pouco. Mas vamos falar um pouco – para chegar no déficit – dos modelos que existem de previdência complementar, de planos de previdência complementar fechados.

Basicamente, existem dois tipos de planos ou duas espécies de planos. O plano de contribuição definida, na qual se sabe quanto é o aporte, mas não se sabe – é variável – o benefício; existe o caso do Plano II, que é o benefício definido no qual – foi muito bem colocado pelo Dr. Walter – se sabe quanto é o benefício, mas se faz a conta de chegada das contribuições para fazer frente a esse benefício, na forma do regulamento e do compartilhamento de contribuições entre patrocinadores e participantes, o que também já foi falado aqui, dos 55,05% e 44,95%.

Bom, expostos esses dois modelos, vamos nos focar no benefício definido, que é o Plano II. Como é que é feito o cálculo das contribuições? O que significam essas contribuições? O atuário faz, por exigência do regulador, anualmente, um cálculo de todos os benefícios. Sabendo que esse é um plano de benefícios definidos, sabe-se, exatamente, quanto cada uma das pessoas vai receber ao aposentar-se. Utilizam-se as tábuas de expectativas de vida, estatísticas, para estimar-se qual é o período que a pessoa ou o assistido e sua pensionista, no caso do plano, vão receber de benefício. O atuário calcula todos os benefícios futuros, traz isso ao valor presente e isso gera quais são as obrigações a que vou ter de fazer frente de alguma forma, por contribuições, enfim, ativos do plano. Feito esse cálculo de quanto é a obrigação, o atuário também faz o cálculo dos ativos, ou seja, quanto é que a entidade tem de dinheiro, títulos públicos, imóveis, ações etc. e mais as contribuições ordinárias futuras que terá sobre esse plano. Obrigações de um lado e ativos, mais contribuições ordinárias, a diferença disso gera um superávit ou um déficit para o plano. No caso aqui, hoje, desde 2009, esse plano apresenta déficit. Até 2009, esse plano era estável, equilibrado, superavitário. Então, acho que isso, de forma bem leiga – apesar de que é ainda é assim complexo – é um pouco o porquê do déficit. Então, em algum momento as obrigações passaram a ser superiores aos ativos mais as contribuições ordinárias que farão frente a isso.

Essa é a situação do plano. E quais as causas?

Bom, também não vou me delongar; o Dr. Jarbas e o Dr. Walter já colocaram. Mas a reforma da Previdência, com o fator previdenciário, agravou muito porque o plano garante o salário, o último salário do assistido. Subtraindo-se o valor da Previdência gera-se o valor do benefício. Quando o valor da Previdência era maior, da Previdência oficial era maior, o valor do benefício era menor. Com a reforma, o valor do benefício passou a cobrir esse déficit, essa diferença, e aí os atuários, neste momento, passaram a calcular uma obrigação muito maior. Esse foi um ponto, entre outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A tábua de expectativa de vida que na largada do plano, em 1994, no Plano II, era de 19 anos – e corrija-me aqui, Dr. Jarbas – para pessoas que já tinham 55 anos de vida, uma expectativa adicional de 19 anos, que seriam de benefícios, passou a ser, hoje, de 28 anos, ou seja, praticamente 50% a mais de expectativa de vida, o que é fantástico para a população brasileira, mas gera obrigações equivalentes.

No momento da aposentadoria, como já foi dito, há alguns casos de aposentados aos 37 anos de idade.

A rentabilidade dos ativos, que foi um fator muito grande. Ocasionalmente, em 2008, foi a recessão pelo *subprime a*mericano, em que a bolsa brasileira foi afetada diretamente. Nesse momento, existia um percentual mais significativa de investimentos em ações, no plano. Nesse momento, perdem-se ativos nesse plano. Essas são algumas causas.

Chegando em 2009 com déficit, patrocinadora, entidade e participantes se reúnem para ver qual a solução para esse déficit. Algumas alternativas foram discutidas, como migração para um plano CD, no qual a contribuição seria definida, mas não se saberia, saldamento e outras alternativas. Não se chegou a um consenso. Na realidade, por opção até dos participantes, havia o interesse de manter o valor do benefício, que era muito positivo para a remuneração e o pagamento de benefícios aos assistidos. Sobrou, basicamente, por eliminação, uma contribuição extraordinária, o que é imposto pelo regulador e pela legislação vigente. Sobrando essa alternativa da contribuição, o patrocinador arcou imediatamente e vem horando, já, depositando na entidade mais de R$265 milhões e tendo os outros mais de R$700 milhões. Ou seja, no total, é praticamente R$1 bilhão somente de contribuições extraordinárias, que o patrocinador vem honrando e já se compromissou contratualmente com a entidade. Não se eximiu e vem respeitando toda a forma de contribuição que o regulador determina. Sobraram, então, na realidade os R$44,95% dos participantes que, na governança da entidade, com a participação dos assistidos e dos ativos contribuintes, foram implantados, então, no Conselho Deliberativo, na forma, inicialmente, do regulamento. Na mesma forma do regulamento foi distribuído o extraordinário. Isso em 2012.

Com a CNPC 14, que alterou a definição da forma de contribuições extraordinárias, houve uma mudança significativa que também representou um aumento na contribuição dos participantes com a redução do diferimento desse prazo.

O fato é que por iniciativa dos participantes e nenhuma oposição do patrocinador nem da entidade, recentemente, agora no dia 3 de novembro, a Previc reviu essa definição da CNPC nº 14, especificamente ao Plano II e ao diferimento desses déficits ou desses aportes extraordinários; vai ser diferido em 17 anos, o que alivia significativamente o aporte mensal.

Bom, isso posto, falamos um pouco do porquê do aporte extraordinário das contribuições extraordinárias e que, na visão do patrocinador, vem sendo cumprido estritamente o que o regulador determina e na forma dos pleitos atendidos pelos participantes.

Falando um pouco de serviço passado, recapitulando como o atuário faz o cálculo anual das obrigações, então, anualmente o atuário vai lá, faz o cálculo das obrigações e, na largada do plano, na criação do plano, é feito o mesmo procedimento. O atual calcula as obrigações do plano e também a forma de custeio. Ou seja, quais são as contribuições ordinárias, o que já existe de patrimônio no fundo e, se isso for equilibrado, apresenta à Previc. Somente se equilibrado for, a Previc autoriza a criação do plano. Se houver algum déficit ou algum perigo de inadimplemento ali do benefício, a Previc faz as suas considerações.

E isso foi feito então em 1994, no Plano II, no Plano I a mesma coisa anteriormente. E a forma de custeio, senhores, era basicamente feita da seguinte forma: um aporte inicial no plano do patrocinador Banco Banespa, o qual foi rigorosamente cumprido, e mais as contribuições ordinárias. Esse cálculo representava a suficiência, naquele momento, para gerir e pagar todos os benefícios até último plano, até o último aposentado falecer.

Ou seja, não há que se falar em serviço passado. O que seria o serviço passado então? Que nessa criação do plano, se o atuário fizesse os cálculos das obrigações e a forma de custeio com contribuições ordinárias futuras e uma contribuição ou um cálculo retroativo, desde a entrada do empregado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

na empresa até a criação do plano, isso seria chamado de serviço passado. Não houve. Existe isso nos históricos da Previc, os documentos demonstram que todos os cálculos atuariais foram feitos com as contribuições ordinárias da criação do plano até o início da aposentadoria. E no Plano II a mesma coisa, só que no Plano II não houve aporte inicial, na realidade, houve migração do patrimônio dos que migraram do Plano I para o II e, a mesma coisa, o cálculo somente das contribuições futuras, as quais eram equilibradas e foram equilibradas até 2009, o que demonstra que não existia, mais uma vez, serviço passado.

Então, do ponto de vista atuarial é muito simples a definição, isso falando de forma leiga, mas existem outros técnicos que poderão dar mais detalhes aqui. Mas tecnicamente, atuarialmente não há que se falar em serviço passado. Do ponto de vista de regulamento dos Planos I e II, não existe qualquer definição de serviço passado ou obrigação assumida. Do ponto de vista de convênios de adesão tampouco. Do ponto de vista da nota técnica atuarial que compõe a abertura do plano e depois as avaliações atuariais anuais, nenhuma manifestação, pelo contrário, manifestações expressas de que não há que se falar em serviço passado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO TOMAO – Do ponto de vista do contrato de confissão de dívida, se existe algum contrato de confissão de dívida, que seria uma exigência da Previc, não existe nenhum contrato de confissão de dívida. No edital de privatização tampouco existe manifestação sobre serviço passado. Em relação ao regulador, já por duas vezes, em primeiro grau administrativo e em segundo grau administrativo, já se manifestou sobre a prescrição desse suposto serviço passado. E também no mérito sobre a sua inexistência, por todos esses fundamentos, em primeira e segunda instância, o qual foi iniciado por uma denúncia das associações representativas.

Se ainda assim existisse – mas não há –, estaria prescrito também por decisões, jurisprudência do STJ e da Justiça. E, mais uma vez, quando da migração do Plano I para o Plano II, aqui também houve uma renúncia concreta, expressa de direitos, uma plena quitação,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO TOMAO – ...por parte dos participantes, desse histórico das obrigações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto.

O SR. ALESSANDRO TOMAO – Perfeito. Já estou concluindo, Excelência.

Houve uma renúncia em plena quitação dos direitos e obrigações relativos ao Plano I, ao migrarem para o Plano II, e o termo de adesão ao novo plano tampouco fala sobre serviço passado.

Então, concluindo, para a patrocinadora, portanto, existem três ações civis públicas ajuizadas pelas associações. Portanto, a Justiça vai deliberar sobre esse assunto de serviço passado, inclusive sobre a prescrição. A contribuição extraordinária da patrocinadora vem sendo rigorosamente cumprida, e tem um R$ 1 bilhão já contratado, R$ 265 milhões já depositados no Banesprev. A contribuição extraordinária dos participantes vem sendo realizada conforme determinação da Previc e, por parte da patrocinadora, nunca se opôs aos pleitos dos participantes sobre a forma de rateio disso perante a Previc. E o serviço passado não existe, conforme esclarecido aqui. A decisão recente da Previc atende parcialmente aos anseios dos participantes no deferimento desse custeio e com a redução mensal. E, portanto, a patrocinadora e a entidade possuem os seus órgãos de governança, sempre estiveram abertos para debates de alternativas e continuam à disposição para debater este ou qualquer outro tema que tratem sobre os benefícios do Banesprev.

É isso que tenho a dizer, Excelência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alessandro Tomao, Superintendente Executivo do Jurídico Contencioso do Banco Santander.

Agora, o último desta Mesa, o representante da Associação dos Funcionários Aposentados do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Banco do Estado de São Paulo (Afabesp), Sr. Eros Autorio de Almeida.

O SR. EROS AUTORIO DE ALMEIDA – Bom dia a todos. Senador Paulo Paim, muito obrigado por esta audiência pública, para mim ela é a representação mais profunda da ação do Legislativo e do seu Parlamentar. É numa audiência pública que a população pode se manifestar. Então, eu agradeço a sua iniciativa e quero saudar os membros da mesa, o Walter, nosso colega; Dr. Jarbas; Dr. Tomao e quero saudar também duas pessoas aqui no plenário, na pessoa do Camilo, que é o Presidente da Afabesp, eu quero saudar todos os militantes da Afabesp, os colaboradores que aqui vieram, sacrificaram-se, viajaram, para aqui estar presente. (*Palmas.*)

Eu saúdo também todos os dirigentes sindicais do Brasil todo, aqui na pessoa do Ademir Wiederkehr, porque os dirigentes... (*Palmas.*)

Eu, com muito orgulho, fui presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, em plena ditadura, no tempo mais terrível que o Brasil passou, uma ditadura sanguinária, sangrenta. Eu fui presidente do Sindicato dos Bancários naquela época e orgulho-me muito de ter sido presidente do Sindicato dos Bancários, porque foi um sindicato que, pelo menos na minha época, não se dobrou.

Aqui dentro há pessoas, há colegas nossos que inclusive foram abjetamente torturados nos porões da ditadura. Por isso, saúdo todos os dirigentes sindicais.

Com relação ao tema da audiência pública, vou tratar do Plano II, mas existem outros problemas que devem ser tratados também. Senador, V. Exª falou que somos generalistas. É verdade. Vou tratar do Plano II como um generalista.

Quando o Dr. Tomao tomou a palavra, ele disse que o problema do Plano II não é o serviço passado. Eu discordo. É o serviço passado o problema do Plano II; pelo menos, o principal problema do Plano II é o serviço passado. O Dr. Tomao citou outros problemas, como a expectativa de vida que aumentou, o problema da crise do *prime* nos Estados Unidos. É verdade, mas são problemas acessórios. O serviço passado é o principal problema, por quê? Falando num jargão mais popular, nós tínhamos o Plano I, onde o banco era o responsável por tudo, não havia contribuição, o banco era responsável; criou-se o Plano II, houve migração do Plano I para o Plano II. No Plano II, colegas nossos aposentaram-se com muito pouco tempo de participação no Plano II. Eles trouxeram para o Plano II apenas o passivo, no momento em que eles se aposentaram, com essa expectativa de vida inclusive aumentada.

Então, o Plano II passou a ser responsável por aquilo para o qual não tinha o ativo, não tinha reserva matemática. Então, de quem é a responsabilidade pela contribuição e formação dessas reservas matemáticas? O patrocinador, que era o responsável pelo plano inicial, pelo plano de origem. No momento em que eles migraram para o Plano II e não levaram a reserva matemática, porque o patrocinador não constituiu essa reserva matemática, então a lógica simplesmente disse isso. Os técnicos podem explicar de outro jeito, mas a lógica é essa. Quem estava no Plano I e foi para o Plano II levou apenas a obrigação do Plano II, porque teve colega que se aposentou em três, quatro ou cinco meses, com essa expectativa toda de vida pela frente.

Então, o principal problema do Plano II é a falta do aporte do serviço passado, que é obrigação plena do patrocinador. Eu não vi até hoje um argumento mais forte do que ouvi uma vez numa mesa de debate. O banco dizia o seguinte: não existe nenhum documento que fale que o serviço passado é de responsabilidade do patrocinador. Então, eu não devo nada, não existe nada que me obrigue a pagar isso que está aí. Mas é, porque no momento em que o Plano I forneceu os migrantes para o Plano II, atuarialmente teria que ter levado a responsabilidade por esse passivo que está aí. Mas o banco recusa-se a pagar esse serviço passado do Plano II.

Então, quanto ao plano, é um plano bom, como o Dr. Jarbas fala. É um plano amarrado, é um plano que tem bons benefícios, mas só falta o aporte do serviço passado, que o banco se recusa a pagar.

A questão está judicializada, porque o banco simplesmente se recusa a pagar. Nós da Afabesp, recentemente, distribuímos uma nova ação, tentando fazer com que o banco pague esse serviço que é da sua responsabilidade.

O que acontece quando eu disse que existem outros problemas? Na verdade, 90% dos presentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nesta mesa são vítimas, nós somos vítimas, porque o banco... Não é só o problema do Plano II. Existe, parece, uma orquestração do banco Santander com relação aos seus funcionários, quer seja da ativa ou aposentados. Então, só para fazer um breve relato, porque o tempo aqui é matéria escassa, quando houve a privatização do Banespa, permaneceram ativos no balanço do banco, ativos para fazer face ao pagamento dos aposentados, em torno de quase R$4 bilhões. O banco ficou com esse dinheiro e houve um congelamento de complementações de salários de 2001 a 2006.

Esses títulos, regiamente remunerados com IGP-DI mais 12% ao ano, ficaram em poder do banco, que foi capitalizando tudo isso aí. Se descontarmos tudo o que o banco pagou em termos de complementação... E pagou mesmo, não existem reclamações, mas pagou com o dinheiro do Estado de São Paulo, porque quem pagou esses títulos federais que ficaram no balanço do banco foi o Estado de São Paulo, pagou tudo direitinho. Se nós fizermos a conta hoje, o banco lucrou indevidamente R$39 bilhões. Pagou todas as complementações. Com esses títulos, cujo rendimento foi capitalizando, ele ganhou R$39 bilhões. Existem ações bilionárias na justiça.

Existe uma ação, no Supremo Tribunal Federal, das gratificações que foram suprimidas, e que nós ganhamos no mérito em todas as instâncias e tem um problema processual no Supremo Tribunal Federal. Essa ação, que é bilionária, não está provisionada no balanço do Banesprev. Deveria estar provisionada no balanço do Banesprev, é um passivo porque já ganhamos não só em primeira instância, e o Banesprev sempre provisiona quando perde na primeira instância. Nós ganhamos em todas as instâncias e até hoje não foi provisionado isso no Banesprev. Existe ação do IGP-DI. Ação do IGP-DI é uma ação que procura a correção das nossas complementações por aquele tempo em que ficou congelado e que o banco estava em posse dos títulos remunerados.

Existe essa última ação do Plano II, que está com o escritório de advocacia, que esperamos tenha sucesso para obrigar o banco a pagar o serviço passado.

Agora tem outro problema que vai motivar mais uma ação: a convenção coletiva assinada agora, recentemente, prevê 8% de reajuste, os aposentados têm esse reajuste, e mais R$3.500,00 de abono. Só que o banco disse o seguinte: não vou pagar esses R$3.500,00. Simplesmente toma o freio nos dentes e diz que não vai pagar o abono.

Existe um precedente, em 2001, quando houve o pagamento de um abono, mas era um abono indenizatório. Naquela época, alguns direitos que o Banespa dava como empresa estatal, o banco resolveu suprimir.

Então, pagou um abono indenizatório e suprimiu mais um mês de férias, que eram férias em dobro, suprimiu aquela licença-prêmio. De 5 em 5 anos tinha uma licença prêmio. O banco indenizou, através de um abono, e suprimiu. Mas, naquela época, nós dissemos: "Olha, os aposentados também têm direito". Qual era o argumento do banco? Disseram: " Não, isso é indenizatório. O pessoal da ativa não está recebendo nada. Estão apenas abrindo mão de alguma coisa". Muito bem. Agora, este ano, existe o abono de R$3.500,00, mas o banco diz que não vai pagar. Só que não estão indenizando nada. Esse abono de R$3.500,00 deve somar-se aos 8% para fazer a reconstituição do salário e das complementações do ano que passou. E o banco, simplesmente, disse que não vai pagar. Gostaria de pedir a S. Exª, Senador Paulo Paim, que endereçasse uma pergunta aos representantes do banco sobre o porquê ele se recusa a pagar os R$3.500,00. Não é possível. Ele simplesmente se recusa.

Então, digo o seguinte: parece-me que existe uma orquestração do Banco Santander para retirar direitos dos trabalhadores, seja da ativa, sejam aposentados. Não é pontual. Nós estamos discutindo aqui numa audiência pública, pontualmente, o Plano II, mas existem muitas mais coisas. As reclamações que existem nas agências, de assédio, de pressão. O pessoal da ativa é um pessoal, hoje, que está aumentando os casos de atendimento psiquiátrico porque a pressão, dizem, é insuportável. Sou aposentado, estou fora disso, mas escuto o pessoal, os colegas, reclamarem. Então, nós temos, assim, uma lista de problemas.

O Jarbas disse, na sua explanação, que existem eleições diretas para os colegiados. Agora, por ironia, nós estamos num processo de discussão no banco em que o banco quer acabar, justamente, com a eleição direta para esse colegiado. Então, o banco quer acabar com a eleição para a diretoria executiva e quer liquidar com as prerrogativas da assembleia também. Felizmente, temos tido algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

reuniões e o banco dá mostras de que está recuando agora, mas houve essa tentativa de retirar mais direitos através da retirada dos participantes dos colegiados do Banesprev. Então, vejam bem, nós não estamos tratando pontualmente...Aqui estamos, mas o problema não é pontual. O problema são todos esses que eu citei. Posso até fazer um resumo. Essa recusa de comparecer com os serviços passados para o Plano II; essa tentativa, agora, de alterar o estatuto do Banesprev retirando o poder de participação; a ação do IGP-DI em que nós reivindicamos a correção das complementações por aquele prazo em que o banco ficou com os títulos, auferindo indevidamente daquela rentabilidade toda; o acesso à gratificação que, hoje em dia, Senador, deve somar uns R$3 bilhões ou R$4 bilhões. Está aqui no Supremo Tribunal Federal.

Existe um contrato de confissão de dívida do Plano V através do qual o banco consegue impedir a formação de reserva de contingência para o Plano V. Quando dá superávit o banco diminui a sua dívida; quando dá déficit ele aumenta. Mas a Lei 109 prevê a formação de reservas de contingentes como um colchão de segurança para o plano. Mas, através desse contrato de confissão de dívida, ele funciona como um dreno.

Então, impede-se a formação de reserva de contingência. Agora, nós temos esse problema de o banco simplesmente dizer que não paga e não explica por que, por que não paga os R$3.500,00.

Então, eu reforço, Senador, se o senhor pudesse endereçar essa pergunta ao representando do banco, que é o superintendente jurídico do banco, uma pessoa muito afável, mas seria muito conveniente que ele explicasse por que não paga, porque não é indenizatório, é para fazer a recomposição dos salários e complementações face à inflação passada.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse é o Eros Autorio de Almeida, representante da Associação dos Funcionários Aposentados do Bando do Estado de São Paulo. Nós teríamos, em um segundo momento, as considerações finais de cada um dos painelistas. Aí o tempo é pequeno, mas eu espero que nesse momento as perguntas aqui já endereçadas sejam respondidas.

Esses R$3.500,00 do abono, por exemplo, estavam no acordo. É isso? Está na convenção... No acordo ou convenção coletiva. Isso, os R$3.500,00 não são pagos. Eu acho que aqui na mesa agora vai sair a resposta do nosso convidado. Oxalá sai o pagamento ou pelo menos a data.

Eu agradeço aos painelistas dessa primeira Mesa. Peço que eles retornem ao plenário. E nós vamos para a segunda Mesa. Uma salva de palmas a todos aqui pela presença.

Eu vou chamar agora a segunda Mesa. E, conforme nós havíamos combinado na abertura, cinco ou seis pessoas, no máximo, que quiserem falar depois dos painelistas, é só se inscreverem aqui com o Cristiano. Só passar o nome aqui para o Cristiano. Daí, vocês organizam aí.

Segunda Mesa: Camilo Fernandes dos Santos, Presidente da Associação dos Funcionários do Grupo Santander Banespa, Bannesprev e Caesp. Seja bem-vindo. Fábio Henrique de Sousa Coelho, Diretor da Diretoria de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos (Diace) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Seja bem-vindo também, Fábio. Tirza Coelho de Souza, representante da Previdência Complementar.

O Ademir... Esse tem um sobrenome. Ademir, te conheço há mais de cem anos, eu acho, mas o sobrenome eu não consigo ainda até hoje dominar. Wiederkehr, então tá. Ademir Wiederkehr, Secretário de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, companheiro de longas jornadas lá. Cem anos eu não digo, mas quarenta, com certeza, que a gente milita junto. Antônio Bráulio de Carvalho, Presidente da Associação Nacional dos Participantes do Fundo de Pensão (Anapar).

Eu queria registrar a presença conosco, aqui, do Carlos Silva, Presidente do Sinait, que está aqui do nosso lado, é Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. E da Rosa Maria Campos Jorge, Vice-Presidente do Sinait. São dois lutadores aí, que cumprem um papel fundamental nessa área da defesa do trabalhador. Uma salva de palmas para os dois.

É só para informá-los que o contato que vocês pediram para encaminhar as reivindicações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vocês, a categoria em greve, eu fiz. O Senador não se encontra nesse momento aqui no Senado, mas a assessoria dele me disse que logo que ele retornar, ele vai falar comigo e nós vamos conversar com ele, *o.k.*? Então, vamos esperar que seja hoje ainda. Creio que acontecerá.

De mediato, Camilo Fernandes dos Santos.

O SR. CAMILO FERNANDES DOS SANTOS – Bom dia a todas e a todos. Senador Paulo Paim, Presidente aqui da Comissão Nacional de Direitos Humanos. Também quero cumprimentar os meus companheiros aqui da Mesa: Dr. Fábio, da Previc, a Drª Tirza, o companheiro Ademir, o companheiro Bráulio. Companheiros de muita luta, muita jornada de luta.

Agradecer, Presidente, por chamar essa audiência pública, o espaço onde os participantes se encontraram para também trazer aqui para o Senado Federal os problemas pelos quais passam. Não são poucos, mas o principal é o problema do Plano II, que a gente vem passando hoje.

Registrar, Senador, a representatividade dessa audiência de hoje. Os dirigentes sindicais aqui que estão hoje do Brasil todo, participantes, me perdoem se eu esquecer de alguns, mas nós temos aqui participantes de várias cidades do interior paulista: de Araraquara, de Campinas, do ABC Paulista. Nós temos também pessoas aqui do Rio de Janeiro, de Alagoas, de São Paulo, de Minas Gerais, o pessoal de BH. O pessoal do Paraná, o pessoal do Rio Grande do Sul.

Agradecer também as associações, que se uniram. Nós temos algumas divergências ao longo dos anos, mas nós estamos unidos nas questões que dizem respeito aqui ao Banesprev, que é o nosso fundo de pensão, a Cabesp também, que é a nossa caixa de saúde, nosso plano de saúde. Na pessoa do Eros, cumprimentar todas as associações. E, na pessoa do Oliver Simioni, cumprimentar também todos os aposentados. O Oliver, que é um dos representantes da nossa comissão nacional dos aposentados lá da Afubesp, da qual a gente tem um grande número de participantes aqui também, e dirigentes presentes.

Agradecer a participação também de membros aqui. Estou vendo aqui alguns diretores da Previc, além do Dr. Fábio. A presença também importante aqui dos representantes do Banesprev, na pessoa do Jarbas, e também da patrocinadora, na pessoa do Tomao.

Esse assunto... E não tem como não registrar, aqui, que domingo agora, dia 20 de novembro, nós infelizmente completamos dezesseis anos da privatização do nosso tão amado e querido Banespa. Foi uma das mais longas e mais bonitas lutas do movimento sindical, da qual a Afubesp se orgulha muito de ter participado. Há resistência por mais de seis anos na privatização do Banespa.

E, muito antes dessa privatização, já havia estudos que apontavam para possíveis problemas no Plano II. Então, antes da privatização, e esses documentos que eu não vou citar aqui, mas em alguns temas a gente vai ter que ser repetitivo. Mas está tudo registrado, nós fizemos alguns encartes, como o Walter citou aqui, da denúncia que fizemos à Previc. Está tudo registrado.

Fizemos uma verdadeira garimpagem histórica nesses documentos, que comprovam que esse problema já havia sido colocado antes mesmo de o Banespa ser privatizado.

Em todas as reuniões que nós, eleitos pelos representantes... O Walter foi diretor financeiro, eu fui diretor administrativo. Hoje estamos no conselho deliberativo, também fomos do comitê gestor do Plano II. Em todas as reuniões, em todas as assembleias, nós registramos a ressalva do serviço passado.

Então, não há que se falar aqui no argumento que foi mostrado junto à Previc da prescrição, porque durante décadas, uma década e um pouco mais de anos, o argumento da patrocinadora em relação ao serviço passado era de que ele não existia. Apresenta até hoje um parecer atuarial de uma consultoria, em que nega a existência do serviço passado.

E, nessa denúncia que o Walter citou que nós fizemos em 2011, o argumento para arquivamento do nosso processo foi o da prescrição. E aí, fica a pergunta: como é que eu digo que prescreveu alguma coisa que eu dizia que não existia? Então, é essa a questão que nós gostaríamos de levantar aqui também.

E, na Assembleia Legislativa de São Paulo, o último presidente indicado pela intervenção do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Banco Central, Sr. Eduardo Guimarães, à época, em uma audiência – e isso está registo na Assembleia Legislativa – ele reconhece o passivo do Plano II. Ele reconheceu, naquela ocasião, que havia, ele só não sabia mensurar o valor, mas ele sabia que existia esse compromisso.

Eu não sou técnico, mas a gente tem conversado com muitos atuários, inclusive da autarquia, da Previc, da fiscalização e outras pessoas do sistema de previdência, que o Jarbas conhece muito bem. Nos congressos da Abrapp, do Sindap. Por conceito, todo plano de previdência privada tem, na sua gênesis, o serviço passado.

E aqui se falou que não há contratação desse serviço passado. Ocorre que nós conseguimos, nessa garimpagem que o Walter capitaneou muito bem na época, um compromisso junto à Previc do serviço passado no Plano I. Uma carta do Banespa endereçada à SPC, à época a Secretaria de Previdência Complementar, solicitando um prazo de 24 anos para o aporte desse serviço passado.

A SPC, à época, fala de vinte anos. E aí, fica aquela questão: foi apresentado aqui, mais de 97% dos participantes do Plano II hoje migraram do Plano I. Então, se eu tenho esse compromisso do Plano I e essas pessoas migraram para o Plano II, como disse bem aqui o Eros, só veio o passivo, não veio a contrapartida. Então, faltou na época também esse compromisso do serviço passado.

Então, assim, óbvio, há um abismo de entendimento entre o que pensa a patrocinadora e entre o que pensam os representantes dos participantes aqui, no caso, nós aqui, os eleitos. E infelizmente, após várias tentativas, realmente como foi falado aqui, nós tivemos que ingressar com a ação na justiça pleiteando o aporte desse serviço passado.

Em relação à cobrança extraordinária, nós todos eleitos fizemos várias reuniões, fomos várias vezes à Previc, conversamos também por inúmeras vezes com a patrocinadora. Porque, nós, que somos dirigentes sindicais, a gente sabe que a melhor saída é o processo negocial, onde a gente tenha um resultado que seja bom tanto para a patrocinadora como também seja bom para os participantes.

Por essa razão, nós não aceitamos em hipótese alguma nenhuma alternativa para solucionar o problema do Plano II que traga prejuízo para os seus aposentados. Principalmente para os que já têm o direito adquirido. Hoje nós temos 1.500 trabalhadores na ativa, a grande maioria do Plano II é aposentado, e eu transformar, por exemplo, como foi já proposto, transformar um plano de benefício definido num plano de contribuição definida para aposentado, nós temos uma séria dificuldade em tentar convencer o participante aposentado de que isso é um bom negócio para ele. Então... Mas a gente sabe que não o é. Mas a gente ainda aposta no processo negocial, nós esperamos que a gente consiga um bom resultado.

A questão da contribuição extraordinária, nós também fizemos várias conversas junto à Previc, e essa argumentação principal nossa em relação a esse assunto é que voltemos àquele prazo original dos 27 anos. Como bem explanou o Walter aqui também, nós já pagamos há quatro anos. Nós estamos falando, então, aqui em termos de 23 anos.

Quando nós fomos da última vez lá fazer uma boa conversa em que estava presente também o Banesprev, nós mostramos o impacto que seria reduzindo esse prazo para o equacionamento. E nesse sentido, Senador, eu trago aqui um protocolo, que eu gostaria de encaminhar aqui para a Mesa e passar ao senhor, o impacto para milhares de famílias, para milhares de trabalhadores aposentados, que, com a redução do prazo para equacionamento desse déficit...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAMILO FERNANDES DOS SANTOS – ...muitos deles tiveram – aí já foi falado, mas eu tenho que ser redundante aqui – mais de 500% nas suas contribuições extraordinárias. Vou pegar o meu auxiliar: em março de 2016, uma pessoa que pagava R$31,35 passou a pagar R$204,23; uma pessoa que pagava R$132 passou a pagar R$593; R$102, para R$499.

São apenas alguns exemplos. Nós encaminhamos para a Previc mais de 700 cartas, e isso são participantes que nos procuraram lá nas associações, nos prestigiaram em alguns encontros que nós fizemos para debater e posicionar, atualizar as informações, e que mostra – e aí é o apelo que nós fazemos à autarquia: que nos autorize a fazer o pagamento dessa contribuição extraordinária. Vejam, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

não estamos nos furtando a pagar as contribuições extraordinárias. Nós apenas queremos um prazo que é como o Walter falou aqui também: a expectativa do plano, que é de 23 anos. Então, nós queremos... gostaríamos muito da sensibilização. Nós não estamos dizendo que não vamos pagar e que não queremos pagar, apenas fazer justiça.

Então, eu passo aqui ao senhor, Senador – se puder dar um protocolo –, e aqui também eu deixo um exemplar que fala da nossa associação e que traz aqui a matéria desta audiência.

E finalizo aqui a minha fala, dizendo duas coisas: essa questão da governança, ela é muito importante, ela é muito cara para os participantes. Ela nasce fruto de negociação coletiva, junto com os sindicatos. Realmente o Banesprev é o único plano de previdência que tem essa estrutura de governança, e nós estamos, realmente, num processo de discussão com a patrocinadora, e que a gente avalia que teremos um bom resultado na manutenção da nossa assembleia, na manutenção das nossas diretorias eleitas; todos os colegiados só têm trazido frutos e têm colaborado com a gestão do Banesprev.

E, segundo, dizer que essa questão do serviço passado, por mais que se diga que não existe, que não está contratado, ela é a principal causadora do déficit do Plano II e dos problemas que a gente vem trazendo. Com certeza, se houvesse o aporte desse serviço passado, hoje nós estaríamos discutindo distribuição de superávit. Eu não tenho dúvida nenhuma em afirmar isso que eu estou falando. E o Santander é um dos bancos privados que mais lucra no Brasil. A subsidiária no Brasil representa 20% do lucro mundial do Santander. Então, o Banco Santander tem condições de pagar o serviço passado, o Banco Santander tem a oportunidade de corrigir uma distorção que tem na relação com os seus aposentados, fazendo o pagamento desse abono de R$3.500. Porque, muito rapidamente, se ele congelou o salário dos aposentados porque eles eram atrelados à ativa, nada mais justo do que pagar esse abono de R$3.500, porque também o Banco Santander soltou, durante a greve dos bancários, que foi uma das maiores greves da história do Sindicato dos Bancários, que durou 31 dias, e durante várias semanas o banco colocou o impacto que o percentual de aumento mais o abono refletiria no salário dos trabalhadores ao final do ano. Eles estavam propondo 6% mais R$3.000 de abono na época e eles falavam que no final refletiria em 15%, ou algo assim, no final do período de 12 meses.

Então, um abono indenizatório é uma coisa, o abono compensatório, que é o caso, nós avaliamos que tem que se pagar, e o Santander tem condições financeiras, e até como uma forma de reconhecer o valor daqueles que contribuíram historicamente para o tamanho que é o Santander no Brasil hoje quando nós éramos Banespa.

Muito obrigado, Senador. Obrigado pela atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Camilo Fernandes dos Santos, Presidente da Associação dos Funcionários do Grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp.

De imediato, Fábio Henrique de Sousa Coelho, Diretor da Diretoria de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos (Diace) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

O SR. FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO – Exmo Sr. Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão; cumprimento os espectadores que nos assistem pela internet; cumprimento os presentes aqui, sobretudo os participantes do Banesprev; cumprimento meus colegas de Previc aqui também presentes; meus colegas de Mesa: um grande cumprimento, Sr. Camilo, Srª Tirza, Sr. Ademir, Sr. Bráulio.

Sr. Presidente, na condição de servidor público federal da carreira do Banco Central do Brasil, registro aqui a grande honra de poder prestar esclarecimentos para a sociedade brasileira sobre o funcionamento da Previdência Complementar, um instituto de grande importância social no caso do nosso País. E em especial trago aqui também alguns comentários sobre a atuação da Previc nesse contexto da Previdência Complementar e da importância desse supervisor na sociedade brasileira.

Trouxe uma apresentação rápida, calcada em três pontos fundamentais: sobre a atuação da Previc, o primeiro deles; o segundo, sobre aspectos operacionais de fundos de pensão, esse sim, um elemento importante para subsidiar o debate que estamos fazendo aqui; e o último ponto tratando, especificamente, dessas questões levantadas sobre o Plano II do Banesprev.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É uma apresentação rápida, e eu já peço desculpa de antemão se, porventura, for um pouco didático no trato, mas eu acho que diante de algumas questões técnicas atuariais que nós temos, enfim, elementos a serem trazidos ao debate, eu acho importante a gente pontuar alguns elementos essenciais para a gente entender essa discussão. Já peço desculpa por eventual tecnicismo, prometo que não trago nenhum economês, nenhum jargão atuarial aqui na discussão.

Então, são esses três pontos. O primeiro deles passando pela atuação do supervisor, atuação da Previc, fundamentalmente a questão da supervisão prudencial, ou seja, qual é o papel do Estado na tutela, na proteção dos interesses dos participantes quando trazemos essa atuação prudencial da Previc, passando pelas linhas de defesa, etc.

Bom, nesse primeiro elemento, eu chamo a atenção para uma mudança de supervisão, alinhada às melhores práticas internacionais na atuação do regulador, na atuação do supervisor. Há poucos anos, no Sistema de Previdência Complementar, nós tínhamos um modelo que era calcado no que a gente chama de supervisão baseada em regra. É aquela baseada em regra, que faltou um carimbo está em descompasso, faltou um real ele está em descompasso, qualquer elemento ele trazia, enfim, uma autuação do supervisor, independente do volume de recursos, independentemente de sua importância.

E ao longo do caminho, Sr. Presidente, nós passamos por um modelo onde a gente trata o risco associado a cada um dos elementos do Sistema de Previdência Complementar. O que é que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que, se a gente tem, eventualmente, a falta, enfim o descumprimento de uma norma em que você passou, eventualmente, um real e você passou um milhão de reais, isso não é a mesma coisa para o supervisor. Nossos recursos de supervisão são limitados e nós precisamos fazer a alocação desses recursos conforme a ocorrência desses riscos. Isso não é uma situação da Previc, não é uma situação dos outros supervisores nacionais – Banco Central, CVM, Susep –, essa é uma situação mundial.

Nessa situação de supervisão baseada em risco, nós temos atuações distintas, dependendo da gravidade do que ocorre: uma situação de alta probabilidade de impacto que exige uma fiscalização, que existe uma autuação, que existe uma visitação *in loco*, nós temos, então, as medidas sancionadoras, os autos de infração, as penalidades, as determinações que são feitas.

Em outras situações, nós atuamos com uma maneira orientativa, uma maneira educacional em relação aos fundos de pensão. Isso se traduz, por exemplo, na edição dos nossos guias de melhores práticas, inclusive para orientar os dirigentes e participantes sobre a condução operacional de fundos de pensão.

Passo rapidamente sobre as linhas de defesa adicionais do nosso Sistema de Previdência Complementar. Ora, nós temos, obviamente, na última instância, o Estado brasileiro atuando e fazendo a supervisão, mas nós precisamos lembrar também que, nessa linha de supervisão *lato sensu*, olhando a cadeia inteira, nós temos a regulação. A regulação bem colocada é a primeira linha de defesa de qualquer sistema. Isso significa que a regulação do Sistema de Previdência não é feita pela Previc, Sr. Presidente. É uma regulação feita pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar, inclusive com a participação da sociedade brasileira, com os representantes ali colocados. Nós da Previc cumprimos em última instância uma regulação deste conselho.

Além disso, nós temos, dentro da própria fundação, a governança colocada. Nós temos: conselho deliberativo, conselho fiscal, no caso do Banesprev uma assembleia de participantes em que essa governança também é uma linha de defesa extremamente importante.

Além disso, temos a figura do próprio patrocinador, seja ele público seja ele privado. Adicionalmente, fora dessa linha, nós temos também, recentemente implementada, em curso, uma autorregulação dentro do sistema de previdência complementar.

Já passo, então, para os aspectos operacionais, só mencionando um histórico das autuações, sejam determinações, recomendações dos autos de infração implementados pela Previc nos últimos anos, com destaque aqui para o gráfico de pizza à direita em que temos que grande parte dos temas que geram auto de infração estão relacionados a investimentos.

Faço disso um ponto importante, apenas mencionando que temos uma regulação, normativos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

muito bem colocados para cada um dos temas que envolvem aspectos operacionais de fundo de pensão no Brasil.

Destaco aqui especialmente a nossa resolução do Conselho Monetário Nacional, essa, sim, relacionada a investimentos, não vou tratar aqui do detalhe, mas para dizer que gestão operacional de fundo de pensão passa também pela gestão e governança dos investimentos, um aspecto fundamental que trato na sequência, quando eu falar especificamente do Plano II do Banesprev.

Esse eslaide, Sr. Presidente e demais presentes, explica muito daquilo que temos debatido aqui hoje neste auditório. Ele diz basicamente que um plano de previdência precisa estar permanentemente equilibrado. Isso significa dizer que, do momento em que ele nasce até o momento em que ele termina, ele precisa ter a compatibilização de recursos e obrigações, ativos e passivos no plano de previdência. Significa dizer que aquela primeira caixinha azul (contribuições) que tem origem em aportes de patrocinador e participantes, essas contribuições vão compor aquilo que a gente chama de recursos, os ativos do plano de benefícios. Essas contribuições são deduzidas de uma despesa operacional, despesa administrativa de gestão do fundo de pensão, mas, fundamentalmente, a composição desses recursos que permitem um equilíbrio ao longo do tempo precisa daquela terceira caixinha azul acima, da receita dos investimentos. Quer dizer, não basta simplesmente aportes e contribuição, sob o argumento, obviamente, de contribuições durante todo o período laboral sem a receita dos investimentos.

Como estamos falando num plano de benefícios definido, estamos falando de benefícios vitalícios. Existe muita incerteza, a ciência atuarial nos ajuda a identificar e quantificar esses elementos de incerteza. São incertezas, obviamente, sobre o período de recebimento desses benefícios. É uma contribuição vitalícia, obviamente, nós não sabemos por quanto tempo cada participante vai receber esse benefício. Nós não sabemos, nessa questão da longevidade, outros aspectos que o atuário acaba colocando como premissa para mitigar essas incertezas. São incertezas que não temos, com a melhor técnica, como precisar e acertar na mosca, por isso anualmente o atuário compara o que foi previsto no ano anterior com aquilo que foi efetivamente comprovado e corrige o plano a cada período. Daí a natureza de eventuais desequilíbrios naturais na vida do plano sob uma eventual flutuação para cima ou para baixo dessas premissas diante da incerteza, que dão origem a um eventual déficit, a um eventual superávit do plano.

As premissas que eu trago nessa lâmina são, por exemplo: tábua da taxa de mortalidade, inflação prevista ao longo de todos os anos de pagamento do benefício. Não temos como fazer essa previsão e acertar na mosca. Fazemos uma premissa, uma hipótese, e acompanhamos isso anualmente. E há outras premissas que passam inclusive, por correção salarial, indexador de benefícios, custeio administrativo ao longo do caminho, ganho real dos investimentos. Qual vai ser a rentabilidade do plano de benefícios, de hoje até o fim de sua existência? O atuário faz uma premissa, e essas premissas são computadas num custeio, que é dividido entre participantes e patrocinadores. Como eu disse, o plano já nasce equilibrado.

No entendimento da Previc – vou tratar disso na última parte da apresentação –, muito bem delineado no parecer que tratou da denúncia de 2001 sobre o eventual serviço passado, há a seguinte avaliação: "Ora, não existe nascimento de qualquer plano sem o devido aporte de recursos ao longo do caminho. O plano já deve nascer efetivamente equilibrado." Qualquer plano de previdência complementar já nasce equilibrado. Não existe o nascimento de um plano, para, depois, verificar que estão faltando alguns recursos.

Há uma questão técnica importante da qual eu vou tratar logo na sequência. O custeio mensal – cobranças mensais de participantes e assistidos – já incorpora essa sustentabilidade do plano ao longo do caminho. Ou seja, aquilo com que o patrocinador e o participante contribuem mensalmente deve ser suficiente para sustentar o plano ao longo do caminho. Eventuais flutuações anuais, como eu mencionei, dão origem ou a eventuais superávits, ou a eventuais déficits, que geram uma contribuição que nós chamamos de extraordinária, porque foge desse custeio normal do plano de benefícios.

Passando, então, para a última parte da apresentação, esse é um gráfico que mostra números do sistema total de previdência complementar. Como se comporta a carteira de um fundo de pensão? Na média, há 53% de títulos públicos, e, agora, 17% de renda variável. Isso serve para dizer o quê? O Plano de Benefícios II tem uma postura conservadora, porque ele está fundamentado, basicamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

em títulos públicos – o Dr. Jarbas mostrou que mais de 90% da composição dos ativos do fundo do Plano II são títulos públicos. Quando a gente abre a caixa de títulos públicos, existem títulos públicos indexados à inflação do IPCA, outro grupo do IGP-M e também um passivo, corrigido a uma inflação, salvo engano, de INPC.

Esse eventual descasamento entre a taxa de investimento do ativo e a taxa de investimento do passivo, por si só, gera uma flutuação que deve ser mitigada pelos gestores e que dá origem, dependendo do momento, a um superávit ou a um déficit. Nesse aspecto, esta é uma das hipóteses que explicam o déficit gerado no plano: a inflação que corrige o ativo é diferente da inflação que corrige o passivo. Essa é uma das hipóteses, mas eu vou tratar das outras na sequência.

Ao longo do caminho, nós temos o principal fator que gera sensibilidade no cálculo do passivo. A taxa de desconto do passivo foi se reduzindo no sistema inteiro de previdência complementar ao longo do tempo. Quando a gente olha a primeira barra, a taxa saiu, no ano de 2011, de 3% – em azul –, com menos de 5% de desconto, e foi aumentando, ao longo do caminho, para dizer o seguinte: as taxas que, de certa forma, eram elevadas foram se reduzindo ao longo do tempo, para fazer frente à rentabilidade dos investimentos.

Quando se reduziu essa taxa, o desconto não foi diferente. Nos planos do Banesprev, você tem também um aumento do passivo que explica em parte o aumento do déficit. Assim como a questão da longevidade, que foi fruto, inclusive, de uma mudança de uma tábua atuarial, como eu mencionei, daquela premissa, que prevê uma sobrevida adicional, que, do ponto de vista da sociedade, é extremamente interessante, mas que, para quem faz a conta, para o atuário que convive dia a dia com essa matemática, significa dizer: como o benefício é vitalício, as pessoas vivem mais, não há mágica, do ponto de vista atuarial; ou temos uma contribuição adicional para garantir aquele benefício que foi contratado – é um benefício definido. E falar em previdência complementar significa dizer que nós temos um esforço inicial para depois gozarmos do benefício.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO – Já concluindo, Sr. Presidente.

E esse esforço inicial, para a manutenção do plano BD, que é de Benefício Definido, traduz-se numa contribuição adicional. E não é que a contribuição adicional seja feita para penalizar participante de qualquer plano; ela é feita para garantir o benefício que foi contratado. E é um contrato estabelecido por plano de benefício, um contrato entre as partes que se traduz no regulamento – o regulamento dita as regras do plano de benefício. Nós temos um regulamento do Plano I e nós temos um regulamento do Plano II, que não se confundem quando se trata das regras estabelecidas em cada um dos planos.

Nos últimos anos – e esse *slide* não se refere especificamente ao Banesprev –, o sistema de previdência complementar brasileiro tem passado por um momento de situação difícil que reflete a recessão econômica em curso. Parte dos ativos, como mencionei, diz respeito à renda variável – muito pouco no Plano Banesprev II –, e os valores dos déficits do sistema de previdência complementar aumentaram substancialmente nos últimos três anos: rentabilidade negativa da renda variável, 2012, 2013, 2014, 2015. Em 2016, agora, esperamos uma retomada desses investimentos, uma rentabilidade positiva; grande flutuação em alto patamar com volatilidade da rentabilidade de títulos públicos. Isso gera uma grande incerteza e teve impacto grande na rentabilidade dos planos de benefício, que gerou esses déficits; e, no gráfico azul, a redução dos superávits ao longo do tempo.

Especificamente, minha última lâmina, Plano Banesprev II. Nós temos uma evolução também do déficit ao longo do caminho, 2011 a 2015. A barra em vermelho mostra a evolução desse déficit nesses elementos que foram trazidos também pelo Dr. Jarbas, quer dizer, pelo fator previdenciário, você teve, inclusive, redução dos benefícios do INSS e aumento dos benefícios trazidos ao plano de benefício; tudo isso traduzido acabou gerando eventuais flutuações no plano de benefício.

Mas eu concluo a minha fala, Sr. Presidente, dizendo que, quanto ao tratamento da denúncia que foi trazido à Previc, em 2011, nós identificamos que o custeio do plano, volto a dizer, é permanente e mensalmente feito e que há ausência de elementos que caracterize de maneira inequívoca a presença de um eventual serviço passado no plano. Como mencionei, o regulamento é independente, em cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

um dos planos, Plano I, Plano II. No Plano II, nós não identificamos aqueles elementos técnicos que caracterizassem a presença do serviço passado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto.

O SR. FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO – ... e nós definimos isso nos pareceres estabelecidos.

Para finalizar, o último elemento, que trata do prazo que foi aqui bastante comentado: o prazo de equacionamento do déficit de 27 anos. É importante lembrar que 27 anos, para assistidos, os ativos do plano tinham apenas cinco anos para fazer esse equacionamento, o que trazia um ônus que praticamente inviabilizava a contribuição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO – E o Conselho Nacional de Previdência Complementar estabeleceu uma nova regra – Sr. Presidente,15 segundos adicionais –, que definiu, não da Previc (Conselho Nacional de Previdência Complementar), como se dá um equacionamento de déficit, sendo uma vez e meia *duration* para todos os planos. No caso da *duration* do Banesprev, cerca de 11 anos, o que se traduz em uma contribuição, hoje, de 17 anos para todos, ativos e assistidos.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Dr. Fábio Henrique de Sousa Coelho, Diretor de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos.

De imediato, Tirza Coelho Souza, representante da Associação dos Funcionários do Grupo Santander Banespa, Banesprev e Cabesp.

A SRª TIRZA COELHO DE SOUZA – Bom dia a todos e todas. Quero parabenizar, na pessoa do Senador Paulo Paim, a excelente iniciativa e cumprimentar todos da Mesa: Sr. Fábio, Camilo, Ademir e Bráulio – a gente também tem trabalhado junto na associação.

É uma honra, Senador, estar presente nesta mesa com o senhor. Também sou gaúcha, sou sua conterrânea. Temos orgulho de ter aqui um Senador como o Senador Paim, que tem um histórico, que tem participado de discussões importantes para a sociedade como esta.

Infelizmente, nós estamos vivendo um momento que é um momento bastante difícil para a manutenção de direitos dos trabalhadores, dos aposentados. Acho que nós estamos vivendo realmente um momento de exceção. Nós, inclusive, temos discutido bastante que o que buscamos é, pelo menos, a manutenção daquilo que foi discutido e que foi contratado.

Quando se fala do que foi contratado, a previdência complementar, talvez pelo pouco debate doutrinário que nós temos, inclusive no meio acadêmico ainda, tem muita divergência em relação ao que seria o benefício contratado, manutenção do regulamento, qual regulamento se aplica, se seria o que você discutiu e aderiu na época, se seria o regulamento vigente na data da sua aposentadoria, todas essas são questões que ainda estão na pauta, inclusive, do Judiciário. Isso está também pendente de análise no STJ, em um processo que tem repercussão geral, que ainda não foi decidido.

Então, coloco aqui a questão, evitando também ser um pouco repetitiva. Foi solicitado que trouxéssemos também alguma contribuição, porque nós acompanhamos uma das ações que foi judicializada, que é pela Afubesp. Nessa ação é discutido o serviço passado e as contribuições extraordinárias.

Portanto, com todo o respeito aos colegas que colocaram o posicionamento divergente, acho que este momento seja talvez um dos momentos mais democráticos, em que é possível trazer entendimentos diversos, ouvir as opiniões diversas, cada um colocar sua opinião. As pessoas, principalmente os participantes e assistidos, que são os maiores atingidos com tudo isso, podem também trazer aqui a sua opinião e seus questionamentos. Mas nos parece que há um equívoco quando se diz que não há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o serviço passado e isso porque, na nossa visão, o serviço passado é o ponto crucial, é o ponto inicial.

Existem outros fatores, existem outros problemas? Existem. Esses problemas podem estar relacionados ao que o colega Fábio falou, relacionados às premissas econômicas, não econômicas, a toda questão da atuária. Podem estar relacionados a outras influências? Podem, mas nós entendemos que elas são acessórias, por quê? Porque o principal decorre do serviço passado.

Nós levamos ao processo, Senador, vários documentos que comprovam que, desde o ano de 1987, já havia esse debate, isso foi dito pelo Camilo, foi dito pelo Walter aqui também, que trouxeram todo o histórico. E, naquela época, já havia um debate com a patrocinadora em relação ao serviço passado. Foram juntados vários documentos, inclusive, atas em que foi contratada uma assessoria de atuários que chegaram a uma conclusão e, nessa conclusão, há realmente uma diferença dos números e que é explicada pelo valor do tempo passado, não aportado ao fundo e também pela insuficiência de taxas de custeios praticadas desde o início dos planos. Mais à frente, coloca que esse tempo todo é de responsabilidade da patrocinadora, pois não havia contribuição dos funcionários para esse período compreendido entre 1987 e 1994. O banco aportou somente o mínimo e, portanto, está devendo a diferença.

Essa citação está juntada na ação judicial, mas nos parece bastante relevante citar aqui, porque consta da Ata nº 402 da reunião extraordinária da diretoria executiva do Banesprev, realizada em 24 de fevereiro de 2000. Essa é uma das atas. Nós temos outras em que também foi dito, foi reconhecido, que existia o serviço passado.

Em 1987, na parte final que foi apresentada pela assessoria atuarial, foi dito que assim, para aqueles que ingressarem em data anterior a 1987 – que foi quando Banesprev foi criado –, terão compromissos especiais passados. Compromissos especiais passados equivale a contribuições que deveriam ser aportadas ao Banesprev, se o mesmo já existe desde a data da admissão do participante na patrocinadora.

Essas são algumas das exemplificações que nós trazemos aqui para deixar claro que, primeiro, a questão sempre foi de conhecimento de todos, da patrocinadora; foi discutida entre as partes desde aquela data; a própria patrocinadora em várias atas reconhece que existiu o serviço passado e essa questão, em que pese que hoje – foi dito aqui pelo colega Fábio – existem muitos planos que estão com déficit e que existem várias situações nos últimos três anos, vários aspectos que têm levado a tudo isso.

Parece-nos que é uma situação bastante diferente da situação que está sendo colocada aqui, porque aqui nós não estamos tratando de um déficit recente, nós estamos tratando de uma situação que vem sendo discutida desde 1987.

Então, não é uma situação nova, não estamos discutindo uma situação de um plano que passou a ser deficitário nos últimos três ou cinco anos, mas estamos tratando de uma situação que já existia e da responsabilidade, de saber de quem é essa responsabilidade.

Acho que foi bastante feliz a fala de alguns colegas aqui que trouxeram qual o modelo de um plano de benefícios definido, de contribuição definida, e acredito que essa diferenciação...

Todos os participantes e assistidos sabem, reconhecem que ninguém está se eximindo da sua responsabilidade, da sua contribuição ao plano. O que está sendo solicitado é que haja justiça e averiguação para se saber quais são as responsabilidades, porque, ao que se evidencia, o patrocinador está se eximindo da sua responsabilidade e está penalizando os participantes com contribuições que chegam a 500%. Aqui, além dessas que foram citadas, nós temos mais de mil cartas que chegaram até nós informando, comprovando que houve um aumento de 400% ou 500% do valor da sua contribuição.

Portanto, nós não estamos dizendo que não possa haver a contribuição. Pode haver, pode ser que exista uma parte que não decorra do serviço passado e que tenha que ser paga, sim, mas existe uma parte que é do serviço passado e precisa ser discutida. Então, essa questão nos parece bastante clara e, infelizmente, foi judicializada. Nada impede, Senador, claro, que, a gente conseguindo ter uma iniciativa de aproximar as partes e chegar em algum consenso, isso tudo venha a ser resolvido.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª TIRZA COELHO DE SOUZA – Mas uma questão que fica bastante evidente é a do histórico, que foi colocado aqui, já existia o serviço passado.

Então, portanto, não nos parece que seja uma situação como a que a gente tem visto por aí, em alguns outros fundos, que são situações mais recentes e em que você discute outros reflexos, reflexos da própria economia, porque nós sabemos que esses reflexos realmente existem e podem afetar o benefício e trazer uma contribuição extraordinária.

Então, em linhas gerais, o que nós gostaríamos de colocar é que, da nossa parte, foi trazido também, pelo Camilo, o documento que traz toda a comprovação dessa documentação, e achamos que esse fórum é importante para que as partes possam trazer aqui, cada uma, a sua visão de forma que a gente consiga, a partir daqui, partir para outro caminho que ainda não conseguimos alcançar, mas que pode ser um caminho próximo a algo que evidencie aquilo que... Porque o que foi dito aqui, inclusive pelo Camilo, o que está sendo colocado por uma parte ou por outra muitas vezes parece muito distante, e realmente nos parece bastante distante quando um nega que exista o serviço passado e outro diz que existe, e aqui... Então, como ficam as responsabilidades?

Então, nossa ideia é que, a partir daí, possa ser mais bem debatido, que a gente consiga evoluir a partir disso, de forma que o participante está ciente de que ele precisa de uma contribuição, mas nós estamos aqui em busca de algo que seja justo e que seja baseado naquilo que é a sua efetiva contribuição, a sua efetiva responsabilidade, e não que ele venha a ser penalizado, como tem sido, por não responsabilizar o patrocinador da responsabilidade que lhe cabe.

Obrigada. Desde já, agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, representante da Associação dos Funcionários do Grupo Santander, Banespa, Banesprev e Cabesp, Drª Tirza Coelho de Souza.

Agora, passamos a palavra ao Secretário de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, Ademir Wiederkehr.

O SR. ADEMIR WIEDERKEHR – Obrigado, Senador Paim. Quero cumprimentá-lo pela iniciativa de realizar esta audiência pública, que foi solicitada em Porto Alegre pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, em parceria com a Fubesp e com apoio da CUT do Rio Grande do Sul.

Quero dizer aqui que, além de Secretário de Comunicação da CUT do Rio Grande do Sul, sou também diretor do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, a Contraf/CUT, e da Afubesp.

Quero também fazer um registro inicial, registrando o falecimento ontem do irmão Antônio Cechin. Sei que o Senador Paim já fez o registro aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi um voto de pesar e solidariedade, lendo o currículo dele aqui na Comissão e no plenário, mas é importante que você lembre esse momento.

O SR. ADEMIR WIEDERKEHR – Quero reforçar esse registro, porque Antônio Cechin foi um irmão marista que muito contribuiu para a organização dos movimentos sociais. Foi fundador da Comissão Pastoral da Terra, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST, da Romaria da Terra, e, nos últimos anos, vinha organizando os catadores e recicladores de lixo. Era o profeta dos catadores. Então, uma pessoa muito comprometida com os pobres, que deixou um exemplo muito grande para cada um de nós aqui. (*Palmas.*)

Quero saudar também aqui a presença de vários dirigentes sindicais. Quero agradecer a referência do Eros, quero compartilhá-la com cada dirigente sindical que veio aqui, o pessoal que veio de São Paulo, do Paraná, do Rio de Janeiro, do Nordeste, de vários locais do País, para participar desta audiência pública aqui. Quero saudar essa caravana que veio da Afubesp, de São Paulo. Viajaram a noite inteira para vir para cá... (*Palmas.*)

Eu acho que isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Quero registrar também o meu apoio, aqui, à luta dos aposentados, para que recebam o abono dos R$3.500, como já foi aqui colocado pelo Eros. Quero também reforçar aqui a necessidade de o Santander retomar as negociações para o aditivo à convenção coletiva. Queremos finalizar essa negociação com avanços para os trabalhadores do Santander.

E quero dizer aqui que esta audiência pública, Senador Paim, nasceu lá em Porto Alegre numa reunião de participantes da ativa e, principalmente, assistidos do Banesprev. Fizemos uma reunião lá no sindicato, com a presença do Walter Oliveira, conselheiro que falou aqui no início, representante da Afubesp. E essa reunião foi muito difícil para nós, porque cada um reclamava porque a sua contribuição havia aumentado 100%, 400%, 500%, e as pessoas perguntando: "Como vou fazer agora?"

O aposentado não tem nenhuma reserva, o aposentado não tem PLR, o aposentado não tem os bônus que ganham os executivos do Santander, o aposentado vive do seu benefício do INSS e da complementação do Banesprev. De uma hora para outra aumenta a sua contribuição extraordinária. Como é que ele vai fazer? Vai haver outra contribuição em fevereiro do ano que vem. Como é que o aposentado vai se virar? E aí surgiu a ideia, Senador Paim, de fazer uma audiência pública. Encontrei o Senador numa audiência pública sobre a Reforma da Previdência em Porto Alegre. Coloquei para ele o que estava acontecendo. Construímos um documento junto com a Afubesp, que entregamos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, para essa audiência pública, porque eu acho que é importante a gente ampliar esse debate, chamar todas as partes envolvidas. Que bom que hoje está aqui o representante do Santander, do Banesprev, da Previc, as associações, os dirigentes sindicais, os aposentados. Quero saudar o companheiro Oliver Simioni, que está aqui... (*Palmas.*)

... que veio junto participar, sempre na luta. Então, esse velhinho vale ouro para a nossa luta, para a nossa mobilização.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ADEMIR WIEDERKEHR – Foi um termo carinhoso, Oliver. Mas, quero dizer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Ademir, para descontrair. Eu já estou com 66 anos, mas, quando me chamam de velhinho, eu digo que me chamem de velhinho até os 100 anos que está bom. (*Risos.*)

O SR. ADEMIR WIEDERKEHR – Então, saiu dessa reunião que fizemos em Porto Alegre para ver como a gente pode encaminhar essa questão. Sou participante do Banesprev, acompanho as assembleias dos participantes do Banesprev. A gente se preocupa com esse problema que atinge todos os participantes do Plano II.

Vejo, Senador, que estamos passando um momento parecido com o que está acontecendo agora com a PEC 55, a PEC 241, que foi aprovada na Câmara e está agora no Senado, uma PEC que vai congelar por vinte anos os gastos com saúde, com educação, com o atendimento aos pobres. A população não está percebendo por causa dessa campanha midiática, que só mostra um lado. As pessoas não estão percebendo o que vai acontecer lá na frente. O que está acontecendo conosco é o que na época falávamos da privatização. Nós, que lutamos contra a privatização do banco porque sabíamos que isso ia trazer problemas. O Camilo já se referiu aqui a isso. Faz, dia 20, dezesseis anos da privatização do Banespa. Na época, falávamos que iria haver demissão de funcionários, iriam fechar agências, que não haveria nenhum benefício para a sociedade, os juros iriam continuar altos, as tarifas iriam continuar elevadas. Foi isso o que aconteceu. O edital de privatização foi muito generoso com o comprador e negligente com os trabalhadores e a sociedade, porque não foi previsto no edital o pagamento do serviço passado, mas deveria ter constado do edital. Foi prevista a emissão de títulos para os funcionários admitidos até 1975. Agora, em relação aos que entraram depois, não foi previsto nada. Então, hoje, estamos arcando com as consequências, dezesseis anos depois. Temos de encontrar uma solução.

Eu quero destacar aqui que o Santander é um banco lucrativo, muito lucrativo. Aliás, todos os bancos são lucrativos no nosso País. Os maiores lucros do mundo, talvez, aconteçam aqui no Brasil.

No ano passado, o Santander lucro R$6,6 bilhões. Neste ano, até setembro, o banco já tem acumulados R$5,3 bilhões. Então, possivelmente, vai lucrar mais do que lucrou o ano passado. O Santander não tem o problema que os participantes do Plano II estão passando. Cada contribuição... De onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

é que o aposentado vai cortar?

Então, o problema está colocado justamente em relação aos aposentados e aí nós temos que dialogar com o Santander, porque o serviço passado existe, ao contrário do que diz o representante do Santander aqui, ao contrário do que afirmou aqui o representante da Previc.

O serviço passado existe e é fácil a gente perceber. Imagine só, o Plano II foi criado em 1994, nós tínhamos milhares de funcionários que já estavam no banco, uns que entraram em 1975, em 1977, como foi o meu caso, outros em 1979, em 1984. Vários funcionários que entraram naquele período. Se nós vamos construir um novo plano de previdência em 1994, tem que haver um aporte sobre aquele período, senão quando as pessoas forem receber o seu benefício vai ficar faltando recurso. E é isso que está acontecendo hoje.

Hoje, a maioria está aposentada. Temos menos de dois mil funcionários ainda na ativa e o problema está colocado.

Então, esse é um problema, para nós, estrutural do plano. Existem problemas conjunturais que foram colocados aqui, não vou repetir, mas nós temos um problema estrutural, que é a falta do aporte do serviço passado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMIR WIEDERKEHR – E eu recordo-me que os nossos representantes eleitos nos conselhos têm feito ressalvas na aprovação das contas em relação ao serviço passado. Cadê o serviço passado?

Nas assembleias de participantes, das quais tenho participado, também têm sido aprovadas ressalvas em relação ao serviço passado. Na época da privatização, eu estive junto com os companheiros de São Paulo, lá na Assembleia Legislativa, quando o Presidente da Afubesp, Eduardo Rondino, perguntou para o Presidente do banco, na época, sobre o serviço passado. E ele reconheceu que havia um passivo, não falou em valor, como já foi dito aqui, mas reconheceu que existiam problemas.

Quanto a essa questão do serviço passado, Senador Paim, é fundamental que haja esse aporte. E não vejo por que o Santander, com todo esse lucro, não possa fazer um aporte.

O banco tem esse recurso. Recurso que vai, certamente, na sua grande maioria, para a Espanha. Tem que aportar também em quem está aqui no Brasil. E os aposentados trabalharam muito tempo no banco, os funcionários da ativa estão trabalhando no banco, em condições, como já foi dito aqui, de muita pressão para atingimento de metas, uma série de problemas e condições de trabalho que os funcionários enfrentam.

Agora, é fundamental que haja esse aporte do serviço passado. As ações judiciais estão colocadas, a Drª Tirza já falou a respeito disso aqui, mas as portas do diálogo para nós sempre estão abertas. Um processo judicial não encerra a possibilidade de negociação.

Eu tenho certeza de que as associações, de que os sindicatos, a Contraf, estão abertos para discutir, encontrar uma solução. Agora, nós não podemos permitir que os colegas aposentados continuem fazendo o pagamento de contribuições extraordinárias e, como existe déficit e o déficit está aumentando, a tendência é de novas contribuições para a frente.

Quer dizer, que qualidade de vida essas pessoas vão ter, Senador? A pessoa trabalha a vida inteira, quando chega na aposentadoria, não têm condições de manter o seu padrão de vida.

Nós não queremos que a pessoa daqui a pouco tenha que vender o carro, trocar de casa, cortar a sua alimentação... Que vida é essa?

Então eu acho que é fundamental que haja essa saída, de buscar uma negociação para resolver o problema do serviço passado, porque essa é a questão central que está colocada aqui. As outras questões levantadas aqui são importantes, mas a questão central para resolver esse impasse é o aporte do serviço passado. Se não resolver esse aporte nós vamos ter mais e mais problemas daqui para frente.

E eu queria destacar aqui que as empresas elas não podem ignorar suas responsabilidades com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

os impactos causados aos direitos humanos. Foi dito, já pelo Senador em outras ocasiões que uma empresa não pode ter trabalho escravo.

Como é que a empresa vai falar em responsabilidade social se tem trabalho escravo? Agora, hoje eu pergunto aqui, se o Santander, que tem responsabilidade social, como costuma dizer nos seus balanços, nos relatórios, como é que vai ficar indiferente na situação dos participantes do Plano II, que estão tendo que fazer aportes acima das suas possibilidades, prejudicando a sua qualidade de vida? Como é que ficam os direitos humanos dessas pessoas?

Direito humano é a gente conseguir ter casa, ter moradia, ter alimentação, ter condições de ter uma vida digna. E é isso que está colocado hoje.

Eu já fiz essa colocação para a negociadora do Santander, a Fabiana, lá em Porto Alegre, numa reunião com o movimento sindical, diante desse apelo que eu percebi naquela reunião com os aposentados que a gente fez lá em Porto Alegre.

Então acho que temos que mostrar para o banco que é fundamental fazer esse aporte.

Quero dizer também que eu já fiz essa colocação em documento assinado na Assembleia dos Acionistas do Santander, junto com o Camilo, com a Vera Marchioni, que eu vejo aqui também, o Cabanal, outros companheiros e companheiras que estavam lá na Assembleia dos Acionistas em São Paulo, por escrito, um apelo para que o banco resolva essas pendências que ele tem com os trabalhadores. Quer dizer, como é que um banco apresenta um lucro desse para a sociedade e nós temos aposentados, funcionários, arcando com contribuições insuportáveis para manter a sua qualidade de vida?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMIR WIEDERKEHR – Então eu quero concluir aqui, Senador Paim, dizendo que nós precisamos resolver essas consequências da privatização do Banespa. Nós não queríamos a privatização, lutamos contra a privatização, infelizmente o governo tucano na época privatizou o banco: Mário Covas, Geraldo Alckmin, Presidente Fernando Henrique Cardoso. Venderam o banco, não colocaram garantias para os participantes do Plano II, e hoje nós precisamos dizer para o Santander, para a Previc, que é fundamental garantir que o serviço passado seja retomado, colocar na mesa de negociação, para que esses trabalhadores e aposentados tenham dignidade na sua aposentadoria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem Ademir Wiederkehr, Secretário de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, que foi o primeiro a nos procurar para provocar este debate. Uma excelente audiência pública com certeza.

Antônio Bráulio de Carvalho, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar).

O SR. ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO – Bom dia! Quero, primeiramente, cumprimentar a Mesa e meus companheiros, representantes das entidades sindicais dos associados. Quero cumprimentar aqui todos os participantes do Banesprev pela persistência na luta, que, como já foi dito aqui, é longa, árdua e dolorosa. Quando a gente percebe que todos os benefícios, que todas aquelas expectativas de direito que estavam sendo construídas vão desaparecendo na nossa frente, isso é uma frustração muito significativa para a gente. Eu quero cumprimentar e estar sempre ao lado dos participantes nessa luta. Cumprimentar também aqui o movimento sindical do Banestado por ter construído essa governança corporativa, essa governança onde há a representação dos participantes em posições estratégicas, e lembrar que, se já tivesse sido aprovado o PL 268, nós não estaríamos fazendo este debate, porque a tentativa do PL 268 é exatamente eliminar todo o contraditório do debate entre participantes e patrocinadores. Então, é importante que todos os participantes estejam alerta a isso, atentos a isso, mobilizados contra essa tentativa de excluir a representação dos participantes dos fundos de pensão.

Também quero falar da minha satisfação de estar aqui neste momento em que V. Exª é agraciado com o reconhecimento pelo trabalho pelas causas sociais. Acho que isso é uma demonstração da im-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

portância de pessoas que estejam do nosso lado.

Da outra vez em que estive aqui, a gente colocou sobre os conflitos de interesses. É interessante a gente ficar por último, porque fico observando que, a cada um que fala, vai caindo um item da pauta. O último item que estava aqui era a pauta do serviço passado, mas o Ademir foi brilhante aqui ao fazer essa discussão. No entanto, nos resta aqui, se for nos dado aqui engenho e arte, tentar acrescentar alguns detalhes. Acho que a discussão foi de alto nível, um reconhecimento claro das questões técnicas. E sempre penso que, no conflito entre capital e trabalho, nós trabalhadores sempre tratamos com uma certa habilidade quando se trata do conflito entre patrões e trabalhadores. Agora, quando todos os astros se aliam contra os trabalhadores, acho que aí tem que se intensificar ainda mais a luta, tem que se tornar mais bravo, mais capaz, mais aguerrido na luta para que não se deixem esvair pelos vãos dos dedos todas as conquistas e todos os direitos que já foram conquistados até agora. Se a gente pega a pauta que está colocada hoje no Congresso, na Câmara – as PECs, as medidas provisórias e todas as legislações que estão aí –, penso que a população não tem a dimensão do que isso vai significar na organização da sociedade. Então, a gente precisa também estar aliado a esse processo.

Na questão do mérito da discussão, eu só queria acrescentar um detalhe: é impossível imaginar a tese de que se institua um plano sem a figura do serviço passado. É impossível. Tecnicamente é impossível. Eu não vou entrar em tecnicismo aqui, como foi discutido, isso aqui já foi bastante explorado, mas eu posso fazer aqui uma brincadeira.

O Senador vai instituir hoje um plano de previdência complementar, Senador Paulo Paim, e nós vamos ser os seus participantes. Dessa massa aqui que a gente está observando, nós vamos ter um serviço passado bastante alto, porque muita gente já está muito próxima ao benefício, está muita próxima a acessar o benefício. Só que a responsabilidade da cobertura desse serviço passado as patrocinadoras assumiram naquele momento. E por que que assumiram? Porque tinham interesses, tinham interesses tanto na política de gestão de pessoas, quanto na isenção do Estado no pagamento do benefício dos aposentados.

Então, foi acordado, foi acertado um grande acordo, em que as patrocinadoras assumiram esse serviço passado. Isso não é só no caso do Banesprev. Todos os fundos de pensão foram assim, todos os fundos de pensão tiveram serviço passado e todos os serviços passados foram assumidos pelas patrocinadoras, e a grande parte foi paga. Pelo menos, se houver algum ainda, estou dizendo aqui, da grande parte, eu não conheço algum que isentou da obrigação de pagar o serviço passado.

Isso por quê, gente? Porque, quando se estabelece um plano de previdência complementar, está-se criando um casamento de pelo menos, um contrato futuro de pelo menos 60 a 70 anos para frente. É claro que naquele momento em que se estabelece está-se prevendo o que que vai acontecer no futuro e, como já foi dito aqui, se não me falha a memória, pelo Fábio, é claro que essas condições também têm as suas devidas alterações. Alterações conjunturais, como foram ditas aqui. Em um momento você tem um resultado muito bom dos investimentos, você tem uma economia em ascensão, como nós já passamos aí, algum tempo atrás, praticamente nos últimos 15 anos, quando entra, agora, em processo de recessão com a crise. Esses investimentos agora deixam de ter aquela rentabilidade e aquele resultado que é necessário para fazer a cobertura. Quando se vai fazer o casamento entre o ativo e o passivo, vai faltar recurso. Isso eu estou dizendo estruturalmente, estou dizendo conjunturalmente.

Já, na estrutura, se eu não paguei aquela dívida, se aquele recurso do serviço passado não surgiu de alguma forma, ele vai faltar em algum momento e, compromisso futuro, com certeza, ele vai aparecer. O que está acontecendo hoje aqui é exatamente isso. Não adianta a gente admitir a hipótese da passagem do Plano 1 para o Plano 2. Esse valor desapareceu? Desapareceu como? Como é que pode ter desaparecido um compromisso em que você teve lá um serviço passado no Plano 1 e no Plano 2 ele desapareceu?

Eu, praticamente, não consigo ver sentido nisso, não consigo ver sentido nessa avaliação, não consigo ver sentido nessa expressão, a menos que tenha havido ali uma maquiagem muito grande nos números, porque também eu não sou especialista em Banesprev, não sei como é que isso aconteceu, mas pode ter havido uma maquiagem nos números, em que esses valores desapareceram, porque, a menos que isso tenha acontecido, esse compromisso tem que surgir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Onde é que deveria estar, então, o resultado? Ah, naquele momento, o plano era superavitário. Por isso, a legislação foi muito sábia. Ela criou, tanto a Lei nº 6.435, quanto as Leis nºs 108 e 109, mantiveram a figura do fundo de contingência. Esse fundo de contingência é exatamente para ser utilizado no momento em que existam as crises, as necessidades de mais recursos.

Estou dizendo claramente aqui que, se o valor do serviço passado tivesse sido incluído no plano, talvez a gente não tivesse a necessidade de um aporte tão grande de recurso que está havendo hoje.

É possível que haja alguma necessidade de aporte? É possível, mas não com a intensidade de hoje.

E aqui, gente, precisamos ter muito claro que aporte de recursos é redução de benefícios. Não adiante tergiversarmos: "Ah, vou contribuir com cinco, com dez." Não, estou reduzindo o benefício do participante em 10%, 15%, 20%. Isso é redução de benefício que afronta todo o princípio da legislação e todo o princípio para que os fundos de pensão foram criados.

Eles foram criados para manter a qualidade de vida dos participantes, dos trabalhadores. Foram criados para manter o nível de consumo pelo menos próximo à época do momento laboral.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO – Provavelmente o recurso aportado, a reserva matemática de cada participante seja o maior que cada trabalhador conseguiu conquistar, que ele conseguiu acumular. No entanto, a gente chega num momento em que a gente olha para a situação e pergunta: "O que aconteceu?"

O que aconteceu é que as pessoas, quando dão as explicações, dão explicações que não convencem. Explicações que buscam palavras bonitas, demonstrações técnicas para comprovar o incomprovável, para explicar o inexplicável, mas a realidade é: faltou recurso, o recurso não foi aportado e hoje ele está fazendo falta para o pagamento dos benefícios.

Alertando, Sr. Senador, que não é só o caso de um dos fundos de pensão, de um dos planos. Essa situação vem se alastrando. Vários fundos de pensão hoje de menor porte passam pela mesma dificuldade, pelo mesmo processo.

Essa tentativa de suprimir direito dos participantes, ou através da liquidação de plano, ou através de saldamento, ou através de qualquer tipo de incorporação, fusão, está acontecendo em uma dinâmica nos fundos de pensão. E aquilo que foi criado como uma perspectiva positiva, como uma lógica positiva, tanto para o País quanto para o participante, hoje tem se tornado aí um dos principais ataques aos direitos acumulados e constituídos.

Eu quero agradecer a atenção.

Quero encerrar com um pensamento de Nietzsche com o qual eu acho que os trabalhadores todos se afeiçoam e de que todos eles se aproximam muito.

Ele diz o seguinte: "Eu não me importo em pagar pelo meu grande amor à vida, mas eu preciso saber o porquê e quanto estou pagando."

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Antônio Bráulio de Carvalho, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar).

Nós temos dois inscritos e aí vamos para as considerações finais.

Passo a palavra, de imediato, ao Oliver Simioni, pelo tempo de cinco minutos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLIVER SIMIONI – Obrigado pela oportunidade que o Senador Paim, a quem nós muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

respeitamos e que consideramos, está dando também para os assistentes aqui na discussão levada pelas duas Mesas.

Na primeira questão, eu quero me retornar, como ex-diretor, representante do funcionalismo do Banespa e também diretor do sindicato dos bancários, porque eu acompanhei toda essa discussão da transição, ou como diretor do sindicato, naqueles momentos cruciais em que o Banespa estava praticamente entrando. E também a transição da federalização do banco e da venda para o Santander.

A primeira questão: no Banespa, por lei, o pessoal, antes de 1975, já tinha garantido a complementação da aposentadoria pelo banco. Então, isso é um direito de lei de lei, e isso acontecia praticamente em todas as outras entidades estatais, desde o Jânio Quadros.

Em segundo lugar, foi criado o Plano I, justamente para o pessoal novo, que estava saindo daquele plano através da Lei nº 200/74, não ter uma disparidade muito grande na questão da aposentadoria, porque poderia gerar um desconforto, até uma rivalidade na prestação de serviço. Por isso que o banco criou o Plano I.

Agora, dentro da lógica que foi dita aqui – as coisas são feitas dentro de uma lógica, como diz o Eros. É claro que o Banespa estava criando um plano em 1975 e, logicamente, aquele pessoal iria se aposentar 30 anos depois, 30 ou 35 depois, segundo o regulamento de pessoal no banco.

Logicamente, se houvesse algumas aposentadorias precoces ali em função de um acidente de trabalho ou de uma doença, o banco poderia muito bem suplementar a aposentadoria desse pessoal, o que raramente poderia acontecer, mas que aconteceria.

Então, o que que acontece? Em 1987, praticamente, o banco, em vez de colocar o dinheiro, em vez de colocar os recursos no Plano I, ele jogou o dinheiro no mercado, porque a possibilidade de aposentadorias em massa seria para um futuro de 30 anos. Então, foi isso o que ocorreu. O banco realmente não cumpriu o tempo passado.

Agora, eu vou fazer um registro referente a duas falas. Eu acredito que a Previc, a secretaria de complementação de aposentadorias, anterior à Previc, elas têm a função de fiscalizar os recursos, a garantia dos recursos, mas fiscalizar também a contribuição. E aqui o tempo passado é claro para todos nós.

E nós já fizemos diversas demandas na Previc em cima do tempo passado. Eu já estive na Previc, já estive na secretaria de complementação, com referência aos títulos federais do Banespa. Tiraram do caixa do banco e pagaram diretamente através do Banesprev, a nossa entidade de complementação.

Então, quanto a essa discussão também do tempo passado, permita-me Jarbas, você disse que essa questão foi levantada agora. Você não estava na Mesa, mas eu quero fazer um registro aqui, com todo o respeito que o tenho por você. O tempo passado foi discutido, sim. Foi discutido de 1993 até 2007, inclusive por mim, Diretor Representante e pelos membros do Conselho de Administração à época, hoje Conselho Deliberativo, foi discutido e está registrado em ata o tempo passado, sim.

E que muitas contas e muitas coisas não eram aprovadas ali porque não era respeitado o tempo passado.

Então, eu quero que a Previc continue na sua função, principalmente naquela função primordial, o respeito aos direitos do participante e o respeito aos deveres que o patrocinador tem que cumprir.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Oliver Simioni.

Maria Auxiliadora Alves da Silva. Depois, Vera Marchioni.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Boa tarde.

Vou ser bem sucinta aqui, porque já foram mais que repisados todos os pontos aqui.

Cumprimento a Mesa e, particularmente, o Senador Paim, pelo trabalho desenvolvido nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ramo de previdência e pelos direitos dos trabalhadores em geral.

Eu fui, com muita honra, diretora financeira administrativa e conselheira deliberativa, eleita pelos participantes do Banesprev. E eu participei desse processo todo ao longo do processo de privatização, criação do Plano II. E não há como a gente usar uma fala tecnicista como foi a do representante do Santander, muito bem elaborada, muito tecnicista, para dizer que algo objetivo e que existe não existe só porque não está escrito em algum lugar.

Se você cria um plano de previdência para abrigar uma população que já vem com tempo decorrido de trabalho, por isso que é chamado de serviço passado, porque é serviço prestado e passado, só porque alguém resolveu não escrever em algum lugar isso passa a não existir.

Então, assim, a fala muito tecnicista, inclusive a da Previc, desculpe-me, pois tenho todo o respeito pelo Dr. Fábio, para dizer que aquilo que não está escrito não existe, não é possível.

A gente participou desse processo, foi até a SPC à época, retirou uma documentação de lá em que há troca de correspondências entre a SPC, à época, e o banco Banesprev, em que o banco pedia para pagar o serviço especial, que era assim chamado, em 24 anos e que a SPC, à época, dizia que não mais era possível 24, mas somente em 20. Ou seja, estava discutindo o pagamento de algo, que era um serviço especial, porque existia. E, de repente, alguém chega aqui e diz que não está escrito em lugar nenhum. No processo de privatização não foi escrito. Óbvio que não foi escrito, porque o objetivo era vender o banco rapidamente e rebaixar o preço para se vender rápido e porque a gana da privatização por que a gente passou aí...Então, de fato, não estava escrito, mas não deixa de existir porque não estava escrito.

E aí vem o representante do Santander e me fala em prescrição. Como prescrição? Você deixa de pagar por um tempo grande e depois prescreve o que você deixou de pagar. Isso não é possível, você prescreve porque deixou de pagar. E o que garante o que não está prescrito? Em todas as aprovações de contas do Plano II do Banesprev, em todas, sem exceção, está escrito: nós vamos aprovar as contas, mas existe um tempo passado que carece de aporte pelo Santander. Está escrito em todas as aprovações de conta. Quando não conseguíamos colocar direto no parecer fiscal que iria para a Previ, a gente colocava na ata, que é documento oficial. E que está no Banesprev certamente tudo isso, deve estar juntado nas ações.

Inclusive, acho que em torno de 2004, a gente conseguiu colocar inclusive no parecer fiscal que foi para a Previc, onde havia um conselheiro que, de repente, votou conosco, dos trabalhadores, até porque o Santander resolveu demiti-lo. E assim, o Santander gosta muito de demitir, e demitiu sem até perceber que ele tinha um mandato lá, no conselho de administração do banco, do Banesprev, desculpa. E aí ele ficou um tanto incomodado e votou conosco. Então, naquele momento, nós tivemos maioria e, ao invés de ficar apenas registrado na ata, que tem um serviço passado, ficou registrado no próprio parecer fiscal, que é documento que acompanha a aprovação das contas e que foi para a Previc, à época SPC.

Agora vem se falar de prescrição. Como prescrição? Você deixa de pagar e depois prescreve? Está escrito em todas as atas do Banesprev, está escrito nesse parecer fiscal que consta lá da Previc. Então, não há que se falar em prescrição.

Outra coisa, desculpe, assim, por causa do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem um minuto ainda.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Um minuto ainda!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto e meio.

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Então, aí vêm também colocações da Previc, que dizem assim: "Olha, mas, assim, caíram taxas de juros, e por conta disso, apareceram..."

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Não é verdade para o caso do Plano II, está certo, porque o Plano II tem uma carteira tão boa que – graças a Deus, nós participamos da formação dela – foi garantido – o Dr. Jarbas que está aqui me ouvindo de novo, Dr. Jarbas – que a gente pôde manter taxa de juros até seis e até maior do que seis. Então, não é verdade que houve redução de taxa de juro, e por isso aumentou o déficit, aumentou o compromisso por conta de redução. Muito pelo contrário, nossa taxa de juro, de desconto, taxa de desconto, que é a taxa atuarial, está mantida porque a carteira é tão boa que dá para manter.

A Previc autorizou a manutenção. Então, não tem situação conjuntural, exceto as poucas de perdas com ações e algumas coisas que realmente o mercado está ruim, que nem por isso a gente acha que perdeu. A não ser o que a gente realizou, que se tenha realizado, que se tenha vendido, realmente sair do investimento e se realizou. Senão, nem dá para se configurar uma perda. Ou seja, não existe nada...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA AUXILIADORA ALVES DA SILVA – Não existe nada, não; existem poucas coisas conjunturais e muito de estrutural.

Então, o banco, com todo esse lucro que tem aí, é bom que assuma a sua responsabilidade e venha aportar o que é devido aos trabalhadores do Banespa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria Auxiliadora Alves da Silva.

Vera Marchioni.

A SRª VERA LUCIA MARCHIONI – Obrigada pela oportunidade, e vou continuar daqui de onde a Maria terminou.

Essa questão do serviço passado, quer dizer, para nós, por todas as explicações que já foram dadas aqui para os trabalhadores, o banco deixou de fazer o aporte do serviço passado e, infelizmente, houve, vamos dizer assim, uma – como que eu vou dizer? – negligência, inclusive do órgão fiscalizador, quando, na constituição do fundo, deixou inclusive de apontar essas questões, que são, como todo mundo já disse aqui, próprias da constituição de um fundo. Então, infelizmente, nós tivemos esse problema na constituição do fundo, e a Previc também tenho que dizer que teve responsabilidade.

E agora ainda, continuando, falado com a Previc, porque ou o patrocinador, ou nós vamos ter um aporte do patrocinador, para a gente resolver esse problema do pagamento excessivo para os participantes, que os participantes não estão suportando o pagamento extraordinário, excessivo, da forma como vem se dando, com novos déficits sendo apontados aí para que se pague no próximo ano, inclusive em janeiro, fevereiro...

Uma outra questão é que, se nós, se a patrocinadora, se neste momento nós não vamos ter um aporte da patrocinadora, que é quem tem condição econômica para fazer isso... Porque o banco não reclama de fazer os aportes extraordinários; ele paga, porque ele tem condição de fazer esses pagamentos. Quem não tem são os participantes. E os participantes... Quer dizer, uma outra forma seria tentar alongar o pagamento da dívida para os participantes.

Quanto à questão dos 27 anos, quando você colocou aqui que os 27 anos eram para o pessoal aposentado, e para os da ativa eram 5, o que tornou impossível, é verdade, mas nós estávamos pagando todo mundo com 27 anos até então. A dívida contratada tinha para todo mundo o mesmo tempo, para ativos e aposentados, 27 anos. E por que é que, então, quando se pediu para recalcular – e foi a Previc que pediu para recalcular. Primeiro, concordou com a forma como tinha sido proposto o pagamento, depois pediu para recalcular, e, aí, reduz o prazo, atingindo demais os trabalhadores.

Então, o que os trabalhadores estão pedindo aqui também – e já houve pleitos encaminhados para a Previc – é a questão do prazo. Nós temos que caminhar no sentido... Ainda mais nesse plano, com os ativos que já foram ditos aqui pela Maria, já explanados, com ativos muito bons, rendendo inclusive acima da taxa; com um quadro de trabalhadores todos aposentados já, com só 1,5 mil – não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

há nem 1,7 mil na ativa; há menos do que isso na ativa... Ou seja, praticamente é um plano fechado, praticamente com a sua massa toda aposentada ou nas vésperas de se aposentar. Quer dizer, nós podemos suportar um tempo maior para fazer o pagamento dessa dívida. Nós podemos carregar essa dívida por um tempo maior para amenizar, para ter parcelas menores para os participantes, que estão aposentados e não suportarão uma parcela tão alta quanto a que está vigendo hoje.

E nós teremos um novo aporte, como já foi dito aqui. A partir de fevereiro, nós teremos que iniciar um novo aporte. Tudo bem que, agora, houve uma mudança para 18 anos, mas nós entendemos que é possível caminhar para os 27 – com menos 4, dariam 23 anos –, o que já traria um fôlego, de imediato, para os trabalhadores que estão aposentados e também para os trabalhadores da ativa.

Então, a gente entende que tem que achar um caminho. Se, neste momento, não é o aporte do serviço passado pelo banco – essa patrocinadora não se dispõe a isso –, que pelo menos a gente consiga discutir um prazo maior para o pagamento dessa dívida, do déficit, da parcela extraordinária.

Era isso que eu tinha para dizer.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Vera Marchioni.

Neste encerramento, já são 12h16, eu queria passar a palavra para os nossos convidados – os da primeira Mesa podem falar de onde estão mesmo – pelo tempo de três minutos para cada um, a não ser que haja alguma consideração maior que exija mais tempo. Serão três minutos para cada um, mas eu queria pedir também, ao mesmo tempo, nas considerações finais, para não sermos repetitivos, que aqueles que falassem pudessem colaborar nos encaminhamentos.

Porque, em toda audiência pública que fazemos, se debate a questão, e depois, no final, fechamos com alguns encaminhamentos básicos para avançarmos na busca de solução.

Então, vou dar o tempo de três minutos, mas muito mais pedindo que todos colaborem na forma de encaminhar os questionamentos aqui levantados, as demandas, enfim, e as preocupações das partes envolvidas.

Walter Antonio Alves Oliveira.

O SR. WALTER ANTONIO ALVES OLIVEIRA – Eu queria fazer um encaminhamento final.

Depois da minha fala, várias pessoas falaram. É claro que esse é um tema complexo, porque envolve o patrocinador, a Previc, reguladora, e nós, participantes. Como temos grandes recursos em discussão aqui, é claro que há polêmica. Não poderia ser diferente. Respeito todas as falas. Porém, quando a Previc arquivou, em 2012, a questão do serviço passado, ela usou muito esse termo que a Maria falou aqui: prescrição. E ela falou em poder de polícia. Ninguém está pedindo poder de polícia. Estávamos querendo apenas apurar o que estava acontecendo ali, que nos penaliza demais.

Não é possível que não haja, do serviço passado, pessoas se aposentando com três meses, cinco meses, um ano, dois anos. Isso foi previsto pelo atuário? Esse documento que foi citado pelo Ademir, pela Maria, quando falam que o atuário fala de reservas de serviços especiais, citado também pelo Camilo. Quando ele fala desse documento e leva à SPC, estava exatamente dizendo do serviço passado. O documento está na denúncia.

Esse voto do conselho fiscal é importantíssimo. Em 2004, o indicado à patrocinadora vota com os participantes e reconhece o serviço passado. Por um erro na convocação – por um equívoco, não um erro –, ele estava demitido naquele dia, mas não acredito que ele tenha votado por isso, só porque estava demitido, em um momento de raiva. Ele votou porque havia o reconhecimento de que nós estávamos corretos naquela discussão.

Então, eu queria fazer aqui um apelo para a Previc. O serviço passado está na Justiça e será apurado pela perícia, certo? Agora, o nosso déficit foi contratado em 2012, Dr. Fábio. Em 2012, a CNPC 14 não existia. E o presidente do Banesprev, no início de 2014, final de 2013, vai à Previc e pergunta. Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

solicita a validação do procedimento adotado e, caso não concordasse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALTER ANTONIO ALVES OLIVEIRA – ... com a opção escolhida pela entidade, que orientasse a forma como deveria proceder. Então, ele solicitou isso, o Dr. Jarbas. E a resposta vem um tanto confusa. Por isso que ele não a adotou. Eu o conheço, e, como legalista que é – não sei se isso é um elogio ou uma crítica –, ele adotaria essa postura se a Previc mandasse.

Então, eu queria fazer um apelo para que isso voltasse a 2012. Nós estamos falando de 2012. Não é possível que uma resolução que vem em 2014, 2015, que é a *duration* uma vez e meia, na CNPC 22, tenha validade lá para 2012. Quer dizer, houve um retrocesso nisso. Eu estou fazendo um apelo para que a Previc faça essa revisão, por favor.

Para encerrar, a última coisa que eu queria falar. Como foi dito aqui pelo representante do patrocinador, Dr. Tomao...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALTER ANTONIO ALVES OLIVEIRA – ... o plano realmente está doente, e a contribuição extraordinária é um remédio. Só que o remédio, dependendo da dose que nós usarmos, Dr. Tomao e Senador, pode ser um veneno e pode matar o doente. Então, se a gente continuar aplicando esse remédio na mesma porcentagem que a gente está aplicando, nós vamos matar o doente.

Nós vamos matar, com certeza, porque a contribuição que vai ser colocada em fevereiro de 2017 vai ser mais alta do que está acontecendo no momento, porque nós estamos pagando, em média, 12,5 e vamos pagar mais de 13. Lembrando bem, 800 milhões estão parados para serem equacionados; 340 aproximadamente serão equacionados em fevereiro de 2017; porém 460 milhões ficarão represados para um futuro equacionamento. Então, isso é muito grave.

Para encerrar de vez mesmo, eu queria só fazer para o Banco Santander outro apelo: que pague os 3,5 mil para os aposentados, porque, quando eles foram transferidos compulsoriamente para o Banesprev, eles não abriram mão do contrato da ativa deles.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Walter Antonio Alves Oliveira.

Passo a palavra ao Sr. Jarbas Antonio de Biagi.

O SR. JARBAS ANTONIO DE BIAGI – Sr. Senador, quero agradecer o convite ao Banesprev.

É política da nossa entidade esse critério de transparência. Como presidente da entidade, há um ponto que eu não posso deixar de abordar, neste pequeno tempo, talvez o mais importante: não há qualquer maquiagem nos números do Banesprev. É um dos fundos mais auditados. Nós preparamos o fundo para a privatização e fomos auditados por 15 bancos. Nós temos as melhores consultorias internacionais. Nós temos diretores eleitos que acompanham os números *pari passu*, o Camilo, o Walter, a Auxiliadora, eu poderia mencionar mais sete ou oito. De forma que essa expressão é muito forte para mim, que presido a entidade. Isso não existe. O que existe lá são entendimentos técnicos que se defendem. Por ora, há entendimentos divergentes, o que é perfeitamente salutar numa democracia e notadamente num fundo como o nosso.

Então, em relação a isso, nós estamos muito confortáveis para falar isso aqui para todos os participantes: os números são extremamente confiáveis, a documentação é extremamente confiável. Isso é um ponto importante. Sempre auditados pelas melhores empresas de consultoria e contábeis. Hoje a auditoria contábil, Sr. Senador, precisa verificar os cálculos atuariais da entidade. Ela não se reporta à consultoria atuarial mais. Isso é importante.

Também nós estamos lá e o nosso trabalho realmente é conciliar interesses na entidade, tanto da diretoria, seja eleito, seja nomeado, quanto dos conselhos. De forma que nós estamos com as portas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

abertas. Os conselheiros sabem disso, os membros do colegiado sabem disso: nós estamos com as portas abertas para prosseguir a discussão, para buscar uma melhor solução. Sabemos que o tema é pesado tanto na patrocinadora, porque arcar com custo extraordinário pós-benefício é pesado na patrocinadora como também é pesado para os participantes. De forma que estamos à inteira disposição.

Quero agradecer mais uma vez e cumprimentar todos que participaram.

A gente leva o que foi anotado aqui, inclusive para reflexão nossa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Jarbas Antonio de Biagi.

Agora o Sr. Alessandro Tomao.

O SR. ALESSANDRO TOMAO – Mais uma vez, obrigado pela palavra.

Eu gostaria de só fazer um comentário sobre a colocação do colega Walter, sobre o remédio à doença. Sobre a dose, vocês são testemunhas, o patrocinador em nenhum momento se opôs às propostas e à propositura dos participantes sobre maior diferimento perante a Previc. Em todos os momentos em que a Previc se posicionou sobre maior ou menor diferimento, o patrocinador nunca se opôs a isso.

Portanto, em relação à dose, acho que só o que deve ser considerado é que obviamente, no diferimento maior ou menor, como é sobre a parcela dos próprios participantes, existe uma possível consequência em que, se muito diferido, os que por último ficarem vão ter uma dose tão grande que talvez realmente os prejudique mais, mas essa é uma decisão em que será tomado o que a Previc decidir, pelo patrocinador.

Eu só gostaria de fazer mais um comentário. Em relação à assertiva do colega Eros de que, no momento da migração dos participantes do Plano I para o Plano II, existiam colegas que se aposentaram ou participantes que se aposentariam em dois, três meses, a assertiva aqui nossa é de que esse cálculo foi, sim, considerado pelo atuário, essa obrigação foi, sim, considerada. Como disse o Dr. Jarbas, todos os cálculos, todas as análises são fiscalizadas pela Previc e por inúmeras auditorias.

Sobre a questão do serviço passado, pegando a analogia também do Dr. Bráulio, da previdência do Senador Paulo Paim, a questão é, se nós tivéssemos um único participante tendo contratado um plano de previdência e ele já tivesse dez anos de trabalho, a questão do serviço passado se tornaria inócua. Apesar de haver uma contribuição que poderia ser feita retroativa ou somente a posterior...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO TOMAO – ... a pergunta que fica é a seguinte: de que forma o participante gostaria de pagar nesse caso? De que forma o empregador gostaria de pagar? Gostaria de pagar somente diferido pelas parcelas futuras ou gostaria de fazer um aporte sobre as parcelas vencidas e um aporte sobre as parcelas vincendas de forma mais suavizada? Então, a questão do serviço passado fica na esfera do negocial, foi ou não negociado. Assim como de 50 passou para 60 o aporte da patrocinadora, que é o 55,05, a questão é se houve ou não concordância. E aí fica nítido que não houve, em nenhum dos documentos, em nenhum dos momentos, nenhuma concordância pelo patrocinador, que, na época, era estatal, o Banco Banespa. Então, independentemente de se pedir uma análise atuarial de quanto seriam os supostos serviços passados, a questão é de que forma foi negociada a contribuição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO TOMAO – E, naquele momento, conforme a abertura do plano, foi negociado com participantes assistidos e ali apresentados, tanto é que houve o apoio dos sindicatos e associações naquele momento para migração, que as contribuições seriam feitas somente do momento da criação do plano em diante, ou seja, não foi protocolado nenhum serviço passado. Portanto, apurar ou não o serviço passado é inócuo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Acho que são só essas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sr. Alessandro Tomao.

Vamos, de imediato, para o Sr. Eros Autorio de Almeida.

O SR. EROS AUTORIO DE ALMEIDA – Eu queria abordar aqui o assunto do serviço passado. Não existe um documento que diga que o banco deve, mas também não existe um documento que diga que o banco não deve. Então, até aí, estamos empatados. Agora é muito estranho que um plano que comece, em 1994, sem as reservas matemáticas suficientes não consiga resolver esse problema das reservas matemáticas, porque a migração do pessoal do Plano I para o Plano II acabou se constituindo quase numa loteria, uma sorte grande para o patrocinador.

Eles saíram, alguns se aposentaram imediatamente e o patrocinador ficou livre daquele serviço, daquela reserva matemática que deveria ter sido constituída no Plano I, mas o patrocinador era o responsável total por isso. Então, é um pouco estranho.

A outra coisa que eu queria pedir ao Sr. Senador Paulo Paim é que, como o representante do banco, o Dr. Tomao, não respondeu a questão do abono dos R$3,5 mil que o banco não paga e não explica por que, o Exmo Senador encaminhasse essa questão para o Ministério Público do Trabalho, que, como fiscal da lei, terá condições de fazer a análise de mais essa arbitrariedade que o Santander está cometendo contra os seus funcionários, e eu digo aqui: não só os aposentados, como os da ativa também. Então, eu gostaria de requerer ao Exmo Senador que remetesse esse assunto para o Ministério Público do Trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sr. Eros Autorio de Almeida, que fez uma sugestão que nós, nos encaminhamentos finais, vamos considerar.

Agora o Sr. Camilo Fernandes do Santos, lembrando que são três minutos para cada um.

O SR. CAMILO FERNANDES DOS SANTOS – Também muito brevemente, quero mais uma vez reafirmar aqui o agradecimento por esta representativa audiência. Ainda bem que temos Senadores como o senhor, que defende as causas sociais e a causa dos direitos humanos. Essa representatividade aqui hoje, a viagem que esses guerreiros fizeram para estar presentes a esta audiência mostra a importância desse tema.

Eu queria reforçar as palavras do Eros, de quem falou do abono dos R$3,5 mil, do Oliver. Essa é também uma questão muito importante; não era o tema principal, mas esse encaminhamento de mandar para o Ministério Público do Trabalho é importante. Parece que o Santander, quando se esgota a via negocial ou trava em algum momento, prefere sempre a via de judicializar as questões.

Vou finalizar antes do tempo, registrando que nós os representantes dos trabalhadores – seja como dirigente sindical ou representante eleito dentro do fundo – estamos sempre abertos à discussão. Estamos sempre abertos a tentar achar uma solução que seja boa para a patrocinadora e que seja boa para os participantes. Mas já deixamos registrado aqui que nós não aceitaremos, em hipótese alguma, qualquer solução que venha e traga algum prejuízo para os trabalhadores, principalmente para os aposentados.

Agradeço a atenção de todos. Que a gente tenha um bom resultado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Camilo Fernandes dos Santos.

Passo agora para o Sr. Fábio Henrique de Sousa Coelho.

O SR. FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou fazer algumas considerações finais, em nome da Previc – a primeira delas fazendo uma refe-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

rência à Drª Maria Auxiliadora, com quem já tivemos a oportunidade de fazer grandes debates tratando de previdência complementar. Eu tentei, Drª Maria Auxiliadora, não ser muito técnico na minha apresentação; acho que não fui feliz. Eu havia mencionado que eu gostaria de retirar todo o tecnicismo. Não fui feliz, mas eu preciso registrar que, quando tratamos de todas as demandas que são feitas à Previc, nós, sim, somos muito técnicos no trato com essas demandas.

Assim foi quando recebemos a denúncia, em 2011. E registro aqui a competência e imparcialidade dos técnicos que trabalham; tenho muito orgulho de fazer parte do grupo de técnicos da Previc. Tratamos com o tecnicismo que a lei, as normas exigem – é a limitação do servidor público. Nesse aspecto, tratando do serviço passado, nós enfrentamos a questão no parecer de 2011. Enfrentamos a questão dizendo que o objeto da denúncia, em nossa opinião técnica, estava prescrito; mas nós não nos negamos a fazer o enfrentamento do mérito no parecer. Em nossa opinião técnica, nós avaliamos que um plano de benefício, como eu mencionei durante a apresentação, tem de estar permanentemente equilibrado – e puxo a fala do Dr. Bráulio quando ele menciona: "Para onde foi esse recurso, então? Como pode estar faltando?". Reitero: permanentemente equilibrado. Esse valor está sendo custeado mensalmente pelas partes do plano de benefício. O dinheiro não sumiu, o dinheiro não fugiu, ele está permanentemente equilibrado. Não pode, não é permitida a criação de um plano de benefício faltando recurso em sua constituição. Esse é um posicionamento técnico da autarquia.

Faço referência a uma outra discussão aqui trazida, sobre o prazo de equacionamento, com uma eventual insensibilidade da autarquia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO – ... com os participantes. É importante reiterar que nós temos um Conselho Nacional de Previdência Complementar, que cria as normas de previdência. E nós temos uma norma estabelecida que diz que para todos os planos – não é o Banesprev, não é a Funcesp, em São Paulo, são todos os planos – o prazo de equacionamento estabelecido é de uma vez e meia um parâmetro técnico que nós temos no passivo, que hoje é de 11 anos. Uma vez e meia dá cerca de 17 ou 18 anos. Isso está estabelecido em norma, e nós da Previc, para toda comunicação que nos é feita, respondemos com fundamento naquilo estabelecido nas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar. Não é uma insensibilidade. E isso tem uma razão de ser. A norma não foi feita pura e simplesmente para achacar direitos, etc. – foi feita com o interesse fundamental de proteção. É uma proteção, para que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO – ... tudo aquilo que seja devido tenha um prazo fundamentado do seu equacionamento, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Fábio Henrique de Sousa Coelho.

Agora a Srª Tirza Coelho de Souza.

A SRª TIRZA COELHO DE SOUZA – Eu gostaria de mais uma vez agradecer o convite.

Acho que foi bastante rico o debate aqui hoje.

Quero apenas fazer alguns esclarecimentos em relação à questão da prescrição e ao que foi colocado aqui quanto a ser inócuo qualquer cálculo atuarial, qualquer perícia atuarial que venha a ser feita.

Em relação à prescrição, apenas para esclarecimento de todos, na ação que nós acompanhamos ainda não há decisão de mérito, então não foi discutida a questão da prescrição. Nós teremos ainda a perícia. Acredito que essa questão é bastante controvertida, porque é vista por nós como uma obrigação de trato sucessivo. Portanto, sendo uma obrigação de trato sucessivo, não há que se falar em prescrição, porque esse benefício é pago mês a mês e, à medida que ele vem sendo pago, nós vimos acompanhando junto com ele toda a discussão que decorre, seja ela só da contribuição extraordinária, seja do serviço passado. Então, na nossa visão, é bastante controvertido; não há simplesmente na lei uma aplicação direta de prescrição, como os casos que são arrolados pelo Código Civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Em relação à questão de ser inócuo, nós entendemos que não é, à medida que, quando você faz a perícia atuarial, você pode averiguar qual é o montante que deveria ter sido aportado e fazer uma divisão em relação a responsabilidades. Porque o que acontece sem a perícia atuarial é que nós ficamos no campo da discussão se é serviço passado ou não é serviço passado; quais são os reflexos que levaram a um déficit; de onde decorre esse valor da cobrança extraordinária.

Então, à medida que você tem uma perícia, como já foi solicitado no processo, você tem como averiguar, lá no passado, se tivesse aportado um valor naquela época, qual seria hoje o déficit, se haveria ou não haveria. Então, qual seria a real contribuição a ser aplicada, aportada por cada participante.

Para nós, esse avanço em relação a essa questão é fundamental justamente para você conseguir separar essas responsabilidades que hoje não existem. Não existe essa divisão, porque hoje ela é imposta apenas por participante. Então, é só o participante que responde.

Quero só finalizar dizendo que foi colocada por alguns colegas a questão da Constituição Federal. E o art. 202 é claro ao dizer que, quando você contrata a Previdência, é baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRª TIRZA COELHO SOUZA – E o que você deseja com isso? Você deseja ter uma aposentadoria para ter tranquilidade e que você consiga manter pelo menos uma qualidade de vida, de bem-estar e de lazer que tinha quando trabalhava na ativa. E o lazer é um princípio constitucional. Então, à medida que se coloca contribuição extraordinária que impeça que a pessoa mantenha o padrão de vida razoável, que nem seria um padrão elevado... Nós pegamos aqui pessoas que têm salário. A maioria, inclusive, que foi prejudicada tem os menores salários. Eu vi aqui vários holerites de pessoas ganhando em torno de R$2 mil e pagando quatrocentos e poucos reais de contribuição. Com certeza esse valor é muito para essa pessoa.

Então, fizemos um apelo aqui, porque é o princípio da dignidade da pessoa humana que está sendo afrontado com essa atitude.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Srª Tirza Coelho de Souza.

Sr. Ademir Wiederkehr.

O SR. ADEMIR WIEDERKEHR – Acho que ficou claro para nós hoje que, de fato, o Plano II está doente. E não é só com remédio, dependendo da dose, que nós vamos resolver. O paciente precisa de uma cirurgia, e, para mim, a cirurgia é o aporte do serviço passado. É essa cirurgia que vai dar ao paciente condições de ter uma vida decente. Se não fizer esse aporte, nós vamos voltar aqui, daqui a pouco, e o Senador vai dizer que as contribuições aumentaram, que as pessoas estão com mais dificuldade para pagar. Vamos ouvir, de novo, argumentos técnicos de que está sendo desrespeitada a legislação aqui, ali e ali.

No Banrisul, Senador, o nosso Banco do Rio Grande do Sul, que não foi privatizado, está aí dando lucro, dando bons resultados para a população gaúcha, há dois ou três anos, foi feito um processo de negociação entre as partes – a Fundação Banrisul e os trabalhadores aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estiveram aqui numa audiência pública.

O SR. ADEMIR WIEDERKEHR – Estiveram numa audiência pública aqui no Senado e encontraram uma solução. Foram criados planos que dão às pessoas que estão na ativa condições de contribuir e aos aposentados condições de terem uma vida decente.

Acho que a grande questão que temos que reforçar é que o representante do banco leve à dire-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ção do Santander a necessidade do aporte do serviço passado. Essa questão é a que vai trazer solução que resolva o problema estrutural que há no plano.

Quero reforçar também a importância do pagamento do abono para os aposentados, os R$3,5 mil. Quero reiterar aqui a importância da retomada das negociações com o movimento sindical para a renovação do aditivo à convenção coletiva, com avanços para os funcionários. Quero reforçar aqui a importância da rejeição do PL 268, como o Bráulio já disse, que passou aqui e está na Câmara.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMIR WIEDERKEHR – Mas esperamos que a Câmara mude esse projeto e que, quando voltar para cá, o Senado acate se houver avanços lá. Porque, do jeito que está, retiram-se direitos dos participantes na fiscalização do Banesprev.

Por último, Senador, quero fazer um apelo a todos os Senadores que votem contra a PEC 55. O Senador está nessa luta, nós estamos nessa luta, o movimento sindical, os estudantes, fazendo ocupações pelo Brasil afora.

Essa PEC vai atingir todos os brasileiros e brasileiras. Vai atingir a saúde, a educação, a Previdência; nós não podemos permitir que haja esse retrocesso. Assim como nos demais projetos que o Senador está acompanhando, a reforma trabalhista, outros temas. Não podemos permitir retrocesso neste momento de golpe em nosso País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi Ademir Wiederkehr.

Agora, Antônio Bráulio de Carvalho.

O SR. ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO – Primeiramente, quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de expressar aqui a nossa opinião a respeito desse tema.

O que me pareceu, ao final de toda a discussão aqui, é que há pelo menos uma visão quase que próxima de que existe serviço passado. Não consegui observar ninguém contestando isso.

Continuando a analogia da questão da doença, essa questão do serviço passado está no Plano I. É onde se caracteriza essa figura da necessidade de aporte de recurso. E, como disse o Dr. Alessandro, essa situação foi resolvida, foi paga pela gestão das contribuições de benefícios ou pelo aporte de recursos, não sei como é que foi pago.

Então, imagino que a situação aqui está muito mais fácil do que difícil de resolver. É só o Banco apresentar suas contas para os representantes, para os participantes, para ver como é que foi resolvido lá atrás, como é que foi saldado.

O que parece aqui é o seguinte: o que hoje está afetando, contaminando o Plano II é essa situação que aconteceu lá atrás. Acho que, nesse caminho, Senador, se o banco apresentasse essas contas e se houvesse uma solução, para que os participantes percebessem... E vou retomar a minha fala final aqui. Os participantes não se recusam a pagar, eles querem saber por que estão pagando, quanto estão pagando, de onde surgiu isso.

E aí o Jarbas, nessa intermediação aí, porque ele é bom nisso, conseguir fazer esse processo de "consertação", apresentar esses valores e convencer as representações dos trabalhadores de que a situação foi resolvida, eu garanto que não haverá outra audiência. Agora, o que não dá é tentar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO BRÁULIO DE CARVALHO – ... negar uma situação, porque ela existe de fato. Essa negativa dessa situação, eu acho, vai levar cada vez à desconfiança. E, desculpe-me, Jarbas, se eu usei uma expressão, aqui, um pouco inadequada, mas o que eu estava dizendo era no sentido de tentar apresentar esses cálculos, porque aqui há pessoas que entendem do riscado, são pessoas profissionais nesse processo e vão perceber absolutamente o que está acontecendo.

Quero agradecer, colocar a Associação Nacional dos Participantes sempre à disposição das enti-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dades dos trabalhadores para esse tipo de encaminhamento e desejar boa sorte a todos os dirigentes e participantes na solução desse problema.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Antônio Bráulio de Carvalho.

Vamos aos encaminhamentos com brevidade, pessoal.

Eu vim da área sindical também. E eu confesso que eu não sou como aquele xerife do velho Oeste, que, quantos mais ele prendia ou matava, ele marcava a coronha do revólver, para dizer que ele era um bom xerife. Eu digo isso, porque eu sou daqueles que vêm do movimento sindical e não era pelo número de greves que eu media se era bom ou não o sindicalista.

Eu fui sindicalista muito tempo. Coordenei, você sabe, a central que unificava todo o movimento gaúcho. Depois, quando dividiu, eu tive que optar por uma, mas fiz de tudo para que não houvesse a divisão, inclusive, naquela época, e tenho uma experiência sindical de muita negociação. E, em todas elas, o saldo para mim foi positivo. E aqui, no Parlamento, faço a mesma coisa.

Para vocês terem uma ideia, eu aqui negociei movimentos da McDonald's do Brasil no mundo. E a McDonald's, que está ouvindo agora, sabe o que eu fiz. Estou agora negociando a questão que envolve uma situação que fica no Mississipi. E negociei uma greve, também, que tinha a ver com a Vale do Rio Doce aqui e no Canadá. E todas deram resultado. Eu acredito na negociação. A negociação é positiva, claro, dentro dos parâmetros da lei. Acima da lei, você pode negociar tudo – é o meu ponto de vista –; abaixo da lei, nada. E sabem por que eu estou dizendo isso.

Então, por que eu me daria o direito, se permitirem isso, de... Aqui, o que eu ouvi muito foi a questão dos R$3,5 mil, o que eu ouvi muito foi a questão dos serviços passados, aí com as devidas argumentações para os motivos outros, e, se os senhores concordarem, o que nós poderíamos tirar dessa mesa de negociação – não, porque audiência pública não é mesa de negociação, você apenas suscita o debate da partes – ,eu faria um apelo para que vocês tenham, no mínimo, uma rodada de mesa de negociação, como levantou muito bem, se eu não me engano, o Sr. Jarbas, colocando-se totalmente à disposição. Entendo que os outros representantes do Santander, do Banespa, enfim, de todos os envolvidos aqui, a nossa própria Previc... Que nós tenhamos uma mesa de negociação e que se faça um diálogo franco, transparente, na busca de uma solução, e eu ficaria muito feliz se tivéssemos uma solução, de maneira que todos saiam a contento, digamos, desse diálogo.

Então, essa seria a proposta que eu encaminho. Se vocês todos concordarem, teríamos uma rodada de negociação entre vocês, na busca da construção do entendimento. Oxalá façamos isso antes mesmo de encaminhar a proposta que você me pediu que encaminhasse ao Ministério Público do Trabalho. Eu sairia desta audiência pública dizendo que dialogamos e que foi um debate franco, honesto e transparente. Claro que há divergências. Não haveria motivo de estarmos aqui se não houvesse divergências. Mas aqui se apontou para a linha da negociação e do entendimento, porque eu acho possível.

Esse seria o apelo que eu faria a todos os participantes das duas Mesas.

Aí vocês marcariam, inclusive...

O.k.? Pode ser? Nada contra?

O SR. ALESSANDRO TOMAO – Se me permite, Excelência, como eu disse no final da minha primeira fala, a entidade tem os seus órgãos de governança com uma participação, e muito deles são paritários. Então, tem debatido e discutido todos os temas trazidos, e esse é mais um para o qual a entidade estará sempre lá, à disposição, e o patrocinador faz parte desses órgãos de governança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Saímos daqui com esse entendimento de que teremos, rapidamente, as partes sentando, para tentar construir o entendimento.

O SR. WALTER ANTONIO ALVES OLIVEIRA – Questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Só uma dúvida: a Previc participa dessa negociação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês é que sabem. Eu sou generalista. Aí, vocês é que têm que me dizer...

O SR. WALTER ANTONIO ALVES OLIVEIRA – Desculpe-me. Em 2011, 2012, como eu coloquei na minha apresentação, nós tivemos umas quatro, cinco rodadas de negociação com o Dr. Sérgio, da fiscalização. E eu não sei... Eu acho que o encaminhamento melhor seria com a Previc envolvida, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas foi o que eu propus. Inclusive, ele mesmo, quando eu disse "olha o que eu falei", ele disse "Previc". Ele, inclusive, ajudou aqui.

Eu estou propondo que quem compôs a Mesa faça uma rodada de negociação, para ver se é possível construir um entendimento. Eu, por exemplo, vou ter que anunciar aqui: eu estava levando o projeto da terceirização há um ano. Viajei o Brasil todo. Ontem, o Colégio de Líderes me chamou, para dizer que vai ter que votar a matéria. Eu vou apresentar o relatório e vamos tentar construir, com os Líderes, um tema que, vocês sabem, superpolêmico – estou dando um exemplo. E acho que é possível, no meu entendimento, sempre a construção do entendimento. Agora, se não – como se diz aqui, no Parlamento – parlar, se não falar, se não sentar, se não debater os temas, não chegaremos nunca a lugar nenhum.

O SR. CAMILO FERNANDES DOS SANTOS – Eu queria só, Senador...

São dois assuntos distintos, não é? Uma coisa é a questão do serviço passado, do Plano II, outra coisa é o abono que não foi pago aos aposentados. Inclusive, são públicos distintos, porque o abono diz respeito aos pré-75, e o Plano II, aos pós-75.

A sua sugestão é muito boa, mas precede. Teria que haver um prazo para que essa reunião ocorresse. Essa tentativa de negociação do Plano II teria que ter um prazo para ocorrer.

Quanto à questão do abono, nós estamos no meio de um processo de negociação em relação à renovação de um aditivo à convenção coletiva, o qual já foi negado pelo banco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Camilo, se me permite, desculpe-me atrapalhar... Se nós iniciarmos, de novo... É legítimo, claro, e eu sei os argumentos de todas as partes... Eu acho que a Previc, aqui, me "assoprou" uma sugestão que eu achei interessante. Eles se colocam, inclusive, totalmente à disposição. Eles têm a chamada câmara de negociação, não é?

O SR. FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO – Isso, uma câmara de mediação, conciliação e arbitragem, com adesão voluntária das partes para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, claro, adesão voluntária.

Eu convidaria a todos para sentar lá, e aí divergências como essas que aqui foram colocadas lá seriam explicitadas, porque agora, às 12h53, nós todos já temos outros encaminhamentos. Temos que sair daqui com o mínimo de propostas para a busca de uma solução.

O SR. EROS AUTORIO DE ALMEIDA – Senador, o senhor me permite?

O SR. CAMILO FERNANDES DOS SANTOS – Só precisaria saber se a patrocinadora tem o interesse em voltar a discutir essa questão do abono, porque, em mesa de negociação, ela já se recusou. Então, precisaria haver essa sinalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, permita-me. Eu estou com receio, pessoal. Todas as partes terão direito de levantar pontos de vista. O que nós temos que sair daqui agora... A Previc se botou totalmente à disposição para que tudo isso seja colocado lá dentro da sua câmara de negociação. Se nós aqui começarmos a debater de novo, não vai haver fim. Uma coisa puxa a outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. EROS AUTORIO DE ALMEIDA – Eu queria falar sobre o abono. Como o banco não se manifestou, nós da associação dos aposentados estamos à disposição para sentar e conversar, mesmo porque nós estamos loucos para saber qual é a razão de o banco não pagar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, pessoal. Eu entendi.

O SR. EROS AUTORIO DE ALMEIDA – Então, nós estamos à disposição de sentar e conversar. Estamos loucos para saber disso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, já é um caminho.

Eu só queria evitar, pessoal, que a gente argumentasse e contra-argumentasse tudo de novo. A gente não termina hoje. Eu sei disso porque tenho experiência. Aqui a média de audiências públicas é de 50 por ano. Eu faço, em média, 150 por ano. Então, eu sei como começa e como termina. Se eu abrir a palavra a todo mundo, não termina mais.

O SR. ADEMIR WIEDERKEHR (*Fora do microfone*.) – Eu só acho importante estabelecer um prazo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Pronto.

Você que vai ser o anfitrião – esse é o termo correto? – acha que pode ser o quê?

O SR. FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO – A adesão à câmara de conciliação e mediação é voluntária. As partes precisam nos provocar dizendo assim: "Eu tenho interesse de sentar à mesa para fazer essa discussão com o amparo da câmara de conciliação."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos fazer o seguinte: vamos dizer que seja nos próximos 15 dias. Dentro dos próximos 15 dias, teremos uma rodada de negociação. O.k., pessoal?

Uma salva de palmas a todos, independentemente da posição de cada um. (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 8ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, 102ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH E 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA NILO COELHO.

Às nove horas e nove minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Lindbergh Farias e da Senadora Gleisi Hoffmann. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº145 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim e do Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 31 de 2016, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, para debater "as propostas de limitação aos gastos públicos", com foco na previdência social. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Sebastião Soares da Silva, Representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Tiago Beck Kidricki, representante do Coletivo Jurídico da Federação dos Trabalhadores, Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul – FETAPERGS e Vice-Presidente da Comissão de Previdência Social da OAB/RS; João Marcos de Souza, Presidente em Exercício da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO; Guilherme Costa Delgado, Pesquisador Aposentado do IPEA - Especialista em Política de Desenvolvimento e Previdência Rural; Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Diego M. Cherulli, Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/DF e Diretor de Assuntos Parlamentares do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário – IBDPrev; Saulo Arcangeli, representante da Central Sindical e Popular/Conlutas - CSP/Conlutas; Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – SINAIT; João Paulo Ribeiro, Representante da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Gilson Costa Matos, Diretor da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Alfredo Portinari Maranca, Presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo – SINAFRESP; André dos Santos Gonçalves, Diretor de Organização Social da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil – FASUBRA. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no plenário. Às dez horas e trinta e sete minutos o Senhor Presidente convida a Senhora Presidente da CAE, Senadora Gleisi Hoffmann para que assuma a Presidência da Reunião. Às onze horas a Senhora Presidente da CAE devolve a Presidência da Reunião ao Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente concede a palavra a Joel Camara, presente no Plenário. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Lindbergh Farias e a Senadora Gleisi Hoffmann. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e oito minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 8ª Reunião Conjunta CDH e CAE (102ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa e 37ª Reunião da Comissão Permanente de Assuntos Econômicos do Senado Federal), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 145, de 2016, desta Comissão, de nossa autoria, para debater o tema: "As propostas de limitação aos gastos públicos", com foco na previdência social.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários e com perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Teremos duas Mesas. Para participarem da primeira Mesa, chamo, de imediato, os convidados, para que possam iniciar suas falas.

Convido Sebastião Soares da Silva, representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convido Tiago Beck Kidricki, do Coletivo Jurídico da Federação Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul (FETAPERGS), do Acompanhamento Legislativo do Conselho Federal da OAB, Vice-Presidente da Comissão de Previdência Social da OAB/RS.

Seja bem-vindo, Tiago! (*Palmas.*)

Convido João Marcos de Souza, Presidente em exercício da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

Seja bem-vindo também! (*Palmas.*)

Convido Guilherme Costa Delgado, pesquisador aposentado do Ipea, especialista em Política de Desenvolvimento e Previdência Rural.

Seja bem-vindo, Guilherme! (*Palmas.*)

Ainda faz parte desta Mesa Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública. (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos!

Esta audiência pública faz parte de um ciclo de debates que esta Comissão vem fazendo para tratar da PEC 241, que, no Senado, recebeu o nº 55, que já está, inclusive, em debate também no plenário do Senado. Teremos, inclusive, hoje, à tarde, e amanhã, discussão do tema. Tudo indica que eles querem concluir toda a votação e promulgar já no dia 15. Esse é o calendário que sabemos que está sendo colocado a todo o vapor para ser cumprido.

Todos nós sabemos o que significa essa PEC e o quanto trará de prejuízo para o povo brasileiro. Por isso, este debate aqui é fundamental. Ele é transmitido pelo sistema de comunicação da Casa, ao vivo, para todo o Brasil, pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado. Ninguém tem dúvida também do impacto que trará para a Previdência. Por isso, na reunião de hoje, vamos falar do que significa essa dita PEC 55 e dos impactos na Previdência Social.

Cada um falará, dentro da sua ótica, como está vendo mais essa proposta de reforma, que só vem, na verdade, retirar direitos daqueles que mais precisam. Mas, muito mais do que ficar falando de um tema que todos nós conhecemos, os painelistas vão explicitar para a população, não somente para este Plenário... Sempre digo que aqui vocês estão falando, no mínimo, para dois milhões de pessoas. Nem que 1% só esteja com a TV ligada neste horário, toda segunda-feira, isso significa algo em torno de dois milhões de pessoas.

Eu já abriria esta reunião com a exibição de um vídeo que temos aqui – já está no ponto o videozinho que fala sobre a previdência e a PEC 55, ou seja, o impacto que teremos – para ilustrar a fala de cada um dos nossos convidados.

É um vídeo que passei ontem, na Bahia, e do qual o pessoal pediu cópia. O vídeo foi produzido pelas entidades e se chama Desmascarando o Déficit da Previdência. Passei esse vídeo sexta-feira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

na Bahia. Eu estava na Bahia sexta-feira, com duas atividades: em uma, recebi o título de cidadão da Bahia; a outra foi o debate sobre exatamente o tema que vamos debater aqui hoje. Claro, lá também entrou o tema do trabalho escravo, o negociado sobre o legislado, terceirização. Entrou também a questão do trabalho intermitente, que, como dizem, é o trabalho-hora.

Vamos lá!

Está liberado o vídeo?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse trabalho foi produzido pelas entidades. Cada entidade botou seu *slogan* – esse é o que chegou para nós.

Na mesma linha, vamos passar o vídeo da PEC 241, e também são dois ou três minutinhos. Depois, vamos ao debate. A PEC 241 é a PEC 55, aqui, no Senado Federal, e já está em debate no Plenário.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quanto à 241, é importante o que eles estão colocando aí, ou seja, que está ligado, como todos nós sabemos também.... Há quem diga que a 241 é um dos pilares para forçar a própria reforma da Previdência.

Então, já que vimos aí a farsa do déficit da Previdência, vamos agora assistir a um pequeno vídeo, de mais ou menos três ou quatro minutos...

Bom; é só o pessoal da técnica acertar o ponto.

Onde se diz 241, leia-se 55.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus parabéns ao *pool* de entidades que estão fazendo esses vídeos.

Eu quero, antes mesmo de passar aos nossos convidados, agradecer de coração e, de fato, com muita emoção, que foi fruto do que aconteceu, o carinho com que nós fomos recebidos lá na Bahia. De manhã foi na Assembleia Legislativa, um evento emocionante. Não por eu ter recebido o título de cidadão da Bahia, mas a energia que estava no ar, a posição dos Deputados.

Além da Deputada Estadual da Bahia, Fátima, que propôs a entrega do título de cidadão, estavam lá outros Deputados e também o ex-Ministro da Previdência, Waldir Pires. No meu pronunciamento eu falei – e ele confirmou – que ele foi um dos poucos ministros que afirmou que a Previdência não era deficitária. Ele estava lá e confirmou esse ponto de vista. Estava também o Constituinte Domingos Leonelli, baiano também, com quem tive a alegria de ir à África do Sul, com uma comitiva de seis Parlamentares, na época, exigir a libertação do Mandela. Eu contei que foi ali que recebi a Carta da Liberdade do povo sul-africano, que aqui virou o Estatuto da Igualdade Racial.

À tarde, tivemos na universidade um evento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores e da Previdência – são duas frentes –, um evento também muito, muito interessante, com a presença maciça de estudantes, que estão ocupando mais de 40 escolas na Bahia. Parece que é o Estado que tem mais ocupações hoje. E também a universidade, já com o engajamento de professores numa série de Estados. Eles deram um relato lá. Inclusive saiu um videozinho da fala muito, muito, muito bonita de uma jovem que deve ter uns 20 anos e que mereceu repercussão em todo o País, pelas redes sociais, a exemplo daquela outra menina do Paraná, que até esteve aqui como convidada.

Então, para a gente é bom ver que esta juventude está cada vez mais sabendo o que quer. Ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

contrário do que alguns dizem, que os mais velhos estariam liderando... Coisa nenhuma, são os mais jovens que estão nos liderando, é um movimento que vem de baixo para cima e acaba dando um norte para aqueles que têm uma idade mais avançada, inclusive para os próprios sindicalistas. É uma juventude que sabe muito bem o que quer. Então, parabéns à juventude brasileira e parabéns à Bahia!

Vamos ao primeiro orador inscrito, Sebastião Soares da Silva, representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores,

V. Sª dispõe de dez minutos e, se necessário, mais cinco.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Bom dia, Senador Paulo Paim, a quem cumprimento pela constância e permanência na defesa dos nossos direitos, os direitos das classes trabalhadoras e dos necessitados neste País, que transformou a CDH numa trincheira semanal de luta permanente contra os abusos absurdos e o sequestro de direitos, que é o que ocorre em nosso País.

Cumprimento também a colega de Mesa Maria Lucia Fattorelli e a companheira Rosa, em nome das quais cumprimento todas as mulheres aqui presentes, destacando e admirando o trabalho da Maria Lucia de, pedagogicamente, travar uma luta política fundamental para que tenhamos a compreensão do que é, efetivamente, dívida pública e o que é, efetivamente, previdência social, e quais são as nossas funções e as nossas obrigações em relação a essa realidade.

Senador, quanto à incidência da PEC 55 na Previdência Social, quanto ao ponto de vista mais estrito do tema, eu não ouso entrar nisso, porque há na Mesa pessoas com mais qualificação e com mais capacitação em relação ao tema previdência social. Eu apenas abordarei rapidamente o tema, buscando destacar aspectos políticos que nós, da Nova Central Sindical de Trabalhadores e da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, compreendemos, no sentido de que o objetivo alardeando e a função da PEC é mudar o regime fiscal, alterando o sistema de metas do resultado primário por 20 anos – começa aí o absurdo.

Não há nenhum país no mundo que tenha feito tamanha contenção por tanto tempo. O que se sabe, o que se vê, o que há nos estudos e na literatura é que a contenção de despesas se dá num prazo máximo de 5 anos. É até uma provocação, pequena, quando o Presidente Temer diz "Não, mas o próximo Presidente que entrar pode mudar." Não vai poder mudar, porque vai precisar de quórum qualificado para ser modificado. Então, nós estamos diante de uma grave ameaça, em que os gastos primários... E nós sabemos que em torno de 80% dos gastos primários são gastos obrigatórios. Só isso já mostra o objetivo da PEC.

Você tem aí em torno de R$1,23 trilhão de gastos primários e R$500 bilhões de gastos financeiros. Esses gastos financeiros não serão tocados, eles serão preservados para aumentar o lucro da especulação, para aumentar o lucro dos banqueiros. Então, o que será tocado, o que será afetado? Serão afetados, justamente, os gastos fundamentais para o crescimento do País, para os investimentos sociais, para os programas sociais e para os avanços de que necessitamos para que o nosso País seja efetivamente uma nação desenvolvida, capacitada e qualificada para atender às necessidades da sua população.

Então, veja bem, até para que os colegas sindicalistas que estão nos acompanhando tenham compreensão, lamentavelmente, Senador Paim, eu tenho ouvido.... Eu tenho rodado o País todo. Na semana passada estive no Acre e em Rondônia, amanhã vou ao Rio Grande do Sul, depois vou a Minas Gerais e ao Piauí, fazendo esse debate. Entristece-me um pouco que boa parte do movimento sindical do setor privado não tenha compreensão do que é a PEC 55. Boa parte acha que é uma questão só de servidor público. E não é. A PEC 55 não vai atingir só o setor público. Não é questão só dos servidores públicos, como eu ouvi várias vezes, em vários debates. A PEC 55 é uma política arrazoada que atinge todos. Atinge toda a Nação, o setor privado e o setor público. E é necessário que haja essa compreensão para que possamos organizar uma resistência.

Embora eu esteja otimista, nós temos dificuldades com a aprovação da PEC. Mas nós temos que mostrar também que toda vez em que houve neste País ajustes fiscais pelo lado da despesa, sempre foram os trabalhadores que pagaram o pato. Sempre foram, em primeiro lugar, os servidores públicos, que serviram de laboratório para políticas de restrição, para políticas de recessão e para políticas de cortes de direitos. E mais uma vez a alegação é para o setor público. Mas, na verdade, quando se faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ajuste pelo lado das despesas, as questões que deveriam ser cortadas não são.

Um ajuste pelo lado das despesas é necessário, mas em que sentido, em que medida? Talvez, os altos cargos, como o dos magistrados. Talvez o alto gasto com os cartões corporativos. Talvez o alto gasto com reformas de gabinetes. Mas o ajuste fiscal necessário no País é principalmente por outros lados. Pelo lado da receita, combatendo a evasão fiscal, combatendo os sonegadores, implantando uma reforma tributária justa, taxando as heranças, as grandes fortunas. E principalmente pelo lado financeiro, que seria a contenção da especulação financeira que se faz com a dívida pública neste País. Sabe-se que, de cada ponto percentual da taxa Selic que é rebaixado, são cerca de 30 bilhões a mais para as receitas públicas.

Então, está aí uma alternativa para o ajuste fiscal. Se o Governo diz que nós não temos propostas, uma proposta objetiva: a redução da taxa Selic a níveis civilizados já seria, por si só, um ajuste fiscal dos mais importantes para este País, liberando inclusive o setor produtivo, liberando as contas públicas desse garrote vil que é implantado em nosso País.

Mas a lógica da PEC 55 é outra. A lógica da PEC 55 é, em primeiro lugar, reduzir o papel do Estado, o que se tentou na década de 90, o que se tentou nas perversas políticas neoliberais, ainda no tempo do regime de FHC. Então, agora quer se implantar algo ainda mais radical, de forma ainda mais absurda.

Pretende-se também alterar a capacidade distributiva e alocativa do setor público. Ou seja, o afastamento do Estado das suas funções precípuas, fundamentais e necessárias. É a mais grave e perversa política do Estado mínimo que se impôs neste País depois da Constituição de 1988. E concordo com os que fazem essa análise também de que a finalidade da PEC 55 é tão e exclusivamente retirar recursos da saúde e da educação, porque são recursos vinculados, são recursos orçamentários.

Eu ouvi vários comentaristas, vários jornalistas afirmando que, não fossem as rubricas da saúde e da educação, não se precisaria da PEC; poderia passar através de outras medidas, através de lei ordinária. Então, a PEC volta exclusivamente e principalmente para reduzir recursos da educação e da saúde.

Há uma conta muito simples de que, se essa medida tivesse sido implantada desde 2005, só a saúde já teria perdido mais de R$270 bilhões. Vejam bem: os economistas fazem os seus gráficos, e a boca do jacaré é cada vez maior. O nível de retirada de recursos públicos é imoral, é indecente, é inaceitável.

Nesse sentido, Senador, há uma ameaça à Nação, há uma ameaça ao País. Por essa ameaça, pela perspectiva de criar uma instabilidade jurídica, de criar uma insegurança social, o Supremo é convocado a intervir nesse debate antes da votação da PEC. Se não me engano, é o art. 64 da Constituição brasileira que diz que, quando há ameaça, quando há risco de instabilidade jurídica, quando há ameaça do ponto de vista institucional, o Supremo deve se manifestar, pode se manifestar e precisa se manifestar antes de que isso seja aprovado aqui no Senado Federal e sancionado por este Governo, que, de forma golpista, assumiu o País.

Portanto, o que propomos, do ponto de vista da Nova Central, é o fortalecimento das nossas lutas. Vivemos um momento de terror. Se lá em 1789, na Revolução Francesa, o terror se impunha pela guilhotina, aqui a guilhotina é outra. A guilhotina é o terror de que a cada dia um direito, um benefício é assaltado; a cada dia, há um anúncio de uma perversidade nova; a cada dia, há um anúncio de uma medida grave contra os direitos dos trabalhadores, contra o direito das minorias, contra o direito da população necessitada. Assim, o terror implantado neste país está criando medo. Muitas pessoas têm medo: o que vai ser amanhã? O desemprego, o desmonte das aposentadorias, o desmonte da Previdência Social, o desmonte da educação? Nós precisamos reagir. Precisamos matar o medo, e o medo se mata com organização, com qualificação, com debates e principalmente com ação. Nesse sentido, temos de saudar os jovens, temos de saudar as ocupações que apontam o caminho da resistência, apontam o caminho da intolerância diante de tamanha perversidade que se comete contra a Nação e contra o povo brasileiro.

Nesse momento, só nos resta agradecer a todos aqueles que se perfilam para impedir que a PEC 55 seja aprovada e se instale no País uma época de recessão, de caos e de desemprego, porque, aí,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sim, vai afetar profundamente a Previdência Social. Se hoje as empresas trabalham com até 70% ou menos da sua planta, qual é a perspectiva de novos investimentos? É uma falácia dizer que o ajuste de contas, o ajuste fiscal será feito pela PEC 55, que vai arrumar a casa para atrair investimentos. Isso é uma mentira! Isso é um engodo! Ao contrário, não haverá investimentos numa terra arrasada. Não haverá investimentos onde não há suporte do Estado.

Portanto, o que defendemos aqui é outra lógica: a lógica de um ajuste fiscal, sim, mas principalmente pela receita, acabando com as desonerações fiscais imorais que não resolvem nada. Prometeram emprego e, ao contrário, ofereceram o desemprego.

Então, alternativas há. Se se quer fazer um ajuste fiscal com justiça social, o caminho é outro, não o caminho da PEC 55.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sebastião Soares da Silva, que fala em nome da Nova Central e que tem feito esse debate em diversos Estados – e eu tenho acompanhado.

E parabéns pela fala muito firme e muito clara.

Também reafirmo o meu ponto de vista de que os estudantes estão apontando o caminho. Isso é muito bom.

Passo a palavra agora ao Tiago Beck. O sobrenome, você me ajuda.

O SR. TIAGO BECK KIDRICKI (*Fora do microfone.*) – O certo é Kidricski, mas todo mundo fala "Kidricki".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu vou por aí: Tiago Beck Kidricki, do Coletivo Jurídico da Federação de Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul (Fetapergs); do Acompanhamento Legislativo do Conselho Federal da OAB e Vice-Presidente da Comissão de Previdência Social da OAB/RS.

Tiago, com a palavra.

O SR. TIAGO BECK KIDRICKI – Bom dia a todos.

Inicialmente, cumprimento o Senador Paim e, cumprimentando-o e parabenizando-o pela sua luta, eu cumprimento todos os componentes desta Mesa, que igualmente têm feito uma luta.... É uma luta árdua a que temos travado nestes momentos difíceis que estamos vivendo.

Faço também um cumprimento especial ao meu colega Dr. Diego Cherulli, um amigo, um batalhador dos direitos sociais também.

Inicialmente, digo que não preparei nenhuma fala para este momento porque não sabia que ia me pronunciar, que seria o orador aqui. Mas gostaria de aproveitar a oportunidade que está sendo dada à Fetapergs e também à OAB do Rio Grande do Sul e ao Acompanhamento Legislativo, com a minha presença aqui, para ressaltar alguns pontos que eu acho fundamentais neste debate.

O primeiro ponto que eu acho que a gente deveria se ater é a questão do descumprimento do art. 165 da Constituição Federal, o que vem ocorrendo sistematicamente, com a questão da separação dos orçamentos da União. Ora, nós temos no art. 165 uma previsão expressa de que o orçamento da seguridade social é um orçamento apartado dos demais. E isso não tem sido cumprido. E não só com a DRU, que retira e vem retirando recursos da seguridade social.

Então, acredito que nós vamos estar sempre tirando recursos da seguridade social, os governos, se a sociedade não exigir que se cumpra o art. 165 e que os recursos da seguridade social fiquem somente para a seguridade social. Se nós não conseguirmos fazer nossa própria Constituição ser cumprida, nós vamos estar sempre perdendo. Então, os recursos da saúde, da educação vão estar sempre alimentando o pagamento de juros, o pagamento de outros interesses do Governo Federal.

Acho que, então, nós deveríamos lutar inicialmente por isto: cumpra-se a Constituição, cumpra-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

se a separação dos orçamentos. O art. 165 fala: "os orçamentos da União". E nós não conseguimos que isso seja cumprido.

E o segundo ponto sobre o que acho que já está tendo um movimento bem forte é a questão do endividamento da nossa Nação, o superendividamento pela emissão de títulos e pelos juros exorbitantes que nós estamos pagando.

Na verdade, esse é o verdadeiro problema que nós estamos enfrentando. Não são os programas sociais, não é o pagamento dos servidores públicos e muito menos da Seguridade Social, que é superavitária, que estão gerando os desequilíbrios no Orçamento da União. Essa taxa de juros que nós estamos pagando é que está gerando problemas orçamentários. Nós devemos ir à raiz do problema, e a raiz é a emissão de títulos do Governo e, além da taxa de juros, um superendividamento pela emissão desenfreada de títulos.

Eu fico feliz porque existe também esse pessoal que está trabalhando na questão da dívida. E é um problema que eu tenho verificado que vários países estão sofrendo, não só o Brasil. Os governos chegam ao poder, começam a emitir títulos, começam a elevar a taxa de juros e a endividar o seu próprio País – e isso está acontecendo em todo o mundo. Por quê? Porque é do interesse do sistema financeiro que os Estados nacionais trabalhem para pagar juros, cada vez maiores, e que emitam títulos cada vez mais, cada vez mais, cada vez mais. Então, essa é a raiz do nosso problema: o endividamento público, mas um endividamento público artificial, não para o pagamento de direitos sociais.

Atacando esses dois pontos, ou melhor, se nós conseguíssemos atacar esses dois pontos, se nós conseguíssemos que a sociedade brasileira acordasse, porque a gente vê na rua muita gente dizendo: "Não, sou a favor da PEC porque nós temos que fazer com que as contas públicas fechem. Olha como é que está o Estado do Rio de Janeiro e tal". Muita gente tem falado isso; então, a gente deveria fazer um trabalho para a população, para que a população viesse para o nosso lado, para que a população entendesse que a Seguridade Social é superavitária, que o orçamento não está sendo cumprido e que o nosso País está nesta situação por conta de um endividamento artificial e desproporcionalmente criado por essa emissão de títulos combinada com a alta taxa de juros,

Então, além disso, quanto à questão da Seguridade Social, acredito que a gente deveria cobrar os grandes devedores. Isso é uma coisa que a gente deveria trazer mais para a sociedade, falar mais à sociedade sobre isso, porque, cobrando esses grandes devedores, muitos recursos da Seguridade Social, não ficariam perdidos por aí.

Além disso, queria fazer uma provocação aqui também, com uma questão que é pouco falada: o pensamento da Seguridade Social como uma forma sistêmica e a proposição de que nós arrecademos mais em se tratando de Seguridade Social. O incentivo à contribuição, o incentivo ao cidadão pagar mais a Previdência, o autônomo. A população, em regra, está sendo levada a pensar a Previdência Social no mínimo, no mínimo que eu posso contribuir, e nós não deveríamos pensar assim. Nós deveríamos pensar uma forma de incentivar o cidadão a acreditar na Previdência – primeiro tem que acreditar na Previdência, o que é difícil, mas a gente deveria fazer um trabalho a longo prazo – e que, com isso, começasse a contribuir mais para a Previdência Social. E isso só será possível, obviamente, se tivermos apenas um reajuste para todo o sistema, como nós já tentamos outras vezes. Uma Previdência, um teto. Por isso defendemos a inconstitucionalidade do teto do auxílio-doença, uma tremenda inconstitucionalidade. Hoje nós temos um teto para o auxílio-doença, a pessoa que recebe auxílio-doença é discriminada em relação às outras, e um teto para o restante do regime da Previdência Social.

Então, um teto, um reajuste, uma previdência, para que o cidadão se programe e contribua mais e possa dizer: "não, eu vou contribuir sobre dois salários mínimos". E, assim, ele se programe. Agora, como nós estamos, se o sujeito ganha R$1.200,00, ele vai contribuir com quanto? Pelo mínimo, porque ele não vai fazer o disparate de contribuir sobre R$1.200,00, porque o salário mínimo o vai atingi-lo e ele vai ficar prejudicado. Então, vamos também pensar na Previdência Social como algo que tem que arrecadar mais.

Por fim, também acho que é uma questão delicada, mas nós deveríamos debater um pouquinho a arrecadação rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Sei que tem o pessoal da Contag aí, que poderia nos ajudar a ver isso. Porque, na parte rural, nós tivemos, em 2015, e isso está acontecendo, uma arrecadação de R$7 bi e um gasto de R$95 bi. Ora, nós temos que pensar o seguinte. São os mesmos recursos da saúde. Então, deveríamos conversar com o pessoal rural... Claro que temos que cobrar os fazendeiros que não estão pagando a previdência dos empregados, enfim, existem várias medidas que podemos tomar, mas lanço aqui uma provocação para que pensemos um pouco nessa questão da diferença da arrecadação para os pagamentos rurais. Talvez pensar um carnê rural, algo assim. Porque também temos que propor algo em contrapartida ao Governo. E, principalmente, acho que temos que nos dirigir à sociedade, trazer a sociedade para o nosso lado.

Então, faço essa provocação quanto à questão da arrecadação e concluo aqui a minha participação agradecendo a todos pela atenção.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Tiago Beck, que deixa mais uma sugestão que merece, de fato, ser avaliada, para que o trabalhador possa ter o direito, se assim entender, de pagar mais e ter um salário mais adequado.

João Marcos de Souza, Presidente em exercício da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital.

Só aviso a todos que nós teremos três Mesas. Essa é a primeira. Depois teremos uma segunda e uma terceira.

O SR. JOÃO MARCOS DE SOUZA – Bom dia, Senador Paulo Paim.

Mais uma vez é um prazer estarmos aqui nesta Comissão discutindo matérias tão relevantes para o nosso País.

Eu queria, mais uma vez, parabenizá-lo por ser esse baluarte nessa nossa trincheira de luta, não só do trabalhador do serviço público, mas do trabalhador brasileiro. V. Exª é, para nós, um exemplo de um homem público que pauta suas ações por questões que interessam a nós, enquanto cidadãos brasileiros e também como servidores públicos.

Estamos aqui continuando a nossa conversa, Senador, já estivemos aqui há alguns dias numa audiência pública sobre o mesmo tema e agora mais especificamente tratando sobre a questão do impacto dela na Previdência.

Há poucos dias nós conversamos sobre outros impactos e vamos tentar apresentar apenas alguns números, porque não é possível esgotarmos tudo nesse tempo que temos aqui.

Primeiro, quando se começa a falar da questão da Previdência, parece que a aposentadoria é uma invenção brasileira, parece uma jabuticaba, que fomos nós quem inventamos e só existe aqui no Brasil. Na verdade, a aposentadoria é algo que existe no mundo inteiro.

Nós sempre usamos alguns países como exemplo de bem-estar social, de distribuição de renda, de qualidade de vida, principalmente os países nórdicos. E, apenas para citar, a Dinamarca adotou a aposentadoria em 1891. Então, não fomos nós, brasileiros, que inventamos o sistema de previdência. Nós apenas o copiamos e o adaptamos à nossa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só anunciar a presença da Senadora Gleisi Hoffmann.

Esta é uma reunião conjunta das duas comissões. Então, a qualquer momento, ela passará também a presidir.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Paim.

Só quero pedir desculpas, pois estava numa entrevista, por isso cheguei atrasada.

O SR. JOÃO MARCOS DE SOUZA – Eu quero aproveitar e cumprimentar a Senadora do meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Estado, Senadora Gleisi, do Paraná. É um prazer vê-la aqui, Senadora. E também tenho acompanhado a sua luta contra essa PEC 55 aqui no Senado.

Quando discutirmos a questão da previdência, temos que levar em conta o próprio papel da previdência no orçamento da União.

Já foi dito aqui e em outras audiências públicas que, para muitos Municípios, uma das principais fontes de renda são as aposentadorias e pensões pagas às pessoas deste País.

Com essas mudanças que estão para vir com essa PEC 55, com certeza muitos desses nossos Municípios sofrerão muito nas suas economias, terão reduzida a sua capacidade de investimento e de geração de riqueza e de renda.

Tivemos na previdência, Senador, ao longo desse tempo todo desde que foi criada aqui no Brasil, muitas reformas. Em todas essas reformas, temos visto um contrato descumprido.

Eu entrei no Estado em 1994. E quando entrei no Estado, o Estado fez comigo um contrato. Ele disse o seguinte: você está entrando hoje, você trabalha x tempo, paga x% do seu salário como contribuição. Eu pago a minha parte, e, ao final desse tempo, você tem direito de sua aposentadoria integral, com paridade, integralidade pela restante de sua vida.

Esse é o contrato que fez comigo e fez com todos nós. Quando chegou no meio desse caminho, ele já disse para mim: olha, esse contrato que fiz lá atrás com você, vamos precisar repactuá-lo porque as condições mudaram. E nós precisamos trocar essas cláusulas que nós tínhamos, precisamos repactuá-las.

Fomos nós servidores chamados a trocar essas regras que foram mexidas ao longo do tempo e tivemos que pagar mais um pedágio. E agora virá o Estado com certeza, após aprovada essa PEC, com uma nova medida nos dizendo: precisamos repactuar novamente essa regra dos contratos. Ou seja, não há nenhuma segurança jurídica para nenhum de nós servidores.

Isso não é só conosco, servidores, não. Vamos para a iniciativa privada. Quem não se lembra que há poucos anos, há algumas décadas, aposentava-se com até 20 salários mínimos. O governo veio e disse o seguinte: o salário mínimo está muito – e olha que ele era baixo, era muito baixo naquela época – ... o salário mínimo não dá para pagar, vamos criar um tal de salário de contribuição e vocês passam a se aposentar com 20 salários de contribuição. E cortou o salário de contribuição e foi achatando esse salário de contribuição.

Depois de um tempo, ele chegou para a iniciativa privada e disse o seguinte: 20 salários de contribuição é muito, vamos limitar a dez? E achatou para dez salários de contribuição.

Olha quanto hoje o aposentado da iniciativa privada recebe? Ele achatou ao longo do tempo.

E o que ele quer fazer com os servidores é a mesma coisa. Nivelar por baixo e achatar as nossas aposentadorias e pensões.

Ao longo do tempo também o servidor sofreu mais outras medidas. Deixou de ter paridade/integralidade, passou a se aposentar pela média. E agora criou-se a previdência complementar.

Estados Municípios estão sendo forçados pela União para criarem o seu regime próprio, mas a União não fala que ela até hoje não criou o seu regime próprio para previdência. Ela continua num bolo geral, obriga os Estados e Municípios a criarem, a segregarem os seus valores. E ela mesma, a União, não fez esse papel. Apenas obriga os demais a fazerem.

Essas novas formas de Previdência, a Previdência pela média e, principalmente, agora, a complementar, não geram receita, porque, a partir do momento em que ela criou a complementar, ela criou um fundo separado, e essas receitas desses novos servidores irão apenas para esse fundo. O que isso vai gerar? Vai gerar, logicamente, uma falta de receita para pagamento de quem está no sistema. Isso vai ser usado como desculpa para a União, com certeza, para tirar, daqui para frente, muitos mais benefícios de nós que estamos no sistema antigo.

Quando analisamos o Orçamento, Senador, nós vemos o seguinte: por que sabemos que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

afetar a Previdência? A União tem dito que vai fazer uma reforma, congelar os gastos, porque precisa segurar o déficit e precisa criar um equilíbrio fiscal. Então, ela precisa cortar os gastos. Quando olhamos o Orçamento, qual é o custo da Previdência Social? E aí temos que lembrar daquele vídeo, Senador, em que Previdência Social engloba não apenas aposentadorias e pensões, mas também a assistência social que não está separada pelo Governo. Mas, quando olhamos o Orçamento, nós vimos que ele consome 22%, quase 23% do nosso Orçamento.

O que a União irá fazer, aprovada essa PEC? Olha, nós estamos precisando investir na saúde, estamos precisando investir na educação, em segurança pública e nós precisamos arrumar de onde tirar. De onde nós vamos tirar? Da Previdência. A Previdência é o que mais consome o nosso dinheiro. Nós temos marajás recebendo grandes salários da Previdência. Então, nós precisamos cortar ali. É ali que nós vamos tirar. Ele consome quatro vezes o que se investe em saúde, o que se investe em educação. Então, é de lá que nós vamos tirar. Então, certamente, é lógico, é claro, é evidente que, quando houver a aprovação dessa PEC, um dos pontos que será mais atacado será a Previdência, porque é aí que o Governo vai atacar, porque é daí que ele vai dizer que precisa tirar dinheiro para as outras áreas.

Agora, o que o Governo não fala é que, com a dívida, com a amortização e com a rolagem da dívida, foram gastos em 2015, do Orçamento executado, mais de 42%. Mais de 42% do Orçamento executado foram gastos com rolagem da dívida e amortização, com juros e amortização da dívida. Isso ele não fala e isso ele não vai falar, porque não lhe interessa falar. Ele vai falar da Previdência.

O que a nossa população, às vezes, não tem ciência é da reforma da Previdência, que se diz que vem, e, com certeza, após a PEC, ela virá aqui para o Congresso Nacional. Até agora, o Governo está segurando, não está falando. Solta alguns balões de ensaio na imprensa para testar a reação, mas está guardando isso, esperando aprovar a PEC. Agora, o que não se fala? Vimos no vídeo a questão do tempo de idade; se fosse só esse o mal que viesse com essa reforma, nós não acharíamos tão ruim assim, não é Maria Lucia? Nós até poderíamos discutir, se isso fosse discutido com os trabalhadores. Mostrados os números, mostrada a realidade, nós poderíamos discutir a questão do tempo de serviço. Eu acho que, se nós temos um aumento demográfico, temos aumento do tempo de vida, nós podemos até rediscutir o nosso contrato com relação a isso. Mas não é só isso que vem. Vem aumento da idade mínima, aumento do tempo de contribuição; vem, com certeza, a quebra da paridade para aqueles que ainda têm. Essa discussão virá com certeza.

O pessoal não se tem atentado para uma coisa: isso atinge o setor privado tanto quanto o setor público; é uma proposta de desvinculação das aposentadorias e pensões do salário mínimo; é o retorno àquela aposentadoria e àquela pensão miserável que já tivemos no passado. Isso não está sendo discutido. O trabalhador da iniciativa privada às vezes aplaude, dizendo que vai atingir apenas o servidor público. Ledo engano! Vai atingir todo cidadão brasileiro. Enquanto temos o País brigando para ter qualidade de vida para o nosso cidadão, nós temos uma proposta que vai tornar os nossos aposentados e pensionistas miseráveis, como já fomos no passado! Essa proposta de desvinculação do salário mínimo está embutida nessa reforma da Previdência, e nós não estamos vendo ninguém noticiar isso. Não estamos vendo a grande mídia noticiar essas alterações. Nós temos as alterações nas pensões. Muitos não se atentam para essa questão das pensões. A pensão deixará de ser presumida para ser comprovada.

O que isso significa? Significa que qualquer um de nós que tenha um cônjuge que trabalha e que receba outra renda precisará provar que necessita desse valor para se manter, senão ele não terá direito a essa pensão. E isso atingirá não apenas o servidor público, mas também os trabalhadores da iniciativa privada. Nenhum de nós está se atentando para essas maldades embutidas, para isso que está sendo feito.

Outra maldade na pensão: é o tempo para a pensão. A pensão será limitada por um tempo para a pessoa que é beneficiária conforme o tempo de contribuição do gerador do benefício. Isso significa que um de nós que ainda seja novo de idade e que faleça, a sua pensionista terá um tempo ou para se casar com alguém que a sustente, ou para arrumar um emprego e manter os seus filhos, tendo que cuidar de filhos e tendo que trabalhar, para cuidar da sua casa, porque não terá pensão para isso, não terá o direito ao benefício garantido.

Então, são questões que não estão sendo faladas e que, com certeza, nos atingirão todos os cidadãos brasileiros, e não apenas nós, servidores públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Será que a população está alerta para isso que está vindo? Será que ela tem noção do que isso significa, sem falar naquilo que nós já dissemos na questão da saúde, da educação e de outras áreas? Será que o cidadão brasileiro aceitaria esse equilíbrio fiscal para pagamento de juros se ele soubesse que um filho seu vai morrer na fila de um hospital, como, já, muitos morrem hoje e com certeza morrerão muito mais a partir da aprovação dessa PEC? Que um filho seu não terá uma escola pública, nem mesmo com a qualidade ruim que nós temos hoje? Ele não terá essa garantia, porque não haverá dinheiro para ser investido na construção de novas escolas e na abertura de novas vagas. Será que o cidadão brasileiro concordaria com isso? Será que ele concordaria se ele soubesse que muitos mais irão morrer com balas perdidas, porque a segurança pública não terá dinheiro para investir na segurança? Então, é preciso que nós tenhamos essas noções daquilo que tem acontecido.

E nós vemos que tudo o que é feito pelo Governo não é sem propósito. Todas as coisas são concatenadas. A aprovação da PEC ensejará muitas outras medidas que vêm por aí. Além da reforma da Previdência, nós temos a questão, que será abordada, com certeza, pela Maria Lúcia, que é a questão das estatais não dependentes para emissão de títulos. Eu vou apenas falar algumas coisas que eu anotei aqui, Maria Lúcia, mas eu vou deixar para você falar mais especificamente sobre isso.

Em 19/11, saiu uma matéria no *O Globo* em que o nosso Ministro da Fazenda falava da criação do FMI para os Estados. O que seria isso? Seria uma proposta para os Estados que precisam de socorro... O governo, que concede 68% da arrecadação tributária do Brasil aos Estados e Municípios, que têm a maioria das obrigações, vai fazer um favor de ajudar os Estados que estão necessitados, mas, para isso, ele vai criar uma espécie de um FMI, em que ele vai soltar aos pouquinhos recursos para aqueles Estados que se comprometerem a fazer algumas das medidas de ajuste.

Que medidas de ajustes seriam essas? Com certeza, todas essas propostas na 55, que, num primeiro momento, seria apenas para a União. E ele fala ali, naquela matéria:

> A contrapartida a ser exigida dos Governadores inclui corte de gastos com a folha de pessoal e aposentados, monitoramento das despesas com pessoal com metas individuais de redução de gastos, capitalização dos regimes próprios de Previdência, aumento de arrecadação com melhoria na recuperação de crédito, melhoria da eficiência dos serviços públicos com metas de produtividade, alternativas para geração de receitas e desestatização.

Porém, ele propõe, ao mesmo tempo, um contrassenso a isso. Ele quer um rígido controle das contas públicas, mas ele propõe – e ele fala claramente nessa matéria – a defesa da securitização das dívidas. Ou seja – e a Maria Lúcia irá abordar isso melhor –, ele defende que os Estados façam essas operações de securitização da dívida ativa pela emissão de debêntures por meio de estatais, não apenas para a dívida pública, mas também para os *royalties*.

Ora, se nós estamos discutindo um desajuste fiscal causado por empréstimos que, na sua grande maioria, têm que ser autorizados pelo próprio Senado, onde se discute para que é esse empréstimo, para onde ele vai, para que ele é preciso, qual a taxa de juros, tudo isso é discutido, e critica-se isso porque endividou demais os Estados, os Municípios e a própria União, e nós estamos abrindo uma porteira para que se criem dívidas sem nenhum controle. A emissão de debêntures não tem nenhuma limitação.

E o que é essa emissão de debêntures? Eu emito títulos, vendo no mercado com deságio, utilizo como garantia a dívida pública...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO MARCOS DE SOUZA – ... ou agora os *royalties*, e passo com isso a utilizar esse dinheiro, deixando a conta para os próximos governos.

Citando apenas um exemplo, que a Maria Lúcia citou na apresentação para nós, da PBH, que seria a securitização do Município de Belo Horizonte: numa emissão de debêntures que ela fez, de R$230 milhões, ela pagaria uma taxa de IPCA mais 11%, com um deságio de até 50%, com resgate em sete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

anos. Usando um deságio de apenas 30%, não usando o total, que eles chegaram até 50%, o Município receberia R$161 milhões e pagaria, em sete anos, R$457 milhões. Um valor 184% maior do que aquele que ele recebeu. Isso daria juros de 26,28% ao ano, numa conta simples aqui, sem nenhuma capitalização, sem nada.

Então, quando o Tiago falou do endividamento *versus* a emissão de títulos e a taxa de juros, Tiago, existem muitas outras questões para a gente tratar nesse assunto.

Nós já dissemos aqui, na outra audiência, que a taxa de juros brasileira hoje está em 14%. Nós temos uma taxa de juros igual à da Nigéria, de Uganda, da Ucrânia. Sem demérito a esses países, mas olha o nosso País, a nossa economia, a força da nossa economia frente a esses países. A Rússia, um país sabidamente corrupto... "Ah, o Brasil é corrupto, o Brasil não tem nenhum elemento". A Rússia, corrupta, paga 10% de juros. Apenas – eu sei que está acabando o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem um minuto ainda.

O SR. JOÃO MARCOS DE SOUZA – Senador, só para comparar, quanto nós somos.... Muitos dizem o seguinte: a dívida pública brasileira é muito alta com relação ao seu PIB, então é necessário que nós tenhamos um ajuste disso. O Japão tem uma dívida de 229% do seu PIB e não tem a taxa de juros que o Brasil tem. Os Estados Unidos têm uma dívida de 102% do seu PIB e não têm a taxa de juros que o Brasil tem. O Brasil tem uma dívida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO MARCOS DE SOUZA – ... de 69% do seu PIB. Portanto, o que justifica a nossa taxa de juros frente a esses números? Quais fundamentos macroeconômicos justificam essa taxa de juros que nós pagamos?

Já foi dito aqui: se nós reduzirmos a nossa taxa em um ou dois pontos percentuais, vale muito mais do que todos esses ajustes fiscais que nós estamos fazendo.

E, apenas para finalizar, como o Sebastião disse, nós temos outras medidas muito mais eficazes: combater a sonegação – nós temos hoje, só na esfera federal, mais de R$500 bilhões em tributos sonegados; cobrança de dívidas ativas – nós temos uma dívida ativa da União em torno de R$1 trilhão, isso sem contar Estados e Municípios. Vamos recuperar 2% dessa dívida ativa, 2%. Não é viável? E nós conseguiríamos solucionar isso. Ainda: benefícios e renúncias fiscais, se nós temos, só na União, R$250 bilhões em benefícios e renúncias fiscais, sem contar Estados e Municípios. Então existem outras formas e outras medidas que não prejudicam a nossa população, que não prejudicam o nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, João Marcos de Souza, Presidente em exercício da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

Parabéns pela palestra!

De imediato, passo a palavra a Guilherme Costa Delgado, pesquisador aposentado do IPEA, especialista em política de desenvolvimento e Previdência Social.

O SR. GUILHERME COSTA DELGADO – Cumprimento aqui o Senador Paim, a quem agradeço o convite e, em seu nome, a toda a Mesa.

Pretendo ir direto aos pontos porque o tempo é curto.

O que me foi pedido foi para fazer uma avaliação sobre os efeitos da PEC 241 sobre a Previdência Social e, em especial, sobre a Previdência Rural.

Vejam bem: do ponto de vista direto, a PEC não trata de Previdência. No entanto, a PEC tem uma característica muito peculiar. Para usar um pouco a linguagem militar, o objetivo dela é uma espécie de operação de cerco e aniquilamento, em que você deixa apenas uma saída, a saída dos gastos previden-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ciários, que não podem ser regulados pela PEC, porque são objeto de um princípio constitucional do art. 5º que trata do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada. Portanto, a PEC não poderia limitar os gastos da Previdência à inflação do ano anterior.

Mas por que que é uma operação de cerco e aniquilamento? Porque, anunciadamente e já com uma espécie de satisfação aos interesses que estão sendo, digamos assim, protegidos por essa PEC, diz-se assim: "Bom, logo em seguida vem a Reforma da Previdência". E essa reforma, supostamente, iria limitar os gastos previdenciários. Aí tem também uma operação de manipulação. Ora, se a PEC, que é um projeto de emenda à Constituição, não pode alterar o art. 5º, poderia a Reforma da Previdência fazê-lo? Então, aí, na realidade, há uma operação maligna. Nós precisamos estar muito atentos, pois a operação maligna é a seguinte: é a desvinculação – e isso é o principal – dos benefícios da Seguridade Social do salário mínimo. É com essa operação maligna que se pretende passar por cima do direito constitucional supostamente não alterável por emenda constitucional.

Como é que se daria a malignidade? Você retira da Constituição o art. 201, naquilo que trata da proteção do salário mínimo, e o Ministro da Fazenda passa a criar, por portaria, o piso previdenciário do ano. Com essa operação, digamos assim, de engenharia administrativa, pretender-se-ia limitar todos os benefícios e não os benefícios novos; todos os benefícios de salário mínimo seriam regulados por esse piso administrativo, de forma que o senhor Ministro de plantão, do dia para a noite, ele baixa o piso previdenciário de R$840,00 para R$440,00. E remete isso para os 70% dos benefícios pagos pelo INSS. Dos 32 milhões de benefícios pagos, 70%, incluindo Previdência e Benefício de Prestação Continuada, são benefícios de salário mínimo. E também valeria para o seguro-desemprego, porque seguro-desemprego é benefício previdenciário.

Portanto, com essa jogada maligna, você consegue afetar cinco pontos percentuais do PIB, que é o que custa anualmente os benefícios da base da pirâmide, arrancando dos órfãos e das viúvas mais carentes o recurso básico de subsistência.

É a única forma que eu vejo de ligação fiscal dessa PEC com a ideia de restrição previdenciária do ponto de vista da legalidade vigente. Parece-me que, mesmo na legalidade vigente, isso é absolutamente inconstitucional. Seria afetar situações pretéritas. Mas, como o próprio Ministro da Fazenda já diz algumas vezes que «direito adquirido é um detalhe», essas coisas todas, parece-me que é por aí que eles estão querendo afetar.

É preciso nós termos clareza da significação social disso. Vejam bem, na semana passada, eu estive em Mossoró, no Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Rural Regional, e a grande constatação que se fazia lá é a seguinte: ´»É a primeira vez que não se constata uma morte física, em cinco anos contínuos de seca no Nordeste.» A razão principal não são os programas chamados de transferência de renda, não. É a Previdência rural, que, para o Nordeste, representa metade dos benefícios pagos, e benefícios de salário mínimo.

Portanto, essa população, que foi vitimada ao longo dos séculos e foi notoriamente colocada nos saques, nas invasões de feiras, etc, para prover a sua subsistência, assim como todas as outras que vivem de salário mínimo nos benefícios de prestação continuada, é a bola da vez não digo da PEC diretamente, mas da operação de cerco e aniquilamento que ela prepara, com a rota de saída para uma Reforma de Previdência altamente restritiva em direitos sociais básicos, que são direitos de salário mínimo.

Por isso, parece-me que nós poderíamos, por essa razão e por várias outras, chamar esta PEC não de, como dizem na Exposição de Motivos, Projeto de Emenda Constitucional do Novo Regime Fiscal. Ela não é emenda à Constituição, porque ela é inconstitucional; ela não é nova, porque a matéria de que ela trata, de longa data, já vem sendo tratada pela Lei de Responsabilidade Fiscal sem consequência, e não é regime fiscal também. Regime fiscal tem de tratar de Orçamento e tributação. Essa PEC não trata de Orçamento e tributação. Ela trata apenas de uma parte da despesa, da despesa primária, ignorando a despesa financeira, que tem a capacidade de continuar crescendo por obra e iniciativa do setor financeiro.

Mas há uma outra malignidade aí presente, e talvez as pessoas não tenham se dado conta disso. Além de se fazer, digamos, um desenho explícito de desigualdade; portanto, na contramão da ordem constitucional – a PEC protege o setor financeiro e desprotege todos os demais –, você cria o argu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mento, em 20 anos, da canibalização de recursos mediante emendas ao Orçamento, na parte do gasto primário. O gasto primário está limitado a crescer pela inflação do ano anterior, no agregado.

Mas os setores com mais vocatividade, com mais *lobby* para apresentar emendas ao Orçamento podem crescer acima, evidentemente retirando o cobertor dos setores mais débeis, que, por serem mais débeis, estavam protegidos pelo ordenamento constitucional de vinculação de direitos a recursos previamente designados.

Quando você tira essa proteção constitucional e os coloca na engenharia da emenda constitucional de pequenos e grandes, evidentemente o darwinismo social irá certamente conduzir ainda a uma maior precarização dos setores não protegidos, principalmente da área social, da saúde, da assistência, do seguro desemprego e assim por diante.

No caso específico da Previdência Rural, que há pouco me foi pedido para tratar, na verdade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME COSTA DELGADO – Eu estou finalizando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Sª tem mais cinco minutos.

Aproveito já para registrar a presença do Senador Lindbergh Farias, Líder atual da Minoria, mas que já foi Líder da Maioria. (*Palmas.*)

O SR. GUILHERME COSTA DELGADO – Na verdade, a Previdência Rural é o exemplo internacional de boa política que o Brasil adotou, e não consegue, digamos assim, mirar-se no espelho como alguém que faz o bem.

Ou seja, nós conseguimos, em 25 anos, incluir o regime de economia familiar na Previdência Social. Aliás, regime de economia familiar também é chamado de campesinato, mas há quem não goste da expressão campesinato. Ou seja, são todas as pessoas que trabalham sem assalariamento, trabalham por conta própria. Isso corresponde a dois terços da população economicamente ativa rural, que é e sempre foi, desde os tempos coloniais, dessa magnitude.

Claro que, nos tempos coloniais, não havia salariamento. Mas, desde que surgiu o assalariamento no Brasil, ele é muito pequeno na área rural. Portanto, é o regime de economia familiar que cobre a maioria da população.

Quando a Previdência vem com essa proteção extensiva ao regime de economia familiar, na realidade você realiza no setor rural um processo de mudança significativa. Hoje nós temos uma base social de economia familiar muito sólida no meio rural, em todo o Brasil e, principalmente, nas situações de maior debilidade social, econômica e ambiental, como mencionei o caso do Semiárido nordestino.

O Semiárido nordestino subsiste, sobrevive, graças basicamente à Previdência Rural. E a ideia maligna de tirar o cobertor da vinculação de recursos ao salário mínimo, introduzindo a ideia do piso previdenciário administrativo, manejado por razões estritamente de equilíbrio fiscal ou de contas fiscais, é um absurdo inqualificável, do ponto de vista ético.

Quem fazia isso no passado, no regime militar, o sabe muito bem: manipulava os índices de preço para tirar da Previdência os recursos essenciais à sobrevivência. Aliás, Ministro do passado que assessora este Governo.

Fico por aqui, porque acho que o meu tempo já acabou.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi Guilherme Costa Delgado, pesquisador aposentado do IPEA, especialista em política de desenvolvimento e Previdência Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nesta Mesa, teremos ainda a Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, Maria Lúcia Fattorelli. Depois, virá a segunda Mesa, e, a partir já da segunda Mesa, porque ela chegou há uns 15 minutos, vai estar à mesa conosco também a Senadora Gleisi Hoffmann, que preside a Comissão de Economia e que vai dividir a Presidência dos trabalhos comigo, a partir da segunda Mesa.

Por favor, então, encerrando esta Mesa, Maria Lúcia Fattorelli.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia a todos os integrantes da Mesa, Senadora Gleisi, Senador Lindbergh, todos os demais amigos e amigas, representantes das entidades, centrais presentes aqui, no auditório, professores, militantes.

Bom; o tema desta audiência A PEC e seus Impactos na Previdência Social.

Todos já falaram, mas é bom deixar muito claro que essa PEC simplesmente estabelece um teto para as despesas primárias, não controla gastos, não é a PEC de controle de gastos como a grande mídia vem falando, isso é um absurdo, isso é enganar a população. Afinal, quem seria contra controlar gastos? Claro que todos querem controlar gastos, mas a PEC 55 não trata de controle de gastos, simplesmente, cria um teto para as despesas primárias, que ficarão congeladas por 20 anos. E quais são as despesas primárias? Todas as que interessam para a população, relacionadas a todas as prestações de serviços públicos e à própria manutenção do Estado. Todos os gastos com Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. Tudo isso são despesas primárias. A PEC deixa de fora as despesas financeiras que já consomem quase a metade do orçamento federal todo ano.

Então, a PEC tem o objetivo explícito de privilegiar o setor financeiro, irá aumentar a gastança financeira. A sociedade que está nos assistindo precisa saber que está sendo enganada, está sendo enganada pelo discurso mentiroso do Governo Federal, está sendo enganada pelo discurso mentiroso da grande mídia. Essa PEC não controla gastos, mas vai aumentar a gastança financeira. É disso que se trata. E o foco primordial dessa PEC é atacar a Previdência Social porque é onde ainda existem recursos.

Olha esse gráfico do orçamento federal, quase a metade vai para juros e amortizações da chamada dívida pública, esta farsa, e 22,7% ainda se destinam à Previdência Social. A saúde fica com pouco mais de 4; a educação, com menos de 4; ciência e tecnologia, 0,27; cultura, 0,04%. Então, de onde ainda há recursos para tirar? Da sagrada Previdência Social, que nunca foi um problema neste País, pelo contrário, tem sido uma solução. É por causa da Previdência Social que ainda não chegamos na barbárie diante de tantas injustiças no nosso País. A PEC 241 – 55 aqui no Senado – é apenas o primeiro passo para uma série de reformas adicionais.

Essa foi a apresentação da pesquisadora, Profª Esther Duek, que mostrou esse gráfico produzido pelo Bradesco. Veja bem, o próprio setor financeiro está mostrando os gastos atuais com Previdência, saúde e assistência. Se tiverem simplesmente atualização monetária, não vai sobrar nada para a manutenção do Estado. É evidente que terá que haver uma drástica reforma da Previdência, com corte brutal dos direitos, para que essa PEC seja sustentável.

Esse gráfico também foi apresentado num importante estudo encadernado sobre retrocesso e austeridade fiscal, que mostra que, mantidos os atuais gastos com Previdência, assistência, educação e saúde, fica inviabilizada a continuidade do Estado brasileiro. E vocês acham que o Estado brasileiro vai ficar inviável? Claro que não! O que vai haver é um corte brutal na Previdência, na saúde e na educação.

A PEC representa um tremendo risco para os trabalhadores e para a Previdência, pois de onde vem o principal financiamento da seguridade social? Da própria contribuição. Com a restrição a concursos, contratações, reajustes, estruturação de carreiras, auxílios e abonos, inclusive na carreira de auditores, à qual eu pertenço, como aposentada.... Está havendo uma grande ilusão, uma luta por um abono que essa PEC impede. Todo mundo tem que passar a lutar é contra essa PEC.

Nós temos aí sanções em caso de descumprimento do teto. Ela proíbe a criação de despesa obrigatória, proíbe medidas que ampliem despesas obrigatórias, inclusive proibindo o ganho real para o salário mínimo; veda concessão de revisão para servidores. Todas as categorias tinham que estar atentas a isso. Há muita gente iludida neste País. Vamos colocar um foco, porque, se essa PEC passar, gente, acabou!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

As vedações se aplicam também às proposições legislativas! Então, há um discurso mentiroso do Governo de que o Congresso vai passar a ter poder. Mentira! Leiam o texto da PEC.

Olha, a PEC não enfrenta as verdadeiras amarras que impedem o crescimento econômico do Brasil. Ela não enfrenta esse modelo econômico voltado para metas estéreis. Quais as metas que regem o nosso modelo econômico? Superávit primário, meta de inflação que não controla o tipo de inflação que nós temos.... Ela não enfrenta o modelo tributário injusto e regressivo que já foi comentado aqui, ela não enfrenta a política monetária suicida praticada pelo Banco Central, de juros altos sem justificativa técnica, política, jurídica ou econômica, como também já foi abordado aqui pelo João Marcos; ela não enfrenta a escassez de investimentos estruturantes, que fariam, de fato, o nosso País desenvolver. Ela faz o contrário: ela impõe cortes na saúde, na educação, na ciência e na tecnologia, na infraestrutura, impossibilita a reforma agrária etc.

Ela não enfrenta a exploração mineral predatória, que poderia ser fonte de recursos para financiar o nosso País. Minas Gerais recebe uma UFEMG – uma unidade fiscal referencial por unidade da Federação – n o valor de R$2,72 por tonelada de nióbio extraída no Estado. O valor pago por tonelada de nióbio não dá para comprar um pão de queijo!

Isso é um abuso contra o nosso País, contra as nossas finanças. A PEC deixa tudo isso de lado e simplesmente privilegia o setor financeiro, colocando um teto unicamente para as despesas primárias.

Eu pergunto: o Senado está surdo ao clamor social? Entidades do porte da CNBB publicaram nota contra a PEC; o Cofecon (Conselho Federal de Economia), que representa 230 mil economistas, soltou uma nota unânime contra a PEC; todas as centrais sindicais, sindicatos, entidades que produzem estudos sérios não têm provocado repercussão alguma nesta Casa. O Senado está surdo à sua própria consultoria? Foram três estudos importantes denunciando as inconstitucionalidades desse chamado regime fiscal, que, na verdade, coloca, no texto constitucional, o privilégio do setor financeiro. É disto que se trata a PEC 55: colocar, no texto constitucional, o privilégio do setor financeiro, sacrificando toda Nação. O Senado está surdo a denúncias?

Nós da auditoria cidadã protocolamos aqui uma denúncia contra essa PEC; protocolamos na Presidência do Senado, em várias comissões, porque são várias as inconstitucionalidades. Ela fere princípios, ela transforma o piso mínimo para saúde e educação, que é dever do Estado, em teto. E ela representa uma afronta a todos os direitos sociais, especialmente, à Previdência Social. Ela burla o art. 167 da Constituição. O que está por trás dessa PEC é garantir, no texto constitucional, sem teto, sem limite, sem controle algum, recursos com liberdade total para juros da chamada dívida pública, que nunca foi auditada como manda a Constituição, e para empresas estatais não dependentes. Um esquema fraudulento está entrando aqui, no Brasil.

Qual a principal determinante da crise fiscal? É o crescimento brutal da dívida. Só em 11 meses de 2015, olhem aí a foto do quadro do Banco Central – só em 11 meses do ano passado –, a dívida cresceu R$732 bilhões. E qual foi o investimento em 2015? R$9,6 bilhões. Ora, onde foi parar esta montanha de dinheiro: R$732 bilhões? Foi para pagar as elevadíssimas taxas de juros, abusivas, juros sobre juros, a farsa da contabilização de juros como se fosse amortização. Nós estamos pagando centenas de bilhões de reais de amortização mascarada. Na verdade, são juros; são juros contabilizados como amortização, pagamento inconstitucional, ferindo o art. 167 da Constituição. Nós estamos pagando centenas de bilhões de reais de prejuízos de *swap* cambial, um escândalo. O próprio TCU já disse que o Banco Central não pode apostar com a variação do dólar; ele pode comprar e vender moeda, mas não pode brincar de apostar, como são essas operações de *swap* cambial.

Nós estamos remunerando a sobra de caixa dos bancos. O que está quebrando o Brasil é a política monetária suicida do Banco Central. E a PEC 55 vem destinar recurso para isso, colocar esse privilégio na Constituição Federal. Olhem só a contabilização dos juros como amortização. Essa farsa aumenta a dívida e transfere recurso para banqueiro. Esse dado aí, oficial.... É evidente que está havendo a contabilização de juros como se fosse amortização. Basta olhar o valor dos juros que estão ali, no dado do Siafi, e o valor de juros e amortizações. Se estivessem pagando essa bolada de juros e amortizações que está aqui, no Siafi, a dívida teria caído. E o que está acontecendo com a dívida? A dívida não para de subir. É evidente essa farsa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Quando colocamos lado a lado todas as receitas e todas as despesas, ano passado sobraram recursos; não houve o déficit falacioso.

A PEC, ainda por cima, alimenta esse esquema de geração de dívida pública por meio da criação de empresas estatais não dependentes. Olhem que infâmia! Há 20 anos estamos privatizando as nossas empresas estatais e lucrativas. E agora, há pouco tempo, passamos a criar novas estatais, vinculadas a Estados, como a CPSEC, em São Paulo; a PBH Ativos, em Belo Horizonte; a Investpoa, no Município de Porto Alegre; a PRSEC, no Paraná, e tantas outas que estão sendo criadas por todo o País. Esquema ilegal! Projetos de lei em andamento aqui, no Senado, como o PLS 204/2016, e os PLs 181 e 3337, em andamento na Câmara, visam legalizar esse esquema. É o mesmo esquema que quebrou a Grécia e outros países europeus.

Por isso, na próxima quinta-feira, dia 24, teremos uma audiência pública sobre o PLS 204, na Comissão de Assuntos Econômicos, e a ex-Presidente do Parlamento grego, Deputada Zoe Konstantopoulou, estará presente. Eu já deixo aqui um convite, uma convocação para todas as pessoas participarem dessa audiência pública na próxima quinta-feira, às 9h, na Comissão de Assuntos Econômicos. Na sexta-feira, realizaremos uma roda de imprensa com ela e também um seminário internacional – acompanhem na página da Auditoria Cidadã.

Esse esquema de geração de dívida pública por meio das empresas estatais não dependentes... Vejam bem, um artigo da PEC favorece esse esquema; ele deixa fora do teto recursos para aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – E sabem por que essas empresas vão precisar de recursos? A PBH Ativos S.A., por exemplo, foi criada, Senador, com o capital de R$100 mil. Quando ela começa a emitir debêntures, cada debênture que ela emite tem o valor de R$100 mil, e ela se compromete a pagar juros de IPCA mais 11%. Ano passado, o IPCA foi de 12%. Então, nós estamos falando de uma remuneração de 23% ao ano. É um escândalo! Isso tudo vai virar dívida pública. E quem se beneficia de tudo isso? Os bancos.

Olhem o lucro dos bancos: ano passado (2015), os bancos tiveram um lucro de R$97 bilhões, superior ao orçamento anual da saúde, que ficou em R$93 bilhões. De onde veio todo esse lucro...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – ... se 2015 foi um ano em que até o PIB do País caiu? As indústrias tiveram queda; o comércio, queda; desemprego brutal, congelamento salarial. É evidente que existe um esquema de transferência de renda para o setor financeiro e esse esquema é o sistema da dívida. Essa dívida é uma fraude. É por isso que não querem auditoria. Auditoria vai provar essa fraude. É por isso que não deixam a auditoria acontecer.

Agora essa PEC quer colocar no texto constitucional esse privilégio do setor financeiro, garantir recursos para o setor financeiro na Constituição, e amarrar as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico no nosso País.

O nosso povo está pagando a conta. De 166 milhões de brasileiros em idade de trabalhar, apenas 90 milhões estão empregados; 12 milhões estão desempregados; e 64 milhões já nem procuram emprego, estão abandonados, são os miseráveis, os moradores de rua. A população rural, como o Dr. Guilherme mencionou aqui, nem tem emprego. É por isso que.... Esse é o problema do nosso País. Se a nossa população tivesse direito a vida digna, tivesse direito a emprego, nós não teríamos problema algum de déficit neste País, nós teríamos uma arrecadação vultosa. Olhem como está vivendo o nosso povo em um dos países mais ricos do Planeta! Isso é inaceitável!

Essa PEC é uma afronta à Constituição Federal, é uma afronta aos direitos sociais. Ela não controla o gasto que mais precisa ser controlado neste País, que é o abusivo, o delinquente gasto com juros dessa chamada dívida pública que nunca foi auditada, que é uma dívida gerada por mecanismos financeiros como juros elevados, como *swap* cambial, como remuneração da sobra de caixa de bancos, como a transformação de dívidas privadas em dívidas públicas e vários outros mecanismos que têm gerado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dívida pública ao longo dos anos.

Tudo isso que estamos falando aqui, Senadores, amigos e amigas, não teria a menor importância se não tivesse impacto social, e o impacto social é brutal. O Brasil, nona maior economia do mundo, País mais rico do Planeta em matérias-primas – 98% do nióbio está aqui –, tem a pior distribuição de renda do mundo. Somos o 75º no *ranking* dos direitos humanos, segundo o IDH medido pela ONU, o penúltimo no *ranking* da educação entre 40 países analisados. Isso não é um acaso.

Nós precisamos fazer auditoria da dívida prevista na Constituição. Precisamos fazer o que o Equador fez: inverter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – ... passar a gastar mais com o social, e não esse gasto com o financeiro, delinquente, sem controle.

É urgente mostrar a verdade por trás da utilização da chamada dívida pública às avessas. A dívida, gente, não traz recursos. Não é um mecanismo de financiamento do Estado. Pelo contrário, a dívida tem funcionado como um esquema que transfere recursos para o setor financeiro.

É preciso mostrar a verdade por trás da PEC 55, que é unicamente privilégio do setor financeiro. Querem colocar na Constituição Federal o privilégio do setor financeiro, prejudicando a prestação de serviços à população e a garantia de vida digna. É preciso mostrar a verdade por trás desses projetos de lei que querem legalizar esse esquema financeiro que utiliza as estatais não dependentes. Reafirmo aqui a necessidade de sustar a tramitação...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – ... desse escândalo que é essa PEC 55; instituir Comissão, nos termos do art. 279 do Regimento do Senado, para debater tudo isso que está sendo denunciado aqui.

Não é possível que o Senado fique surdo a tantas provocações de entidades importantes da sociedade – não é possível isso! É preciso avançar em alternativas com foco nas amarras que impedem o desenvolvimento socioeconômico no Brasil; é preciso derrubar o cenário de escassez que impede a vida digna no nosso País, que tem provocado, por exemplo, imagens, como a desse lixão a apenas 15km do Palácio do Planalto; centenas de brasileiros e brasileiras, inclusive crianças e idosos, catam lixo em Brasília para sobreviver. Chega! Basta! E essa PEC vai aprofundar isso.

Muito grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida.

Como temos três Mesas, eu peço, de imediato, que os meus convidados voltem ao plenário. Convido a Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, a nossa querida Senadora Gleisi Hoffmann, para que venha presidir comigo os trabalhos, a reunião é conjunta; só não esteve na primeira Mesa, porque ela atrasou um pouquinho, mas, daqui para frente, ela vai coordenar os trabalhos de forma coletiva.

E já vou chamar a segunda Mesa: Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente da Anfip.

Seja bem-vindo, Floriano!

Diego Cherulli, Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/DF.

Seja bem-vindo, Diego!

O pessoal pode bater palmas para agitar um pouquinho. Não é? Os nossos convidados vieram de longe. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Floriano, Diego Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sinait. (*Palmas.*)

Saulo Arcângeli, da Central Sindical e Popular (Conlutas).

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Rudinei Marques, Presidente do Fonacate. (*Pausa.*)

Está aí o Rudinei?

João Paulo Ribeiro, JP, que fala pela CSPB e também pela sua central. (*Palmas.*)

Como vamos dividir os trabalhos, já pode ir chamando, daqui para a frente, minha amiga.

Vamos trabalhar juntos! (*Risos.*)

Chame já a segunda Mesa, primeiro, para poder passar a palavra. Pode fazer a sua fala.

Seria o Floriano já.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, vou aproveitar para fazer uma saudação a todos os presentes; ao Senador Paim, que tem sido um grande companheiro nessas discussões sobre a PEC. Aliás, esta é a terceira audiência, se não me engano, sobre esse tema, e traz sempre questões relevantes. Nós já fizemos sobre a educação aqui, sobre a saúde, e agora sobre a Previdência, o que é muito importante.

Faço uma saudação ao Senador Lindbergh e a todos os componentes da Mesa.

Para nós, a importância dessas audiências é, sobretudo, informar a população, porque, do jeito que as coisas estão sendo discutidas aqui no Congresso, como foram na Câmara e como estão sendo no Senado, as pessoas não têm informações do que exatamente nós estamos discutindo na PEC 55. E, como o Governo tem utilizado muitas vezes argumentos fáceis, dizendo que isso é para economia das contas públicas, que o Estado é igual à casa da gente, ele acaba convencendo uma parcela da população de que é uma medida justa.

Então, o fato de nós fazermos as audiências, termos aqui especialistas em várias áreas, pessoas que conhecem essas áreas e trazem à população essas informações ajuda muito a população a se esclarecer. E, obviamente, isso tem impacto na decisão e na posição dos Senadores. Nós temos pedido muito para os movimentos sociais, as organizações, sindicatos, associações conversarem com os Senadores de cada Estado. Acho que aqui, no Senado, nós temos condições melhores de fazer o debate do que tivemos na Câmara.

E é surpreendente, porque nós já tivemos protocolada uma emenda à PEC, de Plenário, portanto com 27 assinaturas de Senadores, que não foi uma iniciativa nossa – quando digo "nossa", refiro-me à Bancada do PT ou de quem se coloca como oposição –, mas, sim, da Bancada do PDT, para excluir saúde e educação. Isso mostra que não há um consenso na Casa sobre esse tema. Então, quanto mais nós pudermos debater, levar informação e esclarecer, mais nós temos condições de reverter o quadro aqui dentro. Esta semana para nós é muito decisiva.

Então, eu queria cumprimentar a todos, agradecer ao Senador Paim por essa parceria e dizer que, hoje à noite, teremos mais uma audiência pública. Será na Subcomissão de Tributação, da Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Lindbergh, às 19h. Então, quem puder pode participar também. Será transmitida pela TV Senado, pelas nossas páginas. E a ideia é colocar uma opção, ou seja, nós podemos ter a tributação progressiva como uma opção de medida no ajuste fiscal.

O primeiro aqui é o Floriano?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, com a palavra o Floriano Martins de Sá Neto, que é Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Bom dia a todos e a todas, aos nossos ouvintes e aos que estão nos vendo pela TV Senado. É muito importante que a população participe, interaja.

Saúdo a Senadora Gleisi Hoffmann e o Senador Paulo Paim, Presidentes das duas Comissões, todos os demais Senadores aqui presidentes, colegas, Senador Lindbergh Farias.

Pessoal, o objetivo aqui é falar sobre a Previdência Social à luz da PEC 55.

Como a maioria dos senhores conhecem, a Anfip é a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Nós temos esse "p", que é a nossa origem; a nossa origem é a do fisco previdenciário. Essa função foi incorporada à Receita Federal, e a Anfip a manteve, como um fator de luta. E estamos aí, juntamente com a Frente Parlamentar e de Entidades Civis em Defesa da Previdência Social, participando de debates pelo Brasil inteiro, levando aquela máxima sobre a previdência como parte do sistema de seguridade social e que não é deficitária. A gente diz, fala, prova, comprova, mas não consegue vencer a barreira da mídia de poder tratar a previdência social dentro do orçamento da seguridade social.

Nós estamos hoje lançando um panfleto que fala sobre a PEC 55. Então, a gente hoje vai distribuir isso em papel. Isso estará também à disposição, junto com as demais apresentações desta importante audiência pública, para que quem esteja nos ouvindo possa baixar, possa imprimir e possa mandar para o seu Senador. É uma carta a ser encaminhada ao Senador com alguns dados sobre os quais vamos falar um pouquinho.

Pessoal, essa questão da Previdência Social já foi bastante falada. Ela será brutalmente afetada pela PEC 55, não tenhamos dúvida disso. Esse gráfico que a Maria Lucia mostrou e que estamos repetindo aqui comprova isso. Realmente, teremos uma canibalização dos recursos da Seguridade Social. A Previdência Social, provavelmente, será uma das variáveis que serão espremidas. Então, se está ruim hoje a situação da saúde, da assistência social e da educação, com certeza a PEC vai piorá-la ainda mais.

Eu começaria falando sobre essa questão que é uma opção, mas que, na realidade, é paradoxal. Num período de crise, em que o cobertor é curto, segundo as palavras dos economistas, a gente poderia e deveria olhar, como gestores, duas possibilidades, a despesa e a receita. A gente poderia fazer as opções que têm de ser feitas, mas eu não abandonaria isso. Como gestor, eu olharia essa situação sob os dois pontos de vista. No caso da despesa, não posso concordar que a Previdência Social seja encarada como despesa, que o gasto social seja encarado como despesa.

Nós da Anfip, até para se contrapor à reforma da Previdência anunciada, que deverá ser encaminhada nos próximos dias, estamos com um time de especialistas capitaneados pela Profª Denise Gentil. Então, é o seguinte: ah, tem de reformar a Previdência? Está bom! Nós vamos comprar esse debate e vamos apresentar uma proposta de reforma de Previdência, mas não sob a ótica restritiva, não sob a ótica financeira; vamos olhá-la sob a ótica inclusiva, porque a nossa Previdência Social precisa ser mais inclusiva ainda do que já é. A gente precisa manter o que existe. Aqui nós ouvimos falar da previdência rural como exemplo mundial. Então, a gente vai propor, provavelmente, o mesmo para as demais áreas da Previdência Social. Faremos uma proposta que se contraponha à proposta que o Governo encaminhará. Essa proposta será encaminhada às centrais sindicais. Queremos fazer um debate mais abrangente. Vamos ver se conseguimos caminhar com uma contrarreforma da Previdência Social.

Há outro lado nessa questão da crise. Temos de falar sobre a receita, sobre a arrecadação de tributos. Aí a gente teria de lembrar um pouquinho que a Receita Federal completou, no dia 20 agora, ontem, 48 anos. Ela é, hoje, organizada pela Lei nº 11.457, de 2007, que trouxe a fusão do Fisco previdenciário – é a lei mais atual – com o ex-Fisco tributário. Agora, somos um Fisco só. A gente verifica que o desmonte da Previdência Social foi tentado em várias emendas, mas a lei põe mais uma pazinha de cal em cima da Previdência Social pública. Por quê? Em 2007, Senadora, havia cerca de pouco menos de 4,1 mil auditores fiscais, que fiscalizavam o regime de Previdência Social, o Regime Geral, os regimes próprios e a previdência complementar.

E, hoje, esses números estão, com a Super-Receita, bastante inferiores. Nós temos aproximadamente 10% desses auditores fiscais fiscalizando o regime geral. Então, isso realmente já demonstra o pouco caso com essa função arrecadatória. E a gente verifica depois, quando se consegue levantar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

débitos, na sequência, um pouco caso na busca dos sonegadores, dos fraudadores.

Então, a gente começa já a falar de 2007 como um marco ruim na história da Previdência Social nesse sentido. Nós temos nesse momento o enfraquecimento da função previdência social e temos também de falar, Senadora, que nós temos agora, sob o manto de uma questão salarial dos auditores fiscais, uma questão não remuneratória também de competência dos auditores fiscais da Receita Federal e do outro cargo que compõe a carreira, o PL 5.864, que está tramitando na Câmara dos Deputados. Nós fazemos uma série de críticas quanto a princípios: que ele é inconstitucional em diversos pontos e traz uma divisão dentro da categoria, falo dos auditores fiscais, entre os ativos, e faz já a reforma da Previdência Social, ou seja, já quebra a paridade através de um projeto de lei. Esse projeto de lei está tramitando, tem uma série de aspectos nocivos à função arrecadatória de tributos e conseguiu ser piorado na figura do relatório que foi produzido na Comissão Especial. A gente espera aqui no Senado poder reverter esses efeitos danosos e que essas questões todas que estão sendo apontadas, as inconstitucionalidades, possam ser revistas, porque o projeto de lei não atende minimamente não só a questão salarial, que é importante e necessária, porque todos os servidores ou já tiveram a sua correção em virtude de acordos ainda no governo da Presidente Dilma ou estão na iminência de tê-los encaminhados. Assim, os auditores fiscais vêm aqui dizer que, como os demais servidores públicos, também queremos a questão salarial. Agora, não pode vir da maneira como está vindo, dividindo a categoria, enfraquecendo ainda mais a função arrecadatória.

Nós estamos, realmente, muito preocupados. Sem querer aqui pensar que podemos estar com uma teoria conspiratória, a arrecadação dos impostos da União vem decaindo, ou seja, cai mais do que vem caindo o PIB. Então, alguma coisa está acontecendo dentro da Receita Federal, e a gente precisa olhar isso. Eu fico a pensar se isso não é, de certa forma, uma teoria para se instaurar o caos nas contas públicas e, a partir daí, aumentar ainda mais o ataque à questão da despesa via redução dos benefícios sociais.

Então, trago essa preocupação, que a função Previdência Social vem sendo diminuída dentro do Governo desde praticamente a Constituição Federal, com as seguidas emendas, falando mais especificamente da Lei 11.457, que trouxe isso para dentro da Receita Federal.

Agora, recentemente, nós tivemos no próprio Ministério da Previdência Social... São 88 anos de Ministério da Previdência Social, e, simplesmente, acabaram com ele. A função da Previdência hoje está totalmente estruturada dentro do Ministério da Fazenda.

Então, são preocupações que nós trazemos.

Deixamos este folheto aqui e vamos distribuí-lo. Ante, porém, vou ler só o finalzinho dele:

> A PEC 55 não enfrenta o cerne do problema econômico, instalado no modelo tributário injusto e regressivo, e baseia-se em falso diagnóstico, identificando uma suposta e inexistente gastança do setor público, em particular em relação às despesas com saúde, educação, Previdência e Assistência Social, responsabilizando-as pelo aumento do déficit público, omitindo as efetivas razões, que são os gastos com juros da dívida pública (responsáveis por 80% do déficit nominal), as excessivas renúncias fiscais, o baixo nível de combate à sonegação fiscal, a frustração da receita e o elevado grau de corrupção.

Essa é a contribuição que a Anfip dá.

Agradecemos a oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Floriano.

Antes de passar a palavra para o Diego, que vai fazer a próxima exposição, eu queria só divulgar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

aqui o debate *on-line* sobre os impactos da PEC 55 na saúde brasileira. O debate vai ser promovido pelo Conselho Nacional de Saúde, no dia 21, em consonância com a Semana de Vigília Nacional em Defesa da Democracia e do SUS, portanto hoje. O *link* de transmissão, que será feita ao vivo, a partir de 14h30, e que durará até as 16h, é facebook.com/conselhonacionaldesaude/conselho.saude.gov.br. Vai haver a participação de conselheiros nacionais de saúde, de Parlamentares, de especialistas e de estudantes do movimento de ocupação nas escolas. Então, estão todos convidados.

Com a palavra Diego Cherulli, Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/DF e Diretor de Assuntos Parlamentares do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDPrev).

O SR. DIEGO M. CHERULLI – Muito obrigado, Senadora Gleisi. Em nome da senhora, cumprimento todos da Mesa. Parabenizo-os pelo seu trabalho, pelo trabalho do Senador Lindbergh e pelo trabalho do Senador Paulo Paim, na luta dos direitos sociais, pois são guerreiros aqui.

Por mais que falemos – não é, Fattorelli? –, todos os dias, que não há déficit e que não há um porquê para se fazerem essas reformas todas, nós somos tidos como loucos. Mas, na verdade, os dados são muito claros. E pouco há de contraprestação de informações corretas, que é o que venho trazer para vocês hoje nesta fala.

O que traz a PEC 55, de 2016, com relação à seguridade social? Primeiro, como já foi dito, ela congela os gastos, por 20 anos, da despesa primária total. Dentro dessa despesa primária total, estaria o pagamento dos benefícios previdenciários e, principalmente, dos benefícios assistenciais. E a saúde, como já sabemos, tem recursos de sobra? Só que não! A saúde os tem, só que eles não são usados. Não são usados por quê? Essa é a pergunta.

Eles excetuam do congelamento, como a própria Profª Fattorelli informou, as despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes, que, pasmem, foi o mesmo modelo que levou à bancarrota a Grécia, que foi o mesmo modelo, só um pouco invertido, voltado para o mercado imobiliário, que levou ao *boom* econômico os Estados Unidos em 2008. Mas, aqui, no Brasil, a gente finge não conhecer isso.

Basta verem aquele filme Uma Grande Aposta e assistirem a uma aula de Maria Lucia Fattorelli, que vocês verão que é a mesma coisa, só que lá eles usavam os imóveis.

E há a revogação dos atuais pisos para a saúde e para a educação, que, atualmente, são relacionados à arrecadação tributária e que passariam a ser meramente corrigidos pelo IPCA.

Aí vem a pergunta: a PEC 55 retira verbas para o investimento em políticas sociais? Muito se vê o atual Governo de Michel Temer discutindo e falando sobre a PEC 55, e, em momento algum – leiam o texto –, ele retira verba. Tudo bem, expressamente não retira mesmo, mas nós não somos pouco estudados para saber que tacitamente ele retira. Por quê? Porque, a partir do momento em que você impõe um teto e em que esse teto vai ser reajustado só pelo IPCA, se chegar o momento em que a despesa for superior a esse teto, como será feito? Em área de seguridade social e de benefícios previdenciários, fica a pergunta. Como eu disse, expressamente, não, mas, tacitamente, sim, se considerarmos que o aumento dos gastos sociais não equivale ao reajuste proposto.

Da mesma forma, a arrecadação das contribuições sociais que financiam a seguridade social também não obedece ao referido reajuste, podendo ser muito maior. Como já vemos, a seguridade social apresenta um superávit constante nos últimos anos. Mesmo com esse superávit, caso se atinja o limite de despesas, como será feito para continuar o pagamento dos benefícios? Supondo que haja alguma crise, alguma situação mais economicamente alarmante no País, que haja um desemprego maior e obviamente o pagamento de seguro-desemprego ou até mesmo casos de doença, em que os custos da Previdência Social venham a aumentar, se houver um teto, essas pessoas não vão mais receber o benefício? Sim. E é aí que mora a possível inconstitucionalidade, porque a tendência desse projeto, de forma tácita, de forma obscura, é o quê? Possibilitar novas reformas previdenciárias sempre na restrição de direitos. Vai chegar o momento de se falar o seguinte: nós temos o teto, não posso ultrapassar esse teto e, se eu o ultrapassar, será um crime de responsabilidade fiscal; então, vamos reformar as regras atuais e reduzir os direitos. Isso significa que, mesmo que a arrecadação de seguridade social aumente, as despesas não poderão superar o teto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E vem a pergunta: vamos impor teto também aos pagamentos dos tributos? Se nós pagamos os tributos – no caso da seguridade social, as contribuições sociais que têm destinação específica e vinculada ao pagamento dos benefícios da seguridade social – e se esse pagamento chegar ao teto, nós também teremos de continuar? Sim. Mas não seria injusto, uma vez que esses pagamentos têm destinação específica, para custear esse sistema? Se esse sistema não vai mais poder ser custeado por essas verbas, como faremos? É aí que fica a pergunta.

Há outra coisa: eu falei que havia superávit na seguridade. Sou muito grato pelo convite feito pela Anfip, pelo Eduardo Fagnani, para fazer parte do grupo de trabalho da Anfip, por ter colaborado para o material que está sendo produzido. Vocês vão ter uma surpresa com um documento extremamente elaborado, como o Floriano disse, que traz várias, sérias e comprovadas informações de que não existe déficit na seguridade social.

A PEC 55 afeta a Previdência? Como eu disse, em tese, não, porque a Constituição é muito clara no sentido de que, havendo contribuições de destinações específicas, elas devem ser utilizadas para custear os gastos desse sistema. Mas, se chegar a esse teto, fica a pergunta: como faremos?

E há outra questão: nós vivemos numa República, que, em latim, deriva de *res publica*, coisa pública. É tudo nosso, é tudo do povo. O poder emana do povo, e o povo não vai poder usar os recursos para si. Enquanto isso, nós podemos usá-los para gastar 42% do Orçamento Geral da União, a fim de pagar juro de dívida pública. O povo não pode ter acesso aos direitos constitucionalmente assegurados, mas o juro da dívida pública tem direito a ser pago, num percentual de juros absurdo?

Qual seria o problema da PEC 55 com a Previdência? A limitação do reajuste de gastos, como proposto, poderia atingir o pagamento de benefícios previdenciários e, num futuro insustentável, levar a uma interpretação para o não pagamento de benefícios, sob pena de responsabilidade fiscal.

E a PEC 55, a longo prazo, vai gerar o quê? Caos. Caos. Haverá um momento em que os benefícios deixarão de ser pagos, porque não se pode desobedecer ao teto previamente estipulado. E, quando nós falamos de reformas, sempre vem o termo "economia" em todos os discursos do Governo atual, principalmente. Dizem que a conta não fecha, que a Previdência está deficitária e gera um rombo no País, que, em 2050, teremos mais idosos do que jovens.

Não sei se é de conhecimento da Senadora Gleisi e do Senador Lindbergh que a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência ingressou com uma ADPF, com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 415, no Supremo – sou um dos autores dessa ação –, na qual discutimos justamente a DRU e a questão da DRU para o pagamento da dívida pública. E, até hoje, o Ministro Celso de Mello, Relator, não nos recebeu sequer e faz vista grossa com relação ao documento que lá está. E lá nós provamos que existe um superávit na seguridade social. Por quê? Muito se fala de déficit da Previdência e de superávit da Previdência, mas ninguém sabe explicar o porquê. Poucas pessoas explicam o porquê. O porquê está no art. 250 da Constituição Federal e a Lei Complementar nº 101, de 2000. O art. 250 foi criado pela Emenda nº 20, de 1998, e diz claramente que seria criado um caixa, um fundo de arrecadação das contribuições sociais e que, se houvesse superávit, se houvesse dinheiro sobrando, depois de pagar todas as despesas do sistema, esses valores deveriam ser acumulados nesse caixa. Só que a Lei Complementar nº 101 discriminou que esse caixa vai ser composto só das contribuições da folha, tanto a do empregado quanto a do empregador. PIS, Cofins, Contribuições Sobre o Lucro Líquido e demais receitas da seguridade social não estariam postas, segundo a Lei Complementar nº 101, como base de financiamento desse fundo. Só que a Lei Complementar nº 101 não excluiu a destinação específica das contribuições sociais do art. 195. Ela apenas diz que esse fundo será composto por isso, mas as outras receitas não foram excluídas no financiamento da seguridade social, como o Governo quer nos fazer crer que tenham sido. E isso vem, Senador, até da própria resposta na ADPF 415.

Esse é um laudo da Anfip. Primeiro, na época do Governo Dilma, quando se dizia que havia déficit, eles tiraram essa primeira linha, "receita previdenciária", e subtraíram da despesa. Isso gerava um déficit de R$83,5 bilhões. Já no Governo Temer, vou mostrar daqui a pouco como se faz o cálculo.

Em verdade, fui estudar o processo legislativo da Emenda nº 20, estudando inclusive o porquê, qual era a vontade do legislador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO M. CHERULLI – ...constitucional reformador em criar o art. 250. E pasmem: o art. 250 não foi criado só para haver um fundo, mas, sim, para recompor o caixa da Previdência Social. Houve um deságio ali por conta do programa de desestatização das empresas públicas brasileiras, em 1998, no governo de Fernando Henrique.

Então, para esse programa de desestatização foram utilizados recursos da Previdência Social, e esse caixa veio, precipuamente, para que fossem restituídos os valores utilizados naquela época. Isso está no relatório de aprovação da Emenda Constitucional nº 20, de 1998. Inclusive, fiz a colação do relatório no estudo que foi publicado em uma revista jurídica chamada *Consulex*. No próprio relatório, um trecho diz o seguinte: "Manda o bom senso que eventuais superávits no sistema previdenciário sejam poupados e aplicados adequadamente para financiar as crescentes despesas no futuro." Isso significa o quê? Se esses valores estivessem ali sendo poupados, nós teríamos hoje um caixa extremamente forte e conseguiríamos passar por todas as crises bancando os benefícios e sem restrição de direitos.

Existe déficit na Previdência? A pergunta que eu faço é: existe um específico custeio da Previdência? Não existe um específico custeio. A Constituição é muito clara: a seguridade social tem suas rubricas de arrecadação, e todas elas vão ser utilizadas para todas as rubricas de despesas. Não há por que dividir ou distanciar uma das outras ou falar que só a folha custeia a Previdência e o resto é do Governo. Não se pode falar isso.

Esse é o gráfico da Anfip, de 2005 a 2015, demonstrando todos os superávits anuais. Só o superávit do sistema de seguridade social, de 2005 a 2015, teria no caixa de valor líquido, sem reajuste, sem qualquer investimento, R$658 bilhões. Só que esse valor, como dito ali, é misturado no caixa único do Tesouro Nacional. Se formos olhar e analisar também as renúncias fiscais dos últimos cinco anos e a dívida ativa previdenciária não cobrada – pasmem, só 0,32% em 2015 foi reavido –, nós teríamos um caixa acumulado de mais de R$1 trilhão nesse fundo do art. 250. Isso ocorrerá se formos somar tudo. Só que não, esse dinheiro é misturado no Caixa Único do Tesouro Nacional, e a seguridade não vê essa realidade.

Senadora, Senador Paim, essa é a resposta à ADPF 415, do Governo e, inclusive, da assessoria jurídica da Câmara e do Senado, que também responderam à ação. Lá eles dizem o seguinte: que nós estamos completamente errados, porque não há déficit somente na Previdência, mas, sim, no sistema de seguridade. Todo mundo ficou.... Falei com o pessoal da Anfip, que nos ajudou, falei com a Fatorelli, com o Décio – são pessoas especialíssimas que nos ajudaram a construir a ação –, e vimos o problema: o Governo passou a inserir, como cálculo da seguridade social, a despesa com o servidor público aposentado. Essa despesa não entra na despesa da seguridade social por um único motivo: o Governo colocou as contribuições sociais no cálculo do servidor público, os 11%? Não. O Governo recolheu os 22% que deveria recolher sobre a folha como participação dele no custeio de Previdência? Ele depositou nessa fonte? Não. Aí fica fácil dizer que o sistema é deficitário.

Ou seja, entre governos existe disparidade de informações: um governo diz que, na competência de 2015, que era o governo Dilma, o déficit era de R$83,5 bilhões; já o Governo Temer diz que é de R$122 bilhões, o da seguridade. É para isso que o Supremo Tribunal Federal hoje, Senador, e o Senado também têm de atentar. Essa disparidade de informações precisa ser solucionada, e é uma questão de mera interpretação constitucional. Vamos interpretar a Constituição – e o Supremo é o guardião dela: incide ou não incide a despesa do servidor público no sistema de seguridade social?

O sistema de seguridade social deve, com todas as suas receitas, custear todas as despesas ou não? Precisamos dessa resposta, porque só com essa resposta saberemos se existe déficit ou não. E, se existia esse superávit, queremos saber dos governos onde ele foi parar. Se há esse caixa que deveria acumular essas verbas, onde foi parar esse dinheiro, Senador? Esse dinheiro conseguiria, muito bem, sustentar o sistema no momento de crise que atravessamos.

Quanto à questão da DRU, para vocês terem uma ideia, também fui estudar a exposição de motivos, que foi aprovada; hoje só falta a sanção. Uma das funções da DRU é desvincular essas receitas da seguridade social que têm destinação específica para o pagamento dos juros da dívida pública, o que a Fattorelli também já explicitou. Renova até dezembro de 2023, aumentando de 20% para 30%. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

também vem outra pergunta: se não há dinheiro, se está em déficit, por que se vai aumentar mais 10% de onde já não existe, tirar mais 10% de onde já não existe? Tiravam 20%, vão tirar 30%. Que lógica é essa? Que conta é essa, que não fecha na cabeça de ninguém? E o Supremo hoje tem a obrigação de responder.

Repito: pagamos 22% de previdência social, mas ninguém se preocupa em fazer uma PEC para limitar o gasto com os juros da dívida pública, ninguém se preocupa em fazer uma reforma no sistema financeiro, ninguém se preocupa em fazer uma reforma para reduzir a taxa básica de juros, ninguém se preocupa em fazer uma reforma para auditar a dívida pública. A dívida pública é inauditada, e nós não sabemos para quem devemos, como devemos e por que devemos. Se todos os meses olhamos nossas faturas de cartão de crédito, por que o Governo não olha as dele?

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO M. CHERULLI – Precisamos saber o porquê dessa dívida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. DIEGO M. CHERULLI – Como disse a Maria Lucia Fattorelli, o sistema da dívida só gera o endividamento do Estado. Como eu disse, foi a mesma lógica utilizada nos Estados Unidos no *boom* de 2008, a mesma lógica que quebrou a Grécia, a mesma lógica que quase quebrou o Equador. Só que, no Equador, tivemos um Presidente forte o suficiente para falar: "Não pago, porque quero saber o que é." E lá fizeram um acordo – não é, Fattorelli? –, se não me engano, por 40% da dívida, 30% da dívida. E nós estamos pagando e fazendo reforma, Senador, para continuar pagando.

Bem, é isso.

Muito obrigado. Fico à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passamos a palavra, agora, para o Saulo Arcangeli, que representa aqui a Central Sindical e Popular/Conlutas (CSP).

O SR. SAULO ARCANGELI – Bom dia a todas e a todos!

Saúdo a Mesa, em nome da Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Paulo Paim e todos que estão nos escutando ou nos olhando pela TV Senado.

Este é um momento importante, do debate sobre a PEC 55 – é a PEC 241, como é mais conhecida na Câmara –, uma PEC que, na realidade, tem a função de retirar dos pobres para entregar para os ricos. Essa é a perspectiva da PEC 55. Inclusive, se fosse aplicada a PEC, por alguns estudos feitos, de 2001 até 2016, haveria uma perda na saúde de 42,81%, aplicando o IPCA de 2001 até 2016. Na educação, chegaria a 70% a menos em 2016, se fosse aplicado o IPCA. E, na previdência, seriam perdidos 49%.

Então, a gente vê que o Governo tem mentido muito, a grande imprensa tem mentido muito, dizendo que a PEC não vai retirar recursos dessas áreas. A gente tem como comprovar com números tanto o que aconteceu para trás como o que acontecerá na frente em relação a essa PEC. Por isso, é chamada de PEC da desigualdade ou de PEC da morte. Todos os adjetivos são dados a essa PEC, que foi feita pelo Governo Temer junto com a Febraban.

Qual é a perspectiva, como já foi colocado aqui? Aqueles 22% da Previdência vão ter de tirar e colocar para o outro lado daquela *pizza*. Hoje é algo em torno de 45% para o sistema financeiro, e eles querem virar. Os 55% são destinados para o resto do Orçamento, para as despesas primárias, e eles querem transferir esse recurso, que já é pequeno, para pagar, para engordar ainda mais os banqueiros, os que sempre ganham muito neste País.

Por isso, a Fattorelli coloca com propriedade a necessidade da auditoria da dívida. Infelizmente, o Congresso Nacional aprovou a auditoria, e a Presidente Dilma vetou nos últimos atos. Antes da sua saída, ela vetou, apesar de o Congresso ter aprovado, a auditoria da dívida. Com certeza, nós chegaríamos a esse quadro, porque é uma dívida ilegítima, é uma dívida, cada vez mais, para dar dinheiro para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

os bancos, para os grandes empresários.

E a Previdência do País, como foi bem colocado, é uma Previdência que vem sendo atacada durante vários anos, utilizada por vários governos, e estão sendo, cada vez mais, retirados recursos da Previdência pública. Como já foi colocado, os governos continuam dizendo que a Previdência é deficitária. E já se comprova por dados que temos uma Previdência superavitária, uma Previdência em que já foram utilizados recursos para obras.

No último período, infelizmente, tanto no governo Lula, com no governo Dilma, grande parte dessa Previdência foi entregue para o mercado, através do Funpresp. Hoje o servidor público que entra, qualquer servidor público, não tem a garantia mais da sua integralidade, tem apenas a garantia do regime geral. Aí, dependendo do mercado, você vai ter alguma coisa quando for se aposentar. Então, também o governo Lula e o governo Dilma privatizaram a Previdência pública, e agora o Governo Temer quer realmente acabar de vez com a Previdência.

Então, é um dado importante que a gente tem de reforçar não só para os trabalhadores. É muito colocado que é uma PEC apenas para o serviço público federal. E isso vai influenciar os servidores públicos estaduais, os servidores públicos municipais, e vai afetar todos os trabalhadores, principalmente os 12 milhões de desempregados existentes hoje, no País, os que procuram emprego. Não é, Fattorelli? Milhões não têm mais perspectiva nem de procurar emprego. Então, essa PEC vai afetar todos os trabalhadores.

Esse mesmo estudo demonstra que o salário mínimo hoje, se fosse aplicada a PEC nos últimos anos, seria de R$400. Hoje já temos um salário mínimo baixo de R$880. Seria de R$400 o salário mínimo se fosse aplicada a PEC anteriormente.

Então, é um debate que precisa ser aprofundado. A gente precisa colocar que vai atacar todos e todas. A grande mídia, infelizmente, diariamente, coloca para a população que essa PEC vai salvar o País. E a gente tem de fazer este contraponto necessário neste momento.

A gente tem a clareza de que essas políticas são adotadas desde o governo Collor, passando por Fernando Henrique, por Lula e por Dilma. Se a gente for olhar os documentos do Banco Mundial, eles colocam bem claro que tem de se passar por um processo de privatização de tudo. E a Previdência é um desses itens. Então, nesses governos, ao longo do tempo, dependendo da situação econômica, os ataques vão se aprofundando. Por exemplo, a reforma da Previdência conseguimos barrar no governo Fernando Henrique Cardoso; não conseguimos durante o governo Lula. Agora, é o momento de a gente barrar essa PEC 55. Então, faz parte de um processo. Dependendo do governo, se todo governo seguir essa linha dos documentos do Banco Mundial, como foi feito com a reforma da Previdência, como foi feito com a reforma da educação.... Se a gente for olhar esses documentos do Banco Mundial, a gente vê que lá também há a mercantilização da educação. E hoje mais de 70% das matrículas correspondem às universidades privadas. Então, há um processo cada vez mais de mercantilização, de privatização, por parte dos governos.

O que essa PEC faz é aprofundar, é retirar cada vez mais esses recursos da educação, que já são escassos. Como já foi colocado no vídeo, o PNE não será cumprido se acontecer a aprovação da PEC 55, porque não vai haver mais escolas. Inclusive, hoje, os estudantes são um exemplo nas ocupações, porque eles estão vendo que não haverá nem presente nem futuro. Não vai haver mais escolas, não vai haver bolsa de iniciação científica, vai se acabar todo esse processo. Não vai mais haver mais contratação de professor. Por exemplo, quando um professor se aposentar, vai ter de se colocar outro no lugar. Não se pode mais gastar, e não se vai poder colocar outro no lugar. Então, os estudantes estão demonstrando isso com essas ocupações. O avanço das ocupações que estão acontecendo está levando, inclusive, a greves importantes. Hoje, temos uma greve na Fasubra, dos técnicos da universidade; uma greve na Andes, dos professores das universidades federais; e uma greve no Sinasefe. É um processo que nós precisamos reforçar e fortalecer.

A CSP-Conlutas tem sempre colocado a necessidade de fazer os debates e a necessidade de irmos para a rua. E aí fizemos, no dia 11 de novembro, um enfrentamento, inclusive, à PEC que trata da reforma do ensino médio e a outros ataques que estão colocados pelo Governo. E vamos fazer agora, no dia 25, na próxima sexta-feira, uma grande mobilização pelo País, com greves, com paralisações, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

as centrais sindicais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAULO ARCANGELI – Teremos unidade, neste momento, contra a PEC e contra os ataques que estão sendo feitos pelo Governo. Vamos fazer um grande dia 25. Temos colocado a importância de se fazer uma grande greve geral neste País, porque os ataques não ficarão apenas na PEC 241, PEC 55 no Senado. Como já foi colocado, há a perspectiva de uma reforma da Previdência que vai atacar os trabalhadores, aumentando a idade mínima de sua aposentadoria para 65 anos ou para até 70 anos. Coloca-se que vão pegar as futuras gerações. Não, o Governo vai querer pegar quem já está no serviço público, porque ele quer economizar. Então, ele, com certeza, vai pegar todos, inclusive podendo aumentar o desconto do INSS para os servidores. E há a reforma trabalhista. Trata-se de uma reforma trabalhista que vai retirar vários direitos e deixar os mínimos direitos, uma reforma trabalhista que é uma continuidade. Infelizmente, também no governo anterior, em 2015, já se iniciou a reforma trabalhista, através do ataque ao seguro-desemprego, do ataque ao PIS, do ataque à pensão por morte. Foi feito pelo governo Dilma o início de uma reforma trabalhista, mas o Governo Temer quer aprofundá-la no País.

Então, é necessário e fundamental neste momento nós nos organizarmos para realmente construirmos uma grande greve geral neste País. É um chamado que nós fazemos às centrais, aos movimentos. O dia 25 vai ser um dia de muito enfrentamento em todos os Estados, mas precisamos, a partir daí, fortalecer cada vez mais a nossa mobilização, a mobilização de servidores públicos, que precisa ser unitária. Os servidores públicos precisam se unir à juventude.

Com os servidores públicos, já fizemos isso no dia 11. Vamos fazer isso juntos no dia 25 com todos os setores da iniciativa privada que estão se organizando, com o setor metalúrgico, que já fez uma grande atividade no último dia 29, com uma paralisação, com o setor da construção civil, com o setor do transporte e, inclusive, com as comunidades quilombolas e indígenas, que também são atacadas pela PEC. A PEC retira não só recursos da saúde e da educação. Vai tirar recursos também da titulação quilombola, da demarcação de terras indígenas, do transporte, da moradia, da segurança.

Por isso, é fundamental, neste momento, nós fazermos uma unidade necessária para combater tanto a PEC 241 como a reforma do ensino médio, que é também mais um ataque que é feito à educação. Também temos aqui no Senado o projeto Escola Sem Partido. Precisamos fazer um enfrentamento a essa escola, que, na realidade, é uma escola com partido, não é uma escola sem partido. É uma escola para tentar, de todas as formas, retirar, inclusive, as discussões que são feitas nas escolas, nas universidades.

Então, este momento é de unidade contra a PEC 241, que ataca todos esses direitos e que tem a função realmente de, principalmente através desses outros projetos, como o PLS 204, que vai ser debatido, retirar esses recursos da área social e de entregá-los para essas empresas estatais não dependentes. As empresas estatais não são dependentes nem precisam ser... Nem o TCU pode verificar as contas dessas empresas, nem os órgãos podem fazê-lo. Realmente, essas empresas serão uma caixa de segredos. Na realidade, isso serve para emitir títulos da dívida e, cada vez mais, aumentar a dívida pública do País e, cada vez mais, atacar os Estados, atacar a União e atacar os Municípios.

Então, há uma ligação muito forte entre a PEC 55 e o PLS 204, que vai ser debatido no Senado, porque esse recurso que vai ser retirado da área social vai ser colocado para o sistema financeiro da dívida, que é um sistema perverso, que é um sistema que mata a população, que é um sistema destinado só para enriquecer os banqueiros e os grandes empresários.

Então, é isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAULO ARCANGELI – Acho que é um debate fundamental.

(*Interrupção do som.*)

O SR. SAULO ARCANGELI – Para concluir, quero dizer que precisamos fortalecer essa unidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dos trabalhadores, da juventude e de todo o povo, principalmente do povo pobre, que vai sofrer com essa PEC 55, para fazermos um grande dia 25 de novembro e para caminharmos para uma grande greve geral neste País, o que é fundamental para combater e derrubar este Governo, que vai querer nos atacar, de todas as formas, com a PEC 55, com a reforma da Previdência e com a reforma trabalhista.

Por isso, é fundamental neste momento essa unidade, para barrarmos esses ataques. Temos de fortalecer nas ruas a nossa unidade, a nossa defesa do Brasil e a defesa dos trabalhadores e da juventude.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Saulo Arcangeli! (*Palmas.*)

Ele falou pela CSP/Conlutas.

De imediato, passo a palavra para Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sinait.

Permita-me, Carlos, dizer que o Diego está convidando todos para um debate na OAB-DF, amanhã, 22/11, às 19 horas. O tema é a reforma da Previdência. Ele informa que o Governo estará presente. O Governo vai mandar seus representantes para esse debate.

Então, isso é importante para quem puder estar presente.

Qual é o endereço lá?

O SR. DIEGO M. CHERULLI – Fica na sede da OAB-DF, na 516 Norte.

Essa é a primeira audiência pública, Senador, da OAB com a presença do Governo para discutir a possível reforma da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.!

Com a palavra Carlos, Presidente do Sinait.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Muito bom dia, Senador Paim, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Lindbergh, colegas de Mesa, meus colegas que compõem este plenário em razão deste debate tão importante para toda a Nação brasileira! Eu os cumprimento em nome da nossa Vice-Presidente, Rosa Maria Campos Jorge, e do nosso colega Jalson, auditor fiscal do trabalho de Tocantins.

Senador, Senadora e colegas, nós, na Auditoria Fiscal do Trabalho, fizemos o nosso debate acerca do que representa essa PEC, tal como toda a sociedade brasileira tem feito. E, para nós, assim como já aqui foi muito bem dito pelos colegas que me antecederam, não resta nenhuma dúvida de que a PEC 55 está aí sem enfrentar as reais causas do problema fiscal, da situação fiscal do País. Não há nenhuma dúvida quanto a isso. Também não há dúvida de que ela é a pavimentação do que se quer quanto à reforma da Previdência, para criar o ambiente necessário para instalar a reforma trabalhista e todas essas reformas que de reforma não têm nada. São apenas maneiras de retirar direitos, especialmente dos trabalhadores.

Não há dúvida de que essa PEC traz retrocesso social. Na verdade, essas conclusões são fáceis de se obter. A gente chega rapidamente a todas elas. Difícil é justificar a PEC para enfrentar a situação fiscal como os defensores dela o fazem. Isso é que é de fato um malabarismo.

Para concluir, essa nocividade da PEC 55 quanto às questões que aqui tratamos é até uma obviedade. Os dados apresentados pela nossa colega lutadora que fala do problema da dívida há muito tempo, que os traz para esta Casa e para a Câmara, levando para a sociedade essa discussão, são incontestes, são muito objetivos.

Senadores, colegas, nós da Auditoria Fiscal do Trabalho já dizemos isso há um bom tempo. Antes de se iniciar qualquer discussão em relação a qualquer ajuste, primeiro é importante observar o que tem sido feito com os instrumentos já existentes.

Eu falo aqui em nome da Auditoria Fiscal do Trabalho. Nós da Auditoria Fiscal do Trabalho en-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

frentamos no nosso dia a dia um universo fantástico de fraudes e de sonegações. Essas fraudes e essas sonegações no mundo do trabalho existem sob diversas formas, diversas caras. Nós enfrentamos.... Por exemplo, no universo de trabalhadores que hoje estão trabalhando sem carteira assinada, o número é de 14 milhões. Quatorze milhões de trabalhadores estão trabalhando sem carteira assinada! Isso, de maneira bem simples, significa, com relação às contribuições previdenciárias, algo em torno de R$80 bilhões e, com relação a recolhimento de FGTS, algo em torno de R$20 bilhões.

Ainda em relação aos trabalhadores, não sem carteira assinada, mas com carteira assinada, há um universo de sonegação de contribuição previdenciária – falo só de empregados, daquela contribuição do empregado, daquela que é descontada do salário do empregado e deve ser repassada à União –, somando a contribuição do empregado e o Seguro de Acidente de Trabalho por ano, de R$30 bilhões. Esse é um reconhecimento de dívida que não precisa ser auditado para ser cobrado. Ele está lá! Basta que o Estado fiscalizador cumpra seu papel de punir quem não cumpre suas obrigações neste tocante com relação à arrecadação de tributos devidos. Mas isso, apesar de conhecido pelos relatórios oficiais publicados pelo Governo Federal no Portal da Transparência, não tem sido objeto de atenção enérgica do Governo Federal.

Nós temos uma contribuição que é chamada de contribuição social que financia aposentadoria especial. Deve contribuir com essa contribuição todo empregador que leva o trabalhador para um ambiente do trabalho que adoece, onde há muito ruído, onde há muita vibração, onde há muita radiação e onde as medidas de proteção não são adotadas. Esses trabalhadores adoecem e se aposentam mais cedo. É uma aposentadoria especial justa em razão da condição especial de exposição de risco que eles têm naqueles ambientes de trabalho. Só com relação a essa contribuição que está aí posta, todos os anos o Governo deixa de arrecadar R$2 bilhões. Sabe por quê? Porque os empregadores declaram falsamente que protegem os trabalhadores, e o Estado não vai lá para auditar se ele está falando verdade ou mentira. É óbvio que, na hora em que ele vai se utilizar apenas de uma informação dele para pagar mais ou menos tributos, ele vai informar aquilo que vai levá-lo a pagar menos tributos.

Nós temos hoje no mercado de trabalho mais de dois milhões de vagas para a inserção com pessoas com deficiência, de menores aprendizes, que não estão ocupadas, porque o Estado não tem dado a atenção que deve dar a essa forma de garantia de estabilidade econômica. O mercado de trabalho é, sim, o mercado garantidor de estabilidade econômica. É lá onde os trabalhadores oferecem sua força de trabalho, são remunerados por isso e, com isso, alimentam o funcionamento do ciclo da economia do nosso País, de qualquer nação do mundo. A remuneração do trabalho é a remuneração que garante a dignidade do trabalhador, mas não só isso, ela garante solvência, garante condição para que o Governo, o Estado, consiga prover e manter as suas políticas sociais, seus programas sociais, inclusive aqueles garantidores de emprego. Eu me refiro, de forma muito clara, a emprego. A gente tem ouvido muito falar em trabalho, simplesmente. Não é qualquer emprego que a gente quer oferecer aos trabalhadores do nosso País. Nós queremos oferecer acesso ao emprego decente.

Por isso, entendemos que a PEC 55 representa um inconteste retrocesso social, porque todas as condições necessárias e imprescindíveis para essa assistência e essa atuação do Estado brasileiro – não é do Governo, é do Estado brasileiro – ficarão, sim, comprometidas.

A gente ouve dizer que não há nenhum corte de direito anunciado, que direito não se retira, que direito se melhora, se aprimora. É uma balela isso. Essa fala, de fato, é uma fala para quem não tem todas as informações necessárias para avaliar. É uma fala irresponsável, porque é, sim, retrocesso; é, sim, retirada de direitos.

Se pensarmos na nossa realidade dos auditores fiscais do trabalho, que estamos na representação do Estado para garantir proteção e exigir respeito ao direito social do trabalho, nós vemos que enfrentamos hoje uma realidade assustadora, que nos põe um número alarmante de 700 mil acidentes todos os anos. Todos os anos, 700 mil trabalhadores se acidentam. Em razão disso, obviamente, oneram também os cofres da Previdência Social em busca dos benefícios devidos, justos, constitucionais, acidentários. E o que o Estado tem feito para impedir mais essa forma de afronta à pessoa humana, mais essa forma de afronta à estabilidade econômica e financeira do Estado, para que ele continue cumprindo o seu papel? Ora, nós, auditores fiscais do trabalho, hoje, Senadores, denunciamos isso aos quatro cantos. Já fomos ao Senado, à Câmara e à OIT para dizer do atual quadro dos auditores fiscais do trabalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do número de auditores, que somos a autoridade que vai exigir que a empresa, o empresário respeite a vida daqueles trabalhadores. Hoje, somos um terço do quadro que nós deveríamos ser. Hoje, há 2,5 mil auditores fiscais do trabalho, quando deveríamos ser oito mil. Agora, pense se não estarão esses trabalhadores numa situação para lá de pior em relação à situação de agora.

A gente vê se aproximar o negociado sobre o legislado. A terceirização sem limite está aí na pauta. A gente vê também no STF algumas pautas que preocupam, como é o caso da votação do dia 23 para liberar novamente a comercialização e utilização do amianto. Nós só estamos com pautas de olhar para trás. É isso que o Brasil hoje tem vivido. É isso que tem sido posto sobre as mesas, para que seja discutido. Quanto a isso, nós não podemos dizer outra coisa que não a de ser, sim, uma forma drástica de retirada de direitos, uma forma irresponsável, porque há, sem dúvida nenhuma, outros interesses diferentes daqueles pelos quais todos aqui estamos, que é o interesse público, o interesse do trabalhador, da população brasileira, do Estado brasileiro, da Nação brasileira.

Recentemente, nós estivemos reunidos no Rio de Janeiro, realizando o 34º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. Foi um encontro realizado de 6 a 9 de novembro, onde fizemos uma manifestação da nossa categoria contra a PEC 55, contra o PLC 30, contra o PLS 432, que é outra forma de afrontar o trabalhador brasileiro. Eles querem erradicar o trabalho escravo mudando a lei, dizendo que o que é trabalho escravo vai deixar de ser trabalho escravo. Isso tudo só se agrava quando nós olhamos para a PEC 55 e entendemos que, por meio dela, está se aplicando a teoria do Estado mínimo. Essas autoridades e essas representações aqui estão e buscam, nas autoridades de Estado, o apoio para combater a retirada e a afronta dos direitos, mas isso tudo estará se apequenando.

Nós, na Auditoria Fiscal do Trabalho, estamos muito preocupados, estamos em estado de alerta, ainda mais por se tratar a Pasta Trabalho de uma pasta que sofre ataques não de agora; sofre muitos ataques. O Ministério do Trabalho é um ministério sucateado, sem qualquer prestígio. O trabalhador que ia até lá para dialogar sobre Previdência não tem mais casa para falar de problema previdenciário. O trabalhador, quanto às questões do trabalho, que não são só trabalho... A questão trabalho é uma moeda de dois lados: de um lado, está o trabalho; do outro, a Previdência, que são indissociáveis, unidos. Não dá para falar do direito do trabalhador sem tratar de trabalho e de Previdência. Hoje, nós estamos numa realidade drástica para os trabalhadores, especialmente, mas não só para eles, como aqui tem sido muito bem dito, para toda a população brasileira, para toda a sociedade brasileira. É um estado de alerta ao Estado brasileiro.

Por isso, Senadores, os auditores fiscais do trabalho estão empenhados em impedir esse retrocesso secular que se apresenta aí com a possível aprovação da PEC 55.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carlos, Presidente do Sinait!

De imediato, passo a palavra a João Paulo Ribeiro, que fala pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e também pela CTB.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Obrigado, Senador. Em seu nome, eu queria saudar todos pelo dia de ontem, o Dia da Consciência Negra. É um grande orgulho um afrodescendente estar aqui, para falar ainda para o nosso País. Não sei por quanto tempo vai haver tanta democracia no nosso País. Julgo que o tempo está muito curto, está sendo encurtado a cada dia que passa.

Quero saudar também as nossas dandaras e as nossas acotirenes que estão presentes aqui, as que são da base da Fenasp, a minha amiga Daisy Lígia, o meu companheiro de Fazenda.

A minha base é a Fasubra. O Comando Nacional de Greve, com sua direção, está presente aqui. Friso, de novo, que é a única federação que teve coragem de deflagar greve contra a PEC 55. Sabemos o que vai acontecer nas universidades públicas no nosso País. (*Palmas.*)

Então, fico muito orgulhoso de fazer parte dessa base.

Senador, já falei isto agora, pessoalmente, mas eu queria novamente dizer que estou muito feliz depois de ter ouvido um áudio da Senadora Gleisi, que deve estar bombando, como a juventude fala

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

hoje, destruindo um Senador que está apoiando isso aí, aquele carinha chamado Aloysio Nunes, que, diga-se de passagem, está fazendo um péssimo projeto sobre a lei de greve. Ele está aí, não é, Senador? Nós vamos segurar isso também.

Mas parabéns à Senadora Gleisi, parabéns à Senadora Regina, que, no mesmo espaço, conseguiu colocar uma coisa que é fundamental. As pessoas não sabem disso, e a gente não tem meio de denunciar, Senador. Acho que as manhãs de segundas-feiras e todas as outras audiências que o senhor faz, nós as usamos como tribuna de denúncia. Acho que a população brasileira está tomando o hábito de ouvir seus dirigentes. Pelo menos as pessoas estão me vendo bastante. Eu estou ficando feliz. A gente fala, a gente fala o que eles precisam saber.

A Senadora Regina, num momento feliz, disse o que a gente não sabe, que, simplesmente, os cartõezinhos... Lembrou-se de um Deputado que é do partido ao qual sou filiado, que, por causa de uma tapioca de R$6, foi quase estrangulado pela população. Hoje em dia, fazem-se saques nos cartões corporativos, e ninguém diz nada. A população, as redes globo da vida e todo o corporativismo do PIG não fazem nada. As emissoras se calam diante do caos. Esse nosso debate da PEC é mais um debate em que se cala e não se fala a verdade.

Acho que os especialistas aqui.... Nem vou poder questionar o Floriano, a Maria Lucia e todos os outros companheiros aqui, como o Diego. Nesta audiência e em várias outras que nós já fizemos, viemos batendo o martelo e vamos continuar fazendo isso. Mas, em alguns momentos, eu acho que, para não nos tornarmos repetitivos, temos de dizer: se são os gastos públicos primários, então é mentira. Vou dizer como disse a Senadora. Estou puxando o saco da Senadora Gleisi. Mas vou dizer: é mentira, sim, Sr. Aloysio! É mentira, sim, Temer! É mentira, sim, Meirelles! É mentira, sim, todos os golpistas que usurparam o poder neste momento!

E não é o fato de estar bem ou não. Nem quero analisar antes o Governo, não gosto de fazer política olhando para retrovisor. Eu sei também que várias bobagens foram feitas no governo anterior, mas a destruição começou com o FHC. Ali é que começou a reforma, não é, Presidente? Ali, eu acho que nós não tivemos... Como o foco hoje é a Previdência, vamos dizer que, em 1998, em 1997, já começou a se fazer isso, quando já houve um grande prejuízo na Previdência. Em 2003, tivemos prejuízo na Previdência. O problema é que só foca, como também a Maria Lucia falou, na Previdência. Cada vez que passa, todo governo e cada Estado só querem uma das soluções mágicas: vamos fazer fundos de pensão. Esquecem que os fundos de pensão, em 2007, com a crise econômica, e, em 2008, foram o principal alvo de toda quebrança econômica. Mas aqui nós inventamos os fundos de previdência. Começa-se a achar que é uma saída para alguns ficarem bem e conseguirem ter seus espaços previdenciários privados ou mesmo públicos, para fortalecer e satisfazer um pouco o caixa.

Nós temos de começar a denunciar. Eu acho que este é o papel nosso, do movimento sindical, principalmente da nossa Confederação: temos de denunciar. Para isso, nesta semana, estamos com várias ações. Nós estaremos hoje nos aeroportos, acho que essa é a principal ação. Mas, principalmente, vamos fazer ações na frente das casas e dos escritórios políticos dos Senadores. A nossa principal função nesta semana é fazer isso.

Neste exato momento, por exemplo – inclusive, isto está sendo transmitido ao vivo –, os companheiros de Goiás estão na frente do escritório de Ronaldo Caiado. Diga-se de passagem – vou falar com o Carlinhos –, se derem uma passada na fazenda dele... Estão dizendo coisas lá, ouviu? Isso vai acontecer se ele deixar entrar, é óbvio, não é? Eu não estou falando nada, mas dizem que talvez haja até trabalho escravo. Mas, infelizmente, eles não dão verba para os fiscais, não é, Carlos? A gente vai continuar convivendo com isso, porque os companheiros têm medo de ir lá fazer ato, porque podem ir e não voltar. Essa é a realidade em alguns Estados.

É por isso que os Senadores se escondem. É por isso que os Senadores nos Estados correm dos servidores públicos, correm da população, porque, na verdade, eles têm uma proteção do Estado, que não nos deixa sequer aproximar ou denunciar. E, se denunciar, pode ser que alguns capatazes... Existem os capatazes atrás deles protegendo-os.

Ninguém está promovendo violência, ninguém quer violência. Acho que o Senador Lindbergh... O Estado dele foi alvo de tudo o que aconteceu nesse fim de semana e em todos os outros fins de se-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mana, por causa da violência. Os companheiros nossos que atuam na segurança pública estão fazendo o seu papel, mas há um caos no Rio de Janeiro. Eu não tenho propriedade, mas acho que o senhor a tem para dizer que isso não foi causado agora. É tudo falta de uma engenharia que está sendo feita, maturada, de aumento.

O Marcos Lisboa disse, por exemplo, que o caos do Rio de Janeiro é devido aos reajustes que foram dados na sequência de vários anos. Quer dizer, a gente ouve essas bobagens, e, diga-se de passagem, isso se deu na audiência que a Senadora Gleisi fez neste ano na CAE. E aí é o que eu estou dizendo: dizem que o culpado de todo o mal são os servidores públicos, que a causa de todos os problemas são os servidores públicos, é a segurança. Só que se esquecem de fazer uma previdência, um ajuste de gastos desse jeito, e os servidores públicos, que levam e desenvolvem essa máquina, é que vão ser prejudicados nesse processo.

Os hospitais públicos.... Acho que temos de exigir que se tirem, já que não vai haver limitação, a educação e a saúde da pauta. Escreva isso. Coloque isso no papel. "Ah, não vai ter limitação!" Então, diga. Se não vai haver isso, então tire. Nós estamos exigindo essa retirada. Esse é o principal foco, para tentar minimizar. Nem vamos falar da segurança e dos benefícios sociais, mas isso tem de ser colocado.

Eles não provam. Não vão dizer, por exemplo, que nós trabalhadores do serviço público ficaremos por 20 anos sem reajuste. Tudo bem, o Fernando Henrique fez isso por oito anos. Os servidores públicos federais sobreviveram. Combatemos, mas sobrevivemos. E vamos sobreviver de novo. Agora, diga-me uma coisa: o preço do nosso gás vai ampliar? O valor do nosso aluguel não vai poder ser ampliado pelos próximos 20 anos? O doce dos meus filhos será que vai ficar no mesmo valor? O arroz e o feijão vão ficar com o mesmo valor durante 20 anos?

Senadores, se ficarem com o mesmo valor o feijão, o arroz, o pão durante 20 anos, sem nenhum reajuste, podemos negociar. Mas prometam e coloquem isto no papel: o seu pão não vai subir, o seu transporte não vai subir. Coloque! Fazemos um acordo. Agora, não sejam hipócritas de dizer que não vai haver reajuste. Isso é hipocrisia. E a população não é boba. A população não vai acreditar nisso. Não é possível!

E nós vamos para cima de vocês. Nós vamos para cima nas praças, nós vamos para cima nas escolas, nós vamos para cima nas universidades, nós vamos para cima de vocês e vamos denunciar, nos próximos 20 anos, o que vocês estão fazendo com as futuras gerações, porque destruir as futuras gerações é destruir o País e o desenvolvimento nosso, é entregar completamente, é dar um cheque em branco para, agora, o Trump. Sabe Deus o que esse maluco vai fazer nos Estados Unidos? O pior é que acho que qualquer um que entrasse não ia ajudar muito, mas parece que ele é um pouquinho pior.

Penso que, neste debate, uma das coisas que nós estamos mais confrontando – eu queria, já que os técnicos falaram, destoar um pouco – é a questão das culpas, o quanto a mídia consegue tornar pessoas acéfalas no processo. Há pessoas que acreditam fielmente que isso vai controlar os gastos públicos. Só que eles esquecem que o melhor controle dos gastos públicos se dá na hora em que ele vota no Vereador, no seu Prefeito, no seu Deputado e no seu Senador. Ali é o controle, de pessoas honestas e comprometidas com o Estado, comprometidas com as políticas públicas. Neste momento, pelo menos a eleição nos Municípios passou, e o próximo momento será nas eleições de 2018. Só que esses gastos que estão fazendo e essa reforma nem esse gesto vai poder mudar, porque ele também vai impedir isso, independentemente de quem você vote, independentemente de quem esteja aqui dentro. Nós não vamos conseguir mudar tudo. Eles estão engessando as próximas gestões, os próximos governos. É isso que tem de se deixar explícito também. Eles estão impedindo que uma pessoa que é eleita com um programa possa estabelecê-lo e aplicá-lo. Vai ter de haver outra reforma, vai ter de haver todos esses mecanismos institucionais, porque mudou a Constituição.

E se evita o debate. É isso que nós estamos querendo discutir. Sejam honestos e menos hipócritas com a população. É isso, coisa simples! Aqui, nesta Casa de leis, que alguns dizem que é Casa do Povo, tenho minhas dúvidas, tanto aqui no Senado, como lá na Câmara, a gente precisa começar a denunciar e a dizer para eles coisas simples: "Olha, precisamos que vocês sejam mais explícitos e falem para aqueles que precisam." Aqui, o João da Fenafisco, ou melhor, o companheiro do Ipea, aposentado, estava dizendo que o desenvolvimento no interior, em Caicó, ampliou devido à Caixa de Assistência da Previdência. E isso acontece no Bolsa Família, no interior, para quem mora no Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu tenho a grata satisfação de morar em Salvador, na Bahia hoje. A gente sabe o que aconteceu no Nordeste. O nordestino sabe o que é receber menos de R$200 e desenvolver uma região. Algum de vocês presentes neste plenário – digo isto na boa, com todo o respeito – conseguiria viver com R$200? Há gente que vive, companheiros! Há gente que desenvolve toda uma cidade com R$200. Eu não consigo. Já digo em público, não consigo. E a gente começa a discutir seriamente.

Só ficam falando.... Inclusive quando inventaram isso, eu tive a grande satisfação de ter ajudado na formação da política social no Conselho Nacional de Assistência, e a gente falava que era o "Bolsa Miséria". Viva com isso! Alguém precisa disso. E eles vivem com isso. Só quem sabe o que é pobreza e o que é passar fome vai saber o valor do que é uma Bolsa Família.

E as pessoas falando: "Ah, ficam fazendo discurso!" Não, não é discurso, não! São políticas públicas que foram feitas. Vá para dentro dos rincões e dos grandes centros, onde precisam. E, agora, de forma pirotécnica, pararam com quase R$1 milhão. Todos os anos, isso acontece, isso acontecia. Eles faziam essas vistorias, e agora isso aparece na mídia. Bobagem, gente! Estão pensando que a população é idiota. Não o é. Todos os anos, o MDS fazia essa revisão, ia lá ver, fazia verificações, mas não precisava colocar essa pirotecnia falando um monte de bobagem! "Ah, o Bolsa Família pagou e doou R$1 milhão e tal."

O pior é que há sindicalista que reproduz isso. É bobagem mais ainda, porque é falta de informação. Se vai através de *Folha de S.Paulo* e do *Estadão,* tem de saber.... Você não precisa dizer que o Bolsa Família.... Existem erros em todos os lugares, até nas nossas famílias, gente! Se vocês analisarem o meu irmão ou o meu tio, vão ver que há problema de todo lado que a gente não resolve. E vai resolver o problema de um País como o nosso? Então, existe denúncia, e se está se resolvendo.

Precisamos, nesses casos, dizer o seguinte: o benefício é importante; a questão da Previdência é importante; a previdência rural é importante do jeito que está, porque é solidária. A Previdência é social por isso. Se todos os acusados estivessem pagando corretamente, se estivéssemos correndo atrás das pessoas que estão devendo, simplesmente, nós não estaríamos nesse caos. Agora, alguém quer ser sério neste País? Os governadores, os gestores querem ser sérios? Acho que é falta de respeito e de caráter mesmo. Não há outra forma de dizer.

Diante disso, nesta semana, como eu estava dizendo, vamos estar nos aeroportos. Faremos ampliações nos lugares...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Inclusive, nesta semana, vamos denunciar e ampliar a greve.

Vamos fazer um diálogo direto com os Senadores, constrangendo-os nos seus domicílios eleitorais, denunciando a postura de cada, pedindo que eles gravem ou declarem, por escrito, a sua posição com relação à PEC 55.

Nós também vamos denunciar isso em todos os meios de comunicação do serviço público, como creches, escolas, saúde, segurança, caso essa PEC passe.

Em suma, as centrais sindicais.... Teremos uma reunião, hoje à tarde, com o Fórum das Entidades de Servidores Federais. Vamos debater com as centrais e vamos propor que se faça um grande encontro, que pode ser marcado, Paim, para o dia 29, quando teremos um encontro aqui. E aí marcamos um grande encontro da classe trabalhadora, em que vamos debater todas as mazelas e todas as atrocidades que estão acontecendo no País...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – ...para começaremos a mobilizar e a denunciar.

Nós precisamos unir todas as forças, todas as centrais, para denunciar isso em todos os meios, de todas as formas. Acho que agora aqueles discursos mais radicais têm de ser suavizados. Aqui ninguém é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

melhor do que ninguém. Nós estamos unidos nessa questão para derrotar quem está querendo destruir o nosso País, o desenvolvimento social, o desenvolvimento do País.

Então, saúdo todos.

Obrigado por este espaço, Senador Paim e Senadora Gleisi.

Conclamo todos os trabalhadores da iniciativa privada e pública para se unirem e derrotarmos a ideia nefasta nesta Casa de leis, pois ela só está querendo destruir o nosso País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o JP, João Paulo Ribeiro, que falou pela CSPB e pela CTB.

Convido os senhores a retornarem ao plenário. Continuamos eu e a Senadora aqui. Vamos para a última Mesa.

Senador Lindbergh, V. Exª no momento em que entender ser o mais adequado. Você faz o fechamento, então, em nosso nome. (*Pausa.*)

Muito bem! V. Exª falará em nome dos Senadores no encerramento. É claro que a Senadora falará também.

Convido Gilson Costa Matos, Diretor da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

Seja bem-vindo, Gilson! (*Palmas.*)

Convido Alfredo Portinari Maranca, Presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp). (*Palmas.*)

Convido Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate).

Está aí o Rudinei.

Convido André dos Santos Gonçalves, Diretor da Organização Social da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), que está em greve. (*Palmas.*)

Essa é a última Mesa.

De imediato, a palavra está com o Gilson.

A Senadora Gleisi e o Senador Lindbergh falam no momento que entenderem mais adequado.

Por favor, Gilson, pode falar por dez minutos.

Faço um apelo para que cada um fique nos dez minutos, porque já é meio-dia, para a gente ver se termina a reunião até 13h, com a fala do Lindbergh.

O SR. GILSON COSTA MATOS – Bom dia a todos!

Cumprimento aqui o Senador Paulo Paim e cumprimento a Mesa.

Nós estamos aqui representando a Confederação dos Aposentados do Brasil (Cobap).

Depois de tanta gente ter falado, ficou muito pouco para a gente falar, Paim. Mas nós vamos começar pela primeira reforma que o Governo já fez, que acabou com a Previdência Social. Acabou com o Ministério da Previdência e unificou tudo ao Ministério da Fazenda. Por quê? Porque o saldo da Previdência Social juntou, e, agora, há déficit; tudo agora tem déficit. Então, a reforma da Previdência já começou aí, quando acabaram com o Ministério da Previdência Social.

Nós vamos ver o que acontece hoje neste Brasil com os aposentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Já há muitos anos, há uns 50 anos – eu já estou com 81 anos e me lembro disso –, sempre se falava que tinha de se fazer reforma na Previdência. E essa reforma todo ano é feita! Toda vez que muda o Presidente neste País, a primeira coisa dita é: "Vamos fazer uma reforma na Previdência, temos de modificar Previdência".

Gente, se a Previdência resolvesse esse problema todo que o País está vivendo, eu seria o primeiro a compartilhar disso aí, para poder resolver o problema. Mas o problema não é a Previdência, a Previdência não é o problema do País. O problema do País está em outros lugares, está em outros setores, que têm de ser vistos de outras formas.

Hoje a Previdência Social, como já foi dito aqui, é superavitária. Não existe déficit nenhum. Ela é uma criadora de recursos, ela não depende de recurso do Governo, porque o recurso da Previdência é criado pelos próprios trabalhadores. Os trabalhadores é que pagam as mensalidades durante o período de 30 anos ou de 35 anos para se aposentar. Então, não é o governo que põe na Previdência. O Governo deveria injetar dinheiro, porque, quando a Previdência foi criada, uma parte seria do empregado, outra parte do empregador e uma parte do Governo. Só que empregado paga; o empregador paga, porque é obrigado a pagar, e o Governo tira. Tira como? Tira de várias maneiras.

Hoje, a DRU foi passada de 20% para 30%, já com cinco anos garantidos. Gente, com 30% de retirada da Previdência Social, daria para resolver muito problema. Quando nós aposentamos, na época em que aposentei, a gente ganhava em números de salários mínimos. Isso já foi cortado, o governo de Fernando Collor acabou com a vinculação com o salário mínimo, e os outros governos vieram mantendo.

No de Fernando Henrique, tivemos o fator previdenciário, que eliminou mais ainda o aposentando, não o aposentado, mas o aposentando, o trabalhador que vai terminar sua carreira e aposentar, perdendo, hoje, em torno de quase 40% da sua aposentadoria. Isso já foi mais uma retirada que o trabalhador está pagando, porque, ele deixando de receber 40%, são 40% que vão sobrar. É um direito dele, se ele perder esses 40%. Então, isso vai sobrar para que haja mais recurso dentro da Previdência. Então, o trabalhador já tem essa perda na aposentadoria.

Houve a desvinculação do salário de quem ganha mais de um salário mínimo. A gente ganhava em números de salários mínimos, hoje, já não se fala mais em número de salário mínimo, a gente ganha a correção que houver no período. E, agora, ainda estão querendo mexer no salário mínimo, desvincular o salário mínimo do aposentado, que vai ser outra coisa. Antes, a gente ainda tinha aquela expectativa de chegar ao salário mínimo; agora, nem ao salário mínimo não se chega, vai se chegar a menos que o salário mínimo, porque o salário mínimo vai ser cortado. Então, vamos chegar a menos que o salário mínimo.

Então, como é que fica a situação do País? Aquele que produziu, aquele que trabalhou, na hora em que ele precisa de ter um momento de lazer, de sobrevivência, perde tudo. Hoje, o aposentado em geral está na faixa de 70 anos, e o que ele mais precisa é medicamento, e hoje o medicamento que está caríssimo. O Governo dá uma farmácia popular, mas são medicamentos que custam R$3, R$4, não são medicamentos de custo alto. É metformina e não sei mais o quê. Custa R$3 ou R$4 um medicamento desse. Então, isso não ajuda nada o aposentado.

O trabalhador tem direito a alguma coisa, mas esse direito nunca há. Criaram o empréstimo consignado, que só veio afundar mais o aposentado, o aposentado e o trabalhador, porque o aposentado vai ao banco, faz esse empréstimo, e com que ele fica? Fica com uma dívida que não vai pagar nunca mais, ele vai sempre renovando aquilo. Isso está alimentando quem? As financeiras. As financeiras estão sobrevivendo com isso, e, depois, falamos que, no Brasil, o aposentado tem um salário bom. Bom, vamos ver aí o que acontece mais com isso.

Durante esse período dessas reformas todas, o Governo tirou da Previdência vários recursos. Sobre isso nem é preciso comentar aqui. Todo mundo sabe que Brasília, a ponte Rio-Niterói e várias outras entidades foram construídas com o dinheiro da Previdência, que nunca foi reposto. Esse dinheiro só saiu, nunca foi reposto, porque, se esse dinheiro fosse reposto à Previdência, ela teria muito mais recurso. Olha, se tirou todo esse dinheiro de empréstimo, se tudo isso saiu da Previdência e se ainda existe esse superávit, então, o Governo está querendo é tirar mais dinheiro ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, minha gente, não terei o prazer de, daqui a 20 anos, ver como está o Brasil, mas espero que aqueles que estão aqui vejam, nesse período, o que vai ocorrer dentro deste País. Neste período em que estou vivendo, não vi nada de novidade, só vi prejuízo para o trabalhador.

Quando se fala em reforma, é para consertar, para fazer uma coisa boa. E aqui a reforma que o Governo faz é só para tirar direitos do trabalhador, direitos do aposentado. Esse povo é que tem de pagar? Nós já pagamos tanta coisa para este País e agora vamos pagar mais ainda? Acho que temos de cerrar fileiras e dar todo o apoio, fazer greve. Não podemos fazer greve porque já somos aposentados, mas damos todo o apoio às greves, para que possamos ter um resultado na eliminação dessa PEC 55.

Senador Paulo Paim, eu agradeço a atenção. O meu muito obrigado.

A Cobap está sempre presente, está sempre com todos aqueles que estão em luta a favor do trabalhador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Gilson Costa Matos, que falou pela Cobap e ficou nos dez minutos, dando o recado direto dos aposentados indignados com essa PEC 55.

Alfredo Portinari Maranca, Presidente do Sindicato das Redes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp).

O SR. ALFREDO PORTINARI MARANCA – Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui e de falar sobre este tema importante.

Bom dia a todos!

Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Lindbergh, Senador Paulo Paim, obrigado pela presença e por trazer este assunto à baila porque ele é fundamental e de enorme preocupação para nós.

Tenho estado muito preocupado com o andamento dessa discussão. De certa maneira, não estamos conseguindo cumprir com o nosso objetivo de trazer a real gravidade desse problema da PEC 55. Reputo isso ao fato da tendência que temos de nos exasperarmos com as planilhas, com a gravidade da situação. E, quanto mais nós nos exasperamos, quanto mais nós criticamos, quanto mais nós mostramos o quão é grave a situação, mais parece que estamos enviesados ideologicamente, mais parece que estamos trazendo uma opinião partidária, uma opinião parcial da questão.

Ontem, eu estava conversando com alguns juristas, e eles falavam: "Será que não é possível que tenhamos uma forma mais construtiva de lidar com o problema da PEC 55? Não poderíamos ter uma contraproposta construtiva, uma contraproposta de reforma da reforma, que possa alterar os pontos fundamentais de maneira que viabilize isso?"

Então, vou tentar ser o mais sereno possível e o mais carinhoso possível em relação à posição contrária. Acho que temos dívidas, e o pagamento das dívidas é importante, é um valor fundamental. Há um princípio do Direito romano de *pacta sunt servanda*, de que devemos cumprir com as nossas obrigações. Se contraiu a dívida, ela tem de ser paga. Esse é um valor importante que tem de ser defendido. Acho que temos de reconhecer isso.

O problema, talvez, seja que não damos a devida importância ao fato de que essa PEC 55 traz valores em si. Acho que este é o fundamental problema da PEC 55: os valores que ela traz. Ela não fala, em momento nenhum, que o Estado vai passar a gastar menos. Ela não tem essa ideia de que o Estado deve gastar menos. Aliás, como agente fiscal de renda, como fiscal, devo garantir a todos que o Estado vai arrecadar mais nestes 20 anos. É lógico que essa crise vai diminuir, é claro que nós vamos fazer com que cresça o PIB, é claro que vamos ter mais dinheiro para o Estado. O que a PEC 55 diz e estabelece é que os gastos do Estado não são todos iguais. Nós devemos dar mais valor a uns e menos valor a outros. Eu acho que é esse o ponto principal que deve ser destacado na PEC 55.

Quanto aos gastos primários, que são aqueles devidos às políticas públicos, eles são limitados pela PEC 55. Deve haver uma limitação. Ela traz essa ideia de que é um valor fundamental, de que isso deveria estar na Constituição Federal, de que os juros bancários têm um valor muito mais fundamental para o nosso País do que as políticas públicas. Entre gastar com políticas públicas e gastar com juros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bancários, diz a PEC 55 que nós devemos nos dedicar aos juros bancários, que nós devemos valorizar mais o pagamento das nossas dívidas do que todas as políticas públicas, como educação, saúde. Isso, colocado na Constituição, é muito relevante, é muito grave. Isso, colocado na Constituição, altera os pilares fundamentais da Constituição de 1988.

Nos Estados Unidos, há esta coisa bonita de dizer que os constituintes são os pais da nação. Quer dizer, o Senador Paulo Paim é um dos pais da nossa Nação. Ele criou a Constituição de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estava lá.

O SR. ALFREDO PORTINARI MARANCA – Ele estava lá. Além dos seus cinco filhos, ele tem mais esse filho.

Eu também tenho cinco filhas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E tenho seis netos.

O SR. ALFREDO PORTINARI MARANCA – Tem seis netos. Isso eu não tenho.

Mas eu sei do misto de responsabilidade e orgulho que nós temos por ter um filho. Quer dizer, é muito triste você ver alguma coisa de grave como essa acontecendo para um filho seu.

Por isso, entendo muito o sentimento de exasperação que havia no Senador Paulo Paim, em 2001, quando eles queriam estraçalhar os direitos dos trabalhadores na Constituição. E agora de novo! Agora de novo, estão querendo determinar que os valores da Constituição estão invertidos, que as políticas públicas não têm valor, que o que têm valor são os juros bancários, é o pagamento das nossas dívidas.

Diz a Constituição, no art. 3º, quais são os valores que são importantes para ela e quais não o são. Ela fala que há alguns valores que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Ali não se está falando que é para pagar os juros bancários. Eles falam de outros valores. A Constituição determina que erradicar a pobreza deveria ser o nosso objetivo fundamental, e não pagar os juros bancários. O nosso objetivo deveria ser construir uma sociedade livre, justa, solidária, e não pagar os juros bancários.

Qual é a subordinação que nós estamos criando na nossa Constituição? É a de tornar esses objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil menores do que o pagamento dos juros bancários. Isso está errado. Eu não tenho dúvida de que essa PEC 55 é totalmente inconstitucional, porque ela fere os princípios mais básicos da nossa Constituição de trazer os valores da nossa Pátria, os valores que são caros ao povo brasileiro. E eles estão expressos na Constituição de maneira clara.

A nossa Constituição fala muito, porque ela é muito grande. Como toda norma grande, ela acaba regulamentando a si mesma: há coisas mais importantes e coisas menos importantes ali. Isso é natural em toda norma grande. Ela fala ali que, por exemplo, o Colégio Dom Pedro II deve ser mantido na esfera federal. Acho que todo mundo vai concordar que isso não é tão importante; é quase que um capricho constitucional ela falar isso. Outras coisas são mais importantes. Quando ela fala, por exemplo, das comunidades quilombolas, esse é um traço fundamental da nossa Nação, é um traço distintivo da nossa Pátria brasileira. Quer dizer, apesar de isso estar dito de passagem ali, de não se dar destaque àquilo, isso é fundamental, é extremamente importante.

Agora, ela mesma falou de alguns elementos no art. 60, que foram chamados depois de cláusulas pétreas. São coisas que não se pode mudar: o voto universal, direto, secreto; a forma federativa. Nunca, no seu pesadelo mais horrível, alguém poderia imaginar que nós iríamos distorcer os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, colocando o pagamento dos juros bancários acima da erradicação da pobreza, acima da construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Espero, com isso, que as pessoas que estão nos ouvindo aqui, dedicando seu tempo ao Brasil, tentando resolver os problemas, assistindo a esse debate, ajudem-nos e parem para pensar nisso. Não deixem que essa distorção ocorra com o nosso País!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Alfredo Portinari Maranca, Presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo.

Agora, vamos à fala de André dos Santos Gonçalves, da Coordenação de Organização Sindical da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), que se encontra em greve há um bom tempo já.

O SR. ANDRÉ DOS SANTOS GONÇALVES – Bom dia a todos e a todas aqui presentes!

Quero agradecer, mais uma vez, ao Senador Paulo Paim, por sempre dar espaço à nossa federação, a Fasubra, nas audiências públicas; à Senadora Gleisi Hoffmann; ao Senador Lindbergh; a todos os companheiros aqui presentes, das organizações sindicais e sociais; e aos companheiros da base da Fasubra, que estão aqui também acompanhando esta audiência importantíssima, procurando mais esclarecimentos, para ter uma opinião mais bem formada para levar para suas bases.

Qual a dificuldade? Entendemos que a PEC 55 passou com muita facilidade na Câmara e também pode passar no Senado. Há uma desconstrução do Estado brasileiro por parte dessa mídia, e as pessoas estão contaminadas com essa mídia. Está na cabeça da sociedade brasileira que tudo está ruim, que o País está quebrado e que tem de ser feita essa reforma! Inclusive, nós escutamos isso, Senador, dos próprios trabalhadores, que dizem que ela é necessária para consertar o País.

Então, é por isso que a Fasubra, que está em greve desde o dia 24 de outubro – foi a primeira instituição da área da educação a entrar em greve –, está tentando desconstruir essa PEC nas suas bases. Não é à toa que os nossos atos e ações agora são de rua, porque nós acreditamos que, dentro da universidade, já há um esclarecimento. Nós precisamos é alcançar essa sociedade que está fora dos muros das universidades, que acredita realmente que o Estado brasileiro está acabado e que a PEC é de suma necessidade para consertá-lo.

Não é à toa que a Fasubra entrou de greve no dia 24 de outubro, justamente com a pauta principal, que era a PEC 241, hoje a PEC 55. E também houve a quebra do nosso acordo de greve. Nós temos um acordo de greve que foi quebrado desde maio deste ano, em que nós estávamos em negociação. Com o processo do *impeachment*, tudo desandou, e não tivemos sequer mais negociação do nosso acordo de greve com relação à pauta da nossa carreira, que, diga-se de passagem, é uma carreira que ainda está em construção, na qual nós somos um dos piores pisos do Executivo, nós trabalhadores técnicos das instituições de ensino superior.

Entrando na pauta específica da Previdência, eu gostaria de frisar dois pontos. Primeiro, nós da base da Fasubra somos uma das poucas categorias que ainda mantêm a paridade entre ativos e aposentados. Não é à toa que, quando nós vamos para uma mesa de negociação, sempre o que os governos nos colocam é: "Nós damos isso para vocês, desde que vocês abram mão dos aposentados." E nós não abrimos mão dos aposentados. Um princípio nosso da Fasubra é a defesa dos ativos e dos aposentados. (*Palmas.*)

Jamais abriremos mão desse princípio. E a PEC 55 vem justamente para isso. O primeiro ponto em que irá nos atingir, a nós da Fasubra, é justamente a quebra entre ativos e aposentados. E disso não iremos abrir mão jamais.

Outro ponto seria a questão do Funpresp, que infelizmente veio para nos diferenciar. Hoje, nós trabalhadores da base, das universidades, temos dois regimes agora, de 2013 para cá. Essa reforma da previdência que está sendo proposta vem justamente para pegar todo mundo como um todo. Já bastam aqueles que são atingidos pelo Funpresp, que agora precisam de uma previdência complementar para ter uma aposentadoria mais digna no futuro. E nós sabemos que fim dão aos fundos de previdência complementar deste País. Estão aí os companheiros dos Correios e da Caixa Econômica, que sofrem com o seu fundo de previdência complementar, que está praticamente quase sem nenhum recurso para suas aposentadorias.

As instituições públicas de ensino superior, as universidades, os institutos serão uns dos mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

atingidos com essa PEC 55 no quesito educação. Para vocês terem uma ideia, os reitores tiraram nota contra a PEC muito antes de muitos sindicatos, para verem quanto é a preocupação dessas instituições. Quando um governo atinge as instituições estratégicas de desenvolvimento do País e de uma região como um todo, que são as universidades, você pode ver que isso não faz bem para o País. É só raciocinar! Essa PEC não traz nenhum benefício! Inclusive, o que nós estamos ouvindo hoje é uma total desconstrução do serviço público, em que os trabalhadores são sempre colocados como culpados, sempre carregam a culpa maior pelo déficit público deste País.

Para vocês terem uma ideia, nobres companheiros e companheiras que aqui estão, no dia 21 de setembro nós fomos recebidos por este MEC que aí está e nós ouvimos da boca do MEC que a culpa hoje de as universidades não terem recursos é dos 106 mil novos servidores que foram contratados e da expansão de mais de 18 novas universidades e de mais de 500 *campi* dos institutos federais.

Então, você imagine que eu, André dos Santos Gonçalves, que venho de uma cidade chamada São Miguel do Fidalgo, no Sertão do Piauí, se não fosse a expansão, jamais teria acesso ao nível superior, jamais teria acesso a uma educação de nível superior. Para nós, no Piauí, educação de nível superior antes da expansão, antes de a universidade chegar às outras cidades, o que até então era inimaginável, pois ela só existia na capital... Eu jamais poderia chegar aonde cheguei.

Então, a expansão e a contratação de trabalhadores não são as responsáveis por isso. Essa não é a causa do déficit e das dívidas das universidades. A causa do problema das universidades é a falta de investimento, é um governo que olha para as universidades e não vê essa instituição como estratégica para o desenvolvimento de uma nação, como as universidades públicas são.

Então, gastos irresponsáveis é o que está sendo feito atualmente, e há uma mídia por trás disso acobertando. Não se divulgam mais, como o companheiro JP colocou aqui, todos os gastos que estão sendo feitos. Ora, se houve um golpe neste País, em que se dizia que o governo estava gastando demais e tinha quebrado o País e que esse novo Governo iria ajustar o País, como pode o Governo praticar as pedaladas de que o governo anterior foi acusado? E, mais ainda, como ninguém fala nada?

O que acontece no Rio de Janeiro, é bom que nós saibamos, não é por acaso. A mídia, por 24 horas, mostra os trabalhadores na frente da Assembleia Legislativa apanhando, dizendo que a culpa da situação do Rio de Janeiro é dos trabalhadores. Inclusive, servidor público hoje é chamado de marajá, são os marajás do serviço público. Ou seja, toda a culpa recai sobre nós, e não existe um Estado em que as pessoas mais necessitadas serão atendidas se não houver um serviço público fortalecido. E, para fortalecer o serviço público, é preciso investir em servidores, é preciso haver mais concurso e mais recursos para a saúde e para a educação.

Então, fora a PEC 55! Mais trabalho e mais educação neste País é o que nós precisamos. Então, fora a PEC 55!

Conclamamos todos e todas: vamos, companheiros, engajar-nos nessa luta, porque o que é bom para a mídia é ruim para nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, André dos Santos Gonçalves, Diretor da Organização Sindical da Fasubra, que, diga-se de passagem, fizeram um belo evento nesta Comissão, trazendo, se não me engano, nove ou dez países, para debater aqui a situação do Brasil e apoiar a greve. Foi um belíssimo evento. Parabéns!

O Senador Lindbergh Farias está com a palavra, pelo tempo necessário ao seu pronunciamento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria parabenizar V. Exª, Senador Paim, e a Senadora Gleisi.

Quero parabenizar todos os que aqui falaram nesta audiência pública.

Nós estamos perto da primeira votação, da votação em primeiro turno, que está marcada para o dia 29. Amanhã, o plenário do Senado vai virar uma Comissão Geral. Vamos fazer uma audiência pública, começando às 11 horas da manhã, para tratar desse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, é fundamental uma mobilização, porque, se não houver mobilização, será difícil a gente reverter os votos aqui. A primeira votação será no dia 29, e a segunda votação, no dia 13. Eu diria que a nossa sorte está lançada nas mobilizações de vocês, servidores públicos, e nas ocupações de escola pelo País afora.

Começamos esta semana já com mais um ministro envolvido em denúncias, o Ministro Geddel Vieira Lima. Eu fico vendo que, na construção da narrativa desse golpe, eles falaram de corrupção, mas olhem esse Governo que está aí! O núcleo duro do Governo é Temer, Geddel Vieira Lima, Padilha e Moreira Franco, todos denunciados, sem condições morais de levar um governo à frente.

O mais grave, Senador Paulo Paim, é que eles diziam que bastava afastar a Dilma, que a situação do País melhoraria. Diziam o seguinte: "Tirando a Dilma, a confiança dos empresários vai melhorar, nós vamos ter investimentos, e a economia melhora." Isso está desfeito, desmoralizado. Esse argumento, essa narrativa está completamente desmoralizada.

Já são mais de seis meses do Governo Temer, e, de fato, a confiança dos empresários e industriais melhorou, mas a realidade da economia não melhorou; pelo contrário, neste trimestre, continua caindo. E parece que não existe governo. Quando a gente olha para o Temer, ele parece um Forrest Gump. Não há governo. Qual é a saída para retomarmos o crescimento econômico? Qual é a medida de estímulo para geração de emprego? Nada! Zero! Não há nenhuma medida para crescimento! Pelo contrário, eles ficam só nesta narrativa: a PEC 55, que era a antiga PEC 241, e a reforma da Previdência. Dizem: "Quando nós fizermos isso, os empresários vão investir." Ora, os empresários investem quando há gente consumindo.

Então, sinceramente, acho que o grande debate do País não é esse. O grande debate do País, infelizmente, não está sendo feito, que seriam medidas de estímulo à recuperação do crescimento econômico. Ao invés de cortar gastos, num momento como este de recessão.... Num momento de recessão como este, as empresas não investem. As famílias também não consomem, porque o desemprego é alto, o endividamento é alto, há queda no rendimento. Só há um jeito de o País retomar o crescimento neste momento, que seria fazer o contrário do que a PEC diz: ampliar investimentos, ampliar gasto social. Naquela crise de 2008 a 2010, o Lula ampliou o gasto social em 10%. Era o que ele dizia: colocar dinheiro na mão do pobre. E aquele dinheiro vai para a economia.

Aqui, entramos num ponto importante. Essas medidas que eles estão apresentando vão piorar a situação da economia, porque é o que está acontecendo no último período. É falso o argumento deles de que estamos com um problema fiscal porque houve gastança. Não houve gastança. O problema foi a frustração de receitas e pagamento de juros.

Em 2015, o ano do Levy, ele fez um ajuste fiscal violentíssimo, de 2,3% do PIB. Então, como é que houve gastança? Foi o contrário. Ali começamos uma política de austeridade, que colocou a economia numa recessão profunda em 2015 – 3,8% – e que vai continuar em 2016 e entrar em 2017. O que aconteceu foi o oposto. Cortaram tanto os gastos sociais, que a economia afundou, e houve uma grande frustração de receitas associada ao pagamento de juros, que subiram muito. O déficit de 2014, o déficit nominal, foi de 6,7% do PIB. O primário foi só de 0,57% do PIB. O resto foi pagamento de juros. Em 2015, houve um déficit de 10,38%; 8,5% do PIB foram para o pagamento de juros. Aí nisso eles não tocam, nas despesas financeiras eles não tocam. Querem cortar gastos sociais.

No debate aqui, eles têm falsificado muito o debate com argumentos falaciosos, dizendo: ah, não vai haver corte em educação, não vai haver corte em saúde! Eu quero trazer aqui para vocês as despesas primárias. Nós estamos, no ano de 2015, com 19,8% do PIB de despesas primárias, e eles querem, segundo a formulação deles, derrubar cinco pontos percentuais do PIB em dez anos: de 19,8% do PIB, eles querem cair para 14,8% do PIB de gastos primários.

Senador Paulo Paim, um estudo do FMI mostra que só 11 países, numa pesquisa de 192, têm gastos primários com menos de 16% do PIB. Os países da OCDE têm 40% do PIB de gastos primários. Havia o Estado do bem-estar social. Aqui estão querendo destruir o pouco que nós montamos depois da Constituição de 1988, porque começamos a construir o nosso Estado de bem-estar social atrasados, depois da Constituição de 1988.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mas vamos lá, as despesas primárias são de 19,8% do PIB. O que são essas despesas? Sabemos que 8,1%, 40% de tudo, são da Previdência e que 4,2%, algo em torno de 20% disso, é de pessoal – falo de 4,2% do PIB. As despesas obrigatórias são de 3,3% do PIB. Quais são os principais gastos nas despesas obrigatórias, Paim? Abono e seguro-desemprego e BPC, que é um salário mínimo que é pago para o idoso e para a pessoa com deficiência, e a família recebe um quarto do salário mínimo, ou seja, os mais pobres, os mais vulneráveis. E os outros 3,8% do PIB são as despesas discricionárias. Aqui você coloca todos os ministérios na frente. Se vão cortar cinco pontos percentuais em dez anos, este aqui é um *mix* de maldades violento, mexendo em todas as áreas. Despesa de pessoal é de 4,2% do PIB. Eles, estou convencido, querem voltar com a política de Fernando Henrique Cardoso de reajuste zero a servidor público. Não se enganem! Esse é o primeiro ponto.

Quanto aos benefícios previdenciários – vocês viram aquele estudo do Bradesco –, se hoje a gente não mexer em nada, só pela questão demográfica, já vai haver uma ampliação dos benefícios previdenciários para algo em torno de 9% do PIB. Eles vão ter de fazer uma reforma desta aqui violentíssima, mexendo em quem vai se aposentar daqui a pouco.

É impressionante um Governo como esse, que tem esse Geddel Vieira Lima, que se aposentou com 51 anos. O Padilha se aposentou com 53 anos, e o Temer, com 55! Qual é a autoridade moral que eles têm para colocar uma idade mínima de 65 anos?

Agora, acho que eles vão tocar aqui, Senador Paulo Paim, na vinculação do salário mínimo com os benefícios previdenciários. Isso aqui é onde eles querem pegar. Ou seja, 70% dos aposentados ganham um salário mínimo. Eles vão aqui.... Aqui é que falo da perversidade desse ajuste. Mesmo na lógica deles, se eles discordassem da minha posição... Acho o seguinte: só vamos melhorar a situação da dívida pública, a situação fiscal, quando crescermos.

Então, sou defensor da tese de que, neste momento, nestes próximos dois anos, nós temos de ter um plano de investimento público, um plano de obras públicas para colocar a economia para crescer. Só depois nós olhamos para o fiscal. Você sabe que Lula pegou a dívida do Fernando Henrique de 60%. Fernando Henrique, quando assumiu, a dívida era 23,1% e a entregou em 60%. Lula a reduziu para 34% por quê? Porque a economia cresceu. Se não houver crescimento na economia, não há jeito!

Então, vamos lá! Mesmo que eles discordem desta minha posição e digam que é necessário, sim, um ajuste fiscal... Gente, eles nem tiveram a preocupação de fazer alguma coisa equilibrada, porque, na verdade, o andar de cima não contribui com nada. É um ajuste fiscal todo em cima dos mais pobres. Não há nada, nenhuma medida de tributação progressiva, para taxar lucros de dividendos, grandes fortunas. Nada há em relação aos juros. Então, é um ajuste todo em cima dos mais pobres.

O ataque aqui, Senador Paulo Paim, à saúde e à educação também vai ser gigantesco. Para fazer este corte aqui de cinco pontos percentuais em dez anos, nós vamos ter de cortar em saúde e em educação, vamos ter de mexer no abono e no seguro-desemprego, terá de haver reajuste zero do salário do servidor público e uma reforma previdenciária draconiana, acabando com a política de valorização do salário mínimo. Esse é um ponto. Eles não têm como alcançar isso se não fizerem esse conjunto de medidas. Não há jeito!

Quero encerrar minha participação aqui falando sobre o Rio de Janeiro. Senador Paulo Paim, nós estamos com a crise política que este Governo dizia que ia resolver, e não resolveu. Está aí a sua fragilidade. Estamos com uma crise econômica, que só piora, mas estamos caminhando para uma crise social violentíssima. O que eles estão dizendo aqui é que o aperto deles vai ser todo em cima do gasto social. Se houve uma coisa que aumentou no governo de Lula e da Dilma foi gasto social em relação ao PIB, que aumentou de 13% para 17% do PIB. Foi justamente aí que começou a cair a desigualdade no País.

Há duas formas de se combater a desigualdade, e uma delas é a arrecadação, com o sistema tributário. Nisso nós não avançamos. O sistema tributário nosso é de uma perversidade incrível. Os milionários pagam pouquíssimos impostos. Quem paga imposto são os trabalhadores e a classe média. O que nós conseguimos de redução da desigualdade foi justamente na ampliação desses gastos sociais. E é isso que eles vão atingir.

Quando falo do meu Estado do Rio de Janeiro, quando estamos vendo esta crise, é claro que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

houve muitos problemas da Administração do Rio de Janeiro, como isenção fiscal para tudo quanto é empresa. A corrupção existiu forte no Rio. Mas o problema é o seguinte: houve uma frustração de arrecadação violentíssima ali. E o que está acontecendo? Não é só no servidor público e no aposentado que estão querendo dar essa garfada de 30%. Cortaram sabe o quê, Senador Paulo Paim? Cortaram o Aluguel social de 90 mil famílias que o recebiam; cortaram o Minha Renda Melhor, um programa social que complementava o Bolsa Família e que atinge 111 mil pessoas, as pessoas mais vulneráveis e mais pobres, na ponta; fecharam todos os restaurantes populares, tudo!

Então, estamos entrando em uma quadra do País em que vejo, sinceramente, que esse Temer não pode continuar na Presidência da República. Não tem condições! Falei que ele parece o Forrest Gump por isso, porque o País está desmilinguindo. Eles ficam com essa história de que uma PEC de austeridade por 20 anos vai resolver o problema!

É preciso haver um Governo que tenha coragem, neste momento, de fazer os investimentos necessários, senão a situação vai piorar e vai se agravar muito. Os Estados – não é só o Rio de Janeiro que está em crise, há outros – não vão sair desta crise, se não houver um plano para este País voltar a crescer.

Então, estamos em uma agenda completamente errada. Falo que este Temer não tem condições não só por este escândalo do Geddel agora, mas pelo próprio Presidente. Numa crise como esta do Brasil, a gente tem de voltar a falar de eleições diretas com mais força, porque já começo a ver, pela fragilidade do Governo, a discussão de um golpe dentro de um golpe, de eleição indireta no próximo ano. Neste momento, só um governo legitimado pelo voto popular pode achar uma saída para o País. Falo isso aqui, Senador Paulo Paim, porque estou convencido disso.

O André Singer escreveu um artigo na *Folha de S.Paulo*, no sábado, falando da sarneyzação deste Governo do Temer, mas é isso mesmo. É um Governo completamente frágil, parece que ficam no Palácio do Planalto... Não estão fazendo nada em nenhuma área, estão só à espera de que essas medidas, no Congresso Nacional, de reforma da Previdência, a PEC, de uma hora para outra, mude a situação do País.

Paul Krugman fala muito na fada da confiança. Toda a tese é esta: vamos fazer essa política de austeridade, e, aí, os empresários vão retomar a confiança e investir na economia. Não vão investir na economia.

Eu queria, para finalizar, dizer que, quando a gente olha para a situação econômica do País, há um peso muito grande na economia do consumo das famílias: 63% do PIB estão ligados ao consumo das famílias; 20% estão ligados a gastos do Governo; algo em torno de 17% está ligado a investimentos; e uma parte pequena está ligada ao setor externo e ao setor interno. Estou falando isso porque não temos como recuperar o crescimento da economia sem melhorarmos um pouco a situação das famílias. O desemprego continua subindo, o rendimento continua caindo, o endividamento das famílias é alto. E o que vai acontecer? Essas medidas que eles estão executando na área da reforma da Previdência, principalmente a desvinculação do salário mínimo com a previdência e o ataque ao Benefício de Prestação Continuada, só vão agravar essa situação de retração do consumo das famílias, porque é justamente aquele dinheiro colocado na mão dos mais pobres.

Há um estudo do Ipea que analisa a criação desse grande mercado de consumo de massas no governo do Presidente Lula sob vários aspectos, ou seja, a ampliação do crédito. Mas, na verdade, o estudo do Ipea diz o seguinte: o que houve de mais forte para a construção desse grande mercado de consumo de massas foi o impacto do salário mínimo na Previdência Social. Foi isso que criou aquele momento em que a economia do País cresceu, em que muita gente foi incluída no mercado de trabalho, em que muita gente passou a consumir de forma mais efetiva, e é justamente isso que querem desmontar.

Então, quero trazer aqui esta minha preocupação para os senhores com este momento de gravidade do País. Acho que estamos caminhando para uma crise social violentíssima. Vejo que este Parlamento tem de se mexer, porque deste Governo que está aí não podemos esperar nada. As mobilizações têm de crescer. No próximo domingo, quero anunciar, inclusive, haverá um grande ato na Avenida Paulista contra a PEC 55, contra o Temer, pedindo "Fora Temer", com presença já confirmada de Muji-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ca, de Lula, de Chico Buarque. É no domingo, na véspera dessa votação aqui no Senado. Então, eu os chamo também ao reforço a essa mobilização.

Estão saindo delegações de Estados, porque é hora de a gente se levantar também. Então, uma mobilização como essa, na véspera de uma votação aqui, pode ter um impacto.

Parabenizo vocês!

Parabenizo a Fasubra, que está em greve, e todos os servidores que estão lutando neste momento!

Não é uma luta corporativa, é uma luta em defesa da nossa Constituição de 1988, é uma luta em defesa das conquistas sociais, porque o que estão querendo com esta PEC aqui, com a reforma previdenciária e trabalhista, não é só acabar com o legado do Lula e da Dilma, mas é rasgar a Constituição cidadã, que é o legado do Dr. Ulysses, o legado de Getúlio Vargas, porque, na reforma trabalhista, eles estão querendo rasgar também a CLT. Só a resistência popular e a resistência dos servidores públicos podem parar esse processo.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Senador Lindbergh! A sua fala fecha aqui a nossa audiência pública no mais alto nível de argumentos contra essa PEC e demonstra as preocupações que todos nós mostramos.

Eu falava aqui com a Senadora Gleisi que nós gostaríamos de encerrar às 13h, porque, a partir de 14h, teremos a sessão no plenário. Às 14h30, já começa o debate da PEC, e temos ainda de nos deslocar para dialogar nos nossos gabinetes e almoçar.

Eu perguntaria ao Plenário se há alguém que precisa muito usar a palavra. Senão, nós encerraríamos neste momento.

Parece-me que há um senhor que gostaria ainda de usar a palavra. Eu vou conceder a palavra a ele por cinco minutos, e daí nós encerraremos a nossa audiência pública de hoje.

Havia um trabalhador rural para falar. Está aí ainda ou não?

Então, passo a palavra ao senhor.

O SR. JOEL CÂMARA – O microfone está ligado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está ligado.

O SR. JOEL CÂMARA – Sou Joel Câmara. Trabalhei na auditoria internacional Arthur Andersen e Pricewaterhouse, além de ser palestrante da Escola Superior de Guerra, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

O problema é saber que não é com violência, não é com desrespeito a esta Casa, como foi feito na semana passada, com invasão, que haveremos de sair dessa crise.

Segundo Lenin – fui da vanguarda leninista revolucionária e fui também do movimento revolucionário da Liga Camponesa –, a greve geral é um soco em um paralítico. O paralítico, no caso, é a nossa democracia. É necessário que o povo dê um crédito total a esta Casa. Há divergência? Há. Há contradições? Há. Mas a essência da democracia é o respeito a esta Casa, nem que seja contra Lindbergh e contra Paulo Paim.

Como dizia Trótski, meu mestre, o Brasil está na agudização da crise. Basta um tiro seguro, um defunto importante e um louco para dar, que se rompe a ordem constitucional do Brasil. Já deram ontem um tiro em um helicóptero. O Rio de Janeiro, Senador Lindbergh, segundo a Polemologia, ciência da guerra ensinada por Clausewitz, já está em guerra civil. Não há solução nenhuma para o Brasil sem que todos nós, oposição e governo, esquerda e direita, revolucionários e conservadores, nos unamos e fixemos um objetivo para marchar no mesmo sentido...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOEL CAMARA – ...em compasso e com vibração em busca da soberania nacional.

Fico muito agradecido, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós lhe agradecemos também.

Neste momento, conforme o combinado, nós encerramos, então, a audiência pública de hoje, sabendo que, Senadora Gleisi, teremos outra reunião hoje à noite. V. Exª podia anunciar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, nós vamos fazer outra audiência pública, às 19h, na Comissão de Assuntos Econômicos e Sociais, a subcomissão dirigida pelo Senador Lindbergh, para tratar sobre tributação progressiva como alternativa à PEC 55. Então, estão todos convidados a participar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Assim, encerramos a nossa brilhante audiência pública.

Um abraço a todos! Parabéns! (*Palmas.*)

Se quiserem tirar uma foto coletiva aqui, nós agradecemos.

(*Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 103ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 13, da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Fátima Bezerra e do Senador Vicentinho Alves. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Registra-se a presença da Deputada Federal Erika Kokay. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 131 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "O combate à violência contra - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, e Simpatizantes - LGBTTS". A Senhora Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Toni Reis, Coordenador da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 e Secretário de Educação da ABLGT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis; Julio Dantas, Presidente da Fundación Todo Mejora (Chile); Kátia Maria Guimarães de Andrade, Coordenadora Geral do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania; Daniel de Aquino Ximenes, Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação; Mariana Braga, Oficial de Projetos do Setor de Educação da Unesco e Erika Kokai, Deputada Federal. A Senhora Presidente eventual concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Rogério Koscheck e André dos Santos Gonçalves. A Senhora Presidente eventual registra a presença de pessoas no Plenário. A Senhora Presidente eventual passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. A Senhora Presidente eventual faz os seguintes encaminhamentos: 1) apresentar requerimento para a realização de audiência pública na CDH, em colaboração com a Câmara dos Deputados e Comissão de Educação do PARLASUL, para debater a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 e demais países, com a participação de entidades representativas LGBTTS e órgãos do executivo federal; 2) encaminhar ao Parlamento do MercoSul cópia, em espanhol, da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016. Faz uso da palavra a Senadora Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Declaro aberta a 103ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 131, de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater o combate à violência contra lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros, transexuais e simpatizantes.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania; e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Eu quero também aqui acrescentar que essa iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, através do seu Presidente, Senador Paulo Paim, responde exatamente a uma demanda que o nosso mandato apresentou, para que a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Educação pudessem realizar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

presente audiência pública.

Portanto, queremos aqui agradecer ao Senador Paulo Paim pela sensibilidade mais uma vez demonstrada, abrindo as portas da Comissão de Direitos Humanos para tratar daquilo que é pertinente à pauta desta Comissão. Afinal de contas, o momento de hoje, quando teremos aqui o lançamento dessa importante pesquisa, inédita no Brasil, sobre as experiências de estudantes LGBT no ambiente escolar, com dados aprofundados, mostram a vida difícil que infelizmente essa parcela da população ainda leva, em nosso País, em razão do preconceito e da falta de respeito às lideranças.

Então, é muito importante, repito, que a Comissão de Direitos Humanos, cumprindo o papel que lhe cabe, realize hoje esta audiência pública, para que possamos aqui, através do Parlamento brasileiro, dar conhecimento ao Brasil dessa pesquisa recentemente realizada. Do que trata a pesquisa? Exatamente do ambiente educacional, no Brasil, no que diz respeito à população LGBT. Essa pesquisa, segundo a ABGLT, já é realizada – não é, Toni – nos Estados Unidos há mais de 25 anos, e agora está sendo realizada exatamente aqui no Brasil e na América Latina.

Daqui a pouco teremos a apresentação dos dados da pesquisa, que mostra o quanto o País precisa ter políticas públicas e iniciativas no campo legislativo, para combater a intolerância, o ódio, aquilo que a gente chama inclusive de homofobia.

Vejam bem o que diz a pesquisa: 73% dos estudantes LGBT sofrem bullying; 60% se sentem inseguros no ambiente escolar e 37% apanham ou apanharam dentro das escolas.

Há algo aqui a se ressaltar: essa pesquisa foi feita diretamente com os estudantes, até porque os questionários foram respondidos pelos próprios estudantes. Essa pesquisa não trata da percepção sobre o preconceito, a intolerância no ambiente educacional no que diz respeito à comunidade LGBT. Isso aqui não é o olhar do professor ou de qualquer outra pessoa; é o olhar e o sentimento dos próprios estudantes, porque foram eles diretamente os pesquisados. Foram eles que, de forma voluntária, responderam aos questionários da pesquisa falando exatamente desse cotidiano que, infelizmente, impera ainda no Brasil, inclusive no ambiente escolar, que é o cotidiano de preconceito, discriminação e violência.

Eu volto a repetir, é bom que o Brasil preste atenção: segundo a pesquisa, 73% dos estudantes LGBT sofrem Bullying; 60% se sentem inseguros no ambiente escolar; e 37% apanham ou apanharam dentro das escolas.

Nossa legislação, tanto a LDB quanto a Constituição de 88, é bem clara no sentido de explicitar os objetivos da escola na vida de nossos filhos e filhas. No Brasil, crianças e adolescentes não devem ir à escola apenas para se preparar para o mercado de trabalho, mas sim – e isso é tão importante quanto – para se desenvolver como seres humanos completos e receber as ferramentas adequadas, para exercer sua cidadania em toda a plenitude.

É, portanto, obrigação, imperativo deste Parlamento estar em constante diálogo com a sociedade, para verificar, a partir das diversidades, o que cada grupo necessita para exercer esses direitos constitucionais, para que possamos encontrar formas de garantir, por meio da legislação, que todo cidadão brasileiro possa ir à escola sem medo, sabendo que será recebido com respeito as suas diferenças, sem ser tratado com preconceito e com violência.

Em uma democracia, caminha-se sempre para a superação das desigualdades educacionais. De que forma? Com respeito e ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

Na nossa Constituição está bem claro, claríssimo, que ninguém – ninguém! – pode ser discriminado por raça, religião, orientação sexual, deficiência, peso ou qualquer outra diferença. Vou repetir: a Constituição de 88 diz claramente que ninguém pode ser discriminado, seja por raça, religião, orientação sexual, deficiência, peso, seja por qualquer outra diferença.

Esses dados da pesquisa, portanto, são essenciais para aprimorarmos a legislação no sentido de mudar a realidade daqueles que são agredidos em seu dia a dia pelo simples motivo de que outras pessoas não conseguem conviver com pessoas diferentes. E é por esse tipo de constatação que cada vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mais nós fortalecemos a nossa luta para que a educação possa seguir o seu rumo como uma educação inclusiva, uma educação democrática, uma educação laica, uma educação que acolha a todos e todas de acordo com que reza inclusive a nossa própria legislação.

Eu quero convidar agora, com muita satisfação, para tomar parte da nossa mesa, Toni Reis, •Coordenador da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 e Secretário de Educação da ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis.

Quero convidar também, com satisfação, o Daniel Ximenes, Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

Quero convidar Kátia Maria Guimarães de Andrade,•Coordenadora Geral do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania.

Convido também Mariana Braga,•Oficial de Projetos do Setor de Educação da Unesco.

Vamos começar com o Toni. Antes de passar, Toni, eu quero mais uma vez aqui parabenizar a ABGLT pelo papel protagonista dela com várias entidades na luta contra o preconceito, contra a violência, contra a discriminação e contra a intolerância no que diz respeito à comunidade LGBT. É reconhecido por todo o Brasil o papel importante que a ABGLT desempenha, inclusive pautado pela seriedade, pelo compromisso, pela responsabilidade, pela dedicação e pelo preparo intelectual. Ou seja, a ABGLT, de fato, é uma referência não só no Brasil mas no mundo inteiro na luta contra a homofobia.

Quero registrar aqui com muita satisfação a presença entre nós da Deputada Erika Kokay, cujo mandato tem sido muito atuante, um mandato muito militante na luta em defesa dos direitos humanos e na luta em defesa da comunidade LGBT.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados e à Deputada Erika... Inclusive, se a Deputada Erika quiser nos dar a honra de vir aqui à mesa, por favor, será muito bem acolhida. Venha fazer parte da Mesa. Coloquem uma cadeira aqui.

Antes de passar a palavra ao Toni, eu quero colocar que essa pesquisa é muito importante e necessária. Aproveito a presença do MEC e do Ministério da Justiça para expressar o meu desejo de que essa pesquisa chegue às mãos de todos os professores das escolas públicas deste País, inclusive da iniciativa privada, Toni.

Espero que essa pesquisa chegue às mãos dos professores, que ela adentre o chão das escolas por este País afora, para que, à luz dessa pesquisa, nós possamos realmente avançar com vistas a combater a intolerância e o ódio que afloram, inclusive neste período infelizmente de ataque à democracia, neste período de governos que padecem de legitimidade, etc.

Eu quero ainda acrescentar o seguinte: um debate a ser feito é o que que o Congresso Nacional pode fazer para resguardar a própria Constituição Federal naquilo, inclusive, que ela nos assegura, que é combater todo e qualquer tipo de discriminação, seja de que natureza for: de raça, de orientação sexual, de credo, etc.

Quando se faz esta pergunta: como é que o Congresso Nacional pode contribuir, deve contribuir para não avançarem os retrocessos? Eu acho que a resposta que nós devemos dar neste exato momento, Deputada Erika, é dizer o seguinte: neste momento, a melhor contribuição que o Parlamento deve dar é estar atento para não deixar prosperar no Congresso Nacional – seja na Câmera dos Deputados, seja aqui no Senado – proposições legislativas que no nosso entendimento significam um atentado aos direitos humanos das pessoas. E aqui eu exemplifico com o Projeto de Lei Escola sem Partido, apelidado pela comunidade educacional de lei da mordaça, pelo quanto de nefasto esse projeto de lei é à medida que quer calar a liberdade de expressão do professor, à medida que quer cercear a liberdade de ensinar do professor, à medida que quer cercear o debate, à medida que quer calar o senso crítico do debate plural que deve ser uma das missões principais da escola. A escola que não se abre para cumprir aquilo que é do seu principal ofício, que é acolher o debate, repito, de forma plural... O professor não ter assegurada e respeitada, como diz a própria Constituição, a liberdade de ensinar e a liberdade de aprender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

– a própria Constituição e a própria LDB, que a nossa Constituição Magna na educação, também diz do pluralismo de ideias e do pluralismo de concepções pedagógicas –, não ter isso respeitado significa a falência da educação, significa a morte da educação. Projetos como o Escola sem Partido, ou seja, lei da mordaça, só vêm na direção de alimentar essa desumanização que é o *bullying*, que é o preconceito, que é a violência contra as pessoas, no caso, a comunidade LGBT.

Então, Toni, parabéns, mais uma vez, por essa importante contribuição que a ABGLT, junto com as demais entidades, está dando à educação brasileira. Essa pesquisa, repito, vem na direção de que a gente não arrede o pé da educação de que Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes plantaram as sementes, da educação inclusiva, generosa, da educação democrática, crítica, laica, da educação que prepara para o desenvolvimento pleno das pessoas, o desenvolvimento pleno incluindo inclusive o preparo para o trabalho e sobretudo o exercício para a conquista da cidadania plena em todos os seus sentidos, em todos os seus direitos.

Vamos passar agora a palavra para Toni Reis, Coordenador da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016.

O SR. TONI REIS – Bom dia, Senadora Fátima Bezerra. Primeiramente, gostaria de agradecer à senhora e a sua equipe por estar nos proporcionando este momento de apresentar aqui no Senado Federal esta pesquisa, que traz dados alarmantes.

Então, gostaria de agradecer. Sei que foi o empenho da senhora em articulação. E aí, tenho que agradecer ao Senador Paulo Paim, que é o nosso grande aliado na questão dos direitos humanos. Então, quero agradecer, neste primeiro momento, a sua atitude de falar: "Vamos fazer, nós temos que apresentar ao Brasil, os dados são importantes."

Também quero saudar aqui na mesa a Kátia Guimarães, do Conselho Nacional LGBT, neste momento aqui representando a Secretária Flávia Piovesan. Eu acho que é importante estarmos unidos contra o preconceito e a discriminação. Mostra que com todas as vênias a Secretaria está conosco nessa empreitada contra a intolerância.

Também gostaria de saudar Prof. Daniel Ximenes, do Ministério da Educação. Nós já estamos conversando inclusive sobre a pesquisa para que a gente tenha desdobramento. Acho que não é só analisar e ficar no evento nós temos que estar... Então, é importante o MEC estar aqui presente, neste momento, representando o Ministro Mendonça Filho.

Saudar a querida amiga Mariana Braga, da Unesco. Inclusive, a Unesco, Senadora Fátima, redigiu um chamado para ação sobre a violência e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, em Paris, e o Brasil já assinou. Então é bacana a Unesco estar junto nessa empreitada.

E a nossa querida Deputada Erika Kokay, que sempre está com a gente em todos os momentos alegres e difíceis. Nós estamos passando por toda uma dificuldade neste sentido no País e ela está com a gente para lutar contra a intolerância e o preconceito.

Eu gostaria de, neste primeiro momento, passar um vídeo de 30 segundos sobre intolerância. Acho que é importante. Esse vídeo é uma campanha que nós desenvolvemos, que está passando, em parceria com a Rede Globo, em todo o Brasil em horário nobre. O que nós queremos é o respeito e não a intolerância.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. TONI REIS – Muito bem. Essa é uma campanha que foi devolvida gratuitamente por três agências da cidade de Curitiba. A gente fez uma parceria interessante com a Rede Globo para a questão do respeito. Acho que é isto que nós queremos, o respeito. Não precisa aceitar, mas respeitando já está muito bom, podemos entrar num acordo.

Vou apresentar então aqui a pesquisa.

Vou falar rapidamente da metodologia, do universo pesquisado, dos principais achados, da insegurança, da agressão verbal, da agressão física, do bem-estar psicológico e da comparação com outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

países, colocando a conclusão.

A pesquisa aqui no Brasil foi feita pela ABGLT e foi executada pela equipe do Grupo Dignidade – inclusive, nós estamos aqui com o Sr. Lucas Dionisio, que é o nosso Diretor Administrativo jovem –, foi patrocinada pela Universidade Federal do Paraná e nós temos toda a coordenação técnica, uma fundação é norte-americana, a GLSEN, e o Coordenador Regional que em breve estará com a gente aqui na mesa, Todo Mejora, do Chile, que coordenou os sete países.

Essa pesquisa já está sendo feita nos Estados Unidos há sete anos, em Israel há oito anos e agora nós faremos no Brasil a cada dois anos.

A coleta dos dados. Foi feita de dezembro de 2015 a março de 2016 pelas mídias sociais. Então, foi feita pelo Instagram, Facebook, Twitter e por *e-mails*.

O público-alvo. Critérios para inclusão: ter pelo menos 13 anos de idade; ter frequentado o ensino básico no Brasil durante o ano letivo de 2015 e identificar-se como LGBT

É uma das primeiras pesquisas que vão diretamente ouvir o adolescente, a pessoa que mais sofre o preconceito na fase difícil de transição entre ser criança e adulto.

Como toda pesquisa, tinha o termo de consentimento livre esclarecido.

O preenchimento de questionário era *on-line* sobre as experiências na instituição educacional que frequentavam no ano letivo de 2015.

Havia 60 perguntas fechadas: opção única, múltipla escolha e duas perguntas abertas. Aqui, nessas perguntas abertas... Inclusive, acabou de chegar o nosso querido coordenador, que coordenou a pesquisa nos sete países da América Latina, o Prof. Júlio Dantas. Nós falávamos, como brasileiros: "Não vai dar certo essa pesquisa no Brasil, porque o adolescente não vai responder 60 perguntas." E o pessoal dos Estados Unidos disse: "Não, os adolescentes precisam de um desabafo." Para nossa grata surpresa, tivemos 322 depoimentos e esses depoimentos foram o que mais nos chocou. Vocês vão ver nos três dados que vou apresentar, somente três dados, os 322 depoimentos foram o que mais nos chocou.

Seja bem-vindo, Prof. Júlio Dantas!

Aqui, a pesquisa foi respondida. No Brasil, tivemos 1.016 estudantes; na Argentina, 781; no Uruguai, 423; Chile, 424; Peru, 320; Colômbia, 581; e, no México, eles estão concluindo neste momento.

O universo, 1.016 estudantes no Brasil, entre 13 e 21. Identificaram-se como *gay* ou lésbica, 71%; 21%, bissexuais ou pansexual; 7%, travestis e transexuais.

O dado, 59% brancos; 33%, negros ou pardos; 5% indígenas e outra raça ou cor.

E aí os 322 estudantes que desabafaram, deixando os seus comentários adicionais no final do questionário.

Então, nós selecionamos, a cada número... Porque, quando você fala em percentagens, isso, muitas vezes, não sensibiliza, mas os depoimentos a gente pegou a maioria deles e publicou também no relato aqui da pesquisa.

Há três achados, e esse é o primeiro: 60% dos estudantes se sentiram inseguros na escola, no último ano, por serem LGBTs. Aqui, é um dado que parece simples, mas imaginem você ir para a escola e se sentir inseguro!

E aqui há um depoimento de uma estudante bissexual, de 15 anos, do Rio Grande do Sul.

> Me senti insegura, mal, como se não fosse útil e como se a minha vida não fizesse sentido. Me sinto como se ninguém ligasse para mim, me sinto sozinha, afundando em uma piscina de areia movediça. Não consigo subir. Quando eu tento subir, a areia me puxa de volta. Às vezes, só queria o fim da minha vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, este é um dos três dados que mais chamou a atenção da gente.

O segundo dado que nos chamou atenção foi que 73% dos adolescentes que responderam à pesquisa são agredidos verbalmente com palavras de baixo calão. Então, a gente procurou, dentro da pesquisa, não colocar, mas todas as palavras, com certeza, as pessoas que ouvem, e nos assistem, e estão aqui presentes conhecem, sabem de palavras que nós não podemos publicar, inclusive, aqui. Isso é muito triste.

Depoimento de um estudante *gay*, 16 anos, do Estado do Paraná:

> Muitas vezes, ameaçado, humilhado, separado e desamparados, mesmo assim, continuei firme e forte, determinado a completar os anos que perdi por medo, insegurança, e mais medo, com a esperança de que um dia as escolas sejam a segunda casa, onde além de se aprender sobre apenas fazer expressões matemáticas ou poemas arcaicos, mas também sobre a igualdade, sobre o respeito, sobre amar o próximo, porque é isto que deveria ser ensinado nas escolas, o respeito.

Como disse aqui a nossa querida Senadora Fátima Bezerra, a escola tem três grandes objetivos: primeiro, a educação para o trabalho, desenvolvimento humano e para a cidadania. Como a gente percebe, 73% dos jovens são agredidos verbalmente nas escolas e colégios do nosso País.

O terceiro dado sobre o qual eu acho que nós temos que conversar é este: 36% das pessoas apanham nos colégios e escolas. Esse é um dado que nos chamou muito atenção.

Depoimento de estudante *gay*, 18 anos, do Estado de São Paulo: "Na época, nem eu conseguia compreender por que eu passava por tudo isso na escola e dentro de casa. Apanhei antes de saber, de fato, sobre a minha orientação sexual." Então, aqui ele fala que sofria o preconceito em casa, que chegava à escola. Vocês imaginem a tristeza dessa situação.

Depoimento de um estudante lésbica, 17 anos, do Estado de São Paulo: "Fui empurrada por outras garotas – 'Saia daqui sapatão. Não queremos você aqui' – pelo simples fato de estar perto."

Então, esses são os três dados que eu acho que é importante salientar nesse primeiro momento.

Aqui, nós temos vários dados, foi uma pesquisa de 60.

Outro dado que eu acho que é fundamental analisarmos para as pessoas: dentro da comunidade LGBT, nós temos as pessoas trans, que são as pessoas mais discriminadas. Inclusive a Deputada Erika Kokay juntamente com o Deputado Jean Wyllys estão com um projeto na Câmara dos Deputados para discutir essa questão do respeito à identidade e à expressão de gênero.

Depoimento de um estudante trans, 16 anos, do Estado da Bahia:

> Eu morri porque eu ouvi aquele ecoar em meus ouvidos e dar uma volta em meu cérebro, fazendo com que minha mente ficasse nublada no mesmo instante. Naquela classe nova, ninguém sabia meu nome de registro, o que me deixava mais confortável para ser eu mesma entre eles. Porém, tudo que eu tinha construído fora destruído em três gritos por parte da professora. A sala inteira me encarava com os olhos arregalados; outros, como nojo.

A questão da interseccionalidade que eu acho que é importante. Muitas vezes, a pessoa, quando é negra, de baixo poder aquisitivo, mulher, ainda sofre muito mais. No caso aqui, uma mulher negra,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lésbica, pobre e ateísta sofre preconceito diariamente. No depoimento dela, de Roraima:

> Queria dizer que as instituições educacionais e seus funcionários não estão prontos para qualquer ocasião relacionada ao aluno LGBT e até mesmo sobre outros assuntos. Muitos deles impõem seu preconceito, principalmente homofóbico e religioso, sobre os alunos.

Então, este aqui é um depoimento bastante profundo.

E isso aqui, pessoal, a pesquisa. Nós também fizemos a chamada triangulação. Dentro da academia, nós temos isto: você tem que pegar os dados e comparar com outras pesquisas.

Essa é uma pesquisa, Prof. Ximenes, do Ministério da Educação, feita pela Fipe, e coloca que as pessoas mais discriminadas na escola ainda são a questão das mulheres; em segundo lugar, vem a questão da orientação sexual; e, depois, socioeconômica, étnico-racial e territorial.

Então, a pesquisa nossa não está fora, está batendo com os dados do nosso País.

Aqui, um dado. Nós nos preocupamos muito com a qualidade da educação e aqui nós percebemos: quanto maior a agressão, pior o desempenho escolar. Então, quando vamos discutir o Ideb, nós temos que ver essa questão da percentagem de estudantes que relataram ter recebido notas boas ou excelentes, entre 7 e 10, há níveis menores de agressão, nunca ou raramente têm a nota maior, e, quanto mais agressão verbal, a nota é menor.

Então, discutir a questão do respeito ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TONI REIS – ... dentro da escola é você estar melhorando a qualidade de ensino.

Para concluir, os estudantes LGBT tinham duas vezes mais probabilidade de ter faltado a escola no último mês e sofreram níveis mais elevados da agressão LGBT fóbica, 59% comparado com os outros que não sofreram agressão.

Aqui, os dados dos depoimentos.

Os estudantes LGBT que vivenciaram níveis mais elevados de agressão verbal, frequentemente ou quase sempre, tinham 1,5 vezes mais probabilidade de relatar níveis mais elevados de depressão, 74%, comparados com os 44% que sofreram menos agressão.

E aí, rapidinho, o depoimento de uma transexual: "Obrigada por tudo, mas não vai ser agora a ajuda de vocês que vai fazer eu parar de me cortar ou parar de querer morrer". Inclusive isso foi objeto de uma reportagem no Fantástico do último domingo.

Depoimento de uma estudante lésbica, 14 anos, do Estado de São Paulo: "Às vezes, eu sinto vontade de levar uma arma pro colégio e me suicidar lá".

Depoimento de um estudante de 17 anos de Minas Gerais: "Penso em me matar quase todos os dias, não aguento mais ser chamado de 'viadinho' na escola".

Conclusões.

Nós temos, infelizmente, na educação: preconceito, discriminação, *bullying*, violência, insegurança, falta, evasão, profissionais com pouca ou nenhuma capacitação para tratar desses assuntos e falta de políticas públicas, principalmente no currículo.

O que é que nós estamos propondo aqui, Senadora? Este é o eslaide que nós demoramos aí, tivemos um seminário em Santiago do Chile, depois tivemos um seminário na cidade de São Paulo, também tivemos um encontro da Unesco em Paris e outro encontro em Beijing, para a gente chegar a esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

eslaides aqui. O que é que nós fizemos? Formação inicial e continuada: nós precisamos que tenham, as universidades e faculdades precisam colocar a disciplina de Direitos Humanos, que contemple todas as orientações sexuais, raça, etnia, gênero, que discuta, inclusive, a questão da diversidade religiosa. Este é o primeiro momento.

Tudo Vai Melhorar, que é o programa que nós vamos lançar aqui no Brasil, é um programa dos Estados Unidos que, inclusive, o professor Júlio Dantas vai poder falar melhor, que é o acolhimento a esse adolescente que sofre o preconceito e a discriminação.

Também vamos fazer prêmios de boas práticas e comunicação, como a campanha que nós apresentamos. Esse prêmio nós precisamos de parceria com a Unesco, com o próprio MEC, com a Secretaria de Direitos Humanos, porque nós temos escolas que têm um trabalho muito bom. E, inclusive, a pesquisa apontou escolas e colégios onde isso é respeitado.

Precisamos que a nossa comunidade também participe da escola para dar palestras sobre dignidade humana e material didático. E também vamos estar judicializando os casos mais complexos, onde há casos em que há omissão por parte do Município, do Estado ou da União. Eu acho que nós temos que fazer.

E, claro, o Advocacy & Accountability, que são as políticas públicas. E ter marcos normativos. Eu acho que leis é fundamental. O ano passado aqui nesta Casa foi aprovada a lei *antibullying*, mas agora nós precisamos tirar do papel. Então, é isso que nós estamos propondo.

E aqui o que você e sua escola e instituição podem fazer – e aqui eu acho muito bonita, nós gostamos, foi um dos 322 depoimentos, e esse, Senadora, para concluir, olha, de uma criança, de um adolescente de 17 anos, que falou:

> Os estudantes LGBT precisam ser tratados como são os estudantes heterossexuais. Não queremos ser tratados de maneira privilegiada [inclusive aqui, nesta Casa, no Senado, participei de várias discussões do projeto, do PLC 122, que as pessoas falavam que nós queríamos o privilégio. Nós não queremos privilégios] nem queremos ser melhores que os outros. Queremos direitos como qualquer outro cidadão. É preciso fazer isso logo, o mundo não percebe, mas somos tão humanos quanto os outros, porém estamos morrendo. O preconceito está nos matando.
>
> A cada vez que você ofende uma pessoa LGBT, o seu senso de valor é destruído. Lembre-se mais uma vez, somos tão humanos quanto os outros, mas estamos morrendo. E ninguém tem notado essa injustiça.

Então, é importante esta mensagem.

Muito obrigado, mais uma vez, Senadora Fátima Bezerra, por este momento.

Eu tenho aqui os volumes que a gente vai estar distribuindo, deixando para os Senadores e as Senadoras, porque eu acho que é importante o Brasil saber através desta Casa de Lei.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço a participação de Toni Reis, que trouxe aqui um resumo da pesquisa realizada. Pelo que acabamos de ver, sem dúvida nenhuma, é um material muito importante para a reflexão e para o debate, repito, na linha da educação inclusiva que nós defendemos.

Nós vamos, agora, imediatamente, passar a palavra, com muita satisfação a Julio Dantas, que aqui representa a Todo Mejora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Julio, por favor.

O Julio é chileno.

O SR. JULIO DANTAS – Sou um brasileiro que mora no Chile há muitos anos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Um brasileiro que mora no Chile há muitos anos. Perfeito.

Seja bem-vindo, Julio!

O SR. JULIO DANTAS – Bom dia.

Muito obrigado pelo convite, Senadora.

Oi, Toni. Tudo bem?

Antes de tudo, para dar um contexto e continuar o que o Toni estava apresentando, o que eu vou tentar fazer aqui é dar um contexto de como o Brasil está em comparação com outros países em que a gente fez a pesquisa.

Como o Toni mencionou, são seis de sete países, porque o sétimo país é o México, e, no caso do México, eles estão num ano letivo distinto.

Então, primeiro, bom dia em nome de todas as organizações que participaram do projeto e também em nome da GLSEN, que é a Gay, Lesbian & Straight Education Network, uma rede nacional de professores que são heterossexuais e também gays nos Estados Unidos que há 25 anos está fazendo esse tipo de trabalho com o objetivo principal de ter evidência para poder informar a Senadores e Senadoras representantes do Governo para que possam desenvolver políticas e programas que possam responder de maneira correta, de maneira precisa a algo que está acontecendo na vida dos adolescentes LGBT no país inteiro. Essa pesquisa especificamente o GLSEN está fazendo desde 1999.

Nossa parceria do Todo Mejora com o GLSEN foi para fazer duas coisas: para ter essa evidência pela primeira vez nesses sete países na América Latina, porque nunca existiu essa evidência antes, e também, no trabalho do Todo Mejora, a gente existe para prevenir o suicídio de adolescentes que são LGBT, mas também adolescentes que são heterossexuais e que estão num processo de desenvolvimento da sua identidade, mas que são tão discriminados nas escolas e nas famílias que decidem se suicidar. Então, o conceito da pesquisa tinha esses dois pontos principais.

Primeiro, como o Toni mencionou – eu vou ler rapidinho –, a ideia foi conhecer as experiências dos alunos LGBT em países da América Latina, aumentar a capacidade das ONGs para coordenar pesquisas e poder informar os governos dos distintos países sobre como fazer melhores decisões para os adolescentes LGBT e desenvolver e melhorar políticas públicas e programas baseados em evidência no setor de educação.

As organizações que participaram eram da Argentina, do Brasil, do Chile, México, Colômbia, Uruguai e também Peru.

A pesquisa do clima escolar também, como mencionou o Toni, foi conhecer a experiência dos estudantes LGBT nas escolas: a vitimização, linguagem pejorativa, percepção da segurança, ambiente da escola, o ambiente escolar, políticas de proteção e apoio dos educadores.

De novo, porque é um contexto em que existem esses estudantes, e um contexto bastante complicado. Por quê? Porque, por exemplo, a pesquisa do Chile mostrou que 68% dos estudantes que sofrem na escola vão para casa, em casa, contam a seus pais que estão sofrendo na escola, e os pais não fazem nada. Muitas vezes, a gente sabe que não fazem nada, porque tem uma normalização dessa violência, e todos entendem como: "Ah, você foi para a escola e o xingaram de viado. O.K. Isso é supernormal". E essa normalidade é uma das coisas que a gente está tentando mudar, tanto o que está acontecendo na escola, mas também na cultura em geral.

A compilação de dados, como o Toni mencionou, foi de dezembro a março em todos os países, e o público objetivo dos países foram distintos, e muitos países foram de 13 a 21, dependendo do con-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

texto nacional. Como o Toni mencionou também, os distintos números dos países.

Os resultados regionais vão sair agora no final de 2016. O que eu vou apresentar agora são os resultados independentes de cada país; ou seja, o "multipaís".

Então, em relação a comentários LGBT fóbicos, para que vocês tenham uma ideia, em quase todos os países, a maioria dos alunos ouvem comentários LGBT fóbicos na escola. Chega a 100% em quase todos os países.

Estamos preocupados porque esses dados confirmam o fato de nossos países serem caracterizados por meio de uma linguagem homofóbica e sexista diária, e isso tem um impacto real sobre a vida das crianças e adolescentes LGBT a serem reconhecidos como tais.

Então, essa é uma preocupação principal que, de novo, era o dia a dia.

Segundo, em relação à violência verbal, palavras como *maricón*, *machorra*, *fleto*, *torta* e viado foram os tipos de palavras adaptadas de acordo com a pesquisa de cada país. O percentual de alunos LGBT que relataram terem sido verbalmente atacados no ano passado na escola varia entre 50 e 75%. Os números mostram que essa é uma parte cotidiana dos alunos na escola na maioria dos países; ou seja, ser *gay* em sete países, neste caso em seis países, da América Latina, é um convite para que as pessoas possam xingá-lo no dia a dia da sua vida.

Violência verbal por expressão de gênero: o assédio verbal por causa de como os estudantes se expressam, o seu sexo frente a outros, era muito comum nos seis países. Para Argentina, Brasil e Chile, a frequência era muito semelhante ao assédio verbal com base na orientação sexual. Enquanto aqui, podemos ver a persistência do abuso verbal contra as crianças e adolescentes LGBT e estamos preocupados porque essa discriminação é obstáculo para o desenvolvimento da identidade de todos. Quero enfatizar isto: o desenvolvimento da identidade de todos.

O trabalho que todas as organizações fazem nos distintos países e também claramente o que a gente faz no Chile nos mostra que muitos adolescentes que sofrem o *bullying* que é homofóbico, transfóbico, etc, são adolescentes heterossexuais, mas que estão simplesmente tentando se conhecer como seres humanos aos 13 anos de idade. E quando a gente trabalha na prevenção desse tipo de discriminação, o que a gente está fazendo é criar um mundo onde todos os adolescentes possam desenvolver-se da maneira mais saudável possível.

Então, de novo, não tem só que ver com os adolescentes de LGBT, tem a ver com criar um mundo para que as crianças e adolescentes se desenvolvam de maneira saudável.

O abuso físico por expressão de gênero.

O assédio físico por causa de orientação sexual e e expressão de gênero é comum para estudantes LGBT em todos os países. Neste gráfico vemos que entre um quarto e quase metade dos estudantes LGBT são vítimas de assédio físico, como empurrões, em função da forma como eles expressam o seu gênero. A violência física é menos comum do que o assédio verbal, mas são casos com consequências mais graves.

Então, temos situações, por exemplo, no Chile, em que nos ligam para fundação Todo Mejora – a fundação Tudo Melhora –, porque um estudante está sangrando na sala de aula em virtude de o professor tê-lo atacado. A nossa situação, no Chile, é a seguinte: dos 94% dos estudantes que escutam comentários homofóbicos, 60% desses comentários vem dos próprios professores. É uma situação em que até mesmo as pessoas que têm a responsabilidade de cuidar desses alunos não o fazem, e, muito pelo contrário, são pessoas que também os estão discriminando.

Não reportaram incidente ou violência ao *staff*.

É a responsabilidade das escolas de garantir uma aprendizagem segura e respeitosa. No entanto, entre metade a dois terços dos estudantes dos países nunca relataram assédio ou agressão ao pessoal da escola. Isso é comum para os estudantes LGBT que acreditam que o pessoal não vai fazer nada sobre o problema. Alguns estudantes pensam que vão ser responsabilizados, porque são LGBT, ou que a escola, muitas vezes tentando ajudar, «tira-os do armário», por exemplo, ligando para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

os pais e para as mães dizendo: «Olha, o seu filho está tendo problemas na escola. O seu filho é *gay*". E esse filho nunca teve uma oportunidade de ter uma conversa com os pais.

De novo, são professores que, em alguns casos, têm uma intenção muito boa de ajudar o adolescente, mas, mesmo que ele ou ela tenham boas intenções, sem uma capacitação para entender o que significa isso na vida desse adolescente, muitas vezes cometem erros.

"No Chile, o meu professor perguntou se havia qualquer desviado no curso. Então, eu disse que eu era e começou a me insultar".

Não há regras ou políticas de proteção.

As políticas são importantes mecanismos para proteger as crianças da violência. Os funcionários relatam que esses comportamentos negativos devem ser abordados. Então, muitas vezes, os funcionários das próprias escolas falam da importância de ter as políticas dentro da escola também. E por quê? Porque, quando os funcionários não têm políticas escolares, eles mesmos não podem lutar pelos direitos dos adolescentes LGBT, porque, em muitos casos, quando eles lutam por esses direitos, os pais e as mães dos alunos dessas escolas os criticam porque, agora, estão falando de sexo na classe. Na verdade, eles não estão falando de sexo. Eles estão falando dos direitos humanos dos adolescentes LGBT.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIO DANTAS – Além disso, é mais provável que os alunos relatem problemas aos funcionários da escola se eles sabem que existe uma política que os protege.

Havendo dito isso, em seis países, um grande número de estudantes relata que eles têm uma política na escola. Isso, nós consideramos importante e consideramos que deve ser continuado.

Estudantes com professores com quem podem conversar.

O pessoal de cada escola é um recurso crucial para os estudantes LGBT. Ter a oportunidade de falar com um adulto empático, na escola, pode ter um impacto positivo sobre a experiência dos alunos.

Outros estudos do GLSEN – Gay, Lesbian & Straight Education Network mostram que uma pessoa tem o poder de mudar a vida de um adolescente, especialmente se essa pessoa, quando o adolescente está sofrendo, olha para ele ou para ela e diz: "você está bem exatamente como você é". E esse momento, quando o adulto vê o adolescente como verdadeiro ser humano com direito de se expressar da maneira como ele ou ela querem se expressar, é muito importante.

Então, às vezes, quando a gente fala em capacitação de professores e do pessoal do colégio, a gente também está falando de uma coisa bem simples, como desenvolver a habilidade de ser um bom humano tratando outro humano bem.

Menos da metade dos alunos nos seis países poderiam identificar pelo menos seis educadores na sua escola que eles acreditam que apoiavam os estudantes LGBT.

As classes não incluem temas LGBT.

A correlação aqui é bastante fácil – e o Toni também falou disso. Basicamente, quando os estudantes escutavam temas LGBT nas classes, eles sentiam que estavam em espaços mais seguros, porque eles viam eles mesmos nas matérias da escola.

Percepção de inseguridade.

Para a gente, uma das grandes preocupações é essa, ou seja, a percepção da inseguridade. O que quer dizer isso? Que, se eu me sinto inseguro, eu não vou para a escola. A gente acredita que o espaço escolar é um espaço para onde os adolescentes têm, ao despertar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIO DANTAS – ...de manhã, que sentir vontade de ir.

Como disse o Toni, o que também a gente encontrou em todos os outros países é que os ado-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lescentes que se identificam como LGBT são duas vezes mais propensos a não irem à escola. Por quê? Porque, se eles sentem medo, não vão querer estudar.

Conclusões.

E as recomendações principais aqui têm uma mistura do trabalho que a gente fez com a Unesco na reunião internacional com vários profissionais de educação e também as recomendações que o Toni mencionou para o Brasil.

As recomendações incluem: as políticas devem abordar a totalidade das vidas dos jovens LGBT e os direitos explicados na Convenção dos Direitos da Criança, e as regras e normas de convivência escolar devem falar especificamente sobre a juventude LGBT.

O estudo também mostra que, quando não se fala especificamente sobre esses estudantes, eles se sentem mais inseguros e os professores não têm tantas ferramentas para ajudá-los.

O currículo deve incluir conteúdos sobre a diversidade sexual e direitos humanos, capacitação integral dos profissionais do setor educativo, em especial os que trabalham diretamente com jovens.

É importante que existam mecanismos de apoio aos estudantes, tanto às vítimas de violência como aos que causam a violência. Para nós é superimportante isso: o autor do *bullying*, a pessoa que causa a violência, também é uma criança, um adolescente, e essa pessoa necessita também de apoio da comunidade escolar.

Finalmente, a sensibilização, de maneira geral, das escolas e especificamente dos profissionais e o segmento e a avaliação das políticas públicas existentes em cada país, evidenciando o que está acontecendo neste país, mas também o desenvolvimento e o impacto da implementação dessas políticas públicas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Queremos agradecer o Júlio.

Quero, inclusive, solicitar a V. Sª, falei aqui com o Toni, que você disponibilizasse alguns exemplares da pesquisa, uma vez que o Toni me informou aqui que ela tem também uma edição em espanhol. Eu gostaria de ter alguns exemplares em espanhol e explico o porquê. É que estou fazendo parte da Comissão de Educação do Parlasul e gostaria, portanto, Deputada Erika, de levar alguns exemplares da pesquisa para fomentar a pauta de uma reunião nossa da Comissão de Educação do Parlasul.

Muito obrigada, Júlio, pela presença.

Vamos passar imediatamente a palavra à Deputada Erika Kokay. Antes, porém, queremos registrar também, com muita satisfação, a presença do jornalista Rogério Koscheck.

Rogério, seja muito bem-vindo!

Rogério é coordenador da Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas, onde tem feito um bonito trabalho.

E gostaria, Rogério, inclusive de convidá-lo para vir aqui mais para frente, por favor. Mais uma vez, parabenizo-o pelo bonito trabalho que tem realizado.

A palavra com a Deputada Erika Kokay.

A Deputada Erika é do PT aqui do Distrito Federal. É conhecida, no Distrito Federal e em todo o Brasil, pela atuação que ela tem, com muita dedicação, com muita seriedade e com muito zelo na luta em defesa dos direitos humanos. Tem sido uma voz muito importante, Deputada Erica, aqui – repito – no Congresso Nacional, na luta contra o preconceito, a violência e a discriminação, seja com relação à questão de gênero, à questão da orientação sexual. Enfim, ela tem um mandato muito presente – repito – na luta em defesa dos direitos humanos.

Com a palavra a Deputada Erica Kokay.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Obrigada, Senadora Fátima Bezerra, com quem tive a alegria grande conviver, durante o seu mandato na Câmara Federal. E foi muito importante para que nós pudéssemos fazer uma série de enfrentamentos que são necessários que sejam feitos.

Eu penso que nós vivenciamos, neste momento, uma situação no País de ruptura democrática. A ruptura democrática sempre ameaça os direitos, os direitos e a democracia têm uma relação que é muito umbilical, porque são os direitos que potencializam a democracia, transformam em democracia de alta intensidade numa democracia de baixa intensidade, que levam a democracia para todos os cantos deste País e que faz com que nós tenhamos patamares de apropriação dos próprios direitos na vida das pessoas.

Então, o direito é absolutamente fundamental para a democracia e a democracia é chão basilar da própria existência dos direitos. Se há ruptura democrática, nós temos um processo de ameaça de todos os direitos nessa relação que é muito umbilical.

E nós vivenciamos um período de resistência. Eu acho que um período de resistência em função do crescimento de uma lógica fundamentalista, que vai se expressar em vários contextos, mas que é muito ameaçadora. É ameaçadora da brasilidade, porque a brasilidade pressupõe a nossa diversidade, a nossa negritude, a nossa condição indígena, é uma ameaçadora dos afetos, ameaçadora da liberdade.

Há uma construção de segmentos, dentro do Parlamento, que são segmentos que cassam direitos, cassam afetos, cassam corpos, cassam, cassam e cassam, cassam beijos. E esse segmento desses caçadores de humanidade tem se concretizado e se apoia, em grande medida, em uma sociedade com muito sofrimento psíquico, uma sociedade em que se diz: "Consuma para eu te respeitar e não se dar o direito de consumir". Uma sociedade que não houve uma revolução cultural e que nos ainda nem fizemos o luto de um dos períodos mais traumáticos da nossa história, que é o colonialismo, onde os donos da terra também se sentiam donos das mulheres, das crianças, das pessoas, da verdade, do saber e do poder.

Portanto, neste quadro, é muito importante que nós tenhamos esta pesquisa. E eu acho que essa pesquisa tem componentes que são absolutamente importantes, porque dizem respeito, primeiro, ao universo pesquisado. O universo pesquisado é o universo das pessoas, dos adolescentes LGBT, que têm um espaço de fala, numa sociedade onde, via de regra, não se tem políticas públicas que possibilitem a fala. Não há políticas públicas que possibilitem a fala.

Nós vimos na pesquisa o sofrimento em silêncio, porque você não tem instrumentos dentro do próprio chão da escola para que você possa expor o seu sofrimento e para que este sofrimento não provoque uma revitimização, ou seja, uma exposição, uma vulnerabilização maior. É um aspecto que nós precisamos trabalhar no espaço da escola, qual o nível de acolhimento que se tem; no espaço da escola, qual é o nível de introdução desta discussão da diversidade, da diversidade sexual, da diversidade em geral.

Neste aspecto, no próprio currículo, porque o currículo – penso eu – não é um instrumento. O currículo é uma ação, o currículo é uma narrativa, é a construção de uma narrativa: para onde eu quero ou qual é o sentido que tem a própria educação.

E nós estamos vivenciando um período onde a educação passa a ser considerada inimiga, porque projetos como o escola sem partido, que é a escola do pensamento único, a escola onde você esteriliza a possibilidade de se discutirem os fenômenos humanos, discutir e contextualizar a sua própria existência, para que você consiga perceber que a construção da LGBTfobia é uma construção cultural, é uma construção social, é uma construção que pode ser desconstruída, porque, via de regra, há muita culpa e há muita dor. A dor é muito eivada de culpa. As pessoas se sentem muito culpadas porque não são como os modelos que estão pautados, via de regra, na heteronormatividade.

Eu achei interessante o depoimento que foi mostrado aqui de um menino que diz: "Antes de eu me perceber ou perceber a minha orientação sexual, eu já percebia todo um nível de hostilidade, de violência, em função da minha orientação sexual, antes que eu pudesse ter espaço para discutir e me perceber como eu sou, me identificar como eu sou, a sociedade LGBTfóbica ou pautada na heteronormatividade já percebia e já me excluía."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Veja, veja, veja! Não se tem consciência de qual é o sentido da própria violência, o que acontece muito no âmbito doméstico, no âmbito das casas, das famílias, e que se reproduz também no âmbito da escola. Então, esse é o nível de sofrimento, que é um sofrimento que muitas vezes é individualizado, fulanizado, e que vai criando uma cadeia. Ou seja, as pessoas são culpabilizadas porque sofrem esse nível de violência.

Então, a culpa é de quem está sofrendo a violência porque é como é, ou tem a liberdade de buscar e se expressar, muitas vezes sem consciência da sua verdadeira orientação sexual ou identidade de gênero. Esse é um processo muito violento, e não é um processo menor. Se a sociedade permite que isso aconteça, se o Estado permite que isso aconteça, vai num processo de naturalização da violência tão profundo que vai fazer com que nós tenhamos uma desumanização simbólica que seja pauta das suas relações sociais.

E como é possível você combater a violência que assassina quase 60 mil pessoas todos os anos no Brasil se você não rompe com a desumanização simbólica, que faz com que as pessoas não possam expressar como são. Por isso também a importância do movimento LGBT, Toni, porque traz algumas pautas que são pautas da segunda modernidade ou da pós-modernidade. Enfim, que dizem: o direito de ser, o direito de ser. Carrega isso. Em uma sociedade onde o ser humano é tão coisificado, tão coisificado e tão identificado e avaliado pelo que tem ou pela sua capacidade de consumo.

O direito de amar, em uma sociedade onde há tanta espetacularização da violência. Porque parte do crescimento fundamentalista é fruto de uma sociedade pautada pelo medo. O medo. E o medo é incutido, é espetacularizado, é derramado dentro das casas. O medo, o medo, o medo, o medo. Esse sentimento de medo vai fazer com que nós tenhamos o crescimento também das saídas fundamentalistas e das saídas que apontam que o outro não existe, mas que tem saídas, que são únicas e que as pessoas têm que se curvar a elas para atingirem a dita felicidade, se negando inclusive a função de sujeito das pessoas da sua própria felicidade.

A felicidade não é mais uma construção da minha condição humana, da minha condição de sujeito, que eu construo com o outro porque, sem o outro, eu não resgato e não estabeleço nem a minha identidade. Nem construo uma lógica identitária sem o outro. Mas, enfim, então o direito de amar.

E o direito à cidade porque o direito à cidade. A cidade, que está tão coalhada de especulações, onde as ruas provocam medos, onde as noites provocam medos. Você diz: tenho direito à cidade, de me expressar, de dizer o nome do amor, de expressar a minha afetividade em qualquer canto da minha cidade.

Então, esses três elementos são absolutamente fundamentais. E, quando você tem uma pesquisa que constata esse nível de crueldade, e ela constata o nível de crueldade que vai expulsar meninos e meninas que são LGBT do universo da escola e vai expulsar da própria cidade. Expulsa da cidade, expulsa da escola, expulsa das políticas públicas porque a política pública e a escola passam a ser um universo de sofrimento muito intenso. Um universo de sofrimento.

E, frente a tudo isso, o que se propõe? Arranca-se a orientação ou arranca-se o gênero de dentro da escola, de dentro da escola. É como se nós não tivéssemos gênero, não tivéssemos identidades. E a nossa ausência de identidades possibilita que nós sejamos dominados para uma concepção que está sendo emanada daqueles que acham que têm o direito de vergar a nossa humanidade e nos colocar em moldes e, portanto, negam a própria humanidade ao negar a diversidade.

Então, veja, frente a isso você tem a ideologia, as ditas ideologias do gênero, que têm que ser arrancadas de dentro da escola, as escolas sem partido que se dizem... Na verdade, não são escolas sem partidos porque ninguém defende a partidarização e o aparelhamento partidário da educação. Mas a educação, por si só, é rebelde, por si só, ela nos possibilita a transformação. Porque nós só nos reconhecemos na nossa humanidade na nossa capacidade de transformar. O ser humano é o único ser que pode ter consciência da vida e pegá-la pelas mãos e transformá-la.

A nossa humanidade a gente reconhece na liberdade, reconhece na condição de sujeito e reconhece na capacidade de transformar.

Se você retira a escola desse universo, você, em verdade, vai fazer com que nós tenhamos, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

escola, a reprodução de um pensamento único, a reprodução de um pensamento que nega a própria educação na sua essência.

Mas não é só isso. Nós vamos enfrentar, também, o Estatuto da Família, que está pronto para ir ao plenário. Só ainda não saiu da Câmara porque nós fizemos um recurso – eu e o Deputado Jean Wyllys - para impedir que isso acontecesse. Mas está pronto para sair da Câmara. Ele diz, entre outras coisas, que a família deverá ser discutida na escola, mas estão falando de um único tipo de família. Eles estão falando de um universo imenso das famílias que estão excluídas de dentro da escola e que criam os conselhos de família, que têm a oportunidade de fiscalizar as políticas, inclusive a política de educação. Fiscalizar e institucionalizar a discriminação, institucionalizando o *bullyng.* Isso porque, se eu vou defender nas escolas apenas um tipo de família, estou institucionalizando o *bullyng* e estou institucionalizando a próprio discriminação. E esse estatuto diz ainda que as famílias têm o direito de impor a qualquer escola, pública ou privada, a sua educação social, a educação moral e a educação religiosa aos seus meninos e meninas, rompendo, inclusive, com a Lei de Diretrizes e Bases; enfim, rompendo com a laicidade do próprio Estado. Então, nós temos esses instrumentos.

Diria que nós tivemos, agora, uma reforma do Ensino Médio, que não foi discutida, que veio através de uma medida provisória, que retira a obrigatoriedade das discussões de filosofia e de sociologia, entre outras, o que possibilita que a gente se entenda e que possibilita a ideia de que é preciso reagir à LGBTfobia e enfrentá-la.

Encerro apenas dizendo que um trabalho como esse é absolutamente fundamental para que nós tracemos um diagnóstico, para que se dê visibilidade a uma dor que é invisibilizada, em grande medida, e que é sentida de forma muito calada; e que nós possamos apostar em políticas públicas, como algumas delas já foram sugeridas aqui pela própria exposição do Toni.

Sugeriria – e conversava com a Mariana – que pudéssemos trazer para cá, numa parceria entre Câmara e Senado, primeiro, o Uruguai. É preciso ver por que o Uruguai tem índices menores de violência. Se tem índices menores, não é à toa. Dizia-me a Mariana que o Uruguai, de certa forma, repercutiu políticas que se iniciaram no Brasil e que foram arrancadas. Nós tivemos, aqui em Brasília, por exemplo, um professor que, seguindo o currículo, a Lei de Diretrizes e seguindo o Plano Nacional, discutiu a transexualidade. Foi para a delegacia! Houve uma parlamentar que o processou e ele foi parar na delegacia num processo que foi arquivado. Isso provoca o quê? Provoca muito medo de se implementar o que é absolutamente fundamental para que nós tenhamos o sentido exato da educação, que não é só transmissão de conteúdo, mas encarar o outro na sua inteireza, o que a educação consegue efetivar.

Então, portanto, diria: discutir as boas práticas brasileiras e discutir a experiência do Uruguai é importante para que nós possamos trabalhar nessa perspectiva de capacitação, de introdução da discussão nos currículos, de capacitação dos educadores como um todo. E me falava a Mariana da experiência de também discutir com as famílias, não apenas com os alunos, mas também introduzir as famílias nessa discussão.

Acho que os caminhos da pesquisa nos apontam qual é a dor e nos apontam também quais são os mecanismos para superá-la.

Trata-se de abraçá-los e levá-los diante, reconhecendo as dificuldades que temos neste momento, mas – e eu encerro com isso – com a clareza de que o ovo de serpente não ignoramos; ovo de serpente nós enfrentamos se queremos construir uma sociedade que seja livre, onde não haja dor ao se dizer o nome de quem se ama; onde não haja dor pelas pessoas serem como são; onde não haja dor pelas pessoas amarem como amam.

Muito obrigada, Senadora Fátima Bezerra. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer, mais uma vez, a participação muito importante da Deputada Erica Kokay.

Desde já, Deputada Erika, sugiro que nós possamos apresentar um requerimento – nós o apresentaríamos aqui no Senado e V. Exª o apresentaria lá na Câmara, inclusive com o Deputado Jean Wyllys.

O Deputado Jean Wyllys não pôde vir, mas Evelyn está aqui presente representando exatamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o Deputado Jean Wyllys.

Seja bem-vinda Evelyn!

Concretamente, Deputada Erika, que nós pudéssemos já apresentar o requerimento para a realização de uma audiência conjunta, Senado e Câmara, trazendo os representantes do Chile e do Uruguai.

Eu me coloco à disposição para tratar desse assunto na Comissão de Educação do Parlasul. Eu tenho, inclusive, reunião da Comissão de Educação do Parlasul na próxima semana, quando já poderei levar uma cópia tanto do requerimento do Senado como do requerimento da Câmera.

É evidente que, a essas alturas, é muito pouco provável que a gente consiga realizar essa audiência neste ano ainda. Mas já definiríamos essas tratativas para realizá-la no início dos trabalhos legislativos de 2017.

Então, fica aqui para a sua assessoria e para a minha assessoria fazermos esse requerimento de forma que eu leve a cópia desse requerimento já para a reunião da Comissão de Educação do Parlasul, na próxima quinta-feira, no Uruguai, ocasião em que eu quero também entregar aos integrantes da Comissão de Educação do Parlasul exemplares, em espanhol, da pesquisa.

Nós vamos passar agora a palavra imediatamente à Kátia.

Queremos registrar aqui a presença de André Gonçalves, da Fasubra; do Sindicato dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas; do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino em Juiz de Fora-MG; do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino de Minas Gerais; do Grupo Dignidade; da Embaixada do Canadá e do Instituto Amizade, Direitos Humanos, Cidadania e Sustentabilidade, UNE LGBT do Distrito Federal.

Queremos também comunicar aos presentes e aos que estão acompanhando a audiência pública neste exato momento que a pesquisa nacional, tema do debate desta audiência pública, sobre o ambiente educacional no Brasil 2016, ao final desta reunião, desta audiência pública, estará disponível na página da CDH – Comissão de Direitos Humanos, no site do Senado Federal.

Nós vamos passar a palavra agora para a Kátia Maria Guimarães de Andrade, Coordenadora-Geral do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania.

Kátia, antes de passar a palavra para você, eu gostaria de fazer aqui um registro com relação ao Programa Brasil sem Homofobia, um programa que foi criado pelo governo do Presidente Lula, em 2004, em decorrência do quadro grave de violência e preconceito. A pesquisa é mais um atestado, infelizmente, repito, desse ambiente de preconceito, de violência e de discriminação contra a comunidade LGBT.

O Programa Brasil sem Homofobia surgiu fruto do debate com as entidades, com toda a rede em defesa dos direitos humanos e em prol da cidadania LGBT. É um programa com o objetivo de unificar esforços, através de vários Ministérios, em prol, repito, dos direitos e da cidadania da população homossexual.

O programa é constituído de diferentes ações, a saber:

1) Apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania LGBT e/ou no combate à homofobia;

2) Capacitação em direitos humanos para profissionais e representantes do movimento LGBT, que atuam na defesa de direitos humanos;

3) Disseminação de informações sobre direitos de promoção da autoestima LGBT e o incentivo a denúncias de violações dos direitos humanos da população LGBT.

Então, eu queria colocar aqui, Kátia, claro, para a sua reflexão, até porque você vem acompanhando e sabe de todo o debate que tem sido vivenciado, a começar que o Governo que aí se instalou adotou, como sua primeira medida, uma medida provisória que extinguiu as secretarias especiais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

principalmente as secretarias voltadas para a área de direitos humanos, mulheres, igualdade racial etc.

Segundo, some-se a isso mais outra grande preocupação nossa, que é a questão do orçamento. Nós temos aí a PEC 55, que pretende congelar os gastos sociais pelos próximos 20 anos, na medida em que estabelece, impõe um teto para os gastos nas áreas sociais, condicionando esses investimentos, esses gastos à correção da inflação do ano anterior. Está tramitando, inclusive, aqui no Senado Federal e tem sido tema de um grande debate.

Cresce hoje na sociedade uma posição contrária a essa PEC pela leitura que nós fazemos do quanto ela é nociva para os interesses da maioria da população, na medida em que vai não é só congelar, mas reduzir drasticamente o orçamento. E repito: vai reduzir drasticamente o orçamento de quem? Das áreas sociais. Até porque, para as chamadas despesas financeiras, leia-se pagamento de juros, não haverá teto. Infelizmente, o alvo são as áreas sociais: educação, é saúde, que, inclusive, terão anulado o dispositivo constitucional que assegurava a destinação de pisos mínimos para essas áreas. Isso vai ser revogado com a PEC 55.

Ou seja, ela traz todo um impacto, repito, para as áreas sociais. E por quê? Porque significa menos recursos, significa menos orçamento. Então, só aumenta, cada vez mais, a nossa preocupação, tanto é que, infelizmente, a gente tem visto aflorar aí esse Brasil misógino, esse Brasil homofóbico, esse Brasil racista. Infelizmente nós estamos vendo isso.

Você veja bem, Kátia, a invasão do plenário da Câmara e, inclusive, da Comissão de Educação, na semana passada, aqui, no plenário da nossa Casa, são o exemplo do que eu estou aqui relatando. Repito neste Brasil que emergiu do golpe, no Brasil do Sr. Michel Temer, o quanto está aflorando esse clima de ódio, de intolerância – entendeu? Este Brasil misógino. Misógino por quê? Porque hostiliza mulheres. Este Brasil homofóbico por quê? Porque continua agredindo, matando as pessoas por conta de sua orientação sexual. Meu Deus!

Está lá na Constituição que todos são iguais perante a lei, mas há um Brasil também racista, porque está crescendo também a negação de direitos à comunidade negra.

Mas, voltando para o tema em si, que é exatamente a cidadania em prol da comunidade LGBT, eu volto à minha pergunta inicial.

Agradeço demais a sua participação aqui, sei do seu compromisso com essa luta – entendeu? – e gostaria que você pudesse aqui nos dizer como é que anda o programa Brasil sem Homofobia, qual o olhar do Governo Federal e que iniciativas estão sendo anunciadas.

A SRª KÁTIA MARIA GUIMARÃES DE ANDRADE – Primeiramente, eu queria cumprimentar a Deputada Erika que estava aqui e, em seu nome, eu iria cumprimentar o Congresso Nacional, mas, agora, estando aqui só a Senadora Fátima, cumprimento a Comissão de Direitos Humanos e o Senador Paim, na sua pessoa, Srª Senadora. Agradeço imensamente ao gabinete por ter nos recebido há pouco mais de dez dias, quando procuramos o seu gabinete para estruturar as nossas emendas parlamentares.

A Senadora contribuiu com uma quantia razoável, no campo da promoção de direitos humanos, deixando como uma das questões que a gente tem que tratar em janeiro, quando retornarmos para o ano de 2017, a ampliação dos conselhos LGBT. Eu queria, em nome da Secretária Flávia Piovesan, em nome do Conselho Nacional LGBT, lhe agradecer pelo empenho e colaboração com a ampliação da participação social no Brasil LGBT.

Queria também cumprimentar o Toni pela iniciativa de ter realizado essa pesquisa pelo Grupo Dignidade, pela ABGLT, e dizer que já nos conhecemos há tantos anos e, de vez em quando, a gente se encontra. O Toni também é uma das pessoas que contribuiu bastante para eu "sair do armário" na década de 90 – nos conhecemos no final da década de 80, 90; no enfrentamento da epidemia da Aids éramos quase uns bebês. De vez em quando a gente se encontra, – e que bom! – para discutir coisas interessantes.

Cumprimento o meu colega de Governo, o diretor da Secadi, que é uma área de extrema relevância para a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a nossa interlocução tem que ser cada vez mais fortalecida, e cumprimento o colega Júlio por todo esse trabalho que vocês fizeram juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por último, quero cumprimentar a também companheira "velha de guerra" Mariana Braga, por toda essa parceria de anos – a Unesco tem trabalhado demais e contribuído demais para o enfrentamento à LGBTfobia no País.

Em princípio, eu queria falar em dois segundinhos que eu sou Secretária Executiva do Conselho Nacional LGBT e coordeno a secretaria executiva. E, como secretária executiva, evidentemente, eu não vou apresentar uma política que estejamos – a secretaria esteja – desenvolvendo no campo do enfrentamento à violência, mas como o conselho vem avaliando os dados de violência, que são os únicos dados oficiais de denúncia e de violações de direito que a gente tem no Brasil, que é o Disque 100, cujo módulo, LGBT, foi incluído no ano de 2011.

Então, nós temos cinco anos de acompanhamento dos dados de violência, de violações de direito, e sentimos muita falta de termos outros mecanismos em nível de Governo Federal que possam nos dar com mais precisão o panorama de como isso está sendo distribuído pelo Brasil e enfrentado por governos estaduais e municipais.

Eu já vou pedir desculpa porque eu vou ter que sair mais cedo, mas o que eu teria para dizer, respondendo primeiro à Senadora Fátima, é que o Programa Brasil sem Homofobia foi se desdobrando em ações mais contundentes a partir da 1ª Conferência Nacional LGBT. Eu acho que o Programa Brasil sem Homofobia abre uma discussão, ele foi responsável por um primeiro momento de consolidação do diálogo no Governo, que foi amadurecendo na medida em que as conferências foram realizadas.

Até abril de 2016, nós realizamos três conferências. A primeira conferência detona a elaboração do plano nacional de políticas LGBT. No início, era feito por um grupo de trabalho do qual o Toni fazia parte. Eu me lembro muito bem de vê-lo na conferência. E foi constituído um grupo interministerial, onde foram discutidos vários desdobramentos do Brasil sem Homofobia dentro de linhas dos diferentes ministérios, o que foi, com o tempo, sendo... Ele não se fincou de uma forma mais consolidada.

No ano de 2010, por conta até da necessidade de um acompanhamento mais institucional desse plano, foi criada a Coordenação Geral LGBT, que, neste momento, aguarda a chegada da Coordenadora Geral, Marina Redel, uma companheira nossa do Rio Grande do Sul que fazia parte do Conselho Nacional LGBT até o início deste ano, e fizemos com que esse plano tivesse uma coordenação mais direta junto à Coordenação.

O que nos falta neste momento, que falta também ao Conselho é uma maior participação do Governo Federal como um todo. A gente sabe que políticas de enfrentamento à violência – a gente teve exemplo disso quando o Brasil começou a discutir a Lei Maria da Penha –, a violência não é um fator único, porque ela é multifatorial e tem que ser respondida de uma forma multissetorial. Então, para que isso seja resolvido, a gente precisa restabelecer um diálogo governamental em que a gente possa, com os principais ministérios... Evidentemente, existem áreas que são fundamentais para a discussão da violência.

Eu esqueci de dizer um detalhe: o enfrentamento à violência contra a população LGBT foi eleito pela Secretária Flávia Piovesan como a prioridade máxima dentro da discussão da Coordenação LGBT e do Conselho Nacional LGBT.

Eu tinha trazido uns dados, mas, como a gente está muito apertado com o tempo e eu também vou ter que me retirar por causa de uma consulta, eu vou dizer, Toni, que os meninos que sofrem *bullying* no colégio são os mesmos que vão sofrer com as diferentes expressões da violência LGBTfóbica. A gente tem o centro da juventude... A juventude negra é a que sofre mais. A violência física declina também... Apesar de você ter um grande número de violências físicas, evidentemente, a violência psicológica é maior, porque ela se camufla nessa banalização, nessa naturalização das questões, como a gente viu também quando discutíamos a violência contra as mulheres; é tudo muito banal.

Como a gente observa, quem tem filho em colégio, por exemplo, sabe disso, o coleguinha chama o outro de "gordinho", e isso não é tido como ofensa. É uma brincadeira. Mas isso alimenta outros tipos de agressões verbais vividas na infância, na adolescência, em todo o ciclo de colégio, de educação, o que é fundamental.

Então, essa mesma população continua, de alguma maneira, saindo da escola, indo para a vida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

e é ela também que é agredida verbalmente na rua; é ela também que sofre com a violência; e é ela também que pouco busca o Disque 100 como uma fonte de denúncia.

Acho que é importante frisar que o Disque 100 não tem uma finalidade resolutiva imediata de encaminhamentos para serviços, enfim, mas ele é uma linha que, sendo qualificada evidentemente – várias questões precisam ser qualificadas no Disque 100 –, pode ser um termômetro bastante interessante do ponto de vista da tipificação das formas de violência. Essa é uma necessidade urgente, porque, se a gente não consegue tipificar, a gente não consegue criar argumentos para pedir uma lei. Hoje em dia, nada neste mundo é feito sem evidência científica. Como você diz, até para colocar as questões que você colocou agora,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª KÁTIA MARIA GUIMARÃES DE ANDRADE – ... você precisou que isso fosse construído do ponto de vista de um argumento técnico e também político. Sem a tipificação, não tem como reforçar um projeto de lei que a gente tem na Câmara dos Deputados, que é para criminalizar a LGBTfobia.

Uma outra coisa que eu queria dizer, para fechar o meu tempo, que já está se esgotando – eu vou deixar a apresentação, mas eu queria deixar aqui como uma contribuição –, é que, olhando o Brasil, olhando o fenômeno da violência que nós temos, olhando para o Disque 100, nós ainda não construímos uma resposta federativa. Ela é muito incipiente. Nós temos um grau de programas, ações ou alguma institucionalidade nos governos estaduais e municipais muito tênue, apesar de termos, na 2ª Conferência, discutido um sistema nacional LGBT, mas ele não se tornou realidade nos Estados e Municípios. Evidentemente, isso repercute no enfrentamento em nível local, porque a vida das pessoas não acontece no nível federal; ela acontece no Município, e é lá que as políticas têm de acontecer.

Eu acho que o reforço do Pacto Federativo neste sentido, a revisão desse sistema, que prevê uma coordenação, um plano e um conselho, na verdade, precisa de mais. Ele precisa reforçar as características de prevenção, e aí você tem uma incidência forte na educação e também na cultura, porque não podemos trabalhar somente com o efeito da violência, mas também pensar na prevenção da violência. Isso implica a questão do fortalecimento da necessidade de educação e direitos humanos nos currículos escolares e universitários. Nós precisamos de um nível de assistência mais complexa para atender às necessidades da população LGBT, que busca por isso, porque a expressão da violência institucional é terrível e você tem, por isso, a evasão, o não acesso à escola, o não acesso à saúde. Isso, por si só, já é uma forma que me lembra muito da década de 90, quando falamos da morte civil. A morte civil é uma morte tão doída, sofremos com a morte civil, porque estamos vivendo e vivemos sem direito. Aí falo como cidadã brasileira lésbica, não estou falando só como coordenadora do conselho.

Precisamos ampliar a discussão do sistema nacional. Acho que ampliar o diálogo, Senadora, com o Legislativo, ampliar o diálogo com o Executivo, ampliar o diálogo com o Judiciário é fundamental para que possamos permear, fortalecer isso. Sonho muito com o movimento que tivemos no movimento feminista para construção da Lei Maria da Penha. Foram três anos de conversa de vários atores, de vários setores da sociedade civil, da sociedade política e conseguimos chegar, em 2006, a fazer a sanção da lei.

Então, é importante fazer outras análises, mas, em função do tempo, acho que o que eu iria apresentar demoraria um pouco mais, vou deixar disponível a apresentação. É um relatório LGBTfóbico do Brasil, do ano de 2014, com algumas considerações sobre a questão da violência.

Queria que pudéssemos, mais para frente, fazer uma audiência pública para aprofundar um pouco mais a discussão da violência LGBTfóbica, trazendo a contribuição de outros setores governamentais. Acredito ser fundamental ter parceria para poder ter ideia do que está acontecendo nesse Brasil grandão e querido que temos.

Obrigada, minha gente. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mais uma vez quero agradecer a presença de Kátia, Coordenadora Geral do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT. Reafirmo, Kátia, mais uma vez, que o nosso mandato, como sempre, estará de portas abertas para dar sua contribuição na promoção e defesa dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

direitos e cidadania LGBT. Tem sido assim como Deputada Estadual, como Deputada Federal e agora como Senadora. E, mais do que isso, reitero o compromisso do Senador Paim, Presidente da nossa CDH, e dos demais integrantes desta Comissão. É nosso papel, nosso dever, inclusive, estar muito atentos ao debate do Orçamento, como você aqui mencionou.

Desde já vou deixar aqui uma proposição para que, no próximo debate, nós possamos não só ter mais tempo, mas gostaríamos também de contar com a presença da titular da própria Secretaria, a Drª Flávia Piovesan. É muito importante a presença dela, como você mesmo mencionou, para que possamos aqui travar um diálogo mais efetivo sobre os passos da Secretaria frente às políticas, frente às ações, frente aos programas destinados à população LGBT. Como coloquei no início, é para ver como está o olhar do programa Brasil sem Homofobia, até porque é aquilo que nós reconhecemos: cada vez mais se fazem necessárias ações ousadas nesse campo para tentar frear o ímpeto conservador e, infelizmente, reacionário que tem crescido no seio da sociedade brasileira, inclusive no Congresso Nacional.

O Congresso Nacional tem um papel muito importante a desempenhar nesse contexto, a começar para que, do Congresso Nacional, não saiam legislações que, ao invés de promover os direitos e a cidadania, vêm exatamente na direção contrária, de criminalização. Então, tínhamos de estar muito atentos aqui à pauta tanto da Câmara como do Senado.

Agradeço a sua participação. Vamos só ressaltar, Toni Reis, a necessidade de outra audiência pública para que tenhamos a oportunidade de a Drª Flávia Piovesan aqui estar para fazermos um debate mais aprofundado, repito, à luz da proposta, das ações, programas e políticas da Secretaria de Direitos Humanos voltados exatamente para a população LGBT, sobretudo com esses dados atualizados que a pesquisa nos mostra. Ou seja, é intolerável que no próprio ambiente educacional, ou seja, na escola, que deveria promover o respeito à diversidade, que deveria promover a solidariedade, que deveria promover a tolerância, infelizmente, como temos verificado, é nessa escola ainda que floresce o *bullying,* que floresce o preconceito, que floresce, ainda, a violência.

Vamos passar agora, imediatamente, a palavra para Daniel Ximenes, Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania da Secadi, que, inclusive, no Governo que está aí, teve ameaçada a sua existência. Enfim, Daniel, aqui está. E é de uma Secretaria que é muito importante e fala por si só, que é a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Por si só, ela já diz o papel e a importância que tem na promoção e defesa da educação inclusiva.

Com a palavra Daniel.

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento a Senadora Fátima Bezerra; Kátia, que está precisando sair agora para uma consulta médica; Mariana, da Unesco. Quero cumprimentar e parabenizar Toni Reis e Julio Dantas pela excelente pesquisa que já tivemos oportunidade de estar conhecendo e debatendo com o Toni Reis na própria Secadi, tivemos momento muito importante, muito ímpar de estar aprofundando a discussão.

Também não deixo de fazer um registro de que, de um lado, a gente fica chocado com os resultados, que são muito impactantes acerca da violência expressada nos diversos dados que o Toni pôde apresentar, e o Julio complementa com a experiência internacional. Por outro lado, a gente fica paradoxalmente satisfeito porque nós temos uma pesquisa desse nível, tratando o ambiente educacional.

Sinto-me também, agora, retornando ao MEC – sou servidor de carreira do Estado brasileiro há mais de 20 anos; em 2009, na gestão do Presidente Lula, eu era diretor da Secad, na época não tinha o "i", e pude, naquele momento, junto com o Inep, coordenar a pesquisa, que também foi muito emblemática, mencionada pelo Toni em sua apresentação, sobre ambiente educacional, pegando as diversas diversidades, no caso, étnico-racial, a questão indígena, geracional, as pessoas com deficiência, socioeconômica, pesquisa também de grande relevância. E quase dez anos depois, a gente observa uma outra pesquisa de qualidade e de nível como essa, em que é discutida a questão do ambiente educacional.

Naquele momento, Toni, dessa pesquisa – só vou trazer um pequeno dado aqui que eu recuperei lá dos nossos arquivos –, já se apontava que o comportamento em relação às pessoas homossexuais foi o que apresentou o maior valor para o índice de percentual de discriminação, com 72%. Como vários grupos eram abordados na pesquisa, não só um determinado grupo, era maior do que as pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

deficiência, que era de 70% o percentual de discriminação – desculpe, 70% de portadores de deficiência mental, 70% pessoas com deficiência física, depois índios, moradores da periferia, pessoas pobres, trabalhadores de áreas rurais e negros. Essa pesquisa, de 2009, coordenada pelo Inep, Secad, à época, e a USP, Fundação Fipe, atingiu 15.000 alunos, 1.000 professores, 1.000 pais e alunos, 500 diretores no Brasil inteiro. Então, de fato, é muito importante que uma pesquisa dessa natureza se coloque agora, novamente, trazendo à tona a questão do ambiente educacional, especialmente para a temática LGBT, que é de extrema importância. Então, sobre isso, é importante chamar a atenção para o fato de que o Ministério da Educação tem uma preocupação e uma linha de atuação, uma centralidade nessa temática.

Também já foi mencionado pelo Toni, mas aqui eu reforço, que o atual Ministério da Educação, recentemente, foi signatário do chamamento à ação dos Ministros da Educação, uma iniciativa da Unesco a favor de uma escola inclusiva e equitativa para todos os estudantes, em um ambiente livre de discriminação e violência. O Ministro assinou esse chamamento à ação internacional. No documento, se expressa exatamente também a preocupação clara, direta, sobre a questão da orientação sexual e identidade de expressão de gênero. Portanto, é um documento internacional importante. E, inclusive, o próprio documento de chamamento à ação já aponta que os dados disponíveis das regiões diversas do mundo revelam que a violência motivada por orientação sexual e identidade de expressão de gênero tem impacto significativo na educação, na saúde e no bem-estar dos estudantes.

No caso, a gente precisa resgatar a essência do que preconiza a nossa legislação maior, a Constituição Federal, e a LDB, porque a educação, bem expressa na LDB, no seu art. 2º, se sustenta nos princípios de liberdade e solidariedade humana. Então, nós temos que recuperar a essência dessas duas palavras tão singulares que nós temos como princípios da educação na LDB para situar o que nós estamos tratando aqui, que é o princípio da liberdade e da solidariedade humana.

Gostei da expressão da Deputada Erika Kokay, quando falava da nossa brasilidade, que é expressa na sua diversidade. Portanto, não dá para pensar a riqueza deste País sem considerar exatamente essa brasilidade, essa diversidade bem comentada aqui.

No caso do Ministério da Educação, nós estamos atentos, tanto na questão da educação superior como na questão da educação básica, a essa temática do respeito à diversidade e da cultura da paz. Estamos com iniciativas importantes a serem trabalhadas já, imediatamente, sobre essa temática. E é importante aqui a presença da Kátia, do Conselho LGBT, mencionando a importância da Secretaria Especial dos Direitos Humanos nesta interlocução sobre a temática.

Teremos, agora, nesta semana, inclusive, uma importante iniciativa a favor do tema do respeito à diversidade, que será o lançamento, no dia 24 de novembro, quinta-feira – em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, que, em julho, em diálogos constantes que tivemos lá no MEC com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Flávia Piovesan, com a Unesco, com várias entidades internacionais, com diversas entidades outras que transitam pelo tema dos direitos humanos –, de uma iniciativa ímpar, extremamente importante, que é o Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, Cultura da Paz e Direitos Humanos.

Desde quando retornamos ao MEC, a partir de julho, nas conversas que tivemos na Secadi, nas conversas que tivemos com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, achamos que seria muito importante também termos essa preocupação, dentro da educação superior, nas faculdades e universidades, ou seja, considerar as instituições educacionais como um todo, tanto da educação básica como da educação superior, a importância de enfrentarmos os diversos preconceitos, discriminações, violências que se expressam e estão crescendo, sim, no ambiente educacional, não só no Brasil como em várias partes do mundo.

Nós temos um problema mais significativo de violências – o Prof. Julio pode comentar melhor do que todos nós aqui o quanto a questão da violência se espalha nas diversas esferas da vida social e da esfera educacional. E, ao pensar o tema da educação em direitos humanos, nós temos que trazer à mesa a questão da cultura. Nosso País é um país autoritário, um país de elite, um país escravocrata, em que esse cenário, esse painel onde nós estamos não só se expressa na pesquisa que o Toni pôde nos apresentar como também em vários outros estudos e análises em que o tema da violência, preconceito e discriminação no ambiente educacional nós também temos que considerar, sob a vertente da cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Portanto, estabelecer dentro das faculdades e das universidades esse pacto pela promoção do respeito à diversidade, cultura da paz e direitos humanos, em que nós teremos a participação de diversas entidades por livre adesão, tendo a oportunidade de estabelecer, dentro das suas realidades institucionais, das suas instituições, a presença de professores, estudantes, gestores e funcionários atuando a favor da iniciativa já é um passo fundamental para a gente estar colocando na mesa a importância da pauta LGBT, do enfrentamento do racismo, do enfrentamento do sexismo e das diversas intolerâncias. Colocar na mesa, colocar na realidade das instituições educacionais o tema, tentando estabelecer uma cultura a favor da questão. No decorrer da jornada, certamente isso pode gerar, e gerará, maiores e melhores linhas de estudos e pesquisas sobre o tema, projetos de extensão mais qualificados e aprofundados no decorrer do tempo. Isso impactará nos currículos, isso impactará nas gestões pedagógicas. Porque o nosso País tem uma tradição exageradamente legalista. Achamos que, pelas leis, nós definimos e resolvemos tudo, quando, na verdade, não é bem assim. Então, nós temos excelentes marcos nacionais e internacionais sobre o tema. Não é isso que nos falta, mas estabelecer essa cultura, essa política dentro das instituições.

Então, essa é uma iniciativa de extrema importância, que será lançada dia 24 de novembro. Diversas faculdades e universidades já estão bastante interessadas e, surpreendentemente e positivamente – embora momentos mais tensos nós estejamos vivendo ideologicamente do ponto de vista do crescimento da onda conservadora mundial, nós observamos também uma resistência –, nós observamos também uma vontade de afirmar a pauta do respeito à diversidade, a pauta da cultura da paz, da dignidade, como foi bem comentada aqui na apresentação feita. Então, é importante destacar isso.

Também, obviamente, estamos atentos e pensando alternativas mais aprofundadas para tratar a educação de direitos humanos na realidade das escolas da educação básica. A alternativa mais apropriada, obviamente, em se tratando da educação básica, do ponto de vista das iniciativas do MEC, é na área da formação dos profissionais da educação, na área de formação dos professores, embora também devamos ter uma perspectiva mais democrática e ampliada de conseguir fazer chegar as orientações, o debate, a formação, os conteúdos sobre a questão da diversidade e sobre a questão do enfrentamento à violência, do *bullying* e das violências de uma maneira mais ampla. Não podemos ficar no modelo apenas vinculado à relação cursista e universidade. Temos que abrir para que as escolas de educação básica possam ter acesso a determinadas temáticas, a determinados módulos, para que possam discutir a questão de *bullying* e violências. Disponibilizar isso também de uma forma mais ampla para o professor, para os familiares.

Então, nós estamos trabalhando um projeto dentro da Secadi em que possamos, no tema da educação de direitos humanos, colocar isso mais amplo para o conjunto geral da educação básica, não só para a relação dos cursistas. Também precisamos continuar intensificando cursos de extensão, cursos de aperfeiçoamento, mas hoje nós temos uma sociedade mais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL DE AQUINO XIMENES – Temos que considerar a realidade do jovem. O jovem vivencia muitas plataformas digitais, as mídias. Nós temos que intensificar essa vertente na educação básica também, propiciando que temáticas diversas da educação de direitos humanos possam também ser apresentadas nessas perspectivas.

Enfim, para finalizar, quero destacar, portanto, que estamos num momento bastante importante dentro do tema da educação de direitos humanos na Secadi, em diálogo com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, disponibilizando estratégias para que a gente possa avançar fortemente nessa cultura da educação de direitos humanos.

Fica o convite para a questão do Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos. Estaremos também muito atentos para aprofundar e qualificar a abordagem dentro da educação básica. Em breve também poderemos ter iniciativas dessa natureza.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

– Quero agradecer a participação e a contribuição de Daniel, que é servidor de carreira, atualmente respondendo pela Diretoria de Políticas de Educação e Direitos Humanos.

Vamos agora, imediatamente, passar a palavra para Mariana Braga, que é Oficial de Projetos do Setor de Educação da Unesco.

Ao mesmo tempo, queremos registrar também, com muita satisfação, a presença do Marcel Jeronymo – cadê o Marcel? Seja muito bem-vindo! –, que representa aqui a Comissão de Diversidade da OAB do Paraná. O Dr. Marcel faz parte também da área jurídica do Grupo Dignidade. Igualmente, quero registrar, com muita satisfação, a presença da Drª Patrícia, Procuradora Municipal no Estado de São Paulo, integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB de São Paulo. Seja muito bem-vinda também, Drª Patrícia!

Com a palavra, agora, Mariana Braga, da Unesco.

A SRª MARIANA BRAGA – Obrigada.

Boa tarde a todos!

Senadora Fátima Bezerra, em nome do escritório da Unesco no Brasil, muito obrigada pelo convite para participar desta Comissão. Em nome do nosso Diretor, Lucien Muñoz, digo é uma honra muito grande para a Unesco participar deste debate, além dos nossos trabalhos e do nosso amplo acervo de publicações e de pesquisas no âmbito desse tema.

Quero parabenizar e saudar o meu companheiro de lutas, projetos e trabalhos, Toni Reis; o Julio; os companheiros que já saíram; o Daniel, meu parceiro; a Kátia, minha parceira de longa data; a Deputada Erika Kokay.

Quero começar dizendo, como nós vimos aqui, que o *bullyng* homofóbico não é um problema que só acontece no Brasil, mas um problema global. Como o Julio trouxe, é um problema que não pode ser invisibilizado. A gente não pode acreditar que é um problema que só acontece na escola brasileira, na escola A, na escola B. Ele acontece no mundo inteiro.

No Brasil, as ações de educação e sexualidade na escola começaram em 2003, uma iniciativa da Unesco para o Ministério da Educação, do então Ministro Cristovam Buarque. A iniciativa, que se chamava Camisinha na Escola, depois se transformou no Projeto Saúde e Prevenção na Escola, depois se transformou de novo no Projeto Saúde na Escola, antes – desculpem-me, mas é uma sopa de letrinhas – era Saúde e Prevenção na Escola, depois virou Saúde na Escola.

Como a Deputada Erika Kokay falou, o Brasil foi referência internacional para os países da América Latina. Nós somos referência para os países da região e referência para os países africanos. Países como Uruguai, Chile e Argentina construíram as suas propostas pedagógicas baseados na nossa. Começamos a fazer formação em serviço para os profissionais de educação e para os profissionais de saúde trabalharem de forma integrada a partir da nossa experiência. Por outro lado, nós não conseguimos inserir as temáticas de educação e sexualidade dentro do currículo brasileiro. Esses outros países, entretanto, começaram de forma inversa, incluíram essas temáticas dentro do currículo. E o que aconteceu? Exemplos como o do Uruguai – o colega Julio trouxe aqui os resultados –, onde eles têm mais efetividade hoje na ação. Além de incluir a temática dentro dos planos político, pedagógico e do currículo, eles têm menos evidência de violência e de *bullying* na educação. É isso que a gente tem percebido.

Então, a percepção da inclusão de temas de educação e sexualidade dentro do currículo da educação básica e do currículo da formação de professores garante uma educação com menos violência. É nessa perspectiva que é Unesco tem trabalhado.

A inclusão dos temas na formação de professores, na formação inicial também já foi objeto de uma pesquisa nossa. Acho que o Toni chegou a comentar isso no início. Nós fizemos uma pesquisa em 2013 sobre como as escolas de formação de professores têm trabalhado esses temas no Brasil. Em geral, elas têm trabalhado como tema de disciplina eletiva, ou seja, não obrigatória, em geral, nas escolas, nas universidades públicas. Universidades particulares não têm priorizado o tema educação na sexualidade. E o que acontece? A maioria dos professores no Brasil hoje são formados nas universidades particulares. Então, é um contrassenso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, a gente vai publicar esse relatório em breve e vai incentivar – já o temos feito na verdade – que a maior parte das faculdades e universidades particulares incluam em seu currículo a questão de educação e sexualidade para a formação de bacharéis de todas as disciplinas. Isso para que esses professores já saíam formados, com conteúdos para que, dentro das escolas, tenham condições de trabalhar essas questões. Isto, dentro dos nossos estudos e das nossas pesquisas, é uma grande queixa do professor: ele não tem experiência, ele não tem conteúdo, ele não tem formação para isso. Ou seja, precisamos incluir esses temas na questão da formação inicial.

Por outro lado, não posso deixar de parabenizar o Toni, a ABGLT e o Grupo Dignidade por essa pesquisa, que tive o privilégio de ler em primeira mão. Ela é excepcional e valida os dados internacionais que a Unesco já publicou. Ou seja, esses dados do Brasil estão de acordo com os dados internacionais que a Unesco já publicou como resposta do setor de educação ao *bullying* homofóbico, que mostra que a violência homofóbica dentro das escolas provoca evasão, provoca baixo desempenho.

Nesse sentido, o que esse estudo evidencia, Daniel? Eu queria que a gente fizesse um grupo para discutir isso. Eu acho que o Brasil é um dos poucos países, principalmente da região da América Latina e do Caribe, que têm poucos dados contínuos sobre violência escolar, e, de uma forma geral, principalmente sobre violência homofóbica. Como a Kátia disse, nos dados sobre violência LGBT, a gente hoje se baseia naqueles do Disque 100. Para nós seria muito importante se o censo escolar notificasse essas violências na escola. Então, se o censo escolar trouxesse a violência LGBT, quantos alunos evadiram por isso... Por exemplo, dados que a Unesco tem trabalhado sobre gravidez adolescente. Segundo o IBGE, evasão por gravidez no Brasil é a maior causa de evasão de meninas da escola, mas eu não consegui, pelo menos nos dados do MEC, nenhum dado que colabore com esses dados do IBGE. E como alguns dados secundários às vezes são conflitantes, seria importante que os dados nacionais nos dessem suporte para isso. E seria importante também que os dados, sejam do censo escolar ou de outra base do Ministério da Educação, pudessem nos apoiar nos dados sobre educação e sexualidade, sejam de gravidez, dados de evasão escolar por gravidez, pois isso colabora; sobre educação de meninas, que são dados muito importantes de gênero; sobre violência homofóbica, quantos *gays* estão saindo da escola por conta de violência, que reforçam todos esses dados que foram apresentados pelo Toni e pelo Julio.

Por que são importantes essas pesquisas e esses dados? Para a mobilização para política pública. É para isso que a gente precisa desses dados, porque isso são evidências para construção de política pública. Quando a gente está aqui discutindo uma escola sem partido ou todos esses projetos de lei, Senadora, nós estamos trabalhando com evidências. A gente precisa discutir evidências científicas para construir política pública.

Então, se a gente sabe que existem na escola, como vocês trouxeram, 60% de pessoas que não se sentem seguras e, ao mesmo tempo, o Brasil é signatário de um acordo internacional que diz que a escola tem que ser um ambiente seguro para aprendizagem, ou seja, o Brasil não está cumprindo um tratado internacional do qual ele é signatário. Se ele não está cumprindo, de que forma a gente tem que fazer isso? Tem que garantir instrumentos para que se cumpra um tratado que foi assinado. Essas pesquisas mostram que a gente tem que estabelecer leis e instrumentos para garantir o que foi estabelecido. Então, é para isso que se reforçam essas evidências científicas.

Nesse sentido também, a Unesco está fazendo um estudo agora, junto com a OAB nacional, que é um marco legal de educação e sexualidade. O que é isso? Depois que o Plano Nacional de Educação retirou da sua redação final o termo "gênero e sexualidade"...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O que é o absurdo, eu tinha feito já essa anotação. Na verdade, permita-me, Mariana, só para contribuir...

A SRª MARIANA BRAGA – Claro, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós perdemos aqui no Congresso Nacional, porque a maioria, que contou com o papel da bancada fundamentalista aqui no Congresso Nacional, retirou do PNE a estratégia...

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

... que colocava: "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual". Eles não aceitaram, de maneira nenhuma, essa formulação. Portanto, essa formulação foi, enfim, excluída e ficou da seguinte maneira: "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação." É um absurdo!

Como é que a gente quer que a escola esteja preparada para fazer o debate daquilo que a gente pode dizer que é a vida como ela é? Porque a vida como ela é significa a escola e esse professor, os demais educadores estarem preparados para abordar, sim, o tema da questão de gênero, de orientação sexual, de raça, de credo etc. Ou seja, quando nós defendíamos que, no Plano Nacional de Educação, constasse explicitamente uma orientação como esta: superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual etc., o que nós estávamos dizendo com isso? Nós estamos dialogando com a vida, dialogando com o mundo, com a realidade como ela é, a realidade em que a escola está inserida. O Plano Nacional de Educação, é bom aqui destacar, é a nossa carta magna no campo da educação, conquanto ele é um conjunto de metas, de diretrizes, totalmente sintonizado com os princípios e diretrizes constitucionais, seja a Constituição de 1988, seja a LDB. O plano, portanto, tem como missão orientar, através das suas metas e estratégias, o processo educacional em um prazo de dez anos, que é o tempo de vigência do nosso Plano Nacional de Educação.

Então, retirar essa estratégia, como foi feito, significa fechar os olhos para a realidade que nós vivemos, e, ao fechar os olhos para essa realidade que nós vivemos, como consequência, há algo extremamente dramático, que é fazer florescer e crescer, cada vez mais, o ambiente, inclusive na escola, inclusive educacional, como está sendo mostrado aqui, nessa pesquisa, de ódio, de intolerância, de desrespeito, ou seja, de *bullying*.

Então, Mariana, eu devolvo a palavra a você. Só queria dizer que, infelizmente, esse ato do Congresso Nacional, através do gesto dos Parlamentares que retiraram essa formulação do Plano Nacional de Educação, é um exemplo muito claro do quanto o Congresso, ao invés de contribuir com proposições legislativas que venham para a promoção e defesa da cidadania, faz exatamente o contrário.

A SRª MARIANA BRAGA – Senadora, eu acho que trago, então, uma boa notícia, porque há uma luz no fim do túnel. O estudo que a Unesco tem feito recentemente, que está em desenvolvimento agora, tem mostrado que, apesar da retirada desses termos do Plano Nacional de Educação, o Brasil tem outros marcos legais nacionais e internacionais, dos quais o País é signatário, que garantem a inclusão dos temas de educação em sexualidade no currículo. O Toni inclusive foi nosso parceiro no início desse estudo. Hoje a OAB Nacional, a Comissão de Diversidade Sexual e a Comissão da Família, da OAB, são nossas parceiras no levantamento desses marcos legais. Inclusive, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação é um desses instrumentos normativos que garantem que esses temas estejam incluídos no currículo.

Então, a gente está em desenvolvimento desses instrumentos normativos. Eu espero que a gente tenha prazo até janeiro ou fevereiro para concluí-los e espero voltar aqui no início do ano, Senadora, para trazer esses instrumentos, porque a nossa intenção é justamente mostrar ao professor e àquele profissional que está em sala de aula que, independentemente de o Plano Nacional de Educação ter excluído esses termos, inclusive de planos estaduais e planos municipais terem ignorado a questão de gênero e sexualidade no currículo, cada profissional de educação e profissional de saúde que quiser trabalhar com esses temas tem amparo legal para trabalhar com isso. Não é exclusivamente, e, apesar disso, outros artigos do Plano Nacional de Educação garantem a efetividade desses temas dentro de sala de aula.

Após a conclusão desse estudo, a gente vai fazer uma ampla discussão com as instituições de direito, com as instituições do Legislativo, com a sociedade civil, inclusive com o Ministério da Educação, para dizer: esse é o levantamento e o marco legal de educação e sexualidade que a Unesco fez e desenvolveu com os parceiros no Brasil. Queremos apresentar e discutir. Se todos estiverem de acordo, faremos essa publicação. Essa é a nossa intenção para o próximo semestre. Esperamos contar com a parceria de todos.

Estou à disposição de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero agradecer muito à Mariana pela importante contribuição que a Unesco tem nesse debate, todos nós reconhecemos.

Acho, Mariana, que o caminho é aprofundarmos o debate, no sentido de não nos omitirmos, e muito mais do que não nos omitirmos: acho que não podemos ficar omissos e passivos diante dessa situação. Se você olhar concretamente, hoje há um conjunto de proposições legislativas que, articuladas entre si, representam uma ameaça efetiva ao projeto de educação que a gente vem defendendo não é de hoje, mas de muito tempo. Gerações anteriores a minha, a sua, a de todos nós aqui já plantavam essas sementes.

É bom lembrar que essa luta por uma educação inclusiva, por uma educação laica, por uma educação democrática, por uma educação crítica, por uma educação de qualidade, por uma educação pública, por uma educação gratuita vem de muito tempo. Anísio Teixeira já defendia essa concepção de educação, já lançava as sementes, sementes que foram regadas por Darcy Ribeiro, depois regadas por Florestan Fernandes e especialmente por Paulo Freire. Paulo Freire é um educador brasileiro, mas, para nosso orgulho, as teorias e as teses que ele desenvolveu no campo da educação são reconhecidas mundialmente. Paulo Freire é o homem mais lido, na área de educação, não só no Brasil, mas no mundo. Ele, mais do que ninguém, dedicou toda sua vida à importância que a educação deve ter para um projeto de desenvolvimento de qualquer nação – não é, Ximenes? – que se pretenda soberana, com autonomia, com cidadania. Um projeto de nação com esse perfil não pode prescindir, de maneira nenhuma, de um projeto educacional igualmente com esse perfil.

E o que está acontecendo neste exato momento? Toda essa concepção de educação que vem sendo gestada há muito tempo está ameaçada desde a PEC 55, porque a PEC 55, ao congelar os gastos nas áreas sociais pelos próximos 20 anos, estabelecendo um teto para gastos nas áreas sociais, é bom a gente não esquecer que ela também anula por igual período a vinculação constitucional para a educação, que é uma das grandes conquistas da democracia, essa vinculação constitucional, a definição de piso mínimo para a área de educação e área da saúde, isso vai embora.

Eu quero lembrar aqui também outro projeto que ameaça essa concepção de educação que nós defendemos há muito tempo e tem a ver com o que nós conversamos aqui, que é a MP 746, que trata da reformulação do ensino médio. Não é que os estudantes, os professores, os especialistas desconheçam que são necessárias mudanças. Aliás, não é só no ensino médio, mas em todas as etapas da educação. Agora, nós queremos mudanças para melhor e não mudanças como as que estão sendo apresentadas. Primeiro, vir uma MP, medida provisória, caráter impositivo, caráter restritivo! Como tratar de um tema de tamanha relevância para os nossos jovens, jovens que sofrem de *bullying* homofóbico, como tratar de um tema desse, reforma curricular, em dois meses, em quatro meses? Currículo tem a ver com conceito, com atitude, com valores. Currículo vai influir na formação dos estudantes de hoje e dos estudantes de amanhã.

Mariana e meus caros convidados, permitam-nos dizer o quanto os estudantes estão com razão quando dizem que o problema do ensino médio – que tem problema, sim, claro – não é currículo; não é currículo. Aliás, se fosse currículo, isso já teria sido resolvido há muito tempo, porque várias adaptações no currículo já foram feitas, à luz, inclusive, da própria legislação, que é a LDB. Não precisa nem de uma outra legislação para fazer os ajustes ou mudanças na grade curricular. Na verdade, o que os estudantes dizem é que o problema maior do ensino médio é de caráter estrutural. Por quê? Porque é a questão dos professores de carreira, de remuneração digna, de formação. É, por exemplo, a gente corrigir uma distorção gritante como é o fato de nós termos, hoje, 42% dos professores ainda sem a formação adequada para a área que eles lecionam. É a realidade das escolas – escolas sem biblioteca, sem laboratórios, sem espaços adequados para o desenvolvimento de atividades de educação física, de educação artística. É a falta de democracia nessas escolas – essas escolas precisam ter uma gestão mais aberta, dialogar não só com os estudantes, mas com o conjunto da população. Essas são as mudanças que deveriam ser priorizadas para que a gente possa, enfim, fazer com que o ensino médio desperte o interesse dos estudantes, assim como é no ensino médio integrado, ofertado pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de todo o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as nossas escolas técnicas, os hoje institutos federais de educação profissional e tecnológica do País são tão queridos, tão desejados pelos estudantes e por suas famílias? Porque, de fato, são escolas do Governo Federal. Os governos Lula e Dilma, nesses últimos 12, 13 anos, fizeram investimentos muito importantes, que tornaram essas escolas, consolidaram essas escolas como o que de melhor existe em matéria de qualidade de ensino médio e ensino médio integrado, que prepara para o exercício da cidadania ao mesmo tempo em que também prepara para o trabalho. Essa MP, pelo contrário, repito, parte de um pressuposto errado, achando que o problema da falta de atratividade do ensino médio ofertado pelas escolas estaduais estaria no currículo, quando não é; é um programa de caráter estrutural. Mais do que isso, Toni, ela se equivoca quando se arvora a fazer proposições de mudança curricular, esquecendo que o próprio Plano Nacional de Educação já trata de estabelecer as diretrizes no que diz respeito à questão da Base Nacional Comum Curricular – diretrizes essas que, de acordo com o Plano Nacional de Educação, deveriam ter sido definidas este ano; ficou para o ano que vem.

Por que o MEC se antecipar em propor alterações do currículo – e que alterações! –, por exemplo, tirando a obrigatoriedade do ensino de artes, de educação física, de sociologia, de física para o ensino médio? De acordo com a medida provisória, artes e educação física agora seriam obrigatórias somente no ensino fundamental; elas não seriam mais obrigatórias no chamado ensino médio.

Pergunto eu a vocês e aos que estão em casa, nos escutando: medidas como essa vão contribuir para que a gente avance na consolidação de uma educação inclusiva? Ou medidas como essa virão alimentar, cada vez mais, a realidade que a pesquisa aqui nos mostra, Toni, do preconceito, da violência e do *bullying*?

Por fim, o projeto Escola sem Partido. O projeto Escola sem Partido tem de ser fortemente combatido por todos aqueles e aquelas que defendem a Constituição cidadã, que defendem a LDB. A Constituição está lá; qual o seu objetivo maior? A construção de uma sociedade igualitária, fraterna, solidária, com respeito e dignidade. Para tanto, é preciso que na educação os professores tenham liberdade de ensinar, de aprender; liberdade de concepções pedagógicas, com toda a pluralidade que deva ter. A Escola sem Partido vem exatamente para negar tudo isso. Aliás, é um projeto que não tem sustentação de maneira alguma, do ponto de vista constitucional – tanto é que, para nossa alegria, o Ministério Público Federal proferiu um parecer consistente, afirmando com todas as letras que o projeto de lei Escola sem Partido, a Lei da Mordaça, fere frontalmente a Constituição e a LDB, e, portanto, é um projeto inconstitucional. Nós queremos, inclusive, que o Supremo Tribunal Federal se debruce sobre essa matéria o quanto antes, já que existe uma ação direta de inconstitucionalidade impetrada pela Contee. Esperamos, inclusive, que o Supremo se reúna o quanto antes para acolher o parecer do Ministério Público Federal e, portanto, declarar inconstitucional essa proposição, enterrando de uma vez por todas ideias como essa que, repito, vêm na contramão de uma educação que é a educação que o povo brasileiro quer: a educação com inclusão social, com dignidade, com solidariedade, com respeito; a educação que possa frear retratos como esse que nos foi apresentado hoje nessa pesquisa.

Eu termino, Toni. Pergunto se você ainda tem mais alguma coisa a colocar aos convidados.

O SR. TONI REIS – Eu só gostaria, Senadora, de mais uma vez agradecer-lhe pela sua amabilidade, e à sua equipe pelo trabalho – a Márcia Abreu, a Maria, sua chefe de gabinete, toda a sua equipe – pela forma como tem nos tratado, e pela abertura.

Nós soubemos que tivemos algumas... Essa audiência era para ter sido na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mas, por questões de agenda, não deu, e a senhora conseguiu, de forma magistral, fazer aqui e aproveitar a presença do nosso querido Coordenador da América Latina e Caribe, Julio Dantas.

Eu gostaria de fazer um aparte na sua fala sobre o Escola sem Partido. Sou membro titular do Fórum Nacional de Educação – o Ministério da Educação tem oito membros participantes –, e, na última reunião, eu fui um dos relatores da nota oficial. Todas as 50 organizações do Fórum Nacional da Educação, de A a Z, unanimemente, aprovamos uma nota reprovando o Escola sem Partido exatamente pelo que a senhora colocou: nós precisamos de liberdade de cátedra, liberdade de aprender e de ensinar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nesse sentido, o próprio Ministério da Educação, contando os votos, votou contra o Escola sem Partido nos Municípios, nos Estados e aqui, no Congresso Nacional, porque há uma iniciativa aqui no Senado e outra na Câmara.

Nós estamos alerta. Mas, além de derrubar essa discussão no Parlamento, temos que ganhar a sociedade, porque é muito importante que as pessoas tenham liberdade de pensamento e de expressão. Acho que isso é fundamental.

Então, eu só queria frisar que o Fórum Nacional de Educação... Não estou, neste momento, representando-o, mas o documento é público. Inclusive, eu participei de uma audiência aqui, depois participei de outra como assistente, fiz a fala.

O Escola sem Partido vai contra, Mariana... Inclusive está lá no projeto que não poderá ser abordada nenhuma questão de gênero, como a questão das mulheres, as questões de diversidade, e tal. Então, é um absurdo. É voltar à Idade Média as pessoas não serem respeitadas na sua forma de ensinar. E isso a LDB nos garante, bem como a Constituição Federal.

Nesse sentido, mais uma vez, eu gostaria de parabenizar e agradecer, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mais uma vez, Toni, nós é que agradecemos.

Passo a palavra agora para Rogério, que é Presidente da Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas.

O SR. ROGÉRIO KOSCHEK – Quero agradecer à Senadora Fátima Bezerra pelo trabalho magnífico da Comissão, por ter aberto o espaço.

O Toni, que é membro da nossa associação, é um lutador ferrenho de todas as nossas lutas.

E quero registrar que a Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas tem recebido denúncias de um espectro ainda mais amplo, porque as famílias estão sendo atingidas pela discriminação de seus filhos não homossexuais, não lésbicas, não trans, mas sim porque eles têm pais homossexuais, têm pais lésbicas ou têm pais trans. A violência está cada vez maior, está se ampliando mais. A violência do famigerado projeto do Estatuto da Família já levou diversas crianças que foram adotadas por casais ou por pessoas homoafetivas a questionar se haveria necessidade de voltar para o abrigo, porque deixariam de ser uma família. Isso é uma dor imensa.

E a questão da Escola sem Partido é outra violência que leva a que diversas crianças sejam impossibilitadas de ter informação. É impossível que pessoas gabaritadas, pessoas que deveriam ter uma consciência pela dignidade humana, pela dignidade de nossas crianças, referendem uma situação dessa.

A Associação recebe denúncias de várias pessoas que não têm como lidar com a situação. São mães que denunciam, por exemplo, que sua filha é maltratada na escola não só pelos colegas, mas também pelos educadores, porque, ao se declarar Maria Eduarda, na verdade, ela nasceu José Pedro, a família não sabe como lidar com isso.

Então, a Associação luta pela apresentação de um modelo de visibilidade positiva das nossas famílias, mostrando que todas as nossas famílias são comuns, que todos os nossos anseios, as nossas dificuldades, as nossas lutas, as nossas alegrias são comuns a todas as famílias.

A partir do momento em que a sociedade enxergar que não há diferença entre a educação de uma família homoafetiva e a educação de uma família hétero para os seus filhos LGBT, isso vai realmente se transformar. Agora, a partir do momento que a gente tem uma violência tão grande gerada por aqueles que deveriam lutar contra essa violência, isso fica cada vez mais difícil.

Parabenizo-o mais uma vez, Toni. Você é um guerreiro amado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rogério, mais uma vez, a gente agradece pela sua presença aqui e pelo que ela representa, por você poder falar aqui para todo o Brasil do importante trabalho que vocês têm feito em prol da cidadania da comunidade LGBT e dos seus pais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ROGÉRIO KOSCHEK – Posso só registrar algo?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria que você inclusive divulgasse o endereço.

O SR. ROGÉRIO KOSCHEK – Só para registrar, eu participarei, amanhã à tarde, da Semana de Valorização da Primeira Infância, que está abrindo hoje. É um evento que já ocorre há dez anos, e, pela primeira vez, haverá o tema de famílias homoafetivas na discussão da primeira infância.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está começando exatamente hoje.

O SR. ROGÉRIO KOSCHEK – Hoje.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO KOSCHEK – A minha fala será amanhã.

A Abrafh está sediada no Rio de Janeiro, mas é uma associação de âmbito nacional. O nosso endereço é simples: Abrafh.org.br.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada.

Agora, rapidamente, antes de encerrarmos os trabalhos aqui, vamos conceder a palavra a André Gonçalves, que é coordenador de organização sindical da Fasubra.

O SR. ANDRÉ DOS SANTOS GONÇALVES – Bom dia a todos e a todas.

Primeiro, quero agradecer à Senadora Fátima Bezerra por mais uma vez estar dando este espaço para a nossa entidade, que abrange o nível superior de educação, as universidades, os institutos federais.

Quero dizer que, com essa onda de conservadorismo que o Brasil está passando, este tema é de suma importância a gente poder esclarecer. E que bom que ele está sendo transmitido para todo o Brasil pela Rádio Senado e pela TV Senado.

O que a gente vê é o crescimento de um radicalismo e de um tradicionalismo muito grande na sociedade brasileira. Ou seja, as políticas públicas que foram sendo construídas durante esses 14 anos em que vivemos um governo democrático e popular estão sendo altamente desconstruídas em pouco tempo. E a gente vê que é uma coisa que está ocorrendo bem rapidamente e com o apoio de uma mídia altamente conservadora, que estava, digamos, um pouco escondida e que agora encontrou espaço para poder divulgar aquilo que pensa de uma sociedade que acha justa.

Nós, como trabalhadores da educação, das universidades e institutos federais, estamos em um momento de greve, no qual é importantíssimo discutir esses temas, porque uma universidade não é um ambiente diferente de uma escola, seja de nível fundamental, seja de nível médio. Existem preconceitos. Existe todo um ataque a essa comunidade, que quer espaço, principalmente nós, servidores públicos. Nós temos pessoas que se identificam com vários tipos de gêneros, trabalhando na universidade, e que sofrem, inclusive dentro do ambiente sindical, que é um ambiente altamente machista. Essas pessoas tentam entrar nesse ambiente, mas encontram várias vezes as portas fechadas, por não acharem pessoas que tenham, digamos, um nível de esclarecimento muito bom com relação a esse tema.

Então, eu acho que nós, como trabalhadores da educação, vamos levar esse debate para o nosso comando nacional de greve, para ser feita uma discussão, para que esses trabalhadores que aqui estão, em Brasília, possam retornar para as universidades e discutir esse tema de suma importância nas universidades de estudos federais.

Muito obrigado pelo aparte, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, André.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mais uma vez quero aqui cumprimentar a Fasubra e dar toda a nossa solidariedade à luta dos servidores técnicos administrativos da Fasubra, por se tratar de mais uma entidade que se integra à luta em defesa da educação pública e contra a PEC 55, a MP 746, o Escola sem Partido etc.

Bom, nós vamos terminar a nossa audiência pública.

Quero agradecer, de coração, a Ximenes, Daniel, que aqui veio pelo Secadi, a Julio Dantas, a Kátia, a Mariana, a Toni e a todos e todas vocês que participaram da audiência até o presente momento. Quero agradecer também aos que nos acompanharam, seja via internet, via TV Senado, e parabenizar, Toni, a ABGLT e as demais entidades pela seriedade do trabalho que foi feito, ou seja, a pesquisa, e que ela possa ser a um instrumento que contribua para nós avançarmos em ações, em programas, em políticas voltadas para a promoção e defesa da cidadania LGBT.

Para concluir esta audiência pública, eu quero também, Toni, acrescentar que tramita aqui nesta Comissão a Sugestão nº 5, de 2016, que pretende criminalizar a homofobia. Essa sugestão é uma iniciativa popular, vem da população. Ela está sob a responsabilidade do Senador Paulo Paim, que é Presidente desta Comissão. Quem foi que apresentou essa sugestão? Foi o cidadão chamado Gustavo Don. Ele a apresentou entre 2 de março e 7 de abril de 2016. Essa sugestão, repito, que é para criminalizar a homofobia, recebeu mais de 2.200 apoios.

Na descrição da ideia legislativa, o Gustavo Don citou dados do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil, em 2012, produzido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que mostrou o aumento no número de denúncias de violações dos direitos humanos da comunidade LGBT.

Se a sugestão for aprovada, será transformada em projeto de lei, que alterará a Lei nº 7.716, de 1989, que trata dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Também aqui, por dever de justiça, queremos mais uma vez render nossas homenagens à nossa companheira, educadora, guerreira, a Senadora Fátima Cleide, pelo tanto que Fátima, na época, como Senadora, lutou para aprovar o PLC 122, que criminalizava a homofobia. Mas, infelizmente, terminou sendo arquivado aqui, pelo Senado Federal, graças à articulação, mais uma vez, da bancada dos Senadores fundamentalistas.

Por isso é que quero aqui colocar, Toni, que eu acho muito oportuno que o movimento LGBT faça também uma pressão, para que essa Sugestão nº 5 seja aprovada. E que ela venha a se transformar em projeto de lei aqui nesta Casa, para que nós não desistamos, de maneira nenhuma, de ter um marco legal, uma legislação que possa punir realmente quem discrimina, quem ataca, ou seja, quem age com violência contra os homossexuais, contra a comunidade LGBT do nosso País. Então, fica essa nossa proposição para o movimento LGBT.

Quero ainda acrescentar mais dois encaminhamentos, como resultado da presente audiência pública: apresentar requerimento – porque nós vamos apresentar o nosso mandato – para realização de audiência pública na CDH, em colaboração com a Câmara dos Deputados e a Comissão de Educação do Parlasul, para debater a pesquisa nacional sobre "O Ambiente Educacional no Brasil" e nos demais países. Nessa audiência pública, nós iremos contar com a presença de representantes do Legislativo, do Poder Executivo e da sociedade civil, da comunidade LGBT etc. Eu já vou apresentar esse requerimento esta semana, para que possamos aprová-lo e realizar essa audiência pública no início do ano que vem.

Acho que seria bastante oportuno fazer um debate não só com o Brasil, mas também com os demais países que fazem parte do Parlasul, para que possamos trocar as experiências e ver, inclusive, como é que nós poderemos unificar, fortalecer as ações e cobrar as políticas necessárias, por parte do Governo, em prol da cidadania LGBT. Ao mesmo tempo, será mais um momento, também, muito importante para derrotarmos ou rejeitarmos, no âmbito dos Parlamentos, toda e qualquer iniciativa legislativa que venha na direção não de respeitar e promover a cidadania, mas no sentido de retroceder, como nós aqui já mencionamos alguns projetos.

Por fim, só como encaminhamento, quero registrar que nós solicitamos ao Sr. Julio Dantas cópias da pesquisa em espanhol, para que eu possa entregar aos integrantes da Comissão de Educação do Parlasul, da qual faço parte. Enfim, que esta audiência de hoje se constitua um passo a mais para que nós possamos derrotar o conservadorismo, seja através de proposições legislativas, seja através de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

iniciativas equivocadas, inclusive por parte do Poder Executivo. Que esta audiência de hoje e que esta pesquisa seja um instrumento muito importante para que a gente avance na promoção e defesa da cidadania LGBT.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 104ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 de Novembro de 2016, Quarta-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6.

Às doze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Regina Sousa, Ângela Portela, Telmário Mota, Dário Berger, Hélio José, Flexa Ribeiro, Romário e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Benedito de Lira, Rose de Freitas, Omar Aziz, Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 97ª e 103ª Reuniões desta Comissão, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, de 2013. Terminativo. "Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011. Terminativo. "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011. Terminativo. "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011. Terminativo. "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015. Terminativo. "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016. Terminativo. "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015. Terminativo. "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012. Terminativo. "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Sen. Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CI, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016. Terminativo. "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2016. Não terminativo. "Institui a Política Nacional para Doenças Raras no Sis-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tema Único de Saúde - SUS." Autoria: Deputado Marçal Filho. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2014. Não terminativo. "Acrescenta parágrafo ao art. 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 e altera a redação dos arts. 44 e 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para prever o uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e de legendas nas propagandas eleitoral e partidária efetuadas mediante transmissão por televisão." Autoria: Senador Ruben Figueiró. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH. ITEM 12 - OFICIO "S" Nº 16, de 2015. Não terminativo. "Encaminha, para conhecimento e providências porventura cabíveis no âmbito do Senado Federal, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2015. Não terminativo. "Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2016. Não terminativo. "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - SUGESTÃO Nº 7, de 2016. Não terminativo. "Sugere "Proibir, expressamente, o corte ou a diminuição da velocidade por consumo de dados nos serviços de internet de Banda Larga Fixa"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. José Medeiros. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência(s) pública(s) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), "para que autoridades públicas e representações de classe dos policiais possam debater os dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos, que serão fornecidos pelos Ministros de Estado da Justiça e da Defesa"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100 de 2016, que: "Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 109 de 2016, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater, junto com as autoridades responsáveis, "A audiência de custódia no Brasil"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 127 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a relevância da criação da Universidade Federal de Barra do Garças (UNIBARÇAS), por meio do desmembramento do Campus Universitário do Médio Araguaia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 144 de 2016, que: "Requer, nos termos regimentais a realização de diligência desta Comissão no Município de Capanema/PR para acompanhamento e participação na Audiência Pública a ser realizada no dia 18 de novembro, no Centro Comunitário da Comunidade de Marechal Lott, naquele município paranaense, com a finalidade de debater a situação dos atingidos pela Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Adiado. ITEM 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 151 de 2016, que: "Requer realização de audiência pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para debater sugestão de Projeto de Lei como uma proposta da sociedade civil, contendo a "Política Nacional de Redução de Agrotóxicos"." Autoria: Senador Lindbergh Farias. Resultado: Adiado. ITEM 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 153 de 2016, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater "O endividamento dos Estados"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 154 de 2016, que: "Requer, nos termos regimentais e em aditamento ao RDH nº 150/2016, a inclusão dos seguintes convidados para participar de audiência pública destinada a debater sobre a regularização e derrubadas de condomínios no Distrito Federal: Bruna Pinheiro, Presidente da Agefis; Junia Bittercourt, Presidente da Associação dos Condomínios Horizontais; e Franklin Rodrigues da Costa - Subprocurador-Geral da República. " Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 156 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com o objetivo de debater "Os Planos de Demissão Voluntária (PDVs) e planos de reestruturação de empresas públicas"." Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 157 de 2016, que "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater "Os biomas pampa, caatinga e cerrado"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 158 de 2016, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater "O dia internacional dos Direitos Humanos, comemorado no dia 10 de dezembro"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 160 de 2016, que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre "as religiões contra as injustiças sociais"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 159 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; em colaboração com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e com a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Esporte do Parlasul, para "conhecer e debater experiências exitosas adotadas nas escolas do Brasil, Chile e Uruguai, no combate à violência contra estudantes LGBT"." Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 161 de 2016, que: "Requer a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o "O Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR)"." Autoria: Senadora Regina Sousa e outros. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 104ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 97ª e 103ª Reuniões desta Comissão. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É só uma ata.

Enquanto os Senadores estão vindo ali da CCJ – o Senador Hélio José disse que era só comunicar que ele já teria vindo; a Senadora Regina Sousa também está vindo – eu aproveito este momento para dar o informe sobre como foi a reunião com o Presidente Renan e com o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

Estavam presentes nessas duas reuniões representantes de todas as centrais sindicais, de todas as confederações. Também representantes de sindicatos de caráter nacional e associações ligadas a aposentados e servidores públicos.

Ficou ajustado nessa reunião que o meu relatório sobre a terceirização eu apresentarei na semana que vem, no dia 30, em uma reunião que faremos entre as centrais e, em seguida, com os Líderes aqui, no Senado. Ficou também acertado que o Presidente Renan vai falar com a Presidenta, vai pedir uma audiência para a Presidenta do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, no sentido de que esses temas, como terceirização, direito de greve e trabalho escravo não sejam apreciados naquela Corte, já que, dos três temas, eu estou com o relatório pronto e tenho como já colocar à disposição do Senado na semana que vem.

Devido a isso é que nós também ajustamos que vamos participar ativamente da audiência pública, também no dia 30, na Comissão de Assuntos Sociais, que vai discutir o projeto do trabalho intermitente. O que significa isso? Trabalho por hora – o cidadão trabalha e recebe as horas, mas sem direito nenhum a mais, o que preocupou muito os dirigentes. Mas o debate sempre é positivo, como hoje também conseguimos retirar da pauta da CCJ a NR-12. A NR-12, se fosse derrubada, infelizmente, ia deixar os trabalhadores desprotegidos em relação aos acidentes no trabalho, porque as máquinas não seriam mais obrigadas a ter um sistema de proteção para evitar o acidente.

Sobre tudo isso nós dialogamos com o Presidente e também com as centrais, mas quero mais uma vez reafirmar a disposição muito positiva do Presidente Renan Calheiros, que disse que fará de tudo para regulamentar a situação dos terceirizados, para criar uma segurança jurídica para todos, mas que ele também não concorda com que seja terceirizada a atividade-fim.

Quanto ao direito de greve, nós também entendemos que quanto ao direito de greve o nome já diz: é direito de greve, e não a proibição de fazer a greve quando as partes não se entenderem.

E o terceiro projeto, que é o trabalho escravo, nós temos também a visão muito clara de que não pode haver jornada exaustiva e trabalho degradante. Quem for encontrado nessa situação poderá ser autuado e condenado, como manda o projeto, a perder inclusive a propriedade, porque ele está tendo sob o seu domínio trabalhadores sob escravidão.

É bom resgatar que a PEC, a proposta de emenda constitucional já foi aprovada no Congresso Nacional. Só falta agora a regulamentação. Ela diz que onde for encontrado trabalhador sob regime de escravidão, no campo ou na cidade – ou seja, pode ser no comércio, nas fábricas, enfim, ou nas fazendas –, o proprietário perde a sua fazenda ou a sua empresa.

Então, isso é importante, porque é um critério recomendado pela OIT, um critério internacional. É um absurdo a gente estar ainda hoje discutindo essa questão do trabalho escravo. Mais de 50 mil trabalhadores já foram libertados, mas os números mostram que nós temos ainda em torno de 30 mil trabalhadores que estão sob o regime de escravidão. E, claro, o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho estão com as suas forças-tarefa trabalhando e se deslocando pelo País para evitar que essas pessoas permaneçam nessa situação.

Então, se você tem alguma denúncia, você que está vendo neste momento a TV Senado, faça contato com esta Comissão, que as forças-tarefa se deslocarão para o local para punir aqueles que têm trabalhadores sob a escravidão.

Hoje, teremos aqui na Comissão de Direitos Humanos uma reunião que vai votar uma série de requerimentos que não são terminativos. Neste momento, a Senadora Fátima Bezerra já se encontra aqui conosco. E já vamos, então, votar os requerimentos e depois vamos para a Comissão de Educação, onde há um projeto seu fundamental de que eu sou Relator. Faço questão de estar lá para deliberar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Sou autor do requerimento do item 22, Requerimento nº 153, de 2016, que vai tratar do tema "O endividamento dos Estados". É só ver a situação que se encontra o Rio Grande do Sul, como exemplo, e Minas.

O Rio Grande do Sul decretou estado de calamidade pública. O Rio de Janeiro também. É uma situação quase de calamidade financeira. É uma situação, de fato, da maior gravidade. Não pagam mais o salário dos trabalhadores. E, no campo da saúde, da segurança e da educação cada vez mais menos investimento.

Mas, Senadora Fátima Bezerra, passo a presidência para V. Exª neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) –

ITEM 22
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 153, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater "O endividamento dos Estados".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é uma iniciativa de dezenas de Estados brasileiros que estão com uma dívida impagável junto à União. A situação é desesperadora. Eu dava o exemplo aqui do Rio Grande do Sul e também do Estado do Rio de Janeiro.

Um projeto que apresentamos, com apoio dos outros Senadores, resolveria a questão da dívida dos Estados.

Só como exemplo, o Rio Grande do Sul retirou de empréstimo junto à União em torno de R$9 bilhões, pagou R$21 bilhões, e deve R$55 bilhões ainda.

Esse é o objetivo de aprofundar esse debate e que esse projeto seja uma luz para resolver o problema dos Estados.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Requerimento

EXTRAPAUTA

ITEM 24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 156, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com o objetivo de debater "Os Planos de Demissão Voluntária (PDVs) e planos de reestruturação de empresas públicas".

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Com a presença de várias entidades.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, neste exato momento, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente, todos nós conhecemos os famosos PDVs e como é que eles se dão, e, muitas vezes, inclusive, obrigando os trabalhadores a aceitarem. A dita demissão voluntária nem sempre é voluntária. Eles ficam sob tortura, e se obriga, muitas vezes a ter que optar.

Por isso, faremos essa audiência pública para discutir os Planos de Demissão Voluntária, famosos PDVs, e Planos de Reestruturação das Empresas Públicas. E aí convidamos os nomes que estão no requerimento, que não se precisaria ler neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paim, primeiro aqui só uma observação, parabenizar V. Exª pela iniciativa.

Esse debate, mais do que nunca, é oportuno, especialmente agora, diante da decisão anunciada pelo Banco do Brasil. Mais de 400 agências serão fechadas em todo o País, um PDV anunciado, onde eles pretendem excluir, dos quadros do Banco do Brasil, mais de 18 mil funcionários.

O meu Estado, a exemplo do Estado de V. Exª, também é atingido. São 12 agências que serão fechadas. Enfim, isso significa, cada vez mais, precarização dos serviços prestados à população, inclusive no campo da assistência bancária.

Os mais penalizados por esse fechamento não são somente os servidores, mas muito da população, principalmente naquelas regiões onde não há o lucro, serão as regiões mais penalizadas, ou seja, a sua população mais penalizada.

Então, em boa hora o Congresso Nacional chama aqui desde o presidente do Banco do Brasil, a representação dos trabalhadores, etc.

Quero, inclusive, subscrever o requerimento com V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 25
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 157, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater "Os biomas pampa, caatinga e cerrado".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem rápido, Presidenta Fátima.

Os biomas é um tema que tem tudo a ver com meio ambiente, com ecossistema, e é preciso aprofundar o debate, já que se estende não só pelo Rio Grande, mas para outras regiões do País. E está, inclusive, essa discussão colocada numa PEC, a chamada Proposta de Emenda Constitucional nº 5.

Por isso, os técnicos, os especialistas, os estudiosos desse tema muito ligados ao meio ambiente propuseram esse debate para que a população tenha a clareza da importância dos biomas Pampa, Caatinga e Cerrado.

É isso, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente... Bom, agora eu que estou presidindo os trabalhos, e, portanto, vou colocar em votação o requerimento do Senador Paim.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Próximo, também de autoria do Senador Paim.

EXTRAPAUTA

ITEM 26
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 158, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater "O dia internacional dos Direitos Humanos, comemorado no dia 10 de dezembro".

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o Senador Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, este não precisa grande defesa, a leitura já diz, é o dia internacional, no mundo todo a gente lembra essa data como o Dia Internacional dos Direitos Humanos, dia 10 de dezembro, e a Comissão de Direitos Humanos, como faz todos os anos, vai estabelecer um debate, demonstrando que direitos humanos não têm fronteira.

Nós estaremos sempre nessa luta permanente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Próximo, também do Senador Paim.

Realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater as religiões contra as injustiças sociais.

EXTRAPAUTA

ITEM 27
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 160, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre "as religiões contra as injustiças sociais".

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, recentemente houve um encontro que discutiu as religiões e as injustiças sociais, e, por isso, resolvemos trazer aqui, para a Comissão dos Direitos Humanos, esse debate, que vai aprofundar inclusive questões vinculadas à PEC 55,

Inclusive questões vinculadas à PEC 55, porque, quando os direitos sociais são atacados, quando você não investe mais naquilo que há de mais sagrado, que é a vida, quem é atacado diretamente, eu diria, principalmente, são os mais pobres.

Leia-se: mais pobres têm cor, como a gente fala, e a cor é preta, enfim, é o povo negro. E naturalmente as religiões também são atacadas, infelizmente. Por isso faremos este debate aqui: as religiões contra as injustiças sociais.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Parabenizo o Senador Paim por essa iniciativa.

Em votação agora o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Requerimento também de autoria do Senador... Não é este aqui?

Requerimento de autoria do Senador Paulo Paim, de minha autoria e da Senadora Regina Sousa.

EXTRAPAUTA

ITEM 28
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 159, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; em colaboração com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e com a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Esporte do Parlasul, para "conhecer e debater experiências exitosas adotadas nas escolas do Brasil, Chile e Uruguai, no combate à violência contra estudantes LGBT".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A leitura...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria devolver a Presidência agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou só defender e vocês votarem.

A leitura do texto já diz, é combater a violência. Nós temos que combater todo o tipo de violência, seja contra religioso, seja contra LGBT, enfim, seja contra estudantes, contra o nosso povo e toda a nossa gente, e aqui a experiência do Chile e do Uruguai ajudarão a nós a avançarmos no combate a todo o tipo de violência.

Colocar em votação este.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em votação.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram.

Apenas fazendo aqui uma observação com a Secretaria da Comissão, de autoria nossa constar aqui neste requerimento, veja bem, como eu participo do...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, presidi uma bela sessão nesta semana, por iniciativa sua...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, Senador Paim, mas deixa eu só colocar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ontem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na verdade, como eu sou integrante do Parlasul, eu represento a delegação brasileira por indicação do nosso Partido junto ao Parlasul, e esse requerimento nós estaremos levando na próxima semana para conhecimento e aprovação na Comissão de Educação do Parlasul, porque a ideia é exatamente essa, conforme V. Exª aqui destacou, ou seja, fazer esse debate não apenas no âmbito do Brasil, mas principalmente no âmbito da América Latina.

Considerando que a pesquisa recém-divulgada, que trata do ambiente educacional e da comunidade LGBT foi feita não apenas no Brasil, mas nos demais países da América do Sul. E essa pesquisa trouxe dados que merecem a atenção dos professores, dos especialistas na educação, que merece a atenção do Parlamento, que merece a atenção da sociedade brasileira. Que dados são esses? Dados que, infelizmente, revelam, mostram como a intolerância, como o preconceito e o *bullying* homofóbico imperam ainda no ambiente educacional, exatamente onde não devia imperar.

Então, é uma audiência que a gente quer realizar. E eu vou inclusive defender lá, Senador Paim, que seja aqui no Brasil, que eles venham aqui. O.k.?

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2014
- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 e altera a redação dos arts. 44 e 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para prever o uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e de legendas nas propagandas eleitoral e partidária efetuadas mediante transmissão por televisão.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Observações:

Tramitação: CCT, CDH e terminativo na CCJ.

- Em 08/03/2016, a matéria foi aprovada na CCT.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

Voltando ainda ao Requerimento nº 159.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Portanto, vamos realizar, no início dos trabalhos legislativos, uma bela audiência.

Senador Paulo Paim, eu queria ainda...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou só...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse relatório é um minuto porque a leitura que V. Exª fez já deixa muito claro. Eu quero apenas cumprimentar aqui o autor, Senador Ruben Figueiró, que vai garantir o uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras e de legendas nas propagandas eleitorais e partidárias mediante transmissão pela televisão.

O projeto de lei vai nesse sentido, com muita clareza. Eu apenas ajustei com três emendas e, por isso, o meu parecer é totalmente favorável ao projeto com as três emendas.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório. Parecer favorável ao projeto, com três emendas que apresenta o relatório Senador Paim.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH.

E eu devolvo a Presidência agora ao ilustre Senador Paulo Paim, fazendo, Senador Paulo Paim, duas observações aqui.

Primeiro, gostaria só de adiantar por escrito e vou formalizar o requerimento no início da próxima semana, Senador Paim, que é o seguinte: para realização ainda agora, nesse início de dezembro, de uma audiência pública a pedido das universidades federais de todo o Brasil, da Fasubra e do movimento estudantil.

Essa audiência pública terá como foco principalmente, Senador Paim, o momento atual, em que há mais de duzentas ocupações, ou seja, as mobilizações estudantis em todo o País, mais de vinte universidades com suas atividades paralisadas, as universidades federais, mais de 47 também instituições federais de ensino superior com as suas atividades paralisadas, no caso dos servidores técnicos administrativos.

Ou seja, há uma grande mobilização da comunidade educacional, professores, servidores técnicos administrativos e estudantes. Também aqui quero incluir os professores e servidores dos institutos federais de educação profissional e tecnológica.

E toda essa mobilização o Brasil está acompanhando e sabe a que ela se deve. Ela se deve exatamente à luta de toda a comunidade educacional contra a agenda de retirada de direitos que tem na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

PEC 55 o seu mais brutal ataque à educação, pelo que ela exatamente representa.

Então, na próxima semana, uma luta dessa tem que merecer o apoio do Parlamento brasileiro – como tem merecido, inclusive, aqui da CDH, que tem aberto suas portas. Então, na próxima semana, Senador Paim, vou formalizar o requerimento e ver com você e com sua assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acho que é possível eu aprovar, de imediato – V. Exª já fez a defesa do requerimento...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e, depois, só cumprir o protocolo de mandar a parte burocrática para cá.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ótimo. Beleza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, colocando em votação o requerimento proposto pela Senadora Fátima, neste momento, eu pergunto ao Plenário se todos concordam que, depois, ela mande o documento por escrito.

Todos concordam? (*Pausa.*)

Não havendo discordância, aprovado o requerimento da Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em votação aquele... Agora, Senadora, a senhora já assinou?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já subscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, pergunto a todos se concordam que, extrapauta, tenhamos espaço para votar o Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 161, de 2016.

EXTRAPAUTA

ITEM 29
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 161, de 2016
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o "O Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR)".

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros

Para discutir, no dia 30 de novembro, às 9h, o Fórum Permanente pela Igualdade Racial – Fopir –, com os seguintes convidados.

Concordo, extrapauta.

Todos concordam? (*Pausa.*)

Está aprovado.

Então, Senadora Fátima – que assina junto com a Senadora Regina Sousa –, para fazer a defesa.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, Senadora Regina. Estou aqui subscrevendo, chamando a atenção para a importância desse debate, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

iniciativa do Fórum de Promoção da Igualdade Racial, que tem como objetivo lançar o documento de análise conjuntural acerca das desigualdades raciais no Brasil e os desafios para seu enfrentamento, em diferentes setores de nossa sociedade.

Com essa iniciativa, pretende-se dialogar sobre as graves violações de direitos humanos de que é vítima preferencial a população negra, especialmente mulheres e jovens, bem como as medidas essenciais para que as principais instituições do País se engajem na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Os convidados são: a Anistia Internacional; a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras; Associação Brasileira de Pesquisadores Negros; o Baobá – Fundo para Equidade Racial; o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade; o Cojira; o Geledés; o Instituto de Estudos Socioeconômicos; Odara – Instituto da Mulher Negra.

Bom, Senador Paim, nós só temos aqui, primeiro, é que parabenizar e saudar a iniciativa do Fopir, pela realização dos debates, sobretudo nestes tempos que estamos vivendo, de agendas, de retirada de direitos. Debate muito oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima, faço questão de assinar junto, também, como terceiro.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E aproveite para divulgar sua medalha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Falarei, no encerramento de amanhã. (*Risos.*)

Mas quero, também, cumprimentar essa bela iniciativa. Estive, recentemente, na Bahia e me encontrei com uma série de entidades que estão aqui neste documento. E é com enorme satisfação que a gente, então, coloca em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento aqui apresentado e defendido pela Senadora Fátima, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou, também, assinar como terceiro apoiador – e aqui como Presidente em exercício.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paim, agora eu vou voltar lá para a Comissão de Educação, para o encerramento da audiência da...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai votar o seu projeto hoje ainda?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... primeira infância. Não, o Seminário da Primeira Infância aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Então encerramos a nossa reunião deliberativa do dia de hoje. Reunião que foi muito produtiva. Tivemos, como avisei aqui na abertura desta reunião, uma reunião com todas as centrais, federações e confederações do Brasil. Não faltou ninguém para debater terceirização, trabalho escravo e, também, a questão do direito de greve.

Tivemos, depois, a reunião muito produtiva com o Presidente Renan. E agora encerramos os trabalhos. Convido a todos para amanhã, às 11h, no plenário do Senado, teremos uma grande sessão de homenagem ao grande Abdias, inesquecível Abdias, onde vamos entregar o prêmio, a medalha, o troféu Abdias Nascimento a quatro personalidades que mais se destacaram na luta dos direitos humanos no Brasil no último ano – e, tenho certeza, ao longo das suas vidas.

Eu queria aproveitar este momento – vou falar amanhã – e dar aqui um abraço muito grande no grande artista – e o considero um líder –, Lázaro Ramos. O Lázaro Ramos me ligou, fez questão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

me ligar, disse que não viria amanhã em protesto contra a série de medidas – não deste Senador, ou o Abdias, ou a Lídice, que também coordena essa sessão – adotadas contra o povo negro e a série de retrocessos que estão sendo aprovados contra o povo trabalhador deste País aqui no Congresso.

Eu quero dar um abração a você, Lázaro. Entendi muito bem e vou ler, amanhã no plenário, o motivo de você não estar presente.

Foi um gesto bonito que valorizou, inclusive, a nós outros que estamos aqui, mas faz uma crítica dura àqueles que não têm compromisso com os direitos humanos, não têm compromisso com o social e, infelizmente, adotam políticas ainda discriminatórias.

Por isso, Lázaro Ramos, fica aqui de público o meu grande agradecimento. Eu tenho certeza de que você estará sempre junto, na mesma trincheira que nós, na linha de fazer o bem sem olhar a quem.

Está encerrada a reunião de hoje.

(*Iniciada às 12 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 105ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 13, da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e da Senadora Regina Sousa. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 140 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "Os cinquenta anos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e a situação atual". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Mario Avelino, Presidente do Instituto Fundo Devido ao Trabalhador; Henrique José Santana, Superintendente Nacional do Fundo de Garantia representante de Fundos de Governo e Loterias da Caixa Econômica Federal; Bolivar Tarragó Moura Neto, Secretário-Executivo do Conselho Curador do FGTS - representante do Ministério do Trabalho; Fernando Lisboa, Auditor Fiscal do Trabalho, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – SINAIT; Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Atnágoras Teixeira Lopes, Membro da Secretaria Executiva Nacional da Central Sindical e Popular - CSP-Conlutas; Tânia Mara, Auditora-Fiscal do Ministério do Trabalho; Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – SINAIT; Glaucia Morelli, Presidente Confederação das Mulheres do Brasil – CMB. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e um minuto; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 105ª reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 140 desta Comissão, de minha autoria e de outros, para discutir os 50 anos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a situação atual. Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que quiserem discutir, participar, tiverem interesse, com comentários e perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e ainda pelo Alô Senado, através do número 0800 612211.

Como fazemos sempre às segundas pela manhã, este espaço é dedicado ao debate, em nível nacional, de grandes temas. Aqui debatemos exaustivamente a PEC 241, hoje a PEC 55, como já debatemos a terceirização, o negociado sobre o legislado, a questão da violência, a dívida dos Estados, a violência contra a mulher, a questão dos deficientes, dos idosos, dos direitos humanos, o trabalho intermitente, o trabalho/hora, e por aí vai. Todos são temas de interesse do povo brasileiro. Hoje, vamos debater o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, um tema atual, pela forma como é administrado, pela forma como ele é recolhido, a parte do trabalhador, para os cofres públicos. É um tema que interessa a todos. Como aqueles que estão ligando as tevês neste momento, estão de uma forma ou de outra participando pela TV Senado, pela Rádio Senado, eu faço sempre uma introdução para situar todos sobre o tema em debate.

Enfim, Senhoras e Senhores convidados, vamos discutir hoje a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que completou 50 anos há dois meses. Em janeiro de 2017, comemoramos 50 anos do primeiro depósito do fundo, realizado em janeiro de 1967. Foram 50 anos de relativos ganhos, mas também de perdas estimadas em mais de R$ 596 milhões. Nem todos sabem, mas a origem do FGTS não é aleatória, como também não é aleatória a sua alíquota, que desde sempre foi de 8%. A verdade é que, ao contrário do que muita gente pensa, o FGTS, em sua origem histórica, surgiu não como instrumento de consolidação de direitos, mas sim como uma medida de fragilização dos direitos trabalhistas. Ele substituiu o antigo instituto da estabilidade decenal. Até a implementação do FGTS, para demitir um funcionário, o empregador teria de pagar ao empregado, para cada ano de trabalho, o valor equivalente a um salário mensal, até o empregado completar dez anos de trabalho, pois após esse prazo de dez anos, o valor deveria ser pago em dobro.

Dessa forma, funcionários mais antigos tornavam-se praticamente indemissíveis. À época, argumentava-se que a abolição da estabilidade decenal seria positiva para o funcionário. Alegava-se que, abolida estabilidade decenal, o patrão evitaria demitir precocemente seus empregados, manobra que era muito comum, pois interrompia o transcurso do período aquisitivo do direito da estabilidade.

Segundo esse discurso, todo mundo ganharia. Os trabalhadores manteriam seus empregos por mais tempo e o patrão ficaria livre de indenizar em dobro funcionários mais antigos, quando eventualmente tomasse a decisão de demiti-los.

Nenhuma novidade nesse discurso. Essa é e sempre foi uma das táticas de setores empregadores para tentar reduzir ou eliminar direitos trabalhistas. E, como nos dias de hoje, as táticas vêm disfarçadas sob discursos de que as medidas restritivas de direitos laborais seriam, na verdade, benefício ao trabalhador. Por exemplo, segundo um vídeo que está na internet – e é um vídeo real, pois ali estão diretores da CNI e da Fiesp –, que o bom seria – como ele dá exemplo de alguns países – que o horário do almoço fosse no máximo de quinze minutos. E que o trabalhador poderia muito bem comer com uma mão e trabalhar com a outra.

Esse é um vídeo que está circulando aí. Não é nenhuma novidade. Eu mesmo já passei-o aqui duas vezes. Mas, enfim, conseguiram derrubar a estabilidade decenal. Essa conquista da classe empregadora advém do governo ditatorial do Presidente Castelo Branco: o valor da alíquota de 8% para o FGTS.

O percentual surge a partir de um cálculo simples. O valor de 8% multiplicado por doze meses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

equivale aproximadamente a um mês de salário. Essa é a quantia que o empregado deposita para cada ano trabalhado, na conta do FGTS do empregado.

Em troca desse depósito, o empregador, quando chega a hora de demitir o funcionário, fica desonerado do antigo instituto da estabilidade. Sobre a antiga estabilidade, gostaria inclusive de destacar um fato interessante. Boa parte desses movimentos mais antigos e até discussões na própria imprensa são praticamente indemissíveis, justamente por conta do instituto da estabilidade decenal.

Quem já estava enquadrado na estabilidade quando da criação do FGTS não teve o regime jurídico alterado. Tenho a impressão de ser esse o caso, por exemplo, do ator Lima Duarte. Aqui ele dá alguns exemplos da mídia.

Fica claro, portanto, que, desde a sua criação, o FGTS nunca representou uma conquista de direitos, mas sim uma perda de direitos. A estabilidade decenal era muito mais garantista para os empregados do que o FGTS e conseguia de fato poupar empregos e evitar demissões.

Mas não adianta só chorar o passado, temos é que lutar, combater a destruição do que resta dos direitos dos trabalhadores, entre eles o FGTS, que pode saber que será alvo de mudanças com a dita a reforma trabalhista.

Temos que combater, por exemplo, diuturnamente, no caso de FGTS, em função de sua gestão. É um combate, e um bom combate, que devemos travar nesse trágico momento político que atravessamos, com um Presidente de legitimidade questionável. Nós falamos tanto da Veja, é bom que leiam também a Veja desse fim de semana. Porque, no passado, era só crítica e crítica, para todos lados. Mas a Veja dessa semana mostra que a casa deste Governo que está aí caiu. Mas quem tem que avaliar isso não sou eu.

Presidente de legitimidade questionável, cada dia mais comprovado, mantido no poder pelas forças mais reacionárias, conservadoras e de honestidade duvidosa. No mínimo, no mínimo eu diria isso, mediante as denúncias que circulam todos os dias.

A última agora, do ex-ministro Geddel, mas já apontando aí para que mais de dezesseis ministros já estão sendo investigados. São forças que têm como um dos objetivos esfacelar o direito dos trabalhadores.

No que concerne à má gestão do FGTS, o fato do seu rendimento não ser calculado pela inflação fez com que apenas em 2014 o fundo registrasse uma perda real de R$35 bilhões. Desde a criação do FGTS, essas perdas somadas atingem um montante de aproximadamente R$600 bilhões. Essa política de investimento do FGTS precisa ser repensada com urgência. Precisamos evitar que os trabalhadores sejam ainda mais prejudicados.

Enfim, isso é uma introdução construída pela assessoria aqui da Comissão, trazendo para o debate esse tema tão importante, que na nossa ótica – aí é um comentário que eu faço à parte – é um dos alvos da reforma que está aí. Porque eles vão querer sempre abrir caminhos para diminuir o custo do empregador, inclusive aquela multa que eles têm que pagar, enfim. E o FGTS não deixa de ser um caminho a mais que eles vão atacar durante esse período. Podem ter certeza absoluta. As preocupações são enormes.

E aí eu faço um comentário de minha responsabilidade, podem-se preparar porque está no ar aí o golpe do golpe. O golpe do golpe sabem muito bem o que significa. Tira o Michel e uma parte do poder que está nessa disputa interna é que assume. E ninguém está falando aqui que volta o governo anterior. Isso nem está... Na minha avaliação, não existe a mínima possibilidade. É dentro do próprio bloco que afastou a Presidenta Dilma, há divergências profundas.

É só pegar as revistas e os jornais de fim de semana. Vocês verão que aquilo que nós havíamos falado um tempo atrás, eu, quando vi as últimas notícias, já disse: eu havia dito que a saída, já que havia todo um movimento da população contra o Congresso e o próprio Executivo, seriam as eleições gerais.

E nós apresentamos tanto a PEC nº 15 como a PEC nº 20, em um grupo de Senadores. Seria a saída melhor para o País. Não nos ouviram, está aí agora a bagunça. Saiu uma Presidenta, provavelmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sai, diz que não passa de março. Eu não tenho bola de cristal, estou apenas fazendo uma análise da conjuntura. Sai um outro Presidente e virá um outro Presidente, pela via indireta, eleito pelo Congresso. Já tem até nome já colocado na praça de quem vai ser principalmente o Presidente provisório pelos próximos dois anos.

Em resumo, a lambança e a bagunça vão continuar até 2018. Se tivéssemos, lá quando a gente lançou a PEC, que foi se não me engano em julho, trabalhado para eleições gerais, e renovássemos, pela vontade popular, quem iria dirigir o País, o País não estaria na lambança, na bagunça. Desemprego aumentando, taxa de juros subindo, há um desespero generalizado na população, grandes movimentos marcados já tanto para o dia 29, como para o dia 13, como para o dia 4. É só pegar as redes sociais.

Eu não estou nem aqui querendo, de forma ideológica, dizer quem capitania tal movimento. Não importa. Importa é que o povo vai para a rua de novo. E a palavra sabem muito bem qual é, não precisa eu dizer. É a mudança de governo outra vez.

Então, por isso que esse tema de hoje é um tema importantíssimo. É um tema que envolve a vida de no mínimo 45 milhões de trabalhadores de forma direta, que são aqueles que usam, dependem, de uma forma ou de outra, apesar da exploração aqui lida, da questão do FGTS.

Mas vamos lá. Muito mais do que eu, eu quero ouvir os nossos convidados.

Mas não dá para deixar de lembrar também que hoje, no Brasil, quase três mil escolas estão ocupadas pelos estudantes. E aí, é repressão, é todo tipo de violência. E isso tudo nos preocupa muito, muito, muito, muito, muito, muito.

No passado, eram os sindicalistas, eram principalmente os movimentos no ABC Paulista que levavam o caminho. Nesse momento, a juventude é que está fazendo os grandes movimentos em todo o País e que vão acontecer agora, podem crer, tanto no dia 29... Teremos dias muito difíceis. Dia 29, dia 4 e depois, provavelmente, dia 13.

Mas vamos lá. Eu quero chamar para a mesa aquele que me procurou suscitando este debate, dizendo das suas preocupações e que era fundamental que nós discutíssemos ainda este ano. Convido o Presidente do Instituto Fundo Devido ao Trabalhador, Mario Avelino. Quem provocou, foi o primeiro a me procurar para este debate.

Henrique José Santana, Superintendente Nacional do Fundo de Garantia, representante de Fundos de Governo e Loterias da Caixa Econômica Federal. Bolivar Tarragó Moura Neto, Secretário-Executivo do Conselho Curador do FGTS, representante do Ministério do Trabalho. Seja bem-vindo. E Fernando Lisboa, Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait. Sejam todos bem-vindos, tanto a sociedade civil organizada como os representantes do Governo, porque eu sempre digo que o importante é que todos estejam presentes.

Muitos, infelizmente... Ao longo da história que eu estou neste Parlamento, e estou há mais de trinta anos. Cheguei na Constituinte e nunca saí até hoje. Não lembro nem o ano, mas deve ter sido em 1986 que eu cheguei. Eu me elegi em 1986 e assumi na Constituinte.

Muitas vezes, quem está no Governo não vem, que é uma forma covarde. Venha e debata e discuta, coloque o seu ponto de vista. Então, meus cumprimentos aqui a todos, tanto aos representantes do Governo como aos representantes da sociedade civil.

De imediato, Mario Avelino com a palavra.

O SR. MARIO AVELINO – Bom, primeiro, eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim, à Comissão de Direitos Humanos por ter aceito esta audiência que a gente propôs. Quero cumprimentar a Mesa: Bolívar, Henrique e Fernando. E também espero que apareçam as centrais sindicais, que devem defender o trabalhador; pelo menos todas foram convidadas.

Bom, eu sei que o tempo é curto, então nós vamos ser bem práticos aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lembrando, não marquei ainda. São dez minutos, mas com mais cinco, se necessário. Se puderem concluir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

com quinze minutos – peço a todos –, vamos bem. Valeu.

O SR. MARIO AVELINO – Bom, rapidamente, o IFDT foi criado em 2001. Antigamente, chamava-se Instituto FGTS Fácil. Houve uma mudança em 2014, porque o governo entrou com uma ação para que eu tirasse da razão social a sigla FGTS. E inclusive uns parênteses: eu vou usar muito a palavra fundo de garantia. Por quê? Pela sentença da Justiça, eu sou proibido, como presidente da ONG, de falar a sigla FGTS. Eu abri parêntesis. Hoje tenho uma intimação para pagar R$25 mil ao governo porque eu descumpri a lei. Em alguns textos, a gente mudou tudo, ainda havia a sigla FGTS. Fecha parêntesis.

O objetivo da ONG é que o trabalhador receba corretamente o dinheiro que lhe é devido no fundo, com o rendimento. Esse é o objetivo. Transparência e garantia de recebimento. Bom, em relação aos objetivos, eu vejo aqui que são melhorar o rendimento do fundo, facilitar a movimentação, pelo trabalhador, desse dinheiro, e reduzir perdas e fraudes no Fundo de Garantia.

O Fundo de Garantia é um fundo privado. Ele é do trabalhador, mas, historicamente, o Governo, na minha opinião, acha que é dele, porque ele é quem manda. Nós vamos ver adiante.

É um fundo de aplicação social. Graças ao Fundo de Garantia, milhões de famílias têm sua casa própria e ele gera trabalho e renda, ele se autoalimenta.

Então, na minha opinião, é um dos maiores direitos conquistados pelo trabalhador, que, na minha opinião, desengessou a economia brasileira na década de 60, e hoje nós temos um fundo com um ativo de R$500 bilhões...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou me sentar na primeira fila também.

Desculpe, Mario.

A primeira fila também está liberada.

O SR. MARIO AVELINO – Bom, um fundo de um ativo de R$500 bilhões, sendo que R$100 bilhões são o patrimônio líquido, é uma conta de reserva.

A Lei nº 5.107 completou 50 anos agora, em setembro. Foi alterada em 1971, depois nós vamos ver, tirou ali os juros progressivos. Atualmente, é a Lei nº 8.036, que está com 26 anos de vida, e, na minha opinião, tem que ser mudada; e desde 2007, vai fazer dez anos, há um projeto de lei do Senador Paulo Paim, o PLS 581, que até hoje, desculpe alguns termos, é enrolado aqui dentro do Congresso. Ficam brincando de julgar. Ele já passou por todas as Comissões – CAE, CAS, CI. Agora, está na Comissão de Educação.

Então, o que vocês imaginarem, só na CAE já foi três vezes, na CAS foi duas vezes.

Da mesma forma é na Câmara.

Essa brincadeira de enrolar o trabalhador já leva muito tempo e, enquanto isso, o Fundo de Garantia se transformou, em paralelo, para o Governo, em um fundo de investimento. Nós vamos ver depois que, em 2002, o patrimônio era R$8,8 bilhões, hoje, está em quase R$100 bilhões. Enquanto a conta rendeu 900%, a conta do trabalhador rendeu 90% no mesmo período.

Eu digo o seguinte: o Fundo de Garantia está sendo... Com todo o respeito ao Congresso e às instituições, o trabalhador está sendo roubado legalmente. Por que roubado legalmente? Porque a lei permite meter a mão no bolso do trabalhador.

Nós vamos ver mais detalhes sobre isso.

Patrimônio líquido do fundo, isso daí estava atualizado até 13/09/2016, R$500 bilhões, R$400 bilhões é dinheiro do trabalhador. Se o fundo acabasse hoje, o trabalhador retiraria R$400 bilhões e R$100 bilhões iriam para o bolso do Estado.

Lucro líquido. O Fundo de Garantia se tornou um fundo de investimento. Eu falei que ele cresceu 900%, no ano passado, o lucro líquido 13,3%, e aí eu quero fazer um destaque importante. Não estou criticando nenhuma instituição. A Caixa Econômica... E tem um parêntese importante, está-se especu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lando descentralizar o fundo. A melhor coisa que ocorreu para o Fundo de Garantia foi a centralização na Caixa. Acabou com muitas contas que sumiam, desapareciam etc. Então, a ONG é totalmente contrária a descentralizar o fundo e tirar da Caixa Econômica.

Bem, mas eu digo que ele virou investimento. Vamos lá.

Aqui têm alguns dados históricos, mas isso daí eu vou deixar mais para o Henrique, o Bolivar. São dados institucionais.

De 1999 a 2015, R$749 bilhões arrecadados.

Foram R$609 bilhões injetados na economia.

Crescimento percentual...

Bom, não vou entrar muito nesse detalhe.

Quantidade de saque nos 50 anos de fundo: R$702 milhões – quantidade.

Aí, tem um dado que é preocupante.

Se nós pegarmos os últimos dez, 15 anos, todo ano, 50% dos trabalhadores sacam o Fundo de Garantia por demissão sem justa causa.

O ano passado, vamos lá, tínhamos 40 milhões de trabalhadores, contas ativas, 21 milhões sacaram o Fundo de Garantia por demissão, e isso encarece seguro-desemprego, o empresariado tem uma culpa, porque admite o cara na ilegalidade, enquanto ele não termina de sacar o seguro-desemprego.

Então, existe um estímulo, na minha opinião, à informalidade, à rotatividade, e quem perde? Perde a população, perde o Estado, perde todo mundo.

Bom, aqui são alguns dados do fundo, eu não vou entrar muito no mérito.

Moradias construídas nos últimos 50 anos com o dinheiro do fundo, dez milhões, a maioria, quase 70%, dinheiro do fundo.

Então, gente, o Fundo de Garantia é um pilar social desse País. Eu lamento, porque hoje nós poderíamos ter, talvez, menos chikungunya, dengue e a outra eu não me lembro o nome, se investíssemos mais em saneamento básico, que é uma das aplicações do fundo, criado pela lei, em 1966.

Então, a gente vê pouco investimento, na minha opinião, em áreas básicas, e o Governo, em paralelo, a gente vai ver, dos quase R$500 bilhões no fundo, R$145 bilhões, no ano passado, estavam em investimentos financeiros. Só em LTN e LFT, R$100 bilhões.

Ora, então, o fundo é aplicado no mercado com a taxa Selic, paga a 14% ao ano, e o trabalhador remunerado em 3% mais TR, que no ano passado foi 4,8%. É um ganho fantástico, um *spread* bancário fantástico.

Então, o fundo, para o Governo, na minha opinião, em parte, virou um grande investimento financeiro.

Bom, não vou entrar muito no mérito dessas informações. O pessoal vai falar melhor aí.

Aqui está: investimentos previstos em saneamento básico, infraestrutura e habitação até 2019, R$218 bilhões.

Então, reparem, o Fundo de Garantia é um dos motores da economia. Ele se autoalimenta. Se o fundo for investido em áreas, que é o que determina a Lei nº 5.107, quando foi criado, habitação popular, saneamento básico, infraestrutura, nós estamos investindo em trabalho, porque, para construir uma rodovia, para construir uma casa, construir uma rede de esgoto, é mão de obra, é trabalho.

O trabalho, o trabalhador, sendo admitido com carteira assinada, vai ter o recolhimento do fundo. Então, ele se autoalimenta. O fundo tem que ser investido em áreas sociais que geram trabalho e renda, e não em LTN, em NTN e outros n da vida aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O FGTS, o FI-FGTS, uma lei de 2007 permitiu o Fundo de Garantia ser investido em infraestrutura não urbana em portos, estradas etc. Até agora, foram investidos R$22,8 bilhões. Esse dinheiro, do patrimônio líquido, porque, até agora, a CVM não autorizou o trabalhador a aplicar dinheiro do fundo no FI.

Nós tivemos, recentemente, até, fraudes, sem querer citar, e não vou entrar muito em política, o Eduardo Cunha, uma das coisas, o Porto Maravilha, em que usou dinheiro do FI, tinha lá os 5% dele, mas isso daí é boato de imprensa, não sou eu que estou dizendo.

Bom, o FI, ele investiu 22, tem R$30 bilhões. No ano passado, ele teve uma perda. Ele tinha R$31 bilhões, reduziu para R$30 bilhões. Houve uma perda, em função de alguns investimentos que infelizmente não deram resultado, nós vamos ver adiante, porque foram decisões políticas e não técnicas.

O FI, a lei é muito clara, é investimento, tem que ser avaliado pela Caixa, que faz o papel. Agora, há uma pressão política e o político ganha do técnico.

Então, aí, nós vemos fraudes, perdas para o trabalhador.

Bom, contas do Fundo de Garantia, para vocês tirarem um dado, esse dado aqui é do balanço de 2015, contas ativas...

Deixe-me ver aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO AVELINO – Bom, 141 milhões de contas ativas, Fundo de Garantia, isso daí é do ano passado, R$358 bilhões, que é dinheiro só do trabalhador, e atualmente está em R$400 bilhões.

Uma coisa interessante que a gente vê no Fundo, ele mostra muito bem a divisão econômica, social e salarial neste País. Até um salário mínimo, saldo do fundo, 96 milhões de contas, 68% da população têm saldo médio de R$184 no fundo.

Na base da pirâmide, eu tenho 0,3% dos trabalhadores que têm, são 356 milhões de contas com saldo de R$144 milhões. Eu bato palmas, são pessoas que estudaram, têm altos salários, têm estabilidade no emprego, mas olhem a pirâmide, como no Brasil é tão disparatada a distribuição de renda.

Você vai nos Estados Unidos, a diferença de uma pessoa que ganha salário mínimo para um engenheiro de dez anos é, no máximo, cinco salários mínimos. Aqui, a gente chega ao absurdo de ter mais de 100 salários mínimos de uma ponta a outra, mas isso daí é política.

Bom, aqui tem um dado preocupante. Reparem a demissão sem justa causa, 2013, 2014, 2015. Vamos pegar 2015 só: 19 milhões de saques. Foram sacados R$99 bilhões, R$65 bilhões só em demissão sem justa causa. Esse País é o país da rotatividade.

A lei que criou o fundo, a nº 5.107, estabelecia os juros progressivos, 3%, durante os primeiros anos, 4%,do terceiro ao quinto, 5%, do sexto ao décimo, e 6%, a partir do décimo primeiro. Era mais um estímulo à estabilidade.

Em 1971, veio uma lei que falava "todo mundo agora só tem 3%". Barateou o dinheiro do fundo para quem vai pegar, mas prejudicou o trabalhador.

Eu digo: Fundo de Garantia é uma poupança privada. Enquanto na caderneta de poupança, se eu abro uma poupança e saco a qualquer momento e tenho uma taxa de 6,18% ao ano, no fundo, eu tenho menos da metade e só em algumas condições. Eu sei que é social.

Agora, não é justo pegar ainda dos 3% que já são a contribuição social do trabalhador, meter a mão, desculpem, no popular, meter a mão na atualização monetária. E nós vamos ver que, de 1999 até 10 de novembro último, agora, foram R$340 bilhões, se nós pegarmos o INPC e trocarmos pela TR.

Então, numa poupança, atualizar monetariamente é manter o poder aquisitivo, recuperando a perda gerada pela inflação. O Fundo de Garantia, eu digo, é roubado legalmente, porque a lei criada no Congresso permite que o trabalhador seja roubado.

Bom, tem o *score* de saques, não vou entrar muito no mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aqui, um dado interessante. Nesses 50 anos de fundo, as leis foram mudadas, todas elas prejudicando o trabalhador: Lei nº 5.107 tira os juros progressivos; a Lei nº 8.036 troca correção por atualização – aí, virou a festa –; a Lei nº 8.177 cria a TR; Lei nº 9.964 reduz multa e juros de mora por atraso pela metade. Ora, é mais barato para a empresa não depositar do que cumprir o depósito do fundo, porque é muito barato.

Até essa data, como era a taxa de juros por atraso? Um dia que eu atrasei recolhimento com uma empresa, 10%. A partir do trigésimo dia, no trigésimo primeiro, 20%. Reduziu de 10 para 5 e de 20 para 10. Ficou muito barato. E a taxa de juros, que era de 1%, foi para 0,5%.

Então, é muito barato não regularizar o fundo.

Tem criado também – vamos ser justos –, o conselho criador, processo para inibir esses processos, através de certidões negativas, etc.

Bom, 13.043: só faz cobrança de débitos acima de 20 mil. Eu chamo isso daqui de decretar o calote, principalmente para o trabalhador que ganha pouco, que trabalha em empresas pequenas, porque, por essa lei – eu estou falando da lei, depois o pessoal pode falar melhor –, legalmente falando, o governo só tem obrigação de cobrar débitos agora acima de R$20 mil. Ora, uma pequena empresa que tem dez funcionários, se ela ficar um ano sem depositar, talvez não chegue a R$20 mil. Então, quanto menos o trabalhador ganha, quanto menos ele tem condições, ele é mais rechaçado, através de leis criadas no Congresso Nacional. Todas essas leis vieram do Poder Executivo, hein? Detalhe importante: todas essas leis vieram do Poder Executivo.

Bom, e aí vem o outro golpe. Quando eu falo golpe – estamos falando muito golpe, mas, em 13/11, na mesma data em que essa lei é sancionada, o Supremo Tribunal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO AVELINO – reduz a prescrição do fundo, de trinta para cinco anos. Só que, pela lei, as empresas continuam tendo 30 anos para regularizar. Então, uma das mudanças que nós pedimos é a seguinte: vamos ter igualdade. A empresa vai ter no máximo cinco anos para regularizar um débito. Antes de vencer os cinco anos, inscrição na dívida ativa. E nós vamos ver aí questões de ir.

Então, as leis até agora, todas foram diminuindo cada vez mais. A 5.107, ela era perfeita. Ela foi dilapidada pelo *lobby* dos empresários, e vai por aí afora, não vou entrar muito nesse mérito.

Bom, projetos de lei propostos pelo IFDT. Senado: eu tive a honra de, em 2007, com o Senador Paulo Paim, nós fazermos uma campanha de abaixo-assinados, levantando milhares de assinaturas. O Senador, ele deu entrada nesse projeto 9/10/2007. Agora em 2017 vai fazer dez anos. Olha, nesse momento eu pus até ano que não deu ali para colocar o final, a Senadora Ana Amélia, que é uma boa Senadora, está agora na Comissão de Educação como Relatora desse projeto, como também do 466, que é o projeto do Senador Paulo Paim, que permite ao trabalhador aplicar até 10% do fundo na Petrobras, nós vamos ver adiante.

Bem, e na Câmara a gente entrou em paralelo, Senador, com o 4.566, pedindo as mesmas coisas. Bom, esse projeto é do Senador Paulo Paim aqui no Senado. Ele teve vários outros projetos que a gente vai ver depois.

Eu vou ser prático aí, pelo tempo. O que é que nós queremos de mudança? Troca da TR pelo INPC, perda acumulada – isso daí é matemática, não é estatística. Tirem a TR e ponham o INPC: R$340 bilhões deixaram de ser creditados nas contas. Percentual acumulado de perda nesse período: 139,38%. Ah, um detalhe importante: por tabela, a empresa também economiza, porque na hora de pagar a multa de 40%, e a gente viu: hoje percentualmente, de cada cem demissões, setenta são demissões sem justa causa. Então, as empresas economizaram no mesmo período R$84 bilhões em multa. Por quê? Na hora que eu vou pegar o saldo para calcular a multa, eu tenho um saldo menor. Ela está fazendo um ato legal, correto. Agora, a lei, temos que mudá-la aqui no Congresso.

Bom, a atualização monetária de uma poupança, repor perda gerada – todo mundo sabe o que é uma atualização monetária, só que por decisão da Justiça atualizar monetariamente não é repor a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

inflação. É aplicar um índice financeiro qualquer. Em 99, o Congresso aprova redutores na TR. Aí virou a festa, né? Gerando R$340 bilhões de perdas para o trabalhador, como também na poupança. A caderneta de poupança já perdeu mais de R$500 bilhões nessa história.

Tem um lado social? Tem, mas é fazer acordo com o chapéu dos outros.

Bom, aqui nós falamos, eu não vou entrar muito em detalhe: perda acumulada – aqui é só o exemplo de um trabalhador: ele tinha R$10 mil em 99, julho de 99, oficialmente agora, em 10 de novembro, ele tem R$22.588. Se fosse o INPC, ele teria R$54 mil. Então, ele perdeu R$31 mil de saldo e perde R$12 mil se ele for demitido hoje. Ou seja, ele perderia R$44 mil; seria R$10 mil, ele perdeu R$44 mil. E isso, desculpe, eu vou reforçar, é roubo legal. O governo não está roubando ninguém; a lei permite que ele roube. Detalhe, só uma questão de ponto de vista.

Expurgo – só um dado interessante: quando houve o Plano Verão e Collor, o Supremo reconheceu as perdas, houve o grande acordo, foi devolvido ao trabalhador R$44 bilhões, e na época, gente, foram mais de R$6,5 milhões de ações na Justiça. Hoje, nós... O FDT foi o primeiro a denunciar esse confisco da TR – vamos a um termo mais técnico, mais sutil: "confisco"; não é roubo, é confisco –, e só tem 80 mil ações representando dois milhões de trabalhadores, e aí eu provoco as Centrais no seguinte: as Centrais, que têm que defender o trabalhador, têm que estimular os sindicatos a entrarem com ação. Ora, o STJ, em 2014, ele suspendeu a tramitação das ações, mas ele não proibiu ninguém de entrar com ação, e, quanto mais ação entrar, porque, para acabar com isso, o Congresso talvez vá mudar a lei, e a Justiça vai julgar isso. Nesses dois anos – de fevereiro de 2014 até novembro agora – o governo, na política da TR para o INPC, confiscou mais de R$100 bilhões. Ô, está fantástico o negócio! Beneficiando – com todo o respeito, o empresário não tem como, mas beneficia a caixa do governo, beneficia também o mutuário, quem tira dinheiro emprestado, mas beneficia também as empresas. Até quando o trabalhador vai ser prejudicado, vai ser confiscado, vai ser roubado legalmente? É uma pergunta.

Bom, avançando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO AVELINO – Isso daí vamos avançar para ganhar tempo. Os projetos que pedem troca de TR pelo INPC: 581, teve o 193, que foi desdobramento do seu projeto pelo Senador Tasso, foi rejeitado pela CAE em 27 de fevereiro de 2012; e tem o 4.566, que foi aprovado na Câmara, atualmente está no Senado, mas que desconfigurou tudo. Simplesmente, de tudo que foi pedido, nada foi mudado.

Aqui vocês vão ter detalhamento, ano a ano, quanto que foi a perda do trabalhador, não vou entrar muito no mérito. Nesses 50 anos de Fundo de Garantia, vários índices foram índices de atualização ou correção monetária, conforme está aí. Outros índices, então, são uma salada de índices, o Fundo de Garantia sempre mudando de acordo com a conveniência do Estado. Estado leia-se governo.

Outra proposta é que 50% do lucro líquido vá para o trabalhador. Se eu pego o dinheiro do trabalhador e invisto e dá lucro, é justo que parte do lucro vá para o trabalhador. É que nem o acionista: ele comprou uma ação, então, reparem, de 2002 a 2015, R$82 bilhões de lucro líquido. Tudo para o patrimônio líquido. Se houvesse essa política em 2015, R$6,5 bilhões seriam distribuídos ao trabalhador. Quais os outros projetos de lei que propõem essas mudanças? Tem todos esses projetos de lei.

Aqui está o crescimento ano a ano do patrimônio líquido, vocês vão ver que é fantástico o crescimento dele, tá? Inclusive, nos últimos anos, o crescimento foi, assim, absurdo.

Aí, crescimento, inflação... Aí tem dados de inflação no período, a TR.

Enquanto o INPC, no período de julho de 99 a agosto de 2016 – desculpe, ele é outubro, tá? –, foi 224,66%, a TR rendeu 36%. Aí é fácil: eu pego uma poupança, meto 36%, e a inflação, 224%: 139% de perda. Aqui é demonstrativo, vocês vão ter todo analítico. Esse PowerPoint, Senador, está à disposição de quem quiser.

Bom, três: voltar os juros progressivos da Lei 5.107. É até um item importante para estimular a estabilidade no emprego e acabar essa rotatividade, que é prejudicial ao trabalhador, é prejudicial à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

economia, é prejudicial a todo mundo. A Lei 5.107, volto a dizer, ela foi perfeita. Só que ela foi deteriorada com o tempo, infelizmente, pelo Congresso Nacional, com projetos do Executivo, que tem uma boa pressão no Congresso Nacional.

Diminuição do prazo de recolhimento do fundo de trinta para cinco anos. O Projeto de Lei 581, ele propõe um ano. Como o Supremo agora, em 2014, reduziu a prescrição do trabalhador numa ação trabalhista para cinco, então vamos ter o mesmo peso, a mesma medida.

Só nessa questão de não recolhimento nós estimamos uma perda de mais de R$150 bilhões. Nós temos um quadro que eu vou apresentar agora: aqui a carteira de recuperação do ano de 2013, e aí é uma crítica ao conselho curador: até 2013, no balanço anual do fundo, ele publicava esse quadro. Em 2014 e 2015, não. Eu até, através da Lei de Acesso à Informação, falei: eu quero o quadro. "Ah não, problema técnico". Que problema técnico é esse? Cadê a transparência do fundo?

Detalhe: o que vocês estão vendo aqui são empresas que foram auditadas. E quantas empresas não foram auditadas? Nós estamos falando só, aqui ó: cobrança administrativa, inscrição em dívida ativa, ajuizamento... Ah, um detalhe: dos R$20 bilhões, R$3 bilhões hoje está em parcelamento, o que não dá nem 20%. Então, reparem: por que essa carteira de recuperação não está disponível? Então, está pingado. É um quadro bem interessante, proponho ao conselho que volte a publicar a carteira de recuperação. Nós temos aqui o Henrique, que é dessa área.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO AVELINO – Eu vou ser rápido agora.

Aumento da multa por recolhimento, voltando-se aos percentuais de 99: não pagou, multa. Porque vai ficar mais pesado, a empresa vai ver que é mais barato cumprir a lei do que descumprir a lei.

Então, aqui estão os índices que eu já falei. Um detalhe: aqui eu falo na indústria da multa. Não estou falando atualmente, eu estou falando histórico. A empresa não recolhe. Quando vai recolher, paga multa por atraso. Paga multa e juros de mora. Para onde vai toda essa multa? Para o patrimônio, que não é dinheiro do trabalhador. A gente propõe que o Estado faça um papel de cobrador. E tem até Ufir, quer dizer, uma comissão para o sucesso. Agora, cem por cento da multa vai para o trabalhador... Eu conheço o caso de um trabalhador lá no Flamengo – eu sou flamenguista –, 30 anos de empresa. Quando foi demitido, foi regularizado. A multa mais juros de mora era maior do que o *apart* dele. Para onde foi toda a multa? E ele pagando aluguel a vida inteira, poderia já ter uma casa própria. Não tem, por quê? Não tinha dinheiro no fundo. Então, se o trabalhador é prejudicado, é justo. Só nos últimos anos, de 2009 a 2015, foram recolhidos R$4,5 bilhões em multa. Então, nós estamos vendo estimativas para os próximos anos. Esse item está no 581 também, Senador.

O senhor vê que tudo é no 581, todas as demandas. Diminui de três para um ano, saque por contas inativas. A pessoa pediu demissão, a conta é inativa. Aí a pessoa de repente não consegue emprego, está pegando dinheiro emprestado a 400%, 500% de juros, ou pegando cheque especial, e o Fundo de Garantia confiscando dinheiro. Então, eu acho que um ano da conta inativa, já que ele está fora do regime, é justo.

Agora três anos a pessoa se endividando, enchendo o bolso dos bancos, é brincadeira!

PLS 581 novamente. Só para vocês verem, toda essa demanda está no PLS 581, que é foi uma campanha de abaixo-assinado, em 2007.

Paridade do conselho curador. Para mim, uma das maiores decisões para a gente ter um fundo justo é ter paridade. O Fundo de Garantia... O governo fala: "Não, mas eu garanto o dinheiro". Então, tem de ter 50% mais 1. Estatutariamente, o Governo tem 12 conselheiros, mais o presidente, que tem voto de minerva. E o Governo fala: "Olha que lindo, a sociedade civil participa com 50%, são 25% dos empresários e 25% dos empregados, dos trabalhadores. Aí, normalmente, as decisões são mais... Com todo o respeito, novamente, aos empresários. Também tenho empresa. Normalmente, empresários e Governo se dão muito bem. Então, o trabalhador fica lá com 4 e não ganha uma. E digo, respeitando os conselheiros, que em boa parte eles, assim, estão endossando as decisões do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O Codefat, que administra um ativo de quase 200 bilhões, é tripartite paritário. A cada mandato tem revezamento de área, uma hora é o trabalhador, uma hora é o empresário, uma hora é o Governo. Isso é justo. Acredito que nós teremos decisões mais imparciais e não tão parciais.

Novamente o PLS 581. Investimento de 10% do fundo na Petrobras, podendo chegar, já que o trabalhador tem 400 bilhões em ativo, a 40 bilhões. A Petrobras foi dilapidada – e não vou entrar no... Dilapidada não, foi roubada, mas não vou entrar muito no mérito. Não tenho dúvidas de afirmar que desse 1,8 milhão, quase 2 milhões, de empregos perdidos nesses dois últimos anos, pelo menos 300 mil foram em consequência da Petrobras. Ela tem um quadro efetivo de 70 mil trabalhadores e mais de 300 mil terceirizados. É o que digo: o pasteleiro da esquina perdeu o emprego – tinha uma pastelaria – porque uma empresa que o atendia, de repente, uma empresa quarteirizada, fechou. Ele fechou a pastelaria.

Investir o Fundo de Garantia no trabalho e renda. Então, vamos pegar e falar: vamos pôr 10%. Já há um artigo na Lei do Fundo de Garantia que permite o trabalhador investir 30% no FI. Até hoje não foi aprovado pela CVM para o trabalhador. O que proponho é o seguinte: nós não vamos mudar o inciso XVII. Façamos o seguinte: nós vamos incluir esse artigo e o trabalhador tem a opção de, no máximo, investir 30%. Se ele investir 10% na Petrobras ele só pode investir 20% na FI. Não mudou nada, o limite e de 30%. O Governo fala: "Não, mas vou descapitalizar o fundo!" Na lei que criou o FI eram 10%. Em 2009, aumentaram para 30%. Porque houve a crise mundial e não tinha dinheiro para o PAC. O Fundo de Garantia é sempre um saco sem fundo. O Fundo de Garantia é um saco com fundo, ele tem um limite. Então, vamos entender isso. Porque tudo, até projeto para bicicleta etc...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO AVELINO – Vou ser rápido, Senador.

Mais uma vez o PLS 581, 466. Detalhe: muita gente fala que o trabalhador perdeu esse negócio da Petrobras. Atualmente, dados de ontem, de sexta-feira agora, quem investiu na Petrobras com o Fundo de Garantia, com toda essa crise, neste momento, se for resgatar as ações, está tendo um ganho de 308%, enquanto no fundo e 112%. Ele está ganhando 195%. Nós estamos falando de investir o fundo em trabalho e renda e não de investir em LTN, NTN.

Diminuição da margem de lucro do Governo. Gente, enquanto pago ao trabalhador 3...Eu sei que as classes com menos condições pagam menos taxas de juros no Sistema Financeiro de Habitação, não há dúvidas. Agora, o *spread*, o ganho do Governo, é muito alto. Tanto é que dá lucro, o lucro líquido do ano passado foi de 13.3. Em 2014, de 12.8. São 82 bilhões de lucro líquido em 12 anos. Bom, diminuindo-se um pouquinho a marcha do Governo, permitiu-se um rendimento mais justo. Ao mesmo tempo, volto a dizer... Isso já foi repetido.

Aqui, gente, é o que a Caixa Econômica recebeu como gestora, de 2009 a 2015, um total de 22 bilhões. Acredito o seguinte, como falei inicialmente: sou contra a descentralização na Caixa. A Caixa faz um trabalho perfeito. A Caixa é um órgão executor, ela cumpre a lei. Estava comentando com o Henrique. A população acha que a Caixa é a dona, que é ela que é a vilã da história. Não, a Caixa é até vítima. Agora, eu acredito que o que a Caixa recebe pode diminuir um pouquinho de margem. Por quê? O grande ganho da Caixa Econômica – e estou falando financeiramente – não são esses quatro bilhões que ela faturou o ano passado. Na realidade, quando o trabalhador vai lá e saca o dinheiro, a Caixa é exclusivista, monopólio, ela fala para ele: "Olha, cara, investe aqui na Caixa". Está certa, está fazendo o papel dela. Então, só com a movimentação de 99 bilhões do Fundo, boa parte desse dinheiro fica na Caixa Econômica, em poupança etc. Então, pode-se diminuir, sim, essa taxa, e manter. Agora, vamos diminuir: vai sobrar mais dinheiro para investir socialmente e melhorar o rendimento do trabalhador.

Detalhe interessante. É o seguinte: em 2015, do ativo de 457 bilhões... Investimento de 145 milhões, apesar de que desse valor 30 bilhões são FI. Ou seja, 31% do fundo estão em investimento financeiro.

Rendimento. Esse investimento aqui rendeu 12.3. Rendeu muito mais. Só em LFT e NTN são 100 bilhões, arredondando, no ano passado. São 95 com rendimento de Selic. A Selic é 14%, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu aplico 100 bilhões a 14%, dão 14 bilhões de renda, pago 4,8. Fantástico! Bom, não tem nada a ver com a Caixa. A Caixa é executiva, ela faz o seu papel. E bato palmas porque ela aplica direitinho e consegue ter superávit. Aqui há um detalhe. Se vocês quiserem ir lá depois. É o balanço da Caixa. Está tudo demonstrado.

Aqui há um dado importantíssimo. Isso não é uma opinião, mas é técnica também. O conselho curador decide periodicamente – talvez com a aprovação do Conselho Monetário Nacional – o aumento do saque do Fundo para a compra de um financiamento de imóvel. Reparem que interessante essa tabela! Eu peguei um período de 94 até 2016, porque dia 25 agora foi aprovado o aumento para 950, que vigora a partir de Janeiro. Se vocês repararem, o aumento aqui...Se nós aplicássemos só a inflação e o IPCA, hoje o limite de financiamento de um imóvel seria de R$696 mil contra R$950 mil. Isso aí é o que chamo de o *lobby* das construtoras. O mercado – quem é da construção civil sabe muito bem – toda vez que se aumenta o limite, a construtora, no mês seguinte, aumenta o valor dos imóveis. Então há uma realimentação. Eu, construtora, pressiono: "Olha, o custo está muito alto, minha margem de lucro diminuiu. Vamos aumentar". Aí, quando eles aumentam, escrevam: um imóvel que hoje está R$750 mil, daqui a dois meses, vai estar R$950 mil. E aí os empresários falam: "Não, mas é para desovar os imóveis, é época de crise". Isso aí é para encher o bolso de lucro. Então, vamos ser honestos nisso daí.

Estou terminando, Senador. Vou ser rápido.

FI-FGTS – que seja usado somente critério técnico e não critério político para não termos casos como os dos Eike Batista da vida e de outras empresas que a gente conhece muito bem, que estão dando prejuízos e até já faliram.

FGTS como empréstimo consignado. Para mim, o *lobby* dos bancos foi fantástico porque acho que diminuíram os empréstimos. Falaram: "Bom, vamos ter um dinheiro com 100% de garantia e com zero de risco.

A Lei 13.303, baseada na MP 719, 609 permite que o trabalhador – ainda não foi aprovada porque estão esperando diminuir a taxa... E aí eu dou um parabéns ao Conselho. Porque os bancos quiseram manter a taxa de 40%, 46%, enquanto um aposentado, um estatutário, tem taxa de 26% de empréstimo, os bancos tão querendo manter os 40%. Bom, eu hoje sou um banco. Vou lá e empresto... O trabalhador vai com um empréstimo consignado e eu tenho 100% de garantia. Eu já tinha 35% do líquido da rescisão e, agora, tenho 10% do salto mais os 100% da multa. Ou seja, dinheiro do Fundo de Garantia para manter a lucratividade dos bancos. Essa lei tem de ser acabada, tem de ser eliminada. É uma lei prejudicial. Dinheiro fácil é endividamento. Imaginem para as famílias. O pai tem lá um dinheiro no fundo, o filho "viciado" em coca, chega no pai, bate no pai e fala: "Saca o dinheiro aí porque eu quero comprar coca". E vai por aí afora. Estou exagerando um pouquinho, mas é isso.

Uso do Fundo de Garantia para o financiamento de estudos. Tem três PLs, neste momento, aqui no Senado. Do PL 186, do Senador Blairo Maggi, como ONG, eu sou a favor, porque ele está permitindo que o estudante, se ele tem um saldo de Fundo de Garantia, saque para pagar o Fies. Agora, os PLS 454 e 715 são do *lobby* da educação. Eles estão querendo que o pai, a mãe, o filho, tirem dinheiro para fazer curso técnico. Gente, aí o pai, querendo que o filho tenha um diploma universitário...Ele tem lá, de repente, R$5 mil no fundo. Aí o filho vai entrar numa faculdade, ele consegue pagar quatro meses de faculdade e acaba-se o dinheiro. No mês seguinte ele é demitido. Cadê o dinheiro? Está no bolso da faculdade. No quarto mês não tem dinheiro, aí a faculdade fala: "Você não pode estudar, filho do rapaz, do trabalhador que estourou o Fundo de Garantia, porque não pagou". Então, nós estamos falando em pegar uma torneira, um oleoduto, para desovar todo o dinheiro do fundo na educação, para o *lobby* das universidades privadas. Sou totalmente contra. Isso daí é um absurdo. E na hora em que o trabalhador precisa... Para investir mais em saneamento básico e infraestrutura, investe-se pouco, mas para esses *lobbys* aí o negócio está bravo. Somos contra.

O Governo usar o Fundo de Garantia...Detalhe importante. O Governo atual fez uma licitação paga – o Conselho Curador liberou a grana e tal – para fazer um estudo para usar o Fundo de Garantia para financiar a aposentadoria e pagar seguro desemprego. Senhores, aposentadoria é o trabalhador contribuir com a Previdência Social, bem como a empresa. Para o segundo desemprego tem o cofins. Então, agora, o Fundo de Garantia, como é um fundo sem saco... Ah, vamos financiar o seguro desem-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

prego e o INSS. Fundo de Garantia é uma poupança privada, ninguém pode meter a mão, a não ser que o Congresso aprove, como tem aprovado historicamente.

Bom, isso daqui é o livro que lancei. Lancei como pessoa física e não como ONG, porque como ONG a Justiça me multa. Como pessoa física, tá?

Finalmente, sempre termino minhas apresentações com...Tive a honra de o Betinho prefaciar o primeiro livro que escrevi. Ele diz: "O trabalhador brasileiro convive diariamente com a pobreza e a desigualdade. Enquanto para uns o Estado é lento, para outros é rápido e eficiente. Com isso, o trabalhador torna-se um escravo. O FGTS é um direito e a melhor forma de garanti-lo é por meio da informação. Sem informação não há cidadania".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Mario Avelino. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero só informar a todos que dei um espaço maior para o Mario Avelino, que provocou este debate. Ele falou em torno de 30 minutos. Mas foi previsto, porque ele tem dedicado parte da sua vida a esse tema.

Você preside o instituto, não é? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Preside o instituto. Achei importante conceder esse tempo. Agora são dez minutos, com mais cinco, no máximo. Lembrando que a segunda Mesa é a das centrais presentes, naturalmente, e das entidades.

Vamos a Henrique José Santana, Superintendente Nacional do Fundo de Garantia, representante de Fundos de Governo e Loterias da Caixa Econômica Federal.

O SR. HENRIQUE JOSÉ SANTANA – Bom dia a todos; bom dia, Senador Paulo Paim, Mario Avelino, Fernando Lisboa, Tarragó. Ao cumprimentar a Mesa, eu queria cumprimentar também o público, em nome da Tânia, Servidora do Mistério do Trabalho. Eu queria cumprimentar o público.

Na verdade, a gente precisa, para falar do fundo, para falar dos 50 anos do fundo, Senador, entender a história dele e os arranjos institucionais que foram montados para poder estruturar a governança do FGTS.

Nessa linha, é relevante a gente entender alguns pontos, constantes da fala do Mario Avelino, mas que precisam ser bem construídos, para que haja o entendimento correto do FGTS.

Um dos pontos é que, dentro desse arranjo institucional do FGTS, tem uma importante presença do Conselho Monetário Nacional, e, diferente do que foi citado, é o Conselho Monetário Nacional que determina os limites de aplicação de recursos em imóveis do SFH.

Então, quanto aos valores que se alteram – e se alterou recentemente, 950 –, isso foi determinado pelo Conselho Monetário Nacional. Segue-se uma política, o fundo está constituído dentro de uma política.

E é importante falar da política, porque vamos voltar à Lei nº 5.107, citada pelo Senador Paulo Paim e pelo Mário Avelino. Aqui, eu queria fazer até uma homenagem a três pessoas que visitaram e estiveram muito nesta Casa, Senador, a Sandra Passarinho, o Roberto Campos e o Celso Furtado. Foram eles os grandes idealizadores dessa arquitetura macroeconômica do Fundo de Garantia. Foram eles que construíram a Lei nº 5.107 e, na verdade, deram vida a um contexto realmente relevante.

Além de representar os 8% que o Senador Paulo Paim falou – 8% vezes 12 dão 92%. Ou seja, quase um salário por ano, era um valor que era recolhido pelas empresas para outros tributos, que foram isentados. O empregador, então, passou a assumir a resposta para fazer depósitos mensais. Isso constituiu hoje o maior fundo privado da América Latina, com patrimônio de meio trilhão de reais.

Dentro do contexto da nova Lei nº 8.086 há um fato relevante: a criação do Conselho Curador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do FGTS. É o conselho que dá as diretrizes da condução do FGTS, e, para isso, está estruturado em um grupo de apoio permanente, o GAP, formado por técnicos estudiosos que se reúnem toda semana para, de fato, estudar o FGTS e apoiar as decisões tomadas pelo Conselho Curador, que é formado, sim, por representantes do Governo, mas também por representantes da sociedade civil.

O agente operador, a Caixa. Na verdade, a gente faz a parte do grande motor que impulsiona o FGTS. É aquele motor o que faz com que as coisas sejam de fato realizadas.

Nós somos apoiados, e isso é importante que se saiba, por um trabalho muito forte dos órgãos de controle.

O Fundo de Garantia é um dos órgãos mais acompanhados pelos órgãos de controle. Temos auditorias internas, auditorias independentes, temos o Bacen, temos a auditoria da CGU e as contas do FGTS são apresentadas para o TCU. E todas as contas apresentadas e até então avaliadas pelo TCU foram aprovadas.

Também não existiria o FGTS se não houvesse os agentes financeiros, quem, de fato, faz o atendimento, faz o pagamento, faz a aplicação dos recursos do FGTS.

Como agente operador – e o Avelino citou –, com todo o esforço que a gente tem feito... Hoje, são mais de 60 mil pontos de atendimento disponíveis para empregadores e trabalhadores, para que eles possam interagir com o FGTS. Lincados diretamente à nossa unidade, à nossa superintendência, são 16 filiais que atuam no Brasil inteiro, fazendo a gestão do FGTS.

E eu posso afiançar que são milhares de economiários que, todo dia, se dedicam à gestão do Fundo de Garantia. E alguns são especialistas, como eu, com mais de 30 anos no FGTS, atuando e acompanhando o Fundo de Garantia.

Nessa gestão, do que a gente já citou, o maior fundo privado da América Latina, o terceiro maior fundo da América, perdendo apenas para dois fundos norte-americanos; o oitavo maior fundo privado do mundo. Esse é o Fundo de Garantia, com os valores expressivos que aí foram colocados.

Nesse meio trilhão, hoje, o fundo tem um patrimônio líquido de cerca de R$100 bilhões. O contexto da aplicação em habitação, só em habitação, é importante citar que foram aplicados em 2015 e serão aplicados até dezembro deste ano algo em torno de R$50 bilhões a R$55 bilhões; esse valor é aplicado todo ano em habitação.

Hoje, podemos afiançar de em cada dez residências que são construídas, oito são construídas com recursos do Fundo de Garantia. Oitenta e dois por cento hoje do financiamento habitacional são lastreados pelos recursos do FGTS. Além disso, o Fundo de Garantia financia infraestrutura e também saneamento.

Os valores aplicados geram empregos. Isso é muito importante citar. Hoje, só com os recursos aplicados, quase cinco milhões de trabalhadores, postos de trabalho são mantidos com as aplicações diretas do Fundo de Garantia.

Geramos mais 600 mil unidades, que são financiadas todos os anos com recursos do FGTS. Desde a sua criação foram investimentos quase da ordem de R$500 bilhões que aconteceram, e eu posso assegurar para os senhores que hoje mais de quatro Municípios têm pelo menos uma obra financiada pelo FGTS. Falamos de 72% dos Municípios, que têm pelo menos uma obra financiada pelo Fundo de Garantia. Também é certo que todos os Municípios já receberam investimentos do fundo durante os 50 anos da história do FGTS.

Para poder operar isso tudo, operamos um valor de arrecadação, que, no ano passado, foi de R$113 bilhões. Neste ano, seguramente, a arrecadação do FGTS será superior a R$120 bilhões.

Emitimos Certificados de Regularidade pela internet, com mais de 160 milhões de acessos, e nos relacionamos com mais de 3 milhões de empregadores – e aqui estamos incluindo o avanço que se teve no FGTS no último ano com os empregadores domésticos. São mais de três milhões de empregadores com quem nos relacionamos todos os meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senador Paulo Paim, a cada dez minutos que o senhor nos deu para falarmos aqui, mil trabalhadores terão sacado o FGTS. Ontem foi domingo, pagamos oito mil pessoas; no sábado, pagamos 32 mil pessoas.

Então, paga-se FGTS todos os dias, em todos os momentos. Hoje eram três horas da manhã e já mais de 180 pessoas haviam sacado o FGTS, de meia noite às três horas da manhã. Paga-se um volume enorme em cima de um processo de governança e de atendimento facilitado aos trabalhadores.

Administramos hoje um dos maiores cadastros do mundo, são quase 800 milhões de contas. Mais de 260 milhões de contas têm saldo. Emitimos mais de 200 milhões de extratos para as residências dos trabalhadores e também temos hoje quase 12 milhões de trabalhadores que optaram por receber as informações através do SMS.

O SMS do FGTS é um novo canal, que torna o trabalhador um grande fiscal da sua conta vinculada, produzindo um trabalho muito forte, apoiado pelo bom trabalho realizado pelos fiscais do Ministério do Trabalho e pela PGFN.

Quanto ao recolhimento dos empregados domésticos, como eu citei, no ano passado 1,1 milhão de trabalhadores domésticos foram incluídos no FGTS, com a Lei Complementar nº 150.

Os extratos bimestrais, os extratos pelo e-mail,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE JOSÉ SANTANA – ...ações emergenciais.

Estamos pagando, Senador. Só na cidade de Tubarão, em Santa Catarina, 80% dos trabalhadores da cidade receberão até o dia 18 de dezembro o seu Fundo de Garantia por calamidade pública.

Estamos com um batalhão, com uma força-tarefa em um ginásio pagando os trabalhadores. E assim 80% da população de Tubarão sacará o FGTS até dia 18 de dezembro.

E não paramos nisso. Investimos fortemente em tecnologias, em APPs. Mais de um milhão de pessoas já baixaram o APP do FGTS. Pagamos o trabalhador mesmo se ele estiver no exterior. Pagamos os trabalhadores praticamente no mundo inteiro. Independentemente de onde o brasileiro esteja, ele vai poder sacar o Fundo de Garantia.

Disponibilizamos canais de interação, disponibilizamos parcelamento na internet, orientamos os empregadores, fornecemos Certificados de Regularidade, analisamos e fornecemos Certificados de Regularidade, negociamos os débitos dos trabalhadores, disponibilizamos condições para eles poderem fazer a adequação cadastral dos dados de seus empregados e as consultas aos impedimentos eventuais na certificação de regularidade.

Quero aqui fazer um destaque que foi citado, sobre a inadimplência do fundo. Mas quero deixar um registro: os empregadores, na sua esmagadora maioria, recolhem o Fundo de Garantia em dia. O nosso recolhimento de valores atrasados não supera 3% das guias. Noventa e sete por cento das guias do Fundo de Garantia são recolhimentos em dia. É importante o registro, já que são eles que, de fato, fazem os depósitos nas contas vinculadas do FGTS.

É também importante registrar que há toda uma interação entre Caixa, Ministério do Trabalho e PGFN para poder acompanhar a inadimplência dos recolhimentos. É lógico que não é só fiscal na rua. Sabemos que é preciso, sim, haver investimentos no quadro de fiscais do Ministério do trabalho, mas a gente acredita muito no uso de inteligência para combater a inadimplência do FGTS.

Participamos de uma gestão compartilhada do e-social, que vai nos dar na ferramentas muito eficientes também para a fiscalização do Fundo de Garantia.

A Caixa é um dos representantes. Eu faço parte do Comitê Gestor do eSocial, e a gente está investindo muito nessa nova ferramenta para melhorar o processo.

E não para isso, são várias informações normativas que são emitidas, tudo com o objetivo de fazer uma gestão de uma carteira enorme, tanto de financiamento... E aí quero registrar que a natureza, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

essência do fundo não é aplicar em títulos, como foi citado, não é ganhar 14% de Selic. Na verdade, é investir, Senador, em financiamentos em que a gente cobra 4%, 4,5%, e eu posso deixar claro e afiançar para vocês que, de cada três mutuários que pegam os recursos do FGTS, dois são trabalhadores. Então, é o fundo ajudando o próprio cotista do FGTS a ter realizado o sonho da casa própria.

E isso tudo a gente faz com muito critério, olhando inclusive a capacidade de risco de investimento, não é? Foi citado o contexto técnico. A gente pode até citar o seguinte: o FI-FGTS, ou como qualquer outro investimento do FGTS, é feito em cima de embasamentos técnicos. Olha-se até porque, se o investimento der errado, alguém vai ter que ser responsável por aquele investimento. É lógico que as notícias, algumas notícias veiculadas apontam, usam o mal uso de informações do FGTS, mas nunca de recursos do FGTS. O recurso da conta vinculada, ela está protegida e jamais foi exposta, porque há critérios técnicos na emissão de cada um dos nossos investimentos, até porque, se isso não acontecer, os técnicos serão responsáveis por aquilo que está sendo investido, os técnicos e as instituições que eles representam.

Então, há uma gestão muito forte na alocação de recursos, na carteira administrada, no FI. Disponibilizamos sites para consultas. Temos um *site*, criamos o *site* e administramos o *site* do FGTS, mas eu posso deixar claro para vocês que, do *site* da Caixa, de cada três consultas ao *site* da Caixa, uma é consulta do Fundo de Garantia. Então, praticamente administramos dois grandes sites de informações aos trabalhadores. Emitimos peças orçamentárias que são muito relevantes. Fazemos estudos para a elaboração das peças orçamentárias, que são submetidas ao Conselho Curador, e são essas peças que determinam a capacidade de investimento do fundo em infraestrutura, saneamento e habitação todos os anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE JOSÉ SANTANA – Os estudos são realizados pela Caixa e a emissão e a nomeação são feitos pelo Conselho Curador.

Eu quero dar só mais uma avançada, até para respeitarmos os prazos, falar que tudo isso é feito em cima de cálculos atuariais, de ENM, estruturas macroeconômicas importantes, que sustentam tudo isso, esse processo. Mas a gente não vai parar aí; a gente já está trazendo e já estão em evoluções, medidas que vão facilitar ainda mais o trabalhador.

Vou dar um exemplo muito direto de um aplicativo que a gente já vai estar disponibilizando já nos próximos meses. Através do APP o trabalhador, sem nenhuma agência da Caixa, vai poder encaminhar as informações do termo de rescisão via fotografia, e a gente vai liberar o valor sem que ele precise ir a uma agência bancária para sacar o valor. Isso é facilidades, isso é colocar a tecnologia a serviço dos trabalhadores brasileiros.

E, só para finalizar, é um desafio. Onde está o futuro do fundo? E gente acredita que o futuro do fundo está fortemente no uso de inovação, no conhecimento. Não dá para falar do FGTS sem conhecer, essa história de 50 anos sem conhecer os contextos macroeconômicos, os contextos contábeis que estão inseridos nesse fundo, que é do trabalhador brasileiro e que está a serviço de toda a sociedade, gerando benefício para toda a sociedade.

É lógico que em tudo isso tem que ter conhecimento e tem que ter atitude. É isso que a gente traz para vocês nesse processo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Henrique José Santana, que falou em nome da Caixa Econômica Federal.

Agora temos Bolivar Tarragó Moura Neto, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS, que fala em nome... Como?

Então, vamos de novo. Agora vai falar o Bolivar Tarragó Moura Neto, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS, representante do Ministério do Trabalho.

O SR. BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO – Bom dia a todos, prezado Senador Paulo Paim, demais integrantes da Mesa. Quero dizer, em primeiro lugar, que é um prazer muito grande para nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

estarmos aqui, e principalmente estarmos comemorando aí 50 anos do FGTS. E eu queria dizer um pouco também para o pessoal que nos assiste que, ao contrário do que possa parecer, principalmente pela primeira apresentação que a gente viu aqui, eu acho que nós temos muito a comemorar nos 50 anos do FGTS.

E eu gostaria de mostrar um pouquinho do trabalho que a gente tem feito no FGTS, e, ao contrário do que se mostrou aqui, a gestão do FGTS é feita para o trabalhador, e a gente sempre tem essa preocupação, o pessoal da Caixa, nós, do Ministério, e os próprios membros do Conselho Curador, de que o dinheiro é do trabalhador, e nós estamos lá temporariamente, gerindo esse recurso e gerindo da melhor forma possível, para que esse recurso seja bem administrado, e, ao mesmo tempo, transforme-se em benefício para a sociedade, para o trabalhador.

Então, eu trouxe aqui algumas informações sobre o fundo, um pouco do histórico da legislação do fundo, que já foi inclusive mostrado aqui. Nós temos como mais recentes duas leis aí que afetaram o FGTS, Lei Complementar nº 150, que avaliamos como um ganho muito grande, que foi a inclusão do empregado doméstico como obrigatório o recolhimento para o FGTS, e agora, em 2016, a Lei nº 13.313, que autorizou o trabalhador dar em garantia o seu FGTS em operações de crédito consignado. Essas duas legislações são recentes. A lei da inclusão do trabalhador doméstico está fazendo um ano agora. Nós já temos aí 1 milhão e 400 mil trabalhadores domésticos já com conta no FGTS. Então, isso foi realmente um ganho bastante significativo em um período bastante curto de tempo, e a lei que permite a garantia com recursos do FGTS está para ser regulamentada pelo Conselho Curador. Provavelmente no ano que vem isso já estará funcionando.

Eu trouxe aqui um pouco da governança do FGTS. O próprio Henrique, representando a Caixa, já falou um pouco sobre isso. Eu diria que a administração do FGTS é extremamente compartilhada. Eu tenho uma certa experiência no setor público; posso dizer que eu nunca vi nenhum órgão, nenhuma administração tão compartilhada como é a do FGTS. O FGTS hoje, todas as diretrizes são estabelecidas pelo Conselho Curador, que é um órgão paritário, ao contrário do que foi dito aqui.

É um órgão que tem 12 representantes do Governo e 12 da sociedade civil e onde as decisões são quase sempre ou sempre tomadas por consenso, por discussão. Todos os pontos de vista são levados em consideração. O Governo – e aí não estou falando deste Governo ou do outro – dificilmente vai impor a sua vontade àquele Conselho, porque realmente a administração é compartilhada, e quem vive lá, no dia a dia, sabe disso.

O Conselho Curador tem um grupo de assessoramento permanente, que também é paritário. Também estão lá dentro representantes dos trabalhadores, da bancada patronal e do Governo, que é o grupo responsável por toda a discussão técnica dos assuntos que são submetidos ao Conselho Curador. E tem outras entidades aqui que fazem o trabalho mais operacional. A fiscalização é feita pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho; a inscrição na dívida ativa e cobrança é feita pela PGFN do Ministério da Fazenda; a Caixa, como agente operador, faz um trabalho também muito importante; o Ministério das Cidades, como gestor da aplicação, que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos do Ministério das Cidades e propõe ao Conselho Curador os orçamentos de aplicação anuais e plurianuais, e os agentes financeiros, principalmente a Caixa, que é o grande agente financeiro, mas também outros agentes, que operam repassando recursos do FGTS.

Eu trouxe aqui também , rapidamente, grandes números. Eu acho que o fundo vai bater, provavelmente, este ano, ou já bateu 500 bilhões de ativo total, e mais de 100 bilhões de patrimônio líquido. Eu quero dizer que, ao contrário do que foi dito aqui, esse número de 100 bilhões é um número que tem que ser comemorado! O fundo hoje é um fundo sustentável, saudável, tem um patrimônio líquido que permite a ele garantir as suas operações pelos próximos anos sem problemas de sustentabilidade. Então, eu acho que esse é um número que tem que ser comemorado e acho que o fundo, o seu desempenho nos últimos anos, realmente tem sido muito positivo: 37 milhões de contas com recolhimento mensal; 4,2 milhões de empregadores depositando, todo o mês, nessas contas; 265 bilhões hoje, no nosso ativo de operações de crédito, que é um volume bastante significativo. Então, os números sempre são muito grandes, do FGTS, e sempre mostram realmente a relevância dele para a sociedade brasileira.

Eu trouxe aqui o nosso desempenho do FGTS na sua arrecadação líquida. O fundo, em 2014, teve seu melhor desempenho em termos de arrecadação líquida, com arrecadação de 18 bilhões, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que é também positivo, nos últimos dois anos, embora a arrecadação líquida tenha caído, vemos que, mesmo com o aumento de desemprego, com a perda de vagas de trabalho, o fundo tem conseguido se manter positivo na sua arrecadação líquida. Este ano estamos estimando uma arrecadação líquida em torno de R$12 bilhões, o que é um pouco menor do que em 2014, mas ainda é positivo. Isso mostra que o fundo, a cobrança, a adimplência dos empregadores ainda está garantindo o desempenho positivo para arrecadação do fundo.

É claro que a economia se recuperando, que é o que todo mundo deseja, a gente deve ainda crescer e voltar aos níveis que tínhamos lá em 2014, na arrecadação líquida.

Aqui é só a divisão dos saques por modalidades, ainda a demissão sem justa causa representa quase 2/3 dos saques do FGTS, o que é natural, ou seja, o FGTS foi criado justamente para isso, para garantir ao trabalhador que é demitido, que ele possa buscar um novo trabalho após a demissão. E as outras modalidades, principalmente aposentadoria, moradia própria, são as duas outras modalidades mais importantes.

E aqui trago o orçamento do fundo para os próximos anos, que mostra realmente a importância do fundo na economia e principalmente nesses três setores: habitação, saneamento e infraestrutura.

Para os senhores terem uma ideia, o orçamento do fundo, só de financiamentos para o ano que vem bate R$87 bilhões. Se a gente acrescentar aqui ainda os descontos – não, os descontos estão ali – R$9 bilhões só de desconto, ou seja, são valores que o fundo paga para suplementar o trabalhador para ele poder comprar a sua moradia própria. Então, R$9 bilhões desses R$87 bilhões o FGTS paga sem receber remuneração justamente para permitir que trabalhadores, que não teriam condições de outra forma, possam adquirir sua moradia.

Então, aqui acho que mostra claramente a importância do fundo e a relevância dele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO – ...para esses setores em que ele atua mais fortemente.

Aqui só uma divisão do orçamento desse ano. A gente já teve até agora meados de novembro, mais de 325 mil unidades financiadas com recursos do FGTS, já bateu mais de R$50 bilhões esse ano de financiamento – aqui são todos os setores. Não, o número de unidades – desculpem – 535 mil unidades já financiadas até meados de novembro. Deve fechar esse ano com mais de 600 mil unidades financiadas com recursos do FGTS.

Entrando um pouco mais aqui nos números dos financiamentos habitacionais, os senhores veem o crescimento do número de unidades financiadas com recursos do FGTS. Lá em 2002, o fundo financiava pouco mais de 250 mil unidades. Em 2015, financiou 600 mil unidades. Então, aqui, para os senhores terem uma ideia, todos os bancos com recursos da poupança vão financiar esse ano 200 mil unidades. Só o FGTS sozinho vai financiar 600. Então, aqui mostra realmente a importância do fundo para habitação.

E, só no Minha Casa Minha Vida, que é um programa que começou lá em 2008, 2009, o fundo vai bater esse ano o acumulado de quase duas milhões de unidades no Minha Casa Minha Vida, com recursos do fundo, fora as operações que são com recursos da União.

Então, em 2015, foram 315 mil unidades só no Programa Minha Casa Minha Vida.

Não vou me estender muito, acho que a gente pode depois ir para o debate, mas eu acho que esses números todos mostram realmente, em primeiro lugar, a relevância do fundo para os setores onde ele atua e, de outro lado, o que é muito positivo, a sustentabilidade do fundo, ou seja, o fundo ter resultado positivo não é ruim, pelo contrário, é bom, isso permite que o fundo se fortaleça e que, daqui pra frente, tenha a capacidade de, cada vez mais, investir e financiar os setores onde ele atua. Então, isso é muito importante.

Nós, que atuamos lá na gestão dos recursos, nós sabemos que temos que garantir a sustentabilidade do fundo por mais 50, 100, 200 anos. E, às vezes, a gente vê algumas propostas meio rápidas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

acham que estão, vamos dizer, beneficiando o trabalhador, mas, na verdade, estariam comprometendo a sustentabilidade do fundo. Então, acho que a gente tem que ter esse cuidado em não, com propostas ligeiras, que supostamente beneficiariam os trabalhadores, criar dificuldades de sustentabilidade para o fundo, e olha que é importante dizer que não faz muito tempo o fundo teve problema de sustentabilidade.

Em 1992, por exemplo – o Henrique deve se lembrar – o fundo teve falta de dinheiro, ele não pode mais honrar os compromissos que ele tinha com quem tinha tomado financiamento, com as construtoras que tinham tomado financiamento, e ele parou de pagar as construtoras que tinham tomado financiamento, isso faz um pouco mais de 20 anos.

A pouco mais de 16 anos, teve que se criar uma lei, criando os 10% da multa do FGTS, para permitir que o fundo pagasse os planos econômicos, senão ele não teria dinheiro para pagar. Então, isso é muito importante que a gente tenha em mente, ou seja, a sustentabilidade do fundo é importante, temos que ter responsabilidade na gestão desses recursos. Acho que essa discussão, por exemplo, da remuneração do trabalhador é uma discussão realmente importante, relevante. Não tiro o mérito de quem levanta essa questão, mas acho que ela tem que ser feita com responsabilidade, o que é possível fazer, o que não é, de forma que a gente mantenha a sustentabilidade do fundo e que o fundo, daqui a 50 anos, possa continuar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO – ... comemorando um novo aniversário.

Então, pessoal, obrigado.

Era isso que tinha para falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Bolivar Tarragó Moura Neto falou pelo Ministério do Trabalho.

Vou passar a palavra ao último convidado dessa Mesa, depois iremos para a 2ª Mesa, que é Fernando Lisboa, Auditor-Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, SINAIT.

Mas, antes, lembrando já aqui, com muita honra, a presença com a gente da nobre e querida Senadora Regina Sousa,... (*Palmas.*)

... que usará da palavra no momento em que ela entender mais adequado.

Fernando Lisboa com a palavra.

O SR. FERNANDO LISBOA – Bom dia, Senador Paulo Paim.

Cumprimento V. Exª, os demais integrantes da Mesa, Bolívar, Mário Avelino, Henrique.

Cumprimento a plateia. Um cumprimento especial ao presidente do SINAIT, Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, Carlos Silva.

E venho apresentar... Espero ser breve, para dar a oportunidade aos integrantes da segunda Mesa de proferirem suas palavras a respeito do fundo.

Eu vim falar do papel da inspeção do trabalho, do papel da fiscalização do trabalho para com o FGTS. Em meados da década de 90, a fiscalização do Fundo de Garantia passou a ser de competência do Ministério do Trabalho. Desde então, os resultados de fiscalização do FGTS têm sido progressivamente bons. Houve uma evolução sensível, do ponto de vista de sistemas.

Inicialmente, a fiscalização era manual. Então, o auditor fiscal ia à empresa, analisava as folhas de pagamento e confrontava com as GFIPs, era um confronto manual. Pegava a base de cálculo da folha de pagamento, confrontava com a base da remuneração. Em caso de divergência, tinha de ver manualmente qual trabalhador faltou, se faltou alguma diferença. Esses valores seriam notificados para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que o empregador recolhesse. Isso, além de ser muito mais trabalhoso, praticamente impossibilitava, ou dificultava muito, a fiscalização do FGTS rescisório, dos 40%, porque não havia à época nenhuma ferramenta que o auditor fiscal pudesse utilizar para fazer essa apuração do montante que estava na conta vinculada.

Com o tempo, os sistemas foram surgindo, desenvolvidos por Auditores Fiscais do Trabalho, com conhecimento do Fundo de Garantia, o que proporcionou – tanto do mensal, de 8%, quanto do rescisório – resultados com aumentos progressivos. Atualmente, nós temos um recolhimento de mais de R$ 2 bilhões de FGTS por ano, seja de FGTS recolhido diretamente, durante a fiscalização, ou o FGTS notificado.

Quando o empregador não recolhe, a fiscalização o notifica e esse processo vai para a Caixa Econômica Federal, que encaminha para a PGFN, para a PFN, para fazer a cobrança desses valores de FGTS. Então, somados os valores recolhidos e notificados, são mais de R$ 2 bilhões por ano! Um trabalho direto da Auditoria Fiscal do Trabalho. Indiretamente, ainda têm os empregadores que, para não incorrer em inadimplência, e com receio de fiscalização, acabam recolhendo esse Fundo de Garantia para não serem pegos pela fiscalização.

A fiscalização do trabalho atua no FGTS basicamente em três frentes, eu dividiria em três frentes. A primeira por inadimplemento puro e simples, o empregador não recolheu o FGTS devido, e atualmente isso é feito confrontando, por exemplo, com os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Previamente, pegam-se os dados da RAIS, faz-se o confronto com a remuneração da RAIS versus a remuneração do FGTS. Caso haja uma divergência, a empresa é chamada para apresentar os documentos. Confirmada a falta de recolhimento, faz-se o recolhimento. Caso não se faça o recolhimento, é notificada.

Outra situação são as diferenças salariais que a Auditoria Fiscal do Trabalho verifica na inspeção: horas extras, adicional noturno, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, não cumprimento de cláusulas coletivas, de instrumentos coletivos, acordos ou convenções coletivas. Então, o Auditor Fiscal do Trabalho verificando essa situação, o empregador tem de pagar essas diferenças, sob pena de autuação, e essas diferenças repercutem também no Fundo de Garantia. A terceira frente, que considero a mais importante, é a informalidade, o combate à informalidade. A falta de registro... O registro do empregado acaba sendo um direito transversal. Chamo de transversal porque ele leva todos os outros direitos.

Se o empregado não estiver coma carteira assinada, ele acaba não tendo direito a salário mínimo, ao décimo-terceiro, a férias, ao repouso semanal remunerado e ao Fundo de Garantia.

Estudos realizados por auditores fiscais do trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho concluíram que, anualmente, a informalidade toma cerca de R$3 bilhões por ano, a falta de registro. Isso significa algo em torno de 400 mil pessoas por ano – em alguns anos 500 mil, em outros 300 mil, uma média de 400 mil por ano. Isso leva a uma falta de depósito de mais de R$3 bilhões por ano.

Estão falando tanto em reformas, em reforma da previdência, mas a falta de registro também contribui para o déficit previdenciário. A falta de registro desses cerca de 400 mil trabalhadores por ano, em média, vai trazer um déficit na previdência de R$7 bilhões a R$8 bilhões por ano, a depender do fato de a empresa ser optante do Simples ou não. Os auditores fiscais da Secretaria de Inspeção do Trabalho fizeram esses estudos e chegaram ao valor que oscila entre R$3 bilhões a R$15 bilhões conforme opção. Um valor mediano seria de R$7 bilhões a R$8 bilhões por ano.

Portanto, uma inspeção do trabalho mais forte, com mais atuação, representaria maiores recursos para o fundo, maior informalidade e maiores recursos para a previdência social.

Com relação aos desafios da fiscalização do trabalho para o futuro do FGTS, concordo com o Bolívar em que temos mais a comemorar do que a lamentar com os 50 anos do FGTS.

A inspeção do trabalho enfrenta muitos desafios. Um desafio é o eSocial, que, no ano passado, foi implantado para empregada doméstica. Felizmente, houve a alteração constitucional no sentido de não considerar o empregado doméstico uma subcategoria. Foram estendidos os direitos aos domésticos, que, inclusive, agora são optantes obrigatórios do Fundo de Garantia – isso desde outubro do ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

passado. Para o ano que vem, segundo previsão do cronograma, as empresas vão começar a prestar informações ao eSocial, ou seja, a partir de 2018.

O eSocial é um ambiente nacional referente a informações previdenciárias, trabalhistas e fiscais. Ele é composto pela Receita Federal, Ministério do Trabalho, INSS e pela Caixa Econômica Federal.

Algumas obrigações que os empregadores têm em determinados períodos, por exemplo, DIF, GFIP, a própria RAIS, que é do Ministério do Trabalho, serão todas consolidadas no eSocial. A RAIS, por exemplo, que é do Ministério do Trabalho tem uma obrigação anual. Então, até março do ano seguinte, por exemplo, 2017, os empregadores vão ter que informar a RAIS relativa ao ano de 2016. GFIP é mensal; a DIF também é anual, como a RAIS.

Essas informações, muitas vezes, são desencontradas. O eSocial visa consolidar todas essas informações em um ambiente único, em que cada ator poderá resgatar esses dados. A prestação é única, periodicamente, sempre mensalmente. Então, os sistemas que a fiscalização usa hoje, que é com base na RAIS, serão usados com o eSocial. Por isso, não será necessário esperar a RAIS referente ao ano anterior para planejar a fiscalização. Poderão ser usados os dados do eSocial, que são alimentados mensalmente.

Isso é um desafio para a fiscalização, porque nós temos capacidade limitada, recursos limitados. Nós somos muito poucos; nós temos um quantitativo de Auditores Fiscais do Trabalho menor do que há 20 anos; nós temos pouco mais de 2.500 Auditores Fiscais.

Ainda, nós temos valores de autos de infração, convertidos em multas, que estão congelados desde, pelo menos, o ano 2000. Assim, uma falta de recolhimento do FGTS traz de 10 a 100 UFIR, tão somente, por empregado. Uma falta de registro, pouco mais de R$400,00 por empregado. Então, é o que o Mário Avelino disse anteriormente: vale a pena! A empresa, se fizer uma análise de risco, verá que vale a pena manter na informalidade, não recolher para o fundo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO LISBOA – Muitas vezes, apesar de todo o esforço da Auditoria Fiscal do Trabalho, falta perna aos auditores, faltam condições.

No caso dos Auditores Fiscais do Trabalho, por exemplo, há a previsão, para todos os servidores que se deslocam com veículo próprio, de uma indenização no valor de R$17,00. É um decreto de 1999, e, até hoje, o valor não foi alterado, não teve sequer correção. Se fosse corrigido, pura e simplesmente, pela inflação, o valor já estaria em torno de R$60,00.

Então, todos esses acontecimentos, como a recente mudança da prescrição do fundo de garantia para cinco anos – era uma prescrição trintenária que vai passar a ser quinquenal –, levam um certo desafio e uma preocupação para a Auditoria Fiscal do Trabalho, porque, se hoje nós já não temos pernas, nós não sabemos, daqui a cinco ou dez anos, como é que nós ficaremos.

Nós temos, inclusive, um acordo assinado com o Ministério do Planejamento... O Ministério do Trabalho assinou um acordo com o Ministério do Planejamento, juntamente com a representação do Sinait, de reestruturação da categoria, que sequer foi para a Casa Civil.... Desculpem; sequer veio para o Congresso. Está na Casa Civil já há mais de sete meses. Isso leva a uma desmotivação. Certamente, os resultados do FGTS, neste ano, serão menores do que os do ano passado. Essa campanha pela reestruturação já perdura desde o ano passado, e os resultados do ano passado já foram menores que os de 2014. Provavelmente, os resultados de 2016 serão menores que os de 2015, porque a categoria está um pouco desmotivada. Há um certo descaso de parte do Governo com a Auditoria Fiscal do Trabalho.

Nós temos projetos, seja na Câmara, seja aqui no Senado, da Receita Federal, da Polícia Federal, ou seja, de categorias irmãs, que sempre caminharam em pé de igualdade com a fiscalização do trabalho, mas, agora, nós estamos com o nosso projeto de reestruturação paralisado na Casa Civil, o que causa muita preocupação na categoria.

E a fiscalização do trabalho é primordial para a efetivação dos direitos fundamentais do trabalhador. Eu vou encerrar a minha fala lembrando que a Constituição tem cinco fundamentos, e a atuação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

da Auditoria Fiscal do Trabalho alcança três desses fundamentos: a cidadania, a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho.

Eu agradeço a participação, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi Fernando Lisboa, Auditor Fiscal do Trabalho.

Vamos para a composição da segunda mesa.

Eu peço aos meus companheiros que retornem ao plenário para podermos acomodar, de imediato, a segunda mesa.

Convido Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Atnágoras Teixeira Lopes, da Secretaria Executiva Nacional da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas).

Tânia Mara, Auditora Fiscal do Ministério do Trabalho.

Não estava aqui antes por motivos outros, mas chegou aqui a tempo – vamos chamá-lo – Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Quero dizer que a minha querida Senadora Regina Sousa usa a palavra no momento que ela entender o mais adequado.

Senadora, V. Exª é que manda, quando quiser usar a palavra.

São os 50 anos do Fundo de Garantia.

Bira, confesso que, na abertura – você ainda não tinha chegado aqui –, fiz uma pequena fala de cinco minutos, no máximo, sobre a conjuntura e sobre minhas preocupações com tudo que explodiu nesse fim de semana e que está aí.

Nós tínhamos alertado que o melhor seriam as eleições diretas, não essa forma que está aí. Agora, temos um Presidente que foi colocado – desculpem-me a expressão – pela via indireta – e vou ficar só por aqui – e poderemos ter outro, não digo neste ano, mas no ano que vem, também colocado pela via indireta. Onde vamos parar com esta lambança tão grande? O alvo, como sabemos, são os direitos dos trabalhadores também, além de outras coisas de que não vou falar aqui, porque vocês é que vão falar.

O debate trata dos 50 anos do Fundo de Garantia.

Passo a palavra a Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador!

Cumprimento os integrantes da Mesa; o meu companheiro Atnágoras; o Presidente do Sinait, companheiro de luta; Tânia, minha amiga de muitos anos de batalha; a Senadora que está aqui presente e que também é nossa companheira de batalha; e o Paim, que é um companheiro que em todas as questões...

Não me canso de falar, Paim, da sua contribuição para o Brasil e para os trabalhadores em absolutamente todos os setores: idoso, negro, aposentado, trabalhador da ativa, por aí afora. Então, tudo é benefício. Por isso, para nós é importante que tenhamos esta plataforma de lançamento que é seu gabinete, para continuarmos lutando aqui.

Começo, dizendo o seguinte: tentei entrar hoje no Senado, e foi um deus nos acuda, meus amigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Como é todo dia!

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Vou explicar o porquê. Foi difícil. Tive de pedir para o Senador trazer-nos para dentro, porque os caras estão com medo do povo. Amanhã, vai se votar a PEC 55.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Sem ninguém presente.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Senhora?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Sem ninguém presente.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Não sei. Não entrego a rapadura antes da hora, não! Não vou entregar a rapadura, não! Vou entrar aqui amanhã com meus companheiros! Não sou bandido, não sou ladrão! Sou trabalhador, tenho carteira assinada, tenho endereço fixo. Não sou corrupto, não sou ladrão! Não roubei a Petrobras, não fiz nada disso! Não meti a mão no emprego do povo! Então, como é que não vou entrar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Não está na lista dos 300.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Nem na dos 450! Não estou na lista de nenhum cara desses! Está certo?

Estou na luta aqui. Essa PEC tem tudo a ver com este debate aqui, tem tudo a ver! A PEC determina a falta de investimentos durante 20 anos nas áreas da educação e da saúde. E há a questão da Previdência Social.

Aí você vê o seguinte: quando um governo tem como política tirar investimento para dar tudo para banqueiro, o que acontece? O que acontece? Acontece o que já aconteceu. É gozado que os caras não falam isto aqui! Os técnicos não falam!

E tem 12 milhões de desempregados! Segundo a PNAD Contínua está dizendo, na verdade, são 20, 22. Aí é o seguinte: isso significa que fecharam quantas empresas? Quantas empresas fecharam? Se fecharam tantas empresas assim, a arrecadação vai para onde? Vai para o vinagre. Vai para o vinagre.

Então, não basta ficar falando da espetacularidade que é o Fundo de Garantia, porque é o seguinte: se privatizar a Caixa Econômica, como o Governo quer fazer, sabem para onde vai o Fundo de Garantia, meus companheiros? Vai para o vinagre! Porque rico, tubarão e patrão não pensam no povo, não pensam nos trabalhadores. Então, já vão demitir não sei quantos mil do Banco do Brasil, eu não tinha citado isso aqui, mas é gente para danar. Vão fechar não sei quantas agências. E a Caixa Econômica Federal está no meio do balaio. Então, a gente trabalhar dessa maneira...

É o seguinte: eu respeito todo mundo, a opinião das pessoas. Agora, não entrar nesses problemas que inviabilizam o País, que inviabilizam a Nação?! Essa PEC arrebenta o País, é um crime contra a Nação, é só para facilitar a vida de banqueiro, que já ganhou muito neste País. Está aqui: os auditores fiscais, que eu acho uma categoria, é a minha opinião, de excelência, que tem grande responsabilidade, sem dinheiro, vão fazer o que da vida? Sem recurso, vão fazer o que da vida? Vão ficar penando. Aí, cortam os investimentos da Nação e o que acontece? Vai diminuir mais ainda o número de auditores fiscais.

Então, vamos entrar no problema, companheiros. Eu sei que foi falado aqui da paridade no Fundo de Garantia, no Conselho Curador. São 12 do governo, 6 dos empresários e 6 dos trabalhadores. O que acontece? Se o governo for um governo desse tipo que está aí, entreguista...

Está uma confusão generalizada. Eu não sei se passa um ano não, hein? Amanhã, vai estar um inferno isso aqui – vai estar um inferno! –, porque vai ter mais de 200 caminhões aí, vai ter gente do Rio de Janeiro, da Oswaldo Cruz, da Fasubra, de tudo quanto é lugar. Nós vamos entupir essa Brasília para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

impedir que esse crime seja materializado.

Então, companheiros, em um Governo que pensa dessa maneira, o que vocês acham que vão fazer com o Fundo de Garantia, com o Conselho propriamente dito? Tem influência, sim. Tem. Se o Governo indica doze, ele fica com a metade. Se tem um empresariozinho lá, e esse Governo é o que mais tem, é maioria, não é verdade? Aí, o peão ali vai ficar só sambando, entenderam? Vai ficar pulando que nem pipoca na panela, porque não vai ter as condições.

Então, companheiros, houve outras informações. Por exemplo, o déficit habitacional hoje está por volta de 7 milhões de unidades. Ora, multipliquem, em média, por quatro, é a média de pessoas, vai dar – sete vezes quatro, 28 – pelo menos 28 pessoas sem teto.

Agora, com essa política desgraçada que está aí, que só arrebenta com o nosso povo, vem a piorar esse quadro, essa situação. Vai piorar muito mais essa situação.

E ainda, você vê a cara de pau dos caras, querem fazer um projeto aí para anistiar ladrão. É o seguinte: anistiar corruptos, dar anistia para os caras que meteram a mão no bolso do povo. "Daqui para trás ninguém vai preso. Daqui para frente vai todo mundo". Os caras já roubaram a Petrobras à vontade. Já roubaram a Nação à vontade. Agora querem moleza? Não! Cadeia para quem roubou o País!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Cadeia para quem roubou o País, seja de que Partido for. Se for do meu – que graças a Deus não apareceu em lugar nenhum –, se for daquele, de A, de B e de C, é o seguinte: cadeia! Não tem que dar moleza para este tipo de gente. Sabe por quê? Porque, senão, nosso País vai afundar. O cara quer ser Deputado, quer ser Senador, para se dar bem, não é para fazer lei que beneficia a Nação. Para ficar rico. Então, isso tem que acabar.

Acho que a gente deveria – estou politizando um pouco aqui a discussão, senhores, não é para desqualificar a questão profissional que foi colocada, esse não é o meu objetivo. Meu objetivo é alertar para o que pode vir em função dessa discussão que está aí.

E é isso mesmo. Acabar com o Fundo de Garantia. E acabar com o Fundo de Garantia, é o seguinte, eu considero o Fundo de Garantia uma questão muito importante para a Nação. Muito, muito, demais. Mas, do jeito que a banda está tocando, vai acontecer o que? Vai esvaziar. Se hoje estão 20 milhões de desempregados – vamos fazer de conta que o Satanás esteja contra nós e querendo nos lascar, esse Governo fica até 2018, é claro que não vai ficar, apenas um exemplo, um exemplo geral, vai para 40 milhões de desempregados. Estão querendo transformar isso aqui em um quintal do capital financeiro internacional, do imperialismo.

Então acho que devemos olhar o Fundo de Garantia sob esse prisma. Sem empresa,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ... sem trabalhador, não tem Fundo de Garantia. Vai se esvaindo, vai acabando.

Então, o que temos que fazer? Terminando, Paim, estou terminando só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permitir.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E se terceirizar tudo, como eles querem, terceirizada não paga nem Previdência nem Fundo de Garantia.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Então. Está aí a PEC nº 430, não é isso? Que está querendo... é essa que é a situação. Que está aqui no Senado, a PEC nº...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Trinta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Trinta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eu sou o Relator.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Que você é o Relator. Eu tenho certeza que o relatório vai ser porrada nos canalhas.

Agora, é o seguinte, a questão da informalidade – que foi citada, acho que foi... por quem foi, hein? Foi por... aquele senhor ali.. que estava aqui... o seu colega... o Fernando... olha ele ali. A questão da informalidade é uma questão de – eu vou dizer – vergonha. É uma vergonha, porque na área da construção civil essa questão da informalidade é um absurdo. O cara não percebe que, se ele não der os mínimos direitos para o trabalhador, o trabalhador não vai produzir o que ele quer. Não tem como.

Dou até um exemplo para os senhores, rapidamente. A gente fez um acordo lá em Minas Gerais, há um tempo atrás. É o seguinte: o cara que tomava um café com pão com manteiga de manhã, e o cara que não tomava.

O cara que tomava café obviamente trabalharia mais abastecido; e o cara que trabalhava com fome daria acidente de trabalho, daria miséria, daria tudo. Agora, se estiver sem Fundo de Garantia, décimo-terceiro... Porque, na informalidade – como o senhor disse –, acontece isso.

Então, o que temos que fazer é o seguinte: juntar as nossas forças. A principal defesa do Fundo de Garantia, do meu ponto de vista, senhoras e senhores, Senador Paulo Paim, companheiros que estão presentes, é tirar esse Governo ilegítimo que está aí e fazer eleição rapidamente para que o Brasil volte a crescer; é devolver para o povo o direito de colocar o País nos eixos, elegendo um presidente comprometido com a Nação, comprometido com a Pátria, com a Petrobras e principalmente com a seriedade.

Então, Paim, não é agitação; é indignação. Certo? É indignação! Peço a V. Exª o seguinte: que amanhã alguns companheiros possam entrar aqui através do seu gabinete ou de outro. Os caras fizeram uma barreira lá fora e querem impedir tudo isso; querem que fiquemos de fora. E eles lá, já num convescote, como fazem de vez em quando, com jantar, jantar com vinho de R$2 mil, com faisão... Como é o nome daquele peixe vermelho que os caras comem aí?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Salmão?

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Salmão! Salmão. Os caras comem esses bagulhos aí... Caviar, mano! Os caras compram caviar... E traem o povo brasileiro. Nós não vamos permitir isso.

Por isso, amanhã, Brasília estará fervilhando. Aqueles que ficarem com medo... Tem cara, Parlamentar, que, quando vê um carro da Polícia Federal, vai para o outro lado da rua. Mas, quando a Polícia Federal entra no ambiente, aí é o seguinte: são como ratos, meus amigos; vão para tudo quanto é lado, para cima, para baixo, para tudo quanto é lugar.

Então, nós temos que moralizar isto aqui e acabar com essa pouca vergonha. Defender o Fundo de Garantia é defender o desenvolvimento do Brasil. Se ficar só no técnico, é o seguinte, vai ficar... Uma hora são x bilhões; depois – y é para cima; então tem que ser para baixo – são r bilhões; aí vai descendo até chegar ao a.

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – E, aí, não há mais Fundo de Garantia, não há mais dinheiro para poder gerir, para poder desenvolver.

Então, eu queria dizer isso. Estou indignado, vou com a corda toda amanhã para dentro desta Brasília aqui, dentro deste Congresso, para defender principalmente o povo pobre, porque, passando essa PEC, esses trabalhadores vão sofrer mais do que estão sofrendo nas filas dos hospitais; nossas crianças não vão ter escola, e nós não vamos permitir que isso aconteça.

Obrigado, querido Senador Paulo Paim, companheiro de luta da classe trabalhadora. Vamos juntos derrubar essa PEC! Está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). Com certeza, amanhã, faremos um bom combate, sem nenhuma dúvida. Eu estou presidindo, mas eu tenho um lado: o meu lado vai ser votar, com muita convicção, contra essa PEC nº 55 e, naturalmente, ir à tribuna advogar contra ela, hoje e amanhã.

Passamos a palavra agora à Atnágoras Teixeira Lopes, da Executiva Nacional da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas).

O SR. ATNÁGORAS TEIXEIRA LOPES – Bom dia a todas e todos! Queria agradecer o convite, agradecendo na pessoa do companheiro Paulo Paim, e também agradecer ao Mario, que tem tido um contato com as centrais, e, a partir daí, convidou e insistiu para que a gente estivesse aqui.

O tema é FGTS. Mas eu queria dividir com vocês um estado, vamos dizer, individual, com o qual eu me deparei ao entrar aqui nesta Casa hoje. Há um sentimento de muito nojo desta Casa aqui. Nojo! Há um nojo nacional do que está ocorrendo aqui neste Congresso Nacional.

Aqui, através do balcão de negócio, explícito, deslavado, na cara de todo mundo, presidente compra governador com dinheiro público porque quer impor uma humilhação e uma miséria para todo o povo pobre brasileiro, por vinte anos, e exige agora que os governadores imponham por dez anos.

É muito deslavada a cara de pau com que se tem atuado aqui dentro perante toda a Nação brasileira. Enquanto isso, 22 milhões de pais e mães de família, como foi dito aqui, olham todos os dias para os seus filhos e não têm perspectiva de ter o que comer no dia seguinte. Desses 22 milhões de desempregados, mais de um terço deles já recebeu a última parcela do seguro-desemprego. E não há emprego, não há perspectiva.

Uma grande parte desses desempregados, com o sofrimento de suas famílias, Paim, hoje estão com o acesso ao seguro-desemprego violentado pelo governo anterior do PT, inclusive, porque foi o governo do PT que arrebentou e que restringiu nosso acesso ao seguro-desemprego, e restringiu o acesso dos mais pobres ao PIS, coisa que o Temer, que era governo junto com o PT, aprofunda agora, na maior cara de pau, perante todo mundo.

Nós estamos falando, como foi dito aqui, do terceiro maior fundo da América Latina...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ATNÁGORAS TEIXEIRA LOPES – Da América, terceiro maior fundo da América. Por que nós não estamos discutindo aqui um plano emergencial de obras públicas? Emergencial. Porque não há creche para as trabalhadoras deixarem os filhos. As escolas estão fisicamente arrebentadas. Quem tem filho na escola pública sabe disso. Eu sou de um Estado onde mais de 90% das residências até hoje não são servidas de saneamento básico, que é o Estado do Pará, e o percentual nacional de residências sem saneamento básico não é tão diferente do paraense.

Por que não se discute? Sabe por que não se discute isso? Mais do que isso, porque não basta mais discutir só investimentos, porque o problema é que tem que acabar com a safadeza neste País aqui, que é a relação e o conluio com as empreiteiras que vêm desde a ditadura militar até hoje. Entra governo e sai governo e é assim nas prefeituras, é assim nos Estados.

Por que não se tem uma grande empresa pública de engenharia e infraestrutura? Por que não se contrata a capacidade técnica de todos esses engenheiros e profissionais, desde o servente de obra até o operador de máquina, pelas vias públicas?

Por quê? Por que não se concebe essa ideia? E por que nós das centrais, inclusive, Bira, das centrais, ficamos limitados e, muitas vezes, capitulando essa farra? Existem companheiros nossos defendendo leniência para bandido que roubou junto com Parlamentar. Por que o nosso papel é ficar preocupado quando há tanto desemprego? Quando há tanta miséria, o nosso papel é ficar preocupado com a empreiteira? "Porque não pode punir o CNPJ." Danem-se! Roubaram! Arrebentaram o nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A lógica com que o PT governou, a lógica com que o PMDB está governando e a lógica com que o PSDB governou é a mesma: receio total e completo da banca internacional. Nenhum dos governos anteriores deixou de mandar quase 50% anual de todo o nosso orçamento para pagar serviço da dívida pública. Foram assim todos eles – todos eles!

E agora a tal da anistia tem o apoio de Parlamentares de todos os partidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meu, não.

O SR. ATNÁGORAS TEIXEIRA LOPES – Tem apoio de Parlamentares do PT. Eu sei que você não... Eu digo Parlamentares, porque eu sei que há diferença entre os partidos. Há Parlamentares do PSDB ao PT defendendo essa pouca vergonha. E isso está dando nojo na Nação brasileira, que está passando fome.

Bom, e aquilo que são as Casas democráticas... Basta ver as últimas fotos e imagens do que se tornou a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Ou seja, a dita Casa do Povo é cercada por grades, Força Nacional, para que o povo não encoste. Essa é, digamos assim, a imagem mais grotesca do que é essa democracia, essa tal democracia, que muitos de nós...

Não tem jeito de defender essa democracia, essa democracia é dos ricos, é uma democracia que só serve aos ricos e que se aprofunda hoje ainda mais assim. Porque o povo pobre e negro da periferia continua sendo assassinado, a toda hora – a toda hora! Está sem emprego, passando fome e miséria.

A proposta é bem objetiva: meio trilhão, não é esse o fundo? Meio trilhão imediatamente para um plano de obras públicas – imediatamente! Cadê? Por que não se juntam todos os partidos? Porque antes disso, para vocês chegarem a essa conclusão... Nós estamos falando de um fundo de meio trilhão que investe 50 bilhões, ou seja, 10%, em casas populares. É isso? O dinheiro do trabalhador... E é do trabalhador, porque é uma conquista.

Convenhamos, o FGTS é uma compensação pela perda da estabilidade no emprego, que o nosso País já teve. É uma compensação no marco histórico de uma derrota, e não de uma vitória. Hoje uma vitória assim, no marco da derrota, é defender o FGTS. Porque não pode ser que a gente perca ainda mais.

Por que, se é do trabalhador, historicamente é uma compensação, eu chamo o patrão para paritariamente administrar o fundo? Por quê? Porque a lógica de juntar... Digamos assim: vamos governar para todos. Um governo, quando de plantão, você define se é de esquerda ou de direita – inclusive, no termo não científico, mas no termo usual –, não pela sua origem de classe, inclusive, mas ao observar as medidas dele.

As medidas dele protegem e defendem qual classe? Nessas que passaram, os governos anteriores e o atual defendem o interesse da banca internacional, total e completamente.

Então, eu acredito que nós temos um desafio grande na sociedade brasileira: superar o nojo desta Casa; acreditar na força, na luta e na democracia da ação do povo brasileiro; se inspirar na força juvenil que está ocupando as escolas, neste momento, para defender a educação pública, gratuita e de qualidade.

Nós temos que nos juntar para derrotar essa PEC. Nós temos de nos juntar para impedir esse balcão de negócios a olhos nus, e tudo regado a isso. Ou seja, é muita cara de pau. É tipo o seguinte: eu quero fazer um acordão entre Governadores ou Parlamentares. Eu faço um coquetel; anuncio o coquetel. Faço um jantar; anuncio o jantar. Ou seja, o velho estilo. É por isso o sentimento de nojo, porque é muito desprezo pela sociedade brasileira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATNÁGORAS TEIXEIRA LOPES – É tratar a classe trabalhadora como ignorante. É um absurdo!

Eu queria concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Sobre as manifestações. Amanhã, nós vamos ter um ato nacional aqui. Serão todas as centrais, os movimentos estudantis, populares, movimentos de mulheres. É todo mundo junto para tentar impedir essa agressão à história do nosso País; à história anterior e...

Na verdade, o que estamos discutindo é o seguinte: os nossos filhos e netos estão condenados a terem uma vida pior do que a nossa, do ponto de vista social e do ponto de vista dos direitos dos trabalhadores. Nós não podemos aceitar que uma geração inteira seja condenada a piores condições às que a nossa Nação já foi submetida.

Então, essa manifestação de amanhã foi precedida – e é bom que se registre – de muitas mobilizações de agosto para cá: de servidores públicos; Dia Nacional de Greve Metalúrgica, como ocorreu em setembro; uma jornada dos servidores públicos federais, como um todo, no mês de setembro, de 12 a 15.

Tudo isso, na opinião nossa, da nossa Central, da CSP-Conlutas, ao somar esse impacto direto, na vida objetiva de cada trabalhador individualmente, com tudo isso a que nós estamos assistindo politicamente, o nosso desafio é parar o País. Nós temos que construir uma greve geral neste País, porque a causa é de todos. Ela é do estudante de treze anos que ocupa a escola ao aposentado que conscientemente está vendo o seu País, o petróleo brasileiro, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, tudo em bancarrota. E nós estamos discutindo aqui o FGTS. Numa boa, não há saída objetiva, não há saída específica, economicamente falando, politicamente falando, e humanamente falando é que não existe mesmo.

Nós temos que retomar um esforço, pois quando a gente trata de um tema, seja a Previdência Pública, com esse termo, seja o Fundo de Garantia, com esse termo, seja o que for, entre nós que estamos falando e o termo há milhares e milhares de vidas de seres humanos que estão em jogo em cada decisão, em cada atitude, em cada ação.

E setores do Governo, setores dos Ministérios têm a capacidade de, ao se sentarem aqui, falar: "Está tudo bem administrado, nós estamos indo bem, melhorou. Vai melhorar o saldo." Não é nem uma imunidade parlamentar; é uma imunidade quase que humana. Não existe a relação do homem nos debates, nos projetos do homem como natureza, como vida, é uma reprodução total e completa.

Miriam Leitão, por exemplo, tem a capacidade de dar vida às coisas mortas, como: "Hoje o mercado amanheceu nervoso." Nervosismo é um sentimento humano. Então, as coisas, o ser humano deixa de existir na análise de quem governa, porque quem governa governa pelo bolso, governa pela relação promíscua, e o povo brasileiro está cansado disso. Gritou nas ruas de 2013 para cá e vai continuar lutando. E, olha, dialogando com meu companheiro Bira, não há saída só com eleição para Presidente. São quase 400. E isto oficialmente, porque isso é um cordão que você vai puxando, e a teia de aranha é tamanha que arrasta milhares. Então, o povo na rua vai ter que mostrar a saída para este País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – A lista que está circulando tem mais de 300.

O SR. ATNÁGORAS TEIXEIRA LOPES – Mais de 300. A primeira lista, formal. Quando puxar a cadeia aí – não é que eles vão "puxar cadeia" –, a cadeia da lista, nós não sabemos onde isso aqui pode parar. Agora, nós temos uma certeza: a saída não está aqui; a saída está na classe trabalhadora. E, para dizer as coisas como são, na classe trabalhadora contra a classe empresarial. Não é a favor.

Aqui, há que se resgatar o conceito de classe, há que se ter ousadia, coragem para se discutir inclusive dentro desta Casa – para isto se permitem espaços como este – que mentiram para gerações ao dizer que o capitalismo é a última forma de organização da Humanidade. Essa última forma está matando milhares e milhares de seres humanos no Mediterrâneo. Essa fórmula capitalista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATNÁGORAS TEIXEIRA LOPES – ... coloca na fome e na miséria e muito mais gente morando nas ruas neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

um minuto.

O SR. ATNÁGORAS TEIXEIRA LOPES – ... por conta dessa opção. Nós vamos construir, sim, voltar a discutir. Os trabalhadores têm que se juntar, os trabalhadores têm que discutir poder, têm que discutir governo, e de classe. Essa ideia não morreu. A ideia do capitalismo é que está nos matando em cada lugar, em cada momento, e nós não podemos permitir que, aos nossos olhos, esta Casa tenha a capacidade apenas de nos enojar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATNÁGORAS TEIXEIRA LOPES – Ou seja, nós temos que ter atitude, e vamos tentar dar um rumo e, no marco disso, defender o FGTS, defender um plano de obras públicas emergencial. Mas, no marco dessa compreensão global, o País precisa de uma greve geral, e amanhã pode ser um grande ensaio disso.

Obrigado pelo espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Atnágoras Teixeira Lopes, da Executiva da Conlutas, Central Sindical e Popular – Conlutas.

Agora, Tânia Mara, Auditora Fiscal do Ministério do Trabalho. (*Pausa.*)

A SRª TÂNIA MARA COELHO DE ALMEIDA COSTA – Bom dia, pessoal.

O pessoal que está na mesa eu vou cumprimentar em nome do Senador Paulo Paim, uma pessoa muito, muito querida, que me ajudou em determinados momentos trabalhando com pessoal de embaixadas e organismos internacionais.

E ao pessoal que está aqui sentado, boa tarde.

Eu vim aqui, na verdade, para fazer uma apresentação de recuperação de crédito de FGTS por tabela de INSS. INSS não é da minha responsabilidade, porque eu não sou auditora da Receita, mas eles estão encantados com o trabalho que eu venho fazendo.

O INSS prescreve também com cinco anos, e eu estou conseguindo recuperar crédito de Fundo de Garantia e de INSS desde 1979. (*Pausa.*)

Ali, eu queria mostrar para vocês que, trabalhando com a Embaixada da Tailândia, eu tive uma denúncia. Eu faço esse trabalho junto ao Itamaraty, na Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades, que é essa coordenação-geral do Itamaraty que tem interface com todas as embaixadas e organismos internacionais.

Desde 1997, eu venho trabalhando com essas embaixadas, que têm imunidade de jurisdição e imunidade de execução e, na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, vale observar o art. 47, ou o 41, que fala o seguinte: onde este País está acreditado, ele deve cumprir a lei daquele país. Aí, as embaixadas menores, mais pobres, na Oceania, na Ásia – ali, em todo lugar em que há esse pessoal menor, eu venho trabalhando com eles junto ao Itamaraty. Já fizemos cinco seminários no Itamaraty, onde falo sobre o Direito do Trabalho, e o Ministro Ives Gandra fala sobre a imunidade de jurisdição e de execução. E o pessoal da Receita Federal fala sobre a mala diplomática e outras coisas que interessam.

Nós já fizemos esses cinco seminários e vamos ter um outro no ano que vem, para poder dar entendimento para esses embaixadores que eles têm de cumprir a nossa lei. Eu não posso entrar numa embaixada, porque ele tem imunidade. Então, o que acontece? Lá, no Itamaraty, na Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades, quem estiver lá – o Dr. Cesar Barrio é hoje o nosso Coodenador-Geral de Privilégios e Imunidades – convida a embaixada e eu vou lá para dar as coordenadas e passar também umas cartilhas que eu fiz no Ministério do Trabalho, em inglês, francês, espanhol e português. Aí, fica mais fácil até para eles entenderem o que são os nossos direitos sociais, que estão no art. 7º da Constituição Federal, e aí dá para explicar bem para eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu tive um problema com a Embaixada da Tailândia. Um empregado me procurou e me falou que a Embaixadora queria demiti-lo porque ele estava ficando cego, e ele era motorista – subia na calçada. Eu disse que não se podia fazer isso, que não poderia demiti-lo por justa causa. Aí, eu fui à Embaixadora, conversei com ela e lhe expliquei como era. Passei um ano e oito meses para convencê-la a recolher para esses seis empregados R$604.567. Desses R$604.567, R$250.000 foram para esse trabalhador que era motorista. E ele foi embora.

Ela o demitiu de modo normal, ele sacou o fundo de garantia e foi embora para Alexânia, onde ele morava. Ele deu uma sorte danada, porque comprou uma fazenda perto do *outlet* que não existia e hoje existe. Então, triplicou, quadruplicou os valores para ele. Então, essa é uma história que me deixou feliz em poder ajudar.

Na Embaixada da Malásia, nós também tivemos problemas com oito trabalhadores, foram recolhidos R$356.651 mil só de uma vez. A Caixa Econômica está comigo para fazer os cálculos para as embaixadas, porque normalmente a contadora ou contador dizem que querem 50 mil para poder calcular. Não, não vai pagar nenhum centavo, vamos à Caixa. A Caixa já tem pessoal, tanto o Hélio Mutinelli quanto o nosso querido amigo Henrique Santana, que me ajudam a fazer esse tipo de recolhimento.

Quando a embaixada faz o pagamento, eles me mandam esses valores pela Caixa, por *e-mail*, para que eu coloque essas informações que normalmente presto. Então, a Embaixada da Malásia foi um caso também... E só estou falando isso para mostrar para vocês que eu faço um trabalho que me agrada bastante. É uma oportunidade que me deixa muito feliz resolver esses problemas, porque se esses empregados forem mandados embora, eles vão entrar na Justiça e vão ganhar a ação, mas não vão levar, porque o juiz não vai fazer nada. Em função da imunidade de jurisdição e de execução, não se pode fazer nada. Então, você tem que fazer uma conquista mesmo de convencimento. Eu vou lá e convenço. Hoje, eu conheço quase todas as embaixadas de Brasília.

Quanto à Embaixada da Malásia, foi um amigo que apareceu lá, estava com câncer de próstata e tinha 30 anos de trabalho. Ele falou para mim: Tânia, como eu vou fazer. Eu fui aposentar e não tenho um centavo de INSS depositado. Falaram que eu não tenho direito.

Comecei a trabalhar com a Embaixada da Malásia e saiu bem rápido. Eles resolveram de todos, não só dessa pessoa que estava com câncer, mas de todos os outros que trabalhavam lá. Então, foram R$356.651. Depois que passou essa fase, eles continuaram recolhendo normalmente, tanto o Fundo de Garantia quanto a Previdência Social.

Agora, neste momento, estou com duas embaixadas. Na Embaixada da Costa do Marfim, dois empregados tinham que se aposentar agora. Então, para cada empregado foram R$108.397 do tempo que eles trabalharam lá para poder aposentar.

Nós estamos em negociação para que o governo da Costa do Marfim mande o montante de dinheiro para eles para esse pagamento. O INSS dá quase R$2 milhões – eles vão pagar de uma vez – e o Fundo de Garantia totaliza R$999 mil. São seis empregados, além dos dois que aposentaram.

Então, é o tipo da coisa que para mim, como auditora fiscal, me deixa feliz ao conseguir resolver um problema que é da minha responsabilidade, de fazer resolver.

Gostaria de mostrar para os senhores que estou hoje, desde 2011, como assessora do Ministro. Então, além de fazer o trabalho que faço – atendendo esse rapaz, o Bira –, qualquer trabalho que faço me deixa contente de poder fazer esse outro trabalho junto com o trabalho que faço no Ministério do Trabalho.

Lá no Itamaraty ficou uma coisa muito interessante. O pessoal do Instituto Rio Branco...

(*Soa a campainha.*)

A SRª TÂNIA MARA COELHO DE ALMEIDA COSTA – ...me concedeu um título de Comendadora. Eles me ligaram para me perguntar quem eu queria indicar, além do que me deram. E eu pensei: "Estou ficando muito importante nesse negócio."

Então, era isso que eu queria passar para vocês. Eu vou continuar fazendo até me aposentar. De-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pois, o Luiz Henrique deve entrar no meu lugar, eu já o levei várias vezes para conhecer para que ele continue fazendo o trabalho que eu faço.

É isso. Obrigada, gente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns pelo trabalho, Tânia Mara, por esse trabalho, eu diria, de formiguinha, conquistando cada dia mais espaço para os trabalhadores.

Agora, Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). Informo que todos terão direito às considerações finais, independente do debate que faremos aqui.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Bom dia, colegas. Quero cumprimentar especialmente o Senador Paulo Paim, que é, e tenho certeza de que todos reconhecem nele isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há pedido para informar, o que é positivo para vocês, que provocaram este debate que, pelo YouTube, pelas agências, esta está sendo a audiência de mais repercussão em número de pessoas assistindo, de todas as cento e poucas que já realizei neste ano. Então, parabéns pela iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Muito bom, Senador. Tenho certeza de que isso é fruto do trabalho que o Senhor desenvolve com os movimentos sociais, sindicais, porque, sem sombra de dúvida, Senador, assim como a nossa querida Senadora Regina, vocês, ilustres Senadores, têm um trabalho de extrema importância, relevância, para os trabalhadores, para os aposentados, para os pensionistas. Muito orgulha ao Sinait e aos Auditores Fiscais do Trabalho integrarem, ao lado do senhor e de quem luta pelos trabalhadores do nosso País, da nossa Nação, a forma como têm sido todos esses trabalhos, assim como a forma como esta audiência pública tem se realizado. O senhor tem a admiração, o reconhecimento e a força da atuação dos auditores fiscais do Trabalho ao seu lado para continuar essa luta, que não é fácil, em defesa dos nossos trabalhadores. Parabéns, Senador.

Quanto ao que aqui discutimos, o FGTS é, sem sombra de dúvida, um dos mais valiosos patrimônios do trabalhador brasileiro, mas não só do trabalhador brasileiro. Os colegas que me antecederam aqui demonstraram claramente o alcance desse Fundo, que é o terceiro das Américas, a repercussão econômica, financeira, no mundo do trabalho, a repercussão social do FGTS. Ele, de fato, como o colega aqui bem lembrou – e essa é uma lembrança muito importante de se fazer –, surgiu como uma perda, ele surgiu para compensar uma instabilidade prevista no nosso ordenamento jurídico. Não foi à toa que ele se transformou nesse patrimônio tão valioso que é hoje. Ele se transformou nesse patrimônio valioso com muita luta da classe trabalhadora para trazê-lo ao patamar que ele tem hoje, de condição de oferecer suporte para financiar políticas públicas e gerar emprego como gera, comprovadamente, na infraestrutura, no saneamento, na habitação.

É também parte dessa história – e a gente reconhece isso, porque os auditores fiscais do trabalho são parte dessa história, assim como todas as autoridades e entidades que aqui representam esses 50 anos de FGTS –, ele enfrentou muitos retrocessos legislativos, como os que agora a gente teme que se apresentem, como a possibilidade da privatização da Caixa Econômica e o reflexo disso na gestão do Fundo.

Muito bem foi falado por outros colegas em relação à alteração da fórmula dos juros, da atualização, as mais recentes, da cobrança apenas para valores devidos acima de R$20 mil. O grande retrocesso que foi a questão da prescrição trintenária do FGTS e que coloca sobre o Estado, sobre o Governo a grande responsabilidade de garantir uma forma tempestiva de, nos cinco anos, cobrar tudo que é devido aos nossos trabalhadores. Apesar de tudo isso, o FGTS ainda é, sim, um Fundo para se orgulhar e pelo qual se deve lutar e muito.

Por isso que saúdo mais uma vez o Senador Paim por ter pautado, neste momento, que é, sim, um momento delicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Questão de justiça: a iniciativa da provocação e a pressão que ele me deu – e que bom que ele me deu – foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do Mario Avelino. "Paim, tem que fazer." Está bom, Mario, vamos fazer.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Parabéns, colega. Tenho certeza de que essa iniciativa não é de uma só pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma causa.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – ... é uma causa que une todos que aqui estão. E, graças a Deus, temos o senhor aqui para nos ouvir e trazer todas essas pessoas para este espaço aqui, que é um espaço do povo.

Por isso, é preocupante este momento que a gente vive, porque não são apenas ameaças ao FGTS, são ameaças às conquistas sociais, especialmente às relacionadas ao trabalho.

É sempre bom relembrar qual o panorama que a gente vive hoje aqui nesta Casa, no Congresso Nacional, no Senado, onde nós temos a discussão de retrocesso no conceito do trabalho escravo, o PLS 432 querendo radicar trabalho escravo mexendo na legislação; nós temos o retrocesso do PLC 30, que pretende permitir a terceirização irrestrita de todas as formas, em todos os espaços, tramitando aqui com ares de força, que tem também à frente o Senador Paim resistindo; nós temos o negociado sobre o legislado, que é uma gravíssima ameaça ao próprio FGTS, diretamente falando, que está aí se apresentando com força na pauta de retrocesso social; nós temos uma atuação articulada da Bancada Patronal, querendo sustar uma norma de proteção da vida do trabalhador, a NR 12, e com isso acabar exatamente com o de mais forte tem a auditoria fiscal do trabalho para exigir proteção à vida dos trabalhadores; assim como na área rural, querem sustar a NR 31, Senador Paim; assim como querem reduzir a maioridade laboral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A NR 12.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – A NR 12.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na pauta aí, estamos segurando no grito.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Está na pauta da CCJ de quarta-feira agora, terceira semana seguida em que ela se repete na pauta. E nós aqui fazendo esse trabalho, que é um trabalho difícil, mas é o trabalho do povo brasileiro, do trabalhador brasileiro que sabe lutar, sabe defender seus direitos. E por isso nós estamos aqui e não vamos abrir mão de nenhum direito sequer, que foi construído com muito suor, e da articulação de todos que aqui estão representados: os trabalhadores, o movimento social e os Parlamentares compromissados com os trabalhadores, que contam com a Auditoria Fiscal do Trabalho para fazer esse enfrentamento de proteção ao trabalhador.

Olha, a gente olha para a pauta legislativa, Senadora Regina, e vê na pauta legislativa todos esses ataques. E aí a gente olha para uma outra pauta, que é uma pauta do Poder Executivo, a pauta de garantir musculatura para as instituições, os membros do Governo, do Estado, representantes do Estado que protegem os trabalhadores.

A Auditoria Fiscal do Trabalho é um desses representantes, ao lado da Justiça do Trabalho, ao lado do Ministério Público do Trabalho.

Olhem, amigos, para estas instituições e constatem, as três estão sendo deliberadamente atacadas. Não é à toa. Quando se quer coibir qualquer delito ou qualquer contravenção, qualquer crime, no trânsito, por exemplo, nas nossas estradas, o que é que a gente tem que fazer? Aumentar a fiscalização da prática desses crimes. Não é assim que se faz? Para acabar com eles ou para diminuí-los, para minorá-los não é isso que se faz?

É isso que se faz com qualquer conduta que quer se repreender. É punir. E por que isso não acontece na esfera do mundo do trabalho? Por que que o quadro de auditores fiscais do Trabalho, Senador, é o último dos últimos, é o menor, dos últimos 20 anos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por que, dos servidores públicos federais, 95% de todos eles que fizeram acordo para reestruturar suas categorias, por que todos eles já estão com esses acordos aí surtindo efeitos e os auditores fiscais do Trabalho estão com a sua reestruturação engavetada na Casa Civil? Por quê? Quando a gente analisa um contexto ampliado é possível se fazer aqui uma ilação do porquê. Talvez já seja o primeiro passo da reforma trabalhista que está por vir.

E, por isso – por isso –, estou aqui para denunciar a tentativa de desmonte da Auditoria Fiscal do Trabalho que o Governo tem empreendido, e é óbvio que isso começa por minar a estrutura do quadro de auditores fiscais do Trabalho, e essa forma de se minar se dá de diversas maneiras. A primeira delas é deixar morrer, a pão e água, o quadro de excelência – obrigado pelo reconhecimento, Bira –, mas é isso que nós entendemos.

Nós sabemos o que nós, auditores fiscais do Trabalho representamos para o povo brasileiro e não aceitamos o tratamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – ... que a nós tem sido dirigido pelo Governo Federal.

Esse é um tratamento deliberado, que tem, sim, um interesse que se conecta com a pauta legislativa e com a forma de atuar em defesa dos trabalhadores, que se observa.

Não é possível – não é possível – e, por isso, eu peço aqui, Senador Paim, que, por justiça, consigamos extrair, ao final deste momento tão importante para os trabalhadores brasileiros, um momento de se destacar a importância do FGTS e do que ele representa para a nossa classe trabalhadora, para o nosso País, que nós saiamos daqui com uma moção de apoio à luta dos auditores fiscais do Trabalho, que nada mais estão fazendo neste momento do que lutar para conseguir fazer o que querem e sempre fizeram. (*Palmas.*)

Eu fico sempre muito feliz e satisfeito de poder participar e trazer a nossa realidade, nossas angústias aqui, capitaneado pelo Senador Paim, porque aqui nós somos ouvidos e é isso que qualquer representante do Estado e do povo merece, diante de qualquer Governo. Mas especialmente neste momento, o mundo do trabalho está sendo atacado e está sendo de forma muito bem articulada. Portanto, precisamos nos proteger, precisamos continuar lutando.

Obrigado, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Presidente do Sinait.

Já fica, tenho certeza pelas palmas, acertado e a gente redige no final uma moção de apoio ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e a todos os seus profissionais, pois um dos papéis que vocês desempenham com muito brilhantismo é o combate ao trabalho escravo, inclusive, e a fiscalização contra os acidentes de trabalho, as qualidades do trabalho com dignidade. Por isso, meus cumprimentos. Depois vamos construir juntos a moção, porque ela já está aprovada, até porque aqui a aprovação é simbólica.

Está aqui a Senadora Regina, a quem passo a palavra neste momento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa, os convidados e o Senador Paim pela iniciativa. Senador, fique aqui mesmo. Quero dizer para vocês que esta Comissão é sempre a caixa de ressonância de fora, principalmente dos que não têm voz, pois esta Comissão dá voz àqueles que não têm voz; dá visibilidade aos invisíveis. Aqui há audiência pública toda semana, quase todo dia, principalmente por iniciativa do Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E V. Exª que mais preside depois do Presidente, o que é sinal de que está sempre aqui.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Chamam-me de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vice-Presidente e eu nem sou. O pessoal me apresenta como a Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Capiberibe tem outras funções...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O Vice nem aparece...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas ele não fica nem chateado. Ele sempre diz que V. Exª pode assumir, porque ele está sempre com outros compromissos.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É muito importante, e descobri isso quando cheguei aqui no Senado, pois nunca estive no Parlamento, vim do Executivo. Eu achava tudo muito estranho, muito chato, mas eu me encontrei na Comissão de Direitos Humanos, porque aqui a gente pode debater tudo.

Quero aproveitar para dizer que quarta-feira haverá uma audiência sobre a violência contra a mulher negra, violência contra a mulher, mas com destaque na questão da mulher negra, porque é uma coisa estarrecedora neste País. Portanto, na quarta-feira... Foi um requerimento seu, mas eu que vou presidir.

Também vou discutir na quinta-feira, na Comissão de Meio Ambiente, a questão do babaçu, uma palmeira importante para a gente, importante para o meio ambiente, porque é captadora de dióxido de carbono e está sendo exterminada neste País. Nós debatemos todos os temas onde estamos... A do babaçu será na quinta-feira.

Aqui se fez, por exemplo, uma audiência pública sobre população que vive na rua, e foi uma coisa espantosa a repercussão e a presença; tivemos que usar três salas para poder colocar todo mundo. Assim, há sempre esse espaço que eu espero que continue no ano que vem. Não sei se vão deixar a gente nesta Comissão, pois mudou toda a composição.

Quero dizer a vocês que o FGTS em si sempre esteve na mira, porque é um fundo, um filé, como a gente chama. Assim, sempre que há alguma fragilidade da nossa parte, da parte dos trabalhadores, vem alguém para atacar. Então, não é à toa... E isso faz parte de um projeto maior, que é a questão das estatais. Aqui já passou, por isso que eu falei que amanhã pode ser sem ninguém. Digo isso porque eu achava que na votação da Petrobras e a questão dos *royalties* a gente teria uma revolução e passou aqui num silêncio impressionante. Pouca gente sabe que já foi votado, já foi consolidado.

Então, espero realmente que amanhã tenhamos surpresas aqui e que se supere a expectativa. Eu espero que o movimento... Eu andei muito no meu Estado nesses dias, e o pessoal está mobilizado para vir – eu sou do Piauí. Mas que aqui amanhã vai ser um sufoco... E hoje nós vamos discutir na Bancada como que a gente vai ajudar a botar gente naquela galeria, porque é vergonhoso se votarem coisas tão importantes para a população e, ao olhar para a galeria, ela estar vazia, só com alguns jornalistas lá. Ocupar aquela galeria, ela é para o povo.

Mas não vai ser fácil. Nós vamos discutir hoje à noite na nossa reunião como que a gente vai ajudar, cada gabinete: se vai ser por gabinete, se vai ser uma negociação. Que aqui já estiveram os estudantes de Curitiba, vieram aqui, levaram gás de pimenta. Meninos, adolescentes, estavam aqui, e não tiveram dó nem piedade, gás de pimenta neles. Depois a gente negociou, e entrou uma parte. Então, quer dizer, se fechou, na verdade, verdadeiramente fechado o Congresso. Sem falar que o segundo turno vai ser votado no dia 13, dia do aniversário do AI-5, e aí vai estar simbolicamente fechado para o povo este Congresso.

Mas o pacote das estatais todo mundo conhece. No Banco do Brasil são 19 mil pessoas que eles querem tirar. Aí dizem: "Não, é só quem tiver em condição de se aposentar." Tudo bem, menos mal, porque eles vão se aposentar. Mas também vai influenciar no desemprego, porque esse pessoal está todo na flor da idade, como a gente diz, tudo com a força de trabalho ainda muito ativa e competente, todo mundo quer funcionário de estatal para o seu... Então, eles vão ocupar lá no setor privado, não te-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nho dúvida que eles não vão ficar parados. Até porque, quando se aposenta e para, geralmente morre. Ninguém aguenta ficar sem fazer nada em plena capacidade de trabalho.

Então, quer dizer, eles vão... É mais concorrente para um mercado que já está escasso. Mas vai acontecer nos Correios, mais de 5 mil pessoas, na Eletrobras, mais de 5 mil pessoas também, e na Caixa não ia ser diferente. Então, atacando o FGTS, a Caixa fica destruída. E os olhares dos banqueiros estão muito abertos para esse fundo, é um filé para eles ganharem dinheiro mais ainda. Então, se os funcionários das estatais não tiverem um movimento amplo de todo mundo, a gente vai ver nosso patrimônio... Porque o momento é propício.

E a gente já teve: eu era sindicalista em 1996, presidente do Sindicato dos Bancários, e a gente viveu isso, essa história de obrigar as pessoas a saírem. Naquela época ainda teve o tal do PDV, que era obrigar mesmo, mesmo quem tinha... Eu mesma, presidente do sindicato, me disseram: "Quando você terminar o seu mandato..." Eu ia terminar o mandato menos de um ano do projeto, e ia ter que ser transferida. Me ofereceram uma agência a mil quilômetros de onde eu morava. Então, eu, saindo do sindicato...

Felizmente eu tinha tempo fora, no Estado, fui resgatar meu tempo de serviço e me aposentei. Porque eu não ia trabalhar numa agência a mil quilômetros da minha família, de onde eu estava. Não tinha condição.

Então, esse processo está em andamento para todas as estatais que ainda restam, que ainda são interessantes, que ainda são desejáveis pela banca. Então, podem ter certeza de que se a gente não juntar todo mundo das estatais – nossos companheiros do Banco do Brasil, que estão ainda muito tímidos; da Caixa, sempre mais movimentada, sempre mais ativa; dos Correios, onde há um movimento bom também, e eu acredito que vá acontecer alguma coisa, mas unificar, não é? Tentar unificar. Não os Correios para um lado, o Banco do Brasil para o outro, a Caixa para outro, a Eletrobras. Porque senão eles nos engolem mesmo e executam o projeto.

Então, estou torcendo que amanhã a gente tenha um grande movimento aqui e que dê um susto e possa sustar também esses projetos malucos dessa pauta de retrocesso que está colocada aqui para nós. É muita coisa. Paim é Relator de coisas que... Esse do trabalho escravo também é você o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sou. Do trabalho escravo sou o Relator também.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ele está segurando o quanto pode, mas está sendo pressionado a pautar, não é?

Então, vamos ficar atentos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Trabalho escravo, direito de greve e a questão da terceirização. Na quarta-feira, a assessoria confirma, minha querida Presidenta, de fato, você para presidir. Nós vamos ter aqui no debate, na quarta-feira, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, por iniciativa minha, a jornada intermitente. É um nome bonitinho! Significa que o salário vai ser por hora só. E querem votá-lo ainda neste ano. Então, é importante esse debate na quarta-feira e a presença aqui.

Agora, passo a palavra à Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil. Ela se atrasou um pouquinho, mas chegou, a convidada Glaucia Morelli. Glaucia Morelli tem um trabalho brilhante nessa área. Já fizemos uma audiência pública no Senado, no plenário do Senado, provocada por ela.

Então, Glaucia Morelli, Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil – CMB.

A SRª GLAUCIA MORELLI – Bom dia a todos! Obrigada, Senador. Desculpe-me o atraso. Senadora, é um prazer estar com a senhora aqui.

Nós temos trabalhado muito com o Senador Paim, com esta Casa, na questão da defesa dos direitos da mulher na Previdência Social e na CLT. Infelizmente, como vários companheiros que me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

antecederam aqui falaram, está havendo um ataque diário, o tempo todo, contra os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Atualmente, têm sido mandados aqui para a Casa, para a Câmara, para o Senado, projetos de lei que não estão nem no escopo ainda das propostas de reforma trabalhista. Mas está assim: vão mandando como quem não quer nada. Chegou um projeto, sobre o qual nós estamos levantando os detalhes, da Presidência da República para cá, querendo exigir que a licença maternidade passe a ser concedida às mulheres brasileiras só depois de 10 meses de pagamento ao INSS. Atualmente, é um mês. Então, são situações...Nós, atualmente, já estamos numa situação de total falta de proteção à maternidade, em nosso País. Com esse desemprego galopante que, segundo o IBGE, quando se colocam todos os outros parâmetros, já atinge mais de 22 milhões de pessoas em nosso País, situação que precariza mais ainda o FGTS, as mães, assoladas pelo desemprego, ainda vão viver uma situação de ter de contribuir mais nove meses para terem direito a uma licença maternidade, que é muito pequena A gente lutou muito; conseguimos consagrar, na Constituição de 1988, quatro meses de licença-maternidade. Foi uma grande mobilização das mulheres brasileiras para a gente ter esses quatro meses.

Ficam na nossa cabeça dizendo que uma mãe que ama seu filho amamenta seis meses, mas, ao mesmo tempo, temos só quatro meses de licença-maternidade. Há algumas leis que colocam que a funcionária pública tem direito a seis meses, o que não garante seis meses de amamentação, porque normalmente você precisa tirar a licença pelo menos um mês antes do parto. Então, aí já ficamos só com cinco meses de licença. E agora essa novidade.

Nós só temos motivos para nos manifestarmos e quem é contrário ao povo, quem é contrário às mulheres, quem é contrário ao trabalhador só tem motivos para querer não ouvir o clamor das ruas, a voz de homens e mulheres que constroem a riqueza deste País. E aí colocam barreiras, colocam barreiras, colocam barreiras! Mas o povo brasileiro, as mulheres brasileiras são determinadas, e barreiras existem para serem superadas; barreiras existem para serem derrotadas.

E amanhã, e todos os dias em que esta Casa de leis for votar coisa contra o trabalhador, nós vamos estar atentos e procurando ocupar a galeria, que é direito que ocupemos, e contando com o apoio de Parlamentares, como o Senador Paim, que têm esse compromisso com o povo, como a Senadora Regina, e muito outros Parlamentares que estão aqui, e podemos conquistar mais apoio.

Eu queria só terminar, Senador, dizendo o seguinte: nessa luta contra a PEC 55, nós, da Confederação fomos para a Câmara, na primeira votação, lá, na Câmara. Depois, na segunda votação, já com mais companheiros e companheiras, ombro a ombro, na luta para derrotar essa medida absurda, e agora chega aqui, no Senado.

É muito dito que não precisamos nos preocupar, porque com a saúde vai acontecer, as coisas vão estar em um patamar atual e vai aumentar, não vai estar tão congelado assim, essa coisa toda, e há a inflação. Essa parafernália toda que dizem em relação à saúde e à educação.

Acontece que a situação atual, o patamar atual é esse que também falaram. As pessoas estão morrendo.

Nós fomos pesquisar a quantas anda, por exemplo, a situação das famílias que foram atingidas, principalmente em Pernambuco, há um ano, pela microcefalia por falta de prevenção, por cortes e cortes e cortes nas verbas da saúde, que prejudicaram a prevenção ao mosquito, com que não se investiu na vacina e se criou aquela situação que todos nós vivemos no ano passado. E já está sendo divulgado o quanto chikungunya, essa coisa toda vai crescer.

O que acontece com as famílias que foram atingidas pela microcefalia? Quem tem um pouco mais de recursos – afinal nós estamos em um País de desigualdade –, quem tem um plano de saúde, quem consegue ter acesso a uma fisioterapia, a uma terapia ocupacional para o seu filho ou para o seu bebê está com a chance de, muitas vezes, ter o bebê sentando, o bebê pegando as coisas. Ele precisa, logo que pode ter acesso, de fisioterapia. Tem que ser rápida a terapia ocupacional, as sessões de estimulação visual. Ele precisa desses cuidados. Quem tem essa possibilidade está lá com o seu bebê sentando, com o seu bebê que vai fazer um ano pegando as coisas e tal. Quem não tem – e é a maioria, porque a maioria das mães e das crianças atingidas está na pobreza, está em áreas que não tem saneamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

são mulheres negras e crianças negras, eu estou falando principalmente da situação em Pernambuco, que é o Estado mais atingido –, continua na fila dos dois únicos centros de atenção à criança atingida pela doença, que são filantrópicos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLAUCIA MORELLI – ... estão em Recife e são conveniados do SUS. Estão lá, na fila. Há mãe que mora a 400km de Recife e depende da condução da prefeitura para levar seu filho à fisioterapia, e muitas vezes a prefeitura não tem, porque não houve o repasse.

Como se vão congelar as verbas da saúde por 20 anos com uma situação caótica como essa, nesse patamar? Está se condenando essa criança que poderia viver daqui para frente em situação muito melhor, se tivesse acesso a esses tratamentos, cujas mães e pais, muitas vezes – e no caso dessa família que mora a 400km de Pernambuco –, são trabalhadores rurais, muitas vezes sem acesso a direito trabalhista nenhum, quanto mais a Fundo de Garantia, e sem acesso à saúde pública, da qual dependem exclusivamente, totalmente.

Então, motivos e motivos nós temos de sobra para nos unirmos, para nos juntarmos e para dizermos "não" a essas medidas, para barrar. E tudo que a gente fizer agora, mesmo no apagar das luzes, quando pensarem que nós, povo brasileiro, já estamos em época de Natal, todas as mobilizações e manifestações que fizermos agora vão refletir em mais vitórias contra a reforma da previdência e contra a reforma trabalhista.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A Glaucia Morelli é Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil. Ela fez um apanhado geral e mostrou a preocupação das mulheres e dos homens com as ditas reformas que estão aí. O trabalhador já sabe: anúncio de reforma significa retirar direitos. Não precisa nem dizer o que vem atrás. Falou em reforma... Isso não é de hoje.

Neste momento, eu pergunto se no plenário há alguém que gostaria de fazer alguma pergunta aos convidados. Se não houver, de imediato eu vou passar para as considerações finais de cada um dos painelistas. (*Pausa.*)

Então, vamos às considerações finais dos painelistas.

Vou começar com o Fernando Lisboa, Auditor Fiscal do Trabalho, lembrando que nas considerações finais são cinco minutos para cada um.

O SR. FERNANDO LISBOA – Bem, agradeço novamente, Senador Paim, a oportunidade de estar presente a esta audiência pública, e mais ainda, a participação de V. Exª e da Senadora Regina. São Parlamentares que têm compromisso com o povo, com a população. Dar oportunidade para categorias, classes excluídas dos grandes debates, virem aqui participar e expor suas considerações é muito importante para o estabelecimento e o crescimento da própria democracia.

Reitero, reafirmo que a Auditoria Fiscal do Trabalho é salutar, primordial para a efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos. Ela promove a dignidade, ela amplia a cidadania, ela confere o valor do trabalho. Repito: o grande desafio da fiscalização do trabalho são as pautas que têm surgido aqui no Congresso Nacional – a questão da terceirização ampla, a questão da NR-12, a relativização dos conceitos de trabalho escravo. E até mesmo, em determinadas situações, as discussões de uma possível reforma trabalhista para o ano que vem, de acordado sobre legislado – novamente falando sobre terceirização –, jornada intermitente, entre outras.

O cenário, aparentemente, não é bom, mas nós temos de continuar lutando. Precisamos do apoio de Parlamentares comprometidos em auxiliar a fiscalização do trabalho, para que ela continue cumprindo seu mister para com o FGTS. O FGTS é um direito não só individual, do trabalhador, mas também é um direito coletivo. Ele fomenta, propicia obras de construção civil, infraestrutura e saneamento, e isso beneficia toda uma coletividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, Senador, agradeço a participação, agradeço a presença do público.

A Auditoria Fiscal do Trabalho se mantém à disposição para novas audiências, para apresentarmos nosso trabalho e nossos resultados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Fernando Lisboa.

Bolivar Tarragó Moura Neto, Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho, com a palavra.

O SR. BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO – Prezado Senador Paulo Paim, Senadora Regina Sousa, eu queria, em nome do Ministério do Trabalho, agradecer o convite para participar aqui, o que nos deu a oportunidade de mostrar a situação do FGTS. Como eu falei na minha exposição, eu acho que nós temos muito a comemorar desses 50 anos do FGTS, um fundo que ao mesmo tempo dá uma garantia ao trabalhador e também faz com que os recursos que são do trabalhador sejam usados em benefício do próprio trabalhador, com investimentos na área de habitação, saneamento, mobilidade urbana, infraestrutura... Então, eu diria que o Fundo consegue compatibilizar estas duas coisas: a proteção ao trabalhador, com a importância do investimento nesses diversos setores.

Agora, obviamente, o Fundo tem vários desafios pela frente, e nós, lá do Conselho Curador, trabalhamos incansavelmente para que esses desafios realmente sejam superados. Ou seja, o Fundo tem um desafio importante, que é melhorar o serviço prestado ao trabalhador. O próprio Henrique, na exposição da Caixa, mostrou isso, e nós temos trabalhado – e a Caixa, especialmente – incansavelmente, a fim de fazer com que o serviço do FGTS melhore a cada dia, que o trabalhador não precise ficar esperando numa fila, para solicitar o saque, que ele tenha à mão a informação dos depósitos, a informação do seu saldo. Nós temos trabalhado bastante nisso.

Hoje nós vivemos num mundo de mobilidade. Então, hoje o trabalhador tem condições, por meio de seu celular, de consultar se a empresa fez o depósito ou não, consultar o seu saldo... Essa prestação de serviço é uma obrigação que nós temos que melhorar a cada dia.

Nós precisamos também – e isso também é um trabalho incansável do Conselho Curador – melhorar sempre a governança do Fundo, a transparência, para que todos possam ver os números do Fundo, para que a fiscalização sobre as atividades de quem administra o Fundo seja cada vez mais efetiva, permitindo sempre a participação dos trabalhadores.

Eu diria que a governança do Fundo, hoje, se dá de uma forma em que todos participam. Todos os pontos de vista são considerados, e as decisões são sempre tomadas de forma consensual.

Um outro desafio que nós temos – sobre o qual o Conselho Curador também tem se debruçado – é o de potencializar os investimentos do Fundo, fazer com que cada real que está lá depositado, no Fundo, se transforme num benefício para o trabalhador, na forma de uma nova moradia, de uma ligação de água, de um tratamento de esgoto. Então, esse também é um trabalho que nós estamos fazendo.

Particularmente, os setores de saneamento e mobilidade urbana são setores que necessitam de muito investimento. Nós estamos trabalhando fortemente para que o FGTS chegue a esses setores e permita à população viver em melhores condições de saneamento e de transporte urbano – que hoje é um problema bastante significativo. As nossas grandes cidades, hoje, têm muita necessidade de investimento em mobilidade urbana, e o Fundo está preocupado e tem necessidade de melhorar a forma pela qual esses recursos chegam, a fim de que se transformem em investimentos e melhoria na situação do transporte urbano.

Por fim, eu acho que um grande desafio nosso é manter a sustentabilidade do Fundo, é fazer com que o fundo, apesar de ter todo esse papel social, consiga se manter, consiga honrar seus compromissos, consiga ter resultados positivos. A distribuição desses resultados, embora muitas vezes se questione a remuneração do trabalhador, muitas vezes não se dá diretamente na conta do trabalhador, mas, de outro lado...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO – ... ela se dá na aquisição da casa própria, na melhoria dos serviços de saneamento, na melhoria da mobilidade.

Acho que a gente tem que ter essa responsabilidade pela sustentabilidade do fundo. O fundo tem que se manter sustentável, pelas suas próprias pernas, com suas aplicações. Acho que, se a gente conseguir fazer isso, a gente vai estar prestando um serviço para o trabalhador, que é o dono do dinheiro.

Obrigado, Senador.

O Ministério está à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Bolivar Tarragó Moura Neto, que falou em nome do Ministério do Trabalho, fortalecendo a história do nosso FGTS, nesses 50 anos.

Passo a palavra agora ao Superintendente Nacional do Fundo de Garantia, representante de Fundos de Governo e Loterias da Caixa Econômica Federal, Henrique José Santana.

O SR. HENRIQUE JOSÉ SANTANA – Senador Paim, agradeço, em nome da Caixa, o convite e agradeço as palavras da Senadora Regina, piauiense.

Sempre nos colocamos à disposição para esse debate. Debater o fundo faz parte também da missão da Caixa.

É importante reforçar alguns pontos do FGTS. A gente acredita, sim, Senador, que é, através de governança aplicada no conceito que o Tarragó trouxe para a gente, no conceito da transparência, do controle, da conformidade, que se faz garantir a gestão de um fundo de R$0,5 trilhão. É dessa forma, é utilizando a governança e sabendo para quem a gente está gerindo, que são os trabalhadores.

Foram citados os números. O fundo é muito mais que grandes números. O fundo é, na verdade, uma transformação da vida de milhões de trabalhadores. Hoje é importante citar os números não para a relevância do fundo ficar nos números, mas a gente tinha, em 2000, 22 milhões de trabalhadores recebendo depósitos, todos os meses, nas contas vinculadas. Hoje a gente tem 38 milhões. Saímos de 22 milhões para 38 milhões.

Isso é mudar a vida efetivamente das pessoas, é as pessoas passarem a ter acesso à cidadania, a ter a conta vinculada. Se não desse lado da conta vinculada, a gente tem que olhar os números relativos à habitação e saber que a gente mudou ao entregar 2 milhões de unidades construídas com recursos do FGTS no Programa Minha Casa, Minha Vida. Se a gente faz uma conta rápida e fala que cada residência dessas tem quatro pessoas, a gente mudou, sim, a vida de quase 10 milhões de pessoas que passaram a ter acesso à cidadania, passaram a ter acesso à água tratada, passaram a ter acesso à mobilidade urbana.

Vou dar o exemplo do Rio de Janeiro, mas poderiam ser outras cidades. Só na Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro, o FGTS botou R$1 bilhão, neste ano, e viabilizou, sim, a construção dos materiais rodantes. Todo o equipamento do Rio de Janeiro é financiado com recursos do FGTS.

A gente está presente na melhoria da Avenida Cristiano Machado, em BH; da Avenida das Torres, em Manaus; da Via Mangue, em Recife, e das grandes obras de usinas no Norte. Só o FI-FGTS é responsável por 600 mil postos de trabalho, sendo que desses, 40% ficam na Região Norte, que, como todos sabem, é uma região que tem dificuldades na geração de empregos. Quarenta por cento dos empregos gerados pelo FI-FGTS são na Região Norte, para mostrar a importância do FGTS em todos os seus fundamentos, seus princípios básicos, no pecúlio do Fundo, em que temos, sim, pontos para ser melhorados.

Foi citada a cobrança dos empregadores inadimplentes. Temos um apoio muito intenso do Ministério do Trabalho e da PGFN, mas não ficamos só na execução. Nós vamos atrás dos empregadores e buscamos condições para que eles possam negociar, parcelar a sua dívida. Para os casos abaixo dos R$20 mil que foram citados, vamos entrar com um instrumento importante a partir do próximo ano, juntamente com a PGFN, que é o protesto. Nós vamos protestar os empregadores no cartório...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE JOSÉ SANTANA – ... nós vamos incluí-los no Serasa. Já estamos incluindo as empresas no Serasa. Vamos instrumentalizar todo o processo de cobrança e de execução da dívida dos empregadores para com o Fundo de Garantia.

Concordo plenamente com o Bolivar, quando diz que devemos olhar esse copo pelo seu lado cheio, que foi enchido pelos trabalhadores. Não se chega a um Fundo de R$500 bilhões sem o esforço e o suor dos trabalhadores. É nisso que acreditamos, é por isso que vivemos. Todos os nossos dias são para colocar esse Fundo à disposição dos trabalhadores e da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Superintendente Nacional do Fundo de Garantia e representante de Fundos de Governo e Loterias da Caixa Econômica Federal, Sr. Henrique José Santana, que na sua fala fortalece a importância desse Fundo, deixando muito claro que é um Fundo dos trabalhadores e que todos nós temos um compromisso muito grande com ele.

Mario Avelino, Presidente do Instituto Fundo Devido ao Trabalhador, o primeiro proponente desta audiência.

O SR. MARIO AVELINO – Quero mais uma vez agradecer ao Senador, à Comissão de Direitos Humanos, a toda a equipe, reforçar que não é de hoje que eu tenho o apoio e a parceria do Senador não só em projetos de Fundo, como também para as empregadas domésticas e fazer um parêntese rápido.

Talvez pudéssemos ter hoje, Senador, não 1,4 milhão de domésticas no Fundo, mas dois milhões e meio, se não fosse – daí o parêntese que estou fazendo – o boicote do Poder Executivo, no ano passado, a um programa de refinanciamento de dívida do INSS por parte do empregador, pelo qual ele poderia assinar a carteira da empregada retroativamente, dispondo de 120 meses, ou dez anos, para regularizar com isenção total da multa por atraso e 60% de juros. A Lei Complementar nº 150 aprovou isso, e o Governo, que não queria que isso passasse, boicotou a execução. Entrei no Ministério Público Federal, e a resposta foi: "Ah, o empregador não adotou porque não quis." Faltando três dias para expirar o prazo, tornaram exequível.

Fiz esse parêntese porque tem a ver com o Fundo de Garantia. Poderíamos ter hoje pelo menos dois milhões e meio de domésticas com toda essa crise.

Bem, mas o que eu quero colocar é: primeiro, agradecer aos expositores. Lamentar – e até na teoria da conspiração –, porque todas as centrais foram convidadas. Foi convidada uma confederação patronal porque o Fundo de Garantia é um triângulo, tem patrão, que deposita; tem o trabalhador, as centrais; e tem o Governo.

E, na teoria da conspiração, nós tivemos aqui, todas as centrais foram convidadas e tínhamos duas centrais convidadas que hoje estão fora do Conselho Curador. E nenhuma central, nenhuma confederação do Conselho Curador se dignou a vir falar.

Então, só para levantar a teoria da conspiração. Por que será? E todas foram convidadas. Eu cheguei a ligar para todas as centrais. Não vou citar o nome de uma, que falou até o seguinte: "Cara, você não vê que nós não queremos falar com você?" Mandamos, reforçamos o ingresso. Eu não vou citar o nome para não ficar indelicado, mas é meio teoria da conspiração.

Por que será que nenhuma entidade do Conselho Curador, excluindo o Bolivar, que é o secretário-geral, Caixa Econômica, que também faz parte. Mas o setor que a gente chama do social, que é 50%, nenhum participante veio aqui. É uma pergunta a ser feita para essas centrais e confederações.

Mas eu concordo plenamente. O Fundo, principalmente ao Bolívar e ao Henrique, óbvio que ele é bom. Poderia estar muito melhor. Eu não estou olhando o copo cheio. Eu estou olhando que o copo poderia estar muito mais cheio e não está por políticas e leis que, nesses 50 anos, têm tirado cada vez mais direitos do trabalhador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Se der mole, quantos projetos já criaram aqui, já rodaram no Congresso, de excluir a multa de 40%? A multa é o inciso I do art. 7º da Constituição. Nós temos que fazer uma PEC para isso. E o *lobby* patronal? Então, cada vez tirar mais direitos. A preocupação é que o Governo atual fez uma licitação – o Conselho Curador sabe disso daí porque é público, saiu até em jornal – de mudar o Fundo para financiar a aposentadoria e seguro-desemprego. Nós estamos vivendo um absurdo. E eu não vejo, particularmente, a movimentação. Já vi várias bandeiras de centrais, a questão de jornada de trabalho, etc., etc., e o fundo de garantia essa bandeira não se coloca como uma bandeira.

E eu sugiro, Bira, Atnágoras e talvez as centrais, o Fundo de Garantia não é só uma poupança privada do trabalhador. Graças a ele, todos esses números positivos são viáveis. Se hoje o ativo é R$500 bilhões, poderia talvez estar em R$800 bilhões. E dinheiro para ser investido, como eu falei, em habitação popular, saneamento básico para acabar com a chikungunya, com a dengue e a zika.

Gente, vamos investir dinheiro em saneamento básico. Mostraram os números aí que, nos próximos quatro anos, vão investir R$38 bilhões, R$9 bilhões por ano. Tem que investir muito mais. São 5,6 mil Municípios. A gente vai em uma capital como São Paulo, como Rio, tem esgoto a céu aberto e porque não se faz projeto.

A Caixa faz um trabalho muito bom. Uma vez eu perguntei isso para a Caixa. A Caixa me respondeu: "Mario, o problema é a viabilidade. Todo investimento do fundo tem que ter um retorno garantido." E eu bato palmas porque é dinheiro privado. Eles fazem isso muito bem.

Agora, por que não se investe? De quantas crianças a mortalidade infantil ia diminuir, os casos de zika, etc.

Então, eu proponho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO AVELINO – ... sim, vamos investir mais em saneamento básico porque isso é fundamental para a saúde. O Estado gasta bilhões para tentar curar uma criança quando poderia, com um investimento mínimo, evitar. Vamos prevenir e não remediar.

E o dinheiro do Fundo pode ser aplicado nisso. Então, em resumo, o Fundo poderia estar muito bem. Todas as propostas apresentadas, Senador, estão no PLS nº 581, algumas atualizadas, e, como falei, infelizmente, é política de Estado, mas é uma política de Estado que acha que o Fundo de Garantia é poupança governamental, e não privada. Agora, as centrais têm que agir, sim; os sindicatos têm que agir, porque vemos uma omissão e uma conivência em prejudicar cada vez mais o trabalhador.

Sugiro ao Senador dois projetos de lei – rapidamente.

Um. Que haja uma garantia mínima de estrutura dos fiscais de auditoria do trabalho neste País. Nós não podemos ver a auditoria fiscal do trabalho ser quebrada, cada vez mais enxugada, porque isso atende o outro lado. Sem fiscalização, não há o cumprimento da lei. A lei está aí.

Outra coisa que é um absurdo. A Ufir deixou de existir desde o ano de 2000, se não me engano, e recebeu multas administrativas. Nós temos na CLT multas administrativas ridículas, aplicadas a qualquer não cumprimento trabalhista. Então, nós temos que fazer um projeto às pressas que ponha um índice, seja IPCA, que atualize retroativamente, porque é como se diz: ou o cara vai pelo amor ou pela dor no bolso; e a dor do bolso pega. Agora, temos que ter auditor, porque, falando de forma rapidinha e financeiramente, isso é uma miopia econômica; aliás, não é uma miopia econômica, é não querer que funcione. Uma estrutura de fiscalização boa, como acontece na Receita, vai evitar o quê? Prejuízo, evasão de divisa, receita. E tem que haver fiscalização, como disse o Carlos.

Resumindo, o Fundo de Garantia é uma coisa boa, temos que comemorar, mas temos que lamentar: não adianta, com todo respeito à exposição da parte do Governo, só mostrar o lado bom. E o lado ruim? E o confisco? E o roubo? E as leis que estão cada vez tirando mais? Então, esta Casa tem obrigação, porque ela que faz as leis, mas, infelizmente, até agora, tem aprovado leis que cada vez mais vão tirando direitos. E eu me sinto até um E.T. Alguma central falou: "Cara, você fica se metendo onde não tem que se meter! Problema de Fundo de Garantia é das centrais sindicais dos trabalhadores. Quem é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

você?" Eu sou uma ONG e me respeito como trabalhador. E fui sacaneado... Trabalhei em uma empresa que não depositou. Quando eu fui lá, não havia nada, e a empresa tinha falido. E falaram: "Está vendo, babaca – desculpe-me o termo –, quem mandou você não fiscalizar o Fundo?" Desde daí, eu brigo, eu luto para que o trabalhador tenha consciência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIO AVELINO – O melhor fiscal do Fundo é o trabalhador. Se tivesse consciência... E a Caixa faz um trabalho ímpar, dá toda condição. O que falta é o trabalhador também fazer a parte dele.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! Mario Avelino, Presidente do Instituto Fundo Devido ao Trabalhador. Depois você senta com a assessoria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

... porque eu me interessei muito por essas duas ideias de projeto – para fortalecer os auditores fiscais. Porque eu sei que há isso: há uma tentativa de desmonte da Justiça do Trabalho e da fiscalização que os senhores fazem. E só interessa a um lado: ao lado que explora contra os interesses do trabalhador.

Inclusive, não vou entrar aqui no mérito do Governo, mas eu sinto que, se nós voltarmos à história, há também um esvaziamento do Ministério do Trabalho, que não interessa a ninguém. Esse esvaziamento não começou agora, não; eu sinto que, ao longo da história, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços é fortalecido, e tentam esvaziar o Ministério do Trabalho. Isso já vem de anos e anos em que estou aqui no Parlamento. Vão esvaziar a Previdência agora. Exatamente.

Vamos agora à Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil.

Uma saudação de encerramento. Se a Senadora quiser falar, a palavra é sua, no momento adequado.

Glaucia Morelli.

A SRª GLAUCIA MORELLI – Eu só queria dizer o seguinte: a robustez do Fundo de Garantia depende do emprego. E a situação atual, no nosso País, é de desemprego, dessa crise econômica, que não investe na produção. A PEC é isso: não tem investimento na produção. É sem limite para os bancos e com total limite de investimentos no trabalhador, no produtor de riqueza.

Então, se a gente não acelerar a economia, tudo vai arrecadar menos. E o nosso Fundo de Garantia vai ficar cada vez mais precarizado. Portanto, a luta é muito mais abrangente, sempre mais abrangente. E a nossa união tem que ser cada vez maior, mais ampla e mais forte, para a gente derrotar esses ataques aos direitos do nosso povo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil.

O SR. MARIO AVELINO – Senador, desculpa... São dez segundos, apenas para fazer uma colocação rápida.

Eu peguei, falei isso, o balanço do Fundo – e eles sabem: hoje 20% do ativo do Fundo – 100 bilhões – estão em LFT, letras do tesouro nacional... Eu nunca acerto a sigla... Estão no mercado financeiro, como eu falei, pagando pela Selic.

Vamos pegar esse dinheiro e investir em saneamento básico? Porque isso é trabalho. Se eu pegar para fazer uma obra, eu vou contratar pessoas para trabalhar. Vamos prevenir saúde? O Fundo de Garantia tem um recurso fantástico para isso, mas um quinto dele está mercado financeiro, porque é um *funding* fantástico. São 14% ao ano, e eu pago 4,8. Para onde vai esse dinheiro? O ativo, o patrimônio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

líquido, senhores, é consequência – ele tem que ter uma reserva.

Agora, uma reserva que sobe 900% em 12 anos, e o rendimento do trabalhador sobe 90%, pelo amor de Deus! Falar que... Não vou nem usar o termo. Obrigado. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Vamos lá.

Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sinait.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Senador Paim, agradeço imensamente pela oportunidade de, mais uma vez, a gente poder aqui tratar de assunto do interesse do povo, dos trabalhadores.

Não poderia deixar de fazer uma saudação honrosa os meus colegas, os muitos auditores fiscais do Trabalho que aqui estão... (*Palmas.*)

... e que nos assistem. Esses meus colegas atuam, Senador, Bira, Senadora Regina, todos os dias para garantir cidadania, com a sua atuação firme, para atuar no combate à sonegação e à inadimplência do FGTS e a todas as obrigações da folha de pagamento, como contribuição social, contribuição previdenciária, contribuição sindical, o recolhimento decorrente da punição com multa.

Isso dá aproximadamente, por ano, todos os anos, Senador, 120 bilhões, que garantem, todos os anos, 500 mil formalizações de vínculos, nesse universo de mais de 14 milhões empregados sem carteira assinada. Isso garante, na sua atuação cotidiana, a exigência do respeito ao direito social do trabalho da nossa sociedade.

Mas esse mesmo grupo de colegas aí, heróis, pune empresário que escraviza; pune empresário que se apropria do resultado da exploração ilícita da terceirização; pune o empresário que mata e adoece todos os dias – e que são muitos; pune empresário que não respeita o trabalhador.

Talvez esteja aí, Senador, a razão de estarmos sendo retaliados; de estarmos sendo objeto de um ataque que tem como objetivo talvez extinguir a Auditoria Fiscal do Trabalho no Brasil, porque não podemos concluir outra coisa diferente disso ou próxima disso diante dos fatos que nós observamos.

O que nós, o Sinait, os Auditores Fiscais do Trabalho exigem é respeito; respeito a uma categoria que, todos os dias, atua em nome do Estado brasileiro, representando o Estado brasileiro, e exige assim o cumprimento de direitos humanos e sociais do trabalho para que nosso povo tenha assim a vida digna que merece e não apenas trabalho. Que tenham um trabalho decente. Não é qualquer trabalho que lutamos para que exista, mas, sim, o trabalho decente. Nós exigimos respeito do Presidente da República; exigimos respeito do Ministro-Chefe da Casa Civil, que até então estão de costas para a Auditoria Fiscal do Trabalho. Nós não vamos admitir isso!

Por isso, estamos aqui, Senador Paim, todos que nos ouvem, para que tenhamos a resposta que o povo precisa. Nós não estamos aqui falando de uma iniciativa corporativa. Estamos falando de um quadro de excelência de representantes do Estado Brasileiro que atua para punir os que descumprem a legislação e os que dão as costas para o trabalhador do nosso País. E nós não estamos sendo ouvidos.

Por isso, agradeço mais uma vez o espaço e o acolhimento da moção, muito importante.

Para concluir, eu não poderia deixar de pedir aqui, aproveitando que esta é uma das maiores audiências, ajuda aos presidentes das centrais sindicais de trabalhadores. Eu peço, Senador, ajuda aos presidentes das centrais. O Bira é um apoiador nosso e nos ajuda. Mas essa, Bira, não é a realidade de todos. E acho, Senador, que nós estamos – também o amigo aqui ao lado, da CSP – numa luta que é a mesma. Os Auditores Fiscais do Trabalho lutam em defesa dos trabalhadores e, para isso, precisam do apoio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – ... das centrais, de todas as centrais sindicais dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicado Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), que faz um apelo a todo o movimento sindical – ele destacou aqui a Conlutas e a CGTB.

Ele faz um apelo a todas as centrais nesta luta, para manter os fiscais do trabalho com toda a força, com toda a estrutura, pois está havendo, sem sombra de dúvida...

Estou acompanhando o período, inclusive o de greve. Quanto tempo de greve?

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Quatro meses.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quatro meses para exigir só sentar à mesa e negociar. Enfim, conte com o apoio total desta Comissão.

Tânia Mara, auditora fiscal do Ministério do Trabalho.

A SRª TÂNIA MARA COELHO DE ALMEIDA COSTA – Senador, eu quero agradecer ao senhor por ter possibilitado que eu viesse aqui dar conhecimento do recolhimento, em bloco, das embaixadas, porque, seguramente, eles nunca pegariam esse dinheiro se entrassem com uma ação na Justiça do Trabalho. Eles iriam ganhar, mas não haveria como se executar, a não ser que a própria embaixada tivesse um bom tom para poder pagar.

Esta é a segunda vez que eu participo com o senhor de uma audiência pública, e envolvendo o mesmo assunto: o assunto não só do FGTS, mas o assunto do registro em Carteira de Trabalho dos trabalhadores contratados localmente.

Naquela época em que eu participei com o senhor, eu acabei fazendo um projeto de lei para o senhor, e o senhor fez um elogio muito grande lá na justificativa. Eu agradeço muito o que o senhor me creditou.

Eu fiquei muito contente de saber que todo mundo aqui, os envolvidos em relação ao Fundo de Garantia, está atento: a Caixa Econômica, o Bolivar, que é o nosso Coordenador-Geral do Conselho Curador do FGTS... É muito bom, porque os participantes de lá do nosso Conselho o respeitam muito.

O nosso amigo também, com quem a gente já teve um monte de embates no passado, porque, como eu fui para Genebra e participei da 100ª Conferência representando o Governo Brasileiro, foi bem interessante. Representei o Governo Brasileiro em relação à 100ª Conferência, que tratava do trabalho doméstico. E a gente vem fazendo um trabalho em conjunto.

Parabéns ao senhor, à Regina, nossa Senadora, que está aqui, pelo fato de dar essa possibilidade, e só de assunto interessante. São assuntos bons que a gente consegue prosseguir.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns à nossa Tânia Mara, auditora fiscal do Ministério do Trabalho!

Agora, pela Executiva Nacional da Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas, ele, que é membro da Executiva, Atnágoras Teixeira Lopes.

O SR. ATNÁGORAS TEIXEIRA LOPES – Bom, agradeço a oportunidade. Eu acho que este momento em que a gente pode trocar ideias e opiniões de maneira aberta permite que a gente tente inclusive incidir na consciência dos de cima sem a ilusão de que a consciência não tem um corte de classe. Então, os de baixo lutam o tempo inteiro e os de cima governam, como eu falei anteriormente, motivados pelo dinheiro que a sua relação política estabelece com o capital internacional e nacional.

Eu sou do Pará, sou do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém do Pará. Nós temos uma atuação... Temos muito a agradecer em várias ações junto à categoria tanto aos auditores quanto ao Ministério Público do Trabalho, em especial. E, digamos assim, por ser de Belém, por ser da construção civil... Não sou melhor que ninguém, mas minha localização me permite ter vivido de perto muitas dessas mazelas de que nós estamos tratando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Os limites dos auditores, que, às vezes, não têm um carro para fazer, e isso na capital. Entende? Imagina no sul do Pará, que todo mundo conhece o que significa; o que foi a vida dos trabalhadores?

Aqui foi lembrado Belo Monte, por exemplo. A vida dos trabalhadores em Belo Monte foi um inferno. A sociedade brasileira sabe disso, e o sentimento de impotência que cada um de nós que tem um mínimo de senso crítico chegou a ter por vários momentos, ou seja, seres humanos impedidos de visitar suas famílias por seis meses. Essa é a regra em Belo Monte, e a folga é de cinco dias depois de seis meses. Altamira, dois dias de viagem, é melhor não ir.

O que virou o problema. Aí, vem Lava Jato, empreiteira OAS, agora, o resumo disso e a violência ao meio ambiente que aquilo... Então, quando eu me lembro do problema do saneamento, é do Pará que eu estou falando. Vocês sabem disso. Mas eu insisto: não é um problema só do Pará. O índice da falta de saneamento... Para ser bem honesto, não é um problema só da periferia, porque o problema do saneamento no centro do rico é maquiado. Nós sabemos que também não...

Então, por que eu estou falando? O déficit habitacional: está aumentando o número de pessoas morando nas ruas, em tudo o que é capital, "morando", entre aspas. O problema é que todos os governos prometeram uma quantidade de creches, e nenhum as fez durante seus governos federais. Nós sabemos quanto tempo uma mãe espera por uma vaga numa creche, lá na periferia, e não consegue; o tamanho da fila. Em Belém, isso é tão dramático que é pouco assunto, ou seja, não se tem nem muita esperança de que se tenha o direito a uma creche, mas, em São Paulo, a fila é longa para conseguir uma vaga numa creche pública.

Então, olha só: hospitais, nós sabemos as condições com que o nosso povo é recebido e como é tratado; os corredores das macas, como sofrem até hoje, e os exemplos gravíssimos que a companheira lembrou aqui dessas doenças.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATNÁGORAS TEIXEIRA LOPES – Surgem e retomam as doenças mais...

Por que eu estou falando disso? Relembrando tudo isso num momento de tamanho ataque? Ou seja, nós estamos sendo violentados, com a nossa vida, vida de quem trabalha, e as propostas que estão sendo discutidas, para nós, é o seguinte: o Ministro da Fazenda tem uma aposentadoria de R$200 mil por mês. Só uma delas. E ele está propondo que não tenhamos mais direito de nos aposentar. Essa é a reforma da previdência. O atual Presidente da República se aposentou com pouco mais de 50 anos de idade e se dá o direito de nos condenar a nos aposentar com 65 anos, seja homem ou mulher.

Esse grau de ataque nos leva, de um lado, a discutir, a fazer uma proposta objetiva, como eu fiz aqui. Eu acho que nós tínhamos de fazer uma grande frente de obras públicas na área de infraestrutura e saneamento com o dinheiro. Tirar o dinheiro da ciranda financeira até porque ele roda, vai gerar mais caixa, vai gerar emprego. Defendo que não seja através de empreiteiras. O País pode e deveria ter uma empresa nacional pública de infraestrutura, obras e saneamentos e aproveitar toda a capacidade científica e de produção do nosso povo trabalhador, diretamente servindo à Nação e não aos atravessadores, que depois corrompem os políticos.

Então, além disso, defendo que a gente tenha da análise da coragem da greve de quatro meses, a capacidade de nos juntarmos, começando por amanhã, derrubando essas medidas, derrubando o Congresso, passando a limpo este País...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATNÁGORAS TEIXEIRA LOPES – Essa é uma tarefa da unidade da classe trabalhadora. Não perder a capacidade de se indignar é muito importante. Acho que nós estamos recompondo essa capacidade da nossa classe. Isso, junto com organização e luta, nós podemos ter um País diferente, sem depender dessa filosofia do capital sobre o trabalho.

Obrigado pelo espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bem. Atnágoras Teixeira Lopes, da Executiva da Conlutas, Central Sindical e Popular.

Só lembrar – Atnágoras, me permita agora –, já que você falou do Pará, que no dia 1º de dezembro, quinta-feira agora, a Comissão estará no Pará participando do 10º Congresso Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Conafisco) e, no dia 2 de dezembro, às 14 horas, teremos uma audiência pública, no auditório da Assembleia Legislativa do Pará, para debater a PEC 55, trabalho escravo, Previdência Social, terceirização, negociado acima do legislado, trabalho intermitente e combate às desigualdades.

Estão todos convocados. Sei que vocês executivos das centrais não podem estar em todos os lugares, mas, mandando representantes, nós já ficaremos agradecidos.

Encerrando, que foi essa sequência, o primeiro será o último da Mesa, passamos a palavra agora ao Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Queria agradecer, mais uma vez, ao Senador Paulo Paim.

Realmente, Paim, os caras não sacaram a repercussão que tem isso aqui. Vou dar exemplo. Do negócio que houve no Senado, na Comissão de Direitos Humanos, que nós debatemos, chegaram mais de 300 *e-mails*, em São Paulo, para a minha central, sobre o que aconteceu naquele dia, na Comissão de Direitos Humanos.

Por isso, quando você convida, só não vem se não houver condição nenhuma de vir. Agora, entenda que a gente vem aqui não só para prestigiar, porque você é um representante nosso. Eu não voto no Rio Grande do Sul, mas sempre que houver oportunidade irei lá apoiá-lo, como já fui um monte de vezes, porque você merece o nosso respeito e a nossa consideração.

Agora, vamos lá para o Fundo de Garantia. É o seguinte: gerir "trocentos" bilhões é uma beleza, é legal. Agora, se gerir zero, você não dá benefício para ninguém. Trata-se do que eles estão fazendo com o conjunto de direitos dos trabalhadores. Por isso, acho que o orgulho que os senhores têm... E sinto sinceridade, não é conversa fiada, daquela jogada fora. Não, sentimos sinceridade no que estão falando.

Para que os senhores não fiquem tristes, eu sei que é difícil, mas faço um esforço de entrar nesse problema econômico.

Olhem só, senhores.

Orçamento Geral da União, em 2015: R$2,268 trilhões, 42,43% de juros e amortização da dívida. Previdência Social: 22,69%; Transferência para Estados e Municípios, 8,96%; Saúde, 4,14%; Educação, 3,91%; Trabalho, 2,88%; demais setores, 14,99%. De 2003 a 2015, foram transferidos para os bancos, que não constroem uma sala de aula, que não constroem um posto de trabalho, R$1,2 trilhão, a título de pagamento. Numa situação dessas, você vê as crianças morrendo. Eu moro ao lado da favela de Heliópolis. Eu sei porque a minha mulher trabalha lá dentro, sei como é que a banda toca lá, do ponto de vista da violência e do saneamento básico. As crianças com aquelas barrigonas! Aí você leva a criança no hospital e não tem vaga, não é atendida. Vou contar, peço licença, que esta madrugada, o meu neto, que tem três meses, estava com uma dor insuportável. Não sou de mentir. A minha filha me ligou dizendo: "Pai, ajuda que a barra está pesada." Eu perguntei: "Mas, aonde você quer ir?" Ela falou: "Quero ir ao AMA", que é perto de Heliópolis. Eu falei: "Não vai mesmo." Eu e a minha mulher juntamos R$350,00 por uma consulta esta noite. Então, eu consegui essa grana, mas, quem tem esse dinheiro?

Então, senhores, é ou não é uma vergonha o que estão fazendo com o nosso Brasil? Quando esse cidadão, o Carlos, levantou essa questão, ele me sensibilizou, porque é verdade. Não é um problema corporativo. Sabe por quê? Porque ele pode tirar do sofrimento milhares de pessoas, se houver condições de trabalho, se aumentar o número de fiscais, porque muito sem-vergonha por aí quer burlar a lei atrás de algum tostão. Então, não assina a Carteira da pessoa, faz de tudo para tirar direito do trabalhador. Agora, se há um fiscal lá... Não vai haver nenhuma reunião de Central em que não vou falar desse bagulho, não vai haver mais, sinceramente. Sabe por quê? (*Palmas.*)

Eu participo de todas elas. Não vai haver uma em que eu não vá falar, porque compreendi mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

profundamente agora, através da sua sinceridade e das suas propostas, companheiro. O Mario foi à nossa modesta Central...

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ... sentou lá e disse: "Ubiraci, vamos para o Rio de Janeiro fazer o seminário." O Ubiraci não pôde ir. Ele voltou depois e disse, lá na sede, vamos na audiência pública no dia 28. Foi lá conversar, explicitou tudo o que disse para mim. Ou seja, teve interesse. Acho que quem te tratou desse jeito, é bom fazer autocrítica logo, porque vai precisar dos seus números, do seu apoio. Então, estamos juntos nessa batalha.

Queria dizer, por último aqui e não menos importante, que queria insistir nessa questão da PEC. Porque é o seguinte, essa que está sendo chamada da PEC do fim do mundo, PEC da morte, vai atingir uma pancada de setores, mas vai atingir o Fundo de Garantia também. Vai atingir direto, eu não estou inventando moda. Vai atingir direto, sabe por quê? Quanto mais gente desempregada, menos arrecadação; quanto mais empresas sendo fechadas...

Ora, meus amigos, dados do Sindicato dos Comerciários, 300 mil estabelecimentos bancários fecharam as portas. É muita coisa. Quantas micro, pequenas e médias empresas fecharam as portas nesses últimos... E eu não estou livrando, acho que o Atnágoras está certo, o governo passado, porque mais de R$1 trilhão foi entregue para os banqueiros. Sem contar com essa situação em que está a nossa querida Petrobras.

Então, companheiros, vamos jogar pesado. Peço apoio de todos que estão nos ouvindo, companheiros, companheiras, homens, mulheres, idosos, jovens, negros, brancos, todos, auditores fiscais, metalúrgicos, gráficos, tudo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ... para que a gente possa juntos dar um troco. Porque eu não querendo que vá para segundo turno essa votação, não estou querendo.

Mario, se você puder nos ajudar. Porque aquela que você falou que é uma Senadora espetacular está na cabeça de votar a favor da PEC, aquela do Rio Grande do Sul, Ana Amélia, está nessa vida.

Eu queria agradecer profundamente a todos vocês. Amanhã estaremos aqui de novo, e na quarta-feira, se for possível, estaremos aqui também. Um chamado do Paim é uma convocação, porque certamente coisas boas vão sair daqui para que a gente possa lutar.

Apoio, por último, a proposta do companheiro, da moção. Sei que não é formal, mas eu a apoio. Assim como também apoio a derrubada dessa PEC 55, que vai fazer um mal sem precedente para a Nação e para o povo brasileiro.

Muito obrigado, senhores. Muito obrigado, companheiro Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Bira, Ubiraci Dantas, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Pessoal, como eu tenho tido muito cuidado aqui, a Senadora não está aqui, ela não faz parte desta Comissão, Bira, permita-me que desconsidere a sua fala em relação a ela. Primeiro, ela é do meu Estado, eu me sentiria meio que constrangido aqui. E vamos acompanhar o voto de cada um. Claro, o voto de cada vai ser anunciado. Seja quem for, nós vamos acompanhar o voto de cada um.

Pessoal, eu queria só agradecer a todos pela presença aqui, foi uma grande audiência pública. Confirmaram aqui, foi uma das audiências públicas que realizamos que teve mais audiência, audiência – eu diria – junto aos meios de comunicação, pela internet, no tal de YouTube, pela TV Senado, pela importância do tema. Claro, 45 milhões trabalhando com carteira assinada, celetistas, todos eles dependem do Fundo de Garantia. Eles querem saber para onde vai tudo isso, principalmente, de tantas reformas.

Informar também a todos que hoje, às 19h, vai haver um outro debate sobre a PEC 55 na Comissão de Economia, na CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Hoje, é a Gleisi Hoffmann. Hoje, às 19h, há outro debate sobre a PEC 55 lá, e esse debate se dará hoje também no plenário, com certeza, porque a votação da PEC será amanhã.

Eu mesmo tenho dito – e termino só dando esse informe rápido – que eu fiz um pronunciamento na semana passada e foi, no fim, o pronunciamento em que eu mais eu tive assistência também, sobre a PEC 55. Eu usei alguns dados que não são novidade, mas parece que muitos não sabiam, porque nenhum país no mundo adotou essa metodologia de congelar por 20 anos os investimentos via uma proposta de emenda constitucional.

Eu estou falando, porque foi uma pesquisa feita aqui no Senado. Houve já países que fizeram acordos políticos de não haver gastos, digamos, acima do limite da própria inflação durante os quatro anos, dando liberdade para que o outro governo, então, revisasse.

Eu também falei sobre duas questões como exemplo: saúde – peguei dados da OEA e do FMI. Eles dizem que o povo brasileiro, nos próximos 15 anos – não são nem 20 anos –, vai subir 20,8%. Se nós somos 200 milhões – somos mais, que seja 207 milhões, 208 milhões – e vai subir 20,8%, significa que daqui a 15 anos teremos quase 40 milhões de pessoas a mais – vou arredondar aqui. Como é que o mesmo investimento vai dar conta de 40 milhões de pessoas a mais?

Em todas as áreas, se agora não dá, como a infraestrutura, que foi tão comentada aqui; a saúde, que todo mundo sabe que a saúde está ruim. E eu dei outro exemplo: como a crise é grande, querendo ou não, quem tem plano de saúde está abandonando. Eu dei o meu exemplo na tribuna. Eu pagava para netos e filhos. Já avisei aos filhos: só vou manter para os netos. E o meu salário, comparando com a grande parte do povo do nosso País, é um grande salário. Eu estou abandonando e disse: "Olha, o dos netos eu vou manter, mas vocês vão ter que segurar."

O que vai acontecer? Milhões de pessoas vão para o SUS. Não tendo investimento, 40 milhões a mais, outros 10 milhões que vão abandonar os planos, porque vão abandonar, a maioria está abandonando. Chega a ser R$1,5 mil, conforme a idade, a mensalidade de uma pessoa só.

Vamos pegar a educação agora. Quem tem aluno em escola privada não vai conseguir pagar também. Vai botar onde? Na escola pública. Teremos outros tantos milhões, além dos 40 milhões que aqui eu já apontei. Como é que essa conta vai fechar? Não fecha. Não adianta alguém dizer que isso aí não é assim, que isso não é verdade. Expliquem-me essa conta, expliquem-me como vai fechar essa conta.

Se pegarmos os que vão sair da escola pública para a área privada e os que vão sair dos planos de saúde privados para a saúde pública, teremos, no mínimo, mais 50 milhões de pessoas. O cálculo que eu recebi não é para daqui a 20 anos, o cálculo é exatamente para daqui a 14 anos – o cálculo que eu recebi e de que falei na tribuna, dei a fonte. Como vai fechar? Não vai fechar, pessoal. E é uma proposta de emenda à Constituição. Não é projeto de lei, não é uma negociação, não é nada.

Por isso, está havendo um grande movimento em todo o País. E esse movimento aponta nesse sentido, dessa situação que vamos criar. Por isso, convido todos a estarem amanhã acompanhando esse debate. Hoje à tarde, também, no plenário. E, naturalmente, se acontecer de passar, o bicho vai pegar no dia 13. Aí, a mobilização, pelo que percebo, vai ser ainda maior. Mas amanhã já sabemos que vai haver uma grande mobilização em todo o País.

Mas, enfim, encerro agradecendo ao Avelino pela iniciativa do debate sobre o Fundo de Garantia. Nós sabemos muito bem como é que surgiu o Fundo, que era optativo, mas, se você não optava, você era obrigado a assinar. Eu fui obrigado a assinar por todas as fábricas em que eu passei no meu período.

É, isso, a tal de opção não existia a opção. Você tinha que abrir mão da estabilidade e optar livremente. Se quisesse o emprego, a gente tinha que optar e assim aconteceu. Mas, dos males, o menor. Vamos defender, como diz o outro, com unhas e dentes, com muita garra o nosso Fundo de Garantia, até pelo papel social que ele cumpre, não é só indenização. Como aqui foi dito, infraestrutura, a questão principalmente das casas, das moradias do nosso povo mais pobre passa por aí.

Enfim, pessoal, muito obrigado. Parabéns a todos aí. Uma salva de palmas aí a todos que colaboraram com este belo debate aqui na CDH.

(*Iniciada às 09 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 01 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 106ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia trinta de novembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 6, da ala Senador Nilo Coelho, sob as Presidências do Senador Paulo Paim e da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senadoras Regina Sousa, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Ana Amélia e Simone Tebet, dos Senadores Paulo Paim, Pastor Valadares, Humberto Costa, Hélio José, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues e Vicentinho Alves e da Senadora não-membro Lídice da Mata. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 161 de 2016-CDH de autoria da Senadora Regina Sousa e outros, para debater sobre: "O Fórum Permanente pela Igualdade Racial - FOPIR". A Senhora Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Valdecir Nascimento, Coordenadora da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB; Vicenta Camusso Pintos, Representante da Rede de Mulheres Afrodescendentes do Cone Sul; Elizabeth Larkin, Diretora do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros – Ipeafro; João Feres Junior, Coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa – GEMAA; Hélio Santos, Presidente do Fundo para Equidade Racial - Fundo Baobá; Luiz Alberto, Ex-Deputado Federal. Às dez horas e quarenta e seis minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência para o Senador Paulo Paim. Às onze hora e três minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. A Senhora Presidente eventual passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa, Lídice da Mata e o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e um minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas.

Nós vamos começar a audiência. Hoje, aqui, é um dia atípico, primeiro, porque ontem os trabalhos foram até muito tarde, uma hora da manhã, e porque todas as Comissões estão funcionando ao mesmo tempo. Então, estou em três que estão funcionando. Daqui a pouco tem uma com votação nominal. Vamos ver como a gente se vira, aqui.

Declaro aberta a 106ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 161, de 2016, CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, subscrita por mim, Regina Sousa, e por Fátima Bezerra, para debater sobre o Fórum Permanente pela Igualdade Racial.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link*: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Já temos alguns convidados; outros vão entrar e à medida que chegarem, vão tendo assento à mesa.

Primeira Mesa – acho que faremos duas se vierem todos os convidados –: Valdecir Nascimento, Coordenadora da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB); (*Palmas.*)

Vicenta Camusso Pintos, representante da Rede de Mulheres Afrodescendentes do Cone Sul; (*Palmas.*)

Elizabeth Larkin, Diretora do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros (Ipeafro); (*Palmas.*)

João Feres Junior, Coordenador do Grupo de Estudos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não chegou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Foi substituído?

Porque são duas Mesas. Para a primeira Mesa, deram-me esses quatro nomes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gemaa).

O Fórum Permanente pela Igualdade Racial (Fopir) está sendo lançado em evento realizado no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, de 29 a 30 de novembro de 2016, aqui em Brasília. É uma grande iniciativa que reúne organizações da sociedade civil que atuam no enfrentamento ao racismo no Brasil, atuantes em múltiplas áreas, como educação, equidade de gênero, trabalho, juventude, comunicação, pesquisa, participação social e direitos humanos, articulando experiência, dados e iniciativas, com foco na defesa e proposição de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de gênero. É uma coalizão de organizações antirracistas.

O Fopir vai dialogar com governos, Ministério Público, Parlamentares, operadores da Justiça, mídia e sociedade, com o objetivo de desenvolver estratégias e ações de mobilização, diagnóstico, comunicação e incidência política capazes de fortalecer o enfrentamento do racismo e a defesa das políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de promoção da igualdade racial e de gênero.

A agenda do Fórum Permanente pela Igualdade Racial inclui o combate ao genocídio dos jovens negros, a violência contra as mulheres negras e a intolerância religiosa. A articulação vai atuar no incentivo ao debate amplo e democrático em prol do enfrentamento ao racismo e na defesa das políticas de promoção da igualdade racial no País.

O lançamento do Fopir ocorre um ano depois da Marcha das Mulheres Negras, da qual participamos, que reuniu em Brasília cerca de 30 mil mulheres, contra o racismo, a violência, e pelo bem viver. O Mapa da Violência 2015, produzido pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, mostra que o número de mulheres negras mortas assassinadas cresceu 54% em dez anos, de 2003 a 2013, enquanto o número de mulheres brancas assassinadas caiu 10% no mesmo período. Esses dados também serão objeto de análise na reunião do Fórum Permanente pela Igualdade Racial.

De certa forma é um lançamento do fórum aqui no Congresso também, porque vocês têm um seminário acontecendo, mas é o lançamento do fórum aqui. A temática é bem oportuna. Lembro-me de que, no ano passado, eu participei da marcha e a gente fez uma audiência pública aqui muito interessante também sobre a questão da violência contra a mulher negra.

Esse tema é sempre recorrente, é importante estar em pauta porque não sei por quais fatores, mas a gente tem a impressão de que o racismo está aumentando no Brasil; ou então está se apresentando de forma mais sem vergonha. Então, a gente precisa debater o tema para saber que políticas podemos implementar para pelo menos inibir ou coibir essa prática.

Vamos começar. Alguém tem preferência? Podemos começar da ponta para cá. Começa da outra ponta?

Com a palavra, Elizabeth Larkin, Diretora do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros (Ipeafro).

Explico que são dez minutos. Eu expliquei para vocês – reconte o tempo dela, está começando sem ela –, eu falei que hoje tem Congresso Nacional. Quando se convoca Congresso, quando começa lá, eu mando encerrar todas as Comissões. Então, nós temos que.... Eu gostaria de ter começado cedo, porque cheguei aqui... Mas por conta da burocracia da entrada, a gente não começou. Então, são dez minutos e, se precisar, a gente amplia um pouco. Também não é tão rígido.

Aquele relógio lá mostra o tempo e a campainha toca e assusta. Eu não sei se dá para baixar essa campainha. Eu já pedi tanto! É um susto o que a gente leva na hora que a campainha toca. Quando ela toca, está dizendo que falta um minuto. Aviso para o susto não ser maior.

Com a palavra Elizabeth Larkin. Recontem o tempo dela, os cinco segundos que estão lá.

A SRª ELIZABETH LARKIN NASCIMENTO – Bom, todos me conhecem como Eliza, que é meu nome em artes e autoria. Eu assino minhas publicações como Eliza. Mas, realmente, Elizabeth é meu nome oficial.

Eu tenho a honra de dirigir, hoje, o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros (Ipeafro), que ajudei meu marido, Abdias Nascimento, a fundar em 1981. O Ipeafro faz parte do Fórum Permanente pela Igualdade Racial, que é o objeto desta audiência pública hoje.

Eu agradeço as palavras da Senadora Regina Sousa e quero sublinhar a certeza disso que a Senadora assinalou, porque realmente estamos num momento em que o racismo está se mostrando cada vez mais sem vergonha. E nós estamos precisando, no momento político muito difícil, de retrocesso, depois de ganhos significativos na área dos direitos humanos, retomar essa pauta e fortalecê-la.

O Fopir surge como um instrumento, como uma ferramenta exatamente nessa direção. E estamos aqui hoje, Senadora, para criar, iniciar uma interface entre o Fopir e as instâncias como o Senado. Ontem estivemos na Câmara dos Deputados e também na Defensoria Pública. Hoje estaremos em outros lugares também, porque o nosso objetivo é trazer para interlocução e para criação efetiva de estratégias de combate as instituições que têm a possibilidade de executar programas concretos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nesse sentido, temos duas frentes principais que são a violência, o extermínio, o genocídio contra a juventude negra, que sabemos que já é assunto de algumas Comissões. Já houve Comissão Parlamentar de Inquérito e outras no Legislativo. Então, estamos aqui apresentando o Fopir como uma ferramenta de mobilização e de criação de novas iniciativas, de novas perspectivas para efetivamente combater o racismo.

Tivemos ontem a honra de fazer o lançamento oficial do Fopir e hoje continuamos essa interlocução, esses diálogos com as instituições que julgamos sejam nossas parceiras nessa caminhada. E estamos muito felizes, também, por iniciar essa caminhada do Fopir com uma perspectiva internacional. A nossa companheira Vicenta, da Rede de Mulheres Afrodescendentes do Cone Sul, representa exatamente essa consciência e essa necessidade de interlocução dessa questão em nível além do Brasil, numa perspectiva de diáspora e de mundo africano.

Então, eu não posso deixar de mencionar também que o Senador Abdias Nascimento, que foi meu marido, fundei o Ipeafro juntamente com ele, o espírito dele certamente está aqui, saudando todos os Senadores e, em particular, a senhora e o Senador Paulo Paim, que presidiu a audiência pública em que tivemos a oportunidade de lançar o livro, a biografia, no ano passado.

Espero que não tenha ultrapassado o tempo. Prefiro que as outras pessoas tenham mais tempo para se expressar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Eliza. Lembro que você foi esposa do Abdias Nascimento, ex-Senador, que tem um prêmio no Senado, que foi entregue a semana passada.

A SRª ELIZABETH LARKIN NASCIMENTO – É verdade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E foi muito bonito. Houve um momento de muita emoção, com a mãe de um menino negro assassinado em São Paulo. Ela faz parte do grupo Mães de Maio, lá em São Paulo. E emocionou todo mundo, porque todos choraram e se abraçaram com ela. Foi um depoimento muito comovente. A gente percebeu o que a pessoa sentiu na pele no extermínio da juventude negra em São Paulo, as Mães de Maio, por causa daquele episódio que aconteceu há dez anos, um massacre de meninos.

Vamos, então, ouvir Vicenta Camusso Pintos, representante da Rede de Mulheres Afrodescendentes do Cone Sul.

A SRª VICENTA CAMUSSO PINTOS –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*) (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Vicenta.

Nós vamos ouvir, agora, Valdecir Nascimento, Coordenadora da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras.

A SRª VALDECIR NASCIMENTO – Bom dia a todas e a todos.

Além de ser coordenadora da articulação de mulheres negras brasileiras, também estou na Coordenação Executiva do Fopir e quero agradecer à Senadora Regina e também ao Senador Paulo Paim, que conjuntamente abriram este espaço para que a nossa organização pudesse se manifestar.

Digo à Senadora que o documento tinha uma análise de conjuntura que nós ousamos fazer, como documento que orienta a nossa instituição. Olhando para o Brasil, o Fopir se lança fazendo uma análise de conjuntura profunda, no Brasil, numa conjuntura extremamente complexa, desafiadora, uma conjuntura que se instala no País e afeta diretamente a população da qual nós tratamos. E uma população que historicamente tem sido excluída e tem tido seus direitos violados.

Então, estar no Senado, como é pretensão do próprio Fopir, é dialogar não só com a sociedade civil, mas com instituições públicas e organismos como Senado, Câmara e demais Parlamentos, Assem-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bleias Legislativas estaduais, Câmaras Municipais, porque nesses espaços as leis são elaboradas. É nesses espaços que as políticas e as nossas vidas são pensadas. Então, queremos influenciar diretamente nesses espaços, para que uma parcela significativa da população seja respeitada.

Nós não colaboramos com o Brasil, nós construímos este País, que foi construído com sangue e suor do povo negro. E o povo negro tem direito a todos os bens e riquezas deste País.

Tem um aspecto que o nosso documento detalha e o Prof. Hélio com certeza vai se debruçar sobre isso no momento em que vier falar, que trata do seguinte: como a gente pode ficar tranquilo num País que propõe uma mudança constitucional, como a Lei 251, que vem para o Senado como 55, que vai destruir as nossas vidas? Se sem essa lei o genocídio da juventude negra, a violência contra as mulheres negras e os recursos para o empoderamento e para a autonomia das mulheres negras são tão escassos, imagine o que vai acontecer com a população negra brasileira, que são 104 milhões da população brasileira, a partir da aprovação dessa lei?

Então, às vezes nós questionamos se os homens e mulheres que estão aqui nesta Casa conhecem e reconhecem de fato quem somos nós, se eles estão de fato comprometidos com a liberdade e a autonomia do povo brasileiro. E quando se trata de povo brasileiro, trata-se particularmente de nós negros também.

Quero dizer que é oportunidade estar aqui no Senado, e nós queremos estabelecer um diálogo democrático, sim. Nós queremos disponibilizar nossa *expertise* para uma análise do nosso País, mas a forma como este País tem sido conduzido pelas Casas Legislativas, pela maioria que define o País, pelo próprio Presidente da República, tem nos assustado de forma.... Nós estamos estarrecidas. O que tem acontecido é que estamos quase... O que está acontecendo no País? Porque o retrocesso é muito grande. Nós estamos com pés e mãos atadas, porque, além do retrocesso, foi barrado o diálogo com a sociedade civil. Nós não temos sido consultadas, não temos entrado em nenhum diálogo nesse processo que tem ocorrido no nosso País.

Com tudo isso, Senadora, sem dúvida nenhuma, estamos buscando nossos aliados, que são a senhora, Senadora Regina, o Senador Paulo Paim. São poucos, não é, João? Nós temos poucos aliados hoje, nesses espaços, que compreendem do que estamos falando.

Quando você pensa que ao assumir o atual Governo a primeira coisa que o atual Presidente da República faz é reduzir as instâncias que pensavam e estruturavam a política para a população negra, a política para as mulheres, a política para a população LGBT, quando você exclui, argumentando que vai conter recursos.... Não tinham recursos! Os recursos para esses Ministérios são insignificantes. Os recursos para esses Ministérios não vão alterar a ordem econômica do nosso País. E o que altera de fato a ordem econômica do nosso País não tem sido nem tocado.

Então, do nosso documento de análise, eu só estou fazendo um preâmbulo. Acho que é superimportante que o Prof. Hélio destaque, na fala dele, do que a gente trata quando a gente fala de riqueza neste País, do que a gente trata quando fala de economia neste País, porque nós também entendemos de economia, nós também sabemos onde anda o dinheiro do nosso País, nós também sabemos que nosso País não é um país pobre. Nós sabemos que o nosso País é um país injusto, desigual e que essas transformações estão cada vez mais acirrando as desigualdades, elas estão aprofundando as desigualdades.

Se hoje nós temos um jovem morrendo a cada 20 minutos, 63 jovens morrendo por dia, 23 mil jovens morrendo por ano, negros, todos negros, o que acontecerá conosco após a instalação desse novo modelo que está tentando ser implantado? O que as mulheres negras, os homens negros, os pais e as mães negras e a comunidade negra.... Como a gente vai ter resistência, resiliência e capacidade de fazer o enfrentamento? Como a gente vai continuar, com esse processo de sucateamento, esvaziamento e desqualificação da escola pública, que era a única alternativa que a população negra pobre tinha para oferecer a seus filhos? Porque muitas de nós, se chegamos à universidade, chegamos porque as escolas públicas davam-nos condição de chegar até lá. Se muitas de nós somos professoras universitárias hoje, foi porque a estrutura que vinha sendo montada estava assegurando que nós chegássemos lá com qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, é isto que nos preocupa profundamente: em que lugares eles querem nos colocar. Se você desqualifica e esvazia a Previdência Social, para onde nós vamos? Nós vamos voltar para as ruas para mendigar, para sermos chutadas, para sermos mais violadas nos direitos do que já fomos até hoje?

Quer dizer, nós estamos assustadas, e o Fopir, quando vem, vem para apresentar caminhos e alternativas. Ele vem, primeiro, para desmascarar o discurso de que: "Ah nós vamos cortar na carne." Na carne de quem, gente? Historicamente, tem-se cortado em que carne? Elza Soares já dizia que na carne mais barata do mercado, que é a carne negra. Então, é a nossa carne que vai ser cortada mais uma vez, se ainda tiver espaço para ser cortada, porque cortes nas nossas carnes acontecem cotidianamente. Então, o Fopir vem para fazer esse desafio e quer dialogar, sim.

Nós, agora de tarde, estaremos no Ministério Público, porque nós queremos cobrar do Ministério Público um olhar e uma intervenção em relação a essas questões. Circularemos em outros espaços porque acreditamos que nós queremos sensibilizar, no primeiro momento, esses setores para que nos apoiem. Se isso não for possível, nós vamos montar novas estratégias de fazer o enfrentamento. Certamente, silenciadas e silenciados não ficaremos. Essa é a perspectiva do Fopir no seu lançamento. Por isso, nós saímos por aí juntos, homens e mulheres, negros e brancos, na perspectiva de construir um novo horizonte para o nosso País. Isso significa que nós não estamos pensando apenas para o nosso umbigo, nós não estamos apenas preocupados com nós mesmos, mas com uma democracia de fato e de direito neste País, onde a população negra, o povo negro seja reconhecido pela história e trajetória que vem construindo nesta Nação. Se existe uma Nação brasileira, nós somos construtores...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VALDECIR NASCIMENTO – ... particulares dessa democracia.

Então, é nesse sentido que eu quero reforçar... E é por isso que pessoas de vários Estados do Brasil passaram aqui o dia todo ontem e estamos aqui até hoje fortalecendo essa luta, para dizer, Senadora: a senhora tem aliados do lado de fora, na medida em que possamos construir juntas essa perspectiva, porque, sem dúvida nenhuma, é uma mulher como a senhora, que vem da Região que vem, que é uma das mais penalizadas neste País, que é a Região Nordeste, e também a Região Norte, que, sem dúvida nenhuma, nos representa. Por isso nós estamos aqui do seu lado e queremos dizer: estamos indignadas, se é que é possível. Se houver outra palavra para além de indignação, nós queremos dizer que nós estamos mais do que indignadas, porque não é possível tratar os seus filhos do jeito que o Brasil nos trata. Se nossa juventude é o futuro do País, como se mata cotidianamente, o Estado mata cotidianamente, o futuro da Nação? Como cerceamos a voz do futuro da Nação?

Então, é isso que nesta manhã eu gostaria de trazer para colaborar com uma reflexão mais significativa e a percepção do que é o Fopir.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Valdecir.

Eu quero convidar o Prof. Hélio Santos para compor a mesa. Ele é Presidente do Fundo para Equidade Racial – Fundo Baobá. O senhor senta aqui, e, na hora de falar, a gente faz uma troca porque só são cinco microfones.

Para colaborar, eu lembrei que o Ministério da Saúde lançou um programa, há mais de dez anos, para ter ações de controle ou evitar a morte materna e neonatal. No ano passado, estava fazendo dez anos, e eu tive a ideia de fazer uma audiência pública para a gente avaliar qual foi a evolução desse programa. Aí, qual não foi a surpresa – surpresa não, mas a gente ficou assustado – porque os dados vieram, muitos dados, mas quase nenhum deles tinha o recorte na questão da raça, cor. Só o geral, que diz que a mulher negra morre mais no parto. As pessoas que estavam aqui trouxeram muitos documentos, mostrando as causas por que a mulher negra morre mais no parto. Já começa no pré-natal, porque ela tem mais dificuldade de acesso e atendimento na maternidade, uma série de coisas assim, mas o que chateou foi não ter o recorte.

Então, a gente foi imediatamente ao Ministério da Saúde, como consequência da audiência pú-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

blica, ao Ministro Chioro, para todos os dados virem com recorte de cor, de etnia – a gente não sabe quantas mulheres indígenas também morrem –, e ele logo compôs um grupo de trabalho, mas, infelizmente, dois meses depois, ele saiu do Ministério e esse grupo se desfez. A gente precisa ver isso, inclusive, pode ser uma coisa para o fórum. O Ministério da Saúde tem que ter esse recorte em todos os seus dados. A gente constatou isto: a mulher negra morre muito no parto, justamente as meninas, mães muito jovens e adolescentes, quando dão à luz.

Vamos, então, ouvir o Prof. Hélio Santos. Não! Primeiro, João Feres Junior, Coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gemaa).

O SR. JOÃO FERES JUNIOR – Bom dia.

Eu gostaria de agradecer o convite, na verdade, a organização desse evento por parte da Senadora Regina Sousa e do Senador Paulo Paim.

É a segunda vez, na verdade, que eu venho aqui às comissões. A primeira vez foi a uma reunião informal, antes do julgamento das cotas, em 2012 – também o Senador Paulo Paim a organizou –, e eu, como já estudava o tópico das cotas raciais naquela época, fiz parte do grupo que debateu a estratégia, junto com os advogados que estavam defendendo as cotas. Naquele dia, a gente saiu vitorioso, de fato, de dez a zero. Portanto, eu tenho uma boa lembrança do plenário da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Eu acho que essa iniciativa do Fopir.... Quer dizer, eu vou falar da minha perspectiva. Eu estou estudando cotas em relações raciais faz pelo menos 14 anos, 15 anos, e muito próximo, obviamente, quando se estuda isso, do pessoal que faz *advocacy*, da militância, das organizações que fazem militância, também sempre participando de eventos, discutindo as coisas, e dos grupos, às vezes, na fundação, em outros eventos, na academia e fora dela. E eu não conheci, por esse período todo, nenhuma iniciativa que tivesse o tipo de alcance, a organização e o escopo do Fopir. Eu acho que não vou nem falar que pretende ter, porque já tem, porque a gente já está aqui, já está gestando isso faz algum tempo e, em Brasília, foi uma das *premiere*, mas a gente já está existindo. Então, eu acho que, só por existir dessa maneira e pela concepção que está por trás, o Fopir já é uma grande novidade no cenário, eu diria, da democracia brasileira.

Eu nem vou falar da pauta da igualdade racial. A igualdade racial é uma questão fundamental para a democracia brasileira. Eu estava falando com o Hélio, em uma das reuniões do Fopir inclusive, e ele falou: "Não, mas a questão racial é a principal questão da democracia brasileira." Eu falei: Hélio, por que você acha que eu me dedico a isso? Realmente, eu acho que a questão racial, se a gente não resolver isso, se não melhorar imensamente a questão do preconceito racial que a gente diariamente vê no Brasil, estava conversando sobre isso, a gente não avança com a democracia brasileira, não adianta, porque incluir o povo brasileiro dentro do Estado brasileiro, dentro da democracia, essa é a questão fundamental.

Então, eu acho a pegada do Fopir, a tarefa do Fopir, o seu objetivo, na verdade, é de suma importância para a democracia, e uma de suas virtudes é trazer juntos, é reunir grupos que fazem tanto a parte de *advocacy* quanto os que fazem diagnóstico acadêmico, vamos dizer, pesquisa, que é o meu caso; eu venho da área da pesquisa. Eu acho que o Fopir tem como uma das coisas, uma das suas virtudes também, tentar fazer uma coordenação mínima dessas atividades entres esses grupos para se ter uma economia de escala, ou seja, para as pessoas não ficarem.... Às vezes, existe muita redundância porque os grupos são pulverizados e o Brasil é gigante também; então, existe muita redundância. O Fopir pretende fazer uma mínima coordenação e uma ação concertada que levem, de uma maneira mais consistente, grandes questões que dizem respeito à igualdade racial e de gênero também.

Então, é uma honra para mim, que sou Coordenador do Gemaa (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa), que está no Iesp da UERJ, poder participar desse grupo e poder contribuir com as coisas que podemos fazer obviamente, porque somos limitados.

É fundamental também, neste momento por que passamos no Brasil, como alguns já disseram, a Valdecir já disse também, que a sociedade civil continue ativa, forte e se organize mais ainda, obviamente, porque a gente sabe que o poder, principalmente o Poder Federal, no Legislativo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

no Executivo, está se mostrando e tem se mostrado muito mais avesso às demandas que vêm da sociedade civil. Por isso, a gente tem que se constituir em uma instância de forte pressão, ou seja, a gente precisa fazer com que o custo de se violar direitos, se diminuir direitos seja muito alto. Essa é uma questão fundamental para se pôr frente ao sistema político. As coisas não podem ser feitas de graça. A gente não pode deixar as coisas serem feitas sem resistência e sem, ao mesmo tempo, estar propondo pautas novas. Eu acho que essa questão de ficar congelado, de se retrair não é a boa estratégia.

É fundamental o Fopir, como uma das coisas, trazer a questão de gênero junto com a questão racial também. Eu acho que a questão de gênero está ganhando uma visibilidade enorme no Brasil ultimamente, e é muito importante que, no Brasil, a gente não passe pelas fases por que passaram os Estados Unidos, ainda que já tenha ocorrido um pouco. A questão de gênero vem pautada mormente por militantes brancas, e a questão da raça fica esquecida dentro do debate sobre questão de gênero.

Então, eu acho que o Fopir tem um papel muito importante: trazer as duas coisas juntas e, na verdade, tornar claro que existe uma hierarquia de discriminações na nossa sociedade e que a mulher, negra inclusive, sofre mais discriminação pela combinação desses fatores do que obviamente mulheres brancas ou homens negros, só para falar na comparação de grupos que também sofrem discriminação por sistemas de opressão diferentes.

O Gemaa, particularmente, tem a contribuir, como eu disse, com essa parte da reflexão acadêmica a respeito desses tópicos. A gente trabalha com raça e com gênero, além da ação afirmativa.

Eu acho que a academia é um espaço tradicionalmente de elite que, no Brasil, foi historicamente reservado aos brancos, não é verdade? Eu represento isso de certa maneira, venho dessa academia, sou branco. Mas a academia também é um lugar onde a igualdade racial caminhou muito nos últimos tempos, com as cotas, com o sucesso das cotas raciais, primeiro, na graduação; depois, na pós-graduação. Então, eu acho que é um espaço que, de fato, precisa ser mantido e desenvolvido. É um espaço de luta aí dentro, e essa luta se dá não só em uma militância política propriamente, mas também na ocupação de espaços acadêmicos de produção de pesquisa, de agenda de pesquisa.

A agenda de pesquisa não pode ser silenciada, ela tem que incluir essas questões fundamentais que são a produção de conhecimentos sobre questões de gênero e raça no Brasil, porque, se a gente não fizer isso, se não for feito isso, a militância inclusive, as agendas fora da academia ficam sem subsídios. Então, é importante garantir esse espaço, ocupar esses espaços, produzir diagnósticos fortes, bem consolidados, abundantes sobre desigualdade racial, sobre desigualdade de gênero no nosso País. Esse é o nosso objetivo, nossa tarefa.

Eu acho, só para terminar aqui, para ir concluindo a minha fala, que uma das coisas importantes – agora trazendo para este evento, particularmente –, uma das coisas muito importantes na tarefa e na missão do Fopir é esse objetivo de atuar junto às Casas parlamentares, ao Legislativo, porque, é lógico, é fundamental, é claro que o Legislativo é um lugar fundamental de debate, de luta por direitos, porque é aqui que se produz, que os direitos se tornam lei, que as políticas públicas são, de fato, aprovadas e começam a funcionar em grande medida, obviamente.

Eu estava conversando com a Eliza ontem sobre um papel do Fopir. Eu acho que um papel fundamental do Fopir é o seguinte: o Parlamentar sempre tem uma questão colocada para ele sobre o custo da informação. Claro que os Parlamentares têm diferentes partidos, diferentes ideologias, orientações ideológicas, mas têm a questão fundamental do custo da informação, porque eles são incapazes, no dia a dia – e a ciência política mostra isso, há vários trabalhos sobre isso –, de se informar sobre todas as matérias que estão sendo votadas, tudo que está sendo discutido, e é claro que o voto deles é pedido.

Então, eu acho que um dos papéis do Fopir não é pautar propriamente o Legislativo, mas prover informação para os Parlamentares que são alinhados e os potenciais alinhados às causas do Fopir, para que se torne barato para eles ter uma opinião formada sobre os vários projetos que são muito significativos para as nossas pautas, para a pauta de gênero e de igualdade racial, e, ao mesmo tempo, tornar o custo para aqueles que querem se opor a essas pautas muito mais alto. Eu acho que a gente precisa focar nisso, nessa função de trabalhar junto ao Parlamento, às Casas Legislativas. Essa função informacional é fundamental. A gente se comunicar com os Parlamentares e tornar essa informação de análise,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de tomada de posição para eles muito clara é fundamental, é uma tarefa fundamental do Fopir.

É isso que eu tenho a dizer.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, João Feres Junior, Coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gemaa).

Nós estamos aqui com o nosso Senador Paulo Paim. Quer vir presidir? Daqui a pouco, eu vou ter que ir à CAS votar porque está havendo sabatina, aí a votação é nominal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós dois vamos ter que votar lá e nós dois gostaríamos muito de presidir a reunião. Então, quando tiver que votar, você vai, eu assumo, e a gente vai trocando nesta bela reunião que, com certeza, nós vamos ter aqui hoje.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

Já falaram aqui também da questão dos espaços institucionais. A gente também regrediu nisso. O racismo se mostra mais desavergonhadamente, e a gente ainda perde os espaços institucionais que conquistou. E onde estão esses espaços? Alguém sabe? No Ministério da Justiça, criaram lá para dar uma satisfação. Agora, quando a gente fala de Ministério da Justiça, o que a gente lembra? Lava Jato, Polícia Federal, sem falar que o Ministro que está lá não é bem um amigo dos movimentos sociais. Todo mundo que o conhece de São Paulo sabe como é a história. Então, quer dizer, onde foram colocar a gente? A gente se enxergava na Seppir, na Secretaria de Políticas para as Mulheres, na Juventude. Agora, a gente não está se enxergando, não tem espaço para a gente se enxergar no Governo. O pequeno agricultor vai para onde agora? Há um pontinho lá, no Desenvolvimento Social, quando a gente tinha o MDA. E não é economia, não; a gente sabe que não é, até porque lá já extrapolaram em 1.400 cargos a mais do que a Dilma tinha. Então, não é bem isso.

Também há o desmantelamento de outras conquistas. Por exemplo: não é à toa que, na Rede Globo, passou um dia desses no Fantástico – eu não medi, mas não foram menos do que cinco minutos – uma reportagem sobre as cotas, denegrindo as cotas, mostrando o lado negativo das cotas, as fraudes nas cotas. Todo programa social tem fraude, tem gente sem vergonha em todo lugar, gente que se declarava negro, mas não era negro; pobre, mas não era pobre. Por isso, vai se extinguir uma conquista dessa? Eu tenho certeza de que aquela reportagem foi encomendada para, em ações futuras, dizerem: "Não, nós vamos fazer isto porque não estava dando certo, porque estava sendo fraudado: a gente vai extinguir, vai botar outra coisa no lugar." A gente vai ouvir isso. Então, é preciso...

Acho que o fórum já nasce com muitas tarefas.

Vamos ouvir agora o Prof. Hélio Santos, Presidente do Fundo para Equidade Racial – Fundo Baobá.

O SR. HÉLIO SANTOS – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria agradecer. É uma honra estar aqui, no Senado da República, em uma mesa que cuida desse tema, presidida por uma mulher negra, pela Senadora Regina Sousa, e com o nosso Senador Paulo Paim. O senhor não sabe a alegria de estar aqui hoje revendo-o.

Eu quero começar pelo fim.

A Senadora Regina Sousa falou algo importante, que foi uma conquista para todos nós, Senadora, que foram as ações afirmativas que no Brasil foram apelidadas de cotas. A senhora tem aqui, nesta sala, diversas pessoas, entre as quais o Senador Paulo Paim, que foram responsáveis provavelmente pela política que mais impactou o Brasil nos últimos tempos. Nós reivindicávamos o direito à universidade da população negra que sempre quis estudar e geramos, com isso, um subproduto importante, Senadora, porque, nesse momento, entendeu-se que os brancos pobres também, aqueles que vinham da escola pública podiam. Então, hoje, as universidades brasileiras mudaram e mudaram para melhor.

Quando a senhora comenta esse debate da Rede Globo, que eles querem fazer, chama-se se-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

gundo tempo de um jogo que eles perderam por dez a zero. Imagine que o homem principal da Rede Globo, Ali Kamel, é, provavelmente, o homem mais ocupado do Brasil. Ele é um *workaholic*, trabalha como nunca, e encontrou tempo, tirou tempo da vida para escrever um livro: *Não Somos Racistas*. A mulher de um amigo meu, no Rio de Janeiro, quando viu o livro no Aeroporto de Congonhas, ficou feliz porque estava entre vários outros de autoajuda. Ela pensou que era um livro de autoajuda. Quando foi ver, era mentira. Nós não somos racistas em um País, Senadora, onde a escravidão durou 350 anos? O Brasil tem 500 anos, ou seja, imaginar que isso não iria impactar o que viria depois!

O Fopir nasce, portanto – e já foi dito aqui, acredito, pelos meus companheiros –, nós nascemos, Senador Paim e Senadora Regina, em uma conjuntura de retrocesso. Portanto, estamos nascendo no momento certo.

Primeiro, nós precisamos fortalecer esse debate. Fizemos muito já, todos nós, mas temos que internalizar esse debate e, ao mesmo tempo, avançar. Esse não é o momento de regressão, mas de manter o que nós conquistamos e avançar.

A equidade. Interessantes os economistas brasileiros! Ninguém é perfeito! E eu venho dessa área. Os economistas brasileiros copiam até os erros, copiam tudo que os economistas do norte escrevem, e os economistas do norte dizem o quê? Os países que conquistaram mais desenvolvimento foram aqueles que ofereceram mais oportunidades. Não há um caso de um país que tenha prosperado sem oferecer oportunidade.

Ao sul do Equador, essa ideia é pervertida. Entende-se que o Brasil pode não oferecer oportunidades aos demais, e o resultado: nós pagamos um preço muito alto por desperdiçar talentos. Só aproveitamos os nossos talentos em dois lugares: no futebol e na música, e somos mundialmente reconhecidos. É fundamental aproveitar esses talentos onde eles estiverem.

A nossa pauta é uma pauta que trabalha com as Casas Legislativas, Senadora, mas também com o Ministério Público, com a Advocacia da União, com a Defensoria Pública, com a OAB, e a nossa ideia é... No passado, nós atuamos muito denunciando, apontando o racismo e fazendo propostas. Desta feita, nós queremos ir um pouco mais a fundo. Não podemos entender.... Quando se discute ajuste fiscal, Senadora, nós entendemos apenas o lado das despesas. É uma equação muito simples: receitas menos despesas é igual a déficit ou a superávit. Nós só queremos cortar as despesas.

Senadora Regina Sousa, em 2014, 2015, nós tivemos uma sonegação, no Brasil, segundo a Fazenda Nacional, de aproximadamente R$1 trilhão. É até um número ruim de dizer, mas R$500 bilhões mais R$450 bilhões somam quase R$1 trilhão!

Vejo aqui o ex-Deputado Luiz Alberto.

A nossa Senadora falava da identificação da Operação Lava Jato com o Ministério da Justiça. Não se compreende a Polícia Federal, a Receita Federal e os Procuradores da Fazenda Nacional desenvolverem um grande programa contra a sonegação. Quem é pauperizado pela sonegação? Não há uma só família negra, Senador Paim, que tenha como sonegar. Em tudo que se compra os impostos estão incluídos, desde um caderno, um remédio... Só que os impostos não são recolhidos.

O Fopir não vai só denunciar isso, vai propor ao Dr. Janot, Procurador-Geral da República, que tem dito que com o dinheiro das multas da Lava Jato quer construir cadeias, que se construam escolas infantis, creches e pré-escolas, porque, senão, nós vamos sempre estar povoando as cadeias, que agora passam a ser exploradas pela iniciativa privada. E, aí, nós temos, realmente, que são as mulheres negras que pagam essa conta.

Então, a nossa pauta envolve também a possibilidade de termos receitas de outra maneira. Nós podemos taxar as grandes fortunas, podemos também ajustar a taxação dos ganhos financeiros, implementar impostos sobre as grandes fortunas e reavaliar a isenção que é concedida. E estudos feitos aqui no Senado pelo Mário Theodoro revelam que R$215 bilhões seriam possíveis já para 2017, ou seja, dinheiro suficiente para reverter a PEC nº 55 que foi aprovada.

Então, eu penso que nós temos de discutir, e o Fopir irá além: nós vamos propor.

Na terra do Senador Paulo Paim, foi criado o Fórum Social Mundial, que, embora inicialmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

fosse uma iniciativa tímida, depois avançou muito, e o seu lema é: "Um novo mundo é possível". O nosso fórum vai jogar muito forte, entendendo que um Brasil novo é possível. E o Fórum para a Igualdade Racial não é um fórum para o movimento negro; é para todos os brasileiros.

Nós vamos abrir, realmente queremos discutir, inclusive com a iniciativa privada, que, ao sul do Equador, há uma perversão do próprio capitalismo, porque aquela ideia equivocada de alguns economistas brasileiros de que aqui nós vivemos uma equação que soma zero, isto é, para alguns se beneficiarem, outros têm que perder, não! Isso vale para o Japão, um arquipélago que não tem espaço. Aqui nós temos capacidade ociosa, nós temos espaço físico, temos possibilidade de incluir mais de 80 milhões de afrodescendentes e fazer o País crescer.

Quer dizer, sobre essa perversão, nós temos que aprofundar o debate, e contamos com o Senado da República para isso. Nós do Fopir não queremos trabalhar isoladamente. Ele é um fórum que vai atuar com os Parlamentos. Vamos ganhar capilaridade, porque este País tem mais de 5.700 Municípios, e nós temos que chegar à maioria deles.

Acredito que, nesta nossa audiência, aqui, num dia e num momento conflagrado, num momento ruim para a Nação, nós nascemos, no momento certo.

Eu quero agradecer à Senadora Regina Sousa. O Fopir é um fórum liderado por mulheres negras. Isso é algo importante, porque é o maior segmento.

Para concluir, quero dizer, para provar que a nossa democracia ainda falta muito para ser consolidada, Senadora, que o maior segmento populacional do nosso País é formado por mulheres negras. Há mais mulheres negras que homens brancos, que homens negros e que mulheres brancas; e é precisamente esse segmento o mais precarizado, aquele que tem menos oportunidades. Consequentemente, estamos longe, quando se pensa em uma democracia consolidada, se a maioria está nessa situação precarizada, ou seja, muita coisa há que ser feita.

O Fopir inicia com essa força. E o Fopir é um movimento para a juventude, porque é um movimento de médio prazo. Nós esperamos, em 10 anos, ter impactado, influenciado o País.

Assim, esta manhã foi, para nós, muito prazerosa no sentido de estarmos aqui com vocês, mas a gente sabe que o racismo institucional é permanente. Hoje mesmo, aqui no Senado da República, nós entramos, o grupo que veio fazer parte da Mesa, mas algumas mulheres negras ficaram. Essas foram as únicas que tiveram as suas bolsas revistadas aqui na entrada – as únicas! Todos os demais entraram. Isso mostra o quanto nós ainda temos de avançar. Nós estamos no Senado da República, uma Casa importante da democracia, e ainda estamos longe, porque é no cotidiano que as pessoas vivem, e o racismo está lá.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Prof. Hélio Santos.

Senador Paim, nós precisamos resolver essa história da entrada aqui neste Senado. Disseram-me até que esse adesivo é censurado. As pessoas precisam entrar com o adesivo, mas, um dia desses, uma menina veio para o gabinete e trouxe uma blusa na bolsa, porque ela ia passar o dia por aqui e queria se trocar. Como era uma blusa de militante, eles fizeram ela deixar a blusa. Foi preciso eu ir buscar a blusa lá, depois, com ela. Então, isso é um absurdo!

E isso aqui também, que é papel! Esse material aqui também. Foi preciso eu ligar para liberar esse material. Eu tive que ligar para a portaria para poder liberar esse material. Isso é um absurdo!

Nós vamos ter que resolver isso, porque nós já tivemos muitos eventos dessa natureza. Enquanto isso, outros grupos entram aqui, invadem o plenário, as comissões... E a gente sabe que é permitido para alguém. Então, vamos resolver isso com o Presidente Renan, para que haja algumas regras e esse tipo de coisa não aconteça na entrada das pessoas aqui, porque isso dificulta mesmo.

Eu quero convidar para a Mesa o ex-Deputado Federal Luiz Alberto, que nos honra com a sua presença. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Já que esta foi a audiência pública...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sente-se aqui. Aqui tem uma cadeira.

O Senador Paim vai se sentar aqui, porque nós vamos nos revezar na Presidência. Como já, já eu tenho que marcar presença em uma Comissão, ele vai presidir.

Antes de passar a palavra ao ex-Deputado Luiz Alberto, quero dizer que esta é a audiência pública com os convidados mais disciplinados: ninguém estourou o tempo. (*Risos.*)

Só para um tocou a campainha, avisando que era o minuto final. Mesmo assim, ele concluiu no tempo. São muito disciplinados! Parece até que já estão acostumados com as coisas daqui, porque nós, ontem, queríamos falar tantas coisas, mas, como eram apenas cinco minutos, não deu e precisávamos ficar brigando. Era preciso dizer: "Dê mais um minuto para mim porque você deu para outra pessoa"... (*Risos.*)

A gente fica disputando os minutos que o Presidente dá aos inscritos.

Então, meus parabéns!

Eu vou conceder a palavra ao ex-Deputado, mas, antes, vou pedir ao Senador Paim para vir aqui, porque eu preciso, realmente, dar uma saída.

Antes, eu quero fazer chegar a vocês os números que me passaram aqui, confirmando o que já foi dito aqui, isto é, que as mulheres negras vítimas de violência doméstica representam 58% do total de mulheres mortas por violência doméstica – dado do Ligue 180. As negras são 53% do total das mulheres vítimas de mortalidade materna – dado do Ministério da Saúde. E a Fiocruz mostra que as mulheres negras são 66% das mulheres vítimas de violência obstétrica – é aquilo que nós falávamos aqui da maternidade, do pré-natal. E também da violência geral contra as mulheres: das mulheres que morrem por agressões de qualquer tipo, 68,8% são negras – dados do Ministério da Justiça. Então, são dados alarmantes e constrangedores para nós.

Vou passar a palavra ao ex-Deputado Luiz Alberto, pedindo ao Senador Paulo Paim para, por favor, tomar assento à Mesa para presidir os trabalhos. (*Pausa.*)

Eu volto.

O SR. LUIZ ALBERTO – Bom dia a todos e a todas!

Eu queria pedir desculpas pelo atraso com que cheguei aqui.

Eu quero saudar a nossa Senadora Regina Sousa, saudar o Senador Paulo Paim, que não é mais gaúcho; ele agora é baiano. Na semana passada, ele recebeu o título de cidadão baiano. (*Palmas.*)

A Bahia nunca teve.... Nós estamos duplamente alegres, porque a Bahia, que nunca teve um Senador negro, agora tem.

Quero saudar a Mesa, na figura da nossa companheira Valdecir, e dizer que entendi o recado da Senadora de que todos foram bastante rigorosos com relação ao tempo.

Primeiramente, é uma honra participar desta reunião aqui da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, presidida pelo Senador Paulo Paim, e dizer que as informações que estão sendo passadas aqui são do conhecimento geral da militância, dos Senadores, dos Deputados e Deputadas que militam em prol dessa causa aqui no Congresso Nacional. Mas, evidentemente, o surgimento do Fopir, que era para ser, como eu havia dito ontem, uma articulação de várias entidades da sociedade civil, não só do movimento negro, é no sentido de avançar, impulsionar mais as conquistas da nossa população.

No entanto, nós estamos vivendo uma conjuntura extremamente delicada, difícil, perigosa, que pode transformar este em um momento de resistência, de reação contra o retrocesso. Ou seja: em vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de lutar para avançar, agora é lutar para não perder as conquistas que nós acumulamos no último período de 13, 14 anos.

É evidente também que vivemos um regime de exceção na prática, como foi dito aqui pela Senadora, denunciando o processo de impedir a entrada do material do Fopir, de impedir a entrada de alguém que se manifesta com um broche, com um adesivo no peito. O que ocorreu ontem na aqui, na Esplanada dos Ministérios, foi uma repressão só vista no período da ditadura militar, quando nós fazíamos as manifestações pela democracia.

Então, nós estamos vivendo momentos que eu não imaginava, Senador Paim, como não imaginava que pudéssemos retroceder no tempo para viver, neste período, as mesmas situações que nós vivenciamos na década de 60, durante o período da ditadura militar. Portanto, eu acho que é muito importante, neste momento, o surgimento do Fopir, que articula a luta da população negra.

Além de viver um regime de exceção, vemos que há também uma cruel combinação com uma recessão econômica. Pelos dados apresentados aqui pelo Prof. Hélio Santos, as principais vítimas somos nós, em especial as mulheres negras e os jovens negros, que são vitimados pela violência do quotidiano e também vitimados pelo desemprego. Nós somos os primeiros a sermos objeto do desemprego e, quando a economia volta a crescer, somos os últimos a sermos contratados pelo mercado de trabalho.

Portanto, acho que é importante essa iniciativa, que, além de reunir militantes antigos, incorpora uma nova geração de militantes, principalmente de jovens mulheres que formam essa frente política, que articula, como eu disse, setores do movimento negro e setores do movimento social não negro.

Ainda ontem, inclusive, eu fazia uma comparação entre essa iniciativa do Fopir e o que ocorreu na África do Sul. A África do Sul viveu um momento em que lançou mão da estratégia de convidar brancos democratas, progressistas de esquerda, no caso do Partido Comunista Sul-Africano, cuja militância era majoritariamente composta por brancos, que se incorporaram à luta contra o *apartheid*. E, agora, eu acho que é uma fase importante da luta política negra no Brasil, pois incorpora setores que passaram a compreender um processo que o movimento negro, já nas décadas de 70, 80, 90, desmontou, que era a falácia da democracia racial, na qual muitos de nós acreditávamos. Então, neste momento, as pessoas que passaram a perceber que era uma falácia se incorporam a esta luta para libertar não a população negra especificamente, mas o Brasil.

Não se pode achar que nós podemos consolidar uma democracia sem a inclusão da população negra no processo democrático. E pelo fato de aqui viver essa experiência por quase 16 anos, sei da raridade que é termos Parlamentares negros, como, aqui no Senado, temos hoje o Senador Paim e a Senadora Regina, como temos, na Câmara dos Deputados, uma meia dúzia de Parlamentares que, com a sua luta, com a sua coragem, tenta incluir na agenda parlamentar a questão racial, que é vista pela maioria dos Parlamentares, que têm origem histórica em uma classe média branca, como secundária e vira as costas para um processo que está na raiz dos conflitos sociais no Brasil.

Eu fico preocupado. Eu não tinha essa informação que o Prof. Hélio colocou de que o Procurador-Geral da República quer construir mais cadeias com a arrecadação das multas pelos crimes de corrupção. Então, é bom dar esse recado ao Procurador e para as autoridades: o que nós precisamos são escolas, escolas decentes, escolas de qualidade, escolas que incluam a nossa população, a nossa juventude, as nossas crianças, que são vítimas, 24 horas por dia, de um processo do qual o Brasil não livrou ainda. A história de escravidão marcou, marca e, talvez, continuará marcando por muito tempo as nossas existências, as nossas vidas, que são ceifadas diariamente – e os números mostram isso de forma contundente –, haja vista a morte da nossa juventude por várias formas, seja pela bala, pela droga, seja pela exclusão perversa. A sociedade brasileira é perversa com a população que mais contribuiu para a construção deste País.

Portanto, parabéns à direção desse fórum permanente, o Fopir.

E quero também agradecer a abertura do Senado, através desses Senadores, do Senador Paim e da Senadora Regina Sousa, para recepcionar esse debate, transmitindo para a sociedade brasileira essas preocupações. O momento é difícil, mas nós vamos resistir.

Aliás, é neste mês de novembro que a resistência simbólica de Zumbi dos Palmares, a resistência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do nosso povo está marcada, e nós avançamos.

Para encerrar, Senador Paulo Paim, para mim, a maior conquista que nós tivemos nos últimos 40 anos – e todas são importantes: as cotas nas universidades, com uma lei aprovada aqui no Senado e na Câmara, bem como as cotas para os concursos, também com uma lei sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff na época –, mas, como dizia, para mim, a maior conquista é simbólica e gera também os processos objetivos e concretos. Refiro-me a Zumbi se transformar em um herói nacional, imposto por uma agenda do movimento negro à sociedade brasileira.

Ocorre que foi lá na sua terra, agora nesse período, que os empresários se insurgiram contra o feriado de 20 de novembro. Foram à Justiça, que derrubou o feriado; e nós estamos nessa queda de braço: a Justiça contra nós, os empresários contra nós, mas nós vamos vencer essa batalha, tenho certeza absoluta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Prof. Hélio Santos.

O SR. HÉLIO SANTOS – Eu queria, formalmente, em nome do Fopir, o Fórum Permanente pela Igualdade Racial, entregar à Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, em particular a V. Exª, a nossa síntese, com a nossa missão, com a nossa visão e também com algumas recomendações, porque nós nascemos fazendo proposições à sociedade brasileira.

Então, passo às mãos de V. Exª. (*Palmas.*)

Senador, são sete as recomendações – e eu gosto do número sete. Eu não quero ler não, mas eu quero sintetizar.

A primeira delas é uma que vem sendo reclamada, inclusive por vários membros desta Casa, que é a abertura de um amplo diálogo com a sociedade civil sobre as reformas fiscal, previdenciária e política que estão em andamento.

A outra é a criação de um programa nacional de combate ao extermínio da juventude negra, com ampla participação da sociedade civil, com o estabelecimento de metas e com recursos orçamentários. O Fopir reivindica atuar na gestão desse programa.

O desenvolvimento de uma campanha institucional massiva de valorização da mulher negra.

A consolidação, pelo Poder Público do Rio de Janeiro, do tombamento do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, Cais do Valongo, que foi por onde entrou o maior número de pessoas escravizadas nas Américas. Ou seja, é uma referência mundial. O Cais do Valongo – é importante que todos que estão ouvindo em casa saibam – está para a afrodescendência assim como Meca está para os muçulmanos. É uma referência importante.

Reversão da PEC nº 55 mediante a arrecadação de R$216 bilhões com a tributação de grandes fortunas e outras variações.

Desenvolvimento de um fundo, de 2017 a 2020, Senador, retendo 3% do valor destinado ao serviço da dívida, o que significa cerca de R$16 bilhões por ano.

E, finalmente, a promoção de uma operação conjunta da Procuradoria da Fazenda, Receita e Polícia Federal contra a sonegação, no sentido de arrecadar esses recursos e constituir fundo específico para a população empobrecida do Brasil, que é a população negra.

Basicamente, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Prof. Hélio Santos.

Senadora Regina, comunicam-me, agora, que tentarão votar na Comissão de Assuntos Sociais dois projetos: um que desmonta o movimento sindical e outro que define a jornada intermitente. Neste caso, é uma audiência pública que eu promovi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O trabalho intermitente é aquele em que o trabalhador passa a ser remunerado por hora. Não se tem direito a mais nada; vai ali, trabalha, recebe as horas e vai embora.

Estão me chamando para ir lá urgentemente.

Eu não sei qual é o estágio que nós estamos aqui, ou seja, se todos já falaram, se vamos para o encerramento...

É isso mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem.

Então, vou para lá. Se eu conseguir resolver logo, volto para cá.

Eu queria só agradecer a vocês. Quero ver se consigo falar em um minuto para correr para lá. Aqui é assim: você está em uma Comissão, tem que correr para outra, senão eles passam a rasteira na gente. A verdade é essa. E agora esse projeto é extrapauta – não é isso? –, um extrapauta que esculhamba o movimento sindical.

Eu queria cumprimentar a iniciativa de criar o Fopir. Cumprimento a todos que estão na Mesa. Acho que esse é um grande momento do Fopir, é um momento de unidade nacional. Ou nós unificamos os movimentos para defender as grandes causas ou, como disse muito bem aqui o Luiz Alberto, nós vamos ficar só mesmo na retranca, na resistência, entrincheirados, e ainda com eles nos atropelando. Então, o Fopir, para mim, por tudo o que vi aqui, vem em um grande momento, e oxalá consigamos aqui unificar o movimento dos negros, dos brancos, índios e de outros setores da sociedade que pensam naquilo que você falou: na construção de um mundo melhor para todos, enfim. E que os preconceitos não continuem como hoje, infelizmente, porque a grande verdade é que se trata de um País preconceituoso, e esse dado é concreto.

Quantos negros temos no Congresso Nacional? Um homem e uma mulher, até hoje. Na Câmara dos Deputados não vai muito longe, no Executivo não vai muito longe, no Judiciário é a mesma coisa, nas Forças Armadas é a mesma coisa. Então, acho que podemos, com esse movimento do Fopir, dar um salto de qualidade.

Quero me colocar inteiramente à disposição do Fopir em tudo aquilo que eu puder colaborar. Quero ser um militante do Fopir, só isso. Quero ser um militante para estar à disposição de vocês para o que der e vier. (*Palmas.*)

Parabéns para o Fopir. É um grande momento. Fiquei animado aqui, lendo o documento, ouvindo um pouco. Vamos ter que abrir mão de nossas vaidades pessoais. Às vezes, sei que o nosso ego é muito forte, mas vamos ter que extrair o que há de melhor dentro de nós, por nós todos, numa construção coletiva. Acredito que isso é possível. É possível.

Eles têm a mania de dizer que essa nossa distância, às vezes, entre nós, negros e negras, vem de longe. "Ah, porque nos tempos das tribos vocês já viviam guerreando, isso vocês trouxeram de lá e vão continuar a vida toda." Temos que mostrar para eles que não é assim. Que eles sabem se unir para nos ferrar – usando o termo que tem que ser usado mesmo –, para ferrar o nosso povo.

Nós saberemos, sim, quem sabe não seja aqui pelo Fopir, mas espero que seja, fazer essa grande unidade do povo negro e trazer brancos, índios, ciganos, homens e mulheres, não importa, LGBT, desta ou daquela religião, para estarmos todos juntos nesse grande fórum para o bem de todo o povo brasileiro. Sempre digo que Pátria somos todos!

Muito obrigado, tenho que correr para lá. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Fica um abraço aqui para cada um.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode falar. Vamos lá, Prof. Hélio.

O SR. HÉLIO SANTOS – Senadora, quero entregar a V. Exª, formalmente, o nosso documento com as recomendações. Ao mesmo tempo, quero reivindicar, aqui no Senado Federal, tanto a V. Exª quanto ao Senador Paim, que já se ofereceu, que sejam aqui mais do que porta-vozes. O Fopir é um fórum permanente. Gostaríamos que o Senado Federal tivesse, na pessoa de V. Exª e do Senador Paim, representantes, já que temos que fazer um trabalho em todo o País, que é importante e estratégico para nós. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Prof. Hélio.

Pode ter certeza de que esta Comissão é, como costumamos dizer, a caixa de ressonância. Enquanto nos deixarem aqui, será assim. Estamos preocupados porque em fevereiro haverá renovação de Comissões, e não sei se vão nos deixar nesta Comissão. Eles estão fechando os espaços de um jeito muito sério, mas vamos brigar por esta Comissão porque somos nós aqui, Paim e eu, principalmente. As pessoas me chamam de Vice-Presidente da Comissão. Não sou Vice-Presidente, mas, como estou aqui todo o tempo, o pessoal me anuncia como Vice-Presidente. Pode ter certeza de que nós dois seremos o Fopir aqui dentro.

Como ainda temos um tempinho – haverá um Congresso às 12h –, se houver alguém no plenário que queira dizer alguma coisa antes de retornar para as considerações finais, pode fazê-lo. Há alguém no plenário que queira falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não?

Então, vamos lá, às considerações finais. Para cada um agora, só cinco minutos, para encerramos.

De lá para cá, João.

Para considerações finais, João.

O SR. JOÃO FERES JUNIOR – Só quero dizer que, obviamente, hoje em dia, toda vez que nos reunimos para falar de qualquer assunto, principalmente de assunto que diz respeito à nossa vida coletiva, sempre vem à tona, o primeiro assunto é, de fato, a crise política em que estamos envolvidos, não é verdade? E também o fato de que, no Brasil, estamos passando por um período de crescimento das forças mais conservadoras.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Lídice da Mata, estamos em audiência pública, Fórum Permanente pela Igualdade Racial. Seja bem-vinda. (*Pausa.*)

O João está com a palavra, retomando.

O SR. JOÃO FERES JUNIOR – Claro que a primeira preocupação que vem é a questão do recrudescimento dessa pauta conservadora, que tão rapidamente está atacando tantos direitos que pensávamos que já haviam sido conquistados. O Brasil é um país tão carente de direitos para a população, e mesmo os poucos que conseguirmos a duras penas estão sendo desmontados de maneira bem célere.

Acho que não existem alternativas para as pessoas que estão do outro lado desse *front* político, ou seja, pessoas que resistem e querem lutar pela ampliação dos direitos, a não ser a organização e uma luta constante e aguerrida para tentar preservar o que já temos e expandir a agenda de direitos. Acho que o Fopir é isso. Várias pessoas capturaram essa coisa...

O Fopir está aqui exatamente para tentar achar maneiras de resistirmos e, de novo, em uma pauta que é fundamental e que, muitas vezes, é esquecida nos debates políticos, que é a pauta da igualdade racial e da igualdade de gênero. Então, acho que, no meio de todos os problemas, de todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

as vicissitudes, deveríamos comemorar a capacidade que tivemos de chegar até aqui e agradecer, inclusive, às pessoas, aos Senadores, nossos representantes, por estarem abrindo as Casas Legislativas para essa iniciativa. Devemos dizer-lhes que vamos continuar vindo para cá e participando mais ativamente da vida legislativa, dos debates legislativos. Essa é uma das tarefas mais importantes do Fopir.

A nossa disposição é total para nos engajarmos nessa luta pela preservação, pelo avanço da democracia no Brasil. É isso. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, João.

Senadora Lídice, estamos nas considerações finais. Se V. Exª quiser fazer alguma intervenção, a qualquer momento poderá.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia. Quero saudar tantos companheiros, amigos, que estão aqui hoje; quero saudar a realização desse Fórum Permanente pela Igualdade Racial. Eu já havia sido provocada pela grande lutadora baiana, nossa querida amiga Vanda Sá Barreto, que tentou vir, mas, por dificuldades outras, não conseguiu estar aqui.

Quero dizer da minha preocupação e da necessidade que Vanda me expressou de que esse fórum pudesse se realizar aqui hoje e quero justificar para os companheiros a ausência de outros Senadores e a minha própria daqui a pouco. Estamos com algumas tarefas e batalhas fundamentais na Casa. Ontem, infelizmente, o Senado aprovou, por ampla maioria, a PEC 55. Hoje, aqui, onde tradicionalmente se reúne a Comissão de Direitos Humanos, estará sendo colocada em votação, daqui a pouco, o relatório da PEC que reforma o ensino médio no Brasil. Eu, como membro da Comissão, não posso deixar de estar lá. Além disso, há uma reunião da CCJ, de que também sou membro.

Por isso, quero manifestar o nosso total engajamento nesse fórum, no sentido de dar apoio, de abrir as portas do nosso mandato, do nosso gabinete, de contribuir para que não permitamos retrocessos, além do que já estamos vivendo no Brasil. Esta é uma batalha essencial para o desenvolvimento do nosso País, do ponto de vista democrático, do ponto de vista econômico, do ponto de vista humanitário, e há todas as razões para que possamos empunhar alto a bandeira do não ao racismo e do avanço nas conquistas da população negra do nosso País.

Obrigada. (*Palmas.*)

Saúdo, de forma especial, o nosso sempre Deputado Federal pela Bahia, nosso companheiro Luiz Alberto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora.

Vamos retomar aqui as considerações finais.

Vamos lá, Valdecir. Já que esqueci o Hélio lá na ponta, vou deixar você por último. Vou chegar aqui e depois volto para a outra ponta.

A SRª VALDECIR NASCIMENTO – Nesses cinco minutos, quero reforçar, repassar simbolicamente aqui o documento para a Senadora Lídice da Mata, que é Senadora pelo Estado da Bahia, conterrânea e companheira em diversas lutas. Quero também agradecer à Senadora Lídice pelo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VALDECIR NASCIMENTO – V. Exª leva para a Vanda, Senadora Lídice.

Quero agradecer à Senadora Lídice pelo pronunciamento sobre o Fopir nesta semana na Casa. Foi importante, para nós, assegurarmos a sessão. Queremos convocar V. Exª, como fizemos com o Senador Paim e a Senadora Regina, para fazer parte dessa frente parlamentar de apoio ao Fopir, porque vai ser fundamental estabelecermos esse diálogo permanente nesse processo que V. Exª mesmo falou, de acirramento e perda constante de direitos.

Quero agradecer aos companheiros e companheiros que estão aqui fazendo plateia para a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

atividade. Como falei ontem, não estamos de brincadeira! Não vamos ficar só na resistência, vamos oferecer ao Brasil o que ele quiser de nós. E, se precisarmos fazer enfrentamentos mais radicais, faremos, porque só temos duas opções: morrer ou morrer. Então, é nessa perspectiva que nos instalamos aqui. Está parecendo que é brincadeira, mas soubemos hoje de manhã que um jovem que estava na manifestação ontem foi atingido de forma tal com gás, que faleceu. Então, eles não estão de brincadeira. Não podemos imaginar que é apenas um empurra-empurra; há coisas que vão se agravando, e precisamos nos prevenir. Contar com vocês vai ser de fundamental importância.

Agradeço, mais uma vez, à Comissão. Vamos futucar o Brasil inteiro. Começamos por Brasília, mas nossa meta é que o Fopir possa mexer com o Brasil inteiro. Queremos alertar o País acerca desse processo que estamos vivendo e do porquê precisarmos reagir.

Muito obrigada e bom dia. Que os orixás deem força a vocês para que façam os enfrentamentos particulares que vocês fazem aqui. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Valdecir. Veja que as pautas de retrocesso, que chamamos pautas bombas, estão andando a todo vapor; não é a ritmo de Barrichello não, é a ritmo de Ayrton Senna, porque já vão votar o relatório da reforma do ensino médio. O Paim foi lá agora para ver a questão da jornada, a questão do trabalho por hora. E há mais outras coisas: a terceirização e outras pautas que estão correndo muito nesse fim de ano. Aproveitam o fim do ano e votam tudo em regime de urgência. Ontem, por exemplo, vocês viram, tivemos 14 votos. Dois companheiros faltaram. São 16 só aqueles com quem podemos contar, porque o Bloco do Governo está muito coeso no sentido de nos derrotar mesmo. Por isso, aquela PEC de ontem tem uma gravidade tamanha – precisa ser pauta do Fopir – e, certamente, há consequências que os considerados mais fracos na sociedade vão sofrer.

Então, vamos ver logo os resultados dela. No primeiro ano, eles vão fazer uma média, vão jogar dinheiro na educação e na saúde, para, depois, congelar. Em 2017, haverá dinheiro ainda. Anunciaram ontem R$10 bilhões para a saúde e R$6 bilhões para a educação. Isso é para dizer ao povo: "Estão vendo? Fez foi aumentar." Mas isso será só agora; vamos sentir as consequências a partir de 2018.

A grande questão não é ser contra a contenção de despesas; a grande questão é constitucionalizar as despesas, e falo das despesas primárias só. E, quando eles dizem: "Não, mas vai poder aumentar saúde e vai poder aumentar a educação desde que se tire de algum lugar." Agora, tira-se de onde? Das despesas primárias. Então, se você aumenta educação e saúde, você vai tirar da segurança, vai tirar de previdência, vai tirar de servidor público, porque só pode sair dos pobres. Despesa primária é despesa com pobre, minha gente. O rico tem saúde privada, segurança privada, educação privada e previdência privada, então, rico não está nem aí para essa PEC. Então, é despesa primária, aquilo que é para os mais pobres, é isso que está constitucionalizado que só pode subir pela inflação.

E sabemos que, pela inflação, não sobe nada; só corrige para o patamar interior. Então, vamos viver sempre em 2016, ou 2017, em alguns casos.

Vamos lá. A próxima é Vicenta, representante da Rede de Mulheres Afrodescendentes do Cone Sul.

A SRª VICENTA CAMUSSO PINTOS –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*) (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Agora, Eliza Larkin, Diretora do Instituto de Pesquisa e Estudo Afro-Brasileiros.

A SRª ELIZABETH LARKIN NASCIMENTO – Depois de tantas palavras de tanto conteúdo, é difícil agregar mais significado, mas eu gostaria de voltar aos momentos em que um dos nossos grandes lemas era dizer que a questão racial é nacional. Não é uma questão só da população negra. Parece-me que o Fopir vem exatamente sublinhar e reforçar essa ideia.

Tivemos a notícia ontem, pela Vicenta, de um relatório da Comissão de Direitos humanos da ONU, em que a população afrodescendente não é mencionada nenhuma vez. Então, o que eu gostaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de sublinhar é o fato de que, em nossa opinião – e é fato – tratar de direitos humanos, Senadora, não é possível sem levar em conta a questão racial, que vem sempre implicada, intrincada com a questão de gênero. As duas se complementam. O Fopir nasce com a liderança das mulheres negras, em um momento de afirmação que é necessário para enfrentar os retrocessos que estamos enfrentando.

O genocídio da juventude negra é uma questão à qual precisamos prestar muita atenção, mas ela não é nova. Estamos fazendo uma reedição do livro *O Genocídio do Negro Brasileiro*, de Abdias Nascimento, lançado em 1978, no momento ainda da ditadura militar, mas também depois de um momento em que a afirmação da discriminação racial, do racismo, da denúncia dessa falácia da democracia racial no Brasil foi feita na Nigéria, em um fórum internacional.

Então, estamos ainda retomando passos que vêm de longe. Certamente, a ancestralidade vai nos ajudar a enfrentar também outra dimensão – foi pouco mencionada aqui, e eu gostaria de ressaltar –, que é o crescimento da intolerância religiosa, as agressões contra as comunidades religiosas de matriz africana. Essa é uma questão que também precisamos enfocar.

Eu gostaria de saudar a todos que estão aqui, as mulheres negras que aqui vieram, as jovens que tiveram suas bolsas revistadas aqui, no Senado hoje, e que estão conosco construindo esse caminho do Fopir.

Muito obrigada, Senadora; muito obrigada pelo fato de o Senado nos ter recebido e nos ouvido neste momento tão importante, além de atender a essas questões urgentes que estão saindo do Legislativo hoje. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Eliza.

A palavra está com o ex-Deputado Federal Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO – Obrigado, Senadora.

Quero ressaltar, primeiro, o sucesso da agenda que o Fopir veio cumprir aqui, em Brasília, nas audiências com instituições públicas. Estive ontem, com o Fopir, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; estamos aqui, encerrando esta audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Ainda acompanharei a direção do Fopir na AGU (Advocacia-Geral da União) para apresentar essas informações.

Na verdade, o Fopir faz uma leitura extremamente atualizada da realidade da nossa população, que foi acumulando, ao longo dos anos, pela militância negra.... Sem nenhum saudosismo, lembro sempre que as décadas de 70, de 80 e de 90 consolidaram todo um processo de desmonte do que nós dissemos aqui, do que foi reforçado pela Eliza, da falácia de democracia racial. Fizemos uma construção competente de vários militantes e intelectuais negros, homens e mulheres. Lembro aqui da nossa saudosa Luiza Bairros, que foi Ministra da Seppir. Hoje, nós vemos a Seppir ser reduzida a praticamente uma assessoria do Governo Federal, sem nenhum poder de.... Se já era difícil antes, agora é impossível haver nesse Governo uma política de promoção da igualdade racial.

Por fim, eu queria sugerir ao Fopir que, nesse processo de atração de instituições da sociedade civil e também de instituições públicas, também batêssemos à porta de governos que ainda têm sensibilidade para debater essas questões. Eu queria sugerir, então, que pedíssemos uma audiência ao Governo da Bahia. No último período, aprovou-se no Congresso a lei que estabeleceu as cotas para negros em concurso público, e também foram aprovadas na Bahia cotas para concurso público no Estado em todos os níveis.

Portanto, isso é importante para reforçar aquilo que Valdecir ressaltou: precisamos não só resistir, mas também empurrar a porta, para vermos se ainda temos espaço, e cavarmos espaço para avançar. Acho importante comprometer espaços públicos de governos não só estaduais mas também municipais, para que possamos avançar na perspectiva de garantir os direitos da nossa população.

Portanto, coloco-me à disposição para essa empreitada que sugiro ao Fórum Permanente pela Promoção da Igualdade Racial, instalado desde ontem no nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Luiz Alberto.

Vamos passar a palavra para o Hélio, último convidado a fazer suas considerações finais.

O SR. HÉLIO SANTOS – Senadora, serão considerações finalíssimas. Nós estamos indo, neste momento, para a AGU. Quero apenas reiterar aqui o agradecimento por esta abertura importante e enfatizar que nós, do Fopir, vamos radicalizar na democracia. Estamos no contrafluxo do que está ocorrendo. Temos consciência disso.

Queremos dizer à companheira Vicenta que não podemos perder de vista esta luta regional, que também é internacional. Esta década da afrodescendência... O Deputado Luiz Alberto esteve conosco ontem na ONU, na Embaixada da ONU.

O Fopir vai também fazer essa interlocução, Senadora. Nós somos o maior País de população negra fora da África. Se a ONU institucionalizou uma movimentação, uma política, cabe a nós, de certa forma, protagonizar esse esforço e mesmo liderar esse trabalho.

Então, quero aqui reiterar o agradecimento e dizer que está sendo histórico esse lançamento. A gente sente, como nunca, que o Fopir é uma iniciativa que veio para ajudar a mudar o Brasil.

Muito obrigado pela concessão. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Falei da pauta bomba, mas me esqueci de uma questão que também está colocada aqui, que é a Escola sem Partido. É um projeto de lei que está sendo discutido. Se vocês entrarem no *site* desse movimento chamado Escola sem Partido, vocês vão ficar horrorizados, porque eles ridicularizam Paulo Freire, eles criminalizam professores e imbecilizam os alunos, os estudantes. Para vocês terem uma ideia, dizem: "Professor não é educador, professor tem de ensinar o que eu quero que ele ensine para o meu filho." Então, esse é mais um enfrentamento, porque a escola é o ambiente principal para trabalharmos essas questões, para discutirmos essas questões. Os meninos e meninas estão em formação, com mais abertura para receber informações e para mudar. Nós, adultos, não! Estão enraizadas na nossa cultura algumas questões. Nós nos policiamos, mas, às vezes, até pecamos e acabamos soltando algo, porque isso está enraizado. Agora, a criança, não! É uma caixa vazia para ser formada.

O poeta Salgado Maranhão fez um poema muito bonito que fala: "Quem mata a mulher [...]" Tem de se educar, para que a pessoa não sinta vontade de agredir. Não é só dizer para não agredir. O menino tem de ser educado para não sentir vontade de agredir a menina, a irmã ou, depois, a namorada, a mãe. Então, a escola é um espaço privilegiado para se fazer esse debate. Agora, nós vamos ter muita dificuldade para entrar nas escolas. Se esse projeto for aprovado, então! E há uma bancada conservadora, fundamentalista, que apoia esse projeto. Então, é mais um cuidado que temos de ter. Temos de inserir na nossa pauta e na pauta do fórum essas questões.

Com isso, nada mais havendo a tratar, quero declarar encerrada esta reunião, esta audiência pública para o lançamento do Fórum Permanente pela Igualdade Racial.

Bom dia a todos e a todas! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 107ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 de Novembro de 2016, Quarta-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia trinta de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Ana Amélia, Pastor Valadares, Humberto Costa, Hélio José, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Telmário Mota, Benedito de Lira, Dário Berger, Rose de Freitas, Omar Aziz, Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima, João Capiberibe e Magno Malta. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 104ª a 106ª Reuniões desta Comissão. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, de 2013. Terminativo. "Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011. Terminativo. "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011. Terminativo. "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011. Terminativo. "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015. Terminativo. "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, de 2015. Terminativo. "Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982." Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CCJ. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 . Terminativo. "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015. Terminativo. "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012. Terminativo. "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Sen. Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CI, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

2016. Terminativo. "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2016. Não terminativo. "Institui a Política Nacional para Doenças Raras no Sistema Único de Saúde - SUS." Autoria: Deputado Marçal Filho. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 12 - OFICIO "S" Nº 16, de 2015. Não terminativo. "Encaminha, para conhecimento e providências porventura cabíveis no âmbito do Senado Federal, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2015. Não terminativo. "Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2016. Não terminativo. "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2016. Não terminativo. "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que vagas ociosas em instituições de ensino superior sejam preenchidas preferencialmente por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, sendo esta aprovada na forma da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, aprovada na forma da Emenda nº 2-CDH. ITEM 16 - SUGESTÃO Nº 7, de 2016. Não terminativo. "Sugere "Proibir, expressamente, o corte ou a diminuição da velocidade por consumo de dados nos serviços de internet de Banda Larga Fixa"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. José Medeiros. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), «para que autoridades públicas e representações de classe dos policiais possam debater os dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos, que serão fornecidos pelos Ministros de Estado da Justiça e da Defesa"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100 de 2016, que: "Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 109 de 2016, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater, junto com as autoridades responsáveis, "A audiência de custódia no Brasil"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 127 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a relevância da criação da Universidade Federal de Barra do Garças (UNIBARÇAS), por meio do desmembramento do Campus Universitário do Médio Araguaia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 151 de 2016, que: "Requer realização de audiência pública para debater sugestão de Projeto de Lei como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

uma proposta da sociedade civil, contendo a "Política Nacional de Redução de Agrotóxicos"." Autoria: Senador Lindbergh Farias. Resultado: Adiado. ITEM 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 154 de 2016, que: "Requer, nos termos regimentais e em aditamento ao RDH nº 150/2016, a inclusão dos seguintes convidados para participar de audiência pública destinada a debater sobre a regularização e derrubadas de condomínios no Distrito Federal: Bruna Pinheiro, Presidente da Agefis; Junia Bittercourt, Presidente da Associação dos Condomínios Horizontais; e Franklin Rodrigues da Costa - Subprocurador-Geral da República. " Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Adiado. ITEM 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 155 de 2016, que "Requer, com base no art. 58, §2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inc. II, e 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater a "Reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo Governo Temer e, muito especialmente, os seus efeitos para os profissionais da segurança pública, notadamente os policiais"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 163 de 2016, que: "Requer, nos termos regimentais, Moção de Apoio aos Auditores-Fiscais do Trabalho." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às onze horas e quarenta e nove minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Às onze horas e cinquenta e seis minutos a Senadora Regina Sousa devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 107ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores, as Atas da 104ª Reunião a 106ª Reunião desta Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Como há um requerimento de minha autoria, de imediato, passo a Presidência para a Senadora Regina Sousa. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta do Senador Paulo Paim.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA
ITEM 24
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 163, DE 2016

Requer, nos termos regimentais, Moção de Apoio aos Auditores-Fiscais Do Trabalho.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Leio o requerimento:

> Requeiro, nos termos regimentais, a aprovação de moção de apoio aos Auditores-Fiscais do Trabalho.
>
> Considerando que os Auditores-Fiscais do Trabalho estão paralisados desde o dia 2 de agosto e que o governo federal não tem demonstrado empenho em resolver o problema;
>
> Considerando que o protesto se dá contra a demora do Governo em cumprir o acordo de reestruturação da carreira e de reajuste firmado em março desse ano, resultante de longo período de negociação;
>
> Considerando que o governo federal já enviou ao Congresso Nacional vários projetos de lei tratando de reajustes de carreiras do serviço público;
>
> Considerando que a Auditoria-Fiscal do Trabalho é uma das carreiras que concluiu negociação com o Governo Federal na mesma época e que os recursos para a reestruturação da carreira e reajuste remuneratório já estão previstos no orçamento da União; e,
>
> Considerando que não há justificativa aceitável para o adiamento do envio do projeto de lei referente à necessária e urgente reestruturação da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho.
>
> Apresento a seguinte Moção de Apoio aos Auditores-Fiscais do Trabalho:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Os Auditores-Fiscais do Trabalho encontram-se em greve desde agosto, sem que o governo se disponha a resolver o impasse criado ao adotar um tratamento discriminatório em relação à categoria.

A solução está no envio do Projeto de Lei reestruturação da carreira ao Congresso Nacional, ou seja, no cumprimento do acordo firmado no dia 24 de março deste ano, fruto de mais de um ano de negociação e que traz medidas de valorização da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho.

É inaceitável e injustificável que o projeto de lei ainda não tenha sido enviado ao Congresso Nacional, enquanto outros, também resultantes de acordos firmados com o governo na mesma época, já foram aprovados ou já se encontram em tramitação nesta Casa. Não há quaisquer obstáculos ou óbices que deem guarida ao insistente adiamento no envio do projeto de lei. Entretanto, o governo continua intransigente, sem interesse de dirimir o conflito por ele próprio criado.

Pelos relevantes serviços que a categoria presta ao país e aos trabalhadores, os Auditores-Fiscais do Trabalho merecem todo o nosso apoio em sua reivindicação de envio imediato do PL ao Congresso Nacional. Auditores-Fiscais do Trabalho promovem equilíbrio nas relações de trabalho e são uma das carreiras que mais arrecadam para a União, especialmente para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, principal fonte de financiamento de obras de infraestrutura, saneamento e habitação.

Ainda fazem o combate ao trabalho escravo e infantil, sendo referência mundial, segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT. Também atuam na prevenção de acidentes de trabalho que, oficialmente, são mais de 700 mil por ano, causando grandes prejuízos humanos e materiais, notadamente à Previdência Social, que arca com todo o ônus de tratamentos, afastamentos, aposentadorias precoces e benefícios diversos.

Por tudo isso e por muito mais que os Auditores-Fiscais do Trabalho ajudam a construir o país, são merecedores de todo o apoio desta Casa e de toda a sociedade. Merecem o mesmo tratamento das demais carreiras, sem qualquer discriminação.

A autoria é do Senador Paulo Paim.

Para discutir, passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, a leitura que a senhora fez, pela qual os Auditores-Fiscais do Trabalho já agradecem, mostra a importância dessa moção.

É uma categoria que está sendo desprestigiada, que não está sendo, em resumo, valorizada. Precisaríamos contratar centenas e centenas, para não dizer milhares, de Auditores-Fiscais. Precisaríamos dar mais estrutura, para que eles pudessem efetivamente fiscalizar o combate ao trabalho escravo, o não pagamento correto – por isso, são auditores – do que deve o empregador depositar para o trabalhador. Parece-me que é algo proposital neste País o desmonte da Justiça do Trabalho, o desmonte do Ministério do Trabalho e o desmonte da própria Auditoria do Trabalho, para que aqueles que devem não cumpram com suas obrigações.

Então, proponho que essa moção que V. Exª leu seja encaminhada ao Presidente da República, no exercício, no caso; ao Ministério da Fazenda; ao Ministério do Planejamento; e a outras fontes dentro do próprio Executivo e, se necessário for, do próprio Judiciário, numa demonstração de que a Comissão de Direitos Humanos exige respeito e consideração, para que seja assegurada a infraestrutura necessária para os Auditores-Fiscais do Trabalho cumprirem com seu dever, com sua obrigação. Eles o fazem muito bem, embora estejam com enorme defasagem, por exemplo, nos seus salários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos ao item 15 da pauta, cujo Relator é o Senador Paulo Paim.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2016
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar que vagas ociosas em instituições de ensino superior sejam preenchidas preferencialmente por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: favorável ao projeto e à Emenda nº 1-T, sendo esta aprovada na forma da emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para fazer a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou sintetizar, Senadora, como fiz na Comissão de Assuntos Sociais agora, em que aprovamos o projeto que regulamenta a gorjeta para os garçons. Foi muito interessante a discussão lá.

Eu sintetizei de acordo com aquilo que diz na parte principal: que as vagas ociosas em instituições de ensino superior possam ser preenchidas, é claro, gratuitamente, por pessoas com mais de 60 anos. Se as pessoas com mais de 60 anos não ocuparem as vagas, essas vagas ficarão à disposição, normalmente, como é feito pela política de cotas.

Essa é a síntese do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Regina Sousa.

Cumprimos a nossa missão, com toda a correria aqui. Voltamos agora para a Comissão de Assuntos Sociais, onde há um debate sobre jornada intermitente, que preocupa muitos. Como é que fica a jornada intermitente? Recebe-se o salário por hora. E como é que ficam os direitos sociais dos trabalhadores? Como fica o vínculo empregatício? Vamos para lá.

Também na CCJ, vamos ter de votar provavelmente aquela PEC que trata... É a que trata da imunidade parlamentar ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a PEC que trata do foro privilegiado, exatamente. A assessoria funciona. É só olhar para eles, que eles falam.

Eu votarei contra o foro privilegiado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Também sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se cometeu o delito, responda pelo que fez, seja quem for!

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 108ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Regina Sousa e do Senador Paulo Paim. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 153/2016, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "O Endividamento dos Estados". O Senhor Presidente solicita ao senhores participantes que tomem lugar à mesa e concede-lhes a palavra: Hermes Zanetti, Ex-Deputado Federal; João Pedro Casarotto, Representante da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE e Membro do Núcleo Gaúcho da Auditoria Cidadã da Dívida; Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; Leonardo Maranhão Busatto, Secretário do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul; Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; Vilson Antonio Romero, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; Luis Roberto da Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos do Ministério da Fazenda – SINDIFAZENDA; Sílvia Helena de Alencar Felismino, Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil - SINDIRECEITA. A Audiência Pública é realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 108ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 153, de 2016, desta Comissão, de nossa autoria e de outros, para debater o tema: "O endividamento dos Estados".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade da participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-cidadania (*link* www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado através do telefone 0800-612211.

Vamos, então, à primeira parte da nossa reunião desta manhã: discutir o endividamento dos Estados. Na segunda parte, nós vamos ter uma mesa lembrando – e aproveitando o momento, claro – os 48 anos da Receita Federal. Lembrando o aniversário e aproveitando, já que todos nós temos levantado, seguidamente, o papel importante da arrecadação para resolver grande parte da crise, muito mais do que só fazer reformas, reformas e reformas.

Eu confesso que eu estou, no mínimo, assustado. É impressionante! Há em torno de 75 projetos, independentemente dos que virão agora, aqui na Casa, que só retiram direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas e, também, da classe média. É quase que uma selvageria na política. A política devia ter o dom humanitário e, parece-me, a política perdeu essa visão humanitária e ficou só na ques-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tão de quem ganha, de quem lucra mais e quem lucra menos.

Eu, particularmente, tenho uma visão muito crítica com os ditos acidentes que estão acontecendo, de grande porte, na sociedade e no mundo, inclusive. Lembro-me da Boate Kiss, no Rio Grande do Sul, onde 242 jovens foram colocados praticamente dentro de um forno pela ganância dos proprietários da boate. Mesmo só havendo uma porta para sair, o camarada ainda tinha que ter o comprovante de que havia pago, caso contrário não sairia. E, mesmo quando se deu o fato, não estavam deixando as pessoas saírem.

Depois tivemos outros tantos, como esse acidente ecológico aqui ao lado, em Mariana. Também vamos ver que a ganância pelo poder econômico foi que causou aquilo. Como vimos que, ontem ou hoje, já caiu mais um helicóptero e mais um avião. E, ainda, vimos o acidente – acidente não, eu digo o crime – de Chapecó, porque todas as informações que nos chegam, – e chegam para o mundo todo – dão conta de que foi por falta de combustível, para economizar em um plano de voo. Quer dizer, o lucro, o poder, a ganância cada vez mais desumaniza a vida de todos. E isto é assustador.

Ontem mesmo, nos Estados Unidos, em outra boate, 52 morreram queimados porque só havia uma porta de entrada e uma porta de saída.

E, aqui, no Congresso, nós temos um projeto, para vocês terem uma ideia, que é para tirar os aparelhos das máquinas que possam proteger o trabalhador em caso de acidente. Vejam bem! Vai ser votado, provavelmente nesta quarta. Eu já consegui trancar duas, três vezes, trazendo audiências para cá, parei aqui, parei ali, mas, com a maior tranquilidade, eles defendem: "Não; têm muita proteção as máquinas; tem que tirar as proteções das máquinas e deixar o trabalhador produzir mais rápido". É isso que diz a NR-12. Aqueles que são do Ministério Público do Trabalho – os que casualmente estão aqui ou mesmo os que vão chegar depois – estão apavorados.

E essa NR-12 foi construída em conjunto, empregado e empregadores, em tempos outros, servindo de parâmetro, e o Brasil ainda é quase um dos campeões do mundo em acidentes de trabalho. Calcule se tirar os aparelhos das máquinas, de modo que, em toda máquina importada, não será preciso mais ter aparelho de segurança.

Mas isso é só uma introdução da tristeza que vivemos neste momento. Por isso, a importância inclusive dessas duas mesas, e, aí, permitam-me que diga: é só olhar para o nosso Rio Grande do Sul no estado em que está e olhar para o Rio de Janeiro. São dois exemplos práticos. Há um verdadeiro desespero!

Ainda ontem, ligaram-me para dizer que Porto Alegre já não paga o 13º, ou seja, que em Porto Alegre já foi anunciado que não será pago o 13º salário. E isso na capital. Eu soube ontem por um sindicalista.

Enfim, a que ponto chegamos, mas tudo isso vai ser fruto do debate, sobretudo essa última parte a que estou me referindo aqui.

Vou, de imediato, compor a primeira Mesa.

Convido o ex-Deputado Federal, ex-Constituinte e estudioso nessa área, Hermes Zanetti.

Por favor, dirija-se à mesa. (*Palmas.*)

Convido João Pedro Casarotto, representante da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) e membro do Núcleo Gaúcho da Auditoria Cidadã da Dívida. (*Palmas.*)

Convido a Srª Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública. (*Palmas.*)

Não sei se chegou ainda o Leonardo, mas já está convocado, se chegar, o Leonardo Maranhão Busatto, Secretário do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul.

Essa é a primeira Mesa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, já falei da segunda Mesa. Posso citar os nomes da segunda Mesa.

Na segunda Mesa, vamos ter o Sr. Floriano Martins de Sá Neto, representando a Anfip; Silvia Helena de Alencar Felismino, do Sindireceita; Luis Roberto da Silva, do Sindifazenda; e Luís Gonçalves Bomtempo, do Sindifisco Nacional. (*Pausa.*)

Como havíamos já anunciado, nós vamos iniciar com você, Zanetti, mas me permita só que eu faça uma pequena introdução sobre esse tema.

O Zanetti, ex-Deputado, foi a pessoa que nos procurou e fez com que a gente apresentasse um projeto, com apoio dos outros dois Senadores – a Senadora Ana Amélia e o Senador Lasier –, para rediscutir a dívida dos Estados.

O projeto (PLS nº 561, de 2015) tem todo um histórico. Esse projeto começou com o Senador Dornelles e o Lindbergh Farias foi o Relator naquela época. Se não me engano; o Zanetti recuperou o projeto e me apresentou para que nós o reapresentamos aqui no Parlamento, com o intuito de resolver a questão da dívida dos Estados.

Mas eu vou deixar que ele fale, pois foi quem me procurou.

Aliás, se quiser mostrar a ele a capa do livrinho, só para situar, ele poderá ver que está o nome dos três Senadores, mas, na apresentação, eu digo de onde surgiu.

Então, vamos, Zanetti, partir para a sua fala.

Antes, porém – permita-me dizer, Zanetti –, um dos defeitos que tenho, apesar da crise e de toda a indignação que já demonstrei aqui na abertura, é o de escrever poesias. Enfim, tenho até alguns livros de poesia escritos. Assim, quero fazer o registro, independentemente da posição política ou ideológica dele – alguns dizem que, embora no passado ele fosse mais de esquerda, depois ele veio para o centro, o que, de fato, não importa para mim –, e uma pequena homenagem – e vamos entrar com requerimento de voto de pesar a tarde – ao Poeta Ferreira Goulart, que morreu ontem. Desse modo, gostaria de ler um poema dele bem pequeno:

MEU POVO, MEU POEMA

Meu povo e meu poema crescem juntos

como cresce no fruto

a árvore nova

No povo meu poema vai nascendo

como no canavial

nasce verde o açúcar

No povo meu poema está maduro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

como o sol

na garganta do futuro

Meu povo em meu poema

se reflete

como a espiga se funde em terra fértil

Ao povo seu poema aqui devolvo

menos como quem canta

do que planta

Ao povo seu poema aqui devolvo

menos como quem canta

do que planta

Eu pediria uma salva de palmas a ele, pela sua vida e pelos poemas belíssimos que escreveu e de que eu gosto muito.

Há um outro que fala "Meu Povo. Minha Pátria". (*Palmas.*)

Por favor, Zanetti.

O SR. HERMES ZANETTI – Meu bom dia a todos e a todas.

Cumprimento especialmente nosso Senador Paulo Paim, Maria Lúcia Fattorelli e João Pedro Casarotto, dois dos grandes especialistas do nosso País sobre o assunto que vai ser debatido hoje aqui.

Antes de entrar propriamente no tema, eu queria registrar a presença da minha esposa, Isabela, da minha filha, Nicole, e dos meus genros, Rafael e Diego, que, ao longo desses 40 anos, especialmente a Bebel, têm acompanhando a minha dedicação a este assunto, sempre com tenacidade e acreditando sempre que um dia nós possamos resolver esse problema. Então, faço este registro.

E o segundo registro que faço é ao meu amigo, Senador Paulo Paim. Quando esse projeto foi apresentado, nós fizemos um jantar na nossa casa, oportunidade em que a Bebel coordenou o jantar e o João Pedro Casarotto veio especialmente de Porto Alegre para dar os fundamentos, a razão do porquê nós queríamos esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita que eu diga.

O assunto era delicado, mas o jantar estava uma maravilha. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. HERMES ZANETTI – Muito bem.

Eu faço esse registro por uma razão de fundo: nós, com a vivência diária, questionamos muito os políticos, porque eles, no geral, têm uma posição quando são base do Governo e têm outra posição quando são oposição ao Governo.

Aqui está um Senador que era base do Governo, que liderou, junto aos outros dois Senadores do Rio Grande do Sul a apresentação desse projeto; hoje, é oposição ao Governo e continua na mesma posição em defesa do projeto.

Então, eu acho que ele merece o nosso aplauso entusiasmado, porque, realmente, eu acho que é uma posição... (*Palmas.*)

...em que, no geral, os políticos deveriam se espelhar para poder tirar o país do atoleiro em que vivemos.

Eu não ia começar exatamente com o tema sobre o projeto, mas, em função da referência que fez o Senador, eu queria dizer que este projeto nasceu com um grupo do Rio Grande do Sul: o Ivar, que é promotor aposentado; o Mário Gusmão, que é lá do império de comunicação do Vale dos Sinos; o Cássio, que é o advogado; e, especialmente, o João Pedro Casarotto, o técnico que, com conhecimento técnico profundo, nos organizou para que produzíssemos esse projeto.

Esse projeto tomou forma e tramitação quando o Senador Paulo Paim liderou então a posição dos três Senadores – vejam que de três diferentes Partidos – que apresentaram esse projeto.

Esse projeto está dormindo na assessoria do Senador Lindbergh Farias. O Rio de Janeiro vive um problema gravíssimo e eu espero que, se o Senador estiver nos ouvindo ou a sua assessoria estiver nos ouvindo, nós estamos aqui, na Casa da Federação. O Senado deve pensar nos Estados que representa aqui.

Por isso, faço um apelo ao Senador Lindbergh Farias, se estiver nos ouvindo, ou a sua assessoria, para que dê um parecer ou devolva à Comissão de Constituição e Justiça. Nós o indicamos, junto ao Senador Paim, como então Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado por uma razão muito simples. O Senador Lindbergh tinha dado um parecer favorável ao projeto do então Senador – hoje Vice-Governador do Rio – Francisco Dornelles, e a essência do projeto é a mesma: é pagar a dívida pelo IPCA.

Então, feita essa introdução, eu queria...Vou copiar aqui a nossa Maria Lúcia Fattorelli para dizer que o Brasil é um país rico, mas não é um país desenvolvido. Ontem, com a ajuda do Rafael, nós estávamos procurando saber o problema dos tributos no Brasil. Tínhamos que travar o computador, porque a velocidade da mudança do valor era tanta que não se conseguia sequer pegar o número daquele momento.

Então, nós pegamos o número de impostos do dia 4 de dezembro de 2016, às 18 horas 25 minutos e 30 segundos. Foi quando conseguimos travar o computador. A carga tributária do Brasil – aqui estão especialistas que vão falar mais sobre isso depois –, o número que peguei aí é 33%. Há pessoas que dão 36%; 37%. Enfim, nós pegamos da fonte indicada 33%.

Qual é o grande problema que o Brasil vive? É a ausência de uma correlação entre a carga tributária e os serviços públicos prestados, porque se a carga tributária fosse essa que é – e é muito alta –, mas devolvesse serviços de qualidade ao povo, creio que nós estaríamos em uma situação extremamente melhor do que essa grave situação que nós estamos vivendo.

Além de ser uma alta carga tributária, ela está pessimamente distribuída, porque a União fica com a parte do leão e distribui migalhas para Estados e Municípios, que têm a grande tarefa de suprir a necessidade dos serviços públicos.

Aqui, há também um dado importante: o Brasil trabalha até 1º de junho – de 1º de janeiro a 1º de junho – para pagar impostos. Ou seja, há uma carga tributária dessa violência – e aqui já foi referido pelo nosso Presidente, o Senador Paim –, e o pessoal especialista da Receita Federal trabalha para a arrecadação, que, infelizmente, não retorna ao povo brasileiro, na medida do minimamente desejável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O número que coloquei aí... Já vi R$4,3 trilhões, enfim, mas colocando um número redondo aí. Nossa dívida pública: R$4 trilhões. Qual é a contrapartida dessa dívida – e aí diria –, dessa carga tributária?

Em 15km de distância entre o Lixão e a sede do Poder em Brasília; da opulência à miséria em 15km de distância. Este é o nosso País, da desigualdade, da miséria.

Saúde pública, educação pública, transporte, além de graves problemas, há ainda problemas de administração, porque aqui está uma ponte sem rio ou um viaduto sem continuidade. Imagino que deva ser para aterrissar avião, porque, a essa altura, sem acesso aos veículos, não sei qual a razão de ter sido feito.

As estradas... Estou mostrando coisas a que nós todos estamos habituados, todos os dias, a vermos na imprensa nacional. Então, não estou falando de nenhuma novidade, apenas como força de argumento.

A violência, o assalto, aí nos trancamos em casa, porque o bandido está solto na rua; e o bandido está solto na rua, porque não tem dinheiro para a sua segurança, para conseguir emprego, para dar a assistência necessária.

Há aí uma contradição: segurança pública, os carros-fortes dos bancos para guardar o dinheiro que o banco saqueia do povo. De novo, estou valendo-me aqui dos dados já fornecidos, basicamente pela Auditoria Cidadã, que a professora Maria Lúcia nos ensina tanto, mostrado-nos que o lucro líquido é de R$100 bilhões.

Aliás, vou voltar. Vejam como evolui, não é? Quer dizer, a crise não parece ser para todos, ou parece ter um motivo. Aí, isso repercute na dívida dos Estados. O que está ocorrendo? Vejam aqui que houve um acordo entre os Estados e a União. O Casarotto, com certeza, vai aprofundar isso depois, mas aqui vou dar apenas geral.

O que está ocorrendo? Os Estados assinaram um acordo com a União, deviam R$93 bilhões em 1999, pagaram, de 1999 até 2015, R$277 bilhões e estão devendo R$476 bilhões. Aí, a União assalta os Estados e, em última análise, o cidadão, para pagar juros e encargos da dívida.

Esse é um dos problemas pelo que o Rio de Janeiro, bem dito pelo nosso Senador Presidente, o Rio Grande do Sul e, no geral, que eu saiba, a maioria dos Estados está em dificuldades insuperáveis.

O Rio Grande do Sul paga R$280 milhões por mês, 13% da sua receita líquida – o Casarotto, repito, vai dar mais detalhes sobre isso –, e deixa de pagar o salário de quem trabalha.

Como já foi referido, vou dar o exemplo do Rio Grande do Sul. Este Estado assumiu com a União o compromisso de pagar R$9.7 bilhões em 1999. Dos R$9 bilhões, pagou 24 bilhões e está devendo 52. Quer dizer, com números dessa ordem, não há futuro. Não há ninguém que possa equacionar esse problema sem resolver isso aqui.

Por isso, dizemos que existe solução, porque uma das coisas que me tem incomodado ultimamente é a seguinte: Vemos as pessoas contra, contra, contra... É uma democracia infantil e uma sociedade adolescente. Precisamos apontar soluções e lutar pelas mesmas muito mais do que ser contra.

Por isso, estamos apontando aqui uma solução. Qual é a solução? É fácil e definitiva. A solução é esse projeto de lei, que os três Senadores do Rio Grande do Sul, repito, de três diferentes partidos, apresentaram, e está tramitando aqui no Senado Federal.

Se aprovarmos esse projeto aqui, qual é a repercussão no caso da dívida do Rio Grande do Sul? Em 1º de maio de 2013 – e esse número foi o Casarotto que nos forneceu –, o Rio Grande do Sul quita a dívida, e isso vale para todos os Estados do País. Não estamos fazendo um projeto de lei para o Rio Grande do Sul, mas para todos os Estados do Brasil.

Há Estados que dizem: "Bom, já paguei a conta. E aí?" Aí, vai receber de volta o crédito que tem. Pasmem! Em 1º de maio de 2016, o Rio Grande do Sul tem um crédito junto à União de R$8,8 bilhões e, com esse crédito na mão, está deixando de pagar os funcionários do Rio Grande do Sul, encontran-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do-se dentro daquele quadro e daquelas imagens que mostramos.

Pois bem. Retomando o caminho, agora, da União, estamos vendo que o Brasil, a União, paga, de juros e encargos da dívida pública, R$3,1 bilhões por dia.

De novo, utilizando-me dessa fonte do Senado Federal, mostramos que, nesse período até 21 de março de 2016, dos gastos da União, 51% foram para pagar juros e encargos da dívida pública.

Quer dizer, não há nação que tenha futuro com um dado desses! Absolutamente, nós não podemos conviver com isso! Aí, as pessoas perguntam: "Por que vocês não vão para a televisão, para os grandes jornais, denunciar isso?"

Só pergunto: Parem e olhem quem é que está financiando os grandes jornais! Eu mesmo tentei, junto ao Grande Jornal, do Rio Grande do Sul, um espaço no noticiário. Eles disseram que iriam dar esse espaço. Isso faz muito tempo! E foi pedido muitas vezes!

Não querem discutir isso, porque isso incomoda os detentores das benesses, dos benefícios, desse quadro todo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Zanetti, se senhor me permitir só um segundo, com todas as críticas ao Senado, mas, pelo menos, a TV Senado, toda segunda-feira, como é o caso desta, transmite as nossas reuniões para todo o Brasil, diretamente. Mais de três milhões de pessoas estão assistindo a denúncia que o senhor está fazendo aqui.

O SR. HERMES ZANETTI – Maravilha! Felizmente, existe a TV Senado, que está, de certa forma, hoje, quebrando esse bloqueio. Porque é um bloqueio!

Obrigado, Senador Paim.

Fiz aqui uma coisa um pouco chocante, mas é para entender o que está ocorrendo, porque as pessoas pensam que esse é um problema da União. Não! É um problema de cada um de nós! Nós estamos pagando a conta. Cada cidadão e cada cidadã deste País estão pagando a conta!

Então, descobrimos por que um brasileirinho ou uma brasileirinha nasce chorando. Ele nasce, devendo R$19.371,59. Quando eles tiverem 22 anos, por exemplo, quando estarão saindo da universidade e começando a trabalhar, já estarão devendo R$363 mil. Numa estimativa média de vida de 75 anos, já estarão devendo R$423 milhões.

As pessoas podem dizer que não é bem assim. Bem, é assim! Porque essa carga recai sobre cada um de nós, cada um dos cidadãos e cada uma das cidadãs, na violência do dia a dia.

Aí, fazendo alguns comparativos, dos R$960 bilhões pagos de juros e encargos de dívida do passado e 60 bilhões para financiar os principais produtos sociais do Governo – Quer dizer, seriam 8 ou 7%? Então, está mais do que na hora de começarmos a nos preocupar com isso. Queria mostrar um pouco para um comparativo mesmo –, de quantos dias precisamos para fazer a transposição do rio São Francisco, uma obra grande e gigantesca, que vem aplacar as enormes dificuldades que os nossos irmãos do Nordeste estão vivendo? Com três dias dos juros e encargos da dívida pública, e ainda vai sobrar dinheiro.

Aí, as pessoas falam: "Mas, o Bolsa Família não pode existir, porque é muito pesado, é muita carga!". Vejam lá quantos dias do Bolsa Família, quantos dias dos juros e encargos da dívida pública para financiar o Bolsa Família: nove dias, e ainda sobra dinheiro.

Estou mostrando alguns desses números, porque a ideia é chocar mesmo, para que as pessoas sintam a consequência desse problema. Estamos estimando, Senador Paim, que vai durar quatro horas esta reunião. Durante as quatro horas desta reunião aqui, a União vai pagar R$517 milhões de juros e encargos da dívida pública.

Quero mostrar a relação disso com cada cidadão. Se você ganha R$10 mil por mês, está pagando R$5,1 mil de juros e encargos da sua dívida. Se você ganha o salário mínimo, que nem é de mil reais, você está pagando R$510,00 por mês de juros e encargos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pergunto: Qual é a família que pode sobreviver a um processo desses? Existe solução? Existe! Eu mesmo sou autor do art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988.

Senador, vou gastar mais dois minutos para falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tranquilamente. Dei ao senhor 20 minutos.

O SR. HERMES ZANETTI – A partir de agora? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já dei 10 minutos. O senhor tem mais 11 minutos agora.

O SR. HERMES ZANETTI – Obrigado, Senador.

Esse artigo prevê exame pericial e analítico dos atos e fatos constitutivos do endividamento externo brasileiro.

Por que isso? Na época, o grande problema era esse. O grande problema era esse!

Eu fiz o Projeto de Decisão Constitucional nº 1, para suspender a Constituinte enquanto fizéssemos a auditoria da dívida externa, porque a minha alegação é que o FMI mandava no Brasil e se faz Constituição num País soberano.

Deu a maior guerra aqui dentro, porque o PMDB da época, partido ao qual eu estava vinculado, havia feito uma campanha, elegendo quase a totalidade Governadores, falando contra a dívida externa. Foi ser eleito e, quando veio para cá para fazer a Constituinte, a coisa que fez foi calar-se, silenciar-se sobre o problema da dívida externa. E esse era, repito, o grande problema da época.

Aí, como não se conseguiu aquilo, eu consegui fazer aprovar o art. 26. Pois bem; coloquei no art. 26 que nós teríamos um ano para fazer a auditoria da dívida externa, porque pensei: "Se não houver um prazo, não vai instalar nunca, não vai se fazer nunca". Só que, ao colocar um ano, só conseguimos instalar a comissão – e creio que foi até nesta sala mesmo – seis meses depois. E pasmem: uma semana antes de completar um ano, que seria dia 4 de outubro de 89, recebemos um ofício do então Presidente do Congresso Nacional, Senador Nelson Carneiro, dizendo o seguinte: "O prazo da comissão vai acabar NO dia 4 de outubro".

Eu creio que foi o único artigo totalmente cumprido da constituição que nós havíamos aprovado. E mandou para o Arquivo.

Felizmente, o então Senador Severo Gomes, que era Senador por São Paulo e era o Relator, conseguiu, a toque de caixa, fazer um relatório parcial. Esse relatório parcial provou, porque chamamos os principais juristas do País à época – e passo este relatório às mãos do Senador Paulo Paim, que conhece isso bem –, que a dívida externa brasileira, à época, foi constituída de forma inconstitucional. E esse documento indicava que a direção do Congresso Nacional encaminhasse a constatação ao Supremo Tribunal Federal, a fim de declarar a inconstitucionalidade e, em consequência, a nulidade daqueles contratos. E mandava ao Ministério Público Federal que responsabilizasse os negociadores que venderam o Brasil na época. Pois bem; esse relatório foi ao Arquivo. Nós, então, fomos ao Supremo Tribunal Federal para desarquivá-lo, e não conseguimos até hoje.

Agora, eu tenho um recado também para o Ministério Público Federal.

O Ministério Público Federal está fazendo um excelente trabalho, a meu juízo, na questão da Lava Jato, mas ele está se ocupando da corrupção no varejo. A corrupção por atacado está aqui! Está na dívida pública! Quem tiver coragem de meter a mão e apurar o que ocorre com a dívida pública brasileira vai pegar todos esses ratos que estão consumindo o dinheiro público e criando aquelas consequências de vida para o nosso povo.

Então, o Ministério Público Federal, para quem há aqui um recado escrito para eles, aprovado lá, já naquela época, segundo tenho notícia, também, nunca fez nada.

Então, há uma tarefa imensa, gigantesca para a qual eu creio que o Ministério Público Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

deve dar atenção, para que se apurem as irregularidades através do Ministério Público Federal, que, a meu juízo, tem competência para isso.

E eu também defendo a ideia... Alguns líderes do Ministério Público tomaram a iniciativa – e nós vimos, ontem, um grande apoio popular nas ruas do Brasil, Senador Paulo Paim – de propor aquela iniciativa das 10 medidas anticorrupção, que estão tramitando aqui dentro dessa forma polêmica que todos nós conhecemos. Pois eu penso em um projeto de lei de Iniciativa popular que vá exigir que o Congresso Nacional e, especialmente o Poder Executivo, se dediquem a apurar esse problema da dívida pública.

E aí há uma indagação que eu deixo para encerrar a minha apresentação: por que o Governo está fazendo revisão dos benefícios do INSS? Acho que todos estão vendo o que está sendo feita a revisão dos benefícios do INSS, e o Senador Paulo Paim mais do que ninguém está lutando por isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HERMES ZANETTI – Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e tal.

Por que o Governo está fazendo a revisão dos beneficiários do Bolsa-Família, propalando aos quatro ventos que há gente que recebe e que não tem direito e tal?

Muito bem; a minha pergunta: por que não revisar a dívida pública? Quem tem medo de fazer essa revisão, de fazer essa análise sobre a dívida pública? O credor? Se o credor tem medo, é porque ele não tem o crédito.

E, aí, me perguntam, Senador: "Bom mas há muitos pequenos investidores envolvidos nisso". Primeiro, uma auditoria vai verificar tudo isso, uma análise pericial e analítica vai verificar tudo isso. Mas, muito mais do que isso, a minha pergunta é a seguinte: será que custa menos ao pequeno investidor ter condições satisfatórias de saúde, de segurança, de transporte e de educação ou o pequeno rendimento que ele tem, depois de pagar os bancos, depois de pagar todo mundo, ficando com a última fatiazinha que sobra para ele?

Eu tenho a ajuda de pessoas que estão estudando e analisando isso comigo, mas eu estou convencido de que, posto da ponta do lápis, o pequeno investidor vai chegar à conclusão de que ele tem vantagem em não receber uma migalha do pequeno investimento dele, mas receber serviços públicos de qualidade que estão na dependência, a nosso juízo, desse problema da dívida pública.

E, por fim, eu queria agradecer muito à Febrafite, ao Casarotto e também à Auditoria Cidadã, à Maria Lúcia Fattorelli, que tem nos ensinado, tem nos mostrado caminhos e fundamentos; e aos Professores Rafael e Diego, que têm me ajudado também a estudar, a refletir sobre esse problema todo.

Essa é a minha exposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o ex-Deputado Federal Hermes Zanetti, autor, eu diria indireto, do projeto que resolve a questão da dívida dos Estados. Eu disse indireto, porque, diretamente, só quando você for Senador, ou voltar à Câmara dos Deputado também.

Obrigado, Zanetti; foi uma bela palestra aqui para o Brasil sobre essa questão tão grave, que é a situação dos Estados e, claro, a situação do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, que é desesperadora.

De imediato, sobre o mesmo tema, convido a fazer uso da palavra o representante da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) e membro do Núcleo Gaúcho da Auditoria Cidadã da Dívida, João Pedro Casarotto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dizem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que já chegou o Dr. Leonardo.

Por favor...

Já está aqui? (*Pausa.*)

Então, convido para compor a Mesa o Dr. Leonardo Maranhão Busatto, Secretário do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Meus cumprimentos, doutor. Que bom que você veio, ouviu?

Digo isso porque, infelizmente, alguns convidados que a gente insiste para que se façam presentes para debater temas, simplesmente se acovardam e não aparecem, se escondem. Mas, felizmente, nesta Comissão, eu não posso me queixar, porque a maioria dos convidados que nós temos convidado tem vindo. Não vejo a mesma coisa em outras comissões.

Dr. João Pedro, por favor.

O SR. JOÃO PEDRO CASAROTTO – Senador Paim, muito obrigado pelo convite. A Febrafite fica honrada em participar desta audiência.

Nosso Constituinte, Senador Paim; o nosso Constituinte, ex-Deputado e Deputado Constituinte – porque Constituinte permanece sempre –, Hermes Zanetti; Srª Maria Lúcia Fatorelli, uma grande cidadã, minha amiga e uma grande brasileira, é um prazer estar aqui nesta mesa com os senhores. E saúdo também o colega, Subsecretário do Tesouro, Leonardo Maranhão.

Senhores, muito obrigado pela presença.

De pronto, aqui, já aplaudo e assino embaixo de tudo o que o nosso Constituinte Hermes Zanetti falou, como assinarei embaixo também do que a Maria Lúcia Fatorelli falará, porque eu conheço e sei do trabalho dela.

Nós vamos mostrar aqui que a dívida dos Estados com a União tem solução. Como já disse o Senador Paulo Paim, como disse o nosso Constituinte Hermes Zanetti, a solução está nesse PLS nº 561. É um projeto de lei complementar, assinado pelo Senador Paulo Paim, pelo Senador Lasier Martins e pela Senadora Ana Amélia. E ele precisa andar. Ele está parado e não merece estar parado.

Este projeto diz o seguinte: os Estados devolvem o que receberam, com correção monetária. Receberam com correção monetária, receberam o valor, e nós vamos devolver com correção monetária. E os Estados que, hoje, já pagaram tudo devem receber de volta. E, logo em seguida, nós vamos ver o porquê disto. E este projeto não só resolve a dívida dos Estados com a União como também faz justiça com todos os Estados, uma vez que o tratamento é igualitário com todos: se a União entregou o dinheiro, a União recebe esse dinheiro, corrigido monetariamente. Porque não faz sentido um ente federado, que é a União, cobrar juros de outro ente federado, que é o Estado. E isso se estende também aos Municípios, como prevê o PLS nº 561.

Portanto, este é o bordão do PLS 561: "Correção, sim; juros, não!"

Qual é a sustentação fática que eu trago aos senhores para este projeto?

O nosso Constituinte Hermes Zanetti já expôs algumas coisas. Eu poderia expor também toda uma história de como isso aconteceu, mas, como já apresentamos isso no Congresso várias vezes, para não ficar um pouco enfadonho, vamos apresentar tão somente o que sustenta esse projeto de lei.

> Na segunda metade da década de 90, ficou evidenciada a necessidade de equacionar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos Estados, em razão das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos.

Isso está na Prestação de Contas da Presidência da República desde 2008 e, inclusive, na Prestação de Contas de 2015. Isso está bem escondidinho, mas aqui está o reconhecimento de que os Estados tiveram problema na época, sim, mas o principal motivo dos problemas enfrentados na época foi em razão das mudanças econômicas. Cito apenas um: o Plano Real. Mas, como eu disse, não vou ficar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

examinando a história; a história os senhores encontram no estudo que se fez, está no *site* da Febrafite (www.febrafite.org.br). Lá, os senhores encontrarão o estudo completo, com todas as razões e o histórico da formação dessa dívida.

De 1999 a 2015, os Estados receberam R$93 bilhões, mas para isso entregaram garantias reais, não ficou só num contrato, ficou num contrato com garantias, inclusive a possibilidade de a União tomar o dinheiro dos Estados que estiver depositado em conta corrente. Uma boa parte dessa dívida foi paga, na época, imediatamente por entrega de estatais, de ações de estatais, de uma série de patrimônios que os Estados tinham e entregaram para o pagamento da dívida, na época já.

Em dinheiro, só em prestações, foram pagos R$277 bilhões e ainda deviam, em 2015 – dados sempre oficiais –, R$463 bilhões. Em outubro deste ano, esse saldo já está em R$501 bilhões. Para os senhores terem uma ideia da magnitude desse problema, de quanta renda está sendo subtraída dos entes federados para os cofres do Tesouro Nacional.

Como isso aconteceu? Se nós compararmos as taxas de janeiro de 1999 a dezembro de 2015, os Estados que tiveram contratos mais pesados – Pará, Minas Gerais e Alagoas – contrataram em pagar a dívida corrigida pelo IGP-DI mais 7,5% ao ano. Isso gerou um índice de 1.378%, diante de um IGP-DI de 315%, diante de uma variação do IPCA – que mede a inflação oficial brasileira – de 208%, diante de uma variação da Selic de 912%, diante de uma remuneração do CDI de 899% e diante de uma variação da poupança de 280%.

Se nós examinarmos o que Pará, Minas Gerais e Alagoas, que tiveram a remuneração de 1.378%, a variação desses contratos, e diminuirmos o IPCA, que é a inflação oficial, temos que houve uma cobrança de juro real da União, desses três Estados, de 1.170%. Se nós pegarmos os demais Estados, que é o caso do Rio Grande do Sul, IGP-DI + 6, variou em 1.047%, e nós pagamos 839% de juros reais. Não tem economia que resista a uma sangria deste porte. Não há possibilidade alguma de que algum ente federado consiga progredir com drenagem tão profunda.

Para compararmos, o Programa de Sustentação do Investimento do BNDES cobrava – vou pegar só um item, para não ser muito longo, dos financiamentos para inovação, até 2014, uma taxa de 5,5 ao ano de taxa fixa. Isso não é juro, não é correção monetária. Taxa fixa de 5% ao ano.

Não estamos aqui entrando no mérito dos financiamentos do BNDES, estamos mostrando a diferença de tratamento que há entre uma empresa privada e um ente federado. Em 2015, foi feita uma grande revolução e foi dito que o BNDES estava dando dinheiro muito barato para as empresas, que era necessária uma correção. Passaram esse programa para 7%, no máximo; Ou seja, menos que a inflação. Abaixo da inflação.

O PLS do Senador Paim está propondo a entrega do valor recebido corrigido monetariamente. Estamos propondo inclusive mais do que as empresas privadas recebem de financiamento. E aqui não estamos falando de pouca coisa, estamos falando em torno de R$500 bilhões que estão circulando nessa conta. Agora, está mudando, com a política nova. Mas até há bem pouco tempo, nós estávamos falando de R$500 bilhões!

Muitos dizem... Lembro-me de que fazia só a parte fática da questão. Muitos dizem que o Governo Federal se endividou, à época, para financiar os entes. Então, é normal que a União receba também os juros. Nós, examinando os relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional entregues ao Tribunal de Contas da União e disponíveis para todos os cidadãos, portanto. Vamos examinar para pegar só o ano de 2015. O valor bruto que a União gastou com aquela dívida contraída lá atrás, para financiar o programa de refinanciamento dos Estados, o valor bruto foi de R$23 milhões, enquanto os Estados, em 2015, pagaram R$30 bilhões. Ou seja, só um mil e trezentas vezes mais. Isso aqui é o custo.

Não peguei o de 2016 porque precisamos que a STN entregue os Relatórios de Gestão... para a Secretaria do Tesouro Nacional. Mas de 2015, o custo foi de R$23 milhões. E aqui tem uma escala de até onde foi possível coletar os dados oficiais. E os senhores veem o crescimento exponencial desse lucro que a União tem com esses contratos.

Os valores são elevados? Bem; vamos comparar rapidamente a receita executada da União em 2015 e o que os Estados pagaram. Comparando a receita total da União com as prestações, veremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que as prestações representam 1%. Portando, dizem que se os Estados deixarem de pagar, a União quebra. Não quebra. Se pegarmos somente a receita corrente e tirarmos as receitas de capital, veremos que isso representa 2%. Vamos comparar aquilo que pagamos com as despesas da União, em dados sempre oficiais: a despesa corrente, comparada com as prestações, foi de 1%; tirando a despesa de capital, ficando só com a despesa corrente, representa 2% das despesas da União. Portanto, esses valores efetivamente não quebram a União; esses valores estão sendo utilizados como uma mecânica, uma política pública, política, para constranger, diminuir, deprimir o poder dos nossos governadores. Os nossos governadores passaram a ser meros gerentes de província.

Tudo isso que pagamos dizem que será encaminhado para a saúde, educação etc. Não. A lei que autorizou esse refinanciamento, a Lei nº 9.496, determina, em seu art 12, que todo o dinheiro que os Estados pagam tem que ir necessariamente para o pagamento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional. E sabemos como isso está crescendo indefinidamente, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, desde 2000, estabeleceu limites para os Municípios se endividarem. Ótimo. Os Estados têm limite. Ótimo. A União, até hoje, está sem limite. A União tem possibilidade ilimitada para se endividar. E estamos sangrando os Estados, todos os entes federados, para irem para esse ralo sem fundo, como nosso Constituinte Hermes Zanetti disse.

Vamos comparar: dentro da dívida dos Estados, tivemos o Proer, aquele programa que salvou – antes do Proes, que é o dinheiro que os Estados receberam para reduzir sua atividade bancária – os bancos privados da quebradeira. E, depois disso, houve o Proef, que protegeu as instituições financeiras federais da quebradeira. Do Proer, há contas que ainda não foram pagas. Do Proer, até hoje, há coisa que não foram pagas, e muitas foram pagas somente após o Governo Federal conceder anistias, descontos e ainda receber moedas podres para o pagamento dessa dívida pelo sistema da renovação. No Proes, estamos pagando juros escorchantes, e o Proef simplesmente foi absorvido pelo Tesouro Nacional, já se fala que, de novo, haverá um novo Proef porque estamos com alguns problemas no nosso sistema financeiro federal.

Eu trouxe – não vai dar tempo de ler – e vou deixar os eslaides para os senhores examinarem como funciona esse programa Proer, dos bancos privados; como funcionou o Proes, para os senhores terem uma ideia da diferença de tratamento entre eles.

A base do problema, lá atrás, foi a mesma: basicamente foi o Plano Real, que diminuiu drasticamente as receitas dos Estados, diminuiu drasticamente a receita de todos os bancos. Para os bancos privados, foi dado um tratamento; para os bancos estatais e estaduais, foi dado um tratamento diferenciado. E o programa que financiou as instituições federias foi mais beneficiado ainda. E não estamos falando de pouco dinheiro; estamos falando de muito dinheiro. Para termos uma ideia, o atual Presidente do Banco Central. O Ilan, fez um estudo sobre o Proef e, na época, identificou que foram injetados R$74 bilhões, alguma coisa parecida com o que foi injetado nos bancos estaduais.

Outro fato importante que precisa ser relatado: os Estados recebem anualmente as missões técnicas da STN. Todos os anos nossos Estados são monitorados, e são impostas metas para os entes federados. Portanto, se os Estados estão com problemas, a STN, o Governo Federal, o Ministério da Fazenda tem, sim, uma grande participação. Está nos cobrando juros escorchantes e envia, todos os anos, instruções dizendo o que o governador tem que fazer e o que o Governador não pode fazer. E aí vamos ver o que os nossos Governadores podem fazer para desenvolver? Dizem os técnicos: "Os Governadores não fazem nada". Política pública de energia, portos, rodovias, aeroportos, hidrovias, ferrovias, dependem de quem? Se não tivermos políticas públicas decentes nessas áreas, não há como crescer – nem Estado, nem União, nem Municípios, nem ninguém. Isso está sucateado. Isso é responsabilidade da União. E a União faz só o que em relação aos entes federados? Faz extorsão, com aqueles contratos assinados à época. Essa é a grande tarefa, colocada por nossos Constituintes Paulo Paim e Hermes Zanetti. Isso é responsabilidade da União, e a União não faz. Não temos rodovias!

Então, temos um problema sério de crescimento no Brasil, que é a limitação do crescimento. Ou seja, estamos crescendo, mas, em um determinado ponto, a nossa infraestrutura serve como um teto, não há como passar, porque não temos aeroportos, não temos transporte, não temos ferrovias. Então, o que o Governo Federal faz? Derruba, deprime a economia, logo em seguida, começa a recuperar e a falar: "Sou um grande governante porque estou fazendo a economia crescer novamente." Só que, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

não atacarmos esses problemas aqui, de novo vamos ter esta parábola matemática: vai chegar naquele teto e aquilo vai descer. Não tem como crescermos mais do que aquilo que já temos. Além disso, os Estados são absolutamente dependentes da política monetária, da política fiscal, da política tributária, da política cambial.

Portanto, política pública quem faz aqui, neste País, é o governo central. Os Estados, entes federados, estão quebrados, sim, com absoluta certeza, sim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PEDRO CASAROTTO – ...porque o Governo Federal não faz o que deveria fazer. Se o tivesse feito, não teríamos tantos problemas na nossa economia e teríamos condições.

Disse o Presidente Michel Temer em seu discurso de posse:

> Estados e Municípios precisam ganhar autonomia verdadeira sob a égide de uma Federação real, não sendo uma Federação artificial, como vemos atualmente. A força da União, nós temos de colocar isto na nossa cabeça, deriva da força dos Estados e dos Municípios.

Isso foi o que disse o nosso Presidente. O Senado tem o projeto, o nosso Presidente está dizendo isso, e está na hora de isso ser executado. O Presidente diz o que precisamos fazer. Portanto, Senhor Presidente, faça! Não podemos esperar mais.

Portanto, voltando ao início, encerrando, eu agradeço. Passei um pouco do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Está tranquilo. Pode terminar.

O SR. JOÃO PEDRO CASAROTTO – A dívida dos Estados tem, com certeza, solução, e ela se encontra aqui. O nosso Presidente disse o que é preciso fazer. Pois bem, Presidente, faça! Faça! Pegue a cópia desse projeto e a encaminhe! Pegue esse projeto no braço e diga: "Nós precisamos da aprovação disto para recuperar minimamente a Federação brasileira." Correção sim, juros não!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, João Pedro Casarotto, que falou pela Febrafite. Parabéns pela exposição, direta, objetiva! Não ficou longe do tempo, não! Não chegou aos 20 minutos.

Agora, passamos a palavra à Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

A Fattorelli tem viajado por este País todo, expondo seu ponto de vista com muita clareza, informando o nosso povo sobre a importância deste debate.

O SR. MARIA LÚCIA FATTORELLI – Isso!

Fico muito grata, Senador Paulo Paim.

Cumprimento, com muita alegria também, o Hermes Zanetti, a quem devemos render aqui muitas homenagens, com muita gratidão, porque a base constitucional para a nossa luta da Auditoria Cidadã da Dívida é o art. 26 da ADCT, que é de autoria dele.

Fico muito grata e digo isto aqui publicamente, Zanetti. (*Palmas.*)

Nós sabemos que não foi fácil a luta dele para conseguir aprovar isso na Constituição e, depois, para atuar também nessa brevíssima comissão que se instalou logo depois da Constituição.

Como ele disse, o Senador Severo Gomes, que morreu naquele acidente junto com Ulysses Guimarães, fez um brilhante relatório, analisando os aspectos jurídicos daqueles contratos da época. Na mesma época, houve outro relatório do Deputado Luiz Salomão. O relatório do Senador Severo Gomes foi aprovado naquela comissão; o do Luiz Salomão nem chegou a ser aprovado. E o levaram para o ple-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nário sem o apoio da comissão. Foi tudo derrotado. Foi uma lástima! E, até hoje, estamos aí na tentativa de fazermos uma auditoria, em cumprimento à Constituição.

Em 2004, a OAB impetrou, entrou com a ADPF 59, de 2004. O autor dessa ADPF, o Conselheiro Arx Tourinho, faleceu logo depois, em um acidente. Essa ADPF também dorme no Supremo há 12 anos.

Nós tivemos, na Câmara, uma CPI da dívida, que apurou diversas ilegalidades, ilegitimidades e até fraudes nas dívidas, externa e interna, dos Estados e Municípios. Aquela CPI contou até com a participação do Casarotto. Lá, na CPI, analisamos também a dívida do Município de São Paulo. Todos esses relatórios – foram dois os relatórios dessa CPI – foram entregues ao Ministério Público desde 2010, e nada acontece.

Então, essa luta, realmente, só vai para frente a partir da participação social. Ocorre que a sociedade não tem, às vezes, sequer acesso às informações. Em relação às dívidas dos Estados mesmo, não existe bibliografia praticamente. O único livro publicado, no Brasil, sobre a dívida dos Estados foi feito pela Auditoria Cidadã da Dívida, que compilou os estudos feitos durante a CPI da Dívida. Temos as importantes publicações da Febrafite, mas é isso! Não há nem bibliografia para a sociedade tomar conhecimento.

Então, Senador Paim, parabéns pela iniciativa. Cumprimento, mais uma vez, o Zanetti, o Casarotto e o Leonardo Busatto que estão aqui compartilhando a Mesa.

Então, vamos lá. Eu vou abordar a necessidade dessa auditoria da dívida dos Estados. Vou passar muito rapidamente pelo panorama, porque o Zanetti e o Casarotto já cumpriram essa etapa.

Essa dívida atual dos Estados tem origem nas décadas de 70 e 80, primeiramente como dívida externa, depois transformada em dívida interna, e está aí rolando até hoje.

Nós tivemos acesso, pesquisando aqui no Senado, inclusive com a ajuda do Senador Paim, a todas as resoluções do Senado Federal que autorizaram o endividamento dos Estados – todas! O que nós descobrimos? A maioria das resoluções nem menciona o agente credor, ou seja, nem se sabe quem emprestou o dinheiro. Algumas, que mencionam, mencionam credores em paraísos fiscais, como eu vou mostrar daqui a pouco. E outra grande quantidade delas sequer menciona para que era o dinheiro.

Depois, na década de 90, essa dívida externa, que começa de forma totalmente obscura, é transformada em dívida interna, sofre o impacto da política federal, principalmente do Plano Real, como já foi dito aqui, dos altíssimos juros que antecederam o Plano Real e que continuaram a partir do Plano Real. E os Estados foram autorizados a emitir títulos, ou melhor, foram incentivados a emitir títulos antes do refinanciamento.

Aí veio o refinanciamento. O que foi isso? Um pacotão! Para ter direito a esse refinanciamento, os Estados tiveram que assumir as dívidas de todas as empresas estatais e, principalmente, as dos seus bancos estaduais, no esquema denominado Proes. Eu chamo isso de "esquema", porque não teve transparência alguma! E essas dívidas foram somadas às dívidas refinanciadas. As condições colocadas foram abusivas, como já foi colocado aqui pelo Casarotto, inclusive dando os números, de 6% a 7,5% para os Estados, mas, para o Município de São Paulo, os juros foram de 9%!

Ilegalidades, ilegitimidades, desrespeito ao federalismo! Esse refinanciamento foi um verdadeiro abuso, provocou o crescimento exponencial da dívida! Vocês viram aqui quantas vezes essa dívida já foi paga. Já foi paga mais de três vezes! E os Estados ainda devem mais de cinco vezes o que foi refinanciado!

E, ainda por cima, empurrou os Estados para contratar dívida externa, porque muitos Estados – o Piauí, por exemplo – contrataram dívida externa para pagar a União! Olhem que aberração! E, ainda por cima, abriu espaço para a prática de negócios ilícitos, pois os Estados quebrados estão fazendo qualquer coisa. Abriu-se espaço para a prática de negócios ilícitos, como a criação de novas estatais não dependentes, para emitirem debêntures, que é outra denúncia que nós temos que deixar aqui mais uma vez.

Nós selecionamos algumas resoluções interessantes que utilizaram, lá na década de 70, na origem da dívida externa dos Estados, bancos em paraísos fiscais. Então, o Estado do Pará, primeiro, con-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

traiu US$15 milhões com um banco privado nas Ilhas Cayman. Gente, nós estamos lá na década de 70! Os que são jovens há mais tempo, como eu, lembram-se da dificuldade de comunicação. Não existia internet; o telefone pouco funcionava em ligações para o exterior. Então, como é que o Pará teve acesso a um banco nas Ilhas Cayman para contratar US$15 milhões?

Como é que o Rio Grande do Sul, Senador, o seu Estado, contratou com o Bando do Brasil das Ilhas Cayman? Por que não contratou com o Bando do Brasil aqui ou em outro lugar? Não; contratou com o Bando do Brasil nas Ilhas Cayman US$20 milhões. O Espírito Santo, em 1978, também; Goiás, US$30 milhões, com um banco de Singapura; o Paraná, US$60 milhões, com agências internacionais do Bando do Brasil. Olhem que loucura! O próprio Banco do Brasil! Quer dizer, é uma criação! O Ceará também contratou nas Ilhas Cayman.

Eu deixo aqui, em seguida, os textos das resoluções para, depois, as pessoas que tiverem curiosidade examinarem, porque essa origem perversa, obscura é que gerou... Coloquei todas elas aí, porque essa é a nossa história que precisa ser revisitada.

Então, o que foi refinanciado? Essa dívida, que tem essa origem, ou seja, cujas resoluções ou não informam o agente credor, ou, quando informam, são essas agências em paraísos fiscais.

E isso tudo correspondia a 45% da dívida dos Estados que foi refinanciada. Então, aquela dívida externa, mais a dívida em títulos que os Estados foram incentivados a emitir no início da década de 90... Foi uma loucura! O Tesouro, que chegou a baixar uma resolução dizendo que "os Estados podem emitir títulos a conta e ordem do Tesouro Nacional", incentivou os Estados a emitirem títulos. E tudo isso correspondeu a apenas 45% do valor refinanciado! Os outros 55% do valor global refinanciado eram passivos dos bancos estaduais, que, em sua maioria, foram privatizados.

Esses 55% variam de Estado para Estado. Esse é o dado global. Em homenagem ao Senador Paim e aos outros dois palestrantes, que são também do Rio Grande do Sul, eu peguei os dados específicos do Estado.

Olhem lá: do valor de 9 bilhões, quase 9,5 bilhões, que foram refinanciados – e houve aí um desconto inicial, um subsídio –, foram refinanciados 7,782 bilhões, mais de 2,5 bilhões do Proes. Olhem aqui! De tal forma que a soma informada pelo Tesouro Nacional à CPI da Dívida foi no montante de 10,338 bilhões refinanciados.

Então, a esses 10,338 bilhões somaram-se os empréstimos do Proes, que, segundo a medida provisória – porque o Proes, vocês sabem, não teve lei, for uma sequência de medidas provisórias – envolveu esse valor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIA LÚCIA FATTORELLI – De acordo com a foto aqui do Banco Central, em setembro de 2016, a dívida com o Tesouro já está em 52 bilhões, e, somando outras instituições, a dívida interna do Rio Grande do Sul já supera 54 bilhões. E o Estado já pagou aquela dívida refinanciada várias vezes!

Várias CPIs abordaram essa questão do Proes e nunca deu em nada!

Então, a necessidade de auditoria é impressionante. Quantas vezes os Estados já pagaram aquela dívida refinanciada pela União? Segundo cálculos demonstrados aqui pelo Casarotto e pelo Zanetti, mais de três vezes! Qual a origem daquela dívida? Qual a contrapartida? Quem se beneficiou? Qual a parcela da dívida assumida pelos respectivos Estados que, na realidade, era relativa a passivos de bancos estaduais?

Esquema do Proes. Completamente ilegítimo!

Qual a ilegalidade da aplicação mensal cumulativa do IGP-DI da FGV, instituição privada regendo contratos entre entes públicos, entes federados?

Gente, essa divisão entre União, Estados e Municípios é meramente administrativa. Eu pergunto: é possível alguém residir em Porto Alegre e não residir no Estado do Rio Grande do Sul e não residir no Brasil? É possível isso? Não! Então, essa divisão é meramente administrativa. É tudo uma coisa só, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

é um abuso cobrar juros extorsivos entre entes federados! Essa é uma lesão ao cidadão que paga essa conta. É completamente inconstitucional isso.

Por que não é aplicada a Súmula nº 121 do Supremo, que proíbe a aplicação de juros sobre juros? Quantos investimentos deixaram de ser realizados porque os recursos foram absorvidos para o pagamento dessa dívida ilegítima, inflada de forma ilegal? Quantos Estados recorreram a endividamento externo para pagar a União?

A negação de direitos humanos à população, o comprometimento do desenvolvimento econômico e a crise são as consequências desse esquema. E, aí, diante da crise, vêm as justificativas para as medidas antissociais, como a PEC nº 241, que aqui no Senado tem o número 55, que congela por 20 anos o conjunto de todas as despesas primárias, toda a estrutura de Estado e todas as despesas que prestam serviços à população: saúde, educação, segurança, Previdência. Isso tudo submetido a um teto. Para quê? Para que sobrem mais recursos para a gastança financeira.

Essa PEC, gente, não vai economizar recursos/ vai economizar recursos das despesas primárias para que sobrem mais recursos para a gastança financeira, tudo justificado pela crise.

O PLP 257, que aqui no Senado é o PL 54, já foi aprovado na Câmara e está aqui. Ele submete os Estados a um rigoroso ajuste fiscal, arrebenta com os serviços públicos nos Estados. As PECs aumentam a DRU para 30% e criam a Desvinculação de Receitas de Estados e de Municípios, que também já foi aprovada. As contrarreformas, a da Previdência e a trabalhista, as privatizações, tudo isso, gente, é justificado pela crise, crise gerada por essas condições abusivas de uma dívida totalmente sem contrapartida. A crise fiscal dos Estados decorre do abuso do refinanciamento estabelecido na Lei nº 9.496 e de outras questões, como a concentração da arrecadação na esfera federal, como a Lei Kandir. E há várias outras coisas que submetem os Estados a esse ajuste e impedem que eles realizem uma política local que realmente garanta o desenvolvimento socioeconômico.

Nós precisamos denunciar que toda essa crise está justificando o surgimento de novos esquemas sofisticados, como a criação de empresas estatais não dependentes, de sociedades anônimas do tipo de propósito específico, regidas pelo direito privado, que têm como objetivo central emitir papéis financeiros, debêntures, pagando juros extorsivos. É um esquema fraudulento, é uma engenharia financeira. Por isso, um engenheiro fez um vídeo no YouTube. Está ali o *link*. As pessoas podem acessá-lo depois. Esse esquema funciona por meio de papéis financeiros que têm garantia pública. Isso é ilegal. Esse tipo de empresa estatal criada para emitir papéis financeiros não atende ao disposto no art. 173 da Constituição Federal, conforme brilhante estudo do Casarotto que está na página da Febrafite. Para criar uma empresa estatal, ela tem de garantir interesse público. Qual é o interesse público em emitir debênture, pagando juros de mais de 20%? Essa é uma emissão disfarçada de dívida, é transferência de dinheiro para o setor privado e para grandes investidores.

Como esse esquema entrou no Brasil? Por meio de empresas como a ABBA, que tem como consultor responsável Edson Ronaldo Nascimento. Quem é esse senhor? Ele é responsável pela ABBA. Ele foi Presidente da PBH Ativos S.A., uma empresa criada em Belo Horizonte para emitir debêntures. Ele foi superintendente da Fazenda de Goiás, ele foi Secretário da Fazenda de Tocantins, ele é consultor do FMI e já teve cargo no DF e na Secretaria do Tesouro Nacional. Olhem que potência!

Então, é dessa forma que o esquema entra no País e se alastra. Pergunto: quantas pessoas aqui sabiam disso? Justamente quando estamos acelerando as privatizações de empresas estatais estratégicas e lucrativas – o Governo Temer aprovou no Senado uma medida provisória para acelerar as privatizações e já foi à China para oferecer privatizações de mais empresas ainda –, nós estamos criando novas estatais para emitir papéis financeiros. Em São Paulo, a empresa estatal criada lá teve como sócio o próprio Secretário de Fazenda do Estado. Essas empresas estão se alastrando como uma praga pelo País.

O valor pago pelo investidor retorna para ele rapidamente, porque há um deságio enorme na transferência de créditos para essas empresas, há uma remuneração absurda de juros superiores a 20%, há elevados custos financeiros, há custos de consultoria, há remuneração de administradores. E, devido à garantia real, nos Estados, isso tudo vai virar dívida pública.

Olhem o caso de Belo Horizonte, gente. Eu o coloco aqui porque senão ninguém acredita. A em-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

presa PBH Ativos foi criada com um capital de R$100 mil pela Câmara de Vereadores de Belo Horizonte. Quando ela começa a emitir papéis, cada debênture que ela emite tem o valor de R$100 mil. E quais são os juros que ela paga? Olhem ali! Essa é uma foto do *site*. São juros de 11% mais IPCA. Isso tudo vai virar dívida pública, com juros extorsivos.

Vocês estão vendo o que é a dívida pública, a chamada dívida pública, e como é que ela nasce naquelas resoluções das Ilhas Cayman, de Singapura etc..? E, depois, ela cresce por meio de papéis emitidos à vontade. Depois, empacota-se, e se aplicam os maiores juros do mundo, e se submete todo mundo! E, depois, cria-se uma PEC, e se coloca na Constituição Federal o privilégio dos banqueiros, sacrificando todos os serviços essenciais, para que os recursos se destinem a essa chamada dívida pública. Olhem o que está na PEC 55: não se inclui no teto despesa com aumento de capital de empresa estatal não dependente. E projetos em andamento no Senado, o PLS 204, e na Câmara, o PLP 181 e o PL 3.337, querem legalizar esse esquema.

Olhem o PLS 204, que está no Senado totalmente disfarçado. Quem leu o projeto pensa que a dívida ativa podre, aqueles créditos pobres impossíveis de serem arrecadados, porque a maioria deles é de empresas que quebraram há anos e anos e que não têm a menor possibilidade de quitá-los... A propaganda é de que esses créditos pobres seriam vendidos para esse tipo de empresa. Mas como o projeto coloca isso? Não coloca empresas estatais não dependentes, mas coloca pessoa jurídica de direito privado. Grande parte dos Senadores, Senador Paim, está acreditando que esses créditos estão sendo vendidos para empresas privadas que vão pagar 40% ou 50% por um crédito que, às vezes, nem 2% ou 5% dele são arrecadados. É uma grande farsa. Então, essas pessoas jurídicas de direito privado, a que esses projetos se referem, são essas estatais não dependentes, que não atendem ao art. 173 da Constituição Federal. São empresas inconstitucionais.

Essa PEC vai aumentar a gastança financeira. Atualmente, quase a metade do Orçamento já vai para juros e amortizações da dívida. Estados e Municípios – olhem aqui! – ficam com cerca de 9%, e o mercado financeiro já fica com quase 50%. Com a PEC 55, amarram-se todas as despesas primárias. É esse outro lado do gráfico. O que vai acontecer? A destinação para juros e para amortizações da dívida vai aumentar muito mais, sacrificando ainda mais os entes federados e a população.

O lucro dos bancos, como o Zanetti já mostrou, é um escândalo. Se os lucros são uma atividade paralela, de serviço, o que é que explica, em 2015, ano em que toda a economia do País encolheu, em que tivemos uma desindustrialização gravíssima, quando houve queda no comércio, desemprego recorde, o lucro dos bancos aumentar 20%? Até o PIB do País caiu. O que explica o aumento do lucro dos bancos? É evidente que existe um esquema de transferência de recursos para o setor financeiro privado. E esse esquema é o sistema da dívida, a criação de dívida sem contrapartida alguma, transferindo renda para o setor financeiro. E o lucro teria sido muito maior. Os bancos fizeram uma provisão para devedores duvidosos de R$183,7 bilhões. E, quando eles fazem essa provisão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIA LÚCIA FATTORELLI – ... eles deixam de pagar imposto.

O esquema da dívida é este aí, é a utilização do endividamento público às avessas. O endividamento público, há décadas, deixou de ser aquele instrumento de financiamento do Estado e passou a ser um esquema de transferência de recursos para o setor financeiro privado, gerando dívida pública para a sociedade pagar.

É urgente auditar a dívida e mostrar a verdade por trás da utilização da chamada dívida pública às avessas. A chamada dívida pública não traz recursos, mas os desvia para o setor financeiro nacional e internacional. Isso funciona como o que denominamos de sistema da dívida. É preciso mostrar a verdade por trás dessa PEC 55, que é o privilégio do setor financeiro e dessas novas estatais não dependentes, que estão sendo criadas para gerar mais dívida ainda e para transferir recursos para o sistema financeiro, prejudicando os serviços prestados à população.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIA LÚCIA FATTORELLI – É preciso mostrar a verdade por trás do PLS 204, que visa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

legalizar esse esquema fraudulento. Temos de ter estratégias de ação, e essa estratégia começa pelo conhecimento da realidade. Se não conhecermos esse sistema da dívida, vamos passar batido e continuar sacrificando o nosso rico País para servir ao setor financeiro nacional e internacional.

Então, é preciso conhecer isso, é preciso gerar mobilização social consciente, é preciso partir para ações concretas, como aprovar o PLS 561, o que já é um grande passo para acabar com esse abuso financeiro. É preciso reivindicar a auditoria da dívida com participação cidadã, para desmascarar o sistema da dívida e redirecionar a aplicação dos recursos. Para isso, a Auditoria Cidadã convoca todos e todas a participarem dos núcleos da Auditoria Cidadã, do curso a distância etc.; a participarem da Frente Parlamentar Mista que acontece no Congresso Nacional para realizar a auditoria da dívida; a denunciarem o esquema de geração de dívida por meio do PLS 204 e a exigirem o voto "não"; a denunciarem a emissão ilegal de debêntures por essas estatais.

Fico com essas propostas. Fico à disposição para esclarecer perguntas.

Fico muito grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora-Geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública!

Ela está ficando cada vez melhor, pois está conseguindo sintetizar mais. Em outras oportunidades, ela queria uma hora para falar. Agora, ela fala em 25 minutos, em 20 minutos, e sintetiza com muita competência.

O SR. MARIA LÚCIA FATTORELLI – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns! Tenho acompanhado o seu trabalho dia e noite.

Passo a palavra agora ao Secretário do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Leonardo Maranhão Busatto.

Quero dizer, Dr. Leonardo, que, na abertura, falei que os dois Estados que mais me preocupam na questão da dívida são o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro. Eles estão mais expostos à opinião pública.

O SR. LEONARDO MARANHÃO BUSATTO – Obrigado, Senador Paim, Presidente desta Comissão, nosso conterrâneo gaúcho.

Queria também saudar meu colega auditor fiscal, João Pedro Casarotto; nosso Deputado Zanetti e a Maria Lúcia Fattorelli, com quem já compartilhei a mesa numa audiência pública na Assembleia Legislativa neste ano, convocada pelo Presidente, nosso Deputado Estadual Luis Augusto Lara.

Eu sou Subsecretário do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, estou aqui representando a Secretaria da Fazenda e o Secretário Giovani Feltes, que infelizmente não pôde participar, mas a dívida pública está afeta diretamente à minha área: eu cuido da parte da gestão financeira, sofro diariamente com a falta de recursos. Inclusive hoje, no dia de hoje, 5 de dezembro de 2016, eu, Estado do Rio Grande do Sul, Tesouro do Estado, nós, gaúchos, só pagamos R$2,5 mil para cada servidor público, ou seja, nós não conseguimos pagar ainda o salário de novembro e não temos perspectiva para o décimo terceiro.

Então, eu coloco nesse contexto e adicionaria, Senador Paim: não são só o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, que talvez sejam os piores Estados da Federação hoje, em termos de finanças, mas todos eles – todos eles –, em maior ou menor proporção, estão sofrendo os efeitos da crise, os efeitos da dívida, os efeitos dessa conjuntura, desse federalismo que foi construído no Brasil, de cima para baixo.

Eu já vim mais de dez vezes à Capital Federal discutir com a STN, com o Ministério da Fazenda, e eu nunca tinha visto a União tratar o contribuinte gaúcho e o contribuinte federal como se fossem duas pessoas diferentes. Eu me pergunto: o gaúcho que paga imposto estadual é diferente do que paga imposto federal? Não. Ele é o mesmo, mas parece que são pessoas diferentes. A União trata de maneira distinta o contribuinte se ele paga para a União, para o Estado ou para o Município. Então, por trás de tudo isso, da questão da dívida, que é essencial e talvez seja um dos temas que mais unifique Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

e Municípios... E os gaúchos, o Senador sabe que o gaúcho é muito brigador, ele sempre ou é Grêmio ou é Inter, ou é esquerda ou é direita, ou é preto ou é branco, ou é azul ou é amarelo; então, é muito belicoso, inclusive, até a sua história diz isso. Mas talvez a dívida pública seja dos temas que mais nos unifique.

E eu fico muito tranquilo de participar desta audiência e até colocar algumas sugestões porque eu vim aqui mais de cinco vezes discutir com o Tesouro Nacional que a União teve uma grande oportunidade – a grande oportunidade –, com a Lei Complementar nº 148, que foi aprovada por esta Casa, pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, a grande oportunidade, talvez não com a intenção de resolver a questão da dívida dos Estados, como vou apresentar aqui, por quê? Porque ela colocou num dispositivo que a remuneração estaria limitada à Selic, à taxa de juros. Só que a Selic que a União cobra, que o Fisco federal cobra dos devedores é com juros simples. Inclusive, a Maria Lúcia Fattorelli colocou aqui a súmula do STF.

Ou seja, bastaria que a União ou o próprio STF – que não quis julgar a ação, ele empurrou para um acordo entre Estados e Municípios – admitisse que eu não posso cobrar do privado de maneira diferente do público – na verdade, eu onero mais o público do que o privado – e admitisse que essa dívida simplesmente seria corrigida pelos juros simples. Com isso, todos os Estados da Federação, ou quase todos, teriam quitado sua dívida, e o Rio Grande do Sul seria credor mais ou menos dos mesmos valores que o Deputado Zanetti apresentou: R$ 8 bilhões. Então, nós não estaríamos aqui falando de parcelamento de salário no Rio Grande do Sul e, sim, de aonde nós estaríamos investindo esse dinheiro.

Portanto, eu vou apresentar rapidamente alguns dados do Rio Grande do Sul. Algumas coisas acabam até se repetindo nas apresentações, então, eu não vou me alongar, porque acho que o mais importante nesse tema é o debate, são os questionamentos e a unificação do discurso. Creio que, nesse ponto, vários Estados, os governadores de vários Estados poderiam se unir, inclusive a partir da própria fala do Presidente Temer, no seu discurso de posse, e resolver um problema que é de todos os brasileiros. Não é dos Estados, não é dos Municípios, é dos brasileiros.

Então, como falei, sou Subsecretário do Tesouro do Rio Grande do Sul e vou apresentar alguns números do Rio Grande do Sul e do Brasil, e acho que esta apresentação dialoga bastante com as apresentações anteriores.

O Rio Grande do Sul, desde os últimos 45 anos, apenas em sete gastou menos do que arrecadou, ou seja, durante 45 anos, em apenas sete, e mesmo nesses anos em que o Rio Grande do Sul gastou menos do que arrecadou, houve uma explicação que não foi estrutural: ou a venda de ativos, ou a questão da inflação – ou seja, não se dava aumento e deixava a receita cobrir –, ou por uma questão de aperto muito grande nas despesas. E todos esses valores, esse espaço aqui abaixo, geraram dívida. Ou seja, como uma família, como uma empresa, se eu arrecado menos do que gasto, eu tenho que tirar dinheiro de algum lugar, então, eu gero dívida. Portanto, durante todo esse tempo...

Esse gráfico é desde 1970, mas eu poderia citar: o Governador do Rio Grande do Sul Getúlio Vargas – não o Presidente Getúlio Vargas –, na década de 1910, criou uma das primeiras dívidas quando ele encampou o antigo porto da cidade de Rio Grande, o maior porto do Estado do Rio Grande do Sul, pegou uma dívida externa para encampar, porque era privado, e criou uma das primeiras dívidas do Estado do Rio Grande do Sul. Ou seja, a história da dívida poderia ser contada por séculos. É a própria questão brasileira: o império português veio para o Brasil, todo mundo sabe, fugindo de Napoleão Bonaparte, ficou aqui por um tempo, consumiu as reservas, invadiu casas; fizeram toda aquela questão histórica que todos conhecem, e, na hora de ir embora, deixaram a dívida para os brasileiros pagarem. Então, desde 1700, 1800, o Brasil já tem absorvido dívidas que não eram suas. Ou seja, essa história é quase a história do Brasil, talvez até Pedro Álvares Cabral tenha deixado alguma dívida para os índios pagarem naquela época.

Como é que o Rio Grande do Sul chegou a esse momento? Vou citar só as primeiras três linhas: endividamento, endividamento, endividamento. Uma dessas dívidas, Maria Lúcia Fattorelli, provavelmente é uma daquelas das Ilhas Cayman. Ou seja, o governante da época tinha que se endividar, por que tinha que se endividar? Por que provavelmente estava gastando muito mais do que arrecadava e pegou dinheiro onde tinha. Na época, provavelmente, Ilhas Cayman e outros lugares. Então, na verdade, a dívida do Rio Grande do Sul tem um componente histórico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aqui é o contexto das finanças, ou seja, esse contexto de crise que o Estado do Rio Grande do Sul enfrenta: ele tem que priorizar o pagamento da dívida com a União em detrimento do pagamento do seu próprio salário. E o Governador Sartori, que assumiu em janeiro de 2015, desde o princípio, tentou o diálogo, depois, a via judicial, com a União, dizendo: "Como eu pago a dívida com a União se eu não tenho dinheiro para pagar salário?" E pediu permissão para o STF para fazer isso. Ou seja, qualquer um de nós que tiver uma empresa, qual é a primeira dívida que tem que pagar? A dívida com caráter alimentar, aquela trabalhista, a que eu pago às pessoas, e não a dívida com banco, a dívida com credores. O STF diz que não, que eu tenho que pagar a dívida com a União, que é o nosso credor. Ou seja, nem isso o Estado do Rio Grande do Sul, e eu sei que é o mesmo caso do Estado do Rio de Janeiro, conseguiu. A União acabou de bloquear R$170 milhões das contas do Rio de Janeiro para pagar a dívida.

Mas o Rio de Janeiro não consegue pagar salário. Não consegue pagar salário! E o STF lava as mãos nesse ponto e diz: "Não, vocês se entendam, façam um acordo."

Então, o Rio Grande do Sul já tem um problema estrutural: tem a maior proporção de inativos na folha, ou seja, tem o maior número de aposentados; é a pior relação dívida/receita – e é a maior receita do Brasil; é o Estado que menos investe, infelizmente, hoje em dia; 75% da nossa receita é para pagamento de pessoal, o resto tem que fazer o Estado rodar, ou seja, pagar a saúde, educação, segurança. Nesse contexto já estrutural, eu somo aquela crise econômica brutal que nós estamos enfrentando, com queda de PIB nunca antes vista no País, pelo menos na era republicana. Essa queda do PIB gerou uma queda das receitas tributárias, receitas dos Estados e Municípios, que tem afetado a vida de todo mundo. E isto é uma coisa que me incomoda: a União parece que está descolada da realidade. Onde é que a vida acontece? Onde é que as pessoas buscam o setor público? Nos Municípios e nos Estados. Não é na União. Quantos hospitais federais existem? Quantas escolas federais existem? Existe Polícia Militar, Polícia Civil federal? Não. Porque a vida acontece nos Municípios e nos Estados. Então, parece que a União fica descolada, fica nessa cidade aqui, que é muito longe do País, parece que ela fica descolada da realidade. Então, não conseguem entender que, se eu não consigo resolver o problema dos Municípios e do Estados, eu prejudico as pessoas, não é o governante de plantão. Porque existem governantes de todos os partidos nesse mesmo problema.

Contexto brasileiro: situação macroeconômica; a maior crise dos últimos anos e a última informação que tínhamos, de que 12 Estados mais o Distrito Federal tinham problemas com a folha, ou eles postergaram o pagamento da folha ou não estavam conseguindo pagar integralmente, estavam parcelando. E o Rio de Janeiro, todo mundo sabe, decretou estado de calamidade. O Rio Grande do Sul recentemente também, estado de calamidade financeira. E aí um item que eu coloquei, que acho que é a base de tudo: o Pacto Federativo. Se nós não discutirmos o Pacto Federativo, em que os Estados e os Municípios têm que se submeter...

Meu colega Casarotto já colocou ali: tudo que a União tem que fazer e não faz, joga a responsabilidade para os Estados e Municípios. Se eu não discutir isso, eu vou ter que discutir todos os outros temas: dívida, investimento público, política tributária, política cambial, política monetária com esse juro absurdo, que impacta diretamente nos Estados, que pagam esses juros também. Ou seja, se eu não discutir o Pacto Federativo e mostrar para o União que ela só existe porque ela é um conjunto de Municípios e Estados, eu vou ter que discutir isso depois da dívida, se a gente tiver sucesso nessa discussão e aprovação desse PL, eu vou ter que discutir outras coisas, mas eu tenho que discutir primeiramente o Pacto Federativo e construir um país que seja feito dos Municípios e Estados para a União, e não o contrário.

Às vezes eu me incomodo quando... Isso eram todos os Presidentes, Presidente Temer, Presidente Dilma, Presidente Lula, Presidente Fernando Henrique, eu poderia voltar no passado. Eles convocam os governadores para apresentar propostas, com todo o respeito, que beiram o ridículo. Agora o Presidente Temer chamou os governadores para apresentar uma proposta de repartição das multas, do dinheiro da repatriação. Sabem quanto viria para o Rio Grande do Sul? R$80 milhões – milhões de reais. Eu pago um dia e meio de folha de pagamento – um dia e meio. Para isso ele elencou uma série de contrapartidas que vão prejudicar não só esse governo, porque este governo, e eu participo dele, é um governo que está lá temporariamente, mas também todos os governantes futuros daqui a dez anos. Como é que a União chama os governadores para fazer essa proposta?!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É essa a proposta? Eu não estou dizendo «Olha, vocês vão deixar de pagar a dívida por dez anos, eu vou anistiar a dívida, eu vou fazer um investimento bilionário». Não, são R$80 milhões para o Rio Grande do Sul. Claro, para alguns Estados um pouquinho mais, para outros, um pouco menos, mas esse é o pacto federativo que temos hoje, infelizmente.

Aqui, alguns números só para mostrar o contexto, que não é culpa dos Estados e Municípios. A crise econômica não é culpa dos Estados e dos Municípios, e eles estão sofrendo por causa disso. A União está gerando um déficit de R$170 bilhões de resultado primário, mais um déficit de resultado primário de R$130 bilhões, e exige que os Estados e Municípios façam ajustes! Vem cá, eu não posso emitir papeis e títulos da dívida, como a União faz, para rolar essa dívida – e vai aumentando a nossa dívida, ela está crescendo exponencialmente. Eu não tenho condições de fazer isso e, se tivesse condições para pagar salário, a gente pagaria, porque não há nada pior do que não pagar salário. E eu não estou falando de salários altos, estou falando... Eu paguei R$2,5 mil para cada servidor, e esse foi um valor alto, porque a receita no final do ano é um pouquinho melhor. Em meses anteriores, eu cheguei a pagar R$600, R$800, R$1 mil no último dia útil – eu fui pagando ao longo do mês seguinte.

Alguns dados da dívida pública – não vou explorá-los muito, porque já foram apresentados pelos colegas. O total da dívida em 2015 era R$61,8 bilhões, 83% referentes à dívida com a União. Ou seja, essa dívida que nós estamos discutindo, que o PL está discutindo e que poderia ser extinta, inclusive gerando um crédito, representa 83% da dívida do Rio Grande do Sul. Os outros 17% seriam facilmente gerenciáveis, porque são dívidas que não têm juros tão altos, são dívidas com prazo longo para pagar, são dívidas que não exigem as contrapartidas que a União exige.

Para se ter uma referência: a dívida é de 61... O Rio Grande do Sul aplicou em saúde R$3,2 bilhões em 2015; em segurança, R$3 bilhões; em educação, R$8,8 bilhões. Só para a gente entender, ter um grau de comparação para o que estou falando, do nível de deficiência financeira que temos hoje para aplicar nas áreas mais essenciais do serviço público. Esse é o nosso Estado, o Estado do Rio Grande do Sul.

A gente não tem nenhum título de dívida em mercado, esses títulos foram todos absorvidos pela União, e ela faz a gestão desses títulos. Ou seja, ela emite lá... Se qualquer um de nós entrar no Tesouro Direto, pode comprar, pessoa física vai pagar IPCA mais 6% ou Selic. É assim que eles estão pagando, é assim que a própria União consegue pagar, inclusive, salários. Caso contrário, com esse déficit absurdo que tem, não teria nem como pagar os salários dos servidores públicos federais.

E não há limite. Nos Estados Unidos há limite para a dívida. Inclusive, no primeiro mandato do Presidente Obama, ele teve que suar sangue para aumentar o limite da dívida, porque o Congresso não queria aprová-lo. Eles têm o chamado *shutdown,* eles iam fechar as repartições públicas, porque não conseguiam pagar os salários das pessoas, iam mandar as pessoas embora para casa. Os Estados Unidos e todos os outros países desenvolvidos... Sempre digo que não precisamos inventar, basta olhar para os países mais desenvolvidos para enxergar algumas coisas que poderíamos utilizar. Então, o Rio Grande do Sul não pode fazer nenhum lançamento de título, como a União faz.

Aqui, a composição da dívida – eu até vou passar mais rapidamente. Todos os dados da dívida pública do Rio Grande do Sul estão no *site* da Secretaria da Fazenda – vou colocar o *link* no final. Lá estão todas as composições, anualmente a gente faz a apresentação desse relatório – meu colega Casarotto esteva presente ao lançamento do relatório de 2015, que foi feito este ano. Os dados estão à disposição, acho que o mais importante é o debate.

Aqui, a evolução da nossa dívida e o que impactou... Em 1970 – obviamente, esse são valores corrigidos –, era de R$2 bilhões, hoje é de R$61,8 bilhões.

Aqui, os efeitos... O choque do petróleo não tem nada a ver com o Rio Grande do Sul.

A crise da dívida brasileira na década de 80 não tem a ver com o Rio Grande do Sul, mas isso tudo foi impactando a dívida.

O Plano Real, que os Estados e Municípios... Eles serviram para estabilizar a economia, com todos esses programas para que o Plano Real fosse bem sucedido. Depois, a União não... Na verdade, impôs regras rígidas para os Estados e Municípios e, depois, não voltou atrás, ou seja, não quis mudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Qualquer um de nós que faça um contrato de financiamento e se veja diante de um desequilíbrio econômico-financeiro ao longo de sua vigência vai lá discutir com o credor, ou vai à Justiça discutir. O que aconteceu nesse período foi um desequilíbrio econômico-financeiro, ou seja, juros muito acima dos do mercado, que tornavam impossível pagar a dívida, mas a União não quis negociar.

Aqui, os indexadores. Eu pago... 83% da minha dívida são índice de preço, ou seja, no caso, IGP-DI mais 6%. Aqui os valores estão um pouquinho desformatados, mas só a dívida da União, essa famosa 9.496, subiu, em 2015, R$5,1 bilhões. Lembrem que eu falei que nós investimos em saúde R$3,2 bilhões e, em segurança, R$3 bilhões. Ou seja, a dívida com a União subiu 5,1% num ano, quase o dobro do que investi nessas áreas essenciais. E a dívida externa, por causa da questão cambial – chamo mais uma vez atenção para a apresentação do Casarotto... O Rio Grande do Sul não tem nada a ver com a questão do câmbio. A política cambial brasileira fez com que a dívida do Estado do Rio Grande do Sul subisse R$2,4 bilhões em um ano – em um ano!

O serviço da dívida – só para mostrar quanto paguei anualmente. Volto àqueles valores: eu paguei mais de serviço da dívida em 2015 do que eu paguei em saúde e em educação. E se eu vou para a Justiça e digo que não tenho condições de pagar, que eu preciso pagar saúde e educação, ouço "Não, não pode pagar. Primeiro tu pagas a dívida, depois tu pagas o resto." Vem cá, o STF, o STJ, a Justiça teria isso na mão, inclusive... E não precisa inventar: há a súmula do STF, a legislação é a favor disso. Mas não, eu tenho que pagar primeiro a dívida.

Eu estive na audiência do STF que discutiu o projeto da dívida dos Estados, e os próprios Ministros – um ou outro até colocava – diziam "Não, vocês têm que se entender, vocês têm que se acertar". Mas como vamos nos acertar se eu tenho um padrasto em cima, malvado, que impõe sobre os Estados alguma coisa... Nessa discussão sobram migalhas. Num acordo, sobram migalhas para os Estados.

Nosso comprometimento, ou seja, em quanto comprometi a minha receita ao longo do tempo. Houve uma redução ao longo do tempo, até em função do crescimento das receitas dos Estados e Municípios. As receitas tributárias, as receitas próprias dos Estados cresceram bastante nos últimos tempos, mas, mesmo assim, eu comprometo mais ou menos 15% da minha receita com dívida.

O famoso resíduo, uma conta maluca... Para quem não conhece, é até difícil explicar. Do que eu contraí de dívida lá em 1998... As parcelas que eu não conseguia pagar ao longo do tempo iam para o "resíduo", ou seja, iam para pagar lá no final. Só que esse resíduo começou a ficar maior do que a dívida, ou seja, o que eu deixei de pagar ao longo do tempo ficou maior do que o que eu devia lá no começo. Então, hoje eu devo mais por conta do que deixei de pagar ao longo do tempo do que propriamente em função da dívida que contraí lá no início de 1998 – é uma matemática louca, absurda!

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO MARANHÃO BUSATTO – Aqui, a questão do anatocismo, outro tema que nós tentamos questionar no STF. É aquela coisa, às vezes parece que são dois pesos e duas medidas. O anatocismo é proibido, já foi julgado várias vezes pelo STF. Só que, o nosso resíduo, que hoje é de R$27 bilhões. Nós estamos usando só os juros sobre juros do resíduo.

Eu poderia discutir os juros sobre os juros da dívida. Ou seja, os juros que eu não paguei foram para uma conta chamada "resíduo", e essa conta gera juros, ou seja, são juros sobre os juros, o que é vedado, é proibido. Qualquer um de nós que tenha um contrato de financiamento imobiliário não paga anatocismo, mas o Estado paga. E o STF, a Justiça, que deveria dizer "Não, não é para pagar", lavou as mãos, disse "Não, tem que pagar". Ou seja, R$8,79 bilhões, em 2015, da dívida do Estado do Rio Grande do Sul foi de anatocismo. Bastava simplesmente a Justiça dizer que isso era indevido, e a União teria que desconsiderar. Isso vai ser pago não só pela nossa geração atual, mas pelos nossos filhos, netos e bisnetos. Do jeito que está, vai ser isso.

Aqui, alguns dados relativos às receitas de todos os Estados. A gente pode ver que todos os Estados em 2015 tiveram um aumento. E volto a frisar: não por causa dos Estados, mas, sim, pela questão conjuntural criada pela própria União, que diminuiu as receitas dos Estados e fez com que a inflação subisse às alturas. Ou seja, essa relação aumentou, e o Rio Grande do Sul é o primeiro... Eu diria que, além do Rio de janeiro, temos a companhia de Minas Gerais, somos os três Estados com maior dificul-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dade financeira neste momento – São Paulo tem uma situação um pouquinho diferente –, mas vários Estados estão enfrentando questões complicadas e com a dívida...

Este dado é interessante: se todos os Estados não pagassem nada de saúde, educação e segurança e utilizassem as receitas só para pagar a dívida, não quitariam a dívida em um ano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEONARDO MARANHÃO BUSATTO – Isso para o Estado. Parou, não há segurança, todo mundo vai para casa, é estado de calamidade pública, de emergência. Parou, não tem nada! Eu tenho que ficar um ano e mais um pouquinho para pagar a dívida com a União – todos os Estados. O Rio Grande do Sul precisaria de dois anos e pouquinho. É uma loucura!

Aqui, o nosso comprometimento ao longo do tempo em relação à dívida-receita, que também teria uma trajetória... É uma resolução do Senado Federal, não houve lei, não houve nada. Ou seja, o Senado Federal impôs aos Estados essa trajetória.

Aqui, a questão do acordo com a União. Também trago este dado porque ele é bem significativo: a gente contratou 9,2 e pagou 24,8, e o saldo é 51, é uma conta maluca que já foi explorada aqui.

Aqui, um contexto recente. Eu falo que não vou entrar em detalhes, mas a União... A própria LC nº148, que foi uma briga que simplesmente trocou o indexador de IGP-DI para IPCA e diminuiu os juros, ficou longe de resolver o problema, mas limitava a Selic.

Aqui, um comparativo que também foi trazido pelo Casarotto. Só um detalhezinho: se eu trocasse de IGP-DI, que é um índice – quem é economista ou estuda índices de preços sabe – ligado a câmbio, que não impacta diretamente... Não tem quase nenhum impacto direto sobre a vida dos Estados, é um componente eminentemente de política monetária da União. Mas, se eu utilizasse só o IPCA, eu teria uma diferença de mais de 100% desde o começo da dívida. Ou seja, bastaria a União... Digamos que a União não aprovasse IPCA sem juros. Só de trocar o indexador, a dívida dos Estados seria substancialmente reduzida. Estou usando um indexador que, talvez, na época, não era tão divulgado, mas era um indicador público – o IPCA é divulgado pelo IBGE. O IGP-DI, como a Maria Lúcia Fattorelli colocou, é da FGV.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO MARANHÃO BUSATTO – Aqui, só para vocês terem noção: a redução do estoque em função da LC nº 148, que é de amplo conhecimento... Essa questão que a gente colocou: do início do contrato até janeiro de 2013, se fosse utilizada a taxa Selic, nós já teríamos quitado a dívida e teríamos crédito. A União teve a grande oportunidade de resolver o problema dos Estados e dos Municípios, assim como o STF: era simplesmente aplicar o que o artigo dizia, bastava aplicar o que o artigo dizia.

Foi uma lei aprovada por esta Casa, uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, mas a União teve entendimento diferente: para o privado, eu vou cobrar de uma maneira, juro simples; para o público, eu vou cobrar juro composto.

Aqui são algumas projeções.

Vou me encaminhar para o final, até pela questão do tempo.

A gente continua nessa discussão. Aqui são os principais pontos do PLC 257, que está nesta Casa, em discussão – agora mudou, é o PL 54 –, que traria os ganhos para o Rio Grande do Sul, que são ganhos financeiros, ou seja, eu vou ter ganhos de curto prazo, mas não de longo prazo. Então, o resultado final seria uma redução no comportamento da dívida, mas eu continuaria devendo, só iria empurrar essa dívida para o futuro. No caso do Rio Grande do Sul, daria um resultado de R$5,2 bilhões até 2018. Eu iria deixar de pagar no período, mas iria pagar a mais no futuro, ou seja, estou pagando menos no presente, mas vou onerar mais, no futuro, os cidadãos do Rio Grande do Sul, de todo o País. Teria um ganho financeiro de R$5,2 bilhões até 2018, mas é um ganho que paga mais ou menos 5 folhas de pagamento. Para nós, é um ganho irrisório perante as contrapartidas que a União está exigindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, eu agradeço.

Aqui está o meu *e-mail* e o *site* da fazenda/tesouro, que é o Tesouro do Estado, onde estão todos os relatórios. A gente prima muito pela transparência na questão da dívida e das informações financeiras. Então, está tudo lá, à disposição, até o nosso contato, para qualquer dúvida. Os relatórios da dívida são muito didáticos, têm todos os dados que foram apresentados aqui. A gente tem sempre interesse em discutir, porque esse é um tema, como eu falei, que unifica os gaúchos, os brasileiros, os cidadãos, que são os mesmos da União. Como eu digo sempre, não existe contribuinte federal, estadual e municipal. Todos são contribuintes, todos são cidadãos brasileiros.

Agradeço, mais uma vez, o convite.

Desculpe ter sido um pouco rápido; foi pelo atraso.

Fico à disposição para qualquer questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Leonardo Maranhão Busatto, Secretário do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul.

Nós temos uma segunda Mesa agora.

Convidaria os senhores a retornarem para a primeira fila.

Chamo a segunda mesa: Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip); Sílvia Helena de Alencar Felismino, Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita); Luis Roberto da Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos do Ministério da Fazenda (Sindifazenda) – peço que coloquem as placas para eles aqui na mesa –; Luiz Gonçalves Bomtempo, Diretor do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal, Sindifisco Nacional.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Floriano Martins de Sá Neto, que falará pela Anfip.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Bom dia a todos e a todas.

Quero parabenizar o Senador Paulo Paim pela primeira mesa e todos os componentes. A gente vem aqui e tem a oportunidade de ter uma aula de cidadania.

Senador Paulo Paim, agradeço pela iniciativa de a gente dividir esta audiência para falar um pouquinho sobre a Receita Federal do Brasil. Neste tempo de crise econômica, de falta de recursos financeiros, a gente esquece...

É mais fácil, às vezes, retirar direitos – é o caso agora da reforma da previdência – trabalhistas, ou seja, olhar o «problema», entre aspas, brasileiro pela diminuição do gasto social, mas pouco se olha para a questão da receita ou pouco se propõe do ponto de vista da receita, é um olhar enviesado sobre a solução para os grandes problemas brasileiros. E pedimos esta audiência pública bem como sugerimos os convidados.

Parabenizo a Sílvia, Presidente do Sindireceita pela presença; também o colega Luis por ter aceito o convite. Lamento a ausência da Receita Federal do Brasil, que, acho, foi convidada e não compareceu. Parabenizo também o colega do sindicato pela presença

A Receita Federal completou 48 anos no dia 20 de novembro. Eu tenho aqui, Senador, um discurso que fala de números. O nosso Presidente Romero teve um problema com o seu voo, não pôde estar presente, estou aqui substituindo. Então, gostaríamos que constasse dos *Anais* esse discurso técnico que conta um pouco da história da Receita Federal.

Eu vou complementar aqui falando que a atual forma em que a Receita Federal está hoje do ponto de vista legal é da Lei nº 11.457, que trouxe a fusão. Ou seja, nós, que somos de origem previdenciária, viemos do Fisco Previdenciário, fomos incorporados à nova estrutura da Receita Federal do Brasil, trazendo, além da contribuição do INSS, que era nossa atribuição, outras duas atribuições que não são tributárias, no *stricto sensu,* mas que são também muito importantes, que é a previdência dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

regimes próprios, que é também outra questão sempre levantada quando se fala da dívida dos Estados, esse compromisso que os Estados têm de manter seus regimes próprios, de honrar as aposentadorias dos servidores públicos aposentados, e a previdência complementar a cargo da Previc, que também é competência dos auditores fiscais.

Senador, por ter 48 anos, não se pode contestar a importância que tem a Receita Federal: praticamente toda a arrecadação tributária federal passa pela Receita Federal do Brasil. Eu começaria falando que todo mundo conhece a Receita Federal como estrutura. Uma vez por ano minimamente, as pessoas se relacionam com a Receita Federal na hora em que vão declarar o seu Imposto de Renda. Geralmente reclamam, acho que reclamam com razão, porque pagam, a pessoa física paga o seu imposto e não vê o retorno devido. Mas aquela estrutura, que é um prédio hoje está na Esplanada, está nos Estados, está nos Municípios – falamos aqui de novo dos CACs –, ou seja, essa estrutura física, os programas, essa é a Receita Federal? Eu diria que não, Senador Paulo Paim, não é só isso.

A Receita Federal, 48 anos, são os seus servidores, são as pessoas que lá trabalham. E aqui temos que render homenagem a todos, todos os servidores que estão trabalhando hoje, aquele que tem a função mais humilde até a função do secretário, todos eles contribuem para que dentro desse manicômio tributário em que vivemos... E sempre se coloca como prioridade, todo governo, todo presidente que se candidata a Presidente da República coloca a reforma tributária como sua prioridade número um; depois disso, vem com remendos e nunca se trata efetivamente de abrir essa caixa, ou seja, de levar essa discussão efetiva para a sociedade.

Senador Paulo Paim, nós não deveríamos estar esperando... Hoje, parece-me que haverá o anúncio das linhas gerais da reforma da previdência. Para mim, é um absurdo que a gente fale em reforma da previdência sem falar antes da estrutura tributária. O que nós temos, o que podemos fazer para que o sistema tributário deixe de ser o que é hoje: um empecilho para que as pessoas se relacionem, para que as empresas possam minimamente estar confiantes de que poderão se endividar, poderão produzir ou buscar novos empregos e financiamentos, em função dessa questão tributária?

E voltando à questão dos nossos servidores da Receita Federal do Brasil – fizemos 48 anos, no dia 20 de novembro –, há uma situação, Senador, que virá para o Senado. Nós temos um Projeto de Lei nº 5.864, que trata, na sua origem, da recomposição salarial da carreira Auditoria, da Receita Federal do Brasil, composta pelos cargos de Auditor e pelos cargos de Analista. Esse projeto de lei está na Câmara, já há um relatório substitutivo aprovado. E nós temos um projeto de lei que de certa forma, na nossa opinião, foi levado para um caminho diferente daquilo que a gente imaginava. Tem algumas questões internas sobre as quais eu não vou perder o nosso tempo e do nosso ouvinte falando. Mas eu gostaria de dizer, Senador Paulo Paim, que esse projeto de lei hoje está fazendo com que a Receita Federal não cumpra a sua missão institucional, tão importante nesse momento de crise.

Nós vivemos uma realidade – isso já está estampado nos jornais, que já estão divulgando – em que há uma paralisia. Isso realmente prejudica por demais. E não estamos falando aqui em defesa de Governo, seja ele a, b ou c, mas da função institucional da Receita Federal do Brasil que é a de arrecadar, mas que é também a de combater os ilícitos que são produzidos. Quanto a isso, nós, enquanto auditores fiscais, temos na nossa competência o lançamento, o ato de lançar, ou seja, de fiscalizar o contribuinte e fazer o lançamento daquele que não cumpre com suas obrigações.

Temos que dizer, Senador, que a casa está paralisada em função de uma má condução de uma questão que não é só nossa. Já tivemos a imensa maioria dos servidores públicos... Estão, inclusive, no gozo de um acordo que foi gestado no governo da Presidente Dilma. Esse acordo gerou aumentos. Nós temos uma grande parte de servidores que já estão recebendo os reajustes desde agosto deste ano, e um prazo de vigência que vai de quatro anos.

No caso específico da carreira Auditoria, nós somos os únicos cargos, dentro da Receita Federal, dentro do Ministério da Fazenda, que ainda não tiveram a sua situação resolvida. E hoje nos preocupa um fato de natureza concreta do funcionamento da Câmara e do Senado. Nós estamos nos aproximando do fim do ano legislativo e poderemos correr o risco dessa crise entrar 2017, tendo em vista que não se consegue chegar a um acordo que seja aceitável para os cargos, para o próprio Governo e para a Receita Federal do Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, aproveitamos hoje para saudar todos os servidores, pelos 48 anos, para tocar na realidade, uma realidade difícil, que não é exclusiva da Receita Federal do Brasil. Temos vários órgãos, vários serviços públicos em situação muito difícil.

Aproveitando Senador Paulo Paim, no início da sua fala, V. Exª falou do desastre recente, da semana passada, com o time da Chapecoense. Aqui nos solidarizamos com todo o povo da cidade, os torcedores do time, principalmente os familiares que perderam seus entes queridos, seus sonhos, lembrando uma coisa que desejaríamos deixar como final dessa nossa conversa neste momento. Muito se falava do time, um time em ascensão, a Chapecoense, dizendo que ela iria conquistar futuros, ou seja, a marca, mas aí vem um acidente desses, Senador Paim, e acaba. Acaba com o time, porque o principal, aquilo que levava a Chapecoense à frente eram os seus jogadores, eram os seus seres humanos, trabalhadores da Chapecoense, que infelizmente faleceram nesse acidente pavoroso.

Então, chamamos a atenção para isto: a Receita Federal do Brasil é os seus servidores. Todos eles. E, nesse sentido, há que se buscar para a casa Receita Federal do Brasil, de alguma forma, uma solução para esse impasse que estamos vivendo.

A Anfip vem elencando uma posição diferente da posição do nosso sindicato, uma posição da própria Receita Federal do Brasil, também de certa forma, do Sindireceita. Gostaríamos de ver esse imbróglio resolvido. Que o Governo, efetivamente, chame suas entidades, venha e coloque finalmente à mesa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – a proposta para que possamos, ainda nesta semana, aprovar um projeto de lei que traga – não queremos ganhar nada a mais do que os demais servidores – tranquilidade para o imenso contingente de auditores, Posso falar como são as carreiras de auditores e analistas já que os nossos demais colaboradores já estão recebendo seus reajustes.

Então, Senador Paulo Paim, parabenizamos a Receita Federal do Brasil pelos seus 48 anos. Esperamos que, no ano que vem, possamos já dizer que a Receita Federal do Brasil melhorou nesse um ano em que pôde neste momento de crise, cumprir seu papel e mostrar os resultados de que não o Governo, mas a Nação e os brasileiros precisam. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Floriano Martins de Sá Neto, pela Anfip, sobre a Receita Federal.

Luís Roberto da Silva, Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos do Ministério da Fazenda, Sindifazenda.

O SR. LUIS ROBERTO DA SILVA – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos dando, nesta Mesa, dez minutos para cada um, para, depois, fazermos o fechamento, com os encaminhamentos inclusive o da dívida dos Estados.

O SR. LUIS ROBERTO DA SILVA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar todos na pessoa do Senador Paulo Paim.

Faço um comentário sobre o que o Floriano falou, quando reclamou da ausência de algumas pessoas e de categorias. Isso talvez reflita o que está acontecendo na Receita Federal.

Todo mundo pensa que a Receita Federal – quando se fala em carreira de auditoria – só tem auditores e analistas. Engano! Ele disse também que ele quer resolver o problema... E, aqui, eu não tenho nada contra nem auditor, nem analista; muito pelo contrário, eu só estou pontuando fatos que ocorrem, e o fato é que todos os servidores da Receita Federal, do Ministério da Fazenda já resolveram os seus problemas relacionados a reajuste, a essas coisas. Agora, só falta a gente.

Na verdade, aí é que mora o problema. Quando você trata de um órgão que tem, entre da sua força de trabalho, 25% de servidores que só são vistos na hora de trabalhar, na hora de desenvolver as suas atividades e não na hora de discutir algum tipo de acordo, como é esse que consta do PL nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

5.864, ao qual ele se referiu, você cria uma crise, uma crise que, realmente, está levando a instituição a parar. Isso porque, se você é chamado de servidor para trabalhar, mas não é visto como servidor da casa para o bônus ou para os benefícios... A gente brinca que nós, os servidores administrativos, os quais eu represento, só somos vistos na hora do ônus; na hora do bônus, não somos servidores da casa, não somos servidores da instituição.

Nós temos uma unanimidade. Se você conversar com qualquer gestor ou com qualquer dirigente do sindicato e gestores da Receita Federal, que, aliás, este ano completa os seus 48 anos, vocês ouvirão as mesmas colocações: todos os servidores são essenciais ao funcionamento do órgão. Todos, mas nós, que não estamos na carreira de auditoria, entendemos muito bem: "todo servidor é essencial desde que ele seja da carreira de auditoria". A administração da Receita só enxerga como servidor da instituição os servidores da carreira de auditoria; os outros servidores são os carregadores de piano, são aqueles que trabalham, mas não são vistos como servidores da casa, a não ser para serem punidos.

É engraçado: usa-se o art. 37, inciso XXII, da Constituição de duas formas, ou para benefício, ou para punição. Quando é para beneficiar, ele só serve para a carreira de auditoria. «Não; você pode porque você está cumprindo o que diz o art. 37, inciso XXII, da Constituição; você faz parte de uma carreira específica do Fisco, da carreira tributária. Mas, para você que não faz parte da carreira de auditoria, ele não serve». Mas, para punir, diz-se assim: «Não; você acessa os sistemas da Receita, você fez besteira, você vai ser punido, você vai ser mandado embora».

Então, o que eu acho que falta na Receita, hoje, para realmente ela ser um órgão de excelência, como se diz, é gestão de pessoas. Eu estou aqui só nisso: falta gestão de pessoas! A Receita precisa resolver um problema que ela deixou vir aqui para o Congresso Nacional e que ela já deveria ter resolvido antes, qual seja, saber quem são os servidores da casa. São estes; então, vamos resolver esse problema: todos vão pertencer ao quadro da Receita Federal ou vão ter os benefícios, os ônus e os bônus de pertencerem a essa instituição, não só os ônus.

Então, neste primeiro momento, o que eu queria colocar era isso: precisa a Receita de gestores. Hoje nós temos muito, como ele colocou, auditores fiscais... "Nós emitimos autos, nós isso, nós aquilo", mas eu acho que falta um pouco de gestão, acho que falta um pouco de administração.

Na composição dos órgãos, há algum tempo, a maioria dos servidores que passaram na carreira de auditoria era de odontólogos e de engenheiros. Não vejo muita ligação desses cargos. Nada tenho contra, mas essa foi uma época. Então, o que está faltando é gestão, são gestores que realmente enxerguem essa área funcional do órgão e que resolvam essa questão, para que não haja esse problema que está acontecendo hoje. O PL 5.864 – a Casa já está fechando, já está encerrando a legislação de 2015 – não foi aprovado.

Ele falou que as outras carreiras já estão recebendo seu reajuste. Sim, nós assinamos um acordo. Mas, quando assinamos o acordo, não estava em pauta na Receita Federal essa questão do bônus. Isso nos afeta muito. Hoje, já existe uma diferença salarial muito grande entre os servidores da carreira e os demais servidores do órgão. Com esse bônus, vamos chegar a quase 500% de diferença salarial, para desenvolver as mesmas atividades ou praticamente as mesmas atividades. O que queremos não é que eles deixem de receber ou que passemos a receber igual a eles, mas queremos um tratamento isonômico. Que pelo menos nos chamem para discutir! É essa a gestão que queremos. Queremos que nos chamem para sentar à mesa e falem o que nós podemos fazer ou não podemos fazer. É isso que nós queremos.

Neste momento, Senador, era o que eu teria a dizer. Depois, fico aberto aos debates e a alguma complementação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Luis Roberto da Silva falou pelo Sindfazenda.

Fechando esta Mesa, concedo a palavra à Sílvia Helena de Alencar Felismino, que fala pelo Sindireceita.

A SRª SÍLVIA HELENA DE ALENCAR FELISMINO – Bom dia a todos e a todas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu gostaria de parabenizar o Senador Paulo Paim e de lhe agradecer não só pela audiência que nos antecedeu e por esta audiência, mas também por sua pessoa, pelo político que ele é, pela representatividade dele como Senador não só do Rio Grande do Sul, mas do País. O Senador Paim é um guerreiro, é defensor dos trabalhadores e da Previdência Social.

Muito obrigada, Senador. Na sua figura, agradeço a presença de todos e cumprimento todos os presentes.

Eu gostaria de dizer que esta audiência está sendo veiculada ao vivo no Facebook do nosso Sindicato.

Vamos ao momento por que passamos, vamos para a origem!

É uma pena a Receita não estar aqui presente. Mas é compreensível, diante do caos por que a administração passa, ela não querer vir a público para mais um confronto ou constrangimento, seja lá o que for.

A Carreira de Auditoria da Receita Federal foi criada em 1985 e tinha o nome de Carreira ATN. Sua finalidade era cumprir atividades específicas da Administração Tributária e Aduaneira, composta pelos cargos de Técnico do Tesouro Nacional e de Auditor Fiscal do Tesouro Nacional. É bom salientar a finalidade para a qual foi criada a carreira: cumprir atividades específicas da Administração Tributária e Aduaneira. Por quê? Porque esse PL que tem trazido tantas discórdias tenta, de maneira sorrateira, deixar que as atividades específicas da Administração Tributária pertençam apenas a um cargo. E o que falta na Receita, de fato – concordo com o Luis –, é gestão. Nós precisamos de gestores.

O que acontece na Receita com relação à paralisia que dela se fala hoje não é em virtude do PL. O PL é apenas um detalhe. A Receita Federal está paralisada há mais de cinco anos, quando se resolveu colocar uma administração na Receita onde se prioriza um cargo em detrimento não dos demais servidores, mas do órgão como um todo. Por isso a paralisia. O que o PL fez foi agravar um pouco mais e extravasar, colocar extramuros o que acontece na Receita Federal.

Quando se foi discutir a questão do bônus na pessoa de representante da nossa categoria, e entendendo a importância de todos os servidores de fato, não com palavras – palavras são muito bonitas, mas para mim valem as atitudes –, na mesa de negociação, quem pautou e solicitou a inclusão dos demais servidores no bônus foi o SINDIRECEITA, porque o SINDIRECEITA entende que a eficiência de um órgão se dá por todos os seus servidores, e não apenas por A ou B. E quando se fala em eficiência de órgão, tem que se levar em conta todos os servidores. Infelizmente, essa tese, digamos assim, não prosperou porque a própria Receita Federal não permitiu seu debate. Vale salientar, e justiça temos que fazer, o Planejamento era favorável, à época, à discussão do bônus para todos.

Voltando à história, em 1999, a carreira Auditoria da Receita Federal, composta pelos dois cargos de Analista e Auditor, passou por uma transformação através da MP 1.915, que mudou o nome e a vinculação dos cargos, que passaram a ser vinculados ao órgão a que sempre pertencemos, e passou a ser exigido o nível superior do Analista, à época Técnico da Receita Federal. Vale ressaltar que foi feito um estudo pela Fundação Getúlio Vargas, e essa mudança na exigência só se deu em virtude do grau de complexidade do concurso, do grau de complexidade das atividades desenvolvidas e pelo alto índice de nível superior daqueles pertencentes à carreira, à época, acima de 90%, desmentindo, portanto, a falácia de alguns de que, entre os Analistas, nós só temos 30% de nível superior, mentira feita através de manipulação de dados, e quem tem os dados os manipula como quer.

Em 2007, passamos pela transformação que o Floriano citou, da fusão das duas Receitas, Previdenciária e Receita Federal, quando a carreira continuou com o mesmo nome, mas incorporou-se o cargo de Auditor da Previdência ao de Auditor da Receita, provocando, com isso, uma injustiça com os previdenciários que vieram de lá, que não tiveram oportunidade de discutir a sua carreira naquele momento.

Linha do tempo dos cargos: em 1985, Técnico; em 1999, Técnico; em 2007, Analista Tributário, fazendo uma recomposição ao nome antigo, antes da carreira, que era Técnico de Atividade Tributária. Vale salientar que é um cargo limpo, sem nenhuma incorporação, sem nenhuma transformação, um cargo totalmente genuíno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Entre 1995 e 1999, tivemos algumas incorporações feitas ao cargo de Auditor pela extinta Sunab, IAA, IBC. Ainda nesse intervalo, tivemos a incorporação dos não aprovados no concurso de 1991, que foram mais de 5 mil e, em 2007, a unificação dos dois cargos em um único, o da Previdência e o da Receita. Por que é importante salientar isso? Porque dizem que nós somos um trem. Se nós somos um trem, nosso vagão é limpo.

O art. 37, citado por ele, determina que a administração tributária da União seja exercida por servidores de carreira específica, e a Medida Provisória nº 1.915 ratifica, confirma que a carreira Auditoria da Receita Federal, composta pelos dois cargos de nível superior, é a carreira específica do órgão.

Vamos à questão das atribuições. Nós temos atribuições que vários fazem, nós temos as atribuições privativas da carreira. Dentro dessa bola, estão apenas as atribuições privativas da carreira, representando esse círculo amarelo as atividades privativas da carreira concorrentes em igual teor, em igual complexidade, em igual liberdade de atuação entre Analistas e Auditores. Esse círculo amarelo corresponde a 80% das atividades específicas da Receita Federal. No círculo azul estão as privativas do Auditor, que só ele desempenha de forma conclusiva. Porém, o Analista desempenha uma atividade técnica acessória e preparatória, não com subordinação, também com liberdade de atuação.

A atividade específica da administração tributária foi recentemente discutida através da Adi nº 5.391, que fala dos fiscos e de suas carreiras. O nosso Procurador-Geral Rodrigo Janot foi muito claro na sua definição – lógico que não vamos ler o parecer todo – quando disse: "...conclui-se que as referências às administrações fazendária e tributária do art. 37, XVIII e XXII, da Constituição Federal aplicam-se tanto a ocupantes de cargo de auditor-fiscal quanto aos de analista-tributário." Então, vale aqui dizer que qualquer alteração da lei que tente, inclusive no PL nº 5.864, alterar esse teor não só é injusta, indevida, como é inconstitucional, e isso não sou eu quem diz, mas Rodrigo Janot.

Em nossos eventos nós já discutimos n vezes essa questão de trem, de fusão, de unificação. Emitimos um documento vasto, consolidado e aprovado por uma maioria esmagadora da categoria, em uma votação também esmagadora, onde dizemos: "Permanecemos dispostos a trabalhar incessantemente pelo resgate da Receita Federal do Brasil. Temos consciência de que somos servidores da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, típica de Estado, ocupantes do cargo de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil, de nível superior". Assim sendo, não almejamos em nossa vida profissional unificação ou promoção entre cargos, até porque isso seria perda de identidade do nosso cargo, e isso nós não temos. O que queremos mesmo é que a Receita Federal entenda isso de uma vez por todas e nos dê segurança jurídica, um tratamento respeitoso e o nosso lugar ao sol.

Que o órgão passe a funcionar como órgão e não como um sindicato de uma única classe, com uma postura deletéria com relação aos demais.

A Receita Federal é contraditória. Ao passo em que toma atitudes como o PL 5864, ela baixa a Portaria nº 554, em que diz: "Exemplificando, um Auditor-Fiscal deve ser alocado, preferencialmente, em atividades privativas do cargo; um Analista-Tributário, em atividades privativas da Carreira ARFB; e assim por diante." Então, a Receita Federal reconhece no papel a necessidade de clarificar as atribuições da carreira com o melhor aproveitamento dos dois cargos, porém, não cumpre o que ela escreve.

Para fortalecer a atuação, os analistas dizem que é preciso respeitar a Constituição e é preciso reconhecer a essencialidade da atividade do analista, exclusiva de Estado, relativa às competências específicas da administração. É preciso também respeitar todos os servidores, não apenas a carreira, pois o órgão é feito de muitos servidores e um órgão só é forte, só é valorizado quando se reconhece a força da mão de obra humana que carrega esse órgão.

Como já estamos no final, eu gostaria de apresentar a todos a página do Sindireceita. Gostaria que todos a visitassem e reconhecessem a atuação cidadã do nosso sindicato e da nossa categoria. Nós falamos muito de receita, de eficiência, de paralisia, de reforma tributária, mas antes de qualquer reforma é necessário rever a forma da Receita trabalhar para que ela se torne mais eficiente e busque os recursos que estão parados na União, sem que isso implique maior penalidade para a carga tributária e maior pesar para o empresário brasileiro. Por isso o Sindireceita lançou o Brasil sem Crise – gostaria que vocês visitassem a nossa página e olhassem o Brasil sem Crise –; a nossa campanha de combate à pirataria, Viva a Originalidade, valorizando produtos nacionais; as nossas campanhas das fronteiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós lançamos o livro *Fronteiras Abertas*, temos estudos muito grandes sobre portos, porque através das fronteiras é fundamental mostrar qual a fragilidade do nosso País e como podemos evitar essa avalanche de entrada de munição, armas e drogas que vêm fazendo aumentar a violência nos nossos grandes centros.

O analista tributário tem a Receita Federal do Brasil para um melhor Brasil. As principais áreas de atividades se concentram na lotação de tributação, tecnologia, julgamento, fiscalização, atendimento e educação fiscal, que é uma coisa muito importante, arrecadação e cobrança e administração aduaneira.

A receita, há muito, lutou – e lutou mesmo, ela não se omitiu – pela indenização de fronteira. Junto com seus servidores, foi uma ideia lançada pelo Sindireceita quando da campanha de fronteiras abertas, e até hoje não temos isso regulamentado. Seria uma maneira de fortalecer as fronteiras, deixar as pessoas mais estimuladas no combate ao crime e à fixação nesses pontos tão complicados. Essa indenização veio de forma muito justa e foi uma das defesas do Sindireceita que a indenização de fronteira fosse uniforme e fosse para todos os servidores. A indenização de fronteira beneficia analistas, auditores e os demais servidores do órgão.

Também é importante salientar que se faz necessário o porte de arma institucional para que o analista e o auditor tenham maior segurança na sua atuação perante as fronteiras. Nós temos uma fragilidade no nosso porte de arma. Esse assunto tem que ser discutido não só por esta Casa.

Ao final, eu agradeço mais uma vez a participação e peço ao Senado Federal que tenha atenção quando esse PL chegar aqui – se chegar, e esperamos que chegue; estamos no final do ano e, até agora, nada. Mas não o PL original, que traz uma série de injustiças e um açodamento ainda maior de um cargo em relação ao Poder, para que a Receita Federal deixe de ser do Brasil e passe a ser propriedade, e sim o substitutivo do Deputado Wellington Roberto, que procurou em sua maioria não só contemplar a paridade aos aposentados, mas procurou respeitar todos os servidores da Casa.

Meu muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sílvia Helena de Alencar Felismino, que falou pelo Sindireceita.

Meu cumprimento às três entidades, que, nesta data dos 48 anos da nossa Receita Federal, demarcam com muita clareza e competência o papel de cada profissional, demonstrando nos debates de que tenho participado aqui – não é, Floriano? – e também pelo Brasil que o caminho não é reforma, reforma, reforma e retirar direitos dos trabalhadores da área pública e da área privada, mas sim dar mais estrutura para que a arrecadação possa de fato aumentar e contribuir com todo o povo brasileiro.

Muito obrigado. Uma salva de palmas! (*Palmas.*)

Os três estão liberados.

O Hermes Zanetti queria fazer um questionamento ao Dr. Leonardo.

Por favor, pode fazê-lo neste momento.

Podem ficar aqui na mesa ou estão liberados. Fiquem bem à vontade.

O SR. HERMES ZANETTI – Muito obrigado, Senador Paim.

Primeiro, eu queria fazer uma homenagem ao Cézar Busatto, pai do Leonardo, que foi deputado estadual, foi secretário da Fazenda; uma história muito bonita de homem público no Rio Grande do Sul.

Segundo, eu queria aproveitar para convidar as três entidades que acabam de falar para se engajarem nessa questão da dívida pública. Eu aprendi desde criança, lá no meu Monte Bérico, no interior do Rio Grande do Sul, que, em casa que não tem pão, todo mundo briga, ninguém tem razão. Então, está aí a oportunidade de poderem ajudar a construir uma nova realidade para este País, engajando-se. Eu falo isso com muita tranquilidade, porque estou nisso há mais de 40 anos e aprendi que a única causa que se perde é a causa que se abandona. E eu não vou abandonar essa causa. Pretendo que Deus me dê saúde para ver esse movimento ganhar força e ganhar solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O questionamento que eu queria fazer é o seguinte: pedir ao nosso representante do governo gaúcho – e é nessa condição que faço a observação – que leve ao seu secretário, com quem nós já tivemos reuniões e promessas de ação que não vimos, para que leve ao Governador José Ivo Sartori que tome atitude. Ele tem o espelho de três Senadores de diferentes partidos do Rio Grande do Sul, que apresentaram o projeto, e eu não vi, até o momento – não vi! –, qualquer atitude do Governador José Ivo Sartori apoiando o projeto dos três Senadores. Não o vi chamando-os para dizer: "estamos engajados nessa força; vocês são de três partidos que não o meu, e eu estou agregando o meu partido aos três partidos de vocês para darmos força para resolver esse problema".

O Busatto, brilhante, mostrou aqui quanto o Estado do Rio Grande do Sul tem a receber do Governo Federal. E o Governador José Ivo Sartori está lá deixando de pagar o salário dos professores e dos funcionários em geral, deixando o nosso amigo Busatto no constrangimento de dizer: "Olha, nós não vamos pagar décimo terceiro, nós não temos de onde tirar o dinheiro."

Eu faço, então, dois apelos. Primeiro, que os três representantes se engajem nessa luta da dívida pública. E vocês são da área, então têm melhores condições do que eu de analisar, de olhar isso melhor e nos ajudar, ajudar a Maria Lúcia, ajudar o Casarotto, nos ajudarem a tornar isso vivo, público, nacional, para mostrar que essa tragédia que nós vivemos é decorrente de uma posição incompreensível, inclusive do atual Governo, porque manda ver quem não tem direito ao Bolsa Família, quem não tem direito ao auxílio-saúde e tal, mas não tem a mesma coragem, não tem a mesma postura para ver quem tem esses créditos ou não tem.

Quando a Maria Lúcia estava mostrando a origem dos problemas, das dívidas e colocou as Ilhas Cayman e outras, Singapura, não sei, eu me lembrei de uma coisa e quase a interrompi, Maria Lúcia, mas vou falar agora. Aí se pode explicar porque há tanto medo de uma auditoria ou de uma análise pericial dessa origem. As pessoas sabem que não têm esses créditos; e nós, sabendo que as pessoas sabem que não têm esses créditos, temos essa dificuldade de trazer isso à tona.

E o segundo apelo, portanto, é que você leve ao Governador José Ivo Sartori que não adianta ficar chorando, queixando-se diante dessa dificuldade. O Rio Grande do Sul tem que ter um governador. E, tendo um governador, levante-se apoio ao projeto dos três Senadores e comande, junto com os outros governadores, uma atitude. O Governo Federal faz o que faz porque nós deixamos que ele faça isso. Essa é a questão.

Agora, vou aproveitar para dar um recadinho para o Francisco Dornelles. Ele era Senador aqui. O espírito do projeto dele era o mesmo que está sendo posto agora. Ele estava lá, no Governo do Rio de Janeiro, sofrendo as atrocidades da consequência disso tudo que nós estamos vivendo. Eu não vi a atitude dele defendendo esse projeto.

E já que estou mandando recado, vai mais um. Vou reativar, vou reativar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aproveita, tem mais cinco minutos.

O SR. HERMES ZANETTI – Ao Ministério Público Federal, que está investindo forte – e com razão – nessa Lava Jato, na corrupção no varejo: eu quero ver o Ministério Público engajado nessa corrupção por atacado que é a dívida pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Por favor, Dr. Leonardo Busatto.

O SR. LEONARDO MARANHÃO BUSATTO – Na verdade, quero só agradecer a citação do Deputado Zanetti ao meu pai. Fico muito feliz! Vou levar, obviamente, ao Secretário Giovani Feltes e tentar levar ao Governador essa questão.

Nós temos colocado, Deputado, que não é uma questão do Rio Grande do Sul ou do Rio de Janeiro. É uma questão de todos os governadores brasileiros. E às vezes eu até olho com inveja um pouco a Famurs, a casa dos Municípios, que é gaúcha, que é uma articulação dos prefeitos; e não vemos o mesmo dos governadores. Enquanto os governadores ficam brigando entre si, para levar uma empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para cá, guerra fiscal para lá, eles não conseguem achar um tema único, que seria talvez esse.

Não só o Senador Dornelles, mas o Governador Pimentel, de Minas Gerais, e o Sartori poderiam se unir e realmente colocar um pouco essa questão, impondo em relação à União e não sendo só subserviente, acatando o que a União coloca para os Estados.

Faço uma sugestão, Deputado. Nesses dias, o Deputado Federal Jerônimo Goergen solicitou ao Tribunal de Contas da União uma auditoria da dívida do Estado do Rio Grande do Sul – e talvez devesse ser não só a do Rio Grande do Sul, mas as de todos os Estados. Nesta Comissão, Senador, se me permitir, gostaria de sugerir convidar o Tribunal de Contas da União, o Ministério da Fazenda ou a Secretaria do Tesouro Nacional e até o Ministério Público Federal para explicarem por que isso existe. Nunca foi feita nenhuma auditoria. Por que não foi feita nenhuma ação pelo Ministério Público? E para que a STN, que, há décadas e décadas, faz a rolagem da dívida pública? Explicar a origem disso. Ou por que eles impõem aos Estados regras que eles mesmos não têm? Acho que seria o caso de colocar isso.

Há mais de um ano o requerimento está parado no Tribunal de Contas da União. O Deputado Jerônimo Goergen até reclamou publicamente que não tem nem retorno. Acho que temos de acionar todos esses entes federais e começarmos a pressionar também para que a União, o Presidente Michel Temer, ou os futuros presidentes possam saber que isso não é numa questão dos governos; é uma questão de Estado. Queria só reforçar isso e dizer que é uma luta que tem de ser continuada, Deputado Zanetti, por colegas de outros sindicatos, como o da Receita Federal, que também podem abraçar esta causa que não é só dos gaúchos, mas de todos os cidadãos brasileiros que têm interesse, porque, na crise em que estamos, pagar essa dívida para bancos e outras instituições financeiras e não pagar salário é quase triste. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Leonardo, que concorda com o encaminhamento feito pelo ex-Deputado Zanetti, de forma que saiamos daqui ampliando essa reunião, fazendo outra no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, ou ainda aqui no Senado, e chamando todos aqueles que foram listados aqui. É uma forma de encaminhar. Eu sempre digo que o papel da audiência pública é muito este: não é só dar visibilidade, como demos aqui, para a questão da dívida dos Estados, além de também termos nos lembrado dos 48 anos da Receita, mas saber qual é o passo, o *day after*, no dia depois, e o que fazer. Por isso, a sua proposta vem na linha daquilo que havíamos pensado.

Mas o Floriano quer dar uma contribuição; depois, eu passo para a Fattorelli.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Deputado, nós aceitamos. Temos a nossa representante, a Maria Lúcia, que é auditora fiscal da Receita Federal do Brasil e nossa associada na Anfip. Nós temos apoiado as iniciativas, mas tenho certeza de que precisamos apoiar mais; precisamos universalizar essa questão da dívida. Não conseguimos romper. A mídia tradicional não divulga, não adianta. Não vai sair uma linha daquilo que estamos falando aqui. Agradecemos à TV Senado por esta oportunidade e ao senhor, sempre, por este espaço nobre. O cidadão brasileiro tem de ser informado. Esses valores que foram colocados aqui, Deputado, são gravíssimos. Nós estamos numa situação que é totalmente desleal. É desumano o tratamento que os nossos governos vêm dando para essa questão da dívida. A Anfip se coloca à disposição para apoiarmos ainda mais as iniciativas nesse sentido.

Eu falei que a reforma tributária era a mãe; não, a dívida então é a avó, ou o avô. (*Risos.*)

Mas acho que ela antecede efetivamente as nossas necessidades hoje. A gente tem que realmente abrir e estancar essa sangria que está trazendo tanta desgraça.

Eu acho, Senador Paulo Paim, que o Brasil não aguenta mais. Não aguenta! Eu não consigo conceber essa crise perdurar mais um ano, não cai na minha cabeça. Não sei o que vai acontecer se não tivermos alguma solução para esse problema, principalmente nessa linha. Onde é que está o cidadão? O cidadão está no Estado, no Município, e é lá que ele busca as políticas públicas. É lá que ele exerce a sua função; é lá que ele vive; é lá que ele mora.

Então, o apoio da Anfip vai se dar, com certeza, a nossa causa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bem, Floriano.

Eu queria registrar a presença também do Romero, que é o atual Presidente da Anfip e que aqui foi muito bem representado pelo Floriano. Mas se o Romero também quiser fazer uma saudação, fique à vontade.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Bom dia, Senador. Bom dia, companheiros e companheiras.

Quero só referendar o que já foi dito. Acho extremamente importante este debate sobre as dificuldades que estão enfrentando os entes federados. Acho que é fundamental, temos que encontrar, num breve espaço de tempo, uma solução para isto, porque os nossos Estados e também os Municípios, como bem falou o Senador no início da audiência, estão sangrando. Temos que rediscutir esse pacto federativo, essa estrutura tributária toda.

Obviamente, temos aqui representações de diversos segmentos de trabalhadores públicos da Receita Federal e também trazemos o nosso abraço neste momento, porque aqui marca muito a ausência da instituição, dos representantes da gestão da Casa, que não vieram se ombrear com seus trabalhadores. Mas nós queremos saudá-los mesmo assim. Esta Casa continua sendo nossa, a Casa do Estado brasileiro.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. O Romero é gaúcho também, de Porto Alegre.

Maria Lúcia Fattorelli.

O SR. MARIA LÚCIA FATTORELLI – Muito grata, Senador Paim.

Essas propostas que estão surgindo, de realização de auditoria da dívida, são extremamente importantes. Nós temos que manter o foco de que, quando vierem a se concretizar, essas auditorias têm que acontecer necessariamente com participação cidadã, com participação da sociedade.

Nós temos verificado que – inclusive em órgãos oficiais onde nós conseguimos fazer reuniões –, em várias dessas denúncias que a gente tem feito, desde a origem da dívida, muitas vezes, eles falam: "Ah, isso aí está prescrito. Isso aí já prescreveu". E, na realidade, olha só, nós acabamos de ver um recente parecer que está aceitando compensação de títulos da dívida externa da década de 40 com tributos – atualmente!

Então, como é possível? Quer dizer que quem aparece lá com algum título antigo vai compensar com tributos hoje? E nós vamos deixar de investigar contratos onerosos que vêm desde a década de 70 e até antes? Não podemos, temos que começar desde o começo. E, para isto, se nós não tivermos participação social nessas auditorias, a institucionalidade vai falar mais alto e vai dizer: "Não. Só os últimos cinco anos."

E, aí, já pega o pacote que vem rolando, e não vai pegar o início dessa meada. Por exemplo: essas resoluções obscuras, lá da década de 70, são o ponto de partida dessa dívida dos Estados. E ela já foi paga. Isso tudo já foi pago. O que a União informou, lá, na época da CPI, é que a parcela refinanciada era composta, em sua grande maioria, de títulos recém-emitidos na década de 90. A dívida contratual, que poderia ser essa, que vem lá de trás, era de menos de 10% do valor refinanciado. Mais de 90% do valor refinanciado, na forma da Lei nº 9.496, eram títulos recém-emitidos pelos Estados.

Então, se nós não pegarmos o fio dessa meada, nós não vamos conseguir rever esse processo, porque o que temos presenciado, nas auditorias cidadãs, é um contínuo empacotamento, por meio de renegociações, por meio de refinanciamentos que reciclam aquela trapalhada anterior. Se nós não voltarmos à origem, nós não vamos conseguir rever corretamente.

Eu queria deixar registrada aí essa reivindicação de que toda auditoria tenha, obrigatoriamente, a participação da sociedade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria Lúcia Fattorelli.

O João Pedro Casarotto, da Febrafite, também queria, nos seus cinco minutos finais, fazer uma consideração.

O SR. JOÃO PEDRO CASAROTTO – Primeiro, quero agradecer a possibilidade de debater abertamente e de a TV Senado dar a amplitude que esse assunto merece. A atitude do Senador Paim nos deixa muito orgulhosos e contentes.

É preciso deixar registrado também que muito da dívida dos Estados decorreu de empréstimos tomados, às vezes, sem necessidade, mas o Governo central precisava de moeda forte e muito induziu, inclusive estatais de Estados, a se tomar dinheiro no exterior, porque o Governo central precisava de moeda forte. Inclusive, estatais estaduais se endividaram, para colaborar com a política cambial do Governo central. É fundamental saber, portanto, que houve desvios pelos governantes e governadores, e eu aqui não estaria habilitado a defender nenhum deles. Mas isso não seria uma prerrogativa específica nem dos prefeitos, nem dos governadores. Muitas das dívidas foram contraídas para auxiliar as contas do Governo central. É preciso, portanto, que essa questão seja recolocada.

Nós estamos na Casa dos Estados, e o Senado tem um papel fundamental para resolver essa situação. Já chegou a um determinado ponto em que nós não estamos nos dando conta de que estamos criando uma nova sociedade, paralela a esta nossa. Nós aqui discutimos se pena de morte é bom ou não é bom, se deve existir ou não existir, e hoje 50% da nossa sociedade estão morando em vilas populares, sem condições de higiene, sem condições de habitação, sem saneamento básico. Essa sociedade, que compõe 50% da população brasileira, já está criando e já criou códigos próprios.

Enquanto as Casas do Congresso Nacional estabelecem Código Penal, em Código Tributário, na vila popular, os códigos são outros. Lá a pena de morte já está vigendo, já está vigorando. Hoje há, no Rio Grande do Sul, a situação de calamidade na segurança, as pessoas não só estão sendo mortas, mas estão sendo decapitadas. É fundamental que paremos para pensar nisso, porque estamos levando o Brasil a um estado de barbárie. É preciso que esta Casa, o Congresso Nacional, o Poder Executivo, o Governo central comecem efetivamente a tomar pulso dessa situação, porque nós vamos transformar o nosso grande País em algo pior do que a província das bananas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao João Pedro Casarotto.

Exatamente. Quero dizer que eu concordo com você. Eu usei, inclusive, no meu Twitter: nós já estamos entrando num estado de barbárie. Eu usei essa frase que você também usou e não combinamos nada. Aquilo que eu falei na abertura: a barbárie está lá fora avançando a cada dia que passa. O grande setor, a elite brasileira... Quando eu falo a elite, pessoal, não é aquele papo de classe média, elite ou pobre. Eu digo que os 5% mais ricos deste País não estão percebendo. Pelas leis que eles estão apresentando aqui – são deles –, vai se revogar até a Lei Áurea, daqui a pouco, se deixarmos. Eles revogam a Lei Áurea, sim, não se surpreenda se aparecer um maluco desses aí mandado por eles, porque vai nessa linha.

Calcule o que é trabalho intermitente? Não vale carteira de trabalho, não vale mais nada. Que concurso público coisa nenhuma. É trabalho por hora e tu ganhas aquilo e pronto. Copiaram de onde? Do Mississípi, uma grande montadora lá aplica isso. É quase um trabalho escravo. Eu estou para ir lá agora. Querem aplicar aqui o trabalho intermitente, palavra bonitinha.

Isso que eu falei da NR 12, que vocês conhecem muito bem, de tirar a proteção das máquinas, vai trabalhar que o que interessa é produzir. A carga horária querem passar para 12 horas e não mais 8 horas, e falam até em 80 horas semanais. Está aí espalhado e acham que tudo é bonitinho. Para regulamentar trabalho escravo, eu sou o Relator por azar deles. Trabalho escravo tem que proibir, não regulamentar. Onde é que nós estamos? Tudo isso parece mentira, mas é verdade. Tem nome e endereço dos autores, inclusive, Senadores e Deputados, e Relatores estão dando o parecer favorável. Calculem o pepino que a gente tem que ir lá trancar. Pede audiência, pede para mandar para outra comissão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

segura aqui, segura ali, está virado no inferno. A tendência é piorar o que está lá fora e parece que este Congresso Nacional não percebeu ainda o que está acontecendo.

Querem terceirizar tudo, inclusive atividade-fim e serviço público, tudo terceirizado. Eu sou Relator, por azar deles também, e botei, como se diz, a pata em cima, mas querem votar, está na pauta. Claro que não é bem assim para votar, vai haver muita peleia, neste plenário, para votar isso. Tudo isso que eu falei está na pauta para votar até o fim do ano, em dez dias. É coisa de maluco querer votar isso em dez dias, coisas que envolvem, no mínimo, 70 milhões de brasileiros de forma direta ou indireta.

Eu queria agradecer a todos. Ficamos com esse encaminhamento feito, no final, pelo Zanetti. Eu me comprometo a ajudar na articulação para realizar essas reuniões com o objetivo já muito claro ao longo do debate.

O Romero só queria agora dar um informe e nós encerraremos a nossa audiência pública sem prejuízo de termos outra, se necessário for, nesta mesma Comissão...

A SRª SÍLVIA HELENA DE ALENCAR FELISMINO – Senador, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... esteja eu aqui ou não, como Presidente, porque termina o mandato, pessoal.

É a terceira vez que eu presido esta Comissão, mas são dois anos. É natural que termine. Não estando aqui ou estando, por uma via ou outra, como membro terei como ajudar a articular a reunião.

Sílvia primeiro, em seguida o Romero.

A SRª SÍLVIA HELENA DE ALENCAR FELISMINO – Eu gostaria de me juntar a todos em solidariedade pela situação e de dizer que, assim como Maria Lúcia citou prescrição e decadência, o Sindireceita se coloca à disposição com o trabalho que tem feito, um estudo profundo acerca disso, com o nosso "Brasil Sem Crise".

Quanto à barbárie, podemos diminuí-la quando se diminui a violência e a entrada de produtos piratas, de munição e de armas.

Juntem-se a nós no nosso programa "Fronteiras Abertas".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Romero, por favor.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Como sabemos, Senador, essa pauta conservadora que tem aniquilado a economia brasileira encaminha para uma situação humilhante o trabalhador, na qual ele se vê obrigado a ter a sua relação de trabalho precarizada. Mas, também nessa pauta conservadora, hoje receberemos a notícia formal, no fim da tarde, sobre a reforma da previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa lembrança.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Nós estaremos no Palácio hoje, com o Ministro Eliseu Padilha.

A propósito disso, a frente parlamentar coordenada por esse ilustre Parlamentar gaúcho... E aqui eu me rendo. Nós estamos quase tomando a primeira fileira toda, nós, gaúchos.

Amanhã, oportunamente, convido a todos para que participem, no Auditório Petrônio Portella, do primeiro grande debate que veio a calhar no momento seguinte ao qual o Governo divulga a sua reforma da Previdência. Anfip, Frente Parlamentar e quase 30 ou 40 entidades parceiras vão debater, trazendo especialistas internacionais. Também haverá a presença de representante do Governo para revelar essa reforma, que é o grande tema que vai absorver este Parlamento nos próximos meses, inclusive justificando uma autoconvocação, uma convocação extraordinária.

Temos que estar atentos, porque, como temos repetido, todo início de governo anuncia reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tributária, trabalhista e previdenciária, e nunca nenhuma delas veio em favor do trabalhador, do contribuinte e do aposentado, em especial, também nesse caso, do servidor público.

Então o convite está feito. Amanhã, a partir das 8h30, no auditório Petrônio Portella, uma audiência pública da CDH e da Frente Parlamentar em que discutiremos e saberemos efetivamente o que nos trará de mais malefícios essa reforma da Previdência.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Floriano.

Espero lotarmos o Petrônio. A expectativa é de que teremos lá algo em torno de 600 líderes de todo o País.

Nós mesmos temos viajado, Zanetti, por todos os Estados. Fomos a todos os Estados. A Anfip e as entidades que estão aqui, todas participam. As centrais, as confederações, a Auditoria Cidadã da Dívida, nós temos feito esse debate em todos os Estados. Estamos na segunda rodada. Eu vim este fim de semana do Pará, também da Assembleia Legislativa, discutindo Previdência, jornada intermitente, jornada de trabalho, reforma trabalhista, reforma previdenciária, democracia, porque sou daqueles que têm preocupação com a democracia.

Para aonde estamos indo, com essa lambança generalizada envolvendo os Três Poderes? E são os três. Nós sabemos que são os três. Para aonde vamos? Por isso, todo cuidado é pouco.

Está ali: Seminário Internacional da Previdência Social, em defesa da Previdência, promovido pela Frente, em 6 de dezembro, das oito em diante – vai começar em torno de oito e meia, não é? –, no Auditório Petrônio Portela.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Um abraço.

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 109ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 de Dezembro de 2016, Segunda-feira, NO SENADO FEDERAL, Auditório Petrônio Portela.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e dezesseis, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência eventual do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José e Paulo Paim e da Senadora Fátima Bezerra. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 150/2016, de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** "Debater sobre a regularização e derrubadas de condomínios no Distrito Federal". Participantes: Bruna Maria Peres Pinheiro, Diretora Presidente da Agência de Fiscalização do Distrito Federal (AGEFIS) e Representante do Governo do DF; Izalci Lucas Ferreira, Deputado Federal; Rafael Prudente, Deputado Distrital; Celina Leão, Deputada Distrital; Francisco Nilo Gonçalves Júnior, Superintendente da Secretaria de Patrimônio da União - SPU; Thiago Teixeira de Andrade, Secretário de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal; Dênio Augusto de Oliveira Moura, Promotor de Justiça – Representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; Júlio César A. Reis, Presidente da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP; Luciano Cavalcanti, Bacharel em Direito e Doutor em Mediação, representante das Novas Cidades (Sol Nascente, Pôr do Sol, Morro da Cruz, Porto Rico, Sucupira, Estância, Araponga e outras); Tiago Pimentel, Procurador Chefe da Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e imobiliário e Saúde da Procuradoria Geral do Distrito Federal; Aline Rezende Peixoto, Superintendente do IBAMA no Distrito Federal; Ricardo Brochado Alves da Silva, Coordenador Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; André Lima, Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal; Franklin Rodrigues da Costa, Subprocurador-Geral da República; Junia Maria Bittencourt, Presidente da União dos Condomínios Horizontais e Associações de Moradores no Distrito Federal – ÚNICA; Ailson Silveira Machado, Coordenador de Mediação em Conflitos Agrários e Fundiários da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania; Rôney Nemer, Deputado Federal; Adair Siqueira de Queiroz, Conselheiro Seccional da OAB/DF; Fábio Levino, Defensor Público do Distrito Federal; Marco Aurélio Bezerra da Rocha, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Distrito Federal - INCRA/DF; José Guilherme Tollstadius Leal, Secretário de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI; Valdir Calisto de Campos, Vice-Presidente da Associação dos Legítimos Ocupantes das Terras Rurais do Distrito Federal - AloTerra; João Gomes Pereira, Representante das Cidades Tradicionais (Paranoá, São Sebastião, Itapoã, Vicente Pires, Estrutural e outras); Carlos Divino Vieira Rodrigues, Desembargador do TJDFT; Claudemir Pita, Presidente da Associação Comunitária dos Condomínios da Região do Jardim Botânico - AJAB; Sâmia Waleska Pereira Barbosa de Carvalho, Advogada; Caroline Vianna, Estudante; Carlos Cardoso, Presidente da Associação de Moradores do Grande Colorado; Armando Rollemberg, Síndico Vivendas Colorado II. **Resultado:** Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Faz uso da palavra o Senador Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e vinte minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hélio José

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – CDH 5/12/2016.

Declaro aberta a 109ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 150, da CDH, de 2016, de minha autoria, para debater sobre a regularização e derrubada de condomínios no Distrito Federal.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – *link*: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Então, para todos os ouvintes do Brasil inteiro, que nos ouvem por vários meios de comunicação, vamos lá, quem quiser participar com perguntas interativas via Portal e-Cidadania, no *link*: www.senado.leg.br/ecidadania, ou através do Alô Senado, no número 0800-612211.

Inclusive todos da plenária, que quiserem participar, quiserem pegar seu celular, entrarem em contato pelo 0800-612211, com perguntas, podem fazê-lo, não tem problema. Todos da plenária que quiserem participar através do *link*: www.senado.leg.br/ecidadania, ou através do Alô Senado, também é possível participar com perguntas interativas. Só para poder deixar claro para todo mundo, porque não poderemos, por limitação de tempo e por regras das audiências públicas do Senado Federal, abrir a palavra livremente, a não ser aos convidados.

Mas o público, tanto presente, quanto lá nos Estados, quanto na sua casa, em qualquer lugar, pode participar, mais uma vez e a última vez que vou repetir, através do número 0800-612211 ou através do Portal e-Cidadania, no *link*: www.senado.leg.br/ecidadania.

Declarada oficialmente aberta essa audiência pública, fiz questão de colocar ao meu lado aqui uma pessoa que é um símbolo da resistência no Distrito Federal, uma pessoa que nos orgulhou muito a vida inteira, porque dedicou toda sua vida, foi Deputado Distrital por mais de quatro mandatos no DF, para regularização fundiária no Distrito Federal, o nosso querido presidente do PMDB do Distrito Federal, nosso Odilon Aires. Muito obrigado por sua presença e por sua companhia, viu, Odilon. Muito obrigado.

Vamos aqui pessoal. Dando sequência à representação oficial, representando o governador do Distrito Federal, conforme documento escrito e encaminhado ao nosso gabinete e ao Senado Federal, Srª Bruna Pinheiro, Diretora-Presidente da Agefis.

Por gentileza, Bruna. (*Palmas.*)

Representando a Câmara dos Deputados, nossa Câmara Federal, nosso coordenador da Bancada, Deputado Izalci Lucas. Já chegou? Está chegando? Então, chegando já vem direto à mesa.

Representando a Câmara Legislativa do Distrito Federal, nosso Deputado Rafael Prudente, 1º signatário da 1ª audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal. O Deputado Rafael Prudente já chegou? Está chegando também? Ele me confirmou que estava chegando, estava aqui próximo. Não tem problema. Quando chegar, compõe.

Representando a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Dr. Ailson Silveira Machado. Queira compor a Mesa, por gentileza. (*Palmas.*)

Representando a nossa Secretaria do Patrimônio da União, Superintendente Nilo Gonsalves Junior. (*Palmas.*)

Representando a Segeth, Secretaria de Habitação do Distrito Federal, Secretário Thiago Andrade. Por gentileza, Thiago. (*Palmas.*)

Representando a Terracap, nosso Presidente Júlio César. Por gentileza, Júlio. (*Palmas.*)

Representando a sociedade, primeiro sorteio. Cade o meu sorteio dos cinco da sociedade aqui, gente. A assessoria, por gentileza.

Quem são os cinco, só para vocês entenderem: Grande Colorado, Unica, Ajab, um representante das cidades tradicionais. O que são cidades tradicionais? É Itapoã, Paranoá, São Sebastião, Arapoanga, são cidades antigas do Distrito Federal que têm problemas de escritura.

Representando as Novas Cidades. O que são novas cidades? Sol Nascente, Pôr do Sol, Porto Rico, esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

condomínios todos que são mais novos, Morro da Cruz. Então, vamos lá.

Vou dar o privilégio de a senhora representante do Sr. Governador do Distrito Federal, sortear aqui o primeiro representante da sociedade.

O primeiro representante da sociedade, representando as Novas Cidades, nosso querido Luciano, de lá do Sol Nascente. Cadê nosso advogado, Dr. Luciano, representando o Sol Nascente, Pôr do Sol, Porto Rico, Morro da Cruz e todas as cidades novas, componha a Mesa. (*Palmas.*)

Seguindo. Representando a PGDF, Dr. Thiago Pimentel, nosso Procurador-Geral do Distrito Federal Substituto Adjunto. O Dr. Thiago Pimentel já chegou? Não chegou ainda. Está chegando, porque foi confirmado que ele vem.

Sociedade, a primeira é Novas Cidades.

Só um minuto. Deixe-me continuar aqui. Porque isso que estou falando inclusive gente é a ordem da fala de cada um. Já estou chamando e estou chamando pela ordem de fala de cada um.

Representando o Ibama, nossa Superintendente do Ibama do Distrito Federal, Drª Aline. (*Palmas.*)

Representando o ICMBio, Luiz Felipe de Luca. Já chegou o Luiz Felipe? Está chegando.

Representando o Ibram, era para ser o Secretário André Lima, mas mudaram na última hora para o Dr. Antonio Queiroz Barreto. Já se encontra o representante do Ibram? Não?

Dando continuidade. Representando a sociedade, segundo sorteado.

Bruninha, por favor, pegue um aí.

A segunda sorteada, representando a sociedade, é a representante da Unica, Drª Junia Bittencourt. Já se encontra, Júnia Bittencourt, representante da Unica (União dos Condomínios Horizontais).

Representando o Incra, nosso Superintendente do Incra, na região de Brasília, Centro-Oeste, Superintendente Marcão, do Incra. Por favor, Marcão. Uma salva de palmas ao Incra. (*Palmas.*)

Representando a Seagri (Secretaria de Agricultura), Dr. José Guilherme Leal – já chegou? –, Secretário de Agricultura do Distrito Federal. Seja bem-vindo, José Guilherme. (*Palmas.*)

Junia, seja bem-vinda.

Tudo bom, Marcão?

Representando o Aloterra, os moradores e os trabalhadores dos condomínios rurais, Dr. Valdir Calisto de Campos. Seja bem-vindo, Dr. Valdir Calisto de Campos, do Aloterra. Onde se encontra o Dr. Valdir Calisto de Campos? Não chegou ainda.

Representando a Agefis, a Presidente da Agefis, Drª Bruna Pinheiro, que está aqui já à mesa.

Representando a sociedade, terceiro sorteado da sociedade, um representante das cidades tradicionais, como falei, Paranoá, Itapuã, São Sebastião, Arapoanga e etc., Sr. João Violão, morador do Paranoá, e Sr. Pepa do Arapoanga. Sr. João Violão para mesa, primeiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu não posso deixar de convidar. Só falta... Já estão chegando as cadeiras? Mas, se for o caso, eu saio da minha, ponho outra pessoa no meu lugar e fico em pé até a cadeira chegar. Não é possível tamanha incompetência desse jeito! Pessoal, rápido com essas cadeiras, por favor.

Representando, depois da Agefis, novamente a sociedade. Vamos ver quem é, Bruna. Sorteie o outro da sociedade.

A Ajab (Associação do Jardim Botânico), nosso querido Claudemir Pita. (*Palmas.*)

Agora, representando, com muita honra, uma visita muito boa que eu tive ao Dr. Mário Machado, Pre-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sidente do TJDFT, que me garantiu a importante presença no TJ, acompanhando todo o processo, o nosso querido magistrado Dr. José Divino. Muito obrigado pela presença e pode vir, Dr. José Divino, pode sentar no meu lugar, não tem problema. (*Palmas.*)

Chegou mais cadeira, gente?

Continuando, porque eu não vou parar porque o nosso tempo é curto.

Representando a Defensoria Pública do Distrito Federal, nosso defensor, sempre nota dez, amigo de todos, nosso querido Dr. Ricardo Batista Sousa. (*Palmas.*)

Acabou da sociedade já? Da sociedade vê aí, Bruninha, quem é, para mim.

Representante do Grande Colorado, nosso querido Carlos, síndico do Grande Colorado. Cadê Carlos, síndico do Grande Colorado? O Grande Colorado é um condomínio que tem a diferença total dos outros condomínios porque é feito todo em terras particulares.

E, dando continuidade, o representante da Procuradoria-Geral da República, que vai chegar mais tarde – ele já me disse isso –, Dr. Franklin Costa, Subprocurador-Geral da República.

Em seguida, o nosso representante do Ministério Público do Distrito Federal, a quem, mais uma vez, eu reforço o agradecimento. Peço desculpa por tê-lo deixado por último, mas é porque esse é o objetivo: é para que o Ministério Público ouça todo o clamor da população para juntos termos a grande condução de um TAC no Distrito Federal que precisa ser comandado pela mediação e pelo trabalho do Ministério Público, Dr. Dênio Augusto de Oliveira Moura. (*Palmas.*)

E, representando a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Dr. Adair Siqueira. Tenha a gentileza. Muito obrigado pela presença da OAB, tão importante aqui. (*Palmas.*)

Anunciando algumas autoridades.

A Bruna falou que o nosso Secretário do Meio Ambiente André Lima está por aí. Obrigado, André, pela presença. Você estava aqui inscrito para representar o Ibram, mas parece que Antonio Queiroz vai representá-lo. É isso? Para nós é um prazer a sua presença aqui, André.

Quero registrar a presença também na nossa querida Deputada Distrital Celina Leão, que está presente. Digo que o Rafael está aqui, já chegou. Neste primeiro momento, nos dez minutos iniciais, ele vai representar a Câmara, mas todos os Parlamentares – distritais, federais e Senadores – vão ter um tempo, no final das exposições, para fazer a sua fala; isso está garantido aqui, neste plenário. Muito obrigado a você pela presença aqui.

Vamos lá. Cerimonial, mais algumas autoridades que estiverem chegado aí me passe, por favor.

Pessoal, desculpem-me aí. As cadeiras estão chegando para quem ainda em pé, mas nós não vamos perder tempo. Vamos ao trabalho.

Primeiro, eu quero fazer o cântico do Hino Nacional para a gente começar a nossa audiência pública com muita paz, com muito amor e com muito axé.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, eu só queria que passasse o filminho da convocatória desta audiência pública, por favor – é 1min30. Passe aí, por favor, o filme da convocatória da audiência pública.

E depois uma rápida homenagem ao Chapecoense também, que é de 1min30, e a gente começa os trabalhos.

(*Procede-se à exibição de vídeo*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agora o vídeo do Chapecoense, por favor.

O som está muito baixo. O que está acontecendo? Se todas as transparências ou vídeos que forem passadas estiverem com esse som baixo assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Procede-se à reprodução de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Nossa salva de palmas! (*Palmas.*)

Realmente, o mundo todo se ajoelhou por essa tragédia que pegou todos nós de surpresa na semana passada. Mas a vida é assim: uns nascem, outros morrem, e a vida continua.

Que Deus esteja com todos os chapecoenses.

O Dr. Divino está com dificuldade e diz que tem de sair às 16h. Nossa audiência hoje não termina antes das 22h. Por isso, eu a fiz à tarde.

Depois do Legislativo, Dr. Divino, e do Governo aqui, eu vou pôr você para falar. Está bom, Dr. Divino? Eu acho muito importante a gente ouvir o TJDFT.

Então, eu vou fazer minha breve saudação aqui e passo a palavra em seguida à Bruna, falando em nome do Governador do Estado. Vou falar do púlpito ali.

Senhoras e senhores, eu não vou saudar toda a Mesa para ganhar tempo, mas quero saudar o Plenário. O Plenário, está presente em grande quantidade... Vou saudar as mulheres em nome da nossa Celina Leão que está ali e é Deputada Distrital e, em nome do Lobão que está aqui, um ambientalista, uma pessoa que pensa no desenvolvimento social todos, vou saudar todos os homens da Plenária.

Muito obrigado pela presença de todos aqui. (*Palmas.*)

Antes de mais nada, gostaria de enfatizar que é uma enorme satisfação presidir e mediar esta histórica audiência pública que trata da regularização fundiária no âmbito do Distrito Federal, mas, muito além da honra e do prazer de compor este seleto grupo de pessoas dedicadas à causa fundiária, sobressai o sentimento de responsabilidade, de missão e o de um longo caminho a percorrer.

Brasília é uma cidade muito jovem. Completou neste ano 56 anos de vida. Muita gente veio dos mais diversos rincões do País para ajudar no projeto de construção da nova Capital do Brasil em 1960 e muito antes disso. A nossa Capital vem enfrentando desde essa época os efeitos do célere fenômeno de urbanização que se alastrou pelas metrópoles mundiais a partir da Revolução Industrial, ocorrida no século passado. Brasília não estava preparada para recepcionar o grande público migrante que se deslocou para a Capital em busca de emprego, para obter melhores condições de vida. Contudo, em face da legislação, do mercado de terras, dos altos aluguéis e de outros fatores, grande parcela do povo, muitas vezes sem renda, foi forçosamente excluída da possibilidade de obter moradia que estivesse devidamente enquadrada nas leis das cidades. Esse fato ensejou na formação da cidade informal, constituída principalmente por loteamentos irregulares ou clandestinos, em invasões de terras públicas de maneira desordenada.

Em paralelo a esse cenário migratório e desenfreado, o meio ambiente também foi alvo de muita degradação. Três fatores levaram o nosso Distrito Federal a ter 25% de sua população morando em locais sem aprovação ambiental e sem registro. Hoje, são por volta de 2 milhões de pessoas. A gente está aqui para falar de 2 milhões de vidas do Distrito Federal. Não estamos aqui para falar de duas, três pessoas. Por isso, essa Mesa tão seleta, tão grande e a importância de, mais ou menos, quatro ou cinco audiências públicas que vou fazer. No ano que vem, pelo menos uma em cada três meses aqui no Senado Federal para discutir esse tema. Então, são 25% da população do Distrito Federal que estão nessa questão.

Primeiro, as correntes migratórias vindas de todo o País para a Capital, como demonstrou recentemente o Censo do IBGE. Segundo, a falta de oferta de moradias regulares pelo Poder Público, somada ao alto custo dos aluguéis. Terceiro, a insegurança jurídica, resultado de um complexo processo de desapropriação e identificação de terras, iniciado com a transferência da capital da República para Brasília e até hoje ainda não concluído.

Em 1995, já havia 512 condomínios informais, fora as cidades satélite criadas pelo próprio GDF, como Paranoá e São Sebastião, sem que a população tivesse acesso às escrituras públicas. Todo mundo sabe o que significa o acesso à escritura pública: financiamento bancário, melhorias, circulação da mercadoria, direito de transferência, a tranquilidade de o cidadão morar, a tranquilidade do conviver. A regularização dessas milhares de residências e de pequenos comércios é a maior medida de desenvolvimento econômico que o Distrito Federal pode promover.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Daí esse trabalho em parceria: União, Governo do Distrito Federal, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. O aumento de liquidez dos imóveis, a valorização patrimonial, o acesso a financiamento bancário para compra e venda ou construção, recursos que entram na nossa economia, circulando riqueza e estimulando a construção civil e a geração de empregos. É isso que a gente espera com esse pacto e com a regularização fundiária do Distrito Federal.

Para se ter uma ideia, somente de recursos vindos do Sistema Financeiro de Habitação, estima-se em R$700 milhões que poderiam entrar na nossa economia. O GDF, juntamente com toda a população do Distrito Federal, poderá lucrar muito com a regularização. O ganho econômico é decorrência da segurança jurídica, que dá acesso a todo o sistema imobiliário de financiamento, compra e venda, liquidez, possibilidade de construção segura e grandiosa. E principalmente nós, moradores de Brasília, que podemos ter a tranquilidade de ver, ou nós próprios, ou um irmão, ou um amigo, ou um servidor, ou uma funcionária, ou um empregado, ou alguém que a gente conhece, que mora num condomínio, que mora numa nova cidade, que mora numa cidade tradicional, que não tem sua escritura pública e que vem sofrendo com essas ameaças de derrubada, com as ameaças, muitas vezes, algumas sem motivos. Aquelas que têm motivo, vamos ver o tempo, vamos cumprir a legislação, vamos fazer respeitar o direito legal e fazer aquilo que é insanável, fazer as devidas transferências.

Diante desse sombrio contexto, aos poucos surge uma luz no fim do túnel. Emergem novos conceitos, princípios e diretrizes que condicionam as políticas públicas a reverter essa situação, abrindo novas perspectivas para o bem-estar social e ecológico. O Direito brasileiro, que muito contribuiu para a situação insustentável apresentada nas grandes metrópoles, parece que aos poucos começa a acordar, e cada vez mais vem adotando, nas legislações, esses promissores princípios. A regularização fundiária alcançou o seu marco legal com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Com o advento do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 2001, a política de regularização fundiária ganhou maior embasamento legal, e dos novos dispositivos que facilitaram a sua concretização, quais sejam, a demarcação urbanística para fins de regularização fundiária e a legitimação de posse.

Nós, a Terracap, a SPU, o Incra precisamos, a quatro mãos, fazer a ação demarcatória no Distrito Federal. Precisamos saber o que é de quem de forma inequívoca, para nós não termos essa dificuldade que nós temos hoje, porque não temos uma ação demarcatória clara para dizer se o pedaço é disso ou se o pedaço é daquilo, há suposições.

E nós não podemos conviver com essas suposições. São famílias que vivem e que não podem continuar nessa questão.

Mais recentemente, no dia 7 de junho de 2009, foi sancionada a Lei Federal nº 11.977 que dispõe sobre o programa habitacional de regularização fundiária dos assentamentos informais localizados em área urbana. Ela traduz, em seus artigos, a definição, as regras e os procedimentos a respeito dessa política, com o intuito de reconhecer e facilitar o desafio de integrar os assentamentos informais habitados pela população de baixa renda à cidade.

Nessa mesma esteira, somos sabedores de que o Governo do Distrito Federal, tanto os anteriores como o atual, vem envidando esforços na tentativa de resolver o problema que nasceu com a inauguração de Brasília, um problema que, em 1995, já era gigantesco. Então, quero deixar claro, aqui não existe cor, aqui não existe partido, aqui não existe governo a, b, c e d, aqui existe um grupo multiplural, multipartidário, sem partido nenhum, querendo chegar numa posição de solução para tirar Brasília do conflito em que se encontra. Esse é o grande objetivo aqui hoje.

Um problema que já recebeu inúmeras leis de regularização distrital e, com o Plano Diretor do Ordenamento Territorial do DF, o PDOT, inicia-se uma nova era na regularização fundiária do Distrito Federal. Desde 2009, o GDF elaborou um PDOT que manda regularizar praticamente todas as áreas informalmente ocupadas da capital federal. É objetivo do PDOT, estabelecido em seu art. 8º: Promover a regularização fundiária das terras urbanas e rurais, públicas e privadas, integrando-as à cidade legal, conforme definidos em seus mapas e estratégias, tudo claro e bem definido.

Temos, portanto, um ambiente bastante propício, senhores, nesse ambiente favorável, eu gostaria de propor um pacto por Brasília, um Termo de Ajustamento de Conduta envolvendo os agentes públicos aqui presentes. Esse é o pacto que proponho, em respeito à população do DF, aos moradores das áreas em processo de regularização. Até lá, enquanto não cumprido o processo de demarcação urbanística para fins de regu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

larização fundiária e legitimação da posse, nos termos da legislação vigente, que não seja demolida a casa de uma família sem a ordem judicial, uma vez que a inviolabilidade domiciliar é garantida constitucionalmente. Para isso é que nós temos a Constituição Brasileira.

Senhoras e senhores, os princípios e objetivos desta audiência pública estão lançados, estão irretocáveis, trata-se de promover o desenvolvimento econômico, de compartilhar responsabilidade e de construir uma sociedade global, justa e sustentável. Mas se trata, sobretudo, de alcançar tais objetivos, sem perder de vista o respeito aos direitos humanos, à democracia, à paz, à proteção ao meio ambiente e, principalmente, à legislação pátria vigente.

Sabemos que o caminho é longo, o trabalho é árduo, os desafios são enormes e os problemas são urgentes; mas, por outro lado, a soma de nossas vontades e capacidades, com certeza, fará a diferença.

Estou concluindo.

Cada um de nós, por meio de esforços coordenados, pode dar a sua própria contribuição no âmbito da respectiva área de atuação.

Estamos, como bem diz o lema desta audiência pública, em busca de soluções para os problemas fundiários do DF e este é o ambiente ideal para isso, um ambiente não ideológico, sem coloração partidária, onde buscamos o bem comum e um destino compartilhado e solidário.

Sigamos, pois, em frente, porque temos uma excelente e produtiva audiência pública. E é com imensa alegria que anuncio uma importantíssima conquista da fantástica luta de mais de 17 anos da comunidade de Vicente Pires, mérito da união dos moradores nessa incansável batalha pela condição digna de moradia. Qual é a que eu anuncio? É que recentemente foi conseguida, num trabalho conjunto, União, GDF e Associação, todos juntos, foi conseguida a licença ambiental para as Glebas 2 e 4 que eram da União. (*Palmas.*)

Obrigado.

Agora mais de 12 mil pessoas que moram nessas glebas, e toda a comunidade do Vicente Pires e por que não dizer de todo o Distrito Federal, que visita a cidade, pode receber obras de infraestrutura viária, minimizando o transtorno que ano após ano recai sobre o povo daquela região.

Eu, como Líder, Vice-Líder do governo Dilma e Vice-Líder do Governo Temer agora, fui vice-Líder dos dois, trabalhei muito para conseguir as verbas públicas para urbanizar o Sol Nascente, o Pôr do Sol e o Condomínio Porto Rico e também o Vicente Pires. E estamos acompanhando que o Governo do Distrito Federal, via suas secretarias, está fazendo sua parte também de encaminhar essas urbanizações.

E nós queremos que essas urbanizações sejam encaminhadas sem violência, sem agressão, sem transgredir a Constituição Brasileira.

E esse é o nosso grande objetivo, como Vice-líder do Presidente Temer nesta Casa, como Vice-Líder que fui da Presidente Dilma e o trabalho que a gente faz em todos os Ministérios continuamente para conseguir dinheiro para o Distrito Federal.

Finalizando, eu só quero ler para vocês o conceito legal de regularização fundiária, é apenas um artigo. Art. 46 da Lei nº 11.977, de 2009. Diz o seguinte:

> Art. 46. A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Isso é o que prevê a nossa Constituição, isso é o que prevê a lei vigente a respeito da questão.

Depois a minha fala, fala o Governo do Distrito Federal, representando oficialmente o Governo do Distrito Federal, quero convocar ao púlpito a nossa querida Bruna Pinheiro, Diretora-Presidente da Agefis, 10 minutos.

A SRª BRUNA MARIA PERES PINHEIRO – Boa tarde, senhoras e senhores, boa tarde à Mesa, a quem eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cumprimento, não vou cumprimentar nominalmente, é uma Mesa muito extensa, boa tarde a todos daqui do auditório.

Esta minha primeira fala não é em nome da Presidente da Agefis, ela é uma fala em nome do Governo do Distrito Federal. O Governo do Distrito Federal vem enfrentando com coragem e ousadia o tema da grilagem de terra na nossa cidade. A grilagem de terra no Distrito Federal é algo histórico e que vem acabando com a qualidade de vida da população atual e muito mais da população futura.

Hoje nós já estamos sentindo o efeito da grilagem de terra com a falta d'água dentro das casas das pessoas, que nunca, jamais invadiram qualquer metro quadrado de área pública. A população de bem do Distrito Federal, que comprou com escritura a sua casa e hoje vê a água sendo retirada das torneiras da sua casa por causa do roubo da água que vem acontecendo em várias áreas que foram griladas dentro do Distrito Federal.

Na semana passada, para convocação desta audiência, nós ouvimos alguns termos e queremos rebater um a um aqui. O primeiro termo é que a população de Brasília estaria aterrorizada pelas ações do Governo. E eu quero combater diretamente essa frase dizendo que a população de Brasília não está aterrorizada. A população de Brasília são 3 milhões de habitantes.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dá o som do meu microfone, por favor. O som do meu microfone, por favor.

Pessoal, a Bruna tem dez minutos para falar em nome do Governo. Eu peço respeito à fala, ela está falando em nome do Governador de Estado do Distrito Federal. No final, vocês podem vaiar se quiserem, mas, quando da fala dela, deixem-na falar, por favor.

Bruna, por favor, pode falar, Bruna. (*Palmas.*)

A SRª BRUNA MARIA PERES PINHEIRO – Obrigada.

A população do Distrito Federal acabou de completar 3 milhões de habitantes, no domingo agora. Não tem 3 milhões de habitantes com as suas casas sendo derrubadas pelo Governo, muito pelo contrário. Se nós somarmos todas as ações que foram feitas pela Agefis, no máximo 10 mil pessoas foram atingidas pelas ações. Esse não é o número que representa toda a população do Distrito Federal.

A população do Distrito Federal espera, sim, um governo corajoso, um governo que enfrente o tema, um governo que não permita que a cidade, que já foi considerada com a melhor qualidade de vida do Brasil, hoje tenha que lutar pela água que não chega na torneira da sua casa. Então, a população não está aterrorizada.

Quem fica aterrorizado quando um fiscal ou auditor da Agefis bate à sua porta é quem não está fazendo a coisa certa, de acordo com as leis que são estabelecidas nas casas de lei, com esta.

Eu quero dar um exemplo muito claro...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, pessoal. Bruna, só mais um minuto. Pessoal, o Regimento do Senado Federal, que é uma Casa centenária, tem regra. O Senado Federal não permite manifestação.

Eu, excepcionalmente, como Presidente da Comissão, no final, eu permito a manifestação, depois que ela acabar de concluir. Duas vezes já foi interrompido, não vamos interromper nem para palmas e nem para apupos, por favor.

Bruna, pode continuar seus dez minutos pelo Governo.

A SRª BRUNA MARIA PERES PINHEIRO – A população de bem do Distrito Federal...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É porque não tem ordem na questão de fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. JOEL CÂMARA (*Fora do microfone*.) – Pela ordem, a gente tem o direito de protestar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Sim.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal... Pessoal... Pessoal...

Em consideração à idade do nosso Joel, em consideração à idade do Joel, eu não vou pedir para a Segurança retirá-lo, está certo? Em consideração à idade, mas o próximo que fizer essa insubordinação a Segurança vai retirar. Não sou eu que quero retirar não. A Segurança vai retirar.

O Senado é uma Casa centenária e aqui nós estamos fazendo um trabalho a quatro mãos. Os contra, os a favor, todos têm direito a participar.

Então, por favor, Bruna, pode voltar a sua fala.

A SRª BRUNA MARIA PERES PINHEIRO – A população de bem do Distrito Federal não tem medo quando um auditor bate à sua porta. A população de bem do Distrito Federal apoia o trabalho que a Agência de Fiscalização faz, porque é um trabalho para garantir a qualidade de vida da população.

A Agência de Fiscalização não estabelece as regras do jogo. Ela cumpre as regras estabelecidas em Casas de lei como esta e eu não quero acreditar que neste lugar, dentro de uma Casa que estabelece as leis, vá se defender que as leis sejam descumpridas, quer para um lado, quer para o outro.

Nós estamos cumprindo exatamente as leis que foram estabelecidas. O Plano Diretor de Ordenamento Territorial está aí e, Senador, algumas imagens eu trouxe aqui para mostrar: a poligonal em que o PDOT estabelece que o Morro da Cruz, por exemplo, será regularizado já foi ultrapassada em quase 40 vezes.

O PDOT estabeleceu um pedaço, só que isso não acaba nunca, porque sempre tem uma proposta de que a gente pare as ações e faça um novo pacto. Esse pacto já foi feito. Existe um TAC assinado e esse TAC precisa ser cumprido.

Nós estamos aqui para dizer que o Governo do Distrito Federal não vai participar de nenhum pacto que incentive a grilagem de terra na nossa cidade. A grilagem de terra dentro do Distrito Federal precisa parar. São pessoas que estão enchendo os seus bolsos de dinheiro, roubando da população do Distrito Federal, roubando de cada cidadão do Distrito Federal, porque a terra pública tem que ser vendida pelo Poder Público e não por um grileiro que se apropria daquela área.

Quero dizer mais. Quero dizer que também ouvi que as derrubadas são feitas sem razão nenhuma. Isso também não é verdade. As derrubadas são feitas por razões inúmeras. Primeiro, a água, e o nosso Secretário de Meio Ambiente está aqui pode discursar sobre isso muito melhor do que eu, mas nós estamos vendo aí a crise hídrica por que o Distrito Federal está passando, muito, também, causada pela impermeabilização da área, por exemplo, do Lago do Descoberto, área que deveria estar 100% permeável e hoje está sendo impermeabilizada pela grilagem de terra naquela área.

Outro problema muito sério e uma razão para a gente fazer as nossas razões é a saúde pública no Distrito Federal, porque, quando uma área começa invadida, ela começa sem um mínimo de saneamento básico, enchendo os postos de saúde de pessoas, especialmente crianças, que acabam adoecendo ali por conta do esgoto a céu aberto, por conta da falta de infraestrutura, por conta da poeira, sem nenhum posto de saúde para poder dar o apoio que aquela população merece.

Outro motivo também é a violência. Uma área que é estabelecida, uma cidade que é estabelecida numa terra sem regras, sem ordem atrai para aquele lugar todo e qualquer tipo de violência.

E nós não queremos que a nossa cidade tenha áreas como, por exemplo, no Rio de Janeiro, que são os morros que foram invadidos e hoje a polícia não entra naquele lugar.

Aqui em Brasília, a população do Distrito Federal não quer isso para a sua cidade...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Drª Bruna, já deram os dez minutos. Mas como a senhora foi interrompida duas vezes, vou dar mais dois minutos para que possa concluir essa primeira intervenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª BRUNA MARIA PERES PINHEIRO – Eu agradeço, Senador.

Quero dizer que nem todo mundo é grileiro. A gente combate muito a grilagem de terra. Nem todo mundo é grileiro. É verdade. Muitas pessoas compraram de grileiros. Mas quero fazer um paralelo aqui, nem todo mundo é traficante. Tem o usuário, e se o usuário parasse de comprar droga, o traficante falia. Nem todo mundo é ladrão. Mas sem o receptador, ou seja, se o receptador não comprasse o carro que o ladrão rouba, o ladrão não roubaria mais o carro.

Então, realmente entendemos que nem todo mundo é grileiro, mas as pessoas que estão comprando nas áreas griladas do Distrito Federal estão incentivando um crime de roubo na nossa cidade.

E quero encerrar dizendo que muito me admira alguém defender a grilagem de terra na nossa cidade. A grilagem de terra é um roubo de terras públicas, é o patrimônio público sendo roubado por bandidos. Precisamos enxergar os sinais das ruas. A população está mobilizada contra a corrupção, contra o roubo daquilo que é público.

A defesa da grilagem de terras públicas compromete não só o futuro da nossa cidade, mas o futuro dos nossos filhos. E este Governo não compactua e não compactuará de forma nenhuma com a grilagem de terras na nossa cidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado.

Agora representando a Câmara dos Deputados de Brasília, nossos Deputados Federais, nosso coordenador da Bancada, Deputado Izalci Lucas. Em seguida, Deputado Rafael Prudente, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero aqui mais uma vez saudar o nosso Senador Hélio, que teve a iniciativa de marcar e convocar esta audiência pública, assim como a primeira de que participamos na Câmara Legislativa, e aproveito para saudar aqui o Deputado Rafael Prudente, que tomou a iniciativa da primeira audiência na Câmara Legislativa. Quero cumprimentar a Deputada Celina e todos os componentes da Mesa, e também saudar a todos que aqui estão.

Esta audiência pública é um complemento de um trabalho que estamos fazendo para resolver definitivamente a questão das terras no Distrito Federal. Aqui não há ninguém que incentive ou que apoie a grilagem. O que nós... (*Palmas.*)

O que nós estamos procurando fazer em nome da sociedade, até porque somos representantes da sociedade, é buscar o entendimento, é buscar realmente a regularização.

Todos nós sabemos que, quando o Distrito Federal foi constituído, não houve a desapropriação e a indenização como deveria ter sido feito. Todos nós sabemos que existem ações na Justiça há 30 anos. Todos nós sabemos que existem escrituras, registros falsos, equivocados, que estão sendo contestados.

Todos nós sabemos que existem os proprietários, os seus herdeiros, herdeiros que venderam parte; terras que são da União, mas que você não sabe exatamente onde ficam; terras em comum, onde não está definido exatamente onde começam e terminam; terras do GDF... Eu poderia citar dezenas ou centenas de ações que estão no Poder Judiciário.

Portanto, é importantíssimo que nós tenhamos todos, como os que estão na Mesa e mais alguns, que buscar resolver essa questão. Nós temos o mundo virtual e o mundo real. Nós vivemos no mundo real, onde as pessoas moram, onde as pessoas precisam morar. É o primeiro ato da cidadania você ter moradia.

Eu, quando cheguei em Brasília em 1970, meu pai conseguiu uma casa da SHIS, um programa habitacional que funcionava e funcionava muito bem. Se hoje existe realmente essa procura e esse acesso de condomínios em Brasília isso se deu pela falta de políticas públicas dos governos...

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não digo este Governo, mas vários.

Hoje, pela manhã, por exemplo, participei de um outro grande problema, que é a guerra fiscal. O DF hoje está perdendo as suas empresas por falta também de entendimento.

Estive no Ministério da Fazenda – foi uma outra audiência pública que nós já fizemos. Tem que haver compreensão. Brasília tem um problema sério: nós fomos criados para 500 mil habitantes, uma cidade totalmente dependente do Governo Federal.

Por isso que todos os órgãos: Ministério Público, TJ, Polícia Militar, Polícia Civil. Todos são vinculados à União. Só que nós conseguimos autonomia política e ficamos, de certa forma, com algumas posições distorcidas.

A cidade cresceu, chegamos agora a 3 milhões de habitantes, somos a terceira cidade do País e não temos nada praticamente de desenvolvimento econômico para gerar emprego. A capital que tem hoje mais desempregados jovens é exatamente Brasília. São 300 mil desempregados. E por que? Falta de políticas públicas de desenvolvimento econômico. Quando foi Secretário, criamos o Parque Tecnológico Capital Digital, em 2004, há 12 anos. O que fizeram? Nada. E por que não fizeram? Por questões de incentivo fiscal, que só o DF hoje não faz porque é questionado pelo Ministério Público e os outros Estados não são questionados.

Essa é uma questão que nós temos que resolver.

É o mesmo com a questão dos condomínios. A classe média não tem uma política habitacional há anos.

Então, não adianta, aqui todo mundo tem razão. O Governo tem razão, a Agefis tem razão. Mas os moradores também têm razão, porque precisam morar...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – E vou dizer para vocês, nós não estamos fazendo audiência pública para brincar ou para chamar as pessoas e criar expectativa apenas.

O objetivo da audiência pública é resolver o problema, e não adianta radicalizar. Temos que buscar a solução para isso. E por isso contatei o Ministro do Planejamento, porque ele que é o chefe da SPU, para que possamos resolver inicialmente as terras da União.

E duas instituições que têm credibilidade neste País: Polícia Federal e Forças Armadas, estas duas instituições, já estão fazendo a regularização das terras do Pará, têm *expertise*, têm técnicos competentes. E já conversei com o Ministro, conversei com o Ministro da Defesa, conversei com o General responsável pelo projeto do Sisfron, que cuida das fronteiras e que tem o georreferenciamento do DF muito detalhado, assim como a Terracap também tem, para que a Polícia Federal, as Forças Armadas, juntamente com o Governo do Distrito Federal, possam levantar, diagnosticar, as cadeias todas dominiais e identificar exatamente quem é que vendeu o que não podia ser vendido. Buscar na origem todos os processos que estão na Justiça, fazer um diagnóstico. O Ministério Público entra com a demarcatória e o TJ homologa a demarcatória. E aí nós vamos saber exatamente quem é o proprietário de cada área e o que podemos fazer para regularizar.

Esse é o objetivo da audiência pública. Nós já fizemos na Câmara Distrital, o Rafael promoveu, e nós estivemos lá. Fiz na Câmara Federal também. E hoje, o Senador Hélio faz esta aqui, no Senado.

Portanto, eu espero que, daqui, a gente possa buscar uma solução definitiva para que todos possam ter a sua escritura, o seu registro. E eu diria que 90% hoje das terras ocupadas do DF já podem ser regularizadas... (*Palmas.*)

Para os 10% das terras, onde há razão, temos que cuidar dos mananciais, da água, do meio ambiente, nós vamos buscar uma solução para isso, mas precisamos resolver. Não dá... (*Falha na gravação.*)

... domínio consolidado, com mil famílias, duas mil famílias ser destruído. Aquilo que não for possível fazer em função do meio ambiente, nós vamos organizar; quanto àquilo que for possível, o Governo tem que tomar a iniciativa de mudar o PDOT ou mudar o que tiver que mudar para gente concretizar esse sonho de todo mundo. Todos precisam morar.

E quero aqui conclamar todos. Estamos no momento exatamente discutindo o PDOT, discutindo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

LUOS, mas temos que discutir o PDOT dentro da realidade, do mundo real, evidentemente tomando todas as precauções com a questão do meio ambiente, que nos interessa.

Mas eu não posso e não admito que alguém diga que eu estou incentivando quaisquer que sejam os grileiros. Sou contra e acho que todos eles têm que estar na cadeia. Mas o morador de boa-fé, aquele que comprou o imóvel.... (*Palmas.*)

... aquele que comprou o imóvel e que paga o IPTU, principalmente o IPTU, que tem a sua água, a sua luz ligada pelo Governo, e muitas taxas também são pagas, esses nós temos que respeitar e regularizar o mais rápido possível.

Portanto, para encerrar a minha fala, eu quero aqui conclamar todos. Faremos sim, depois, uma reunião de trabalho para que possamos colocar inclusive vocês, síndicos, como responsáveis pela vigilância, para que não haja realmente um abuso de ocupação de áreas que são fundamentais para nós, para a qualidade de vida do DF.

Mas quem vai poder fazer isso não é apenas a Agefis. A Agefis não tem condição hoje de cuidar das áreas todas. Nós temos que ter essa parceria, nós temos que chamar os síndicos todos, mostrar a realidade de cada um e buscar o entendimento. Este é o motivo da audiência pública: trazer os moradores para entenderem realmente qual é a situação de cada um e tentar resolver.

Então, não vamos radicalizar: governo de um lado, morador de outro. Não, só vamos resolver esse problema se todos estiverem juntos, imbuídos no mesmo espírito de regularização. E eu tenho certeza de que muito não foi regularizado inclusive pela inércia de alguns governos, porque o TAC, citado aqui, de 2007, já era para ter sido cumprido, mas quem não cumpriu foi o próprio governo. Já era para terem sido liberadas, e não foram.

Então, temos que, a partir de agora, buscar o entendimento para que todos aqui possam, realmente, ver o seu sonho realizado, da casa própria, e também o Governo. Temas econômicos, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Deputado...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Então, eu quero aqui, Senador, parabenizar, mais uma vez, essa iniciativa, parabenizar vocês pela participação, parabenizar cada um dos órgãos que aqui vieram, que não fugiram do debate. Aqui está certo, a Bruna falou o que tinha que falar. Aqui está a Terracap, está o Ministério Público, está o representante do TJ, porque só todos juntos vão resolver esse grave problema que é exatamente a questão das terras do Distrito Federal.

Parabéns, Senador Hélio. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Um agradecimento ao Deputado Izalci.

Quero anunciar a presença aqui também no nosso Deputado Rôney Nemer, comunicando a ele e a todos os outros Deputados e Senadores que quiserem fazer uso da palavra após a exposição dos palestrantes devidamente inscritos, isso vai dar por volta de 7h da noite, mais ou menos. Será franqueada a palavra a todos os Deputados que estiverem aqui presentes, mas anuncio a presenta, acompanhando atentamente aqui, o nosso Deputado Rôney Nemer, do Distrito Federal. Anuncio a presença de Delson da Costa Matos, da Associação da Fercal, representando a Fercal; do nosso querido Alessandro Santos de Miranda, do Ministério Público do Trabalho.

Enquanto isso, já quero convidar os nossos representantes da Câmara Legislativa, que vão fazer o *fifty-fifty*, dividir o tempo. Cinco minutos para o nosso querido Deputado Rafael Prudente, e cinco minutos para a nossa Deputada Celina Leão. Já podem se dirigir aos púlpitos, os dois juntos, falando em nome da Câmara Legislativa, nos seus 10min em que terão direito à fala.

O Dr. Alessandro, do Ministério Público do DF; o Dr. Célio Aires, da Sociedade Individual Alvorada; o nosso representante da Anpec, o Osmair da Rocha, Vice-Presidente da Associação dos Empreendedores no Distrito Federal; o representante da Deputada Sandra Faraj, nosso querido Rubens Almeida; o representante do nosso Deputado Wasny de Roure. Qual é o nome do representante do Wasny? Perdi o nome dele aqui, mas está aqui presente conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Quero anunciar também a presença, e convidar para compor aqui, com a gente, o Sr. André Lima, que vai falar em nome do Ibram. Pode vir compor a Mesa.

Está aqui nosso Secretário de Meio Ambiente.

E o Dr. Eric Seba, Diretor da Polícia Civil, que vai dividir o tempo lá, quando for selecionada a Agefis. Os dois vão falar conjuntamente. Pode vir compor a Mesa.

Além disso, passo a palavra, imediatamente, para a nossa gloriosa Câmara Legislativa, fazendo a vez e honrando o nosso Deputado Rafael Prudente que iniciou o trabalho com a primeira audiência pública para discutir esse tema da regularização fundiária. O trabalho foi presidido pelo Deputado Rafael Prudente, da Câmara Legislativa, onde eu tive pela primeira vez a oportunidade de propor a construção de um pacto, que espero a gente consiga começar a andar nele.

Com a palavra o Deputado Rafael Prudente. Nosso querido Juarezão, que é Presidente da Câmara, mandou aqui seu representante, seu chefe de gabinete, Eliovaldo José Ferreira, a quem agradeço.

Em nome da Câmara Legislativa, dos Deputados Distritais, com a palavra o Deputado Rafael Prudente. Depois, Celina Leão, meio a meio.

O SR. RAFAEL PRUDENTE – Boa tarde a todos.

Quero parabenizar, mais uma vez, a população do Distrito Federal, que se faz sempre muito presente.

Agradeço o convite do Senador Hélio José e cumprimento toda a Mesa em nome do Presidente e também do meu querido Presidente do PMDB, do Distrito Federal, Odilon Aires.

Acho que há duas colocações muito perigosas que estão sendo utilizadas com frequência pelo Governo do Distrito Federal.

A primeira delas é falar que as pessoas mais humildes, as pessoas que não têm condição de comprar uma residência e também quase 50% da população hoje que não têm uma escritura são culpadas pela falta de água no Distrito Federal.

Acho isso uma grande falácia. Acho isso uma colocação muito perigosa que o Governo está utilizando, até porque nós não temos que separar 50% da população de bem. E 50% do restante da população são o quê?

Está faltando água por falta de investimentos.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RAFAEL PRUDENTE – Outra colocação, Sr. Presidente, que é uma outra grande falácia do Governo do Distrito Federal, é dizer que o Governo está fazendo muito pagando o salário dos servidores em dia. Mas é claro, em nenhuma cidade do nosso Brasil, em nenhuma capital dos nossos Estados, em nenhum lugar do nosso Brasil existe uma coisa chamada Fundo Constitucional, onde nós temos R$13 bilhões a mais de bônus aqui para a nossa capital para que esse tipo de coisa não aconteça.

São essas as duas colocações muito perigosas.

Fizemos na nossa audiência pública na Câmara Legislativa alguns compromissos. Primeiro, representantes do Governo nos garantiram que o Governo nos receberia. Realmente nos recebeu, mas no dia seguinte começaram as derrubadas novamente.

Em segundo lugar, acho que o mais importante, aquilo com que a população não consegue conviver, é com o sentimento da dúvida. Nós temos muitas áreas já prontas para serem regularizadas, e acho que está na hora de o Governo colocar num papel em branco uma planilha, Senador, de tudo aquilo que é passível de regularização e aquilo que não é passível. O que não for passível, o que for preciso fazer para ser regularizado, com datas previstas. Porque é muito ruim para o cidadão estar morando muitas vezes 10, 15, 20 anos num determinado local e não saber se ele vai receber escritura daqui um mês ou se vai receber a sua escritura daqui 10 anos, ou daqui 15 anos ou 20 anos.

Então, nós temos que acabar com esse sentimento de dúvida e também acabar com o sentimento de impunidade, porque nós ouvimos falar muito de grilagem de terra, mas pouco vemos algum grileiro, de certa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

forma, atrás das grades, na cadeia, onde esse pessoal deveria estar.

(*Manifestação da plateia.*)

Então, Senador, quero agradecer mais uma vez o convite e conclamar toda a Bancada do Senado Federal, aqui representada pelo senhor; também a Bancada do Distrito Federal na Câmara Federal, representada pelo Deputado Rôney Nemer, que é um grande companheiro, e também pelo Deputado Izalci; e todos os Deputados da Câmara Legislativa, para que nós todos juntos, juntamente com as demais entidades aqui presentes, possamos fazer um grande pacto pela regularização fundiária aqui no Distrito Federal.

Senador, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Rafael.

Celina Leão, para complementar o tempo.

Nossa leoa, nossa Deputada Distrital.

A SRª CELINA LEÃO – Srªs e Srs. Deputados Distritais que aqui se encontram, Deputado Rafael, quero saudar o nosso Senador pela iniciativa desta importante audiência pública e por trazer esse tema para o Senado Federal. Acho que é um tema que envolve toda a população do Distrito Federal.

Quero aqui, Senador, cumprimentar toda a Mesa – a Bruna, em nome de todos os secretários; todos os servidores da Agefis que se encontram presentes; todos os moradores também que se encontram presentes; o Ministério Público, aqui representado pelo Dr. Dênio – e fazer algumas observações que acho importante serem feitas nesta tarde de hoje.

A Câmara Legislativa tem acompanhado essas discussões dessas derrubadas, e acho importante a gente pontuar o que a gente entende por erros e acertos. Sou sempre muito sincera nas minhas colocações. Acho que a fala da Bruna, como representante do Governo do Distrito Federal, foi extremamente sectarista ao dividir quem tem inscrição...

(*Manifestação da plateia.*)

Que as pessoas de bem são só as que têm a escritura pública.

E aí retomo aqui as palavras do nosso querido Senador Hélio José: as pessoas de bem, no Distrito Federal, são as pessoas que não cometem crimes, que são a maioria da população do Distrito Federal. Os grileiros, sim; esses precisam estar na cadeia.

Acho importante, para nós entendermos o momento que vivemos no Distrito Federal, fazermos uma reflexão dos governos passados, dos erros e acertos também – porque nós tivemos alguns acertos, que antigamente eram considerados erros, mas hoje são cidades consolidadas. Antigamente eram considerados erros, invasões. E aí eu acho que falta realmente a iniciativa do Governo. Por que o Governo perde para a grilagem no Distrito Federal? E eu quero dirigir esta fala minha para o presidente da Terracap. Eu nunca vi a Terracap vender lote para pobre. E por que não vende lote para pobre?

(*Manifestação da plateia.*)

E há a CODHAB. A CODHAB vai dar o lote, o que demora não sei quantos anos. E essas pessoas, que têm o direito de comprar, têm condição de comprar, acabam caindo no conto do vigário, muitas vezes, ludibriadas, e compram do grileiro, que não tem um planejamento, que realmente às vezes constrói em áreas que atacam os nossos mananciais.

Então, eu acho que o Governo precisa se reestruturar, e ele perde para o grileiro porque ele não se programa. Esses lotes das famílias de bem – e aqui quero discordar – que têm comprado as áreas poderiam ter sido comprados do próprio Governo, se ele se programasse para isso. E não se vê ainda uma modificação em tudo isso.

Outra coisa importante de ser colocada: eu acredito que, na forma como as Administrações hoje estão, elas não conseguem combater a invasão, porque nós não temos hoje o número de pessoas, o efetivo necessário para combater as invasões. As invasões continuam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muitas vezes eu peguei o telefone e liguei para a Bruna: "Bruna, olhe ali a invasão 'não sei onde', em São Sebastião, no Paranoá", etc. E a gente sabe que o efetivo não consegue combater isso. E os administradores, muitas vezes, se veem de mãos e pés atados; não têm uma máquina, não têm uma patrola, não têm um auditor, muitas vezes, para fazer a notificação.

Então, não adianta a gente continuar enxugando gelo se o Governo não tomar as providências necessárias. Se o Governo oferecesse lote para o pobre em lugares que ele coordenasse, que ele programasse, essas pessoas jamais iam comprar de grileiros; elas iam comprar do Governo.

Eu acredito que a gente tem que mudar, sim, hábitos. Mas muitas coisas foram faladas aqui, como "nós não temos medo e vamos combater a grilagem". A Câmara Legislativa também não tem medo, e nós vamos combater a grilagem também. Só que as formas como isso tem sido feito... Quando as pessoas falam assim – e é muito bom que o Dr. Dênio esteja aqui –, quando o Ministério Público recomenda que se retirem algumas famílias, a forma quem define é o Governo. Não se fala que é debaixo de taca, que é tirando, batendo nas mulheres, como a gente tem percebido. A execução dessa medida tem sido cumprida pelo Governo, e é aí que muitas vezes fica a nossa indignação, porque há formas de se fazer isso sem que realmente a população pareça... O que a gente recebe na Câmara todos os dias é a lamentação das pessoas, que sequer têm...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

A SRª CELINA LEÃO – Para concluir, Senador.

Elas sequer têm o direito, muitas vezes, de falar.

Então, o que a gente pede aqui é até que as remoções sejam feitas pelo menos com um pouco de dignidade, porque as pessoas que estão aqui são todas de bem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Eu queria que o Deputado Rafael e a Deputado Celina comunicassem a todos os Parlamentares – eu sei que haverá votações importantes hoje à tarde – que, se alguém quiser falar, depois da exposição do vigésimo quinto, que será às sete e meia da noite, pode vir, que eu darei cinco minutos para cada Deputado que vier aqui e quiser falar nesta audiência pública.

O próximo inscrito, na ordem, é da Secretaria do Patrimônio da União, o Sr. Nilo Gonsalves, por dez minutos.

O SR. FRANCISCO NILO GONSALVES JÚNIOR – Boa tarde a todos, senhoras e senhores.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a Deus, porque dEle por Ele e para Ele são todas as coisas; e, em seguida, de cumprimentar V. Exª, Senador Hélio José, que preside esta Mesa, e em seu nome cumprimento os demais membros da Mesa.

Eu gostaria que colocassem a transparência que eu trouxe. Se puderem, diminuam um pouco a luminosidade para que todos possam ter acesso, visualização.

Queridos, o Patrimônio da União é uma instituição vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a partir da Secretaria do Patrimônio da União, do órgão central, e no Distrito Federal é representada pela Superintendência do Patrimônio do Distrito Federal.

Nessa perspectiva, antes de adentrar às questões regimentais e ao papel da SPU, é interessante que entendamos alguns aspectos até mesmo da formatação do quadrilátero. Já fiz uma apresentação na Câmara, presidida pelo Deputado Izalci Lucas, na qual pude trazer um detalhamento maior. E, nesta tarde, trarei uma síntese daquilo que havia falado.

Houve um grupo que, de 1956 a 1958, desenvolveu um trabalho a partir das áreas vindas do Estado de Goiás.

E essa formatação do quadrilátero passou a vir a partir de três Municípios do Estado de Goiás: Luziânia, Planaltina de Goiás e Formosa. E nessa formatação foram desapropriadas diversas fazendas. E, no diagnóstico, no relatório final desse trabalho, identificaram-se três categorias, que eles estabeleceram ali, no relatório. A primeira categoria foi chamada de imóveis divididos com planta – aqueles que haviam determinado as plan-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tas; a segunda categoria, imóveis divididos sem planta – aqueles que foram feitos a partir de um dimensionamento por vista, a partir de um dimensionamento por expressão de conhecimento de tamanho; e a terceira categoria, os chamados indivisos – que eram oriundos dos registros paroquiais.

E aí nós podemos entender que, no estado de desapropriação destas áreas, tanto de Formosa, quanto de Luziânia, quanto de Planaltina de Goiás, foi necessário estabelecer o decreto de necessidade e o decreto de utilidade pública, dos quais se gerou a formatação desse quadrilátero. Nessa perspectiva, a partir de dezenas de fazendas de cada localidade municipal já relatada, nós enxergamos que nesse relatório nós conseguimos encontrar 46 mil alqueires no Município de Luziânia, 39,6 mil alqueires no Município de Planaltina de Goiás, e 32,391 mil alqueires no Município de Formosa. A partir dessa perspectiva, veio a formatação do quadrilátero.

Aqui eu mostro um mapa a vocês de como eram as terras antes da formatação desse quadrilátero. Em seguida, o próximo mapa já define bem qual é a formatação desse quadrilátero, a partir de cada Município. Naquela parte meio amarronzada ali são as fazendas que vieram de Formosa; na parte esverdeada, as fazendas que vieram de Luziânia; na azulada, as que vieram de Luziânia e Formosa; na amarelada, as que vieram de Luziânia e Planaltina; na arroxeada, a de Planaltina; e na rosada a de Planaltina e Formosa.

A partir disso, queridos, é que nós agora podemos entender a perspectiva do Patrimônio da União. Ele tem o seu papel essencial na estratégia de desenvolvimento do País à medida que provê o insumo fundamental, que é o espaço físico para assentamento das ações e projetos de interesse público. Esse patrimônio é descrito no art. 20 da Constituição Federal e pertence a todos os brasileiros, e é administrado pela Secretaria do Patrimônio da União, ligada diretamente ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Nessa perspectiva também, nós temos, como prerrogativa, a destinação para habitação de interesse social. A SPU desempenha um papel fundamental no que se refere à habitação de interesse social. Sua missão é identificar e disponibilizar áreas vazias ou subutilizadas da União para o desenvolvimento de projetos de provisão de moradia para a população.

Esse trabalho vai ao encontro da legislação e, sobre todas as coisas, o Patrimônio da União tem a preocupação primeira de atender ao princípio constitucional de trazer dignidade à sociedade brasileira e, especificamente no caso, também ao Distrito Federal.

São diretrizes que orientam a ação da destinação de imóveis: priorizar a destinação de imóveis da União para que sejam utilizados em políticas de inclusão social, preservação ambiental e apoio à provisão habitacional para população de baixa renda.

Temos também patrimônios que são conhecidos como próprios nacionais, temos também os apartamentos, no caso específico de Brasília, que são os imóveis funcionais, para que dessa maneira se traga também a dignidade àquele que precisa de habitação. Nós também dependemos e trabalhamos com concessões reais de uso e também com concessões gratuitas e onerosas, para que possamos preservar, no seu pressuposto regimental, a perspectiva única de zelar, de administrar no princípio socioambiental, trazendo equilíbrio econômico também para as receitas do nosso País.

Nessa perspectiva, queridos, é necessário que saibamos que o Distrito Federal, segundo o Censo do IBGE, é formatado – o quadrilátero – por 5.802 km², e, desse espaço físico, apenas 10% representam as áreas da União no Distrito Federal. E aí, quando eu falo que representam apenas 10%, eu estou dizendo que, nesse pressuposto, nós também incluímos com metragem quadrada todos esses imóveis próprios nacionais, que representam a Esplanada dos Ministérios, os prédios que compõem a administração indireta também e os imóveis funcionais. Agora, se fôssemos adentrar a perspectiva da área rural, nós teríamos, de todo o quadrilátero, apenas 8% pertencentes ao Patrimônio da União.

Aí eu trago uma perspectiva do mapa do quadrilátero, onde nós podemos enxergar aqui essa parte azulada, que é a parte da Terracap; a parte amarronzada, que está meio escura para visualizar, é que de fato faz parte do patrimônio da União. No próximo mapa, nós temos condições de identificar melhor: as azuis ali fazem parte da Terracap e as vermelhas ali fazem parte do patrimônio da União.

Pode passar.

Eu trouxe a fotografia do Google aqui, para tentarmos apenas caracterizar o que de fato é o patrimônio da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pode passar, por favor.

Em seguida, queridos, trago a vocês aqui o mapa da Granja Modelo, em proximidade ali ao Gama. É uma área composta por 1.359 hectares, dos quais nós já temos destinação para boa parte deles. Foram cedidos para a Universidade da Paz 15 hectares; para a Secretaria de Educação também há o seu espaço; e, para a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, foi cedida uma área de 584 hectares.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FRANCISCO NILO GONSALVES JÚNIOR – Área composta de 11.281 hectares, onde as principais ocupações são da Secretaria de Educação, da Centcoop do Distrito Federal, que é uma cooperativa, da SLU também e outras áreas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FRANCISCO NILO GONSALVES JÚNIOR – Nova Colina também.

Na Fazenda Sálvia, ainda, nós temos a área da Polícia Civil e do Governo do Distrito Federal, onde nós já fizemos a doação para provisão habitacional do Setor Habitacional Nova Colina e do Setor Habitacional Nova Petrópolis. Também foi concedida área para a Embrapa Cerrados.

Na Fazenda Palma e Rodeador, nós transferimos três glebas ao Incra para que seja feito o trabalho de reforma agrária. E a maior parte dessa área da Fazenda Palma e Rodeador é utilizada nas Chácaras Núcleo Rural Lago Oeste.

Na fazenda Contagem de São João, uma área de 4.007 hectares, onde as principais ocupações estão entre 28 hectares, pela Vila Basevi, para fins de regularização fundiária; 1.800 hectares para que seja estabelecida a questão no Ministério do Meio Ambiente como Reserva Biológica de Contagem; e os demais para o Ibama na área do Parque Nacional de Brasília.

Pode passar.

Na fazenda Brejo ou Torto, temos também o Centcoop, que é a cessão da área de quatro hectares, o Coopercoco, que é uma cooperativa que há lá, e a Embrapa, que tem uma área de 1.749 hectares para estudos de recursos genéticos.

Na Fazenda Papuda, que é uma fazenda que adentrou ao Patrimônio da União, com 1.775 hectares, há o Presídio da Papuda, o Presídio para Militares do Distrito Federal e o Depen.

Na Fazenda Santa Bárbara, essa área foi incorporada ao Patrimônio da União em 2013, faltando ainda o registro em cartório.

De volta à Fazenda Brejo ou Torto, em processo de regularização, com área de 1.956 hectares, é onde há o Vicente Pires, além também das áreas urbanas, como a questão do Riacho Fundo II. Em parceria com o Governo do Distrito Federal, também foi feita a destinação desta área para projeto de habitação.

Aí nós podemos ver, próximo àquela BR, onde se localiza esta área destinada para fins de moradia. E, também no Itapoã, uma área de 2,5 milhões de metros quadrados foi doada para o Distrito Federal, para que possa abrigar aproximadamente 50 mil famílias.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, vamos fazer um pouco de silêncio.

Nilo, faltam dois minutos para a conclusão.

O SR. FRANCISCO NILO GONÇALVES JÚNIOR – E aí é a área do mapa que nós destinados ao Distrito Federal para 50 mil famílias.

E é interessante deixar registrado, queridos, que o Patrimônio da União tem o seu pressuposto da destinação da área. As perspectivas de urbanização e licenciamento ambiental ficam a cargo do Distrito Federal.

Nesses dois projetos que citei acima, do Riacho Fundo II e Etapa IV, houve uma parceria muito boa com as entidades, com a SEGeT, com a Terracap e com a Codhab, de maneira tal que quase 5 mil famílias serão atendidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O Patrimônio da União tem compromisso, queridos. O Patrimônio da União preserva o pressuposto constitucional que é dar dignidade à sociedade com a sua moradia. E é nessa perspectiva e nesse pressuposto que trago aqui essas informações técnicas para esta Mesa, para esta plenária, para esta sociedade, de que nós estamos dispostos a construir mais novos projetos para que a sociedade do Distrito Federal possa morar de maneira regularizada, digna, para que traga tranquilidade ao coração das famílias.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu gostaria de cumprimentar o nosso Superintendente da Secretaria do Patrimônio da União, cumprimentando o Ministério do Planejamento, cumprimentando aqui a Rádio Comunidade, de Ceilândia, que está transmitindo ao vivo o nosso programa.

Quero dizer que estou distribuindo uma minuta de documento que é a proposta inicial de um pacto pela paz no Distrito Federal. Eu gostaria que, desde hoje, nesta reunião, este documento fosse trabalhado para uma próxima audiência pública que vou fazer no mês de março, para discutir o tema, para que voltássemos com ele bem mais graúdo, bem mais acabado. Esta proposta de documento, esta minuta não é um documento acabado. É simplesmente para não sairmos daqui sem um documento para iniciar os trabalhos.

O próximo inscrito, por dez minutos, é o nosso Secretário Thiago Teixeira de Andrade, da Segeth.

Em seguida, vai ser o nosso Presidente da Terracap, Dr. Júlio César; depois, Tiago Pimentel, nosso Procurador Chefe da Procuradoria do Meio Ambiente. Em terceiro, na sequência, a sociedade; depois, o Ministério Público do Distrito Federal.

Vamos lá, querido Thiago.

O SR. THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE – Muito boa tarde a todos e a todas!

Quero saudar a Mesa na pessoa do Senador Hélio José, agradecer pela oportunidade, agradecer pelo evento e parabenizá-lo pela homenagem às vítimas da Chapecoense. Quero dizer que, para muitos, o futebol é mais do que um esporte. E todo esporte em que Davi pode derrotar Golias sempre tem um grande despertar de paixões populares.

Essa metáfora ou essa história de Davi contra Golias é um pouco o que nós vemos hoje. Paradoxalmente, Golias, o gigante, virou a grilagem de terras, e o Estado tornou-se, durante muitos anos, mal aparelhado, com apenas um estilingue na mão para combater esse Golias, esse gigante e esse problema que nos assola há tantos anos.

Quero dizer, inclusive fazendo eco à fala do Deputado Izalci, que, de fato, a economia do Distrito Federal é extremamente dependente do serviço público, dos salários e, fundamentalmente, de serviços. Mas nós temos que ressaltar que há principalmente uma única indústria. A indústria base de toda a parte industrial e a parte produtiva chama-se indústria de terra.

Ela não é a indústria imobiliária, não é a indústria da construção civil; é uma indústria de terra, ela permeia o desenvolvimento econômico. E, no Distrito Federal, ela está completamente aviltada por uma parceria inescusável do Estado com os interesses privados, numa transferência de renda fundiária histórica que acontece nesta cidade. Isso avilta o planejamento. Isto tira toda a capacidade e a energia do Estado de fazer um planejamento e projetos sérios, que interfiram, de fato, no território, de modo a conseguir resolver déficit habitacional, equação das questões do meio ambiente e outras.

A gestão pública sempre enfrenta um problema muito grave de um paradoxo muito difícil de resolver entre a centralização e a fragmentação. Ora a fragmentação é fundamental para que se atenda a população na ponta, ora essa fragmentação reflete uma série de interesses privados, que depois se apropriam do Estado e não permitem mais que o Estado faça gestão alguma.

Isso é importante na questão da ação da Agefis. Não fosse a centralização de hoje, não haveria a possibilidade de executar uma política pública de combate à grilagem, com prisão de mais de 180 grileiros e uma série de ações que são transparentes, que são públicas, com critérios, e que estão todas disponíveis a todos na internet. Então, não falta transparência nas ações da Agefis. O mapa de combate à grilagem, com as áreas críticas pintadas de vermelho, já é de amplo conhecimento da sociedade, e está disponível tanto no *site* da Agefis quanto no nosso *site* de geoprocessamento, que está todo aberto à população e se chama Geoportal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Está no endereço www.geoportal.segeth.df.gov.br.

Tampouco este Governo pode ser acusado de qualquer leniência ou morosidade nos aspectos da regularização fundiária e nos aspectos da política habitacional. Eu quero passar alguns números que muito nos orgulham e que são missão dada pelo Governador Rodrigo Rollemberg quando nos convidou para integrar a Secretaria de Gestão do Território e Habitação, a secretaria que cuida do planejamento urbano, da regularização fundiária, e que, dentro desse paradigma de que algumas centralizações são necessárias, criou e centralizou os licenciamentos urbanísticos dentro da central de aprovação de projetos. Em pouco menos de dois anos e, efetivamente, pouco menos de 20 meses, efetivamente, da instalação do Conplan, foram 18.771 unidades imobiliárias que passaram no processo de licenciamento, a maior parte delas no processo de regularização fundiária. Nós estamos falando do Vicente Pires, glebas 3 e 1, nós estamos falando da cidade inteira do Paranoá. Nós estamos falando de mais um sem número de condomínios que passaram por lá.

Hoje nós temos somente 79 condomínios em Arines. Isso é muito pouco, frente ao total que está de fato em movimentação dentro da central de aprovação de projetos. Uma parcela muito relevante, a maior parte, está parada por falta de ação dos interessados. Eu estou falando das áreas dos privados, das áreas que estão previstas no PDOT como áreas de regularização de interesse específico.

A Codhab, na entrega de escrituras de interesse social, as escrituras que são entregues gratuitamente, já entregou 22.400 escrituras nesta cidade. Para vocês terem uma ideia, de 1960 até 2014, nesta cidade, a Codhab e suas antecessoras tinham entregado 62.990 escrituras. Ou seja, este Governo, em menos de 24 meses, entregou mais de um terço do que foi entregue na história do Distrito Federal.

Também desenvolvemos um programa habitacional especificamente para resolver essa questão e esse impasse que a Deputada Celina Leão apontou aqui. Por que não o Estado vender a preços subsidiados e a preços módicos lotes urbanizados para a população de baixa renda, e a população que é alvo e é vítima da grilagem? Sim, o Habita Brasília tem uma linha chamada Lote Legal, que tem essa função e é parceria com a Terracap. Eu não vou entrar nos números da Terracap, porque são números muito expressivos e tenho certeza de que o Presidente Júlio César o fará.

Nós temos que combater a grilagem de modo eficiente, eficaz e com critérios, porque está muito claro que decisões judiciais só afetam um lado, e esse lado é o lado do Estado, que tem que ser cumpridor de leis. A decisão judicial que saiu há poucos meses, mandando parar qualquer ação dentro da área em volta do Estância Quintas da Alvorada e do próprio Estância Quintas não resultou em ação efetiva por parte dos moradores, dos proprietários e dos condôminos. Por baixo, são cem casas que hoje estão em construção. Nós temos todo o levantamento aerofotogramétrico mostrando isso. Nós temos, por baixo, em um cálculo muito simplório, cem casas em construção depois da ordem judicial de parada.

A regularização e a urbanização caminham lado a lado. Nós estamos fazendo, em parceria, em contato direto com o Ministério Público, principalmente no ano passado, reuniões mensais de acompanhamento do processo de regularização fundiária das Arines e de regularização fundiária também das Aris. Em função dos licenciamentos ambientais, conseguimos entrar com obras fortes do Sol Nascente. Mais de 60% das obras no trecho 1 já estão concluídas, no Porto Rico e em Vicente Pires. Regularização fundiária, por si só, não adianta, não tem eficácia se não vier acompanhada dos processos de urbanização.

Toda essa transparência dos critérios, como disse o Deputado Rafael Prudente, está transparente. Nós temos não só transparência dada pelo PDOT, como o próprio Geoportal, em camadas associadas às áreas vermelhas de combate à grilagem, coloca as áreas de regularização.

Quando falamos de uma irregularidade do solo de 25% – esse número é verdade, ele é 25% de 3 milhões de pessoas –, nós estamos falando de cerca de 750 mil pessoas afetadas pela falta de titulação. Não estamos falando, ao contrário, de 750 mil pessoas que são tratadas como grileiros e que estão, de fato, nessa mira do combate à grilagem, porque boa parte dessa população já está em áreas que são previstas para a regularização fundiárias, seja em Aris, seja em Arines, ou mesmo por meio da decretação de Zeis. Então, a população que, de fato, está afetada, como disse muito bem a minha colega Bruna, é uma população de uma parcela muito pequena frente a todo esse contexto da sociedade brasiliense.

Mais uma vez, tudo isso está transparente, como nunca esteve. Mais uma vez, quero ressaltar: o Governo tem o combate à grilagem ancorado em alguns pilares. Quando diziam que não basta desocupar casa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pobre, tem que desocupar de rico, nós fomos lá e desocupamos também as classes médias e altas, porque é um fenômeno específico de Brasília. Diferentemente do resto do País, nesta cidade a grilagem está em todas as classes sociais. É muito diferente da necessidade, da garantia do direito à moradia, que todas as metrópoles brasileiras enfrentam. Então, nós temos grilagem em todas as classes sociais, e elas estão sendo enfrentadas em todas as classes sociais.

Quando nos disseram que não basta derrubar casa de rico e de pobre, é preciso ter critério e comunicar com transparência, a gente já tinha comunicação com transparência. Quando nos diziam que não bastava fazer isso, mas tinha que entregar títulos, nós entregamos títulos. E, quando nos disseram que não basta isso, nós temos que trabalhar com educação, nós estamos trabalhando num convênio com a Secretaria de Educação e trabalhando com a formação dos jovens...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Alô! Thiagão? Só um instantinho, Thiago.

Pessoal, quero fazer um apelo. Thiago é o nosso Secretário de Habitação. É importante ouvi-lo. Eu sei que o retorno para nós, aqui da mesa, é ruim, mas segundo informação do técnico de som, o som está no máximo. Aí está dando para ouvir, mas há muito barulho. Já pedimos para abrir no máximo, e eu quero pedir novamente: abram no máximo o som!

Tiago, desculpe a interrupção. Você ainda tem três minutos. Pode discorrer, fazer uma conclusão, sem problemas. Por favor, pessoal, vamos ouvir concentrados, porque é importante nós ouvirmos a posição que a Segeth vai dizer.

Em seguida, excepcionalmente por causa da posse do nosso querido Leonardo Bessa, ali, eu vou ouvir o Dênio, do Ministério Público do DFT, que vai lá e vai voltar. Mas primeiro quero ouvi-lo, antes de ele sair.

Vamos, Tiago, por favor. E depois o João.

O SR. THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE – Eu já estava concluindo.

Princípios de transparência total estão sendo colocados. Nós temos critérios, nós temos objetivos também muito certeiros. Principalmente, quero reforçar que, das 750 mil pessoas que estão sendo colocadas – e 25% da população de 3 milhões corresponde a exatamente isso –, nós estamos falando com uma parcela muito grande dessa população que já está em áreas de regularização, não correm risco, estão fora das áreas de combate à grilagem, das áreas vermelhas, no mapa da Agefis e do Comitê de Governança do Território.

O Comitê de Governança criou critérios, criou matrizes, criou uma política pública de enfrentamento à grilagem. E isso tudo está transparente, já foi objeto de extensa divulgação na mídia, já foram mais de 180 grileiros presos. E grilagem é crime, mas ainda é infelizmente um crime que compensa, porque é um crime de menor potencial ofensivo, com até cinco anos de prisão.

Infelizmente, no prazo em que se demora para tramitar na Justiça uma ação judicial contra um grileiro, ele faz uma cidade inteira. E isso é a tradição desta cidade. Nós estamos enfrentando isso com muita altivez, mas também com muita publicidade e muito critério.

Quero reforçar que é uma ampla gama de acessos e de ações do Estado, principalmente em torno da oferta habitacional, da regularização fundiária e da entrega de títulos. Se não foi possível ouvir antes, eu quero reforçar alguns números: nós passamos, em menos de 20 meses, entre março do ano passado até esse mês de novembro, 18.771 unidades imobiliárias no processo de regularização fundiária e em outros processos de licenciamento urbanístico; a Codhab já entregou, de janeiro do ano passado até novembro, 22.400 escrituras gratuitamente para as pessoas de baixa renda ou para as pessoas que fizeram jus em algum dispositivo legal nessa história. De 1960 até 2014, 62.990 títulos tinham sido entregues na história desta cidade, e nós entregamos mais de um terço em nossa gestão.

Então, não podemos ser acusados ou ser insinuados de que há morosidade ou leniência nesse processo de gestão do território neste Governo. Este Governo é responsável e está associado a todos os interesses ambientais, que são interesses maiores, que são interesses que garantem o futuro da nossa cidade. Eu digo e costumo usar a seguinte figura: a regularização fundiária, a contenção e o ordenamento territorial e a regularização do Vicente Pires, principalmente da gleba 3, ligam a população do Vicente Pires à população do Paranoá, do Itapoã e de São Sebastião por meio da água. O Ribeirão Vicente Pires, que depois dá no Riacho Fundo, é o maior poluidor do Lago Paranoá, que será usado brevemente como manancial de abastecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de São Sebastião, de Itapoã, do Paranoá e de condomínios daquela região.

E mais, é a desordem da ocupação em São Sebastião que está contaminando o solo com as fossas sépticas. Já há três poços que não conseguem mais ser usados não pela falta de água somente, mas pela contaminação do solo. O nível do lençol está extremamente baixo. Vários poços não têm capacidade alguma de prover. E quem paga o preço da política habitacional? Nós temos uma área de provimento habitacional prevista, no PDOT, que se chama Bairro Nacional, que hoje não tem viabilidade de se instalar pela falta de água, e era um assentamento de mais de 6 mil unidades habitacionais.

Então, o território liga pobres e ricos, a água não tem fronteira e liga pobres e ricos, e todos pagam a conta da ocupação desordenada.

Obrigado, Senador.

Obrigado à plateia por toda a atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Thiago.

Pedindo uma certa desculpa ao Júlio, que seria o próximo a falar, vai falar o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr. Dênio... Desculpa, Dênio, deixe-me ver o seu sobrenome aqui.

O Dr. Dênio, e, em seguida, vai falar o Dr. Júlio César, da Terracap.

Dr. Dênio Augusto de Oliveira Moura, Promotor de Justiça, representando o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

A solicitação que eu faço ao Dr. Dênio e a todos que vão falar é que falem a um palmo do microfone, porque eu fui informado aqui que o som fica melhor por causa do sistema de autobloqueio do microfone. Para ficar uma audição melhor para todos, tal qual foi o final da palavra do Thiago, falem a um palmo do microfone.

Dr. Dênio e, em seguida, o Dr. Júlio César, da Terracap.

Com a palavra o Dr. Dênio.

O SR. DÊNIO AUGUSTO DE OLIVEIRA MOURA – Boa tarde a todos!

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa em nome do Dr. Carlos Divino, que se encontrava aqui, representante do Poder Judiciário, que nos honra com a sua presença e conhece como ninguém a situação fundiária aqui do Distrito Federal.

Eu tenho muita tranquilidade para falar sobre esse tema, porque o Ministério Público é uma instituição que nunca fugiu da discussão sobre a grilagem de terra, sobre o parcelamento irregular, sobre a ocupação irregular no Distrito Federal. O Ministério Público, como já foi dito aqui, em 2007, fez um TAC que estabelecia todas as condições para que essa regularização ocorresse. Muito do que já foi regularizado hoje foi regularizado graças a esse TAC. Foi esse TAC que viabilizou a venda direta em muitas áreas. Foi esse TAC que permitiu o licenciamento corretivo, que não era possível antes dele. Foi esse TAC que permitiu a regularização por setor habitacional, de modo a permitir que condomínios pequenos pudessem ser regularizados. Então, mais uma vez, o Ministério Público está aqui para mostrar sua cara, disposto a discutir, disposto a enfrentar de forma verdadeira, com vontade de resolver essa questão do parcelamento irregular aqui do Distrito Federal.

O que é regularização? O Presidente da Mesa já falou no início da sua fala. Regularização envolve regularização fundiária, regularização urbanística e regularização ambiental. Sem isso, não há que se falar em regularização. Regularização não é entregar papel para ninguém. Regularização não resolve os problemas dessa forma. Entregar papel, entregar escritura é fazer as pessoas de bobas. Isso não é regularização. O Ministério Público está aqui para cumprir o seu papel e deixar bem claro que regularização não é isso.

Eu gostaria de falar também que se criou, graças a isso no Distrito Federal, uma cultura que eu chamo de cultura da regularização. Está se propondo a fazer um pacto, e eu estou disposto a sentar para discutir esse pacto. Eu estou disposto a sentar. (*Palmas.*)

Eu tenho certeza de que o Ministério Público está disposto a sentar para discutir esse pacto. Agora eu não posso aceitar que o pacto passe, saia do princípio que está aqui no item 6. Eu gostaria de dizer aos senhores que eu acabei de receber este documento. Aqui, no item 6, está dito que esse TAC vai ser elaborado desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que nenhuma demolição de casa habitada dentro do Distrito Federal possa ser realizada sem notificação prévia e ordem judicial. (*Palmas.*)

Senhores, eu gostaria de dizer para os senhores que nós estamos dispostos a discutir o direito à moradia. Agora, a mesma Constituição que fala do direito à moradia também fala do direito à preservação do meio ambiente, é a mesma Constituição que fala do direito aos serviços públicos, como água, luz, escola, hospital, mobilidade urbana. É a mesma Constituição.

Então, se há vontade de discutir esse assunto dessa forma, quem é contra a preservação ambiental não vai poder fazer parte desse grupo, quem é contra a garantia de água para a população do Distrito Federal não pode fazer parte desse grupo.

Outra coisa que eu gostaria de dizer é a seguinte: para discutir esse assunto...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dr. Dênio, só um aparte.

Com esse documento da lavra da minha assessoria, quero dizer para o senhor: por isso está escrita a palavra minuta. Esse documento não tem o objetivo...

O SR. DÊNIO AUGUSTO DE OLIVEIRA MOURA – Não, eu sei disso. Estou falando só de pressupostos para se começar uma discussão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ah!, sim. Correto, correto. Então, estamos abertos à discussão.

O SR. DÊNIO AUGUSTO DE OLIVEIRA MOURA – Eu gostaria de dizer também que nós estamos enfrentando uma das maiores crises hídricas do Distrito Federal. O Lago do Descoberto, que fornece água para 65% ou mais da população do Distrito Federal estava, até outro dia, com 20%. Então, se nós tivermos que nos sentar para discutir, vamos fazê-lo com responsabilidade.

Aqui está o Deputado Izalci, que eu sei que tem terras ali na região de Brazlândia, tem chácara lá. Se algum dia alguém invadir a chácara do senhor ou o lote de quem quer que seja, no Lago Sul, no Lago Norte, no Sudoeste ou na Asa Norte, vai querer que a Agefis trabalhe. Eu tenho certeza. (*Palmas.*)

O SR. DÊNIO AUGUSTO DE OLIVEIRA MOURA – E eu quero dizer uma coisa. Eu gostaria de dizer que não estou aqui para defender governo A, governo B ou governo C. Estou trabalhando nisso há pelo menos três governos, e estou disposto a continuar, porque eu amo esta cidade, eu amo o Distrito Federal. E mais, a grande sorte do Distrito Federal é que isso aqui é um quadradinho deste tamanho. Daqui a pouco essa terra vai acabar. Aí eu quero ver quem vai assumir a responsabilidade de garantir água para essas pessoas que vão morar aqui. (*Palmas.*)

O SR. DÊNIO AUGUSTO DE OLIVEIRA MOURA – Eu quero saber quem vai garantir moradia para as pessoas, quem vai dar resposta para a população que mora no Distrito Federal desde o seu início, que acreditou num sonho e que até hoje quer proteger isso aqui, que não é patrimônio de alguém; isso aqui é um patrimônio cultural da humanidade.

Eu gostaria de dizer essas coisas e, de fato, nós temos que enfrentar todas essas questões. Quanto à cobrança de IPTU por exemplo, não há discussão alguma sobre a juridicidade disso. A legislação é clara, o entendimento judicial é claro. Agora, nós não podemos admitir que se cobre IPTU de condomínios novos que estão surgindo, porque isso é um incentivo à grilagem.

Eu gostaria de aproveitar, nobre Senador, nobre Deputado, todas as autoridades que estão aqui presentes. A legislação que trata de parcelamento irregular no Distrito Federal é ridícula. É ridícula! É um crime de um ano e cinco meses. Como foi dito aqui... Perdão. De um a cinco anos. Normalmente a pena é aplicada no seu mínimo. Isso significa dizer o seguinte: se alguém sofrer um estelionato e por isso perder o seu celular, ele vai responder à mesma pena do parcelamento irregular.

Então, quando se fala que não se vê grileiro preso não é por vontade das instituições que se têm que fazer isso. A legislação dificulta, e muito, além de se trabalhar com laranjas, além de fazerem as coisas na surdina. Quando se vê, essas ocupações ocorrem de um final de semana para o outro. E todo mundo sabe disso.

Então, eu gostaria de chamar a todos aqui para que pudéssemos conversar sobre isso, sim, mas com res-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ponsabilidade, com vontade de resolver isso de uma vez por todas, com vontade de proteger esse patrimônio do Distrito Federal. Estamos dispostos a fazer um pacto pelo Distrito Federal. O Ministério Público se propõe até a mediar esse pacto.

Eu gostaria de dizer que já existe o TAC. Já existe um TAC do Ministério Público que tem que ser respeitado. Então, creio que o órgão mais indicado para mediar isso seria o Ministério Público junto com o Poder Judiciário, até porque essas instituições ficam. Os governos passam; essas instituições ficam.

Então, a população que quer proteger Brasília, por favor, venha fazer parte. A população que defende o meio ambiente, por favor, venha fazer parte, porque senão nós vamos fazer um grande teatro nesta cidade e continuar a prejudicar a população. E os senhores não pensem que não vão sofrer com o que está acontecendo aqui, não. Os filhos e as filhas dos senhores, os netos e as netas dos senhores também vão responder por essa irresponsabilidade.

Então, vamos acabar com essa imoralidade que está acontecendo no Distrito Federal. Vamos acabar com a exploração política. Há muita gente ficando rica com a grilagem. Inclusive, Senador, nós precisamos fazer um trabalho para que as pessoas que falam em direito à moradia só tenham direito a um lote, porque é isso que direito à moradia diz. E a mesma Constituição protege um leque de direitos que devem ser protegidos.

Eu gostaria muito que fossem convidadas as associações de moradores que trabalham na zona rural do Distrito Federal, as pessoas que estão sentindo na pele a violência que está ocorrendo perto do Lago do Descoberto, na região do Incra. Em todas as regiões aonde o parcelamento irregular chegou, a violência chegou junto, a imobilidade chegou junto, a falta de áreas para equipamentos públicos chegou junto.

Então, está aqui o convite. O Ministério Público está de portas abertas para que nós conversemos. Mas, para que se possa conversar sobre isso, é preciso apresentar as suas credenciais. A população tem que participar, mas com as suas credenciais.

Eu gostaria que o senhor me deixasse terminar.

É necessário, de uma vez por todas, acabar com essa irresponsabilidade. Nós não podemos ficar olhando para direitos individuais e esquecer os interesses coletivos. Enquanto estivermos olhando só para a casa de um fulano que está em cima de uma APP, que está descumprindo uma decisão judicial, que está descumprindo a lei, o PDOT, a Constituição, a Lei Orgânica, enquanto estivermos olhando só para essa casa, nós vamos condenar a população do Distrito Federal inteira! Inteira!

Então, meus senhores, isso era o que eu tinha para falar.

Agradeço a atenção dos senhores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

Pessoal, por favor, pessoal, não há questão de ordem em audiência pública. Por favor. Tudo bem, mas não há questão de ordem.

Por favor, segurança, faça a gentileza.

Por favor, deixe-me conduzir a audiência pública?

Pessoal, por favor.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal. Por favor, senhor! Vamos nos sentar porque a polícia quer fazer uma estimativa de quantos estão no auditória, para liberar mais umas 20, 30 vagas. Há mais de 500 pessoas lá fora querendo entrar. Pediram para nós nos sentarmos para verem quantas vagas nós temos no auditório, para poderem liberar as pessoas.

Pessoal, só quero deixar claro ao nosso Ministério Público que ninguém do Senado Federal, da Câmara Legislativa, da Câmara dos Deputados, e nenhuma das pessoas, tenho certeza, que vêm fazer parte desta audiência pública, estão aqui querendo o fim das águas, o fim dos recursos hídricos, estão querendo trabalhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

contra a sobrevivência digna da população do DF. (*Palmas.*)

É exatamente por isso que será convidado para falar, daqui a pouquinho, o Ibama, a ICMBio e o Ibram.

Nós queremos trabalhar para uma questão sustentável. O direito individual e o coletivo não podem se sobrepor um ao outro. Temos uma Constituição que tem de valer para todos, para todos os que têm direito. É isso o que a gente espera que o Ministério Público encaminhe. (*Palmas.*)

Está aqui uma proposta, uma minuta. Essa proposta, que é uma minuta, não tem interesse de ser uma proposta acabada. O que queremos é poder trabalhá-la a quatro mãos, com o Governo do Distrito Federal, com o Governo da União, com o Ministério Público, com o Tribunal de Justiça, todos juntos para a gente trazer paz para Brasília.

O próximo inscrito é o representante da Terracap, Dr. Júlio César. O Presidente da Terracap com a palavra.

O SR. JÚLIO CÉSAR A. REIS – Boa tarde, senhores!

Boa tarde a todos!

Em nome do Senador Hélio José, gostaria de cumprimentar todos os que compõem a Mesa. Gostaria de cumprimentar todos os senhores e todas as senhoras, sem maiores delongas, porque o meu tempo aqui é muito curto.

Senador, vivemos hoje a maior crise que este País já passou, desde 1930. E não estou aqui para chorar as mágoas dessa crise econômica. Estou aqui para dizer, Senador, que, muitas vezes, a crise representa uma grande oportunidade, uma oportunidade de nos reorganizarmos ou de nos organizarmos em função das dificuldades. Queria explicar um pouco mais isso.

De 2008 até fevereiro de 2015, nenhum projeto de regularização fundiária de interesse específico foi aprovado ou licenciado. Nenhum empreendimento, nenhuma área de regularização foi aprovada. A regularização fundiária não avançou.

É muito simples entender o porquê a regularização não avançou e é muito fácil de lincar isso com o nosso momento econômico atual. De 2008 até o final de 2014, nós vivíamos um momento excepcional, um momento como nunca se viu no mercado imobiliário brasileiro e no mercado imobiliário brasiliense. Digo isso aos senhores como servidor de carreira da Terracap.

Hoje, ocupo o cargo de Presidente a Terracap, mas sou um servidor de carreira. E aquela empresa nunca vendeu tanto e nunca teve o seu dinheiro tão mal aplicado, diga-se de passagem, Senador. Basta dizer que a Terracap construiu um estádio de R$1,6 bilhões em 24 meses. E foi preciso que se assentasse no nosso País a maior crise econômica desde 1929 e que assumisse aqui no Distrito Federal um governo sério, que trata essa questão da ocupação do solo com seriedade, para que os olhos do governo se voltassem para a regularização fundiária.

Eu queria dizer aqui aos senhores o seguinte: em dois anos, em 21 meses de governo – e aí eu queria atualizar aqui, Thiago, alguns dados que o senhor trouxe. Nós tivemos algumas conquistas recentes nas últimas semanas: aprovamos um total de 32.475 lotes – 32 mil lotes em 2014 e 2015. Isso aqui eu estou falando de regularização fundiária, eu estou falando de lotes que foram aprovados pelo Conplan e que foram licenciados pelo Ibram.

Nos sete anos anteriores, nós não tivemos nenhuma aprovação de regularização fundiária. Alguém aqui se lembra de evento de regularização fundiária em São Sebastião? Nas gestões anteriores? No Riacho Fundo? Ninguém se lembra disso. Mas a verdade é que nesta gestão nós aprovamos aqui 7,9 mil lotes em São Sebastião.

Então, eu não coaduno com a informação que circula de que esse Governo é um governo que não trabalha em prol da regularização. Muito pelo contrário, nunca se trabalhou tanto, nós nunca tivemos tantos resultados como nós temos agora. A Terracap nunca produziu tanto – nunca produziu tanto!

Nós regularizamos 7,9 mil lotes em São Sebastião. As pessoas já estão recebendo as suas escrituras. Famílias que foram assentadas na década de 90, hoje, 26 anos depois, estão recebendo o documento da área que ocupam. No Riacho Fundo II, primeira etapa, nós registramos em cartório, licenciamos e estamos entregando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

as escrituras de 2,8 mil unidades. No Riacho Fundo II, terceira etapa, a mesma coisa, para 2.169 unidades.

No Guará havia um problema histórico das QEs 44 a 58. Diversas famílias receberam as suas unidades, e não puderam construir. Agora estão conseguindo. No Paranoá licenciamos e aprovamos 7,6 mil lotes.

E digo aos senhores aqui uma coisa: a Terracap conhece cada centímetro do patrimônio que tem – cada centímetro do patrimônio que tem! E nós defendemos isso.

Existe aqui apenas uma ressalva, que são aquelas áreas chamadas desapropriadas em comum. Nós conhecemos o percentual que nós temos, mas essa área ainda está em divisa. E digo mais: o Paranoá não foi registrado em cartório ainda, porque várias das lideranças que hoje atuam junto aos movimentos impugnam os processos de registro, entram com ações meramente protelatórias, de maneira a impedir que a regularização fundiária avance.

Algumas dessas pessoas estão aqui. A escritura não é falsa, não, meu senhor. Quem fez escritura falsa foi condenado, há 30 dias. Algumas pessoas foram condenadas.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, silêncio, por favor. Só um minutinho, deixe-me só reconstituir o som. (*Pausa.*)

Veja aí, Júlio, se reconstituiu.

O SR. JÚLIO CÉSAR A. REIS – Há gente que fala que a Terracap falsificou escritura. Dá-me uma escritura que a Terracap falsificou. Eu desafio qualquer um aqui a me apresentar uma escritura que judicialmente foi reconhecida.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, por favor, vamos respeitar o orador.

O SR. JÚLIO CÉSAR A. REIS – Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ele ainda tem dois minutos para concluir. Vamos deixar ele falar.

O SR. JÚLIO CÉSAR A. REIS – Senador Hélio José.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Façam a gentileza, pessoal.

O SR. JÚLIO CÉSAR A. REIS – Desafio qualquer um aqui a me apresentar um documento que a Justiça tenha reconhecido que seja um documento falso.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. JÚLIO CÉSAR A. REIS – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, não atrapalhem o orador.

O SR. JÚLIO CÉSAR A. REIS – Sugiro.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, não atrapalhem o orador. Ele ainda tem dois mi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nutos, e ele vai garantir a fala dele, por favor.

O SR. JÚLIO CÉSAR A. REIS – Senador Hélio José, permita-me aqui um esclarecimento. E eu gostaria de que esse esclarecimento me permitisse extrapolar em um minuto o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu permito um minuto a mais.

O SR. JÚLIO CÉSAR A. REIS – O nobre colega trouxe aqui a Matrícula 12.980, e a Matrícula 12.980 é uma matrícula de uma fazenda chamada Paranoá. E é exatamente por conta desse imbróglio que a regularização fundiária do Paranoá não avança. Pode levar aqui, colega, porque eu sei de cor esse assunto.

A regularização fundiária dessa fazenda não... Essa matrícula aí, doutor, foi decisão judicial da Vara de Registros Públicos do Distrito Federal, subscrita pelo Dr. Ricardo Norio Daitoku, Juiz da Vara de Registros Públicos. Ele mandou anular essa matrícula, mandou cancelar a matrícula. O que acontece, Senador Hélio José, é que, em uma manobra eminentemente judicial, em uma manobra eminentemente protelatória, o que eles fizeram foi entrar com uma ação na Justiça Federal, e essa ação vem impedindo que 7,9 mil famílias da cidade do Paranoá recebam as suas escrituras.

Eu queria dizer aqui o seguinte: no ano passado nós efetuamos a indenização no valor de R$18,9 milhões do que faltava ser pago dos 75ha, Dr. Mário Gilberto, e o senhor entrou com uma ação na Justiça Federal que vem impedindo que o sonho de 7,9 mil famílias que foram assentadas na década de 90 se realize.

Bom, queria dizer aqui também o seguinte...

(*Manifestação da plateia.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, a garantia de fala é de todos. Eu gostaria de que quem não conseguisse garantir a fala... Há pelo menos 500 pessoas lá fora querendo entrar. Por gentileza, eu queria que os nossos encarregados do Senado Federal solicitassem a retirada de quem fizer manifestação e atrapalhar o orador.

Desculpe, pessoal, mas essa é a regra aqui do Senado, e eu não posso quebrá-la. É a Casa do Povo, mas nós não podemos manifestar na hora em que está tendo fala.

Júlio César, está garantida a sua fala por mais dois minutos.

O SR. JÚLIO CÉSAR A. REIS – Muito obrigado, Senador.

Senador, nós não podemos concordar com o que vem acontecendo aqui no Distrito Federal. Algumas pessoas se valem de argumentos para tentar iludir outras pessoas. Elas usam boa parte de vocês que estão aqui hoje como massa de manobra. Desculpem-me, mas vocês hoje estão sendo utilizados, vocês estão sendo ludibriados.

Senador, é preciso que haja três condições para regularização fundiária...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, por favor.

O SR. JÚLIO CÉSAR A. REIS – ... e para ocupação do solo. A primeira condição é a seguinte: quem propõe o parcelamento tem que ser o proprietário. A segunda questão é ambiental: para que se faça um projeto de parcelamento, é preciso que ele seja licenciado, do ponto de vista ambiental. Você tem que ter uma licença prévia, uma licença de instalação e uma licença de operação. Há uma legislação própria para isso. E é preciso que o projeto de parcelamento do solo seja aprovado pelo Poder Executivo – também há uma legislação própria para isso.

Há muita gente aqui que comprou lote em alguns locais em que a pessoa que vendeu tinha uma cessão de direito e tinha um título de propriedade, que não equivale àquele local. Hoje nós não conseguimos regularizar aquela área. Por que a gente não consegue regularizar? Muitas vezes, porque o PDOT não permite; muitas vezes, porque o zoneamento ambiental não permite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, antes de comprar um lote em um condomínio irregular, a pessoa tem que saber, primeiro, se aquele condomínio é passível ou não de regularização. Muita gente aqui comprou lote em área que não é passível de regularização.

E eu digo aqui, respondendo ao Deputado Rafael Prudente, que disse o seguinte: "Olha, é preciso que a gente faça uma relação, é preciso que a gente informe à população sobre o que é passível de regularização e o que não é." Eu digo aos senhores o seguinte: no *site* da Terracap, há essa informação, condomínio por condomínio. No *site* da Agefis, também há essa informação, condomínio por condomínio.

Aliás, eu queria dizer aqui aos senhores o seguinte: em oito meses, nos últimos oito meses...

(*Interrupção do som.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dr. Júlio, mais uma minutinho para o senhor concluir, por favor.

O SR. JÚLIO CÉSAR A. REIS – Todas as informações fundiárias estão no *site* da Terracap, todas as informações sobre regularização fundiária estão no *site* da Terracap.

Na última semana, Senador Hélio José, nós conseguimos a licença de instalação corretiva do Vicente Pires, gleba 2 e gleba 4. Nós inovamos nesse licenciamento ambiental, porque nós garantimos às famílias de baixa renda que residem em Vicente Pires na gleba 4, que é uma área de regularização de interesse social, o direito de serem realocadas.

Ninguém disse por que nos governos anteriores não se regularizou Vicente Pires. Porque estavam com uma tese equivocada em um licenciamento ambiental de que nós tínhamos que derrubar 1,4 mil casas para avançar com a regularização fundiária. E nós estamos avançando com a regularização fundiária aqui agora, seguindo novo Código Florestal, criando as áreas de parcelamento condicionado.

Nós temos lá: na gleba 2, 4.005 lotes já licenciados e com obras em andamento, naquela antiga Colônia Agrícola Samambaia; na gleba 3 do Vicente Pires, nós temos 1.099 lotes, cujo registro cartorial e a outorga do título ao morador só não foi feita ainda, porque algumas pessoas, que hoje estão aqui, impugnaram o registro do loteamento.

Antes tinha que derrubar 1,4 mil casas. A gente conseguiu resolver sem ter que derrubar, aí a turma vai lá e impugna o registro loteamento. Eu acho que é porque há gente que prega a anarquia, há gente que prega a desordem.

Senador, queria dizer ao senhor aqui, já finalizando e também respondendo à Deputada Celina Leão, que disse o seguinte: "Olha, eu não sei por que a Terracap nunca vendeu lote para pobre." Senador, hoje nós conduzimos aquela empresa olhando para frente, porque quem dirige olhando para trás bate o carro. O retrovisor para a gente é uma referência.

Nós temos agora o Programa Habita Brasília, em que nós vamos ofertar mais de 14 mil lotes à população de baixa renda, diretamente financiados, com um preço muito melhor, às vezes, Senador, do que o preço que um grileiro do Sol Nascente, que um grileiro de São Sebastião, que um grileiro do Riacho Fundo, que um grileiro do Recanto das Emas tem ofertado, em um lote com total infraestrutura.

E digo mais: estamos na Terracap de portas abertas, e o principal, senhores, de copo vazio para poder discutir a regularização fundiária. Qualquer um de vocês aqui que quiser ir à Terracap discutir regularização fundiária será recebido – será recebido! Agora, o que nós não podemos continuar permitindo é ocupação irregular, senhores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, eu espero que a Terracap seja uma das empresas a nos ajudar, a quatro mãos, a fazermos realmente um pacto pela paz no Distrito Federal. A proposta está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lançada.

O próximo inscrito vai ser alguém da sociedade agora. Nós vamos ouvir alguém da sociedade. Pelo sorteio, foi indicado um representante das novas cidades, representando Sol Nascente, Pôr do Sol, todos os condomínios novos, o nosso querido Luciano.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, vamos ouvir o Luciano, o Dr. Luciano, advogado.

O SR. LUCIANO CAVALCANTI – Boa tarde a todos!

Eu estava escutando o pessoal...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, por favor, vamos ouvir todos.

O SR. LUCIANO CAVALCANTI – Senhores. Senhores.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. LUCIANO CAVALCANTI – Povo, vamos ouvir aqui. Esqueçam a Bruna, vamos deixar a Bruna!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal. Pessoal, por favor. A Drª Bruna vai voltar. Por favor, pessoal. Pessoal, por favor, vamos nos acalmar. Aqui é a Casa do Povo e a Casa da Democracia. A Drª Bruna teve que se retirar, mas vai voltar.

Então, vamos ouvir, por dez minutos, o representante das novas cidades: Pôr do Sol, Morro da Cruz, Sol Nascente, Porto Rico e todas as novas cidades de Brasília.

Vai, Luciano!

O SR. LUCIANO CAVALCANTI – Gente! Senhores, eu fiquei ouvindo os representantes governamentais falando. Dá impressão de que vocês, eu, o pessoal do Sol Nascente, Porto Rico, do Morro da Cruz, nós somos moleques. Dá impressão de que o Governo do Distrito Federal, na pessoa do representante do Sr.Rodrigo Rollemberg, não escuta ninguém.

Eu tenho um grupo chamado Ceilândia Sempre Viva. Dia 10 nós vamos fazer um ato lá em Ceilândia. Chamamos todos os 24 Deputados – os nossos 8 federais e os 3 Senadores. Sabem para quê? Para perguntar onde esse povo está. Porque é o seguinte: escutando ele falar, dá a impressão de que esses caras moram em Brasília, só que em outra Brasília, certo? (*Palmas.*)

Quando eles apresentam os dados, os números, o Governo Rodrigo Rollemberg precisa aprender que não pode ficar colhendo o que os outros plantaram; ele tem que fazer. (*Palmas.*)

O PDOT de que eles tanto falam, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, só pode ser mexido de dez em dez anos. Aí eu fico vendo o Secretário de Habitação, e lá no *site* da Agefis, de que a Bruna gosta de falar, estão lá as áreas vermelhas que vão ser retiradas, que...

Eu estava conversando ali... É o seguinte, gente: o PDOT, para ser mexido... Ele tem que entender o seguinte: não adianta fazer política habitacional sentado na cadeira, olhando para o satélite. Tem que ir *in loco*. (*Palmas.*)

Não adianta querer falar para a população do Sol Nascente, do Morro da Cruz, não adianta querer falar para vocês o seguinte: "Olha, os grileiros..."

Gente, grilagem é crime. Todo mundo sabe disso. Todo mundo aqui sabe disso. O problema é o seguinte: o Estado é omisso. Então, se o Estado é omisso, como eu pego um PDOT que é de 2009 e vou poder mexer nele em 2019? Agora, vocês pensem o seguinte: ele delimitou uma área, só que cresceu, ele começou a crescer. E aí, nenhum governo, nem o Governo Rollemberg, nenhum outro governo se atentou para a isso. Eu não posso simplesmente pegar agora e falar para vocês: olha, eu vou retirar vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Está aqui a competência da Agefis, no art. 3º: executar as políticas de fiscalização de atividades urbanas do Distrito Federal em consonância com as políticas governamentais; supervisionar e planejar e coordenar ações de fiscalização e desenvolvimento dos integrantes da carreira de fiscalização de atividades urbanas; coordenar, implantar e administrar a arrecadação de preços; conceder, controlar e cancelar parcelamento de crédito.

Gente, por que eu estou lendo a competência da Agefis? Para poderem os integrantes da Agefis, com todo o respeito aos servidores da Agefis, para esclarecer que quem faz esses projetos é a Secretaria de Habitação. A Agefis precisa entende que a Secretaria de Habitação é que manda derrubar as casas de vocês. Não é a Agefis. A Agefis vai lá e executa. E a gente tem que entender duas coisas: Codhab é a companhia habitacional do DF, e a Sedhab é que faz o planejamento de como vai ser feito isso. Entendeu?

Eu fico preocupado, porque nós fomos entregar as camisetas e os convites para esta audiência lá em Ceilândia. De todo pessoal para quem a gente entregou, de todo mundo a gente ouviu uma reclamação, da oposição, da situação, de todo mundo: o Governador Rodrigo Rollemberg não escuta ninguém. (*Palmas.*)

Não adianta o Senador Hélio José mandar um bilhão... Pode mandar o PIB do Brasil para Brasília, que vai voltar. O problema deste Governo é gestão. Está entregando... Olha que absurdo: eles estão entregando imóveis que o Governador Agnelo Queiroz terminou.

Como é que eu vou falar de gestão habitacional se eu não tenho projeto? Não há como. Como eu falei, é tanto o descaso com a população do Distrito Federal nessa área, que nós estivemos, em Ceilândia, uma prévia da Luos. Um representante do Governo falou o seguinte: que o direito não socorre a quem cochila. O problema é que ninguém aqui está dormindo.

Outra: quando o nosso amigo ali da Terracap fala, desafia vocês, isso é uma afronta. Isso é uma afronta. Tem que parar de desafiar a população do DF. Pare de desafiar, porque a Lei nº 3.877, de 26 de julho de 2006, estabelece que as políticas habitacionais do Distrito Federal sejam direcionadas ao meio urbanístico de integração... Só que há mais: define os requisitos... Agora pensem: ela determina que a Terracap...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quantos minutos já há?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dois minutos para a conclusão, Luciano!

O SR. LUCIANO CAVALCANTI – Determina que a Terracap... Olha aqui: como medida efetiva da política, determina que a Terracap deverá disponibilizar as unidades parceladas ou glebas destinadas à habitação de interesse social. Gente, a Terracap já deveria estar fazendo isso há muito tempo. O.k.?

Então, aqui, quando a gente for falar de parcelamento, quando a gente for falar de habitação, a gente tem que olhar essas lideranças, olhar no olho, tem que ir *in loco*. Não tem que ficar sentado lá, achando que habitação se dá assim, não.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LUCIANO CAVALCANTI – Olha, deixa eu contar uma coisa para vocês. Falam tanto... O Governo Rollemberg fala tanto no Sol Nascente... O Sol Nascente só tem o trecho 1 com projeto pronto. Eles estão falando de uma coisa de que nem ele fez o projeto. Então, quer falar de habitação, vamos falar sério. E pare de ficar enganando o povo, porque ninguém aqui é bobo! Chega! (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LUCIANO CAVALCANTI – Governador Rodrigo Rollemberg, se o senhor está... E aí eu peço ao representante do Governador Rollemberg que fale para ele o seguinte: habitação é coisa séria! Que ele faça um projeto de habitação decente, mas que ele faça! E, se a secretaria de publicidade dele não dá publicidade aos atos, a esses números de que ele fala aí, mande todo mundo embora, pois é uma cambada de incompetentes. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. LUCIANO CAVALCANTI – O.k.?

No dia 10, espero que os Deputados vão, espero que o Governador vá ao Ceilândia Sempre Viva. Sabem para quê? Para ele poder responder por que os Deputados Federais mandam emendas para Brasília, por que os Senadores mandam emendas para Brasília, porque todo mundo manda dinheiro para Brasília, e ele vive dizendo que não há dinheiro para nada. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LUCIANO CAVALCANTI – O.k.?

Se ele não tem ninguém para fazer projeto...

E outra: nós não podemos esquecer que ele centralizou tudo, centralizou projeto, centralizou tudo, e aí essa morosidade... Não anda, gente! Está tudo centralizado. Aí, depois dizem o seguinte: "Ah", não anda, porque..." Não, gente, não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Conclua!

O SR. LUCIANO CAVALCANTI – Vou concluir, Senador.

Ele centralizou, e aí o Governador do Distrito Federal tem que entender o seguinte: ele não governa sozinho. A cabeça tem que ser política, o corpo tem que ser técnico. Enquanto ele não aprender isso, nós vamos sofrer até 2018, porque ele não tem cara de que vai sair, não, gente.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Dr. Luciano Cavalcanti, bacharel em Direito e doutor em mediação, representante das Novas Cidades, que falou agora pelo Sol Nascente, Pôr do Sol, Morro da Cruz, Porto Rico, Sucupira, Estância e outras novas cidades.

Agora vai falar conosco uma bateria do meio ambiente. Abrindo essa bateria e intermediando o Sr. Tiago Pimentel, Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Em seguida, falarão o Ibama, o ICMBio, o Ibram, através do Secretário André Lima.

Então, vamos, na sequência, ouvir o Dr. Tiago Pimentel, nosso Procurador-Geral do Distrito Federal, dez minutos.

O SR. TIAGO PIMENTEL – Boa tarde a todos!

Cumprimento a Mesa na pessoa do Senador.

Estão ouvindo aí?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pode falar mais alto.

O SR. TIAGO PIMENTEL – Boa tarde a todos!

Cumprimento a Mesa na pessoa do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Tiago.

O SR. TIAGO PIMENTEL – Creio que estamos todos reunidos aqui com o objetivo principal de analisar de que forma deve ser atendida a necessidade de moradia da população. A moradia não é separada das demais questões que envolvem o desenvolvimento urbano e a ocupação de área pública. A Constituição Federal determina claramente que compete ao Município determinar as diretrizes do desenvolvimento urbano. Então, não se pode falar em moradia sem se pensar em uma cidade sustentável, em uma cidade organizada, onde se tenha qualidade de vida, onde se tenha os equipamentos públicos, onde o Corpo de Bombeiros possa entrar com seu caminhão, o que não acontece em alguns locais.

Então, temos que pensar... A solução que envolve essas questões realmente passa pelo aprimoramento das políticas públicas. As políticas públicas é que vão gerir a questão da moradia. Não é cada um construindo do jeito que quer onde quer. Não é assim. Tem que haver um mínimo de planejamento. E isto é evidente. Basta se ver na nossa cidade onde houve planejamento urbano e onde não houve. Fica clara a diferença das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

situações.

Temos que realmente pensar é no aprimoramento das políticas públicas. O que temos que discutir aqui é a oferta habitacional, a melhoria da oferta habitacional. De que forma podemos melhorar? De que forma isso pode ser mais rápido? O que temos que discutir é como fazer a regularização ser mais rápida.

A questão da regularização fundiária envolve um longo e burocrático processo. Ela passa pela questão ambiental, e, obviamente, tem que passar. Passa pela questão urbanística... Mas é um processo longo. Passa pela questão fundiária...

E eu já queria até colocar como uma proposta aqui, Senador... Acho que estamos aqui para apresentar propostas. Uma coisa que eu tenho... Esta é a terceira ou quarta audiência pública sobre esse tema de que participo, além de vivenciar os processos judiciais todos os dias.

E uma coisa que me passa pela cabeça é que talvez tenhamos que pensar em alterar a Lei Federal nº 11.977 e a 6.766 para permitir assentamentos no curso do processo de regularização. O processo é longo, infelizmente, e tem que ser, por algumas razões. Sim, algumas coisas podem ser melhoradas e vai ser difícil tornar mais rápidas outras.

Então, o que nós podemos fazer? Hoje, existe um decreto aqui, no Distrito Federal, que permite obras de infraestrutura básica em áreas em regularização. Eu acho que com o assentamento é a mesma coisa.

Precisamos permitir que o Governo faça os assentamentos, que ele pegue a sua lista e atenda a ela, uma lista democrática, uma lista em que estejam as pessoas inscritas com critérios, e ele coloque essas pessoas ainda que no curso da regularização. Talvez precisemos pensar que algumas etapas tenham que ser vencidas antes disso, porque também não se pode colocar de qualquer forma. Não se pode fazer um estelionato com a população.

Um desses dias passou por mim o caso de Nova Colina. Esse caso é bem emblemático e mostra a situação. A informação que eu recebi, que não sei se é correta ou não, é de que o grileiro que grilou a área em volta entrou com uma ação para desocupar a área de Nova Colina que estava ocupada pela população. Ou seja, o grileiro queria tirar a população para continuar a grilagem dele.

Eu fico pensando: qual era a melhor solução num caso desse? É o Governo assumir a questão, mas assumir integralmente, e ele mesmo colocar as pessoas lá, de forma organizada. E hoje não existe um instrumento para isso. Aí fica... Existem diversas dificuldades. O Governo realmente... Precisamos pensar, como existe a possibilidade de obras provisórias no processo de regularização, em assentamentos também provisórios, em que se faça o mínimo de planejamento, que se assentem as pessoas, e aí as coisas vão se desenvolvendo.

Quero colocar também que – na última audiência pública lá na Câmara eu falei sobre isso – um dos motivos da grande dificuldade de oferta habitacional aqui, no Distrito Federal, é porque muitas áreas estão ocupadas. O Secretário aqui falou do caso do Bairro Nacional. Então, infelizmente, uma coisa muito clara é que a continuidade da ocupação de área irregular realmente dificulta muito a oferta habitacional. Como o Governo ofertas as áreas se elas estão ocupadas? Aí tem que tirar... Aí se torna inviável, como está se tornando o Bairro Nacional. Precisamos realmente de um pacto para parar com as ocupações irregulares, ainda que cobrando conjuntamente o aumento da oferta habitacional, e que ela seja rápida, que ela seja imediata, o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dr. Tiago, mais dois minutos.

O SR. TIAGO PIMENTEL – Certo.

Outra questão que já foi abordada aqui é a da grilagem. O grileiro realmente é o único ganhador dessa questão. Ele é o maior interessado em manter a situação como está. A população só perde. A coletividade, a cidade perde, porque passa a ter cidades desordenadas, sem um mínimo de organização. O comprador também perde, porque fica nessa insegurança jurídica, além de passar a residir num local sem planejamento, em que a residência fique do lado da oficina, do lado da padaria, onde um carro dos bombeiros não consegue entrar, onde não há área para escola, não há área para hospital. Basta comparar, como eu já falei, os bairros de baixa renda que tiveram o mínimo de planejamento com os que não tiveram.

Uma das minhas propostas, além da melhoria da oferta habitacional, inclusive mediante os assenta-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mentos provisórios, é uma coisa que já foi falada aqui: o endurecimento das penas para o crime de grilagem. Recentemente, li uma reportagem que dizia que o crime de sequestro reduziu drasticamente. Por duas razões: porque a polícia passou a acompanhar de perto e ter um índice de 90% na solução dos crimes de sequestro e pelo endurecimento das penas; e a segunda razão foi o endurecimento das penas. Então, os criminosos passaram a ver que não compensava. Precisamos fazer a mesma coisa com o crime de grilagem. Enquanto ele compensar, fica mais difícil.

Outra coisa que eu quero, já finalizando aqui, colocar é que nós temos situações muito diferentes para tratar numa audiência pública só. Uma coisa é a baixa renda; outra coisa são as áreas que estão em regularização; outra coisa é quem já ocupa há muito tempo; outra coisa é quem ocupa há pouco tempo.

E, infelizmente, não há como parar as demolições enquanto estiver havendo ocupação irregular. Enquanto ela estiver avançando, não há como parar. Deve-se determinar realmente um limite, mas é impossível parar as demolições ao mesmo tempo em que avançam as ocupações irregulares.

Quem ocupa irregularmente não pede nada para ninguém, não vai à Justiça e não pede autorização do Poder Público. Como o Poder Público pode fazer o inverso na hora de retirar, tendo que cumprir toda uma burocracia que quem ocupa não faz? Então, as ocupações recentes, as obras em construção têm de ser imediatamente demolidas. Quero dizer que, juridicamente...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vamos concluir, Dr. Tiago.

O SR. TIAGO PIMENTEL – Concluindo, concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, vamos ouvir o Tiago concluir.

Para concluir, Tiago.

O SR. TIAGO PIMENTEL – Quero dizer a quem tiver interesse que existem vários pareceres da Procuradoria sobre a possibilidade de demolição dessas obras em andamento sem prévia notificação. E vou indicar um deles para quem quiser ler. É o Parecer nº 14, de 2014. Ele indica diversas decisões judiciais. Então, para quem tiver interesse.

E, por fim, como sempre, quero dizer a todos que a Procuradoria está à disposição para tirar dúvidas. Estamos à disposição. O.k.?

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, gostaria de comunicar a todos que lá fora há bastante gente ainda. Vou pedir para liberar mais umas cem vagas aqui, porque deu uma esvaziada ali no fundo. Queria que a nossa segurança providenciasse liberar as pessoas que querem entrar; que fizessem aqui o levantamento.

Quero dizer que, no ano que vem, vou realizar audiências públicas no meu gabinete, em todos os condomínios onde vai ser possível realizar, para a gente conversar *in loco*, vendo a realidade de toda a situação que vive o Distrito Federal. (*Palmas.*)

Vou procurar o meu nobre Deputado Izalci para, juntos, tentarmos organizar isso, convidando todos os outros Senadores e todos os outros Deputados para participarem conosco e também as partes do Governo Federal e do Distrital na medida do possível.

Quero pedir desculpas àqueles que porventura tenham vindo aqui hoje... Há várias alegações de pessoas que vieram, e tiveram que voltar, mas tudo aqui está sendo transmitido pela televisão ao vivo. Poderão pegar tudo o que foi discutido aqui, ouvir e analisar.

Todas as perguntas que vários gostariam de fazer podem dirigir à minha assessoria. Há várias pessoas da minha assessoria, ou a mim, na Mesa, e deixar a pergunta aqui, que nós vamos encaminhar para posterior resposta. Vamos cobrar oficialmente pelo gabinete as respostas. Então, se alguém quiser fazer uma pergunta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pode fazê-la por escrito que eu encaminho à pessoa devida e, depois, vou garantir que venha a resposta. Agora, não sei se é positiva ou negativa. Vir a resposta, virá, porque vamos encaminhar.

O próximo inscrito agora, como falei, é de uma bateria de meio ambiente. Em seguida, alguém da sociedade e, depois, vai ser uma bateria do meio rural.

Então, vamos ouvir agora a nossa querida Drª Aline, Superintendente do Ibama no Distrito Federal. Em seguida, o representante do ICMBio.

A Drª Aline, Superintendente do Ibama do DF, terá dez minutos para sua fala, em nome do Ibama do Distrito Federal.

A SRª ALINE REZENDE PEIXOTO – Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O Dr. Tiago é presidente de uma audiência pública importante sobre a questão da Luos (Lei de Uso e Ocupação do Solo), se não me engano, Código de Obras. Por isso, ele está pedindo desculpas, mas o Governo está aqui devidamente representado pelo seu representante, que é a Drª Bruna; pelo Secretário André Lima, que vai falar daqui a pouquinho; por outros secretários que estão aqui, como o Dr. Leal, que vai falar em breve também.

Então, Tiago, vá lá, nos ajude. E eu quero, antes de liberá-lo, fazer-lhe um convite. Você, pelo Governo, é peça muito importante junto com vários órgãos do Governo que estão aqui, para a gente aperfeiçoar, melhorar essa minuta, criar um documento, criar um clima pacífico no Distrito Federal. O.k.?

Obrigado, Dr. Tiago. Vá com Deus!

Drª Aline, com a palavra por dez minutos.

A SRª ALINE REZENDE PEIXOTO – Obrigada. Boa tarde a todos e a todas!

Quero cumprimentar a Mesa e agradecer ao Senador Hélio José o convite para participar desta audiência pública, visando ao pacto para regularização fundiária do Distrito Federal como um todo, sem privilegiar áreas A, B ou C, ou classe social. Por isso, parabenizo esta iniciativa do Senador.

É importante que os órgãos federais e distritais estejam em consonância, para podermos, de forma legítima, regularizar as moradias, pois hoje a população que as ocupa encontra-se aflita e insegura. Como diz Barack Obama, nós podemos discordar sem discórdia.

Para vocês entenderem de forma breve a atuação do Ibama aqui no Distrito Federal, eu vou contar uma história bem resumida da nossa competência aqui. E, desse ponto, eu vou mostrar a vocês como nós, como Superintendência do Ibama no Distrito Federal, podemos cooperar.

Bom, em janeiro de 2002 – é importante a gente ter ciência disso –, foi criada a APA do Planalto Central, que é uma área de proteção ambiental. Então, nessa época, ainda não existia o ICMBio, o Instituto Chico Mendes, e a Superintendência, o Ibama no Distrito Federal tomou a competência do licenciamento ambiental e a respectiva supervisão dos demais processos dele decorrentes. Então, em 2002, nós tomamos essa postura de tomar conta da APA.

Posteriormente, após cinco anos, com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio, a gestão e a administração da APA passaram a ser de responsabilidade dessa nova autarquia ambiental federal, não excluindo, no entanto, o exercício supletivo de poder de polícia ambiental do Ibama.

Bom, passados sete anos, em 2009, o licenciamento ambiental saiu novamente do Ibama e retornou aos órgãos ambientais, tanto distrital, como o Ibram, e, no Estado de Goiás, hoje, com a Secima. Esse decreto foi mudado no seu art. 5º, onde o licenciamento era do Ibama, passando para os órgãos distrital e estadual de Goiás. Então, o art. 5º fala:

> Na APA do Planalto Central, o licenciamento ambiental e a supervisão dos demais processos dele decorrentes serão realizados pelos órgãos e entidades ambientais competentes, nos termos do que dispõe o art. 10 da Lei nº 6.938 [que rege as regras do meio ambiente].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É prevista, no entanto, a competência do Ibama em licenciar em unidades de conservação instituídas pela União, exceto nas áreas de proteção ambiental, no nosso caso aqui, na APA do Planalto Central.

E, hoje, repassado o licenciamento para o Distrito Federal, como podemos auxiliar, em conjunto com órgão distrital e até onde o Ibama pode ir?

Bom, o Ibama tem a Orientação Jurídica Normativa nº 43, que discorre sobre a nossa competência do licenciamento. Então, ele nos aponta muito bem o que é o licenciamento ambiental, sendo um dos mais importantes instrumentos de caráter preventivo de gestão ambiental, constituindo-se no principal canal de consideração das questões socioeconômicas e de integração de preocupação ambiental, tanto falado aqui. Há um complexo de fatores que influenciam a tomada de decisão por parte da Administração, ou seja, do nosso Governo Distrital.

A Lei Complementar nº 140 previu a possibilidade de delegação de competência licenciatória entre os entes federativos, mas ela exige uma formalização de instrumento de cooperação, seja ele um convênio, seja ele um acordo de cooperação. Ainda, como forma de cooperação válida, previu-se a atuação subsidiária, que deverá ser solicitada pelo ente competente para licenciar, havendo apoio apenas, seja técnico, científico, administrativo ou financeiro, e não substituição da competência do ente solicitante. Poderá, ainda, o Ibama atuar na condução dos processos de licenciamento de forma supletiva, seja no caso descumprimento do prazo, seja nas situações de reconhecida inexistência de capacidade técnica do órgão originariamente competente. Portanto, se o órgão ambiental distrital solicitar auxílio ou acordos para o licenciamento ambiental, a Superintendência do Ibama estará disposta ao seu auxílio imediato.

Bom, e qual é a nossa competência, do Ibama, no Distrito Federal, de fiscalizar? Para isso, nós também temos uma Orientação Jurídica Normativa feita pela nossa Procuradoria, de nº 49, que discorre sobre essa competência fiscalizatória.

> A atividade licenciada deve ser preferencialmente fiscalizada pelo órgão ambiental emissor da licença impondo-se a efetiva atuação do órgão fiscalizador supletivo em caso de omissão do órgão primariamente competente [...].
>
> Atividades não licenciadas e não licenciáveis podem ser fiscalizadas por qualquer órgão ambiental, prevalecendo o primeiro auto de infração lavrado [...].

Então, a melhor interpretação do art. 17 da Lei Complementar nº 140, de 2011, é que o órgão ambiental licenciador terá legitimidade e melhores condições técnicas e operacionais para exercer a fiscalização ambiental –...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Drª Aline, mais dois minutos.

A SRª ALINE REZENDE PEIXOTO – ... o.k., obrigada –, penetrando por vezes no mérito do licenciamento por ele expedido.

Bom, como tenho um tempo muito resumido, eu vou apresentar alguns exemplos de como fizemos os licenciamentos de parcelamento de solo, com o objetivo de demonstrar a possibilidade do licenciamento ambiental e de termos de ajustamento de conduta, tão falados aqui, com a finalidade de dar celeridade e resolução aos problemas encontrados.

O primeiro exemplo que nós temos é o Setor Habitacional Taquari, que era uma área pública. O Ibama teve que rever as licenças ambientais concedidas para os trechos 1 e 2 do setor. Nesse processo, foi possível reorganizar os procedimentos de licenciamento ambiental, pois, para o mesmo empreendimento, havia uma análise em separado para o abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial. O Ibama passou a dialogar diretamente com a empreendedora, a Terracap. O Ibama concedeu as licenças prévias e de instalação para o trecho 1, com a participação da Terracap e do Ministério Público Federal. Observa-se aqui que a definição da situação fundiária foi imprescindível para prosseguimento da análise ambiental.

No Setor Habitacional Tororó, que era uma área particular, o Ibama identificou diversos parcelamentos de solo na área, em diferentes estágios de licenciamento ambiental. Assim, após a realização de diversas vistorias e análises dos processos de licenciamento ambiental, a equipe do Ibama adotou o procedimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

licenciar o setor habitacional como um todo, considerando a localização da bacia hidrográfica. Reuniram-se os representantes dos empreendimentos para realização de estudo ambiental que contemplasse todos os parcelamentos de solo. Após a análise desse estudo, concedeu-se a licença prévia como um todo. Então, posteriormente, seriam, caso viável, concedidas as licenças ambientais por empreendimento.

Já estou terminando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não.

A SRª ALINE REZENDE PEIXOTO – Setor Habitacional Vicente Pires. A área era considerada no nosso antigo PDOT, de 1997, uma área rural remanescente, contemplada por várias chácaras. Com a conversão do solo rural para urbano, sem a adoção dos procedimentos de regularização fundiária ambiental e urbanística, a ocupação do solo ocorreu sem qualquer controle. Então, quando o licenciamento ambiental encontrava-se em fase de análise pelo Ibama, celebrou-se o termo de ajustamento de conduta com vista à concessão da licença para implementação dos serviços de abastecimento de água, esgotos sanitários provisórios, anteriormente aqui falados como sendo uma solução, enquanto estavam sendo elaborados os estudos ambientais para o setor habitacional como um todo de Vicente Pires.

Bom, tenho exemplos aqui também de outros TACs que foram celebrados com o Ibama e o Ministério Público Federal, como Vicente Pires, que já foi falado, Porto Rico, Varjão, Pôr do Sol e Sol Nascente.

Bom, o que podemos fazer de efetivo, Senador, quanto aos procedimentos a serem adotados?

Muitos empreendimentos chegaram a ser analisados entre 2002 e 2009 pelo Ibama. Então, o que nós levávamos como critério para solucionar e encaminhar o licenciamento? Nós levávamos em consideração a situação fundiária, regularização, se eram terras públicas ou particulares, a bacia hidrográfica e a participação fundamental do Ministério Público Federal com celebração de termos de ajustamento de conduta.

Assim mesmo, seguindo as orientações jurídicas normativas, a nós é permitido auxiliar os órgãos ambientais supletivamente na questão do licenciamento e na questão da fiscalização dos mesmos, tendo que, para isso, ser solicitado pelo órgão.

Com essas palavras, coloco à disposição a superintendência e me ponho à disposição para dirimir dúvidas.

Obrigada. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k., Drª Aline. Eu só queria fazer uma pergunta para V. Sª: o Ibama do Distrito Federal está de braços abertos para ajudar na construção de um TAC e da paz no Distrito Federal, não é isso?

A SRª ALINE REZENDE PEIXOTO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Então, muito obrigado. Fica aí a posição do Governo Federal de Brasília, do seu órgão de meio ambiente, colocando que está à disposição para a construção.

Vamos ouvir agora o ICMBio, na pessoa do Ricardo Brochado Alves da Silva.

Obrigado, Drª Aline. Obrigado.

Ricardo Brochado Alves da Silva, Coordenador-Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio). Todo mundo sabe que nós estamos na APA do Planalto Central, responsabilidade do ICMBio.

Vamos lá, Dr. Ricardo Brochado.

Em seguida, o Secretário André Lima, pela Secretaria do Meio Ambiente e pelo Ibram do Distrito Federal.

O SR. RICARDO BROCHADO ALVES DA SILVA – Boa tarde a todos. Obrigado, Senador. Agradeço o convite. Cumprimento a Mesa, cumprimento a plenária.

É uma fala bastante sintética a que eu tenho para esta oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO BROCHADO ALVES DA SILVA – Dá para ouvir?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO BROCHADO ALVES DA SILVA – Mais perto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO BROCHADO ALVES DA SILVA – Eu tenho uma fala bastante objetiva e acho que é importante introduzi-la falando um pouco sobre as responsabilidades do Instituto Chico Mendes, porque acho que isso vai trazer clareza sobre a importância que a instituição dá para esse contexto, para a necessidade que a gente tem pela regularização, de uma forma geral, no País.

O Instituto Chico Mendes, acredito que boa parte dos senhores e das senhoras conhece, mas, como é uma instituição nova, eu acho que é uma oportunidade importante de falar, de uma forma geral, sobre o que a gente tem de responsabilidade. O Instituto Chico Mendes tem hoje a responsabilidade pela gestão de 326 unidades de conservação da natureza, o que significa cerca de 80 milhões de hectares, cerca de 8% do Território brasileiro. Isso é bastante coisa.

Então, o que está representado aqui, no DF, de uma certa forma, espelha-se em todo o Território nacional. Aqui, no DF, a gente tem... O DF tem cerca de 90% do seu território coberto por unidades de conservação da natureza. Essas unidades de conservação, como alguns dos senhores e das senhoras já devem saber – mas o entendimento geral da sociedade talvez não seja esse –, vão muito além da conservação da biodiversidade em si, das borboletas, dos golfinhos e das orquídeas. Além da importância dessas espécies e da responsabilidade que a nossa espécie tem para com elas, para a manutenção delas, esses territórios tratam, oferecem e prestam múltiplos serviços para a sociedade.

Um serviço muito claro aqui para o Distrito Federal, que já foi dito por alguns palestrantes aqui, por alguns que vieram a este plenário, é a água. Um serviço essencial prestado pela natureza e, em grande parte, garantido por esses territórios, por essas unidades de conservação é o fornecimento de água. Além do controle do clima, que muita gente acompanha, porque estão acontecendo as mudanças climáticas, além de recursos naturais que podem ser explorados de forma direta, como pescado, madeira e uma série de outros, esses territórios têm importância para muito além da biodiversidade pura. São territórios que prestam serviços à sociedade. E essa é a responsabilidade do Instituto Chico Mendes.

Isso não deixa de ser diferente aqui, no DF, em que cerca de 90% do seu território são ocupados por unidades de conservação administradas pelo Instituto Chico Mendes, pela própria Administração do Distrito também, além de reservas particulares. Desses 90%, cerca de 75% desse território são ocupados por unidades de conservação do Governo Federal, ou seja, são de responsabilidade do Instituto Chico Mendes. Desse território todo, cerca de 65% são ocupados pela APA do Planalto Central, que já foi citada aqui e que tem responsabilidade de gestão compartilhada pelo DF e por outras instituições, por grande parte desse território.

Para a gestão de todas essas áreas aqui, no DF, e com independência da categoria – nós temos diferentes categorias de unidades, de reservas biológicas a áreas de proteção ambiental –, depende-se de um território o mais regularizado e organizado possível. Essas áreas tratam de gestão territorial, são unidades de conservação, territórios definidos, no País, para a conservação, a oferta e a garantia de serviços ambientais. Então, a regularização dessas áreas é essencial para um melhor funcionamento do trabalho delas. Aqui, no DF, não é diferente. A regularização dessas áreas é essencial para o bom funcionamento das nossas unidades.

Digo isso para destacar a importância desse processo para a gestão das nossas áreas. E aqui, como representante do ICMBio, eu trago a nossa responsabilidade conjunta para isso e indico que nós precisamos que esse trabalho seja feito da melhor forma possível, para garantir a oferta desses serviços ambientais de nossa responsabilidade. Então, estamos diretamente envolvidos nesse processo, temos total interesse de que ele ocorra da melhor forma e vamos contribuir para isso.

Nessa linha, Senador, com base na minuta que circulou – entendo minuta no sentido literal, é minuta, então não é uma crítica à minuta e sim uma sugestão de complementação de uma maneira que garanta uma voz ativa também neste grupo, para além do que já é garantido pela responsabilidade institucional do Insti-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tuto Chico Mendes –, no seu item 3º, há uma indicação de membros componentes de um grupo de trabalho para propor um novo termo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Exatamente.

O SR. RICARDO BROCHADO ALVES DA SILVA – Eu solicito a inscrição do Instituto Chico Mendes,...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com certeza.

O SR. RICARDO BROCHADO ALVES DA SILVA – ... porque ele não está citado nessa lista, e nós temos uma responsabilidade compartilhada bastante grande nesse território. E acho que, pela gravidade...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito importante.

O SR. RICARDO BROCHADO ALVES DA SILVA – ... a proposta de ajustamento, junto com todas as instituições, com o Ministério Público, é a forma que a gente tem para dar o encaminhamento mais eficiente possível.

Então, é isso. Agradeço a oportunidade. Estamos à disposição, o Instituto Chico Mendes está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado. Eu quero que você mande o nosso abraço aqui do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e de toda a plenária ao nosso Diretor-Geral do ICMBio, que está hoje em viagem ao México – é por isso que ele não pôde vir –, mas mandou você, que muito bem representou o ICMBio, que, com certeza, faz parte e é fundamental que faça parte desse processo de discussão para um pacto, uma solução nova, dentro de uma nova realidade, de uma nova LUOS, uma nova situação para Brasília.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO BROCHADO ALVES DA SILVA – Vou levar os abraços. Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Olha, gente, a nossa preocupação é tão grande com o meio ambiente que há todo um bloco para o meio ambiente. Ouvimos o Ibama, ouvimos o ICMBio, agora vamos ouvir o Ibram, na pessoa do Secretário do Meio Ambiente, Dr. André Lima, com os seus dez minutos. Em seguida ao Dr. André Lima, nós vamos ouvir alguém da sociedade e depois da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Então, alguém da sociedade, conforme o sorteio, é a Unica, a União dos Condomínios Horizontais. Então, a sequência é: ouviremos agora aqui o Ibram; em seguida, a Unica, que é a Drª Junia Bittencourt, representante da Unica; em seguida, o Secretário Nacional de Direitos Humanos, o nosso querido Ailson; e depois a OAB.

Vamos lá, nosso querido Dr. André Lima.

O SR. ANDRÉ LIMA – Obrigado, Senador Hélio José, em nome de quem eu cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Senador, primeiro, eu o parabenizo pela iniciativa de fazer um debate amplo e bastante aberto sobre um dos temas da maior gravidade para o desenvolvimento econômico e sustentável do Distrito Federal. Eu fico, por um lado, feliz de ver o tanto de cidadãos e cidadãs interessados em fazer esse debate, mas eu não posso deixar de dizer que fico muito triste, ao mesmo tempo, em não ver – eu tenho participado de alguns debates sobre a questão da crise hídrica – um tanto de gente, como eu estou vendo aqui debatendo esse tema hoje, preocupado com a questão da água na Capital do País. É muito triste a gente ver isso.

Eu faço questão de deixar esse registro, porque o tema de hoje está diretamente associado a uma das maiores crises ambientais que a gente vive no Distrito Federal. O Deputado Rafael Prudente, talvez por não estar muito ligado ao tema de meio ambiente, minimizou esse problema. Eu estou como Secretário de Meio Ambiente aqui, no Distrito Federal, e quero dizer aos senhores e às senhoras que nós estamos, sim, vivendo um momento muito crítico, sobretudo porque, apesar dos investimentos que vêm sendo feitos e que vão aumentar em cerca de 80% a disponibilidade hídrica nos próximos dez anos, se a cidade continuar crescendo como está crescendo em quantidade, em qualidade, ou seja, desordenadamente, em menos de dez anos, e muito provavelmente bem menos do que isso, nós já não teremos mais onde buscar água, porque já estamos buscando água a mais de uma centena de quilômetros de Brasília. E fica impossível...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ LIMA – O senhor me desculpe, agora é minha vez de falar.

E fica impossível financeiramente buscar água num raio maior do que o que já está sendo buscado. E a cidade infelizmente cresce a uma taxa de 70 mil, 60 mil habitantes/ano.

Nós não podemos abrir mão de fazer um combate sério e responsável à ocupação desordenada, irregular e, sim, muitas vezes criminosa das terras do Distrito Federal. Governos anteriores foram flácidos, foram frouxos, quando não incentivaram o que infelizmente se tornou uma cultura no nosso Distrito Federal, a cultura de que o próximo governo vai dar um jeito, a cultura de que um Deputado ou um Senador vai dar um jeito. Infelizmente foi assim construída a história da Capital do País. Mas este Governo diz não a isso e resolveu enfrentar, com seriedade, com responsabilidade, e assim continuará fazendo.

Eu tenho uns eslaides, eu não sei se vai dar para ver, porque está muito ruim aqui. Eu não sei se é possível...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vamos dar uma apagada nas luzes aqui para facilitar.

O SR. ANDRÉ LIMA – Não sei se é possível abaixar esse holofote.

Pode tocar para frente esses eslaides, porque eu vou a um só, eu não vou gastar muito tempo para dizer o que é óbvio e simples.

Pode passar mais. Aqui. Volta. Aqui.

Vocês estão vendo um mapa do Distrito Federal. As áreas em vermelho já são áreas em que não há mais como dar outorga de uso da água. O Governo e a agência de água não têm como mais dar outorga de uso da água se a situação continuar como está.

Próximo eslaide. Mais para a frente. Eu vou ao último. Mais um.

Ali o Descoberto, são áreas que já estão à beira do colapso no que nós chamamos de estresse hídrico. Eu não quero aqui ludibriar, enganar, nem enrolar ninguém, não estou no lugar de fazer isso, como Secretário de Meio Ambiente da Capital do País. É óbvio que não é só a ocupação irregular. Brasília tem um consumo de água exorbitante e acima da média, que chega a mais de 300m^3, 300 litros de água/dia por habitante. Esse também é um problema sério.

Nós estamos vivendo um momento de mudanças climáticas, em que, nos últimos dois anos, a média da chuva já é inferior a 50% da média dos últimos dez anos. E nós não podemos fazer gestão por torcida, torcer para que chova no ano que vem, torcer para que, nos próximos anos, chova mais do que nos últimos dois anos. Mas a ocupação desordenada também vem com um consumo descontrolado de água.

Hoje a Caesb alerta para uma perda da ordem de 35%, da qual 15% são perda física, mas 17% são roubo de água. Todo cidadão tem direito a acesso à água, mas não tem direito a acesso à água furtada do sistema. E isso acontece hoje infelizmente. Eu sei que não deve ser nenhum dos senhores que está aqui, mas isso acontece em Brasília.

Nós estamos concluindo aqui, porque eu já estou chegando ao limite do meu tempo, para dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O senhor ainda tem quatro minutos, Dr. André Lima.

O SR. ANDRÉ LIMA – Talvez nem seja necessário, porque estou querendo dar um recado muito direto.

O Governo do Distrito Federal – como foi dito aqui pela Bruna, ela que fala em nome do Governador, eu falo em nome da área ambiental do Governo – está disposto a dialogar e a conversar com quem leva a sério isso que foi dito aqui. Com quem acha que o que foi dito aqui é conversa para enrolar é melhor a gente não sentar, porque não vai dar acordo. Não vai dar acordo infelizmente, porque a responsabilidade nossa não é com o lote A, B ou C, com o condomínio A, B ou C, mas é com todos os cidadãos de Brasília, é com os filhos dos senhores e das senhoras, é com os netos dos senhores e das senhoras, que, daqui a 10, 15, 20, 25 anos, vão precisar beber água também, além de morar; vão precisar ter saneamento também, além de morar; vão precisar também ter coleta de lixo, mobilidade, saúde e educação. E, se nós não agirmos agora e continuarmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

fazendo o que foi feito pelos governos anteriores, lamento dizer, os senhores não terão a mínima qualidade de vida e os seus filhos não terão a mínima qualidade de vida que merecem.

Sim, temos que discutir uma política habitacional que procure atender minimamente esse ritmo de crescimento. Mas crescimento tem limite e nós temos que atender esse limite, sob pena de sermos irresponsáveis. Eu tenho certeza de que o nosso Senador aqui não quer isso, eu tenho certeza de que o nosso Senador quer buscar o caminho possível do diálogo, mas o caminho possível do diálogo não pode abrir mão do discernimento e da responsabilidade.

E é nesse sentido que eu estou aqui, como Secretário de Meio Ambiente, parabenizando toda a equipe de Governo que resolveu, sim, vir aqui para esse diálogo. O Secretário de Agricultura, o Secretário de Habitação, o Presidente da Agefis, o Presidente da Terracap estão aqui para ouvir e para dialogar, mas não para abrir mão do direito básico de todos, que, além da habitação, é o meio ambiente ecologicamente equilibrado, é a água, é a vida.

Muito grato a todos pela oportunidade de falar aqui neste momento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, Dr. André Lima, o senhor nos economizou dois minutos.

Pessoal, por um motivo de julgamento, eu não posso deixar de ouvir aqui a PGR, que é a Procuradoria-Geral da República, o órgão máximo do Ministério Público no País, o nosso Dr. Franklin Costa, Subprocurador-Geral da República, ex-Procurador-Geral Eleitoral do Distrito Federal.

Com a palavra, por dez minutos, o Dr. Franklin Costa.

Enquanto o Dr. Franklin Costa chega ao púlpito, comunico aqui que, em seguida ao Dr. Franklin Costa, pela Procuradoria-Geral da República, falará a Junia, pela sociedade; a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos; a OAB; depois a área rural; o Incra; a Seagri; o Alô Terra; e a Agefis.

Vamos lá, meu querido Dr. Franklin Costa, Subprocurador-Geral da República.

O SR. FRANKLIN RODRIGUES DA COSTA – Nobre Senador Hélio José, cumprimento a Mesa em seu nome. Boa tarde a todos.

É realmente contagiante ver tantas pessoas interessadas nesse tema. O Ministério público tem trabalhado muito, tem firmado os termos de ajustamento de condutas e tomado algumas iniciativas.

Veja só a situação da busca de equilíbrio. Primeira coisa, o direito à habitação é um direito constitucional que o Estado deve garantir a todos. O direito à habitação, o direito ao usufruto dos bens, como água e meio ambiente sadio, é um direito de todos. Como é que nós trafegamos nessa expansão demográfica que tenha planejamento, equilíbrio, em que se atendam às necessidades? Nós devemos pensar. Eu penso sempre o seguinte: todos praticamente aqui terão netos, como será a vida dos nossos netos? Como estará o Distrito Federal? Nós vamos chegar a 60 anos, nós somos jovens ainda. E em que situação extrema estamos aqui?

Senador, a sua coragem de chamar todas essas associações, de chamar o Governo do Distrito Federal, com seus órgãos de representação, os órgãos federais e dar também o privilégio ao Ministério Público de assim se manifestar é elogiosa. É importante a presença do Ministério Público, porque o Ministério Público é advogado da sociedade. Veja só: o Ministério Público é advogado da sociedade, do atendimento à necessidade de habilitação, atendimento à saúde, mas também de defesa de um meio ambiente sadio, de um meio ambiente equilibrado não só para nós, mas para gerações futuras.

Se cada pessoa, no Distrito Federal, Senador, que plantasse a sua casa esperando uma regularização, junto dela plantasse, pelo menos, dez ou doze mudas de árvores, próximas às nascentes, para evitar o assoreamento, nós estaríamos numa condição melhor. Nós temos essa responsabilidade. Cada um de nós temos a responsabilidade de fazer isso.

Eu vou falar para vocês que tenho uma chacrinha ali, no Goiás, onde uma lagoa está secando. O que fizemos na comunidade? Nós nos reunimos, pegamos mudas, elaboramos mudas e estamos plantando nas nascentes para fazer a recuperação. Nós temos que ter essa educação ambiental também, cada cidadão. Não é responsabilidade só do Governo. Nós temos uma história de 500 anos de paternalismo, em que o governo tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que dar tudo, colocar tudo, orientar tudo. Nós temos que ter educação ambiental e transmitir isso também para os nossos filhos. Por que, quando nós colocamos o nosso barraco, a nossa casinha, nós não plantamos árvores ao redor? A gente sabe que isso é importante para a retenção da água da chuva, é importante para a alimentação das nascentes, é importante para a questão da água.

Essa questão não é só do Distrito Federal. A questão do ambiente equilibrado hoje é do mundo inteiro, há conferências internacionais. E o Senador Hélio aqui é membro do Parlatino (Parlamento Latino-Americano), em que há exatamente um departamento destinado, única e exclusivamente, ao estudo e debate sobre a questão do meio ambiente e a questão da água.

A questão habitacional passa pela necessidade de se atender um direito constitucional de habitação, mas também de um cidadão contribuir com uma ação para manter o ambiente equilibrado. Claro, o Governo também, o Executivo, tem que ter um planejamento, levar esse planejamento às comunidades, fomentar e incentivar as comunidades para que esse planejamento seja executado, mostrando que isso é para proteção de nós mesmos, de nós próprios. Nós temos que pensar nisso com iniciativa de cada cidadão, de cada pessoa.

Eu ouvi aqui – eu estava sentado ali ouvindo as manifestações – que todas as manifestações são preocupantes e as de vocês também. É impressionante como este auditório está cheio e todos estão preocupados com isso, com essa questão de ter o seu direito à habitação. Mas como é que eu vou me manter, como é que eu vou manter meus filhos, como é que eu vou manter os meus netos em uma sociedade, em uma organização em que futuramente eles não terão água para beber, não terão água para fazer uma limpeza? É uma responsabilidade de cada um de nós. Então, o meu estímulo à vocês é pensar nessas coisas.

Parabenizo essa iniciativa do Senador, por meio desta Comissão, que é uma comissão adequada, que é a Comissão de Direitos Humanos, porque o direito à habitação é um direito, uma garantia constitucional, que está no art. 5º da Constituição. O direito à moradia foi inserido depois da promulgação da Constituição de 1988, mas já está lá, o direito é garantido, mas com equilíbrio – com equilíbrio. Todos nós devemos buscá-lo.

Claro que há a necessidade dessa luta para a conquista. Os Estados e o Governo não conseguem fomentar isso. Nosso problema é um problema mundial, nós hoje ainda temos aqui aqueles que nos abraçam, que nos protegem, que têm interesse. Pensem na situação do mundo, no leste, onde há refugiados, que não têm pátria, não têm comida, não têm um território. O nosso território é pacífico, o nosso território é de paz, o nosso território nos permite a conquista. O nosso País, especialmente o Distrito Federal, acolhe a todos que aqui chegam há tempos. Por estímulos equivocados de governos ou não, o Distrito Federal acolhe a todos. Então, nós estamos num lugar privilegiado, temos que cultivar esse lugar privilegiado, temos que contribuir para manter o equilíbrio, manter o futuro de uma vida sadia, de uma vida saudável e de um meio ambiente equilibrado para nossa própria existência.

O Ministério Público tem participado dos termos de ajustamento de conduta, tem se preocupado com a ocupação territorial, tem se preocupado com o assoreamento, com o desmatamento, com a falta d'água, com o equilíbrio, tudo isso numa compatibilidade que é difícil, mas se consegue, sim. E a participação da comunidade, a participação de vocês é fundamental, é importante. Todos têm interesse, mas alguns têm necessidade. Na Mesa aqui, todos têm interesse em resolver, mas vocês têm essa necessidade.

Então, vamos pensar sobre isso, vamos pensar no planejamento. O GDF talvez fosse coerente se fizesse, assim como existem os atendimentos à saúde da família e a outros programas, o atendimento à saúde do meio ambiente, orientando as pessoas como se portar, como cultivar, como plantar, onde plantar, como estimular, para você ter como restaurar mananciais e fazer criar outros. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dois minutos, Dr. Franklin.

O SR. FRANKLIN RODRIGUES DA COSTA – Muito obrigado, Presidente.

Quero deixar o meu recado aqui, parabenizar o Senador, parabenizar a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal e, principalmente, parabenizar vocês que estão aqui participando desta audiência. A sua presença mostra a relevância do tema, a importância do tema. E o convite a esta audiência pública mostra a importância que a Comissão, o Senador Hélio José e os órgãos governamentais estão dando a essa questão, estão dando a essa matéria.

Vamos trabalhar neste equilíbrio: direito à habitação, sim; direito ao equilíbrio do meio ambiente neces-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sário para as nossas futuras gerações, para os nossos filhos e netos; e direito ao equilíbrio e bem-estar.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Dr. Franklin Costa, obrigado PGR. Quero que V. Exª mande um abraço aqui do Senado Federal ao nosso Janot. Quero dizer que o Ministério Público está no caminho certo sempre. Obrigado.

Vamos ouvir agora a nossa querida representante da sociedade, conforme sorteio, da Unica, Drª Junia Bittencourt, com a palavra por dez minutos. Em seguida, o representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

A SRª JUNIA MARIA BITTENCOURT – Primeiramente, boa tarde a todos, principalmente aos que estão aqui, até agora, na expectativa de ouvir boas propostas para a solução de regularização do Distrito Federal. Agradeço o convite do nosso Senador Hélio José e cumprimento a Mesa, na pessoa do próprio Senador, porque são muitas senhoras e senhores.

Começo dizendo o seguinte: observando – eu já estou, há muito tempo, nessa luta de regularização –, a gente acaba conhecendo as pessoas pelo rosto. Muitos aqui já participaram comigo de uma infinidade de audiências. Aqui mesmo, no Senado, nós já tivemos umas quatro; na Câmara, várias também; na Câmara Legislativa também, falando sobre a mesma coisa. Eu vejo o número expressivo de pessoas e fico muito satisfeita em ver que hoje mais pessoas estão dispostas a discutir regularização.

Eu sou muito didática com as coisas e eu gostaria de fazer uma pergunta antes de iniciar propriamente a minha fala. Quantos moradores aqui hoje moram em áreas já consolidadas que não estão no foco das derrubadas? Por favor, levantem a mão.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª JUNIA MARIA BITTENCOURT – Quantas pessoas que estão aqui estão no olho do furacão com problema de derrubada?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª JUNIA MARIA BITTENCOURT – Ficou muito claro, mais uma vez, para mim uma constatação que tenho quando vou falar para uma plateia que diz respeito a condomínio de área irregular. Quem busca solução de regularização, na sua grande maioria, é quem quer consolidar, quer morar, quer edificar sua casa ou está com o problema eminente de uma futura derrubada ou sendo ameaçado de alguma forma. Os demais, os poucos que comparecem, são aqueles que já estão na lida há bastante tempo, são sempre os mesmos que buscam regularização há muitos anos. E não são 10, não são 15, são 40 anos falando de regularização. É a mesma coisa.

As derrubadas não são uma particularidade deste Governo. Eu que já estou nessa lida há 20 anos e outros que vieram antes de mim e já estavam nisso já assistimos a derrubadas lá pelo Siv-Solo, Siv-Água e aí por diante, em áreas como Ponte de Terra, Vicente Pires, Arniqueiras, Sol Nascente, Pôr do Sol, Altiplano. Então, essa coisa acontece há muitos anos.

Eu mesma acredito que a solução para tudo isso se chama regularização, por tudo que eu já estudei na vida e tudo que eu aprendi. Antigamente eu tinha uma leitura muito romântica da regularização, porque eu achava que ela se resolvia em pouco tempo. Não se resolve em pouco tempo, resolve-se em muito tempo.

Hoje aqui nós falamos algumas coisas referentes a meio ambiente, algumas coisas sobre urbanismo, passamos muito assim por cima, falamos muito da questão fundiária, mas eu falo para os senhores que dependemos extremamente da questão técnica. E a questão técnica depende de uma motivação e de um envolvimento muito grande da sociedade.

Eu escutei o Dr. Dênio aqui falando com clamor. E ele fala bem disso, ele gosta da cidade e entona bem... Eu já tive alguns embates sérios com o Dr. Dênio, e hoje eu respeito muito a posição tanto do Ministério Público quanto a dele. Aprendi muita coisa com ele e falo para os senhores o seguinte: nós não vamos conseguir resolver isso se nós não nos empenharmos em cumprir o que está na lei. Eu falo isso com clareza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por cinco anos, eu fui representante da sociedade civil no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal. As poucas áreas de regularização que lá passaram, áreas consolidadas, áreas de condomínios, de parcelamentos, de baixa ou de média renda... Eu falo poucas, porque é uma infinidade, é muito maior do que a gente pensa. O que passou por lá nós discutimos um por um dos casos. Eu detectei uma série de questões e de exigências que eu não podia imaginar. Tanto no meu conhecimento pequeno quanto na minha condição de advogada, eu não podia imaginar que nós tínhamos tantos critérios para chegar a um processo de regularização completo até a escritura.

Hoje eu falo para os senhores que, se nós não tivermos uma forma de atuar mais positivamente dentro desse processo, dificilmente vamos conseguir avançar muitos processos de regularização. Não é fácil, principalmente porque o processo é longo e mudam os governos. Ele começa em um e não termina naquele. E, quando ele começa em um e não termina naquele, certamente o que vai vir depois vai exigir uma série de documentos, porque aquele técnico que está sentado lá não vai aprovar um projeto que não analisou, sob pena de responder por isso futuramente. O servidor público não vai fazer isso.

Então, nós é que vamos ter que criar uma situação em que as decisões que são feitas dentro da questão que envolve regularização passe por governos e não sejam medidas de um ou outro governo, que sejam medidas para os governos. Que leve o tempo que levar, mas que haja um princípio, um meio e um fim. Senão, nós estaremos alimentando uma indústria chamada regularização, que não vai ter fim. Vocês que querem consolidar não vão consolidar e aqueles que querem chegar às escrituras não vão chegar às escrituras. Precisamos, então, assumir a responsabilidade nisso tudo.

Eu li aqui, Senador, na minuta, porque é uma minuta, que o grupo que o senhor está propondo... Eu vou falar para o senhor: o senhor precisa inserir a sociedade nesse grupo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É isso. É para fazer isso mesmo.

A SRª JUNIA MARIA BITTENCOURT – Sabe por quê? Eu vou até ser clara. Quando foi assinado o TAC 002, eu fui uma pessoa que o contestou muito. Hoje eu sei que o TAC 002 tem muito a ajudar, mas eu o contestei muito à época porque a sociedade não participou. E, ao conversar com um presidente à época, aliás um procurador-geral, ele me disse o seguinte: "Foi o GDF que não quis."

Hoje há uma lei que estabelece que nós temos que participar do processo de regularização do início ao fim. Então, a primeira coisa que eu solicito, Senador, é que nós façamos parte do pacto, portanto, dentro aqui do grupo de trabalho. Nós temos muito o que contribuir, porque os governos passam, as autoridades passam, mas nós moradores estamos lá e continuamos sofrendo o processo. Então, queremos participar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Júnia, você tem dois minutos para concluir.

E só para dar de pronto: é óbvio que, sem a sociedade organizada, não seremos nada. Então, vocês estão totalmente convidados para estar inseridos neste pacto, nesta proposta.

A SRª JUNIA MARIA BITTENCOURT – Certo.

Outro tema que eu queria falar para os senhores é que é importante esse envolvimento. E esse envolvimento passa não só pelas lideranças que estão aqui, não só pela participação da sociedade como um todo, mas também pelas discussões que nós precisamos fazer das responsabilidades, dos nossos direitos e dos nossos deveres dentro do processo de regularização, porque há deveres e são deveres pesados, que, muitas vezes, não entendemos e não sabemos absorver. E acabam ficando lá prateleiras e prateleiras de processos sem dar andamento. Então, precisamos entender tudo isso.

Finalmente, eu acho que não podemos deixar de falar que há áreas em processo de regularização e áreas na expectativa de entrar em processo de regularização. O PDOT precisa e vai ser atualizado daqui a pouco tempo. Há muitos parcelamentos que não estão dentro da área de regularização. Então, precisa-se discutir a inclusão dessas áreas dentro do processo de regularização, porque são áreas ocupadas. Não é por uma questão de estar... Eu não vou discutir grilagem, eu não vou discutir ocupação, eu vou discutir que nessas áreas há pessoas morando há muitos anos, mas estão fora do processo de regularização, porque não constam como área de regularização dentro do PDOT. E elas precisam ser inseridas.

Outra coisa é que nós precisamos pacificar os ânimos nas discussões que envolvem regularização. Eu venho cobrando do Governo, há muito tempo, principalmente em relação àqueles que moram em áreas fe-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

chadas, em áreas que são chamados condomínios...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Para concluir Drª Júnia.

A SRª JUNIA MARIA BITTENCOURT – ... que o Governo encaminhe, com a máxima urgência, uma legislação específica, um PL específico para a Câmara Legislativa, regulamentando a situação do fechamento. Ou se faz essa legislação, de forma coerente, com aquilo que o tribunal já estabeleceu, fazendo audiências públicas, fazendo estudos para a viabilidade ou não do fechamento, ou nós não vamos ter a sociedade que mora nessas áreas já fechadas e que já estão assim, não só porque os moradores querem, mas já foram reconhecidas assim pela Justiça... Que o Governo encaminhe esse PL para dar essa tranquilidade e essa regularização ter a continuidade necessária. A área particular tem motivação para regularizar se houver a condição de fechamento. O fechamento, gente, não é de uma maneira arbitrária, tem que estudar e tem que ver a viabilidade. Isso já foi falado pelo tribunal. Três leis foram encaminhadas, e as três foram derrubadas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vamos encaminhar para a conclusão?

A SRª JUNIA MARIA BITTENCOURT – Está na hora de a gente encaminhar uma proposta coerente que dê a satisfação que a sociedade quer. E aqueles que lutam pela consolidação das suas áreas lutem, mas pensem organizadamente e pensem nos seus direitos e responsabilidades.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, Drª Junia.

Agora, Dr. Ailson Silveira Machado, representante da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, veremos um breve filme de apenas um minuto.

Por favor, o filme sobre a questão dos direitos humanos, a motivação que nos levou a fazer...

Junia, muito obrigado.

Dr. Ailson, enquanto o senhor se dirige ao púlpito, vamos assistir a um breve filme.

Está pronto, pessoal? Eu só queria que escurecessem os holofotes para melhorar a visão do filme.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vamos interromper este vídeo e vamos passar à derrubada direto. Onde está a derrubada? Eu quero mostrar a derrubada para o Secretário Nacional de Direitos Humanos. É isso que eu quero. Onde está aquele vídeo da derrubada?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Enquanto se localiza a derrubada, eu vou dar a fala logo para o Secretário de Direitos Humanos. Vamos interromper, por favor, o vídeo.

Com a palavra o Ailson Silveira Machado, em nome da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Roninho, venha cá ao meu lado. Pessoal, o Deputado Roney vai ter que sair. Depois do Ailson, eu vou dar a fala, por cinco minutos, para o Deputado Roney.

Ailson pode falar.

O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO – Em nome da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Secretária Flávia Piovesan, eu cumprimento o Senador Hélio José por esta audiência pública, em que está sendo discutida a ocupação do solo em Brasília, que tem consequências graves na habitação das pessoas, principalmente no sentido das ocupações e das reintegrações de posse que têm sido feitas ultimamente.

Nós da Secretaria de Direitos Humanos defendemos que todas as ocupações, todas as reintegrações de posse sejam feitas de maneira pacífica e que se faça cumprir a lei. O nosso interesse é no sentido de mediar os conflitos, apurar as denúncias que foram feitas de maneira irregular, no sentido de procurar solução. A melhor solução que nós sentimos é fazer a conciliação entre as partes, que o Governo do Distrito Federal, os entes federados e o Ministério Público, todos, procurem uma saída pacífica para resolver a parte de regularização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

fundiária do Distrito Federal.

No ano passado, eu participei aproximadamente de 360 conflitos agrários e alguns urbanos no País. Eu faço parte da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, e nós temos tentado, nessas audiências de conciliação, procurar soluções pacíficas para o caso, principalmente o da Amazônia Legal, de regularização fundiária e de grilagem de terras. Então, o mais importante é que nós procuremos soluções que resolvam a parte fundiária no Distrito Federal.

Todos têm direito à habitação, mas tem que se obedecer à legislação e procurar sempre a conciliação e que o interesse coletivo suplante o interesse individual, principalmente no seguinte: nós temos hoje muitas ocupações irregulares que não preservam o meio ambiente e não atendem aos interesses coletivos. Então, nós precisamos que o Governo e a sociedade, todos juntos, consigam procurar uma solução para o problema sério de habitação do Distrito Federal.

Nós sabemos que, com as normas hoje do serviço federal, é muito difícil. A legislação é muito rígida, com uma série de entraves para a regulação fundiária de terras federais e estaduais. Então, com a criação desse grupo de trabalho, com a experiência que temos, nós vamos, junto com o GDF, junto com o Ministério Público, junto com o Governo Federal, junto com a sociedade civil, procurar soluções mais rápidas para esse caso sério de regulação fundiária no DF.

Nós sabemos também que a legislação pode ser modificada, em alguns casos, para que os direitos das pessoas sejam preservados e o direito da sociedade também. Nós temos tido algumas reuniões aqui, no DF, referentes às ocupações de áreas rurais aqui, no DF. E temos conseguido diversos acordos na Ouvidoria Agrária Nacional, através da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, com as partes envolvidas, os proprietários, os ocupantes. Nós temos feito algumas conciliações, juntamente com a Terracap, com a Agefis, com a SEOPS, que faz as reintegrações de posse. Então, nós precisamos procurar solução para esses conflitos que vêm ocorrendo no DF.

Eu participei de um conflito urbano grave, que foi o Pinheirinho, em São José dos Campos. Foi uma coisa horrível o que aconteceu lá. Houve diversas violações de direitos humanos lá, inclusive nós fomos denunciados na OEA por causa daquilo.

Nós precisamos que os conflitos fundiários do DF sejam realizados de maneira pacífica. Como é de ação dos governos, do Ministério Público, da Defensoria Pública, todos precisamos procurar soluções. E a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, através da Secretária Flávia, está disposta a participar desse grupo de trabalho proposto pelo Senador Hélio José, para procurar encontrar soluções para nós resolvermos ou procurarmos agilizar esse grave conflito fundiário urbano do DF.

Nós precisamos também cumprir a lei e, ao mesmo tempo, dar direito às pessoas de morar bem e com dignidade. Nós precisamos ter dignidade para morar e também respeitar o meio ambiente e a legislação fundiária deste País.

Obrigado. Eu estou à disposição para ajudar vocês.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ailson, só um instantinho, porque agora o filme está no ponto. Você ganhou, falou só cinco minutos. É o filme das derrubadas, dos direitos humanos. Eu agradeço a você, Ailson, pela disposição da Secretária Nacional de Direitos Humanos em participar do grupo de trabalho.

Por favor, o filme certo agora, pelo amor de Deus.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, é bom esclarecer que esse vídeo não foi de autoria do gabinete do Senador Hélio José, não é de autoria do Senado Federal, é das entidades organizadas da sociedade, que pediram para a gente passar quando fosse falar o nosso representante dos direitos humanos.

Só deixo claro que a minha posição aqui, a posição do Senado da República do Brasil é uma situação intermediária de fazer a pacificação e construir um pacto. Então, nós não temos responsabilidade sobre o vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós estávamos falando aqui porque o nosso Presidente da Terracap fez um questionamento e a nossa querida Bruna também fez outro dizendo que não era...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Todos aqui são meus queridos, graças a Deus, tanto os homens quanto as mulheres.

Pessoal, eu posso discordar da Bruna, mas jamais vou deixar de ter carinho e amizade por ela ou por qualquer outra pessoa. Discordar é um motivo, é uma situação. Agora, ficar com briga, esse não é o nosso motivo aqui.

Vamos ao próximo inscrito para falar. Vamos dar a fala para o nosso representante da OAB...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

O nosso querido Adair, pela OAB. Por favor, Adair, com a palavra, por dez minutos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ah, desculpe, desculpe! Nosso Deputado... Adair, só um minutinho. Nosso Deputado Rôney Nemer. Desculpe, Rôney. Desculpe, meu Líder.

Meu querido Deputado Federal de Brasília, Presidente do PP, com a palavra.

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu vou ser bem breve. Eu queria cumprimentar o Senador pelo debate e todas as autoridades aqui presentes.

Só queria dizer o seguinte: eu não vou falar aqui como Deputado, não; eu vou falar como arquiteto urbanista e auditor fiscal da Agefis também. Tenho o maior orgulho de ser um auditor fiscal do Distrito Federal, porque o nosso trabalho é um trabalho que garante a qualidade de vida do DF para o futuro.

Agora, eu quero dizer, só para fazer um parênteses antes, que, como Deputado Federal, no ano passado, o Presidente do PMDB do DF, Tadeu Filippelli, pediu-me para fazer a Emenda Brasília, para fazer a venda direta a todos os condomínios que estivessem em área da União. E nós, no ano passado, fizemos. Só que não fizemos como emenda, para não haver o veto, porque o Filippelli já tinha feito uma vez como emenda e a Presidente Dilma vetou. Como o Relator da matéria, da MP que tinha vindo para cá, era o Deputado Lelo, do PMDB, do Espírito Santo, eu pedi para ele incorporar, no corpo da matéria, a Emenda Brasília, garantindo a venda direta para todos os condomínios que estivessem em terra da União. A Presidente sancionou, e hoje a SPU pode efetivamente fazer a venda direta para todos os moradores de condomínio em terra da União. Esse foi um trabalho que nós fizemos aqui, no ano passado.

Eu queria dizer que, na terra do DF... Eu queria fazer um pedido ao Presidente da Terracap...

(*Interrupção do som.*)

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) – Alô, alô.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Som para o Rôney.

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) – ... ao Júlio. Há uma coisa, Júlio, que é uma caixa preta: a gente não sabe o mapa fundiário do DF. A Terracap podia publicizar esse mapa fundiário do DF. Eu me lembro de que a Evelise, uma vez, quando era Diretora Técnica da Terracap, fez isso; depois tiraram também do ar. Eu acho que facilitaria muito.

Agora, o que facilita também é a gente lembrar que a pessoa, quando for construir, tem que ter autorização do Estado. Então, tem que pedir autorização à Administração. Mas aí vem um problema: as administrações estão muito fracas. Enfraqueceram tanto os administradores regionais que eles não passam de meros ouvidores regionais. Eles não podem fazer nada, eles não têm mais autonomia para dar uma autorização para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nada na cidade. E se centralizou no Plano Piloto, centralizou-se na mão de muita gente que nem conhece, às vezes, as cidades onde está legislando. Então, fica muito ruim isso. Eu falei para o Governador Rodrigo Rollemberg outro dia: Governador, empodere os administradores. Esse é o caminho de um governo ser bom.

Quando eu fui Administrador Regional, o administrador tinha poderes para executar, porque quem sabe do que uma cidade precisa é quem nela mora e, muitas vezes, essa pessoa não tem como vir até o Plano, até a SEGETH...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Põe o som para o Deputado Rôney.

(*Interrupção do som.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, por favor, vamos fazer silêncio.

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ao Deputado está garantida a fala dele, porque o Presidente da Mesa está dando essa fala para ele, por favor.

Pessoal, por favor, o som aqui para o Deputado Rôney.

(*Interrupção do som.*)

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF. *Fora do microfone*.) – Eu tenho o maior orgulho de ter sido Presidente da Agefis, quando a gente fez um trabalho muito sério dentro do Distrito Federal. Eu não tenho dificuldade nenhuma...

(*Interrupção do som.*)

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) – Existe uma política de governo. A política de governo é que decide como vai ser o comportamento da Agefis. Quem decide é o Governador. Na época em que eu era Presidente da Agefis, o governo tomou a seguinte decisão: casa habitada não se derruba. E isso foi o que valeu.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) – E foi isso que valeu.

Agora, é uma decisão, um juiz deu uma decisão dessa em Arniqueiras, e nós a utilizamos para o DF inteiro.

Agora, pensem vocês, nós auditores fiscais somos iguais aos oficiais de justiça, nós somos portadores da má notícia infelizmente. O oficial de justiça, quando bate à sua porta, está trazendo uma intimação para você, mas a culpa não é dele. Ele foi mandado lá. Nós auditores fiscais temos a mesma sorte. É um administrador regional que manda, é o Ministério Público que cobra, é um vizinho que denuncia. Na sua grande maioria, a denúncia é de vizinho. E nós temos que ir lá fazer o nosso papel, porque, senão, nós estamos prevaricando e também temos família para sustentar.

A gente tem que deixar bem claro para a população toda que nós não somos inimigos da população, não. Tanto que, muitas vezes, para regularizar um lote, para regularizar um quiosque, conta como tempo, porque você tem uma notificação que um auditor fiscal te deu e aquilo serve como documento.

Então, a gente tem que saber olhar o lado bom. Agora, onde há ser humano há problema. Há lugares em que há pessoas que trabalham de forma correta, mas há também aqueles que não trabalham. E eu disse isso ao Governador Rodrigo Rollemberg outro dia, na questão da Estância Quintas da Alvorada: o Governo tem que ser o protagonista da política de habitação.

Eu vi aqui o Promotor Dênio falando – aliás, uma pessoa que conhece muito e ajuda muito – e ele disse: "Ah, o Ministério Público devia mediar." Não, quem tem que assumir o papel é o Governador do Distrito Fede-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ral, é o Executivo que tem a prerrogativa de legislar e de propor a política urbana, de desenvolvimento urbano. (*Palmas.*)

Eu estou dizendo isso aqui para vocês, o Deputado Izalci é testemunha e o Senador Hélio também. Nós estávamos na reunião com o Governador, eu disse isso a ele. Ele olhou para Drª Paola e falou assim: "Não é assim." Eu falei: "Doutora, na nossa época, a senhora estava lá e foi assim que a gente fez." Ela falou: "É, o Deputado tem razão."

Muitas vezes, o Ministério Público age, porque o governo não está agindo, não está fazendo, não está elaborando política pública. Eu participo de governos há muitos anos, sou arquiteto urbanista, projetei nove cidades – nove cidades –, só que nós tínhamos uma política pública de habitação para baixa renda. Para alta renda não precisa, porque a alta renda compra onde quer. Agora, a classe média ficou de fora, e aí surgiram os condomínios. Agora, os condomínios, no mínimo, sempre tiveram a omissão do Estado, porque esses lotes eram publicados em classificados...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Para concluir, Deputado.

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) – ... e o Estado nunca fez nada para coibir.

Agora, se quer separar, Senador Hélio José, o joio do trigo. (*Palmas.*)

O Dr. Eric estava aqui, agorinha há pouco, não sei se já foi embora, mas a Polícia Civil sabe muito bem entrar no condomínio, com a sua inteligência, e descobrir quem são os grileiros e quem são as pessoas de bem que estão lá trabalhando.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) – É só utilizar a Polícia Civil para isso. É simples, não há dificuldade.

Eu queria dizer a vocês aqui... Perdoem-me, eu vim aqui, Senador Hélio, e fiquei muito preocupado com a chamada extinção da Agefis. Nós não somos de brinquedo. Nós auditores fiscais não vamos evaporar. Nós vamos continuar trabalhando pelo bem da cidade. Voltar os auditores para a Administração Regional é para voltar à corrupção da época antiga, de que a gente lutou para sair, porque quem era amigo do administrador podia fazer o que quisesse na cidade, quem era inimigo não podia fazer nada. Nós não queremos isso. Nós queremos trabalhar dentro da legalidade, mostrando para a população que queremos um futuro melhor para os nossos filhos, para os nossos netos. É nisso que a gente pensa. Agora, há formas de fazer. Há formas, há carinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) – Não, eu não quero aqui... Olha, eu vou falar para vocês, a Bruna trabalhou comigo...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Para concluir, doutor.

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) – A Bruna me ajudou a criar a Agefis, foi minha Diretora de Planejamento, na Agefis, o tempo inteiro. Eu não gosto da fulanização. Não gosto. Eu só peço a vocês o seguinte: o que a gente tem, e eu disse ao Governador, é que fazer esse pacto pela família, porque o bem maior que nós temos é a família.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É isso aí, Deputado.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP - DF) – Nós não podemos ver famílias inteiras sendo jogadas ao relento sem a área social estar acompanhando, sem o Conselho Tutelar estar acompanhando essas retiradas. E eu disse isso outro dia, eu fui lá, porque estava havendo uma derrubada no Recanto das Emas. Fizemos uma reunião com o Sérgio Sampaio e perguntamos a ele – havia várias famílias ao relento dormindo lá e estava muito frio – se havia como chamar primeiro o Serviço Social e tirar essas pessoas de lá. Agora, o que nós não podemos também é dizer que a lei vai valer para uns e não vai valer para outros. Então, temos que fazer a lei valer para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu quero dizer a vocês: nós precisamos fazer um pacto não só do Governo, mas da sociedade como um todo. O condomínio que quer ser regularizado... Eu tenho ido a muitas reuniões e eu digo a vocês: congelem a situação, não deixem construir, parem as construções. É a única forma que existe, porque, senão, fica igual ao cachorro correndo atrás do rabo dele. Não adianta os condomínios...

Eu tenho certeza de que, se os condomínios quiserem essa responsabilidade de congelar a situação, não deixar crescer, chegar para o Governo e propor, como disse o Promotor Dênio aqui, que vão buscar uma regularização dentro da legalidade e da seriedade, o Governo vai saber entender isso e vai entender também que a prerrogativa da política de ocupação do solo, de parcelamento do solo não tem que ser puxada nem por TJ, com todo respeito ao TJ, nem pelo Ministério Público. Essa é uma prerrogativa do Executivo.

Faça propostas, mapeie os condomínios, bote placas, faça o que estão fazendo. Bota fiscalização, como há agora, via satélite, mas principalmente ande pela cidade, ande pelos condomínios, conheça as pessoas. Separe quem é do bem do grileiro, e assim eu acredito que a gente vai ter condição de avançar na questão da regularização. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Depois da OAB, vai ser uma bateria da zona rural. Depois da OAB, vamos estar com o Marcão, do Incra; o Secretário de Agricultura, Dr. José Guilherme Leal; o Dr. Valdir Calisto de Campos, do Alô Terra.

A OAB com a palavra, por dez minutos, nosso representante, Conselheiro da OAB, Dr. Adair.

Pessoal, pelo sorteio, o próximo da sociedade vai ser o João do Violão. Em seguida, a zona rural. Ele vai entrar pelo Paranoá, São Sebastião, pelas cidades tradicionais.

O SR. ADAIR SIQUEIRA DE QUEIROZ – Senador da República Hélio José, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, agradece imensamente esse convite. De alguma forma, podemos contribuir com a construção de hoje aqui.

Muito se falou, sim, em diálogos, mas é preciso se atentar à dialeticidade. O que eu estou querendo dizer é o seguinte: cada papel assumido aqui hoje deve ser efetivamente concretizado.

No convite que atendemos à regularização e derrubadas de condomínios no Distrito Federal, preferencialmente, é preciso entender qual é o papel da Ordem dos Advogados nessa questão das derrubadas. A Ordem não é contra nem a favor de derrubadas. A Ordem é totalmente contra o descumprimento das ordens judiciais e ilicitudes praticadas. Isso, sim, a Ordem jamais irá tolerar.

A Ordem da OAB também é uma entidade na defesa dos interesses e direitos da sociedade civil. Com isso, estou a dizer a cada um de vocês – e reafirmo o que eu já havia dito, na Câmara, aos Deputados Distritais – que não se pode construir em área de proteção ambiental. Essas construções efetivamente têm de ser demolidas; e não apenas demolidas, têm que ser aplicadas multas severas a essas pessoas.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ADAIR SIQUEIRA DE QUEIROZ – Não se pode construir também em áreas de proteção permanente, porque isso afeta o meio ambiente. Então, pelo visto, as derrubadas em áreas de proteção ambiental e em áreas de proteção permanente efetivamente devem acontecer. De outro lado, nós também temos que dizer aqui bem claramente que a proposta sugerida pelo Senador Hélio José, que se encontra atualmente minutada, no item 6, merece um destaque, quando, então, diz que as derrubadas não poderão acontecer sem notificação prévia e ordem judicial.

Existe atualmente um recurso especial, inclusive com repercussão, em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, além de haver a ordem judicial, também deve ser cumprida por oficial de justiça. Com isso, estamos a dizer, então, que apenas se emanada a ordem do Poder Judiciário, uma ordem judicial, e desde que seja cumprida por oficial de justiça, é que a derrubada poderá acontecer, segundo o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ADAIR SIQUEIRA DE QUEIROZ – É preciso também registrar aqui que, quando a Administração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pública cobrou o Imposto Predial e Territorial Urbano de cada um de vocês, efetivamente criou uma expectativa de que aquela terra iria ser regularizada. Isso é uma verdade que tem que ser dita aqui também. E mais, quando se constrói e a taxa do IPTU cai para 0,3%, incentiva-se mais ainda e dá essa expectativa a cada um de vocês. Isso tem que ser dito aqui também.

A par dessas ponderações, também temos que dizer que os direitos dos advogados, através das suas prerrogativas, não podem ser obstados. O advogado tem que ter acesso ao seu cliente, mesmo àqueles que estejam na situação de derrubadas iminentes. As vias públicas também não podem ser obstadas. Nós temos que ter o nosso direito de ir e vir conservado nesse tipo de situação. As vias públicas não podem ser impedidas ao trânsito livre das pessoas. Afora isso, o advogado tem que ter o acesso ao seu cliente que está com a sua moradia em situação iminente de ser derrubada.

Realmente a fala aqui é um pouco difícil depois do vídeo a que cada um de nós tivemos que assistir aqui: derrubadas ilegais, crianças ao relento, prisões ilegais. É uma cena que nenhum brasiliense quer testemunhar, apesar de já não mais serem novas essas cenas que se tornaram um *show* de horror para cada um de nós aqui, no Distrito Federal.

Senador Hélio José, precisamos arrumar um meio-termo para esse assunto de extrema complexidade e, para tanto, esse pronunciamento que aqui faço, em nome da OAB, é no sentido totalmente imparcial. Eu me coloco à inteira disposição para que se abram os trabalhos e efetivamente rumem a uma regularização e a uma situação definitiva, em vez do que nós estamos presenciando todos os dias com essas derrubadas. É um assunto realmente não apenas complexo, mas muito triste de se presenciar.

Já tive oportunidade de presenciar várias derrubadas em Vicente Pires, Quadra 200, Altiplano Leste e tudo mais. Algumas coisas realmente estão sendo veiculadas de maneira errada, tal como na situação do Altiplano Leste, quando então se afirma que 100% das terras ali são públicas, o que não é verdade. Segundo uma perícia oficial que foi feita no Processo nº 2.725/91, para se precisar melhor, 60% da terra é pública, mas, em 40%, ainda remanescem quinhões hereditários de terras particulares que não podem sofrer derrubadas e interferências estatais.

Sim, estou aqui num pronunciamento imparcial. Não estou aqui para bater em Agefis ou aplaudir situação x, y ou z, mas sim chamar a atenção, provocar discussões no sentido de efetivamente colocarmos um termo, um ponto final a essa situação, que realmente se tornou insustentável a qualquer brasiliense. É um assunto para o qual, apesar de gerar essa controvérsia, temos que rumar a alguma solução. E isso, acredito, vem por intermédio de uma regularização tal como essa minuta proposta pelo Senador Hélio José, que merece todos os aplausos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal.

Muito obrigado pela presença. (*Palmas.*)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Agradeço ao representante da OAB e passo imediatamente a palavra ao Dr. Fábio Levino, que vai falar pela Defensoria Pública, representando aqui o Dr. Ricardo Batista.

O SR. FÁBIO LEVINO – Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento a Mesa em nome do Deputado Izalci e estendo aos demais. Em nome da Defensoria Pública, em primeiro lugar, agradecemos o convite aqui feito para tratar de um tema tão importante acerca da moradia no Distrito Federal.

Em primeira mão, eu já gostaria de alertar o Senador Hélio José que, a despeito do nosso convite aqui, não consta na minuta do termo de ajustamento de conduta a Defensoria Pública do Distrito Federal. Há várias representações de instituições públicas para tratar do tema, mas foi esquecida justamente a instituição pública que a Constituição Federal reserva à defesa das pessoas necessitadas e daquelas que precisam de apoio, que são as pessoas mais pobres que hoje estão aqui, que mais têm violados os seus direitos e mais sofrem com a derrubada de suas moradias. E não digo só moradia, mas de seus lares, porque são famílias constituídas, e ali não há somente concreto, há, na verdade, o espírito familiar. Então, deixo aqui o meu alerta para que a Defensoria Pública seja incluída no termo de ajustamento de conduta.

Não poderei ainda deixar de fazer constar, como já foi pedido aqui na tribuna, a inclusão de representação dos moradores. Como podemos acordar sem estar presente a outra parte? (*Palmas.*)

Quando se vai discutir sobre idoso, não se pode fazer isso sem a presença do idoso. Se vamos discutir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sobre pessoa com deficiência, não fazemos isso sem a presença de pessoas com deficiência. Se vamos discutir sobre moradia e derrubada dessas moradias, como vamos decidir sem a presença dos moradores? Então, é essencial que conste também a presença desses moradores.

A Defensoria Pública... Como estamos em uma audiência pública, nós estamos aqui a sugerir, e a Defensoria Pública traz algumas sugestões. A primeira delas é a mudança nos procedimentos de desocupação. Ainda que se tenha que desocupar – e aqui não estamos querendo tomar partido, se é correto ou não –, que se faça de uma forma diferente.

A Defensoria Pública já esteve *in loco* em algumas derrubadas. E aqui faço um convite para todas as autoridades públicas envolvidas nas derrubadas: Ministério Público, compareça aos locais de derrubada; Tribunal de Justiça, juízes, compareçam aos locais de derrubada...

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. FÁBIO LEVINO – Comissão de Direitos Humanos, compareça aos locais de derrubada. Decidir sobre lar e moradia das pessoas dentro do gabinete, no ar condicionado, é diferente da presença no local. (*Palmas.*)

A Defensoria Pública não apoia e nem apoiará grilagem de terras; não estamos aqui discutindo isso. Mas também não apoiamos formas violentas de desocupação. A Defensoria Pública não apoia formas violentas de desocupação e sem procedimentos claros. Damos como exemplo a desocupação no Morro da Cruz. Chegaram lá... Como não há, de fato, notificação prévia, são derrubadas casas aleatórias no local – se não me engano foram cerca de vinte e poucas casas – e vão embora.

A Defensoria pugna pelo esclarecimento da forma de desocupação e os critérios que são adotados. Por que é a casa A, a casa B, a casa C e não a D? Isso para ficar mais claro para a população. Acho que está faltando isso, e isso é importante.

Dando como exemplo também no Morro da Cruz, havia todas as representações para derrubadas de casa. Então, havia a polícia, havia a Agefis, havia a Secretaria de Desocupação, mas não havia, por exemplo, representantes da SEDESTMIDH. Eu não encontrei, e os moradores informaram que não havia. Os moradores falaram. Só para trazer... Estou trazendo aqui sugestões, pois se houve a falha é para acertarmos.

A Defensoria, então, sugere que haja essas representações, haja os cadastros e que os critérios de desocupação sejam mais claros. A Defensoria pede isso para a população. A Defensoria Pública também pede que seja incluída nesse fluxo como um dos autores no procedimento. A gente pugna pela nossa inclusão no diálogo, até como forma de nos apresentar e conversar previamente com os moradores, com a população. Isso é uma sugestão da Defensoria.

Nós nos colocamos à disposição para os moradores que quiserem nos procurar. Estamos à disposição. Somos uma instituição em defesa das pessoas necessitadas, das pessoas que precisam não só de moradia... A nossa instituição atua na defesa jurídica, mas também na extrajudicial, como formas de acordo, sendo um dos autores no diálogo com o poder público.

Eu finalizo aqui dizendo que invadir terra e continuar com a construção não é o caminho para a resolução do problema. Infelizmente, hoje, nós temos portas fechadas, juridicamente falando não temos conseguido êxito. Então, os moradores estão desassistidos na parte judicial. Os juízes não estão concedendo, pois já têm o pensamento fechado em relação ao tema. E como a Defensoria Pública é um órgão imparcial, ela não vem apoiar a derrubada e nem apoiar a continuação de obras, porque, infelizmente, enquanto a solução não for encontrada com todos sentados à mesa, com os moradores presentes, não haverá possibilidade e não aconselhamos a construção de casas.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu gostaria de agradecer a Defensoria Pública em nome do nosso orador e também em nome do Dr. Ricardo, sempre tão solícito. Dr. Fábio Levino, muito obrigado.

Quero dizer que a Defensoria Pública é nossa convidada, do Senado Federal, para nos ajudar a construir, junto com o GDF, com a União e com o Ministério Público – que já aceitou a atribuição –, nos ajudar a intermediar todo um processo de discussão. E como a Defensoria Pública é parte importante desse processo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

gostaríamos de contar com ela para isso.

A grande proposta é construirmos um TAC, e um TAC atualizado, porque temos um de 2007.

Agora vamos passar a palavra para o pessoal da zona rural. E, para a zona rural, fizemos questão de convidar o Incra, pois as grandes terras da União estão na Superintendência do Incra, com o Marcão. Em seguida, a Seagri, com o Secretário de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Dr. José Guilherme. Depois, o representante da Alô Terra e, em seguida, um representante da sociedade, que é também o representante das cidades tradicionais, o João do Violão.

Vamos lá. Começando com o Incra. O Superintendente Marcão, do Incra do Distrito Federal, por dez minutos.

O SR. MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA – Boa noite a todos e a todas.

Primeiro, quero parabenizar o Senador Hélio José pela iniciativa de implementar essas discussões tanto no âmbito federal quanto no âmbito estadual.

Vou falar bem brevemente sobre as questões do Incra, principalmente da questão fundiária e da nossa questão que se refere ao atendimento das demandas sociais ligadas à agricultura familiar, pequenos agricultores... (*Falha na gravação.*)

O Incra foi criado em Brasília em 22/12/1997. (*Falha na gravação.*)

... as demandas de terras tanto do Distrito Federal como do noroeste mineiro e de todo o nordeste goiano.

Nós temos uma demanda hoje de assentamentos... (*Falha na gravação.*)

... na Superintendência de 200 projetos de assentamentos, atendendo o Distrito Federal, parte de Goiás e Minas Gerais.

Nós temos aqui parcerias para implementação de assentamentos de pequenos agricultores familiares com o SPU, o qual nos destina aqui no Distrito Federal áreas passíveis de assentamento; trabalhamos em seguida com o assentamento, a homologação e a seleção de famílias. Essa mesma parceria nós temos também com o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Agricultura, cujo Secretário está presente, e estamos criando alguns assentamentos aqui no Distrito Federal.

Como já temos essa preocupação em relação a questões hídricas, locais que são Flonas, mananciais, essa questão toda, e APAs que existem no Distrito Federal, nós já estamos fazendo uma discussão para buscar atender essa demanda social no entorno – no caso, Formosa, Padre Bernardo, Cocalzinho, Luziânia, Cristalina –, como já fizemos várias vezes.

Então, estamos nessa discussão justamente porque temos essa preocupação. E o Incra... Essa questão de implementação de projetos de assentamentos e aquisição de terras aqui no Distrito Federal é muito onerosa para o órgão porque tem um custo-benefício para a família, então a gente trabalha exclusivamente essa questão através de doação do SPU e essa parceria da criação do GDF, através de uma secretaria de assentamentos de reforma agrária, e o Incra auxilia com essas políticas públicas.

Nós trabalhamos essa questão e temos também uma discussão em nível nacional, em nível do Brasil – a diretriz do Incra nacional nas doações de áreas que são de habitação. Como não compete ao Incra gerenciá-las, estamos inclusive devolvendo essas áreas, quer dizer, repassando essas áreas para o governo, tanto do Distrito Federal, como de Minas, Goiás, etc.

Portanto, nós temos muito bem definidas as áreas que são pertencentes ao Incra. Então, estamos fazendo um trabalho de regularização nessas áreas que já pertencem... Há o projeto integrado Picaje, e nós temos vários PAs criados aqui dentro do Distrito Federal. E estamos também recebendo de volta as áreas que eram da antiga Zoobotânica; venceu o comodato e o Incra está promovendo as regularizações das famílias que têm perfil e já estão ocupando essas áreas.

E nós temos parcerias – não há como implementar qualquer tipo de política sem parceria – com o Ibram, que é o órgão que dá o licenciamento no Distrito Federal; o Ibama – temos discussões com o Ibama; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o próprio ICMBio, que nos auxilia nessas questões das áreas de Flora, essas áreas que têm problemas hídricos e outros, para promover o assentamento de reforma agrária. Tanto que, no Distrito Federal, esses assentamentos criados pelo Incra não são nos moldes tradicionais, como em outros Municípios. Nos Municípios você tem áreas de 20 hectares, de 30 hectares, de 15 hectares; no Distrito Federal, são de 2 a 5 hectares. Mas, como nós temos um projeto diferenciado para esses assentamentos, que são exclusivamente, inclusive, para promover a recuperação de nascentes...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dr. Marco Aurélio, mais dois minutos.

O SR. MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA – O.k.

Recuperação de nascentes e outras situações.

Inclusive, na questão desta audiência, acho que foi crucial esse nível de diálogo para que os órgãos estejam juntos para resolver o problema da questão fundiária. Há muita cobrança nesta questão. O Incra não trabalha na questão habitacional, mas a gente trabalha na questão da demanda de trabalhadores rurais e agricultura familiar.

E o que a gente acompanha em outros Estados nessa questão de regularizações que ocorreram no País é que, como o Incra foi criado como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em alguns Estados como Mato Grosso e outros, foi muito bem resolvida essa questão fundiária, através de uma discriminatória.

Então, deixo aqui um recado para vocês: nós estamos parceiros, as instituições têm que andar lado a lado. Estamos aqui, o nosso quadrilátero é o Distrito Federal, independentemente da questão partidária, como o Senador informou. Nós estamos aí para ajudar; o Incra é um parceiro de vocês e está com as portas abertas.

Obrigado pela atenção de todos. Foi um prazer falar com vocês.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Dr. Marco Aurélio.

O Incra é um parceiro na construção desse pacto pela paz, não é isso, Dr. Marco Aurélio?

Vamos passar agora a palavra para o Seagri, para o Secretário de Agricultura do Distrito Federal, Dr. José Guilherme Leal.

Em seguida ao Dr. José Guilherme Leal será o Dr. Valdir Calisto de Campos, pelo Alô Terra.

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Boa tarde.

Senador Hélio José, parabenizo V. Exª pela iniciativa. Nós estamos aqui para fazer esse debate, ouvir e apresentar as considerações do ponto de vista do Governo. No meu caso, particularmente em relação à área rural. Cumprimento também o Deputado Izalci.

Eu vou dividir a fala em três pontos: vou fazer uma abordagem geral, vou tratar da questão da ocupação do solo e do impacto na questão da água, e falar da regularização fundiária para a área rural.

Quando Brasília foi construída e planejada, ela, na verdade, foi o orgulho, a realização do povo brasileiro. E esse planejamento onde está agora? Onde está o planejamento da nossa Capital? Fica aqui uma reflexão para todos nós do Governo, da sociedade, do Legislativo, para todos. O que estamos fazendo com Brasília? O que nós estamos fazendo por Brasília? Os nossos cargos aqui... Nós somos passageiros, mas eu sou morador daqui. A minha família está aqui e eu quero continuar aqui. Então, o que a gente faz agora e o que tem sido feito terá reflexo no futuro, e nós estamos a pensar nisso com muita responsabilidade.

Então, Senador, nós escutamos muito aqui a questão do pacto. "Pacto, pacto". Eu acho que, para a construção de um pacto, tem de haver a retomada do planejamento da ocupação, com base legal – esse tem que ser um dos pressupostos. Já foi falado aqui pelos meus antecessores: temos de paralisar a ocupação irregular e paralisar as construções em áreas não regularizadas ou não regularizáveis.

Temos de discutir a regularização? Sim, de forma ampla. Agora, não podemos achar que essa cidade vai ter futuro se continuar cada um construindo e fracionando onde quiser porque depois alguém vai dar um jeito de regularizar. A situação consolidada tem que ser tratada, sim, e há que se que buscar uma solução onde hou-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ver possibilidade de solução. Mas nós temos de dar um basta. A sociedade de Brasília tem que dar um basta no fato de uma cidade perder o seu planejamento – e isso não é só responsabilidade do Governo: é de toda a sociedade, é do Legislativo também.

Dito isso, eu queria falar da questão da água e do impacto das ocupações e uso do solo e, logicamente, da ocupação irregular. Foi falado aqui – o Deputado não está presente, mas eu gostaria depois de ter oportunidade de conversar com o Deputado Rafael Prudente – que a questão da ocupação irregular associada à falta d'água é uma falácia. Infelizmente, não é. A gente que anda pela área rural ouve os produtores falarem.

Eu estive em Brazlândia no final de agosto, conversando com os produtores. Estávamos conversando sobre a festa do morango e já sabíamos que viria uma limitação, um racionamento. E eu comecei a conversar com os produtores: "Olha, vocês vão ter que reduzir irrigação, reduzir a área plantada, porque Brasília está em uma situação difícil". E aí o que eu escutei foi o seguinte: "É engraçado, eu estou aqui há 40 anos cumprindo a função de produzir alimento, com a minha área protegida. A cidade cresce, muitas vezes, sem planejamento – estão parcelando as chácaras daqui do lado. E agora, na hora que aperta, é o produtor que vai ter que reduzir a irrigação?"

Vocês não sabem quantos produtores – e eu não estou falando só do produtor de pivô – deixaram de plantar, quantos produtores pequenos de hortaliça tiveram que reduzir o seu plantio, ou perderam plantio, em função da situação. Lógico, nós tivemos uma situação climática atípica. É verdade, mas o comprometimento das nascentes, da infiltração com a ocupação desordenada é muito sério. E é fácil ver: se você tem uma área que é planejada para ser uma chácara e ela cumpre, além da função de produzir, a função ambiental de permitir a infiltração de água no solo, e uma coisa que não é planejada – você picota essa área e constrói 50 casas, com 50 fossas –, como é que isso não vai ter impacto ambiental, impacto sobre a água? Lógico que vai.

Então, quando a gente fala em retomar essa questão do planejamento, a questão da água não é uma falácia. Todos nós temos que nos envolver. O Governo tem que fazer a sua parte, Senador. Mas todos nós temos que nos envolver.

O que é área rural tem de ficar como área rural. A gente não pode achar que vai, na marra, avançar a fronteira urbana, e isso tem acontecido. Mas será que nós vamos deixar isso continuar acontecendo assim? De novo eu falo: o que é área consolidada vamos discutir, tem que ser discutido. Agora, existe avanço de ocupação irregular que tem que parar, e tem que parar pelo bem de toda a sociedade de Brasília.

O processo de regularização da área rural. O que acontece? Em Brasília, temos 19 mil unidades de produção: uma parte disso dentro das áreas do União, dentro da área do Incra; uma parte nas áreas do GDF ou da Terracap; uma parcela menor em área particular; e uma parcela ainda significativa nas áreas desapropriadas em comum, o que já foi abordado aqui pelo Presidente da Terracap.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Dois minutos.

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Certo, vou acelerar.

O processo de regularização. Existe uma dívida com os produtores rurais de Brasília, uma dívida do Estado, porque as áreas rurais de Brasília foram planejadas, as pessoas foram convidadas, foram feitos assentamentos aqui. E até 2007, existiam contratos de arrendamento; era uma situação relativamente normalizada. Por uma decisão judicial – não foi do governo à época – esses contratos foram todos tornados nulos, e o processo de regularização só foi retomado a partir de 2010.

Com base na legislação federal, a Lei nº 12.024, e em uma legislação de 2001, que só veio a ser regulamentada em 2013... Só que essa legislação de 2001 foi feita quando existia contrato. Então, de uma certa forma, o que nós estamos fazendo é um procedimento que está ainda desatualizado. Com base nisso, o Governador Rollemberg enviou à Câmara o Projeto de Lei nº 1.281, que institui a política de regularização para as áreas públicas rurais, as áreas públicas de propriedade da Terracap ou de propriedade do GDF. Esse projeto de regularização, o PL nº 1.281, está em discussão na Câmara Legislativa. Já houve duas audiências públicas.

Os Deputados Distritais têm feito um trabalho procurando melhorar esse projeto, logicamente – essa é a função do Parlamento –, e esperamos que haja a aprovação ainda neste ano, para que se possa ganhar agilidade e mais clareza e segurança na regularização das áreas rurais.

É um PL que teve a participação, na sua elaboração, da Federação da Agricultura; dos conselhos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

desenvolvimento rural; da própria Alô Terra, que vai falar em seguida – e a gente sabe que o Calisto tem uma série de opiniões divergentes, mas o Presidente da Alô Terra participou das reuniões, e só mandou um documento com discordância em um artigo –; da Anoreg; da Procuradoria-Geral do GDF; da OAB; e do TJDF. E está sendo agora debatido e melhorado, a gente espera, na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Nós esperamos, com esse PL e com mais algumas ações que temos feito em parceria com a Terracap, melhorando o fluxo e o processo, realmente dar uma resposta a essa demanda da regularização, que é justa.

Como eu falei, o Estado deve aos produtores essa regularização – quem é legítimo ocupante, que cumpriu e continua cumprindo a função de produzir, e não parcelou sua chácara, tem o direito à regularização fundiária.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dr. José Guilherme, obrigado. Eu depreendi da sua fala que há uma disposição grande da Seagri, junto com o Incra, para contribuir na construção de um pacto que cesse, de fato, essas construções e todas as irregularidades que porventura possam existir no campo.

Vamos ouvir a Alô Terra, representando todos os trabalhadores rurais, representando as pessoas que moram na zona rural do Distrito Federal. Como não havia espaço para todo mundo falar, nós decidimos convidar o Dr. Valdir Calisto de Campos, que vai tentar, nesses dez minutos, fazer uma exposição pelos nossos produtores rurais do Distrito Federal.

Dr, Valdir, por favor, V. Sª tem a palavra.

O SR. VALDIR CALISTO DE CAMPOS – Exmo Sr. Senador Hélio José, Deputado Izalci, agradeço pela oportunidade dada a nós e a todos de discutir esse assunto gravíssimo para Brasília, que é a questão fundiária.

Brasília não tem uma história fundiária, é um filme de terror fundiário – tanto para vocês... (*Palmas.*)

Tanto para vocês que estão na área urbana, como para nós que estamos na área rural, porque em muitas das fazendas onde nós estamos vocês também estão. Então, o nosso problema é um só: legalidade fundiária no Distrito Federal.

O Secretário acabou de falar sobre um projeto de lei que o Governador encaminhou, que não serve para nós; foi redigido pela Terracap para favorecer a Terracap... (*Palmas.*)

E nós não aceitamos esse projeto de lei que o Governador encaminhou. Estamos trabalhando para fazer um substituto completo ou uma emenda – está caminhando mais para uma emenda –, mudando completamente a situação, porque eles nos consideram como ocupantes. E o ocupante é um mero ocupante, ele não tem direito a ser indenizado em nada. Nós queremos a figura do posseiro, que é a nossa realidade e a de vocês também. Vocês têm a posse, nós também estamos na posse. E nós estamos no Distrito Federal, na capital do País, e este é o único ente da Federação que não faz reconhecimento de posse. É o só o Distrito Federal que não faz reconhecimento de posse. O os outros Estados todos têm o instituto, aplicam o instituto do reconhecimento de posse. Então, a nossa linha é por esse caminho, do reconhecimento de posse.

Quero falar um pouquinho a respeito do TAC 018. A Drª Marta Eliana, que estava aqui presente e saiu, assinou esse TAC com a Terracap, que era para a Terracap cumprir determinações do acordo entre o Ministério e a Terracap, para determinar quais são as áreas ambientais, as áreas de propriedade da Terracap, e, se ficasse determinado, quais as áreas ambientais da Terracap. E ela nunca cumpriu esse TAC. Esse TAC foi assinado em 2006, três anos e mais três anos, e ainda deram mais um ano, 2013, e não foi cumprido o TAC – assim como o de vocês, que é o TAC 02, de 2007. O nosso é o 018, de 2006.

A questão ambiental em Brasília é uma calamidade. Não adianta ninguém querer mostrar que é bonitinho, que vai proteger a água, não sei o quê – é uma calamidade. O Cadastramento Ambiental Rural... Nós, de todos os Estados da Federação, estamos na pior situação, porque as pessoas não estão procurando o Cadastro Ambiental Rural para legalizar, porque o passivo ambiental de cada propriedade, para ser recuperado, custa entre R$5 mil e R$13 mil por hectare. Aquele que procurar regularizar vai se responsabilizar por isso. Se ele tiver dez hectares, ele vai gastar isso, entre R$5 mil e R$13 mil, para cumprir a lei ambiental, o que tem que ser feito.

A Terracap não cumpre o CAR. Ela não declara CAR, para não assumir os R$5 mil a R$13 mil por hectare.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Passa a responsabilidade para o ocupante, que nem documento da terra tem. O ocupante diz assim: "Espera aí, a Terracap... Está lá o mapa, o Doutor Nilo nos mostrou, tudo que é azul é dela. Bem, se é da Terracap, por que eu vou declarar o CAR? Ela que faça". E, com isso, está aí o Distrito Federal, na questão ambiental, abandonado, por simples interesse imobiliário estatal. Só por isso. (*Palmas.*)

Numa reunião da Comissão de Assuntos Fundiários, uma diretora da Terracap disse que a Terracap tem 64 matrículas de 64 fazendas; que 5 matrículas estão legalizadas, prontas; e que 59 matrículas estão pendentes, têm pendências. Eu fico a imaginar como uma empresa pública imobiliária, criada em 1973, tem no seu patrimônio matrícula pública com pendência, matrícula de imóvel com pendência. Isso não faz sentido, não tem o menor cabimento. Isso é ilegal, isso é uma ilegalidade.

Estudando a CPI da Grilagem, lá de 1995 – eu tive que ir à Câmara e tirar cópia para poder estudá-la –, eu verifiquei que, naquela CPI, foram apreendidas matrículas de alguns grileiros. E havia um que era muito importante, muito conhecido aqui em Brasília. Ele já faleceu. Eu vou citar o nome dele porque está lá no relatório, é o Pastor Duarte.

O Pastor Duarte, que eu saiba, na época – a gente ouvia falar –, fez 58 matrículas forjadas nos cartórios de Goiás, Formosa, Luziânia. Essas matrículas, esses documentos foram apreendidos por essa CPI de 1995, a CPI da Grilagem. E essas matrículas ficaram lá. Eu nunca tinha ouvido falar de para onde poderiam ter ido. Eu imaginava que teriam sido canceladas, porque são matrículas criminosas.

Agora, a Terracap aparece com 59 matrículas com pendências. Essas matrículas aqui são as que foram apreendidas na CPI da Grilagem. Hoje elas estão dentro da Terracap e fazem parte do patrimônio da Terracap. A Terracap vai para reunião conosco, da área rural, e diz: essas matrículas fazem parte do patrimônio da Terracap. Só se fizer parte do patrimônio podre, porque do patrimônio... (*Palmas.*)

... do patrimônio legal, que ninguém em Brasília conhece, pois ninguém conhece o balanço patrimonial da Terracap... Se alguém aqui já viu um balanço patrimonial da Terracap me avise, porque eu nunca encontrei, nunca mais. Antes a gente via o balanço da Terracap, e eram páginas e páginas do *Correio Braziliense*. Sumiram, há mais de dez anos que não existe mais balanço. Isso serve para gente saber o que é dela e o que pode ser nosso. Se eu souber o que é dela, eu vou poder saber o que pode ser nosso.

A questão do zoneamento ecológico-econômico: o Secretário falou sobre isso ainda há pouco, eu já disse isso a ele, lá em Sobradinho. Ele fez o zoneamento ecológico-econômico, e 30% da área do Distrito Federal está sendo destinada a atividades para resolver questões de desigualdades sociais...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dr. Valdir. Dr. Valdir, dois minutos para a conclusão.

O SR. VALDIR CALISTO DE CAMPOS – Obrigado.

E 70% para ecossistemas. Essa área que ele está dizendo que é para resolver questões de desigualdades sociais vai ser toda transformada em urbana.

Para vocês terem uma ideia, só na minha área, que eu acompanho mais, Sobradinho, nós vamos ter uns 10 mil hectares transformados em urbano. Não, isso aqui é do ZEE, isso aqui não é urbano. Mas o ZEE é indicativo para o PDOT. Quando for revisar o PDOT, pois o ZEE já aceitou a área para atividades desse tipo, o PDOT só vai referendar que realmente é urbana.

É isso que eu gostaria de colocar. E me coloco, Senador, à disposição para poder ajudar no que for possível.

E eu quero, com um último pedido que eu faço, que nesse TAC que o senhor está levando à frente – que, se Deus quiser, vai adiante –, não coloque a Terracap. A Terracap não cumpre TAC. É uma entidade feita para descumprir a lei. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O próximo inscrito é o representante das cidades tradicionais, Paranoá, São Sebastião, Itapoã, algumas incrustações dentro de Ceilândia, tipo a QNP 23, 25, tradicionalmente, porque ainda não têm escritura; representando Vila São José, Veredas, dentro de Brazlândia, e uma série de outras áreas tradicionais do Distrito Federal que ainda não têm escritura pública, é o nosso querido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

João do Violão.

E, em seguida, o representante do TJDFT, nosso querido Magistrado Dr. José Divino.

João do Violão.

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de agradecer ao nosso Senador, Senador do povo, que tem andado pelo Distrito Federal e tem ouvido a sociedade. Nós, lá do Paranoá, e o pessoal do Itapoã, de São Sebastião, Vicente Pires, Estrutural e outras cidades satélites do Distrito Federal, agradecemos muito ao senhor, Senador Hélio José, pela sua iniciativa de abrir este espaço para que juntos possamos debater um assunto que já vem há tanto tempo no Distrito Federal. Entra governo e sai governo, essa questão de regularização, a questão fundiária, infelizmente fica para depois.

Eu me lembro muito bem que – e acontece em todas as campanhas de todos os governadores – o Governador que está aí, Rodrigo Rollemberg, esteve em todas as cidades satélites, principalmente no Paranoá, Itapoã, São Sebastião, naquela região leste, e nos disse que o seu compromisso era com a sociedade, e era de regularizar a situação fundiária daquelas áreas. E praticamente já se passaram dois anos. Se não fizer em 2017, em 2018 também não será feito, porque, em 2018, acontecerá a campanha política. E nós temos que estar de olhos abertos para essa situação do Distrito Federal.

O Paranoá foi criado em 1987; há 30 anos estamos aguardando a regularização daquelas terras. O Itapoã foi criado há 14 anos, com mais de 120 mil habitantes, e também não existe a documentação das terras.

Eu pude ver, na época da campanha... Acompanhei no Distrito Federal aquelas rodas de conversa, que na minha opinião ficaram só na conversa, de legalizar os condomínios. Inclusive, em alguns condomínios do Distrito Federal o Governador esteve e prometeu a esses moradores, que são sofridos, que ia legalizar a situação de todos. E isso ficou na roda de conversa. Até hoje...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – ... no Distrito Federal...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – Isso.

Ah, pelo menos eu participo de todos os movimentos do Distrito Federal. São 45 anos de liderança, e eu vejo, meu patrão, só conversa e muita balela, porque, na hora em que eles precisam do voto, eles encontram o condomínio.., (*Palmas.*)

Eles encontram os moradores do Paranoá nas ruas, abraçam o menino cheio de catarro, os construtores das obras de suas casas. Abraçam todo mundo. "Ah, eu sou do povo! Esse povo é meu!". E depois, Senador, eles são "não me toque", você não os acha mais. "Não me toque", a verdade é essa.

E nós temos que nos unir. E aí eu digo não só ao pessoal dos condomínios, mas das cidades satélites também: o povo unido jamais será vencido. Há 45 anos, nós lutamos pela fixação do Paranoá e conseguimos; mas há 30 não temos a documentação das terras. E vamos continuar lutando em defesa da sociedade. Todos sofremos – o pessoal dos condomínios, das cidades.

Eu gostaria de chamar a atenção também da representante do Governo do Distrito Federal, que conheço e respeito, a nossa Bruna, da Agefis. Eu não entendo... Eu vou chamar a atenção. Nossa porque está no meio do povo... Eu não entendo: o Governo diz que tem uma política de não deixar invasão, de não deixar acontecer. Mas, por incrível que pareça, os grileiros vão lá, grilam as terras, parcelam as terras, vendem caro, as pessoas compram, muitas vezes de boa-fé, e a verdade é essa, e aí passa-se um, dois três, quatro anos, vão lá e derrubam as casas das pessoas. É certo isso? Não.

O mais grave: eu não entendo Governo. Parece que existem vários governos dentro do Governo: é o governo da Agefis, é o governo da Caesb, é o governo da CEB, é o governo do IPTU. Engraçado, não é? O IPTU vocês pagam; a água alguns condomínios têm, porque pagam a Caesb; a CEB vai lá e coloca a luz, a energia; e aí vai lá e derruba. Eu não entendo isso. Sofremos na pele também lá no Paranoá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E aí gente, nós temos que, juntos – e aí eu digo juntos e chamo a atenção do Senador também... Nós gostaríamos, Senador de participar dessa proposta de minuta. Acho que tem que ter representatividade...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com certeza.

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – ... da sociedade. E nós, que representamos as cidades citadas aqui, gostaríamos de participar dessa minuta também para que possamos juntos elaborar um projeto, que possamos legalizar essas terras.

Mas eu acho, gente, que temos de estar juntos, porque só juntos vamos vencer. E aí nós temos uma responsabilidade muito grande nesse sentido da legalização, da regularização das terras do Distrito Federal, porque eles vão lá buscar o nosso voto. São eles que estão aqui. Quem colocou o Senador, de qualquer forma foi votado, o Izalci, que tem feito um trabalho maravilhoso no Distrito Federal, inclusive na nossa região do Paranoá? Chamo a atenção de vocês para o fato de que quem colocou esses Deputados, os governadores que estão aí, fomos nós. E nós temos que aprender a tirar também – aprender a tirar! (*Palmas.*)

Temos que falar para a sociedade quem é que está a favor da legalização das terras das cidades.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – João, mais dois minutos.

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – Falar para a sociedade, para os seus moradores, quem está junto e quem está contra. Nós sabemos muito bem quem é que está do nosso lado e quem não está do nosso lado. Deputados vieram aqui, falaram, mas nós precisamos saber quem é que está do nosso lado, porque somos nós que elegemos Senadores, Deputados, governadores, Presidente da República, e nós temos uma responsabilidade muito grande nisso aí. Eu tenho certeza de que, a partir do momento em que começarmos a falar e conscientizar a nossa sociedade, as coisas vão melhorar – e vamos eleger pessoas também para estar representando vocês.

Eu não sou candidato a nada, gente, mas eu quero dizer para vocês: vocês têm que eleger também, vocês têm pessoas lá que podem estar junto de vocês, defendendo também. É isso que eu quero dizer para vocês, e, mais uma vez, ao pessoal do Paranoá, do Itapoã, São Sebastião, Vicente Pires, Estrutural, Varjão, todas as cidades: vamos nos unir, porque unidos, com certeza, venceremos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, João do Violão.

Vamos passar a palavra agora para o nosso Dr. José Divino, Desembargador do Distrito Federal. Teve que sair para um júri, para um julgamento, e voltou gentilmente aqui, atendendo-nos.

Em seguida, o Dr. José Divino vai ser o representante da Ajab, que vai repartir as palavras do grupo da Ajab.

Dr. José Divino, dez minutos.

O SR. CARLOS DIVINO VIEIRA RODRIGUES – Boa tarde a todos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Melhorar o som do Sr. José Divino.

O SR. CARLOS DIVINO VIEIRA RODRIGUES – Boa noite a todos.

Inicialmente, eu queria cumprimentar o nosso Senador pela iniciativa oportuna de tratar de um assunto bastante delicado, que, evidentemente, afeta a todos nós.

Quero aqui trazer um pouquinho do que é a experiência de quem foi juiz fundiário do Distrito Federal, de 2009 a 2014. Nesse período, nós pudemos ter uma visão, uma compreensão sobre o problema fundiário do Distrito Federal. Não se conhece nenhum mal se não se investigar as causas desse mal, e nós tivemos que fazer um pequeno retrospecto para verificar que o problema é muito anterior ao período das desapropriações para constituir o território do Distrito Federal, porque, se nós tínhamos uma situação fundiária indefinida desde 1850, e se retroagirmos até mesmo ao período das capitanias hereditárias, das sesmarias, quando se chega... (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dr. José Divino, a informação que me dá aqui o pessoal da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

técnica é que, se nós colocarmos o microfone no pedestal e falarmos a um palmo de distância, ele fica bem. É isso, técnica? É isso? Então, vamos ajudar ali, por favor. Vai alguém lá ajudar o nosso Desembargador. Prontinho. É muito importante nós ouvirmos o nosso Desembargador direitinho, aqui.

Enquanto o nosso Desembargador prepara o som ali, eu quero agradecer ao Dr. Mario Machado, que me recebeu no TJDFT, garantiu a presença do TJ. Está aqui o Dr. José Divino, representando o TJDFT. Eu quero que o senhor leve o nosso abraço do Senado Federal ao Dr. Mario Machado e a todos vocês, desembargadores do TJ.

Volto a palavra, por dez minutos, Dr. José Divino.

O SR. CARLOS DIVINO VIEIRA RODRIGUES – Obrigado.

Sr. Senador, inclusive, o Desembargador José Divino não pode vir; quem veio foi o Desembargador Carlos Divino.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O senhor me desculpe, ouviu, Dr. Carlos Divino?

O SR. CARLOS DIVINO VIEIRA RODRIGUES – Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É porque aqui está escrito José Divino. O senhor me desculpe.

O SR. CARLOS DIVINO VIEIRA RODRIGUES – Não há problema.

Bem, voltando: encontramos uma situação fundiária bastante insustentável já no período das desapropriações. Quem estudou um pouquinho da nossa história sabe que Juscelino queria fazer em 5 anos o que se faria em 50. Então, evidentemente, não era possível corrigir a situação fundiária em um período tão curto. Então, fez-se o que era possível fazer e esperava-se que se continuasse isso nos anos que se seguiram, mas, infelizmente, isso não aconteceu. Então, nós temos uma situação fundiária que nós herdamos, na nossa história, e é com ela que nós devemos trabalhar.

Bem, eu não quero me aprofundar muito porque levaria muito tempo para poder contar a história fundiária do Distrito Federal. Conhecemos muito bem, com bastante profundidade, o que é a situação de Vicente Pires, o que é a situação do Altiplano Leste, do Jardim Botânico, do Paranoá, do Taquari, do Brejo Torto, de Sobradinho, do Gama, etc., mas não basta, não é oportuno, não é momento para poder falar isso, porque é uma história muito longa.

Bem, eu quero colocar aqui o que é que o Tribunal de Justiça tem a ver com esse fenômeno. O Tribunal de Justiça tem a sua competência determinada pela Constituição, que é basicamente dirimir, resolver conflitos entre particulares ou entre particulares e o Poder Público, ou conflitos individuais, conflitos coletivos – enfim, conflitos. No entanto, os juízes, que têm uma vontade cidadã, transcendem essa competência e desenvolvem outros programas, outros projetos, outras atividades, com fins de participar da vida democrática do País. Não é pelo fato de que os juízes não são eleitos que eles não têm um compromisso democrático. Sim, têm, até porque são contra majoritários. E, nesse espírito de trabalho que os juízes têm, alguns – porque não é obrigatório – dedicam um tempo extra para trabalhar questões fora do processo, porque, se as questões são resolvidas fora do processo, alivia-se, resolve-se com mais tranquilidade, com mais efetividade aquilo que demora anos para se resolver e, às vezes, não se resolve.

Perdi a oportunidade da fala do nosso amigo, Dr. Luciano Cavalcanti, que parece que falou sobre mediação. É algo importante, porque o juiz, eventualmente, não sendo mediador, ele facilita a mediação, ele propicia às partes em conflito levar as suas dissidências para o plano da conciliação. E o Tribunal de Justiça, atento a essas questões, antecipando-se a esses problemas, já em 2009, para resolver o problema fundiário, criou uma vara especializada, vara única, a Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal, de que eu tive a honra de ser o primeiro juiz que permaneceu nela até 2014, quando me ascendi ao tribunal. Então, foi nesse período que eu acumulei uma experiência que já vinha de outro tempo, porque fui juiz também de registros públicos.

Então, o tribunal contribuiu inicialmente constituindo um órgão especializado, para reunir ali todas as demandas de natureza fundiária. Não somente isso: tomou providência no sentido de organizar a aplicação das leis registrais, porque compete ao Tribunal de Justiça fiscalizar e instruir os cartórios, sobretudo cartórios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dos registros de imóveis. Então, foi editado o Provimento nº 02/2010, tudo isso antecipando-se ao problema fundiário.

E também, no âmbito do Tribunal, dentro do que é possível nas suas limitações, ele constituiu órgãos de mediação individual e coletiva que estão à disposição de todos os interessados, para que resolvam suas pendências sem a necessidade de esperar por uma sentença longa, demorada, cara e, por vezes, de resultado incerto – porque, se as possibilidades de solução mediada não se realizam, elas terão que ser resolvidas, então, pela pena do juiz, pela sentença, e essas sentenças nem sempre podem abarcar toda a realidade social; às vezes, algo fica de fora, algo fica insuficiente, que não atende às demandas populares de um modo geral.

Sou devoto, sou defensor da mediação como forma de resolver determinados conflitos, especialmente esse conflito fundiário urbano do Distrito Federal, porque, para um juiz decidir isso, ele não tem recursos técnicos. Ele não tem recursos materiais para trabalhar na questão fundiária, mas ele apenas, eventualmente, funciona como um facilitador para a solução desses conflitos.

Para se fazer a regularização fundiária, nós precisamos tirar a ideia de que é um passe de mágica, uma carta que se tira e está tudo resolvido. Não, porque a regularização tem parâmetros, parâmetros nas leis, que são editadas pelas casas legislativas e que, assim, são cumpridas, executadas, aplicadas pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo. Dentro desses limites, é possível se fazer uma regularização? Façamo-la. Mas, se excede esses limites, não é possível ir além, porque nós estamos, como agentes públicos, limitados a princípios de legalidade.

Eu digo que o Poder Legislativo Federal, Senador, cumpriu a sua parte no que tange à regularização. Temos uma Constituição que a prevê e temos leis ordinárias que a disciplinam: Estatuto das Cidades, Lei nº 11.977, que é o programa Minha Casa, Minha Vida, disposições no Código Florestal. Enfim, o aparato normativo da legislação federal está completo. Nós não temos nada para poder cobrar do Poder Legislativo.

Digo também que, com relação ao Poder Judiciário, dentro das nossas pequeníssimas possibilidades no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, fizemos tudo o que podíamos fazer, antecipando-nos ao problema que nós estamos testemunhando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dois minutos, Dr. Carlos Divino.

O SR. CARLOS DIVINO VIEIRA RODRIGUES – Obrigado.

Mas creio que o peso maior da regularização pende sobre o Executivo. Existem medidas que devem ser, e somente podem ser, tomadas pelo Poder Executivo, e esperamos que ele esteja imbuído de um propósito de elaborar políticas públicas para resolver um problema que não se resolve da noite para o dia.

E, se é para resolver esses problemas, eu diria que a solução puramente jurisdicional, contenciosa, não é adequada, porque, quando o problema é complexo, ele não cabe nos limites da lei. Os limites da lei costumam ser muito estreitos.

Então, nós devemos deixar a ideia de que tudo se resolve perante o juiz. Essa não é uma questão que se resolve perante o juiz. Essa é uma questão que se resolve com bom senso, com comprometimento... (*Palmas.*)

... com sabedoria e com técnica. Não existe mágica.

Eu diria... Eu quero sugerir, de coração, primeiro, um desarme geral, um desarme de todos os envolvidos. Eu poderia citar aqui Agefis, moradores, institutos ambientais, GDF, Terracap e Ministério Público. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito bom!

O SR. CARLOS DIVINO VIEIRA RODRIGUES – Porque, a partir – concluindo, Sr. Senador – de um desarme, nós teremos um campo propício para que a comunicação flua entre os agentes e seja possível construir um objeto, porque não é possível se construir um objeto sem comunicação. Quando todos os personagens estiverem falando uma mesma língua, respeitarem-se, entenderem as necessidades um do outro, nós teremos viabilizado uma possibilidade de resolver a questão no atacado.

Falou mais cedo aqui o Deputado Izalci. Esse é um conflito em que todos têm razão. Se todos têm razão, é necessário construir um termo de ajuste que agregue, que agasalhe todas essas razões, porque, quando as razões são razões, elas convergem e não divergem. E aqui elas precisam convergir ao invés de divergir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito bom!

Dr. Carlos Divino, orgulho-me da presença do TJDFT. Por isso é que, nesta Casa, o Dr. Getúlio, que era o Presidente anterior, e o senhor hoje aqui também, que está sob a batuta lá do nosso Mario Machado, o TJDFT só nos orgulha, principalmente com esse pronunciamento que V. Exª traz aqui, demonstrando a necessidade de todos nos desarmarmos – todos, sem exceção. Aqui não temos cores partidárias, aqui queremos o melhor para Brasília, e é esse o nosso interesse; nós estamos aqui, todos juntos, para isso.

Pessoal, vamos ouvir agora a nossa querida Ajab, na pessoa do seu Presidente, o Claudemir Pita. Segundo ele, ele vai dividir a fala deles. Então, eu quero que todos os que vão falar junto com o Claudemir já vão ao púlpito, e eu vou dando o aviso aqui para que a fala seja dividida pelas pessoas com quem ele solicitou que seja dividida.

Claudemir Pita com a palavra.

O SR. CLAUDEMIR PITA – Boa noite a todos. Eu gostaria de ter dado uma boa tarde a todos, mas, infelizmente, estou dando um boa noite a todos.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa também e pedir para o nosso Senador Hélio José, agradecê-lo imensamente, porque hoje nós, comunidade de condomínio e sociedade, temos orgulho de dizer: "Hoje nós temos um Senador que nos representa." Então, Senador quero agradecer ao senhor por nos ter dado essa oportunidade. (*Palmas.*)

E também – e não poderia deixar de dizer – ao nosso querido Izalci, nosso Deputado Izalci Lucas, que está sempre presente conosco. (*Palmas.*)

Senador, eu ouvi e, assim, quando eu iniciei... Senador, eu gostaria muito de que todos os que estivessem presentes aqui, nas próximas audiências públicas, primeiro ouvissem a sociedade. (*Palmas.*)

Porque é muito fácil ficarmos aqui ouvindo todo mundo chegar, falar, falar, falar, e muitos foram embora. E, infelizmente, nós não ouvimos a sociedade e todos os que teriam o direito de falar aqui. (*Palmas.*)

Então, eu acho que as audiências públicas têm que ouvir primeiro a sociedade, e depois os representantes. (*Palmas.*)

Agora, Senador, eu ouvi muita coisa. Eu gostaria muito que a Terracap e até a nossa Presidente da Agefis explicasse algumas situações.

Nós temos hoje alguns condomínios que foram criados em 1984: Mini Chácaras, Village Dom Bosco, Andorinhas, Etapa C, e Privê II, do Lago Norte; e outro, o Estância Quintas da Alvorada, que foi criado em 1989 e 1992. Por incrível que pareça, esses condomínios estão sofrendo a agressão dessa demolição e todos estão na área de oferta da Terracap. Se o senhor olhar lá, estão todos na área amarela. Então, estão demolindo para vender? É isso que eu estou perguntando para vocês. (*Palmas.*)

Se nós hoje estamos agredindo o meio ambiente, quer dizer que os próximos que vão estar comprando lá não vão agredir o meio ambiente? (*Palmas.*)

E mais, Senador, eu gostaria muito de ter feito essa pergunta para o Thiago, porque há menos de 3 meses, há 90 dias, ele publicou no Diário Oficial uma mudança de gabarito de edificações do Jardim Botânico, do Paranoá e de São Sebastião: de dois pavimentos para seis. Então, nós, Senadores, que hoje moramos nessa região, que temos uma casa, estamos agredindo o meio ambiente, mas essa oferta que vai ser feita, que vão vender para os empresários construírem prédios de seis andares não vai agredir o meio ambiente? (*Palmas.*)

Gente, eu gostaria de me explicar mais, mas infelizmente eu vou dividir o meu tempo com os quatro companheiros que vão falar sobre direitos humanos: a nossa querida Drª Sâmia Waleska, que vai falar sobre direitos humanos; depois vamos ter a Drª Luciana, falando sobre legislação; e o Onélio, falando sobre a comunidade.

Eu agradeço a Mesa e comprimento a todos. Agradeço a vocês também pela paciência.

E também, Senador, uma coisa que eu não poderia deixar de registrar. Nós fizemos, todos os líderes e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

representantes – também quero agradecer a todos –, um movimento para trazer a sociedade aqui hoje. Infelizmente, nós tivemos mais de 200 colegas que foram embora porque não conseguiram entrar.

Então, que as próximas audiências sejam feitas em local aberto para que a gente possa ter todo mundo presente.

Obrigado.

Boa noite para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Já foram gastos três minutos.

Passamos ao próximo. Já foram gastos quatro minutos.

Por favor, fale o seu nome.

A SRª SÂMIA WALESKA PEREIRA BARBOSA DE CARVALHO – Boa noite. Eu sou Sâmia Waleska Pereira. Sou mestre em Direito Constitucional, professora de Direito Urbanístico e Meio Ambiente da Escola Superior de Advocacia da OAB-DF.

Cumprimento a Mesa e as demais autoridades, na pessoa do Senador Hélio José.

Eu estou prestando bastante atenção e fazendo inúmeras anotações, desde o início da presente audiência pública, e há alguns pontos a serem tocados – especificamente, quando foi aberta a presente audiência pela Drª Bruna Pinheiro, que nos relatou ou praticamente nos passou a ideia de que as ocupações irregulares, de que os condomínios irregulares são os principais responsáveis pela falta de água no DF.

Eu peço a devida licença para discordar do assunto, tendo em vista que, tirando-se informações do próprio *site* da Caesb, vê-se, como foi dito aqui na presente audiência, que há cerca de 35% de desperdício de água tratada, que custa dinheiro.

Então, o problema também passa por uma questão técnica de infraestrutura da própria Caesb, sem falar que essa temática da água é uma temática mundial. Isso decorre de inúmeros fatores ambientais dentre os quais, evidentemente, o efeito estufa, e por aí vai. Se a gente fosse falar do assunto, a gente ia digredir bastante.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Só para informação, doutora, faltam três minutos.

A SRª SÂMIA WALESKA PEREIRA BARBOSA DE CARVALHO – Pois não, Senador.

A temática aqui tratada é especificamente sobre direitos humanos e desocupação forçada. Muito se falou aqui nesta audiência que o povo, que a sociedade, que a população que mora em condomínios irregulares e áreas ditas públicas está descumprindo a lei. Concordo em parte. Por quê? Porque não existe um georreferenciamento, não existe um mapeamento de terras públicas e terras particulares. Isso não está translúcido, transparente. (*Palmas.*)

E, evidentemente, esse é o primeiro ponto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, faltam dois minutos.

A SRª SÂMIA WALESKA PEREIRA BARBOSA DE CARVALHO – O segundo ponto é que o próprio GDF descumpre a lei. Ora, como é que o GDF descumpre a lei?

Salvo engano, no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal brasileira está escrito que nós somos um Estado democrático de direito no qual nós temos que respeitar a dignidade da pessoa humana. E no §2º do art. 5º da Constituição Federal, que diz que todos nós somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, está escrito que aqueles direitos ali estabelecidos não excluem outros. Ou seja, eles abrangem outros direitos estabelecidos por tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Falta um minuto.

A SRª SÂMIA WALESKA PEREIRA BARBOSA DE CARVALHO – E, nesse aspecto, o Brasil é signatário do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais adotado pela Assembleia-Geral da ONU em 1966 e ratificado em 1992, que proíbe a desocupação forçada. E o que foi mostrado aqui nesse vídeo é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

existe, sim, desocupação forçada; é que não existe critério, porque o critério tempo estabelecido para a partir de julho de 2014, Drª Bruna – a senhora me perdoe, mas quem diz é o Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello – não é um critério discriminador entre categoria, classe ou grupos de pessoas. Então, nós estamos sendo afrontados nos nossos direitos humanos e o GDF está realmente infringindo a lei.

Para concluir, Senador – eu sei que o nosso tempo é exíguo –, eu gostaria de deixar aqui como sendo minhas as palavras de um parecer emanado da Procuradoria-Geral da República, especificamente a Subprocuradoria-Geral de Direitos Humanos da 4ª Região, que diz que, se o Brasil ratificou o tratado internacional agora há pouco referenciado, em 24 de janeiro de 1992, obrigando-se a promover e garantir todos os direitos promovidos no pacto, tanto para adoção de políticas públicas e programas como para promover ações compatíveis com sua efetivação para todos os cidadãos, a sociedade civil deve monitorar as ações do Estado, a fim de verificar se o Brasil está cumprindo as recomendações e sugestões propostas pelo Comitê.

Então, o monitoramento pela sociedade civil por meio de informe alternativo é fundamental para a garantia dos direitos contidos nesse pacto internacional. Trata-se de mais de uma forma de se exercer a pressão para cobrar do Estado ações de promoção dos direitos humanos no Brasil. Não sou eu, Sâmia Waleska, que falo isso, é a própria Procuradoria-Geral da República. E aqui estão presentes representantes da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

A minha proposição final, Srs. Deputados, Sr. Senador, Srª Drª Bruna Pinheiro e demais autoridades presentes, é: vamos realmente sentar para fazer esse pacto social, vamos parar as derrubadas, as desocupações forçadas já! (*Palmas.*)

E vamos fazer um diagnóstico sério, social, urbanístico, ambiental...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, silêncio!

A SRª SÂMIA WALESKA PEREIRA BARBOSA DE CARVALHO – ... porque nós precisamos identificar as áreas e incluí-las no PDOT, porque é injusto, senhores...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, doutora.

A SRª SÂMIA WALESKA PEREIRA BARBOSA DE CARVALHO – Por favor, Senador. A última palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não.

A SRª SÂMIA WALESKA PEREIRA BARBOSA DE CARVALHO – É injusto, Senador, nós sermos desalojados das nossas moradias, não termos para onde ir, ficarmos ao relento, e a nossa terra voltar ao *status* de ser nua e crua e ser entregue como oferta pública.

Aqui eu estou com uma função, porque está escrito no livro maior de qualquer cidadão, que é a Bíblia Sagrada... No livro de Provérbios diz: "Abre a tua boca a favor do mudo. Abre a tua boca a favor de todos aqueles que se acham desamparados." E desamparados somos eu e todo esse povo aqui neste auditório.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

Eu só queria... Pessoal, vamos manter a ordem do trabalho. A ordem será mantida.

Só falta uma inscrição de dez minutos, e depois serão as dez que eu tinha garantido, de cinco minutos. Se a plenária aceitar, depois dessa uma de dez e as dez de cinco, eu vou dar os cinco minutos para os outros dois que faltaram falar. Vai depender da plenária, que será consultada ao final.

Dr. Carlos, nosso síndico do Grande Colorado, por dez minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O Grande Colorado vai dividir a sua fala com o Dr. Armando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O Grande Colorado, para quem não sabe, é um condomínio todo em área particular do Distrito Federal, que fica na região de Sobradinho, que conglomera quase 50 condomínios diferentes.

Dr. Carlos, síndico do Grande Colorado.

O SR. CARLOS CARDOSO – Senador, eu queria que marcasse cinco minutos. Eu queria que me avisassem quando se completarem os cinco minutos, para eu passar para o Armando.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Correto. Eu aviso.

O SR. CARLOS CARDOSO – O.k.

Estou esperando o rapaz que vai projetar a transparência. Enquanto isso, agradeço ao Senador Hélio José pela oportunidade de estar aqui, agradeço aos remanescentes que estão aqui desde o início. Quero me solidarizar com o colega da MGC – é muito triste quando as pessoas se dirigem a este local e não podem entrar. Em nenhum momento o salão esteve cheio, chegou no máximo a 70%. (*Palmas.*)

Eu sou o Presidente da Associação de Moradores do Grande Colorado, Contagem e Boa Vista. Lá nós temos uma situação muito diferenciada. Não sei se dá para ver a transparência. Eu queria que diminuíssem as luzes.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vamos apagar um pouquinho o refletor, só baixar um pouquinho.

O SR. CARLOS CARDOSO – Lá nós temos área totalmente particular. Então, nós temos condomínios implantados há mais de 20 anos numa área particular. Nós compramos dos proprietários.

Eu ouvi muita coisa aqui. Eu ouvi a representante do Governo falar em igualar o morador de condomínio a um receptador de objeto furtado. Eu acho que essa fala foi muito infeliz, porque existem cidades que não têm escritura. Planaltina não tem escritura, São Sebastião não tem escritura, Paranoá não tem escritura. Eu não acredito que as pessoas que residem nessas cidades possam ser igualados com receptadores de objetos furtados. Eu acho que ela está aqui e tem a oportunidade, ainda, de corrigir essa fala. (*Palmas.*)

E outra fala infeliz, também de outro representante do Governo, foi dizer que, porque a pessoa invadiu sem comunicar, o Governo pode derrubar sem comunicar. Querer igualar uma pessoa ao Estado só demonstra a falta de capacidade da pessoa que ocupa o cargo em que está. (*Palmas.*)

Existe um princípio chamado proporcionalidade, e o Estado é muito mais forte do que qualquer pessoa. Querer justificar os atos absurdos que nós vimos aqui com isso...

Voltando à nossa situação, a minha transparência ainda não está aparecendo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Por favor, a transparência do Grande Colorado.

O SR. CARLOS CARDOSO – Senador, eu queria que o tempo fosse ajustado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vamos fazer o seguinte: enquanto eles preparam a sua transparência, eu vou chamar o primeiro de cinco minutos, aí é o tempo de eles prepararem a sua transparência. Eu te concedo os seus dez minutos.

Caroline, de Vicente Pires, por cinco minutos. Aos quatro, eu avisarei.

Caroline é uma jovem de 16 anos moradora da Chácara 200, onde houve uma grande derrubada no Vicente Pires.

A SRª CAROLINE VIANNA – Primeiro eu gostaria de cumprimentar todos da bancada e principalmente agradecer ao Senador Hélio José pela oportunidade.

Meu nome é Caroline e eu sou vítima da truculência, negligência e incompetência da Agefis e do Estado. (*Palmas.*)

Eu busquei um sonho, assim como milhares de pessoas, ou melhor, um direito previsto no art. 6º da Constituição, que é a moradia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Estamos em uma comissão de direitos humanos que o Governo Rollemberg não cumpre, discutindo sobre uma situação tão digna de preservação, que é a moradia.

Pois bem, antes de tudo, eu gostaria de apresentar ao Governador Rodrigo Rollemberg e à Agefis a nossa Carta Magna, a nossa Constituição, porque, pelo visto, parece que não a conhecem, porque não a cumprem. Na Constituição estão previstos os nossos direitos fundamentais, que todo cidadão possui: a inviolabilidade do lar, o direito à moradia, o direito à assistência aos desamparados e à dignidade – direitos que nos foram retirados.

Dois anos atrás, com apenas 16 anos, eu pude presenciar um trator colocar minha casa ao chão; logo após, a casa de minha avó, que não terá mais 60 anos de idade para construí-la novamente. Vemos aqui o desrespeito à criança, ao adolescente e ao idoso. (*Palmas.*)

Como permitir a demolição de casas sem ações demarcatórias, sem acordos, sem documentos, sem remanejar a população, sem diálogos, sem políticas públicas decentes? Ou ainda mais: derrubar várias casas com a justificativa de um equipamento público, que não possui projeto, não possui dinheiro! É inadmissível um governo tão ineficiente com todos os moradores! (*Palmas.*)

Cadê o Sr. Rodrigo Rollemberg, que não se fez presente a esta audiência? Foi ele, foi ele que prometeu que não ia derrubar casa nenhuma, o que não foi cumprido. Pois bem, Rollemberg, eu te desafio a uma conversa. (*Palmas.*)

Ou você vai temer uma garota de apenas 18 anos, que só anseia por justiça e só luta pelos seus direitos que estão aqui? Eu tenho direito, assim como os demais moradores; temos direitos que não estão sendo respeitados.

Eu gostaria de fazer uma observação à fala do Thiago, Secretário da SEGETH, que disse que o Governo local tem cumprido com a função social de moradias em todas as classes sociais. Então, eu pergunto: cadê a minha? (*Palmas.*)

E olha que coisa mais triste: eu vi mais fiscais do que moradores aqui nesta audiência.

A Agefis estava precisando de aplausos, por acaso? Os moradores estavam lá fora, no sol, idosos que perderam suas moradias, enquanto havia fiscais aqui dizendo que era exagero. Quando passaram os vídeos, escutei que era exagero. Exagero eu só vejo por parte da Agefis, não dos moradores que estavam lutando por suas moradias.

Eu não entendo...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Caroline, você tem mais um minuto, está bom?

A SRª CAROLINE VIANNA – Obrigada.

Então, eu faço uma pergunta: como lutar contra esse órgão que não precisa seguir a Constituição? Quando a população do DF vai começar a questionar por que gastam tanto dinheiro nas operações e não investem na saúde? (*Palmas.*)

Hoje, não é possível se dizer que determinada gleba de terra é da União, da Terracap, do Distrito Federal ou particular. Não existe ação demarcatória. Então, com que justificativa se vai derrubar uma casa quando nem se sabe se a terra é da União, nem sabe se é particular? Chegam lá sem documentos e ainda riem da cara do povo!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, não atrapalhe a Caroline. Vamos concluir, Caroline.

A SRª CAROLINE VIANNA – Como lutar para defender os seus direitos quando um trator chega sem avisar para derrubar o seu lar e rir quando você chorar? Que socorro devemos procurar?

Como já dizia Renato Russo, ninguém respeita a Constituição – mas eu ainda acredito no futuro da Nação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, Caroline.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vamos...

A transparência do Grande Colorado já está pronta?

Então, Dr. Carlos, síndico do Grande Colorado; em seguida, o Armando, por cinco minutos.

Dr. Carlos.

O SR. CARLOS CARDOSO – Senador, eu peço só que me avise quando tiverem passado os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu aviso aos cinco minutos, Carlos.

O SR. CARLOS CARDOSO – Aqui se falou muito de derrubada, do Poder Público derrubando casas de pessoas.

Aqui nós vamos denunciar empresa particular querendo derrubar casas de pessoas que residem no mesmo local há mais de 20 anos.

O que está acontecendo no Grande Colorado, na região de Contagem e na região do Boa Vista é um absurdo. Uma empresa particular, que foi criada pelas pessoas que venderam originalmente para os atuais moradores, está querendo cobrar de novo, está fazendo os projetos urbanísticos sem a participação dos moradores, com a conivência da SEGETH. É uma pena que o Secretário não esteja aqui para ouvir isso. As pessoas não estão participando; nós temos o direito de participar da elaboração dos projetos, e fomos alijados. Os projetos que nós pagamos – pagamos projeto urbanístico, pagamos projeto ambiental – a empresa os assumiu todos, e, no governo Agnelo, fez os projetos a seu bel-prazer. Por uma coincidência incrível, com a entrada do Governo Rollemberg, os técnicos que trabalhavam no Grupar foram contratados para trabalhar na empresa defendendo os projetos que eles haviam aprovado enquanto servidores públicos. Isso, por si só, coloca em suspeição todos os projetos que foram aprovados por essas pessoas.

Um dos absurdos que nós vamos mostrar aqui é o Colorado Ville, um parcelamento de baixa renda.

Eu queria que mostrasse a próxima tela.

Não sei se vocês estão conseguindo ver, mas ali há uma rua, no Grande Colorado.

Pode passar a próxima tela.

Eles querem duplicar essa avenida para atender a uma área de futuro parcelamento deles, ou seja, interesse meramente imobiliário. Para fazer isso, eles querem demolir dez casas.

Próxima tela, por favor.

Onde estão essas duas setas vermelhas...

Pode passar para a próxima.

Dez casas que existem lá há mais de dez anos vão ser totalmente demolidas. Não foi dada nenhuma satisfação para essas pessoas, não foi dito o que vai ser feito com elas, não houve uma discussão com a comunidade. Além dessas 10 casas que vão ser demolidas, mais 40 vão ter uma redução de dez metros quadrados.

Eu queria que passasse para a próxima tela.

Então, 40 casas vão ser parcialmente demolidas. Com o sistema construtivo que é utilizado aqui na região, com certeza a estrutura de todas as casas vai ser bastante abalada; muitos vão perder a casa totalmente. Isso está sendo feito sem discussão com a sociedade, sem a participação dos moradores, com a conivência do Estado, de uma forma muito estranha, de uma forma muito esquisita. Então, nós denunciamos essa derrubada em uma área particular, aprovada pelos técnicos do GDF, sem a participação da sociedade.

Eu vou passar a palavra agora para o Armando, que vai falar um pouquinho dessa empresa que está lá.

Ah, sim, a próxima tela, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Só para sua informação: passaram até agora quatro minutos. Está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. CARLOS CARDOSO – Está havendo uma verdadeira guerra jurídica entre os moradores, que não aceitam o projeto de regularização da empresa, que é um projeto de transformar o condomínio em um parcelamento aberto. Não é essa a regularização que nós queremos para a região. Nós queremos discutir com o Governo uma regularização que permita muros e guaritas, que mantenha os parcelamentos como eles são. Para quem não concorda, a empresa coloca uma plaquinha dessa na frente da casa. Ela usa um subterfúgio jurídico de ter que sinalizar o imóvel e coloca uma placa de 2m de comprimento por 1m de altura na residência. Isso é um constrangimento para a família, isso é um constrangimento para a comunidade. É ilegal, um abuso. Isso está sendo feito, infelizmente, sob os olhos da Justiça. A Justiça pode ser cega, mas ela não é surda. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Cinco minutos.

O SR. CARLOS CARDOSO – Eu vou passar agora para o Armando, para que ele possa falar um pouquinho dessa empresa.

O SR. ARMANDO ROLLEMBERG – Boa noite a todos.

Cumprimento o Senador Hélio José, a Bruna, o Deputado Izalci e todos aqui presentes.

O Senador Hélio José é muito generoso e quis me poupar da vaia, mas eu me chamo Armando Rollemberg e sou síndico do Condomínio Vivendas Colorado II. (*Palmas.*)

Eu estou aqui como cidadão, estou aqui militante de uma causa, essa causa que o nosso Carlos, em nome da Associação de Moradores do Grande Colorado, iniciou a colocação.

Eu vou apenas comentar o seguinte. Há muitos anos – alguns há 30 anos, alguns há mais de 30 anos, muitos há 20 anos, muitos e muitos e muitos há mais de 15 anos –, alguns compraram de boa-fé terrenos, lotes na área do Grande Colorado, Contagem e Bela Vista. Esses lotes foram vendidos por imobiliárias constituídas à época – lembro aqui duas famosas: a Midas e a Oportunidade. Os anúncios eram publicados nos jornais, e a promessa era a seguinte: assim que aquela área rural fosse incorporada como área urbana, tudo seria legalizado. E assim foi que todos viramos proprietários de boa-fé.

Estamos lá há muitos e muitos anos. Nós nos cotizamos, fizemos a rede elétrica. Nós nos cotizamos, asfaltamos a Avenida São Francisco e a DF-425. Fizemos os asfaltos dentro dos nossos condomínios. Fizemos os beneficiamentos todos. Aí, de repente, não mais que de repente, em 2008 – veja que eu estou falando de coisas que aconteceram há mais de 33 anos –, chegou uma misteriosa empresa chamada UPSA (Urbanizadora Paranoazinho), dizendo ser detentora dos direitos adquiridos dos herdeiros do espólio do antigo dono da fazenda. Essa empresa, misteriosamente, se constituiu como S.A., misteriosamente, começou a atuar e, rapidamente, entrou nos governos do GDF, a partir do Arruda e, depois, pelo Agnelo, de uma forma surpreendente. De repente, estava íntima do Grupar, definindo as coisas entre quatro paredes, sem nenhuma participação dos moradores da época.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Armando, para sua organização, mais dois minutos.

O SR. ARMANDO ROLLEMBERG – Para concluir, nós somos moradores, proprietários de boa-fé. Nós estamos lá, inclusive, resistindo e questionando no Judiciário o nosso direito sagrado a usucapião. Se o GDF quer, de fato, regularizar aquela área, não pode ter como interlocutor exclusivo para resolver essa questão a Urbanizadora Paranoazinho, porque ela representa muito menos do que a Associação de Moradores do Grande Colorado aqui representa. Se o interesse coletivo tem que estar de um lado, não estará do lado de uma única empresa, uma única empresa misteriosa, que se apresenta como ecológica e sustentável, mas que, na verdade, exerce um assédio inteiramente desproporcional e inaceitável para os moradores.

Nós sabemos que os herdeiros, desde lá atrás, há muito tempo, já tinham um documento dizendo que aquela área, um terço da fazenda, estava ocupada há muitos anos pelos moradores, que tinham direito. Então, os próprios herdeiros já se desfaziam da possibilidade de lotear aquela área, porque aquela área já estava totalmente loteada.

Também há outra questão: no meio desse caminho, surgiu uma empresa misteriosa, como proprietária de parte da UPSA, uma *offshore* com sede nas Ilhas Cayman. Em horas de mensalão e de petrolão, nós temos que desconfiar. A quem pertence essa *offshore*? Será que é alguém do governo Arruda? Será que é alguém do governo Agnelo? Então, nós queremos que o GDF leve em conta que a interlocução correta é também com os moradores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O UPSA representa áreas que estão descobertas para serem aproveitadas, onde eles querem construir uma nova Águas Claras, mas, sobre as nossas áreas, sobre as nossas residências, sobre as nossas áreas comuns, nós vamos até o fim. Essa não é uma questão atribuída ao GDF.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

O SR. ARMANDO ROLLEMBERG – A solução está judicializada. Quem vai dar a última palavra a essa questão são, primeiro, o STJ e, depois, o STF. Então, o GDF não pode atropelar o direito sagrado à moradia que nós estamos reivindicando através da lei de usucapião.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Parabéns.

O SR. ARMANDO ROLLEMBERG – Eu venho aqui como cidadão e como síndico dizer que nós lá vamos resistir.

Senador Hélio, essa proposta que o senhor fez de um grande TAC diante aqui; é disso que Brasília precisa. Nós não defendemos nenhuma agressão ao meio ambiente; pelo contrário, queremos transformar nossa região em uma região modelo, mas é o seguinte: nós não vamos abrir uma vírgula, uma polegada do direito que nós adquirimos como proprietários de boa-fé, porque só eu, na minha casa, estou há 19 anos, e há gente que está lá há 33 anos.

Eu tenho um decreto como síndico – eu poderia tê-lo mostrado aqui – do Governador Joaquim Roriz criando o nosso condomínio. Quem é que está ilegal? Quem é que está grilando a situação no Grande Colorado? Quem está grilando é a UPSA.

É isso que eu vinha dizer de forma clara a todos vocês aqui, dizendo que eu ouvi muitas críticas ao governo do meu irmão. Não tenho procuração aqui para defendê-lo. Torço para que ele dê uma virada agora, nesses dois próximos anos, e resolva o problema fundiário que atinge todos os segmentos da população do DF, de forma ampla, e que é um problema decorrente do problema histórico da constituição do Distrito Federal.

Muito obrigado e boa noite, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Armando.

Próximo orador inscrito, por cinco minutos, Toni Duarte, do jornalismo agropecuário. Em seguida ao Toni Duarte, a próxima inscrita é a Drª Cintia, representando o Condomínio Estância. (*Pausa.*)

O Toni já foi.

Drª Cintia, ao púlpito, cinco minutos. Depois da Drª Cintia, será o Dr. Góes, advogado.

A SRª CINTIA BEATRIZ DE FREITAS ALVES – Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, vamos ouvir a Drª Cintia, por cinco minutos.

A SRª CINTIA BEATRIZ DE FREITAS ALVES – Srs. Parlamentares, senhoras e senhores membros da Mesa, demais presentes desta audiência pública, boa noite.

Meu nome é Cintia Beatriz, sou servidora pública do STF. Hoje, eu me apresento como moradora e representante do Condomínio Estância Quintas da Alvorada e, acima de tudo, me apresento como cidadã.

Vendo ali o Senador Hélio José, eu parafraseio uma frase que um homem muito importante, no desespero, um dia, disse: "Elevo os meus olhos para os montes. De onde me virá o socorro?" E a resposta foi: "O meu socorro vem do Senhor, que fez o céu e a terra". Senador, as suas mãos são instrumentos de Deus. As suas mãos! Srª Bruna, as suas mãos podem ser instrumentos de Deus também, porque essa situação não pode continuar. É uma vergonha a Capital da República, Brasília, passar por essa situação vergonhosa, constrangedora, triste.

Eu tenho duas filhas em casa. Uma é estudante do Colégio Militar de Brasília, aluna graduada, aluna destaque, que dá orgulho para aquela escola, dá orgulho para esta cidade. Eu tenho outra filha formada, inscrita na OAB, que dá orgulho para esta cidade. Nós somos trabalhadores desta cidade. Nós construímos esta cidade com as nossas mãos. Nós precisamos de respeito e dignidade. Eu tenho vergonha de dizer que moro no Condomínio Estância Quintas da Alvorada, porque aquele é um condomínio tido como irregular, um condomínio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tido como clandestino.

Agora – imaginem –, nós temos uma lei própria, a Lei Complementar nº 506, de 2002, que foi ratificada pelo órgão especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal como constitucional e válida. Nós temos uma lei federal, a Lei nº 9.262, de 1996, uma lei que nos dá o direito.

Na APA de São Bartolomeu, que ultimamente está sendo muito perseguida, nós temos uma ordem de erradicação! Não é derrubadinha, não; é anular. "Cintia, pegue a sua família e vá embora daqui. Você está sendo expulsa", como foram os judeus daquela terra. E eles fundaram a Ilha de Manhattan. Não os aceitaram, não, mandaram embora. Os holandeses pagaram para eles irem embora. E é isso que eles estão fazendo conosco. Gente que trabalha, gente que traz lucro, gente que traz orgulho para esta cidade não tem onde morar aqui, não! E o que nós vamos fazer? O que sobra para nós?

Agradeço ao Senador Hélio José a iniciativa e às demais autoridades presentes a oportunidade oferecida ao nosso condomínio de expor as nossas preocupações.

No início do mês de agosto, a nossa comunidade viveu dias de terror com a ação das derrubadas em nosso condomínio. A operação foi abusiva e desproporcional. Vi meus vizinhos desesperados, sem dormir, preocupados com a possibilidade de perda dos seus lares. Já passamos por muitas derrubadas, com lei vigente em nosso favor. Nós estamos em área de regularização no PDOT. Nós temos processo administrativo de regularização frente à SEGETH desde 1994, 1995. Nós já tivemos licença de instalação. E que retrocesso é esse que vai acontecendo? Isso é retrocesso. Retrocesso não é coisa boa, não.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Drª Cintia, um minuto para a senhora concluir.

A SRª CINTIA BEATRIZ DE FREITAS ALVES – Nós precisamos de progresso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Um minuto, Drª Cintia, para a senhora concluir.

A SRª CINTIA BEATRIZ DE FREITAS ALVES – Quero destacar ainda: não somos invasores, não compactuamos com a prática de grilagem de terras nem com ilegalidade; somos a favor do diálogo e da oportunidade.

Nós somos 1.963 unidades imobiliárias no Setor São Bartolomeu, cerca de 3,5 mil pessoas, que não podem ser ignoradas. Vale mencionar ainda que nós nos filiamos à OSCIP Movimento Comunitário do Jardim Botânico, com mais de 50 mil associados, 40 condomínios. Nós criamos uma frente jurídica voluntária. Nós estamos dispostos a obedecer aos preceitos legais. Nós cumprimos a função social daquela região. Nós somos aptos a respeitar o meio ambiente. Nós queremos respeitar o meio ambiente. Nós plantamos 200 mudas lá – o Senador esteve presente nos ajudando nesse plantio –, mudas nativas do Cerrado.

Precisamos de ação.

O Desembargador Flávio Rostirola não pode ser esquecido aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Isso.

A SRª CINTIA BEATRIZ DE FREITAS ALVES – Ele apontou um caminho ao colocar na mesa a possibilidade de conciliação. Por que o GDF não consegue avançar na regularização? O Desembargador apontou uma solução. Vamos sentar, vamos dialogar e vamos fazer uma conciliação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Para concluir, doutora.

A SRª CINTIA BEATRIZ DE FREITAS ALVES – Deixo esta frase para reflexão: a Constituição Federal do Brasil, no art. 1º, diz que "todo o poder emana do povo". Vocês têm poder. Vocês têm título de eleitor aí? Todo mundo tem? Nós temos o poder. Eles são nossos representantes. Eles são pagos pelo suor do nosso trabalho. Então, nós temos que participar, integrar, cobrar, estar presentes. (*Palmas.*)

Nós vamos proteger o meio ambiente, nós vamos cumprir as regras, mas é preciso proteger, sobretudo, as pessoas.

Muito obrigada, Senador.

Obrigada a todos pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Drª Cintia.

O próximo inscrito é o Dr. Góes, advogado, que vai falar da importância do TAC. Em seguida, vai falar o Dr. Alberto, do Vicente Pires, mais conhecido como Alberto da cultura, do *rock*.

Próximo inscrito, Dr. Góes. Cinco minutos.

O SR. MARKYLLWER NICOLAU GÓES – Boa noite a todos. Boa noite, Senador Hélio José, Deputado Izalci, Dr. Carlos Divino, por meio dos quais cumprimento todos os integrantes da Mesa.

Cinco minutos, Senador, realmente, é muito pouco. Vários minutos foram concedidos a pessoas do Governo, que puderam explanar o seu pensamento, o seu entendimento. É lamentável que, neste momento, neste minuto – não atribuindo culpa a A, B ou C –, este auditório esteja esvaziado. Nas primeiras horas, essas fileiras estavam cheias de pessoas trazidas do Governo do Distrito Federal para aplaudir as pessoas que aqui falaram. (*Palmas.*)

E as pessoas do povo, que devem integrar esta Casa, o Congresso Nacional, que é a Casa do Povo, não puderam entrar. Mais ou menos mil pessoas ficaram lá fora e foram embora. Isso tem que ser motivo também de reflexão.

Nós estamos aqui, eu como advogado e outros colegas que aqui passaram, para falar para V. Sªs, representantes do Governo do Distrito Federal, que estamos aqui diante de cidadãos, homens, mulheres, jovens, como a Caroline, que aqui passou, e não admitimos ser comparados a traficantes de drogas, consumidores de drogas e receptadores. Somos cumpridores das nossas obrigações. (*Palmas.*)

Essa é uma comparação infeliz.

Quantas vezes já fui despachar com magistrados, com juízes, participei de audiências com o Ministério Público, e sempre há a informação de que não se pode justificar um crime com outro crime? É verdade, mas nós estamos vendo, aqui no Distrito Federal, como foi mostrado aqui pela jovem Caroline, este livro, que só está abaixo da Bíblia Sagrada... E é a Bíblia Sagrada que – como alguns aqui, que já expuseram versículos – eu quero trazer aqui. A Srª Bruna Pinheiro bem conhece a palavra de Deus, que diz, em Provérbios, capítulo 13, versículo 12: "A esperança que se adia faz adoecer o coração, mas o desejo cumprido é árvore de vida". As pessoas estão adoecendo, estão morrendo. A habitação, assim como a saúde, o alimento e o vestuário, é sagrada para o ser humano. E, infelizmente, no Distrito Federal, está sendo rasgada a Constituição Federal.

Dr. Carlos Divino, representante do Tribunal de Justiça, nós queremos um tribunal não apenas apreciador de leis. A lei mata, a lei tem que ser cumprida, mas nós queremos justiça. Pontes de Miranda, um jurista conhecido, professor muito conhecido, dizia sempre isto: a lei tem que ser aplicada de acordo com a realidade social. E o que nós estamos vendo aqui é a violação absurda do Pacto de São José da Costa Rica, da Declaração dos Direitos Humanos e da Constituição Federal.

Já foi lido aqui, mas eu quero reforçar, para que essas autoridades possam ir para as suas casas ecoando em seus ouvidos a injustiça que se está cometendo e a ilegalidade no Distrito Federal, o art. 5º, inciso XI:

> Art. 5º .....
>
> XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

Nem o juiz à noite pode mandar alguém entrar na sua casa, tem que ser durante o dia. Acima de qualquer código de obras, acima de qualquer regulamentação, acima de qualquer legislação, estão a vida e a dignidade do homem, estão...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Concluindo, Dr. Góes.

O SR. MARKYLLWER NICOLAU GÓES – ... a vida e a dignidade dos moradores do Distrito Federal, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Um minuto para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. MARKYLLWER NICOLAU GÓES – E não podemos mais admitir que, em nome de uma regularização, possam destruir; em nome de uma regularização, possam demolir.

Não somos grileiros, não somos invasores. Somos cidadãos de bem, cumpridores das suas obrigações e pagadores de impostos.

Legislação, já foi dito aqui por demais, pelo Presidente da Terracap, SEGETH, autoridades, há leis para regularizar. Não se regulariza demolindo, se regulariza com responsabilidade, como foi dito pelo Ministério Público, com seriedade, mas respeitando a vida.

Não podemos mais admitir as atrocidades que estão acontecendo no DF e vamos juntos caminhar por um pacto, um pacto para que ninguém descumpra a lei. Que a lei seja para todos, mas que se preserve e valorize a vida acima de tudo.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

Alberto roqueiro, do Vicente Pires, com a palavra por cinco minutos. Em seguida, o nosso querido Gilberto, falando pelos moradores de 26 de Setembro.

O SR. ALBERTO MEIRELES – Boa noite.

Eu queria cumprimentar a Mesa na figura do Senador Hélio José e do Deputado Izalci e queria dizer, Dr. Divino, que é um prazer tê-lo aqui. Nós tivemos aqui o Dr. Mariosi, que infelizmente precisou ir embora, mas acho que ele também se cansou de ouvir algumas coisas aqui, porque ele é um conhecedor profundo dessa questão fundiária, principalmente na fala da Terracap.

Vejam bem. Em uma audiência pública na Câmara Legislativa, Dr. Carlos Divino, eu questionei o Presidente da Terracap por que não havia dado a escritura para o Riacho Fundo II – não sei se o senhor se lembra desse episódio. Ele disse que aquilo era uma luta inglória, que havia um registro em nome de um particular que a Terracap estava tentando derrubar. E eu questionei por que estava havendo reintegração de posse naquelas áreas, se as terras eram particulares, não eram da Terracap. E o senhor falou: "Olha, eu sou um conciliador, mas eu julgo de acordo com o que está no processo". Aquilo ficou na minha cabeça até uma outra ação. E aí, meu caro amigo da Terracap, na Fazenda Vicente Pires, que começa no Núcleo Bandeirante e termina no Taguaparque, em um processo de usucapião contra espólio Joaquim Dutra Sobrinho, o Dr. Divino olhou as provas nos autos e tirou a Terracap, porque ela logrou provar que era dona com o devido registro em cartório. Assim, a casa do Governador está em uma área que tem uma fraude documental. Em Águas Claras, quem mora lá também sabe, há uma fraude documental em um inventário de 1957.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, por favor.

O SR. ALBERTO MEIRELES – Brasília é isto: nós temos fraudes em cima de fraudes.

Documentos falsos? Meu caro amigo, só no Paranoá, o Dr. Mariosi está defendendo três com documentos falsos; o Dr. Mário Gilberto, outros tantos; o Dr. José Braz, outros tantos.

Vamos falar da Taboquinha e Rasgado, Jardim Botânico, para os que ainda estão aqui. Lá, a Terracap alega ter uma desapropriação de 634 alqueires. A área é de 1.900 alqueires. Eu achei a escritura, em todas as minhas pesquisas, de 421 alqueires. E a Terracap tinha usado, com base nessa escritura, 429 naquela área. Somando o percentual que a Terracap usou na Fazenda Rasgado e Taboquinha, são 563.001 alqueires que a Terracap usou, sobraram 70,9994 alqueires para a Terracap contra 1.256 alqueires particulares. O que a Terracap está fazendo no Jardim Botânico, no Estância, em outros condomínios, se não é dela? E colocando à venda. Nós vamos descer para a terceira gleba da Brejo ou Torto. Prefere falar de onde? Nós podemos passar o dia e a noite falando de escrituras falsas.

Como Calisto citou aqui, de 64 fazendas, apenas 5 estão regularizadas pela Terracap. E as outras? São fraudadas? Temos que levar isso a sério.

E nós estamos tendo, Dr. Divino, um problema sério que levamos até ao conhecimento do Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do Tribunal. Nós entramos, no plantão, com uma ação contra uma derrubada imediata da Agefis pela manhã. O juiz plantonista nos segurou até que abriu a vara. Esse processo foi para a 6ª Vara de Fazenda. Ficamos lá até as 18h30, quando ele declinou para a Vara do Meio Ambiente. Nós descemos para a Vara do Meio Ambiente acompanhando a ação. Vejam bem, pessoal, às 18h47, o processo foi autuado; às 18h50, um processo de 89 páginas. O processo foi concluso para a decisão às 18h53, uma decisão de oito páginas. O problema é que o juiz não estava na vara. De onde caiu isso? De um disco voador?

Nós estamos tendo problemas sérios com este Governo Rollemberg. Desde que ele entrou, o Ministério Público está leniente, está conivente. Desde que ele entrou, o Judiciário parou de funcionar. Não sei se foi com a saída do senhor que julgava de acordo com o que havia nos autos e não com...

Agora nós temos outro absurdo, um incidente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Mais um minuto, Dr. Alberto.

O SR. ALBERTO MEIRELES – ... para que se julgue todas as ações envolvendo a questão fundiária do DF por uma única ação – situações completamente díspares.

No Sol Nascente, a Terracap veio a público – acho que, inclusive, foi o Sr. Júlio César – e disse o seguinte: "Estamos tentando negociar com 65 herdeiros para que possamos recuperar aquela área, para depois fazermos o assentamento". Se são de herdeiros, é passível de usucapião. O que vocês estão fazendo derrubando casa dos outros? Isso está errado.

Vejam bem, nós estamos vivendo em um Estado criminoso, um Estado em que, para impedir que as pessoas adentrem uma audiência pública, traz-se uma claque da Agefis e coloca ali lotando aquele Congresso todo, para atrapalhar as pessoas. Isso nós precisamos rever para as próximas audiências.

Eu não vou falar mais, não, porque, se eu for falar sobre fraude, sobre documentações, sobre terras públicas, nós vamos passar o resto da noite e mais uns dois meses.

E temos que fazer uma CPI da Terracap, sim, urgente – urgente!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ALBERTO MEIRELES – E temos que ver esse estranho silêncio do Ministério Público em relação a casas sendo derrubadas com liminares, casas que têm seus postes, suas luzes, seus muros derrubados, quando a casa está sob proteção liminar. Nós temos que ver o que é isso. Alguma coisa de muito errado está acontecendo.

Nós temos que ver por que, quando o Dr. Mauro abriu um processo contra a Agefis e o Governo para ver o que estava acontecendo, esse processo foi tomado da mão dele, mandado para Taguatinga e engavetado. E ele ainda sofreu um processo administrativo.

Muitas coisas estão acontecendo neste Governo. Estamos aqui denunciando.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Estamos quase concluindo os trabalhos, minha gente; um trabalho duro, intenso, mas estamos quase chegando ao fim.

A próxima inscrita é a Drª Luciana Lourenço, falando no lugar do Dr. Mariosi. Ah, não, desculpem-me! É o Dr. Gilberto, que está ali, de 26 de Setembro. Em seguida, Drª Luciana Lourenço.

Dr. Gilberto, cinco minutos – eu aviso aos quatro minutos.

O SR. GILBERTO CAMARGOS – Exmo Sr. Senador Hélio José e nobre Deputado, em primeiro lugar, eu agradeço-lhes pela audiência e pelo planejamento. Espero que não pare por aqui, que continue sempre.

Eu vou começar novamente elogiando o Dr. Nilo. O objetivo proposto das duas últimas audiências públicas, com o Deputado e com o Senador, era esclarecer a questão das terras, a quem pertencem as terras do Distrito Federal. O Dr. Nilo esteve aqui e fez uma exposição brilhante, mostrando quais foram as áreas desapropriadas em todo Distrito Federal. Ele mostrou com detalhes e abriu para quem quisesse ver. É assim que deve ser feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Antes de chegar à Terracap, eu quero falar para a Srª Bruna. Bruna, a senhora entrou numa questão – aliás, todo mundo aqui falou de uma questão de água, o tempo inteiro falando de uma questão de água – falando que todo mundo aqui é como se fosse usuário de droga, que compra do traficante. Bruna, em primeiro lugar, quando se trata de água, vocês se esqueceram de observar que a ONU anunciou recentemente que, até 2020, em torno de 18% a 20% da população não terão acesso nem à comida, nem à água. Não é uma questão local do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Você falou em retirar pessoas dos lugares, mas essas pessoas que vão ser retiradas vão ser assentadas, sim, em outro lugar e vão impermeabilizar o solo em outro lugar, sim, porque tem que se assentarem essas pessoas – ou, então, a senhora coloca a Agefis, vai lá e mata todos, porque vão estar utilizando água.

Disse que não há terrorismo, que só uma parcela aqui... A senhora, como pastora, teria coragem de chegar à sua igreja e pregar que a senhora declarou na Câmara, há duas semanas, que vai jogar, no dia 26 de dezembro agora, 800 famílias de 26 de Setembro na rua? Enquanto a sua filha, a sua família, a família de vocês está em casa esperando os presentes do Papai Noel, essas pessoas vão estar esperando trator? O que é isso? Isso não é terrorismo, não? Isso é o quê? Isso é terrorismo ou não? (*Palmas.*)

Responda, Srª Bruna.

A senhora falou de grilagem. A senhora nem sabe o que é um grileiro, porque grileiro é aquela pessoa que não tem a área e falsifica o documento da área para vender. Essas regiões, como 26 de Setembro, têm 20 anos de assentado pelo Decreto nº 17.502, do Senador Cristovam Buarque. Nunca houve lá dentro grileiro; houve parcelamento ilegal. Tem que se saber a diferença entre grilagem de terra, parcelamento ilegal e invasões, porque o grileiro falsifica, o parcelador detém a posse, e o invasor é...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, não vamos atrapalhar o Gilberto.

O SR. GILBERTO CAMARGOS – E o invasor é um desvalido social lá.

Júlio, Terracap. Eu entendo a Terracap dizendo mais ou menos assim – e já falei isto –: era meia-noite, o sol brilhava no horizonte, os passarinhos pastavam e as vacas pulavam de galho em galho. Vocês não têm crédito para o que falam! É uma vergonha. O Dr. Nilo vem aqui e explana as terras dele; aí vocês chegam aqui e não fazem nada, não mostram nada. É uma caixa-preta de um avião que caiu em alto-mar; impossível de ser aberta. Vocês não têm nem conhecimento das terras que têm, porque, se tivessem, abririam a Terracap, que é um órgão público, para que todos soubessem onde estão localizadas as terras da Terracap. Acredito até que já ela tenha vendido todas e continua querendo entrar em outras áreas que não lhe pertencem, conforme o Alberto falou aqui brilhantemente. (*Palmas.*)

É uma vergonha isso que vem acontecendo.

O Ministério Público faz vista grossa quando a Agefis entra nessas áreas dizendo que são invasores, que são áreas de preservação ambiental e água, mas não defende o povo. Eles sempre entram com a truculência, com a covardia e o terrorismo. E é um Governo sem credibilidade, porque não mostra o que tem, nunca mostrou, não faz nada.

Para terminar, eles falaram tanto de água. Falaram aqui – ele até foi embora, e eu queria que estivesse aqui o Tiago – da licença ambiental da região de Vicente Pires. Há 17 anos, estávamos esperando essa licença lá dentro. O que foi carreado de asfalto, de resto de obras ali dentro para o córrego! Assoreou tudo. E o Governo emitiu, não porque ele é bonzinho; ele emitiu, porque nós entramos na Justiça para que ele emitisse. Então, não venha falar que a crise hídrica é culpa, não. É uma questão de gestão.

Eu teria horas para conversar aqui com vocês, mostrando o que vocês fazem, mas, infelizmente, o tempo é pouco.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

Estamos concluindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Drª Luciana Lourenço, falando aqui no lugar do Dr. Mariosi, Desembargador e ex-Presidente do TRE e do TJDFT, que nos honrou com a presença em grande parte desta audiência pública. Drª Luciana Lourenço, por cinco minutos. Eu aviso quando faltar um minuto.

A SRª LUCIANA LOURENÇO – Boa noite a todos os presentes.

O meu nome é Luciana Rebouças Lourenço, sou Vice-Presidente da Comissão de Regularização Fundiária da OAB e representante da OAB-DF no Fórum Distrital de Regularização Fundiária, que, conforme muito bem lembrou o Dr. Carlos Divino, é a instância ideal para se promover a mediação dos conflitos fundiários do DF, que, infelizmente, ainda é muito pouco utilizada.

As políticas públicas voltadas à regularização fundiária do DF devem priorizar os direitos fundamentais do cidadão. Os procedimentos a serem seguidos nos processos administrativos de regularização fundiária mudam conforme as mais diversas legendas políticas, que atuam sob o mesmo propósito demolitório, uma solução repressora e sem nenhum compromisso democrático. O processo administrativo de regularização, então, se transmuda em um círculo vicioso, injusto e ultrajante, uma verdadeira guerra burocrática em que nem mesmo os órgãos responsáveis conseguem vencer, tendo em vista o reduzido contingente de servidores, o que prejudica a razoável duração do processo, que é também um direito fundamental garantido na Constituição da República.

Eu só queria falar que realmente é imprescindível uma articulação verdadeiramente democrática entre os órgãos envolvidos, com a participação dos representantes da sociedade, inclusive com a participação da OAB-DF, a fim de que um novo TAC a ser assinado cumpra com efetividade o objetivo de promover a regularização fundiária no Distrito Federal.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado. A senhora não falou os cinco minutos. Fico agradecido, porque fez economia aqui para nós.

Só faltam os últimos três inscritos para terminarmos todo o trabalho.

Ronaldo Martins, pelo Movimento Riacho Legal, por cinco minutos. Em seguida, Rogério, Presidente da Associação de Moradores do Morro da Cruz. Ronaldo Martins, Presidente do Movimento Riacho Legal, pela legalização do Riacho Fundo II e demais áreas, por cinco minutos.

O SR. RONALDO MARTINS – Boa noite a todos e a todas.

Esta tarde e noite, a gente ouviu muitas coisas importantes tanto do ponto de vista positivo quanto do ponto de vista negativo. Do ponto de vista positivo, vejo que as autoridades chegaram no horário aqui, mas eu quero salientar também que a população tinha que falar, por exemplo, para o Ministério Público.

Ontem, eu estava no Riacho Fundo II, onde a gente discutia numa rádio lá a questão das terras públicas. O Governo Rollemberg e toda a sociedade que ainda não tem escritura... Eu acho que o documento individual mais importante para o ser humano é a escritura. O mais difícil – e vocês estão aqui para isto – é exatamente regularizar a gleba onde vocês moram. Pois bem, o Riacho Fundo II está 90% regularizado, ou seja, registrado em cartório, lote por lote, confrontações e confrontações. No entanto, o Governo do Distrito Federal não tem competência de mandar fazer as escrituras e aí fica trabalhando em outras áreas, dizendo que vai regularizar. Ora, se não consegue escriturar o que já está regularizado, o que já está registrado!

Agora, eu quero falar da questão da água. Eu vou dividir em duas partes. Eu quero falar da água e quero falar do meio ambiente.

O Caub I e o Caub II são a mãe e o pai para aquela cidade do Riacho Fundo II. Por que a mãe e o pai para o Riacho Fundo II? Porque foi através das chácaras que havia lá... O Governo, a Terracap comprou as chácaras, cedeu os mil metros para os moradores lá, que descontaram, pagaram, há 18 anos, mas a Terracap não cumpre o contrato que fez. Os moradores compraram e até hoje não receberam as escrituras do Caub I e Caub II, porque não foram regularizados. O Riacho Fundo II tem duas situações lá para chegar à regularização. É o Caub I, é o Caub II.

Agora, outra coisa, meus amigos. Tem gente do meio ambiente aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Drª Aline, do Ibama.

O SR. RONALDO MARTINS – Olha, o Caub I e o Caub II estão a 26km de Brasília. O Riacho Fundo II tem rede de esgoto na cidade inteira. O Caub I e o Caub II estão em cima de um lençol freático, as águas desse lençol freático vão cair na Bacia do Paranoá. E será que o Ministério Público, o Ibama, os órgãos não perceberam que, enquanto não colocarem rede de esgoto na única parte que falta do Riacho Fundo II, vai continuar a contaminação das águas?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Um minuto, Ronaldo, para concluir.

O SR. RONALDO MARTINS – É muito bonito vir aqui e fazer a defesa: "Temos que ter água tratada, temos que ter água limpa". No entanto, o Estado não faz a parte dele também. Neste momento, está sendo omisso o GDF, está sendo omisso o Ibama, estão sendo omissos todos os órgãos, inclusive o Ministério Público. Não podem deixar uma cidade igual ao Riacho Fundo II com 90% de rede de esgoto. É uma cidade que, quando se divide em urbana e rural, ela está no meio da rural. O Caub I e o Caub II estão no meio rural. No entanto, têm fossas há 18 anos. Nós estamos a 26km de Brasília.

Para finalizar, Senador, eu quero agradecer a oportunidade e quero dizer que, se há uma cidade em que o Rollemberg pode fazer a escritura para 90% das casas amanhã, se ele quiser, é o Riacho Fundo II. No entanto, não faz as escrituras; desde que assumiu, ainda não concedeu a escritura. E o Ministério Público, o meio ambiente, tem de trabalhar a questão do Caub I e II, porque estão sendo discriminados na questão, inclusive, do meio ambiente.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Ronaldo.

Vamos lá.

O próximo inscrito, falando em lugar do Rogério, Presidente da Associação de Moradores do Morro da Cruz, é a Drª Aline, da Associação de Moradores do Sol Nascente. Em seguida, falando no lugar do Toni, do Radar, o Og, pela OAB. Avisarei aos quatro minutos, Drª Aline.

A SRª ALINE DE SOUZA MARQUES – Boa noite a todos e a todas.

Primeiramente, quero parabenizar o Senador Hélio pela realização desta audiência pública extremamente importante e urgente para que pudéssemos tratar da regularização fundiária do Distrito Federal.

Muito se falou aqui sobre as milhares de pessoas que temos hoje na nossa Capital, sobre as derrubadas, mas pouco se disse realmente sobre o necessário, que é a dignidade da pessoa humana. O Brasil é signatário de diversas legislações internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto de São José da Costa Rica. Enfim, são muitas as legislações que o Distrito Federal não está cumprindo. Não existe justificativa para que uma notificação não seja emitida, porque é constitucional.

Eu aqui represento a Chácara do Padre, que foi derrubada há pouco tempo. Eu até agradeço aqui a presença do TJDFT, que pode nos dar uma explicação melhor. Foi dada entrada a uma medida judicial lá, um dia antes de ser derrubada, e simplesmente o juiz alegou que não era urgente. Hoje, nós temos 370 famílias que estão desabrigadas, que não têm onde morar, sem ter nenhum auxílio, nenhum amparo, nenhum tipo de assistência do Governo. E o mais vergonhoso ainda é que o Governo foi à televisão dar uma entrevista dizendo que as famílias foram assistidas. Eu quero saber onde elas foram assistidas se até hoje estão desabrigadas. São crianças, mulheres deficientes, mulheres que tinham acabado de ter seus filhos – havia mulheres de resguardo ali naquela comunidade. E é vergonhoso que o Governo do Distrito Federal dê uma declaração dessa, quando até hoje não temos o amparo social mínimo que dê o mínimo de dignidade para essas famílias.

Nós tivemos reuniões já com vários dos órgãos aqui presentes. Ontem mesmo, nós tivemos com o Ministério Público do Distrito Federal, que simplesmente está mais preocupado em controlar a população do Distrito Federal. Eu entendo, sim, que realmente nós devemos ter esse controle, mas, acima de tudo, nós não podemos violar os direitos das pessoas. Se é necessário fazer uma derrubada, que seja feita com o mínimo de dignidade, com o mínimo de assistência, porque é inadmissível que essas ações da Agefis continuem acontecendo. É inadmissível e vergonhoso. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O Sr. José, da Seagri, falou sobre o PL 1.281. Eu aqui falo também em nome do Fórum da Reforma Agrária, do qual sou advogada. Nós também somos contra esse PL do jeito que ele está. Nós exigimos que parte dessas terras sejam direcionadas para o PRAT.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Um minuto, Drª Aline.

A SRª ALINE DE SOUZA MARQUES – Sim.

Sobre o PL 1.281, que foi dito pelo Presidente da Seagri, que acho que não está mais aqui, é extremamente importante que essas áreas sejam direcionadas. O companheiro falou aqui sobre a CPI da Terracap. Precisamos abrir essa caixa-preta da Terracap. (*Palmas.*)

Não podemos mais aceitar que a Terracap continue atuando de uma forma que não seja mais transparente. Esses dias, eles estiveram lá na Câmara Legislativa falando de transparência. Se é para falar de transparência, que seja transparente para a sociedade e não a portas fechadas. Nós queremos saber o que, de fato, é terra pública, o que, de fato, é terra rural, o que, de fato, é terra privada, porque nós não podemos mais admitir que essas ações sejam realizadas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Drª Aline.

A SRª ALINE DE SOUZA MARQUES – Só mais um detalhe.

Nós precisamos, urgentemente – isso foi um pedido, inclusive, do Fórum da Reforma Agrária na Câmara Legislativa –, de uma Conferência da Terra. Aqui eu deixo esse pedido novamente, para que possamos discutir o PDOT que hoje temos, porque um PDOT que vai fazer dez anos não atende mais à sociedade que nós temos hoje. Revisão do PDOT, revisão da LUOS, promulgação do ZEE, porque é vergonhoso que hoje o Distrito Federal não tenha política de ZEE.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

Dr. Og Pereira.

O último convidado dos dez seria o Sr. Dirsomar Chaves, Presidente da Arvips. Por acaso, o Dirsomar chegou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O Glênio, da Arvips, vai falar no lugar do Dirsomar. É isso? Está aí o Glênio? (*Pausa.*)

Não está.

Quem foi que falou que se inscreveu? O problema é que havia inscrições prévias, as dez inscrições, pois não tinha como ouvir todo mundo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Tudo bem.

Vamos ouvir o Dr. Og Pereira e depois eu consulto o Plenário. Og.

O SR. OG PEREIRA DE SOUZA – Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Há uma vaga aqui, do Glênio, do Toni, que não está aqui. Essa vaga é em concessão, porque eram dez falas que eu ia dar para a plenária.

Og Pereira, cinco minutos – aviso aos quatro.

O SR. OG PEREIRA DE SOUZA – Boa noite a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa do Senador Hélio José e do Deputado Federal Izalci Lucas. Cumprimento também os presentes que ainda estão aqui prestigiando esta audiência pública tão concorrida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu queria começar até pedindo licença à Drª Aline, para complementar só um pedacinho da fala dela, porque, no caso específico do Sol Nascente e do Pôr do Sol, sabemos que têm, ali naquele local, investimentos do Governo Federal através do PAC. Salvo engano, são R$126 milhões que estão sendo investidos lá. Existe uma norma do Ministério das Cidades, a Portaria nº 317, de 2013, que estabelece a necessidade de que o Estado, quando vai fazer qualquer remoção de família para investimento do PAC, elaborar e colocar em prática um plano de reassentamento previamente à remoção, justamente porque as obras do PAC são feitas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas e nunca de piorar a qualidade de vida das pessoas. Então, essa regra, a Portaria nº 317, de 2013, do Ministério das Cidades, está sendo solenemente ignorada pelo Distrito Federal. As pessoas, em vez de estarem melhorando de vida, estão realmente empobrecendo.

Essa questão do empobrecimento é muito grave. Essa questão do empobrecimento é muito séria, porque ela vai justamente contra os principais objetivos do Estado, qualquer Estado que seja. Só faz sentido a existência de um Estado se esse Estado existe para perseguir o bem comum, e não é o que estamos vendo em Brasília. Estamos vendo em Brasília o Estado empobrecendo as pessoas, porque ele não está planejando de forma adequada, ele não está implementando as políticas públicas de forma adequada. E as pessoas, em vez de estarem sendo conduzidas para um patamar de vida melhor, estão regredindo – tanto as pessoas mais carentes quanto as pessoas de classe média e até alta classe também, porque vemos argumentos frágeis, talvez até falaciosos. Essa questão da água, por exemplo, da crise hídrica, é uma questão absurda, porque dizer que um condomínio vai causar a crise hídrica do Distrito Federal é um absurdo. Se as pessoas não estiverem morando em um condomínio e estiverem morando em um prédio vertical, que nada mais é do que um condomínio vertical, elas vão deixar de beber água, vão deixar de tomar banho, vão deixar de consumir água? Elas vão continuar consumindo água do mesmo jeito.

Agora, a grande interrogação que se faz é a seguinte: por que o Estado investiu na construção de Corumbá IV e até hoje Corumbá IV não foi interligada às redes de distribuição da Caesb? Falta apenas a construção de uma adutora. Então, essa crise hídrica é um terrorismo que o Governo está fazendo na cabeça das pessoas, na imprensa, na mídia, enfim, é uma coisa que não tem explicação. Sai, raramente, uma notinha na imprensa dizendo que o Governo está pensando em fazer a interligação, mas ninguém sabe quando; agora, há as manchetes enormes dizendo que a crise hídrica se deve à existência dos condomínios horizontais. Eu acho que o Governo tem que primar pela transparência...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Um minuto, Dr. Og.

O SR. OG PEREIRA DE SOUZA – O Governo tem que primar pela transparência. Ele precisa ser honesto na divulgação dos dados e precisa ser honesto na implementação das suas políticas públicas. Essa forma de conduzir as políticas públicas traz o empobrecimento de todos, porque isso desvaloriza os imóveis – desvaloriza todos os imóveis.

Voltando um pouco à questão das demolições propriamente ditas, eu não vejo sentido na urgência com que essas demolições são feitas, inclusive com violação de outros direitos. Além do direito de moradia, além dos direitos assegurados aos cidadãos pelos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, outros direitos são violados com essas demolições.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Concluindo, Dr. Og.

O SR. OG PEREIRA DE SOUZA – Concluindo, Senador Hélio.

Há violação de direitos humanos, violação de direitos das crianças e idosos que residem nessas casas.

Eu gostaria também, Senador Hélio, se o senhor me permite, de fazer um encaminhamento na própria sequência da audiência, que é sugerir a definição do grupo de trabalho que vai dar sequência à elaboração da minuta de TAC. A Defensoria Pública, quando se manifestou aqui da tribuna, solicitou a participação nesse grupo de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k., Og.

O SR. OG PEREIRA DE SOUZA – Gostaríamos de nos solidarizar com a Defensoria Pública e sugerir à Mesa que acatasse esse pedido de inclusão da Defensoria no grupo de trabalho também. E gostaríamos que, nesta audiência pública, fosse definido, realmente, esse grupo de trabalho, para que possamos materializar, saindo daqui realmente com um documento ou com uma data previamente agendada, que é o objetivo colo-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cado pelo Senador ao longo das entrevistas e das divulgações que foram feitas desta audiência.

Obrigado a todos.

Boa noite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

Gente, tinha uma vaga, que foi do Toni Duarte, que faltou, e eu não quero nem confusão, nem prolongar. Eu queria que a Drª Stefânia e o Dr. Joel dividissem esse tempo. São três minutos improrrogáveis para cada um. Vamos começar com a Drª Stefânia, três minutos, ou com o Dr. Joel. Tanto faz. Só vamos respeitar o Plenário. Todo mundo está aqui. São três minutinhos mesmo. São três minutos. Vou avisar quando estiver em dois.

Dr. Joel, com a palavra.

O SR. JOEL CÂMARA – Esta talvez seja a centésima reunião da qual eu participo para debater este assunto. A primeira vez foi em 1958. (*Palmas.*)

O problema fundamental – hídrico – não era para, em 21 de abril de 1961, ter dispensado os candangos mãos de pedra. Era para eles continuarem a construção da rodovia, da rodoferroviária, rumo ao Pará e não parar aqui. Da área do GDF, dessa área total aqui, Sr. Senador – segure-se na cadeira, Senador, cuidado aí –, dessa área de 581.400 hectares, só deviam ser ocupados 8%. Em 7 de janeiro de 1958, ficou estabelecido que quem comprasse terra aqui teria que construir em no máximo um ano, sob pena de cancelar o contrato, mas surgiu a Terracap, a megaespeculadora, e, então, a coisa virou zona total. E lhe digo mais: a Terracap...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Deu dois minutos. O senhor tem mais um minuto para concluir, doutor.

O SR. JOEL CÂMARA – Grilagem, documento, grilagem.

Onde era para haver continuidade na construção de Brasília para o pessoal, rumo a Marcha para o Oeste, foi grilada a terra onde era a Rodoferroviária – hoje os Dragões da Independência são os grileiros. Então, para a solução do problema hídrico, Brasília tem que continuar o Plano Diretor, que não era para parar aqui. O Plano Diretor era para dar continuidade no sentido Brasília-Belém. Então, não será lei, não será repressão, não será violência que vai resolver o problema hídrico.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

O SR. JOEL CÂMARA – Agora, quanto ao problema dos condomínios, ninguém tem direito de colocar à venda os lotes que estão ocupados em condomínios, ninguém tem direito de entrar em nenhum condomínio sem autorização dos condôminos, dos moradores ou da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado.

O SR. JOEL CÂMARA – Eu tenho esperança de que o item 6 desse termo de compromisso aqui de hoje seja assinado pela representante da Agefis.

"Art. 6º Até que o Termo de Ajuste de Conduta a ser elaborado pelo grupo de trabalho seja aprovado e assinado pelas partes e entre em vigor, nenhuma demolição de casa dentro do Distrito Federal pode ser realizada sem a notificação prévia e ordem judicial."

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, doutor.

Agora, a Drª Stefânia Leão, do Recanto das Emas, para concluirmos os nossos trabalhos. Drª Stefânia, três minutos, por gentileza.

Vamos, Dr. Joel. Muito obrigado ao senhor.

Drª Stefânia, ocupe o púlpito, por gentileza.

Enquanto a Drª Stefânia ocupa o púlpito, eu quero aqui saudar o Dr. Antônio de Pádua Lemos, da Associação de Moradores do Córrego das Antas, no Lago Sul. Eu quero também saudar a Srª Stefânia, que vai falar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

– dei a palavra a ela agora –, que é do Núcleo Rural Vargem da Benção.

A Drª Stefânia Leão, com a palavra.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – Boa noite a todos.

O meu nome é Stefânia Leão, sou Presidente da Associação do Núcleo Rural Vargem da Benção e sou possuidora do Contrato nº 1 da antiga Zoobotânica, que convidou o meu pai para vir criar um cinturão verde para abastecer a futura Capital do Brasil. Isso foi feito em 1958.

Em 2012, fomos notificados pela Agefis, dando-nos 15 dias de prazo para demolir o que tínhamos construído em uma vida inteira e para retirar o entulho, sob pena de multa. O meu pai cumpre rigorosamente o contrato feito desde 1958. Essas cenas de derrubada muito me entristecem. E fico revoltada de ter disponibilizado a minha tarde inteira, Senador... Estou aqui desde às 2h da tarde e são 9h da noite. Quando eu cheguei, eu pedi para me inscrever. Eu acho que é a 50ª audiência pública de que participo. Eu queria até parabenizá-lo, porque, em nenhuma das que participei até hoje, inclusive todas da LUOS em que eu estive presente, houve uma Mesa tão representada para se tratar de um assunto. Eu queria parabenizar o senhor. Isso significa que o senhor está fazendo um trabalho muito bem-feito. (*Palmas.*)

Agora, eu quero chamar a atenção do juiz, da Drª Bruna, do Sr. Nilo, da União, de todos. Quando nós sofremos essa notificação, eu fui estudar. Eu não sou advogada, infelizmente, ainda estou me preparando para ser, estou só no primeiro semestre.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Um minuto, Drª Stefânia.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – Eu fui estudar a fundo o nosso problema e descobri que a área a qual pertenço, a Fazenda Tamanduá, não foi desapropriada como a Terracap diz ser do total. Eu tenho aqui comigo uma das perícias que eu fiz. Nós fizemos três perícias, em que foi dito pelos peritos que há uma sobra de terra que não foi desapropriada. A Fazenda Tamanduá não foi 100% desapropriada. E a Terracap diz ser 100% desapropriada e vende isso. Em 2012, o Governo queria nos desapropriar, para criar um novo bairro para abrigar 120 mil pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vamos concluir.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – E todos os estudos lá feitos eram extremamente fraudulentos, inclusive o estudo de impacto ambiental, que foi apresentado, em audiência pública, no dia 15 de julho de 2013, e somente, no dia 4 de setembro de 2014, é que eles foram conseguir uma liminar para entrar dentro das propriedades para conseguir fazer esse estudo. A empresa contratada pela ganhadora da licitação foi a empresa Ecotech. Essa empresa tinha, no seu quadro de proprietários, um antigo funcionário, um diretor do Ibram, e conseguiu tão rápido fazer um estudo de impacto ambiental. Também foi feito na nossa área...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Conclua, Drª Stefânia.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – A licitação estava marcada para dezembro, e, em outubro, a empresa Mendes Júnior já ia às nossas propriedades se dizendo ganhadora da licitação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vamos concluir, Drª Stefânia.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – Foram tantas fraudes que o Tribunal de Contas anulou a licitação. Só que este Governo está levando a área que, na época, ele já vendia dizendo ser dono e que só, em 2014, ele registrou em cartório. Eu estou aqui com as certidões para quem quiser ver.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Drª Stefânia.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – Outra coisa: registrou em cartório, em abril de 2014, e somente, em setembro, publicou no *Diário Oficial*.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – Então, nós estamos lidando com um Governo – eu acho que é mal do Governo – totalmente fraudulento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª STEFÂNIA LEÃO – A minha sugestão, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – O senhor está falando em fazer um TAC.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Sim.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – Nós temos dezenas de TACs firmados com o Ministério Público, e nenhum foi obedecido. O nosso problema não é TAC. O nosso problema é peito, governo com coragem para ter cara. (*Palmas.*)

Isso não foi um erro deste Governo. Isso é um erro cometido lá na época da desapropriação quando as terras não valiam nada. Por isso, ninguém correu atrás. Hoje valem uma fortuna e o DF inteiro corre atrás.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Drª Stefânia.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – Na nossa área lá, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – Lá, o Governo quer construir um novo bairro habitacional, sem colocar uma via sequer a mais na EPNB, nem construir um hospital, nem creche, nem nada, já quer chegar lá com 120 mil pessoas. Nessa área, foram feitos estudos de impacto ambiental nos governos passados, e todos os estudos foram dados como uma área frágil ambientalmente, onde não pode haver grande densidade. O Governo quer colocar, nessa área frágil ambientalmente, um novo bairro para 120 mil pessoas e agora vem falar aqui que o problema da água do Distrito Federal é do pessoal dos condomínios. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É um absurdo.

Drª Stefânia, obrigado.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – Nós temos um Fórum da Água que vai acontecer em 2018, e o Governo não respeita isso. O Governo colocou um aterro sanitário...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Drª Stefânia, faça a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – ... na Samambaia, numa área de proteção ambiental, em cima de dezenas de nascentes.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Drª Stefânia, por favor.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – Eu quero chamar a atenção de todos vocês governadores e da população para que representemos esse pessoal que está no Governo, esses secretários, juízes e todos que estão hoje aqui, porque, na hora em que causar o primeiro dano ambiental, como ao que está sendo no Paranoá Parque...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Por favor, Drª Stefânia.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – A água que está sendo bebida lá...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, por favor.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – ... está contaminada com coliformes fecais devido a isto: estudos de impactos ambientais fraudulentos, mentirosos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Drª Stefânia.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – Senador, nós somos responsáveis pelo que fazemos com a nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Correto.

A SRª STEFÂNIA LEÃO – Se queremos regularizar...

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pessoal, nós temos que respeitar todos os oradores que respeitaram o tempo.

Drª Stefânia, por gentileza, o meu gabinete...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Drª Stefânia, por favor, o meu gabinete está à disposição da senhora, com os meus advogados, para ajudar em todo esse processo. Sou solidário e ajudo. Todos os cinco advogados do meu gabinete estão à sua disposição. Pode procurar. No que puder ajudar, eu ajudo. (*Palmas.*)

Pessoal, antes de passar para alguém da Mesa que quiser fazer alguma réplica, eu quero agradecer a todos os presentes que se comportaram divinamente. Quero pedir desculpa pelo comportamento alguma vez mais duro, mas são as regras do Senado, as regras da Comissão, que assim exigem. Eu gostaria que esta Casa estivesse ficado repleta de gente. Havia mil pessoas lá fora querendo entrar, mas as regras não permitem que se entre mais gente do que a capacidade de sentar. Eu mandei arrumar dois outros auditórios para que as pessoas pudessem acompanhar no telão. O Brasil inteiro nos assistiu pela TV. Esta audiência toda foi gravada e está à disposição de qualquer um que quiser procurar a TV Senado. Este programa vai ser passado integralmente na TV Senado. Então, nós fizemos o que poderíamos fazer.

Eu quero deixar um registro de agradecimentos a todos os servidores desta Casa, em especial aos servidores da CDH pelo esforço, aos servidores da TV Senado, à Polícia Legislativa. Todos foram importantes para a realização desta audiência pública com sucesso.

Eu quero aqui, em nome do Governo Temer – eu sou Vice-Líder do Governo –, parabenizar a SPU, o Incra, o Ibama e o ICMBio por terem ficado até o final. Quero deixar claro que o Governo do Presidente Temer, o Governo de que sou Vice-Líder nesta Casa, quer construir um pacto pela paz. O que estiver nas nossas mãos, do ICMBio, do Incra, da SPU, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e do Ministério das Cidades para ajudar na construção de um TAC para a paz no Distrito Federal, para a obtenção das escrituras públicas, nós faremos. E a prova disso é que ficaram desde o início a Drª Aline, o Dr. Nilo, o Incra, o ICMBio e a Secretaria de Direitos Humanos – que teve que sair para buscar a filha na escola, mas viria de volta.

Eu quero deixar claro também o meu agradecimento ao GDF, que mandou para cá o seu primeiro escalão: o Dr. Júlio está aqui desde o início, a Drª Bruna está aqui desde o início, representando o Governador, o Dr. Thiago, o Dr. Guilherme Leal, o Dr. André Lima. Então, o meu agradecimento a esse gesto do Governo do Distrito Federal, que demonstra que quer o diálogo, que quer construir.

Meu agradecimento ao TJDFT, Dr. Carlos Divino – o senhor leve ao Dr. Carlos Machado. O senhor teve que se ausentar por causa do julgamento e voltou, demonstrando o compromisso do TJDFT com as questões de Brasília.

Meu agradecimento ao Ministério Público que esteve aqui – havia a posse do Dr. Leonardo Bessa, e tiveram que se retirar, mas estiveram aqui. À Procuradoria-Geral da República na pessoa do Subprocurador-Geral, Dr. Franklin Costa. À comunidade na pessoa do João do Violão, representando as cidades tradicionais. À pessoa do Luciano Cavalcanti, representando as cidades novas. À pessoa do Dr. Carlos e do Armando, representando o Grande Colorado. À pessoa do Dr. Claudemir Pita e das duas senhoras advogadas, que repartiram a fala, representando a Ajab. À pessoa da Drª Júnia, representando a UNICA, que representaram todas as comunidades. E à comunidade, à plateia. Não havia como abrir para todo mundo. Eu gostaria de abrir para todos, mas não tem jeito. Nós temos limitação de tempo. Estamos aqui desde as duas horas da tarde. Então, rapidamente: a Caroline, da 200; o Gilberto, pela 26 de Setembro; o OG, pela OAB; o Dr. Alberto, da cultura; a Drª Estefânia Leão; o Dr. Júlio. Eu creio que todas as pessoas que aqui falaram representaram um pouquinho de cada parte do Distrito Federal. Esse foi o grande objetivo da nossa audiência pública. E ao pessoal da zona rural e do meio ambiente. Ao nosso Deputado Izalci, que muito bem representou aqui a Câmara dos Deputados, e aos nossos dois Deputados Distritais, Deputado Rafael Prudente e Deputada Celina Leão, representando a Câmara Legislativa.

Como todos teriam direito a uma réplica, eu quero consultar. Se alguém da Mesa quiser réplica, ela será dada. Pergunto primeiro aos órgãos do Governo do Distrito Federal: Drª Bruna, Dr. Júlio César. Há mais alguém do Governo do Distrito Federal? Algum de vocês quer réplica?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O Dr. Divino, do TJ, réplica por até cinco minutos. O senhor pode falar, Dr. Carlos Divino.

O SR. CARLOS DIVINO VIEIRA RODRIGUES – Apenas com relação ao TAC 02 de 2007 – como o próprio nome indica: 02 de 2007 foi a ocasião em que ele foi elaborado. Ocorre que, posteriormente a esse TAC, duas leis importantíssimas sobrevieram. Uma é a Lei nº 11.977, Minha Casa, Minha Vida, e o Código Florestal, que introduz profundas modificações ou alterações e inovações que devem ser consideradas na regularização fundiária. Então, com o TAC 2007, houve uma decisão judicial que considerou que ele não era exequível. E, efetivamente, a meu sentir, ele já está superado em razão da legislação superveniente.

Ademais, o TAC 2007 teve um problema de origem, porque ele foi construído entre o Ministério Público e o GDF apenas. E desse pacto não tiveram participação o Governo Federal, as comunidades, os institutos ambientais, os cartórios, o Iphan, a Terracap, a Codhab, a Defensoria. Há necessidade de que um TAC, no espírito democrático que emana, congregue todos os agentes, todos os partícipes, todos os interessados. E esse TAC ficou limitado a um contrato entre dois atores cujas disposições vinculam apenas os dois atores e não terceiros. Então, é necessário que esse novo TAC que está sendo proposto congregue os interesses de todos. Mais uma vez, como disse o Deputado Izalci, aqui todos têm razão. Precisamos encontrar um meio de combinar todas essas razões em um único sentido.

E, aqui, Senador, o assunto mediação, que conhecemos um pouquinho... Creio que não há outro caminho mais adequado do que a mediação. No momento em que V. Exª encabeça, guia, lidera uma audiência pública como esta, V. Exª se manifesta como alguém que é, acima de tudo, um mediador, que deve, então, ponderar todos os interesses e trabalhar para a construção de um acordo que efetivamente possa sintetizar os interesses de todos nós aqui presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado ao Dr. Carlos Divino.

Eu queria, em nome disso, Carlos Divino, sugerir ao Dr. Edvaldo, que é o relações intergovernamentais aqui no Senado Federal e na Câmara, representando o Governador Rollemberg, que ele chame para um café todos os 25 debatedores que aqui se manifestaram, que representam toda a sociedade. Que ele diga a Rodrigo Rollemberg que estou propondo que ele tome um café conosco até o final da semana, para conversarmos sobre essa minuta, sobre esta audiência pública – aí vão estar o TJ, o Ministério Público, a PGR, todos nós, a sociedade, e os órgãos do Governo que aqui participaram. Então, eu quero sugerir a sua pessoa e a Bruna, que representa o Governador, que conversem com o Governador para dizer que gostaríamos de tomar um café todos nós que estivemos aqui debatendo para discutir essa saída, para ver se construímos alguma coisa objetiva para o Distrito Federal como fruto dessa tentativa de entendimento, como o Dr. Carlos Divino coloca. Bruna, eu queria que você levasse isso ao nosso Governador Rodrigo Rollemberg. Se ele der o sinal positivo, o meu gabinete se encarrega de ligar para todos que aqui vieram, os nossos debatedores, para esse café na data em que ele puder nos receber.

Pessoal dos órgãos do Governo Federal, alguém quer fazer alguma réplica? Não?

Dos órgãos da sociedade, alguém quer fazer uma réplica?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Luciano, rapidamente.

O SR. LUCIANO CAVALCANTI – Senador, primeiro, eu queria agradecer a presença de todos, agradecer ao senhor pela iniciativa, brilhante iniciativa, e dizer que o pessoal do Sol Nascente, do Pôr do Sol, do Morro da Cruz, do Porto Rico, como eu estava dizendo ao Dr. Carlos, espera que o Governador se sente para conversar, porque não adianta querermos fazer uma mediação – não adianta eu, que sou doutor em mediação –, fazer uma minuta, fazer uma avaliação com coisas, com projetos tão velhos, 2007, 2008... Nós temos projetos em que precisa ser observada a mudança. Nós estamos falando agora, por exemplo, do Pôr do Sol que está em vias de começar a obra com o dinheiro do BID, que foi liberado, mas, quando abrimos o mapa da Agefis, há muita área que está fora da poligonal. O que é mais importante – estava falando com o Dr. Carlos – é que ou se derruba tudo ou não se derruba nada, porque o *site* da Agefis informa que está passível de desapropriar de julho de 2014 para a frente. Então, o que acontece? Se é de julho de 2014 para a frente, temos que entender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que é da época em que o PDOT foi feito até agora. Ou é todo mundo ou é ninguém. Senão, ficamos vendo... Os projetos não vão beneficiar ninguém, estão querendo derrubar todo mundo. Então precisamos nos sentar para atualizar o PDOT urgentemente. Eu queria pedir ao senhor para diminuir esse tempo, que é de no mínimo dez anos. O PDOT só pode mexer depois de no mínimo dez anos. Então, precisamos diminuir esse tempo para trabalhar com a questão fundiária do Distrito Federal. Senão, não poderemos fazer muita coisa.

E só informar que a Agefis é o órgão de fiscalização, e quem faz os programas habitacionais, só para reforçar, é a Secretaria de Habitação. Não é prerrogativa da Agefis fazer isso. A prerrogativa da Agefis é cumprir ordem. Então, a Agefis só cumpre ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

João do Violão, última réplica da sociedade.

Depois do João do Violão, o nosso Izalci. E concluímos os trabalhos.

O SR. JOÃO GOMES PEREIRA – Eu só queria mais uma vez, Senador, agradecer em nome das cidades-satélites Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Vicente Pires, Estrutural e das demais cidades do Distrito Federal.

Uma das nossas oradoras aqui lembrou de Itapoã, do Paranoá Parque com a água contaminada. Infelizmente, jogaram aquelas famílias sem estrutura nenhuma, e hoje está sobrecarregando a nossa cidade do Paranoá. Infelizmente, fizeram uma expansão do Distrito Federal naquela região, o que piorou a situação de vida daquela comunidade.

Eu quero, em nome da nossa comunidade e das nossas cidades-satélites, agradecer mais uma vez, porque é a primeira vez na minha história de debates sobre a questão fundiária, sobre a questão da legalização das terras que nós tivemos tanta representatividade da sociedade, do Governo, do Ministério. E a população dos condomínios também está de parabéns por participar conosco. Agradeço mais uma vez.

Eu tenho certeza de que juntos vamos conseguir a legalização das nossas terras aqui no Distrito Federal. Eu acho que essa audiência, esse café da manhã com o Governador vai ser uma coisa muito importante para a legalização das nossas terras.

Muito obrigado, uma boa noite a todos. E um feliz Natal e um Ano Novo repleto de realizações para todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Gente, eu queria, antes de passar a palavra para o Deputado Izalci para, em nome da Câmara dos Deputados, em nome do Parlamento, fazer a sua réplica, agradecer também à associação Ascomaver do Condomínio Vitória, lá perto de Brazlândia, que esteve presente aqui em massa.

Por favor, Deputado Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu quero mais uma vez quero parabenizar o Senador Hélio José, que deu prosseguimento ao nosso trabalho realizado na Câmara. Evidentemente, daqui para a frente, como foi dito aqui pelo nosso representante do TJ, Carlos Divino, nós precisamos buscar um entendimento.

Eu quero adicionar aqui só mais dois elementos: a Polícia Federal e as Forças Armadas. Eu tenho amanhã uma reunião, ao meio-dia, com o Ministro da Defesa, que já liberou esse trabalho, e também com o Ministro Dyogo, para que possamos, de fato, sair da audiência e partir para a solução. (*Palmas.*)

Tenho certeza de que, com a disposição do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Câmara Legislativa e também com a iniciativa do próprio GDF, que mandou aqui todos os representantes, juntamente com o Governo Federal, temos tudo para resolver e dar a essa população também uma tranquilidade para passar o Natal e o Ano Novo, sem preocupações, porque vamos trabalhar diuturnamente para resolver essa questão, que existe desde 1958, época em eu que estava nascendo.

Mais uma vez, parabéns a todos.

Obrigado pela presença de todos.

Vamos juntos resolver o que é melhor para o nosso Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Um abraço.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Um aplauso para o Deputado Izalci.

Davi Paes Silva, *Conflito e Vitória*. Queremos agradecer à senhora que nos doou este livro. Muito obrigado ao escritor, mas o livro foi trazido aqui e presenteado a todos os membros da Mesa pela Srª Clara. Muito obrigado, Srª Clara.

Espero que Deus nos ajude, que o bom senso prevaleça sempre. O Senado Federal vai estar sempre à disposição para poder colaborar. Quando levei ao conhecimento do Parlatino algumas violações, na minha visão, da Constituição brasileira e do Pacto da São José da Costa Rica, meu objetivo nunca foi o de confrontar e, sim, de construir um pacto para a situação dessa situação.

Acho que o Dr. Carlos Divino foi muito feliz, assim como o Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) também, na pessoa do Dr. Dênio, que se dispôs a se sentar conosco e construir.

Acho que o GDF deu um passo importante, mandando aqui o seu primeiro escalão. O Governo Federal deu um passo importante, disponibilizando-se ao diálogo e à construção durante todo o tempo.

Todos sabem que todas as prerrogativas ambientais do DF eram do Ibama e do ICMBio. Passamos essas questões para o Ibram e, a qualquer momento, se for preciso, podemos avocar as nossas prerrogativas.

Esperamos que possamos construir uma situação tranquila, construída na paz, pacífica, para termos o Brasil com um bom Natal e um bom Ano Novo.

Quero deixar registrado a todos que, no próximo ano, em março, vou estar fazendo uma outra audiência pública de acompanhamento desta, que espero, com essa audiência com o Governo Rollemberg, ande.

Muito obrigado a todos os presentes. Um forte abraço, um beijo no coração. Que tenhamos um bom Natal.

Bruna, muito obrigado em nome do GDF.

(*Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 110ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezesseis, no Auditório Petrônio Portela, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Paim e Humberto Costa e das Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa. Registra-se a presença dos Deputados Federais Celso Maldaner e Arnaldo Faria de Sá. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 132/2016, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: debater sobre: "As Propostas de Reforma da Previdência". Participantes: Elvino Bohn Gass, Deputado Federal (PT/RS) e coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Rural; Vilson Antonio Romero, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão, Presidente da Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social e Tributários; Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas - MOSAP; Baldur Schubert, Representante da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social no Brasil - OISS; Martha Seillier, Economista, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e Assessora-chefe da Assessoria Especial da Casa Civil da Presidência da República; Evandro José Morello, Mestre em Direito e Políticas Públicas, advogado, professor e assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Diego Cherulli, Diretor de Atuação Parlamentar do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP; Hugo Cifuentes Lillo, Advogado, professor da Pontifícia Universidade do Chile e delegado da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social no Chile - OISS; Carlos Garavelli, Médico, mestre em Gestão de Serviços de Saúde e Seguridade Social, reitor da Universidad de la Fundación Isalud, Argentina e diretor do Centro da Ação Regional da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social - OISS; José Devanir de Oliveira, Diretor de Assuntos Parlamentares do SINDIFISCO; Wagner Balera, Doutor em Direitos Sociais, mestre em Direito Tributário e professor de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP; Eduardo Fagnani, Doutor em Ciência Econômica, mestre em Ciência Política e professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Décio Bruno Lopes, Mestre em Direito Previdenciário, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da ANFIP; Sérgio Djundi Taniguchi, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e Diretor de Fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e Luiz Antônio Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos da ANAMATRA. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Bob Machado, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; José Castelo Branco Bessa Filho, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - Sindifisco Nacional; Marcos Antônio Lemos Fabri, Representante da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados – FENAJUD; Rita Felicetti, Representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil -ANFIP/DF; José Roberto Sodero, Representante do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial – SINDCT; e Antônio Rodrigues de Souza Neto, Secretário de Estado de Planejamento do Governo do Piauí. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Às dez horas e cinquenta e oito minutos, o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Fátima Bezerra. A reunião é suspensa às 13 horas e 10 minutos e reiniciada às 14 horas e 14 minutos, sob a presidência do Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra as Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa e os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e três minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Pedimos a todos que ocupem seus lugares, para que possamos dar início aos trabalhos. Também pedimos, por gentileza, que desliguem os sinais sonoros dos telefones celulares, por favor.

Obrigado.

Bom dia, senhoras e senhoras!

Esta é a audiência pública "Seminário Internacional de Previdência Social".

Já está presente à Mesa o Exmo Sr. Senador da República Paulo Paim, Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social no Senado Federal e também Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. (*Palmas.*)

Está presente também à Mesa o Sr. Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Sr. Vilson Antonio Romero. (*Palmas.*)

Convidamos a também tomar assento à mesa o Sr. Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Rural na Câmara dos Deputados, Deputado Federal Elvino Bohn Gass. (*Palmas.*)

Convidamos também a Srª Presidente da Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social e Tributário, Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão. (*Palmas.*)

Convidamos o Sr. Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas (Mosap), Edison Guilherme Haubert. (*Palmas.*)

Convidamos também o representante da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social (OISS), no Brasil, Baldur Schubert. (*Palmas.*)

Senhoras e senhores, em posição de respeito, entoaremos o Hino Nacional brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convidamos a tomar assento à mesa a Srª Presidente da Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social e Tributário, Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia a todos e a todas!

Vamos ver a repercussão aí embaixo deste meu bom-dia.

Bom dia a todos e a todas!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Começamos bem.

Desta forma, nós declaramos aberta a 110ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta é a 110ª Reunião. No ano passado, nós realizamos 150 reuniões e mais de cem audiências públicas; neste ano, também vamos na mesma linha. Pelo calendário de reuniões previstas, teremos mais ou menos também 150 reuniões e mais de cem audiências públicas. A média no Congresso é de 50 audiências públicas por ano. Além disso, temos nos preocupado em viajar por todo o País. Estamos já no segundo roteiro. Os 27 Estados estão debatendo temas como esse, até devido à conjuntura tão complexa do nosso País.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 132, de nossa autoria, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

debater as propostas da reforma da Previdência.

Com essa parceria que fizemos com as entidades, este se torna um seminário internacional, vinculando a Comissão de Direitos Humanos à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência no Congresso e à Frente Parlamentar da Câmara dos Deputados em Defesa da Previdência Rural, que é liderada pelo Deputado Elvino Bohn Gass.

É importante destacar que esta audiência pública, com essa parceria, está sendo realizada na forma de um seminário internacional e não teve custo nenhum para o Senado da República. Muitos têm a mania de achar que, porque é coisa pública, não há limite. As entidades que estão aqui, todas elas, ajudaram a patrocinar este evento em toda a sua extensão. O que o Senado fez foi só conseguir o espaço e o sistema de comunicação da Casa.

Por isso, peço uma grande salva de palmas às entidades que patrocinaram, na íntegra, todo este seminário. (*Palmas.*)

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Em um primeiro momento, nesta Mesa, vai haver mais uma saudação de abertura. Em seguida, o Romero, que aqui representa a Anfip, mas também inúmeras entidades – ele foi um dos organizadores do evento –, vai explicar como vai funcionar o nosso seminário.

Então, é com satisfação que cito os participantes da Mesa neste momento.

O Deputado Federal Elvino Bohn Gass é Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Rural.

Peço uma salva de palmas a esta Mesa. (*Palmas.*)

O Vilson Antonio Romero me procurou, em um primeiro momento – sempre dou a César o que é de César –, naturalmente junto com outras entidades, para realizar este seminário. Vilson Antonio Romero é Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). (*Palmas.*)

Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão é Presidente da Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social e Tributário e também trabalhou muito, muito, para ajudar a organizar o seminário. À Maria Inez nossas palmas! (*Palmas.*)

Edison Guilherme Haubert é Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap). Todo mundo conhece o trabalho histórico que ele vem fazendo. (*Palmas.*)

Baldur Schubert é representante da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social no Brasil (OISS). A ele nossas palmas! (*Palmas.*)

Parabéns pelo trabalho que faz, sem fronteira!

Pessoal, este é um momento de saudação. Em seguida, o Romero vai explicar como vai funcionar o nosso seminário.

Lembro que, perto de meio-dia, terei de abrir outra sessão no plenário do Senado, e é uma sessão de homenagem, uma sessão importante, com pessoas que se destacaram fazendo o bem comum no nosso País. O pessoal deve ter o material, para me explicar melhor como vai ser a sessão lá.

Mas eu não poderia, pessoal, neste momento que estamos aqui com convidados, inclusive, de outros países, deixar de, nesta introdução, falar rapidamente sobre o que está acontecendo no Brasil.

O Brasil vive uma crise da maior gravidade no aspecto político, econômico e social. Eu, que vivi na época em que sofremos o golpe militar de 1964, dou-me a liberdade de falar isto neste momento: essas coisas a gente sabe como começam, não sabe como terminam. É grave a situação do Brasil. Situo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a todos que uma Presidenta eleita por 54 milhões de votos foi retirada do poder por este Parlamento. Independentemente do mérito, o Presidente da Câmara dos Deputados foi retirado do poder pelo Supremo Tribunal Federal. Isso não é pouca coisa, pessoal! Vocês devem olhar qual é o País do mundo em que aconteceu tudo isso em praticamente seis meses. Em seis meses! Agora, o Presidente do Senado é retirado também do poder por decisão de uma liminar do Supremo Tribunal Federal. Ex-Presidentes da Câmara e do Senado estão sendo investigados, e isso é divulgado pela mídia por todo o País. Onde estamos? A que situação chegamos?

É claro que sou um democrata e que vou defender sempre a democracia. Digo sempre: com a democracia, tudo; sem a democracia, nada! (*Palmas.*)

Que fique bem claro: ditadura nunca mais! Ninguém inventou no mundo ainda, podem ter certeza, um sistema melhor que a democracia. Se alguém souber de um sistema melhor que a democracia nos informe. Até hoje – eu já estou com 66 anos –, nunca vi alguém que me falasse de um sistema melhor que a democracia.

A situação no Brasil, de fato, é da maior gravidade, pessoal. Calculem: saiu uma Presidenta – e não estou aqui fazendo juízo no campo ideológico –, assumiu um Vice, que entrou com outro projeto de governo. Ele o encaminhou. Vocês todos estão sabendo o que nós, sim, consideramos uma pauta bomba neste Congresso. Todo mundo sabe as consequências da PEC 55: congelar os investimentos no País – e os convidados aqui de outros países podem refletir também – por 20 anos, com uma emenda à Constituição. Por 20 anos, não poderemos ter nenhum tipo de investimento. É congelamento total na saúde, na educação, na habitação, na infraestrutura e no salário dos servidores, dos aposentados e dos pensionistas por 20 anos!

Neste Parlamento, no Senado, estão discutindo jornada de trabalho intermitente. Isso significa o quê? Não vale mais nada, nem CLT, nem estatuto nenhum. Só vão valer as horas que você trabalhar; ele paga e manda você para casa. E isso está na pauta para se votar amanhã. Só não se votou isso na semana passada porque consegui trancar a pauta, porque entrei com um pedido de vista coletiva e também com um pedido de audiência pública.

Neste Parlamento, eles querem votar – isto diz respeito aos trabalhadores principalmente da área rural, onde isso ocorre mais, mas isto ocorre também nas cidades – e regulamentar o trabalho escravo. Para o azar deles, peguei a relatoria e disse a eles que trabalho escravo a gente não regulamenta, a gente proíbe. Que se proíba o trabalho escravo no Brasil e no mundo! (*Palmas.*)

Neste Parlamento, eles querem aprovar o negociado sobre o legislado: o que vale é só a negociação entre as partes. CLT, Constituição, nada mais vai valer. Só vai valer o que foi negociado entre as partes.

São tantos os projetos! Como esta aqui é uma saudação, como estou fazendo uma introdução, não vou falar disso, mas são mais de 70 projetos que vão nessa linha.

Há outro projeto – e vocês podem até perguntar: mas será que é verdade? – que visa a acabar com o horário de almoço dos trabalhadores. Querem acabar com o horário de almoço! Isso quem fala é representante da Fiesp, da CNI! E o projeto está nesta Casa. Só não se aprovou, porque entrei também com requerimento. Sabe o que dizem? O certo é que os trabalhadores entendam que têm de trabalhar com uma mão e de comer com a outra. É o que está aqui! É quase de não se acreditar. Mas tem nome e tem número. Não estou dando aqui o nome dos autores, mas isso é público. É só entrarem no *site,* na página do Senado, que vão ver quem é o autor e quem é o relator.

Há outro projeto para se acabar com o movimento sindical, com as organizações dos trabalhadores. Vejam a situação a que nós estamos chegando! Não pode haver nenhum tipo de contribuição para os trabalhadores. É como se um sindicato tivesse de se tomar uma associação esportiva ou beneficente, e aí vai ver quem vai ser sócio ou não. É isso que eles querem.

Estou trancando a pauta. Segurei quatro ou cinco projetos, mas, agora, apareceu mais um, que seria votado na semana passada. Para o azar deles, cheguei lá correndo, e conseguimos trancar também esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Não bastasse tudo isso – vou parar por aqui, porque não dá para falar de tudo; este seminário vem no momento adequado –, ontem, eles decidiram mandar a reforma da Previdência para esta Casa. A PEC 55 está vinculada à reforma da Previdência; uma não sobrevive sem a outra. As duas são bombas para o povo, para os trabalhadores. Eles querem – resumidamente, vou lembrar dois itens, pelo menos – determinar a idade de 65 anos para se aposentar e querem – é aquilo que foi anunciado, porque oficialmente isso vai chegar aqui hoje – que as pessoas contribuam por 50 anos. Foi o que me falaram nesta manhã. São 50 anos de contribuição! O trabalhador rural calcula já: ele só vai poder se aposentar com 65 anos e terá de começar a trabalhar com 14 anos, com 15 anos.

É isto mesmo: são 50 anos de contribuição. As aposentadorias especiais praticamente desaparecem, e todos terão de ter, no mínimo, 65 anos de idade. E ainda vem aquela frase: «Se o IBGE disser que a expectativa de vida aumentou, aumenta também a idade.»

Esse é o resumo dessa tal de reforma que eles querem fazer.

Termino, dizendo que a vida tem dessas coisas. Como o Presidente do Senado foi afastado, quem assume é o Vice-Presidente Jorge Viana, que é um Líder no campo da oposição no Brasil. A oposição é minoria, mas passará a presidir o Senado e, consequentemente, o Congresso.

Falei muito ontem com Jorge Viana, junto com outros Senadores. Ele não terá nenhuma posição de atropelar a maioria, mas ele vai pedir para rever a pauta bomba que está colocada. Se depender de mim, tem de rever toda a pauta bomba, inclusive a PEC 55, inclusive a PEC 55. (*Palmas.*)

Às vezes, dizem que Deus escreve certo por linhas tortas. Estava tão torto tudo isso, que Deus veio e deu uma acertada no prumo. Pelo menos, a minoria agora vai presidir o Congresso Nacional.

Com esta fala, pessoal, eu apenas lembro a todos que nós, que somos minoria, temos hoje cerca de 20% dos votos na Câmara e no Senado. Então, esse movimento de fora para dentro, como esse que vocês estão fazendo aqui, é fundamental para o equilíbrio. Não é para ninguém atropelar ninguém, mas, pelo menos, há um equilíbrio no Congresso Nacional e na sociedade.

Sinto também quando vemos a fragilidade do Executivo, que não tem comando mais. Vocês sabem que ele não tem comando. E não falo isso porque eu sou da oposição ou porque eu era do governo anterior. Não há comando! Calculem como eles estão hoje, sabendo que estão mandando a reforma da Previdência e que caiu o Presidente do Senado!

As denúncias surgem todos os dias, e não vou citar nomes aqui. Todos os dias, estoura uma denúncia, principalmente em cima do chamado núcleo que, em tese, estaria dirigindo o País.

Eu sou daqueles que não se arrependem nem por um minuto. Quando vi que a crise estava instalada, eu, um grupo de Senadores e alguns Deputados defendemos a tese, Romero, das eleições diretas. Não queriam Dilma, mas não dava também para apostar no grupo que estava para entrar, para dirigir o País no momento, porque todos nós sabemos o que aquele grupo representava. O que eu disse? Nós apresentamos duas PECs – a PEC 20 e a PEC 15 – para fazermos eleições gerais em todos os níveis. Por mim, renovava-se tudo. Se a Constituição permitisse, elegeríamos, inclusive, um novo Congresso e também o Presidente e o Vice-Presidente da República pelo voto do povo. Deixaríamos o povo escolher. (*Palmas.*)

Assim, não teríamos chegado à bagunça em que o nosso País está neste momento.

Então, de imediato, vou passar a palavra ao Romero, para ele informar a todas as entidades, com a sua coordenação, e aos outros companheiros como vai funcionar o nosso seminário no dia de hoje.

Em seguida, passarei a palavra para a Mesa. (*Palmas.*)

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Bom dia, Senador!

Bom dia a todos e a todas!

Bom dia, Deputado Elvino Bohn Gass!

Bom dia, meu amigo Schubert!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Parece-me que os gaúchos estão dominando a Mesa. Estão aqui o Dr. Schubert e o Dr. Haubert. O Schubert não o é. A Maria Inez vem de Goiás.

De qualquer forma, acho que o momento é oportuníssimo, senhoras e senhoras, para iniciarmos um debate consistente sobre a questão. Ontem, ficamos até cerca de 20h no Palácio, pois estava sendo apresentada a reforma. Temos a grata honra de contarmos aqui com a presença da digna representante da Casa Civil, que, em seguida, falará.

Teremos quatro Mesas ao longo do dia.

Na primeira Mesa, está a Srª Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil, Drª Martha Seillier. Depois, juntamente com ela, está o representante da Contag, dos ruralistas, o assessor Dr. Evandro José Morello. Esta Mesa é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário.

A seguir, teremos a grata presença, em parceria com a Organização Iberoamericana de Seguridade Social (OISS), dos companheiros da América Latina. Do Chile, veio o Dr. Cifuentes Lillo; e da Argentina, o Dr. Garavelli, o Dr. Carlos Garavelli, que nos darão um panorama do que a Organização Ibero-Americana de Seguridade Social (OISS) tem avaliado ao longo do tempo. Isso o Baldur nos dirá em seguida.

Sob a coordenação da nossa querida Fundação, no início da tarde, teremos a primeira Mesa abrangendo a previdência do regime geral e complementar, com a coordenação do Sindifisco Nacional, com a presença de Wagner Balera e do nosso Vice-Presidente de Seguridade Social, Décio Lopes.

Para concluir, não menos importante, a última Mesa contará com a presença do Dr. Eduardo Fagnani, professor da Unicamp, e do representante, que nos vai falar sobre previdência complementar, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Senador, ao longo dos períodos, os palestrantes, com exceção dos internacionais, falarão por 30 minutos. Após cada Mesa, será aberto um período para as interlocuções de, no máximo, 10 minutos. As perguntas serão feitas por escrito, para que possamos dar agilidade ao evento e para, de fato, termos um perfeito aproveitamento.

Isto veio a calhar, acho oportuníssima a iniciativa, mas este debate não se esgota aqui. Este é o pontapé inicial. Há pouco, estávamos falando com as parceiras – são cerca de 34 parceiras deste evento – que faremos seminários com focos específicos: um sobre regime geral, outro sobre previdência rural, outro sobre previdência complementar e sobre regimes próprios, para efetivamente esgotarmos esses debates no âmbito do Congresso Nacional.

Senador, muito obrigado, acho que podemos seguir com a abertura dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Romero, Presidente da Anfip. Vilson Antonio Romero é Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal.

Ainda informo que combinei no Senado – o evento seria às 11h, mas eu o joguei para as 11h30 – que vou abrir o Dia Internacional dos Direitos Humanos e entregar a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, em sua sétima edição. Presido também a Comissão dessa comenda. Como Presidente do Conselho, sou obrigado a estar lá às 11h30. Mas, com essa crise toda, provavelmente, à tarde, não haverá nada.

Então, eu só sairei às 11h30, horário em que nós praticamente concluiremos os debates. Depois do almoço, eu já me comprometo a voltar aqui novamente. Mas ficarei aqui até as 11h30.

Agora, vamos para o primeiro momento, que é a fala da Mesa. Vamos combinar um tempo aqui?

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Uns dois minutinhos, uma saudação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Será uma saudação. Ele disse dois minutos; vou dar cinco minutos.

Então, terá cinco minutos cada um dos convidados da Mesa para fazer a saudação, sem prejuízo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de eles participarem depois, naturalmente, intensamente dos debates sobre o tema.

Passo a palavra, primeiro, para o Deputado Federal Elvino Bohn Gass, Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Rural. (*Palmas.*)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Bom dia a todos e a todas!

Eu quero, em nome do Senador Paim e do Romero, saudar todos pelo evento, pela organização, pela capacidade de articular tantas entidades nacionais e internacionais para um debate tão importante.

O debate da Previdência tem a ver com as nossas vidas. Por isso, é suscetível a mobilizações, a atenções especiais. Todos nós, cada um de nós está preocupado com a sua vida, com a sua família e com as novas gerações. E é fundamental que a gente possa fazer este debate.

De forma muito especial, quero saudar o Senador Paim, que é um viajante por este País. Em todos os rincões deste País, junto com as entidades, ele faz audiências, recolhe sugestões, faz debates, levantando as angústias que as pessoas têm. Portanto, essa é a primeira manifestação que eu queria fazer.

Segundo, concordo plenamente com a observação sobre o quadro político, econômico e social do Brasil. Por isso, só tenho uma coisa a dizer: o Governo, sem legitimidade, deveria suspender toda e qualquer proposta de reforma colocada neste momento. (*Palmas.*)

Não há nenhuma possibilidade de nós debatermos. Digo isso aos meus queridos companheiros da Contag, dos movimentos dos agricultores familiares e das mulheres trabalhadoras rurais. Eu queria dizer isto para o País e para todos vocês: não há nenhuma possibilidade de nós tirarmos do agricultor familiar – aos 55 anos, a mulher; aos 60 anos, o homem –, neste momento, o seu salário mínimo nessa idade, quando quem está planejando essa alteração já está aposentado aos 51 anos, aos 53 anos, aos 50 anos, recebendo um salário de R$20 mil. É inaceitável! (*Palmas.*)

Senador Paim, quero dizer aqui o que eu disse ontem em uma reunião: quando se trata dos pequenos deste País, mínimo é mínimo. Salário mínimo é mínimo. Mas, quando se fala nos grandes, teto não é teto. Vocês perceberam isso? Para o povo, mínimo é mínimo, e cumpra-se a lei. Quando é para os grandes, o teto não é teto, há um sobreteto, um superteto, um triteto. Enfim, vão quadruplicando os tetos, e nós chegamos a exageros de aposentadorias que não se chamam direitos, chamam-se privilégios.

Quero dizer que entro neste debate, como Presidente da Frente Parlamentar da Câmara dos Deputados, com este intuito: nós precisamos pensar o futuro, nós precisamos pensar a estabilidade do futuro, da seguridade como um todo, porque é um sistema que engloba saúde, previdência e assistência. Nós podemos fazer esse debate, mas, antes de fazer o debate e de querer imprimir como responsáveis do déficit ou da crise os que recebem o mínimo, quero, primeiro, saber como estão as desonerações, como estão os desvios, como estão as sonegações, como é que estão aqueles que não contribuem quando exportam, que são os grandes fazendeiros. Esse é o debate que a sociedade brasileira tem de fazer. A partir daí, tendo visto, de fato, qual é a real situação, tirando todos os privilégios, nós vamos, então, discutir, democraticamente, a estabilidade do futuro. Então, esse é o debate que nós precisamos fazer.

Especificamente, nós ainda não temos, como o próprio Senador disse aqui, a proposta da agricultura, porque ela ainda não veio. Se ela não veio, deve haver muita confusão, por não terem ainda conseguido acertar a proposta. Mas ela já está registrada, já tem número, foi protocolada ontem. A ideia está na PEC 876, que já está registrada.

Dizem até agora que o agricultor, que a trabalhadora rural vai ter de trabalhar até os 65 anos. Fiquei pensando e fazendo um cálculo: ela começa a trabalhar aos 16 anos – na verdade, ela começa a trabalhar antes; não vou falar que começa a trabalhar antes para ninguém dizer que defendo o trabalho infantil –; começando a trabalhar aos 16 anos, aos 55 anos, Senador Paim, ela já terá trabalhado por 39 anos. Se agora a idade vai para 65 anos, ela vai trabalhar por 49 anos, e 49 mais 65 não dá a tabelinha que todo mundo fala e elogia, a de 85 pontos. A tabela da trabalhadora rural vai ser de 114 pontos, enquanto, há pouco tempo, votamos 85 para mulheres e 95 para os homens. Então, é inaceitável que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a gente faça esse processo.

Segundo, quanto à contribuição, como vou contribuir se não tenho produção durante o ano? Se eu não tenho contribuição, uma renda, uma venda do meu produto agrícola, então não vou ter aposentadoria? Eu falo também da permanência, da sucessão do jovem no campo. Qual é a estabilidade? Isso também é importante para ele.

Igualar a idade da mulher à do homem, quando ela ainda tem uma tripla jornada, é inaceitável.

Então, por essas razões, por apenas essas que estou citando, porque aqui é uma saudação, quero dizer para vocês da importância de nós termos o seminário. Nós, da nossa Frente Parlamentar da Previdência Social, coirmã da grande Frente Parlamentar da Previdência, presidida pelo nosso querido Senador Paim, estaremos, sim, andando este País para fazer este real debate da seguridade e da estrutura de futuro, pois se imprime uma ideia falsa de que o mínimo tem de ser cumprido e de que o teto tem de ser flexibilizado. Nós queremos o real debate, para, com isso, construir uma Previdência segura, séria e responsável para toda a Nação brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Elvino Bohn Gass, Deputado Federal, Coordenador da Frente Parlamentar Mista, que conhece bem o tema. Ele ficou exatamente em cinco minutos. Merece até outra salva de palmas, para os outros o copiarem, para todos poderem falar. (*Palmas.*)

Passo a palavra agora, para fazer sua saudação de cinco minutos, à Presidente da Fundação Anfip de Estudo da Seguridade Social e Tributário, Drª Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão.

A SRª MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO – Bom dia! Muito obrigada.

Cumprimento a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, um grande defensor dos trabalhadores.

Há pouco tempo, conheci o Deputado também. Eu me impressiono com o Deputado, com o quanto ele conhece a situação previdenciária rural, principalmente no Rio Grande do Sul.

É um grande prazer estar aqui. Foi uma conquista mesmo contarmos com a presença de várias entidades. São por volta de 80 entidades congregadas nesta Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social.

É um momento muito importante no País, como já foi citado. Ontem e hoje, a televisão mostra, desde cedo, qual a reforma que o Governo pretende. Vários pontos já foram apresentados, e muitos são muito maléficos ao trabalhador. O trabalhador brasileiro tem salário baixo, recebe uma remuneração conquistada com muito suor. A maioria, que é de trabalhador braçal – não é trabalho intelectual –, teria a aposentadoria adiada, já com uma condição física não muito boa.

Então, precisamos pensar, primeiro, a Previdência como uma grande distribuição de renda. Eu acho que o maior gatilho existente neste País para a distribuição de renda são os benefícios previdenciários: são R$28 milhões, mais do que isso já este mês, de Previdência e mais quase R$5 milhões de benefícios assistenciais, que são distribuídos mensalmente, pontualmente. Então, são mais de 32 milhões de famílias que recebem o benefício em sua casa, e mais de 60% desses benefícios são de um salário mínimo. Então, estamos pensando em cortes em benefícios que levam o salário mínimo para a compra da mercearia da família.

Eu acho que este País é muito grande, muito rico, e não é isso que é a necessidade atual deste País. A metade do Orçamento da União é gasta com rolagem de dívida e com juros, pouco mais de 40% são gastos com isso no Orçamento da União. E agora vai se cortar do pobre? O maior juro do mundo está sendo pago pelo Governo brasileiro.

Então, temos de repensar: de quem tem de ser exigida a reforma fiscal? Eu não entendo que seja no benefício previdenciário. Enquanto isso, há bilhões e bilhões – parece-me que são R$500 bilhões, como está no livro; já esqueci – de estoque de dívida que não são cobrados. E há um detalhe importante: anualmente, está se cobrando 1% desse estoque de dívida. Então, se grandes devedores... Se 50% desse estoque não são executáveis, se não há mais bem a penhora, pelo menos R$200 bilhões devem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ser executáveis. Por que não agilizar uma execução tributária mais rápida? Por que não pensar em como conseguir arrecadação? Temos 27 milhões de brasileiros fora da Previdência Social, trabalhando, sem contar os desempregados. Vinte e sete milhões estão alijados ainda da Previdência Social. Se não houvesse a arrecadação destes, não seria já uma grande solução?

Então, há várias outras soluções para serem pensadas. Precisamos de um seminário como este e de inúmeros outros. Estamos montando documentos nesta Frente Parlamentar com várias entidades. Logo, deve sair o segundo. Temos de combater isso, porque não é o povo mais pobre do Brasil que tem de fazer essa reforma fiscal. Não é este o momento para isso.

Precisamos de uma reforma tributária por quê? É o assalariado que paga o maior percentual de tributo da renda dele. Quase tudo que ele ganha, 40%, mais de 30%, é de tributo, e os grandes não pagam.

Então, temos coisas demais para discutir, e há palestrantes maravilhosos, doutores e especialistas, para falarem para nós hoje.

Muito obrigada pela presença. Continuemos até o final nesta luta forte! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Maria Inez Rezende Dos Santos Maranhão, Presidente da Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social e Tributário.

As mulheres sempre se destacam pela forma objetiva com que falam.

Então, peço uma salva de palmas para as mulheres. (*Palmas.*)

Vai esquentar o ambiente aqui.

Com a palavra Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap).

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Bom dia a todos e a todas!

Saúdo a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim e do Vilson Romero, que são os organizadores deste grande seminário que se fará hoje no Senado Federal.

Quero saudar os demais membros: o Deputado Bohn Gass, do Rio Grande do Sul; o Schubert; a Maria Inez.

Saúdo todos em nome do instituto Mosap (Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas). Também tomo a liberdade de saudar todos em nome da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), que representa os trabalhadores do Regime Geral. Eu não tenho procuração para isso, mas eu gostaria de inserir a Cobap neste momento, porque também a reforma que está proposta vem atingir violentamente todos os segmentos dos trabalhadores brasileiros, públicos e privados.

Eu, como Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Aposentados, quero saudar também todas as entidades do serviço público, seus dirigentes que aqui estão, o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. Quero dizer que nós, do Mosap, estamos também solidários com todos pela forma como esta proposta de emenda à Constituição vem sendo apresentada através da imprensa.

Todos os dias se fala principalmente dos pontos fundamentais, e um deles é a idade de 65 anos. Não vou discorrer sobre isso, porque todo o mundo já sabe, mas acho que é uma violência contra a dignidade do ser humano que é trabalhador, tanto público quanto privado. Ele terá de se aposentar somente após os 65 anos, em razão da longevidade de nós brasileiros, tão propalada por aí, que me parece que não é tão acentuada assim, devido aos grandes problemas que ainda existem em matéria de saúde e em matéria de Previdência também e, sobretudo, às deficiências e às diversas dificuldades com que todos nós, tanto aposentados quanto pensionistas, sofremos.

Eu queria me ater à nossa PEC 555, para me contrapor à PEC 55, do Senado Federal, que não tem 60 dias de existência no Senado Federal e que já está praticamente no seu término de aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

no processo legislativo.

É impossível nós imaginarmos, é impossível um aposentado, um trabalhador do campo, os trabalhadores rurais, um trabalhador das fábricas, um trabalhador do serviço público imaginarem que, somente daqui a 20 anos, vai haver a possibilidade de se fazer algum reajuste dos nossos parcos salários.

O Mosap se posiciona radicalmente contra essas propostas, em defesa da dignidade do servidor público aposentado e pensionista, sobretudo da pensionista. Também se propõe que sejam 50% somente da pensão, como se, morrendo o sujeito, não haveria mais nada o que gastar. Portanto, podemos cortar 50%. Assim também querem aumentar a própria contribuição do aposentado acima dos 11%, e podem ser 14%, podem ser 50%.

Eu queria, fundamentando nossa preocupação, dizer que concordo com o Presidente Michel Temer, quando, em 2003, ele publicou artigos defendendo a nossa posição que defendíamos tanto no Congresso quanto no Supremo Tribunal Federal – e perdemos tanto aqui quanto lá – em relação aos atos jurídicos perfeitos, que são as nossas aposentadorias, as nossas pensões. O Presidente Michel Temer publicou um artigo, dois artigos, aliás, em 2003, e os encaminhou a todos os seus correligionários, que são povo. Nós somos povo e, portanto, também acreditamos que ele, quando falava naquela oportunidade, falava corretamente e com consciência. Por isso, nesta oportunidade, solicito, peço que o Governo Federal, quando encaminha uma proposta dessas, leve em conta as afirmações do Presidente que está hoje no exercício do Poder Executivo, que é o Michel Temer. Lá ele diz que não pode ser modificado o ato jurídico perfeito por emenda constitucional ou por outras medidas legislativas.

Então, nós estamos aqui hoje para solicitar que o Congresso Nacional aproveite esta oportunidade e faça a devida correção em relação a esse ato jurídico perfeito que foi violentamente atingido tanto no Congresso quanto no Supremo Tribunal Federal. Como acreditamos que há sempre possibilidade de rever posições, esta me parece ser a grande oportunidade que o Congresso tem para se redimir de uma violação constitucional.

Espero que, hoje, o Presidente Michel Temer defenda o que ele disse em 2003. Vale o que foi dito e escrito naquela oportunidade. Não queremos que ele esqueça aquilo que ele escreveu. Como disse outro Presidente, queremos que ele cumpra o que diz a sua consciência, que ele siga a sua consciência, porque, quando ele escreveu esses artigos, ele os escreveu com muita propriedade, com muita consciência e, sobretudo, com muita justiça.

É isso que nós, servidores públicos, aguardamos, esperamos. Vamos lutar solidariamente com todos os demais segmentos aqui presentes hoje e com os que não estiverem presentes também, para que o Congresso Nacional não venha a cometer mais essas injustiças e rasgar a Constituição, tirando direitos sagrados de todos nós servidores e, sobretudo, atingindo, se aprovado tudo isso aí, a dignidade de nós, servidores, de nós, povo brasileiro.

Então, agradeço a oportunidade e desejo que todos nós façamos o nosso papel junto ao Congresso Nacional. Agora é a hora. Não vamos perder esta oportunidade, porque somos povo e, como povo, temos o direito de transitar nestas Casas, aqui e na Câmara, tranquilamente, para buscarmos o que é de justiça para o ser humano brasileiro e do mundo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), que mostra que há outros caminhos. E aqui tenho certeza de que, durante o dia, vamos debater, a não ser esta tal de PEC 55.

Agora, fala o representante da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social no Brasil (OISS), Sr. Baldur Schubert.

O SR. BALDUR SCHUBERT – Bom dia a todos e a todas!

Meu caro Senador Paim, Presidente desta Mesa, e colegas da Mesa, inicialmente, eu gostaria de lembrar ao auditório que esta Mesa é uma mesa de gaúchos e de uma gaúcha honorária, a minha amiga Presidente da Fundação Anfip, Maria Inez. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, representando o Brasil e o mundo.

O SR. BALDUR SCHUBERT – Pelo seu brilho, pela sua inteligência, ela representa as mulheres do nosso País.

A nossa organização, a Organização Ibero-Americana de Seguridade Social, é um organismo técnico especializado para países e instituições que falam os idiomas português e espanhol. É uma instituição sexagenária que contribui especialmente nas áreas de previdência, de assistência social, de riscos no trabalho e de saúde. Somos, portanto, uma instituição que apoia as pessoas, no mundo ibero-americano, com vistas à sua proteção social.

Nós, da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social, estamos muito felizes com o convite que nos foi feito para coparticipar deste importante evento. Trouxemos o que há de melhor na nossa casa, dois especialistas reconhecidos mundialmente. Um deles é o Prof. Hugo Cifuentes, do Chile, que é o Delegado da Organização Ibero-americana de Seguridade Social no Chile, que é um renomado professor, especialista em Previdência, uma pessoa conhecida no mundo ibero-americano que participou ativamente e conhece ativamente especialmente os últimos 40 anos do que foi feito no Chile.

Meu colega Carlos Garavelli, que é o nosso Diretor Regional para o Cone Sul, ex-Reitor da Universidad Isalud e é outro dos profissionais brilhantes que a nossa instituição traz para que vocês conheçam a realidade não só Argentina, mas também latino-americana. Com esses dois profissionais, nós estamos dando a nossa contribuição para a reforma brasileira. Importante é que esses companheiros, que trazem realidades diferentes e que vão apresentar os acertos e os erros, possam contribuir para o nosso entendimento. Cada terra com o seu uso, cada roca com o seu fuso. O fato de nós trazermos estas contribuições é importante, mas cabe a nós brasileiros definir o rumo da proteção social em nosso País.

Eu fico muito grato por este convite para participar deste evento, particularmente aos amigos Romero e Maria Inez, da Fundação Anfip, com a qual nós temos um termo de cooperação técnica. Ao Senador Paim e ao Deputado Elvino Bohn Gass, nossos conterrâneos, quero dizer que sabemos da importância do papel de vocês dois, pelo que vocês representam na seguridade social brasileira. E nós esperamos que vocês, com clareza, coloquem para o Parlamento as importantes contribuições que o País tem para forjar uma previdência que efetivamente atenda os anseios e as necessidades dos nossos conterrâneos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Baldur Schubert, representante da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social no Brasil.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – O Seminário tem a participação *(Fora do microfone.)* da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), da OISS (Organização Ibero-Americana de Seguridade Social), do Mosap (Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas) e da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos).

Com a permissão do Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, passaremos agora a chamar os participantes das primeiras Mesas deste seminário. Inicialmente, convidamos, como coordenador dos trabalhos desta Mesa, o Sr. Diretor de Atuação Parlamentar do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Diego Cherulli. (*Palmas.*)

Agradecemos a todos os integrantes da Mesa de abertura, que, neste momento, se deslocam da mesa.

Convidamos para falar sobre reforma da previdência, visão governamental, a palestrante Srª Martha Saillier. (*Palmas.*)

E para falar sobre previdência social rural, perspectivas e desafios, o Sr. Evandro José Morello. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De imediato, passo a palavra para o Coordenador desta Mesa, que é o Diretor do IBDP de Atuação Parla-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mentar.

Dr. Diego, com a palavra.

Diego Cherulli, me permita manter o sobrenome.

O SR. DIEGO CHERULLI – Muito obrigado, Senador, pela apresentação.

Bom dia a todos. É uma alegria do IBDP participar desse evento.

Queria inicialmente parabenizar a Anfip e as entidades organizadoras por esse brilhante evento que está acontecendo agora. Inicialmente, vou ler o currículo dos palestrantes. Cada palestrante terá 30 minutos para suas palestras, que será controlado pelo pessoal da Mesa e por nós aqui na coordenação.

A primeira palestrante é a Srª Martha Seillier, que é servidora pública federal, especialista em políticas públicas e gestão governamental, graduada em Economia e em Direito e mestre em Economia pela Universidade de Brasília. Ocupou, de 2011 a 2016, o cargo de diretora do Departamento de Regulação e Concorrência da Aviação Civil na Secretaria de Aviação Civil na Presidência da República. Atualmente, a Drª Martha Seillier ocupa o cargo de assessora chefe e assessora especial da Casa Civil da Presidência da República.

O segundo palestrante é o Sr. Evandro José Morelo, colega advogado e assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Colatina, Espírito Santo, Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub) e autor de diversos artigos relacionados ao tema da previdência social rural.

O IBDP, como instituição nacional de estudos jurídicos especializados em Direito Previdenciário e Seguridade Social, hoje nos soltou uma nota criticando a possível proposta de reforma que nós ainda não vimos o texto, mas já sabemos que há igualdade entre homem e mulher em 65 anos na idade e em outros critérios que enrijecem muito a concessão dos benefícios. O IBDP está sempre à disposição de todos na discussão.

Vamos dar inícios aos trabalhos, passando a palavra à Drª Martha Seillier. (*Palmas.*)

A SRª MARTHA SEILLIER – Bom dia a todos. Senador, obrigada pelo convite. Queria parabenizar a Frente Parlamentar Mista em defesa da previdência social por esse evento, pela oportunidade de trazer diferentes palestrantes de órgãos distintos para tratar de um tema tão importante para o Brasil.

Fico feliz de ver esse auditório cheio, de ver as pessoas participando da discussão desse tema com interesse, e queria dizer que a reforma da Previdência começou lá trás, ano passado tivemos um grupo de trabalho no Governo com técnicos especialistas da Previdências, das contas públicas, do orçamento se debruçando e constituindo um grupo de trabalho para entender em que ponto estamos com a nossa Previdência no Brasil e onde queremos chegar, como manter, como preservar os direitos da nossa Previdência diante dos números e da evolução das despesas, do orçamento do Governo nessa área. Então, há seis meses, tem toda uma equipe dedicada em resgatar todos esses estudos que foram feitos no passado e evoluir nessa proposta da reforma da Previdência do Governo.

Nesse período, nesses seis meses nós ouvimos muita gente, representantes de diversas áreas, diversos trabalhadores, pesquisadores, Parlamentares, empresários, mas foi só o começo dos trabalhos. Agora, com o envio da proposta ao Congresso, eu acho que é a oportunidade que o Governo vai ter de, nesta Casa, explicar os principais pontos da proposta e principalmente ouvir todos os interessados nessa proposta porque é natural que uma reforma da Previdência enviada ao Congresso passe por muita discussão, passe por revisão, passe por aperfeiçoamentos, por melhoras. Então, acho que o Governo não tem a perspectiva de sair dessas duas Casas com a proposta tal qual enviou porque é justamente aqui que a gente espera fazer um debate que permita essa atualização da legislação previdenciária com apoio da maioria das pessoas para que a gente possa evoluir.

Eu trouxe uma apresentação e, talvez, pela claridade da sala não seja muito fácil acompanhar, mas eu vou passando aqui os números com vocês. O primeiro ponto que nos leva a discutir a reforma da Previdência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vamos ver se tenha melhorado um pouquinho. Só não vale ficar com sono porque, a esta hora da manhã, vai apagando as luzes. Opa, opa, agora vão querer uma pipoca. Está com carinha de cinema. Obrigada.

O principal ponto que nos leva a discutir a reforma da Previdência é a discussão demográfica, a evolução da demografia brasileira. Não é algo que nos é típico, é algo que muitos países enfrentaram na medida em que a sua população envelhece e que vem nos acontecendo com uma certa velocidade, um pouco acima da média mundial o que nos preocupa um pouco mais.

O Brasil é um País que envelhece, mas que não enriqueceu na mesma celeridade com que vem envelhecendo. Em vários outros países a gente viu a mudança das regras previdenciárias, em países ricos que viram a sua população envelhecer, mas que tiveram condições de fazer as mudanças de formas transitória. Outros, não; outros países a gente acompanhou na televisão, a gente viu o que aconteceu na Grécia, a gente viu Portugal e tantos outros países que, de repente, tinham as suas previdências absolutamente quebradas e tiveram que retirar dos trabalhadores e dos aposentados percentuais de suas rendas para equilibrar as contas públicas.

Essa situação é a mais dramática que um País pode viver: você ter um trabalhador que, de repente, faz jus a um salário e recebe um percentual apenas desse salário porque o Governo não tem condição de pagá-lo ou mesmo o aposentado que já contribuiu a vida inteira, trabalhou a vida inteira e quando vai sacar a sua aposentadoria no final do mês vê a aposentadoria com 30% ou 20% a menos porque o Governo quebrou.

Nenhum Governo quebra da noite para o dia, existe toda uma questão de responsabilidade fiscal que é essencial para uma Nação e que a gente não pode deixar de lado de forma alguma.

Então, o desafio do Brasil hoje é como lidar com a nossa evolução demográfica, como lidar com o crescimento da nossa despesa pública sem que os nossos trabalhadores e os nossos aposentados tenham no final do mês um percentual de suas rendas retido por absolutamente incapacidade de o Governo pagar o que deve ao trabalhador? Essa é a nossa principal preocupação.

Então, a reforma que foi moldada no Governo, que foi enviada a esta Casa e que será amplamente discutida com todos vocês, tem como principal premissa não mexer com direito adquirido, ou seja, todos aqueles que já se aposentaram e todos aqueles que já têm hoje condições para se aposentar, mas preferiram se manter no mercado de trabalho, porque gostam do seu trabalho ou porque querem incrementar sua renda, eles não são atingidos pela reforma da Previdência, enviada pelo Governo.

A reforma atinge apenas aqueles que ainda não se aposentaram e, de forma transitória, em relação àqueles que estão perto de se aposentar e aqueles que, como eu, estão mais distantes. Eu entro neste detalhe um pouco mais à frente.

Então, quando a gente fala de envelhecimento da população – é esse primeiro eslaide –, a gente tem uma razão hoje de aproximadamente 11 adultos, na verdade, 16 milhões de idosos: pessoas consideradas acima de 65 anos. Então, a gente tem essa razão de idosos por adultos de 11,5. Como é que evolui essa razão até 2060? A gente tem um incremento de 11% para 44% dos nossos idosos, o que isso significa? A população brasileira está envelhecendo muito rápido e a gente teria que ter na contraparte, para ter a sustentabilidade do sistema previdenciário, muito mais jovens entrando no mercado de trabalho para compensar todos esses idosos que estão se aposentando.

Mas, se a gente passar ao próximo eslaide, a gente vê que na outra ponta da questão demográfica a gente tem a questão da natalidade, ou seja, a gente já viu que o brasileiro está vivendo mais anos que, após a sua aposentadoria ele permanece mais anos recebendo os benefícios do INSS ou, enfim, da RPPS e, do outro lado, as mulheres brasileiras estão tendo muito menos filhos e é uma mudança drástica em poucos anos.

Se a gente considerar os números da década de 60, no Brasil, as mulheres tinham em média 6,2 filhos. Então, em 1960, uma média por mulher era de 6 filhos, para a gente ter uma média de 6, tem gente tendo 10 filhos, tem gente tendo menos. Essa era a nossa realidade na década de 60, que não é tão distante assim dos tempos atuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Hoje, a média da natalidade da mulher brasileira está em 1,7, significa que, em média, as mulheres têm menos de dois filhos, algumas têm mais, outras não têm filhos, então, na média, a gente chega a esse número de 1,7. E como está evoluindo essa expectativa de fecundidade da mulher brasileira ao longo dos anos? É um gráfico decrescente, como mostra a curva, ou seja, cada vez menos, as mulheres estão tendo menos filhos. E o que a gente projeta para daqui a poucos anos é um número de 1,5.

Todos os especialistas em Previdência falam do que seria o ideal de taxa de reposição para manter um sistema previdenciário bem equilibrado, ou seja, quantos filhos as mulheres deveriam ter para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário, mesmo com a sua população envelhecendo. Normalmente esse número gira em torno de 2,1. Seria a taxa de reposição, então, a gente está abaixo da taxa de reposição do que se espera para um equilíbrio demográfico do sistema previdenciário e caminhamos para uma situação cada vez mais difícil, ou seja, as mulheres estão tendo cada vez menos filhos. Por que é importante que haja jovens entrando no mercado de trabalho? Porque a nossa Previdência não é um sistema de capitalização próprio.

Eu não estou contribuindo para a Previdência todo mês para a Previdência que eu vou receber quando eu me aposentar, não é assim que funciona o INSS. Eu contribuo todo mês para a Previdência de alguém que já está aposentado. O que eu estou pagando hoje cobre os custos de todas as aposentadorias, de todos os salários-maternidade, de todos os benefícios do INSS que já estão sendo pagos hoje. Então, é uma geração financiando a outra. Se a geração mais velha está aumentando muito e a que vai financiá-la no futuro está diminuindo, a gente necessariamente tem um problema nas contas da Previdência. E por isso a gente fala da necessidade de reformar a Previdência: de alguma forma, para que as pessoas que estão contribuindo possam contribuir de forma a garantir que todos aqueles que já se aposentaram não sejam afetados e que também eu, como pessoa que vou me aposentar daqui a muitos anos, eu quero ter a garantia de que, lá na frente, quando eu precisar desse sistema, exista uma base de jovens que consigam sustentar não só eu, mas todas as pessoas da minha idade que vão estar aposentadas naquela época. Então, esse é o desafio demográfico da reforma da Previdência.

O próximo eslaide mostra justamente essas pirâmides etárias: então, a primeira pirâmide é justamente da década de 60 – perdão, começo já na década de 90; vocês veem a pirâmide etária com essa forma bem piramidal, ou seja, lá na base da pirâmide são os jovens, lá em cima da pirâmide são as pessoas mais velhas. A gente vê uma população jovem grande, sustentando toda a demanda de recursos de uma população mais velha. Essa é uma pirâmide etária com a qual você consegue sustentar um sistema previdenciário sem grandes problemas. É o que nós tínhamos na década de 90 no Brasil.

Já na sequência, o segundo – pode passar – mostra o tanto que a nossa pirâmide etária vai achatando. Até no limite, na década de 60 todas as estimativas demonstram que a nossa pirâmide etária quase vira do avesso. Que é que isso significa? Que na base da sustentação da demografia nós temos menos jovens do que pessoas mais velhas, pessoas idosas. Então, como a gente paga essa conta? – essa é a grande pergunta que a gente deve se fazer.

Eu vou dar um exemplo para vocês da minha mãe: minha mãe é professora aposentada. Ela se aposentou aos 50 anos. Ela contribuiu por 25 anos. Tudo certo com a minha mãe: ela cumpriu exatamente as regras da legislação atual da Previdência. Ou seja, ela contribuiu por 25 anos, é professora e se aposentou aos cinquenta. Hoje está exercendo diversas atividades, porque minha mãe é uma pessoa jovem, viva, corre no parque, faz corte e costura, vai para a igreja, ajuda as pessoas. Mas ela está aposentada. Eu espero, como é a minha mãe, que ela viva até os 100 anos. Eu acho bem razoável que ela chegue até lá. Então, ela se aposentar aos 50, ela vai ficar 50 anos recebendo os benefícios da Previdência Social. Ela contribuiu por 25 anos. Ela contribuiu com 100% da renda dela? Claro que não. Durante todo o período que ela contribuiu para a Previdência Social ela contribuiu com um percentual. Alguns contribuem com 8%, outros com 11%. Então, por 25 anos ela contribuiu com 11% e, se Deus quiser e abençoar minha mãe, por 50 anos ela viverá muito bem, recebendo quase 100% da renda dela. Quem paga essa conta? Eu, todos nós que estamos contribuindo hoje para a Previdência Social. Como garantir esse sistema: a população envelhecendo e cada vez mais pessoas vivendo 40, 50 anos após suas aposentadorias e recebendo os benefícios da Previdência Social graças à contribuição daqueles que estão inseridos no mercado de trabalho? Então, esse é o nosso desafio.

Eu vou passar para o próximo eslaide e mostrar um pouco da tendência internacional em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a essa questão da idade mínima.

Vai ser difícil vocês enxergarem daí, porque está muito pequenininho, mas o que esse eslaide mostra? Que vários países já trabalham hoje com idade mínima beirando os 70 anos e, quando a gente olha para uma média mundial, o número de 65 anos aparece como algo, para o qual vários países já migraram e aquele que não migrou, está a caminho de.

Então, esse número dos 65 anos – apesar de, às vezes, impressionar – é uma tendência mundial e já foi adotado no Brasil lá atrás. Na década de 30, havia regras no Brasil de aposentadoria em que se estabelecia uma idade mínima de 65 anos. A diferença é que na década de 30 pouquíssimas pessoas viviam muito mais do que 65 anos. E hoje, graças a Deus, isso é uma realidade, as pessoas estão vivendo muito mais do que os 65 anos.

O eslaide seguinte mostra também quais são os países do mundo que não exigem uma idade mínima para aposentadoria. Então, vamos olhar para todos os outros países do mundo e ver quais adotam regras similares às do Brasil. A gente encontra Argélia, o Egito, o Equador, o Irã, o Iraque, a Arábia Saudita, a Síria. A Itália está migrando já para o regime de idade mínima e a gente tem a Sérvia aqui.

Então, nós não somos maioria, internacionalmente, com o nosso regime de se aposentar sem uma idade mínima. O caso da minha mãe, que se aposentou aos 50 anos, como professora, é um caso que a gente não encontra algo similar em outros países. Então, por isso esses eslaides para trazer as tendências em outros lugares.

O eslaide seguinte vem tratar do déficit da Previdência. Esse número é muito questionado, porque existe toda uma discussão metodológica em relação ao déficit da Previdência, ao déficit da Seguridade Social. Tem que se considerar também os recursos destinados à saúde, à Assistência Social, mas esse gráfico considera tudo o que se arrecada dos trabalhadores e dos empregadores em relação à Previdência e tudo o que se gasta com os benefícios da Previdência Social. Neste caso, RGPS.

Então, o que a gente vê em azul é o RGPS urbano e o que a gente vê em vermelho/laranja é o RGPS rural. Apesar de o rural saltar aos olhos, com uma tendência crescente de déficit, o Urbano também preocupa, porque ele vem de uma trajetória de déficit já nos anos 2002 a 2007, se recupera um pouco, mas agora, de 2014 para 2015, tem uma queda abrupta. Em 2016, a gente espera que esteja novamente negativa.

O rural, acho que é mais natural que se espere que não se tenha um superávit pela condição do trabalhador rural. A gente sabe que muita gente trabalha, vive de uma agricultura de subsistência, a gente sabe que muitos rurais contribuem com uma parcela de sua produção e muitas vezes não estão comercializando a produção. Então, já era de se esperar que nós tivéssemos algum déficit no rural, mas nessa proporção, ascende uma luz de que algo precisa ser feito.

Em 2015, nós tivemos 92 bilhões de déficit do rural, então, quando a gente diz que o déficit da Previdência ficou na casa dos R$85 bilhões, R$86 bilhões, na verdade, foi porque teve um pequeno superávit na Previdência urbana neste ano.

O gráfico seguinte mostra também o déficit da União, além dele, nós temos os déficits dos Estados, dos Municípios. Então, a gente vê que o crescimento do déficit de 2006 a 2015 praticamente duplicou em uma década. Como sustentar um crescimento tão rápido dessas dívidas ao longo dos anos?

O eslaide seguinte traz a despesa anual com benefícios da Previdência urbana e rural. Por que eu quis trazer esse número? Porque a gente fala muito dos R$85 bilhões do déficit de 2015, da expectativa de R$150 bilhões de déficit em 2016, mas quanto a gente está gastando? O déficit é a diferença entre o que se arrecadou e o que se paga de benefício. Então, a gente está pagando mais do que está arrecadando.

Quanto se gastou no total? Foram, só em 2015, R$436 bilhões com os benefícios previdenciários do RGPS – não estão incluídos aqui os benefícios previdenciários da União, dos Estados, etc. O que são R$436 bilhões? Esses números não fazem parte da nossa realidade. Antigamente, a gente falava em bilhão e parecia uma coisa de louco. O que são R$436 bilhões?

O eslaide seguinte mostra um gasto de 8% do nosso PIB, o que é um número muito relevante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

com uma trajetória de crescimento desse número para 21% do PIB, uma trajetória absolutamente insustentável de gasto. E se a gente comparar isso com outros valores? Quanto a gente gastou com medicamentos, com vacinas, com laboratórios, em 2015? A gente gastou R$12 bilhões – esses são gastos da União, descontos gastos pelos Estados e Municípios. Quanto foi gasto pela União, em 2015, com saneamento e habitação? Os gastos com o programa Minha Casa, Minha Vida e todos os outros investimentos em saneamento no Brasil inteiro chegaram a R$26 bilhões. Quanto gastamos com o Bolsa Família? Também R$26 bilhões. Seguro-desemprego: R$48 bilhões; gastos com educação da União: menos de R$60 bilhões; gastos com saúde: menos de R$100 bilhões. Isso é para vocês entenderem a dimensão dos gastos com a Previdência Social. A gente está gastando com a Previdência Social quase cinco vezes o que a gente gasta com saúde no Brasil; a gente está gastando quase dez vezes o que a gente gasta com educação neste País. Muitas vezes, eu vejo discussões relativas à preocupação da Nação com estes dois serviços tão importantes: saúde e educação.

Então, se a gente considera que os recursos públicos são recursos finitos, porque vêm do povo – isso é importante dizer... O que é o dinheiro público? O que é o dinheiro do governo? São poucos os recursos que vêm da própria produção do governo, das empresas do governo. O dinheiro do governo vem da população, vem das empresas, vem da arrecadação de tributos, de impostos, de taxas, de contribuição. Esse é o dinheiro público. Ele é finito, porque vocês também não têm capacidade infinita de pagamento.

Então, a gente tem um montante de recursos para gastar, mas o que a gente está fazendo hoje é gastar muito desses recursos com a Previdência Social. É importante? É claro que é importante. A Previdência Social é importantíssima, mas muitos dos que recebem esse benefício são, por exemplo, servidores públicos, como eu ou como minha mãe, que era professora, que tinham condições de trabalhar mais anos ou de contribuir mais para garantir a sustentabilidade disso e para garantir que os recursos do governo sejam, de fato, investidos em saúde, em educação e em tantas outras políticas importantes.

Então, não mexer com a reforma da Previdência é ver uma trajetória cada vez maior dos gastos com previdência e, consequentemente, menor com todas as outras políticas públicas do País. Quando a gente considera que a população está vivendo mais, está vivendo melhor, isso demanda mudanças. Esse é o motivo pelo qual nós estamos encaminhando essa proposta.

Vou pular um pouco o eslaide seguinte, que entra em detalhes da evolução dos gastos ao longo dos anos, e já passar para o próximo.

O próximo traz o *link* de um acordão recente do Tribunal de Contas da União, em que o TCU reconhece o desequilíbrio dos regimes de previdência dos servidores dos Estados, do DF e dos Municípios e registra toda a sua preocupação com isso.

Vou ler aqui um trecho:

> O diagnóstico que embasou o Acórdão 1.305/2016-TCU-Plenário demonstrou a rápida deterioração da situação atuarial dos Estados e Municípios da Federação. Novas estimativas disponíveis demonstram a continuidade do crescimento da déficit para Estados, DF e Municípios. Ao longo do período de 2011 a 2015, o déficit atuarial agregado dos Estados mais do que dobrou em valores correntes, superando 50% do PIB.

Por que eu trouxe esses eslaides? Porque muitas vezes a gente vê críticas à reforma da Previdência baseadas em questionamento de dados atuariais, baseadas em questionamentos do orçamento que o Governo apresenta, baseadas em questionamentos metodológicos. Então, a gente traz aqui uma avaliação recente do Tribunal de Contas da União, após uma análise atuarial, dizendo: União, algo tem que ser feito em relação à Previdência dos Estados e Municípios. A trajetória da dívida previdenciária é insustentável e nós não queremos ver o que aconteceu no Rio de Janeiro, o que está acontecendo no Rio Grande do Sul. Nós não aceitamos que os aposentados e os trabalhadores recebam apenas um percentual da sua renda porque o sistema quebrou. Então, o que você, União, vai fazer para evitar que o sistema da Previdência quebra e evitar que as pessoas que já têm direito adquirido percam os seus direitos? Esse foi o acórdão que nós recebemos do TCU não tem nem um mês e sobre o qual o Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tem que responder e apresentar uma proposta.

A proposta da Previdência não é uma liberalidade do Governo, que simplesmente acha interessante rever normas e rever direitos. Não, é uma preocupação muito grande observar a trajetória dos números, ver como outros países se comportaram ao retardarem as suas reformas e entender que quanto mais empurrarmos essa reforma para debaixo do tapete mais a população vai sofrer com as consequências dela.

Então, normalmente, o Governo não gosta de trabalhar com pautas que são muito questionadas. Todo governista gosta de ver a população batendo palmas. É natural! Estou lançando um programa para o Governo, estou lançando o cartão reforma, estou investindo em hospitais e educação. As pessoas ficam felizes e assim tudo fica bem. Quando você fala: estou com problema enorme no Orçamento da União e eu tenho a preocupação de não conseguir mais pagar salários e aposentadorias e eu preciso mandar uma reforma para rever o sistema Previdenciário em decorrência disso, as pessoas reagem, elas não gostam. É natural! Elas vão às ruas! "O que vocês estão fazendo? Mas e o dinheiro da corrução? Mas e o dinheiro que é mal investido? Mas e as ineficiências? Não têm de resolver tudo isso antes de mexer com a Previdência?" É legítimo que isso aconteça. Vocês estão fazendo o papel de vocês. Eu também sou cidadão brasileira e me coloco nesse mesmo lugar. Mas não adianta mais empurrar esse problema para frente, porque quem, de fato, vai sofrer é quem não vai conseguir mais acessar esses recursos lá na ponta. Então, a gente não pode negar esse problema, a gente tem que enfrentá-lo. É por isso que o Governo tem buscado participar das audiências. Em todas as oportunidades que nos convidam, mesmo sabendo que às vezes a gente vem e vai ser muito criticado – e é normal que seja assim – para fazer esse tipo de esclarecimento, para se colocar à disposição e também para ouvir porque, mais uma vez, a reforma que veio hoje não é uma reforma escrita sobre pedra. Ela vai, necessariamente, ser repensada e alterada em função de tudo aquilo que foi discutido nessas duas Casas.

Acho que não preciso tomar muito mais do tempo de vocês. Porque o importante aqui, também, é ouvi-los. Queria passar para o eslaide que fala das premissas para a reforma.

Pode passar esse, o próximo. Pode passar. Isso.

Então, quais são as grandes premissas da reforma da Previdência? Já falei disso ao longo da apresentação.

A primeira é a sustentabilidade. Justamente essa preocupação, que eu trouxe no início, de ter uma situação demográfica que nos permita, com todos que estão no mercado de trabalho, financiar a seguridade daqueles que já não estão mais, com equilíbrio, para que nem quem esteja no mercado do trabalho tenha que pagar demais, nem quem já se aposentou tenha que ser taxado ou tenha que devolver parte daquilo a que já tem direito.

O segundo ponto é a convergência para as melhores práticas internacionais. Ou seja, a gente tem o benefício de estar envelhecendo depois de muitos países que já envelheceram, e a gente tem o benefício de poder estudar o que muitos países fizeram na reforma da previdência deles – o que deu certo, o que não deu – e tentar adaptar algo que a gente julgue que seja mais adequado, diante de todos esses aprendizados.

O terceiro é o resgate da credibilidade da economia brasileira. Por que a gente fala tanto isto: que é importante resgatar a credibilidade? Porque, quando você está trazendo... Vamos imaginar: você é um proprietário de uma fábrica de automóveis e você está escolhendo um país para expandir suas operações, para criar novas fábricas, novas lojas, contratar mais pessoas, aumentar a produção. E você começa a olhar, na sua vizinhança, quais são os países que estão em crescimento econômico; quais são os países que estão passando por uma recessão, que é o nosso caso hoje, infelizmente; quais são os países que têm segurança jurídica; quais são os países que têm suas instituições respeitadas. Por isso, é tão importante a fala do Senador aqui no início do nosso momento político e da atenção que a gente tem que ter e do respeito às instituições. E você vai olhar também a saúde financeira do Estado brasileiro.

Então, se você souber que o Estado brasileiro não consegue pagar as contas da sua previdência em aproximadamente seis anos... Nos próximos seis anos não consegue pagar mais os benefícios da Previdência Social, por conta da evolução desses valores. Por que você vai investir aqui, em um país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que, apesar de você pagar os seus tributos em dia, apesar de você recolher todas as suas obrigações, o seu trabalhador, no final do dia, quando ele for pegar o salário dele ou quando ele for receber aposentadoria dele, não vai conseguir receber integralmente porque o Governo quebrou? Por que você vai investir em um país desse?

Então, hoje existe uma preocupação muito grande no cenário internacional com a saúde das finanças de brasileiras. Isso assusta os investidores. E não é à toa que nós temos hoje no Brasil 12 milhões de desempregados. Nós temos 12 milhões de desempregados, porque as empresas estão fechando e as pessoas estão afugentadas do nosso País.

Então, é muito importante demonstrar para fora a força da nossa Nação também nas suas finanças: a capacidade de honrar os pagamentos, a capacidade de pagar as dívidas.

Ôpa! Eu tenho que saudar ali o colega, porque ele teve um reflexo e tanto, viu? Parabéns! Um negócio pesado desse na cabeça de alguém não ia ser bom. Parabéns pelo reflexo. Pegou ali, parecendo um goleiro.

Então, o quarto ponto é a questão do respeito aos direitos adquiridos. Todos aqueles que já se aposentaram e todos aqueles que já podem se aposentar não serão afetados pela reforma. Isso é muito importante.

O sexto ponto é a questão da transitoriedade da reforma que se impõe. Ou seja, a reforma, tal como proposta, propõe 20 anos de regra de transição. O que é uma regra de transição? É uma forma de você manter os direitos atuais, com algum bônus em relação ao tempo de contribuição que se teria se hoje a gente estivesse ainda nas mesmas regras.

Portanto, se hoje para mim falta um ano para eu me aposentar... Vamos dizer que hoje a PEC foi promulgada nas duas Casas, tal como está, suponhamos. Se hoje falta um ano, nas regras atuais, para eu me aposentar, a partir disso faltaria 50% a mais, ou seja, um ano e meio. Isso é a regra de transição.

É observar, durante quase 20 anos, as regras que existem hoje com o que podemos chamar de um pedágio de 50%. Então, quem está muito próximo de se aposentar, sente muito menos do que aquele que está mais distante. Aquele que está a cinco anos para se aposentar nas regras atuais, teria que trabalhar dois anos e meio a mais; aquele que está a apenas seis meses para se aposentar nas regras atuais, teria que trabalhar apenas três meses a mais.

Então, a reforma que se propõe ela não tem vigência imediata. Aprovou a reforma da Previdência, tudo aquilo que se esperava, que se tinha de expectativa acabou. Não. Todos aqueles que já tinham direito de se aposentar vão continuar tendo direito de se aposentar, mesmo que prefiram continuar trabalhando. Promulgaram a PEC hoje, eu ainda estou trabalhando, mas eu já podia ter me aposentado. Então, se você já podia ter se aposentado nas regras antigas, quando você se aposentar vão valer as regras antigas. Essa é a proposta. Durante 20 anos nós teremos uma transição.

A transição das mulheres é mais longa do que a transição dos homens. A transição dos homens é de 15 anos e a transição das mulheres é de 20 anos, por quê? Porque justamente agora nós estamos propondo a convergência da idade de aposentadoria para homens e mulheres ao longo dos próximos 20 anos. Então, ao longo dos próximos 20 anos, isso seria revisto de forma gradual, acompanhando a tendência mundial que nós vimos em que não existe mais essa diferença entre aposentadoria de homens e mulheres.

Muitas vezes me fazem essa crítica da dupla jornada da mulher e de quão é injusto a mulher trabalhando em casa, lavando a roupa e preparando a comida, esfregando o chão. Reconheço, sim, que no nosso País temos muito a evoluir em relação à questão da mulher e à dupla jornada que ela tem, mas quero os homens do meu País lavando a louça comigo, esfregando chão comigo, lavando a roupa comigo. (*Palmas.*)

Eu não quero o Estado que fala o seguinte: você se aposenta cinco anos antes e esfrega tudo sozinha, faz a comida sozinha, lava a roupa sozinha, cuida da comida das crianças sozinha, porque aí você tem direito de se aposentar cinco anos antes. Isso não é justo.

Então, se a gente quer defender a igualdade entre homens e mulheres, vamos fazê-lo hoje, vamos chegar em casa e reconhecer por que a mulher está tendo uma dupla jornada, por que ela está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

trabalhando duas ou três vezes mais que o marido dela? Porque ele não está ajudando. Então, vamos nós fazer a nossa parte também.

Por isso, a proposta é de igualdade, porque buscamos, sim, a igualdade entre homens e mulheres, mas tem essa regra de transição muito mais longa, de 15 a 20 anos, em que as mulheres, nos próximos 20 anos, ainda se beneficiarão de uma aposentadoria antes dos homens. Ou seja, todas as mulheres com mais de 45 anos hoje, todos os homens com mais de 50 anos hoje estariam incluídos nessa regra de transição.

O último ponto, que é um ponto importante também...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alô. Eu estou pedindo som para mim. Pessoal, deixa eu falar para vocês. Vocês sabem que tenho presidido centenas de audiências públicas em todo o País. Os nossos convidados são convidados e ela está aqui falando, sim, em nome do Governo Temer, mas ela é nossa convidada. (*Palmas.*)

Nós temos que mostrar que na nossa Casa nós sabemos ouvir muitas coisas que às vezes eles não ouvem. Por isso, quando ela sentou aqui, ela nem me perguntou nada. Eu disse para ela com toda clareza: Aqui você fala o que você pensa.

Aqui é um espaço democrático. Nós podemos discordar, talvez você não seja aplaudida. E ela disse: eu não vim aqui... Não estou preocupada com palma, vim falar o que eu penso.

Então, ela tem todo o direito de fazer a palestra dela e, no fim, palmas ou não é uma decisão de vocês, mas vamos dar o espaço para que ela conclua a palestra dela. E meus cumprimentos, pessoal, e meus cumprimentos, porque ela sabia que aqui é um fórum adverso. E ela poderia simplesmente dizer: não, eu não vou lá. Eu não vou lá e não vou explicar coisa nenhuma. O projeto fala não, mas ela vem e coloca o seu ponto de vista.

E a vida é assim, pessoal. Que bom que ainda é assim, que a gente tem esse espaço democrático, onde cada um diz o que pensa. Porque, nos outros tempos, nós não tínhamos oportunidade nem sequer de estar aqui dentro. Por isso, eu peço com muito carinho a todos vocês. Nós saberemos fazer o bom combate, divergir.

Vocês falarão depois também. E dirão, inclusive, o que pensam daquela tribuna. E ela vai estar aqui e vai ouvir. E vocês saberão aplaudir aqueles que, no entendimento de vocês, defendem a posição mais correta. Eu estou aqui presidindo e, por isso, é com muito respeito a vocês e a ela. Porque o covarde, pessoal, é aquele que não vem nos debates. Ela veio, veio e colocou. E eu ouvi duas, três vezes vocês aplaudindo ela.

Então, aceite o nosso respeito e a palavra para conclusão da sua palestra.

A SRª MARTHA SEILLIER – Muito obrigada, Senador. Meu tempo já está também se esgotando. Eu queria só passar esses últimos dois pontos que faltaram e ficarei aqui, claro, para ouvi-los. A gente veio para isso. E eu agradeço mais uma vez essa oportunidade.

O outro ponto é a questão da harmonização dos direitos previdenciários. A gente sabe hoje que as regras de aposentadoria são muito diversas. Não é só a questão do homem e da mulher, do urbano e do rural. É a questão das várias carreiras públicas, das várias regras para Parlamentares também, RGPS, RPPS. É gente que aposenta com integral, é gente que aposenta com teto do INSS.

Então, a proposta que temos é de harmonização das regras. Na medida do possível, aproximar as regras, inclusive a dos Parlamentares, inclusive a dos servidores públicos, para que nós todos sejamos próximos do teto do RGPS e das regras que nós estamos propondo nessa reforma. Então, muito se falou aqui no início da questão dos privilégios de alguns. Então, no intuito de acabar com esses privilégios também que essas propostas foram pensadas.

E, por fim, algo importante porque a gente tem ouvido muito isso e acho que é uma preocupação legítima, que é a preservação do valor do salário mínimo na aposentadoria. A gente recebeu muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pressão do setor financeiro para que se desvinculasse a aposentadoria do salário mínimo. Ou seja, que o salário mínimo tivesse uma evolução ao longo dos anos e que a aposentadoria tivesse outra, vinculada a um índice de preços e não tivesse os ganhos reais que o salário mínimo usualmente tem.

Por que tem muita pressão? Porque, foi dito aqui no começo, a quantidade de benefícios da Previdência Social que são pagos valendo um salário mínimo. Então, quando você ajusta 5%, 10% de algo que significa muito, você tem um ajuste muito forte. Então, é natural que quem apenas faz conta diga: ah, desvincula a aposentadoria do salário mínimo que você consegue segurar e muito a sangria dos gastos públicos com Previdência Social.

Mas isso não consta do texto que foi enviado. O salário mínimo é preservado com os seus ganhos reais, como valor mínimo de aposentadoria nessa proposta. E não aceitaremos nenhuma alteração, nenhuma emenda nesse sentido, por entender que, sim, a aposentadoria substitui a renda do trabalhador, e, se o salário mínimo é estipulado em um valor, é normal, é compreensível, é desejável que o seu aposentado receba esse mesmo valor.

Então, eu não vou entrar mais nos vários eslaides que eu tinha trazido, mas agradeço o tempo de vocês, a disponibilidade de ouvir, e estarei aqui tentando fazer essa mesma função de ouvi-los e de levar de volta para o Governo tudo o que vocês disserem, para que construamos, ao longo da tramitação dessa PEC nessas duas Casas, algo que seja aceito pela população brasileira, que é a quem servimos, está bom?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Vai lá!

Pessoal, com a palavra, neste momento, o Sr. Evandro José Morello. Eu peço ao Diego, que está coordenando, que oriente os trabalhos.

O SR. DIEGO CHERULLI – Bom, pessoal, inicialmente, eu queria agradecer a palestra da Drª Martha Seillier, registrar que também foi à Ordem dos Advogados do Brasil, em uma audiência pública com o mesmo tema.

Esse contraponto é importante para endurecer e amadurecer os debates. Nós precisamos saber com firmeza o que o Governo alega e o que nós alegamos. Nós temos aquela ação judicial promovida pela Frente Parlamentar, ADPF 415, em que nós discutimos a forma de cálculo da seguridade social, pois o Governo adota uma, e nós entendemos ser outra. A Drª Martha já tem essa consciência dessa ação, e nós queremos que o Supremo Tribunal Federal nos diga o que é o que, antes de promover a reforma, sob pena de fazermos uma reforma temerária e com base em premissas equivocadas.

Eu registro a presença também da Drª Thais Riedel, da Comissão de Seguridade Social da Ordem dos Advogados do Brasil, da Sessão Distrito Federal, e o Vice-Presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados nacional.

A próxima Mesa, pessoal, pediram para avisar, vai ser toda em espanhol. Então, ali, na entrada, nós temos os tradutores. Então, quem quiser acompanhar a tradução ao vivo, favor lá, na entrada, pegar, buscar os tradutores.

Bom, sem mais delongas, vou passar a palavra para o Sr. Evandro José Morello. As perguntas e os debates ficarão para uma segunda oportunidade, após essa Mesa.

O Sr. Evandro José Morello é Advogado e Assessor Jurídico da Contag, graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Colatina, Espírito Santo; é mestre em Direito e políticas públicas pelo Uniceub, autor de diversos artigos relacionados à Previdência Social e nos trará agora o primeiro contraponto aos argumentos de reforma do Governo.

Com a palavra, o Dr. José Morello.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diego, só permita, primeiro, uma salva de palmas para o nosso próximo convidado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pessoal, só um minutinho para mim, que eu não havia informado. Eu vou ter que abrir a sessão Dom Hélder Câmara, lá no plenário do Senado. Então, quando forem 11h eu sairei daqui. Independente de eu estar aqui... Porque sempre tem que ter um Senador presidindo a audiência pública, mas, como esta é uma audiência pública em parceria, na forma de seminário, com as entidades, então, enquanto eu estiver lá, que vai ficar em torno de uma hora, à 1h da tarde eu voltarei aqui, porque, daí, às 11h ao meio-dia eu almoço e volto para cá. Vai retomar à 1h, não é? Às 13h eu estarei de volta. Então, nesse período, o debate continua tranquilamente, com a Mesa formatada, e não vai haver nenhum prejuízo para o seminário nem para a gravação.

Então, eu me retiro neste momento, mas o debate continua com a participação das entidades. E eu vou pedir para o Deputado, se ele puder ficar, nesta hora junto aqui da Mesa, que é bom ter um Parlamentar sempre aqui na Mesa, o Deputado Elvino Bohn Gass, que é o coordenador da Frente Parlamentar Rural.

E cumprimento já aqui, na Mesa, o Deputado Celso Maldaner. (*Palmas.*)

E a coordenação vai continuar sendo feita pelo Diego. Ok, Diego? Com a ajuda, naturalmente, das entidades, enquanto, nesse período, eu vou até o plenário.

O.k., pessoal? Certo? Estou liberado para ir lá e voltar? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Diego Cherulli) – Com a palavra o Dr. Morello, que vai usar a tribuna.

Por favor, se pudesse apagar as lâmpadas, para enxergar melhor os eslaides.

O SR. EVANDRO JOSÉ MORELLO – Bom dia a todos e a todas presentes.

Queria fazer um cumprimento especial aqui aos trabalhadores rurais, que vieram de diversos Municípios para acompanhar esta discussão, nosso obrigado aqui pela presença de vocês. Queria parabenizar aqui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Rural, que vem sendo brilhantemente coordenada pelo Senador Paulo Paim e pelo Deputado Elvino Bohn Gass; cumprimentar aí a Anfip, na pessoa do Sr. Vilson Romero, também pelo empenho que vem dando e contribuindo com esses trabalhos da Frente Parlamentar, inclusive ajudando a promover e organizar este seminário; cumprimentar o Dr. Diego Cherulli, que está coordenando esta Mesa; a Drª Martha Seillier, representante do Governo, que acabou de fazer a sua exposição; o Deputado Celso Maldaner, aqui presente; e cumprimento todos, senhores e senhoras.

Inicio a minha apresentação...

Pode já passar o próximo eslaide, por favor.

Inicio a minha apresentação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permitam-me só um aparte.

Pessoal, para alegria nossa, eu havia pedido a ela para vir, e ela disse: "Vou fazer um esforço para ir, para você poder abrir a outra reunião". A Senadora Fátima Bezerra, comprometida com esta luta,... (*Palmas.*)

...vai assumir a Presidência dos trabalhos oficialmente, para que não haja nenhum prejuízo para o seminário.

Obrigado, Fátima, nossa lutadora.

O SR. EVANDRO JOSÉ MORELLO – Dando sequência...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. EVANDRO JOSÉ MORELLO – De nada, Senador.

A questão da previdência rural é uma primeira reflexão que nós queremos apresentar. Trata-se de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

uma política pública estratégica para a sociedade brasileira e para o Estado brasileiro.

Por que nós pautamos essa discussão de ser uma política estratégica? Há alguns aspectos que vêm sendo colocados em torno da reforma, que se concentra em fazer a discussão da reforma pelo viés que a gente chama fiscalista, que é estabelecer a discussão sobre relação entre receita e despesa; é o quanto eu arrecado e o quanto eu gasto.

Na nossa concepção, essa é uma visão que a gente chama míope de uma política social, de proteção social que é fundamental para a sociedade brasileira.

Na área rural, nós temos o que poderíamos chamar de três perfis de segurados, que são protegidos pelo sistema, atualmente. Temos o que a gente chama de contribuinte individual, que são os produtores, os empregadores que atuam no campo. Quem vende sua força de trabalho são os assalariados rurais, e aqui vale uma observação: se a previdência rural evoluiu significativamente na garantia de proteção para um determinado público que a gente vai chamar já de segurado especial, para os assalariados rurais, ainda está muito distante de garantir efetivamente a proteção social.

Hoje, dos assalariados que vendem sua força de trabalho, apenas 30%, 35% estão protegidos pelo sistema da Previdência. Por quê? Porque seu direito depende da formalização dos contratos de trabalho e a informalidade é uma predominância no campo. Então, há muito mais o que se fazer, na área rural, pensando realmente num acesso mais universal desse direito da proteção previdenciária, para determinados públicos como são os assalariados rurais. Para isso, também é preciso discutir uma possível pauta que se coloque hoje dentro do Congresso. Não é meramente você restringir regras de direito, é como fazer para incluir; pensar políticas que possam ampliar a proteção social das pessoas que estão excluídas.

Pode passar o próximo item.

Um terceiro público de que estamos falando são o que chamamos de agricultores familiares, que são denominados no sistema como segurados especiais. Esse é um público que foi amplamente protegido com as regras estabelecidas na Constituição de 88, pelas condições específicas que o nosso Ordenamento Jurídico criou para levar essa proteção.

Trouxe aqui apenas alguns dados, porque, quando a gente fala em agricultura familiar, estamos olhando, nesse Brasil, para quem produz o alimento básico que chega à mesa dos brasileiros, do nosso dia a dia.

Aí tem apenas alguns dados dos órgãos de pesquisa mostrando quanto se produz hoje da mandioca, do feijão, do milho, do café, sem falar dos hortifrutigranjeiros, que mais de 90% é produzido por essa agricultura familiar, que, em regra, são o que denominamos de segurados especiais do sistema. Então, qual a importância de se discutir a previdência social hoje na área rural? É como pensarmos – e aí acho que é uma visão de sociedade – como pensarmos uma política de proteção mínima para um setor, para um público que produz alimento neste País?

E faço uma pergunta aqui: nós queremos comer alimento bom e barato, às custas de quem? Alguém tem que produzir isso. Se pensarmos numa possibilidade de um sistema previdenciário que não incentive, que não dê um indicativo, que não mostre, no futuro, uma perspectiva dessas pessoas terem um mínimo de proteção, há que se perguntar quem vai ficar no campo para produzir alimentos. E não achem que o agronegócio hoje produz alimento para abastecer a mesa dos brasileiros. Não é isso. Quem conhece o campo sabe que isso depende da mão do lavrador, do pequeno proprietário, que está, muitas vezes, nas piores terras, inclusive, produzindo alimento.

Então, acho que é uma discussão, para nós, essencial, entender a política da previdência como uma das políticas... Hoje eu posso dizer que é a mais importante, mas é uma das políticas que é direcionada a um público específico, estratégico para nós, para pensar a nossa segurança e a nossa soberania alimentar.

Com a ausência de uma política que realmente atenda às necessidades desses sujeitos que estão no campo, corre-se o risco de a gente promover um esvaziamento ainda maior no campo – veremos alguns dados aqui que vão refletir isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu queria fazer algumas considerações também, porque, quando se fala, por exemplo, na reforma da previdência, se pergunta: reforma para que e para quem? Vejam bem, é um discurso que o Governo vem colocando de que a gente precisa fazer uma reforma para criar condições de o Estado brasileiro promover investimento e gerar emprego. Ora, a gente tem visto alguns dados, quando se fala na previdência rural, e, na nossa concepção, para se promover desenvolvimento, gerar emprego e investimento, sobretudo no campo, é preciso investir em políticas como faz hoje a Previdência Social. É o inverso de se restringir direito: dever-se-ia investir muito mais. E a gente vai ver dados que justificam isso.

Pode passar o próximo eslaide.

Uma questão que é uma constatação desde a Constituinte de 1988: a promoção da inclusão dos rurais no Regime Geral da Previdência. Porque antes não era assim: o rural não tinha acesso ao direito de se ter um salário mínimo, a mulher do campo não tinha praticamente acesso a uma aposentadoria, o benefício era meio salário mínimo antes de 1988. Então, houve todo um trabalho que foi feito para garantir o mínimo de proteção no campo e que só foi possível porque se pensou e se estruturou o sistema de seguridade social. E nós podemos afirmar categoricamente que não há a menor possibilidade de se pensar um sistema protetivo hoje mais amplo, inclusive para garantir a proteção para os trabalhadores rurais, se não tivermos um sistema de seguridade social que tenha sustentabilidade. Esse é o nosso ponto de partida.

Aqui há diversos equívocos e é por isso que a gente discute. Onde está o equívoco do Governo hoje quando alega que os rurais promovem um grande déficit no sistema, um rombo no sistema? É que não considera, exatamente, esse sistema de seguridade social. A gente pode afirmar para vocês que não existe nem vai existir no Brasil – nem em país nenhum do mundo – sistema que queira incluir ou garantir uma proteção social mínima à população do campo, aos trabalhadores rurais, se for exigido desses sujeitos que eles tenham contribuição individualizada para financiar o seu próprio benefício. Isso não tem a menor possibilidade. Isso depende de um sistema de seguridade social nos moldes em que está estruturado o nosso, para dar robustez, então, para garantir o pagamento desses benefícios.

Pode passar o próximo.

Aí a gente defende exatamente um sistema de previdência baseado no princípio da repartição. E contributivo, porque realmente o seguro, a previdência tem o seu caráter contributivo – não é? E que o sistema tenha essa amplitude de pensar sempre a inclusão e não a exclusão dos segurados. Então, defendemos um sistema robusto que pensa saúde para todos, que garanta uma assistência social digna aos que necessitarem e aos que não têm capacidade de contribuir com o sistema na forma como está estabelecido.

Pode passar o próximo.

O que a gente avalia como essencial num modelo de proteção social que venha a contemplar os rurais? A solidariedade do sistema é necessária. Não há possibilidade de se ter um sistema que não tenha o viés da solidariedade e que não mantenha proteção social na área rural. Mas existem mais dois princípios que a gente quer apresentar. Um deles é a equidade na forma de participação no custeio, que está no art. 195 da Constituição.

Esse artigo permite exatamente que se dê um tratamento diferenciado aos rurais, reconhecendo que a sua forma e capacidade de contribuição é diferenciada do trabalhador urbano. Não seria justo, por exemplo, exigir uma contribuição mensal individual do trabalhador rural quando esse trabalhador não tem renda mensal, quando esse trabalhador, muitas vezes, perde toda a sua produção. Ele fica exposto às condições climáticas, de calamidade ou emergência: ou é muita seca, ou é muito chuva. Então, o agricultor hoje vive uma situação extremamente complexa do ponto de vista de garantir a produção e a sua sustentação, a sua sobrevivência. E aferir renda, dada a circunstância a que está exposto, e ter que pagar mensalmente uma contribuição seria exigir praticamente o impossível dele.

Alguns dados que temos aqui. A partir do censo agropecuário de 2006, temos em torno de 4,8 milhões de pequenas propriedades até quatro módulos fiscais no Brasil. Temos em torno de 500 mil agricultores, desses mais de 4 milhões, que são bem integrados, que têm, que produzem uma renda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

suficiente, enfim, que conseguem estar estruturados, acessando o mercado. Mas temos um universo de 1,5 milhão hoje que não têm capacidade de renda, que produzem a renda mínima. Então, a exigência dessa contribuição individualizada pode ser a exclusão dessas pessoas do acesso ao direito de proteção social no futuro.

Pergunto isto: essas pessoas não contribuem com o sistema? Contribuem. Qual é a forma de contribuição? É pelo trabalho. E esse sistema de solidariedade, criado na seguridade social a partir de 1988, nos permite entender que, muito aquém de simplesmente você ter uma contribuição direta, você contribui com o trabalho. E aí estamos dizendo que agricultura, produção de alimentos é um modelo em que a sociedade brasileira tem que pensar e se preocupar para olhar no futuro.

Equidade. O trabalhador rural contribui de acordo com a sua capacidade, com a sua venda de produção. Se ele produzir ao longo do ano, vai contribuir com a alíquota de 2,1% sobre a sua venda de produção. Essa é a regra estabelecida no art. 195, §8º, da Constituição Federal.

Diversidade na base de financiamento. Isso é fundamental para o regime inclusivo de proteção social. E a nossa Constituição trouxe isso – pode passar o próximo – no art; 195, quando estabelece diversas fontes de contribuição que financiam o sistema de seguridade social. Quando se fala em rombo da previdência, déficit da previdência, fecham-se os olhos em relação a essas fontes. Não se considera que há a contribuição sobre a folha de salário, que, aliás, é única linha de contribuição que é usada para o Governo apurar a receita da previdência – e, logicamente, aí vai se falar sempre em déficit.

Faturamento, PIS/Cofins, lucro líquido, concurso prognóstico, existem diversas fontes que foram colocadas na seguridade social para financiar um sistema, o mais amplo possível, de proteção social que coubesse os rurais dentro.

Pode passar.

Mencionei como está prevista no art.195 a obrigação do rural em relação à sua forma de participar do custeio do sistema de seguridade social. É uma contribuição aplicada sobre o resultado da comercialização bruta. A partir daí, ele dá sua cota parte. É isso que garante o direito de esse trabalhador ter acesso a um benefício? Não, porque o legislador foi muito inteligente, em 1988, para entender que você tem situações.

Imagine uma seca no Nordeste de cinco anos; as famílias que estão no campo teriam renda para contribuir, venda de produção para aplicar uma alíquota e poder ter acesso ao direito, pelo critério da contribuição? Não! Não houve excedente; não teve como comercializar.

Então, o Estado garante esse direito. A sociedade financia o sistema para garantir um direito aos rurais, para que o direito seja garantido pelo mecanismo da comprovação do exercício da atividade rural.

Pode passar o próximo.

Esse é um contraponto a ser discutido quando se fala na reforma e no déficit previdenciário.

Sempre argumentamos que é um mito o déficit. Da forma como ele é colocado hoje, é um mito o déficit da Previdência. Por quê? Porque pegam somente as fontes sobre a folha de salário, ou o que substitui a folha de salário, e quanto se gasta em pagamento de benefício.

Aqui há um dado em relação ao rural, especificamente. O Governo arrecadou, aqui, em torno de 350 milhões, em 2015, gastou 436 mil de pagamento de benefícios, e tem um déficit estimado em R$85 bilhões, que é o que foi apurado em 2015.

Lógico, pegando apenas uma das fontes de contribuição, esse déficit aqui apurado, sobretudo para que se jogue isso como uma conta exclusiva dos rurais, mais uma vez mostra que há uma má-fé na forma de fazer a divulgação desses dados. É um engodo que se coloca para a sociedade, para dizer que é preciso fazer reforma, que o sistema é deficitário e tem de haver mudança.

Pode passar o próximo.

Aqui, a Anfip vem anualmente fazendo uma divulgação anual – e quero parabenizar a Anfip pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

excelente trabalho que fazem – de todas as receitas e despesas da seguridade social, mostrando que a seguridade, até 2015, foi comprovadamente superavitária.

Agora, mostra também uma descendência aqui da arrecadação da seguridade social. O valor apurado em 2015 foi de 11 bilhões, enquanto, em 2012, tivemos 82 bilhões de superávit no sistema de seguridade social.

Essa é uma questão essencial para nos preocupar, mas dentro de um debate de reforma. Ou seja, por que a seguridade social está perdendo arrecadação?

Pode passar o próximo.

Qual o motivo? O que está acontecendo? É por que aumentaram os gastos com benefício? Não! É porque a seguridade social vem perdendo arrecadação em função de um conjunto de políticas, que, num determinado momento, foi muito estratégico e importante, sobretudo quando falamos na manutenção e geração de emprego, na formalização dos contratos. Aí, o Governo, sobretudo a partir de 2007, foi aplicando uma desoneração das contribuições.

Agora, vejam bem, entre 2007 e 2016, a projeção de 2016, a seguridade deixou de arrecadar, com as desonerações, em torno de mais de R$850 bilhões. Quando se vai avaliar apenas essas contribuições, que são sobre a folha de salário, que vai direto para a Previdência, foram mais de R$280 bilhões de desoneração sobre a folha de salário. Isso foi destinado a alguns setores da economia.

Então, foi uma política importante, mas ela está causando um impacto, agora, exatamente no financiamento do sistema como um todo. Como vamos buscar um ajuste com isso, nesse processo? Por quê? A seguridade está perdendo arrecadação e existem as três políticas básicas que precisam manter o processo de financiamento.

A lógica é cortar os gastos do sistema? Ou tentar recompor uma forma de refinanciar esse sistema? Lembrando que a Presidente Dilma, antes de sofrer o processo de *impeachment*, tentou recompor uma agenda dentro do Congresso, para refinanciar ou colocar recurso dentro da seguridade social, revendo desonerações, mas isso não foi possível num determinado momento. Acho que é uma discussão fundamental para avaliarmos, considerando que é preciso recompor a sustentabilidade do sistema.

Pode passar o próximo.

Aqui, trazemos alguns dados para dizer assim: Onde vemos alguns pontos que precisam ser aprimorados nas regras do financiamento do sistema da seguridade?

Esse dado que estava na tabela anterior nos mostra que, entre 2009 e 2016, a projeção que se está colocando, só de desoneração da folha, está chegando a pouco mais de 280 bilhões. O sistema está deixando de arrecadar.

Qual foi a finalidade de criar um processo de desoneração para as empresas, a partir de 2009, sobre a folha de pagamento? Incentivar a formalização dos contratos de trabalho; segundo, dar condições à empresa e ter mais recurso, para investir em tecnologia e aprimorar a sua estrutura.

Temos de fazer uma pergunta: Isso aconteceu com as empresas, com o setor industrial? Os contratos de trabalho estão sendo mantidos neste momento de crise, por exemplo? As empresas se renovaram para entrar realmente numa condição de competitividade?

Então, é um ponto a ser avaliado, porque foi dado benefício a determinados segmentos que não repercutiu em prol da própria sociedade, do conjunto de trabalhadores ou do próprio sistema de seguridade social. Tanto é que defendemos a revisão dessa forma de desoneração, considerando diversos aspectos a serem discutidos: qual é o retorno efetivo que se tem de uma empresa em relação à sociedade, naquilo que ela foi beneficiada com um processo de desoneração.

Esse é também um dado muito importante para discutirmos. Vejam bem, a estimativa, em 2015, é a de que apenas se arrecadou, na área rural, em torno de R$7 bilhões, R$7,5 bilhões. Qual é a realidade, pegando o exemplo do agricultor, que hoje é o principal beneficiário do sistema, que é o segurado especial? Quando ele vende a produção, em regra, vai lá e emite a nota – a soja, o leite, o café – e paga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a sua contribuição de 2,1% na hora em que efetua essa venda. Ou seja, lá na nota fiscal já vem especificado o desconto dessa contribuição para o sistema da Previdência Social. Só que temos uma regra na Constituição, no art. 149, inciso XII, se não me engano, que diz o seguinte: os produtos exportados do Brasil estão desobrigados de recolher a contribuição social para a seguridade social.

Aí, vejam bem, de todo produto agrícola exportado – soja, milho, café – a contribuição foi paga pelo agricultor na ponta, só que a empresa que vai exportar, que comprou esse produto, está desobrigada de recolher essa contribuição para o sistema. Ou seja, não é a seguridade social que se beneficia, mas a empresa exportadora.

Há o que chamamos de renúncia previdenciária, que precisa ser repensada. Se o Estado quiser promover redução dos preços do produto no Brasil para ter competitividade, é preciso recompor essa receita que deixa de entrar na seguridade, que, inclusive, foi paga pelo próprio agricultor. É como se fosse uma apropriação indébita legalizada, como dizemos, em termos de contribuição para a seguridade. Pegando apenas os últimos sete ou oito anos, deu em torno de R$32 bilhões de renúncia fiscal só sobre a venda da exportação rural. É um valor significativo, pensando o financiamento do sistema.

Pode passar o próximo.

Aqui temos um dado saindo da lógica do financiamento apenas para olhar mercado de trabalho. É a discussão que se coloca hoje de que realmente está nascendo menos gente no Brasil, e estão envelhecendo mais. Mas, vejam bem: na década de 70, no ano de 1978, tínhamos uma população em idade ativa de 57%, trabalhando e dando sustentabilidade a esse sistema de proteção social. Na década de 2000, foi para 64%. Em 2020, a previsão é de termos 67% da força de trabalho no Brasil, executando as suas atividades. Chegaríamos em 2060 ainda com 60% da nossa população em idade ativa trabalhando, com capacidade de trabalho.

Falamos hoje em 16 e 60 anos, não é isso? Vejam bem. É claro que há um envelhecimento da nossa população, que está aumentando. A população de 50 anos – e realmente você precisa pensar o sistema para dar robustez e garantir o pagamento de benefícios, mas não haver uma queda vertiginosa da força de trabalho do mercado! A discussão hoje é a seguinte: é possível e necessário termos de fazer alguns ajustes na Previdência Social, de modo geral? É possível e necessário. Mas dá para fazer isso dentro de uma regra de transição extremamente suave, sem criar impactos imediatos. Esse é um ponto central para ser olhado dentro da discussão de reforma que está posta. É uma discussão fundamental para levarmos adiante.

Pode passar o próximo.

Aqui já há um foco mais específico em cima do rural. Os dados do IBGE nos mostram – vou pegar um dado de 2014 – que mais de 70% das mulheres da área rural que estão em atividade e mais de 78% dos homens começaram a trabalhar numa idade inferior a 14 anos. Esses são os dados do censo do IBGE.

O Deputado Goergen traz um dado muito importante quando fala em fazer um cálculo simples: para a mulher rural ter acesso a uma aposentadoria de um salário mínimo, ela tem de trabalhar, no mínimo, hoje, se considerarmos que ela começou a trabalhar aos 16 anos, por 39 anos; o homem, 44 anos. Essa é a realidade de mais de 70% dos trabalhadores que estão em atividade hoje. Para ter acesso ao benefício, eles têm de prestar o serviço numa atividade penosa, debaixo de sol e chuva, sem horário de trabalho ao longo de uma vida laboral. Então, o trabalhador tem uma condição extremamente desgastante para almejar uma aposentadoria de um salário mínimo.

Um aumento na idade, como está se propondo, é praticamente não dar oportunidade de essas pessoas alcançarem esse direito.

Nós vamos ver alguns dados aqui que nos assustam quando vamos pensar na expectativa de vida do brasileiro. Ah, é verdade que a expectativa de vida está subindo no Brasil? É, mas temos que olhar isso com uma certa reticência. Por quê? Será que é comum a idade? A expectativa de vida é homogênea no Brasil? Para todos? Olhem a situação no Nordeste, alguns dados que o próprio IBGE mostra: há Município em que a expectativa de vida não chega a 65 anos de idade; está no limite. Claro que há alguns Municípios em que a expectativa está acima de 80 anos, mas é preciso considerar isso no siste-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ma de proteção social sob pena de você não dar oportunidade mínima de a pessoa ter uma vida digna na velhice, com um benefício mínimo. Então, nós temos uma preocupação enorme quando se fala em aumentar a idade na aposentadoria na área rural a partir desse dado.

E há uma questão, que eu acho muito importante: não estamos fazendo nenhum contraponto do direito do urbano com o rural, mas é preciso tomar isso como referência em alguns momentos. Vejam bem, o rural não tem o direito a uma aposentadoria por tempo de contribuição; a regra hoje está posta para o trabalhador urbano. Claro que o fator é extremamente prejudicial, mas a regra 85/95, se nós formos aplicar isso na prática para o rural hoje, a mulher hoje, por exemplo, se pegar os 39 anos mais os 55, ela está na regra de ter de trabalhar em torno de 94 pontos. É o que diz. O homem, 104 pontos. É muito mais do que a regra que está sendo aplicada para o urbano, que é 85 para mulher e 95 para o homem. Então, essa é uma situação que precisamos avaliar.

Pode passar o próximo.

Esse é um dado também comparativo. Como eu já mencionei, o rural não tem acesso a uma aposentadoria por tempo de contribuição. Quem tem é o empregado rural, mas o empregado rural não acessa esse direito, porque o contrato de trabalho dele no máximo é formalizado por três, quatro meses durante o ano, para a grande maioria – sendo que mais de 60% estão na informalidade. Então, para o segurado especial, que é um grande contingente, nós avaliamos que a média na idade da aposentadoria urbana chegou aqui em torno de 58,9, considerando o benefício de aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de contribuição, e para o rural essa média da aposentadoria tem 58,4. Então não há uma diferença, embora haja cinco anos na idade de aposentadoria entre o urbano e o rural, mas quando vamos olhar a média, isso se equivale, ou seja, o fato de o urbano ter acesso a uma aposentadoria por tempo de contribuição acaba nivelando esse nível idade. Não significa que o urbano está se aposentando cinco anos efetivamente mais tarde do que os rurais.

Pode passar o próximo.

Esse é um dado pelo que agradecemos muito a dois pesquisadores do Ipea – o Marcelo Galiza e o Alexandre Valadares –, que tem nos ajudado a levantar alguns argumentos para fazer um debate mais claro sobre essa regra da previdência rural. Eles tomaram uma referência que foi a seguinte: qual é a situação do processo de envelhecimento no campo? Eles foram avaliar o anuário estatístico da Previdência Social, para avaliar os benefícios, qual é o tempo de durabilidade da aposentadoria por idade dos trabalhadores urbanos e dos trabalhadores rurais. E, aí, gente, há duas coisas fundamentais: o que caracteriza a extinção de um benefício de aposentadoria? Ou é uma fraude ou é a morte da pessoa. Considerando que a fraude é exceção, nós estamos projetando que mais de 99% da extinção dos benefícios por idade vão se dar pelo fator morte.

Olhem o que os anuários estatísticos da Previdência estão nos mostrando. Reconhecemos que precisaríamos aprofundar mais os estudos. Estão dizendo que, enquanto no urbano o homem urbano está recebendo aposentadoria por idade em torno de 13 anos, e a mulher, em torno de 18 anos – e essa diferença de idade é correta –, pela diferença na idade da aposentadoria, 60 anos para a mulher e 65 anos para o homem, significa que eles estão tendo uma expectativa de vida pós aposentados, no caso do homem, 78 anos, e, no caso da mulher, 78 anos, na área urbana. Na situação do rural que se aposenta com cinco anos a menos, o homem usufrui 17 anos desse benefício e a mulher também por 17 anos. Qual é o detalhe aqui? É que a mulher se aposenta cinco anos antes do homem. A expectativa de vida que se está colocando para essa mulher é de cinco anos a menos do que a do homem rural, e mais de seis anos do que a da mulher urbana, por exemplo. O que nos mostra o dado? Que há uma situação para a mulher no campo – e por isso falamos que precisaríamos de mais estudos –, talvez pela maior jornada de trabalho, um conjunto de fatores determinadas doenças que podem estar afetando a mulher no campo que levam a uma situação de que a expectativa de vida seja menor, se comparada à do homem ou à da mulher urbana. É um dado extremamente simbólico para quando se fala em aumentar a aposentadoria por idade das mulheres rurais para 65 anos.

Para concluir, pode passar o próximo.

O que tem significado a Previdência nesses últimos vinte e poucos anos, depois de 1988, na área rural? Primeiro, a Previdência impacta fortemente na distribuição de renda e na redução da pobreza no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Brasil. Acho que é a política mais importante que temos no Brasil para interiorizar a renda. Você tem a maior linha de arrecadação nos grandes centros, nas grandes capitais, mas você pega esse recurso e o distribui para um Município lá no interior, sem intermediários; vai direto para a conta do trabalhador, que pega esse recurso e vai gastar dentro das suas necessidades. Essa é uma política fundamental. Se não houvesse a Previdência, hoje, pagando o salário mínimo, inclusive com os reajustes de ganhos reais, o índice de pobreza que teríamos no Brasil entre a população acima de 55 anos estaria em torno de 50%, com pessoas vivendo num nível de miséria, de idosos vivendo na miséria. Como a Previdência tem essa robustez, hoje temos menos de 10% de idosos vivendo abaixo do nível de pobreza. Então, é uma política fundamental para reconhecermos esse processo de interiorização da renda e distribuição da renda.

Pode passar o próximo dado.

Aqui mostram o que seríamos no nosso sistema, em relação à pobreza geral, sem a Previdência Social. O índice de pobreza chegaria a mais de 30% sem previdência. Hoje, esse índice de pobreza da nossa população está em torno de 24%. É um impacto muito significativo quando falamos em Previdência Social.

Pode passar o próximo.

Aqui há um dado importante quando falamos o que queremos do futuro da Previdência. Vejam bem: peguei um dado de janeiro de 2016 para mostrar que a Previdência Social distribuiu, em milhares de Municípios brasileiros, mais de R$8 bilhões de benefícios rurais, aposentadorias e pensões.

Esse recurso foi destinado à maior parte dos Municípios, mais de 70% dos Municípios com população até 50 mil habitantes. É um recurso que vai diretamente movimentar a economia desses Municípios.

Pode passar o próximo.

A Anfip tem feito uma divulgação, um trabalho excelente para nos mostrar esse processo do impacto que tem a Previdência Social e, sobretudo, a Previdência Rural na economia dos Municípios brasileiros. Em mais de 70% dos Municípios brasileiros hoje, o recurso da Previdência que ali circula é superior àquilo que o Município recebe a título de FPM. É isso que movimenta a economia. É isso que gera emprego na ponta. Perguntem aos prefeitos. Vamos perguntar aos prefeitos dos mais de três mil e setecentos Municípios o que eles acham de você restringir as regras da Previdência. É importante que os prefeitos tenham atenção com isso, que os vereadores, que as associações de lojistas dos Municípios do interior olhem para essa política e a discutam também para perceber a importância que isso tem no seu próprio negócio. É um recurso que cai para o trabalhador e que fica ali no Município. O trabalhador não vai gastá-lo em outro local. Ela é estratégica para o desenvolvimento deste País, para o desenvolvimento dos pequenos Municípios brasileiros.

Pode passar.

E o último dado que, para nós, é essencial na área rural: o campo continua passando por um processo de migração, de êxodo, mas quem ainda sai do campo? São os jovens. Temos aqui alguns dados. Pegando as décadas de 70 e de 80, por exemplo, em torno de 67% dos jovens permaneciam no campo. Estamos falando de pessoas entre 15 e 29 anos.

Após a Constituição e a Lei da Previdência que incluiu os rurais no Regime Geral, vemos um dado mais significativo numa média de 75%, na década de 2000, de jovens que estão permanecendo no campo. Temos o problema ainda da saída de jovens, e a preocupação é com a sucessão rural de pessoas que precisam dar continuidade ao processo produtivo dos seus pais no campo. Se esse jovem não tiver uma expectativa de olhar para o seu futuro e almejar minimamente o direito a uma proteção social, certamente vai ser um estímulo ainda maior para ele sair do campo. Essa é uma discussão fundamental que acho que nós, como sociedade, precisamos fazer, considerando aquilo que falei no início desta apresentação que é pensar a segurança e a soberania alimentar do nosso País.

Pode passar o próximo, para concluir.

Apenas algumas questões que achamos serem fundamentais de serem debatidas em relação a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

algumas propostas: aprimorar mecanismos de combate à sonegação de contribuições. O Estado tem feito isso, mas é preciso fazer mais. Há muita sonegação hoje das contribuições, e é atrativo para muitas empresas hoje sonegar, almejando um Refis, uma renegociação de dívida, a prescrição das dívidas. Há vários problemas. Isso tudo precisa estar no horizonte. As regras hoje são adequadas para essa finalidade de evitar a sonegação?

Cobrança da dívida ativa: são mais de R$360 bilhões de dívida ativa que está a postos de crédito já constituído e que precisa avançar. É um recurso fundamental, mas fica enrolando e a coisa não vai.

Rever os critérios das renúncias previdenciárias. Eu citei a renúncia da área rural, mas há renúncias previdenciárias mais amplas, isenções fiscais que são dadas a entidades filantrópicas que não cumprem a sua função de filantropia e que precisam ser reavaliadas.

Rever e rediscutir as desonerações é uma questão estratégica, já mencionamos aqui.

A DRU. Gente, se a Previdência... Como você vai tirar ainda mais 30% de um Orçamento para o Governo pagar juros da dívida? Aí, vale uma questão aqui que a seguinte: nós estamos aqui colocando e avaliando que se tem que mexer nas regras do sistema, porque se gasta muito com pagamento de benefício na área rural. Gastou-se em torno de R$92 bilhões para pagar mais de 9 milhões de benefícios na área rural em 2015. Quanto a sociedade brasileira gastou para pagar juros da dívida pública brasileira? E nós achamos que é normal isso?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. EVANDRO JOSÉ MORELLO – Nós pegamos, em 2015, R$90 bilhões e distribuímos para 9 milhões de pessoas que estão produzindo e trabalhando no campo, e pegamos mais de R$720 bilhões para pagar juros da dívida. Nós não vamos fazer um debate olhando também essa situação?

Aprimorar forma de arrecadação...

Concluindo, só há mais esses dois itens.

Aprimorar forma de arrecadação. Aqui, nós temos uma proposta com que é possível melhorar na área rural a arrecadação sobre a venda da produção rural. Há um sistema já criado com que nós podemos avançar muito nisso.

E vender o patrimônio imobiliário. Hoje não faz sentido, porque o INSS gaste mais para mantê-lo aos seus cuidados do que se fosse vender. E poderia ser uma fonte de recurso específica também para a Seguridade Social.

Muito obrigado e desculpe-me pelo alongamento. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Som na mesa, por favor.

O SR. DIEGO CHERULLI – Obrigado, Dr. Evandro José Morello, pela excelente e brilhante palestra.

Para finalizar a Mesa e concluir os trabalhos desta 1ª Mesa, como eu disse anteriormente, o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário se preocupa com essas regras mais duras. Não sei se é de conhecimento dos senhores, mas acabou de ser lançado, ser apresentado o texto. O texto já está disponível, inclusive acabei de colocar no grupo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência. Coloquei 33 páginas, e a exposição de motivos toda é baseada no déficit da Previdência. E regras muito duras para o acesso ao benefício, pedágio que talvez precise ser melhor estudado.

Como o Dr. Evandro disse, o déficit é um mito, e nós temos que nos preocupar com esse mito. Por quê? Porque, desde 1998, depois em 2003 e agora em 2016, estamos tendo reformas abruptas com base num déficit extremamente controverso. Nós não sabemos o que é receita da Seguridade, nós não sabemos o que é despesa da Seguridade, se engloba ou não o servidor público como despesa da Seguridade. Isso tudo deve ser melhor estudado, e já está pronto em uma ação judicial chamada Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF nº 415, de 2016, de relatoria do Ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello, que até hoje não avaliou a matéria. Lá, nós basicamente pedimos a suspensão de toda e qualquer reforma até que se tenha uma discussão ampla de uma junta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de peritos sobre essa questão do déficit e outras questões.

Bom, pediram para avisar de novo que a próxima Mesa será totalmente em espanhol, então, quem precisar, pegue os tradutores na entrada do auditório. E vamos tratar de discutir essa reforma. É a oportunidade de virar o jogo.

Eu queria agradecer imensamente ao Dr. Evandro José Morello e também à Drª Martha Seillier por nos disponibilizar essa discussão e abrir esse espaço de diálogo amplo, que vai ser importante daqui para frente, Drª Martha.

Vamos pedir ao Governo Federal, da situação, que não coloque urgência no pedido de reforma e vamos discutir. Há muitos critérios e muitas premissas que precisamos resolver antes de aprovar e antes de colocar em votação qualquer tipo de reforma com medidas tão duras como foi a proposta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos dar boa tarde e, mais uma vez, agradecer aqui ao Dr. Evandro, que aqui representou a Contag; ao Diego, Diretor de Atuação Parlamentar do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, bem como à Martha, representando aqui a Casa Civil da Presidência da República.

Imediatamente, queremos convidar para participar da 3ª Mesa: Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão, Presidente da Fundação Anfip de estudos da Seguridade Social e Tributários; Hugo Cifuentes, advogado, Professor da Pontifícia Universidade do Chile e delegado da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social no Chile; igualmente Carlos Garavelli, médico, Mestre em Gestão de Serviços de Saúde e Seguridade Social, Reitor da Universidad de la Fundación Isalud, Argentina.

Mais uma vez aqui, quero registrar a presença do Deputado Federal Elvino Bohn Gass, que é Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência, bem como do Deputado Federal Celso Maldaner.

Enquanto os convidados estão tomando assento, eu queria também aqui me associar à saudação já feita pelo Deputado Bohn Gass e pelo Senador Paim, Presidente da nossa Comissão de Direitos Humanos, no que diz respeito à importância da realização do presente Seminário Internacional de Previdência Social.

A minha primeira palavra aqui é para parabenizar as entidades, todas as entidades, pela dedicação, pelo quanto se esforçaram para realização deste seminário, pelo conteúdo programático que ele tem, pela qualidade dos debates que aqui estão sendo realizados, debates esses em que tivemos a preocupação, inclusive, de trazer a realidade de outros países, tanto é que esta Mesa agora conta com a participação de representantes do Chile e da Argentina. Então, a primeira coisa, repito aqui, é destacar o papel das entidades: a seriedade, a responsabilidade com que as entidades representam os anseios, as esperanças, os sonhos de milhões de trabalhadores, seja do serviço público, seja da iniciativa privada, com que representam os anseios daqueles que atuam seja no campo, seja na cidade.

Em terceiro, também quero aqui dizer que, em função do momento que o País está vivenciando, inclusive com a decisão de ontem, de afastamento do Presidente do Senado, a atitude, no mínimo, sensata a ser tomada neste momento pelo Senado da República é suspender toda a pauta que está em tramitação aqui no Congresso.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós sabemos que essa situação grave pela qual passa o nosso País, de crise política, de crise institucional, tem origem, deriva do golpe parlamentar que foi perpetrado contra a democracia quando se afastou uma Presidenta da República sem existência de crime de responsabilidade. Desde lá, o que nós temos presenciado são ataques e mais ataques através de uma pauta de retirada de direitos, simbolizada principalmente na PEC 55, que vai promover mais desigualdade, mais miséria, mais injustiça, mais retirada de direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos e da população em geral; simbolizada também na famigerada reforma da Previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Quer dizer, como se não bastasse a tragédia da PEC 55, que quer simplesmente congelar o presente e o futuro da maioria do povo brasileiro, dos trabalhadores e trabalhadoras deste País pelos próximos 20 anos, agora vem uma reforma da Previdência que preocupa a todos nós pelo quanto ela apresenta de ameaça de retirada de benefícios, de retirada de direitos.

Deputado Bohn Gass, se a reforma da Previdência anunciada pelo Governo ontem vier a ser concretizada, ela vai jogar na lata do lixo da história conquistas fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras deste País, das servidoras e dos servidores públicos.

Eu quero aqui, muito rapidamente, por exemplo, destacar que o Governo, ao anunciar a reforma da Previdência ontem, disse que vai agora elevar a idade mínima de 65 para 70 anos para os que têm direito ao chamado benefício de prestação continuada. (*Risos.*)

Achou pouco? Disse também que vai desvincular o reajuste do benefício de prestação continuada do salário mínimo.

A reforma anunciada ontem, por exemplo, acaba com o regime diferenciado de aposentadoria para nós mulheres. Acaba, por exemplo, com o regime diferenciado de aposentadoria para professores e professoras da educação básica deste Brasil.

Todos nós sabemos que, pelo próprio ofício do professor, que tem toda uma especificidade, que requer um esforço físico, mental, emocional, intelectual, é mais do que justo que os professores tenham um regime diferenciado, como há para as mulheres professoras e para os homens. Esse regime, repito, a aposentadoria especial dos professores, na reforma Temer-Meirelles, está sendo jogada na lata do lixo.

Nós temos que estar muito atentos, por exemplo, para a questão da aposentadoria dos agricultores, dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais por este Brasil afora.

Por fim, a lógica da reforma parte da ideia de elevar a idade mínima para 65 anos em um País onde a expectativa de vida ainda é muito baixa. E considerando, inclusive, que essa expectativa de vida se torna mais baixa ainda em determinadas regiões do nosso País, como a Região Nordeste.

Então, não quero aqui me alongar. Quero apenas dizer que nós temos que estar muito atentos a todas essas pautas, porque não podemos permitir isso. Este Governo é insaciável na retirada de direitos. Repito: como se não bastasse a tragédia da PEC 55, o Governo vem agora com a reforma da Previdência para retirar benefícios, para retirar mais direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, dos servidores públicos e do povo brasileiro. Segundo, não podemos aceitar, de maneira nenhuma, uma agenda que parte de um Governo que não tem legitimidade, que está derretendo do ponto de vista da crise ética que está tomando conta do País. E um Governo que, para se salvar, olha apenas para o mercado quando anuncia mais uma agenda de retirada de direitos do povo brasileiro, como é exatamente a reforma da Previdência.

Quero, portanto, reafirmar que nós estaremos aqui junto com vocês, com as entidades representativas dos servidores públicos, dos trabalhadores. Nós continuaremos aqui, junto com vocês, na resistência democrática.

A crise político-institucional que o País vive neste momento é muito grave. E não são os trabalhadores responsáveis por esta crise, de maneira nenhuma, nem os servidores públicos, muito menos a imensa maioria do povo brasileiro.

Por isso é que nós não vamos aceitar. Vamos resistir até o fim. Tem que ser retirado esse pacote de maldades do Governo golpista que está aí.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

Tem que ser retirado!

O máximo que o Congresso Nacional, neste momento, deve fazer é concluir a votação da LDO e da Lei Orçamentária. É o máximo que este Congresso deve fazer.

Passo a palavra, agora, imediatamente, a Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão, Presidente da Fundação Anfip.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mais uma vez parabenizo as entidades pela qualidade e importância deste seminário neste momento histórico que o País vive.

Com a palavra Maria Inez, Presidente da Anfip.

A SRª MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO – Bom dia novamente!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente da Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social e Tributários.

A SRª MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO – Isto, da Fundação Anfip.

Nós vamos passar para duas ótimas palestras dos palestrantes internacionais que estão nos prestigiando.

Neste momento, o Dr. Hugo Cifuentes Lillo, Professor de Direito do Trabalho e da Seguridade Social na Universidade Católica do Chile e na Universidad Diego Portales, ambas em Santiago do Chile.

Ele é doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid, na Espanha; Presidente atual da Comisión de Usuarios del Sistema de Pensiones, equiparado ao nosso sistema previdenciário; Presidente da Comisión de Usuarios del Seguro de Cesantía, equiparado ao nosso seguro desemprego.

De 1996 a 2012, ocupou diversos cargos públicos vinculados à Previdência Social do Chile. É autor de várias obras do Direito e da Seguridade Social. Desde 2014, ele é integrante da Comissão da Presidente Bachelet para reforma do sistema previdenciário do Chile. Então, agora, ele participa ativamente de estudos que estão sendo realizados pelo Governo para a reforma previdenciária chilena.

Por favor, Dr. Hugo.

O SR. HUGO CIFUENTES LILLO –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.) (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos agradecer a participação aqui do Hugo Cifuentes, advogado e professor da Pontifícia Universidade do Chile.

Muito obrigada, Hugo, pela importante contribuição que você está trazendo para o debate.

Nós vamos, agora, imediatamente, passar a palavra a Carlos Garavelli, que é médico, mestre em Gestão de Serviços de Saúde e Seguridade Social e Reitor da Universidad de La Fundación, da Argentina.

Vou pedir aqui, rapidamente, à Maria Inez, Presidente da Fundação Anfip de Estudos da Segu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ridade Social e Tributários, que faça a leitura do currículo do nosso nobre convidado Carlos Garavelli.

Queremos também, aqui – só um momentinho, Maria Inez –, registrar também, com muita satisfação, a presença da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados, Fenajud.

Com muita satisfação, registramos a presença dos companheiros e companheiras.

Maria Inez, com a palavra.

A SRª MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO – Carlos Alberto Garavelli é argentino, médico especialista em terapia intensiva. Atualmente, é Diretor Regional para a área do Cone Sul da Organização Internacional de Seguridade Social; Presidente da Fundação José Mario Pantaleo, Obra do Padre Mario, que é uma entidade beneficente de Buenos Aires, Argentina. É Vice-Presidente da Organização Ibero-Americana de Prestadores de Serviços de Saúde. Ele desempenhou diversos cargos anteriormente, dentre os quais destacamos: Secretário-Geral da Confederação Argentina de Clínicas e Hospitais; professor da cátedra Proteção Social, na Universidad Isalud, em Buenos Aires; Reitor da Universidad Isalud e Presidente do Programa Universidade Inclusiva.

Recebeu o prêmio Cavaleiro de Carlos V, concedido pela Fundação Academia Europeia de Yuste, da Espanha, que é um galardão outorgado aos que contribuem com conhecimento e engrandecimento de valores culturais, científicos e com o processo de unificação da Comunidade Europeia. E também recebeu uma medalha brasileira, a Medalha do Mérito D. João VI, que é um prêmio nacional da imprensa brasileira.

Por favor, Dr. Carlos. (*Palmas.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, nós queremos só lembrar que, depois desta Mesa, Maria Lucia...

A SRª MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO (*Fora do microfone.*) – Maria Inez.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... nós vamos ter o intervalo, e vamos ter o debate ainda. Vamos facultar cinco inscrições para o Plenário. Em seguida, vamos ter o horário destinado ao almoço e vamos retomar às 14h com mais debates. A partir das 14h, vamos retomar, e o Senador Paulo Paim vai presidir a reunião na parte da tarde.

Como neste exato momento, está havendo uma reunião aqui da Liderança da oposição, eu vou ter que ir até lá para tratar inclusive...

A SRª MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO – ...dessa reforma.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...dessa pauta aqui em debate, que é PEC 55, que é a reforma da Previdência.

Para efeitos de natureza regimental, vamos só declarar que está suspensa esta reunião, retornando a partir das 14h. Entretanto, as entidades permanecem aqui no auditório para continuidade do debate, sob a coordenação de um companheiro ou companheira que vamos trazer até a Mesa.

Então, com muita satisfação, queremos passar a palavra para Carlos Garavelli, Reitor da Universidad de La Fundación, da Argentina.

Com a palavra.

O SR. CARLOS GARAVELLI – Obrigado.

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.) (*Palmas.*)

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Obrigada, Dr. Garavelli.

Temos a honra de ter o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que não conseguiu vir à abertura e vai dar uma saudação para vocês. (*Palmas.*)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – Eu queria cumprimentar todos vocês.

Na verdade, é por ironia do destino que esse seminário acontece quando o Governo manda a malfadada reforma da previdência para o Congresso Nacional.

Vejo aqui o pessoal da Anfip. Vocês vão ter muito trabalho porque os jornais de hoje, em página inteira, assustam o mundo dizendo que a reforma da previdência é necessária porque a seguridade é deficitária. Mentira! E vocês têm esses dados. A Anfip tem esses dados... (*Palmas.*)

...e terá de divulgá-los.

Essa é a forma como o Governo acha que vai resolver os seus problemas, mas não é punindo os trabalhadores de uma maneira geral, inclusive os trabalhadores rurais, que são abandonados à própria sorte nessa reforma da previdência. Tenho certeza de que vamos precisar muito desses dados.

E só lembrar de um detalhe: o Governo ainda aprovou recentemente a PEC da DRU, a Desvinculação de Receitas da União, que vai levar, neste ano, da Seguridade Social, R$120 bilhões e, no período todo da DRU, até 2023, vai levar R$1 trilhão.

Que previdência quebrada é essa? Na verdade, nós sabemos qual é o jogo. O jogo é continuar pagando juros de mais de 50% do orçamento brasileiro e deixar de pagar o trabalhador brasileiro, que contribuiu durante tanto tempo para a previdência social.

E não podemos admitir também que, mesmo aqueles que não tenham contribuído e que precisam do benefício assistencial, passem a recebê-lo não mais aos 65 anos, mas a partir dos 70 e, a partir daí, sem reajuste do salário mínimo, apenas com a correção da inflação.

Esse seminário veio em hora certa. Agradecemos à Maria Inez, que está neste momento, coordenando os trabalhos.

Quero cumprimentar o nosso palestrante, que acabou de dizer uma coisa extremamente importante, o Carlos Garavelli. E lá também, na Argentina, como aqui, os governos querem é meter a mão no dinheiro da previdência para cobrir os rombos de Petrobras, Eletrobras, Nuclebras e tudo o mais. (*Palmas.*)

E reafirmar que, junto com a Anfip, vamos provar que a seguridade social não é deficitária. E esse momento é agora neste seminário.

Parabéns, e até a vitória.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Antes de saímos para o intervalo do almoço, vamos ouvir por dois minutos apenas quatro entidades.

Chamo Nilza Pereira de Almeida, da Central da Classe Trabalhadora Intersindical; Luciano Veras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal, do Estado de Santa Catarina; Marco Paiva, Sindicato dos Servidores Públicos Civis, Administração Direta, Autarquias, Fundações, Tribunal de Contas do Distrito Federal; e Carlos Estrela, da Associação dos Servidores da Asbin.

Pergunto se essas entidades estão presentes. (*Pausa.*)

Inicialmente Nilza Pereira, da Central da Classe Trabalhadora Intersindical.

A SRª NILZA PEREIRA – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de deixar uma saudação da Intersindical Central da Classe Trabalhadora pela realização do seminário, conclamar e concordar que o dia de hoje é um dia especial, o dia da entrega da discussão da reforma previdência e mais um ataque deste Governo golpista, sanguinário, aos direitos dos trabalhadores. Há uma forma muito forte de resistência nas ruas, na luta dos estudantes, na luta do funcionalismo público e dos trabalhadores que estão em greve juntando-se à luta institucional, que ocorre aqui no Senado, de resistência.

Então, parabéns a todos nós aqui presentes. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Obrigado, Nilza.

Chamo o Luciano Véras, Sindprevs, Santa Catarina.

O SR. LUCIANO WOLFFENBÜTTEL VÉRAS – Boa tarde a todos.

Primeiramente, quero cumprimentar pela iniciativa, somos apoiadores do Seminário Internacional da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência.

Essa iniciativa é muito importante neste momento.

Infelizmente, a Mesa já foi desmanchada, o pessoal do Governo já saiu, mas não se trata de garantir ou não a continuidade do sistema, ou benefício do mais vulnerável ou pobre. Se fosse assim, não estariam desvinculando os benefícios do salário mínimo e jogando para a linha da miséria praticamente uma população, porque quase 80% dos benefícios da previdência são de salário mínimo. Então essa não é a preocupação.

Também não teriam extinto, se essa fosse a preocupação, o Ministério da Previdência; 93 anos de história foram extintos com uma canetada, provando que previdência pública de qualidade, providência social, política pública e política social não são uma política de Estado para esse Governo.

Mas acho que eles acharam a solução para resolverem o problema da previdência. Com a PEC 55, com a reforma da previdência, a solução é esta: na verdade vamos matar uma quantia da população brasileira jogando-a na linha da miséria, na pobreza mesmo. Assim, eles solucionam. Conseguem superávits cada vez maiores para passar para os bancos.

Essa não é a questão de se preocupar ou não, como disse a representante do Governo. Essa é uma opção política de um projeto de Estado que não é um projeto de Estado da classe trabalhadora.

Quero repetir aqui, terminando meu tempo, Voltaire, que disse "posso não concordar com tudo o que diz, mas vou lutar até o fim para que você possa dizê-lo". Estamos, sim, num Estado democrático. Temos de respeitar a ambiguidade das opiniões. Mas acho um erro, acho talvez para reflexão futura que continuemos nos nossos espaços de debate abrindo espaço para o outro lado. Noventa e nove por cento da mídia é majoritária. Tudo o que está aí eles têm para passar esse outro lado. Então, que comecemos a repensar e refletir, porque não temos espaço para debater e para mostrar à opinião pública. Enquanto a representante do Governo estava aqui, o Secretário de previdência estava na GloboNews, na Globo, na NBR falando sobre reforma da previdência. Esse espaço lá nós não temos, mas eles têm aqui.

Muito obrigado. E fica esse espaço para reflexão. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Obrigado, Luciano.

Marco Paiva, do Sindireta, do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Está aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Marco Paiva, não.

Carlos Estrela, da Asbin.

O SR. CARLOS TERRA ESTRELA – Bom dia. Quero registrar aqui o apoio da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência neste importante debate internacional, que vem contribuir para essa mudança neste momento histórico que estamos passando.

Quero parabenizar também a Frente Parlamentar Mista e toda a organização, em especial à Patrícia, porque, sem ela, isso não seria possível. Acho importante o debate para mudanças e posições políticas marcantes, para efetivamente mudarmos e não ficarmos apenas contemplando o que já foi colocado.

Muito obrigado.

Quero registrar aqui o apoio da Asbin.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Obrigado a todos.

O retorno será às 14h.

Bom almoço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos retomar o nosso seminário.

Já informo a todos que não vai haver sessão hoje no plenário do Senado, mediante o impasse criado com o afastamento, por liminar, do Presidente Renan Calheiros. Pela informação que recebi agora, a sessão de hoje não acontecerá, e o Supremo irá decidir essa questão amanhã. O Ministro Marco Aurélio já estaria remetendo a posição dele de dar a liminar para o Plenário do Supremo. Então, provavelmente, não haverá sessão hoje nem amanhã.

Nós continuaremos com nossas audiências hoje e amanhã, na linha daquilo que foi debatido hoje pela manhã, da nossa preocupação com a PEC, com a terceirização, com o trabalho escravo, com o trabalho intermitente. Enfim, tudo isso, no nosso entendimento, atinge diretamente os trabalhadores.

O ideal mesmo, pessoal, aqui entre nós, era que não houvesse nenhuma sessão até o recesso do dia 15. Isso evitaria que eles votassem projetos contra os trabalhadores. Oxalá isso aconteça!

Feito esse registro, vamos à nossa audiência pública da CDH, em parceria com os movimentos sociais, na parte da tarde.

Peço ao nosso colaborador e orientador, ao nosso mestre... Pode ser mestre-sala?

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Mestre de cerimônias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Peço ao nosso mestre de cerimônias que convide nossos painelistas da parte da tarde. Já vamos iniciar o debate, para que eles falem e para que, depois, vocês também possam falar.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Da ordem do Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, retomamos os trabalhos, então, agora com a Mesa que vai tratar de Previdência, da necessidade ou não de uma reforma.

Antes, quero convidar a tomar assento à mesa e a coordenar esta Mesa o representante do Sindifisco Nacional, Diretor de Assuntos Parlamentares, José Devanir de Oliveira. (*Palmas.*)

Para apresentar o tema "Previdência: a necessidade ou não de uma reforma", convidamos o Sr. Wagner Balera. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Para apresentar o tema "Regime Geral de Previdência e Seus Desafios", convidamos o Sr. Eduardo Fagnani. (*Palmas.*)

Retornarmos a palavra ao Presidente, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já estão aqui os nossos painelistas.

Embora eu já tenha aberto oficialmente nossa audiência pública, que é também um seminário sobre a reforma da Previdência numa visão nacional e internacional, por uma questão regimental, declaro mais uma vez que estão reabertos os trabalhos desta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos em parceria com os movimentos sociais.

Eu soube que, na parte da manhã, houve um bom debate, em alto nível, e que grande parte dele – o que é muito importante – a TV Senado jogou para todo o Brasil. Sei disso porque vi, pelo chamado Twitter e pelo WhatsApp, o resultado do apoio de grande parte do povo brasileiro a esse seminário.

Agora, à tarde, como não há sessão no plenário, estaremos também ao vivo para todo o Brasil.

Passo, de imediato, a palavra para o Sr. Devanir, que é Diretor Parlamentar do Sindifisco.

Peço uma salva de palmas para o Devanir. Com ele está a palavra. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ DEVANIR DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos!

Para nós é motivo de grande honra o Sindifisco Nacional participar, através da Diretoria de Assuntos Parlamentares, da organização e da realização deste evento. É um grande seminário que vem discutir, num momento diferenciado, num momento singular da história brasileira, a questão da reforma previdenciária. Na verdade, é uma contrarreforma. A temática proposta para a discussão, para a abordagem, nesta tarde, é "Previdência: a necessidade ou não de uma nova reforma". É claro que, para dar uma resposta a isso, talvez, nem seria preciso haver nenhum palestrante, mas, para enriquecer o debate, recebemos nesta tarde o Dr. Wagner Balera, profundo conhecedor da matéria, que irá expor sobre o assunto e debater juntamente com todos os companheiros aqui a temática que nos é proposta: a necessidade ou não de uma nova reforma. O segundo palestrante, o Prof. Eduardo Fagnani, também é por demais conhecido de todos os meios da classe trabalhadora e da classe sindical, é professor da Unicamp e tem também debatido e estudado o assunto com profundidade.

Então, passamos a palavra, inicialmente, para o Dr. Wagner Balera. (*Palmas.*)

O SR. WAGNER BALERA – Boa tarde a todos!

Inicialmente, quero dizer que é uma grande honra e uma alegria para mim estar aqui no Senado Federal, nesta reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pelo Senador Paulo Paim, que é, sem dúvida, uma das lideranças mais expressivas no trato da questão previdenciária nesta Casa e no cenário político brasileiro.

Também quero cumprimentar o nosso moderador e o ilustre Prof. Eduardo Fagnani.

Tenho uma exposição. Como sou professor já há muitos anos, preparo as exposições. Mas cheguei a este plenário às 10h mais ou menos, e, assim que aqui entrei, deram-me o texto da PEC, do qual somente hoje tomei conhecimento. Acho que todo mundo o recebeu agora, não é, Senador? Ele foi bem guardado. Então, somente agora, há poucos instantes, pude examinar o texto da PEC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu o recebi agora. Só quero dizer, concordando com o senhor, que recebi este resumo agora.

O SR. WAGNER BALERA – Então, do que está aqui na minha exposição, será necessário inverter um pouco os temas, especialmente para que a análise se dê de maneira pontual sobre a proposta. Então, acho que ganhamos um pouco de qualidade no debate, porque temos já uma proposta, e o que o Congresso Nacional vai discutir é a proposta.

Vejam que o meu tema é uma pergunta: há ou não necessidade de uma reforma previdenciária? Para que respondamos essa pergunta, temos que enfrentar uma premissa. É mais ou menos como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

aquele raciocínio lógico: em que premissa você se baseia para chegar a sua conclusão?

Então, a minha primeira premissa já foi várias vezes, na reunião da manhã, explicitada. É que você não consegue trabalhar com uma conclusão verdadeira se você tem uma premissa falsa. E qual é a falsa premissa que está justificando essa reforma? É a premissa falsa de que a previdência está quebrada. Essa premissa não estamos ouvindo agora, mas já ouvíamos esse discurso quando foi encaminhada a primeira reforma previdenciária em 1995. Já se dizia àquela altura que a previdência estava quebrada.

Então, é com base nessa premissa que se busca construir o discurso de uma reforma. E a premissa é falsa porque – e o Senador Paim sabe muito bem – agora, há pouco mais de dois meses, foi mais uma vez editada uma emenda constitucional que permite – é emenda constitucional, senhores, não é um decreto do Presidente da República, não é uma portaria ministerial, mas uma emenda constitucional – o desvio, autoriza o desvio de 30% da arrecadação da seguridade social.

Portanto, como é que se pode falar que uma conta não fecha se eu consigo tirar todos os anos, desde 1994, uma grande parte do dinheiro que deveria ser destinado a esse setor? E agora foi aumentado para 30%. É como se você na sua casa tivesse que ganhar o seu salário para pagar as suas contas. Você calcula mais ou menos a sua despesa... Como é que fazemos em casa? Calculamos a nossa despesa em função da nossa receita. O homem prudente faz isto: ele calcula a despesa em função da receita. Se ele é imprudente, não calcula a despesa e, não calculando a despesa, o que acontece? Ele vai ficar no cheque especial, ele vai ficar no cartão de crédito, ele vai ficar no consignado. Esta é a grande coisa que fizeram contra os trabalhadores do Brasil: o consignado. Por quê? Porque ele não consegue pagar as suas despesas.

Agora, no caso da seguridade social, o que o Constituinte fez em 1988? Ele ampliou os direitos sociais, ele deu um passo avante na trajetória dos direitos sociais do Brasil e foi prudente porque, ao mesmo tempo em que ele ampliou os direitos, criou um pujante quadro de arrecadação. E, como se sabe, no ano 2013, anteontem, a arrecadação das contribuições sociais foi maior do que a arrecadação fiscal. Foi a primeira vez na história do Brasil.

A arrecadação foi tão expressiva que ultrapassou a arrecadação básica que a União tem com todos os seus impostos. Então, houve um exponencial aumento da arrecadação.

Sem embargo, desde 1994, são desviados os recursos da seguridade social para outras finalidades que não são saúde, não são previdência e não são assistência, porque a seguridade é um conjunto, é uma integração, é um sistema. Não dá para entender a seguridade social fatiada, esquartejada. Ela é saúde, é previdência e é assistência. É um orçamento só de seguridade, diferente do outro orçamento que é o da União.

E estão desviando. A partir do ano que vem, serão 30% dos recursos de arrecadação da seguridade social. O que eles querem fazer entender – e isso é verdade – é que só com a arrecadação sobre a folha não é possível pagar a conta INSS. Isso é verdade. A arrecadação sobre a folha não é suficiente para pagar a conta INSS.

Por quê? Também por duas razões, claramente definidas e conhecidas. Primeiro, e eu não estou fazendo discriminação, foi o que aconteceu historicamente. Primeiro, foi jogado ao que poderíamos chamar de costas largas da previdência social um dispêndio, que não era dela, que é o dispêndio das prestações assistenciais rurais. Não que o trabalhador rural não tenha muito mais direito. É que a conta da previdência/folha é a conta do trabalhador urbano. Então, a arrecadação do trabalhador urbano passou a financiar os benefícios rurais. Então, aí já está havendo uma despesa que não estava prevista e que passou a ser incluída na mesma conta.

Isso até 1991. Em 1991, a Constituição equiparou os trabalhadores urbanos e rurais e, portanto, a arrecadação foi unificada. Primeiro ponto.

O Segundo: foi colocado também nas costas da previdência social, e não da seguridade. A seguridade é o conjunto todo. Nas costas da previdência social foi colocada a conta dos benefícios assistenciais antigos, notadamente a chamada Renda Mensal Vitalícia, que não tinha previsão na arrecadação da folha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, como a previdência tinha uma receita boa, foram criando sobre a sua receita dispêndios que não são de natureza previdenciária. Acontece que a Constituição de 1988 unificou tudo isso em um sistema: a seguridade social.

Então, a arrecadação da seguridade social é suficiente para pagar os benefícios previdenciários, os benefícios assistenciais e também os dispêndios do SUS.

Portanto, é falsa a premissa de que é necessária uma reforma porque a previdência está quebrada. A previdência é parte integrante da seguridade social e a seguridade social apresenta superávit, tanto que vão continuar tungando 30%, e 30% no ano que vem representam aproximadamente R$120 bilhões. É isso o que vão desviar nos recursos da Seguridade Social.

Portanto, sob a premissa de que a previdência está quebrada nós não chegaremos a uma conclusão verdadeira, porque a premissa é falsa.

Agora, vamos aos dados que nos permitem: é necessária uma reforma previdenciária?

E eu sustento que sim, porque o que está acontecendo? O perfil da comunidade protegida está mudando de diversas maneiras de observação. Um dado desse perfil é o aumento da sobrevida média. Só para vocês terem um dado comparativo. É simples de entender isso, gente.

A conta da previdência foi preparada nos anos 60 do século passado. Foi nessa época engendrada essa conta da previdência. Ela foi preparada para uma sobrevida média de 62 anos. Sublinho para ninguém se esquecer desse dado. A sobrevida média nos anos 60 era de 62 anos. Nós temos agora o registro recente do IBGE, que a sobrevida média do brasileiro é de 75 anos. Então, você tem uma diferença de 62 para 75. Isto é, as pessoas estão vivendo em média mais 13 anos. Quanto mais tempo você vive, se você é aposentado, mais tempo você recebe. É ótimo sobreviver. Todos nós queremos sobreviver eternamente. Só que o sistema é uma conta. E nessa conta a sobrevida que foi bolada para essa despesa contava com uma idade menor do que a que está acontecendo.

Outro dado muito importante, se você falar: eu não quero discutir reforma, você está jogando o problema para a geração futura. Não é que não vai haver uma discussão sobre a reforma, você estará adiando essa discussão para uma geração futura enfrentar com outro tipo de cenário.

Quando, 1960, foi editada a lei anterior à lei atual, a chamada Lei Orgânica da Previdência Social, prudentemente, o legislador criou uma idade mínima para as aposentadorias. E vejam, meus amigos, não estou e nem me interessa defender a proposta do Governo porque não pertenço ao Governo, mas qualquer reforma previdenciária, se for para frente, tem que estabelecer uma idade mínima para aposentadoria. Não é mais possível haver um sistema sem previsão de uma idade mínima para aposentadoria.

Qual vai ser essa idade? Isso é que incumbi ao Congresso Nacional discutir. É o Congresso Nacional, que é o Poder Legislativo, que vai discutir essa idade. Agora, o que o Congresso não pode é simplesmente dizer: não precisa de idade mínima. Isso seria jogar contra as gerações futuras. Pode ser que essa idade tenha que ser alcançada gradativamente, um gradiente que vá crescendo aos poucos, mas é um dado indispensável a fixação de uma idade mínima para as aposentadorias.

O que se fez recentemente? Criou-se essa idade de uma forma estranha, na qual a pessoas não entenderam nada.

Criou-se essa idade através de um elemento, de um vetor que é um redutor do valor dos benefícios. É o chamado fator previdenciário. O fator previdenciário existiu por conta da inexistência de uma idade mínima para as aposentadorias. Portanto, uma verdadeira reforma deverá necessariamente estabelecer uma idade mínima para as aposentadorias.

Você pode pegar aquela referência de 1960, em que 55 anos era a idade mínima, constatar qual foi o incremento da sobrevida média e estabelecer uma nova idade mínima. Não sei se é 65. Pode ser menos. Deve ser menos. Mas deve haver, como parte integrante de um pacto previdenciário intergeracional, o estabelecimento de uma idade mínima para a aposentadoria.

Uma pauta da reforma é a instituição de uma equidade, de uma igualdade, de uma isonomia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

entre o homem e a mulher, coisa que a PEC estabelece. Eu concordo que deve ser assim. Isto é, deve haver uma única idade para a aposentadoria do homem e da mulher, por também razões de natureza técnica, que não dependem desse ou daquele governante. É que a sobrevida das mulheres é maior do que a dos homens. Então, se é verdade – e eu acredito que seja verdade – que as mulheres têm uma dupla jornada, que elas trabalham no mercado de trabalho propriamente e em casa, é também verdade que isso não afetou a qualidade de vida delas, porque elas vivem mais tempo. Então, do ponto de vista da sua situação como seguradas, elas podem perfeitamente acompanhar este ônus adicional, que vai representar a fixação de uma idade igual para ambos os sexos.

Eu queria só que me avisassem quando estivesse para terminar, porque é muita coisa. Então, não dá.

Eu vou comentar alguns pontos só da reforma.

Bom, um terceiro dado que impõe a necessidade de uma reforma é a transformação que aconteceu nas gerações. Cada um dos mais antigos aqui – e eu me incluo nesta leva dos mais antigos da sala – se lembra de que, no seu tempo de criança, o seu avô ou o seu pai... Meu avô tinha oito filhos, meu pai tinha dois filhos, e eu tenho dois filhos. Hoje em dia, você ouve um jovem falar que vai se casar e não quer filho. Nenhum. Aliás, vocês veem que há muito mais criação de animais domésticos do que de filhos.

Ocorre que o sistema foi pensado como se a população ativa fosse sempre crescer mais, e não está acontecendo isso. A população ativa não está crescendo mais. Ela está decrescendo. De um lado, é esse um problema para a seguridade social.

Se você não tem pelo menos duas pessoas, para repor aquela força de trabalho que vai ser sustentada pelo benefício, o sistema começa a ter problemas. Então, a reforma tem que considerar esse ponto. Eu não vi nada disso no projeto. O projeto não toca nisso, que é um elemento essencial para o futuro. Então, é preciso pensar como vai ser o financiamento dos planos previdenciários para as gerações futuras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria convidar à Mesa a nossa querida lutadora, Senadora Regina Sousa, que está aqui e vai depois também... (*Palmas.*)

Ela, que é educadora, mas que conhece muito bem a área rural e urbana.

O SR. WAGNER BALERA – Um outro dado que eu gostaria também de comentar com os senhores é sobre a estrutura, hoje em dia, do Plano de Benefícios do Regime Geral. O Plano de Benefícios do Regime Geral prevê certos requisitos para a obtenção, por exemplo, de um benefício como o da pensão. E previdência, basicamente, responde a dois benefícios-padrão: aposentadoria e pensão. Isso é a cobertura universal de previdência. Bom, nós temos a possibilidade de acumulação, isto é, de receber conjuntamente aposentadoria e pensão. Essa fórmula terá que ser repensada, num momento em que o sistema todo exige reformulações.

Pode ser que, mais para frente – depois de uma transição discutida com a sociedade, não imposta pelo Estado, como se fosse só ele que manda no sistema de seguridade social –, o beneficiário tenha que optar por um ou por outros benefícios, como, aliás, já ocorre em diversos outros modelos e sistemas.

Então, a garantia das necessidades básicas é o fornecimento de uma única prestação *per capita*. É claro que se fala de a mesma pessoa receber dois benefícios.

Há uma exceção – que também não se justifica: o fato de alguém pertencer a dois regimes diferentes. Isto é, eu pertenço ao Regime Geral e ao regime dos servidores. Então, eu poderia, em tese, acumular os dois benefícios. Mas previdência é universal. Previdência é para todos. Não é para cada qual fazer a sua. Se fosse privada, seria assim: você pode comprar vários planos de previdência.

Bom, eu já vou encerrar – porque eu ainda estou sob o impacto desse projeto, que é impressionante –, falando só uma coisa... Quando nós dizemos – há um cartaz assim – "não à reforma da seguridade social", nós poderíamos olhar e pensar: qual é o sistema que eu estou defendendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O sistema que eu estou defendendo, hoje, é o de um Regime Geral, do INSS, que garante um benefício médio... Todo mês sai uma portaria ministerial, definindo qual é o valor do benefício médio, isto é, a média dos benefícios que o INSS paga. O Regime Geral paga um benefício médio de aproximadamente mil e trezentos reais. O benefício da imensa maioria dos segurados é essa quantia. Será que vale a pena nós não pararmos para pensar se esse benefício, se esse sistema é socialmente justo? Será que, quando você está discutindo a manutenção do Regime Geral, como ele é hoje, você na verdade não está permitindo que os outros integrantes do sistema previdenciário, que são o pessoal do regime próprio... Esses, sim, têm privilégios incontáveis. Vão dizer: "Bom, não é para mexer em nada." E no nosso? Os que têm mais força vão fazer isso, gente.

Agradeço a atenção, porque me ouviram. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Dr. Wagner Balera, doutor em Direitos Sociais, mestre em Direito Tributário, e professor de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Meus cumprimentos pela palestra.

A palavra volta de novo a José Devanir de Oliveira, que coordena esta Mesa.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Muito bem.

Passamos a palavra agora ao Prof. Eduardo Fagnani, doutor em Ciências Econômicas pela Unicamp, também com larga experiência na matéria, para nos trazer algumas luzes sobre o tema.

Com a palavra, o Dr. Eduardo.

O SR. EDUARDO FAGNANI – Bem, boa tarde a todos.

Obrigado, Devanir.

Quero cumprimentar o Senador Paim, pelo importante trabalho que tem desempenhado nesta e outras frentes, o Prof. Wagner Balera e a Senadora Regina Sousa.

Sim, precisamos de uma reforma. Reformas são normais no mundo, porque a população envelhece e você precisa adequar as regras. A questão é: qual reforma? Qual reforma nós temos que fazer?

O que eu estou vendo aqui é que nós estamos nos inspirando em países desenvolvidos, que têm renda *per capita* seis, sete vezes maior do que a do Brasil, com indicadores sociais e expectativa de vida oito, nove, dez anos acima dos do Brasil. Enfim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO FAGNANI – Hã?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO FAGNANI – Não entendi.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO FAGNANI – Pois é: quando você olha o Índice de Gini brasileiro, que é o índice que mede a desigualdade da renda – quanto mais próximo do um, pior a desigualdade –, você nota que a desigualdade de renda no Brasil é de 0,5, enquanto essas sociedades civilizadas têm uma distribuição da renda em torno de 0,2. Mas em qualquer indicador que você analisa – mercado de trabalho, condições de saúde, anos de estudo –,em qualquer indicador que você observa, o Brasil é claramente uma das sociedades mais desiguais do mundo, subdesenvolvida e excessivamente heterogênea. Quer dizer, eu não posso achar que a média nacional de qualquer indicador é muito pior nos Estados do Nordeste, é muito pior nas regiões rurais.

Então, como é que eu vou estabelecer? Primeiro, com uma idade mínima de 65 anos ou mais, semelhantemente aos países desenvolvidos. Segundo, como é que eu vou fazer uma regra única para trabalhador rural e trabalhador urbano, homem e mulher, servidor público e trabalhador privado, num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

país que é extremamente heterogêneo? Essa que é, eu acho, a questão central.

Eu faço a seguinte pergunta: é justo que um trabalhador rural do Nordeste seja submetido às mesmas regras que um trabalhador urbano da Escandinávia? Eu não acho justo, mas é o que está sendo proposto aqui. Então, primeira questão: sou a favor, a reforma tem que ser feita, mas é preciso saber qual reforma.

Segundo ponto: uma reforma desse tipo mexe com a população como um todo, mexe com o conjunto das pessoas. Então, ela tem que ser objeto de amplo debate, um debate com calma, ouvindo um lado, ouvindo outro, etc., e o que me preocupa, mais uma vez, é que começamos muito mal, pois o que prevalece? É a ideia alarmista, catastrofista.

Ontem, por acaso, eu assisti à apresentação que foi feita para os Líderes, e o Presidente da República disse: "Sem reforma não há futuro!" E o Ministro da Fazenda disse: "Não é um desejo, é uma necessidade! Temos que fazer reforma enquanto há tempo." O Ministro da Casa Civil disse: "Se a reforma não for feita até 2024, o Orçamento soçobra. Acabou!" Diz ele: "Se deixar como está, em 2024 extingue-se a margem para gerenciar o Orçamento. Todo o Orçamento vai ser gasto com pessoal, saúde e previdência." O que está em jogo é se as contas públicas vão existir ou não em 2024? "Não temos alternativa [disse outro]: se as reformas não forem feitas, os nossos filhos e netos não terão aposentadorias." "Não temos alternativa: se as reformas não forem feitas, vai acontecer com vocês o que está acontecendo com os servidores do Rio de Janeiro."

O que é isso? Primeiro, não inovam. Não há nenhuma inovação. Eu acompanho esse debate há 40 anos. Em 1988, o Presidente Sarney, na última etapa do Congresso Nacional, enquanto Assembleia Nacional Constituinte – era a única etapa que os Constituintes tinham para mudar a Constituição –, ele era contra a forma em que estava e fez um discurso, dizendo: "Se os senhores não mudarem essa Constituição, do jeito que está... É a última chance: se vocês não mudarem, o País será ingovernável." Era a tese da ingovernabilidade. E essa tese da ingovernabilidade durou 30 anos! E o Brasil cresceu e distribuiu renda, por conta da governabilidade dada pelos direitos sociais de 88.

Não posso deixar de dizer que, no dia seguinte, Ulysses Guimarães subiu à tribuna desta Casa e disse: "Ingovernável é a fome, é a doença inassistida. Essa vai ser a Constituição cidadã!" (*Palmas.*)

E ao que nós estamos assistindo hoje, com a PEC 233 e com a reforma da previdência, é que nós estamos transformando a Constituição de 88 em letra morta! Não adianta, Senador Paim, haver aquele monte de ordens sociais, vários capítulos maravilhosos de direitos, porque não vai haver recurso; vai haver uma asfixia financeira. Serão todos transformados em letra morta. E é um pouco isso que nós estamos vivendo hoje.

Eu acho que esse tipo de discurso não ajuda. Discurso fatalista não ajuda. Sabem por quê? Porque tratam todos nós que estamos aqui como débeis mentais. Nós somos todos débeis mentais, porque só eles têm o conhecimento, a ciência. Eles desqualificam todos os especialistas que existem neste País; eles desqualificam a vasta produção acadêmica, governamental, que existe sobre o tema; eles desqualificam o extraordinário trabalho que a Anfip faz há mais de 28 anos, que mostra todos os anos o que acontece com as contas da seguridade social, entre outras instituições. Eles desqualificam e não levam em consideração que existe, sim, uma cultura técnica capaz de desmontar, ponto por ponto, o argumento que eles estão utilizando.

E aqui eu queria aproveitar e dizer, em primeira mão, que a Anfip, através do Vilson Antonio Romero, e o Dieese, através do Clemente, estão coordenando um grupo de estudo que está trabalhando há mais de três meses, para apresentar contrapontos a essa reforma que está sendo feita – da previdência. Esse trabalho vai estar pronto no começo de janeiro, e nós queremos que ele sirva, Senador Paim e Senadora Regina, como subsídio para o Congresso Nacional, assim como subsídio para a luta das centrais sindicais, dos sindicatos, da Contag, enfim, que ele sirva para dar argumentos para vocês enfrentarem essas reformas.

Nós defendemos nesse documento que o único objetivo dessa reforma é fiscalista. Não há nenhuma preocupação com o fato de que a Previdência Social é um dos pilares da proteção social brasileira. É apenas fiscalista: cortar gasto. E venderam a ideia de que o gasto social é o vilão do ajuste fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, qual é o objetivo da PEC e da reforma? Um rebaixamento dos gastos de 18% do PIB para 14%, 12% do PIB. Esse é o projeto, porque se vendeu a ideia de que isso é fruto do gasto social. Mas, quando a gente observa a experiência internacional, a gente vê que o gasto social é um fenômeno que cresce com a democracia. Em todos os países, de 1945 até 1980, 1990, o gasto social cresceu muito. E mais interessante ainda, o gasto social cresce por proporção do PIB entre 1990 e 2015. Mesmo com o neoliberalismo e mesmo com a crise financeira global de 2008, eles continuam crescendo.

Outro dado importante é que o Brasil não é nenhum ponto fora da curva. O nosso gasto social é semelhante ao da América Latina, muito inferior ao dos países da Europa emergente, mais inferior ainda ao dos países nórdicos, e mais inferior ainda ao da Zona do Euro. Nós só ganhamos da Ásia emergente. Nós não somos um ponto fora da curva.

Por que o gasto social cresceu nesse período? Porque, em 1988, pela primeira vez, houve um "desrepresamento" da cidadania social. Em 500 anos de história, o trabalhador rural nunca teve direito a aposentadoria. Em 500 anos de história, nós nunca tivemos seguro-desemprego, nós nunca tivemos benefícios de prestação continuada, nós nunca tivemos uma previdência social urbana que estivesse amparada no piso, para que o valor real dos benefícios não fosse corroído.

Agora, o mais interessante é que não se leva em conta o papel redistributivo da previdência, é uma proposta só fiscalista, é só cortar gastos, mesmo que isso signifique aumentar a desigualdade social. Então, eu só quero lembrar dois dados. A previdência social tem 20 milhões de benefícios urbanos, 10 milhões de benefícios rurais, são 30 milhões de benefícios. Se uma família tiver mais duas pessoas, nós estamos falando em 90 milhões de pessoas. A previdência social beneficia direta ou indiretamente 90 milhões de pessoas.

Segundo dado importante: mais de 80% do idosos brasileiros têm a previdência como, pelo menos, uma fonte de renda, enquanto a média, na América Latina, é de 30%, 40%. A pobreza entre os idosos hoje é de 7%. Se não fosse a previdência, 70% dos idosos seriam pobres. Então, como eu faço uma reforma que só pensa na questão do gasto e não pensa nos efeitos redistributivos.

Terceiro ponto: essa reforma é feita em torno de falácias. Hoje mesmo de manhã, eu ouvi várias falácias aqui. O *Dicionário Oxford* diz que a palavra do ano em 2016 é pós-verdade. A pós-verdade é o seguinte: a verdade não precisa estar ancorada em tabelas, dados, estudos, estatísticas, nada. Eu invento uma verdade e aquilo vira verdade. E o debate sobre a previdência, nos últimos 30 anos, é baseado nas pós-verdades, na ideia da catástrofe fiscal.

Vimos alguns dados hoje aqui da representante do Governo, de que se não fizer, vai explodir. Desculpa, isso é um fenômeno global. Hoje o Brasil gasta 7% do PIB com previdência e, até 2060, vai haver um processo de envelhecimento. Isso aconteceu, nos países da Europa, em meados da década passada; e hoje esses países gastam de 12% a 13% do PIB. Nós vamos aumentar o nosso gasto social para 12%, 13% do PIB. Isso é inexorável, isso é histórico, a não ser que a gente dê formicida para todo mundo. Agora nós temos 30, 40 anos para nos preparar para uma reforma desse tipo.

Segundo ponto: não há alternativa para a questão demográfica. Eu não tenho tempo para discutir aqui, mas há sim. Essa ideia de razão/contribuintes/inativos é chamada razão de dependência. Havia muito contribuinte para poucos inativos; agora vai haver pouco contribuinte para muitos inativos. Isso servia para analisar a previdência em meados do século passado, quando a segunda revolução industrial era a base fordista de produção. Para produzir um par de óculos você precisava de 30 funcionários na linha de montagem. Hoje para produzir um automóvel, você precisa de dois funcionários apertando um botão. Houve um ganho de produtividade extraordinário.

E o que está acontecendo hoje? Nós temos a quarta revolução industrial. São as impressoras 3D, com processos enormes. Há um estudo do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, que diz que, até 2020, por conta da tecnologia, 7 milhões de empregos vão ser perdidos.

Há um processo de corrosão da base salarial. Como eu posso pensar em financiar previdência no século XXI a partir da contribuição em cima da base salarial? Eu tenho que transitar essa forma de financiamento da base salarial para o capital, para o lucro, para os ganhos de produtividade. É isso que está acontecendo em vários países. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A própria Europa já fez isso. A própria Seguridade Social já prevê uma base diversificada de financiamentos. Eu posso dar milhões de outros argumentos, mas eu fico por aqui.

O outro argumento é o da catarse financeira. Hoje eu vi um dado aqui e gostaria de que a representante do Ministro da Casa Civil estivesse aqui e me respondesse, porque ela disse o seguinte: "Hoje nós gastamos 7% do PIB com previdência; em 2016, vamos gastar 25% do PIB." Eu queria saber, senhora representante do Ministro da Casa Civil, com base em que critérios a senhora fez esse dado. A senhora por favor, poderia abrir a caixa preta...

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. EDUARDO FAGNANI – Eu acho o seguinte: é um dado muito sério para ser levado com tanta leviandade.

Quando se afirma isso, deve-se dizer: eu uso as variáveis tais e tais, a minha taxa de projeção do PIB é tanto e tanto, a produtividade vai crescer tanto e tanto, eu preciso saber.

Senador Paim, Senadora Regina, nesse estudo que a Anfip está fazendo, há um grupo de matemáticos que fizeram um estudo simples e disseram o seguinte: só analisando as LDOs de 2012 a 2014, há erros enormes! Eles erraram todos os anos! Erraram na receita, erraram na despesa e erraram no déficit. Como alguém que em seis anos erra tanto tem legitimidade para fazer projeções para 2060? Está claro? (*Palmas.*)

Então, o Congresso Nacional tem que pedir uma audiência pública para que os técnicos do Ministério da Fazenda apresentem os seus argumentos para fazer essas projeções. E nós vamos apresentar as nossas. (*Palmas.*)

Depois há uma série de outras bobagens que eu nem vou dizer: "O Brasil é o único país que não exige idade mínima". Mentira! Nós exigimos idade mínima desde 1998, na Emenda à Constituição nº 20. Se eu colocar aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de serviço, 64% são por idade e 36% são por tempo de serviço. E mais, a reforma da aposentadoria por tempo de contribuição, representada por 34%, que não exigia idade mínima passou a exigir com a reforma que foi feita no ano passado, que criou a regra 85/95, e até 2026 vai ser de 90/100. Então já temos, sim, idade mínima em 2028, porque essa combinação 90/100 vai exigir, a menos que o sujeito contribua por 80 anos. Não é possível que alguém com 90 não tenha a idade mínima, está claro?

Então o Brasil não só tem, como a reforma no tempo de contribuição também já resolve. E mais, fizemos idade mínima em 98 superior à dos países desenvolvidos. Eu quero deixar isso muito claro! Fixamos 65 anos para homem e 60 para a mulher num período em que a Bélgica exigia 60, a França, 55... Aliás, François Fillon, que ganhou agora a centro-direita francesa, qual é o projeto dele? Mudar a idade de aposentadoria na França de 62 para 65 anos. Ele falou isso essa semana. E nós já temos 65 desde 1988. A Alemanha, naquela época, 63, Suécia, 61 e outros países também.

Portanto, não só estipulamos a idade mínima, como também a fizemos superior à dos países desenvolvidos. Então também não se justifica o argumento de que as idades aqui são generosas.

Terceiro ponto: o Brasil gasta muito com a Previdência. Essa é outra piada, está certo? Eu só quero mostrar um dado para vocês. Tenho vários outros para mostrar, mas quero mostrar um dado para vocês, que é o seguinte: em 2015, o Brasil gastou com juros R$502 bilhões e gastou com Previdência R$436 bilhões. (*Palmas.*)

Qual é a questão aqui? É que a Previdência, como eu disse para vocês, beneficia 90 milhões de pessoas direta ou indiretamente. E os 502 bilhões gastos com os bancos beneficiam uma centena de pessoas.

O que não cabe no PIB? A Previdência ou os juros?

Ontem, nos jornais saiu o seguinte... Essa notícia então é para chorar de desgosto, porque não há outra coisa para se fazer num debate tão pobre a que assistimos. O jornal disse o seguinte: "Com a proposta da Previdência, o Presidente Temer disse que isso pode gerar uma economia de R$670 bilhões em dez anos". Seiscentos e setenta bilhões em dez anos, ou seja, ele vai economizar 67 bilhões por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito bem. Eu digo: apenas em 2015, o Governo gastou 502 bilhões de juros e deixou de arrecadar 501 bilhões em sonegação. (*Palmas.*)

Portanto, se quer fazer uma economia de 67 bilhões com a Previdência por ano, ele poderia começar já e fazer uma economia de um trilhão com os juros e com sonegação que não tem nenhum controle.

Diante desses fatos, qual é o maior item do orçamento? O que não cabe no orçamento? Que reforma deve ser feita: a reforma da Previdência ou a reforma do sistema fiscal brasileiro? Eu tenho pouco tempo aqui.

Outra ideia que já foi citada, inclusive pelo Prof. Balera, é a questão do déficit da Previdência. Isso é uma bobagem, está certo? Só quero sintetizar um dado: a Previdência urbana, quando a economia cresce, dá lucro. Ela deu superávit. O problema não é déficit, é o gasto da Previdência Rural, que é um benefício típico da seguridade social. Em 88, os Constituintes falaram: eu tenho aqui três ou quatro milhões de pessoas que começaram a trabalhar no campo na década de 40 em condições de semiescravidão, sem carteira de trabalho, sem dinheiro, sem nada. Hoje eles estão com 60 anos. O que eu faço com esses caras? Deixo na rua pedindo esmola ou se incorpora? Nós incorporamos. E como financiamos isso? Criamos fontes de financiamento, como Cofins e contribuição sobre o lucro.

Então, o gasto da Previdência Rural tem fonte de financiamento para ser coberto. São essas fontes de contribuição do governo. O problema do déficit da Previdência é que o Governo não contabiliza... O Ministério da Previdência nunca contabilizou a parte do Governo, só contabiliza a parte do empregado e do empregador. (*Palmas.*)

Ele poderia ter financiado o suposto déficit da Previdência Rural de R$91 bilhões, por exemplo, com os R$201 bilhões arrecadados da Confins; com os R$61 bilhões arrecadados com a contribuição sobre o lucro; com os R$63 bilhões capitulados pela DRU; com os R$157 bilhões de desonerações sobre as fontes de financiamento da Seguridade Social. Aqui estão as fontes de financiamento para cobrir o suposto roubo da Previdência Rural.

A questão da Previdência é a seguinte: o problema financeiro da Previdência decorre do aumento da despesa ou ele decorre da redução das receitas? Se ele é em função do aumento da despesa, não tem outra alternativa, mas se ele for fruto da redução das receitas, a alternativa é fazer a economia crescer. Não há possibilidade... Não é que a Previdência quebra; o Brasil quebra, os Estados quebram, os Governos municipais quebram. O que está acontecendo no Rio de Janeiro hoje tem a ver com os desmandos locais, mas tem a ver com o fato de que o PIB do ano passado caiu 3,5%, e este ano vai cair 4%. Nós temos dois anos de queda do PIB desse tamanho, as receitas fazem assim.

Então, a questão da Previdência tem a ver com a queda das receitas, fruto da estagnação. A melhor alternativa para fazer equacionar a questão da Previdência, em longo prazo, é o crescimento econômico.

Segundo ponto, o problema não é o gasto primário, o gasto social. Aqui no Brasil os economistas ortodoxos criaram uma coisa que é o seguinte: o gasto que beneficia a sociedade, o gasto com saúde, educação, Previdência, etc., isso se chama gasto primário. Isso é gasto. E o gasto que beneficia o capital financeiro não é gasto, não sei o que é. (*Palmas.*)

Mas isso não é gasto.

Quando se observa as contas públicas, você vê, por exemplo, no ano passado, a dívida – eu já eu estou terminando, só um minuto – bruta do Brasil cresceu 10%; passou de algo em torno de 56% do PIB, que não é nada elevado, para 66% do PIB. Quando você vai ver o que são esse 10,5% a mais, 1,5% é o gasto primário, é o gasto com saúde; os outros 8% ou 9% são juros. Então, se o problema é financeiro, por que eu vou enfrentar a questão das despesas não financeiras? Isso é um contrassenso.

Como eu não tenho muito tempo, eu vou resumir.

Há alternativas que passam – tudo isso está nesse documento que estamos trabalhando – pela redução no gasto dos juros. As propostas nessa área estão no sentido de fortalecer a capacidade financeira do Estado. Reduzir juros! Não faz sentido os juros serem altos assim no Brasil. Gastamos 508 bi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

por ano com juros!

Revisão das desonerações tributárias. O Governo Federal deixa de arrecadar todo ano 23% das suas receitas através de desonerações tributárias a setores econômicos. Isso, no ano passado, chegou a 280 bilhões! São três vezes o chamado déficit rural.

Eu tenho que abaixar os juros, menos 500 bi; eu tenho que rever as desonerações fiscais, 280 bi, 23% da receita; eu tenho que enfrentar a questão da sonegação, 500 bilhões – tenho dados agora do Sindfaz.

E o mais interessante, Senadora, é que os sonegadores no Brasil são premiados. Em 1995, houve a extinção da punibilidade, e, posteriormente, passam a refinanciar a dívida. O Estado tem que recuperar a dívida ativa, 1,8 trilhão de dívida ativa: 135 pessoas físicas e jurídicas devem mais de 370 bilhões, e somente 1% da dívida ativa é resgatada anualmente. Por quê?

Nós temos que exigir – quero dizer muito claro isso aqui. Quero dizer em claro e bom som que a previdência social não precisa de novos impostos; basta que as fontes de financiamento da seguridade social sejam aplicadas na seguridade social. O equilíbrio financeiro, no longo prazo, da seguridade social depende de que a Constituição seja cumprida (arts. 194 e 195). Só isso! (*Palmas.*)

Nós temos que executar o orçamento da seguridade social como está na lei. Nós temos que extinguir a DRU, rever as renúncias tributárias, o fim das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento, e uma série de coisas por aí.

Recriar o Ministério da Previdência e combater a sonegação. Eu tenho um dado aqui, que mostro a vocês. Só pela fiscalização, melhoria da fiscalização e inspeção do trabalho, deixam de ser arrecadados por ano: empregados do setor privado sem carteira, que não são fiscalizados, 41 bilhões; empregados domésticos, 6 bilhões. Só isso dá 46 bilhões.

E o meu tempo acabou.

Muito bem, agradeço enormemente. Peço desculpas... (*Palmas.*)

Eu só queria terminar dizendo que nós não podemos ter regras tão exigentes. Em um país subdesenvolvido como o nosso, nós não podemos ter regras tão exigentes como as dos países desenvolvidos.

E o segundo ponto: em um país tão heterogêneo como o Brasil, nós não podemos ter regras únicas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Nós só temos a agradecer aos palestrantes o nível das exposições, da palestra, que enriquece o debate e prepara o espírito da plenária desse público qualificado para que nós possamos ter grandes embates.

O Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal) se sente honrado de participar como parceiro, como colaborador neste evento, agradecendo ao Senador Paim; à Anfip, na figura do Romero, nosso presidente; também ao Dr. Wagner Balera, palestrante; ao Dr. Eduardo Fagnani; à Senadora.

Quero também registrar que, pelas nossas reflexões, nossos estudos, temos constatado que, de fato, como disse o Prof. Eduardo Fagnani, o problema não é uma reforma fiscalista, simplesmente pensando nos gastos e nos custos. Nós poderíamos pensar, quem sabe, em tributar a distribuição de lucros, a remessa de lucros para o exterior, combater a sonegação; é disso que o Estado brasileiro precisa.

Por sinal, os companheiros fiquem atentos. Nós temos aí o PLS 406. Em nome de um projeto de desburocratização do Estado, já estão liberando os sonegadores da apresentação de certidão negativa para participar de licitações de obras, de contratações públicas. Então, é mais uma porta, mais uma janela que se abre para a sonegação e para o não pagamento dos tributos e das contribuições.

Então, é nesse sentido que, realmente, precisamos estar atentos e nos capacitar para esse debate tremendo que está vindo por aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obrigado a todos.

Passo a palavra ao Senador para que, depois, possamos compor uma nova Mesa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só queria agradecer, em primeiro lugar, a você, que coordenou essa Mesa, José Devanir de Oliveira, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindifisco, e à brilhante palestra dos dois convidados, tanto o Wagner Balera, doutor em Direitos Sociais, mestre em Direito e professor de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, quanto, por fim, agora, o Eduardo Fagnani, doutor em Ciência Econômica, mestre em Ciência Política e professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Uma salva de palmas para toda esta Mesa. (*Palmas.*)

Estão liberados para voltar ao plenário.

E agora o nosso Mestre de Cerimônias vai chamar a quinta Mesa.

Antes, porém, o Romero queria fazer um breve comunicado.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Srs. Senadores, Srª Senadora, só lembrando e agradecendo aqui a presença muito especial do Eduardo Fagnani. Como ele bem anunciou, a Anfip vai trazer a público um trabalho de peso sobre propostas de inclusão social a partir da seguridade social, a partir da atual estrutura de seguridade social. E a coordenação técnica desse trabalho nos honra muito que seja do Prof. Eduardo Fagnani e da Profª Denise Gentil, juntamente com o nosso vice-presidente de Seguridade Social, Décio Lopes, e a presidente da Fundação, Maria Inez Maranhão.

Então, logramos e estamos torcendo, inclusive, para termos um contraponto. A PEC nº 287 – anotem esse número –, outra PEC, que durante algum tempo, vai atormentar a vida e a perspectiva do servidor e do trabalhador brasileiro.

Senador, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A gente libera os companheiros desta Mesa, e vamos chamar a quinta Mesa. Mas, antes mesmo da quinta Mesa falar, peço a você que já convoque, nós vamos passar a palavra à Senadora Regina Sousa.

A quinta Mesa, com você.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Antes de convidar os integrantes da próxima Mesa, da quinta Mesa, como disse o Presidente, Senador Paim, nós gostaríamos de registrar e de agradecer a importante parceria neste evento das seguintes entidades: Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho); Aofi (Associação Nacional dos Oficiais da Inteligência); Asbin (Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência); Asfoc (Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública); CNTC (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio); CNTTT (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre); Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); Contratuh (Confederação Nacional dos Trabalhadores de Turismo e Hospitalidade); CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil); CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil); CUT Brasil (Central Única dos Trabalhadores); Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital); Fenajud (Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados); Fenapef (Federação Nacional dos Policiais Federais); Fenasps (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social); Fesempre (Federação Interestadual dos Servidores Públicos Municipais, Estaduais); Fitratelp (Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações); Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado); Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social; IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário); Intersindical – Central da Classe Trabalhadora; NCST (Nova Central

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Sindical de Trabalhadores); Proifes (Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior de Ensino Básico Técnico e Tecnológico); Sinafresp (Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo); Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho); Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central); Sindalemg (Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais); SindCT (Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial); Sindfazenda (Sindicato dos Servidores Administrativos do Ministério da Fazenda); Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil); Sindireceita (Sindicatos dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil); Sindprevs/SC (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina); SinTBacen (Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central); Unafisco (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

Uma salva de palmas a todas essas entidades parceiras importantes deste evento. (*Palmas.*)

Por orientação do Senador Paulo Paim, convidamos agora, para coordenar os trabalhos desta quinta Mesa, o Sr. Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Luiz Antônio Colussi. (*Palmas.*)

Para abordar o tema "Proteção social no ordenamento jurídico nacional", convido o Sr. Décio Bruno Lopes. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – E, para abordar o tema: "A previdência complementar e a poupança nacional", convido o Sr. Sérgio Djundi Taniguchi. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Antes de passar a palavra para os nossos convidados e para o meu colega, meu amigo Gaudério – é Gaudério mesmo, lá dos pagos do Rio Grande?! –, eu pergunto se a Senadora quer falar neste momento.

A palavra está com você...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu posso esperar, porque eu quero assistir. Eu abro o debate, quando for o momento. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Senadora Regina Sousa, fazemos escola juntos, um aprendendo com o outro, porque eu sempre prefiro também ouvir, e não só chegar, fazer o discurso e sair. Meus cumprimentos, Senadora, que faz questão de ouvir os convidados e o Plenário, para depois usar a palavra. (*Palmas.*)

Coordenando esta Mesa, então, de imediato, o Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, o Juiz Luiz Antônio Colussi.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Boa tarde a todos!

Boa tarde aos componentes da Mesa!

Saudação ao nosso Presidente, Senador Paulo Paim!

Para nós não é só uma honra, mas é uma tarefa, é um encargo para nós da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) estarmos juntos com todos vocês, com todos nesta tarefa de tentar controlar o Governo, que está aí, que está acabando com tudo, acabando com o nosso Estado democrático de direito. (*Palmas.*)

É nossa função e nossa corresponsabilidade estarmos aqui.

Essa notícia da reforma da Previdência é a crônica da morte anunciada. Nós todos sabíamos que ela estava vindo, estava vindo, mas, quando ela chegou, a gente levou um baque, a gente se assustou, ainda mais pelo tamanho e proporção da forma como ela veio.

Mas, feita essa pequena saudação da Anamatra, para dizer que nós estamos juntos com todas essas entidades, e com toda a Nação brasileira, e com todo o povo brasileiro, nós vamos, de imediato, ouvir os nossos ilustres palestrantes. Todas as palestras, muito interessantes. E, agora, então, nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para a quinta e última Mesa.

E eu tenho a honra de anunciar o nosso palestrante Décio Bruno Lopes, Mestre em Direito Previdenciário, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Anfip.

Por favor, meu caro Décio, a palavra está com o senhor. (*Palmas.*)

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Senhoras e senhores, muito boa tarde!

Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim e da Senadora Regina Sousa. E gostaria de dizer aos senhores que a palestra que coube a mim foi "Proteção social no ordenamento jurídico nacional".

Não é um assunto dos mais fáceis para falar em 30 minutos, principalmente falando depois do Professor e Doutor Eduardo Fagnani e do meu mestre, o doutor e professor do curso de mestrado da PUC-SP, Prof. Wagner Balera, realmente, também não é uma tarefa das muito fáceis, mas vamos lá.

No nosso tema, que é de proteção social no ordenamento jurídico nacional, gostaríamos de dizer que os sistemas de proteção social estão baseados nos princípios norteadores que são a solidariedade e a dignidade da pessoa humana. Ademais, todos os temas de proteção social estão calcados em declarações ou pactos internacionais, entre eles, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenção 102 da OIT, Pacto de São José da Costa Rica, Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento. Todos esses pactos visam ao desenvolvimento integral do homem e do homem todo, ou seja, do berço ao túmulo, todos os infortúnios.

Dos pactos internacionais, destacamos aqui a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, em 1948:

> Art. XXV.....
>
> I - todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. [É bem aquilo que está dentro dos objetivos da Constituição brasileira.]
>
> II - a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Essa é a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Dos pactos internacionais, cabe mencionar que a Convenção 102 da OIT estabeleceu normas mínimas de seguridade social.

O sistema de proteção social no Brasil. Em uma primeira fase, nós tivemos uma fase assistencialista, ou seja, de socorros mútuos. Na segunda fase, acidentes do trabalho pagos pela empresa nos termos da Lei nº 3.724/19. A terceira fase é a Previdência Social com a Lei Eloy Chaves, que criou as caixas de aposentadorias e pensões a cada empresa; depois para cada classe de trabalhadores, nos institutos de aposentadorias e pensões; depois, unificado no INPS, agora, em uma fase em que todas as classes sociais já estavam protegidas pela Previdência Social; e uma quarta fase que é a seguridade social na Constituição de 1988.

Inicialmente, no Brasil, instituições de seguro social, de cunho mutualista e particular, como a criação das Santas Casas de Misericórdia, a exemplo da Santa Casa de Santos (1543), montepios, como o da Guarda Pessoal de D. João VI (1808), e sociedades beneficentes. Pessoal, com tantas reformas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

previdência, tomara que não voltemos a essa fase assistencialista inicial, que não tenhamos que nos sujeitar novamente às Santas Casas de Misericórdia.

Assim, no constitucionalismo brasileiro, a Constituição de 1824 tratou apenas da aposentadoria dos funcionários públicos em caso de invalidez a serviço da Nação. Na Constituição de 1891, no art. 179, ela tratou apenas da garantia dos socorros públicos. Naquele momento, ainda não existia proteção previdenciária.

A Lei nº 3.724 criou indenizações devidas pela empresa aos empregados em caso de acidentes do trabalho.

O marco inicial da Previdência Social é a Lei Eloy Chaves; depois, tivemos a unificação da legislação dos institutos na Lei Orgânica da Previdência Social; a unificação desses institutos em 1966; a criação do Sinpas, em 1977, que era a prévia da seguridade social da Constituição de 1988; e a seguridade social ocorrida com a universalização dos direitos sociais em 1988.

Na Lei Eloy Chaves, conforme já foi dito nas Mesas anteriores, existia uma tríplice forma de financiamento ou de custeio. A própria Lei Eloy Chaves dizia que o custeio seria do trabalhador, do empregador ou da empresa e também do Estado – daqui a pouco, nós vamos verificar como esse seria essa contribuição do Estado, ou seja, da União.

Essa Lei Eloy Chaves dizia "formarão os fundos da caixa a que se refere o art. 1º", ou seja, naquele momento, Eloy Chaves se preocupava com os fundos de previdência, os fundos das caixas de previdência ou daquela caixa de previdência que instituía naquele momento. Ele já se preocupava com a constituição de fundo, mesmo porque, dentro de algum tempo, os empregados necessitariam daquele dinheiro para se aposentar. Vejam a responsabilidade dele naquele momento. O trabalhador tinha uma contribuição de 3% sobre os seus vencimentos. O empregador ou a empresa tinha contribuição anual de 1% da renda bruta, com repasse mensal igual a do empregado. Vejam que, naquele momento, ainda não existia contribuição incidente sobre a folha. A União tinha um adicional de 1,5% de aumento nas tarifas das estradas de ferro. E existiam outras contribuições ainda, como joias pagas pelos empregados.

Os benefícios pagos na Previdência no momento da Lei Eloy Chaves: socorros médicos em caso de doença; medicamentos; aposentadoria ordinária; aposentadoria por invalidez; pensão por morte. Vejam que, naquele momento, em 1923, as caixas foram criadas já com uma gama de benefícios. E, para isso, necessitavam de seu custeio prévio, e a constituição dos respectivos fundos garantidores.

Na Constituição de 1934, há a primeira matriz do Direito Previdenciário prevendo custeio e benefício. Assim dizia o art. 121 dessa Constituição de 1934:

> Art. 121 – A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

E essa Constituição, ainda no art. 121, §1º, dispunha:

> § 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador:
>
> .....
>
> h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

> antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte;

Vejam que o Prof. Balera já falava da tríplice forma de custeio, e veja que essa tríplice forma de custeio veio prevista na Lei Eloy Chaves, de 1923, e na Constituição de 1934.

Na Constituição de 1946 estava prevista a legislação do trabalho e da previdência social. Foi a primeira vez no constitucionalismo brasileiro em que se previu um financiamento da previdência – a previdência com uma legislação própria, e não um apêndice do trabalho. Então:

> Art. 157 - A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão nos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria da condição dos trabalhadores:
>
> .....
>
> XVI - previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte;

E aí veio aquela preocupação que já era, desde o início, a precedência do custeio, ou seja:

> § 2º - Nenhuma prestação de serviço de caráter assistencial ou de benefício compreendido na previdência social poderá ser criada, majorada ou estendida sem a correspondente fonte de custeio total.

Ou seja, não basta criar benefício; basta, previamente, criar as condições para que sejam pagos esses benefícios.

Na Constituição de 1967, há a Emenda Constitucional nº 69:

> Art. 158 - A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria, de sua condição social:
>
> .....
>
> XVI - previdência social, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, para seguro-desemprego, proteção da maternidade e, nos casos de doença, velhice, invalidez e morte;
>
> .....
>
> § 2º - A parte da União [vejam] no custeio dos encargos a que se refere o nº XVI deste artigo será atendida mediante dotação orçamentária, ou com o produto de contribuições de previdência arrecadadas, com caráter geral, na forma da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Estas eram, então, as cotas de previdência, que eram diversas contribuições que incidiam sobre as atividades econômicas. E essas contribuições, então, estariam suportando, juntamente com a contribuição sobre a folha, os benefícios previdenciários.

Assim, senhoras e senhores, a Previdência Social, que, até então, era somente previdência, com a criação do Ministério do Trabalho e com a criação do Sinpas – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, uma prévia do que viria a ser a Seguridade Social... O Sinpas passou a vincular diversos institutos, diversas autarquias, cada uma com a sua atividade própria, quais sejam: o INPS cuidando de benefícios previdenciários, reconhecimento de direito e pagamento de benefícios; o Inamps cuidando da saúde do trabalhador; e o Iapas cuidando da arrecadação do sistema, a Central de Medicamentos, que era vinculada ao Ministério da Previdência Social, a Legião Brasileira de Assistência, a Funabem – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e também a Dataprev, que era a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social.

As ações de saúde fora do âmbito do trabalhador eram mantidas no Ministério da Saúde que, nesse momento, começou a se tornar universal.

A Constituição de 1988, a Constituição cidadã, trouxe os seguintes objetivos fundamentais à República Federativa do Brasil:

> .....
>
> I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
>
> II - garantir o desenvolvimento nacional;
>
> III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais [essa é uma função, também, da previdência, não é, pessoal?] [...];
>
> IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Tratou a Constituição de trazer os seguintes direitos sociais:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

E a Constituição de 1988, para fazer face a essa gama de direitos sociais estabelecidos, criou, então, o Sistema de Seguridade Social. Essa seguridade social se compôs de previdência, saúde e assistência social, de forma que a previdência social, de caráter contributivo... A previdência social é organizada sob a forma de um regime geral de caráter contributivo, e, nesse momento, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Então, só se fala em previdência, senhoras e senhores, se for um regime contributivo. Falando em previdência, temos de ter contribuição prévia.

A saúde é um direito de todos e dever do Estado, e para você ter direito à saúde não é necessário contribuição direta, como na previdência. A assistência social é destinada a quem dela necessitar, e, para tanto, também não é necessário contribuição direta. De forma que a seguridade social tornou-se mais universal; os direitos sociais passaram a ser, então, previstos no próprio conceito da seguridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

social.

É evidente que um sistema de proteção social do tamanho da Seguridade Social, conforme a própria Lei Eloy Chaves, não poderia prescindir de custeio prévio, de um custeio consistente, um custeio que fosse capaz de manter esses direitos, ou seja, de garantir a efetividade desses direitos.

Para tanto, estabeleceu diversos princípios, conforme foram passados na parte aqui da manhã. Nesses princípios, vimos a diversidade de bases de financiamento, quais sejam: folha de salários, faturamento ou receita, lucro, importação, concurso de prognósticos e uma competência da União para instituir novas contribuições, se fossem necessárias, e, além disso, a contribuição da União. O legislador constituinte não deixou a União de fora como contribuinte também da Seguridade Social.

Cabe ressaltar, senhoras e senhores, que a receita, o faturamento, o lucro, e receitas de importação, na fase primeira da previdência pura, chamavam-se cotas de previdência, que passaram, então, após a Seguridade Social, a ser as contribuições que financiariam, além da previdência, a saúde e assistência social, quais sejam: a Cofins, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a contribuição sobre a folha de salário, a contribuição do importador, que é a Cofins-Importação, e, além disso, as receitas de concursos de prognósticos.

A cobertura previdenciária na Constituição de 1988: eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; proteção à maternidade, principalmente à gestante; proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; salário-família e auxílio-reclusão para segurados de baixa renda; pensão por morte do segurado ao cônjuge ou companheiro e dependentes. Um ponto de atenção nessa cobertura dos direitos previdenciários é que a própria Constituição disse que nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho terá valor mensal inferior ao salário mínimo, qual seja, como a Constituição garantiu um salário mínimo para os benefícios assistenciais, muito mais deveria garantir um mínimo existencial para aqueles que contribuíram e que continuam contribuindo para a Previdência Social.

Na competência residual que dissemos, a União poderá, mediante lei complementar, instituir novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social. Então, senhoras e senhores, evidentemente não se defende nenhum aumento de carga tributária, mas, se a questão for tão alarmante, tão fúnebre como se coloca, não haveria a possibilidade de ficar a população sem receber os seus próprios benefícios, sejam assistenciais, sejam previdenciários, sejam serviços de saúde. Para tanto, a União tem competência para instituir novas contribuições.

Outra questão interessante é que não há que se falar em déficit, mesmo porque a Lei nº 8.212, de 1991, Lei Orgânica da Seguridade Social, ao instituir o seu plano de custeio, diz: "A contribuição da União é constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na lei orçamentária anual".

A União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da seguridade social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, na forma da Lei Orçamentária Anual.

Senhoras e senhores, aqui é interessante que verifiquemos o seguinte: que a contribuição da União deverá ser fixada no orçamento fiscal. É necessário que vejamos com vocês que existem três orçamentos: o orçamento das estatais, o orçamento da seguridade social e o orçamento fiscal. O legislador constituinte quis estabelecer um orçamento exclusivo da seguridade social, para que não houvesse desculpas para não haver recursos necessários para a efetividade dos respectivos direitos sociais. Orçamento fiscal, para gasto normal de governo; orçamento da seguridade social, para os gastos sociais; e orçamento das estatais, para os seus respectivos planos de ação e de desenvolvimento.

Assim, a legislação que rege a seguridade social: Lei nº 8.080, de 1990, Lei Orgânica da Saúde; Lei nº 8.212, de 1991, Lei Orgânica da Seguridade Social, que dispôs sobre a organização da seguridade social e instituiu plano de custeio; Lei nº 8.213, que estabeleceu o plano de benefícios da Previdência Social; Lei nº 8.742, de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, que dispôs sobre a organização da seguridade social. Assim está, então, a partir da Constituição, a organização da seguridade social como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

No plano de benefícios da Previdência Social, a Lei nº 8.213 tratou de estabelecer que aos segurados seriam deferidos os seguintes benefícios: aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de contribuição e especial; auxílio-doença; salário-família; salário-maternidade; e auxílio-acidente. Aos dependentes: pensão por morte e auxílio-reclusão. Aos segurados e dependentes: serviço social e reabilitação profissional.

O nosso plano de benefícios da Previdência Social é um plano muito bom, é um plano tão generoso, que nenhum trabalhador brasileiro deveria ficar na informalidade e deixar de pagar as suas respectivas contribuições previdenciárias, porque, sendo segurado obrigatório da Previdência ou sendo segurado facultativo, ele tem essa gama de benefícios para receber da Previdência Social, uma vez sendo segurado e cumprindo os requisitos estabelecidos em lei.

Seguridade social do servidor público.

Evidentemente, tratando-se de Seguridade Social, não poderíamos esquecer os servidores públicos, mesmo porque, indiferentemente dos governos que estiverem em exercício, o servidor público é aquele que realmente garante a sustentabilidade do Estado. Assim, a previsão constitucional da Previdência Social do servidor (art. 40 da Constituição e Emendas Constitucionais nºs 20, 41 e 47) estabelece os respectivos regimes próprios definidos nas Leis nºs 9.717 e 10.887, que dispõem sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de Previdência Social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como dos militares dos Estados e do Distrito Federal, e dão outras providências.

Assim, a Lei nº 8.112 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas: a União manterá Plano de Seguridade Social para o servidor e sua família. No plano de Seguridade Social do servidor e sua família, a própria Lei nº 8.112 estabeleceu que seria aposentadoria, auxílio-natalidade, salário-família, licença, licença-saúde, nos mesmos termos do regime geral de Previdência Social.

O Constituinte reformador de 1988 não deixou de tratar também da previdência privada, da previdência complementar. Assim, estabeleceu, no art. 202 da Constituição, uma previdência de caráter complementar, de forma autônoma em relação ao regime geral, facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado. As leis que regem a previdência complementar são a Lei nº 109, as regras gerais da previdência complementar e a Lei nº 108, que dispõe sobre a relação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e suas respectivas entidades de previdência complementar.

Assim, senhoras e senhores, nós passamos a ter uma matriz do regime do sistema previdenciário no ordenamento jurídico brasileiro, qual sejam: art. 201, que trata do regime geral de previdência destinado a todos os trabalhadores da iniciativa privada e aos servidores públicos que não sejam aparados por regime próprio de previdência; o art. 40, que tratou do regime de previdência dos servidores públicos; e o regime de previdência complementar tratado no art. 202.

Já concluindo, a Previdência Social está inserida no contexto da Seguridade Social. Portanto, não se financia apenas pelas contribuições incidentes sobre folhas de salários. Ou seja, não tragam benefícios não contributivos para as despesas cujas receitas sejam as folhas de pagamentos.

Os regimes de previdência têm delimitação própria na Constituição. Portanto, não se fundem nem se confundem: são apenas harmônicos com seus respectivos custeios e benefícios. Não tragam de um regime para outro as despesas para as quais você não trouxer as receitas, mesmo porque assim a sua balança não fechará. Uma reforma de previdência não deve se preocupar apenas com redução de direitos, sob pena de infringir o princípio da vedação ao retrocesso.

Antes da redução de direitos, uma reforma da Previdência deve rever a legislação com objetivos de estabelecer prazos de decadência e prescrição compatíveis com os períodos de carência dos benefícios. O Estado necessita de contribuição de 25 anos, no mínimo, para a aposentadoria por idade e agora com a proposta de emenda e só pode cobrar a contribuição após cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria aproveitar o momento, porque está chegando aqui o Líder Humberto Costa, a quem eu queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

convidar para compor a Mesa, ele que tem se posicionado muito firmemente contra a PEC nº 55.

A exemplo da Senadora Regina Sousa, S. Exª ´poderá usar da palavra no momento em que entender mais adequado.

O SR. DÉCIO BRUNO LOPES – Então, senhoras e senhores, estabelecer prazos de decadência e prescrição de contribuições previdenciárias compatíveis com os de carência dos respectivos benefícios; otimizar a arrecadação, evitando desonerações, renúncias e incentivos incompatíveis com as necessidades de financiamento; instituir instrumentos de garantia mais eficazes para os créditos tributários e previdenciários; aparelhar e valorizar a administração tributária para combater os crimes diversos, principalmente de sonegação; definir fontes de receitas para constituição de fundos capitalizáveis garantidores de pagamento dos benefícios do regime próprio e do regime geral de previdência, nos termos dos arts. 249 e 250 da Constituição, conforme disseram nossos palestrantes da parte da manhã, dos fundos solidários, conforme nosso palestrante do Chile, e do Fundo de Sustentabilidade, conforme disse nosso palestrante da Argentina.

Exemplo de receitas para constituição desses fundos: parcelas de receitas de privatizações; percentual de recursos de repatriação; valor de venda de bens e imóveis não utilizados pela Previdência Social, mesmo porque todos esses bens que formavam o Fundo de Liquidez da Previdência Social, na verdade, aquele fundo deixou de existir com a centralização de recursos no Tesouro Nacional.

E, por fim, atribuir a outras fontes de Seguridade Social e não a folhas de pagamentos os benefícios previdenciários para os quais não houve contribuição direta. Todas as receitas da Seguridade Social são exatamente para esse benefício. Não podemos, porque a Constituição diz que é vedada a utilização das contribuições incidentes sobre a folha de salários para outras finalidades que não o pagamento de benefícios da Previdência Social, em decorrência dessa vinculação, essa vinculação foi pura e tão somente para evitar que as contribuições incidentes sobre a folha fossem também utilizadas como desvinculação de receitas da União.

Assim, senhoras e senhores, eu tenho um minuto. É exatamente nesse minuto que eu gostaria de dizer às senhoras e aos senhores que o problema da previdência não é decorrente dos trabalhadores e dos seus respectivos direitos. Se existe um problema na previdência, ele decorre da imprevidência dos governos que utilizaram os recursos dos fundos dos institutos da previdência para outras finalidades que não aquelas do pagamento de benefício,

Assim, senhoras e senhores, não ao retrocesso!

Como conclusão final, a Previdência Social deve deixar de ser política dos governos para ser concebida como política de Estado.

Não ao retrocesso!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Dentro do tempo, Décio.

Muito obrigado ao Décio Bruno Lopes. Foi uma aula de Direito Previdenciário – ele que é mestre em Direito Previdenciário –, entrando na história da nossa legislação desde o início e, principalmente, fazendo uma abordagem muito interessante ligando toda a questão previdenciária com a nossa Constituição Federal. Por isso, essa frase final é que realmente impacta: "Não ao retrocesso!" Não vamos permitir que isso aconteça.

Muito obrigado, Décio.

De imediato, passamos para o nosso segundo palestrante da quinta Mesa, que vai tratar do tema "A Previdência complementar e a poupança nacional". É o colega Sérgio Djundi Taniguchi, auditor fiscal da Receita Federal do Brasil e Diretor de Fiscalização da Superintendência Nacional da Previdência Complementar – Previc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senador Paim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Colussi, tenho dois informes. Primeiro, quero dizer que nós vamos abrir, no encerramento desta Mesa, para um por entidade falar em torno de três minutos. É importante para colocar o seu ponto de vista.

Mas, neste momento, o Senador Humberto Costa, que é Líder do meu Partido – nós convidamos todos os Senadores –, tem outro compromisso. Então, passo a palavra a ele neste momento. Em seguida, à Senadora Regina Souza.

Depois, teremos o último painelista. E depois fala o Plenário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Boa tarde a todos e a todas. Eu quero saudar o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, nosso companheiro Paulo Paim, saudar todos os demais integrantes da Mesa, agradecer este convite para participar deste seminário tão importante e me desculpar porque tenho mais duas reuniões ao mesmo tempo agora. Portanto, vou ter que estar praticamente nas três.

Mas eu não poderia deixar de vir até aqui para manifestar o apoio do nosso Partido, da nossa Bancada, dos nossos Senadores a todas as iniciativas dos movimentos sociais, do movimento sindical, das entidades de representação profissional, que têm por objetivo não somente debater a reforma da previdência, mas garantir que essa reforma, se vier a se concretizar, não se faça à custa e em prejuízo da grande maioria dos trabalhadores e do povo pobre do nosso País.

Hoje foi divulgada uma proposta. A nossa assessoria da Bancada está fazendo já o seu balanço, as suas avaliações, e vamos nos posicionar formalmente em relação a essa proposta, creio, no máximo, até o dia de amanhã.

Mas quero dizer a todos vocês, a todas vocês, que nenhuma proposta que venha no sentido de retirar direitos históricos conquistados pelos trabalhadores, que venha a prejudicar os mais humildes, os mais pobres, de forma alguma terá qualquer apoio de nossa parte.

Agora, é importante também que nós possamos ter alternativas para apresentar. Tenho certeza de que este seminário vai dar muitos subsídios para que possamos também apresentar uma proposta alternativa.

Muito obrigado a todos vocês, a todas vocês. Mais uma vez, peço desculpas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Humberto Costa, antes que V. Exª saia, quero lhe fazer uma pergunta, porque está havendo uma insegurança muito grande entre todos que estão aqui, e passamos o dia todo aqui.

Hoje, com certeza, não haverá sessão. Porque a preocupação é que eles possam colocar algum projeto na pauta e vermos que a pauta é bomba para cima de nós. E, se amanhã não se votar, pode ser que também não haja sessão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Acho que também não haverá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa já é uma boa notícia.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Agora, sim, agradecemos ao Senador Humberto Costa. A Senadora Regina continua com a gente, felizmente.

Nós vamos, então, de imediato – Sérgio, agora, sim, valendo –, ouvir o nosso colega Sérgio Taniguchi para as suas considerações, pelo prazo de 30 minutos, meu amigo.

O SR. SÉRGIO DJUNDI TANIGUCHI – Boa tarde a todos. Tenho uma apresentação, se puderem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

colocar na tela.

Agradecendo o convite feito pela Comissão e cumprimentando a todos da Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim e da Senadora Regina Souza, a Previc quer dizer que fica muito lisonjeada pelo convite. Sempre que esta Casa solicitou a nossa participação em qualquer de suas Comissões, a Previc se fez presente, e não poderia ser diferente, no cenário da discussão da questão previdenciária.

Coube a mim uma missão mais singela, na verdade, talvez, a de apresentar ou lembrar aos senhores a existência de um regime de previdência complementar no Brasil, talvez mais conhecido como previdência privada.

É logico que, nessa situação de efervescência de discussão de reforma previdenciária, talvez se esqueça um pouco das questões relacionadas à previdência complementar. Foi assim que a lei chamou: previdência complementar. Mas, em geral, a gente conhece como previdência privada. Vou tentar usar o termo previdência privada para facilitar a apresentação.

Se puder passar, por favor.

A gente vai ter uma agenda, a seguir, falando um pouco de previdência no Brasil, a previdência complementar, falando um pouco da Previc e dos números que envolvem esse sistema de previdência privada. No caso, a gente vai tratar só do sistema fechado de previdência complementar. Vou fazer uma distinção mais à frente. A gente tem o regime aberto e o regime fechado de previdência complementar. Acho que ambos são importantes.

Até o momento, naturalmente, no processo de discussão da reforma previdenciária, talvez se tenha esquecido um pouco da questão relacionada à previdência privada. Mas vale destacar que, eventualmente, pode ser um cenário para o Congresso discutir questões que se relacionem ou que envolvam a própria previdência privada na discussão de alterações, na medida em que a previdência privada foi parte de solução de questões complexas previdenciárias em outros países. Então, talvez eu possa aí trazer algum cenário de contribuição para essa discussão da reforma da previdência.

Falando um pouco do nosso regime, o Dr. Décio colocou muito bem, a gente tem no Brasil o Regime Geral de Previdência, de maneira geral, para a iniciativa privada, e o Regime Próprio de Previdência para os servidores. Nesse cenário, esses dois regimes são os regimes principais para o trabalhador privado e para o servidor público.

Complementarmente – e por isso talvez a lei tenha chamado de previdência complementar –, a gente tem a previdência privada, que se divide em aberta e fechada.

A previdência fechada, em essência, o que poderia distingui-la da aberta, talvez o seu fator principal de distinção seja... Na verdade, as entidades fechadas de previdência complementar são mais conhecidas como fundos de pensão. Um dos seus principais ícones, talvez, sejam os fundos de pensão das grandes estatais – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobras –, onde há a contribuição do trabalhador e a contribuição também do empregador, formando um fundo que tem de ser capitalizado.

Se puder, pode passar mais um eslaide.

As características principais do regime de previdência complementar fechado é que são planos geridos por entidades fechadas de previdência complementar ou fundos de pensão desvinculados do contrato de trabalho. Vale dizer que a Constituição Federal fez questão de enfatizar que o contrato de trabalho é distinto do contrato previdenciário, para dar essa separação, para não misturar as questões previdenciárias com as questões trabalhistas, em que pese haver uma grande proximidade, e a gente reconhece isso. Mas a Constituição houve por bem separar estes dois contratos: o contrato de trabalho e o contrato previdenciário.

Há contribuições de patrocinadores. Vale dizer que é diferente daquela previdência privada em que vamos junto a uma instituição financeira, contratamos uma previdência e fazemos um esforço só nosso de contribuição. No regime de previdência complementar fechado, normalmente, há um esforço de contribuição também do patrocinador, ou seja, do empregador.

É uma relação contratual, ou seja, depende da vontade do... Não é obrigatório, como é o regime geral de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

previdência, ou seja, a partir do momento em que você trabalha, você tem de contribuir. Mas, nas empresas onde há fundos de pensão ou previdência privada, você pode ou não se associar ou, na verdade, contratar esse plano previdenciário.

Um ponto que é bastante importante – até o Dr. Décio ressaltou isso – são as questões relacionadas aos fundos. Com a existência dos fundos, ou seja, efetivamente com a existência de recursos no regime de previdência complementar, é obrigatória a capitalização. Ou seja, as contribuições vertidas para os fundos de pensão ou para as entidades fechadas de previdência complementar passam por um processo de capitalização ao longo do tempo.

Pode passar para o outro eslaide. Aqui se mostra a legislação que trata da questão relacionada aos fundos de pensão. O Dr. Décio já destacou as legislações que tratam do assunto.

O regime de previdência complementar no Brasil tem todo um processo de supervisão. A Previ é o órgão de supervisão do sistema. A gente também tem um órgão regulador, que é o Conselho Nacional de Previdência Complementar. Vale dar um destaque aqui ao Conselho Nacional de Previdência Complementar, órgão regulador do sistema de fundos de pensão, em que existe a participação da sociedade civil. Ou seja, na composição desse Conselho há representantes do Governo e há representantes também da sociedade civil, de participantes, de patrocinadores e de entidades fechadas de previdência complementar ou dos próprios fundos de pensão.

Pode passar. Esse é só um organograma, mostrando como é o funcionamento da Previc. Também não tem muita importância.

Esse eslaide acho que é o mais importante, e aí eu vou me deter um pouco mais sobre as questões relacionadas.

Quando a gente fala do regime de previdência complementar fechado, isso pode para muitos ser uma novidade, ou podem não ser tão evidentes as situações que envolvem os fundos de pensão ou a previdência privada. Mas os números da previdência privada e, principalmente, do regime fechado de previdência complementar comprovam o sucesso de um regime que vem funcionando bem ao longo de pelo menos... Há algumas instituições que são centenárias. O primeiro marco regulatório data de 1977. Então, de lá para cá, como essas instituições se desenvolveram? Que tipo de benefícios eles proveem para as pessoas?

A gente está falando de algo em torno de 300 entidades fechadas ou de 300 fundos de pensão. Há, aproximadamente, 1,1 mil planos de previdência em funcionamento no País e 2,6 mil patrocinadores. Há um público, um número de participantes, de pessoas protegidas por esse regime, que ainda é muito pequeno no Brasil. Mas há um número de protegidos de aproximadamente sete milhões de pessoas, entre participantes e beneficiários desse sistema. Temos, anualmente, um valor de benefício médio pago da ordem de R$3,9 mil, e o sistema de fundos de pensão paga aproximadamente R$30 bilhões em benefícios/ano.

O que eu queria dizer com tudo isso que a gente colocou aqui no painel é que se trata de um regime, de um sistema que deu certo, que funciona e que tem atingido seu objetivo, que é, em essência, pagar benefícios previdenciários. É um regime em que diversos trabalhadores, muitos trabalhadores contribuem para um fundo de pensão. Esse dinheiro, ao longo do tempo, é capitalizado, e depois são pagos os benefícios. Já há vários planos no sistema de previdência complementar fechado que apresentam uma maturidade muito grande. Ou seja, na verdade, há mais recursos saindo do plano do que recursos entrando no plano, em função de um número grande de pessoas que se aposentaram ou que atingiram os critérios de elegibilidade do plano. É um regime que, ao longo do tempo, pelo menos desde 1977, com o marco regulatório, tem sido eficiente na entrega de um produto de benefício previdenciário.

Olhando o mundo, o Brasil – e muita gente, realmente, não conhece este cenário – é o oitavo sistema de previdência complementar no Planeta. Existem países, obviamente, que têm um número maior de ativos, que têm um regime maior, mas alguns deles têm, inclusive, um processo de adesão mandatório. Ou seja, há uma obrigatoriedade de adesão ao regime de previdência complementar ou a um fundo de pensão. Nesse cenário, apesar de ser não obrigatório o regime no Brasil, a gente tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

regime que está entre os maiores do mundo.

Pode passar. Aqui a gente traz alguns números, apresentando o cenário de alocação de ativos dos fundos de pensão. Vale dizer que ele é um modelo onde realmente há formação de fundos. Ou seja, há formação de recursos, e esses recursos precisam ser investidos. De maneira geral, a grande maioria dos ativos dos fundos de pensão está alocada em títulos públicos ou em ações negociadas em bolsas de valores. Há alguma coisa também de operações com os próprios participantes. Há uma previsão de possibilidade de empréstimos. Ou seja, há todo um cenário de recursos investidos que os participantes acompanham, onde existe a obrigação dos fundos de pensão de prestarem informação aos seus participantes daquilo tudo, de onde estão sendo alocados os recursos, de onde está sendo alocado o dinheiro com que eles mensalmente contribuem para o plano.

Esse é um comparativo entre o superávit e o déficit. Evidentemente, esses planos... Via de regra, há um modelo, e não digo que seja para a maioria dos planos. Hoje, não há tantos planos sendo criados no modelo que chamamos de Modelo de Benefício Definido, em que você define o valor do seu benefício antecipadamente. Na verdade, você sabe, ao entrar no plano, qual vai ser o valor do seu benefício e qual vai ser a fórmula de cálculo do seu benefício. É um modelo muito parecido com o próprio Regime Geral de Previdência do INSS, em que, pelo menos enquanto é vigente a lei, quando você entra no sistema, você sabe qual é o valor do benefício ou qual é a formulação de cálculo do benefício que você terá.

Nesse cenário, portanto, nos fundos de pensão, diferentemente, é lógico, do modelo de Regime Geral, que é um modelo de repartição simples, há um modelo de capitalização. E, nesse modelo de capitalização, você precisa, ao longo do tempo, atingir determinadas metas – é o que a gente chama de meta atuarial –, para que não falte dinheiro para o pagamento desses benefícios.

Aqui a gente traz um quadro comparativo, para ilustrar como isso se comporta. A gente está colocando todos os planos nessa apresentação. Então, há planos que são superavitários e planos que apresentam déficits. A gente faz uma demonstração de como, ao longo do tempo, vêm se comportando esses planos em função do risco Brasil. Essa linha vermelha seria o risco Brasil. A linha de cima representa os superávits; e a linha de baixo, os déficits. Ou seja, em verde, está o superávit; em cinza, está o déficit. Então, a gente vai ver que, nos últimos dois anos, há um número maior de déficit, há uma situação deficitária dos planos, muito em função do cenário de crise econômica em que a gente vem vivendo.

Pode passar.

Eu coloquei esse eslaide, exatamente para mostrar um pouco o comportamento de um modelo capitalizado. O modelo de capitalização pressupõe que, ao definir o valor de um benefício, você precisa atingir determinadas metas, para que, ao final do período de contribuição do empregado, juntamente com as contribuições do patrocinador ou do empregador, somadas aos resultados de aplicação desses recursos, precisa haver condições de pagar os benefícios.

Para isso tudo, é feito um cálculo por um profissional especializado, chamado atuário. Ele define qual é a meta para que se possam pagar esses benefícios, ou seja, quanto você precisa rentabilizar a cada ano, para conseguir pagar os benefícios que estão prometidos para os trabalhadores. A gente traz esse comparativo que demonstra que, na verdade, ao longo do tempo, no cenário pelo menos de previdência complementar fechada, o resultado dos planos, os investimentos nos planos têm superado as metas atuariais. Ou seja, as pessoas que, de maneira geral, optaram por ter um plano de previdência privada junto a fundos de pensão, junto a entidades fechadas de previdência complementar, rentabilizaram, ao longo tempo, mais do que era necessário para o atingimento das metas e, portanto, por consequência, para o atingimento do resultado necessário para o pagamento dos benefícios.

Pode passar.

A gente já está encerrando. A gente sabe, evidentemente, qual é o cenário. De ontem para hoje, houve uma mudança substancial, já que houve o protocolo no Congresso em relação à proposta da reforma previdenciária.

Tentei ser o mais breve possível, até para não cansá-los, mas reforço que é importante não es-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

quecermos, nas discussões que envolvem Previdência, essa perna, que ainda é uma perna pequena no Brasil. Em outros países, a previdência privada tem uma função mais importante. Para muitos países, isso se apresentou como um processo que ajudou na solução das questões mais complexas que envolviam a Previdência nesses países. Eu acho que a previdência complementar fechada ou a previdência privada aberta ou fechada podem ser um instrumento que ajude no desenvolvimento das discussões em relação às questões previdenciárias deste País.

Eu queria agradecer. Obrigado à Comissão. Ficamos à disposição para qualquer questionamento. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ ANTÔNIO COLUSSI – Agradeço ao auditor fiscal da Receita Federal do Brasil Sérgio Taniguchi pela sua explanação, pela clareza, pelos dados, pelos números, trazendo também um pouco dessa outra experiência da previdência complementar. Então, muito obrigado.

Nós estamos encerrando a quinta Mesa.

Em nome da Anamatra, Senador Paim, queremos agradecer esta oportunidade de estar aqui e reafirmar o compromisso da Anamatra de lutar pelo respeito da nossa Constituição, pelo respeito dos direitos sociais, pelo direito à aposentadoria digna. O direito à Previdência de todos os cidadãos brasileiros é também dos servidores públicos, é também da magistratura. Nós temos também uma preocupação muito grande com o regime previdenciário. A partir dos 50 anos, já se quebra totalmente qualquer integralidade ou paridade – já vinha desde a Emenda nº 41 com essa dificuldade.

No nosso conselho de representantes, realizado no último dia 24, e em reunião da diretoria, em 23 e 24 de novembro, a Anamatra decidiu instituir um grupo de trabalho para analisar a reforma da Previdência. Nós temos diversos colegas, diversos juízes do trabalho espalhados Brasil afora que são especialistas na matéria previdenciária. Todos sabem que a Previdência não é o nosso dia a dia. Nós nos envolvemos e trabalhamos com as questões trabalhistas, com os direitos trabalhistas propriamente ditos, mas temos colegas que são especialistas, mestres e doutores. E formamos, então, um grupo de trabalho, Senador Paim, em que vamos fazer uma análise desse texto, agora, sim, que a proposta chegou, e pretendemos depois trazer aqui para V. Exª, para a Senadora Regina Sousa, enfim, para o Parlamento as contribuições da Anamatra. Além dessas contribuições, evidentemente, também nós nos colocamos no *front*, nós nos colocamos na linha de frente, para combatermos essa reforma, que, da forma que veio ou de qualquer forma que se apresente, é danosa para o interesse da sociedade brasileira.

Se nós juntarmos a PEC do teto dos gastos, a PEC 55, a reforma da previdência, a reforma trabalhista que vem por todos os lados... Graças a Deus, o Senador Paim e a Senadora Regina estão na linha de frente, em todas as reuniões, em todas as comissões. No plenário, a toda hora, estamos nos socorrendo e pedindo ajuda. Se nós não temos o direito da palavra dentro do plenário – e ela é privativa do Parlamentar, e assim tem de ser –, felizmente, nós contamos com os Parlamentares que se dispõem a ser a nossa voz, que se dispõem a defender os nossos direitos, a defender a dignidade do cidadão brasileiro, que está na Constituição. (*Palmas.*)

Então, nós temos de agradecer aos integrantes da Mesa; ao Romero, que liderou a organização de todo esse evento; e a todos vocês. A resistência, senhores e senhoras, vai ser feita pelo povo brasileiro, vai ser feita por nós. E nós temos de arregaçar as mangas e as armas para lutar na defesa do nosso interesse.

Muito obrigado.

Devolvo a palavra ao Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu é que agradeço ao Luiz Antônio Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, que coordenou esta Mesa.

Agradeço muito ao Décio Bruno Lopes, Mestre em Direito Previdenciário, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Anfip; e também ao Sérgio Djundi Taniguchi, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e Diretor de Fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Agradeço a todos. Podem nos dar a alegria de continuar à Mesa conosco.

Além da Senadora Regina Sousa, que usará a palavra no momento que entender adequado, há três inscritos do plenário.

Senadora, quer falar agora ou depois? (*Pausa.*)

Então, falará a Senadora Regina Sousa.

Só quero situar o Plenário.

Depois, falarão Bob Machado, do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho); José Castelo Branco Bessa Filho, do Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil); e Marcos Antônio Lemos Fabri, da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud). São esses os inscritos.

Como eu havia anunciado... Embora tenham feito um apelo para eu puxar para dois minutos, sou meio teimoso e falei que são três minutos. São três minutos. Serão concedidos três minutos para cada um. Saberemos ter a tolerância necessária. Daí a gente encerra o nosso seminário e também a audiência pública.

A Senadora Regina Sousa está com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Boa tarde a todos e a todas!

Eu vou falar e vou sair, porque acabei de ser convocada para uma reunião de Liderança.

Quero dizer que não estive aqui pela manhã porque... O seminário estava na minha pauta, mas a conjuntura muda, aconteceram algumas coisas, e a gente estava trabalhando pela manhã para que não houvesse sessão hoje, porque aí não conta para a PEC – tem de haver três sessões. Então, amanhã vamos batalhar de novo para não haver sessão, porque aí ela não será votada. A gente tem essa chance. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sempre é bom ouvir.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, quero dizer para vocês, rapidamente, que há o estigma de dizer que somos contra a reforma. Não somos contra a reforma. Somos contra a reforma que vem para matar, porque essas coisas que estão chegando, essa pauta que está chegando ao Senado é mata-mata. Então, é preciso que fique claro isto: a gente quer debater.

Quando os meninos e meninas ocupam escolas, é porque eles querem debater. Não é que eles estejam achando que o ensino médio está uma maravilha. Eles querem debater, e as pessoas querem empurrar goela abaixo um projeto feito num gabinete por alguém que nunca pisou numa sala de aula. É essa a questão. Então, a gente quer o debate.

Na verdade, o que está acontecendo é o desmonte do Estado. Quem é mais velho, como eu, já viveu esta história do Estado mínimo e do Estado do bem-estar social. A gente estava construindo um Estado do bem-estar social, mas ele está sendo desmontado. E ele está sendo desmontado com rapidez, porque se formou neste Congresso uma maioria impressionante. Como é que as ideias se aglutinam! No Senado, o Governo ter 64 votos de 81 é uma coisa que não sei se já houve neste País. O Paim deve saber disso, porque tem mais tempo aqui. É impressionante haver uma maioria de 80% na Casa a favor dessas medidas. Isso é uma coisa que impressiona.

Então, eles começaram desqualificando algumas conquistas. Quem é que não lembra aqui que desqualificaram o Bolsa Família? "Há não sei quantas mil pessoas, empresários recebendo Bolsa Família." E quem são os empresários, minha gente? É presidente de sindicato de trabalhador rural, presidente de associação de moradores, presidente de partido, porque, quando presidimos uma entidade, o CNPJ fica no nosso nome. Então, olharam lá, cruzaram os dados e acharam o CNPJ: "Já são empresários, tem de cortar." Quando a prefeitura tem alguma sensibilidade, manda a assistente social ver;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

quando não a tem, manda cortar mesmo, e acabou, corta. Eu recebi, no meu escritório, muita gente chorando dizendo que cortaram o Bolsa Família, e não se sabe por quê.

Então, eles começaram desqualificando e por aí vai. Estão fazendo uma campanha imensa contra as cotas. Querem acabar com a farmácia popular. Mandaram cortar 78% das vagas da Universidade Aberta; praticamente não vai haver Universidade Aberta no ano que vem, a não ser que os Estados banquem nas suas universidades estaduais. Então, isso é a preparação. Mandaram cortar vagas das licenciaturas, e isso tem tudo a ver com a formação dos professores, tem tudo a ver com a medida provisória do ensino médio. Não é preciso haver carreira de professor, qualquer notório saber vai poder dar aula.

Então, a coisa é muito organizada e muito orquestrada, e a gente vai deixando passar. É aquela história: quando não é comigo, não é nada, não. Mas chega uma hora em que é com todo mundo. Então, acho que se está fechando esse cerco. Agora, está atingindo todo mundo. Aí a gente espera uma reação melhor nessa história.

Cortam gastos. A PEC 55 corta gastos. Mas quais são esses gastos? São gastos primários, despesas primárias, despesas com pobre. Para nós, gastar com pessoas é investimento, mas, para eles, é gasto, e, então, tem de cortar. E nos gastos financeiros não se toca. É claro que os ricos estão achando boas as medidas, porque quem precisa de previdência pública é pobre, quem precisa de saúde pública é pobre, quem precisa de educação pública é pobre, quem precisa de segurança pública é pobre. Os ricos têm segurança privada, educação privada, saúde privada.

Então, é preciso que a gente se una nessa história. Acho que é hora de os movimentos sociais sentirem que a luta é uma só, que todo mundo tem de estar junto. Não é só quando me atinge que tenho de lutar.

A última coisa é isto: estão rasgando a Constituição. Há uma frase do Temer interessante, que vi num caderninho, em que ele defendia a Constituição, os direitos sociais. É bom que alguém reproduza essa frase e a espalhe por aí, principalmente mandando para ele, no *site* do Planalto.

Estou muito preocupada com o trabalhador rural. Estou preocupada com todo mundo, mas acho que o trabalhador rural, neste momento, é o que mais me preocupa. Resolveram que eles vão contribuir. Eles não estavam acostumados a contribuir. Trabalhador rural não tem renda, praticamente produz para se alimentar. Decidiram que mulher é igual a homem, não é? Até que enfim! A gente luta tanto por igualdade! O PNAD está mostrando que a desigualdade está em tudo, inclusive no salário. Mulher recebe 25% a menos. Agora, a idade é igual, é de 65 anos. Vá ao campo ver uma mulher com 50 anos trabalhando na roça. Eu vim da roça e sei disso. Minha mãe e meu pai, eu, todo mundo trabalhou na roça. Vá olhar a figura de uma mulher com 50 anos na roça. Ela está acabada, liquidada, com a pele toda enrugada, porque pega muito sol. Então, não dá para dizer... Os meninos começam a trabalhar com dez anos. Então, vão passar 55 anos trabalhando na roça. Será que aguentam? Duvido muito, ainda mais com o clima piorando a cada ano. Duvido muito que um trabalhador rural aguente trabalhar 55 anos para se aposentar. Vai estar morto. No Brasil, há lugares em que a longevidade é de 65 anos. Ainda há isso! Vai se aposentar quando morrer?

Então, a gente precisa fazer seminários, sim, mas também fazer luta de rua. Acho que o que aconteceu hoje aqui, o afastamento do Presidente do Senado, está nos apontando um caminho. Não se pode ficar parado, a gente tem de assumir a bandeira das eleições diretas antes que os aventureiros a assumam, porque há gente aí que acha que derrubou o Renan. Então, amanhã, vai estar com a bandeira das diretas na boca, quando essa bandeira tem de ser nossa, do nosso movimento, do nosso povo que está lutando, que está entendendo essa coisa aqui, porque a maioria, infelizmente, dessa massa que foi para as ruas no domingo foi para lá no oba-oba, mas não está compreendendo, não está discutindo a situação.

Veja a confusão que fazem por conta de uma lei de abuso de autoridade. Está certo que o momento não é propício, mas não se está fazendo lei para seu fulano, seu sicrano, não. Está se fazendo lei para o Brasil agora e daqui a 200 anos. Então, porque as pessoas acham que a lei é para si? Estão com a intenção de cometer abuso de autoridade? A lei é para o guarda da esquina, que gosta de dizer: você sabe com quem está falando? É para quem diz isto: você sabe com quem está falando? Está abusando. Mas as pessoas já são contra sem nem ler, sem nem olhar primeiro o que se está votando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, este momento ensina isto: a gente precisa debater mais, discutir mais e passar para frente, passar para as pessoas. Eu gosto de dizer, fui conversar com os meninos na universidade e disse para eles: "Vocês estão dialogando com quem? Com vocês mesmos aqui dentro desta ocupação? Se vocês não dialogarem com a sociedade, não vão a lugar nenhum." Na minha juventude, eu subia no ônibus só para falar com o povo: "Pessoal, peço um pouquinho da atenção de vocês aí." E mandava ver, distribuía meu panfletinho e descia na parada seguinte. Se não voltar a fazer isso, vai dialogar consigo mesmo.

Essa medida da Previdência vai dar o que falar. Vamos debater bastante, não é, Paim? Essa é a praia do Paim. Nós não vamos deixar aligeirar a discussão, com certeza, porque é um princípio deste Governo tratar de forma igual os desiguais. Isso não é promoção de igualdade. Promoção de igualdade é tratar de forma desigual os desiguais. Nem todo mundo é igual. Nessa história da Previdência, não se podem estabelecer regras iguais para todos nós.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa! Meus cumprimentos pela síntese muito bem feita da realidade atual.

Permita-me só que eu diga que, em junho ainda, devido a essa crise – e V. Exª assinou –, nós assinamos duas PECs: uma das eleições diretas e outra para uma reforma política, eleitoral e partidária de um grupo eleito diretamente pela população, que chamei de uma assembleia exclusiva e temática. Se tivéssemos aprovado aquelas duas PECs, com certeza, não estaríamos na crise que estamos hoje, porque o povo, pelo voto direto, ia eleger 124 homens e mulheres para fazer a reforma política, eleitoral e partidária. Eles já estariam trabalhando, com certeza absoluta, e nós teríamos elegido, pelo voto direto, o Presidente e o Vice-Presidente. Infelizmente, a sede pelo poder é tanta, que aqueles que estavam também dentro do Governo resolveram dar um golpe por dentro para chegar ao poder. E deu no que deu: a situação em que nós nos encontramos hoje. É lamentável, é lamentável a situação do País.

Faço esta pequena fala antes de passar a palavra ao Plenário. Eu dizia hoje e repito aqui: diga um país do mundo que, em seis meses, tirou três Presidentes. Tiraram o Presidente do País, que foi a Presidenta. Tiraram – podemos ter critica a ele – o Presidente da Câmara dos Deputados e, agora, o Presidente do Senado. Isso cria uma instabilidade enorme.

Quero só situá-los a respeito das notícias que estão chegando aqui. Vejam: "A crise institucional chegou, ineludível". São preocupações como essa que a gente tem de alertar a todos. Virou uma crise institucional entre Judiciário, Executivo e Legislativo. Está dado o impasse.

Agora, vamos ter de ter coerência, coragem e sabedoria para encontrar o caminho, porque, se nós não o encontrarmos, podem ter a certeza de que um oportunista qualquer vai chamar o tempo da exceção e embalar uma palavra que todos nós não queremos nem repetir, fazendo com volte o caos, com um sistema ditatorial outra vez no País. Vocês sabem que, se colocarem isso aqui, isso se estenderá, no mínimo, pela América Latina. Então, a responsabilidade do Brasil é muito grande.

Só faço essa reflexão.

Vamos agora passar o vídeo de uma campanha nacional, organizada por vocês todos, contra a reforma da Previdência.

Em seguida, falarão aqui cinco companheiros do plenário.

É um vídeo de cinco minutos, pessoal, ou melhor, de dois minutos.

Se puderem apagar mais a luz, ajuda.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns às entidades que patrocinaram esse vídeo. (*Palmas.*)

Vamos lá, então! Serão cinco minutos para cada um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Concedo a palavra a Bob Machado, do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho).

Se puder já ficar na escala ali para falar em seguida, o próximo é José Castelo Branco Bessa Filho.

O SR. BOB EVERSON CARVALHO MACHADO – Eu gostaria de saudar a Mesa na pessoa do incansável defensor dos direitos dos trabalhadores Senador Paim e trazer aqui a preocupação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Inicialmente, quero frisar que o Sindicato Nacional se posiciona contrariamente à reforma da Previdência e à PEC 55, que tramita no Senado. Entendemos que, neste momento, o Governo deveria fazer o dever de casa; deveria combater a sonegação de R$25 bilhões anuais das contribuições dos trabalhadores que não são cobradas – em torno de R$1 bilhão do SAT; deveria fazer seu papel na proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores, Senador Paim, que gera, de benefícios precoces anuais, em torno de R$70 bilhões, o que incapacita ou leva a óbito muitas pessoas e traz dor às famílias brasileiras. Mas nisso o Governo não está falando.

Em relação a isso, amanhã, faremos mais uma luta em conjunto, Senador Paim, com a discussão da NR 12.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem lembrado!

O SR. BOB EVERSON CARVALHO MACHADO – É uma medida do Ministério do Trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa luta contra a NR 12 é fundamental!

O SR. BOB EVERSON CARVALHO MACHADO – É uma medida que, além de proteger os trabalhadores, sua saúde e segurança, protege a sociedade brasileira; protege a Previdência Social; impede que benefícios precoces sejam concedidos. É disso que se trata.

Na contramão disso tudo, parece que se adota a medida mais simplista, de aumentar a idade da Previdência, a idade de aposentadoria, e outras tantas que foram apresentadas e que ainda serão discutidas por esta Casa.

Nós estamos falando de R$25 bilhões, Senador Paim, das contribuições dos trabalhadores que não são cobradas anualmente. E o Estado terá de pagá-las, porque o trabalhador, não tendo seu direito adquirido, não tendo seu direito concedido, busca o Judiciário, entope a máquina do Estado, criando outro gasto.

Estamos falando de mais R$1 bilhão do SAT e dos R$70 bilhões das contribuições previdenciárias por acidente. Estamos falando de R$500 bilhões em cinco anos. O Governo não faz essa matemática. O Governo atua, muitas vezes, no sentido de enfraquecer uma categoria – que é a categoria dos auditores fiscais do trabalho – que faz esse combate, que faz a defesa dos trabalhadores, que está no chão da fábrica, verificando as condições do meio ambiente de trabalho, protegendo o trabalhador.

Teremos, amanhã, uma luta difícil, Senador Paim, uma luta que é de todos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode concluir, sim.

O SR. BOB EVERSON CARVALHO MACHADO – Para concluir, Senador, essa é uma luta que é da Previdência Social também. Nessa luta devemos todos nos irmanar, no sentido de proteger o trabalhador, de proteger a sociedade e de nos insurgir contra essa reforma que se apresenta apenas como um paliativo, sem que antes tenha sido feito o dever de casa, sem que se tenha combatido a sonegação, sem que tenham combatido os desvios que ocorrem, muitas vezes, nesse sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, Senador, nós deixamos aqui a voz dos auditores. Conclamamos todos a nos ajudar. Nós entendemos que trabalho e previdência são duas faces de uma mesma moeda. Nós, como auditores, e todos os que trabalham na teia de proteção social dos trabalhadores temos de nos irmanar nessa luta, no sentido de impedir que essa reforma e a PEC 55 venham a termo no Senado Federal e sejam efetivamente aplicadas.

Nós, da categoria dos auditores fiscais do trabalho, estamos com o menor quadro em 20 anos. A PEC 55 praticamente tem a condição de levar essa categoria, que está no chão de fábrica, buscando a proteção dos trabalhadores e dos direitos sociais, à extinção.

Então, nesse sentido, pedimos o apoio de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Bob Machado, que falou pelo Sinait!

Com a palavra José Castelo Branco Bessa Filho, do Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

O SR. JOSÉ CASTELO BRANCO BESSA FILHO – Quero saudar o Senador Paim; os colegas auditores da Mesa – Vilson Romero, Sérgio e Décio –; o Dr. Luiz, da Anamatra; e, de modo especial, todos vocês que participam desta audiência pública que realizamos, deste Seminário Internacional de Previdência Social.

Também quero parabenizar os organizadores deste evento, em que o Sindifisco Nacional está integrado como parceiro.

Durante o dia, ouvimos aqui palestras que nos enriqueceram por seus conteúdos. Não tenho tempo para questionar algumas situações aqui pontuadas. Todavia, o Sindifisco Nacional se acautela neste momento e pede um pouco de tempo para que possa, reflexivamente, analisar essa proposta do Governo e se posicionar publicamente através de nota técnica.

Sobre a reforma da Previdência Social, anos atrás, mais precisamente no ano de 2002, nós produzimos um trabalho que intitulávamos de "a verdadeira reforma da Previdência Social". Pasmem os senhores, a verdadeira reforma da Previdência Social buscava cumprir exatamente o que está previsto na legislação da Previdência Social, o que está previsto na nossa Constituição.

Uma regra do art. 201 diz que a Previdência Social é um regime mediante contribuição e que se deve manter o equilíbrio financeiro e atuarial. Isso aí, por si só, já nos diz que, periodicamente, vamos fazer uma variação da longevidade dos contribuintes.

Nós também achamos que uma reforma da Previdência Social não deve ser restritiva de direitos, não deve ter a máxima de buscar aumentar a arrecadação porque a arrecadação o Governo já abre mão de fazê-la através das desonerações que fez ao longo desses últimos anos, mais precisamente de 2011 até aqui.

Não querendo me alongar e disciplinadamente ficando dentro do tempo, quero parabenizar todos os organizadores deste evento. E vamos todos à luta, à luta construtiva!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos, José Castelo Bessa Filho, do Sindifisco Nacional e do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, que ficou exatamente dentro do tempo.

Passo a palavra agora a Marcos Antônio Lemos Fabri, da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud).

Em seguida, falará Rita Felicetti.

O SR. MARCOS ANTÔNIO LEMOS FABRI – Boa tarde a todos!

Boa tarde, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Trago aqui um abraço de Maria José, que hoje está presente; do nosso Presidente, Luiz Fernando; e do nosso Secretário Jurídico, Eduardo.

Quero parabenizá-los pelo evento. Acredito que eventos desta envergadura, sobre temas como esse, devemos fazer mais vezes.

A Fenajud (Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados) se posiciona na defesa de nenhum direito a menos. Nós não podemos, em um momento conturbado da vida brasileira, fazer reformas dessa envergadura, Senador. É, no mínimo, irresponsável.

Defendemos a democracia, inclusive a democracia no Judiciário. Enfrentamos, nas mais de 14 mil unidades judiciárias espalhadas por este País, alguns desmandos. E gostaríamos de ver na nossa Constituição a democracia também no Judiciário.

Com relação à questão da auditoria, acho que temos de fazer uma auditoria neste País em todas as áreas. Vou citar aqui um caso emblemático que aconteceu no Espírito Santo na semana passada: uma dívida, Senador, de R$3,6 milhões em um cartão de crédito foi reduzida a R$400. O jornal *A Tribuna*, do Espírito Santo, postou: de R$3,6 milhões, reduziu-se a R$400, de forma parcelada. Então, quanto nós temos neste País a ser auditado?

Vemos essa proposta de reforma da Previdência, e, em alguns Estados, a média de vida é de 64 anos. Estão propondo a idade 65 anos. Aí a gente pergunta: de onde vêm esses dados? E a mídia, que também já teve sua bolsa – porque se fala muito em Bolsa Família, mas já tivemos bolsa terra neste País, já tivemos bolsa cartório, já tivemos bolsa televisiva –, não nos dá o direito de resposta. Ouvem-se representantes de banqueiros, de planos privados, mas para o do público não se dá espaço.

Então, pedimos democracia.

Quero parabenizá-lo mais uma vez pelo evento e aqueles que aqui estão até o momento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Marcos Antônio Lemos Fabri, que falou pela Fenajud!

Rita Felicetti fala pela Anfip-DF, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

A SRª RITA DE CÁSSIA FELICETTI DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos!

Parabenizo-os por este importante seminário.

Quero recordar que, quando comecei como auditora fiscal em Tocantins e fiscalizava prefeituras, vi na prática que o que ia de previdência social para cada Município era maior do que o que ia de FPM. A Anfip fez um trabalho importante sobre isso e levantou que 78% dos Municípios brasileiros recebiam mais em previdência do que em FPM. Então, como cortar uma coisa que movimenta a economia brasileira?

Eu queria lembrar que, antes de ser auditora, fui repórter, fui jornalista em Belo Horizonte. Tive a oportunidade de ver... Uma vez, eu estava em uma coletiva no Sindicato dos Bancários e recebi uma lista de 23 políticos que tinham tirado empréstimo da Minas Caixa e não tinham pagado; por isso, a Minas Caixa, a Caixa dos mineiros, estava falindo. Então, cheguei ao jornal dos *Diários Associados*, o *Diário da Tarde*, entreguei a lista, e a lista sumiu. Por quê? Não era interesse publicar. Os jornais dependem do dinheiro dos políticos e do mercado financeiro.

E hoje não se está divulgando a verdade do que está acontecendo no Brasil. Essa crise está sendo criada.

No Jornal da Globo, dois anos atrás, havia a informação de que o desemprego tinha aumentado de 11 milhões para 13 milhões. No mesmo jornal, mostrou-se que aumentou o número de empregadas domésticas registradas de quatro milhões para seis milhões. Então, dois anos atrás, não havia esse desemprego, que foi criado. Por quê? Falando em crise, as pessoas compram mais, diminui o número

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de pessoas empregadas no comércio e nas indústrias.

Somada a essa crise está a greve da Receita Federal, que, há um ano e meio, está conseguindo arrecadar apenas 30%. O Governo não quer negociar, jogou as carreiras umas contra as outras, porque é interessante que se arrecade menos neste momento, que não se arrecade em cima dos políticos e dos empresários ligados a eles, como foi mostrado aqui em brilhantes palestras, para quê? Para que, no ano que vem, com uma arrecadação menor, com a PEC 55, seja limitado o gasto apenas ao que se arrecadou neste ano mais 5%. Isso não é noticiado na imprensa.

Então, se estamos passando por uma situação difícil, por que não se resolveu ainda o problema da greve da Receita?

Eu acompanho a Auditoria Cidadã da Dívida, e ainda não houve um governo com coragem de fazer a Auditoria Cidadã da Dívida. Por que há falta de coragem? Por que todos têm rabo preso, inclusive a Srª Dilma, que, por conta de Pasadena e de outras coisas, vetou a Auditoria Cidadã. Acho que foi justa a saída dela, porque esses estão cada vez piores. É aquilo a que estamos assistindo agora.

Só para terminar, vejo o seguinte: os homens de bem têm de se unir. Não podemos permitir que no Brasil aconteça o que aconteceu na Grécia, porque, se passar essa PEC 55, aliada ao PLS 204, vamos virar uma Grécia. Eu já perdi dois amigos este ano, porque morreram do coração. Eu sei de várias pessoas que se suicidaram, e esse é apenas o começo. Nós não podemos deixar que isso passe, porque o Brasil é muito rico. Nós temos o nióbio, temos minério de ferro, temos todas as terras para serem plantadas, temos um povo com energia. Por que nós vamos entregar tudo isso, como entregamos nossas estatais na época do FHC, com moedas podres? Por que vamos entregar agora o pré-sal?

Vamos ter dignidade. Vamos mostrar para esses políticos que aí estão os filhos deles, os netos deles. Meu filho está saindo do Brasil, porque não aguenta mais. Então, quero deixar aqui meu pedido, meu alerta, para que esses políticos pensem menos em si, no que roubaram, e tenham a coragem de dizer: pequei, roubei, agora quero fazer pelo meu País, pelo meu povo, porque senão não vai salvar nada. Daqui a dois ou três anos, não haverá dinheiro para pagar nem o salário dos Deputados e nem o desses juízes que ganham somas astronômicas, que não conseguem ser felizes com o razoável. Precisamos de casa, de carro e de lazer. Então, nós ainda estamos na monarquia, pagando para pessoas que...

(*Interrupção do som.*)

A SRª RITA DE CÁSSIA FELICETTI DE OLIVEIRA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns pela fala, Rita Felicetti, da Anfip-DF!

Com a palavra José Roberto Sodero, do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial.

O SR. JOSÉ ROBERTO SODERO – Senador Paulo Paim, em nome de quem cumprimento toda a Mesa, hoje tivemos um dia frutífero, com discussões de todos os níveis, defendendo as várias tendências com relação à possível reforma da Previdência Social.

O Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial é contra a reforma previdenciária. É contra porque entende que o Governo não tem condições de projetar atuarialmente qualquer questão relacionada a eventual déficit previdenciário, porque entende que a reforma previdenciária é feita de forma ilegítima, porque quem faz a reforma previdenciária não discutiu isso no seu plano de governo, porque não foi eleito pelo povo. (*Palmas.*)

Outra questão importante: para haver reforma previdenciária, como diz o Plenário aqui, precisamos abrir a caixa-preta da Previdência Social.

Outra questão importante em que o sindicato também se posiciona: toda vez que o Governo vai à mídia defender a reforma previdenciária, ele diz que a reforma previdenciária é para o mercado. A reforma previdenciária não é uma reforma; é uma contrarreforma, é uma reforma para o mercado.

Outra questão relacionada à demografia: a solução para a demografia não é a idade das pessoas;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a solução para a demografia é a massa salarial. Hoje, nós temos uma renda média, segundo o PNAD, de R$2.015,00. Para chegar ao teto da Previdência Social, temos mais R$3 mil de massa salarial para ser distribuída à população. E, para a população ter acesso à massa salarial, precisa haver educação. Não dá para falar em 2060 com a PEC 55 sem educação para que o trabalhador brasileiro, para que o jovem brasileiro possa ficar durante pelo menos 15 anos na escola e, com isso, segundo inclusive um trabalho muito bem realizado pelo Prof. Marcio Pochmann, possa receber cinco vezes mais o que ganha na média. É assim que vamos fazer uma eventual reforma, não é uma reforma realizada dessa maneira.

Por exemplo, os trabalhadores do serviço público da área de ciência e tecnologia... O Governo tem feito propaganda sobre ciência e tecnologia, mas não está repondo os trabalhadores aposentados. Nós não conseguimos fazer ciência e tecnologia sem trabalhadores repostos.

Por isso, somos contra a reforma previdenciária. Por isso, entendemos que, para fazer a reforma previdenciária, a questão não é só econômica, financeira, atuarial. Olhem o que diz a nossa Constituição: somos um Estado social e precisamos defender a dignidade de cada trabalhador, de cada pessoa que tem a expectativa de se aposentar. Hoje, com essa reforma colocada, ninguém tem expectativa para se aposentar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, José Roberto Sodero, do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial.

Com a palavra Antonio Rodrigues de Sousa Neto, Secretário de Estado de Planejamento do Governo do Piauí, conhecido mais por Neto, ex-Presidente da Anfip.

O SR. ANTONIO RODRIGUES DE SOUSA NETO – Boa tarde a todos e a todas!

Senador Paim, eu gostaria de agradecer a quebra do protocolo, já que eu não estava inscrito para falar. Mas me permita, Senador Paim, fazer aqui um pequeno resgate histórico de dois minutos que acho que cabe muito bem nesse plenário, pelo que assisti hoje das palestras.

Eu sou ex-Presidente da Anfip, onde militei dos anos 90 para cá. Durante os últimos dez anos, estou na gestão pública.

Aqui vejo ex-presidentes que também continuaram essa luta: colega Marville, colega Jorge, colega Romero. O Álvaro está chegando aqui amanhã.

Senador Paim, um fato hoje neste seminário me chamou bastante a atenção, e eu me lembrei de você. Quando o companheiro do Chile colocou a experiência chilena, ele colocava exatamente o diagnóstico que foi feito da Previdência chilena e demonstrava que 90% dos trabalhadores estavam cobertos pela Previdência, mas que havia um grave problema: uma renda baixíssima, de US$30, de US$90, sem diferença de homem para mulher. É um diagnóstico extremamente complicado e perverso do ponto de vista da Seguridade Social.

Eu me lembro, Senador Paim, de que, nos anos 90, no início do governo Fernando Henrique, vinha uma proposta para esta Casa – você era Deputado Federal – de adotar o modelo chileno aqui na Previdência pública brasileira: uma previdência com um teto de três salários mínimos, com regime de capitalização, e salve-se quem puder. V. Exª, a Anfip e todas essas entidades, várias entidades, capitanearam essa luta e derrotaram essa proposta nesta Casa e no Congresso Nacional. (*Palmas.*)

Se essa proposta tivesse sido implementada, o que seria dos trabalhadores brasileiros? O que seria da Previdência pública?

Eu gostaria de fechar, dando um depoimento meu como Secretário de Estado há mais de dez anos, no meu Estado do Piauí, que é um Estado que tem muita dificuldade, um Estado simples. Não é um Estado pobre, é um Estado rico, mas com dificuldades. A Previdência responde por cerca de 12% do PIB do nosso Estado. Senador Paim, pasme! Um estudo feito recentemente, nos últimos anos do nosso governo, demonstrou que o Piauí foi um dos Estados que mais combateu a desigualdade: a renda dos mais pobres cresceu mais, proporcionalmente, que a dos mais ricos. Hoje somos um Estado muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mais protegido socialmente. Tanto isso é verdade, que agora enfrentamos a maior seca dos últimos 50 anos, e não houve nenhum saque, não houve fome no nosso Estado. Por quê? O bolsão foi criado, o colchão social da Seguridade Social, da Previdência e da assistência foi capaz de suportar todas as dificuldades que o Estado enfrentou.

Por isso, Senador Paim, a luta em favor da Seguridade, a luta pela Previdência pública é contemporânea, é atual, é fundamental. Todos nós temos de continuar essa luta, porque essa reforma não passará, porque nós vamos continuar a luta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus parabéns, Antonio Rodrigues de Sousa Neto, Secretário de Estado de Planejamento do Governo do Piauí!

Com a palavra Francisco Sérgio Bezerra Pinheiro, da Federação Nacional dos Policiais Federais.

Aí, termina com o Presidente da Anfip, o Vilson Romero, que é o último inscrito depois de V. Exª.

Daí nós encerramos a nossa audiência pública internacional sobre Previdência.

O SR. FRANCISCO SÉRGIO BEZERRA PINHEIRO – Boa tarde!

Saudações ao Senador Paulo Paim!

Quero parabenizá-lo pela brilhante audiência de hoje, neste Seminário Internacional.

Trago aqui a mensagem dos policiais federais, que são terminantemente contra essa reforma.

Fala-se muito em intervenção militar, em ditadura, mas, particularmente, sinto que estamos vivendo já uma ditadura, porque simplesmente a ideia e o pensamento da sociedade não são ouvidos, principalmente dentro do Congresso. A prova foi a votação da PEC 55. Enquanto havia guerra lá fora entre grupo de segurança, trabalhadores e estudantes, a PEC estava sendo votada aqui dentro e aprovada. Então, isso para mim é uma espécie de ditadura.

Não precisa ser especialista para entender que a nossa Previdência é superavitária. Simplesmente temos de chegar aos Estados, aos aeroportos, ao Congresso, diretamente com os Parlamentares, e de impedir essa pseudorreforma. Basta! Acho que a luta é essa.

O Governo, infelizmente, através das grandes corporações empresariais, fez a parte dele. A nossa parte, como sociedade, para lutar contra essa ditadura que já está implantada, é barrar essa pseudorreforma.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Francisco Sérgio Bezerra Pinheiro, da Federação Nacional dos Policiais Federais!

O último inscrito é Vilson Romero, Presidente da Anfip.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Senador Paim, senhoras e senhores, dando encerramento a este evento, primeiro, quero dizer que nos sentimos muito satisfeitos pela oportunidade, por termos dado o pontapé inicial neste grande debate que agora se materializa na PEC 287/2016. Nós, com certeza, como já disseram aqui, escancararemos a caixa-preta da Previdência e, de fato, com a parceria... Aqui quero agradecer muito fraternalmente a todos que nos ajudaram, para que pudéssemos realizar um evento deste porte, com transmissão nacional e, acima de tudo, com a tentativa de disseminar, num primeiro momento, conhecimento sobre seguridade e previdência.

Quero mandar um abraço muito especial aos companheiros da OISS, da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social, na pessoa do Sr. Delegado Baldur Schubert, do Dr. Garavelli, do Dr. Cifuentes, que muito nos honraram com sua presença. Essa parceria continua.

Queremos agradecer à Copab, ao instituto Mosap e, acima de tudo, às 36 entidades que se om-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

brearam com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. E que isso se multiplique! Os Anais, as notas taquigráficas, os vídeos estão todos disponíveis, para que, de fato, passemos a fazer a difusão desse conhecimento que será fundamental no contraponto a essa reforma que entrou hoje no Congresso Nacional e que debateremos com muita tranquilidade, com muito discernimento, mas fazendo muita luta.

A nós nos preocupa em demasia uma mudança como essa, como lamentavelmente têm sido todas as mudanças neste início de Governo, as reformas tributárias, trabalhistas, previdenciárias. Nenhuma delas vêm em favor do contribuinte, do trabalhador, do aposentado, do servidor público; todas são restritivas, redutoras, com nova criação de exigências ou alongamento de prazos.

Portanto, estamos aqui, junto com a Anfip, junto com a Frente Parlamentar e com todas as entidades parceiras, para dizer não à retirada dos direitos e para, acima de tudo, fazer o enfrentamento direto a esse debate que diz respeito a toda a cidadania.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Vilson Romero, Presidente da Anfip!

Pessoal, neste encerramento, quero ser muito rápido na fala, mas alerto, mais uma vez... Olha que, infelizmente, tenho mais acertado do que errado. Digo "infelizmente" porque, quando começou essa história de *impeachment* – não era uma questão de ser ou não ser da Base do Governo –, demonstrei inúmeras preocupações, mostrando para onde estávamos indo e que, se aquilo se concretizasse, essa crise não terminaria antes de 2018. Infelizmente, acertamos, infelizmente!

A crise está instalada, o desemprego só está aumentando, a taxa de juros é a maior do mundo. Sinto que há uma preocupação enorme de todos os setores da sociedade. E os mais pobres é que vão pagar, mais uma vez, a conta – da classe média para baixo.

Por isso, pessoal, quero só terminar dizendo que é preciso que pensemos muito em nos articularmos naquilo que chamo de uma grande frente ampla pelo Brasil. Dentro do Congresso, há mais de 70 frentes. Eu coordeno umas dez, acho. E não adianta coordenar uma ou outra. Nós temos de pensar nisso. Este não é um discurso partidarizado. É claro que é um discurso político, mas não é partidarizado.

É preciso que busquemos, que todos os segmentos – trabalhadores da área do campo, trabalhadores da cidade, trabalhadores da área privada, trabalhadores do serviço público – busquem quadros – e temos quadros neste País – das mais variadas organizações. Podemos buscar quadros do Judiciário, como os que estão aqui à Mesa; do Legislativo; do Executivo. Não importa se é clube das mulheres, não importa se é clube dos homens, não importa se é dos estudantes, não importa se é LGBT, não importa se é evangélico ou é católico. Ou a gente faz isso, pessoal...

Confesso a vocês que visitou o Brasil um dos mentores que conseguiu, nos Estados Unidos, fazer com que Barack Obama ganhasse as eleições e que ele apontou um único caminho: quando vocês souberem respeitar a diferença entre negros, brancos, índios, mulheres, homens, todos os segmentos estarão em busca de uma grande causa, que é a democracia e um país melhor para todos.

Chego a dizer ao movimento sindical brasileiro que eu chamaria um congresso de emergência, nacional, dos trabalhadores e trabalhadoras e de outros segmentos, organizado para debater a crise por que passa hoje o País. (*Palmas.*)

É preciso fazer alguma coisa, é preciso apontar a luz, é preciso que a gente diga: «Este País tem solução, sim!» Sem sombra de dúvidas, esta frase não é nova: este é um dos países com maior potencial do mundo. Não há como nós não olharmos para este País e assumirmos, cada um de nós, essa responsabilidade.

Eu acredito, sim, que, se soubermos fazer essa caminhada suprapartidariamente, sem ficar entre nós e eles, porque sicrano é assim, beltrano é assim... Devemos pensar no País, devemos pensar no nosso continente e, principalmente, na responsabilidade que temos com a própria América Latina. Como é que vamos aceitar essa PEC 55, que congela todos os investimentos por 20 anos? E nós não nos movimentamos para dizer: "Não, não é por aqui, há outros caminhos." Esta audiência pública de hoje, de caráter internacional, mostrou isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por isso, peço uma grande salva de palmas a todos os painelistas, que apontaram o caminho do plenário e aqui da Mesa. (*Palmas.*)

Como diz o Fórum Social Mundial, outro mundo é possível, e que não seja o que há na Europa hoje, com a forma como tratam os imigrantes, em que Presidentes se elegem – e isso ocorre não só na Europa, infelizmente; eu diria até que acontece em quase todos os continentes – pregando o preconceito, o racismo, a discriminação, muitas vezes, pela origem, pela procedência ou pela cor da pele.

A política, quando perde o seu viés humanitário, perde a razão ser. Ou fazemos política com alma, com coração, com o sentimento de querer o bem do próximo, ou não há razão nenhuma de se fazer política. Aqueles que fazem política não pensando em causas, mas, sim, em coisas deveriam, sim, sair da vida pública e ir para a área privada, pensar nas suas coisas. Precisamos de homens e de mulheres que defendam causas, causas da humanidade, causas do nosso povo, causas da nossa gente.

Como é que vou aceitar, como acontece hoje neste Parlamento, por exemplo, as propostas mais incríveis que sejam? E aqui foi dito: que reforma da Previdência é essa, em que as pessoas vão ter de se aposentar como está aqui? Eu tenho o resumo: não são 65 anos, não, porque, a cada vez em que a expectativa de vida aumentar, haverá um *plus*. Quem vai se aposentar com 70 anos? Só no caixão!

Como aceitar que amanhã eu vá ter de enfrentar um debate com nome – há relator, há autor –, para acabar com a NR-12, para dizer que as máquinas no Brasil não precisam mais de proteção e que se percam braços, mãos e vidas dos trabalhadores? Como é que vamos aceitar outro projeto previsto para amanhã também, que trata da jornada intermitente, que diz que não tem de haver espaço e que o trabalhador tem de ganhar salário só por hora? O que se diz é que ele vá para casa e fique bem feliz pelas horinhas que trabalhou.

Há outro projeto que diz que não deve haver trabalho de almoço! Digo para os convidados internacionais: no país de vocês, existe uma proposta dessa, de que tem de trabalhar direto, de que tem de comer com uma mão e trabalhar com a outra? Existe esse projeto aqui, neste Senado!

É impossível que o povo brasileiro não acorde com isso.

Há uma PEC que está circulando que diz que a terra dos povos indígenas não vai ser mais uma discussão que será feita com o Executivo, mas, sim, pelo Legislativo, e sabemos muito bem quem é maioria dentro deste Congresso para acabar com as terras dos povos indígenas. Querem revogar o decreto que manda regulamentar a terra dos quilombolas. Estão no Supremo para derrubar!

Querem a terceirização de tudo! Ninguém mais vai ter emprego fixo em lugar nenhum. Você vai ser funcionário de um escritório qualquer, que manda você para lá.

Aqui, dentro do próprio Senado, vivo brigando, porque aqui há oito empresas, e a última é a tal de Qualitécnica, que mandou todos para a rua e não indenizou ninguém!

Nesta reflexão rápida que estou fazendo aqui, lembro a vocês: estamos vivendo uma política da barbárie.

Não digam e não peçam para eu não repetir, porque vou repetir algo sobre o que aconteceu na boate Kiss do Rio Grande do Sul. Repito isso. Meu amigo aqui é gaúcho e sabe que 254 jovens estavam se formando e foram fazer uma festa numa boate em que só havia uma entrada e uma saída. A mesma entrada era a saída, e ainda a segurança exigia o cartão para poder sair. Foram 254 jovens queimados ali. E, até hoje, embora tenhamos apresentado projeto, esta Casa não votou um projeto para penalizar quem faz esse tipo de espetáculo que bota a nossa juventude, por exemplo, numa boate que é um forno. Ontem, na Califórnia, 50 jovens morreram da mesma forma.

Não há como eu olhar para Chapecó e não dizer: não considero que aquilo foi um acidente. Aquilo não foi acidente, mas foi ganância do poder econômico, porque já havia denúncias de que estavam fazendo aquilo há muito tempo, botando gasolina no limite para economizar US$5 mil. E deu no que deu. (*Palmas.*)

Alguém tem de começar a responder por tudo isso, o que só poderá acontecer se, de fato, conseguirmos unificar o nosso povo e a nossa gente e dizer: basta, assim não dá! Somos amantes, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

amantes apaixonados pela democracia! Com a democracia, tudo; sem a democracia, nada! (*Palmas.*)

Essa avareza que aqui alguém já colocou vira quase uma ditadura do poder econômico. Nós somos democratas, não aceitaremos nunca um Estado de exceção. Lembraremos sempre os torturados e os milhares que morreram não só no Brasil, mas, principalmente, na nossa América.

Também dizemos: nós vamos pelear, não aceitaremos essa forma como querem moldar a vida do nosso povo, retirando direitos básicos. Não se assustem e ouçam bem o que estou dizendo. É bom que os Senadores e os Deputados que apresentaram esse projeto saibam muito bem quais são os 70 projetos. Não se assustem se, no Brasil, amanhã ou depois, eles apresentarem um projeto para revogar a Lei Áurea, para manter, sob o regime de escravidão, brancos e negros, de outra forma, dourando a pílula.

Do jeito que está aqui dentro deste Congresso... Estou aqui há mais de 30 anos – entrei aqui na Constituinte; foram quatro mandatos como Deputado Federal e dois como Senador, vou terminar com 32 anos diretos – e nunca vi uma situação como esta. Nunca vi uma situação lamentável como esta em que três Presidentes foram afastados em seis meses: a Presidente da República eleita com 54 milhões de votos, uma mulher – não estou entrando no mérito –; o Presidente da Câmara dos Deputados; e o Presidente do Senado. E já estão dizendo que quem assumir provavelmente também eles vão trabalhar para afastar.

Por isso, encerro, dizendo: nem um direito a menos! Vida longa à democracia e ao povo brasileiro!

Um abraço a todos!

Os direitos humanos são a nossa luta, que é internacional.

Um abraço a todos!

Peço que, se puderem, venham tirar uma foto de despedida. Mas nós nos encontraremos logo ali. Vamos tirar uma foto coletiva com todos os presentes.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião foi suspensa às 13 horas e 10 minutos; reiniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 111ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto do dia sete de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 6, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra e dos Senadores Paulo Paim, Vicentinho Alves e Flexa Ribeiro. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 160 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "As Religiões contra as Injustiças Sociais". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Ronald Ferreira, Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS; Wilson Barboza da Silva, Pastor da Assembleia de Deus de Liberdade e Vida - Conselheiro do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro do Distrito Federal, representando a Aliança de Negros e Negras Evangélicas do Brasil no Distrito Federal; Tatiane Duarte, Representante da Rede Ecumênica da Juventude; Geniberto Paiva Campos, Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Mãe Baiana Adna Santos de Araújo, Presidente do Ilê Oya Bagan, comendadora representante das Religiões de Matriz Africana e coordenadora de Proteção de Patrimônio Afro-Brasileiro na Fundação Cultural Palmares; Monge Sato, Representante das Religiões Orientais; Dom Maurício Andrade, Bispo da Igreja Episcopal Anglicana de Brasília; Losangelis Gregório, Representante da Federação Espírita do Distrito Federal e Diretora da Diretoria de Assistência e Promoção Social Espírita. Às dez horas e cinquenta e sete minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Professora Pastora Wall, Coordenadora do Coletivo de Mulheres das organizações religiosas do DF; Elinaldo Nascimento, do Comitê Nacional de Diversidade Religiosa e Representante da URI Brasília. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no Plenário. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados para suas considerações finais. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim, Senadora Regina Sousa e Fátima Bezerra. Às dez horas e cinquenta e oito minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 111ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 160, de 2016, da CDH, de minha autoria, para debater as religiões e as injustiças sociais.

A audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Esta audiência de hoje foi uma solicitação das religiões, ou seja, é uma audiência que visa a que diversas religiões, conforme solicitado, pelo encontro que fizeram, discutam as injustiças sociais e as suas preocupações com uma série de questões e projetos que estão sendo apresentados aqui no Parlamento, por exemplo, a própria reforma da Previdência, o trabalho intermitente, que vai ser discutido hoje – inclusive, espero que não votem – em uma comissão, que é o trabalho por hora, o negociado sobre o legislado, as liberdades, a questão da terceirização, o trabalho escravo, a terra dos quilombolas, a terra dos indígenas, a própria democracia, a PEC nº 55. Todos esses temas, na questão de fundo, atingem diretamente os mais pobres, os que mais precisam.

Por isso, como não poderia ser diferente, atendi a essa solicitação em um dia, inclusive, muito polêmico, eu diria, muito delicado na conjuntura nacional e para a própria democracia. Vejam que nós estamos em uma situação em que, há praticamente oito meses, tivemos o afastamento da Presidenta da República, eleita democraticamente, com 54 milhões de votos. Queiramos ou não, eu não entro no mérito aqui, foi afastado o Presidente da Câmara dos Deputados. Agora, afastado o Presidente do Senado. Isso tudo gerou um conflito, dividiu a população, entre os três Poderes. Há uma verdadeira lambança entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. E isso não é bom para ninguém. Foi dada uma liminar. Hoje à tarde vai haver uma reunião do Pleno do Supremo para ver se mantém ou não essa liminar e para ver se o Presidente atual, Renan Calheiros, continua na Presidência ou se assume o Vice. Então, é um momento muito delicado e uma reunião como esta é importante para debater temas que têm tudo a ver com esta situação em que nos encontramos.

Enquanto os convidados estão chegando – atualmente só temos dois convidados –, eu farei aqui uma pequena introdução do tema que vamos debater e que a população vai assistir pela internet e pelo sistema de comunicação aqui do Senado. Enfim, vamos lá.

Por meio do requerimento que me foi apresentado, solicitei, em 23 de novembro passado, a realização desta audiência pública. Faço questão de frisar esse fato, mencionando um pronunciamento posterior que fiz no plenário, no dia 29 de novembro. Na ocasião, fiz questão de enfatizar que não há como não dar razão à população quanto à revolta em relação a tudo que vem acontecendo no País. Refiro-me, por exemplo, à votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição 55. Como sabemos, ela limita por 20 anos o aumento de investimentos públicos, atrelando somente à variação da inflação. Ou seja, nem um centavo de investimento.

Citei na oportunidade, inclusive, uma pesquisa do DataSenado que avaliou a opinião dos internautas sobre essa PEC, revelando que 342 mil pessoas são contrárias à PEC 55 e apenas 23 mil são favoráveis. Ou seja, há uma diferença de 325 mil contra e somente 23 mil a favor, só para ver a diferença. Na verdade, são quase 350 mil a favor da derrubada da PEC e somente 23 mil querem manter a PEC do Governo atual. Números como esses revelam o abismo que está sendo cavado entre a classe política e o povo brasileiro. Em vez de se apresentar um projeto de nação, coloca-se o interesse de grupos privilegiados, nomeadamente, os anseios daqueles brasileiros com maior intensidade são impactados pela variação dos cenários econômicos. De fato, está sendo projetado um duto que vai tirar o dinheiro de setores importantes para canalizar recurso destinado a irrigar o jardim dos privilegiados, principalmente o sistema financeiro, prejudicando o investimento ao longo de um período que se estenderá além do mandato de quem o propõe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Em artigo publicado em 1º de dezembro passado pelo jornal espanhol *El País*, Juana Kweitel, do Conectas Direitos Humanos; José Antônio Moroni, do Inesc; Ignacio Saiz, do Center for Economic and Social Rights; e Katia Maia, da Oxfam Brasil, afirmam:

> Se aprovada, a PEC 55 certamente resultará em uma séria erosão dos direitos sociais como resultado de uma diminuição da despesa real *per capita*, à medida que a demanda por serviços vai aumentar e as receitas não, prejudicando o progresso de vários direitos sociais, especialmente para os mais vulneráveis que dependem mais da prestação de serviços públicos.

O Governo afirma que a PEC 55 não prejudica a saúde e a educação. Sustenta essa afirmação – tenta sustentar, na verdade – apregoando que seu único objetivo é promover um maior realismo orçamentário. Só que não aceita, em nenhum momento, as emendas que apresentamos para que ficasse claro que essa PEC não atingiria nem a saúde, nem a educação, nem a infraestrutura e nem a seguridade. Não aceitou nenhuma das emendas.

Segundo o raciocínio dos defensores dessa medida, ela não congela gastos reais com saúde e educação, apenas estabelece que, para aumentá-los, será uma condição absolutamente necessária a diminuição de gastos reais em outros itens do Orçamento. Ora, então, por que a PEC traz no seu bojo um artigo específico prevendo a redução dos atuais mínimos constitucionais de gastos com a saúde e educação? Eles não respondem. Na verdade, ela ataca, sim, a saúde e a educação. O silêncio do Governo quanto a esse questionamento é eloquente, e as tentativas de explicação para tal mostram incoerências bizarras, incoerências que fogem totalmente a qualquer argumento que possa provar que aquilo que nós estamos dizendo aqui não é a realidade.

Por tudo isso, as vozes dos movimentos sociais e das religiões precisam ser ouvidas urgentemente – e é o que faremos hoje aqui. Afinal, em nossa história, principalmente ao longo dos períodos mais tenebrosos, esses grupos sempre estiveram à frente da resistência aos mais variados e criativos golpes atestados no povo mais desfavorecido.

Hoje e agora, aqui na CDH, abrem-se, mais uma vez, espaços com a sociedade para dar voz aos que aqui estão representando a grande maioria do povo brasileiro, que não está silenciosa, pois está se manifestando em todas as cidades do País contra essa PEC 55. Para descobrir esse véu de hipocrisia é que está sendo desdobrado, está sendo discutida em todo o País a insídia, a tocaia, a emboscada, a cilada dominante na PEC 55.

Vamos, então, formatar a Mesa e o debate, já que a introdução para situar... Todos que estão nos assistindo pela TV Senado, ouvindo pela Rádio Senado e pela internet, nas redes sociais, já sabem o motivo desta audiência.

Convido de imediato: Ronald Ferreira, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Seja bem-vindo, Ronald! (*Palmas.*)

Convido Wilson Barboza da Silva, Pastor da Assembleia de Deus de Liberdade e Vida, Conselheiro Tutelar, representando a Aliança de Negros e Negras Evangélicas do Brasil no Distrito Federal. (*Palmas.*)

Convido Tatiane Duarte, representante da Rede Ecumênica da Juventude. (Palmas.) (*Palmas.*)

Convido Geniberto Paiva Campos, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (*Palmas.*)

Na segunda Mesa, só para situar todos, teremos a Mãe Baiana Adna Santos de Araújo, Presidente do Ilê Oya Bagan, comendadora representante das Religiões de Matriz Africana e coordenadora de Proteção de Patrimônio Afro-Brasileiro na Fundação Cultural Palmares.

Teremos, só para citar, agora, na segunda Mesa, o Monge Sato, representante das Religiões Orientais.

Teremos também na segunda Mesa Dom Mauricio Andrade, Bispo da Igreja Episcopal Anglicana de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Teremos a Cacique Márcia, do Santuário de Pajés Tapuia – Etnia Guanabara da Reserva Indígena Bananal Noroeste.

E teremos também a Losangelis Gregório, representante da Federação Espírita do Distrito Federal e Diretora de Assistência e Promoção Social Espírita.

Queremos também registrar a presença conosco do líder Vagner, que terá direito também à palavra. É de Chapecó. Acho que neste momento não há como, Vagner, nós não falarmos aqui, nem que seja por um minuto, sobre esta situação. E digo situação porque eu não considero que aquilo tenha sido uma catástrofe, um mero acidente; aquilo, para mim, foi um crime coletivo, porque todos nós sabemos que a avareza do capital não tem limite. Todas as informações que chegaram, inclusive a esta Comissão, ao Brasil todo e ao mundo mostram que foi por economia de combustível. Simplesmente por causa de US$5 mil em combustível não fizeram a programação adequada. E não é a primeira vez, segundo as denúncias que chegaram, que esse avião cometeu esse tipo de crime contra a humanidade. Claro que os responsáveis terão que ser punidos.

Eu gosto de futebol, acompanho futebol, e vi aqueles jovens lutadores, vencedores, e toda a equipe, independentemente da idade, a equipe técnica, enfim, todo o comando, que tornaram um sonho realidade, de Chapecó para o mundo, de repente, terem os seus sonhos exterminados, eu diria que por um crime não hediondo, mas por um crime hediondo, pela gravidade do que aconteceu. Isso mostra o quanto, como eu chamo, os princípios humanitários começam a desaparecer na política e nas relações principalmente entre os detentores do poder.

Isso aconteceu lá e aconteceu no Rio Grande do Sul. Eu também vinculo a Boate Kiss, em que 252 jovens perderam a vida porque o dono daquele estabelecimento os colocou dentro de um forno onde só havia uma porta de entrada e saída. Quando houve o incêndio, os seguranças ainda queriam o comprovante do pagamento. Aí, criaram obstáculo na saída.

Poderíamos lembrar aqui o que aconteceu domingo mesmo, na Califórnia, onde, em evento semelhante a esse, 50 pessoas morreram queimadas; poderíamos lembrar o helicóptero em São Paulo. É demais, é muita coisa, tudo recentemente.

A tal prevenção, que tem que estar em primeiro lugar, não existe; existe somente o interesse de lucro pelo lucro. É só ver também, permitam-me, o número de projetos que existem aqui no Congresso. Eu estou presidindo aqui, e estou preocupado, porque, numa Comissão daqui, às 9h – eu iria às 9h, mas a minha assessoria estará lá e, se precisar, vou correr lá –, poderão votar um projeto que diz que o trabalho vai ser pago por hora, e acabou. Calcule: você ficar em casa esperando alguém chamar e lhe pagarem dez horas, ou três horas, ou cinco horas, e o mandarem embora de novo, trabalho intermitente – o nome é bonito. Está para ser aprovado aqui dentro.

E há outro que está para ser aprovado, hoje ainda, na CCJ que acaba com a NR-12. O que é a NR-12? Quando eu falo o nome, ninguém sabe o que é. Diz que as máquinas não precisarão mais ter proteção para evitar acidente no trabalho. Vejam bem! Quer dizer, perder braço, perder mão, perder perna, perder cabeça é natural; interessa é a produção, aumentar a produção de cada máquina, sem a exigência das normas que estão na NR-12. Vejam o absurdo a que nós chegamos neste País!

Por isso esta reunião tem tudo a ver, porque vamos falar sobre a situação dos movimentos sociais e tudo o que vem acontecendo, inclusive no aspecto da própria democracia. Estamos num país em que três Presidentes foram depostos, nestes – como eu dizia antes, na abertura, vocês não haviam chegado – oito meses: a Presidente da República, legitimamente eleita, queiramos ou não, sem entrar no mérito; o Presidente da Câmara dos Deputados, que foi deposto; o Presidente do Senado, deposto.

Perguntaram-me ontem: "Quem é o Presidente do Senado?" Eu disse: não sei; pergunte ao Supremo Tribunal Federal. Pode ser que ele saiba. Eu não sei. Havia uma liminar. Com a liminar, não foi encaminhada aqui a intimação para comunicar, até agora não foi; não houve entendimento e não foi. Então, o Supremo vai se reunir às pressas hoje à tarde para ver o que fazer.

Digo isso para vermos a lambança que virou este País. E falo tudo isso com a maior tranquilidade. Escrevi um artigo em março do ano passado, dizendo: frente ao impasse que está se criando, a saída não é um *impeachment*. Se querem, de fato, fazer uma mudança, então, vamos para as eleições diretas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E propunha que fosse no fim do ano. Seria o melhor caminho ainda. Não que eu gostasse daquilo, mas, se não havia jeito, o jeito era esse, para evitar tudo o que está acontecendo. Tentamos, apresentamos a PEC aqui, com assinatura de trinta e poucos Senadores. Não se viabilizou. Preferiram o caminho do *impeachment*, que, na verdade, foi um golpe parlamentar,... (*Palmas.*)

... e deu no que deu. Deram um golpe parlamentar.

Então, eles são culpados por tudo o que está acontecendo, quem deu esse golpe parlamentar. Todo mundo sabe quem é que está dirigindo o País. Não é de graça que cada dia há um ministro deposto, ou, no mínimo, um ministro denunciado, que vai ter que responder à Polícia Federal, principalmente do chamado Núcleo Central do Governo.

Nós estamos vivendo esta situação difícil, muito, muito complexa, muito delicada. Eu, que tenho um pouco mais de idade, e sinto que outros aqui também têm essa idade, sei como isso começa e onde termina; sabemos bem. Nós vivemos o golpe de 64, nós sabemos como começou, quais argumentos foram usados e no que terminou.

Então, nós estamos aqui hoje, e por isso cumprimento todos vocês, para defender a democracia, a liberdade, a igualdade, a justiça, os direitos humanos.

Por isso mesmo, agora, na abertura – vou passar a palavra de imediato aos convidados –, eu queria dar uma salva de palmas a vocês, porque esta audiência é iniciativa de vocês. Eu só estou aqui presidindo porque fui convocado por vocês pela importância do tema. Então, uma salva de palmas a vocês que estão aqui e foram os proponentes deste momento. (*Palmas.*)

De mediato, passo a palavra ao Dr. Ronaldo Ferreira, Presidente do Conselho Nacional de Saúde.

Cada um terá dez minutos, e serão duas Mesas.

O SR. RONALD FERREIRA – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos!

Cumprimento o Geniberto, o Wilson, a Tatiane, todos os demais membros participantes desta audiência pública.

Para o Conselho Nacional de Saúde, estar aqui, diante da mais diversa representação das religiões no Brasil, não é um acaso, não é mera coincidência; é principalmente pelo objeto central deste espaço que a democracia do Brasil criou, que é o espaço da participação da comunidade, que tem como elemento central, como estrutura central a defesa vida. Em todas as civilizações, em todas as organizações sociais do Planeta, o que se aglutina em torno das mais diferentes crenças e fés é a defesa da vida, é a defesa do combate à morte, ao sofrimento. E não é à toa que o Conselho Nacional de Saúde vem aqui também, neste momento de discussão a respeito das injustiças e do papel dos diferentes atores sociais, diante do enfrentamento dessa construção, dessa construção humana que é o sofrimento, que é a injustiça.

Senador, queria dizer que também sou de Chapecó, meus pais estão lá, criei-me em Chapecó. E compartilhei com minha família e acredito que com todos os brasileiros uma dor indescritível – uma dor indescritível! –, que hoje pode configurar, pode ser desenhada, como o Senador trouxe aqui, nas opções possíveis de se tomar, de se contratar na sociedade. Qual é o resultado dessas opções? Acho que está mais didático para se apresentar para a sociedade o que significa essa PEC 55, o que significa o corte de gastos, de investimentos onde não pode e não há condições, porque, ao fim e ao cabo, o resultado é sofrimento, é morte, não só do ponto de vista orgânico, mas a morte da cultura, a morte da Nação brasileira, porque não é só a saúde que está sendo atacada; é o corpo da Nação brasileira que está sendo atacado, para colocar o conjunto dos recursos, fruto do trabalho do povo brasileiro, para servir à ganância, para servir à especulação financeira, para servir ao rentismo.

Então, estar aqui, hoje, representando o Conselho Nacional de Saúde, dialogando com as diferentes religiões, tem um significado muito grande, porque o que nós conquistamos, o que nós contratamos e está sendo sistematicamente rompido está atacando uma das principais conquistas do povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A Constituição de 1988 trouxe importantes avanços civilizacionais para o Brasil, entre eles, o principal e o que mais está sendo atacado é a democracia, o Estado democrático de direito, mas não só o Estado democrático de direito.

Na Constituição de 1988, com um protagonismo importante das religiões, que foram fundamentais, nós contratamos a principal reforma do Estado brasileiro. Nós colocamos na Constituição talvez a única reforma do Estado brasileiro, que foi a reforma sanitária. A reforma urbana nós não conseguimos; a reforma tributária nós não conseguimos; a reforma agrária nós não conseguimos; a reforma da educação nós não contratamos; mas contratamos, na Constituição de 1988, graças à mobilização, uma lógica diferenciada para tratar da vida, para tratar da saúde, para tratar do sofrimento do povo brasileiro, elevando a saúde de uma mera mercadoria para um direito de cidadania. É isso que nós contratamos na Constituição, tendo como elemento central a potência, a força que a defesa da vida tem de mobilizar amplos setores da sociedade em torno de um programa, em torno de uma plataforma, que foi a plataforma que nós escrevemos e contratamos na Constituição de 1988. E a Constituição, justamente na questão central, na questão mais cara para os movimentos sociais, está sendo alterada, rasgada com a PEC 55, com a alteração do art. 198, que diz respeito a como vai ser garantido o financiamento desse direito.

Neste momento, é importante trazer o posicionamento das quase cem organizações nacionais que têm assento no Conselho Nacional de Saúde, que têm feito inúmeras manifestações. Inclusive, hoje, estamos concentrados, Senador, na Catedral, de onde vamos fazer uma marcha com esse conjunto de organizações na defesa da saúde, da democracia e da seguridade social. (*Palmas.*)

Inclusive, convido o Senador. Nós vamos nos concentrar aqui na frente do Congresso Nacional às 12h, 12h30, em marcha. Estamos trazendo 27 caixões com a bandeira dos 27 Estados, porque não temos dúvida de que esta mudança é a PEC da morte. O resultado objetivo e material já apresentado em inúmeros estudos – não temos nenhuma dúvida – é mais sofrimento, é menos assistência, é menos presença do Estado, o que pode ser traduzido em menos Samu, em menos Saúde da Família, em menos assistência farmacêutica, em menos programas de saúde mental, ou seja, uma série de conquistas que o povo brasileiro acumulou ao longo dos últimos anos está seriamente ameaçada.

Nós buscamos construir, no Conselho Nacional de Saúde, apostando na democracia, instrumentos para ocupar todos os espaços: este espaço do Legislativo, o espaço das ruas, mas também o espaço institucional que nós, ao criarmos esse sistema de saúde... Aí um convite a todas as organizações religiosas que fazem parte desta audiência pública e aos que nos ouvem para, além de ocupar esses espaços, fazer valer o que ainda está em vigor, que é a estrutura do Sistema Único de Saúde que nós contratamos, que, além da universalidade, da integralidade, dos princípios e diretrizes assistenciais, também colocou de forma legal princípios administrativos e gerenciais.

Dentre os aspectos administrativos e gerenciais, nós conquistamos a democracia participava, a possibilidade concreta de o povo participar com poder de deliberar, que são os espaços dos conselhos e das conferências, em que podemos mobilizar a sociedade. E foi, ao fim e ao cabo, quem conseguiu dar sustentação a essa reforma do Estado brasileiro. E, mesmo com esses jogadores que veem o lucro nas planilhas Excel da taxa de retorno aos seus investimentos, mesmo assim, conseguimos avançar, conseguimos ter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALD FERREIRA – ... com todas as dificuldades o maior sistema de saúde do Planeta.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Saúde convida todos para o processo de utilizar a possibilidade de participação da comunidade através de duas conferências que nós convocamos para este período até o final de 2017. É a II Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, que, depois de 30 anos, vai buscar mobilizar a energia, a força das mulheres, da luta pelos direitos das mulheres. Sempre, em todos os cantos do Planeta, os direitos das mulheres estiveram associados ao avanço civilizatório. Foi exatamente essa contribuição que, há 30 anos, a I Conferência deu no processo de contratar na Constituição o Sistema Único de Saúde. Vamos fazer a II Conferência em agosto de 2017. E vamos realizar também, como o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALD FERREIRA – ... Senador – e concluindo – colocou aqui, a questão da necessidade da proteção, entendendo que proteção e promoção nós contratamos em 1988 como um elemento constituinte do direito à saúde. No entanto, está construída na sociedade a lógica de que o acesso à assistência é o direito; agora, com a proteção, não está incorporado no sentimento do povo que a proteção faz parte do direito à cidadania e à saúde. E não no sentido de proteção de segurança pública, policial; proteção no sentido de vigilância, vigilância aos riscos, aos possíveis agravos.

Por isso, convocamos também – e é importante a participação, pois podem jogar um papel decisivo as organizações religiosas nesta conferência – a I Conferência Nacional de Vigilância em Saúde, que vai acontecer em novembro de 2017, mas o processo da conferência já se iniciou através das ações dos Conselhos Municipais nos Municípios, das diferentes entidades. Esperamos que, para poder, de fato, discutir aquilo que impacta na vida de cada cidadão o processo das injustiças sociais, possamos enfrentar com proposição, com mobilização política e com formação de uma frente, a mais ampla possível, de agentes políticos e sociais, que possam não permitir que a escuridão se abata novamente ou que venham a trazer aqui longas décadas de escuridão.

O desafio que nós temos colocado em vários espaços para todos os brasileiros é o desafio que um poeta cearense falou a respeito de elogiar a juventude que está resistindo, ocupando as escolas. Ele apontou e adjetivou essa juventude como acendedores do amanhecer. E cito um grande brasileiro, baiano, Castro Alves, que dizia:

Toda noite – tem auroras,

Raios – toda escuridão,

Moços, creiamos, não tarda

A aurora da redenção.

Sejamos todos nós acendedores do amanhecer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Cumprimento Ronald Ferreira, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), pela sua fala aqui, que abriu este painel, com muito conteúdo e muito sentimento – percebi na sua voz e na forma como terminou, com a poesia do grande Castro Alves. Eu, que sou baiano por adoção, pois recebi o título de cidadão baiano, me senti contemplado. Casualmente, lá, eu encerrei a minha fala também citando um outro poema do grande Castro Alves, o Poeta dos Escravos, muito bem lembrado neste momento, porque, se bobear, este Congresso aqui é capaz de revogar a Lei Áurea, sendo que nós, muitas vezes, contestamos a forma como foi feita.

O SR. RONALD FERREIRA – Houve uns cidadãos no Rio de Janeiro que pediram indenização aos senhores que tiveram seus escravos libertos – agora!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim. A que ponto chegamos.

Vamos lá. Primeiro, os cumprimentos pela sua fala. Permita só que eu diga isto que eu até usei no debate do plenário: segundo a ONU, nós seremos 21 milhões de brasileiros a mais nos próximos 14 anos – só 14, não pegou nem 20. Então, vamos só olhar a saúde, de que você falou. Como, com o mesmo orçamento, que já está ruim hoje, será daqui a 14 anos, com 20 milhões de pessoas a mais precisando de atendimento de saúde? E ainda há mais isto: considerando que a expectativa de vida nossa aumenta, então, seremos 30 milhões a mais com o mesmo orçamento, uma conta que não fecha.

O SR. RONALD FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Fora a inflação da saúde que é muito superior...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele ainda lembra que a inflação da saúde é muito superior que a inflação anunciada pelo INPC.

Agora, registro a presença da Profª Pastora Wal, Coordenadora do Coletivo de Mulheres das Organizações Religiosas do DF. Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Passo a palavra para Wilson Barboza da Silva, Pastor da Assembleia de Deus Liberdade e Vida, Conselheiro Tutelar, representando também a Aliança de Negros e Negras Evangélicos do Brasil e do DF.

O SR. WILSON BARBOZA DA SILVA – Bom dia.

Cumprimento o Exmo Sr. Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão de tamanha importância para todos nós cidadãos – talvez seja a Comissão mais cidadã.

Eu me permito fazer só uma pequena correção. Eu não sou Conselheiro Tutelar, embora um título desse me honrasse bastante. Eu sou Conselheiro do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro do Distrito Federal – também me honra o título.

No início da minha fala aqui, eu quero invocar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero só dizer que, como aqui veio "conselheiro tutelar", como é que fazemos? Eu vou submeter ao Plenário, pois eu não admito erro: vamos demitir ou não vamos demitir? (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

Não. Foram salvos pela assembleia. Disseram que não, que isso acontece.

O SR. WILSON BARBOZA DA SILVA – Se me pagassem o salário, eu aceitaria o cargo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para descontrair. Vamos lá. A palavra está com você.

O SR. WILSON BARBOZA DA SILVA – Está certo.

Eu quero cumprimentar os demais companheiros de Mesa que me dão a honra de confabular com eles e também os que estão colocados aqui na plateia, estendendo ainda a minha saudação aos que estão a distância, conversando conosco e inclusive enviando perguntas – creio eu que isso acontecerá.

Eu quero invocar, primeiramente, o texto muito conhecido de Levíticos 19, versículo 18, que é reiterado ao longo da Bíblia, que diz: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo", e, sobre esse versículo, sobre essa afirmação, tecer a seguinte consideração: esse versículo, que é praticamente uma proclamação da alteridade, ou seja, eu me colocar na posição da outra pessoa para poder formular os meus pensamentos, é alguma coisa que claramente está sendo negada nesse processo que estamos discutindo aqui. Eu diria até que, por exemplo, quando eu me regozijo porque uma taxa de mortalidade cai, porque qualquer índice negativo decresce, eu tenho que entender o seguinte: eu ainda não amei o meu próximo como a mim mesmo, na medida em que eu não me fraciono, eu não me vejo como fração de nada. Eu sou 100% de mim mesmo, e essa é a forma como, até para sobreviver, eu tenho que me enxergar. Eu não posso me contentar se o índice cai e o próximo que vai morrer sou eu, e, não, eu vou escapar, eu vou tentar escapar. Se eu penso assim, eu não posso olhar para o meu semelhante como fração de um grande número, mesmo que seja uma fração que eu queira ter como desprezível – porque aquela pessoa que está para morrer, ainda que outros vivam, é 100% de si mesma, e é dessa forma que eu devo enxergá-la. (*Palmas.*)

Obrigado.

Então, se eu tenho agora a vontade de exultar com a grande vontade do Governo de fazer um grande trabalho sobre alguma coisa – eu não estou, neste caso, mas, se eu fosse fazer isso, eu teria que primeiro olhar essas contas –, eu estou tratando, realmente, cada ser humano que compõe a Nação brasileira com essa alteridade? Eu estou me colocando realmente no lugar dessas pessoas? Creio que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

não.

Quando eu coloco um plano ortodoxo de 20 anos – um plano ortodoxo de 20 anos! – e eu raciocino da seguinte maneira: eu vou colocar isso na Constituição, nas disposições transitórias, e obrigar que os outros governantes sigam esses 20 anos aqui, se eu trabalhar assim, eu tenho que lembrar também que a justificativa para que o Fernando Henrique Cardoso fosse reeleito era que ninguém podia tocar o Plano Real, só ele. Era assim que se entendia, o argumento era esse. Ora, por que agora virou uma conveniência invertida: 20 anos e quem vier depois tem que fazer o que o Presidente Temer pensou? E, claro, quando terminarem esses 20 anos, ele nem lúcido deverá estar: ele estará com 90 anos ou mais que isso. Mas, tranquilo, vamos garantir que essa coisa se perpetue dessa maneira.

Eu vejo nessa questão dos 20 anos de congelamento que alguns estão se valendo da memória corrompida do brasileiro em relação à reposição de perdas pela inflação. Durante um bom tempo nós nos acostumamos com a inflação, a ponto de achar que correção era ganho. Nós levamos um tempo pensando isso. Quando a gente diz que se observará o exercício anterior, e aquela inflação corrigirá os valores a serem pensados para o exercício, a gente está dizendo o seguinte: crescimento nenhum, ganho nenhum, na verdade, houve apenas uma correção nominal da coisa.

Eu penso que – falando agora do ensino, que é a minha área – eu não estou vendo o crescimento populacional; eu não estou vendo, por exemplo, o crescimento inclusive com a vinda de pessoas de outros países na imigração, no refúgio; eu não estou percebendo isso. E é fato que até para não macular o pátrio poder, ou o poder familiar, como é o termo atual, eu devo entender que o pai não pode sequer pensar em não colocar o filho na escola. Ele tem uma responsabilidade, e eu penso que os conselhos tutelares são vigilantes com relação a isso. Entretanto, até isso, pelas minhas contas, fica limitado em relação ao investimento zero. O mundo pode crescer, o Brasil pode crescer, contanto que o gasto continue o mesmo. Um belo dia vai se justificar não colocar criança na escola. Um belo dia vai se justificar o Estado ou o Município não oferecer aquilo que a lei obriga que ele ofereça, ainda que, em algumas situações, em alguns níveis, não se obrigue que o pai mantenha o filho lá – no ensino médio, e tal –, mas o Estado tem que oferecer. Ele pode dizer: "Olha, não tenho mais condições. Fui limitado a esse valor aqui." Não entenderam que existe crescimento orgânico na população, na demografia, e também nos avanços tecnológicos. Nós agora vamos ficar parados na versão atual dos aplicativos. Ou seja, a tecnologia não pode avançar, a gente não pode seguir mais a tecnologia, porque implica aumentar gastos.

Eu penso que nós precisamos, pelo menos, enxergar que não foi nada benéfico, não foi benfazejo trabalhar apenas com correção. O investimento exige uma série... O investimento no ensino, como coisa que deve ser feita, exige uma série de preocupações, inclusive a questão dos direitos humanos mesmo. A gente não pode negar o crescimento ao povo, à pessoa, ao indivíduo, ao Município, nada disso. E é isso que vai acontecer. Toda vez que nós falamos em choque heterodoxo ou choque ortodoxo, toda vez que se fala em qualquer plano, o pensamento que vem depois é: não perder de vista o investimento na educação. Todo mundo sabe disso. Mas aqui vai... Nós realmente vamos decretar, se ninguém fizer nada, uma paralisação de 20 anos.

Eu penso que, quando nós tivemos, na Copa do Mundo de 1970, 90 milhões em ação – a gente cantava isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILSON BARBOZA DA SILVA – Em menos de 50 anos, quantos nós somos hoje? A gente tem que entender isso.

Então, as demandas do povo brasileiro não são só qualitativas, não. Essa questão é simples, simples: são quantitativas. As coisas crescem quantitativamente, mas nós estamos, então, condenados a não acompanhar nem quantidade nem qualidade de crescimento. Nós estamos condenados a isso. Eu penso que essa conta uma geração que não teve nenhuma culpa vai ter que pagar, a geração futura. E é o legado que eu, como cidadão, e também como formador de opinião, não gostaria de deixar para essa geração.

É o que nós tínhamos a considerar, acrescentando que é claro que qualquer um que tenha grande poder aquisitivo pode driblar tudo isso, todo esse problema. Realmente, mais uma vez, quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vai pagar a conta é quem não tem de onde sacar esse dinheiro.

(*Soa a campainha.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Wilson Barboza da Silva, Pastor da Assembleia de Deus Liberdade e Vida.

Eu já registro a presença conosco da nossa querida Senadora Regina Sousa – essa, eu diria, tem lado e tem compromisso com o povo brasileiro. (*Palmas.*)

Informam-me aqui que há uma articulação na Casa, espero que dê certo, para que a Comissão de Assuntos Sociais não tenha quórum, para não deliberar. Vejam bem, se deliberar, é tudo contra nós. Estão também tentando fazer com que a CCJ não tenha quórum, porque, se for deliberar, poderá votar aquilo que eu expliquei, da NR-12, quer dizer, que máquinas não precisam mais ter proteção, e pode-se enfiar a mão, o braço ali, como bem se entender. E estamos também torcendo para que a audiência no Supremo se estenda, para que não haja sessão no plenário do Senado, porque, se houver votação, podem saber que entra a discussão da PEC 55, aqui tão discutida, com conhecimento de causa, pelo nosso painelista e por este plenário.

Então, vamos dar uma salva de palmas para que não haja quórum. Vejam a que ponto nós chegamos! (*Palmas.*)

Estou falando ao vivo, aqui, para todo o Brasil: quero mais é que não dê quórum em nenhuma comissão e nem no plenário.

Tatiane Duarte, representante da Rede Ecumênica da Juventude.

A Senadora Regina usa a palavra no momento que entender mais adequado, e, se houver alguma votação urgente, um de nós corre lá e um fica aqui. Combinado, minha Senadora?

A SRª TATIANE DUARTE – Primeiramente, eu saúdo a Mesa, em nome das juventudes que estão não só aqui presentes e nos ouvindo, mas das juventudes que foram bombardeadas no último dia 29 aqui, no campo da Esplanada dos Ministérios, pela polícia do Governador do Distrito Federal – juventudes essas... (*Palmas.*)

... que não estão sendo bombardeadas só aqui, nem só no meu Estado, o Rio de Janeiro, mas em todo o País, nas ocupações das escolas e das universidades; bombardeadas em nome de um Estado de violência policial, de um Estado que, a cada dia, criminaliza mais as juventudes. Anos atrás, essas juventudes eram o futuro da Nação; pelo visto, hoje, nós, juventudes, somos algum tipo de estorvo para esse Governo.

Eu falo hoje em nome da Rede Ecumênica da Juventude, mas também sempre falo como antropóloga doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília e como feminista convicta que sou.

A Reju tem um papel muito importante no campo religioso, especialmente porque ela nasce no bojo do movimento ecumênico brasileiro, movimento esse historicamente comprometido com os direitos humanos e com a laicidade do Estado no nosso País.

Então, a Reju nasce nessa perspectiva de que as juventudes devem ser não só objeto de políticas públicas, mas protagonistas das políticas públicas, protagonistas na reivindicação dos seus direitos e de um melhor país para viver. É nessa perspectiva que o Fórum Ecumênico constitui a Reju.

Nós nos movimentamos desde 2007, sobretudo nos últimos anos, não só a partir das redes sociais, mas também de incidências públicas nas diversas localidades em que atuamos. E atuamos, de forma muito contrassensual, no campo religioso, marcado não apenas pela maioria cristã, mas pelo avanço de ideias conservadoras. É contra esse avanço que fazemos, de forma muito contínua, debates sobre sexualidade, lutas femininistas, intolerância religiosa, que assola um país que se diz plural e democrático, a questão da justiça socioambiental e especialmente o nosso posicionamento contra uma democracia que continua a ser capitalista, na qual a dignidade e a vida humana de nada valem.

Uma das principais incidências que a Reju faz, de forma sistemática, todos os anos, é a campanha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

"Eu Visto Branco pelo Fim da Intolerância Religiosa" na semana contra a intolerância religiosa, quando vestimos branco nas redes sociais para fazer repúdio à instrumentalização da fé religiosa para atacar quem quer que seja por conta de suas crenças. Todavia, sabemos que apenas vestir-se de branco em determinada semana e fazer o nosso repúdio e a nossa manifestação política não é suficiente. E não é suficiente por quê? Porque parece que temos, nesta Casa, representantes, Bancadas religiosas que vivem politicamente para exterminar minorias, exterminar diversidades que compõem esta Nação. (*Palmas*.)

É claro que essas pessoas estão legitimamente eleitas – não vamos impitimá-las, não é isso –, mas precisamos ocupar, de forma mais incisiva, o campo religioso brasileiro, porque essas pessoas falam em nome de Deus, falam em nome das suas religiões, das suas comunidades de fé para atacar terreiros, para atacar populações LGBT, para atacar nós mulheres.

Não precisamos nem falar quais são as temeridades que virão com a PEC 55, com a reforma do ensino médio, com o que se alcunha Escola sem Partido para nós da juventude. Isso é uma ameaça ao nosso direito de existir de forma plural, é uma ameaça à laicidade do Estado e à democracia, tão frágeis, apesar, sim, da atuação de setores religiosos para a constituição desses dois conceitos, mas precisamos fazer mais.

Já que a mesa é sobre injustiças e religiões, é preciso que nós, pessoas que manifestam, de alguma forma, algum tipo de sagrado ou não, estejamos convictos quanto a de que forma nós queremos atuar nesse espaço público. Porque o que nós vemos essas bancadas religiosas fazerem aqui no Congresso e também na sociedade é uma recusa à pluralidade, e nós estamos sendo omissos e coniventes.

Por que eu digo isso? Como antropóloga e como estudiosa do campo da religião e da política, é preciso que a gente retome o nosso compromisso com a democracia, com os direitos humanos, que a gente repovoe essa democracia e a política que está posta aqui no Congresso Nacional, também por esse Governo, sobre o qual nós da Reju já nos manifestamos, como ilegítimo.

Eu gosto muito de seguir a proposta da teóloga feminista Nancy Cardoso, que deu entrevista ao *site* do Conic, dizendo que é preciso que a gente pense na religião como um não agente de colonialidade e subalternidade entre nós. Já que a nossa laicidade é apenas um verniz, e ela fala como cristã – é importante a gente nomear, porque o cristianismo é maioria neste País –, que não sejamos agentes de desigualdades, agentes de violência, agentes de violações de direitos. É preciso que nós, pessoas religiosas, não só respiremos diversidade e pluriversalidade, mas que estejamos empenhados e empenhadas em fazer com que liberdade de expressão e laicidade não sejam conteúdos vazios.

As bancadas religiosas falam de laicidade e liberdade de expressão todo o tempo aqui, então, não são conceitos vazios. Como vivemos liberdade religiosa e democracia neste País, como pessoas que possuem fé? E, claro, numa democracia, no próprio conceito de laicidade, em que sabemos que foram criadas por um padrão de modernidade ocidental branca, europeia, heterossexual e, sobretudo, capitalista, capitalismo esse que avança sobre nossos corpos, especialmente sobre nós mulheres todos os dias? Então, como que a gente quer agir? Lá na Reju a gente gosta de dançar. Então, a gente está propondo: com quem a gente quer dançar? Qual dança a gente quer dançar? Como a gente vai atuar de forma efetiva, no espaço público, como pessoas religiosas?

É nesse sentido que nós fizemos uma carta do nosso encontro nacional repudiando todas essas medidas dos últimos seis meses que têm a perspectiva do desmonte do Estado democrático de direito e nos colocando na forma de contrassensual nesse campo religioso.

O ecumenismo que a gente professa também não é palavra vazia. Nós queremos dialogar entre pessoas da mesma fé, pessoas de fé diferente, pessoas que não têm fé, movimentos sociais, escolas, igrejas. Nós estamos indo às ocupações, nós nos manifestamos a favor das ocupações, porque nós não podemos permitir, como juventude, que uma PEC 55 acabe com o nosso futuro, o nosso e o de outras pessoas que não vão ter oportunidade, por exemplo, como eu, de ser a primeira doutora dentro de uma família, fruto de políticas públicas que foram efetivadas nos últimos anos. Então, é em nome dessa nossa radicalidade subversiva que hoje é criminalizada não só no Congresso, mas também nas ruas, que a gente prima, como pessoas religiosas, contra as intolerâncias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Não é em nosso nome que queimam terreiros. Não coloquem nossos nomes nas injustiças que também são patrocinadas pelas bancadas religiosas e por líderes religiosos neste País, porque nós queremos um Estado onde a laicidade não seja palavra vazia, seja conteúdo levado a sério pela sociedade.

Temos uma sociedade diversa, de todas as cores, de todas as identidades sexuais e de gênero, de todos os credos, de todas as etnias e é por isso que a gente também repudia essa instrumentalização da fé para dizer: "Eu tenho mais direito do que outra pessoa porque eu sou maioria religiosa dentro de uma sociedade." Então, em nome desse nosso desejo, expresso também que a nossa luta...

(*Soa a campainha.*)

A SRª TATIANE DUARTE – Não nos calarão. Podem jogar *spray* de pimenta, podem jogar bomba, podem ocupar, mandar a polícia invadir as nossas ocupações, porque a gente não vai se calar. (*Palmas.*)

As pessoas que foram mortas na ditadura militar e sumiram e seus corpos nunca foram encontrados não se calaram. A ditadura militar não calou a juventude, porque hoje eu estou aqui e várias pessoas que ocupam as ruas, as políticas e os diversos espaços – falamos também por essas pessoas. A gente sempre fala que, se a gente tombar nesse desmonte do Estado, outras pessoas falarão por nós. Isto é o que nos move: a certeza de que outras pessoas falarão com e por nós.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Tatiane Duarte. Muito bem. Ditadura nunca mais. Representante da Rede Ecumênica da Juventude.

De imediato, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), companheiro de longa jornada já – acho que os nossos cabelos brancos nos aproximaram, além das grandes causas –, Dr. Geniberto Paiva Campos.

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – Eu queria, primeiro, dizer da minha satisfação em estar aqui. Eu me sinto muito bem. Ontem, no consultório, um paciente me perguntou: "Mas, doutor, o senhor vai amanhã ao Senado? Vai naquela Casa?" Eu disse: vou, sim.

Eu acho que a gente tem que continuar fazendo política, Senador.

Eu queria saudar, então, essa sua teimosia, que eu acho que é fundamental, é coisa de gaúcho, coisa do pessoal do Sul.

Eu acho que fazer política agora é importante. A coisa que mais me dá satisfação aqui é ver que a gente não perdeu o bom humor. Eu acho que a gente tem que continuar acreditando, sorrindo, teimando para que a gente consiga voltar a fazer política. A coisa que, às vezes, mais me espanta quando eu ouço, por acaso, a TV Câmara e, às vezes, a TV Senado naquelas votações é uma voz em *off* que aparece: "Vamos votar, Sr. Presidente; vamos votar, Sr. Presidente." Quer dizer, não precisa de debate. Precisa, sim. A política – está certo – é o campo específico do debate. (*Palmas.*)

Eu fico realmente espantado com essa operação de desmonte, a maneira como ela foi feita, a maneira como esse grupo chegou ao poder sem um voto, sem nenhuma aprovação popular, sem nenhum escrutínio popular. E ele faz uma proposta que, na realidade, está tentando destruir o futuro – e não vai conseguir – para exatamente implantar aqui as coisas do passado. Isso a gente não pode aceitar.

Não precisa que nós nos tornemos também raivosos ou intolerantes, não se trata disso, mas o que me espanta, na realidade, é o seguinte: construções que levaram décadas, levaram séculos para serem feitas, isso querem desmontar porque eu tenho uma maioria dócil, uma maioria que vota em bloco na Câmara e no Senado, eu tenho o apoio da mídia, eu tenho o apoio do Judiciário, e, de repente, vai se construir um novo Brasil sem que o principal interessado, o povo brasileiro, possa ser ouvido.

Vou falar aqui muito rápido dizendo o seguinte: em relação à Igreja Católica e aos direitos sociais, eu acho que os católicos, nós todos cristãos, podemos nos orgulhar bastante de uma coisa, porque os direitos sociais são conquistas muito recentes, relativamente recentes, nas sociedades humanas. Após o estabelecimento da hegemonia do capitalismo, no final do século XIX – e talvez 1870 seja esse marco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

em que a hegemonia do capitalismo ficou mais evidente –, havia a necessidade de controlar, de definir melhor a relação capital e trabalho, e eu acho que é isso que a gente está tentando discutir hoje dessa maneira atabalhoada, dessa maneira questionável de se fazer.

Então, a Igreja Católica, através da *Encíclica Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, em 1891 – e é importante que a gente veja isso porque o livro *O Capital*, de Marx, entra mais ou menos no mesmo tempo –, foi sensível ao mostrar que essa relação capital e trabalho tem que ser uma coisa em que o Estado, que é uma construção muito importante dos humanos, traga equilíbrio, e o que eles estão querendo é exatamente destruir isso. Então, essa coisa vem de longe. A *Rerum Novarum* tem mais de século e foi ela que deu exatamente os fundamentos para que houvesse aqui a doutrina social da Igreja, porque não pode haver a predominância da lei do mercado sobre o trabalho humano. Isso é uma coisa que está clara. Vários países hoje estão procurando fazer isso. As necessidades humanas, há algumas delas que não podem ser atendidas pelo mercado. Então é aí que é importante o papel do Estado.

Repito: eu fico muito contente de estar aqui, de poder está discutindo com todas as pessoas. E uma coisa que é importante a gente lembrar é que no Brasil a relação entre capital e trabalho é uma coisa recente, não tem um século – não tem um século. Então, essas coisas, eu digo, foram construídas ao longo de um tempo. As leis sociais no Brasil aparecem mais ou menos nas décadas de 20 e 30, com a Lei Eloy Chaves. Quer dizer, é uma coisa que veio em um crescendo. E lembrar que nós chegamos na redemocratização na Constituição de 1988, com muita generosidade.

Como falou Ronald, que é o Presidente do Conselho Nacional de Saúde, talvez o programa social que mais tenha tido êxito seja exatamente o Sistema Único de Saúde. Não é fácil – e a gente sabe disso – a gente garantir saúde para todos em uma hora em que a medicina, a assistência social, a assistência à saúde e a assistência médica tiveram avanços tão significativos, porque a transferência do conhecimento científico, a transferência da tecnologia para a prática médica é hoje uma coisa que a gente praticamente não esperava. Então, é isso que eles querem destruir.

Eu lembro aqui o que eu chamei de o réquiem para o SUS. Um colega nosso, médico, em maio de 2016, falou isso. O Dr. Drauzio Varella disse o seguinte, já querendo criar uma ideologia antiSUS, talvez até sem perceber: "Políticas públicas destinadas exclusivamente aos mais pobres estão fadadas ao fracasso." É isso mesmo? Eu tenho dúvidas. "Está na hora" – continua ele – "de deixarmos de lado a hipocrisia utópica e o estrabismo ideológico de antigamente." Então, você coloca dois estigmas, para mim, chocantes. Quer dizer, é impossível cuidar dos pobres, porque você não pode dar tudo para todas as pessoas. Isso eu acho que é um sofisma. E como ele coloca: deixar de lado a hipocrisia utópica e o estrabismo ideológico de antigamente, como se cuidar de pobres, cuidar de necessitados fosse alguma coisa impossível de ser alcançada.

Eu queria lembrar também que, na construção do SUS, há uma coisa chamada de cientista de Manguinhos, e é importante que a gente possa perceber isso. Esse povo foi extremamente importante na consciência social da problemática da saúde. Você não pode fazer saúde hoje apenas em hospital. A saúde hoje não é direcionada apenas aos doentes. Ela é direcionada a todas as pessoas, desde o nascimento até a sua curva biológica normal. Então, a gente tem que entender, não pode aceitar isso.

Eu digo, Senador, que a coisa que mais me choca nessa situação é o seguinte: eu era estudante de Medicina, em 1964, fui preso, era um perigosíssimo agente da Igreja Católica para mudar o mundo – confesso que eu queria mudar o mundo para anteontem, se possível, para ontem, mas nunca pela violência, nunca para fazer isso. (*Palmas.*)

E eu paguei um preço muito alto e que nunca cobrei. Eu nunca fui à Comissão de Anistia cobrar isso, porque aquilo para mim não pode ser traduzido. É uma questão muito pessoal que eu coloco. Mas digo a vocês que tenho um orgulho muito grande porque acho que aqui nós somos incansáveis. Eu vejo na mesa a minha companheira, estudante de pós-graduação da UnB, um local onde eu fui professor durante muito tempo. E fico muito animado porque, na realidade, o que esses garotos fizeram agora, os estudantes secundaristas e universitários, foi uma lição para a gente. (*Palmas.*)

A gente ficou muito cheio de perplexidade, sem saber praticamente o que fazer. Realmente, eu confesso que não esperava nunca que este Governo, que assumiu de maneira ilegítima, tivesse a pressa – se vocês me permitem a expressão –, a cara de pau de propor uma reforma dessa intensidade sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nenhuma consulta popular, como se a gente estivesse prescindindo de eleição. (*Palmas.*)

E uma coisa que também me espanta, e aqui eu concluo, é que é como se a gente estivesse voltando ao auge da guerra fria, quando o pessoal dizia: "Não há fronteiras políticas, há fronteiras ideológicas". Isso não é verdade! Stalin errou nisso logo após as vitórias da Segunda Guerra, ocupando o país. E os Estados Unidos erram ao dizer: " Existe um mundo livre. Existe uma cortina de ferro." Tudo coisa midiática, como é aqui.

É bom lembrar que essa operação Lava Jato, que usa delação premiada... A delação premiada, se a gente procurar na história, está lá atrás, na União Soviética, na época do stalinismo, quando se fazia exatamente essa coisa. É só procurar nos livros da Hannah Arendt que está tudo lá. A gente está retomando uma coisa, e eu confesso a vocês que eu fico perplexo com isso.

Então, eu digo a vocês: "Há fronteiras políticas, sim". A gente não pode entregar. Não é só desmontar a área social. É entregar o País a um outro país, como se a gente dissesse: "Não, as fronteiras ideológicas predominam." Não é verdade. Eu digo a vocês, e não quero ser profeta, porque eu sou apenas um cardiologista, mas eu digo que os Estados Unidos estão mudando, vão mudar, porque todas as lambanças que eles fizeram desde a Segunda Guerra, invadindo o Irã, a Coreia – é uma festa! –, Cuba, eles não acertaram praticamente em nada. Esse país, os Estados Unidos, que a gente admira como nação, como país, está mudando e vai mudar, e não é só a eleição do Donald Trump.

Eu agradeço por poder estar aqui dialogando com vocês. É uma grande satisfação dizer: eles não vão fazer com que a gente perca o bom humor, a capacidade de enxergar as coisas. E vamos trabalhar pelo futuro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Geniberto Paiva Campos. Parabéns pela sua fala, encerrando esta Mesa. Fala com muita clareza sobre tudo que está acontecendo, lembrando um pouco da sua caminhada, sempre no combate ao arbítrio, à força, à truculência, aos ditadores, dizendo que este Governo lembra muito também uma postura ditatorial pela forma como está encaminhando os projetos para esta Casa, sem nenhum debate com a sociedade. Obrigado, Dr. Geniberto Paiva Campos, que falou em nome da CNBB.

Eu pediria aos meus convidados desta Mesa – a não ser a Senadora, que deve ficar aqui – que retornassem para a primeira fila para podermos depois suscitar o debate.

Vou convidar a segunda Mesa: Monge Sato, representante das religiões orientais... (*Palmas.*)

A Senadora, como sempre, na sua simplicidade, elegância e diplomacia, disse: "Olha, como somos cinco, eu volto para a primeira fila." Uma salva de palmas para a nossa Senadora Regina Sousa. (*Palmas.*)

Dom Maurício Andrade, Bispo da Igreja Episcopal Anglicana de Brasília.

Bem-vindo! (*Palmas.*)

Cacique Márcia, Santuário dos Pajés Tapuia – Etnia Guanabara da reserva indígena Bananal Noroeste. (*Pausa.*)

Não sei se encontra.

Não!

Losangelis Gregório, representante da Federação Espírita do DF, Diretora de Assistência e Promoção Social Espírita. (*Palmas.*)

Mãe Baiana Adna Santos de Araújo, Presidente do Ilê Oya Bagan, comendadora representante das religiões de matriz africana e coordenadora de Proteção de Patrimônio Afro-Brasileiro na Fundação Cultural Palmares.

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu, mais uma vez, agradeço à Senadora Regina, que cedeu espaço aqui na mesa, mas poderia sempre ficar aqui na mesa – eu sou o Presidente, e você é a Presidenta. (*Palmas.*)

Conosco, aqui, a mulher sempre será lembrada com muita diplomacia. E, com a honraria que merece, a nossa Senadora.

Eu vou seguir a lista aqui. Pela lista, Mãe Baiana Adna Santos de Araújo. Você é a primeira convidada a usar a palavra. São dez minutos para cada convidado.

A SRª MÃE BAIANA ADNA SANTOS DE ARAÚJO – Em primeiro lugar, bom dia a todos, em nome do Ilê Axé Oya Bagan e em nome da Fundação Cultural Palmares, instituição em que eu ocupo um cargo.

Quero agradecer a esta Mesa, quero agradecer ao nosso Senador Paulo Paim por dar oportunidade para a gente estar se expressando e falando das dores – onde dói, onde está doendo, onde foi que apertaram – e da solução que a gente possa tomar.

Eu mudei: eu iria fazer uma fala, mas recebi uma denúncia agora de manhã, quando eu estava saindo para vir para cá. Então, eu resolvi colocar um videozinho que nós fizemos para denunciar também os maus-tratos à nossa religiosidade – às religiões das comunidades tradicionais de matriz africana –, a perseguição, a intolerância religiosa. Eu gostaria que nós pudéssemos prestar a atenção nesse vídeo que vamos passar agora, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

A SRª MÃE BAIANA ADNA SANTOS DE ARAÚJO – Gostaria, como vi que há representante da CNBB... Recebi agora de manhã documento em defesa do Pe. Bezerra. Esse padre está sofrendo perseguição na paróquia de Itaquera. Não sei onde é, não conheço o padre, mas me senti no direito e me sinto com essa responsabilidade, como religiosa que sou, de não deixar passar, porque tenho visto o que o nosso povo tem passado, o que as religiões de matrizes africanas têm passado. Acho que o vento que venta lá venta cá, o pau que dá em Chico dá em Francisco, e a dor que dá em você dá em mim, afinal de contas, nós somos irmãos. A frase que me chamou a atenção aqui, nesse documento, foi: amor ao próximo. Então, quero depois passar para o senhor dar uma olhada. É uma petição. Acho que temos que ver o que está acontecendo com o nosso padre.

Quero falar também sobre a saúde dos terreiros. As comunidades tradicionais de matriz africana têm um trabalho social muito grande dentro das suas casas. A gente, às vezes, fica olhando e não entende por que tanta perseguição, por que se persegue tanto uma comunidade que trabalha, um povo que está preocupado com os arredores de onde mora, com o povo – as crianças, os jovens, os adolescentes que estão ao redor dos terreiros –, que acolhe aquela comunidade, acolhe os pais, as mães, quando chegam correndo, quando chegam sofrendo porque há uma mãezinha na noite, parindo, porque há alguém, uma criança com a perna quebrada ou um braço quebrado porque caiu, que não tem um caderno, muitas vezes, para ir à escola, porque a mãe não pode dar. Esse povo todo bate na porta do terreiro. Às vezes não precisa ser da mesma religião, mas bate na porta do terreiro, sim. Por que tanta perseguição?

Precisamos, Senador, creio, de uma campanha. Creio que precisamos fazer uma campanha forte, todos nós juntos, movimentos sociais organizados. Na hora em que se precisa, esses movimentos estão lá, esses movimentos vão à luta, vão ajudar.

Nos terreiros, há tanta campanha bonita que se faz, tanto trabalho bonito, cursos de percussão gratuitos para os jovens, os adolescentes que estão na rua, que muitas vezes estudam de manhã e não têm o que fazer à tarde.

Vá a um terreiro. Aqui, nós temos próximo, por exemplo, o Terreiro da Mãe Dora. Ele fica no Jardim ABC, que não é Jardim ABC, é bem divisa com o DF. Lá tem um trabalho lindo. E ninguém vai à porta dela saber de que forma ela faz aquele trabalho. Como ela faz aquele trabalho? Quem o custeia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Ninguém. É incrível: ninguém.

Há uns meninos, um grupo aqui em Brasília chamado Os Filhos de Dona Maria – eu creio que todo mundo conhece, acabaram de ganhar um festival de samba –, que, com os instrumentos de percussão deles, colocam as crianças dos arredores, de igreja evangélica, de igreja católica, todas que eles acham lá no espaço do terreiro, ensinam a essas crianças percussão, tiram essas crianças da rua. As comunidades têm feito isso não só aqui, mas no Brasil inteiro, no Brasil todo: aula de corte e costura, manicure, cabeleireira. Os terreiros chamam as crianças, os jovens, os adolescentes, as mães, os pais e fazem algo que muitas vezes o Governo não dá conta, não alcança ou não sabe. Há projetos que colocam e, às vezes, até ganham, mas, quando um terreiro chega a ganhar um projeto para levar para dentro do espaço dele e fazer alguma coisa, é tanta exigência, é tanta coisa que muitas vezes nem quer mais, desiste. Outros, quando conseguem, demoram. Se se coloca um projeto hoje e ganha, só entra de novo daqui a cinco anos. Então, não há esse olhar, e é preciso ter, para as comunidades como um todo, para os direitos que os terreiros precisam ter, sem perseguição.

Dentro do DF hoje temos aproximadamente três mil casas de santo, e, às vezes, as pessoas falam: "Não, não sabemos se tem. Onde estão?" Estão, sim, escondidas porque têm medo: medo da perseguição, medo de colocarem fogo na sua casa, medo de toda essa transformação que têm sentido. No entorno, há aproximadamente cinco mil casas. A Fundação Cultural Palmares conseguiu fazer o mapeamento, vai começar agora o mapeamento das casas só do entorno, só do DF, porque, pela emenda que tem, não pode ir para o entorno, mas para a primeira, segunda, terceira e quarta etapa. Primeiro, será a cartografia, para começar a fazer as políticas públicas que as comunidades precisam. Então, tem muita casa escondida.

Muitos não dizem, mas quantos funcionários eu creio que estão aqui no Senado, são de terreiro e não têm coragem de se declarar, não têm coragem de dizer, porque têm medo da perseguição do chefe, têm medo da perseguição do diretor, têm medo da perseguição do colega que senta a seu lado na mesa, têm medo de tudo?

(*Soa a campainha.*)

A SRª MÃE BAIANA ADNA SANTOS DE ARAÚJO – Têm medo de botar uma roupa branca no dia de sexta-feira, e é o certo, porque representa a paz. Acabaram de ver esse pequeno vídeo que passou, no final, pedindo paz. As comunidades tradicionais de matrizes africanas estão pedindo paz, querem paz.

Estamos, neste momento, Senador, com uma polêmica sobre o abate de animal. As religiões milenares, há mais de mil anos, vêm com suas tradições. O culto Gelede é reconhecido e tombado pela Unesco. O Brasil conhece todo tombamento cultural. Por que persegue? O Iphan tem um inventário nacional de referências culturais de terreiros, e é do Distrito Federal. Quer dizer, o Brasil reconhece, mas, infelizmente, as pessoas se dão a esse prazer de perseguir.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MÃE BAIANA ADNA SANTOS DE ARAÚJO – ... se dão a esse prazer de perseguição e de perseguir. Então, creio que precisamos de uma campanha muito forte para que as pessoas possam chegar no momento e dizer: "Não, chega. Vamos parar com essa perseguição."

Quero também, Senador, ver se conseguimos trazer essa pauta para cá para discutirmos sobre o abate porque é uma pauta que está no STF, e a problemática é muito séria. Então, essa é uma polêmica, e eu gostaria que o senhor pudesse dar atenção também a essa pauta e talvez trazer uma pauta para o Senado.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Mãe Baiana Adna Santos de Araújo que, além de Presidente do Ilê Oya Bagan, é também Coordenadora de Proteção de Patrimônio Afro-Brasileiro na Fundação Cultural Palmares.

Vamos todos nos somar a esta campanha contra esse tipo de preconceito que é contra o rito, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

história, a caminhada das religiões de matriz africana, que, podem saber e ter certeza, o Rio Grande do Sul, segundo estudos que me passaram, é o Estado que tem mais centros de matriz africana, mais comunidades tradicionais.

Passamos a palavra, neste momento, ao representante das Religiões Orientais, Monge Sato.

O SR. MONGE SATO – Bom dia a todos e todas.

Muito obrigado pela oportunidade. Condenamos a intolerância e os preconceitos em todas as suas formas, denunciamos todo o ódio e rejeitamos fortemente a linguagem de exclusão e de segregação.

Antes de explicar sobre esse texto, queria prestar minha homenagem ao Senador Paulo Paim, que está aqui a meu lado. Eu o conheço há 30 anos. Acho que ele não me reconhece.

Reconhece?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acompanho a distância, o seu nome é conhecido.

O SR. MONGE SATO – Não, eu o conheci na fundação do seu Partido, eu o conheci na fundação da CUT, e ele sempre foi assim. Ele podia estar neste momento nos conchavos, conchavos do seu próprio Partido, do PT; ele podia estar em algum outro espaço democrático, como ele disse no começo da palestra. Ele está aqui conosco, acompanhando as organizações da sociedade civil.

Eu quero agradecer pessoalmente ao Paulo Paim porque ele me inspira o que vou falar agora. Por quê? Porque quando retornei a São Paulo do meu exílio, exílio da ditadura... E, no meu caso, um exílio muito especial, porque passei na Bahia quase oito anos, depois de ter sido expulso do Chile, no segundo golpe que recebi. O primeiro golpe no Brasil e, depois, no Chile, e, aí, fiquei na Bahia durante um bom tempo.

Retornando a São Paulo, eu embarquei diretamente naquela movimentação toda que representava, pelo menos para todos nós na época, o novo Brasil. E lá estava, Paim, por quê? E numa discussão até mais específica, porque sou economista e fui do Dieese, eu retornei a São Paulo porque ajudei a fundar o Dieese em sessenta e poucos – 1965, 1966, refundação do Dieese –, depois retornei nos anos 80. E, desde então, Paim é um defensor, não um defensor ideológico dos trabalhadores, mas um defensor de fato, defensor das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

Então, quando ele me fala hoje que ele está muito preocupado porque nesta caixa-preta que é o Congresso está-se discutindo cláusulas que prejudicam o trabalhador – por exemplo, coisas simples, eu nem sabia disto: tirar as grades que protegem as máquinas. Tirar as grades que protegem as máquinas? Para proteger as máquinas?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Tem um lá na CCJ hoje, esse debate.

O SR. MONGE SATO – Que absurdo, gente! Que absurdo! Proteger as máquinas para que os seres humanos percam os dedos, as mãos, os olhos, etc.? Como é que é possível isto? Mas ele está aqui conosco.

E o que eu li agora, gente, foi pronunciado pelo Donald Trump no dia 1º de dezembro deste ano. Primeira fala dele em comício: "Condenamos a intolerância e os preconceitos em todas as suas formas. Denunciamos todo o ódio e rejeitamos fortemente a linguagem de exclusão e de segregação" – Donald Trump, recém-eleito nos Estados Unidos. Ou seja, se ele diz isto, nós, que somos religiosos, temos mais obrigação ainda de levar em conta essas condições humanas. Mais do que nunca. Eu acho que esse encontro nosso é um encontro de fato, na forma e no espírito ecumênico. Porque estão várias religiões aqui, vários deuses: deuses brancos, deuses negros, deuses amarelos, deuses de toda cor... (*Palmas.*)

E como sou budista há 20 anos, eu, até por minha obrigação funcional, devia defender a paz, devia defender a justiça, devia defender a liberdade. Todos nós somos amantes e defensores, até por profissão, da paz, da liberdade e da justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mas o Paulo Paim me inspira para falar do espírito do capital. Eu vou falar sobre isto porque eu conheço a essência do capital, conheço o espírito do capital. Eu fui economista e marxista. Estudei profundamente o capital. Até a partir do ponto de vista da doutrina social da Igreja – não só através da análise admirável do Marx, mas a partir da doutrina social da Igreja. E capital é um mal. Capital é um mal. Se nós desenvolvemos o dinheiro como meio de troca, capital passou a ser o meio de acumulação. Acumulação de quê? Acumulação de riqueza, mas também de injustiça, mas também de diferença social. O dinheiro era meio de troca para facilitar a nossa vida, e capital passa a ser o mal, passa a ser o meio de acumulação. Acumulação de riquezas, mas também de desigualdades.

Isto tem que ser combatido. Isso tem que ser combatido, gente. Tudo bem, existem os capitalistas e os trabalhadores. Existem grandes capitalistas, existem meios capitalistas, os pequenos comerciantes, os grandes comerciantes. Mas o capital é o mal em si. O capital amplia seu espaço sempre. E ao que nós, pobres mortais sem poder, podemos recorrer é ao Estado. Esse Estado não pode ir na direção que está indo, que é a favor do capital. Temos que ser a favor dos direitos humanos, dos direitos sociais... (*Palmas.*)

E essa PEC, essa PEC, gente – PEC é até da linguagem de comércio internacional, significa especificação. PEC significa especificação. Ou seja, enquadrar todas as mercadorias numa medida que seja fácil empacotar. Isso que chama-se especificação no comércio internacional. E se usa PEC nisto que estamos combatendo: os tetos para saúde, para educação... e que mais?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Saúde, educação, assistência social, segurança, infraestrutura, tudo. Congela todos os investimentos.

O SR. MONGE SATO – Tudo o que se refere a direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Isto.

O SR. MONGE SATO – Tudo o que se refere a direitos sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Isto.

O SR. MONGE SATO – Como é possível isto, gente? Temos que defender a democracia, para preservar o espaço do Estado a favor dos direitos humanos, não a favor do capital. Capital, desculpe usar essa expressão, é o espírito do mal. Acúmulo de riqueza, de desigualdade, de ódio, de raiva, e assim por diante.

Nós não podemos derrubar esse capitalismo do jeito que nós queríamos algum tempo atrás. Temos que mudar o espírito do capital e, para isso, o Estado é importante para defender o que é humano ainda hoje: direitos humanos, direitos sociais.

Eu quero terminar, prestando, mais uma vez, minha homenagem pessoal ao Paulo Paim, que é uma das poucas pessoas, digamos, com quem contamos nesta Casa, que ainda é uma caixa-preta para muitos de nós. Apesar da redemocratização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MONGE SATO – ... apesar do aumento da nossa consciência, o Congresso continua uma caixa-preta, e o Paulo Paim é muito importante dentro desta caixa-preta.

Muito obrigado a todos vocês e ao Paulo também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito obrigado pelas considerações, Monge Sato, representante das religiões orientais.

Está aqui conosco a Senadora Regina Sousa, que, pode ter certeza, está na mesma trincheira que eu estou e que nós estamos. A Senadora Regina Sousa é uma referência também para todos nós.

Eu queria registrar a presença aqui do Artur Bueno de Camargo, Presidente da CNTA, que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

líder sindical também comprometido, a quem eu peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Está assistindo esta reunião, veio participar, mas também, ao mesmo tempo, vai participar, à tarde, às 15h, de uma reunião com o Presidente do Senado.

Eu digo com o Presidente do Senado. Se será – como disse hoje, pela manhã, virou editorial de um jornal –, se vai ser o Senador Jorge Viana ou o Senador Renan Calheiros, eu também não sei. Não me pergunte. Parece que o editorial do jornal diz isso, exatamente do jeito que eu estou dizendo aqui.

Porque ontem, dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos humanos, houve uma sessão de homenagem, aberta por mim, em que a gente ofertou um troféu a inúmeras pessoas que se destacaram nesta área. Todo ano a gente faz isso e, com certeza, pessoas que estão nesta sala, no próximo ano, provavelmente, estarão entre os homenageados.

Mas eu vejo com alegria a sua presença, Artur, e confirmo que hoje, às 15h, as centrais, as confederações estarão presentes para uma reunião com o Presidente do Senado, demonstrando todas as preocupações que estamos tendo aqui.

E quero aproveitar este momento. Eu sei que haverá hoje um grande ato aqui, mas uma comissão representando o ato poderia se fazer presente. Não muitos, porque senão vira uma assembleia, mas se puderem, duas, três lideranças, representando esse movimento que está aqui e que está fazendo ato hoje aqui na frente. Se puderem também estar às 15h com o Presidente do Senado, que é para falar sobre tudo isso que nós estamos falando aqui e também falar, Artur, sobre o que estão votando, desde a NR 12 – que você conhece muito bem, que é desmontar a máquina só para produzir e tirar toda a forma de proteção do trabalhador –, o negociado sobre o legislado, até praticamente acabar com o movimento sindical. Sabem também que estão com uma proposta aqui para que o movimento sindical não possa ter nenhuma contribuição. É isso o que estão propondo também. É querer desorganizar a organização dos trabalhadores de baixo para cima. Está aqui a PEC 55, enfim, e tudo isso nós vamos conversar com o Presidente do Senado às 15h.

Registro a presença também de Solange Vaz dos Santos, 1ª Vice-Presidente da Federação Espírita do DF; Monja Cris, do Templo Shin Budista Terra Pura de Brasília; Profª Pastora Val, que eu já havia citado, coordenadora do Coletivo de Mulheres das Organizações Religiosas do DF e também representantes da CNTTT (Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transportes Terrestres). Eu peço uma salva de palmas a todos que aqui citei. (*Palmas.*)

E passamos a palavra, neste momento, a Dom Mauricio Andrade.

Lembrando à Senadora Regina que ela usa a palavra no momento em que entender adequado.

Dom Mauricio Andrade, Bispo da Igreja Episcopal Anglicana de Brasília.

O SR. DOM MAURICIO ANDRADE – Bom dia a todos, é uma alegria muito grande estar aqui hoje participando desta Mesa. Saúdo a Senadora Regina Sousa e o Senador Paulo Paim, dizendo, Senador Paulo Paim, que, no tempo em que morei no Rio Grande do Sul – eu sou pernambucano, a gente pode sair de Pernambuco, mas Pernambuco não sai de dentro da gente –, morei dez anos em Porto Alegre, entre 1994 e 2004, tive o prazer de votar no senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço de público. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DOM MAURICIO ANDRADE – E nunca me decepcionei. Eu digo isso porque aqui em Brasília já votei em dois Senadores e estou totalmente arrependido. Uns cidadãos que falavam de... (*Palmas.*)

... trabalhadores, de projeto social, e hoje eu espero que não sejam mais eleitos nem para síndico de prédio, porque são traidores da classe trabalhadora, da classe estudantil e de todos os que lutam pela... Então, eu posso... Eu sou daqueles que não me esqueço em quem voto e já pude dizer isso umas vezes, encontrando ele no voo daqui para Porto Alegre, e digo, Senador, sempre me sinto orgulhoso de ter votado no senhor, lá em Porto Alegre.

Eu creio que este momento, este encontro aqui se envolve, se reveste de uma importante razão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

e a moldura dele, a moldura deste encontro está envolvida por este período desta semana, que é a semana do Dia Internacional dos Direitos Humanos, da Declaração Internacional dos Direitos Humanos e também, dentro do contexto dos 16 Dias de Ativismo, de luta contra a violência doméstica, contra a violência contra as mulheres. E a gente precisa incluir aí todo o tipo de violência: violência contra terreiros, violência contra pessoas do LGBT, contra todo tipo de violência.

Então, creio que esta semana seja uma semana muito oportuna para estarmos refletindo e conversando sobre religiões, contra as injustiças sociais. E aqui eu digo que, representando a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a comunhão anglicana, eu também represento, com toda a participação que tenho no movimento ecumênico, eu trago aqui comigo a representação do FE ACT, que é o Fórum Ecumênico Brasil, representado por várias instituições, igrejas, movimentos e organismos ecumênicos e, para nós, especialmente na comunhão anglicana, a questão de lutar contra a injustiça não é uma questão transversal, é uma questão de eixo, da missão de ser da Igreja.

Porque a Igreja, evidentemente, qualquer movimento religioso, tem que dizer... A gente tem que proclamar o que a gente crê, a gente tem que buscar novos adeptos. Mas, para além disso, a gente tem que lutar por transformar as estruturas injustas da sociedade.

E esse é um dos eixos de missão da Igreja Anglicana, lutar pela transformação das estruturas injustas da nossa sociedade, de onde estamos inseridos. E aí, como reagir a essa proposta, a essa emenda que está aí? Porque isso não é uma coisa normal. Realmente, não é uma coisa tão normal um país, para mudar uma política orçamentária, mexer na sua Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se me permite, nenhum país do mundo fez isso, congelar por 20 anos via Constituição.

O SR. DOM MAURICIO ANDRADE – Via Constituição! Quer dizer, nós estamos fazendo algo, presenciando algo que vai de encontro a, que impacta todas as lutas que tivemos na construção de uma Constituição social em 1988. Então, precisamos nos manter, aí não somente como Igreja Anglicana ou como Igreja Católica ou como religiões orientais, negros, nós precisamos estar unidos como povo, como povo que quer manter e lutar por transformações. (*Palmas.*)

E digo que a inclusividade... Enquanto estivermos defendendo evangelho de exclusividade, que é só quem acredita na minha verdade, a gente está fadado a se digladiar. Precisamos, cada vez mais, refletir que, para onde defendamos, é para um único ser que nos transforma, que nos move e que nos dá energia. Bom, a gente pode chamar de vários nomes, mas é isso que nos une, e a gente precisa ser mais inclusivo, incluindo os negros, as mulheres, as pessoas LGBT, todos e todas.

Estou aqui hoje junto com duas reverendas, Reverenda Magda e a Reverenda Tatiana, duas jovens reverendas. E a nossa igreja completou, o ano passado, 30 anos de ordenação feminina. E aí, quando eu falo isso, eu digo que a igreja não abriu espaço para as mulheres, as mulheres ocuparam o espaço. (*Palmas.*)

E nós precisamos ocupar junto com a juventude. Eu estava me lembrando aqui – me permita – de um versículo aqui do Profeta Joel, no capítulo 2 – meu filho, me ajude aqui –, que disse: "E há de ser que depois que derramarei o meu espírito sobre vocês, os filhos e as filhas profetizarão, os vossos velhos terão sonhos, mas os vossos jovens terão visões." E os jovens estão dando visão para a gente, os jovens não estão sonhando. (*Palmas.*)

Os jovens estão dando visão para a gente. A nossa igreja, a Igreja Episcopal, publicou, falou muito e tem nos defendido em muitas coisas, mas, uma declaração – e digo que foi a única declaração oficial que saiu – foi da juventude. Carta da juventude contra a PEC 55.

E os jovens começam dizendo assim: "Não se acomodeis por tudo nesse mundo, mas transformados pela renovação da vossa mente", conforme está em Romanos 12:2.

Quer dizer, precisamos sair dessa comodidade, da nossa acomodação, e lutar, assim como ocupar, junto com nossos jovens.

Agora, digo que nós, hoje, estamos vivendo uma realidade muito estranha. O que o Monge Sato acabou de ler, da declaração do Presidente Trump, é o que a Antropologia está chamando hoje – a Tati

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pode falar com muito mais propriedade do que eu – de pós-verdade. Não é verdade? Estão falando. E, há duas semanas, houve um encontro nacional sobre a pós-verdade, onde o que vale não é o que ele está dizendo para o público, porque ele falou tudo contra isso. E estamos vivendo isso aqui também no Brasil com esse Governo. Eles falam uma coisa num dia e, no outro dia, é outra totalmente diferente, acabam um ministério num dia, no outro dia, renovam o ministério. O ministro se demite, se coloca Roberto Freire e se diz que Roberto Freire vai transformar. Pelo amor de Deus! (*Risos.*)

Mas era o ministério que ia acabar. Estamos vivendo uma realidade, essa realidade da pós-verdade. A Tati pode, depois, fazer uma explicação para a gente dessa situação.

Mas é exatamente isso aqui: as circunstâncias e os fatos objetivos têm menos influência sobre o que a opinião pública pensa. E aí se muda. O Trump agora é o defensor contra toda forma de intolerância.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOM MAURICIO ANDRADE – Então, gente, trago aqui essa mensagem, essa palavra de que nós precisamos, primeiramente, buscar nos unir e ocupar, junto com essa nossa juventude, esses espaços que estão aí. Que a gente possa não somente defender uma bandeira nossa, própria, mas da inclusividade, incluindo todas as pessoas, na certeza de que, juntos... Quando a gente trabalha no movimento popular... Ontem eu estava lá no Pedregal, no Novo Gama, e temos um trabalho lá com crianças, com 130 crianças. Ninguém pergunta lá quem é da Assembleia de Deus, quem é do terreiro, quem é da igreja. Com certeza nenhuma daquelas crianças que atendo, que a gente atende lá, são anglicanas, com certeza. E provavelmente jamais serão. E eles não vão entrar na estatística da igreja, mas eles vão entrar na estatística da transformação. E é isso que a gente tem que fazer. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento Dom Maurício Andrade, Bispo da Igreja Episcopal Anglicana de Brasília.

Vocês viram que os assessores estão todos aqui no meu ouvido, não é? É que eles estão preocupados que, tanto na CAS, como na CCJ, podem entrar projetos que ferram com o trabalhador – nas duas, na pauta.

Eles estão me pedindo para que eu vá para lá rapidamente. Estou alertando-os para, no momento em que entrar o projeto, que me chamem, porque vou numa e na outra. Daí, eu e a Senadora Regina dividiremos aqui a Presidência.

Então, temos só mais um inscrito agora, a Losangelis Gregório, representante da Federação Espírita do DF e Diretora de Assistência e Promoção Social Espírita, a quem eu passo, de imediato, a palavra.

A SRª LOSANGELIS GREGÓRIO – Meu bom dia a todos. Que a paz do mestre Jesus esteja em nossos corações hoje e sempre.

Que consigamos compreender, na mensagem do mestre Jesus e de tantos outros mestres que nós temos acompanhado ao longo da nossa história e da nossa vida, esse sentido real da paz, dos valores morais e espirituais que precisamos defender efetivamente em nossos corações e na nossa vida pessoal, familiar, acadêmica, social, profissional.

Os senhores foram chamados aqui para falar e discutir sobre a situação do País, com tantas transformações necessárias. Mas nós precisamos organizar melhor a sociedade, as comunidades, a população, para aprender a pensar.

Nós, na qualidade de cristãos, de pessoas que fazem a diferença no processo democrático, precisamos observar que devemos conduzir a nossa população a reflexões importantes que realmente demonstrem os valores neste momento. Não devemos procurar impor religiosidade nenhuma, mas, sim, cidadania. Antes de qualquer situação, somos cidadãos de um país que necessita...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desculpe-me por interrompê-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vou convidar a Senadora Regina para assumir a Presidência. Sou Relator de alguns projetos que estão lá. Fiz um voto em separado para tentar derrubar o processo, e a assessoria está apavorada. Preciso correr até lá para tentar segurar nas duas comissões. Eu vou tentar colocar meio Paim na Comissão de Assuntos Sociais e meio Paim na CCJ.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas você tem que segurar aqui.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Você deve ter relatório, mas é tudo terminativo, precisa de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É isto que eu vou fazer lá: vou pedir verificação.

Só falta uma. Daí ela encerra e vai para lá para votar comigo.

Um abraço a todos. Até a próxima. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos recompor o tempo dela. Parou o tempo, porque nós a atrapalhamos. É preciso recompor o tempo.

A SRª LOSANGELIS GREGÓRIO – Em absoluto.

Estamos todos em luta neste momento. Acho que é importante observarmos a realidade e a prioridade de todas as situações. Estamos aqui todos unidos pelo mesmo ideal de trabalhar para um País melhor, mas necessitamos conclamar os nossos fiéis – se assim podemos chamá-los – para essa questão da cidadania. É preciso aprender a pensar política, a entender o que se passa. O que se passa com o voto? Quem são essas pessoas que hoje nos representam? Como nós colocamos essas pessoas no poder? Não podemos simplesmente acenar com bandeiras de agressões verbais, físicas, institucionais. Precisamos começar a fazer um trabalho diferenciado.

Fomos chamados para falar sobre a defesa da educação, da saúde, da assistência social. Como nós vamos fazer isso na prática? Temos toda a nossa história de 500 anos de luta contra a corrupção. O nosso País foi criado, montado em cima dessa realidade. Mas, hoje, nós já temos condição de trabalhar numa outra vertente, com outro viés.

Somos da assistência social. Eu, pessoalmente, sou uma assistente social que trabalha na área de assistência social. Vemos, nesse organismo que se instaurou neste momento, realmente o desmonte das políticas públicas como um todo. Mas nós precisamos, então, começar a trabalhar, porque esse desmonte não foi feito de ontem para hoje, não começou em um governo A ou B. Esse é um desmonte permanente do nosso País. Se nós não observamos quais são realmente os valores que nós precisamos postular, vai ser complicado, porque, quando se atira pedra em um, entra um e sai outro, como ele acabou de dizer ao meu lado. Nós estamos numa saia justa completa dentro do poder instituído.

Como nós vamos trabalhar? Qual é a nossa posição de cristãos, de religiosos para promover efetivamente a cidadania? Nós não podemos simplesmente ir para o jogo do ataque frontal de palavras, muito menos da violência física. Como nós vamos instituir, nas nossas igrejas, como um todo, a cidadania? Como nós vamos ajudar o nosso povo a pensar, a raciocinar, fazendo aquele movimento de paz de que efetivamente nós estamos falando? Estamos falando a palavra paz o tempo todo, mas, interiormente, nas nossas instituições, muitas vezes nós pregamos a violência e a guerra. Isso se reflete automaticamente no social, com vandalismos e com várias outras situações. Ninguém queima, apedreja instituição nenhuma, religiosa ou não, se teve berço, se teve como entender que o humano está acima de qualquer coisa.

O companheiro também disse que o capital é um mal, mas o mal somos nós, que não sabemos nos portar diante dos inúmeros recursos que a vida nos coloca para podermos progredir moral e espiritualmente. Nós não somos daqui. Todos nós nascemos e, um dia, partiremos. E não é nosso nem sequer o corpo físico, porque ele fica. Então, o que devemos fazer durante esse, entretanto, entre a vida que começa e a morte? Devemos pensar e instruir, de uma forma geral, as pessoas, os nossos ouvintes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sobre como precisamos proceder. O que é importante para nós? São as pessoas? São os valores humanos? O ético? Ou é o capital? Ou é a acumulação de bens? Ou é o dinheiro sendo jogado no rio? Qual é a relação? Quando vamos nos colocar na posição de humano para estabelecer regras ético-morais, de uma forma geral? Caso contrário, não há como defendermos coisa alguma. Se queremos educação, saúde, assistência social, nós precisamos, primeiramente, privilegiar o ser humano, porque, quando pensarmos no humano, efetivamente, nós teremos todas essas coisas, por consequência natural.

Então, tudo que nós estamos vendo aqui hoje é um desmonte da família, do ser humano, o que culmina nessa dor que nós vemos lá na ponta, nas nossas casas. Essas pessoas nunca tiveram isso e, num momento como este, de transição, vão ter menos ainda, cada vez menos.

Vivem uma miséria social e econômica de toda ordem. Não há como a sociedade civil fazer o papel do Estado. Hoje, já existem políticas públicas consolidadas, políticas públicas de assistência, de saúde, de educação e tantas outras.

Não podemos também jogar a questão social na mão da polícia, na mão da segurança pública. Se a educação não existir, se o preventivo não existir, não há como a polícia, lá na frente, dar conta. Não existe essa transferência.

Nós vemos hoje a situação do País sendo tratada novamente quase como uma ditadura, trazendo para a lida a polícia, a segurança pública, todo o capital armado para que haja uma venda maciça de bens e de coisas e para que as pessoas se sintam seguras e em paz quando, no entanto, nós vemos, a todo tempo, nos jornais televisivos, o aumento gradativo de todo tipo de violência: roubo a residências, de carros, enfim, na rua. Tudo que nós temos em dinheiro, em posse não vai nos salvar dessa violência, mas, sim, os valores ético-morais que nós podemos passar para os nossos irmãos em nossas casas, em nossas famílias, para falar de política com mais propriedade.

É preciso gerenciar um Estado adulto, que transcorreu uma longa caminhada evolutiva. Hoje, poderíamos estar num patamar muito melhor, muito maior, mas os nossos índices só caem: índice de educação, índice econômico. Nada se estabiliza neste País, porque não é estável a população, com uma massa crítica, que precisa saber pensar, sair da acomodação, transferir para o outro a responsabilidade de si mesmo. Nós precisamos trabalhar nesse sentido.

Que este momento de reflexão possa ajudar os nossos governantes, neste momento, a pensar com valores ético-morais. Todas as religiões devem se unir nesse patamar de pensamento. Vamos trabalhar para que o nosso País possa crescer, com educação, com assistência social, e para que as políticas públicas que já estão postas sejam efetivamente consolidadas, a fim de que possamos vencer as barreiras que estão à nossa frente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Losangelis, representante da Federação Espírita do Distrito Federal e Diretora de Assistência e Promoção Social Espírita.

Nós encerramos a Mesa. Eu tenho o hábito de conceder a palavra para duas ou três pessoas do plenário e vou ver se faço isso. (*Pausa.*)

Já há mãos levantadas.

Vou ver se consigo fazer isso. Como o Paim falou, eu sou titular na comissão também, e podem precisar do meu voto lá. Então, vou dar uma apressada aqui e fazer uma fala rápida – eu estava inscrita para falar depois da Mesa –, a partir de algumas que eu ouvi.

Primeiro, a Casa está fechada para o povo. É a Casa do Povo, mas está fechada para o povo. Nós tentamos negociar. No dia da votação da PEC, fomos até o Presidente para negociar a entrada por entidade, duas pessoas por entidade. Não ia nem encher a galeria. Aí ele diz: "Vou pensar".

Aí, quando começa a manifestação e a polícia vai para cima dos manifestantes e eles revidam, naturalmente, é da natureza humana, ele diz: "Não dá. Não vou deixar ninguém. Você veja o que está acontecendo lá fora." Então, existe sempre uma desculpa para não ocupar. Faz muito tempo. Aliás, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

estou aqui e ainda não vi aquela galeria cheia, a não ser quando a votação é de interesse de uma categoria, que vai lá, deixam entrar algumas pessoas, e os visitantes. De vez em quando vêm para visitar esta Casa. Entram lá e olham, e se envergonham porque olham para o plenário, embaixo, estão dois, três Senadores, e um falando. Então, é realmente lamentável essa questão. Sem falar na dificuldade para entrar: querem revistar tudo. Até uma blusa que a pessoa traz para vestir, de militância, eles querem tomar. Eu e Paim já discutimos muito isso: para acabarem com essa revista muito rigorosa lá na frente.

Nunca, em tão pouco tempo, a gente teve um pacote de maldades tão grande. A gente está falando aqui da PEC, mas já leram a reforma da previdência que chegou aqui ontem? Até eu fiquei espantada. Ouvia falar do que vinha, comentários, mas não tinha visto o texto. O texto chegou ontem. Gente, para se aposentar com 65 anos já é um disparate, porque em muitas regiões do Brasil essa é a média de vida. Mas é com 65 anos e 25 de contribuição, e não é o salário integral! Se você tiver 25 anos de contribuição, você vai sair com 76% do seu salário. Quer dizer, se você quiser sair com o salário integral, você ainda vai trabalhar mais e mais anos, até 90. Então, a reforma da Previdência é mais maléfica até do que a PEC! Atinge uma população imensa deste País que está chegando à idade da aposentadoria e vai chegar em condições mais deterioradas. O que é isso?

Quer dizer, a mobilização tem de ser de tudo. Aí vai a medida provisória do ensino médio. É dizendo para os meninos do ensino médio: "Olha, você não precisa fazer faculdade não. Deixa de besteira. Faculdade é besteira, você tem de aprender uma profissão e ser empresário na vida." É esse o recado que estão passando para os meninos pobres.

No dia em que tivemos o debate sobre essa medida, eu perguntei ao Relator, do Senado, que é dono de rede de escola particular: se é tão bom assim, as escolas particulares vão adotar esse modelo de ensino médio? A gente sabe que não vão. É para os meninos pobres, da escola pública.

A Escola sem Partido. É um horror aquilo! E aquilo tem chance de passar porque esse Governo criou uma maioria cega, surda, muda aqui. Não dialoga, não debate. Para a PEC, nós aprovamos muitos debates. A gente usa esse espaço que se tem nas comissões e aprova debates. Rejeita lá, mas aprova aqui. A gente sempre colocava convite, não era convocação, convite aos membros do Governo para virem aqui explicar. Não aparece ninguém. No debate da Escola sem Partido foi um terror. Eles não vieram e, na hora, invadiram. Chegou um grupo, que entrou com a maior facilidade, e invadiu o plenário onde a gente estava fazendo o debate da Escola sem Partido. E depois foi para a Câmara, invadiu, quebrou. E isso não é vandalismo. A gente sabe quem são as pessoas lá.

E o Paim falou: é a terceirização, é jornada intermitente. A jornada de trabalho vai ser por hora. Então, é um monte de coisas que estão aí para ser votadas e, quando eles querem e a gente menos espera, é em regime de urgência. E aprovam. É que eu gosto de brincar: nós somos esmagadora minoria. Temos o direito ao *jus esperniandi* só. Eles aprovam o que querem e com tudo.

Aí a gente ainda vê na sociedade a questão da intolerância. Não é só intolerância com as religiões, é a intolerância mesmo das pessoas. As pessoas não têm mais paciência de ouvir. É contra a sua opinião, então já é o seu inimigo. O ódio está tomando conta deste País. É uma coisa séria! As pessoas estão odiando outras por conta das opiniões. O que é isso?

Aí, para finalizar, quero dizer. O Ministro disse que o SUS não cabe no Orçamento. O que é que cabe no Orçamento, então? Todas essas medidas são para caber no Orçamento. Vai caber quem? Os financistas, a banca, como diz o Requião. Mulher vai caber no Orçamento? Negro vai caber no Orçamento? LGBT cabe no Orçamento? Se o SUS não cabe no Orçamento, imaginem esses segmentos já tão discriminados? Então, é muito sério o que está acontecendo. Se a gente não se unir, a gente vai ser derrotado fragorosamente porque...

Tudo bem, por exemplo, a minha igreja, a Católica. A CNBB lançou uma nota, muito boa, contra a PEC, mas o que foi feito com aquela nota? Será que ela foi lida no sermão das missas? Eu pedi a alguns padres amigos meus: "Ô fulano, leia essa nota aí." Porque é a minha igreja. Se a minha igreja é contra a PEC, ela tem de ajudar a fazer a minha cabeça para eu também ser contra a PEC. Acho que é uma tarefa das igrejas. Você comanda. Há um poder de mobilização muito grande na Igreja Católica, que é a que eu frequento. Nós temos uma missa, às terças-feiras, lá em Teresina, em que não vão menos de 10 mil pessoas. É a novena de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, o dia todinho, de hora em hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, pensem no que é você falar para aquela gente. Agora, às terças-feiras estou aqui, mas, quando eu frequentava lá, de vez em quando, eu pedia ao padre para falar alguma coisa e ele deixava, ler alguma coisa. Mas precisa haver gente para fazer isso. Não adianta só tirar uma nota, como desencargo de consciência. "Está aqui a minha nota."

A OAB tirou uma nota, mas fez o que com a nota dela? Se não houver um debate na sociedade... Este é o grande problema, nós estamos perdendo o debate na sociedade. Aí a gente vê o pessoal pedindo a volta da ditadura militar. A esse pessoal não está sendo ensinado o que foi a ditadura militar. Aí vem a conversa de tirar a História do currículo, de tirar Filosofia. Quer dizer, nós estamos indo por um caminho muito ruim. Não sei o que vai ser deste País daqui a cinco anos, se a gente sobreviver.

Então, junta tudo num pacote e vamos para a rua discutir. Fui discutir com os meninos da universidade, que a estão ocupando. Não adianta só ocupar. Eu acho que é a juventude que está fazendo alguma coisa. Até espero que de lá vá sair alguma coisa boa, que vá nascer alguma coisa boa dessa juventude de movimento. Eles estão bem independentes, não querem ser dirigidos, tutelados. Acho isso importantíssimo, mas também é preciso dar alguns recados, através de alguns deles. Um deles me chamou lá. Fui conversar com eles, num dia de sábado. "Gente, não basta dialogar só vocês aqui. Vocês estão aqui fazendo um debate comigo, mas não estão dialogando com aqueles meninos que estão passando lá fora." Toda hora passava gente lá fora para assistir aula, para ir jogar. Tem de dialogar com essa gente, senão a luta vai ser em vão. Dialogar só com a gente, ouvir só a nossa voz não vai resolver. Tem de ouvir a voz do outro, nem que ele venha para me xingar.

Em todo debate que vou eu digo: "Eu aceito o debate." Então, se alguém aqui tem opinião contra pode vir para a mesa que terá o mesmo tempo. Vamos debater para ver quem é que convence. Então, se a gente fica falando de um lado, e eles do outro, nunca vai haver convencimento. Eles já estão convencidos lá e a gente, aqui.

Então, por isso conclamo essas igrejas para se juntarem e para falarem para o povo, senão a gente vai ficar falando... É boa uma audiência pública? É, porque tem gente assistindo, porque vai ser repetida, mas não basta.

Obrigada. (*Palmas.*)

Eu disse que ia abrir para duas pessoas. Dois levantaram a mão aqui já.

Quero registrar a presença de Elianildo Nascimento, do Comitê Nacional de Diversidade Religiosa e representante da Uri Brasília – Iniciativa das Religiões Unidas. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bem-vindo!

Então, como os dois da frente levantaram as mãos, vão ser eles dois. São três minutos.

A SRª PASTORA VALDICÉIA DE MORAES TEIXEIRA DA SILVA – Eu me autodeclaro mulher, negra, quilombola, favelada, professora, protestante e pastora.

Essa PEC 55 me preocupa, principalmente, no que diz respeito à educação. Todos esses pontos que foram colocados muito bem pelas nossas palestrantes e pelos nossos palestrantes nos preocupam como um todo. Mas a educação me preocupa particularmente porque se eu, hoje, posso me autodeclarar professora, protestante e pastora, é em função da educação. Foi a educação que mudou a minha história de vida. Hoje, quando eu volto à favela da Vila Kennedy, no Rio de Janeiro, onde fui criada dos 5 anos de idade até os 21 anos de idade, quando vim para Brasília, o que ouço das minhas amigas e amigos que estudaram comigo em todas as escolas da favela Vila Kennedy é: foi morto pela polícia na frente de casa; está em Bangu I; está fugindo pelo País, ninguém sabe por onde anda, fugindo da polícia; um traficante matou. São essas as histórias que ouço dos meus colegas de escolas públicas da Vila Kennedy, no Rio de Janeiro, da favela da Vila Kennedy. Se eu consegui burlar esse ciclo foi em função da educação.

Hoje, no Brasil, nós somos 53% de negras e negros. Se nós não tivermos a escola para oferecer, para que elas e eles possam mudar a história de vida deles, a nossa situação vai estar muito pior do que a situação que nós estamos enfrentando hoje. Então, utilizando algumas palavras da Losangelis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

quando ela disse que, primeiro, nós, sacerdotisas e sacerdotes, nas organizações religiosas, precisamos sensibilizar, conscientizar e formar as nossas fiéis e nossos fiéis para que saibam pensar, para que tenham uma consciência crítica, para que saibam o que é ser cidadã, o que é ser cidadão, e para que se posicionem e se posicionem dessa forma na sociedade, para que nós tenhamos a implementação dos direitos sociais que já temos garantido na nossa Constituição.

Além dos direitos sociais, das políticas públicas que garantem esses direitos sociais que estão aí postos em todos os setores da sociedade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Por favor, a senhora pode se identificar para poder constar aqui.

A SRª PASTORA VALDICÉIA DE MORAES TEIXEIRA DA SILVA – Professora e Pastora Valdicéia de Moraes Teixeira da Silva. Sou mais conhecida como Pastora Val, tanto faz.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Companheiro, se identifica também, por favor.

O SR. ELIANILDO NASCIMENTO – Elianildo Nascimento. Estou com quatro bonés: membro do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa, o SDH Nacional; pela Coordenação da Uri Brasília, que é um organismo global com mais de 800 grupos em todo o mundo, inter-religioso, também pela Nova Consciência e como membro da Subsecretaria de Direitos Humanos aqui do GDF.

Na verdade, essa atividade hoje aqui, organizada não só pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, em conjunto com CNBB, Clai, entre tantos outros organismos, navega nessa necessidade de mostrar uma narrativa concreta do que está acontecendo: essa destruição total do Estado brasileiro não só com a PEC 55, que é extremamente imoral, não só com esse projeto, nem só com a questão da previdência, mas nós acompanhamos, por exemplo, um conjunto de projetos que estão tramitando e que, aí sim, nós identificamos quem são aqueles que propõem e defendem esses projetos. Nesse contexto, você não tem como discutir e ter um posicionamento político.

Você tem quase 50 projetos que mexem nos direitos trabalhistas, acabam com a CLT, voltando quase à situação do século XIX, inclusive com a questão de não regulamentação, por exemplo, da questão de horas de trabalho. Você tem, nesses projetos que atuam também nas questões dos trabalhadores, os servidores públicos, que acabam com a estabilidade, entre tantos outros projetos. Você tem os projetos, por exemplo, do Código de Mineração, que prevê a mineração em APPs, você tem a entrega da Petrobras e do pré-sal, que já está acontecendo, a serviço das petrolíferas internacionais. Então, você tem a implementação do mais perverso e nefasto neoliberalismo, pior ainda do que acontecia na década de 90, instituído agora. (*Palmas.*)

O SR. ELIANILDO NASCIMENTO – Aí nós temos: qual o papel das religiões? Nós temos, sim, o papel infelizmente extremamente nefasto também de segmentos religiosos que se dizem cristãos, que têm suas representações aqui no Congresso Nacional, dentro de uma bancada que se diz evangélica e que rasga os Evangelhos todos os dias, que são representantes, sim, de interesses pessoais, econômicos e de poder e que têm uma pauta que conjuga, além da questão do neoliberalismo, o desrespeito total a toda e qualquer fé, das mais de 150 religiões que existem aqui, comprovadas pelo IBGE, no Brasil.

Então, nós temos a PEC 99, que acaba com a laicidade, temos esse famigerado e execrado Escola sem Partido, uma porcaria – desculpe-me o termo –, nós temos os valores familiares, nós temos a cristofobia, o crime hediondo para cristofobia e outros tantos projetos que são extremamente atentatórios. O Estatuto da Família é horrível. Cria um comitê e um conselho da família, que vai intervir na escola, sem falar nos outros tantos projetos que acabam com a LDB, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os parâmetros curriculares e a Base Nacional Comum Curricular, entre outros tantos.

Então, temos um período nefasto. Temos, sim, que trazer essa narrativa, demonstrar essa narrativa e, claro, esse processo de construção, como bem se falou aqui, esse processo de difusão nas igrejas, nos espaços todos, é um processo de reconstrução. Não sei se conseguiremos sobreviver ao que está sendo posto agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Agradeço imensamente, Senadora Regina, a quem tanto admiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada. Para finalizar, temos o retorno para a Mesa, três minutos para considerações finais, para os que quiserem.

O SR. WILSON BARBOZA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Por gentileza, por uma questão de isonomia, quem participou do primeiro painel não teve direito a esses três minutos?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Todo mundo tem. A primeira Mesa também vai ter. Pode falar daí, porque tem microfone. Então, todas as Mesas podem participar. É sempre no final isso. Nós fazemos duas Mesas, porque são muitas pessoas, e depois, no final, temos os três minutos.

Vamos começar pela Mesa que está aqui, porque se a outra Mesa quiser vir para cá...

Então, Mãe Baiana.

A SRª MÃE BAIANA ADNA SANTOS DE ARAÚJO – Eu quero agradecer esse tempo que passamos aqui e que pudemos falar, ouvir, e quero dizer para a nossa Presidente, neste momento, da Mesa que nós estamos à disposição.

Quero reforçar o pedido que aqui fiz sobre uma campanha forte contra a intolerância religiosa no Brasil. Acho que quando parte desta Casa também ajuda a pelo menos tentar acabar com a intolerância religiosa que o povo brasileiro vem sofrendo, que é em todos os segmentos. Acabei de mostrar sobre o padre, e também pedi e reforço, que os representantes da CNBB também tomem providências, porque é perseguição e intolerância, sim, que o padre está passando.

Também sobre o abate gostaria de uma pauta. Torno a reforçar nesta Casa, porque é uma questão de emergência, uma pauta que já está sendo julgada no STF e nós precisamos mesmo.

Mais uma vez, quero agradecer e dizer que estamos à disposição, as comunidades tradicionais de matriz africana, na hora que for preciso, Srª Senadora, para ajudar no que for necessário e melhor para o povo das religiões de matriz africana.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Monge Sato.

O SR. MONGE SATO – Queria também agradecer, lembrando a nossa obrigação como religiosos, sacerdotes, sacerdotisas e o poder político.

Está aqui a Senadora Regina Sousa, substituindo o Senador Paulo Paim, que naturalmente está lutando para implementar políticas sociais para valer.

Quando se fala em política social, eu penso sobre o que chamamos de liberalismo. Liberalismo, gente, não é defender apenas o capital, não é isso.

O liberalismo surge para defender direitos humanos, direitos sociais, contra a dominação autoritária que existia na época, até disfarçada de preceitos religiosos. O liberalismo surge para isso, para defender direitos humanos, direitos sociais, a liberdade de crença inclusive; não para defender o capital.

Talvez, naquela época a gente achasse que capital não fizesse tanto mal. Era o capital, digamos, primitivo, comercial, etc. Hoje, não, o capital faz mal, tanto é que se muda a Constituição. Muda-se a Constituição, gente! O que é isto?! Não é? Eu nem sei.

Eu disse que sou economista; sou, mas sou também da área de Direito. Eu nem sei como anda Direito Internacional. Disseram-me que não valem mais as doutrinas; o que vale é a jurisprudência, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

seja, o que foi decidido antes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MONGE SATO – Não pode ser, gente. Aí a nossa responsabilidade, porque eu entendo a religião como constituinte da ética social. Independentemente das suas crenças, eu estou aqui, no meio de uma mãe de santo, de uma católica, que também é Presidente desta Mesa, de um bispo anglicano, de um representante da Federação Espírita. Este sim, é um encontro ecumênico. Este sim, junto com a Senadora, que é profissionalmente nossa representante política no Senado, estamos construindo a ética social. Somos, sim, constituintes da ética social, uma ética social em que entra a não violência, entra a liberdade e entra a justiça.

Então, queria cumprimentar todos nós, todos os meus irmãos religiosos, sacerdotes e sacerdotisas, mas também as pessoas que, de alguma forma, nos mantêm o respeito por este Poder, que é o Poder Legislativo. Que nós possamos manter esse respeito aos três Poderes. Os três Poderes também têm que demonstrar que cada Poder tem a sua ética. Não pode ser a ética do capital, do lucro, da ganância, da acumulação desnecessária.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Monge Sato.

Agora, Dom Mauricio Andrade.

O SR. DOM MAURICIO ANDRADE – Agradeço a oportunidade mais uma vez, Senadora Regina Sousa.

Eu penso que nós estamos vivendo momentos de resgatar aquilo que defendemos em anos passados, nas décadas de 60, 70 e 80, que é voltar a enfatizar que precisamos manter nossas utopias. E, como dizia Dom Helder, utopia é a mola do mundo. Se perdemos o sentido das utopias, perdemos esse caminhar de transformar, de caminhar para lutar.

E outro detalhe, aproveitando a fala do Monge Sato, a PEC 55 não trata de limite de pagamento de juro de dívida pública. (*Palmas.*)

Ela não fala disso. No momento em que ela não toca nesse assunto, ela está dizendo e está referendando que quem vai sair ganhando novamente são os banqueiros. Quem está lascado, com todo o respeito, são os trabalhadores, e aí, de carreira, vem a reforma da previdência como a salvação da Pátria.

Então, nós precisamos manter, renovar essas utopias. E aí eu digo, repito as palavras da nossa poetisa deste Cerrado, Cora Coralina: desistir jamais, vamos adiante, renovando a esperança, vivendo a luz nesse tempo de advento. Vamos adiante. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Dom Mauricio.

Agora Losangelis, para as suas considerações finais.

A SRª LOSANGELIS GREGÓRIO – Obrigada, também, mais uma vez, pela oportunidade. Que nós possamos estar imbuídos desse pensamento e desse sentimento da utopia, mas procuremos novamente, eu reforço... Nós sozinhos aqui, entre meia dúzia de pessoas, não vamos conseguir fazer grandes mudanças. Nós temos, atrás de nós, cada um nas nossas igrejas, nos nossos postos de trabalho, sejam sociais, sejam cristãos, um contingente que precisa ser orientado, esclarecido, e nós temos esse poder.

Temos que ter esse olhar para orientar o nosso povo, sair da acomodação, para que, nos próximos pleitos, nós consigamos trazer para dentro desta Casa, para dentro deste Senado, desta Câmara, deste Governo, pessoas mais preparadas eticamente para trabalhar o social. Se continuarmos a deixar as pessoas dormindo, dormindo ficarão, na miséria.

Então, cabe a nós, que estamos aqui, conscientes do que está acontecendo, levar isso para o nos-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

so público, com diz a Pastora Val e tantos outros aqui. Nós temos essa obrigação moral de orientar, de ajudar o povo a pensar o que é a política, como precisamos proceder daqui para a frente, fazendo, nas nossas bases, as discussões necessárias para a transformação efetiva, mas tomar cuidado para que nós também não levemos para esse nosso público um outro tipo de violência, um outro tipo de segregação.

Acima de tudo, o humano, lembrando da figura meiga e serena do mestre Jesus para aqueles que são cristãos, que nasceu, viveu e morreu, ensinando-nos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LOSANGELIS GREGÓRIO – ... quais eram realmente os valores que precisamos ter conosco, o que é realmente importante e como é que nós devemos agir no mundo, para o mundo, para que ele realmente seja melhor.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Para ficar registrado, eu peço que a Mesa se desfaça, sente ali, para ouvirmos a primeira Mesa.

Obrigada pela presença, agradeço a presença de vocês todos e todas.

Acho que o Ronald teve que sair, do Conselho Nacional de Saúde. Chamo Wilson Barboza, o pastor da Assembleia de Deus; chamo Tatiane Duarte, representante da Rede Ecumênica da Juventude, e chamo Geniberto Paiva Campos, da CNBB.

Vamos, então, começar de lá para cá também. Não sei como foi a ordem na primeira Mesa.

Então, o Geniberto Paiva Campos, representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, à qual eu fiz uma provocação aí.

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – Eu queria somente agradecer e colocar uma mensagem de esperança. Eu diria que os democratas brasileiros estão desafiados profundamente, mas eu tenho uma crença, uma esperança muito grande de que a gente vai saber trabalhar esse desafio.

E eu diria que só há uma coisa que temos que perceber: que estamos condenados a ser inteligentes. Eu nunca vi um governo mais medíocre, e sabemos que a ditadura dos medíocres é perigosíssima. Então, nós estamos condenados, nós estamos obrigados a ser inteligentes, a procurar exatamente perceber o que está acontecendo, porque essa desagregação que está ocorrendo é um negócio que preocupa muito, essa desagregação desse grupo que se assenhoreou do poder de uma maneira ilegítima.

E a coisa que mais me espanta é saber que nesse domingo agora, passado, cerca de talvez 100 mil brasileiros em todo o Brasil foram às ruas só para mostrar suas camisas amarelas, para vociferar palavras de ordem completamente absurdas, porque eu pergunto: você faz política de uma maneira temática, e eu nunca vi as pessoas saírem às ruas só para destilar o seu ódio, mas nada que possa construir, que possa trazer alguma coisa para o País.

Então, a nossa responsabilidade é redobrada. Este aqui é um espaço democrático que eu acho que temos que preservar. Saúdo a Senadora Regina, o Senador Paim, pessoas em que acreditamos.

E eu termino dizendo uma expressão mineira. Eu não sou mineiro, eu saudei o pastor como pernambucano, porque meu pai era pernambucano...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – ... e digo o seguinte: nenhum de nós vai "pular o corguinho". "Pular o corguinho", na expressão mineira, é quando você muda de lago. E há uma Senadora de São Paulo, eleita pelo PT, que fez isso, para minha profunda tristeza, porque eu também era um admirador daquela Senadora. Como aqui, em Brasília, temos também algumas situações com que ficamos surpresos.

E quero também dizer o seguinte: temos que estar unidos e construir esse espaço democrático para que possamos voltar ao tempo da democracia, como diz a canção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pastor Wilson Barboza Da Silva.

O SR. WILSON BARBOZA DA SILVA – Eu gostaria de, primeiramente, saudar a Senadora Regina Sousa, porque da outra vez não tive essa oportunidade, e muito me honra estar aqui, à sua esquerda, junto com os meus pares. E também saúdo o outro painel, também de nobres e excelentes debatedores.

Eu gostaria de fazer, como parte do povo, como elemento do povo, e o povo, numa democracia, é autoridade, uma advertência ao Estado brasileiro. Eu não vou comentar não; vou advertir o Estado brasileiro: o povo percebeu, estando o povo perdido, que o Estado está mais perdido que ele. (*Risos.*)

Então, nós já percebemos isso, e é bom que vocês saibam disso também. Eu estou falando para os três Poderes da República.

E gostaria de fazer uma advertência, agora como formador de opinião, para as pessoas que se dignam a me ouvir que nós não podemos, tendo delegado ao Leviatã parte na nossa liberdade para que o Estado exerça a tutela de certas coisas que como os cidadãos primitivos teríamos e não temos mais porque o Estado é o nosso tutor, nesse sentido nós não podemos simplesmente acreditar que instituições que estão perdidas e confusas hoje sejam detentoras de verdades inquestionáveis. Então, o povo precisa falar.

Eu não posso acreditar que só porque alguém detém o poder, seja ele político, econômico ou religioso, não pode ser contestado por nós, porque é isso que legitima, por...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILSON BARBOZA DA SILVA – ... exemplo, o assalto, o estupro, qualquer violência. Se a pessoa tem a força e está certa porque tem a força, e eu me calo diante disso, não questiono, essa barbárie fica até institucionalizada.

Eu preciso ter um olhar atento. O povo precisa ser vigilante sobre tudo aquilo que dizem que é do povo. Eu não posso entender que, na minha casa, o mordomo tem que ser mais atento do que o dono.

Então, alguém nos tutela? Amém, maravilha, beleza. Mas é preciso dizer ao povo que ele precisa estar atento sobre aquilo que pertence ao povo, ainda que organizado por instituições como nós conhecemos aqui.

Era essa a minha mensagem, era essa a minha advertência. O nome é advertência mesmo. E seria bom estarmos acordados.

Muito obrigado.

Deus abençoe vocês. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tatiane, representante da Rede Ecumênica da Juventude.

A SRª TATIANE DUARTE – Eu quero agradecer a oportunidade, e, mais uma vez, reforçar o caráter ecumênico da Reju. Nós somos jovens – bom, algumas são menos jovens, como eu – que expressam diferentes formas do sagrado, pessoas que também não têm crença nenhuma, mas que, juntas, têm a certeza de que não é possível ser coniventes nem omissos com as injustiças que acometem a nossa sociedade.

E é por isso que continuamos nos indignando e fazendo o nosso repúdio a todo esse processo que nós temos vivido neste ano de 2016, e nos colocando inteiramente a favor das ocupações nas escolas e nas universidades, como manifestações democráticas e legítimas dos estudantes brasileiros e brasileiras, que estão, de forma muito livre, externando a sua indignação contra as medidas deste desgoverno, como eu gosto de chamar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Quero, mais uma vez, agradecer e dizer que a Reju está aberta ao diálogo com pessoas que gostam de dançar a mesma música que a gente, que é pela igualdade, pela justiça e pelos direitos, e também pelas pessoas que, infelizmente, têm dançado outras músicas, as músicas das intolerâncias religiosas, da não escuta a nós, mulheres, de pessoas que se recusam a dialogar com o diferente, com a pluralidade de ideias, de pensamentos. A gente também quer dançar com essas pessoas, a gente quer mostrar que liberdade de expressão é importante, mas liberdade de expressão não dá direito a dizer que o outro não merece viver como ele bem entender.

A nossa Constituição – ainda temos uma Constituição, acredito eu – garante que eu tenho direito a ter Deus, deusas, ter deus nenhum, a amar quem eu quiser, a ter relação com quem eu desejar, que...

(*Soa a campainha.*)

A SRª TATIANE DUARTE – ... eu tenho direito a uma educação, sobretudo laica de direitos humanos, onde a gente possa pensar de forma contraditória, contrassensual e sem toda essa onda de intolerância e ódio que tem assolado as redes sociais, esse Parlamento, as ruas, a sociedade.

Então, a Reju não vai se calar nem se omitir diante dessa conjuntura. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Tatiane.

A Senadora Fátima acabou de chegar.

A gente já ia entrar no "nada mais havendo a tratar", mas, Senadora Fátima Bezerra, a gente sabe que hoje aqui é correria, cada um numa comissão. Aposto que V. Exª estava na Comissão de Educação, e eu não tive a chance de comparecer lá.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, Senadora Regina, estive na Comissão da Educação, também na Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas eu quero aqui, muito rapidamente, cumprimentá-la e saudar aqui os nossos convidados, permitam-me, começando pelo Dr. Geniberto. É uma alegria revê-lo mais uma vez. O Dr. Geniberto é alguém, Senadora Regina, por quem o Rio Grande do Norte, o Estado que honrosamente represento aqui hoje no Senado, tem muito carinho, pela história, pela trajetória de vida, pela trajetória de militância que ele tem, sempre pautada pelo compromisso em defesa da ética, em defesa da justiça. O Dr. Geniberto está aqui representando, creio eu, a CNBB.

Igualmente, quero saudar aqui o Pastor Wilson, da Assembleia de Deus Liberdade e Vida, Conselheiro do Conselho de Defesa dos Direitos dos Negros do Distrito Federal, e Tatiane, aqui representando a Rede Ecumênica da Juventude, e saudar os demais presentes.

Mas, de forma muito breve, quero dizer o quanto é oportuno este debate, as religiões frente às injustiças, etc., pelo momento que nós estamos vivenciando. De fato, há seis meses, quando o Brasil e o mundo assistiram ao golpe parlamentar que foi perpetrado contra nossa democracia – golpe sim, porque cassa-se um mandato presidencial sem a existência de crime de responsabilidade –, a partir daquilo ali, infelizmente, o que nós estamos assistindo no Brasil é uma escalada, Dr. Geniberto, autoritária.

Aliás, já dizem os especialistas que, quando a democracia é violada, reina o caos, quando a soberania popular também é suprimida, começa a reinar o autoritarismo. É isso que está acontecendo no nosso País, porque não existe outra coisa para explicar a agenda de retrocessos que está em tramitação no Congresso Nacional neste exato momento. Um Governo que, infelizmente, padece de total legitimidade, porque chega ao Palácio por esse atalho, e envia ao Congresso Nacional, repito, agenda de retrocessos e mais retrocessos.

A PEC 55 é algo assim inimaginável, porque nós não esperávamos, de maneira nenhuma, que, em plena democracia, nós fôssemos assistir a uma proposta de tirar os pobres do Orçamento, como bem disse a CNBB, na nota que divulgou. Vai tirar os pobres do Orçamento sim. Por quê? Porque ela, ao congelar os gastos sociais pelos próximos 20 anos, está tirando a saúde do Orçamento, ela está tirando a educação do Orçamento, ela está tirando a assistência social do Orçamento. Por uma razão simples: congelam-se os gastos pelos próximos 20 anos na medida em que, daqui pra frente, o Orça-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mento sempre terá que ter sido o Orçamento do ano anterior, condicionado ao limite do patamar da inflação do ano anterior.

Ora, uma regra dessa é incompatível para dar conta das demandas de um país da dimensão do Brasil, para dar conta, inclusive, das demandas naturais, decorrentes, inclusive, do próprio crescimento da população.

Dr. Geniberto, eu quero dizer que o senhor não sabe a dor que me acomete sempre que eu constato que a PEC 55 simplesmente revogou uma das conquistas mais importantes da democracia, que foi a vinculação constitucional para a saúde e para a educação. Isso nos custou muita luta, as gerações anteriores à nossa batalharam muito. E essas vinculações são mais do que necessárias pelo quanto o País tinha e ainda tem de desigualdade social. Então, as vinculações constitucionais, na verdade, são ações protetivas, são ações afirmativas.

Por exemplo, a vinculação constitucional para a área da educação, para nós, foi algo muito valioso pelo quanto aquilo nos possibilitou de previsibilidade de recursos para essa área, de continuidade para recursos para essa área. E simplesmente ver, de uma hora para outra, o Governo ilegítimo que está aí, com a base golpista de sustentação que ele tem aqui no Congresso, tirar isso do Orçamento, com todas as consequências que isso advirá para uma das agendas mais importantes para um projeto de desenvolvimento de nação, que é educação. Nós vamos jogar o Plano Nacional da Educação na lata do lixo da história.

Mas eu quero concluir dizendo que, como se não bastasse a tragédia da PEC 55, chega mais um cálice amargo, que é a reforma da previdência. A reforma da previdência é de uma crueldade sem tamanho, na medida em que, por exemplo, admitir que, a partir de agora, para você ter direito à aposentadoria, você tem que ter, no mínimo, 65 anos e ter contribuído durante 49 anos – em um país, repito, marcado ainda por grandes contrastes, grandes desigualdades do ponto de vista social. A média de vida na minha região e na região da Senadora Regina, Região Nordeste, não chega a 65.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Exatamente, entendeu? Não chega a isso.

Estão chamando, inclusive, essa reforma da previdência de reforma caixão, é a emenda caixão, porque muitas pessoas não vão conseguir se aposentar. Mas, muito brevemente... Não é só elevar a idade mínima de aposentadoria para 65 anos, com 49 de contribuição, que é o que a reforma exige. Na verdade, ela mexe frontalmente, ela ataca frontalmente o direito dos trabalhadores e trabalhadoras, seja na área rural ou na área urbana, na medida, inclusive, repito, em que ela desconhece as desigualdades sociais, desconhece as questões de gênero, de profissões, etc. e tal.

Os regimes diferenciados, ela acaba com tudo. Só preservou os militares. Mulheres, para esse Governo que está aí, não é necessário, de maneira nenhuma, olhar a especificidade que pauta a história de nós, mulheres, pela dupla, pela tripla jornada de trabalho. É por isso que é mais do que sensato que nós, mulheres – como é a Constituição hoje – tivéssemos direito a nos aposentar cinco anos antes dos homens.

Mas quer outra crueldade maior do que o que faz com o benefício de prestação continuada, que é dirigido a quem? À população de vulnerabilidade social. É dirigido aos idosos de baixa renda, não é, Dr. Geniberto? É dirigido às pessoas com deficiência. Ou seja, isso é uma cidadania muito importante. Sabe o que o Governo ilegítimo está fazendo? Primeiro: com o benefício de prestação continuada ele foi mais perverso ainda, porque, para o benefício de prestação continuada, a idade mínima para ter direito não é 65 anos, é 70 anos. E mais maldade ainda: ele desvincula o benefício de prestação continuada do reajuste do salário mínimo.

Eu quero encerrar, por fim, falando dos professores, outra grande perversidade, que revela o desprezo que o Governo ilegítimo tem pela educação do povo brasileiro. Isso se explica, inclusive, por meio da reforma autoritária do ensino médio, enfiada goela abaixo, sem debate com os professores, com os estudantes.

Mas, por exemplo, agora, na questão da reforma da previdência, mais uma vez, o desprezo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Governo ilegítimo com a educação se traduz quando ele acaba com a aposentadoria especial do magistério. E eu não estou falando aqui não é nem do magistério de nível superior, eu estou falando aqui é do magistério da educação básica, da creche até o ensino médio. Eu estou falando de um professor – que é a minha categoria, que eu conheço muito bem – que pega salas de aula superlotadas; que fica em pé durante horas; aquele professor que pega jornadas exaustivas de trabalho; aquele professor que é submetido a um estresse violento. Talvez a profissão, Senadora Regina, que é submetida ao maior estresse do mundo seja a profissão do professor. Inclusive, pelo esforço intelectual que é exigido, pelo esforço emocional.

Por isso, nada mais justo do que, até hoje, nós termos conseguido essa proteção na nossa Constituição, que é a aposentadoria, um regime diferenciado de aposentadoria para os professores e professoras do Brasil.

Pois bem, pois o Governo ilegítimo que está aí, por meio da reforma da previdência, em uma canetada, acaba com a aposentadoria especial do magistério – para quem ingressar, evidentemente no magistério, a partir dessa reforma da previdência. Os que estão também serão penalizados, porque ele estabelece uma regra de transição.

Então, eu quero, mais uma vez, saudar aqui as religiões, que, mais do que nunca, eu diria que, em comunhão, se somam a esse mutirão cívico, político, necessário em nosso País, em defesa da democracia, para lutar contra a agenda de retirada de direitos que está colocada.

Permita-me saudar a todos e a todas vocês, a todas as religiões aqui presentes, mais uma vez dizendo do seu papel importante, parabenizando, mais uma vez, a nota que a CNBB divulgou contra a PEC 55, quando ela dizia exatamente o seguinte, que a CNBB é contra a PEC 55 pelo caráter injusto e seletivo que ela tem, na medida em que ela escolheu "para pagar a conta do descontrole dos gastos, os trabalhadores e os pobres".

Mas estamos aqui resistindo e vamos resistir até o fim, para barrar essa agenda de retirada de direitos e, se Deus quiser, Dr. Geniberto, a gente devolver o voto ao povo brasileiro, por meio de eleições diretas já. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

E, agora sim, embalada pelo aumento do diesel – de 8,1% –, da gasolina – de 9,5% –, do gás de cozinha – de 12,5% –, declaro encerrada esta reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 112ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia oito de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 6, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Flexa Ribeiro. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 73 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A Instituição do dia Nacional do Oficial do Ministério Público". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Enrique Alessandro Rota Gomez, Presidente da Associação Nacional dos Oficiais do Ministério Público – ANACOMP; Flávio Sueth Nunes, Conselheiro Deliberativo e Presidente Eleito para o Biênio 2017/2018 da Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – ASSEMPERJ; Marcos Ronaldo F. de Araújo, Diretor Jurídico da Associação Nacional dos Agentes de Segurança Institucional – AGEMPU; Gerardo Alves Lima Filho, Oficial de Justiça Avaliador Federal - representante da Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais – FENASSOJAF; Chico Alencar, Deputado Federal. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Marcus Periks Barbosa Krause, Oficial do Ministério Público do Maranhão; Joacy Pinheiro Coelho Sobrinho, Oficial do Ministério Público do Maranhão e Diretor da Associação Nacional dos Oficiais do Ministério Público do Estado do Maranhão – ANACOMP/MA; Celso Silveira Junior, Oficial de Justiça do Rio Grande do Sul e Diretor Financeiro da Associação Nacional dos Oficiais do Ministério Público – ANACOMP; Moacir Kornievícz da Silva, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Oficiais do Ministério Público – ANACOMP e Diretor Regional do Estado do Paraná; Daniel Saulnier de Pierrelevée, Coordenador Executivo da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no Plenário. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: apresentar projeto de lei para instituir o dia nacional do oficial do Ministério Público. O Senhor Presidente passa a palavra ao Deputado Chico Alencar para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e trinta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 112ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 73, de 2016, de autoria deste Senador, para debater a instituição do Dia Nacional do Oficial do Ministério Público.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade da participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Como todas as audiências públicas aqui do Senado e o trabalho das Comissões são transmitidos para todo o País via internet e canais alternativos da própria TV Senado, é de praxe desta Comissão fazer uma introdução para que aqueles que estão de uma forma ou de outra nos assistindo possam entender e conhecer qual é o tema em debate hoje.

Esta, repito, já é a 112ª Reunião desta Comissão. O ano passado a gente fez 150 reuniões; neste ano, vamos ficar em torno de 120, mas está muito bem.

Parabéns a toda a equipe! A equipe, às vezes, reclama, diz que é trabalho demais. E a média aqui são 50 reuniões por ano, e nós temos feito mais de cem. Mas é um trabalho, para o qual há um apelo muito grande da população, para que a gente realize audiências públicas.

E a gente faz audiências públicas não só aqui dentro do Senado; a gente faz audiências públicas em todos os Estados. Este ano eu fui aos 27 Estados, e agora estou no segundo roteiro, dividindo alguns Estados, como o Rio Grande do Sul, em regiões, inclusive, fazendo o debate da conjuntura, principalmente questões voltadas ao mundo dos trabalhadores da área pública, da área privada, como é o caso aqui, trabalhadores do campo, da cidade, discutindo a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, as PECs, como a PEC 55, que está aí.

Mas vamos, então, fazer aqui uma breve introdução do tema de hoje. Damos início, neste momento, para todos os que estão nos acompanhando, à audiência pública convocada em atenção ao Requerimento nº 73, de 2016, desta Comissão, para debater o dia nacional do oficial do Ministério Público. Requeri a realização desta audiência pública, meus amigos e minhas amigas, com a convicção de que a criação dessa data comemorativa, o dia nacional do oficial do Ministério Público, representa, na verdade, o reconhecimento pela sociedade brasileira de uma categoria que tem pautado suas ações sempre pelos mais nobres ideais do patriotismo e cidadania.

A Constituição de 1988, como sabem todos os que aqui se encontram, atribuiu ao Ministério Público missão de altíssima relevância. Compete à instituição, de acordo com o art. 127 da Carta Magna, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Entre as funções institucionais que lhe foram conferidas, visando ao comprimento de tal missão, estão, por exemplo, a promoção de ação penal pública, o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição e a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, também do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Senhoras e senhores, a execução dessas e de todas as demais funções sob a responsabilidade da instituição não se faria possível sem a atuação competente e dedicada dos oficiais do Ministério Público. São eles os responsáveis por notificações, intimações, mandados de localização de pessoas, de vistoria ou de verificação, condução coercitiva, coleta de dados, diligências de inspeção ou investigação, vistorias em casas prisionais, busca de elementos informativos e provas necessárias às atividades das promotorias, diligências junto às repartições públicas e verificações referentes à situação de menores abandonados e doentes mentais, entre muitas outras atividades.

Cumprem essas atribuições solidariamente, longe do conforto e da tranquilidade dos gabinetes, percorrendo os mais diversos e, muitas vezes, inóspitos lugares em áreas urbanas e rurais. O que fazem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ao executarem esses atos processuais, é justamente transformar intenção em gesto, teoria em prática, palavras em ações concretas. São, enfim, os oficiais do Ministério Público que dão concretude e celeridade às pretensões da essencial instituição a que pertencem.

Termino dizendo que, por tudo isso, senhoras e senhores, penso que a criação de um dia nacional do oficial do Ministério Público é medida que merece o nosso carinho, respeito e apoio. Teremos, assim, uma data em que esses dedicadíssimos profissionais poderão refletir com mais profundidade sobre todos os aspectos relacionados à sua missão, celebrar as conquistas já alcançadas e trocar informações e ideias sobre os desafios ainda a serem enfrentados.

É a proposta que passamos a discutir a partir de agora nesta audiência pública. Pela elevada qualificação dos convidados presentes, estou certo de que teremos aqui hoje um debate extremamente rico e muito bem fundamentada, que vai contribuir seguramente para a tomada da melhor decisão.

Uma salva de palmas ao dia nacional do oficial do Ministério Público. (*Palmas.*)

Depois dessa simbólica leitura e das palmas do Plenário em homenagem aos senhores e às senhoras, vamos formatar a Mesa.

Convidamos o Dr. Enrique Alessandro Rota Gomez, Presidente da Associação Nacional dos Oficiais do Ministério Público (Anacomp). (*Palmas.*)

o Dr. Flávio Sueth Nunes, Conselheiro Deliberativo e Presidente eleito para o biênio 2017/2018 da Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Assemperj). (*Palmas.*)

Marcos Ronaldo F. de Araujo, Diretor Jurídico da Associação Nacional dos Agentes de Segurança Institucional (Agempu). (*Palmas.*)

Hoje, podemos já aqui, de forma descontraída – se é que dá para descontrair, com essa crise toda instalada no País –, dizer que hoje temos pelo menos uma decisão... O pior de tudo é não decidir. A Casa, então, está com o Presidente, pois o Supremo Tribunal Federal, ontem, entendeu que o Presidente Renan Calheiros continuaria no cargo. Eu me lembro de que, ontem ou anteontem, quando eu abri a reunião, me perguntavam quem era o Presidente. Eu dizia: "Eu não sei ainda. Há uma liminar no ar. Ainda não chegou a decisão final. Só depois, quando o Supremo decidir." Então, a decisão está dada. Como dizemos sempre, decisão do Supremo, gostando ou não, cumprimos. Então, aqui, eu não faço nenhum juízo de valor.

Estou apenas dizendo que o Supremo decidiu, e o Presidente Renan, a partir de hoje... Volta, digamos, em tese, a normalidade aqui dos trabalhos do Congresso, já que não tivemos sessão deliberativa nem segunda, nem terça, nem quarta. A partir de hoje, a Casa volta às votações e decisões no plenário.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Enrique Alessandro Rota Gomez pelo tempo de dez minutos, mas com a tolerância devida, se necessário.

O SR. ENRIQUE ALESSANDRO ROTA GOMEZ – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, colegas de Mesa aqui, todos colegas do Ministério Público. Bom dia aos colegas presentes no auditório e aos senhores representantes do Senado Federal, funcionários, assessores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Presidente, como chegou o Dr. Gerardo Alves Lima Filho, Oficial de Justiça Avaliador Federal, representante da Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Fenassojaf). (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

O SR. ENRIQUE ALESSANDRO ROTA GOMEZ – Claro. Desculpe, Geraldo. Na vida da tecnologia, nós nos conhecemos por telefone.

Esta iniciativa de solicitar ao Senador Paim a criação do dia nacional do oficial do Ministério Público partiu da Anacomp (Associação Nacional dos Oficiais do Ministério Público). Desde já, agradecemos a sensibilidade do Senador em aceitar esse requerimento para trabalhar sobre o projeto de lei que criará

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o dia nacional do oficial do Ministério Público.

Por que o dia nacional do oficial do Ministério Público? Porque o nosso Brasil é muito grande, e o que acontece no dia a dia do nosso trabalho, que já foi citado pelo Senador? Nos nossos 27 Estados, o nome do cargo do oficial do Ministério Público só ocorre em três Estados. O Ministério de Santa Catarina tem o seu oficial do Ministério Público, aquele *longa manus* do Promotor de Justiça. Minas Gerais também tem o seu oficial do Ministério Público. Mas o que acontece? A tão falada autonomia administrativa do Ministério Público, em uma redundância, faz com que, em cada Estado, a administração do Ministério Público crie os cargos com o nome a bel-prazer, não há uma lei federal que diga que o funcionário público tal que faz tal função terá esse nome. Não é o caso do Judiciário, que já tem muitos anos de tradição, e o trabalho do oficial de Justiça é mais que secular.

Só para exemplificar e sendo breve, reunimos em Florianópolis em 2013 vários Estados do Brasil, entre eles, os técnicos em notificações do Rio de Janeiro, os secretários de diligências do Rio Grande do Sul, os oficiais do Ministério Público de Santa Catarina, os oficiais de promotoria do Paraná, os executantes ministeriais ou técnicos...

O SR. JOACY PINHEIRO COELHO SOBRINHO (*Fora do microfone.*) – Técnico ministerial – execução de mandados.

O SR. ENRIQUE ALESSANDRO ROTA GOMEZ – Do Maranhão. E assim por diante.

Chegamos a uma conclusão de que essa divisão de cargos é muito prejudicial para nossa atividade, para sermos reconhecidos na nossa atividade no Brasil, na legislação federal.

Quando sai uma legislação federal – nós temos já algumas emendas em alguns projetos futuros com alguns Parlamentares –, o Parlamentar pergunta para mim: "que nome eu boto para vocês? Eu boto 'secretário de urgências'?" para ter esse direito, o direito à gratuidade nos ônibus quando estão em cumprimento de mandados, no Rio de Janeiro, onde estacionar o carro é muito difícil. Ninguém sabe quem é o oficial do MP no Rio, porque é técnico em notificações. A comunidade não sabe quem é o oficial do Ministério Público.

Então, nós achamos que teríamos que criar uma data para trabalhar esse assunto, para unir a categoria em todo o Brasil. Já estamos trabalhando junto ao Conselho Nacional, no mesmo sentido. Mas nos pareceu que seria um dia para discutir a nossa realidade, o que está sendo feito, como a administração do Conselho Nacional do MP está se manifestando, porque a administração do Conselho diz assim: "cada Estado tem sua autonomia", mas é muito complicado, porque que eu saiba, promotor de Justiça é no Brasil inteiro, oficial de Justiça é no Brasil inteiro, mas oficial do MP tem um nome em cada lugar. Isso é muito difícil. Então, o intuito é unirmos a categoria e, ao mesmo tempo, termos reconhecimento da comunidade, quando você vai notificar aquela parte, seja réu ou não, que ele saiba quem é que o está notificando. Ele sempre acha que é um oficial de Justiça, e não é na verdade.

Então, é nesse sentido. Acho que os colegas de todo o Brasil – até temos uma representação de Goiânia que não chegou ainda, deve estar chegando aí – concordam com essa posição, que somos uma classe única, não temos que ter nomes separados, porque envolve direitos trabalhistas, é risco de vida. O secretário de diligências do Rio Grande do Sul tem direito ao risco de vida, e o do Maranhão não tem. Por que, se eles fazem a mesma coisa? O colega do Rio de Janeiro vai para as comunidades e não ganha risco de vida, Senador. E a administração diz: "mas não é tão perigoso assim notificar traficante". É complicado.

Essa é a minha manifestação. Agradeço a oportunidade e, ao mesmo tempo, sempre apelo pela união da categoria.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Enrique Alessandro Rota Gomez, que falou pela Anacomp.

De imediato, Flávio Sueth Nunes, que fala pela Assemperj.

O SR. FLÁVIO SUETH NUNES – Bom dia a todos! Queria agradecer ao Senador Paulo Paim, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

abriu para gente este espaço, e agradecer aos membros da mesa, aos presentes e aos servidores.

O Enrique abordou uma questão ampla, sobre essa necessidade de nós termos essa unificação do nosso cargo, e na verdade eu gostaria de falar um pouquinho aqui, rapidamente, sobre a nossa função.

Eu, como representante, atualmente, da Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio, e também como diretor da Anacomp, tenho encontrado uma batalha muito grande em relação ao nosso dia a dia, do nosso trabalho. O nosso cargo surgiu em razão da necessidade que o Ministério Público, cada vez mais, tem tido de uma atuação mais presente junto à sociedade.

O Deputado Chico Alencar chegou ali. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí o Deputado usa a palavra no momento em que ele entender mais adequado, como sempre a gente faz nesta Comissão.

O SR. FLÁVIO SUETH NUNES – Agradeço a presença do Deputado Chico Alencar, que está sempre com a gente está acompanhando com a gente a nossa luta lá no Rio de Janeiro, uma quase guerra – não é, Chico? A gente tem enfrentado uma dificuldade muito grande perante a Alerj, mas a gente tinha que vir aqui para debater a questão nacional do nosso cargo.

Dando continuidade, eu estava falando que os servidores que exercem a função de oficial do Ministério Público começaram a atuar no Ministério Público a partir da Constituição de 1988, em que o Ministério Público ganhou uma série de atribuições fundamentais, e para isso não tem como exercer o trabalho somente com os membros ou com os magistrados. É importante que haja servidores qualificados atuando na fase de execução para dar efetividade às atribuições do Ministério Público.

Nesse sentido, no nosso caso específico, no Rio de Janeiro em 2003 foi criado o cargo, mas o concurso só começou em 2007, ou seja, a gente tem menos de dez anos de atribuição, mas a diferença e a nossa importância dentro da instituição tem sido notada enormemente, porque a partir daí as efetividades dos mandados e as efetividades da atuação do Ministério Público têm sido muito maiores. O conjunto de ações que têm sido impetradas a partir da nossa atuação... Às vezes nem ações, às vezes só o fato de a gente conseguir realizar determinados mandados, determinadas notificações, já traz um efeito para o Ministério Público e para a sociedade como um todo.

Nesse sentido, eu gostaria de abordar as dificuldades que a gente vem enfrentando, justamente pelo que o Enrique falou, da falta de uma regulamentação, da falta de uma uniformização do nosso nome, ainda mais em Estados – hoje em dia é até difícil falar em Estados que têm mais violência ou menos violência –, em alguns lugares que têm uma conflagração maior de violência, onde a gente está sujeito a ainda mais riscos. No Rio de Janeiro, a gente tem colegas que já passaram por uma série de dificuldades, que já sofreram agressões, que já sofreram ameaças, principalmente porque a gente, diferentemente dos oficiais de Justiça, cumpre uma ordem em um determinado processo que tem duas partes. A gente atua em nome do Ministério Público, na ordem de um promotor, de um membro, então muitas vezes a gente fica constrangido de exercer determinadas atribuições, porque a gente tem essa ordem para cumprir esse mandado, e muitas vezes a gente não tem a oportunidade de dialogar melhor com a Administração sobre as nossas dificuldades, enfrentadas no nosso dia a dia.

Eu queria trazer, além da questão da uniformização do cargo, que a gente enfrenta uma série de dificuldades. Como o Enrique falou, a gente vai exercer a notificação e a sociedade, como um todo, por não reconhecer o nosso cargo, acha que a gente é oficial de Justiça, e isso causa uma certa dificuldade até mesmo para o cumprimento da ordem. Como o Enrique falou, em cada Estado existe uma nomenclatura.

O nome de técnico de notificação não favorece o cumprimento do mandado e outros colegas também têm nomes diferentes.

Então, é neste sentido que pensamos em trazer este debate para hoje, aqui no Senado: chamar a atenção da sociedade para a importância de uniformizarmos a nomenclatura do nosso cargo e poder atuar de uma forma mais homogênea.

Além disso, vimos também destacar a necessidade de uma maior atuação com uma inteligência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dentro do Ministério Público. A inteligência que eu digo é inteligência operacional. Muitas vezes, uma falta de um diálogo junto à Administração acaba acarretando que tenhamos menos efetividade no nosso trabalho. Aí, precisamos, cada vez mais, não só unificar o cargo, uniformizar o nome, dar respaldo ao nosso trabalho, mas também ter um maior diálogo com a Administração, em todos os níveis, para que possamos levar à Administração as questões que ocorrem no nosso dia a dia.

Então, é isso. Precisamos dar uniformização, precisamos de criar condições de trabalho mais apropriadas. No Rio de Janeiro, por exemplo, Deputado e Senador, cumprimos as diligências com o nosso carro próprio e temos uma indenização limitada a uma quilometragem, que, no caso nosso, é de 1.000km. Se passarmos de 1.000km, não somos indenizados. Essa situação já percorre mais de dez anos, vimos brigando por isso e, infelizmente, não temos tido a atenção devida em relação a essa situação. Muitas vezes, mandados deixam de ser cumpridos, porque temos esse tipo de limitação. Esse é só um exemplo que trago à tona.

Então, é isso. Temos vários desafios. Além disso, temos a questão das PECs que estão no Senado, que estão no Congresso, que são fundamentais para permitir que haja valorização do serviço público de uma forma geral. Queríamos trazer esse debate aqui.

Eu agradeço a oportunidade e acho que, a partir de agora, temos que começar um caminho. Quero ouvir o que os colegas têm a dizer também para somar.

Espero que possamos hoje, neste dia, ter um bom debate e trazer essa questão à sociedade, para que possamos ter um melhor diálogo com a Administração nacional e estadual.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Flávio Sueth Nunes, que falou pela Assemperj.

Já está aqui na mesa conosco o nosso amigo e Deputado Federal Chico Alencar, que vai também, enfim, discorrer sobre o tema "A instituição do dia nacional do oficial do Ministério Público" e todo o seu desdobramento, como você colocou muito bem.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Marcos Ronaldo de Araujo, Diretor Jurídico da Associação Nacional dos Agentes de Segurança Institucional (Agempu).

O SR. MARCOS RONALDO FREIRE DE ARAUJO – O.k. Obrigado.

Bom dia a todos.

Eu inicialmente gostaria de agradecer o convite feito pelo Presidente Enrique à nossa entidade, Agempu. Gostaria também de cumprimentar todos, o plenário e a Mesa, nas pessoas do Senador Paulo Paim e Deputado Chico Alencar.

Quero dizer que pessoalmente, sinceramente, é uma honra muito grande para mim estar nesta Mesa com todos aqui, em especial com o Senador Paulo Paim e com o Deputado Chico Alencar, em virtude do histórico de atuação das nossas entidades, no caso MPU, em várias situações em que sempre pudemos contar com o apoio aqui, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado, tanto do Deputado Chico Alencar, quanto do Senador Paulo Paim.

Também aproveito a oportunidade, não poderia deixar de fazer esse registro, para parabenizá-los pela coerência da atuação. Acho que são dois mandatos fundamentais para o Brasil, para a população em geral, pela coerência de atuação e independência. Eu, particularmente, ao longo desses 11 anos em que estou no Ministério Público da União, sempre envolvido com, em alguns momentos, associação, às vezes, sindicato, sou testemunha dessa atuação independente e em defesa, no nosso caso, dos interesses dos servidores.

Feito esse registro, eu tentarei ser maximamente objetivo. Para isso, eu vou dividir a minha fala em dois momentos. No primeiro momento, eu vou falar um pouco sobre a nossa associação, a Agempu, e, para finalizar, no segundo momento, vou falar realmente sobre o cerne da discussão aqui, que é a questão da data, a criação dessa data nacional, do dia do oficial do Ministério Público, e dizer por que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nós, como Diretor Jurídico da Agempu, defendemos a instituição dessa data no calendário.

Também acho que é válido registrarmos a questão que o Senador Paulo Paim falou no início aqui das incertezas da conjuntura nacional. Do nosso ponto de vista, essas incertezas contribuíram – e vamos vendo os efeitos das coisas –, de forma negativa, para a mobilização do evento, porque o Presidente Enrique ficou no sentido da incerteza de que haveria ou não atividade. Ele nos contactou e fizemos o possível, mas o tempo de divulgação ficou muito curto.

Ainda assim, acho que o evento é da maior importância, tanto do ponto de vista qualitativo quanto do ponto de vista quantitativo. Vieram colegas com muita experiência, colega aqui também da Fenassojaf, com muita experiência na atuação. É um povo que representa uma quantidade grande de servidores, seja no âmbito dos Ministérios Públicos estaduais, seja no âmbito do Ministério Público da União, o nosso caso, seja também no âmbito do Judiciário Federal, que é o caso aqui da Fenassojaf, uma associação que influenciou muito a atuação, inclusive, da nossa entidade de classe, a Agempu, que foi criada em 2006, no sentido de termos uma discussão mais pormenorizada e mais específica das atribuições e também das demandas rotineiras dos servidores que atuavam na área de segurança e transporte no Ministério Público da União.

É uma longa história, e nós, em meio a essa conjuntura toda, em meio a todas as dificuldades, temos conseguido avançar, diria até que bastante em várias questões internas e em algumas questões de caráter mais sindical, com as reivindicações da base por remuneração, melhores condições de trabalho, reconhecimento da casa, etc. E é uma luta árdua que vemos que é constante e praticamente infinita e assim que tem que ser. A gente vai atuando, fazendo a leitura conjuntural, procurando os espaços, tentando orientar a base também, para que não fique só naquela questão interna e esqueça de que, no final da história, o que conta é o atendimento que a gente faz ao cidadão brasileiro. Esse, eu acho o ponto fundamental – e aí já adentrando no segundo momento da minha fala, que é a importância da criação desse dia e dessa padronização.

Em relação a tudo que foi falado aqui muito bem pelo Presidente Enrique, acho que a questão de termos uma padronização – acho que é a luta da Fenassojaf, o Geraldo deve falar um pouco daqui a pouco sobre isso –, da nomenclatura dessas pessoas que atuam junto à comunidade, como é o caso do oficial de Justiça, no âmbito do Poder Judiciário e do oficial do Ministério Público, oficial de diligências do Ministério Público, é você poder, em nível nacional, chegar a qualquer comunidade ou a qualquer lugar que seja, para atendimento, levar alguma diligência ao público, ter essa padronização e clareza quando se faz a interlocução para que a pessoa saiba, rapidamente, com quem ela está falando e mais ou menos do que se trata.

Então, acho que essa falta de padronização acarreta uma dificuldade de comunicação mesmo e que, muitas vezes, atrapalha, acho que até aumenta o nível de insegurança nas diligências que são feitas pelos oficiais. Aqui, no âmbito do Ministério Público da União, temos uma situação que é muito parecida no que se refere a atribuições e rotinas dos colegas que trabalham no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. E, no âmbito do Ministério Público Federal, Ministério Público Militar e Ministério Público do Trabalho, temos uma situação que é um pouco mais diferente das rotinas do oficial de diligências, porque aqui o Ministério Público do DF tem uma atuação que é, obviamente, similar à atuação dos Ministérios Públicos estaduais.

É uma discussão importante. Acho, no que se refere à nossa associação, declaramos aqui o nosso apoio à ideia, acho que é muito bem-vinda.

E, além de tudo que foi falado aqui, acho que essa questão de facilitar essa interlocução entre o agente do Estado, que vai levar uma notificação, como exemplo, para um cidadão que está muitas vezes respondendo alguma coisa, ter essa clareza de falar para ele que você é oficial, seja oficial Justiça ou oficial de diligência do Ministério Público, penso que isso facilita muita coisa nessa comunicação. Você vai chegar a um local desse, falar que você é analista de diligências e não sei o quê, técnico de... Acho que isso não contribui muito para a eficiência do serviço público, no que se refere a essas diligências.

Bom, eu vou, já concluindo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. MARCOS RONALDO FREIRE DE ARAUJO – ... a minha fala, mais uma vez agradecer o convite feito pelo Presidente Enrique, dizer que muito nos honra realmente estar aqui e, sobretudo, em companhia aqui do Senador Paulo Paim e do Deputado Chico Alencar.

Então, agradeço a atenção de todos. São essas as considerações da Agempu.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Marcos Ronaldo de Araujo, falou pela Agempu.

Agora, Dr. Gerardo Alves Lima Filho, Oficial de Justiça Avaliador Federal, representante da Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais.

O SR. GERARDO ALVES LIMA FILHO – Cumprimento os presentes, cumprimento a Mesa, Senador Paulo Paim, Deputado Chico Alencar, entre os demais aqui, o Enrique, que nos honrou com esse convite.

Aliás, o Senador Paulo Paim nos acompanha diuturnamente nessa luta em prol da classe trabalhadora. Ontem, quero agradecer mais uma vez, o Senador Paulo Paim conseguiu uma reunião para as centrais sindicais, fiz parte dessa reunião, confederações, federações, sindicatos do Brasil inteiro, na luta contra a PEC 55, contra a reforma da Previdência, contra a terceirização, contra a sustação da NR-12...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem lembrado, conseguimos dar mais um tempo. Cada dia aqui é uma agonia.

O SR. GERARDO ALVES LIMA FILHO – Então, o Senador Paulo Paim nos acompanha diariamente nessa luta, sempre com combatividade. É muito importante para a classe trabalhadora.

Aliás, a gente falando aqui da criação do dia nacional do oficial do Ministério Público. O Dia Nacional do Oficial de Justiça, oficialmente, foi criado pela Lei nº 3.157, de 2015, o dia 25 de março, e o projeto foi de autoria do Senador Paulo Paim. Então, é o talismã, com certeza também vai dar certo aqui a criação, essa importante criação do dia nacional do oficial do Ministério Público também, partindo desta audiência pública.

E como foi ressaltado aqui, é algo muito importante, é simbólico, muito mais do que a mera criação para a classe, é uma demonstração para a sociedade de que essa função existe, de que essa função é necessária, de que ela é relevante, de que ela tem que ter uma estrutura, uma organização, e se impõe para os órgãos públicos, para todo o Ministério Público, que institua a obrigatoriedade de criar essa estrutura.

Fiquei muito feliz pelo convite, também, para estar aqui. Primeiro, na qualidade de oficial Justiça, sempre trabalhei em parceria com as pessoas aqui no MPDFT, a gente não tem essa estrutura, o cargo, com essa nomenclatura, mas existem pessoas que desempenham essas funções, a gente sempre trabalhou em parceria.

Sou o Presidente da Associação dos Oficiais de Justiça do Distrito Federal e aqui estou representando a Fenassojaf – Federação Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, uma entidade muito importante para organizar também a luta dos oficiais de Justiça.

Fiquei ainda mais feliz pelo convite porque também sou coordenador da Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União), 140 mil servidores na base. A gente representa 30 sindicatos no País inteiro, incluindo os servidores do Ministério Público da União. Então, a gente também tem um interesse direto que ocorra essa criação e que sejam valorizados os colegas do Ministério Público da União que desempenham essas funções.

O fato é que não se conhecem ainda todas as dificuldades de quem realiza atos de natureza externa e, muitas vezes, até atos constritivos. Há uma insatisfação das pessoas, há uma desconfiança, há um grau de risco. Então, há uma incompreensão com relação a esse tipo de atividade. Os oficiais de Justiça experimentam isso ainda hoje. Por exemplo, os oficiais de Justiça federais não recebem adicional de periculosidade, só para citar uma dificuldade, um exemplo, apesar de o rol de crimes praticados contra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

oficiais de Justiça ser muito extenso – aliás, incluindo casos de homicídio.

Não precisa ir muito longe. Este ano, completou dez anos, aqui no Distrito Federal, o assassinato da oficiala Terezinha, cumprindo um mandado, cumprindo uma ordem judicial na Circunscrição Judiciária de Samambaia. Ainda hoje machuca lembrar da colega, que estava no desempenho das suas atribuições e teve a sua vida ceifada. A gente poderia citar inúmeros casos. Há dois anos, ocorreu o assassinato do oficial Francisco Ladislau, do TRT do Rio de Janeiro.

Então, esse tipo de atividade de natureza externa é extremamente perigoso e envolve uma série de particularidades que fogem muito do dia a dia de quem desempenha as suas atividades dentro de gabinete, dentro de escritório, com segurança. É claro que há outras dificuldades, naturalmente, mas a gente tem que destacar a necessidade de valorização dos colegas, dos servidores que vão para a rua, que são o braço, que proporcionam a materialização seja da decisão judicial, seja das necessidades ali próprias da atividade desenvolvida pelo Ministério Público.

Então, há essa necessidade de avançar com relação à estrutura desse cargo, com todos seus consectários legais. Então, por exemplo, a gente pode trabalhar em parceria – os oficiais de Justiça com o oficial do Ministério Público –, porque a atividade é muito próxima, muito parecida. As dificuldades experimentadas são as mesmas. Então, os pleitos antigos dos oficiais de Justiça precisam ser estendidos também para os oficiais do Ministério Público, como, por exemplo, a questão da aposentadoria especial, mesmo em um período em que a reforma da Previdência vem com uma série de restrições, mas a gente tem que continuar essa luta para aposentadoria especial dos oficiais de Justiça e, naturalmente, dos oficiais do Ministério Público. Há a questão da indenização de transporte. O colega citou a situação de um limite de 1.000km. Os oficiais de Justiça já têm uma série de dificuldades. E a gente percebe que os oficiais do Ministério Público já experimentam essas mesmas dificuldades. Enfim, os temas são muito próximos. É importante essa aproximação da nossa parte, da questão da representatividade mesmo por parte da Fenassojaf. Podem ter a certeza de que haverá esse interesse de diálogo, de valorização também dos oficiais do Ministério Público.

E a Audiência Pública é importante para nós dialogarmos. Em que pese não termos conseguido trazer tanta gente aqui, hoje, as pessoas que aqui compareceram têm uma representatividade muito significativa.

Então, essa luta só tende a crescer, a aumentar, a se intensificar. E aí, com a criação do cargo de Oficial do Ministério Público nos vários Estados, isso é relevante, e também no âmbito da União, do Ministério Público da União, do MPU.

Essa questão também de aproximar os oficiais de Justiça dos oficiais do Ministério Público vai ser importante para passarmos a experiência que já temos nesses pleitos. Aliás, um pleito que está bem próximo de ser apreciado agora é o do porte de arma dos oficiais de Justiça e que, certamente, daqui a pouco, vai ser necessário também para os oficiais do Ministério Público.

Enfim, não vou me alongar.

É só para dizer da satisfação de estarmos aqui participando deste momento extremamente relevante, que é um primeiro passo em torno da valorização. O Ministério Público da União também precisa da criação desse cargo específico se valendo também dessa experiência acumulada das atividades de oficial de Justiça.

Inclusive, quando veio a Lei nº 11.416, que trata atualmente dos vários cargos dos servidores do Poder Judiciário da União, colocou-se apenas a nomenclatura do cargo do oficial de Justiça. O cargo, na verdade, chamou-se Analista Judiciário – Execução de Mandados. Nós, naturalmente, criticamos essa nomenclatura, que é uma nomenclatura que não se ajusta com a legislação processual civil, com a legislação processual penal. A sociedade não conhece, não sabe o que é Analista Judiciário Execução de Mandados. Mas oficial de Justiça toda a sociedade sabe quem é ou qual é o papel a ser desempenhado em prol do bem comum, em prol da Justiça.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERARDO ALVES LIMA FILHO – Não me alongo mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Agradeço a oportunidade aqui. Faço votos de que essa ideia se fortaleça com a criação e a valorização dos oficiais do Ministério Público.

Devolvo a palavra ao Presidente da Mesa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Gerardo Alves Lima Filho, que falou como Oficial de Justiça Avaliador Federal, representante da Federação Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais. Ele lembrou do projeto dos oficiais de Justiça. Eu fico muito feliz pela lembrança. É um projeto que nós encaminhamos e já é lei.

Estamos aqui conversando, eu e o Deputado Chico Alencar, que vai falar agora, para darmos os encaminhamentos finais, logo após a fala dele.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Bom dia a todas, em minoria aqui, mas não na sociedade, e a todos!

Esta audiência é reveladora do caráter democrático, radical, no sentido mais pleno da palavra, do mandato do Senador Paulo Paim. Eu confesso que raramente vi uma audiência pública para se elaborar um projeto de efeméride, de data. No momento, a gente recebe a demanda e já apresenta o projeto.

O que esta audiência revela, na concepção do mandato do querido companheiro Paim de tantas lutas? Que a data não é uma simples data, não é para se ter um registro no calendário.

Eu estou lá relatando a transformação em feriado nacional do Dia de Zumbi dos Palmares, Dia Nacional da Consciência Negra, que já é feriado em mais de 300 Municípios brasileiros, mas ainda não é uma data nacional. E claro que quem relata uma matéria dessa aparentemente meramente decorativa sofre legítimas pressões.

Eu acho que hoje há pressões inerentes a um mandato público que se exerce, ainda mais parlamentar, de tudo quanto é lado. Claro que as associações comerciais e industriais já estão ali no meu pé, para dizer que não pode haver mais um feriado. Por outro lado, as entidades dessa nossa identidade negra inequívoca – aliás, aqui os dois Parlamentares têm essa ascendência –, elas também demandam.

Então, em torno de uma data cívica ou de um registro no calendário, há muito mais questões importantíssimas. E a audiência já revelou – pelo que pude ouvir, do Dr. Enrique eu não estava aqui ainda, mas do Marcos, do Geraldo e do Flávio – elementos que a mim me ajudaram bastante no entendimento das funções, até mesmo a mais conhecida do oficial de Justiça, mas também do oficial do Ministério Público, que, pelo o que soube aqui, agora – vivendo e aprendendo –, não tem nem a denominação unificada nacionalmente. E isso é ruim, é claro; acaba sendo uma desvalorização da identidade da função.

Então, além da importância da audiência pública, e eu apenas informo, como eu sou membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara, há um risco de se apresentar, ainda hoje, lá o relatório pronto do projeto de reforma tributária. Que agilidade! Faz a gente até achar que isso foi elaborado lá no Executivo. E um conterrâneo seu, um Deputado gaúcho muito amigo dos ruralistas, é que está relatando. (*Risos.*)

Então, a gente está lá, já existe um grupo de Parlamentares para evitar esse atropelo. É próprio do Parlamento fazer um bom debate.

Previdência...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CHICO ALENCAR – Eu falei o quê?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. CHICO ALENCAR – É porque eu acho que a tributária é que é importante. Muito mais importante! Desculpe-me. (*Risos.*)

Obrigado, Paim.

Então, eu tenho pouco tempo aqui, mas quero ouvir um pouco também os outros colegas que aqui estão.

Apenas adiantaria o seguinte: eu entendo que o oficial, seja o da Justiça, seja o do Ministério Público, guardadas as diferenças de função, ele é a concretização da função judiciária ou da função do *Parquet*, do Ministério Público, é a efetivação. Está lá na *Bíblia*: "A fé sem obras é vã."

Mais do que o discurso – e nós Parlamentares somos especializados nisso –, o que conta é a ação prática; mais do que a decisão, às vezes, cômoda até, no gabinete, que precisa ser tomada, a sua execução é que é fundamental; mais do que a tese, você, às vezes, lidar com a antítese, ou seja, você elabora a partir de uma compreensão, de análise dos autos de todo o arrazoado que lhe chegou, as denúncias, você toma uma decisão.

Agora, a antítese está em geral em quem é atingido por aquela decisão. E aí eu sei, e eu já vivi muito isso do lado de cá, da antítese, lá no Rio de Janeiro eu fui presidente de uma associação de moradores do meu bairro e depois, da Federação das Associações de Moradores. Lá nos anos 1980, ainda havia estertores fortes do regime muito autoritário, e volta e meia eu estava lá, do lado de moradores pobres – não eram intimados os ricos, que, parece, têm mais força para escapar às vezes até da intimação.

Eu vi recentemente, se não me engano, Paim, foi aqui neste mesmo local – não sei, pode ser que eu estivesse sonhando –, um pobre oficial de Justiça indo a uma residência oficial, ficando lá na porta, o intimado até olhou um pouquinho para ele, mas ele não ousou ir além da sua função de tentar que se assinasse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só não nesta sala.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Pois é, não, nesta sala, não. Depois, perambulando por aí. Eu diria que às vezes isso é até humilhante.

E eu falo dessa condição de quem já viveu bons embates com oficiais de Justiça, com uma ordem de despejo, aqueles que têm mais sensibilidade social, outros, nem tanto, mas é uma função penosa, dura, muito ingrata, muito difícil, porque às vezes você tem que ser portador de uma... Não é como o Arcanjo Gabriel, já que a gente está no tempo do Natal, que vem anunciar o messias. Mas você tem que encaminhar algo do qual você até, subjetivamente, pode discordar. Mas a impessoalidade, princípio constitucional, tem que estar presente nisso. Agora, não a insensibilidade, é óbvio.

Então eu diria que vocês fazem a ponte entre a praça, a rua e o palácio das decisões, da nossa hierarquia judicial, do Ministério Público, de todas as instâncias da nossa República. Portanto, é uma função superimportante, que precisa ser valorizada, precisa ser reconhecida inclusive. Não adianta termos o dia nacional do oficial do Ministério Público se fica perdido ali, mais uma data cívica. E a gente apanha. Eu já ouvi, porque eu apresentei, por exemplo, projetos vários, como o dia nacional do teatro do oprimido, que é uma iniciativa de reconhecimento internacional do ex-teatrólogo e ex-Vereador do Rio, Augusto Boal. E logo sai notinha dizendo: "Vocês não têm mais nada que fazer, não? Ficar criando datinha?" Quando é feriado, então, aí o bicho pega, a situação fica difícil.

E eu acho que realmente a gente não precisa, e nem é isso que se está propondo, de feriados e feriados, feriados. Agora, precisamos viver os feriados. Quem dera se no dia da Proclamação da República, que foi o último feriado nacional, nós tivéssemos eventos para que a consciência republicana, tão precária neste País, tivesse mais força, mais alento.

Portanto, eu estou aqui para ouvir, neste tempo que me resta, mais dados. Faço já, até para todos vocês, algumas indagações: se têm já um dia proposto – eu não vi o arrazoado, o Senador Paim vai me enviar –, a razão dessa data e também se é interessante a gente, inclusive na justificação – essa é a palavra, eu sempre achei que fosse justificativa. Nem o Dr. Mozart conseguiu me explicar por que é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o certo é justificação. Assim como ele sempre falava: "Olha, vocês não estão protocolando nada, estão protocolizando." Bom, detalhes do vernáculo.

De qualquer forma, na justificação, é importante que coloquemos que é uma categoria importante por tais e tais razões e que demanda tal e tal reconhecimento concreto nas condições de trabalho. É um absurdo você não ter como exercer a sua função além de 1.000km da sede onde a decisão foi exarada. E outras questões mais. Então, é muito importante.

Eu estou inteiramente à disposição, já me comprometendo aqui, combinamos rapidamente, a que a matéria tramitará também na Câmara dos Deputados.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse é o Deputado Chico Alencar, Deputado Federal, que estabelece conosco sempre uma grande parceria. Quando eu preciso alavancar um projeto lá, não preciso nem falar com ele; se o projeto é de nossa autoria e vai para o plenário, ele defende – é meio que automático. Eu não vou mentir que eu ligo para ele toda hora, pois eu não ligo, não. "De quem é o projeto? É do Paim. Então, vamos olhar com carinho". Eu tenho certeza absoluta disso. Até para agilizar, às vezes, apresentamos nas duas Casas. Apresenta lá e apresenta aqui. Começa o debate. Ao primeiro que é aprovado, o outro é apensado, e toca a bala. Se precisar, faremos isso também, mediante entendimento já.

Pediram uma palavra no plenário, mas, primeiro, registro a presença de Daniel Saulnier de Pierrelevee. Está certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meio que adivinhei aqui, fui por instinto.

Ele é o Coordenador Executivo da Fenamp (Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais). Seja bem-vindo.

Pediu a palavra – a quem vamos passar neste momento – o Dr. Marcus Periks Barbosa Krause, oficial do Ministério Público do Maranhão. Tem cinco minutos para cada companheiro do plenário.

O SR. MARCUS PERIKS BARBOSA KRAUSE – Bom dia a todos, colegas da Mesa, Senador, Deputado Chico Alencar, demais colegas.

Eu tenho, na verdade, 17 anos de serviços prestados ao Ministério Público. Ingressei no Ministério Público em 1999, na época, com a denominação de oficial de promotoria. No Maranhão, antes tínhamos essa nomenclatura, e mudaram, depois, recentemente, para técnico ministerial – execução de mandados. Até terminarmos de dizer o nome para a pessoa, quando vai notificar, a pessoa até já esqueceu. O que é isso mesmo? Então, é uma coisa que é realmente muito complicada. Isso é um anseio nosso, de todos os servidores do Maranhão, com certeza.

Eu também represento aqui o Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, sou Secretário-Geral do Sindsemp-MA, estou aqui também representando o sindicato. Inclusive, o sindicato protocolizou recentemente o pedido junto ao MP do Maranhão da regulamentação das atividades do executor de mandados e também pediu a mudança da nomenclatura para oficial do Ministério do Público. Foi solicitado – tenho até aqui cópia desse pedido –, justamente atendendo a esses anseios dos colegas, que sempre buscaram essa questão.

Como eu já disse, eu tenho 17 anos e, nesses 17 anos, eu já vivenciei muitas coisas, muitas situações. Quando eu ingressei no Ministério Público, não havia uma estrutura mínima para o desempenho das nossas atividades. Eu cheguei a fazer – só um exemplo – notificações em povoados que integram a Comarca de Pedreiras em cima de um caminhão de leite. Parece até piada. Na época, o Ministério Público não tinha carro, não tinha moto, não tinha veículo oficial para os oficiais. Então, o promotor dava aquela notificação e dizia: "Você se vira. Vá entregar esta notificação."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E tínhamos que nos virar, porque, senão, se nós não entregássemos, éramos penalizados, sofríamos procedimentos administrativos. Então, uma vez, eu me lembro muito bem desta ocasião, fiquei na beira da pista, a estrada carroçal ainda, na verdade, a MA-381. Ali passou um caminhão com aqueles galões grandes de leite – quem é do interior sabe muito bem –, aí dei com a mão e... O único jeito que tinha: montei em cima dos galões de leite e foi entregar a notificação para um cidadão nessa área.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Mas pelo menos o inspirou. Você chegou ao notificado e falou: "Não adianta chorar o leite derramado." (*Risos.*)

O SR. MARCUS PERIKS BARBOSA KRAUSE – Não adianta. Pois é.

Nós já vivemos muitas situações, justamente por falta dessa valorização do cargo.

Já sofri muitas ameaças. Inclusive, tenho aqui a cópia de um documento em que eu relatei para o Procurador-Geral de Justiça em período eleitoral, porque nós trabalhamos em período eleitoral sem ganhar nenhuma gratificação, gratuitamente. Sofremos ameaças, porque, quando você fiscaliza alguma coisa e encontra alguma irregularidade, a pessoa, às vezes, não entende e acha que estamos perseguindo, acha que fui eu que fui atrás e tal. Sofri uma ameaça e tive que relatar. Tenho também este documento aqui relatando ao Procurador-Geral, pedindo providência, pedindo proteção para mim e para minha família, porque eu sofri ameaças por uma questão de identificação eleitoral. Nós somos enviados para fiscalizar alguma coisa e aí, se constatamos, sofremos essas situações.

Tudo isso é a importância do cargo ter realmente essa valorização.

Por último, eu trouxe também uma proposição – como também uma proposta do dia – em relação à colega nossa Ana Lilia Bandeira, que faleceu no dia 21 de outubro do ano de 2008. Ela era oficial do Ministério Público e sofreu um acidente de trânsito quando ela se deslocava do local do trabalho para sua casa – ela morava em uma cidade e trabalhava em outra. Ela, outra colega do Ministério Público e mais outros servidores do TJ vinham nessa *van*, que era somente dos servidores da Justiça. Essa *van* vitimou seis pessoas que morreram nesse dia. Ela era um oficial do Ministério Público, uma colega muito prestativa. Ela, inclusive, contribuiu com uma representação no Conselho Nacional do Ministério Público pedindo a jornada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS PERIKS BARBOSA KRAUSE – ... de 30 horas semanais. Fomos atendidos, juntamente com o Sindicato. Hoje, nós temos essa jornada de 30 horas semanais. Ela participou disso, era uma servidora ativa. Ela morreu no dia 21 de outubro de 2008, vítima de um acidente de trânsito quando vinha justamente do seu trabalho para casa. Então, trazemos como proposta também essa data. Como o Enrique já disse, já há uma proposta, mas também trago essa data como uma proposta. Tenho aqui também – posso até entregar – o relato de vida da colega. Não há como eu ler aqui pelo tempo, mas há todo o relato de vida, o histórico do que ela fez. Eu trouxe isso e quero disponibilizar à Mesa para poder analisar. Fica essa proposta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode dividir com os colegas aí. Se eles entenderem que deve ser lido, podem ler à mesa, se necessário for.

Passamos a palavra ao Joacy Pinheiro Coelho Sobrinho, oficial do Ministério Público do Maranhão e Diretor da Associação Nacional dos Oficiais do Ministério Público do Estado do Maranhão.

O SR. JOACY PINHEIRO COELHO SOBRINHO – Bom dia a todos, nobre Senador, nobre Deputado, colegas oficiais do Distrito Federal e dos demais Estados, colegas da Associação.

Eu vou ser breve, porque nós somos objetivos aqui no sentido de demonstrar, relatando alguns exemplos, a importância que é termos a nomenclatura de oficial do Ministério Público.

Eu fui contatado pelo Enrique, que me falou a respeito da Anacomp.

Eu, de imediato, fiquei extremamente feliz e ingressei na Associação, porque foi a primeira vez que me alguém me disse: "Nós estamos criando um órgão que vai tratar exclusivamente das atividades externas que o servidor do MP, imbuído de executar mandados, realiza". Então, é importante registrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que a Anacomp é a primeira entidade que busca, objetivamente, melhorar, reconhecer os demais fatores em relação ao oficial do Ministério Público. Então, isso foi a primeira coisa que me deixou bastante satisfeito em relação a iniciar esse caminho.

Como todos sabem, o Maranhão é um Estado que tem extrema necessidade social de uma série de fatores. E nós estamos na rua diariamente. Nós somos oito oficiais do Ministério Público que atendemos a 125 Promotorias de Justiça na Comarca de São Luís. Em média, nós realizamos 1.300 diligências por ano, mais ou menos. Em números, isso não quer dizer muita coisa, porque, às vezes, uma diligência em uma comunidade que tem um certo grau de risco vale por... Não tem como mensurar. Você faz duas diligências, às vezes, em uma manhã inteira, devido ao grau de dificuldade, devido a você não encontrar a pessoa e, principalmente – o que eu queria enfatizar mais –, devido à necessidade de se levar à sociedade, à comunidade... Eu acho que este é o fim de todas as instituições republicanas: melhorar a vida do cidadão. Então, nós temos que sentar na casa das pessoas... Primeiro, dizer que nós não somos oficiais de Justiça. Todos os dias, eu estou na rua e eu tenho que explicar: "Não, eu não sou oficial de Justiça. Existe o Judiciário, existe o Ministério Público. Neste caso, alguém da sua família" – às vezes, eu não encontro a pessoa – "recorreu lá à Promotoria da Saúde por um leito de UTI, e estou vindo aqui trazer isso, porque é obrigação do promotor mostrar o que ele fez. Eu vou voltar aqui várias vezes para você acompanhar o procedimento". Há notícia de fato, há vários níveis de procedimento. E a pessoa, às vezes, fala: "Ah, meu filho, eu também estou com outro problema. Eu preciso que alguém veja esse esgoto que está a céu aberto. Como é que eu faço? Eu recorro a quem?" Parece que a comunidade... E isso é todos os dias, não é demagogia, todos os dias, eu tenho que explicar... Ontem, eu estava na rua, cumprindo uma diligência, e um policial militar queria saber como ele fazia para tentar resolver o problema do prédio dele que estava rachando, onde é que ele ia, porque a Caixa Econômica não resolveu, ninguém resolveu. Aí eu tive que explicar tudo para ele.

Além dessa questão da nomenclatura, nós temos a questão institucional, porque a sociedade, a comunidade também não tem conhecimento de como ela pode recorrer a esse importante órgão, que acaba preenchendo as lacunas deixadas por outras instituições...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOACY PINHEIRO COELHO SOBRINHO – ... que não conseguem resolver.

Para encerrar, o nome oficial do Ministério Público vem exatamente dar início a essa unificação. Acima de tudo, o que nós queremos, o que é importante é que, ao chegar a uma casa, não aconteça como acontece comigo. Eu digo assim para a pessoa: "Bom dia. Eu sou oficial do Ministério Público, tenho uma notificação para fulano de tal". Aí ela: "Ah, oficial de Justiça?"

Eu digo: "Não, oficial do Ministério Público." Ele: "Está bem, vou chamar. Mamãe, chegou o oficial de Justiça." Então, parece que está incutido na mente, no inconsciente da sociedade, do povo, que só existe oficial de Justiça. Acho que aqui é como o Enrique fala: é a nossa certidão de nascimento.

Eu gostaria de expressar minha felicidade de poder contar com a ajuda dos Parlamentares aqui presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Joacy Pinheiro Coelho Sobrinho falou pela Anacomp.

Celso da Silveira Jr., oficial do Ministério Público do Rio Grande do Sul e Diretor Financeiro da Associação Nacional de Oficiais do Ministério Público (Anacomp).

O SR. CELSO AZEVEDO DA SILVEIRA JR. – Senhores, tenho o prazer de estar aqui neste dia. Primeiro, quero cumprimentar os nobres membros da bancada, Senador Paulo Paim, Deputado Chico Alencar e os demais membros da mesa, colegas oficiais, serventuários.

Eu não quero me tornar enfadonho porque acho que tudo foi exposto brilhantemente pela Mesa, pelos colegas aqui. Só quero repisar um ponto que eu acho importante reforçar, que é a questão da valorização não só da sociedade, que deve nos ter como oficial do Ministério Público, mas também da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

instituição Ministério Público, é ela nos ver como o *longa manus* de fato, aquele que vai no local trabalhar, efetuar, de fato, o serviço da promotoria, nos dando atribuições que possamos cumprir. Como o colega Flávio falou, a respeito do combustível, não tem suficiente para podermos trabalhar. Um fato grave que eu reporto é a questão de o oficial no Rio de Janeiro não dispor de risco de vida. Isso é grave e acho que é notório, todo mundo sabe. Quem reside no Rio de Janeiro sabe da situação conflagrada que é o Estado do Rio, e os oficiais lá não dispõem de percentual de risco de vida. Isso para mim é um absurdo, como em diversas outras atividades a gente não é reconhecido pela própria instituição Ministério Público.

Então, eu acho de extrema importância essa data do dia do oficial do Ministério Público, para ter o reconhecimento não só da sociedade como também do órgão ao qual a gente se reporta, para que ele nos valorize mais e a gente possa cumprir a nossa função final, que é também auxiliar a sociedade.

Era isso, pessoal.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Celso da Silveira Jr., oficial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que falou pela Anacomp.

Agora, Moacir Kornievicz, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Oficiais do Ministério Público (Anacomp) e Diretor Regional do Estado do Paraná.

O SR. MOACIR KORNIEVICZ DA SILVA – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos, primeiramente.

Senador Paulo Paim e Deputado Chico Alencar, eu agradeço imensamente a proposição desse dia. É muito importante para nós. De antemão, já trago um abraço muito grande do pessoal do Paraná, dos oficiais do Paraná, que eu represento também. No próximo dia 10, eu assumo a Assemp, do Paraná, que é a associação de todos os servidores, não só dos oficiais. Eu também vou representar esses servidores.

Depois de tanta explanação aqui, o Deputado Chico Alencar dizendo que não conhecia o oficial do Ministério Público, não conhecia as atividades, eu tenho pouco a falar, mas eu vou tentar ser bem objetivo.

Eu estou há 11 anos no Ministério Público do Paraná, e lá o nosso cargo chama-se oficial de promotoria. Embora ele tenha atividades de diligências, ele não é muito utilizado, para não gerar, talvez, esse pagamento de diligências externas, que têm um risco de vida. Então, é uma política do Estado do Paraná, da procuradoria de lá.

Eu tenho vivenciado o dia a dia dos colegas, e eu acho que é o ponto mais importante deste dia, desta audiência. A criação do dia não é uma mera data, como o Deputado Chico Alencar expôs, mas em busca de uma só palavra – digamos assim –, que seria o respeito. Diariamente, recebo questões de assédio – "não, não vamos cumprir", "por que não vai cumprir?" Eu fico muito entristecido com isso. Meus colegas relatam isso. Talvez, agora, à frente da Associação Estadual, eu tenha esse acesso mais direto à Procuradoria, para debater essas questões de respeito ao cargo.

A política remuneratória é inadequada. O Enrique relatou que há técnicos, oficiais, que recebem como nível superior, e a maioria é nível médio, mas também existe nível fundamental, para pagar pouco, para ter uma remuneração diferenciada. Vamos colocar ali essa política remuneratória. Então, vamos padronizar essa política remuneratória através dessa data importante que estamos discutindo aqui, que é o dia do oficial do Ministério Público, para abranger esse respeito de que a gente tanto precisa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOACIR KORNIEVICZ – Só para registro, eu agradeço a oportunidade do Enrique. Eu não sei até hoje como ele me achou no Paraná, mas eu sei a importância de fazer parte da Anacomp hoje. Eu espero representar muito bem meus colegas lá no Paraná.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Moacir Kornievicz da Silva, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Oficiais do Ministério Público (Anacomp).

Agora, Daniel Saulnier – esse nome aqui vai longe – de Pierrelevee, Coordenador Executivo da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Ministérios Públicos Estaduais (Fenamp).

O SR. DANIEL SAULNIER DE PIERRELEVEE – Bom dia a todos! Primeiramente: fora, Temer! Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, do Deputado Federal Chico Alencar, do companheiro Enrique, dos demais companheiros também.

Esta audiência pública é bastante importante, uma vez que nós estamos falando de um cargo que também é muito importante dentro do Ministério Público, que é o cargo de oficial de promotoria, ou oficial do Ministério Público, por assim dizer.

A gente acaba chegando a essa situação porque não há uma unificação dessa nomenclatura. No Estado de Goiás, são oficiais de promotoria; em outros Estados, como no Estado do Maranhão, é técnico de execução de mandatos, e por aí vai. Eu sou diretor do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Goiás, nosso Sindsemp. Estou aqui com o companheiro, também, que é nosso parceiro de lutas, oficial de promotoria, e também Coordenador Executivo da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Ministérios Públicos Estaduais, a Fenamp, que hoje congrega cerca de vinte entidades filiadas.

No nosso Estado de Goiás, embora eu não seja oficial, mas também desempenhe *ad hoc* essa função muitas vezes, nós temos uma realidade um tanto peculiar e distinta. Eu me recordo muito bem que no ano de 2013 – tanto o Senador quanto o Deputado vão recordar –, havia uma tramitação da PEC 37, aqui na Câmara dos Deputados. Essa PEC limitava o poder de investigação do Ministério Público. No entanto, houve um movimento corporativista por parte da instituição e dos membros que compõem a instituição para que aquela PEC fosse derrubada, mas o que nós vemos hoje, na realidade, é que 99% da atividade de investigação do Ministério Público é delegada aos delegados de polícia. O mais comum é você ver um despacho ao delegado, ao defensor, ao isso, ao aquilo; 1% se investiga, e é 1% altamente seletivo, então acaba tendo essa realidade.

Dentro dessa questão da investigação, nós vamos chegar ao oficial, porque embora quem tenha que investigar seja o promotor de Justiça, quem faz todo o procedimento de investigação é o oficial. Muitas vezes, cobra-se do oficial que ele lavre uma certidão circunstanciada, que no Estado de Goiás, na nossa lei própria, não é atribuição do oficial, mas todo o processo de investigação, de colher provas, de fazer todo o levantamento, quem tem que fazer é o oficial de promotoria, e não há o reconhecimento no desempenho dessa função. Muitas vezes, é relegado ao oficial de promotoria por parte dos membros dessa instituição – promotores e procuradores – de colocar apenas o oficial como se fosse um mero *office-boy* ou como se fosse um mero estafeta, quando na verdade não é, quando na verdade é aquele que desempenha as atribuições com muito louvor, com muito sacrifício dentro da instituição. Nós estamos falando de atividade investigativa dentro do Ministério Público em locais onde só há um servidor, muitas vezes um técnico administrativo, e um oficial. Muitas vezes, o promotor sequer põe os pés naquela comarca, e quem está ali desempenhando a atividade, representando o Ministério Público, são esses servidores.

Como o colega falou, muitas demandas levadas ao Ministério Público são levadas através do oficial de promotoria, porque é esse que está em contato diretamente com a população. É esse que está diariamente fora das quatro paredes do Ministério Público, fora do gabinete, fora da poltrona confortável, e está lá em contato com a população, muitas vezes. Na realidade da minha cidade, vizinha ao Distrito Federal, que é a cidade do Novo Gama, eu tenho um colega que é oficial de promotoria e eu o vejo diariamente trazendo demandas da população ao Ministério Público, porque foi lá. Isso prova o quão diligente é o servidor em colher essas demandas na rua, junto à população, trazendo-as ao órgão, porque o promotor de Justiça não vai lá, não sai do gabinete. Quem sai é o oficial. É esse que está lá fora, é esse que está tomando conhecimento dessas demandas e trazendo-as ao Ministério Público.

Eu quero encerrar, mas antes gostaria de pedir o apoio tanto ao Deputado Chico Alencar quanto ao Senador Paulo Paim. Temos atualmente, tramitando lá na Câmara dos Deputados, a PEC 147, de 2015, de autoria do Deputado Vicentinho. Essa PEC assegura aos servidores o direito de votar para a es-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

colha do procurador-geral de Justiça. Essa é uma demanda muito importante, uma vez que é um cargo de representação, mas também é um cargo de representação administrativa. Hoje apenas os membros, apenas os promotores e procuradores de Justiça podem fazer a votação para a indicação dos três nomes para a composição da lista tríplice. Pedimos o apoio à tramitação dessa PEC. Se possível, Senador Paulo Paim, nesse modelo de tramitação dupla, que V. Exª também possa apresentar também aqui no Senado Federal uma PEC semelhante à PEC 147, de 2015...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL SAULNIER DE PIERRELEVEE – ... para que possa tramitar nas duas Casas. Onde for mais célere, que possamos conseguir a aprovação, porque é uma demanda também muito importante aos servidores a questão do direito de podermos votar na escolha da lista tríplice para procuradores-gerais.

Eu agradeço.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Daniel Saulnier de Pierrelevee.

Eu vou conversar com o Deputado Vicentinho sobre essa PEC. Se houver entendimento, eu pego e posso apresentar aqui com o mesmo conteúdo.

Deputado Federal Chico Alencar com a palavra.

Depois vamos para os encaminhamentos finais.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Vou ser bem breve, porque a audiência pública é mais para escutarmos.

Eu quero agradecer bastante tudo o que a Mesa e o Plenário puderam nos trazer. A mim, me enriqueceu. Saio um pouquinho menos ruim, em matéria de conhecimento, do que entrei aqui.

Quero ver, Paim, como vamos apresentar a data. É o dia nacional do oficial do Ministério Público, do oficial de Promotoria, do técnico de execução de mandados.

Vocês têm que resolver esse problema para mim.

Oficial de diligência, estou anotando aqui.

Se as condições de trabalho de vocês e a valorização fossem similares às denominações, vocês estariam muito bem.

O que é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Ah! Cada Estado tem uma denominação.

A quem compete unificar isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Conselho Nacional.

Aliás, permitam-me só outra. Estou cheio de perguntas hoje. Há um conterrâneo do Paim, chamado Mário Quintana, grande poeta, que diz o seguinte: "A resposta certa não importa nada: o essencial é que as perguntas estejam certas."

Então, por alguma razão o Presidente da Câmara lá à noite, não foi madrugada, como costuma ser, falou o seguinte: "Olhe, vamos votar logo semana que vem o preenchimento do cargo que cabe à Câmara no Conselho Nacional do Ministério Público." Só que o mandato vence em maio, junho. Uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

antecedência que tem candidatura única. É claro que sempre desconfiamos quando as coisas são muito aceleradas assim. Se vocês souberem das razões dessa pressa...

Ao passo que, no Conselho Nacional de Justiça, o mandato já venceu, mas ainda não votamos lá. Há oito candidatos. O Ministério Público está tão unificado assim para ter um candidato só? Não é estranho?

Muito bem, gente. Estou inteiramente à disposição. Vou colocar a minha equipe atenta, recebendo todo o material que o Senador já tem, ficou de me enviar e vamos avançar.

Agora, não basta apresentar projeto, não. Tem que acompanhar, pressionar, cobrar, porque, senão, ele fica engavetado lá e nunca avança.

Portanto, vamos à luta.

Parabéns e continuem firmes aí no seu trabalho, que é muito importante para o País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputado Chico Alencar.

Então, quanto aos encaminhamentos finais, pessoal, eu já combinei um pouquinho aqui com o Enrique e com o Deputado Chico Alencar, vamos apresentar o projeto – esta audiência foi só para dar visibilidade perante a opinião pública: pela TV Senado e pela Agência Senado, falamos para todo o Brasil.

Vamos apresentar o projeto de lei para instituir o Dia Nacional do Oficial do Ministério Público e a data, segundo já foi ajustado, é 22 de setembro.

Enfim, a intenção nossa é apresentar ainda esta semana.

O SR. ENRIQUE ALESSANDRO ROTA GOMEZ – No dia 22 de setembro de 2013, reunimo-nos em Florianópolis com vários Estados do Brasil em assembleia e, nessa data, criamos a Associação Nacional dos Oficiais do Ministério Público, que foi uma associação criada especificamente para padronizar a nossa atividade. Éramos sozinhos. Os gaúchos não se comunicavam com os cariocas nem com os paranaenses. Isso não é uma crítica, é apenas um comentário. É muito prático para as administrações estaduais dos MPs. Então, eles legislam como se o Paraná fosse um país. Não. Todos os oficiais do Ministério Público são brasileiros e devem ter o mesmo tratamento, ou seja, no Rio Grande do Norte, o oficial do Ministério Público é de nível superior, é analista, especialidade diligências, e no Paraná, respeitosamente ao nosso Presidente eleito da nossa associação do Paraná, o oficial do Ministério Público é de nível fundamental. Alguma está errada, porque a matéria é a mesma.

Então, foi o motivo de termos sugerido essa data.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um projeto muito simples, pessoal, inspirado no próprio projeto que apresentamos – quanto mais simples, para tramitar aqui, melhor – para os oficiais de Justiça.

Ele vai ter dois artigos. O art. 1º vai falar do Dia Nacional do Oficial do Ministério Público, o art. 2º, a exemplo desse que está aqui, vai dizer que a data é 22 de setembro. Naturalmente a justificativa é a que você já passou para a consultoria, que está elaborando.

Muito bem, pessoal, mediante...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Paim, desculpe-me, mais uma perguntinha. Vamos elucidar.

Eu estive olhando as inúmeras denominações e depois a recomendação que vocês fizeram ao Conselho Nacional do Ministério Público em relação à unificação, mas, na própria recomendação, não há uma sugestão. Nós, no projeto, vamos estabelecer Dia Nacional do Oficial do Ministério Público, porque me parece que, na maioria dos Estados, a denominação é oficial de promotoria. Talvez, para a compreensão do público, não fique tão claro assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, a orientação é no sentido do Dia Nacional do Oficial do Ministério Público. E o Conselho tende a acatar a recomendação?

O SR. ENRIQUE ALESSANDRO ROTA GOMEZ – Sr. Presidente, só um esclarecimento quanto a esse documento que eu entreguei ao Deputado Chico Alencar. É que a Anacomp já trabalha junto com o Conselho Nacional do MP para que haja uma padronização do nome do cargo, do nível de escolaridade, com atribuições feitas em lei, porque, em muitos Estados, são atos normativos, então o procurador-geral muda, do dia para a noite, uma atribuição.

Há uma resistência do próprio Conselho Nacional em padronizar, argumentando que o nome do cargo é um ato de autonomia administrativa dos MPs estaduais. Alguns conselheiros resistem um pouco, não vou citar nomes, mas um conselheiro que está com o requerimento na mão, que é o mesmo requerimento do Deputado Chico, entendeu perfeitamente a situação e está trabalhando junto ao Conselho de uma forma não como um processo normal, de você protocolar e ter relator, mas sensibilizando dessa necessidade aí.

Vamos caminhando, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Como é um projeto simples, apresentarei ainda nesta semana e encaminharei para o nosso querido Deputado Chico Alencar, para que também apresente lá um projeto idêntico.

Cumprindo os objetivos desta nossa audiência pública, eu dou por encerrados os trabalhos.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 09 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 30 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 113ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e um minutos do dia oito de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 6, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Fátima Bezerra. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 147 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre "A reestruturação do serviço exterior brasileiro". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: João Pedro Correa Costa, Ministro - Diretor do Departamento do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores; Sônia Regina Guimarães Gomes, Ministra - Diretora do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores; Rosiane Alencar Arruda, Presidente da Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores – ASMRE; Felipe Costi Santarosa, Diretor da Associação dos Diplomatas Brasileiros – ADB; Cesar Dunstan Fleury Curado, Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro – ASOF; Suellen Bessoni Paz, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores – SINDITAMARATY. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: César Francisco Alves, Oficial de Chancelaria; Evaristo Nunes, Oficial de Chencelaria; Eliane Cesário; Vanda Mara Costa de Melo, Oficial de Chancelaria; Daniel Brasil, Oficial de Chancelaria; Alice Amorim, Oficial de Chancelaria. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) comunicar à Comissão Permanente de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a ocorrência desta reunião, bem como encaminhar vídeo, cópia das notas taquigráficas e do Ofício nº12/2016, da Senhora Rosiane Alencar Arruda, Presidente da Associação dos Servidores das Relações Exteriores - ASME recebido durante a reunião; e 2) oficiar o Ministério das Relações Exteriores solicitando a criação de uma comissão tripartite composta de representantes dos trabalhadores das carreiras do MRE, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do MRE, com a finalidade de realizar estudos acerca da reestruturação das carreiras do MRE; 3) solicitar ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores que receba um grupo representante das carreiras do MRE. O Senhor Presidente passa a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 113ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 147 desta Comissão, de nossa autoria, para debater a reestruturação do serviço exterior brasileiro.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Como é de praxe nesta Comissão, para situar inclusive aqueles que estão assistindo pela TV Senado, pela Rádio Senado, enfim, pelo sistema de comunicação do Senado, a gente apresenta aqui um documento feito pela Consultoria do Senado sobre o tema.

É com enorme satisfação que damos início à presente audiência pública proposta pelo Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty), para debatermos a atual situação da reestruturação do serviço exterior brasileiro.

Gostaríamos, primeiro, de informar àqueles e àquelas que nos assistem e nos acompanham que, ao contrário do que o senso comum costuma apontar, o Itamaraty não é composto apenas de diplomatas. Assistentes de Chancelaria, Oficiais de Chancelaria e servidores do PCC/PGPE também são carreiras do serviço público que fazem parte do quadro funcional desse que é o principal órgão do Estado brasileiro, friso: Estado brasileiro, tanto para formulação e implementação de nossa política externa, quando para a essencial assistência consular aos nossos compatriotas.

Os servidores do Itamaraty nos revelam, senhoras e senhores, que é necessária e urgente a reestruturação das carreiras que compõem o serviço exterior brasileiro. Essa urgência pode ser evidenciada, por exemplo, pela recente greve de funcionários do Itamaraty, com adesão de servidores do Brasil e do exterior, o que é um fato raro na história do Ministério.

Apesar disso, vale ressaltar um pouco da agenda proposta pelo Movimento Avançou. O Ministro José Serra não recebeu as lideranças do sindicato. O reajuste salarial concedido às demais carreiras do Executivo não foi estendido ao Itamaraty. A equiparação dos subsídios de Assistente de Chancelaria, diplomatas e Oficiais de Chancelaria com as demais carreiras de Estado, uma das demandas mais antigas dos servidores, sequer foi considerada na negociação com o Ministério do Planejamento.

Nessa conjuntura, o que se testemunha é a manutenção de uma grande diferença salarial mesmo entre as próprias carreiras do serviço exterior e uma altíssima evasão de funcionários qualificados, sobretudo Assistentes e Oficiais de Chancelaria, em direção a outros órgãos públicos ou mesmo para a iniciativa privada. A remuneração nesses lugares chega a ser duas, três ou até quatro vezes maior do que a oferecida pelo Ministério das Relações Exteriores, apesar de as atribuições apresentarem níveis compatíveis de complexidade e exigirem doses similares de comprometimento funcional.

Mais preocupante ainda, senhoras e senhores, é que essa evasão não vem acompanhada de novos concursos e de consequente nomeação de aprovados. Não há concursos públicos para a carreira de Assistentes de Chancelaria desde 2008, portanto, há oito anos. A diplomacia, embora mantenha a tradição de admissões anuais, teve uma substantiva redução do número de nomeados e a carreira de Oficial de Chancelaria, que já tem um concurso homologado há mais de seis meses, concurso que não só representou dispêndio de recursos públicos como também de esforços, tempo e atenção dos candidatos, ainda não obteve possíveis nomeações no curto prazo.

E todo esse cenário, senhoras e senhores, deve ser considerado ainda em um contexto de ampliação significativa das atribuições do Itamaraty e em número de embaixadas e consulados do Brasil nos últimos anos. Não raro, uma representação chega a dispor somente de um ou dois servidores, prejudicando não só a atuação diplomática e consular, mas também a própria qualidade de vida dos funcionários que ali estão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por isso é salutar e oportuna a realização desta audiência pública. Aqui poderemos ouvir, debater, opinar e apontar caminhos para a resolução dessa grave situação dos servidores do Itamaraty.

É inegável que a crise econômica que o País atravessa prejudica o empenho do Poder Público em negociar demanda dos servidores públicos, mas isso não pode ser justificativa para descaso e falta de diálogo com carreiras como as pertencentes ao serviço exterior brasileiro, carreiras que se mostram e se mostraram essenciais para o desenvolvimento nacional não só em um ou outro Governo, mas em todos aqueles da história da nossa República.

Com essas breves considerações para situar o eixo do debate de hoje, nós, de imediato, vamos para a formação da Mesa.

Lembramos que esta é a 113ª Reunião desta Comissão neste ano.

Convidamos João Pedro Corrêa Costa, Ministro Diretor do Departamento do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores. Seja bem-vindo, Sr. João Pedro Corrêa! (*Palmas.*)

Convidamos a Ministra Sônia Regina Guimarães Gomes, Diretora do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores. Seja, também, bem-vinda! (*Palmas.*)

Convidamos a Presidente da Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores, Rosiane Alencar Arruda. (*Palmas.*)

Convidamos o Diretor da Associação dos Diplomatas Brasileiros, Sr. Felipe Costi Santarosa. (*Palmas.*)

Convidamos o Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro, Sr. Cesar Dunstan Fleury Curado. (*Palmas.*)

Convidamos a Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty), Suellen Bessoni Paz. (*Palmas.*)

Cumprimento também o amigo e colega de tempos outros, quando eu não estava no Parlamento, Vladimir, que está aqui presente, um dos que nos ajudaram a formular este encontro.

De imediato, vamos aos convidados. Esclareço a todos que li um documento aqui, só para situar o que chegou aqui à Comissão. Vocês é que vão agora falar exatamente o que está acontecendo e que passos nós podemos dar para melhorar a qualidade da atividade, do trabalho e de vida de toda a nossa gente, claro, na área correspondente.

Passo a palavra ao Ministro Diretor do Departamento do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores, Ministro João Pedro Corrêa Costa. O normal da Comissão são dez minutos e mais cinco, mas, se for necessário, claro, esta Presidência será tolerante com o tempo de cada convidado.

O SR. JOÃO PEDRO CORRÊA COSTA – Sr. Senador, muito obrigado pela introdução.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO PEDRO CORRÊA COSTA – Sr. Senador, muito obrigado pela introdução que V. Exª fez aqui dando um quadro geral da situação do serviço exterior brasileiro.

Na Mesa, estamos representados, as quatro carreiras, os quatro grupos de servidores do Itamaraty. Estamos juntos nesta mesa e acho que este é o espírito que temos de ter na avaliação da reestruturação do Itamaraty: estarmos juntos com um propósito só, que é melhorar a qualidade do serviço que nós prestamos à sociedade e ao País.

Nos últimos dez, doze anos, o Itamaraty cresceu muito, cerca de 50%, seja em termos dos seus quadros como de suas unidades no Brasil e no exterior, reflexo do maior dinamismo do Brasil no cenário internacional de ampliação da sua agenda internacional. Infelizmente, esse crescimento não foi acompanhado por uma modernização dos meios e das práticas, sobretudo na área de gestão de pessoal. Nós crescemos muito, mas não soubemos modernizar e melhorar a qualidade dos nossos quadros, capacitar os nossos quadros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós temos essencialmente quatro grandes grupos, ou três grandes grupos, eu diria, dentro do Itamaraty, que é a carreira diplomática, a carreira de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria e funcionários do PGPE, que são carreiras comuns do serviço público brasileiro, cada um com uma especialização.

Do que a gente precisa no Itamaraty hoje? Precisamos de pessoas capacitadas para as distintas funções que nós desempenhamos. Aos diplomatas cabem, essencialmente, as tarefas de negociação, representação, enfim, de negociação dos interesses políticos do Brasil, mas também é essencial que haja Diplomata para a definição das diretrizes das demais áreas, sobretudo das áreas internas, administração consular.

Nós temos a carreira de Oficial de Chancelaria, histórica, antiga, que é, sobretudo, para o apoio administrativo às funções do Diplomata. Hoje essa função se ampliou muito com o grande aumento que tivemos na nossa área consular, resultado da grande imigração brasileira dos últimos 20 anos. E temos também, naturalmente, a gestão interna, administrativa, que não são só processos administrativos, mas, crescentemente, a área de tecnologia, porque o Itamaraty trabalha com a informação, com a produção, a transmissão e a recuperação da informação. Então, a tecnologia hoje desempenha um papel cada vez maior nas nossas atividades.

Fala-se aqui em reestruturação das carreiras do Itamaraty. Acho que, talvez, a melhor palavra seria estruturação, porque seria uma primeira tentativa, acho que nós temos que partir daqui, para realmente definir o que cabe a cada servidor dentro do Itamaraty, com programas específicos de capacitação nas distintas áreas em que trabalha o Itamaraty.

O Diplomata, como eu disse, cuida da parte fim do Ministério, a parte política essencialmente. Aos Oficiais de Chancelaria caberia importante papel na área consular, na área de administração, na área de tecnologia, enfim, os serviços que dão apoio a todo o serviço exterior brasileiro. Para isso, temos de definir funções específicas para essa carreira. Como fazer isso? Cursos de capacitação, direcionamento para determinadas vagas, assegurar que essas vagas sejam preenchidas por pessoas capacitadas. Nós temos de, talvez, parar de pensar um pouco em termos de lotação numérica e pensar em funções, no que a gente quer que essas pessoas façam e, aí, então, treinar as pessoas para isso, estruturar as nossas carreiras para isso e, progressivamente, atribuir responsabilidade e gratificação pelo desempenho dessas funções aqui e no exterior.

Recentemente eu ocupava o cargo de Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação do Ministério. Lá eu consegui, talvez pela primeira vez na história do Itamaraty, funções gratificadas para Oficiais de Chancelaria, para a central de atendimento, de tecnologia, a área de licitações. Eu acho que este é o papel do Oficial de Chancelaria: serviço de apoio direto à atividade diplomática, principalmente na área administrativa e consular. E ele tem de ser capacitado e remunerado por isso. Acho que foi um primeiro passo. Espero que isso se alargue, essa tendência de atribuir gratificação e responsabilidade aos Oficiais de Chancelaria e também aos Assistentes de Chancelaria e demais carreiras. Não se pode pensar em gratificação por carreira, mas por função, pela responsabilidade, independentemente da carreira. A capacitação e a função é que eu acho que é necessário recompensar.

Não vou me alongar muito mais. Essencialmente, são essas as palavras iniciais.

Acho que não temos de trabalhar com quatro agendas aqui, mas com uma só, que é a melhoria da qualidade de todos os servidores do Ministério das Relações Exteriores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Ministro João Pedro Corrêa Costa, Diretor do Departamento do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores, que faz a sua primeira intervenção neste debate. Claro que, ao longo da tarde, ele poderá se posicionar novamente com os questionamentos que vierem da Mesa ou mesmo do Plenário.

De imediato, Ministra Sônia Regina Guimarães Gomes, Diretora do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores.

A SRª SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES – Como disse o Ministro João Pedro, nossos depar-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tamentos são da área que cuida justamente da estrutura e de fazer o Ministério funcionar. Nós estamos mais ligados à atividade meio do que à atividade finalística propriamente dita do Itamaraty. Tanto o Departamento do Serviço Exterior, que cuida do pessoal, quanto o meu, Departamento de Administração, que cuida justamente da gestão de recursos, somos departamentos que sabemos o quanto é importante, imprescindível, o trabalho dos Oficiais de Chancelaria e dos Assistentes de Chancelaria para a execução desses trabalhos.

O que nós temos percebido? O que a gente sente nessa experiência? Que é necessário que haja melhor treinamento dos funcionários, porque nós temos hoje uma força de trabalho que tem qualificações. Ela chegou ao Ministério de forma diferente e com habilidades muito diferenciadas. Então, nós temos as turmas mais recentes de Oficiais de Chancelaria, uma turma que foi recrutada entre pessoas com uma qualificação imensa. E eu acho que daí surge essa maior necessidade de definição e, digamos assim, essa frustração com o que vocês veem como uma indefinição dos papéis e indefinição do que seja ascensão em termos de carreira.

E temos os funcionários mais antigos, inclusive os próprios PGPEs, que estão em carreiras que já estão sendo terminadas, digamos assim; é o caso de motoristas, artífices, agentes de vigilância, serviços que hoje estão sendo terceirizados por todo o serviço público federal. Então, nós temos de lidar não só com carreiras muito distintas, mas também com pessoas que compõem essas carreiras com habilidades, treinamentos muito distintos.

O que nós sentimos hoje? Principalmente na área de administração, cada vez mais é preciso que nós tenhamos uma administração mais afinada com o que se tem de melhores práticas na própria Esplanada. O Itamaraty sempre é acusado – e acho que, de certa forma, isso é algo que a gente faz e que precisa alterar, tanto o Ministro João Pedro quanto eu temos consciência disso e procuramos fazer, que é estar coordenado com o que se faz na Esplanada.

Cada vez mais, tem-se uma administração profissionalizada e métodos de trabalho que são mais sofisticados. A própria sociedade brasileira exige uma melhor definição de como é feito o gasto público, e o meu departamento é aquele que gasta, porque é o meu departamento que cuida das Embaixadas, que dá os meios para os nossos postos atuarem no exterior. E é mais do que justo que as pessoas queiram saber como nós fazemos esse gasto, como nós usamos o dinheiro e o recurso público. Para isso, nós precisamos de funcionários qualificados, treinados e que tenham capacidade de assumir cada vez mais as responsabilidades que vêm com essa administração, digamos assim, mais profissional.

Então, a minha grande discussão nesse tema é que nós precisamos habilitar essas pessoas para responderem aos anseios que o contribuinte tem de como nós estamos gastando o dinheiro público. Nós temos de não só pensar em estar numa melhor definição, mas em como nós vamos mostrar para a sociedade que nós estamos fazendo bom uso do dinheiro que nos é destinado. A minha grande preocupação na administração é esta: ter pessoas qualificadas para atuar de forma competente na nossa administração.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a primeira fala da Ministra Sônia Regina Guimarães Gomes, que é Diretora do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores.

Agora vamos passar a palavra para Rosiane Alencar Arruda, Presidente da Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores.

Rosiane, com a palavra.

A SRª ROSIANE ALENCAR ARRUDA – A ASMRE é uma associação que, conforme prevê nosso estatuto, além das atividades sociais, representa interesse dos associados junto às autoridades e repartições públicas e privadas.

A ASMRE (Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores) sempre buscou defender os interesses de todos os servidores do Itamaraty, e é exatamente o motivo pelo qual nos sentimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

honrados pelo convite para participar da Mesa nesta audiência pública no dia de hoje e falar sobre a reestruturação do Serviço Exterior Brasileiro.

Ao falar em restruturação, não podemos deixar passar a oportunidade de dizer que ainda existe uma grande falha na estrutura do MRE. Iremos aproveitar, ao falarmos de reestruturação do SEB, para falar de corrigir essa falha, que culminou com a criação da Lei nº 11.440, anteriormente Lei nº 8.829, de 1993. A partir daí, instaurou-se verdadeira exclusão de servidores. Os servidores do PGPE, do PCC e do MRE, a maioria com não menos de 30 anos de serviços prestados, apesar de preteridos, continuam a desempenhar o trabalho. Portanto, são servidores públicos federais pertencentes ao quadro de pessoal permanente do Ministério das Relações Exteriores que foram excluídos da carreira específica do órgão, fazem parte da força de trabalho do Itamaraty e são necessários.

Para que haja melhoria da eficiência e eficácia na qualidade dos serviços prestados ao cidadão e ao País, falta-nos o reconhecimento e o tratamento isonômico com os demais servidores da Casa. (*Palmas.*)

Portanto, estamos aqui para pedir, para solicitar que seja feita a inclusão dos servidores do quadro permanente de pessoal do Itamaraty ocupantes do cargo do PCC/PGPE no Regime Jurídico Único, disciplinado pela Lei 11.440, de 2006. Tal pedido está em perfeita concordância com a ordem constitucional e observa o princípio da eficiência. O regime jurídico do SEB, a lei do Serviço Exterior Brasileiro, que atualmente abrange diplomatas, Oficiais de Chancelaria e Assistentes de Chancelaria, excluiu equivocadamente os servidores do antigo PGPE, porque muitos dos nossos colegas Assistentes e Assistentes de Chancelaria são oriundos do PGPE. A partir daí, instaurou-se o cenário que envolve, hoje, o MRE, consubstanciado em um verdadeiro emaranhado de normas e tratamentos diferenciados a carreiras que estão voltadas para o mesmo interesse: a política externa.

A existência de múltiplas e diferentes regras que impera atualmente no Itamaraty, a partir da diferença de tratamento entre as carreiras, discrimina o PGPE, integrantes do quadro permanente do Itamaraty.

Isso não condiz com os requisitos consagrados no art. 39 da Constituição Federal. Ora, os PGPEs possuem peculiaridades muito semelhantes às dos cargos de Oficial e Assistente de Chancelaria, não havendo por que não serem também incluídos no Serviço Exterior Brasileiro.

Para ilustrar, podemos citar vários exemplos, mas citaremos apenas um, que é bem atual. Na tragédia da queda do voo que vitimou a delegação chapecoense, foram designados vários funcionários da Embaixada do Brasil em Bogotá para prestar assistência consular. Entre esses funcionários, estavam diplomatas, um Oficial de Chancelaria e uma servidora do PGPE.

Falemos de reestruturação sim, e de estruturação também, mas falemos com intuito de legalizar, moralizar, modernizar, incluir e respeitar o princípio da impessoalidade, tratando todos os funcionários sem discriminações, com direitos e deveres iguais. Nossa força de trabalho é utilizada igualmente, mas não temos os mesmos direitos. Vamos trabalhar nessa reestruturação, visando corrigir essa irregularidade histórica cometida pela seletiva e parcial Lei 8.829, de 1993, posteriormente cominada pela Lei 11.440, de 2006. As duas leis discriminam os servidores do PGPE e do antigo PCC do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores.

O que buscamos? Buscamos a inclusão dos servidores do PCC/PGPE no SEB de direito, uma vez que de fato já estamos dentro do SEB – inclusão, no entanto, sem alteração das atribuições, sem alteração da estrutura remuneratória, não havendo impacto financeiro. A inovação legal pretendida é constitucional, pois não caracteriza transposição ou ascensão ilegal de cargos públicos.

Muito obrigada. Gostaria de entregar um parecer jurídico dos advogados do sindicato, que são também advogados do sindicato do Itamaraty, que prova, por a mais b, que o Itamaraty tem, por obrigação e por respeito, de incluir os servidores do PGPE, do PCC na carreira específica do órgão, que é o Serviço Exterior Brasileiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª ROSIANE ALENCAR ARRUDA – A Administração já tem uma cópia informal. Oficializaremos uma cópia, formalmente, a todas as instâncias do Itamaraty.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Essa foi Rosiane Alencar Arruda, Presidente da Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores.

Diretor da Associação dos Diplomatas Brasileiros, Sr. Felipe Costi Santarosa.

O SR. FELIPE COSTI SANTAROSA – Obrigado, Senador.

Colegas, demais membros do Serviço Exterior, eu queria iniciar dizendo, rapidamente, que a nossa associação, evidentemente, representa uma das categorias do Serviço Exterior, que são os diplomatas, mas é claro que nós vemos o Serviço Exterior como um todo e temos a consciência de que as várias carreiras são complementares. Então, de fato, como o próprio Ministro João Pedro falou aqui no começo, há diferentes funções para as carreiras. E a carreira de Diplomata, normalmente, identifica-se mais com as funções finalísticas, as funções clássicas de negociação, representação e informação.

Mas, acho que, no mundo moderno, há uma tendência muito grande para uma generalidade. Quer dizer, hoje, até pela nossa rede de postos, que é uma rede muito diversificada, com embaixadas muito grandes e embaixadas muito pequenas, é preciso que nós tenhamos uma grande versatilidade nas funções. Então, ao longo desse processo, as carreiras se complementam e acabam, digamos assim, trabalhando em diferentes funções. Ou seja, os diplomatas acabam também indo para as áreas-meio, o que é inevitável, e há também, como todos nós sabemos, OfChans e AChans que estão em áreas mais finalísticas. Isso acontece. As funções são um pouco diferentes. Normalmente as funções de OfChans e AChans são funções de apoio. O concurso, também, que as carreiras fazem é diferente. Acho que é preciso partir dessa base.

Os números das carreiras hoje são muito diferentes. Talvez, depois, o Ministro João Pedro possa esclarecer, mas eu acho que hoje, no Ministério, *grosso modo,* nós temos metade do Serviço Exterior de diplomatas, e as outras três carreiras seriam a outra metade. Hoje essa metade seria, teoricamente, das funções-fins, e a outra metade de funções de apoio. Achamos que é preciso, sim, definir melhor as funções. Reconhecemos que há problemas, evidentemente. A discussão da reforma é importante.

Eu queria aproveitar aqui e falar sobre a sua introdução, Senador, quando o senhor tocou numa questão, que é a questão salarial. Nós achamos, sim, que há, sobretudo no Brasil, uma defasagem em todos os níveis. Tanto os diplomatas, se você comparar com outras carreiras de Estado da Esplanada, quanto os Oficiais de Chancelaria, que são carreiras de nível superior, também se compararmos com outros ministérios, na mesma hierarquia, assim como os Assistentes, é certo que há uma defasagem. Isso por questões históricas e, enfim, talvez as nossas categorias não tenham tanto poder de mobilização porque nós somos poucos, considerando a massa de servidores de outros ministérios. O fato é que, no Brasil, nós tivemos uma defasagem.

Acho que todos nós sabemos que há também, o que é certo, uma redução, uma certa fuga de funcionários, uma fuga de cérebros no começo da carreira. Especialmente, eu diria, era uma coisa que se via mais antigamente, com OfChans e AChans, mas que hoje também chegou até o nível de diplomatas. Temos muitos colegas terceiros-secretários, segundos-secretários, que fazem o concurso, um concurso difícil, estudam por anos, e depois estão frustrados e migram para outras carreiras, porque veem que a defasagem salarial é muito grande, em alguns casos, e as perspectivas, às vezes, de ascensão, de chegada ao exterior também são demoradas. Enfim, há um problema, e nós deveríamos dedicar-nos, sim, a solucioná-lo.

Acho que o primeiro ponto muito importante e que é uma luta de todos, da nossa associação junto com o Sinditamaraty – podemos ter algumas divergências pontuais em como fazer essa reivindicação –, é a reivindicação por uma melhoria dos salários no Brasil; isso é fundamental. Existe um projeto hoje que está parado na Casa Civil, não é enviado ao Congresso, que poderia, pelo menos, minorar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

situação de imediato, apesar de todos os problemas, apesar da questão do teto. Hoje em dia, claro, há uma grande preocupação em como gastar o dinheiro, em gastar bem o dinheiro, gastar de maneira eficiente, e há um reclamo da sociedade por que os salários do setor público sejam condizentes com as funções.

E temos aí uma perspectiva também difícil pela frente, sobretudo se a PEC dos gastos for aprovada, que significará um congelamento pela inflação, mas, no nosso caso, é certo que o Serviço Exterior, como um todo, no Brasil especialmente, tem essa defasagem salarial, e isso é uma coisa que sempre se viu. Eu mesmo chefiei divisões e perdi vários funcionários, OfChans, AChans, que faziam concurso e, às vezes, seis meses depois, "ah, passei em outro concurso, a remuneração não está boa", saíam. Acho que é um problema sobre o qual temos de nos debruçar.

Eu acho que a questão de definição melhor de funções e essa questão que o próprio Ministro João Pedro falou de dar, talvez, mais oportunidades para as carreiras-meio de terem algumas funções de chefias intermediárias, com responsabilidades, tendo uma compensação salarial também, sobretudo aqui no Brasil, seria importante.

Mas o que eu queria dizer era o seguinte. Acho que é importante termos duas coisas em mente: primeiro, o Serviço Exterior como um todo tem as suas especificidades, e, às vezes, é difícil conseguirmos passar essa mensagem para a sociedade brasileira, que não nos enxerga muito. Nós somos uma pequena quantidade de servidores, servimos muito tempo fora, e nem sempre, para nós, é tão fácil de aplicar os mesmos, digamos assim, parâmetros do resto da Esplanada. Vou dar só um exemplo prático aqui, que acho que muita gente terá percebido: a questão da família. Nós temos uma série de dificuldades de adaptação dos nossos familiares, mudanças constantes pelo exterior, e a própria questão da remuneração dos nossos cônjuges. É muito difícil.

Muitas vezes, as pessoas não fazem muita ideia porque, quando se fala em remuneração no serviço público, normalmente se pensa numa família com dois membros, cada um com seus salários. E, no nosso caso e no de muitos outros – acho que é uma situação que acontece muito em todas as três carreiras, ou melhor, nas quatro carreiras, perdão –, há essa dificuldade dos cônjuges de manterem uma profissão estável, porque você está constantemente mudando de país. Embora tenhamos acordos de trabalho com outros países, não há ainda, acho, suficientes acordos de reconhecimento de diplomas, que eu acho que é a questão mais difícil. Pessoas que são formadas têm muita dificuldade de trabalhar fora e de manter, então, a renda familiar.

Quer dizer, nós temos uma especificidade que é importante em relação às outras carreiras da Esplanada. Mas, por outro lado, temos também uma questão: nós somos poucos e servimos em circunstâncias muito diferentes. Temos postos muito grandes, embaixadas com talvez 30, 40 servidores do Serviço Exterior, onde é possível você se especializar, e outros postos muito pequenos, com dois ou três servidores, que, aliás, é a grande maioria. Acho que 80% dos postos são assim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE COSTI SANTAROSA – Então, precisamos não perder de vista isto: especializar, talvez sim, mas temos de saber fazer um pouco de tudo também, porque, senão, não teremos condições de servir nesses postos pequenos. Essa questão da especialização é importante, eu acho, mas temos que também não perder de vista que nós temos que saber, num posto pequeno, fazer um pouco de tudo: administração, comunicações, serviço consular, enfim.

Eu queria trazer esses desafios e dizer que, do ponto de vista da ADB, nós estamos junto com as outras categorias nas reivindicações de melhoria das condições de trabalho e também salariais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Felipe Costi Santarosa, Diretor da Associação dos Diplomatas Brasileiros.

Cesar Dunstan Fleury Curado, Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. CESAR DUNSTAN FLEURY CURADO – Primeiro, Senador, quero agradecer pelo convite e pela oportunidade de estarmos aqui, representando a nossa carreira, podendo expressar as nossas angústias, nossas reivindicações e colocando um pouco da realidade do Ministério das Relações Exteriores para o nosso público.

Para situar o nosso espectador, o nosso cidadão, as relações internacionais se fazem entre nações e entre governos. E, no caso nosso, a política externa é determinada pelo Presidente da República e por este Senado, que tem uma comissão. Também fazem diplomacia os Estados brasileiros, os ministérios, na Esplanada, e principalmente, claro, o Itamaraty. Nós somos um país muito grande, temos embaixadas em quase todos os países, porque é muito importante para nós a diplomacia, as relações internacionais.

O Itamaraty tem, entre seus quadros, o Serviço Exterior Brasileiro, que não engloba um grupo de funcionários que são importantes e que foram deixados para trás ao longo da história, injustamente, nós reconhecemos. (*Palmas.*)

A carreira de Oficial de Chancelaria é uma carreira típica de Estado, ou seja, exerce funções ou atividades que devem ser prestadas diretamente pelo Estado, não sendo passíveis de terceirização.

É carreira do Serviço Exterior Brasileiro, convocação para a defesa dos interesses do Brasil no exterior, assim como a carreira de Diplomata. Tem como requisito para entrada o nível de graduação, ou seja, é necessário para ingresso ter o nível superior.

Para essa carreira, a Lei 11.440, de 2006, atribuiu a função de formulação, implementação e execução dos atos de análise técnica e gestão administrativa necessários ao desenvolvimento da política externa brasileira. Ocorre que há um descompasso entre essa descrição legal e o que se faz na realidade. Na verdade, não temos uma delimitação clara das funções entre as diferentes carreiras que atuam no MRE, como a Rosiane apresentou aqui: muitas atividades são compartidas por todos. Então, nós temos uma confusão de funções. Pessoas de carreiras diferentes, criadas para fins diferentes, que contam com prerrogativas, remunerações e atribuições distintas, exercendo atividades idênticas. Desperdício de eficiência, não é?

A Diretoria da Asof, ao considerar que isso era um problema, tanto porque representa perda de motivação, na percepção dos servidores, quanto porque representa perda de funcionalidade do ponto de vista da instituição, estabeleceu um grupo de trabalho interno, que contratou uma empresa. A primeira atividade desse grupo de trabalho foi realizar uma pesquisa entre os integrantes da carreira de Oficial de Chancelaria, tanto aqui quanto no exterior, e verificar, dentro da carreira, quais as suas demandas.

Nesse sentido, realizou-se, em 2016, recentemente, uma pesquisa, por meio eletrônico – uma extensa pesquisa –, que contou com a participação de 350 Oficiais de Chancelaria ativos. Isso quer dizer 43,76% da carreira. Esse percentual é uma amostra significativa porque representa várias classes. Entre os que responderam, nós temos o seguinte perfil. Há uma divisão de carreira por classes, e pode-se observar que há um equilíbrio entre as classes da carreira, o que significa dizer que a pesquisa mostra a visão do Oficial de Chancelaria como um todo, mostra a visão de pessoas que estão em diferentes estágios da carreira. Não foi só de um no final ou no começo não, mas do todo. De outro lado, esses dados demonstram que os integrantes da carreira que responderam aos questionários são capacitados. Vejam o quadro anexo: 60% têm nível superior e 40% já têm escolaridade acima dessa graduação. E a tendência é aumentar com os concursos novos, esses que passaram nos últimos concursos têm nível bem mais alto: metade tem pós-graduação e mestrado.

A pesquisa foi desenvolvida a partir do entendimento de que seria importante observar três pilares: a valorização do servidor, sua capacitação, e o desenvolvimento da carreira.

Sobre a valorização da carreira, a pesquisa mostrou que 85,31% dos que participaram consideram que a carreira de Oficial de Chancelaria não é valorizada na estrutura do Ministério das Relações Exteriores; 31,64% acreditam que a maior parte das atividades a eles designadas guarda consonância com as funções da carreira – uma pequena porcentagem –, ou seja, menos de 32% dos integrantes da carreira entendem que exercem função para a qual sua carreira foi criada, para a qual, em tese,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

eles foram preparados, para a qual, em tese, eles estudaram. Isso representa uma grande perda de eficiência para o Estado, porque, se eficiência é você alocar os recursos da melhor forma, você designar uma pessoa preparada para exercer uma função que não guarda consonância com o preparo dela representa uma perda de eficiência. Mais abaixo, vemos que 27,4% dos respondentes acreditam que seu bom desempenho profissional traz reflexos diretos no desenvolvimento da carreira. Traduzindo: os funcionários não conseguem perceber o nexo de causalidade entre a qualidade dos trabalhos por eles desenvolvido e seu desenvolvimento na carreira. Isso afeta a motivação do servidor e representa perda de produtividade – servidor desmotivado, sem incentivo.

Uma possibilidade para a valorização da carreira seria a especialização de seus integrantes. Nesse sentido, 77,4% dos respondentes concordam que a carreira deveria ser especializada em macroáreas de atuação, sendo que, para 83,9%, essa especialização deveria ocorrer ao longo da carreira, durante o seu desenvolvimento; 60,8% acreditam que a especialização do servidor deva se iniciar logo na primeira oportunidade, na base da carreira, na classe A – eles dizem que não deve ser exigida especialização no ingresso, com o concurso, mas a partir da classe A da carreira –; e temos 50% que entendem que essa especialização não deva ser tamanha que se restrinja às opções de lotação e remoção. Esses são dados que transmitem a ideia de visões, de opiniões, no momento.

Sobre o desenvolvimento da carreira.

Essa seta ilustra claramente o que é hoje a carreira de Oficial de Chancelaria: uma linha reta, horizontal. Não há desenvolvimento do servidor na carreira, não há assunção, não há alteração no grau das responsabilidades que se assume no decorrer da carreira. A carreira é uma linha reta. Isso representa enorme perda de perspectiva e de aperfeiçoamento profissional. Para as pessoas que estão com 10 anos, 20 anos, 30 anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CESAR DUNSTAN FLEURY CURADO – ... de carreira, a falta de perspectiva influencia diretamente a motivação para o trabalho, o compromisso com o órgão.

Vamos lá que o tempo é curto!

Será que essa organização dá oportunidades para esses profissionais evoluírem e se desenvolverem na carreira? Alguns dados coletados na pesquisa indicam que esse não seria o caso. Vejam: 98,02% dos participantes têm vontade de progredir, de ocupar funções que demandem maior responsabilidade, maior complexidade, porém responderam que querem a possibilidade de nomeação para funções comissionadas relacionadas à sua carreira, funções de assessoramento, de assessoria técnica e de chefia – 98,02% dos ocupantes da carreira querem que seja possível ao Oficial de Chancelaria ocupar essas funções se ele for a melhor pessoa para aquela posição –; 87,57% querem que as chefias dos setores consular e de administração nos postos sejam ocupadas preferencialmente por Oficiais de Chancelaria. Esses dados não retratam uma carreira que não tem compromisso.

Na situação atual, 48,87% dos Oficiais de Chancelaria já ocuparam chefia no exterior. Isso é permitido pela lei, porque o art. 77, § 2º, do Decreto 8.817/2016 dá essa possibilidade. No entanto, no Brasil, menos de 5% ocuparam cargo comissionado. Se você considerar que existe uma carreira que foi criada para realizar atos de gestão e de análise técnica, mas nem 5% dos integrantes dessa carreira ocupam ou ocuparam qualquer espécie de função de assessoramento ou assessoria técnica, conclui-se que existe enorme perda de tecnicidade para o Ministério. É bom esclarecer que há, no Brasil, retribuição monetária para os ocupantes dos cargos de chefia, enquanto no exterior a encarregatura de chefia não agrega valores à remuneração do seu ocupante, o que nos dá certo esclarecimento das razões da ocupação das chefias no exterior ainda serem exercidas em sua grande maioria pelos Oficiais de Chancelaria. Fui, durante longos anos, chefe de postos de vice-consulados. Não havia nenhuma diferença em meu salário como chefe de posto ou como simples Oficial de Chancelaria, mas aqui é diferente.

Segundo o Decreto 8.817/2016, que modificou a estrutura do Ministério das Relações Exteriores, assim ficaram divididas as funções comissionadas no âmbito da pasta: existem hoje 421 cargos comissionados, sendo que 343 desses são privativos de Diplomatas; 6 são para Advogados da União que têm exercício centralizado no Ministério; 57 são de livre nomeação – ou seja, qualquer pessoa pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ocupá-los –; 1 pode ser ocupado por um Diplomata ou por um Analista de Planejamento e Orçamento; 11 deles podem ser ocupados por servidores públicos, integrantes do Serviço Exterior Brasileiro ou não; e apenas 3 cargos podem ser ocupados por integrantes do Serviço Exterior Brasileiro de nível superior. Ou seja, a carreira de Oficial de Chancelaria é uma carreira técnica criada para a gestão e análise de atos técnicos, mas não pode ocupar privativamente nenhum cargo em comissão – espero que isso mude no futuro, com a nova administração do DCE. (*Palmas.*)

Ainda sobre o desenvolvimento, outra face a ser abordada é a que trata da gestão da carreira de Oficial de Chancelaria. Sob esse aspecto, apenas 3,39% dos respondentes acreditam que o Ministério das Relações Exteriores age com transparência e impessoalidade nos assuntos de pessoal. Esse percentual traduz a perda de confiança do servidor em seu órgão, mostra que o servidor não tem confiança nas decisões que seu órgão toma. Isso acontece não só em nossa carreira, mas em outras, inclusive na de Diplomata.

Usando como exemplo os critérios de promoção no Ministério das Relações Exteriores, 90,96% dos respondentes acreditam que há necessidade de mudança nos procedimentos de promoção. E em que poderia ser traduzida essa necessidade? Examinando os dados, é possível ver claramente que a mudança se traduz na necessidade de substituição da subjetividade pela objetividade, por meio da adoção de critérios objetivos e mensuráveis no procedimento de promoção. (*Palmas.*)

Podemos ver claramente, analisando os resultados da pesquisa, que os critérios desejáveis a serem considerados para a promoção seriam objetivos, pois os mais votados foram, primeiro, assunção de chefias; segundo, designação como Vice-Cônsul; terceiro, as notas que o servidor obtém nos cursos obrigatórios; quarto, aprovação em cursos de escolas de governo; e, quinto, aprovação em cursos de pós-graduação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CESAR DUNSTAN FLEURY CURADO – Vejam que nenhum desses critérios é considerado para a promoção de forma objetiva, apesar de serem desejados pelo servidor.

E quais são os critérios atuais? Primeiro, aprovação em cursos promovidos pelo MRE, que é critério objetivo e conta com 84,75% de aprovação dos participantes; avaliação de desempenho pela chefia imediata, que contou com 40% de aprovação dos respondentes; resultado de votação horizontal (feita por seus colegas de classe na carreira), com 37,29%; análise dos assentamentos funcionais, com 29,66% de aprovação dos participantes da pesquisa. Notem que os três últimos são critérios subjetivos. Lembrem que, na massa de servidores da carreira de Oficial de Chancelaria, apenas 3% acreditam que o órgão é impessoal e transparente – não confiam em critérios subjetivos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CESAR DUNSTAN FLEURY CURADO – Os servidores não querem a subjetividade.

Estou quase finalizando.

No que diz respeito à capacitação da carreira, nós temos, como resultado da pesquisa, que apenas 13,84% dos participantes acreditam que recebem treinamento adequado ao desempenho de suas funções. Desses servidores, apenas 12,99% acreditam que os cursos oferecidos pelo MRE são suficientes para sua formação como Oficiais de Chancelaria, enquanto 81,92% deles gostariam que os cursos obrigatórios fossem ministrados por escolas de governo – o Rio Branco também é uma escola de governo. Temos lá uma estrutura que poderia ser utilizada –; 96,05% de nós gostaríamos que o foco do Ministério fosse em capacitação contínua; 85,59% dos servidores gostariam que a política de capacitação do órgão fosse expressa em ato normativo – coisa sólida. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. CESAR DUNSTAN FLEURY CURADO – Ou seja, temos aqui vários indicadores que demonstram que os servidores querem se capacitar, que eles querem se aperfeiçoar, que eles querem se especializar, mas reparem – é interessante – que apenas 6,5% acreditam que o órgão os incentiva a buscar a sua capacitação, enquanto 96% acreditam que é importante o foco na capacitação contínua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Apenas 6,5% dos servidores sentem que o órgão os incentiva a buscar sua capacitação. Isso acarreta, sem dúvida, grande perda de motivação para o servidor.

Com base em todos esses dados, conclui-se que o modelo de carreira que temos hoje não tem produtividade, não tem perspectiva e, lamentavelmente, não tem confiança, não tem eficiência, motivação e não tem tecnicidade. Isso tudo acarreta a perda de qualidade no serviço que é prestado ao cidadão. É preciso que o Serviço Exterior Brasileiro seja repensado, que as atribuições das carreiras sejam mais bem definidas, que o modelo de carreira seja aperfeiçoado e, para isso, é necessário que todos unam forças.

Na opinião dos Oficiais de Chancelaria, na opinião da Asof, o modelo futuro de carreira tem de levar em consideração estes três pilares: valorização do servidor, de forma a motivar, empenhar e qualificar o serviço que ele presta ao público; efetivo desenvolvimento do servidor na carreira com especialização e assunção de responsabilidade ao longo do tempo – devemos sair do modelo linha horizontal e subir uma escada –; persecução da excelência do servidor por meio da capacitação contínua.

É bom deixar claro que o interesse do Oficial de Chancelaria não é corporativo. Nosso objetivo é fazer com que a carreira seja reconhecida e valorizada, para que possamos atender a sociedade brasileira no Brasil e no exterior, representando o Estado da forma mais eficiente possível, tudo para corresponder à justa expectativa do nosso contribuinte.

Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi Cesar Dunstan Fleury Curado, Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro.

Dei um pouco mais de tempo porque percebi que ele tinha dados, números de uma pesquisa que entendi ser importante que fosse exposta aqui para todos nós.

Por fim, Suellen Bessoni Paz, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty). (*Palmas.*)

A SRª SUELLEN BESSONI PAZ – Obrigada, Senador, pela oportunidade de estarmos fazendo este debate aqui. Na verdade, é mais uma apresentação de ideias, e eu espero que seja com o objetivo de fazer um processo de concertação realmente, porque, aparentemente, pelas apresentações até aqui, eu acho que todo mundo concorda que é necessário se repensar a estrutura atual. Talvez possamos divergir do remédio, mas acho que o diagnóstico está dado. Eu vejo este esforço como muito positivo, no sentido de que, num futuro muito próximo, possamos alcançar um resultado concreto que atenda a demanda dos servidores, enfim, de todos.

Vou passar esses primeiros eslaides de forma bastante rápida, porque acho que o pessoal que falou antes já abordou o assunto de que eles tratam. Isso era mais para o público externo entender como funciona o MRE.

O MRE é composto por todas estas carreiras: Assistente de Chancelaria, Diplomata, Oficial de Chancelaria e os servidores do antigo PCC e do PGPE.

A gente tem aqui um conceito do que vem a ser o SEB. Falamos muito do SEB, do SEB... O SEB é o Serviço Exterior Brasileiro, que foi instituído pela Lei 8.829 e, posteriormente, alterado pela Lei 11.440. O SEB é composto pelas carreiras de Diplomata, de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, às quais compete, de forma exclusiva, a execução da política exterior do Brasil. Ou seja, nenhuma outra instituição pode executar política externa. Essa é a nossa competência exclusiva, e é isso que nos diferencia de todas as demais instituições.

Com base nisso, outras alterações legislativas colocaram essas carreiras no rol de carreiras típicas de Estado. Para quê? Em que sentido? No sentido de reconhecer a essencialidade e a relevância dessas carreiras, especialmente no que tange ao grau de responsabilidade e complexidade das funções. Então, a partir do momento em que você é inserido nesse rol de carreiras típicas, há um reconhecimento, primeiro, de que você está desenvolvendo uma atividade que é exclusiva, uma atividade que só o Estado pode fornecer, não pode delegar para nenhum outro ente, é responsabilidade do Estado. E nós, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

última instância, somos quem faz toda essa implementação, os servidores do Serviço Exterior Brasileiro.

Nas descrições da carreira, temos os servidores da carreira de Diplomata, aos quais incumbem atividades de natureza diplomática e consular em seus aspectos específicos de representação, negociação, informação e proteção de interesses brasileiros no campo internacional. Aqui fica bastante evidenciado o caráter político de representação e de negociação da carreira de Diplomata.

À carreira de Oficial de Chancelaria incumbem atividades de formulação, implementação e execução dos atos de análise de gestão técnica e administrativa.

Aos Assistentes de Chancelaria incumbem tarefas de apoio técnico e administrativo.

Essas descrições são absolutamente genéricas, bastante genéricas, e carecem de maior regulamentação, ponto que vou retomar um pouquinho mais à frente.

Aqui a gente começa a fazer o panorama atual das carreiras.

Esse é o quadro da carreira de Diplomata. Hoje temos 1.805 cargos, mais 300 cargos do Quadro Especial. O Quadro Especial é como um apêndice. Ele foi criado a fim de desobstruir o fluxo de promoção na carreira de Diplomata. Esse Quadro tem alguns critérios específicos. Salvo engano, dependendo da idade e do tempo na carreira, você deixa de fazer parte do quadro normal e passa a fazer parte do Quadro Especial, liberando, assim, uma vaga para que houvesse a promoção entre as classes. Temos 251 cargos vagos na parte genérica e 84 cargos vagos no Quadro Especial. A lotação no Brasil atualmente é de 650 e, no exterior, 904. Aqui já fica demonstrada a característica do Serviço Exterior Brasileiro. Esse tipo de movimentação se dá muito em razão da natureza do próprio Serviço Exterior Brasileiro, que é a política externa e a política de assistência à comunidade brasileira no exterior, seja a formada por despatriados, seja a formada por pessoas em trânsito. Isso vai muito da própria configuração da carreira.

Esse aí mostra a periodicidade dos concursos. Como a gente pode ver, historicamente o concurso para a carreira de Diplomata é feito anualmente, só que dificilmente as turmas passavam de 35 vagas. Entre 2005 e 2010, houve um aumento no número de vagas ofertadas muito em razão da expansão que houve, dos postos que o Brasil abriu no exterior. Foram abertas algumas embaixadas e consulados, só que a abertura dos postos não contou com um planejamento interno. Então, por mais que houvesse necessidade de ampliar a força de trabalho, isso não foi muito bem planejado. Por quê? Porque houve um desequilíbrio entre o número de entradas e saídas.

Eu acabei de falar para vocês que havia sido criado um Quadro Especial a fim de desobstruir o fluxo de promoções. E o que acontece? Fazem concurso para um monte de gente entrar, e este é o resultado: hoje a gente tem uma grande concentração de servidores da carreira de Diplomata nas primeiras classes.

Essas siglas são familiares para quem é do Ministério e correspondem às classes da carreira de Diplomata: Terceiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe e Ministro de Primeira Classe, e o QE é quando entra no Quadro Especial.

Ali a gente vê uma grande concentração de Diplomatas nas classes iniciais. E o que acontece efetivamente? Antigamente a promoção de Terceiro Secretário para Segundo Secretário era basicamente automática, entre três e quatro anos. Hoje, um Terceiro Secretário que entra na carreira leva no mínimo oito anos para chegar a Segundo Secretário. E os Diplomatas recém-ingressos na carreira, com muita sorte, conseguem se aposentar como Conselheiros hoje. Então, já havia um problema de promoção, mas ele foi acentuado por absoluta falta de planejamento.

Essa é a configuração da remuneração da carreira de Diplomata. A carreira de Diplomata está em vermelho – daí vocês não vão conseguir identificar porque ela se confunde com a carreira mostrada em azul. Em azul se mostra o Ciclo de Gestão. Historicamente, a remuneração da carreira de Diplomata sempre esteve atrelada às carreiras do Ciclo de Gestão. Essas outras carreiras aqui são carreiras jurídicas – Delegados, Auditores Fiscais. Essas carreiras hoje – infelizmente não temos aqui um representante do Ministério do Planejamento para confirmar para vocês essa informação – deixam de ser geridas pelo Ministério do Planejamento; elas vão passar por um outro tipo de tratamento, que é um tratamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

diferenciado.

A gente pode observar também que a Abin estruturou a sua instituição baseada no Ministério das Relações Exteriores. A Abin pegou a legislação do Ministério das Relações Exteriores, a forma de o Ministério das Relações Exteriores se organizar e replicou isso dentro da instituição. Então, a gente percebe aqui que a Abin começou com um salário lá embaixo, teve uma curva muito ascendente, se encontrou aqui com o Ciclo de Gestão e, pronto, a partir daí essas carreiras passam a caminhar juntas. Esse é o padrão inicial, e esse outro, o padrão final, a última remuneração, no fim de carreira. É a mesma coisa: a gente observa uma curva ascendente na Abin, que vai ao encontro das demais carreiras do Ciclo de Gestão e da carreira de Diplomata. Essa é a situação da remuneração da carreira de Diplomata hoje.

A carreira de Oficial de Chancelaria tem um quantitativo de 1.893 cargos. Desse quantitativo, 893 foram criados pela Lei 12.601, de 2012, mas até hoje esses cargos não foram regulamentados. Atualmente, temos 809 ocupantes. Então, temos 1.084 cargos vagos, sendo 57,6% de cargos vagos. A lotação, no Brasil e exterior, assim como na carreira de Diplomata, corresponde à própria natureza do serviço exterior brasileiro, que tem essa disposição entre servidores no Brasil e exterior para atender o princípio básico da função de política externa.

Aqui passamos à periodicidade dos concursos públicos. Como podemos ver, é completamente distinto da lógica da carreira de Diplomata, que tem um concurso anual, é absolutamente previsível. No caso de Oficial de Chancelaria, você não tem nenhum padrão e nenhuma previsibilidade, nem pela periodicidade e nem pelo número de vagas que será oferecido.

Aqui, em 2015, temos um concurso que foi homologado, e até hoje essas pessoas não foram chamadas pelo Ministério. (*Palmas.*)

Então, nem podemos contar com essas pessoas como força de trabalho. Elas pretendem ser uma força de trabalho, se o Planejamento – que também não está aqui para se justificar – assim consentir.

Assim fica à disposição da carreira de Oficial de Chancelaria. Podemos perceber que há uma grande concentração de servidores no último nível da última classe de cada carreira, fazendo um gargalo, por quê? Porque não há um fluxo de promoção para as próximas classes. Isso poderia ser facilmente resolvido a um custo baixíssimo se aquelas vagas – 893, que foram criadas – fossem regulamentadas no sentido de dar fluidez para esse fluxo, ou seja, aquelas vagas não necessariamente precisam ser vagas para ingresso e recrutamento; elas podem ser vagas distribuídas para que esse fluxo aqui seja melhor equilibrado. Isso foi fruto da Exposição de Motivos Interministerial 186, de 2012, para o Ministério do Planejamento, que, até hoje, está sem resposta daquele órgão.

Aqui vamos à remuneração dos Oficiais de Chancelaria. Como podemos perceber – lembram que eu havia falado que a Abin se espelhou em nós? –, a Abin começou lá embaixo e hoje tem a maior remuneração comparativa. O Oficial de Chancelaria está aqui em vermelhinho. Esse azulzinho aqui era PRF, que era uma carreira de nível médio até 2012 e ganhava um pouquinho abaixo de Oficial de Chancelaria. Contudo, no último padrão, já se inverte. A carreira de Oficial de Chancelaria passa a ser a mais mal remunerada entre as carreiras congêneres. A PRF, que era uma carreira de nível médio até 2012, já subiu, e da Abin nem se fala. A Abin era como nós, mas nós não estamos nem perto de chegarmos até a Abin. E isso piora, porque agora essas carreiras todas fecharam acordos bastante vantajosos com o Planejamento, e o Oficial de Chancelaria virá para cá, esse aqui vem para cá, esse aqui virá para cá. Então, vai descolar completamente, mais descolado do que já está. E na carreira Assistente de Chancelaria, a gente tem 1.155 cargos; ocupados, 554. Então, a gente tem 52% de cargos vagos. Aqui, mais uma vez, aquela proporção entre lotação no Brasil e no exterior, dada a especificidade das atividades do Serviço Exterior Brasileiro.

Concurso público de Assistente de Chancelaria: nenhuma previsibilidade, nenhuma regularidade e também não há nenhum equilíbrio na oferta de vagas nos últimos anos. Em que isso se reverte na forma em que a carreira está constituída hoje? Essa aqui é a carreira de Assistente de Chancelaria. A gente consegue ver absolutamente todos os concursos aqui. Olhem aqui a galera que entrou quando começou a carreira: todo mundo está se aposentando, gente. Daqui a dez anos essas pessoas saem, acabou a carreira. Não há mais gente, praticamente, na carreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Esse aqui é o concurso de 2002.

(*Soa a campainha.*)

A SRª SUELLEN BESSONI PAZ – Esse aqui é o concurso de 2005, esse aqui é o concurso de 2008. Essa é a carreira de Assistente de Chancelaria, é a forma como ela está estabelecida hoje.

Só que eu vou me permitir fazer alguns adendos em relação à carreira de Assistente de Chancelaria. Quando essa carreira foi criada, isso ocorreu na seguinte condição: os servidores do PGPE foram os servidores primários do órgão. Então, a carreira de Diplomata era um cargo dentro do PGPE que virou carreira; a carreira de Oficial de Chancelaria era um cargo dentro do PGPE que virou carreira, e houve a criação da carreira do Assistente de Chancelaria, aproveitando de forma não isonômica os servidores que estavam no órgão, porque a uns foi dada a oportunidade de migrar para essa nova carreira, e outros sequer tiveram essa possibilidade por causa do uso de critérios nada objetivos e nada... Enfim, problemas, mais uma vez, de gestão.

Antes de 2012, a gente tinha essa condição aqui na carreira de Assistente de Chancelaria: apenas 36% dos servidores tinham nível superior. Quando efetivamente se começou a fazer concurso para a carreira de Assistente de Chancelaria, a coisa mudou um pouquinho: pela complexidade do concurso e pela concorrência, começou a se captar, recrutar pessoas com nível técnico maior. Então, a partir de 2012, sobe para 90% o número dos servidores assistentes de chancelaria com nível superior, sendo alguns com especialização e mestrado. Nos concursos posteriores, vai subindo exponencialmente. Isso demonstra que a tendência é que os concursos de nível médio efetivamente não captem pessoas de nível médio. Não faz sentido você fazer concurso de nível médio porque não é esse tipo de servidor que vai entrar, e também por razões outras.

(*Soa a campainha.*)

A SRª SUELLEN BESSONI PAZ – Porque hoje o Itamaraty não faz uma diferenciação entre carreiras. Na verdade, todo mundo faz um pouco de tudo, e, na prática, você tem pessoas que foram recrutadas para exercer funções distintas fazendo absolutamente a mesma coisa. Isso aqui demonstra a tendência de que o recrutamento realmente capte pessoas mais capacitadas, tecnicamente falando.

E aqui vem o panorama de remuneração da carreira de Assistente de Chancelaria. São cinco carreiras de nível médio consideradas típicas de Estado, quatro... A partir de 2011, têm absolutamente a mesma remuneração, e a carreira de Assistente de Chancelaria não. Por quê? (*Pausa.*)

Eu não tenho essa resposta. Estou jogando para a plateia, porque eu realmente não tenho.

E o padrão final é a mesma coisa: um absoluto descolamento. Em 2011, todo mundo passa a receber igual, e a carreira de Assistente de Chancelaria é isolada nesse processo das carreiras congêneres. Aqui fica a demonstração.

A gente pode ver duas coisas: a primeira é que a instituição não dá o mesmo tratamento, não olha com o mesmo cuidado para todas as carreiras do Ministério. Pelo número de cargos vagos, a gente observa que há 52% na carreira de Assistente de Chancelaria; 57% na carreira de Oficial e 13% na carreira de Diplomata.

Outra coisa que é importante a gente notar é que o total de cargos atualmente ocupados por Diplomatas representa mais do que a soma das carreiras de Assistente e de Oficial de Chancelaria. Ou seja, há um desequilíbrio muito grande nessa carreira.

Voltando um pouquinho, vocês lembram que a gente justificou um pouco o aumento do número de vagas ofertados para Diplomatas por causa do aumento da nossa rede no exterior.

(*Soa a campainha.*)

A SRª SUELLEN BESSONI PAZ – E por que esse aumento também não correspondeu ao aumento do número de vagas para recrutamento de Oficial e Assistente de Chancelaria? Porque o órgão não olha com o mesmo cuidado para todas as carreiras dentro do Ministério, e isso vai se tornando óbvio. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Esse é o panorama das carreiras.

Aqui a gente observa, primeiro, a tendência de tratar de forma absolutamente distinta duas carreiras de nível superior, fazendo uma aproximação da segunda carreira de nível superior para a carreira de nível médio, ou seja, nivelando a segunda carreira por baixo e fazendo uma curva extremamente ascendente para a outra carreira. São duas coisas que a gente pode observar: a tendência de nivelar segunda carreira de nível superior como de nível médio e a dificuldade do órgão de tratar de forma mais equânime duas carreiras de nível superior – mais um problema de gestão. (*Palmas.*)

E isso tudo vem de quê? Vem desse processo que é um pouco complexo. Gente, eu vou ignorar um pouco a campainha. Eu juro que estou tentando ser concisa, mas acho que preciso passar um pouco disso, porque, afinal de contas, estou falando de todas as carreiras. Fica um pouquinho mais demorado, mas me perdoem.

Então, é o seguinte: ausência ou falta de clareza no estabelecimento de missão? O que acontece? Se o Ministério tem uma missão, eu não sei qual é, e, provavelmente, muitos de vocês não sabem qual é, porque essa missão não foi informada claramente para os servidores, para o corpo de trabalhadores do Ministério. Se hoje alguém pergunta: quem somos? Por que existimos? O que materializa a nossa razão de ser? O que nos difere das outras organizações? Muito dificilmente alguém conseguiria responder essas perguntas, porque as pessoas não têm nenhuma clareza do que é a missão do Ministério. E isso traz um prejuízo para um prejuízo para uma série de outros fatores, porque a missão é aquele macro: por que que eu existo? Qual é a minha finalidade? E ela vai definindo outras questões dentro do Ministério. Uma delas é a questão de valores. Hoje os valores vão se materializar em posturas que vão conferir coerência, integração e unidade ao Ministério. Quais são os valores do Ministério hoje? Eu não sei; ninguém sabe. Se alguém sabe, esse alguém não informou claramente também aos servidores do Ministério.

Então, você não sabe que tipo de postura adotar, você não sabe o que esperam de você e você não sabe o que esperar da organização. Se a missão não é clara e a missão é o critério básico de tomada de decisão no ministério, as diretrizes, as estratégias e as políticas não estão bem definidas, porque, se a missão não está bem definida, nada vai estar bem definido abaixo da missão.

A cultura institucional que deveria se configurar com base nessas diretrizes e estratégias, hoje a cultura só se configura de uma forma: a partir das cargas pessoais dos indivíduos. Você não tem nada além das cargas pessoais. E isso confere um grau extremo de subjetividade nas relações e nas rotinas de trabalho.

A outra questão é a ausência de delimitação clara das atribuições, que já foi colocado aqui. Hoje, a gente tem a Lei nº 11.440, que, como eu mostrei, tem critérios absolutamente genéricos para as carreiras, mas falta regulamentação. Na falta de regulamentação, o Ministério se prende em atos normativos anteriores à lei, mas que hoje não encontram correlação entre esses atos e a lei, como, por exemplo, a Portaria nº 5 de 1995, que, ali, define, mais ou menos, quais seriam as atribuições de oficiais, assistentes, e que não tem nenhuma relação de causalidade com a Lei nº 11.440.

Então, não há uma preocupação em se corrigir esse passivo legal também, de colocar as coisas andando de forma conjunta. E essa falta de delimitação dos espaços gera embates internos entre as carreiras. E esses embates internos entre as carreiras adoece absurdamente o ambiente de trabalho. (*Palmas.*)

A gente tem essa dicotomia dentro do órgão: especialização *versus* generalização. Só que, na prática, como é que essa dicotomia se apresenta? Ela se apresenta nesta coisa de: "Gente, mas todo mundo faz tudo, todo mundo pode fazer tudo." Só que, quando todo mundo faz tudo, ninguém faz nada bem. E quando ninguém faz nada bem, ninguém se sente capaz de se apropriar de um tema.

(*Soa a campainha.*)

A SRª SUELLEN BESSONI PAZ – E ainda que a pessoa quisesse se apropriar desse tema, ela não teria certeza se essa apropriação traria algum resultado no futuro, porque ela não sabe se amanhã ela vai continuar lidando com esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Essa falta de apropriação também gera falta de desenvolvimento pessoal, porque ainda que eu queira me desenvolver, ainda que eu queira adquirir competências e habilidades, eu não sei se eu vou ter espaço para exercer essas competências que eu adquiri, porque hoje eu posso estar fazendo um trabalho administrativo, e amanhã me jogam fazendo um consular, e, depois de amanhã, eu estou numa área política. E aí? O que eu faço com isso? Para onde eu encaminho essas questões, esse meu conhecimento? Você tem uma perda extrema de tecnicidade aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Suellen, eu vou dar-lhe mais cinco minutos para você concluir.

A SRª SUELLEN BESSONI PAZ – Estou terminando. Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calma, pessoal. Eu dei para você três vezes o tempo que eu dei para os outros. E aqui a gente zela pelo equilíbrio.

Então, você tem mais cinco minutos.

A SRª SUELLEN BESSONI PAZ – Estou terminando.

Aqui a gente tem a figura do servidor coringa, que é um servidor que pode ser qualquer coisa que a administração quer que ele seja, só que ele não vai fazer nenhuma dessas coisas com maestria, porque ele só sabe um pouquinho de cada coisa, ele não sabe profundamente nada.

Não há plano de capacitação. O Decreto nº 5.707 instituiu o Plano Anual de Capacitação, que inexiste. Inexiste um plano e inexiste a vontade de se capacitar, justamente por isso que eu coloquei, eu não sei se essa minha capacitação vai ter espaço para ser utilizada dentro do Ministério, porque eu sou um servidor coringa, sendo que a gente tem também uma escola de governo que custa R$400 mil mensais, para formar anualmente 30 pessoas – formar 30 pessoas para atuar na área política, na área negocial, nas áreas estratégicas, e essas pessoas são desviadas para trabalhar comprando papel higiênico, fazendo compras de passagem aérea, cuidando de férias.

Então, você tem pessoas que foram... E aí eu não estou colocando em xeque as capacidades individuais. Eu não duvido de que, na carreira de Diplomata, haja ótimos administradores; acontece que a carreira de Diplomata não foi feita para cuidar dessas questões, ela não foi pensada para isso. Então você tem um desvio de finalidade e você tem um desperdício de recurso público, porque você gasta R$400 mil mensais... (*Palmas.*)

... para colocar pessoas atuando em áreas em que elas não deveriam atuar. E não é por falta de competência; é por falta de competência legal, de atribuições, e não de competência no sentido pessoal.

Então, aqui a gente tem um tratamento também não isonômico entre as carreiras. Por quê? Porque não há a mesma possibilidade de ascensão vertical, como a linha reta do Dunstan mostrou, que as outras carreiras têm uma linearidade, elas entram e saem do Ministério, no primeiro dia e no último dia fazendo a mesma coisa, sem nenhuma possibilidade, perspectiva de ascensão. Não existe sentido de carreira. Nem podemos chamar de carreira, podemos chamar de qualquer coisa, menos de carreira, se você não tem ascensão, se você não tem perspectiva de crescimento.

E entra aqui a questão dos PGPEs, que, como já adiantamos, essas pessoas ficaram em um limbo e sem nenhum tratamento por parte da administração há mais de 20 anos. (*Palmas.*)

E o que acontece? A administração ora trata como SEB, ora não trata como SEB; ora tem uma regra, a regra muda. Essas pessoas vivem em uma insegurança muito grande, elas não conseguem se planejar, elas não sabem o que o Ministério espera delas, elas não sabem o que são. Se não sabemos, eles sabem menos ainda.

Então, é necessário resolver essa situação já. Hoje temos a concentração do processo de tomadas de decisão em uma única carreira. Se eu não participo do processo de tomada de decisão, eu não sou parte do time, eu sou alguém que está servindo o time. E, se eu não sou parte do time, eu não tenho compromisso... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

... porque a minha visão não está contemplada no processo de decisão. Ele é viciado na origem, porque ele só conta com uma perspectiva.

Então, aqui fica um pouquinho do resumo das consequências que eu já falei: a ausência de perspectiva, as relações de trabalho são deterioradas, não tem estímulo, não tem compromisso e tem o elevado índice de evasão, que começa agora a se observar até na carreira de Diplomata. Você tem perda de memória institucional, você perde a mão de obra que você já havia treinado e você desperdiça o investimento que você teve em formação. Então, mais uma vez, estamos falando em desperdício de recursos públicos aqui.

E, para o Estado, ele perde na eficiência, tem o desperdício de recursos públicos, e o cidadão recebe um serviço de baixa qualidade, porque você tem servidores descomprometidos, desmotivados e, em última instância, despreparados, porque ele é um servidor que é para fazer tudo, e não faz nada com maestria.

(*Soa a campainha.*)

A SRª SUELLEN BESSONI PAZ – E a nossa proposta de solução é esta.

Estou terminando. Dois minutos, prometo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu gosto muito do seu bom humor. Dois minutos, então.

A SRª SUELLEN BESSONI PAZ – A criação do comitê estratégico, de acordo com a orientação do TCU, e esse comitê deveria ser integrado por servidores de todas as carreiras, para que esse comitê pudesse ser um comitê consultivo, a fim de auxiliar o processo de decisão no Ministério. E a nossa proposta mais objetiva é realmente a criação de um grupo de trabalho para cuidar da reestruturação das carreiras do serviço exterior.

E aí, no Ministério do Planejamento, com o Ministério do Planejamento, seguindo estas premissas: que o resultado seja bom para todo o mundo, para o País, para o Estado, para o cidadão, para a instituição e para os servidores, que todas as carreiras sejam contempladas, que o órgão possa mapear seus macroprocessos de modo a nortear as atribuições de cada carreira. E que haja uma especialização sem perder a flexibilidade em situações extremas e que não haja mais entradas de nível médio, porque não faz mais nenhum sentido para a organização isso daqui, e que haja obviamente um período de transição, porque ninguém faz uma estruturação e muda as coisas da noite para o dia. Tudo precisa de um período de transição e isso precisa estar previsto também.

Então, é basicamente isso.

Agradeço.

Obrigada e desculpa, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Suellen. Essa foi a Suellen Bessoni Paz, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty), que, no final, inclusive, fecha a sua palestra com uma série de propostas. E, por isso, fiz questão de dar aquele tempo a mais.

Agora, pessoal, temos dois caminhos para otimizarmos nosso tempo. Poderíamos abrir, como sempre faço, para que cinco pessoas do plenário que quiserem usar da palavra assim o façam. Peço ao nosso pessoal da assessoria que peguem o nome dos cinco. E depois vamos para as considerações finais de toda a Mesa, toda a Mesa falará mais uma vez.

Pode questionar, pode expressar um ponto de vista, enfim, fazer perguntas ou não. Serão cinco minutos para cada um. Só peço zelo no tempo, para que nossos painelistas possam, inclusive, responder ou, entre eles, ter algum questionamento.

O SR. CESAR FRANCISCO ALVES – Bom dia. Sou oficial de chancelaria. Meu nome é Cesar Francisco Alves. Talvez eu seja aqui um dos funcionários ainda ativos da categoria, em exercício, inclusive tenho um processo já correndo de aposentadoria, pensei que fosse me aposentar no início de agosto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

como tinham me informado e, até agora, ainda não fui aposentado. Mas isso é um detalhe pessoal.

O que eu queria inicialmente sugerir ao Senador é que ele levasse essas informações, comentários e sugestões para a Comissão de Relações Exteriores do Senado, porque considero fundamental que os membros da Comissão tenham consciência e tenham conhecimento dos problemas que o Serviço Exterior Brasileiro, sobretudo as carreiras não diplomáticas, enfrentam para o exercício das suas atividades profissionais.

Eu, por exemplo, estou vindo de Genebra, onde trabalhei cerca de três anos e meio e, entre outras coisas, tive que conviver, com minha família, com problema de não reembolso do auxílio-moradia, o que significava, para mim, que era um dos mais baixos salários, um desembolso mensal de 5 mil francos. Se vocês fizeram o câmbio, vai dar alguma coisa em torno de R$20 mil. Quer dizer, então, eu vivia usando *overdraft* do Banco do Brasil em Miami para poder trabalhar. Esse foi um dos motivos, inclusive, do meu pedido de aposentadoria, porque era insustentável aguentar mais do que três meses nessas condições.

Eu acredito que a maior parte dos Senadores da Comissão de Relações Exteriores desconhece o papel que as carreiras não diplomáticas exercem no exterior, inclusive substituindo diplomatas. Eu, por exemplo, fui Vice-Cônsul no Consulado de Miami e eu tinha responsabilidades que deveriam ser dos diplomatas, mas que, por uma questão de comodidade ou, supostamente, por falta de tempo, eles transferiam para os vice-cônsules, e até mesmo para assistentes de chancelaria. Eu tenho a minha dúvida de que seja legal isso. Mas, enfim, havia assistente de chancelaria no Consulado de Miami exercendo a função de Vice-Cônsul, quando havia diplomatas suficientes para exercer as funções deles na plenitude.

Então, essas informações que estou dando, complementarmente àquelas que foram ditas aqui e que eu achei importantíssimas, sobretudo as da Suellen e do Cesar Dunstan, eu acho que precisam ser do conhecimento da Comissão de Relações Exteriores. Acredito, inclusive, que teria sido mais produtivo se tivesse havido uma reunião conjunta desta Comissão de Direitos Humanos, que é importante também. Estamos falando aqui de direitos dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, que recentemente foram vilipendiados por não acolherem as propostas que foram feitas na greve que ocorreu ainda há pouco tempo.

A carreira de Oficial de Chancelaria, de Assistente de Chancelaria, não foi incluída entre as que receberam recentemente reajuste ou que ainda vão receber. Entre elas ainda há até a dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, que ainda estão para receber e que são base para todas as demais. Quer dizer, vem aí uma bola de neve, e até agora ainda não conseguimos resolver os nossos problemas, como vimos nos gráficos aqui, de má remuneração, de descolagem da remuneração dos oficiais de chancelaria daquela dos diplomatas. Dizem que o Itamaraty é casa de diplomatas. E na prática, isso é verdadeiro porque, como se disse aqui, algum colega falou aqui, não se levam em consideração as demandas dos oficiais de chancelaria, dos assistentes de chancelaria e as demais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Já respondendo a sua sugestão, há dois caminhos. Esta nossa audiência está sendo transmitida para todo o País, mas, assim mesmo, não vejo problema nenhum de mandarmos a gravação dela, que fica aqui, na TV Senado, para os membros da Comissão de Relações Exteriores. A outra iniciativa é pedir uma audiência como esta na Comissão de Relações Exteriores, para vocês fazerem o debate também lá, que sempre é positivo, o.k.?

Próximo.

Alguém mais inscrito? Diga o nome, por favor.

O SR. EVARISTO NUNES – Evaristo Nunes. Também sou oficial de chancelaria. Estou expressando aqui algumas colocações de colegas que estão no exterior, que estão mandando mensagens.

A última reforma administrativa de grande porte por que o Ministério passou foi em 1938. Isso já completou 70 anos. Então, já passou mais que da hora, mais do que devia, de fazer um processo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

seja, digamos, saneador dessa doença que são essas relações. Os colegas pediram que eu expressasse isso. A greve de 35 dias é um sintoma de uma infecção. Se tratarmos a infecção meramente com paliativos, não vai resolver nada. A simples adoção de medidas paliativas não vai resolver um problema tão grave e tão complexo.

É importante ressaltar que a organização, como visto, tem três grandes macroprocessos com três grandes beneficiários dessa política pública, que é a política externa. Um primeiro, mais difuso, é o processo diplomático e político, cujo beneficiário é o cidadão, no sentido mais substantivo e subjetivo da palavra, que é o próprio Estado, a própria Nação e o próprio Governo.

Outro processo é o processo consular, um macroprocesso consular, cujo beneficiário direto é o cidadão, o cidadão brasileiro e o cidadão estrangeiro que acorrem ao Território nacional

O terceiro e último macroprocesso é o administrativo, cujo beneficiário são as outras duas áreas que fazem atividades finalísticas e, portanto, o cidadão e o País.

Muito bem. Se essa reforma não contemplar essas três questões básicas, os seus três grandes macroprocessos, as chances de darem certo são bem pequenas, porque hoje não existe, na literatura de construção de carreiras, a possibilidade de construção de carreiras de maneira não declarada. Se todos fazem tudo, como a Suellen colocou, ninguém se responsabiliza por absolutamente nada.

Uma colega fez uma pequena metáfora, dizendo que nós jogamos como num futebol de várzea: todos atacam, todos defendem, mas isso nunca vai ser o Real Madrid porque não somos capazes de dividir taticamente as funções para maximizar a entrega final. Então, nós precisamos, definitivamente, usando essa metáfora de sair de um futebol de várzea – nenhum problema com o futebol de várzea, o futebol de areia, o futebol de bairro, nenhum problema existir isso –, se quer se fazer, realmente, um futebol profissional como o País precisa, como o Estado brasileiro precisa, como o cidadão precisa, é preciso profissionalizar, e profissionalizar todas as posições, não só o técnico, não só o médico, não só o zagueiro, não só o goleiro. É preciso a organização superar esse tabu organizacional, um tabu institucional entre generalistas e especialistas. É preciso, sim, ter várias carreiras especializadas, integradas por um modelo de gestão que leve em conta isso, mas que também leve em conta o cidadão, a instituição, os servidores, a saúde.

Senador, as pessoas estão doentes, as pessoas estão entrando em depressão. Não é mais uma discussão etérea. O grau, hoje, de uso de medicamento controlado dentro da organização é altíssimo, e isso é muito grave. Isso tem que ser superado, mas não superado de forma tópica; tem que ser superado de forma estrutural.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Mais uma bela contribuição ao debate.

O próximo, aqui na frente.

A SRª ELIANE CESÁRIO – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador. Quando nós solicitamos esta audiência ao senhor, a Suellen estava muito empenhada, estávamos num momento da greve, quando a discussão central era a remuneração das carreiras do Serviço Exterior Brasileiro.

A partir de hoje, nós todos aqui podemos observar que o contexto político estrutural do Itamaraty possui algumas irregularidades e deficiências que podem ser, sim, discutidas e buscadas as soluções, dessa forma aqui, em união com todas as carreiras, com participação do Estado, porque o Itamaraty precisa de uma política governamental e de gestão.

Há muito tempo, o Itamaraty vem padecendo dessa falta de organização, de gestão, a ponto não só de os servidores estarem doentes, mas de as consequências dessa falta de gestão, a longo prazo, estarem impactando também a vida das famílias dos servidores... (*Palmas.*)

... a ponto de o Itamaraty não conseguir dar assistência para uma família que perdeu o servidor lá fora. A família ficou desamparada, sozinha, o Itamaraty não sabia como reagir, porque não havia pessoal capacitado, técnico, para poder dar assistência para quem quer que fosse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Portanto, Senador, o nosso maior pedido aqui é que o senhor não só encaminhe à Comissão de Relações Exteriores, mas também encaminhe para a Presidência da República. O Itamaraty precisa, sim, de uma definição de políticas de longo prazo, de uma gestão em que, apesar da peculiaridade de as pessoas terem de servir no exterior, é necessário que as pessoas fiquem aqui para que possam salvar o futuro do Itamaraty, principalmente acolhendo os pleitos das pessoas que estão doentes e da família.

Essa é a minha contribuição.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Eu só peço à Secretaria-Geral dos trabalhos que tome nota das propostas, para que a gente, no final, possa encaminhá-las. Ela já deixou mais uma proposta na mesa.

Também a questão da saúde foi muito bem levantada por quem a antecedeu.

Quem é o próximo?

A SRª WANDA MARA COSTA DE MELO – Boa tarde. Meu nome é Wanda, sou oficial de chancelaria. Entrei para o Itamaraty no concurso de 1994.

Eu queria solicitar especial atenção para a questão da capacitação, porque eu acredito que nós, que estamos no Ministério, que não fizemos outros concursos, estamos lá porque queremos ficar, porque, de alguma forma, essa instituição é querida por nós. Nós também temos este lado: nós nos queremos e aprendemos a nos querer. Aprendemos muito com os nossos chefes, quando eles podem nos ensinar. Nem sempre nosso chefe está capacitado. A capacitação no Itamaraty é basicamente o mérito das nossas chefias e nosso. A gente vê então: o que aconteceu na carreira de Assistente e de Oficial? Eu reputo até um progresso em relação ao que de nada existia há 15 anos. O que foi o Caoc, o Ceoc? Hoje temos esses cursos, mas isso não é tudo.

Eu fiquei tão feliz de poder fazer uma monografia para passar para a classe especial, que eu falei: gente, estudar é muito bom! Então, a gente precisa capacitar as pessoas, usando a estrutura do Rio Branco. Isto eu gostaria que fosse solicitado pelo Senador, junto ao Ministério do Planejamento, aos órgãos competentes, que olhassem para a força de possibilidade de capacitação. Em algumas monografias e teses feitas, fica comprovado que as pessoas têm grande capacidade. Então, a gente pode fazer desse Ministério... Quando eu passo no Centro de Treinamento do Banco do Brasil, eu fico olhando aquilo ali e falo: meu Deus, que coisa maravilhosa!

E a gente fica ali procurando estudar e não sabe onde. Agora mesmo, eu estava com vontade de estudar e fui fazer Letras. Mas eu sou da área de administração do Itamaraty, fiz escritório financeiro, fiz Contabilidade. Voltei para a minha aula de Letras porque investiram em mim oito anos em promoção comercial. Então, eu sou o exemplo vivo de alguém que quer até direcionar a vida e fica naquela confusão: o que é que eu faço?

Eu não quero ir embora e quero muito aprender com os meus novos colegas que querem entrar. Os novos assistentes que entraram nos últimos concursos, os novos OfChans ensinam muito para a gente, porque eles já chegam jogando também, eles já chegam preparados pelas famílias que o Brasil construiu agora, eles chegam jogando no Ministério. São jovens que entram agora, da idade dos meus filhos, que me ensinam muito e que têm muito cuidado com a coisa pública, muito zelo pela coisa pública.

Então, o meu apelo é que nós possamos fazer. A Ministra Sônia falou da questão de que ela precisa... Sim, Ministra, nós também precisamos que o Itamaraty nos prepare melhor para servir no departamento de administração, no consular, mas que seja uma coisa que tenha um caráter de coisa viva, de coisa pulsante, que a gente saiba para onde vai, de onde vem.

Eu continuo acreditando, e é por isso que estou aqui. O pessoal do cartaz vai entrar e podia levantar de novo esses cartazes, o pessoal que fez o concurso e quer entrar. Eu acredito neles, acredito que a gente pode. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Acredito que a gente se gosta muito e a gente faz amizade também com os nossos amigos diplomatas, mas na hora da carreira há um descolamento dessa amizade, do que a gente tem junto, "não, não sei; não, não é assim". Então, a gente precisa conversar mesmo. Se não houver um conserto neste minuto, como falou o Evaristo, a gente tende a ter uma instituição adoecida e desestimulada.

Era só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor lá atrás, nome... por cinco minutos.

O SR. DANIEL BRASIL – Daniel Brasil, sou oficial de chancelaria.

Eu queria fazer, primeiro, uma pergunta aos representantes do Ministério das Relações Exteriores, à luz do que foi apresentado, especialmente sobre a definição das funções, que é dada por lei: quais os critérios objetivos que foram utilizados pela casa para definição do Regimento Interno do Itamaraty e para colocar como privativo, como o Cesar apresentou, cerca de 90% dos cargos em comissão dentro do Itamaraty?

Um segundo ponto é uma contribuição também – eu acabo de vir de uma remoção, de Havana – sobre o que causa efetivamente, na vida do servidor, essa indefinição de funções e a falta de especialização da carreira. Minha esposa sofreu um acidente gravíssimo – ela esteve cerca de um mês internada na UTI – causado por uma empresa lá em Cuba. Nós tivemos a dificuldade extrema de ter voz e receber o mínimo de auxílio da própria instituição a que eu pertenço. Então, eu estava com a minha família, com meus três filhos, a minha mulher internada no hospital por 30 dias, e sem que o chefe do posto sequer nos desse um bom-dia.

Então, o que é interessante sobre isso não é só o meu drama pessoal, mas a forma como a instituição trata e segmenta a importância que dá às carreiras.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O último a usar a palavra, agora, que vai ser o sexto, na verdade.

Mais alguém quer usar a palavra?

E aí encerramos e vamos voltar para a Mesa.

A SRª ALICE AMORIM – Oi, eu sou Alice Amorim, sou oficial de chancelaria. Vou ser bem breve.

O que eu queria, na verdade, Senador, era fazer um pedido ao senhor, para que endossasse o pedido feito pela Suellen e nos auxiliasse no sentido de que fosse efetivamente estabelecido um grupo de trabalho tripartite para discutir todas as questões que foram levantadas aqui com o Ministério das Relações Exteriores, os servidores e o Ministério do Planejamento. Acho que essa é uma ferramenta essencial para que a gente possa ter qualquer espécie de avanço. Eu queria pedir muito a sua contribuição nesse sentido.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem!

Peço ao nosso assessor que esta proposta esteja entre as principais da nossa reunião.

Vamos voltar para a Mesa. Vamos inverter agora.

Como eu sempre digo, eu tenho um processo para as minhas emendas individuais, eu tenho um sistema no computador. No Rio Grande do Sul, são 497 Municípios. Eu não quero saber qual é o partido. Eu boto no computador, e os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos. E aí, durante o meu mandato, no mínimo dois Municípios do meu Estado ganham o correspondente às emendas. E não vou a inauguração de obra nenhuma, estou fazendo só a minha obrigação. Nada de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

estar fazendo *lobby* em cima do que é a nossa obrigação.

Então, agora, como os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos, Suellen.

A SRª SUELLEN BESSONI PAZ – Eu acho que eu não tenho muito mais a acrescentar.

Quero reforçar mais uma vez o pedido da Alice, Senador, se o senhor puder nos ajudar realmente a fazer com que essa coisa caminhe de forma mais construtiva com esta comissão tripartite entre o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Planejamento e os servidores do MRE.

Eu queria pontuar só algumas pequenas coisas, lembrando que as carreiras de Chancelaria, especialmente a carreira de Oficial de Chancelaria, não é uma carreira de apoio à carreira de Diplomata. Primeiro, porque é uma carreira de nível superior e carreiras de nível superior não são carreiras de apoio. (*Palmas.*)

Essa construção é muito danosa no sentido de que ela reforça algo que inexiste, que é uma hierarquia entre carreiras. As carreiras estão para se complementar, elas se apoiam umas nas outras, mas nenhuma carreira está para servir a outra carreira, mas sim para servir ao propósito final da instituição. (*Palmas.*)

E pontuando também que o desejo de gratificação por função – ou seja, DAS e FCPE por função e não por carreira – é incompatível com o Regimento Interno atual. Se isso acontecer, se esse realmente for o desejo, o primeiro passo é mudar o Regimento Interno, porque hoje 90% dos DAS são privativos para a carreira de Diplomata.

E pontuando a fala da Wanda, realmente, a Wanda falou uma coisa que muito se observa. Às vezes, a gente constrói relações pessoais ótimas no Ministério, mas essa solidariedade não se percebe entre as carreiras. Não há solidariedade entre as carreiras. Isso, mais uma vez, reforça aquele ambiente adoecido que eu coloquei no começo.

Era basicamente isso. Eu queria agradecer a oportunidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Suellen Bessoni Paz, Presidente do Sinditamaraty.

Cesar Dunstan Fleury Curado, Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro (Asof).

O SR. CESAR DUNSTAN FLEURY CURADO – Bom, uma coisa que todos nós que vivemos no Itamaraty há muitos anos não percebemos é que o Itamaraty antigo, o Itamaraty do Silveira, o Itamaraty daquela época, que era a nossa casa, a casa do Rio Branco, acabou, no sentido de que era outra época, outra maneira de gerir. Era de generalistas, era de pessoas que jogavam em todos os times, como o Evaristo falou, da várzea, porque era um mundo muito pequeno. Havia uma complementaridade entre todos eles.

O mundo mudou. Nos últimos 20 anos houve uma mudança tremenda. Na Esplanada mesmo, todos foram modificando ao longo... Começou o Fernando Henrique e foi até agora, todos modificaram, e nós ficamos para trás. Não temos gestão por competência, não temos uma série de coisas que falamos aqui, que a Suellen falou.

Estamos começando a sofrer pressões externas, indevidamente ou devidamente, não sei. O próprio TCU mesmo diverge do Itamaraty em diferentes acórdãos sobre o problema da área de gestão de pessoas, de gestão de pessoal. Há levantamentos sobre governança de gestão de pessoas em que o Itamaraty é pessimamente avaliado. Nós não podemos mais continuar nesse nível. Mudou, temos que mudar a nossa maneira de agir, mudar a nossa maneira de atuar, e aí incluímos todos nós.

Esperamos que a administração aceite nosso apoio, aceite as nossas contribuições, para que possamos, unidos, fazer um trabalho junto a outros órgãos, inclusive aqui na Casa, no Senado, e também no MPOG, para que possamos obter todas as vantagens para todos, sem exclusão: salários, promoções e todos os nossos objetivos. Afinal de contas, nossos objetivos são de longo prazo e refletem todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Brasil. Nós representamos o Brasil fora, e isso é uma responsabilidade muito grande para deixarmos cair nessa situação, posso dizer até, de incompetência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Cesar Dunstan Fleury Curado, Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro.

Felipe Costi Santarosa, Diretor da Associação dos Diplomatas Brasileiros.

O SR. FELIPE COSTI SANTAROSA – Muito obrigado a todos.

Eu queria fazer algumas pequenas conclusões e dizer o seguinte: eu acho que há uma grande convergência entre as carreiras no sentido de que, sim, precisamos melhorar as práticas administrativas do Itamaraty, delimitar melhor as funções nas quatro carreiras, enfim, talvez resolver a questão dos PCCs, daquela quarta carreira, que hoje em dia está no limbo, concordo também.

Eu queria dizer o seguinte: como diplomata e olhando a pesquisa feita pelos oficiais de chancelaria, eu me identifiquei muito com ela. Acho que as respostas seriam muito similares. Eu estava aqui pensando se a gente não devia fazer também uma pesquisa assim na ADB. Eu acho que seria muito parecido.

A questão da impessoalidade. A gente sente, mesmo na nossa carreira, que hoje, no Itamaraty, ainda existe talvez uma cultura de muita pessoalidade, baseada naquele Itamaraty que era uma casa em que todos se conheciam, em que você pede para o amigo. Mas eu acho que a gente tem que passar para outras formas de gestão, adotar critérios mais objetivos até para a promoção, eu diria até dos diplomatas também – por que não?

Em relação aos cargos comissionados, acho que seria interessante que pudéssemos ter para todos. Vejo que os cargos comissionados, no fundo, acabam sendo um paliativo usado para remuneração. Ou seja: dada a fraqueza institucional das nossas associações, porque somos poucos, porque não temos muito poder junto ao MPOG – e fica até um apelo da nossa associação, porque essa interlocução com o MPOG seria muito difícil para o Itamaraty – usam-se os cargos em comissão como um paliativo. Já que não se consegue melhorar a remuneração, usam-se cargos em comissão. E acho que aqui já há um desvio de função dos próprios cargos.

E, se vamos falar em um exercício realmente de repensar a carreira, acho que deveríamos repensar também algumas das funções do Itamaraty. Temos hoje diplomatas, OfChans e AChans, mas será que não precisaríamos de algumas outras coisas? Eu fico pensando, por exemplo, no nosso serviço médico, que não existe mais. Acabou. (*Palmas.*)

Acabou!

Quando entrei no Itamaraty, ainda havia alguns médicos do Itamaraty, que eram da carreira. Não existem mais. Temos colegas diplomatas que morreram de malária por falta de haver uma cartilha que diga o que fazer quando você está em um posto na África. Então, acho que precisaríamos ter médicos e enfermeiros no Itamaraty, precisaríamos ter algum tipo de concurso. Precisaríamos ter arquitetos, porque temos nossos postos, que são patrimônios nacionais. Também não somos especialistas em gestão. Então, se vai se repensar isso, há que se repensar um pouco essas nossas especificidades. Há algumas especificidades nossas no serviço exterior que deveriam ser atendidas no recrutamento.

Encerro por aqui. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Felipe Costi Santarosa, Diretor da Associação dos Diplomatas Brasileiros.

Rosiane Alencar Arruda, Presidente da Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores.

A SRª ROSIANE ALENCAR ARRUDA – É o seguinte: a minha pergunta vai para a administração.

A administração sempre foi muito resistente com a carreira que eles deixaram para trás em 1993 – com a carreira, não; com alguns servidores. Muitos servidores do PGPE fazem parte do Serviço Exterior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Brasileiro. Então, qual é o problema da administração de fazer um plano que possa enquadrar – não sei qual a palavra correta – e absorver os servidores do PGPE na carreira específica do órgão, uma vez que somos treinados para trabalhar em todas as funções?

Vou contar só um casinho muito rápido, meu caso. Sempre fui funcionária do Departamento de Comunicações do Itamaraty, trabalhava sempre no DCD. Então, sempre que me designavam em missões no exterior, a minha função era fazer comunicações. Instalei um programa em Genebra, em 1996. Em seguida, fui trabalhar em Bogotá; depois, fui trabalhar em comunicações, chamada em serviço, em Bruxelas, ao mesmo tempo em que eu estava servindo em Bogotá. E, depois, no Uruguai.

Mas o meu ponto x, que quero despachar com vocês, ou melhor, explicar, é que, em determinado momento, eu estava craque em comunicações, fazia aquilo com o maior amor – gosto de comunicações –, de repente, precisaram de um funcionário na Embaixada do Brasil, na área consular, para atender brasileiros no exterior, especificamente presos brasileiros no exterior. Obviamente, eu não estava preparada, mas a minha chefia achou que sim e falou: "Se você não está preparada, vamos te treinar." E me mandaram, a serviço do Brasil, ser treinada na área consular. Óbvio, adoro público, trabalho muito bem com o público, gostei e ali me joguei no trabalho. Então, onde havia um preso brasileiro em qualquer presídio da Colômbia eu o visitei. Durante dois anos, o meu trabalho era visitar presos – presos por tráfico de drogas, presos por assassinatos, todo tipo de preso. Então, acho que o Itamaraty investiu em mim também, sou PGPE, mas fiz aquele trabalho como se fosse oficial de chancelaria? Não sei. Acho que, ali, eu estava exercendo a minha função, eu não estava pegando a vaga de ninguém. Eles me designaram para aquela função, e eu fiz. Sou apenas um PGPE.

Portanto, a questão é: estou treinada e não tenho visão – é como a Wanda falou. Gosto do Itamaraty, sou do Itamaraty há 30 anos, do quadro permanente do Itamaraty, vim requisitada do Ministério da Fazenda, perdi a carreira lá no Ministério da Fazenda e perdi a carreira no Itamaraty. Como a Wanda falou, não tenho pretensão de ir para outro órgão, mesmo porque o meu caminho é curto até a minha aposentadoria. Estou em reta final. Sou uma das funcionárias mais novas do PGPE, que, quase todo, está se aposentando em dez anos.

Qual é, então, o problema do Itamaraty de nos aceitar no órgão uma vez que as obrigações já temos? Temos condições de fazer, está comprovado por A mais B que somos capazes tanto quanto nossos colegas que foram inseridos. A minha pergunta é: qual é o problema do Itamaraty de resolver esse problema que eles criaram? Ministro João Pedro. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Ministra Sônia, tanto faz. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, essa foi a Rosiane Alencar Arruda, Presidente da Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores.

Antes de passar a palavra, para as considerações finais, para a Ministra Sônia e o Ministro João Pedro, comunico que chegaram aqui algumas perguntas, que vou ler. Eles podem responder agora, se puderem, ou podem se comprometer a me mandar depois por escrito, e eu remeto para os endereços que aqui estão bem definidos.

Participação de Ilana Kenne, do Distrito Federal: "O MPDG autorizou, em 2016, a nomeação dos aprovados nos certames do INSS, IBGE, ANP e Anac, graças à pressão exercida por esses órgãos. Por que a nomeação dos oficiais de chancelaria ainda não foi autorizada? A homologação do resultado ocorreu há mais de sete meses!" (*Palmas.*)

Essa é uma pergunta que chegou.

Participação de Vivianne Almeida Oliveira: "O que está sendo falado é o grande problema, o que gera imensa insatisfação dentro do MRE. Mesmo os funcionários de nível médio fazem serviços de nível superior e estão recebendo o correspondente a nível fundamental, ou seja, exercem função de nível superior e não recebem para isso."

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todas?! (*Risos.*)

Carolina Figueiredo, de Minas Gerais: "O concurso para Oficiais de Chancelaria foi homologado em 11 de maio, completando sete meses de espera para autorização das nomeações. São 190 vagas para o cargo atualmente. Quando os 60 aprovados serão nomeados?"

Este aqui é lá do meu Rio Grande do Sul. A participação é de José Vidal... (*Risos.*)

Todo mundo conhece? É isso? (*Risos.*)

Queridíssimo – eu ouvi aqui – o José Vidal.

Então, vamos lá, José Vidal, do Rio Grande do Sul:

> Hoje, qualquer instituição faz política externa: todos os ministérios incluem uma assessoria ou secretaria de assuntos internacionais, completamente autônoma. O mesmo acontece com governos estaduais e universidades, cada qual fazendo seus "amadorismos" em política externa; entretanto [diz ele], constitucionalmente, a política externa é privativa da Presidência da República, pelo MRE, e do Senado Federal.

Se alguém puder falar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto! Então, vamos para a Ministra Sônia.

Com a palavra a Ministra Sônia Regina Guimarães Gomes, Diretora do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores.

A SRª SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES – Primeiramente, eu gostaria de fazer minhas as palavras da Suellen e do Felipe, no sentido de que o diagnóstico é o mesmo.

Agora, pela primeira vez, o Rio Branco tem um módulo de métodos de trabalho, onde eu vou dar aulas. E eu digo exatamente isso, ou seja, que, hoje, o Ministério não tem noção das respostas a três perguntas básicas: Quem somos? O que fazemos? Como fazemos? (*Palmas.*)

Enquanto a gente não conseguir responder essas três perguntas, a gente não vai avançar. E o que eu acho é que, há até pouco tempo, quando eu entrei – eu tenho 30 anos de Itamaraty –, você conhecia todo mundo, todo mundo se referia ao Itamaraty como "a casa", só que esse tempo acabou, passou, não existe mais!

Eu sou também coordenadora do Comitê Gestor de Gênero e Raça do Itamaraty, e o Itamaraty é, hoje, o último reduto do homem branco do Sudeste do Brasil. (*Palmas.*)

Então, é uma questão de mais diversidade e igualdade.

Fico feliz que a Presidente do sindicato seja uma mulher. (*Risos.*)

Então, eu acho que é essa a questão.

E repito o que o Felipe disse: o comitê começou a fazer uma avaliação sobre a saúde, ou melhor, sobre a questão das licenças. Só existe uma licença maior que aquela por motivos de saúde mental no Itamaraty: a para acompanhamento de doença em pessoas da família. E quem mais tira essa licença são as mulheres. E isso prejudica em termos de carreira, prejudica em termos de ascensão e prejudica em termos de avaliação.

Então, todas essas questões, a gente precisa analisar, porque os tempos mudaram, a situação é outra, a sociedade exige outras coisas de nós. Assim, efetivamente, o diagnóstico é o mesmo: estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

em um momento em que nós precisamos repensar a nossa instituição.

E como? Aí a gente pode ter divergências. Do meu lado, como administradora, o que eu sinto é que é óbvio que deve haver especificidades, mas eu fico pensando nos nossos postos pequenos, onde, geralmente, você só tem apenas um funcionário do quadro.

Eu vi ali, na pesquisa, que os oficiais de chancelaria querem a especificidade, mas não querem que essa especificidade altere a remoção. Mas, se a gente for se especializar, isso vai alterar a remoção inevitavelmente, uma vez que as vagas não serão iguais; as vagas serão diferentes para cada caso. Então, é preciso que isso fique claro e que fique pensado. Nós teremos ganhos e perdas nesse processo. (*Palmas.*)

E isso tem que ser bem percebido por todos.

Finalmente, sobre essa questão aqui de que todo mundo faz política externa, eu acho que isso também é um... Não é que todo mundo faça, inclusive, os Estados, às vezes, se perdem com isso, porque, quando eles assinam um acordo que não passou pelo Itamaraty, esse acordo não é válido. Então, eles podem até estar acordando, mas eles não estão fazendo algo válido.

O que eu acho que acontece é que, graças a Deus... Eu lembro que, no século passado, quando eu estava no Rio Branco, em 1986, o meu trabalho de final de curso foi sobre o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo na execução de política externa. Era quase nulo! Eu tive que tirar leite de pedra para poder fazer, porque eu achava que tinha de haver esse relacionamento. E, graças a Deus, hoje não é só o Legislativo; hoje, ainda bem, a sociedade brasileira toda está se dando conta de que a gente está incluído em um contexto maior.

Então, o Itamaraty tem que saber lidar com todos os atores da sociedade que têm interesse em política externa. Assim, trata-se de aprofundar esse relacionamento. Nós continuamos tendo, digamos assim, a prerrogativa e a reserva de mercado da atuação legal, mas como nós vamos fazer e como nós vamos atuar depende, sim, de concertação com a sociedade, com os Estados, com as universidades e com todos os agentes, porque política externa é isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Essa foi a Ministra Sônia Regina Guimarães Gomes, Diretora do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores.

Agora, passamos a palavra ao Ministro João Pedro Correa Costa, Diretor do Departamento do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. JOÃO PEDRO CORREA COSTA – Muito obrigado, Sr. Senador, também pela oportunidade de poder vir aqui, em nome da administração do Ministério, participar deste debate.

Este debate mostrou, eu creio, muitos pontos de convergência acerca das preocupações de todas as carreiras do Ministério das Relações Exteriores. Há muito o que a gente pode discutir e resolver com diálogo, buscando o que é melhor para o Ministério.

Como eu disse há pouco, na minha intervenção anterior, eu vim de outro departamento, o Departamento de Comunicações e Documentação, um departamento menor dentro da estrutura administrativa do Ministério, mas, lá e aqui, há alguns que lá trabalharam comigo e sabem que, para trabalhar bem e com eficiência, é preciso mudar e é preciso modernizar. E lá, vários dos conceitos que aqui foram levantados eu implementei. Eu criei um comitê estratégico de tecnologia – pequeno, mas foi criado. Eu promovi vários cursos de capacitação para os servidores do departamento aqui no Brasil, inclusive mandando para fora. Planejamento era o norte principal do departamento.

Não sei se por isso ou pelos meus belos olhos é que me conduziram agora para um departamento de maior importância estratégica para o Ministério, que é o Departamento do Serviço Exterior, que cuida dos recursos humanos do Ministério. Como todos dizem, nosso maior patrimônio são nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

funcionários. E eu espero levar um pouco dessa metodologia de trabalho que eu tive no Departamento de Comunicações para o Departamento do Serviço Exterior, que é abrir o diálogo com todo mundo, com todas as carreiras, e buscar trazer para a administração geral do Itamaraty, em particular a de pessoal, esses conceitos de capacitação, de planejamento, de diálogo com todas as classes e de ter uma estratégia efetiva para, como disse a Sônia aqui, respondermos a estas perguntas: Quem somos? O que fazemos? Como fazemos?

Se não fosse tudo isso, ainda tenho uma pressão doméstica porque eu sou casado com uma PGPE e tenho uma cunhada oficial de chancelaria. (*Risos.*)

Então, eu tenho todo o interesse em resolver essas questões.

Mas eu quero que todas as associações saibam que eu estou com muita disposição de estabelecer um novo marco nas relações entre os servidores do Itamaraty e efetivamente modernizar e trazer para o século XXI a gestão de pessoas, para aumentar a eficiência dos nossos quadros em benefício da execução da nossa política externa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o João Pedro Correa Costa, Ministro Diretor do Departamento do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores.

Vamos agora aos encaminhamentos. Espero que haja acordo entre nós.

Encaminhamentos:

1) Comunicar à Comissão Permanente de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), à Presidência da República e ao Ministério das Relações Exteriores a ocorrência desta reunião, bem como encaminhar cópia das notas taquigráficas e dos documentos recebidos durante a audiência, inclusive o vídeo desta reunião.

2) Fazer contato com o Ministério das Relações Exteriores, solicitando a criação de uma comissão tripartite composta de representantes dos trabalhadores das carreiras do MRE, representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e, naturalmente, do MRE, com a finalidade de realizar estudos acerca da reestruturação da carreira.

Isso aqui é um resumo. Na verdade, é aquela comissão tripartite que vocês solicitaram. Eu colocaria aqui, porque eu vi que foi algo que no início foi comentado, um pedido e, se for o caso, eu mesmo vou telefonar para ele, para que o Ministro José Serra, meu colega Senador, receba as entidades e a comissão. (*Palmas.*)

Eu farei um pedido a ele nesse sentido, e vamos também fazer por escrito.

A pergunta que eu faço: há entendimento sobre esse encaminhamento?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pergunto aos painelistas, sem problema nenhum, da boa vontade de chegarmos... (*Pausa.*)

Unanimidade.

O.k. Mediante os fatos, pessoal, eu encerro esta nossa audiência pública. Ela atingiu, no meu entendimento, o objetivo. Esperamos que aqueles cartazes brancos... (*Risos.*) (*Palmas.*)

... venham aqui no futuro dizer: "Enfim, houve a nomeação dos oficiais de chancelaria." Sete meses em espera.

Enfim, pessoal, para mim, sempre é uma satisfação ouvir, aprender com vocês. E aprendi muito hoje, ouvindo a todos. No final, a gente deu encaminhamento propositivo. Que não seja só uma audiência pública para dar visibilidade ao Brasil, via sistema de comunicação do Senado, já que a gente ficou em grande parte ao vivo, mas também, como a gente fala, o dia seguinte: que haja encaminha-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mentos e se apontem soluções.

Eu fiquei um pouco chocado, confesso, com a questão da saúde, com aquele episódio quando morreu o funcionário no exterior, enfim, com a situação daquele gráfico na parede, mostrando que ficam em último lugar na questão salarial. Tudo isso de fato...

E eu falo tanto que a política não tem razão de ser se ela não tiver uma visão humanitária e percebi que também essa questão foi aqui tocada e falada por todos. Ou nós respeitamos, já que estamos na Comissão de Direitos Humanos, que direitos humanos não têm fronteira, que é uma causa internacional... E vocês viajam pelo mundo nos representando, e para vocês nos representarem sempre bem, lá fora e aqui também, para com aqueles que aqui chegam, nós temos que ter um encaminhamento que atenda às reivindicações mínimas que vocês estão pedindo. Por isso, uma salva de palmas a todos vocês! (*Palmas.*)

Que Deus nos ilumine e que esse encaminhamento dê resultado positivo.

Um abraço a todos!

Vamos tirar uma foto para ficar nos *Anais* do Congresso. E peço que coordenem, para deixar com a Secretaria, o grupo que vou pedir ao Ministro que receba.

(*Iniciada às 14 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 114ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia doze de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 6, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Vicentinho Alves. Registra-se a presença da Deputada Federal Erika Kokay. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 158 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "O Dia Internacional dos Direitos Humanos, comemorado no dia 10 de dezembro". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Lucimara Cavalcante, Diretora Fundadora da Associação Internacional Maylê Sara Kalí - AMSK/Brasil; José Valdir Misnerovicz, Coordenador do MST no Estado de Goiás; Clementina Bagno, Conselheira Tutelar; Rogério Giannini, Presidente do Conselho Federal de Psicologia – CFP; Pedro Wilson Guimarães, Secretário da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Goiânia; Jolúzia Batista, Representante da Articulação de Mulheres Brasileiras; Valter Junior de Melo, Cantor; Porã Potiguara, Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Ana Bock, Especialista em causas da violência; Fábio Félix, Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA; Paulo Freire, Advogado – SDH/MST; Silvio Albuquerque, Embaixador - Secretário Adjunto da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Deputada Federal Erika Kokay; Francisco Badenes, Delegado da Polícia Federal; Deusdeth Rodrigues Neves, vítima de violações de direitos humanos praticadas por policiais do Goiás; Grazielle Custódio David, Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no Plenário. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) apoiar referendo para a PEC 55; 2) fazer contato com o Tribunal de Justiça do Estado do Goiás para tratar do Habeas Corpus do Sr. Luis Batista, a fim de que seja julgado da forma mais célere possível; 3) apoiar novas eleições gerais: diretas já; 4) oficiar a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania - SDH e Ministério das Cidades solicitando o cumprimento do PNDH 3, aprovado pelo Decreto 7037/09; 5) oficiar a 6ª Câmara do MPF para tomar as providências cabíveis acerca do descumprimento do PNDH 3; 6) oficiar o IBGE para que adote as medidas cabíveis para realizar coleta de dados sobre o povo Romani (ciganos) no Brasil no senso 2020; 7) oficiar o Desembargador relator dos Habeas Corpus impetrados em favor de Tiago Ferreira, Fabiana Braga, Antônio Ferreira, Claudelei Lima, Claudir Braga e Valdemir Camargo no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Desembargador Antônio Carlos Ribeiro Martins) solicitando o célere julgamento dos processos, bem como considerar que fazem parte de uma organização popular, que luta pela concretização de direitos, e não criminosa. Solicitar, ainda, que seja garantida a transferência de Fabiana Braga para um presídio exclusivamente feminino; 8) enviar ofício ao Secretário de Segurança e ao Governador do Estado da Bahia para exigir a célere apuração do assassinato de Marcus Vinicius de Oliveira Silva; 9) trabalhar pela derrubada da PEC 55 que limita os gastos públicos e pela derrubada da PEC 287 que trata da reforma da previdência; 10) fortalecer o Decreto Legislativo para garantir a terra dos Quilombolas; 11) trabalhar contra a PEC 215, que visa trazer para o Congresso Nacional a demarcação de terras dos povos indígenas; 12) fazer os encaminhamentos cabíveis em relação à denúncia feita pelo Sr. Deusdeth, solicitando a sua proteção; 13) realizar diligência na cidade de Alvorada do Norte-GO junto com a SDH/MJ e Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para apurar as denúncias apresentadas; 14) apresentar projeto de lei para que a investigação e a tramitação dos processos que tratam de crimes cometidos por grupos de extermínio sejam prioritários, bem como que sejam disponibilizados os recursos necessários para a apuração desses crimes; 15) solicitar ao governo que informe os dados que está repassando para o relator especial da ONU no que tange aos direitos humanos; 16) que o governo dê transparência e garanta a participação popular junto à ONU; 17) que a CDH encaminhe requerimento à mesa solicitando adiamento da votação da PEC. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quatroze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 114ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada como todas as outras, nos termos do Requerimento nº 158, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater o Dia Internacional dos Direitos Humanos, comemorado no último dia 10 de dezembro.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Como sempre, faremos uma pequena introdução, para que os telespectadores e os que estão nos assistindo pela TV Senado, pela Internet e pelas redes sociais e ouvindo pela Rádio Senado tenham uma visão do motivo da audiência de hoje sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Com essa frase, o primeiro artigo da Declaração Universal de Direitos Humanos, gostaria de com muita satisfação dar início à presente audiência pública para debatermos o Dia Internacional dos Direitos Humanos celebrado no último dia 10 de dezembro.

Nos quase 70 anos transcorridos desde a proclamação da Declaração Universal, Senhoras e Senhores, é inegável que avançamos na garantia desses direitos inerentes a todas as pessoas, direitos que são, em essência, aqueles nos caracterizam como seres humanos. Os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos e o direito ao desenvolvimento foram reconhecidos como direitos universais e indivisíveis e de direitos mutuamente fortalecidos de que são titulares todos os seres humanos sem exceção.

A não discriminação e a igualdade têm sido cada vez mais reafirmadas como princípios fundamentais do direito internacional, dos direitos humanos e como elementos essenciais da dignidade humana, contudo é evidente que ainda temos muitos desafios a nossa frente. A pluralidade dessa Mesa de debates ilustra o fato de que direitos humanos ainda não são uma conquista plena da maioria da população brasileira. Aqui no debate, no dia de hoje, vai ficar claro como infelizmente ainda os direitos humanos são atacados.

Índios, mulheres, negros, brancos, pobres, jovens, pessoas com deficiência, ciganos apenas para mencionar momentos de segmentos que foram fortemente atacados. Ainda são vitimados pela falta de direitos e pela discriminação de oportunidades. São brasileiros e brasileiras que, inegavelmente, carecem de maior assistência do Poder Público para que essas violações sejam mitigadas. São setores mais vulnerários e, repito, eles, sejam brancos, sejam negros, sejam índios, sejam mulheres, sejam crianças, sejam adolescentes, sejam ciganos. Quantos jovens negros, por exemplo, ainda morrem nas favelas de nosso País marginalizados por um sistema desigual? Quantas mulheres ainda são vítimas da violência e de abusos simplesmente por serem mulheres? Quantos índios ainda lutam pela demarcação de suas terras para que suas tradições não sejam esquecidas e para que sua identidade não seja perdida na história? Quantos homens e mulheres, brancos ou negros lutam para ter o direito à terra? Vejam aí o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e o dos sem-terra, vejam o movimento dos quilombolas.

Senhoras e senhores, da mesma maneira é fundamental a presença de toda a sociedade nesses debates. Queremos a paz. Queremos tranquilidade. Queremos respeito. É importante que possamos compreender melhor os motivos dessa infindável crueldade em nossa sociedade, bem como os motivos dessa violência generalizada, uma verdadeira guerra, em que a preocupação com a vida do outro não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

é, infelizmente, relevante, não é o mais importante, quando o direito à vida deveria estar em primeiro lugar.

Vale mencionar ainda que se trata de momento oportuno para que possamos expressar nossas homenagens a todos os militantes dos direitos humanos assassinados, torturados, presos, além dos que se encontram presos ainda em função de serem lutadores dessa causa. Chico Mendes, Dorothy, e mais recentemente o Marcus Vinícius de Oliveira Silva são algumas dessas personalidades, conhecidas ou anônimas, que merecem toda a nossa reverência na vida e na morte. Esses verdadeiros heróis trouxeram ainda mais luz aos graves problemas humanitários de nosso País.

Da mesma maneira, vários militantes de movimentos sociais, Movimento Quilombola, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entre tantos outros, que se encontram presos justamente em razão de lutarem pela qualidade de vida de todos.

Para concluir, gostaria de relembrar que sem direitos humanos não há democracia, não há a menor possibilidade.

Espero que os trabalhadores da presente Comissão, que o trabalho hoje, o nosso aqui nesta Comissão, com representantes de todo segmento da sociedade, possa contribuir para que a visão humanitária prevaleça numa visão democrática e na construção de um mundo melhor para todos. Essa é apenas uma introdução que fazia eu, os que chegaram agora, da importância do dia que lembramos hoje, que é o dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Mas como eu havia me comprometido, enquanto estão liberando o pessoal, inclusive nas portarias, para virem para esta Comissão, eu vou ler um outro documento que me foi entregue na Comissão de Direitos Humanos. Eu me comprometi a lê-lo na abertura dos trabalhos.

> Brasil: teto de 20 anos para o gasto público violará direitos humanos, alerta relator da ONU
>
> Genebra, 9 de dezembro de 2016 [, um dia antes do dia 10 agora.]
>
> Os planos do Governo de congelar o gasto social no Brasil por 20 anos são inteiramente incompatíveis com as obrigações de direitos humanos do Brasil, [palavras] do relator especial da ONU para extrema pobreza e direitos humanos, Philip Alston.
>
> (...) o efeito principal e inevitável da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55, elaborada para forçar um congelamento orçamentário como demonstração de prudência fiscal, será o prejuízo aos mais pobres pelas próximas décadas – alertou o relator da ONU. A emenda [que] deverá ser votada pelo Senado [brasileiro] no dia 13 de dezembro, [é conhecida como a PEC 55 ou o novo regime fiscal.]
>
> [Diz o relator da ONU:] "Se adotada, essa emenda bloqueará gastos em níveis inadequados e rapidamente decrescentes na saúde, [na] educação e segurança social, [portanto] colocando (...) toda uma geração futura em risco de receber uma proteção social muito abaixo dos níveis atuais" – fecha aspas.
>
> O relator especial nomeado pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas recomendou ao Governo brasileiro que garanta um debate público apropriado sobre a PEC 55; que estime seu impacto sobre os [setores] mais pobres da sociedade; e que identifique outras alternativas para atingir os objetivos de austeridade.
>
> [Diz ele:] "Uma coisa é certa – ressalta. É completamente inapropriado conge-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

> lar somente o gasto social e atar as mãos de todos os próximos governos por outras duas décadas. Se essa emenda for adotada, colocará o Brasil em uma categoria única em matéria de retrocesso social."
>
> O plano de mudar a Constituição para os próximos 20 anos vem de um Governo que chegou ao poder depois de um *impeachment* e que, portanto, jamais apresentou seu programa a um eleitorado. Isso levanta (...) ainda maiores [preocupações] sobre a proposta de amarrar as mãos de futuros governantes (...).
>
> O Brasil é a maior economia da América Latina e sofre sua mais grave recessão em décadas, com níveis de desemprego que quase dobraram desde o início de 2015.
>
> O Governo alega que um congelamento de gastos estabelecido na Constituição deverá aumentar a confiança de investidores, reduzindo a dívida pública e a taxa de juros, e que isso, consequentemente, ajudará a tirar o País da recessão. [Mas o relator especial alerta que essa] medida (...) terá um impacto severo sobre os mais pobres (...).
>
> [Diz ele mais uma vez:] "(...) é uma medida radical, desprovida de toda nuance e compaixão. Vai atingir com mais força os brasileiros mais pobres e mais vulneráveis, aumentando os níveis de desigualdade em uma sociedade (...) extremamente desigual e, definitivamente, assinala que para o Brasil os direitos sociais terão [muito baixa] prioridade (...) nos próximos vinte anos."
>
> [Diz mais ele:] "isso evidentemente viola as obrigações do Brasil de acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que o País ratificou em 1992 e que veda a adoção de 'medidas deliberadamente regressivas' a não ser que não exista nenhuma outra alternativa e que uma profunda consideração [seja] dada de modo a garantir que as medidas adotadas sejam necessárias e proporcionais".
>
> [O Sr. Alston] apontou que, [nas] últimas décadas, o Brasil estabeleceu um impressionante sistema de proteção social voltado para [erradicar a] pobreza e o reconhecimento dos direitos [como] educação, saúde, trabalho e segurança social.

Tivemos uma época em que o desemprego no Brasil, com o Lula, chegou a 5%; hoje, neste Governo já falam que está ultrapassando os 15%.

> "Essas políticas – diz ele, referindo-se às políticas importantes adotadas naquele período – contribuíram substancialmente para reduzir os níveis de pobreza e desigualdade no País. Seria um erro histórico atrasar o relógio nesse momento," disse [ele].

Chegamos a tirar da pobreza mais de 30 milhões de brasileiros.

> O Plano Nacional de Educação no Brasil [clama por] um aumento (...) de R$37 bilhões [anualmente] para prover uma educação de qualidade para todos os estudantes, [enquanto] que a PEC reduzirá o gasto planejado em R$47 bilhões nos próximos oito anos. Com mais de 3,8 milhões de crianças fora da escola, o Brasil não pode ignorar o direito deles de ir à escola, nem o direito de todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

> crianças a uma educação de qualidade (...).
>
> (...) o debate sobre a PEC 55 foi conduzido apressadamente no Congresso Nacional pelo novo Governo, com a limitada participação dos grupos afetados e sem considerar seu impacto sobre os direitos humanos. Um estudo recente sugere que 43% dos brasileiros não conhecem a emenda e, entre aqueles que conhecem, [quem a conhece é contra ela].
>
> O relator especial, que está em contato com o Governo brasileiro para entender melhor o processo e [a substância] da emenda proposta, ressaltou (...) que "mostrar prudência econômica e fiscal e respeitar as normas internacionais de direitos humanos não são objetivos mutuamente excludentes, já que ambos focam na importância de [desenhar] medidas cuidadosamente (...) [de forma a] evitar ao máximo [o impacto negativo sobre] as pessoas".
>
> "Efeitos diretamente negativos têm que ser equilibrados com potenciais ganhos a longo prazo, assim como esforços para proteger os mais vulneráveis, [e] os mais pobres, na sociedade" (...).
>
> [Diz mais ele:] "Estudos econômicos internacionais, incluindo pesquisas do Fundo Monetário Internacional, mostram que a consolidação fiscal tipicamente tem efeitos de curto prazo [reduzindo a] renda, aumento do desemprego e da desigualdade de renda. E a longo prazo, não existe evidência empírica que sugira que essas medidas alcançarão os objetivos sugeridos pelo [atual] Governo" (...).
>
> O apelo do [Sr. Alston] às autoridades brasileiras foi endossado também pela relatora especial sobre o direito à educação, Koumbou Boly Barry.

Essa é a carta que eu recebi. Recebia-a na sexta, já li uma parte na tribuna e me comprometi a lê-la hoje na abertura dos trabalhos, que foi escrita no dia 9 de dezembro pelo relator da ONU.

Vamos agora, a partir deste momento, com todos os convidados presentes, montar a nossa Mesa para o debate de hoje.

Primeira Mesa.

Convidamos Lucimara Cavalcante, Diretora Fundadora da Associação Internacional Maylê Sara Kalí. Está certo? É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Kalí. Seja bem-vinda.

José Valdir, Coordenador do MST no Estado de Goiás, onde estive visitando. Inclusive numa época em que o mesmo, sem motivo nenhum para nós, ficou preso durante um período. José Valdir Misnerovicz, Coordenador do MST do Estado de Goiás. A pronúncia ficou por minha conta. Depois, na sua fala, você esclarece.

Clementina Bagno, Conselheira Tutelar.

Rogério Giannini, Presidente do Conselho Federal de Psicologia.

Essa é a primeira Mesa. E vou já anunciar que na segunda Mesa teremos: Pedro Wilson Guimarães, Secretário da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Goiânia; Jolúzia Batista, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras; Valter Junior de Melo, cantor; Silvio Albuquerque, Embaixador, Secretário-Adjunto da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Terceira Mesa: Igor Diógenes Bezerra, representante da Casa de Cultura Carlos Marighella; Fábio Félix, Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente; Porã Potiguara, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; Cláudia Macedo, representante do movimento Coturno de Vênus; Ana Bock, especialista em causas da violência.

Muito bem, sejam todos muito bem-vindos.

Pedro Wilson, que me recebeu lá quando eu estive em Goiânia, amigo de longas datas. Fomos Deputados Federais juntos e estamos neste momento, claro, onde deveríamos estar: na trincheira do bem, defendendo os direitos humanos e defendendo a democracia, em todos os embates que o Governo atual tem provocado, como essa PEC nº 55, sobre a qual já li uma carta inclusive de um secretário da ONU, condenando-a, secretário da ONU, de direitos humanos, condenando-a, e essa reforma da Previdência, que não há como a gente...

Só vou falar uma frase: qual o país do mundo em que a aposentadoria, o cidadão, para se aposentar, vai ter que ter entre 65 e 80 anos? Resumindo, quem começar a trabalhar com 16 anos e não ficar um mês sem emprego, contribuindo 49 anos, o que é praticamente impossível, eu vejo por mim mesmo, ele vai se aposentar com 66 anos, não é nem 65, porque com 65 não vai conseguir nunca. Mas quem, por motivos da vida, começar a trabalhar depois dos 30, por motivos outros, só vai se aposentar depois de 80 anos. E eu tenho toda a tabela que já li na tribuna. Então a aposentadoria aqui no Brasil ficou entre 65 no mínimo, podendo chegar a mais de 80 anos para ter direito. Se começou a trabalhar com 31, pode saber que é oitenta e poucos anos para se aposentar. Essa é a realidade.

E ainda aumentam as contribuições de todo mundo, não mexem na sonegação, nada. Porque a grande questão hoje do País é combater a fraude, a sonegação, o desvio. Os auditores fiscais – e depois nós vamos até passar alguma coisa nesse sentido – mostram que daria para arrecadar 250 bi a mais, só combatendo a sonegação, e não dão estrutura para eles fazerem isso.

Essa reforma da Previdência, no meu entendimento, não passará aqui no Congresso, devido à pressão que a sociedade vai fazer em cima desta Casa.

Quanto à PEC 55, infelizmente, não tenho esperança de que ela não passe no dia 13. Gostaria que ela não passasse. Vamos fazer de tudo! Mas o quadro é terrível em matéria da PEC 55. Ela não se sustenta sem a reforma da Previdência.

Contra a reforma da Previdência, nos moldes em que se encontra, não tenho dúvida de que a população brasileira vai às ruas. Eles terão grandes dificuldades para aprová-la. Acredito até que ela não passe se continuar a mobilização, que percebo crescer a cada dia que passa.

Vamos lá. Primeira Mesa.

Com a palavra de imediato a Diretora Fundadora da Associação Internacional Maylê Sara Kalí, Lucimara Cavalcante.

São dez minutos para cada convidado.

A SRª LUCIMARA CAVALCANTE – Bom dia a todos e a todas. Saúdo todos os defensores de direitos humanos do nosso País e também de todos os países que celebram este dia como uma forma de luta e de resistência.

Sou Lucimara Cavalcante, Diretora Fundadora da Associação Internacional Maylê Sara Kalí, que lida na defesa dos direitos humanos dos povos romani, os assim chamados ciganos, no Brasil.

Inicio aqui a minha fala mostrando a nossa bandeira do povo Romani, que foi criada no ano de 1970, como símbolo de resistência. No dia 8 de abril, Senador, celebramos o Dia Internacional do Povo Romani, em respeito aos nossos ancestrais, que sempre lutaram pelo direito à vida.

Senador, V. Exª deve lembrar-se que, hoje, dia 12 de dezembro de 2016, completam-se exatamente quatro anos, porque, no dia 12 de dezembro de 2012, esta Comissão fez especificamente, em celebração aos direitos humanos internacionais, uma audiência pública específica para o povo romani. Tivemos aqui representantes de todos os governos da área federal, de todos os gestores públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É com muita satisfação que viemos hoje aqui dizer o que caminhou e o que precisa ainda caminhar, em relação a políticas públicas para a população de etnia romani do nosso País. Gostamos muito de manter a história do nosso povo, pela sua memória.

No ano de 2012, trouxemos três grandes defensores dos direitos humanos: Bruno Gonçalves, o mediador da Romed, de Portugal, da etnia Calon, que faz um trabalho excelente de defesa dos direitos humanos na Europa; Ana Dalila Gómes Baos, do processo organizativo da população romani da Colômbia; e Juan de Dios Ramírez Heredia, Presidente da *Unión Romaní* da Espanha, que estava, em 1970, criando essa bandeira; eurodeputado e grande defensor dos direitos humanos da população romani.

A partir daí, conseguiram sensibilizar o Governo brasileiro, principalmente deixando bem clara a necessidade de que tanto os romanis do Brasil como os da Europa passam pelas mesmas situações: o preconceito, a discriminação e o racismo.

Eles estiveram aqui no Brasil e puderam conversar com a nossa saudosa Profª Luiza Bairros, como a chamávamos. E a partir dela, toda a pauta de políticas públicas para os povos romanis neste País começou a andar, ao lado da Profª Silvany Euclênio, que até então era a Secretária de Políticas de Comunidades Tradicionais. Esses defensores dos direitos humanos internacionais conseguiram sensibilizar o governo brasileiro de que existia uma população que estava aqui neste País, desde 1549, e que merecia o respeito as suas expressões culturais e ao seu modo de vida.

No ano de 2012, eis aqui a nossa conferência, a Procuradoria Federal dos Direitos Humanos e a 6ª Câmara de Revisão do Ministério Público Federal, juntamente com a ouvidoria Nacional da Seppir e esta Comissão, propiciaram o debate com todos os gestores públicos da área federal. Estiveram aqui, eu lembro muito bem que o senhor disse que estava surpreendido, os gestores públicos da área federal de todos os Ministérios, foi a primeira vez que esta comissão havia dito.

Então, Senador, no ano de 2013, a Seppir coordenou o Brasil Cigano, a 1ª Semana dos Povos Romanis, trazendo aqui em Brasília 350 pessoas entre mulheres, crianças, adultos, jovens, homens para falar das suas necessidades, em que, mais uma vez, a Seppir conseguiu – claro – com que todos os gestores públicos tivessem a sua tenda, na Granja do Torto, para ouvir essa população. E a partir daí a AMSK passa realmente ser, solicitar e demandar, assim como várias outras lideranças deste País da etnia Calon e da etnia Rom.

No ano de 2014 e 2015, o MEC cria o grupo de trabalho Ciganos, em que aí, sim, nós vimos o cumprimento da Convenção nº 69, trazendo cada representante das etnias existentes aqui neste País, seja Rom ou seja Calon. E tivemos discutindo qual seria a implementação da resolução, do Conselho Nacional de Educação, da Câmara Especial Básica de Educação, nº 3, que trata das crianças e adolescentes em situação de itinerância, entenda-se aí a população também cigana. Em situação de itinerância, é aquela criança circense, parquista, ciganos e, principalmente, aquelas que muita gente desconhece que são as crianças e adolescentes que acompanham seus responsáveis num tratamento médico. Esta matrícula tem que ser imediata nas escolas.

E foi criado, como resultado desse grupo de trabalho, que lá estavam representados por esses grupos étnicos, o documento: "Ciganos – Documento Orientador para os Sistemas de Ensino".

E precisamos ainda mais, Senador, Srs. defensores de direitos, fazer com que essa resolução seja de fato atendida nos Municípios, porque quando as crianças, os pais dessas crianças romanis que vivem em situação de itinerância, levam a cópia deste resultado, nós ainda ouvimos alguns gestores públicos dizendo: "Mas o que prevalece é a nossa legislação municipal". Então, a gente sempre se pergunta: de que valem as leis neste País? De que valem os marcos internacionais e os marcos nacionais se, na ponta, a essa população são negados os seus direitos fundamentais.

No ano de 2016, é lançado, agora recentemente... A Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, do Ministério da Saúde, desde 2013, vem conversando com a população romani para que fizéssemos, então, também, a exemplo do MEC, um guia orientador para os profissionais trabalhadores da saúde. Porque o atendimento em hospitais, o atendimento nas UPAs ainda é muito marcado pelo racismo institucional aos povos romanis, que são mal atendidos em alguns locais. E quando essas populações lutam pelos seus direitos, a primeira coisa que dizem: "Não, o que prevalece aqui é a lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

municipal".

Muito se tem feito neste País. E eu quero aqui passar, em suas mãos, a cópia desta cartilha, que agora o grande trabalho é fazer a formação continuada desses trabalhadores de educação.

Educação, educar... Nós precisamos educar os agentes públicos do nosso País, sem essa educação não haverá entendimento de qual é o modo de vida da população de etnia romani. E assim eu diria para todas as pessoas pertencentes a povos e comunidades tradicionais, que hoje são massacrados em nosso País pelos seus direitos. E o trabalho da AMSK Brasil tem sido esse: pautar os gestores públicos com dados e informações da realidade dessa população.

Desafios, como já disse aqui, temos o desafio contra este preconceito, racismo e discriminação. Esse desafio de fazer uma formação permanente dos agentes públicos para que conheçam essa população, o seu modo de vida, para que possamos quebrar esse preconceito que impede que essa população seja atendida, que essa população ingresse numa universidade, ingresse no ensino fundamental, ingresse no ensino médio. Precisamos educar, educação é a pauta que a AMSK tem, de fato, alavancado neste País. Porque somente com a informação é que podemos quebrar esse preconceito.

Desafios também, Senador, e aí já, há quatro anos, havíamos dito aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos, que o Programa Nacional de Direitos Humanos, que é o Decreto nº 7.037, não tem sido cumprido neste País. Ele existe no papel, maravilhoso, e muitos gestores públicos estiveram na Comissão de Direitos Humanos da ONU dizendo que PNDH 3 estava perfeitamente sendo cumprido no nosso País. Isso é engano, porque nós temos aqui:

Eixo Orientador III: "Universalizar direitos em um contexto de desigualdades";

Na Diretriz 7: "Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena";

Objetivo estratégico III: "Garantia do acesso à terra e à moradia para a população de baixa renda e grupos sociais vulnerabilizados";

Ação programática na linha K, ouçam bem, há quatro anos eu chamava a atenção desta comissão: "Garantir as condições para a realização de acampamentos ciganos em todo o território nacional, visando a preservação de suas tradições, práticas e patrimônio cultural".

E essa ação programática diz respeito à Secretaria de Direitos Humanos e ao Ministério das Cidades. A AMSK, juntamente com vários líderes ciganos, encaminhou para Secretaria de Direitos Humanos, para o Ministério das Cidades que isso fosse cumprido. Esse é o maior desafio que nós temos. Porque, atualmente, principalmente na região sul da sua região, Senador, essas famílias que vivem em situação de itinerância, que vivem em situação de acampamento...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUCIMARA CAVALCANTE – ...são impedidas de acampar, são, de uma forma muito brutal, retiradas do Município.

Então, olha só os dados do IBGE de Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Nós já temos esses dados. Atualmente, na MUNIC2014, são 337 Municípios que declaram ter acampamentos ciganos. E por que eles não têm esse direito de acampar? Os dados oficiais deste Governo brasileiro existem. Então, somos nós, defensores dos direitos humanos, pertencentes à população de povos e comunidades tradicionais, que devemos lutar pelos nossos direitos. As leis, os marcos legais existem.

Desafios, também, de dados oficiais. E, mais uma vez, estamos aqui, Senador, defensores públicos, para pedir, encarecidamente... A nossa população,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUCIMARA CAVALCANTE – ...nós não somos quantificados por este Governo brasileiro. O IBGE necessita inserir, no Censo de 2020, a coleta de dados sobre os povos ciganos, para que aí, sim, possamos saber o número, onde eles estão e de que maneira eles vivem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

De que maneira eles vivem, nós já estamos dizendo aqui aos governantes, através dos dados e também os dados do programa Bolsa Família. Nós temos hoje, no Cadastro Único, 4.803 famílias, beneficiárias: 3.592, total de pessoas beneficiárias são: 11.976, e 53% é o público feminino. Então, vejam bem, dados nós temos e até pautados pelo próprio Governo Federal, essa é uma plataforma pública. E aí nós pedimos encarecidamente que essas políticas públicas sejam garantidas, que a nossa Constituição Federal seja cumprida.

Mais uma vez, estamos aqui celebrando o dia internacional dos Direitos Humanos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUCIMARA CAVALCANTE – ...solicitando que a nossa Constituição seja cumprida em todos os termos, tendo em vista o desmantelamento que se encontra o nosso País politicamente.

A PEC 55, como o senhor disse aqui bem no início, vai ser votada. Então, como encaminhamento a essa audiência pública, eu peço referendo, porque eu quero votar. Eu enquanto cidadã, assim como muitos cidadãos brasileiros querem votar, porque são 20 anos do futuro das nossas crianças e adolescentes. Eu faço o encaminhamento aqui e peço o apoio de todos que aqui estão, defensores públicos, queremos votar, a população brasileira necessita votar, porque é o futuro na nossa Nação. Peço que retire dessa pauta esses encaminhamentos que estão sendo dados, que se retire a educação, saúde, assistência social desse plano desastroso para o nosso País.

Peço aqui também e agora as Srªs e Srs. Senadores, amanhã os senhores estarão voltando 20 anos, que provavelmente eu não vou estar viva para ver o resultado disso. Que a herança de um povo nunca seja a fome, a miséria, o preconceito, o racismo e a discriminação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Lucimara Cavalcante, Diretora Fundadora da Associação Internacional Maylê Sara Kalí, que deixou, como sugestão para esta Mesa, nós já assinamos esse documento, junto com outros Senadores, que é o *referendum.*

Faremos de tudo para que ele seja aprovado, mas precisamos ter claro que neste Parlamento, infelizmente, não temos mais do que 20% dos votos. Esse é um fato real. Eles têm praticamente 80% dos votos na Câmara e no Senado. Só há uma forma de mudarmos esse quadro: a mobilização popular de fora para dentro da Casa. Aí, sim, podemos mudar o curso da história que eles estão escrevendo, sem a participação da população.

Em abril do ano passado, junto com outros Senadores, já dizíamos que se não houvesse saída, iríamos para as eleições diretas. Vamos deixar o povo escolher, então. É claro que eles não aceitaram. Não quiseram nem discutir. A PEC foi apresentada, das diretas, e também a PEC de uma assembleia revisional exclusiva, onde 124 personalidades, homens e mulheres do Brasil, seriam eleitos para fazer uma reforma política, eleitoral e partidária, porque este Congresso não tem condição nenhuma de fazer uma reforma política, eleitoral e partidária decente. Infelizmente, isso não aconteceu; o *referendum*, a mesma coisa.

Apresentamos também a emenda – já que eles dizem que não atinge – para tirar a seguridade social e a saúde. Então, tiraria a Previdência, a saúde, a assistência e a educação; a seguridade social já pega a saúde, a assistência e previdência, e também a educação. Eles dizem que não atinge, mas não acataram também. Não teve jeito: rejeitaram por 60 e pouco a 14 essas nossas emendas, mas o embate continua.

Não sou de jogar a toalha antes, mas tudo indica que, amanhã, eles aprovam a PEC 55, mas, repito, com relação à reforma da Previdência, a discussão é outra.

Passaremos um vídeo, aproveitando esse momento, quando for adequado, para a população entender – e já está entendendo – o que é essa reforma da Previdência.

José Valdir Misnerovicz, Coordenador do MST de Goiás, que tive a satisfação de conhecer, mas a tristeza de visitá-lo preso, sem nenhum motivo que o levasse àquela prisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Com a palavra.

Felizmente, o senhor está agora em liberdade.

O SR. JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ – Quero iniciar cumprimentando todos os militantes e todas as militantes aqui presentes, companheiras e companheiros que militam nas mais diversas organizações deste País, que também estão acompanhando. Quero também agradecer o convite de estar nesta Comissão, especialmente ao Senador Paulo Paim, pela iniciativa desse evento e por tudo o que tem feito nessa luta para garantir os direitos do povo brasileiro.

Quero aqui também agradecer todo o apoio, toda a solidariedade, que tivemos neste período em que ficamos presos por 140 dias, mais quarenta e oito dias evitando a prisão e, depois, ficando no núcleo de custódia e segurança máxima do sistema prisional do Estado de Goiás, no Município de Aparecida de Goiânia, por um período de 140 dias.

Como já disse o Senador, o crime é lutar por um direito de ver a terra democratizada e o povo produzindo alimento saudável para alimentar a sociedade. Não tem outro crime, a não ser esse.

De qualquer forma, digo que, apesar de em liberdade condicional, o processo está concluso para a sentença do juiz – viu, Senador? –, e provavelmente nos próximos dias saia uma sentença. Estamos bastante preocupados, porque até agora 93% das testemunhas de defesa não foram ouvidas e o juiz decidiu por si mesmo encerrar o caso e sentenciar. Então, um total o cerceamento da defesa está ocorrendo um caso bastante emblemático, e pedimos, inclusive, acho importante que entremos na comissão, e todos os segmentos possam acompanhar esse caso, por conta do que ele significa.

E quero aqui, Senador e demais que estão aqui presentes e que estão nos acompanhando, fazer um pedido muito especial, muito especial mesmo, de que a gente possa fazer um grande esforço esta semana para libertar o companheiro Luiz, que está preso desde o dia 14 de abril, em Rio Verde, e existe um recurso, um *habeas corpus* que foi impetrado segunda-feira passada no Tribunal de Justiça de Goiás e está lá, aguardando uma decisão. E eu queria fazer um pedido muito especial de que a gente pudesse fazer um esforço grande de devolver o Luiz à sua família para passar o Natal, que ele possa passar o Natal junto da sua família, e o final do ano.

Eu disse hoje aos advogados que o maior presente que nós podemos ter neste ano é poder também conseguir a liberdade dele, e queremos pedir que possa ser feito algum requerimento, algum pedido ao desembargador que está com o caso – nós podemos passar as informações depois e tal – ou talvez até uma visita ao desembargador que vai apreciar esse pedido, que nós possamos ajudar.

Então, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu pedi para a Secretaria Geral da Mesa que todas as propostas de encaminhamento eles vão colhendo, preenchendo aí no computador, para, no final, a gente dar o devido encaminhamento.

O SR. JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ – Então, fica esse pedido e esse esforço coletivo que possamos fazer, além de acompanharmos o caso agora, que possa acontecer e, enfim, os desdobramentos. Esperamos que possamos todos ser absolvidos e seguir a vida, o que sempre fizemos, que é lutar pela causa, a qual nós defendemos.

Mas eu quero aqui, Senador e demais que acompanham, que estão assistindo, dizer do quanto essa relação entre o tema, discutir direitos humanos e discutir a questão da democratização da terra e da função da terra como uma função social e ambiental. Tem tudo a ver. É impossível nós discutirmos a questão da garantia dos direitos mínimos, dos direitos humanos, como é concebido e definido, conceituado, sem pensarmos na questão da terra como um elemento central para os povos do campo, das águas, das florestas.

Enfim, a terra é fundamental para que a gente possa de fato ver concretizado aquilo que é fundamental, que é dos nossos direitos.

É impossível a um camponês, aos povos tradicionais, indígenas, toda essa camada da sociedade, de pensar em questão de viver sem a terra. Viver sem a terra é como o peixe fora d›água, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

impossível. Então, é fundamental que possamos debater isso nessa perspectiva, e que nós possamos aqui, cada um com as suas demandas, não precisam... Aqui não estou outorgado para representar outras demandas, mas vou me ater mais à questão da luta pela reforma agrária, na qual nós estamos envolvidos, no MST, na Via Campesina, com que nos articulados. Digo o quanto é importante, neste momento, reafirmarmos a necessidade de pensarmos a questão da democratização da terra em nossa sociedade.

Sabemos, historicamente, a terra no Brasil foi sempre sinônimo de disputa, de negação de direitos e de privilégios de poucas pessoas. Sempre foi e continua sendo a terra como uma questão para atender a poucos e para excluir a sua grande maioria. Então, é importante que recoloquemos essa questão como uma questão central da temática da vida das pessoas, e ela é uma questão de interesse do conjunto da sociedade.

Como discutir a garantia de direitos humanos em um País em que, neste momento, são mais de cem mil famílias em acampamentos? Nós temos hoje mais de 100 mil famílias acampadas nas beiras de estrada, em ocupação, a maioria ameaçada de despejo, de violência. Todo dia estamos acompanhando o aumento crescente, ontem, na semana, foram divulgados os dados e um aumento significativo da violência no campo, no Brasil, por conta dessa ausência de um debate, de uma política concreta de democratização da terra.

Infelizmente, o que nós estamos vendo aqui, Senador e demais, nós temos milhares, milhões de brasileiros clamando pela terra e pelas condições para nela trabalhar, para viver, e nós estamos assistindo um debate aqui de interesse, que está na agenda, para a questão da abertura para a aquisição de terra pelos estrangeiros. Olha o contrassenso que nós estamos vivendo: enquanto milhões clamam para ter a terra, nós temos aqui uma iniciativa de abertura da legislação para poder garantir a quem? Aos fundos de investimento, os grandes bilionários, as grandes fortunas poder se apropriar das nossas terras, usurpar da nossa terra, dos bens, do seu conjunto para atender a quê? Ao interesse de ganhar dinheiro, enquanto que, para nós, a terra significa vida, ter um lugar para viver, para poder cuidar dos seus, ter uma comodidade, um espaço. O capital quer e vê a terra como cifra, a possibilidade de acumular as suas fortunas.

Então, é um contrassenso que nós não podemos aceitar. Será que o povo brasileiro, nós vamos assistir a essa situação, enquanto aquilo que deveria ser para todos vai acabar sendo destinado apenas para atender a esses interesses do capital?

Então, quero aqui dizer que nós estamos muito preocupados com essa movimentação toda, esse conjunto de ações e de medidas que estão sendo tomadas, que vêm a retirar direitos, conquistas geracionais, e elas comprometem conquistas geracionais e comprometem gerações futuras. Então, de fato, é um momento muito delicado a que nós precisamos estar atentos, acompanhar e poder, então, encontrar formas com que possamos avançar naquilo que já foi conquistado, e não retroceder.

De nossa parte aqui, Senador, mais uma vez, apenas agradecer pela oportunidade de estar aqui, agradecer por tudo o que o senhor tem feito nessa nossa caminhada e dizer que nós estamos acompanhando. É verdade que um pouco aflitos, porque não sabemos o que vai acontecer ainda nos próximos dias. Bastante preocupados, mas, de qualquer forma, convictos de que essa causa na qual estamos envolvidos, que é a causa de que todos possam ter um lugar, um espaço. Para quê? Não para enriquecer; para produzir alimento, não só para ele comer, mas para alimentar a todos. E não produzir qualquer alimento, porque todo o debate, junto com a questão da terra, que nós estamos fazendo, é da produção do alimento saudável para alimentar a todos.

Então, nós não podemos aceitar que quem luta por essa causa, que é a causa coletiva, uma causa de interesse do conjunto da sociedade, receba e troca processos, prisões, condenação, ou assassinato, ou morte, como está tendo o caso do aumento do assassinato no campo.

Acho que é o momento de a gente estar bastante atento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ – E o caminho que nós temos é aquilo que nós aprendemos historicamente a fazer? É nos juntar, é nos unir. Agora é hora de botar aquilo que nós temos de melhor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de energia, de pensamento, de conhecimento, nessa construção de um projeto de interesse de todos. E nós estaremos aí para dar a nossa pequena contribuição nesse processo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, José Valdir Misnerovicz, Coordenador do MST no Estado de Goiás, que fala sobre o momento que nós estamos vivendo.

Todos nós assistimos, esse fim de semana, as últimas denúncias da Odebrecht, que pega todo o núcleo central do Governo, do Presidente aos seus Ministros. Isso, na minha avaliação, não pode ficar só o dito pelo não dito. É grave, é gravíssimo, e, por isso, você tem razão. De todas as nossas preocupações aqui, há quem diga que esse Governo não se sustenta até o Carnaval, porque a situação é, de fato, da maior gravidade.

E o que acontecerá? Teremos eleições indiretas de novo, e quem vai eleger o novo Presidente? Este Congresso. E quando eu olho para aquela Câmara, assusta-me quem é que pode ser eleito Presidente. Mas por isso que a saída seriam as Diretas Já. Eu sou um apaixonado pelas Diretas Já. Não deu, tudo bem, vamos para o voto, como foi dito aqui, deixar a população decidir, inclusive a 55, na questão do referendo, como você lembrou muito bem.

Mas parabéns, José Valdir.

Agora, Clementina Bagno. A Clementina Bagno é conselheira tutelar; consequentemente, trabalha com a nossa adolescência, a nossa molecada, a nossa criançada.

A SRª CLEMENTINA BAGNO – Bom dia. Cumprimento todos e todas da Mesa, em nome da companheira Lucimara, porque é triste termos de vir até aqui para mostrar que o nosso povo somos pessoas humanas.

Infelizmente, ainda me cabe o papel de trazer o assunto sobre extermínio da juventude negra brasileira. E os dados que vou apresentar aqui são muito alarmantes, e vamos conseguir visualizar, no final, que existe ainda um genocídio contra a população negra do Brasil.

Os dados do Mapa da Violência, pelo Ministério da Saúde, apresentaram a realidade de um país em guerra. Em 2014, foram registrados 23.100 homicídios diários de jovens negros, entre 15 e 29 anos. São 63 por dia e um a cada 23 minutos.

A Unesco também afirmou que, em 2014, há uma queda de 32,3% de número de homicídios de jovens brancos, enquanto o percentual de homicídios de jovens negros cresceu na mesma proporção, com o aumento de 32,4%.

Em 2012, por exemplo, foram contabilizados 56 mil assassinatos no Brasil, sendo 30 mil jovens, entre eles 77% negros.

São dados da Anistia Internacional no Brasil, alertando que no nosso País se mata mais do que em doze das maiores zonas de guerra no mundo. As estatísticas apresentadas apontam que, no Brasil, um perfil de pessoa é matável: o jovem negro.

Desde 1981, existem dados sobre genocídio da população negra, especialmente no alto índice da juventude. A sociedade sabe que o nosso povo está morrendo e permanece no silêncio genocida, no fingimento de uma democracia racial. É necessário parar de relativizar os assassinatos contra a juventude negra, pois a bala contra o nosso povo nunca foi perdida. Ela tem direção, e é o povo negro que ela mata.

Yuri, 19 anos, morto na madrugada de domingo na Cidade de Deus, filho da artista Tati Quebra Barraco, foi atingido por um tiro no rosto, pela UPP. Os racismos expostos nas redes sociais atacaram a Pati, culpabilizando-a por provavelmente não ter sido uma boa mãe e justificando o homicídio, já que o Yuri tinha passagem pela polícia. Afinal, bandido bom é bandido morto, mas os pretos mortos fazem bem à sociedade racista.

A Polícia Militar é a que mais mata a juventude negra periférica. É a representação da mãe estatal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É quem puxa o gatilho. Porém, a ausência e a ineficácia de políticas públicas também matam.

O sucateamento da escola pública, a não implementação e execução de políticas de cultura e lazer, a falta de política e de profissionalização delimitam o caminho de segregação socioespacial para a juventude negra.

Com a PEC 55, a reforma do ensino médio e da Previdência, a juventude negra, que está na periferia, será a maior atingida. Precisamos urgentemente barrar esses retrocessos. Há um descompasso quando dizemos que, com a reforma da Previdência, todas trabalharemos até morrer com 75 anos, já que a juventude negra morre aos 29, não tendo acesso ao mercado de trabalho formal. Para os que passam dos 29 anos, essa argumentação já é válida há 516 anos, pois a pele negra sempre trabalhou até a sua morte nos empregos subalternos.

Nesse cenário, as jovens negras são as mais afetadas pelos trabalhos precarizados, pela ineficácia da política de saúde, pelas políticas ineficazes relacionadas ao combate de violências contra a mulher.

Se o feminicídio das negras aumentou 11%, e 70% das violências sexuais são contra crianças e adolescentes, podemos inferir a correlação de gênero, raça e classe associadas para a não qualidade, dignidade e garantia do direito à vida.

Para além da violência sexual e física que causa a nossa morte, há uma mortalidade materna advinda, muitas vezes, de violências sexuais, principalmente entre meninas de 10 e 16 anos, e dos abortos clandestinos entre as negras.

Segundo o Relatório Socioeconômico da Mulher, 62% das mortes entre mulheres grávidas eram de negras, enquanto 31% eram de brancas.

Precisamos pautar o direito ao aborto seguro e legal e não retroceder nos casos já aprovados legalmente e também combater a violência institucional nos hospitais, que são recorrentes, contra adolescentes e jovens negros vítimas da violência obstétrica.

Infelizmente, esse cenário de práticas desumanizadas, do racismo de cada dia e do genocídio contra a juventude negra não nos remete a qualquer celebração do Dia Internacional dos Direitos Humanos. Somente nos cabe denunciar o descumprimento com os pactos internacionais assinados pelo Brasil e que providências devem ser tomadas.

A juventude negra quer viver. O preto vive. E é pelo bem viver. Assim, eu finalizo convocando a todos para que, amanhã, nós possamos, novamente, estar nas ruas do Distrito Federal, resistindo, com certeza, a mais um massacre como o do dia 29, que foi realizado pela Polícia Militar do Distrito Federal e pelo Depol desta Casa, e com o aval da Segurança Pública do Distrito Federal, a mando do Rodrigo Rollemberg, porque talvez não tenhamos dimensão do que a PEC 55 vai causar às nossas vidas. E o silêncio da classe média não pode ser o silêncio de nós pretos da periferia.

Então, para finalizar, não à PEC 55!; fora, Temer!; fora, Maia!; e fora, Calheiros! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa fala foi da Clementina Bagno, conselheira tutelar, que lembrou o que aconteceu aqui no dia 29, o espancamento da juventude aqui em frente ao Congresso. Nós fizemos diversas falas nesse sentido, condenando, naturalmente, e a extrema direita só dizia que eram bagunceiros. Era só o que ela sabia dizer. Quando nós falávamos do princípio da liberdade e da mobilização legítima em um sistema democrático, eles só chamavam de bagunceiros. Era tudo bagunceiro. Ficou dito pelo não dito. Por isso, você faz bem ao denunciar. E já estamos alertando a Casa para que isso não aconteça no dia de amanhã. Nós temos que nos preparar para grandes embates. V. Exª está com toda razão.

Aqui no Congresso, nós tivemos a CPI do Assassinato de Jovens Brancos e Negros, e os dados são esses que você colocou com muita precisão. Parabéns! Mas, infelizmente, ainda é assim. Somos um país, sem sombra de dúvidas, onde a pobreza e a violência, como você falou, têm mira: o povo negro, principalmente – principalmente. Não é que a gente não tenha que admitir que pessoas brancas e índios também são atingidos por essa violência enorme, mas, principalmente, índios e negros.

Eu passo a palavra, neste momento, a Rogério Giannini, Presidente do Conselho Federal de Psi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cologia.

O SR. ROGÉRIO GIANNINI – Primeiramente, cumprimentar a Mesa, Senador, e todos e todas presentes em uma data tão importante, dizendo que eu sou o Presidente eleito, tomando posse esta semana, do conselho. Fica registrada nos *Anais* a precisão da informação para depois a gente não ter problemas. E também esclarecendo que nós da Psicologia também estamos, neste ato, homenageando o nosso Marcus Vinícius Matraga. Depois, a Ana Bock também comporá a Mesa e tratará com mais profundidade, mas é impossível, na minha fala, não citá-lo. E aí já justifico na minha fala a citação da presença do Marcus aqui também.

Eu escrevi aqui um texto para tentar ficar nos dez minutos – talvez até um pouquinho antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique tranquilo, porque a Mesa saberá ser tolerante.

O SR. ROGÉRIO GIANNINI – Eu tenho uns descontinhos.

No dia 10 de dezembro, nós comemoramos o 68º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos. E, para falar dessa data, inicio com a seguinte frase: "Direitos humanos não se conquistam todos de uma vez e nem de uma vez por todas." É uma frase do Norberto Bobbio. Essa frase, que inicia a minha fala, pode ter duas chaves subjetivas: a da esperança e a do pessimismo. A da esperança, porque nos remete à processualidade, à dinâmica dos movimentos, tensões e contradições da vida social. Nesse sentido, nos liberta do maniqueísmo do tudo ou nada e nos impulsiona para a luta. Não se conquistam todos de uma vez.

A segunda parte da frase é um alerta, pois, se é verdade que a vida social vigente comporta disputas de interesses de classe e de como esses interesses se expressam na história, nada está, indefinitivamente, assegurado. Nós, nosso País, somos a prova viva disso. E diria que, nestes tempos sombrios que estamos vivendo, não é difícil nem incompreensível que nos abatamos pelo pessimismo.

Se analisarmos a nossa história recente, constataremos que pudemos produzir avanços importantes nos direitos sociais e nos direitos humanos. Falo da Constituição de 1988; falo do SUS; falo das políticas públicas estruturantes da vida social digna, como o Suas (Sistema Único de Assistência Social), por exemplo, ou como a recuperação do poder de compra do salário mínimo – esses são bons exemplos –, mas falo também dos últimos anos, em que se observou o desenvolvimento de políticas públicas de direitos humanos, que, inclusive, obtiveram reconhecimento internacional, como as políticas de combate à tortura, organizada no terceiro PNHD; a Lei Brasileira de Inclusão; a aprovação, depois de mais de 20 anos de tramitação, da lei que cria a Comissão Nacional de Direitos Humanos, cujo segundo plenário tomou posse na última sexta-feira, que tem o Paulo Maldos, aqui presente, como representante da sociedade civil, eleito pelo Conselho Federal de Psicologia; e, por fim, a Comissão da Verdade, que se instalou e inspirou diversas comissões estaduais, municipais e comissões específicas, como o projeto "Testemunhos e Memórias de Psicólogos e Psicólogas sobre a ditadura civil-militar de 1964", realizado pelo Conselho Federal de Psicologia, com coleta de testemunhos de 15 Estados do País.

Do mesmo modo, analisando nossa história recente, desafortunadamente, constataremos que os direitos humanos, que o Estado democrático de direito não marcou a vida dos pobres, de modo geral, e, se precisarmos a análise, passou longe da vida dos homens e mulheres negros e negras, como bem atestou a fala da companheira que me antecedeu.

Falam sobre isso, eloquentemente, os dados. Vamos a alguns deles: mais de 3 mil mortos por ano pelas PMs – dados apontados como subnotificados. Na sua maioria, de jovens negros e periféricos. Metade desses mortos somente no Estado de São Paulo e no Estado do Rio de Janeiro. A tortura, antes método da ditadura civil e militar, agora é cotidiana nas delegacias e prisões. O encarceramento banalizado já atinge perto de 650 mil pessoas. Aqui, por incrível que pareça, também se suspeita de subnotificação. Agravando esse encarceramento, temos o fato de que 40% dessa população estão presos em caráter provisório, ou seja, sem julgamento. Acho que essa é uma dimensão fundamental para a gente pensar o problema do encarceramento. Curiosamente, desses presos provisórios, cerca de 40% depois de julgados não recebem pena de prisão, o que atesta, comprova, demonstra o arbítrio e o exagero do aprisionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pois bem. Fica a pergunta: Estado de direito?

Marcus Vinícius, o nosso Matraga, foi entre nós um percursor e trouxe para a autarquia, que agora vou presidir, a preocupação com os direitos humanos e com as desigualdades sociais. O chamado compromisso social da Psicologia, que Matraga ajudou a plasmar e se pôs ferrenhamente a construir, é sem dúvida um legado indelével que, inspirados na sua biografia e amparados pelo seu pensamento fervilhante, temos a pretensão de seguir em frente em novos desafios, em novas traduções. Ao apresentar os direitos humanos de forma não apologética, mas tocando na ferida das contradições em que esses direitos são afirmados e, muitas vezes, negados na sociedade brasileira, quis também homenagear o Marcus Vinícius.

Penso que a negação histórica de direitos à maioria da população brasileira incide na atual conjuntura, em que percebemos a apatia das classes populares frente ao golpe institucional em curso e à monumental perda de direitos sociais ensejados. O Marcus, que sempre trouxe nas suas profundas reflexões, a análise sobre as desigualdades e as subjetividades que delas emergem, está fazendo muita falta para a compreensão e para a transformação desse fenômeno.

Por fim, digo que Marcus, certamente, recebeu a visita do anjo torto, aquele de Carlos Drummond de Andrade. E o anjo também lhe disse: "Vai, Marcus, ser *gauche* na vida!" E Marcus foi ser *gauche*, esquerda, e ele mesmo ser também torto, e ele mesmo também ser anjo e para muitos dizer: "Vão, vão ser *gauche*, esquerda, e saiam dos seus lugares cômodos e de suas certezas preguiçosas."

Que a sua voz retumbante, agora imortal, porque pertence à história, siga nos despertando e nos pondo em prontidão para construir um mundo novo.

Marcus Matraga vive! Marcus Matraga, presente!

Muito obrigado. E encerro com "Diretas Já!" (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Rogério Gianini.

Permita-me que diga somente: toda palestra brilhante, como a do senhor, como de toda a Mesa, deixa muito claro que, às vezes, eu mesmo fico cuidando-me, porque dizemos sempre que o massacre maior é sobre negros e índios, mas podem ter clareza de que temos o mesmo compromisso que há um massacre, uma violência, contra os ciganos, assim como contra os sem-teto e os sem-terra.

Temos essa clareza. E esta nossa audiência pública vem nesse sentido, porque, às vezes, digo, por força do hábito, acompanhamos muito a questão dos povos indígenas e o massacre do povo negro. Lembro-me de que, numa sessão que tive aqui no plenário, uma senhora cigana se levantou e disse: "Senador Paim, nunca se esqueça da invisibilidade do povo cigano, que sofre a mesma violência que os outros povos estão sofrendo."

Nunca me esqueci disso. Por isso, sei que não é consenso. Tomei a liberdade de apresentar, depois que me apresentaram, o Estatuto do Povo Cigano.

Esse é um tema que se vai discutir, e vocês é que darão o toque e o momento que deve ser aprovado. Podem ter certeza: apresentei, mas não deixarei votar enquanto o povo cigano não disser se é isso que eles querem ou não. Podem ter certeza disso.

Então, uma salva de palmas para o povo cigano. (*Palmas.*)

Fica aqui o meu esclarecimento.

E vocês sabem também do compromisso que tenho com os sem-teto e com os sem-terra, tanto é assim que encaminharemos o documento de que você já falou. Gostei muito de tudo e do encerramento: "diretas já!"

Estou convencido de que, para que este País não fique sofrendo até 2018, se conseguíssemos antecipar... Cada um que apresente o seu candidato e deixe o povo votar! Seja quem for! Não estamos policiando, nem fiscalizando quem deva ou não ser candidato. Apresentem-se! E deixem o povo escolher quem ele quer na Presidência da República. Particularmente, tenho o meu, mas não vou falar aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

porque não é o momento.

Libera-se esta Mesa, e já vamos convidar a 2ª Mesa. (*Palmas.*)

Parabéns a todos aí.

Segunda Mesa: Pedro Wilson Guimarães, Secretário da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Goiânia, que já foi, inclusive, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, um militante histórico dessa causa, que pude acompanhar; Jolúzia Batista, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras, que conhecemos também pela sua militância; Valter Junior de Melo, cantor, militante também dessas causas, e por isso está conosco; Porã Potiguara, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

Sejam bem-vindos. (*Palmas.*)

Eu vou pedir... A cada intervalo entre uma Mesa e outra, são três Mesas, a gente passa um pequeno vídeo. Esse primeiro vai ser sobre... Não são cinco minutos. Esse vídeo, pessoal – segura um pouquinho aí –, já passou de um milhão e meio de pessoas que o acessaram. Ele foi construído pelo Movimento Social; construído, pago, patrocinado, tudo de baixo para cima, e desmascara o que a gente chama de a farsa do déficit da Previdência.

Pode tocar.

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – *O.k.*, pessoal.

Mais de um milhão de pessoas já participaram, viram esse vídeo – o acesso já está em um milhão e quatrocentos e poucos –, que foi construído pela Frente Parlamentar em defesa da Previdência pública, que está sob a nossa coordenação, mas têm outros vídeos também da mesma qualidade, que estão circulando pelo Brasil.

Depois, no intervalo da outra Mesa, vamos passar um sobre a PEC 241, que é a PEC 55.

Mas, de imediato, vamos a esta Mesa.

Pedro Wilson Guimarães, Secretário da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Goiânia, militante histórico desta causa.

O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES – Bom dia a todos e a todas. Como se diz, a língua portuguesa é machista, não é? As mulheres foram à luta e não aceitaram quando o singular do feminino com o singular do masculino passava para o plural do masculino.

Então, é todos e todas. Tem gente que acha ruim, porque esse todos contempla todos, mas nem todos os homens, nem todas as mulheres, pode-se dizer, são todos na luta. Eu gostaria de saudar aqui, das mulheres, dos índios, que é maioria no Brasil tratada como minoria.

São três maiorias no Brasil: mulheres são maioria tratada como minoria, negros são maioria tratados como minoria, e a história, se tivéssemos deixado as populações indígenas crescerem às taxas que tivemos no Brasil, hoje eles seriam maioria no Brasil, mas são tratados como povo invisível.

Então, eu quero saudar aqui também o Senador Paulo Paim, com quem tive a honra de trabalhar na Câmara, militante sindicalista da CUT, dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, que beneficiou o Brasil.

Na sua luta autêntica, até no nosso governo, ele foi força de criticar, como está criticando. Ele tem toda autoridade moral hoje quando vêm essas reformas, porque ele queria alargar cada vez mais os direitos.

O Brasil comemora aí, então, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, porque nós estamos com uma delegação de Goiânia na área jurídica, na área do Comitê de Direitos Humanos Dom Tomás

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Balduíno, que foi constituído para a luta contra a criminalização dos movimentos sociais e o José Valdir está aqui, é uma figura que representa, não tendo nada, foi preso e corre o risco de amanhã ter uma sentença sem terem ouvido inclusive as testemunhas de defesa.

E lá estão o Luiz, o Lázaro e outros que têm que fugir de casa para não serem presos, Senador Paulo Paim.

Por isso, essa audiência, nesse final de ano de 2016, porque vai ficando aquela figura histórica, que a gente fala, o ano que não termina, nem vai terminar, a não ser que haja justiça, democracia, liberdade, Diretas Já ou um governo que possa representar o povo brasileiro numa eleição legítima e direta.

Então, a luta dos direitos humanos, Senador, e eu trago aqui o protesto, a maioria dos Conselhos, a começar do Nacional, dos Estaduais, Conselhos de Direitos Humanos, e outros que participam conosco dessa luta. Não têm o nome de Direitos Humanos, mas tem o Conselho da Mulher, da Cidade, da Saúde, da Psicologia, da Economia.

Quer dizer, a maior parte desses Conselhos, principalmente em níveis Estaduais e Municipais, praticamente não se reúnem. Ou seja, esses Conselhos todos e, depois, a pressão que se está tendo sobre o movimento sindical, a luta da história do Brasil, do Brasil recente.

Então, nessa manhã, nesse mês de dezembro, que na Revolução Francesa se transformou metade de novembro com metade de dezembro no mês brumário, mês das brumas, e eu lembro do grande livro de Karl Marx, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* , uma das melhores análises de conjuntura de golpe de Estado, Napoleão III, e ele escreve dizendo o espectro neoconservador que rege hoje o mundo moderno e que regia também, àquela época, a velha França.

Então, o espectro ronda todos nós da retirada de direitos de maneira desavergonhada.

Quer dizer, quem imaginava, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, senhores representantes aqui de diferentes órgãos, que se apresentasse um projeto desse em três, quatro, cinco anos atrás? Mas hoje há o interesse, a força que se faz, no sentido de retirar os direitos que estão escritos, que nem sempre são complementados em políticas públicas afirmativas.

Então, nós estamos vivendo uma página do Brasil em que um Ministro da Saúde diz que as mulheres não vivem mais, porque não trabalham. E fala isso e não acontece nada. Senador da República...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E um outro Deputado chama os aposentados de vagabundo, e é isso mesmo. E é Relator ainda da reforma da Previdência.

O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES – Então, a gente está vivendo o mundo do domínio da mídia. Poderíamos ter até um projeto dizendo: todo noticiário tem que ter uma bancada que fala de um jeito e outra bancada que fala de outro, para a gente tirar... Muitas vezes a gente vai descobrir a verdade daqui a quantos anos?

Hoje eu ouvi, de manhã, alguém dizendo assim, a trupe aí de coxinhas e trouxinhas, que talvez não vá ter julgamento nenhum. Agora, tem gente a quem interessa acabar logo com essas operações. Outros, querem que elas prossigam, daqui a cinco, dez anos, quando for julgada, não tem mais ninguém para falar.

Então, a questão dos direitos humanos, e eu quero lembrar aqui de uma figura emblemática da luta dos direitos humanos, rememorando os tempos da Segunda Guerra Mundial. E aqui, Senador Paulo Paim, eu tenho acompanhado e, quando Presidente da Comissão de Direitos Humanos, nós fizemos uma audiência, certamente, não sei a quantidade, mas o povo mais massacrado pelo nazifascismo foi o povo cigano, mas ele não tem grandes jornais.

Nós tivemos um grande massacre de judeus. Nós tivemos um massacre de 22 milhões de russos. Nós tivemos massacre de homossexuais, mas a questão do povo cigano é que ele tem uma cultura milenar. E mais ainda, proporcionalmente, se fala numa estatística, e eu falava com a colega ali, de um milhão e meio, que representa, talvez, na proporção, o número maior de pessoas em relação a sua existência, e não acontece nada. Quando a gente fala de holocausto, temos que falar da morte dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

judeus, terrível para nós aquilo.

Então, a Hannah Arendt, uma lutadora dos direitos humanos, disse assim: "Olha, a luta dos direitos humanos – e como também aqui o companheiro, Presidente do Conselho Federal de Psicologia –, a luta dos direitos humanos é a luta para aquelas pessoas que não têm e nem sabem dos seus direitos".

Quantas pessoas talvez estejam aplaudindo aí a PEC 55... Tem uma grande propaganda na televisão: "Nós queremos tirar isso tudo de vocês para que vocês tenham um amanhã".

Isso me lembrou, permita aí, acho que eu sou mais velho aqui, o Brasil tinha uma cartilha para se aprender a ler e escrever, o Brasil do amanhã. Era sempre assim, o Brasil amanhã. Não, nós queremos o Brasil hoje.

Então, essa é a questão dos Direitos Humanos, as leis, os instrumentos de luta a favor.

Aqui, eu quero repetir uma denúncia que já fiz aqui do assédio sexual a meninas e meninos, principalmente meninas, do quilombo Kalunga. A denúncia era de 400, passou para 200 e hoje está em 20 no inquérito policial. Será que todo mundo mentiu ao levantar isso? Todo mundo sabe da cultura brasileira, especialmente aqui no Centro-Oeste, especialmente em Goiás, daquela cultura de que, quando a mulher ou o fazendeiro vem para a cidade para colocar os filhos na escola, eles trazem uma babá, normalmente uma menina pobre lá da fazenda, agregada, serviçal lá, não é? E no que se transformam essas meninas? Elas estudam? Quais os estudos que existem na pesquisa aí de que essas meninas que saem da sua casa e vão para a capital depois elas se transformam em trabalhadores de menoridade e de maioridade? Vejam bem, esta Câmara e este Senado, foram daqui de Brasília até lá – a Deputada Erika Kokay e outros. Mas o processo já tem quase dois anos, e o número vai diminuindo.

Agora mesmo, Goiás e o Governo Federal estão discutindo a questão da Chapada dos Veadeiros, do Cerrado. Porque, hoje – como o Papa Francisco fala para nós –, não existe solução se nós não estivermos ligados à questão da ecologia social, do meio ambiente. Como é grata a questão básica de se defender que o meio ambiente hoje é um dos pontos dessa plataforma, ao lado dos direitos humanos, políticos e econômicos. A gente é a favor tanto do direito econômico para todo mundo quanto a gente é a favor da luta da reforma agrária, da luta do teto, da luta de se possuir carro, da luta de se possuir propriedade. Se a propriedade é boa, por que não?

Nessa lei da previdência, eles poderiam colocar três itens – permita-me até uma sugestão, mas eu sei que não passa –, Senador Paim: 30% para financiar a próxima previdência sairão das grandes fortunas; combate à fraude... Num debate em São Paulo, eu falava para o pessoal: "Olha, eu só aceito falar de impostômetro se nós também falarmos de sonegômetro. Vamos fazer chegar os dois juntos e ver quem mais está devendo ao povo brasileiro." (*Palmas.*)

Então, se nós tivéssemos uma política ...

A questão da priorização dos rentistas: o que a nossa República faz hoje? Doar dinheiro para banqueiro brasileiro e internacional. E nós temos hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES – Na questão da educação, Senador Paim, o senhor que lutou – nós todos – para o primeiro e o segundo Plano Nacional de Educação, veja bem: está se fazendo uma reforma do ensino no Brasil sem olhar que está em vigor um plano nacional, o segundo Plano Nacional de Educação!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E por medida provisória, não é? Eles estão fazendo uma reforma por medida provisória.

O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES – Por medida provisória: o nome já diz tudo!

O que eu lamento é que, muitas vezes, as coisas vão acontecendo e a gente vai aceitando o que eles dizem: "Ah, não! Nós temos que priorizar o ensino médio: jovem não pode fazer três anos para prestar vestibular!" Concordo com essa crítica até porque, muitas vezes, os nossos filhos, os nossos sobrinhos, os nossos netos.... O ensino de segundo grau caiu na mão de escolas que preparavam. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Enem veio e deu uma grande democratizada. Tanto é que muitos colégios pagam, e eles ficaram com raiva porque generalizou.

E, mais ainda, no sentido das cotas, porque, daqui a pouco... Eles estão colocando, inclusive, um jovem negro fazendo uma propaganda para acabar com as cotas.

Então, a luta dos direitos humanos não é a luta para o bandido, é para todo mundo. Uma das maiores conquistas da humanidade aconteceu lá pelo ano de 1200, a Lei de Habeas Corpus, na Inglaterra. Não quer dizer que o cara não pode: ele pode ser preso, mas ele tem que ter o corpo livre. Preso ou livre, ele tem que ter o corpo livre. Livre da depressão, livre da tortura, que é ainda um dos males que mais se propaga no Brasil. Tanto é que existe gente aí, operadores do Direito – não são todos, mas muita gente no Judiciário e no Ministério Público –, defendendo o direito de buscar a verdade a qualquer forma; de interpretar a lei segundo a sua imaginação. E, mais, a mídia vai repetindo e, então, daqui a pouco, fica como a propaganda da Previdência, não é? Por que não põe lá um aposentado para falar? O Ministro da Saúde até falou aquela barbaridade. Então, a mulher vai aposentar com 65 anos. Outros já estão falando que isso é para alguém colocar uma emenda: "Não, para a mulher, vamos colocar 60 anos." Fizeram uma pesquisa recente no Nordeste sobre a vida média da mulher nordestina. Qual a vida média? É de 65 anos. Ou seja, ela vai fazer 65 anos e morrer. No meu tempo de jovem, quando se falava de aposentado, a gente pensava que o cara já estava morrendo. Hoje, eu, como avô – eu tenho uma nova profissão de avô –, quero viver mais 10, 20, 30 anos para brincar com os meus netos. Agora, por que eu tenho que morrer logo depois?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES – Existe esse desafio.

E eu quero aqui homenagear, neste dia 10, o Senador Paulo Paim e todos aqueles nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas, no Senado e na Câmara federais, aqueles que perseguem o objetivo. Direitos humanos é o direito de ter vida, e vida digna; é o direito de pobre viajar de avião, de ir para a rodoviária, de ir para o aeroporto, de ir para o supermercado.

E há um desafio no Brasil, também: a democratização da mídia. Nós temos hoje a verdade única, pronta! Por isso é que eu falo assim: "Vai haver noticiário?"

Eu posso dizer isso porque eu sou católico apostólico romano, mas existe hora em que a gente não tem nada de programa na televisão a não ser milhares e milhares de programas falando em Jesus. As religiões sequestraram Jesus para elas. A grande mensagem de Jesus está aí presente, mas se ninguém acredita em Deus ou não... A grande mensagem Dele, que é universal, é o exemplo Dele. Mas o que estão fazendo hoje? As igrejas fazem mais propagandas dos padres e dos pastores do que do povo pobre, inclusive, que alimenta esses aí com o seus dízimos. Nós temos hoje fortunas na mão de pessoas que têm propriedade privada de igreja. Por isso é que Jesus foi sequestrado. Eu tenho até uma amiga que vai fundar uma religião: Jesus sequestrado, e quem quiser conversar com ele tem que passar por ela.

E nós estamos também sequestrando os direitos humanos. Será que aquele pessoal que fez a luta contra a Dilma – nós todos tivemos erros e acertos –, será que eles sabem o que vai acontecer ou sabem quando eles vão se aposentar? Ou aqueles que já se aposentaram: o Fernando Henrique Cardoso aposentou-se com 57 anos; Michel Temer com 66 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi aos 55 anos.

O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES – Sim, 55 anos. E olhem lá se o salário dele foi reduzido, se se contou o tempo, ou se se buscou... Como é que brasileiro vai achar documento, Senador Paim? Por exemplo, é uma dificuldade quando, ao se mudar de um Estado para outro, você perde a carteira, perde isso ou aquilo outro. Você leva, às vezes, dois, três anos para juntar documento e chegar lá para aposentar, não é?

Então, o desafio para nós, agora, – alguém falou aqui, eu queria dizer e repetir – é nós nos mobilizarmos, sairmos do nosso conforto, irmos à luta e enfrentarmos uma eleição geral. Acho que os par-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tidos políticos, todos, se querem o bem do Brasil, se querem o bem da nossa população de hoje e de amanhã, devem lutar pelos direitos humanos, em concreto: direitos sociais; direitos políticos; direito de eleger e ser eleito. Mas direito também do *recall:* direito de derrubar as pessoas ou de fazer novas eleições. Pode estar vindo aí um sistema, que é chamado de distrital, que pode mascarar muito a eleição. Mas nada melhor do que uma eleição. Também o direito econômico, a luta da terra, a defesa do meio ambiente, a defesa da vida na cidade e no campo. E direito ambiental: estão destruindo o Cerrado, a Caatinga, os Pampas, estão destruindo a Mata Atlântica, o Pantanal e a Amazônia – vocês viram aí na televisão.

Então, eu quero saudar este encontro aqui em Brasília e dizer, Senador, que nós precisamos muito desta Comissão no ano que vem e em outros anos. Muita gente diz que a Comissão de Direitos Humanos não dá voto, mas ela dá a resposta para todos nós dos compromissos históricos de militantes de igrejas, de sindicatos, de centrais, de movimentos de mulheres, de movimentos de meninos e meninas de rua, dos conselhos tutelares, que, em sua maioria, no Brasil, estão sem condições de fiscalizar realmente a vida das crianças na cidade, pois em muitos Municípios eles não existem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES – Estão acabando com os conselhos de assistência social. Nós precisamos desses conselhos como instrumentos de participação nas políticas públicas.

O Orçamento vai ser aprovado agora, nos Municípios, nos Estados e na União, e o que nós sabemos desses Municípios? E ainda existe o PPA. Concluindo, se estão fazendo um projeto, Senador Paim, para 10, 20 anos e que depois poderá ser revisto, até lá muito de nós aqui, com todo o respeito, como dizem os advogados... E posso falar que sou advogado sociólogo, pois acabaram com a minha disciplina porque o pessoal quer a escola sem cabeça. Eu tenho a honra de dizer, em público, aqui, que fui professor durante 39 anos na PUC de São Paulo, na PUC de Goiás e na Universidade Federal tendo até cargo, e eu nunca convidei um aluno para entrar na minha religião ou no meu partido. Nunca! No entanto, discutia com ele toda verdade, dava livro sobre os dois lados. E falava para ele: "Você quer escrever um pensamento contra o que eu estou falando? Fundamente, pois." Então, é isto o que nós queremos: escolas com capacidade de formar gente para pensar o Brasil hoje e amanhã.

A luta dos direitos humanos é uma das lutas mais... E nós temos que pegar casos concretos: a luta da reforma agrária, a luta dos sem tetos, a luta das crianças e dos adolescentes. Nós vimos aí que é uma luta invisível, pois os conselhos são eleitos e, mais ainda – permita-me dizer à nossa amiga que esteve aqui –, eu não sei nos outros Estados, mas lá em Goiás os conselhos tutelares estão sendo utilizados como corrente para alguém ser candidato a vereador. O sujeito entra no conselho e faz chapa de igreja "A", igreja "B", igreja "C".

Agora que o Ministério Público está dizendo que não vai mais aceitar chapa e tem que se votar só num candidato. Quer dizer, ele está dormindo no ponto, pois há dez, quinze anos está acontecendo esse jogo de pessoas comprometidas e formadas, que não entram na chapa, que têm lá os votos, e que não ganham porque já existe um processo.

Então, em nome da Secretaria Municipal de Direitos Humanos... Tive a honra de participar da sua fundação lá em Goiânia, oxalá ela continue! Eu termino o mandato agora, mas não termino o mandato de crer que os direitos humanos são instrumentos poderosos.

Alguém falou aqui do Noberto Bobbio e eu vou falar dele também. O último texto dele foi de que o século XXI seria o século do amor e dos direitos humanos, mas a gente vendo aquela realidade dos imigrantes na Europa.... No ano passado eu estive na Europa e se via aquelas cercas de arame farpado – não precisa, não: existem milhares de fotografias delas aí – para impedir as pessoas. Isso lá na Hungria. Então se ficava vendo aquele monte de gente de lá e outro monte de cá – na Hungria, inclusive, que é um grande centro de povo cigano, não é?

Então, vamos dar visibilidade ao povo indígena, aos quilombolas, ao povo cigano, à população LGBT, aos homens e às mulheres, a todos aqueles que querem um Brasil para o povo brasileiro. Viva o Dia dos Direitos Humanos, que é todo dia! Como disse Hannah Arendt, todo dia é dia de lutar pelos direitos humanos nas nossas profissões de advogado, de professor, de psicólogo, de operário, de ser-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vidor público.

Muito obrigado. E que nós possamos repetir essas audiências com o Senador Paim e com outros Senadores e Deputados e com gente da comunidade que tem a coragem de nos chamar. Existe gente que não faz a audiência porque pode ser como aquela do Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná que fez uma audiência sobre o principal movimento hoje do Brasil, que é o movimento da juventude ocupando as escolas, ocupando as universidades e dizendo que quer participar da discussão da reforma educacional. Mas não é só isso: a Ana Júlia deu uma lição lá para o Presidente, que ameaçou mandar ela embora, e ela falou assim: "Então eu vou retificar." E, na retificação, a burrice dele lá, como dizia Gregório de Matos, grande poeta baiano, foi tão grande que ele não entendeu que, na resposta dela, ela confirmou que ela tinha dito que aqueles Deputados não sabiam o que estavam acontecendo nas escolas do Paraná – e para muitos deles – nem do Brasil. Então, uma salva de palmas aos jovens que, de maneira anônima, sem muita liderança explícita, promovem hoje no Brasil um confronto com essa realidade que nós queremos mudar!

Obrigado, e que Deus nos ajude! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pedro Wilson Guimarães, Secretário de Direitos Humanos da Prefeitura de Goiânia.

Somente uma frase, permita-me que eu diga: eles plantaram essa ideia de que quem trabalha com direitos humanos não tem voto. Não é bem assim: as grandes causas nos dão votos, a nossa história mostra isso. E as grandes causas são vinculadas aos direitos humanos. Barack Obama começou a sua luta como militante de direitos humanos; podemos ter as nossas divergências, mas eu confesso, se eu estivesse lá, teria votado nele – se eu estivesse lá, eu confesso. Porque foi a primeira vez que um negro chegou à Presidência da maior potência do mundo. E, também, pelos os candidatos que havia na época, eu teria votado nele. E ele começou sua vida com os direitos humanos. Eu sempre me considerei um militante dos direitos humanos e assim tenho tratado as causas, e estou há 30 anos aqui, no Parlamento. Então, não venha com esse papo de que os direitos humanos não dão voto. As causas dão votos e as causas nos vinculam aos direitos humanos.

Eu estou com quatro mandatos como Deputado Federal e no segundo de Senador. Entrei na Constituinte e nunca saí. Acho que sou um dos poucos, deve haver uns três ou quatro que entraram na Constituinte e que ficaram até este momento.

Só não pergunte a minha idade, que eu digo a mesma. Eu tenho 66, pessoal. Não tenho problema algum com idade. Às vezes o pessoal fica dizendo... Eu sou o primeiro a anunciar a minha idade.

Vamos em frente. Parabéns, Pedro, pela brilhante palestra, que só veio valorizar a nossa audiência pública.

Em matéria de audiência pública, em média são 150 por ano que eu faço aqui. Na Casa, o normal são 30 ou 40, alguns chegam a 50. Nesta aqui, se não me engano, neste ano já são 115. Mas até o término serão algo em torno de 120.

O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES – Eu gostaria de 20 segundos apenas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai lá.

O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES – Eu gostaria de registrar o pessoal de Goiás, da luta pelos direitos humanos. Estão aqui a Ângela, a Erilene, a Cida, o Odílio, A Grace kelly, a Natália, a Helena, o Dilmo e o Vanilson.

Fizemos questão de vir aqui não só para falar da luta, Senador, mas para prestigiá-lo e dizer que nós temos que cobrar dos outros Parlamentares que eles também possam estar presentes na luta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu.

Uma salva de palmas a todos os Estados que estão aqui representados. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Jolúzia Batista, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras.

A SRª JOLÚZIA BATISTA – Bom dia a todas e a todos.

Eu quero saudar a Mesa, na figura do Senador Paulo Paim, que tem sido, na verdade, um grande aliado da causa das mulheres.

Eu mesma, durante 2015, acompanhei aqui uma série de audiências proporcionadas pela instrução da Sugestão Legislativa nº 15/2014. Ela foi proposta por um cidadão e alcançou o marco de 20 mil votos favoráveis e, por conta desse mecanismo de legislação participativa que o Senado tem, nós conseguimos submetê-la aqui por um esforço muito bravo do Senador – é preciso reconhecer –, e conseguirmos realizar cerca de cinco audiências bastante concorridas.

E quero dizer que esse lugar se colocou para o movimento de mulheres, na luta das mulheres, na luta por uma das questões centrais na criminalização das mulheres no Brasil, que é a questão do aborto, da morte por aborto clandestino – a quinta causa de mortalidade materna. O espaço desta Comissão se tornou um grande cenário de qualificação desse debate. Realmente, foi muito importante, porque aqui também a gente conseguiu adensar argumento e resistência pública nas ruas, contra o PL nº 5.069.

Então, quero dizer que para uma causa considerada menor – ainda somos chamadas de minoria... E aí eu quero também parabenizar a fala de Pedro Wilson, que tão bem colocou aqui a dificuldade desses enquadramentos, quando somos a metade da população.

É importante considerar, então, que nesse dia, nessa audiência, apesar de todo o contexto dramático que a gente vai enfrentar amanhã e dos riscos para o futuro de um País – que deve viver de novo um processo de acirramento das desigualdades, da pobreza da população brasileira... Porque é o que está proposto nessa PEC do Teto dos Gastos, o empobrecimento radical da população brasileira, acentuando profundas desigualdades que a gente já vinha tentando superar.

Então, é importante ter um pouco desse fôlego, para aqui, junto dos pares, nesse processo de diálogo, retomar e dar mais força a nossa luta.

Eu ainda queria dizer, nesse momento, que é importante colocar que a gente, especificamente as mulheres brasileiras, nesses últimos dias, no fechar das luzes de 2016, estamos em uma batalha terrível, porque tivemos um respiro, com aquela brilhante decisão e o voto do Ministro Barroso, no STF – por uma circunstância específica no Rio de Janeiro –, que argumentou que a morte das mulheres por aborto clandestino é uma violação de direitos fundamentais, da livre decisão por sua vida, contra a sua decisão existencial, reconhecendo sobretudo ainda o recorte de classe e, por conseguinte, de raça.

Então, tivemos dois dias de celebrações, de felicidades, de notas públicas, reforçando um argumento de profundo sentido cívico e democrático de reconhecimento da luta e do direito das mulheres. Mas agora estamos enfrentando uma contraofensiva terrível na Câmara Federal, porque já temos uma Comissão Especial e uma outra PEC, PEC nº 58, de 2011, que pretende criminalizar o aborto em todas as circunstâncias.

A gente também tem denunciado aqui que esse esforço de deslegitimar o nosso querido PNDH-3, que foi realmente fruto de uma grande luta, apesar de ter sofrido impactos em sua implementação, mas nós perdemos e estamos agora em um conflito – que chamamos de conflito simbólico mesmo, e argumentativo –, porque especificamente a agenda das mulheres tem perdido para essa ideia de direito à vida, e agora é direito à vida desde a concepção.

Então, nós temos discutido que a nossa luta é pela vida das mulheres, e nós defendemos a descriminalização do aborto e o aborto legal para evitar que as mulheres continuem morrendo, porque, é fato, é uma decisão pragmática, tomada em consentimento com os companheiros.

A última Pesquisa Nacional do Aborto 2016, lançada pela Anis, coloca que mais ou menos, a cada um minuto, uma mulher procede a uma intervenção voluntária de gravidez. Essa mulher tem, em média, 40 anos. Essa mulher é casada; ela confessa religião; ela tem pelo menos dois filhos; ela decidiu com o marido. Então, é dado de uma realidade. E a gente tem visto alguns exemplos de casos terríveis de morte de mulheres por conta dos procedimentos clandestinos, como foi o caso agora de Mato Grosso do Sul, na semana passada, em que uma jovem de 26 anos morreu – ela era mãe de duas crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, as mulheres continuam tomando essas decisões, enfrentando esse problema. E eu quero usar uma expressão que uma feminista pernambucana cunhou, que eu acho muito importante. Ela diz mesmo o sentido desse problema e dos nossos dilemas. Sueli Costa diz que as mulheres tomam essas decisões "entre o crime e o pecado". Então, isso dá mesmo o grau da complexidade da nossa sociedade.

Aqui também nós temos reafirmado como é importante o debate sobre a laicidade do Estado brasileiro, que está cada vez mais tensionada. Nós reconhecemos que a gente precisa realmente, talvez numa perspectiva decolonial, pensando a nossa dinâmica latino-americana de constituição de sociedade, dialogar sobre esse sentido de laicidade.

Mas é importante fazer isso com muita honestidade, porque nós estamos submetidas a uma tentativa de relativização do princípio da laicidade por conta dessas religiões, que a gente chama de mercado da fé, que têm um projeto radical, visível e explícito de poder para o Brasil. Porque vai ser um pensamento único, uma religião única.

Nós estamos aqui em uma resistência importante. Acho que esta Comissão tem sido o centro de importantes debates, e eu queria ainda dizer que, além das mulheres vítimas, mortas pela questão do aborto clandestino, nas piores condições, eu queria também chamar atenção aqui para outros debates que ocorreram nesta Comissão e que têm a ver também com a violação de direito das mulheres atingidas pelo feminicídio, por exemplo, e a cultura do estupro.

E quero dizer que tem sido um debate importante chamar a sociedade para os parâmetros da coerência mínima, porque nós também estamos vivendo esse processo do movimento "escola sem pensamento", como diz o povo da UnB, e fica descompassado.

Como vamos enfrentar a questão do feminicídio, o sexismo, a misoginia brasileira na nossa sociedade, a cultura do estupro, que tem, inclusive, respaldado estupros corretivos de meninas lésbicas no interior das famílias? Como vamos enfrentar esses problemas que atingem a nossa vida e a vida de uma população de pessoas LGBT, se agora existe esse pensamento conservador, e, como se não bastasse ser conservador, também é reacionário?

Uma coisa seria fazer um debate honesto e horizontal com um pensamento conservador – dá ainda para prover algum diálogo –, mas com o pensamento reacionário, fundamentalista, fascista, que não admite uma contra-argumentação, que tem sua verdade única, irrebatível... Acho que na nossa persistência, e agora na nossa insurgência junto à sociedade brasileira, é muito importante colocar esse conflito, esse tencionamento, e chamar as pessoas para uma reflexão, porque, de fato, parte da sociedade está com o pensamento embotado por essa questão que a grande mídia tem colocado.

Essa ideia do antipetismo, que colocou todo o campo da esquerda dentro de um o saco, e as pessoas estão completamente cegas com qualquer argumentação, com o sentido de igualdade, com o sentido de direitos humanos. Hoje, todos esses valores estão em disputa.

Na fila do banco, no supermercado, na parada de ônibus a gente escuta tremendos absurdos. As pessoas abriram mão do seu livre arbítrio e estão sendo conduzidas realmente por essa massificação da informação e por esses discursos teológicos da prosperidade, profundamente homofóbicos e misóginos.

Então, a gente precisa, infelizmente, denunciar esse fato, esses aspectos e, por fim, quero aqui também chamar atenção para o que está colocado para os movimentos sociais e para os partidos que estão, na persistência, no campo da esquerda. Urge, é importantíssimo que seja feito um diálogo profundamente honesto e horizontal com os movimentos sociais, mas em condições de igualdade. Que nós não sejamos pegas, em nossas articulações e nossas representações políticas, como manobra ou como uma massa para contar em manifestações públicas ou para assinatura de notas.

Eu acho que isso é importante, eu acho que esse é um momento importante. O Senador Paulo Paim é um militante aguerrido na defesa da sua legenda e é um homem que tem um pensamento crítico, pelo que a gente acompanha. É muito importante que a gente possa fazer esse diálogo e colocar que a estrutura partidária, de uma forma muito orgânica, precisa considerar esse novo momento da nossa democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É preciso um diálogo honesto e considerar as agendas que os movimentos sociais colocam, sobretudo os movimentos sociais dessa chamada minoria: a população LGBT, as mulheres, os indígenas, crianças e adolescentes.

Acho que nós temos agora que lidar com o que se chama "os novos movimentos sociais", uma categoria que já está no Brasil há pelo menos 15 anos nas Ciências Sociais. Mas nesse momento democrático, essa grave crise nos chama para essa responsabilidade.

Eu queria, por fim, deixar na verdade essa mensagem. Agradeço muito essa oportunidade, esse momento, e vamos assim. Seguimos na luta.

Resistir é preciso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Jolúzia Batista, que falou pela Articulação das Mulheres Brasileiras, chamando essa reflexão coletiva.

Permita que eu traduza: inclusive, que muitos setores façam uma autocrítica, e possamos, de fato, caminhar juntos numa frente ampla pelo Brasil, onde os direitos humanos sejam os nossos guias, nesse novo momento que vamos ter que enfrentar.

Com certeza, teremos dois anos muito difíceis. Para mim, 2017 e 2018 serão dois anos muito difíceis.

Parabéns.

Valter Junior de Melo, por favor.

Ele é cantor e militante dos direitos humanos.

O SR. VALTER JUNIOR DE MELO – Quero cumprimentar o Senador. É um prazer estar novamente com o senhor. Quero cumprimentar os integrantes da Mesa e todos os presentes.

Eu apreciei muito ser apresentado como cantor, porque quando se é deficiente, o que a gente espera é que as pessoas percebam algo em nós, além da deficiência.

É verdade que o meu ofício é o de cantor. Eu componho, canto, tenho CDs gravados, mas, é claro, não é sobre isso que eu vim falar.

Eu gostaria de abordar... E, claro, quando a gente pensa sobre direitos humanos e pessoas com deficiência, o espectro é bem amplo, e não quero aqui falar em nome de, mas como um dos.

Eu gostaria de tocar em algumas questões breves, mas não muito densas. No entanto, a repercussão de cada uma delas é muito importante no dia a dia da pessoa com deficiência, e o natural é que as coisas com as quais ela lida sejam as que mais a afetam.

Do que eu falo? Da pessoa com deficiência que acorda, que vai para o trabalho ou para a escola, que no intervalo do almoço procura um restaurante para almoçar, uma farmácia onde vai comprar um remédio, um mercado onde vai fazer compras, que retorna para o seu segundo turno de trabalho ou de estudo, enfim, e à noite retorna para casa.

Essas pessoas, no seu dia a dia, deparam-se com inúmeras questões que drenam a sua energia, e muito em função de um desconhecimento, por parte da maioria da população, quanto a quão simples é uma interação pessoal, ou seja, uma proximidade maior com pessoas com deficiência.

Nos últimos anos, eu capacitei centenas de instrutores e professores do Senai para que eles pudessem receber pessoas com deficiência – no caso pessoas cegas – nos cursos que o Senai oferece.

O que me surpreendeu é que a maioria dos professores e instrutores não receavam assimilar os *softwares* e as tecnologias assertivas com as quais eles iam trabalhar para ensinar, por exemplo, informática aos cegos. Eles tinham receio de como interagir com a pessoa cega.

E esse receio manifestado por esses instrutores é legítimo, é compreensível. E só vai terminar quando nós tivermos ações direcionadas no sentido de fazer com que a população brasileira, no seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

computo geral, possa ter a noção do simples fato de perguntar a uma pessoa com deficiência se precisa de ajuda, e ela responder sim, e você perguntar como. Aí já se está estabelecendo um relacionamento que vai ser produtivo e eficaz no sentido de uma interação.

Se eu pedisse a quaisquer de vocês que estão aqui que me ajudassem a sair de onde estou para ir a uma cadeira, você teria receio, e é razoável. Agora, o que não podemos permitir é que uma informação, que é simples, seja o obstáculo para que uma interação aconteça.

Se nós imaginássemos, por exemplo, um trabalho junto às escolas, onde as crianças deixariam de ver pessoas com deficiência como seres diferentes dos humanos, e, ao invés de darem vazão ao que a gente entende como uma certa criancice, brincadeira que a criança, ela desde pequena teria interesse pela pessoa com deficiência e a auxiliaria. Ou seja, nós precisamos conscientizar e esclarecer para que, assim, as pessoas possam ter a interação. E, a partir da interação, ela não vai questionar se a pessoa com deficiência tem direitos.

A questão do amor ao próximo, do empenho pelo bem do próximo, passa pelo meu interesse com relação a ele. E aí não fico perguntando o que é direito dele. Eu estou interessado em tudo que se traduz em bem para ele.

Pensando nas escolas, temos as salas com recursos. Se, por um lado, temos pessoas que não têm ainda uma instrução de como seria a melhor forma de interagir com pessoas com deficiência, você pensa na escola pública que tem as salas de recurso com pessoas que ali estão para atender os alunos. E essas pessoas, os professores, recebem as ferramentas tecnológicas, mas, na maioria das vezes, não sabe como usá-las. Por exemplo, o Ministério da Educação e Cultura tem o Mecdaisy, que é uma ferramenta tecnológica, um *software*, que possibilita as editoras enviarem às escolas ao mesmo tempo o livro em tinta e o livro digital. Portanto, a criança, o aluno, vai receber o *software*, o livro digital, e vai ter pleno acesso. E aí eu falo das crianças com deficiência visual ou baixa visão. Só que o que está acontecendo? As editoras mandam os livros, e os professores da sala de recursos não sabem usar o *software*. E assim os livros se acumulam nas prateleiras, e a criança continua sem acesso. É verdade que existem os livros em Braille, mas é muito difícil para a escola ofertar os livros em Braille ao mesmo tempo que os livros em tinta.

Ora, eu, quando falo do Mecdaisy, dei uma oficina recentemente para os professores da rede pública do Distrito Federal explicando em apenas duas horas como instalar, como utilizar. E eles ficaram surpresos com a simplicidade. E saíram dali muito animados porque sabiam que seus alunos teriam acesso ao livro digital.

Eu não sou aluno da rede pública e nem professor. Eu fui aprender a usar o Macdayse para, então, ensinar para eles. E fui fazer isso de modo voluntário. Uma coisa que me preocupa é o fato de que muito se espera do Poder Público, e é razoável, mas eu tenho certeza de que todos nós podemos fazer algo. Ninguém sabe tão pouco que não possa contribuir. E se uma ação voluntária no sentido de cooperar nas diferentes frentes com as quais lidam as pessoas com deficiência acontecer, será maravilhoso. No entanto, o que acontece? Uma coisa não exclui a outra.

Vamos demandar o Poder Público, mas vamos ver o que nós podemos fazer. E um pouco da invisibilidade da pessoa com deficiência passa também pelo fato de que em certos espaços públicos, você não as identifica tão claramente e nem as percebe com frequência.

Por exemplo, se você imaginar um templo onde se reúne uma determinada religião, se você for falar com o líder daquela congregação, ele vai dizer: "olha, com relação a essas questões de acessibilidade, eu não sei se devemos nos determinar tanto no sentido de promovê-las, porque eu não percebo entre os que frequentam o templo da minha congregação pessoas com deficiência". Ora, talvez a pergunta certa seja a seguinte: será que não há tantas pessoas com deficiência frequentando o templo, onde se reúne a sua congregação, exatamente porque você não promoveu as alterações visando à deficiência?

Pense num usuário de cadeira de rodas que está na calçada e percebe uma escadaria de 40 degraus até a porta, por exemplo, de um templo. Ora, a pessoa, ao final desses 40 degraus, pode estar sorridente e acenando para ele, querendo com isso demonstrar que ele é bem-vindo, mas os 40 de-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

graus dizem o contrário. Ainda que essa pessoa diga "estou disposto a ir até aí e carregar você com sua cadeira até aqui", não é isso que o usuário de cadeira de rodas quer. Ele quer autonomia para que ele possa se movimentar, se locomover com dignidade, de modo que ele possa entrar e sair.

E isso me remete a algo que traduzi no livro que escrevi, chamado *O que pode dar esperança*, em um dos seus capítulos, que a indiferença não está nas palavras, ela está nos gestos. Se nós sairmos com um microfone perguntando às pessoas no Brasil: "Você é solidário com as pessoas com deficiência?" "Sou". "Você tem interesse em contribuir de alguma forma?" "Claro que sim". Mas esse desejo solitário tão claro no povo brasileiro quase sempre não se manifesta quando a questão é mais isolada. Só quando há um movimento coletivo, e aí ase aflora.

Nós precisamos, portanto, passar das palavras aos gestos. E, nesse sentido, eu desafio todos, não só o Poder Público, mas nós, de *per si*, cada brasileiro, porque, na medida em que, como falei no início, estabelecemos um relacionamento mais próximo com as pessoas com deficiência, na medida em que as ferramentas que já existem, que foram conquistadas com muito esforço, possam efetivamente funcionar, como por exemplo, o *software* Mecdaisy, e as pessoas ao não perceberem a nossa presença, percebam nisso que falta algo da parte delas fazer para que possamos estar próximos delas, possamos então ver a passagem das palavras para as atitudes, porque, com certeza, as pessoas com deficiência estão prontas a ouvir, mas elas ouvirão principalmente se antes perceberem gestos.

Eu sou cego, perdi a visão aos 22 anos, tenho 48, e tenho também paralisia infantil. E isso que falo é o que percebo na minha interação com os meus colegas cegos, também deficientes visuais.

E como fui apresentado como cantor, queria, pode parecer um elemento estranho nessa audiência, mas eu queria terminar não falando, mas transmitindo a mensagem com uma canção. Está bom?

Permitam-me ficar de pé?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom, não. Deve.

O SR. VALTER JUNIOR DE MELO – Vamos lá, espero que vocês gostem.

(*Procede-se à execução musical.*)

O SR. VALTER JUNIOR DE MELO –

(*Procede-se à execução musical.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Valter Junior de Melo, cantor, compositor, que nos deu aqui uma bela mensagem. Como se diz, deu uma palinha para nós aqui, com enorme competência, ilustrando a nossa audiência pública.

Fiquei muito feliz, eu que participei muito, porque apresentei há 15 anos, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que hoje, graça aos trabalhos dos militantes, é lei. Senão, não teria se tornado lei.

Vamos ao Porã Potiguara, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

O SR. PORÃ POTIGUARA – Bom dia a todos e a todas.

Bom dia à Mesa, em nome do Senador Paulo Paim.

Primeiramente, quero agradecer pela oportunidade de estar aqui e mais uma vez denunciar as inúmeras violações, os inúmeros descasos que nós, povos indígenas do Brasil, temos sofrido desde a colonização.

Costumo dizer que o Brasil quando foi Colônia, depois Império e, hoje República, sempre teve violação, sempre causou, sempre impôs sofrimento aos povos indígenas.

E aí, Senador, em um ano que vemos a visita da Relatora da ONU, Victoria Tauli-Corpuz, que em seu relatório apresenta a ausência de progresso em relação aos direitos dos povos indígenas, em relação à consulta – o Brasil é signatário da Convenção 69, que diz que se deve fazer consulta para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

povos indígenas. Hoje, pela manhã, ao vir a esta Casa, nós fomos surpreendidos com uma matéria que saiu na *Folha de S.Paulo*, que diz que o Decreto nº 1.775, que regulamenta a demarcação das terras indígenas no País, que foi promulgado por Fernando Henrique Cardoso, está sofrendo, possivelmente sofrerá mudanças. Mudanças estas que respondem justamente àquilo que diz a PEC 215, que seriamente nos ameaça, que seriamente vai colocar em xeque todos os processos demarcatórios de terras indígenas no País que tramitam e aqueles que já foram finalizados, porque eu levo em consideração o marco temporal.

Um fato muito curioso desse novo decreto que está prestes a sair do papel, isso é uma proposta, é que há um incentivo – e fiquei assustado com isto: o Governo quer pagar indenização para os povos indígenas que resolverem não mais lutar pela demarcação de suas terras.

Para mim isso é estarrecedor, é algo que realmente: que Brasil estamos vivendo? Que Brasil? E aí mediante tamanha situação das populações indígenas, a gente sabe que historicamente a quantidade de líderes assassinados não é pequena. E aí a gente em muitas discussões, particularmente, conseguia entender que na década passada tinha-se o hábito de, não apenas, criminalizar lideranças, mas assassinavam, prendiam. Era algo para enfraquecer a luta do movimento. Hoje, a gente percebe que, além desse ato de criminalização dos líderes, vêm as ameaças aos nossos direitos. E aí a PEC 215 e tantas PECs que tramitam nesta Casa que só incitam a violência aos povos indígenas, só nos negam o direito de viver.

E aí no Acampamento Terra Livre deste ano, que é a maior mobilização dos povos indígenas, o tema justamente era esse: pelo direito de viver. Direito de viver negado há mais de 500 anos. Quando se discutiam lá na colonização se nós tínhamos ou não almas. E aí têm ou não têm almas?

Se têm alma, não são animais. Mas a Igreja afirmou que temos alma. E a Coroa, na época, falou que, se têm alma, então vamos trazê-los à sociedade, vamos fazer com que eles deixem de ser selvagens. E o índio de hoje, esse indígena de hoje no Brasil, quando não tem essa visão romanticista agregada, do índio romântico, do bom selvagem, do que está lá, que tem o bem viver com a natureza, é o indígena que invade propriedades privadas, é o indígena que mata, que faz mobilização, que fecha BRs.

O Brasil não consegue entender até hoje, passados estes 500 anos, que nós só queremos o direito à vida, o direito de viver em um território sagrado, e não será indenização de governo que vai fazer com que mudemos de ideia. Se você for a uma terra que tenha muita água, suponhamos uma aldeia, uma comunidade da Amazônia e oferecer para eles dinheiro, eles não vão querer sair porque vão alegar que ali é de onde tiram o seu pescado, o seu direito à vida. E se você for a uma aldeia do sertão brasileiro nordestino, que não tem água, eles vão alegar a mesma coisa: aqui está o meu direito de viver, aqui existe algo que é a minha forma de vida.

Então, eu queria denunciar essa proposta que está tramitando, que vai começar a surgir da Casa Civil, como algo que só incita mais a violência.

Lembro que a consulta livre, prévia, informada, regida pela Convenção 69 da OIT, de que o Brasil é signatário, nunca, Senador, nunca foi feita numa comunidade indígena. Para nada. Para nada. Desde a realização de estudos, em relação a impactos ou para construção de grandes obras, até mesmo para mudanças, como essa, mudanças tão importantes.

O Movimento Indígena Nacional vai continuar lutando. Eu costumo dizer que sinônimo de indígena no Brasil hoje é luta, é lutar, é resistir. Por isso, a política que se instaurou há 500 anos de integrarmos ou de integrá-los à sociedade até hoje não funciona, e não funciona porque somos muitos resistentes e lutamos, sim, e vamos continuar lutando.

Aí você percebe que – nossa, gente – existe uma negação de direitos, de direitos assegurados na Constituição, de direitos pétreos, de direitos originários que nós temos, porque estávamos aqui antes mesmo de ser constituída a República. E isso não é levado em conta quando se pensa em PECs que incitam a violência.

E há uma em especial, que eu gostaria que o Sr. Senador, se possível, denunciasse aqui nesta Comissão, para que pudesse parar. É a chamada PEC do infanticídio. É polêmica. É muito polêmica, mas é uma violência, porque eu não posso dizer para outro povo o que é certo e o que é errado. Eu vou estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

agindo de uma forma tão colonizadora quanto agiram há 500 anos. É a mesma coisa que eu chegar para você e dizer "você não pode mais dirigir um carro porque é errado, porque, na minha cultura, não se pode dirigir carro". E é isso que está acontecendo. Ela incita a violência aos povos indígenas, além de generalizar, porque ela diz, essa PEC, que todos os povos causam ou provocam infanticídio. E não é verdade. Não é verdade.

Nós temos o entendimento de que essa PEC é uma forma de controle social, gente. Tudo bem. Vamos questionar o direito à vida, mas vamos questionar o direito à vida, respeitando o papel social do indivíduo naquela sociedade, naquela comunidade.

E, aí, Senador, peço que esta Casa possa de fato barrar essa PEC ou que possam discutir com a gente, porque está sendo mais um processo que está tramitando e em que não há discussão, não há consulta com os povos indígenas.

E aí nós temos sofrido muito.

A CPI da Funai coloca em xeque o interesse que se tem em extinguir hoje o único órgão que ainda trabalha com questões indígenas, órgão esse que tem, juntando com o SPI, quase 100 anos. Percebe-se, então, um total interesse mascarado em expandir fronteiras agrícolas. A gente sabe disso. É fato que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PORÃ POTIGUARA – Se você pegar hoje qualquer imagem de satélite no Brasil, você vai observar que onde há verde ou são unidade de conservação ou são terras indígenas ou áreas quilombolas. (*Palmas.*)

E aí eu digo: que progresso é esse? E nos culpam, nos colocam adjetivos: os indígenas são pedra no desenvolvimento do País, são um atraso para o Brasil. E eu digo: nós não somos atraso para o desenvolvimento do País. Nós somos o desenvolvimento.

Para finalizar, eu sempre gosto da frase de uma líder, *in memoriam*, que faleceu faz quase 10 anos, a Maninha Xukuru-Kariri, de Alagoas – Xukuru-Kariri é seu povo.

Ela disse uma vez que "eles arrancaram nossas folhas, quebraram nossos galhos, derrubaram nossos troncos, mas se esqueceram do fundamental: de arrancar nossas raízes". Então, enquanto existirem raízes indígenas neste País, vai existir a luta indígena, vai existir o povo indígena, vai existir essa força, que resiste há mais de 500 anos. Queremos construir outros 500 anos. Porém, o Brasil não permite que façamos isso. Quando não se demarca uma terra indígena, o País diz automaticamente está nos matando, porque nos tira o direito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PORÃ POTIGUARA – ... de viver. Nos tira o direito de manter culturas, costumes, crenças, tradições milenares, que vão junto com a não demarcação daquele território.

Por isso pedimos: que o Brasil nos reconheça o direito e viver, o direito de existir neste País tão colono ainda, Senador.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Porã Potiguara, representante da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil.

Nós estamos acompanhando a PEC 215. E pode saber, Porã, que esta Comissão está à disposição. Lá na Câmara, eu não tenho controle, mas lá temos a nossa Deputada, que é uma guerreira. Controle, nós não temos nem lá nem aqui. Mas que a gente peleia, peleia. E a Deputada vai falar no momento em que ela entender mais adequado, a Deputada Erika Kokay.

Mas aqui você pode contar conosco aqui no Senado. Não só comigo, mas também com outros Senadores que têm compromisso, porque a gente sabe também que eles querem derrubar o decreto que o Lula fez da demarcação dos povos quilombolas. Estão tentando no Supremo. Nós entramos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o projeto aqui, para transformar em lei, inclusive. E o embate continua.

E já fizemos uma audiência aqui sobre a questão da morte das crianças indígenas que nascem com algum tipo de deficiência. Foi um debate num bom nível, um debate do mais alto nível. Mas, como dizem as pessoas com deficiência, nada sem nós e tudo com nós. "Se querem discutir a origem dos povos indígenas, nos chamem por favor" – é esse o clamor que está fazendo aqui. Pode contar conosco.

Eu pediria que esta Mesa agora retornasse ao plenário. E nós vamos para a terceira Mesa.

Aviso, Deputada, que a senhora fala no momento em que entender mais adequado.

Peço que se exiba, neste intervalo, o vídeo da PEC 241, ou seja da PEC 55, enquanto se monta a Mesa. Já passamos o vídeo da reforma da Previdência, porque, para mim, tudo isso são direitos humanos. E agora passaremos outro vídeo, que é pequeno também, tem 13 minutos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Continua exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado. Feito, moçada.

De imediato, vamos à terceira Mesa: Ana Bock, especialista na causa da violência; Fábio Felix, Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA). (*Palmas.*)

Palmas para ambos.

Paulo Freire, advogado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui está Paulo Freire. Eu não tenho culpa de estar o nome de Paulo Freire. Quem é o Paulo Freire? Você? Seja bem-vindo. Mais uma vez, uma salva de palmas ao Paulo Freire. (*Palmas.*)

Igor Diogenes Bezerra, representante da Casa de Cultura Carlos Marighella. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não veio. O.k.

Silvio Albuquerque, Embaixador – Secretário Adjunto da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania. Seja bem-vindo, Silvio. (*Palmas.*)

Vieram aqui duas listas para registrar presença. É só uma: Drª Diva Lúcia Conde, Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro; Inea Giovana da Silva Arioli, Conselheira titular do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina e membro da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia; Fernanda Sans Magano, Federação Nacional de Psicologia e Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo; Túlio Louchard Picinini, membro da Diretoria do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais; Luiz da Silva, Vice-Presidente do Conselho Regional da Paraíba; Alessandra Almeida, Vice-Presidente do Conselho Regional de Psicologia da Bahia; Professora Doutora Regina Lúcia Sucupira Pedroza, Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional e Vinícius Cesca de Lima, Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, de São Paulo. Também citamos a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

Ana Bock, por favor, especialista em causas da violência.

A SRª ANA MERCES BAHIA BOCK – Bom dia, Sr.Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pediram-me que anunciassem um pequeno vídeo. Na verdade, o vídeo é de 24 minutos, mas vamos assistir só cinco minutos, um pouquinho, para ver a figura do Marcus Vinícius, a quem eu venho homenagear, em nome do Instituto Silvia Lane, aqui nesta Comissão. Então, vamos assistir a um pedacinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já marquei lá cinco minutos para o vídeo. Depois, inicia o seu tempo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento o Marcus Vinícius, que foi um dos que mais puxou essa caminhada e esteve à frente, liderando essa luta.

Esse vídeo em homenagem a ele é muito bem feito e lembrou o Paulo Delgado, que foi Deputado Federal. Tive a satisfação de votar essa lei, porque estou aqui há mais tempo que as pedras. Votei nessa lei e quem nos orientava era o Paulo Delgado, Ele, realmente, lutou muito por essa causa. Por essa justa homenagem ao Marcus Vinícius, ficam aqui nossos cumprimentos.

Eram cinco minutos, pessoal, mas eu, democraticamente, dei dez.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, é bom anunciar.

A SRª ANA MERCES BAHIA BOCK – Esse vídeo está disponível no *site* do Senado Federal para quem quiser assistir ao restante. (*Fora do microfone.*)

Retomo, cumprimentando, pedindo licença para cumprimentar especialmente a Erika Kokay e o Milton Rondó que, durante essa caminhada de direitos humanos que fizemos nos Conselhos, nas lutas com psicólogos, estiveram como parceiros. Peço licença e cumprimento todos os representantes as entidades já citadas aqui pelo Senador Paulo Paim, que estão aqui comigo, dividindo este espaço.

Quero registrar a presença da Júlia Vereda Queiroz de Oliveira, filha do Marcus Vinícius.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Está aqui?

A SRª ANA MERCES BAHIA BOCK – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, uma salva de palmas. Levante, por favor. (*Palmas.*)

Valeu, guria. É mais para a TV.

A SRª ANA MERCES BAHIA BOCK – Estou aqui como Instituto Silvia Lane - Psicologia e Compromisso Social, em nome de um conjunto de militantes. Desculpem-me, vou voltar para cumprimentar o Paulo Maldos. Desde a faculdade, o Paulo Maldos já era meu colega, estivemos juntos. (*Palmas.*)

Continuando, estou aqui em nome de um conjunto de militantes que formam comigo esta entidade: o Instituto Silvia Lane. Esse instituto foi idealizado por Marcus Vinícius de Oliveira, o Marcus Matraga. Nós o criamos para podermos ter um espaço afetivo e político, de onde deveriam sair projetos, atividades e ideias que contribuíssem para a transformação do lugar da Psicologia como ciência e como profissão no Brasil.

A Psicologia, desde a sua instalação no Brasil, esteve aliada aos interesses da elite; serviu ao projeto de modernização do Brasil sempre atuando para responder às demandas e as necessidades da elite brasileira. Se olhou para os pobres, se trabalhou atendendo uma população sofrida, em empresas, escolas, instituições de cuidado à saúde, foi sempre para contribuir com a formação de uma mão de obra capaz de produzir riqueza para aquela elite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Tínhamos como meta, no Instituto Silvia Lane e em todos os movimentos de que participamos, contribuir para mudar a Psicologia, mudar os seus conceitos, sua epistemologia, as suas práticas, os seus interesses e as suas perspectivas. Juntamo-nos, então, a todos aqueles que, como nós, alimentavam esse projeto de uma Psicologia comprometida com a construção de condições dignas de vida para todos, com o fim da desigualdade social, tão profunda em nosso País.

Buscamos isso no Sindicato dos Psicólogos, nos conselhos profissionais, em espaços que reuniam entidades, como o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, o FENPB, na União Latino-Americana de Entidades de Psicologia, a ULAPSI, e, nos últimos tempos, fizemos isso no Instituto Silvia Lane - Psicologia e Compromisso Social.

Vamos realizar, em março de 2017, com o apoio da PUC-SP, o I Simpósio Nacional de Psicologia e Compromisso Social: da crítica à Psicologia à Psicologia crítica.

Hoje, orgulhamo-nos de estar aqui. Pena que já não temos conosco o amigo Marcus Vinícius, sem o qual nada disso que apresento teria sido possível. Marcus era, entre nós, um analista e estrategista dos mais competentes, capaz de ler as necessidades sociais e o momento político de forma aguçada e competente.

Então, estamos aqui por dois motivos: primeiro, para apoiar e estarmos juntos neste momento de encontro de pessoas que lutam pelos direitos humanos. E viemos para dizer que estamos aqui e que fazemos parte desse coletivo, que os psicólogos, hoje, fazem parte desse coletivo. É nele que queremos estar e é com ele que queremos lutar, e lutar neste momento brasileiro de tantos riscos ou afrontas às conquistas de direitos; lutar para restabelecer as condições democráticas de convivência, denunciar os ataques e resistir.

Saibam que somos uma entidade pequena, muito pequena, mas com clareza das suas escolhas e de com quem queremos estar e de com quem queremos andar, como diria Marcus Vinícius.

A quantidade de entidades de Psicologia aqui representadas mostra que o Instituto Silvia Lane jamais esteve ou está sozinho; mostra a disposição da Psicologia brasileira, hoje, de estar neste cenário.

O outro motivo que nos traz aqui é representar e homenagear Marcus Vinícius.

Marcus pensava no coletivo sempre e, por isso, penso que, quando a gente homenageia Marcus Vinícius num espaço como este, nós homenageamos todos aqueles que nos antecederam, todos os que vão ainda se manifestar, todos aqueles que estão na luta pelos direitos humanos. (*Palmas.*)

Marcus lutou pelos direitos humanos, trouxe os direitos humanos para o Conselho Federal de Psicologia e, dali, para a categoria dos psicólogos. No Conselho de Psicologia, instituímos o Prêmio de Direitos Humanos, fizemos seminários e publicações sobre direitos humanos, criamos a Comissão de Direitos Humanos, que se instituiu como efetiva nos Conselhos Regionais de Psicologia e no Conselho Federal.

Fizemos caravanas de vistoria das condições de cuidado em asilos, na Instituição Casa, nos hospitais psiquiátricos, e denunciando ao Ministério Público toda a violência com a qual nos deparamos.

Ali vimos pacientes amarrados, queimados, mortos ou morrendo sem cuidados; vimos meninos descalços e com pouca roupa no frio, privados não só de sua liberdade, mas de sua história, de sua gente, de sua identidade; vimos marcas profundas de violência em todas essas instituições que se propõem a cuidar. Publicamos tudo isso em relatórios e os entregamos ao Ministério Público, ainda quando o Brasil era Brasil. Imaginem agora neste Brasil não brasileiro.

Marcus Vinícius teve a ver com tudo isso que fizemos, com todas essas lutas e ações das quais os psicólogos e psicólogas brasileiros se orgulham muito. A Psicologia nunca mais foi a mesma depois de Marcus Vinícius, porque passou a olhar, a notar, a se interessar pelos sujeitos como sujeitos de direitos, avançou para o trabalho nas políticas públicas, assumiu um compromisso com a sociedade brasileira, e, com isso, todo dia passou a ser um dia de direitos humanos.

Psicologia e direitos humanos se amalgamaram, e Marcus Vinícius tem a ver com isso. Mas, em 4 de fevereiro deste ano, Marcus foi brutalmente assassinado, vítima de uma emboscada no local que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

havia escolhido para descansar em sua recente aposentadoria. Ali ele foi se tornando incômodo por defender o mangue, por defender uma gente negra e pobre.

Tráfico de drogas? Defesa da terra e do mangue? Resistência contra a violência do capital? Talvez tudo isso junto, mas, sem dúvida, alguém que ensinou e viveu coerentemente, respeitando e lutando por um país com condições dignas de vida para todos e foi assassinado por todas essas forças contrárias a essas lutas.

Neste dia em que comemoramos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Instituto Silvia Lane - Psicologia e Compromisso Social presta a sua homenagem a Marcus pela sua importância no campo da Psicologia brasileira, reconhecendo a sua contribuição fundamental para que se instalasse o pensamento e a perspectiva dos direitos humanos como forma de compromisso com a sociedade brasileira, como forma de luta contra a violência, contra as arbitrariedades, a discriminação, o preconceito, a dominação e a desigualdade, que são forças sociais cuja atuação exige a nossa atenção permanente aos direitos humanos.

O Instituto Silvia Lane, aliado à família e aos amigos de Marcus Vinícius e a todas as entidades que aqui se fizeram representar, reafirma a necessidade de vermos a morte de Marcus investigada a fundo, com diligências do Senado à Bahia e com outras providências que coíbam esse tipo de situação que atingiu e tirou a vida de Marcus Vinícius e tira, todos os dias, a vida de milhares de brasileiros.

Obrigada pelo convite para estar aqui neste lugar de luta e com todos esses lutadores.

Marcus Vinícius, presente!

Pelas diretas já! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Essa foi Ana Bock, especialista em causas da violência.

Marcus Vinícius, presente!

Eu vou dizer então: Marcus Vinícius...

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presente!

Marcus Vinícius...

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presente!

Diretas quando?

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já!

Diretas quando?

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já!

Muito bem!

Agora, vamos passar a palavra a Fábio Félix, Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. FÁBIO FÉLIX – Olá, bom dia a todos.

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite para a gente estar compondo esta Mesa, esta audiência pública. Este momento é um momento importantíssimo para que nós afirmemos a nossa posição em defesa dos direitos humanos. Acho que a sociedade vive uma conjuntura muito complicada, especialmente nesses últimos dias. A gente vive um cenário muito tenso, e afirmar direitos humanos nesse cenário é fundamental. Acho que há alguns setores da sociedade que têm tentado de alguma forma não dizer claramente que defendem direitos humanos. Então, é nesse momento que a gente tem que dizer claramente o que a gente defende, e a gente defende o direito das pessoas. Isso é defender direitos humanos, defender direitos sociais.

Eu estou aqui hoje representando o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, que é um órgão paritário, representativo tanto da sociedade civil como do Governo, mas que, este ano, está sob a Presidência da sociedade civil. A agenda dos direitos da criança e do adolescente é uma agenda também fundamental no contexto dos direitos humanos, tendo em vista que é uma das agendas que tem sido mais atacada no Congresso brasileiro hoje, especialmente com as iniciativas de redução da idade penal e de aumento do tempo de internação das medidas socioeducativas.

Há uma comissão especial na Câmara dos Deputados hoje para discutir só o aumento do tempo de internação, e a dúvida do relator é se vai aumentar para dez ou doze anos o tempo de internação de adolescentes. As medidas socioeducativas são instrumento de responsabilização social que já existe no Estatuto da Criança e do Adolescente há 26 anos. As medidas socioeducativas não têm o investimento público necessário para o seu funcionamento, portanto, funcionam nas condições mais precárias em todo o Brasil, condenando esses adolescentes a condições de indignidade no processo da internação e do cumprimento da medida socioeducativa, sem as políticas sociais necessárias para a prevenção e para o cuidado para que o adolescente não chegue na medida socioeducativa, e agora querem piorar essas condições, com aumento do tempo de internação e a redução da idade penal. Então, esse é um grave problema que precisa ser enfrentado.

Parece-me que hoje, nesse processo de reorganização conservadora e da extrema direita no Brasil, uma das principais agendas desses setores é a redução da idade penal. Querem criminalizar a juventude a todo custo. A CPI que o Senado fez percebeu isso, a Comissão de Direitos Humanos. Todos os atores, sujeitos, sujeitas, que estão aqui dos movimentos sociais, das entidades representativas precisam também ter como bandeira fundamental o enfrentamento à redução da idade penal.

Nós sabemos que, por exemplo, em 1990, nós tínhamos um contingente de presos no Brasil de 90 mil detentos. Agora, em 2016, nós temos mais de 600 mil presos, e isso não resolveu o problema da segurança pública. Cadeia, encarceramento não resolve o problema da segurança pública, e a redução da idade penal é a aposta no encarceramento. Essa é a aposta desse segmento da sociedade, e essa não deve ser a nossa aposta. Problematizar isso hoje não é uma tarefa fácil.

Quando, na primeira Mesa, a Keka comentou da morte do filho da Tati Quebra Barraco, assassinado ontem, apontou que ela precisou defender o filho dela porque é naturalizado que um jovem negro seja assassinado, e as pessoas desconfiam dele e não desconfiam de um Estado que assassina jovens negros todos os dias. Isso é preocupante. A gente sabe. Eu vi até uma postagem no Facebook agora, alguém falando que a gente sabe que a situação está tensa quando a gente tem que defender que as pessoas não podem ser assassinadas com naturalidade. (*Palmas.*)

A gente sabe que a situação está tensa na sociedade porque, ao invés de as pessoas perceberem que as pessoas não podem ser assassinadas, a gente precisa defender que as pessoas não podem ser assassinadas, com essa banalização do assassinato e da morte.

As instituições precisam ser fiscalizadas. Nesse processo da redução da idade penal, uma das principais instituições que assassinam no Brasil é a Polícia. As polícias precisam ser fiscalizadas. As polícias, hoje, no Brasil, são instituições incontroláveis. Não tem governador nem Presidente da República que responda pelas polícias. As polícias são órgãos autônomos ingovernáveis. As polícias precisam de controle externo, controle da sociedade. As polícias são um órgão armado do Estado que tem que estar sob o controle democrático da sociedade. Não dá para nós acharmos natural que a Polícia, o braço armado do Estado, possa agir da forma como age hoje, assassinando jovens sem investigação. É a condenação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

à pena de morte que existe, banalizada no Brasil.

Então, a gente vive hoje uma situação muito tensa. E a pauta da criança e do adolescente, a juventude é a mais atacada nesse processo. E a redução da idade penal no Congresso Nacional, a forma como ela tem tramitado é a prova de que a juventude é a mais atacada nesse processo. Outros segmentos também. Essa reorganização conservadora que faz com que nós estejamos aqui hoje tendo que afirmar a importância dos direitos humanos ataca uma série de direitos. Ela quer impedir, como já foi falado aqui, o debate de gênero, diversidade, orientação sexual na escola, que é o debate crítico na escola, e eles chamam isso de Escola sem Partido, mas é escola sem pensamento, é escola sem reflexão, porque é isso que eles querem para o espaço da educação. Porque eles querem, na verdade, impedindo o debate de gênero, de identidade de gênero, de orientação sexual e diversidade, ampliar o processo da homofobia, da LGBTfobia no Brasil. Então, é um debate fundamental.

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao contrário, defende o debate de gênero e diversidade na escola. Este ano nós tivemos um professor aqui, no Distrito Federal, Professor Deneir, da Ceilândia, que foi atacado pessoalmente por uma Deputada Distrital por defender e fazer a discussão de gênero na escola, e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente defendeu o professor porque é direito da criança e do adolescente que esses debates sejam feitos na escola. Isso está previsto no Estatuto e está previsto na Constituição brasileira. É dever da escola promover esse tipo de debate, inclusive e fundamentalmente para que se combata, como já falou a Jolúzia, também a Keka, o machismo, o racismo e a LGBTfobia em todos os espaços. Então, esse debate é fundamental, e essa extrema direita tem tentado, de todas as formas, impedir que esses debates sejam feitos no âmbito da escola.

E é uma extrema direita também racista que não se organiza só no Brasil. A gente viu a eleição do Donald Trump. Ela se organiza na Europa: nas eleições da Dinamarca, por exemplo, quase 30% dos votos; na eleição francesa; no Reino Unido, com o Brexit, e outras representações que a gente tem desse processo de reorganização da extrema direita no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Na Argentina.

O SR. FÁBIO FÉLIX – Na Argentina. E a reorganização dela no Brasil tem uma agenda clara: redução da idade penal, proibição do debate do pensamento na escola, legitimação da violência institucional todos os dias e fortalecimento da lógica racista na sociedade. Esse fortalecimento é muito evidente, dessa lógica racista na sociedade, inclusive reforçando um mito, porque a gente sabe que é um mito, de uma democracia racial: "Ah, o Brasil é um país miscigenado, então, não há racismo." Porque é um país miscigenado, então, não há racismo, altamente miscigenado, o que é uma grande mentira. E eles reforçam esse discurso todos os dias.

Então, é tempo de resistência, é tempo de a gente se posicionar, se posicionar pelos direitos humanos se posicionar no enfrentamento a essas opressões. Não dá para a gente silenciar num cenário onde esse Governo tenta congelar os gastos por 20 anos. A PEC 55 é um ataque direto aos trabalhadores, à classe trabalhadora brasileira.

Ela é um ataque direto aos LGBTs, às mulheres. Ela é um ataque a todos os setores da sociedade que vivem do trabalho, porque é um ataque às políticas sociais fundamentais e estruturantes, como a política de saúde e a política de educação. E parece que as pessoas não têm percebido a dimensão que essa PEC tem para o processo estrutural da educação e para o fortalecimento do papel do Estado no próximo período.

Então, é muito preocupante. A criança e o adolescente – por isto, esta é uma preocupação também do Conselho – são o alvo também desse processo de congelamento dos gastos na saúde e na educação. O resultado disso – é o que eles querem – é a privatização, é o fortalecimento do mercado nessas áreas, tanto na educação quanto na saúde, e isso nos preocupa muito.

Quero agradecer muito ao Senador Paulo Paim pela oportunidade de estarmos aqui hoje. Quero reforçar a luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente, no enfrentamento – isto tem de ser feito em parceria com todos os movimentos sociais que estão aqui, independentemente de esses movimentos sociais terem esta como sua pauta central – à redução da idade penal e na defesa da juventude

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

brasileira e da juventude negra brasileira, que não pode ser assassinada, como foi assassinado ontem o filho da Tati Quebra Barraco. Falou-se sobre isso porque foi o filho dela, porque é alguém que a gente conhece. Mas são muitos os invisíveis e sem nome de que a gente não sabe e que não podem continuar sendo assassinados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO FÉLIX – ...de forma banal no Brasil.

Então, fica aqui minha homenagem, em especial, a essa mãe que perdeu seu filho ontem. Hoje, a gente vê o Brasil inteiro se solidarizando com ela, mas muita gente ainda, especialmente organizada por essa extrema direita, questiona o que o filho dela fazia, em vez de questionar o papel e a violência da Polícia.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Fábio Félix, Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, que nos chama a algo que também é fundamental: a unidade de todos os movimentos nessa linha dos direitos humanos, para mudarmos o verdadeiro estado de truculência, de agressão à nossa gente, principalmente aos mais pobres, sejam eles negros, brancos ou índios; sejam eles LGBT; sejam eles de alguma opção religiosa, o que também é legítimo, sejam eles de matriz africana, sejam eles evangélicos ou católicos. Só com a unidade podemos conseguir mudar essa caminhada de tanta violência contra a nossa gente.

Parabéns pela sua fala!

Agora, passo a palavra, em homenagem ao grande Paulo Freire – e o Paulo dizia: "A mim, nada; só a ele!" – e, naturalmente, a você, pelo trabalho que faz também, ao Paulo Freire, advogado.

O SR. PAULO FREIRE – Boa tarde a todos e a todas!

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, já lhe agradecendo pelo convite e pela oportunidade de socializar um pouco o debate que fazemos no setor dos direitos humanos, no MST, a respeito da criminalização das lutas populares, das lutas sociais.

Estamos aqui em homenagem ao dia 10, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Vamos, então, tentar colocar alguns elementos que nos possam ajudar a ver como é que vamos nos posicionar daqui em diante. Acho que o nosso grande objetivo é que possamos construir uma unidade, um posicionamento em comum em defesa dos direitos humanos, em defesa das lutas populares.

Como o próprio nome já diz, a criminalização diz respeito a tornar as lutas populares em atividades criminosas.

Há uma tentativa de setores do Poder Judiciário e do próprio Poder Legislativo, do Estado brasileiro, de transformar as lutas populares legítimas e constitucionais, de setores populares, em crime. Isso já foi feito durante todo o processo de luta por direitos. Em alguns momentos, tentam transformar isso em atividade criminosa.

Estamos fazendo o seguinte debate: temos de reconhecer que a luta por direitos humanos é uma luta de séculos, de muitos anos atrás, inclusive da época das revoluções burguesas francesa e inglesa do século XVIII e do século XIX, que tinham bandeiras de luta pela igualdade, pela liberdade. Sabemos que foram apenas conquistas formais, que não se efetivaram na prática. A desigualdade social permaneceu e continua sendo a toada da luta pelos direitos humanos, como vimos no filme anterior.

No nosso caso, onde estão elencados os principais direitos humanos, simplesmente pelo fato de sermos humanos? Estão no art. 5º da nossa Constituição Federal. Há um leque enorme de direitos humanos em outros textos legais, mas o nosso principal arcabouço jurídico que nos orienta na luta pelos direitos humanos é o art. 5º da nossa Constituição, que materializa os principais direitos nossos, simplesmente por sermos humanos. Inclusive, regula os direitos de estrangeiros que vivem ou residem em nosso País.

Quais são esses direitos que estão sendo mais atacados no momento, que acreditamos que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sendo mais enfrentados? Nós temos o direito, por sermos humanos, de nos reunir. Nós temos o direito, por sermos humanos, de nos associar, de nos organizar. Nós temos o direito, por sermos humanos, de nos manifestar, de expressar livremente o nosso pensamento. Nós temos o direito, por sermos humanos, de que toda a propriedade cumpra a sua função social, de que todo imóvel rural, especificamente, cumpra a sua função social. E nós temos o direito, que também está no art. 5º, por sermos humanos, de sermos considerados inocentes até que haja a sentença transitada em julgado. Lá há a presunção de inocência, que o Supremo reviu, acabando com a presunção de inocência em segunda instância. Mas está no art. 5º da nossa Constituição que, até haver sentença transitada em julgado, devemos ser considerados inocentes.

Esse é o leque, que tentei mais ou menos pontuar, dos principais direitos humanos que temos, que estão no art. 5º, que, inclusive, não pode ser alterado nem por emenda constitucional, somente através de uma nova Constituição, porque é considerado cláusula pétrea. É direito e garantia individual de todos nós, coletivamente. É direito, é garantia fundamental para que sejamos considerados humanos.

Vou destacar, especialmente, a questão da função social da propriedade, que é o tema mais afeto à questão da reforma agrária. Está lá que todos nós temos direito à propriedade e que toda propriedade tem de cumprir sua função social.

E a Constituição foi além: do art. 184 ao art. 186, elenca o que é função social da propriedade rural. Ela não apenas diz que tem de cumprir; ela diz quais são os requisitos que o proprietário deve cumprir para que a propriedade seja considerada uma propriedade que cumpre a sua função social, para, portanto, não ser destinada à reforma agrária. O que diz o art. 186? Diz que ela tem de ser produtiva, tem de ser ambientalmente sustentável e tem de respeitar os seus trabalhadores e trabalhadoras, que têm de ter os seus direitos trabalhistas garantidos. Então, para que uma propriedade seja considerada como uma propriedade que cumpre a sua função social, ela tem de cumprir esses três requisitos simultaneamente. Não basta que se cumpra um deles.

Então, a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras que se organizam para reivindicar a reforma agrária, que também é um direito fundamental – e é dever do Estado implementá-la –, serve para que isso seja efetivado, para que a Constituição seja cumprida. Então, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais sem terra se reúnem, manifestam-se e se organizam para que a Constituição seja cumprida e para que todas as propriedades cumpram sua função social nos seus três pilares, não somente no pilar da produtividade, para a exportação de *commodities* e para a acumulação de riqueza por parte de poucas pessoas, mas para que cumpram também principalmente o pilar ambiental e o pilar trabalhista, para que ambientalmente elas sejam sustentáveis. Ela não pode ser produtiva utilizando o trabalho escravo, ela não pode ser produtiva depredando todo o meio ambiente que se encontra nela. Então, a luta é feita para que isso se efetive. Isso está na Constituição de 1988, no pacto político realizado em 1988. Então, a organização se dá para que isso se efetive.

Como é que tem sido a reação a essas organizações, a essas lutas? Vou dar o exemplo do caso do Paraná. O Valdir já tratou um pouco do caso de Goiás, e eu entraria no caso do Paraná. Como esses setores do Poder Judiciário têm reagido a essas lutas? E, agora, há o elemento novo da Lei de Organização Criminosa, a Lei nº 12.850, de 2013, que passa a considerar alguns movimentos sociais como organizações criminosas que se reúnem. A lei fala especificamente em reunião de quatro ou mais pessoas de forma estruturalmente ordenada, com divisão de tarefas, para a obtenção de qualquer tipo de vantagem. Inclusive, no caso de Goiás, o Ministério Público imputa um tipo de vantagem ao se fazer reforma agrária; esse seria um tipo de vantagem que não se poderia obter, em tese, pela teoria adotada pelo Ministério Público. Então, é isso! E fala que isso se dá mesmo que seja informal. Então, não é preciso haver estatuto, não é preciso haver nenhum tipo de documento que comprove a estruturação de uma organização. É óbvio, como sabemos, que isso não se encaixa para movimentos sociais, para movimentos políticos e tudo mais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO FREIRE – Mas se tem utilizado isso. Já há dois casos de utilização dessa lei para considerar militantes da reforma agrária, militantes de causas sociais, como integrantes de uma orga-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nização criminosa.

Então, é uma ferramenta que está sendo utilizada para criminalizar ainda mais os trabalhadores e as trabalhadoras que lutam pela terra.

Há uma série de outras situações. A própria Lei Antiterrorismo ainda não está sendo utilizada, mas já foi dito pelo Ministro da Justiça que, em algumas atividades contra o *impeachment,* ela se encaixaria. Então, também há a possibilidade de utilização dessa lei contra organizações populares.

Há a questão da autotutela como ato de império, cumprimento de reintegrações de posse sem ordem judicial, simplesmente com a utilização de força policial extremamente desproporcional contra ocupantes desarmados. Nós vimos isso frequentemente na questão das escolas públicas em São Paulo e em outros Estados, onde, sem ordem judicial nenhuma, com a utilização de força policial armada, ocupantes desarmados foram retirados de escolas.

Especificamente, Senador, sobre a questão do Paraná, de companheiros e companheiras que estão presos preventivamente em decorrência de ordens de prisão preventiva. São seis companheiros e companheiras que estão presos e há seis que estão ainda em liberdade, mas com ordem de prisão decretada. Dentre esses seis, há uma companheira de 20 anos que se encontra presa em Cascavel, inclusive dividindo uma cela com homens, sem banheiro. Portanto, para fazer suas necessidades vitais, tem que se utilizar de sacolas. Isso tudo não sou eu quem está dizendo, a Defensoria Pública foi lá e fez um laudo de vistoria da situação daquela carceragem específica.

Nós já impetramos *habeas corpus* para todos esses que estão presos e gostaríamos que, através da Comissão de Direitos Humanos, pudéssemos fortalecer essa tese, que inclusive foi vencedora agora, dia 18, no STJ, de que organização popular não é organização criminosa. A 6ª Turma do STJ disse isso, mas localmente, principalmente em primeira e em segunda instância, ainda se utiliza muito o poder local para tentar criminalizar e tentar evitar que avancem as lutas por direitos.

O caso especifico dessa companheira: a prisão dela foi em virtude de uma ação do 8 de Março, supostamente liderada por ela, numa empresa de pínus e eucalipto que atuava numa área que a Justiça Federal já decretou como área da União. Ela grilou e utilizava aquilo de forma irregular, inclusive usando de má-fé. Utilizou-se de má-fé para isso, o que retirou o direito dela de receber indenização pela produção e, eventualmente, pelas benfeitorias que tem na área. São mais de 60 mil hectares utilizados, e houve, então, uma ação para denunciar essa grilagem de terras públicas, terras já reconhecidas pela Justiça Federal, TRF 4. Ela foi considerada líder de uma organização criminosa por fazer uma atividade de denúncia e demonstrar que havia uma empresa utilizando bem público para produzir e se enriquecer individualmente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO FREIRE – Então fica essa sugestão aqui para a Comissão de Direitos Humanos para que a gente possa, em conjunto, atuar no Tribunal de Justiça do Paraná, ou aqui mesmo no STJ, para tentar desconstruir essa ideia que estão querendo dizer que o movimento popular, que a organização popular que luta por direitos constitucionais são organizações criminosas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Paulo Freire, advogado do MST, que lembra, no conjunto da sua fala, que estão trabalhando fortemente para criminalizar os movimentos sociais, atingindo diretamente os militantes.

Mas eu fiquei muito, eu diria, até assustado, porque há muitos anos, quando eu presidia ainda esta Comissão de Direitos Humanos, e é a terceira vez que eu venho presidir, tivemos um caso semelhante a esse de uma menina estar numa cela com os homens.

Enfim, a denúncia veio, nós agimos, e eles, de pronto, resolveram. Agora você me reafirma que hoje, novamente, existe isso. Ela está numa cela com homens?

O SR. PAULO FREIRE – Sim, no mesmo pavimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que barbaridade.

Vamos para os encaminhamos e vamos estar juntos. No final seria bom que você ajudasse na forma de como eu posso intervir, participar em nome da Comissão nessas situações.

Silvio Albuquerque, Embaixador, Secretário Adjunto da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania.

O SR. SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Cumprimento a Mesa, senhoras, senhores.

Inicialmente, Senador Paulo Paim, quero reconhecer a importância da realização desta audiência pública que reflete a preocupação do Senado e do senhor especificamente com a discussão de todas as questões relativas aos direitos humanos. E como um diplomata que está na carreira há 31 anos, sou testemunha do engajamento do senhor com a temática dos direitos humanos em todas as suas dimensões.

E como ao longo da minha carreira eu permaneci mais de 20 anos militando dentro do Itamaraty com os direitos humanos, havendo trabalhado na divisão dos direitos humanos, a divisão de temas sociais, eu me recordo da sua participação essencial na definição de posições avançadas que o Brasil levou para a Conferência Mundial de Durban quando o paradigma do Estado brasileiro em relação à questão racial mudou a partir dali, da preparação em 1999 e 2000.

E sendo esse um tema da minha afinidade eletiva, direitos humanos e a luta contra a discriminação racial, eu faço um reconhecimento público ao seu papel no fortalecimento da linguagem da política externa brasileira, que reflete hoje na questão racial aquilo que, de fato, é o quadro real do Brasil.

Quero saudar o meu amigo Paulo Maldos, fomos copresidentes do grupo de trabalho que buscou regulamentar a consulta prévia prevista na Convenção 169, fizemos um trabalho hercúleo. Eu no Itamaraty, Paulo Maldos como secretário nacional de articulação social. O trabalho não chegou ao seu final, por várias razões, mas foi um grande aprendizado para a sociedade civil, para o Estado brasileiro em relação a essa dívida que o Estado ainda tem com todos aqueles que são sujeitos de direito da Convenção 169 da OIT.

Fazendo referência à história que eu não conhecia, a história de vida de Marcus Vinícius, eu faço aqui uma digressão biográfica, me permitam, recordando que sou neto de um ex-Deputado negro, alagoano, radicado no Rio de Janeiro desde 1910, que teve três mandatos parlamentares na década de 40. E numa audiência que lhe foi concedida pelo então Presidente Getúlio Vargas, no início dos anos 50, questionou o Presidente pela inexistência de negros na carreira diplomática.

Passei num concurso da carreira diplomática em 1985, Senador, e desde então percebe-se que, embora tenhamos tido uma evolução na inserção de negros na carreira diplomática, ainda dista muito do sonho do meu avô, José Bernardo da Silva, de que o Itamaraty tivesse, hoje, uma realidade racial que refletisse a diversidade do povo brasileiro.

Mas reconheço também aqui o seu papel central, por meio de legislações e de audiências públicas que levaram a instituição a que eu pertenço e também o meu colega Milton Rondó, que cumprimento aqui, cuja trajetória no Itamaraty em defesa dos direitos humanos é reconhecida por todos, que estivesse ainda distante o Itamaraty da realidade racial do povo brasileiro.

Eu queria fazer uma referência histórica ao fato de que celebrou-se agora, no dia 10 de dezembro, o 68º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa declaração nasceu como uma recomendação ou, na linguagem das Nações Unidas, como uma resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas, realizada em 10 de dezembro de 1948, em Paris. E poucos sabem que ela foi aprovada com voto favorável de 48 países, mas com abstenção de 8 países.

Era uma ONU ainda pouco representativa da população mundial. Alguns anos mais tarde, em 1993, com a Conferência de Viena, essa Declaração Universal foi reforçada nos seus aspectos centrais ligados à universalidade e indivisibilidade dos direitos quando foi confirmada na sua legitimidade por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

um universo de 177 países.

Essa Declaração Universal inicialmente era vista como mera recomendação aos Estados-membros, uma relação deles com os cidadãos submetidos à jurisdição dos Estados, mas aos poucos o seu caráter jurídico e de costume internacional veio a ser consolidado, basicamente por meio de decisões da Corte Internacional de Justiça.

E hoje é reconhecidamente a Declaração Universal o instrumento central de proteção dos direitos humanos no mundo e aquele de linguagem mais acessível ao homem comum dos quatro quadrantes do mundo.

Curiosamente, países que lideraram processo de redação da Declaração Universal não praticavam os valores e princípios que foram consagrados na Declaração Universal.

Os Estados Unidos, em 1948, ainda conviviam com o sistema de Jim Crow de segregação racial, só superado anos depois, em 1954, com a decisão da Suprema Corte norte-americana que acabou com a segregação racial nas escolas, e, mais tarde, em 1965, com a lei dos direitos civis. E ao mesmo tempo a Europa ainda convivia com um império colonial, basicamente a Grã-Bretanha e a França.

Portanto, a Declaração Universal nasce com essa contradição intrínseca. Daí ela ter exigido um trabalho extraordinário da parte daqueles que são os verdadeiros redatores da Declaração, que, ao contrário do que o senso comum indica, há muitos que criticam a falta de pluralismo e universidade da Declaração Universal, ela teve como seus redatores, primeiro Eleanor Roosevelt, norte-americana; mas também John Humphrey, canadense; dois filósofos extraordinários no papel que tiveram na introdução de direitos sociais e econômicos, que foram Charles Malik, que era libanês, e Chang, chinês, e um latino-americano pouco conhecido por muitos Hernán Santa Cruz, que foi o principal responsável pela introdução dos direitos econômicos e sociais na Declaração Universal.

Ela estabelece aquilo que a Secretária Especial dos Direitos Humanos, a Profª Flávia Piovesan, chama numa expressão muito feliz de mínimo, ético e redutível. Ou seja, os trinta artigos da Declaração Universal que hoje são ensinados desde as escolas básicas até as universidades de todo o mundo são perfeitamente compreensíveis e foram depois sedimentados em convenções internacionais que vieram a proteger tanto o ser humano na sua capacidade global, como ser humano universal, com direitos universais, como o ser humano na sua especificidade mais direta.

Mas é essa Declaração de 1948 que merece ser exaltada porque é o pontapé inicial contemporâneo a tudo aquilo que se erigiu a partir de então, como proteção internacional às pessoas em todo o mundo. Ela sofre hoje talvez a sua mais grave ameaça, havendo superado desafios como o desmoronamento dos impérios coloniais, os dilemas da Guerra Fria, a queda do muro, o fim do Apartheid e as chagas, algumas delas, da globalização, hoje ela enfrenta desafios internos e internacionais de grande monta.

Comentou-se aqui sobre o Brexit, que foi a decisão dos eleitores da Grã-Bretanha de se afastarem da União Europeia.

Essa decisão infeliz foi denominada pela socióloga Angela Alonso como uma guerra da província aos cosmopolitas. Ela questiona o coração da universalidade dos direitos humanos e ela se alimenta de preconceitos e desvalores que estão consagrados em 1948, na Declaração Universal.

A razão de fundo da decisão tomada pelos eleitores britânicos, que também se reproduz em outros horizontes e dentro da Europa Ocidental, fonte inspiradora de evoluções jurisprudenciais e legislativas mundo afora, ela reflete um profundo mal-estar que é também o mal-estar que está presente em outras partes do mundo. E difere muito pouco do mal-estar de cidadãos brasileiros e latino-americanos em geral. Ela foi uma votação que expressa uma reação ao desmonte das políticas de bem estar social erigidas na Europa e partes do mundo depois da Segunda Guerra Mundial. É uma reação aos efeitos nocivos da globalização e também é uma recusa da aceitação de um padrão de liberalismo econômico radical que ignora os interesses do cidadão comum protegido pela Declaração Universal.

Diante desse cenário, é preciso lembrar Zygmunt Bauman, talvez aos 90 anos o mais lúcido analista desse mal-estar existencial da pós-modernidade, que no seu conceito de modernidade líquida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mostra que a questão dos refugiados hoje se transferiu na Europa de uma discussão do campo dos direitos humanos para uma discussão para o campo da segurança interna.

E Bauman enxerga a humanidade como em crise e é uma crise de longa permanência. Não nos iludamos. E ela é ampliada tremendamente pelos grupos que controlam o que ele chama de medos sociais. Para Bauman, não há outra saída para essa crise existencial que não seja a da solidariedade entre seres humanos. Daí o papel central – e eu resgato o início da minha intervenção – que a Declaração Universal dos Direitos Humanos tem hoje em dia.

Eu finalizo com duas reflexões sobre esse dilema que enfrentamos no Brasil e mundo afora em que se questionam os valores contidos nos trinta artigos da Declaração Universal e se questionam, portanto, a legitimidade da luta em favor dos direitos humanos.

Neste fim de semana, sábado, o jurista Oscar Vilhena disse que paradoxalmente, na América Latina, com algumas exceções, as novas gerações têm ampliado sua adesão aos princípios contidos na Declaração Universal.

É o que vimos nas ruas, nas ocupações, a juventude tomando para si os valores contidos na Declaração Universal direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente, e fazendo desses trinta artigos e também da Constituição brasileira uma barricada em defesa dos direitos humanos.

Na visão de Oscar Vilhena, o que mais preocupa em nossa região, em especial no Brasil e no México, é aquilo que ele chama de um profundo declínio na confiança em relação à capacidade das instituições em cumprirem com as suas promessas.

Embora tenhamos uma multiplicidade de problemas, Vilhena diz: "Não fomos engolfados pela raivosa maré que nega a centralidade dos direitos humanos." Ou seja, apesar de reconhecer a perigosa existência do discurso de ódio, de cisão de valores contidos na Declaração Universal por parte da direita e extrema direita brasileira e mundial, ainda há esperança na América Latina, porque ao contrário do que vige em boa parte dos continentes, na América do Norte, na Europa, há uma juventude que no Brasil pulveriza a discussão sobre direitos humanos influenciando geracionalmente a capacidade de reinvenção do próprio conceito de direitos humanos.

E finalmente Nelson Mandela, em 1998, seu último ano como Presidente da África do Sul, ele discursou na celebração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos na Assembleia Geral da ONU, em setembro de 1998, nas Nações Unidas.

E Mandela lembrava que a Declaração Universal para um homem que ficou preso a partir de 1964, por 27 anos, a Declaração Universal foi talvez a fonte inspiradora maior dele para resistir à opressão e buscar, ao sair da prisão, concretizar os valores que o inspiraram ao longo de sua luta contra o racismo na África do Sul.

Mandela dizia que a Declaração Universal constituiu para ele ao mesmo tempo um desafio, uma vez alcançada a liberdade, pois obrigou permanente os governos sul-africanos eleitos pelo voto legítimo do povo negro sul-africano e branco a dedicarem-se à plena implementação dos direitos contidos naquele instrumento, sem rancor, sem revanchismo.

Para ele, para Nelson Mandela, em 1998, nas Nações Unidas, o grande desafio da comunidade internacional no final do século XX, início do século XXI, seria a construção de um mundo consistente com um conjunto de valores consagrados da Declaração.

Então, as minhas palavras são palavras de reflexão no momento de profunda preocupação no Brasil mundialmente, com os retrocessos no campo dos direitos humanos, mas acho que ali na Declaração, que nós celebramos seu 68º aniversário, no último dia 10, ali estão, nos trinta artigos, os princípios básicos que devem inspirar não só o agente do Estado, porque os direitos humanos devem ser vistos como política de Estado, política pública, mas também todos os militantes que sacrificam as suas vidas.

O exemplo maior do Marcus Vinícius, cuja filha está aqui presente, para que os retrocessos que já vivenciamos não sejam retrocessos que perdurem, ao contrário, que tenhamos força e que tenhamos consciência clara de que Estado e sociedade civil podem e devem atuar em defesa dos valores contidos na Declaração de 1948.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senador, muito obrigado pela oportunidade.

Em nome da Secretária Flávia Piovesan, mais uma vez, cumprimento o senhor pela realização da audiência e pelo seu trabalho em defesa dos direitos humanos no Senado Federal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Silvio Albuquerque, Embaixador, Secretário Adjunto da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, que fez toda uma retrospectiva histórica, inclusive, muito interessante, e termina com Nelson Mandela, que foi, deste século, o líder número um em matéria de direitos humanos.

Meus cumprimentos pela fala.

Nós estamos com um problema de horário. Nós temos uma reunião ainda e está prevista a votação da PEC amanhã. Nós vamos passar a palavra neste momento à Deputado Erika Kokay. Depois eu vou ler os encaminhamentos. Se o pessoal entende que os encaminhamentos são esses, nós podemos adiantar.

Nós temos ainda a fala... A sua fala está assegurada.

O senhor pode se identificar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Vocês dois vão poder falar em seguida.

Deputada Erika Kokay, sempre é um prazer ouvi-la.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Primeiro quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos do Senado, Senador Paim, que tem feito uma discussão acerca dos direitos na sua concepção.

Estamos lembrando o dia 10, que é o dia em que a humanidade tentou fazer o luto dos campos de concentração, fazer o luto dos fornos de crematório, das câmaras de gás. Nós temos a Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana que, dentre outras coisas, diz que todo ser humano nasce livre. Nasce livre igual em direitos e dignidade.

Portanto, os direitos humanos pressupõem a dignidade humana. É um conceito, penso eu, que está acima da própria cidadania que envolve direitos e deveres. Porque os direitos humanos são o conceito de dignidade humana.

Nos cabem os direitos à medida que somos seres humanos. Não somos donos da vida, fazemos parte de uma trama de vida, rica e bela e diversa, mas temos peculiaridades, peculiaridades de transformação, porque o ser humano tem a possibilidade de ter consciência da vida, de pegá-la pelas mãos e transformá-la.

Portanto, a nossa humanidade se faz na luta. A luta nos faz e nos traz o reconhecimento humano, como também o afeto e o amor nos trazem reconhecimento humano porque somos seres faltantes. É com o outro que nós definimos as nossas identidades. É com o outro que nós construímos um processo de transformação. Negar a alteridade, como o fundamentalismo busca negar, seja o fundamentalismo religioso, o patrimonialista ou o punitivo, é negar a nossa própria humanidade e a nossa construção de sujeitos.

Então, na luta, no amor e na liberdade é que a gente se faz humano. A gente se faz humano, na condição de sujeito, carregando as nossas identidades e tendo a liberdade de implementá-las e de expressá-las, porque isso só se faz também com a liberdade. Eu digo isso porque nós vivemos um processo muito semelhante, uma lógica manicomial invadindo as relações sociais – uma lógica manicomial. A lógica manicomial anula o outro, cala o outro e impede que seja reconhecido na sua condição humana. A condição humana é negada.

Quando o Basaglia esteve aqui, o que ele disse do Hospital de Barbacena? Ele disse: "Isso é um holocausto." Nós não reconhecemos os nossos holocaustos e temos inúmeros holocaustos: o holocausto dos navios negreiros, o holocausto do genocídio, do etnocídio e do epistemicídio que envolve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

as populações indígenas, aqueles que acham que é possível as pessoas viverem a sua etnia sem que tenhamos os espaços e os territórios. Os territórios são negados porque passam a ser alvo do desejo e da cobiça dos que querem ampliar as suas cercas e fincá-las nas terras indígenas. É a PEC 215. Mas também é a CPI do Incra e da Funai, onde eles vão buscar de novo quebrar sigilo bancário. Quebraram o sigilo bancário do Cimi, de um bispo com reconhecida capacidade de intervenção social, da Associação Brasileira de Antropologia, que virou inimiga dos latifúndios porque são os antropólogos que elaboram os laudos que dão origem ao processo de demarcação das terras, vejam. Então, eles quebraram o sigilo, nós conseguimos restituir, anularam a decisão no Supremo e agora eles vão quebrar de novo. Esta semana, devem apresentar a nova quebra de sigilo bancário, porque reeditaram a CPI sem objeto definido. A CPI existe para poder alimentar a PEC 215, que é a ousadia dos que acham que podem rasgar a Constituição brasileira.

Nós estamos vendo uma etapa de disputa da implementação da própria Constituição brasileira, e mais do que isso: quando a gente vê um negociado se sobrepor ao legislado, que é um direito dos trabalhadores e trabalhadoras, nós temos ameaçada a CLT, ameaçado o que é da década de 40. Quando nós temos a dificuldade para que as mulheres possam ser identificadas como vítimas de violência sexual, que é um projeto do ex-Presidente da Câmara Federal que hoje se encontra preso, que dizia que violência sexual não é toda relação sexual não consentida, violência sexual tem que ser atestada nas secretarias de segurança... Ou seja, nós temos meio milhão de mulheres estupradas. Meio milhão!

Meio milhão de mulheres, estimam-se, são estupradas no Brasil. E negam haver uma cultura do estupro, negam haver uma construção do estupro que caminha com a condição de coisificar as mulheres, quando se impede a discussão de gênero dentro das escolas.

O Escola sem Partido é a mordaça das escolas. Retirar gênero das discussões e dos planos distritais, estaduais, municipais e nacional de educação significa perpetuar uma coisificação das próprias mulheres e perpetuar o não dizer o nome do próprio amor e as pessoas não terem a liberdade de ser, que é negada à população transgênera. É negada a condição de ser o que se é, a liberdade de ser, a liberdade de amar e o direito à cidade.

O Movimento Ocupa, que os meninos desenvolvem nas escolas, traz isso e me lembra muito de quando as pessoas com transtorno mental também ocuparam os espaços que antes lhes eram negados, onde antes eles não entravam nem de forma subalterna, nem como a mucama saía da senzala e adentrava a casa grande, internalizando a sua própria subalternização. Eles ocuparam.

Eu digo isso, Ana, porque, talvez, um dos movimentos em que a população mais se apropriou das suas conquistas seja o Movimento de Saúde Mental, porque, quando se ousou tirar o responsável pela política de saúde mental do Ministério da Saúde e colocar uma pessoa manicomial, que tinha dirigido manicômio, nós não imaginávamos que fôssemos ter um movimento tão homogêneo no Brasil inteiro e com a participação tão ativa das pessoas com transtorno mental e sofrimento psíquico, que diziam o seguinte: "Para o manicômio eu não volto, para o manicômio eu não volto." As pessoas ocuparam Brasília, ocuparam as instituições dentro dos seus Estados para dizerem: "Para o manicômio eu não volto, porque tem muita dor na minha conquista de estar fora de um manicômio na reforma psiquiátrica."

Nesse sentido, eu encerro fazendo as minhas homenagens ao Marcus Vinícius e dizendo, Senador Paim, que nós deveríamos fazer uma carta, as duas Comissões – a Comissão da Câmara, e eu falo, com certeza, em nome do Padre João, que é Presidente da nossa Comissão de Direitos Humanos, e a Comissão do Senado –, exigindo a apuração do seu assassinato, uma carta dirigida à Secretaria de Segurança ou ao Governador do Estado da Bahia. (*Palmas.*)

Isso não pode ficar impune – não pode! –, por tudo o que representa Marcus Vinícius para cada uma de nós, pela sua imortalidade, porque ele é imortal.

Quando nós vemos os movimentos e as pessoas que sofreram no manicômio irem às ruas para dizer: "Para o manicômio eu não volto, e eu não vou permitir que o manicômio se estabeleça", nem esgueirado nem nítido... Porque nós temos muita ambiguidade, muitos manicômios que se reproduzem, inclusive, com a capa da luta pela reforma psiquiátrica. Muitos CAPS nós vemos nos manicômios e muita internalização. Muitas comunidades terapêuticas vemos nos manicômios, dentre outras coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Estamos colhendo assinaturas para fazer uma CPI das comunidades terapêuticas, para que nós possamos passar a limpo o que significa um setor que agora foi classificado – e estamos fazendo também um projeto de decreto legislativo para sustar essa portaria – dentre as instituições de saúde do nosso Brasil.

Então, encerro dizendo, em homenagem ao Marcus Vinícius, que embala as nossas lutas todos os dias – todos os dias –, a luta contra a desigualdade, todas elas, porque uma desigualdade maior vai se naturalizando, a luta contra a naturalização da não existência, da não existência simbólica, da não existência literal, e a luta em defesa de uma reforma psiquiátrica que realmente possa se impor e que já foi apropriada pelas pessoas, que nós possamos fazer essa solicitação de informações e acompanhar todo o processo de apuração do seu assassinato, até porque assassinou cada uma de nós, um pedacinho de nós foi ferido, porque não temos mais aqui todos os dias... Penso como estaria Marcus Vinícius nessa etapa de golpe, de ruptura democrática, como estaria empunhando a sua voz, a sua própria estrutura e a sua própria militância em defesa da radicalidade democrática. Nós temos que acompanhar e fazer com que não tenhamos o manto da impunidade, que faz com que nós tenhamos essa dor que nos atingiu aqui e que nós iremos e vamos transformar em luta pelo exemplo do Marcus Vinícius.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputada Erika Kokay.

Agora passamos a palavra do Delegado da Polícia Federal, Dr. Francisco Badenes.

O SR. FRANCISCO VICENTE BADENES JÚNIOR – Boa tarde, Senador Paim! Boa tarde a todos, especialmente, também, ao Dr. Pedro Wilson e demais presentes.

Eu até iria sugerir, Senador Paim, que fosse ouvida primeiro a testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só me permita...

Deputada Erika Kokay, quero só dizer que sua sugestão já está colocada aqui na mesa, por sugestão da Ana Bock. Está atendido o seu pedido também.

O SR. FRANCISCO VICENTE BADENES JÚNIOR – Eu agradeço a oportunidade de estar aqui. Inclusive, o meu objetivo é acompanhar o depoimento da testemunha, o Sr. Deusdete, que veio relatar fatos extremamente graves que estão ocorrendo na cidade de Alvorada do Norte, relacionados à prática de um grupo de extermínio que vem agindo no Estado de Goiás e que já foi alvo, recentemente, de uma operação da Polícia Federal comandada por nós, denominada Operação Sexto Mandamento, neste momento, segunda fase da Operação Sexto Mandamento.

Eu iria sugerir que a testemunha fosse ouvida e que depois eu pudesse dar algumas pequenas explicações sobre o que a Polícia Federal vem fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deusdede Rodrigues Neves, vítima de violação dos direitos humanos praticado em Goiás, pela Polícia de Goiás.

O SR. DEUSDETE RODRIGUES NEVES – Boa tarde a todos.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês.

Sou morador de Alvorada há 37 anos. Fui para Alvorada com 12 anos. Hoje estou com 49 anos. Então, conheço bem a cidade, tenho meus filhos, minha família, todos lá.

De uns anos para cá, eu vim presenciando muito abuso de autoridade, ameaças, intimidações. Muitas mortes vêm ocorrendo, e nada é solucionado na questão das mortes.

A partir do ano de 2014, tentei até evitar que José Neto Barbosa de Andrade fosse executado. Ele seria executado. Já vinham atrás dele várias vezes, alvejando tiro nele, tentando executá-lo. Então, no ano de 2014, eu tentei, conversando com o PM Freitas, José Wilson de Freitas, por ele estar sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

rodeando a casa dos parentes, conversei com ele e disse que poderiam fazer a prisão dele, que tinha como fazer, por ele ser tio dos meus meninos. Ele disse o seguinte: que eu não entrasse nisso aí não, que eu deveria sair fora porque ele seria executado.

Em seguida, procurei um policial civil. Ele até pediu que a família tirasse o José Neto da cidade. Por aquele dizer que o pessoal repete: bandido bom é bandido morto, eu sempre acreditei que bandido bom é aquele que volta para a sociedade, que vai cuidar dos seus filhos, que volta para a família. Esse policial tentou me ajudar, só que no momento em que o Zé Neto estava em um local, havia sempre informantes para poder tentar ajudar na sua execução, porque sempre estavam ajudando civis, militares, carcereiros, diretor de presídio, todo esse pessoal. Então, quando o policial civil e eu propusemos que se fizesse a apreensão dele – apreensão, e não execução –, prometeram, sim, que iria ser feita a apreensão de José Neto. Tudo bem! Passaram dias, eles invadiram a residência da irmã de José Neto, fizeram barbaridades, espancando toda a família, batendo em crianças, jogando crianças nas paredes. O que aconteceu? José Neto saiu daquele local e eu procurei o policial e pedi que ele não mexesse mais, porque eu não tinha como ajudar, já que o José Neto não estava naquele local e o local onde ele estava eu não sabia mais.

O que aconteceu? No dia 9 de janeiro de 2015, ele foi executado em uma emboscada na beira do rio, por conta de informantes. Ele seria executado no dia 8. Uma pessoa me ligou e pediu que avisasse à família e tirasse o José Neto do local onde ele estava, só que eu não sabia; que o tirasse de lá, porque ele iria ser executado. Conversei com a irmã dele, minha ex-esposa, avisei para ela: "Tire o Zé Neto de lá porque ele vai ser executado hoje." No dia seguinte, ela conversou comigo e perguntou: "E aí? Por que ele não foi executado?" Aí, eu disse: porque o informante sabia que ele não estaria lá no dia 8. No dia 9 ele foi executado.

Para resumir, de lá para cá, já estava sendo feita uma investigação da Polícia Federal a respeito de três rapazes que foram executados, um deles em Alvorada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEUSDETE RODRIGUES NEVES – No mesmo tempo em que estavam executando um rapaz, eles desapareceram com mais dois. Eu prestei depoimento para a Polícia Federal e, de lá para cá, estou sendo alvo de perseguição o tempo todo pela Polícia Militar. Eu fui abordado pelo policial José Wilson de Freitas, fui ameaçado, passei mais de meia hora com uma pistola na minha cabeça, na minha testa, pelo PM Jerônimo. Então, mesmo depois da prisão deles, eu continuo sendo ameaçado por policiais militares. Na minha cidade, quem manda são eles. Eles é que mandam lá, o território é deles.

Peço aqui, para finalizar, por caridade, pelo amor de Deus, que levem a Alvorada do Norte uma comissão dos direitos humanos para que seja feito um trabalho, em Alvorada e em toda a região, a respeito da conduta de policiais militares e civis que estão trabalhando desonestamente, invadindo residências, colocando fogo, espancando adolescentes. Inclusive, tirei meus filhos, há um ano, de 14, 17 e 18 anos de Alvorada. Estou em Alvorada apenas com minha filha de 4 anos e minha esposa. E estou correndo risco de vida, porque já tive minha casa danificada mais de quatro vezes.

Segunda-feira passada um rapaz, inclusive, as fotos estão com eles, foi todo arrebentado. Só porque citou o nome de José Wilson de Freitas, apanhou muito. E os PMs disseram o seguinte: "Não se preocupe, quarta-feira ele estará aqui, nós teremos o prazer de trazê-lo aqui na sua casa. Ele vai visitar todas as pessoas que o denunciaram."

O que eu tenho a dizer é isso. Peço a vocês, mais uma vez, que não esqueçam Alvorada, porque lá não é mais aquela pacata cidade, mas uma cidade que se tornou, em 2016, uma cidade terrorista. Nossa cidade virou uma favela, um lugar como se fosse o mais perigoso do Brasil não pelo bandido, mas, sim, pelo trabalho das polícias civil e militar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Importante esse depoimento.

Nós vamos nos encaminhando, depois da fala do Delegado Francisco Badenes...

O SR. FRANCISCO VICENTE BADENES JÚNIOR – Para concluir, um breve relato. A Polícia Fede-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ral instaurou um inquérito, por determinação do STJ, mediante Incidente de Deslocamento de Competência, para apurar a atuação de grupo de extermínio na região de Goiás. Isso gerou a denominada Operação Sexto Mandamento, agora Operação Sexto Mandamento segunda fase, pela qual, inclusive, esses policiais militares citados pelo Deusdete se encontram presos.

A situação descrita pela testemunha, pelo Deusdete, é de extrema gravidade, porque ela vem sendo comprovada pelas investigações realizadas pela Polícia Federal, que estão extrapolando os limites do inquérito que eu presido, porque meu inquérito tem o objeto de apuração muito restrito, que é o extermínio, no caso, de dois rapazes que foram levados, e é um crime conexo com outro homicídio.

Mas o que a gente tem percebido é que a situação é muito mais grave do que versa o primeiro objeto de apuração desse inquérito. Seria realmente oportuno, eu acho, que a Comissão fizesse uma visita na cidade para poder verificar aquilo que está acontecendo.

A par disso, como a gente considera que o crime praticado por grupo de extermínio afronta a vida humana, que é o maior objeto jurídico tutelado, eu também gostaria de sugerir ao senhor e aos demais membros da Casa que fosse feito um projeto de lei no sentido de que, na existência de um inquérito com relação a grupo de extermínio, que essa investigação seja considerada prioritária e que os organismos policiais disponibilizem os recursos necessários para essa investigação. Isso numa analogia a uma lei mais recente, que determinou que a tramitação dos crimes considerados hediondos deva ser prioritária.

Assim, eu acho que seria muito oportuno que no âmbito policial as investigações sobre grupos de extermínio também fossem prioritárias, devido ao objeto jurídico que é a vida humana, e que também fossem disponibilizados os recursos necessários para tal fato, para tal apuração. Como bem colocou aqui o representante da Secretaria de Direitos Humanos e todos os demais que falaram, a violência contra a vida humana, aqui no Brasil, já excedeu os limites do razoável. Nós estamos assim em níveis alarmantes, que perpassam países que estão em guerra.

Acredito que a investigação policial tem que ser privilegiada nesse sentido.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Delegado Francisco Vicente Badenes Júnior.

Deixe-me ver aqui rapidamente os encaminhamentos, pessoal. É só para situar.

Eu também não poderia deixar de falar. A barbárie está tanta, lá fora e aqui dentro – aqui dentro! Só vou listar porque não temos tempo.

Eu sou Relator de um projeto que, em vez de proibir o trabalho escravo, quer regulamentar o trabalho escravo. E claro que o meu relatório vai ser pela proibição. Mas o que eles querem não é isso – está uma briga –, eles querem regulamentar o trabalho escravo.

Há outro projeto, que consegui tirar de pauta, que quer acabar com o horário do almoço dos trabalhadores, que diz: "naquele período de uma hora, vai ao banheiro e volta para a máquina, trabalha com uma mão e come com a outra." Parece mentira, mas é verdade. Consegui tirar de pauta.

Outro projeto é o NR-12. O que é NR-12? É uma norma construída por empregados e empregadores, no governo que antecedeu este – para não entrar que a questão é política ou ideológica –, que diz que as máquinas têm que ter proteção. Eles querem derrubar a NR-12 para tirar as proteções das máquinas que protegem o trabalhador de acidentes, para não perder braço, para não perder mão, para não perder a vida. E disseram que não, não precisa.

Vão derrubar a NR-12. Deixem a máquina trabalhar à vontade. Quem morrer morreu, quem perder o braço... Em nome da produtividade, olhem a selvageria e a barbárie!

Trabalho intermitente querem votar amanhã. O que é isso? Daqui para a frente, você vai trabalhar por hora para mim. Você fica em casa aguardando. Eu mando te chamar, tu trabalhas duas horas e pago duas horas. Eu te pago duas horas, sem vínculo nenhum. Na outra semana, eu vou te dar dez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

horas. Você vai receber dez horas, recebe o dinheiro, e pronto. Está para aprovar amanhã. Vai ser uma briga para não deixar aprovar amanhã.

Terceirização da atividade-fim. Como consegui pegar o projeto para relatar, depois de viajar todo o Brasil denunciando, fui aos 27 Estados, agora, conseguiram ressuscitar um outro, que está lá na Câmara. Como eu peguei esse, disseram que vão votar aquele lá, que acaba...

Trabalho terceirizado. Aqui dentro do Senado, por exemplo, há oito empresas que fecharam as portas e não pagaram ninguém. E continua assim. A última agora, a tal Qualitécnica, com 484 trabalhadores. Fechou, foi embora e ninguém foi pago. O pessoal, aqui dentro, perdido, sem saber o que fazer, veio à Comissão, eu fui para cima, mas a verdade é que não foi pago.

Só para terem uma ideia da terceirização da atividade-fim, que vai atingir 45 milhões de trabalhadores que têm carteira de trabalho assinada, a cada 10 acidentes de trabalho com sequela, 8 são de empresa terceirizada; a cada 5 mortes, 4 são de empresa terceirizada; a cada 100 ações na Justiça, 80%, de empresa terceirizada. O salário é 40% a menos. E querem garantir esse espaço para essas empresas terceirizadas.

Nem vou falar da reforma trabalhista e da reforma previdenciária, do negociado sobre o legislado. Isso é para verem a que ponto chegamos, só para mostrar como nós estamos vivendo dentro do Congresso.

Eu tinha de estar, em meia hora, em uma reunião em que veríamos o que vamos fazer diante desse ataque violento ao direito dos trabalhadores.

Vamos agora aos encaminhamentos, rapidamente. Eu botei aqui rápidas frases, mas, depois, naturalmente, com a equipe, a gente vai aprimorar os instrumentos para dar um passo à frente.

Apoiar o referendo para a PEC 55. O referendo já está registrado, é da Gleisi Hoffmann, e nós, desta Comissão, o apoiamos. Infelizmente, a votação é amanhã. Eu já estou apoiando o referendo. Significa chance quase zero de que a PEC não seja aprovada.

Fazer contato com o Tribunal de Justiça de Goiás para tratar do *habeas corpus* do Sr. Luiz Batista, a fim de que seja julgado de forma rápida e, claro, vamos trabalhar para que seja liberto ainda este ano. Aqui está a ideia. Depois vamos discutir ali com a assessoria.

Apoiar eleições gerais, diretas já, para tirar o País da situação de caos em que se encontra.

Oficiar a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania e Ministério das Cidades, solicitando o cumprimento do PNDH-3, já aprovado pelo Decreto nº 7.035, de 2009.

Oficiar a 6ª Câmara do Ministério Público Federal para tomar as providências cabíveis ao descumprimento do PNDH-3.

Oficiar o IBGE para que adote medidas cabíveis para realizar coleta de dados sobre o Povo Romani no Brasil no Censo de 2020.

Oficiar o desembargador relator do *habeas corpus* impetrado em favor de Tiago Ferreira, Fabiana Braga, Antonio Ferreira, Claudelei Lima e Valdemir de Camargo no Tribunal de Justiça Estado do Paraná.

Desembargador Antônio Carlos Ribeiro Martins, solicitando a série de julgamento dos processos, bem como considerar que fazem parte de uma organização popular que luta por direitos e não são criminosos. Aqui também eu botaria a questão dessa menina, que, de imediato, eles separem-na do pavilhão dos presos.

8) enviar ofício ao Secretário de Segurança e ao Governador do Estado da Bahia para exigir a série de apuração do assassinato do Marcus Vinícius. Você havia solicitado para mim, eu disse que tudo bem, e a Deputada reafirmou.

9) trabalhar pela derrubada da PEC 55, que limita os gastos públicos, e pela derrubada da PEC 287, que trata da reforma da previdência.

10) fortalecer o decreto legislativo para garantir a terra dos quilombolas, que eles querem derru-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bar.

11) trabalhar contra a PEC 215, que visa trazer para o Congresso Nacional a demarcação da terra dos povos indígenas. Este Congresso que está aí, e vocês conhecem muito bem.

12) fazer os encaminhamentos cabíveis em relação a denúncias feitas pelo Sr. Deusdete e, entre eles, segundo havia me pedido eles, a própria proteção a você como testemunha dos fatos. Urgente. Então, isso aí vocês têm que ver com a assessoria aqui, junto com o Augustinho e com o departamento jurídico, como vocês encaminham isso hoje ainda.

O SR. DEUSDETE RODRIGUES NEVES (*Fora do microfone*.) – Eu pedir até meu emprego, me tirou até do meu emprego. Depois que ele me tirou do meu emprego, eu não tenho nem como sair mais de casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entendi, mas agora aqui o passo primeiro é isso que você foi pedir. Ver como é que a gente faz uma solicitação de proteção à testemunha.

Nós vamos fazer contato com a Comissão de Direitos Humanos da Presidência da República, que está vinculada ao Ministério da Justiça, para essa visita solicitada lá, que seja uma coisa oficial, vinculada ao próprio Ministério da Justiça uma visita na cidade.

Enfim, a última proposta foi ver o que a gente pode construir e fazer contra esses crimes feitos por grupos de ser extermínio que estão se multiplicando em diversos Estados. Você falou na questão da lei.

O SR. FRANCISCO VICENTE BADENES JÚNIOR – Sendo possível que sejam considerados objetos prioritários de investigação. A pessoa tem 500 processos, mas, se tem um de grupo de extermínio, como é vida humana, que seja prioritário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou botar aqui: prioridade...

O SR. FRANCISCO VICENTE BADENES JÚNIOR – Para investigação policial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... para investigação policial.

O SR. FRANCISCO VICENTE BADENES JÚNIOR – E com os devidos recursos para a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí a gente vai... Eu não vou botar todos os detalhes aqui porque é só uma frase para marcar: com prioridade para investigação. O.k., pessoal?

Essa é a leitura.

A SRª GRAZIELLE CUSTÓDIO DAVID – Senador, tem como acrescentar três encaminhamentos sobre a PEC 55?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu posso.

A SRª GRAZIELLE CUSTÓDIO DAVID – Considerando a carta da ONU, que o senhor leu hoje?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A carta da ONU eu li aqui na íntegra.

A SRª GRAZIELLE CUSTÓDIO DAVID – Sim. Eu posso falar três encaminhamentos referentes a isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, já dite aí. Sem problema. Fale.

A SRª GRAZIELLE CUSTÓDIO DAVID – O primeiro que a Comissão faça uma solicitação para o Governo sobre o que ele está repassando para o relator especial da ONU, uma vez que o relator solici-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tou do Governo informações sobre esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você pode ler agora, mas, depois, você entregue à assessoria.

A SRª GRAZIELLE CUSTÓDIO DAVID – Entrego, sim.

A segundo que o Governo dê transparência e garanta a participação social nessa troca de informações com a ONU.

E o terceiro que a Comissão de Direitos Humanos encaminhe para o Plenário ou para a Mesa Diretora um requerimento pedindo o adiamento da votação da PEC, considerando esses novos fatos que ocorreram entre a primeira e a segunda votação, com o pronunciamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da ONU, de que o Brasil irá não apenas atacar diretamente direitos humanos, mas também tratados os quais ele já ratificou em 1992 e 1996.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem problema nenhum. Nós colocaremos o documento, mas lembrando que a Senadora Vanessa Grazziotin – inclusive me informaram aqui há minutos atrás – e outros Senadores estão entrando com uma ação no Supremo Tribunal baseada nessa terceira questão que você levantou. Aqui nós colocaremos os encaminhamentos.

Aprovados os encaminhamentos?

Valeu. Um abraço a todos.

Missão cumprida. A luta continua, companheiros. (*Palmas.*)

Vamos tirar uma foto aqui para marcar essa data do dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Está encerrada a nossa audiência pública de hoje.

Amanhã pela manhã – lembramos a todos –, é o debate aqui sobre a PEC da Previdência, com especialistas, centrais, confederações, advogados de todo o Brasil. O.k.?

Encerrados os trabalhos de hoje.

(*Iniciada às 9 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 115ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia treze de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 15, da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Vicentinho Alves e das Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 17 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para "Ciclo de Debates sobre a Previdência", com foco na PEC 287/2016. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Antonio Augusto Queiroz (Toninho), Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP; Heder Martins de Oliveira, Vice-Presidente da ANASPRA; Carlos Alberto Pereira de Castro, Representante da ANAMATRA; Luiz Carlos Prates (Mancha), Representante da CSP-Conlutas; Thais Riedel, Presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário – IBDPrev; Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal; Warley Martins Gonçalles, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Robinson Flavio Dias Nemeth, Representante do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Emerson Costa Lemes, Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP; Vilson Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Charles Johnson da Silva Alcantara, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO; Luiz Fernando Pereira Souza, Presidente da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados – FENAJUD; Hugo Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho; Guilherme Portanova, Conselheiro Jurídico da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar ofício a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados solicitando que sejam aprovados os requerimentos 141 e 142, para realização de audiências públicas para debater a reforma da previdência; 2) encaminhar ofício ao Secretário da Previdência apresente os estudos atuariais que fundamentaram a PEC 287/16; 3) avaliar a possibilidade de propor projeto de lei para mudar as regras de prescrição e decadência sobre as contribuições previdenciárias; 4) propor medidas para: proibir anistias, renúncias e subsídios com recursos da seguridade sem a devida compensação pelo tesouro, combater a sonegação e fraude, cobrar a dívida ativa do INSS, formalizar o trabalho informal, comunicar acidente e doenças do trabalho para que a responsável arque com os custos; 5) realizar congresso de emergência em todos os estados entre fevereiro e março; 6) encaminhar a discussão dos cartazes "os traidores do povo" urgente; 7) construir caminhos para se contrapor à mídia oficial. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 115ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 17, de 2016, da CDH, de minha autoria, para realizar o Ciclo de Debates sobre a Previdência, com foco na PEC 287, de 2016. Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários, perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu já peço à assessoria da Mesa, por favor...

Senhoras e senhores, os nossos convidados estão chegando. Hoje, como é o dia da votação da PEC 55, existe uma série de burocracias para chegar à Comissão. Enquanto isso, nós vamos fazer uma introdução, para que as pessoas que estão nos assistindo pelo sistema de comunicação do Senado saibam o que vamos debater nesta manhã, na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Nós vamos debater a Previdência e manifestar as nossas preocupações com essa proposta que foi encaminhada à Casa e que, no meu entendimento, é um crime de lesa-pátria, um crime contra a humanidade. Eu gostaria que me dissessem um único país do mundo que apresentou uma proposta tão absurda como essa, um único país no mundo. As pessoas não estão percebendo que 65 anos é a idade mínima. Daí para a frente, se você começou a trabalhar com 16 anos...E ninguém consegue 49 anos sem nenhum intervalo. Vejo por mim mesmo. Nesse período, um ou dois vai acabar perdendo. Significa que a idade mínima vai ficar em torno de 67 anos. Ninguém vai se aposentar com 65 anos. Isso se começou com 16 anos. Agora, calculem os senhores, quem começou com 18 anos, quem começou com 20, quem começou com 30, por motivos da vida, vai se aposentar depois dos 80. É uma coisa tão maluca que chega a ser irracional.

Por isso, ontem fiz um pronunciamento da tribuna do Senado que o certo seria o Presidente da República, num reflexo de lucidez, retirar essa proposta, retirar, analisar e encaminhar para a Casa o ano que vem, para fazermos um debate salutar, equilibrado, mas não em cima disso aqui. Isso aqui não tem o mínimo de bom senso. Além de aumentar a contribuição para os trabalhadores e para a área rural, não vi onde é que pega o setor empresarial. Não vi onde é que pega – não consegui achar ainda – os banqueiros. É assustador! Espero que hoje, aqui, com os especialistas que usarão a palavra, a gente possa aprofundar esse debate.

Que haja um grande movimento, o Acorda Brasil. Chego a dizer, esquecendo essa história de quem foi favorável ao *impeachment* ou contra o *impeachment*, quem é coxinha, quem não é coxinha, vamos sair desse discurso e vamos pensar no povo brasileiro. Todos serão prejudicados, não escapa ninguém aqui. Quem lê essa proposta duvido que fique favorável, e em uma área onde nós temos superávit, sempre tivemos 50 bi, 80 bi. A última, agora, parece-me que ficou em torno de 25 bi, mas sempre com superávit. E continuam dando anistia. Os auditores fiscais mostram que, se fôssemos a fundo nessa questão, dava para arrecadar 250 bi. Mas se fôssemos mesmo cobrar toda a dívida ativa, dizem que é de 1,5 trilhão. São dados que vão aparecer aqui quando nós passarmos alguns vídeos.

Então, o momento é de muita reflexão, mas é também de discussão. Não tem como nós aceitarmos essa proposta. Acredito que os Senadores e Deputados, na sua base, serão lembrados de que quem votar por um projeto dessa envergadura, do mal, dificilmente, para mim, será eleito de novo para algum voto que venha do povo. O atual Presidente diz o seguinte: que mandou essas maldades, mas que não é candidato a nada. Bom, mas assim mesmo eu não faria isso em fim de carreira. Quem está em fim de carreira, entrar com uma proposta dessa no seu currículo, nem que não seja mais candidato a nada...

Eu, quando encerrar minha caminhada pública, quero mais que pessoas lembrem do que eu fiz de bom, e não que lembrem coisas irracionais, do mal, que porventura eu tenha apresentado, de jeito nenhum, porque digo que eu prefiro morrer a votar contra o trabalhador, aposentado e pensionista, em nenhum projeto que vá na linha de discriminação e também na linha que contribua contra o combate à corrupção.

O combate à corrupção tem que continuar, sim. Tem que continuar... Os escândalos que surgem todo dia mostram que alguma coisa tinha que ser feita mesmo. Esse fim de semana foi alarmante: pega o Presidente da República e todo seu *staff* maior. Isso tem que continuar. O País, de fato, tem que aprofundar essa questão de uma vez por todas.

Então, não votaria em nenhuma proposta. No meu currículo não vai constar nada que contribua para diminuir o ataque que nós temos que fazer a todos aqueles que se corromperem, seja quem for.

Com essa rápida abertura... Eu teria aqui até um documento, que eu vou deixar por lido aqui na mesa, para que conste nos *Anais da Casa.* Ele tem dados, tem números que fortalecem os argumentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que aqui eu coloquei. Tem tabelas com a assessoria da Casa e das entidades que atuam nessa área.

Eu gostaria, de imediato, de convidar para a Mesa... É essa relação que está aqui, né? O Heder Martins de Oliveira, Vice-Presidente da Anaspra, para que ele possa fazer a sua fala. Convido o Carlos Alberto Pereira de Castro, representando a Anamatra, e convido o Toninho, que já está aqui também, representando o Diap.

Como eu convidei as centrais, eu convido também o companheiro Luiz Carlos. Você tem um apelido, que um amigo seu já adiantou. É chamado pelo apelido de Mancha e representa a Conlutas.

Então, nós já vamos, Toninho... Eu fiz uma rápida introdução, para você que está chegando. Como hoje tem votação no plenário a partir das 11 horas, nós vamos ganhar tempo, porque tudo o que vocês disserem aqui, além de estar na internet, para todo o Brasil, depois – como nós anunciamos que era uma reunião com especialistas, centrais e entidades de caráter nacional – será reproduzido pela TV Senado, também para todo o Brasil.

Eu converso aqui com a Mesa para ver quem gostaria de iniciar. Toninho? Então, vamos dar ao Toninho, do Diap, que tem contribuído muito para esse debate, tanto para a reforma trabalhista quanto para a sindical, a PEC 55 e, naturalmente, a Previdência. Ele tem o tempo... Como o assunto é muito delicado e merece nosso aprofundamento, eu vou dar 10 minutos com mais cinco, ficando 15 minutos para cada um dos nossos convidados.

Toninho, que coordena e fala para o Brasil em nome do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

Esta é uma Mesa, depois teremos mais três mesas.

O SR. ANTONIO AUGUSTO QUEIROZ (TONINHO) – Bom dia a todos. Eu queria inicialmente cumprimentar o Senador Paulo Paim por essa iniciativa.

Acho extremamente oportuno debater a reforma da Previdência encaminhada ao Congresso, e debatê-la – e é o que eu pretendo fazer aqui – num contexto mais amplo. Nós temos uma nova realidade no País, houve um processo de *impeachment* em que uma Presidente da República foi substituída e essa mudança na titularidade do Poder Executivo não significou apenas uma permuta de nomes, mas uma mudança de paradigma.

Há, portanto, uma mudança clara em relação ao papel do Estado na relação com o mercado e na relação com a sociedade. Nós tínhamos, até o exercício da Presidência da Presidente Dilma, uma preocupação em direcionar os poderes do Estado, o poder de impor conduta e punir o seu descumprimento, poder coercitivo, o poder de legislar e o poder de tributar voltado para combater desigualdades, proteger os mais necessitados da sociedade, para combater equilíbrios e desigualdade do ponto de vista de renda e promover inclusão social.

O novo Governo tem uma outra agenda de perfil liberal voltada mais para garantir contratos, garantir direito de propriedade, garantir a moeda e prestar serviços públicos não necessariamente por intermédio de servidores públicos, mas mediante parcerias, transferências a empresas privadas e organizações da sociedade civil, de modo que é uma mudança muito significativa no sentido de redirecionar o orçamento para o mercado. Nesse contexto que se deve debater a reforma da Previdência.

O que está sendo proposta não é apenas uma reforma na Previdência, é um desmonte claro da seguridade social. Se analisarmos a PEC 55, combinada com a 241, que é da Previdência, constata-se claramente que a seguridade tem os seus pilares minados sob todos os pontos de vista. No caso da PEC do novo regime fiscal, há desvinculação dos recursos destinados à saúde de um percentual do Orçamento. Portanto, há um congelamento do recurso destinado à área de saúde e esse é um dos pilares da seguridade.

Na reforma da Previdência há duas mudanças absolutamente significativas: uma diz respeito à assistência social, de um lado aumentando a idade mínima para fazer jus a esse benefício de 65 para 70 anos, e de outro desvinculando esse benefício do salário mínimo.

Por fim, a reforma da Previdência, que é proposta sem nenhuma regra de transição. Imagine se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

estabelecer um regime de corte numa idade de 50 anos. Uma pessoa com 50 anos, que começou a trabalhar aos 18 – e há muitas que começaram aos 14 – pode estar, ao completar 50 anos, há 31 anos prestando um serviço e contribuindo como segurado, e essa reforma trata esse cidadão em igualdade de condições com quem está ingressando hoje no mercado de trabalho. Isso é um absurdo absoluto.

Então, o objetivo dessa PEC, na minha avaliação, das duas PECs conjugadas, é realmente retirar o que ainda resta de bem-estar social no Brasil. É um desmonte da seguridade social que, para mim, é o principal pilar da paz social no Brasil. Imagine se déssemos à Previdência, à assistência e à saúde um caráter eminentemente privado, um caráter eminentemente financeiro, certamente 90% dos Municípios brasileiros não teriam o retorno em termos de benefício – até porque não têm poupança – que têm atualmente. Portanto, essa presença da Previdência no interior do País é a principal responsável pela paz social no Brasil.

Então, é nesse contexto que a gente deve analisar esse processo. A proposta de estabelecer como idade mínima 65 anos, como já disse, sem regra de transição – porque exigir idade mínima de cinquenta anos não é regra transição –, e acrescentar, em relação à mulher trabalhadora rural e à professora, por exemplo, um tempo adicional de trabalho de quinze anos, que é efetivamente o que se está propondo, é realmente uma agressão ao princípio da vedação do retrocesso social.

Eliminam-se, por exemplo, as aposentadorias por risco. Então, para o policial, o oficial de justiça ou outras carreiras cuja atividade implica em risco, desaparece a proteção ou a garantia de que pudessem se aposentar mais cedo. E avança sobre uma série de outros pontos absolutamente condenáveis, como, por exemplo, a adoção de equiparação entre homens e mulheres e entre trabalhadores urbanos e rurais, sem qualquer – como disse – transição.

A forma de cálculo do benefício é outra tragédia, porque se exigem 49 anos de trabalho para se fazer jus ao benefício, e esse benefício será calculado da seguinte forma: 51% relativos aos 65 anos e 1% para cada ano de contribuição. E, além disso, se estabelece como carência mínima, em lugar de 15, 25 anos e isso vai fazer com que muita gente que tem problemas ao longo da sua vida laboral não chegue aos 65 anos tendo preenchido os 25 de contribuição efetiva.

Nas pensões, a tragédia é maior ainda, porque hoje nós temos no INSS uma pensão que é integral. E, do modo como está sendo proposto aqui, se começa com 60% e pode chegar aos 100%. Mas não vai chegar a 100% nunca porque a pessoa com 65 anos jamais terá um dependente com idade inferior a 18 anos, de modo que ficará limitado a esse benefício.

A aposentadoria por invalidez, mesmo decorrente de acidente de trabalho, será calculada com base em uma média. Elimina-se o dobro de isenção da contribuição para o inativo do serviço público que seja portador de uma doença incapacitante, uma doença tipificada em lei que o debilite fortemente. O abono de permanência fica reduzido. Hoje é correspondente ao que se paga integralmente de INSS ou de contribuição para o regime próprio, fica prejudicado. Portanto, pode ser um valor inferior a isso.

E, portanto, é fundamental que o Congresso evite que esse retrocesso se consolide, até porque, se é uma reforma da Previdência, tem que alcançar os três regimes na sua plenitude. E o que está sendo alcançado aqui é o Regime Geral, o Regime Próprio na dimensão dos trabalhadores civis, e os militares estão excluídos, que são uma parcela importante desse processo.

Então, assim como no caso da PEC nº 55 e também na reforma da Previdência, se há a necessidade de se fazer um ajuste, que se faça, mas os prejuízos decorrentes desse ajuste terão que ser proporcionais à capacidade contributiva de cada um. Você não pode escolher como variável de ajuste apenas e exclusivamente os segurados, os que vivem de salário, os que vivem de benefício do Estado ou que dependem de serviços públicos.

No caso, por exemplo, da PEC 55, toda a economia que se faz sobre os mais pobres, os miseráveis, é exatamente para formar superávit, portanto, destinar a quem vive de poupança, que é, no caso, o detentor de títulos do Tesouro, conhecido como rentista.

É preciso, então, que o Congresso utilize a sua criatividade, e, se tiver efetivamente que fazer a reforma, faça-a depois de, primeiro, ter proibido qualquer anistia, subsídio ou renúncia com repasse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de recursos da seguridade; segundo, combata a sonegação; terceiro, cobre a dívida ativa; quarto, estabeleça uma equidade em relação ao conjunto de benefícios. Podem incentivar a formalização do trabalho, que é uma forma de estabelecer; podem transferir a cobrança das empresas da folha para o faturamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO AUGUSTO QUEIROZ (TONINHO) – Os bancos estão demitindo de roldão Brasil afora e, como pagam só sobre a folha, têm lucros estratosféricos e não contribuem na medida devida, cumprindo a sua função social para a Previdência e para a seguridade social.

Forçar a comunicação dos acidentes de trabalho e doenças decorrentes da relação do trabalho, para que a empresa que gerou aquele encargo para o Estado responsabilize-se em garantir esse pagamento, de modo que tem muito o que fazer antes de objetivamente discutir uma reforma com esse escopo, com essa profundidade.

Portanto, nesse contexto, é fundamental que o Congresso dialogue com as diversas forças da sociedade, demonstrando que está se impondo um sacrifício absolutamente desnecessário neste momento, na medida em que a própria seguridade social, pelo menos até o ano de 2016, tem sido superavitária, ou seja, o que se arrecada a esse título é suficiente para pagar as despesas com saúde, com assistência e com Previdência. E, portanto, não há por que se impor esse sacrifício tão drástico para o conjunto dos segurados do País.

É preciso primeiro resolver esse problema de anistias, renúncias, desvios e cobrar a dívida, para, na sequência, havendo necessidade objetiva, fazer-se uma reforma como deve ser feita, com generosas regras de transição.

Então, era isso, Senador, que eu queria trazer aqui, como contribuição para a reflexão dessa Comissão, porque é importante ter presente que o que está em disputa é o Orçamento público. Se ele não vier para pagar benefícios de natureza social, ele será canalizado integralmente para pagar juro e o principal da dívida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Antonio Augusto Queiroz, Toninho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diretor do Diap.

Eu pediria, Toninho, que principalmente as propostas que você tem por escrito, passasse para a Mesa, como todos os outros painelistas. Aquilo que é de propostas, porque, no fim desta audiência pública, eu vou encaminhar ao Presidente do Senado e da Câmara as propostas que saíram deste evento, que seriam o caminho para se contrapor. Eu disse que essa proposta é um crime de lesa-pátria e um crime contra a humanidade. Se pegar – calcule nos outros países do mundo –, se copiarem o que o Brasil fizer aqui, vai ser o massacre.

Eu, se estivesse na rua, confesso, Luiz Carlos, Mancha, eu ia pregar a desobediência civil nesse caso. Por quê? Se eu fosse sindicalista... Adianta pagar Previdência? Não adianta, para não se aposentar. Toninho, quem é que consegue contribuir 49 anos sem parar? Ninguém! Eu não consegui. Olha que eu era caxias. Eu comecei a trabalhar com carteira assinada aos doze anos.

Agora me pergunta se eu consegui 49 anos seguidos? Claro que não. Houve época que eu fiquei desempregado, fiquei remando, caminhando para lá e para cá. Então, ninguém vai se aposentar com 65 anos. Vai ser de 67 para cima. Há uma tabela que está sendo divulgada. Quem começou a trabalhar, por questões da vida, com 30 anos, vai se aposentar com oitenta e poucos anos, porque não consegue 49 anos – como a gente chama intermitente – sem parar.

O que eu pensaria, se eu sou as centrais e confederações, se eles querem quebrar a Previdência –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

porque eles vão quebrar a Previdência com isso, eles vão quebrar e nós vamos salvar –, eu faria a seguinte opção: "Empregador, deposita na minha conta o seu correspondente a 20% sobre a folha, mas o que é meu você deposita, e eu deposito até 11 ou 12, mas é meu, eu vou fazer a minha poupança, o dia que eu sair da empresa, eu tenho ou transfiro para outra empresa". Vão começar a surgir propostas alternativas. Claro que não é o melhor, porque nós vamos quebrar a Previdência de vez se isso acontecer. Mas não é justo querer que alguém pague a vida toda e depois não se aposentar, porque vai morrer.

Eu tenho 66 anos, e me coloca dentro da fábrica para ver se eu vou aguentar. Eu trabalhava em fundição e metalúrgica. Coloque-me na boca de um forno ou numa forjaria, eu não aguento uma semana lá dentro. Aqui eu aguento até os 80. Mas me coloca dentro de uma fábrica, para ver. Aqui no ar condicionado, só usando mais o debate no campo das ideias, com bom salário, que todos esses que fizeram essa reforma ganham, na média, R$30 mil por mês, e a maioria é aposentado. É só pegar o Presidente da República e seu *staff* maior, não precisa nem lembrar o nome. Só ver todos que estão denunciados na Lava Jato aí, estão todos no *staff* número um dele. É ou não é? Se estiver um que não está...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...no chamado núcleo central me digam, e querem propor para o povo isso. O que é isso?!

Eu disse ontem na tribuna e vou repetir aqui: "Presidente Temer, eu fui seu parceiro na direção da Câmara dos Deputados, eu tenho liberdade de dizer isso. Para o bem do Brasil, há dois caminhos, depois dessa proposta que você encaminhou, ou você renuncia, que está bem de vida, vai para casa, está muito bem, vai cuidar da sua vida, que é legítimo, eu um dia vou fazer isso também, amanhã farei isso também, ou retira essa proposta, retira, reconhece que errou, aquilo que eu faço com o meu próprio partido, fazer uma autocrítica onde eu vou, e eu faço mesmo e vocês sabem que eu sempre fui meio rebelde. Retira a proposta. Quem ajudou a formulá-la não é seu amigo, é seu inimigo e inimigo do povo brasileiro. Então, a melhor forma ainda é retirar essa proposta e vamos sentar, vamos discutir, vamos refletir, e esta audiência há de ajudá-lo nesse sentido".

Vice-Presidente da Anaspra, Heder Martins de Oliveira.

Em seguida, vai ser o Carlos Alberto Pereira de Castro, representante da Anamatra, a primeira central que já estava aqui na abertura. Da Conlutas, Luiz Carlos Prates.

E, depois, teremos uma segunda Mesa. Está aqui o Warley, já, que está convocado para a segunda Mesa. Vai ser importante, Warley, muito obrigado pela sua presença. Eu estava sentindo falta de você, e você me tranquilizou, dizendo para eu ter calma que estava chegando, estava cuidando de algumas coisas; mas estou no campo juntos.

Vamos lá.

Senta aqui, Warley.

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Bom dia a todas e todos.

Quero inicialmente dizer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só dizer que o Luiz Alberto também já está aqui, é consultor do Congresso, fez um belo trabalho, apresentou-me o trabalho e eu tenho usado, inclusive, o seu trabalho, o do Diap, que chegou às minhas mãos, da Anfip, nos debates de que eu tenho participado, em todo o País.

Eu não encontro uma pessoa, até hoje, que defenda essa reforma. Espero que hoje venha alguém aqui do Governo para defendê-la, porque foi convidado.

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e todas.

Quero agradecer ao Exmo. Sr. Senador Paulo Paim pela oportunidade e, por certo, estou em meio a especialistas e talvez a minha contribuição signifique nada ou quase nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza vai ajudar.

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Mas, eu quero aqui não perder a oportunidade, Senador, porque sou policial militar, sou subtenente da Polícia Militar de Minas Gerais e acho que existe historicamente um distanciamento entre direitos humanos e os profissionais de segurança pública, mais notadamente os policiais militares. Mas, gostaria de fazer um registro aqui, porque tenho e reputo como extremamente importante esse momento para além da discussão da reforma da Previdência, aquilo que devemos trabalhar no nosso dia a dia e dizer um pouco, eu vou ganhar, não vou dizer que vou perder, vou perder numa fala propositiva em relação à 287, mas, dentro da CDH talvez eu não pudesse perder essa oportunidade, assim como em Minas eu não a perdi.

A entidade da qual faço parte como vice-presidente, tem dentro do seu Estatuto uma Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. A entidade da qual sou diretor jurídico em Minas Gerais, que é a Anaspra de Minas Gerais, é uma entidade de 50 anos, ela é membro efetivo do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, é titular, e também é do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Então, nós trabalhamos com diversas políticas públicas voltadas para a reinserção social, cuidar das crianças, dos jovens e dos adolescentes. E V. Exª deve muito bem conhecer o nosso líder de Governo, em Minas Gerais, o Deputado Durval Ângelo. O senhor pode procurar saber quem é Heder, com o Subtenente Gonzaga, que hoje é Deputado Federal, porque a gente milita, sim, na área dos direitos humanos. E, para nós, é um prazer imenso.

E gostaria de, numa oportunidade... Sabemos que a agenda de V. Exª é extremamente pesada, mas que fosse a Minas, que conhecesse um pouco o avanço que há. A Polícia Militar de Minas Gerais possui 22 cadernos doutrinários para os direitos humanos. Então, acho que algumas questões precisam ser vistas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficou acertado que, em fevereiro, me faça o convite que vou.

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Farei com o maior prazer. Vou acertar com o Deputado, hoje é provável que ele venha aqui. Vai ser um prazer levar V. Exª para conhecer, *in loco*, o trabalho que nós, policiais militares, desenvolvemos.

E quero agradecer a oportunidade de estar com esta Mesa, que vi pelos convites que são especialistas. E me fiz de intruso e intrometido e solicitei para que eu pudesse participar desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você é nosso convidado.

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Muito obrigado.

E evidentemente que o meu local de fala tem um lado. Mas, antes de adentrar nisso especificamente, gostaria de fazer só uma análise do ponto em que estamos sendo utilizados. Por exemplo, quando se aventou a possibilidade da reforma da Previdência que estamos acompanhando, foi dito, em claro e bom som, que os militares ficariam de fora da reforma da Previdência. Acho que tem questões que devemos discutir internamente e ela há de sofrer alterações também, porque, se há com todo cidadão, toda a sociedade como um todo, eu não me considero como parte privilegiada de uma casta que deva estar fora dela.

Mas, óbvio que, em razão da peculiaridade e da particularidade de nossos trabalhos, talvez nós tenhamos que discutir algumas questões que eu não posso trazer também em razão da especificidade, mais ao militar, porque temos os policiais civis, os policiais federais, que não têm também um número e um núcleo tão grande de restrições que nós possuímos no nosso debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E os policiais civis vão perder a aposentadoria especial.

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Sim, é explícito, está indo pro 40, tudo pro 40.

Mas, o meu local de fala também não pode deixar de fazer uma análise macro. E aí, todo dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

somos surpreendidos, e em Minas eu uso uma expressão – me permita se ela for chula, peço desculpas a todos e todas – que esse governo preparou um saquinho da maldade e cada dia tira um pacotinho pequenininho lá de dentro, pequenininho na expressão, mas de amplitude e atingimento incomensurável e inimaginável.

Nós podemos discutir o PLP 257. Aí eu fico me perguntando aqui, Excelência: O PLP 257, que passou a toque de caixa dentro da Câmara, onde tem 513 Deputados, quais as razões pelas quais ele encontra-se travado aqui nesta Casa?

Eu me pergunto – aí estou fazendo um questionamento, não estou afirmando – se isso não é uma estratégia do Governo Federal? Porque, olha, como ele passa onde você tem 513 Deputados, onde o debate é muito mais acirrado, passa a toque de caixa, vem para o Senado, onde em linhas gerais aqui estão ex-Governadores, estão Senadores, onde a conversação é um pouco mais comedida, ainda que no seu fundamento ela seja com maior densidade, não tem a mesma discussão que ocorre, e ela encontra-se parada?

Aí a gente vai no PLP 257 e percebe que se trata da renegociação das dívidas dos Estados. Será que o Governo – aí eu faço uma pergunta – está colocando o 257 ali, como contrapartida? Se você não aprovar eu não aprovo? E aí a gente remete para o STF para discutir a questão da renegociação da dívida dos Estados? Porque ele está com os Estados na mão. Se ele tivesse aprovado o 257, os Estados poderiam dizer: Bom, você já resolveu o meu problema aqui, eu não preciso mais aquiescer às suas propostas. Isso é uma indagação que eu faço, porque não faz sentido você ter uma proposta na Câmara, ela passar a toque de caixa e ficar travada, arquivada...

Em momento algum ela é inserida na pauta, ao passo que a 241 é aprovada na Câmara dos Deputados, às 4h30 da manhã, e às 8h da noite ela tinha um requerimento de urgência para apresentar em pauta. Então eu pergunto qual estratégia se está discutindo em cima do 257? De repente, eu posso estar numa pura ilação, sei lá o porquê, enfim...

A 241 está aí, a toque de caixa e, assim, eu vou fazer aqui uma ironia: a área menos prejudicada na 241 é a segurança pública, porque ela nunca teve fundo constitucional previsto. Bastava só ver as condições com as quais estava trabalhando o Estado de V. Exª, para perceber que está num estado calamitoso, puro e simples, não só por recurso. Minas Gerais e assim todos Estados... Não tem viatura, não tem EPI... Se hoje nós fossemos... Por isso que esta Casa é legítima para discutir inclusive as minhas questões, porque se tivéssemos que discutir aqui dentro os EPIs dos profissionais de segurança pública, ninguém iria para a rua. Coletes vencidos... Vimos aí também, mais recentemente, a questão do armamento. Ou seja, ele está vitimando nós mesmos.

Então, a 241 já não vai fazer diferença para nós da segurança pública, porque já não se investe na segurança pública. E nós temos, dia após dia, ano após ano, o aumento exponencial da violência no País. Isso gera também... Não dá para dizer qual é o fator único, puro e simples, que gera esse resultado desastroso que nós temos, mas é uma conjunção de fatores.

Chegamos agora com a Reforma da Previdência. O que ela fez, a meu juízo, interpretação, evidentemente admitindo aqui o contraditório? O que o Governo Federal fez, a meu juízo?

Ele disse antes que não colocaria os militares na Reforma da Previdência e os colocou. À medida que ele nos coloca, gera um clamor em todas as Polícias e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e as Forças Armadas ficaram de fora, porque ele disse que não nos incluiria e nos incluiu, no 142 e no 42. E o que ele faz? Ele gera uma comoção em todos os policiais e Bombeiros Militares no País. Tanto é que eu fui, os Deputados todos acompanharam, evidentemente fizemos uma fala em desacordo com aquilo que havia sido... Só que aí eu, aí sou eu, é juízo de valor meu, ele para mim faz isso propositadamente, porque se ele não nos inclui, os policiais e bombeiros militares, que razão me assistiria para estar aqui? Nenhuma. Ora, eu já estou fora. Eu não ia sentir a densidade do problema. Mas a partir do momento em que ele me inclui na reforma da Previdência e eu percebo...

Ainda tenho um tempinho, dá para eu adensar um pouquinho também aqui.

Aí ele me coloca na reforma da Previdência. Eu, enquanto policial e bombeiro militar do País, percebo as perdas. Percebo todas elas, item por item, e nós temos aqui. Emitimos uma nota técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Me reorganizo através...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Dê a nota para nós.

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Sim, perfeitamente.

Me reorganizo através das entidades de âmbito nacional e dos Parlamentares que hoje encontram-se na Câmara Federal, e vamos à pressão. O que ocorre em um primeiro momento? Ele nos retira. E agora ele vai me cobrar a conta, Senador, porque se passar essa reforma da Previdência, eu não tenho dúvida de que haverá comoção social e nós seremos instrumento do Estado para conter. Ou seja, o que ele fez? Ele não me deu, ele não me concedeu. Ele está me cobrando e provavelmente me cobrará pelos próximos 50, 60 ou 70 anos, porque se hoje eu, que sou de uma polícia militar de 1988 – bem verdade que antes da promulgação da Constituição de 1988 –, a entidade, a classe carrega estigma do militarismo, quando na verdade nós não somos mais. A partir de 2018, nós não teremos ninguém que terá ingressado nas polícias e corpos de bombeiros militares que sejam fruto da ditadura, mas persiste esse conceito central de que o somos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Então, o que eu penso? Eles fizeram um jogo sujo: "eu coloco os militares, eles vão reagir, e depois eu retiro. Quando eu retirar, eu digo – me permita, Excelência – o seguinte: 'agora você vai ser o agente de contenção do Estado'.".

A PEC 241 propriamente dita, eu, enquanto representante de entidade de classe, refuto por completo, e digo com muita tranquilidade que nós deveríamos estar do lado da sociedade contra esse Governo opressor, porque as polícias e corpos de bombeiros militares foram criados e são criados para proteger o povo, e não o Estado. O Estado foi quando da sua constituição, lá em 1715, 1775. Hoje ela é, por excelência, para defender o cidadão, e não o Estado brasileiro. Ocorre que, como elas são dos Estados – V. Exª sabe também, e todos nós sabemos –, os diversos governadores, independentemente de partido, as utilizam como instrumento de contenção. É só ver, por exemplo, que, independentemente do partido que governe cada Estado, quando você tem uma invasão, a polícia militar vai lá. Ou seja, ele, independentemente de ser centro, direita ou centro-esquerda, deveria entender que ela é para proteger a sociedade, não o Estado. Mas a utiliza. E aí persiste, ao longo desses anos todos, o que a gente chama de currículo oculto, porque nas formações todas, elas nos asseguram a cidadania, a dignidade, o respeito à pessoa humana, mas o currículo oculto imposto em cima do modelo me impõe que eu vá para um enfrentamento, como nós vimos aqui recentemente. E aí morre-se dos dois lados. Não tem vencido e não tem vencedor. Todos nós somos derrotados, porque o Estado, assim como Leviatã, continua impondo-nos uma condição que já era para nós termos avançado há muito tempo, mas infelizmente isso não ocorre.

Ou seja, a preocupação que eu tenho, Senador... Eu gostaria que ficassem registradas essas milhas falas, porque acho que V. Exª também precisa nos defender, no sentido... Quem sou eu para dizer qualquer coisa? Porque nós seremos utilizados como tal, e nós vivemos um sistema, um modelo tal, que se isso ocorrer, não nos restará imposição outra, porque nós teremos as Forças Armadas e as polícias militares. Então, estrategicamente, por mais que seja válido e justo – e aí eu tenho razões pelas quais eu defendo a nossa Previdência de uma forma diferenciada –, ela não é, no seu conceito, da forma como estão fazendo. Isso é fato. A meu juízo, isso é fato.

E aí, não tecnicamente – perdoem-me, porque minha área de especialização é o Direito Penal Militar e o Direito Administrativo Militar.

Quanto à Previdência, eu na faculdade passei com a ajuda de amigos. Estou confidenciando aqui um crime. Entendeu? (*Risos.*)

Mas da minha parte é porque era trabalho em grupo. Então, você deixa para os amigos, você deixa para os amigos. (*Risos.*)

Por exemplo, eu gostaria de chamar a atenção para o art. 40, no §6º, inciso III. Em que pese, neste instante, neste momento, como representante dos policiais e bombeiros militares, não estarmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

inseridos, porque, ao que tudo indica, fomos retirados, eu entendo que um instituto criado é a pensão e outra questão é a aposentadoria. Ora, o que o Governo Federal está dizendo a todos nós o seguinte: se há alguém que é uma pensionista ou um pensionista não trabalhe, vá para o regime informal, porque, se você trabalhar, você vai perder um dos dois.

Ele não quer sua condição de trabalho, orgânica legalizada, porque o inciso III do §6º diz o seguinte, que aquele que acumular pensão e aposentadoria terá que fazer opção por um dos dois. "Mas a pensão eu não quero." Quem é casado eu imagino que não queira deixar pensão para a sua esposa, até porque, com esse regime, esse modal que se apresenta, acho que ninguém se aposenta. Então, ninguém mais vai ter pensão também.

Nesse sentido, aquela pessoa que é pensionista já perde um ente. Provavelmente, terá que vir ao mercado de trabalho dentro da formalidade e, no final, terá que fazer uma opção. "Bom, eu não vou conseguir me aposentar nunca com 65. A pensão eu vou juntar." O ruim é o péssimo, essa é o primeiro ponto, porque é a opção de um e outro: ou é pensão, ou é aposentadoria; a aposentadoria pode ser ruim, e a pensão, péssima.

Outra questão, e aí disse a respeito a minha categoria, quando a gente vai discutir aqui a pensão por morte. E aí ela estabelece uma regra, e já existe, até, inclusive, uma nota técnica, salvo engano, do Ministério da Previdência Social, que estabelece um limite de tempo de cônjuge, com tempo de idade, tempo de permanência.

Aí eu chamo atenção para um detalhe: a categoria à qual eu pertenço pode me dar a longevidade, pode me dar cinco anos na profissão, dois anos ou três anos. E essa regra pela qual se estabelece aí – há aqui especialistas, e eu não me aprofundei nesse fato –, ela pode dizer o seguinte... E o meu tempo está acabando. Ela pode dizer o seguinte: se um policial militar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – ... ficar dois anos na atividade e ele morrer, a viúva dele talvez receba menos de um salário mínimo, porque há uma regra proporcional, e ela terá que ir ao mercado se trabalho.

E a outra questão – e aí, Excelência, se eu passar dez segundos, poderia aprofundar um pouco mais –, tudo o que rola na rede social, a gente tem que procurar, para saber se existe fim, se aquilo é verdade, se não é verdade. Mas eu gostaria... Eu não sei se é possível nesta Casa, se isso é verdade ou não, mas rola nas redes sociais – se V. Exª não tiver, eu mando para a assessoria do senhor – que o Secretário Dr. Marcelo, antes da elaboração desta fatídica 287, teria participado de diversas reuniões com a iniciativa privada, todas elas voltadas, e existe a agenda dele.

Se isso é verdade, eu acho que é pertinente, sim, chamá-lo aqui. Como é que ele discute com a iniciativa privada uma reforma da Previdência para depois discutir com os trabalhadores? Porque, se isso for verdade, eu não sei, eu não conheço com profundidade o estatuto da alta Administração, mas eu entendo que ele entregou a nossa Previdência em detrimento da Previdência pública, porque são reuniões com fundos, com bancos, com tudo aquilo que é contrário aos interesses públicos, e não aos privados, para a gente entender o que está por trás disso tudo.

E aí, só para eu finalizar... Eu prometo parar por aqui, porque vou passar para V. Exª a nota técnica para que todos os demais da sociedade civil entendam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, quanto a essa pergunta que V. Exª faz, a Comissão de Direitos Humanos pode muito bem convocá-lo para vir aqui falar sobre o tema e para nós questionarmos sobre esse documento...

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Sim, eu encaminho para V. Exª, porque não sabemos se é verdade. Então, eu não estou imputando a ele, não estou dizendo que o é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, provavelmente, é.

O SR. HEDER MARTINS DE OLIVEIRA – Eu posso fazer a leitura no final, se tivermos... Uma gran-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de oportunidade para que fique registrado também.

Por exemplo, aos trabalhadores da sociedade civil como um todo, existem 34 direitos e garantias sociais; a nós militares, são apenas 6 dos 34. Então, essa é uma das razões pelas quais nós defendemos... Eu não tenho direito de greve, não tenho uma série de questões que eu também vou deixar na nota técnica, pelas quais se sustenta, a nosso juízo, a razão de ficarmos de fora dessa reforma e, sim, para aquela que vai tratar dos militares. E aí, se tiver de atingir a eles, atingirá a nós também.

Esse tema nos provoca muito. Eu acho que a reflexão que temos é para além deste momento atual. E ele nos impõe uma certa responsabilidade, inclusive na fala.

Mais uma vez, agradeço a V. Exª. Eu vim aqui para beber da fonte com os senhores e as senhoras que são os especialistas, porque, na parte da tarde, vamos participar também de um debate na Câmara, e, com certeza, vou levar os fundamentos que aqui aprenderei.

Muito obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Heder Martins de Oliveira, Vice-Presidente da Anaspra.

Agora, passamos a palavra ao Sr. Carlos Alberto Pereira de Castro, representante da Anamatra.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO – Bom dia, Sr. Senador. Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de cumprimentar V. Exª e, no seu nome, os Senadores aqui presentes e dizer da satisfação da Anamatra de se ver aqui na condição de poder também participar deste debate, que é tão importante, relacionado à Previdência, talvez um dos principais – se não o principal – focos de políticas sociais do País, na medida em que é a salvaguarda de muitas pessoas dentro de uma sociedade que não atingiu o patamar de bem-estar social. Vem a Constituição de 1988 e promete um Estado de bem-estar social, e o que nós temos visto é, sem chegar até ele, estarmos dando a volta para antes disso, bem antes disso, com um modelo que, absolutamente, deixa a sociedade em graves riscos sociais. Essa é a tônica, a meu ver, de mais esta proposta de emenda à Constituição.

Nesse sentido, representando a magistratura do trabalho, como juiz do trabalho que sou em Santa Catarina, eu gostaria de, antes de mais nada, lembrar que a Anamatra, desde a Emenda nº 20 e também com a Emenda nº 41, sempre se posicionou de modo contrário a essas reformas, inclusive através de ações diretas de inconstitucionalidade que estão tramitando no Supremo Tribunal Federal e que até hoje não foram a julgamento. É um pleito da magistratura do trabalho, junto com outros segmentos das carreiras públicas, a análise pelo Supremo Tribunal Federal da constitucionalidade. E nós temos certeza, ciência da inconstitucionalidade dessas reformas que já se realizaram. E não temos também dúvida a respeito daquilo que há nesta proposta de emenda à Constituição no que tange ao ferimento de cláusulas pétreas da Constituição brasileira, especialmente no que tange aos direitos e garantias fundamentais do ser humano, porque não há como imaginar um Estado de bem-estar social que coloca em xeque a subsistência humana, e é isso que está sendo feito aqui, mais uma vez.

Então, nesse sentido, eu gostaria apenas de pontuar alguns aspectos, desde já, Senador, concordando com tudo que foi dito antes de mim, fazendo o mesmo encaminhamento que o Sr. Heder fez. Parece-me interessante sabermos exatamente que agenda foi essa. É pelo menos preocupante essa ideia.

Eu também gostaria de mencionar – e isso também já foi mencionado, mas me parece importante frisar – que, quando se fala em reforma do sistema previdenciário, antes de mais nada é necessário verificar a existência do tal déficit, porque não há efetivamente como ter certeza de que ele existe. Muito pelo contrário. Eu diria que, no mínimo, o Governo é contraditório, na medida em que ele, meses atrás, colocou para esta mesma Casa, este mesmo Poder Legislativo, uma proposta de emenda constitucional para, mais uma vez, fazer com que a DRU, a Desvinculação de Receitas da União, subisse de 20 para 30% sobre a receita de arrecadações não só tributárias como previdenciárias, o que, em si, já, segundo notícia do próprio *site* do Senado Federal, implica uma renúncia, aos cofres da Previdência, de R$110 bilhões/ano. Ora, se o rombo da Previdência é 85 bilhões/ano, nós já estamos em superá-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vit. E eu não vou ficar fazendo contas, porque nós, do Direito, não somos muito bons de conta. Reza a lenda que, para isso, nós temos aqui, por exemplo, especialistas em Ciências Contábeis. Então, já cumprimento professores de Direito Previdenciário aqui presentes, representando a visão, talvez, que falta dentro da sociedade, que é a de deixarmos de ouvir só economistas, economistas, economistas, e ouvirmos, talvez, um ou outro jurista pelo menos.

Então, o primeiro aspecto que nós devemos considerar: a meu ver não há déficit, porque, se há possibilidade de abrir mão de 30% da receita previdenciária, para cobrir juros da dívida – como aqui já foi mencionado pelo representante do Diap –, então nós estamos numa contramão. Nós estamos numa situação, no mínimo, contraditória.

Em segundo lugar, eu gostaria de considerar a questão da ausência de preocupação com a sonegação fiscal deste País. Os números de sonegação fiscal, também reportados pelo *site* que faz o Impostômetro – e tem o Sonegômetro –, falam na casa de R$500 bilhões de reais/ano, sendo que, para a Previdência, a dívida ativa não cobrada está na casa dos 340, R$350 bilhões. Eu não vejo uma linha nessa proposta de emenda constitucional, como não vejo uma linha em lugar nenhum, dizendo: "Nós vamos combater a sonegação fiscal, e este País vai ter, então, finalmente, justiça tributária." Por quê? Porque, se todos nós pagássemos, certamente pagaríamos menos e certamente não estaríamos discutindo isso aqui.

Da mesma forma, causa-me espécie – e causa espécie à Magistratura do Trabalho – o ponto relativo às renúncias fiscais. Nós temos todo um âmbito de entidades filantrópicas – de suposta filantropia, eu diria, porque não é certa – e toda uma ambiência de renúncias fiscais a segmentos da economia que não se coadunam com uma discussão de dificuldades de orçamento. Então, se eu tenho dificuldades de receita, como é que eu abro mão delas?

Como se pode pensar numa renúncia fiscal, mais uma vez pensando em números da casa de R$266 bilhões neste ano de 2016, segundo os números da Anfip?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO – Dois, meia, meia – R$266 bilhões, segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais – da qual eu não tenho por que duvidar, dada a capacidade, dado o conhecimento dessa categoria a respeito das contas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eles estarão aqui nas próximas mesas, hoje, ainda.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO – Sim, sim. Importantíssima a presença deles.

Também, Sr. Senador, entrando em um outro aspecto, eu não vejo uma linha para combater os 720 mil acidentes de trabalho e doenças ocupacionais ao ano no Brasil. Nós matamos mais do que qualquer guerra em torno do planeta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Querem revogar a NR-12.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós estamos segurando no tapa para não se revogar a NR-12, e querem votar amanhã. Nós estaremos lá para não deixar votar.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO – Esse custo de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A NR-12, só para ajudar... Porque muitos estão nos assistindo e pensando: "NR-12? O que é a NR-12?" Em resumo: é tirar a proteção das máquinas em nome da produção.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

perder braço, mão, cabeça, perna, não interessa.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO – Os mencionados EPIs que ainda salvam vidas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato. Equipamentos de segurança.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO – ... e não mutilam pessoas. E nós continuamos matando e mutilando pessoas de graça – por quê? Porque a sociedade paga essa conta, que é absolutamente desnecessária, na casa dos 100 bilhões/ano. Cem bilhões gastos pela Previdência com auxílios doença, aposentadorias por invalidez e pensões por morte que não deveriam sequer existir. Por quê? Porque são vidas humanas que nós estamos ceifando – seja mutilando, seja perdendo-as. E isso eu não vejo absolutamente em nenhuma proposta, nem nessa emenda, nem em lugar nenhum – nem em lugar nenhum. É como se não existisse acidente ou doença ocupacional neste País.

Também não vejo nenhuma – e aqui já foi mencionado – preocupação com o desemprego estrutural. Já foi mencionado aqui. Há uma instituição financeira, apenas uma, que este ano diminuiu a sua força de trabalho da casa dos 115 mil trabalhadores – uma instituição financeira deste País – para 87 mil. Ora, para onde vão esses 30 mil trabalhadores, aproximadamente? Para a fila do seguro-desemprego, para os benefícios da Previdência, porque esses bancários são aqueles que, se forem para o auxílio-doença, quando voltarem veem um aviso prévio na mesa deles. Se, por acaso, buscarem tentar alguma outra coisa, certamente serão retaliados, vão entrar em ócio forçado. E esse custo do seguro-desemprego, esse custo do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez desses trabalhadores – qual é o esforço arrecadatório? Por que é que nós temos de pagar essa conta?

E a proteção em face da automação, excelência? Quando é que nós vamos implementar efetivamente o art. 7º da Constituição, do começo ao fim? O tal Estado de bem-estar social que não se construiu. Então, por que não tributar as empresas que praticam o desemprego estrutural a olhos vistos, a olho nu, para qualquer um ver? E a conta cai sobre nós.

Da mesma forma, falando um pouco agora sobre o texto da PEC, não há sentido em se falar de aposentadoria aos 65 anos de idade, se o mercado de trabalho é altamente preconceituoso com pessoas acima dos 40. Ai de alguém que perca o emprego aos 40, aos 50 anos de idade! Terá que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como diz o outro, calcule aos 60 ou aos 70.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO – Ou aos 70.

E como é que vou colocar, como V. Exª já mencionou, um peão de obra até os 65 anos de idade? Um mineiro trabalhando até os 65 anos de idade?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um metalúrgico.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO – Um metalúrgico trabalhando? Um policial?

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DE CASTRO – Então, quer dizer, o que estamos efetivamente com essa sociedade? Vamos condená-los ao trabalho, mas não ao trabalho, ao não trabalho, à ausência de direitos, porque não haverá sequer o direito ao trabalho, quem dirá um sistema de previdência para protegê-lo.

Já foi mencionado aqui também o problema das regras de transição. As regras de transição são draconianas, porque se elege um número aleatório de 50 para o homem e de 45 para a mulher. Qual é o estudo, qual é o dado científico para dizer que 50 é melhor do que 48 ou melhor que 52, ou seriam 45, ou 40, ou 98? Qual é o dado científico? E por que a emenda? Se, por uma obra da desgraça, fosse eventualmente promulgada hoje, por que a pessoa que fez aniversário ontem terá direito diferente daquela que fizer aniversário hoje? Esse discrímen V. Exª, por favor, ajude-me a analisar se é razoável, porque é dessas inconstitucionalidades que estamos falando. São inconstitucionalidades flagrantes. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

não tenho por que discriminar a pessoa por conta de um dia a mais ou a menos na sua vida. E é isso que vai acontecer se esse texto passar.

Quanto à pensão – eu não vou me alongar muito, porque temos um tempo e gostaria também de ouvir todos que vão se pronunciar –, já foi dito aqui que ela é tratada como uma vilã do sistema previdenciário desde o ano passado, em que já se criou uma regra draconiana de que a mulher, até os 44 anos de idade, é tratada como se fosse uma beneficiária maldita do sistema previdenciário, como se não tivéssemos jovens morrendo, todos os dias, na violência urbana e no trânsito. Falei dos acidentes de trabalho, mas o trânsito mata tanto quanto e não necessariamente a pessoa está indo ao trabalho ou voltando dele. A violência urbana mata jovens todo santo dia e esses jovens são casados. Como eu vou dizer a essa viúva: "O Estado não lhe deu segurança e agora também não lhe dá previdência", porque, se não houver, pelo menos, os meses de carência, a pessoa nem isso vai receber. Receberá quatro meses de pensão, como se fosse um seguro-desemprego. Como é que uma pessoa, com filhos, sem uma possibilidade, da noite para o dia, perde o ente familiar e ainda tem que ir atrás de um emprego no mercado de trabalho, altamente recessivo, altamente discriminatório, inclusive, contra a mulher, especialmente a mulher com filho pequeno.

Tudo isso tem que ser pensado num ambiente muito mais amplo. Não se pensa previdência como algo isolado, cartesiano. Pensa-se previdência dentro de um sistema que envolve educação, trabalho, saneamento básico, habitação, todos os bens da vida. Não se pensa previdência apenas como se fosse um cálculo matemático. Estamos lidando com vidas humanas, que dependem disso para sobreviver.

Quando Bismarck, no final do século XIX, criou o primeiro modelo previdenciário, pensou nas vidas humanas. Por quê? Porque o trabalho matava e mutilava e as famílias ficavam ao deus-dará.

Em vez de promover a desgraça da sociedade, Bismarck pensou um modelo para proteger essas pessoas e dar-lhes um mínimo de sobrevivência digna. Ao fim e ao cabo, nós estamos falando da dignidade dessas pessoas. Nós precisamos pensar nisso. Todo trabalhador honesto, digno deste País, que sua e trabalha pensando em sua subsistência e em dar ao seus uma vida digna, merece também deste Poder Legislativo, Senador Paim, um tratamento digno. Nós precisamos dar dignidade a quem trabalha de forma digna e tratar da maneira que deve ser tratado aquele que solapa este País e o coloca na bancarrota. Porque se a bancarrota existe, não é por causa do trabalhador brasileiro, não é por causa do servidor público, não é por causa da magistratura, não é por causa do Ministério Público, não é por causa de nenhuma pessoa que todo santo dia acorda e vai à luta, trabalha e tenta fazer deste País um País melhor. Nós precisamos justamente trabalhar com os outros. Os outros é que têm que pagar a conta. A conta não é nossa, Senador Paim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Carlos Alberto Pereira de Castro, representante da Anamatra, que lembra aqui que, inclusive, o nome é seguridade social, é previdência social, só que o social está sumindo e está ficando só a questão individual e econômica e a solidariedade com o sistema financeiro, porque se quebrar a previdência pública, quem puder vai para a previdência privada, porque os outros ficarão sem nada. Essa é a grande questão.

Bom, já estamos aqui com quase todos os nossos convidados das outras duas Mesas.

Vamos agora de imediato à primeira central, que foi a chegou mais cedo aqui, mas todas foram convidadas.

Luiz Carlos Prates, representante da Conlutas, CSP-Conlutas.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES (MANCHA) – Bom dia a todos e todas!

Queria agradecer mais uma vez ao Senador Paim pela oportunidade de fazermos esse debate. Queria saudar os palestrantes que já se manifestaram – o Toninho, O Carlos Alberto, o Heder – pela belíssima explanação, e dizer que nós, da CSP-Conlutas, achamos que estamos num momento que é histórico no País. Aqui foi dito que não haveria ninguém que estivesse contra ou a favor dessa reforma. Agora, o que a gente vê é uma sórdida campanha nos meios de comunicação, na televisão do chamado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mercado, dos agentes financeiros, dos bancos dizendo que é necessário uma reforma da Previdência, que a Previdência vai quebrar. Então, o Governo tem a ousadia e a cara de pau de dizer que vai acabar com a Previdência porque a Previdência tem que ser reformada. E quando a gente fala numa reforma, principalmente para os trabalhadores, para a população, faz uma reforma para melhorar a situação. Quando você faz uma reforma, quando a sua casa está gotejando, quando a pintura já está estragada, então, você faz uma reforma para todo mundo se sentir melhor, para melhorar. Mas o que nós vemos é o contrário. O que nós vemos é que se está tentando fazer uma destruição da previdência pública. E a destruição da previdência pública tem um objetivo: favorecer os agentes financeiros, favorecer a privatização da Previdência.

Aliás, experiência essa que já foi feita em alguns países, como no Chile, e se demonstrou uma tragédia.

Então, a primeira tarefa que temos é demonstrar, como bem faz no material da Anfip, que essa campanha está montada numa mentira, numa mentira – e, toda vez que a gente debate publicamente, acho que temos que fazê-lo –, para dizer que a Previdência não é deficitária, que o rombo de 85 bilhões que eles dizem ter mais da metade 69,7 bilhões é parte de isenções fiscais, dadas as grandes empresas e sonegações.

A outra parte é parte da seguridade social – do Cofins, do PIS/Pasep – que o Governo desvia e não dá para a Previdência. Se você somar tudo que deveria ser pela Previdência pela Constituição, você teria um superávit de 11 bilhões e não um déficit.

E, por outro lado, como já foi dito aqui, só no ano que passou, de renúncia fiscal para as grandes empresas, foram 262 bilhões. E essas grandes empresas, na sua maioria, são multinacionais; empresas que, depois, mandam esses recursos para os Estados Unidos, para a Itália, para a Alemanha através da remessa de lucro.

Então, estamos vendo que a nossa economia está sendo sugada pelo imperialismo, sugada por esse capitalismo, e querem agora que a gente pague por essa conta. Na verdade, esse desmonte da Previdência tem esse objetivo e nós temos que repetir diuturnamente: a Previdência não é deficitária. Essa reforma não é necessária, o que é preciso é acabar com as isenções fiscais, o que precisa é acabar com a desoneração da folha de pagamento, o que é preciso é punir as grandes empresas, porque são elas e os grandes bancos os responsáveis pelo rombo que hoje vive a Previdência.

Agora, essa proposta é de conjunto. Não sou nenhum especialista, aliás, sou da Secretaria Nacional da CSP/Conlutas e sou um metalúrgico há muito tempo, mas a nossa vida nos permite ver que a previdência pública vem vindo, ao longo dos anos, sendo atacada e os trabalhadores estão cada vez mais prejudicados.

Essa proposta dá um salto de qualidade no conjunto das reformas que já foram feitas, porque se a gente lembrar quando foi feita a primeira reforma da Previdência, nas últimas décadas, que foi uma reforma que fez a mudança simples, e me lembro, na época, que nós questionávamos essa mudança que era trocar tempo de contribuição por tempo de serviço – era tempo de serviço e se trocou uma palavra: tempo de contribuição. E, só com essa palavrinha, alguns milhões de trabalhadores não puderam mais se aposentar, porque as empresas, muitas vezes, não contribuíam e você não conseguia provar isso.

Instituiu-se o fator previdenciário, a base do cálculo era de 36 vezes e se aposentava com um salário médio dos 36 meses; se institui o fator previdenciário e a base de cálculo passou a ser de 94.

Foi a primeira reforma, a reforma do Fernando Henrique, malfadada reforma, que desgraçadamente não foi reposta até hoje. Depois, nós tivemos a reforma do Lula em 2003, que foi uma reforma que começou a atacar os servidores públicos. Houve uma divisão: primeiro, os privados; depois, os públicos, onde se impôs uma idade mínima e onde se impôs uma série de ataques aos trabalhadores.

E, agora, essa reforma se faz sob o pretexto de igualar todo mundo. Então, a gente vê que é uma história. A gente vê que as coisas vão caminhando, mas é um pretexto de igualar todo mundo, porque, na verdade, eles querem rebaixar todos. E sempre se utilizam disso na tentativa de dividir os trabalhadores. Até essa chamada regra de transição é para dividi-los. É para dividir uma parcela, porque aí vai-se começar a negociar: "Não, não é 50; é 45". "Não, é 40, é 42...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, também tem esse objetivo.

Agora, essa proposta dá um salto de qualidade, porque, ao se colocar que 65 anos de idade é a idade mínima e 49 anos de contribuição, isso significa, na prática, acabar com a aposentadoria.

E ela ataca particularmente os mais pobres, porque – olha só – hoje a maioria das aposentadorias são aposentadorias por idade já. E por que são aposentadorias por idade? Porque o trabalhador, mesmo trabalhando numa grande empresa... Ele pode trabalhar numa grande empresa durante 10, 15 anos e depois ele sai. Daí, ele não consegue mais pagar; ele fica desempregado, não consegue pagar. E, ao final, se aposenta com a idade de 65 anos e se aposenta com salário mínimo. Então, grande parte das aposentadorias já são assim.

Agora, essas aposentadorias agora não existem mais, porque elas serão prorrogadas por mais 10 anos. Será necessário ter 25 anos de contribuição. Eu me lembro que a minha mãe, que aliás tem 92 anos hoje, se aposentou e tinha cinco anos de contribuição. Isso foi antes de 98. Antes de 98, eram cinco anos de contribuição. Foi para 15, agora, foi para 25 e, com certeza, vai para mais tempo. Para fazer o quê? Para impedir que as pessoas se aposentem.

E isso pega particularmente a grande maioria da população. Pega os mais pobres, pega aqueles que têm trabalho informal, aqueles terceirizados, pega os negros, pega as mulheres, que é um outro capítulo. As mulheres vêm lutando pela igualdade, igualdade dos direitos. Agora, sabemos que as mulheres sofrem com a dupla jornada e recebem salários menores. Na maioria das vezes, ficam com a responsabilidade pela criação dos filhos, e, agora, eles querem simplesmente igualar a idade. Então, se essa reforma não tivesse nada e só tivesse de igualar a idade dos homens e das mulheres, já seria um grande ataque às mulheres, porque, independentemente de qualquer coisa, já são cinco anos a mais. Não vão ser cinco anos a mais. Vai ser muito mais: vão ser quinze anos.

Então, é um profundo ataque às mulheres e um ataque histórico. E não só por causa disso. Por exemplo, ataca uma carreira importante, que são os professores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CARLOS PRATES (MANCHA) – Os professores, na sua maioria, mulheres, ou pensionistas, que também, na sua maioria, são mulheres, que vão ser bastante atacadas com essa reforma. Então, é uma reforma que ataca os mais pobres, que ataca as mulheres, que ataca aqueles que ganham o salário mínimo e, ao desvincular o salário mínimo das pensões, ataca também os mais pobres ainda, aqueles que sequer tiveram a oportunidade de ir ao mercado de trabalho ou de ter 15 anos ou 25 anos de contribuição e, depois, recebem um auxílio, que hoje é aos 65 anos, vai agora aos 70 anos, e vai ser desvinculado do salário mínimo.

Ou seja, vão receber menos do que um salário mínimo, aqueles que são os mais pobres.

Então, é uma reforma realmente perversa. Ela pega também as aposentadorias especiais. Já foi falado aqui sobre a dos policiais. Eu queria também citar outro caso, que são aqueles insalubres: um mineiro, que poderia se aposentar antes, com 15 anos de trabalho; os metalúrgicos, uma grande parcela deles, aqueles que trabalham em serviço perigoso.

Agora vai acabar a aposentadoria especial como categoria. Os casos serão individuais. E não pode ter – depois, a lei vai regular – uma diferença maior do que dez anos. Ou seja, o mínimo que vai ser até aposentar é com 55 anos de idade, aposentadoria especial – um mineiro com 55 anos de idade, trabalhando com a profundidade de uma mina desde os 15 anos.

Então, na prática, acaba a aposentadoria especial para muita gente. E também acaba porque a aposentadoria especial e a aposentadoria por invalidez não serão mais integrais como são hoje. Elas vão ser parciais e não podem ter diferença em relação àqueles que vão trabalhar por 49 anos. Ou seja, elas vão ser muito parciais, essas aposentadorias especiais vão ser pela metade.

Então, é um profundo ataque. A primeira coisa que nós queríamos dizer é que, frente a esse ataque, que é muito grande, é necessário que os trabalhadores – é esse o apelo que fazemos às centrais sindicais – se organizem para fazer uma greve geral. Só tem uma forma de mudar essa situação, só tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

uma forma de fazer o governo recuar, só tem uma forma de fazer o Congresso recuar, é tendo uma paralisação nacional, é tendo uma greve geral no País, que é a única possibilidade de fazer com que eles recuem.

Essa tendência a gente viu na Grécia, a gente viu na Espanha, a gente viu na França. E, se os trabalhadores, se a população não se levantar – e existe disposição para isso, já foram feitos vários dias de paralisações, existe uma disposição muito grande lá por baixo, a cada pesquisa que a gente vê, a gente vê a insatisfação que existe com os trabalhadores, uma insatisfação que existe com toda essa situação –, não é possível.

Então, nós não concordamos com a opinião de alguns que acham que é necessário negociar essa reforma. Nós achamos que essa reforma é inegociável. É uma reforma de conjunto. Nós não podemos cair nessa história de se dividir, de poder achar, por exemplo, que, em vez de ser 65 anos, poderia ser 60 anos, e a partir daí ter um debate ou uma discussão. Ao invés de ser cinco anos a diferença das mulheres, abaixa para três, para dois, e ficar nesse debate.

Não é isso que está posto agora, não é esse o objetivo do Governo, não é isso que pode ser objetivo das centrais sindicais. É necessário um amplo movimento para poder derrotar essa reforma, e é possível derrotar essa reforma através da mobilização e, particularmente, através de uma greve geral.

E eu queria também levar um movimento político agora que para nós é muito importante. Nós vivemos um momento de crise política no País. A delação da Odebrecht colocou na berlinda uma grande parte dos Deputados e Senadores, Senador Paim. O próprio Presidente desta Casa, o Renan Calheiros, chamado pela Odebrecht de Justiça, ontem, já foi mais uma vez denunciado.

Tem o Eunício, o Romero Jucá, o Rodrigo Maia, isso aí é uma centena – dezenas e centenas –, que são aqueles que vão votar essa reforma. E a população brasileira não pode deixar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem deixar de falar do Presidente da República e todo o núcleo central...

O SR. LUIZ CARLOS PRATES (MANCHA) – Do Presidente da República...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que mandaram a proposta para cá.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES (MANCHA) – ... que mandaram a proposta que fizeram, o Temer – aliás, o Temer, que se aposentou com 55 anos, o Geddel, que se aposentou com 57, outro que se aposentou com 53. E agora quer que o povo trabalhe até 81, 90, 100.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CARLOS PRATES (MANCHA) – Então, essa turma, essa gangue, não pode votar a Previdência. Não pode. Não pode votar essa reforma. Então, nós temos que chamar um amplo movimento de rua. Nós temos que chamar uma ampla mobilização. Nós temos que juntar aqueles que foram contra a corrupção, aqueles que foram contra a PEC 55, aqueles que foram contra a retirada de direitos, contra a terceirização, contra tudo, e ir para cima, não é possível.

Não é possível que um Congresso, cheio de lama como está, dominado, terceirizado pela Odebrecht, possa impor aos trabalhadores uma reforma da Previdência que faz a gente trabalhar até morrer. Não é possível que a gente aceite isso. Então, nós temos que aproveitar um pouco essa crise dos de cima para poder impor uma alternativa dos trabalhadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CARLOS PRATES (MANCHA) – ... para poder romper essa reforma da Previdência.

Por último, Paim, eu não poderia deixar de dizer sobre o cerco que está sendo feito nessa Casa e também na Câmara dos Deputados. Hoje está marcada à tarde uma manifestação contra a PEC 55, e existem algumas dezenas de caravanas vindas de todo o País, e o que nós estamos assistindo é que o Congresso está sob um cerco: não se pode entrar na avenida principal, não sabemos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CARLOS PRATES (MANCHA) – ... o que vai ser dessa manifestação, que grau de coisa vamos fazer. E o que nós queremos reivindicar é isto: é o direito de se organizar, de se mobilizar, inclusive o direito de vir a esta Casa e poder colocar aqui as reivindicações do povo e as reivindicações dos trabalhadores. Então, nós queríamos colocar isso: para garantir a liberdade de manifestação na nossa manifestação de hoje. Mais uma vez, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Luiz Carlos Prates, representante do Conlutas. (*Palmas.*)

Eu pediria que retornassem ao plenário, e vamos para a segunda Mesa: Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal, que nos apresentou um trabalho muito interessante, que eu tenho usado já, fazendo o contraponto; Warley Martins Gonçalles, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap); Thais Riedel, Presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário, o IBDP. Eu aqui traduzi o p, mas é IBDPrev; Warley também já chamamos, está aqui; o Emerson Costa Lemes, esse sim, que é do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP); Robinson Flávio Dias Nemeth, representante do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e Vilson Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip).

O Romero nos ajudou a montar, inclusive, este quadro.

Esta é a nossa Segunda Mesa. Vocês podem ver, pelo número de pessoas presentes, que o assunto mexeu, como eu digo, com almas, corações e mentes de todo o povo brasileiro. Então, foi muita gente inscrita para fazer este debate.

Quero registrar a presença da nossa querida Senadora Regina Sousa, sempre presente aqui, ao lado do nosso povo e da nossa gente. (*Palmas.*)

Os Senadores Fátima Bezerra e Telmário Mota também estiveram aqui e manifestaram a sua posição favorável àquilo que nós temos falado sobre este tema.

Vou pedir que passem um vídeo de dois minutos, feito pela Anfip com outras entidades, sobre a Previdência, no intervalo da primeira para a segunda Mesa.

Quero dizer que teremos uma terceira Mesa ainda. Já tem o vídeo aí a postos?

O SR. VILSON ROMERO – Senador, ressaltando – permita-me – que este vídeo foi criado originariamente em Curitiba. Nós conseguimos editá-lo e o disponibilizamos para a Frente Parlamentar. Mais de trinta entidades também assinaram o vídeo. Só o vídeo que tem a assinatura da Anfip já obteve mais de 1,3 milhão visualizações. Isso deve se multiplicar por outras tantas dezenas de entidades que também fizeram a sua assinatura ao final do vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o vídeo sobre o qual mais tenho ouvido sobre a Previdência – ouvido, visto e recebido comentários. Só este aí já deve estar em torno de dois milhões de acessos.

O SR. VILSON ROMERO – Com certeza. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um vídeo simples e que foi patrocinado pelas entidades.

Vamos lá.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – *O.k.*, pessoal. Valeu.

De imediato, vamos a esta Mesa, passando a palavra ao Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senador Paulo Paim, agradeço enormemente a oportunidade de estar aqui, nesta reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, embora as circunstâncias não sejam exatamente aquelas que nós desejaríamos.

Eu lembro que trabalhamos juntos, entre 1995 e 1999, em particular, no enfrentamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1995, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi um primeiro momento muito crítico de debate no Congresso Nacional a respeito de uma reforma da Previdência, que tinha um caráter muito parecido com o que nós agora estamos experimentando. Só que, olhando em perspectiva e comparando os dois textos –, eu até fazia esse trabalho no final da semana passada –, é curioso notar o quanto a atual reforma é muito pior até do que era a reforma proposta pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. No entanto, hoje, as circunstâncias desse debate estão extremamente problematizadas à luz – primeiro eslaide, por favor – do contexto em que se dá a elaboração e a discussão dessa proposta de emenda à Constituição.

Primeiramente, trata-se de uma proposta oportunista. Ela vem à luz num contexto de crise fiscal dos Estados e também da União, cuja origem primeira não é a Previdência Social nem do regime geral nem dos próprios servidores públicos. Há um conjunto de situações e fatores que provocam um desequilíbrio das contas públicas, mas que servem simultaneamente para justificar uma mudança radical das regras de financiamento das políticas públicas, de custeio das políticas públicas, das quais a PEC 55, que está hoje em tramitação no Senado Federal em segundo turno, é o braço mais visível, mas que depende centralmente da reforma da Previdência para se materializar. Ou seja, a reforma da Previdência, a PEC 287, é o braço operativo, é aquilo que dá sustentação à PEC 55; é uma justificando a outra. Ora, se o Congresso aprova uma PEC para controlar gastos e congelar despesas por 20 anos, precisa, então, reduzir o gasto previdenciário, sob pena de – se ele continuar a crescer – outras despesas terem que ser reduzidas totalmente para suportar o crescimento.

Outro fator é o envelhecimento da população, fruto do desenvolvimento social, que todos nós reconhecemos como um avanço social, mas que está associado a um problema, na medida em que um volume muito grande de pessoas vai passar a fazer jus a direitos, no presente ou no futuro, e essa situação é resolvida da pior forma possível, ou seja, com a redução do direito ou mesmo com a sua eliminação.

O discurso do déficit previdenciário, como bem mostrou aqui o vídeo da Anfip, é um discurso que já vem nos atormentando há muitos anos, mas que não encontra respostas adequadas sob o ponto de vista sequer da gestão previdenciária, tampouco da equalização contributiva desse regime, à luz das recentes modificações na legislação tributária que agravaram muito essa questão, a partir de renúncias fiscais que não se sustentam e que não trazem retorno à sociedade.

Um outro aspecto importante é o fato de que essa reforma busca concretizar as tentativas anteriores de reforma naquilo que elas não lograram resultados ou não cumpriram os seus objetivos, exatamente pelo fato de terem uma perspectiva de implementação antissocial e de negação do estado de bem-estar social, que a Constituição de 1988 erigiu. Desde a Comissão liderada pelo então Deputado e depois Ministro da Previdência Antônio Brito, nós vemos aqui no Congresso Nacional serem debatidas reformas da Constituição com o sentido de neutralizar, de anular, o que foi assegurado pelo Constituinte originário.

As projeções de longo prazo que são feitas ao longo desse debate têm sido sempre utilizadas sob a lógica de que o Brasil precisa se ombrear, de que precisa se equiparar, aos países desenvolvidos. No entanto, são comparações espúrias, porque levam em conta situações e realidades completamente distintas e trajetórias históricas de construção dos seus regimes de seguridade social igualmente distintas.

Por último, o elemento mais problemático de todos é a lógica privatista, que orienta esses processos, a partir da perspectiva de que o mercado tem aí uma sede enorme por abocanhar a poupança pública que a Previdência Social, ao fim e ao cabo, representa.

Quando o Senador Paim falou, no início trabalhos, da ideia de que, mais cedo ou mais tarde, alguém pode ter a brilhante ideia de que, se é assim, então, vamos pagar esse dinheiro diretamente aos trabalhadores para que cada um faça com ele o que bem entender. Ora, isso rompe totalmente com a perspectiva de solidariedade que é intrínseca à Previdência Social pública e joga água no moinho do in-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dividualismo, que é a marca desses processos privatistas onde a lógica do lucro sustenta todo o debate.

Quando a gente olha os últimos anos, o comportamento dos benefícios concedidos no âmbito do regime geral de Previdência Social, nós percebemos que tem havido naturalmente uma elevação da idade, por gênero, na data da concessão do benefício. Isso, num primeiro momento, associou-se à implementação do fator previdenciário, que foi uma supressão de direitos substitutiva à não implementação da idade mínima, pela Emenda Constitucional nº 20, no âmbito desse regime. Mas, vemos aí que continua havendo, mesmo assim, uma elevação das idades mínimas nesse regime em função da própria dinâmica social das restrições que, afinal, a Emenda Constitucional nº 20 trouxe, do ponto de vista da comprovação do exercício da atividade profissional com contribuição. O objetivo imaginado em 1995, de substituir a aposentadoria por tempo de serviço pela aposentadoria por tempo de contribuição, já trouxe assim, portanto, um represamento no âmbito desse regime. Se nós observamos, no âmbito do serviço público esse número é ainda mais significativo em virtude, principalmente, do fato de que, desde então, nós já temos tido aí, além da Emenda Constitucional nº 20, também a Emenda Constitucional nº 41, que já estabeleceu para os novos servidores a idade mínima de 60 anos, 55 para a mulher. Ou seja, já há impactos importantes dessa discussão sobre idade.

O número de benefícios concedidos, é claro, vai aumentando, mas tende a se estabilizar na medida em que, precisamente, a geração passada, que teve um período de aquisição de direitos em condições mais facilitadas, vai chegando ao término do seu período laboral. Vejam que houve um crescimento expressivo, a partir de 2007/2008 até agora, em termos de concessões totais de aposentadoria por tempo de contribuição, mas esse é um número que tende a se estabilizar e, possivelmente, haverá inclusive um decréscimo em virtude das novas regras que já estão produzindo efeitos.

Os valores das apostas concedidas no Regime Geral de Previdência Social também mostram que esse não é um regime de privilégio, não é um regime de benefícios exorbitantes – particularmente, se nós observamos a sua distribuição por faixa etária e faixa de valor na data da concessão do benefício.

Esse dado, relativo ao ano de 2000, mostra uma grande concentração de benefícios concedidos em faixas de valor menos elevadas, particularmente na faixa de um a três salários mínimos e particularmente na faixa etária entre 60 e 64 anos. Ou seja, nós já temos uma realidade nesse regime em que o perfil dos benefícios – já tínhamos no ano 2000 e temos ainda mais agora – previdenciários reflete as condições de vida da nossa população.

Veja, estamos falando da aposentadoria por tempo de contribuição, não estamos falando da aposentadoria por idade, em que as pessoas já têm uma dificuldade em obter o gozo do seu direito previdenciário. Direito esse que no âmbito da Previdência Social pública não é um direito de valor exagerado.

A reforma encaminhada pelo Presidente Michel Temer ao Congresso Nacional pode ser sintetizada em pelo menos 12 principais pontos. E é difícil dizer qual deles é o mais problemático, qual deles é o mais complicado.

A lógica é a da unificação dos regimes de Previdência Social, do ponto de vista das suas regras, nas três esferas de Poder e níveis de governo, que passam a ser orientadas pelos mesmos critérios, embora ainda mantidos segregados. Ou seja, estados, municípios e União continuarão tendo seus regimes próprios para os seus servidores públicos, e o INSS continuará tendo um regime específico para os demais trabalhadores.

No entanto, as regras para esses dois regimes se equiparam do ponto de vista da exigência de idade mínima de 65 anos, mas com um avanço do ponto de vista da redução de direitos ou uma restrição adicional ao exercício dos direitos, que é a carência absoluta de 25 anos de contribuição.

Hoje nós temos uma carência já resultante da regra de transição da Lei 8.213, que é de 180 contribuições. Essa carência já foi elevada, de 1991 até 2011, de 5 anos para 15 anos – 180 contribuições. Por quê? Antigamente, na lei antiga, aposentava-se com apenas 5 anos de contribuição por velhice. Com a nova regra, qualquer pessoa, mesmo para ter aposentadoria aos 65 anos, homem; e 60, mulher, tem que ter 180 contribuições – 15 anos.

Pois bem, de uma hora para outra, como um raio em céu azul, passa a ser exigido um período

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de carência de 25 anos. Isso lembra, literalmente, a tentativa feita em 1999, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando, na calada da noite, editou uma medida provisória, estabelecendo a carência no Regime Geral de Previdência Social em 25 anos.

Essa medida foi rechaçada aqui pelo Congresso Nacional. O Senador Paim, na época, como Deputado, teve um papel importante nesse debate. E o Congresso Nacional rechaçou, naquela ocasião, a alteração por medida provisória da regra de carência, no âmbito do Regime Geral.

Ao mesmo tempo, a regra de corte – que se aplica como transição, como regra de transição, de que homens acima de 50 anos e mulheres acima de 45 anos serão enquadrados nas regras de transição, ou seja, não estarão afetados literalmente por essas novas regras, mas terão que pagar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – ... um pedágio de 50% do tempo que falta – é realmente uma regra incompreensível, a não ser sob a perspectiva de que ela objetiva limitar o exercício de direito e protelar as aposentadorias da atual geração de trabalhadores.

Esse critério é extremamente rigoroso, extremamente difícil de justificar e entender e, inclusive, joga por terra – e isso é muito importante, Senador – as regras de transição – que está ali no Item 12 –, estabelecidas pela Emenda à Constituição nº 47 e também pela Emenda à Constituição nº 41.

Ou seja, a PEC paralela, nesse particular, para os servidores públicos, perde completamente o efeito, porque não importa mais como critério decisivo a data de ingresso no serviço público, mas, sim, a idade. Quem não tiver essas idades, mesmo que tenha entrado até a data da vigência da Emenda Constitucional nº 20 ou da Emenda Constitucional nº 41, não terá garantida a regra de transição, ou seja, cai numa outra situação, numa outra regra, que não garante, mesmo com o tempo de contribuição adicional, a redução de idade.

A mudança do cálculo do benefício é, talvez, uma das questões mais importantes do ponto de vista individual, porque os benefícios serão calculados agora de forma a se estabelecer um patamar básico, uma pensão ou um benefício básico correspondente a 51% do valor médio das contribuições para aqueles que conseguirem cumprir o requisito da idade mínima e o tempo de contribuição exigido de 35 ou 30 anos.

Vejam que essa exigência, esse critério de cálculo implica exatamente aquilo que já tem sido amplamente questionado, que é a elevação para 49 anos de contribuição para que alguém possa fazer *jus* ao seu benefício integral, ou seja, 100% da média do salário de contribuição.

Um dado curioso é que embora a imprensa tenha mencionado em alguns momentos que vai haver alteração imediata, por força da Emenda Constitucional, do período básico de cálculo dos benefícios, que passariam a computar não mais 80% do tempo correspondente às melhores contribuições – isso foi fixado por lei quando foi regulamentada a Emenda Constitucional nº 20 –, na verdade o texto constitucional não estabelece qual será o número de contribuições a serem considerados, ou seja, não há garantia nem de que continuarão sendo 80% do tempo, as melhores contribuições correspondentes a 80% do tempo, tampouco que será utilizada a quantidade total dos meses de contribuição decorridos a partir de tal data. Não, isso continua sendo matéria para para lei. A lei atual poderá, eventualmente, sim, ser alterada para piorar a situação atual, incorporando todos os meses de contribuição decorrentes do período básico de cálculo.

As regras relacionadas aos chamados regimes especiais ou aposentadorias especiais voltam a ser, uma vez mais, demonizadas no debate. Vejam que, em 1995, esse tema consumiu grande parte do debate à luz do discurso sobre os chamados privilégios das aposentadorias especiais de algumas categorias profissionais. Lembro-me, inclusive, de que uma dessas categorias que sofreu muita crítica foi a dos jornalistas, que se aposentavam muito cedo.

Pois bem, neste momento, o que nós estamos vendo é a demonização da aposentadoria especial de duas categorias que têm, como direito à aposentadoria especial, um fator crítico para sua própria existência, que são os policiais e os professores do ensino infantil, da educação infantil, e do ensino fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Na reforma de 1995, os professores da educação superior perderam o direito à aposentadoria especial ou mantiveram apenas com redução em função do pedágio na regra de transição, mas os professores da educação infantil e do ensino fundamental tiveram reconhecida a sua diferenciação constitucionalmente e essa diferenciação constitucional agora é totalmente anulada e expurgada do regime previdenciário, tanto no serviço público quanto na esfera privada.

No caso dos profissionais da área de segurança pública, que têm previsão constitucional no caso do serviço público, a extinção da aposentadoria por atividade de risco, que inclusive aguarda regulamentação no Congresso Nacional, causará enorme dano a essas categorias.

A questão da aposentadoria do servidor público, que, no âmbito das Emendas Constitucionais nºs 20 e 41, dependia para a aplicação do teto do INSS aos proventos dos servidores públicos da implantação de um fundo de previdência complementar, matéria que se colocava na alçada facultativa dos entes da Federação, passa agora a ser obrigatória e determinante. Ou seja, não há mais espaço de escolha para os Estados, para os Municípios. A União já implementou o seu instituto, o seu fundo de pensão. E eles terão um prazo de dois anos para criar e implantar fundos de previdência complementar ou aderir a um fundo multipatrocinado. E a União já opera na lógica de ela permitir a adesão dos entes subnacionais ao Funpresp, ao seu fundo de pensão.

Temos a questão da vedação de acumulações de benefícios – item 8 ali da lista –, que diz respeito precisamente a uma problematização que foi amplamente debatida aqui no Congresso Nacional em 2015, com a edição da Medida Provisória nº 664. Essa Medida Provisória nº 664 estabeleceu regras de gozo temporário das pensões aos dependentes e, inclusive, tentou implementar critérios de redução do valor do benefício para os segurados do Regime Geral em relação à proporcionalidade e em relação ao número de dependentes.

Naquela ocasião, o debate aqui no Congresso Nacional permitiu que fossem estabelecidas algumas novas regras, como a questão da temporalidade da pensão das chamadas "viúvas jovens". E essas regras agora são constitucionalizadas, mas, mais do que isso, constitucionalizadas e expandidas, com a vedação, inclusive, de acumulação de pensão com aposentadoria.

Então, exemplificando, um trabalhador ou trabalhadora, um servidor ou servidora que tenha lá o seu salário de contribuição, recolhendo para a sua própria aposentadoria, mas cujo cônjuge venha a falecer, ele terá que escolher entre uma e outra. Não poderá acumular os dois benefícios, sendo que, nesse caso, a renda familiar é composta pela soma das remunerações de ambos ou proventos de ambos. Nesse caso, a acumulação de pensão com aposentadoria fica estritamente vedada e proibida.

Os trabalhadores rurais também serão drasticamente atingidos pela nova reforma, na perspectiva de que o seu regime, que tem um caráter semiassistencial, baseado em contribuição sobre produção comercializada, não é sustentável. E, sob essa perspectiva, o Governo trabalha também na lógica da unificação de restrições ao gozo dos benefícios, mas, mais do que isso, a adoção de um regime contributivo baseado em salário de contribuição mensal, para que o trabalhador rural em regime de economia familiar e sua família...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – ...tenham direito ao benefício.

Essa é uma situação absolutamente crítica do ponto de vista da natureza da atividade rural e que trará um grave grau de exclusão social em um setor em que a aposentadoria do trabalhador rural, como já muito bem demostrado em trabalhos que a Anfip vem realizando ano após ano, tem um impacto profundo na economia dos Municípios, particularmente nas regiões mais pobres do País.

A questão da cota não reversível do benefício de pensão é um outro fator muito drástico, muito perverso, na medida em que também desconhece a natureza familiar do benefício previdenciário da pensão. Ou seja, uma família que tenha uma mãe e quatro filhos terá direito, inicialmente, a uma pensão equivalente ao valor da aposentadoria que o falecido deixou.

No entanto, na medida em que esses filhos forem atingindo a maioridade, perdendo a condição de dependente, essa pensão vai sendo reduzida, até chegar ao patamar de 60%. Ou seja, se for uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

viúva sem filhos, ela só receberá 60%. Se for uma viúva com quatro filhos, receberá os 100%, mas isso será reduzido até chegar apenas aos 60%. Essa é uma questão que desconhece também literalmente a natureza securitária do Direito e, principalmente, os critérios de equilíbrio financeiro e atuarial.

E, finalmente, um aspecto extremamente problemático, que é a retirada da vinculação, tanto no que se refere aos benefícios em relação ao salário mínimo, da pensão, que poderá ser inferior ao salário mínimo por força desse critério, mas, pior do que isso, o benefício de prestação continuada da assistência social, que é devido aos idosos, carentes, mas também às pessoas com deficiência, carentes.

Hoje, a Constituição assegura, na forma do art. 203, inciso V, esse direito aos segurados, aos beneficiários da assistência social, sob a perspectiva de um programa de renda mínima para esses cidadãos, que são os mais excluídos da nossa sociedade. No entanto, o que faz a emenda à Constituição? Não apenas imediatamente eleva a idade estabelecida no Estatuto do Idoso de 65 para 70 anos, como com uma regra de transição, mas estabelece também que o benefício não será mais equivalente a um salário mínimo, poderá ser em valor inferior e desvinculado da evolução do salário mínimo, portanto, mas, pior do que isso, estabelece condições para que a renda familiar a ser considerada leve em conta a totalidade de quaisquer rendimentos recebidos pelo grupo familiar. Isso impede, por exemplo, Senador Paim, que a regra que foi introduzida na proposição que foi apresentada por V. Exª, o Estatuto do Idoso, que dois cônjuges recebam o benefício, pelo simples fato de que a renda dos dois, incluindo esse benefício, ultrapassará o critério de cálculo para efeito de carência. Essa conquista, que foi trazida pelo Estatuto do Idoso, que permite que um casal de idosos, cada um receba um salário mínimo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – ...não terá mais assegurado esse direito.

Vejam que esse conjunto de medidas se baseia na concepção de aproximação do Brasil a países desenvolvidos, países que têm rendas médias muito elevadas, comparando com a nossa, e onde a taxa de reposição dos benefícios, obviamente, acarreta um ônus muito grande para os seus regimes previdenciários. No caso brasileiro, a taxa de reposição reflete a baixa renda média do cidadão brasileiro.

Quando nós falamos que a nossa taxa de reposição, como levanta a OCDE nos seus estudos, a 50% da renda média, é porque os nossos trabalhadores têm uma renda média, no geral, muito baixa. No entanto, quando eu comparo com os Estados Unidos ou comparo com a Europa, em que a taxa de reposição do benefício assistencial para o idoso é de 25%, eu estou falando de uma renda que é cinco ou seis vezes maior do que a nossa, e, no entanto, é esse o critério que se utiliza. A nossa taxa de reposição tem que ser reduzida; não pode ser 50% da nossa renda média. Esse absurdo, lógico, compromete drasticamente a seriedade do debate que se faz sobre essa reforma da Previdência.

Uma última questão...

Quanto tempo ainda tem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tu tens mais um minuto.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – Um minuto!

Então, apenas para reforçar a tese de que um regime de reforma da previdência que se baseia na lógica de reduzir gastos ou de enfrentar os problemas fiscais cai por terra drasticamente quando, por exemplo, escolhe não enfrentar a questão do regime previdenciário dos militares, das Forças Armadas. Vejam, ninguém aqui defende que, na hora da dor, todos sofram juntos, mas o raciocínio feito, no sentido de que essa reforma é fulcral para a redução do déficit público, a redução dos gastos públicos, não poderia ignorar o fato de que a previdência dos militares é tão ou mais, entre aspas, "deficitária", do que a previdência do regime geral ou que a previdência dos servidores públicos civis.

E mais: o raciocínio de que eles têm um regime diferenciado vale para qualquer setor, vale para qualquer segmento que queira ficar de fora dessa reforma. O dinheiro tem a mesma natureza. Ele é, como dizem os juízes, fungível, e sai do mesmo cofre. Então, não há porque excluir um setor e prejudicar drasticamente outros. A racionalidade dessa reforma cai por terra precisamente a partir da sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

inconsistência e do seu caráter antissocial.

A reforma da previdência começa a tramitação pela Câmara dos Deputados, a Comissão de Constituição e Justiça já está em via de aprovar, de deliberar sobre a sua admissibilidade. Naquela Casa, a Comissão de Constituição e Justiça exerce um juízo de admissibilidade. Logo em seguida se constitui uma Comissão Especial, que, no prazo de até quarenta sessões, deve apreciar o mérito, sendo que o prazo fatídico é o prazo inicial de dez sessões, durante as quais os Deputados podem apresentar emendas com apoiamento de um terço. Nesse prazo, devem ser apresentadas todas as emendas necessárias para escoimar essa emenda à Constituição de inconstitucionalidades e impropriedades, que abundam no seu texto, sob pena de não se poder apresentar depois emendas em nenhuma fase do processo de apreciação.

Quando essa matéria chegar à Câmara dos Deputados, se não houver emendas que possam servir de base a emendas aglutinativas e produzir acordos e negociações, o Senado Federal receberá um texto extremamente problemático. E aqui a Comissão de Constituição e Justiça é que exerce, simultaneamente, o juízo de admissibilidade e de mérito, antes que o Plenário possa apreciar.

É importante lembrar que o Senado Federal tem o que se chama aqui de regime especial de tramitação, que, por acordo de Líderes, pode levar a matéria ao plenário, queimando etapas e sendo votada em prazo extremamente rápido. Por isso, é importante, é necessário que, desde logo, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras estejam atentos aos riscos da tramitação desta matéria na Câmara dos Deputados e que esse texto que chegue aqui, se vier a chegar, não seja o texto encaminhado pelo Presidente da República, que tem, além de todos esses problemas de desequilíbrio em relação às suas propostas *vis-à-vis à* realidade do povo brasileiro, também um claríssimo viés de ilegitimidade, à vista da natureza do atual regime, um Presidente da República não eleito, muito menos eleito para implementar uma reforma dessa natureza, e num contexto em que o seu Governo não tem apoio popular, não tem sustentação política no âmbito da sociedade para implementar reformas dessa envergadura, e, pior, sem um debate prévio com a sociedade e com os próprios membros do Congresso Nacional, mas tocando, mandando a toque de caixa um texto de extrema complexidade e gravidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal.

De imediato, Thais Riedel, Presidente do IBDPrev.

Lembrando a todos que eu dei um pouco mais para o Luiz Alberto porque ele abriu esta Mesa, mas é dez minutos, no máximo mais cinco.

A SRª THAIS RIEDEL – Bom dia, Senador, em nome de quem cumprimento todos na Mesa. Bom dia a todos e a todas.

É um prazer muito grande estar aqui novamente falando deste tema tão importante, que é a nossa Previdência Social.

É curioso que nós estamos falando reforma da previdência, reforma da previdência, o Governo apresenta uma proposta de emenda à Constituição quando a nossa Constituição já tem a solução de todos os nossos problemas.

Na linguagem jurídica até a gente fala que tem que chamar o feito à ordem aqui, vamos botar a bola no chão. Primeiro a gente tem que compreender o que se tem para ver o que precisa mudar e se precisa mudar.

Basicamente, de uma forma bem simplificada, apresentam-se como argumentos, premissas para essa reforma, dois aspectos: um déficit e alterações na demografia brasileira. Então, por um lado se diz: a previdência está quebrada, o brasileiro está vivendo mais e tendo menos filhos, porque é uma coisa óbvia, então temos que mudar para assegurar o futuro das gerações. Esse tem sido o discurso, discurso esse, inclusive, que está na mídia atualmente, o Governo colocando propaganda na televisão aberta, situações em que temos até na jurisprudência condenações, de ações populares, por estar utilizando a mídia para fazer esse tipo de coisa, gastando recurso público, para incitar a população em determinado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sentido.

Assim, a mídia acaba trazendo um conceito que, no nosso ver, é equivocado. Por quê? Primeiro, a relação do déficit, de que vários colegas já falaram e vimos aqui no vídeo, muito didaticamente. Quero parabenizar a Anfip pelo trabalho – inclusive está aqui na Mesa o presidente, que vai poder falar muito melhor do que eu. Mas, a relação do déficit tem uma questão muito importante, um detalhezinho que eu não percebi de imediato.

O que acontece? Primeiro, depois de uma longa evolução histórica no mundo inteiro – porque o Brasil não inventou a seguridade social, ele copiou – no sentido de se colocar dentro de um conjunto de medidas protetivas, saúde, assistência e previdência. Por que colocar tudo junto? Por que criar uma seguridade social? Isso foi feito por quê? Porque se percebeu que a população estava sujeita a riscos sociais. Nós, desde que acordamos, temos o risco da morte, do acidente, com o tempo temos a idade avançada, temos a maternidade. São riscos inerentes à condição humana. Mas nós, seres humanos, não somos previdentes, não pensamos que amanhã vamos ter um acidente – Deus me livre, não quero nem pensar nisso! Então, o Estado, com o tempo, foi percebendo que ele precisava trazer para ele essa proteção e começa a obrigar as pessoas: então, já que você não é previdente, vou te obrigar a contribuir e assim faço uma gestão e, no momento em que você for atingido pelo risco, você tem a proteção.

Mas por que colocar previdência junto com saúde e assistência? Por que todo esse conjunto vai proteger a população desses riscos. Então, se a minha população tem uma saúde pública eficiente, ela tem saúde, com saúde ela trabalha; trabalhando, eu obrigo ela a contribuir para o sistema previdenciário, porque amanhã ela pode não ter condição, e aqueles que não podem ou que eu não quero, porque aí entram crianças, etc., eu tenho a assistência social, que tira aquelas pessoas do estado de miserabilidade.

O.k. A Constituição veio e colocou todos dentro do mesmo sistema de seguridade social para proteger a população desses riscos. Então, o objetivo é alcançar o bem-estar e a justiça social, porque com isso eu faço distribuição de renda. Por quê? E aí – também é uma outra inteligência da nossa Constituição, por isso que eu digo que a solução já está na Constituição – ela, já sabendo que isso ia custar, saúde, assistência e previdência custam, vem e fala assim: "então, para garantir isso aqui, no art. 195 eu já quero garantir os recursos para isso." E trouxe um princípio muito inteligente que é o princípio da diversidade da base de financiamento.

Então ela já traz, no art. 201, quais são os riscos que ela quer proteger e traz lá tudo constitucionalizado, e diz: olha, para eu conseguir proteger a população desses riscos eu preciso de dinheiro. O meu tem um princípio da universalidade.

Então, o que que a Constituição quer? Cada vez proteger mais gente, uma quantidade maior de proteção. Esse é o princípio da universalidade. Por outro lado, há o princípio da diversidade da base de financiamento. Então, diferentemente de outros modelos que só têm a contribuição sobre a folha, que é o modelo tradicional de contribuição previdenciária, lá de Bismarck ainda, como bem já falaram aqui já na Mesa, eu vou criar outras fontes. Por quê? Na hora que esta aqui faltar eu tenho outras.

Então temos lá: contribuição da folha, em que tem que contribuir o empregado e o empregador, temos os demais segurados. A Constituição ainda fala: olha, eu também quero que venha a contribuir para esse sistema o importador; eu quero que contribua para este sistema o concurso de prognósticos; eu quero que o empresário, já que ele tem uma capacidade contributiva maior, além da folha ele vai contribuir também sobre o lucro e vai contribuir também sobre o faturamento. Com esse conjunto de contribuições eu minimizo o risco. Por quê? Se lá em casa tem eu, meu marido e duas crianças, os dois trabalham, eu tenho ainda o aluguel e tenho uma aplicação financeira, eu tenho várias fontes. Se eu for demitida, o meu risco é menor do que se só eu trabalhar na minha casa. Então quanto maior a quantidade de fontes, minimiza o risco.

Então o que acontece? O nosso modelo tem uma inteligência que ele não trouxe só a contribuição da folha, que é o que o Governo utiliza exclusivamente para chegar no déficit. Mas por que o Governo usa isso? Porque tem um art. 250 da nossa Constituição, que criou um Fundo Previdenciário.

E aí tem a Lei Complementar 101 e etc. que, ao regulamentar, disse que essa arrecadação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

folha tem que ir diretamente para o pagamento dos benefícios. Ótimo, com isso a gente consegue que essa arrecadação não vá lá para Seguridade Social e não seja desviada pela DRU.

Então, num primeiro momento foi bom isso. Só que foi um tiro no pé. Por quê? Porque na prática só se tem considerado como arrecadação essa fonte, enquanto na verdade o modelo constitucional diz o seguinte: olha, se faltar essa, você tem outras. Quando a gente separa a Previdência de algo dentro desse conjunto protetivo, você desnatura, e aí, sim, a questão do déficit.

Em relação às alterações demográficas, evidentemente que isso tem que ser uma preocupação. A legislação tem que acompanhar esse risco. Se as pessoas estão vivendo mais, se elas estão tendo menos filhos, isso pode alterar de repente o quadro, que mereça alguns ajustes pontuais. Agora, essas alterações, de forma alguma, devem reduzir proteção.

Nós temos que, diante dessa nova realidade brasileira, como conseguir continuar protegendo e melhorando? Então nós temos que melhorar a arrecadação? Nós temos que melhorar a gestão?

Última coisa que se mexe é em direito, porque nós estamos falando de direito social. E nesse sentido essas alterações legislativas devem acompanhar então essa alteração desse risco social.

Primeira coisa: eu não tenho visto o cálculo desse risco. Qual é o cálculo atuarial que vai me dizer que na regra de transição proposta pelo Governo, 50 anos homem, 45 mulher... Qual a razão disso? Por que não 52? Por que não 48? Como se chegou a esse número? Eu posso ter uma pessoa de 50 anos com 2 anos de contribuição e posso ter uma pessoa de 48 anos com 20 anos de contribuição. Cadê a justiça dessa regra de transição? Seria muito mais inteligente...

(*Soa a campainha.*)

A SRª THAIS RIEDEL – ... nós caminharmos no sentido de regras como a fórmula 85/95.

A fórmula 85/95 é de uma inteligência tamanha! Por quê? Porque, em uma realidade brasileira que as pessoas ainda começam a trabalhar muito cedo, você vai criando o requisito idade indiretamente e vai, de uma forma progressiva, trazendo isso para o sistema. A fórmula 85/95 hoje já cria uma idade mínima, idade essa que vai sendo aumentada. Há uma pontuação progressiva que vai chegar a 90/100, que vai chegar nos 65 anos. E aí, sim, a população teria condições de ir se acostumando com isso, manter a credibilidade no sistema previdenciário porque o que está acontecendo é que haverá o descrédito do sistema público, o enfraquecimento do sistema público, e nós teremos um retrocesso em matéria de proteção social.

Eu sou suspeita porque eu tenho um livro, O Princípio da Vedação do Retrocesso, em que eu analiso exatamente isto: se o risco é igual ou pior e você reduz direitos, você está violando o princípio da vedação do retrocesso. Nós podemos alterar a idade? Então, prove-me que o risco mudou, e eu não tenho visto esses cálculos atuariais.

Então, há uma preocupação muito grande em relação a todas essas propostas, são vários aspectos – a questão da pensão – e situações que realmente vão trazer a situação de precariedade mesmo do nosso sistema protetivo e que merece, sim, atenção. E aí eu quero chamar a atenção, Senador. Aqui, Luís, depois a gente vai te passar um material.

Vários especialistas fizemos um trabalho, já nesse primeiro momento, da própria questão da admissibilidade, que é essa primeira discussão na CCJ, e nós mostramos que, por vários motivos e em vários aspectos, essa proposta nem na admissibilidade deveria passar. Por quê? Porque o art. 60 da Constituição veda que haja alterações, mesmo por emendas constitucionais, naquilo que for ofender direitos e garantias fundamentais. No caso, ele fala direitos individuais, mas toda a doutrina e a jurisprudência entendem que os direitos sociais, direito à previdência, estão dentro do art. 6º – previdência, saúde e assistência –, que está dentro do título das garantias fundamentais, arts. 5º e 6º. Então, seria dentro desse mesmo bloco protetivo.

Então, há uma grande preocupação em relação a essa reforma porque ela realmente não traz a solução de que o Brasil precisa. Nós precisamos, sim, discutir previdência? Sim, se alterações são necessárias para melhorar, e não para piorar. E aí, nessas propostas de melhoria, nós temos que falar, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

da DRU; nós temos que falar, sim, das isenções; nós temos que falar, sim, de gestão. Agora, redução de direito simplesmente é colocar o povo brasileiro que trabalha – e muito – desde cedo para pagar uma conta de que ele não tem culpa.

Então, a Constituição Federal de 1988 não tem que ser emendada, ela já tem a solução. Ela já trouxe o modelo protetivo, internacional inclusive, e já trouxe as fontes de financiamento. Então, nós temos é que cumprir a Constituição existente, falarmos o que há, a verdade na Previdência, para que a partir daí a gente possa discutir se existe alguma outra medida possível.

É nesse sentido que nós especialistas do Direito estamos muito preocupados com essa proposta e nos colocamos à disposição para tratar e discutir esse tema. Inclusive, se forem necessárias – viu, Senador? – propostas de emendas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Thais Riedel.

E vocês podem ter certeza de que esta é a primeira de tantas audiências públicas que nós faremos para evitar que esse tema seja aprovado, da forma com que eles mandaram – não cabe nem falar! O ideal seria que eles recolhessem essa proposta. Então, faremos audiências aqui, faremos nos Estados, faremos audiências na Câmara e Senado, tantas quantas forem necessárias. E todos vocês serão chamados novamente, com certeza.

Essa foi Thais Riedel, que falou pelo IBDPrev.

Agora, Warley Martins Gonçalles, Presidente da Cobap.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Bom dia a todos e a todas!

Bom, a Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados) é totalmente contra a reforma, nós aposentados. A Cobap hoje representa mais de 2 milhões de aposentados e pensionistas. Nós somos totalmente contra a reforma, nós não a aceitamos de maneira alguma.

E também todos nós que estamos aqui neste debate, Senador – e você está de parabéns por esses debates, por tudo –, pessoal, precisamos arrumar a solução para isso. A Rede Globo, e a imprensa, vem mentindo. Então, eu queria perguntar para vocês aqui – há vários advogados, vários doutores aqui – se não caberia a nós entrar com uma liminar com a intenção de desmentir a imprensa, com essa proposta da Anfip que apresentamos. Porque o povo tem que ver, o povo lá fora tem que ver que o Governo está mentindo. Nós precisamos acabar com a mídia, nós precisamos divulgar.

Então, como hoje estamos aqui, Senador, com essa equipe de juristas, não dá para a gente entrar com uma liminar, pedindo direito de resposta na mídia, para a gente rebater essa mentira que eles estão falando? Nós poderíamos pensar nisso, porque não vai adiantar só debatermos, debatermos, porque todos nós que estamos aqui sabemos que é uma sacanagem o que eles estão fazendo com o povo brasileiro. Nós temos que fazer alguma coisa, porque, ao só debater, debater, debater, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Eles vão votar, como estão votando a PEC 55. Eles votam no calar da noite. Nós temos que trazer a população para a rua, pessoal, nós temos que fazer...

Agora dia 18, vai haver um grande ato. A molecada agora, a meninada aceitou vir para as ruas também defender a Previdência. Dia 18, eles vão estar na rua também. Mas nós temos que estar juntos, Senador, temos que estar todos juntos, para a gente defender os nossos direitos.

Eu fico bobo – as centrais me perdoem, as centrais que estão aqui, a Conlutas, que é de luta mesmo – mas todas as centrais, no dia 1º de maio, conseguem mobilizar 2 milhões, 3 milhões de trabalhadores, dando presente, dando tudo. Agora é a hora de nós mobilizarmos esses trabalhadores aqui, em Brasília, e dar de presente sabem o quê? A Previdência de volta, a nossa Previdência, dar para o trabalhador, que ele está precisando disso. (*Palmas.*)

Senão, nós não vamos... Não adianta ficarmos debatendo. Vocês sabem que, no Senado, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

temos como o Senador Paim diz, o quê? Se forem dez, é muito. Vocês sabem disso. Na Câmara, então, nós nem sabemos mais qual Deputado é nosso, qual defende. Então, pessoal, olhem: debater é muito bom, mas temos que achar a solução imediatamente, senão vamos perder – igual na PEC 55 – a Previdência. Se a Previdência tivesse muito déficit, por que está levando para a Fazenda? Por que está levando para lá? Para acabar com o restante que temos, para acabar com a segunda maior arrecadação do País, que é a da nossa Previdência.

Sabem o que está faltando? Administração. Sabem o que está faltando? Cobrar os devedores que devem para nós, para pagar as nossas dívidas. É isso que está faltando na nossa Previdência. (*Palmas.*)

Acabar com a DRU, porque, agora, acabaram de aprovar: de 20% passaram para 30%. Como é que não tem dinheiro, se de 20% passaram para 30%? Não tem dinheiro?

Vocês sabem o que eles querem? Que a Previdência vá para lá para roubar mais, para tirar mais ladrão neste País nosso. Todo mundo fala, fala, fala, e eles continuam roubando da Previdência, roubando trabalhador. Não vai desse jeito.

Pessoal, vamos ter uma solução, Senador Paim. Eu vou deixar aqui para os nossos jurídicos que estão todos aí. Vamos entrar com uma liminar, vamos pedir direito de resposta na Rede Globo. Eles colocam no Jornal Nacional, em todo horário da mídia... Aí o povo fala: "Não, é verdade. O Bonner está falando, fulano lá está falando". Eles acreditam e não acreditam em nós. Então, nós temos que... Esse vídeo muito bem-feito pela Anfip, que está de parabéns... Aliás, ela sempre esteve defendendo os servidores públicos e os aposentados. Temos que dar algum jeito de colocar esse vídeo na mídia, temos que colocar, temos que divulgar. Senão, não adianta nada. Só ficam eles falando, nós aqui debatendo, sabendo que nós temos direito, e o povo lá fora não sabe, mas é o povo que tem que saber, é o trabalhador que tem que saber. Se nós formos à mídia, se não formos divulgar também a mentira deles, nós não vamos conseguir, pessoal.

Temos que estar juntos nessa luta. E, Senador, dia 18 também, vamos todo mundo para as ruas. Só vai ter faixa de defesa à nossa Previdência. A Cobap vai estar lá junto, as centrais sindicais também vão estar lá junto, o Senador Paim eu tenho certeza de que vai estar lá – os outros, eu não sei, mas o Senador Paim vai. Então, pessoal, eu deixo este apelo aqui, principalmente para o nosso advogado Portanova, o Diego, que está conosco na Cobap: vamos entrar com uma liminar, não custa. O que pode acontecer é perdermos, mas e se nós ganharmos? E se nós ganharmos? Nós já estamos perdendo mesmo tudo.

Vamos entrar, vamos mobilizar, vamos fazer alguma coisa, vamos mostrar para o trabalhador que as entidades estão aí a favor deles, porque nós, entidades – tanto a Cobap quanto a CUT, quanto a Força, todas essas centrais sindicais –, estamos desacreditadas no movimento. Nós chamamos para a rua e não vem ninguém. Aí, a meninada chama, lá, e vão um milhão de pessoas para a rua. Nós estamos perdendo o moral para o nosso trabalhador, porque nós não fazemos nada. Ficam escutando o Governo e não vão para a rua. Nós temos que ir para a rua, nós temos que defender. Esse é o movimento de aposentados, de trabalhadores. A Cobap vai. A Cobap fica na rua. A Cobap defende os seus direitos, mas a Cobap é pequena, perto de centrais sindicais.

Então, nós estamos aí, nós estamos à vontade, para todo mundo dar o que quiser, junto conosco, junto com a Cobap.

Eu agradeço. Deus abençoe a todos nós.

E nós vamos sair dessa, se Deus quiser. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, com certeza, esta é uma das audiências públicas mais importantes.

Eu sou obrigado a dizer, pessoal: ninguém se iluda mais com a PEC 55. Eles vão votar hoje. Não adianta se iludir. Nós temos que atacar agora mesmo essa – desculpem-me a expressão... (*Risos.*)

Eu não queria dizer, mas vou dizer. A expressão não é tão pesada, não: esta maldita reforma da previdência! E aí, Warley, vamos ver nos encaminhamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu acredito que só há uma saída. Não adianta achar que botar aqui na frente 500 pessoas, um milhão de pessoas... Não resolve. Deputado e Senador só entendem uma linguagem: quando eles veem que vai tocar no voto deles. Eu estou aqui há 30 anos, pessoal. Quem está assistindo pela TV sabe que eu tenho razão. O senhor e a senhora sabem que, quando vocês disserem que não votam neles por causa disso, eles recuam.

Warley, só há uma saída, na minha avaliação: fazer congressos estaduais, em todos os Estados, com os especialistas, com os advogados – não é, Romero? –, com Anfip, com centrais, confederações, e nesses congressos nós vamos deixar claro: o Parlamentar que votar nessa reforma da previdência não se elege mais para nada! Se nós conseguirmos emplacar isso em todos os Estados, eu quero ver. E, a partir desses congressos estaduais, levem para as regionais.

Eu dividi o Rio Grande do Sul, pessoal, em 15 regiões. Já fiz congresso estadual e, agora, estou fazendo regionais. Só nesta próxima sexta-feira eu terei dois, e todos estão convidados. Um em Porto Alegre, sobre previdência; depois em Cachoeira do Sul, também sobre previdência. E por aí vai. E a palavra de ordem é essa.

Se nós não lembrarmos como fizemos na Constituinte... O que é que nós fizemos na Constituinte? Congressos estaduais e, de lá, tiramos a palavra de ordem dos cartazes: "traidores do povo". Com esses cartazes, nós conseguimos mudar muita coisa na nossa Constituição.

Pode ter certeza: ou você ataca na base...

Só aqui em Brasília não resolve, Warley. E nós podemos fazer isso. Se buscarmos a unidade de todas as entidades – federação, confederação, centrais... Eu nem entro mais nesse papo de coxinha ou não coxinha. Eu não entro mais nesse papo de *impeachment* ou não *impeachment*. Todo mundo vai ser atingido. Todo mundo, não importa qual é a posição ideológica. E cada um sente na pele o que vai acontecer. Por isso é que eu estou chamando essa possibilidade de grandes congressos estaduais.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Olhem, o movimento do dia 18 vai ocorrer em todas as cidades. Ele está sendo organizado no País inteiro, em todas as cidades, pequenas e grandes.

Minha preocupação, Senador – e eu acho que tudo é válido –, mas eu tenho medo de acontecer como aconteceu com a PEC 55, agora: não dar tempo e eles votarem no calar da noite, e a gente perder a nossa Previdência. É disso que estou com medo, porque acho que pode acontecer de a qualquer hora eles se reunirem, votarem e ir para o buraco a Previdência no País. Nós sabemos que a nossa Previdência, queira ou não queira, como eles falam, ainda é uma das melhores do mundo. E eles não consideram isso. Então, eu acho que é válido fazer os congressos, é tudo válido – mas nós precisamos ficar de olho é aqui, porque é aqui que se vota.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas deixa eu te falar, Warley: aqui, agora, vai haver recesso. Não há como não ter recesso. Com essa crise política que está – eu estou falando porque estou aqui dentro –, vai haver recesso.

Vocês acham que eles vão conseguir votar a reforma da previdência como votaram a 55? Nem morto! Não votam; não há condição. A reforma da previdência atinge a alma e o coração de cada cidadão brasileiro. Temos de apostar nisso, pessoal. Isso não quer dizer que tenha de ser para o fim do ano que vem, não é? Estou falando do congresso para fevereiro, por exemplo. Por que não fazer um congresso em todos Estados no mês de fevereiro? Não precisa o Paim ou o Warley estar em todos, mas a Cobap vai estar lá, todas as centrais vão estar lá. Os especialistas vão estar lá em cada Estado. Por que não fazer esse grande congresso agora em fevereiro? Vão achar que eles vão votar em dois turnos uma PEC como essa? É diferente da 55, pessoal.

O povo até hoje não sabe o que é a 55, não sabe nem o que é 241 e 55, que é a mesma coisa. Mas reforma da previdência é outra coisa, Warley! Eles estão dizendo para ti, que vais trabalhar agora, que tu vais poder se aposentar, se indo bem, lá pelos 70 anos. Essa história de 65 é papo furado. Olha o que eu estou dizendo! Ninguém consegue, aos 65, ter 49 anos de efetiva contribuição. Ninguém tem. Quando tu mostrares isso para as pessoas, duvido que as pessoas... Sim, vou me aposentar com 70. Se eu estivesse no mercado, a minha idade seria 70 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – É muito pior do que o fator previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito pior que o fator, porque ninguém consegue trabalhar 49 anos todo o tempo. É 49 vezes 12. Multipliquem isso. O tempo que ficou desempregado, por um motivo ou outro, não conta. Não são só 49 anos – são 49 anos de contribuição.

Por isso, Warley, eu sou daqueles: eu só acredito na mobilização popular. E não consigo ser tão pessimista. Eu quero ser otimista, porque participei da Constituinte. Eu fui Constituinte, Warley. Eu via Deputado e Senador que chegavam para mim e diziam: "Paim, manda tirar aquele cartaz lá da minha rua que eu voto com vocês aqui dentro." Porque era na rua, mesmo, do cara. Era no colégio do cara, na universidade, sei lá o quê. Era na cidade do cara, os cartazes dos traidores do povo.

Os sindicatos e as entidades estão em todos os Municípios deste País, pessoal. Só tem de sair uma orientação ordenada em cima da unidade, que dá para reverter. Essa reforma, como está, não passa. E os Deputados vão estar com o olho em 2018. Eu estou há 30 anos neste Parlamento. Como diz o outro, é um olho na rua e o outro aqui dentro. Quando as ruas efetivamente se manifestarem, as coisas acontecem. Por que houve todas essas mudanças aqui no Parlamento? Queiramos ou não, as ruas se manifestaram. Podemos ser a favor ou contra, mas as ruas se manifestaram.

Mas vamos lá. Vou passar a palavra, neste momento, para o Sr. Robinson Flavio Dias Nemeth, que gentilmente – eu sei que o Plenário tem uma posição muito clara, você já viu pelas exposições – aceitou o convite, representando o Instituto Nacional do Seguro Social.

Então, aceite os nossos cumprimentos por estar aqui, porque eu prefiro um cidadão como você, tranquilo, que vem para um diálogo como esse, àquele que se acovarda e some. Por isso, meus cumprimentos V. Exª por estar aqui. Terá o tempo necessário para a sua fala. (*Palmas.*)

O SR. ROBINSON FLAVIO DIAS NEMETH – Na pessoa do Senador Paulo Paim, cumprimento todos os presentes.

Venho aqui representando o INSS, atuo como Diretor de Benefícios. Represento aqui o Presidente, Leonardo Gadelha.

Quero reforçar, reafirmar o papel do INSS, que é operacionalizar as políticas públicas. Operacionalizamos não só o reconhecimento do Direito Previdenciário, mas também de outros direitos. Cito aqui benefício de prestação continuada, que estará na Lei Orgânica da Assistência Social. Operacionalizamos também o benefício do seguro-defeso, que veio para nós há pouco tempo, e o benefício previdenciário.

Hoje mantemos um pouco mais de 35 milhões de beneficiários recebendo benefícios da Previdência Social, cujos pagamentos o INSS mantém em dia. Mantemos lá o pagamento de um pouco mais de R$35 bilhões por mês desses benefícios previdenciários.

Temos em torno de 1.600 agências e atendemos, por mês, em torno de 4 milhões de pessoas presencialmente. Quanto ao serviço remoto, temos alguns e atendemos em torno de 5 milhões de pessoas por telefone e internet.

Quero dizer aqui que hoje o INSS atua atendendo essa população e pagando esse benefício, sendo o ombro amigo do cidadão brasileiro. O INSS para o cidadão não é só parte do Estado; muitas vezes, o INSS é o próprio Estado.

O que eu quero dizer é que, mesmo com toda a reforma, o papel do INSS de seguir atendendo bem à população, com a qualidade com que atende, tem que ser reforçado.

O INSS coloca, como expectativa, que, no ano de 2017, ele vai melhorar a qualidade do atendimento efetuado. Em 2017, temos a proposta de ampliar os serviços disponibilizados pela internet. O cidadão vai poder se aposentar telefonando – apenas fazendo um telefonema, ele vai ter a oportunidade de pedir a aposentadoria. Pela internet, a mesma coisa. Teremos recursos tecnológicos para que ele faça *upload* de documentação, utilizando entidades representativas também, representando a população, representando o cidadão brasileiro e ficando mais perto, mais próximo de todo cidadão brasileiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

reconhecendo o direito dele.

A nossa reafirmação aqui é esse papel que o INSS tem, é esse papel de estar junto à sociedade, pelo qual ele operacionaliza as políticas. Muitas vezes, fala-se da reforma, pensa-se no impacto que isso vai trazer para o INSS, mas o que eu quero dizer é que, quanto ao impacto na operacionalização, no que tange à responsabilidade do INSS, nós manteremos a qualidade do serviço prestado e melhoraremos a qualidade.

Saindo ou não a reforma, saindo ou não da forma como está sendo discutida, o debate, a discussão são sempre muito importantes. O INSS estará presente nessas discussões para responder às dúvidas, ouvindo o que as pessoas têm a dizer e tentando passar a tranquilidade e o otimismo de que podemos melhorar o atendimento prestado.

É isso.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Falou, pelo INSS, o Sr. Robinson Flavio Dias Nemeth.

De imediato passo a palavra para o Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Dr. Emerson Costa Lemes.

O SR. EMERSON COSTA LEMES – Bom dia!

Senador, em primeiro lugar, obrigado por este espaço aqui para nós debatermos um pouquinho a respeito da PEC 287. Estou pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, mas representando um movimento que nós começamos semana passada chamado Pela Verdade na Previdência. Não é um movimento contra ou a favor da PEC ou a favor de reforma ou contra a verdade. Nós queremos a verdade. Só isso!

De que verdade estou falando? Como se compõe um sistema previdenciário em qualquer lugar do mundo? Como se cria isso? Estou falando de coisa séria, está bem, gente!

A base de qualquer sistema previdenciário é um bom estudo atuarial. O que é um estudo atuarial? Quem quer esse negócio? Que monstro é esse? Há uma ciência específica, a ciência atuarial – e o meu maior sonho de vida é conseguir estudar isso –, que é uma ciência que pensa a previdência como um todo: que tipos de benefícios serão concedidos; de onde virão os recursos para conceder esses benefícios; quais serão os parâmetros para que as pessoas possam ter direito a esses benefícios. Tudo isso vem antes de qualquer coisa para um estudo atuarial.

Em 1960, nós tivemos a nossa Previdência Social organizada, mais ou menos nos moldes da que temos hoje, na LOPS, a Lei nº 3.807, que foi criada com base em um estudo atuarial da década de 40. E desde então, certo – não estou mentindo –, desde a Lei nº 3.807, que nós temos a mesma base, a mesma cara, a mesma relação de benefícios previdenciários, a mesma forma de concessão. Por exemplo, desde aquela época que a idade da aposentadoria é de 60 anos para mulher e 65 anos para o homem. Desde 1960, gente! Regra que vem de muito tempo! A vida mudou? Óbvio que mudou; tudo mudou de lá para cá. Nós vivemos mais, nós temos mais qualidade de vida, entramos um pouquinho mais tarde no mercado de trabalho, e tem que ser, sim, repensado esse negócio.

Agora, onde está a base técnica para a proposta de mudança apresentada? Onde está o estudo atuarial sério – que não é uma folhinha de cinco páginas? O estudo atuarial sério envolveria uma grande equipe de atuários, estudando cada uma das regiões deste País, as realidades distintas, porque não há como eu falar em uma expectativa de sobrevida para quem cresceu nos seringais do Acre, onde cresceu a sua amiga Marina Silva, e para quem cresce na Lagoa da Conceição, em Florianópolis. Não se morre na Lagoa da Conceição, em Florianópolis; só se for afogado. Num lugar daquele é impossível alguém morrer! Não há como eu ter uma única expectativa de vida para esse povo todo, uma única realidade que abrace tudo isso. Onde está a base atuarial desse estudo apresentado pelo Governo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E por falar na proposta como veio, eu vou contar a vocês um pouquinho de mim. Eu sou um privilegiado. Nasci na periferia de Londrina, no Paraná. Meu pai era servidor público de uma empresa de telefonia, na época em que ainda não havia concursos públicos, antes da Constituição; foi demitido e foi trabalhar na iniciativa privada, na mesma área, com telecomunicação, que era o que ele conhecia. Mamãe foi dona de casa durante muito tempo, mas, quando eu entrei na adolescência, ela teve que trabalhar para ajudar a economia em casa. Eu sou um privilegiado porque tive papai e mamãe trabalhando para manter a nossa casa. Aos 15 anos fui para o mercado de trabalho – eu tinha carteira assinada aos 15 anos –, como *office-boy,* em um escritório de contabilidade, andando de bicicleta pela cidade inteira. Eu era um privilegiado porque eu andava de bicicleta; outros faziam o mesmo serviço que o meu, a pé. E continuei estudando, sempre em escola pública, porque o papai e a mamãe não podiam pagar uma escola privada para mim. Consegui concluir o meu ensino médio, estudando à noite, trabalhando o dia todo, andando de bicicleta o dia inteiro, entregando documentos em empresas. Então, um pouquinho da minha realidade de privilegiado foi essa, está bem, senhores!

Comecei a contribuir para a Previdência Social aos 15 anos de idade. Hoje estou com 44, aproximadamente 27 anos de contribuição, porque tive alguns desempregos nesse meio-tempo, alguns períodos em que fiquei sem contribuir porque estava desempregado e não tinha condições de contribuir como facultativo, não tinha dinheiro para isso. Eu tinha expectativa de ter direito à aposentadoria daqui a uns sete ou oito anos. Eu teria meus 35 anos de contribuição, se tudo corresse muito bem. Venho contribuindo no teto já há alguns anos, como contribuinte individual que sou hoje, e não estou na regra de transição, porque só tenho 44 anos. Pela regra apresentada pelo Estado, terei que contribuir até setenta e poucos anos de idade, não é até 65, senhores. A PEC prevê 65 na data da aprovação, mas ela também prevê que, cada vez que a expectativa do IBGE aumentar um ano, a tabela vai acompanhar. Nos últimos cinco anos, a expectativa aumentou dois anos. Ou seja, está aumentando em uma média de 40% de tempo. Isso quer dizer que, daqui a 20 anos, quando eu tiver 65, 40% de 20 é 8, se continuar na mesma toada, significa que a idade mínima vai estar em 73. Quando eu chegar aos 73, 8 anos depois, terá aumentado para 76. Percebem um cachorro correndo atrás do rabo? Essa é a PEC, essa é a proposta da PEC para mim, para esse privilegiado da periferia de Londrina aqui. É disso que a gente está falando, gente!

Então, os institutos que se uniram neste movimento Pela Verdade na Previdência, o IBDP, que eu represento; o Iape, representado por alguns colegas que aqui estão; o Ieprev, o IBDPrev, representado pela Drª Thais, que estava conosco até agora; o IGDP (Instituto Goiano de Direito Previdenciário); esses cinco institutos estudam previdência social, não têm ligação partidária, política, sindical, nada disso. São professores de Direito Previdenciário, especialistas na área previdenciária que estudam esse negócio, nós resolvemos nos unir e falar: "Assim não dá". Sem base técnica, não se pode discutir nada. Eu aceito que venha uma reforma, desde que me provem tecnicamente que essa reforma é correta. Onde está o estudo técnico que me comprova isso? Se eu pedir agora para o Governo, ele vem com um PowerPoint bonitinho, com algumas tabelinhas. De onde saíram os dados daquelas tabelas? Eu estou falando de estudos aprofundados, não estou falando de me mostrar que o fulano estudou. Não. Eu quero ver o estudo do fulano que estudou e chegou a essa conclusão. Onde é que está a base desse negócio?

Nós queremos estudar isso a fundo e é por isso que nós estamos pedindo audiências públicas, Senador, para poder trabalhar esses dados, apresentar essas informações, discutir isso com a sociedade e, então, chegarmos de fato a uma conclusão: temos ou não temos que reformar a Previdência. Será realmente que nós temos de reformar a Previdência Social? Nós já ouvimos, eu não vou repetir aqui o argumento do déficit, 45 pessoas já falaram isso hoje de manhã, não há necessidade de eu falar de novo. Não vou repetir para vocês que nós temos uma Seguridade Social, porque a Drª Thais deu uma aula sobre esse funcionamento agora há pouquinho. Não preciso ficar malhando em ferro frio, ficar repetindo o que as pessoas já falaram, mas onde é que está a base técnica? É isso que o nosso movimento pede.

Com base nisso, Senador, nós gostaríamos que deste evento hoje saísse um documento com as conclusões desta audiência, para nós remetermos um ofício lá para a CCJ, pedindo audiências públicas lá. Já existem dois pedidos de audiências públicas lá, apresentadas por nós, para que lá na CCJ, onde se está discutindo a constitucionalidade da PEC, antes mesmo de que seja lido o relatório, nós possamos discutir isto tudo, onde está a base para que se possa dizer se há ou não necessidade de reforma. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nós poderemos discutir de fato o projeto que vier apresentado decentemente, não dessa maneira que foi colocado. Vale lembrar que essa ideia de 25 anos de carência, de 65 anos, é antiga.

Ela vem desde o final da década de 1990. Quando se apresentou, quando se aprovou a Emenda 20, já se pretendia colocar essa "pacoteira" toda. O governo não teve coragem na época, graças a Deus, apresentou só uma parte do negócio.

Depois, no decorrer das outras mudanças todas que nós tivemos, até as últimas mudanças do ano passado, sempre se queria implantar esse monstro todo aí. E agora, de repente, alguém teve coragem de jogar tudo no ventilador e falar: ah, não fui eleito mesmo, posso pedir tudo que eu quiser porque eu não estou perdendo voto de ninguém. Mas é uma loucura o que a gente vê.

Só que a ideia é maléfica. Nós não temos base técnica até agora para discutir tudo isso e, sem base técnica, nós não aceitamos que os senhores votem. Nós não temos condições que os senhores votem. Os senhores não têm base técnica para isso. Os senhores têm um pedido da Presidência da República de ser aprovada uma maluquice qualquer.

Então, até aproveitando que nós temos bastante tempo e para que os outros oradores possam falar bastante também, eu encerro aqui agradecendo, em nome dos institutos, esse espaço dado e pedindo que seja emitido um documento ao final disso, para nós apresentarmos lá na CCJ e tentarmos barrar essa confusão toda.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Esse foi o Dr. Emerson Costa Lemes, que falou pelo IBDP, Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário. Eu só peço que a assessora tome nota de todas as propostas encaminhadas, para a gente fechar o documento no final.

Nós temos ainda de ouvir o Sr. Romero, mas me falaram que ele foi dar uma entrevista aí fora e volta em seguida. E temos agora quatro inscritos ainda para usar a palavra. Poderão tranquilamente. E qualquer um dos painelistas, como o Toninho, que está aqui. Toninho, se quiser complementar, pode complementar no momento que entender mais adequado. Dei como exemplo o Toninho, mas serve para todos os que usaram a palavra.

Agora, é Charles Johnson da Silva Alcântara, presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco). Informando que serão cinco minutos, mas com uma tolerância necessária, se assim o convidado entender.

O SR. CHARLES JOHNSON DA SILVA ALCÂNTARA – O.k. Senador, bom dia. Saúdo os integrantes da Mesa e demais pares.

Bom, nós vivemos um momento bastante difícil no País. Estamos aqui a discutir e concordo com o Luiz Alberto quando, logo no início da sua fala, ressaltou que a PEC 287, na verdade, é a que estrutura em um primeiro plano a própria PEC 55, que deve ser aprovada daqui a pouco pelo Senado da República. Quer dizer, é a materialização. A PEC 55 contém uma série de diretrizes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Me permite, Charles, só para tranquilizar todos. Agora só está lá no debate. Como a gente já debateu isso lá no plenário inúmeras vezes, no momento que for votar, eu vou lá, voto e volto aqui.

O SR. CHARLES JOHNSON DA SILVA ALCÂNTARA – Está certo. Eu não tenho dúvida disso, Senador.

Bom, então, na verdade, a PEC 55 requer a PEC 287, requer o PLS 204, de 2016, das estatais não dependentes. Enfim, existe todo um arcabouço montado. E a PEC 287 é o primeiro grande e largo passo para viabilizar todas aquelas diretrizes contidas nesse chamado novo regime fiscal, proposto pela PEC 55. Daí por que ela é fundamental. Se nós conseguirmos barrar a PEC 287, a gente consegue inviabilizar a própria PEC 55.

Isso é importante ser dito. Concordo com o Senador quando diz que a resistência e a mobilização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

popular em relação à PEC 287 vão ser muito mais efetivas, claro, se nós trabalharmos e fizermos o nosso trabalho corretamente, do que a PEC 55, que ninguém sabe o que é. Mesmo nas nossas categorias – sou do Fisco, aqui do lado está o Pedro, que é Diretor da Fenafisco do Rio Grande do Norte, sou do Pará – mesmo entre os nossos pares temos tido dificuldade para debater o significado da PEC 55. Vejam vocês a dificuldade que a gente tem.

Nós assistimos ao País nesses dias uma coisa realmente surreal. A primeira delação de 77, de um executivo de uma grande empreiteira, uma empreiteira tradicional, a maior empreiteira do País, dizendo literalmente que o nosso Congresso está privatizado, contando com riqueza de detalhes e, inclusive, mencionando medidas provisórias que foram compradas pelo poder econômico. Medidas provisórias! Vejam vocês o descalabro. Temos um Governo, um Presidente sob grave suspeição, um Congresso sob grave suspeição, e o Governo e o Congresso querem acabar com a Constituição, acabar com os direitos sociais! Como podemos permitir que isso aconteça?

Ontem eu assistia, Senador, à reunião extraordinária da CCJ para discutir exatamente a admissibilidade da 287. É uma coisa estarrecedora, a base de apoio do Governo sequer discutiu a matéria. Calados entraram e calados saíram da reunião. Enquanto a oposição, aqueles que resistem, defendendo teses, a Base de Apoio absolutamente calada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHARLES JOHNSON DA SILVA ALCÂNTARA – ... num desrespeito absurdo, porque não quer discutir. Eu só lastimo de todo esse esforço que a gente faz para debater o mérito, os riscos e a desgraça que é essa PEC, não há da parte dos seus formuladores nenhum interesse em debater isso. É bom que a gente saiba, nós vamos falar com as paredes. Não vamos convencer este Congresso a não votar a PEC 287, senão pelo caminho proposto pelo Senador Paim, da resistência popular, de deixar claro e de dizer para esses Parlamentares traidores do povo brasileiro que eles não terão o voto do povo brasileiro se votarem essa PEC 287. Esse é o único argumento capaz de demovê-los, não serão os argumentos técnicos, não serão as brilhantes apresentações, os números, as estatísticas, o desmonte dessa farsa, não será isso, Luiz Alberto, infelizmente. Isso vai servir para a gente, para dar sustentação à nossa argumentação, mas não servirá para demover o Congresso brasileiro dessa farsa, dessa traição.

PEC 55, PEC 287, PLS 204, todos de 2016, todos a partir da assunção de Temer. E eu perguntaria a vocês, então: depois dessa PEC 55, PEC 287 e PLS 204, a que veio esse Presidente? Digam-me a que veio esse Presidente, se não para acabar com o Brasil, para entregar tudo que nós conquistamos ao longo das gerações para o poder econômico? Nada mais é a proposta de reforma da previdência do que você inviabilizar o direito à previdência no País, depois de muitos anos de contribuição, para que o capital financeiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHARLES JOHNSON DA SILVA ALCÂNTARA – ... tenha mais tempo com esse dinheiro. É isso que está acontecendo! Ou seja, você vai passar todo esse dinheiro para o mercado financeiro, para os rentistas, que não precisarão, ao longo de anos e décadas, mais retribuir os trabalhadores pelos anos trabalhados e pela contribuição dada ao longo do tempo. Então, o que a gente propõe, o que a Fenafisco está discutindo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Trinta segundos, Charles.

O SR. CHARLES JOHNSON DA SILVA ALCÂNTARA – ... é organizar o povo em cada Estado para resistir à reforma da previdência e derrotar essa proposta. Não derrotaremos essa proposta sem questionar a própria legitimidade do proponente. O Governo Temer e este Congresso, do modo... E nos honram a sua presença e a sua lealdade, Senador Paim. O senhor é um dos raros... Porque existem aqui também outros, ao seu lado, que estão ao lado do povo. Mas nós sabemos que o Congresso brasileiro, a Presidência, o comando das duas Casas e o comando do País estão sob grave suspeição. E nós não podemos admitir e permitir que esses sujeitos sob suspeição grave de corrupção conduzam o País para o calabouço, para o abismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Charles Johnson da Silva Alcântara, Presidente da Fenafisco.

Vilson Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), o último a falar desta Mesa. Depois, teremos mais três do plenário e iremos para os encaminhamentos.

O SR. VILSON ROMERO – Senador Paulo Paim, meu nobre conterrâneo, um grande abraço! É uma satisfação estarmos novamente aqui, junto com vocês.

Vejo grandes lutadores aqui contra essas batalhas da previdência. Saúdo o novo Presidente da Fenafisco, meu amigo Charles. Um grande abraço! E saúdo também os senhores advogados, que iniciaram, neste final de semana, sob a liderança do meu amigo Diego Cherulli, um movimento grande e acho que importantíssimo, já de bloqueio... (*Palmas.*)

Eu acho que isso tinha que ser alinhado não só no IBDPrev, não só no IBDP, mas com o Conselho Federal da OAB marcando presença muito forte. Amanhã nós estaremos numa reunião do Conselho Federal, numa audiência pública.

É fundamental o acompanhamento legal, jurídico e político dessa matéria, porque, acima de tudo, pelo que todo mundo pode avaliar, a PEC 287 implode o nosso *wellfare State*, o nosso Estado do bem-estar social tupiniquim, criado e trazido pela Constituição cidadã de 1988, tentando reproduzir algo iniciado no período pré-guerra, como já foi citado aqui, pelo chanceler Otto von Bismarck. A nossa seguridade social está sendo implodida com essa PEC.

Mas é bom lembrar, quando falam em rombo, que o próprio Governo reconhece, apesar de estar levando somente sob a ótica atuarial, contábil, orçamentária, como instrumento de ajuste fiscal... E nós fomos testemunhas da reunião, estivemos naquela reunião da segunda-feira passada, onde o Senhor Presidente, todos os seus ministros, o Secretário de Previdência estavam apresentando às centrais sindicais a proposta, e lá nós vimos que a proposta ainda não estava pronta. Nós passamos três meses em grupos de trabalho técnico dentro do Planalto, e não tinha ainda a proposta, porque estavam rascunhando, com a presença da encarregada, assessora especial da área e do próprio Marcelo Caetano. E, além de tudo, percebeu-se que, depois de terem mandado a PEC 287, no dia seguinte, houve uma retificação. Então, esse processo parece-me que está em andamento.

Quero lembrar a todos que na página do Ministério da Fazenda há uma cartilha de perguntas e respostas sobre a reforma. É bom já copiarem a atual versão porque amanhã podem mudar. E lá está muito claro. Uma das perguntas acerca da reforma é: de onde vêm os recursos da previdência social? A própria Fazenda e sua Secretaria de Previdência Social respondem que as fontes de recursos para o RGPS [e não é para a toda a previdência, é Regime Geral de Previdência Social] são: são as contribuições sobre a folha de salários dos trabalhadores empregados (contribuem tanto empregador quanto empregado); contribuição sobre a renda bruta das empresas – Cofins; Contribuição sobre o Lucro Líquido – CSLL; contribuição sobre a renda líquida dos concursos de prognósticos.

Então, senhores, isso aqui ó o desmonte do rombo. É o princípio da solidariedade imperando na própria resposta. Aquilo que é sagrado no nosso Estado de bem-estar social está aqui documentado e atestado pelo Governo. Então, não há rombo. O rombo é uma falácia.

Podemos avaliar a evolução demográfica do País, mas estamos tendo como parâmetro a comunidade europeia, os países escandinavos, países que têm um alto IDH muito diverso do Brasil e que permanecem em eterna via de desenvolvimento, não sendo inclusive parceiros dos seus parceiros no grupo econômico BRICS. Esses não conseguem acompanhá-los em termos de crescimento, em termos de recuperação e redução da desigualdade – nem a Rússia, nem a Índia, nem a China, nem a África do Sul, e querem usar como paradigma etário esses países. Então, essa é uma das questões que temos que efetivamente combater.

E, desde logo, quero colocar à disposição o vídeo que apresentamos no início, que já viralizou pelas redes sociais. Depois vamos, acima de tudo, pensar em nos quotizarmos para colocá-lo na grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mídia, porque não temos recursos para enfrentar essa grande campanha. Quarenta dias antes de ser apresentada a reforma, em todos os aeroportos do Brasil já estava estampada a mensagem da Confederação Nacional da Indústria, defendendo a reforma, dizendo que o Brasil iria acabar se não houvesse a reforma. E, agora, temos, nas grandes redes, na mídia impressa, inclusive na mídia radiofônica, a mensagem definitiva de que o Brasil não se salva se não mudar a previdência social.

Estamos esticando a corda e vendo que – aqui temos que fazer um protesto –, se tínhamos o Congresso, este Congresso, que é a casa do povo, não está mais permitindo que o povo entre. Lamentavelmente, o povo não está entrando na sua casa. E isso tem acontecido em todo Brasil. Não vemos campanha como víamos na época da PEC nº 33, em 1987, ou em 2001, 2002, quando, a cada instância da votação da reforma, nas praças públicas eram estampadas as fotos dos Parlamentares. Temos que começar isso.

Agora, com a votação na CCJ, todos os Srs. Parlamentares que admitirem ou que votarem a favor da admissibilidade da PEC têm que ter suas fotos estampadas em praça pública, dizendo que já estão traindo o povo. (*Palmas.*)

Só assim eles vão sentir aquilo que o Senador disse. Não adianta virem para cá dois milhões de brasileiros para incendiar o Congresso, porque parece que este Congresso está blindado. Mas nós temos que romper essa blindagem.

E, obviamente, essa mobilização tem que ser organizada, tem que deixar de lado a fogueira das vaidades das centrais, dos movimentos sociais; temos que ter todos uma unidade em torno do combate, e não só o discurso do golpe ou do contragolpe, mas, acima de tudo, de uma coisa agora que interessa à vida de todos os cidadãos, de uma coisa que interessa à economia das pequenas e médias comunidades do Brasil, onde a Previdência Social recebe recursos superiores ao Fundo de Participação dos Municípios, que recebe recursos do INSS que são, em 80% dos casos, superiores à própria arrecadação municipal, que movimenta e impacta a vida de 100 milhões de brasileiros, trabalhadores do campo, da cidade, do serviço público.

Então, nós temos que nos mobilizar porque, efetivamente, essa medida faz política de terra arrasada do sistema de previdência, apesar de já termos apresentado propostas ao Governo, junto com as centrais sindicais, que são extremamente importantes, porque ajustam do lado da receita ao invés de, simplesmente, pensar previdência como mera despesa, quando, na realidade, é o grande programa social que impede que a miséria seja maior em solo brasileiro.

Nós apresentamos a proposta que revisa a desoneração da folha, que foi criada sem o mínimo comprometimento do empresariado de manter o nível de emprego. Os primeiros setores a desempregar, no início da crise, foram exatamente aqueles que primeiro foram desonerados – têxtil, coureiro, calçadista e outros. Nós temos que "reonerar" as empresas ou criar contrapartidas que mantenham o nível de emprego, que mantenham a massa salarial.

Há oito ou dez anos não se falava em reforma da previdência, quando nós estávamos em um momento de pleno emprego, com condições de massa salarial elevada, com o desenvolvimento do próprio setor econômico. Naquele momento se cobrava a reforma da previdência? Não. Como bem disse o Luiz Alberto, ela é oportunista porque vem num momento de crise.

Nós pedimos para revisar, encaminhamos proposta de revisão das renúncias fiscais, que aqui foram muito comentadas. Quase R$70 bilhões em 2016 foram tirados do dinheiro das aposentadorias do INSS, e esse dinheiro... Obviamente, nós temos que incentivar os setores do agronegócio, a pequena e microempresa, nós temos incentivar a filantropia na área da educação e da saúde, mas não pode ser às custas dos recursos destinados ao pagamento das aposentadorias. Há de haver uma revisão; há que, definitivamente, guardar recursos no Orçamento para repor, imediatamente, esse valor renunciado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VILSON ROMERO – Que rombo é esse se se tira quase R$70 bilhões das contribuições previdenciárias?

Nós, obviamente, não podemos pensar que existe rombo quando a DRU, maleficamente, reno-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vada a 30% da retirada dos recursos das contribuições sociais, num período de 12 meses, deve separar para o pagamento da nossa paquidérmica dívida pública, dos juros e amortização, quase R$120 bilhões! Que rombo nós temos nesse sistema?

Obviamente, nós temos que melhorar todo o equipamento de fiscalização, todo o recurso, tanto material quanto humano, destinado a isso, porquanto unificou a receita previdenciária com a receita fazendária, em 2008, havia 4.200 auditores fiscais da Previdência Social. Hoje, dentro da estrutura da Receita Federal, há no máximo 900 auditores destinados a combater a sonegação na área da previdência social.

Então, senhores, isso tem sido deixado de lado, menosprezado esse trabalho, que tem um fundo e uma destinação social. Nós temos que, obviamente, criar instrumentos mais ágeis de cobrar essa dívida ativa previdenciária, que, somada à dívida administrativa, já atinge cerca de R$500 bilhões! Como que não cobro o dinheiro que foi sonegado, surrupiado do aposentado e do regime geral como um todo?

Também temos uma questão muito importante a ser debatida, que decorre do desequilíbrio, da necessidade de financiamento do subsistema rural. O setor rural, em 2015, arrecadou, para bancar as aposentadorias, R$7 bilhões e desembolsou R$98 bilhões a título de aposentadorias. Temos de equacionar isso. Se a Confederação Nacional da Agricultura... Se o valor da produção bruta anual em 2016 foi de cerca de R$600 bilhões, que, somados ao valor da exportação do agronegócio, deram mais US$100 bilhões, temos mais de R$1 trilhão de receitas desse setor, o que, efetivamente, não justifica que somente contribuam com R$7 bilhões para bancar a aposentadoria dos seus trabalhadores.

Não podemos, obviamente, penalizar o trabalhador rural, o trabalhador do campo, que gera o alimento da cidade. Não podemos pressionar em demasia o setor primário, porque, se não fosse o setor primário, a queda no PIB brasileiro seria mais vertiginosa. Mas ele tem de ser chamado a contribuir um pouco mais, com certeza. Obviamente, vai haver uma resistência muito grande das bancadas rurais, da Bancada do Boi etc. e tal, mas temos de encontrar um equacionamento que não penalize tanto o sistema ou que somente deixe esse subsistema rural sob o abraço, sob o guarda-chuva da solidariedade da Seguridade Social.

Há outro detalhe que diz respeito – peço ajuda não aos universitários, mas aos advogados – ao fato de que temos de mudar a regra prescricional e decadencial das contribuições previdenciárias. Tem de voltar a ser aquilo que era, com 20 anos. Tem de ser vintenária, porque não há como prescrever algo que vai contar para uma geração ou para contribuições de cerca de 35 anos e, agora, de 45 anos ou 49 anos. Então, ela não pode estar sob a égide do que está no Código Tributário, prescrever em cinco anos. Então, senhores, essa é outra ação que acho que temos de encaminhar muito bem.

Acima de tudo, a PEC 287 já começa mal, no momento em que, sob a bandeira de que todo brasileiro é igual perante a lei, já exclui alguns que são mais brasileiros, ou seja, os militares. Não estamos cumprindo o que se pretende; essa bandeira foi desmontada. Então, é falácia o rombo, é falácia o cumprimento da Constituição de igualar os brasileiros como um todo. E, acima de tudo, enquanto não ajustar pelo lado da Receita, não adianta penalizar o trabalhador do campo, o trabalhador da cidade, o servidor público.

É por isso que temos de lutar.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Vilson Romero, Presidente da Anfip!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Vilson Romero, Presidente da Anfip.

Pessoal, o Presidente Renan, que está neste momento coordenando a sessão no Plenário, pediu que todas as Comissões encerrem os trabalhos porque já está no encaminhamento de votação. Mas nós temos ainda três inscritos. Se esses três ficarem, no máximo, em cinco minutos, eu leio os encaminhamentos e nós encerramos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Luiz Fernando Pereira Souza, Presidente da Fenajud.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA SOUZA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Senador Paulo Paim, na pessoa de quem eu cumprimento os demais componentes da Mesa e os demais participantes.

Falo em nome da Federação Nacional dos Servidores da Justiça nos Estados. Temos outros companheiros da Bahia aqui presentes, do Sintaj da Bahia, outros também do Sinpojud da Bahia e outros chegando também aqui ao Congresso, tentando chegar, do Serjusmig (Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais).

Temos participado, Senador Paulo Paim, de inúmeros eventos, inclusive nesta Casa, sob sua Presidência, discutindo o assunto previdência, as reformas. Na semana passada, tivemos um seminário internacional, discutimos também, aqui neste plenário, a respeito da auditoria cidadã da dívida. Temos acompanhado e participado diuturnamente de outros seminários e plenárias, inclusive, recentemente, da Fenajuf, nossa entidade coirmã dos servidores da Justiça Federal. Discutimos, exaustivamente, esses assuntos na abertura de uma plenária daqueles companheiros servidores da Justiça Federal.

Ontem, tive uma oportunidade de participar também de um seminário, na Universidade Federal de Minas Gerais, durante todo o dia, que tratou desse tema. E lá, coordenado pelo Prof. Antônio Gomes e também pela Profª Sarah Campos – há um órgão daquela universidade que trata das relações entre a academia e o mundo do trabalho, o mundo sindical –, nós discutimos, e a fala do Prof. Antonio Gomes foi muito propícia, porque ele tratava dessas discussões todas, dessas modificações que estão querendo fazer na nossa legislação pátria, na nossa Constituição da República, sob o aspecto da constitucionalidade ou da inconstitucionalidade. E nós trazemos aqui, entre aspas, o que ele disse, que "reformas constitucionais também podem ser inconstitucionais".

Ele disse, e eu concordo e trago isso à reflexão desta Comissão, que os princípios fundamentais previstos não só no art. 1º da nossa Constituição da República, que são soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, e, principalmente, os do inciso IV, os valores sociais do trabalho, e também os do parágrafo único, todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos... Essa reflexão fazia o Prof. Antonio Gomes ontem, na UFMG, que nós representantes dos trabalhadores temos que alertar, cobrar e confrontar os Parlamentares brasileiros, porque eles estão fazendo reformas na Constituição que afrontam os princípios fundamentais, que são cláusulas pétreas da nossa Carta Magna, e nós não podemos deixar.

Então, a Fenajud – sendo breve, para que possamos encaminhar outras falas – estamos aqui dizendo que discordamos de toda e qualquer reforma que fira direitos fundamentais do povo brasileiro previstos na Carta Magna.

E nós convocamos todos aqui, conforme já disseram os que me antecederam na fala. Também tenho uma história muito parecida com a do Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário. Começamos a trabalhar muito cedo, eu aos 16 já comecei a contar tempo e a contribuir para a Previdência, hoje com 43.

E muitos são os trabalhadores da Justiça brasileira que têm esse perfil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA SOUZA – ...parecido com o nosso.

Então, para encerrar, convocamos e encaminhamos que todas as entidades sindicais aqui presentes façam um movimento no Território brasileiro todo de confrontar os Parlamentares eleitos. Dizer para eles que eles não podem mudar a Constituição da República quaisquer que sejam essas mudanças que afrontam o direito do trabalhadores, porque elas são frontalmente incondicionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Luiz Fernando, pela Fenajud.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Hugo Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho.

O SR. HUGO MELO FILHO – Sr. Presidente, senhoras e senhores, serei breve.

Inicialmente, queria parabenizar o Senador Paulo Paim por mais esta iniciativa, S. Exª que vem sendo a maior resistência no Congresso Nacional contra essas mudanças absurdas que estão sendo promovidas.

Eu inicio fazendo referência ao fato de que não há surpresa nenhuma nas medidas que estão sendo tomadas por esse governo golpista e agora completamente desmoralizado.

Todos sabíamos que o objetivo do golpe era exatamente promover essas alterações com a PEC do Fim do Mundo, a PEC da Reforma da Previdência e o desmonte dos direitos trabalhistas que estão aí a caminho também.

Então, é hora ainda, Senador Paulo Paim, de se falar na ingenuidade ou na má fé daqueles que foram para as ruas em favor do golpe, que agora também são vítimas da reforma da Previdência como V. Exª bem referiu. Mas muito mais vítimas do que esses somos nós que resistimos ao golpe, a classe trabalhadora que sempre foi contrária ao golpe e a favor da conservação do Estado democrático de direito, que agora está sendo mais ainda vitimizada pelas mudanças promovidas.

Porque a PEC que está sendo votada hoje a toque de caixa, a PEC 55, pelo Presidente do Senado, vai atingir muito mais aqueles mais pobres do que os representantes da classe média das classes dominantes.

É verdade que a PEC da Reforma da Previdência atingirá igualmente diversas pessoas de diversas classes sociais, como V. Exª bem referiu e talvez aí esteja, Senador Paim, a possibilidade efetiva de que ela venha a ser rejeitada porque haverá muito maior organização no sentido de combatê-la do que houve ou do que está havendo quanto à PEC 55, uma vez que ficou claro que o movimento sindical nesse momento não reúne força e condição de mobilização da classe trabalhadora, como já foi mencionado aqui pelo Warley, na sua manifestação, infelizmente.

E por isso mesmo estamos hoje com um ato público marcado para as 17h, em frente ao Congresso Nacional, ocasião em que provavelmente a PEC já terá sido votada e aprovada. Portanto, um ato de protesto, e não mais um ato de tentativa barrar essa alteração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas apontando também, claro, a maldita PEC da Previdência.

O SR. HUGO MELO FILHO – Apontando, claro, para a obrigatoriedade da luta contra a provação da PEC da Previdência Social.

Então, é de estarrecer o cinismo com que os Parlamentares brasileiros estão levando a cabo o propósito do desmantelamento dos direitos sociais, do desmantelamento do Estado democrático de direito em nosso País e que está sendo feito sob o beneplácito da imprensa, da grande mídia oligopolista e também do Supremo Tribunal Federal, que, em diversas ocasiões, teve condições de que em diversas ocasiões teve condições de barrar essas alterações, e não o fez.

Ainda hoje, foi rejeitado um pedido de liminar para obstruir a votação da PEC 55 no Senado Federal, e o Ministro Relator indeferiu o pedido de liminar formulado por Senadoras, a Senadora Gleisi, salvo engano, e outra companheira.

Enfim, todas as possibilidades que se abriram para que o Poder Judiciário barrasse as tentativas de reforma a toque de caixa de todos esses direitos clássicos e tradicionais dos trabalhadores brasileiros conquistados nas últimas décadas não foram aproveitadas pelo Supremo Tribunal Federal, o que é lamentável.

Então, Senador Paulo Paim, uma vez aprovada a PEC 55, com toda a desastrosa consequência que ela trará, resta-nos a esperança de luta. E o otimismo na luta tem que estar presente sempre. Resta-nos a esperança de que a luta contra a PEC 287 seja vitoriosa. Para isso podemos apontar o exemplo da estratégia que V. Exª conduziu muito bem em relação à terceirização, quando ao menos conseguimos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

por mais de um ano, postergar a votação dessa matéria em caráter definitivo, o que pode conduzir a um momento político diferente no qual ela venha a ser rejeitada. Oxalá o mesmo aconteça com a PEC 287 e que ela venha a ser votada em um momento em que a consciência política brasileira esteja em harmonia com as aspirações populares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Hugo Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho.

Dr. Guilherme Portanova, Conselheiro Jurídico da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

O SR. GUILHERME PORTANOVA – Bom dia a todos. Bom dia, Senador.

Serei curto e grosso.

Reitero aqui o pedido para que saiamos hoje desta CDH com um documento, uma ata, constatando tudo o que aqui foi dito, compilando o que aqui foi dito no sentido da clara inconstitucionalidade da PEC 287. Nós somos a favor de ajustes, distinção de direitos sociais, jamais. A PEC 287 extingue direitos sociais, cláusulas pétreas.

Então, reitero o pedido para que, ao sair, possamos levar, ato contínuo, à CCJ para forçar uma audiência pública antes mesmo da leitura ou da realização de qualquer ato na CCJ.

Quanto às propagandas milionárias do Governo, de uma Previdência Social que está quebrada, ele faz uma contrapropaganda de si mesmo, que está quebrado, tudo desestimula o segurado de contribuir, remetendo todos ao mercado informal.

Também faço parte do movimento Pela Verdade na Previdência. Estamos nos articulando para mover uma ação popular, porque queremos saber qual é a justificativa, os motivos, os valores. E quem sabe, no bojo dessa ação popular, um pedido de liminar pelo direito de resposta, porque escutar somente um lado da moeda parece ser nada democrático. E não é.

Por fim, conclamo a ajuda de todos os amigos, com o Senador Paulo Paim capitaneando a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social.

Nós fizemos um trabalho singular na ADPF 415, que está lá no Supremo Tribunal Federal até hoje, com o Ministro Celso de Mello, que se nega a nos receber. Isso é uma barbaridade! Um Ministro do Supremo não pode... Inclusive com ofício de Senadores e de Deputados Federais, ele se nega a receber.

Nessa ADPF 415 há um pedido de liminar no sentido de que todo projeto de lei ou de emenda constitucional – aí entra a PEC 287 – que tenha como justificação de motivos a falácia do rombo previdenciário... E a 287 só fala em rombo, e não mostra de onde é. Planilha Excel, o meu sobrinho de cinco anos também faz com um monte de números.

Pedimos liminar dizendo que qualquer PEC ou projeto de lei com justificação de motivo seja suspensa até que se verifique quem está com a razão – nós somos loucos ou o Governo está errado, ou nós somos loucos ou Governo está certo? Então, conclamo: hoje, no final da tarde, vamos acampar no Supremo Tribunal Federal, e Celso de Mello vai ter que se debruçar sobre essas liminares.

Outra liminar é pedindo imediata audiência pública e auditoria na dívida pública, porque estudos apontam que a DRU é usada para pagar juros de uma dívida pública jamais antes auditada e que, no ano passado, tendo comprometido 42% do nosso PIB, cresceu quase R$900 bilhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME PORTANOVA – Nós somos a nova Grécia!

Duas palavras para finalizar.

Se não lutarmos hoje, não teremos amanhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E a última: previdência social não é custo, é investimento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço muito e esclareço que tive que acelerar porque agora estão me chamando para votar os requerimentos.

Vou ler rapidamente os encaminhamentos antes de encerrar a nossa reunião aqui, sem prejuízo de vocês construírem o documento com a assessoria.

Encaminhamentos:

– Ofício à CCJ da Câmara solicitando que sejam aprovados os Requerimentos nºs 141 e 142, para a realização de audiências públicas lá para debater a Previdência;

– encaminhar ofício ao Ministério da Fazenda solicitando que a Secretaria da Previdência apresente os estudos atuariais para fundamentar a dita PEC 287;

– avaliar a possibilidade de propor projeto de lei para mudar as regras de prescrição e decadência sobre as contribuições previdenciárias;

– propor medidas para proibir anistias, renúncias e subsídios com recursos da Seguridade sem a devida compensação pelo Tesouro;

– combater a sonegação e a fraude;

– cobrar a dívida ativa do INSS;

– proibir o trabalho infantil e formalizar o trabalho informal, o que significa mais contribuições;

– comunicar acidente do trabalho para que a responsável arque com os custos;

– realizar congresso de emergência em todos os Estados entre fevereiro e março para discutir esse tema e outros;

– encaminhar a discussão dos cartazes "Os Traidores do Povo" urgentemente;

– construir caminhos para se contrapor à mídia oficial.

E há, no final, esse documento que você propôs.

O.k., pessoal?

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa audiência pública – vou correndo para o plenário!

(*Iniciada às 8 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 116ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às treze horas e onze minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Dário Berger, Hélio José, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro e Vicentinho Alves, e das Senadoras Fátima Bezerra, Regina Sousa e Marta Suplicy. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, Benedito de Lira, Rose de Freitas, Omar Aziz, Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, de 2013. Terminativo. "Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011. Terminativo. "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011. Terminativo. "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011. Terminativo. "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015. Terminativo. "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, de 2015. Terminativo. "Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982." Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CCJ. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016. Terminativo. "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015. Terminativo. "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012. Terminativo. "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Sen. Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CI, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria para reexame. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

44, de 2016. Terminativo. "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CCT (Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática). Resultado: Retirado de pauta. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016. Terminativo. "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2016. Não terminativo. "Institui a Política Nacional para Doenças Raras no Sistema Único de Saúde - SUS." Autoria: Deputado Marçal Filho. Relatoria: Sen. Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2008. Não terminativo. "Altera o Art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para considerar crime hediondo o acidente de trânsito com vítimas fatais praticado por motorista alcoolizado ou sob efeitos de substâncias análogas." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 14 - OFICIO "S" Nº 16, de 2015. Não terminativo. "Encaminha, para conhecimento e providências porventura cabíveis no âmbito do Senado Federal, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 29, de 2015. Não terminativo. "Altera a Resolução nº 24, de 8 de junho de 1995, para dispor sobre a acessibilidade da programação veiculada pela TV Senado." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ataídes Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto de Resolução. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2015. Não terminativo. "Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, de 2015. Não terminativo. "Estabelece diretrizes, critérios e parâmetros para projeto, fabricação e instalação ou montagem de equipamentos eletromecânicos do tipo escada ou esteira rolante." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Sen. Ataídes Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2016. Não terminativo. "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 19 - SUGESTÃO Nº 7, de 2016. Não terminativo. "Sugere "Proibir, expressamente, o corte ou a diminuição da velocidade por consumo de dados nos serviços de internet de Banda Larga Fixa"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. José Medeiros. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência(s) pública(s) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), "para que autoridades públicas e representações de classe dos policiais possam debater os dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos, que serão fornecidos pelos Ministros de Estado da Justiça e da Defesa"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100 de 2016, que: "Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências".” Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 22 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 109 de 2016, que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater, junto com as autoridades responsáveis, "A audiência de custódia no Brasil".” Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 23 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 127 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater a relevância da criação da Universidade Federal de Barra do Garças (UNIBARÇAS), por meio do desmembramento do Campus Universitário do Médio Araguaia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).” Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 24 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 151 de 2016, que: "Requer realização de audiência pública para debater sugestão de Projeto de Lei como uma proposta da sociedade civil, contendo a "Política Nacional de Redução de Agrotóxicos".” Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 25 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 155 de 2016, que: "Requer, com base no art. 58, §2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inc. II, e 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater a "Reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo Governo Temer e, muito especialmente, os seus efeitos para os profissionais da segurança pública, notadamente os policiais".” Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 26 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 162 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 58, § 3°, da Constituição Federal, combinado com o art. 148 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), "com vistas ao levantamento de informações e dados sobre o processo de transferência da produção de aviação executiva da Embraer para os Estados Unidos".” Autoria: Senador Lindbergh Farias. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 164 de 2016, que: "Requer, nos termos regimentais, que seja o Ministro da Justiça e Cidadania, Alexandre de Moraes, convidado a prestar os devidos esclarecimentos, no Plenário desta Comissão, sobre a violência cometida contra os movimentos sociais nas manifestações ocorridas nos dias 29 de novembro e 13 de dezembro de 2016, na Esplanada dos Ministérios, nesta Capital.” Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado, com a inclusão de representante da Polícia do DF. ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 165 de 2016, que: "Requer, nos termos do art. 222 do RISF, "que seja aprovado voto de solidariedade ao povo Curdo, para que a paz e o respeito à pluralidade prevaleça em todos os países".” Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 166 de 2016, que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública para instruir o PLS 90, de 2015, que dispõe sobre aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.” Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Apresentação do Relatório dos Trabalhos da CDH. Finalidade: Apresentação do Relatório dos Trabalhos da CDH. Resultado: Relatório apresentado. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Dário Berger e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta 116ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 107ª e 115ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Esta reunião será dividida em duas partes. A primeira parte será deliberativa; e a segunda, apresentação de relatório dos trabalhos da Comissão.

Eu vou inverter.

Na primeira parte, eu vou apresentar o resumo dos trabalhos desta Comissão. Com esta aqui, já é a 116ª Reunião.

No ano passado, ficamos em torno de 150; este ano, fizemos a 116ª, mas tivemos mais 27 reuniões, como teremos uma hoje à tarde, para discutir a reforma previdência, ou seja, não ficaremos longe da meta de 150 reuniões.

Vai além, pois o segundo informe que vou passar a todos aqueles que estão nos assistindo pelo sistema de comunicação do Senado é que, este ano, nós ultrapassamos, inclusive, as 150, chegando a 174 reuniões.

Vamos ao relatório, antes da Senadora Regina Sousa, que tem projetos aqui ainda para relatar, e do Senador, que, se não me engano, é Cristovam Buarque.

Vamos ao relatório.

Neste ano de 2016, biênio 2015/2016, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, sob a Presidência deste Senador e Vice-Presidência do Senador João Capiberibe, manteve as diretrizes estabelecidas num plano de trabalho da CDH para este biênio, alcançando resultados bastante positivos e de grande relevância social.

Este ano, a CDH realizou 174 reuniões entre audiências públicas, reuniões deliberativas, reuniões de trabalho e outros tipos de eventos. Amanhã realizaremos a reunião de nº 175. Foram 85 audiências com a finalidade de instruir proposições legislativas ou debater assuntos da mais alta relevância para o País, com temas instigantes e bastante variados, como diversificada foi a autoria dos requerimentos que aqui as determinaram, que envolvem mais da metade dos seus membros.

A lista de temas é de enorme repercussão social. Destacamos os diversos ciclos de debates que tivemos sobre a reforma da previdência. Sobre essa reforma, durante duas horas, lá na Comissão de Assuntos Sociais, mostrei um parecer que resolveria toda essa lambança que estão fazendo em torno da previdência, demonstrando que ela é superavitária e é possível, sim, arrecadar mais de R$1,5 trilhão para os cofres públicos se houver a fiscalização e derem as condições devidas para aqueles que trabalham nessa área. Além de uma dívida de R$1,5 trilhão, mostramos também que só da seguridade social daria para arrecadar em torno de R$500 bilhões. Os auditores mostraram que de outras fontes daria para arrecadar mais de R$250 bilhões.

Enfim, além da questão da previdência, que debatemos em todos os Estados, estamos agora no segundo ciclo, por todos os Estados de novo, e no Rio Grande do Sul será nesta sexta-feira, pela manhã, às 9h, na Câmara de Vereadores. À tarde, em Cachoeira do Sul, Município que fica a mais ou menos duas horas de Porto Alegre, haverá um outro debate também sobre a previdência.

Discutimos – e já estou com o relatório pronto – sobre a proibição do trabalho escravo, terceirização. Discutimos – e estou com o relatório pronto – a limitação dos gastos públicos, a PEC 55, que foi amplamente debatida nesta Comissão e nos Estados. Fizemos diversas audiências em que debatemos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

empoderamento de meninas, surdez unilateral, discriminação racial, violência no campo, justiça fiscal, violência contra agentes públicos, população de rua, desemprego, trabalhador em telecomunicações, direitos dos motoboys, trabalhadores rurais, a importância da Defensoria Pública, os aposentados e pensionistas, sistema prisional e a privatização, Estatuto do Motorista, reajuste dos planos de saúde, doenças raras e efetividade do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão, como também do Estatuto do Idoso – fizemos audiência – e também do Estatuto da Igualdade Racial.

Discutimos aqui também trabalho intermitente; discutimos negociado acima do legislado; discutimos outra proposta que, no nosso entendimento, prejudica muito os trabalhadores, que é aquele projeto que acaba induzindo os trabalhadores a não contribuir mais para a previdência. E, infelizmente, pela proposta apresentada pelo Governo, já está em todas as redes sociais – e cresce – o movimento chamado desobediência civil: não pagar a previdência, porque não vai se aposentar.

Enfim, todo esses temas e outras centenas de causas aqui foram debatidas.

Audiências interativas com participação popular ao vivo, com perguntas, questionamentos, comentários, por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. E a resposta foi muito ativa e intensa: centenas de internautas, milhares, eu diria, tiveram a oportunidade de interagir com os debatedores convidados, que incluíam desde Ministro de Estado até acadêmicos religiosos e representantes de todos os movimentos sociais.

Foram cerca de mil expositores, entre os quais destacamos a presença do nobel da paz, em 2014, Sr. Kailash Satyarthi, para debater o trabalho escravo; do Embaixador da Suécia no Brasil, Sr. Per-Arne Hjelmborn, juntamente com a Comissão de Constituição e Justiça no Parlamento sueco, para troca de experiência sobre a participação social no Legislativo; do Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Roberto de Figueiredo Caldas; e do Secretário-Geral das Organizações dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro Lemes, para debater sobre democracia, direitos humanos.

Estima-se que, pelo menos, 6 mil pessoas compareceram a esta Comissão para acompanhar os debates presencialmente; milhões, com certeza, assistiram aqui aos debates pelo sistema de comunicação do Senado, principalmente Rádio e TV Senado e, naturalmente, redes sociais.

Nesse período, a Comissão também realizou 28 reuniões deliberativas, examinando 183 proposições legislativas, 24 de projetos de lei do Senado, um substitutivo da Câmara dos Deputados, três projetos de lei da Câmara, oito sugestões legislativas, duas emendas da Câmara dos Deputados de projeto de lei do Senado, um projeto de resolução do Senado, 144 requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Destacamos a aprovação das seguintes matérias: PLS 80, de 2016, que dispõe sobre a prática do crime de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional pela internet; PLS 272, de 2014, que prevê o uso de libras e de legendas nas propagandas eleitoral e partidária efetuadas mediante transmissão por televisão; ECD a Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2014, que insere, entre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de serviços públicos específicos para atendimento de mulheres e vítimas de violência doméstica; PLS 65, de 2016, que cria o Ato Nacional dos Direitos das Vítimas de Crimes; PLS 275, de 2016, que prevê a dedutibilidade da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de despesas com tratamentos e tecnologias assistivas em prol de pessoas com deficiência; SUG nº 7, de 2015, proposta pelo Sintratel, para regular o exercício da profissão de operador de *telemarketing* e estabelecer piso nacional mínimo para operador de *telemarketing*; SUG nº 9, de 2016, proposta pela Federação Nacional dos Enfermeiros, que altera a Lei nº 7.498, de 1986, quanto ao número de profissionais nas instituições; PLS nº 219, de 2015, que obriga as empresas aéreas a possuir rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxiliar no embarque e desembarque de pessoas com deficiência.

Além disso, a CDH aprovou cinco emendas de texto e três emendas ao anexo de metas e prioridades à LDO e quatro emendas de apropriação/acréscimo à LOA, destinando verbas para atendimento às mulheres em situação de violência; ampliação de unidades de atendimento especializado a crianças e adolescentes; defesa do interesse público e dos trabalhadores no processo judiciário, através do fortalecimento do Ministério Público do Trabalho; e fomento a ações afirmativas para o enfrentamento ao racismo, garantindo, assim, a promoção da igualdade e racial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A Comissão recebeu, no período, 36 denúncias referentes a violações de direitos humanos, que, após análise de pertinência, geraram providências, visando a seu esclarecimento e solução.

Está terminando, Senadora Regina Sousa, para iniciarmos a nossa sessão deliberativa.

A CDH realizou 30 diligências para verificar e debater as mais variadas situações e temas. Debateu nos Estados, Municípios e DF previdência social, direito dos trabalhadores, combate ao trabalho escravo PLS 432, de 2013, PEC 55, de 2016, defesa da democracia e combate às desigualdades e preconceitos. Debateu terceirização, enfim, todos os temas que atingem, de uma forma ou de outra, a vida do trabalhador, do nosso povo e de toda a nossa gente.

Em Boa Vista, Roraima, a Comissão realizou a oitiva de autoridades públicas e trabalhadores rurais envolvidos em exercício de reintegração de posse realizado em 9 de março de 2016 e, no Riacho Fundo, DF, verificou situação de sub-humana que vêm vivendo os moradores do bairro CAUB I e II, localizado na região administrativa de Riacho Fundo II.

Esse é o relatório. Aqui na tela ficou durante o período em que eu lia um pouco de ilustração das diligências, seja nos Estados, seja aqui mesmo. Enfim, esse roteiro exaustivo que a Comissão fez aos 27 Estados, ou seja, 26 mais o DF.

Vamos agora aos projetos não deliberativos e aos requerimentos na segunda parte da nossa reunião.

Vamos votar os requerimentos primeiro, Senadora Regina Sousa. Quais os requerimentos que temos para votar aproveitando esse final de ano? De quem são os requerimentos? (*Pausa.*)

Eu convidaria a Senadora Regina Sousa para assumir a Presidência dos trabalhos, uma vez que inúmeros requerimentos que estão na pauta são de nossa autoria.

Eu queria, neste momento, cumprimentar todos os Senadores e Senadoras da Comissão de Assuntos Sociais e, com carinho especial, V. Exª, Senadora Regina Sousa, porque lá tivemos um debate exaustivo, mas aprovamos o meu relatório sobre a reforma da previdência demonstrando que não é preciso reforma coisa nenhuma. Apresentei, durante duas horas, todos os instrumentos necessários para mostrar que a Previdência no Brasil é superavitária, é viável, basta boa vontade dos governantes.

Ao mesmo tempo, chegamos ao entendimento de dois projetos polêmicos: trabalho intermitente e também aquele das contribuições que são compulsórias, sejam do sistema S, sejam de sindicatos, federações, confederações, centrais, sejam da própria previdência, que também são compulsórias. Chegamos a um acordo para a matéria não ser votada e ser apreciada no ano que vem. Teremos uma audiência pública para debater todas as contribuições compulsórias, sejam de onde for, sejam da OAB, sejam do sistema S, e, por que não dizer, com esse imbróglio dessa reforma da previdência, até a da reforma da previdência.

Por que algumas pessoas são obrigadas a contribuir sem o direito mínimo de se aposentar? É isso que vai acontecer se essa reforma for aprovada. Já provei com números e dados. E desafio qualquer representante dessa proposta – não vou nomear ninguém – que veio para o Congresso que me prove que há condição de alguém se aposentar se tem que contribuir 49 anos sem parar, e a idade mínima é 65. Vai ser de 70 anos para cima que as pessoas vão conseguir ter 49. Peguem 49 e multipliquem por 12 para ver se alguém vai conseguir fazer de forma direta, sem nenhuma pausa na contribuição, ou seja, as pessoas vão contribuir com grande parte do seu salário e não vão se aposentar.

Então, nós precisamos ver qual vai ser o caminho mais viável, mas eu acredito que essa reforma não passa. Por isso, ainda sou otimista, no sentido de dizer que eles não vão conseguir quebrar a previdência pública, porque a proposta que vem aí é para quebrar. Com isso, as pessoas vão para onde? Para a previdência privada, para o seguro privado, como já tentaram fazer em outras oportunidades com a própria saúde.

Senadora Regina Sousa, estou à sua disposição.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 27
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 164, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que seja o Ministro da Justiça e Cidadania, Alexandre de Moraes, convidado a prestar os devidos esclarecimentos, no Plenário desta Comissão, sobre a violência cometida contra os movimentos sociais nas manifestações ocorridas nos dias 29 de novembro e 13 de dezembro de 2016, na Esplanada dos Ministérios, nesta Capital.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para argumentar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu faço um adendo aqui no meu próprio requerimento: do dia 29 e também do dia 13. Ontem, por exemplo, era meia-noite, 1h, estava recebendo ligações se eu podia ajudar jovens que estavam presos – e a determinação era que ficariam 48 horas presos. É claro que, dentro do possível, acionamos advogados para que eles intercedessem para soltar essa meninada. Então, acho que vai ser importante.

Eu quero dizer aqui aos assessores do Governo, que estão aqui cumprindo a sua obrigação, corretamente – eu faria mesma coisa que vocês estão fazendo se eu fosse assessor do Governo. Podem Comissão de Relações Exteriores que não é crítica, estou cumprimentando vocês. Eu iniciei a reunião à uma e pouco da tarde, acho que vocês nem almoçaram e estão aqui acompanhando o debate. Parabéns pela eficiência profissional de vocês.

Eu mexo no meu próprio requerimento para botar no dia 29 e no dia 13, que foi ontem. Houve espancamento generalizado. É claro que a grande mídia só vai mostrar a parte mais frágil, mas é um exagero o que está acontecendo. Lembra os tempos da ditadura.

Então, eu queria dizer para os nossos sempre convidados assessores que haviam me encaminhado requerimento para que eu convocasse. Eu pedi que mudassem o requerimento, e estou fazendo um convite ao Ministro para que ele venha à Comissão. Aí vamos acertar a data. Naturalmente será o ano que vem, porque esse ano não é possível mais. Então, seria sobre os ocorridos no dia 29 e no dia 13. E eu também botaria no requerimento que venha alguém também representando a Polícia do DF, a polícia de responsabilidade do governador, para dialogar conosco, para que fatos como esse não voltem a acontecer, eu diria, de nenhum lado. Que não haja nenhum carro virado, nenhum ônibus incendiado. Seja quem for. Alguns dizem que são infiltrados, mas eu não estou fazendo juízo de valor aqui, porque nem posso, eu não estava lá. Mas que possamos aprofundar esse debate e evitar essa violência que está acontecendo nas manifestações.

Todos nós temos clareza de que o ano de 2017 será um ano muito difícil também. Vejam que ontem mesmo no plenário – e não fui eu, embora, na votação do dia 29, eu já tivesse falado que eu ouvia rumores na Casa do golpe sobre o golpe – foi um Senador da Base, Senador Jader, que falou que está havendo um golpe no golpe.

Então, é um clima de intranquilidade política, econômica e social. E vejam: o Plenário todo ficou em silêncio durante a fala do Senador Jader, que terminou dizendo, denunciando que estava havendo um golpe em cima do golpe, ou seja, uma divisão da própria Base do Governo e de setores que apoiaram o golpe para afastar o atual Presidente e colocar outro.

O nosso movimento, Senadora Regina, de que participamos, foi de pedido de renúncia, e, mesmo que houvesse, então, uma solução negociada, um grande pacto pelo País, para que fôssemos para as eleições diretas já. Eu não quero o golpe sobre o golpe, eu quero diretas já. E não só eu: em torno de 40 Senadores já assinaram aquele documento, como, por exemplo, V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Como o requerimento é extrapauta, tem que votar primeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Os Senadores que concordam com a inclusão de requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E aí a votação do requerimento.

Os Senadores que concordam com o Requerimento nº 164, de 2016, de convite ao Ministro da Justiça e Cidadania, Sr. Alexandre de Moraes, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E agora, Presidente, antes de devolver a Presidência, eu peço que inclua este requerimento, embora o Relator não vá apresentar hoje – é um projeto do Senador Humberto Costa; e o Relator, o Senador Flexa Ribeiro. A gente queria deixar aprovado o requerimento de audiência pública para garantir que, nos primeiros dias de fevereiro, a gente faça a audiência antes de votar o projeto, que está pronto para votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os que concordam com o requerimento extrapauta da Senadora Regina Sousa permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao mérito.

ITEM 29
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 166, de 2016
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública para instruir o PLS 90, de 2015, que dispõe sobre aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Eu passo já a palavra para a Senadora Regina Sousa, para fazer a devida defesa do mérito do requerimento, que ela entregou neste momento em minhas mãos.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Na verdade eu não li o projeto, mas é um projeto para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu não sei por que o relatório é contra, parece que o relatório já está pronto, mas a gente quer debater esse assunto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... antes de votar esse relatório. De repente, a gente convence uma mudança de postura, porque, a princípio, o assunto é interessante: há pessoas mais vulneráveis que as outras. Então, aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade só pode acrescentar ao que a gente já tem.

Então, por isso a gente está apresentando esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Em votação o requerimento para instruir o PLS 90, de 2015, que dispõe sobre o aprimoramento de mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade. Os convidados serão indicados posteriormente.

Em votação o requerimento.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos também para a Senadora Regina Sousa o item 15.

ITEM 15
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 29, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Resolução nº 24, de 8 de junho de 1995, para dispor sobre a acessibilidade da programação veiculada pela TV Senado.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e Comissão Diretora

Relatora: Senadora Regina Souza.

A relatoria original foi do Senador Ataídes Oliveira, que fez também um belo trabalho sobre o tema.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O tema já está muito claro: dispor sobre a acessibilidade da programação veiculada pela TV Senado.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Resolução do Senado nº 29, de 2015, que altera a Resolução nº 24, de 8 de junho de 1995, para prever o uso dos recursos de acessibilidade denominados "subtitulação por meio de legenda oculta", "janela com intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais)" e "audiodescrição" pela TV Senado.

Acho que nem é preciso ler a justificativa, porque é um projeto mais do que meritório e não tem vícios de constitucionalidade.

Então, vamos para a análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é competente para examinar matéria atinente à proteção e integração social das pessoas com deficiência, o que torna regimental o seu exame do Projeto de Resolução do Senado nº 29, de 2015.

Não se deixam observar vícios de juridicidade ou de constitucionalidade. A proposição tem, claramente, o fito de desdobrar o cumprimento das normas gerais citadas acima.

Quanto ao mérito, tem-se que o PRS nº 29, de 2015, destina-se a aplicar a lei nessa instituição pública que é a comunicação social do Senado. Com isso, abrem-se horizontes de participação na vida cidadã para milhares de pessoas até então sem acesso aos decisivos debates públicos que são transmitidos pela TV Senado. Trata-se, pois, de medida salutar que, conforme nossas aspirações democráticas, merece prosperar.

Outrossim, devemos pôr atenção nos custos implicados, visto que o momento é de sobriedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nos gastos do Estado. O que se pode observar é que os custos do cumprimento da lei são, no caso, razoáveis. A TV Câmara tem gasto cerca de R$600 mil anuais com os serviços de tradutores de Libras; pode-se estimar, com a contratação dos produtos de subtitulação e de audiodescrição, em cerca de R$750 mil os gastos anuais com a adoção das tecnologias assistivas – valores que se revelam bastante aceitáveis.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 29, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório da Senadora Regina Sousa, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da Comissão Diretora.

Item 24.

ITEM 24
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 151, de 2016
- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater sugestão de Projeto de Lei como uma proposta da sociedade civil, contendo a "Política Nacional de Redução de Agrotóxicos".

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

O Senador Lindbergh Farias não está.

É uma bela iniciativa! Quero cumprimentá-lo sobre essa redução de agrotóxicos. Cumprimento o Senador Lindbergh Farias, autor original, e a Senadora Regina Sousa, que, neste momento, também passa a ser a autora do requerimento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Trata-se de uma feliz ideia do Senador Lindbergh.

Cada dia mais, ouvimos muito a história de agrotóxico nos alimentos. Dizem que, no mundo, o nosso abacaxi e a nossa laranja são os produtos que têm mais agrotóxicos. Então, acho que esse é um debate pertinente neste momento, porque envolve a questão da saúde da população.

Os convidados já estão aí, as pessoas envolvidas com essas questões. Acho que o que vamos fazer no começo do ano pode ser um grande debate sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Uma série de crianças nascem com problemas, há pessoas com deficiência, enfim, fruto dessa questão que nós vamos aprofundar com o debate.

Aqui ele convida: representante da Associação Brasileira da Saúde Coletiva; representante da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida; representante do Greenpeace; representante da Fundação Oswaldo Cruz; representante do Instituto de Defesa do Consumidor; representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); representante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Os que concordam com o requerimento ora defendido pela Senadora e lido por nós dois, eu diria, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tanto eu como a Senadora temos ainda dois compromissos hoje e, à tarde, vamos para a sessão.

Ontem, eu recebi uma delegação dos curdos e assumi um compromisso com eles, depois do longo relato que me fizeram.

Recebi este livro muito interessante, cujo nome é *Libertando a Vida - a Revolução das Mulheres*.

Eu vou fazer a leitura da moção de apoio à situação deles, mas eu também havia me comprometido que ia ler a bela mensagem que eles escrevem na contracapa. Numa homenagem a V. Exª, eu pediria que V. Exª lesse a mensagem da contracapa, que é uma homenagem às mulheres do mundo todo e contra qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vamos à leitura, então.

> A revolução liderada pelos curdos e curdas, num território que se estende por quatro países diferentes – Síria, Turquia, Irã e Iraque –, é um dos feitos mais impressionantes deste início de século XXI. Mas esse feito se mostra ainda mais extraordinário, quando observamos o conteúdo dessa revolução, uma revolução feminista, radicalmente democrática e profundamente comprometida com o respeito ao meio ambiente.
>
> Esse processo extraordinário, liderado pelo lendário Abdullah Öcalan, principal preso político da Turquia, tem como uma de suas mais destacadas características o protagonismo das mulheres.
>
> No momento em que o Brasil vive o fortalecimento da luta feminista, é um orgulho para a Fundação Lauro Campos fazer chegar ao público esta indispensável obra, que fala da vida, da revolução e do papel das mulheres na transformação social.

Já quero o livro emprestado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Permitam-me que eu leia rapidamente documento que recebi.

Ontem, recebemos aqui, nesta Comissão, a Srª Melike Yasar, representante do Movimento Internacional de Mulheres curdas, que nos relatou graves violações aos direitos humanos do povo curdo. Contou que, após a tentativa de golpe de Estado na Turquia, em julho deste ano, a repressão no Curdistão aumentou. O governo do Presidente atual enviou forças militares para o sudeste da Turquia, região curda do país, assassinando civis, ao mesmo tempo que mantém um ataque contínuo contra o Partido Democrático dos Povos (HDP), terceira maior força política do país.

Derrotada a tentativa de golpe, até o momento o governo turco já demitiu mais de cem trabalhadores e trabalhadoras, muitos deles atuavam no sistema educativo do País. Ordenou ataques contra as cidades de Sirnak, Sib, Nusaybin e dos distritos ao sul de Diyarbakir, ao sudeste da Turquia, destruindo totalmente a infraestrutura das regiões e assassinando dezenas de civis. Prendeu mais de cem jornalistas, fechou pelo menos 180 meios de comunicação, tornou ilegal 19 sindicatos e 370 associações, entre elas entidades de defesa dos direitos da criança, ordenou a prisão de mais de 2 mil integrantes do HDP e de 11 deputados eleitos por esse partido, entre eles seu presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O mais preocupante é que, ainda que diversos setores da sociedade clamem pela retomada do diálogo, da paz, com a guerrilha do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), suspenso pelo Executivo em 2013, o Governo de Ancara nega qualquer possibilidade de pacificar a nação e de construir uma sociedade que respeite os direitos internacionais e os direitos humanos universais. O que eles pedem é paz, é diálogo, é entendimento.

Por essa razão foi que a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal se posiciona a favor da liberdade, da democracia, na Turquia e, eu diria, em todo o mundo. Condenamos qualquer escalada repressiva contra as entidades da sociedade civil e, particularmente, nesse caso aqui, do movimento curdo e do HDP.

Proponho que seja aprovado um voto de solidariedade ao povo curdo, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado. Seria apreciado agora extrapauta, Srª Presidente, em exercício.

Fiz a leitura e, como sou o Presidente e vou assinar o documento, peço a V. Exª – já que li toda a moção de apoio – que ela possa ser colocada em votação.

Peço ainda que ela seja encaminhada – e nós faremos isso – à Embaixada da Turquia.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Trata-se de uma moção de apoio ao povo curdo, que já foi lida aqui, inclusive apresentando o livro.

Coloco em votação.

Inclusão extrapauta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ITEM 28
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 165, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 222 do RISF, "que seja aprovado voto de solidariedade ao povo Curdo, para que a paz e o respeito à pluralidade prevaleça em todos os países".

Autoria: Senador Paulo Paim

Coloco em votação o requerimento de voto de solidariedade proposto pelo Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para fundamentá-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Então, de posse desse documento, vou solicitar ao Presidente do Senado que encaminhe o voto aprovado ao Embaixador da Turquia.

Repetimos que não é ingerência nenhuma naquele país, só pedimos que prevaleça a paz, o bom senso, o diálogo e que a democracia seja fortalecida, sempre numa linha de respeito aos direitos humanos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Aproveito para dizer que quero o livro emprestado, depois, para ler.

Houve um item que me chamou a atenção aqui no sumário falando das mulheres. Ele diz: "Toda escravidão se funda na conversão da mulher em dona de casa". É para os homens refletirem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O livro vai ficar para a senhora ler. Depois, a senhora o passa para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está bom.

Em votação o requerimento do Senador Paulo Paim.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está conosco aqui, Senadora Regina, o Senador Dario Berger, que quero elogiar pela postura de sempre. É um Senador que contribui para o entendimento, para o bom senso.

Ele hoje, na Comissão, assim o fez, ficando solidário para que houvesse uma audiência. Aquele debate estava muito acirrado. No fim, foi unanimidade. Todos os Senadores entenderam que era o melhor caminho sobre as chamadas contribuições compulsórias. Daí vamos discutir todas, no mais alto nível, tranquilamente – claro, não da forma que acabou acontecendo, com a participação de uma das pessoas que estava lá, descontente com aquele projeto. Entendemos o clima exacerbado, às vezes, em uma discussão desse nível.

E quanto ao projeto de V. Exª, que é um banco de leite, parabéns! É um belo projeto! Todos nós estávamos lá, Senador, e fizemos questão de votar. V. Exª tem tido unanimidade em alguns projetos aqui. V. Exª é merecedor de cumprimento de nossa parte.

Mas eu queria aproveitar agora, na correria que nós todos estamos, o item 9.

Projeto de Lei do Senado nº 12, terminativo, para que o senhor possa fazer a leitura.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Sergio Souza

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CI, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

Tramitação: CI e terminativo nesta CDH.

- Em 13/11/2013, a matéria foi aprovada na Comissão de Serviços de Infraestrutura, com as Emendas nº 1 e 2-CI.

V. Exª poderá fazer a leitura. Não dá para votar hoje, mas poderíamos fazer uma votação no momento adequado, com o foro também necessário para aprovação dos projetos terminativos.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente Paulo Paim, agradeço a V. Exª e agradeço também à Senadora Regina Sousa.

Considerando – vou fazer uma consideração a V. Exª – que esse projeto é terminativo e, evidentemente, nós não poderíamos deliberar hoje; considerando também o fato de que acabei de receber uma manifestação do Sistema OCB , que é o Sistema Cooperativo Nacional, fazendo algumas indagações e sugestões a respeito do projeto de lei, cuidadoso que sou com essas matérias...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Para nós elaborarmos um projeto de lei ou emitirmos um parecer sobre qualquer matéria, muito embora possa parecer fácil, é muito difícil, porque a nossa responsabilidade é muito grande. E não existe lei perfeita. O que nós buscamos é nos aproximar da perfeição.

Por isso, eu tenho muito cuidado quando relato um projeto e quando elaboro também um projeto, para que todas as variáveis possam ser preliminarmente avaliadas e discutidas, sobretudo pelas consequências que elas podem proporcionar à sociedade brasileira.

Diante desse contexto, considerando esses detalhes todos que eu acabei de mencionar, eu vou pedir licença à V. Exª para eu reanalisar o projeto. Evidentemente, no momento oportuno, nós deliberaremos sobre ele.

Eu quero aproveitar a oportunidade, Presidente Paulo Paim. O senhor certamente vai deliberar mais algumas matérias ou não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só mais uma.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Só mais uma?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só mais uma e depois nós encerramos.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, eu vou esperar V. Exª deliberar e depois eu faço uma menção à atuação de V. Exª nesta Comissão, em todas as outras comissões e também aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador Dário Berger.

O projeto sai de pauta por orientação do Relator.

Esse aqui é rápido também. Vou fazer o relatório em dois minutos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) –

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Agora o Senador Paulo Paim como Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com muita satisfação faço *ad hoc* o brilhante relatório da brilhante Senadora Simone Tebet e também do brilhante Parlamentar que é o Senador Waldemir Moka, dizendo que a iniciativa só pode merecer nossos aplausos, porque ele quer reduzir em 10% a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham, sob sua guarda, pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A iniciativa é muito interessante para que eles possam dar 10% do seu horário normal de trabalho para o atendimento dos filhos com deficiência.

É claro que é um projeto que não é terminativo, passará por outras comissões. Nós poderemos colocar algumas salvaguardas, porque, de repente, o empregador não vai querer contratar alguém que é pai de pessoa com deficiência, porque vai trabalhar 10% a menos, de forma tal que possa haver uma adequação como, por exemplo, ter o empregador um incentivo em relação àquelas horas em que esse trabalhador não ficará à disposição dele. Muitas vezes – eu já aprendi aqui na Casa –, muitas vezes, colocamos instrumentos que venham só fortalecer um lado, o outro lado diz: «Tudo bem. Então, esse eu não contrato». Pode acontecer.

Então, nós vamos dar o parecer favorável naturalmente, mas, nas próximas comissões – porque ele vai ainda para outras comissões, vai para CAS, da qual todos nós participamos –, poderemos colocar alguma salvaguarda para que nem o empregador, nem o trabalhador tenham nenhum prejuízo e ele possa, ao mesmo tempo, atender ao seu filho deficiente.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

O Senador Paulo Paim, Relator *ad hoc*, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto com a Emenda nº 1, da CDH.

O projeto segue para análise da CAS em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Voltando à Presidência, a assessoria me passa que o Senador Cristovam queria muito que fosse liberado um projeto dele, que é um projeto simples. Ele considera crime hediondo o acidente de trânsito com vítimas fatais praticado por motorista – vou resumir aqui – bêbado, alcoolizado, que esteja bêbado ou sob efeito de drogas.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2008
- Não terminativo -

Altera o Art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para considerar crime hediondo o acidente de trânsito com vítimas fatais praticado por motorista alcoolizado ou sob efeitos de substâncias análogas.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

- Em 07/04/2016, foi realizada audiência pública para instruir o Projeto, na forma do RDH 174 de 2015.

Se todos aqui entenderem que não há polêmica e como ele não é terminativo, eu posso fazer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

relatório *ad hoc* ou qualquer um dos senhores pode fazer. É esse o resumo do relatório. É possível? De acordo?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pode fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, como estou presidindo, se a senhora puder, porque estamos com problema de horário todos nós. Baseado no que diz a emenda, já dá para definir.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não vou ler todas. Só pegarei as partes principais.

Eu perguntei se era terminativo é porque acho que falta colocar nesses atores aquela pessoa que faz pega, que faz racha. Aquilo ali também é uma forma dolosa de matar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O substitutivo do Telmário já contempla, segundo ele disse.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Já? Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senão, eu ia pedir que se retirasse de pauta e a senhora apresentaria, mas já está, então.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Da Comissão de Direitos Humanos e de Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2008, do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para considerar crime hediondo o acidente de trânsito com vítimas fatais praticados por motorista alcoolizado ou sob efeito de substâncias análogas. Relator o Senador Telmário Mota e, agora, eu faço o relatório *ad hoc*.

O Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2008, pretende dar ao art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro a seguinte redação: "Será considerado hediondo o crime de acidentes fatais provocados por motorista sob influência de bebidas alcoólicas ou substâncias análogas".

Na justificação, o autor destaca que a caracterização de crime hediondo para os responsáveis pelos acidentes fatais, quando sob efeito do álcool ou outras drogas semelhantes, evitará a impunidade. Poderá também servir para reduzir de maneira drástica a irresponsabilidade de pessoas alcoolizadas na direção de veículos.

A matéria veio à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em virtude da aprovação do Requerimento nº 870, de 2015. Após, seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que decidirá terminativamente. Não foram apresentadas emendas até o presente momento.

Não há vícios. Então, na análise aqui está dizendo que não há vício de constitucionalidade nem de juridicidade. Eu já vou direto para o voto. Só citei a história dos rachas e dos pegas, mas isso vai lá para a outra comissão.

Exclui, desse modo, a descrição da conduta típica. Como resultado, se aprovado o PLS nos termos em que proposto, não seria mais crime, por falta de previsão legal, conduzir veículo sob influência de álcool ou de outra substância psicoativa. Certamente, não foi esse o propósito do Senador Cristovam, ilustre autor do PLS.

Portanto, para alcançar o objetivo verdadeiramente pretendido, deve-se alterar a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol de crimes hediondos o crime descrito no art. 302 em concurso com o art. 306 do CTB.

Além disso, no substitutivo que apresentamos nesta oportunidade, incluímos no rol dos crimes hediondos também o concurso entre o art. 302 e o art. 308, que tipifica a conduta popularmente conhecida como pega entre veículos. A gente lá chama de racha.

O voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do PLS nº 1, de 2008, na forma da seguinte emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

substitutiva, só acrescentando a questão, ele colocou aqui, do pega.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só incluiu a questão do pega e do racha.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

Nós terminamos, assim, com toda a nossa pauta em matéria de projetos não terminativos.

Alguns terminativos votaremos no momento adequado.

Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente Paulo Paim, estamos encerrando mais uma etapa consagrada das atividades parlamentares aqui no Senado Federal. Acho que estou certo, esta seria a última ou o senhor vai fazer mais uma sessão ainda?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há mais uma amanhã.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Há mais uma amanhã? Bem, mas amanhã não vou estar aqui. Acho que, pela primeira vez nas quintas-feiras, não vou estar presente aqui no Senado Federal, por um motivo bastante justo: amanhã o meu filho, de 17 anos, se forma no ensino médio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, como é o nome dele?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Paulo Ricardo Berger.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, um abraço ao Paulo Ricardo Berger aqui da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Seu pai é o cara.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Isso. E amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele gostou. Ele é engajado da gurizada.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Gostou, gostou, gostou.

Amanhã é a formatura dele, então evidentemente não posso deixar de estar presente neste momento tão sublime e tão especial da vida do meu filho. E ele já me deu um outro prazer, porque já passou antecipadamente no vestibular também e vai cursar Arquitetura. Veja só o ramo diferente que ele segue do pai! Ele não é muito vocacionado à atividade política, não. Ele quer seguir exatamente outros rumos e evidentemente ele contou com todo o meu apoio.

Mas eu quero aproveitar esta oportunidade para parabenizar a V. Exª pelo desempenho que tem não só aqui na Comissão, mas como um dos líderes mais proeminentes aqui do Senado Federal, um recordista de discussão de matérias, de aprovação de projetos, um defensor das causas sociais, o que, de minha parte, merece, vamos dizer assim, enaltecer essa atuação que V. Exª tem aqui. V. Exª, acima de tudo, tem o respeito não só dos seus colegas mais próximos, do seu Partido, mas tem o respeito de todos os Senadores, como posso perceber.

E isso não acontece por acaso, isso é resultado de conquistas sucessivas, de respeito ao contraditório, de defender evidentemente aquilo em que nós acreditamos – nem sempre convergimos totalmente, mas quase sempre.

E o Parlamento é para isto: é um fórum de *parlar*, de conversar, de discutir e de aprimorar o sistema legal, o sistema legislativo, para um objetivo: fazer com que a sociedade brasileira possa viver melhor, viver mais confortavelmente, com mais segurança jurídica, para que possamos sair deste momento difícil que nós estamos vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Ontem nós aprovamos e votamos matérias relevantes para o País e esperamos que 2017 seja um ano bem melhor do que 2016, porque 2016 foi um ano traumático para a vida política nacional, que culminou inclusive com o *impeachment* da Presidente da República. E, de lá para cá, o Brasil ainda não se encontrou, vamos dizer assim, em si mesmo e nós mesmos não encontramos um caminho que pudesse restabelecer o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de oportunidade, a geração de emprego, para que nós pudéssemos então, juntos, escrever uma nova página na história do Brasil. E o que é pior: nós somos agora instados a ter que analisar, e ter que votar, e ter que aprovar, vamos dizer assim, medidas amargas para o povo brasileiro, notadamente as questões...

Ontem mesmo nós aprovamos a PEC 55 e eu quero aqui expressar, de forma enfática, derradeira e cabal que eu sou favorável à PEC 55. Eu sempre fui favorável ao controle dos gastos públicos. Quanto a isso, ninguém pode ter dúvida, inclusive pela atuação que tive como prefeito, quando exerci essa honrosa missão. Entretanto, eu não posso admitir que despesas comuns sejam equiparadas às despesas de saúde e de educação.

Eu até, nesses debates preliminares aqui, Presidente, centrei as minhas forças e a minha voz mais para a saúde do que para a educação, porque acho que saúde é um bem de expectativa infinita, as pessoas querem viver mais e viver melhor, e nós não podemos poupar recursos nem investimentos para que as pessoas possam ser atendidas em tempo real.

No meu caso, praticamente defendi a saúde como prioridade das prioridades, mas, evidentemente, incluo também a educação, porque o futuro de um país se constrói com educação. Não se constrói só com poste, com asfalto, com pedras, com edifício, constrói-se, sim, com música, com poesia, com solidariedade, com apoio para que as pessoas possam aprimorar seus conhecimentos e se preparar para enfrentar a vida, o mercado de trabalho e constituir a sua família de uma forma adequada.

Eu tentei convencer meus Líderes de que seria interessante para todos nós a flexibilização de algumas matérias. E seria muito mais importante para o Governo, que ficaria com o poder discricionário, autorizativo, para que, se necessário fosse, em função do interesse público, em função do interesse social, em função da necessidade premente que poderá acontecer – e certamente deverá acontecer nessas áreas, principalmente como saúde e educação –, remanejasse verba, aportasse verba, acrescentasse, enfim. E o poder de decidir sobre essa matéria ficaria com o Poder Executivo.

Como fiz parte do Executivo durante muito tempo, é uma matéria em que eu não consigo perceber a incoerência da atitude para ter que aprovar aquilo. Quando nós estamos num sistema democrático, nem sempre nós conseguimos ganhar 100% daquilo que nós apresentamos, mas, se nós ganharmos 90%, 95% para estabelecer a ordem, para estabelecer a conciliação, você tira a pressão externa, a revolta, a intolerância, que, às vezes, se estabelece por atitudes inconsequentes que não têm nada a ver com o processo legislativo de harmonia com o Poder Executivo.

Eu percebo que, se o Governo tivesse flexibilizado a saúde e a educação, ele teria certamente um entendimento muito mais amplo, talvez um entendimento total, até unânime.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até unânime, porque é a seguridade social e a educação, principalmente saúde e educação, que estavam pegando ali com mais força.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Pois, então, teríamos um entendimento global, geral, completo, e não teríamos as manifestações que observamos. E o Governo vai ficar com essa marca.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo país afora.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Pelo país afora.

E, na verdade, não alteraria em nada a essência do projeto e daria ao Governo, inclusive, como já falei, a prerrogativa discricionária de agir de forma mais racional e mais eficiente, se necessário for aportar recursos para essas respectivas áreas.

Exatamente por isso... Só estou me alongando um pouquinho. Sei que já estamos no horário, não é, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, no horário das 2h e o plenário nos chama.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, por isso. E daí vamos todos para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos todos para o plenário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Vamos continuar a discussão lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai começar lá.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, por isso, votei contra essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Mas votei contra pela exclusão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com esse alerta.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... com esse alerta. Ao resto evidentemente votaria favoravelmente.

Dessa maneira, mais uma vez, cumprimento V. Exª – é uma honra para mim conviver com V. Exª aqui no Senado Federal – e também a Senadora Regina Sousa, que é muito amada, muito querida, muito solidária com todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só quero registrar, em um minuto – não tem como a Comissão de Direitos Humanos deixar de fazê-lo –, que morreu D. Paulo Evaristo Arns, ícone progressista da igreja no Brasil.

Então, morreu nesta quarta, dia 14, na capital paulista, o Arcebispo Emérito de São Paulo Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, 95 anos. Ele estava internado no Hospital Santa Catarina desde o dia 28, com problemas pulmonares. Nesta semana, havia sofrido uma piora em sua função renal. Estava na UTI. A morte ocorreu por volta agora de 11h45.

Ao longo da vida o frade franciscano D. Paulo Evaristo Arns recebeu muitos epítetos. Foi chamado de cardeal da liberdade, bispo dos oprimidos, cardeal dos trabalhadores, bispo dos presos, bom pastor, cardeal da cidadania, guardião dos direitos humanos e tantos outros.

Faremos, como foi dito aqui, a justa homenagem no plenário do Senado.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 13 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 117ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala nº 6, da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Flexa Ribeiro. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 157 de 2016-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "os biomas Pampa, Caatinga e Cerrado". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Althen Teixeira Filho, Professor Titular - Diretor do Instituto de Biologia da Universidade Federal de Pelotas - UFPel/RS; Marco Silva Gottschalk, Coordenador do Instituto de Biologia da Universidade Federal de Pelotas - UFPel/RS; Silvia Carâmbula, Médica Veterinária – Representante do Movimento em Defesa do Bioma Pampa; Padre Paulo Renato, Assessor Político da CNBB; Paulo Brack, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Botânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Antônio Libório Philomena, Representante do Sindicato de professores da FURG; Luiza Chomenko, Representante da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul; Vereador Luis Itacir Soares, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Sant'Ana do Livramento; Gerhard Overbeck, Coordenador do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Dudu Colombo, Prefeito do Munícipio de Bagé. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Vera Colares, Produtora Rural familiar do Alto Camapuã; Anabela Silveira de Oliveira, Representante da Universidade Estadual da Região de Bagé; Edson Costa. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) encaminhar Ata e notas taquigráficas ao Ibama reforçando os problemas ambientais causados pelo uso e contrabando de agrotóxicos proibidos no Brasil; 2) encaminhar à Presidência do Senado Federal e à Biblioteca Acadêmico Senador Luiz Viana do Senado Federal exemplar do livro "Nosso Pampa Desconhecido", organizadores Luiza Chomenko e Glayson Ariel Bencke, da Fundação Zoobotanica do Rio Grande do Sul; 3) encaminhar Ata e notas taquigráficas desta reunião ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul para que fique claro que a CDH tem a exata compreensão da importância da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul para a preservação do Bioma Pampa; 4) apoiar a criação de uma Frente Multidiciplinar de proteção do Bioma Pampa; 5) encaminhar ofício ao Ibama solicitando informações acerca da regularidade da exploração mineral na região do Alto Camapuã no Rio Grande do Sul; 6) encaminhar Ofício ao Governador do Rio Grande do Sul solicitando que verifique a situação das comunidades de produtores agrícolas familiares da região do Alto Camapuã para a criação de políticas públicas, com linhas de crédito, que desenvolvam a região de forma sustentável, inclusive com a utilização da flora e fauna do bioma pampa; 7) trabalhar para que a PEC que visa proteger os biomas seja aprovado com celeridade; 8) sugerir que haja uma designação única de Bioma Pampa na legislação; 9) solicitar ao Presidente da República que apresente Projeto de Lei para a criação de crédito para pesquisa sobre o bioma pampa; 10) aComissão se coloca à disposição das entidades para receber outras sugestões de encaminhamentos. O Senhor Presidente dispensa a leitura, coloca em votação e aprova as Atas da centésima décima sexta e da centésima decima sétima reuniões. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dezenove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 117ª Reunião desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 157, de 2016, de minha autoria, para debater o tema "Os biomas Pampa, Caatinga e Cerrado". Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

De novo, para efeito de registro taquigráfico, declaro aberta a 117ª Reunião desta Comissão.

Como é de praxe, faremos uma introdução, já que todas as audiências públicas que realizamos, ou pela internet, ou pela TV Senado, enfim, pela agência de comunicação da Casa, são transmitidas para todo o Brasil e veiculadas, de novo, no período da noite.

Vamos situar aqueles que vão assistir ao debate quanto ao motivo da audiência de hoje, já que chegamos à 117ª Reunião e teremos mais uma, a fim de que as pessoas conheçam o que está acontecendo aqui no Senado e também na conjuntura nacional. Então, senhoras e senhores, por força do Requerimento nº 157, de 2016, de minha autoria, esta Comissão de Direitos Humanos se reúne hoje, em reunião extraordinária, sob a forma de audiência pública, para debater os biomas Cerrado, Caatinga e Campos Sulinos (Pampa), sob a ótica da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2009, também de minha autoria.

A PEC 5, de 2009, procura fazer justiça aos biomas que atualmente não são constitucionalmente protegidos e visa a adotar a terminologia usada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por ser esse o órgão nacionalmente responsável para executar ações das políticas nacionais de meio ambiente.

Em 1988, por falta de informação à época, o Constituinte – e eu estava lá, porque fui Constituinte – incluiu somente quatro biomas brasileiros sob a condição de patrimônio nacional – Amazônia, Mata Atlântica, Zona Costeira e Pantanal do Mato Grosso –, deixando de fora a Caatinga, o Cerrado e os Campos Sulinos, conhecidos como Pampa. Todos são de rara importância, por sua biodiversidade, riqueza de espécies, abundância de água e vegetação nativa.

A PEC 5, de 2009, de minha autoria, visa a trazer esse conjunto de questões que a Constituinte não aprofundou como devia. Aqui eu faço também mea-culpa, porque fui Constituinte.

Enfim, a PEC 5, de 2009, tramitou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi aprovada sob a forma de substitutivo da Relatora à época, Senadora Marina Silva, do PT naquela ocasião – hoje ela é a figura principal da Rede Sustentabilidade e é candidata à Presidência da República. Esses dados da Marina são de minha lavra e não estão no documento.

Em novembro de 2010, a matéria ficou pronta para a pauta do plenário, onde, infelizmente, nunca foi apreciada. Arquivada no final de 2014, solicitei seu desarquivamento em fevereiro do ano seguinte. A PEC se encontra aguardando inclusão na Ordem do Dia do plenário, até a presente data.

Como bem destacou, na época, a Senadora Marina Silva, em seu parecer na CCJ, é importante lembrar que não se trata apenas de uma questão de mera listagem ou de nomenclatura, pois os biomas considerados patrimônio nacional têm vários benefícios, como incentivos fiscais, programas especiais de desenvolvimento sustentável, de manejo e preservação ambiental. Além disso, os biomas considerados patrimônio nacional podem acolher reservas extrativistas e são alvo de políticas públicas específicas, como a aplicação de recursos para os projetos alternativos de agricultura familiar para as populações tradicionais, sem-teto, sem-terra, etnias indígenas, povos quilombolas, ribeirinhos, enfim.

Dessa forma, estamos aqui hoje reunidos com especialistas nessa área, para esta audiência pública, com o objetivo de nos instruírem acerca dos biomas Cerrado, Caatinga e Campos Sulinos (Pampa).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

De imediato, vamos para as nossas duas Mesas – teremos duas Mesas.

Eu convidarei, neste momento, os primeiros painelistas que já estão presentes. Chamo, então, o Professor Titular e Diretor do Instituto de Biologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel/RS), Prof. Althen Teixeira Filho.

Seja bem-vindo, professor. (*Palmas.*)

Ele esteve comigo hoje, pela manhã, e já me deu uma pequena lição, por causa do tempo. Lição de conhecimento sobre o tema. Ele fez uma ilustração para mim que eu achei muito interessante e que, naturalmente, ele vai aprofundar. Nós conversamos por cinco minutos. Nesses cinco minutos, ele teve a oportunidade de falar um pouquinho comigo sobre o tema.

Convidamos o Coordenador do Instituto de Biologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel/RS), Marco Silva Gottschalk – pelo menos eu tentei acertar o sobrenome.

Convidamos a Drª Silvia Carâmbula, Médica Veterinária e representante de um movimento em defesa do bioma Pampa.

Convidamos o Padre Paulo Renato "Paim" – Paim é por minha conta, porque o meu nome é Paulo Renato. Mas vou tirar o Paim. Convidamos o Padre Paulo Renato – é o mesmo nome que eu tenho –, assessor político da CNBB. (*Palmas.*)

E convidamos Paulo Brack, Coordenador do Departamento de Botânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

De imediato, então, o Professor Althen Teixeira Filho com a palavra. O tempo será de dez minutos com mais cinco, mas sem nenhuma rigidez, digamos, para que o debate possa fluir.

O SR. ALTHEN TEIXEIRA FILHO – Fico agradecido.

Bom dia, colegas, senhoras e senhores, amigos, presentes nesta Mesa, Senador Paulo Paim.

Ficamos bastante contentes, lisonjeados, com este momento. Que repouse sobre a sua figura essa responsabilidade de discutir o bioma Pampa.

Há cerca de 18 meses, iniciamos processos organizativos para lançamento do I Congresso sobre o Bioma Pampa: Reunindo Saberes, atividade que debateu a nossa região, com um caráter de aproximar experiências, valorizar iniciativas, identificar problemas, dar destaques aos bons projetos e oferecer a todos, do agricultor familiar ao Poder Público, alternativas de desenvolvimento.

O evento, ocorrido no início do mês de outubro passado, coube ao Instituto de Biologia da Universidade Federal de Pelotas; à Embrapa Clima Temperado, de Pelotas; à Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul; ao Ministério Público Estadual e à Fepam de Pelotas.

Entre os vários encaminhamentos estava essa aproximação com o Senador Paulo Paim, por conta da sua PEC, a qual intenta elevar ao *status* de patrimônio nacional os biomas Pampa, Cerrado e Caatinga. Como consequência, os contatos com os assessores resultaram nesta audiência pública, para o qual todos nós nos deslocamos e estamos presentes neste momento.

Entendemos que não só o Pampa, mas o Brasil há muito encontram-se num momento de inflexão, de busca de novos ou velhos rumos para a tomada de decisões sobre que tipo de desenvolvimento desejam, se continuamos destruindo o Planeta ou se refletimos sobre uma nova escala de valores para as coisas que enchem a nossa vida com um grande vazio. Hoje se vive, global e localmente, uma situação em que o emprego se degradou para trabalho; o alimento passou a significar *commodity;* saúde e educação perdem equilíbrio para a balança comercial; saber virou reles fazer; o valor foi rebaixado para preço; e o desemprego é classificado como estoque de mão de obra.

No nosso Pampa não é muito diferente, mas muitos de nós lutamos contra isso e nos dedicamos a enfatizar os nossos valores de cidadania cultural, como estamos intentando, exatamente, neste momento.

Por conta do preocupante estado de degradação, segundo dados do Ibama, Senador Paim, em 2008 restavam-nos tão somente 36,03% de nossa vegetação nativa. Essa situação inaceitável deve ser combatida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

e, além do mais, revertida. Impossível aceitar como lógico e legal o conceito de desenvolvimento que tenha espetado o nosso solo com extensas lavouras de árvores que afastam o homem do campo e no campo. O modismo ganancioso e crescente da descontrolada troca das nossas plantas nativas de pecuária por oceânicas lavouras de grãos transgênicos há muito é causa de preocupação entre os campesinos e vários sindicatos patronais, inclusive na nossa região. Não bastasse isso, causa espanto o incremento de processos minerários que visam a escalpelar e a desorganizar a estrutura produtiva e organizativa do nosso solo, somente para que empresas, na grande maioria estrangeiras, acumulem lucros com base na miséria alheia.

Registre-se aqui que a exportação de matéria-prima – e, como tal, sem qualquer valor agregado – representa a continuidade do projeto de Brasil colônia que muitos administradores públicos, despreparados e desqualificados, não conseguem entender e passam a defender. Assustadoramente, estamos catalogados como um dos Estados que mais aplicam agrotóxicos no País e, não por coincidência, há muito tem-se observado um crescente número de casos de câncer, alergias, malformações, morte fetal e doenças diversas, principalmente para os trabalhadores rurais.

Também resta inequívoca a diminuição de várias espécies animais. E aqui enfatizamos as abelhas, que sofrem alarmante extermínio, embora desnecessário. Lembramos a importância e o valor das mesmas na produção de várias toneladas de alimentos sadios para a humanidade. Isso é alarmante em nível mundial, e o Congresso dos Estados Unidos já fez disso tema de debate na sua unidade.

Temos perdido bilhões de reais na produção de alimentos com o desaparecimento das abelhas. Eu faço aqui essa colocação porque, para o Estado comercialista – e isso é mais para o Estado comercialista –, há a perda de bilhões de dólares com o desaparecimento das abelhas.

Os vários palestrantes do I Congresso sobre o Bioma Pampa apresentaram....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só de curiosidade de um leigo no assunto. Vou descontar do seu tempo o tempo que eu usar. É só uma pergunta para esclarecer.

O SR. ALTHEN TEIXEIRA FILHO – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há quem diga que, quando as abelhas começam a desaparecer, isso é um problema de impacto para a vida no Planeta. Isso é real, baseado no que o senhor está falando, não é?

O SR. ALTHEN TEIXEIRA FILHO – É real e há muito tempo é observado. Como já disse, os Estados Estudos já fizeram debate. Até o Albert Einstein já fez um alerta sobre isso, sobre o desaparecimento das abelhas e o desaparecimento da própria humanidade, por conta da sua...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi isso o que ouvi.

O SR. ALTHEN TEIXEIRA FILHO – E há países que fazem o seguinte: contratam pessoas para fazer a fertilização, a troca de pólen entre plantas, tal a situação a que isso vai nos levar. E certamente são pessoas não com emprego, mas com trabalho. Ou seja, trabalham hoje, não sabem se trabalharão amanhã ou na semana que vem. É a diferença de emprego e trabalho, não é? Muito bem...

Os vários palestrantes do I Congresso apresentaram exemplos diversos e ricos de resultados que podem ser alcançados nas diferentes regiões do Pampa: a gastronomia; a produção vinícola; de frutas típicas do Pampas e seus sucos – o Professor Paulo Brack abordou isso muito bem; de embutidos e queijos; a meliponicultura – de abelhas sem ferrão; a apicultura; o ciclismo; a escalada; o rapel e tantos outros que são oportunidades desperdiçadas, por conta de um inexplicável afastamento dos Poderes Públicos municipais, estaduais e federal.

A produção de laticínios merece a mesma atenção das demais, evitando que o extremo esforço dos produtores seja recompensado com ganhos financeiros que não lhes garantam, no mínimo, a subsistência – muitos estão abandonando a produção de leite.

Fazendo aí parte de uma longa lista, cobram-se metas claras de oferecer postos de saúde nas comunidades, assim como nas escolas, além de um plano emergencial de melhorias das estradas, que deveriam estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

atendendo, com um mínimo de decência, às necessidades de deslocamento e de escoamento de safra.

Também é nodal que o Estado possa retribuir aos agricultores familiares um pagamento adequado pelo necessário e vital cuidado com nossas fontes hídricas, das quais muitas delas vão suprir e saciar a sede de aglomerados urbanos. Alerte-se aqui para as já alarmantes quantidades de venenos agrícolas, como o Glifosato, que já são encontradas nas nossas águas.

Essa é uma reflexão sobre o que todas essas políticas poderiam ter a ver com a conservação do Pampa. Eu quero enfatizar que o pequeno agricultor, o agricultor familiar, tem que receber apoio, porque ele é uma peça nodal, vital, na conservação desse Pampa. E ele recebe muitas promessas infundadas – e muitos acreditam – de grandes empresas que vão lá para explorá-los e retirar deles o seu sustento. Então, essas políticas, sim, são importantes para a conservação do Pampa, ressaltando a importância da defesa do agricultor familiar.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelas universidades e também por instituições de pesquisa e de apoio à agricultura, como fazem a Embrapa, a Emater e Fepagro, têm servido como importantes linhas de apoio e orientação de novos rumos, mas cabe fundamentalmente aos Executivos municipais, estaduais e federal, novamente, darem continuidade aos números e aos projetos bem-sucedidos. O nosso pampeano gaúcho tem se isolado no campo, por conta da ida de seus familiares mais jovens para as cidades, num abandono inadmissível e inaceitável. Essa é uma reclamatória que eu ouvi em vários locais, uma coisa desumana, embora estejamos num ambiente de laicidade, nada religioso, e de abandono, de fato, do agricultor familiar.

Os governantes têm que dar um apoio para o setor da agricultura campesina, orgânica e familiar, mesmo que não desfrutem dos mesmos ganhos midiáticos e políticos daqueles que lhes financiam campanhas milionárias para os governos, para os cargos. E para nós, inclusive aqui, da Capital Federal, ressaltamos nossa luta pela salvaguarda das nossas instituições gaúchas, que fiscalizam, protegem, educam e orientam o Rio Grande do Sul e o Pampa, como são as várias fundações que correm risco de extermínio, por conta de um desastroso projeto de presumível corte orçamentário no Rio Grande do Sul. Aguarda-se que a maioria dos Deputados gaúchos tenham o devido discernimento e bom senso para saber rechaçá-lo.

Dentre as várias instituições agredidas, ressaltamos a nossa sempre parceira de atividades, a Fundação Zoobotânica. Não é aceitável que os grandes interesses na extinção dessas instituições, o chamado *agribusiness*, associados a setores da construção civil e da mineração, tenham financiado, com aproximadamente R$ 6 milhões – de um total de R$10 milhões –, a campanha eleitoral do atual Executivo. Sessenta por cento da campanha do atual Executivo foi financiada por esses setores. Com o Estado ausente, omisso, não vamos salvaguardar o bioma Pampa nem qualquer bioma do Planeta.

Entretanto, voltando ao momento em que nos encontramos, precisamos estar cientes de que esse passo, na música da salvaguarda dos biomas e da própria subsistência da humanidade, é muito importante. Entretanto, conscientizemo-nos de que essa salvaguarda representa um instituto jurídico ainda frágil, que precisa de aprimoramento, de regulamentação infraconstitucional e, como um conceito ainda aberto do capítulo sobre o meio ambiente, significa que a nossa luta continua e deve ser incrementada. Essa luta é só mais um passo que nós estamos fazendo aqui, é só mais um passo na nossa luta.

Ilustre Senador Paulo Paim, infelizmente, por conta de vários compromissos inadiáveis, lamentamos a ausência de algumas entidades, como o Ministério Público Estadual. Mas tenho como certo que esse Ministério, como nós aqui presentes, abraça a sua causa.

O motivo da nossa vinda, desde o longínquo Sul do País – e, importante, com recursos próprios, pois não temos financiamento de nenhuma empresa, de qualquer empresa, só recursos próprios –, não se restringe exclusivamente ao apego à nossa Região, à emotiva relação com nossas raízes e cultura, ao orgulho e à satisfação de sermos gaúchos, rio-grandenses e pampeanos, mas também porque nos têm preocupado sobremaneira as atuais condições da nossa Região. Passear, viajar, caminhar e admirar o nosso Pampa não nos traz somente a alegria do sossego; traz-nos paz de espírito e leveza na alma. Se admirarmos nossas pradarias, nosso olhar se alonga, emotivo, até um tranquilo horizonte, mas acolá já surgem elevações em coxilhas que, acarinhadas há muito pelo nosso minuano, mostram-se como ondulações harmoniosas e suaves. A diferença de tons também é um fator importante. Nossos rios meandrantes catalogam o Rio Grande do Sul como o segundo Estado com maior disponibilidade de fluxos hídricos. Eles precisam de margens e de suas matas ciliares, para muito além do embelezamento de suas margens; eis que representam a segurança e a primeira barreira contra as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

crescentes e cada vez mais impactantes intempéries da natureza. Mesmo assim, infelizmente, elas vêm sendo retiradas em nome de um aumento de produtividade.

Nesse cenário único, belo e emotivo, vivemos nós, vive o gaúcho, vive o pampeano, que cuida do gado, e vive o agricultor familiar, que planta para o sustento da sua família e da família de todos nós.

Temos orgulho das nossas tradições e queremos um bioma Pampa autêntico, sem as horrendas desfigurações que nenhuma explicação no mundo poderá justificar. E sábado – essa é a 117ª sessão –, dia 17, é o Dia do nosso Bioma Pampa.

Nós nos encontramos aqui, para que esta data seja motivo de alegria, e não lamento. Estamos aqui para salvaguardar o Pampa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Professor Titular e Diretor do Instituto de Biologia da Universidade Federal de Pelotas, Althen Teixeira Filho.

De imediato, passamos a palavra para o Coordenador do Instituto de Biologia da Universidade Federal de Pelotas, Sr. Marco Silva Gottschalk.

O SR. MARCO SILVA GOTTSCHALK – Muito obrigado.

Eu queria cumprimentar a todos e agradecer oportunidade de falar aqui. Acho que é uma coisa bastante importante. Exmº Senador, muito obrigado. Cumprimento a todos.

Se me permitem, vou ler a minha fala, para não perder muito...

Patrimônio: como é que podemos entendê-lo? Essa palavra tem diversas definições. Gosto muito da definição de riqueza ou preciosidade. E gosto da definição jurídica, de conjunto de bens que uma pessoa pode ter. E é isso que os nossos biomas são – essa é a primeira definição que trago: uma riqueza brasileira, a nossa grande riqueza.

Com uma pequena mudança no texto da Constituição, que a PEC nº 5, de 2009, propõe – mas ela é grande em significado –, algumas regiões menos assistidas em relação aos cuidados com o meio ambiente podem ganhar um novo olhar. E, com isso, também as populações que lá habitam.

Então, incluir os biomas Cerrado, Caatinga e Pampa como patrimônios nacionais é um importante passo na direção de uma maior significação e zelo por esses espaços, estimulando políticas e ações que proporcionem o uso sustentável de nossas terras e a manutenção das famílias no campo, em longo prazo e com saúde.

Nesse desafio da preservação do meio ambiente, a agricultura familiar é importantíssima e deve ser estimulada como modelo de produção rural, porque ela é compatível com a preservação ambiental, diferentemente das produções extensivas e mecanicistas.

Então, sistemas de produção agroecológicos são modelos a serem seguidos, assim como é realizado, por exemplo, na comunidade que habita a Zona de Amortecimento da Estação Ecológica do Taim, onde a Embrapa tem uma ação bastante forte, estimulando esse tipo de produção.

Portanto, ao imaginarmos o uso sustentável do meio ambiente, é importante também pensarmos em preservar espaços ou áreas com representação desses nossos ecossistemas naturais, principalmente em locais estratégicos.

Então, esses espaços conhecidos como Áreas de Proteção Ambiental (APPs) fazem parte também do nosso patrimônio natural, do nosso patrimônio ambiental, e trazem uma série de benefícios à população. Elas auxiliam na manutenção dos ciclos de água, o que influencia diretamente nos regimes de chuva e tem consequências diretas na nossa produção de alimento. Auxiliam também na manutenção dos ciclos de oxigênio, carbono, nitrogênio; na manutenção da qualidade do solo; na diminuição da lixiviação e da erosão no solo; na regulação climática. Auxiliam no sequestro de carbono; na manutenção de representantes da flora e da fauna, que são recursos importantes para a humanidade também, do ponto de vista de uso da natureza, que sempre é colocado desta forma: no final das contas, a gente tem que sempre valorar a natureza – não que eu concorde muito com isso. Além disso, esses recursos – essa fauna e flora – podem ser vistos como recurso natural e também como recurso genético que eventualmente possa ser utilizado. Então, isso tudo são serviços que a nossa natureza pode prestar para humanidade. Ademais, essas regiões servem também para preservação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

própria natureza, o que já se justifica por si só.

Muitos desses benefícios que eu mencionei passam despercebidos pela maior parte da população. São invisíveis, porque fazem parte do cotidiano das pessoas. Se não fizessem parte do cotidiano, nós correríamos bastante risco – e estamos prestes a correr, com a atual taxa de degradação ambiental.

Então, espero que, com essa aprovação – a aprovação desta emenda –, nós consigamos melhorar a cobertura de áreas de preservação, áreas de proteção permanente, ampliando a cobertura dessas áreas instituídas como tal, mas também as implementando realmente, com um plano de gestão, atuação efetiva da sociedade como um todo e uma fiscalização eficaz.

Olhando o Rio Grande do Sul, que, dentre os Estados brasileiros, é o que abriga o bioma Pampa, o projeto RS Biodiversidade aponta somente 1,9% da área do Rio Grande do Sul como inclusa em APPs – isso, incluindo as áreas do bioma Mata Atlântica e do bioma Pampa.

Então, nós temos a área do Estado como um todo – 28 milhões de hectares – e, das 34 unidades conservação que existem lá, são 10 federais e 24 estaduais. Elas cobrem somente 530 mil hectares protegidos.

Dessas unidades, somente 17 foram realmente implementadas e 17 existem somente como decreto. Então, carecem de uma efetivação. E ressalto que metade dessas unidades de conservação estão no bioma Pampa. Portanto, dos biomas brasileiros, é o que menos está protegido dentro de unidades de conservação.

Ressalto que pelo menos metade dessas UCs estão no bioma Pampa, sendo o único Estado brasileiro a abrigar tal formação, que também compõe o território do Uruguai e da Argentina – uma boa parte da Argentina. Então, na verdade, uma parte do bioma está fora do Brasil. Entretanto, no Brasil, ele abriga formações que são únicas nesse bioma, que também necessitam ser protegidas e que não estão representadas fora daqui, em nossos países vizinhos.

Finalmente, tal emenda se torna ainda mais importante, pois abrange os principais ambientes brasileiros com formações vegetais campestres ou savanoides, como alguns especialistas chamam as formações de savana.

Tais formações vegetais são difíceis de serem abordadas nas políticas e ações de preservação. Um dos motivos, por serem mais suscetíveis à destruição, à substituição do *habitat*, porque são pastagens, são fáceis de serem devastadas e por serem mais suscetíveis à invasão de espécies, como acontece com o capim-annoni, por exemplo. São ambientes de vegetação aberta bastante suscetíveis. Um segundo motivo é porque, historicamente, sempre foram interpretados como grandes vazios – aquele mato que está logo ali. Inclusive, na academia, trabalhos mais antigos reportam o Cerrado – principalmente o Cerrado – dessa forma, em que foi mais bem estudado.

Então, isso não é verdade, isso não corresponde à verdade. Essas áreas de Savana, como o Pampa, o Cerrado e a própria Caatinga, que é uma vegetação mais aberta, são riquíssimas em espécies e representam um patrimônio inestimável. É uma importante contribuição para a manutenção desses ecossistemas, desses biomas.

Sem querer me estender, mas aproveitando a oportunidade, eu gostaria de mencionar que essas informações disponibilizadas pelo Projeto RS Biodiversidade e muitas outras que esse projeto gerou, com levantamentos importantes sobre a biota do Rio Grande do Sul, e vários projetos de educação ambiental e com uma inserção grande na população, diversas iniciativas, estão em risco de não ocorrerem mais, como foi mencionado pelo Prof. Althen. Então, no Rio Grande do Sul, estamos na iminência da extinção de diversas fundações, entre elas a Fundação Zoobotânica, que foi um dos principais norteadores desse projeto RS Biodiversidade. Elas são instituições que salvaguardam o Pampa e também a Mata Atlântica, mas agora o nosso foco é o Pampa.

Então, especificamente, a Fundação Zoobotânica auxilia amplamente na implementação de políticas que visam à preservação do Pampa, gerando informação e assessoramento aos órgãos governamentais. Portanto, é essencial que ela se mantenha. Não podemos transformar o Pampa em patrimônio nacional e perder um dos mais importantes patrimônios do Estado do Rio Grande do Sul, que é essa fundação. Isso seria um passo na direção oposta da que queremos dar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Coordenador do Instituto de Hidrologia da Universidade Federal de Pelotas lembra essa perspectiva negativa, que já havíamos comentado, inclusive do fechamento da Fundação Zoobotânica, que é uma preocupação muito grande de gaúchos e gaúchas, pelo que ela representa para todos nós.

Eu quero dizer que, ontem, houve aqui a votação de um projeto que, digamos, dá uma folga aos Estados que estão em pior dificuldade, principalmente Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Eu votei favoravelmente, mas, na contrapartida que a União exige para quem optar por esse plano, estavam essas questões que você levanta aqui, de congelamento de salário de servidor. Aí, no destaque, eu votei contra. Quer dizer, que se atenda aos interesses dos Estados que precisam, mas não com essas contrapartidas que vão na linha de demissão e fechamento de fundações.

Só para deixar claro a minha posição, sou totalmente contra essa posição dos Governos, tanto do Rio de Janeiro quanto do Rio Grande do Sul.

Por favor, Drª Silvia, médica veterinária, representante do Movimento em Defesa do Bioma Pampa. Silvia Carâmbula.

A SRª SILVIA CARÂMBULA – Em primeiro lugar, vou me apresentar.

Então, sou médica veterinária. Acho que é importante dizer que venho de uma família de classe baixa, que só teve oportunidade de estudar graças ao ensino público e gratuito – e venho defendendo também isso, o ensino público e gratuito. Tive oportunidade, graças a bolsas de pesquisa, no governo do Presidente Lula, de fazer o meu doutorado na Universidade de Medicina de Harvard, onde publiquei dois trabalhos na universidade. Mas hoje eu me apresento aos senhores como o bioma Pampa, porque nós somos o bioma Pampa, fazemos parte do bioma Pampa. Eu nasci em Santana do Livramento e me criei no bioma Pampa, então, eu sou o bioma Pampa também. Então, nós viemos em defesa própria, digamos assim.

Nós temos, em Santana do Livramento, uma extensão muito grande do Aquífero Guarani, uma reserva preciosa, e afloramentos do Aquífero Guarani, que também é importante destacar. Temos inúmeros afloramentos, e os afloramentos são bem mais suscetíveis, porque estão aí, aflorando. E a utilização dos agrotóxicos, na nossa região, é cada vez maior, pela invasão das monoculturas. Começaram com o arroz, e agora nós temos a soja e a citricultura também.

Então, nós temos um grupo de pessoas da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, uma universidade que também está sendo sucateada pelo Governo de Estado. Mas há pessoas dentro dessa universidade que estão extremamente engajadas na defesa do que é nosso, junto com universidades do Uruguai, porque nós falamos em bioma, e ele não se restringe só ao Rio Grande do Sul. O bioma está dentro do Uruguai, da Argentina... Inclusive, hoje comentávamos que qualquer ação que houver, na parte da mineração, consequentemente vai influenciar esses outros países, porque a contaminação de rios, como o Camaquã, pode chegar à contaminação de outros países. Então, os outros países teriam que ser consultados também, toda vez que fizéssemos um tipo de exploração dessa magnitude no nosso bioma.

Então, nós montamos lá uma rede, da qual fazem parte instituições e pessoas da sociedade, indivíduos independentes, como é o meu caso, com objetivo de conseguir também recursos e apoiar pesquisas, estudos, e implementar projetos que estejam relacionados com essa parte da defesa do bioma.

Quando falamos da defesa do bioma – e se fala muito em conservação –, a defesa do bioma que queremos colocar é que o nosso bioma tem uma característica muito particular, porque nós conseguimos produzir conservando-o. Então, não é preciso destruir para produzir.

Eu queria colocar que essas atividades produtivas que nós temos, as cadeias produtivas que temos lá – nós temos a ovinocultura, a bovinocultura, a parte das oliveiras agora, a vitivinicultura – são culturas que estão lá há muito tempo, que vêm sendo trabalhadas, que fazem parte e nunca destruíram. Como eu sempre digo, nós nos criamos com pasto de forquilha entre os dentes, escutando a história dos nossos avós embaixo das árvores. Então, convivemos com esse tipo de produção. Nós nos criamos com isso. E esse é o amor que nós temos pelo bioma.

Nós não estamos propondo, como rede, uma conservação pela conservação, mas uma conservação sustentável, que também dê um desenvolvimento social e uma condição social para as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós colocamos um exemplo e falamos também do RS Biodiversidade, do quanto ele ajudou esse projeto no nosso Município. Nós temos um projeto, do RS Biodiversidade, de rotação de potreiros e conseguimos provar, com esse tipo de produção, de rotação de potreiros, que somos capazes também de impedir um grande inimigo do nosso bioma, que é o capim-annoni, porque nós, além das monoculturas, temos um capim-annoni, que está invadindo e destruindo o nosso bioma.

E nós, com esse tipo de conservação, uma conservação que trabalha com a parte de produção e a parte social, conseguimos combater também esse grande inimigo, que é o capim-annoni.

Nós temos na nossa cidade, eu falo especificamente do nosso Município, mas temos aqui presente também o Prefeito do Município de Bagé. Obrigada pela presença...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seja bem-vindo, Prefeito.

Toda vez que vem a Brasília, ele bate ponto nesta Comissão. E, quando chega aqui, nem que eu quebre o protocolo, ele tem direito à palavra.

Seja bem-vindo, prefeito Dudu. (*Palmas.*)

O SR. DUDU COLOMBO (*Fora do microfone*.) – Sempre com bons resultados.

A SRª SILVIA CARÂMBULA – Eu coloco aqui a importância da presença do Prefeito, hoje, que faz parte de um consórcio que envolve a parte também da defesa do bioma e do qual nós também, como sociedade, fazemos parte.

Então, como o Althen falou, nós temos várias coisas para defender que nos dão sustentabilidade. Então, não estamos pedindo uma conservação pela conservação. Nós estamos pedindo uma conservação com produção. Nós pensamos na parte social. E nós temos condições, sim, de desenvolver. Apesar de muitos não acreditarem, nós temos condições, com pesquisa, de desenvolver, de forma sustentável, uma produção e uma qualidade de vida para as pessoas que moram lá.

Temos exemplos, agora, na nossa região, de organizações de controle social que estão conseguindo produzir orgânicos. Anteontem mesmo, na nossa cidade, foi inaugurada a Feira de Agricultura Familiar, que há anos havia sido extinta na nossa cidade. E isso só foi possível com esses grupos que estão se formando na sociedade, que querem a preservação e querem essa produção de forma sustentável.

Nós colocamos também a FAO, neste ano, com um grande projeto de turismo rural, para ser desenvolvido no mundo inteiro. E nós vamos mostrar o quê? As plantações de soja? É isso que nós vamos mostrar? Tendo potencial, nós vamos perder esse potencial? Estamos no sentido contrário do que o mundo quer. O mundo quer uma coisa e nós estamos indo ao contrário do que o mundo quer.

Então, essas colocações... E eu me emociono muito quando falo do bioma, porque, como eu disse, a gente se criou, nós nos criamos naquele meio. Então, nós fazemos parte, sim, do meio – e não falamos na questão acadêmica, mas na questão social mesmo.

Então, eu gostaria de pedir aos senhores que não vissem a nossa região como se ela fosse a última fronteira agrícola, mas sim como se nós fôssemos a última fronteira a preservar. (*Palmas.*)

E quando se diz que no Brasil, plantando, tudo dá, no nosso Pampa não precisa nem plantar que dá. É só saber usar. E nós estamos dispostos a isso. Nós vamos para a luta e nós estamos conscientes de que nós somos capazes de mostrar, hoje, com uma produção, como eu disse, com biodiversidade, com 400 quilos, por hectare, de carne. Nós somos capazes de produzir, sem ter que estragar o nosso bioma. Então, nós temos essa capacidade e nós vamos à luta.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Silvia Carâmbula, médica veterinária, representante do Movimento em Defesa do Bioma Pampa, aluna aqui do Prof. Althen, que, com muita emoção, aqui, fez um depoimento tão forte quanto os outros dois que a antecederam. Ambos aqui já seguraram um pouco as emoções, e você soltou de forma mais forte, com uma sensibilidade natural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª SILVIA CARÂMBULA – Nós, as mulheres, somos questionadas por soltarmos a nossa emoção, mas isso é o melhor que a gente tem. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E olhe minhas palmas. Falei isso no plenário ontem. Falei no plenário isso aí, ontem. No dia em que nós perdermos as emoções, o sentimento, o olhar para as nossas origens e até o cair de algumas lágrimas dos olhos, então não haverá razão de estar na vida pública. E você está falando, nesse momento, para todo o Brasil, aqui, sem a força da alma, digamos. E vocês conseguem passar isso, nesse momento.

Tudo aqui está sendo muito interessante, e meus cumprimentos pela grandeza que está sendo, já, este evento, para quem a ele está assistindo. Eu sempre digo que, no mínimo, 2 milhões de pessoas assistem às audiências públicas, via sistema de comunicação da Casa.

A importância do turismo rural – e você lembra a tradição dos Pampas mesmo, e não é só o Rio Grande – atravessa as fronteiras do Rio Grande. A agricultura familiar, tão falada por todos nós, as nascentes, os aquíferos, tudo isso é importantíssimo para o desenvolvimento sustentável e, por que não dizer, para as nossas tradições, do povo gaúcho, do povo sulista, que, como uma fonte de turismo, é inesgotável. E o mundo clama, eu concordo com você, nesse sentido.

Vamos em frente: Padre Paulo Renato. Eu não sou o padre; é ele. Eu repito, está aqui: só faltou o Renato. É Paulo Renato o meu nome. Paulo Renato, assessor político da CNBB.

O SR. PAULO RENATO – Muito bom dia a todos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas fui sacristão de igreja já. E não me arrependo. Igreja Pio X, Caxias do Sul.

O SR. PAULO RENATO – Maravilha.

Um bom dia a todos os presentes. Uma saudação especial ao Senador Paulo Paim, de quem eu sou um admirador.

O senhor está dizendo que 2 milhões de pessoas assistem. Neste momento há uma a menos assistindo, porque eu assisto diariamente. E desde que eu vim a Brasília, para assumir essa função de assessoria política na CNBB, as pessoas costumam dizer: "Não, mas em Brasília você não encontra nenhum político segunda, terça-feira de manhã...". Eu digo: "Não, o Senador Paulo Paim você encontra. Você pode ligar que ele está lá, conduzindo uma audiência." Então, meu cumprimento ao senhor.

Cumprimento também o Agostinho, sua equipe, a equipe incansável da Comissão de Direitos Humanos.

Nessa iniciativa, Senador, nesse tipo de trabalho que é desenvolvido aqui, nesse perfil, eu gosto muito de ressaltar que existem urgências. E eu acho que eu já disse isso ao senhor, em alguma outra audiência. Existem urgências que vão pedindo as nossas preocupações momentâneas, mas as urgências não podem nos fazer esquecer a essência, aquilo que é essencial para a vida do povo. E o nosso Brasil vive um momento de urgências, mas nós não podemos deixar de estar aqui, porque isso aqui é essencial. Então, as urgências não podem atropelar as essências, de maneira nenhuma. Eu acho isso muito importante.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da Drª Silvia, a mulher aqui na nossa Mesa. Na pessoa dela eu cumprimento todos os demais membros. E eu gostaria de gastar uns segundos do meu tempo, pedindo que, neste momento, nós façamos memória de uma pessoa que, em uma Comissão de Direitos Humanos, eu não poderia deixar de fazer memória, a qual, que neste momento, está sendo velada na Catedral da Sé, em São Paulo. Trata-se, talvez, de um dos maiores nomes da defesa dos direitos humanos no Brasil. Refiro-me ao Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Então, vamos ficar um minuto de silêncio e fazer essa homenagem. Propomos este instante de silêncio e vamos nos sintonizar a todo o povo de São Paulo, da arquidiocese de onde ele foi pastor, mas também a todo o povo do Brasil e do mundo, onde ele foi referência na luta pelos direitos humanos.

(*Procede-se à homenagem.*) (*Palmas.*)

O SR. PAULO RENATO – Foi com muita alegria que a CNBB recebeu esse convite para estar aqui, nesta audiência pública. Eu trago aqui um abraço carinhoso do Dom Leonardo Ulrich Steiner, da presidência da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

CNBB, nosso Secretário-Geral.

Senador Paulo Paim e aqueles que solicitaram esta audiência pública – a sua iniciativa: vocês estão na vanguarda do que nós vamos discutir em todas as comunidades no ano que vem. (*Palmas.*)

A Campanha da Fraternidade deste ano fala da casa comum, uma responsabilidade de todos. É uma Campanha da Fraternidade que quis buscar uma atenção maior com essa casa comum que nós temos, que é o planeta, o mundo em que nós vivemos, as nossas preocupações ecológicas.

Como disse um bispo, nós precisamos aterrissar essa Campanha da Fraternidade, e ela vai aterrissar no ano que vem, quando nós vamos tratar dos biomas. No ano que vem, a Campanha da Fraternidade tratará especificamente dos biomas do Brasil e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa campanha, permita-me, pois há quanto tempo eu não me meto na conversa de vocês? (*Risos.*)

Quando nós quisemos aprovar aqui o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto do Idoso e da Pessoa com Deficiência, casualmente todos de minha autoria, a CNBB, naquele período, tinha lançado a Campanha da Fraternidade nessas áreas. Oxalá, com o lançamento dessa campanha, nós consigamos aprovar essa PEC no ano que vem.

Então, meus cumprimentos, mais uma vez, à CNBB.

O SR. PAULO RENATO – Eu recebo esses cumprimentos em nome dos bispos da iniciativa e das comunidades católicas que nós temos. E era exatamente essa fala que eu gostaria de deixar registrada para o senhor. Eu acho que será uma oportunidade, Excelência, de fazer andar alguns projetos nessa linha, nesta Casa, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados também, projetos que vão nessa direção, porque a Campanha da Fraternidade tem uma capilaridade, nas nossas comunidades, muito grande, e isso deve ser aproveitado e deve ser utilizado.

Eu tinha elaborado uma forma de chegar à conclusão que eu gostaria de chegar, mas a Drª Sílvia deu a dica – e eu acredito que não preciso fazer um esforço tão grande –, quando ela disse assim: "Nós somos o bioma Pampa."

O grande problema hoje da humanidade, na nossa compreensão, é esse problema da alteridade, do reconhecer o outro ou as outras coisas com o devido valor que eles têm. Então, quando você se identifica com o outro, a ponto de dizer "eu sou aquilo", você não desqualifica aquilo como uma simples fonte de renda, ou uma simples fonte de satisfação, ou um simples objeto de comércio... Não. Você se identifica com aquilo, a ponto de se emocionar quando fala daquilo.

Então, é exatamente essa relação de alteridade que faz, por exemplo, Senador, com que uma pessoa queime um índio num ponto de ônibus – porque ele não se reconhece como aquela pessoa –, e um policial aja de maneira truculenta numa manifestação, porque aquele não é ele; ele não se reconhece ali. Então não é um humano, não é uma pessoa que está ao lado...Quando um Governo envia uma proposta que, nitidamente, claramente, vai retirar direitos, e ele insiste naquilo, o outro não é o outro. O meu outro é outro outro. Não é? E, quando a Drª Sílvia diz "olha, nós somos o bioma", é exatamente isso aí. O que falta hoje é essa relação de alteridade, de comprometimento com o outro, a ponto de perceber que o outro e nós fazemos parte de tudo isso.

Eu costumo dizer que nós nos deixamos, às vezes, levar pelos benefícios que nos chegam, com a população, com as outras pessoas. Então, se a comida está chegando à minha mesa, não importa como ela é produzida, como ela é gerada, como ela é feita. Eu quero saber se eu vou comer. Não importa quem está produzindo um telefone celular que eu tenho na mão, se é alguém com trabalho escravo na Ásia. Não importa isso. Importa que o aparelho chegue à minha mão.

Então, isso não pode acontecer mais. Se a comida vai chegar à minha mesa, eu tenho que saber como é que ela vai chegar. Por isso a Campanha da Fraternidade quer aterrizar no bioma. O leite que chega à tua mesa... ele vem de onde? Ele vem do bioma. O alimento que você come, ele vem do bioma.

Então essa iniciativa de vocês, acolhida pelo Senador Paulo Paim, é uma iniciativa louvável, e a CNBB... Eu trago uma mensagem de Dom Leonardo: a CNBB quer acompanhar, com muita atenção, a luta por essa PEC 5, de 2009, principalmente neste ano que nós vamos iniciar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então nós estaremos juntos também nessa luta, acompanhando, como uma forma... Talvez seja, Senador, uma forma de materializar essa campanha que nós estamos vivendo.

Eu gostaria de concluir com uma palavra. O Professor Althen me dizia há pouco, ali, antes de começar, que nós temos um pampeano...

O SR. ALTHEN TEIXEIRA FILHO – O mais famoso.

O SR. PAULO RENATO – O mais famoso e importante pampeano...

O SR. ALTHEN TEIXEIRA FILHO – E sagrado.

O SR. PAULO RENATO – E sagrado, que é o Papa Francisco, de uma origem pampeana. E o Papa Francisco escreve, na *Laudato Si*... Eu vou ler brevemente, para não correr o risco de deturpar as suas palavras. Ele diz assim: "Cada comunidade pode tomar, da bondade da terra, aquilo de que necessita para sua sobrevivência, mas tem também o dever de a proteger e garantir a continuidade de sua fertilidade para as gerações futuras."

Isso é exatamente o que esta discussão está fazendo. Ninguém aqui é louco de dizer que, a partir de agora, no Pampa não se produz mais nada, porque o próprio Pampa produz, como disse a Doutora Silvia, e nós vamos ter a oportunidade de saber como é que nós consumimos, como é que nós nos utilizamos desses benefícios que a natureza nos deu, protegendo-os e os guardando, para que as gerações futuras também tenham condições. Isso no Pampa, no cerrado, na Caatinga, na Mata Atlântica, na Floresta Amazônica, e assim por diante, nos biomas que nós vamos ter a oportunidade de trabalhar.

Então eu entendo, Senador, que o senhor, com esta audiência, acolhendo esse pedido, antecipa o que esta Casa tem tradição de fazer, que é uma audiência sobre a Campanha da Fraternidade, na qual o senhor todo ano está presente, no plenário do Senado. Portanto, esta audiência pode entrar para a história como uma antecipação – mesmo sem essa intenção – da Campanha da Fraternidade da qual nós vamos ter, ainda, o lançamento.

Parabéns pela iniciativa, parabéns a todos os presentes.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Padre Paulo Renato, assessor político da CNBB, que fala inclusive no encerramento desta mensagem.

Eles, quando eu falo isso, dizem o seguinte: "Ô, Paim, tu achas que és íntimo dele?" Sabe como é que é que eu o chamo? Eu sou um fã dele. Eu acho que, com todo respeito a todos, hoje ele é a figura, para mim, mais importante, por tudo que ele escreve. E nós acabamos lendo seus escritos, às vezes na tribuna, como você leu aqui. Eu o chamo, às vezes, de Papa Chico. Aí dizem: "Ô, Paim, como é que tu chamas o Papa de Chico?" Eu digo: "Ele é o Papa Chico. Ele é tão gente como a gente, alguém de quem eu gosto, e a gente se identifica com aquilo que ele fala, independentemente de religião."

Ontem eu ouvi, por exemplo, na tribuna, um dos Parlamentares, que é pastor evangélico, falando, usando e citando o Papa Francisco como uma referência: "Olha o que ele disse..." O Papa!

Isso mostra a grandeza de todos nós, em cima dessa figura humana. E, para mim, ele vai acabar entrando, nesse período mais recente, como a figura número um, em matéria de direitos humanos no mundo, nesse período mais recente, por tudo que ele vem fazendo.

Meus cumprimentos.

Falará agora o coordenador do Departamento de Botânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Sr. Paulo Brack.

O SR. PAULO BRACK – Bom dia, Senador Paim, bom dia a todos da Mesa.

Só para retificar, eu não sou coordenador do Departamento; apenas faço parte do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está promovido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PAULO BRACK – Isso. Então está ótimo. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Eu sou coordenador do INGÁ, uma ONG de Porto Alegre que faz parte do movimento ambientalista e também da Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente, lá do Estado.

Saudamos muito essa iniciativa, Senador. E eu creio que nós estamos aqui dando um pontapé inicial para uma retomada dessa campanha muito importante em relação à PEC nº 5, de 2009, que inclui não só o Pampa, como também a Caatinga e o Cerrado como biomas no artigo 225 da Constituição Federal. Então, um patrimônio nacional.

E é importante esse destaque porque, como a gente vem falando – alguns colegas já levantaram essa questão –, nós temos aí talvez menos de 1% de unidades de conservação, áreas protegidas dentro do bioma. E o Brasil assinou acordos com outros países, dentro da Convenção sobre Diversidade Biológica, já há muitos anos, e agora temos as Metas de 2020 da biodiversidade, em que teremos que atingir, em todos os biomas do mundo, 17% de áreas protegidas. Nós temos 1% aqui no bioma Pampa, por exemplo, e talvez muito pouco também em outros biomas já citados aqui.

Cerca de um terço do bioma ainda resiste. Nós sabemos que a cada ano a fronteira agrícola está se expandido em relação às áreas naturais, aos ecossistemas naturais do Pampa. Então, nós achamos que é muito importante, e eu venho levantar alguns pontos, assim, bem objetivos também para que a gente possa cobrá-los de parte do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais também – estaduais, no caso, o do Rio Grande do Sul, no caso do Pampa, mas também, em relação a outros biomas, outros Estados.

A questão de que a cada ano tenhamos um quadro da evolução do que resta dos remanescentes, em percentuais, está sendo perdida em relação à conversão de áreas de ecossistemas para lavouras, por exemplo, ou outros tipos de atividades como a mineração, já citado aqui também, que é uma questão que está atingindo o coração do Pampa em áreas naturais de importância para o turismo familiar — por exemplo, lá em Caçapava do Sul que é o caso de uma empresa, a Votorantim, que quer fazer mineração no bioma Pampa. Então, nós consideramos que a cada ano se deveria dar o destaque do percentual da evolução do que existe ainda.

Os últimos dados que temos são de 2010, com base em imagens de quase dez anos atrás. Então, é um absurdo que o Ministério do Meio Ambiente não atualize isso. Eu acho que seria importante, e o Ministério do Meio Ambiente foi convidado aqui – o Agostinho disse isso, e eu até parabenizo também o esforço aqui da assessoria da Comissão e, enfim, do Senador –, que os agentes públicos tenham que participar dessa discussão. E nós vamos cobrar do Ministério do Meio Ambiente, sim, esses dados.

Nós queremos também, nos Congressos aqui que o Prof. Althen já levantou, uma campanha pela moratória em relação à conversão e ao corte de subsídios para as monoculturas que estão destruindo o que resta do bioma Pampa.

E nós nos alinhamos também na questão de que o bioma Pampa, sim, é produtivo. Nós temos pesquisas em relação a frutas nativas: há mais de 70 espécies de frutas nativas que são alimentícias, e eu diria que várias delas, uma meia dúzia pelo menos, estão em várias partes do mundo. O bioma Pampa é alvo de biopirataria, seja de plantas frutíferas forrageiras, que são usadas na Nova Zelândia, nos Estados Unidos, seja de gramíneas, leguminosas, na África do Sul. Várias gramíneas nossas alimentam gados em outras partes do mundo, e nós aqui importamos e usamos gramíneas exóticas invasoras, inclusive, por falta de pesquisas adaptadas a essas condições do bioma Pampa.

Temos também um centro de biopirataria das plantas ornamentais. Nós temos centenas e centenas de plantas ornamentais, muitas delas em nomes estrangeiros, que já são comercializados na Europa e em outras partes do mundo. Porque aqui nós temos um clima, de certa maneira, aqui no bioma Pampa, um clima mais temperado, então muitas plantas se adaptam às condições, por exemplo, da Europa, do hemisfério norte, em regiões mais temperadas. São centenas de plantas que já foram roubadas. As maiores coleções de cactáceas – a Profª Luiza Chomenko aqui também vai falar sobre isso. Nós temos, no bioma Pampa, pelo menos cem espécies de cactáceas, e a metade delas estão em ameaças de extinção. E as maiores coleções dessas plantas estão na Alemanha, por exemplo.

E nós estamos, sim, gerando renda com plantas medicinais. No caso da cancorosa, por exemplo, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

uma planta basicamente do bioma Pampa, já há várias patentes de propriedade de substâncias no Japão, por exemplo. E são muitas, centenas de plantas medicinais que ocorrem ali, porque nós temos, por exemplo, um bioma com mais de duas mil plantas de ambientes abertos, não florestais. E, dentro desse escopo, pelo menos umas 20% das espécies têm potencial, já têm uso medicinal e já são usadas e já são patenteadas por vários países.

E nós somos submetidos a expandir *ad infinitum* o eucalipto e a soja, com alta carga de agrotóxicos, e também à especulação nas propriedades com a concentração de terras. Poderíamos ter muito mais atividades com a pecuária familiar, ligada também ao turismo, ligada à meliponicultura, às abelhas silvestres. Há projetos – até o RS Biodiversidade – que, infelizmente, a Sema foi obrigada a tocar adiante por um acordo internacional com o Banco Mundial, mas agora ela quer, infelizmente, fechar a Fundação Zoobotânica; a Fepagro, que trabalha com pecuária sustentável, junto com a Fundação Zoobotânica, que trabalha com projetos de *pastizales*, que vão ser citados aqui.

Então, nós temos muitas iniciativas com frutas nativas, com forrageiras, com meliponicultura, com turismo, com a pecuária familiar. Nos assentamentos, nós temos milhares, dezenas de milhares de assentados no bioma Pampa, e que estão esperando, sim, incentivos governamentais para que continuem existindo e possam incorporar renda nas suas propriedades e, ao menos tempo, também, trazer benefícios para a sociedade.

Infelizmente, os subsídios hoje são para o círculo vicioso das monoculturas que vendem insumos, porque proteger a natureza e fazer com que ela, digamos assim, gere renda com baixa venda de insumos não serve ao sistema. Então, é muito mais importante hoje ao modelo de *commodities,* ao modelo a que estamos submetidos, uma monocultura colonial, como há séculos. Estamos voltando à reprimarização da economia brasileira, infelizmente. Então, há uma obsessão pelas *commodities*, que estão, sim, destruindo o que resta da nossa sustentabilidade econômica e ambiental.

Então, vemos aí a necessidade de travarmos uma grande luta pelas áreas prioritárias, em relação à biodiversidade, que o Ministério do Meio Ambiente criou em 2007, mas até agora não fez nada para que ela fosse implementada. Existe, sim, uma portaria, a Portaria nº 9, de 23 de janeiro de 2007 – vai fazer dez anos agora –, e o Ministério do Meio Ambiente não fez nada, infelizmente, em relação a isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO BRACK – Então, para finalizar, nós precisamos, sim, criar unidades de conservação, o que estamos devendo em relação àqueles povos que vivem no bioma Pampa e também a toda essa biodiversidade que está se perdendo, incrementando as pesquisas de conservação, o uso sustentável dos recursos, com as fundações que estão para ser extintas.

Eu diria, finalizando, Senador e todos que estão aqui, que temos muitas alternativas. Então, essa campanha, que inclusive a CNBB está levando adiante, nos alegra. E creio que temos, sim, que levantar essa bandeira com boa esperança, com alegria, para que possamos criar uma identidade maior, não só do bioma Pampa, mas também com todos os brasileiros que tenham identidade com seus biomas, porque é muito mais sustentável, muito mais barato, adquire-se mais renda para todos, que possamos conviver com os biomas e não transformá-los em grandes desertos de exportação.

Muito obrigado, então, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o representante do Departamento de Botânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Sr. Paulo Brack, que termina, no final, lembrando a importância das fundações, além de todo o complemento da sua fala, e que elas não sejam extintas. Esperamos que isso não aconteça e que centenas de profissionais não sejam demitidos.

Vamos para a segunda Mesa.

Mas, vou pedir...

O SR. ALTHEN TEIXEIRA FILHO – Sr. Presidente, o senhor me permite? Desculpe-me a intromissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Não é intromissão. Faz parte do debate.

O SR. ALTHEN TEIXEIRA FILHO – Que ótimo. Nós trouxemos um vídeo que gostaríamos de mostrar. Estamos com uma situação especial, que o Sr. Paulo Brack citou, de mineração numa região que é prioritária, pelo Ministério do Meio Ambiente, que é Minas do Camaquã.

Existe um projeto da Embrapa naquela região que mostra exatamente a possibilidade de produção sem necessidade de fazer qualquer outra coisa senão o apoio ao agricultor, justamente o agricultor familiar.

Permita-me ainda utilizar o tempo para agradecer ao Sr. Agostinho aqui. Estou quase para pedir para a CNBB uma canonização, porque incomodei o Sr. Agostinho com telefonemas para organizar todas essas questões. E não podia deixar de dizer da possibilidade deste evento que está ocorrendo, o apoio que tivemos da Embrapa, através dos pesquisadores Lilian Winckler, o pesquisador também Wolff da Embrapa, o Bevilacqua, a Luiza Chomenko e o Jan Mähler, da Fundação Zoobotânica. Isso não teria sido possível se não fosse toda a organização dessas pessoas, que eu não poderia esquecer.

Acho que esse vídeo mostra exatamente, materializa o que nós todos aqui estamos dizendo, o que nós todos estamos falando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou passar o vídeo. Era previsto na mudança da Mesa, mas foi bela aqui a introdução.

Ao mesmo tempo, eu vou aproveitar o gancho. É uma equipe toda que trabalha comigo, e eu pedi para o Toni para que ele me dê a relação de toda a equipe, porque quero citá-la, antes de encerrar esta audiência. Porque aqui nesta Comissão – aproveitando o seu gancho –, a gente faz em média 150 reuniões por ano e ainda dezenas de viagens, que chamamos de diligências, aos Estados. A média no Congresso é de 50 por ano, Câmara e Senado, mas nós chegamos a 150. Então, não é só quem preside, mas essa equipe que está por trás. Você lembrou o nome do Agostinho, mas é uma equipe que tem por volta de oito colaboradores, que são funcionários da Comissão e que trabalham com todo o pique. Eles vêm a causa, e eu digo: nós vamos ter que fazer uma de manhã e outra à tarde. Eles dizem: sem problema, Senador; se a causa é justa, somos parceiros.

Assim, quero dar uma salva de palmas para toda a equipe. (*Palmas.*)

E, antes de encerrar, vamos fazer a leitura do nome de toda a equipe.

Vamos ao vídeo.

Peço para pôr um pouco de volume, se possível.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para quem está ouvindo, ele me informa que o nome daquele senhor é Decinho e que ele está nos assistindo lá.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns! (*Palmas.*)

Parabéns inclusive à TVE lá, que também está ameaçada. Também está ameaçada.

O SR. ALTHEN TEIXEIRA FILHO – São 500 famílias nessa região, 500 famílias que são beneficiadas. A marca Alto Camaquã, que beneficia justamente a região, já tem projeção internacional. Isso é importante. E, com esse projeto de mineração, com grande contaminação de chumbo, certamente não só as pessoas do projeto, mas toda a capacidade produtiva de gado e até de grãos vai ficar bastante comprometida com essa mineração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele me dizia também que aquele senhor com a camisa branca, se não me engano, é o Marcos Borba, que viria inclusive. No entanto, por motivo de força maior, não veio, mas gostaria de estar conosco aqui. Ele fez ali um belo depoimento.

Obrigado, Marcos. Valeu!

E eu aproveito o momento, já que vi que foi a TVE que fez esse documentário, para pedir encarecidamente que não demitam esses profissionais, que são do mais alto nível, e não privatizem, não fechem a TVE. Fica este pedido aqui ao Governador do Estado.

Vamos à segunda Mesa. Os meus convidados retornam agora para a primeira fila, e os convidados vêm para a Mesa principal aqui na frente.

Representante do Sindicato de Professores da FURG, Sr. Antônio Libório Philomena. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Representante da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, Luiza Chomenko. Seja bem-vinda também, Luiza. (*Palmas.*)

Vereador Luis Itacir Soares, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Sant'Ana do Livramento.

Gerhard Overbeck, Coordenador do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seja bem-vindo também, Gerhard. (*Palmas.*)

E, por fim, Dudu Colombo, Prefeito do Município de Bagé, que me recebeu lá diversas vezes e tem um trabalho muito bonito com os idosos. Eu tenho muito orgulho de ter participado com ele em painéis falando do Estatuto do Idoso.

Vamos lá, então.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Camaquã pede socorro. Não à mineração de chumbo. Está aqui na mesa.

Com a palavra o representante do Sindicato de Professores da FURG, Sr. Antônio Libório Philomena.

O SR. ANTONIO LIBÓRIO PHILOMENA – Bom dia a todos. De início, gostaria de agradecer ao Senador, à sua equipe e ao Prof. Althen. Repasso um documento protocolar da Associação de Professores da FURG, pois, dentro da Associação, existe essa questão ambiental sempre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita que eu leia o documento, então, e vou descontar do seu tempo.

O SR. ANTONIO LIBÓRIO PHILOMENA – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não; eu vou tirar o tempo para mim. O tempo é meu.

> Em resposta ao Ofício nº 1.156, de 2016, desta Comissão, datado de 01/12/2016, salientamos e referendamos o Dr. Antônio Libório Philomena, que, no ato em pauta, representará a Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (Aprofurg). E desde já cumprimentamos pela audiência.
>
> Presidente da APROFURG, Prof. Rodnei Valentin Pereira Novo.

O SR. ANTONIO LIBÓRIO PHILOMENA – Depois de ouvir a primeira Mesa – aliás, fiquei bem contente com o que foi proposto e apresentado pela primeira Mesa –, eu vou tomar a liberdade de puxar um pouquinho para as questões ecológicas que envolvem o tema bioma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

No início da ecologia, já se falava em espécies, depois se começou a falar em interação entre as espécies, aí se começou a notar que a coisa era maior entre a interação, e se começou a falar em populações, depois em comunidades, e depois em ecossistemas, que eram, na época – e estamos falando da década de 60 –, a unidade em que as coisas aconteciam de uma maneira mais ampla.

E um professor chamado – em português seria Eugênio – Eugene Odum sempre salientou uma coisa que, com o tempo, vi que se perdeu e vejo aqui agora que está sendo reforçado. O Prof. Odum – tive o prazer de fazer doutorado na mesma universidade que ele – dizia assim: quando a gente fala em ecossistema, em ambiente, as pessoas estão ali; não se pode separar as pessoas do ambiente. E hoje de manhã eu presenciei só isso aqui. Não podemos falar em Caatinga, não podemos falar em Cerrado, não podemos falar de Pampa sem ter junto as pessoas, porque faz parte hoje. Há milhões de anos, é claro que não, mas faz parte hoje. Nós fazemos parte, assim como a professora demonstrou que ela é o bioma Pampa.

Eu moro entre Porto Alegre e Rio Grande. Fui conhecer a Caatinga. Depois, fui conhecer o Cerrado – orientando alguns alunos aqui na UnB –, que é uma beleza. E fui conhecer esse lugar do vídeo – não tenho vergonha de dizer – há dois anos. Eu não o conhecia. E nós conhecemos essas pessoas que são parte disso aí.

Eu fico impressionado, às vezes, porque essas propostas de desenvolvimento, em geral – esse é outro conceito no qual eu não quero entrar, sobre o que é desenvolvimento –, esquecem essas pessoas. Elas não existem. O Borba falou ali: são invisíveis!

Hoje, com todo o desenvolvimento que a gente tem na área de psicologia, na área de engenharia, nessas áreas, como não se consideram essas coisas que fazem parte do bioma, que fazem parte do ecossistema, no caso em análise?

Fiz um levantamento prévio. Existem mais publicações científicas sobre o Cerrado do que sobre o bioma Pampa. Existem mais pessoas estudando, possivelmente por conta de que Brasília e a UnB são muito fortes, aqui flui mais, e conseguem mais verbas.

Fico contentíssimo de ter ouvido de V. Exª essa recuperação do tempo, porque a Constituinte deixou passar esses biomas. Eu fico assim... Como tenho doutorado em Ecologia, como ecologista eu fico grato e quero expor isso aqui, porque nós sempre falávamos que Brasília fez a Constituição e não sabia que estava no Cerrado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. ANTONIO LIBÓRIO PHILOMENA – É uma coisa assim... Quem é da área de ecologia até tinha certa crítica: "Como é que eles não sabem? Esqueceram o Cerrado?" E agora o bioma Pampa, que está mais longe, está sendo recuperado. Isso é muitíssimo importante, e ainda com o aporte da CNBB. Temos que conseguir isso.

Outra coisa que eu ouvi... Em ecologia é mais profundo ainda. A sua fala, no início, deixou-me aqui – eu preciso até de óculos para ler; com a idade a gente vai precisando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu mudo todo ano o meu.

O SR. ANTONIO LIBÓRIO PHILOMENA – Fazer justiça aos biomas. Isso tem uma profundidade que eu tenho certeza de que V. Exª ainda não admitiu – não caiu a ficha –, porque a evolução das leis do direito tem graus, e nesse grau superior em que se está iniciando o debate hoje, fala-se em justiça e direito das plantas, dos animais, dos ecossistemas. Nós estamos falando aqui que vamos fazer justiça.

Eu vou dar um exemplo bem claro e corriqueiro. Eu fui convidado – e várias pessoas aqui foram – para os cem anos de aniversário de uma árvore, de uma laranjeira. Hoje, na justiça evolutiva, isso é uma coisa normal. Uma planta tem direito, como nós temos. Mas isso ainda há de vir. É uma coisa que ainda... No mundo – vou usar essa palavra forte – grotesco em que a gente vive, essas sensibilidades ainda não chegaram.

Eu fiz força para ir. Infelizmente... Eu até mandei, juntamente com os parabéns, para a dona Clara, que é proprietária dessa área que tem a árvore... Eu disse para ela que era a coisa que eu mais queria este ano, e, infelizmente, não pude ir, porque era longe da área, eu não sabia ir, e eu tinha atributos, inclusive vir aqui. Mas eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

faria questão na minha vida de dizer que uma árvore fazer cem anos para mim é muito importante, até porque eu conheci, na universidade em que eu estudei, nos Estados Unidos, uma árvore que tinha direito. Ela tinha direito! O dono da árvore fez um documento dizendo que: "Esta árvore tem os direitos, e ela pode escolher o que ela quiser." Parece uma loucura, "uma árvore pode escolher", mas ele fez isso. Ela tinha uma gradinha na universidade, e ninguém tocava na árvore.

O Equador, na Constituição, fala que Pachamama, que é a natureza, tem direitos. Está escrito na Constituição. Eu tenho a Constituição. Tenho um parente e pedi para ele comprar uma Constituição lá e trazer para cá, porque eles estão avançados, estão na nossa frente. E o que vejo aqui, nessas discussões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, essa é uma proposta que já fica aqui, desta reunião, para pensarmos, de repente, em incluir esse texto na nossa Constituição, como uma emenda constitucional.

O SR. ANTONIO LIBÓRIO PHILOMENA – Olha, seria um passo adiante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não traz ônus nenhum para ninguém, mas é uma visão de vida.

O SR. ANTONIO LIBÓRIO PHILOMENA – É uma visão incrível, que existe em países que teoricamente são menos desenvolvidos, como o Equador, que já trouxeram isso aí por conta da força dos indígenas, que lá têm mais embate, mais história de guerra, de escrever, e conseguiram colocar na Constituição isto: que a natureza tem direitos; direitos tal, tal e tal. Eu posso até enviar-lhe uma cópia – farei um presente.

Fugindo um pouquinho dessa área, mas chegando na parte ecológica. Um dos conceitos novos que nós temos hoje – não é tão é novo assim, mas para pensarmos – é o da pegada ecológica. Pegada, de pé. Quando a gente vai à praia, pisa com o pé, e fica a marca. A pegada ecológica. Ou seja, o que a nossa civilização deixa marcado na natureza? O que ela marca na natureza? A pegada ecológica.

Vou ser bem objetivo. No Brasil, cada brasileiro hoje, em média, consome, Senador, três hectares por ano de natureza intocada, virgem nesses biomas. O brasileiro tem oito hectares cada um – se nós fizéssemos uma divisão equalitária, não é? Eu ouvi falar em austeridade... Então, eu tenho e o senhor tem oito hectares, e nós consumimos três. Isso é o que o Brasil tem – o bioma Pampa ainda não foi calculado, estou tentando fazer esse cálculo para ver quanto que os gaúchos têm de hectares. Porque na democracia, que é caracterizada por transparência, como um de seus pilares, nós teríamos que poder resolver o que fazer. Se eu gasto três e tenho oito, estão me sobrando cinco. Eu queria resolver o que eu faço com os meus cinco, numa divisão, porque eu sou gaúcho, o Estado está ali, eu faço parte, pago meus tributos e quero resolver. Porque outras pessoas resolverem e fazerem coisas com que eu não concordo, eu me sinto afetado como cidadão, e, como profissional da área de Ecologia, mais ainda.

Há países que já exploram mais do que eles têm. Opa, como é isso? Sim, um americano tem sete e consome onze.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO LIBÓRIO PHILOMENA – Já vou concluir.

Tem sete e consome onze. Opa, como ele faz isso? Ele usa os nossos hectares que estão ali. Então, além de eu não poder escolher o meu hectare, os governos, as empresas começam a consumir os hectares que eu tenho. E em todos; na Amazônia, isso aí é terrível.

Mas, na questão do bioma Pampa, em específico, ninguém disse, mas vou dizer, os mapas nos enganavam; hoje, com fotos de satélites, ajustamos mais: o Rio Grande do Sul é 3% da área do Brasil. Se olharmos em um mapa comum, não parece, mas se botarmos em um mapa feito por satélite, veremos que somos apenas 3% da área do Brasil. A Amazônia, composta por todos os Estados amazônicos, é 55%. Nós somos 3%. Então, estou dizendo que os nossos hectares são poucos. Não é pelo fato de que a Amazônia tem muito que eles vão deixar acontecer o que quiser, mas eles têm mais amplitude para se desenvolver. Eles têm mais amplitude de pensar e até de fazer erros. Nós não vamos poder cometer muitos erros porque os hectares que temos – e sabemos que a divisão não é bem-feita, ainda temos esse problema – são poucos.

Temos dois problemas, para terminar sobre esses hectares: neste exato momento em que estou falan-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do, os hectares estão mudando, porque há uma firma, uma empresa, que está passando um arado, vai plantar e está diminuindo esses hectares. Está acontecendo neste exato momento, dá até para fazer a conta: enquanto estamos nesta audiência, quantos hectares perdemos? Em segundo lugar, quando falo que tenho hectares, estou sendo absolutamente antropocêntrico porque as outras espécies – chega a me passar um frio aqui –, se levarmos em consideração que, na Constituição, essas outras espécies têm direitos, não estou contabilizando isso nesses meus hectares.

Na verdade, por conta de críticas, os dois autores, que são canadenses, dessa metodologia deixaram 15% para as outras espécies. Coitadas, vamos dar 15%, e elas vão ficar quietinhas, porque não reclamam.

Esse meu ponto de vista basicamente ecológico eu trouxe aqui porque me mostra o que o Rio Grande do Sul tem de desafios. Exatamente todos os outros falaram que o *modus operandi* atual não está funcionando, vamos ser bem claros, porque se ganha, mas a maior parte do ganho é privado, com grandes extensões. E temos os pequenos agricultores, que produzem 70% dos alimentos que consumimos, mas quase não são considerados. E aí tem que vir o vídeo, tem que haver o esforço de pessoas como nós aqui para mostrar uma coisa que é básica. E agora temos uma empresa, que quer minerar e não considerou absolutamente nada disso, nem sabe de nada disso. Mas eu sei que tenho hectares, que as pessoas têm, que os animais e as plantas têm, e isso aí vai ter que ser em um mundo mais fraterno.

O Prof. Odum sempre me disse – consegui todas as quartas-feiras um tempo, depois do horário, para bater um papo livre com o professor para aprender, porque há coisas que não se aprendem dentro de sala – e escreveu, assim como o Veríssimo também escreveu na *Zero Hora*: o mundo só terá paz e não haverá guerras quando as divisões forem iguais. Então, o que estou propondo aqui, na área da ecologia e na área do desenvolvimento, é que façamos uma divisão igual sobre essa visão de desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Sul. Nos outros biomas também, é claro. Estou falando desse aqui até porque tenho mais conhecimento, estou fazendo a pegada ecológica do Rio Grande do Sul – muito complicada, dependemos de dados que não existem.

Era o que eu gostaria de dizer. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Eu ia dizer no final, mas quero dizer para vocês e para quem nos está assistindo que está sendo um presente para mim. É a terceira vez que presido a Comissão de Direitos Humanos, e esta é a última audiência pública deste ano, porque amanhã termina. E esta audiência pública está sendo um presente para mim pela fala de todos vocês aqui. Digo para mim mas para o Brasil também, porque todo o Brasil está assistindo e, com certeza, esta audiência ainda será vista muitas vezes via TV Senado, pela grandeza da fala de todos, inclusive para entendermos o que é essa "pegada ecológica".

Eu li no documento – claro, elaborado pela assessoria – a construção da justiça pela via desse debate que nós estamos fazendo aqui sobre o meio ambiente, sobre os biomas, enfim.

Meus parabéns a todos! Estou muito animado aqui.

Vamos passar a palavra, agora, à representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, do Estado do Rio Grande do Sul, Luiza Chomenko.

A SRª LUIZA CHOMENKO – Bom dia a todos! Bom dia, Senador!

Eu queria, inicialmente, agradecendo esta oportunidade que nós estamos tendo, de colocar, digamos assim, em que categoria eu me enquadro hoje aqui falando. Eu estou, no momento, como servidora da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, onde estou há cerca de um mês; até há poucas semanas, eu era servidora da Fundação Zoobotânica, onde eu desenvolvia uma série de atividades juntamente com vários colegas, e trabalhamos em conjunto com outras instituições, as quais eu vou relacionar a seguir; e, por fim, eu também estou aqui falando como integrante da Mesa Diretiva da Alianza del Pastizal.

A Alianza del Pastizal – também vou explicar um pouco – é uma organização que trabalha com o Pampa transfronteiriço, envolvendo Argentina, Uruguai e Paraguai.

Nesse sentido, eu quero deixar claro que a nossa colocação, Senador, demais integrantes e todos que nos assistem, é muito importante para mostrar não aquilo que, muitas vezes, as pessoas não conhecem, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

eu quero trazer um pouco da mensagem do nosso Pampa desconhecido. E, em função disso, de algumas atividades que foram desenvolvidas e estão sendo desenvolvidas no Estado, a gente espera, de todo o coração, que a gente consiga dar andamento a elas, porque, para várias dessas ações iniciadas, é fundamental que haja continuidade.

O Pampa, como já foi referido pelos colegas, é uma parte, digamos assim, do Estado do Rio Grande do Sul; é o que nós, gaúchos, chamamos de Metade Sul. O senhor é de Canoas, como eu, e nós, embora estejamos exatamente na área limítrofe entre Mata Atlântica e Pampa, nós nos consideramos pampeanos.

Essa Metade Sul engloba uma diversidade ambiental, como os colegas já referiram, que traz muitas especificidades fundamentais que devem ser levadas em consideração no momento em que se faz qualquer planejamento de utilização do espaço.

Essas especificidades foram levadas em consideração na construção de dois projetos que já foram referidos hoje aqui: o RS Biodiversidade, do qual eu fui coordenadora, pela Fundação Zoobotânica. Esse projeto, que foi financiado pelo Bando Mundial e pelo GEF, o Fundo Mundial do Meio Ambiente, envolveu parcerias com inúmeras instituições, como a Embrapa, com a Fepagro, com a Emater, a SEMA, como um todo, e a Fepam.

Nós construímos muitas atividades. Eu gostaria de relatar rapidamente algumas que foram desenvolvidas, até porque elas vão ter continuidade e foram já referidas aqui antes.

Foram desenvolvidas atividades relacionadas, por exemplo, com a utilização de plantas nativas como alimentação. Vamos usar o exemplo dos butiazais. Iniciamos um trabalho, junto com a Embrapa Clima Temperado, de Pelotas, e se deu início a uma ação. No início, era uma atividade bem humilde, digamos assim, trabalhando com o butiazal apenas na questão da reprodução da planta, mas já iniciando uma atividade posterior, envolvendo o uso sustentável da planta, com o manejo conservativo integrado à pecuária. E, a partir de então, criou-se um novo projeto, que se chama Rota dos Butiazais. Hoje, esse projeto já está tendo andamento, atingindo muitos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, a Argentina, o Uruguai, já se expandindo além da fronteira, em direção a Santa Catarina. Há interesse de vários outros Estados onde existem butiazais de também se integrarem. Esse projeto está tendo continuidade.

Outra atividade desenvolvida também no contexto do RS Biodiversidade e que foi referida hoje aqui foi a questão das abelhas. O senhor mesmo se interessou também. Nós trabalhamos com as abelhas nativas, sem ferrão. É uma atividade de grande potencial de utilização.

É importante destacar que o projeto Biodiversidade teve como objetivo trabalhar a questão da utilização de elementos da biodiversidade nativa como elemento de desenvolvimento regional. Não era uma simples conservação. Muitas vezes, as pessoas dizem, até de forma bastante pejorativa, "plantinha" e "bichinho". Dizem: "Aquele povo só saber lidar com isso e vai andar, daqui a uns dias, com arco e flecha, defendendo nossas matas." Não é isso. O projeto se propôs a trabalhar com o desenvolvimento, integrando elementos da natureza, e teve muito êxito. Esperamos que ele tenha continuidade.

Trabalhamos com as abelhas nativas, com plantas ornamentais. O Paulo Brack, inclusive, referiu-se a isso. Uma das atividades foi relacionada com a identificação de muitas plantas que hoje estão ameaçadas de extinção.

O Pampa – talvez, tenhamos de destacar – é o único bioma brasileiro que se localiza em apenas um Estado da União. Isso é muito importante. Quando temos um bioma que ultrapassa fronteiras, se um Governo fez alguma ação que não foi muito adequada, podemos tentar melhorar através de outro Estado. Mas, no Pampa, nós não temos essa opção; ou nós fazemos bem, ou nós não fazemos bem. Cabe a nós, então, decidir o que queremos fazer. E a gente se propôs e se propõe – um grupo grande de pesquisadores e de instituições e a população de maneira geral – a trabalhar no Pampa como um local de desenvolvimento, sim, mas conservando a natureza, conservando, inclusive, a realidade cultural, que é muito conhecida em nível internacional.

Há outra atividade que foi sendo desenvolvida e que continua sendo desenvolvida. Aqui, Senador, se me permite, temos de chamar a atenção, porque acho que muito pouca gente conhece. Foi dito que o Pampa é um bioma transfronteiriço. Então, nós temos um grupo internacional que trabalha com a Alianza del Pastizal. O que é a Alianza del Pastizal?

O que é a Alianza del Pastizal? É um grupo de organizações. Se me permite, vou inclusive ler o objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

da Aliança. Qual é? Conservar os *pastizales* naturais e a sua biodiversidade no Cone Sul da América do Sul, através de ações coordenadas entre os quatro países – Uruguai, Paraguai, Brasil e Argentina – e entre os setores da sociedade – produtores, organizações civis, academias e governos –, no marco de um desenvolvimento harmônico e sustentável para toda a região.

O que nós, no Rio Grande do Sul, estamos fazendo dentro desse projeto? Estamos desenvolvendo atividades de certificar propriedades. Nós já temos mais de cem mil hectares de propriedades certificadas, no Estado do Rio Grande do Sul, que fazem a conservação de campos nativos integrados à pecuária. E, para isso, os produtores fazem a adequação da sua propriedade. E o mais importante: esse produto hoje já está nos supermercados. Temos grandes redes de supermercado que está com a carne já colocada no mercado, mostrando que é possível fazer a conservação do ambiente e fazer a produção.

Esse é o objetivo e é por isso que veio a nossa participação, através de representação, digamos assim, ou através da fala de atividades que já estamos desenvolvendo.

Através do RS Biodiversidade, nós desenvolvemos uma grande quantidade de atividades de pesquisa básica, mas também de educação ambiental e de divulgação, e houve...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUIZA CHOMENKO – ... uma gama bastante grande...

Já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lembro que, quando toca a campainha, ainda há cinco minutos.

A SRª LUIZA CHOMENKO – Prossigo: uma gama bastante grande de publicações sobre o Pampa nas suas mais diferentes ênfases.

E eu gostaria, então, oficialmente, de entregar um exemplar do *Nosso Pampa Desconhecido*. Entrego ao senhor e vou passar também mais dois exemplares – gostaria que o senhor fosse o mensageiro – para a nossa Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou deixar, se você permitir, um na Comissão de Direitos Humanos e outro na Presidência da Casa.

A SRª LUIZA CHOMENKO – Muito bem, muito obrigada.

E eu gostaria efetivamente que o nosso Pampa não fosse apenas um elemento desconhecido, mas que passasse a figurar realmente como um elemento fundamental dentro do desenvolvimento do País e que passe a ser também considerado na nossa Constituição.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos à Luiza Chomenko, representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, que termina me entregando este belo livro: *Nosso Pampa Desconhecido*. Organizadores: Luiza Chomenko, Glayson Ariel Bencke; e fotografia de Adriano Bencke. Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul.

A SRª LUIZA CHOMENKO – Se me permite, só para esclarecer, Senador, aproveitando meu minutinho restante, esse livro fez parte de uma exposição, inicialmente desenvolvida no início do projeto RS Biodiversidade, e, em virtude da grande, digamos assim, recepção que a exposição teve – é uma exposição que se tornou itinerante, já viajou por vários países... Nós convidamos vários colegas.

O livro é constituído por oito capítulos técnicos com mais de 200 imagens sobre o Pampa, e ele teve, inclusive, o seu prefácio feito por uma pessoa que eu acho que merece ser também destacada, que é o Dr. Braulio Dias, secretário executivo da Convenção da Biodiversidade, órgão diretamente ligado à ONU também.

A gente espera, realmente, que esse nosso livro seja um mensageiro do Pampa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Que o livro nos auxiliei a aprovar a PEC.

A SRª LUIZA CHOMENKO – Se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se Deus quiser.

De imediato, o Vereador Luis Itacir Soares, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Santana do Livramento, que esteve também me visitando hoje pela manhã e demonstrando o seu compromisso com essa causa.

O SR. LUIS ITACIR SOARES – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer às entidades proponentes desta audiência; agradecer ao Prof. Antônio e, em nome do Prof. Antônio, todas as entidades organizadoras; agradecer ao Senador Paim; em especial, quero agradecer à Silvia, lutadora do convite desta causa; e quero agradecer à equipe do Senador.

Quero falar aqui, talvez, com um pouco de emoção, porque eu também sou do Pampa. Há 27 anos, fui assentado em Santana Livramento e passei a ser do Pampa. Dou Vereador, Presidente da Câmara, e sou assentado da reforma agrária. Quero falar aqui um pouco do nosso Pampa.

Em primeiro lugar, eu acho que o que nos traz é ser reconhecido no nosso Pampa por tudo aquilo que talvez se coloca ao contrário. A região sul do Rio Grande do Sul sempre é pregada com uma região miserável, uma região pobre, e eu sempre digo o contrário, que ela é uma região rica. Por quê? Porque tem terra, tem espaço, produz tudo que tu imaginas. Quando fui para lá, para Santana do Livramento, apaixonei-me pelo Município, porque eu olhava todos aqueles espaços vazios. A grande verdade é que as coisas, às vezes, acontecem o contrário, mas para justificar.

Eu disse agora esses dias na tribuna que há duas coisas que a gente reclama às vezes, mas foi mais para justificar o índice de produção. Uma é a questão da soja. Com a soja, a ida da soja, levando em conta... Porque não se leva em conta o que vai acontecer com a água, o que vai acontecer com as nascentes, o que vai acontecer com o campo. São usados venenos, e, por nós, além dos venenos que se usam, o que nos países desenvolvidos é proibido aqui se usa livremente. Inclusive venenos tipo glifosato, 2,4-D, que foi usado na Guerra do Vietnã – hoje com uma dosagem menor –, vêm sendo usados para as lavouras, e são os venenos que mais são usados.

Há um veneno que, talvez por nós sermos uma divisa seca, tem nos prejudicado muito e que entra, dá para se dizer, quase que livremente no nosso Município: é o Klap.

O Klap é um veneno que está proibido no Brasil, mas que se produz no país vizinho e entra ali. Este tu passas e mata todas as abelhas. Então, principalmente os produtores de mel – porque agora se expande mais a soja – estão se reduzindo, e reduzindo muito, além daqueles produtores de mel que vêm e colocam as caixas de abelhas ali e vão extrair o mel nos outros Municípios.

Nós temos também essa questão por sermos um Município grande. Nós temos lá em torno de 1.334 famílias assentadas no Município. Nós temos uma comunidade quilombola.

Eu lembro que apresentei um projeto na Câmara proibindo a pulverização aérea para, pelo mínimo... Não consegui aprovar o projeto, mas, pelo mínimo, para fazermos o debate. Há uma coisa que sempre digo e que temos de ter na cabeça: veneno é veneno. Para mim, veneno é veneno. Não interessa o grau que atinge ou não. Está aí a causa das doenças; está aí a alteração genética dos produtos. Às vezes, as pessoas se queixam: "Não, mas a nossa natureza está mudando." Mas está mudando por quê? Porque tudo que tu agrides na natureza e que tu destróis nela, ela vai responder, de uma ou de outra forma.

Eu sou defensor aqui, professora – e atentamente eu estava ouvindo –, da produção orgânica e defensor da produção agroecológica. Temos tido um problema que é muito mais fácil hoje, porque mesmo que tu não consigas o financiamento no banco, no Brasil se criou uma possibilidade, e isso facilitou muito e é o que nos prejudica: tu vais à empresa, a uma empresa particular, e tu consegues o pacote. Ali, no pacote, está a semente; e ali está uma coisa com que eles induzem o agricultor, porque passa o nome de que não é veneno,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de que é tratamento. Aí tu vais fazer tratamento para a planta. Então, tu tens ali o tratamento e ali tu tens o financiamento. Tu chegas lá e dizes: "Olha, eu tenho vinte hectares de terra. Eu tenho um trator." Tu chegas à empresa, a empresa vai te financiar e vai fazer. Mas a biodiversidade, a água, as nascentes, a vida não é o que está nas prioridades.

Então, eu acho que esta audiência é muito importante, Senador Paim, e nós precisamos lutar. Acho que foram colocadas umas coisas interessantes. Primeiro, nós temos que salvar, no Rio Grande do Sul, todas essas entidades de pesquisa. Nós agora, há poucos dias, ficamos também engajados na luta para não deixar que aconteça o que está acontecendo com a nossa Unipampa, que veio para ajudar a desenvolver o Sul, mas, aí, houve cortes de recursos.

Nós temos em Santana do Livramento – desde há poucos anos – a Unipampa e a Uergs, que está quase fechando. Hoje sofre, mas está lá, com um curso de Agronomia, com ênfase em Agroecologia. Então, esses são os avanços que nós temos.

Precisamos insistir, então, para que essas entidades não sofram, por acordos que estão sendo feitos entre o Governo do Estado e o Governo Federal. Nesses acordos não precisam entrar as entidades de pesquisa, não precisam entrar as universidades, porque nós precisamos de conhecimento. O agricultor precisa de apoio.

Quero dizer que é lamentável que ainda se pense dessa forma, porque há, em Santana do Livramento, entre pecuaristas, familiares e assentados, por ser o segundo maior Município em extensão, em torno de 1,9 mil famílias. E com uma dificuldade muito grande na infraestrutura – logística. Eu falo isso, porque nós temos uma cooperativa de leite, e é uma dificuldade para escoarmos a produção. Agora, a vinda do eucalipto e da soja para Santana do Livramento fez com que arrebentássemos as estradas. E a contrapartida das empresas não existe. Então, nós precisamos, no mínimo, ser reconhecidos e emparelhar os investimentos e aquilo que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS ITACIR SOARES – ... é necessário.

Para concluir, eu quero dizer o seguinte: temos que fazer essa luta e lutar mesmo, em defesa do nosso bioma Pampa; e construir com os agricultores uma produção sustentável, uma produção orgânica, agroecológica. Temos que fazer com que isso entre na cabeça de cada agricultor, porque os agricultores, hoje, estão envolvidos com a soja. Estão convencendo-os de que isso é importante para o grande, para o agronegócio, e para exportar.

Não podemos deixar que a ambição do homem seja tão grande e passe por cima, inclusive, das gerações futuras. Temos que pensar nos nossos filhos, temos que pensar nos nossos netos e temos que pensar na nossa própria vida.

Então, eu queria dizer que, infelizmente, o agronegócio agride, destrói, e quem pode salvar são os pequenos agricultores e também as universidades de pesquisa. Principalmente, se nós quisermos pensar o nosso futuro, teremos que ter uma produção diferente, uma produção saudável e com sustentabilidade. Semente é vida, e diversidade também é vida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Vereador Luis Itacir Soares, que é Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Santana do Livramento e que fez uma declaração, inclusive pela sua prática, pelo seu dia a dia do contato com a terra, enfim, relatando um pouco da sua história. Ao mesmo tempo, fez também a defesa das fundações com muita força. Isso vai estar nos encaminhamentos finais da nossa audiência de hoje.

Parabéns!

Gerhard Overbeck, Coordenador do Departamento de Botânica do Instituto de Biociência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

O SR. GERHARD OVERBECK – Bom dia a todos.

Primeiro, gostaria de agradecer ao Senador o convite. Gostaria de agradecer a todos, aqui da Mesa e da Mesa anterior, as falas excelentes e o debate que já houve aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Sou ecólogo, então a minha perspectiva vai ser um pouco da Ecologia, ligando com alguns assuntos aqui já falados.

Gostaria primeiramente de parabenizar pela iniciativa dessa PEC, que, a meu ver, conecta diretamente um reconhecimento recente da comunidade acadêmica e de conservação no Brasil e no mundo sobre a importância dos ecossistemas não florestais para a conservação.

Se pensarmos em conservação e perguntarmos nas ruas às pessoas, a maioria delas vai falar das florestas. Sem dúvida, a conservação, aqui no Brasil, da Amazônia e dos fragmentos que ainda existem da Mata Atlântica e a restauração da Mata Atlântica são temas importantíssimos, mas os ecossistemas não florestais, isto é, o Pampa, a Caatinga e o Cerrado têm a mesma importância. Na verdade, não há como dizer que um é mais importante do que o outro. São diferentes simplesmente, e cada um tem a sua zona climática, com o seu solo e o seu potencial de uso. Eu queria falar um pouco sobre isso.

Esses sistemas têm sido negligenciados. Até pouco tempo, nós tínhamos o Código Florestal. Ainda hoje, mesmo com uma nova lei, muitas pessoas e instituições, inclusive do Governo Federal, usam o termo Código Florestal, que traz uma visão equivocada até do que é o Pampa, porque nós pensamos automaticamente em conservação de árvores, de florestas... Eu vou falar um pouco mais sobre a restauração depois.

Em termos de biodiversidade, agora falando sobre o bioma Pampa ou sobre os Campos Sulinos, onde eu trabalho, não tanto sobre Cerrado, Caatinga, os outros ecossistemas ou biomas, a biodiversidade dos campos... Só no Rio Grande, nós temos 2.600 espécies de plantas. Se o Rio Grande do Sul tem 3% do território, os campos devem ter mais ou menos 2%. Então, são 2.600 espécies de plantas em 2% da superfície terrestre. Isso é comparável com a Amazônia. O mesmo vale para outros grupos de espécies, para aves, para insetos, etc.

Pelos dados científicos levantados nos últimos anos pelas universidades, pela Fundação Zoobotânica e por outras instituições, nós sabemos da importância, mas hoje em dia não se discute a conservação falando apenas da biodiversidade. Nós falamos dos serviços ecossistêmicos, do valor e dos benefícios que a biodiversidade traz para o homem. E nós já falamos bastante sobre isso hoje, dessa conexão íntima da natureza com o homem.

Ainda temos grandes lacunas do conhecimento. Quais são esses serviços ecossistêmicos do Pampa ou dos Campos? De novo, fica um pouco complicado. Por exemplo, há a questão do carbono, que, no momento, é o tema que domina. "Ah, o carbono está nas árvores." Será que é assim?

O carbono está nas plantas, o carbono está no solo. E nós temos que olhar muito bem. Se dizemos que o carbono está nas árvores, o que vai acontecer com essas árvores? Eu posso plantar árvores que vão capturar carbono, depois eu corto as árvores, vou processá-las, e o carbono poderá ser liberado muito rapidamente. E volta para a atmosfera. Eu não consegui estocar nada.

Eu tenho, na verdade, que olhar para o solo, o que acontece dentro do solo. Há dados que mostram claramente que, dependendo da situação, após um plantio, pode haver menos carbono no solo do que antes, ou seja, aquilo que foi vendido como receita para a mitigação de mudanças climáticas não funcionou. O solo tem carbono e existe um conhecimento da área de agropecuária e zootecnia de que, com o manejo sustentável da pecuária, eu posso, sim, aumentar o carbono no solo, ou seja, a pecuária irá contribuir para esses serviços ecossistêmicos.

Nós ainda temos poucos dados sobre isso. Precisamos, sim, investir na pesquisa sobre esses temas, e não se trata só do carbono. Há a questão da água também. De onde vem a água? Chove, a água se infiltra no solo e vai para as nascentes. E as nossas práticas de uso modificam isso.

Obviamente, a agricultura com veneno é um grande problema, mas também os plantios silviculturais, como os de eucaliptos, podem mudar isso, o manejo das APPs, nas reservas legais, etc. Então, nós precisamos trabalhar com isso, ter mais conhecimento, mas sabemos que esses serviços ecossistêmicos são importantes. Outros já foram citados aqui: abelhas, polinização e também a produção de carne. Isso é um serviço. Esse é diretamente o nosso alimento, e a base disso é essa biodiversidade que é única nessa região com mais de 400 espécies só de gramíneas, leguminosas e plantas forrageiras. É um potencial único dessa região que até agora tem sido pouco reconhecido na pesquisa, até pouco tempo atrás, menos ainda na política. E nós temos que pensar no futuro com mudanças climáticas. Considera-se que essa região do sul do Brasil não vai ser a mais afetada, mas nós não sabemos muito bem. Então, nós temos que conservar esses recursos enquanto eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ainda estão lá.

No momento, podemos dizer que o Pampa é o bioma mais ameaçado. Isso talvez seja importante para se pensar. O que significa ameaçado? Nós podemos calcular um índice que leva em consideração a percentagem de áreas protegidas, das quais já ouvimos falar nesta Mesa, que é muito baixa – os números foram apresentados –, e a taxa de conversão que nós temos. Calculando esse índice de área protegida e áreas já convertidas, o Pampa tem o índice mais alto. Então é o bioma mais ameaçado, porque é o menos protegido de todos.

Apesar desse grande potencial que nós temos, também já foi falado muito bem pela Drª Silvia do manejo de produção em cima, junto com essa biodiversidade toda, conservando-a, assim como a cultura gaúcha, porque o Rio Grande do Sul exporta, faz propaganda com isso. Então, o que seria dos gaúchos? O que vai ser da cultura gaúcha sem os campos? Um gaúcho no cavalo sem o campo não será uma imagem que vai se vender, não é?

Então nós precisamos, sim. Esse é o impacto desejado dessa iniciativa, programas para preservação e manejo sustentável desses biomas não florestais, inclusive dos Pampas ou Campos Sulinos, programas específicos que levem em consideração as especificidades desse bioma, ou seja, a importância do manejo, que, na verdade, é o capital que nós temos.

A possibilidade de um retorno econômico é um exemplo para essa tal economia verde de que estamos falando, que estamos discutindo. Trabalhar com os recursos naturais de uma forma adequada. Existem algumas iniciativas muito importantes, como Alianza del Pastizal.

Eu queria, para finalizar, tocar em outro tema, o tema da restauração ecológica.

O Brasil assinou vários acordos internacionais de restauração. É muito importante ter esse compromisso. Agora, o que é restauração ecológica? De novo, se perguntarmos a alguém na rua, vai dizer: "Ah, plantar árvore." Isso pode funcionar muito bem em alguns biomas, mas não no Pampa. No Pampa, temos que restaurar os campos. Obviamente temos florestas também, as árvores são importantes também no Pampa, mas, de forma geral, precisamos plantar campos, gramíneas.

Sabemos como fazer isso no momento? Questiono se há projetos grandes de mineração. E está lá escrito: "Depois tudo vai ser recuperado" Nós temos conhecimento para fazer isso numa região onde há a maior taxa de endemismo de plantas e provavelmente de outros grupos de animais também? Isso é importante para se pensar também.

O Pampa, sim, continua no Uruguai e na Argentina, mas, se olharmos para as áreas de disposição de plantas, que é o grupo que mais conheço, a maior riqueza está na parte brasileira. As plantas mais específicas, típicas, estão na parte brasileira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERHARD OVERBECK – Isso confere uma responsabilidade grande para nós. Então, precisamos, sim, de pesquisa em restauração. E devemos ter muito cuidado com promessas de que vamos recuperar isso tudo e entregar depois como se nada tivesse acontecido. Isso não vai ser possível no momento.

Isso é uma coisa importante, pensando na importância direta e também nos compromissos internacionais que o Brasil tem. Se o Brasil estava se mostrando como país que promovia conservação e restauração com esses números impressionantes em termos de hectares a ser conservados ou restaurados, isso tem que acontecer em todos os biomas. Temos que observar essas metas da Convenção de Biodiversidade que têm que ser cumpridas em todos os biomas, inclusive no Pampa. E estamos longe disso.

Para finalizar, gostaria também, Senador, de apresentar para vocês um livro. Talvez vocês já conheçam. Só trouxe um: *Os Campos do Sul*. Fez-se um vídeo pelo grupo da Rede Campos Sulinos, organizado pelo Prof. Valério Pillar, que inclui vários pesquisadores UFRGS, da Fundação Zoobotânica e de outras instituições e traz um panorama do tema sobre a conservação dos campos sulinos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Não só a fala de todos os painelistas, como a dos líderes está dizendo: "Além de ouvir, leia e se prepare para defender a nossa PEC." Esse é o recado que eles estão dando aqui.

Podem deixar que, nesse período de janeiro, eu fico ali em Rainha do Mar. Vocês conhecem Rainha do Mar? (*Pausa.*)

É uma prainha simples, conservadora, muito tranquila. Lá, para ler, é um lugar bom. Ainda é tranquila. Não tem muita agitação, eu diria.

Parabéns, Gerhard Overbeck, Coordenador do Departamento de Botânica do Instituto de Biociência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que mostrou uma enorme preocupação com os nossos campos ao longo da sua bela fala aqui para nós todos.

Por fim, encerrando a Mesa, nós teremos a palavra do Dudu Colombo, Prefeito do Município de Bagé, que já pediu para passar não sei se é vídeo ou um eslaide. Se possível, coloquem na tela o eslaide que ele pediu.

Daí tu comandas daqui para frente. O tempo é teu.

O SR. DUDU COLOMBO – O nosso bom-dia a todos, cumprimentando o Senador Paulo Paim e exaltando a maneira como vem conduzindo o seu trabalho.

Quero cumprimentar também todos os companheiros e companheiras da Mesa, destacar a importância da contribuição que cada um está trazendo hoje para o bioma Pampa, para o Brasil todo, e saudar também, cumprimentar os expositores da primeira Mesa. Estar na Mesa, estar aqui no auditório sempre é uma grande oportunidade de aprendizado sobre o bioma Pampa.

Eu vim hoje – e agradeço o convite – representando o Consórcio de Desenvolvimento do Pampa Gaúcho, que estou presidindo. Trata-se de uma articulação de caráter regional, o Consórcio do Pampa Gaúcho, que congrega 15 Municípios da região da Campanha e da região da Fronteira Oeste – depois nós vamos ver –, todo ele inserido no ambiente do nosso bioma Pampa. Então, eu vou fazer uma pequena abordagem muito mais contextualizadora sobre o consórcio e, depois, é claro, quero também fazer referência àquilo que nós, dentro do consórcio, temos visualizado do bioma Pampa.

Nós temos um consórcio constituído por 15 Municípios, como eu havia dito, com uma extensão territorial que significa praticamente 20% do território do Rio Grande do Sul e uma população na casa dos 6% da população gaúcha.

Peço para passar para a próxima lâmina.

Fiz questão de trazer dois mapas, que são pontos de referência muito importantes para nós.

O primeiro dos mapas já identifica, caracteriza o contorno da linha vermelha, que é exatamente toda a extensão dos 15 Municípios.

Aqui, novamente o mapa com o contorno, com duas linhas. O que nos interessa mostrar para todos é em que posição geopolítica está colocado esse consórcio. Primeiro, como o próprio mapa já mostra, nós estamos nessa parte amarela do Rio Grande do Sul, que é, como já foi referido aqui, conhecida como a metade sul do Rio Grande do Sul. Mas também, ao se falar em metade sul, existe uma outra expressão que tem caracterizado essa metade e da qual nós não gostamos, que é chamá-la de metade pobre do Rio Grande do Sul.

Isso, Senador Paim, desde o início já foi um processo, digamos assim, de mobilização e de articulação de maneira pioneira na nossa região, no sentido de mobilizar o conjunto das prefeituras para a promoção do desenvolvimento.

Depois, se nós olharmos mais atentamente, vamos ver que nós estamos nesta linha, na faixa que foi pintada de cor de rosa, que é também uma geopolítica importante, porque nós estamos na faixa de fronteira do Brasil. Se por um lado a metade sul é chamada de metade pobre, a faixa de fronteira também é conhecida e demonstrada pelo próprio Ministério da Integração, pelo Governo Federal, que é aquela linha brasileira por onde o desenvolvimento não caminhou, o modelo de desenvolvimento brasileiro, independente do ciclo econômico ou histórico do nosso País. Esse também é um componente de mobilização e de articulação entre todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Na análise que nós temos realizado, digamos assim, fugindo dessa caracterização de metade pobre e de faixa de fronteira, de metade sul e de faixa de fronteira, nós temos identificado um conjunto de importantes potencialidades com capacidade para a promoção do desenvolvimento integral da região.

Vou pedir para o Hugo, colocar o próximo eslaide, que é exatamente uma das imagens que nós utilizamos para caracterizar a potencialidade de desenvolvimento.

Além, por exemplo, do que está nesta lâmina, falamos que temos uma potencialidade pela história, pela cultura, pela tradição.

Eu me lembrava também, enquanto escutava – porque vamos ouvindo e as ideias vão se distribuindo e acomodando –, de referências muito interessantes de Charles Darwin, um grande estudioso da natureza que percorreu também o nosso Pampa e que, além das suas observações sobre a integralidade da natureza, fez importantes considerações sobre o homem, sobre a figura do homem do Pampa nos aspectos de caráter e de comportamento. Portanto, o nosso bioma são as plantas e os animais, como foi dito aqui, em todas as variáveis da existência.

Falamos também sobre o Aquífero Guarani, que é outra grande potencialidade, o fato de estarmos em uma fronteira de integração, uma fronteira de paz, diferente de outras fronteiras do nosso Planeta. E também, é claro – e o Vereador Luis, de Santana do Livramento, tem acompanhado a caminhada desse nosso consórcio –, um dos aspectos que nós mais temos destacado junto aos prefeitos é que nós estamos inseridos integralmente no bioma Pampa, que foi muito bem apresentado e sobre o qual existem importantes sistematizações acadêmicas e de instituições de grande respeito que atuam no nosso Estado.

Entendo, Senador Paim, que esta reunião de hoje, esta ação que está sendo promovida pode cumprir um importante papel naquilo que diz respeito à defesa do bioma Pampa. Considero esse marco importante para a nossa mobilização e organização.

O representante da CNBB, Pe. Paulo Renato, abriu, entendo eu, uma porta muito importante para todos nós, para o próximo período.

O Senador Paim lembrou que hoje, em Bagé, temos uma política do idoso que tem realizado um trabalho de grande reconhecimento. Mais uma vez, vou dizer que, se em 2003 nós não tivéssemos sido provocados pela campanha da fraternidade, que era a "Fraternidade e as Pessoas Idosas", dificilmente teríamos essa política do idoso como temos hoje em Bagé. Por quê? Porque a campanha da fraternidade não é intrarreligiosa. Pelo contrário, ela parte das igrejas que se agregam e sempre desafia o conjunto da sociedade e as instituições para que aquele tema venha a ser tratado, inclusive com políticas públicas.

Quero encaminhar a conclusão da minha manifestação.

Estamos agora num ambiente em que já se tem conhecimento da possibilidade de este tema do bioma ser tratado pelo Senador Paim e seus pares no Senado da República.

No início de 2017, todos nós, nas nossas comunidades, seremos estimulados pelos mais diferentes materiais produzidos pela campanha da fraternidade, porque é uma ação de caráter nacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUDU COLOMBO – Então, será oferecida para nós a possibilidade da divulgação do tema especificamente, porque a campanha é relativa aos diferentes biomas brasileiros. Nós teremos a oportunidade de trabalhar sobre o bioma Pampa nessa ação da campanha, que é sempre provocativa, dentro daquela metodologia "ver, julgar, agir, rever e avançar".

Considerando que esse ambiente começa de uma maneira muito mais concreta após o Carnaval, quando a campanha da fraternidade toma um corpo público, no caso, creio que, sob o ponto de vista organizativo, 2017 pode ser um ano em que poderemos, a partir também dessas provocações da campanha da fraternidade, considerando tudo aquilo que já foi produzido até agora e os temas que estão mais emergentes nas nossas cidades, talvez, quem sabe, constituir um campo, constituir um movimento da nossa região do bioma Pampa no sentido da sua articulação, da sua mobilização e da sua defesa.

Apenas a título de registro, no ambiente do consórcio, quando realizamos a última reunião no âmbito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do desenvolvimento do Pampa, um trabalho que é feito pela UERGS, foi proposto que, dentro do consórcio, fosse criada a cadeira temática do bioma, principalmente pelo pessoal da UERGS, por conta daqueles eventos que aconteceram em Santana do Livramento e, depois, em Pelotas.

É muito importante refletirmos sobre a possibilidade de, a partir desse evento, aproveitando todo o ambiente de 2017, criarmos uma grande frente das nossas entidades, das nossas instituições em defesa do bioma Pampa. Fica evidente essa responsabilidade colocada para todos nós.

Então, da minha parte, em nome do consórcio, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dudu Colombo, Prefeito de Bagé, que explicou com clareza a importância do consórcio para tratar da questão do bioma Pampa gaúcho e aponta caminhos para a criação de uma grande frente. Lembrou a importância da campanha da CNBB, que eu quero enfatizar também, porque com essa campanha nós temos condições de aprovar a PEC, sim, porque ela repercute em todo o País, nos espaços devidos.

Lembro que, na questão do Estatuto do Idoso, nós conseguimos trazer, digamos, as maiores Lideranças da CNBB para conversar, naquela época, com o Presidente da Câmara e do Senado. Eles foram fundamentais para que o Estatuto entrasse em pauta. Eu estava brigando para aprová-lo havia mais de 15 anos, e foi naquele período que conseguimos aprová-lo. Então, é um bom sinal em relação a este novo momento.

São 11h41. Nós temos que entrar na fase dos encaminhamentos. Eu sempre digo que audiência pública é muito bom, faço questão de fazê-las, porque é o momento que a sociedade tem de debater os grandes temas da conjuntura aqui dentro do Senado. Mas sempre digo: e o dia depois?

Então, eu queria que agora entrássemos nos encaminhamentos para viabilizar tudo aquilo que aqui falamos, dentro dos nossos limites.

Pergunto à assessoria se já tem o resumo. Quem tiver contribuição, naturalmente, fará um adendo a essa proposta. Já tem a impressão aí?

Então, enquanto trazem a impressão, permitam que eu faça este agradecimento a esta bela equipe da Comissão de Direitos Humanos. Há também a equipe do gabinete, mas esta eu cumprimento e agradeço em outro espaço.

Queria, então, agradecer muito à equipe da Secretaria de Apoio desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa: o Augustino Pedro Veit, que já foi citado; o Cristiano de Oliveira Emerich, que estava conosco há minutos e agora está ali; o Cleriston Monteiro Barbosa, que está lá atrás com o Augustino; o Diogo Raimundo Araújo Jordão Rigaud Peixoto, que está ali na Secretaria; o Hugo Rodrigues Figueiredo, que também está na equipe; o Ivanilson Soares de Oliveira; a Maria Aparecida da Silva Cardoso; a Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, que está nos acompanhando também; a Nilva de Fátima Silva de Oliveira; o Ronaldo Alves de Carvalho e a Silvana Egídio Mendonça Costa.

Uma salva de palmas a esta equipe pelo trabalho que fez. (*Palmas.*)

Deixe-me ler os encaminhamentos que há até o momento, porque, quando vocês usarem a palavra, já darão a sua opinião e poderão avançar. Eu vou ler o que foi tomado nota e vocês poderão encaminhar aquilo que entenderem necessário.

Encaminhar ata e notas taquigráficas ao Ibama, reforçando os problemas ambientais causados pelo uso e contrabando de agrotóxicos. É isso? Esta é uma.

Encaminhar à Presidência do Senado Federal e à Biblioteca Acadêmico Senador Luiz Viana, do Senado Federal, um exemplar do livro *Nosso Pampa Desconhecido*. Aqui fala dos organizadores, como fala neles também, *Os Campos do Sul*, na mesma linha, Valério de Patta Pillar e Omara Lange.

Encaminhar atas e notas taquigráficas desta reunião também ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, para que fique claro que a CDH tem a exata compreensão da importância da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul para a preservação do bioma Pampa.

E também vamos avançar nas outras entidades que estão para ser privatizadas, entre elas a TVE, da qual eu já havia falado antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Só mais um ponto e eu passo para você, que foi o primeiro inscrito.

Apoiar a criação de uma frente multidisciplinar de proteção ao bioma Pampa.

Por favor, Prof. Althen, que já tinha aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que você tinha falado antes, mas para mim qualquer um, é indiferente. Quer falar você primeiro? Ela quer falar.

A SRª VERA GOLARES – Estou aqui representando a produção familiar da região do Alto Camaquã. Eu sou produtora rural da área de Alto Camaquã e gostaria de chamar a atenção, neste momento, para a mineração que está vindo se instalar na nossa região.

São mais de 150 pedidos de lavra de mineração na nossa região. Bagé inteirinha está mapeada. Já é sabido que minérios estão no nosso solo e as empresas destinadas à exploração. É um grave problema que vai afetar grandemente o nosso bioma Pampa, talvez mais do que tudo que já afetou até hoje. Há uma mina em Caçapava, instalando-se. Em Lavras do Sul também há uma mina se instalando, que vai ocupar 12 quadras de campo. Vai fazer uma grande barragem de contenção no rio Taquarembó, que vai causar grandes efeitos na nossa região.

Então, eu gostaria de pedir a atenção e o apoio contra esses projetos. A comunidade está muito empenhada.

Gostaria de dizer também que a nossa comunidade do Alto Camaquã, essas 400 famílias – são bem mais do que essas – querem, sim, defender o bioma Pampa. Nós queremos defender o nosso modo de vida, nós queremos defender a nossa produção. Nós produzimos ovinos e caprinos. Não é muito falado, mas nós temos uma grande produção de caprinos naquela região, abelhas e mel.

Nós também defendemos a fauna e a flora da nossa região. Nós temos muitos animais ali, inclusive animais em extinção, como o papagaio-charão, o dourado e outras espécies. E precisamos, sim, do apoio de toda a comunidade, do Parlamento, para nos defender dessas empresas que já extinguiram as reservas nos seus países e agora estão se voltando para a nossa fronteira, que, como disse a colega de Livramento, nós devemos considerar como a última fronteira a ser preservada, e não a última a ser colonizada, explorada.

Eu gostaria também de dizer que nós estamos desde 1790 naquele local, antes da formação de muitos Municípios. Por muito tempo, ficamos escondidos. Nós queríamos ficar invisíveis. Pensávamos que, se ficássemos invisíveis, talvez não nos destruíssem, mas agora percebemos que não adianta. Eles acabaram nos descobrindo. E nós precisamos de apoio para nos defender.

Nós precisamos de políticas públicas em defesa daquelas pessoas. O campo está ficando muito deserto, está ficando muito abandonado, porque as pessoas não conseguem sobreviver ali. E uma dessas questões é que faltam políticas públicas como, por exemplo, crédito fundiário. Muitos filhos de produtores rurais que gostariam de continuar ali não conseguem, porque não têm como adquirir terras.

Vêm grandes corporações ou pessoas de outros lugares e adquirem as terras ali, pessoas essas que não têm o mesmo compromisso que têm os filhos daquela região. Essas pessoas acabam sendo expulsas, porque não têm condições econômicas de se manter ali. Então, são necessárias políticas públicas para a manutenção dessas pessoas.

Era isto que eu queria dizer: nós precisamos de muito apoio, porque a mineração está vindo com muita força para a nossa região. E eles não vão desistir facilmente. Nós precisamos de muito apoio. Estamos muito empenhados nas nossas comunidades. Não somos pessoas externas, somos pessoas da região que a estamos defendendo. Nós precisamos parar de pensar apenas em valores econômicos. Nós precisamos pensar no valor que têm as nossas vidas ali, na nossa felicidade. Nós não estamos tão preocupados com dinheiro, não estamos tão preocupados em ficar milionários. Nós queremos viver e ser felizes naquele lugar, com aqueles animais, com aquela natureza que aprendemos a defender.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Diga o seu nome, por favor. É importante.

A SRª VERA GOLARES – Vera Golares, moradora das Palmas, Município de Bagé.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Veja se contempla a pequena redação que ousei fazer ao longo da tua fala: apoio do Parlamento, Câmara e Senado, e também do Executivo, naturalmente, em relação às mineradoras que invadem a região; políticas públicas para o povo que quer preservar o bioma Pampa e viver em paz.

A SRª VERA GOLARES – Sim. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Diga o seu nome e já pode usar a palavra.

Estou dando cinco minutos.

A SRª ANABELA SILVEIRA DE OLIVEIRA DEBLE – Bom dia a todos.

Eu sou do Rio Grande do Sul, Dom Pedrito, moro na fronteira. Represento aqui a Universidade da Região da Campanha, Bagé, e também o Projeto Biomas, que é um trabalho da CNA junto com a Embrapa.

Meu nome é Anabela Silveira de Oliveira Deble.

A Universidade da Região da Campanha está trabalhando e também temos um livro para lhe entregar: *O Bioma Pampa: contribuições científicas*. Eu gostaria de endossar o que todos falaram.

Realmente a literatura é bem enfática em relação à nossa problemática no bioma Pampa. Há muitas áreas que estão sendo degradadas em função das monoculturas, mas há também áreas prioritárias para conservação na fronteira oeste, na Serra do Sudeste.

A Serra do Sudeste é a área mais preservada do Rio Grande do Sul, juntamente com a fronteira oeste, Quarahy, Palmar de Coatepe, Cerro do Jarau, Parque do Espinilho. Há regiões que têm grande potencial para sustentabilidade. Porém, nós temos pouco subsídio para estudar nessas áreas. E essa falta de identidade com o bioma é um pouco uma responsabilidade das universidades e também porque o bioma foi reconhecido há muito pouco tempo. Os outros biomas são trabalhados há mais de 20 anos. O Pampa foi reconhecido há muito pouco tempo e era utilizado de qualquer maneira, em função da nossa situação e também de políticas públicas.

Um ponto fundamental que também parte das universidades e das escolas é começar a trabalhar para que as pessoas entendam o custo energético dos alimentos, das plantas e de todas as coisas que vêm para dentro da nossa casa, esse fluxo energético que é gasto antes de essas coisas entrarem nas nossas vidas.

Então, nas escolas, nas universidades, nós precisamos trabalhar, criar maneiras para as pessoas entenderem qual é a energia gasta antes, por exemplo, de um tomate chegar à minha mesa. E nós podemos muito bem trabalhar isso dentro do desenvolvimento sustentável no Pampa, porque temos um recurso de valor muito grande em função dos benefícios ambientais dos serviços ecossistêmicos.

Essa seria então a minha manifestação. Pediria apoio para que fosse efetuada a criação dessas áreas prioritárias para a preservação. Precisamos fazer com que essas áreas que são preservadas em função dessas pessoas que trabalham com desenvolvimento sustentável sejam concluídas como áreas de preservação e de desenvolvimento sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus parabéns. (*Palmas.*)

"O Bioma Pampa: Contribuições Científicas", Leonardo Paz Deble, Anabela Silveira de Oliveira Deble e Ana Lúcia Stefani Leão.

Muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, que dê tudo certo.

Eu já anotei aqui, sintetizei. Depois a Secretaria Geral vai fazer o documento: "Educação dentro do desenvolvimento sustentável do bioma pampa", ou seja, educar a população para saber como esse alimento chegou – você falou muito bem – e a energia despendida, de que forma foi. Isso vai fortalecer a ideia do que você falou.

A SRª ANABELA SILVEIRA DE OLIVEIRA DEBLE – Exatamente. E começar a utilizar as nossas espécies para que consigamos nos identificar dentro dessa região tão importante, que é única no Brasil. Como a Professora da URCS falou, as espécies mais relevantes estão naquela parte que se estende pelo Uruguai e a Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só coloquei uma frase nesse campo da educação, mas ficou muito claro o seu ponto de vista.

No encaminhamento, pergunto se há alguém que gostaria de contribuir.

Doutor Professor Althem.

O SR. ALTHEN TEIXEIRA FILHO – O nosso congresso realizado em Pelotas vinha no sentido do que o Prefeito Dudu Colombo colocou, que é reunir saberes. Existem inúmeras iniciativas. E a minha ideia é reforçar justamente essa iniciativa de aproximação de livros que são publicados. Nós tínhamos que formar uma rede, somente para reforçar o que o Prefeito colocou, de aproximação e de conhecimentos, porque ocorrem diversos eventos de que não ficamos sabendo de um lado e de outro do bioma Pampa. E nós poderíamos construir algo muito mais sólido e concreto.

A principal questão de encaminhamento – e quem pode contribuir é justamente V. Exª – seria como nós podemos fazer e pressionar para que esse projeto vá logo para a votação. Seriam encaminhamentos que V. Exª certamente teria condições de fazer.

Eu me submeto às opiniões das pessoas que têm maior conhecimento do que eu, obviamente, sobre esse assunto. Eu proporia que ficasse uma designação única de bioma Pampa, e não de Campos Sulinos, bioma Pampa e não Pampas também; que ficasse uma designação única de bioma Pampa para esse projeto.

Outra questão que considero importante é que nós possamos levar o indicativo à Fapergs – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado Rio Grande Sul, para que designasse linhas de crédito e pesquisa, espaço especificamente para pesquisar coisas do nosso bioma Pampa. E que seja uma linha específica, que haja uma verba especial, exatamente para pesquisar questões sobre o nosso bioma Pampa. Isso seria muito interessante.

Quanto à questão de mineração, se me permite, nós deveríamos perguntar ao Governo do Estado Rio Grande do Sul. Estive olhando no *site* do DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral e me espantei, porque, no final de novembro, há uma empresa que reservou 129 mil hectares de subsolo para pesquisa mineral, mineração de cobre, na região de Canguçu. Como V. Exª sabe, é uma região indicada, nacional e mundialmente, como referência de pequena propriedade de produção agrícola de qualidade e de produção orgânica.

Então, tem que haver uma informação do Governo do Estado sobre esses andamentos, porque ficamos sabendo de forma muito equivocada e com atrito de palavras e de informações que não se esclarecem. Por exemplo, uma questão importante: essas empresas que estão se localizando aonde a amiga Vera informou indicam a mineração de ouro, mas, em nenhum momento, dizem quanto de ouro vão minerar nem sobre os outros metais, quanto de ouro vão minerar, quanto o Governo recebe, quanto o Governo gasta. Não existe negócio no mundo que seja dessa forma. O cidadão, nós, como foi cobrado por alguns aqui, temos que saber quanto o Estado vai receber de cada um dos minerais.

Fizemos reuniões no Instituto de Biologia, posicionando-nos contra esses processos minerários EIA/Rima, que são extremamente fracos, com equívocos e erros crassos, que não colaboram de fato para o desenvolvimento do bioma Pampa.

Então, esses são alguns encaminhamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Eu vou pedir que você entregue à Secretaria. Eles vão já pegar com você os encaminhamentos.

Passo a palavra, em seguida, para o senhor. Não é isso?

O SR. ÉDISON COSTA – Édison Costa. Faço parte de uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos o Cebi – Centro de Estudos Bíblicos. Moro, junto com o senhor e a nossa amiga Luísa, em Canoas, Rio Grande do Sul.

Duas situações, Senador, de encaminhamentos: uma é sobre a questão da educação voltada para as universidades, as faculdades que nós temos na fronteira, que estão sofrendo cortes sucessivos, e a probabilidade de fechamento é grande. Isso vai afetar diretamente as famílias que não mais vão poder enviar os seus filhos para lá. E voltamos a ter o problema que tínhamos até pouco tempo atrás, que é o êxodo dessas regiões para os grandes centros urbanos. No caso do Rio Grande do Sul, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, vamos perder esse contingente de jovens que hoje frequentam as universidades da fronteira que, pela extinção e a falta de recursos, vão acabar fechando.

Outra situação é a defesa dos povos tradicionais, a questão dos quilombolas e dos indígenas, que é totalmente desconsiderada. Se as famílias de pequenos agricultores se tornaram invisíveis, mais invisíveis ainda estão os quilombos e as tribos indígenas, que não são poucas na nossa região do Pampa, estão totalmente abandonadas e não são consideradas como patrimônio. Sem dúvida alguma, são um patrimônio dessa região, porque foram justamente eles que muito ajudaram a preservar o que ainda temos.

Então, é necessário o cuidado com as faculdades e com esses povos tradicionais, junto com as famílias de pequenos agricultores que temos na região.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos pela defesa que fez dos povos tradicionais, quilombolas, indígenas, dos pequenos agricultores – na mesma linha, é claro – e das universidades, que são fundamentais para a formação do nosso povo.

Essa palavra ficará entre as recomendações e vamos ter que fazer contatos pelo menos, demonstrando a posição desta Comissão e desta audiência, principalmente em relação ao Rio Grande do Sul.

Professor...

O SR. PAULO BRACK – Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qual é o seu nome?

O SR. PAULO BRACK – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga o nome.

O SR. PAULO BRACK – Meu nome é Paulo Brack. Eu faço parte do Ingá, que é uma ONG e sou professor do Departamento de Botânica da UFRGS.

Então, para finalizar, algumas propostas que nós já tínhamos levantado: que nós tenhamos – essa é uma proposta que eu não sei como encaminhar – como atingir a torneira da insustentabilidade, ou seja, financiamentos para conversão de ecossistemas naturais que geram renda através da pecuária. Vamos pensar assim: hoje existem incentivos fiscais para derrubar a Floresta Amazônica, para fazer pastagem, e eu diria que Rondônia é um Estado que tem, hoje, mais gado do que o Rio Grande do Sul em cima de áreas desmatadas com o financiamento público. Isso é gravíssimo, e nós vamos até judicializar, responsabilizar os agentes financeiros e os governos que estão promovendo a conversão da Amazônia, por exemplo, em pastagem, e utilizando financiamento público do BNDES para plantar árvores no bioma Pampa em ambientes que são ecossistemas naturais.

Eu diria que hoje é um grande negócio degradar a natureza. É um grande negócio, porque você primeiro degrada com financiamento público...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO BRACK – ...e depois utiliza recursos para recuperar essas áreas.

É importante que o Senado e também o Ministério Público, enfim, todos nós possamos ir em cima da torneira da insustentabilidade, que são os financiamentos públicos para a degradação dessas áreas. E diria também que as áreas prioritárias para a biodiversidade não são só para conservação, mas também para a promoção desses ambientes como uma forma de geração de renda e de compatibilização das atividades econômicas, com as particularidades e as comunidades, até com os quilombolas. Muitas delas nós já visitamos, como os quilombolas de Palmares do Sul e outros tantos que existem próximos de Bagé e em outros Municípios.

Então, é importante que possamos atuar em cima da torneira da insustentabilidade, para que o Ministério do Meio Ambiente faça com que essas áreas prioritárias sejam efetivamente consagradas. As áreas prioritárias para a biodiversidade têm que sair do papel e ser implementadas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Parabéns.

Como são inúmeras propostas, pessoal, inclusive aquelas que você colocou no início também, da primeira Mesa, a questão de fortalecer o turismo, fortalecer o ecossistema, eu pediria que quem tivesse as propostas por escrito, no rascunho que você fez, passasse para a Mesa. Não sei se vocês já conseguiram pegar o conjunto da obra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São muitas, não é? Então, eu pediria que passassem para a Mesa e eu me comprometo a mandar para os órgãos correspondentes, seja no Rio Grande do Sul ou mesmo ao que compete à União, como resultado desta reunião. Mas seria importante que, no fim da reunião, vocês todos que aqui falaram olhassem se está contemplado ali o resumo do que nós debatemos nesta audiência.

Foi muito rica a audiência pública, vai ajudar muito, no meu entendimento, a aprovação dessa PEC. E você fez questão que é bom que fique demarcada como a PEC do bioma Pampa, para não mudar os nomes. Acho que isso unifica todos nós. E eu me comprometo, em fevereiro, aproveitando o embalo da campanha da CNBB, a marcar reuniões tanto com o Presidente da Câmara como com o do Senado, que será eleito, porque agora muda. Não sei quem será o Presidente da Câmara nem o do Senado. No Senado deve ser o Eunício Oliveira, pelas informações que sabemos. Na Câmara eu sei que há um movimento para manter o mesmo, mas não vamos entrar nesse mérito. Eu respeito o princípio da proporcionalidade. Quem indica o Presidente da Câmara é o maior partido, pelo número de Senadores e Deputados que elegeu, a não ser que haja um acordo para que outro que não seja do maior partido assuma a Presidência da Câmara e do Senado. Nós respeitaremos isso.

Não estou fazendo juízo de valor de quem vai ser o Presidente da Câmara a partir de 1º de fevereiro – o ano legislativo praticamente termina amanhã – nem de quem vai ser o Presidente do Senado, mas, com certeza, eu terei acesso a qualquer um dos dois, pela história que temos na Casa. Há mais de 30 anos eu estou aqui como Parlamentar. Entrei na Constituinte e nunca saí, estou até hoje.

Quanto às universidades, eu quero dizer que a minha emenda individual, de Senador, vai toda para a educação. Eu digo que é inegociável. Não há negociação comigo nesse aspecto, independentemente de quem esteja no Governo. Toda para a educação no Rio Grande do Sul. É uma emenda de em torno de R$15 milhões, mas R$15 milhões é a emenda. Entre a emenda e o que for liberado há uma distância muito grande. O pessoal do governo do Estado é quem acaba administrando quando chega lá. As minhas emendas individuais, que podem ajudar, eu mando – e o Dudu sabe disso – para todos os Municípios, todos. Eu tenho um sistema de computador em que os últimos são os primeiros e os primeiros são os últimos. Não me convide para inauguração de obra, porque eu também não vou. Entendo apenas que é a minha obrigação mandar a emenda para os Municípios, correspondente a R$250 mil. Durante o mandato, dois Municípios ganham. Eu dou esses esclarecimentos para ver o limite daquilo que posso fazer aqui dentro do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Todos os Municípios ganharam, durante o mandato de oito anos, no mínimo duas emendas correspondentes. E há uma pressão, tem de ser dos movimentos, dialogando sempre com o prefeito, porque a emenda tem que ir para a prefeitura, que manda o projeto para o Executivo e a Caixa acompanha para fiscalizar o bom investimento.

Faço esse esclarecimento e um outro esclarecimento, para não gerar ciúme, um ciúme gostoso. Eu nasci, na verdade, em Caxias do Sul. Tenho metade da minha vida em Caxias e a outra metade em Canoas, mas sou, então, filho adotado por essas duas cidades. Nasci em Caxias e tenho mais 30 anos em Canoas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Comecei em Canoas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Comecei no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, um mandato só, e, em seguida, vim para ser Deputado Federal Constituinte.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas seja bem-vinda. Está adotada por nós todos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que bom, que bom, que bom.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VERA GOLARES – ... um livro sobre a pecuária familiar no Rio Grande do Sul, que é para o senhor aproveitar e lê-lo também nas férias, junto com esses outros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só mandar que eu vou ler.

A SRª VERA GOLARES – Eles lhe entregaram na Feira do Livro.

Depois comentaram e pediram que lembrasse o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, foi na Feira do Livro? Então, já está no gabinete.

A SRª VERA GOLARES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todo ano, eu lanço um livro na Feira do Livro, nos últimos 20 anos. E sempre é um livro que fala da conjuntura atual.

Por azar de muitos e nosso, eu tenho acertado, porque falo do livro, falava da falta do rufar dos tambores, estava preocupado com a situação, resultou no *impeachment*. Chegou ao *impeachment*, eu disse: "Olhe, preparem-se que teremos uma crise no País até 2018. *Impeachment* não é a solução." A solução para mim era, se havia de fato, como havia, um descontentamento seja com a Presidenta, seja com o Vice, ir para as eleições diretas. Vamos chegar a um grande pacto nacional e amplas diretas.

Infelizmente não fomos ouvidos antes da votação do *impeachment*. Naquele período, apresentamos a proposta com 36 Senadores. Seria a saída tanto a eleição direta como a reforma política, eleitoral e partidária de um colégio eleito de baixo para cima nas eleições municipais, que teria moral para fazer a reforma política, eleitoral e partidária, porque este Congresso não tem. Desculpem-me dizer essa expressão, mas que reforma política, eleitoral e partidária a não ser cada um pensando em seu umbigo? A grande verdade é essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

As grandes economias, os grandes países que tiveram crise semelhante à nossa acharam o caminho pelas urnas, deixaram que o povo fizesse o pacto pela unidade.

Não fomos ouvidos, estamos numa situação delicadíssima. As informações que tenho são muito, muito ruins no campo econômico. Gostaríamos de que o campo político avançasse, o campo econômico avançasse e o campo social, também, mas as informações que eu recebi ontem são de que a crise vai aprofundar-se, mas aprofundar-se muito em 2017 e em 2018, além do que poderíamos imaginar. Se tivéssemos feito o que havíamos levantado, da possibilidade de termos as eleições e deixar que o povo fizesse o pacto para que ganhasse quem tivesse o melhor programa... Mas não foi esse o entendimento.

Hoje, por exemplo, eu vi *El País*, que é da Espanha, se não me engano, que diz que é iminente, que, no Brasil, vai haver o golpe sobre o golpe. O próprio Jader Barbalho, na sessão de anteontem, disse da tribuna – e o Plenário ficou em silêncio durante todo o discurso dele – que nos preparássemos para ver o golpe sobre o golpe ainda agora, nesses primeiros três meses, entre dezembro, janeiro e fevereiro.

Segundo ele, assumiria, por via indireta, o ex-Presidente Fernando Henrique. Foi o que ele disse na tribuna. Usou todas as palavras e foi direto ao enfoque final. Resumindo a história: nós teríamos ainda chances se houvesse um grande pacto nacional, se o atual Presidente tivesse a grandeza de renunciar e chamar todos os partidos, todos os segmentos da sociedade organizada e propor as eleições. E ganhe quem ganhar em 2017. Mas isso dificilmente acontecerá. Eu gostaria que acontecesse.

Eu falei da tribuna uma semana atrás que entenderia, mediante essa reforma da Previdência que ele mandou, que é um desastre. Se já estava ruim a história... Calcule um cidadão pensar que vai contribuir e nunca vai se aposentar! É isso. É tão absurdo isso. O cidadão vai se aposentar em torno de 80 anos de idade. Calcule! Porque 65 é fictício, ninguém consegue 49 direto de contribuição a vida toda, ninguém consegue. Eu mesmo, se estivesse na produção, ia me aposentar com 70, porque não teria 49 anos, sempre contribuindo 12 meses, todos os anos. Aí tem que contribuir 49 por 12 para você chegar lá, e você vai ver que antes dos 70 ninguém chega. Cada vez que a expectativa de vida aumentar você tem um *plus*. Quando você sonha que vai se aposentar com 70, serão 72; naqueles 72, se a expectativa de vida aumentar, você terá mais um ou dois. Aí o cara pergunta: "Quando é que eu vou me aposentar?" Com certeza, depois de 80. Eu tenho certeza de que você se aposenta.

Se eles quiseram jogar muito pesado na reforma com o objetivo de depois negociar, erraram no *time*. Por quê? Está assustando toda a população. Já há campanhas públicas pela desobediência civil. Bom, se eu não vou me aposentar não vou pagar a Previdência. Qual o problema? Daí quebra de vez a Previdência. Mesmo aqueles que estão aposentados terão problema para receber e aqueles que já têm o direito de fato adquirido pela lei atual, que podem se aposentar a qualquer minuto, também vão ficar numa situação difícil.

Eu falo isso só para ilustrar a situação a que chegamos. Por isso, espero que, independente desse quadro, o Brasil acerte. Eu quero mais que acerte. Não sou daqueles que pensam "quanto pior, melhor", para que a minha visão política chegue lá. Tanto que eu digo: é tão grave a situação que tem que esquecer até o debate que dividiu o povo brasileiro entre aqueles que queriam o *impeachment* e os que não queriam o *impeachment*.

É tão grave a situação que eu, como democrata, tenho até receio que uma visão oportunista nos faça lembrar os tempos da ditadura. E ninguém quer isso. Então, devido a isso, com a preocupação de todos nós, eu tenho dito: este é o momento de acharmos um caminho. Vai haver grandes mobilizações, podem ter certeza, nesse período, mas que o caminho seja para a democracia, de preferência uma saída para o voto direto.

Falei demais, mas não tinha como não falar da conjuntura mediante o quadro atual.

O SR. ALTHEN TEIXEIRA FILHO – O senhor me permitiria?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. ALTHEN TEIXEIRA FILHO – Senador, antes de sair daqui, não sei se falo em nome de todos, eu gostaria de salientar a importância deste momento. Quero agradecer imensamente a V. Exª por esta oportunidade e dizer como saímos daqui energizados, por conta desta audiência. Acho até que abençoados, por conta desta atividade, quão importante isso é.

Acho que todos nós devemos manter o espírito deste momento de garra e de aproximação para voltarmos para o Rio Grande do Sul e continuarmos lutando, e que nós possamos estar sempre unidos, que agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

esse elo que foi formado não se rompa. O nosso dia a dia é muito desgastante. Somos poucos. Como eu disse, os que vieram aqui são poucos, vindo às próprias custas, mas que nós possamos manter esse elo e essa luta, que é fundamental. O que representa esse momento é muito mais do que nós possamos imaginar na defesa de um Pampa das pessoas, da produtividade.

Queria agradecê-lo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Fechou muito bem.

É aquilo que eu chamo... O dia em que nós perdermos uma visão de políticas humanitárias, e políticas humanitárias é o que fizemos aqui. Estou me lembrando de você pela emoção, porque você praticamente chorou aqui. E isso é bom, é bonito. Não se pode perder essa coisa de falar com a alma, com o coração, com os olhos. Dizem que a foto mais bonita é quando você faz com os olhos, que a foto reflita o seu olhar, mas tem que refletir o olhar verdadeiro, não o olhar da malandragem.

Esta foi uma audiência pública nessa visão de salvar a vida: a vida do planeta, a vida dos Pampas, a vida como a sua força maior, que é a natureza. A energia da natureza é algo belíssimo, como foi aqui falado.

Eu queria ficar na sua fala é dizer o seguinte. Apesar de tudo que eu falei da crise, eu também tenho a mesma visão sua, de que o pessimista é derrotado por antecipação. Eu prefiro ser otimista, que apesar de tudo vai dar certo, nós vamos aprovar a PEC do bioma Pampa, nós vamos encaminhar tudo isso independente de quem for o governo. Vamos debater, vamos discutir, vamos fazer avançar.

Por isso eu só posso agradecer muito a oportunidade que tive de presidir esta audiência pública, que é a última do ano, porque só se podem presidir as comissões por dois anos durante o mandato. Isso é regimental. Então eu tenho que me despedir. Esta é a última audiência pública que faço como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. A partir de fevereiro, porque vai entrar o recesso amanhã, outro assume.

Então eu diria de novo a vocês, com essa proposta tão bonita de vida do ecossistema, do planeta, a forma como todos vocês falaram aqui me encantou. Se eu já era um militante do meio ambiente, saí agora apaixonado pela luta que vocês lideram do meio ambiente. Considerem a mim como um fiel soldado dessa luta. Sou, de hoje em diante, mais militante do que era antes da audiência relativa à defesa do meio ambiente e do planeta.

Uma salva de palmas a todos vocês que estiveram aqui. (*Palmas.*)

Só por uma questão protocolar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 116ª e 117ª reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Está encerrada a nossa audiência pública.

E os encaminhamentos, já combinamos. Se houver algum complemento, vocês passam aqui na mesa agora.

Obrigado.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Viva o bioma Pampa.

(*Palmas.*)

Vida longa. Eterna.

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2016.

Às dez horas e onze minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Armando Monteiro, José Pimentel e Antonio Anastasia. Justificam a ausência os Senadores Hélio José e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE: Cerimônia de INSTALAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL- ARGENTINA, criado pela Resolução nº 4, de 2016, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina. O Presidente comunica a adesão dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Ana Amélia, Antonio Anastasia, Angela Portela, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Elmano Férrer, Humberto Costa, Jorge Viana, Lasier Martins, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Sérgio Petecão e Tasso Jereissati; e os Deputados Angela Albino, Benito Gama, Eduardo Barbosa, Carlos Zarattini, Heráclito Fortes, Jarbas Vasconcelos, José Araújo, Luciano Ducci, Ronaldo Carletto, Rômulo Gouveia e Pedro Vilela, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. O presidente apresenta uma chapa composta de: Presidente do Grupo: Senador Aloysio Nunes Ferreira; Primeiro Vice-Presidente: Senador Humberto Costa; Segundo Vice-Presidente: Senador Antonio Anastasia; Primeiro Secretário: Deputado Benito Gama. E, para o Conselho Consultivo: Presidente: Senador Lasier Martins; Vice-Presidente: Deputado Rômulo Gouveia; Membros: Senador Aloysio Nunes Ferreira e o Deputado Pedro Vilela. O Presidente da Comissão propõe a votação da chapa apresentada do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina. Aprovado. Após emenda do Senador Jorge Viana, pela duração de dois anos para cada mandato dos membros desse grupo, o Presidente submete a votação o estatuto do grupo. Aprovado. O Presidente solicita à Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento – SAOP, que comunique aos membros desse grupo a respectiva eleição. Passa-se a instalação do Fórum Parlamentar Brasil-Argentina, criado pela Resolução nº 29, de 2016, que institui o Fórum Parlamentar Brasil-Argentina e dispõe sobre seu funcionamento. O Presidente anuncia que os Senadores Ana Amélia, Armando Monteiro, Humberto Costa, Jorge Viana, Lasier Martins, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Gleisi Hoffmann expressaram o desejo de participar do Fórum. O Presidente avoca a coordenação desse Fórum. O Presidente submete a instalação desse Fórum. Aprovado. 2ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA, para debater as perspectivas da integração Brasil-Argentina, tendo em vista os 30 anos do lançamento do Programa de Integração e Cooperação Econômica. Participante: Carlos Alfredo Magariños, Embaixador da Argentina no Brasil. O Presidente convida o Embaixador a compor a mesa. O Presidente concede a palavra ao Embaixador para sua exposição. Fica registrada a presença do Deputado Benito Gama. Usam a palavra os Senadores Lasier Martins, Armando Monteiro, Jorge Viana, Ricardo Ferraço, o Deputado Benito Gama. O Presidente concede a palavra ao Embaixador para as considerações. O Presidente agradece a presença do Embaixador, e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Ordinária, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O ponto alto da nossa pauta hoje é uma palestra do Embaixador da Argentina, no Brasil. Está aqui ao meu lado o Embaixador Carlos Alfredo Magariños. Mas nós vamos aproveitar também, Senador Fernando Bezerra, para instalar aqui o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, que é um grupo misto, e o Fórum Parlamentar Brasil-Argentina, que é composto exclusivamente por Senadores, aprovado no Plenário do Senado na última sessão.

São duas iniciativas oportunas, porque nós estamos celebrando 30 anos do lançamento do Programa de Integração e Cooperação Econômica, que foi o núcleo em torno do qual se organizou o Mercosul e que representou um extraordinário feito da política externa dos dois países, Argentina e Brasil, uma mudança de rumos, um rompimento com, digamos assim, tensões seculares, rivalidades seculares e uma abertura de um amplo caminho de cooperação e de integração entre os dois países. Isso constitui, seguramente, algo permanente na política externa do Brasil e na política externa da Argentina, algo que permanecerá como política de Estado, independentemente das mudanças que o processo eleitoral poderá trazer para os dois países.

Nós recebemos também hoje o Embaixador Magariños, que é um amigo do Brasil, que possui um currículo muito, muito extenso, impressionante e importante. Nos anos 90, ele ocupou o cargo de Diretor Nacional de Comércio Exterior, Subsecretário de Indústria, Secretário de Indústria e Mineração e representante econômico e comercial da Argentina em Washington, em 1997. Ele foi eleito, em 1997, para o cargo de Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial e permaneceu nesse cargo até 2005, tendo sido a pessoa mais jovem a dirigir uma agência especializada da ONU. Eu, com meus 71 anos de idade, Embaixador, jamais conseguirei chegar a esse ponto, infelizmente. Portanto, meus amigos, é um privilégio termos aqui entre nós uma pessoa com essa qualificação e tê-lo aqui na direção da Embaixada da Argentina em Brasília.

Antes de passar a palavra ao Embaixador Magariños, eu quero saudar também, com muito calor, a presença do nosso Embaixador já aprovado no Senado que é o Embaixador Danese, que volta à Argentina, país no qual ele já serviu, deixando lá uma excelente lembrança, e para o qual vai voltar agora como Embaixador do nosso País. Ele foi aprovado triunfalmente numa sessão do Senado na semana passada.

Nós vamos proceder à instalação do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina e, em seguida, do Fórum Parlamentar.

Esse Grupo Parlamentar foi criado por uma resolução do Senado em 2006 e foi fruto de um projeto da minha autoria. Eu tomei essa iniciativa, porque, apesar de termos muitos grupos parlamentares com vários países, que são úteis para o exercício da diplomacia parlamentar, o Brasil não possuía um mecanismo desse tipo com a Argentina. E, como Presidente eventual e membro nato do Grupo Parlamentar, tendo em vista minha condição de Presidente desta Comissão, eu declaro instalado o Grupo Parlamentar. (*Palmas.*)

O objetivo dele é intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas dos dois países. Esse grupo está aberto à adesão de Senadores e Deputados.

Nós já recebemos, até agora, Sr. Embaixador, a adesão dos seguintes Parlamentares: os Senadores Antonio Carlos Valadares, Ana Amélia, Antonio Anastasia, Angela Portela, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Elmano Férrer, Humberto Costa, Jorge Viana, Lasier Martins, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Sérgio Petecão e Tasso Jereissati; e os Deputados Angela Albino, Benito Gama, Eduardo Barbosa, Carlos Zarattini, Heráclito Fortes, Jarbas Vasconcelos, José Araújo, Luciano Ducci, Pedro Vilela, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Ronaldo Carletto e Rômulo Gouveia. Os demais Parlamentares que estejam interessados poderão, evidentemente, se inscrever, junto à Secretaria da Comissão, para formalizar a sua adesão.

Eu apresento, em seguida, uma chapa única, característica da democracia e do consenso – a disputa se dá diante da impossibilidade de consenso, pois há o voto para escolher vários postulantes à mesma posição, mas aí é o consenso absoluto. Nós vamos apenas ratificar algo que reflete a opinião unânime das nossas Casas. E eu proponho a seguinte composição – quem divergir pode, evidentemente, se manifestar –: o Presidente é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, no caso, eu...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Transitoriamente, transitoriamente.

Há outros cargos que poderão ser preenchidos. Eu proponho para 1º Vice-Presidente o Senador Humberto Costa, do PT; para 2º Vice-Presidente, o Senador Antonio Anastasia; e para 1º Secretário, o Deputado Benito Gama. Comporão o Conselho Consultivo: Presidente, Senador Lasier Martins; Vice-Presidente, Deputado Rômulo Gouveia. O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado também integra o Conselho Consultivo. Da mesma forma, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Não havendo objeção, declaro eleita a chapa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Presidente, eu só queria um esclarecimento. Eu sei que não é uma...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não aprofunde muito suas questões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estamos diante de uma aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exato.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas eu gostaria de saber a duração do mandato.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O mandato tem uma duração limitada à legislatura. E a presença dos membros natos é enquanto durar a posição deles nas comissões que dirigem.

Agora, V. Exª terá condições, Senador Jorge Viana, de apresentar emendas à minuta do estatuto para definir outra duração do mandato, porque eu quero submeter agora à votação o modelo de estatuto desse grupo. V. Exª poderá apresentar emendas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Se V. Exª me permite, eu acho que temos que aprovar, mas eu falo porque há alguns grupos que funcionam anualmente, e eu não acho muito pertinente, pois eu acho que um trabalho precisa de pelo menos dois anos. Era só uma observação no sentido de aprimorar, para que se tenha um trabalho com começo, meio e fim.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Qual a sugestão de V. Exª? De dois anos?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu acho que o período de pelo menos dois anos seria bastante razoável, porque um ano só mal dá tempo – há dois encontros e acabou –, não tendo como levar adiante algumas medidas, dando efeito a elas. Que se possa ter por dois anos, que é um tempo bastante razoável para o Parlamento fazer um bom trabalho. Era uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então, dois anos. Aprovada a emenda do Senador Jorge Viana, se não houver objeção.

Eu peço à Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento que comunique às pessoas que estão integrando essa chapa a sua eleição.

Agora, nós vamos passar à instalação do Fórum Parlamentar Brasil-Argentina, que foi uma sugestão muito enfática da Vice-Presidente da República Argentina, que é Presidente do Senado. Os Senadores argentinos – e eu me encontrei não só com a Presidente, mas também com o Senador que dirige os trabalhos no dia a dia da Casa – sugeriram que nós, a par do grupo misto, tivéssemos um grupo também de Senadores, dado o papel do Senado nas relações internacionais, papel preponderante do Senado nesta matéria, e que os nossos colegas Deputados não nos ouçam. Então, os Senadores argentinos têm um grupo exclusivo de Senadores. Por isso, seria conveniente criarmos também um grupo exclusivo de Senadores, um fórum parlamentar exclusivo, como já foi aprovado no Senado. Depois, eu imagino, Embaixador, que seria muito interessante se, quando a Vice-Presidente estivesse no Brasil – e ela me disse que viria ao Brasil, estaria com uma viagem programada –, tivéssemos um encontro aqui para programar as atividades conjuntas dos dois grupos. O importante é, além da criação desses dois grupos em cada um dos Senados, termos também uma pauta de trabalho comum. E seria importante tratarmos disso. Se o senhor puder colocar na agenda da Srª Vice-Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Gabriela Michetti, esse ponto, seria muito importante.

Onde estão os participantes do fórum? (*Pausa.*)

Eu queria só colocar um ponto que eu acho que deverá constar da nossa pauta de trabalho comum, que é o fato de que foi reativado um mecanismo de coordenação política entre Brasil e Argentina e que foi criado por meio de um memorando de entendimento durante a visita recente do Chanceler José Serra à Argentina. Nós gostaríamos, então, que esse Fórum Parlamentar Brasil-Argentina tivesse uma participação em algum momento nos trabalhos desse grupo. Pareceu-me importante, pois, sendo um mecanismo de coordenação política, que os dois Senados pudessem também acompanhar esse esforço de coordenação política entre os dois Governos, dando sugestões e, de alguma forma, participando dele.

Por ora, Srs. Senadores, sendo eu Presidente da Comissão de Relações Exteriores e sendo também essa uma disposição que consta do projeto de resolução que criou o Fórum, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, não havendo nenhuma objeção dos senhores, evidentemente, posso instalar, tenho competência para instalar os fóruns, esse fórum.

Informo que os Senadores Ana Amélia, Armando Monteiro, Humberto Costa, Jorge Viana, Lasier Martins, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Gleisi Hoffmann expressaram o desejo de participar do Fórum.

O próximo passo será a marcação, o agendamento de uma primeira reunião desse grupo, ou aqui ou na Argentina, conforme entendimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se o senhor está no Fórum? Claro; sem o senhor, o Fórum não existe. O Senador Fernando Bezerra foi um dos primeiros e dos mais entusiastas apoiadores do Fórum.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só a título de esclarecimento. Quando aprovamos o Grupo Parlamentar, eu até estava me referindo também a isso, mas meu interesse maior era fazer um rápido questionamento sobre o Fórum, que acho que é da maior importância.

Queria, Sr. Embaixador, cumprimentá-lo, cumprimentar o nosso Embaixador do Brasil em Buenos Aires, o próprio Presidente Renan, que tinha recebido a Presidente do Senado e Vice-Presidente da Argentina, e todos nós, no Plenário do Senado, celebramos essa conquista da instalação do Fórum. Fui relator aqui, o Senador Aloysio o proponente, e com todos os colegas, por unanimidade, aprovamos. E temos realmente aí um instrumento que é fundamental para suprir uma lacuna que temos na relação dos dois países, que é um certo distanciamento. Fico contente de ver o Grupo Parlamentar, mas acho que o Fórum Senado-Senado pode também dar uma contribuição importante.

O Senador Armando, que é colega do Sr. Embaixador já há algum tempo, o Senador Fernando Bezerra, todos nós estamos imbuídos desse propósito, sem falar dos colegas que são gaúchos e têm um interesse a mais e uma responsabilidade um pouco maior por serem os vizinhos, que nos representam a todos numa relação com argentinos, Senador Lasier e Senadora Ana Amélia.

Mas, sei que, na criação do Fórum, instituímos que o Presidente da Comissão é membro nato do Fórum. E como ficaria a coordenação desse Fórum? Porque, aí, nesse caso, se V. Exª pudesse ser a expressão do Fórum oficialmente, quem preside a Comissão ser a expressão do Fórum, acho que fica muito bom, seria o adequado. Mas, não sei se isso estava claro. Era só essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Está. Consta do projeto de resolução que aprovamos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Lá estava como membro nato, mas falo do ponto de vista da direção do Fórum pelo nosso lado do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ah, do ponto de vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

da direção, da coordenação dos trabalhos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A coordenação dos trabalhos fica a cargo do Presidente da Comissão. Acho que seria algo bom, e não teríamos que eleger dirigente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ...e daria a dimensão que queremos dar a esse Fórum. O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado do Brasil é quem coordena os trabalhos do Fórum pelo lado brasileiro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Assim, o Dr. Ulysses vai ficar com ciúmes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Agora, sei que nós teremos um grande trabalho pela frente, até porque, na medida em que esse mecanismo de consulta política funcione – e funcionará com certeza –, eu suponho que haja matérias de natureza legislativa que serão sugeridas para serem implementadas pelos dois países.

Por exemplo, o Ministro José Serra, quando esteve numa visita ao Presidente Macri, tratou do tema da hidrovia. E, ao tratar do tema da hidrovia, os dois Presidentes fizeram um rápido apanhado das dificuldades que existem para sua efetiva implantação e muitas delas são de natureza regulatória ou de natureza legislativa, mais até do que necessidade de investimentos.

Então, só nesse tema, por exemplo, da hidrovia, de como destravar os obstáculos que hoje ainda existem, que são de natureza legal, jurídica para normas, por exemplo, trabalhistas sobre tripulações embarcadas em barcaças argentinas e brasileiras, para harmonização dessas normas, uma série de temas, Embaixador, demandam atividade legislativa. De modo que eu tenho certeza de que nós vamos ter um trabalho importante pela frente e todos aderimos a esse grupo com muito entusiasmo.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Embaixador Carlos Alfredo Magariños.

O SR. CARLOS ALFREDO MAGARIÑOS – Bom dia.

Eu gostaria de falar apenas algumas palavras em português para agradecer a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, especialmente o Sr. Presidente da Comissão, Senador Aloysio Nunes Ferreira, pelo tão honroso convite para participar como palestrante hoje. E prometo praticar meu português para falar português toda a palestra na próxima visita ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Embaixador, não há problema de compreensão do castelhano. Eu acho que não da nossa parte.

O SR. CARLOS ALFREDO MAGARIÑOS – Tive tanto trabalho aqui nos últimos dois meses que não pude ter minhas aulas de português, para ser muito honesto. Essa é a verdade.

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Em-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

baixador, por essa instigante palestra, que tratou das relações entre Brasil e Argentina, tendo como pano de fundo as grandes transformações planetárias que ocorreram nesses 30 anos, que transcorrem desde essa mudança importante na política externa dos nossos dois países, e das oportunidades e os desafios que surgem para ambos os países, não só em suas relações bilaterais, mas também no estímulo à convergência de posições nos temas multilaterais em relação aos temas que afetam o nosso continente, a América do Sul. Temos todo o interesse em trabalhar numa estreita cooperação.

O primeiro inscrito é o Senador Lasier Martins, e o Senador Armando Monteiro está inscrito em seguida.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente Aloysio.

Embaixador Carlos Magariños, em primeiro lugar, uma palavra de regozijo por sua presença aqui hoje, tão cordial, tão amiga, estreitando, cada vez mais, as boas relações, como devem ser, entre Brasil e Argentina, num feliz evento em que contamos também com o nosso Embaixador Sérgio Danese, que, há bem poucos dias, foi aprovado, unanimemente, como não poderia deixar de ser, nesta Comissão para nos representar na Argentina. Temos a convicção de que estaremos muito bem representados.

Eu sei, Embaixador, que os nossos colegas desta Comissão terão muitas perguntas abrangentes, perguntas sobre a relação Argentina-Brasil. Por isso, vou deixar essas perguntas para eles, para poder dar ênfase a um assunto que é de extraordinário interesse para a minha região, mas também de proveito nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Senador Lasier representa aqui o Estado do Rio Grande do Sul – representa muito bem, aliás.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

V. Exª esteve no Rio Grande do Sul, no dia 12 do mês passado, visitando o Governador Sartori, pelo que noticiou a imprensa, em razão de um agradável entrelaçamento entre o Rio Grande do Sul e a Argentina.

Então, eu centralizo, Embaixador, a minha pergunta na integração fronteiriça, na busca de soluções a problemas comuns às nossas cidades da fronteira do Rio Grande do Sul com a fronteira da Argentina, porque, há mais de 20 anos, lutamos, reivindicamos a construção da ligação sobre o Rio Uruguai, assunto de que V. Exª já tem conhecimento. Há poucos dias, dirigimos esse nosso apelo também ao Embaixador Danese, que disse se comprometer em apressar a marcação de uma reunião bilateral, que nós já vimos tentando há bastante tempo.

Há três cidades no Rio Grande do Sul que pleiteiam essa ligação da ponte pelo lado de cá: Porto Mauá, Porto Xavier ou Itaqui, com as cidades equivalentes mais próximas.

É muito importante. Até contei aqui outro dia para o Embaixador Danese que, em uma pesquisa de jornal, de um importante jornal gaúcho, o *Zero Hora*, sobre as maiores carências do Rio Grande do Sul, o leitor recortava do jornal um questionário dizendo o que era mais importante naquela circunstância para o Rio Grande do Sul, os dez apelos mais importantes. E, em primeiro lugar, está essa construção da ponte. Então, veja V. Exª o quanto nós ansiamos por ter essa ligação.

Há bem poucos dias, ainda com o anterior Ministro dos Transportes do Brasil, nós tivemos uma reunião, com a presença do Itamaraty, de toda a comitiva parlamentar do Rio Grande do Sul, e não conseguimos marcar essa tão desejada reunião. Lá estava o então Ministro Antonio Carlos Rodrigues, que já não é mais o nosso Ministro dos Transportes.

Resumindo, Embaixador Carlos Magariños, agora, com a chegada lá do nosso Embaixador Danese, com V. Exª estendendo um abraço tão cordial a todos nós, e em um momento em que nós estamos aqui criando o Grupo Parlamentar Binacional, o que haverá de reforçar extraordinariamente essa nossa relação, temos certeza disso, eu queria apelar a V. Exª para que se empenhe, o mais breve possível, a marcar essa reunião, que pode ser em Buenos Aires, pode ser em Porto Alegre, pode ser em Brasília, em que possamos definir. Porque já há um acordo de Florianópolis, feito no ano 2000, com relação a essa construção, mas, de lá para cá, as negociações não avançaram.

E nós discutimos nesta reunião, há poucos dias, no Ministério dos Transportes, que a melhor solução será pelo regime de concessão. Pelo que estamos acompanhando, nem Brasil nem Argentina dispõem dos recursos para esse gasto. Afinal, seja uma ponte, sejam duas, sejam três Quem sabe lá sejam possíveis as três?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Porque, havendo licitação, as empreiteiras poderão mostrar interesse, cada uma por uma delas. Mas isso vai ser decidido na reunião.

Então, como disse, eu priorizo esta pergunta, por ser de extraordinária importância para o Rio Grande do Sul: a travessia do Rio Uruguai para o lado de lá, para o lado da Argentina, para que tenhamos um desenvolvimento, que é certo, tanto do lado de cá como do lado de lá, porque, atualmente, a travessia é feita por balsas, incômodas, atrasadas, etc.

Então, Embaixador Carlos Magariños, é esse o nosso apelo. Queremos acompanhar e ter a convicção de que agora essa situação se resolve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu vou passar a palavra aos Senadores, Embaixador, e depois o senhor responderia em conjunto.

Pois não, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Primeiro, quero registrar aqui a satisfação que temos de constatar que há crescentemente uma compreensão na Argentina e no Brasil de que essa nossa relação é verdadeiramente uma relação estratégica, uma relação fundamental.

A compreensão se coloca na perspectiva da relação bilateral. E aí há uma perspectiva de que tenhamos o comércio mais fluido, e tenho certeza de que estamos já avançando nessa direção, com a substituição do sistema agora por um sistema de monitoramento que está absolutamente alinhado com as normas da OMC. E, portanto, ao estabelecer, por exemplo, os mecanismos das licenças não automáticas está absolutamente alinhado com as normas da OMC, mas sobretudo a perspectiva de que a Argentina, que se reintegra à comunidade financeira internacional, e que restabelece níveis de reservas, etc., tudo isso, sem dúvida nenhuma, contribuirá para tornar o comércio mais fluido, sobretudo na perspectiva também de recuperação das duas economias. Porque, de resto, a queda que se observa na corrente de comércio reflete, sobretudo, um processo de diminuição da atividade econômica nos dois países.

Então, quero expressar essa minha confiança de que o Brasil e a Argentina haverão de dar maior dinamismo a essas relações, sobretudo pela compreensão que temos do muito que podemos ganhar reciprocamente.

Eu queria colocar aqui ao Embaixador o tema automotivo. Porque o nosso comércio com a Argentina é, em grande medida, um comércio automotivo.

E queria ouvir sobre a perspectiva de que possamos construir, num prazo razoavelmente curto, as bases para que tenhamos um livre comércio nessa área. Lembrando que, no horizonte, por exemplo, a Argentina e o Brasil terão até com o México, num prazo razoavelmente curto, está desenhada a perspectiva de haver um acordo de livre comércio nessa área.

Então, precisamos acelerar um pouco o passo para que o Brasil e a Argentina também construam as bases de um acordo de livre comércio na área automotiva.

Aí, como o próprio Embaixador assinalou, nós temos o desafio de criar, por assim dizer, um regime automotivo binacional. O que significa compreender as complementariedades que temos que, de algum modo, valorizar nesse modelo e construirmos mais do que isso, uma plataforma que tenha importância e escala para que possamos, não apenas no mercado latino-americano, mas olhando as oportunidades que se colocam em outras regiões, construir realmente uma plataforma importante nessa área.

Então, eu queria ouvi-lo sobre essa perspectiva.

E queria, ainda, Embaixador, falar sobre a perspectiva também muito importante da condição, no Mercosul, de Brasil e Argentina, que são, por assim dizer, os sócios majoritários do Mercosul. E temos nessa perspectiva muito o que fazer. Não só para dinamizar o Bloco, para melhorar os padrões de governança, para construir, por exemplo, alguns avanços em áreas. Até hoje não temos um protocolo de compras governamentais, em termos intrabloco, um acordo de investimentos, também de proteção de investimentos, um acordo mais atualizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Portanto, acho que podemos fazer, podemos trabalhar muito nesta perspectiva.

Queria ouvi-lo sobre sua visão em relação às frentes de negociação que podemos abrir na perspectiva extrabloco e, também, uma avaliação sobre o próprio papel do Mercosul nessa perspectiva de maior integração à rede de acordos internacionais.

Então, eram esses os temas.

Eu queria também expressar, aqui, a minha satisfação com essa iniciativa da criação da Frente Parlamentar Parece-me muito oportuna, porque no plano dessas relações é muito importante que os Parlamentos dos dois países dialoguem, estabeleçam um canal permanente, estreito, o que vai contribuir muito para valorizar cada vez mais essa relação.

Eram essas as questões, eu o cumprimento mais uma vez. É uma satisfação poder tê-lo aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Está aqui, entre nós, acaba de chegar, o Deputado Benito Gama, que integra a Mesa Diretora do Grupo Parlamentar misto Brasil-Argentina.

O Senador Jorge Viana pediu a palavra agora.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente e colegas, Deputado Benito Gama, colegas Senadores, eu queria cumprimentar o Embaixador Carlos Alfredo Magariños e, também, o nosso futuro Embaixador em Buenos Aires, Sérgio Danese, que nos dá a honra de sua presença nesta audiência.

Para nós é motivo de satisfação recebê-lo aqui na Comissão de Relações Exteriores. Houve uma mudança de governo na Argentina e, no primeiro encontro do governo da Presidente Dilma com o governo Macri, um propósito era ampliar a relação comercial, a cooperação entre os dois países. Esse era um propósito, no começo deste ano, firmado pelo governo Macri com a Presidente Dilma.

Estamos passando por um momento delicado em nossa democracia que haveremos de superar. Penso que as relações do Estado brasileiro com Estado argentino têm que seguir, como é o propósito de um encontro como este.

Nós, do ponto de vista do Parlamento, estamos criando um instrumento muito importante. Além de fortalecer o grupo Parlamentar, como foi feito aqui hoje na abertura dos trabalhos pelo Senador Aloysio, estabelecendo a coordenação, enfim, uma série de passos importantes, nós criamos o Fórum Parlamentar, que eu acho que é um instrumento que facilita.

O Senador Aloysio fazia alguns comentários, mas nós, desde que assumimos esta Legislatura, tomamos o cuidado de zelar dos tratados e acordos internacionais.

O Senador Luiz Henrique, de saudosa memória, foi um dos precursores desse propósito e podemos dizer que, do ponto de vista do Senado, avançamos muito neste aspecto, estamos em dia.

Existem ainda muitas pendências na Câmara, porque esse é um problema... A Câmara é um pouco mais complexa – temos a presença do Deputado Benito Gama –, mas pode também fazer o que nós fizemos aqui. E mudamos as regras, todo ou qualquer acordo ganha um caráter de urgência e, com isso, tem celeridade na apreciação, porque nós tínhamos um descompasso entre a decisão do Parlamento, ratificando alguns acordos, com a decisão dos executivos que assumiam o compromisso, e se ele não ganhar, vai ficar, exatamente por não terem a chancela constitucional dos Parlamentos.

O Brasil encaminhou bem isso, e acho que esse fórum é um facilitador. Ele vai dar sintonia com o acordo que os países fizerem, e a gente, do ponto de vista do Parlamento, dá celeridade.

Agora, esses dois países, Brasil e Argentina, aqui na região formam juntos 60% do território, 60% da população e 60% do PIB, em condições normais. Não é pouca coisa. E acho que quanto mais melhorarmos a interação entre nossos dois países, em todos os aspectos, tanto melhor para a região.

Na última reunião que nós fizemos aqui, eu falei que tanto o Brasil quanto a Argentina têm uma relação que não é tão... Eu sei que o Brasil é o maior mercado para a Argentina, e a Argentina é um importante merca-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do para o Brasil, mas os nossos vizinhos têm aí muitas deficiências. Normalmente a balança comercial deles é deficitária em relação aos nossos países, e não acho isso uma boa relação de vizinhos.

Eu citava até que a China faz o contrário, ela trabalha muito bem com seus vizinhos, os vizinhos ganham dinheiro com ela, e ela ganha dinheiro com os que não são seus vizinhos, enfim, inclusive com o Brasil, os Estados Unidos, enfim, com outros países.

Acho que aqui nós temos que definir qual é a política que nós queremos para a América do Sul. Qual é a política? É uma política de ajudar os outros países? Se a resposta for sim, Brasil e Argentina têm um papel enorme a cumprir, pelo tamanho de suas economias. Mas eu ponho isso dentro de uma perspectiva, porque certamente no fórum que nós vamos fazer, nós vamos fazer esse debate. Qual é a estratégia que nós queremos de relação aqui?

E sabemos que a Argentina viveu uma crise econômica muito grande nos últimos anos, e que agora alcançou o Brasil. Tudo reflexo também de crises internacionais, é verdade.

Mas o certo – e vale a pena, Senador Aloysio, talvez ressaltar isso –, nós estamos aqui com o nosso Ministro que foi afastado agora, com o afastamento do governo, Armando Monteiro, que cumpriu um papel extraordinário no Ministério, ampliando e trazendo de volta algo que o Brasil tinha perdido. Ele trouxe o superávit. Este ano o superávit da balança comercial do Brasil pode chegar perto dos US$50 bilhões. Claro que uma conjuntura pode interferir para mais ou para menos, mas...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E se me permite, com estreita cooperação com o Itamaraty, uma dobradinha – Mauro Vieira e Armando Monteiro – muito interessante.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É bom que se diga isso...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Desculpe-me.

(*Interrupção do som.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... como a questão do câmbio e uma série de outras medidas que o Senador Armando, Ministro, já falou aqui.

Mas na relação Brasil-Argentina, nós temos um desafio tremendo. Eu conversava com ele. A nossa relação comercial, de mão dupla, ida e volta, era de US$35 bilhões; está agora perto de 20. Claro que isso em decorrência do que vivemos nos últimos anos nos dois países. Acho que esse é um desafio importante, e eu gostaria de um comentário – já que V. Sª é também, como foi dito aqui, um especialista nessa área de comércio, podemos aproveitar a sua presença –, um comentário sobre como, que estratégia nós podemos fazer para recompor isso, porque não é pouca coisa. A retirada, na relação comercial, de perto de US$15 bilhões por ano realmente afeta a economia dos dois países. Esse é um ponto.

E o outro aspecto, aí na condição de Embaixador que chega ao Brasil e do Embaixador Danese, que vai para Buenos Aires. Foi cobrado aqui do Senador Cristovam e de todos nós, que nós precisamos encaminhar melhor e ter uma relação estratégica bilateral para a questão econômica, comercial, industrial. Mas alguns temas também estão muito defasados.

Eu acho que tanto V. Sª como o Embaixador Danese... Por que perdemos e nos afastamos do ponto de vista da cultura, na cooperação cultural, no amplo aspecto que a cultura abarca? E por que não avançamos fortemente para ter algo que possa ter peso diante do mundo em uma relação bilateral na área da ciência, tecnologia e inovação? V. Exª também... São áreas que podem colocar Brasil e Argentina como um endereço, como uma referência para o mundo. Então, queria também um comentário. E estou sendo ouvido pelo Embaixador Danese, que estava na sabatina dele. Quer dizer, eu acho que, na área da ciência, tecnologia e inovação, o Brasil e a Argentina podem iniciar e levar adiante um trabalho extraordinário.

Nós temos uma relação turística, do fluxo de pessoas, muito importante, mas ela não está se materializando do lado cultural, que é o que, de fato, aproxima e consolida a amizade que nossos povos sempre tiveram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por último, acho que fui injusto – e o Senador Aloysio aqui lembra bem –, na sabatina do Embaixador Danese, quando não reconheci – e faço isso hoje – o extraordinário trabalho do Embaixador Mauro Vieira no tempo em que esteve à frente, ajudando, deixando uma página bem escrita no Itamaraty do trabalho que ele, o Embaixador Danese e, obviamente, todo o corpo profissional do Itamaraty fizeram nesse último período como chanceler do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Inclusive, com uma interlocução muito aberta, muito leal, muito franca com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O Ministro Mauro Vieira esteve aqui, se não me engano, três vezes. Sempre que convidado compareceu, ficou aqui conosco, com a maior solicitude. Enfim, queria registrar isso também.

Eu vou dar a palavra, agora, ao Deputado Benito Gama, que integra o nosso grupo misto de amizade, que, com muita honra, recebemos hoje pela manhã. Depois, em seguida, ao Senador Ricardo Ferraço, para encerrar a intervenção dos Parlamentares, para devolver a palavra ao Embaixador.

Por favor, Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA (Bloco/PTB - BA) – Sr. Presidente Aloysio Nunes Ferreira, Sr. Embaixador Carlos Alfredo, Srs. Senadores e Deputados. Sr. Embaixador, é uma hora recebê-lo aqui no Congresso Nacional do Brasil para um debate transparente, claro e necessário entre todas as nações, mas, especialmente, entre Brasil e Argentina, que são bons vizinhos, boas economias, boas perspectivas no presente e no futuro próximo. Cumprimentar V. Sª e dizer que – o Presidente Aloysio fez referência aos acordos para serem aprovados – faço parte da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e também farei todo o esforço para que as agendas da Câmara e a do Senado caminhem juntas nesse período. Cumprimentar o Ministro Armando Monteiro, que é do meu Partido, um homem público da melhor qualidade, da melhor experiência no Brasil. Quando Ministro, ele desenvolveu esse trabalho não somente na América do Sul, mas em todo o mundo, especialmente nessa relação da Argentina.

É claro que temos um contencioso, que é permanente – e é bom que se tenha inclusive –, mas também temos disposição bilateral e multilateral para resolver e buscar soluções de que nossos povos precisam.

Sr. Embaixador, Sr. Presidente, eu só tenho uma pequena preocupação com relação ao Mercosul.

Eu sou membro também do Parlamento do Mercosul, mas eu penso que nós precisamos evoluir um pouco mais não somente nos dois Congressos, mas nos dois Governos, em busca de uma identidade nova, talvez. Não sei se seria isso. Mas uma repaginação do Mercosul, porque está-se transformando muito celeremente num grande cartório da região, o que não é bom para América do Sul e não é bom para ninguém, nem para o Brasil, nem para a Argentina.

Então, essa reflexão sobre o Mercosul, eu penso, Sr. Presidente, que é uma questão sobre a qual nós precisamos debruçar com muito cuidado, para que a gente não possa perder. Se for bom, que melhore. Se não for, evidentemente vamos repensar, vamos transformar no que seja necessário.

Cumprimento V. Exª. O Congresso Nacional do Brasil é um Congresso democrático, pois o Brasil é um país com a democracia plena, como todas as grandes democracias do mundo. Nós estamos vivendo isso na sua plenitude.

Quero dizer a V. Exª que estamos à disposição, a Câmara do Deputados, para qualquer discussão.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Deputado Benito Gama.

O senhor é sempre bem-vindo na nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não querendo ser impertinente, mas eu só queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dar o número.

Com ajuda do Ministro Amando, a gente sempre pode prestar o melhor serviço. Como é gravado e há pessoas que nos acompanham, eu só queria dizer o número.

Em 2010, o resultado corrente da relação Brasil-Argentina alcançou US$39,6 bilhões, com o Brasil tendo um movimento de US$22 bilhões e a Argentina, de US$16 bilhões. Agora, esses números passaram para US$23 bilhões.

Eu estou pondo isso como um desafio que temos pela frente, sendo que o Brasil deixou de ter um movimento de US$10 bilhões na sua entrada por conta de exportação, e a Argentina, de US$6 bilhões. Então, é um desafio tremendo que os nossos países têm pela frente, que os nossos embaixadores e o fórum que Brasil e Argentina aqui instalaram hoje têm pela frente.

Era só para passar os números precisos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem lembrado.

Senador Ferraço, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Embaixador Carlos Alfredo Magariños, as novas mais afetivas e honrosas boas-vindas a V. Exª neste momento desafiador para os nossos países, desafiador para o nosso Mercosul.

Como disse certa vez o Prof. Celso Lafer, o Mercosul não é opção, o Mercosul é destino.

É responsabilidade da Argentina e do Brasil em fazerem o Mercosul avançar, se desenvolver, ajustando e aperfeiçoando todos os seus mecanismos, para que possamos olhar para além das nossas fronteiras, além das nossas regiões, abraçarmos o mundo e encararmos os desafios globais que estão colocados e trabalharmos de forma unida, um novo posicionamento para os nossos países mundo afora.

O Presidente Macri, ao indicar V. Exª para chefiar a missão diplomática em nosso País, pelo currículo e pela *performance* exitosa de V. Exª em tanto os cargos, dá a dimensão exata do nível de agenda que ele quer construir com o nosso País.

De igual forma, o Presidente Temer ao indicar para comandar a nossa missão diplomática na Argentina uma pessoa da qualidade e do quilate do Embaixador Sérgio Danese, que foi sabatinado por esta Comissão na semana passada e que nos hora de novo aqui com sua presença.

Eu não pretendo aqui tratar de nenhum tema pontual, até porque estamos instalando o nosso fórum permanente, que terá oportunidade de se organizar com as nossas tarefas de curto, médio e longo prazo, mas esta é uma oportunidade para os nossos dois países, uma oportunidade para uma interação e uma sinergia entre o Congresso brasileiro, o Senado da República e a Câmara Federal na direção da construção dessas agendas, entendendo as características de cada um dos nossos países, o momento e o tempo que vivem os nossos países, enfim, os desafios dos nossos arranjos econômicos.

Eu queria chamar a atenção de V. Exª para um tema que me parece da maior relevância, porque o Mercosul é o nosso ambiente de trabalho e de desafios. Nós temos um primeiro importante desafio já agora em julho, quando teremos a mudança *pro tempore* da Presidência do Mercosul.

Eu não peço que V. Exª emita qualquer opinião de juízo, mas vou expressar a minha preocupação, porque, em tese, quem deveria assumir a Presidência *pro tempore* do Mercosul é o ainda Presidente da Venezuela, o Sr. Nicolás Maduro, que, a meu juízo, não reúne qualquer condição para presidir o Mercosul por n razões. A primeira delas é porque o próprio tem ferido, de forma ofensiva, as cláusulas democráticas que estão postas como precondição no nosso bloco. Mas não apenas isso, que não é pouco. É sabido que a Venezuela não goza de liberdades democráticas. É um país que ainda mantém presos políticos.

Ainda esta semana, recebemos aqui no Brasil o Governador de Miranda, Henrique Capriles, o principal líder das oposições, uma liderança política que ninguém pode acusar de radicalismo, porque tem sido muito equilibrada nas questões complexas que envolvem um país irmão, como é o caso da Venezuela, mas um país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que ainda mantém 80 presos políticos.

Portanto, essa é uma preocupação a que quero chamar a atenção de V. Exª.

O Presidente Temer dá nova orientação à política externa brasileira, assim como o Presidente Macri dá nova orientação política externa à Argentina. E este momento é um momento de extrema convergência para os nossos países, que desafiaram a gravidade ao longo dos últimos anos e, por isso mesmo, estiveram mergulhados em uma complexa realidade.

O Governador de Miranda, Henrique Capriles, foi recebido por S. Exª o Presidente Macri, e foi recebido aqui no Brasil por S. Exª o Chanceler José Serra. Até bem pouco tempo atrás, nenhuma das autoridades que compõem o bloco das oposições na Venezuela sequer era considerada e recebida pelas autoridades brasileiras. Agora, foi recebida pelo Chanceler do Brasil e foi recebida pelo Presidente Macri, o que revela, sincera e objetivamente, uma mudança de ambiente em nosso bloco e em nossa região.

Portanto, eu quero chamar a atenção de V. Exª para este fato e chamar a atenção das autoridades que têm a responsabilidade de conduzir a política externa brasileira. Não há a menor condição. Eu não sei que solução os senhores vão encontrar. Mas eu tenho muita confiança e expectativa de que encontrem uma solução, porque imaginar o Presidente ainda Presidente da Venezuela presidindo o Mercosul, eu acho que é uma desmoralização. Eu acho que isso não vai fortalecer o Mercosul neste momento em que nós estamos trocando ofertas com a União Europeia, neste momento em que a própria União Europeia passa também pelo desafio enorme da decisão sobre se a Inglaterra fica ou não fica na União. É uma decisão que o povo estará tomando nos próximos dias a partir de um plebiscito.

Enfim, temos muitos desafios.

Mas acho que o primeiro desafio é encontrar uma solução para que o Mercosul não possa ser presidido por alguém que não reúne a menor condição de nos presidir por não respeitar as cláusulas democráticas, para não falar outras coisas.

Então, essa é a manifestação que faço a V. Exª, da nossa alegria, da nossa satisfação, do profundo respeito que o Presidente Macri mostra para o nosso País quando indica um embaixador com as qualidades técnicas e profissionais de V. Exª não apenas no campo acadêmico, mas no campo prático das questões que devem estar no seio das nossas relações.

Sejam muito bem-vindos. E o nosso fórum se instala com essa expectativa e essa confiança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Com a palavra, o Embaixador Magariños.

O SR. CARLOS ALFREDO MAGARIÑOS –

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

(*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

Mais uma vez, quero renovar ao senhor a expressão da nossa alegria em tê-lo aqui conosco e dizer ao senhor que esse diálogo será permanente, constante e, sem dúvida alguma, construtivo entre a representação da Argentina aqui e o nosso grupo parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito obrigado pela sua presença.

Não havendo objeção dos Srs. Senadores, vamos dar por lida e aprovada a Ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Se não há objeção, cumprimos essa formalidade regimental.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às dez horas e dezoito minutos do dia dez de novembro de dois mil e dezesseis, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Ana Amélia, Edison Lobão, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, José Pimentel, Telmário Mota, Flexa Ribeiro e Antonio Anastasia. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – SABATINAS: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 90, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai." ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 95, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca." ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 98, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe." O Presidente convida os Embaixadores, a serem sabatinados nesta reunião, a ocuparem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores para fazerem suas exposições. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às dez horas e trinta e dois minutos assume a presidência o Senador Aloysio Nunes Ferreira. *É aberto o processo de votação.* O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição dos indicados. Usa a palavra o Senador Antonio Anastasia, o Senador Lasier Martins, o Senador Tasso Jereissati, o Senador Armando Monteiro, a Senadora Ana Amélia e o Senador Edison Lobão. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e quarenta e três minutos assume a presidência o Senador Tasso Jereissati. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para respostas aos parlamentares. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. **É designado Secretário o** Senador Armando Monteiro. *É realizada a apuração dos votos.* Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e trinta e oito minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(*) Ata da Reunião lida e aprovada dia 17/11/2016

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, assessorias, imprensa, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exte-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

riores e Defesa Nacional.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 90, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Em 08/10/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do

Regimento Interno do Senado Federal;

2) A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Relatoria *ad hoc*, Senadora Kátia Abreu.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 95, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Em 08/10/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2) A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Estou incumbido da relatoria.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 98, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Edison Lobão

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Em 08/10/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do

Regimento Interno do Senado Federal;

2) A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Então, para darmos início efetivamente aos trabalhos, eu convido, com muito prazer, a tomarem assento à mesa, o Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, o Embaixador Luís Antonio Balduino Carneiro e o Embaixador Vilmar Rogeiro Coutinho Junior. (*Pausa.*)

Informo aos eminentes Embaixadores que o tempo proposto para a exposição é de dez minutos, o qual reconhecemos, aqui na praxe da Comissão, como um tempo exíguo, mas evidentemente teremos tolerância para ampliar um pouco mais, considerando a conveniência das exposições a que se propõem os nossos Embaixadores.

Ouviremos primeiro o Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, indicado para o cargo de Embaixador no Paraguai.

O Embaixador é, atualmente, o Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no exterior e, nesta condição, já compareceu a esta Comissão, para audiência pública sobre assuntos de sua competência. Ele foi Embaixador no Marrocos, de 2003 a 2008; na Polônia, de 2008 a 2012; e Cônsul-Geral em Montevidéu, de 2012 a 2014.

Com a palavra, o Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães.

Bom dia.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Ex^{mo} Sr. Presidente, Senador Anastasia, para mim é uma honra e sempre um grande prazer poder comparecer perante esta Comissão. Trata-se da terceira vez, em minha carreira profissional, e desta vez houve por bem o Senhor Presidente da República indicar meu nome à consideração desta Casa para exercer a função de Embaixador do Brasil no Paraguai.

O Paraguai é um país que tão de perto, diria eu, está vinculado não só à história recíproca dos dois países, mas também ao dia a dia dos nossos concidadãos. Não há a menor dúvida de que o Paraguai está presente no noticiário constante dos nossos meios de imprensa, está presente nas preocupações do Governo brasileiro e está presente em inúmeros outros aspectos.

Eu refleti muito sobre como apresentar o Paraguai a esta Comissão, os meus projetos e o exercício da função de Embaixador – e, portanto, representante do Brasil naquele país. Eu pensei inicialmente na história, mas eu acho que a história, por si só, faz parte da saga dos dois países. É bem verdade que está sujeita, muitas vezes, a interpretações revisionistas, em outros casos a exacerbações de cunho nacionalista inclusive.

Preferi não me adentrar por esse caminho, mesmo porque cabe a cada um dos povos efetivamente reverenciar os seus heróis nesse processo e cuidar da memória. Mas não creio que seja necessariamente a melhor agenda para cuidar do Paraguai.

Pensei depois, um pouco, sem dúvida e necessariamente, na agenda, não diria negativa, mas diria problemática que historicamente temos com o nosso vizinho e companheiro de Mercosul. Estou me referindo obviamente aos problemas conhecidos do descaminho, do contrabando, problemas de drogas, contrabando de armas, enfim, todos eles estão presentes também na imprensa diária do nosso País e com muita frequência.

Conforta-me a ideia de que o Embaixador no posto conta não só com uma equipe muito eficiente de diplomatas e funcionários, mas também, surpreendentemente, com adido tributário, com adido da Polícia Federal e muito recentemente, pelo que eu pude apurar com as minhas conversas com o General Etchegoyen, na GSI, com um sistema qualquer de cooperação na área de inteligência também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Não fomos nós que criamos essa agenda. É um pedido expresso do Governo paraguaio. Esse último aspecto está sendo desenvolvido no momento e ainda estamos em negociações sobre que tipo de cooperação e como ela se daria. Essencialmente, acho que ela tem a ver com a estruturação mesmo do sistema de inteligência paraguaio, sabidamente deficiente. Tive longas conversas com Dr. Rachid, na Receita, e a sua equipe, e com o Delegado Galloro, segundo da Polícia Federal, um bom amigo meu.

Eu saio, se não tranquilo, pelo menos mais tranquilo do que quando entrei nessas conversas. É verdade que é um problema sério que nós temos de descaminho e contrabando nessa fronteira, que afeta interesses também brasileiros – sejamos absolutamente transparentes nesse ponto – e cria certamente disfunções importantes no combate a drogas, aos ilícitos, à lavagem de dinheiro, entre outros.

Não me refiro tanto ao descaminho, porque o descaminho é um processo relativamente controlado, diria eu. Eu diria mais ao grande contrabando, porque esse existe; e, sobretudo, ao contrabando de armas também, que acentua e, obviamente, exacerba o problema de segurança nacional.

Eu frequento o Paraguai há muito tempo. O meu pai e o meu sogro foram diplomatas também, Sr. Presidente, e ambos serviram no Paraguai – o meu pai, com o Embaixador e depois Chanceler Mário Gibson Barbosa, e o meu sogro foi Cônsul-Geral em Assunção, no Paraguai.

Portanto, eu tive sob a minha guarda também, sob minha responsabilidade, um bom pedaço das negociações do Mercosul na Secretaria de Estado. Portanto, o meu contato com o Paraguai era frequente também nessa época. Retornei há pouco, na viagem do Presidente Temer, à Assunção; muito curta, uma breve passagem por Assunção, mas uma marca de amizade e respeito, e fiquei francamente surpreso não só com o que vi, com a cidade em si, que eu não via há mais de dez anos já, mas também com o que eu pude perceber como um estamento da sociedade paraguaia, sobretudo a mais jovem, que tem extremo interesse em desvincular um pouco a figura do Paraguai desses aspectos negativos, que eu mencionei ao início da minha intervenção e fortalecer justamente o que eu chamo de processo de legalização desse país.

Tanto a Polícia Federal quanto a Receita Federal têm programas em andamento de cooperação com as autoridades paraguaias e elas demonstraram satisfação com o grau de cooperação e com o grau de entendimento que têm mantido ultimamente com as autoridades paraguaias responsáveis por esses setores. Acho que a prova mais cabal disso e mais recente foi o que nós todos pudemos perceber na imprensa, há alguns dias, com aquela enorme apreensão de maconha. Foram cinco toneladas, se não me engano, e todas as operações conexas também de vigilância em torno dessa quadrilha específica.

Portanto, também não quero entrar em maiores detalhes, mesmo porque muitas dessas operações, muitas vezes, são sigilosas, por razões óbvias. Eu não gostaria de entrar em maiores detalhes sobre esse aspecto da nossa agenda.

Permitam-me, sim, talvez ressaltar dois aspectos da agenda, que eu acho, pessoalmente – Senadora, é um prazer vê-la também –, particularmente relevante. Um tem a ver com os nossos concidadãos. Nos dois últimos anos, eu não tive outra preocupação que cuidar da diáspora brasileira. Três milhões de brasileiros no exterior, problemas de toda ordem – pessoais, funcionais, psicológicos, materiais –, muitos deles recorrendo – as famílias, sobretudo – a esta Casa ou à Câmara dos Deputados para obter notícias, para saber como o Itamaraty poderia auxiliá-los.

Foi com alguma surpresa, na verdade, que eu constatei que a primeira ou segunda geração de brasileiros – não saberia dizer com absoluta certeza – mas já alcança o número, os chamados brasiguaios, de cerca de trezentos mil, o que é um número substancial, porque eu conheço todas as comunidades brasileiras no exterior. Só perdem, a rigor, para os Estados Unidos, em termos de comunidade emigrada. Muitos já são paraguaios. Portanto, filhos, netos, inclusive já criados nesse pedaço do Paraguai, muito próximo das fronteiras e muito próximo das regiões produtoras agrícolas, sobretudo.

Ao comentar isso recentemente com a Senadora Ana Amélia, que está aqui, recordamos o fenômeno da migração, que decorreu da reaglutinação da propriedade rural nos Estados do Sul, nos seus primórdios, e que correspondia justamente à busca desses pequenos e médios agricultores brasileiros de mais terra pelo valor muito alto que podiam auferir ao vender as suas terras nos Estados do Sul. É o fenômeno de Rondônia, por exemplo; de grande parte da fronteira agrícola, no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e que extravasou para o Paraguai também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Hoje, a produção agrícola paraguaia é responsável por grande parte das exportações paraguaias, por um pedaço considerável do seu Produto Interno Bruto e, portanto, está diretamente vinculado também à presença, ao dinamismo, ao interesse pela terra, manifestado justamente por essa nossa migração. Acho que é importante ter isso presente. Tanto que uma de minhas tarefas, que considero fundamental, é conhecer melhor o fenômeno, visitar, sem dúvida nenhuma, as nossas regiões fronteiriças e, mais do que isso, visitar sobretudo as regiões da produção agrícola paraguaia mesmo, grande parte dela nas mãos de brasileiros.

Por quê isso? Porque eles também estão sujeitos a pressões. Eu acho que o problema agrário, o problema fundiário que nós tivemos aqui, no Brasil, se repete, se mimetiza muito também no Paraguai. Há sobreposição de títulos de propriedade, há movimentos sociais lutando por uma política agrícola socialmente justa, há bandidagem, os traficantes de drogas também se imiscuem nesse processo... Então, tudo isso me leva a crer que deva ser uma das minhas prioridades, enquanto embaixador lá, cuidar desse aspecto.

O segundo aspecto, antes de entregar a palavra, tentando ao máximo obedecer aos dez minutos, tem a ver com um fenômeno bastante recente, diria eu, de investimento produtivo brasileiro no Paraguai. São mais de cem empresas que lá se encontram hoje em dia, muitas estimuladas, inclusive, pelos órgãos governamentais brasileiros, como a Apex e outros.

Eu vejo nisso o futuro da nossa relação, na verdade. É isso que está estimulando justamente uma transformação produtiva no país, que está estimulando o crescimento do PIB nesse país, francamente positivo nos últimos anos. Inclusive, houve uma recentíssima reformulação das projeções para 2016. Eu acho que estamos falando de 4% já neste ano. Antes, estávamos em 3%, 3,5%. E alguns setores da economia já falam em mais de 4% de crescimento do PIB neste ano. Esse crescimento é diretamente vinculado a uma série de vantagens comparativas que o Paraguai detém no momento. Fazendo uma analogia que talvez não seja perfeita, um Brasil dos anos 70.

Nós temos uma mão de obra educada, relativamente bem-educada, barata, é bem verdade – os encargos sociais são menores no Paraguai –, temos um fornecimento de energia bastante favorável e a custo competitivo e temos um sistema tributário compreensível e relativamente favorável ao investimento e à produção.

Portanto, a conjunção desses três fatores fez, obviamente, com que migrassem para o Paraguai essas empresas. Só no período em que lá estive, em três ou quatro dias, pude constatar a intenção da Estrela de abrir uma fábrica naquele país, da Riachuelo de dobrar a capacidade produtiva lá, a JBS inaugurando um enorme frigorífico na entrada da região do Chaco, mais para o norte do Paraguai, tudo isso justificado pelas condições macro que eu mencionei há pouco.

Francamente, se eu tivesse que fazer uma previsão com relação a isso, eu diria que nesse processo residem os melhores interesses do Brasil. Não há a menor dúvida, é um aforismo e nós repetimos com constância que queremos ver nossos vizinhos prósperos em volta da gente, mas, no caso do Paraguai, muito particularmente, eu diria, nós temos uma espécie de círculo virtuoso se criando. De um lado, um governo francamente disposto a cooperar com o Governo brasileiro em assuntos mais delicados que mencionei, obviamente, no início da minha intervenção, um governo preocupado em recuperar o prestígio internacional do país e vender o país de uma maneira inteligente, produtiva e eficaz e um investimento brasileiro essencialmente vinculado às cadeias produtivas brasileiras, além do mais.

Autopeças é um bom exemplo disso. Ou seja, o Paraguai não tem, certamente, a ambição de desbancar ou de destruir qualquer setor industrial brasileiro, não tem escala para isso e depende do mercado brasileiro para isso.

Então, muito espertamente, muito inteligentemente, eles estão promovendo o investimento justamente naquelas cadeias produtivas que se beneficiariam desse processo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – ... e invertendo, portanto, nesse processo, o que é verdade, em alguns setores, a importação da China. Por quê isso? Porque eles têm condições competitivas particularmente importantes e têm uma enorme vantagem logística em relação ao Brasil, justamente por estarmos tão próximos e por sermos tão integrados.

Depois, há, obviamente, Sr. Presidente, toda a saga do Mercosul, da qual eu fui partícipe, pois estava lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

em Ouro Preto quando foi criado, e, depois, em algum retorno meu à Secretaria de Estado, trabalhei na representação especial do Presidente da República para o Mercosul justamente, e o Paraguai sempre foi – devo afirmar aqui, posso afirmar com tranquilidade aqui – um parceiro fiel, um parceiro que tinha demandas, mas que jamais deixou de levar em consideração as posições do Brasil e os pontos de vista que nós levantamos.

Portanto, em termos brevíssimos, Sr. Presidente, atendendo a recomendações, eu só queria deixar o registro de que é um desafio, que ser embaixador do Brasil no Paraguai é particularmente honroso... Nós somos muito bem tratados como embaixadores, temos um peso totalmente distinto de muitos outros países, evidentemente. Recentemente, conversando com a Embaixadora dos Estados Unidos em Brasília, ela me disse: "Que bom que você vai para o Paraguai, porque é o único país com que eu não tenho que me preocupar tanto. Quem tem mais que se preocupar é você, como embaixador do Brasil".

Então, são esses os meus projetos, Sr. Presidente, e a minha visão um pouco da relação bilateral.

Agradeço muitíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixador.

Eu quero, em primeiro lugar, pedir desculpas aos senhores porque me atrasei um pouco, contrariando meus hábitos de pontualidade absoluta, implacável, rigorosíssima. Eu tive um compromisso fora que acabou me atrasando. Mas o Senador Lasier, sempre colaborador, sempre amigo, deu início à nossa sabatina, à nossa reunião.

Passo a palavra agora ao Sr. Luís Antonio Balduino Carneiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Itamaraty, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Eslovaca.

Há um belíssimo poema do Manuel Bandeira que se chama "O Mário de Andrade ausente". Ele diz, lamentando o amigo morto, que a pessoa morre, um amigo querido, o tempo passa, e você pensa que se esqueceu. Aí, de repente, uma palavra, um som, uma imagem faz com que a lembrança do amigo volte. É o caso da República Eslovaca. Eu me lembrei do Luiz Henrique, com quem estive lá há dois anos.

Muito bem. V. Exª tem a palavra.

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Obrigado, Exmo Senador Aloysio Nunes, Presidente da Comissão.

Eu queria registrar, antes de mais nada, que, para mim, é uma honra ter recebido a confiança do Presidente Temer e do Ministro Serra nessa designação como candidato a Embaixador na República Eslovaca, e é uma honra estar aqui também pela primeira vez nesta Comissão.

Eu vou começar mencionando alguns traços que me chamam a atenção em relação à Eslováquia e, depois, comentar um pouco as relações bilaterais e possíveis prioridades na minha gestão lá, caso eu mereça a aprovação do Senado.

Bom, a Eslováquia é um membro pleno da União Europeia, inclusive da Zona do Euro e do Espaço Schengen. É uma democracia com renda *per capita* acima de US$30 mil, medidas em PPP, o que a faz um país desenvolvido ou próximo de obter o *status* de país desenvolvido – até alguns anos atrás, era um país em transição.

É um dos países mais jovens da Europa. Tornou-se independente em 1993; portanto, há apenas 25 anos. Essa é a segunda República Eslovaca independente. Houve uma breve experiência entre 1939 e 1945, quando, basicamente criada pelo regime nazista, a Eslováquia também existiu como país independente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Um fantoche liderado pela extrema-direita.

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Exatamente. (*Risos.*)

Fora isso, mas apesar disso, o povo eslovaco traça sua história cerca de 1500 anos atrás, quando tribos eslavas ocuparam aquela região. Isso foi entre 500 e 1000. Ali surgiu também o Reino da Grande Morávia, mais ou menos em 870; durou alguns anos e, depois, dissolveu-se. No século X, os húngaros invadem a atual Eslováquia, e há um período de mil anos de dominação estrangeira sobre o povo eslovaco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, até 1526, o país foi dominado pelos húngaros; depois, naquele ano, a Hungria foi invadida pelos otomanos, e a parte eslovaca passou a ser dominada pela Áustria dos Habsburgos, até 1867, quando foi formalmente estabelecida a Áustria-Hungria, e a Eslováquia passou a ser novamente parte da Hungria.

Em 1918, após a Primeira Guerra, houve a dissolução da Áustria-Hungria, e se formou pela primeira vez a Tchecoslováquia. Era uma país mais dominado pelos tchecos do que pelos eslovacos. Houve essa breve experiência de seis anos que comentei, entre 1939 e 1945; depois, a Tchecoslováquia voltou a ser restabelecida, até 1993, quando, já após a queda do Muro de Berlim, os dois países se separaram no chamado Divórcio de Veludo, após a Revolução de Veludo, que superou o regime socialista à época.

Então, é interessante que um país, apesar de ter sido dominado por tantos séculos, ainda conseguiu manter uma identidade nacional muito forte.

E, hoje, é uma sociedade multiétnica, composta sobretudo por eslovacos, cerca de 80%, mas há ainda húngaros, cerca de 8,5%, e há várias outras – ciganos, hoje chamados romas, entre 2% e 5,6% da população total. Mas há ainda vários outros grupos, como tchecos, alemães, ucranianos, poloneses, sérvios, que formam o restante. Então, é uma sociedade multiétnica, multicultural.

A questão cigana é uma das questões sociais mais importantes no país; é o grupo social mais desfavorecido, e é um grande desafio social a integração desse grupo na sociedade eslovaca como um todo. É interessante notar que, apesar da alta renda *per capita,* 12% da população ainda vivem abaixo da linha de pobreza.

Do ponto de vista da política interna, é um sistema parlamentarista, unicameral, com 150 membros, e, atualmente, o Primeiro-Ministro é o Robert Fico, socialdemocrata, que está em seu terceiro mandato.

Sobre a economia, é importante notar que a Eslováquia é um dos países com crescimento mais rápido na União Europeia. Neste ano, deve crescer acima de 3%. Chegou a ser chamado de Tigre dos Tatras pelo seu rápido crescimento econômico. É um PIB de cerca de US$90 bilhões, com uma situação macroeconômica com fundamentos bastante fortes: um déficit fiscal nominal em torno de 2,5%, uma dívida pública em torno de 52%, inflação basicamente zero – a política monetária é feita pelo Banco Central europeu –, um déficit de conta corrente, uma conta corrente basicamente equilibrada.

A Eslováquia é o único país daquele entorno que escolheu aderir ao euro. Os demais países vizinhos, como a República Tcheca, a Polônia e a Hungria, todos mantiveram as suas moedas nacionais. Isso indica uma estratégia de desenvolvimento interessante, porque, como é um país de custo de produção mais baixo, a Eslováquia preferiu, ao aderir ao euro, eliminar riscos cambiais e tornar-se uma espécie de plataforma de produção para o resto da Europa. E, com isso, ela vem atraindo grandes quantidades de investimento estrangeiro, sobretudo na indústria automobilística. E o crescimento vem, em grande parte, puxado pela demanda interna, que surge desse processo de convergência da renda entre a Eslováquia e os demais países da Europa.

Em termos da política externa eslovaca, as duas prioridades fundamentais são a participação na União Europeia, que é o fundamento do desenvolvimento social do país – inclusive é um membro muito ativo e se engajou plenamente, como eu comentei, tanto no euro, quanto no Espaço Schengen. E também a participação na Otan, que é vista como o fundamento da sua segurança. A Eslováquia é a fronteira leste da Otan e participa em muitos exercícios da Otan inclusive no exterior, como no Afeganistão e em outros países. E uma terceira prioridade é o Grupo Visegrád 4, que é um grupo formado por Polônia, República Tcheca, Hungria e a própria Eslováquia.

Além disso, o país tem um diálogo permanente com os vizinhos do leste europeu e tem como política procurar expandir tanto a Otan quanto a União Europeia para os países ao leste, como Ucrânia, e também para os Balcãs. A anexação da Crimeia pela Rússia mudou o panorama da segurança regional. A Eslováquia depende 100% do gás russo e, portanto, o país tem um tom mais conciliatório com Moscou em termos das sanções que atualmente a União Europeia aplica. No corrente semestre, a Eslováquia vem ocupando a presidência *pro tempore* do Conselho da União Europeia.

Em termos das relações bilaterais, acho que um elemento crucial, definidor dessa relação, é a presença de quatro empresas brasileiras que produzem, que se estabeleceram na Eslováquia. A primeira foi a Embraco, em 1999, antes ainda de o país tornar-se membro da União Europeia, o que ocorreu em 2004. A Embraco levou três dos seus fornecedores, a CRW, a empresa que fabrica componentes de plástico, Microjuntas e Rudolph Usinados, todas empresas de Santa Catarina. É interessante a internacionalização dessas empresas, elas se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

localizaram numa região que é mais ao centro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – ... da Eslováquia, uma região mais pobre que recebe benefícios tanto da União Europeia quanto do próprio Governo. Vou tentar acelerar aqui. Esse investimento das empresas brasileiras define muito o comércio bilateral, que é em grande parte de componentes industriais, entre as plantas brasileiras e eslovacas, o que faz com que o nosso comércio com a Eslováquia seja basicamente de produtos manufaturados de valor agregado, diferentemente do nosso comércio com o restante da Europa. Noventa e oito por cento do comércio bilateral é de produtos industriais. Porém, esse comércio é muito tímido ainda, a corrente total é de cerca de R$139 milhões, R$140 milhões, em 2015.

Diante disso, caso eu receba a aprovação desta Casa, uma das prioridades da gestão seria tentar estimular o comércio bilateral. Há um grande potencial, se compararmos o comércio da Eslováquia com o de outros países de população semelhante, como Noruega e Suíça, por exemplo, onde o comércio é muito menor. Então, um dos objetivos iniciais que eu teria seria tentar produzir, para a Eslováquia, uma publicação como esta que é feita pelo Itamaraty, *Como exportar,* que há para vários países, mas ainda não é o caso da Eslováquia, para ajudar exportadores brasileiros.

Há, ainda, em curso tratativas da Embraer para a venda de aviões, tanto da área militar quanto da civil. Houve uma visita do Ministro da Defesa eslovaco em 2013. Existe um acordo de dupla tributação em vigor, assinado em 1986, ainda na época da República Tcheca, que talvez mereça atualização.

Tive algumas conversas com a Receita Federal a respeito, sobretudo à luz da presença de empresas brasileiras naquele país.

Há também um grupo de trabalho, de comércio e investimento, mas que nunca se reuniu, é parte de um memorando de entendimento entre o Mdic e o Ministério da Economia eslovaco. Eu acho que seria importante tentar ativar esse grupo.

Em termos de relações consulares, há apenas 150 brasileiros na Eslováquia, o que faz com que o tema não seja particularmente problemático. Há uma intensa relação cultural. A atual Embaixadora fez um trabalho muito importante nesse sentido, de visibilidade do Brasil, que precisaria ser continuado. Seria importante também reativar consultas políticas, que nos últimos, muito em função de restrições orçamentárias, não foram conduzidas.

A Eslováquia é um parceiro próximo. O Brasil é considerado uma prioridade entre países não europeus. Há um apoio ao nosso pleito de nos tornarmos membros permanentes do Conselho de Segurança e convergência em vários temas da agenda internacional, como democracia, Estado de direito, direitos humanos, valorização do multilateralismo. Existe, ainda, uma comissão, um Grupo Parlamentar de Amizade Brasil/Eslováquia, que atualmente é presidido pelo Senador Anastasia. Em 2013, o então Senador Luiz Henrique fez uma visita à Eslováquia. Talvez, se a agenda do senhor permitir, fosse o caso de fazer uma nova visita.

A Eslováquia também apoiou candidaturas brasileiras, como à OMC, do Embaixador Roberto Azevêdo. Enfim, a relação bilateral é bastante positiva, bastante fluida. A meu ver, precisa, sobretudo nas relações econômicas e comerciais, de uma atenção especial, dado que elas estão muito abaixo do potencial. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Eu passo a palavra agora ao Embaixador Vilmar Coutinho Junior, que foi indicado para ser Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe, que foi assessor internacional do Ministro Lobão quando ele foi Ministro de Minas e Energia, quando esteve à frente da pasta.

Tem V. Exª a palavra, por favor.

O SR. VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que é uma grande honra para mim essa indicação, a minha primeira indicação como Chefe de Missão Diplomática no exterior. Estou, realmente, com muita ansiedade de partir para o meu posto e iniciar essa nova função, em particular porque, entre os meus assuntos de interesse, está o estudo aprofundado da gramática e da Língua Portuguesa. Então, o fato de servir num país de Língua Portuguesa certamente vai me ajudar um pouco a me dedicar mais a essas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu pediria, se fosse possível, para afastar um pouquinho o mapa, porque ali só se vê uma das ilhas que compõem o país. Se for possível diminuir um pouquinho o *zoom* ou, pelo menos, levantar um pouquinho o mapa, para facilitar a visualização. Porque o país é muito pequeno, no caso seria diminuir o *zoom*.

Só mais um pouquinho, por favor.

Aí está bom. Depois, se for o caso, a gente aproxima.

Alguns amigos meus e até parentes perguntaram: "Mas onde é que fica esse lugar?". Bom, de fato, é um país pequeno, então muita gente até tem dificuldade para localizá-lo no mapa. Na verdade, em extensão territorial, é o segundo menor país da África. Só o arquipélago de Seychelles que tem um território menor. É um arquipélago composto por duas ilhas, São Tomé e Príncipe, o próprio nome do país diz.

Como podem ver ali, essas ilhas, na verdade, fazem parte de uma cordilheira submarina que levanta mais ou menos por aqui e sobre em direção à costa da África, chamada Cordilheira da Guiné, uma cordilheira submarina, e as quatro ilhas que aparecem nessa região, mais embaixo aqui, a ilha de Annobón, a ilha de São Tomé, a ilha de Príncipe e, finalmente, lá em cima, a ilha de Bioko. Essas ilhas são, na verdade, as partes mais altas dessa cordilheira submarina que sai justamente acima do nível do mar.

As quatro ilhas foram descobertas por navegadores portugueses em 1471. Os portugueses exploraram essa zona toda e ocuparam essas ilhas. Muito mais tarde, por conta de disputas territoriais e políticas, as ilhas de Annobón, esta mais em baixo, e a ilha de Bioko, lá em cima, passaram ao controle da Espanha que, juntamente com aquele território continental da Guiné Equatorial, passaram a constituir uma colônia espanhola da Guiné Equatorial, hoje país independente na Guiné Equatorial. Aliás, um país que acaba de se somar também à comunidade dos países de Língua Portuguesa, muito embora eles não tenham o português, mas estão fazendo um esforço para introduzir o português nesse país.

Voltando à questão de São Tomé e Príncipe, as ilhas eram desabitadas, os portugueses utilizaram primeiro as ilhas para fazer plantações de cana-de-açúcar, e para isso tiveram que levar a mão de obra da Costa da Mina e de Cabo Verde, que era uma outra colônia que eles já dominavam, para poderem, então, ter trabalhadores na ilha. Mas a produção de açúcar na ilha não durou muito tempo, porque pouco depois começou a concorrência da outra colônia portuguesa, no caso o Brasil, onde a produção era muito maior e muito mais barata. Portanto, a produção de açúcar de São Tomé praticamente desapareceu.

E a partir daí o país virou, por praticamente três séculos, um entreposto para comercialização de escravos. E com uma característica interessante, as plantações de açúcar não chegaram a desaparecer totalmente, então, o país passou a ser uma espécie de lugar onde eram treinados os escravos no plantio de cana-de-açúcar, antes de serem vendidos para a América.

Essa situação perdurou durante muito tempo, era uma colônia em que os portugueses mantinham até por razões estratégicas, mas que, a rigor, não tinha muito interesse para eles. No século XVII, introduziram o cacau, que demorou muito tempo para realmente se tornar uma produção importante na ilha. E hoje é o principal produto produzido na ilha.

Nos anos 20, a política do governo de Portugal foi no sentido de intensificar a colonização do seu império ultramarino. A partir do século XX, começou a haver uma imigração de portugueses mais intensa na ilha, e começou a dar uma recuperada, uma melhorada na economia cacaueira.

O interessante é que os produtores, os proprietários de terras normalmente não habitavam a ilha, geralmente, habitavam em Portugal e mantinham na ilha seus feitores, seus empregados que cuidavam dos empreendimentos deles na ilha.

O país se tornou independente em 1975. Um movimento nacionalista havia sido formado tardiamente. Tardiamente, eu digo em relação aos movimentos nacionalistas que surgiram nas demais colônias portuguesas, que são bem anteriores. O movimento de libertação de São Tomé e Príncipe só foi formado em 1972, ou seja, dois anos antes da revolução de escravos em Portugal, que iniciou o processo de descolonização.

Em 1975, o país se tornou independente e adotou uma linha de governo de orientação socialista. Então, tinha uma forma de governo centralizada, de partido único, e tinha sua política externa, sua política interna e até a sua sobrevivência econômica condicionada às ajudas que recebia do então Bloco Socialista, particularmente da Alemanha Oriental, da União Soviética e de Cuba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

No início dos anos 90, houve então a democratização do país, com o desaparecimento do Bloco Socialista, houve uma transformação política no país, instaurou-se uma democracia multipartidária que veio funcionando relativamente bem desde então. Com alguns pequenos percalços aqui e ali, mas tem funcionado relativamente bem, a contento.

As ilhas, como podem ver, estão situadas praticamente em cima da linha do Equador. Inclusive, muitas vezes elas são referidas como as ilhas do centro do mundo.

Após a independência, como nós vimos, houve primeiro um período de alinhamento com o Bloco Socialista, e depois, a partir dos anos 90, as relações externas de São Tomé e Príncipe começam a se diversificar. Mas, devido ao fato de que o país ainda tem muita dependência econômica de ajuda internacional, esse relacionamento é muito intenso particularmente com Portugal, a antiga metrópole, que basicamente – digamos – tem o maior volume de comércio, investimentos e de presença em São Tomé e Príncipe. Até mesmo em função do fato de que o português é a língua oficial do país.

Lá falam-se outros dialetos crioulos portugueses, mas são localizados. Ao contrário do que acontece em Cabo Verde, onde a língua oficial é o português, mas nas ruas o que se fala é um crioulo português, em São Tomé e Príncipe, embora os crioulos existam, mas parece – pelo o que eu fui informado – que nas ruas o que se usa é o português mesmo. Um português, obviamente, com algumas características diferentes do nosso, mas é basicamente português. E os crioulos são falados só em grupos muito específicos do País.

Hoje em dia, o país está fazendo um grande esforço também para reforçar as suas relações com os países da região, o Gabão, a Guiné Equatorial e a Nigéria em particular. A Nigéria e a Guiné Equatorial, as relações de São Tomé e Príncipe nesses dois países são importantes, porque são com eles que eles podem, eventualmente, desenvolver a exploração conjunta de reservas de petróleo ali na região a oeste das ilhas, onde há uma zona marítima, que é justamente dividida entre os três países, ou melhor dizendo, uma é dividida entre São Tomé e Guiné Equatorial e uma outra dividida entre Guiné Equatorial e Nigéria, nesta inclusive já há produção de petróleo.

O petróleo pode vir a ser – digamos assim – um fator que mudará totalmente a face do país, no sentido de que hoje, como ele tem uma dependência externa muito forte... Só para terem uma ideia, uma balança de pagamentos correntes cronicamente deficitária; a balança comercial, o país exporta de US$10 a US$15 milhões anualmente e importa quase US$200 milhões, então, é uma situação em que não há saída. O petróleo poderia, eventualmente, fazer uma diferença, como acabou fazendo na Guiné Equatorial, nos últimos anos.

Uma outra coisa que também poderia ajudar muito a eles seria transformar o país em uma espécie de *hub* para a comercialização de produtos nessa região da África Central. O problema é que eles têm um porto pequeno, antigo, que não comporta navios de grande calado. Então, o que acontece? Eles não têm condições de fazer isso, porque os custos para usar a ilha com essa finalidade seriam muito elevados. Mesmo as mercadorias que são importadas para o país fazem o transbordo em Libreville ou em algum outro porto na costa africana e, quando chega lá, o navio também não consegue atracar. O desembarque tem que ser feito por barcaças, por balsas, porque o navio não consegue chegar ao nível do porto.

Então, evidentemente, esse é um fator que limita muito o desenvolvimento do país. Caso seja possível superar essas situações, há duas vias que poderão eventualmente permitir ao país, no futuro, se livrar dessa situação de dependência constante.

No que diz respeito à política interna, é interessante observar que o país só teve até hoje três presidentes. O primeiro presidente, que era o Manuel Pinto da Costa, que foi o presidente no período inicial da história do país, do momento que vai da independência, em 1975, até 1991. E, como eu disse, esse momento é de um governo centralizado, um regime de partido único.

Depois, nos anos 2000, na primeira década deste século, o Presidente Fradique de Menezes foi eleito e depois reeleito. Finalmente, agora, o Presidente Miguel Trovoada voltou, em 2011, foi o Presidente até agora recentemente. E, agora, houve uma eleição no país, e o novo Presidente é Evaristo Carvalho, que acabou de assumir. Aliás, eu tive a oportunidade de encontrá-lo, porque ele veio à reunião da Cúpula de Chefes de Estado da CPLP, e eu tive a oportunidade de encontrar com ele, falar com ele e já conhecer vários dos assessores dele, que, aliás, também foi uma coisa muito útil para mim.

O regime político do país atualmente é semelhante ao regime português. Ele é um parlamentarismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

uma espécie de semipresidencialismo. Então, há uma espécie de divisão de poderes e de tarefas entre o Presidente o Primeiro-Ministro. E isso já em vários momentos da história do país provocou problemas, tensões entre um e outro.

Agora, pela primeira vez, nós estamos diante de uma situação diferente. É a primeira vez na qual o Presidente e o Primeiro-Ministro são ambos do mesmo partido, ambos eleitos há relativamente pouco tempo e ambos eleitos por votações bastante expressivas, entre 60% e 70% do eleitorado.

Com relação ao relacionamento entre o Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência de São Tomé, assim como foi um dos primeiros também a reconhecer a independência de Angola, de Moçambique e demais colônias portuguesas.

No começo, as relações foram, eu diria, um pouco distanciadas. Em parte, isso se deveu ao fato de que nós não tínhamos uma embaixada em São Tomé. Era o único país da CPLP até 2003 no qual nós não tínhamos uma presença direta.

Em 2003, abriu-se a Embaixada. E aí houve um período que se estende até 2012, um período de intensa troca de visitas de autoridades. O Presidente brasileiro visitou o país duas vezes. Os Presidentes – porque no caso na primeira vez foi um e na segunda vez foi outro – vieram ao Brasil em duas ocasiões durante esse período, fora várias outras visitas de ministros e autoridades, inclusive uma missão da Comissão de Relações Exteriores daqui do Senado que foi a São Tomé e Príncipe em 2005.

O principal trabalho que a Embaixada do Brasil desenvolve lá, evidentemente, é na área de cooperação. É disso que o país precisa, e é aí onde nós procuramos atuar, concentrar os nossos esforços. E essa cooperação tem sido muito frutífera. O Brasil tem feito importantes projetos lá. Há uns tempos, por exemplo, um projeto em que o Brasil os ajudou foi um projeto de alfabetização, e esse projeto, inclusive, foi elogiado pela Unesco como sendo um modelo a ser utilizado em um país que têm que enfrentar esse tipo de problema.

E nós temos cooperação em várias questões, como questões para melhorar a institucionalidade dos órgãos de governo, temos a questão de governo eletrônico, área de educação, área de saúde, combate à malária, combate à tuberculose e à aids, que são coisas em que o Brasil também tem cooperado com eles para superar as dificuldades.

E também temos vários projetos no momento que estão em andamento, um deles, inclusive, é para a divulgação da cultura de São Tomé. Agora, já está na sua fase final, e se produziu este livrinho aqui, que eu vou ter a honra, em fevereiro, de ser quem vai lançar e divulgar o livro lá em São Tomé, quando houver a oportunidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR – E, finalmente, os dois últimos assuntos que eu queria mencionar. A cooperação militar, que também tem sido muito importante. Há em São Tomé e Príncipe um núcleo de uma comissão naval da Marinha brasileira, que tem uma importante cooperação na formação de oficiais deles, e também treinamento e várias outras coisas. E temos agora também acreditado um adido militar lá, não residente no país – é verdade –, é residente em Luanda, mas pelo menos temos um adido militar e podemos pensar em formas de aprofundar a cooperação no campo militar.

E, finalmente, como não poderia deixar de ser, o campo cultural, em que também, claro, por ser um país de língua portuguesa, com grande interesse da população local pela cultura brasileira, também é um ponto de grande difusão da nossa cultura. Temos ali um centro cultural brasileiro com bastantes atividades. Temos, às vezes, passagens de artistas e personalidades brasileiras por lá. Ou seja, temos uma situação na qual a área cultural realmente apresenta muitas grandes oportunidades para aprofundar a nossa cooperação.

O meu antecessor, o atual embaixador em São Tomé, que deverá sair do país nos próximos dias, tem uma iniciativa pessoal dele, que eu pretendo manter, em que ele, através de um conhecido dele da rádio local, fez um programa de música brasileira. Então, em cada edição, em cada programa, ele apresenta a obra de um artista brasileiro, inclusive com a execução de músicas e tudo mais. Essa é uma tarefa que eu nunca fiz na minha vida, mas que me parece uma coisa muito interessante, e eu pretendo dar continuidade a esse programa dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, é basicamente isto: a cooperação e a parte cultural, que são as principais questões do nosso relacionamento com São Tomé.

Na parte comercial, bom, o mercado é muito pequeno. A gente vai tentar ver o que se pode fazer, evidentemente, para intensificar as relações comerciais, mas hoje elas são muito pequenas. O comércio bilateral – o colega aqui falava do comércio bilateral com a Eslováquia sendo muito pequeno, mas ela é de alguns milhões – com São Tomé e Príncipe raramente passa de R$1 milhão o valor das nossas exportações para eles. O valor das importações que nós fazemos deles são irrisórias. Em vários anos a série aparece com zero, porque não há uma importação efetiva do Brasil originada em São Tomé.

Então, era basicamente isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de expor.

Muito obrigado. Fico à disposição para responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, embaixador.

Vamos passar agora à intervenção dos Senadores. O primeiro inscrito é o Senador Anastasia. Em seguida, Lasier; em seguida Tasso.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eminentes Senadoras e Senadores, Srs. Embaixadores.

Sr. Presidente, a minha intervenção tem que ser muito rápida, eu até peço escusas, porque agora às 11 horas se instala a Comissão Especial designada pela Presidência ontem para tratar da questão extrateto remuneratório, da qual eu fui designado membro. Então, eu tenho que estar na Presidência já, estarei daqui em instantes lá. Então, peço escusa a V. Exª e aos eminentes Embaixadores.

Então, eu gostaria só de cumprimentá-los. O Embaixador Vilmar, quando descrevia São Tomé, eu me lembrava do romance de Miguel Sousa Tavares, *Equador*, que foi o nosso primeiro contato com São Tomé de fato. Foi um belíssimo romance, espetacular. E V. Exª certamente terá um desafio grande em um País tão pequeno, mas que como é da Língua Portuguesa e V. Exª acaba de se declarar como especialista nessa nossa última flor do lácio, nada mais adequado que o exercício de sua função. Portanto, meus cumprimentos e boa sorte em São Tomé.

Embaixadores Luís Antonio Balduino, também meus cumprimentos. Eu, de fato, presido o Grupo Parlamentar. Aliás, hoje terei um almoço na Embaixada da República Eslovaca, com todos os embaixadores da comunidade europeia, para fazer um panorama que me solicitaram, já que hoje a República da Eslováquia coordena a comunidade europeia, em razão da presidência que exerce e os embaixadores, reciprocamente. Então, certamente aí temos um campo grande de contato e de convívio e o cumprimento, portanto.

E, por fim, meu caro, Embaixador Simas, cumprimentá-lo, um desafio imenso. A embaixada no Paraguai é uma embaixada, certamente, das mais importantes. Se numerarmos no dedo de uma das mãos, estará lá o Paraguai, com um dos mais relevantes postos da administração diplomática brasileira junto a Asunción.

Então, eu quero desejar boa sorte. E não há ninguém mais talhado para o posto que V. Exª, exatamente pelo desempenho que teve nas questões do Mercosul e nos postos anteriores que exerceu com tanto garbo e com tanto brilho. Portanto, igualmente, meus cumprimentos.

Sr. Presidente, vou pedir escusas. Tenho de me ausentar em razão dessa Comissão, mas agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Desejo a V. Exª – ao agradecer, claro, a presença sempre muito positiva, indefectível entre nós – boa sorte nessa espinhosa missão para a qual o senhor foi designado.

Senador Lasier, por favor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente Aloysio. Eu gostaria de fazer duas perguntas ao nosso Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, que vai para o Paraguai, e uma pergunta os nossos Embaixadores Luís Antonio e Vilmar.

Primeiro as perguntas ao Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães. A primeira é sobre um assunto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bastante delicado, que preocupa o Brasil há muitas décadas, é a questão do contrabando. Eu não sei em que medida V. Exª pode se reportar porque é uma questão que provavelmente será tratada muito reservadamente. Mas nós temos atualmente que o país que mais manda drogas para o Brasil é o Paraguai. Como dá para combater isso, de que maneira dá para tratar diplomaticamente desse assunto junto ao governo do Paraguai?

E não apenas drogas. O contrabando de cigarros, que tem alarmado as fábricas brasileiras, e particularmente no Rio Grande do Sul, porque o Rio Grande do Sul é um grande fabricante de cigarros. Tem-se que nunca houve tanto cigarro paraguaio no Brasil como atualmente.

E uma segunda questão, Embaixador Carlos Alberto, é um assunto quase prosaico, mas tem um componente sério, compreensível, que, volta e meia, o Parlamento paraguaio trata disso, é a questão do canhão paraguaio. É um famoso canhão, que foi capturado durante a guerra do Brasil, está no Rio de Janeiro, no Museu Histórico. É um canhão que foi fabricado pelo bronze de vários sinos do Paraguai e o Paraguai quer de volta esse canhão. E sabemos que, recentemente, o Senado tratou dessa questão, tem reivindicado que o Brasil devolva. Mas a gente sabe que, em uma guerra, aqueles troféus e armas capturadas por um país normalmente ficam como relíquias. É o espólio de guerra.

Então, seguramente V. Exª será instado no Paraguai a negociar a devolução. Esse canhão, pelo que se tem, é um canhão que, tendo sido feito pelo bronze dos sinos das igrejas, tem até nome: é El Cristiano. Então, como é que V. Exª vai encarar esse assunto, se vier a ser chamado para que o Brasil devolva esse canhão? Então, essa é uma pergunta. Temos uma curiosidade porque ele é... Nós aqui quase ignoramos esse assunto, mas os paraguaios tratam disso seguidamente.

E, para o nosso eminente Luís Balduino Carneiro, eu queria ver, Embaixador, que perspectiva temos para equilibrar a nossa balança, que atualmente é deficitária. Nós mais importamos do que exportamos para a Eslováquia. De que modo V. Exª poderá diligenciar para incrementar mais as nossas exportações para lá?

E ao embaixador Vilmar Coutinho Júnior, que vai para São Tomé e Príncipe, tenho uma curiosidade. Nós já discutimos essa questão aqui várias vezes, a questão das embaixadas em pequenos países. Qual é o custo para o Governo brasileiro dessa missão nessas duas ilhas? O que nós conseguimos negociar com eles?

V. Exª já falou do aspecto cultural e até de uma rádio que sustenta a programação de música brasileira, o que para nós é interessante. Mas, considerando uma fase de crise agudíssima que o País vive, eu queria especular sobre isso. O que é que custa, quanta gente compõe essa missão brasileira lá nas duas ilhas?

São essas as perguntas. Se não puder ficar até o fim, a minha assessoria está aqui anotando porque daqui a pouco eu terei de ir para a mesma comissão para onde foi agora há pouco o Senador Anastasia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Lasier.

Eu queria fazer, se o senhor permitir, já que falou em canhão. Há lá um núcleo guerrilheiro no Paraguai, o tal Exército Popular. Tem louco para tudo, mas tem lá um núcleo guerrilheiro. Não é numeroso, parece que é uma coisa quase familiar e que é uma espécie, segundo soube, é uma espécie de narcoguerrilha, como há outras, seguindo o exemplo de outras que já aconteceram aqui na América do Sul. Exército do Povo Revolucionário Popular Paraguaio, do Povo Paraguaio. E que é um motivo de preocupação para o governo paraguaio e também para o Brasil, uma vez que nós temos até um pedido de cooperação à área de inteligência, para que a gente possa...

É uma região muito próxima da fronteira brasileira, não é isso?

Então, é algo que nos traz preocupação.

É um *postscriptum*. É uma pergunta do Senador Lasier.

Muito bem, Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria, primeiramente, de parabenizar todos os que fizeram exposição aqui, o Embaixador Luís Antonio Balduino Carneiro, futuro Embaixador brasileiro na República Eslovaca, o Embai-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

xador Vilmar Coutinho Junior, futuro Embaixador em São Tomé e Príncipe, e que certamente terão desafios, cada um com suas características diferentes, mas desafios fascinantes para o nosso País e para a carreira dos senhores e que tenho certeza de que vão desempenhar com o brilhantismo com que expuseram aqui, nas suas apresentações.

Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, de quem eu tive a honra de ser Relator. Infelizmente, não pude estar aqui no dia, em função de circunstâncias pelas quais eu não pude estar presente, mas vejo na carreira do Embaixador um potencial enorme, do tamanho dos desafios que irá enfrentar no Paraguai.

Aqui já foram levantadas várias questões importantes que vão ser enfrentadas e que têm uma relação direta com o nosso País, com o dia a dia e com a estratégia de desenvolvimento do Brasil, mas eu queria levantar uma questão em especial aqui, que eu considero muito séria e que não foi levantada até agora nas questões sobre o Paraguai.

Nos últimos anos, é sabido que desde Celso Furtado, do Plano de Desenvolvimento Econômico do Presidente Juscelino Kubitschek, até hoje têm sido desenvolvidas políticas de incentivo fiscal e outros tipos de incentivo para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mais especificamente do Nordeste, porque eu sou do Ceará e aqui temos o Senador Armando Monteiro, de Pernambuco, de tratar de incentivar indústrias que se desenvolveram no centro-sul do País para que localizassem a sua ampliação, que tem sido histórica, a sua ampliação ou a sua segunda planta no Nordeste. Tem sido esse o comportamento ao longo dos últimos 50, 60 anos, desde o processo de industrialização, na segunda fase do processo de industrialização, a expectativa de que a segunda planta fosse para essas regiões, de modo a diminuir a diferença regional.

Ultimamente, em função das crises brasileiras, essa questão tem sido colocada em segundo plano. Mesmo assim, todos os governos fazem um esforço nesse sentido. Ultimamente, porém, apareceu um fator novo, Presidente, que é o fator Paraguai.

Eu vi o relatório do Embaixador falar dos investimentos brasileiros no Paraguai e, por exemplo, dois deles, um, que é a Riachuelo, que é uma das maiores empregadoras do Ceará, está saindo do Ceará, porque não existe nenhuma possibilidade de competir com os encargos trabalhistas, com o sistema tributário, com as facilidades que o Paraguai está dando. A Estrela também, e os encargos sociais são 20% aqui, ele conhece bem, e não tem imposto de renda.

Então, a Estrela estudava, fazia, já, há alguns anos, um estudo sobre em qual cidade do Nordeste, em qual Estado do Nordeste iria instalar a sua fábrica de modo que pudesse competir inclusive com os chineses, porque o Nordeste significaria encargos menores, mão de obra mais barata etc. etc., e foi para o Paraguai.

De modo que eu vejo que, de agora em diante, com a descoberta do Paraguai e com todos os incentivos que o Paraguai está dando, dificilmente alguma empresa no seu projeto de expansão ou mesmo de instalação, em que procura situações do ponto de vista de produção com custos menores, vai mais para o Nordeste. Se tornou o maior competidor e um competidor imbatível da nossa região e de outras regiões também, mesmo o Sul. Muitas vezes, a segunda opção das indústrias de São Paulo, por razões de mercado, por exemplo, era no Sul e não no Nordeste.

Também não dá para competir com o Paraguai e aí começa uma discussão, e que eu acho que para nossa região e para as outras regiões do Brasil, e mesmo para São Paulo, porque São Paulo também se torna cada vez, vai ficar cada vez mais caro, vai começar a perder, e já está começando a perder, indústria em relação à falta de condições de competir com a localização do Paraguai.

A minha pergunta é a seguinte, nós vamos ter que enfrentar isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Nos tornarmos, eventualmente, mais competitivos inclusive.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas é impossível, porque as vantagens que o Paraguai oferece dentro da estrutura brasileira é impossível.

Por exemplo, a Senadora Ana Amélia me lembrava que não existe imposto de renda – não existe imposto de renda. Os encargos sociais, com que nós, aqui, praticamente dobramos a folha com os encargos sociais, lá, representam menos de 20% do tamanho da folha. Os impostos indiretos também. A mão de obra é mais barata que no Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, é absolutamente... E, como nós temos, como faz parte do Mercosul, o mercado brasileiro está aberto.

Então, essa é a minha questão, que eu acho que nós vamos ter que levantar, com certeza, outros Estados estão com essa preocupação aqui. Eu queria levantar essa preocupação para o Embaixador Carlos Alberto Magalhães, que é um outro desafio e outro problema que V. Sª terá que enfrentar, e pergunto se V. Sª já colocou no seu quebra-cabeça de problemas essa questão que é muito séria para nós todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – V. Exª faz muito bem de levantar essa questão. Eu confesso ao senhor que eu não tinha ideia de tamanho desafio para a economia brasileira, que representa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sobre a Riachuelo, o senhor tinha dito outro dia no plenário do...

Vem muito a propósito a intervenção agora do Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu acho que tive essa oportunidade de poder falar depois do Senador Tasso e dessa preocupação que ele traz.

Eu queria cumprimentar os Srs. Embaixadores e vou focar aqui nessa discussão da questão do Paraguai.

Entendendo as preocupações do Senador Tasso, eu tenho uma visão um pouco diferente dessa questão. Eu acho que o Brasil precisa sair de um modelo de autossuficiência produtiva e de verticalização absoluta, que foi o modelo que vigorou durante muito tempo, para nos integrar naquilo que se poderia chamar de cadeias regionais de valor. Ou seja, na medida em que o mundo considera que há um processo de integração da chamada divisão do trabalho no setor industrial, o que se verifica? Que os países mais competitivos são exatamente aqueles capazes de importar insumos e componentes que tenham custos mais baixos para que você aumente a competitividade dos bens finais.

É evidente que considerando uma indústria com essa característica da indústria de confecções, eu creio que é inteiramente procedente a preocupação do Senador Tasso. Mas não devemos perder de vista, por exemplo, o caso da indústria de brinquedos. Eu conheço bem essa situação, inclusive o presidente da Abrinq, que é o Synésio Batista da Costa, dá um depoimento muito interessante. A indústria de brinquedos no Brasil foi fortemente atingida no final dos anos 90 pela importação massiva da China. Nós chegamos a diminuir a produção do Brasil a um nível correspondente a 20 ou 25%. O que fez a indústria de brinquedos no Brasil? Ela passou a produzir no Paraguai alguns componentes, sobretudo na área de injeção plástica, etc., e com isso nós substituímos importações da China. Ou seja, ainda que transferindo uma etapa do trabalho para o Paraguai, tivemos um ganho de empregos ao final porque pudemos preservar, na cadeia produtiva, alguns elos importantes da cadeia que estavam sendo inteiramente, vamos dizer, desmantelados com esse processo de importação da China.

Senador Tasso, quando eu estava no Ministério, fui brindado com um artigo de um ilustre jornalista, e não vou dizer o nome, dizendo o seguinte: que a política industrial do ministro fulano de tal é levar as empresas para o Paraguai. Por quê? Porque atendendo a uma demanda do setor empresarial, o Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, Olavo Machado, nos solicitava levar uma delegação empresarial ao Paraguai. E o que se buscava com essa missão? Por exemplo, em relação a alguns componentes que são eletrointensivos, o Brasil estava tendo, em algumas áreas, uma total perda de competitividade. Por exemplo, é muito importante que gases industriais e ligas metálicas possam ser feitos e produzidos em alguma plataforma que tenha custos de energia mais baixos. Então, o que acontece?

Nós temos que olhar hoje essa questão à luz da visão do que são as cadeias regionais de valor, porque se você insistir em um modelo de autossuficiência absoluta perde-se a competitividade em alguns bens finais.

Então, Senador Tasso, estou apenas querendo dizer que é preciso ver essas situações considerando algumas especificidades. Não há dúvida nenhuma de que no caso da indústria de confecções, que é intensiva em mão de obra, essa questão se coloca de forma efetivamente preocupante em relação a algumas regiões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do País. Mas eu acho que o Paraguai pode se constituir em uma importante plataforma para fazer, em algumas áreas, um processo muito saudável de integração produtiva que, ao final, vai garantir maior competitividade na produção de alguns bens industriais do País.

Então, eu queria não propriamente fazer uma pergunta, mas dar aqui um testemunho de que, olhando essa questão em alguns segmentos da indústria, eu creio que ela adquire, vamos dizer, uma dimensão diferente levando em conta esses aspectos a que eu me referia. Mas queria muito e teria muito interesse em ouvir o Embaixador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Embaixador Tasso... Desculpe-me, Senador Tasso. Podia ser embaixador na Eslováquia, dado o domínio da língua que o senhor tem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quem me dera. Ainda chego lá. Ainda chego lá.

Senador Armando Monteiro, com todo respeito e admiração que tenho por V. Exª, eu queria discordar de uma maneira muito, quase, radical em relação a esse assunto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu entendo perfeitamente que hoje o sistema de produção mundial é um sistema globalizado, em que cada região, conforme suas características, ou cada indústria, ou cada país, ou cada região produz de acordo com sua competitividade maior ou menor. Porém, e V. Exª conhece isso muito melhor do que eu, quando essa competitividade é feita à base de incentivos, ou seja, de desoneração de obrigações, diferente de outros países, essa desoneração, essa competitividade é artificial. E para nós, da nossa região, ela se torna ainda mais artificial quando esse país concorre, que não é o nosso, mas concorre em condições de competição igual e em condições de produção completamente desiguais justamente para a nossa região, e cujas características competem, em termos de competitividade, com o Paraguai.

Por exemplo, quais seriam as nossas vantagens? Seria a mão de obra abundante, a mão de obra mais barata, a mão de obra qualificada e alguns incentivos fiscais que nós temos que dariam condições de competitividade para produzir determinados produtos ou determinados elos de produtos que poderiam formar na nossa região, no Ceará, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, em Belém, no Centro-Oeste, realmente um modelo industrial capaz de trazer o desenvolvimento.

Quando essa competitividade é, inclusive em condições normais – não é o caso do Mercosul, V. Exª é um estudioso do assunto e conhece melhor do que eu, sabe que teríamos problemas na Organização Mundial do Comércio, porque se trataria de vantagens indevidas na competição. Como nós temos aqui dentro o Mercosul, e o Paraguai faz parte do Mercosul, esta condição não existe. Então, é uma relação profundamente desigual e que leva, como V. Exª mesmo... Para determinadas indústrias pode ser vantajoso, para determinado tipo de indústria. No caso de, por exemplo, confecções, que é produto final, é praticamente produto final, não traz vantagem nenhuma para o nosso País, a não ser o desemprego.

E queria levantar mais uma questão, já é uma questão para a gente discutir outro dia, Senadora Ana Amélia. Alguma coisa está errada nesse modelo. Os países de vanguarda, eu discutia ontem – pode digressar um pouquinho aqui, só um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Perfeitamente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É só o seguinte: algumas coisas precisam ser revistas. O Brexit na Inglaterra e a eleição do Trump nos Estados Unidos mostram que este modelo está levando aos países desenvolvidos um enorme contingente de insatisfeitos, que são consequência desse modelo de globalização. Não sou contra, eu sou a favor. Estou dizendo que nós temos recebido sinais alarmantes recentemente, como o Brexit e como a eleição do Trump, de que há uma coisa errada no modelo, de que há uma contingência enorme de cidadãos desprotegidos e se sentindo abandonados dentro desse modelo. Basta ler os jornais de ontem e de hoje, os magazines, as revistas, os analistas, que o eleitor do Trump,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

certamente uma figura perigosa para o mundo, o eleitor do Trump são aqueles que se consideram abandonados no modelo de globalização, de industrialização global, que perderam os seus empregos e que não veem perspectivas pela frente.

Não vou dizer que nós temos que acabar com esse modelo, mas é um alerta para todos nós, porque nós devemos lembrar que tanto a Inglaterra como os Estados Unidos, os países anglo-saxônicos, nos últimos quatrocentos, quinhentos anos, têm sido os países de vanguarda no desenvolvimento industrial.

Então, eu concordo quase em tudo com o meu amigo Senador Armando Monteiro, mas neste ponto de vista, eu tenho uma opinião radicalmente oposta nesta questão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente Aloysio, o Senador já encerrou e eu acho que só eu... Eu, como também tenho, vou me dirigir ao Embaixador Simas, então eu o farei bem brevemente. Eu antes só queria, antes de fazer o questionamento...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Deixe-me apenas dizer à senhora o seguinte: eu, infelizmente, tenho que sair agora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Senador Tasso vai me substituir, com muito mais mérito do que eu. Mas o fato é que eu sou titular do caso, mas o Senador Tasso vai me substituir e, já que o senhor falou em Brexit e Trump, nós vamos ter um problema complicado se o Trump da campanha for o Trump Presidente. Complicado para nós, para os brasileiros que estão nos Estados Unidos. O Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães foi até agora o Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no exterior.

Esse vai ser um problema sério para o seu sucessor e para a Diplomacia brasileira, se realmente essa intenção dele se concretizar, de expulsar todos aqueles que estão em condição irregular.

Eu só queria fazer esse comentário.

Senadora Ana Amélia, desculpe-me por ter interrompido a senhora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, tudo bem!

Presidente, V. Exª tem a necessidade de sair da reunião porque V. Exª é o Líder do Governo, e há sessão no Congresso.

Eu só queria aproveitar, já que V. Exª preside a Comissão, para passar às suas mãos esta comenda que recebi no Líbano, na missão de paz das Nações Unidas e do Brasil. A Marinha do Brasil é a líder da missão da Força-Tarefa Marítima há cinco anos. É o único País fora do Atlântico Norte que está liderando essa Força-Tarefa, que faz o patrulhamento das águas territoriais libanesas, para proteger o país da entrada de armas no território libanês. Então, é uma questão de grande orgulho para os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pelo trabalho exemplar, o Brasil foi muito elogiado. O comandante da Unifil – é a força-tarefa que está na fronteira do Líbano com Israel, praticamente a 30 quilômetros –, o General Michael Beary, que é irlandês, fez enormes referências elogiosas à qualidade profissional do militar, do Contra-Almirante Claudio Mello, que comanda essa Força-Tarefa Marítima.

Então, passo às mãos de V. Exª esta homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Deve ser para a Comissão. Na verdade, é para a Comissão de Relações Exteriores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Passo à Comissão de Relações Exteriores, para ficar no acervo da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu lamentei não poder integrar essa missão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aprendemos muito lá. Aprendemos muito, e fez falta a sua presença lá.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas, como o Senador Tasso vai substituí-lo, eu vou seguir na... Veja só que estão aqui o nosso Embaixador na Eslováquia e o nosso Embaixador em São Tomé e Príncipe. De fato, estamos concentrados no Paraguai, por tudo o que se está revelando agora.

Também em relação à Eslováquia, eu queria dizer, Embaixador, que lamento que o Senador Luiz Henrique tenha sido extremamente combativo. Lamento no sentido positivo de uma santa inveja, de uma inveja branca, porque o Rio Grande do Sul também poderá ter empresas lá como ponta para o mercado do centro europeu.

Mas eu queria dizer ao Embaixador Simas que, de fato, de tudo o que foi abordado aqui, a despeito de que o Paraguai faça incentivo, crie incentivo, só as condições competitivas existentes hoje em matéria de desburocratização, em matéria de custo de energia, em todas as questões, só isso seria suficiente, independentemente de haver qualquer incentivo fiscal.

Foi o que aconteceu, como V. Exª lembrou, com os chamados "brasiguaios". Gerações passadas foram para lá em busca de terras mais baratas. Nem havia a ideia de uma agricultura do grau de competitividade de hoje, e eles já chegaram lá antes, como chegaram ao Piauí os meus conterrâneos gaúchos. Então, lá está exatamente o exemplo disso.

Quem tem espírito empreendedor chega ali e encontra um terreno fértil. Basta que saiba trabalhar. Enfrentaram problemas com o governo que foi deposto por um *impeachment*, o governo de Lugo. Houve apenas um voto contra o *impeachment* de Lugo, é bom lembrar disso. Falava-se que foi um golpe, mas não o foi absolutamente. O golpe foi que tiraram... Era exatamente para tirar o Lugo, porque o Paraguai se insurgia. O Paraguai foi retirado do Mercosul temporariamente, porque o Congresso paraguaio se insurgia à entrada da Venezuela no Mercosul. Então, esse foi o motivo. Esse é apenas um comentário lateral.

Os "brasiguaios"... Depois, foi superada, numa mediação com o Governo brasileiro, uma série de problemas. Havia mais uma questão ideológica ali dentro do que uma questão prática.

Entre as coisas que o senhor falou em relação ao Paraguai – aqui se falou muito em competição –, há a questão do descaminho e do contrabando. São problemas sérios. Nem falo em armas, mas, no caso do Rio Grande do Sul e no de Santa Catarina, temos o maior número de indústrias de cigarro. Houve uma queda no mercado produtor de cigarros de 30% em função do tamanho do contrabando dos cigarros vindos de lá. A nossa fronteira, nessa região, foi reconhecida aqui, na mesma cadeira em que V. Exª está, por um delegado da Polícia Federal, como um queijo suíço. Então, precisaríamos fazer um aumento do efetivo, usando tecnologias modernas, como d*rones,* por exemplo, para fazer uma fiscalização mais rigorosa nessa fronteira. O crime de contrabando e de descaminho é muito organizado, está muito avançado. Quando o sistema se adapta, ele já inventou outra forma de mandar para cá o produto. Então, essa é uma preocupação que temos, até pelo envolvimento do setor da produção de cigarros no Paraguai com o tema.

Quando o senhor disse que existe um pedido do Paraguai para a cooperação na área de inteligência, fico me indagando: mas isso é uma troca de conhecimento ou é uma troca de informação propriamente dita? Quando falo "informação", eu me refiro à inteligência, a uma polícia mais preparada que se antecipe às questões, tecnologicamente preparada. Mas que grau de inteligência é esse que poderemos fazer com o Paraguai? Senão, estaremos criando uma forma não de proteção, mas de desproteção, eventualmente.

Reconheço o esforço, a estabilidade econômica do Paraguai, com inflação baixa, com nível de desemprego incomparavelmente menor do que no Brasil. Então, o País está sendo uma espécie de China na América do Sul. É a China da América do Sul que está propiciando exatamente a atração e o interesses dos investidores, que dispõem de capital e que vão para lá com condições muito mais favoráveis, especialmente em relação ao custo de energia, em relação à infraestrutura, à logística e à desburocratização. No Brasil, é proibido produzir, isso é proibido. São tantos os entraves, hoje, para abrir ou para fechar uma empresa, que o empreendedor desiste. É muito complicado, esse processo é complicado. Então, o Paraguai está fazendo o dever de casa com bastante brilho e prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Queria só ponderar essas questões a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra, então, aos Embaixadores.

Com a palavra o Embaixador Carlos Alberto Magalhães.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Senador, muito obrigado.

Permita-me, em primeiro lugar, agradecer as bondosas palavras do relatório. Fiquei, certamente, muito grato ao senhor pelo exame que o senhor fez da minha indicação.

Vou começar pela ordem, talvez seja a maneira mais lógica.

O Senador Lasier nos perguntou sobre contrabando, drogas, e mencionou também cigarros. A Senadora Ana Amélia mencionou esse aspecto também.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – E o canhão.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – E o canhão também, não nos esqueçamos.

O canhão El Cristiano, efetivamente, é uma das últimas armas produzidas no Paraguai durante a guerra. Fundiram praticamente todos os sinos do Paraguai para construir esse canhão, que foi financiado pelas joias das damas paraguaias, inclusive. Então, está inscrito, por razões óbvias, dentro do imaginário coletivo do Paraguai. É uma demanda antiga, é bem verdade. Em outros momentos, até o Presidente Lula antecipou a devolução desse canhão, o que depois não se concretizou. A demanda continua na mesa, e estão sendo feitos estudos sobre isso.

O Senador Lasier mencionou a questão dos despojos de guerra. É verdade, são despojos de guerra, mas também são símbolos de uma época que nós queremos ver ultrapassada. Nós queremos pensar muito mais no futuro, no bem-estar nos nossos povos, no progresso das nossas economias. No entanto, acho que ela merece ser lembrada. Temos corvetas brasileiras apreendidas no Paraguai, por exemplo, até hoje, durante o período de guerra. Estão em exposição pública, inclusive. Não há uma demanda brasileira para a devolução da corveta.

Entendo a posição daqueles que se opõem à devolução do canhão, do mencionado despojo de guerra, mas constato também, por exemplo, que a Argentina devolveu todos os despojos de guerra da Guerra do Paraguai para o Paraguai. Há ganhos ou não há ganhos? Quer dizer, sob o ponto de vista de relações públicas, de impressão e imagem do Brasil no Paraguai, poderíamos obter ganhos? Acho que sim. Acho que, em última instância, sim, mas aí teríamos de superar, possivelmente, ainda, algumas resistências que têm a ver com o fato de esse canhão ser, efetivamente, responsável pela morte de alguns brasileiros. Isso é verdade. Eles foram utilizados durante a guerra, e isso cria certas suscetibilidades. Mas acho que, com o tempo, esse tema tende a resolver-se.

Sobre o contrabando de drogas do Paraguai, o que posso fazer diplomaticamente? Há notícias de que a Tabacalera del Este está sendo vendida. É o maior produtor de cigarros do Paraguai. Se isso for verdade, há também notícias de que interesses brasileiros estariam envolvidos nisso. Logo, acho talvez prudente, no momento, esperar um pouco e ver como se desenvolve esse movimento comercial, estritamente comercial, em curso, sem nos esquecer de que, Senadora, o Rio Grande do Sul também é o maior produtor de tabaco, não de cigarro, mas de tabaco, e, certamente, é o segundo ou primeiro produtor mundial hoje em dia ainda. E boa parte do tabaco vai para o Paraguai também, é vendida oficialmente para o Paraguai.

Ou seja, há um *crossing* de interesses, um *mix* de interesses muito curioso em torno desse fenômeno. O cigarro paraguaio é a terceira e a oitava marca brasileira, hoje em dia. Está sendo contrafeito no Brasil por causa do êxito, inclusive. Cópias do cigarro paraguaio estão sendo feitas em fundos de quintal em São Paulo, justamente para vender para o mercado.

A posição paraguaia é clara: nós não contrabandeamos o cigarro, nós vendemos cigarros para intermediários que compram a nossa produção. O que eles fazem depois que compraram legalmente a nossa produção é difícil dizer. Isso, evidentemente, é uma construção teórica; é sutil, mas teórica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu diria, Senadora – vou juntar a sua pergunta com a do Senador Lasier, porque elas têm muito a ver –, que temos instrumentos suficientes para minimizar o problema. A senhora pôde acompanhar a última apreensão que foi feita? Milhares e milhares de carros foram apreendidos recentemente, assim como houve apreensão de maconha também, Senador, em operações conjuntas, curiosamente. Não eram operações individuais do Governo brasileiro, mas operações montadas em cooperação com o governo paraguaio, resultante direto do trabalho, como eu tive oportunidade de mencionar, da adidância da Receita Federal que está instalada em Assunção e da própria Polícia Federal, sem falar nos órgãos de inteligência.

Aí, talvez, eu entre na sua pergunta, Senadora, sobre que tipo de inteligência seria essa. O sistema paraguaio de inteligência é praticamente inexistente. Falo de inteligência no sentido mais puro da palavra, como a da Abin, no Brasil, para traçar um paralelo. E, certamente, eles deram conta disso. Existem esforços isolados de Israel e dos Estados Unidos de fornecer... Mas nos procuraram. O que o GSI está, sobretudo, fazendo no momento é avaliando qual é o tipo de cooperação que poderíamos desenvolver com o Paraguai nessa área. Há de tudo – a imaginação é livre nesse campo –, desde *drones*. Isso toca a pergunta que o Senador Aloysio mencionou do Exército paraguaio. Isso é bem mais complicado porque a gente está entrando na área de soberania própria, enfim, em terceiros países. Nesse ponto, certamente, o Governo brasileiro teria dificuldades. Mas, na área de auxílio à montagem de um sistema de inteligência, enfim, por que não pensar um pouquinho mais adiante na presença no Paraguai de um adido de inteligência brasileiro? Tudo isso está sendo previsto e está sendo tratado. Não está pronto. Ainda carece de várias tratativas.

Permita-me, Senador, tocar no ponto em que o senhor e a Senadora Ana Amélia tocaram, e, com muita competência também, o Senador Armando Monteiro apresentou argumentos. Dentro da discussão do Mercosul, desde a sua criação, eu diria, Senador, a questão das cadeias de produção está presente, como também a questão da harmonização das políticas macroeconômicas tributárias, que são temas de discussão quadripartite entre os quatro países.

Eu acho que há limites naturais na capacidade do Paraguai de absorção, digamos, de um fluxo de investimentos produtivo. Há outros tipos de investimentos possíveis. Eu acho que a própria estrutura física, as condições de infraestrutura, o limite natural do fornecimento de energia, o tipo de investimento que nós temos acompanhado, talvez com exceção justamente da Riachuelo... Mas a Riachuelo não fechou a operação brasileira. Ela deslocou uma parte para o Paraguai, e a Estrela também, muito na linha do que disse o Senador Armando Monteiro.

O Synesio Sampaio eu já conheço já de inúmeras negociações. Ele sustentou grande parte da produção brasileira mediante pedidos de defesa comercial, que era a grande batalha do sindicato deles, sempre junto ao Ministério da Industria e Comércio aqui, naquela época.

Na conformação do Mercosul, por exemplo, nós obtivemos também dos nossos parceiros exceções importantes, não menos importantes do que a Zona França de Manaus, para o senhor ter uma ideia, com condições de competitividade, como o senhor saber, bastante pronunciadas em termos tributários, em termos de mão de obra.

Nós exportamos para o Mercosul essa mercadoria também. O Paraguai nunca pediu nada. Ela tem uma estrutura tributária diferente, é verdade; ela tem uma mão de obra, no momento, mais barata talvez até do que a do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – E encargos sociais.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Tem encargos sociais menores, não há a menor dúvida. Outro dia, comentei isso com o Ministro José Serra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Se o senhor me permite, quero dizer que, se for para criar isonomia com o Brasil em relação ao nível de encargos sociais...

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Nós vamos matar todo mundo!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Então, o fato de, no Paraguai, haver encargos mais baixos não significa dizer que é um subsídio explícito.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – A estrutura de encargos é menor, como o é em outros países da América do Sul.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu não quero alongar muito a questão nem interromper, mas eu não concordo muito com os argumentos do Embaixador também.

As condições de competição são desiguais, não são iguais. Especificamente, como o Brasil é um País também desigual, nós temos regiões do País que são fatalmente prejudicadas por essa situação, porque são os nossos concorrentes diretos, em função das vantagens competitivas que essa região pode ter.

Por exemplo, mesmo na questão da Estrela... Desculpe-me o Embaixador, mas essa de que não fechou, de que deslocou cinco mil ou seis mil empregos... Agora, o senhor anunciou aqui...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – É a Riachuelo. V. Exª disse Estrela.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu disse Estrela. É a Riachuelo, que deslocou cinco mil ou seis mil empregos. O senhor disse aqui que ela já está anunciando que vai dobrar.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES (*Fora do microfone*.) – Não, não. Ela dobrou.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois é, ela dobrou em função da gente, do Ceará e do Rio Grande do Norte.

Esse é o caminho, Embaixador. V. Exª conhece muito mais de política internacional, comercial etc., mas de industrialização do Nordeste conheço eu. Esse atenuado eufemismo de que "deslocou"... Fechou cinco mil. Ficaram cinco mil, mas fecharam cinco mil. Vai dobrar, vai fechar mais 2,5 mil. Daqui a cinco anos, já que o custo de produção vai ser desigual tremendamente, para a indústria isso vai ser muito melhor. Evidentemente, a posição do industrial – o Senador é industrial, eu sou industrial – é ir para onde o custo é menor, e acabou.

Agora, são, sim, condições absolutamente desiguais, e temos, Senador, dentro do Mercosul, de discutir isso. Nós não podemos ter essa desigualdade.

Quando eu disser "fiscal", entenda fiscal como sendo encargos trabalhistas etc., mas toda uma estrutura governamental pesada do ponto de vista estritamente financeiro, que não compete com ações que estão sendo dadas, como Imposto de Renda ou seja lá o que for. O sistema tributário é diferente.

Mas concordo com o Embaixador, que salientou aqui que, desde o início das discussões do Mercosul, tem de haver uma discussão sobre o assunto, sobre a questão de condições absolutamente desiguais. E quaisquer dessas condições que sejam dadas a mais ou a menos por governos têm de ser discutidas, não em função da melhor infraestrutura, não em função da maior produtividade do trabalho, não em função da melhor tecnologia, não em função da melhor localização geográfica. São condições dadas ou tiradas por governos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – O Embaixador falou na Zona Franca.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É outra discussão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – É um regime especial que o Brasil criou e que, dentro dessa linha que o Senador aludiu, é algo absolutamente assimétrico do ponto de vista dos outros países.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, vamos discutir a Zona Franca também.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Vamos discutir um regime que nós criamos no exercício da nossa relativa autonomia.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Dentro dessa relativa autonomia, eu sou Senador do Estado do Ceará e represento aqui o Estado do Ceará, que está sendo fulminado por essa política. Se a Zona Franca está prejudicando Mendonça, na Argentina, isso não é problema meu, a Argentina é que tem de reclamar. O meu problema é que está atacando e fulminando o processo de industrialização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cearense. Se Mendonça não está satisfeita com a Zona Franca, Mendonça vá reclamar com seu governo argentino, e vamos discutir esse assunto no fórum adequado. Aqui, a questão da Zona Franca não me interessa, absolutamente não me interessa. A Zona Franca interessa a Mendonça, a Buenos Aires, à Patagônia, seja lá o que for. Mas aqui o que me interessa é esta aqui. Eu não vou discutir a defesa de alguma região da Argentina, do Uruguai ou do Paraguai.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Tenho discordâncias, Senador. Eu queria registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – São legítimas...

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Eu acho, Senador, que me cabe tomar nota da sua preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ...e, com certeza, competentes.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Vou tomar nota da sua preocupação.

Eu acho que a embaixada acompanha esse fenômeno de internacionalização das empresas brasileiras, e grande parte delas, a grande maioria, aliás, é de pequenas e médias empresas que tenham se deslocado, quase todas elas inseridas na cadeia produtiva brasileira. Esse é o dado de que nós dispomos no momento. É evidente que, se houver um deslocamento de mercado que afete, digamos assim, profundamente a estrutura produtiva do nosso País, eu acho que, certamente, isso terá de ser cuidadosamente observado.

Não é necessariamente uma decisão de ordem bilateral, Senador, porque a lógica da competitividade relativa de cada um dos membros do Mercosul está inserida dentro da lógica da união aduaneira. É um mercado único, e nós nunca criamos, como precondição da conformação do mercado único, uma absoluta simetria da estrutura tributária dos países...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – A política cambial.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – ...mesmo porque nunca tivemos nenhum interesse. Inclusive, nesta Casa, no próprio Congresso brasileiro, nunca houve interesse por esse tipo de movimentação. Houve, sim, no contexto das discussões do Mercosul, interesse pelas cadeias produtivas e por certas distorções macroeconômicas que pudessem ser causadas, como, por exemplo, uma grande desvalorização unilateral da moeda de um país, porque isso causa condições relativas de competitividade muito diferentes.

O senhor me perguntará: "Foi resolvido esse problema?" Não. Com toda a sinceridade, eu tenho de responder ao senhor que não. Continua sendo discutido? Continua sendo discutido, sem dúvida nenhuma.

Eu não consigo ainda perceber, Senador, com toda a sinceridade, vendo os números do comércio bilateral e o número das exportações, qualquer tipo de ameaça maior à estrutura produtiva brasileira; os números não revelam isso no momento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas eu vou salientar aqui... Desculpa por estar interrompendo. Eu até não deveria fazer isso, mas não resisto.

Não estou falando da estrutura do Brasil como um todo. Estou falando do Nordeste e, especificamente, das regiões extremamente atrasadas do Brasil em relação a outras regiões que têm características de atração de produção semelhantes às do Paraguai. Com certeza, para a fábrica de computador da Cisco em São Paulo, para a estrutura industrial paulista, por exemplo, ou para a indústria automobilística, isso faria parte inteiramente. Eu digo isso especificamente para uma região do País. E temos de resolver essa diferença enorme de renda e de desenvolvimento regional, o que é mais importante para o nosso País do que o próprio Mercosul. Se nós não tirarmos esse *gap* gigantesco que há entre o Centro-Sul do País, o Sul do País e o Nordeste, nós vamos ser sempre um País absolutamente desigual, injusto e instável. Portanto, isso é prioridade na política nacional.

Essa região que deveria ser e que é dita como prioridade nacional, mas não o é, por esta questão específica do Paraguai, pode ser e está sendo seriamente prejudicada no seu processo de industrialização.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Posso pedir a palavra pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ordem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É claro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria botar um pouco de pimenta nesta discussão, um pouquinho mais só.

O Ceará foi o nosso Paraguai para o Rio Grande do Sul. Vou lhe dizer por quê. A política de incentivos fiscais dentro do Brasil, a famosa guerra fiscal, levou para o Ceará, para Sobral, para a Bahia, em alguns Municípios, a indústria calçadista. As grandes unidades da indústria calçadista do Rio Grande do Sul foram transferidas para a região.

Estou apenas trazendo uma lembrança do que a questão fiscal, o incentivo fiscal e a guerra fiscal significaram dentro do Brasil para vários setores. Mas a indústria calçadista é a maior agregadora de mão de obra. O que tem mais mão de obra é o setor calçadista. Hoje, isso já atenuou porque os incentivos foram reduzidos. Então, não há mais um atrativo interno para levar as indústrias para lá. Esse foi um dado.

Quanto ao dado da agricultura, a diáspora gaúcha se deu pela necessidade de que as terras, as regiões onde há condição de água e de temperatura... Nessas áreas, isso se deu por conta de que as terras são mais baratas do que as do Rio Grande do Sul. Então, é uma escolha do agricultor que tem capacitação de ir buscar isso, como ocorreu em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, em Tocantins, no Piauí, no Acre, em Rondônia. Há gaúcho por tudo que é lado!

Mas eu queria dizer, Senador Tasso e nosso Embaixador, que, no Rio Grande do Sul, por ser o único Estado que faz fronteira com dois países, Uruguai e Argentina, que são os nossos países fronteiriços, a economia sofreu enormemente com a instalação, ao longo da fronteira, de *free shops*. Os *free shops* do Uruguai foram uma política que o governo uruguaio inteligentemente adotou para, eu diria, não só desenvolver, mas também criar uma atividade econômica para uma região absolutamente deprimida, muito menos por interesse estratégico de ocupação, mas mais por interesse de desenvolvimento econômico. O sucesso desses *free shops* fez com que, é claro – o senhor pode imaginar –, na borda, na fronteira de Jaguarão com Rio Branco, de Quaraí com Artigas e de Rivera com Santana do Livramento e em outras, em Chuí... Toda essa borda, essa franja, como dizem os espanhóis, significou o quê? O comércio do lado de cá, de Jaguarão, de Santana do Livramento, de Quaraí, de Chuí, sofreu as consequências da concorrência. Não dava para comprar um liquidificador porque era metade do preço. Evidentemente, isso foi ajudado pelo câmbio, Senador Tasso. Isso criou um problema grave.

Nós viemos para cá e discutimos isso faz quatro anos. Estamos tratando de quê? De criar uma regulamentação de que, no lado brasileiro da fronteira, nas cidades gêmeas, também haja *free shop.* A lei foi criada, está sendo regulamentada. Não existe, está sendo regulamentada pela Receita Federal, que não concluiu ainda a finalização. O que acontece? Quando isso acontecer, o valor da cota de gasto na fronteira, nessa fronteira seca que nós chamamos, passará de US$300 para US$150.

Agora mesmo, estive trabalhando, a pedido do Embaixador do Uruguai... Isso é também do interesse dos paraguaios. O Governo, antes de editar a legislação em vigor dos *free shops* nas cidades gêmeas... Não vale só para o Uruguai, vale para o Paraguai com o Brasil, vale para a Argentina com o Brasil, vai valer lá em Roraima com a Venezuela, com a Bolívia, com o Equador, com todos esses países. Nós, do lado brasileiro, teremos... Haverá um controle muito grande para ver quanto esse percentual em dólar pode ser comprado pelo morador dali, da cidade.

Agora, o câmbio determina isso. Hoje eles estão às moscas, porque o câmbio está muito alto para ir comprar. Já esteve maior. Então, o câmbio é mais realista do que a lei que a gente faz. Então, hoje já estão repensando investimentos grandes, e aí uma legislação do Congresso Brasileiro... Eles também ficaram preocupados porque essa iniciativa poderia anular também esse esforço.

Mas eu lhe estou dando um exemplo do que nós fizemos. No âmbito da negociação do Congresso Nacional, a lei até foi do Deputado Marco Maia, ex-Presidente da Câmara, e eu fui Relatora no Senado Federal dessa matéria. Terminou, aprovou-se.

A Receita sempre teve resistência a isso, porque era um sistema novo que seria criado de controle de compras em moeda estrangeira. Você tem de fazer um entreposto, porque esse produto não tem tributação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Como é que você vai fazer esse controle aduaneiro dentro dos Municípios? Como você vai fazer o controle dessas mercadorias que chegam de tudo que é parte do mundo? Então, é muito complicado. Eu até entendo.

A Receita Federal dizia que faria em Livramento o que havia na fronteira que o senhor vai comandar agora, na Ciudad del Este, antigamente Puerto Stroessner, e em Foz do Iguaçu. A ponte ali era um caos. Hoje, não há mais isso por causa dos controles que foram criados.

Só dou esse depoimento para vermos que nós sofremos também, Senador Tasso, com o negócio dos *free shops*, com a concorrência. Fecharam as lojas, todas fecharam. Dizer que todas fecharam é exagero, mas elas fecharam porque não havia como concorrer com isso.

A questão da guerra fiscal é um problema de que temos de tratar no âmbito do Mercosul também.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Aproveitando – não sei se estou sendo conveniente aqui, porque estou presidindo e me evolvendo na discussão, mas essa é uma discussão que me apaixona –, quero dizer que gostei muito do exemplo do Paraguai e do Ceará. O Ceará foi o Paraguai do Rio Grande do Sul, é verdade. E eu era o Governador. Assumo a responsabilidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Criou o incentivo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Criei o incentivo. E havia uma diferença: nós dois éramos do Brasil. Isso provocou uma intensa discussão sobre guerra fiscal, isso não passou em branco. Levaram as questões até o Supremo Tribunal Federal. E, hoje, inclusive, existe toda uma discussão e um fórum para acabar com o que se chama de guerra fiscal, verificando e sempre colocando que isso fazia parte de uma política nacional de desenvolvimento de uma região mais atrasada. Essa é a diferença enorme em relação à outra questão do Paraguai. Mas, se me permitir aqui....

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa foi a pimenta de que falei, ouviu, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois é.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sabia que o senhor ia...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas a pimenta veio bem a propósito. Nunca houve uma pimenta tão bem colocada no tempero.

O Senador Lobão pediu a palavra.

Só lembro, Senador, que estávamos no meio da exposição, da resposta do Embaixador, e eu o interrompi, mas é bom...

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – O Embaixador já concluiu?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não, não.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Eu posso falar?

Sr. Presidente, eu já votei e preciso cumprir um compromisso ao qual não posso faltar. Por isso, pedi a V. Exª a oportunidade de falar até antes que os Srs. Embaixadores tivessem se pronunciado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Eles já se pronunciaram.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Já se pronunciaram?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já se pronunciaram. Eles estão respondendo a algumas questões.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Todos já se pronunciaram.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Apresento uma questão ao Embaixador que vai nos representar no Paraguai, Embaixador Carlos Alberto.

Com o Paraguai nós temos uma grande ligação, que é Itaipu. Eu até não vou dissertar longamente sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

como surgiu Itaipu, que era a mais importante hidrelétrica do mundo. Ainda o é, embora haja uma na China, a de Três Gargantas, com uma capacidade que não se realiza, maior do que Itaipu: são 18 mil megawatts em Três Gargantas e 14 mil megawatts em Itaipu. Apenas Itaipu produz R$13, e Três Gargantas, R$12. Então, a nossa continua sendo a maior do mundo.

Aquilo surgiu de uma tentativa brasileira de superar um conflito que vinha se arrastando longamente. O Brasil poderia ter construído Itaipu em outra região e aí a construiria sozinho. Não. Para superar o conflito, fê-lo naquele local, dando ao Paraguai a possibilidade de participar com 50%. Mas aquilo foi um exagero, porque o Paraguai entrou com zero dólar para a construção da hidrelétrica. Até mesmo no instante de integralizar o capital de US$50 milhões, o Banco do Brasil teve de emprestar ao Paraguai, a perder de vista, a juros fixos baixos, para se começar a pagar quando Itaipu tivesse produzido energia elétrica, o que era um absurdo. Isso é negócio de pai para filho.

Por outro lado, ao longo dos anos, ao longo da construção, o Paraguai não entrou com um centavo. Foi o Brasil exclusivamente que a financiou ou empréstimos estrangeiros avalizados pelo Brasil, porque o aval do Paraguai não era considerado. Apesar disso, fomos caluniados recentemente e ao longo de algum tempo pelo Paraguai, que dizia que o Brasil pagava US$2 por megawatt/hora. Houve um candidato que ganhou a eleição fazendo esta pregação de que pagávamos US$2 por megawatt/hora, o que é um escárnio. Isso é a energia do Paraguai, que não consome. O tratado estabelece que a energia só pode ser vendida a um dos sócios, até que se conclua o pagamento da dívida em 2023. Com o que entrou o Paraguai nessa sociedade de 50%, afinal? Com 2% da água. A água de Itaipu que está do lado paraguaio não vai além de 2%.

Nunca vi um negócio pior para o Brasil do que esse. Em todo caso, era um jogo diplomático, com a solução de um contencioso que vinha longamente sem solução, que vinha ainda da Guerra da Tríplice Fronteira. Eu era Ministro de Minas e Energia, e tivemos alguns embates em torno disso. O Presidente Lula, com aquele coração imenso, queria ajudar o Paraguai, e o ajudou muito, inclusive aumentando o valor.

Quanto pagávamos realmente, Embaixador, ao Paraguai pela energia dele? Continuou-se pagando mais do que custava a energia de Santo Antônio ou de Jirau, US$46 por megawatt/hora, e não US$2, como eles alegavam. Tive a oportunidade de dizer isso numa reunião com o Presidente Lugo, que veio ao Brasil. Numa reunião com as autoridades brasileiras, isso foi dito. Ele não aceitava que foi ele que ganhou a eleição nos caluniando, mas assim foi.

Depois, o Presidente Lula quis fazer outra coisa em favor do Paraguai. Não estou criticando o Presidente, ao contrário. Eu participei disso, eu executei a instrução do Presidente, que foi a construção de um linhão entre Itaipu e Assunção. A energia de Assunção, a despeito de Itaipu, parecia uma vela acesa, não mais do que isso. Com a construção do linhão, deu-se ao Paraguai a oportunidade de se industrializar, inclusive, e de melhorar significativamente a energia distribuída lá.

Então, é nesse contexto que o Embaixador Carlos Alberto vai nos representar no Paraguai. Se há uma obra que o Embaixador poderia realmente contribuir para a solução dela, seria o caso do contrabando gigantesco que ainda hoje existe ali. Cerca de R$100 bilhões se esvaem através da fronteira do Paraguai. O que importamos de cigarro, de armas, de bebidas é uma alucinação. Eu até falei com o Presidente Temer sobre isso, e ele tem uma preocupação muito grande, porque perdemos ali, em tributos, R$100 bilhões. Não é possível uma coisa dessas.

Não quero mais me alongar. Acho que eu falaria aqui por horas sobre isso. Estou até tomando...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – O Embaixador já estava discorrendo sobre esse assunto.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Ah, ele já falava sobre esse assunto! É que eu não estava presente aqui e não ouvi.

O Embaixador Luís Antonio Balduino, que vai para a Eslováquia, para a República da Eslováquia, também com seu conteúdo cultural, com seus conhecimentos diplomáticos, haverá de executar um trabalho admirável em benefício do Brasil. É da natureza do Itamaraty, dos seus representantes, dos seus embaixadores e dos seus diplomatas agir bem e executar bem suas tarefas. Eu lhe desejo uma fecunda realização à frente da nossa Embaixada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Deixei por último o Embaixador Vilmar Coutinho, pelo fato de que trabalhou comigo. Ele foi meu assessor no Ministério. Viajamos por muitos países, e ele sempre atuou como um assessor diligente, competente, o que demonstra a capacidade do Itamaraty. Num passado não muito distante, quando não havia um grupo de técnicos do Brasil de grande expressão, os ministérios se valiam de servidores do Banco do Brasil e do Itamaraty para governar bem as suas Pastas. Era assim também na Presidência da República. Isso demonstra o quanto são aplicados e são instruídos os nossos diplomatas.

O Embaixador Vilmar foi comigo, portanto, a diversos países do mundo, e eu tive nele um esteio nas decisões que, em nome do Brasil, tomei nessas ocasiões. Portanto, a nomeação dele agora é um ato de justiça que o Itamaraty pratica com um de seus diplomatas. Tenho a segurança de que, a exemplo do que fez em Cuba e em outros países, ele também o fará no país que vai nos representar.

Cumprimento, portanto, os Srs. Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador.

Pedindo desculpas ao Embaixador Carlos Alberto Magalhães, passo-lhe a palavra de volta.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Muito brevemente, Senador, falo da questão do contrabando. É evidente que precisamos de mais gente, precisamos de mais recursos, precisamos de mais polícia, precisamos de mais inteligência. O contrabando não se vence apenas pelos métodos tradicionais: de repente, você para um caminhão no meio da estrada. Você tem de saber como ele é montado, quem são os receptadores, quem se beneficia disso no Brasil, porque há grandes beneficiários disso. Há grupos brasileiros que se beneficiam do contrabando. Não é só a perda fiscal que ele acarreta, mas é, sobretudo, o lucro indevido que provoca, porque parte disso... O contrabando é pago, simplesmente. A revenda e todo o lucro ficam aqui no Brasil, no fundo. Quer dizer, alguém está ganhando dinheiro. Há lavagem de dinheiro, há delitos associados, evidentemente.

Eu não tenho, como Embaixador, uma varinha mágica. Eu tenho uma assessoria da Polícia Federal, uma assessoria tributária e a boa vontade do governo paraguaio no momento de colaborar com os esforços que nós estamos fazendo nessas áreas. Devo me preocupar? É claro que sim! É mais uma, como disse o Senador, das diversas tarefas com que um Embaixador brasileiro no Paraguai tem de se preocupar.

A minha expectativa não é ruim no momento, mas isso pode evoluir com o tempo. E manterei, certamente, a Comissão informada. Aliás, é algo que eu pretendo fazer sempre que estiver em Brasília e tiver a oportunidade de conversar com alguns Senadores da Comissão, inclusive para mantê-los informados dos desenvolvimentos nas nossas relações.

Senador, todos os Queiroz do Ceará são parentes meus. Depois, eles se juntaram com os Andrade, do Pará, e viraram os Andrade Queiroz, entre os quais o Coronel José Júlio de Andrade, que era dono do Jari e de algo mais na sua época. Tenha a certeza de que os interesses do Ceará estão no meu coração.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas o pior é que, se os Queiroz são seus parentes, eles acabam sendo meus também, por tabela.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Eu acho que somos parentes, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Embaixador.

Desculpe-nos por interrompê-lo muitas vezes, mas eu acho que isso foi enriquecedor para a nossa discussão.

Passo a palavra ao Embaixador Luís Balduino Carneiro.

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Obrigado, Senador.

Rapidamente, antes de responder à pergunta do Senador Lasier sobre o reequilíbrio da balança comercial, eu vou só comentar, muito rapidamente, a fala da Senadora Ana Amélia sobre a ausência de empresas do Rio Grande do Sul na Eslováquia.

A experiência desse *cluster* da Embraco com três outras empresas brasileiras na área de compressores é tão interessante que mereceria ser mais conhecida. Eu tenho vontade, inclusive, de estimular alguma escola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de administração ou algum acadêmico a escrever um estudo de caso sobre isso, porque ele insere o Brasil numa cadeia de valor muito semelhante ao que o Senador Armando Monteiro estava comentando e na criação de comércio nos dois sentidos. Então, acho que é preciso que isso seja mais conhecido.

Quanto à balança comercial, de fato ela é cronicamente deficitária para o Brasil. Para se ter uma ideia, por exemplo, em 2015, o Brasil exportou só US$21 milhões para a Eslováquia e importou US$118 milhões. Para a Noruega, que é um país de tamanho comparável, o Brasil exportou US$678 milhões e importou US$776 milhões. O saldo negativo foi o mesmo para os dois países, em torno de US$97 milhões, porém com um nível de comércio muito mais alto.

Então, temos de tentar reequilibrar a balança, sim, mas também aumentar o nível de comércio nos dois sentidos. Para fazer isso, o que é necessário? O comércio é feito entre empresas privadas. Mas no que podemos ajudar? Acho que a primeira coisa, como eu tinha comentado, é tentar produzir, inicialmente, uma dessas publicações da série "Como Exportar". Há uma lacuna no caso da Venezuela. Trata-se de uma publicação tradicional, do Itamaraty, em que se procura mapear os diversos setores do país-alvo, identificar procedimentos, identificar instituições e facilitar a vida do importador. Vai ser preciso reforçar o Secom da Embaixada, para acompanhar melhor e divulgar mais oportunidades de negócios. Acho que vai ser preciso também o envolvimento da Apex – eu conversei já com o Embaixador Jaguaribe sobre essa possibilidade –, a participação em feiras e em outras atividades de melhor conhecimento e divulgação de informações para potenciais exportadores brasileiros. Num primeiro momento, seria essa a estratégia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Embaixador Luís Balduino Carneiro.

Passo a palavra ao Embaixador Vilmar Coutinho Junior.

O SR. VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati.

Primeiro, embora o Senador Edison Lobão já tenha se retirado, eu gostaria de deixar registrado o meu agradecimento pelas palavras amáveis que ele me dirigiu. De fato, eu tive a honra de trabalhar com ele no Ministério de Minas e Energia e posso dar o testemunho de que ele é um excelente chefe e uma pessoa com quem eu aprendi muito. Realmente, é uma pessoa a quem eu sou muito grato. Inclusive, ele foi o Relator do meu processo aqui, o que é mais um motivo para eu ser grato a ele.

Na verdade, não me foram dirigidas perguntas. Houve apenas uma manifestação de certa curiosidade por parte do Senador Lasier Martins a respeito dessa questão de embaixadas de pequeno tamanho. Na verdade, é até um pouco desconfortável, para mim, comentar o assunto, na medida em que, como eu estou indo para esse posto, fica parecendo que qualquer coisa que eu diga aqui significa: "Bom, ele está defendendo o dele."

Na verdade, acho que há certos elementos que têm de ser levados em consideração. Em primeiro lugar, no caso específico de São Tomé e Príncipe, por ser um país de língua portuguesa, por ser um país parceiro na comunidade dos países de língua portuguesa, temos uma parceria, uma iniciativa com Portugal no âmbito dessa comunidade. Faz sentido que nós tenhamos uma presença, então, em todos os países da comunidade, para tornar reais os propósitos da cooperação entre esses países. Então, comparando com várias outras embaixadas nossas, em países tão pequenos quanto São Tomé e Príncipe, talvez esse já seria, por si só, um fator suficientemente forte para justificar a manutenção dessa embaixada, em comparação com outras do mesmo tamanho, que talvez não tivessem essa vantagem. Afinal de contas, a língua comum permite a promoção da nossa cultura, facilita os contatos de cooperação. Enfim, há vários fatores aí que esse elemento, por si só, já poderia justificar.

Mas há outras questões que têm de ser levadas em consideração. É bom lembrar que São Tomé e Príncipe, por ser um país independente, é um voto em organismos internacionais. É um voto na ONU, é um voto na Organização Marítima Internacional e em vários outros organismos internacionais. Então, de certa forma, há um espaço para justamente um trabalho diplomático junto a esses países, o que fica mais difícil se nós não temos uma presença física no local.

Também é uma questão de considerar que o Brasil não é São Tomé e Príncipe, no sentido de que não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

um país pequeno. Ele tem uma presença razoável no cenário internacional. Então, é natural que o Brasil procure ocupar espaços e procure ter uma atuação condizente com essa sua posição. Seria um pouco difícil entender: mas como é possível que um país que tem essa pretensão de atuação não esteja presente em alguns países, ainda mais países em que a sua presença seria quase uma coisa evidente, como é o caso de São Tomé e Príncipe, por razão da língua portuguesa?

A questão da cooperação também tem de ser levada em consideração. Agora, neste ano, por exemplo, antes de receber esta indicação para ir para São Tomé e Príncipe, fui designado para uma missão provisória no Mali, outro país africano. Lá no Mali, temos projetos de cooperação muito importantes. Um, em particular, é relativo à cultura do algodão, com o qual o pessoal da Embrapa está envolvido diretamente, juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação. E o que é que acontece? Todas as manifestações que eu ouvi por parte de representantes do Governo do Mali, quando eu estive lá, eram de que a cooperação brasileira era excelente, era melhor do que a oferecida por outros países, e que eles a valorizavam muito. É melhor em que sentido? Há muitos projetos, por exemplo, que outros países fazem, mas eles executam o projeto e depois vão embora, e aquilo fica abandonado, enquanto a cooperação brasileira tem uma ênfase muito forte na formação de pessoal que vai continuar tocando aquilo que foi implementado pela cooperação brasileira.

No caso, em São Tomé, por exemplo, com a cooperação do Senai de Pernambuco, nós estabelecemos um centro de formação, e esse centro de formação tem tido êxito na formação de vários profissionais de nível médio em São Tomé. É um projeto muito elogiado e muito apreciado pelo Governo de São Tomé. Agora, está se chegando a uma fase em que, digamos, o Brasil deveria se desligar. A participação do Brasil nesse projeto estaria por se encerrar e passaria ao controle de São Tomé. Mas está sendo negociada uma prorrogação da participação brasileira, justamente para poder solidificar o projeto. E isso se deu a pedido do Governo de São Tomé; não foi invenção nossa. Foram eles que pediram para que isso fosse feito.

Por último, haveria outro fator que deveria ser levado em consideração.

Senador Tasso, sou de formação econômica e estava acompanhando, até com bastante interesse, o debate que o senhor travava com o Senador Armando Monteiro a respeito da questão de incentivos, de competitividade. Inclusive, esse tema eu tive de abordá-lo também quando fiz a minha tese no Curso de Altos Estudos do Itamaraty. Fiz uma tese sobre a política automotiva do Mercosul, e justamente a questão da guerra fiscal foi um capítulo que tive de analisar em profundidade, justamente porque tem relevância direta para o assunto de que eu tratei ali.

Mas eu só citei isso para relembrar algo ao senhor. O senhor sabe tão bem quanto eu que, quando pensamos com a cabeça de um economista – o meu companheiro Luís Antonio Balduino também é economista –, sempre lembramos aquela máxima de que o custo do contabilista é uma coisa e o custo do economista é outra coisa. Existem outros custos que não aparecem diretamente na planilha. Há outros custos envolvidos na questão. E, quando tratamos de relações internacionais, é o mesmo caso. Então, vejam: o custo de manutenção da nossa Embaixada em São Tomé é um determinado custo. Qual seria o custo da nossa ausência, da nossa não presença lá? Provavelmente, ele seria alto e difícil de quantificar, justamente porque não é uma questão contábil. Mas, provavelmente, ele seria muito alto. E qual seria o custo de agora fechar essa Embaixada, que foi aberta em 2013? Ah, bom, aí seria incalculável! Todo mundo sabe que abrir uma embaixada, estabelecer uma embaixada em outro país é uma coisa e que, ao fechá-la, o custo político pode ser muito, muito, muito alto.

Então, veja: sem querer defender meu peixe, Senador Lasier, estou apenas oferecendo aqui alguns elementos para a reflexão dos Srs. Senadores, quando tratarem dessa questão da necessidade de contenção de gastos e de cortes de missões diplomáticas no exterior, porque há esses diversos elementos que têm de ser considerados.

Não sei se há outras perguntas que tenho de responder. Que eu me lembre, foi apenas essa que me foi dirigida.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Embaixador Vilmar Coutinho Junior.

Consulto as Srªs Senadores e os Srs. Senadores sobre se continuamos em reunião aberta para fazermos a apuração da votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Designo o Senador Armando Monteiro para atuar como Secretário.

Solicito à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Está consignada a unanimidade nos três casos. Foram aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Parabenizo, então, os Srs. Embaixadores e comunico a deliberação das indicações dos Embaixadores Carlos Alberto Simas Magalhães para o Paraguai; Luís Antonio Balduino Carneiro, para a República Eslovaca; e Vilmar Rogeiro Coutinho Junior, para São Tomé e Príncipe.

Agradeço a presença dos Embaixadores e os parabenizo, desejando-lhes sucesso.

Está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 31ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às dez horas e nove minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e dezesseis, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lasier Martins, Roberto Requião, Sérgio Petecão, Tasso Jereissati, Eduardo Amorim, Armando Monteiro, José Pimentel, Telmário Mota, Flexa Ribeiro, José Aníbal e Antonio Anastasia. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 96, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CÉSARIO MALANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Helênica." O Presidente convida o Embaixador indicado a ocupar a mesa. INVERSÃO DE PAUTA: é deliberado o seguinte item da 2ª PARTE DA PAUTA: ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 101, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Afeganistão." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Reinicia-se a deliberação do item 1 da 1ª PARTE DA PAUTA: o Presidente concede a palavra ao Embaixador para fazer sua exposição. *É aberto o processo de votação.* O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição do indicado. Usa a palavra o Senador Armando Monteiro, o Senador Antonio Anastasia, o Senador Lasier Martins e o Senador Sérgio Petecão. O Presidente concede a palavra ao Embaixador para resposta aos parlamentares. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. **É designad**o Secretário o Senador Armando Monteiro. *É realizada a apuração dos votos.* Sabatina realizada com indicação apreciada. Passa-se à 2ª PARTE: DELIBERATIVA – LEITURA DE RELATÓRIOS: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 99, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta." O Presidente concede a palavra ao Senador Tasso Jereissati para fazer a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 3 reuniões anteriores, que ficam dadas como lidas e são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e dez minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta esta reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A reunião de hoje é destinada a sabatinarmos um ilustre diplomata, Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, que tem uma longa folha de serviços prestados ao nosso País e que foi indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

Ele já foi assessor parlamentar do Itamaraty, de 1997 a 2001, e, atualmente, é o nosso homem em Havana, onde reside. Deve retornar agora a uma região que ele conhece muito bem, que é o Mediterrâneo Ocidental, pois já foi embaixador em Teerã – conhece bem o Oriente Médio –, em Ancara, no Cairo; enfim, é um diplomata altamente qualificado e que honra os quadros do Itamaraty.

Peço, então, ao Embaixador Melantonio que tome assento aqui ao meu lado para iniciarmos a sabatina. (*Pausa.*)

O Senador Anastasia pede licença para ler "meteoricamente", como ele disse, um relatório, porque tem agora uma audiência com o Procurador-Geral da República e deverá se ausentar – excepcionalmente, porque o Senador Anastasia é um dos mais assíduos membros desta Comissão.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 101, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Afeganistão.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passo a palavra, então, ao Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aproveito para cumprimentar o embaixador Cesário Melantonio, grande amigo. Quando estava na Turquia, visitou-me muitas vezes – eu estava no Governo de Minas. É um dos quadros mais aplaudidos do Itamaraty e, pelo seu conhecimento daquela região do Mediterrâneo Oriental, certamente fará uma belíssima atividade em Atenas, junto à República Helênica.

Sr. Presidente, agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ele organizou uma operação de resgate de brasileiros que estavam no Líbano, uma operação muito importante – eram nove mil brasileiros.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, agradeço muito a gentileza de V. Exª, porque temos a reunião da Comissão do Extrateto, chamada assim, com o Sr. Procurador-Geral da República, sob a Presidência do Senador Otto Alencar.

O relatório se refere à indicação pelo Senhor Presidente da República do Sr. Claudio Raja Gabaglia Lins, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Afeganistão. Então, na verdade, ele será embaixador no Paquistão, acumulando com o Afeganistão.

Ele tem, de acordo com o relatório apresentado, todas as condições formais dos seus cursos; exerceu funções das mais relevantes em diversos postos do exterior – eu citaria Roma e Túnis, junto à própria Chancelaria; depois, em Tegucigalpa e em Roseau; e, desde 2015, encontra-se em Islamabad.

Desse modo, eu gostaria, de maneira, como disse, meteórica, solicitar que considerassem lido o relatório, só relembrando que Paquistão e Afeganistão são nações extremamente complexas e que, a despeito de um relacionamento comercial pequeno com o Brasil, têm, na realidade, uma potencialidade, sob o ponto de vista da geopolítica, muito importante não só em vista da população muito densa, mas, em especial da posição política que acompanhamos hoje no Oriente Médio e na própria questão da Ásia como um todo.

Assim, o Embaixador Raja Gabaglia, que também pertence a uma família de grande linhagem da diplomacia brasileira e da nossa política, tem essa indicação.

Lembro tão somente a possibilidade de nós termos o acréscimo, como lembra o relatório, para as questões relativas ao comércio com os dois países. Ele já é, hoje, embaixador do Paquistão e vai acumular o Afeganistão.

Portanto, o relatório está apresentado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva da matéria para a próxima reunião, quando procederemos à sabatina.

Muito obrigado.

Obrigado, Senador Anastasia.

Tem a palavra o Embaixador Melantonio.

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – Bom dia, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Srs. Senadores Anastasia e Lasier, senhoras e senhores.

É uma honra estar aqui pela quinta vez na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal brasileiro. Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a indicação do Senhor Presidente da República e do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores para a Embaixada na Grécia.

Vou procurar ser bastante conciso nesta exposição, começando pelas relações bilaterais. O Brasil abriu a sua missão diplomática em Atenas em 1912. Portanto, já temos 104 anos de representação diplomática em Atenas. Também temos uma colônia bastante importante no Brasil de cerca de 45 mil brasileiros de origem grega, uma colônia bastante opulenta, bastante rica, com muita penetração em vários setores profissionais da sociedade brasileira. É uma colônia que mantém uma relação muito estreita com a Grécia, com os seus antepassados e que também tem muitos casamentos mistos – brasileiros casados com gregas e gregos casados com brasileiras –, tanto que a comunidade brasileira na Grécia, surpreendentemente, hoje, é em torno de quatro mil, e a maioria é de binacionais.

Por isso, o setor consular da nossa embaixada em Atenas é muito importante para atender essa grande comunidade. Além disso, temos um conselho de cidadãos brasileiros: são 10 brasileiros, a maioria de origem grega, que, com a nossa embaixada se reúnem todos os meses, regularmente, para dar apoio à comunidade e desenvolver iniciativas como, por exemplo, não esquecer o Brasil. Então, há aula de português na embaixada para crianças greco-brasileiras ou brasileiras de origem grega.

Eu queria agora passar um pouco para a parte política, que eu não posso deixar, estando no Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Federal, de mencionar.

O Primeiro-Ministro Tsípras, da Grécia...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Antes, apenas uma nota de rodapé à sua menção à presença grega no Brasil. O senhor certamente conhece o restaurante Acrópolis...

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... na Rua da Graça, belíssimo restaurante grego que é mantido por seu proprietário, um homem que tem mais de 90 anos...

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – Disso eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... e está lá todos os dias cozinhando coisas maravilhosas.

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – Obrigado, Presidente.

Então, como eu dizia, o Sr. Aléxis Tsípras, da frente de esquerda Syriza, foi eleito Primeiro-Ministro. Depois, tendo de enfrentar a grande crise econômico-financeira na Grécia e um plano de austeridade bastante incisivo, que afeta muito a maioria da população grega, teve que reconvocar eleições. Foi reeleito para o cargo de Primeiro-Ministro, mas tem uma maioria muito frágil no Parlamento grego. O Parlamento é unicameral, tem 300 membros, e o partido do Primeiro-Ministro Tsípras, após essa segunda eleição por meio da qual ele voltou ao poder, tem 145. Então, ele teve que fazer uma aliança com um partido chamado Gregos Independentes, que tem 10 membros no Parlamento, e ficou só com 5 a mais, 155. Este ano, porém, 2 parlamentares saíram da coalizão governamental. Então, ele só está com 3. Portanto, o equilíbrio interno grego é bastante frágil.

O Brasil e a Grécia têm muitas convergências no plano multilateral, apesar de a Grécia ter de seguir, no plano multilateral, as posições da União Europeia, por ser membro da União Europeia. Mas as coincidências são grandes entre o Brasil e a Grécia. A Grécia sempre apoiou a candidatura do Brasil ao Conselho Permanente das Nações Unidas, e nós temos uma troca de apoio, por reciprocidade, muito grande em organismos multilaterais.

Mais recentemente, é interessante notar, observa-se o particular interesse do governo grego em obter o apoio do Brasil no Fundo Monetário Internacional, no qual são discutidas ações e políticas relativas à questão da dívida grega – tema que estamos acompanhando com muito interesse, é um dos temas principais hoje do governo grego. A posição brasileira tem sido, nesse contexto, de reconhecer os esforços de ajuste envidados por Atenas e os custos sociais envolvidos no terceiro programa, em curso este ano, de ajuste econômico, programa ao qual a Grécia está submetida desde o ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – O senhor poderia depois dar uma palavra sobre esse plano?

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – Pois não.

O Brasil tem apoiado a Grécia, Srs. Senadores, nas deliberações sobre a revisão do programa de ajuste grego, que é feito com o Banco Central Europeu, a União Europeia – é uma troica, como dizem – e o Fundo Monetário Internacional.

Respondendo à pergunta do Presidente, a Grécia está melhorando econômica, comercial e financeiramente muito lentamente, mas está melhorando. É possível – nós temos dados até 31 de outubro – que até 31 de dezembro deste ano a Grécia passe da recessão para um pequeno crescimento econômico de 0,6%. Já é uma reação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – O plano basicamente é de corte de gastos?

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – Basicamente o plano é de corte de gastos para reduzir o grande déficit fiscal que está em torno de 185% do Produto Nacional Bruto. Portanto, é um endividamento altíssimo.

Na balança comercial Brasil/Grécia, o Brasil tem superávit. Nós já chegamos a exportar US$300 milhões;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

com a recessão na Grécia, estamos exportando de US$100 a US$150 milhões. Portanto, uma das ideias – e está aqui o ex-Ministro, a quem saúdo, Senador Armando Monteiro, justamente de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – para o plano de trabalho, caso aprovado pelo o Senado Federal, é fazer um esforço para retomar as exportações brasileiras, que foram reduzidas, dependendo do ano, entre 2010 e 2016, pela metade ou até por 1/3. Para isso, depois de ser sabatinado e ter o nome, espero, aprovado pelo Plenário do Senado Federal, pretendo visitar algumas empresas, algumas instituições que poderão nos ajudar nessa retomada das exportações brasileiras para a Grécia.

Já na balança de serviços, dada a grande importância do transporte marítimo, os armadores gregos, mundialmente conhecidos, o Brasil é tradicionalmente deficitário. Ou seja, a Grécia, na balança de serviços, teve, em 2012, US$194 milhões de superávit em relação ao Brasil; US$185 milhões em 2013; e US$186 milhões em 2014. Portanto, para a Grécia, a balança de serviços compensa e até ultrapassa nosso superávit comercial.

Na área de ciência, tecnologia e inovação, nós temos um acordo, assinado com a Grécia em 2009 e aprovado pelo Congresso Nacional em 2011, que eu acho que é um bom quadro jurídico, perfeito para a gente trabalhar mais nessa área, já que o Acordo é de assuntos econômicos, científicos, tecnológicos e de inovação.

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais brasileiros a tomador soberano grego em benefício da Grécia. Então, nós não temos uma questão de empréstimos de financiamentos oficiais no contexto da crise financeira grega.

Política externa, rapidamente. A Grécia é membro da Otan – Organização do Tratado do Atlântico Norte. Aliás, nesta semana, o Presidente Obama visitou Atenas, justamente um pouco no contexto da importância da Grécia no sistema de defesa europeu e também no contexto da grave crise de refugiados que afeta toda Europa, em especial a Grécia e a Turquia.

Hoje, a Turquia tem, mais ou menos, três milhões de refugiados vivendo em seu território. E a Grécia, que só tem 11 milhões de habitantes, tem cerca de 900 mil refugiados vivendo em seu pequeno território. O território da Grécia é, mais ou menos, do tamanho do Estado do Ceará, portanto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – ...900 mil refugiados na Grécia. Então, é um tema importantíssimo para a Europa, para a União Europeia, para a Grécia, evidentemente, e para a relação entre a Grécia e a Turquia. Os esforços da política externa grega têm sido concentrados justamente nesses temas a que me referi: a questão da dívida e a questão dos refugiados, que são oriundos da Turquia e vêm, como se sabe, para a Turquia do Iraque e da Síria.

A Grécia tem buscado muito apoio na União Europeia para esses dois temas, sem o qual a Grécia dificilmente poderia superar estes problemas, que são, repito, o da dívida e o dos refugiados.

O Chanceler da Grécia, Nikos Kotzias, vem conduzindo também uma política de construção de confiança com os seus vizinhos, seu entorno regional, especialmente a Albânia, a Bulgária e a Turquia. No caso da Turquia, as relações continuam a alternar momentos de tensão – essa relação entre Grécia e Turquia sempre foi um pouco tensa historicamente –, motivadas por litígios de fronteiras, aéreas e marítimas, no Egeu.

Como se pode ver ali no mapa, saindo da parte continental da Grécia, vê-se que Grécia tem um grande número de ilhas no seu território, portanto, o espaço aéreo grego é muito grande, é enorme ali perto da Turquia. Para a questão de defesa nacional, autorizações de sobrevoo e pouso, a Grécia tem uma grande importância na Europa, na região entre a Grécia e a Turquia e a região do norte da África, Líbia e Egito.

Eu gostaria de mencionar dois países que têm uma presença muito importante na Grécia: um é a Rússia, pela questão energética. Há um projeto de energia russo chamado *Turkish Stream*. Esse *Turkish Stream* está sendo utilizado pelo atual governo grego um pouco como arma de pressão junto à União Europeia e junto aos norte-americanos no contexto das negociações com os credores. Ou seja: a Grécia está fazendo uma política pendular entre a União Europeia, Estados Unidos e Rússia. Por isso, Moscou tem uma importância grande em Atenas.

O outro país que eu gostaria de mencionar é Israel. Israel consolidou-se exatamente sob esse governo do Primeiro-Ministro Tsípras como um dos mais importantes parceiros da Grécia, tanto no plano bilateral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

como no marco de uma estrutura trilateral, de cooperação Chipre, Israel e Grécia. E o objetivo principal dessa cooperação trilateral é a perspectiva de construção de gasoduto voltado à exportação de gás para a Europa.

Na área de Chipre... Como se sabe, a Turquia ocupou 1/3 do norte de Chipre, mas os outros 2/3 são estreitamente vinculados à Grécia. Nesse mar territorial entre a Grécia, Chipre e Israel, há grandes jazidas de gás não exploradas; e há, ali, sempre o problema da delimitação do mar territorial entre os três países, razão pela qual, a Grécia, que tem uma relação estreitíssima com o Chipre, agora estreitou relações com Israel, e essa relação estreita com Israel gera um impacto evidente na política da Grécia com relação ao Oriente Médio. E a diplomacia grega, para contrabalançar essa aliança com Israel, também tem atribuído grande importância ao estabelecimento de outros esquemas trilaterais de cooperação, envolvendo não só Chipre, Israel e Grécia, mas Chipre, Grécia e Egito, bem como Chipre, Grécia e Jordânia, a fim de reforçar o papel da Grécia como ator relevante no Mediterrâneo Oriental e não deixar de representar ela, Grécia, uma contraposição ao grande peso da Turquia na região.

Eu gostaria, já caminhando para a conclusão, de mencionar uma frase que o Presidente Obama, nesta semana, incluiu em seu discurso sobre a Grécia. O Presidente Barack Obama pediu, nesta semana, à União Europeia um alívio à dívida da Grécia – essa discussão, que todos conhecem, de maior austeridade ou menor austeridade. Então, o Presidente Obama se posicionou por um alívio, ou ainda, que se diminua um pouco o plano de austeridade, que é bastante forte, da União Europeia e do FMI para a Grécia. E a frase que ele disse foi a seguinte: "Nós não podemos simplesmente olhar para a austeridade como estratégia". E o Presidente Obama ainda disse: "Quando a economia contrai tão rápido" – referindo-se à Grécia –, "e o emprego é tão baixo..." O desemprego entre jovens com menos de 28 anos na Grécia chega a 47%. É altíssimo! E o desemprego total da Grécia foi de 28% no ano passado e, neste ano, deve ser de 26%. Portanto, é muito alto. Concluindo, o Presidente Obama disse: "Quando a economia contrai tão rápido e o emprego é tão baixo, é preciso uma agenda de crescimento, e isso é muito difícil sem alívio da dívida".

Eu acho que essa frase, considerando que a dívida da Grécia chega a quase 180% do PIB, nesta semana, é muito relevante não só para as relações futuras com o Presidente eleito Donald Trump, mas é uma posição dos Estados Unidos de grande solidariedade com a Grécia.

Devo dizer que também não é por acaso, porque, sabidamente, a comunidade grega nos Estados Unidos é extremamente importante na política, na economia e no mundo acadêmico.

Eu vou concluir por aqui.

Muito obrigado pela atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

É uma situação altamente complexa e desafiadora.

Muito bem. Vamos abrir agora a palavra aos Senadores para suas intervenções.

Senador Armando Monteiro, por favor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...Eu queria cumprimentar o Embaixador Cesário Melantonio e dizer da satisfação que tenho em vê-lo aqui, agora com esse novo desafio.

Eu gostaria, ao tempo em que o cumprimento, de dar um testemunho do papel extraordinariamente construtivo com que o Embaixador desempenhou as suas funções quando esteve à frente da Embaixada em Cuba: sempre muito diligente, sempre muito presente no sentido de poder encaminhar algumas questões sensíveis, sempre o fazendo de forma muito equilibrada, muito sensata.

Eu tenho certeza, Embaixador, que, nessa nova missão, o senhor vai dar maior dimensão a essa trajetória que vem alcançando na sua carreira profissional.

Mas sobre o seu novo desafio eu acho que há uma questão a ser pontuada. Embora os países sejam muito diferentes, a crise fiscal grega tem características parecidas com a crise fiscal do Brasil, porque, em grande medida, ela foi fruto de longos anos em que os salários reais no setor público cresceram muito acima da inflação. Portanto, o desajuste foi se agravando mais e mais, e, curiosamente, Senador Aloysio, isso produziu um imenso desestímulo ao setor privado da economia grega, ou seja, lá houve uma perversa combinação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

crise fiscal aguda e perda de eficiência econômica e do setor privado.

Por exemplo, o setor privado perdeu quadros para o setor público, ou seja, era tão extraordinariamente maior o padrão remuneratório do setor público em relação ao do setor privado pagava que este setor perdeu quadros. Por exemplo, o setor exportador, na Grécia, perdeu muita eficiência nos últimos anos.

Então, eu queria fazer uma pergunta ao Embaixador: se as medidas duras que foram adotadas, as medidas do ajuste fiscal que estão em curso na Grécia, que vêm, de alguma maneira, impondo ao país um quadro muito sério de restrições, que eu entendo como necessário evidentemente, poderiam ser aplicadas no Brasil. E ainda: em que medida – e, aí, também o convido a fazer uma reflexão sobre esse debate que o próprio Presidente Obama sugere – há um momento em que, embora se deva percorrer uma agenda de ajuste, de austeridade, se a demanda do setor público também não for reanimada num certo sentido, o processo de recuperação econômica perde impulso e, com isso, cria-se um círculo vicioso, ou seja, perde-se arrecadação crescentemente e, por isso, o processo de ajuste se deteriora mais e mais?

Eram essas as questões.

Mais uma vez, cumprimento o Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Por favor, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Embaixador Cesário Melantonio, eu já havia lhe cumprimentado e reitero os meus cumprimentos. Sua trajetória é exemplar e muito aplaudida por todos nós brasileiros. V. Exª vai agora para a Grécia, para Atenas, e o nosso Senador Armando Monteiro foi muito feliz na sua alocução preliminar aqui, quando fez, de modo muito claro, um certo paralelismo entre a situação brasileira e a grega. Nenhum de nós deseja jamais que cheguemos ao ponto em que chegou a Grécia, praticamente de insolvência, mas os temores existem. E o quadro colocado pelo Senador Armando, de fato, é um quadro preocupante. Então, V. Exª terá essa oportunidade de, ocupando o posto de embaixador, certamente nos alertar e trazer a experiência.

E eu queria acrescer aqui tão somente duas observações. A primeira, de caráter mais geral, é que a Grécia, para nós todos, especialmente sob a orientação do Presidente, Senador Aloysio, é para nós sempre um parâmetro, é a pátria da democracia. Os valores que temos das questões relativas à liberdade, a mérito, tudo isso vem, na sua origem, da Grécia, especialmente do século de ouro de Péricles, V a.C. Foi o apogeu da civilização humana naquele momento, a despeito de circunstâncias históricas locais. Então, só isso já vale o reconhecimento, e nós devemos sempre à Grécia uma reverência.

Eu próprio, apesar de italiano, tenho o meu nome grego. O meu sobrenome significa, em grego, ressurreição.

Mas a minha ponderação é a seguinte: a Grécia, em razão exatamente dessa riqueza enorme do seu patrimônio, tem no turismo a sua grande fonte de renda. E nós no Brasil, lamentavelmente, claudicamos em termos de política pública do turismo. O Brasil inteiro recebe pouco mais de 5 milhões de turistas por ano. Não é nada. Então, V. Exª, no posto de embaixador em Atenas, certamente terá a oportunidade de ajudar o Governo, apontando programas, projetos, ideias, porque nós temos também, claro, jamais como os gregos, mas temos patrimônio histórico, temos um patrimônio natural, que é extraordinário. Então, tudo isso é uma potencialidade para o turismo, e é o que está salvando a Grécia agora. Com certeza, os indicadores de empregos colocados são superados, talvez, exatamente pela indústria do turismo, que é uma falha que nós temos. Certamente, o novo Governo Federal vai se empenhar muito na melhoria dessa política do turismo, do qual a Grécia é uma locomotiva.

Parabéns. V. Exª tem o nosso aplauso e, mais do que isso, os votos de grande êxito e sucesso na nova embaixada.

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Anastasia.

O Senador Lasier, por favor, tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Presidente.

Há pouco, eu estava ouvindo aqui particularmente as opiniões do Senador Anastasia, e ele fazia elogios ao Embaixador Cesário Neto, dizendo da sua grande competência. De modo que quero não apenas cumprimentar o Embaixador, mas cumprimentar principalmente a Grécia, pela qualidade do Embaixador que nós estamos mandando para lá.

Nesta época bicuda, de tantas dificuldades – e me parece que a pergunta essencial, magistral até, o Senador Armando Monteiro já fez, que é sobre o ajuste fiscal e as semelhanças que têm a crise brasileira com a crise grega –, nesta época difícil, em que poucos brasileiros têm a oportunidade de viajar, eu queria perguntar o que V. Exª sabe sobre as condições de turismo para nós brasileiros que temos dificuldades. Porque até há alguns anos a Grécia era um dos países mais baratos para se fazer turismo na Europa.

Eu tive a oportunidade, não só pela grande curiosidade que sempre tive pelo mundo grego mas também pelo fato de o país ser, na época, um país atraente por ter um turismo barato, de conhecer Atenas e aquelas ilhas maravilhosas, como Mykonos, que é um verdadeiro paraíso, como Santorini, Creta.

Então, eu lhe pergunto: que informações V. Exª tem? Ainda é atraente sob o ponto de vista econômico para um brasileiro que não pode gastar muito e que tem de escolher? É um país extremamente atrativo e, ao mesmo tempo, econômico? Realmente, a Grécia é ainda um país barato de se visitar?

É a minha única pergunta. A principal pergunta já foi feita aqui pelo Senador Armando Monteiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, para não ser repetitivo, a minha fala é mais no sentido de expressar ao nosso Embaixador os meus votos de sucesso, para que possa, nessa nova empreitada, continuar ajudando o nosso País, desta feita na Grécia.

Então, apenas quero lhe desejar boa sorte e sucesso na nova empreitada.

Eu me sinto contemplado com a fala do Senador Armando e com a dos demais colegas.

Parabéns! Sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Com a palavra V. Exª.

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – Sr. Senador Armando Monteiro, muito obrigado por suas palavras. Vou tentar responder à sua importante pergunta.

Evidentemente, não mencionei, para ser bastante conciso, no meu texto essa questão da possível comparação entre o Brasil e a Grécia, mas é evidente que é um tema fundamental e que deve fazer parte do plano de trabalho de qualquer embaixador brasileiro que vá para a Grécia.

É difícil comparar dada a evidente diferença enorme entre superfície, população, Produto Nacional Bruto. Mas, do ponto de vista de política econômica, de política comercial e, sobretudo, de política fiscal, é evidente que, se eu contar com a aprovação dos Srs. Senadores, pretendo com os colegas que estão na Grécia e com alguns que vão para a Grécia me dedicar com grande prioridade a esse tipo de informação para o meu Ministério, o Ministério das Relações Exteriores, e para o Governo Federal brasileiro, sobretudo porque o plano trienal de 2015, de 2016 e de 2017 de ajuste fiscal em curso na Grécia está tendo, como não é de se surpreender, enormes impactos políticos, tanto que, como eu disse e repito, o atual governo do Primeiro-Ministro Tsípras já teve de renunciar ao poder, por causa da questão da austeridade. Ele ganhou com pequena margem a eleição, ele tem essa pequena margem no Parlamento grego, mas segue sob pressão imensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E mantém o programa de austeridade.

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – E mantém o programa de austeridade da população, dos sindicatos, sendo um partido de esquerda. O Syriza é uma frente de esquerda, e, portanto, uma de suas bases, como em toda frente de esquerda, é o movimento sindical, que bota pressão em cima do partido no governo. E a oposição, de centro-direita, dirigida pelo ex-Primeiro-Ministro Mitsotakis, está, no atual momento, nas pesquisas de opinião pública, 7% a 8% na frente do atual governo. Então, o governo está na corda bamba, como se diz no Brasil.

O ministro das finanças anterior, Varoufakis, pediu demissão porque ele era da chamada linha dura. No controle do déficit fiscal, ele não queria aceitar as medidas de austeridade da União Europeia e, embora um aliado incondicional do Primeiro-Ministro Tsípras, o primeiro-ministro teve que tirar o ministro das finanças e colocar, no ano passado, um ministro das finanças novo alinhado com ele.

Eu vou, se me permitir, rapidamente, alargar um pouco, tornar mais abrangente o tema, no contexto da crise da União Europeia. Antes da saída da Inglaterra, do *Brexit*, da União Europeia, de essa discussão se consolidar com o referendo na Inglaterra, se discutia e muitíssimo na mídia brasileira também, até pela similaridade que o senhor mencionou, o Grexit, a saída da Grécia e o impacto na zona do euro e na União Europeia. Com o plano de austeridade em curso, momentaneamente esse perigo de saída da Grécia foi suspenso, e agora a União Europeia está enfrentando a perspectiva da saída da Grã-Bretanha. Então, aí, além da questão de acompanhar a crise fiscal na Grécia e dar informações ao nosso Governo, é importante acompanhar a crise na União Europeia, que numa ponta mais setentrional tem a Inglaterra e, numa ponta mais meridional, tem a Grécia, já que esse problema continua.

Eu queria também agradecer ao Senador Armando Monteiro ao mencionar duas questões graves na Grécia: o desestímulo ao setor privado, como V. Exª mencionou, e a alta remuneração do setor público. Uma das razões do alto déficit fiscal da Grécia são os incentivos fiscais. Para reduzir significativamente o déficit fiscal grego, tem-se que reduzir muito os incentivos fiscais à agricultura, à indústria e, sobretudo, ao setor mais dinâmico, como se referiu o Senador Anastasia, que é o turismo. Então, também é uma situação de grande complexidade para o governo grego reduzir os incentivos fiscais ao setor primário, ao setor agricultura secundária, a indústria, e ao setor terciário, o turismo.

Quanto à questão do turismo a que se referiu o Senador Anastasia, nós temos um acordo de cooperação na área do turismo entre o Brasil e a Grécia já promulgado, já em vigor, e, portanto, temos a base jurídica para trabalhar na cooperação na área do turismo.

Só para dar uma comparação rápida, no ano passado, o posto onde eu estou no momento, Cuba, recebeu 17 mil brasileiros. Muito pouco, considerando que Cuba teve em torno de 3 milhões de turistas no ano passado, este ano deve ter cerca de 3,5 milhões de turistas. Mas a Grécia, apesar da crise no Brasil, em 2013 teve 57 mil brasileiros – sabidamente os brasileiros gostam muito de ir à Grécia – e, portanto, é um número muito significativo.

Essa questão da indústria do turismo a que se referiu o Senador Anastasia, na Grécia, e a indústria do turismo no Brasil, como corresponde a qualquer missão diplomática, será nossa obrigação também ver em que medida nós poderemos aumentar o intercâmbio não só em números, mas de ideias entre as autoridades brasileiras e as autoridades gregas.

O Senador Lasier mencionou exatamente a questão do custo do turismo na Grécia. Como ele bem disse, o turismo era muito barato na Grécia; contudo, depois, houve um momento, antes da crise fiscal grega, em que a Grécia se tornou um país mais caro, em euros, para o turismo dentro da União Europeia e o turismo com o resto do mundo. E, agora, como é evidente e não é de se surpreender, com a crise econômica grega, a Grécia voltou a ser um país bastante barato o turismo interno e para o turismo de outros países.

Só para concluir, ainda nessa questão do turismo, comparando o caso grego com o Brasil, recentemente eu conversei com a minha colega, a Embaixadora da Grécia em Cuba, e perguntei exatamente como estão esses custos, até porque, como expliquei a ela, eu seria sabatinado pelo Senado Federal do Brasil e, de repente, poderia haver, como houve, uma questão sobre o turismo. Então, perguntei a ela: "Como são os custos de transporte aéreo dentro da Grécia?" E foi surpreendente o que ela me disse; "Atualmente, um cidadão grego

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ou um estrangeiro que esteja na Grécia continental pode ir de Atenas a qualquer ilha grega, se ele comprar com antecedência de mais de um mês, pagando €19,00 por uma passagem de ida e volta. Se ele comprar em cima da hora, uma semana antes, ele pagará por um bilhete de ida e volta para qualquer ilha grega €29,00". Isso mostra o esforço que os gregos estão fazendo para utilizar uma das suas maiores armas de crescimento econômico que é o turismo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Embaixador Melantonio, acredito que V. Exª ainda não votou. Se estiver formado o seu juízo, está aberta a votação. (*Risos.*)

Mas é que eu gostaria, Embaixador, se o senhor pudesse, que desse uma palavra sobre a sua missão em Cuba.

O senhor esteve em Cuba num momento muito importante, de mudanças econômicas etc. Hoje, com a eleição de Trump, há um receio de que esse processo de aproximação dos Estados Unidos com Cuba, que foi uma virada importantíssima na diplomacia norte-americana, seja interrompido.

Eu também gostaria de perguntar ao senhor sobre a relação entre Cuba e Venezuela. A Venezuela é um país que está vivendo uma crise muito grave e Cuba ainda é um dos sustentáculos do regime. Então, até que ponto isso pode prosseguir?

Enfim, que o senhor desse uma palavra sobre a missão que cumpre com tanto êxito em Cuba.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Sr. Presidente, se o senhor me permite, dentro da mesma linha e dentro do mesmo tema, que o Embaixador, já que falará sobre Cuba, que ele falasse dos grandes investimentos brasileiros realizados em Cuba, agora pelo Governo passado, se for possível.

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu responderei a questão de V. Exª e também a do Senador Petecão sobre Cuba.

Primeiro, a questão Cuba/Venezuela.

Cuba sempre viveu na dependência dos estrangeiros – com toda a diplomacia, não posso ignorar a história e, então, tenho de ser um pouco direto –, primeiro como colônia da Espanha, e, posteriormente, viveu, como todos sabemos, durante décadas, sob a enorme influência do seu grande vizinho, os Estados Unidos da América. Em seguida, viveu sob a enorme influência da ex-União Soviética. Depois do esfacelamento da União Soviética, Cuba entrou numa gravíssima crise econômica, chamado de Período Especial, conhecido por muitíssimos brasileiros que por lá passaram nesse momento.

Devo reconhecer que, hoje, em 2016, Cuba está bem melhor do que estava no péssimo período de 11 anos que viveu, o Período Especial, mas está num momento, como o Presidente Aloysio se referiu, extremamente complicado no plano interno e no plano externo. No plano interno, também há uma grave fiscal. Cuba está enfrentando – o Senador Petecão se referiu às empresas e aos investimentos brasileiros – uma crise muito grande para poder cumprir não só com suas obrigações com o povo cubano do ponto de vista financeiro, mas também com seus compromissos financeiros com o exterior, inclusive com empresas brasileiras.

Em janeiro, vou completar três anos em Cuba. Em 2014 e em 2015, não chegou ao conhecimento da nossa Embaixada em Havana nenhuma reclamação comercial, mas, neste ano de 2016, chegaram muitas. É claro que fiquei preocupado e falei com vários colegas dos países que têm mais investimentos em Cuba, entre os quais China, Rússia, Estados Unidos, Espanha, França, Itália, Canadá e Brasil são os maiores. Todos têm atrasos comerciais do governo cubano.

Então, nesse contexto econômico, financeiro e social tão difícil em Cuba, como o Senador Aloysio mencionou, o governo cubano está muito preocupado com a vitória do Presidente eleito nos Estados Unidos, Donald Trump. Não é segredo para ninguém, é só estar em Cuba todo dia para ver que eles esperavam, como muitas outras pessoas, a eleição de Hillary Clinton, e isso não aconteceu.

Somando a crise da Venezuela, devo também dizer que Cuba atravessa, por causa da crise na Venezuela, uma grande crise energética. Esses dados não são confirmados, são especulações, porque esses dados são de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

natureza confidencial em Cuba. Calcula-se que, no melhor momento da Venezuela, com o Presidente Hugo Chávez, que criou a Petrocaribe... Na Venezuela, não há só combustíveis a preço baixo, mas há doação para Cuba e para vários países do Caribe. Por isso, ele criou a Petrocaribe. No caso de Cuba, o consumo diário gira em torno de cem mil barris por dia. E se especula que, no melhor momento, a Venezuela chegou a dar para Cuba 130 mil barris por dia. Ou seja, 30 mil eram como doação, para deixar Cuba vender no mercado de exportação, em terceiros mercados. Evidentemente, isso terminou, e, hoje, especula-se que o fornecimento diário de combustível da Venezuela para Cuba é mais ou menos a metade, entre 60 mil barris e 65 mil barris por dia, sempre caindo. Portanto, soma-se a uma crise econômica e financeira uma crise energética.

Por questões de soberania nacional, não vou entrar em especulação ou em reflexão sobre a política externa cubana, mas os fatos estão na mesa. Para aqueles que continuarão em Cuba – estou falando de diplomatas, estrangeiros – em 2017 ou que chegarão lá em 2018, vai ser um período muito interessante. Como é que os cubanos vão resolver essa equação entre Venezuela, Estados Unidos, resto do mundo e o Brasil?

Respondendo a pergunta do Senador Petecão sobre os investimentos brasileiros em Cuba, posso dizer que são muito importantes. Em primeiro lugar, historicamente, as exportações do Brasil para Cuba, um país pequeno, com um PIB de US$66 bilhões, não são irrelevantes, são cerca de US$500 milhões por ano, entre 2010 e 2016 – em torno de US$480 milhões a US$520 milhões –, e as importações são muito pequenas. Historicamente, o superávit do Brasil é de mais de US$400 milhões com Cuba.

Outro fato que eu não mencionei – em um minuto. Cuba importa – foi medido pelo Ministro da Agricultura de Cuba no ano passado – 85% dos alimentos que consome. Nesse quadro de grande escassez de alimentos, de insegurança alimentar, o Brasil é extremamente relevante: 80% das exportações brasileiras, em torno de US$400 milhões, que vão para Cuba são alimentos.

Agora, investimentos brasileiros.

Este ano, depois de dois anos de negociação – para se ver como é difícil o investimento estrangeiro em Cuba –, a maior empresa brasileira em Cuba é a Souza Cruz do Brasil, que há mais de 20 anos está estabelecida e tem muita experiência em Cuba, porque é uma parceria (*joint venture)* Cuba-Brasil: 51% tabacos de Cuba, 49% Souza Cruz do Brasil. Eles têm uma fábrica em Havana, muito antiga, que produz 2 bilhões de cigarros por ano, só para o mercado cubano – como todos sabem, fuma-se muito em Cuba. E agora, no dia 2 novembro, foi lançada a pedra fundamental, em Mariel, do primeiro investimento privado brasileiro em Mariel: US$123 milhões – não é pouco!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – E a fábrica de carrocerias e de ônibus?

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – Essa questão da fábrica de carrocerias e de ônibus, Senador Aloysio, não avançou, porque o custo da energia elétrica em Mariel é quatro vezes superior ao custo da energia no Brasil. Isso frustrou muitas empresas brasileiras que pretendiam se instalar em Mariel. Mas o investimento da Souza Cruz do Brasil em Mariel, US$123 milhões, é o maior investimento até o momento de qualquer empresa estrangeira em Cuba. Portanto, a nossa presença econômica em investimento, de empresa privada brasileira, e a nossa pauta de exportações de alimentos são importantes.

E, finalmente, não vamos esquecer, há a relação financeira – não posso deixar de mencioná-la – entre Cuba e Brasil, os empréstimos via BNDES para Cuba. Devo sempre lembrar, no caso dos empréstimos do BNDES para Cuba, que são crédito à exportação, são para financiar exportações diretas de bens e de serviços – sobretudo de serviços – para Cuba.

Se eu puder fazer – e terei que fazer por tradição do Itamaraty – alguma sugestão ao deixar o posto, num relatório de gestão, a minha conclusão será, mais ou menos, no seguinte sentido: todos nós sabemos dos pequenos atritos recentes, que eu não vou mencionar, pois, estando em Havana, considero página virada, entre o atual governo de Cuba e o atual Governo do Brasil. Eu acho muito importante, para defender o interesse nacional brasileiro em Cuba e preservar a nossa presença política, econômica, comercial, financeira e cultural, que, como disse, é grande – estamos entre os 10 maiores parceiros de Cuba em todas essas áreas –, não contaminar a agenda, se possível, econômica com a agenda e a retórica política lá.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Eu não poderia deixar de registrar aqui, já que o senhor mencionou e nós mencionamos a Venezuela, perante a Comissão, um tema venezuelano sempre recorrente. Esta Casa sempre se manifestou, a sua imensa maioria, em favor da democracia na Venezuela, da transição para superar a atual crise política e econômica, com as dramáticas consequências sociais. Esta Casa sempre se posicionou muito fortemente. Não poderia deixar de mencionar a recente decisão do Tribunal Constitucional da Venezuela, que ordenou aos Deputados e às Deputadas que cessassem qualquer julgamento político do Presidente Maduro, e contrariou com isso a própria Constituição, que dá essa prerrogativa à Assembleia Nacional. E uma coincidência triste, Embaixador, é que essa decisão se dá em um contexto em que há uma negociação entre a oposição e o governo, patrocinada pelo Vaticano. E uma das condições dessa negociação foi o respeito à independência dos Poderes, que é o mínimo que se poderia exigir. Exatamente nesse contexto, há uma decisão dessa natureza por um tribunal que é sabidamente manipulado pelo Poder Executivo.

De modo que eu não poderia deixar de manifestar a minha preocupação e o receio de que essa mesa de negociações, que não poderia, de modo algum, na minha opinião, conviver com a existência de presos políticos, acabe sendo lugar para conversa mole para boi dormir.

Está encerrada a votação.

Vamos passar, agora, à apuração dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A apuração dos votos será, de modo consuetudinário, aberta, quer dizer, na presença de todos, a menos que alguém se oponha a isto.

Embaixador, o senhor sabe que a Constituição brasileira diz que as sabatinas devem acontecer em reunião secreta, mas há muitos e muitos anos, esta é a sua quinta sabatina, eu imagino que todas elas se deram à luz do dia, a não ser quando alguém, um sabatinado ou um Senador requeira reunião secreta para tratar de algum assunto melindroso, que não possa ser de conhecimento do grande público. Do contrário, nós procedemos sempre desta forma. O Senador Anastasia até já está promovendo uma mudança na Constituição para adequá-la aos tempos atuais.

De modo que eu designo o Senador Armando Monteiro para atuar como Secretário, e solicito à Secretaria para que proceda à apuração.

Já está ali.

Confirmado, merecidamente, pela unanimidade da Comissão.

E eu espero poder levar ao Plenário, se possível, ainda hoje, se houver quórum na sessão da tarde.

Antes de encerrar a reunião, Senadores, eu penso que há um relatório ainda a ser lido, de autoria do Senador Ferraço, sobre a indicação do Sr. Luiz Felipe Mendonça Filho para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano.

Como S. Exª não chegou ainda, eu pediria ao Senador Tasso Jereissati, como alguém que entende bem de assuntos eclesiásticos, para, resumidamente, extrair o suco desse relatório do Senador Ferraço, que, aliás, já foi publicado, para que possamos então dar como cumprida essa formalidade.

Se V. Exª concordar em funcionar como Relator *ad hoc*, Senador Tasso Jereissati...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 99, de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem nº 99, de 2016, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Felipe Mendonça Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

Filho de Luiz Felipe Julien Mendonça e Carmem Lima Mendonça, o indicado nasceu na cidade do Rio de Janeiro, RJ, em 31 de janeiro de 1949. Formou-se em Ciências Jurídicas pela Universidade da Guanabara em 1971. Fez o curso no Rio Branco. Foi nomeado Terceiro-Secretário, Segundo-Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe, Ministro de Primeira Classe e Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial, em 2011.

Defendeu várias teses no âmbito do Instituto Rio Branco.

Cumpriu vários cargos importantes, como Conselheiro na Delegação junto à Organização dos Estados Americanos (OEA); Conselheiro na Embaixada em Santiago; Coordenador de Ensino no Instituto Rio Branco; Embaixador em São Salvador; e Embaixador em Manágua, desde 2012.

No tocante às relações entre a Igreja Católica e o Brasil, é um relacionamento bilateral, vem desde a época do Império. A representação brasileira na Santa Sé foi elevada à categoria de embaixada em 1919. Maior país católico do mundo, o Brasil é uma das importantes representações junto à Santa Sé.

Em relação à Ordem de Malta, trata-se de sujeito com personalidade jurídica anômala no cenário internacional. A Ordem surgiu no período das Cruzadas e mantêm relações diplomáticas plenas com 100 países, entre eles o Brasil. Ela consagra o melhor e suas energias para a assistência hospitalar, caritativa e social. Fixada em Roma, mantém-se fiel ao seu lema: defesa da fé e assistência aos pobres.

A Ordem tem, desde 1966, embaixada em Brasília tanto para o relacionamento bilateral quanto para o exercício de suas atribuições. Nesse sentido, as relações são fluídas e respeitosas. Elas são pautadas, ainda, por importante convergência de sentimentos sobretudo na dimensão assistencial aos mais necessitados.

Este é um resumo muito sucinto de uma relação muito mais profunda entre o Brasil e o Estado do Vaticano e a Ordem de Malta, bem como de toda a carreira do Diplomata Luiz Felipe Mendonça Filho, de todos cargos que ocupou.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva.

Antes de encerrarmos a reunião, Srs. Senadores, eu gostaria de propor a aprovação das Atas das reuniões anteriores, dispensada a sua leitura.

Se todos estiverem de acordo... (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 32ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezesseis, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim, Armando Monteiro, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA com o Ministro de Estado da Defesa para apresentar as diretrizes e os programas de sua pasta. Convidado: Raul Jungmann, Ministro de Estado da Defesa. O Presidente convida o Ministro Raul Jungmann a compor a mesa. O Presidente registra a presença das seguintes autoridades: Excelentíssimo Senhor Almirante de Esquadra EDUARDO BARCELLAR LEAL FERREIRA, Comandante da Marinha; Excelentíssimo Senhor General de Exército FERNANDO AZEVEDO E SILVA, Chefe do Estado-Maior do Exército e representante do Comandante do Exército; Excelentíssimo Senhor Tenente-Brigadeiro do Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO, Comandante da Aeronáutica; Excelentíssimo Senhor Tenente-Brigadeiro do Ar ALVANI ADÃO DA SILVA, representante do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; Excelentíssimo Senhor Almirante-de-Esquadra ADEMIR SOBRINHO; Excelentíssimo Senhor General de Exército JOAQUIM SILVA E LUNA, Secretário Geral do Ministério da Defesa. O Presidente concede a palavra ao Ministro para sua exposição. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e dezenove minutos assume a presidência o Senador Antonio Anastasia; e às onze horas e quarenta e um minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usam a palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Aécio Neves, Ana Amélia e Cristovam Buarque. O Presidente concede a palavra ao Ministro para resposta a esses parlamentares. Usam a palavra os Senadores Armando Monteiro, Antonio Anastasia e José Medeiros. O Presidente concede a palavra ao Ministro para resposta a esses parlamentares. O Presidente agradece a presença do Ministro. Audiência Pública realizada. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE – DELIBERATIVA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 100, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Cristovam Buarque, para proferir o relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 103, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS CLÁUDIO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nicarágua." O Senador Antonio Anastasia faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 40, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, assinado em Brasília, em 28 de setembro de 2012." O Presidente concede a palavra ao relator "Ad hoc", Senador Antonio Anastasia, para proferir o relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 38, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado em Brasília, em 11 de novembro de 2009." O Presidente concede a palavra ao relator "Ad hoc", Senador Antonio Anastasia, para proferir o relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. ITEM 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 39, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, celebrado em Córdoba, Espanha, em 28 de novembro de 2007."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O Presidente concede a palavra ao relator "Ad hoc", Senador Antonio Anastasia, para proferir o relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 35, DE 2016, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Tasso Jereissati, que "Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para debater o cenário internacional a partir da eleição do novo presidente norte-americano, Donald Trump. Para a ocasião, propõe-se convidar os seguintes expositores: - Professor Salvador Raza, National Defense University Center for Hemispheric Defense Studies; - Professor Gunther Rudzit, professor de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco; - Jornalista Roberto Godoy, jornal Estado de São Paulo. - Embaixador Rubens Barbosa, ex-Embaixador do Brasil nos EUA." Aprovado. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que ficada dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e onze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srs. Senadores, senhores convidados, havendo número regimental, dou início a esta 32ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que se destina, em sua primeira parte, a ouvir o Sr. Ministro da Defesa, Deputado Raul Jungmann.

Peço, se o Ministro já estiver aqui, a gentileza de conduzi-lo até à mesa.

Teremos, depois desta audiência pública, uma segunda parte da nossa reunião, que será deliberativa, para leitura de algumas indicações de Embaixadores e, depois, de alguns acordos internacionais. (*Pausa.*)

Por favor, Ministro.

Srs. Senadores, tem muita honra a nossa Comissão em receber hoje o Ministro da Defesa, Raul Jungmann.

Quando o Ministro foi escolhido pelo Presidente Temer, a escolha foi saudada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor.

Eu dizia que a escolha do Deputado Raul Jungmann para ser Ministro da Defesa foi saudada por todos nós, pela estima que o Ministro Jungmann granjeou ao longo da sua vida pública exemplar, os cargos que ocupou.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Estima coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Estima coletiva, exatamente. Todos nós saudamos a presença do Ministro Jungmann, e eu sei também que as nossas Forças Armadas e todos os seus integrantes veem também no Ministro alguém com todas as condições – e já demonstrou isso – de tratar dos assuntos da Defesa no mais alto nível e com a maior competência.

Nós temos, hoje, também presentes entre nós – e quero saudá-los –, o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira; o Chefe do Estado Maior do Exército, General de Exército Fernando Azevedo e Silva, que está representando o Comandante do Exército; o Comandante da Aeronáutica, o Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato; o Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva, representante do Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, que é o Almirante de Esquadra Ademir Sobrinho; o General de Exército Fernando Azevedo e Silva, Chefe do Estado Maior do Exército; o Secretário-Geral do Ministério da Defesa, General de Exército Joaquim Silva e Luna; e muitos oficiais das Forças Armadas, cuja presença eu também saúdo.

Eu gostaria, então, para abrirmos os nossos trabalhos, de ouvir uma exposição inicial do Ministro Jungmann. Logo em seguida, terão a palavra as Srªs e os Srs. Senadores.

O Senador Ricardo Ferraço, de pronto, já se inscreveu, assim como o Senador Antonio Anastasia, que também não perdeu tempo. A Senadora Ana Amélia, que esteve recentemente no Líbano, acompanhando o Ministro Jungmann, também está inscrita. De modo que nós já temos muito pano para manga com três inscritos.

Então, o senhor tem 30 minutos. Se precisar de mais...

O tempo é seu.

O SR. RAUL JUNGMANN – Bom dia a todos e a todas!

Presidente Aloysio, que me recebe com a generosidade e a atenção de sempre, fruto de uma trajetória que nós compartilhamos e admiramos, agradeço o convite para vir a esta Comissão.

Gostaria também de saudar os Senadores Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Ana Amélia, Ronaldo Caiado, aqui presentes – não sei se mais alguém –, a Deputada Perpétua Almeida, que aqui se encontra, os Srs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Comandantes Eduardo Leal Ferreira, Almirante de Esquadra; o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Nivaldo Rossato; o Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani, representando o Chefe do Estado Maior Conjunto; o nosso Secretário-Geral Silva e Luna, representando o Comandante do Exército Villas Bôas, que estava com outra agenda; o Chefe do Estado Maior, o General Fernando, aqui presente; os Srs. Oficiais Generais, Almirantes, Brigadeiros, as senhoras e os senhores aqui presentes e a imprensa.

Sr. Presidente, eu vou fazer uma exposição inicial que representa a escolha de um conjunto de assuntos que me parecem relevantes de se trazer a este Senado. Entretanto, por óbvio, pela dimensão, pela importância institucional em termos tecnológicos, em termos democráticos que têm a Defesa e as Forças Armadas, toda escolha é sempre uma escolha seletiva.

Onde é que a gente faz a mudança? Fica aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Obrigado.

Em linhas gerais, nós vamos falar sobre a missão e a estrutura do Ministério da Defesa, que são dados básicos, o papel do Ministério, a Estratégia Nacional de Defesa, o orçamento, a base industrial de defesa, nosso entorno estratégico, missões de paz e principais ameaças à Defesa.

Defesa, o nosso entorno estratégico, missões de paz e principais ameaças à defesa, missão e estrutura do Ministério da Defesa. Basicamente isso deflui do texto constitucional. O Ministério da Defesa coordena o esforço integrado, visando garantir a soberania, os poderes constitucionais, a lei e a ordem, o patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais, o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional. Portanto, como se pode perceber, é uma missão muito ampla, uma missão de Estado, uma missão que se encontra constitucionalizada na nossa Constituição Federal de 1988.

Senador Armando, prazer revê-lo.

Em linhas gerais, essa é a nossa estrutura, destacando, Presidente Aloysio, que além do cargo de Ministro, nós temos, digamos assim, dois grandes braços operacionais: um é a Secretaria-Geral, que tem embaixo diversas secretarias, como a Seprod, a Seori, que cuida do orçamento, e um outro braço, que é aquele que operacionalmente reúne todas as Forças Armadas, que é o Estado-Maior Conjunto, que é tocado pelo Almirante Ademir. E ali você tem a parte logística, que serve de suporte às ações conjuntas das três Forças, como nas Olimpíadas, quando nós atuamos com todas as Forças. Então, quem fazia a coordenação era o Chefe do Estado-Maior Conjunto. E abaixo nós temos os três comandos já sabidos: Marinha, Exército e Aeronáutica.

Atualmente nós temos 1.483 servidores que ali estão qualificados, lembrando que aqui há uma primeira deficiência apontada: nós ainda não temos uma carreira de analistas, servidores propriamente civis. Até o presente momento, a gente não conseguiu. Então, nós temos cargos comissionados, uma presença praticamente paritária entre militares e civis dentro do Ministério, mas essa é uma debilidade para a qual eu chamo a atenção dos senhores, porque desde 1999, quando nós temos o Ministério da Defesa, é algo que ainda não sanamos uma carreira civil da Defesa propriamente dita.

Adiante.

Aqui é também para dar uma ideia de como se distribuem essas Forças Armadas no terreno. Veja, nós temos praticamente metade do nosso efetivo no Sudeste, 49%; em segundo lugar, no Sul, com 16% – e já foi maior quando nós tínhamos uma situação decorrente dos conflitos históricos entre Espanha e Portugal, reino da Espanha e reino de Portugal, sobretudo naquela região do Prata, nós tínhamos uma disposição de Forças que era maior do que a atual, mas, de todo jeito, é a segunda colocada –; temos o Nordeste com 14%; o Norte, com 8%, quase 9%; e o Centro-Oeste, com 11,29%. Olhando mais para o quadro da esquerda, nós temos o número total, entre ativos, inativos, pensionistas e anistiados, de 750 mil, dos quais: ativos, 374 mil; inativos, 152 mil; pensionistas, 215 mil; anistiados, 4 mil. Na divisão entre as Forças, vou me ater apenas aos ativos, nós temos: a Marinha, com 77 mil; o Exército Brasileiro, com 228 mil; e a FAB, com 68 mil.

Gostaria, Presidente Aloysio, de chamar a atenção para o fato de que hoje, não apenas no intuito de reduzir custos, mas também de seguir o que é uma tendência global, para o senhor ter uma ideia, 65% daquele contingente de ativos do Exército Brasileiro é de militares temporários, ou seja, com contrato temporário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senador Anastasia, de até 8 anos.

Quem quiser continuar na Força, e isso vale também para as demais Forças, eu citei aqui apenas o Exército, pode passar por um concurso e se tornar efetivo. Mas essa é uma forma que você tem de reduzir custos, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – O Exército, 65%; e as demais Forças, corrijam-me, Srs. Comandantes, na faixa de 50%. É isso, Léo? De 50% a 55%.

Então, esta é uma realidade que é importante reter: de que hoje, em grande medida, as nossas Forças Armadas já fazem uma grande redução e uma, digamos assim, adequação aos novos tempos, fazendo com que praticamente dois terços do Exército e metade das demais Forças sejam exatamente de militares que têm contrato temporário com as Forças. Praticamente, hoje, pode-se dizer que, em relação a cabos, parte de soldados e parte de sargentos, já não são efetivos. É daí para cima que se começa a ampliar essa efetividade.

Vamos adiante.

O papel do Ministério da Defesa. O nosso papel aí está. É o papel de proteger, de assegurar a soberania em 8,5 milhões de quilômetros quadrados, o quinto maior território do mundo; aproximadamente 17 mil quilômetros de fronteiras, que alguns dizem também, Presidente Aloysio, 17 mil quilômetros de dor de cabeça, sobretudo na parte do Cone Sul, que é a terceira maior fronteira do mundo, é bom ter consciência disso; dez países limítrofes; um litoral de praticamente 7,5 mil quilômetros; 206 milhões de habitantes; 4,5 milhões de quilômetros quadrados de mar territorial mais Zona Econômica Exclusiva, o que dá algo em torno de 13 milhões, entre mar e terra, que a Defesa tem que cuidar.

E, do lado direito, um número sintético das unidades militares existentes no País. Aproximadamente 1.428, com aquela distribuição que os senhores têm por Força, lembrando que hoje nós estamos passando por um processo de racionalização dessas unidades militares, o que obviamente demanda, muitas vezes, necessidade de negociação, mas é preciso entender.

Por exemplo, no caso da Aeronáutica, nós estamos tendo racionalização por conta da evolução tecnológica. Os aviões hoje voam muito mais tempo, têm uma capacidade infinitamente maior. Então, aquela distribuição básica que nós tínhamos, que vem praticamente desde a Segunda Guerra Mundial, precisa passar por transformações, e no sentido, evidentemente, da realidade fiscal que estamos vivendo.

O papel na Segurança Pública. Garantia da Lei e da Ordem. Hoje, diante da crise da segurança, nós temos uma demanda, Senador Ferraço, eu diria crescente no sentido da intervenção das Forças Armadas por solicitação, evidentemente, dos Srs. Governadores e com a anuência do Senhor Presidente da República. Preocupa-me o fato de que GLO não é algo para ser banalizado. GLO (Garantia da Lei e da Ordem) – se não me engano, art. 36 da Constituição Federal – é quando um governador, e o Senador Anastasia sabe disso muito bem, vive uma situação em que as forças de que ele dispõe são inexistentes, insuficientes ou indisponíveis para garantir a lei e a ordem. Ele solicita ao Presidente da República, e, então, por um espaço limitado, um local limitado, é possível a atuação das Forças Armadas.

Como nós estamos vivendo, como todos os senhores sabem, um problema sério em termos de segurança, há um pedido. E também há um outro dado, que mais adiante eu vou abordar, que é a nacionalização das grandes gangues e quadrilhas, sobretudo no Sul e no Sudeste e em todo o Território nacional, e a sua internacionalização.

Além disso, segurança de grandes eventos. Os senhores viram a participação que nós tivemos nas Olimpíadas. Aqui está inclusive o General Fernando, que na época era o Comandante Militar do Leste.

Presidente, nós tivemos 23.350 homens durante 58 dias no Rio de Janeiro – fuzileiros, também o pessoal da Aeronáutica. No total, nas Olimpíadas, algo como 40 mil militares trabalharam nas praças onde havia os esportes, trabalharam aqui em Brasília. E eu tenho orgulho de dizer que todo esse contingente não cometeu uma única infração, numa demonstração de disciplina, de compromisso e da capacitação que esses militares tiveram. Não tivemos um único senão ao longo.

E, se me permite dizer, juntamente com as outras e demais Forças que participaram conosco, nós asse-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

guramos uma parcela significativa da tranquilidade e paz durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Temos projetos sociais, e vou listar alguns. Eles são muitos, mas há com que nós temos uma especial atenção. Primeiro, Soldado Cidadão, que já alcançou 215 mil atendidos entre 2002 e 2015. O que é isso? É que o conscrito, o alistado, quando passa o seu período, sai de lá com uma profissão. Hoje as três Forças fazem isso.

E aqui, uma mágoa, se me permitem dizê-lo. Nós temos hoje, ao longo do ano, alistáveis, no Brasil, 1,7 milhão, 1,8 milhão de jovens. Nós ficamos com aproximadamente 70 mil, 80 mil, 90 mil, que são, evidentemente, as nossas disponibilidades em termos orçamentários. Nós estamos, hoje, trabalhando ao ano com 20 mil jovens que nós capacitamos, alguns muitas vezes em situações vulneráveis, para os quais essa profissão representa muito.

O que eu gostaria...

Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Basicamente, as unidades militares, durante o processo de alistamento, vão ofertar profissões em nível técnico, claro. E ele sai lá como soldador, ferreiro, carpinteiro, enfim, ele sai de lá. Agora, a mágoa que fica... Imaginem os senhores o que nós poderíamos fazer se nós duplicássemos ou triplicássemos esse contingente? E como nós temos restrições, o que nós estamos fazendo? Procurando o empresariado. Nós estamos fechando acordos com o Sesi, Senai, Fiesp, para que o setor privado possa contribuir, porque ele é o grande beneficiado, além, evidentemente, da sociedade, de um trabalho como esse. São 20 mil jovens que saem com algum tipo de profissão, além de receber lições de disciplina, além de receber lições de civismo, além de, evidentemente, conviver num ambiente que é extremamente saudável para a nossa juventude hoje.

Aí está. Forças no esporte. Fala-se muito no Programa de Atletas de Alto Rendimento: 145 atletas. De 19 medalhas olímpicas, 13 foram conquistadas por esses jovens, porque a eles nós damos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Sim. Pois é. A continência é algo que despertou bastante polêmica, e a minha visão – quer dizer, decrescente, nem tanta – é que, para o militar, a Nação está acima de tudo, a Pátria acima de tudo, e o símbolo maior da Pátria é a Bandeira Nacional. Então, o cumprimento dele é esse, como o americano põe a mão no peito, por exemplo. E olha: faz quem quer. Não há nenhuma obrigatoriedade de fazê-lo.

Agora, há aquele outro programa ali, que é de iniciação ao esporte, onde nós temos 20 mil alunos. Quem são esses meninos? São meninos e meninas que, depois do período propriamente de estudo – não é, Perpétua? –, vão a uma unidade militar e lá eles recebem alimentação, têm tratamento odontológico e vão se iniciar num esporte: vão aprender a saltar, vão a prender a jogar, enfim, é essa formação que é dada a 20 mil jovens. De novo, o que nós gostaríamos é que um programa como esse, que é um programa interessantíssimo, pudesse ser de fato ampliado.

Indo adiante, Calha Norte, os senhores conhecem muito bem. Entre 2015 e 2016, foram feitos 260 e 415 convênios os mais diversos, respectivamente, com os Municípios. Ele tem um papel de urbanização, enfim, de melhorar a infraestrutura de que nós dispomos nessa região.

Operação Pipa. Eu não sei se os senhores aqui já ouviram falar – nomeadamente, paulistas –, mas 4 milhões de nordestinos recebem água de forma gratuita, de qualidade, certificada, com total controle e usando tecnologia de ponta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Eu sou paulista e sei.

O SR. RAUL JUNGMANN – Sabia disso?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Claro! E o José Aníbal também sabe.

O SR. RAUL JUNGMANN – O José Aníbal.... Olha, acabou de chegar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Tubo bem, Senador? Como vai?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Então, vejam bem, há aqui uma coisa politicamente importante. Esse programa de 4 milhões, que representa 79 mil cisternas e 8 mil carros-pipa, não tem nenhuma influência política, isso significa uma ferida de morte na indústria da seca, que nós, nordestinos, sabemos muito bem o que representa: a troca da necessidade do nordestino pelo voto. Isso tem um efeito extraordinário e é desenvolvido pelo Exército.

Combate ao *Aedes aegypti.* Em fevereiro disponibilizamos 200 mil militares, que foram de casa em casa levando panfleto, discutiram, treinaram, capacitaram. E vamos repetir a dose agora. Alcançamos 3 milhões de domicílios.

Retorno das chuvas. O Dia Nacional de Combate ao *Aedes aegypti* não será no dia 25, mas no dia 22 – alerto os senhores –, e nós vamos repetir a dose no combate ao *Aedes aegypti.*

Transporte de órgãos. A partir da decisão do Presidente de segregar pelo menos uma aeronave, permanentemente, para transplantes, nós já fizemos 124, praticamente desde a publicação, no dia 6 de junho, e estamos ampliando isso em convênio com o Ministério da Defesa. Inclusive, em breve, nós teremos UTIs e máquinas para exames, etc. que serão transportadas dentro do próprio avião da FAB.

Apoio às eleições. Aqui entra de novo a questão da segurança.

Cito um exemplo. Nós recebemos um pedido do Governador Flávio Dino e fomos até lá, eu e o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Lá chegando... O desafio criminoso era exatamente, Aloysio, impedir as eleições, evitar que houvesse a eleição. O Governador estava apertando, digamos assim, exigindo que fossem cumpridas regras dentro das penitenciárias. Eles, então, organizados – o Comando Vermelho, o Bonde dos 40, que é regional, a Família do Norte, que é muito poderosa lá –, se uniram e tocaram fogo nas escolas – eu fui às escolas para ver. Para vocês terem uma ideia do grau da ousadia.... É inacreditável, quer dizer, queriam impedir o direito constitucional do cidadão de se manifestar. Nós atuamos em aproximadamente 500 cidades para garantir a votação e a apuração.

O Enem. Também temos uma participação logística na distribuição do material, na realização de garantias.

Estratégia Nacional de Defesa. Isso aqui é uma coisa pela qual tenho um carinho especial, porque a lei que instituiu política estratégica e livro.... Particularmente, notem: que eles passem pelo Congresso Nacional, e passem na metade do mandato, para não serem contaminado nem no início nem no fim, evidentemente pelo período eleitoral, que tem as suas evidentes funcionalidades. Mas é melhor no meio, quando a gente pode, com mais serenidade, avalizar.

A Constituição, no nosso presidencialismo – herdamos isso historicamente –, dá poucas atribuições ao Congresso Nacional em termos de Forças Armadas – essencialmente, a análise do Orçamento, fazer a guerra e decretar a paz, pouco mais do que isso. Há, claro, o caso de estado de defesa e estado de sítio também, mas essas não são questões eminentemente militares.

Então, essa discussão se faz essencial aqui dentro do Congresso Nacional. Nós estamos entregando hoje ao Presidente Renan, Presidente do Congresso e Presidente do Senado – com algum atraso, é verdade –, todas essas políticas devidamente atualizadas. E eu pediria ao Sr. Presidente desta Comissão que fizesse audiência pública para discutir esses instrumentos, porque essa não é uma questão militar, essa é uma questão do País, como vamos ver com mais clareza adiante.

Aqui apenas um breve histórico, uma linha do tempo para mostrar como evoluiu essa questão.

Em 1946, nós temos o Estado Maior, que é criado. Em seguida, em 1949, havia o Estado Maior das Forças Armadas, que era o quarto Ministério militar que nós tínhamos. E, em 1969, nós tínhamos o Conceito Estratégico Nacional. Vem a Constituição, e, em 1996, temos a primeira Política de Defesa Nacional. E aí há os dois eixos, as duas vertentes, tanto a participação ampla da sociedade civil, porque isso foi amplamente discutido, como também, evidentemente, do vetor militar. Vem, em 1999, a criação, no governo Fernando Henrique, do Ministério da Defesa. Em 2005, atualiza-se, já no governo Lula, a Política de Defesa Nacional. Em 2008, acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que existe aí uma espécie de ruptura, se me permitem dizer, durante a gestão Jobim – é preciso dizê-lo –, em que, de fato, o que entendo como certo vazio em termos conceituais e estratégicos é preenchido. A verdade é que, desde a redemocratização, nós não tínhamos um encaixe da Defesa e, obviamente, das Forças Armadas dentro de um projeto nacional de desenvolvimento. Isso acontece em 2008. Poderíamos conversar muito sobre o significado que tem isso. Quando rui o conceito leste-oeste e o conceito hemisférico, quando ocorre a Guerra das Malvinas, em 1982, quando os Estados Unidos optam pela Otan ou Nato, e não pelo TIAR, com todos os reflexos que isso tem sobre o pensamento de defesa militar brasileiro, aquele é um momento, eu diria, de refundação, por assim dizer. De fato, é importante rever isso.

Adiante, estão as atualizações que são feitas, nós estamos chegando agora à terceira.

Quais os principais conceitos, hoje, em termos de defesa? É algo bastante complexo. Faço um resumo muito sumário daquilo que nós entendemos hoje por defesa. Ela inclui os grandes dês, defesa, desenvolvimento, diplomacia e democracia, que são articulados, que são fundamentais para a evolução do poder nacional e que estão absolutamente relacionados um com o outro.

A estratégia de defesa é entendida como dissuasão e cooperação. Embaixo, os senhores veem o que significaria o *smart power*, pois o Brasil é uma potência da paz, sem dúvida, mas essa é uma discussão que o Senado e o Sr. Presidente têm de conduzir. Não podemos dissociá-lo do chamado *hard power*, levando àquilo que Joseph Nye chama de *soft power*.

Vejam bem, por razões que aprofundaremos um pouco mais adiante, nós temos hoje uma espécie de disjuntiva entre a vertente ou eixo diplomático e a vertente ou eixo em termos de defesa. Nós estivemos com o Ministro Serra há praticamente uma semana e meia. Foi um encontro que considero inaugural da cúpula do Ministério das Relações Exteriores e de toda a cúpula do Ministério da Defesa, para alinhar diplomacia e defesa, porque um País que pretende ter projeção global, projeção internacional, não pode separar isso. Vamos explicar mais adiante por que isso não deve e não pode acontecer. Essa discussão no Congresso Nacional é fundamental.

Os setores estratégicos são o cibernético, o espacial e o nuclear. No cibernético, que está submetido ao Exército – é ele que o desenvolve, é ele que o comanda, embora as outras Forças também participem desse esforço –, nós hoje podemos dizer, Presidente Aloysio, que nós temos uma criptografia, que é um dos elementos relacionados a isso, 100% nacional, verde e amarela, que nos dá segurança.

Aliás, nesse sentido, quero dizer e comunicar a esta Comissão que, com o Brigadeiro Rossato, irei, na próxima terça-feira, à França para receber o primeiro satélite brasileiro. O primeiro satélite brasileiro desenvolvido juntamente com a França e lançado em março em Kourou representará um salto enorme em termos de defesa, em termos de comunicação e também, evidentemente, em termos de domínio de tecnologia. Esse satélite de alta altitude possibilitará que nossas comunicações, inclusive a distância, a orbitagem dele, sejam comandadas por nós.

Não sei se os senhores sabem, mas um satélite, se muda de posição, pode inviabilizar todo um feixe de comunicação. E você pode simplesmente cessar a capacidade de comunicação de um país se você não tem o controle. Então, esse é um enorme avanço que estamos tendo, mas isso é na área espacial – eu me desloquei para a área do Brigadeiro Rossato.

Aqui temos algumas coisas que precisamos repensar. Vou me referir a duas delas: uma é que precisamos retomar esse setor, precisamos reanimar esse setor. Isso aconteceu a partir dos problemas que tivemos com o lançamento do VLS, que foi um baque, estamos procurando recuperar, e a outra foi uma discussão que temos que arquivar: a Base de Alcântara.

Sr. Presidente, o lançamento de um satélite hoje – e existe, só para o de baixa altitude, um mercado de 3 mil lançamentos – pode ir de US$30 milhões a US$60 milhões. Os senhores têm ideia do que representa para o Brasil? Estávamos paralisados desde 2001, com uma discussão travada aqui sobre se tínhamos ou não restrições à soberania, pelo acordo de salvaguarda com os americanos, que nos inviabilizaram? Ora, temos que separar a parte das salvaguardas, que evidentemente são importantes e necessárias, da questão comercial. Embora os Estados Unidos, Senador Armando, detenham aproximadamente 85% dos componentes dos satélites que vão ao ar, e, por isso, têm uma posição preponderante, temos que ser criativos e encontrar saídas para voltar a funcionar isso aqui. Não faz sentido estarmos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Sem apoio e salvaguarda dos Estados Unidos, você não lança praticamente satélite nenhum.

O SR. RAUL JUNGMANN – E, diga-se de passagem, o apoio com a Ucrânia praticamente repetiu tudo o que lá se encontrava.

Mas não vamos, de novo, juntar isso. Vamos tratar, vamos apresentar.... Estamos retirando a mensagem do Congresso para refazê-la e reapresentá-la aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Boa notícia que o senhor está dando. Ela está tramitando ainda, como um morto vivo, está na Câmara dos Deputados.

O SR. RAUL JUNGMANN – Constituímos um grupo a ser coordenado pelo Brigadeiro Alvani, que aqui está e que é um grande especialista nessa questão.

Quero dizer que podemos, sim, travar uma discussão ótima, sem problemas, a respeito da questão relativa à soberania, mas a questão comercial, Senador Anastasia, tem que caminhar no seu eixo próprio, e não somos obrigados a lincar uma coisa com a outra. É muito importante que isso se dê, porque poderíamos ter, imaginem, em termos de balanço, um bilhão ou um bilhão e meio ao ano, e isso não é brinquedo. Bastou dizer que iríamos repensar e já começaram a chegar cartas de empresas interessadas. Bastou falar, e elas já se interessam, porque sabem da vantagem. Da mesma forma, o lançamento de microssatélites, hoje uma boa perspectiva.

E há o nuclear, que fica a cargo da Marinha. Eu gostaria de dizer uma coisa aos senhores: o Ministério da Defesa, Forças Armadas, Senador Armando, é o maior contratante individual de tecnologia do Brasil. Não há nenhum outro contratante que tenha capacidade de desenvolver tecnologia dual, que é aproveitada tanto para fins bélicos como também para fins outros em termos de sociedade. Basta lembrar a internet, que tinha sua primeira função relacionada à questão nuclear, atômica, e que hoje é algo de uso de todos, por assim dizer.

Essas são as questões desenvolvidas. Vamos apresentar, mais adiante, a evolução dos projetos estratégicos, inclusive do submarino nuclear. Alguém pode perguntar: por que precisamos de um submarino nuclear? Vou dar um exemplo que cito sempre: os senhores se lembram da Guerra das Malvinas? Pois bem, um único submarino – único submarino! – nuclear inglês manteve nos portos toda a armada argentina, toda a armada argentina! Por quê? Porque localizar, dada a velocidade do seu deslocamento, é algo extremamente difícil. Claro que o submarino a diesel tem a sua função. Inclusive ele é mais silencioso, mas é muito mais lento. Então, basta um deles.

Um país com 7,5 mil quilômetros, com toda infraestrutura estratégica que é o pré-sal, ele não dispor e não dominar essa tecnologia? E, olha, essa tecnologia não se vende, não se dá, não se faz parceria. Ou o país se dispõe a desenvolvê-la – e isso é autonomia, isso é Defesa Nacional –, ou, então, a gente não vai adiante.

Orçamento.

Essa foi uma ideia... Despesas totais empenhadas.

Vejam que, em termos absolutos, desde 2006, quando nós chegamos a R$62 bilhões de fato empenhados, a até R$98 bilhões... Perdão; R$90 bilhões, que são do próximo ano. Tivemos uma queda em 2016, fruto da crise, mas, em 2017, estamos subindo isso.

Agora, a realidade. E peço muita atenção para esse gráfico, porque aqui, Senadores, nós temos o orçamento dessazonalizado, ou seja, subtraindo, digamos assim, o IPCA dele. E, Senador Cristovam – seja bem-vindo! –, o que nós temos ali é um crescente de 2006 até 2010. Chegamos a R$73 bilhões, mas, em valores reais, nós, em 2016, chegamos a R$46 bilhões, ou seja, quase 30% – quase! –, mais precisamente 27% a menos. Isso tem um impacto, e, logo adiante, os senhores vão ter uma ideia do que isso representa.

Ao mesmo tempo, você tem uma queda, que também acompanha, em termos de pessoal e encargos, o que quer dizer aquilo a que eu me referi: a ampliação dos efetivos militares temporários, que é uma redução de carga. E, em troca disso, vejam que, na última linha, a verde que ali se encontra, estão os investimentos – está o PAC e estão também as chamadas despesas discricionárias. E ela cai muito menos. Por que ela cai menos? Porque há uma preocupação, nas Forças, em reduzir os seus gastos em outros níveis, mas manter o investimento, que é crucial hoje em dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

No Orçamento de 2017, que está aqui no Congresso com o Senador Eduardo Braga, nós tivemos uma ampliação. Em valores absolutos, o Orçamento de 2017 para as Forças Armadas é o maior que nós temos no registro histórico. Evidentemente que, em termos dessazonalizados, não é assim. Mas, em termos de valores, é o maior orçamento. Nós conseguimos, com toda a dificuldade, ampliar em 10%, e essa ampliação se dá, sobretudo, em termos de investimento...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Inclusive por emendas daqui.

O SR. RAUL JUNGMANN – Inclusive.... Aliás, agradeço os Srs. Senadores, muito enfaticamente, pelo apoio e pelas emendas que têm colocado no nosso orçamento.

Ali está a progressão que nós temos, na última coluna à direita, por Força e na Administração Central, que teve uma redução por projetos que foram encerrados.

Sobre o Projeto de Lei Orçamentária 2017, está ali a sua distribuição. Evidentemente os senhores já devem ter conhecimento dele.

Para se ter uma ideia, nós estávamos precisando de R$200 milhões para poder finalizar o KC-390. Não sei se os senhores já ouviram falar, mas o KC-390 é uma coisa fantástica. É a capacidade que tem o Brasil de competir com as maiores e mais modernas, as gigantes do mundo, em termos de tecnologia. Nós produzimos um avião birreator que, hoje, vai ocupar o nicho do C-130, que é exatamente o Hércules, no mundo inteiro. E nós estamos atrasados, Senador Aloysio, porque nós temos dois protótipos voando – já voaram 690 horas aproximadamente –, mas o terceiro, que é fundamental para a certificação para podermos vender, estava dependendo, Senador Cristovam, de R$200 milhões.

Nós temos a possibilidade, em carteira, de até 500 unidas serem vendidas. Nós temos capacidade de produção, quando entrarmos em regime de produção, de 18 unidades/ano.

Isso representa algo como R$1 bilhão, R$1,2 bilhão, que nós vamos ter em termos de impostos, de emprego e de tudo mais. Então, é esse apelo que nós fazemos aqui para que a gente consiga esse dinheiro faltante e possa contar com esse projeto que é tão importante para todos nós.

Bom, agora chegamos a um outro ponto para o qual eu quero pedir muita atenção dos senhores, que são exatamente os projetos estruturantes, os grandes projetos estratégicos em desenvolvimento nas Forças Armadas, eis aí a realidade. Esses projetos somam 122 bilhões, dos quais 27 bilhões já foram gastos e investidos e faltam 95 bilhões. Quais são eles? O submarino de propulsão nuclear, que os senhores conhecem bem aqui, onde investimos 1,8 bi, faltam 7,1; os submarinos convencionais – são 4 submarinos diesel-elétricos, três deles em construção e em desenvolvimento –, 5,3, faltando a outra metade; a tecnologia nuclear, que é o domínio do ciclo do enriquecimento etc., 0,9, faltando aproximadamente 6; o estaleiro e base naval, porque é decisivo e fundamental ter uma estrutura em que essa frota que se encontra em Itaguaí possa operar, que exige ferramental equipamentos, estruturas diferenciadas e isso tudo agrega tecnologia de ponta, Senador Cristovam, tecnologia efetivamente, em termos de estado da arte, onde nós temos metade, mais da metade lá já se encontra; o Guarani, que é o blindado que atualiza, porque tanto Urutu como o Cascavel se encontram já em fase de fim de ciclo, ou seja, caminho da obsolescência – nós fizemos um contrato inicial de aproximadamente 2 mil unidades com a Iveco, que é quem venceu o processo de licitação, reduzimos para mil e hoje, praticamente, no que seria uma linha de montagem mínima de 60 Guaranis, nós estamos com algo em torno de 16, 20, o que é uma frustração.

O Guarani, hoje em dia, em termos de guerra, em termos de deslocamento, é fundamental, o transporte de tropa que ele faz, o ataque que ele faz, e evidentemente, em ataque, atua também com outras várias funções. E ele, sobre rodas, o que é adequado à nossa realidade, não é de lagarta. E nós temos a 4x4, 6x6 e 8x8 e boas oportunidades em termos de investimento externo.

O Astro 2020 é um produto autenticamente nacional, desenvolvido pela Avibras, tem três tipos de modelo, sendo o de mais longo alcance de 200km, uma boa oportunidade em termos de investimento, está sendo já produzido, é um míssil.

O Sisfron. Aqui chegamos à questão da fronteira. O Exército projetou um sistema integrado de monitoramento de fronteira para os nossos 17.000km, incorporando muita tecnologia, ou seja, incorporando satélite,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

incorporando radar, incorporando Vant, que é o veículo aéreo não tripulado, e praticamente se encontra adstrito a um único espaço, se não me engano, em Dourados – é isso, Alvani? –, lá no Mato Grosso. Basicamente é do que nós dispomos.

Então, Senador Cristovam, um dos problemas mais graves que nós vivemos na nossa cidade, um dos problemas mais críticos que nós vivemos em nossa cidade tem a ver diretamente, porque aqui defesa e segurança estão juntos; fronteira, defesa e segurança estão juntos. E, como através de lei complementar, na fronteira, na faixa de 150km, as Forças Armadas podem ter a função de polícia preventiva e repressivamente, tanto no caso de crimes transfronteiriços, como também no caso de crimes contra o meio ambiente, isto aqui é uma peça fundamental em termos da nossa soberania e da segurança das nossas cidades, tantas vezes reclamada.

O HX-BR foi a compra de 50 helicópteros que foi feita exatamente para renovar a frota de asa móvel, como se chama. Eles já se encontram, em boa parte, devidamente entregues. Temos um restante, metade do programa.

O FX-2 é o Gripen. Eu estive anteontem em Gavião Peixoto, onde vi a instalação do núcleo de *design* e desenvolvimento. É impressionante, Senador Cristovam, o que existe de tecnologia lá.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Mais uma visita que vale a pena fazer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Eu faço e estou à disposição. Na hora em que os senhores decidirem fazer essa visita, nós os transportaremos, com enorme prazer, com enorme prazer. E eu diria: é algo imperdível.

Hoje, nós temos 150 engenheiros que estão na Suécia desenvolvendo esse avião. E por que é importante exatamente enfatizar o desenvolvimento? Porque nós não estamos comprando tecnologia pronta. É evidente que já existe um Gripen, mas o Gripen NG monoplace e biplace que nós estamos desenvolvendo é algo que sai da prancheta, que é concebido e é desenvolvido conjuntamente com os brasileiros. E isso representa, dentro dos acordos que forem feitos, que a venda, por exemplo, de Gripen no futuro, em toda a América do Sul e América Central – corrija-me Alvani –, e até América do Norte, nós seremos partícipes da venda, porque estaremos desenvolvendo um outro avião, um novo avião. No caso da Europa, eles têm prioridade. Em outros lugares, é como um caso a caso que se tem para desenvolver. Inclusive a Índia está para comprar um grande número de Gripen neste momento.

Ao KC-390 eu já me referi, que é o nosso cargueiro, que precisamos produzir. O desenvolvimento tem um custo, mas nós temos.... Esse mercado de produtos de defesa, Senador Aloysio, é um mercado assimétrico, com informação bem diferenciada dos outros mercados. Então, um dos pré-requisitos é que o país produtor compre esses produtos, o que, de certa forma, é uma certificação.

Nesse sentido, eu queria dar uma boa notícia a esta Comissão. Na semana retrasada, nós criamos o primeiro mestrado em Economia da Defesa do Hemisfério, Senador Cristovam, com a sua UnB. Pela primeira vez, nós vamos ter um mestrado em Economia da Defesa aqui no Brasil. Estamos iniciando, no próximo ano, com 30 vagas, esse projeto.

Aquele ali, o SGDC, é o satélite que nós estamos indo receber, eu e o Brigadeiro Rossato. É um satélite de alta altitude. O valor não está completo, mas alguma coisa como R$1,5 bilhão nos custou o desenvolvimento desse satélite e seu lançamento.

Então, em linhas gerais, essa é a nossa situação.

Aqui, ao final, um comentário que eu gostaria de fazer.

Quando esses projetos, em boa medida, foram propostos, nós vivíamos aquele êxtase da grande explosão, expansão comercial e econômica em todo o mundo. E esse ciclo se encerra em 2008 aproximadamente. O que aconteceu? As Forças foram autorizadas a deflagrar esse processo. Veio a mudança do ciclo econômico, a queda da arrecadação, e hoje nós vivemos com essa situação, em que projetos que se encontram em processo de maturação – é o caso, por exemplo, especificamente do submarino nuclear –, mas que têm um longo futuro pela frente, em termos de recursos, com a nova realidade fiscal, com o novo regime fiscal. E nós hoje estamos discutindo esta questão: como vamos enfrentar a mudança de ciclo que estamos vivendo e como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vamos poder levar adiante esse projeto, que exige muita ousadia.

Crise não deve ser sinônimo de paralisia. Crise não deve ser sinônimo de abatimento; pelo contrário, de redobrar esforços, de ousadia para vencer isso. E nós estamos discutindo maneiras de obter financiamento. Evidentemente não temos tudo solucionado, mas estamos pensando em como obter isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E a discussão do orçamento, a partir do novo marco, digamos, fiscal do País, vai ficar cada vez mais importante. A importância desta Comissão é se aparelhar para discutir o orçamento da Defesa a sério.

O SR. RAUL JUNGMANN – Senador, o que o senhor diz é música para os nossos ouvidos. Tudo que nós queremos é uma boa audiência do Congresso Nacional para essas questões.

Lá adiante, Senador Cristovam, vou abordar o que chamo de inimigo que nós temos. Temos uma espécie de mantra, de que o Brasil não tem inimigos, não sofre ameaça. Quero discutir isso ao final.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Quero conversar com esta Comissão, que é estratégica para esse tema.

O que propiciam os investimentos no PAC em Defesa? Incorporam tecnologias inovadoras; ampliam os investimentos, que "transbordam" para outros segmentos, ou seja, para a sociedade, para a economia; geram produtos exportáveis de alto valor agregado; aprimoram a formação de servidores, técnicos e universitários; geram milhares de empregos, alguns de nível muito sofisticado.

Chegamos agora ao tema da Base Industrial de Defesa. Não existe defesa, não existe autonomia, não existe soberania, sem uma Base Industrial de Defesa. Hoje, o componente industrial e tecnológico, o teor tecnológico, no mundo, não apenas na Defesa, é simplesmente decisivo, é a linha vermelha, a *red line*, que separa quem pode dizer que já tem uma defesa e quem não pode dizê-lo, porque, nesse setor aí, compra de tecnologia não é compra de independência, muitas vezes, embora não se deva reinventar a roda. Que fique claro isso!

Quanto à atividade econômica, hoje o complexo, o *cluster* de defesa e de segurança representa, segundo a Fipe de São Paulo, R$202 bilhões, ou seja, 3,7% do PIB. Quanto a emprego e renda, são gerados 30 mil empregos diretos e 120 mil indiretos. Quanto ao comércio exterior, para os senhores terem uma ideia, o mercado de defesa no mundo é de US$247 bilhões, com média de US$24,7 bilhões mundo afora.

Quanto aos multiplicadores econômicos fiscais, para cada R$1 investido, há R$0,55 em impostos, que é a média nacional.

Quanto ao fomento à Base Industrial de Defesa, esse é o principal objetivo. Dando prosseguimento às iniciativas de fomento, seguem-se os eixos estruturantes.

Senador Armando – o senhor foi um ilustre Presidente da CNI e conhece parte desta realidade –, estamos fazendo uma grande reengenharia no âmbito da Seprod. Recebemos um trabalho anterior, iniciado pela Perpétua, que foi Secretária de Produtos de Defesa, ao qual estamos dando efetivamente prosseguimento.

Veja, nós estamos reformulando os incentivos econômicos, a promoção e a inteligência comercial. Praticamente, estamos partindo do zero. Nós estamos chamando aqui todos os nossos adidos militares. O Ministério da Defesa, Senadores, tem a segunda maior rede de representação internacional do Brasil. Nós só perdemos para o de Relações Exteriores, por óbvio. Nós estamos representados em 65 países mundo afora. Então, estamos trazendo esses adidos e dando a eles uma formação para a inteligência comercial, para que aproveitam a oportunidade exatamente em termos de exportação.

Outro eixo estruturante é o da Ciência, Tecnologia e Inovação, por óbvio; o de financiamentos e garantias, que é uma questão central para se poder relançar esse setor; o de estratégia e relação governo a governo, porque os mercados exigem essa relação; e o da agenda regulatória, que precisa ser atualizada.

Em termos de incentivos econômicos, buscamos o fim das assimetrias tributárias entre os produtos nacionais e os adquiridos no exterior – falo disto daqui a pouquinho – e a ampliação do uso do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid) e do Termo de Licitação Especial. O que é isso? A Lei nº 12.598, fruto de trabalho de anos, de um grande trabalho deste Congresso Nacional, encontra-se aí, mas não tem sido efetiva. O Regime Especial Tributário tem alcançado até agora apenas duas das empresas da Base Industrial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de Defesa. Então, precisamos fazer a reformulação dele. E o Termo de Licitação Especial sofre de uma insegurança, porque, quando você vai usá-lo, o TCU diz: "Olha, use a Lei nº 8.666." Então, nós ficamos numa situação de insegurança.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não há uma lei específica?

O SR. RAUL JUNGMANN – Há uma lei, mas o entendimento do TCU é o de que você volte para a Lei nº 8.666.

Agora, quero dizer o seguinte: nada tenho contra a Lei nº 8.666, que pode até ser aperfeiçoada, Senador Anastasia.

Mas esse mercado exige, impõe, para o seu desenvolvimento – isto pode ser objeto de discussão –, que haja um Termo de Licitação Especial, que não está sendo usado. Então, fizemos um grande trabalho e estamos parados ali.

Inteligência comercial. É preciso colocar o Ministério da Defesa na Camex, já que nós somos anuentes do comércio exterior.

Aqui há outro problema. Nós não temos dados consolidados sobre importação e exportação de produto de defesa. Nós não temos uma base de dados, hoje, para poder fazer o desenvolvimento dessas políticas. Nós estamos construindo isso.

Há a necessidade de uma política comercial e tarifária específica para o setor, que nós ainda não temos. Ressalto também a inclusão de capítulo de defesa nos acordos internacionais de compras públicas, o que é muito importante.

Financiamento e garantias.

Nós já conversamos com a Maria Silvia, Presidente do BNDES, sobre uma linha de financiamento do BNDES governo a governo, o que vai facilitar bastante o processo de exportação.

A *performance bond* é exatamente um seguro de exportações. Só o Banco do Brasil faz isso; os outros não têm entrado nesse mercado. Nós precisamos que o Fundo Garantidor de Exportações participe desse esforço. Por quê? Porque a empresa, Senador Ferraço, no *performance bond*, na avaliação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – ... tem um limite de crédito. Se não contarmos com o Fundo Garantidor para permitir que ela vá além – evidentemente, com as devidas garantias –, nós ficaremos presos a essa realidade.

É preciso permitir a participação dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, Senador Armando, para, inclusive, levar e descentralizar essa base industrial de defesa, que é importante.

Estratégia de governo a governo: venda de produtos para países parceiros e reconhecimento mútuo de especificações por laboratórios. Esse é um mercado extremamente regulado, que precisa de certificação e de reconhecimento.

Ciência, tecnologia e inovação: luta para poder liberar mais recursos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e desenvolvimento de novos mecanismos de financiamento.

Agenda regulatória.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É necessário restabelecer recursos desse Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o desenvolvimento da tecnologia da defesa, porque, no ano passado – o Cristovam estava assistindo à audiência pública que fizemos ontem –, 40% do orçamento desse fundo foram para Ciência sem Fronteiras. Quer dizer, há um desvirtuamento completo do fundo.

O SR. RAUL JUNGMANN – O senhor quer um exemplo prático disso? Nós estávamos dependendo de R$10 milhões para instalar fibra ótica, inclusive na área de educação fundamental, em toda a Amazônia, no leito dos rios. Nós conseguimos isso depois de uma boa luta. Imaginem o que representa para a Amazônia esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sistema de fibra ótica: possibilidade de avanço, fim do isolamento, troca de dados, educação, saúde, tudo que os senhores possam pensar. Então, é fundamental que nós obtenhamos o que disse aqui o Senador Aloysio.

Compensação/*offset*. Nós precisamos atualizar essa política. Toda vez que se faz uma importação.... Por exemplo, há um *offset*, uma compensação. Isso vem desde o governo Collor e precisa ser atualizado. Política nacional atualizada da indústria e defesa; política de obtenção de produtos de defesa; e, obviamente, um manual de procedimentos para uso do Termo de Licitação Especial para reduzir essa insegurança que nós temos.

Temos também uma agenda legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Aliás, o Senador Anastasia trabalhou intensamente no projeto de lei, que devemos examinar logo mais no plenário, sobre a atualização da Lei de Licitações. Quem sabe seria uma oportunidade de acrescentarmos algumas emendas, de modo a trazer esse regime especial de licitação para o plano de defesa dessa Lei Geral de Licitações.

O SR. RAUL JUNGMANN – Passando da intenção ao gesto, sugiro ao Sr. Secretário de Produtos de Defesa, Flávio Basílio, que procure o Senador e trabalhe.

Agenda Legislativa: revisão da Lei nº 12.598; isenção do Imposto de Importação e do ICMS para a aquisição de insumos da BID por parte das Forças Armadas. Por quê?

Porque, por exemplo, se as Forças Armadas compram no exterior produto, elas têm isenção de ICMS e têm isenção de IPI. Se uma indústria nacional, brasileira, verde e amarela, compra um insumo no exterior, ela paga insumo e paga IPI. Ou seja, eu estou favorecendo, exatamente, a empresa estrangeira. Ou para todos ou para nenhum. Acho que os senhores hão de concordar com isso. Isso é muito importante para nós.

Bom, agora encerramos, praticamente estamos chegando ao fim da nossa exposição. Vamos conversar um pouquinho sobre o tema do entorno estratégico – e eu peço a atenção dos senhores para aquele mapa, Dr. Cristovam, para aquilo que está ali.

Evidentemente que o nosso entorno estratégico é a nossa casa. A nossa casa é o subcontinente sul-americano, ali está ele, ali está o continente. Evidente que, em termos de defesa, a nossa preocupação, além Brasil, que, óbvio, é a nossa preocupação primeira, é o subcontinente sul-africano.

Esse entorno estratégico expandido alcança, sobretudo – evidentemente ele está indo um pouquinho além – a costa ocidental da África. E aí nós começamos a ter alguns problemas, que é preciso parar e refletir um pouco.

Em primeiro lugar, Srs. Senadores, como dizia ainda há pouco – e me corrigiu – o Almirante Leal, 95% de todo o comércio marítimo brasileiro segue a rota ao norte, passando ali pelo Cabo Verde – que é aquela projeção ali ocidental da África – ou então ele faz o caminho inverso: ao sul, girando pelo Cabo Bojador, Tormentas – agora não me lembro –, para você chegar e acessar os mercados da Ásia, do lado de lá – 95%!

Pois bem. Hoje nós temos ali no golfo da Guiné – e obviamente se espraiando tanto para norte quanto para sul – pirataria, assalto a navios, uma alta insegurança. Sabe o que isso representa? Que você tem que ampliar a escolta, que você tem que armar esses navios, que eles têm que andar a uma velocidade maior.

Isso representa, para cada um deles, Senador Ferraço, mais algo como US$80 mil ou US$90 mil, em termos de frota. E isso tem uma reversão em termos de custo para nós. Além de que, quero lembrar aos senhores, nós temos ali na Costa, sobretudo no Sudeste do Brasil, o pré-sal. Mas há um pré-sal do outro lado, ali no Golfo da Guiné.

Hoje uma boa parte do petróleo já está sendo extraída ali, ou seja, em Angola, por ali. Então, o que acontece? Com o preço do petróleo baixo, isso tem sido mais ou menos, digamos assim, administrado. Mas quando o preço do petróleo voltar a crescer – o que pelo menos se estima. Eu tive essa conversa com Pedro Parente, que dizia que dentro de um certo isso volta.... Os senhores sabem que onde há petróleo há eixo geoestratégico.

Então, aquilo dali vai ser uma zona de fato que vai atrair a atenção das potências. E nós temos um projeto, que vem desde 1986, que o Zopacas, a Zona de Paz do Atlântico Sul, que é estratégico. Essa é a nossa fronteira a leste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, veja bem, aquilo pode ser ou poderá vir a ser uma zona de instabilidade e de pressão no Atlântico Sul. O Sr. Almirante Leal esteve, há algum tempo, com o Comandante da Marinha americana. E ele abriu um grande telão, em que estavam todos os navios de guerra americanos. Só um mar, um oceano não tinha um navio de guerra americano. Acertaram: o Atlântico Sul. Mas essa realidade tende a mudar.

Há outra questão, que preciso explorar, que é o seguinte – permita-me a digressão aqui, mas ela é importante para o final: hoje nós temos algumas coisas que estão mudando no mundo. Uma delas, os senhores sabem, é o Brexit, que é exatamente a saída da Inglaterra da Comunidade Europeia. Isso tem efeitos em termos de defesa.

A saída da Inglaterra, que tem como grande aliado os Estados Unidos, que é a Aliança Atlântica e opção primeira dos Estados Unidos – perdão, da Inglaterra – desde a Primeira, Segunda Guerra Mundial, ela significa tirar uma trava para o quê? Para o que os europeus chamam de revisão estratégica da Europa e que nós, de forma não polida, podemos entender como rearmamento da Europa.

Isso já vinha sendo cobrado em parte pelos americanos e está sendo muito mais cobrado e um dos efeitos da vitória do Trump.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Claro, ele diz que é sair fora da NATO.

Nós temos uma zona de tensão ali que é exatamente a oeste da Rússia que é aquela parte onde vocês tem Ucrânia para cima, os países bálticos, etc. Nós temos uma ameaça também em que a Europa se sente numa defensiva que é a questão das migrações, mas também os desequilíbrios que vêm, sobretudo do Oriente Médio, me refiro particularmente ao Isis e ao Daesh, no caso da Síria e do Iraque, essa conjuntura está fazendo com que a Europa reveja o seu projeto e passe por um rearmamento.

E, aqui, uma conclusão que vale por uma retrospectiva histórica: quando isso aconteceu, nós não tivemos muito boas perspectivas, a lembrar particularmente e, longe de nós imaginarmos que vamos caminhar para isso, as duas grandes guerras que tivemos. Mas qual é o efeito que isso tem em termos de defesa estratégica para nós? É que a Europa, através dessa nova e em evolução concepção, entende que o perímetro estratégico dela chega até o meio da África, chega até a Mauritânia incluindo Sahel. Essa projeção, quando projetada, se faz o círculo, ela se projeta sobre o Atlântico Sul e novamente temos pressão ou vamos ter pressão fruto disso.

Isso para chamar a atenção de que a nossa realidade em que dizemos "não temos ameaças, não temos isso, não temos aquilo" é verdade, mas isso não é eterno. Nós temos – Senador Aloysio, queria encerrar essa parte aqui e ir par ao final realmente –, o que chamo de bônus da providência. O que é isso? A leste temos a costa ocidental da África, nenhuma ameaça até aqui; exato, a leste a África e o Atlântico Sul zona de paz. A oeste temos a Hileia Amazônica, a Amazônia, zona subpovoada onde os nossos grandes problemas são crimes transfronteiriços. Não temos problemas de fronteira que é classicamente a história de conflitos interestatais – temos enormes problemas em termos de fronteira – e, ao Sul, onde nós tínhamos aquela rivalidade que vem entre o Reino da Prata e o Reino de Portugal com a Argentina, lembrando que o Barão de Rio Branco e o Itamaraty jogaram duro quando a tentativa da recomposição do reino – é bom lembrar isso – do Reino da Prata que incluiria Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai e aquilo ali foi uma zona histórica de conflito, mas isso estabilizou com o Mercosul e adiante.

Então, isso...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Antes dele o Visconde do Uruguai contra Rosas.

O SR. RAUL JUNGMANN – Visconde do Uruguai, bem lembrado. Então, contra Rosas inclusive quando nós bloqueamos o porto de Buenos Aires.

Do que estou querendo chamar a atenção? Esse bônus da providência não é eterno, esse bônus da providência que eu aqui citei não é eterno, entretanto as elites brasileiras e este Congresso, me permita, como membro dele, de certa forma, tem essa visão de que isso será eterno. Não, não será. Isso não significa dizer que devemos ser belicosos, guerreiros ou deixar de considerar os princípios fundamentais da nossa Constituição:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

soberania, independência dos povos, respeito às nações. Não, não é isso, mas não é possível que a gente possa imaginar que um País com essa dimensão, com essa população, com esses recursos será eternamente o País que não tem qualquer tipo de restrição aos seus interesses nacionais.

Vamos adiante.

No restante, nós temos, basicamente, como nós nos relacionamos com os outros polos dinâmicos.

E, aqui, uma outra correção. A estratégia e política nacional de defesa, consistentemente, deflui, em grande parte, nas relações externas, em uma estratégia sul/sul, mas, entretanto, nós temos que rever tanto, acredito eu, em termos diplomáticos, mas também em termos de defesa, a nossa relação sul/norte. Não que esteja equivocada uma estratégia sul/sul, pois o nosso entorno estratégico é América do Sul e África, mas, de fato, os grandes centros dinâmicos do mundo e hoje em expansão não estão aí, futuros, sim, mas não estão aí. O mar da China, o sul do pacífico, a Europa, os Estados Unidos não se encontram aí. E, de fato, nós temos que ter essa amplitude, temos que ter prioridade, precisamos ampliar essa percepção.

E missão de paz, nós temos hoje 80 missões de paz, 1.310 militares. As duas principais, uma no Haiti, ali onde nós temos hoje 970 militares. Estamos sabendo que as eleições transcorreram com estabilidade. Isso, para nós, é fundamental. No meu entendimento pessoal, nós estamos há 12 anos no Haiti e acho que esse ciclo se perfez. Nós temos outras missões e nós temos convites, os mais diversos, da ONU para perfilar outras missões de paz no mundo afora, mas nós não podemos sair, Senador Ferraço, porque ainda não se deu essa estabilização até o presente momento.

A segunda importância, e isso é muito simbólico para nós, nós estamos lá, na direita, no alto, no Líbano. Nós, hoje, coordenamos, a Marinha Brasileira coordena, a única missão de paz marítima da ONU e há cinco anos nós coordenamos sete países lá.

Eu estive recentemente, inclusive, quando dessa comemoração e é muito, muito, muito exitoso o trabalho que é lá desenvolvido pela Marinha brasileira. E isso é uma projeção, dentro das nossas concepções, de paz, de respeito, de força de paz, enfim, importantíssima, além de estarmos em todas aquelas outras ali, às vezes como um observador e, às vezes, de uma forma mais ampla, mas temos, pelo menos, 16 opções de missões de paz para fazer mundo afora.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, só uma pergunta, um esclarecimento, se me permite, ao Sr. Ministro.

Só uma dúvida, o que é DPKO/ONU – 05 mil?

(*Interrupção do som.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Ou seja, o departamento da ONU que cuida de missão de paz.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Nós temos o quê?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Ah, cinco. Nós temos cinco militares. Eu não estou conseguindo passar agora para o último eslaide. O que foi que houve?

Veja se você consegue, é o último.

Bom, se não consegue...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... de tecnologia não consegue mexer.

O SR. RAUL JUNGMANN – Verdade, veja você.

Bom, esse é o fecho e a nossa conversa final.

Se nós.... É evidente que nós temos uma escala de prioridades e este Congresso reflete isso, cujo centro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

– vencida a democratização, vencida a inflação – das preocupações de prioridades nacionais estão relacionadas às nossas desigualdades sociais. Ou seja, especificamente, a questão da educação, a questão da saúde e a questão do emprego.

É justo que seja assim? É. Somos um País, ao mesmo tempo, dual, com um alto nível de desenvolvimento em algumas áreas e, efetivamente, em certa medida, não modernos, não contemporâneos ou não ao nível do que nós desejaríamos ser em outras. Isso é compreensível.

Agora, a não atenção à defesa nos levará, e eu concluo, Sr. Presidente, primeiro, a uma dependência tecnológica no campo militar. Se nós involuirmos ou nos retrairmos nesse campo, nós estaremos ameaçando e não estaremos tendo a responsabilidade com gerações futuras, em um mundo que é multipolar, que tem uma maior instabilidade, onde há mudanças no quadro, as quais precisam ter uma resposta brasileira.

A escassez mundial de recursos

Não preciso aqui, nesta Casa, me alongar sobre isso, que é um outro ponto focal de pressão.

O terrorismo.

V. Exªs viram, durante a Olimpíada, apenas pela projeção de imagem, apenas pela projeção da realização de um grande evento, tivemos aqui brasileiros que entraram em contato com grupos como Estado Islâmico e Al-Qaeda, e pretendiam realizar um atentado. E, como pela lei votada aqui de tipificação de crime de terrorismo, o ato preparatório já é considerado um delito, conseguimos inibir e não permitir que isso acontecesse. Só dando um dado para V. Exªs, tivemos 78 ameaças de bomba durante os Jogos Olímpicos, e uma delas, que nos deixou muito preocupados no momento, quando, da meia hora de abertura para todo o mundo, das Olimpíadas, tivemos uma ameaça de bomba dentro do Maracanã, que, depois, foi verificado, não existia.

Mas, enfim, o Brasil precisa entender que, hoje, o chamado novo terrorismo é difuso, é amplo e se espalha, Sr. Presidente Aécio Neves, Presidente do PSDB...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu estava vendo do meu gabinete, estava tão interessante a exposição que vim para cá.

O SR. RAUL JUNGMANN – Puxa vida! Muito obrigado! V. Exª nos ilustra com a sua presença.

Então, veja bem, isso é algo que ninguém hoje... O que foi que aconteceu, Senador Cristovam, em 92 e 94 na Argentina, alguém poderia imaginar dois atentados terroristas na Argentina? A Argentina não tem conflitos étnicos, a Argentina não tem problemas, nem posturas, por exemplo, contrárias àquele conflito. E o que foi que aconteceu? Tivemos um atentado à AMIA, Associação Mutual Israelita Argentina, e, depois, à Embaixada, no total, 800 pessoas, entre mortos e feridos. Então, é preciso que o Brasil não se imagine fora desse radar e desse espectro, pelo contrário.

E, aqui, pergunto a V. Exªs, eu queria fazer uma pergunta dirigida: se estivéssemos, hoje, no Conselho de Segurança da ONU, como seria a nossa situação? Hein, Senador Ferraço? Então, é um desejo do Brasil ir ao Conselho de Segurança da ONU, quero dizer, quem vai ao Conselho vai ao centro do mundo, e os conflitos do mundo vêm ao Brasil. Então, como é que você pode aspirar à projeção global, seja esta ou outra, sem considerar os custos e os riscos disso? Claro, é óbvio.

Crime organizado transnacional, que é atribuição subsidiária

Hoje, temos a expansão, como eu já disse, das grandes quadrilhas do Sudeste, do Rio e São Paulo para todo o Brasil, inclusive, internacionalmente, o que nos preocupa.

Deterioração da segurança pública em algumas unidades federadas, hostilidade contra cidadãos e bens brasileiros no exterior. Temos hoje uma vasta comunidade de brasileiros que vive no exterior, algumas delas em zonas instáveis, tivemos a coação de pessoal no Líbano. Em que ano foi aquilo, Leal, no Líbano? O pessoal que tiramos lá, foi em que ano, no Líbano?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Então, considere que também é atribuição da Defesa a proteção de cidadãos e de propriedades de interesse dos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Insuficiente capacidade operacional. Nós hoje não estamos vivendo isso, mas não podemos chegar a essa situação. Vulnerabilidade dos sistemas de informação críticos, precisamos ser permanentemente atualizados. Catástrofes naturais ou pandemias. Instabilidade política e social intraestatal na América do Sul. Caso conspícuo: Venezuela. Hoje, Senadores, temos uma situação na fronteira com a Venezuela, com Roraima, especificamente, em Pacaraima, onde, para V. Exªs terem uma ideia, em três meses, os casos de malária pularam de 46 para 1.125. Temos explosão em termos de aids.

Nós temos uma situação que nós esperamos que não venha a se agravar, mas nós podemos nos defrontar com a situação de uma crise humanitária naquele país vizinho e também transbordando para o Brasil.

Nós temos problemas, por exemplo, de algo que é ótimo para todos, que é um Acordo de Paz na Colômbia, que pode significar, por exemplo, a liberação de armamentos que lá se encontram e que já vêm inundar o mercado de armas como nós temos em algumas regiões do País.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Fora alguns malucos guerreando no Paraguai.

O SR. RAUL JUNGMANN – Nós temos o Exército popular, do Povo lá.

Militarização do Atlântico Sul.

Bom, era isso o que tinha a dizer.

Queria fazer uma última observação como coda ou como fecho da honra que é estar aqui neste egrégio Conselho.

Veja bem, o nosso sentimento, e é um sentimento que não foge à realidade, é que nós somos um País do *soft power*, que nós somos um País, efetivamente, que não tem agressores, que hoje tem fronteiras estabelecidas há bastante tempo e que, evidentemente, pode desfrutar de um nível de tranquilidade que um país das nossas dimensões no mundo não tem igual. Tudo isso é absolutamente verdade. Porém, a eternização, Senador Aécio, desse mantra, é que nos coloca realmente com uma grande preocupação. E diria mais, de uma forma provocativa, aí está o nosso inimigo – aí está o nosso inimigo –, a percepção de que este quadro é um quadro imutável.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Um berço esplêndido.

O SR. RAUL JUNGMANN – Um berço esplêndido, que nós não temos nenhum problema.

Então, para que é que eu preciso de submarino nuclear? Para que é que eu preciso de Gripen? Para que é que eu preciso de arma? Para que eu preciso ultimamente disso? Para quê?

Eu gostaria de lembrar, para encerrar, uma frase de ninguém mais, ninguém menos que o Rio Branco, o nosso Chanceler Rio Branco. Ele dizia o seguinte: "Não se improvisam esquadras, muito menos Exércitos, muito menos uma Força Aérea." E, sem nenhuma pretensão, até porque não temos, temos território suficiente, recursos suficientes, porque não está na nossa trajetória belicosidade e ameaça ou agressividade, mas nós não podemos ser irresponsáveis com este País e com as gerações futuras. O quadro que aí está exige – exige – da elite nacional deste Congresso que dê atenção à Defesa, porque aí se encontra, em grande medida, a âncora dos nossos sonhos que passam por justiça, por educação, por tudo o mais, indiscutivelmente, mas que precisam de ter o reconhecimento da Defesa, do seu papel para o nosso destino e para os nossos sonhos.

Senador, desculpe-me.

Muitíssimo obrigado a todos e a todas que nos deram atenção até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ministro, olha, essa exposição sua foi, sem dúvida nenhuma, a melhor, a mais abrangente, a mais instigante...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... de outros ministros da Defesa, sem demérito nenhum para os seus antecessores, porque o senhor colocou a Defesa Nacional e esta Comissão, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nas suas interfaces com outras dimen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sões da vida brasileira e outros desafios que nós temos – desenvolvimento tecnológico, inclusão social, diplomacia, segurança pública –, além dos desafios da Defesa propriamente ditos.

Então, foi realmente uma exposição magnífica. Eu quero dizer que foi um grande momento desta Comissão, está sendo um grande momento desta Comissão.

Eu vou precisar me retirar por alguns minutos, porque haverá Ordem do Dia logo mais e eu preciso me entender com o Presidente e saber o que que vai ser votado hoje. De modo que vou me retirar, mas volto logo, em seguida.

O Senador Anastasia vai me substituir na minha ausência.

Estão inscritos... O primeiro inscrito é o Senador Ricardo Ferraço, que, aliás, coordenou, no ano passado, um estudo, um trabalho da nossa Comissão que se debruçou sobre a política industrial de Defesa e apresentou um relatório interessante, importante sobre essa matéria.

Então, eu vou me retirar, mas já volto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sem mais delongas, a palavra está com o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente em exercício desta Comissão Senador Anastasia, Srªs e Srs. Senadores; Exmo Sr. Ministro Raul Jungmann, Srs. Comandantes das nossas Forças Armadas, é sempre uma honra e um privilégio receber V. Exªs aqui, na Comissão de Defesa, assim como S. Exªs os oficiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que nos acompanham, assim como nosso Ministro da Defesa, Raul Jungmann.

Esta Comissão, Sr. Ministro, como um avião, debruça-se em dois temas – um avião tem duas asas, esta Comissão tem dois eixos: um é a política externa; o outro é a defesa. De igual forma, com igual peso, com igual responsabilidade, com a mesma intensidade, esta Comissão procura contribuir não apenas com formulação, mas procura contribuir com o acompanhamento daquilo que acontece nessas duas áreas, que são de fundamental importância para qualquer Estado nacional.

E, concordando com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, nós vivemos aqui dois momentos muito importantes. O primeiro é este momento em que nós recebemos V. Exª, que fez um sobrevoo geopolítico, perpassando pelos nossos desafios relacionados à defesa. E houve também outro momento muito importante para esta Comissão: quando recentemente nós recebemos aqui, assim como V. Exª, outro grande Ministro da Defesa que foi o Ministro Nelson Jobim.

Ele também pôde fazer aqui uma abordagem muito ampla e muito profunda, porque, após nós termos vivido, nos anos 1970 e 1980, um grande momento para nossas Forças Armadas e para a base industrial de defesa, também durante a gestão do Ministro Jobim nós observamos uma grande expansão da presença de importantes e estratégicos projetos, inclusive o Livro Branco, que é muito importante.

Eu, Sr. Ministro, quero fazer um sobrevoo muito mais raso do que V. Exª fez.

Se nós pudéssemos abrir a apresentação aqui naquela lâmina em que o Ministro fala do seu escritório de projetos ou do seu portfólio de investimentos, ali nós vemos a dimensão exata da carteira de projetos, do andamento dessa carteira de projetos e da absoluta dramaticidade que nós vivemos nas nossas Forças Armadas em relação a esse conjunto de projetos.

Por certo, nós estamos mergulhados – e nós não podemos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É a lâmina que trata da carteira de projetos das nossas Forças Armadas.

Por certo, nenhum de nós deve deixar de reconhecer a profunda crise por que passa o nosso País. Não é apenas uma crise econômica, com elevado reflexo social.

O desemprego e o subemprego já batem na porta de mais de 20 milhões de brasileiros, angustiando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

muitas famílias. Talvez a face mais perversa dessa crise econômica seja seguramente o desemprego, que subtrai a autoestima da pessoa. A pessoa que não tem trabalho, que não tem ocupação tem muita dificuldade em ter a sua autoestima mantida. Mas não é apenas uma crise econômica, foi uma crise política profunda.

Nós vivemos, recentemente, um drama na nossa República, que foi o afastamento de um Presidente da República em função da coleção de crimes que cometeu contra o povo brasileiro. Há uma crise moral, houve uma crise moral instalada neste País, que deteriorou valores e princípios que são fundamentais em qualquer estrutura: estrutura familiar, estrutura de uma comunidade, de uma cidade, de um Estado e de um País.

O reflexo disso tudo é que o nosso País vive a maior crise da nossa história. É disso que se trata. De todas as séries que nós temos, é a pior recessão, o pior nível de desemprego, e assim por diante. Falta recurso para tudo: falta recurso para a educação, falta recurso para a infraestrutura, falta recurso para a mobilidade urbana, falta recurso para a segurança pública em nossas cidades, e, por certo, não seria diferente com a defesa do nosso País.

A crise está instalada, e eu gostaria de tratar, com absoluta realidade em relação a tudo isso, e, por isso, eu quero fazer aqui um voo muito mais raso para falar de alguns projetos que julgo serem de fundamental importância para o nosso País porque dialogam com temas que são essenciais e que estão presentes no dia a dia das famílias brasileiras. O tema da segurança pública, por exemplo, que dialoga com um dos mais importantes projetos da história das nossas Forças Armadas, que é o Sisfron. Nenhum de nós deve desconhecer o peso do tráfico de drogas, do consumo de drogas no desafio da segurança pública no dia a dia das cidades brasileiras.

E, quando nós olhamos para o Sisfron, para as suas metas, para os seus objetivos, quais sejam controlar a entrada dessas drogas, desses crimes transnacionais que estão presentes no nosso chamado "Brasil Profundo", nas nossas fronteiras, crimes de toda a ordem, mas, sobretudo, tráfico de drogas que não são produzidas aqui em nosso País, drogas que são importadas, drogas cujo lugar de produção é sabidamente conhecido. Por isto, o Sisfron: para ampliar a presença das nossas Forças Armadas, pelo papel que têm, preventivo e ostensivo, por prerrogativa constitucional para atuar nas nossas fronteiras. Mas, quando olhamos para o Sisfron, podemos chegar à conclusão de que este é um projeto que virou ficção, porque, quando consideramos os recursos e o cronograma físico e financeiro e olhamos para a realidade, a distância é muito grande, ou seja, nós estamos mais ou menos no mesmo lugar, em que pesem os extraordinários esforços que foram feitos ao longo desses anos todos pelo nosso Exército para que esse projeto pudesse se desenvolver.

Eu queria que V. Exª pudesse fazer uma abordagem sobre o estado da arte do Sisfron. Onde estamos? Onde deveríamos estar? Para que pudéssemos dar o tom exato da profundidade da crise, da dramaticidade que vive o Estado brasileiro em relação à falta de continuidade, ou à descontinuidade desses projetos que são de fundamental importância.

Esse é um projeto que dialoga com a realidade, o dia a dia dos brasileiros, pela capacidade que tem de conter o tráfico de drogas onde ele deve se dar, porque são muitos os desperdícios da Polícia Militar, da Polícia Civil combatendo o tráfico de drogas nas cidades, quando nós deveríamos combater esse tráfico de drogas nas fronteiras. E o Sisfron era um remédio adequado para isso.

Outra questão, Sr. Ministro, diz respeito à nossa Lei nº 136, que determina que:

> O Poder Executivo encaminhará à apreciação do Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, a partir do ano de 2012, com as devidas atualizações:
>
> I - a Política de Defesa Nacional;
>
> II - a Estratégia Nacional de Defesa;
>
> III - o Livro Branco de Defesa Nacional." (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu pergunto a V. Exª, naturalmente reconhecendo que V. Exª assumiu o Ministério em poucos meses, salvo melhor juízo, não foi encaminhada, ainda, ao Congresso Nacional a revisão dessas políticas. Em que prazo nós poderemos nos debruçar sobre essas revisões, que são de fundamental importância, à luz, inclusive, da realidade que a nossa defesa e as nossas Forças Armadas estão enfrentando? Lembrando que em 2015, esta Comissão, por designação do Presidente Aloysio Nunes Ferreira, fez aqui um amplo trabalho. Chegamos a editar um livro no ano que antecedeu essa revisão que nós deveríamos estar avaliando. Portanto, há muitas contribuições, aqui, desses vários debates que fizemos aqui na Comissão.

Pedindo escusas ao meu Presidente, ali já impaciente pelo tempo, eu gostaria de merecer de V. Exª, Ministro, comentários das questões relativas a esses pontos que eu encaminho.

Cumprimento-o pelo acerto do Presidente Temer por ter designado V. Exª...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...para ser o nosso Ministro de Estado da Defesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Permita-me apenas uma contribuição, depois de ouvirmos essa belíssima palestra do meu Líder Ricardo Ferraço. Eu queria...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Palestra não é ironia. (*Risos.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ...sugerir – claro que todos nós queremos aqui fazer algumas indagações ao Sr. Ministro – que nós Senadores pudéssemos nos ater ao tempo máximo de cinco minutos, que me parece absolutamente razoável, para que o Ministro tenha um tempo maior para obviamente fazer os esclarecimentos que achar cabíveis.

Apenas uma sugestão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Tem a minha concordância e o meu aval, depois que eu falei os meus cinco minutos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A sugestão do eminente Senador Aécio Neves é acatada por esta Presidência, que é praxe. Na realidade, nós fomos benevolentes com o Senador Ferraço até por recomendação do Presidente, Senador Aloysio, já que ele foi o Relator, no ano passado, do documento que esta Comissão fez sobre o panorama da situação da nossa Defesa Nacional. E nós, como também sabemos do conhecimento amplo do Senador Ferraço e da sua capacidade de expor, tivemos essa benevolência exagerada. Mas o tempo, de fato, é de cinco minutos.

Eu gostaria, eminente Ministro, de sugerir que três perguntas fizessem uma espécie de consolidação. O próximo inscrito sou eu próprio, que vou saltar, evidentemente falando quando retornar à Bancada. Então, a próxima inscrita é a eminente Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, Senador Antonio Anastasia; caro Ministro Raul Jungmann; caros comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica; oficiais que estão acompanhando o Ministro da Defesa, bem como o Senador Aloysio e os demais Senadores, cumprimento V. Exª pela completa abordagem da política nacional de defesa, que devemos prestigiar sempre.

Quero fazer um breve registro da minha observação pessoal como Parlamentar, da honra que tive de integrar uma visita oficial de V. Exª com o Comandante da Marinha, o Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira.

A Força Interina das Nações Unidas no Líbano, mais precisamente em Beirute, para mim foi uma experiência valiosa, primeiro por ver o reconhecimento que as forças armadas estrangeiras de países desenvolvidos têm em relação à atuação profissional, à responsabilidade, ao compromisso e à excelência do trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

da Marinha do Brasil, especificamente ela que está responsável pela força-tarefa marítima, fazendo o patrulhamento das águas territoriais libanesas há cinco anos. E isso não é pouca coisa, é o reconhecimento. Os brasileiros, quando eu falo sobre isso, se surpreendem, exatamente pelo desconhecimento de uma missão tão relevante e de um trabalho, de um feito realizado, que fugiu ao escopo fundamental da força-tarefa, que foi salvar mais de 160 náufragos, eu diria, que eram imigrantes ou refugiados que estavam tentando chegar ao território europeu ou ao Oriente Médio. Então esse trabalho humanitário da Marinha precisa ser reconhecido, junto ao outro, na área da saúde.

Feito esse registro, eu tenho pelas Forças Armadas um grande respeito e uma grande avaliação. Sou de um Estado, o Rio Grande do Sul, tradicionalmente com duas fronteiras – Argentina e Uruguai – e tenho nesse sentido a convicção da seriedade. Quando jornalista, eu subia o morro para a televisão e passava por uma unidade militar onde estava uma inscrição latina: *si vis pacem, para bellum*. Eu não entendia muito bem de latim, fui indagar: se você quer a paz, prepare-se para a guerra. É evidente que nós não estamos em guerra, mas o Ministro foi muito claro aqui em relação aos riscos que nós temos na área de defesa.

Mas eu penso que o primeiro ponto, Ministro, foi muito bem destacado por V. Exª: não existe soberania no País sem uma base industrial de defesa. Eu acredito sinceramente nisso, porque no Rio Grande do Sul também temos uma base ligada à área de defesa, à indústria da defesa, blindados. Nós temos armas, munição. Então, o Rio Grande do Sul está envolvido, digamos, nesse processo, nessa política pública. Mas penso que é preciso fazer muito mais em relação à defesa como fonte de desenvolvimento industrial.

Na Comissão de Agricultura, que tenho a honra de presidir, acabei de encerrar uma audiência pública sobre o comércio ilegal de defensivos agrícolas. Hoje, 20% do comércio, que é de alguns bilhões de dólares, no Brasil, um país que é protagonista, tem o superávit fundamentado no agronegócio – US$60 bilhões –, correndo risco sério. Já houve o embargo de uma carga de suco de laranja porque houve contágio de defensivos falsificados ou prejudiciais à saúde. O risco de isso contaminar a credibilidade do Brasil no âmbito do comércio internacional é grave, mas, mais grave ainda é que...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Esse contrabando está vindo de países vizinhos – Paraguai, Uruguai, Chile, Argentina – porque vem da China. E a China, por causa do Pacífico, está permitindo o acesso, claro, dos produtos legais, mas também dos ilegais.

Penso que, junto com a Defesa, também a área de relações exteriores deveria interceder, porque o volume desses produtos que chegam nesses países é muito maior, mas muito maior do que aquele que é consumido internamente e muito maior do que aquele que está na balança comercial do País, eventualmente para exportação. Então, importa muito, mas não aparece o resultado.

Então, eu queria dizer que a nossa fronteira – o Senador Ricardo Ferraço fez muito bem ao falar no Sisfron – é como um queijo suíço. E como tal, precisa de um olhar muito mais criterioso, de um olhar muito mais responsável e comprometido, sob pena de nós termos problemas gravíssimos não de casos de terrorismo, ameaça ou invasão, mas no que diz respeito ao comércio e à própria segurança da saúde pública e da segurança relacionada ao meio ambiente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senadora Ana Amélia, que cumpriu fielmente o seu prazo.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, o Senador Cristovam Buarque, eu queria aproveitar para saudar a presença nesta Comissão, o que nos honra, do Prefeito de Aracaju, o Prefeito João Alves.

Seja muito bem-vindo à Comissão de Relações Exteriores.

Passo a palavra ao Senador Cristovam e devolvo a Presidência ao Senador Aloysio.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Sr. Ministro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

eu quero repetir aqui os elogios feitos, mas de uma maneira realmente grande: o senhor esteve à altura de Pernambuco. Uma excelente apresentação sobre a nossa realidade com confiança no que é preciso fazer, mostrando o que estão fazendo as nossas Forças Armadas. Eu quero lhe parabenizar e dizer que foi, Senador Aloysio, como o senhor disse, um ponto alto nesta Comissão.

Minhas perguntas. Entre elas destaco dois pontos de que gostei pessoalmente. Um quando o senhor fala do Conselho de Segurança, que vai nos trazer problemas. Isso cai bem com uma proposta minha, que talvez seja a única coisa que me faz ficar distante do Itamaraty. Eu me considero aqui um pouco um Senador do Itamaraty, por ter sido professor lá há algum tempo. Mas eu sou contra a gente brigar por ter cadeira permanente. Eu creio que nós deveríamos lutar pela abolição dos membros permanentes do Conselho. Isso inclusive nos daria uma imensa simpatia em todo o mundo, salvo por parte dos países que são permanentes. Não estou lhe comprometendo com essa ideia.

Segundo, a ideia do Soldado Cidadão, porque há muito tempo, em um pequeno livro que eu fiz uma vez, eu defendo essa ideia. Eu só lamento que sejam 20 mil. Deveriam ser entre 200 mil e 1 milhão. E eu nem olho do ponto de vista da defesa, eu olho do ponto de vista da educação. O serviço militar – e eu tive o meu – nos traz aquilo de que a nossa juventude precisa: disciplina, amigos e patriotismo. A falta disso está destruindo a juventude.

Agora, as minhas perguntas.

Primeira: o senhor teme que o crescimento da xenofobia, nos Estados Unidos e agora na Europa, pode levar a uma corrida armamentista?

Segunda: a situação das nossas empreiteiras, diante da Lava Jato, pode trazer algum problema na realização de projetos da pasta que estejam em andamento?

Terceira: onde podemos antecipar problemas de fronteiras, como o senhor disse? Porque a gente tem que estar alerta. Um país do tamanho do nosso tem que estar alerta, sim, para riscos de amanhã, conflitos. Podemos já antecipar alguns.

E, finalmente, uma outra, na linha do que falou o nosso Senador Ricardo, que é sobre a nossa situação. Eu creio que a gente precisa explicitar ao Brasil que estamos em concordata. Os últimos governos nos deixaram numa situação de concordata. Essa concordata, como todas elas, exige medidas de restrições.

Eu gostaria de saber se o Ministério está analisando, diante da vinda que deveria já ter 50 anos, da PEC do Teto, se está analisando onde se podem reduzir gastos, onde eliminar o que eu tenho chamado, Senador Aloysio, de vazamentos, o que há na educação. A educação tem vazamentos. Precisamos de mais recursos, mas podemos, sim, evitar alguns vazamentos, por exemplo, a quantidade de professores que não estão em sala de aula e que custam uma quantidade de recursos, porque têm o mesmo tipo de remuneração e de recursos do Fundeb. Então, vazamentos da educação eu lhe digo que já estudei, porque dizem que vão cortar recursos da educação, e não vão, porque podemos tirar de uma pasta para a educação, podemos tirar de uma pasta para as Forças Armadas, mas não podemos tirar de todas as pastas para todas as pastas – vamos ter que escolher. E vai haver necessidade de fechar vazamentos para poder enfrentar a concordata financeira em que estamos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, se o Ministério está estudando possíveis locais de vazamento em que se possa ter os mesmos resultados gastando menos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem.

Informou-me o Senador Anastasia que já houve três intervenções. Agora fala o Ministro, depois Armando Monteiro, Aécio e Anastasia.

E eu quero saudar a presença entre nós do Prefeito João Alves, nosso grande amigo. Sua presença sempre nos honra muito, Prefeito.

O SR. RAUL JUNGMANN – Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria também de saudar pela presença o meu conterrâneo, grande conhecedor dos problemas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nordeste, Prefeito de Aracaju, João Alves, aqui presente. É um prazer e uma honra tê-lo ao nosso lado.

Respondendo ao ilustre Senador Ferraço, nós bebemos do seu relatório, a que eu deveria, desde o início, ter me referido, um relatório extremamente importante, competente, conciso e estratégico a respeito da base industrial de defesa. Ele nos serviu de guia para que hoje nós estejamos desenvolvendo esse conjunto de ações que aqui foram referidos. Então, não tenho a menor sombra de dúvida, faço questão de reconhecer isso, e, reconhecendo o trabalho do Senador, reconhecer o desta Comissão, especificamente. Volto a dizer que foi da maior importância para que nós estejamos corrigindo e sobretudo nos preocupando com essa base industrial de defesa. É importantíssimo. Essas mudanças nós vamos precisar da ajuda de todos para poder implementar.

Com relação ao Ministro Nelson Jobim, foi durante a gestão de Nelson Jobim que, com outros colegas, criamos na Câmara, Senador Armando Monteiro, a Frente Parlamentar da Defesa Nacional. Para os senhores terem uma ideia, e aqui vai uma crítica a quem é da Casa, Ana Amélia, nós nunca tivemos uma frente parlamentar em defesa da Defesa no Brasil. E esta instituição tem mais de 180 anos, Senador Armando Monteiro. Acho que nós temos um problema: a nossa taxa de conhecimento em termos de assuntos de defesa precisa, e muito, Sr. Prefeito, avançar.

Então, aquela foi criada, e eu fui o Relator da 136. Inclusive há um detalhe: os meus vice-presidentes, à época, eram Aldo Rebelo, que foi Presidente da Casa; o Ibsen Pinheiro, que foi Presidente da Casa; o Arlindo, Presidente da Casa; e Michel Temer também foi meu vice-presidente à época, quando criamos essa frente, para tocar um conjunto de mudanças, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Quero ver se entro nessa frente também. Há uma vaga para mim? (*Risos.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não abro mão da exclusividade de ter V. Exª como meu vice-presidente. (*Risos.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Essa é uma questão do Senado. Não quero passar da condição de Ministro da Defesa para Ministro do Ataque. Então, quero ficar distante disso, não é, Senador Tasso?

Com relação à questão da fronteira. Senhores, isso mereceria, com muita franqueza, uma audiência pública para discutirmos isso.

E vou pedir licença, para começar, contanto um caso que ouvi ontem. V.. Exªs me permitam isso, essa licença, mas vou chegar à sua pergunta.

Ontem, recebi a Bancada do Rio de Janeiro, uma parte da Bancada. Peço a atenção dos senhores para isso. Eu nunca participei de uma reunião com um teor daquele. Por quê? Porque todos os Deputados que lá estavam, Senador Aécio, falavam da situação do Rio de Janeiro, mas todos se sentiam, pessoalmente e familiarmente, ameaçados. Não estou dizendo que era um ou outro, Senador Ferraço. Todos se sentiam ameaçados. Por quê? Porque hoje temos um esgotamento fiscal no Rio de Janeiro, um esgotamento em termos políticos e um esgotamento em termos de segurança.

Vou citar, Senador Tasso, alguns relatos para os senhores terem uma ideia.

O Deputado Pansera – e peço desculpas a S. Exª pela indiscrição de trazer o fato perante esta Comissão, mas acho relevante – dizia que os horários dele nos fins de semana com a família eram regulados pela possibilidade de transitar por algumas vias e avenidas do Rio de Janeiro. Ou seja, no domingo, ele saía de onde morava e tinha que ir a outra localidade, ao sul, por exemplo, onde havia um casamento. Ele saía de manhã para um evento que seria à noite, ficava em um hotel com a família, para não transitar por aquela via, e voltava no dia seguinte, porque não podia voltar para sua casa. Outro Deputado disse: "Eu tenho carro blindado, mas continuo com medo", porque, do jeito que há fuzil por aí, Senador Cristovam, carro blindado não resolve.

E esse era o teor, Senador Lobão, do que tínhamos lá. E isso tem relação com fronteira. Isso tem uma relação com fronteira, porque estive recentemente com o Governador Flávio Dino, em São Luís do Maranhão, onde, como eu disse aqui, se ameaçava o próprio processo eleitoral. Tivemos que levar 1,9 mil soldados para o Rio Grande do Norte porque, de novo, o Governador, de certa forma, queria impor um regime, que é o regime correto, em termos de funcionamento das penitenciárias, e os próprios poderes foram lá ameaçar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E aqui vale a reflexão final para a qual peço a atenção dos senhores: no momento em que toda a Bancada federal do Rio de Janeiro se sente ameaçada, estamos diante de um problema não mais de segurança, mas de um problema democrático. Prestem atenção! Prestem atenção, estamos diante de algo que migra do terreno da segurança para o terreno da democracia, porque ali tínhamos a representação federal de um Estado.

E as nossas fronteiras? As nossas fronteiras têm evidentemente... Hoje é preciso compreender que fronteira é um mercado no sentido de drogas e de armas.

Abro aqui um parêntese para dizer que o Rio de Janeiro, hoje, é um *hub*, ou seja, é um centro de distribuição de armas e drogas global. Senador, global!

E digo mais: saindo um pouco da minha esfera, peço licença para dizer que essa é uma questão absolutamente nacional, não apenas do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro exige apoio federal nos mais diversos campos e, particularmente, na área de segurança.

E vou dizer aos senhores o que eu disse a toda a Bancada: "Olha, esse negócio de colocar soldado na rua..." Porque há um sentimento, como houve, por exemplo, nas Olimpíadas, de que, quando você coloca soldados nas ruas, há um conforto. É verdade! Lá está um jovem treinado com um fuzil na mão. Mas sabem o que aquilo representa em última instância? Férias para bandido. São férias para bandido!

Nós estivemos durante um ano e meio dentro da Maré; quando se gastou R$1 milhão por dia, R$400 milhões ao longo daquele processo. Quando nós saímos de lá e o Estado não chegou, simplesmente voltamos ao *status quo ante*, e pior. Então, entendam: o uso das Forças Armadas, que estão disponíveis quando necessário, não tenham a menor sombra de dúvida, se não vier acompanhada...

Eu vou citar só uma medida – há outas, mas uma medida para a qual eu pediria a consideração dos Srs. Senadores: hoje, no Rio de Janeiro, de fato, há um comprometimento de partes do Estado. Exemplo: eu ia todas as manhãs ao Comando Militar do Leste durante as Olimpíadas. Eu morei nas Olimpíadas, Prefeito. De manhã, aquele cidadão que está sorrindo ali, que sabe dessa história, o General Fernando, hoje Chefe do Estado Maior do Exército, todos os dias pela manhã, fazia um *briefing*, que durava horas, muito detalhado. Eles abriam o mapa do Rio de Janeiro e mostravam uma parte, Tasso, que estava em vermelho, onde predomina a milícia; uma parte em azul, onde predomina o tráfico. Um milhão e meio de pessoas, hoje, no Rio de Janeiro, vivem num regime de exceção onde as garantias e as franquias constitucionais não são exercidas. Pensem nisso: um milhão e meio de pessoas, no Rio de Janeiro, vivem um estado de exceção. E não é possível que isso se dê sem que você comprometa parte do Estado.

E vamos ao exemplo, que eu chamo de "coração das trevas": se a milícia e o tráfico controlam territórios, têm poder político e têm voto. Se têm voto, elegem o seu representante. O representante, dentro do nosso sistema presidencialista de coalizão, vai participar da composição do Poder Executivo, inclusive, eventualmente, possivelmente, do sistema de segurança. Ou seja, não é possível aquilo chegar àquela metástase a que chegou sem que você tenha uma participação efetiva do próprio Estado.

E me desculpem uma frase aqui de efeito, mas ao ouvir o que tenho ouvido, que me chega por meio da inteligência e tudo mais, se nós não tomarmos cuidado, o Rio pode ser o Brasil amanhã. Digo isso porque nós temos sintomas como esse no Amazonas, nós temos problemas em Pernambuco, enfim, País afora.

E, aí, eu queria concluir essa digressão, pelo que peço desculpas, pois me estendi muito, mas eu considero relevante apresentar esse cenário ao Senado Federal...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ministro Jungmann...

O SR. RAUL JUNGMANN – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Estado do Ceará...

O SR. RAUL JUNGMANN – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... tem hoje todo o sistema penitenciário dominado pelo PCC. É um fato conhecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. RAUL JUNGMANN – Nós, Senador, exportamos – e o nós que eu digo, o Sudeste, Rio, São Paulo – o Comando Vermelho, o Terceiro Comando da Capital, o PCC para o País inteiro. Essas gangues estão em todos os Estados brasileiros.

O PCC disputa já o controle das drogas no Paraguai e na própria Bolívia, seguindo o caminho do Cartel de Medellín, por exemplo.

Conclusão: eu acho que o Estado do Rio de Janeiro hoje está a requerer uma Força Federal integrada pela Justiça, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, com atuação focada durante dois, três ou quatro anos, para *follow the money* e sobretudo para, em conjunto com a parte boa.... Sim, porque, sem sombra de dúvida, existe. Eu levei essa questão àquela reunião dos poderes, que foi tocada pela Presidente Cármen Lúcia. E tenho dito em todo lugar onde posso: "Olha, gente, o Rio de Janeiro hoje precisa da nossa ajuda e compreensão".

E as Forças Armadas estão à disposição. Sozinhas não resolvem, é enxugar gelo, é férias para bandido. Agora, associadas a um plano com a Força Nacional de Segurança, com a Justiça Federal, Ministério Público Federal, e Polícia Federal, podem fazer, de fato, um trabalho de longo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Sim, claro, evidente, e aduzo a contribuição do Senador: e políticas públicas.

Nós vamos ter um problema. Nós já temos um problema, em que uma bancada federal inteira relata não apenas a situação do seu Estado, mas a sua situação pessoal. E isso é um problema democrático. Não é só um problema de segurança.

E isso tem a ver com a questão que agora retomo. O Sisfron teve um início. Ele praticamente tem uma parte piloto hoje implantada, que está lá no Mato Grosso, em Dourados, mas, evidentemente que fruto da crise a que o senhor aqui se referiu e todos os problemas que nós temos, está praticamente, digamos assim, em nível vegetativo, sendo muito franco.

Recentemente, o Ministro Serra teve uma iniciativa seminal. Porque – voltando – a produção, em boa medida, está fora, mas o consumo está aqui. Então, esse é um mercado integrado. Se a fronteira é barreira e não pode... Fronteira tem que ser ponte. E nós temos acordos no Mercosul que permitem inclusive que a perseguição se dê de um Estado para o outro. Só que não estão sendo implementados. Daí a importância da reunião que o Ministro Serra fez, também inaugural, com os nossos vizinhos, com a Defesa, com a Segurança, para que pudéssemos dialogar e criar um espaço de cooperação transnacional. E é isso que nós estamos procurando implementar. Então, essa foi uma grande iniciativa.

Agora, sim, nós temos efetivamente esse problema e pedimos ajuda. Pedimos ajuda a este Congresso Nacional.

Vou citar um exemplo e dar uma boa notícia. Nós estamos arrendando um equipamento israelense, que é o satélite de baixa altitude. Já o utilizamos nas Olimpíadas. Vamos passar a utilizar nas fronteiras. Ele tem capacidade de resolução de até 50cm – a placa de um carro, a identificação de uma pessoa. Aliás, tecnologia hoje é uma grande saída para essa questão. Podemos utilizar no caso das infraestruturas que nós temos. Por exemplo, no mar. Nós estamos trazendo esse satélite para nos ajudar.

Hoje nós temos, por exemplo, VANTs (Veículo Aéreo não Tripulado). Senador Armando, um veículo desse pode voar 90 horas. Ele tem sensores que o permitem identificar o que for necessário e passar a informação para um centro, que a analisa, e você pode atuar.

Nós temos uma operação que está na décima ou décima primeira versão, que é a Operação Ágata, uma grande operação interagências, inclusive com governos do outro lado. Mas nós verificamos que essa grande operação vazava. Por ser grande, depois de um primeiro momento de muito sucesso em termos de resultados, o que acontecia? O bandido se retraía, claro. Então, nós estamos mudando. A Operação Ágata agora vai se dividir em várias, vai ser de surpresa. Antes, o bandido esperava e depois agia. Agora vai ter uma hoje, daqui a um mês outra, no dia seguinte novamente. Quer dizer, vai ser fragmentada, e nós vamos atuar nesse sentido.

Mas, de fato, nós temos um problema em termos de fronteira, que precisa conjuntamente ser enfrentado. E isso inclui os países lindeiros. Portanto, temos que ter uma projeção e um acordo diplomático que inclui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

todo o restante do espectro.

Hoje, com as Forças Armadas nós temos 24 postos de fronteira. Às vezes, em alguns lugares, nenhum. Em outros, o tenente ali vive com a sua família. Não existe nada, absolutamente nada, e procura dar conta disso. Mas precisamos de tecnologia, e tecnologia é o Sisfron, apoiado inclusive no Pese da Aeronáutica, que é o nosso programa espacial, com satélites, com VANTs, com radares, para complementar com a presença física.

Bom, indo adiante...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Faltou o 136...

O SR. RAUL JUNGMANN – Da política. Nós atrasamos e pedimos desculpas. Era para ter sido entregue no primeiro semestre. Por tudo o que aconteceu no País, não entregamos. Mas hoje eu estou indo, agora, ao sair daqui, ao Presidente do Senado para fazer a entrega. Hoje. Convido inclusive a todos, às 12h30, mais ou menos, nós estaremos, aproveitando que viemos para cá, eu já ia dizer isso, estamos entregando. Ela já veio, mas veio por vias eletrônicas, do Palácio, porque é o Presidente quem manda. Nós vamos fisicamente fazer a entrega disto aqui e pedimos desculpas pelo atraso.

A Senadora Ana Amélia foi uma companheira de viagem simplesmente extraordinária. Nós já a conhecíamos politicamente. Conhecê-la pessoalmente foi algo extremamente enriquecedor. E ela, com a característica de muito carinho,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – ... tomou praticamente conta de todos nós, e de uma maneira que nos conquistou a todos. Não tenho a menor sombra de dúvida de que foi uma pessoa extremamente rica em termos humanos e mais.

No caso do Rio Grande do Sul, eu dizia brincando, Senador Aécio, há algum tempo, o seguinte: os generais vêm do Rio Grande do Sul, os cardeais e bispos provém, em boa medida, do Rio Grande do Sul, e o MST também. Então o Juízo Final começará no Rio Grande do Sul, muito proximamente. Começará proximamente, no Rio Grande do Sul. (*Risos.*)

E como eu convivo – aí está um gaúcho – com o Tenente-Brigadeiro Rossato e o Comandante Villas Bôas, que também são de lá, eu costumo dizer, brincando, que o Rio Grande do Sul é uma nação que nós temos dentro do Território nacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – A questão, efetivamente, das fronteiras eu já abordei. Não sei se respondi a contento a Senadora, mas a verdade, que seja dita, é essa que procurei traduzir aqui, Senadora. Eu não sei se haveria alguma outra questão que a senhora colocou.

Podemos ir adiante.

Chegamos então ao Senador Cristovam. Nós de Pernambuco, e agora vou responder à brincadeira dele, à provocação. Quando dizemos: "Sou pernambucano", complementamos: "Mas não é soberba!". Está certo?

Então, brincadeiras à parte, Senador, muitíssimo obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Não é brincadeira, é sério. Mas é que temos que atenuar, em nome da Federação.

Há controvérsias. Em nome da Federação.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, a que o senhor se referiu, é uma questão extremamente relevante. Nós desejamos ir ao Conselho, como bônus, mas nós não damos conta do ônus. E esse projeto de ir, que é uma coisa de projeção, e o senhor tem razão, na verdade, o que nós temos lá, a arquitetura e o poder de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

veto, que é o poder real e efetivo das Nações Unidas, deflui exatamente dos vencedores da Segunda Guerra Mundial e não alcança a arquitetura atual que nós temos.

A arquitetura em termos de números, tanto que está o Brics aí, que é uma alternativa a essa situação e a resistência em mudar. Já não digo em deixar de ser permanente, mas a resistência, digamos assim, em poder sofrer algum tipo de mudança.

Senador Cristovam, com relação à juventude, são 20 mil, dentro do Soldado Cidadão. Eu gostaria que fossem 1,7 milhão. Talvez, uma ideia a ser desenvolvida seria um sistema de prestação de serviço voluntário, não compulsório, posso explicar por que, para todo esse pessoal que não fica dentro do.... Ou seja, o Brasil precisa de um grande programa de voluntariado, mas essa é uma outra questão que pode ser discutida em outro momento.

A questão da xenofobia. Eu temo por isso. Os sinais que nós temos... Veja, a administração Trump, como nós tivemos uma eleição de alta imprevisibilidade e uma eleição em que surgiu – os senhores me perdoem – um pesadelo.... Nós todos que amávamos tanto o mundo digital hoje descobrimos que esse mundo digital é um pouco como um trem fantasma: às vezes, em cada esquina, existem pesadelos. Um dos pesadelos é que antes, sendo ortodoxos ou não, mas as eleições aqui, como fora, em boa medida eram filtradas pelas instituições religiosas, pela mídia, pela academia e pela inteligência. É uma visão algo elitista, concordo. Mas hoje, nesse universo de empoderamento do digital, é como aquilo que o Obama falou: tudo é verdade e tudo é mentira. É um pesadelo...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Pouca reflexão.

O SR. RAUL JUNGMANN – E pouca reflexão.

Umberto Eco tem uma frase, inclusive desagradável, e eu não concordo, mas ele diz que a internet abriu o mundo para a intervenção dos idiotas. Não; não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Façamos uma exceção para aqueles que nos acompanham pela internet, que estão acompanhando a nossa audiência pública.

O SR. RAUL JUNGMANN – Exatamente, bem lembrado, e eu incorporo. Mas a frase é do Umberto Eco, não é nossa.

Mas a verdade é que nós temos uma grande possibilidade que vem, dialeticamente, com um pesadelo. E é verdade que boa parte do discurso que a Hillary tinha foi bloqueado pelos robôs, os *fakes*, etc. É uma nova realidade que nós temos pela frente. É só ver a Primavera Árabe e tudo mais que o mundo viveu.

E como nós vamos viver, com as nossas instituições do século XVIII, com isso? Questão para uma outra reunião e possibilidade.

Mas, de fato, a xenofobia hoje tende, eu acho... A perspectiva é negativa. É negativa, porque nós saímos de um confronto Leste-Oeste, que tinha a sua arquitetura global e mundial e o seu sistema de contenção...

Trazendo aqui um problema: em certo momento, o chamado MAD (Mutually Assured Destruction) que havia entre Estados Unidos, por exemplo, e Rússia permitia um controle e certo equilíbrio e uma previsibilidade. Qual é a previsibilidade efetiva que nós temos hoje, em termos globais, do conflito que coloca em lados opostos Paquistão nuclear e Índia nuclear? Como é que ficamos nisso?

Então, essa é uma realidade. Inclusive, fruto dessa eleição, eu poderia me alongar – mas não devo, para poder ouvir o restante – e falar sobre isso.

Lava Jato e o seu impacto sobre.... Existe. Diretamente, existe. Existe em vários dos projetos. Vou citar aqui um exemplo: a Mectron, que detém alta tecnologia – é óptica a Mectron?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Mísseis.

A Mectron, que é uma extraordinária conquista, faliu, está falida. Há vários projetos com ela. E é estra-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tégica no Brasil.

Vou citar um exemplo: lá atrás, uma subsidiária da Braskem que desenvolvia combustível sólido foi comprada pelos alemães. Quando a gente quis o combustível, os alemães negaram: "Não. Nem pensar!".

Nós temos, evidentemente, a notória Odebrecht, que participa em vários dos projetos, por exemplo, com a Marinha.

Enfim, nós temos uma infinidade. Esse é um problema com que nós temos que nos haver.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Prosub, inclusive?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Prosub. Almirante, Prosub?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – O estaleiro.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Nós temos a Odebrecht fazendo o estaleiro e a base naval, e também a construção de submarinos é uma parceria da Odebrecht com a DCNS, francesa.

O SR. RAUL JUNGMANN – Respondido?

Quanto à questão de antecipar problemas de fronteira, eu acho que todos eles já foram antecipados. Todos já estão aí, já estão dados. O problema que temos é em termos de agravamento, por quê? Porque, em alguma medida, com a devida vênia, em alguns dos nossos países lindeiros, a questão da droga entrou no organismo econômico desses países.

Não é uma questão marginal; é uma questão central no organismo e na própria economia desses países, inclusive com sua reprodução inevitável em termos políticos. Se nós pudéssemos ter aqui – perdoe-me a pretensão – algo como uma espécie de Plano Marshall, em que pudéssemos incentivar ou tivéssemos capacidade de ajudar no desenvolvimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Eu vou deixar essa declaração.... Agora eu não vou assumir. Eu já disse: eu acho o título de Ministro da Guerra belíssimo, mas ele já foi superado agora pelo Ministro da Defesa, que é o politicamente correto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Há um filme – o senhor ainda não era nascido –, com o Peter Sellers, chamado *O Rato que Ruge*, um filme em que um paisinho, uma monarquia minúscula, resolve declarar guerra aos Estados Unidos para poder receber o Plano Marshall. (*Risos.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Só que eles ganham a guerra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Exatamente, eles ganham a guerra.

O SR. RAUL JUNGMANN – Não podemos correr esse risco.

Então, por última das questões Senadores – e cada uma das suas questões mereceria uma abordagem mais profunda, para podermos passar adiante –, a questão da PEC 241.

Nós entendemos que essa PEC é necessária e nós estamos dispostos a dar uma contribuição. Eu já fiz a segunda reunião no Conselho Militar de Defesa e, na última reunião, a pauta foi exatamente essa. Nós vamos ter que, de um lado, racionalizar, de um lado promover enxugamentos. Nós devemos inclusive trazer – eu defendo – a este Congresso Nacional os impactos decorrentes disso, porque há, e eles têm que ser assumidos. Mas nós entendemos que crise é momento de ousar. É momento de levantar a cabeça, é momento de ter ânimo, é momento de ter ousadia, e não se deixar paralisar por ela, e não ficar apenas simplesmente lamentando o que nós estamos vivendo. A nossa posição, o *thrive* que a gente procura dar, o rumo é este, exatamente: superação. É essa a hora de se superar, não de lamentar, mas de encontrar alternativas para algo que é globalmente importante para o Brasil, e nós vamos ter que conviver com isso. Temos capacidade, sim, de superar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

porque a crise passa e o Brasil fica.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem.

Agora nós vamos ter uma sequência, que será a última, porque o Ministro tem compromisso agora com o Presidente do Senado.

Senador Aécio. Aliás, Minas Gerais dá bons cardeais também. V. Exª é um deles. D. Lucas Neves. Eu me lembro, na minha mocidade, de D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, já falecido.

Depois, temos o Senador Armando Monteiro e o Senador Anastasia.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Outro cardeal?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, estou pegando a lista que me foi entregue pelo Senador Anastasia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – A lista é de V. Exª. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, não. Então, por favor, primeiro o Armando Monteiro, que chegou antes.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu garanto que vou usar o tempo de Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ferraço falou quanto tempo?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – No melhor padrão dele, uns bons quinze minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senador Armando Monteiro, até V. Exª...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Mas é sempre muito bom ouvi-lo, Ferraço.

Eu queria, meu caro Ministro Jungmann, dizer que, como pernambucano – o Senador Cristovam já expressou isso –, sinto-me muito honrado de vê-lo falando sobre esses temas com tanta desenvoltura, o que, aliás, não me surpreende, porque eu lhe conheço há muitos anos. Digo isso não apenas como conterrâneo, mas também como político. Neste tempo de tanto desprestígio da classe política, é bom ver alguém colocado no Ministério da Defesa como um civil, um político, por assim dizer, um especialista em generalidades, podendo agregar a visão multidimensional que envolve uma ação como essa da área de Defesa na dimensão da geopolítica, da indústria da defesa, do desenvolvimento de competências de que o Brasil precisa, especialmente pela contribuição da área militar, transbordando para a área civil, para a própria dimensão da política industrial brasileira.

E há a questão da segurança pública, que hoje inquieta a sociedade brasileira e nos coloca um desafio fantástico, que é o de promover uma grande mobilização neste País. O cotidiano do Brasil hoje já nós coloca tantos absurdos que se está banalizando essa questão, como se isso pudesse já ser parte integrante da vida brasileira. É preciso haver uma reação a esse processo, e eu tenho certeza de que, com o seu papel e a sua competência, o seu Ministério dará uma contribuição para além das suas funções específicas. Que se possa, até dentro do Governo, discutir isso e ajudar o Congresso Nacional a se engajar firmemente nessa questão, que deve ter centralidade hoje na agenda do País.

Eu tinha três questões, mas elas já foram, de alguma maneira, tratadas na sua ampla e abrangente exposição.

Eu só queria pontuar rapidamente a questão do Gripen. Acho que estamos numa fase decisiva. São 350 brasileiros que vão até lá para desenvolver o programa – o primeiro protótipo, me parece, tem que estar pronto este ano, mas nós só vamos poder receber o primeiro jato em 2019, algo assim. Então, eu queria saber, na visão da sua pasta, como está o desenvolvimento do projeto. Quer dizer, o projeto vem se desenvolvendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dentro do cronograma que foi fixado?

A segunda questão é esta: como conciliar este momento de grande restrição orçamentária.... Que programas na área de investimento serão efetivamente priorizados? Alguém já disse que, quando tudo é prioridade, nada é prioridade. Então, neste quadro que o País vive, quais são, na sua visão, aqueles projetos estratégicos que têm que ser priorizados? Como, na visão do Congresso Nacional, nós podemos contribuir?

O Senador Aloysio lembrou que agora a discussão do Orçamento vai ganhar outra importância, na medida em que o *locus* dessa discussão é o Orçamento. Eu espero que, a partir daí, a área de Defesa, por sua importância, possa merecer a prioridade que o Congresso Nacional precisa conferir a ela.

Finalmente, essa questão da segurança. Queria ouvi-lo sobre os passos, as ações, considerando, inclusive, a visão do chamado Sistema Brasileiro de Inteligência. Porque me parece que a questão da segurança é muito mais inteligência e *software* do que a visão convencional que vem hoje predominando nessa abordagem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eram essas as questões. Eu me congratulo mais uma vez com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Caríssimo Ministro e amigo Raul Jungmann, Senhores Comandantes da Marinha e da Aeronáutica, Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército; senhores oficiais das três Forças que acompanham o ilustre Ministro Raul Jungmann; Presidente Aloysio; Srs. Senadores, vou tentar ser muito conciso, já que grande parte das questões que suscitaram aqui alguns questionamentos já foi adequadamente respondida por V. Exª.

Vou me ater a uma questão específica, que me parece ser hoje a de maior gravidade. V. Exª usa uma expressão que me parece adequada, para, de alguma forma, traduzir a posição geopolítica do Brasil. V. Exª fala em *soft power*. Realmente, não temos conflitos graves com outras regiões ou mesmo com outras nações. Isso faz com que fiquem, pelo menos na minha modesta avaliação, muito claras, do ponto de vista da Defesa, quais seriam as nossas maiores prioridades. Não dá para escapar do desafio de enfrentar a questão das nossas fronteiras.

Há algum tempo... V. Exª chegou a participar de algumas dessas conversas. Eu não ousaria fazê-lo há um ano, mas hoje acho que posso fazê-lo, porque recorremos à experiência de V. Exª para discutirmos essa questão quando da campanha de 2014. O Senador Aloysio, que não teve o privilégio de ser um dos vices de V. Exª, teve de contentar-se com uma posição mais modesta, a de ser meu vice naquela caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É um lugar muito honroso no meu *curriculum vitae*.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas nós discutíamos intensamente sobre como enfrentar essa questão, já que a repressão se mostrava absolutamente insuficiente.

V. Exª, em duas ou três abordagens, voltou a falar da questão do tráfico de armas. Talvez, eu pudesse ser até malcompreendido, mas vou ousar em dizer que, talvez, o tráfico de armas seja ainda mais grave do que o próprio tráfico de drogas, porque este sustenta aquele. O tráfico de armas, na verdade, fortalece essas organizações, esses grupos armados, esses grupos cada vez mais bem armados, o que, obviamente, fortalece a atividade ilícita que eles desenvolvem.

Naquele momento – apresentamos isso, inclusive, no nosso programa de governo –, já achávamos que todos os esforços que haviam sido feitos haviam sido insuficientes. Era absolutamente necessário que houvesse uma relação institucional entre governos, entre obviamente o Governo do Brasil, receptor, em grande parte, desse tráfico, e os desses países vizinhos, que, de alguma forma, não se mobilizam – estou sendo aqui absolutamente brando na minha abordagem – e não tratam como prioridade a inibição, em seu território, tanto do cultivo e da produção da droga quanto do próprio tráfico de armas.

Recentemente, houve uma iniciativa, à qual V. Exª aqui fez referência, em que o Ministro das Relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Exteriores, ao lado de V. Exª e também do Ministro da Justiça, teve uma primeira reunião, parece-me, com autoridades desses países.

Vou ser muito claro, trazendo uma contribuição a este debate, ao questionamento de fundo que faço a V. Exª: até que ponto há uma disposição hoje formal do Governo brasileiro de enfrentar essa questão como uma questão de Estado, inclusive com sanções econômicas e também comerciais, quando necessário, para que possa haver um compromisso dos governos desses países? Obviamente, eu me refiro aqui à Bolívia, ao Paraguai, à Colômbia, em especial, e ao próprio Peru.

Até que ponto há disposição do Governo brasileiro de tratar essa questão numa esfera acima, em que metas, por exemplo, de redução do cultivo ou ações efetivas desses governos no combate ao tráfico de armas passe a ser precondições para que o Brasil amplie ou mesmo mantenha relações que são hoje absolutamente vitais para esses países. Não se trata de usar uma força de uma economia mais pujante sobre economias mais fragilizadas, trata-se, obviamente, de usar os instrumentos a nosso dispor para enfrentar algo que vem se transformando numa epidemia no País, que é a criminalidade crescente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Senador Tasso aqui falava do alcance desses grupos já no Ceará. Poucos Estados brasileiros estão hoje imunes a essas ações.

Eu recebi, recentemente, um grupo importante do Rio de Janeiro que faz um trabalho social da maior importância junto a esses aglomerados. V. Exª certamente conhece, o AfroReggae. E o relato que eu recebi desses grupos é de que o Rio de Janeiro – e falo do Rio porque certamente merece uma atenção especial – está prestes a ver deflagrada, inclusive pela fragilização das Forças de Segurança estaduais, em razão da crise avassaladora que tomou conta do Estado, a viver uma grande guerra entre quadrilhas, entre organizações, entre Comando Vermelho, PCC e outras tais, alimentada exatamente pelas armas que chegam de forma absolutamente livre nesses territórios.

V. Exª fala quase que de uma força permanente, articulada, no Rio de Janeiro, e acho que é um caminho que deve ser certamente explorado.

Termino aqui. Tinha outras questões sobre efeitos do novo governo americano na nossa região, o que isso pode impactar nas relações com a própria Colômbia, que ainda vive um processo grave de finalização do entendimento com as Farc, qual seria a relação com Cuba e que implicações poderia ter também na nossa região.

E deixo aqui, ao final, até como uma ilustração, uma visita que fiz quando me reelegi governador de Minas Gerais, no ano de 2006, à Colômbia, convidado pelo Presidente Uribe. Fui recebido pelo então Ministro da Defesa, Sr. Santos, hoje Presidente da Colômbia, que nos acompanhou durante três, quatro dias. Fomos a Medellín e vimos a experiência deles de acessibilidade, numa cidade em que dois terços da população vivem em morros e apenas um terço naquilo que nós chamamos de asfalto. Só que lá, além da acessibilidade, dos teleféricos, das vias que abriram, os serviços sociais, os serviços públicos subiram o morro. A biblioteca mais importante de Medellín está no alto de um morro, o hospital mais importante da cidade está lá em cima, e por aí vai. Isso apenas como uma ilustração, para ficar numa questão polêmica, mas que sirva, aqui, pelo menos de reflexão para nós, no futuro.

Em determinado momento, eu perguntei ao então Ministro Santos como eles haviam conseguido ter uma redução tão drástica, tão expressiva dos indicadores de criminalidade em tão pouco tempo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – E ele me falou da depuração das forças de segurança locais. Eu perguntei como isso ocorria. Ele citou um exemplo. Eu posso aqui estar enganado no número, mas é algo parecido. Ele falou: "Olha, apenas nos últimos oito meses, nós demitimos, afastamos das forças de segurança, em Bogotá, cerca de cinco mil policiais".

Eu era governador de Estado. Eu tinha dificuldade de afastar da corporação um policial pego cometendo um crime flagrante. Eu podia afastá-lo da função, mas ele continuaria, com inúmeros recursos, recebendo a sua remuneração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aí ele me disse: "Nós aprovamos uma lei aqui de rito sumário. Há uma acusação, há uma desconfiança, há o alijamento sumário, a demissão sumária desse policial, e obviamente nos preocupamos com a formação daqueles que vão ocupar esse espaço". E eu, ingenuamente, cometi a ousadia de perguntar: "Mas vocês não cometeram nesses ritos sumários muitas ou algumas injustiças?". Ele falou: "Algumas não, Governador, inúmeras injustiças, infelizmente, mas essas injustiças fazem parte. Foi o preço que nós pagamos para termos forças de segurança mais qualificadas e aptas a cumprir o seu papel". Não é apenas isso, mas esse foi um instrumento utilizado com muito bom resultado, segundo o hoje Presidente Santos, no enfrentamento da criminalidade naquela região.

Mas a questão central – e é a pergunta que eu deixo – é: até que ponto há realmente disposição do Governo brasileiro de, mesmo em uma conversa presidencial, estabelecer uma nova relação com os países que fornecem drogas, especialmente armas, ao Brasil sem qualquer controle interno? Obviamente nós sabemos as consequências disso para cada brasileiro. Basta ver os índices de criminalidade crescentes na maioria das regiões do País.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

O Senador Anastasia tem a palavra agora.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eminente Ministro Raul Jungmann. Permito-me também saudar os comandantes e oficiais generais e oficiais superiores das três armas de nossas Forças Armadas que aqui acompanham V. Exª nesta audiência.

A notória inteligência de V. Exª ficou patente na exposição brilhante que fez e que recebeu, de fato, o reconhecimento, o aplauso de todos nós aqui presentes e daqueles que acompanham pela televisão. Então, quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pela clareza, pela objetividade, pelo domínio pleno do assunto que demonstrou durante sua exposição, sendo um ministro relativamente recente na pasta, poucos meses, mas a demonstração de sapiência é, de fato, digna de nota, e quero fazer, em primeiro lugar, esse registro.

Vou ser bem objetivo em razão do tempo. Eu sou sempre objetivo em minhas falas.

Em primeiro lugar, a preocupação que tenho, como Senador por Minas Gerais, na questão da indústria de defesa de dois grandes investimentos que vossa pasta tem em nosso Estado. Um deles mencionado, o caso do blindado Guarani, da fábrica da Iveco, em Sete lagoas, preocupação, aliás, que eu já havia externado anteriormente quando antecessores de V. Exª aqui estiveram. Há um problema contratual delicado com a Iveco, que causa dificuldades e inclusive lança um pouco de mácula sobre esses investimentos. E V. Exª também confirma aqui a dificuldade de mantê-los nos indicadores necessários.

O segundo é exatamente o investimento da fábrica de helicópteros Helibras, em Itajubá, em que também existem dificuldades notórias da manutenção do planejamento do programa hoje previsto. Ambas as indústrias são essenciais ao planejamento estratégico do desenvolvimento, não só de Minas, mas do Brasil, tendo em vista, como V. Exª muito bem colocou, que a indústria de defesa é a ponta mais visível do avanço tecnológico nacional, e para o nosso Estado, portanto, elas são vitais.

Quero ainda me referir, como uma indagação – aí sim, uma pergunta –, ao tema da segurança. V. Exª percebeu que perpassou praticamente todos os Parlamentares que submeteram indagações a V. Exª, na questão da relação institucional entre as Forças Armadas quando chamadas a colaborar nesse assunto e a Força Nacional. A Força Nacional é uma instituição relativamente recente na história da segurança pública nacional. É uma iniciativa, a meu juízo, louvável do Ministério da Justiça, e sempre chamado em momentos em que anteriormente só havia as Forças Armadas. Sobre esse aspecto, é até um sucedâneo, a meu juízo, adequado na visão holística da Defesa Nacional. Haveria a necessidade de robustecermos ainda mais a Força Nacional, exatamente para preservar as Forças Armadas? Ou essa integração já se dá de modo bastante coeso no que é necessária?

Gostaria ainda de mencionar, eminente Ministro – lembrou bem o nosso Presidente, Senador Aloysio –, a questão do projeto de lei de licitação. As questões da indústria de defesa e de ciência e tecnologia – eu sempre defendi esta tese – devem ter um tratamento diferenciado das normas gerais de contratação. Não se trata aqui de uma obra física, de contratação de cadeiras, de uma estrada ou mesmo de um hospital. Trata-se de algo muito mais delicado; a apuração objetiva da distinção no certame licitatório é muito mais difícil. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

acredito que seja a oportunidade – e ninguém melhor do que o Líder do Governo para conduzir essa indagação – de aproveitar não só o Ministério da Defesa, mas o de Ciência e Tecnologia, para que, nesse texto, que por ora não tem nenhum tratamento diferenciado – e é uma lacuna que tem no texto novo –, nós avancemos corajosamente, mostrando, inclusive aos órgãos de controle, que se trata de algo fundamental ao desenvolvimento nacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Por fim, tão somente em abono àquilo que V. Exª mostrou, na parte final de sua exposição, sobre a questão geopolítica como um todo e a importância estratégica de nosso Atlântico Sul, lembro – pena que o Senador Tasso saiu, porque ele é especialista em Segunda Guerra Mundial – o episódio de Graf Spee, a batalha do Prata, que exatamente demonstra como, naquele momento, o Atlântico Sul teve uma importância tão grande no deslinde da Segunda Guerra Mundial e, evidentemente, em outros cenários internacionais.

Minha fala é somente em abono e para demonstrar que nós temos, de fato, essa grave preocupação, que é fundamental que um país, da dimensão e da responsabilidade do Brasil, tenha em relação a sua defesa.

Parabéns mais uma vez pela exposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – O Senador José Medeiros é um dos Senadores mais atuantes aqui, da nossa Casa. Ele estava às voltas com outras atividades, mas fez questão de chegar aqui para o cumprimentar.

Por favor, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agradeço-lhe o carinho, Senador Aloysio.

Quero cumprimentar o nosso Ministro da Defesa, Raul Jungmann, meu velho companheiro de partido – militamos quase 20 anos juntos no PPS. Quero cumprimentar aqui os comandantes da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, e todos os oficiais que estão aqui.

Ministro, quero, antes de mais nada, parabenizá-lo pela forma corajosa com que V. Exª tratou de um tema espinhoso. Não é fácil falar, por exemplo – neste momento de cortes –, defendendo as Forças Armadas da forma que V. Exª defendeu em relação à aposentadoria. Eu falo isso porque estou simplesmente retransmitindo o que ouvi de outros órgãos. V. Exª representou muito bem o anseio dos militares, que realmente, eu creio, nessa discussão toda de aposentadoria, devem ter um tratamento sobre o qual precisamos refletir.

Dito isso, a minha fala é muito curta. É só para parabenizá-lo mesmo pela eficiência das Forças Armadas.

Cito aqui projetos importantíssimos, que servem de exemplos para outros órgãos do Brasil, para nossa Administração, por exemplo, o KC-390. Quando eu olho para o KC-390 eu me liberto daquele complexo – que Nelson Rodrigues dizia – de vira-lata.

Quando vi o projeto e vi o avião, fiquei encantado, porque é um projeto da nossa Aeronáutica, é um projeto nosso que vai ser ponta de lança no mundo inteiro. E já há vários países querendo adquiri-lo. Talvez os brasileiros não saibam dessa maravilha que é esse projeto da nossa Aeronáutica, construído aqui no Brasil.

Eu também queria parabenizar a Marinha e, ao mesmo tempo, fazer uma indagação ao Ministro sobre como anda a Estação Comandante Ferraz na Antárctica. Tive a oportunidade de visitar esse projeto – inclusive, o General Marcos esteve conosco lá – e vi várias nações dando suma importância a esse projeto maravilhoso. Creio que temos de investir ali.

Também queria parabenizar as Forças Armadas, Ministro, pela isenção, pela temperança, pelo domínio próprio porque, neste momento de Fla-Flu da política brasileira, não se contaminaram e se mostraram, acima de tudo, instituições de Estado, instituições do Estado brasileiro e não instituições do governo de plantão. É de encantar a serenidade. Além disso, não foram mordidos pela mosca azul, que mordeu muitos que estão nos órgãos, muita gente do Judiciário, muita gente até do Ministério Público e até da própria política que não se aguentam. Eles querem aparecer no Jornal Nacional às 20 horas. E sentimos que as Forças Armadas dão essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

estabilidade, esse alicerce para a Nação, o que é muito importante.

Ditas essas palavras, já encerro, perguntando: Ministro, como anda o projeto de aquisição dos aviões Gripen e como andam aqueles projetos em que o Exército vinha trabalhando muito bem – talvez isso já tenha sido tratado aqui – da fronteira, o que, no nosso Estado, principalmente, é uma preocupação constante? Sei que V. Exª está imbuído dessa questão das fronteiras. Não vou me delongar porque o Senador Aécio já falou muito bem sobre as mazelas da nossa fronteira seca descoberta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

Agora é a rodada final de respostas do Ministro Jungmann.

O SR. RAUL JUNGMANN – Muito obrigado, Presidente.

O Senador Armando não está presente, mas ele tocou em vários assuntos que vou rapidamente responder.

O Gripen se encaminha bem. Temos um orçamento para o qual peço a aprovação deste Senado e desta Comissão, que destina aproximadamente R$1,5 bilhão para este projeto. Como bem lembrado pelo Senador Armando, a partir de 2019, nós teremos as primeiras aeronaves.

Quero lembrar que a espinha dorsal da aviação de caça brasileira, que é essencial, inclusive, para a defesa de Brasília, está suportada pelos F5, sobretudo, mas eles já venceram o seu ciclo de vida. Esse ciclo de vida já foi estendido através de modernização feita pela Embraer, mas não podemos mais estender.

Além disso, é bom lembrar que a escolha do Gripen significa que não estamos comprando, Prefeito, tecnologia; estamos desenvolvendo tecnologia. Um projeto similar com a Itália em torno do AMX representou um grande salto tecnológico para a Embraer ser essa enorme potência que ela é hoje. Nesse sentido, esse projeto caminha bem, foi bem estruturado em termos de financiamento e, de fato, segue os cronogramas, com as dificuldades que os senhores hão de reconhecer. Mas acredito que ele caminha bem.

Diferentemente, nós, hoje, temos de ter um cuidado especial com a nossa esquadra. A pergunta não incluiu isso, mas eu quero colocar a questão da esquadra porque à Marinha foi dada a autorização e o comando para que desenvolvesse aqueles grandes projetos, que são fundamentais. Mas, no momento em que há a queda da economia e, consequentemente, da arrecadação, a Marinha tem que equilibrar duas necessidades: uma, a continuidade dessa pesada carteira de projetos em desenvolvimento; outra, a modernização da esquadra.

Nós temos hoje uma esquadra.... Se os senhores entrarem em um navio da Marinha – eu vou fazer um convite e, depois, vou me estender um pouco mais sobre a necessidade de conhecer o trabalho que é desenvolvido pelas Forças Armadas –, os senhores vão ver, como eles dizem, que o navio é a nossa casa. E como eles cuidam daquela casa! Navios com 30, 40 até 50 anos de idade, e você nem por sonho imagina, porque eles são rigorosamente tratados com cuidado. Mas é preciso reconhecer que a nossa esquadra precisa de modernização. Nós precisamos, por exemplo – temos urgência –, pelo menos incorporar mais quatro corvetas. E essa é uma questão que nós vamos ter que trazer aqui e discutir, porque nós não podemos apenas privilegiar um lado, o do desenvolvimento; nós temos que ter uma esquadra compatível com o cenário que nós procuramos traçar aqui.

Ele coloca a questão das prioridades. Nós reunimos o Conselho Militar de Defesa, como eu disse, pela segunda vez, e o tema foi exatamente este, ou seja, os nossos projetos estratégicos e o novo regime fiscal. E nós sabemos que vamos ter que algumas coisas renunciar, algumas coisas delongar, e outras manter.

Agora, o impacto disso não é uma decisão que possa ser suportada, exclusivamente, pelo Ministério da Defesa; é algo de que este Congresso tem que participar, de que a Presidência da República, evidentemente, terá que participar. Porque aí é o nosso destino, e essa é uma responsabilidade de todos. Evidentemente, o vetor militar é extremamente importante, mas nós precisamos que os senhores participem, Senador Aécio, dessa questão e nos ajudem.

A questão da segurança, que foi tocada, já foi aqui amplamente falada. Portanto, passo adiante e peço que transmitam os meus agradecimentos ao Senador pela forma extremamente carinhosa com que ele se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

referiu a nós.

Senador Aécio, de fato, é um prazer poder responder as questões que o senhor coloca. E eu comentava aqui antes, Senador.... Eu, que sou efetivamente alguém que o conhece, que o admira e preza – e não preciso me estender sobre isso, porque o senhor é credor e sabe que isto, de fato, não é um artifício de retórica, é alguma coisa que tem a ver, substantivamente, com essa admiração.

Então, veja bem: ele nos coloca a questão das armas. Nós estamos reformulando a resolução que trata sobre todo esse assunto, que é a chamada R-105, no sentido de transparência, no sentido de ampliação da fiscalização, no sentido de procurar abranger, o máximo possível, todos os campos. E, quanto à responsabilidade, particularmente, é o Exército que cuida disso.

Agora, vou ser muito franco com o senhor, Senador. Nós temos sistemas de controle de armas – temos o Sigma, que cuida das armas do Exército; temos o sistema de informação também na Polícia Federal, para armas civis –, mas praticamente atuamos sozinhos na região. Nós temos problemas nos nossos sistemas. Eles precisam ser desenvolvidos e melhorados. Por exemplo: há Estados que não mandam informações. Há Estados que até hoje.... Eu lembro que, algum tempo atrás – acho que talvez isso já tenha sido superado –, o Paraná não mandava informação porque discordava do conceito. Então, existem buracos, lacunas nesse sentido de acompanhamento. Mas os outros países, até onde eu saiba, estão ainda engatinhando ou não têm nenhum sistema nesse sentido.

Mas a questão crucial que nos coloca o Senador e que é preciso de pronto enfrentar é: o Governo está disposto a ir além do diplomático, do campo diplomático nessa questão?

Vou recordar que eu aqui disse que hoje nós temos um mercado integrado. A produção não é exclusiva, porque também se produzem drogas no Brasil, mas em grande parte, em alguns dos nossos países vizinhos, é aquilo que eu disse: a droga incorporou-se ao organismo econômico, e tem enorme projeção política.

O que fazer diante disso? Eu acho que o primeiro passo o Ministro Serra está dando, que são os acordos diplomáticos. Eu acho que a cooperação, a troca de informação, de inteligência, sobretudo, é decisiva. E acho que esse e o apoio econômico são as melhores ferramentas, mas devo lhe ser muito franco: nem este Ministério, tampouco este Governo acham que, esgotados esses mecanismos, se necessária for a utilização de outros mecanismos, evidentemente respeitando a soberania, a independência, eles têm que ser usados. Eu concordo com o senhor.

Quero lembrar que, nos próximos dias, o Ministro da Justiça estará apresentando à Nação um plano voltado para a segurança. Ele está terminando de fechar com os Estados, porque é uma questão federativa, mas ele já está todo desenhado e pronto. Ele já tem inclusive dotação nesse sentido, e em breve nós vamos ter essa apresentação pelo Sr. Ministro da Justiça. Mas a fronteira é um caso em que você tem que ter um tripé: o diplomático, o econômico e o da defesa, propriamente dito. Obviamente, há as questões econômicas que o senhor colocou. Eu acho que, com todo o respeito, mas também todo o resguardo da nossa segurança. Essa é uma questão que nós temos que enfrentar e o Governo está disposto a enfrentar. Queria lhe dizer isso.

Continuando, o senhor colocou a questão das gangues e a da segurança. O temor hoje, no Rio de Janeiro, é que, por exemplo, ocorra uma união entre essas gangues. Se isso acontecer, nós teremos elevado muitíssimo nosso grau de vulnerabilidade, que já é, de fato, extremamente grande.

Eu queria tocar em uma questão delicada que está nas mãos deste Senado – e peço vênia, inclusive, ao Presidente e Líder do Governo para abordar –, que é a questão dos crimes dolosos contra a vida e seu julgamento por tribunais militares. É um projeto que veio da Câmara e que se encontra aqui no Senado. É um projeto polêmico, é um projeto que exige discussão. Mas o que acontece? Os crimes militares em atividades constitucionalmente militares eram tradicionalmente julgados pelos tribunais militares, e não tínhamos grandes problemas, porque os juízes militares são juízes togados, e que são sabatinados por este Senado. O Ministério Público Militar é um Ministério ramo do Judiciário Federal. Não é corporativo, como também os juízes togados que são escolhidos por aqui e são sabatinados aqui. O que aconteceu? Quando do massacre da Candelária, o Greenhalgh fez o projeto que era exatamente de levar para a justiça comum e evitar um corporativismo que ele identificava nas polícias militares. E aí o que foi feito?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. RAUL JUNGMANN – Em uma tentativa de impedir que esse projeto fosse adiante, colocaram os militares, que não tinham nada a ver com isso, que têm uma justiça que é célere, que é dura. O problema que nós defrontamos hoje é o seguinte: quando nós pedimos a presença dos militares na rua com a questão da segurança, Senador José Medeiros, coloca-se todo militar diante de um dilema. Se ele, por algum acaso, justificada ou injustificadamente, for para a justiça comum, a carreira dele acabou. A carreira dele acabou. Por que acaba? Porque durante todo o período em que ele estiver respondendo a esse processo, ele não terá qualquer tipo de promoção. Não terá.

E aqui eu coloco uma questão muito prática. Eu costumo colocar sempre uma questão prática, para a gente entender. Imagine os senhores que temos um sequestro de crianças, de adolescentes ou de jovens estudantes, seja quem for, por um cidadão que quer liquidar, sequestrar, e que está com uma bomba.

Imagine que o senhor tem um *sniper*, que recebe ordem para matar aquele sujeito, pelo que ele representa ou pelo que pode fazer. Esse militar, como é que vai reagir diante do cenário que nós temos aí? Se ele, por acaso, disparar e matar quem estava ameaçando a vida, por exemplo, daquelas crianças e for parar na justiça comum, acabou a carreira dele.

Será que ele, de fato, não vai pensar duas vezes na carreira dele ou no que ele tem que fazer? Humanamente colocando as questões? É uma questão difícil, dolorosa, delicadíssima, Senador Anastasia, mas para que eu peço a compreensão, porque quando se pede militares nas ruas e não dá a ele a segurança jurídica necessária que ele precisa ter... E, olha, quem está falando é alguém que foi, até recentemente, Presidente da Frente Parlamentar pelo Controle de Armas e, permitam-me dizer, um pacifista, alguém preocupado com as questões humanitárias.

Mas essa questão é dilemática e suscita muita discussão, porque a percepção é: nós estamos querendo uma proteção corporativista para os militares? Não, de forma alguma, não queremos isso, até porque não há como fazer isso. Ministério Público Militar é Ministério Público Federal, independente, como é também o juiz togado.

Então, essa é uma questão que aqui se encontra aqui e que eu queria colocar. Sei dos problemas existentes, mas pediria a reflexão dos senhores aqui, em termos de Senado.

Quero dizer, Senador, que a questão que o senhor coloca, em termos da preocupação com fronteiras, é absolutamente legítima e procedente. Nós não sairemos disso sozinhos. Nós temos um papel com relação a isso, mas há também um papel, efetivamente, para as outras agências.

E, para concluir.... Eu não sei se deixei de responder alguma coisa, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Até além, muito obrigado.

E encerro com o Senador Antonio Anastasia.

Primeiro, quero agradecer as suas palavras. Vindas de um Senador da qualidade de V. Exª, vou guardar e levar daqui praticamente como uma condecoração, um reconhecimento.

A questão dos helicópteros caminha bem, com as nossas dificuldades, mas nós estamos seguindo o planejamento até aqui. Tivemos que renegociar alguns contratos, rever alguns prazos, etc, mas, de fato, nós tínhamos que seguir adiante, e estamos continuando.

A relação entre Forças Armadas e Força Nacional de Segurança. Em primeiro lugar, há uma grande confusão. Quase todo dia, recebo o pedido de um governador ou de seja quem for: "Dá para o senhor trazer a Força Nacional de Segurança?". Eu digo: "Não, isso é ao lado, é aqui no Ministério da Justiça".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Obrigado, Prefeito. Muito agradecido.

A Força Nacional de Segurança, na verdade, é uma estrutura modular. O que existe permanentemente são 200 soldados que ficam aqui em Brasília e que podem ser deslocados a qualquer momento. E ela é ampliada através da composição que vem de efetivos de outros Estados. Esse já é um dos problemas que nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

São diversas percepções de formação ou treinamento que existem com relação a isso.

A relação, por exemplo, nas Olimpíadas se deu bem. Nós tivemos dificuldades. Está aqui o General Fernando que pode falar melhor do que eu, mas, no final, acontece o entendimento.

No meu modo de entender – agora vou falar em termos pessoais –, eu preferiria uma estrutura como a que existe nos Estados Unidos, de uma guarda nacional ligada ao Exército. Por quê? Porque hoje...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Exatamente. Porque hoje, no meu modo de entender, há uma preocupante, vamos dizer assim, banalização da GLO. GLO para tudo. As Força Armadas são, como diz o Senador Aloysio, *ultima ratio regis*, está certo? É algo para ser usado em altíssima e última instância, porque é a última trincheira do Estado, e você não pode banalizar isso.

Eu acho que uma Guarda Nacional responderia, com treinamento e com a disciplina dada pelo Exército e pelas Forças Armadas brasileiras.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – É uma força *ad hoc*. Agora, ela está sendo criada...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – E não teríamos o constrangimento de vê-las pedindo autorização de traficante para entrar no morro.

O SR. RAUL JUNGMANN – Pois é.

E veja bem, agora ela está sendo expandida para 7 mil homens. Então, para o ano há esse avanço, porque seriam 7 mil homens permanentes, o que ajuda em termos de fronteira.

A questão – eu peço a ajuda ao senhor – do termo de licitação especial, é preciso superar isso, senão tudo o que discutimos hoje em termos de base industrial, fica prejudicado. Conto com a sua ajuda. O Flávio e eu estamos à disposição.

Com relação à questão de Atlântico Sul, é aquela preocupação: esse é um quadro mutável, são 95%; 10% de toda a carga marítima do mundo vem ou volta pelo Brasil. E nós, especificamente, temos 95%, que passam pelo lado de lá. Isso dá uma dimensão do desafio. E se houver algum tipo de restrição, por exemplo, nessa área, como é que nós vamos responder?

É por isso que eu chamo a atenção para o mantra: "Olha, vai ser sempre assim". Não, não vai ser. Lamento, não vai ser. Hoje nós tivemos – parece ser uma coisa mais propagandística – a instalação de uma base russa na Venezuela. Respeitando a soberania, a decisão soberana, mas seria a quarta potência nuclear que estaria se instalando aqui. Nós temos a China na Argentina, nós temos americanos na Colômbia, nós temos a Rússia, nós temos a Inglaterra nas Falklands, e nós temos a Guiana, onde está a França. Aliás, chegamos a cinco. E se isso amanhã significar algum conflito de interesses? Como é que é isso? Vai ser sempre assim? Evidente, não vai sê-lo.

Queria responder agora ao Senador José Medeiros. Em primeiro lugar, agradeço as referências elogiosas, acredito que fruto da nossa vivência ao longo do tempo no nosso Partido, que era o PPS.

Sobre a reforma da Previdência, queria pedir a atenção deste Plenário. Eu falei nesse tema lá na Câmara, Senador, e a manchete que saiu foi a seguinte: "Militares fora da reforma". E aí eu pediria aos senhores jornalistas que aqui se encontram e que queiram reproduzir a nossa fala que nos deem o prazer de a ver reproduzida. Vejam, isso é metade da questão. O que nós dissemos foi o seguinte: primeiro, Defesa e Forças Armadas entendem e compreendem que a reforma da Previdência é um projeto importante para o Brasil. O.k.? Segundo, convocados, Defesa e militares não se negarão a contribuir para uma reforma da Previdência. Terceiro – e aí foi de onde originou a manchete –, eu disse o seguinte: na primeira etapa não estarão inclusos os militares, por uma série de razões. Primeiro, porque a Constituição nos trata de forma diferente. Uma coisa são os servidores civis... E aqui não é nenhum demérito, não é dizer, "Ah, o servidor civil que vá..." Não, não é isso. É porque, constitucionalmente, são diferentes.

Além disso, querendo, pode-se tratar a questão da previdência militar, que, aliás, não existe, é um siste-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ma de proteção social. O militar não tem plano de custeio e outras coisas mais. Então, efetivamente isso pode ser tratado por meio de lei complementar, por exemplo.

Então, entendeu o Governo que seria feita em um segundo momento essa discussão, e que essa discussão teria que vir necessariamente acompanhada de uma discussão de plano de cargos, carreira e salários dos militares.

Por quê? Porque, hoje, a carreira de Estado mais defasada que existe no Brasil é a dos militares. É a mais defasada. Quem pior recebe hoje são os militares.

Um exemplo. Um iniciante na carreira.... Nada contra o que ganha alguém no Ministério Público ou na Justiça.... É equivalente, exatamente, ao fim de carreira! Não é aceitável para a Defesa que hoje um militar quatro estrelas, um general quatro estrelas, com doutorado, com formação, com 35 anos de trabalho, esteja ganhando R$15 mil ou R$16 mil líquidos. Ou os senhores acham que isso é alguma coisa compatível com a devida importância e dignidade para um profissional voltado... Claro que não!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – E há a qualificação...

O SR. RAUL JUNGMANN – E há a qualificação.

Aliás, diga-se de passagem – permita-me dizê-lo porque vou repetir algo que disse aqui anteontem –, eu tive o prazer e a honra de ser indicado pelos comandantes militares, a pedido do Presidente Temer, para exercer esse Ministério. Ou seja, nada contra, tudo a favor da atividade política. Sou político e acho da maior dignidade e nobreza a atividade política, em que pese hoje o nível de percepção negativa que ela tem. De fato, nós fomos uma indicação a pedido do Presidente, e eu me sinto muitíssimo honrado nesse sentido, por essa indicação que foi feita.

Mas lembro sempre que o militar é um idealista, é um sonhador. Quem escolhe a carreira militar é alguém que escolhe servir, inclusive com a vida, ao País. E há o aspecto da dedicação, porque não tem segundo emprego, porque não acumula ao longo dessa carreira, porque trabalha muitíssimas vezes mais, porque é deslocado a todo e qualquer momento, e porque tem um compromisso com o País. São extramente profissionalizados.

Hoje em dia – permita-me dizer para concluir, Sr. Presidente –, as Forças Armadas são um ativo democrático no Brasil. Foram impecáveis nessa crise, estão sendo impecáveis, e são, de fato, um ativo que hoje a democracia brasileira tem. E esse reconhecimento é necessário em função das suas especificidades.

Com relação ao Proantar. Houve aquele incêndio, colocamos lá uns módulos provisórios, fizemos uma licitação. Essa licitação foi feita pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil. Numa outra licitação, venceu uma empresa chinesa, e nós estamos iniciando esse processo de recomposição do Proantar.

O senhor falava que as Forças Armadas são uma instituição de Estado, e o Senador aqui me lembrava o Marechal Presidente Castelo Branco. É ele que inicia isso quando, no famoso Decreto-Lei da Expulsória, determina que um oficial general tenha um tempo de vida máximo de 12 anos – ele passa por duas, três e quatro estrelas. E quando falo no oficial general, estou me referindo também ao almirante, ao brigadeiro e ao general propriamente dito. Isso quer dizer, Sr. Presidente – chamo a atenção deste Plenário –, o seguinte: a cada 4 anos, 100% do oficialato superior – general, para ser mais preciso – são renovados. Isso representa uma oxigenação das Forças simplesmente extraordinária.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAUL JUNGMANN – Talvez não tenha paralelo. Seguramente, no hemisfério, não. Esse grau de profissionalismo desenvolvido pelas Forças Armadas significa que, a cada ano, 25% dos oficiais generais são renovados.

E eu já assisti a esse processo de escolha desses oficiais: ele é absolutamente meritocrático, absolutamente profissional, absolutamente infenso a qualquer tipo de interferência política. É por isso que eu digo que as nossas Forças Armadas, a Defesa, hoje, são, sim, um ativo democrático. E nós pudemos contar com elas exatamente nesse sentido nessa última crise que nós tivemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Não sei se em outro país do Hemisfério nós teríamos esse comportamento absolutamente importante e decisivo para o nosso País como nós tivemos, fruto desse profissionalismo que se inicia lá atrás. Anteriormente, um Orlando Geisel, um Cordeiro de Farias, para citar aqui dois exemplos, passavam vinte, trinta anos na função de general. Por isso, evidentemente, desenvolviam certas relações e se tornavam líderes políticos dentro das Forças Armadas. Hoje, nós temos líderes profissionais; líderes efetivamente profissionais e, repito, temos forças que são e foram inatacáveis em termos desse processo.

O Gripen, como aqui já disse, caminha bem, e as fronteiras... Permita-me o Senador, eu só iria repetir tudo aquilo que ele disse.

Sr. Presidente, eu encerro esta audiência pública agradecendo imensamente o convite feito e me colocando à disposição, deixando bem claro o seguinte: a Defesa é algo integrante de um projeto nacional de desenvolvimento. Defesa não são os militares, Defesa não é fazer a guerra ou seja o que for, Defesa é algo que diz respeito a todo cidadão e a toda cidadã brasileira, e diz respeito à defesa dos nossos interesses, da nossa soberania, do nosso futuro, da nossa projeção a que todos nós aspiramos. Defesa tem conexão com justiça social, com educação, com tecnologia, com saúde. Enfim, Defesa é algo central, democrático, nacional e decisivo, para que a gente possa ter um Brasil mais justo, mais livre e soberano, e que, de fato, se encontre com seu destino e com seus sonhos como país, nação e povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a todos e a todas.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, se bem que quando o Ministro foi nomeado, disseram que não seria mais Defesa, seria ataque. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem.

Ministro Jungmann, eu, infelizmente, não poderei acompanhá-lo, nem os nossos convidados, para fazer o bota-fora de toda a solenidade, que os senhores merecem. Fico muito grato pela presença de todos, mas nós temos, agora, uma pauta deliberativa que faz parte das nossas atribuições ordinárias, e eu não vou poder acompanhá-lo. Mas esteja certo, meu prezado amigo, queridíssimo amigo Raul Jungmann, que a sua presença aqui foi realmente um momento muito importante, esclarecedor, lançou várias pistas para o futuro e nos fez refletir sobre questões que ligam a Defesa a outros domínios da vida nacional. Houve sugestões no âmbito legislativo. De modo que esteja certo de que foi uma presença marcante que renderá bons frutos para que esta seja cada vez mais uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Muito obrigado.

O SR. RAUL JUNGMANN (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muitíssimo obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem. Eu vou dar sequência, então, à segunda parte da nossa reunião. Nós temos aqui uma mensagem cujo Relator é o Senador Cristovam Buarque.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 100, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

1) *Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, que seguramente tem entre nossos visitantes vários de seus ex-alunos. Cristovam, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, esta Casa é chamada a deliberar sobre a indicação feita pelo Senhor Presidente da República da Srª Maria Laura da Rocha, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

Como é do conhecimento de todos, a Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* da diplomata, que está à disposição, em detalhes, para os Senadores.

Leio um resumo desse currículo.

Lembro que a Srª Maria Laura da Rocha é filha de Arthur Veríssimo da Rocha e de Laura Martins da Rocha e nasceu no Rio de Janeiro em 1955.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceira-Secretária em 1978, após concluir o Curso de Preparação à Carreira Diplomática no ano anterior.

Nesse sentido, vale referir que é uma das pioneiras, como mulher, na carreira diplomática. Hoje em dia é algo bastante comum termos diplomatas brasileiras, mas, naquela época, foi, de certa forma, pioneira.

Ascendeu a Segunda-Secretária em 1980; a Primeira-Secretária em 1987, por merecimento; a Conselheira em 1995, por merecimento; a Ministra de Segunda Classe, em 2000; e a Ministra de Primeira Classe, em 2008, sempre por merecimento.

Em 2000, no Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos, quando defendeu a tese intitulada "Diplomacia, Tecnologia e Defesa: o Itamaraty e a Captação Internacional de Tecnologia Sensível para o Setor Aeroespacial".

A diplomata, desde o início, vem desempenhando importantes funções em sua profícua carreira. Em 1979, foi Chefe do Serviço de Cadastro e Lotação; no mesmo ano, foi Encarregada do Consulado em Berlim – vê-se que foi uma carreira rápida – em missão transitória; de 1981 a 1985, serviu na Embaixada em Roma, como Segunda-Secretária; já de 1985 a 1989, serviu na Embaixada em Moscou, como Segunda-Secretária e Primeira-Secretária.

De volta ao Brasil, foi Coordenadora-Executiva, substituta, do Departamento de Administração, entre 1990 e 1991; entre 1991 e 1992, trabalhou na Presidência da República, como Diretora-Geral Adjunta de Administração-Geral; em 1992, ocupou o cargo de Coordenadora-Executiva da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior. De período de 1992 a 1995 atuou como Primeira-Secretária na Embaixada em Roma, e retornou novamente à Presidência da República, como Coordenadora-Geral de Documentação e Chefe de Gabinete da Secretaria de Assuntos Estratégicos, entre 1995 e 1999. Nesse mesmo ano exerceu o cargo de Chefe de Gabinete do Ministério Extraordinário de Projetos Especiais. Entre 1999 e 2002, foi Chefe de Gabinete e Ministra de Estado Interina do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Entre 2003 e 2008, serviu na Embaixada em Paris como Ministra-Conselheira; em 2008, ocupou o cargo de Secretária na Secretaria de Planejamento Diplomático; de 2008 a 2011, foi Chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Entre 2011 e 2014, exerceu o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e desde 2014 é Representante Permanente do Brasil Junto à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A diplomata recebeu, em 1995, a Medalha do Mérito Santos Dumont, do Brasil, e a condecoração Merito della Repubblica Italiana, no grau de Oficial. Recebeu ainda diversas outras condecorações que constam do seu currículo e deste relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Além do *curriculum vitae* da diplomata indicada, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Hungria, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina à diplomata.

A Hungria tem uma população de quase 10 milhões de habitantes, que se distribuem em um território de 93 mil quilômetros quadrados. Seu Produto Interno Bruto (PIB) é de US$258 bilhões de dólares, o que lhe propicia PIB *per capita* de US$26 mil dólares. Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,828, o que coloca o país em 44º lugar no panorama mundial. É parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte desde 1999 e da União Europeia desde 2004.

Estabelecidas em 1927, as relações diplomáticas entre Brasil e Hungria foram interrompidas em 1942, quando os dois países se encontravam em campos opostos na Segunda Guerra Mundial, e seriam restabelecidas somente em 21/3/1961, ao amparo da Política Externa Independente levada a cabo pelo Governo Jânio Quadros. A missão diplomática em Budapeste foi reaberta em 1962.

O Brasil foi incluído entre os principais parceiros da Hungria no âmbito da chamada "abertura global".

Digna de menção é a cooperação em Educação e Ciência e Tecnologia entre os dois países. Mais de 2,5 mil estudantes brasileiros escolheram a Hungria como destino no Programa Ciência sem Fronteiras, e, com apoio húngaro, o Rio de Janeiro abrigou o Fórum Mundial de Ciências, em 2014.

O comércio bilateral com a Hungria praticamente dobrou em dez anos. Os dados relativos ao primeiro semestre de 2016 refletiram, contudo, a contração da economia brasileira e as dificuldades mundiais provocaram a redução desse comércio.

A Comissão Econômica Mista foi criada pelo Acordo de Cooperação Econômica Brasil-Hungria de 2006, em vigor desde 2009. A Comissão se reuniu em três ocasiões desde 2012, a última em abril de 2015, em Brasília.

Sobre a política externa, a Hungria, para que pudesse se liberar do que considera uma excessiva dependência comercial e política da União Europeia e dos Estados Unidos, passou a adotar como estratégia a expansão do relacionamento com parceiros de outras regiões, ao conferir maior atenção aos países do oriente e do sul globais. Nesse sentido, a chamada "Abertura para o Leste", lançada em fins de 2011, buscou privilegiar o relacionamento da Hungria com os países da Ásia, do Oriente Médio e do norte da África, mas foi afetada por dois motivos: o atual cenário geopolítico adverso nos países médio-orientais e norte-africanos e as dificuldades econômicas enfrentadas por países asiáticos.

É bem verdade que, tendo-se dado conta de que esta última iniciativa deixava de fora duas áreas importantes do mundo – a América Latina e a África Subsaariana – em seguida procurou "corrigir" a falha.

Desde o início de 2015, então, decidiu pelo aumento de atenção à América Latina e o Caribe, por meio da criação de política específica para a região intitulada "Abertura para o Sul", além da "Abertura para o Leste". É nesse contexto que esse relacionamento diplomático pode adquirir mais importância e merece maior atenção.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

No entanto, Senador Aloysio, não posso deixar de dar uma pequena palavra pessoal sobre o conhecimento do trabalho da Embaixadora, do seu desempenho na Unesco, que acompanhei muito de perto, e, mais recentemente, do seu desempenho na FAO – tive ocasião de ver seu trabalho, de ver seu desempenho.

Por isso, eu, pessoalmente, não tenho a menor dúvida, não fiz apenas um parecer, mas me empenho perfeitamente em ver aprovado o nome da Srª Maria Laura da Rocha, que tem todas as condições de ser uma grande Embaixadora do Brasil na Hungria.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Ela vai para a Hungria, e um ex-aluno seu vai para a FAO, que é o Embaixador Souza-Gomes.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Não havendo quem queira discuti-la, está encerrada a discussão.

Está concedida vista coletiva da matéria, para se fazer a sabatina o mais rapidamente possível.

Agora, vamos ao item 2.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 103, DE 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. LUÍS CLÁUDIO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nicarágua.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: pronto para deliberação.

Observações:

1) Leitura do Relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senador Anastasia nos fará a gentileza de funcionar como Relator *ad hoc*.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Sr. Presidente, faço o relatório *ad hoc*. O relatório foi designado originalmente ao Senador Armando Monteiro.

O Dr. Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos, que é designado para a Embaixada do Brasil na República da Nicarágua, tem sua carreira no Itamaraty iniciada em 1986. Ocupou várias funções, inclusive nas Embaixadas de Washington, de Montevidéu e de Quito. Ocupou também funções junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e foi Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Política III.

Além do currículo, que é muito rico, do diplomata, que também é bacharel em Geografia pela UnB, o Sr. Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos fez juntar, juntamente com o Itamaraty, o seu relacionamento com a Nicarágua, o seu relacionamento com o país da América Latina muito intenso e de grande cooperação, especialmente no que se refere à cooperação técnica bilateral, que se iniciou no Acordo Básico de 2008. Há um relato completo no relatório sobre essa cooperação.

Observa-se ainda que a dívida nicaraguense com o Brasil foi objeto de uma reestruturação em 2002, mas, apesar de estar em execução e de estar sendo paga, não foi aprovada por este Congresso.

Há ainda o registro de que, a despeito de que a posição do Presidente reeleito da Nicarágua, Daniel Ortega, tenha sido de proximidade com os países da chamada Aliança Bolivariana, o maior parceiro comercial da Nicarágua são os Estados Unidos da América, que possuem grande influência política ainda em relação às posições com a Nicarágua.

Desse modo, Sr. Presidente, é esse o relatório.

Tendo em vista a natureza de seu conteúdo, não cabe aduzir outras considerações, a não ser a de submetê-lo aos nossos Pares.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Está concedida vista coletiva da matéria.

Srs. Senadores, temos aqui três projetos de decreto legislativo que aprovam textos de Acordo de Coprodução Cinematográfica. Os três são praticamente idênticos, mudam só os países. Agora, vejam que coisa contristadora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O primeiro deles aprova o Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, celebrado em Córdoba, Espanha, em novembro de 2007. Só agora chegou aqui. Chegou na semana passada. Estamos votando hoje, espero levá-la ao plenário agora à tarde.

O outro é o Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Brasil e o Governo do Estado de Israel, de 2009. Quer dizer, não é um bicho de sete cabeças um acordo desses, ainda mais com Israel, um dos poucos países com quem temos acordos bilaterais que funcionam bem fora do Mercosul.

E, finalmente, um Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Esse é mais recente, de 2012, só quatro anos.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 40, de 2016
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, assinado em Brasília, em 28 de setembro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pronto para deliberação

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 38, de 2016
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 39, de 2016
- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, celebrado em Córdoba, Espanha, em 28 de novembro de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela aprovação

De modo que, convenhamos, se o Senador Anastasia puder nos fazer a gentileza de relatar e resumir, extraindo o suco, o âmago dos três acordos, nós poderíamos deliberar sobre eles no plenário ainda hoje.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. De fato, V. Exª já fez, na sua síntese apertada, o objeto principal dos três projetos de decreto legislativo que aprovam esses acordos.

Na realidade, todos eles que V. Exª mencionou – com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, com Israel e com Espanha, o Ibero-americano – têm por objeto estimular a criação de condições favoráveis para a colaboração dos setores produtivos privados dos países que fazem parte dele, não só na produção de obras cinematográficas quanto também na produção de obras direcionadas para o segmento televisivo, pos-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sibilidade reivindicadas por ambos os setores produtivos.

Na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Aliás, em relação à Espanha, já há uma produção, coproduções muito importantes entre os dois países.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Exatamente. E nenhum deles implica nenhum ônus financeiro para o Tesouro Nacional.

Desse modo, com esse aspecto de cooperação cultural, nós devemos aplaudir e tão somente lamentar, de fato, como V. Exª disse, a demora na sua aprovação, porque gostamos de dar agilidade às coisas.

Portanto, o parecer dos três é no sentido de sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Encerrada a discussão. (*Pausa.*)

Aprovados os três Projetos de Decreto Legislativo nºs 38, de 2016; 40, de 2016; e 39, de 2016.

Finalmente, Srs. Senadores, há um requerimento extrapauta que me foi inspirado pelo Senador Tasso Jereissati. O Senador Tasso, na semana passada, me telefonou dizendo que acabava de assistir pela Globo News a um debate interessantíssimo sobre perspectivas do mundo e do Brasil, do que esperar da gestão Trump. Ele sugeriu que promovêssemos um debate, uma audiência pública sobre esse tema aqui, na Comissão, antes do encerramento desta sessão legislativa. Ele sugeriu o nome daqueles que participaram do programa: Professor Salvador Raza, da National Defense University Center for Hemispheric Defense Studies; Professor Gunther Rudzit, professor de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco; Jornalista Roberto Godoy, do jornal *Estado de S. Paulo*; e o Embaixador Rubens Barbosa, ex-Embaixador do Brasil nos EUA.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 35, de 2016

- Não terminativo -

Com fulcro no art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para debater o cenário internacional a partir da eleição do novo presidente norte-americano, Donald Trump.

Para a ocasião, propõe-se convidar os seguintes expositores: - Professor Salvador Raza, National Defense University Center for Hemispheric Defense Studies; - Professor Gunther Rudzit, professor de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco; - Jornalista Roberto Godoy, jornal Estado de São Paulo. - Embaixador Rubens Barbosa, ex-Embaixador do Brasil nos EUA.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

Se estiverem de acordo, aprovaremos. Eu penso em marcar esta audiência pública para o dia 8 de dezembro, quando acho que temos um espaço no nosso calendário. (*Pausa.*)

Então, está aprovado esse requerimento.

Também submeto aos Srs. Senadores uma exortação: para que dispensem a leitura da ata da última reunião e para que possamos aprová-la. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, está aprovada.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lasier Martins, Cristovam Buarque, Edison Lobão, Roberto Requião, Sérgio Petecão, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, José Aníbal e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador Hélio José. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – SABATINAS: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 99, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta." ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 100, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria." ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 103, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS CLÁUDIO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nicarágua." ITEM 4) MENSAGEM (SF) Nº 101, de 2016, de autoria do Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Afeganistão." Indicação apreciada. O Presidente convida os Embaixadores, a serem sabatinados nesta reunião, a ocuparem a mesa. Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores para fazerem suas exposições. *É aberto o processo de votação.* Usam a palavra os Senadores Armando Monteiro, Cristovam Buarque e Vanessa Grazziotin. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado das votaç**ões** das indicaç**ões** ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. **É designado Secretário o** Senador Tasso Jereissati. *É realizada a apuração dos votos.* Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e é aprovada. O Presidente encerra a reunião devido ao início da sessão do plenário do Senado, considerando que aos Embaixadores responderão aos questionamentos dos parlamentares via *email*. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e vinte e seis minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Declaro aberta a 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que tem por objeto a apreciação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

algumas mensagens do Poder Executivo indicando Diplomatas para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano, na República da Nicarágua e na Hungria.

Eu gostaria de já dar início aos nossos trabalhos porque hoje estamos com uma pauta bastante complicada. Temos, logo mais, uma audiência pública no plenário do Senado. Então, sem mais delongas, darei início à nossa sabatina, para ganharmos tempo.

Os Diplomatas indicados são pessoas que já prestam serviços ao Itamaraty há longos anos. Creio que não há nenhuma dúvida quanto à competência profissional, quanto às suas habilitações para exercerem os cargos para os quais foram indicados.

Eu chamo para tomar assento aqui, ao meu lado, o Sr. Luiz Felipe Mendonça Filho, Ministro de Primeira Classe, que foi indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta.

Chamo também o Sr. São Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos, que foi indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nicarágua.

E chamo a Srª Maria Laura da Rocha, que, se aprovada pelo Plenário do Senado, exercerá o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

Passo inicialmente a palavra à Srª Maria Laura da Rocha, que foi indicada para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria. V. Exª tem a palavra.

A SRª MARIA LAURA DA ROCHA – Bom dia a todos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é para mim uma grande honra ter sido designada pelo Presidente da República e pelo Ministro das Relações Exteriores como Embaixadora do Brasil na Hungria.

Eu gostaria de agradecer também o privilégio de ter tido o Senador Cristovam Buarque como Relator da minha mensagem.

Gostaria de rapidamente explicar as relações Brasil/Hungria e o trabalho pretendo desenvolver à frente da Embaixada caso mereça a minha indicação a aprovação desta Comissão e do Plenário do Senado Federal.

A Hungria é uma república parlamentar, com uma área aproximada de 93 mil quilômetros, população de cerca de 10 milhões. É um país de alto Índice de Desenvolvimento Humano, ocupa o 44º lugar no *ranking* da ONU; tem índices positivos do PIB nos últimos anos, e o crescimento previsto para 2016 é de 2,5%, e 2,8% para 2017.

Desde 2004, é parte da União Europeia. Antes da queda do Muro de Berlim, estava ligada ao grupo da Cortina de Ferro e, em 2004, aderiu à União Europeia, tendo anteriormente aderido à OCDE, em 1996, e à Otan, em 1999.

Manteve a sua moeda, mesmo fazendo parte da União Europeia, e integra o Grupo de Visegrado, que é uma coordenação política com Polônia, Eslováquia e República Tcheca. Evidentemente, os quatro, tendo interesses parecidos e sendo países de mais ou menos a mesma dimensão, conseguem, dentro da União Europeia, ter alguma voz importante.

O Presidente da República é eleito pela Assembleia Nacional a cada cinco anos. O atual Presidente, János Áder, assumiu em 10 de maio de 2012. Ele é o Comandante-Chefe das Forças Armadas e cabe a ele a nomeação formal do chefe do Poder Executivo, que é o Primeiro-Ministro, que é eleito pela maioria dos votos dos membros do Parlamento.

O atual Primeiro-Ministro, Viktor Orbán, foi eleito pela primeira vez em 1998, pelo Partido Fidesz, que ele ajudou a construir. Perdeu as eleições de 2002, e, em 2010 recuperou, ganhou as eleições, obtendo maioria no parlamento, de dois terços. Fez em 2012 profundas mudanças na ordem jurídica e institucional da Hungria. Foi reeleito em 2014, e há novas eleições previstas para 2018, quando ele deverá se reapresentar novamente.

A Hungria tem sido alvo de atenções internacionais em razão das políticas do Governo Orbán, relativas ao tema da crise migratória na Europa. A Hungria foi o primeiro país a reforçar a proteção do território, erguen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do uma cerca de arame farpado na fronteira com a Sérvia. No início, foi muito criticado por todos os demais membros da União Europeia e pela Comunidade Internacional, mas, depois, as políticas se demonstraram eficazes diante da dimensão do problema e da incapacidade da Europa de resolvê-lo. Outros países replicaram medidas semelhantes.

As relações diplomáticas entre Brasil e Hungria foram estabelecidas em 1927, interrompidas em 1942, com a Segunda Guerra, e restabelecidas em 1961. A nossa missão em Budapeste foi reaberta em 1962, primeiro como uma legação e depois elevada à categoria de embaixada em 1974.

O relacionamento bilateral tem ganhado relevância recentemente com o intercâmbio de visitas de autoridades e lideranças empresariais. O Brasil foi incluído entre os principais parceiros da Hungria no âmbito da chamada abertura global e na recente proposta de abertura para o sul, da política externa do país, especialmente na área econômica comercial, que é uma área que também nos interessa muito.

Ressalte-se importante cooperação bilateral em educação, ciência e tecnologia. A título de exemplo, durante o programa Ciência sem Fronteiras 2,5 mil estudantes brasileiros escolheram a Hungria como destino. A comunidade científica brasileira tem a tradição de trabalhar bem com a comunidade científica húngara. A academia de ciências da Hungria foi responsável pela criação do Fórum Mundial de Ciências, que, em 2004, promoveu um ciclo em que, a cada dois anos, todas as academias de ciências do mundo inteiro e mesmo cientistas autônomos de universidades se reúnem em Budapeste para decidir e discutir sobre os principais temas da agenda internacional na área da ciência e tecnologia. E a primeira vez – até agora a única – em que o Fórum Mundial de Ciências se realizou fora de Budapeste, portanto, fora do Continente Europeu foi no Brasil, em 2014, por conta desse trabalho das academias.

Vejo, e gostaria de expor a V.Exªs, que nós, a Embaixada, temos trabalhado – e pretendo continuar se for aprovada – nessa parceria na área de ciência, tecnologia e inovação, que é uma área que pode interessar muito. Também a título de exemplo, em setembro, o governo do Estado se Santa Catarina assinou com uma empresa húngara, uma subsidiária de uma *holding* suíça, um protocolo de intenções para instalar uma fábrica de painéis solares de última geração, painéis que aqui acolhem tanto a energia direta quanto a indireta. Será em Santa Catarina um investimento de €53 milhões e criação de 220 empregos técnicos de qualidade. É um exemplo entre outros que poderão vir a ser explorados.

Nosso comércio bilateral totalizou, em 2015, US$656,3 milhões. O Brasil exporta principalmente couros, peles, café solúvel, fumo, e adquire automóveis, motores para veículos, resinas amínicas e eletrodomésticos.

A Comissão Econômica Mista, que foi criada pelo Acordo de Cooperação de 2006, que entrou em vigor em 2009, se reuniu em Brasília em 2012; em Budapeste, em 2013; e em Brasília, em 2015. A quarta reunião estaria prevista para este ano em Budapeste, mas ficará para o primeiro semestre do ano que vem. Seria muito interessante que nesta comissão, a Comissão Econômica, pudesse haver a presença de empresários também, tanto da parte brasileira quanto da parte húngara, porque haverá, certamente, muitos campos de interesse comum.

Temos também o Mecanismo de Consultas Políticas, estabelecido em 2010, com duas reuniões que ocorreram em Budapeste – 2012 e 2013 – e uma terceira, em 2016, quando o Vice-Chanceler Laszló Szabó esteve em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

A comunidade brasileira estimada na Hungria é de 1.050 moradores permanentes. No Brasil, há uma comunidade de origem húngara de cerca de 100 mil integrantes, residentes sobretudo em São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

A Hungria apoia o Brasil quando concorre a muitas vagas em organismos internacionais, bem como apoia o Brasil para a vaga de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Assim, apoiou a candidatura de Roberto Azevedo para a Direção-Geral da OMC; apoiou a candidatura, eleição e reeleição de José Graziano na direção da FAO. E, ainda, tem nos apoiado em todas as últimas candidaturas para as quais nos colocamos.

O Presidente János Áder participou da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, e o Primeiro-Ministro Viktor Orbán participou da cerimônia de encerramento dos Jogos.

Para correr um pouquinho, por conta do tempo, lembro a importância da ciência, tecnologia e inovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

na Hungria. Recentemente, foi realizada a Semana de Bioenergia, em Budapeste, com uma parceira global em bioenergia; o Seminário Regional Europeu e da Ásia Central na área de agroecologia; e se encerrou ontem a Cúpula da Água, onde foi apresentada uma exposição dos problemas relativos à água, à sustentabilidade dos recursos hídricos, à questão da desertificação, todos estes temas de nosso interesse maior.

Neste evento estiveram, pelo Brasil, Benedito Braga, que é o Presidente do Conselho Mundial das Águas, e Ney Maranhão, Diretor da ANA.

Só para terminar, outra coisa importante é que, recentemente, durante a presidência brasileira da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a Hungria foi admitida como membro observador, o que nos dá também mais um ponto para trabalhar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixadora.

V. Exª vai para a Hungria, na Polum país que é objeto de muito interesse para aqueles que acompanham a política internacional. O Primeiro-Ministro considera que a democracia liberal não é uma verdadeira democracia. Vamos ver qual seria, no conceito dele, a verdadeira democracia – ele que tem uma política abertamente anti-imigração e vibrou com a eleição do Trump.

A SRª MARIA LAURA DA ROCHA – Foi um dos primeiros. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E a senhora, que tem uma trajetória impecável, foi nossa representante na Unesco, depois na FAO, seguramente será também aprovada pelo Plenário do Senado para, depois, dar continuidade a essa carreira brilhante que vem fazendo.

Muito bem; agora, eu vou passar a palavra ao Embaixador Luiz Felipe Mendonça Filho, que vai para o Vaticano e para a Ordem de Malta.

Se V. Exª pudesse nos explicar um pouco como é essa Ordem de Malta... Porque me parece um certo anacronismo. (*Risos.*)

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – É verdade.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores aqui presentes, eu queria agradecer a oportunidade de mais uma vez estar aqui no Senado para apresentar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Mas há uma pequena diferença.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Para continuidade de um excelente profissional do Itamaraty.

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Muito obrigado.

Para solicitar a aprovação de vocês para esta minha indicação e reiterar a importância do Legislativo, especialmente o Senado, na condução da política externa, em que sempre esteve presente substantivamente, desde o Império até os dias de hoje.

As relações do Brasil com o Vaticano – já entrando diretamente na minha missão – apresentam uma notável especificidade. Quando se fala de Vaticano, temos que fazer várias distinções. A Igreja Católica, uma instituição com toda a sua burocracia, sua doutrina, 1,2 bilhão de fiéis. A outra vertente dessa realidade é a Santa Sé, que é o Estado mesmo em si, o Estado, a Cúria, o Papa, e, por último, o território de 44km$_2$ do Vaticano.

É uma diplomacia antiquíssima. O Núncio Apostólico é uma figura que se encontra já no Quarto Concílio, em 453. É uma diplomacia muito hábil, muito complexa, muito interessante, que tem relações hoje em dia com 186 países – o Brasil tem com 193, para ver como é aceita, como é hábil a diplomacia vaticana –, 86 embaixadores residentes. Eles estão presentes em todas as agências das Nações Unidas, União Europeia, Or-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ganização da Unidade Africana; ratificaram tratados importantes, como o de não proliferação, proibição de armas químicas; participam de eventos relevantes sobre meio ambiente, população, condição da mulher e tudo mais, e têm, na sua atuação, defesa dos direitos humanos, defesa da vida e da família, conselhos de paz e justiça, defesa do ecumenismo e do diálogo inter-religioso e grandes afinidades com as posições do Brasil no que respeita à justiça social.

Já entrando nas nossas relações bilaterais, as relações do Brasil com o Vaticano antecedem, na verdade, o seu início formal, que foi em 23 de janeiro de 1826, quando Dom Pedro mandou Francisco Vidigal como seu embaixador para gestionar o reconhecimento do Brasil independente.

Antes disso, a Igreja Católica já se fez presente no Brasil, na formação, no seu início, na vinda do próprio Pedro Álvares Cabral. Todos nós que estudamos História do Brasil temos presente aquele famoso quadro do Victor Meireles, A Primeira Missa no Brasil, celebrada na Praia de Coroa Vermelha, no nosso Nordeste, na Bahia, pelo Frei Henrique de Coimbra, famoso. E junto com ele, logo depois, como os donatários, como os governadores-gerais, vieram, então, todas aquelas ordens jesuítas que estiveram em todo o litoral brasileiro. Foram os jesuítas, os franciscanos e os beneditinos que desenvolveram uma intensa obra de catequização e, sobretudo, de educação, que não existia no Brasil – Portugal não permitia a educação estatal. Eles foram os primeiros antropólogos, os primeiros arquitetos. Essa é uma obra que permanece até hoje nas suas instituições de ensino, nas suas faculdades.

Enfim, se desenvolveu, então, todo esse patrimônio espiritual e material, igrejas e tudo mais, o nosso famoso Barroco...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Frei Vicente do Salvador.

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Passando também pela Inquisição, com os dominicanos, mas, enfim...

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Um pouquinho, não é?

É um patrimônio inestimável, e é isso que também vou levar para lá, que está presente na minha missão. Atualmente...

A presença histórica: Frei Caneca, o Regente Diogo Antônio Feijó... A presença na política era importante. Hoje em dia tem presença no Brasil, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – com o nosso Cardeal Sérgio da Rocha –, que tem uma grande atuação aqui através das pastorais – Pastoral da Família, Pastoral da Mulher Marginalizada e tantas outras.

Temos três acordos bilaterais apenas com o Vaticano: o acordo de mala diplomática, o acordo de assistência religiosa das Forças Armadas e o acordo sobre o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. Temos também três santos: Santo Antônio Galvão, Padre José de Anchieta – recém-canonizado –, Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus – e há o avançado processo de beatificação de D. Helder.

Temos o Colégio Pio Brasileiro, que foi criado...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Foi a pacificação do caso do Padre Cícero.

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Do Padre Cícero.

O SR. PRESIDENTE (Não Identificado) – Acomodou-se a situação do Padre Cícero.

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Exatamente, já ia mencionar isso.

Há o Colégio Pio Brasileiro, que foi fundado em 1934 – temos 2,1 mil religiosos que passaram por ele –, e há a recuperação do Padre Cícero, através de uma carta reconhecendo o trabalho dele para a Diocese do Crato, feita recentemente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – É isso aí.

Senador Tasso Jereissati, é um grande prazer vê-lo.

Um dado adicional nas relações Brasil-Vaticano diz respeito ao Papa Francisco, que dispensa atenção especial ao Brasil. A primeira visita oficial dele foi ao Brasil, para a Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro, minha terra, em julho de 2013.

Ele desenvolve uma diplomacia muito importante em termos de justiça social, defesa da imigração, ecologia. Ele defendeu, por exemplo, taxativamente a soberania do Brasil na Amazônia. Enfatiza a relação entre pobreza e ecologia. Deu ao Brasil especial atenção, sagrando dois bispos, dois cardeais brasileiros: D. Orani Tempesta e D. Sérgio. Atacou todos os problemas que a Cúria enfrentava com o Vatileaks. Na questão do Banco do Vaticano, fez uma intervenção, moralizando todos os problemas que essas instituições enfrentavam, e criou um órgão controlador que desse transparência a todas as atividades do Banco do Vaticano e da entidade específica para o controle do patrimônio imobiliário do Vaticano, que é enorme, é gigantesco, avaliado em quatro bilhões de euros. Então, ele tem toda uma atividade, uma atuação absolutamente positiva e aberta para o Brasil.

Recentemente, o Brasil e o Vaticano receberam visitas importantes: três visitas do Papa João Paulo II ao Brasil; o Presidente Fernando Henrique foi três vezes ao Vaticano, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve no Vaticano duas vezes, e a mesma coisa a Presidenta Dilma. Na canonização do Padre José de Anchieta, estiveram presentes o então Vice-Presidente Temer e o Presidente do nosso Senado, o Senador Renan Calheiros. Ou seja, é uma relação rica, ampla e que eu pretendo evidentemente desenvolver o máximo possível.

Agradeço muito a atenção dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E a Ordem de Malta?

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Eu ia me esquecendo da Ordem de Malta.

A Ordem de Malta, muito rapidamente, surgiu no século XI, na época das Cruzadas. Era uma ordem que apoiava os peregrinos que iam a Jerusalém. Depois que Jerusalém foi tomada por Saladino, pelos árabes, foi para Chipre, de Chipre para Malta, e temos relações com ela desde 1951. É reconhecida por 109 países e tem 3 agências no Brasil, que são agências assistenciais: uma em Brasília, outra no Rio e outra em São Paulo. Ela tem missão permanente em organismos internacionais como a ONU e suas agências. Foi expulsa de Malta por Napoleão e se estabeleceu, em 1832, no Vaticano, onde permanece até hoje – resumindo um pouco uma grande história.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem!

Eu queria só lembrar o relatório de gestão do atual embaixador junto à Santa Sé. Ele fez um belo relatório, e vou extrair um pequeno trecho apenas:

> [...] enquanto a maioria dos Estados nacionais procura dar a impressão de estar em constante transformação, quando na verdade não está, a Santa Sé opta pelo procedimento contrário: ao invocar o discurso da continuidade, busca atenuar o impacto das mudanças que efetivamente promove. Desse modo, as mudanças implementadas pelo Vaticano, seja no domínio da política internacional como no da ação pastoral, são sempre legitimadas pela tradição.

As mudanças são sempre legitimadas pela tradição, mas não se exclui uma intervenção muito forte em assuntos da maior complexidade, uma intervenção que tem uma consequência global, uma consequência universal. A atuação do Papa João Paulo II foi decisiva para a desmontagem de todo o sistema soviético. Aliás, há um livro belíssimo do Cardeal Sodano, que foi Secretário de Estado, que se chama *O Martírio da Paciência*, em que ele descreve minuciosamente como foi feita toda essa articulação que acabou por puxar o tapete do sistema soviético na Polônia; e, a partir daí, aquele sistema, como um castelo de cartas, desmoronou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Também a prudência ao afastar determinados fatores de tensão, como, por exemplo, a presença do Cardeal Mindszety, que estava...

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Húngaro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Um cardeal húngaro...

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Houve a presença do Vaticano nas relações com Cuba, nas negociações com as Farc e agora na Venezuela. Quer dizer, a grande prioridade que o Papa concede é a atuação na América Latina, que é a terra, que é a região dele. Ele não esconde isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem!

Nós estamos agora enveredando pela história, pela historiografia. Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos é historiador e trabalhou na construção do conceito da América Latina. Ele vai nos representar na Nicarágua, que também passou por eleições recentes...

O SR. LUÍS CLÁUDIO VILLAFAÑE GOMES SANTOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ...que foram objeto de muita contestação, de muita dúvida sobre a sua legitimidade.

Tem a palavra agora V. Exª.

O SR. LUÍS CLÁUDIO VILLAFAÑE GOMES SANTOS – Muito obrigado, Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente da Comissão.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Parlamentares, colegas do Itamaraty, senhoras e senhores, para mim é uma grande honra ter sido designado Embaixador do Brasil na Nicarágua e poder comparecer a esta Casa perante V. Exªs para a sabatina, determinada pelo preceito constitucional.

Agradeço também especialmente ao meu Relator, Senador Armando Monteiro, pela gentileza com que me recebeu e pelo contato que tivemos, muito profícuo.

A República da Nicarágua é um país de cerca de 130 mil quilômetros quadrados, de 6,3 milhões de habitantes. Obviamente, comparando esses números com os dados brasileiros, são números muito modestos, mas se trata do maior país em extensão da América Central e está entre os quatro mais populosos da região.

O Senador Aloysio fez o gancho entre o Vaticano e a história latino-americana também. Isso é importante. A evolução histórica da Nicarágua tem sido um elemento marcante na história da América Central e mesmo, eu diria, na história americana desde o fim da década de 70.

A revolução sandinista, que culminou com o estabelecimento do Governo de Reconstrução Nacional, em 1979, quando da derrocada de Anastasio Somoza, foi um evento que impactou toda a região centro-americana e caribenha também e foi central para as relações internacionais da região e também da América durante toda a década de 1980, nesse clima de Guerra Fria, onde a atuação do Papa João Paulo II também foi fundamental.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUÍS CLÁUDIO VILLAFAÑE GOMES SANTOS – Pois não.

Tendo vencido as eleições de 1984, a Frente Sandinista de Libertação Nacional acabou derrotada nas urnas na eleição de 1990, que foi vencida por Violeta Chamorro. Recorde-se que, durante toda essa década de 1980, o governo nicaraguense teve que enfrentar resistência dos chamados "contras", que contavam com apoio dos Estados Unidos. Com o fim da guerra, à presidência da Drª Violeta Chamorro, que foi de 1990 a 1997, seguiram-se os governos de Arnoldo Alemán, de 1997 a 2002, e de Enrique Bolaños, de 2002 a 2007.

Em 2006, Daniel Ortega foi eleito Presidente para um mandato que se iniciou no ano seguinte, 2007, e que se estendeu até 2012. Em 2011, foi reeleito para um segundo mandato e agora, nas eleições que ocorreram muito recentemente, dia 6 de novembro deste ano, há menos de um mês, o Presidente Daniel Ortega foi reeleito para um terceiro mandato consecutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nessas eleições, na Assembleia Nacional, que é o órgão parlamentar unicameral, com 92 cadeiras, a bancada do partido da Frente Sandinista cresceu: de 62 Deputados no governo que ainda não terminou foi para 72 deputados, entre 92, no governo que vai começar agora, no dia 10 de janeiro.

Essas eleições estão sendo contestadas pela oposição, que tinha convocado o eleitorado a boicotar o pleito como forma de protesto. Mas, segundo as cifras oficiais, a abstenção nessa eleição não teria sido fora do padrão tradicional. Naturalmente, a oposição também contesta esses números oficiais e indica que a abstenção poderá ter ultrapassado 60% do eleitorado, mas não chega a apresentar provas cabais desse resultado, que seria até muito difícil.

Vale registrar que, a convite do governo nicaraguense, representantes do Congresso brasileiro, entre eles, a Senadora Vanessa Grazziotin, que integra esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, estiveram na Nicarágua durante o pleito de 6 de novembro.

E hoje, dia 1º de dezembro, está chegando à Nicarágua uma missão especial da OEA, encabeçada pelo Secretário-Geral da entidade, Luis Almagro, que vai discutir justamente o processo eleitoral nicaraguense e propor, eventualmente, reformas no *modus operandi* da democracia nicaraguense. Essa missão vai se encontrar não só com autoridades de governo, mas também com a oposição. Então, temos aí um momento muito importante, com a OEA, de novo, como já desempenhou historicamente, podendo desempenhar um papel histórico importante na pacificação, na história nicaraguense. É muito positivo a diplomacia atuando aí.

Srªs e Srs. Senadores, as relações entre o Brasil e Nicarágua foram estabelecidas em 1905 e são, tradicionalmente, muito cordiais. Mas a única visita de um Chefe de Estado brasileiro à Nicarágua ocorreu em 2007, quando o país recebeu a visita do Presidente Lula.

Nos últimos anos – há vários anos –, o comércio bilateral tem estado na faixa dos US$100 milhões anuais para os dois lados, mas com forte desequilíbrio em favor do Brasil, cujas exportações para a Nicarágua em 2015 foram de US$94 milhões, contra importações de US$3,5 milhões daquele país. Ou seja, há um desequilíbrio imenso na pauta comercial. Os produtos de maior participação nas exportações brasileiras foram cereais (31%), máquinas mecânicas (25%), máquinas elétricas (6,4%), automóveis (5%) e preparações alimentícias (3,3%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram alumínio (56,7%), vestuário de malha (31,7%), vestuário exceto de malha (6%), tabaco e sucedâneos (4%) e máquinas elétricas. A corrente comercial, portanto, é modesta.

Em que pese o reduzido porte de sua economia, a Nicarágua oferece oportunidades a empresas brasileiras em processo de internacionalização, pois possui o livre acesso tanto ao mercado dos Estados Unidos como ao mercado da União Europeia, por meio do Acordo de Livre Comércio Estados Unidos-América Central-República Dominicana (CAFTA-DR) e do Acordo de Associação América Central-União Europeia.

O governo da Nicarágua – tentando aproveitar essa vantagem comparativa – anunciou recentemente um programa de atração de investimentos.

Do ponto de vista do Mercosul e do Brasil, encontra-se em negociação um acordo entre Mercosul e Sistema de Integração Centro-Americana (Sica), que, naturalmente, envolveria livre comércio ou alguma forma de comércio beneficiado entre o Brasil e a Nicarágua também.

A Nicarágua tem obtido taxas de crescimento do PIB acima da média latino-americana nos últimos anos: 4,5%, em 2013; 4,6%, em 2014, e 4,9%, em 2015. Para este ano de 2016, espera-se um crescimento de 4,5% e, para 2017, a projeção é de 4,3%. Ou seja, é uma economia com bons sinais.

Ao longo desses anos, a inflação tem sido mantida em controle, nunca tendo ultrapassado 8% ao ano no período.

A situação da dívida externa também está bem equacionada. A relação dívida e PIB, inclusive, tem decrescido continuamente desde 2012, quando estava na faixa de 61% do PIB. Hoje, está na faixa de 45% do PIB, o que é bastante razoável. Ou seja, a dívida hoje é de um total de 12,7 bilhões.

A balança comercial nicaraguense é sempre deficitária, mas o saldo negativo é mitigado por remessas e por investimentos. Os principais produtos são: vestuário, maquinários, café. Os principais são o principal destino das exportações nicaraguenses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Indo diretamente para a cooperação Brasil-Nicarágua.

Além das atividades do Centro Cultural Brasil-Nicarágua, instalado desde a década de 50 e é muito ativo, que oferece cursos de Português e de atividades de promoção comercial, há uma série de projetos de cooperação levados a cabo pela Agência Brasileira de Cooperação na Nicarágua. São quatro em execução, quatro em vias de serem assinados e um ainda em negociação.

Um projeto que vale a penas ressaltar foi a inauguração, em 2012, do primeiro banco de leite humano naquele país, um projeto que até hoje beneficia 2,5 mil recém-nascidos por ano. Ou seja, tem impacto verdadeiro na sociedade local.

Vou adiantar um pouco.

Minha prioridade será aprofundar essa parte de cooperação técnica e também cooperação educacional e cultural, que é uma área que está se desenvolvendo muito bem. Recebo uma boa herança que pretendo continuar se aprovado.

Na política externa, vale dizer que, como forma de contrabalançar a tradicionalíssima influência norte-americana e europeia na economia e na cultura, a Nicarágua tem promovido nos últimos anos, na última década pelo menos, uma aproximação com os países da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), em especial, com a Venezuela, bem como com a Federação Russa e Taiwan – eles não têm relações com a China, eles têm relações com Taiwan – e com o Irã.

De qualquer maneira, os Estados Unidos continuam a ser o principal parceiro econômico da Nicarágua e exercem enorme influência na sociedade nicaraguense. As relações entre os dois países oscilam entre uma retórica anti-imperialista, algumas vezes empregada por representantes do governo, e o pragmatismo econômico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS CLÁUDIO VILLAFAÑE GOMES SANTOS – ...de um país cuja economia está basicamente regida pelas regras do livre comercio.

Enfim, para concluir, a Nicarágua, por tudo isso, é um parceiro muito importante para o Brasil no contexto da América Central e das relações com o continente americano como um todo.

Além da busca de novas oportunidades para incrementar as relações econômicas e comerciais entre os países, se aprovado por esta Casa, buscarei continuar o trabalho dos meus antecessores no estreitamento das relações bilaterais e no aumento da cooperação e da amizade entre o Brasil e a Nicarágua.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srs. Senadores, concluídas as exposições iniciais, dou a palavra aos Senadores inscritos.

Em primeiro lugar, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Quero me congratular com os Embaixadores e com a Srª Embaixadora Maria Laura.

Tive a satisfação de relatar a postulação do Embaixador Luís Cláudio e tenho compreensão de que essa relação com a Nicarágua pode ser, do ponto de vista econômico, ampliada.

O Brasil tem um superávit importante com a Nicarágua em relação ao volume das transações, que é pequeno: temos algo pouco superior a US$100 milhões, talvez, na corrente de comércio. Acho que podemos ampliar esse intercâmbio e tenho certeza de que o Embaixador vai estar muito sintonizado com essa perspectiva.

Então, quero formular votos de êxito e tenho certeza de que o Embaixador terá um desempenho à altura dessa expectativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Se-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nador.

Passo a palavra agora ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar quero me congratular, mais uma vez, com o Governo brasileiro, que, desde há muitos anos, no período de Fernando Henrique, Lula e Dilma, continua dando prioridade a Embaixadores oriundos da carreira. Todos passaram pelo Instituto Rio Branco. Tenho como uma das grandes honras da minha carreira ter sido professor de lá e de ver que há, hoje, Embaixadores que foram meus alunos.

Em segundo lugar, falo da qualidade dos três que aqui estão. Especialmente, posso falar da Embaixadora Maria Laura, pelo conhecimento antigo e por ter sido o Relator – foi uma honra para mim – desta sabatina e ter podido me aprofundar no conhecimento da sua carreira. Ela tem sido uma Embaixadora que honra o Brasil. Cito especialmente a Unesco e a FAO, duas entidades internacionais. Aliás, parece que há dois embaixadores que ficam trocando essa posição: ela e o Embaixador João Carlos – um substitui o outro nestes dois organismos, Unesco e FAO – o que é bom, pois mostra uma certa especialização em organismos internacionais.

Então, a primeira coisa, Embaixadora Maria Laura, é a minha satisfação em estar aqui no momento em que a senhora termina o seu tempo na FAO e vai ocupar um novo e importante cargo na Hungria.

De qualquer maneira, eu gostaria de fazer uma ou duas perguntas a V. Exª e também aos outros Embaixadores. Uma delas é a curiosidade que eu tenho sobre a política econômica do governo húngaro no controle dos seus gastos públicos nos últimos anos. Aliás, tema em que nós estamos tão envolvidos aqui – e sempre é bom tomar conhecimento de como outros países enfrentaram o déficit orçamentário que atravessaram.

Eu gostaria de saber que medidas foram tomadas e se, por acaso, chegaram perto da medida de imposição de um teto, esta que estamos tomando. Eu acho que não.

A segunda é sobre um tema que interessa muito: o problema da migração. A Hungria tem sido um dos países mais duros no bloqueio à entrada de migrantes. Até que ponto essa é uma opção da nação húngara, com apoio da população, ou é apenas um rompante provisório do governo atual, que a gente sabe que tem posições muito conservadoras, se não me engano?

Até que ponto o húngaro, hoje – e, aliás, vale a pergunta para os europeus –, começa a padecer, na defesa dos seus interesses locais, de uma xenofobia, que leva a posições tão duras com relação aos migrantes?

Eu vou voltar a este assunto quando falar sobre o Vaticano.

E, finalmente, ainda sobre economia: que medidas tomou o governo húngaro para reduzir o nível da dívida pública? Esta segunda pergunta tem a ver com a primeira que eu fiz, mas fica a pergunta.

Sobre o Vaticano, eu gostaria de fazer uma sugestão que o Governo – e aqui está o Líder do Governo –, a meu ver, poderia começar a estudar. É uma posição mais enfática no cenário mundial sobre esse que, talvez, seja o grande problema humanitário dos próximos anos ou décadas: a migração em massa.

O Governo precisava tomar uma posição e sugerir coisas. Eu insisto que nós, até por estarmos protegidos pelo Atlântico, podemos oferecer propostas e não haverá cobranças imediatas sobre nós. E temos algumas sugestões no Brasil.

Eu acho que o Vaticano poderia ser o *locus* de onde se proporia, por exemplo, um programa para reduzir a emigração desde a África para a Europa. Porque a gente sempre pensa em barrar a imigração, mas raramente em como evitar a emigração, reduzindo os fatores que expulsam.

No caso da Síria, não há o que fazer. É uma questão de conseguir a paz. Porém, no caso da África, de onde saem mais da metade dos que tentam atravessar o Mediterrâneo – mais da metade são africanos, não são sírios –, é o fator econômico que os expulsa. Assim, um programa de transferência de renda condicionada do mundo rico para os países africanos, eu creio, poderia ajudar muito, com a condição de que não emigrem.

Quando eu defendia isso junto a autoridades americanas, há muitos anos, diziam que isso fere os direitos humanos. Não; a pessoa recebe a bolsa se quiser ficar. É uma condição, assim como eu tenho que usar gravata e tenho que estar aqui nesta hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, eu gostaria de ver como é que poderíamos ter um espaço para que o Governo brasileiro, se chegar a essa conclusão, ou alguns de nós, apenas como uma bandeira intelectual, pudéssemos defender isso.

O senhor vai substituir um grande Embaixador, que também foi meu aluno, o Denis, e que, além disso, é pernambucano. Com ele, uma vez, eu conversei sobre isso, mas agora, o senhor chegando, pode algo mais célere...

Do jeito que houve o Plano Marshall, dos Estados Unidos para a Europa, para frear a emigração europeia por conta do desastre da Segunda Guerra Mundial, o Papa agora poderia ter um plano Francisco para enfrentar isso. Obviamente, não como o Plano Marshall, porque a África não tem uma massa crítica de receber dinheiro para investimentos e tem uma tradição política negativa de que esse dinheiro se perderia. A Europa, apesar da guerra, tinha massa crítica e solidez política. Então, deixo aqui essa ideia, que gostaria de retomar com o senhor em conversas.

Quanto à Nicarágua, eu apenas quero dizer que muitos podem achar até estranho, mas eu o parabenizo, porque eu acho que é um bom lugar. Eu tenho um antecedente: é que eu morei dois anos em Honduras, país pelo qual tenho o maior carinho. Enquanto o Aloysio foi para o exílio em Paris, eu fui, uma parte, embora uma parte também em Paris, para Tegucigalpa e usufruí muito daquela região. O senhor vai ter a chance de observar experiências muito interessantes de uma revolução e, ao mesmo tempo, de observar como uma revolução pode se perder no caminho, especialmente por conta da corrupção. Isso é algo interessante que aconteceu na Nicarágua.

Aos três eu desejo muita boa sorte e minha confiança de que estaremos muito bem representados.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem. Nós estamos sendo chamados para o plenário. Esse é o problema.

Cristovam...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não, claro. Eu quero lembrá-lo de que precisa votar. Ainda não votou, se não me engano.

Bem, meus amigos, Vanessa Grazziotin está inscrita.

Infelizmente, vou ter que encerrar porque estamos sendo chamados para o plenário. Mas, antes de encerramos, eu quero fazer a apuração, independentemente do seu pronunciamento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu serei breve porque...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Então está bem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aliás, eu fiz um grande esforço para estar aqui, porque V. Exª, com justa razão, reclamou das minhas frequentes ausências, verdade. Então, hoje eu fiz um esforço...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – A Senadora Vanessa sempre foi muito presente na Comissão. Depois que eu assumi a Presidência, não sei por quê...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu já votei.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ...Ela não tem vindo mais. Eu estou me sentindo profundamente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Presidente. É porque são muitos os nossos afazeres.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu sei, eu sei.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu participei de toda a organização para fazermos uma manifestação, um ato de solidariedade a Cuba pelo falecimento de Fidel Castro, e eu deixei de ir até lá para ficar aqui, Senador – veja bem! Mesmo porque eu não poderia deixar de cumpri-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mentar os Embaixadores queridos, eu que voltei recentemente da Nicarágua. Fui lá como uma das representantes do Parlamento, inclusive com a aquiescência desta Comissão de Relações Exteriores, para acompanhar as eleições. Lá estivemos muito com o Dr. Luiz Felipe.

Aliás, eu quero aqui, de público, fazer um agradecimento, não apenas em meu nome, mas em nome de toda a Bancada que lá estava – Deputada Jô Moraes, que presidiu a Comissão de Relações Exteriores da Câmara; Deputado Paulo Pimenta –, pela forma como V. Exª nos recebeu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

E com toda a atenção.

Eu conhecia alguns países da América Central. Eu não conhecia a Nicarágua, um país fenomenal, Senador. O que mais me impactou lá... Primeiro, acompanhamos as eleições. Eu, particularmente, fiquei no grupo que foi até a cidade de León. Lá o voto não é obrigatório, é proporcional.

Existe, de fato, um grande conflito, hoje, entre partidos políticos, sobretudo de oposição, mas tudo muito longe daquilo que a imprensa no Brasil retratou como falta da democracia; pelo contrário, nós, como acompanhantes que fomos – convidados, na realidade –, tivemos a oportunidade de ir a várias sessões, caminhar, conversar com pessoas, com eleitores, e percebemos o esforço que a Nicarágua faz para seguir progredindo econômica e socialmente. E, como o próprio Embaixador Luís Cláudio colocou – são dois Luís: sai um Luís, entra outro Luís, não é? –, a Nicarágua é um país que vem experimentando índices de crescimento econômico bem superiores aos de várias nações do nosso Continente, tanto da América Central como da América do Sul, é importante que se diga. É também uma democracia com seus problemas. E qual o país que não passa por problemas? Nós – eu, pelo menos – saímos de lá com a convicção de que há, sim, efetivamente, uma participação significativa da população nicaraguense e um espaço para que isso ocorra.

Eu iria fazer questionamentos aos três. Ia fazer questionamentos aos três, mas, em decorrência da limitação do tempo, eu apenas vou encaminhar os questionamentos. Se eu puder, posteriormente, receber as respostas, ficaria muito feliz. Mas quero desejar a todos sucesso nessa nova jornada, nessa nova empreitada.

E à senhora, Drª Maria Laura, digo que para nós é uma alegria muito grande toda vez que recebemos uma Embaixadora, porque, afinal de contas, as mulheres passam a avançar e a ocupar os seus espaços cada vez mais.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senadora Vanessa. Aliás, a sua visita já tinha sido mencionada pelo nosso futuro Embaixador da Nicarágua.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nossa, eu fiquei com medo do vulcão lá, viu? Fiquei com medo do vulcão lá. Eu nunca tinha visto um vulcão ativo na minha vida. É na cidade, Senador Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu conheço um vulcão catarinense que é a Senadora pelo Amazonas... (*Risos.*)

Eu quero agora proceder à apuração. O Senador Tasso Jereissati vai funcionar como Secretário.

Eu recebo aqui a observação de que o autor do livro a que me referi foi o Cardeal Casaroli, que era Secretário de Estado e que me recebeu quando eu acompanhei o Presidente Fernando Henrique em uma audiência com o Papa João Paulo II. Na saída, eu recebi a notícia de que o Cardeal Casaroli gostaria de ter uma conversa comigo. E, aí, eu fui ao gabinete do Cardeal Casaroli. Qual era o assunto? Ele estava preocupado com a situação da Igreja Católica na Venezuela e pedia que o Presidente Fernando Henrique, a quem transmiti essa preocupação – havia, por parte do Vaticano, preocupação com certas tendências anticlericais no regime chavista – e que tinha boas relações com Hugo Chávez, conversasse com este a respeito desse assunto, para que pudesse moderar a atividade de setores do seu regime que desenvolviam uma atividade hostil à Igreja Católica.

O Presidente Fernando Henrique fez isso e reportou as suas gestões ao então Núncio Apostólico aqui no Brasil. Aí, nesse momento, o Cardeal Casaroli me deu o livro que ele escreveu sobre a atuação do Cardeal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Sodano nesse episódio da superação do regime socialista.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu fiquei preocupado, Presidente, porque eu achei que V. Exª havia sido chamado para ser colocado em confissão... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ah, mas eu aproveitei a ocasião, inclusive!

Muito bem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Nós vamos fazer a apuração – em sessão aberta, porque não há nenhuma objeção do Plenário.

Todos foram aprovados, merecidamente, pela unanimidade dos votos. (*Palmas.*)

O Senador Tasso será o secretário da apuração.

Os questionamentos serão respondidos pelos nossos sabatinados hoje, que se dirigirão àqueles que formularam as perguntas. Inclusive, o Embaixador Mendonça Filho vai, logo mais, enviar *e-mail* para aqueles que se comunicaram conosco pela internet.

Muito bem, está encerrada...

Antes de encerrar, quero submeter ao Plenário a aprovação da ata da reunião anterior, cuja leitura, evidentemente, todos dispensam. (*Pausa.*)

Está aprovada.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Às dez horas e onze minutos do dia oito de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Eduardo Amorim, Armando Monteiro, José Pimentel, Telmário Mota, Humberto Costa, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e Antonio Anastasia. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e faz pronunciamento sobre sua gestão desta Comissão no biênio 2015–2016. Usam a palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Jorge Viana e Cristovam Buarque. A pedido do Senador Jorge Viana, é deliberado o item da PAUTA – 2ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 80, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 7 de maio de 2009." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Jorge Viana, que profere o relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 79, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova, nas condições que especifica, o texto da Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família, bem como o do Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, concluídos na Haia, em 23 de novembro de 2007." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Cristovam Buarque, que profere o relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA para debater o cenário internacional a partir da eleição do novo presidente norte-americano Donald Trump. Convidados: Rubens Barbosa, Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP; e Gunther Rudzit, Professor de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco. O Presidente convida a comporem a mesa os expositores desta Audiência Pública. O Presidente concede a palavra aos participantes. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às dez horas e quarenta e cinco minutos assume a presidência o Senador Ricardo Ferraço. Usa a palavra o Senador Armando Monteiro. Às onze horas e trinta e dois minutos fica suspensa a reunião devido a ocorrência de votação nominal no Plenário do Senado; e às onze horas e cinquenta e sete minutos é reaberta a reunião, sob a presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usam a palavra os Senadores Tasso Jereissati e Antonio Anastasia. O Presidente concede a palavra aos expositores para respostas aos parlamentares. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às doze horas e vinte e quatro minutos assume a presidência o Senador Antonio Anastasia. O Presidente agradece a presença dos participantes. Audiência Pública Interativa realizada. Passa-se à PAUTA – 3ª PARTE: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ITEM **ÚNICO**) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 4 de 2016, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requer, com amparo no art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam avaliadas por esta Comissão as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de política externa, notadamente no que se refere à conquista de novos mercados, à assistência e proteção de brasileiros no exterior, e à estrutura organizacional e administrativa do Ministério no exterior." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Tasso Jereissati, que profere o relatório. Aprovado o relatório com recomendações sobre: reforma da carreira diplomática; treinamento; integralização de cotas em organismos e organizações internacionais e Ministério das Relações Exteriores; criação de marco legal de cooperação; assistência consular; alocação de infraestrutura diplomática; e, transparência. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior e a desta reunião, que ficam dadas como lidas e são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Srs. Senadores, esta é minha última reunião como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Eu quero aproveitar esta ocasião para agradecer a todos aqueles que colaboraram com o bom êxito dos nossos trabalhos, não apenas os Senadores, o Senador Valdir Raupp, meu Vice-Presidente, também o pessoal do Itamaraty, o Embaixador Souza-Gomes, que já está se despedindo e será sucedido pela Srª Gisele, que está aqui presente também, aos funcionários da Comissão, por seu trabalho dedicado e competente, especialmente ao Alexandre Girão, que peço que transmita aos seus colegas o meu agradecimento.

Nós realizamos, durante essa minha gestão, muitas audiências públicas, inclusive com a presença do Ministro de Relações Exteriores e do Ministro da Defesa, que compareceram perante esta Comissão não apenas para cumprir um dever regimental, mas para, de uma forma republicana – para usar uma palavra talvez um pouco desgastada –, esclarecer dúvidas e para receber questionamentos. Nós tratamos de assuntos internacionais da maior relevância, como a guerra na Síria, o Acordo de Parceria Transpacífica, nós tocamos algumas questões que envolvem muito interesse de cidadãos brasileiros, como assistência consular a brasileiros no exterior, e a questão dos refugiados.

Esta Comissão sempre tomou posição contra a escalada autoritária na Venezuela, cobrando do Governo brasileiro posição firme em favor da democracia e solidariedade àqueles venezuelanos que lutam pela liberdade. Recebemos aqui, inclusive, o Presidente da Comissão de Política Exterior da Assembleia Nacional venezuelana. Ouvimos também depoimentos dramáticos das mulheres de líderes políticos presos, de uma senhora que é mãe de uma jovem que foi assassinada no curso de uma manifestação pela democracia. Estivemos em Caracas, o Senador Ferraço fez parte dessa expedição.

Fomos a Caracas levar nossa solidariedade aos presos políticos e recebemos a hostilidade de sicários do governo venezuelano que impediram que chegássemos até o presídio, que era o destino da nossa viagem. Mas não impediram que a nossa ida tivesse uma enorme repercussão no Brasil, em outros países e também na Venezuela.

Em relação às sabatinas de chefes de missão diplomática, eu creio que cumprimos bem o nosso papel. Acho que estamos rigorosamente em dia.

As sabatinas registraram uma inovação, passaram a se beneficiar com relatórios de gestão preparados pelos antecessores daqueles que são sabatinados aqui para ocupar os postos. Aprovamos inúmeros acordos internacionais com muita celeridade. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado não deixou nada dormindo nas gavetas e nós tivemos sempre a colaboração inestimável do Vice-Presidente do Senado, o Senador Jorge Viana, aqui presente, que foi um elo de ligação entre a Comissão de Relações Exteriores e a Mesa Diretora do Senado, da qual ele é Vice-Presidente.

Fizemos também uma avaliação conduzida pelo Senador Ricardo Ferraço, meu antecessor na Presidência da Comissão, a avaliação de uma política pública da maior importância, que é a política industrial de defesa. E temos agora em curso, já prestes a finalizar, um segundo relatório de avaliação do Senador Tasso Jereissati sobre a adequação dos meios que Itamaraty tem a sua disposição para cumprir a sua missão.

Muitas matérias legislativas passaram por esta comissão no âmbito da sua competência regimental e eu destacaria uma delas que recebeu parecer terminativo na Comissão de Relações Exteriores e foi aprovada agora, anteontem, pelo Plenário da Câmara dos Deputados e deverá chegar aqui ao Senado nos próximos dias. Eu me refiro ao novo Estatuto da Migração, ao novo estatuto do migrante. O Brasil dando o exemplo de uma política migratória aberta, cordial e acolhedora que foi aprovada para Câmara. O Relator aqui, na Comissão, foi o Senador Ricardo Ferraço, que elaborou um competentíssimo parecer e agora receberemos de volta essa matéria emendada na Câmara com algumas emendas cuja redação se deveu à Deputada Bruna Furlan.

Os relatórios de gestão a que me referi estão todos à disposição do público, foram publicados pela internet.

Muito bem, a presente reunião se destina...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª me permite um breve registro?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não, com prazer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Apenas para cumprimentá-lo.

V. Exª nos liderou ao longo dos últimos dois anos, e o relatório de V. Exª é um testemunho vivo do dinamismo desta Comissão conduzida por V. Exª ao longo desses dois últimos anos, não apenas no enfrentamento sincero e verdadeiro das questões cruciais que dizem respeito à nossa política externa, à nossa política comercial externa, mas também à nossa política de defesa, num quadro muito delicado da quadra nacional.

V. Exª, com muito equilíbrio, mas com muita firmeza, soube nos conduzir, soube nos presidir, fazendo com que os temas essenciais da nossa política externa pudessem estar presentes na agenda desta Comissão, assim como o tema da nossa defesa. Tanto que a última reunião que tivemos aqui com S. Exª, o Ministro Raul Jungmann, foi extraordinária, e pudemos ali sobrevoar a realidade, os desafios, as ameaças e as oportunidades que estão colocados para a nossa política de defesa.

Quero crer que essa circunstância se combinou também com uma extraordinária virada na nossa política externa, agora sob liderança e gestão do nosso Chanceler, do nosso Ministro José Serra. Por tudo aquilo que debatemos ao longo dos últimos anos, finalmente a nossa política externa parece que volta ao seu leito, ao seu eixo, como política de Estado, priorizando e colocando no centro de suas atenções aquilo que interessa ao Estado brasileiro e não, circunstancialmente, a esse ou àquele governo – de igual forma, o Ministério da Defesa.

De modo que quero, com poucas palavras, porém sinceras, me congratular com V. Exª pela forma dedicada, firme, mas equilibrada, pela qual nos conduziu ao longo dos últimos dois anos. Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado. Segui a trajetória de V. Exª na presidência da Comissão. Muito obrigado.

Senador Jorge Viana, extraordinário bombeiro de crises.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – V. Exª teve um papel muito construtivo neste último episódio de tensão política que vivemos no Senado. Eu sou testemunha do intenso trabalho do Senador Jorge Viana no sentido de recuperarmos um mínimo de paz política e institucional necessário para o bom êxito de nossos trabalhos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Conversamos também nesses dias e, de fato, acho que... Eu usei uma frase, disse que o Brasil, neste momento, precisa, de todos nós, o que temos de melhor, e não de pior. É óbvio que é muito difícil. Quem de nós todos, Senadores legitimamente eleitos que estamos aqui, não gostaria de ter acesso à presidência da Casa? Mas fui eleito Vice-Presidente, trabalhei na defesa do Senado para amainar um confronto institucional entre importantes Poderes da República. Por mais que possa haver uma certa incompreensão de setores, estou muito tranquilo hoje, por tudo o que fiz, pelo caminho que peguei. Acho que foi o melhor caminho para o País e para a instituição de que faço parte.

Mas eu queria, Senador Aloysio.... Eu não entendi a pressa do Senador Ricardo Ferraço de já entrar na fase da expulsória, de agradecimento a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, eu fiz isso porque o próprio Presidente se despediu, é a última sessão hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Talvez seja a penúltima, mas, em todo caso... (*Risos.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Na dúvida, é melhor a despedida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não, o que eu não quis foi perder a oportunidade diante do competente balanço feito aqui pelo nosso Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sem dúvida...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Se há esse risco, acho que vou me manifestar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Acho que fui mais atuante no primeiro semestre, mas não sem razão. Todos nós aqui tivemos muitas dificuldades neste segundo semestre, com a crise se agravando, mas quero também me somar aos colegas e cumprimentar V. Exª pela maneira com que conduziu, pela maneira ágil, e pelo espírito público com que V. Exª esteve à frente desta Comissão. Se não for hoje, vou alongar um pouco minhas palavras na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É de amizade, é de coleguismo, é de cidadão para um grande brasileiro como V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Permita-me, ainda sobre esse assunto?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Quero ainda dizer uma coisa, meu caro Jorge, chamemos assim. É na linha das brincadeiras que o Senador Aloysio gosta mais: ao assistir tudo isso, tive a sensação de que o Jorge Viana fez uma operação de respiração boa a boca nas instituições brasileiras. (*Risos.*)

Estávamos caminhando para ficar sem ar. É uma pena que ele não estivesse podido exercer isso, naquele caso, em uma das Guianas, em que uma pessoa terminou suicidando 700 pessoas ao mesmo tempo. A sensação é de um suicídio coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ele vai ser lembrado para a Síria agora. O nome dele está sendo cogitado. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E você foi fundamental; outros também, provavelmente, que nem sabemos, mas você foi fundamental nessa respiração boca a boca das instituições que estavam se suicidando.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Bem lembrado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não sei, é muito forte o que V. Exª fala, mas, nessas 48 horas, pude ver o quanto temos de ausência de diálogo entre quem ocupa as instituições. Tão somente isto: diálogo; procurar, tomar iniciativa, ir conversar, pôr o problema na mesa.

Não vou ficar. Hoje tomei uma decisão, não tem mais imprensa, não tem nada. Falei, aliás, pouco. Quando eu falei na véspera, foi para amainar a nossa posição em relação ao Supremo, ao Ministro Marco Aurélio, que é um grande Ministro. Foi assim que falei. Mas me preocupa, porque acho que seguimos com absoluta falta de diálogo entre aqueles que têm responsabilidade de conduzir as instituições.

Isso já é grave em momentos de normalidade. Agora, pensem, no meio de uma crise, no meio de um País dividido, no meio de uma certa marcha da insensatez em que estamos envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, o boca a boca não foi uma metáfora. Se é diálogo...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Diálogo não falta aqui na Comissão, felizmente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O Senador Aloysio sabe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós conversamos, identificamos isso, e parti para um caminho – voo solo – com o propósito de haver diálogo entre quem precisa permanentemente dele.

Sr. Presidente, eu só queria rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...até para homenagear a sua gestão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não. Quer apresentar o seu relatório?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Tomamos uma medida de não deixar tratados e acordo parados em cima de mesas.

Sou Relator de um, que é de 2009. Então, não tem sentido. O Brasil assina um tratado com a Bélgica, fica de 2009 até hoje, e chegou agora ao Senado Federal. Fiz um relatório, quero fazer uma passagem rapidíssima por ele, com breve resumo, se V. Exª permitir, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu concordo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É para registar que na gestão de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não há tratado dormindo em prateleira.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...conseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vou concordar e vamos inverter a ordem dos nossos trabalhos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Começamos pela ligeira parte deliberativa. São dois acordos internacionais, que serão apresentados, de forma resumida, pelos Relatores Jorge Viana e Cristovam Buarque.

O primeiro deles é o item 2.

É o item 2.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 80, de 2016
- Não terminativo -

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 7 de maio de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Que fique esse registro, na passagem de V. Exª por aqui, e também de outros colegas que por aí passaram e colaboraram, de que eu acho que nós tornamos prático isso. Só o que fica pendente é uma mudança na Câmara dos Deputados. Eu não vou me cansar de dizer que não pode, não é possível que não haja uma mudança regimental para evitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que os tratados e acordos de cooperação tenham que passar por várias comissões na Câmara, o que implica seis, sete anos para se prestigiar um tratado, um acordo.

Então, indo direto ao ponto, trata-se da Mensagem da Presidência da República nº 193, de que sou Relator, que trata da cooperação jurídica internacional entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre auxílio jurídico mútuo em matéria penal, assinado em Brasília, em 7 de maio de 2009.

O propósito é, tão somente, de os dois países prestarem auxílio jurídico mútuo. Para tanto, é estabelecida uma série de pontos: entrega de comunicações, atos processuais, enfim, todo tipo de cooperação se torna possível nesse propósito de auxílio jurídico mútuo entre os dois países em matéria penal.

A autoridade jurídica e, inclusive, o Ministério Público podem solicitar auxílio jurídico mútuo.

O presente tratado segue o padrão de outros semelhantes já firmados pelo Brasil com o Panamá, com o México, com a Espanha, com a China, entre outras nações. Outros semelhantes se encontram em tramitação, tais como os tratados com a Alemanha, Síria, Turquia, entre outros.

Então, no relatório, obviamente, eu faço uma avaliação de toda a parte legal, como é prerrogativa do Senado Federal, e apresento parecer aqui, muito rapidamente, pela aprovação, para que, passando pelo Plenário do Senado, a intenção do Reino da Bélgica e da República Federativa do Brasil de firmarem uma cooperação mútua em matéria penal possa ganhar eficácia, como foi o propósito do tratado assinado em 2009.

Esse é o meu parecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário.

O Senador Cristovam Buarque é o Relator de um outro projeto de decreto legislativo.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 79, de 2016
- Não terminativo -

Aprova, nas condições que especifica, o texto da Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família, bem como o do Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, concluídos na Haia, em 23 de novembro de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Pela aprovação.

V. Exª tem a palavra, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Convenção trata da cooperação internacional, entre os Estados Partes, necessária para dar eficácia à cobrança internacional de alimentos a crianças e outros membros da família. Nesse sentido, possibilita a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

apresentação de pedidos para a obtenção de decisões em matéria de alimentos, garantindo-lhes o reconhecimento e a execução (art. 10).

Eu não vou me alongar muito, pois todos sabem das dificuldades com relação ao tempo, mas eu quero chamar a atenção para o fato de que o art. 18 reconhece hipótese de litispendência internacional no caso de o credor ter obtido decisão em Estado contratante em que possui sua residência habitual, com variantes de submissão à outra jurisdição.

É importante destacar que a Comissão Especial será convocada periodicamente pelo Secretário-Geral da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, a fim de avaliar o funcionamento do sistema estabelecimento pela Convenção (art. 54).

Quero dizer que é oportuna a Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos porque ela traz mecanismos ágeis e mais eficazes, além de detalhar as funções das autoridades centrais dos Estados.

Cumpre destacar que o Brasil participou ativamente das negociações da Convenção e do Protocolo.

Por fim, fez-se a declaração prevista.

Nós estamos prontos, o Brasil, a levar adiante a Convenção.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 79.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, em votação. (*Pausa.*)

Não havendo objeção de nenhum Senador, aprovado.

A matéria vai ao plenário, sempre pela diligente gestão do Senador Jorge Viana, de modo que possa ser aprovado entre hoje e amanhã.

Passamos à audiência pública.

Srªs e Srs. Senadores e aqueles que nos acompanham pela TV Senado e pelo Portal e-Cidadania, a audiência pública é destinada a debater o cenário internacional a partir da eleição do novo Presidente norte-americano Donald Trump.

Temos a honra de receber dois debatedores a quem convido para tomarem assento ao meu lado, o Embaixador Rubens Barbosa e o Prof. Gunther Rudzit.

O Embaixador Rubens Barbosa foi embaixador em Washington, Londres, representante do Brasil na Aladi, exerceu os mais altos cargos no Itamaraty, incumbido de temas econômicos e de integração regional. Hoje ele preside o Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp e o Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior criado recentemente por ele.

O Prof. Gunther Rudzit é professor e coordenador do curso de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco; doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, com tese na área de segurança internacional; e tem mestrado em segurança nacional pela prestigiosa Georgetown University.

Vamos começar a nossa audiência.

O Embaixador Rubens Barbosa tem a palavra por 20 minutos.

O SR. RUBENS BARBOSA – Bom dia a todos.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Aloysio pelo convite para tratar de mais um assunto relevante aqui para informação da Comissão: o cenário internacional a partir da eleição de Trump. Eu vou entrar diretamente no assunto pela exiguidade de tempo. Depois, nas perguntas, a gente pode desenvolver outros aspectos sobre a eleição do Trump, o que significa.

Vou falar sobre três aspectos. Primeiro, nos comentários gerais, sobre o que a eleição do Trump representou; depois, sobre as principais linhas das políticas econômica, externa e comercial que a gente pode iden-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tificar a partir das declarações e das indicações que foram feitas pelo Presidente eleito.

E finalmente uma breve referência sobre o governo Trump e o Brasil.

Em primeiro lugar, então, alguns comentários gerais sobre os efeitos da eleição do Donald Trump.

Primeiro, a eleição do Trump está gerando uma incerteza global pela imprevisibilidade do que vai acontecer no seu governo. E essa incerteza global tem que ver, como eu vou mencionar rapidamente depois, com o comércio exterior, a segurança europeia e diferentes aspectos da política externa.

Em segundo lugar, as nomeações, até aqui, não permitem antecipar claramente o que é que o governo vai fazer. Porque há indicações muito contraditórias e há notícias de que para algumas nomeações ele tem até consultado o Obama. Ele já conversou várias vezes com o Presidente Obama e tem perguntado a respeito de indicações. E segundo transpirou, o Obama teria concordado com algumas delas, apoiou algumas delas.

O terceiro comentário é que temos que ter uma certa cautela em relação às declarações feitas até aqui. O Trump continua em campanha. E uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fazendo soar a campainha*.) – Por favor, eu pediria um pouco de silêncio porque estou com dificuldade para ouvir, estando ao lado do Embaixador.

O SR. RUBENS BARBOSA – Uma coisa é a campanha política, como os senhores sabem, e outra coisa é o governo. Quer dizer, a responsabilidade de assumir o governo da nação mais poderosa do mundo.

Em quarto lugar, levando em conta o cenário internacional, nós temos que ver também algumas medidas internas que ele está anunciando e que vão ter impacto no cenário global, que eu vou mencionar depois.

O outro comentário geral é que a reação, até aqui, da comunidade internacional foi de grande perplexidade pelas declarações e algumas das ações, como eu vou mostrar, que ele tomou até aqui.

E desconfiança sobre os rumos do governo. Porque, em todas as áreas, a importância dos Estados Unidos no cenário político, econômico, financeiro, comercial, de defesa e de segurança é tremenda. Qualquer declaração pública do Presidente, mesmo do Presidente eleito, tem efeito, tem repercussão fora.

E o fato mais importante e significativo até aqui é que já foram feitas muitas indicações para o governo. Mas há quatro ou cinco importantes: o Secretário da Agricultura, o Secretário de Energia e o Secretário de Estado.... Quer dizer, o Ministro das Relações Exteriores não foi indicado ainda. Ao contrário da praxe, em que normalmente uma das primeiras indicações dos presidentes eleitos é a do Secretário de Estado, que tem que fazer a preparação dos contatos iniciais, etc. Ele já nomeou mais de vinte pessoas, mas faltam as que eu anotei: Ministério do Exterior, Agricultura, Energia, Trabalho, Ministério do Interior e um outro Ministério que é importante que é o de veteranos, que cuida dos que foram para as guerras e tal. Esses são os que estão faltando ainda. O primeiro deles é o Secretário de Estado, o que torna mais entranha ainda, sui generis, a ação do presidente eleito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Quando é a posse?

O SR. RUBENS BARBOSA – A posse é no dia 20 de janeiro.

Agora, entrando no segundo aspecto, as principais linhas das políticas que o Trump deve implementar a partir do que ele está dizendo, o que ele disse na campanha e o que ele está dizendo agora. Evidentemente, isso é uma avaliação preliminar porque não há documento. Há documentos do partido e alguns da campanha, mas não há uma clareza sobre o que ele vai fazer.

Como comentário geral sobre estes três pontos – política externa, política econômica, política comercial – é que os republicanos têm uma plataforma muito diferente da do Partido Democrata. Então, as mudanças não são pelo temperamento, pela inexperiência do Trump. As medidas vão ser, na minha visão, profundas porque a plataforma do Partido Republicano é diferente da plataforma do Partido Democrata, sobretudo em termos de política econômica, política social interna.

Indo diretamente para a política econômica, o principal vetor da política econômica que o Trump tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

declarado é a redução de impostos. Ele, como empresário, tem a ideia de que você, tendo menos impostos, ativaria imediatamente a economia e daria emprego. A ideia seria essa. E eu acho que ele vai fazer. O secretário do tesouro, que já foi nomeado, já declarou que ele está preparando uma reforma profunda para reduzir os impostos, para ativar a economia. Junto com a redução dos impostos, já foi anunciado também um grande investimento – a Hillary também já havia falado nisso – em infraestrutura para ativar a economia. A economia americana está crescendo muito pouco, este ano vai crescer menos de 2%, e eles estão querendo voltar a um crescimento econômico mais robusto, acima de 3%, com a criação de empregos. Essa questão do emprego foi um dos pontos mais importante da campanha, e, em grande parte, o voto de raiva que houve lá, da parte da parte da classe média, da classe média baixa, afetada pela globalização, pela crise de 2008, foi por causa justamente da dificuldade de emprego.

Um efeito imediato dessa política de baixa de impostos, de aumento do gasto público com os projetos de infraestrutura pode ser o aprofundamento do desequilíbrio econômico que existe hoje, em grande escala, lá nos Estados Unidos. O resultado disso é um aumento rápido da taxa de juros, que vai afetar, como eu vou mostrar mais adiante, muito o Brasil, porque o capital financeiro investido aqui, com taxa de juros mais alta nos Estados Unidos, vai migrar para os Estados Unidos. E, dependendo do equilíbrio entre a redução do imposto e o aumento da infraestrutura, pode haver pressão sobre a inflação também.

Esse desequilíbrio das contas públicas, que já é grande, se não for bem administrado, pode gerar consequências imprevisíveis para o cenário internacional.

O segundo aspecto, além da política econômica, é a questão da política externa. O Trump, na campanha e depois de eleito, tem criticado muito a previsibilidade da política externa americana. Ele diz que os Estados Unidos anunciam tudo o que vão fazer, que é muito previsível e que o governo dele vai ser diferente, vai ser imprevisível. Diz que não vai adiantar nada, que vai tornar menos previsíveis as políticas. Agora, nesses primeiros dias – já vai completar um mês da eleição; vou só mencionar duas coisas que mostram a imprevisibilidade dele –, primeiro, falando com o Presidente do Paquistão, ele anunciou a ida dele ao Paquistão, o que é o reverso da política seguida até aqui, que era a de privilegiar a Índia; segundo, ele deu um telefonema para a Presidente de Taiwan, o que se dá pela primeira vez desde a época de 1970...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS BARBOSA – ...pois não havia nenhum contato direto entre um presidente americano e um presidente de Taiwan.

Então, essa imprevisibilidade pode levar até a uma posição de certo isolacionismo na política externa americana, com grandes consequências para o cenário internacional.

Rapidamente, vou mencionar os principais tópicos da política externa sobre os quais o Trump, de alguma maneira, já deu algumas indicações. Mas, de qualquer maneira, são os tópicos principais que vamos ter de acompanhar, para ver o impacto disso no cenário global.

Primeiro, há a questão do Oriente Médio. Estamos vendo na televisão, todos os dias, a guerra na Síria, em Alepo, tudo o que está acontecendo no Iraque, o acordo com o Irã, a questão da Palestina com Israel. Aliás, nesta questão específica, ele já disse que ia mudar a embaixada americana para Jerusalém, o que também é contra a política americana até aqui.

O segundo ponto que tem a ver com o Oriente Médio é o relacionamento do governo americano com a Rússia. O Putin teve um papel importante, de grande visibilidade, durante a eleição. A Hillary o acusava de estar interferindo. Mas o Trump tem uma relação com Putin. Eu, pessoalmente, acho – não tenho nenhuma informação, uma análise – que aqui pode haver uma das grandes mudanças da posição americana em relação ao Oriente Médio. Putin, nas conversas com o governo americano, propôs que o foco na Síria fosse o combate ao Estado Islâmico, ao terrorismo do Estado Islâmico, e que se deixasse a questão da *governance*, a questão do governo da Síria com o al-Assad para um segundo momento. O Obama não entrou nessa linha. E Putin está dando sinais de que pode mudar a estratégia americana, para eliminar o califado, o Estado Islâmico, e para, depois, resolver o problema de al-Assad.

Há problemas importantes relacionados com a Rússia. A Rússia, como os senhores sabem, tem sanções econômicas por causa da Ucrânia e também por causa da Síria. Como é que ele vai tratar essa questão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E, também na questão relacionada com a Rússia, há a questão da Ucrânia. Como é que fica a posição americana, muito crítica, com sanções?

O terceiro ponto é a China, que, na minha visão, é o principal foco da política externa americana. Há uma grande preocupação estratégica, militar, comercial e política. E, agora, como mencionei, esse telefonema do Trump para a Presidente de Taiwan criou um problema, uma área de fricção grande – houve troca de tuítes e declarações. No caso da China, também, existem algumas coisas sobre as quais ele já se manifestou, que são problemas estratégicos de grande importância: o expansionismo da China no mar do sul da China; a disputa territorial da China com o Japão; a questão do Vietnã, que tem uma posição diferente da China. Enfim, existe uma série de pontos em que não é clara a maneira como ele vai trabalhar.

Outro ponto que mencionei, a questão da segurança europeia, é crucial. Quer dizer, ele fez várias declarações durante a campanha de que iria se retirar da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), de que iria cobrar mais dos países-membros para cobrir os custos da defesa. Eu não acho que ele vai fazer nada diferente aí. Ele vai, talvez, pressionar os países para pagar alguma coisa a mais, mas não vai fazer nenhuma loucura de abandonar a Europa, porque há uma grande sensibilidade. Como os senhores sabem, a presença da Rússia ou, na visão europeia, a ameaça russa sobretudo nos estados bálticos e nos países antigos socialistas – Polônia, Hungria – é muito grande, e uma mudança estratégica dos Estados Unidos nesse particular iria criar um problema grande.

Outro ponto é a questão da Coreia do Norte, porque há grande preocupação quanto a essa proliferação de armas nucleares, de mísseis, pois a Coreia está muito avançada. Como é que vai ser a posição dele em relação à Coreia, em relação à liderança da Coreia, em relação à posição com a China, visto que hoje a pressão sobre a Coreia é feita via China?

Quanto à questão da mudança de clima do Acordo de Paris, na campanha, ele disse que iria abandonar o acordo. Depois, agora, está dizendo que está com *open-minded,* que está com uma visão mais moderada, mais aberta, para examinar o acordo.

Para finalizar esta parte de política externa, faço duas observações: a primeira em relação à América Latina. A América Latina, para os Estados Unidos, é muito importante. Quer dizer, quando se fala em América Latina, estou pensando em México, Cuba e países da América Central, por causa da violência, por causa da imigração. E, aqui, há problemas grandes, que vou mencionar, na área comercial, sobretudo em relação ao México. Em relação a Cuba, há uma declaração dele de que ele iria reverter todos esses acordos que o Obama fez – estabelecimento de relação, abertura da embaixada, medidas liberalizantes, voos comerciais. Eu, pessoalmente, acho que não vai acontecer nada disso. Acho que vai haver uma pressão de empresas americanas que têm interesse de negócios com a ilha, e vai haver uma pressão também dentro do Partido Republicano, que é o partido dele, não deixando que ele tome medidas que prejudiquem a abertura como foi feita até aqui. Então, aqui, acho que vai haver pouca mudança, mas vai haver alguma mudança de tom em relação a Cuba, que temos que acompanhar.

Em relação à América do Sul, eu acho que nada vai mudar. Quer dizer, os Estados Unidos, em termos de política externa, não têm a América do Sul no radar.

Quer dizer, a Venezuela, apesar de toda a crise, não é uma questão delicada para os Estados Unidos, não há nenhuma ameaça para os Estados Unidos. Os Estados Unidos já diminuíram muito a compra de petróleo da Venezuela. Não é um problema para os Estados Unidos. Acho que nada vai mudar. Nós não estamos nos radares americanos.

E, na área comercial, se quisermos ampliar a relação com os Estados Unidos, aumentar o comércio, temos que tomar algumas atitudes. O comércio com os Estados Unidos está caindo há três, quatro anos, em 2014, o fluxo do comércio era de US$60 bilhões, este ano é um pouco mais de US$40 bilhões. Está caindo significativamente. Este ano, as exportações brasileiras caíram 25%, e as importações caíram 10%. Então, é uma situação muito delicada, mas que vai necessitar que o Brasil coloque a casa em ordem, volte, aprove as medidas para estabilizar a economia e que tenha uma política de promoção comercial lá nos Estados Unidos.

O último ponto é a questão da política comercial. Aqui, depois, na parte das perguntas, se os senhores quiserem, podemos ampliar, porque esse é um ponto muito importante que tem implicações para o Brasil, tem a ver com as medidas que eles anunciaram de protecionismo contra a China, de aumentar 45% as tarifas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

em relação à China, tem a ver com NAFTA, o acordo do Canadá e do México com os Estados Unidos. Falaram em acabar, agora estão falando em modificar. E aqui há um ponto muito importante, que é a parceria Transpacífico (TPP). Se sobre isso os senhores tiverem interesse, eu gostaria até de voltar em detalhe a esse ponto, porque isso é muito importante para o Brasil. E ele diz que vai sair do TPP, vai mudar. Se os senhores tiverem interesse, volto aqui com mais detalhes sobre esse ponto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS BARBOSA – E, finalmente, a relação do governo Trump e o Brasil. Uma vez na Casa Branca, as políticas que rapidamente sumariei aqui, econômicas e política externa, vão ter efeitos indiretos sobre o Brasil, tanto, como mencionei, na política econômica como no cenário global. E, no caso do Brasil, se houver um problema com a economia americana, vai afetar o mundo inteiro e vai afetar o Brasil, que tem dificuldade com a volta ao crescimento. E, se houver um aumento da taxa de juro, como vai haver – eles já anunciaram que agora, em dezembro, o FED vai aumentar a taxa de juro, e a partir do ano que vem, segundo o Trump, vai haver um aumento maior da taxa de juros, isso vai ter um efeito indireto sobre o Brasil, porque os capitais que estão investidos aqui vão sair. E nós vamos ter problemas aqui com relação ao câmbio, em relação à balança de pagamentos por causa da saída de capital daqui.

E vai ter efeitos diretos sobre o Brasil nessa área comercial. Se o protecionismo aumentar, porque já é grande o protecionismo comercial, o Brasil vai ficar afetado.

Acho que diretamente contra o Brasil não vai haver nada além do que já existe, o aço e alguns outros produtos, porque o Brasil é um dos poucos países que é deficitário na relação comercial com os Estados Unidos. Todo mundo é superavitário. O Brasil é deficitário. Então, não está na mira dos Estados Unidos. Mas há o problema do Sistema Geral de Preferência (SGP), que pode ficar afetado.

Outro efeito direto é sobre o grupo de brasileiros ilegais que estão nos Estados Unidos. Vão apertar a legislação lá, e eles vão ser afetados.

Acho que não vai haver nenhuma iniciativa de política externa dos Estados Unidos em relação à América do Sul, especialmente o Brasil.

Como mencionei, acho que a Venezuela não é um problema importante para os Estados Unidos e, portanto, não vai ter nenhum agravamento da situação lá.

Em termos das relações comerciais, acho, como mencionei, que, para ampliarmos essa relação comercial com os Estados Unidos.... Como os senhores sabem, ao contrário de alguns países, inclusive o Brasil, o governo americano tem muito pouca influência sobre as empresas americanas. Qualquer empresa americana que queira investir aqui, que queira fazer comércio com o Brasil, tem a decisão. É decisão empresarial, estratégica empresarial, não há nenhum estímulo, incentivo, desoneração, não há nada disso. E o fato de elas investirem aqui tem a ver com o momento que estamos vivendo, com as concessões agora do ano que vem, com investimentos em infraestrutura aqui, tem a ver com as regras, a estabilidade das regras, tem a ver com a estabilidade econômica, com a redução das incertezas que estamos vivendo.

O mundo hoje é muito competitivo. O Brasil sempre tem a posição de que somos o centro do mundo, que é muito grande e todo mundo vai investir aqui. Eu agora, como consultor de negócios em São Paulo, estou vendo – já sabia, mas agora estou comprovando na prática – que não é bem assim. O mundo está esperando para ver o que acontece aqui no Brasil. Enquanto não estabilizarmos a economia, não diminuirmos essa instabilidade política, vai ser muito difícil ampliar a cooperação econômica com os outros países, não é só com os Estados Unidos, mas os Estados Unidos são mais importantes porque é o segundo parceiro brasileiro. O primeiro parceiro é a China, que está aproveitando esse vazio de ação americana para entrar.

A China está investindo muito aqui, o nosso comércio com a China cresce porque os produtos que o Brasil exporta para a China são produtos que vão continuar a ser exportados mesmo que a atividade econômica na China caia: minério de ferro, soja, milho, isso é alimentação e insumo para a indústria, isso vai continuar.

Então, não vamos, como os outros países daqui da região, talvez, ficar afetados se cair ainda mais o crescimento da China, e, no crescimento atual não vai haver problema maior com essas medidas que a China está tomando para equilibrar a economia lá também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Para nós, o importante nessas relações comerciais, é colocar a casa em ordem, no geral.

Eu tenho alguns... Ele me deu 20 minutos.

Eu vou voltar, estava correndo aqui por causa do tempo, mas vi que corri demais e tenho tempo. Vou voltar à questão do impacto comercial na gestão Trump. São os pontos que mencionei.

O primeiro ponto, que o Trump tem falado desde a campanha, é aumentar a tarifa externa para produtos importados da China em 45%. Isso criaria uma guerra comercial porque a China certamente retalharia, mas eu acho que, nesse aspecto, não vai haver um risco de grande conflito, porque quem conhece os Estados Unidos e entra em qualquer shopping center americano, em lojas que vendem produtos de consumo para casa, sabe que 90% são produtos chineses.

Quer dizer, vai haver uma pressão do consumidor americano, porque, se houver um aumento de 45% na tarifa, os produtos vão aumentar, e quem vai pagar a conta é consumidor. E os importadores também vão reagir muito fortemente. Então, acho que vai haver alguma coisa em relação à China, mas não vai ser uma coisa dramática, porque as pressões internas vão impedir que esse grande fluxo de comércio se materialize.

O Trump está fazendo essa campanha contra a China por duas razões: primeiro, a questão do emprego, porque muitas empresas americanas se mudam para a China e dão emprego lá, e ele está querendo trazer essas empresas de volta; e, segundo, porque há um enorme desequilíbrio na balança de comércio, com um saldo muito grande para a China. O Trump quer corrigir essa disparidade. Esse é o primeiro ponto com a China.

O segundo ponto tem que ver com o NAFTA, sobretudo o acordo com o México. No acordo com o México há um saldo a favor do México contra os Estados Unidos. E também tem a ver com a mesma causa com a China. Quer dizer, o Trump quer trazer de volta para os Estados Unidos empresas que estão sediadas no exterior. Como os senhores sabem, há uma grande concentração na fronteira do México com os Estados Unidos, em Monterrey. E o Trump quer mudar algumas partes do acordo. Quer dizer, ele está falando em acabar. Não vai acabar, vai fazer alguma mudança, que acho que vai ser um pouco como aconteceu com o Clinton. Os senhores se lembram de que o Clinton, quando estava em campanha, também foi contra o acordo do NAFTA? Mas, quando foi eleito, ele fez pequenas modificações, inclusive fez um memorando sobre o meio ambiente, para proteger o meio ambiente nos produtos que estão incluídos no acordo. Ele mandou para o Congresso, que o ratificou. Eu acho que aqui vai acontecer a mesma coisa. Vai fazer alguns ajustes pontuais e, depois, vai aprovar o acordo.

Com o Canadá há menos problemas. O foco é mais o México, sem falar do problema da imigração, do muro, tudo o que ele falou em relação ao México, mas o México está preocupado é com essa questão, porque os senhores sabem que o México tem quase 90% do comércio com os Estados Unidos. É crucial para o México manter esse acordo comercial com Washington.

O TPP, sobre o qual eu gostaria de gastar um pouco mais de tempo aqui, é o acordo de última geração negociado no cenário internacional. Esse acordo tem várias características únicas. Primeiro, ele foi negociado fora da OMC. Foi negociado por 12 países: Estados Unidos, Japão, três países da América Latina – México, Peru e Chile –, e sete países asiáticos. São países menores. Agora a Coreia queria entrar também, e daria empuxo grande para esse acordo.

Esse acordo, na minha visão, é importante porque, como eu disse, é o primeiro acordo de última geração. Isso quer dizer o quê? O Brasil e a maioria dos países até aqui têm negociado acordos de livre comércio cujo foco são as tarifas. Esse acordo com a Ásia tem também tarifa, e foi liberalizado quase tudo. Há alguns produtos que estão excepcionados, mas quase toda as linhas tarifárias foram reduzidas praticamente a zero.

O acordo é importante por causa das cláusulas econômicas que foram incluídas, e essas cláusulas, muitas delas, estão negociadas na OMC, e o Brasil negociou. Outras cláusulas não existem na OMC, e, mesmo aquelas cláusulas que existem na OMC são mais profundas, são mais avançadas. Então, o conjunto de regras que compõem esse acordo será o modelo, será o acordo modelo para quem quiser negociar acordos comerciais com os países desenvolvidos.

Tive a informação de que, com a União Europeia, por exemplo, já aconteceu isso. Fora do mandato que a União Europeia recebeu para negociar com o Mercosul, eles já acrescentaram novas regras que não havia quando começamos, há 15 anos, a negociar com a União Europeia. Agora já incluíram regras novas que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nesse acordo do TPP.

Esse acordo do TPP inclui 40% do comércio internacional. Essas regras novas, gostemos ou não, serão aplicadas. Quer dizer, temos que examinar isso profundamente. Acho que o Brasil e o Mercosul tinham que se dedicar ao estudo desse acordo, porque o Trump, na minha visão, apesar das declarações, não vai acabar com esse acordo, porque ele acordo beneficia muito as empresas americanas, inclusive por causa do Japão, que está incluído. E há um componente geoeconômico e geopolítico muito importante, porque o acordo foi feito excluindo, especificamente, a China. Ele foi feito para conter a China, e a China, em paralelo à negociação desse acordo, está fazendo outro acordo, que se chama RCEP, uma sigla em inglês, que é um acordo de livre comércio entre a China e os países que não estão nesse acordo. Se esse acordo acabar, muitos dos países que estão nesse acordo passarão a fazer o acordo com a China.

Por essas razões todas, acho que o Trump não vai se aventurar a terminar o acordo. O que ele está dizendo é que vai sair do acordo, do TPP, e fará acordos bilaterais. Isso, para quem acompanha as negociações, não quer dizer absolutamente nada, porque todos esses acordos do TPP, entre os 12 países, foram negociados bilateralmente. Então, ele está dizendo a mesma coisa em outras palavras e vai acabar fazendo também modificações perfunctórias e vai acabar aprovando o acordo. Agora, acho que esse acordo é muito importante porque sinaliza como os países vão negociar no futuro.

O Brasil mudou de posição, como foi dito aqui, com o novo Governo Temer, nessa área de negociação internacional. Mudamos de posição. Por questões ideológicas, o governo do PT, durante treze anos, assinou três acordos comerciais, quando o mundo assinou 400 acordos comerciais, conforme o *site* da OMC. Agora, com a mudança da posição, estamos dispostas a negociar acordos com países mais importantes, mais desenvolvidos, que tenham mais peso do que os três com que a gente negociou: Autoridade Palestina, com o Egito, com Israel. Mas para isso, vamos ter que examinar essas cláusulas que estão no acordo.

Então, para concluir, acho que a presidência do Trump ainda por algum tempo vai manter essa incerteza, essa dúvida que existe, certa perplexidade que existe no mundo. Acho que ela vai ter mais mudanças na política interna, na política econômica, na política social interna do que na política externa. Acerca da política externa, acho que o *establishment* americano, tão criticado durante a campanha pelo próprio Trump, e muito forte e vai manter as principais linhas de política externa, porque lá nos Estados Unidos – no Brasil não temos esse conceito – conta muito o interesse nacional. Eu acho que aqui o interesse nacional vai prevalecer, e os excessos que foram mencionados durante a campanha, em relação aos muçulmanos, ao islamismo, aos imigrantes, ao muro, esses excessos de linguagem durante a campanha vão ser significativamente reduzidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Rubens Barbosa.

Sem mais delongas, passo a palavra para o professor de relações internacionais das Faculdades Integradas do Rio Branco, Prof. Gunther Rudzit.

Para além das manifestações e das informações que V. Sª trará a esta Comissão, considerando todo esse conjunto de incertezas que foram aqui apresentadas pelo Embaixador Rubens Barbosa, seria importante que nós também conhecêssemos um pouco do sistema de pesos e contrapesos do presidencialismo norte-americano, porque, com todo o poder que tem o Presidente eleito Trump, ele não é seguramente um czar, como é Putin na Rússia. Então, como é que se apresenta o sistema de pesos e contrapesos do presidencialismo norte-americano, do papel do Congresso americano, do Parlamento americano em decisões estratégicas como essas que poderá adotar o Trump, mas terá com certeza que consultar o Parlamento norte-americano e o Estado americano também, que tem uma institucionalidade muito forte.

Com a palavra V. Sª.

O SR. GUNTHER RUDZIT – Bom dia, Senador, bom dia a todos. Obrigado pelo convite para estar aqui.

É um pouco difícil falar depois do Embaixador Rubens Barbosa, que fez um quadro tão completo. Mas alguns dados que já pensei em trazer aqui, em parte, já vão na preocupação do senhor.

Muito tem sido focado na imprensa, falando dos principais cargos que precisam passar pela aprovação do Senado, os equivalentes aos Ministros lá, os secretários. Só que vão muito, muito além disso. Fala-se em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

torno de 14 mil cargos que o Senado precisa aprovar. Só para se ter algumas ideias, por exemplo, no Departamento de Defesa são 239 cargos de alto comando que precisam ter os nomes aprovados; Homeland Security, 157; Departamento de Estado, 431.

Portanto, por mais que exista uma burocracia bastante institucionalizada lá – a presidência, quando entra, sempre tenta trazer para esses principais cargos as suas pessoas de confiança –, é necessário haver essa aprovação. Nenhum presidente quer correr o risco de indicar alguém que não possa ser aprovado. Por isso, essa transição ainda vai demorar bastante. Até 20 de janeiro, com certeza, os principais vão ter de ser indicados. O Congresso toma posse um pouquinho antes, alguns dias antes, para fazer esse processo de aprovação, que vai ser bastante complicado.

Primeiro, por algumas indicações que o próprio Presidente eleito Trump já tuitou ou citou em entrevista: Steven Mnuchin, como Secretário do Tesouro. Ele é um ex-Goldman Sachs, que saiu do Goldman Sachs e fez uma carreira em Wall Street, com uma carreira muito no limiar do legal – vamos deixar nesse ponto. Ou seja, há uma desconfiança muito grande de várias ações, de vários processos, de várias aquisições que ele fez que são duvidosas, para dizer o mínimo.

Para Secretário do Comércio, Wilbur Ross, um investidor de carreira de Wall Street.

Por que eu já faço essas duas observações? Porque ele fez toda a campanha contra Wall Street, com todo esse sentimento que vem dos Estados Unidos na sociedade americana, desde a grande crise de 2008/2009. Então, como ele vai justificar isso? Dois nomes de peso que são justamente ligados a esse grande mercado.

Para Homeland Security, ele já indicou o General John F. Kelly, ex-Comando Sul – ele era comandante e estava na ativa até fevereiro deste ano.

Para Secretário de Defesa, o General James Mattis, que ficou mais famoso e saiu bastante no jornal. É um linha-dura, duríssima, principalmente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUNTHER RUDZIT – Cachorro louco é o apelido dele entre os... Ele esteve em campo. Quando os americanos começaram as ações no Afeganistão, ele, já General de uma estrela, foi para campo. Ele foi para campo para estabelecer a primeira base norte-americana. Ele ganhou o respeito das forças como nenhum outro general em tempos recentes.

E aí vem um detalhe importante: ele vai ser o primeiro militar a ocupar o cargo de Secretário de Defesa desde 1950. A tradição vem desde então. O Departamento de Defesa foi criado em 1947, numa grande reforma pós-Segunda Guerra Mundial, e ele vai ser o primeiro desde 1950. Então, quebra-se a tradição, nos Estados Unidos, de um comando civil sobre os meios militares, o que não vai causar problema nenhum. Ele vai ser aprovado no Senado, porque tem um respeito muito grande.

Mas aí vem um dado importante: ele é um extremo crítico da Rússia, extremo crítico. Já falou mal de Putin abertamente, sem pestanejar. Também já falou vários impropérios em relação a outras lideranças políticas.

Portanto, começa de novo: apesar de todo o discurso que ele fez, bastante elogioso a Vladimir Putin, como nomear um Secretário de Defesa que é abertamente contrário e crítico a Vladimir Putin?

E, para National Security Advisor, o General Michael Flynn, também um outro linha-dura conservador bastante forte.

Para Secretário de Estado, como o Embaixador levantou, o que é uma surpresa até agora, porque não foi indicado, o mais cotado é o Mitt Rommey, que foi um grande crítico dele, concorreu para ser indicado pelo Partido Republicano, é o mais cotado, mas também há o ex-Embaixador John Bolton, ex-Embaixador do governo W. Bush na ONU, também um ultraconservador, e ainda corre por fora talvez o Senador Bob Corker, do Tennessee.

Por que eu estou colocando isso? Uma questão que apareceu do meio para o fim da campanha era: Trump era realmente aquilo que ele apresentava ou se aquilo era um personagem Donald Trump para ganhar a eleição? Por várias dessas indicações e várias dessas declarações que ele vem dando, parece que realmente era um personagem. Fez tudo aquilo para ganhar. Com certeza, no meu entender, isso vai trazer repercussões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

internas. Será que os eleitores norte-americanos vão aceitar tranquilamente isso? Eu votei numa coisa e estou recendo outra!

Então, esse é um ponto que acho importante e que vamos ter que acompanhar.

Começa também a ficar claro nesses pesos e contrapesos o que o senhor me perguntou: se não me engano, há duas semanas, dois domingos atrás, ele deu uma entrevista para o CBS 60 Minutes, o programa de entrevistas mais respeitado na TV norte-americana, e, entre vários pontos que ele levantou, um chamou muito a atenção, porque ele falou claramente em deportar de dois a três milhões de imigrantes ilegais. Aí fiquei um pouquinho curioso, comecei a fazer uns cálculos. Vamos imaginar quatro anos do 1º mandato dele: são 1.460 dias. Para extraditar dois milhões seriam necessários extraditar 1.369 pessoas/dias, desde o primeiro dia, desde o dia 20 de janeiro. O que isso significa? Ter que criar um aparato de extradição que o governo norte-americano não tem. E aí o que me chamou a atenção? No mesmo domingo, o Paul Ryan, o *speaker of the house,* que é realmente o que comanda a política interna no Congresso, deu uma entrevista em que perguntaram para ele se deportação estaria na agenda. Ele disse claramente: "Não está na nossa agenda criar um exército de deportação. Isso não passa pela nossa agenda". Por que é que eu estou ressaltando isso? Porque quem manda na política nos Estados Unidos é o Congresso. O presidente norte-americano tem uma capacidade muito pequena de implementar políticas. Não existe remanejamento de verba, não existe contingenciamento de verba, nada disso. O orçamento aprovado no Congresso é implementado. Se não for implementado, é processo de *impeachment* na hora.

Por isso é que é importante acompanhar o que o Congresso norte-americano vai estar discutindo. Aí vem um detalhe: o Trump não é um republicano. Ele tem vídeos, vários vídeos elogiando Hillary, elogiando Bill Clinton. Ele, anos atrás, se dizia muito mais um democrata do que republicano. E agora ele é eleito pelo Partido Republicano como um *outsider* total. Portanto, vai haver uma tensão interna entre o partido republicano e o próprio presidente, porque muitas das propostas dele, com certeza, não vão passar Congresso, não vão passar.

Não vão passar. Esse caso da extradição dos ilegais já é o primeiro. E outros virão mais à frente.

E aí o que eu trago mais para a minha área de acompanhamento, que é a área mais estratégica, militar, é que começam a ficar mais complicadas todas essas posições, como, por exemplo, de favorecer tanto a Rússia. Se ele fizer isso.... Vai ser bastante complicado ele conseguir convencer o novo Secretário de Defesa a fazer isso. Segundo, por mais que se queira estabilizar a Síria, estabilizar a Síria hoje significa fortalecer Bashar al-Assad no poder. Fortalecer Assad no poder significa dar um poder muito grande para o Irã na região. Isso vai ao oposto do interesse da Arábia Saudita, porque grande parte do que está acontecendo naquela região é um enfrentamento de influência desses dois governos. Desde a ascensão de Mahmoud Ahmadinejad em 2005 à Presidência do Irã, ele se tornou uma liderança regional. E isso vem incomodando a Arábia Saudita gigantescamente.

Por isso, falo e, muitas vezes, me pergunto: o que está acontecendo lá são ódios religiosos, que sempre ocorreram? Não são. Até a ascensão de Ahmadinejad havia uma convivência de tensão, mas havia uma convivência. Ahmadinejad foi o primeiro líder da região a falar abertamente contra Estados Unidos e Israel. Ele ganhou corações e mentes no Oriente Médio. E é disso que vem essa reação. Boa parte da guerra civil síria se deve a isso, a Arábia Saudita querer cortar essa influência iraniana na região. E por isso que eu falo: vai ser difícil contentar a todos.

Então, como vai ser essa política externa dele? Vamos ter que acompanhar. Vai ser bastante interessante ver o que ele vai implementar. Como por exemplo um caso aqui agora, que o senhor falou e de que me lembrei, um memorando que já circulou pela CBS, se não me engano, ou CNBC, que teve acesso. Parece que no primeiro dia já, 20 de janeiro, o novo Secretário de Estado vai implementar um plano para os dias: um, cem e duzentos. No primeiro dia: estabelecer uma comissão para estudar os impactos à economia norte-americana e aos trabalhadores norte-americanos de uma possível saída dos Estados Unidos do NAFTA.

Quando eu li isso, eu falei: opa, ele está deixando uma porta aberta. Por quê? Como o Embaixador disse, sair do NAFTA significa que vão ter produtos mais caros, vai afetar o trabalhador norte-americano. Então ele já está deixando um monte de portas abertas.

E a última coisa que quero colocar aqui, para dar tempo até de conversamos mais, é chamar atenção para o fato de que um professor foi o único, o único analista norte-americano que vinha falando, desde agos-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

to, que Trump iria ganhar. O único! É um professor de História Política da American University, que disse literalmente o seguinte: há uma chance muito grande de que Donald Trump possa enfrentar um *impeachment*. Por quê? Já começa pelo problema de qual cargo e que posição vai ter a sua filha e principalmente o seu genro.

Ele já anunciou que vai se afastar dos negócios da família e que a filha e o genro vão tocar os negócios.

O problema é que o genro já contratou cinco advogados para conseguir pareceres que o autorizariam a fazer parte do *staff* da Casa Branca, o que já geraria um conflito de interesses gigantesco, para ficar só no caso mais próximo e mais visível dele. Ele tem interesses – como ele mesmo já colocou –, em várias regiões do Planeta, com vários governos, um investidor imobiliário. Como é que vai ficar essa linha tão tênue entre o interesse próprio do investidor e o interesse do governo norte-americano?

Por exemplo, na conversa que o Primeiro-Ministro Abe, do Japão, já teve com o presidente eleito, Trump, a filha dele participou. E, com certeza, algumas conversas ali de Estado foram feitas. Como é que ela fica nesse processo, se ela vai realmente administrar as empresas? Já daí fica essa luz amarela acesa de que onde vai estar o interesse pessoal do investidor dele e o interesse nacional norte-americano?

Portanto, sim, há algumas complicações muito claras que vão ter que ser acompanhadas. E volto a lembrar: ele não é uma pessoa do partido, ele é um *outsider*. Eu não vejo o partido republicano brigar, com unhas e dentes, por um mandato de Donald Trump, não vejo. Até porque Mike Pence, o vice-presidente, é uma pessoa do partido republicano. Ah, estou assistindo *House of Cards* demais? Talvez sim, mas conhecendo um pouquinho da política de lá, House of Cards não é tão longe da realidade assim.

Então, ele traz, como o próprio Embaixador, já disse, ele traz muito mais incertezas do que certezas. No mundo onde.... Eu gosto muito de um livro que eu sempre recomendo, de um jornalista chamado Ian Bremmer e do professor economista Nouriel Roubini, que também foi o único que acertou. Eles vinham falando, já desde 2005, que haveria uma crise, e ninguém prestava a atenção. Quando estourou a crise, foi exatamente como eles disseram.

Então, eu tenho lido bastante do Nouriel Roubini. O que os dois escreveram? Que nós viveríamos hoje um G-0 world, ou seja, um mundo G-0. O que eles querem dizer com isso? Não tem mais um país, como foram os Estados Unidos ao fim da Segunda Guerra Mundial, um grupo de países, como o G-7, que consiga reformar a ordem internacional, estabelecer novas regras e o que isso já traz? Por si só já traz muita instabilidade e, por isso mesmo, no principal ator internacional, Estados Unidos, um presidente que traz mais instabilidade, nós vamos viver muitos solavancos, principalmente pelo quê? Por tudo o que ele disse na campanha e agora está tendo que se desdizer.... Quanto é que os outros governos não vão tentar testá-lo, para ver até onde ele vai ou não vai?

De novo, os pontos que o embaixador trouxe. Mar do Sul da China, até onde o Partido Comunista chinês não vai tentar testá-lo e ver a vontade dele defender. Por mais que as indicações sejam claramente uma indicação de que: "olha, eu disse tudo aquilo para me eleger", vamos ter que ver essa reação deles. O teste que eles vão fazer.

Ucrânia, por mais que ele tenha dito tudo sobre Vladimir Putin, de admirá-lo, tudo, as forças armadas norte-americanas não vão aceitar essa posição tão facilmente, mesmo o departamento de Estado, de aceitar um claro restabelecimento de uma zona de influência de Vladimir Putin. O Putin também vai testá-lo, assim como outros governos, creio que até o próprio Irã.

É isto que eu falo: vamos ter de esperar quase que dia a dia, semanalmente, para ver que a Presidência Trump vai trazer de expectativas e não expectativas.

Por isso mesmo, para nós, mesmo que indiretamente, pelo que o embaixador colocou, a América do Sul não passa no radar norte-americano, o que é ruim por um lado e é ótimo por outro. Nós temos margem de liberdade para atuarmos aqui. Não temos a interferência, porque, quando os Estados Unidos entram, é a visão norte-americana, é assim que vai ser e ponto.

Então, nós temos essa margem de liberdade. Só que nós vamos sofrer principalmente pelo lado econômico, principalmente pelo lado financeiro todas essas instabilidades que ele traz.

Então, queria colocar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Professor. Agradecemos a disponibilidade de V. Sª.

Passo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Bom, eu queria cumprimentar os expositores e dizer que realmente nós estamos diante de um cenário desafiador, embora lembre o Senador Ferraço que o sistema americano tenha pesos e contrapesos e que, de resto, os Estados Unidos têm instituições e um ambiente institucional sedimentado, mas o fato é que o Presidente da República, o seu discurso, as suas indicações, as suas sinalizações têm evidentemente um impacto extraordinário sobretudo na percepção da comunidade internacional.

Mas acho que o que nos interessa mais de perto é verificar que oportunidades poderiam ser proporcionadas ao Brasil por essa, eu diria, guinada da política comercial americana.

Com essa posição do Trump em relação ao Nafta, à revisão do acordo Nafta, nesse caso me parece que independe até de autorização expressa do congresso americano, porque, com relação ao Nafta, parece que há uma previsão de que o próprio Poder Executivo, no caso o Presidente, possa fazer uma notificação em relação à possibilidade não de derrogação, mas de sobrestamento ou de revisão do próprio acordo. Eu lembro que o Brasil tem um Acordo de Complementação Econômica com o México – ACE 53 e ACE 55 –, e o Brasil já tomou a iniciativa de oferecer a perspectiva de uma ampliação significativa do nosso acordo, ampliando as linhas tarifárias de quase 400 linhas tarifárias para quase seis mil linhas tarifárias.

Portanto, acho que essa posição dos Estados Unidos em relação à Nafta poderá resultar num processo de aceleração e de intensificação dessa maior aproximação das economias que são, em última instância, as duas maiores economias da América Latina, que são o Brasil e o México.

Eu gostaria de ouvi-lo sobre a perspectiva de que esse acordo com o México venha a ser claramente colocado no radar como uma perspectiva interessante.

E a outra questão diz respeito ao próprio acordo com a União Europeia, na medida em que o Brasil, o Mercosul nesse caso, tem agora perspectiva de concluir um acordo entre o Mercosul e a União Europeia. E talvez essa posição dos Estados Unidos em relação a própria União Europeia possa também nos oferecer uma oportunidade interessante.

Lembrando que nesses acordos de nova geração há uma série de temas como aqui o Embaixador Rubens Barbosa já frisou, que o Brasil precisa colocar também no seu radar. Por exemplo, há temas ligados a normas do trabalho, a propriedade, a comércio eletrônico, a serviços, investimento. Até mesmo nesse acordo dos Estados Unidos, o TPP, há também algo, uma disciplina em relação a empresas estatais também.

Então, eu acho que é realmente um cenário muito desafiador, mas o Brasil pode encontrar, quem sabe, uma fresta. E vejo também com satisfação que agora, por ocasião da reunião do CEBEU, a Confederação Nacional da Indústria já se movimenta no sentido de propor um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, naturalmente precisando de um *waiver* ou de uma autorização do Mercosul, se é que isso é possível, para que dentro de 10 anos o Brasil venha a desgravar inteiramente o seu comércio com os Estados Unidos. Lembrando que, em relação aos Estados Unidos, que são o nosso segundo parceiro, o nosso comércio tem uma característica muito importante, é o maior mercado para os manufaturados brasileiros. Diferente do comércio com a China, o Brasil vende para os Estados Unidos faturados. Portanto, acho que a perspectiva de um acordo de livre comércio poderá também oferecer oportunidades interessantes.

Eu teria muito interesse de ouvi-lo sobre esses temas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senador Armando Monteiro, com as minhas escusas – e também ao Senador Tasso Jereissati –, nós estamos sendo convocados ao Plenário para votação nominal.

Então, vamos suspender esta reunião por 10 minutos, pelo que peço desculpas aos nossos convidados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

e vamos ao Plenário para votar. Em seguida, retornaremos em função dessa obrigação que temos.

Está suspensa a reunião por 10 minutos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 32 minutos e reaberta às 11 horas e 57 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Está reaberta a reunião.

O Senador Tasso Jereissati está sendo ansiosamente aguardado pela sua Bancada. O Senador Tasso, aliás, foi quem requereu esta audiência pública.

Por favor.

Quem é que estava com a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Tasso, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sr. Presidente, meu amigo Embaixador Rubens Barbosa, que é sempre um prazer muito grande ouvir, Prof. Gunther Rudzit, Srs. Senadores, por coincidência ontem esteve aqui no Senado e esteve aqui comigo um diretor da Kennedy School de Harvard, que é um dos grandes centros provedores de pensamentos estratégicos e políticas públicas nos Estados Unidos. Eu fiz uma série de perguntas para ele, muito curioso em relação ao novo Presidente, Trump, e ele me disse uma coisa importante e assustadora. Ele disse que, pelo menos desde o governo Johnson, em todos os governos americanos, seja republicano, seja democrata, a Kennedy School participou de uma maneira importante nos estudos de estratégias de política internacional, de estratégias de políticas públicas, enfim, das grandes montagens dos governos e acompanhamento, fazendo uma assessoria importante – a academia, não exatamente um ou outro professor, e outras instituições. E, pela primeira vez, desde Johnson, que ele se lembra, eles não participam e não conhecem nenhuma instituição dessas mais sólidas e tradicionais americanas envolvidas no governo.

Ele me disse ainda que, do que eles têm conhecimento, não há absolutamente ninguém. Na verdade, o que ele me deu a entender com isso é que o Trump não tem estratégia. Não é que ele tem isso ou tem aquilo. Ele não tem estratégia e não tem nenhum tipo de assessoramento mais sofisticado em um governo complexo, com uma dimensão tão complexa quanto o governo americano.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu pergunto: o Trump pode não ter estratégia, mas há uma plataforma de política externa atualizada do Partido Republicano, que possa tornar razoavelmente previsível a sua política externa?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Segundo ele me explicou, normalmente existe. O Embaixador deve falar mais do que eu. Normalmente, há, vamos dizer, uma atualização – e existe uma academia, que dá um assessoramento, em função de estudos –, informações, etc., para a política estratégica, independentemente da que o partido tem, que é dogmática, dentro do seu programa. O que é fundamental, até porque isso vai me remeter à pergunta que eu vou fazer também ao Prof. Gunther.

Só mais uma coisa interessante: eu fazia várias perguntas a ele e ele me respondia simplesmente: "*I don't know*". Ele dizia: "Eu não e ninguém sabe". "Não sei, e ninguém sabe." Porque não há uma...

Mesmo essas contradições que foram levantadas aqui, acho que o Embaixador Rubens Barbosa levantou, de haver um general da linha dura que é antissoviético, ao lado do discurso, isso é próprio dele. Não é parte de nenhuma estratégia; é parte dele e dum temperamento que – eu não sei se eu posso dizer isso aqui, mas, enfim – não é muito sensato. É uma coisa dele; não existe nenhum aparato intelectual, acadêmico, estratégico, político atrás disso tudo, o que é apavorante.

Então – dentro dessa série de coisas em que ele dizia que não sabia –, eu disse: como é que vai ser a po-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lítica econômica? O senhor acha que os juros... "Não sei." "Não sei." Eu fiz uma pergunta. E disse, vou fazer uma pergunta aqui, bem a proposta do Brasil atual: existe uma possibilidade de *impeachment*? Imediatamente ele respondeu: "Sim, sim, muito grande, existe uma possibilidade de *impeachment*." Também me impressionou, porque isso foi solto no meio de vários "*I don't know*", e esse foi um sim muito rápido e muito afirmativo.

Mas, dentro desse contexto de políticas, eu assisti a um programa do William Waack, com a sua presença, se não me engano, e a do Prof. Salvador Raza, que, em determinado momento, explicava, dizia que há toda uma mudança no equilíbrio geopolítico mundial muito profunda ocorrendo, que nem o Trump está entendendo nem percebe. E o William Waack perguntou para ele e para o senhor se nós estávamos acompanhando e estávamos preparados para seguir essas mudanças. E ele disse: "Não, nós não estamos com gente preparada para acompanhar essas mudanças e entender esses movimentos."

Então, são essas duas questões que eu queria colocar para os dois, para o Embaixador Rubens Barbosa e para o Prof. Gunther.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, lamentavelmente, Presidente, eu não pude assistir à exposição, eu estava na MP que estava sendo apresentado, seguindo a orientação da Liderança do Governo, presente para votar sobre a EBC, foi aprovada. Então, eu não pude assistir. Por isso, não quero fazer perguntas, mas vou acompanhar as respostas, porque tudo o que vier, evidentemente, do Embaixador Rubens Barbosa e do Prof. Gunther será de muito valia para o nosso trabalho aqui na Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Embaixador Rubens Barbosa, por favor.

O SR. RUBENS BARBOSA – Eu vou começar talvez com a pergunta do Senador Tasso; depois, eu responderei à sua provocação.

Essa eleição nos Estados Unidos foi *sui generis*. O país já estava dividido e foi mais dividido ainda na eleição. Esse pessoal da Kennedy School e todos os intelectuais de Nova York, de Boston são todos democratas. O Trump, primeiro, por ser um empresário, por não ser um acadêmico nem um político profissional, tem os métodos de trabalho dele lá. Durante a campanha, ele teve assessoria. Há vários generais, como esse general, que contribuíram com ele para definição de papéis estratégicos. O problema é que, sendo um *outsider*, não sendo um político profissional – só houve três ou quatro casos na história política americana de alguém que foi eleito Presidente sem nunca ter passado pelo governo –, ele não tem a menor ideia de como funciona o governo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – No Congresso, nada...

O SR. RUBENS BARBOSA – Nada. Não passou em lugar nenhum. Nunca foi funcionário público, em lugares de chefia. Nada.

O que ele está fazendo é tudo não ortodoxo. Até a sede do governo de transição é a Trump Tower. Tiveram que mudar o trânsito em Nova York, colocar segurança. Ele vai jantar no restaurante do hotel dele. É tudo diferente.

Realmente, esse pessoal liberal americano não foi consultado mesmo. Quando eu estava em Washington e houve a mudança do governo do Clinton para o Bush, eu participei de reuniões no *Council on Foreign Affairs*, e preparamos um livrinho para entregar para os candidatos. É verdade isso que ele falou, se faz isso como contribuição para campanha. Agora, não. O problema é que ninguém estava jogando na vitória dele. Estava todo mundo – víamos na televisão os jornalistas, as pesquisas de opinião pública – torcendo contra ele. Ele ganhou, como eu disse no começo, contra tudo e contra todos, inclusive o Partido Republicano.

Aí eu quero fazer um comentário do que o Gunther disse. Eu não acho que vá haver uma cisão entre o Partido Republicano e ele. Primeiro, os senhores sabem melhor que eu que, quando o Presidente ganha, o governador ganha, o número de adesão é muito grande, todo mundo está aderindo. Esse Mitt Romney, que está sendo cotado para ser ministro, falou o diabo dele – fraude foi a coisa mais leve que ele falou do Trump.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Já está todo mundo aderindo. Várias pessoas que criticaram muito já estão aderindo. Até o Paul Ryan, que é o Presidente lá da... Ele disse que faz restrições e tal, mas já aderiu.

E este é o ponto principal. O Chefe da Casa Civil dele – os senhores sabem o papel que o Chefe da Casa Civil tem – é o Presidente do Partido Republicano. Eu, pessoalmente, não acho que há risco de *impeachment*, como foi falado, ele mencionou também. Por quê? Porque o Partido Republicano já aderiu. E, como eu disse, o *establishment* americano é muito forte. Ele pode até se transformar em uma Rainha da Inglaterra lá e ficar... Porque vai haver muita gafe. Vemos muita gafe por aí. Aqui mesmo no Brasil, Presidentes, ministros... Ele vai fazer muitas gafes, mas, na minha visão, ele não vai fazer loucura nenhuma, porque não vão deixar.

Agora, o Partido Republicano, como eu disse também, tem uma plataforma de política econômica, de política externa, de política social, querem acabar com o Obamacare.... Eles têm posição. Não é ele. Ele pegou muita coisa daquilo. Ele não era filiado; agora ele se filiou para concorrer. Ele não tem, o que interpretei você dizer, o espírito republicano; ele não é um *rank and file*, ele não é membro do Partido, não é militante mesmo do Partido.

Ele agora, na minha visão, ao nomear o chefe da Casa Civil, para não criar problema com o Partido Republicano, colocou um sujeito do *establishment*, um cara que conhece a máquina do Partido, e ele vai fazer a jogada com o estilo dele. Ele não vai deixar de ser o que ele é. O estilo é esse que estamos vendo, com os excessos, mas ele, do ponto de vista do interesse nacional americano, acho que nada vai ser feito fora de foco.

Então, eu não acho que ele não tenha uma estratégia no grupo dele. O grupo dele tem uma estratégia. Por ainda não estar sentado lá na cadeira, ele não está explicitando, mas, claro, ele se cercou da parte da Segurança Nacional, de Defesa, de Economia. Esse sujeito que foi nomeado agora secretário da Fazenda foi o cara que controlou as finanças da campanha. Ele é de Wall Street, é um investidor. Com algumas restrições, ele é um cara que conhece o mercado, conhece o mecanismo todo. Agora, ele vai seguir a política do Partido que o Trump está explicitando, que é abaixar os impostos, fazer o investimento keynesiano de infraestrutura.

Então, eu acho que a plataforma do Partido Republicano vai ser aplicada lá. Não estamos acostumados com essa mudança, porque, nos últimos oito anos, depois o Clinton, estamos acostumados com essa política mais liberal. E o que ganhou, nos Estados Unidos, o *Deep South* ou América profunda que ganhou. E América Profunda não é Nova York nem Miami. Quando pensamos em Estados Unidos, pensamos na riqueza, pensa no Warren Buffett, pensa no Steve Jobs, pensa em Nova York, pensa em Miami, pensa na Flórida, pensa na Disneylândia, isso aí não é Estados Unidos. O pessoal do *Rust Belt*, o pessoal dos Estados agrícolas é um pessoal de classe média, classe média baixa, com valores muito conservadores. São segregacionistas até hoje, eles nunca engoliram o Obama como Presidente por questão racial. É isso que é Estados Unidos. Esse pessoal ganhou a eleição. Então, em alguma maneira, esse pessoal tem que ser atendido, e eu acho que vai ser moderadamente, na minha visão, moderadamente.

Então, eu acho que o Trump, pessoalmente, não deve ter, na cabeça, uma estratégia montada, não é um Obama. O Obama era um sujeito de Harvard. Ele, não; ele nunca lidou com esses problemas. Ele era um estrategista comercial, empresarial.

A partir do momento em que sentar lá, em que tiver o chefe da Casa Civil na sala ao lado, em que tiver o Secretário da Defesa do outro lado, o *National Security Advisor*, o Ministro do Exterior. etc., esses pesos e contrapesos vão funcionar. Mas, agora, dentro de outra agenda. A gente não pode esquecer isso, porque estamos acostumados com essa agenda do Obama, que levou – entre aspas – o "liberalismo americano" no limite. Isso vai acabar. Vão mudar.

As grandes conquistas que Obama fez, sobretudo nessa área de previdência social, isso eles vão mudar. Ele colocou um sujeito lá, de Secretário da Saúde, que é contra o programa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Ele disse que era contra o programa?

O SR. RUBENS BARBOSA – É. Ele falou que era contra, que iria acabar. Depois, ele falou com o Obama.

Agora, outra coisa que me deixa mais tranquilo também, em relação aos excessos que ele está prometendo fazer. Primeiro, quando, no dia seguinte da eleição, ele foi recebido pelo Obama, isso por deformação profissional a gente fica, como diplomata, fica olhando os detalhes e interpretando. Acabada a reunião, os dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

deram uma entrevista. Quando o Obama falou, se tivesse havido um choque entre eles, se não tivesse havido um mínimo de entendimento, o Obama teria saído e dito: "Tivemos um encontro, eu escutei as posições do Presidente eleito, nós temos divergências". Ou atenuaria, usaria uma palavra menos forte e registraria que não tinha havido interesse. Ele teria feito isso.

O que ele falou? Quando o Trump saiu da entrevista, saiu do encontro e o Obama se referiu ao encontro, ele falou: Olha, eu estou *encouraged;* eu estou encorajado pelo que ouvi do Presidente eleito, Trump. Agora, as últimas notícias são de que ele tem falado frequentemente com o Obama. Algumas nomeações ele checou com o Obama. E dizem... Pelo que eu li nos *sites* americanos, teve uma nomeação, dessas que ele já fez, que foi endossada pelo Obama. Se ele fosse romper com tudo, ele não estaria se consultando com o Obama.

Então, acho que devemos ter... É imprevisível, a gente não sabe. Os indícios... O que eu estou querendo dizer é que os indícios, na minha visão, não são tão negativos quanto a imprensa americana engajada liberal, do *The New York Times*, *Washington Post*, *The Economist*, enfim, e os acadêmicos todos da Kennedy School, esse pessoal é engajado contra. Estão pedindo a recontagem de votos, em três lugares.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sim, mas esse pessoal deu assessoria também ao Governo Bush; ao Bush pai e ao Bush filho.

O SR. RUBENS BARBOSA – Pois é. Mas esse pessoal não apoiou... Nenhum deles apoiou o Trump. Como eu falei, o Trump é de fora; é *outsider.* Ele é de fora do sistema.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas o que eu estou dizendo é que mesmo os republicanos chamaram, na hora de assumir, essa academia para...

O SR. RUBENS BARBOSA – É verdade. Eu participei disso. A gente fez esse trabalho para dar para o Bush. Entendeu? Na verdade.

Agora, na minha visão, conhecendo um pouco como funciona lá, ele está vendo essa grande reação porque não está seguindo os canais normais. Você viu, eu falei aqui, no começo, do Secretário; o Ministro do Exterior não foi escolhido ainda, e ele já nomeou o Embaixador na China, nomeou.... Tem duas ou três nomeações que ele já fez no Departamento de Estado sem o Ministro do Exterior!

Então, quando o Ministro do Exterior, ele vai ter que se ajustar. E quem ele está escolhendo para Ministro do Exterior? Um dos candidatos é o Mitt Romney, que a coisa menos dura que falou dele foi que ele era uma fraude na campanha eleitoral, ou seja, falou o diabo dele durante a campanha eleitoral. E ele está sendo cogitado para ser Ministro do Exterior. O outro é o Giuliani, que era Prefeito de Nova York.

Então, eu acho que a gente tem que tomar com um pouco de calma essas análises que são feitas pelo pessoal democrata. O pessoal republicano, até agora, está aderindo a ele. Quem está criticando são os democratas.

Em relação, Senador, à sua provocação sobre o NAFTA e sobre o TPP, eu concordo com o senhor: eu acho que o Brasil mudou, e o senhor foi responsável por essa mudança neste ano, no começo deste ano, o começo da mudança da política, de uma abertura maior, de negociar. Eu acho que, dependendo da evolução do governo Trump... E ontem, nessa reunião dos Estados Unidos, eu, como Presente Emérito do Cebeu (Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos), estive lá, e sentou do meu lado o sujeito da Câmara Americana de Comércio que veio, e eu perguntei para ele exatamente como é que os empresários lá viam o TPP. E ele falou que muitas empresas não estão de acordo com o TPP porque o Obama negociou esse TPP, primeiro, de maneira muito reservada, ninguém sabia nada do que estava acontecendo; segundo, está beneficiando o meio ambiente, empresas ligadas ao meio ambiente ou que não tenham problemas de meio ambiente e empresas de emprego. Então, há empresas que querem modificar isso. Eu falei: "Então, vocês vão tentar modificar?" Ele disse: "Nós vamos tentar modificar, e você vai levar um ano e meio para esse negócio."

Então, dentro da sua linha, eu acho que, no caso do Brasil, a gente tem aí um ano e meio para examinar. Eu acho que, no caso do NAFTA, vai sobrar pouco para a gente, porque eles vão apertar mais, lá com o México, na parte industrial, e aí talvez imposto, não sei como é que eles vão fazer, e vão tentar levar de volta empresas para lá.

Agora, no TPP, eu acho que a gente tem uma grande oportunidade para analisar objetivamente o nosso interesse, porque, como o senhor sabe, aqui no Brasil é muito difícil a gente definir os interesses que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tem. Quer dizer, o que o Brasil quer em relação aos Estados Unidos, o que o Brasil quer em relação à União Europeia, o que o Brasil quer em relação à China? A gente não sabe o que a gente quer. Eu acho que a gente tem um ano e meio, e isso vai coincidir com o fim do Governo atual. A gente devia pensar, porque a gente tem um ano e meio aí de janela com o TPP até ele ser aprovado, em preparar um estudo profundo, empresarial – e, se o Governo, quiser, governamental, mas empresarial com certeza –, para ver o que é exatamente o TPP, quais são as regras, como é que as regras se adequam ou se estão compatíveis com o regime jurídico brasileiro, quais são as regras que a gente não pode aceitar. Porque o senhor sabe que o TPP foi negociado, os Estados Unidos vieram com um modelo, mas a negociação foi bilateral com cada país, e houve flexibilidade, não foi um "assina embaixo", não é um *take it or leave it*. Foi negociado. Então, eu acho que há possibilidade de a gente examinar.

Eu vou mais longe – é isso aí eu falo para o pessoal: eu acho que, ao contrário do que a CNI propõe, politicamente é muito difícil a gente analisar a possibilidade de um acordo de comércio com os Estados Unidos. Primeiro, porque eles não querem; segundo, porque aqui dentro vai haver uma oposição brutal a um acordo de livre comércio com os Estados Unidos. Eu acho que está excluída essa possibilidade. Se fosse possível, não precisava nem negociar no Mercosul, porque todos do Mercosul querem fazê-lo; quem não quer é o Brasil. Primeira coisa.

Segunda coisa: se a gente examinar direito o que está nesse acordo, a gente pode inclusive propor ao pessoal da Aliança do Pacífico – que são os três que estão lá mais o Peru e mais a Colômbia –, um aprofundamento dos acordos comerciais que existem agora – esses ACEs da Aladi – na base do TPP. Porque nós estamos na defensiva. Eles dizem: "Não; nós queremos fazer com o Brasil, o Brasil não quer, o Mercosul não quer..." Vamos ter uma decisão e vamos tomar a iniciativa de propor a eles como um primeiro passo, na minha visão – para o outro governo, a partir de 2018, porque não dá tempo para fazer isso antes – a partir de 2018, para a gente examinar a possibilidade de se juntar ao TPP. Porque, se você se junta ao TPP, você negocia o acordo com os Estados Unidos, negocia o acordo com o Japão, negocia o acordo com a Aliança do Pacífico e com sete ou oito países da Ásia.

Então, se queremos sair da retranca em que estamos, sair do isolamento, quanto a esse acordo vai ser muito difícil internamente a oposição ficar contra. Por que se vai ficar contra? São países daqui da região, três aderiram. A gente negocia as cláusulas, a gente faz um regime especial de transição para os produtos na parte das tarifas. Eu acho que a gente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Só me permita, nessa linha.

Eu acho que com os países da Aliança do Pacífico já há também uma agenda de desgravação. Por exemplo, o Chile já está desgravado totalmente com o Brasil.

O SR. RUBENS BARBOSA – Noventa e cinco, noventa e seis...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Do Chile, quase tudo está desgravado. Agora, quanto a Peru e Colômbia, podemos acelerar aquele processo de desgravação – não é? – a curto prazo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – E já há acordo de serviços, já há acordo automotivo.

O SR. RUBENS BARBOSA – Justamente, falei no começo que esse acordo de TPP é última geração, porque não é a tarifa que é importante, são as regras. E para nós, em termos de economia, esse acordo com essas regras novas ajuda inclusive a empresa aqui, porque você vai ter que, de alguma maneira, de maneira controlada, abrir. Do jeito que está, você não faz acordo com ninguém.

E a última coisa, para encerrar aqui. Um outro preconceito que temos no Brasil com relação a esses acordos comerciais. Isso é uma coisa, eu repito muito isso em São Paulo, no âmbito da Fiesp. O setor privado é muito contrário a essa abertura, por razões de competitividade e por razões do desregramento da economia brasileira também – não é só isso, mas também.

Por exemplo, concretamente, se a gente concluir o acordo com a União Europeia – sou cético quanto à conclusão desse acordo até o final deste Governo; pode ser que depois, mas, até o final, não vai dar tempo de a gente acabar, e se acabar –, mas, enfim, admitindo que a gente acabe o acordo até 2018: acabou, tem um ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

e meio de negociação aí; você tem mais um ano para a ratificação, dois anos; tem que traduzir o acordo – na União Europeia são 27 línguas –, isso leva mais ou menos um ano. Então, só aí, você tem três ou quatro anos.

Até agora – não foi negociado ainda – há três ou quatro cestas – eles chamam lá assim –, três ou quatro categorias de produtos. Você tem uma parte que é desregulada imediatamente, zero de tarifa para um número X de produtos. Depois, cinco anos, dez anos, quinze anos. Se a gente somar isso, para os produtos que afetam a indústria, os produtos que são sensíveis, você só vai abrir com quinze anos. Quinze anos mais cinco são vinte anos.... Eu digo lá para o pessoal "Olha, se o Brasil, o governo e os empresários, em vinte anos não conseguem arrumar a situação das empresas que são mais sensíveis, porque não tem competitividade etc... Se a gente não consegue em vinte anos, tem que fechar. O que você vai fazer? Vinte anos e essas indústrias não conseguem.... Não vai melhorar nunca!

Então, quando a gente fala em acordo de comércio, não é para entrar tudo em vigor. E a União Europeia – para o senhor ver como está a nossa situação – propôs no zero, no ano 1 de acordo, setenta e tantos por cento de abertura para tudo. Sabe quanto é no Mercosul? Sete, sete por cento. Então, é difícil a gente conversar sobre...

Então, eu acho, como o senhor, que temos uma janela de oportunidade aí. Acho que a gente tem que ser ousado, criativo, e o setor privado e o governo, no meio dessa crise toda que a gente está vivendo, tríplice crise... Reconheço que é difícil para o Governo pensar uma coisa dessa, mas acho que o setor privado... Eu conversei com a CNI ontem nessa linha, de a gente fazer alguma coisa aí para aprofundar o estudo e ter um diagnóstico para ver se vale a pena ou não vale a pena, se há obstáculo ou não, examinar, porque essa é uma janela de oportunidade, como o senhor disse, porque tiraria o Brasil desse isolamento em que a gente está.

Desculpe por ter ido além do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço o Embaixador Rubens Barbosa pelas judiciosas respostas aos Senadores que fizeram suas indagações.

Dando continuidade às respostas, passamos ao Prof. Gunther Rudzit para as suas ponderações.

O SR. GUNTHER RUDZIT – Obrigado, Senador.

Senador Armando Monteiro, economia não é muito a minha área. O que eu entendo do projeto TPP e pegando um gancho no que o Embaixador falou.... Por trás, há o grande interesse geoeconômico e político de isolar a China, mas há um interesse econômico gigantesco das empresas norte-americanas dentro dessa grande lógica de liberalização no comércio global, que se transformou nas grandes cadeias produtivas globais. E nós nos fechamos para isso. Fundamentalmente, nos últimos 15 anos, nós nos fechamos para isso; nós nos fechamos para o grande mercado brasileiro, grande mercado.... Atraímos? Sim, atraímos indústrias para cá, para o mercado brasileiro.

Então, no meu entender é uma mudança de paradigma. Nós vamos ter que aceitar entrar nessa grande lógica de produção global. Então, acerca de tudo isso que o Embaixador está falando, pergunto: será que estamos preparados para isso? E digo preparados não só economicamente, mas até como paradigma de como enxergar o Brasil inserido no mundo. É outra lógica econômica. Por isso, acho um pouco complicado até conseguirmos nos aproximar do México, que, para o bem e para o mal, abraçou essa lógica.

Enquanto há um acordo possível União Europeia-Brasil ou até União Europeia/Mercosul, estou com receio de que nada mais consiga andar para frente nisso devido às votações recentes. Domingo, na Itália, já foi mais um problema para a União Europeia conseguir resolver. Já vimos o Brexit, a própria Itália, a Angela Merkel tendo que mudar de postura, ou seja, está havendo um conservadorismo do ponto de vista econômico que o fato de propor novas aberturas não sei até onde o sistema político europeu vai conseguir aceitar isso.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu gostaria de fazer uma ressalva: os países de economia industrial na Europa têm um interesse muito grande no acordo como Mercosul. Os interesses defensivos lá se localizam nos países onde o setor agrícola tem maior peso.

O SR. GUNTHER RUDZIT – França principalmente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – França e alguns outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. GUNTHER RUDZIT – Sim.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Mas acho que Itália, Alemanha, Espanha etc revelam, pelo menos até agora, um grande interesse.

O SR. GUNTHER RUDZIT – Vamos ver o quanto resiste essa onda do populismo, do desemprego crescente. Como via ser, no ano que vem, a eleição na França? Acho que é um fator fundamental. Não acredito que Marine Le Pen consiga chegar lá, mas acho que a extrema direita vai ganhar força, sim.

O socialismo acabou na França. No meu entender, o Hollande conseguiu enterrar o socialismo na França por um bom tempo. O próprio candidato da direita francesa, que vai provavelmente ganhar, vai ter que dar uma guinada um pouco mais populista à direita, principalmente em termos econômicos de emprego. Foi bastante parecido com Trump. Então, é esse quadro geral que estamos vendo.

Aí vêm as indagações do Senador Tasso Jereissati.

Realmente, a tradição deles, a tradição norte-americana de uma participação universitária na elaboração de propostas e até de participação governamental, é muito grande. Lembro aqui W. Bush, que, em termos de visão de política global, era muito reduzido; talvez um pouquinho maior do que Donald Trump, mas muito reduzido. E fez o quê? Chamou a profess*ora* Condoleezza Rice para ser sua assessora, já antes da campanha, e ela virou sua *national security advisor*. É um cargo importantíssimo o de *national security advisor,* é o equilíbrio entre a posição militar, Departamento de Defesa, e o Departamento de Estado; tem a orelha do Presidente o tempo todo, fica na Casa Branca. Então, a Condoleezza Rice ir para lá é um exemplo máximo desse processo de aproximação da instituição executiva e o legislativo. Representa profundas ligações. Lembro-me de professores meus em Georgetown, que iam nesse processo perante o Congresso constantemente. Então, é muito profundo isso.

Hoje, olho a montagem do governo Trump e vejo muito mais... Espera aí: para o Departamento de Defesa, um militar; para o *National Security Advisor*, um militar; para a *Homeland Security*, um militar.... Eu não sei; eu realmente não estou vendo esse equilíbrio, que é uma tradição mesmo da política norte-americana, por tudo que ele é. Ele é um *outsider*; ele não foi eleito para nada!

Então, por isso que as universidades se ressentem disso. Afora que, do ponto de vista norte-americano, com certeza, são liberais, são democratas, até a última raiz do cabelo, mas está havendo um estranhamento nesse processo, porque não estão sendo ouvidos, o processo não está sendo o tradicional.

Com relação às grandes mudanças, no meu entender, na parte em que eu falei desse mundo G-0, em grande parte se deve a quê? Do ponto de vista militar, os americanos sempre tiveram uma hegemonia no mundo. Quer dizer, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, eles conseguiram e mantiveram esse *status,* sempre com avanço tecnológico um ou dois passos à frente dos outros. A União Soviética só conseguiu equilibrar esse jogo do ponto de vista nuclear, e o que os americanos não gostam de dizer até hoje é que o único país que consegue infringir danos irreparáveis aos Estados Unidos se chama Rússia, em referência expressa ao arsenal nuclear que está lá.

Só que isso veio sendo erodido aos poucos. A tecnologia veio se difundindo, principalmente as tecnologias defensivas, o que fez com que o avanço militar americano tenha diminuído. O *gap* diminuiu, e eles entenderam isso. Eles vão segurar o quanto puderem para conseguir ter esse avanço tecnológico, para dar esse passo à frente de novo – e eles não estão parados nisso – que vai trazer, por exemplo, a inteligência artificial para o cerne do confronto militar, trazer a robótica para o cerne do confronto. Você tem toda uma forma nova de fazer a guerra, que alguns chamam de guerra de quarta ou quinta geração. Ou seja, eles estão olhando para o futuro; eles estão olhando para a frente; eles sabem que a vantagem deles diminuiu.

Do nosso lado, nós estamos parados nisso. E por que nós estamos parados nisso? Para começar, até no próprio Ministério da Defesa. Não existe a carreira civil, a tão propalada carreira civil. Há quase uma década já se fala da criação da carreira civil no Ministério da Defesa. Não tem.

Eu fui assessor do Ministro Geraldo Quintão. Logo depois que eu terminei o meu mestrado, o assessor especial do Ministro Quintão, o hoje Embaixador José Luiz Machado e Costa, convidou-me para ajudá-lo numa possível revisão da política de defesa, que acabou não saindo por "n" motivos. E, quando eu voltei ao Ministério da Defesa, eu comecei a olhar e falei: "Ah, mas eu conheço ele. Era militar, mas está agora de terno".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, houve uma militarização do Ministério da Defesa. E qual é o problema disso? Há a predominância de uma visão, uma visão militar e muito tradicional, até para o âmbito militar global, em que nós não estamos preparados para o que está vindo, para essas transformações.

Há um intercâmbio com as universidades? Há, mas muito *pro forma*. O intercâmbio com as universidades é muito mais no âmbito da Engenharia, daquelas áreas mais mecânicas, que poderiam trabalhar junto para a Base Industrial de Defesa, mas na área de formulação estratégica? Não. Por isso que eu falo: sim, estamos parados. Arriscaria dizer: estamos na metade do século XX em termos estratégicos, intelectualmente falando, enquanto o mundo está olhando para meados do século XXI. Os americanos...

A China está trabalhando com o cenário de conseguir segurar um possível ataque americano para 2025. É nisso que ela vem trabalhando desde 1995, 1996, quando houve a terceira crise do estreito de Taiwan, em que os chineses não conseguiram localizar dois grupos de batalha baseados em porta-aviões. Se os americanos quisessem atacar a China o teriam feito e os chineses não conseguiriam ver de onde veio. Aquilo foi uma lição para eles. Desde então, a China vem investindo nessa modernização tecnológica, mas também, principalmente, estratégica, pensante, em olhar para a frente.

Nós estamos parados no tempo e é isso que me incomoda desde então, porque não existe abertura. A nossa sorte é que estamos em um recantinho do mundo que, a esses grandes, não interessa – interessa economicamente; do ponto de vista estratégico, não.

Por isso aquilo que Salvador Raza disse: as mudanças estão ocorrendo, já se está pensando para meados do século XXI, e nós estamos ainda parados com mentalidade do século XX.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só complementando, Presidente, o Embaixador Rubens Barbosa tem a mesma visão?

O SR. RUBENS BARBOSA – Sobre o quê? Sobre a falta de estratégia?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sim, que nós estamos com a cabeça na metade do século XX enquanto o mundo desenvolvido está já com estratégia para...

O SR. RUBENS BARBOSA – Não só concordo como estou, agora, no instituto que criei lá em São Paulo, tentando discutir uma agenda do Brasil moderno. Na área comercial, já falei aqui: nós estamos parados na discussão de tarifa quando o mundo está discutindo regras. Na área de defesa, que estou acompanhando também muito de perto... Aliás, houve um fato novo agora, semana passada: pela primeira vez, a Defesa e o Itamaraty se reuniram. Estou há anos reclamando que, no discurso diplomático, não consta referência à Defesa. Agora, pela primeira vez, o Raul e o Serra se reuniram, estão fazendo reuniões para coordenar essa parte. É um passo novo, importante.

Você estava falando do século passado. O Brasil não tem a cultura da defesa, que é outro problema, porque a última guerra que tivemos foi a Guerra do Paraguai, há uns 150 anos. Não temos cultura de defesa. Não temos uma *constituency* aqui, não temos um *lobby* interno, como tem a agricultura, a indústria, a Febraban. Todo mundo tem um *lobby* aqui, e a defesa não tem *lobby*. Houve ainda um problema autoritário e uma série de coisas, e a Defesa ficou para trás. Hoje, eu queria dizer isso, você não tem – já não tinha há cento e tantos anos.

Hoje, você tem um novo tipo de ameaça. A ameaça para o Brasil hoje é a fronteira, é o crime transnacional. Estamos vendo, lá na Venezuela, os refugiados, o contrabando de armas, o contrabando de drogas. É a fronteira marítima, com as plataformas. Mudou o conceito. Para o Brasil, como não temos inimigos, não temos nenhuma ameaça tradicional, as ameaças são novas. E o que estamos fazendo?

Lembro-me de que, quando houve o problema do monitoramento do NSA, com a Dilma e com a Petrobras, o então Ministro Celso Amorim disse que o centro do Exército que cuida da defesa cibernética tinha R$100 milhões. Eu fui verificar, não tinha. Tinha só R$80 milhões. Nessa época – agora eu não sei quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tempo, dois, três anos atrás –, a NSA, que é uma agência, há várias agências nos Estados Unidos, tinha US$16 bilhões. Quer dizer, o setor de defesa talvez seja o mais gritante no que diz respeito ao nosso atraso. Se você for conversar com as Forças, vai ver que Marinha, Exército e Aeronáutica estão com navios, aviões e tanques parados porque não há combustível, não estão atualizados, não estão modernizados.

Na área comercial, ficamos esses anos todos fora do centro de discussão. Como você falou em relação a cadeias produtivas globais, estudos da OCDE mostram que entramos com 15% dos produtos agrícolas, que são insumos para outras coisas.

Na área industrial, é muito pouco. Nós temos a Embraer e, se você quiser, a indústria automotiva aqui, mas não participamos das cadeias globais. Quer dizer, o mundo mudou e o Brasil não acompanhou, seja em que área for. Não há tempo aqui para falar sobre isso fazer, mas isso ocorre em qualquer área. Por isso que eu digo que temos que fazer uma agenda do Brasil moderno, do Brasil que tem que ser passado a limpo, porque, do jeito que está... E eu acho que essas reformas que o Congresso está examinando são o começo de uma mudança de mentalidade, que nós temos que enfrentar.

Vou citar um exemplo que eu acompanhando de perto, na área industrial e de comércio exterior. Por tudo isso que conversamos aqui e por outras coisas que estão por baixo, e em que poderíamos nos estender, temos que melhorar a competitividade do Brasil. Se não melhorarmos a competitividade, continuaremos exportando com cada vez menos vantagem produtos agrícolas. Produto industrial só com os Estados Unidos, para não falar dos outros. De acordo com a estatística de novembro agora, que o MDIC anunciou há uma semana, o comércio com os Estados Unidos, a exportação do Brasil para os Estados Unidos caiu 25%. A importação dos Estados Unidos caiu 10%. E na nossa composição global você vai ver que todos os setores, primários e manufaturados, estão caindo.

Se você tem câmbio, ainda ajuda um pouco. Agora, a volatilidade do câmbio é um problema para as empresas. Vocês sabem disso. Quer dizer, você tem o câmbio que vai de R$3,10, R$3,12 a R$3,50. E sobe e desce. Chegou a mais de R$3,40, agora caiu. Alguns setores, quando o câmbio depreciou, passaram a exportar celulose, etc. Agora, caindo o câmbio de novo, como caiu há pouco, a R$3,10, R$3,15, param de exportar. Então, o câmbio não resolve isso. Tem de se fazer a redução do custo Brasil. O custo Brasil o que é? São essas reformas que o Congresso vai examinar.

Tenho uma visão muito radical nisso. Por isso, estou ajudando nessa questão da Agenda para um Brasil Moderno. Se a gente não aprovar essas reformas, o Brasil vai para o caminho do Rio de Janeiro, que é a anteporta da Grécia, com a Previdência Social, com tudo isso que a gente está vivendo.

Essas reformas são importantes não só para modernizar o País, mas também para restabelecer gradualmente a competitividade da economia brasileira. São reformas que estão começando agora. O outro governo, a partir de 2018, vai ter de aprofundar essas reformas. E são reformas complexas. Há a reforma da Previdência, a reforma trabalhista. Como é que, no Brasil, as empresas podem ter um exército de advogados para tratarem da questão trabalhista? Sabem que, no Brasil – o Ministro deve saber disto mais do que eu –, há 2,25 milhões de causas trabalhistas, quando, no Japão, há 60 mil e, nos Estados Unidos, há 60 ou não sei quanto. Como é que pode isso? Nem estou falando da questão de justiça social, de direitos. Isso não se discute. Mas, em termos de racionalidade econômica, como é que se justifica haver 2,25 milhões de causas trabalhistas? Isso paralisa a empresa, é um custo. E não é só isso, há outras reformas que precisam ser feitas para atualizar, para modernizar o Brasil.

Então, concordo com ele. Estamos parados no tempo, por uma série de razões, em áreas cruciais.

Até falei, outro dia, na Fiesp – esta é outra ideia para os senhores: por que nós estamos nessa situação na política econômica, com dificuldade de focarmos o crescimento e o emprego?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS BARBOSA – Nós estamos discutindo a política econômica, o ajuste fiscal, o equilíbrio da economia, mas estamos discutindo pouco a questão do crescimento e do emprego. Na minha visão, há muitos anos, desde a sua criação e agora, sobretudo, por causa da influência dos economistas que ocupam esses lugares, o Banco Central está focado em dois itens: política monetária e inflação. É isto que o Banco Central faz: cuida da moeda, cuida da inflação. Nos Estados Unidos e em outros países, os bancos centrais, além dessas duas funções, que são inerentes ao Banco Central, têm duas outras funções: crescimento e emprego. Então, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

FED, quando aumenta os juros ou quando os diminui, está pensando não só na parte monetária, nos índices, mas também no crescimento, em melhorar o emprego. Pode-se ver que o dado mais badalado nos Estados Unidos é o emprego. Eles não falam de inflação, não falam de taxas; eles falam de emprego. Todo mês, está lá a taxa de emprego, que é o que baliza o comportamento do FED nos Estados Unidos.

Então, acho que temos um caminho grande a percorrer. Estamos começando uma mudança, que tem de ser aprofundada a partir de 2018, com o novo governo, que, na minha visão, tem de ter uma política moderna, uma política que coloque o Brasil no mesmo nível.

Se você pegar essas tabelas todas do Banco Mundial, de *The World Economic Forum*, o Brasil está caindo, está lá embaixo: entre 150, o Brasil é o 148º, em todos os índices, educação, saúde, defesa, comércio exterior, abertura, em tudo. Realmente é um programa importante, que a gente vai ter que enfrentar seriamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O senhor quer fazer um comentário, Dr. Gunther? Eu só peço que seja rápido de fato, porque temos ainda um relatório para ser apreciado.

O SR. GUNTHER RUDZIT – Muito rapidamente mesmo.

Senador Jereissati, o exemplo maior desse atraso de visão mesmo da realidade é o que se refere, por exemplo, à política de defesa nacional ou à Política Nacional de Defesa – mudaram agora o nome. O Ministério da Defesa tenta fazer essa política se passar por uma *national security policy*, uma política de segurança nacional. Até entendo por que nós tiramos da nossa Constituição de 1988 o capítulo de segurança nacional, até entendo, por causa da ditadura. Só que, na cabeça deles, tenta-se colocar uma visão militarizada do que deveria ser a segurança nacional brasileira, só que é uma visão militarizada do século XX, não do século XXI, onde esses problemas "novos", entre aspas, não estão presentes.

Esse é o exemplo que eu queria dar aqui, e essa discussão passa por esta Casa. Por isso eu queria deixar aqui registrado: uma política nacional de defesa feita a praticamente quatro paredes dentro do Ministério da Defesa, praticamente só entre militares, com uma visão parada no tempo e distorcida – na minha opinião, que, desde o meu mestrado, venho acompanhando isso. Realmente precisamos modernizar.

Obrigado. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Professor.

Concluído, portanto, o propósito dessa etapa da reunião da Comissão, eu agradeço sobremaneira a presença dos nossos convidados, Embaixador Rubens Barbosa e Prof. Gunther Rudzit, e agradeço a colaboração. Cumprimento ambos em nome do nosso Presidente, Senador Aloysio. (*Pausa.*)

Dando continuidade à reunião, nós passamos à 3ª Parte da reunião.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 4, de 2016

Requer, com amparo no art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam avaliadas por esta Comissão as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de política externa, notadamente no que se refere à conquista de novos mercados, à assistência e proteção de brasileiros no exterior, e à estrutura organizacional e administrativa do Ministério no exterior.

Autoria: Senador Tasso Jereissati.

Desse modo, passo a palavra ao Relator do tema, o eminente Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sr. Presidente, eu queria, primeiramente, dizer que é uma pena que eu não possa ler o relatório, que é um trabalho primoroso feito pela assessoria, comandada pelo Humberto Laudares, que é o nosso assessor, pela Maria Claudia Drummond, que é da Consultoria do Senado Federal, pela Susane Guida de Souza, também Consultora do Senado Federal, e pelo Ronan Soares, da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência do Senado Federal. Assim, eu queria aqui deixar registrados os nossos agradecimentos pelo primoroso trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu gostaria de passar às mãos de V. Exª e gostaria muito que nós fôssemos, dada a profundidade do trabalho, levá-lo em mãos ao Ministro José Serra, para que ele estudasse esse trabalho para que nós pudéssemos.... Inclusive, registro aqui esse requerimento para que seja encaminhado em mãos ao Ministro José Serra e para que o Ministério dê uma resposta e faça uma análise posterior desse trabalho

Praticamente, devido à extensão e a estarmos sendo convocados para irmos imediatamente ao plenário, mesmo o resumo que foi preparado ficou muito longo. Lerei as recomendações finais, que são três páginas aqui.

Recomendamos, em função de todo diagnóstico, todo levantamento que foi feito:

1. Reforma da carreira dos diplomatas, oficiais e assistentes de chancelaria.

2. Treinamento.

A necessidade de treinamento mais aprofundado dos servidores das carreiras do Serviço Exterior Brasileiro em idiomas oferecidos como disciplinas opcionais pelo Instituto Rio Branco aos alunos do Curso de Formação de Diplomatas, como árabe, russo e chinês. Aí, há uma série de recomendações, inclusive de mudança na grade curricular do Instituto Rio Branco e recomendações ao próprio Instituto Rio Branco.

3. Integralização de cotas em organismos e organizações internacionais e Ministério das Relações Exteriores.

Recomendamos que o Ministério das Relações Exteriores zele pela observância do disposto no Decreto nº 8.666, de 2016, com o fim de acompanhar, de forma efetiva, as questões orçamentárias que possam impactar na política externa brasileira.

4. Criação de marco legal de cooperação.

Recomendamos, que sejam envidados esforços, notadamente no que diz respeito à apreciação da minuta de anteprojeto de lei com a finalidade de estabelecer a Política de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, no sentido de se propor a criação desse amparo legal específico para a cooperação técnica a ser prestada pelo Estado brasileiro.

5. Assistência consular.

Recomendamos, que o Ministério das Relações Exteriores avalie a possibilidade de adoção das seguintes práticas:

- Arranjos colaborativos com outros Estados.

- Disseminação entre os brasileiros de uma cultura de viagem responsável.

.- Desenvolvimento de atividades conjuntas entre as repartições consulares brasileiras com os serviços de migração do país em que elas se encontram.

Revisão periódica do Manual do Serviço Consular e Jurídico, a fim de que sejam desenvolvidas, replicadas e estimuladas práticas eficientes e desburocratizantes nas repartições diplomáticas e consulares.

Recomendamos que esta Comissão realize audiências públicas em periodicidade anual com a presença do representante dos conselhos de cidadãos.

6. Alocação da infraestrutura diplomática.

Recomendamos que o Ministério das Relações Exteriores reveja o número de embaixadas e de efetivo diplomático de modo a maximizar o uso dos recursos do Ministério para gerar o maior retorno diplomático possível.

7. Transparência.

Recomendamos que o Ministério das Relações Exteriores reveja sua política de transparência para que a sociedade brasileira tenha conhecimento sobre ações e resultados da política externa com maior senso de pertencimento em relação à política externa brasileira e ao trabalho do Ministério das Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Estou vendo aqui o tamanho do trabalho. Esse é um resumo final que, em função das circunstâncias de hoje, nós não podemos apresentar, mas, mais uma vez, eu queria agradecer a dedicação e o profundo trabalho que foi feito por esses servidores que eu aqui citei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Não há dúvida alguma de que o trabalho é de fôlego. A leitura tão somente das recomendações finais já demonstra a profundidade do tema, como foi tratado, e tenho certeza de que, sob a sua orientação, a equipe técnica de seu gabinete e a Consultoria do Senado realizaram um trabalho esmerado. Esse trabalho, me informa a Secretaria, já está disponível aos interessados para consulta na internet e, tão logo aprovado nesta Comissão, será encaminhado ao Ministério.

Naturalmente, louvo muito a iniciativa de V. Exª para que o façamos incorporados ao eminente Chanceler Senador José Serra.

Desse modo, feita a apresentação do relatório, coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral para as devidas providências.

Sendo esta a última reunião desta Comissão nesta Sessão Legislativa, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior e a desta reunião.

As Srªs Senadores e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, suspensa às 11 horas e 32 minutos e reaberta às 11 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 35ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Às dez horas e dez minutos do dia treze de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Lasier Martins, Ana Amélia, Edison Lobão, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, José Agripino, Fernando Bezerra Coelho, Armando Monteiro, José Pimentel, Telmário Mota, Humberto Costa, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e José Aníbal. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Antes da deliberação da Pauta dessa reunião, requeiro, nos termos do art. 281 do Regimento Interno, a dispensa de interstício para os Projetos de Decretos Legislativos nº 81, 82, 83, 84, 85 e 86, de 2016. Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado. Passa-se à PAUTA – DELIBERATIVA: ITEM 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 85, de 2016, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Residência Permanente com o Objetivo de Alcançar a Livre Circulação de Pessoas, assinado em Brasília, em 9 de julho de 2013." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Armando Monteiro, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. ITEM 6) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 86, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto da Convenção Relativa à Citação, Intimação e Notificação no Estrangeiro de Documentos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial, assinada em Haia, em 15 de novembro de 1965." **É designado Relator** *ad hoc* o Senador Armando Monteiro, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Intercâmbio de Informações e Cooperação em Segurança Pública, assinado em Montevidéu, em 30 de maio de 2011." **É designado Relator** *ad hoc* o Senador Armando Monteiro, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 81, de 2016, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que "Aprova o texto do Acordo de Defesa da Concorrência do MERCOSUL, assinado em Foz de Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010." **É designado Relator** *ad hoc* o Senador Armando Monteiro, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. O Presidente registra a presença do Embaixador da Armênia, Ashot Galoyan. ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 84, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009." **É designado Relator** *ad hoc* o Senador Armando Monteiro, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 83, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, assinado em Lisboa, em 2 de novembro de 2007." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador José Agripino, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da presente reunião, que fica dada como lida e é aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e trinta e um minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Requeiro, nos termos do art. 281 do Regimento Interno, a dispensa de interstício para os Projetos de Decretos Legislativos nº 81, 82, 83, 84, 85 e 86, de 2016.

Proponho que possamos votar em globo as matérias. São textos de acordos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E temos um item...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Está aqui presente o Senador Armando Monteiro, Relator do item 5.

Proponho que votemos em globo o conjunto dos acordos, dos decretos legislativos.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem se oponha, está encerrada a discussão.

Em votação.

Antes de colocar em votação, vou conceder a palavra ao Senador Armando Monteiro, Relator do item 5.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 85, DE 2016
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Residência Permanente com o Objetivo de Alcançar a Livre Circulação de Pessoas, assinado em Brasília, em 9 de julho de 2013.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, o ato internacional bilateral entre Brasil e Uruguai, como alegado na exposição de motivos, foi negociado no âmbito do Subgrupo de Livre Circulação de Pessoas do Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai, instituído pelos Poderes Executivos dos dois países em 31 de julho de 2012, para coordenar a implementação dos projetos estratégicos para o aprofundamento da integração entre Brasil e Uruguai.

De acordo com o art. 103 do Regimento Interno compete a esta Comissão emitir parecer sobre as proposições.

Desde o início, com o Tratado de Assunção, os grandes objetivos do Mercosul abrangiam, além da integração econômica e comercial, a harmonização política, social e cultural.

Ademais da concatenação das tarifas de comércio, pretendia-se alcançar, no Bloco, a liberdade de fluxo de capitais e de pessoas, como é próprio de um mercado comum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Dessa forma, Sr. Presidente, com base no exposto, considerando a conveniência, a oportunidade, a adequação técnica, a constitucionalidade e a regimentalidade do tratado em tela, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 85.

É esse, Sr. Presidente, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Sr. Senador Armando Monteiro, temos ainda dois relatórios. Desse modo, se o senhor pudesse funcionar como Relator *ad hoc*, eu agradeceria.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Os Relatores ainda não chegaram.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vamos ao Item 6.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 86, DE 2016
- Não terminativo -

Aprova o texto da Convenção Relativa à Citação, Intimação e Notificação no Estrangeiro de Documentos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial, assinada em Haia, em 15 de novembro de 1965.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: não apresentado.

Eu tinha apenas 20 anos de idade quando essa convenção foi assinada. Hoje, eu tenho 71 anos. Vejam que coisa deprimente! Felizmente, aqui na nossa Comissão, essas coisas não demoram. Mas vejam isto: são 51 anos!

Com a palavra V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, sobre a matéria, cumpre informar que este tratado é composto por 31 artigos e um anexo, contendo o modelo de formulário e citação.

Este modo de cooperação jurídica internacional não obsta, diga-se, outras formas de efetivar citações, intimações ou notificações como as realizadas por via diplomática ou agentes judiciários, bem como aquelas baseadas em outro acordo internacional.

O art. 12 versa sobre o pagamento, reembolso ou desoneração de taxas ou custas.

Igualmente, cumpre enfatizar que a vigência do tratado será de cinco anos... (*Risos.*)

...renovada tacitamente a menos que tenha ocorrido a denúncia em prazo não inferior a seis meses do término de um quinquênio.

Após ser aprovado pelo Plenário da Câmara em 1º de dezembro de 2016, a matéria seguiu para esta Casa e foi encaminhada à nossa Comissão de Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Passando à análise, registro que, no mérito, trata-se de mais um acordo que vem desburocratizar e facilitar a ajuda mútua jurídica no plano internacional, dinamizando o processo na área cível e comercial quando a prestação jurisdicional necessita diligenciar no exterior.

Por essas razões, Sr. Presidente, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais e em se tratando de matéria constitucional, jurídica e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 86.

É esse o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Eu penso, Embaixador Souza-Gomes, que esse podia ser um estudo de caso para a nossa escola de diplomatas, o Instituto Rio Branco. Como é possível que isso ocorra? Por que não houve nenhuma provocação? É um acordo que já entrou em desuso. Por que isso fica parado assim, na Câmara dos Deputados, há tantos anos? São 50 anos, afinal de contas! São 50 anos! É inacreditável!

Muito bem, temos mais um.

Não havendo quem queira discutir, está aprovado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Agora é o do Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É o item 2.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, DE 2016
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Intercâmbio de Informações e Cooperação em Segurança Pública, assinado em Montevidéu, em 30 de maio de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: não apresentado.

É um acordo assinado há apenas cinco anos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Por favor!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, essa matéria foi, inicialmente, apreciada pela Câmara. Em 13 de maio de 2015, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional daquela Casa aprovou parecer favorável e apresentou o Projeto de Decreto Legislativo nº 86/2015. Ainda na Câmara, o projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No Senado Federal, a proposição registrada como projeto de decreto legislativo foi distribuída a esta Comissão. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Portanto, o acordo surge em vista dos êxitos alcançados pelo Brasil na área de segurança pública, especialmente por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o Pronasci, e do interesse uruguaio em reproduzi-lo no âmbito interno.

Com base no exposto, considerando ser conveniente e oportuno o compartilhamento de informações e a cooperação em segurança pública entre o Brasil e o Uruguai, voto pela aprovação do projeto em tela.

Era esse o parecer, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Nós estamos trabalhando, como todos podem ver, com projetos de decreto legislativo que são pacíficos, sobre os quais não há nenhum tipo de polêmica, de modo que, se não houver objeção, nós vamos dispensar o interstício para esses projetos sobre os quais estamos deliberando.

Senador Armando Monteiro, infatigável Relator *ad hoc*, há mais um parecer. Aprovado.

Já chega o Senador Agripino aqui.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 81, DE 2016
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Defesa da Concorrência do MERCOSUL, assinado em Foz de Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: não apresentado.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, o texto do acordo em tela estabelece, em seus 32 artigos, as normas que visam a regulamentar o regime de concorrência comercial no âmbito do Mercosul. Os objetivos do acordo, consignados em seu art. 1º, consistem em:

> (a) promover a cooperação e a coordenação entre os Estados-partes no tocante à aplicação das leis nacionais de concorrência no âmbito do Mercosul;
>
> (b) prover assistência mútua em qualquer matéria relativa à política de concorrência que considerem necessária;
>
> (c) assegurar a consideração cuidadosa pelos Estados-partes de seus relevantes interesses recíprocos, na aplicação das respectivas leis de concorrência; e
>
> (d) eliminar práticas anticompetitivas por meio da aplicação das respectivas leis de concorrência.

O Capítulo II estabelece e regulamenta o regime de consultas.

O Capítulo III institui o mecanismo de consultas recíprocas.

Além disso, prevê, nos termos do Capítulo IV, a possibilidade de procedimentos de ação coordenada.

Eu destacaria, ainda, o Capítulo VI, que contém o compromisso dos Estados-partes, por meio de suas autoridades de concorrência, de notificar os demais Estados acerca de uma ação de aplicação ou execução de regra concorrencial.

Eu destacaria também o Capítulo VIII, que estabelece as disposições finais, as quais instituem normas de natureza adjetiva e procedimentos referentes à interpretação e à aplicação do acordo.

Desse modo, passando à análise, o que se verifica é a busca por formas de equilíbrio nas relações jurí-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dicas e econômicas e constantes nos fóruns e organizações internacionais, inclusive envolvendo a repressão ao abuso do poder econômico e à defesa da concorrência, tratando-se essa de importante elemento para o desenvolvimento dos países da região. O instrumento internacional trazido à consideração deste Colegiado consolida a construção da regulação da defesa no âmbito do Mercosul.

Passando finalmente ao voto, Sr. Presidente, eu destacaria que, ante o exposto, tendo em vista a conveniência técnica e a adequação jurídica, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2016.

Era esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há mais um, Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Resta um, de que o Senador Tasso Jereissati é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu queria assinalar com muita honra a presença entre nós do Sr. Embaixador da Armênia, Ashot Galoyan. S. Exª hoje vai participar de uma reunião para a reativação do grupo de amizade Brasil-Armênia, Armênia-Brasil, que vai acontecer às 17 horas, na Câmara dos Deputados. Por isso, o Embaixador está aqui entre nós.

Com muita honra, nós o recebemos, Embaixador, lembrando que o Senado se manifestou de maneira muito forte, por amplíssima maioria, no voto de solidariedade ao povo da Armênia, em memória das vítimas de um drama, da tragédia humanitária que vitimou o povo armênio durante a Primeira Guerra Mundial, o genocídio armênio.

V. Exª está presente aqui e nos dá muito prazer.

Quem quiser se inscrever para fazer parte desse grupo será muito bem-vindo, uma vez que eu terei a honra de ser designado e eleito, se não me faltarem votos para isso, Presidente desse grupo parlamentar.

Senador Armando Monteiro, há mais um relatório, não é?

Trata-se de texto que aprova o Acordo entre o Brasil e a Bélgica sobre transferência de pessoas condenadas, que foi assinado em Bruxelas no dia 4 de outubro de 2009.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 84, DE 2016
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Tasso Jereissati.

Relatório: pela aprovação.

V. Exª tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Cuida-se de um acordo de cooperação na área de execução penal entre os dois países, que possuem intenso intercâmbio comercial, cultural e turístico.

O Tratado tem 19 (dezenove) artigos nos quais se estabelecem as condições para as transferências dos presos e para a execução de penas. No artigo 2º, está o princípio geral de que a solicitação da transferência pode ser expressa pela pessoa objeto da condenação ou da execução e pode ser formulada tanto pelo Estado de condenação quanto pelo Estado de execução.

As solicitações serão feitas pelos Ministérios da Justiça, e seus requisitos formais estão contidos no artigo 5º.

Digno de menção é o disposto no artigo 10, que garante ao Estado de condenação a retenção da jurisdição exclusiva com relação à natureza jurídica e duração da pena, não podendo a mesma ser agravada pela sua natureza ou duração pelo Estado de execução.

Importante ainda registrar que o Acordo estabelece constantes mecanismos de comunicação recíprocos, que garantem a cooperação e a certeza de que seus ditames serão praticados sem prejuízo para as soberanias e para os direitos individuais.

Diante do exposto, Sr. Presidente, passo ao voto.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do tratado em apreço, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2016.

É esse o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão.

Aprovado.

O Senador José Agripino é o Relator do próximo item.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 83, DE 2016
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, assinado em Lisboa, em 2 de novembro de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador José Agripino.

Relatório: pela aprovação.

V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de parecer sobre projeto de lei que aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), assinado em Lisboa, em 2 de novembro de 2007. Na verdade, é um diploma pelo qual o Brasil fica oficialmente integrado a esse acordo assinado em Lisboa em 2007.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O Acordo foi assinado por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Passo a ler, rapidamente, os artigos de que trata o projeto.

O art. 1º traz o objeto do Acordo, que é a adoção de normas comuns para a concessão de visto para estudantes nacionais dos Estados membros da CPLP.

O art. 2º conceitua "estudantes" e "estabelecimento de ensino reconhecido", dispondo que as autoridades de cada Estado-membro manterão lista atualizada dos estabelecimentos reconhecidos.

O art. 3º define os prazos dos vistos e suas considerações.

O art. 4º lista os documentos necessários para a concessão do visto. São diversos documentos, estão todos postos no relatório que fiz distribuir.

O art. 5º prevê a possibilidade de suspensão temporária da aplicação do Acordo por algum Estado-membro, por razões de segurança nacional, saúde pública, entre outras.

O art. 6º prevê a possibilidade de denúncia (saída) do Acordo por algum Estado-membro, que só produzirá efeitos 60 dias após o recebimento da notificação de denúncia pelo Secretariado Executivo da CPLP.

O art. 7º dispõe que as dúvidas de interpretação ou aplicação do Acordo serão resolvidas por consenso entre os Estados-membros.

E, finalmente, o art. 8º estabelece que o Acordo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data em que três Estados-membros tenham depositado os respectivos instrumentos de ratificação junto ao Secretariado Executivo da CPLP.

Na verdade, a entrada em vigor ocorreu em 1º de setembro de 2015, pois Timor-Leste, Portugal e Cabo Verde já ratificaram o Acordo.

Estamos, neste momento, com a possível aprovação desse projeto, seremos signatários e coonestadores do Acordo.

No caso, o Brasil ficará vinculado ao Acordo no plano internacional no primeiro dia do mês seguinte à data de entrega do seu instrumento de ratificação, de que estamos tratando neste momento.

Com base no exposto, considerando ser conveniente facilitar a circulação de estudantes no âmbito da CPLP, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2016.

É o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Está em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Creio que está esgotada a matéria.

Antes de encerrar a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião, que é a última da Sessão Legislativa.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Se não há objeção, está aprovada.

Está encerrada a reunião.

Agradeço...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Votamos essa pauta rica, pela eficiência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E, sobretudo, pela cooperação inestimável dos membros desta Comissão. Temos a alegria do convívio semanal aqui entre nós.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 35 ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Serviços de Infraestrutura DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 de Novembro de 2016, Quarta-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Lasier Martins, Pastor Valadares, Telmário Mota, José Pimentel, Gladson Cameli, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Elmano Férrer e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Muniz, Wilder Morais, Kátia Abreu, Rose de Freitas, Hélio José, Davi Alcolumbre, Deca, José Aníbal, Fernando Bezerra Coelho e Armando Monteiro. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 104, de 2016** que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor LEONARDO EULER DE MORAIS, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em decorrência do término do mandato do senhor Rodrigo Zerbone Loureiro." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, de 2011** que "autoriza o Poder Executivo a encampar os portos fluviais." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 64 de 2016 - Não Terminativo -** que requer, "nos termos do Art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI para debater o Ofício "S" nº 81, de 2015 (nº 27, de 2015, na origem) e das pendências de que trata o Relatório de atividades da Ouvidoria da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), publicado em setembro de 2015. O referido relatório foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo Ouvidor da agência, Senhor Aristóteles dos Santos, nos termos do art. 45, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei Geral das Telecomunicações (LGT) e relatado pelo Senador Lasier Martins nesta comissão. " **Autoria:** Senador Roberto Muniz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 65 de 2016 - Não Terminativo –** que, "nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada, no âmbito desta Comissão de Infraestrutura – CI, audiência pública para discutir os efeitos da PEC 55, de 2016 (que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o novo regime fiscal e limitar por vinte anos os gastos públicos) para o desenvolvimento econômico e social do país e especialmente para a infraestrutura urbana." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 66 de 2016 - Não Terminativo -** que "requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, para debater medidas para o aprimoramento da atuação da Agência Nacional de Telecomunicações e o fortalecimento de sua estrutura." **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho e outros. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Temos alguns comunicados.

O primeiro deles dá conta de que recebemos o ofício do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que apresenta informações relativas ao pagamento de outorga por parte dos concessionários responsáveis pela operação dos aeroportos concedidos à iniciativa privada nos últimos anos. O documento oferece os esclarecimentos solicitados pelo Requerimento de Informações nº 550, de 2016, de iniciativa desta Comissão e originalmente formulado por S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

Cópias do documento estão disponíveis para exame das Srªs e Srs. Senadores.

Comunicado. Ofício do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que apresenta informações relativas ao andamento das obras de duplicação da BR-153, no trecho compreendido entre Anápolis, Goiás, e Aliança, Tocantins.

O documento oferece os esclarecimentos solicitados pelo Requerimento de Informações de nº 549, de 2016, de iniciativa desta Comissão e originalmente formulado por S. Exª, Senadora Kátia Abreu. Além da cópia já encaminhada ao gabinete da Senadora, cópias adicionais estão disponíveis para exame das Srªs e dos Srs. Senadores.

Temos ainda um outro comunicado que diz respeito ao recebimento do Aviso nº 825, do Tribunal de Contas da União, que trata de relatório de consolidação das fiscalizações de obras públicas realizadas pelo TCU, entre agosto de 2015 e agosto de 2016, no âmbito do Fiscobras 2016. O Fiscobras é o plano anual de fiscalizações de obras públicas do Tribunal de Contas da União, destinado a subsidiar o Congresso Nacional na apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual com informações acerca das obras com indício de irregularidades graves.

Cópias do documento encontram-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores para o exame que desejarem.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 104, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor LEONARDO EULER DE MORAIS, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em decorrência do término do mandato do senhor Rodrigo Zerbone Loureiro.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Reunião destinada à leitura do relatório.

Mate o homem, mas não erre o nome.

Leonardo Euler de Morais.

Na verdade, Senador Lasier, estamos...

Depois da correção, o universitário ficou preocupado aqui, veio corrigir e pela primeira vez ele pede perdão. (*Risos.*)

Ele quer sempre ter razão. Estou ouvindo uma palavra, perdão, da parte dele.

É impressionante.

Então nós temos o nome do Sr. Leonardo Euler de Morais para exercer o cargo de Membro do Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em decorrência do término do mandato do Sr. Rodrigo Zerbone Loureiro. A autoria é do Presidente da República e a Relatoria é do Senador Valdir Raupp, a quem concedo a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi, Srªs e Srs. Senadores.

Por meio da Mensagem nº 104, de 2016 (Mensagem nº 594, de 1º de novembro de 2016, na origem), o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Leonardo Euler de Morais para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em decorrência do término do mandato do Senhor Rodrigo Zerbone Loureiro. Assim, o mandato do indicado, caso tenha o nome aprovado por esta Casa, vigorará até 5 de novembro de 2021.

Instituída pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), como autarquia especial, a Anatel, ora vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 7º, inciso III, da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, integra a administração federal indireta. O regime autárquico especial conferido à Agência caracteriza-se pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, autonomia financeira, estabilidade e mandato fixo de seus dirigentes.

Nos termos dos arts. 20 e 23 de sua lei de criação, o Conselho Diretor da Anatel é composto por cinco Conselheiros, todos brasileiros, de reputação ilibada, com formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo a ser exercido. Sua nomeação, ademais, será precedida de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei Geral das Telecomunicações.

Leonardo Euler de Morais é cidadão brasileiro, nasceu na cidade de Lancaster, Grã-Bretanha, em 17 de abril de 1982. Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília, em 2003, tendo concluído seu mestrado em Economia, pela mesma Universidade, em 2008. Iniciou seu doutoramento na área. Começou sua trajetória profissional como Analista Econômico das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), em 2004. Em 2006, ingressou, mediante concurso público, na carreira de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações, sendo, portanto, servidor efetivo da Anatel. Na Agência, atuou em diferentes áreas: de 2006 a 2009, trabalhou na então Superintendência de Serviços Privados; foi assessor do Conselho Diretor entre 2009 e 2012, exercendo, de janeiro a junho de 2011, atividades junto à Dirección de Estudios da Comisión del Mercado de las Telecomunicaciones, na Espanha; em 2013, foi Gerente de Acompanhamento Econômico da Prestação.

Desde 2014, ocupa o cargo de Chefe da Assessoria Técnica da Anatel. Além disso, representa a agência no Conselho Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

Vou fazer aqui um parêntese, Sr. Presidente, para depois cobrar do nosso indicado aqui, Leonardo, para que se destine esse fundo. A gente tem discutido, tanto na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática quanto aqui nesta Comissão, a aplicação dos recursos desses fundos, que a gente nunca vê. Eu vou fazer aqui um parêntese para cobrar depois. O Fust, Funttel...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A prestação de contas?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É. Esses recursos são contingenciados, via de regra são sempre contingenciados, e nunca se destinam aos fins que foram aprovados.

Na academia, foi professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, tendo lecionado, em 2006, a disciplina Introdução à Economia.

Leonardo Euler de Morais foi agraciado com as seguintes premiações: Prêmio de Melhor Trabalho de Iniciação Científica da Área de Economia, pela Universidade de Brasília, em 2002; 1º lugar na Competição sobre Administração Empresarial, Região Centro-Oeste, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em 2003; e, 3º lugar no III Prêmio de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica, Categoria Profissional, pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, em 2008.

A análise do currículo anexado à Mensagem nº 104, de 2016, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para o desempenho das atividades do cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel, para o qual foi escolhido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Constata-se, ainda, que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O candidato declarou formalmente: não possuir parentes que exerçam ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas à área de telecomunicações; não ter participado do conselho de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras, nos últimos cinco anos, contados retroativamente à data de sua indicação ao cargo pleiteado; não participar, como sócio proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais; ter participado como sócio não-administrador, entre junho de 2010 e junho de 2011, da empresa Comércio Exterior de Produtos Tecnológicos e Consultoria Ltda.; que se encontra em situação regular perante os fiscos federal, estadual e municipal; que não figura como autor ou réu em ações tramitando no Poder Judiciário.

Foram apresentadas certidões negativas de distribuição de ações cíveis e criminais, bem como de ações de falências e recuperações judiciais, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; certidões negativas de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, e de débitos relativos aos tributos e à dívida ativa do Distrito Federal; certidão negativa de contas julgadas irregulares, do Tribunal de Contas da União; e certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

No que tange à argumentação escrita, também exigida pelas mencionadas normas, o indicado expõe informações e declarações contendo experiência profissional e formação técnica adequadas, ao lado de afinidade intelectual e moral para exercer o cargo pleiteado.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendemos que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Leonardo Euler de Morais para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp.

Após a leitura do seu relatório, este encontra-se agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, fica concedida vista coletiva da matéria, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno.

Item 3 da pauta.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 64, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI para debater o Ofício "S" nº 81, de 2015 (nº 27, de 2015, na origem) e das pendências de que trata o Relatório de atividades da Ouvidoria da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), publicado em setembro de 2015. O referido relatório foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo Ouvidor da agência, Senhor Aristóteles dos Santos, nos termos do art. 45, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei Geral das Telecomunicações (LGT) e relatado pelo Senador Lasier Martins nesta comissão.

Autoria: Senador Roberto Muniz

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Aprovado.

Item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, de 2011
- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a encampar os portos fluviais.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1 - No prazo regimental não foram oferecidas emendas ao projeto;

2 - Em 16/11/2016, foi aprovado o RQI 62/2016, para dispensa da audiência pública aprovada no RQI 52/2011;

2 - A matéria será analisada terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Por não se encontrar presente o Senador Elmano Férrer, vamos aguardar a próxima reunião para que S. Exª possa ler seu relatório.

Temos ainda um requerimento extrapauta, de número 66.

No relatório da auditoria do Tribunal de Contas nº 023133, de 2015-5, e seu apenso, o Tribunal de Contas da União, nos termos do voto do Relator, Ministro Bruno Dantas, considerou insatisfatória a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, na fiscalização do serviço móvel pessoal, em detrimento do usuário e do setor de telecomunicações.

O trabalho buscou avaliar a atuação da Anatel como órgão regulador dos serviços na garantia da qualidade da telefonia móvel, em consonância com a percepção do usuário, com os direitos do consumidor e com os padrões técnicos exigidos pelas próprias concessionárias.

Para tanto, fixaram-se, da análise das respostas, as seguintes questões:

1ª. A atuação da Anatel contribui para melhor compreensão, pelo consumidor, do serviço prestado e dos seus direitos? É uma das interrogações desse requerimento.

Os requisitos vigentes de qualidade do serviço de telefonia móvel definidos pela Agência estão alinhados com a percepção do usuário? É outra interrogação.

A forma de utilização dos principais instrumentos do órgão regulador, a exemplo de planos de melhorias e indicadores, e os resultados obtidos por ele promovem a melhoria da qualidade do serviço da telefonia móvel? É outra interrogação constante desse requerimento.

As conclusões constantes do mencionado relatório apontaram deficiências e fragilidades na atuação da Agência, patenteando a necessidade de que se promovam adequações em seu sistema de fiscalização, de modo a proporcionar ao usuário a prestação de serviços condizentes com suas expectativas, de acordo com o direito que lhe cabe, nos termos da legislação pertinente.

Assim é que foram observadas:

a) falhas na clareza e na transparência das informações sobre o serviço de telefonia móvel, de modo a facilitar ao consumidor o exercício do poder de escolha de plano e de operadora;

b) insuficiência dos requisitos da Anatel no que se refere ao atendimento da satisfação do consumidor [que é o objetivo do órgão];

c) necessidade de fortalecimento e de aprimoramento das atribuições de fiscalização e a consequente aplicação de sanções, de modo a estimular as operadoras a cumprirem as normas a que se obriga o setor, em proveito do usuário.

Diante do exposto, requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de Serviços de Infraestrutura – CI, ouvido o Plenário...[o Vice-Presidente vai tomar assento à Mesa e, cada vez que ele toma assento aqui, fico preocupado] (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Necessidade de fortalecimento e de aprimoramento das condições de fiscalização... [já tinha lido, fiquei perturbado com a chegada do Vice].

Diante do exposto, requeiro, nos termos da Constituição e do Regimento Interno uma audiência pública para a qual serão seguintes convidados:

1 – O representante da Agência Nacional das Telecomunicações (Anatel);

2 – Sr. Marcelo Barros da Cunha, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Telecomunicações, do Tribunal de Contas da União;

3 – Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, Diretor-Executivo da Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal

4 – Srª Alessandra Garcia Marques, Presidente da Associação Nacional dos Ministérios Públicos do Consumidor.

Esse requerimento é de minha autoria, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu gostaria de subscrever também esse requerimento e, com relação a sua preocupação quando chega... (*Falha na gravação.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ...o Senador Ferraço, eu queria lhe garantir que estamos aqui para defender o seu posto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Muito obrigado pela solidariedade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pelo art. 14, Sr. Presidente, para fazer um reparo contra essas...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Para fazer um reparo contra essas blasfêmias, quero dizer a V. Exª que V. Exª não precisa de defesa, porque estou aqui também para me associar a essa manifestação de V. Exª para convidar o Presidente da Anatel para essas questões que V. Exª fundamenta, mas não apenas isso.

Acho que também é uma oportunidade para que, inclusive tendo aqui a presença do Senador Lasier, que é Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, nós possamos iniciar o processo, aqui no Senado, de um debate – não tão aprofundado ainda, porque teremos oportunidade – sobre o novo marco legal das telecomunicações, em nosso País.

Esse projeto tramita na Câmara Federal, em fase final; chegará logo, logo ao Senado Federal e incorpora um conjunto de mudanças da maior relevância para essa que é uma atividade fundamental do nosso País. Então, será uma oportunidade, além dos fatos que V. Exª fundamenta, para conhecer a opinião do Dr. Juarez Quadros, e também dos outros representantes, sobre esse novo marco legal, as necessidades dessas mudanças e os benefícios que trarão, sobretudo para telefonia móvel em nosso País, que é hoje algo fundamental para o uso quotidiano dos brasileiros.

Então, quero também apoiar V. Exª nessa iniciativa e sugerir que possamos, além dos relevantes fatos que V. Exª incorpora, também discutir o novo marco das telecomunicações, que está em fase final na Câmara e logo chegará ao Senado.

Parabéns a V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador José Pimentel.

Depois o Senador Gladson Cameli, o Senador Lasier e depois o nosso querido Senador Dalirio Beber.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Na verdade, é unidade nordestina, que tem a ver também com nossas primaveras ou a nossa juventude acumulada.

Eu queria também, Sr. Presidente, Presidente Garibaldi Alves Filho, subscrever esse texto e registrar a oportunidade desse debate.

Nós tivemos um período de estruturação do nosso setor de telecomunicações muito forte, depois passamos pelo processo de privatização e de concessões e, de lá para cá, nós tivemos um conjunto de problemas que o marco regulatório, num certo momento, deu conta dessa demanda, mas hoje requer uma atualização.

Portanto, vamos iniciar com essa audiência pública e, ao logo do nosso Presidente Lasier, vamos dar a sugestão que o Senador Ricardo Ferraço está propondo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pode, inclusive, se o Senador Presidente não se opor, uma audiência pública conjunta das Comissões de Infraestrutura e de Ciência e Tecnologia, considerando a convergência desses temas.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Era isso que eu iria propor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero só pedir atenção dos Senadores, porque nós estamos apenas com três sessões.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Tem uma aqui que vou já abordar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de V. Exª abordar, eu vou abordar, porque eu me sinto no dever de abordar antes de V. Exª, se permitir.

Com a palavra o Senador Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, quero fazer parte também, subscrever essa sugestão e parabenizar a ideia de V. Exª. A questão de telefonia móvel celular é um problema no nosso País. A ideia de fazermos uma sessão conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia é plausível.

Se me permitem os nobres Senadores, gostaria de fazer só um registro. Como esta é a Comissão de Infraestrutura, na última quinta-feira, nós Senadores do Acre, Senador Sérgio Petecão; Senador Ivo Cassol, de Rondônia; e Senador Valdir Raupp acompanhamos o Ministro dos Transportes, Maurício Quintella, ao nosso Estado, o Acre, para dar as ordens de serviço da reconstrução da BR-364, que liga o Rio Liberdade até Sena Madureira. Estou falando em torno de 450 quilômetros, de investimentos em torno de R$ 300 milhões, que vão gerar praticamente três mil empregos diretos e indiretos na sociedade. E, em seguida, fomos visitar e vistoriar o andamento da ponte sobre o Rio Madeira.

Eu não posso, Sr. Presidente, falar de desenvolvimento, de infraestrutura, se não falarmos na conclusão da ponte sobre o Rio Madeira, que liga o Pacífico aos demais Estados da Nação brasileira. No nosso Estado, o Acre, ficamos isolados, em 2014, por causa das cheias do Rio Madeira. Visitamos a obra, de extrema importância.

Como esta Comissão é de Infraestrutura, eu não poderia deixar de fazer esse relato e agradecer ao Presidente Michel Temer por estar dando continuidade a essas obras de tanta importância para o nosso País, para o Estado do Acre, porque além de gerar empregos, nós estamos também aquecendo a economia dos dois Estados. Quando eu falo isso, da ponte sobre o Rio Madeira, muitos acham que beneficia muito o Estado de Rondônia, mas beneficia muito mais o nosso Estado, o Acre, porque você liga o Acre, o Pacífico, aos demais Estados da Nação brasileira. Estávamos ilhados, isolados. Quem fazia essa travessia era por causa de uma ponte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de uma balsa. Agora, essas obras estão a todo vapor; estão dando continuidade.

Eu gostaria de fazer esse registro, Presidente Garibaldi. Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero me congratular com o Senador Cameli pela sua luta em favor dessa obra, congratular-me com o Governo Federal, que está dando prosseguimento, e colocar a Comissão de Infraestrutura à disposição para acompanhar o andamento dessa obra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem é pela ordem. Manda quem pode, obedece quem tem juízo. (*Risos.*)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Como não estou inscrito, tem de ser pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para me congratular com o Senador Gladson Cameli. Participei de parte dessa viagem, dessa caravana. Não fui ao Acre. Eles foram a Cruzeiro do Sul para fazer o lançamento da obra da 364, que vai de Mato Grosso a Rondônia, Rio Branco, e vai a Cruzeiro do Sul. Na volta, o Ministro, com a comitiva do Acre, passou por Rondônia, passou por Guajará-Mirim, cidade de fronteira nossa, cidade histórica, e percorremos uma BR que está tendo concluída sua restauração, de primeira qualidade, com asfalto usinado, com acostamento largo. Essa obra, que tem 360 quilômetros, já está em fase de conclusão, de Guajará-Mirim a Abunã.

Visitamos essa ponte de integração. Mais do que o aspecto físico da ponte, porque ela integra o Estado de Rondônia, o Estado do Acre, faz parte da rodovia do Pacífico, da rodovia Bioceânica, que vai para os portos do Peru, é a única ponte que faltava nessa rodovia, essa ponte do Abunã. É no Rio Madeira, mas lá é Vila do Abunã. A ponte já está numa fase bastante adiantada, com quase 50% concluído. Espero que até 2018 ela seja concluída, para ser inaugurada em uma grande festa, com Rondônia, Acre e todo o Brasil comemorando.

Eu queria, para encerrar, agradecer ao Presidente da República; ao Ministro Maurício Quintella, dos Transportes, que já foi duas vezes a Rondônia só este ano; à direção geral do DNIT, Dr. Valter Casimiro e todos os diretores que também têm participado de inaugurações, de lançamentos de obras no Norte do Brasil, sobretudo no meu Estado de Rondônia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu fiquei muito feliz com essas notícias que foram dadas pelo Senador Cameli e pelo Senador Valdir Raupp. Só peçam que não me esqueçam no dia da inauguração.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – V. Exª está convidado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Qual é o tempo previsto?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Primeiro semestre de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Primeiro semestre de 2018. Ainda estaremos aqui. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – V. Exª tem cadeira cativa, por reconhecimento do pessoal do Rio Grande do Norte

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não tenho esse direito.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, quero inicialmente parabenizar V. Exª pela atenção e cuidado que tem tido com o processo de integração das águas do Rio São Francisco.

Isso interessa diretamente a 12 milhões de nordestinos do Nordeste Setentrional, que é o nosso Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba e setores de Pernambuco. Esse processo de integração das águas é um projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que vem de 1847, ainda da época do Brasil Império. Tínhamos muitas desavenças, falta de entendimentos políticos e às vezes até de solidariedade na nossa Região Nordeste. Uma parte do Nordeste era favorável e outra parte tinha resistência. Em 2004, o Presidente Lula resolveu assumir esse debate, construiu um entendimento envolvendo os Estados doadores e os Estados receptores dessa água. Os dois canais iniciam por volta de 2006, e hoje nós temos 90% dessa obra feita, falta em torno de 10%.

O Eixo Leste, que beneficia Pernambuco e Paraíba, está num ritmo mais adiantado. Não tivemos nenhum problema com as empresas que ganharam as licitações. Com o apoio do Exército brasileiro, esse processo está andando bem, e o canal já está chegando aos limites de Pernambuco com a Paraíba, já beneficiando setores de Pernambuco.

Já no Eixo Norte, que é o maior deles, que atende diretamente parte de Pernambuco, o nosso Ceará, o nosso Rio Grande do Norte e toda a nossa Paraíba, tivemos uma infelicidade. Primeiro, por volta de 2010, 2011, uma empresa faliu, essa do Fernando Cavendish, fruto daquele processo da CPI, chamada CPI do Cachoeira. Foi feita nova licitação, sob orientação do Ministro Fernando Bezerra, foi feito o distrato, e ganhou a licitação a Mendes Júnior. Esse processo veio até julho. Em julho de 2016 agora, a Mendes Júnior também faliu, envolvendo a questão da Lava Jato. O fato é que nós estamos com a obra parada.

Essa obra, no caso, o Eixo Norte, que nos interessa diretamente, tem três elevatórias antes de chegar ao Ceará. Dessas três elevatórias, para que se reduza o custo de energia, duas já estão instaladas, inauguradas e em teste de funcionamento.

A terceira, que é para que a água possa chegar em Jati, no Estado do Ceará, tem mais ou menos 60% já instalada. O restante dos equipamentos está nas caixas e outros já estão abertos para concluir a sua instalação. E a Mendes Júnior estava fazendo esse processo.

Para o canal que sai de Cabrobó e chega a Jati faltam 10km. E as construtoras fazem este processo: eles tocam a obra e deixam uma pequena parte sem fazer para que a obra não entre em funcionamento. Aí, saltam e fazem outra continuidade lá na frente. Foi exatamente o que fizeram no canal norte.

O eixo que vai do limite do Ceará para a Paraíba está todo pronto. Tinha um grande túnel na serra que foi feito para não ter elevatória. Portanto, do limite do Ceará para a Paraíba, a obra está pronta. Da margem do rio até o Ceará faltam 10km para a água chegar. E, de Jati para Fortaleza, esta água pode ir pelos rios existentes, ou seja, pela gravidade.

De Jati, onde é feita essa grande barragem que vai alimentar o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, essa barragem está basicamente pronta, faltando uma ou outra obra complementar, mas o porão da barragem, a desapropriação, está tudo liberado.

E, de Jati para Fortaleza, você tem o Rio dos Porcos, que sai dessa barragem. Ele tem uma calha em média de 7m^3/s. Esse rio cai num segundo rio, que é o Rio Salgado, que tem bastante leito. Esse Rio Salgado cai no Rio Jaguaribe, que alimenta o Castanhão. E, do Castanhão para Fortaleza, nós temos 160km de um grande canal que foi feito. Iniciou-se ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, foi feito o primeiro período e, em seguida, foram feitos mais cinco trechos, um investimento de R$1,4 bilhão. Esse está funcionando.

Portanto, resolvendo esses 10km que faltam de canal entre Pernambuco e Ceará, a água chega ao Ceará e beneficia algo em torno de 9 milhões de pessoas, sendo que 2/3 da população do Ceará estão nesse eixo.

De Jati a Mauriti, tem muita coisa feita, mas ainda faltam alguns túneis, que era também a Mendes Júnior que fazia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Jati e Mauriti, no Ceará? Tudo isso no Ceará.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – No Ceará.

Mauriti limita com a Paraíba. Com isso, a água vai para a Paraíba. O trecho do Rio Grande do Norte é o que está mais atrasado, Presidente, porque é preciso abrir um túnel numa serra chamada Barro, para chegar ao Rio Grande do Norte. A partir daí – o senhor a conhece mais do que eu –, vai por gravidade.

Portanto, nós estamos indo para o sexto ano de seca. Todos os indicadores, lamentavelmente, indicam que em 2017 continuará chovendo pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A Funceme...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A Funceme e os institutos de pesquisas, em face do efeito do El Niño – e raramente eles erram –, com o aquecimento do pacífico, demonstram que em 2017 o inverno será relativamente fraco.

Nesse 2016, nesse momento, nós estamos com 80% dos reservatórios do Ceará secos. E o Castanhão, que é o maior dele, com o Orós, o Orós alimenta o Castanhão e o Castanhão está com o 5% da sua capacidade de reservatório.

Agora mesmo, nós estamos pedindo ao Ministério da Integração Nacional para baixar as bombas que tiram água do Castanhão para Fortaleza porque a água está no porão, e o projeto na época nunca se pensou que iria ter que tirar água do porão do Castanhão para poder abastecer 3,5 milhões de pessoas na região metropolitana.

A preocupação no Rio Grande do Norte eu já vim conversando com V. Exª em vários momentos sobre isso. O fato é que o ministério, por conta da falência da Mendes Júnior, está abrindo uma nova licitação, uma licitação internacional porque o volume é relativamente alto. E essa licitação deverá ser feita em fevereiro de 2017. Nada nos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ainda?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sim. Nada nos assegura de que essa licitação não tenha discussão judicial. Quando essas obras maiores, é da sua tradição, ter esse debate.

O nosso Elmano Férrer, que tem a felicidade de ter nascido no Ceará e a grandeza de ser acolhido no Piauí, conhece muito bem... Do Salgado, tomou um banho no Salgado. Conhece muito bem essa realidade.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero agradecer o empenho de V. Exª como nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura. Aprovamos um requerimento para realizar uma audiência pública nesta comissão para que nós possamos ajudar todos os Senadores, esta comissão e mais, em particular, os doze Senadores dos três Estados, dos quatro Estados, somando mais com nossos parceiros nordestinos e o Elmano é um forte desses, e os demais Senadores do Brasil, que nessas matérias nós temos solidariedade. Como tivemos no projeto Cantareira, quando veio a crise do abastecimento de água na grande São Paulo, nós todos nos somamos e conseguimos viabilizar um conjunto de obras para que a cidade de São Paulo, a região metropolitana não tivesse dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E o governador esteve aqui.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Esteve também aqui nesta comissão tratando disso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Telmário Mota.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Por isso, Sr. Presidente, eu sei também da diligência de V. Exª abrindo a sua agenda para hoje à tarde estar no Ministério da Integração Nacional para ter mais subsídio. Eu quero fazer companhia para aprender um pouco mais.

Mas eu queria deixar como sugestão, Sr. Presidente, que nós pudéssemos, antes do recesso, realizar esse debate. Até porque, se nós chegarmos à conclusão de que essas obras não vão andar, nós precisamos abrir um segundo processo, que é a dessalinização das águas do mar para poder dar água de beber a essas populações porque não temos mais de onde tirar água.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero nessa intervenção agradecer o empenho que V. Exª tem tido, o carinho com que V. Exª trata as questões do Brasil, mas com o olhar todo especial para o Nordeste. E para nós não é diferente. E esperamos encontrar uma boa saída para que as águas do São Francisco também beneficiem o nosso Nordeste, o Nordeste setentrional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador José Pimentel, durante a sua exposição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

eu vi na sua exposição o chefe da obra.

Conhece tantos detalhes da obra! V. Exª tem, hoje, um conhecimento, o mais aprofundado, dessa obra. Dê-se a José Pimentel o que é de José Pimentel. É aquela história do Evangelho em que o próprio Jesus Cristo, indagado pelos Fariseus sobre se os deveriam pagar impostos a César, uma provocação, respondeu: "Dê-se a César o que é de César, porque o meu reino não é deste mundo". Então, quero dar, sobre José Pimentel, esse testemunho. Ele conhece a obra passo a passo, com detalhes de quem estudou. E V. Exª não é nem engenheiro. É? É engenheiro?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não. Sou bancário de profissão e advogado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois bem, é um conhecimento que eu tenho certeza que será muito valioso, hoje, no diálogo que teremos com o Ministro da Integração. Se algum outro Senador quiser nos acompanhar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não sei se é humano, porque o Piauí tem uma situação diferente. Não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, nós estaremos reunidos hoje, eu, o Senador José Pimentel e outro Senador que possa nos acompanhar – e iremos convidar outros Senadores -, para que possamos realizar essa audiência pública. Vamos fazer um convite ao Ministro para que ele esteja aqui com todos os órgãos do Ministério, principalmente aqueles que tratam diretamente da transposição. Como disse o Senador José Pimentel, a situação é da maior gravidade. São cinco anos de seca e as previsões não são favoráveis com relação ao próximo ano. A transposição é a salvação, virá trazer um desafogo, um alívio muito grande. Essa obra não pode parar!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Falta tão pouco.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Noventa por cento da obra. Diante da calamidade que pode e que vem se abatendo, essa espera por chuva...Deus queira que tenhamos chuva. Diante de uma calamidade dessas, uma obra não pode deixar de ser concluída se já tem 90% de conclusão. Então, vamos trazer o Ministro Helder Barbalho. O Senador José Pimentel já sugere, no seu requerimento, que esteja presente o Governador do Estado do Ceará, o Governador Camilo Santana. Acredito que o Governador do meu Estado, do Rio Grande do Norte, aqui estará; o Governador da Paraíba...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, se V. Exª e os nossos pares concordarem, poderemos fazer um adendo ao requerimento convidando os três outros Governadores: o Governador do Rio Grande do Norte, o Governador da Paraíba e o Governador de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sim, Pernambuco. Exatamente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Para nós fazermos um debate com o Ministro e os quatro Governadores como os beneficiários desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, eu queria dar conta dessa audiência que nós teremos e vamos pedir ao Ministro que compareça aqui até o final dos nossos trabalhos, porque nós só temos... Os universitários vão consultar o calendário. (*Pausa.*)

Nós temos três quartas-feiras, que são exatamente os dias 30, na próxima quarta, 7 e 14 de dezembro.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O ideal, Sr. Presidente, é que nós pudéssemos fazer no dia 30 ou no dia 7, porque se for preciso colocar mais recurso no orçamento da União para 2017, é a época em que o Relator-Geral estará fechando o seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, vamos levar essa sugestão ao Sr. Ministro e vamos convidar os Governadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E aqui teremos a ANA, o DNOCS, a Codevasf, todos os órgãos envolvidos nesta grande obra.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, eu quero sucintamente voltar a falar sobre as questões da Anatel, mas antes, quero novamente trazer a solidariedade gaúcha ao drama que vive o Nordeste há tantos anos. Há cinco anos está nessa terrível seca que se abate sobre a região.

Nós os acompanhamos há muito tempo, e por esse relato minucioso do Senador José Pimentel que nos sensibiliza, nós vemos que precisamos apressar essa transposição. E está tão perto do fim... Temos mais essa razão. E a nossa admiração pela união dos senhores. Nós lá do Sul sempre admiramos a união que têm os Senadores nordestinos, e estamos aqui vendo mais um belo exemplo disso.

Aliás, cada Estado brasileiro com seus dramas, com suas calamidades. Nós lá do Rio Grande do Sul estamos vivendo a calamidade financeira, que levou o Governador do nosso Estado às medidas mais drásticas de toda a história, que estão repercutindo e agitando o Rio Grande do Sul.

Com relação aos méritos do Senador José Pimentel, que mostrou profundo conhecimento, eu quero dizer que não é apenas esta situação da seca e dos impasses que vive lá a transposição do São Francisco.

Estamos acostumados a ver o Senador Pimentel sempre com profundo conhecimento em todos os assuntos em que intervém. Nós estamos acompanhando uma participação muito eficiente do Senador José Pimentel na nossa Comissão do supersalários. Ele tem demonstrado perfeito conhecimento da situação, do passado, de como evoluiu, de como vieram acontecendo as distorções. De modo que nós temos não apenas uma honra muito grande, temos muito proveito em conviver com o Senador José Pimentel, que é um mestre para todos nós.

E voltando à questão da Anatel, Presidente, eu quero reforçar a sugestão do Senador Ferraço de tornarmos uma sessão conjunta esta em que vamos trazer aqui a ouvidoria da Anatel, uma audiência pública com a Comissão de Infraestrutura e com a Comissão de Ciência e Tecnologia, da qual tenho a honra de ser o presidente.

Ainda ontem à noite estive num evento importante das telecomunicações, evento denominado Painel Telebrasil, um evento muito concorrido, foi a instalação dos trabalhos, lá estava também o Senador Jorge Viana e toda a nova diretoria da ANATEL. E ouvimos, nos discursos, principalmente do novo Presidente Juarez Quadros, muita disposição, muitas promessas de uma reversão a tudo aquilo que se tem criticado da Anatel.

Independentemente disso, acho que será um reforço, um acréscimo, um proveito ouvirmos aqui a ouvidoria da Anatel, com a participação da Ciência e Tecnologia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Lasier, com esse calendário apertado até o final dos nossos trabalhos, vamos fazer um esforço para realizar essas duas audiências.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro eu quero cumprimentar V. Exªs pelas audiências da mais extrema importância que estão sendo marcadas aqui, e aproveitando esses últimos dias que temos antes do recesso parlamentar, para debater assuntos muito importantes. Como V. Exª tem mostrado muito interesse por assuntos da Amazônia brasileira, nós também nos preocupamos com o Nordeste.

Mas eu peço a palavra, Presidente, porque sobre a mesa, V. Exª tem aí um requerimento que eu dei entrada já há algum tempo, no dia 21 do mês de novembro, que solicita a realização de uma audiência pública também para discutir os efeitos da PEC 55 no âmbito da infraestrutura brasileira, e V. Exª tem sido um dos mais assíduos, eu quero fazer esse registro aqui, tem sido um dos mais assíduos no debate da PEC 55, e presta atenção, como eu tenho prestado atenção, que muito se debate sobre os reflexos na educação, sobre os reflexos na saúde, mas pouco ou quase nada na infraestrutura. E ontem, naquela sessão temática que tivermos no plenário, ficou muito claro que a infraestrutura será a primeira a ser atingida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, Sr. Presidente, eu acho que valeria a pena, se contar com apoio de V. Exªs, fazer um esforço para realizar mais essa audiência pública, que não precisa ser necessariamente na quarta-feira, acho que poderíamos marcar num outro horário, mas travarmos o debate exclusivamente sobre esse aspecto da PEC 55 e o futuro da infraestrutura do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin.

Ela propõe que sejam convidados até mesmo o Prof. Leo Heller, Relator Especial da ONU para Direitos Humanos, Água, Esgotamento; Guilherme Boulos, da Coordenação Nacional do Movimento Sem Terra; Ermínia Maricato, professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Francisco José, Presidente da União Nacional dos Engenheiros Civis; e o Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Nós temos um calendário apertado, com temas da maior relevância. É uma verdadeira escolha de Sofia, diante desse calendário, poder realizar essas três audiências; mas vamos considerar, vamos ver o que é possível.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – A ideia poderia... Sr. Presidente...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Não me acusem de "Matheus primeiro os teus" com relação à audiência sobre o São Francisco, porque da Anatel, o primeiro subscritor do requerimento sou eu. Então, a paternidade, claro, não pertence a mim. Mas não me acusem disso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu, Presidente, de forma nenhuma. Eu quero... Eu jamais proporia essa audiência em detrimento das demais, mas terça-feira já votamos, no Plenário, em primeiro turno, a PEC 55. Poderíamos fazer uma reunião, fazer uma audiência pública pela manhã sobre isso. À tarde votaríamos no Plenário, e de manhã esta Comissão estaria ocupada em debater a questão da infraestrutura. Eu acho que é o mínimo que a gente tem que oferecer para os nossos colegas e para o Brasil, que tem, com muita atenção, acompanhado esse debate.

Então, fica a minha sugestão. Pelas suas palavras, V. Exª concorda com o conteúdo. O único obstáculo que teríamos seria a data, mas se fizéssemos fora das quartas-feiras, que é o dia da reunião ordinária da Comissão, eu aqui já sugiro na terça-feira pela manhã, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª é muito rápida no gatilho.

Eu vou realmente ver, até porque nós precisamos também ter a participação talvez de outros convidados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Fica aberto, Sr. Presidente, eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu vou ver a possibilidade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Vamos votar, então?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sim, o requerimento, claro.

EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 65, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja realizada, no âmbito desta Comissão de Infraestrutura – CI, audiência pública para discutir os efeitos da PEC 55, de 2016 (que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o novo regime fiscal e limitar por vinte anos os gastos públicos), para o desenvolvimento econômico e social do País e especialmente para a infraestrutura urbana.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Aí, propõe a Senadora Vanessa que seja convidado o Prof. Leo Heller, Relator Especial da ONU para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Direitos Humanos, Água e Esgotamento; o Guilherme Boulos, da Coordenação Nacional do Governo dos Trabalhadores Sem Terra; a Srª Erminia Maricato, Profª Particular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Francisco José Teixeira Coelho, Presidente da Associação Nacional dos Engenheiros Civis, e ainda José Carlos Rodrigues Martins, Presidente da Câmara Brasileira de Indústria de Construção.

Eu quero dizer à Senadora Vanessa... Ela está propondo para amanhã?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, terça-feira pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Está marcada a votação para terça-feira à tarde.

Eu vou pensar, Senadora Vanessa. Não é que eu não queira proporcionar o debate, inclusive nós faríamos um convite; acredito que outros Senadores poderiam ter a iniciativa de convidar outros especialistas, técnicos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E eu estou aberta inclusive, para não ficar com muitos convidados, a abrir mão de alguns desses aqui para alocar outros, Sr. Presidente. Não há problema quanto a isso. Só acho que esse é um tema que não foi debatido aqui em nenhum momento e nós não deveríamos perder essa oportunidade. Então, eu solicito a V. Exª que a gente vote e depois veja a possibilidade de outros convidados e de marcar para terça.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, em votação o requerimento de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, nos termos em que foi lido.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior e da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradecemos a presença dos Senadores, em especial também dos nossos consultores e da imprensa.

Marcaremos para amanhã, 24 de novembro, neste plenário, às 14h, uma audiência pública para debater as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil.

Está encerrada a reunião.

O Senador Flexa Ribeiro chegou, mas não teve oportunidade, pela primeira vez, de usar a palavra nesta Comissão, porque está ao telefone ligando diretamente para o Pará.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 36 ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Serviços de Infraestrutura DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 de Novembro de 2016, Quinta-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Deca e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Após a leitura de comunicados, passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQI 31 e 52, de 2016, ambos de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, em especial quanto à metodologia aplicada e às perspectivas de longo prazo dos Leilões de Energia de Reserva. **Participantes:** Moacir Carlos Bertol, Secretário Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; Amilcar Guerreiro, Diretor de Estudos de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética - EPE; Rodrigo Lopes Sauaia, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – ABSOLAR; e Roberto Barbieri, Assessor de Coordenação da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Boa tarde. Declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Comunicado da Presidência.

Alô Senado. Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, gostaria de informar que a população poderá participar de nosso debate enviando perguntas e comentários ao nosso convidado. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado pelo telefone 0800-612211 ou enviar a sua contribuição pela internet no endereço www.senado.leg.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twitter @alosenado.

Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador pode, desde já, enviar a sua pergunta ou o seu comentário ao nosso convidado aqui nesta audiência pública de hoje. Repetindo, pelo Alô Senado, pelo telefone 0800-612211 ou enviar a sua contribuição pela internet no endereço www.senado.leg.br/alosenado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 52, de 2016, de minha autoria, para avaliar políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil. A audiência pública tratará da metodologia aplicada e das perspectivas de longo prazo dos leilões de energia de reserva.

Para tanto, foram convidados os seguintes especialistas, a quem convido para compor a mesa: Sr. Moacir Carlos Bertol, Secretário Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; Sr. Amilcar Guerreiro, Diretor de Estudos de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Sr. Rodrigo Lopes Sauaia, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar); Sr. Roberto Barbieri, Assessor de Coordenação da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Informo que os convidados disporão de até 15 minutos para as suas apresentações, com tolerância de mais cinco minutos, caso seja necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Antes de iniciarmos esse trabalho, eu quero fazer algumas breves considerações.

Obrigado, Roberto.

Samuel, por gentileza, eu queria as cópias que eu lhe pedi.

Vou proferir breves palavras aqui e fazer algumas provocações para vocês, o que é importante para darmos início aos trabalhos.

Eu queria também, se você tivesse, cópia das minhas perguntas, para já distribuir para os nossos palestrantes, que fica mais fácil. O que me interessa são as cópias xerox de quem estava faltando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero aproveitar, então, Bertol: o Ministério de Minas e Energia está me devendo as respostas escritas da primeira audiência. Quem esteve conosco foi o superintendente de regulação, geração... Não, está faltando o Secretário de Planejamento do Ministério de Minas e Energia, o Eduardo Azevedo Rodrigues, que participou aqui com a gente.

Até agora nós não recebemos essas respostas escritas, porque eu falei que, embora nós tenhamos todo o dado taquigráfico que vai servir de balizamento, nós gostaríamos de ter as respostas escritas das perguntas que foram formuladas para termos uma memória melhor de todo esse conjunto de seminários de avaliação, dentro de uma questão mais trabalhada, mais elaborada, de cada órgão que levou as perguntas.

Então, ainda está me devendo aqui, da primeira audiência, as respostas do Sr. Eduardo Azevedo Rodrigues, ou do próprio Ministério, com relação àquele momento. Gostaria que você desse esse recado, porque nós estamos precisando e necessitando. A informação que se tem é que essas perguntas foram feitas e elaboradas as respostas, mas Gaspar até agora não nos encaminhou. Por isso, estou lembrando aqui. E eu fiz questão de lembrar neste momento oficial da audiência pública, e não na informalidade, porque é necessário para constar no relatório.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado. A mesma coisa, Roberto, a nossa Abinee, quem esteve conosco na primeira foi o Roberto Barbieri, assessor da área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. Ele também não mandou as respostas, e a gente precisaria da avaliação da Abinee com relação àquela primeira audiência pública.

Na segunda audiência pública, ainda no Ministério de Minas e Energia, o Gilberto Hollauer já nos informou que já fez todas as respostas e que o que está pendente é que ainda não chegou aqui para nós, do Ministério de Minas e Energia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – A Luz para Todos também, do MME, todas as respostas que foram formuladas às perguntas ao Sr. Aurélio Pavão de Farias, também não recebemos. Então, oficialmente, estou solicitando.

Por que a nossa televisão não está transmitindo a nossa audiência? Por que não está na nossa tela ali a nossa audiência, Thales, por favor?

Então, eu preciso que essas respostas sejam providenciadas, porque o objetivo aqui não é cobrar, o objetivo é uma contribuição a quatro mãos nossas, para podermos sair com a avaliação bem

bacana de todos os setores envolvidos da nossa energia alternativa, para que possamos aproveitar todo esse apanhado que nós fizemos neste ano inteiro para que no ano que vem a gente consiga andar melhor ainda do que andamos neste ano com relação a esse importante componente da nossa matriz, que é a questão das energias alternativas.

Daí a necessidade de termos essas respostas mais elaboradas, com a visão de planejamento de fato de cada setor envolvido, para que possamos, de repente – o meu objetivo é maior – tentar construir um marco regulatório das energias alternativas no Brasil a partir de toda essa avaliação que passamos este ano inteiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

fazendo. Hoje, estamos na penúltima audiência – tem esta e mais uma.

Então, nós juntarmos todos esses cérebros que vieram aqui, que colaboraram de forma efetiva para juntos chegarmos a um ponto de consenso, de encaminhamento que possa nos ajudar a nortear melhor para que o nosso Ministério de Minas e Energia, para que o nosso Brasil possa aproveitar melhor os nossos potenciais de fontes renováveis, esse é o grande objetivo. Entendeu, Bertol? Então, é trabalharmos a quatro mãos para isso.

Pessoal, apresentei o Requerimento nº 52, em complemento ao Requerimento nº 31 deste ano, ambos desta Comissão, para que se realizasse a presente audiência pública. Saúdo os eminentes convidados, especialistas da área de energia, que se dispuseram a vir discutir com os membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o tema: "Debater e avaliar as políticas públicas destinadas à implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, em especial quanto à metodologia aplicada e às perspectivas de longo prazo dos Leilões de Energia de Reserva."

O tema articula-se com o objetivo quanto ao fomento das energias renováveis alternativas no Brasil. Lembro que neste ano de 2016 a Comissão decidiu avaliar com profundidade o tema aqui referido, devendo levar em conta interdependência dessas energias com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira.

Contamos hoje com a presença de um representante do Ministério de Minas e Energia e de um representante da Empresa de Planejamento Energético. O pessoal do Planejamento Energético não veio. O que aconteceu, Thales? Ah, o Amilcar da EPE está aqui! Graças a Deus! Porque é muito importante para o debate de hoje a presença da EPE. Então, para isso, contamos com a presença do Amilcar da EPE e do nosso querido Bertol pelo MME.

A empresa EPE faz parte do organograma do Ministério citado e se constitui num centro de estudos e de produção de dados sobre o setor energético. É uma empresa nova, que a gente parabeniza. Eu sou servidor egresso do Ministério de Minas e Energia, então conheço bem quando da nossa criação da EPE, o acerto que foi a criação da EPE, para a gente concatenar, para a gente juntar todos os estudos de planejamento. Então, por isso é muito importante a presença de vocês aqui. Quero mandar um abraço a toda a diretoria da EPE, em seu nome, Amilcar, e de todo o complexo de ótimos profissionais que lá vocês têm.

Também temos aqui um representante da indústria privada de equipamentos elétricos e eletrônicos, que é o nosso representante da Abinee, e uma personalidade ligada à energia solar, da parte da indústria, sendo natural, portanto, que a fonte de energia solar fotovoltaica receba maior realce na discussão que travaremos nesta oportunidade.

Então, Rodrigo, que está aqui pela Absolar, que tem colaborado como ninguém para ajudar em todos os processos em que é requisitado, nós precisamos realmente tirar essa triste realidade da história da pedra, de estarmos ainda na idade da pedra na questão da energia solar no Brasil e passar a entrar na modernidade, onde era para estarmos.

A modernidade de hoje, por exemplo, da eólica, em que somos grandes vendedores mundiais de pás, somos hoje grandes competidores na indústria das turbinas, e o Brasil ainda não tem o seu próprio inversor, não tem a sua própria placa colocada e fabricada aqui com a depuração necessária, não tem a sua célula inteligente de armazenamento da energia solar, não tem um medidor adequado e com um preço competitivo em mercado. Tudo porque simplesmente passou-se anos e anos, Bertol – e eu não quero culpar ninguém individualmente, mas eu estava nos últimos dez anos no Ministério de Minas e Energia –, com uma política de retaguarda que impediu a evolução da energia solar no Brasil.

Investiu-se muito mais no que era mais fácil: "Não, vamos pegar térmicas daqui, termas para acolá, colocar não sei onde, mais fácil de montar, uma energia firme, que se usa na hora que se quer. Essa energia é intermitente. Quando está de noite, não se tem energia." Então, deixou-se de investir naquilo que hoje a China tem como a sua principal fonte para manter a sua competitividade no mercado mundial, que é a questão da energia solar. E a China tem 30% menos solimetria do que nós. Está com a posição, inclusive – não sei se vão conseguir –, de nos próximos cinco anos colocar 100GW de energia solar na praça, enquanto o Brasil ainda está falando de 3GW, 4GW, 5GW.

Quer dizer, é um absurdo um país que tem o Nordeste inteiro, as praias brasileiras inteiras, o Centro-Oeste inteiro, em condições, com um monte de terras devolutas, em boas condições de fazer de forma tranquila a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

evolução da energia solar, ou outras energias, como a biomassa do lixo e outras fontes que nós também não estamos aproveitando. Mas o caso da solar fotovoltaica é a mais latente, a mais eminente, é a que realmente demonstra o tanto que o Brasil errou na estratégia de não investir no momento adequado igual investiu no Proinfa, com relação à eólica. Não investiu na solar.

Nós temos que recuperar o tempo perdido. E eu tenho certeza de que a atual equipe do Ministério do Planejamento, do Ministério de Minas e Energia, da EPE, de setores como o da Absolar, como o da Abinee. A Abinee deu exemplo para nós quando ela conseguiu, com os apoios que teve, com o fomento que teve, colocar o Brasil como âncora no mercado da eólica no mundo, não só para o próprio brasileiro, mas no mundo. Então, hoje temos a Abeeólica também, que é uma entidade parceira, mas a Abinee concatena todo aquele processo ali.

Então, nós estamos aqui com essa colaboração do Barbieri. Então, Rodrigo, tenho muita expectativa, porque eu sei que vocês são jovens, estudiosos, pessoas que sabem desse mercado imenso. É um mercado ilimitado que nós temos no Brasil para o setor solar fotovoltaico, do setor solar heliotérmico, e a gente precisa ver como vamos sair da inércia em que nos encontramos, dos entraves em que nos encontramos.

Nesta semana mesmo, estava falando com um empresário que apresentou uma proposta que eu achei muito razoável, pela limitação que nós temos no Brasil hoje, que é aquela em que o inversor é unitário, célula a célula. E eu valei para ele: "Vamos fazer uma pesquisa

vamos fazer uma pesquisa em um montante x de produção, quanto é que ficaria o valor final. Mesmo com o inversor unitário, não o inversor grupado, fica mais barato com essa alternativa do inversor unitário. E, olha, eu tenho que falar várias peças no lugar de uma peça só tudo porque a tecnologia brasileira anda atrasada.

Tudo bem, teria vantagem para mim? Tem porque ao invés de eu ficar correndo atrás para ver qual é a placa que está defeito, se o inversor é unitário, eu já sei qual está com defeito e vou trocar de imediato. Então, quer dizer, são várias coisas que nós temos que estar dialogando.

Eu vou estar no Panamá exatamente agora nos dias 29, 30, 31, 1º, acabando de fechar um projeto de integração energética das Américas, em que a grande discussão também é a questão da energia solar porque não é só o Brasil, é a América que está toda atrasada, à exceção dos Estados Unidos. A gente precisa agilizar um pouco mais.

Tem pequenas ilhas, tipo Aruba, tipo algumas coisas, que estão bastante avançadas, mas o resto está muito atrasado. Aruba é como se fosse França, então compra tudo como se fosse lá na França. Então, a gente precisa ter alternativas.

E a presença da Absolar aqui para nós é muito importante nesse sentido, de nos ajudar, de nos provocar. Vocês são jovens, são empresários, são ousados, têm toda a condição de provocar o Ministério de Minas e Energia, de provocar a EPE, de provocar nós, o Senado, e até a própria Abinee, que é a grande representante da indústria no geral, dos eletroeletrônicos, para que a gente possa juntos dar condição para que o nosso consumidor, que está sedento para colocar energia solar, possa ter condição de colocar. Porque hoje está muito caro, hoje não tem a segurança da qualidade porque vêm muitos produtos importados de baixíssima qualidade, por causa da situação em que nos encontramos.

Nós não temos nossa produção própria do inversor, nós não temos a nossa produção própria em grande escala de medidores adequados e com preços competitivos, com o bidirecional. E também a questão das nossas placas, o que é um absurdo. O Brasil, um dos maiores produtores de silício do mundo, a gente não pegar o nosso silício, que é a matéria-prima necessária, e não conseguir depurar o nosso silício de forma adequada para captar energia solar. Então, nós temos que mudar essa realidade.

Um Brasil que ousou fazer o avião, que ousou fazer uma série de outras invenções mundo afora aí anteriormente. Eu, como Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Telecomunicação e Inovação do Senado Federal, me sinto assim... Engenheiro eletricista, eu me sinto assim, com a experiência nessa área. Passei na CEB 26 anos da minha vida, na Eletronorte três anos e meio, no Ministério de Minas e Energia os últimos dez anos, no monitoramento do sistema elétrico nacional.

Então, ver o Brasil ficar nessa vanguarda, ficar nessa posição tão pequena com relação a esse mercado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

não é gratificante para a gente. Nós precisamos sair dessa questão e esse é o grande objetivo desse estudo que nós estamos fazendo, dessa reunião. E eu tenho certeza de que daqui hoje sairemos com colaboração importante.

Nós sabemos o tanto que os leilões de reserva são importantes. São importantes porque eles incentivam, porque eles propiciam que a experiência seja de conhecimento de todos, que a experiência seja para demonstrar para a empresa A, para a empresa B, para o órgão público A, para o órgão público B que vale a pena fazer.

Então, é importante a gente estar discutindo forma de

estar discutindo forma de ser indutor maior nesse processo.

A importância que empresto à questão das energias renováveis e alternativas levou-me tanto a ser membro titular desta Comissão de Serviços de Infraestrutura quanto ocupar a honrosa posição de Segundo Vice-Presidente da Comissão de Energia e Minas do Parlatino, que é o Parlamento Latino-americano e Caribenho.

No âmbito da comissão do Parlatino, apresentei projeto de lei que institui um marco regulatório de energias renováveis para a região latino-americana e caribenha, com recomendação para que cada país-membro da instituição elabore seu plano regional de energia, no qual figurem políticas para fomento às energias renováveis e alternativas.

Não quero tomar o tempo precioso destinado ao pronunciamento dos convidados, porém gostaria de relembrar, antes de passar a palavra, que não resta dúvida de que o Brasil parte de uma posição inicial muito favorável no que diz respeito à participação relativa das fontes de energias renováveis dentro da sua matriz de energia. Sabemos que o Brasil conta com 41,2% de toda a energia que produz proveniente de fontes renováveis. É claro, é a hidráulica basicamente, que é a nossa energia, que é também uma fonte renovável porque a água entra limpa e sai limpa. Só é aproveitada a energia potencial para uma energia cinética, que é transformada em energia elétrica.

É uma pena que a gente não estava presente aqui, tinha pouquíssimos engenheiros eletricistas, e o Governo não teve capacidade de fazer a discussão para convencer os ambientalistas de que não tinha sentido fazer usina a fio d'água e perder a grande oportunidade que o Brasil perdeu, de milhões que foram investidos, fazendo usinas a fio d'água, ou seja, sem reservatório, sem armazenamento, sem condição de a gente agora casar de uma forma mais adequada com as energias renováveis, tanto a eólica quanto a solar, para bem aproveitar todo o nosso potencial.

Porque se, ao invés de pegar algumas usinas fundamentais que foram feitas a fio d'água, tivéssemos comprado uma briga de mais dois, três meses de debate e tivéssemos convencido e demonstrado que era muito melhor fazer um lago um pouco maior, ter um pouquinho de prejuízo ambiental momentâneo naquele local, mas aliviar o País do prejuízo ambiental muito maior que tem com relação às térmicas, com relação à falta de investimentos no setor. O que não foi feito, lamentavelmente.

Então, pega lá R$40 bilhões investidos na usina de Belo Monte, com linha de transmissão e a usina, para uma usina que gera 12.500 megawatts no pico, em uma situação momentânea de apenas um ou dois meses no ano, e que tem uma média de produção que vai chegar a 4, a 5 giga apenas do ponto fixo. Ou seja, um terço do que ela poderia produzir não vai poder produzir porque não tem reservatório, não tem forma adequada de fazer a questão do acúmulo correto de energia, não é, Bertol.

Então, a gente precisa mudar essa realidade e é por isso que nós estamos aqui. Esses dados que eu falei antes são de 2015. No mundo como um todo, essa participação é de apenas 3,5%. E, nos países da OCDE, a participação é menor ainda, de 9,4% na questão da energia hidráulica. E o Brasil é âncora porque é 41,2% no momento em que era mais fácil fazer as usinas hidráulicas e coisa e tal e que poderíamos ter reservatório. E o que foi feito ultimamente agora não tem reservatório.

Só para fechar aquele assunto dos R$40 bilhões de Belo Monte, no meu cálculo, se nós investíssemos, eu provei isso lá na Comissão Mista do Orçamento, na CMO do ano passado. Se investíssemos R$19 bilhões em energia solar, nós alimentaríamos as pontas com os mesmos 12 GW que a Belo Monte geraria e desenvolveríamos o País de uma forma muito mais adequada, evitando perdas no sistema, evitando tensão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

evitando perdas no sistema, evitando tensão baixa e aproveitando o potencial tipo do Piauí, do Maranhão, coisa e tal, lá nas pontas, onde a pessoa está lá com a linhazinha de 69 da Chesf chegando com a tensão baixíssima de 11,2, até menos do que isso em algumas cidades, da baixa tensão, e não dando condição nem para acender as luzes da cidade.

Esse exemplo vi em Luzilândia, que é uma cidade do Piauí, onde havia um projeto Minha Casa, Minha Vida de trezentas casas e o projeto não poderia ser ligado porque, senão, toda a cidade ficaria no escuro. Quer dizer, uma coisa absurda, enquanto nós poderíamos ali ter uma fazenda de geração de energia solar, casar ela com o sistema e a coisa funcionar de uma forma adequada.

Não nos devemos acomodar, porém, com essa situação. Devemos, ao contrário, aproveitar as ótimas oportunidades que descortinam no nosso País para o crescimento do uso de fontes de energias renováveis e limpas, que causam o menor impacto ambiental e social possível, e ainda possa resultar, mediante o progressivo aperfeiçoamento da tecnologia, em custos cada vez menores cobrados do consumidor final.

No rol das energias alternativas, realça-se a energia eólica, aquela que é produzida pelos ventos, em razão do seu espantoso crescimento na matriz nos últimos anos. A progressiva queda nos custos dos equipamentos geradores permitiu que a energia eólica hoje responda por 6,2% de toda a energia elétrica gerada no Brasil, segundo dados da Aneel de setembro de 2016.

E a energia solar fotovoltaica, como anda? Esta parte de uma base menor do que a energia eólica ainda, mas o seu crescimento tem sido acelerado. Essa tendência aponta, com toda a clareza, para o futuro. Geraremos mais e mais energia elétrica no Brasil e no mundo por meio do uso como fonte do inesgotável Sol, que brilha com intensidade nos céus de todo o Brasil.

Quanto a esse uso, cito um dado impressionante e animador que acabei de ler em recente edição da excelente revista britânica de economia *The Economist*, de 2010, até este ano. Vale dizer que, em seis anos, o custo dos painéis solares fotovoltaicos em dólar caiu 80%. Então, é uma queda significativa, demonstrando que, a cada dia que passa, a energia solar fotovoltaica é competitiva e que vale a pena investir nela.

Contudo, sobre as energias alternativas e renováveis, em particular a energia solar fotovoltaica, nossos convidados com certeza terão muito a dizer. Era isso que eu teria que falar. E eu já pedi para distribuir a V. Sªs as perguntas e as provocações. Eu vou lê-las rapidamente aqui, só para que todos os nossos ouvintes saibam quais eram e sirvam também de provocação para a fala que V. Sªs vão nos fazer.

Eu lamento aqui a falta, não pôde vir o representante da Escola Internacional de Energia Solar da UnB, que, por motivo de viagem previamente marcada, acabou não podendo nos honrar com a presença dele, que estaria hoje também convidado.

As questões para o MME e para a EPE, quais são? A energia de reserva é destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica e ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Diante do fato de que o consumo de energia continua caindo e as distribuidoras estão sobrecontratadas, qual a razão de se manter os leilões de reserva? Essa é uma pergunta importante para o pessoal entender. Em que medida a estratégia de manter a cadeia produtiva de equipamentos de geração ativa e com encomendas

ativa e com encomendas é responsável por essa decisão de manter os leilões de reserva? Então, qual é a medida disso e por que isso acontece? Para o pessoal poder entender melhor.

1.2 O setor sucroalcooleiro queixa-se de que o principal entrave às termoelétricas da biomassa de cana é a tarifa definida como preço-teto nos leilões de reserva. Os preços-tetos definidos até agora parecem não estimular os agentes a investirem na produção de um bem cuja taxa média de retorno de investimento se encontra na casa de 12%. Esses agentes consideram mais lucrativo investir na expansão da produção do açúcar e álcool do que em eletricidade. O MME e a EPE consideram justa essa queixa? O que poderia ser feito para resolver ou atenuar esse problema?

Essa é uma provocação para a nossa querida EPE e para o MME.

1.3 Sabe-se que a expansão da geração eólica já foi prejudicada por gargalos na transmissão. Como só poderão participar dos leilões as usinas que têm a garantia de que poderão se conectar às linhas de transmissão existentes, pergunta-se: o que o ministério vem fazendo para sanar esses gargalos na transmissão? A quanto andam as ECGs afinal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É bom saber. Continuando aqui.

1.4 Já foi aventado na imprensa que a EPE tenciona aprimorar os sistemas de leilões atualmente em vigor. Cogitam-se melhorias nos critérios para habilitação de participantes e nas características dos contratados, participação do consumidor livre, centralização da compra de energia nos leilões, leilões simultâneos e melhor definição do papel de energia de reserva. Qual a viabilidade de cada um desses possíveis aperfeiçoamentos?

Então, essa é uma provocação principalmente à EPE.

1.5 Para o consumidor, além da segurança de suprimento, é fundamental a modicidade tarifária. Sabe-se que uma das formas de viabilizar as energias renováveis é o leilão de energia de reserva e a cobrança de encargo de energia de reserva, a EER. Qual tem sido o impacto do encargo de energia de reserva na tarifa do consumidor?

Essa uma pergunta importante para os nossos milhares de clientes, que consomem energia e que a cada dia pagam uma energia mais cara por causa da opção, na minha visão, errônea de investir em energia de reserva termoelétrica em momentos anteriores.

Questões para o MME e para a Absolar. O setor de geração fotovoltaica reconhece que a contratação no leilão é uma sinalização para a indústria do fornecimento de componentes e vital para criar uma cadeia de produção nacional. Entretanto, ressalta que ainda é preciso a adoção de uma política industrial firme, que passa necessariamente pela alteração do programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria de semicondutores, PADIS. O que o MME, a Absolar e a Abinee pensam sobre esse assunto?

Eu gostaria que a Abinee, provocando a Abinee diretamente aqui, não está escrito nas perguntas aqui formuladas. Mas, Abinee, vocês que foram âncoras nas questões que eu falei aqui, da eólica, na questão da evolução da indústria do eletroeletrônico brasileiro, na questão de nos propiciar que a gente passasse de um simples importador dessa mercadoria para um grande exportador. Como é que vocês veem a médio e longo prazo e até mesmo a curto prazo, com a dificuldade que nós estamos hoje de investimento em pesquisa, de a gente sair dessa situação tão precária, principalmente na energia solar fotovoltaica e heliotérmica. A heliotérmica

fotovoltaica e heliotérmica, heliotérmica todo mundo sabe que é caríssima, mas ela é uma situação que seria muito viável para o Brasil, principalmente em reservas ao lado das usinas hidroelétricas que nós temos hoje. Se nós tivéssemos uma forma melhor de aproveitar essa energia heliotérmica, que é a energia dos espelhos, mais barata.

Então, queria ver como é que a Abinee está estudando, como é que estão as câmaras lá, de evolução, junto com nossos industriários e empresários brasileiros, para podermos também, a médio prazo, ter uma competitividade nesse importante mercado.

Então, vou passar a palavra para o nosso primeiro convidado aqui, que é, vamos começar ouvindo a Absolar, que é o nosso querido Rodrigo Sauaia – é um nome mais complicado. Esse Sauaia vem de onde, Rodrigo?

É? Opa, bacana.

Você tem dez minutos. Se precisar de mais uns cinco, não há problema, Rodrigo.

Por favor, com a palavra.

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – Boa tarde a todos.

Gostaria inicialmente de agradecer, em nome do Senador Hélio José, Presidente, aqui, da nossa Mesa, a oportunidade de a Absolar estar aqui hoje compartilhando a sua visão e as suas sugestões e recomendações para o avanço da energia solar fotovoltaica no Brasil.

Reconhecemos como muito oportuna a iniciativa desta audiência pública, que é parte, inclusive, de uma sequência de audiências públicas que acompanham o tema de energias renováveis e me parece que na sequência desse trabalho ocorrerá também um relatório, um trabalho formulado a respeito desse tema. Bastante interessante a iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A Absolar trouxe aqui algumas apresentações que vão abordar realmente, no ponto, três aspectos importantes da questão formulada para a Associação, que dizem respeito ao sinal de contratação para o desenvolvimento da fonte solar fotovoltaica, a sua relevância para o desenvolvimento da cadeia produtiva, a necessidade de política industrial, e eu vou trazer uma informação nova que diz respeito à situação do Padis, mas infelizmente não só do Padis, mas de uma série de outras políticas industriais do Brasil, que agora estão sob ameaça. E a gente poderia, depois, discutir e entender um pouco mais essa situação, talvez até com o apoio do Barbieri, pela Abinee, trazendo um pouco mais de informações sobre esse tema.

Então, bem rapidamente, eu já tive oportunidade, numa outra reunião, de apresentar a Absolar. Então, eu vou tomar a liberdade de acelerar um pouco esse processo para a gente ir direto ao ponto.

A nossa entidade representa atualmente 160 empresas do setor de energia solar fotovoltaica, empresas de pequeno, médio e grande porte, atuando nas áreas de geração centralizada e geração distribuída solar fotovoltaica.

Então, para começar, um pouquinho falando de energia solar fotovoltaica, eu queria dar um passo atrás para relembrarmos que no final do ano passado mais de 190 países entraram em um acordo internacional celebrado em Paris, em busca de um mundo com menor impacto ambiental e menores emissões de gases de efeito estufa.

Foi durante a COP 21. O Acordo de Paris, que inclusive já foi ratificado por essa Casa, também a Câmara dos Deputados, e com isso a Presidência da República também já ratificou esse processo e já submeteu às Nações Unidas a participação formal do Brasil com as suas metas da COP 21.

Então, com isso, não só o Brasil, mas o mundo tem um desafio global. O desafio de caminhar no século XXI para uma economia de baixo carbono, reduzindo os impactos em emissões de gases de efeito estufa ao redor de toda a nossa economia, e o setor elétrico é um eixo muito importante, eu diria até, abrindo um pouco mais

muito importante, eu diria até, abrindo um pouco mais o escopo, o setor energético vai ser fundamental nessa transição. Na maioria dos países existe uma base térmica muito pesada. O Brasil está um pouquinho mais à frente nisso por conta do nosso potencial renovável nas fontes elétricas, mas ainda assim na energética como um todo o País vai ter um desafio grande para superar, como diversas outras Nações.

Então, o Brasil já, realmente, fez esse compromisso e estabeleceu uma meta de redução de emissões de gases de efeito estufa de 37%, até 2025, e 43%, até 2030, com base no ano de 2005, é o nosso ano de referência.

O objetivo de todos esses mais de 190 países, dos quais mais de 100 países já ratificaram o Acordo de Paris, o objetivo é tentar evitar um aquecimento global superior a 2 graus Celsius e, na realidade, superior a 1,5 grau Celsius, o que é realmente um desafio grande para ser perseguido.

Olhando agora especificamente para a energia solar fotovoltaica, colocando a energia solar fotovoltaica dentro dessa perspectiva, essa é uma tecnologia de baixo impacto ambiental, renovável, sustentável e que pode apoiar em muito o atingimento pelos países das suas metas em reduções de emissões de gases de efeito estufa.

Nós percebemos que ao longo dos anos, desde 2000 para cá, o setor solar fotovoltaico, que antes representava um volume bastante pequeno da capacidade instalada mundial, já ultrapassa 230GW em energia solar fotovoltaica especificamente. É um Brasil e meio, Senador, só de energia solar fotovoltaica no mundo, dos quais 50GW, ou seja, um terço do Brasil foi instalado no ano de 2015, e a expectativa agora, para 2016, é que sejam instalados por volta de 65GW da fonte solar fotovoltaica.

Então, é um mercado de alto crescimento justamente por essa questão que foi apresentada aqui, na abertura, de redução de custo da tecnologia, por volta de 80% de redução de custo nos últimos dez anos, e nos impressiona muito positivamente saber que neste ano de 2016 os equipamentos fotovoltaicos já se tornaram 20% mais baratos no mundo. Realmente, uma redução de preço ainda mais acelerada. As questões que levam a essa redução de preço são um pouco mais pontuais, mas eu posso mencioná-las rapidamente na sequência.

Além disso, cabe também ressaltar quais são os países que lideram essa geopolítica da energia solar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

fotovoltaica. Em termos de capacidade instalada acumulada no ano específico de 2015, a China liderou o mercado mundial com 15GW, mais do que uma Itaipu, só de energia solar fotovoltaica, o Japão, 11GW, e depois temos, na sequência, os demais países.

Infelizmente, o Brasil ainda não figura entre os dez maiores instaladores de energia solar fotovoltaica no ano. No entanto, é muito interessante nós observarmos aqui que, dentre os dez principais países, o décimo que mais instalou, o Canadá, instalou, no ano de 2015, 600MW em projetos de energia solar fotovoltaica.

Ora, ano que vem, como eu vou mostrar na sequência, o Brasil tem um potencial de instalar um volume superior a 1GW só no ano de 2017. Significa dizer que provavelmente o Brasil vai começar a figurar entre as potências mundiais de energia solar fotovoltaica, uma mudança importante que a gente observará, esperamos, nos próximos anos no posicionamento do País nessa área.

No que diz respeito à capacidade instalada, isso demora um pouco mais de tempo. O Brasil ainda tem um volume pequeno de capacidade instalada na sua matriz, como eu vou mostrar a seguir, mas a gente percebe que a Índia, por exemplo, que é um país novo nesse *ranking*, tem 5GW. Significa dizer também que em breve o Brasil, conforme avance na inserção dessa fonte na sua matriz, participará desse mercado global

participará desse mercado global com posição de destaque. Nada mais natural, considerando que o Brasil tem um dos melhores recursos solares do mundo.

Esse gráfico mostra uma comparação dos recursos solares europeu e brasileiro na mesma escala de cores. Percebam que a irradiação solar brasileira é, na média, o dobro da irradiação média europeia, na faixa de 2000kWh, 2200kWh por metro quadrado/ano, ao passo que na Europa, grande parte da Europa, o valor médio está na faixa de 1000kWh, 1100kWh por metro quadrado por ano. Também é um valor, na média, o dobro de países como Japão, Coreia do Sul e outros que têm sido referências no uso da energia solar fotovoltaica.

Então, o País tem todas as condições naturais, recursos disponíveis para se tornar uma potência na área solar fotovoltaica. Quando a gente compara o potencial técnico da tecnologia, esse foi um levantamento realizado este ano pela Empresa de Pesquisa Energética, o potencial técnico total de toda a hidroeletricidade nacional foi revisado para baixo, representando 172GW, um potencial bastante robusto, um dos maiores dentre os diferentes países do mundo. No entanto, um terço desse potencial está localizado na Região Amazônica e a gente sabe das complexidades que existem para se desenvolver projetos nessa área por sua topografia e pelas questões ambiental e social a elas atreladas.

O potencial eólico brasileiro está na faixa de 440GW e já existem estudos avaliando esse potencial na faixa de 800GW, mas o potencial de geração centralizada, ou seja, usinas de grande porte solar fotovoltaico é estupendo, 28.500GW, são duzentas vezes o que a matriz elétrica brasileira inteira possui hoje. E os telhados residenciais fotovoltaicos, não é tema dessa audiência pública especificamente, mas eu gostaria só de dar esse destaque, representam 164GW de potencial, mais do que a matriz elétrica brasileira atual de 149GW.

Então, de fato, no que depender da energia solar fotovoltaica, o Brasil está muito bem atendido e pode, de fato, atender uma parcela importante da sua demanda de energia elétrica. Ou seja, essa fonte pode se tornar uma grande contribuinte para o desenvolvimento econômico, social do nosso País...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – ... e ambiental também.

Pois não, obrigado.

Seguindo um pouquinho adiante, nós trouxemos aqui, Senador, cinco exemplos específicos de aplicação da energia solar fotovoltaica totalmente verde-amarelos. São projetos brasileiros, todos desenvolvidos no País, desde habitação popular, como o Programa do Minha Casa, Minha Vida – esse foi um projeto piloto. Infelizmente, o Minha Casa, Minha Vida ainda não usa a energia solar fotovoltaica de uma forma mais massiva, mas é uma possibilidade, e o Ministro das Cidades recentemente deu uma entrevista dizendo que gostaria de incluir a fonte solar fotovoltaica em projetos do Minha Casa, Minha Vida, e esperamos que isso possa acontecer.

Uma residência usando esse sistema no Mato Grosso do Sul, esse projeto foi na Bahia, esse, no Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aqui, combinando as tecnologias solares com a fotovoltaica aqui, no meio, e dois aquecedores solares aqui, embaixo, ou seja, usando o melhor do sol nas suas duas principais tecnologias.

E temos aqui um projeto em edifício público, Palácio dos Bandeirantes, e, ao final da minha apresentação, eu vou dar destaque a um outro projeto importante, edifício público federal, e temos aqui um edifício comercial, industrial em Minas Gerais, e também uma usina fotovoltaica de maior porte em Pernambuco.

Tivemos, em 2015, uma participação ainda pequena da fonte solar fotovoltaica na matriz elétrica brasileira, representando ainda 0,01% da geração de energia elétrica do País. No entanto, a expectativa para os próximos anos com o crescimento que o mercado brasileiro deverá ter é de que, ao todo,

deverá ter é de que, ao todo, o País deverá adicionar por volta, esse número já está um pouquinho elevado, por volta de 65GW a 68GW de todas as fontes. E o planejamento que tinha sido publicado ano passado pela Empresa de Pesquisa Energética apontava para 7GW de energia solar fotovoltaica na matriz até 2024, mas eu gostaria de dar destaque, na realidade, a esse eslaide...

Perdão, tem mais um aqui.

Só, olhando historicamente, o Senador também fez essa menção, temos vários países que, até 2020, como é o caso da China, pretendem instalar 100GW de energia solar fotovoltaica na sua matriz. Desafio similar tem a Índia, querendo instalar 100GW até 2022.

E temos aqui as metas dos diferentes países.

Segundo essa métrica anterior da Empresa de Pesquisa Energética, haveria uma instalação na faixa de 7GW até 2024. Isso representaria essa barrinha de potencial aqui. Até o ano passado, eram 35MW, um volume pequeno na matriz elétrica brasileira de solar, e, até 2024, seriam 7GW, o que a Absolar ainda considera aquém das potencialidades do Brasil.

A Absolar recomenda uma meta nacional na faixa de 30GW para a fonte solar fotovoltaica até 2030, o que colocaria o Brasil mais ou menos na mesma escala dos Estados Unidos.

O interessante é notar nesse eslaide seguinte, um eslaide de autoria da Empresa de Pesquisa Energética, agora, no ano de 2016, sob nova Direção, sob nova gestão, e percebemos um planejamento para que até 2030, já, mais em linha com a recomendação do setor solar fotovoltaico, serão incorporados na matriz elétrica brasileira 25GW da fonte solar fotovoltaica, o que representaria 10% da capacidade instalada nacional.

Isso estaria distribuído, segundo o planejamento em desenvolvimento pela EPE, em 17GW de geração centralizada até 2030, o que representaria por volta de 7% da capacidade instalada nacional, e, em geração distribuída, que aparece, essa é uma inovação também do Ministério de Minas e Energia, aparece pela primeira vez num item separado aqui, de potência, a solar fotovoltaica em geração distribuída com 8.2GW até 2030. Seriam 3,2% da matriz elétrica nacional. Somando os dois, 25GW...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – ... o que representariam investimentos da ordem R$125 bilhões pelo setor, até 2030.

Ou seja, eu gostaria aqui, nesse momento, de cumprimentar a EPE por essa nova diretriz que se inicia no seu planejamento e que começa a incorporar, Senador Hélio José, a energia solar fotovoltaica não mais de forma tímida, mas de forma, de fato, bastante representativa na nossa matriz. É um avanço muito bem recebido pelo setor.

Do ponto de vista dos benefícios e das características da fonte solar fotovoltaica, eu gostaria de dar um rápido destaque aqui a um fato muito importante. O Brasil no ano passado teve uma retração na sua economia. Tivemos 3,8% de redução do nosso PIB e esse ano estamos ainda numa fase de recuperação antes de um crescimento mais sólido do País.

A fonte solar fotovoltaica, que teve um crescimento importante no ano passado, os pequenos sistemas de geração distribuída cresceram mais de 300% mesmo no ano de crise, pode ser um caminho importante para ajudar a gerar novos empregos, atrair novos fabricantes, ou seja, novos investimentos no País, e também, com isso, ajudar a desenvolver economias locais e trazer mais arrecadação, por que não dizer, para o próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Poder Público.

Então, eu gostaria de trazer esse destaque para os benefícios socioeconômicos que a fonte, ao se desenvolver no País, poderá trazer para o crescimento econômico do Brasil e da sua população.

Além disso, eu mencionei os benefícios ambientais dessa fonte os benefícios ambientais dessa fonte de baixo impacto ambiental, renovável e sustentável.

Eu gostaria de dar destaque, rapidamente, à esfera estratégica, uma vez que energia fotovoltaica pode ajudar a diversificar mais a matriz elétrica brasileira, aumentando a segurança do suprimento energético. e é uma fonte que, hoje em dia, não representa nem 1% da matriz. – ela, de fato, é uma fonte nova a ser inserida na matriz. Então, representa, sim, uma diversificação para a matriz elétrica brasileira, ajudando, ainda, a reduzir as perdas elétricas na medida em que a geração pode ser realizada perto do ponto de consumo, mesmo em geração centralizada de maior porte.

Apresentando destaque de um país que já investe nessa tecnologia com maior firmeza, nos Estados Unidos houve, no ano passado, 208 mil empregos somente em energia solar fotovoltaica. No Brasil, a nossa expectativa da Absolar é de que cada megawatt instalado no ano poderá gerar por volta de 25 a 30 novos empregos diretos para o Brasil. E, ainda, empregos indiretos, um número importante de se ter, são por volta de 3 empregos indiretos gerados ao longo das cadeias produtivas e prestadoras de serviços correlatos para cada emprego direto na cadeia do setor solar fotovoltaico.

Olhando especificamente para a geração centralizada, tema do nosso debate de hoje, a energia solar fotovoltaica começou o seu desenvolvimento nessa fonte a partir de 2013, com o primeiro leilão realizado pelo Estado de Pernambuco. E, na sequência, tivemos: em 2014, o Governo Federal realizando o primeiro leilão de energia de reserva com a fonte solar fotovoltaica; e, em 2015, já foram dois leilões da fonte solar, totalizando no ano mais de 2 gigawatts contratados. O total acumulado desses três anos e quatro leilões é por volta de 3,3 mil megawatts já contratados da fonte solar fotovoltaica.

Também é interessante perceber que, ao passar dos anos, com essa contratação, temos visto uma redução no preço médio da energia solar fotovoltaica no Brasil. Parte desse fator está relacionada com o fato de essa tecnologia ser nova e estar ganhando mais *know-how* e capacidade de competitividade no País. E parte disso também está atrelada à redução de custo dos equipamentos no mercado internacional. E outra parcela disso diz respeito também à valorização do real, em especial de 2015 para cá, uma valorização que ajudou um pouco a tornar mais competitiva essa tecnologia.

Os projetos que estão contratados, que representam esses 3,3 mil megawatts, estão distribuídos em quatro diferentes Regiões do Brasil, Senador. É importante a gente notar que a energia solar fotovoltaica não é uma fonte que se concentra em uma única Região do País. Temos projetos na Região Nordeste, na Região Sudeste, na Região Norte e na Região Centro-Oeste do Brasil. Em especial, teremos, neste ano, um novo leilão que vai trazer também oportunidades para Regiões que não tenham um volume tão contratado ainda. Eu vou dar mais destaque para isso na sequência.

A expectativa é de que, a partir do ano que vem, quando os primeiros projetos de leilões federais serão entregues, nós começaremos a ter no Brasil, também, fotos bonitas desse tipo, mostrando uma grande usina centralizada gerando energia. Esse é um complexo grande nos Estados Unidos, de 579MW, e é um dos maiores complexos do mundo de energia solar fotovoltaica. Os brasileiros terão um porte um pouco menor do que esse, mas já existem complexos em construção na faixa de 250 a 280MW, o que seria por volta de metade desse valor – complexos bastante significativos, trazendo desenvolvimento para regiões do Brasil com baixo IDH.

Na geração centralizada, para que essa fonte continue avançando e se desenvolvendo no País, nós temos aqui três recomendações importantes. nós temos aqui três recomendações importantes. A primeira delas diz respeito à manutenção do sinal de contratação. Já começando a responder à pergunta que nos foi feita durante a abertura da audiência pública, a contratação de energia solar através de leilão de geração centralizada é fundamental para o desenvolvimento da cadeia produtiva aqui no Brasil, uma vez que, nesse primeiro momento, enquanto a geração distribuída ainda representa um volume pequeno e gradualmente sendo incorporado na matriz, é a geração centralizada que dá o volume necessário para que os fabricantes reconheçam o País como um foco de investimento e venham ao Brasil investir nas suas fábricas, ou mesmo os nacionais abram as suas fábricas para atender esse segmento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – E, nesse sentido, a Absolar recomenda um volume na faixa de 2 mil megawatts em contratações anuais nos leilões de energia para fonte solar fotovoltaica.

Também trazemos aqui uma recomendação de que seja mantido um preço-teto adequado para a fonte, e o Ministério de Minas e Energia, a EPE e Aneel têm sido extremamente competentes – eu gostaria, aqui, de parabenizá-los – na definição de preço-teto. Este ano, também, tiveram sucesso nessa definição de preço-teto, indicando para o mercado um valor bastante interessante e atrativo para os investidores.

E, por fim, existe uma possibilidade de melhorias contratuais. Os contratos da fonte solar atualmente são de vinte anos: poderíamos ter contratos mais adequados à vida útil dos equipamentos, que têm garantia de 25 anos ou mais. Então, esses contratos poderiam ser num prazo maior, pois isso ajudaria a facilitar o acesso a financiamento. O próprio BNDES teria abertura para discutir um período de amortização do financiamento por um prazo maior se o contrato for maior. E, além disso, reduzindo o preço da energia solar fotovoltaica no Brasil, trazendo, então, competitividade para a fonte.

Teremos, neste ano, um leilão que será realizado no dia 19/12, o segundo leilão de energia de reserva – infelizmente, houve um único leilão este ano com participação da fonte solar fotovoltaica. A Absolar recomenda dois leilões por ano para a fonte, o que traria mais maleabilidade na contratação da fonte, inclusive do ponto de vista do prazo de entrega dos projetos, e também de volume de contratação – comparando-se o resultado de um leilão com o segundo para fazer essa avaliação quando a gente só tem um leilão, a margem para errar é muito menor e, então, isso é um risco um pouco maior. E foi anunciado o preço-teto, na nossa visão muito bem recebido, de R$320 por megawatt/hora.

Eu queria dar um destaque aqui para uma questão de atenção, um ponto de atenção, do setor eólico, que é a disponibilidade de transmissão para algumas regiões do País. Pela metodologia de contratação desse leilão, parte dos projetos que se cadastraram – e foram, praticamente, 13,4 gigawatts em projetos da fonte solar fotovoltaica – não poderá participar ou não conseguirá participar do leilão por conta dessa impossibilidade de infraestrutura de disponibilidade de transmissão para escoamento da energia. Isso afetou, em especial, no caso da fonte solar fotovoltaica, os Estados da Bahia e do Rio Grande do Norte. Para a eólica, também prejudicou o Estado do Rio Grande do Sul, mas lá não é um foco, neste momento, de investimentos de projetos solares.

Por outro lado, como mencionado, a fonte solar é muito bem distribuída no Brasil. Então, nesse cenário, ainda resta um volume significativo de projetos da fonte solar para atender a essa expectativa de contratação anual do setor. Portanto, a nossa expectativa é de que, este ano, teremos, por conta dessa restrição, destaque para outros Estados, como o caso do Piauí, de São Paulo, de Mato Grosso do Sul, que têm a possibilidade, com mais de um 1 gigawatts disponíveis para contratação, de terem projetos nas suas regiões sendo contemplados com esses contratos.

Infelizmente, o preço de venda da energia não será o preço mais da energia não será o preço mais competitivo da fonte solar fotovoltaica no Brasil, este ano. Por quê? Justamente porque as melhores regiões de radiação solar estão em parte dos Estados que não conseguirão participar do leilão este ano. Então, isso, de uma certa forma, vai fazer com que os empreendedores tenham preços que não são tão atrativos quanto poderiam ser.

Totalmente relacionado a esse tema e à pergunta aqui trazida: para que a gente consiga continuar avançando, a boa notícia, Senador, é que a cadeia produtiva começa a se estabelecer gradualmente no País. Já temos aqui no Brasil,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – Eu passo para o próximo eslaide. Olhem o número de fabricantes: são seis de módulos, são oito de inversores, são seis de rastreadores, são quatro de *string box*, e, além disso, os fabricantes de sistemas. Então, já passamos aí de duas, quase três dezenas de fabricantes que começam a se estabelecer no Brasil para produzir os equipamentos fotovoltaicos no País.

Existe, no entanto, um gargalo importante ainda no desenvolvimento da cadeia produtiva que diz respeito, justamente, à política industrial. Os países que atualmente lideram o mercado fotovoltaico interna-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cional na sua produção de equipamentos possuem, todos eles, política industrial nacional para trazer competitividade à sua fabricação. Isso não é nenhum privilégio do setor fotovoltaico: isso acontece na indústria automobilística, isso acontece na indústria de equipamentos eletroeletrônicos, e os países precisam de políticas industriais para se tornarem competitivos. E, no caso da energia solar fotovoltaica, a política industrial muito bem citada aqui na pergunta, que é o Padis, ela agora está numa situação um pouco delicada. A OMC, recentemente – na verdade, não é recentemente: esse é um processo que acontece já há algum tempo –, recebeu questionamentos do Japão, da União Europeia e dos Estados Unidos, solicitando providências da OMC relativas a sete políticas industriais do Brasil, entre elas: Inovar-Auto, Padis e Lei da Informática. O Padis, a Lei da Informática e essas outras políticas estão sendo questionadas quanto às suas condições de competitividade, consideradas pelos outros países como injustas, vamos dizer.

Eu diria que esse é um tema muito contencioso. A Absolar acha fundamental que o Brasil tenha políticas industriais para se tornar competitivo. Mas, na prática, o que isso significa para os empreendedores é que existe uma dúvida sobre o uso do Padis e da Lei da Informática: se eles continuarão sendo factíveis para a fabricação de equipamentos fotovoltaicos. O Padis é utilizado pelo setor para fabricar módulos e células fotovoltaicas; e a Lei da Informática é utilizada pelo setor para fabricar inversores fotovoltaicos. Isso quer dizer que os dois principais componentes de um sistema fotovoltaico, que somados representam mais de 50% do valor de um sistema fotovoltaico, estão agora com a sua política industrial sob ponto de interrogação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – Então, não sabemos ainda qual vai ser o destino da política industrial que afeta esse segmento.

E, aqui, por outro lado, onde há desafio, há também oportunidade. Então, existe a oportunidade para o Poder Público, através do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e através do Ministério da Fazenda, estabelecer um nova política industrial para o setor solar fotovoltaico, levando em consideração, justamente, essa necessidade de competitividade para fabricação dos equipamentos aqui no País. E, além disso, com financiamento disponível para não só os fabricantes, mas também para os empreendedores do setor.

Para finalizar, existe outra questão importante, que diz respeito à isonomia tributária para fonte solar fotovoltaica: mesmo os equipamentos, depois de produzidos, sejam eles nacionais ou importados, sejam eles nacionais ou importados, estão sujeitos a uma elevadíssima carga tributária para a sua comercialização. Isso faz com que a fonte solar fotovoltaica carregue os pesos excessivos dos tributos no seu preço final da energia. Por isso que, quando a gente diz que o preço da energia solar fotovoltaica ainda não atingiu o patamar das outras fontes, é preciso entender que a fonte solar fotovoltaica tem uma tributação não isonômica, o que prejudica sobremaneira a sua competitividade. Se fosse possível reduzir essa excessiva carga tributária, a fonte solar se tornaria 15% mais competitiva, com preços muito mais próximos das outras fontes renováveis.

Para finalizar, eu gostaria de dar destaque ao sistema do Ministério de Minas e Energia que foi inaugurado esta semana: uma parceria entre o Ministério de Minas e Energia e a Absolar... – perdão, foi na semana passada, dia 17 –..., cujo objetivo é o de servir de referência e motivação para população, empresas e para o próprio Poder Público fazerem mais uso da tecnologia solar fotovoltaica. Esse sistema, com uma capacidade instalada de 50kW de potência, gerará, por ano, 81 MWh de energia, ajudando a reduzir por volta de 5% a 7% do consumo de energia elétrica do ministério, e ajudando a evitar as emissões de 161 t, na sua vida útil, de gases de efeito estufa. Então, esse é um exemplo que a gente espera que possa ser reproduzido em outros prédios públicos e também pela população e pelas empresas do Brasil.

Gostaria de agradecer a oportunidade e de pedir desculpas por ter extrapolado, um pouquinho, o tempo. E fico à disposição para questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Cumprimento o Sr. Rodrigo Lopes Sauaia pela brilhante apresentação. E reclamo por não ter recebido o convite do Ministério de Minas e Energia – já falei com o Bertol aqui. Estou nessa correria tão doida, mas eu vou lá conhecer o sistema – ouviu, Rodrigo? Bertol, vamos combinar –, porque eu acho que esse é um exemplo muito bom e salutar a ser acompanhado e a ser seguido pelos demais órgãos públicos. Parabéns ao Ministério de Minas e Energia.

Vamos ouvir, agora, a Abinee. Eu fiz questão de ouvir primeiro os colegas da iniciativa privada – ouvindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a Absolar e ouvindo agora a Abinee –, exatamente para ver o que os colegas andam pensando e para ver o que nós podemos fazer para que o Brasil saia dessa situação. Em seguida, nós vamos ouvir o Amilcar e depois o Bertol, exatamente para, à luz do colocado pelo Rodrigo, muito bem, e por você agora, Barbieri, nós vermos como nós caminhamos para contribuir para que o Brasil, realmente, consiga chegar ao patamar que é o desejo de todos nós: voltar a crescer, geração de emprego, oportunidade, e haver energia de preço bom e barato, limpa,saudável e renovável.

Então, com a palavra o nosso Rodrigo Barbieri, da Abinee – aliás, Roberto Barbieri, não é Rodrigo, não. Estou misturando o Rodrigo Sauaia com o Roberto Barbieri.

Vamos lá, Roberto.

O SR. ROBERTO BARBIERI – Boa tarde a todos.

Quero, inicialmente, agradecer mais esta oportunidade de estar aqui na Comissão de Infraestrutura, graças ao convite do Senador Hélio, para apresentar a nossa visão. Eu vou ser bem breve, para a gente deixar para responder, no debate, um pouco das questões.

A Abinee é bastante conhecida: é a associação que representa a indústria elétrica e eletrônica do Brasil. A Abinee tem como missão assegurar o desenvolvimento competitivo das empresas do complexo elétrico e eletrônico. Nós reunimos mais de 500 empresas associadas, instaladas no Brasil, fabricantes dos mais diversos equipamentos, e sempre fabricantes e empresas comprometidas com agregação de valor local do seus produtos. Nosso âmbito de atuação é o Brasil inteiro. Temos escritório

de atuação é o Brasil inteiro. Temos um escritório central em São Paulo, vários escritórios regionais, inclusive aqui em Brasília. Temos uma estrutura diretiva e funcional bastante complexa – não vou perder tempo com isso.

O setor elétrico eletrônico está, em termos de faturamento, bastante afinado com o que acontece no País. Então, infelizmente, nos últimos dois anos, nós tivemos queda no faturamento, assim como teve queda no PIB. O setor elétrico eletrônico também – pela ausência de indústrias de componentes básicos no Brasil - é uma Indústria altamente importadora, na sua balança comercial. Quer dizer, nós temos alguns produtos de exportação, somos líderes de exportação em alguns produtos, mas, graças aos componentes, o nosso déficit, em termos de balança comercial, é bastante grande. Diminuiu nos últimos anos porque a atividade do setor diminuiu, mas tradicionalmente quando o setor cresce aumenta também esse déficit na balança. Aí temos os números até o ano passado, mas os números que a gente apurou para 2016 estão, também, consagrando uma queda este ano, infelizmente pelo terceiro ano seguido.

Nós temos, dentre as várias áreas do setor elétrico eletrônico, onze áreas que a gente considera de atividade das nossas associadas. A parte de geração de energia elétrica está dentro da área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, que a área que eu coordeno lá na Abinee. Então, nossa estrutura é bastante enxuta, tem um conselho administrativo, as diversas áreas e os grupos setoriais e grupos de trabalhos, que é onde as empresas se reúnem e fazem os trabalhos.

Falando especificamente dos leilões de energia de reserva. Achei até que alguém fosse apresentar isso antes de mim, mas acabei não sendo o último a falar – estava achando que seria o último. Trouxe algumas definições para situar só a situação.

Energia de reserva está regulamentada pelo Decreto 6.353, de 2008. Energia de reserva é, justamente, a energia entendida com aquela destinada a aumentar a segurança do fornecimento de energia elétrica ao sistema nacional proveniente de usinas especialmente contratadas, mediante leilões, para esse fim. O Rodrigo já falou um pouco dos leilões. Depois dos leilões essa energia gera contratos, que depois são repassados, viram encargos de energia de reserva. É o encargo que está embutido na tarifa, em todas as nossas contas, de todos os consumidores do Brasil. Os leilões ocorrem desde 2008. Já tivemos 10 leilões de energia de reserva.

O décimo primeiro vai acontecer agora, dia 9 de dezembro, até como o Rodrigo já mostrou. É um leilão para as fontes eólica e solar. Os leilões, em geral, são por fonte. As mais variadas fontes foram contemplados ao longo desses anos em que ocorrem os leilões. Tem sido dada prioridade, nos últimos anos, às fontes alternativas, Senador. Por isso é que eu acho que essa audiência aqui tem esse mérito de destacar a importância para as fontes alternativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Considerando, falando um pouco do custo disso, o preço médio, considerado até o nono leilão, foi – um preço médio atualizado em outubro do ano passado - de R$196,00por *megawatt* hora produzido. Esse não é um valor muito acima dos Leilões normais de energia, é algo de 30%, 40%, dependendo do outro leilão. O impacto disso não vai ser tão grande. Os leilões não foram idealizados com uma política industrial, foram idealizados, como está lá no decreto, para garantir que, na ausência de energia de alguma fonte ou diante de algum problema nos leilões normais, você tivesse efetivamente

efetivamente, usinas das mais variadas fontes disponíveis para atender o mercado consumidor, como aconteceu em anos recentes em que a gente teve pouca água nos reservatórios e foi necessário o acionamento das usinas térmicas, das termelétricas. Mas, apesar dele não ter essa finalidade de política industrial, deve considerar a experiência do Proinfa – que foi a outra audiência em que estive presente – e a necessidade de você ter um incentivo para a indústria instalar-se e devolver soluções, incentivo esse que é sempre mercado – não é, Senador –, mercado esse que só aparece quando você tem um certo volume de demanda. Assim, o leilão de energia de reserva acaba sendo, também, uma forma de estímulo, uma forma de criar uma certa demanda.

O Rodrigo falou aí de um número mágico para o setor fotovoltaico específico, que é 2 gigas. A gente, desde o começo, está tratando do caso específico do fotovoltaico – e a Abinee está tratando disso desde 2011. A gente, lá no começo, já havia levantado esse número. A partir de uma demanda anual de 2 *gigawatts*, a gente consegue ter a cadeia toda aqui no Brasil. A gente já tem uma boa parte da cadeia, mas, no caso fotovoltaico especificamente, para a produção, para a agregação de valor do silício para a célula – sobre a qual também falei um pouco na outra audiência -, lá onde está essa agregação, a gente não conseguiu ainda ter essa indústria. Só vai conseguir se chegar a valores de 2 gigas.

O Senador foi feliz em falar do eólico. No eólico aconteceu isso. No Proinfa houve um estímulo, houve uma conjunção de fatores de produção. A demanda foi crescente e a indústria se instalou do Brasil. No próprio fotovoltaico, quando a gente começou a discutir isso lá na Abinee, nós demos sugestões no plano decenal, lá em 2012. A EPE não colocava a fotovoltaica e nós fizemos uma contribuição. Falamos assim: vamos trabalhar com uma meta otimista de 2 gigas até 2020. A gente pediu para colocar no plano decenal. E essa meta nós vamos atingir facilmente. No ano que vem nós estamos atingindo os 2 gigas de instalação, quer dizer, as coisas acontecem, tendo um pouco de estímulo as coisas acontecem no Brasil.

Só complementando, então, a questão dos leilões de reserva. São importantes porque muitos empreendimentos e muitas tecnologias só se viabilizam com um grande volume. Quando você tem o efeito de ganho em escala nas indústrias isso vai gerar as usinas existentes no LER.

Bom, o custo de aquisição de energia de reserva vai para a tarifa, como eu falei. Quando nós apresentamos um estudo, em 2013, para convencer o Ministério a tentar implementar um leilão de reserva para a fotovoltaica, na época, nós o fizemos considerando as tarifas de então e os custos de então, que já baixaram de lá para cá. No fotovoltaico, para um leilão de 200 *megawatts*, o impacto do encargo de energia de reserva seria inferior a meio por cento na tarifa. Hoje nós estamos fazendo leilões de 1 giga, mas, como baixou o custo, apesar de a gente aumentar em cinco vezes a quantidade, o impacto estaria próximo disso. O impacto na tarifa é bastante pequeno.

A necessidade de energia de reserva para essas diversas fontes é fundamental para a gente ter...O leilão de energia de reserva é, em princípio, limitado. Quer dizer, nem todo ano a gente precisará fazer um leilão

um leilão de reserva porque isso está atrelado ao crescimento do consumo e da existência dos outros leilões. Mas como no Brasil, com exceção dos últimos dois anos, tinha um crescimento contínuo do consumo de energia elétrica, a gente sabe que ia, naturalmente, exigir também o crescimento dos leilões de energia de reserva, o que deve acontecer na hora em que o Brasil retomar o crescimento. Não sei o que o Amílcar vai mostrar na questão do planejamento. Provavelmente, a quantidade de leilões não vai ser infinita, ela vai ter um limite. Enquanto a gente puder usar isso como um instrumento para incentivar será bastante bem-vindo.

Só respondendo um pouco à questão do Senador, a nossa visão é a de que, Justamente, o leilão de reserva é um alavancador de tecnologias advindas. O fotovoltaico está aí já entrando. A questão da geração heliotérmica está sendo estudada já por alguns fabricantes. Tanto o fotovoltaico quanto o heliotérmico são tecnologias que já existiam no mundo. Não estavam viáveis economicamente, mas recentemente, até em função da entrada da Chinam, foram viabilizadas reduções de custos significativos. O heliotérmico, que ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

não está no mesmo porte do fotovoltaico, tem bastantes possibilidades do Nordeste brasileiro. A grande diferença entre o heliotérmico e o fotovoltaico é que o heliotérmico traz, quase que associado à própria geração, alguma forma de armazenamento, o que é uma preocupação quando a gente instala cada vez mais fontes alternativas intermitentes na matriz, a gente sempre fica preocupado com a questão do armazenamento. Então, assim, posso dizer que, do ponto de vista da indústria, ela está atenta a essas questões. Na questão do armazenamento, também através de baterias e outros sistemas que têm a chamada pública da Aneel. As indústrias estão participando ativamente e a gente vai ter alguma coisa desse desenvolvimento o ano que vem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nossa amigo Roberto Barbieri pela brilhante explanação.

Vamos ouvir da nossa empresa planejadora do sistema elétrico o querido Amílcar Guerreiro, Diretor de Estudos de Energia Elétrica, sobre o que se está pensando para os próximos períodos, o que que ela está dizendo para nós, como é que a gente vai sair dessa dessa situação para uma situação cada vez melhor. Não é, Rodrigo e Roberto? Daqui a pouco será complementada, com certeza, pelo....A preocupação que sei que há do nosso Ministro, do ministério de Minas e energia, de favorecer e fortalecer esse setor tão importante e que ficou um tempo atrasado, mas que agora está tendo essa oportunidade de recuperar terreno.

Vamos ouvir Amílcar guerreiro, que está com a palavra.

O SR. AMILCAR GUERREIRO – Primeiro, boa tarde a todos!

Quero, primeiro, Senador, agradecer o convite formulado em meu nome pessoalmente, e em nome da direção da EPE, especialmente Luiz Augusto Barroso, que é o nosso Presidente. Pessoalmente, é uma honra para mim.

Há dois lugares no Brasil onde me emocionou a primeira vez que fui. Um deles...Sou do Rio de Janeiro e moro numa cidade que, por si só, é emocionante. Agora, em todos os sentidos. A primeira vez

que fui à Foz do Iguaçu me emocionei pela dimensão, pela pujança daquele lugar, da cachoeira, enfim. O segundo lugar...Fiz a faculdade, lá no Rio de Janeiro, na Politécnica, na Federal do Rio de Janeiro. Fui de um tempo...Nos dias em que tinha aula o dia inteiro você almoçava em um bandejão. Teve situação de todo mundo ter de parar de almoçar, entrar numa fila, com a carteira de identidade na mão para ver se o nome estava numa lista ou não. Se não estivesse, tudo bem, você continuava a almoçar e ia para a aula depois. Então, a primeira vez que vim ao Congresso foi um ponto de emoção por conta, exatamente, do fato de ser a Casa da democracia. Então, é um honra pessoal estar aqui, de alguma forma, contribuindo para discussões de grande interesse para o País.

Antes de começar, deixe-me fazer aqui um *disclaimer*. Imagino que Barbieri deve somar-se ao pleito do Rodrigo, os dois, já que a Abinee congrega todas as indústrias, um pleito da heólica, um pleito da TCH. Ontem a gente recebeu o pessoal da GE e a GE, agora, é controladora da Alstom, também. Americano é um pouco diferente do francês, é mais objetivo com relação as aplicações: "Pensem também num mercado para máquinas hidráulicas". Tem a área térmica. Imagino somar isso tudo, como é a arte de a gente conciliar todas essas demandas. Não é assim trivial.

Não sei, Senador, se....Tentei ater-me ao tema, à questão da energia de reserva. Acho até que o Moacir estava conversando. O Moacir, talvez, fale da questão mais ampla, da política energética, do planejamento. Essa é uma questão interessante. A política energética...A EPE não é o elemento formador. Ela até participa, ela contribui, desenvolve estudos que subsidiam a definição das políticas, mas a política energética é discutida num plano do Executivo, pelo Conselho Nacional de Política Energética, e o Ministério, e também no Legislativo. Esta é uma Casa onde se discutem políticas públicas. Esta Comissão é um dos fóruns para isso.

Não é exatamente ali. Não vou aqui tratar a questão de leilão de reserva como instrumento de política pública. É uma abordagem, naturalmente, mais técnica. Então, vamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu me permiti, Senador, dividir em dois, como uma sugestão: metodologia aplicada àquilo que a gente está fazendo hoje e um pouco de perspectivas futuras, o que vai sair...O Barbieri fez aqui para mim uma introdução ótima para falar de outro tipo de reserva que, talvez, lá no futuro

Outro tipo de reserva que talvez lá no futuro a gente vá precisar.

Então, quanto à metodologia, primeiro, vamos fazer uma breve contextualização. Quaisquer que sejam as energias, inclusive, as energias renováveis, podem ser contratadas em dois ambientes. O mercado livre – e aí é mercado mesmo –, é mercado mesmo, é livre negociação de preços e quantidades de energia.

E no ambiente de contratação regulada, em que o leilão de reserva é apenas uma das formas de contratação. A forma usual não é um leilão de reserva, o leilão de reserva existe exatamente para garantir a continuidade do fornecimento de energia do suprimento de energia elétrica, para aumentar a segurança no fornecimento.

Ou seja, se eu estiver com meu sistema equilibrado, seguro, em tese, não precisaria do leilão de reserva. O leilão de reserva não é, necessariamente – e acho que o Barbieri colocou muito bem – um instrumento de política de expansão de qualquer fonte. Mas ele afinal até ajudou isso.

Mas o grande objetivo dele é a garantia da continuidade de fornecimento, o aumento da segurança no fornecimento de energia elétrica para o sistema interligado. E vou fazer um parênteses: não só para o sistema interligado. A gente tem na área de energias renováveis, inclusive, produzido documentos também para os sistemas isolados, no sentido de estimular que as soluções tradicionais, que normalmente são unidades diesel possam conviver com, por exemplo, projetos de energia solar. Eu acho que é uma aplicação bastante interessante.

O senhor me permita, Senador, terei de fazer aqui um pouco de conceitos, para a gente compreender a situação dos leilões de reservas. Há uma grandeza que é fundamental na comercialização de energia que chamamos "garantia física". A garantia física é a quantidade de energia que se atribui a cada usina e que cada usina pode comercializar. Pode comercializar menos. Estaria guardando a parte. Não pode pode comercializar mais, porque, em tese, ele não teria como entregar aquela energia.

Então, é um lastro físico do que cada um pode comercializar. Essas garantias físicas são revisadas periodicamente. Uma exceção é para as usinas térmicas. Uma vez contratadas, elas têm garantias físicas fixadas e, no caso das usinas hidráulicas, ordinariamente, a cada cinco anos. Estamos, inclusive, agora em um processo de consulta pública que começou nesta semana da revisão ordinária de garantia física das hidrelétricas. Mas se admitem revisões extraordinárias.

A metodologia é essa. Nós temos dados básicos para uma dada configuração de usinas hidráulicas e térmicas, porque as outras usinas, que não hidráulicas e térmicas, seguem um procedimento bastante específico. Eu faço a simulação. Fazendo aqui uma digressão, o meu sonho é que a gente possa, em um prazo não muito longo, incluir na simulação da operação – hoje, elas não são incluídas, são consideradas, mas não simuladas – a simulação da operação do sistema as máquinas eólicas e as máquinas solares.

Mas, hoje o sistema que a gente sistema hidrotérmico. E aí esses...

E aí com esse sistema, como um todo, você define a garantia física do sistema e já das usinas térmicas individualizadas. Depois, você passa para um outro módulo em que se define um critério para pegar essa garantia física do sistema e atribuir a cada usina hidráulica do sistema a sua energia, a sua garantia física. E essa garantia física é o direito de comercialização que é usina tem.

Veja, a metodologia de cálculo – é uma observação relevante – é submetida a consulta pública. Não é assim uma coisa que o Ministério imponha ou que a EPE defina e diga: "Olha, vai ser desse jeito".

Os dados básicos são de conhecimento público e são informados ou validados pelos e com os agentes. Os modelos de cálculos são submetidos a processo de validação. Alguns modelos de cálculo de simulação da operação hidrotérmica, inclusive, pela Aneel é validado, com a chancela da Aneel. E os resultados desse processo todos são submetidos a consulta pública.

Então, não é uma caixa preta. Essas simulações podem ser feitas por qualquer um. Os programas são disponibilizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Importante: o cálculo da garantia física das usinas depende de vários fatores. Alguns fatores são relacionados diretamente à cada usina. Por exemplo, a revisão da série de vasões e apesar de a gente trabalhar com histórico de vasões, a gente está constantemente revisitando esse histórico, inclusive, porque o uso da água tem mudado ao longo do tempo. E isso, claro, eu tenho que descobrir, definir uma forma de como internalizar nos meus estudos. O uso da água tem mudado porque têm havido outros usos que não são de energia elétrica: produção agrícola, uso na própria ocupação pelas pessoas, o uso para urbano.

A variação de parâmetros característicos da usina. Por exemplo, modificado pelo assoreamento dos reservatórios, pela sedimentação. Isso tudo modifica no tempo as características físicas dessas usinas.

A revisão ou modernização de uma usina. Por exemplo, a ampliação de sua potência; a repotenciação, a elevação da cota de reservatório. Isso tudo são elementos ligados à usina, assim como a performance operativa, os índices de indisponibilidade, de saída das máquinas e manutenção programada.

Isso tudo afeta a garantia física. É importante, mas o principal é que tem um fator sistêmico. Há um fator sistêmico, haja vista que o sistema brasileiro é hidrotérmico e usa, majoritariamente, recursos renováveis que dependem da natureza. Agora, mais e mais, inclusive, com as eólicas e com a solar.

Isso quer dizer o seguinte: como eu não controlo esse recurso, como esse recurso depende da natureza, existe naturalmente um risco de insuficiência de oferta no suprimento. A gente trabalha com esse risco. E uma coisa que se tem que se definir é que nível de risco a sociedade está disposta a correr.

Claro que isso tem um preço. Quanto menor foi o risco que eu quiser correr eu tenho que instalar mais usinas no sistema, porque risco menor, a garantia física é menor. Se eu atribuir uma garantia física maior para as hidrelétricas estou dizendo que ela pode atender um mercado maior...

...estou dizendo que ela pode atender um mercado maior e talvez eu não consiga. Essa é a questão.

Então, quanto à necessidade de reserva como é definida. A base dos contratos está aí. A garantia física; contrato antes de 2000 – isso não é uma coisa nova. Há ali um bloco hidráulico e um bloco térmico.

Daí, em 2008, já em razão da experiência do racionamento de 2001; em razão de uma situação de risco aumentado no Nordeste, você muda o critério de risco, e isso foi definido no CNPE, no Conselho Nacional de Política Energética. Passou a ter um risco, vamos dizer assim, mais apertado.

Isso significou menor garantia física nas hidrelétricas e manteve-se a das térmicas. Veja que essa menor garantia física das hidrelétricas...Mas o mercado atendido é o mesmo.

Então, eu estava contratado antes dessa forma. Não iria entregar essa energia. Aquilo ali foi a necessidade de reserva definida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AMILCAR GUERREIRO – Agora, em 2016, você está revendo de novo esse contrato, esse critério de risco, está diminuindo ainda mais a garantia física das usinas hidráulicas, mas, por outro lado, uma parte da reserva já foi contratada, como já foi colocado aqui, desde 2008.

Então, a necessidade de contratação de reserva para ajustar essa base de contratos, para frente aqui, é pequena. Embora, a revisão do critério possa indicar, futuramente, novas necessidades. Mas a necessidade para frente é pequena.

Mas, a necessidade de reserva pode não se limitar ao ajuste entre a garantia física e a base de contratos, que é o que a gente vem fazendo hoje. Esse é o segundo sobre o qual, se o senhor me permitir, eu gostaria de falar.

Pode haver um outro tipo de contratação de reserva. Veja, Senador, eu gosto muito dessa figura, porque aqui eu estou mostrando a fonte hidráulica, a fonte eólica e a fonte solar.

Veja que a fonte... A gente aprendeu e sabe lidar com a fonte hidráulica, mas ela é muito mais imprevisível do que a eólica e do que a solar. Eu costumo dizer o seguinte: Eu tenho certeza de que vai fazer sol no ano que vem; eu tenho certeza de que vai ventar no ano que vem; eu não tenho certeza – estamos rezando aqui... Parece que esse verão vai ser o verão chuvoso, mas a gente nunca tem certeza se vai ter a chuva que se precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, do ponto de vista de energia, no tempo, quer dizer a potência no tempo, do ponto de vista de energia, a solar é muito boa, a eólica é excelente, e eu preciso apenas preparar o meu sistema para trabalhar com essas fontes.

Aqui é a simulação do parque eólico do Nordeste. Isso é só uma simulação. No dia 16 de agosto de 2015 – e agosto é um mês de grandes ventos no Nordeste –, a geração mínima para o parque de 4,3 mil megawatts foi de 3,2 mil megawatts.

Quer dizer, nesse dia, o fator de capacidade foi mais de 80%. Mas no dia 6 de abril, a geração máxima foi 800 megawatts. Foi de apenas 20%. Mas o mercado é o mesmo.

Veja que eu posso ter, de uma hora para outra, variações de 25% da potência. Isso...

...da potência.

Agora , Isso aqui não é mais simulação, é dado do operador.

Eu tive, em quatro semanas, entre abril e maio, 25% de chance de gerar mais de 3 mil megawatts e a mesma chance de gerar menos que 2,4 mil megawatts.

Então, eu tenho uma diferença que eu preciso suprir com outras fontes. Isso também é verdade... Eu não tenho esses dados, porque a gente não tantos dados assim... Mas é verdade também na solar.

Isso quer dizer que as fontes são ruins? Não, não quer dizer isso. Quer dizer que eu tenho que preparar o meu sistema para trabalhar com fontes que tenham essa característica.

Então, para garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica e aumentar a segurança do fornecimento, poderá ser necessária a contratação de outras formas de reserva, e isso tem sido objeto de estudos técnicos. Essa é a contribuição que eu queria trazer.

Quero agradecer mais uma vez a oportunidade e a atenção e que nos foram dadas. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso representante da APE, nosso Diretor de Estudos de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética, Dr. Amilcar Guerreiro.

Vamos passar a agora Moacir Carlos Bertol, Secretário Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia e dar oportunidade para ouvirmos o que o nosso ASPE, nosso Ministério de Minas e Energia, tão importante, está prevendo para nos ajudar a mudar essa realidade, Rodrigo, Roberto, Brasil, para os próximos anos.

O SR. MOACIR CARLOS BERTOL – Saúdo o Ex^mo. Senador Hélio José Ligar, autor do requerimento para essa audiência pública, para debater e avaliar as políticas destinadas à implantação de energias renováveis.

Avalio também a sua brilhante atuação nessa área, sempre motivando a sociedade, os órgãos públicos no sentido de propor o melhor caminho para que essas energias alternativas – solar, fotovoltaica e eólica – progridam e dão segurança ao fornecimento de energia elétrica ao sistema interligado nacional.

Cumprimento também Amilcar Guerreiro, Diretor de Estudos de Energia da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), avalio a brilhante apresentação. Fez também uma contextualização muito positiva de como são os estudos, de como é que a garantia do suplemento ao setor de energia elétrica no País.

Cumprimento também a associação Absolar. O Sr. Rodrigo Sauaia também foi competente em sua apresentação, bem abrangente.

E também o Roberto Barbieri, da Abinee, a indústria eletroeletrônica também, tendo uma visão do lado empresarial em relação ao desenvolvimento desse tema.

Eu vou fazer uma uma avaliação contextualizada da política energética e do planejamento. Também vou apresentar a estrutura que nós temos implantada na matriz de energia e também a matriz energia elétrica, e nossa perspectiva no planejamento curto médio prazo, que é o PDE. E também o PNE, que a visão estratégica de longo prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aqui nós temos a nossa política energética. Ela é baseada nesses princípios de segurança no abastecimento. Como o Senador falou também, a importância na modicidade tarifária, a...

tarifária, a universalização do atendimento, compromisso com as questões socioambientais, que são fundamentais também para a preservação do ambiente que esses empreendimentos estão instalados, e a sustentabilidade desses ambientes. As perspectivas a respeito aos contratos existentes, a segurança jurídica, fortalecimento do planejamento. Vamos verificar como é que foi feito o planejamento de energia como um todo. Diversificação da matriz, uso de energias renováveis. Nós estamos vendo aí a entrada muito forte da solar, da eólica e agora também a perspectiva da solar. E a integração nacional. Todo o nosso sistema está interconectado em todos os subsistemas. Hoje, no Brasil, a única capital que não tem conexão, o sistema interligado ao nacional, são Boa Vista e Roraima, que têm uma perspectiva também de conexão por alguma circunstância que ainda não estão, mas, com certeza, serão integradas, os sistemas interligados ao nacional.

Eu vou fazer uma visão do planejamento energético. O Plano Nacional de Energia é um documento que trata da política pública, com uma abordagem estratégica de longo prazo, onde define as diretrizes, os usos e a diversificação dos recursos energéticos brasileiros. Então, tem uma visão de longo prazo, e nós temos o Plano 2030, como foi mencionado, e está em estudo bem avançado, e com perspectiva de ser implantado, o PNE 2050, com horizonte maior ainda.

Então, nós vamos ver as implicações que tem, o que se vê nesse planejamento do longo prazo, em 2050. É estudo estratégico e é o documento da política energética. E ele é revisado a cada cinco anos. Não estamos fazendo isso com essa frequência, mas ele tem uma revisão programada a cada cinco anos. O 2030 foi realizado, foi feito, colocado em operação em 2008.

A partir das bases estabelecidas no PNE, nós realizamos estudos de médio e curto prazo, que é o Plano Decenal de Expansão de Energia, com uma visão de uma programação de obras, obedecendo as diretrizes emanadas no Plano Nacional de Energia. O PDE é realizado todo ano com a visão prospectiva de dez anos.

A partir do PDE, tem-se um plano de ação que é posto em prática, através da contratação de energia, leilões de energia para contratar geração e também transmissão. Também são realizados leilões para contratação de combustíveis líquidos, biodiesel, e também leilões para exploração e produção de blocos de petróleo e gás natural, tanto *onshore* como *offshore*. A partir desses leilões, é estabelecido o monitoramento pelo ministério dessas concessões de energia elétrica e atividades econômicas, petróleo,

petróleo, gás e biodiesel, e é fiscalizado pelas agências reguladoras no sentido do acompanhar a curto prazo o atendimento do mercado de energia. Então, esse é feito um monitoramento que é depois voltado para o PDE, restabelecendo, dando um *feedback* nesse monitoramento.

Então, esse é o ciclo de planejamento longo prazo, curto e médio prazo, com plano de obras e consolidado através dos leilões em contratação de energia e de transmissão, como foi falado. Dentro dessa visão, vamos ver como é que está expandido o setor ou a matriz de fontes renováveis de energia no mundo.

Aqui, até para passar um dado importante, o consumo *per capita* em 2014 – que são as informações que já tem a Agência Internacional de Energia, mas no Brasil a gente já tem de 2015 –, o consumo médio mundial é 3.030 quilowatts-hora-ano, o Brasil, em 2015, é 2.545. Então, nós estamos abaixo da média mundial do consumo de energia. Para 2025, temos uma expectativa de 3.508 quilowatts-hora-ano por habitante, *per capita*. Então, isso aí é uma perspectiva do quanto nós temos ainda para crescer e quanto nós temos para oferecer para a sociedade de um modo geral para a energia elétrica. Isso aí abre uma boa perspectiva para nós.

Aqui a matriz de geração elétrica em 2015, o percentual no mundo. Renováveis de energia elétrica, no mundo é 24,1%, eólica representa 841,2 terawatts-hora, representa 3,5 da oferta de energia elétrica através da fonte eólica, e, no mundo, a solar representa 1% de toda a geração da oferta de energia elétrica.

Aqui nós temos as fontes, principalmente no mundo, a maior fonte de geração de energia é através do carvão. O Brasil, para a matriz de geração elétrica, tem uma situação muito positiva, de renováveis 76%, sendo que a eólica gera hoje 21,6 terawatts-hora, 3,7% de toda a oferta de energia é da fonte eólica, e a solar ainda hoje a gente tem uma pequena participação, mas temos expectativa grande de crescimento. E um dado interessante, que é sabido, que é conhecido, a grande oferta de energia. Hoje ainda, dos 581,4 terawatts-hora, 61,9 é da fonte hidráulica, temos a nuclear, gás, carvão e óleo e outras que estão incluídas a eólica e bioenergia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aqui o que eu vou fazer é uma prospecção também da geração eólica por país. Hoje, a geração eólica no mundo todo, que a gente tem 841 terawatts-hora, 3,5% é da geração por eólica. O Brasil contribui, dessa total, com 2,6%. Então, de toda a energia eólica gerada no mundo, o Brasil contribui com 2,6%. E a porcentagem mundial é 3,5%.

E a geração solar aqui, que está mostrado também a grande participação, a gente tem na China, que representa 15,5% em 2015, depois, os Estados Unidos, 15,4%, e no total da geração de energias no mundo, a solar representa 1%, e o Brasil ainda não está contemplado nessa participação, e, com certeza, teremos oportunidade em um tempo aí estar já elencados nessa relação também.

Aqui também podemos mostrar no mundo a potência instalada eólica, que é 434,7 gigawatts. A expansão em 2015 foi 60,2 gigawatts. A eólica, nessa expansão, foi 27%. Fator e capacidade mundial, 23,8 na média, muito inferior ao Brasil, o fator e capacidade no Brasil, o médio, que é 38%. No mundo, a solar, potência instalada, é 234,2 gigawatts. Eu acho que os nossos números, Rodrigo, tem alguma semelhança e alguma atualização. A expansão em 2015 foi 51,8 giga. A solar, a expansão mundial foi 22%. E o fator de capacidade de 13,9%.

Vamos reportar Brasil, a potência instalada eólica é 7,6 gigawatts. A expansão em 2015 foi 2,7 gigawatts. Eólica representou uma expansão de 40%, com fator de capacidade de 38%. Solar, temos hoje uma potência instalada de 30 megawatts, uma expansão em 2015 ainda a gente não considerou, e uma expansão mundial, na geração solar, a expansão mundial também a gente não considerou. E o fator em capacidade hoje a gente pensa em média de 16%, que já há dados com fator de capacidade bem superiores.

Brasil, fontes renováveis, energia e situação da expansão. Aqui nossa matriz de oferta de energia, que tem todas as fontes para matriz de energia, que apresenta toda a energia necessária para movimentar a economia numa região num determinado período de tempo. Derivados de petróleo, a maior participação. Mas o que podemos destacar é que renováveis no Brasil, de energia, da matriz de oferta de energia, é 41,2. Em 2024, 45,2, até tem uma expectativa de aumentar renováveis. E o mundo, como já foi mencionado, é 14,3.

E aqui a gente vê como é a participação de combustíveis fósseis no Brasil, que é 57,5 e no mundo é 80,9. Então, a gente tem uma condição muito favorável em relação tanto a matriz de oferta de energia elétrica, como a matriz de oferta de energia. Isso dá uma expectativa muito positiva de continuar com essa característica a nossa matriz.

Uma das razões do aumento da geração das renováveis na matriz em 2024, na oferta de energia, é que vamos ter um aumento da geração hídrica, que nós passamos por duas crises hídricas, em 2014 e 2015, que diminuiu a oferta, mas também tem um certa imponderável, que o Amilcar falou, esse produto, esse combustível, essa energia da água, que é um pouco imponderável a quantidade para poder fazer geração de energia elétrica.

Aqui a matriz de oferta de eletricidade, também horizonte do planejamento

também o horizonte do planejamento do PDE de médio e curto prazo, 2015 a 2024, a matriz de renováveis de energia elétrica, 75,5. 2024, por conta da hidraulicidade, aumento da eólica, solar e a biomassa vai passar para 86,1 de renováveis. O mundo está com 24,1. E combustíveis fósseis, na matriz de oferta de eletricidade, a gente vê que o mundo está com 65% e o Brasil com 22,1% e caindo significativamente em 2024 para 11,0.

Esses são dados atualizados que a gente tem de acompanhamento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MOACIR CARLOS BERTOL – Da oferta, sim, em percentual da oferta de energia.

E aqui capacidade de geração em 2011, em 21/11/2016, atualizadíssimo. Isso é a nossa matriz, hoje, a capacidade instalada de 149.400 megawatts, essa é a nossa capacidade, distribuindo com 96.533 hidro, dividido em UHS, que é a grande contribuição, 91.189, PCH e CGH. Eólica, 9.798. Solar, 23 mega. Bioenergia, que é biomassa, 13.470 megawatts. Óleo, gás e carvão, 27 mil. E, nuclear, 1.990, considerando as duas usinas. E aqui a participação da capacidade instalada, um predomínio significativo de hidroelétricas. Eólica já está com 6,6% de participação na capacidade instalada. Na geração e na oferta de energia, a gente viu que está com 3,5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aqui é a perspectiva e expectativa no planejamento. Aqui nós temos a capacidade instalada em 2015, que foi falado agora, 140,9 gigawatts. Em 2024, a gente já espera 24,2 giga de eólica e 8,3 giga de solar. E, para 2025, até revisamos um pouco, aumentou um pouco mais a expectativa de solar, e eólica um pouco, para 2025, e as outras fontes aqui a sua participação.

Percebemos que a estrutura da eólica vai ter passado aquele 6,6 para 12% em 2025, e a solar vai ter 5,3 de participação na capacidade instalada da nossa matriz elétrica. Hoje a gente tem, como falei, 149.400 gigawatts de capacidade instalada com a atualização de hoje.

Aqui temos a expansão prevista de 2015 a 2024, praticamente quase 70 mil megawatts divididos por essas fontes aqui. Isso é a nossa expectativa. Nuclear se mantém. Eólica, 8.279 até 2015 a 2024. Colocamos até solar. Não colocamos 2025. Aqui, eólica nós podemos destacar bem o que nós já temos em operação, em construção, iniciar a construção e operação 9,3 giga, em construção 3,3, a iniciar a construção já

a iniciar a construção já contratada, 3,9, a contratar, 7,3, para dar os 24 ponto... De capacidade instalada em 2024, como está mencionado aqui, 24 mil megawatts.

Eólica no Brasil, aqui a gente tem um *ranking* por Estados, quando que é a geração. A maior geração é no Estado do Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia e o Estado do Rio Grande do Sul, que é o quarto Estado na geração, na oferta de energia eólica. E aqui a gente tem a estrutura de geração, quanto que representa nos Estados a geração eólica. No Rio Grande do Sul é 16% e no Rio Grande do Norte 34%.

Potência instalada por Estado, fator de capacidade. A gente percebe aí, em média 40 e poucos por cento no Nordeste. O Rio Grande do Sul também tem um fator de capacidade expressivo, 33,4%. Em determinados momentos, como o Amilcar mostrou, o fator de capacidade é muito superior à geração diária da eólica, tomando como referência um dia. E aqui a expansão que foi realizada em 2015.

Aqui a solar, as usinas que foram contratadas. Eu peguei os leilões de reserva, que foram em outubro de 2014, em agosto de 2015, em 11 de 2015, 31 projetos, 30 e 33; no total, 94 projetos; 2.653 megawatts de potência instalada, que foi contratada, e de energia, 679 megawatts.

A necessidade, o início do suprimento em 2017 e o de 2015 a 2018. Período da contratação: 20 anos. Também o Rodrigo está sinalizando uma boa expectativa de avançar para um período de contratação de 25 a 30 anos. O Ministério sempre está avaliando em conjunto com a EPE a possibilidade disso, os ganhos para a segurança que se tem e também para a fonte, esse período de contratação.

E aqui nós temos o preço de venda em dólar, US$88, US$84 e US$76,2. Então, vemos um decréscimo também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MOACIR CARLOS BERTOL – ...do custo do megawatt/hora dessa energia. E aqui o preço de venda em reais dessa energia contratada da fonte solar.

Aqui nós temos um *ranking* dos preços da eólica, dos leilões que foram realizados. Aqui, como foi mencionado, inicialmente, como incentivo, foi o Proinfa. Hoje está R$372 o megawatt/hora em 2015, embora ele ele está US$114, considerando o dólar médio de 2015. E aqui são os outros preços contratados em reais, e aqui a curva verde, em dólares por megawatt/hora. O último contrato foi US$53 e R$3 o megawatt/hora na média.

Então, discriminado, a gente vê que tem uma tendência de queda, depois uma estabilização nos preços da eólica. Então, hoje é uma fonte extremamente competitiva, é a segunda fonte com o menor preço na contratação. Apenas uma na frente, a primeira é a hidrelétrica, o menor preço.

Aqui um *ranking* dos preços médios e leilões de geração. A gente percebe que as UHE são as que têm o menor preço. Em determinado momento, em uma contratação, ela foi menor que a eólica. Depois, ela subiu, foi o bagaço de cana, gás natural. A solar estava lá com preço de queda muito significativo. O carvão é uma fonte sempre que tem um preço superior, e a solar,

como eu falei, com preço de queda, mas superior, e o gás natural, depois, com preço de queda também. Mas são as fontes que estão acima do patamar de UHE, bagaço, eólica, essas fontes. Está atualizado em maio de 2016. Não atualizamos nesse leilão de reserva aqui, que foi feito em 2016, que contratou, que foi o primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

LER, que contratou 180,3 megawatts de PCH e CGH a um preço médio de R$227 o megawatt/hora, US$70 por megawatt/hora. Então, ele tem um preço bem competitivo, uma modicidade tarifária embutida aí, nessas contratações e nessa otimização.

Eu também gostaria... Já foi bem colocada aí a contratação de energia de reserva. O que regulamenta efetivamente a energia de reserva é o decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008. Regulamenta a contratação de energia de reserva. É aquela que destina aumentar a capacidade na segurança e no fornecimento de energia elétrica ou SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas para esse fim. Segundo o decreto – é importante mencionar isso – será objeto da contratação a energia proveniente de novos empreendimentos ou usinas existentes, que agregam garantia física ao sistema ou que não tenha entrado em operação ainda na data da realização do leilão.

Então, é importante que a energia tenha que ser energia nova ou energia existente que agrega uma garantia física. Para o quê? Para fazer aumentar a garantia na segurança do suprimento de energia elétrica, sistema interligado ou nacional. Esse é o fundamento, e tem toda uma base dentro da garantia física, segurança, o equilíbrio entre a oferta e demanda e o cálculo da garantia física do bloco (*Ininteligível.*)

como competentemente o Amilcar mostrou de uma forma bem didática e transparente para nós.

Os leilões de fontes alternativas, têm por objetivo incentivar a diversificação da matriz de energia elétrica, introduzindo fontes renováveis, como energia solar, eólica e de biomassa.

Aqui, agora, para completar e também para fazer um avanço um pouco, que é uma fonte solar que, principalmente, está avançando muito – até o Rodrigo mostrou várias plantas instaladas – aqui é importante a gente mencionar o número de conexões acumuladas. Isto aqui a gente atualizou em outubro de 2016, é bem recente. Então, hoje a gente já tem 6.017 conexões. Você vê, a gente passou de 500 e pouco em 15, para já 6.017 conexões em outubro, o número de conexões acumulado como geração mini e micro distribuída. Então, isso é importante, o crescimento que está tendo isso, muito positivo.

Aqui, a geração distribuída, a potência total instalada. Já temos 55.220KW, 55 mega, predominantemente solar, 42.890KW, 42 mil gigawatts, 42MW. Então, a gente vê isso aí, esse crescimento significativo, com o predomínio da solar, mas também a gente tem outras

fontes, tem biogás, tem biomassa, tem eólica, tem hidrelétrica, hidráulica, solar eólica, são conjuntas. Então, isso é importante.

E aqui também, já são dados preliminares, mas é importante a gente destacar. O Amilcar tem bastante conhecimento disso também, mas está ainda em estudos e consistência de dados de mercado e de demanda, que o PNE 2050 preliminarmente aponta uma potência distribuída, solar, entre 50GW a 60GW em 2050. Olha a expectativa que isso está representando dentro da potência distribuída em 2050. Biogás, 5GW a 6GW em 2050. Solar total, 100GW a 120GW em 2050, considerando a distribuída e mais a centralizada. Então, isso é uma perspectiva. Como eu falei, o planejamento de longo prazo está se encerrando, está sendo finalizado, sendo aprimorado e sinaliza dentro dessas diretrizes dos usos dos recursos energéticos nacionais.

E aqui também, rapidamente, a geração distribuída por fonte. O número de conexões predominantemente, como é a capacidade instalada, é também a solar, que o número de conexões do total das 6.017, 5.929 é solar.

E aqui também outro dado. A gente tem geração distribuída pelo número de conexões por estrada da Federação. Temos Minas Gerais, com as maiores conexões, com 1.426; temos também o seu DF, participando bem, com boa expectativa, Senador Hélio José, com 119 conexões, uma boa expectativa de projeção.

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA (*Fora do microfone*.) – Tem 25 Estados com sistemas.

O SR. MOACIR CARLOS BERTOL – Exatamente, olha aí, está bem distribuída.

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA (*Fora do microfone*.) – Faltam só dois agora.

O SR. MOACIR CARLOS BERTOL – Só dois. Então, é isso aí.

Muito obrigado, Senador. Eram essas as palavras que tinha que falar. Também quero dizer que me sinto muito honrado e agradeço muito o convite pelo ao Ministério de Minas e Energia para participar dessa mesa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

com esses debates nesse tema tão importante, e vindo também do Senador, com o senhor, fazendo esse convite ao Ministério. Sinto-me honrado em estar aqui e participando daqui, desta Mesa tão qualificada e os debatedores da plateia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço, nobre Moacir Bertol, a participação brilhante do Ministério de Minas e Energia, ao tempo em que comunico que, na última audiência que vamos realizar em dezembro de 2016, discutiremos o modelo de geração de energia elétrica, que será o fechamento das audiências e, provavelmente, identificaremos novas opções para o planejamento da geração, por meio de diversas sugestões.

Eu gostaria, Bertol, eu vou pessoalmente, mas de que você faça o convite ao Fernando. Ele ficou de vir na última audiência. Então, o tema será esse, o modelo de geração de energia elétrica. Então, se o Fernando Bezerra puder nos honrar com a presença, ou, se não puder, quem você assim designar. Todos os que estão vindo do Ministério de Minas e Energia aqui estão realmente bastante participativos e eficientes. Então, mas como na minha conversa com o Fernando, há mais ou menos duas semanas, ele manifestou um desejo de vir, como vai estar tudo sendo devidamente registrado nesse histórico compêndio que nós faremos sobre as energias alternativas,

fechando, e será a última audiência... Nós já temos a data, Thales? A data não está fechada? Ela será ou no dia 13, ou no dia 15, Bertol. Se você puder dar uma confirmada lá, com o Aspar do Ministério, se o Ministro desejar vir, qual data seria mais conveniente para ele, ou 13, ou 15.

O SR. MOACIR CARLOS BERTOL – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu posso estar confirmando aqui, na audiência, e caso ele não possa vir, vocês veem lá quem vocês vão mandar para essa discussão do modelo de energia elétrica, que será o fechamento desse compêndio. Todas as respostas escritas que a gente está pedindo, das perguntas, depois constarão junto do livro final, com todas as transparências, com todas as apresentações, com todas as sugestões que aqui foram colocadas. A gente vai estar fazendo um resumo global.

Quero cumprimentar aqui a nossa Consultoria, estou vendo o Israel ali. Em nome da Consultoria do Senado, que tem colaborado muito com a Comissão de Infraestrutura. Nós vamos estar fazendo o nosso, junto com a minha assessoria – está ali o Dr. Gilson, está ali o Dr. Samuel, um engenheiro ambiental, um engenheiro eletricista de longa experiência –, vamos estar fazendo uma contribuição para esse debate em nível nacional aqui, o encaminhamento das novas políticas.

E o grande objetivo mesmo de a gente estar reunindo também tudo o que existe na Casa que trata da questão das energias alternativas é a gente, em um futuro próximo, poder apresentar uma proposta de marco regulatório das energias alternativas no nosso País, para que a gente posa estar... Isso é um desafio para o próximo ano e que, com esse primeiro trabalho que a gente fez aqui, na Comissão, a gente deve apontar para isso e todas as contribuições que vocês, por ventura, puderem nos passar, serão muito bem-vindas.

Vamos para as conclusões. Eu vou passar... Tem alguma pergunta do Alô Senado? Não veio. Então, está bom. Nós vamos passar para as conclusões finais, passando no sentido contrário, ouvindo o nosso querido Rodrigo Lopes Sauaia, é um nome sírio-libanês. Nós temos uma colônia enorme sírio-libanesa em nosso País, principalmente nas áreas do comércio do Brasil, cidades como Anápolis, por exemplo, têm ruas e ruas, Taguatinga aqui, Brasília, todas que os seus conterrâneos sírio-libaneses colaboraram muito no desenvolvimento comercial do nosso País.

Vamos lá, Rodrigo. Você tem aí até 5 minutos para fazer as suas considerações finais. Agradeço, desde já, a Absolar e todos vocês pela participação.

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – Obrigado, Presidente, obrigado, Senador, pela oportunidade.

Eu gostaria, rapidamente, na verdade, de fazer dois comentários. Primeiro eu gostaria de parabenizar, cumprimentar a todos pelas excelentes apresentações. Foram todas muito interessantes e enriquecedoras. Talvez fosse interessante, o primeiro comentário, deixar aí também uma oportunidade para o Roberto Barbieri, se ele puder fazer uma menção a respeito da questão da OMC e das políticas industriais. Acho que seria interessante para a gente discutir esse caminho, que pode ser um caminho de novas oportunidades, na medida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

em que o Governo poderia trabalhar agora política industrial nova para o setor solar fotovoltaico, buscando uma solução que não fique, digamos, nessa situação que insegurança, que atualmente a gente encontra, com o Padis e com a Lei da Informática. E, na realidade, para o segmento de fabricação de módulos fotovoltaicos e células fotovoltaicas, o próprio Padis, apesar de ser um programa que pode receber os fabricantes dessa tecnologia, os seus insumos produtivos e maquinários não estão adequadamente incluídos na tecnologia. Então, isso gera uma impossibilidade para o setor utilizar essa política industrial a favor de fabricação de equipamentos com preços competitivos no Brasil. Então, quem sabe a gente pudesse debater um pouco esse tema.

O segundo ponto que eu gostaria de comentar, concordando aqui integralmente com a EPE, é, de fato, a incorporação da fonte solar fotovoltaica de outras fontes variáveis – e, a bem da verdade, todas as renováveis possuem algum grau de variabilidade, mesmo as hidrelétricas – vai exigir da nossa matriz elétrica e do nosso planejamento e operação uma nova perspectiva, uma nova visão para a incorporação dessas tecnologias.

Eu só queria complementar essa ideia trazendo os seguintes aspectos: já está em estudo, inclusive o Ministério de Minas e Energia, através, na verdade, do ONS, já está estudando também, a integração das fontes intermitentes na matriz, através de alguns grupos de trabalho e com o conhecimento internacional de países que têm uma participação maior dessas fontes na sua matriz, como o caso de países europeus. Então, seria interessante a gente poder talvez ter um fórum de debate para trazer esses temas à tona, trazer as experiências internacionais bem-sucedidas e buscar formas de tropicalizar esse conhecimento e também usando da inovação brasileira e dos recursos brasileiros, como o caso de hidrelétricas que poderão ser capacitadas com bombeamento reverso para aproveitar os reservatórios ainda mais como forma de contrabalancear a intermitência da rede dentro do nosso trabalho e do nosso planejamento.

E, por fim, um último comentário: fiquei muito contente e gostaria de dar destaque a esse número que apareceu na apresentação do Moacir Bertol, em nome do Ministério de Minas e Energia, do PNE preliminar de 2050, que já projeta um crescimento da fonte solar fotovoltaica na matriz para 100 a 120 gigawatts, em potência instalada total, considerando geração centralizada e geração distribuída, e aparentemente em uma divisão mais ou menos paritária, por volta de metade disso em geração distribuída e metade disso em geração centralizada.

Gostaria aqui de, em nome da Associação, indicar que esses são números bastante positivos. É a primeira vez que nós temos essa sinalização mais clara que poderá aparecer agora de uma forma mais estruturada no PNE, lembrando que essa vai ser a primeira vez que o PNE vai inserir a energia solar fotovoltaica no seu planejamento. Então, de fato, é uma novidade e uma inovação positiva do Ministério e também da Empresa de Pesquisa Energética nesse trabalho de planejamento da matriz elétrica brasileira.

Sr. Presidente, era isso.

Muito obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Você está perdoado, Rodrigo, porque você me deu um minuto de crédito do seu ultrapassar de quase dez minutos, mas muito bem aproveitada a sua palestra inicial.

Vamos ouvir agora o nosso querido Roberto Barbieri, da Abinee.

Roberto, realmente nós temos uma expectativa grande no sentido de... Rodrigo já deu notícias boas que temos cerca de oito ou dez empresas já instaladas, fazendo realmente o fabrico em nosso País, mas principalmente nós, de Brasília, temos uma vocação industrial não poluente, de baixo impacto ambiental. Para nós serão muito bem-vindas empresas que possam vir instalarem-se no Parque Tecnológico de Brasília para podermos fazer e fabricar tanto painéis solar fotovoltaicos, quanto inversores, quanto medidores bidirecionais.

Creio que possamos ajudar e colaborar no sentido desse "bum" necessário de energia solar fotovoltaica e dessas outras experiências também que possamos fazer com relação a energias alternativas no nosso País.

Então, eu gostaria de ouvi-lo, como você está vendo isso, e também, aproveitando um pouquinho, o Brasil tem andado um pouco de carroça com relação ao aproveitamento das energias do nosso lixo, o nosso rico lixo, a energia da biomassa, aproveitando os resíduos sólidos das cidades.

O Brasil tem algumas obrigações em nível do Plano Nacional de Resíduos Sólidos para com as cidades e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que poderia está coligado com o aproveitamento energético do nosso lixo que é altamente rico em nutrientes e não está sendo feito. Se a Abinee tem alguma novidade para nós sobre essas questões, sobre esses geradores que incineram ou que fazem a pirólise de alta e de baixa, principalmente os de baixa temperatura porque dá menos resíduos, menos poluição. Na Itália, são muito bem desenvolvidos, e o Brasil também está muito incipiente. Se a Abinee tem alguma coisa nesse sentido.

Então, fica aí para os seus cinco minutos se você consegue me dar uma luz.

O SR. ROBERTO BARBIERI – Eu vou ser bem rápido nos cinco minutos porque tenho várias coisas para falar.

Bom, primeiramente, Senador, vou começar pela última coisa.

Na questão do lixo, a Abinee trabalhou muito na questão na Política Nacional de Resíduos Sólidos porque o setor elétrico, pilhas e lâmpadas são citadas explicitamente na lei, e há toda a questão da logística reversa.

Quanto ao aproveitamento do lixo para a geração de energia elétrica, é algo que está incipiente ainda no Brasil porque, infelizmente, as prefeituras ainda não deram a atenção ou estão atendendo ou cumprindo o que deveriam na lei. Então, ainda não está tendo a segregação daquilo que é reciclável para aquilo que não é reciclável para que a gente possa queimar eventualmente e produzir energia, apesar de haver fabricantes interessados nisso, haver tecnologia para isso, mas esse mercado, infelizmente, ainda não apareceu. Talvez agora, com o aperto em cima de seguir a lei, as prefeituras até vejam que isso é uma fonte de renda para elas. Diante dessa situação complicada em que todo o setor da Administração Pública está, elas enxerguem que isso é uma oportunidade para ter uma fonte de renda extra. Então, assim, a indústria está sempre pronta a atender mercado, ninguém recusa pedido.

Na questão especificamente até que o Rodrigo levantou, nós temos um problema com a OMC. Um problema, não; quer dizer, o Brasil foi denunciado na OMC em relação às várias políticas industriais que ele tem, desde automotiva, máquinas agrícolas, e entrou aí a questão da Lei de Informática. O Brasil praticamente vai perder a discussão lá e vai ter que retirar algumas coisas dessas políticas. Esse é um fator de preocupação, e a gente precisa muito do Legislativo, do Senado principalmente, para que, em substituição a essas políticas, a gente crie alguma outra forma de incentivo para a indústria no Brasil porque a gente acaba concorrendo basicamente com a indústria asiática, que tem uma série de incentivos lá ao longo da cadeia que não são transparentes, e os instrumentos da OMC não pegam esses incentivos; no nosso caso, como é algo transparente, o Brasil está sendo condenado.

Independentemente disso, no caso do Padis, mesmo que não houvesse esse problema, ele também não está consagrando a produção das células fotovoltaicas, o que por si só já era um problema isso que o Rodrigo falou. A gente tem, em conjunto, tentado movimentar isso, mas estamos em um momento difícil porque isso implica em renúncia fiscal, e aí a Fazenda, tudo que implica em renúncia fiscal, tem vetado, não tem dado atenção. O Rodrigo colocou uma coisa que eu queria ter falado na minha apresentação, mas, quando eu fiz, enxuguei o tempo: a quebra de paradigma que estamos tendo, de uma certa forma, com as energias alternativas.

Temos a sua pergunta, Senador: por que nós temos problema na transmissão? O problema na transmissão, na realidade, não está na transmissão. O que aconteceu, para nós que somos mais antigos – eu, o Amilcar e o Moacir –, foi o seguinte: quando a gente falava em geração e transmissão anos atrás, a gente falava de uma usina hidrelétrica que iria demorar dez anos para ser construída, e tinha problemas de licenciamento ambiental, construção, etc. E a linha de transmissão era moleza, você fazia em dois anos, a partir da metade da construção da usina. Agora nós estamos falando de fontes alternativas; a solar você monta em 18 meses; a eólica tem alguns problemas logísticos, de transporte, mas nós até atuamos fortemente lá no Plano Brasil Maior para que tivéssemos algumas soluções logísticas, e elas apareceram. Quer dizer, hoje uma eólica você constrói em dois anos, e a solar em 18 meses. E a linha de transmissão, agora, 18 meses a partir da licença ambiental. Então, aquilo que era... A transmissão, que vinha a reboque, tranquilamente, de uma usina que demorava dez anos, agora é o contrário: agora você monta a usina rapidamente e não tem linha de transmissão. Nós temos de mudar o nosso planejamento, infelizmente. Só que também fica difícil: "Ah, vamos construir um monte de linha de transmissão para depois virem as usinas." Não dá para fazer isso, então nós vamos ter de mudar a forma de planejar, não é, Amilcar e Moacir? Por isso estão acontecendo as coisas, porque realmente nós estamos quebrando a forma como vínhamos trabalhando, e vamos ter de aprender a fazer isso, assim como vamos ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de aprender a questão de como inserir as fontes intermitentes na rede brasileira. Isso já fez... Existe a Sociedade Brasileira de Qualidade da Energia Elétrica, que congrega os engenheiros. Há dez anos, em Blumenau, eu participei de um seminário em que já se fazia esse questionamento: "O que vai acontecer quando entrarem as pequenas fontes espalhadas pela rede? Como é que vai afetar o controle de tensão, de fluxo de carga?" Esses são os nossos desafios técnicos.

Na questão da produção de equipamentos, só para encerrar o que foi questionado, nós já temos produção de boa parte dos equipamentos. Os medidores, Senador, estavam com um gargalo que era a aprovação e regulamentação lá no Inmetro. Esse gargalo, felizmente, foi agora solucionado. Já existem vários medidores aprovados recentemente, nos últimos três, quatro meses. Quanto aos inversores, o Brasil já detinha essa tecnologia, mas não tinha a prática de fazer esses inversores para o fotovoltaico. Mas, havendo mercado, as indústrias rapidamente se adequam. Isso está acontecendo, felizmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, Roberto. Fico muito feliz com o que você noticia aqui, e vamos continuar nessa batalha.

Vamos passar às considerações da EPE dentro do colocado, e as suas considerações nos próximos cinco minutos.

Amilcar Guerreiro com a palavra.

O SR. AMILCAR GUERREIRO – Primeiro eu queria felicitar todos pelas apresentações. De fato, foram muito ricas de dados, e uma contribuição importante para os debates.

Eu vou, Senador, me pautar aqui... Vou tomar emprestadas suas questões, porque acho um roteiro bom para a gente fazer as considerações finais.

Vou começar pelo ponto que o Barbieri tocou, porque era um dos que eu ia falar. Ele já era um dos que eu ia falar. Ele já falou boa parte dessa questão da incompatibilidade que a gente tem nos tempos do planejamento – não é nem do planejamento, é da implantação de projetos de geração, hoje muito mais rápidos, e projetos de transmissão. Veja que, no caso, os gargalos que a gente está tendo agora... Os estudos de planejamento foram feitos, as providências para a implantação foram tomadas, os leilões de expansão de transmissão foram tomados, mas a gente, infelizmente... Quer dizer, algumas coisas não saíram conforme planejado. A gente teve obras que estão atrasadas, por razões que não são as razões tradicionais. Empresas grandes que, afinal, estão passando por momentos de dificuldade – não só brasileiras, empresas estrangeiras. Então, isso é causa, por exemplo, de restrições que a gente tem hoje de linhas que foram planejadas. Então, há esse ponto.

O outro ponto é a geração distribuída. O Moacir apresentou esses estudos do PNE de 2050. Nós fizemos, na EPE, essa projeção, Rodrigo – você pode ficar até feliz, porque é um dos cenários. Havia cenários até mais altos para a geração distribuída. Eu sou daqueles que formam entre... Eu acho que, no caso da solar, com a geração distribuída, vencendo-se certas barreiras regulatórias, abrindo o mercado, vai haver uma expansão muito grande. Pode surpreender. E aí, esse ponto em que o Barbieri tocou, de que a gente tem de fazer as coisas diferentemente... A geração distribuída, com uma participação do consumidor muito mais ativa, tanto no gerenciamento do seu consumo – que novas técnicas permitem, as redes inteligentes permitem – como na possibilidade de ele produzir, acho que isso vai introduzir... De fato, vai ser uma revolução tecnológica no setor de energia elétrica, coisa que ainda não aconteceu. Há mais de cem anos a gente produz centralizadamente – desde que o Tesla venceu a discussão técnica, a briga técnica –; produz, transmite e distribui. A revolução que houve no setor de telecomunicações – hoje a gente tem isso pelo ar e a televisão por cabo, e era o contrário poucos anos atrás – a gente vai ter no setor energia elétrica. Pode mudar completamente, e a gente tem de estar preparado para isso.

Outros pontos em que eu queria tocar, e aproveitando... Sobre a integração de renováveis, Rodrigo, a gente está participando desses estudos lá com o ONS. Tem que ser com o ONS, porque o ONS já está enfrentando essa situação hoje. A gente tem tido apoio, inclusive cooperação internacional. O Ministério também está engajado nisso, porque percebe o problema. Então,essa é uma preocupação que está no nosso radar.

Aproveitando aqui o seu roteiro, quero falar dos preços tetos. Falaram do setor sucroalcooleiro; não vou falar exatamente dos preços tetos para o setor sucroalcooleiro, mas dos preços tetos de uma forma geral para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

os leilões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AMILCAR GUERREIRO – Nos leilões de transmissão a gente teve um sucesso muito grande, recente, exatamente por ter enfrentado essa questão, a questão da receita e do retorno para os investidores. O Rodrigo falou aqui que o preço agora definido para a solar foi um preço bom. A eólica achou a mesma coisa. Quer dizer, a gente está enfrentando de forma diferente. Isso tem a ver com a modicidade tarifária. O que é a modicidade tarifária? Não é o preço mais baixo. É o Não é o preço mais baixo. É o preço adequado, porque o preço mais baixo pode não justificar investimento, e aí vai ficar muito mais cara a energia, porque ela vai faltar. Então, você tem que ter o preço adequado, que estimule o investimento e que não seja, insuportável, é claro – você tem que estar cuidando disso –, para o consumidor, porque também, se não tiver demanda, você não vai ter o investimento.

Então, a arte está em descobrir o preço adequado. O preço teto e a modicidade tarifária são pontos ligados.

O outro ponto que o senhor coloca aqui é do aprimoramento do sistema de leilões. A gente está empenhado nisso. É uma diretriz do Ministério. É uma diretriz que especialmente o nosso Presidente, Luiz Barroso, tem colocado para a gente. A gente está se debruçando nos procedimentos, nos processos dos leilões, de forma a torná-los mais ágeis e sem prejuízo do apuramento técnico que deve haver.

Por fim, Senador, sou provocativo por natureza. Queria aqui lançar – menos para o Barbieri, talvez mais para o Rodrigo –, porque a gente está vendo ali preços de US$80. O meu sonho, Rodrigo, é a gente conseguir fazer igual Abu Dhabi, que contrata energia solar a US$23 por MWh. Eles fazem alguma mágica. Sei que têm condições muito especiais, mas eles conseguem. Mas mesmo que não seja Abu Dhabi, o México e o Chile conseguem contratar energia solar a US$30 por MWh sem BNDES. Então, é só para a gente pensar um pouco sobre essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, nobre Amilcar. Mando um abraço novamente a toda a turma da EPE. Temos bastantes expectativas positivas no nosso novo regramento do setor elétrico, especialmente nessa área das energias renováveis. Não é isso, Rodrigo?

Vamos ouvir o Bertol, para podermos fechar os trabalhos por hoje.

Com a palavra, o nosso Secretário Adjunto de Planejamento do Ministério de Minas e Energia, Moacir Bertol.

O SR. MOACIR CARLOS BERTOL – Senador, com certeza, levarei o convite para o Ministro Fernando Coelho para participar no dia 3 ou no dia 15, conforme a melhor disponibilidade dele.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Perfeito.

O SR. MOACIR CARLOS BERTOL – Ele tem dado muita atenção para esses assuntos da Pasta dele, do Ministério de Minas e Energia. Tendo disponibilidade, ele se empenhará com certeza em vir. Se não, mandará um representante que vai qualificar o Ministério para poder responder essas questões que foram apresentadas e que se apresentarão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com certeza.

O SR. MOACIR CARLOS BERTOL – Um dos desafios grandes que a gente tem, mas o Planejamento tem se mostrado eficiente, mas por umas razões não performam, é a transmissão. Estamos contratando muito empreendimentos de transmissão, como o Amilcar mencionou. No dia 28 de outubro, foi um investimento de quase R$11,3 bilhões. Quase todos os lotes – de 24, 21 lotes foram vendidos. Foi um leilão recorde na bolsa de valores em São Paulo. Para março ou abril do ano que vem, há expectativa de um outro leilão de transmissão dessa magnitude, também quase de R$11,5 bilhões. Isso é uma demonstração de que o Planejamento está vigilante, está preocupado com a necessidade de expansão vigilante, está preocupado com a necessidade de expansão de transmissão para atender essa demanda de geração e interconexão elétrica dos supermercados, e também escoamento da geração e atendimento aos mercados. Por algumas razões, em alguns momentos a transmissão não se realiza no tempo que foi planejado, mas a nossa rede de linhas de rede básica é quase 130 mil quilômetros no Brasil, toda ela interconectada, e dá condições de ter a segurança e a confiabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

necessárias para a operação do sistema interligado nacional.

Nesse leilão de reserva, alguns Estados mencionados, como Rio Grande do Norte, Bahia e Rio Grande do Sul não tiveram margem para escoamento da energia-capacidade porque os critérios de seleção dos empreendimentos foram bem – vamos dizer assim – rigorosos, submetidos a consulta pública e a audiência pública, com bastante participação, para não haver um descasamento entre a entrada da geração e a transmissão disponível para poder fazer o escoamento. Como foi mencionado pelo Barbieri, hoje a implantação da eólica e da solar é um tempo muito curto em relação à expansão da transmissão.

Também quero dizer que estamos em uma fase muito elevada, já bem adiantada, no PDE 2017-2026, que tem essa expectativa de edição e de implantação no final do primeiro trimestre do ano que vem, e que é um ganho muito significativo. Os outros PDEs normalmente eram editados e colocados no final do ano. Esse a gente já vai por no início, para contemplar todo o ciclo de planejamento dos dez anos. Estão sendo finalizados o cenário socioeconômico e a demanda, para também verificar a oferta de energia para o PDE. Isso vai ser, como eu falei, no início de 2017.

Estamos atentos ao poder concedente, formador da política energética, para todas essas ações, para garantir a segurança no abastecimento de energia ao sistema brasileiro.

Era isso.

Muito obrigado novamente, Senador.

Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço meu amigo Bertol.

Como temos mais um minuto, vou fazer uma pergunta, então. Já que estamos falando de energia em geral, eu queria saber sobre o planejamento das nucleares, aquela previsão até 2050, da entrada, até 2030, de mais quatro. O que o senhor tem a dizer para nós, nesse um minutinho, sobre a questão das nucleares?

O SR. MOACIR CARLOS BERTOL – Realmente, no PNE 2030 estão previstas mais quatro usinas nucleares em complemento às duas que já estão em operação e à terceira que já estava em construção, e por uma circunstância, está interrompida, que é Angra 3, mas que temos expectativas de que seja retomada. Então, há uma expectativa.

Sabemos todos nós que é um assunto bastante delicado – vamos dizer assim –, mas necessário a ser enfrentado, porque é uma fonte de energia que tem bastante segurança, preços significativos e oferta de energia. A gente sabe também que a concepção de uma usina nuclear, até a entrada em operação, demora no mínimo uns dez anos. Então, já está quase na hora, para manter essa expectativa em 2030 de ter mais essas quatro unidades geradoras, de que ela comece já, no final do horizonte do PDE, a participar

participar da necessidade da usina nuclear. Então, temos essa expectativa.

O SR. AMILCAR GUERREIRO – Se me permite, Moacir, veja só, muito francamente, penso que as quatro talvez não aconteçam até 2030, porque, do PNE 2050 para esse, a carga, a demanda de energia diminuiu e houve uma expansão importante das fontes renováveis. Então, essa modificação de conjuntura deve fazer atrasar.

Agora, o Moacir tocou num ponto extremamente importante, que é uma questão que tem que ser colocada, que tem quer ser discutida pela sociedade. Na nossa configuração, a menos que haja uma ruptura tecnológica, a gente vai precisar de energia de base, que, nesse futuro, vai estar, no nível de conhecimento tecnológico atual, entre nuclear, carvão ou gás. Essas são as alternativas com que a gente vai ter que enfrentar. Então, há espaço para elas, há espaço para esse horizonte e há necessidade.A concorrência, com isso, não está deslocando a renovável, não. A gente tem esse *mix* necessário. Então, pode ser que não seja até 2030, mas elas certamente serão necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu não tenho dúvida. Eu fiz essa provocação final sobre isso. No ano que vem, eu quero fazer uma audiência pública para discutir especificamente a questão nuclear. O Brasil tem esse combustível em abundância e um preço que... A gente tem condição de aproveitar bem essa fonte de energia, a fabricação do combustível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Com a política de segurança e com os avanços mundiais cada vez maiores, eu não tenho dúvida de que nós também não podemos prescindir dessa importante fonte fixa de energia, que é a nuclear, para poder pensar no contrabalanceamento à politica errada, na minha visão, da fio d'água. Se tivéssemos menos fio d'água, talvez não precisaríamos, mas vamos precisar, até porque vamos expandir as renováveis de forma muito maior e precisamos de garantias e energia firme. A nuclear é um exemplo dessa energia que nós vamos ter que usar de forma barata, de forma competitiva para o mercado, já que algumas usinas que foram feitas a fio d'água e que não deveriam ter sido feitas nos impedem de ter um armazenamento maior dessa água de que não temos certeza todo o tempo.

Eu creio que nós vamos ter que enfrentar esse debate no próximo ano, com tranquilidade, com a necessidade que existe.Inclusive, vamos chamar o pessoal do meio ambiente para juntos debater e ter compreensão da necessidade do funcionamento adequado do sistema interligado continental, como o nosso, até para permitir que, de fato, as energias alternativas, como a solar, a fotovoltaica, a biomassa – principalmente a do lixo e da biomassa normal, nós temos muito resíduos, como o bagaço – e a eólica – que cada vez mais cresce e ainda tem muito mercado para crescer –, possam crescer com tranquilidade sem pôr em risco o sistema como um todo por causa da intermitência.

Nós vamos ter que fazer essa discussão com tranquilidade aqui. A cota de colaboração... Eu fui o Presidente na Medida Provisória nº 735. Nós já ampliamos com relação a permitir que a CGHs passassem de três para cinco. Nós já permitimos passar a concessão de 30 para 60 para que as pessoas possam ter tranquilidade de pegar os nossos vários cursos de pequenos rios, que são necessários que sejam perenizados, até alguns que têm problema de perenização,

alguns que têm problema de perenização, e melhor aproveitar os que não têm esse problema, levando a energia ao ponto de consumo de forma mais adequada, porque a gente não precisa, muitas vezes, ficar com essas longuíssimas linhas de transmissão, causando perdas e dificuldades para o sistema. Essa dificuldade...

Eu, no Ministério de Minas e Energia, como servidor do Ministério, analisei, há seis anos, o Rima da linha de transmissão Manaus-Boa Vista. Até hoje, essa linha, que passa numa área totalmente antropizada, totalmente em condição de ser feita, ao lado de uma rodovia, só porque atravessa uma aldeia – e a rodovia já indenizou todos os indígenas, já fez toda a questão para poder passar a linha de transmissão –, esse processo não sai do papel. Parece até que chegou a falir uma empresa que estava contratada para fazer. Parece que agora nós estamos conseguindo resolver, sanar, equacionar. Seria a última capital brasileira que falta para todo o sistema nacional estar interligado. A gente precisa fazer isso.

Com relação ao Padis – o meu assessor me deu essa sugestão –, talvez possamos fazer um audiência pública para discutir o Padis e a Lei da Informática, que está sendo questionada, porque houve alguma colocação sobre isso na OMC. O Roberto Azevêdo é meu colega de turma, fizemos quatro anos juntos na UnB. Ele é Presidente da OMC, e a gente pode... Devo até entrar em contato com ele para saber direito sobre essas coisas. Então, talvez façamos, no âmbito da CCT – eu sou o Vice-Presidente dela –, alguma audiência pública para que possamos discutir esse importante tema.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos.

Nada mais...

O SR. AMILCAR GUERREIRO – Posso quebrar o protocolo?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não, Amilcar, por favor.

O SR. AMILCAR GUERREIRO – Eu sei que o senhor está aqui, em Brasília, e falou que vai visitar o Ministro Fernando. Eu queria convidar o senhor para conhecer a EPE.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com muito prazer.

O SR. AMILCAR GUERREIRO – Eu acho que iria ser uma visita importante para a gente e para o senhor ver a equipe que temos lá e como trabalhamos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vai ser, com muito prazer; vai ser, com muita satisfação. Amilcar, você poderia depois falar com o Barroso e mandar um convite? E a gente marca uma data certinha. Eu te dei o meu cartão. A gente recebe e vai ser prazeroso. Eu acho que a gente pode colaborar muito mutua-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mente. Obrigado.

O SR. AMILCAR GUERREIRO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu gostaria, não havendo mais nada a tratar por hoje, de declarar encerrada esta audiência pública, deixando esclarecido que, no próximo dia 13 ou 15, conforme a conveniência do nosso Ministro, estaremos confirmando a audiência pública final para fechar esse capítulo de avaliação das políticas renováveis.

Obrigado, um forte abraço a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 37 ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Serviços de Infraestrutura DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 de Novembro de 2016, Quarta-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13.

Às oito horas e quarenta e quatro minutos do dia trinta de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Hélio José, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Lasier Martins, Pastor Valadares, José Pimentel, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Ronaldo Caiado, Deca, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, José Agripino, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Wellington Fagundes, Elmano Férrer e Vicentinho Alves, e ainda dos Senadores não membros Humberto Costa, José Maranhão e Fátima Bezerra. Deixam de comparecer os demais Senadores. Após a leitura de comunicado, passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQI 63/2016, de autoria do Senador José Pimentel. **Finalidade:** Debater sobre o andamento das obras de interligação das águas do Rio São Francisco nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. **Participantes:** Helder Barbalho, Ministro de Estado da Integração Nacional; Robinson Mesquita de Faria, Governador do Estado do Rio Grande do Norte; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos do Estado de Pernambuco (representante de Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco); João Azevedo Lins Filho, Secretário de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba (representante de Ricardo Coutinho, Governador do Estado da Paraíba). Fazem uso da palavra os Senadores José Pimentel, Kátia Abreu, Fernando Bezerra Coelho, José Agripino, Raimundo Lira, Roberto Muniz e Deca. Ao final, o Presidente informa aos Senadores que o Senador Fernando Bezerra Coelho propôs a solicitação pela alocação de um bilhão de reais para as obras de transposição do Rio São Francisco, havendo aprovação dos membros da Comissão. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Comunico o recebimento do convite da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para a cerimônia "Realizações 2016 – Aneel 19 anos", a ser realizada hoje, às 15h30, no auditório 1 da Aneel.

Gostaríamos de comunicar que, na audiência pública que vai ser realizada, a população poderá participar deste debate, enviando comentários aos nossos convidados.

Para participar basta ligar, gratuitamente, para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou enviar a sua contribuição pela internet no endereço www.senado.leg.br/alosenado ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twitter.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 63, de autoria do Senador José Pimentel, para debater sobre o andamento das obras de interligação das águas do Rio São Francisco, principalmente com relação à distribuição nos Estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

Para tanto, gostaríamos de convidar para compor a Mesa... Mas antes, eu quero agradecer ao Senador Fernando Bezerra Coelho, Senador Waldemir Moka, Senador Senador Roberto Vital. Pode ser que, com esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

registro, os Senadores possam se apressar para recebê-lo.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E Roberto Muniz... (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Oh, Roberto Muniz! Mate o homem, mas não erre um nome, principalmente Roberto Muniz, que tanto nos tem ajudado. Talvez seja a emoção de presidir uma reunião sobre a transposição tão sonhada, tão esperada e que vai nos ocupar durante esta audiência.

Desculpe, Senador! Não vou fazer mais um dessa não.

Convido para compor a mesa, para honra nossa, o Ministro de Estado da Integração Nacional, Helder Barbalho.

Convido o Governador Robinson Faria, Governador do Estado do Rio Grande do Norte.

Estamos aguardando ainda a presença do Governador de Pernambuco, Governador Paulo Câmara, bem como o Governador do Ceará, Camilo Santana.

O Governador da Paraíba está representado, porém o universitário não colocou o nome. Acredito que não seja...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ah, pois não; João Azevedo, que já chegou.

Universitário, cuidado que você ainda pode visitar a Paraíba. (*Risos.*)

Pois bem; esta audiência, como vou fazer questão de enfatizar, destina-se a uma discussão, no bom sentido, a um debate a respeito da transposição das águas do Rio São Francisco. Na verdade, nós vamos aqui tratar de um grande sonho, de uma grande aspiração, de uma grande esperança do povo nordestino.

Por mais ênfase que eu dê a essa minha introdução, eu não poderia, não chegaria a atingir, a tocar num sentimento do povo nordestino, no que tange a essa obra, que foi iniciada no Governo do Presidente Lula, teve continuidade no Governo da Presidente Dilma, e que, agora, prossegue no Governo do nosso Presidente Michel Temer.

O Ministro Fernando Bezerra Coelho foi responsável pelo andamento da obra. Eu quero fazer os meus agradecimentos ao hoje Senador Fernando Bezerra Coelho pela participação que teve no andamento da obra.

E quero agradecer ao Governador.... Já estou nomeando o Senador José Pimentel Governador. (*Risos.*)

Uma eleição indireta bem que seria boa para conduzir o nosso Governador José Pimentel, mas talvez ele queira a direta mesmo, testando a vontade popular.

O Governador Robinson Faria, Senador José Pimentel, está dizendo que a vida aqui está mais fácil. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Aqui, nós vamos debater essa transposição, que, realmente, representa – e, na maior simplicidade, eu diria – tirar água de onde tem e levar para onde não tem, porque, infelizmente, os reservatórios do Nordeste estão numa situação lamentável.

Só para dar um exemplo – e o Senador José Pimentel vai corroborar comigo –, o Castanhão, que é hoje o maior reservatório público do Nordeste, está com 5% da sua capacidade, que é de 6,7 bilhões de metros cúbicos de água. E, no Rio Grande do Norte – aqui está o Governador Robinson Faria, que sabe muito bem –, o nosso maior reservatório, a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, está também numa situação crítica, mas, pelo menos, ainda tem 16%.

Então, a salvação, diante de cinco anos de seca – e eu acredito que esta seja a maior seca da história do Nordeste, que vem sendo penalizado com muitas secas... Acredito que essa seca continuada tem nos levado a uma preocupação muito grande!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mas, eu vim aqui para ouvir o Ministro, para ouvir os Governadores. Quero agradecer novamente ao Senador Pimentel, que não se limitou apenas a requerer audiência pública, mas deu o seu apoiamento. Estivemos juntos, inclusive com o Senador Raimundo Lira, que deverá chegar aqui – outros Senadores não puderam ir –, e o Ministro Helder se prontificou a vir aqui na data que marcamos, invertendo até as coisas, porque, na verdade, nós é que deveríamos nos submeter à agenda do Ministro. Todavia, ele disse: "a agenda é a da Comissão". Ele aqui está. Agradeço ao Ministro Helder Barbalho. Vou agradecer mais ainda quando as águas chegarem, sobretudo no Rio Grande do Norte.

Já assinalei que o Sr. José Almir Cirilo estará aqui presente.

Quero agradecer ao João Azevedo, que me explicou que o Governador fez um pequeno procedimento cirúrgico e não pode estar aqui presente.

Agradecemos a sua presença.

O Senador José Pimentel ficou de realmente conversar com o Governador do Ceará, pelo fato de nós estarmos abrindo esta audiência pública logo agora, sem a sua presença. Mas contaremos com sua honrosa presença.

Portanto, com a palavra o Ministro Helder Barbalho, Ministro da Integração Nacional.

Que não falte água, pelo menos na mesa aqui!

Aliás, eu queri contar um episódio – desculpe, Ministro. É que nós fizemos um programa de adutoras – o Governador Robinson sabe –, ainda quando governador, e nós tínhamos como incentivador desse programa de adutoras o Monsenhor Expedito, que, por sinal, nós vamos homenageá-lo pelo seu centenário, logo mais, no mês de dezembro. E nós fomos a uma reunião dessas para tratar do problema de adutoras, de levar água, no Rio Grande do Norte, a vários Municípios, e o monsenhor tomou a palavra e disse: "Olha, eu não quero que sirvam nem água aqui, para que essas autoridades aprendam o que é a falta d'água". Mas nós não vamos fazer isso com os convidados hoje, não.

Vamos passar a palavra, portanto, pedindo desculpas ao Ministro por essa interrupção, pois já havíamos anunciado a palavra dele.

Com a palavra o Ministro Helder Barbalho, da Integração Nacional.

O SR. HELDER BARBALHO – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores.

Gostaria de agradecer a oportunidade e o privilégio de estar nesta importante Comissão do Senado da República, e digo do privilégio de poder estar aqui por poder apresentar a esta Comissão, a este Senado e à sociedade brasileira os cronogramas e ações do Ministério da Integração, com foco principalmente sobre as obras da transposição e integração do Rio São Francisco.

Gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Garibaldi; cumprimentar o Governador Robinson Faria, que me dá o privilégio de dividir este espaço à mesa; cumprimentar, da mesma forma, o Secretário João Azevedo, Secretário de Infraestrutura do Estado da Paraíba, neste ato representando o Governador Ricardo Coutinho; cumprimentar as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores e me permitam-me nominá-los, aqueles que se fazem presentes: o ex-Ministro e Senador Fernando Bezerra; cumprimentar o Senador Moka, Senador inclusive que cumpre um papel determinante para as ações do Ministério da Integração para o ano de 2017, como sub-relator da nossa pasta, pelo que agradeço a sua solidariedade, certo de que ela tem um papel determinante para que aquilo que estamos realizando e que haveremos de realizar possa ser assegurado. E quero cumprimentar o Senador Roberto Muniz.

O Senador Garibaldi acaba de falar que o projeto da integração tem a missão de levar água de onde tem para onde não tem, e nós temos o desafio, Senador Roberto Muniz, de, em paralelo às ações da transposição do São Francisco, resgatar o tempo e fazer com que o nosso querido Rio São Francisco possa efetivamente cumprir o seu papel de ser o rio da integração nacional, e a sua Bahia, bem como Minas Gerais, têm, sem dúvida alguma, esta preocupação, como todo o Brasil.

Gostaria de cumprimentar o Senador Dalirio Beber e, ao fazê-lo, Senador, aproveitar para emprestar a minha solidariedade ao povo catarinense pelo episódio ocorrido, que chocou a todos nós, há dois dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Cumprimentar o ex-Governador e Senador Agripino Maia, que prestigia também esta nossa audiência pública.

E eu gostaria, claro, inclusive – deixei, não de maneira desavisada, por último –, de agradecer ao Senador José Pimentel por haver solicitado esta audiência pública, Senador, e lhe agradeço, de fato, porque entendo que é fundamental que esta Casa e a sociedade que nos acompanha pela TV Senado possam saber efetivamente a realidade e os cronogramas a respeito das obras da transposição do Rio São Francisco, como também de outras ações que estamos realizando na construção estruturante de segurança hídrica para esta região do nosso País.

Gostaria de registrar a presença do Presidente do DNOCS, Dr. Angelo, que prestigia esta audiência pública.

Cumprimento também o Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração, Rodrigo Mendes.

Cumprimento o Senador Hélio José, que nos prestigia também neste momento.

Nós apresentamos, nós construímos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Meu caro Ministro, eu vou interrompê-lo novamente, e me desculpe, para dizer que está presente – e eu o convido para compor a Mesa – o Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Energéticos do Estado de Pernambuco, que vai representar o Governador Paulo Câmara nesta reunião.

Desculpe, Ministro.

O SR. HELDER BARBALHO – Nós construímos uma apresentação – e tentarei ser o mais breve possível – no sentido de poder esclarecer a respeito das obras, dos investimentos, do calendário da transposição.

E eu queria iniciar a minha fala deixando absolutamente claro, Senador Garibaldi, Senadoras e Senadores, que tenho escutado, tenho lido, tenho visto manifestações por parte da imprensa, como também de alguns atores da sociedade do Nordeste, dizendo e afirmando que as obras da transposição estariam paralisadas.

Quero, aqui, à frente dos representantes dos Estados e também do Senado da República, de forma absolutamente assertiva, esclarecer que as obras das transposição, as obras de integração do Rio São Francisco não estão paralisadas. Qualquer afirmação diferente disto está baseada na desinformação ou, lamentavelmente, em outras razões que peço que me permitam não citar aqui para não gerar qualquer tipo de polêmica. Mas é importante que tenhamos absoluta responsabilidade com esta pauta porque, ao se tratar da principal obra hídrica do País, da obra mais importante da história deste País, sob o aspecto de investimentos estruturantes para repercussão hídrica, seguramente, ao momento em que se propala uma paralisação, gera-se, é claro, um desdobramento perante a sociedade que está ansiosa por receber esse benefício de maneira bastante considerável.

Portanto, quero iniciar minha participação nesta oportunidade esclarecendo a todos os Senadores e Senadoras, esclarecendo à sociedade que assiste a esta reunião pela TV Senado, esclarecendo e deixando nos anais desta Comissão que as obras da transposição do Rio São Francisco não estão paralisadas e não estiveram paralisadas em qualquer momento da gestão do Presidente Michel Temer. Pelo contrário. Já na primeira semana após ter sido nomeado Ministro da Integração Nacional, o Presidente Michel Temer me determinou que as obras de integração do São Francisco eram absolutamente prioritárias, inclusive chegando ao termo de dizer que era a obra mais importante do seu governo.

Portanto, com este sentimento, quero deixar absolutamente claro a esta Comissão registrando e agradecendo a presença do Senador Valdir Raupp.

Sobre o projeto de transposição do São Francisco, peço que me permita, meu caro Senador Fernando Bezerra, fazer uma breve fala sobre o projeto. Seguramente, o senhor conhece mais dele que eu, mas talvez alguns que estejam nos vendo não tenham esse mesmo conhecimento.

Ele tem uma repercussão sobre 11,7 a 12 milhões de brasileiros que serão beneficiados ao momento em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que as obras estiverem prontas e permitindo as interligações que estão sendo construídas em parceria com os Estados, de um total de 39 Municípios nos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, além da repercussão social com geração de emprego também.

O empreendimento tem 477 quilômetros divididos entre os eixos Norte e Leste, engloba 9 estações de bombeamento, 27 reservatórios, 4 túneis, 13 aquedutos, 9 subestações de 230 kV e 270 quilômetros de linha de transmissão em alta tensão.

Ao mesmo tempo, busca garantir o abastecimento de longo prazo em grandes centros urbanos, como Fortaleza, Juazeiro, Crato, Mossoró, Campina Grande, Caruaru, João Pessoa, além de diversas cidades e localidades que compõem a região do Semiárido no interior do Nordeste.

Aqui neste eslaide pode-se verificar o Eixo Norte e o Eixo Leste. No Eixo Norte nós fizemos algumas demonstrações de obras que compõem as artérias que garantirão a funcionalidade e a interiorização da estratégia hídrica dos Estados.

Permita-me, inicialmente, pelo Eixo Leste nós temos a vertente litorânea, são 112km que estão em execução com o Estado da Paraíba. Um convênio do Ministério da Integração.

A Adutora do Agreste, 419km, que está em execução com o Estado de Pernambuco e o Ramal do Agreste que está em licitação também em parceira com o Governo do Estado de Pernambuco.

No Eixo Norte, nós temos o Ramal Entremontes que está em processo de licenciamento, com 103km. Nós estamos executando com o Governo do Estado do Ceará o Cinturão das Águas, são 160km. O Ramal do Salgado está em anteprojeto, 35km. O Ramal do Apodi está em projeto executivo, 113 km, com o Governo do Rio Grande do Norte. E o Eixão das Águas já foi executado aqui e envolve o Estado do Ceará.

Portanto, estas obras são as principais obras que, associadas a obras menores, estarão compondo, Senador Agripino, um grande processo de irrigação a partir dos troncos centrais da transposição, permitindo que se construa a chegada da água através de ramais associando-se aos rios que fazem o curso natural e com isto possamos espalhar oferta hídrica para as regiões que compõem o projeto.

Os prazos de entrega da transposição no Eixo Leste. Nós estamos chegando a Monteiro, que é a primeira cidade da Paraíba em fevereiro de 2017. Quando falo fevereiro de 2017, água. Nós estaremos concluindo agora, no final de dezembro, as obras do ramal onde as águas estarão passando, como nós chamamos, que é a passagem de água, porém, fica pronto em dezembro. Nós estaremos liberando as estações de bombeamento, enchimentos de reservatórios e água chegando até Monteiro em fevereiro de 2017. Aqui ele encontra-se com o Rio Paraíba e estará seguindo o curso e com um olhar muito atento à Campina Grande que passa por uma estiagem, igual às demais regiões do Nordeste, de cerca de cinco anos, mas, particularmente, com o risco de colapso na região metropolitana, com um impacto para 700 mil pessoas.

No caso do Eixo Norte, nós havíamos previsto que haveria uma sincronização dos prazos de entrega. Portanto, Eixo Leste, Caminho das Águas, terminando em dezembro e chegada até o último trecho em fevereiro de 2017, de água; e estava previsto o mesmo cronograma com relação ao Eixo Norte.

Lamentavelmente, nós tivemos a surpresa, a infeliz surpresa, que foge à governabilidade do Ministério, que foi a desistência por parte de uma das prestadoras de serviço, a Construtora Mendes Júnior. Em face a isso, do abandono da obra, nós nos vimos obrigados a iniciar a construção de um outro cenário que pudesse resgatar a retomada, especificamente, do Trecho 1N, que era tocado pela Construtora Mendes Júnior.

Com isso os prazos que estavam previstos para chegar a água ao Rio Grande do Norte, que era dezembro de 2016, acabam por ter o retardo de um ano, para chegada em dezembro de 2017. Por conta de quê? De que nós temos a divisão – e eu falarei nos *eslaides* seguintes –de três lotes no Eixo Norte.

O 1N está no início. Então, eu não consigo fazer chegar água, ao final, no Rio Grande do Norte, porque o 1N está exatamente neste trecho inicial, o que impede a passagem de água para alimentar essas outras regiões. Por isso, nós estamos classificando aqui, que é o limite do encontro do Ramal 1N, exatamente nesse trecho que fica o reservatório Jati, que vai encontrar com o Cinturão das Águas, que eu citei no *eslaide* anterior.

Aqui está o Cinturão das Águas. Então, o reservatório Jati está bem aqui – perfeito? Então, o Trecho 1N faz esse encontro para fazer chegar a água e encher o reservatório Jati. Com isso, ou seja, com o reservató-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

rio Jati cheio, eu alimento o Cinturão das Águas, que, por sua vez, leva água para o Orós, distensionando o Castanhão e fazendo com que a região metropolitana de Fortaleza possa ter uma perspectiva, a partir desse conjunto de abastecimento.

Com esse atraso, fazendo com que as águas cheguem em agosto de 2017 no reservatório Jati, nós estamos falando em chegar em setembro as águas efetivamente na região metropolitana de Fortaleza, meu caro Senador José Pimentel.

E a perspectiva de chegada de água, já no Rio Grande do Norte, na divisa com o Rio Grande do Norte, é dezembro de 2017.

Esse é o avanço físico das obras.

Nós temos, no Eixo Norte, 91,25%. Aqui está a Meta 1N, que é a meta que nós estamos relicitando. As outras duas: a Meta 2N está em pleno andamento, e a Meta 3N da mesma forma. E todas essas estão em pleno andamento. Eu explicarei especificamente esse percentual, que salta aos olhos, com um percentual ainda mais reduzido. Explicarei no momento do *eslaide* específico sobre essa Meta 3L.

Nós temos portanto 90,85% de execução física dos dois eixos, lembrando que passagem de água representa 95,6%; não representa 100%. Então eu tenho como meta chegar a 95,6% para garantir a passagem de água tanto no Eixo Norte quanto no Eixo Leste.

Eu queria aproveitar e cumprimentar o Senador Raimundo Lira e dizer da satisfação, Senador, de poder recebê-lo junto conosco aqui, e também o Senador Elmano Férrer que prestigia esta audiência.

Aqui, esse é o fluxo que nós temos de monitoramento das obras, com os aquedutos, com os reservatórios para os quais está sendo aportada água, estações de bombeamento – EB1, EB2, EB3 – e também seguindo aqui as demais ações, os túneis.

E, aqui, quero ater-me especificamente a falar sobre cada lote da obra. O Eixo 1N é o fatídico lote até então com a empresa Mendes Júnior.

Senador José Maranhão, satisfação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HELDER BARBALHO – Esta Meta 1N tem 89,93% de execução e vinha sendo executada pela empresa Mendes Júnior e teve sua contratação rescindida. E nós, agora, passamos para o processo de nova licitação desse trecho.

Contemplam três estações de bombeamento, sendo que a EB1 está concluída, quatro reservatórios concluídos: Tucutu, Terra Nova, Mangueira e Serra do Livramento; e cinco aquedutos que estão concluídos: Logradouro, Saco da Serra, Mari, Terra Nova e Salgueiro.

Essas são algumas fotos que ilustram as obras que estão prontas.

Fazendo uma breve explanação sobre a rescisão com a Mendes Júnior, em 16, passou a ser discutida a rescisão do contrato, a partir do comunicado por parte da Mendes Júnior, em que a mesma comunicou ao Ministério da Integração a ausência de condições técnicas e financeiras para tocar os contratos que compõem a Meta 1N.

A partir daí, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, imediatamente, fiz consulta ao Tribunal de Contas da União e ao mesmo listamos alternativas que pudessem ser apreciadas pelo Tribunal de Contas da União. E foram as seguintes: contratação direta, que seria o Exército poder concluir a obra; uma nova licitação; o chamamento à segunda colocada. Porém, nessa licitação feita pela gestão anterior à minha, não houve segunda colocada. Outra alternativa seria adicionar até 25% ao contrato de uma das empresas que compõem o conjunto de prestadoras de serviço, tanto do Eixo Norte quanto do Eixo Leste; e a última alternativa emergencial.

Como os senhores sabem, o Tribunal de Contas da União não aprecia fato concreto; apenas teses. A partir daí, o Tribunal de Contas da União construiu a sua resposta à nossa consulta, colocando prós e contras a todas as alternativas que nós listamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Ao me deparar com os prós e contras e, em consequência, o Tribunal não poder analisar fato concreto, coube a mim, como gestor do Ministério da Integração Nacional, consultar a Advocacia-Geral da União para que a mesma pudesse apresentar análise daquilo que foi proferido pelo TCU a fim de que pudesse minimizar os riscos para este processo. E chegamos à conclusão de que a medida menos arriscada, a medida mais adequada para o momento seria nós fazermos uma nova licitação através de RDC do que ficou remanescente do contrato da construtura Mendes Júnior.

A partir daí, encaminhamos a nossa equipe a campo para fazer um inventário do remanescente da obra a fim de que pudéssemos efetivamente saber os itens específicos que ficaram à margem da realização, e ali fizéssemos inclusive um ponto de corte do que havia sido executado pelo Mendes Júnior e o que viria a ser contratado no novo processo licitatório. E assim o fizemos.

Quando a equipe retorna do campo, abrimos o processo de consulta pública no dia 20 de outubro e estamos encerrando esse processo nesta semana. A partir daí, estamos previstos, para o dia 6 de dezembro, dia 6 de dezembro, portanto na semana que vem, a publicação do edital de licitação para esse trecho que ora abordei, especificamente Eixo Norte. Todos os contratos do Eixo Leste estão absolutamente ativos e os demais do Eixo Norte estão ativos. Especificamente na Meta 1N, nos contratos que eram da Mendes Júnior, é que temos a necessidade da relicitação.

Os nossos prazos: em janeiro, na primeira semana de janeiro, nós estaremos abrindo certame para conhecimento das propostas apresentadas, e a nossa previsão é de que tenhamos a possibilidade de, no início de fevereiro, estarmos assinando o contrato e autorizando a ordem de serviço para que possamos retomar as obras da Meta 1N.

Queria destacar às Srªs e aos Srs. Senadores e à sociedade em geral que, preocupados com isso, inclusive dando um feedback ao Governo do Estado do Ceará e dialogando com o Tribunal de Contas da União, nós construímos o seguinte cenário: temos um calendário a cumprir e, em paralelo a isso, o Presidente da República autorizou que liberássemos recursos da monta de R$44 milhões, apresentados pelo Governo do Estado do Ceará, numa estratégia específica para a região metropolitana de Fortaleza, já que nos vem sendo relatado que, em caso de atraso desse cronograma, poderia haver uma acentuação do risco de um possível colapso hídrico na região metropolitana de Fortaleza.

Preocupados com isso, trabalhando de forma preventiva, crendo ser possível cumprir esse cronograma, mas preventivamente, liberamos 44 milhões. O Presidente inclusive irá ao Ceará nos próximos dias para a assinatura de liberação desses recursos, para que o Estado possa executar, especificamente na Região Metropolitana de Fortaleza, o que se soma a outras iniciativas que já estão em curso, não apenas com o Estado do Ceará, mas com o Estado do Rio Grande do Norte, com Pernambuco e com todos os outros Estados que compõem, com a Paraíba etc.

É importante registrar que também se discutiu com o Tribunal de Contas da União, em caso de um possível atraso nesse cronograma, meu caro Senador Garibaldi, em caso de atraso, nós trabalharíamos em paralelo com a possibilidade de uma dispensa de licitação, em caso de judicialização, em caso de atraso, e já com o iminente fato concreto de em janeiro haver uma nova seca. Porque neste momento é importante que se registre: existe a seca; porém, para justificar uma emergência, até para dividir: por que é que não se faz a emergência agora e se faz em janeiro? Porque o que se discute e o que se narra a respeito de uma possível dispensa, e ao se defender o item dispensa, que nós não acolhemos, se trata de duas perspectivas: uma, uma possível judicialização. Possível judicialização não é caso de justificativa para emergência. Esse é um ponto. Portanto, não é um fato concreto.

Segundo ponto: um possível atraso nesse cronograma geraria, em caso de um sexto ano de seca, um colapso em Fortaleza. Possível nova seca também não é caso concreto, porque nós estamos tratando de uma possibilidade, de uma hipótese. Em janeiro, e por isso nós estamos com a nossa equipe trabalhando para, acontecendo um fato concreto de um possível retardo no cronograma, acontecendo um fato concreto de uma nova estiagem acentuada, como nos outros anos, e em janeiro nós já saberemos disso, aí nós teríamos condição de avançar num plano "b" a respeito do tema.

É importante registrar, agradecendo a presença do Senador Armando, Ex-Ministro Armando Monteiro, que isso tudo foi construído com o Tribunal de Contas da União. Tive a oportunidade de estar no Tribunal de Contas da União, inclusive acompanhado do Governador do Ceará, Camilo Santana, onde fizemos a narrativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

absolutamente transparente.

Até porque chegou-se ao absurdo, Senador Fernando Bezerra, de haver uma divulgação, no Estado do Ceará, de que a Seca era culpa do Presidente Michel Temer, era culpa do Governo Federal. Eu fico imaginando: cinco anos de estiagem, perfeito? E o Governo do Presidente Michel Temer estando agora com seis meses, e a possibilidade da absoluta narrativa equivocada. E inclusive dizendo que o Presidente, de maneira deliberada, tinha suspendido as obras, o que não é verdade, Senador Agripino.

Então, quero deixar isso absolutamente transparente, porque acho que nós temos – e essa é uma preocupação que me consome – que tratar este assunto menos na esfera política, da disputa política, e mais na esfera da união de esforços – que é o que esta Casa está fazendo hoje –, para que possamos, efetivamente, de maneira conjunta, avançar para a solução desta questão e termos o festejo, como disse o Senador Garibaldi, e fazer com que essas obras possam estar prontas.

Aqui o Eixo Norte – 91,35% das obras conclusas, em pleno andamento. Aqui nós temos algumas ilustrações. A 3N da mesma forma, esta é a última que nós estamos fazendo – é o último trecho, quando estaremos chegando na São José de Piranhas, do nosso querido Raimundo Lira.

Este, já passando para o Eixo Leste, é o nosso gráfico de acompanhamento e monitoramento. Estas são as ilustrações, no caso já do Eixo Leste, da Meta 1L – essa aqui é a captação de água. Perdão, esse aqui é o Reservatório Areias, a EBV1 – que é a primeira estação de bombeamento, quando faz a captação no Estado da Bahia e avança pelo Município de Floresta, em Pernambuco, seguindo até a Paraíba, no Município de Monteiro. Aqui é o aqueduto sobre a BR-316, também no Município de Monteiro.

O Eixo 2L, prosseguindo com os seus reservatórios, com os canais, estações de bombeamento e aqueduto.

E aqui, eu queria destacar – o Eixo Leste é o último, a Meta 3L, é a chegada em Monteiro. Inclusive, aqui, nós temos o Túnel Giancarlo e aqui já são as galerias que estão sendo colocadas para levar a água para Monteiro, para a chegada no Rio Paraíba, onde o Rio Paraíba estará recebendo as águas da transposição.

Eu queria destacar, porque fica a pergunta: "Mas, Ministro, como é que vocês podem estar daqui a um mês e meio fazendo a passagem de água e ainda estar com 81,51% de execução?". Porque o peso deste Túnel Giancarlo é extraordinário no percentual de execução. E, por isto, nós estamos ainda com 81,51%, porque nós ainda não demos por recebido o Túnel Giancarlo. Ao momento em que estiver sendo recebido o Túnel Giancarlo, esse percentual dá um salto considerável e já estando na condição, praticamente, de conclusão e *checklist* para a recepção das águas.

Quero destacar aqui, antes de passar para para os outros slides, que em Monteiro nós temos um desafio – e quero destacar aqui o Senador Raimundo Lira, o Senador Maranhão e o Senador Cássio, que também esteve muito ativo nesta discussão – a respeito do esgotamento sanitário na cidade de Monteiro.

O esgotamento sanitário na cidade de Monteiro é fruto de um convênio com a Funasa, da ordem de R$5 milhões. As obras estavam atrasadas, obras de execução da Prefeitura. E nós, a partir daí, passamos a cobrar e monitorar, com o apoio da Casa Civil e da própria Presidência da Funasa, para garantir que Monteiro esteja preparada para receber as águas da transposição, sob pena de nós termos um investimento desta monta, e Monteiro não estar preparada para essa recepção e, com isto, haver a mistura com o esgoto da cidade e isso gerar um problema gravíssimo de contaminação da água, impedindo que a mesma chegue da forma devida até, principalmente, Campina Grande, que não pode esperar.

Então, é de se dizer que as obras já chegaram, em Monteiro, a 70%, pelo relatório último que recebi da Funasa. E a nossa expectativa é de que não teremos nenhum impedimento. Quando em fevereiro as águas aí chegarem nós teremos condição de passagem da mesma ao seu destino subsequente.

Aqui, são alguns investimentos, um espelho dos mensais acumulados que nós estamos fazendo, mas, fazendo aqui uma equiparação do projeto, aqui temos alguns empreendimentos em infraestrutura que compõem a nossa Carteira do Ministério da Integração Nacional em "executado" e "em execução", com os Estados do Nordeste, o que representa uma multa de R$7,86 bilhões. Esse é o total da carteira, onde desses 7 bilhões, já repassados cerca de 3 bilhões, e nós estamos em continuidade no cumprimento desta agenda, toda de de infraestrutura hídrica, com os Estados do Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu pedi para apresentar um pouco sobre cada Estado. Aqui, são as agendas com cada Estado, com todas as obras. Nós temos aqui o CAC, Trecho 1, Trecho 2 e Trecho 3. Temos outras ações do CAC, mais o Ramal do Apodi e Ramal do Salgado.

Aqui, já em Pernambuco, são todas as ações que estão sendo executadas no Estado de Pernambuco. Da mesma forma, também em Alagoas, Paraíba.

Aqui é importante registrar: eu fiz um quadro especifico de junho a novembro, restringindo me as quatro principais obras estruturantes que compõem as ações de integração do São Francisco.

Quais são essas obras? Cinturão das Águas, no Ceará; Adutora do Agreste, em Pernambuco; canal do Sertão alagoano, em Alagoas e Vertente Litorânea, na Paraíba.

Nós já repassamos de junho a novembro para os governos estaduais R$54,229 milhões para a Vertente Litorânea, com uma média mensal de R$9 milhões.

Para a Adutora do Agreste nós já passamos R$71,248 milhões para o Estado de Pernambuco, uma média de R$11,874; para o Cinturão das Águas, no Ceará, R$115,72 milhões, portanto, R$19 milhões de média; Canal do Sertão Alagoano, R$89,561 milhões, uma média de R$14,926 milhões, num montante repassado diretamente de R$330 milhões.

Lembrando que, no caso do Cinturão das Águas, nós tivemos, por dois meses, destes de junho a novembro, dois meses que o Tribunal de Contas da União nos impediu de fazer liberação de recursos, porque estava o Ministro Walton Alencar analisando uma possível ausência de projeto executivo, que ficou esclarecido, e a partir daí nós retomamos os recursos.

Portanto, quero deixar muito claro, é importante, Senador Garibaldi, deixar claro que o tratamento que vem sendo dado para as obras executadas pelos Estados por parte do Governo do Presidente Michel Temer é absolutamente Republicano, sem visualizar de quem se trata o Governador.

Nós compreendemos claramente, o Presidente tem reafirmado isto, que a questão hídrica é uma questão de salvação, é uma questão de salvar vidas e garantir que regiões do Brasil possam ter qualidade para a vida humana, qualidade para a produção, seja a subsistência, seja a capacidade de desenvolvimento econômico destas regiões.

Além disto, nós temos ainda ações assistenciais que são através da operação de carro-pipa – Senador Caiado, uma satisfação –, de operações de carro-pipa, que estão sendo executadas por nós, seja através dos Estados, como também através do Exército. Para se ter uma ideia, nós estamos com 6,926 mil carros-pipa em atuação, através do Exército brasileiro, além das parcerias com os Estados, que também recebem recurso da Defesa Civil para esta operação.

Eu espero ter colaborado e cooperado.

Desculpem a demora na apresentação, mas entendo que essas informações são válidas para que possamos esclarecer V. Exªs e acima de tudo a sociedade brasileira, que nos assiste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Ministro Helder Barbalho pela sua magnífica exposição, uma exposição que nos deu realmente uma visualização da obra, do andamento da obra e a afirmação dele de que a obra não parou em nenhum instante nos tranquilizou bastante.

Eu quero apenas, como norte-rio-grandense, dizer da nossa preocupação, porque nós temos cinco anos de seca, não temos uma previsão de inverno ainda para 2017 e, realmente, as águas chegando ao Rio Grande do Norte apenas em dezembro, nós teremos, como muitos Senadores aqui sabem, muitos Senadores daqui, Senadores da Paraíba, Senador Deca, Senador José Maranhão, Senador Elmano, Senador Raimundo Lira, Senador Fernando Coelho, nosso Senador José Agripino, sem falar na solidariedade dos outros Senadores que não são do Nordeste mas vieram aqui para nos prestigiar... O Senador Roberto Muniz... Desta vez saiu certo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas ele é baiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O Senador Armando Monteiro assinalou muito bem. Às vezes, a gente tem uma tentação de falar que a Bahia já não é mais do Nordeste porque progrediu bastante, emancipou-se, como diz o Senador Armando Monteiro, mas a nossa preocupação...

Como vamos ouvir agora o Governador do Rio Grande do Norte, o Ministro que se prepare, porque o Governador do Rio Grande do Norte é quem vai vocalizar, trazer toda essa nossa preocupação com relação às águas do Rio São Francisco chegarem à Paraíba e, principalmente, ao Rio Grande do Norte. Seria um presente de Natal que nós não queremos receber, porque em dezembro pode ser que não se constitua nesse presente, com licença do Ministro, que já não está gostando muito da minha intervenção agora, porque seria um "presente de grego". Na verdade, o Governador Robinson é quem vai expressar essa preocupação, fazer esse apelo, além do Senador José Agripino, aqui presente, que já fez sinal de que também está posicionado.

Vou passar a palavra ao Governador Robinson Faria, do Rio Grande do Norte.

O SR. ROBINSON MESQUITA DE FARIA – Bom dia a todos.

Quero saudar e parabenizar o Ministro Garibaldi por esta iniciativa, quero cumprimentar o Ministro da Integração, Helder Barbalho, e todos os Senadores e Senadoras, os ex-Governadores aqui presentes, secretários de Estado, alguns representando seus governadores.

Como norte-rio-grandense, fiquei bastante feliz quando o Senador Garibaldi me telefonou para nos convidar para esta reunião da Comissão de Infraestrutura do Senado para tratar de um tema que aflige todos nós nordestinos. Nós vivemos, infelizmente para quem é nordestino, duas grandes secas: uma financeira e uma de falta d'água, com cinco anos de seca no Nordeste. Os três Estados mais castigados, pedindo perdão aos demais, são a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará. Sei que o caso de Pernambuco também é grave, mas não tão grave quanto o do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará.

O Ministro e Senador Fernando Bezerra Coelho sabem muito bem disso.

O Rio Grande do Norte é o Estado que tem, infelizmente, em sua geografia, a maior quantidade de semiáridos, temos 93%, do nosso território, no semiárido. E isso já demonstra a dificuldade que nós convivemos e temos que conviver nesse enfrentamento à seca.

O Ministro foi bastante didático, fez uma narrativa bem precisa da construção do São Francisco, mas a minha preocupação, desculpem-me aqui os demais governadores, eu tenho que defender o meu Estado, não em detrimento dos demais, até porque a água do meu Estado depende também do sucesso da água da Paraíba, de Pernambuco e do Ceará, porque o último Estado, Senador José Agripino, a receber água do São Francisco, infelizmente, pela construção, pelo projeto elaborado, é o Rio Grande do Norte. E nós temos, hoje, algo em torno de 14, 15, no máximo 16% de volume de água, de todas as nossas reservas de água mal chegam a 16%. Com a evaporação, porque não chove há cinco anos e isso vem diminuindo há muito tempo. Nós só temos duas barragens com água para todo o Rio Grande do Norte, que é a barragem Armando Ribeiro, lá no Vale do Açu, e a barragem de Apodi, que é a segunda barragem que está abastecendo as adutoras e os carros pipas no Rio Grande do Norte.

O que me preocupa, Sr. Ministro, e o senhor já falou aí, foi esse trecho da Mendes Júnior, do Eixo Norte, que foi paralisado aguardando uma nova licitação, que é justamente a água que vai chegar ao Rio Grande do Norte. Esta parte do Eixo Norte que está parada em razão do abandono da Mendes Júnior é justamente a que nos aflige porque é a mais importante para a água chegar ao Rio Grande do Norte.

Mas eu quero aqui fazer uma colocação, e o Ministro tem a sua equipe, que eu fiz na época do ex-Ministro Gilberto Occhi, inclusive com uma informação que me foi passada pela própria Construtora Mendes Júnior, à época, quando esteve visitando Cabrobró, em Pernambuco – onde já chegou água, não é, Ministro? O Senador Fernando sabe, deveria estar lá no dia quando chegou a água em Cabrobó –, que tem uma possibilidade de antecipação, Senador Garibaldi, já que no Rio Grande do Norte, talvez, só chegue água daqui a um ano, um ano e meio, e se não chover será o pior momento da história do Rio Grande do Norte na questão de seca, seria a construção de um pequeno canal de apenas 6Km, que não está no projeto original, e esta água sairia da terra do Senador paraibano, Raimundo Lira, de São José de Piranhas, para colocar, despejar essa água no leito do Rio Piranhas.

Este canal, à época, solicitei ao General Adriano e ao então Ministro Gilberto Occhi, que, segundo me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

passou e passava depois, a informação de que já tinham tido uma autorização na época da Presidente Dilma Rousseff, que fosse feito o aditamento do projeto para a construção deste canal de 6km, partindo de São José de Piranhas, o que já iria adiantar, encurtar o prazo de um ano para a água chegar no leito do Rio Piranhas.

Então, eu renovo aqui esse pedido, que acho fundamental, porque o Rio Grande do Norte não vai esperar, não aguenta, se não chover, esperar um ano e meio até a chegada da água do São Francisco. Essa é uma colocação que eu faço para o Ministro Helder Barbalho.

A segunda colocação, Ministro, que eu também queria fazer, é com relação ao eixo que vai alimentar, no Estado do Ceará, o Município de Caiçara, que vai levar o segundo ramal de água do São Francisco para o Rio Grande do Norte, no caso aí para alimentar o rio Apodi-Mossoró, a partir de Major Sales, que é uma cidade lá do Alto Oeste do Rio Grande do Norte, que também está aguardando licitação. É a mesma situação, Senadora Fátima, do Eixo Norte que o senhor falou na sua explanação.

Então, as duas entradas de água, Senador José Agripino, para o nosso Estado, estão aguardando esse impasse ainda jurídico, burocrático, infelizmente, que não foi construído pelo atual Governo mas aconteceu, ou seja, a empresa desistiu e isso está nos preocupando bastante.

Para vocês terem ideia – e isso deve ter acontecido no Ceará –, nós temos lá um açude, no Seridó, chamado Gargalheiras, em Acari, que foi construído pelo então Presidente Getúlio Vargas. Esse açude nunca havia secado. Hoje, não temos lá uma gota d'água. Então, é o maior drama da história esse período de cinco anos de seca, caminhando para o sexto ano se não chover, e a única resposta, a única solução que nós temos, a única salvação que nós, nordestinos, temos, é a transposição do São Francisco.

Faço aqui uma colocação, que pode até parecer polêmica, mas é no intuito de ajudar. É uma sugestão para o Ministro Helder Barbalho e sua equipe. Já que há algum impasse, eu não sei se seria possível legalmente – podem me corrigir, não quero aqui colocar nenhuma polêmica para dificultar, mas para ajudar, até porque a água é o maior drama hoje para quem é Governador de um Estado como o Rio Grande do Norte, como o Ceará, como Pernambuco e como Paraíba –, mas por que não incluir, para se somar às empresas, o Batalhão de Engenharia do Exército, para se somar às empresas e apressar e adiantar a construção da transposição do São Francisco?

Essa é uma colocação que eu faço, que poderia contribuir para adiantar, porque a minha preocupação, Sr. Ministro, é que o Rio Grande do Norte ele vai depender do sucesso da água chegar, primeiro, a Pernambuco, primeiro à Paraíba, primeiro ao Ceará, para, só assim, chegar ao nosso Estado. E, pelo andar da carruagem, por mais que seja otimista, por mais que seja, da parte do Ministro Helder Barbalho, um desafio de boa vontade da sua gestão... E eu acho que a maior obra que o senhor tem, como Ministro, desculpem-me as demais, é o São Francisco, porque são milhões de nordestinos que estão dependendo dessa água para sobreviver.

Não vou aqui falar, mas sem querer aqui jogar argumentos sentimentais, seria bom que o Presidente Temer, que vai visitar agora o Ceará, estendesse essa visita para os demais Estados, não ficasse apenas em Fortaleza; que ele fosse ao interior do Rio Grande do Norte, que ele fosse ao interior do Ceará.

Eu queria pedir aos Senadores que têm ligações com o Presidente Temer que ele pudesse abranger a sua agenda lá no Nordeste e não ficasse apenas restrito a Fortaleza, com todo o respeito. Até eu estarei lá também para prestigiar o Ceará, terra do meu amigo, Governador Camilo Santana.

Mas que ele pudesse dar um sobrevoo ou visitar uma região no interior do Rio Grande do Norte, no interior da Paraíba, para ele ver o drama hoje, ou visitar uma cidade onde, a partir de 3h ou 4h da manhã, estão crianças e mães numa fila onde passam quatro, cinco ou seis horas para receber do carro-pipa uma lata d'água; ou então têm que comprar no mercado negro uma lata d'água por R$10, R$15 ou R$20.

Então, esse drama vem acontecendo há muito tempo na Região Nordeste, e seria interessante que o Presidente Temer pudesse ver de perto o drama dessas famílias. No Rio Grande do Norte, já temos mais de 50 cidades dependendo de carro-pipa.

E aqui encerro minha última colocação, porque não quero tomar o tempo dos Senadores que irão falar pelos seus Estados: seria interessante que o senhor autorizasse, já que não temos mais recursos... Existem adutoras prontas, como a do Alto Oeste do meu Estado; lá são duas, mas tem a 1 e a 2, que dependem do São Francisco. Aquela adutora, Senador, faz parte da Barragem de Pau dos Ferros, que vai contemplar 11 cidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que dependem de a transposição chegar para alimentar a Barragem de Pau dos Ferros.

Mas a minha preocupação é para hoje; não é para daqui a um ano, nem para daqui a seis meses. É para hoje, porque já não há água, e não se tem onde buscar água. Estou buscando água de Natal, viajando 200km para abastecer algumas cidades do interior do Rio Grande do Norte.

Então, encerrando aqui a minha participação, Ministro Helder, que o senhor autorizasse a estender esses recursos para carro-pipa e, inclusive, incluir as sedes dos Municípios, porque a maioria do que está autorizado só abastece o setor rural, a zona rural, e a zona urbana está sem água e é onde mora a maior quantidade de pessoas. Então, não só aumentar a quantidade de carros-pipa, mas também disponibilizar esses carros-pipa para as sedes dos Municípios, para as cidades.

Então, faço aqui esse apelo e agradeço a oportunidade. Digo isso ao Ministro, como nordestino, como potiguar. Aqui estão dois ex-governadores – José Agripino e Garibaldi – bastante experientes, e os dois estão aqui para defender o Brasil e defender particularmente o Rio Grande do Norte. A Senadora Fátima que chegou agora não chegou a governar o Estado, mas conhece o Rio Grande do Norte pelo avesso, uma Senadora que está a toda hora no interior, municipalista. E que o senhor abrace... Se quiser fazer da sua gestão de Ministro da Integração uma gestão para entrar para a história, para a sua biografia, dedique-se de corpo e alma a essa transposição, porque cinco anos de seca no Nordeste, enfrentando também uma seca econômica, que não pode suprir o Estado de mais recursos financeiros para fazer mais adutoras, para perfurar mais poços tubulares, para equipar poços já perfurados. Temos que perfurar poços e equipar poços com recursos do Tesouro, que mal paga a folha de servidores.

Então, é uma escolha de Sofia. Se você gastar dinheiro com a perfuração de poços, você não vai colocar remédio nos hospitais; se for pagar remédio, não vai perfurar poço tubular. Então, o governador sofre diariamente com todo tipo de escolha, todas elas fundamentais para a sobrevivência da vida do povo nordestino.

Então, agradeço e parabenizo o Senador Garibaldi Alves, que teve a perspicácia, a sensibilidade social de marcar esta reunião de hoje. Parabéns, Senador Garibaldi Alves, e agradeço ao Ministro. Aguardo apenas a resposta, Ministro, da possibilidade desse canal que vai sair de São José de Piranhas, são apenas seis quilômetros, e despejar a água no leito do Rio Piranhas. Isso já iria atenuar bastante, ajudar bastante o nosso Rio Grande do Norte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a exposição do Governador Robinson Faria, que foi muito preciso no que toca ao Estado do Rio Grande do Norte e a situação de calamidade que é de todo o Nordeste. O Rio Grande do Norte precisava se louvar naquele preceito bíblico de que os últimos serão os primeiros, porque o Rio Grande do Norte está ficando por último, mas quem sabe, os primeiros já não digo tanto, porque a obra física não permite, mas quem sabe se poderemos avançar. O Governador Robinson fez aqui um exposição e conseguiu abrir uma perspectiva, dando uma sugestão que, certamente, será analisada pelo Ministro Helder Barbalho.

Agradeço novamente a vinda do Governador Robinson Faria e a sua exposição. E quero registrar a presença aqui, vindo com o Governador, do Dr. Marcelo Toscano, Diretor da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern), e de Flávio Oliveira, que é Chefe de Gabinete Adjunto da Casa Civil. Também quero registrar a presença de Horácio Figueiredo, Chefe de Gabinete da Presidência da Agência Nacional de Águas (ANA), bem como Antônio Félix Domingues, da Gerência-Geral de Articulação e Comunicação, e Carlos Mota, Superintendente Adjunto, todos da ANA. Infelizmente, o nosso conterrâneo Paulo Varella não pode comparecer, mas a ANA está muito bem representada.

Da Confederação Nacional da Agricultura, quero registrar igualmente e agradecer a presença de Flávio Viriato de Saboya Neto, que é Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará. Quero também registrar a presença de Ângelo José de Negreiros Guerra, agradecer igualmente, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas. Ele está ali atrás, mas atento ao que representa essa obra. Agradeço também ao Gustavo Henrique de Medeiros Paiva, Diretor Administrativo do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

Esteve aqui conosco o Senador Mauro Benevides, que é uma referência no Estado do Ceará, foi Presidente do Senado, e me pediu para transmitir o seu apoio a esta audiência, mas ele teve que viajar por um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

compromisso inadiável no Estado do Ceará.

Sobre a viagem do Presidente, antes de dar a palavra a José Almir Cirilo, que é o representante do Governo de Pernambuco, sobre a visita do Presidente Michel Temer, ele nos comunicou ontem, quando de uma audiência no Palácio do Planalto – estiveram presentes aqui vários Senadores – que fará essa visita. O Ministro Helder já está tomando providências para que essa visita ocorra, para que ele veja de perto a situação do Nordeste. Mas ele prometeu que vai levar o Ministro Henrique Meirelles, o Ministro da Fazenda, o que nos dá um alento, porque o Ministro Meirelles certamente que, indo ao Nordeste, será mais sensível ainda aos pleitos do Ministro Helder, que deve estar a toda hora demandando lá o Ministro Henrique Meirelles.

Com a palavra o Dr. José Almir Cirilo, presidente da Companhia de Recursos Hídricos e Energéticos do Estado de Pernambuco.

O SR. JOSÉ ALMIR CIRILO – Muito bom dia a todas e a todos. Eu quero cumprimentar, em nome de todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, o Senador Garibaldi Alves e agradecer pela oportunidade, Senador, de estar aqui com os senhores discutindo esse tema que nos é tão caro e precioso neste momento. Nossos cumprimentos ao Ministro Helder Barbalho, ao Governador Robson Faria, ao companheiro, Secretário João Azevedo e às demais autoridades aqui presentes. Eu trago o cumprimento do Governador Paulo Câmara, que não pôde estar aqui com os senhores, mas mandou um abraço e a preocupação com esse tema, que está sempre presente na sua agenda.

Longe de querer fazer celeuma, Sr. Governador do Rio Grande do Norte, sobre quem está pior, em pior situação neste momento, eu queria fazer um breve relato sobre as condições hídricas do Nordeste, como professor de hidrologia há quarenta anos, tratando principalmente da questão da seca na nossa região.

Pernambuco, por força da sua condição geográfica e da pequena dimensão das suas bacias hidrográficas, Governador, hoje tem, somando toda a capacidade de acumulação dos reservatórios, apenas a capacidade do maior açude do Rio Grande do Norte, que é o Armando Ribeiro Gonçalves, e metade do Castanhão. Pernambuco não fez barragens ao longo deste ano, não é por falta de iniciativa de suas autoridades, nem de suporte dos ministérios da União. É porque as condições fisiográficas de Pernambuco não auxiliam esse tipo de intervenção. Então a saída de Pernambuco, historicamente, que nós projetamos desde o governo Eduardo Campos, e continuamos no Governo Paulo Câmara, é transporte de água entre regiões, daquelas regiões onde existe maior abundância de água – e no caso do semiárido, essa fonte única é o Rio São Francisco – para as outras regiões.

Então, em cima dese desenho, desse planejamento, nós destacamos dois tipos de Semiárido no nosso Estado: nós temos o Sertão – o Sertão tão bem representado aqui pelo nosso Senador Fernando Bezerra Coelho –, onde, por termos o São Francisco, nós, de uma forma sistemática, fomos construindo adutoras. E há um registro histórico dessas adutoras, cortando os nossos Sertões. E, graças a elas, o Sertão pernambucano tem uma situação relativamente estável.

As minhas palavras estão tão fortes que desabou ali o aparelho de televisão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ ALMIR CIRILO – Pois é.

Então, em função dessa proximidade do Rio São Francisco, nós tivemos a construção de grandes adutoras, cortando o Estado de forma sistemática. E, hoje, o Sertão tem uma situação razoavelmente suportável, apesar de todas as fontes hídricas terem se esgotado.

Sr. Ministro, sobre o Sertão de Pernambuco, eu tenho um pleito, aqui, a registrar ao senhor, e nós temos tido todo o apoio. Eu preciso reconhecer esse esforço, não apenas da sua gestão, mas também das gestões anteriores, desde o tempo do Senador Fernando Bezerra Coelho, passando pelo Ministro Francisco Teixeira, que sempre reconheceram a importância das estratégias que nós levamos ao Ministério – e foram muitas discussões –, para resolver o problema hídrico de Pernambuco, que não acontece somente na época das secas. Nós temos uma deficiência hídrica, histórica, por força das circunstâncias que eu acabei de registrar.

Então, hoje, a grande necessidade do Sertão de Pernambuco é o apoio à conclusão da Adutora do Pajeú, que está sendo construída pelo seu Governo e que vai beneficiar não só o Sertão do Pajeú, pernambucano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mas também o vizinho, o Estado da Paraíba. E o nosso pleito é que essa obra continue tendo a devida celeridade, porque, Ministro, nós acompanhamos, a cada Natal, a cada Ano-Novo que passa, o sentimento das pessoas nesses Municípios – como Serra Talhada e Afogados da Ingazeira –, na medida em que a água era o presente mais esperado na virada do ano.

Então, ainda temos diversos Municípios em Pernambuco, não no Sertão do Pajeú, e nenhum da Paraíba, ainda, atendidos nesse contexto, de forma que, quanto ao Sertão de Pernambuco, eu registro para o senhor a importância de que essa obra tenha toda a celeridade possível, junto ao Dnocs. Que não faltem recursos para que, efetivamente, nós consigamos dar esse presente de Natal e de Ano-Novo às populações dessas cidades.

Aí vamos, Ministro, Srs. Senadores, para o outro Semiárido de Pernambuco. O outro Semiárido chama-se Agreste pernambucano. E aí a situação é muito pior. Desde o governo de Miguel Arraes de Alencar, entre 1995 e 1998 – estava lá o Senador, conosco, como Secretário de Agricultura –, nós planejamos, Ministro, acompanhando cada etapa da transposição, as necessidades de Pernambuco, e lhe digo que nós recomendamos ao Governador Miguel Arraes, à época, que não aceitasse o projeto da transposição na forma como ele era apresentado, porque só existia o Eixo Norte, apesar da importância que isso representa para os demais Estados e também para Pernambuco. Mas a nossa região mais crítica não é apenas a região mais crítica de Pernambuco, mas do País, conforme registrado em todos os estudos de planejamento hídrico feitos no Nordeste desde a época da Sudene, do PLIRHINE, que foi um grande programa de planejamento hídrico para a região.

E lhe digo o número: enquanto a média da capacidade de armazenamento hídrico do Nordeste é da ordem de 1,3 mil metros cúbicos por habitante/ano, o Agreste do Pernambuco tem somente 800 metros cúbicos por habitante/ano. Isso é a metade do que a ONU preconiza para que uma região possa se desenvolver adequadamente.

Ministro, Senadores, são dois milhões de pessoas que hoje passam sede, não têm água para beber. São 125 Municípios em situação de emergência, a maior parte deles abastecidos por carros-pipa. Nós temos cidades de 100 mil habitantes, como é o caso de Santa Cruz do Capibaribe, o centro nevrálgico da indústria têxtil do Brasil, o segundo maior polo da indústria têxtil do Brasil, que estão sendo abastecidas por carro-pipa.

A economia pernambucana no Agreste está totalmente devastada. Nós temos registros recentes feitos pela imprensa mostrando a situação das empresas de maneira geral, empresas grandes, como a Bateria Moura, e todo o polo de produção de tecidos do Estado de Pernambuco.

Então, a situação é extremamente crítica. E eu queria registrar, primeiro, que esse esforço que foi feito no governo Miguel Arraes deu origem ao Eixo Leste. O Eixo Leste foi um esforço de Pernambuco que vai beneficiar muito o Estado da Paraíba. E hoje ele é a nossa grande prioridade...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Não foi só de Arraes, não, foi da Paraíba inteira.

O SR. JOSÉ ALMIR CIRILO – Com certeza, Senador.

Ele é o nosso grande pleito e é a grande necessidade do povo pernambuco. E em cima disso é que nós registramos o grande fato, o grande evento que precisa acontecer, a Adutora do Agreste. Eu registro que tem havido um esforço grande pelo Ministério mais recentemente, na sua gestão, como houve no início.

Mas nós tivemos, Sr. Ministro, entre 2014 e 2015, repasse de recursos baixíssimos, que prejudicaram sobremaneira a execução da Adutora. E sabe o que é que nós pernambucanos precisamos fazer à época? Já em 2012, chamados pelo Governador Eduardo Campos para ter um olhar sobre Pernambuco, nós planejamos uma estratégia.

Já vimos a dificuldade de atender ao Agreste com a água do São Francisco no curto espaço de tempo por força do Ramal do Agreste, que o senhor conhece bem e que ainda se encontra em licitação.

Então, nós temos consciência de que não vamos receber água do Agreste antes de 2021, talvez 2022, o que sempre nos deixou extremamente preocupados.

Então, o que o Governo de Pernambuco fez? Fomos ao Ministério da Integração – ao Ministro Fernando Bezerra e, depois, ao Ministro Francisco Teixeira – e planejamos uma estratégia. Que estratégia era essa? Buscar outras fontes que pudessem aproveitar a Adutora do Agreste para transferir, através dessas tubulações, a água para as nossas cidades, já que a definição dessa transferência de água do São Francisco iria demorar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós discutimos com o então Ministro Fernando Bezerra Coelho a perfuração de poços; alguns foram executados, outros estão em andamento. E estamos hoje com um imenso esforço do Governo de Pernambuco, Senador Garibaldi Alves, fazendo duas novas transposições, que estão sendo financiadas pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – este ainda em fase de negociação – mas que só poderão ser concretizadas, ou seja, a água dessas novas transposições como dos poços só vai chegar às nossas cidades se a Adutora do Agreste, nesses trechos onde essas fontes afluem, for concretizada.

O Ministro Helder tem sido parceiro nesse processo. Assim, o nosso grande pleito, Ministro, para o Agreste é que haja a continuação e a celeridade no desembolso dos recursos para que nós possamos dar efetividade à Adutora do Agreste antes que a água do São Francisco chegue a essas tubulações. Esse é o cenário que eu queria trazer para os senhores.

Entre essas diversas fontes, nós deveremos levar para o Agreste, num primeiro momento, até 2018, se houver ajuda efetiva da União para repassar os recursos devidos para a conclusão dos trechos da Adutora do Agreste nesse percurso, uma vazão de mais de 2 mil litros por segundo, que vai aliviar sobremaneira a situação dessa região que hoje está em estado tão crítico.

Nesse contexto, eu queria registrar a conclusão de uma obra que se iniciou com grande apoio do Governo Federal e foi concluída com o Governo do Estado, que está prevista agora para dezembro, que é a Barragem de Serro Azul. Essa barragem será a fonte de uma dessas adutoras que estamos descrevendo para os senhores e que efetivamente vai nos permitir antecipar a solução do problema para resolver o problema dos nossos cidadãos.

A primeira adutora, que partirá de uma região próxima a uma segunda barragem que também está sendo feita com o apoio do Ministério, deverá ter as águas chegando à cidade de Caruaru já no primeiro trimestre do ano que vem, mas ela só chegará às demais cidades que estão sofrendo se nós conseguirmos completar os trechos da Adutora do Agreste.

Eu já antecipo aqui, Sr. Ministro, o registro e o pedido da sua participação na inauguração da Barragem de Serro Azul, agora no final do mês, assim como para os nossos ministros e Senadores que estão presentes e que participaram em momentos anteriores, como um primeiro grande passo que foi construído dentro dessa nova lógica.

Ao final, deixamos aqui o nosso sentimento de que essa grande obra, como um todo, tanto o Eixo Norte quanto o Eixo Leste, efetivamente consiga ter a sua conclusão nos prazos mínimos possíveis para que possamos aliviar a situação desses tantos milhões de nordestinos que hoje estão vivendo cinco anos consecutivos de seca, com a perspectiva – que nós esperamos que não aconteça – de um sexto ano.

Muito obrigado pela oportunidade.

Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a didática exposição do representante do Governador Paulo Câmara, de Pernambuco, Dr. José Almir Cirilo, que foi muito didático e pediu muito, Senador Fernando Bezerra Coelho.

Eu quero conceder a palavra agora ao Sr. João Azevedo Lins Filho, que é Secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, do Estado da Paraíba, e que representa, nesta audiência pública, o Governador Ricardo Coutinho.

O SR. JOÃO AZEVEDO LINS FILHO – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Em primeiro lugar, parabenizo Senador José Pimentel pela iniciativa desta audiência e cumprimento Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão; o Ministro Helder Barbalho; o Governador Robson Farias; e todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, e dizer que é realmente importante quando se discute um assunto tão caro para a Região Nordeste.

Para que possamos ter uma visão mais clara com relação à Paraíba, este é um esquema que mostra a distribuição das águas do São Francisco na Paraíba. Temos aqui os dois eixos: o Eixo Leste e o Eixo Norte. O Eixo Leste termina aqui em Monteiro. A partir daí, essa água tem dois caminhos: um, através da calha do Paraíba, passando pela Barragem de Boqueirão e chegando até Acauã, onde nasce esse grande Canal Acauã-Araçaji,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que está em execução hoje em parceria com o Ministério da Integração, uma obra que envolve recursos de mais de R$1 bilhão, aprovada e iniciada na época da gestão do então Ministro Fernando Bezerra.

Na segunda etapa, ela seguirá através desse grande sistema adutor que está projetado, um dos maiores pleitos da Paraíba, e que permitirá levar água do São Francisco até a região mais carente, em termos de água, na Paraíba, que é a região do Curimataú, onde chove menos de 300 milímetros por ano, e em que ,as águas subterrâneas são de péssima qualidade. Esse grande sistema já está projetado; são 723 quilômetros de adutoras que precisam ser implantados. Esse é um dos grandes pleitos.

Nós vamos receber água do São Francisco também através da Adutora do Pajeú, mesmo não sendo considerado eixo da transposição, que vai atender sete cidades também de uma região importante.

Através do Eixo Norte, temos prevista e aprovada, dentro do Conselho Gestor do São Francisco, uma entrada na cabeceira do Rio Piancó. Esse é um projeto que está em contratação através de recursos do Banco Mundial, já contratados pelo Ministério. e que realmente se torna o segundo grande pleito da Paraíba em termos de abastecimento e de obras complementares do São Francisco.

Um pouco mais à frente, vemos onde termina o Eixo Norte, que é na Barragem de Caiçaras, no Município de Cajazeiras. A partir daí, nasce o ramal Apodi, esse que foi tocado aqui pelo Governador do Rio Grande do Norte, que está em fase ainda de projeto executivo. Essa é uma visão clara de como será possível fazer a distribuição das águas de forma bastante uniforme na Paraíba. A Paraíba realmente, eu diria, é privilegiada em termos de distribuição de água, a partir da chegada das águas do São Francisco.

Esta é a nossa grande preocupação: as grandes barragens. Hoje a barragem do Açude Engenheiro Ávidos está com 5,3%; São Gonçalo com 31%, porque, no começo deste ano, houve uma chuva considerável e, de repente, pegou água. Mas, no geral, são muito baixos os níveis e vêm caindo a cada ano consideravelmente.

No Eixo Leste, as duas grandes barragens que receberão água.

Aqui a Barragem de Boqueirão, que atende a Campina Grande e a toda uma região. Ela está com um processo muito sério: nós estamos com apenas 5,4% da sua capacidade. E a Barragem de Acauã, onde nasce o canal Acauã-Araçagi, está com 8,5%.

Isso nos preocupa muito, porque essas barragens são os grandes reservatórios de água do Estado.

O DNOCS já está nesse momento licitando as obras que precisam ser implementadas. É importante entender que, com as águas do São Francisco chegando, elas não poderão esperar que você encha toda uma barragem como essa, deixe verter a barragem, para continuar água no rio. Então, obras de implantação de sifões ou implantação de passagens rápidas nessas barragens precisam ser feitas, e o DNOCS já está licitando isso.

Esse eixo já foi mostrado.

Aí algumas coisas do túnel.

A Barragem de Morros, que está pronta. Essa barragem é importante, é a primeira barragem que fica na Paraíba, no Eixo Norte. E aqui, respondendo um pouco – talvez, ministro, o senhor permita – a observação que fez o Governador do Rio Grande do Norte, é possível, a partir dessa barragem, com a água chegando, no Eixo Norte, à primeira barragem da Paraíba, nós soltarmos a água pela calha desse rio, chegarmos até a Barragem de Engenheiro Ávidos e já pegar o Rio Piranhas, independente desse canal de 6km, que foi citado pelo Governador. É possível, sim, colocar essa água no Rio Grande do Norte, a partir do momento que água chegue, claro, à Barragem de Morros.

O SR. HELDER BARBALHO – Permita-me, Presidente, um aparte.

Quero apenas registrar que, no caso, a água só chega à Barragem de Morros em dezembro de 2017, perfeito?

Então, sobre a sugestão colocada pelo Governador, que seria esse ramal, o problema é que nós não vamos ter água a chegar antecipadamente a Caiçara.

O SR. JOÃO AZEVEDO LINS FILHO – Exatamente, que é de onde sai esse canal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

As providências para que a gente agilize tanto a transposição, tanto levar a água do Eixo Norte e do Eixo Leste dentro da Paraíba, nós já estamos tomando. Já contratamos uma empresa com equipamentos para fazer retificação da calha do rio em determinados pontos. Em função do longo tempo de estiagem, claro que existem trechos do rio que estão absolutamente espraiados, ou seja, já não há mais uma definição da calha do rio. Então precisam ser feitas retificações em alguns pontos. A partir do dia 1º, nós começaremos o Rio Paraíba e, a partir de janeiro, no Rio Piranhas, o que permitirá levar água até o limite com o Rio Grande do Norte.

A barragem de Boa Vista também já está concluída, tem inclusive um acúmulo de água de cerca de 10 milhões de metros cúbicos. É barragem também da transposição. E essa é a última barragem do Eixo Norte, a barragem de Caiçara, em Cajazeiras, que também está pronta.

No caso do Eixo Leste, esse é o portal de entrada das águas na Paraíba. O Eixo Leste soltará água a partir desse portal na calha do Rio Paraíba. Existe um trabalho que precisa ser feito, que é exatamente pegar a água a partir de Monteiro, onde termina a transposição, e levar através da calha do rio até o açude Poções. Aí se discutem alternativas para fazer canais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO AZEVEDO LINS FILHO – ...para a água que vier pelo rio não ir para a barragem, passar direto para o rio. Enfim. são ações que foram propostas. Entretanto, em reunião com o DNOCS – Dr. Angelo está presente aqui –, discutimos projetos que fossem muito mais rápidos na sua implantação, com viabilidade muito maior.

Tanto na barragem de Poções quanto na barragem de Camalaú, é preciso que se faça uma ação como essa para evitar que se tenha que encher toda essa barragem, porque são quase 50 milhões de metros cúbicos. Vamos fazer um grande canal no próprio vertedouro da barragem e, partir daí, a colocação de tubulação com registros que permitirão que se faça o controle. Caso efetivamente haja chuva, vamos fechar esses controles para acumular água. Senão, a água da transposição chegará, rapidamente passará pela barragem, e ganharemos tempo, porque o nosso objetivo maior é colocar água nesse ponto, que fica em Boqueirão, a partir de onde atenderemos a mais de 20 Municípios, principalmente Campina Grande, uma vez que seria impossível atender através de carros-pipa a uma população de 400 mil habitantes. Essa é a nossa preocupação.

Quanto às questões que foram levantadas, o esgoto de Monteiro, que é muito tocado na região, não é o problema. Faço uma observação com relação a isso. O volume que está previsto para se soltar em Monteiro para a transposição é de cerca de nove metros cúbicos por segundo. Imagine se Monteiro não tivesse esgotamento sanitário nenhum, o que não é verdade. Monteiro tem 8,5 mil ligações de esgoto que vai para uma estação de tratamento e depois é lançado no rio. Se não houvesse nenhum esgotamento sanitário em Monteiro, teríamos o lançamento de aproximadamente 62 litros por segundo. Sessenta e dois litros por segundo dentro de um volume de nove mil litros por segundo que serão lançados pela transposição são perfeitamente diluíveis. Não há o menor problema com relação a isso. Mesmo assim, as providências com relação ao esgoto de Monteiro têm que ser, e estão sendo, tomadas, mas não é impeditivo para que a água possa passar, até porque essa água está a 120 quilômetros de Boqueirão. Quando a água chega lá, nós temos a estação de tratamento de Gravatá, que trata a água antes de distribuí-la. Então, não há essa preocupação muito grande.

Nós estamos fazendo, é claro, o dever de casa, que é resolver a questão do esgotamento sanitário. Com essas intervenções que Monteiro está recebendo, vai ficar 85% da área urbana com esgotamento. Isso será muito bom para a cidade, mas não seria impeditivo para essa questão.

Esse mapa mostra a situação hoje, atual, dos sistemas da Paraíba. Nós temos 30 Municípios que estão em colapso. Quando eu digo colapso, é porque o cidadão abre a torneira e não sai um pingo d'água da torneira, absolutamente em colapso. Esses outros Municípios aqui, em laranja, são Municípios que estão em racionamento, ou seja, recebem água, às vezes, um dia por semana, dois dias por semana, e esses outros Municípios, em amarelo, são Municípios que estão em alerta.

Na verdade, a cada semana, fazemos reunião com a Agência Executiva de Gestão das Águas, com a Companhia de Águas e com a Secretaria de Recursos Hídricos, em uma sessão que eu chamo de sessão de tortura, porque vamos vendo que o Município que está em alerta entra em racionamento, o que está em racionamento passa a entrar em colapso, e não temos os meios efetivamente para poder resolver e sair dessa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, essa é a situação da Paraíba.

Nós temos mais de cem Municípios hoje, 89 Municípios – se você soma grandes distritos passa dos cem –, que estão em racionamento, hoje, na Paraíba. Então, é complicada, bastante complicada a situação.

Programas estão sendo implementados – programas com adutoras emergenciais, carros-pipas, cisternas, sistema de abastecimento – porque temos que entender que a transposição vai atender à comunidade urbana, mas a população rural toda precisa. Temos uma parceria grande com o Ministério do Meio Ambiente com o programa de dessalinização; sistema de abastecimento e sistema de cisternas em comunidades rurais com o Ministério da Integração, além de distribuição, por incrível que pareça, até de filtros de barro.

Na medida em que a claridade das águas das barragens vai diminuindo, a qualidade vai piorando. Então, se você não fizer um trabalho preventivo, você vai ter um problema de doenças, de epidemias violentas. Então, fizemos a distribuição de mais de dez mil filtros de barro em comunidades que estão recebendo essas águas.

Pipa é uma solução para determinadas situações. Entretanto, considero pipa a água mais cara, a água em que não se tem a possibilidade de fazer controle da sua qualidade, e a distribuição é muito complicada.

Nós implantamos caixas d´´água nos Municípios que estão em colapso, caixas d'água de dez mil e cinco mil litros para que rapidamente o caminhão-pipa chegasse, despejasse a água na caixa d'água e já saísse para pegar outra porque, normalmente, o que acontecia era que ficava aquela fila de pessoas, e o carro-pipa colocando balde por balde, havendo inclusive o desperdício muito grande. Nós implantamos quase mil caixas d'água nessas cidades para evitar esse tipo de questão.

A Paraíba tem programas fortes de construção de adutoras, em parceria com o Ministério da Integração e, em parte, com recursos próprios. Esse é o mapa que mostra mais ou menos onde estamos trabalhando, para permitir exatamente essa capilaridade na distribuição das águas do São Francisco. E eu volto a dizer: a Paraíba é privilegiada pela situação: os dois ramais do Pisf terminam na Paraíba. Então, por isso, é possível fazer um trabalho, desde que a infraestrutura para a distribuição possa continuar. São mais de mil quilômetros de adutoras que estão em execução, volto a dizer, em parceria, a grande maioria.

Há ainda programas como construção de barragens, programas de recuperação de barragens implantados no Estado para recuperar as barragens que nós temos. Nós monitoramos 127 barragens, das quais cem estão abaixo de 20% da sua capacidade, e, dessas cem, eu tenho cerca de 60 que têm menos de 5%. Então, realmente, é bastante complicado. Há o O Programa Água para Todos, em parceria com Ministério da Integração, construção de barreiros, Programa Água Doce. Esse é um programa fantástico para regiões como a do Cariri e a do Curimataú, em que a água tem um teor de sal muito grande. Esse é um programa espetacular, que tem tido resultado muito grande. Você transforma literalmente uma água que não tem a mínima condição de consumo em água potável por meio desses equipamentos. E, quando você consegue implantar esse sistema – que é o sistema integrado –, a partir do tratamento da água, a água vai para esse primeiro tanque, há um outro tanque e um terceiro tanque, que permite fazer piscicultura.

Existem dois sistemas, um mais simples – que nós implantamos lá, nós estamos implantando 93 –, que custa R$150 mil cada.

Esse sistema aqui é um pouco mais completo, porque ele é um sistema integrado. Ele, além do sistema de dessalinização, permite que você tenha um arranjo produtivo aqui, com piscicultura nesses dois tanques e, a partir do terceiro tanque, há uma descarga para irrigar uma plantação de erva-sal, que é uma planta que pode ser irrigada com água com muito sal e que serve de alimento para o gado. Esses sistemas não sendo implantado e têm tido resultado muito grande.

Fora esse, nós estamos agora licitando um outro que é mais simples ainda, porque não há necessidade de construção dessa unidade para implantar a unidade. Ela é uma unidade compacta, que não precisa de proteção. Ela fica ao relento sem problema nenhum. Esse custa R$65 mil cada. Isso, para uma comunidade que não tem condições de acesso a água, é um grande programa. E o Governo Federal com certeza está de parabéns pela implantação, mas precisa tornar isso uma escala muito maior.

Aqui são obras de esgotamento sanitário em que nós trabalhamos. Aqui existe parceria com o ministério e, principalmente, com a Funasa. Essas obras em verde estão em execução pelo Estado; em azul são obras a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

iniciar; em laranja ou marrom, foram obras, com projetos que nós elaboramos, conveniadas diretamente com os Municípios. Então, é um programa dentro, principalmente, das duas bacias receptoras do São Francisco, a do Paraíba e a do Piranhas.

Aqui também uma parceria com o Governo Federal. Existe, dentro da outorga da ANA, a obrigatoriedade de atender a todas as comunidades que estão a 5km do canal, da transposição. Todas essas comunidade estão recebendo sistemas de abastecimento de água, sejam a partir da captação do próprio canal ou através até da perfuração de poços.

E essa é obra do canal Acauã-Araçagi sendo executada na Paraíba. São 112km de extensão; é uma obra que vai beneficiar uma região dos melhores solos da Paraíba, que vai permitir que se implantem programa de irrigação em pelo menos 16 mil hectares da nossa área. É uma obra muito grande, uma obra que tem o dedo do ex-Ministro Fernando Bezerra, que teve a oportunidade de autorizar o início do Lote 1 e do Lote 2. E nós esperamos que o Ministro Helder autorize o Lote 3. A funcionalidade do canal está aí. É uma obra que precisa ser conhecida; ela precisa ser visitada. O Governo Federal precisa, talvez até dentro da própria estrutura do Governo Federal, conhecer um pouco mais essa obra. Aqui é a tomada d'água, a Barragem de Acauã está por trás. Isso aqui são 30m de escavação na rocha. É uma obra de 112km de extensão; não tem uma única estação de ombeamento; ela é toda por gravidade. Então, é uma obra que faz o custo da sua operação baixar muito.

Eu estou passando rápido, porque o Presidente pediu que agilizasse o tempo.

E esses, para gente, para a Paraíba – eu trago aqui, claro, a recomendação do Governador Ricardo Coutinho, que fez, como o Presidente disse, uma pequena cirurgia e não pôde estar aqui –, são os dois pleitos prioritários. Não é que só tenhamos esse para apresentar. Apresentamos ao Ministro Helder um pleito muito maior do que esse, mas esses são dois elementos que vão permitir essa distribuição das águas na Paraíba de uma forma quase que total dentro do seu território.

O Sistema Adutor da Borborema: R$612 milhões dois ramais – o ramal que reforça toda a estrutura do Cariri e o ramal que leva água para toda região do Curimataú. E terceira entrada do PISF. Como eu disse, essa obra, já contratada com recurso do Banco Mundial, é um projeto que está em elaboração em um contrato com o Ministério da Integração.

Eu diria, Ministro, só para finalizar, que todas essas obras são extremamente importante, mas nós temos um elemento tão importante quanto, que é a questão da gestão dessas obras todas. Nós precisamos nos preparar cada dia mais, e cada Estado precisa se preparar para fazer o trabalho de gestão. Nós precisamos ter rapidamente a definição dos modelos de gestão para cada Estado. Nós precisamos ter a definição dos custos que cada Estado terá que bancar, a forma como terá que ser feito esse pagamento, as garantias que terão que ser dadas por cada Estado para que seja um sistema realmente sustentável. E claro que o Conselho Gestor do São Francisco é um espaço para essa discussão toda. Numa região em que cada dia se perfura mais poços e que cada dia o percentual de poços secos fica maior, é extremamente preocupante. O Eixo Norte nos preocupa, porque, diante da nova data, dezembro de 2017, estamos única e exclusivamente dependendo da chuva. Se não houver chuva, aí sim, nós temos um milhão de pessoas na Paraíba em completo colapso.

Para se ter ideia, uma barragem como Coremas, que são 591 milhões, tem hoje 15 milhões. Nós fechamos já a comporta e estamos abastecendo as cidades apenas com a outra barragem, que é a Mãe d'Água, mas que é 568 milhões e só tem 40.

Então, essa situação de fazer gestão não de água, mas fazer gestão de falta de água é que nos preocupa muito.

O Srs. Senadores podem ter certeza de que têm um papel fundamental nesse acompanhamento. E, quando temos oportunidade de participar de uma audiência como essa, ficamos bastante felizes, porque com certeza é um assunto que está tendo a importância devida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de conceder a palavra ao Ministro Helder Barbalho, eu quero registrar a presença da sempre elegante Senadora Kátia Abreu, que veio realmente trazer um brilho muito grande a nossa audiência.

Aliás, eu estou devendo, sou devedor de uma audiência pública, já aprovada por iniciativa dela, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

relação às nossas exportações.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone*.) – O senhor não é o meu devedor, mas sempre meu credor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Obrigado pela gentileza sempre proverbial da nossa ex-Ministra da Agricultura.

O SR. ROBINSON MESQUITA DE FARIA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Governador Robinson queria...

O SR. ROBINSON MESQUITA DE FARIA – Quero só pedir licença ao Ministro Helder Barbalho e ao Senador Garibaldi para me retirar. Vou ter mais três audiências ainda hoje. Quando vem a Brasília um Governador, sabe-se que ele sai com uma sacola na mão de Ministério em Ministério. É a nossa missão; muitos aqui já foram governadores e sabem disso.

Aproveito este momento em que vou me ausentar não só para incentivar, mas para colocar esse desafio, que não é impossível, nos ombros do Ministro Helder. A transposição do São Francisco, para nós, nordestinos, é a maior obra do século para o povo nordestino. Se o senhor inaugurar, o São Francisco será uma obra eternizada, a obra mais importante da história do nosso povo.

Obrigado e desejo que dê tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Governador Robinson Faria. Todos nós compreendemos que o Governador vem com a agenda muito cheia de compromissos junto aos Ministérios, inclusive tem uma audiência com o Ministro Henrique Meirelles e não precisa nem dizer qual será o assunto a ser tratado.

Agradeço a sua presença, ele que trouxe aqui uma exposição muito realista e didática a respeito da situação do Rio Grande do Norte diante de cinco anos de seca.

Eu vou conceder a palavra ao Ministro Helder Barbalho. Os Senadores, até agora, não falaram, estão numa ansiedade muito grande.

O SR. HELDER BARBALHO – Rapidamente, aproveito a fala do João Azevedo, sob o aspecto da gestão do Pisf. Estamos agendando para o próximo dia 15 de dezembro uma reunião com os governos estaduais no sentido de fazer o nivelamento das informações e, claro, afunilar no sentido do modelo de gestão que está previamente estudado.

Nós já fizemos a rodada nos Estados. Agora é muito importante – lamentavelmente o Governador saiu – que os governos estaduais possam encaminhar para as assembleias legislativas os processos de legislação estadual a respeito da gestão do Pisf para que possamos estar aptos a fazê-lo a partir do início da operação principalmente do eixo leste que já se dará no inicio de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador José Pimentel que foi o autor do requerimento para debatermos, como estamos fazendo aqui neste momento, a transposição das águas do rio São Francisco.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Garibaldi Alves Filho, primeiro quero registrar a forma como V. Exª tem conduzido os trabalhos nesta Comissão de Infraestrutura, pautando os temais nacionais, tendo cuidado de acompanhá-los e, neste caso concreto, não só por ser nordestino e nosso Presidente, mas pela forma que você tem – deixe-me chamá-lo assim – de conduzir os trabalhos da Comissão. V. Exª teve o cuidado de convidar os nossos pares para estar com o Ministro Helder Barbalho, discutindo sobre o que esperávamos desta audiência, uma audiência muito mais técnica como, aliás, está sendo.

Quero saudar os nossos convidados em nome do João Azevedo e abraçar a nossa Senadora Kátia. Estou faltoso também com ela. Ontem à tarde, tive uma atividade na Comissão do Extrateto, mas tive que cuidar de uma agenda muito mais desgastante, a questão da vaquejada, que, para nós do Nordeste, é muito importan-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

te. Por isso, tive que me dividir.

Quero abraçar nossos Senadores e começar, registrando que um dos objetivos nossos, com essa audiência, é discutir a questão orçamentária. Nós sabemos que toda obra, quando está próxima do seu final, tem um conjunto de custos a mais, itens que são agregados. A preocupação do Pernambuco agora já não é mais com o eixo leste, mas com as ações consequentes, complementares do eixo leste, porque a água já chegou. Na parte da Paraíba, na parte de Monteiro, as preocupações já são de outra natureza, é saneamento, são outros ramais, mas a nossa grande preocupação – nós, do eixo norte – é como a água vai chegar.

E aí o nosso Ministro fez a explanação muito objetiva. O lote N1, eu diria, é o maior problema nosso para que a água possa chegar na Paraíba e possa chegar ao Rio Grande do Norte e também no Ceará.

Nesse trecho, como todos sabemos, e foi apresentado, temos três elevatórias: duas estão instaladas, a terceira está em pleno processo de instalação. A desativação da construtora Mendes Júnior não prejudicou a instalação dessa terceira elevatória. A partir daí, vai chegar à Barragem de Jati, que eu chamaria de o grande pulmão de águas do eixo norte, porque viabiliza o Ceará, viabiliza a Paraíba e viabiliza o Rio Grande do Norte. E algumas construtoras utilizam o expediente de deixar um trecho na obra como uma espécie de salvaguarda e de garantia para ela e constrói nos dois outros extremos.

É exatamente algo em torno de dez quilômetros, após a terceira elevatória, para chegar no Jati. E nesse momento, aí é grande gargalo para que a água chegue na Barragem de Jati. Chegando na Barragem de Jati, a partir dali para Fortaleza, ela pode impor gravidade. Temos o Rio dos Porcos, que sai da Barragem de Jati, há uma calha de sete metros cúbicos, depois ele cai no Jaguaribe; do Jaguaribe, na Barragem do Castanhão; e do Castanhão para Fortaleza, como muito bem V. Exª apresentou, está totalmente pronto e em funcionamento. Temos a outra variável, do cinturão das águas do Ceará, que chamamos de CAC, mas o fundamental, para nós, é o que fazer para a água chegar em Jati.

Sei da licitação que está sendo feita, o plano B, se houver alguma dificuldade para se desenvolver, mas é possível que esse trecho de mais ou menos dez quilômetros pudesse ter um tratamento diferenciado. Sei que a licitação é integral do lote 1N, mas, para nós, isso é decisivo. Com esse processo, dois terços da população do Ceará, vivem, moram, sobrevivem e utilizam esse trecho do Ceará, que vai do Cariri a Fortaleza, região metropolitana.

Portanto, a indagação era: o que podemos fazer nesse item? E o terceiro, V. Exª respondeu, o Secretário João Azevedo já adiantou que se trata da gestão das águas compartilhadas pelos quatro entes: Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Pernambuco.

Vou parar para por aqui e deixar que o nosso ex-Ministro Fernando Bezerra, que já tinha destravado esse mesmo lote com a questão da antiga, a construtora anterior...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Foi a Mendes Júnior.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não era a Mendes Júnior, não. Foi antes dela.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – ... a que entrou agora, foi antes dela.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A Delta Engenharia que foi exatamente o distrato que atrasou bastante no início da sua gestão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador José Pimentel que sintetizou muito bem as preocupações dos nordestinos.

Vamos conceder a palavra agora ao Senador Fernando Bezerra Coelho, ex-Ministro da Integração Nacional e que participou para que essa obra se tornasse uma realidade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr. Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, cumprimento o meu amigo, Secretá-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

rio de Infraestrutura da Paraíba, João Azevedo e, em sua pessoa, saúdo os demais palestrantes que tiveram que se retirar; meu colegas aqui da Comissão de Infraestrutura, queria, Senador, Garibaldi, fazer aqui um registro.

Nós estamos vivendo, sem nenhuma dúvida, a maior seca da história do Nordeste. São cinco anos de um quadro desfavorável do ponto de vista da precipitação pluviométrica, e isso gera consequências no plano social, no plano econômico.

Recentemente, a Confederação Nacional dos Municípios publicou um relatório em cima de um trabalho feito pela Secretaria de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, estimando as perdas acumuladas no Semiárido do Nordeste brasileiro superior a R$100 bilhões. Isso me incomoda quando se fala que vai se gastar R$8 bilhões nessa obra da transposição. É nada! Absolutamente nada!

E, aí, o meu primeiro registro: temos que fazer justiça ao Presidente Lula e à Presidente Dilma.

Essa obra da integração ou da interligação da Bacia do São Francisco muda uma página inteira da história de como o Nordeste convive com a seca. Portanto, são obras interligadas, não são obras isoladas, não é obra para um governo, são obras de Estado.

Eu tive a curiosidade, eu tive a curiosidade de estudar as obras de transposição de bacias em outros países do mundo: na China, na Austrália, na África do Sul, na Espanha, nos Estados Unidos. Essas obras demandaram 15 anos na China, 25 anos nos Estados Unidos, 30 anos na África do Sul. São obras demoradas, são obras que têm uma engenharia social por trás delas. Há dificuldades também do ponto de vista orçamentário, porque são obras vultosas. Desde a licitação, que foi feita ainda à época do Ministro Ciro Gomes, como Ministro da Integração Nacional, nós ainda não completamos 15 anos e já estamos vendo que a obra está se aproximando da sua conclusão no que diz respeito aos seus dois mais importantes eixos, que são os eixos alimentadores. E esses eixos se desdobram.

Eu vi aqui como o Ministro foi assertivo, firme, colocando o mapa completo dessas obras complementares, que não podem parar. Elas não vão ser concluídas nos próximos dois anos. Elas vão demandar mais tempo. As vertentes litorâneas da Paraíba, evidentemente, vão além do ano de 2018. O Eixão e o Cinturão de Águas do Ceará são obras que vão demandar muito mais tempo. O Ramal do Agreste, o Ramal do Entremontes... Mas o importante é que elas já estão identificadas; os projetos executivos estão sendo concluídos; as obras iniciadas; e nós temos uma carteira de investimento para que possa ter sequência.

Eu quero fazer aqui um registro ao Ministro Helder Barbalho pela forma como ele abraçou esse projeto, por recomendação do Presidente Michel Temer, mas, sobretudo, pelo envolvimento pessoal dele nessa obra que é tão cara aos nordestinos.

Ontem, na audiência de mais de 15 Senadores com o Presidente da República, registro a segurança como o Ministro expôs a execução dessas obras que aqui ele complementou nesse belo relato.

Portanto, o que eu quero desejar ao Ministro Helder Barbalho é que ele continue perseverando na briga pelos recursos no orçamento. É evidente que precisamos fazer essa briga. E aí o nosso Senador José Pimentel foi muito feliz. É preciso soltar mais dinheiro, é preciso proteger o orçamento do Ministério da Integração Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É preciso levar o Ministro Meirelles.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É preciso levar o Ministro Meirelles, o Ministro Diogo. É preciso que os investimentos do PAC possam priorizar essas obras que já estão identificadas, para que elas, superando os impasses, os problemas, possam ser aceleradas e agilizadas.

Quero aqui também destacar uma outra iniciativa importante do Ministro Helder Barbalho, que é o Programa de Revitalização do São Francisco.

Senador Garibaldi Alves disse com muita propriedade que essa obra da transposição se resume a pegar a água onde tem para levar para onde não tem. O problema é que já está ficando difícil ter a água onde sempre teve. O Rio São Francisco realmente precisa de ações mais contundentes de revitalização, de proteção das suas nascentes, de recuperação das suas matas ciliares, da ampliação da produção de água através dos seus tributários, com a construção de novas barragens em Minas e na Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É preciso barrar os tributários do São Francisco para que a gente possa aumentar o fluxo da água que vai para a calha principal do rio, para que a gente possa alimentar a Barragem de Sobradinho, que hoje só tem 6% na sua acumulação de águas. No ano passado, estivemos próximos a um colapso, chegando a 1%.

Portanto, é fundamental esse Programa de Revitalização, ao lado desse programa estruturante de recursos hídricos do Nordeste, que foi aqui desenhado para os Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, mas que tem intervenções importantes em Alagoas, em Sergipe e na Bahia – porque ali apareceu, Senador Roberto Muniz, só o dinheiro que está conveniado com o Ministério, mas, se olharmos o orçamento da Codevasf, vamos verificar ali a Adutora do Feijão em Irecê, a Adutora do Algodão em Guanambi, e muitas outras obras hídricas que foram implantadas no Estado da Bahia, havendo uma certa divisão quase equânime em todo esse esforço de oferecer segurança hídrica para todo o Nordeste brasileiro.

Então, quero aqui parabenizar o Senador José Pimentel; o meu Presidente, Senador Garibaldi Alves, por ter dado prioridade a esse tema. Cumprimento o Ministro Helder Barbalho pela forma correta, destemida como vem se portanto à frente do Ministério da Integração Nacional. Nós, Senadores da Nordeste, e esta Comissão seremos uma ponta de lança para dizer o seguinte: o orçamento do Ministério da Integração ainda é magro. Precisamos trabalhar para reforçar o orçamento do Ministério da Integração, porque o alerta feito aqui pelo secretário João Azevedo é de que está muito bem a condução das obras estruturantes, mas a situação da climatologia pode se agravar a um ponto que obras emergenciais precisam ser feitas. Aqui foi o apelo do Governador do Rio Grande do Norte: ampliar a frota de carros-pipas, ampliar os investimentos em adutora de engate rápido, ampliar a perfuração de poços.

Acho que precisamos alertar as autoridades federais, e é muito boa a decisão do Presidente Michel Temer de ir ao Ceará, de ir a Pernambuco, para ver de perto a situação, levando as notícias que já estão sendo viabilizadas, como a renegociação da dívida, a liberação de recursos para obras importantes – eu quero aqui agradecer ao Ministro Helder a liberação de mais de R$50 milhões para a recuperação da Barragem de Jucazinho, que vai contribuir para amenizar a situação da oferta d'água na região de Caruaru, em Pernambuco.

Acho que a palavra final, ao encerrar as minhas considerações, é de alerta, vigilância...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Permite um aparte, Senador?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... e de pressão para que possamos, de fato, chamar a atenção do Presidente e do Ministério da Fazenda, do Planejamento, para que o Ministério da Integração possa ser mais bem tratado nesse momento em que a seca se agrava e que ações estão sendo reclamadas.

Com a palavra o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Zé Agripino chegou aqui perto e cochichou aqui, dizendo que tem quatro Comissões o esperando.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Não é nem esperando, é chamando, de verdade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas todos os Senadores as têm.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Mas é para fazer um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu vou dar a palavra a ele...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Dar um aparte ao Senador Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... porque ele hoje é um dos decanos do Senado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Pronto, mais uma razão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ele está no quarto mandato. Não é uma questão de "Mateus, primeiro os teus", não. É que ele é o decano, e eu espero que todos compreendam isso.

Com a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Rapidinho, Presidente.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Senador, cedo ao Senador José Agripino a minha inscrição.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigadíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Raimundo Lira cedeu aí...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado, Senador Raimundo Lira. Obrigado. Eu vou procurar ser o mais breve possível.

Eu acho que o movimento que os Senadores do Nordeste vêm fazendo desde ontem, na reunião do Palácio do Planalto com o Presidente da República, foi um movimento que começou antes. O Senador Pimentel foi um dos que me provocaram para que nos uníssemos, acima de Partido, de diferenças partidárias, para que colocássemos essa questão da transposição do São Francisco como uma questão do Congresso, uma questão de prioridade nacional.

O que foi feito? Uma reunião ontem com o Presidente Temer e, em seguida, a oportuníssima audiência pública com o Ministro Helder, que está dominando completamente o assunto. Está com ele na mão. Só há um detalhe, duas coisas ocorreram ao mesmo tempo, primeiro, a questão da seca, que é terrível. Não é uma seca, é o quinto ano de seca. É a maior catástrofe anunciada – eu fui Governador duas vezes – que eu já vi na minha vida. Se não chover, o que vamos ter em Fortaleza, Campina Grande e por aí vai, Caicó, Pau dos Ferros, é a falta d'água. Em Caicó, a água está chegando, transportada de Natal, 300 km de distância, em carro-pipa. Eu nunca ouvi falar disso.

Então, colocou-se luz sobre a questão da seca. Estava sendo levada com demérito: "Ah, é mais uma seca!" Não é mais uma seca, não. É uma tragédia anunciada. É uma tragédia anunciada! Na verdade, é isso.

E a discussão da transposição colocou luz sobre a questão da seca, por quê? Porque é a única alternativa que temos – para puxar a brasa para a minha sardinha.

No meu Estado – no nosso Estado, Senador Garibaldi, Senador José Agripino e Senadora Fátima Bezerra, que esteve aqui –, nós só temos hoje água aqui em dois lugares: na barragem Santa Cruz e na barragem do Açu, Armando Ribeiro Gonçalves. Fora disso, a Lagoa do Bonfim é Natal.

Se você não fizer a transposição do São Francisco, você não vai ter água acumulada na Barragem de Pau dos Ferros, você não vai ter como alimentar as barragens que chegam no Seridó, não vai ter como alimentar o rio de Piranhas, que alimenta não sei quantas cidades: Caicó, Jucurutu, Jardins de Piranhas. Não sei quantas. Então, a transposição do São Francisco passou a ser um sinal de alerta para o desastre e anunciado como a única solução.

Muito bem, aí é onde quero entrar para fazer um pacto e fazer uma proposta à Comissão. O Ministro Helder Barbalho está por dentro da obra? Mais do que por dentro, está inteiramente convencido. Os governadores e a região sabem do que precisam? Tranquilamente. O que é preciso? Dinheiro. Sem dinheiro, nós vamos ficar aqui nos reunindo e não sai do canto. O que eu quero propor ao Ministro Helder? Um pacto.

Os Senadores do Nordeste foram ao Palácio do Planalto, estão aqui reunidos dando quórum. Está aí a CCJ, meio às moscas, com a pauta poderosa, mas a pauta da CI trouxe um mundo de Senadores de todos os Partidos para discutir o quê? Uma questão que tem que ser prioridade nacional. Então, é o pacto que eu quero oferecer de nos juntarmos para oferecer ao Ministro suporte político para que possamos, no Ministério da Fazenda, na Presidência da República, garantir ou brigar pela alocação de recursos, para que uma obra que S. Exª está com ela na mão, sabe no detalhe do que é preciso fazer, quais são as alternativas. Sabe até se a concorrência der zebra, qual é a alternativa um e a alternativa dois. Agora, falta o dinheiro.

Então, queremos oferecer esse suporte político, de diversos Partidos, para que a grande prioridade do Nordeste, que pode ser a maior obra de conclusão do Governo Temer, tenha suporte político, para que o dinheiro que falta, que não é o dinheiro do mundo todo – é um bocado, mas não é o dinheiro do mundo todo –, possa chegar às mãos do Ministro da Integração, a fim de que a obra da transposição fique pronta.

É este o pacto que eu queria propor aos membros da Comissão: acima de partidos, que nós fizéssemos esse acordo, coordenados e comandados pelo Presidente da Comissão de Infraestrutura, para oferecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ao Ministro suporte político, para que possamos, do ponto de vista orçamentário, garantir o dinheiro para a transposição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador José Agripino.

A sugestão dele de ficarmos aqui em estado de vigilância, de mobilização, de prontidão é absolutamente válida. O Senador José Agripino,como sempre, é muito eloquente. Eu gostaria de não tê-lo como concorrente na próxima eleição. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. *Fora do microfone*.) – É só fazer uma chapa juntos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Nós já somos aliados há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nós também conhecemos a eloquência do Senador Fernando Bezerra Coelho, mas, hoje, ele se superou.

Eu concedo a palavra, agora, com a licença do Senador Roberto Muniz, que me lembrou que ele foi um dos que chegaram primeiro...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – E mais do que isso: está todo mundo gastando, e o único Estado que está doando não conseguiu falar ainda. Quer dizer, nós estamos invertendo a ordem. Quero só ilustrar isso com o que disse o baiano Caetano: "Alguma coisa está fora da ordem. Fora da [...] ordem mundial." Aqui parece que tudo ainda era relativo à construção, e já aparece em ruína.

Precisamos começar a olhar também um pouco para esse tema da revitalização, que foi trazido aqui pelo Senador Pimentel, que eu quero parabenizar, e pelo Senador Fernando Bezerra.

Aguardo a ordem, principalmente porque não sou decano nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador paraibano Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Quero me congratular com o Presidente Garibaldi por essa iniciativa, tendo como origem o requerimento do meu estimado e igualmente amigo Senador José Pimentel, uma iniciativa que veio na hora certa, na hora oportuna.

Também fico tranquilo aqui com a questão da eleição dos Senadores do Rio Grande do Norte, que já está resolvida, da mesma forma de sempre.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Falta combinar com os russos; no caso, os eleitores, mas...

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Quero me congratular com o Ministro Helder Barbalho, que tem demonstrado, na prática, um conhecimento profundo em relação à transposição do Rio São Francisco. Ao chegar àquele Ministério, ele se debruçou sobre todos os assuntos, conhece todos os detalhes e tem atendido a Paraíba, quando vamos lá com o Governador, com o Secretário João Azevedo, que conhece cada detalhe das necessidades de complementação da transposição do Estado da Paraíba. É um técnico de primeiríssima qualidade, muito dedicado a esse tema. Portanto, no que se refere...

Portanto, no que se refere a conhecimento, a trabalho e dedicação, a Paraíba está muito bem servida com o Governador Ricardo Coutinho e o com o Secretário João Azevedo. Então, estamos bem atendidos aqui com o Ministro Hélder Barbalho, que conhece, que é trabalhador, que é dedicado, que é esforçado, que é empreendedor e que tem objetivos. Falta apenas mais um pouco de dinheiro, como falou o Senador José Agripino, porque a concretização do esforço, do planejamento e da dedicação é feita exatamente com a presença de recursos financeiros.

Antes de passar aqui aos assuntos específicos da transposição, quero dizer ao Presidente e ao Ministro que convidei o Prefeito de São José de Piranhas – onde chega o eixo norte, através dos maiores túneis feitos, no Brasil, com esse objetivo, o Cuncas I e o Cuncas II, que somam aproximadamente 25 km, saindo do Município de Mauriti e chegam ao Município de São José de Piranhas – Chico Mendes, que veio acompanhado do Vice-Prefeito, Júnior Brasileiro, do Presidente da Câmara, Bonaldo Dias e do Líder Milano Araújo. Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Porque essas lideranças municipais estão sendo cobradas pela população local, de São José de Piranhas, que não entende o que é ter o maior investimento no seu Município, da transposição do Rio São Francisco, uma barragem com 12 milhões metros cúbicos, uma barragem que foi feita para aproximadamente 200 milhões metros cúbicos, há 12 km do Município, mas não ter água nas torneiras do Município.

Aqui, quero que o nosso Prefeito e a sua comitiva levem uma palavra, com mais objetividade, como sempre faz o Ministro Jader Barbalho, ou seja, Hélder Barbalho – Jader é tão meu amigo. Então, que ele leve essa palavra de conforto e de esperança para o povo de São José de Piranhas, de que a adutora de engate rápido vai, efetivamente, chegar para que essa água possa ser aproveitada num momento de tanta carência.

Quero informar também ao Ministro Hélder Barbalho que há três semanas convidei a Prefeita de Monteiro, a Prefeita atual, a Prefeita eleita, e o Deputado da região – Prefeita Edna e o Deputado da região. Fizemos uma reunião, no meu gabinete, com o Presidente da Fundação Nacional de Saúde. Conseguimos que ela levasse uma ordem de pagamento de R$1.695.000,00 para complementar as obras de esgotamento sanitário da cidade de Monteiro e para que a contaminação do esgoto de Monteiro seja a menor possível, apesar do grande volume de água que vai passar naquela calha, que é de nove metros cúbicos, por segundo.

Quero também informar ao Ministro Helder Barbalho que os 6km de que falou o Governador do Rio Grande do Norte... Eu estive lá, pousamos no acampamento da Barragem de Caiçara, que fica no extremo do Município de São José de Piranhas com Cajazeiras. Estava na fase final de conclusão da Barragem de Caiçara, e foi feito um esforço muito grande, na época, pelo Ministro Gilberto Occhi, no sentido de se fazer uma complementação ou um aditivo no contrato para ser construído aquele canal de 6km de que falou o Governador do Rio Grande do Norte, que é de Caiçara até a Barragem de Engenheiro Ávidos, que tem apenas 6km. Mas eu acho que isso não vai ser motivo de interrupção, enquanto não é possível fazer esse canal. Basta que façam uma melhoria na calha natural daquele riacho, que vai do Açude de Caiçara a Engenheiro Ávidos.

Mas quero falar aqui também com o Ministro que nós temos um problema muito sério a ser resolvido pelo DNOCS, que é a recuperação da Barragem de Engenheiro Ávidos. As comportas que fazem o controle da água da Barragem de Engenheiro Ávidos estão totalmente destruídas, porque nunca houve a manutenção, desde 1942, quando ela foi inaugurada pelo Ministro José Américo de Almeida.

Então, recebi um vídeo dessas comportas. Elas estão absolutamente inviáveis, precisam ser recuperadas, porque senão não há como conter o volume d'água e fazer a caixa d'água. E o objetivo da Barragem de Engenheiro Ávidos é exatamente ser uma das 27 caixas d'água da transposição do Rio São Francisco.

A Barragem de Coremas também precisa ser consertada para poder soltar água para o Estado do Rio Grande do Norte. Mas essa já será uma etapa bem mais posterior. A urgência hoje é Engenheiro Ávidos. Resolvendo isso, está atendida a solicitação do Governador, que é soltar água de Engenheiro Ávidos, através do Rio Piranhas e do Rio Apodi, até o Rio Grande do Norte.

Quero também perguntar ao Ministro como anda o financiamento no Banco Mundial do Ramal Piancó. Esse, sim, vai atender às necessidades de uma grande área da Paraíba, porque leva à perenização do Rio Piancó, abastece o conjunto de Barragens Coremas/Mãe d'Água, que é o maior do Estado da Paraíba. O excesso d'água vai também pelo Rio Piranhas até a Barragem de Armando Ribeiro, no Rio Grande do Norte, com capacidade para 2,4 bilhões de metros cúbicos.

Apenas complementando aqui o que informou o Senador Fernando Bezerra, eu apresentei um projeto de revitalização do Rio São Francisco. Esse projeto de revitalização foi aperfeiçoado pelo Senador Fernando Bezerra, já aprovamos aqui no Senado, e cria as condições de revitalização do Rio São Francisco e dos seus afluentes de forma permanente, sem depender de recursos do Tesouro Nacional. Está previsto nesse projeto o pagamento, por parte das empresas que usam a água do São Francisco como produção de energia, de um percentual sobre o faturamento bruto, e seria criado um fundo, possivelmente administrado pela Codevasf, para a revitalização de forma permanente.

Esse modelo eu verifiquei e copiei do que acontece com o Rio Mississipi, nos Estados Unidos, em que a revitalização é feita desde 1910, nos sete dias da semana, até hoje. Revitalização tem que ser feita de forma permanente e sem depender de recursos do Tesouro Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por fim, solidarizo-me com todos os Senadores aqui, o Senador Pimentel, o Senador Fernando Bezerra e o Senador José Agripino, que disse que o que mais precisamos no momento é de um reforço no orçamento do Ministério da Integração Nacional, porque, concluída a primeira etapa de transposição do Rio São Francisco, nós temos que fazer agora a integração desse sistema nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. O Ministério da Integração Nacional tem que ter um orçamento mais robusto para atender a essas reivindicações, pois não há perspectivas favoráveis, nada que indique, Senador José Pimentel, que este sexto ano, de 2017, será um bom ano de chuvas. Portanto, precisamos efetivamente complementar essas obras nesses quatro Estados do Nordeste em que vai chegar a transposição do Rio São Francisco.

Por fim, quero parabenizar, mais uma vez, o esforço, a dedicação e sobretudo o conhecimento e a prestimosidade do Ministro Helder Barbalho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O próximo inscrito é o Senador Roberto Muniz. Era eu, na verdade, o Roberto viria em seguida. Como estou presidindo, quando eu voltar, farei a minha fala. Vai ser, então, o Roberto Muniz, mas, antes, o Ministro Helder vai fazer uma consideração.

O SR. HELDER BARBALHO – Eu só queria rapidamente apenas responder os questionamentos que foram feitos.

Senador Raimundo Lira, o projeto das obras da Barragem de Engenheiro Ávidos deve ficar pronto até dezembro, portanto, até o mês que vem, permitindo que licitemos já com o orçamento de 2017. Em Coremas, que é outro projeto prioritário, nós já temos condições de dar ordem de serviço para as obras provavelmente nos próximos 15 dias. Então, já respondendo as duas questões.

Em Piancó, o Ramal Piancó, nós...

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Acho que V. Exª está falando de Engenheiro Ávidos.

O SR. HELDER BARBALHO – Engenheiro Ávidos, projeto...

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Engenheiro Ávidos eu falei em relação às comportas e à recuperação da Barragem, que é o mais emergencial, porque Coremas vem numa segunda etapa, não é?

O SR. HELDER BARBALHO – Exatamente. Estamos concluindo o projeto agora e imediatamente temos condições de licitar.

Em relação à Coremas, nós já temos condições de dar ordem de serviço nos próximos 15 dias. Com relação a Piancó, nós contratamos, como o senhor sabe, por meio do programa Interáguas do Banco Mundial, para que fosse viabilizado o projeto do Canal do Piancó.

Esse projeto deve ficar pronto, de acordo com o que foi firmado com o Banco Mundial, até outubro de 2017. Estando pronto o projeto até outubro de 2017, imediatamente nós o estaremos classificando como prioritário para atender o Estado do Paraíba.

O Senador José Pimentel falou em orçamento, assim como o Senador Agripino e todos os demais. O que nós temos que colocar claramente... O Ministério tem o seu orçamento, que está inclusive em discussão nesta Casa e deverá ser aprovado. O que nós podemos, a partir de uma mobilização de toda a representação do Nordeste, é garantir a antecipação dos prazos de entrega da carteira que está apresentada, a partir do momento em que há um limite financeiro maior do que o que vem sendo disponibilizado mês a mês por parte do Tesouro Nacional.

Portanto, nós temos duas frentes a trabalhar: uma é o reforço orçamentário e a outra é a capacidade financeira de execução.

Por exemplo, hoje, o Estado da Paraíba, Senador Raimundo Lira, libera aproximadamente R$9 milhões por mês para a vertente litorânea. Se nós tivermos capacidade financeira de ampliar isso para R$15 milhões, R$20 milhões, é claro que isso faz com que o calendário de entrega da obra seja antecipado.

No caso do Ceará, nós estamos com uma média de liberação por mês de quase R$20 milhões, R$19,286 milhões. É bem verdade que isso já é mais do que três vezes a média anterior, mas estou certo de que é possível abrir outras frentes de serviço se nós tivermos essa antecipação financeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, a disputa não é apenas orçamentária, mas para ter capacidade financeira para que autorizemos as empresas a irem ao limite da sua capacidade de execução, e isso já está ocorrendo no que diz respeito às obras da transposição. Nas obras da transposição nós autorizamos as empresas a irem ao limite da sua capacidade de execução para que haja a antecipação das obras.

Senador Pimentel, nós já colocamos inclusive na licitação a priorização do canal. Já consta e será publicado no edital de licitação que, dentro do cronograma da obra, seja priorizada a entrega do canal.

E, por último, com relação às obras emergenciais que foram aqui citadas, nós trabalhamos sob demanda. Nós temos feito parcerias com todos os Estados. Os Estados apresentam as suas propostas, seja de adutora de engate rápido, seja de perfuratrizes, seja de carros-pipa. E nós continuaremos nesse *front* a partir de um crédito extraordinário autorizado pelo Congresso Nacional, que permite que a Defesa Civil faça essas ações emergenciais com os Estados e com os Municípios que estejam enquadrados em estado de emergência ou de calamidade.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Ministro, eu pediria a V. Exª que repetisse o ponto que se refere à adutora de engate rápido do Município de São José de Piranhas.

O SR. HELDER BARBALHO – Então, nós já liberamos. Nós estamos concluindo o projeto com o Governo do Estado para que seja feita a liberação. E a nossa expectativa, inclusive, é que nós possamos já nos próximos dias assinar a ordem de serviço, para que o Ministério da Integração, a partir do projeto apresentado pelo Governo do Estado, assine a ordem de serviço. Especificamente no caso da Paraíba, naquilo que foi apresentado pelo Estado da Paraíba, nós estamos apenas finalizando a elaboração dos detalhamentos para a aprovação.

Houve um retardo nisso, porque nós temos todo o zelo e o cuidado de garantir que as obras emergenciais estejam enquadradas no processo de emergencialidade, para que não haja qualquer questionamento e que nós, no afã de resolver a crise hídrica, não venhamos a incorrer no risco de incluir, dentre esses pacotes, ações que poderiam ter sido feitas com planejamento e não o foram.

Então, a nossa expectativa... Nós já estamos na reta final, lembrando que já assinamos e iniciamos obras no Ceará e no Rio Grande do Norte, ambas sendo executadas pelo DNOCS, nós estamos concluindo a análise com a Paraíba, nós estamos discutindo ainda com o Piauí, com a Bahia, com Alagoas e com Sergipe, porque os projetos apresentados ainda continham inconsistências.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Então, podemos transmitir à população que, nos próximos 30 dias, mais ou menos...

O SR. HELDER BARBALHO – Sim, é possível.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – É possível?

O SR. HELDER BARBALHO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu estou entre a cruz e espada aqui. Entre a Senadora Kátia Abreu, que está fazendo um sinal de que a intervenção dela vai ser muito rápida...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO. *Fora do microfone*.) – Três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu já pedi...

O SR. HELDER BARBALHO – Senador, V. Exª me permite, pela nossa amizade?

Eu só queria fazer um esclarecimento ao Senador Raimundo Lira.

Nós devemos encaminhar para cá, nos próximos dias – e vou pedir, obviamente, o apoio desta Casa –, uma nova medida provisória para crédito extraordinário para emergência, porque a medida provisória que foi encaminhada para cá deveria ter sido até ontem aprovada. Lamentavelmente, houve um retardo em seu trâmite e a medida provisoria não foi aprovada ontem. Portanto, nos próximos dias, nós vamos encaminhar uma nova medida provisória, porque os recursos da Paraíba e os demais, que estão ainda pendentes, estavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dentro da receita garantida para utilização no combate à seca. Como não houve aprovação por parte do Congresso Nacional, eu já dialoguei com o Líder do Governo e com o Presidente para que seja enviada uma nova medida provisória nos próximos dias para complementar essas iniciativas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É porque também tenho que sair, e queria pedir desculpas à Senadora Kátia, e fiz questão de ser o primeiro a chegar – não fui o primeiro, fui o segundo –, porque entendia que seria muito importante...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A Senadora Kátia compreende.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Perdoe-me, Senadora.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, eu estou inscrito na frente, mas abro mão em deferência à Bahia, Estado do Senador. Falo depois, mas eu estou inscrito na frente. V. Exª pulou o meu nome, e eu mostrei isso.

Pela ordem, sou eu, o Senador Roberto Muniz...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu pulei V. Exª porque V. Exª assumiu a Presidência.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, vai ser mais tolerante.

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente, eu acho que o Senador Hélio José e a Senadora Kátia Abreu estão aqui prestigiando os Estados do Nordeste. Como não fazemos parte desses Estados, gostaríamos de ter essa deferência pela consideração de estarmos aqui aplaudindo e apoiando a grande transposição do Rio São Francisco, se for possível. Senão, terei que me deslocar ao Tribunal de Contas para um evento com o Presidente Ministro Aroldo Cedraz, e não há nenhum problema absolutamente. Foi um prazer ficar aqui prestigiando.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Roberto, em homenagem às mulheres, vamos deixar a Kátia falar. Depois você, e depois eu.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, eu vou fazer uma coisa: em homenagem ao São Francisco, eu vou me retirar também. Entendeu?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Então, não.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Porque a atitude...

A SRª KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Obrigada, Sr. Presidente. Desejo boa sorte a todos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A Senadora Kátia Abreu compreendeu, e eu reconheço que V. Exª chegou cedo aqui.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Realmente, eu estou...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É uma situação até constrangedora, porque, na verdade, grande parte do São Francisco passa pelo Estado da Bahia, e ficamos muito preocupados com a situação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu tenho que lhe agradar muito. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não, não quero que o senhor me agrade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Porque o doador é a Bahia, e V. Exª é um grande representante do Estado da Bahia. Então, não resta dúvida de que eu não posso, de maneira nenhuma, fazer com que V. Exª não use a palavra agora. V. Exª vai usá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Antes, eu quero registrar – o que já foi feito pelo Senador Raimundo Lira – a presença aqui de Chico Mendes, Prefeito eleito de São José de Piranhas, do Estado da Paraíba. A Paraíba compareceu aqui, realmente, com uma grande representação. E também o Sr. Junior Brasileiro, Vice-Prefeito eleito de São José de Piranhas, no Estado da Paraíba; Sr. Bonaldo Dias, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de São José de Piranhas, no Estado da Paraíba; e o Sr. Milano Araújo, Líder na Câmara de Vereadores do Município de São José de Piranhas, no Estado da Paraíba. É a cidade do nosso grande Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Sr. Presidente, São José de Piranhas é a terra dos meus pais. Eu nasci em Cajazeiras, que é...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vizinha.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – ... vizinha de São José de Piranhas. Em Cajazeiras está o Açude de Engenheiro Ávidos e o Açude de Caiçara. Portanto, nós estaremos bem assistidos pela transposição do Rio São Francisco, principalmente agora, com o nosso jovem Ministro Helder Barbalho, que conhece cada detalhe, da mesma forma que o João Azevedo conhece cada detalhe da transposição na Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos ter a palavra do doador agora, Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente Garibaldi Alves e Ministro Helder, eu estou me sentindo um paciente na UTI, com total anemia, e os leitos ao lado, todos solicitando sangue. Eu sou o único que tem um restinho na bolsa de sangue. Então, é realmente muito complicada a situação do São Francisco. Eu posso dizer que é crítica, uma situação crítica.

Em primeiro lugar, eu queria parabenizar o Senador Pimentel por esta audiência. A primeira coisa que eu acho que precisamos entender é que o São Francisco não é da Bahia, o São Francisco é do Brasil. Disso nós temos consciência plena.

Talvez a nossa convivência no cotidiano com ele, por estar na sua grande parte no nosso território, é que faz parecer que estamos em posições contrárias e divergentes. Não é isso! A água é um direito de todos, e você dar um copo de água a alguém não é simplesmente matar a sede; é dar a vida.

E disto vocês podem ter certeza: se existe um povo solidário no Brasil é o povo baiano. No caráter do povo baiano, existe a possibilidade de sempre servir, o povo baiano gosta de servir.

Então, eu fiquei muito feliz com essa possibilidade. E também ontem, na reunião com o Presidente Temer, com a possibilidade de falarmos diretamente com o Presidente, que ouviu os nossos anseios e nos trouxe os dois Ministros das pastas.

E eu quero parabenizar o Ministro Helder. Ontem fiz isso pessoalmente com o seu pai, com quem não tenho muita intimidade, mas uma coisa ficou muito clara, que é a capacidade que hoje você tem de ter os números e a obra na sua mão. Você fala, com muita pertinência sobre as coisas que estão acontecendo no cotidiano. E isso nos dá uma confiança muito grande de sair e propalar que as obras não pararam, como o senhor mesmo disse, e que já colocou os prazos para a finalização dos eixos, principalmente do Eixo Leste, que vai ser em fevereiro.

Então, aqui não há essa luta de quem é doador, de quem é receptor. Existe uma frase – o Senador Garibaldi gosta muito de frases –: "Pai rico, filho nobre, neto pobre". Nós já fomos ricos em recursos hidráulicos; hoje não somos mais. Estamos vivendo de uma abundância que não existe. Essa abundância já não é uma realidade no nosso Brasil, principalmente na calha do São Francisco.

No São Francisco, hoje, existem locais por onde passamos a pé, podemos atravessar de um lado para o outro. Nós estamos com um problema sério de chuvas. Os mesmos problemas sérios de chuvas que enfrentamos em nossos outros Estados nós estamos enfrentando nos rios que fazem a água chegar ao leito do Rio São Francisco, que são seus afluentes. Então, todas as necessidades que vocês estão sentindo na ponta nós estamos recebendo a montante.

Esses problemas nos unem; não nos afastam. Mas nós nos preocupamos muito quando vemos, em de-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

terminado momento, que a revitalização passa a não ser a prioridade.

Se você pegar todas as falas, inclusive do Governador...

E quero dizer que, como sou nordestino nato, tenho a minha família no Rio Grande do Norte, lá na cidade de Pedro Avelino, o Senador Garibaldi Alves sabe, há outra parte da família em Sergipe e outra parte na Bahia. Então, eu sou um nordestino mesmo, autêntico, sou filho de nordestinos.

Então, quando a gente começa a pensar no que vai fazer de obras no pós, e a gente não consegue ainda ver o que pode fazer para revitalizar o nosso rio, quando isso não é a obra prioritária... Aí não é um problema do Ministro do Ministro Helder. Eu acho que a gente errou na concepção, houve um erro de concepção. A gente não poderia estar aqui olhando duas obras desintegradas, não poderia falar de transposição sem falar de revitalização. Deveria estar naquele quadro, ao lado dos R$6 bilhões de investimento, a outra coluna, Ministro, dizendo quanto foi colocado na revitalização. E não nas obras de adutora.

E aí quero dizer ao Fernando que as obras da adutora da Bahia são muito bem-vindas, são necessárias. Não dá para morrer de sede em frente ao mar. Nós temos cidades que estão à beira do São Francisco com falta de água; algumas cidades ribeirinhas não têm água. Então, é morrer de sede em frente ao mar.

Não é essa a questão; a questão é trazer a revitalização, Senador Garibaldi. Eu não vou entrar na esfera do viés técnico das obras, porque acho que as obras já estão concebidas tecnicamente, mas nós precisamos, neste momento, trazer a revitalização para o patamar que está havendo de eficiência para a finalização das obras. Nós precisamos discutir nesse mesmo patamar. Não é dizer: "Olha, nós estamos com a obra em curso, finalizando", e não ter esse horizonte da obra de revitalização.

E aí eu me associo a uma questão. Quando a gente pega – aí fica fácil – a Bahia, dos R$7 bilhões de investimento, apenas R$281 milhões, 4%, está sendo feito na Bahia. E dos R$81 milhões apenas R$39 milhões foram desembolsados, 14%.

Mas eu não quero olhar essa obra. Eu quero olhar em que essa obra pode contribuir para impactar o início da revitalização, e com muita força. E aí me associo ao Senador Otto Alencar, quanto ao decreto de emergência na calha do rio, que ontem foi colocado como uma possibilidade, para que a gente avançasse rapidamente na revitalização. Seria feito um decreto de emergência na calha do rio para que as obras, os investimentos de revitalização pudessem ter a mesma celeridade e a mesma eficiência que está tendo agora, com o Ministro Helder, a sua finalização.

Então, Ministro, a minha proposta é trazer a revitalização para esse patamar de emergência com a finalização da obra. Acho que, com isso, a mobilização política proposta pelo Senador Agripino e pelo Senador José Pimentel vai acontecer de forma mais eficiente, porque as pessoas vão se movimentar por hoje, para matar a sede, e pelo amanhã, para gerar água.

Aí eu trago de volta aquela conversa que ontem tivemos. São diversas outras situações, mas a criação do primeiro batalhão hidroviário como um fato concreto dá essa ideia de revitalização permanente.

Eu acho que são dois movimentos que podem trazer uma ideia de que nós estamos cuidando do enfermo e estamos fazendo com que esse enfermo, que é o Rio São Francisco, se revitalize, para poder colocar água para esses outros Estados.

Basicamente, é isso.

Para outras questões, Ministro, eu queria aproveitar este momento aqui e pedir uma audiência para ir pessoalmente conversar com o senhor, junto com... O senhor tem atendido muito o Secretário de Recursos Hídricos do Estado da Bahia; ele tem me dito e ficou também muito impressionado com a sua capacidade gerencial.

Se conseguirmos construir essas duas formas de abordagens, eu acho que conseguimos rapidamente chegar ao patamar de fazer o Rio São Francisco voltar a sonhar com a sua própria existência. Esse é que é o problema. Nós estamos aqui distribuindo um dinheiro que não existe. Talvez, amanhã, se continuarmos fazendo isso, vamos ter que fazer uma PEC do teto para água, para não ficarmos gastando mais do que é possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu queria finalizar e pedir desculpas, porque eu também tenho outra reunião.

Eu quero agradecer ao Presidente pela oportunidade de falar e ao Senador Hélio José por me possibilitar falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Ministro quer, neste momento, dar uma resposta às suas preocupações e indagações.

O SR. HELDER BARBALHO – Senador, primeiro, eu queria dizer que será um privilégio poder recebê-lo. Inclusive, agora, ao meio-dia, eu receberei o Vice-Governador do Estado da Bahia, João Leão.

E eu queria justificar que, no âmbito da revitalização, é fato – e acho que pude dizer isto ontem e já tive oportunidade de narrar anteriormente – que estar desconectado o cronograma da transposição com o da revitalização é um equívoco. Nós não temos o direito de ficar a constatar esse problema e de não enfrentar o problema. Mesmo que tardiamente, nós temos que agir. Temos que fazer com que se consiga correr contra o tempo para garantir que o Rio São Francisco possa cumprir o seu papel para os componentes da Bacia e, além disso, possa ser o rio doador, como aqui já foi citado.

Nós estamos na fase de conclusão do detalhamento do conjunto de iniciativas que compõem o programa Novo Chico, em que o Ministério da Integração secretaria essa construção, porém há uma transversalidade de aplicações, que envolvem tanto as iniciativas de qualidade de água como as de quantidade de água. Qualidade de água: esgotamento sanitário e, fundamentalmente, saneamento das 505 cidades que compõem a Bacia. Essas ações estão sendo pilotadas fundamentalmente pelo Ministério das Cidades, pela Codevasf e pela Funasa. O nosso desafio é garantir recursos para a quantidade de água, porque, com uma iniciativa que eu faço hoje sobre quantidade de água, eu só terei repercussão daqui a três, quatro anos. Então, isso tudo precisa ser feito absolutamente de forma urgente.

E o Presidente tem nos cobrado e, inclusive, ontem, após a reunião que tivemos de que diversos Senadores participaram, orientou que nós possamos apresentar a antecipação do calendário das ações de quantidade de água. Em paralelo a isso, está estudando a possibilidade sugerida do batalhão do Exército específico para manutenção e intervenções no âmbito hídrico, no âmbito da possibilidade de uma estrutura permanente de dragagem, etc. Também estamos dialogando juridicamente sob o aspecto da emergência ou de toda a Bacia ou de pelo menos os 106 Municípios que compõem a calha do Rio São Francisco.

Eu quero lhe dizer que, mesmo não estando na apresentação, fique absolutamente certo de que esta pauta é conectada e paralela no nível de prioridade, lembrando que, na transposição, as ações são do Ministério da Integração integralmente – aproveitando as palavras integração e integralmente –, porém, no caso da revitalização, são cerca de 30 agentes do Governo Federal envolvidos, 30 instituições do Governo Federal envolvidas, nas mais diversas atribuições, para que possamos compor o conjunto de esforços que estão margeando algo como um investimento na ordem de R$6,7 bilhões, numa escala de dez anos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu vou fazer um apelo ao Senador Hélio para que nós possamos ouvir o Senador Deca, que é nordestino. Senador Hélio, não se trata mais da Kátia Abreu, não tem o poder de...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu sou membro da CCJ e estou deixando de estar na CCJ discutindo tudo, prestigiando o Ministro Helder que está aqui e é do meu Partido e prestigiando V. Exª, que é do meu Partido. Sou membro da CDR e deixei de estar quórum para estar aqui. Sou membro da CDH, em que está havendo uma audiência fundamental. Permaneço aqui, porque sou engenheiro, e a mão de obra que trabalha com o Helder é a mão de obra da minha categoria. Quem está fazendo todas essas obras é exatamente os 130 engenheiros da minha categoria. E nós precisávamos colocar, mas, com carinho e respeito ao meu Presidente e ao Deca, não tem problema. Eu ouço primeiro o meu nobre Senador Deca, da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Hélio, fique certo de que os últimos serão os primeiros.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Hélio José por me dar a oportunidade de falar antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Quero parabenizar o nobre Presidente, Senador Garibaldi, pela iniciativa de convidar o Ministro e os Governadores do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco para esclarecer a situação hídrica que os quatro Estados enfrentam.

Quero aqui saudar o Ministro Helder Barbalho, que tem recebido acho que todos os Senadores do Nordeste. Eu já estive com o Ministro três vezes falando sobre o assunto e tenho certeza absoluta de que nos últimos seis meses as construções dos dois eixos têm sido aceleradas através do seu esforço, da sua competência e da competência da sua equipe.

Quero me associar aos demais que aqui falaram, parabenizar o Senador Pimentel pela iniciativa desta audiência, associar-me ao Senador Raimundo Lira sobre a intervenção que fez, na sua palavra, sobre o Açude de Coremas e o Açude de Engenheiro Ávidos, no Sertão da Paraíba, e aqui parabenizar o Secretário João Azevedo, Secretário de Infraestrutura do nosso Estado, que fez uma belíssima apresentação.

Certamente, o nosso Estado já está com uma necessidade; não só o nosso, mas todos os do Nordeste. Nós temos um Estado pequeno em território, mas dos 223 Municípios, temos 197 Municípios com problemas. Apenas o litoral da Paraíba – João Pessoa e alguns Municípios do litoral – não estão com situação crítica e emergencial.

Neste momento, eu quero parabenizar o Ministro, que está dando toda essa atenção à nossa região, não só à Paraíba, e dizer que temos hoje datas: em janeiro, nós temos o Eixo Leste; em dezembro, nós temos o Eixo Norte. Lamento muito porque o Eixo Norte está lá no meu Sertão, onde só vai, na verdade, chegar água talvez em 2018. Mas o que fazer?

Eu gostaria de fazer apenas esta pergunta: o que fazer se não chover em 2017, com o Sertão da Paraíba? Os reservatórios estão praticamente vazios. Se não chover, precisamos de algo emergencial. Sei que já está sendo feito, mas... Ainda temos água nas torneiras, mas no próximo ano, se não chover, a partir de março, estaremos em colapso. Gostaria apenas, se fosse possível, de uma explicação sobre o que fazer com esses Municípios que vão ficar sem água nas torneiras.

Queria saber também: os Estados têm um compromisso de investimento, para que a água chegue às torneiras do povo paraibano. V. Exª já disponibilizou recursos para os Estados, certamente, da Paraíba, Ceará, e do Rio Grande do Norte?

Era só isso que eu queria perguntar e dizer da satisfação e do prazer que tenho e que tive todas as vezes em que fui ao Ministério e fui recebido por V. Exª.

Queria também, só para terminar, saudar o Prefeito Chico Mendes, de São José de Piranhas, e sua equipe, que aqui está.

Não preciso mais falar porque o Ministro já respondeu. Eu ia fazer uma pergunta sobre a adutora de engate rápido de São José de Piranhas, que fica a apenas 12km da Barragem de Boa Vista, mas o Ministro já respondeu a uma pergunta do Senador Raimundo Lira.

Não quero mais me alongar.

Quero agradecer ao Presidente Garibaldi por esta oportunidade de falar um pouco sobre a nossa situação, da Paraíba e do Sertão da Paraíba.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador paraibano Deca e concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Garibaldi, pela delicadeza com que sempre dirige os trabalhos e a pela amizade por todos nós. Quero cumprimentar nosso jovem Ministro, uma pessoa que nos orgulha de estar no PMDB pela sua capacidade de ação, de informação, de atualização e de direcionamento da discussão. Agradeço também o nosso querido representante do Estado da Paraíba, o Governador do Rio Grande do Norte, que esteve aqui, e o representante de Pernambuco. É uma pena que todos não puderam ficar.

Eu, sinceramente, fiquei aqui desde o início, com milhares de compromissos aí fora, em respeito à maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

obra de engenharia deste País sendo realizada, em respeito a esse Ministro que vem se esforçando muito para fazer o melhor, em respeito à questão que nós precisamos realmente priorizar o rio da integração nacional.

A questão é muito grave. É aquela questão que o doador colocou: realmente, o rio está morrendo. Eu sou da área. Eu sou engenheiro eletricista, todo mundo sabe disso. Eu inclusive apresentei um projeto de barragem de contenção ou de barragem de acumulação, para regiões como Pompéu, que fica bem na cabeceira do São Francisco, regiões como a do Rio Maranhão, que fica aqui embaixo, e outros rios que são importantes, região como a da própria Barragem de Santa Maria, que tem de ser melhor estudada, melhor aproveitada e melhor pensada para ajudar na revitalização do São Francisco, tudo isso envolvendo alto grupo de estudo e de trabalho.

Então, Helder, quando você diz que temos uma previsão de mais ou menos dois, três anos para verificar o quantitativo, a quantidade e a necessidade da perenização do São Francisco, isso é importante, porque nós realmente temos de pensar isso. É muito grave a situação em que se encontra o São Francisco.

Eu, como morador e Senador do Distrito Federal, como a nossa Senadora Kátia Abreu, do Tocantins, não do Nordeste, tenho consciência da importância do São Francisco como um todo. O Tocantins, acho que a Kátia Abreu até ia falar isso, através do Rio do Sono e outros rios, futuramente pode até ajudar muito nessa melhor revitalização e o melhor quantitativo de água para alimentar todos esses eixos – Leste, Norte, coisa e tal – dos canais do São Francisco que estão sendo feitos com tanto trabalho por todos.

Várias questões que eu havia formulado aqui junto com o pessoal da minha assessoria já foram respondidas. É o prejuízo de quem vai ficando por último; mas não há nenhum tipo de problema.

Quero dizer o seguinte: o Helder tem 130 servidores analistas de infraestrutura, que são exatamente os servidores que cuidam da engenharia nacional e dos projetos nos ministérios. Ele tem 12, se não me engano, especialistas, que é um cargo isolado, que não representa a questão da carreira que discute os processos, que são os analistas de infraestrutura. Esses analistas de infraestrutura, que são a grande mão de obra do PISF... Ele desenvolveu praticamente toda a mão de obra do PISF, que é a minha carreira, também. Estamos também no Ministério das Cidades, que é o complementar das obras do quantitativo que vai ser feito e das obras de cuidar de cada cidade, do que chega, do esgoto, essas coisas todas. Estamos também na Funasa – é exatamente a interface que existe com relação às pequenas cidades. Então, quer dizer, a nossa carreira de analista de infraestrutura... Eu fiz questão, quando o Helder assumiu o Ministério, de fazer uma reunião com todas as pessoas de todos os setores para que todos se integrassem 100% com ele para fazer o trabalho. Eu tenho certeza de que ele está correspondendo e muito, no sentido de suar a camisa e preparar para que o Nordeste brasileiro tenha a água necessária e para que o Velho Chico não morra por falta de dragagem, não morra por falta de barragem de contenção acima, não morra por falta de a gente cuidar da questão dos dejetos, que, muitas vezes, são jogados ao rio, e também pelo assoreamento.

Então, nessas obras de revitalização do São Francisco, Helder, com certeza nós, Senadores de todos os outros Estados brasileiros, seremos solidários, porque nós sabemos que o Rio São Francisco é fundamental para o nosso País e para uma região muito pobre e muito importante para o País, que é a Região Nordeste. Nós moramos aqui em Brasília, que é a maior cidade do Nordeste fora do Nordeste. Aqui em Brasília existem muitos nordestinos; muitos nordestinos, mesmo. E não tenha dúvida de que estaremos sempre solidários.

Com relação à licitação do N1, que a Mendes Júnior abandonou, com certeza é prioridade. Você já fez, no último dia 7 de novembro, a consulta. No dia 7 de dezembro, parece que você estará lançando o edital; deve contratar e, com certeza, a coisa vai fluir da forma adequada.

Eu o cumprimento, em nome de toda a equipe técnica, pela sua capacidade de trabalho e de gestão, que fez com que tudo aquilo que estava atrasado, principalmente no Eixo Leste, tivesse um incremento, depois da sua posse, de 20%. Incrementou-se em 20% tudo aquilo que estava atrasado. Quer dizer, hoje, o Eixo Leste tem um horizonte, como você colocou aqui, de termos água lá na Paraíba, em Monteiro... Agora em dezembro já está tudo pronto e, provavelmente, como você coloca, essa água chegará em fevereiro de 2017. Isso, para a gente, demonstra o quanto a equipe nossa, de engenheiros analistas de infraestrutura, está trabalhando.

E aí, Helder, você, como Ministro e reconhecedor desse trabalho tanto na Secretaria dos Portos, onde você foi Secretário, quanto no Ministério da Integração Nacional... O nosso PL, o PL de ajuste da nossa carreira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

negociado e pactuado, que resolve o problema de toda a área da infraestrutura nacional, está no Palácio do Planalto para poder vir para cá, junto com o PL dos auditores fiscais do trabalho, junto com o PL dos médicos, dos oficiais de chancelaria, e junto com o dos médicos peritos. Precisamos que você – falei sobre isso com o Presidente da República ontem, diretamente com ele, e ele me garantiu; falei com o Romero que na próxima semana esse PL chega a esta Casa.

Eu, dando um crédito de confiança, como servidor público concursado que sou, votei ontem favorável à PEC 55, na compreensão de que o Governo está procurando retomar a ordem na economia, retomar a condição de investimento. Como você mesmo acabou de citar na sua última intervenção, estamos com a previsão de quantitativo de R$6,7 bilhões para discutir a questão futura do quantitativo, da revitalização e de todo esse acessório necessário para que essa obra, que é a maior obra de engenharia brasileira no momento, não fique, de repente, obsoleta daqui a alguns dias por falta de água, porque fica lá no deserto. Nós temos preocupações técnicas com relação à questão dessa área de Monteiro que será inaugurada. Não se sabe se vai haver algumas infiltrações, alguns vazamentos, algumas coisas, mas, se tudo correr da forma correta, como você colocou, em fevereiro a coisa vai estar devidamente equacionada.

Eu quero ainda, meu nobre Presidente Garibaldi Alves, deixar claro que o Brasil se preocupa e deve se preocupar com o Brasil, principalmente nós, engenheiros. E nós trabalhamos a médio e longo prazo, nós não trabalhamos da noite para o dia.

De fato, para a gente – o Bezerra estava aqui, quando ele começou –, a previsão lá do São Francisco era de R$4,8 bilhões. Passou para R$8,2 bilhões, e está claro que não vai dar para concluir, lamentavelmente, tudo. Por isso é que, inclusive, algumas licitações estão sendo refeitas, como essa, em que a Mendes Júnior saiu. Tudo vai encarecendo, vai dificultando e vai retardando a obra. Mas eu não tenho dúvida de que a nossa classe de analistas de infraestrutura, nós os engenheiros civis, eletricistas, agrônomos e de meio ambiente, que estamos ajudando o Helder, vamos ajudar a concluir essa obra o mais breve possível, com a decência e com a delicadeza de sempre.

Eu espero, Helder, concluindo a minha fala, que haja oportunidade de fazermos esse crédito suplementar, de podermos colocar mais esse R$1 bilhão, como eu dizia aqui, para que nós, juntos, a médio e longo prazo, porque não se faz obra de engenharia da noite para o dia, tenhamos condição de entregar todo o projeto. No futuro próximo, que o Tocantins possa doar um pouco para aliviar um pouco as nascentes do São Francisco.

Eu não tinha cumprimentado o nosso nobre Líder, Pimentel, uma pessoa com quem tenho orgulho de trabalhar sempre. Parabéns, Pimentel, por esta audiência pública oportuna, que V. Exª traz para esta Casa.

Quero dizer que temos esperança, temos esperança na engenharia, temos esperança na gestão positiva e temos esperança em um Brasil melhor.

Muito obrigado, nobre Presidente, Garibaldi Alves.

Obrigado, Ministro Helder.

Estamos juntos nessa luta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Ministro Helder Barbalho, para suas considerações finais.

O SR. HELDER BARBALHO – Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer à Comissão de Infraestrutura e de dizer da satisfação de poder ter estado aqui esclarecendo V. Exªs e a sociedade brasileira a respeito desse projeto, que, como já foi dito aqui, é o maior projeto da história do nosso País sob o âmbito da segurança hídrica e que, da mesma forma, trata da revitalização do Rio São Francisco.

Quero reafirmar a esta Comissão, meu caro Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão de Infraestrutura, da determinação presidencial de priorizar e garantir que os prazos sejam conclusos.

Desta feita, quero agradecer ao Senador Pimentel, por ter solicitado esta audiência e nos dado o privilégio deste bom debate, na certeza de que aqui se constrói, a cada dia, o ambiente adequado e a convergência a favor da segurança hídrica, em favor do nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Dr. João Azevedo, Secretário de Infraestrutura da Paraíba, que representa o Governador Ricardo Coutinho.

O SR. JOÃO AZEVEDO LINS FILHO – Presidente, quero agradecer a oportunidade de estarmos aqui discutindo um tema tão importante e dizer que estamos à disposição para outros debates, para outras reuniões. Que possamos trazer, sempre que possível, colaborações a esta discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Dr. João Azevedo.

O Senador Fernando Bezerra Coelho apresentou um requerimento a ser endereçado ao Senador Eduardo Braga, solicitando a alocação de R$1 bilhão para as obras da transposição do Rio São Francisco.

Eu vou subscrever e depois pedir aos nossos Senadores José Pimentel, Deca e Raimundo Lira que também o façam. Sei que teremos o total apoio do Ministro Helder.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, se V. Exª aceitar, poderemos aprová-lo e, com isso, seria subscrito por todos os membros da Comissão, evidentemente encabeçado pelo Senador Fernando Bezerra e por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª, como sempre, oferecendo as melhores ponderações aqui.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu sei que será assinado por toda a Comissão.

Estamos aqui há três horas e meia.

Eu quero agradecer a paciência do Ministro Helder, de João Azevedo e de todos que aqui compareceram.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 08 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às treze horas e cinquenta e dois minutos do dia oito de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Lasier Martins, Pastor Valadares, Wilder Morais, Hélio José, Waldemir Moka, Deca, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, José Agripino, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Elmano Férrer e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais senadores. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 107, de 2016** que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 108, de 2016** que: "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor FELIPE KURY para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

O item 1 da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 107, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Observações:

Relator: Fernando Bezerra Coelho

Reunião destinada à leitura do relatório.

A relatoria é do Senador Fernando Bezerra Coelho, na impossibilidade da presença do Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Fernando Bezerra Coelho para proferir o seu relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o §2º do art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

É da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito do Senado Federal, a matéria cabe a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Décio Fabricio Oddone da Costa nasceu em 3 de agosto de 1960, na cidade de Lavras do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. O candidato é casado e formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1984. Possui, ainda, os seguintes cursos: Engenharia do Petróleo, pela Petrobras, em 1985; Advanced Management Program, pela Harvard Business School, em 2000; e o Advanced Management Programme, pela Insead, em 2005.

De sua experiência profissional, iniciada na Petrobras ainda nos 1980, destacamos a sua participação na equipe responsável pela perfuração pioneira de poços de petróleo em águas profundas, além do trabalho em subsidiárias da Petrobras no Brasil, Angola, Líbia, Argentina e Bolívia. Nesse último país, ocupou a Presidência da Petrobras Bolívia S.A. de 1999 a 2004.

Entre os anos de 2004 e 2008, foi gerente executivo responsável pelas atividades internacionais da Petrobras no Cone Sul. Também foi conselheiro e posteriormente Presidente do Conselho de Administração da Petrobras Energía S.A., empresa com sede na Argentina e atividades em diversos países da região, da Petrobras Energía Participaciones S.A., *holding* com ações negociadas nas bolsas de Buenos Aires e Nova Iorque, e conselheiro e Presidente do Conselho de Administração de outras empresas do Sistema Petrobras.

Em fevereiro de 2008, tornou-se *chief executive officer* da Petrobras Energía S.A. Foi também conselheiro da Petrolera Entrelomas S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Innova S.A.

Entre fevereiro e maio de 2010, foi assessor do Presidente da Petrobras. De maio de 2010 a maio de 2015, foi um dos vice-presidentes da Braskem S.A., indicado pela Petrobras. Foi conselheiro e Presidente do Conselho de Administração da Braskem-Idesa, *joint-venture* da Braskem com a empresa mexicana Idesa, que construiu um complexo petroquímico no México. Foi conselheiro da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. e da quantiQ S.A.

Exerceu a Presidência da Câmara de Comércio Boliviano-Brasileira, foi também Presidente da Câmara da Indústria do Petróleo da Argentina. Foi conselheiro do Instituto das Américas. É membro do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo e sócio do Centro Brasileiro de Relações Internacionais.

Aposentou-se como funcionário da Petrobras e, desde junho de 2015, é Diretor de Projetos de Óleo e Gás da Prumo Logística S.A. Também é conselheiro da Ferroport Logística Comercial Exportadora e da NFX Combustíveis Marítimos Ltda.

É fluente em espanhol e inglês e possui diversas publicações técnicas no Brasil e no exterior que versam sobre petróleo e petroquímica.

Tem uma série de honrarias, concedidas por diversas câmaras de comércio, e também é *Doutor Honoris Causa* em Educação da Universidad de Aquino, na Bolívia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O candidato declara-se apto a exercer o cargo de Diretor da ANP, tendo em vista sua sólida formação acadêmica, bem como sua experiência profissional abrangente, com destaque para sua atuação na direção de importantes empresas no setor petrolífero e petroquímico.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o candidato declara que:

i) parentes de primeiro grau seus não exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;

ii) em função de sua relação empregatícia com a Petrobras S.A., foi gestor e conselheiro de diferentes empresas do Sistema Petrobras até 2010; na condição de Diretor Estatutário da Braskem, foi gestor e conselheiro de empresas subsidiárias da Braskem entre 2010 e 2015; como diretor estatutário da Prumo Logística S.A., ser gestor e conselheiro de empresas subsidiárias da Prumo desde 2015; ser acionista e gestor, desde 2004, da empresa Marina Enterprise Group Ltd., estabelecida nas Ilhas Virgens Britânicas, a qual consta em sua declaração anual do Imposto de Renda, bem como na Declaração de Capitais e Bens no Exterior do Banco Central, conforme a legislação em vigor no Brasil, cumprindo com todas as obrigações e formalidades exigíveis; e declara, ainda, que a já mencionada Marina Enterprise Group detém integralmente, desde 2014, a Dord Inc., em Nova Iorque, Estados Unidos, constituída por orientação de advogados norte-americanos, para cumprir com as leis daquele país com a finalidade de aquisição de um imóvel, apartamento, na cidade citada;

iii) estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;

iv) figura como réu, devido a sua atuação como executivo internacional da Petrobras, em duas ações judiciais na Bolívia, sendo uma arquivada e outra pendente de citação; e em seis ações judiciais na Argentina, em cinco delas, a defesa dos gestores está sendo conduzida pela Petrobras, e, na restante, houve acordo;

v) não atuou nos últimos cinco anos, contados retroativamente, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas pelo art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual está indicado. Além disso, o processo de sua indicação cumpriu todas as exigências constitucionais, legais e regimentais.

Sendo assim, esta Comissão tem condições de deliberar sobre a condução do Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa ao cargo de Diretor da ANP.

É o nosso relatório, Sr. Presidente.

Se V. Exª permitir, eu passo a fazer a leitura do relatório do segundo indicado. Ou V. Exª vai designar...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Não, a Mensagem nº 108, de 2016, terá como Relator o Senador Deca.

Eu vou proceder à leitura.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 108, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor FELIPE KURY para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Relator: Valdir Raupp

Reunião destinada à leitura do relatório.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, o Senador Deca.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o §2º do art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o Senhor Presidente da República submete ao Senado Federal o nome do Sr. Felipe Kury para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme previsto na Mensagem nº 108, de 2016.

A ANP foi instituída pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, como autarquia especial supervisionada pelo Ministério de Minas e Energia e dirigida por colegiado composto de um diretor-geral e quatro diretores. Esse colegiado é composto de brasileiros de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de atuação para os quais sejam designados, conforme o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de junho de 2000.

O Senado Federal é competente, nesse caso, para apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito desta Casa Legislativa, cabe a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizar tal apreciação.

O indicado Felipe Kury nasceu no ano de 1965, em Brasília, Distrito Federal. É graduado em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1990, com estágio supervisionado e bolsa do governo da Alemanha na empresa ABB. Realizou, em 1998, MBA em Finanças e Economia pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, e, em 2000, MBA Executivo com ênfase em Gerência Geral e Liderança Global pela Harvard Business School.

Em julho de 1990, iniciou suas atividades profissionais na IBM Brasil como engenheiro de planejamento e instalações. Em mais de dez anos naquela empresa, o indicado ocupou posições de liderança em diversas áreas. Em 2001, passou a desenvolver suas atividades profissionais no Softbank Ventures, empresa em que avaliou potencial de mercados, perspectivas de crescimento e criação de valor em indústrias diversas.

Entre 2002 e 2011, passou a desempenhar posições de liderança no grupo Microsoft. Inicialmente, assumiu diretoria da Microsoft Brasil em segmento voltado para soluções de tecnologia para o mercado financeiro. Em seguida, foi convidado para o grupo de estratégias corporativas, local em que se dedicou a estratégias e planos de crescimento para segmento do grupo.

Já em 2012, foi indicado para a posição de Diretor-Presidente da Thomson Reuters Brasil e liderou iniciativas de reorganização, reestruturação de operações e de estratégias de crescimento.

Em 2014, tornou-se sócio-diretor na Tetrad Capital Partners, uma empresa de consultoria corporativa e investimentos que visa gerar oportunidades em diversos setores, como o setor de petróleo e gás natural, aos seus clientes.

Foi autor do artigo "Visão de investimentos financeiros em PPPs" no caderno FGV Projetos nº 23, em 2014. É fluente em inglês.

O indicado, por oportuno, declara-se apto a exercer o cargo de Diretor da ANP em face de sua experiência no setor privado, que pode contribuir para a construção de estratégias que possam modernizar e revitalizar aquela agência reguladora e ainda garantir o equilíbrio entre partes interessadas: investidores, agentes econômicos, consumidores e Governo.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o candidato declara:

i) não existir parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ii) ter participação nas empresas:

a) Pinheiro e Cia Ltda (CNPJ: 00.582.080/0001-3), empresa familiar em que detém participação minoritária, sem função gerencial;

b) FK Participações EIRELI (CNPJ: 20.917.585/0001-16), constituída exclusivamente para administração de ativos próprios.

iii) ter participado, como administrador, nas empresas:

a) Thomson Reuters Serviços Econômicos Ltda (CNPJ: 29.508.686/0001-08), na função de Diretor-Presidente;

b) RTSL – Tecnologia em Serviços Eletrônicos Ltda. (CNPJ: 14.626.459/0001-00), na função de Diretor-Presidente;

c) Tetrad Capital Partners Limited.

iv) estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;

v) figura como parte em dois processos perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), um na 1º e outro na 2º Vara de Família de Brasília;

vi) não atuou nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas pelo art. 5° da Lei n° 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual está indicado. Além disso, o processo de sua indicação cumpriu todas as exigências constitucionais, legais e regimentais.

Em vista do exposto, entendemos que a Comissão está em condições de deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Felipe Kury para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Deca, que proferiu o relatório sobre a indicação do Sr. Felipe Kury.

Em discussão os relatórios do Senador Fernando Bezerra Coelho e do Senador Deca. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva das matérias, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno.

Antes de encerrarmos a presente reunião, proponho a dispensa de leitura e a aprovação das atas da reunião anterior e da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Por fim, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada em 13 de dezembro, terça-feira próxima, às 8h30, com a realização de audiência pública.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às treze horas e cinquenta e dois minutos do dia oito de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Lasier Martins, Pastor Valadares, Wilder Morais, Hélio José, Waldemir Moka, Deca, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, José Agripino, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Elmano Férrer e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais senadores. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 107, de 2016** que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 108, de 2016** que: "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor FELIPE KURY para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

O item 1 da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 107, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Observações:

Relator: Fernando Bezerra Coelho

Reunião destinada à leitura do relatório.

A relatoria é do Senador Fernando Bezerra Coelho, na impossibilidade da presença do Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Fernando Bezerra Coelho para proferir o seu relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o §2º do art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

É da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito do Senado Federal, a matéria cabe a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Décio Fabricio Oddone da Costa nasceu em 3 de agosto de 1960, na cidade de Lavras do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. O candidato é casado e formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1984. Possui, ainda, os seguintes cursos: Engenharia do Petróleo, pela Petrobras, em 1985; Advanced Management Program, pela Harvard Business School, em 2000; e o Advanced Management Programme, pela Insead, em 2005.

De sua experiência profissional, iniciada na Petrobras ainda nos 1980, destacamos a sua participação na equipe responsável pela perfuração pioneira de poços de petróleo em águas profundas, além do trabalho em subsidiárias da Petrobras no Brasil, Angola, Líbia, Argentina e Bolívia. Nesse último país, ocupou a Presidência da Petrobras Bolívia S.A. de 1999 a 2004.

Entre os anos de 2004 e 2008, foi gerente executivo responsável pelas atividades internacionais da Petrobras no Cone Sul. Também foi conselheiro e posteriormente Presidente do Conselho de Administração da Petrobras Energía S.A., empresa com sede na Argentina e atividades em diversos países da região, da Petrobras Energía Participaciones S.A., *holding* com ações negociadas nas bolsas de Buenos Aires e Nova Iorque, e conselheiro e Presidente do Conselho de Administração de outras empresas do Sistema Petrobras.

Em fevereiro de 2008, tornou-se *chief executive officer* da Petrobras Energía S.A. Foi também conselheiro da Petrolera Entrelomas S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Innova S.A.

Entre fevereiro e maio de 2010, foi assessor do Presidente da Petrobras. De maio de 2010 a maio de 2015, foi um dos vice-presidentes da Braskem S.A., indicado pela Petrobras. Foi conselheiro e Presidente do Conselho de Administração da Braskem-Idesa, *joint-venture* da Braskem com a empresa mexicana Idesa, que construiu um complexo petroquímico no México. Foi conselheiro da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. e da quantiQ S.A.

Exerceu a Presidência da Câmara de Comércio Boliviano-Brasileira, foi também Presidente da Câmara da Indústria do Petróleo da Argentina. Foi conselheiro do Instituto das Américas. É membro do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo e sócio do Centro Brasileiro de Relações Internacionais.

Aposentou-se como funcionário da Petrobras e, desde junho de 2015, é Diretor de Projetos de Óleo e Gás da Prumo Logística S.A. Também é conselheiro da Ferroport Logística Comercial Exportadora e da NFX Combustíveis Marítimos Ltda.

É fluente em espanhol e inglês e possui diversas publicações técnicas no Brasil e no exterior que versam sobre petróleo e petroquímica.

Tem uma série de honrarias, concedidas por diversas câmaras de comércio, e também é *Doutor Honoris Causa* em Educação da Universidad de Aquino, na Bolívia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O candidato declara-se apto a exercer o cargo de Diretor da ANP, tendo em vista sua sólida formação acadêmica, bem como sua experiência profissional abrangente, com destaque para sua atuação na direção de importantes empresas no setor petrolífero e petroquímico.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o candidato declara que:

i) parentes de primeiro grau seus não exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;

ii) em função de sua relação empregatícia com a Petrobras S.A., foi gestor e conselheiro de diferentes empresas do Sistema Petrobras até 2010; na condição de Diretor Estatutário da Braskem, foi gestor e conselheiro de empresas subsidiárias da Braskem entre 2010 e 2015; como diretor estatutário da Prumo Logística S.A., ser gestor e conselheiro de empresas subsidiárias da Prumo desde 2015; ser acionista e gestor, desde 2004, da empresa Marina Enterprise Group Ltd., estabelecida nas Ilhas Virgens Britânicas, a qual consta em sua declaração anual do Imposto de Renda, bem como na Declaração de Capitais e Bens no Exterior do Banco Central, conforme a legislação em vigor no Brasil, cumprindo com todas as obrigações e formalidades exigíveis; e declara, ainda, que a já mencionada Marina Enterprise Group detém integralmente, desde 2014, a Dord Inc., em Nova Iorque, Estados Unidos, constituída por orientação de advogados norte-americanos, para cumprir com as leis daquele país com a finalidade de aquisição de um imóvel, apartamento, na cidade citada;

iii) estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;

iv) figura como réu, devido a sua atuação como executivo internacional da Petrobras, em duas ações judiciais na Bolívia, sendo uma arquivada e outra pendente de citação; e em seis ações judiciais na Argentina, em cinco delas, a defesa dos gestores está sendo conduzida pela Petrobras, e, na restante, houve acordo;

v) não atuou nos últimos cinco anos, contados retroativamente, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas pelo art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual está indicado. Além disso, o processo de sua indicação cumpriu todas as exigências constitucionais, legais e regimentais.

Sendo assim, esta Comissão tem condições de deliberar sobre a condução do Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa ao cargo de Diretor da ANP.

É o nosso relatório, Sr. Presidente.

Se V. Exª permitir, eu passo a fazer a leitura do relatório do segundo indicado. Ou V. Exª vai designar...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Não, a Mensagem nº 108, de 2016, terá como Relator o Senador Deca.

Eu vou proceder à leitura.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 108, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor FELIPE KURY para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Relator: Valdir Raupp

Reunião destinada à leitura do relatório.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, o Senador Deca.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o §2º do art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o Senhor Presidente da República submete ao Senado Federal o nome do Sr. Felipe Kury para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme previsto na Mensagem nº 108, de 2016.

A ANP foi instituída pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, como autarquia especial supervisionada pelo Ministério de Minas e Energia e dirigida por colegiado composto de um diretor-geral e quatro diretores. Esse colegiado é composto de brasileiros de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de atuação para os quais sejam designados, conforme o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de junho de 2000.

O Senado Federal é competente, nesse caso, para apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito desta Casa Legislativa, cabe a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizar tal apreciação.

O indicado Felipe Kury nasceu no ano de 1965, em Brasília, Distrito Federal. É graduado em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1990, com estágio supervisionado e bolsa do governo da Alemanha na empresa ABB. Realizou, em 1998, MBA em Finanças e Economia pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, e, em 2000, MBA Executivo com ênfase em Gerência Geral e Liderança Global pela Harvard Business School.

Em julho de 1990, iniciou suas atividades profissionais na IBM Brasil como engenheiro de planejamento e instalações. Em mais de dez anos naquela empresa, o indicado ocupou posições de liderança em diversas áreas. Em 2001, passou a desenvolver suas atividades profissionais no Softbank Ventures, empresa em que avaliou potencial de mercados, perspectivas de crescimento e criação de valor em indústrias diversas.

Entre 2002 e 2011, passou a desempenhar posições de liderança no grupo Microsoft. Inicialmente, assumiu diretoria da Microsoft Brasil em segmento voltado para soluções de tecnologia para o mercado financeiro. Em seguida, foi convidado para o grupo de estratégias corporativas, local em que se dedicou a estratégias e planos de crescimento para segmento do grupo.

Já em 2012, foi indicado para a posição de Diretor-Presidente da Thomson Reuters Brasil e liderou iniciativas de reorganização, reestruturação de operações e de estratégias de crescimento.

Em 2014, tornou-se sócio-diretor na Tetrad Capital Partners, uma empresa de consultoria corporativa e investimentos que visa gerar oportunidades em diversos setores, como o setor de petróleo e gás natural, aos seus clientes.

Foi autor do artigo "Visão de investimentos financeiros em PPPs" no caderno FGV Projetos nº 23, em 2014. É fluente em inglês.

O indicado, por oportuno, declara-se apto a exercer o cargo de Diretor da ANP em face de sua experiência no setor privado, que pode contribuir para a construção de estratégias que possam modernizar e revitalizar aquela agência reguladora e ainda garantir o equilíbrio entre partes interessadas: investidores, agentes econômicos, consumidores e Governo.

Em atendimento à alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina o processo de aprovação de autoridades indicadas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, o candidato declara:

i) não existir parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ii) ter participação nas empresas:

a) Pinheiro e Cia Ltda (CNPJ: 00.582.080/0001-3), empresa familiar em que detém participação minoritária, sem função gerencial;

b) FK Participações EIRELI (CNPJ: 20.917.585/0001-16), constituída exclusivamente para administração de ativos próprios.

iii) ter participado, como administrador, nas empresas:

a) Thomson Reuters Serviços Econômicos Ltda (CNPJ: 29.508.686/0001-08), na função de Diretor-Presidente;

b) RTSL – Tecnologia em Serviços Eletrônicos Ltda. (CNPJ: 14.626.459/0001-00), na função de Diretor-Presidente;

c) Tetrad Capital Partners Limited.

iv) estar regular com o Fisco nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme certidões que apresenta;

v) figura como parte em dois processos perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), um na 1º e outro na 2º Vara de Família de Brasília;

vi) não atuou nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que o indicado atende às condições estabelecidas pelo art. 5° da Lei n° 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, pois possui nacionalidade brasileira, reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual está indicado. Além disso, o processo de sua indicação cumpriu todas as exigências constitucionais, legais e regimentais.

Em vista do exposto, entendemos que a Comissão está em condições de deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Felipe Kury para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Deca, que proferiu o relatório sobre a indicação do Sr. Felipe Kury.

Em discussão os relatórios do Senador Fernando Bezerra Coelho e do Senador Deca. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva das matérias, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno.

Antes de encerrarmos a presente reunião, proponho a dispensa de leitura e a aprovação das atas da reunião anterior e da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Por fim, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada em 13 de dezembro, terça-feira próxima, às 8h30, com a realização de audiência pública.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia treze de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Roberto Muniz, Lasier Martins, Pastor Valadares, Telmário Mota, Ivo Cassol, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Ronaldo Caiado, Deca, Flexa Ribeiro e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQI 31/2016 e RQI 53/2016, ambos de autoria do Senador Hélio José. **Finalidade:** Discutir a necessidade de alterações no modelo de geração de energia elétrica, tendo em vista as políticas públicas de implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira. **Participantes:** Eduardo Azevedo Rodrigues, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; Cássio Giuliani Carvalho, Coordenador-Geral de Expansão Eletroenergética da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; Christiano Vieira da Silva, Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Reginaldo Medeiros, Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica - ABRACEEL; Sandro Yamamoto, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEOLICA; Zilmar José de Souza, Gerente de Bioeletricidade da União da Indústria da Cana-de-Açúcar - UNICA. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento aos requerimentos nºs 31 e 53, de 2016, para discutir a necessidade de alterações no modelo de geração de energia elétrica, tendo em vista as políticas públicas de implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira.

Para tanto, foram convidadas as seguintes autoridades, a quem convido para compor a Mesa conforme a ordem de chegada.

Sr. Eduardo Azevedo Rodrigues, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, que está chegando, está preso no trânsito.

Sr. Cássio Giuliani Carvalho, Coordenador-Geral de Expansão Eletroenergética da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, que também está vindo junto.

Sr. Christiano Vieira da Silva, Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica. Christiano, por gentileza.

Sr. Reginaldo Medeiros, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel). Reginaldo, você está bem? Prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. REGINALDO MEDEIROS – Tudo bem. Qual a preferência? Direita ou esquerda?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Tanto faz.

O SR. REGINALDO MEDEIROS – Pergunta relevante.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito relevante essa pergunta.

Sr. Sandro Yamamoto, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica. Já chegou o Sandro? (*Pausa.*)

Não? Está bem.

Sr. Zilmar José de Souza, Gerente de Bioeletricidade da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica). Também não chegou?

Hoje o trânsito está terrível, mas nós não vamos...

Informo que os convidados disporão de 10 a 15 minutos para as suas apresentações, com tolerância de 5 minutos.

Vamos tentar concentrar a nossa exposição na ordem de 10 minutos, com tolerância de mais 5, para a gente tentar fechar.

Eu nem vou fazer a minha fala agora porque eu quero esperar o pessoal do Ministério chegar, mas para nós não perdermos tempo, eu só quero justificar a ausência, também por problema de voo, do representante da Absolar, que enviou aqui uma solicitação, umas escusas, por causa desta questão da dificuldade de vir. Também o representante da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas (ABRAPCH) e o representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Os três tiveram dificuldades em vir.

Mas, então, vamos dar início aos trabalhos. Com a palavra o nobre e querido representante da Abraceel, Dr. Reginaldo Medeiros.

O SR. REGINALDO MEDEIROS – Bom dia a todos.

Senador Hélio José, eu gostaria de agradecer o convite em nome da Abraceel. Nós nos sentimos muito honrados de ter o privilégio de trazer aqui, na Comissão de Infraestrutura, a nossa visão sobre o modelo de geração de energia e políticas públicas para energias incentivadas.

A Abraceel é a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia. Nem sempre essa função é bem entendida no setor. O comercializador compra energia do gerador e vende para o consumidor livre. Eu costumo dizer que o papel do comercializador é levar felicidade para o gerador e felicidade para o consumidor livre.

Infelizmente, no Brasil, só os grandes consumidores podem ser livres e o nosso desejo, na Abraceel, como associação, é permitir que todos os consumidores brasileiros sejam felizes – portanto, livres; que possam escolher de quem comprar energia.

Para abordar esse tema, eu acho muito importante a gente contextualizar o momento atual que nós estamos vivendo no setor de energia elétrica. O nosso diagnóstico é muito claro: o modelo de financiamento da expansão da geração no Brasil faliu, e por uma razão muito simples; há erros graves na concepção do modelo comercial. Portanto, a discussão da geração, quer seja convencional, quer seja geração incentivada de energias renováveis, deve necessariamente estar inserida na discussão da revisão do modelo comercial do setor elétrico brasileiro. E o objetivo final é levar eficiência para o consumidor, para que ele possa usufruir da energia ao menor preço possível.

Aqui nesse eslaide, Senador, a gente resume – é mais ou menos o mapa do inferno em que está o setor elétrico –, a gente procura resumir qual é o diagnóstico. O diagnóstico é que nós temos problemas na expansão, nós temos problemas regulatórios. O diagnóstico mais comum é que nós temos problemas conjunturais devido à hidrologia desfavorável. Não é essa a questão, o problema é mais complexo. Ele se origina na Medida Provisória nº 579.

A Medida Provisória nº 579, além de não ter sido isonômica com os consumidores na repartição do benefício econômico das usinas amortizadas, aloca o risco hidrológico ao consumidor e aloca risco exatamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

em quem não pode geri-lo. Isso é um erro grave de concepção do modelo. Qual é a consequência disso para os consumidores? Nos dois mercados... No mercado regulado, onde estão os consumidores residenciais e os médios consumidores, as tarifas têm aumentado substancialmente por erros de contratação de energia. E esse aumento de custos na contratação de energia tem levado a que o consumidor já tenha contratado aumentos tarifários significativos para os próximos anos.

No ano de 2014, nós vivemos uma grave crise hídrica no País. Naquele momento, era preciso que o consumidor tivesse a informação de que a energia elétrica estava cara. Essa informação não foi repassada ao consumidor. Em seu lugar, ao invés de aumentar a tarifa naquele momento, o que se fez foi contrair um empréstimo em nome dos consumidores por meio das distribuidoras. E esse empréstimo está sendo pago neste ano e será pago nos próximos anos. Portanto, o cenário atual no mercado regulado é de preços altos em função de o consumidor não ter tido o sinal econômico correto; daí a importância do sinal econômico.

Já no ambiente de contratação livre, por erro da Medida Provisória nº 579, foram tentadas diversas outras medidas pontuais em que procuraram alocar riscos entre a gente, de uma forma equivocada. Isso também pressionou os preços nesse ambiente de contratação, e, não só nesse ambiente de contratação livre, mas também em todo ambiente de negócios do setor de energia, gerou uma série de insatisfações que caminharam num processo muito forte de judicialização do setor.

Então, esse processo de judicialização está impedindo, neste momento, a liquidação da compra e venda de energia no âmbito da CCE. Esse é um processo bastante complexo – o Governo tem feito um esforço muito grande para solucionar –, e é uma condição *sine qua non* para que a gente avance na melhoria do ambiente de negócios e, portanto, o setor possa ter credibilidade para atrair capitais tanto para a geração incentivada como também para a geração convencional.

Isso aqui é um pouco do resumo da obra, do que é a Medida Provisória nº 579. Nós tivemos problemas nos leilões, problemas no mercado, problemas na operação do sistema, que gerou uma série de despachos chamados fora da ordem do mérito, que levou à insatisfação dos agentes e a um processo de judicialização. Então, nós tivemos, nos últimos 13 anos, muito voluntarismo no setor, o que levou a esse processo de judicialização e à paralisia do mercado de curto prazo, e fez também com que muitos *lobbies* do setor, tentando defender os seus interesses, acabassem por tentar, via Congresso Nacional, embutir um verdadeiro jabuti regulatório na legislação para tentar atropelar o regulador e repassar custos injustificados para o consumidor. Portanto, o nosso diagnóstico é muito claro: nós precisamos de uma revisão do modelo comercial do setor.

O que vemos hoje no setor? Temos um excessivo número de ativos à venda – não só aqueles que estão em privatização, mas também outros ativos que estão sendo vendidos no setor de energia elétrica. O Estado não pode mais investir no setor nem aportar capitais no BNDES para financiar a expansão. Então, nós precisamos de um novo modelo de financiamento. A formação de preços, a despeito da intenção do Governo de melhorar o que tem sido chamado de governança do PLD, ainda provoca uma série de sustos no mercado. Isso é fundamental para que tenhamos capacidade de articular um novo modelo comercial, e essa é a pedra de toque para essa revisão.

Nós temos diversas iniciativas em curso. O Governo Temer tem se empenhado bastante para viabilizar investimentos para o setor de infraestrutura, em geral, e o setor de energia, em particular, em novas bases. O Ministério tem promovido uma independência entre os diversos entes. Então, esse processo de intervenção que vivíamos no setor – uma série de sustos para os agentes – foi rapidamente abandonado pela atual gestão. Então, nós temos independência verdadeira da agência reguladora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Fique tranquilo. O senhor tem mais um tempo de tolerância.

O SR. REGINALDO MEDEIROS – Então, nós temos a independência da agência reguladora, nós temos a independência das entidades do setor; isso tem evoluído. O Ministério abriu a Consulta Pública nº 20 para ouvir a sociedade sobre a ampliação no mercado livre. Então, muito provavelmente, daí derivarão as diretrizes que deverão nortear o novo modelo comercial do setor.

Mas um ponto que é fundamental, independentemente dessas iniciativas governamentais, é que tramitam aqui no Congresso dois projetos de lei que modificam esse modelo comercial e permitem aos consu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

midores um acesso ao mercado livre. Na nossa visão, a visão da Abraceel, isso é uma questão indispensável para que a gente possa desenvolver as energias renováveis. Então, muito embora nos últimos anos a agenda regulatória tenha sido focada muito para resolver essa questão do ambiente de contratação regulado, as energias renováveis avançaram bastante, principalmente no mercado livre.

Esse gráfico aqui mostra onde tem sido alocada essa energia. Então, fundamentalmente, os novos projetos de energias renováveis têm sido alocados no ambiente de contratação livre – ou seja, 52% de toda a energia têm sido alocados no ambiente de contratação livre. E aqui um destaque especial para a biomassa: 64% da energia da biomassa hoje estão alocados no mercado livre; 20% da energia eólica; e 71% da energia proveniente de PCHs.

O próprio mercado livre apresentou uma série de avanços nos últimos tempos, e o ponto central desses avanços é que eles deram maior estabilidade nesse ambiente de contratação, que tem permitido, no final do ano passado e durante esse ano, um processo muito forte de migração de consumidores do ambiente de contratação regulado para o ambiente de contratação livre, e é exatamente no nicho das energias renováveis que se dá essa migração. Então, o mercado livre hoje tem dois nichos de mercado: o mercado verdadeiramente livre, que é o mercado dos consumidores livres, que podem ir para esse mercado adquirindo tanto energias provenientes de fontes renováveis, quanto a energia proveniente de fontes convencionais; e o outro segmento, que é o dos consumidores especiais, que podem ir para o mercado livre apenas adquirindo energia proveniente de fontes renováveis ou incentivadas, e é exatamente esse *boom* que está-se dando no mercado livre. Mas, hoje, pelas regras atuais vigentes, se todos os consumidores que pudessem ir para o mercado livre fossem para esse ambiente de contratação, apenas 48% da carga nacional teria acesso a esse mercado.

E ali, um pouco desse *boom* de que eu falei, que mostra que no ano passado nós tínhamos 1.203 consumidores especiais e hoje nós temos 2.759 consumidores especiais – portanto, um aumento significativo desses consumidores especiais. E, como eu mencionei no início, a principal razão dessa migração dos consumidores especiais para o mercado livre é a sobra de energia que nós estamos vivendo no sistema, que faz com que o preço da energia do mercado livre esteja bem mais baixo do que o preço de energia no mercado regulado. Esse preço muda toda semana. Se tivéssemos tirado uma fotografia na semana passada, a diferença de preços entre a energia das 20 maiores distribuidoras e a diferença de preço da energia adquirida no mercado livre para um contrato de quatro anos seria 36%. É exatamente essa diferença de preços que tem permitido essa forte ampliação do mercado livre via energias renováveis.

(*Soa a campainha.*)

O SR. REGINALDO MEDEIROS – Na nossa visão, independentemente da mudança do modelo comercial – porque esse tema das energias renováveis tem que ser discutido –, há dois pontos que seria muito importante regulamentar imediatamente, para permitir o maior desenvolvimento das energias renováveis. O primeiro ponto é a venda de excedentes de geração distribuída em um ambiente de contratação livre.

Nós da Abraceel, em conjunto com a CCE, desenvolvemos um modelo que permite a venda de excedente do consumidor especial em fontes incentivadas, notadamente energia fotovoltaica, no mercado livre. Este modelo está pronto, está sendo discutido atualmente no âmbito da Aneel. Para que isso se viabilize, é necessária uma resolução da agência reguladora. O objetivo da proposta é exatamente permitir que as pessoas instalem em seus telhados painéis fotovoltaicos, e não usem apenas o sistema que está regulamentado atualmente, que é o sistema de compensação, mas que também possam colocar uma geração adicional que possa ser vendida no mercado livre. Então, este é um ponto fundamental.

O segundo ponto é indispensável: o financiamento de nova geração para o OCL. Então, como eu disse, com aquele *boom* de migração, hoje há uma demanda muito grande por energia renovável no mercado livre. Mas, para que haja novos projetos, é preciso que se tenha um modelo de financiamento. O modelo de financiamento do setor nos últimos 13 anos foi baseado no contrato de compra e venda de energia do consumidor cativo por meio da distribuidora. Este modelo, de alguma forma, hoje está presente nos leilões de energia, mas tem uma dificuldade muito grande de se sustentar, porque o BNDES, que era o órgão único de financiamento do setor, tem muita dificuldade de aportar capitais como aportava antes, com um custo bastante competitivo.

Nós fizemos a proposta de um novo modelo de financiamento de energias incentivadas para o mercado livre ao BNDES.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. REGINALDO MEDEIROS – O senhor me concede um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Mais um minuto.

O SR. REGINALDO MEDEIROS – Esse modelo está sendo discutido com o BNDES, que o aceitou bastante. E, na nossa visão, isso pode ser um elemento fundamental para o desenvolvimento das energias renováveis. O modelo já foi aceito pela área de crédito do banco, e, neste momento, estamos trabalhando num projeto piloto para que esse modelo de financiamento possa efetivamente financiar esse tipo de energia.

Eu tinha feito uma outra parte aqui sobre como eu vejo o desenvolvimento do mercado nos próximos anos, mas, em função da limitação do tempo, deixo a apresentação completa – as ideias estão todas elas registradas na apresentação –, e agradeço bastante ao Senado, na pessoa do Senador Hélio José, novamente, por esse convite.

Se tivermos a oportunidade dos debates, estou à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Dr. Reginaldo Medeiros e informo que suas transparências e todas as suas considerações farão parte do registro final e oficial da política pública de energias renováveis e sua integração com o sistema que a gente vai apresentar no final.

Reginaldo, toda a sua transparência, todo o seu trabalho, como o de todos os demais, fará parte. Realmente temos uma limitação de tempo e não é possível... Eu até concedi, confesso a você, quase cinco minutos a mais do que o tempo por causa de toda essa dificuldade inicial e também pela qualidade da sua palestra, excepcional, demonstrando o quanto estamos certos em sentar para discutir esses problemas. Você demonstrou na sua palestra que temos muitas dificuldades a serem superadas. Então, daqui a pouco você terá mais cinco minutos, com certeza.

Quero saudar todos que chegaram um pouquinho depois, registrando que foi por causa do problema do trânsito. Chegou o nosso querido Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – desculpem-me, estou com a folha anterior; deixe-me pegar aqui o documento correto –, o nosso querido Eduardo Azevedo. Obrigado pela presença. O Christiano já tinha chegado aqui, Superintendente da Aneel; o nosso querido Reginaldo; e também chegou, *a posteriori*, o nosso querido Zilmar José de Souza, representando a Unica, Gerente de Bioeletricidade da União da Indústria da Cana-de-Açúcar; e também o nosso querido Diretor Técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeolica), Sandro Yamamoto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Então, agora, com todos os presentes e com a justificativa das ausências da Absolar, da ABRAPCH e da Abinee, que mandaram documentos para cá esclarecendo dificuldades com relação à situação, neste momento, para poderem vir, vamos tocar para a frente.

Quero falar umas breves palavras que eu não tinha dito antes da fala do Zilmar, aliás, do Reginaldo.

Reginaldo, sinta-se à vontade, depois, também, para, se quiser, fazer considerações sobre as minhas palavras.

A problemática ambiental no mundo atual desafia todos os povos à ação coletiva, tanto em âmbito interno quanto no plano externo. As sociedades civis do Planeta enfrentam o aquecimento global, resultante indesejável da poluição atmosférica, de modo que todos nós do Parlamento devemos trabalhar em favor de projetos úteis ao nosso futuro, como as fontes de energias alternativas e renováveis.

A propósito, nós da Comissão de Serviços de Infraestrutura temos nos empenhado por esta causa tão nobre de mudança da matriz energética brasileira. Este País, que já tem a sorte de gerar a maior parte de sua eletricidade por meio de fontes renováveis como, por exemplo, as usinas hidrelétricas, deve ampliar seus esforços e suas apostas emprestando o máximo apoio ao aproveitamento racional da energia eólica e da energia solar fotovoltaica, da energia da biomassa, das energias provenientes dos resíduos sólidos urbanos e rurais, entre outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srªs e Srs. convidados, por toda a poluição que gera, acreditamos que a indústria do petróleo deve, também ela, dar lugar a novos produtos livres de poluentes, no curso dos próximos anos. Este é o caso, por exemplo, dos carros elétricos, que, uma vez disseminados, irão tornar dispensável o automóvel abastecido apenas com combustíveis fósseis, para grande alívio das cidades em todos os continentes. E o passado tem nos ensinado que os brasileiros são capazes de profundas transformações na proteção à natureza. O etanol, por exemplo, é bem menos poluente que os combustíveis fósseis, e tem servido de alternativa para abastecer nossa frota automobilística – como disse o Zilmar, da Unica.

Esta é a nossa última audiência pública do ciclo de audiências que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura promoveu, nesta legislatura, com o fim de debater e avaliar as políticas públicas de implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil. Nesta ocasião, de conclusão deste ciclo de debates, seria muito importante obter dos convidados sugestões metodológicas e estratégicas que possam melhorar a composição da matriz elétrica brasileira, mediante uma maior inserção das fontes alternativas e renováveis. Se isso for possível, certamente o ciclo de debates levados a cabo por esta Comissão terá tido o sucesso esperado.

Volto a repetir o parágrafo: nesta ocasião, de conclusão deste ciclo de debates, seria muito importante obter dos convidados sugestões metodológicas e estratégicas que possam melhorar a composição da matriz elétrica brasileira, mediante uma maior inserção das fontes alternativas e renováveis. Se isso for possível, certamente o ciclo de debates levados a cabo por esta Comissão terá tido o sucesso esperado. Por isso eu agradeço, Reginaldo; você realmente colocou coisas sobre a necessidade da mudança do sistema.

Com um novo modelo de geração de energia elétrica, teremos, definitivamente, um País livre de ameaça ao meio ambiente, com uma forte contribuição para um Planeta ambientalmente sustentável, e por este resultado a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado irá lutar, ao lado e em favor da sociedade brasileira. Foi por isso que ontem, meu nobre Eduardo Azevedo... Não por demérito a qualquer representante do Ministério da Minas e Energia, porque tenho a honra de trabalhar com 90 servidores no Ministério da Minas e Energia que são da minha carreira, são analistas de infraestrutura que hoje fazem o trabalho técnico do Ministério e que fazem mais outros 14 Ministérios da infraestrutura nacional, exatamente porque há a expectativa para hoje ou para amanhã da chegada do nosso PL para resolver em definitivo a nossa carreira, porque, se não resolver, vamos perder todos esses técnicos.

Está aqui: o Cássio Giuliani foi obrigado a fazer o concurso da Anac, está hoje só como comissionado no Ministério. Era para ele estar lá no Ministério como servidor, como sempre foi. E, se Deus quiser, com a chegada do projeto hoje e a nossa equiparação com o ciclo de gestão – porque esse é o projeto e, se for diferente, não aceitaremos –, o Cássio pode voltar, porque ele tem direito de pedir a recondução – como é o nome do termo da 8.112? – aos quadros de analista de infraestrutura do Ministério do Planejamento.

O Cristiano Trein, um cara que eu indiquei para chefe do Departamento de Energias Renováveis, eu estou esperando o Ministro se posicionar de uma forma adequada, um doutor na questão... Porque nós estamos discutindo toda essa questão nas Américas, no Parlatino, inclusive com a assessoria dele, que está lá no concurso da agência brasileira do Ministério de Ciência e Tecnologia, esqueci o nome, mas não tem nada a ver com a nossa parte elétrica. Por causa desse salário ridículo dos analistas de infraestrutura, por apenas três meses ao entrar na carreira pública, a diferença deles com o ciclo de gestão, que são os gestores... Então, nós não podemos perder esses técnicos excepcionais, um doutor como o Cristiano Trein em Energias Alternativas. Eu, inclusive, tenho dialogado muito. Conversei com você pouco, uma vez só, mas acabamos não nos sentando para nos aprofundarmos no assunto; seria uma pessoal ideal para entrar no Ministério e ajudar a cuidar dessa área.

O Cássio, que é o cara que mais entende de garantias físicas, nós tínhamos perdido para a Light, e vocês tiveram a sabedoria de trazer de volta. Todo o estudo de garantias físicas estaria perdido se o Cássio não voltasse, teríamos que começar do zero. Então, vendo o Cássio aqui fico muito feliz. Quero até desejar muito sucesso a você, Cássio, no seu retorno, e que Deus ajude que o projeto chegue da forma negociada, como nós negociamos, aí você pode pedir sua recondução ao quadro de analista de infraestrutura e continuar no Ministério, que é seu lugar. Você é um apaixonado pelo que faz, você é um engenheiro eletricista com um trabalho excepcional.

São esses os exemplos, dos vários e vários. Quando eu falei com a Marta que seria importante que o Ministério mandasse alguém do primeiro escalão... Primeiro, nós mudamos essa data para o Ministro poder vir, conforme combinado com ele. O Ministro não podendo vir, porque tem muitas questões para tratar, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

viesse você ou o nosso Secretário Executivo. Você está ótimo, sem demérito a nenhum outro. É a importância da representação do Ministério, pois os quadros políticos são o Ministro e os secretários, os demais são cargos técnicos. Você vindo, vai fazer a colocação do Ministério, depois você tem o compromisso que colocou. O Cássio, com muita competência, vai responder todas as perguntas, porque ele conhece toda a questão, sem nenhum tipo de problema. É muito importante essa sua vinda aqui, quero muito te agradecer, porque nós estamos, realmente, ansiosos para ouvir as sugestões do Ministério de Minas e Energia para a mudança e para esse novo modelo que nós precisamos fazer para adaptar essa realidade das energias alternativas com as energias tradicionais. Então, a colocação de alguém que está no primeiro escalão do Ministério é fundamental.

Eu tenho umas breves perguntas aqui que seriam provocativas ao debate. E eu preciso saber, Azevedo, se as respostas a todos os questionamentos foram entregues. Porque a informação que eu tenho é de que estava tudo pronto, na Assessoria de Comunicação, e nós não tínhamos recebido ainda. Todos vocês terão esses questionamentos que nós vamos dar por escrito, para vocês responderem por escrito. Como o tempo aqui é exíguo, a pessoa pode não conseguir fazer a explanação adequada tecnicamente que gostaria de fazer. Então, como vai fazer parte dos *Anais* da história do Senado Federal, nós fizemos as perguntas por escrito para as pessoas responderem por escrito. Isso vai constar em todo o calhamaço do nosso trabalho final desta avaliação das políticas públicas para as energias renováveis.

O Ministério de Minas e Energia era o único órgão, de todas as empresas, representações que estiveram nas sete audiências públicas, que não havia nos entregado até a semana passada; então, eu não posso avaliar se entregou. Se não entregou, quero que você leve ao Ministro, porque eu preciso dessas respostas entregues aqui para a gente até o final da semana. Por quê? Porque eu vou lhe dar as suas, não dá para você me entregar hoje de volta. Até o final da semana, vou ver, para a gente poder fazer o encaminhamento final do trabalho. Entendeu? O.k.?

Minhas provocações aqui, para dar continuidade, rapidamente: quais os entraves e as dificuldades enfrentados com o modelo de geração de energia elétrica adotado pelo atual modelo de planejamento, e como harmonizar a utilização das diferentes fontes de energia de modo a atender a modicidade tarifária e a segurança dos sistemas? Então, quais os entraves e as dificuldades enfrentados com o modelo de geração de energia elétrica adotado pelo atual modelo de planejamento, e como harmonizar a utilização das diferentes fontes de energia de modo a atender a modicidade tarifária e a segurança dos sistemas.

Segunda questão: na última audiência pública, realizada em 24/11/2016, que discutiu os leilões de energia de reserva, metodologia aplicada e perspectivas de longo prazo, o representante da EPE, durante a sua fala sobre a modicidade tarifária, argumentou: "O que é a modicidade tarifária? Não é o preço mais baixo – respondeu ele –, é o preço adequado, porque o preço mais baixo pode não justificar investimentos, e aí vai ficar muito mais cara a energia, porque ela vai vai faltar. Então, você tem que ter o preço adequado, que estimule o investimento e que não seja insuportável, é claro. Você tem que cuidar disso para o consumidor, porque, também, se não houver demanda, você não vai ter o investimento. Então, a arte está em descobrir o preço adequado, o preço teto, e a modicidade tarifária são pontos ligados." Então isso, ele afirmou: "O preço teto e a modicidade tarifária são pontos ligados."

Aí eu falo aqui: contudo, alguns estudiosos definem que a modicidade tarifária é um direito subjetivo do indivíduo, de acesso ao serviço público, que deve atender aos seguintes preceitos: os valores das tarifas devem ser acessíveis aos usuários, de modo a não onerá-los excessivamente, pois o serviço público, por definição, corresponde à satisfação de uma necessidade ou conveniência básica dos membros da sociedade.

Dando sequência: assim, a ideia de preço adequado arguido pela EPE para a energia aplicável é preocupante e certamente não atenderá às necessidades da população, principalmente para os menos favorecidos. Com isso, como o Governo pretende – para você, Eduardo Azevedo –, com isso, como o Governo pretende alcançar faixas favoráveis de preço para energia elétrica a serem entregues pelas empresas de distribuição para a população brasileira? É para você também, viu, Christiano? São vocês que precisam nos dizer como é que a nossa parte, tanto a fiscalizadora e reguladora, quanto o ministério, o poder concedente, vai prever. Se essa posição da EPE prevalecer, do valor adequado e não o mais baixo, a gente precisa saber como conciliar essa questão.

Terceira questão: as modificações realizadas recentemente pelo Congresso Nacional, materializadas por intermédio da Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, convertido da MP nº 735, da qual fui presidente, são suficientes para a efetiva execução do planejamento governamental para o setor de energia elétrica? Essa é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pergunta que se faz. Quais outras alterações ainda seriam relevantes para facilitar o planejamento da geração de energia elétrica, com vista a beneficiar a população brasileira? Se vocês têm alguma sugestão a dar, é uma grande oportunidade. O atual modelo de comercialização de energia é adequado para organizar o mercado de energia? Quais seriam as mudanças necessárias?

Quarta e última pergunta aqui: quais os instrumentos necessários para a internalização da produção dos equipamentos para o atendimento do mercado interno no que diz respeito à indústria de aerogeradores e placas fotovoltaicas? Fica meio prejudicada, já que o representante da Abinee não está aqui, mas vocês podem discorrer sobre ela. Repito: quais os instrumentos necessários para a internalização da produção dos equipamentos para o atendimento do mercado interno no que diz respeito à indústria de aerogeradores e placas fotovoltaicas?

Quanto à Abinee, à Absolar e à ABRAPCH, essas perguntas serão encaminhadas a esses três órgãos para que respondam também, a fim de colocarmos no nosso escopo geral do trabalho.

A nossa assessoria entregou as perguntas a todos, não entregou? (*Pausa.*)

Devido a um compromisso que o Sr. Eduardo Azevedo tem, eu vou passar, excepcionalmente, a palavra para ele, e depois o Sr. Cássio vai assumir o lugar – não é isso, Sr. Eduardo, depois de V. Sª fazer a sua fala?

Quero mais uma vez agradecê-lo, então, e pedir vênia para que o Ministério nos encaminhe as respostas, se ainda não tiverem chegado.

Assessoria – para eu fazer justiça ao Ministério –, chegaram as respostas do Ministério de Minas e Energia? (*Pausa.*)

Não chegaram ainda.

Estão me indicando ali que as respostas estão prontas, segundo informação do Ministério. Não sei por que motivo – estou precisando, inclusive, trabalhar sobre elas – até agora essas respostas não chegaram; da primeira, da segunda, da terceira e da quarta audiências públicas, e agora desta quinta, que V. Sª não tem como mandar agora. Então, até sexta-feira, envie para mim. E, se possível, as respostas da primeira, da segunda, da terceira e da quarta, mande para mim até o final do dia de hoje, por favor, certo, Eduardo?

Obrigado.

Com a palavra o Sr. Eduardo Azevedo, nosso Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

O SR. EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES – Muito bom dia a todos.

Muito bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Bom dia.

O SR. EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES – Obrigado pela oportunidade.

Certamente, nós sempre viremos a todas as convocações. A ideia é que possamos ser o mais transparentes e fortalecer esse diálogo.

Bom dia, meus companheiros de Mesa.

Diante desse compromisso, como a gente vai ter que se ausentar, eu preferi não fazer uma apresentação, e sim pontuar alguns temas mais relevantes para a nossa conversa.

Eu queria começar pela lógica do planejamento...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Só um aparte, Sr. Eduardo. Se V. Sª tiver uma apresentação, podemos colocá-la nos *Anais*. V. Sª pode considerá-la apresentada.

O SR. EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES – O.k. Obrigado.

Eu queria colocar os pilares do planejamento; como é feito o planejamento energético no País.

A gente tem, como foi colocado aqui na Mesa, que assegurar três pilares principais: a segurança no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

abastecimento – levar energia com confiabilidade para todos –; a modicidade tarifária, a um preço que todos possam pagar, dentro de uma lógica – e aí não discordo totalmente do que foi colocado –; e a universalização, a energia para todos.

Então, diante desses três princípios, a gente tem que conjugar todas as vocações de cada uma das fontes que há no Brasil. Nós somos um País rico, temos praticamente todas fontes em condições de atender... Se a gente pensar em termos de energia, a gente tem condições de atender todas as necessidades do País com uma única fonte, com qualquer uma das fontes que a gente escolher. Então, isso não é um problema. O problema é que energia não é o suficiente; a gente tem que entregar energia na hora em que a gente precisa, na curva de demanda que é solicitada ao sistema, e isso exige uma conjugação de esforços que não é algo trivial.

Então, nós colocamos, em uma outra apresentação, acho que aqui mesmo, que, em cerca de mil quilômetros quadrados, se fossem colocados nessa área painéis fotovoltaicos, atenderíamos às necessidades do Brasil. E o Brasil tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Então, a gente tem energia suficiente.

A questão é que sol só há durante o dia; energia eólica só há quando venta, e nem em todas as horas do dia venta. Então, para atender à carga que está presente 24 horas, à noite e quando não venta, a gente tem que criar uma estratégia para aproveitar melhor onde estão localizadas essas fontes. E como a gente tem uma outra grande riqueza, que é o Sistema Interligado Nacional, a gente tem a oportunidade de, quando está sobrando recurso energético em uma área do País, escoar essa energia para outras áreas. A gente precisa fazer essa avaliação de como e onde começar a gerar e começar a conectar.

Eu queria colocar alguns pontos.

Hoje estamos passando de um modelo hidrotérmico para um modelo de energia de várias fontes. Na lógica anterior, que vigia até poucos anos atrás, nós tínhamos grandes hidrelétricas e termelétricas para compensar qualquer variação, qualquer sazonalidade das chuvas. Esse modelo, já há algum tempo, mudou. Sete anos atrás, quando as eólicas começaram a entrar mais pesado, ou dez anos atrás, quando a biomassa começou a entrar de forma mais significativa na matriz, a gente mudou esse modelo. Ou melhor, o modelo tem características diferentes, só que o planejamento não necessariamente se adequou 100%. Essa mudança tem sido gradual, e citamos alguns números.

A geração eólica, apesar de a gente citar aqui a sua intermitência, a sua sazonalidade, já é tão importante que já responde por 6% da matriz energética nacional. Na Região Nordeste, em alguns momentos, chegou a representar 45% da energia produzida. É algo surpreendente, e esse avanço tem proporcionado grandes ganhos energéticos para o País e redução de custos também.

Bem, nessa transição do modelo hidrotérmico para esse de outras fontes, que não necessariamente tem a curva de produção que nós gostaríamos que tivesse, a gente tem alguns desafios. O principal deles é como permitir o despacho ótimo dessas fontes. Esse despacho ótimo passa pela capacidade de armazenamento de energia. Daí vem um primeiro problema: nossa lógica original previa que nossas hidrelétricas tivessem reservatórios, coisa que não é mais possível. Outro problema: o regime irregular de chuvas tem feito com que nossos reservatórios não estejam com a capacidade que nós gostaríamos que estivessem. E também a operação, no meu modo de ver priorizada de forma inadequada, fez com que esses reservatórios passassem por uma deflexão maior ainda. Então, temos uma dificuldade de armazenamento hoje.

Nossa capacidade de armazenamento vem caindo ao longo dos anos. De 2001 para cá, a gente caiu cerca de... Nós tínhamos 6% da demanda nacional em armazenamento; hoje nós temos 4,7%, e a tendência é cair mais ainda. Então, a solução passaria por recompor esses reservatórios das hidrelétricas e/ou construir novos reservatórios – temos problemas ambientais a superar quanto a esse ponto.

A construção de novos reservatórios é algo indesejável sob o ponto de vista do meio ambiente. Além disso, para recuperar esses reservatórios, a gente precisaria despachar outras fontes de energia, e isso, necessariamente, passaria por térmicas e aumentaria as emissões, o que vai contra os compromissos assumidos no Protocolo de Paris, na COP-21. A gente assumiu o compromisso de reduzir em 25% as emissões do País e aumentar de 28% para 33% a participação de fontes energéticas renováveis, não hídricas, de grande porte. Para a gente recuperar esses reservatórios, certamente a gente vai ter que trabalhar no sentido inverso. Esse é um grande desafio.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Dr. Eduardo, só um aparte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu, inclusive, tenho um projeto tramitando nesta Casa relativo a barragem de acumulação, de reserva, que vem em atenção a isso que você coloca corretamente. Essa discussão nós teremos que fazer nesta Casa, com a altivez necessária, inclusive com os ambientalistas, para mostrar-lhes que, em vez de fazer barragem a fio d'água e dar esse prejuízo que está dando hoje, essa situação toda, é necessário não fazermos mais barragem a fio d'água, além de fazermos barragem de acumulação. E se tivermos que fazer esse enfrentamento, vamos ter que fazer, fazer com quem conhece a área e demonstrar o que se ganha e o que se perde de forma adequada.

Por exemplo, quando fiz o debate na CMO do ano passado, na Comissão Mista do Orçamento, eu queria colocar, dos 40 bilhões de Belo Monte, 19 bilhões para fotovoltaica nas pontas, porque geraríamos firme 12,5 megawatts – que é o que Belo Monte gera apenas em dois meses de operação, a média é 4,5 –, e na época o Ministério anterior vetou essa questão e nós não tivemos como, porque é difícil quebrar um veto aqui no Congresso. A Presidente anterior vetou essa questão.

Eu vou estar na CMO ano que vem, e não tenha dúvida de que um dos principais pontos de discussão da CMO vai ser a necessidade de investir recursos, tanto no PPA quanto na LDO, quanto na LOA, para colocar dinheiro para fazer energia solar fotovoltaica nas nossas pontas do sistema, evitar perda e, consequentemente, dar condição para essa integração.

Lamentavelmente, isso ocorreu. Não foi na gestão de vocês, foi na gestão anterior do Ministério. Mas precisamos mudar, porque mais térmica não dá para colocar no sistema. Não temos a mínima condição, a não ser que seja a questão da nuclear. Acho que a gente pode fazer esse debate, com a devida vênia, com a devida segurança, com a devida inovação que existe no mundo nuclear. Vocês têm um planejamento, até 2030, de mais três nucleares, e um planejamento de até 2050 chegar a mais cinco. Pelo menos foi isso que me falaram aqui, quando apresentaram o plano trienal do Ministério.

Então, fortalecendo o que você está colocando, é preciso o Ministério ter consciência de que há aliados aqui no Congresso para se fazer a discussão como se deve fazer, porque, sem acumular – e quem pode acumular são as hidrelétricas não a fio d'água, e nós temos bastante –, a gente não vai ter condição de fazer esse casamento de forma adequada e perfeita. Enquanto nós estamos gerando com eólica e com solar nós podemos estar acumulando durante o dia, dando condições de utilizarmos isso no momento em que precisarmos. Foi isso que você colocou, é com isso que eu colaboro, e é isso que nós precisamos enfrentar. Por isso a minha insistência e o meu pedido especial à nossa querida Marta Lira, a quem quero agradecer pela presença, ou pela presença de alguém do primeiro escalão do Ministério para podermos conversar sobre esse tema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Não se preocupe com o tempo, não. Pode voltar a falar.

O SR. EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES – Para que a gente possa despachar as renováveis da maneira adequada, ou a gente tem armazenamento ou a gente tem tecnologia. E por que tecnologia, especificamente? Existem várias outras formas de despachar energia fóssil ou renovável – biogás, biomassa – para atender às variações de geração de eólica e solar, por exemplo, as duas principais fontes intermitentes que a gente está considerando. Mas para isso existe o investimento em tecnologia, principalmente em tecnologia de controle, que é algo que precisa ser remunerado, e isso vai contra a modicidade tarifária. E temos que pensar em como colocar isso na regulação de forma que ele possa remunerar os investimentos – ninguém vai investir se não tiver remuneração adequada –, mas também que não onere o consumidor. Isto é um desafio com que a gente está trabalhando e certamente vai ser explorado dentro do P&D estratégico que foi mencionado aqui, em uma operação em parceria de todo o setor, pensando em cada um dos dos interesses de cada um do setor, mas, principalmente, no interesse do Brasil: como podemos fazer com que esses interesses sejam conjugados?

Ainda em tecnologia, há a possibilidade de trabalhar com armazenamento químico ou... Vamos pensar em químico, que é o principal deles. São sete modalidades de armazenamento, mas a principal delas é o químico, armazenamento em baterias. Essas tecnologias já existem no País em caráter experimental e fora, no mundo, em caráter operacional. Por exemplo, na Califórnia, praticamente em todos os novos parques eólicos, ao pé de cada torre, há um contêiner de bateria de armazenamento, que regulariza o fornecimento, então tira a intermitência. Isso é caro, mas certamente, com a escala, tende a baixar de preço. Nos primeiros anos, essa tecnologia certamente vai trazer um impacto. Estamos verificando como fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Outra situação é aumentar a energia que chamamos de energia "coinércia", que seria a energia na base – quer sejam as grandes hidrelétricas, quer seja nuclear, quer seja térmica, independente do combustível. Não cabe ter preconceito sobre nenhuma fonte. A ideia do planejamento é ter decisão técnica, e não ideológica, e a partir dessas competências, dessas especificidades e dessas vocações de cada uma das fontes, devemos identificar, diante do todo, qual a melhor solução, qual a melhor composição para o sistema. É nisso que temos trabalhado.

Foi dito aqui que um dos desafios seria colocar isso na geração distribuída, boa parte disso na geração distribuída. Minha visão é que geração distribuída vai acontecer – é inevitável – e é bom para o setor, é bom para o sistema como um todo. Temos que superar alguns problemas de mercado: a geração distribuída tira mercado da distribuidora, que hoje é o arrecadador do sistema. É a distribuidora que toma conta, através da arrecadação da conta de energia do consumidor, da conta de transporte da transmissão, dos seus próprios custos de distribuição, dos encargos, dos impostos. E cabe a ela fazer planejamento de longo prazo – cinco anos – do mercado que ela vai ter. Com exceção forte da geração distribuída, que é algo desejável, faz com que ela tenha um planejamento que não bate com o mercado. Essa sobrecontratação tem uma limitação ao ser repassada para a tarifa; acima disso é prejuízo dela. Então, como imputar um prejuízo para um agente que é o principal elo na arrecadação de todo o sistema interligado e é o que, de certa forma, sustenta todo sistema interligado? Esse desafio também é algo que está sendo trabalhado nesse P&D estratégico, com uma parceria fortíssima da Aneel. Nós sempre temos trabalhado juntos para poder identificar as melhores soluções.

Foi colocado também aqui, dentre suas perguntas Senador, como harmonizar diferentes fontes. Esse é o trabalho. A harmonização tem sido como identificar o equilíbrio de cada um dos perfis de geração para que possamos conjugar essas fontes. A dificuldade principal tem sido a necessidade de grandes investimentos, principalmente na transmissão. Nós andamos revendo os modelos de contratação, o que permitiu um sucesso importante no leilão deste ano, mas certamente isso vai ser um desafio para os anos futuros. Foi por limitação da transmissão que nós não tivemos condição de fazer a participação de todos os agentes que têm condição de gerar energia para o próximo leilão. Então, nós cortamos praticamente todos os empreendimentos da Bahia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, eólicos e solares, e certamente precisamos corrigir isso. Só que isso exige investimentos, e estamos em um momento de dificuldade para conseguir esses investimentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES – Foi colocado também que a EPE tem uma preocupação quanto ao custo adequado, a modicidade tarifária não ser o menor preço, mas o preço adequado. É verdade. Temos de pensar que, se pensarmos o preço mais barato, pensaremos somente nas grandes hídricas, e grandes hídricas estão, normalmente, localizadas longe dos centros consumidores, muito provavelmente dentro de áreas de preservação ambiental e de influência de comunidades tradicionais, o que é algo que precisamos evitar ou fazer com todo o cuidado, e isso limita a atuação. Para que não fiquemos limitados somente a uma fonte e possamos explorar o potencial que nós temos, é necessário que tenhamos a conjugação dessas fontes. Isso, certamente, não passa pelo menor preço, mas por uma escolha técnica, econômica, ambiental e social.

Quanto a como inserir essas fontes com preço mais barato: nós temos trabalhado na desoneração da cadeia de valor da indústria nacional e na retomada de cada um dos esforços para que essas indústrias continuem funcionando. Então, apesar de não haver uma grande necessidade de energia para este ano, mantivemos o leilão de reserva de energia para PCH e CGH. Fizemos a contratação de 360 mega aproximadamente, o que dá um fôlego para a indústria nacional para que possamos continuar com a nossa competência.

Hoje, o Brasil exporta tecnologia hídrica para o mundo inteiro. Fizemos isso porque precisamos, mas também porque temos a responsabilidade de ajudar essa indústria. Certamente, faremos algo parecido neste ano, segunda-feira que vem, dia 19, na segunda fase do leilão de energia de reserva de 2016 pré-eólica e solar. O grande desafio é que temos pouca necessidade de novos contratos, mas estamos fazendo todos os esforços para que possamos ajudar dessa forma.

Temos trabalhado junto com a Fazenda e com o MDIC para desonerar a cadeia de valor e atrair novos investidores nessas cadeias, de forma que possamos ter uma geração de emprego e renda também aqui, quer dizer, os ganhos indiretos da energia, que, como sempre falamos, é um vetor de desenvolvimento técnico, econômico, ambiental e social. Para explorar todos esses aspectos sem perder o foco dos pilares do planejamento, temos trabalhado para trazer a indústria nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Quanto ao modelo de comercialização, a lógica atual é de PPAs de longo prazo. Esse investimento na expansão é feito em PPAs de longo prazo. É, sim, necessário, rever esse modelo e contratos de mais curto prazo, principalmente o mercado livre que é algo desejável em que estamos trabalhando. Certamente, teremos algum resultado importante a partir desse P&D estratégico que vai ser feito.

Por fim, a questão das sugestões. Temos feito uma dinâmica de consulta pública. Entendemos que boa parte do nosso esforço é baseada no conhecimento que temos até então. Decidimos baseados em conhecimento e informação. Eventualmente, alguma assimetria de informações existe tanto no mercado consumidor quanto no mercado fornecedor de equipamentos, peças, partes e serviços, elementos da cadeia de valor. Essas audiências públicas são necessárias e importantes para identificarmos quais são as informações de que não dispomos ou os pontos de vista que nos passaram despercebidos.

A partir do ano que vem, teremos, ainda no primeiro trimestre, pelo menos uma audiência pública para falarmos sobre novas formas de contratação, pensando no modelo de negócio. Trata-se de discutir como fazer para que possamos viabilizar negócios sustentáveis do ponto de vista econômico, mas que também sejam aderentes às necessidades de planejamento. Esse talvez seja o principal foco que queremos colocar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eduardo, eu quero agradecer a você, mas, para prestigiar as milhares de pessoas que estão nos assistindo, gostaria que fossem respondidas duas perguntas do Sr. Sebastião de Sousa Farias Netto – ele é do Distrito Federal, mas chegam perguntas do Brasil inteiro pelo Alô Senado, pelo e-Cidadania.

As respostas para essas duas perguntas, acredito, todo mundo no País quer ouvir. Então, vou fazê-las e você pode respondê-las.

Se você tiver que ir, o Cássio já pode vir, não há nenhum tipo de problema. Lembro apenas que o Senador Fernando Bezerra precisa das respostas escritas até sexta-feira. As que estão prontas, encaminhe ainda hoje, de preferência, por favor.

Vamos lá. O Sebastião de Sousa Farias Netto pergunta: "Por que o Brasil não permite que pessoas que possuem uma micro ou uma minigeração em casa vendam seu excedente de energia elétrica? Caso fosse autorizada essa venda, aumentaria muito o número de residências/empresas com esse tipo de energia e haveria o consequente desafogo do parque hidrelétrico."

Essa pergunta, obviamente, será respondida daqui a pouco, quando a Aneel for se colocar – é importantíssima a resposta da Aneel –, mas também é importante, sendo você poder concedente, ouvir a sua resposta.

A última é esta aqui, que está na mesma linha da primeira:

> Bom dia a todos! O Brasil tem um índice de insolação, mesmo no lugar menos ensolarado, 30% maior do que o do lugar mais ensolarado da Alemanha [e praticamente do que a China inteira] e, mesmo assim, a Alemanha investe pesado na energia fotovoltaica [e a China fala que vai investir para produzir 100GW de energia solar fotovoltaica, que são quase dois terços da matriz elétrica brasileira]. O que falta para o Brasil incentivar de fato essa energia? [Ele se refere à energia solar fotovoltaica e às energias alternativas em geral.]

Gostaria que você respondesse essas duas perguntas. Aliás, eu quero que a assessoria passe cópias dessas perguntas para todos os membros da Mesa, pois eu gostaria que também eles respondessem por escrito essas perguntas – as respostas serão colocadas nos *Anais*.

O SR. EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES – Eu queria começar dizendo por que a gente não coloca energia solar em todos os lugares – acho que a gente começou falando desse ponto. Cada fonte tem a sua peculiaridade. A solar só tem de dia. A gente precisa não só de energia, mas de potência, e a solar puramente não teria essa condição.

Segundo ponto: a solar hoje é mais cara do que outras fontes. Pensando na modicidade tarifária, nós temos que respeitar esse critério também.

Terceiro ponto: a gente não tem hoje uma indústria nacional. Então, a gente ficaria dependente de produtos de fora do País. A gente está trabalhando para que possa ter, desde já, indústria nacional, o que baixaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

preços e traria outros benefícios que não só o da energia. Esse é um objetivo nosso.

Um outro ponto é que, neste momento, nós estamos em um momento de crise e nós não precisamos dessa energia. Grandes investimentos foram feitos no passado no modelo até então vigente, de grandes hídricas e térmicas, e de certa forma supriram boa parte da necessidade que nós temos hoje. No curtíssimo prazo, nós não temos essa necessidade. Isso faz com que nós tenhamos que postergar os investimentos nas fontes que nós gostaríamos de fazer. Não quer dizer que nós não precisemos dela; precisamos, mas não na quantidade que nós entendemos ser necessária para poder trazer uma indústria e fechar todo o ciclo.

Eu queria deixar claro que energia renovável é uma prioridade do Ministério. Eu, pessoalmente, sou um fã incondicional da energia solar. Mesmo que o nosso critério seja técnico, sempre que houver espaço para uma decisão discricionária, a energia renovável e a energia solar terão prioridade.

Quanto à venda de energia da geração distribuída. Isso tem dois aspectos. Um deles é o do planejamento. Se cada autoprodutor comercializa energia na quantidade que ele demanda e é ele que decide a quantidade, e essa quantidade acontece no curto prazo, a gente não tem como fazer planejamento disso. Isso, no curtíssimo prazo, teria impacto no planejamento da comercialização, o que, consequentemente, traria problemas para gerenciarmos.

Um outro ponto é que temos que respeitar os interesses também – nessa transição, certamente, vamos encontrar esse caminho – da distribuidora. Então, se o autoprodutor começa a vender energia, temos que arranjar uma maneira de colocar a distribuidora nesse pacote também, de forma que ela tenha, de alguma forma, um benefício para poder gerenciar esse processo, porque, fisicamente, é ela que gerencia. Se o autoprodutor gera sua energia e coloca na rede o que sobra, quem está gerenciando é a distribuidora, e ela não tem ganho nenhum com isso. Então, se ela tem custo, se ela tem ônus e não tem bônus, estamos criando um subsídio indireto. E subsídio é sempre ruim. Subsídio deve existir para poder se iniciar um processo e, depois, deve ser retirado. Sem identificarmos uma maneira de retirar esse subsídio, não temos como colocar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É bom, Eduardo, esclarecermos que existe uma distribuidora, que gastou, que investiu no fio, que investiu em todas as questões para levar energia para todos os lugares, que é o que você está falando, e que essa compensação, quando um autoprodutor faz aqui a sua questão, tem que ser feita a essa distribuidora para ela sobreviver.

O SR. EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu tenho conversado com a Abradee para que consigamos formatar um projeto de lei a ser apresentado para discutir essa situação. Até agora, não conseguimos chegar a uma equação adequada ideal, porque ninguém quer matar as distribuidoras, mas também nós não podemos impedir que as pessoas interessadas em colocar energias alternativas, seja de solar fotovoltaica, seja de geração de pirólise, seja de qualquer forma, no sistema, por não termos uma forma adequada e competitiva ideal para que se faça essa compensação do fio para as distribuidoras.

O SR. EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES – Hoje, enquanto o volume é pequeno – e ganhamos esse tempo na transição –, o impacto é pequeno para as concessionárias, mas entende-se que vai ser da ordem de gigawatts em muito breve tempo. Então, precisamos trabalhar nessa transição.

O modelo de compensação já funciona bem. Foi um trabalho brilhante feito pela Aneel. Agora, quanto à comercialização, nós temos que trabalhar com mais calma. Esse aí tem um impacto bem maior em outros setores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu espero que, nesse breve período agora, na leva dos próximos anos, no ano que vem e no outro ano, consigamos realmente, adequadamente, definir uma forma dessa comercialização, porque isso está agonizando todos os interessados. Há a questão da outorga onerosa, por exemplo, nos vários estacionamentos deste País por aí, que poderiam estar sendo cobertos, inclusive fazendo com que o carro tivesse uma durabilidade maior em vez de ficar no sol e coisa tal, gerando energia nesses estacionamentos. Estamos perdendo toda essa possibilidade de investimento, porque há uma barreira muito grande das concessionárias distribuidoras de energia, que ficam criando todo tipo de empecilho. E não há uma definição adequada para essa comercialização. Então, nós precisamos verificar como nós vamos fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obrigado, Eduardo.

O SR. EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES – Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço a você, agradeço ao Fernando, agradeço ao nosso querido Secretário-Executivo, que vinha, que é o Paulo Pedrosa, mas você representou brilhantemente o quadro político-técnico do Ministério.

O SR. EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Esperamos poder sentar, em breve, com você, com o Ministro e com o Paulo para discutir, tanto no Parlatino, que está discutindo essa questão das energias alternativas como um todo – eu apresentei o projeto do marco regulatório para o Parlatino –, quanto aqui, no nosso País, como é que nós minimamente vamos integrar para fazer o nosso sistema funcionar de forma adequada, tanto com as energias tradicionais quanto com as novas energias, fazendo essa modicidade adequada de forma compreensível e aceita por todos.

O SR. EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES – Perfeito. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

Cássio, me dê essa honra. Eduardo, fazendo justiça: é o maior conhecedor de garantias físicas. Você sabe o quanto ele é importante e como é importante resolvermos o problema da carreira da infraestrutura para que ele volte para os nossos quadros. Então quero que você dê um toque no nosso Fernando: se possível, que ele dê uma ligada para o Padilha hoje, para que ele cumpra o compromisso de mandar o PL nº 3 para o Congresso Nacional, que é a solução para os 100 técnicos que você tem lá na nessa área. Assim o Cássio volta, todo mundo volta. Há o menino, o Christiano, que eu quero que volte. Só o Israel não vai voltar, porque o Senado é *hors concours*. O Israel era colega nosso lá, mas passou para consultor do Senado. Aí, mesmo que resolvamos, ele vai preferir ficar aqui, como consultor do Senado. Ele não vai querer ser gestor no Ministério de Minas e Energia, mas nos dá a honra de representar a nossa carreira no quadro de consultores do Senado Federal, tanto ele quanto... Como é o nome do colega nosso? É o André, que também era do nosso Ministério. Os dois eram da SPG e os dois são consultores hoje do Senado. Veja como tínhamos quadros bons – vamos perdendo isso ao longo do tempo.

Então dê esse toque para o Fernando ligar para o Padilha hoje e falar: "Padilha, compromisso com os analistas de infraestrutura, que é a nossa mão de obra aqui. Mandar o PL nº 3 deles para resolver a questão". Nós precisamos repatriar o nosso povo, porque perdemos tudo aí: tem gente na Agência Brasileira de Inteligência que é doutor na área de energia, gente de que eu preciso aqui; tem outro na Anac, que não tem nada a ver com aviação, mas está lá porque passou no concurso – é o cara que mais entende de garantias físicas, não é?

Obrigado. Um abraço para você.

Eu queria ouvir agora alguém mais do mercado e depois voltar para a nossa Aneel, que fez e está fazendo um trabalho excepcional com a nossa última portaria, que realmente ajudou demais a questão do mercado de energias alternativas, sobre o qual você deverá falar daqui a pouco, não é?

Vamos ouvir o representante da ÚNICA, o nosso querido Zilmar José de Souza, por dez minutos prorrogáveis por mais três.

O SR. ZILMAR JOSÉ DE SOUZA – Está ótimo. Obrigado.

Bom dia a todos.

Primeiramente, muito obrigado pelo convite para participar da Comissão.

Vou falar um pouco da bioeletricidade, da energia gerada através da biomassa no setor sucroenergético.

Quando se fala em setor sucroenergético, é importante ter a dimensão da energia primária que nós temos em cada tonelada de cana-de-açúcar: cada tonelada de cana em quilocal, pelo menos teoricamente, do ponto de vista energético, equivale a 1,2 barril de petróleo. E onde está todo esse potencial?

Nós estamos aproveitando, há alguns séculos, o primeiro terço, que é o caldo da cana. Produzimos mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de 30 milhões de toneladas de açúcar e mais de 30 bilhões de litros de etanol anualmente, a cada safra, mas temos dois outros terços, que são o bagaço e a palha, em relação aos quais ainda há uma grande avenida para aproveitamento energético. Se se observar a energia primária contida no que chamamos de recurso energético, que são o bagaço e a palha... Nós não gostamos muito do nome "resíduo", porque, olhando o potencial de cada um, realmente é um recurso energético muito importante: bagaço e palha têm quase o mesmo potencial do caldo da cana, de onde nós retiramos o açúcar e o etanol. Se pegarmos a última safra, de 670 milhões de toneladas de cana processadas no Brasil, veremos que esse potencial, que tem energia primária, significa mais de duas vezes a produção atual do pré-sal. Isso está nos canaviais do Brasil.

É um setor que hoje é a segunda fonte mais importante na matriz de energia. Desde o ano de 2007, só perdemos para petróleo e derivados, o que mostra a importância estratégica que tem este setor para a economia nacional e para a matriz de energia brasileira.

Olhando apenas a energia elétrica, a produção de energia através do bagaço e da palha, principalmente do bagaço, apesar de estarmos ainda começando a sua utilização de forma mais eficiente – há uma grande avenida, como mencionei, a ser percorrida...

O bagaço, historicamente, a gente tem aproveitado para a geração de energia, mas a venda para a rede ainda é uma atividade relativamente nova. No ano que vem vamos fazer 30 anos de venda para a rede. Começamos com três usinas na região de Ribeirão Preto, vendendo quilowatt-hora para a CPFL, que era a distribuidora local e, hoje, nós falamos em terawatt-hora. No ano passado exportamos para a rede, ofertamos para o sistema interligado, mais de 20 terawatt-hora, por meio da venda de energia por 175 unidades. Então, começamos do nada e já estamos aí com 175 unidades vendendo energia excedente. E lembro que temos algo entre 180 e 190 usinas que produzem para a autossuficiência, mas ainda não vendem para a rede.

O setor é autossuficiente durante a safra, o que já é muito louvável do ponto de vista da sustentabilidade, mas ainda tem um grande potencial a ser aproveitado, pois apenas 175 unidades exportam excedentes. Temos uma outra metade que já faz algo muito importante, que é a autoprodução, mas que poderia, com o mesmo bagaço, com a mesma palha que já existe no canavial, passar a exportar mais energia para a rede, ofertando para o Sistema Interligado Nacional.

Esses 20 terawatt-hora que exportamos em 2015 para o Sistema Interligado visavam atender, durante o ano inteiro, mais de 10 milhões de residências e evitar as emissões de mais de 8 milhões de toneladas de CO_2.

Como é uma indústria de bens de capital 100% tupiniquim, brasileira, é uma grande geradora de empregos diretos. Há uma estimativa de geração, com base em dados do BNDES – só na energia elétrica, no setor sucroenergético; não estou falando na produção de açúcar e de etanol, só energia elétrica –, de quase 200 mil empregos diretos.

E esses 20 terawatt-hora também nos proporcionaram a terceira posição na geração de energia elétrica para a rede, perdemos apenas para a hídrica e para o gás natural em 2015. Este ano a fonte eólica deve superar a fonte biomassa, vamos para a quarta posição quando a gente fala em excedente para a rede. No entanto, se a gente somar a autoprodução, a gente vai para mais de 30 terawatt-hora, talvez 35, o que faz com que a biomassa ainda fique na terceira posição. Então, realmente, já é bastante representativo.

Além disso, se você olhar a qualidade desse produto... Assistimos à apresentação do Secretário Eduardo Azevedo. É grande a importância que tem essa energia quando se pensa na complementariedade da fonte hídrica. Se você colocar em um gráfico a geração de biomassa para a rede vis-à-vis a energia que chega para a geração nos reservatórios, a ENA, Energia Natural Afluente, você vê que é um perfeito oito, que é uma geração muito previsível a da biomassa. Todo ano eu tenho 670 milhões de toneladas de cana. A biomassa já está lá. Então, é muito previsível, muito gerenciável.

E um fato muito importante, aproveitando o gancho do Secretário, é que 20% da potência instalada hoje nesse parque que nós temos já são gerados em turbinas de condensação. O que significa isso? Significa que esses 20% podem até gerar por 11, 12 meses, independentemente da safra. É óbvio que tem que haver o sinal econômico para fazer o armazenamento de biomassa para a geração na entressafra, mas até, do ponto de vista tecnológico, é possível ter esse avanço nesse setor e mudar um pouco essa curva, que é concentrada – o que é muito bom para o sistema interligado – no período seco, entre abril e novembro de cada ano. Então, realmente é uma energia, um ótimo produto para se ter no portfólio da matriz de energia elétrica do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E outro ponto interessante, também mencionado pelo Secretário Eduardo Azevedo, é a questão de ser uma geração distribuída, local. Cerca de 90% da produção de cana estão concentrados na região que a gente chama de Centro-Sul, que é quase coincidente com o submercado Sudeste e Centro-Oeste do País, que é onde nós temos 70% da geração e onde a carga representa em torno de 60%. Então, eu tenho uma oferta de biomassa justamente no grande centro consumidor desse sistema, que é o submercado Centro-Oeste, o que faz com que você abata as necessidades da distribuidora, porque a maior parte está conectada na distribuição, não na transmissão. Então, é uma geração que vai na veia da distribuidora e já abate, já alivia a carga da distribuidora, o que ajuda muito o gerenciamento das redes.

Só que, quando você olha o futuro, que é o objetivo da nossa audiência pública, você tem um ponto de interrogação com relação à continuidade da expansão dessa fonte na matriz. Por que isso? Aqui são dados da Aneel mostrando o seguinte: com uma fonte como a biomassa, que já chegou, no ano de 2010, a acrescentar 1.750 megawatts – 12% de uma Itaipu – e a responder por quase um terço da expansão do acréscimo anual de capacidade instalada na matriz de energia elétrica, quando você olha para a frente, você vê um desaquecimento ou uma desarticulação dessa importante cadeia produtiva nacional. Olhando para a frente, em 2016, vamos instalar apenas, de acordo com a Aneel, 800 megawatts. Olhando mais um pouquinho para a frente, em 2018, 2019, some, a biomassa some da matriz energética em termos de expansão. Então, para quem chegou a representar um terço da expansão... Quando você olha para a frente, há muito pouco o que fazer no atual momento, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZILMAR JOSÉ DE SOUZA – ... 2017, 2018 representam segunda-feira, já foi, já aconteceu, porque as decisões já foram tomadas. Então, vamos representar um traço apenas, 1% da expansão do sistema.

Então, já indo para o último eslaide, pergunto: o que é importante deixar de recado? Essa fonte, além de ser um ótimo produto, tem um grande potencial. Se você olhar, de acordo com a EPE... Observem que eu trago dados do próprio Governo Federal, da Aneel, não são dados da ÚNICA, são dados constatados pelo próprio Governo Federal que mostram a importância dessa fonte para a matriz. No ano passado representamos 4% do consumo de energia – venda de excedentes para a rede –, 20 terawatts/hora. Mas, de acordo com a própria EPE, se aproveitássemos todo o bagaço e toda a palha do ponto de vista energético, poderíamos gerar mais de seis vezes o que geramos em 2015, chegar a 129 terawatts/hora.

O importante é que estou falando aqui não em expansão dos canaviais, estou falando em aproveitar a biomassa que já está lá – as 670 milhões de toneladas de cana moídas, processadas a cada safra –, estou falando do bagaço e da palha que já existem nos canaviais.

Realmente, temos aí uma grande avenida a percorrer. O que devemos tomar como indicativo ou como diretriz de política pública? É evitar justamente o que a gente chama *stop and go*, o que nós verificamos aqui em 2010. Houve um incentivo, um estímulo a essa fonte, a cadeia produtiva foi construída lá em Sertãozinho, em Piracicaba, para atender 1.750 megawatts e depois houve uma desatenção com relação a essa fonte, não houve uma contratação adequada nos últimos leilões. A partir de 2008, 2009 acabou sendo desarticulada essa importante cadeia produtiva, mas é importante resgatá-la, dado o seu potencial, e evitar essa política de *stop and go*.

O que a gente pede? Segurança e estabilidade nas regras, queremos um marco regulatório adequado para que o investimento retorne de forma contínua e consolidada. E entendemos que o ano de 2017 será um ano muito importante, ideal mesmo, para fazer essa política setorial estruturante para a biomassa. Por quê? É algo que até o próprio Secretário acabou de mencionar – ele parece não estar com a faca no pescoço. É que o consumo de 2015 caiu 1,8% em relação a 2014; em 2016, vai permanecer estagnado. Então, não há essa premência – ele acabou de mencionar aqui –, há uma folga para fazer o planejamento adequado das fontes. É preciso entender também que esse acordo – também mencionado pelo Secretário –, Acordo de Paris, vai fazer com que o Estado apresente as políticas setoriais adequadas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZILMAR JOSÉ DE SOUZA – ...para as três fontes: eólica, biomassa e solar.

Olhando só para a biomassa, para cumprir o acordo de Paris até 2030, eu tenho que aumentar a produ-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ção para a rede em mais de 300% – só da biomassa! Quando você olha esse gráfico, percebe que realmente vai ter que haver um esforço colossal, vai ser preciso olhar com muito cuidado a biomassa para o atendimento de um compromisso tão importante como foi o Acordo de Paris. Então, 2017 é o ano propício para estruturarmos essa política setorial não só para a biomassa, mas também para o etanol, porque são produtos sinérgicos – biomassa, bioeletricidade, etanol – na matriz de energia elétrica brasileira. Tenho certeza de que comissões como esta aqui e audiências como a que nós estamos presenciando vão ajudar a encontrar essa política setorial adequada para a biomassa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Zilmar. Agradeço à ÚNICA.

Gostaria, na próxima vez em que eu passar a palavra para você, antes de fazer as considerações finais, que você respondesse as seguintes questões – gostaria de saber a posição da ÚNICA quanto a elas –: as outras energias vindas da biomassa; a energia do lixo, como é que vamos fazer para poder aproveitar a energia que nós podemos gerar das pirólises feitas nas grandes cidades para aproveitar esse lixo que a gente desperdiça e joga fora para poluir o meio ambiente; a energia das outras fontes, como o babaçu, o coco, o dendê, de outros resíduos orgânicos que se perdem nesse País. Como é que isso se acrescenta nessa matriz que muito bem vocês representam?

E ressalto a importância dela, porque, graças a Deus, o nosso setor sucroalcooleiro vai muito bem, e isso se deve principalmente ao trabalho da ÚNICA nesse setor, assim como ao trabalho do Ministério de Minas e Energia e da Aneel, que, com as suas legislações, propiciou essa sinergia que tem cada vez mais se demonstrado adequada.

Você coloca que há alguns gargalos a serem vencidos. Gostaria de ouvi-lo sobre isso, é importante para mim, na próxima vez que eu passar a palavra para você – parece que você vai ter que se retirar também daqui a pouco, não é isso?

O SR. ZILMAR JOSÉ DE SOUZA – É.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Você ainda tem uma meia hora para a gente?

O SR. ZILMAR JOSÉ DE SOUZA – Tenho, tenho sim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ótimo.

Nós vamos ouvir a ABEEólica agora e depois passaremos para a Aneel.

Da ABEEólica, está aqui conosco o nosso querido representante da associação – ele vai falar ali da mesa, até para não ficar muito desconfortável aqui para todo mundo. Ouviremos o nosso querido Sandro Yamamoto, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica).

O sucesso da energia eólica no Brasil é grande, Cássio. Isso se deve muito às políticas adotadas há oito, nove ou dez anos pelo Ministério de Minas e Energia e pela Aneel, que propiciaram, por meio de uma legislação colocada aqui, do Proinfra, um grande desenvolvimento, permitiram que o Brasil saísse de um traço na energia eólica para ter o que tem hoje, essa potência que é a energia eólica. Esse é um exemplo de sucesso. E esse exemplo precisa ser seguido no caso da energia solar, da biomassa, dos resíduos sólidos nos grandes centros urbanos e nos pequenos também, que podem se consorciar para poder fazer a geração e o uso, um manejo adequado de seus lixos.

Então, quando vocês forem falar – e vocês vão falar daqui a pouco –, queria que vocês colocassem alguma coisa sobre isso também.

Tem a palavra o nosso querido Sandro Yamamoto.

Parabéns à ABEEólica. Obrigado pela presença de vocês aqui.

O SR. SANDRO YAMAMOTO – Obrigado, Senador Hélio José. Em nome da nossa Presidente Elbia Gannoum e da Associação Brasileira de Energia Eólica, agradeço o convite para falar um pouco mais sobre o nosso desenvolvimento – realmente é um desenvolvimento de sucesso – e expectativas e preocupações também. São dez minutos, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Sim.

O SR. SANDRO YAMAMOTO – Eu trouxe pouco mais de eslaides, porque alguns são dados que ficam...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Mas você tem uma prorrogação de até três minutos.

O SR. SANDRO YAMAMOTO – ... para constar na apresentação.

A ABEEólica representa hoje cerca de 108 associados – são investidores e fabricantes da cadeia produtiva. A gente viu, em função dos leilões já realizados, que a energia eólica tem quebrado recordes de instalação, chegando este ano já à nona posição mundial, ultrapassando a Itália – fechamos o ano de 2015 na décima posição e já estamos hoje na nona posição. No ano passado fomos o quarto País que mais investiu em energia eólica. Este ano ficaremos também entre os cinco, seis países que mais instalaram parques eólicos.

No decorrer dos anos, desde 2009, de todos os leilões realizados de energia nova, que contrataram cerca de 33GW, quase 34GW, 15GW foram de energia eólica – é por isso que a cada ano a gente instala, fica entre os cinco países que mais instalam energia eólica no mundo. Porém, desde 2015 nós temos uma baixa contratação e, em 2016, não contratamos nada ainda perante a nossa meta anual de contratação, de cerca de 2GW, principalmente em função da situação que o Brasil vive, de redução de consumo, como o próprio Zilmar comentou. Este ano há estagnação e, para o ano que vem, há a previsão de uma estabilização, de um crescimento de demanda também muito baixo.

Essa é a curva de crescimento da energia eólica no decorrer dos anos até 2020 em função da contratação já realizada.

Devemos fechar o ano de 2016 com cerca de 11GW instalados, e há previsão de chegarmos a algo próximo dos 18 GW em 2020. Só que a preocupação já está em 2019, em 2020, porque temos cerca de seis fabricantes de aerogeradores instalados, que têm capacidade de produção de quase 4GW por ano, mas não temos mais pedidos a partir de 2018 para a indústria que se nacionalizou. Hoje nós temos milhares de colaboradores nos fabricantes de aerogeradores e nos subfornecedores, que, desde janeiro de 2013, junto com o novo Finame do BNDES, vêm instalando novas fábricas para atender essa cadeia produtiva que eu vou comentar daqui a pouquinho também.

Esses são os seis fabricantes de aerogeradores que nós temos no Brasil: a dinamarquesa Vestas; a americana GE, que fez a aquisição da francesa Alstom...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Só uma pergunta, Sandro. Você coloca que o Brasil vai ter uma super produção sem fonte de consumo a partir de 2020? É isso que você está falando?

O SR. SANDRO YAMAMOTO – Antes até, a partir de 2018: haverá uma capacidade de produção de 4GW sem pedidos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu sou da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Quando formos conversar aqui com os nossos embaixadores, sabatiná-los, uma das questões a ser apresentada é sobre vender esse produto nosso lá fora. É isso? Os aerogeradores, as pás e as hélices, que são importantes para o mundo inteiro. O Brasil hoje é um *player* nessa área, não é isso?

O SR. SANDRO YAMAMOTO – Sem dúvida, Senador, nós temos no Brasil um *hub* de fabricação de aerogeradores, principalmente para a América Latina, e podemos exportar para o México também. Já temos fabricante de pás que exporta para os Estados Unidos. E um fato inédito: um associado da ABEEólica, uma empresa chamada Rudloff, que fabrica fixadores protendidos do aerogerador, exportou para a China, foi competitiva na China. Ou seja, nós temos uma capacidade produtiva muito grande.

Hoje saiu uma matéria no *Valor* que trata da preocupação da cadeia produtiva de energia eólica, no qual a nossa Presidente Elbia cita a capacidade de fabricação e exportação para a América Latina, mas também a preocupação com os nossos custos. Hoje o Uruguai e Argentina... Num leilão recente de energia eólica na Argentina, os equipamentos não eram fabricados no Brasil. Isso realmente é preocupante.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com certeza.

Só mais uma intervenção: é para saudar o nosso ex-Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

da República que está aqui nos prestigiando. Estamos na última audiência pública das energias renováveis, Lobão. Daqui a pouco, se você quiser fazer uma intervenção, não há dificuldade alguma.

Com relação a essa questão da ABEEólica, que você coloca aqui para mim – Cássio, você que está aqui em nome do Ministério de Minas e Energia; Cristiano, que está aqui em nome da Aneel –, eu tenho preocupação com o atraso que nós estamos na energia solar fotovoltaica. São *players* no mercado, estão com excesso de produção para o mercado internacional, competindo inclusive com a China, porque nós tivemos a coragem de mudar as questões no Ministério e na Aneel há oito ou dez anos com relação à energia eólica. Nós temos que fazer a mesma coisa com a solar.

Eu tenho certeza de que está, cada vez mais, evoluindo. É importante esta audiência, é importante o Ministério de Minas e Energia estar em consonância conosco, do Congresso, para fazermos as leis necessárias para que possamos ser *players* também na solar, fotovoltaica, e, principalmente, também da heliotérmica, que é muito cara. Nós temos condições, em um curto período de tempo, se nós incentivarmos investimentos na heliotérmica por causa dessa necessidade de acumulação, de avançar.

Vamos lá. Desculpe, Sandro, mas eu quis fazer esse comentário, que é importante. Esse exemplo da ABEEólica é um exemplo de sucesso, e nós não podemos deixar a indústria brasileira de aerogeradores, de fixadores e de pás enfrentar dificuldades por causa dessa retração momentânea do mercado.

Então, precisamos ter mais leilões, precisamos realmente incentivar essa questão.

Valeu!

O SR. SANDRO YAMAMOTO – Obrigado, Senador.

Eu faço menção aqui ao Senador Edison Lobão e um agradecimento também, porque, junto com uma comitiva de empresários, em 2009, o Senador Edison Lobão visitou os parque eólicos na Espanha e voltou, em 2009, decidido também a realizar o primeiro leilão de energia, de reserva parra energia eólica, que foi realizado em 2009, que deu um pontapé inicial também junto com o Proinfa que também foi um grande mecanismo de sucesso para a energia eólica ter o seu crescimento e sustentabilidade no Brasil.

Aqui é o mapa, onde a gente tem a localização dos parques eólicos. É claro que a Região Nordeste, em função dos ventos, é a região onde nós temos a predominância dos parques eólicos, junto com a Região Sul, mas já temos empresários medindo o vendo no Estado de São Paulo, em que, apesar de termos ventos não tão bons quanto nas Regiões Nordeste e Sul, são ventos, eu diria, europeus, que, estando próximos da carga, têm condições de, no futuro próximo, serem desenvolvidos também. Hoje ocupamos cerca de 7% da matriz elétrica, mas com capacidade de expandir muito mais também.

Agora, eu trago uma sequência de três eslaides, de certa forma inéditos, fornecidos pelo operador nacional do sistema, que mostram um pouco dos benefícios realmente na operação do sistema elétrico brasileiro, um pouco sobre recorde de geração, últimos recordes de geração da energia eólica nas Regiões Nordeste e Sul e sistema interligado, onde nós tivemos, além do recorde, um fator de capacidade, um rendimento dos parques eólicos neste momento, de 79% – 93% na Região Sul e 74% no sistema interligado nacional. Esse pico realmente é muito significativo, uma vez que a média mundial é de 25%, 30% de rendimento. E aqui em megawatts médios, aqui embaixo.

Agora eu mostro, pessoal, para vocês, a penetração, a participação na carga da energia eólica no momento dos recordes quebrados, ou seja, o Nordeste foi abastecido em 71% por energia eólica, no dia 2 de outubro, às 8h da manhã. No Brasil, no sistema interligado, 15% de todo o sistema interligado, no dia 2 de outubro, às 7h da manhã, foi atendido por energia eólica. São dados realmente significativos.

E, por fim, o último eslaide fornecido pelo ONS, em que se mostra o recebimento da energia do Nordeste dos outros submercados, dos outros subsistemas, comparado aqui também com a geração eólica na Região Nordeste. Essa linha aqui representa a geração da energia eólica no Nordeste.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SANDRO YAMAMOTO – E aqui a linha azul, acima do zero significa que o Nordeste estava recebendo energia dos outros subsistemas, mas um recebimento negativo indica que o Nordeste estava exportando energia elétrica para os outros subsistemas, o que foi muito importante para a Região Nordeste, prin-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cipalmente no momento em que, no Brasil, ocorrem muitas queimadas perto dos sistemas interligados nos intercâmbios. Até 2015, como o Nordeste era importador, a queimada fazia com que os sistemas interligados entre as regiões se desligasse e muitas regiões, muitos locais da Região Nordeste ficavam sem energia elétrica várias vezes ao dia, nessa época do ano, e agora, em 2016, o Nordeste exportador, mesmo com o desligamento entre os submercados, em função das queimadas, o Nordeste não teve apagões por conta das queimadas, em função da geração de energia eólica na Região Nordeste, um grande benefício da geração de energia eólica também na Região Nordeste.

Aqui é apenas o dado do leilão do dia 19 de dezembro, que é muito importante para a manutenção da indústria no Brasil, como eu comentei agora há pouco.

Neste eslaide, coloco um pouquinho dos benefícios sociais da energia eólica, os arrendamentos, os projetos sociais que a gente comenta muito em outros eventos.

Aqui vou passar um pouquinho mais rápido.

Do eslaide 16, eu vou fazer um comentário apenas da caixinha dos R$645 milhões de custos evitados com o sistema. Isso foi em 2015. Em função dos 21 TWh colocados na rede pela geração eólica no ano passado, nós evitamos um pouco do uso das termelétricas, que, no ano passado, nós tínhamos bandeira vermelha na tarifa dos consumidores. Com a geração eólica, nós economizamos R$645 milhões no bolso dos consumidores em função do preço de energia eólica ser muito mais barato, assim dizendo, em função das termelétricas.

Aqui são os dados para o futuro – 2017-2018, principalmente. Temos muitos parques eólicos ainda para serem instalados. Há preocupação de 2019 para frente.

Grandes desafios. Este já é meu último eslaide para crescimento e manutenção da energia eólica no Brasil. Realmente, há demanda. É o principal ponto, além do financiamento e o sistema de transmissão. Em função do último leilão que foi realizado, já temos um pouco mais de otimismo, os reforços aprovados na Bahia e no Rio Grande do Norte. O famoso Lotear, no Rio Grande do Sul, que precisa de aprovação e liberação, para nós é fundamental. E temos uma série de outros desafios também: mercado livre de energia elétrica. A energia eólica no mercado livre tem grandes dificuldades de expansão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SANDRO YAMAMOTO – operação, manutenção e capacitação.

E aqui, Senador, também faço um apelo em função da logística no Brasil para o transporte de equipamentos eólicos. A ABEEólica se coloca à disposição para um futuro debate sobre logística também. Hoje, por exemplo, no Estado da Bahia, nós temos várias cargas represadas, que não conseguem ser transportadas em função da capacidade das pontes, que se deterioraram ao longo do tempo. E o Estado hoje não tem condição de dar a manutenção para retornar a capacidade original das pontes. É um enfrentamento grande que a gente tem.

Para fechar, um desafio que o Secretário Eduardo Azevedo colocou é em função da variação de energia eólica. Mas hoje nós temos o código de rede. No mundo, chama-se código de rede, mas, no Brasil, procedimento de rede – Operador Nacional do Sistema. O código de rede do Brasil para aerogeradores é um dos mais rígidos do mundo. Para colocarmos um aerogerador no sistema, as características técnicas exigidas hoje são as mais rígidas do mundo. Ou seja, quando temos um blecaute, os aerogeradores no Brasil, desde os leilões do ano passado, se comportam de uma forma muito melhor do que os aerogeradores no mundo como um todo. Em agosto de 2016, tivemos um blecaute na Região Nordeste, e os aerogeradores, os parques eólicos da Região Nordeste não se desligaram, permaneceram conectados ao sistema. Se fossem os aerogeradores instalados na China, por exemplo, provavelmente, eles teriam se desligado. Ou seja, foi mais uma contribuição do Sistema Elétrico Brasileiro também.

Fico à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado ao Sandro. Viu, Cássio? É essa a questão desse exemplo exitoso da eólica que a gente tem que ver para o setor solar e para a biomassa do Brasil, principalmente dos resíduos sólidos urbanos. Acho que a posição do Ministério de Minas e Energia e da Aneel é funda-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mental nessa questão – e também nossa, do Congresso Nacional, para melhorar a legislação, flexibilizar para que a coisa avance.

Eu acho que a Abraceel fez a provocação adequada no início da fala aqui, quando coloca da situação da explosão das problemáticas todas – não é, Reginaldo, que você colocou – e a gente vai precisar chegar a uma alternativa.

Então, o objetivo desse trabalho que a gente fez aqui e nós estamos hoje na última audiência pública é exatamente a gente estudar uma forma adequada a quatro, oito mãos, de como a gente conseguir fazer com que nesses próximos períodos aí, desses próximos cinco, dez anos, a gente realmente consiga estar numa situação desejada para o nosso sistema.

É uma pena essa questão da logística que você coloca no final aqui, Sandro, mas isso o Ministério dos Transportes e a gente, todo mundo, temos que ver como vamos fazer, porque nós não podemos deixar de estar colocando no sistema essa questão dos nossos aerogeradores, porque as pontes não estão aguentando a travessia. Temos que ver alternativas, porque eu tenho certeza, Cássio e Cristiano, de que não tem sentido o Brasil ter a maior produção de silício e não produzir painéis de captação de energia solar adequados, porque não depura o silício de forma adequada aqui no nosso País.

Não tem sentido a gente ter uma tecnologia boa em várias coisas, como se comprovou aqui. Nossos aerogeradores hoje já são melhores do que os que vendiam antigamente para nós e que detinham a tecnologia. A gente não ter um inversor para poder fazer essa conversão da energia contínua, a energia solar, para quem não sabe, ela é captada em energia contínua, tem que ser transformada em energia alternada para poder conectar à rede e poderem funcionar os equipamentos nas residências.

Então, não tem sentido esse inversor, que é um equipamento caro, que é um microchip, o Brasil não estar evoluindo e fazendo com que ele tenha competitividade de mercado para que a gente não fique nessa dependência internacional.

E não tem sentido também os medidores bidirecionais, porque são as três coisas que limitam o mercado da energia solar no Brasil: é o painel fotovoltaico, a depuração do silício, a questão do inversor, a questão do medidor bidirecional, que também é só questão tecnológica, questão de chip, porque nós precisamos dar condição para que a indústria brasileira, para que o mercado brasileiro possa entrar realmente com competitividade nessa área tecnológica, porque aí a gente vai ter condições de ter preço competitivo no mercado para essa importante fonte.

A mesma coisa, no caso da Única, no caso aqui, a questão dos resíduos sólidos urbanos e rurais, que nós estamos deixando de aproveitar, jogando nosso lixo fora em aterros sanitários, fazendo chorume, poluindo o ambiente, ao invés de gerar metanol, gerar energia, gerar muitas formas de ganho.

Então, vamos rapidamente aqui passar, rapidamente não, com o tempo todo necessário, para a nossa Aneel, que deu passos importantíssimos para que a gente avançasse muito na questão da energia solar e também das demais formas de energias alternativas, o nosso Diretor, Superintendente da Agência Nacional de Energia Elétrica, nosso querido Christiano Vieira da Silva.

O SR. CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, Senador, gostaria de agradecer em nome da Aneel o convite feito. Muito nos honra poder participar desse debate, dessa discussão aqui no Senado, na Comissão de Infraestrutura.

Cumprimento todos os meus colegas de Mesa aqui e o que a gente pretende trazer hoje aqui é uma discussão não tão aprofundada em relação a que alterações a gente precisa como modelo, como bem colocou o Reginaldo logo no início da manhã.

O que a gente vai apresentar aqui são alguns ajustes que nós entendemos que já são necessários por conta da própria dinâmica da evolução do setor, do segmento de geração, mas é sem prejuízo, e aqui eu tenho que destacar a importância, como foi colocado logo na apresentação da Abraceel, da necessidade de diversificação de fontes de financiamento, e não só da diversificação de fontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Talvez a gente não dependa tão somente do BNDES como principal banco financiador de investimento em infraestrutura, mas dependa, também, da própria estrutura de financiamento, hoje muito calcada em contratos de muito longo prazo. Se a gente utilizar contratos de prazos menores, talvez eles possam dar uma maior liquidez e propiciar uma agilidade maior na inserção dessas fontes tanto no ambiente livre quanto no ambiente regulado.

Eu diria que a tônica da nossa discussão vai estar focada neste eslaide e no eslaide seguinte. Eu quero mostrar um pouco o que é o quadro atual da nossa geração aqui no País. E, aqui, na primeira tabela, a gente coloca o total da capacidade instalada no País. O que a gente percebe inevitavelmente? É inegável a predominância da fonte hidrelétrica; ela ainda será a fonte predominante para abastecimento do País nos próximos anos e na próxima década, com certeza.

Mas o que chama atenção é a segunda tabela, em que temos os empreendimentos em construção. E o que eu gostaria de destacar é o grande percentual de empreendimentos eólicos. O que eu quero dizer com isso? Embora a predominância seja hidrelétrica, a expansão está muito calcada em fontes renováveis não hídricas. Essa é uma realidade que veio para ficar. A fonte eólica já é uma realidade, ela já é competitiva. E a solar, Senadora, deve seguir o mesmo caminho, pois existem políticas para adensar a cadeia produtiva local, para agregar valor e para reduzir ou desonerar essa cadeia. A gente imagina que, em breve, haverá uma participação da fonte solar fotovoltaica nos moldes do que foi a eólica há dez anos. Então, eu diria que ela é a bola da vez também.

Naqueles dois quadros, tanto o nosso parque em construção quanto o com construção não iniciada, a gente percebe essa nova dinâmica. Nos empreendimentos em construção, a eólica predomina com construção iniciada. Mas, nas já contratadas, existe uma participação bastante interessante da solar fotovoltaica. Então, são duas fontes renováveis não hídricas que têm e terão um papel cada vez mais de destaque na nossa matriz elétrica.

Aqui eu destaco, nesta lâmina, a distribuição da capacidade instalada por região geoelétrica. Basicamente: Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte – são os nossos quatros submercados. O que a gente percebe é que o grosso da expansão... Ou melhor, quais são os mercados que mais irão crescer? Aqui a gente está com dados do PDE (Plano Decenal de Expansão) de 2024, e a sinalização é de um grande aumento da geração no Nordeste e no Norte.

No Nordeste, essa expansão é predominantemente renovável não hídrica. Então, basicamente, o potencial hidrelétrico que havia no Nordeste para ser aproveitado, em grande medida, foi aproveitado. Assim, quando a gente fala daquele crescimento ali, uma variação de 110% no Nordeste, é porque ele é calcado em cima dessas fontes e também com alguma complementação termoelétrica.

E, no Norte, ao contrário, a expansão é predominantemente hidrelétrica. Todavia, isso traz um outro desafio: essa expansão hidrelétrica no Norte do País é a fio d'água, então, sem reservatórios.

Conforme o Secretário Eduardo havia colocado, é uma dificuldade, hoje, aumentarmos a nossa capacidade de reservação, até por questões de licenciamento ambiental, por questões fundiárias que se tornaram cada vez mais complexas. Mas é um desafio que o País vai ter de enfrentar.

Bom, essa lâmina traz um resumo, com o acréscimo anual da capacidade instalada por fonte. A gente percebe a predominância do verde e do azul nas barras, por ano, até 2024 basicamente. Hidrelétrica e fontes renováveis. Então, o nosso futuro não foge disso. Esse é um compromisso, é um casamento que a gente tem com esses recursos.

Aqui também é um resumo. O acréscimo de capacidade instalada hidrelétrica. O verde significa a localização, a cor é a localização. As barras verdes significam o quê? A maior parte desse acréscimo vai ser feito na Região Norte, como havia mencionado.

E o nosso desafio, hoje, é trabalhar com essa nova dinâmica: hidrelétricas a fio d'água, renováveis não hídricas, Geração Distribuída agora... A geração que aparece atrás do medidor. Então, o operador de sistema não enxerga essa geração, o que ele enxerga é uma redução de carga, porque é uma geração que está em baixa tensão.

Quanto a essa geração, como informe, a agência trabalhou em 2015, na revisão da Resolução Normativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nº 482, que trata de Geração Distribuída. Nós aumentamos o limite de micro e minigeração. Hoje, a microgeração está com 75kW; a minigeração até 5MW, podendo também haver a figura da cooperativa, do consórcio, de cooperados instalarem essa micro e minigeração e compartilharem em condomínios, por exemplo.

Nós tivemos um salto. Dados de outubro de 2016. Nós temos hoje, em tempos de GD, mais de seis mil conexões, e crescendo num ritmo bastante acelerado.

Então, quando o Reginaldo comenta a necessidade – e isso é muito bem-vindo – de estudar novos modelos de negócios que vão além do sistema de compensação, nós vemos com bons olhos. O sistema de compensação, hoje, dentro da 482, eu diria que é o sistema que nós temos estudado que funciona e é um sucesso. Mas isso não quer dizer que a gente não deva pensar e eventualmente estudar outros modelos de negócio que signifiquem, por exemplo, a compra e venda de energia, conforme foi até aqui mencionado durante a manhã; a venda para a distribuidora, para atender um requisito de carga e assim reduzir a necessidade de compra em grandes leilões. Com isso, você tem um atendimento da carga com a maior participação dessas fontes descentralizadas, sem a necessidade de expansão de rede.

Hoje, nós temos, em GD, 55MW de capacidade instalada. É um salto, porque antes de 2015 eram menos de mil conexões. É um salto, em um ano, que a gente está fazendo. É pouco, ainda,...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Mas é significativo.

O SR. CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA – ...mas o que nos chama atenção é a tendência. Acho que a GD é uma tecnologia, é uma forma de produção que veio para ficar.

Desses 55MW instalados, nós temos 42MW só de energia solar fotovoltaica. O principal são os telhados, são as casas e comércios que vêm implementado. Então, esse é um segmento bastante promissor.

(*Soa a campainha.*)

Um ponto que coloquei aqui como quarto ponto com uma nova dinâmica é a interligação de sistemas isolados. Quando se fala da inserção de renováveis, sempre se discute a inserção das renováveis no sistema interligado. E eu diria que nós temos sistemas isolados, e ainda que haja interligação das grandes capitais – tivemos a interligação de Manaus, tivemos a interligação de Macapá ao SIN – não podemos nos esquecer de que boa parte desses sistema da Região Norte vão permanecer isolados durante um bom tempo. Por quê? Não é viável a interligação, você construir redes de alta tensão para atendê-los, são cargas pequenas e dispersas ao longo de uma região muito grande. A utilização de sistemas híbridos para atendimento, esses sistemas são atendidos com geradores a diesel, ao valor de mais de R$1 mil MWh.

Hoje, imaginar uma expansão, um atendimento em sistema isolados com sistemas híbridos solar, mais bateria, eventualmente eólica – talvez nem tanto eólica, porque em que estão de vento, a Região Amazônica não é tão favorável –, essa seria uma solução que poderia ser muito interessante. O orçamento anual de CCC para sistemas isolados, hoje está na ordem de R$5 bilhões.

A gente poder conviver com sistemas híbridos e compartilhar a redução de custo com o consumidor seria muito interessante.

Quais as consequências dessa nova dinâmica? Intermitência da geração. Essa intermitência... Aí, de fato, como bem colocou o Sandro, os nossos procedimentos foram ajustados para que a fonte eólica contribua também para controle de tensão, suporte de tensão para controle de frequência. Isso foi um avanço significativo. Mas eu diria que ainda falta avançar. Por quê? A eólica gera muito numa hora determinada do dia, num determinado período; são algumas horas, a carga precisa ser atendida. O que significa isso? Significa que o operador do sistema tem que deixar uma reserva de potência operativa, uma reserva quente de prontidão. E essa térmica que está de prontidão opera com um ciclo, com uma frequência maior, significando maior desgaste, um consumo específico mais alto, maiores emissões. É uma operação fora do ponto ótimo, porque é uma usina que está operando em carga parcial, justamente esperando. Ela fica de prontidão. Se o vento reduz, a produção da eólica reduz, você já tem uma máquina sincronizada com o sistema para tomar carga naquele momento. Isso tudo tem custo.

Então, uma indicação nossa de necessidade de ajuste são os arranjos contratuais que permitam que esses custos sejam colocados de forma transparente para o setor e para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA – O que essa intermitência traz? Traz redução da controlabilidade. Então não consigo despachar fonte solar e nem eólica, eu dependo do sol, dependo do vento. E da hidrelétrica que tenho é reduzida a capacidade de reservação, mais a fio d'água. Necessariamente, nós vamos precisar de uma complementação térmica. Essa complementação térmica é muito bem-vinda. E aí, Gilmar, a gente tem que aproveitar esse potencial de biomassa, porque é nessa hora que a gente precisa de complementação térmica, e nada melhor do que complementar uma renovável com outra renovável. Poucos países do mundo têm essa condição que a gente tem. Complementa-se eólica, na Europa, com carvão.

Você tem de colocar uma base térmica suja para fazer essa complementação das fontes. E aqui no nosso País nós temos essa riqueza. Eu posso complementar uma renovável com outra renovável. Então, eu acho que a gente tem de aproveitar. Mas, detalhe: há que se ajustar os arranjos comerciais para que isso possa ocorrer. A redução da observabilidade é um fenômeno que deve ocorrer mais e é mais preocupante com a maior penetração de GD, porque essa geração fica atrás da medição, e você não sabe se é a carga que está reduzindo ou se é a GD que está aumentando. Então, você vai ter necessidade de, com a maior penetração GD, rampas cada vez mais crescentes. Por quê? Imaginem: você tem uma GD com muita solar, numa determinada área de concessão, e uma neblina interrompe essa geração. O que aparece para o operador? Uma rampa de carga. A carga, de uma hora para outra, de um minuto para outro, cresce num montante muito significativo.

Então, o operador também tem de se preparar para dar resposta adequada. E há que haver usinas despacháveis de partida rápida, para fazer a compensação para essas situações operativas que vão estar colocadas, e agora cada vez com maior frequência.

Isso que a gente viu hoje no Nordeste, uma restrição à seca severa, que impede que o São Francisco entregue toda a sua potencialidade, aí temos sorte de ter esse parque eólico lá. É o que ajuda muito...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ajuda muito.

O SR. CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA – ...o atendimento da carga. Mas você tem essa volatilidade, essa intermitência que exige uma geração térmica local, às vezes cara, que hoje está toda despachada por segurança energética.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Nobre Christiano, por isso eu coloco a importância do aproveitamento dos resíduos sólidos das cidades medianas e das grandes cidades, porque eles podem substituir essa questão.

O SR. CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – A gente tem lixo todos os dias, tem resíduos sólidos todos os dias para serem utilizados.

O SR. CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA – Geração na base.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Então, nós temos condições de evitar essas emissões dessa energia caríssima térmica se nós fizermos isso. E se tivermos de ter maior questão também de reserva, vamos discutir, com toda seriedade e respeito com a segurança, a questão da nuclear. Se tivermos de fazer, vamos fazer essa discussão. Mas não vamos apostar em energia de hidrocarbureto poluente, chuvas ácidas, que poluem este Brasil afora, porque houve uma posição, na minha visão, equivocada e errônea do Ministério há dez, doze anos atrás de apostar na questão dessas térmicas da forma como está. Por isso o Brasil hoje é um dos campeões do mundo em pagamento de energia cara e de energia poluente, porque é a energia térmica que está aí no sistema.

Então, nós temos que discutir com seriedade, e a Aneel tem sido parceira nessa questão, o Ministério tem sido parceiro. Essa nova equipe do Ministério de Minas e Energia sinceramente tem dado os saltos significativos com relação a isso, e a Aneel não tem faltado na questão da regulação e da fiscalização.

O que você coloca é sério e é importante, porque isso é que vai permitir o funcionamento do sistema.

Houve a questão, por exemplo, da última capital brasileira que faltava interligar o SIN, que é Roraima, ter ficado cinco anos enrolada, que é Boa Vista, Manaus. Agora, até que enfim, acho que a coisa andou. Eu quero até ouvir depois o Cássio sobre como está essa questão, se ele sabe alguma coisa sobre isso, porque são cinco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

anos para o licenciamento ambiental. Então, nós não podemos ficar à mercê disso aí.

Então, nós precisamos – para voltar a palavra para você – resolver essa questão de ter uma energia solar no Brasil competitiva, de ter condição de desenvolver a heliotérmica, de ter condição de desenvolver a pirólise e a questão das energias dos resíduos sólidos urbanos e também os rurais de forma adequada, para fazer essa complementação e para não termos de ficar apostando... em energia de hidrocarboneto, poluente, chuvas ácidas, energia cara, como foi feito no passado.

Então, é a isso que este debate todo aqui visa. É uma forma de vermos as novas legislações, as novas formas de admitir esse casamento entre as energias alternativas e as energias mais utilizadas no Brasil, para que tenhamos essa garantia de funcionamento do sistema sem necessidade de ficar investindo em térmicas. Eu sei que hoje elas são necessárias ainda, temos que tê-las, como o senhor está colocando, porque não chegamos ao patamar de substituí-las ainda, porque a pirólise é caríssima no Brasil, porque toda a tecnologia está na Itália, está não sei onde. E o Brasil precisa investir nisso, até para despoluir as nossas cidades e aproveitar os recursos que temos de geração de lixo diário para gerar energia, e não para jogar no mato e fazer poluição ambiental. Então, nós precisamos discutir isso com tranquilidade.

O SR. CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA – Perfeito, Senador. Excelente observação.

De fato, nós temos os recursos e temos que debater a melhor forma de utilizá-los dentro de um contexto que acho que já está colocado, de uma matriz limpa. É uma das matrizes mais limpas de que nós temos registro no mundo.

Por fim, quais são...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA – ... os aprimoramentos necessários que a gente sugeriria aqui, diante dessa temática? São aprimoramentos dos modelos computacionais que são utilizados na formação de preço e para despacho, de forma a incorporar essas externalidades dessas fontes, as características, as especificidades da fonte eólica, da fonte solar. Então, isso deveria estar, de algum modo, incorporado ao processo de decisão e de formação de preço.

Isso parte da regulamentação da geração fora da ordem de mérito. É o se faz, quais as usinas que se despacham quando o modelo não dá sinalização e a segurança energética do sistema faz com que essas usinas sejam comandadas a produzir. Então, a geração fora da ordem de mérito traz impactos para uma série de agentes, e a mitigação desses impactos tem que ser trabalhada. Isso avançou bastante agora, com a aprovação da 3.360, que foi a convenção da Medida Provisória nº 735, que já está endereçando a questão, e nós estamos trabalhando mais nisso.

Como nós falamos aqui, a questão da adoção de soluções híbridas eu acho que é uma questão possível hoje. Então, pode-se fomentar um mercado, ter um mercado grande para soluções híbridas com solar mais bateria para os sistemas isolados.

Nós devemos, acho que é um aspecto importante, introduzir mecanismos de reação da demanda. Por quê? Hoje, o ONS, quando vai atender a carga, só olha o lado da oferta. Ele olha a demanda e diz: o que eu preciso colocar de geração adicional para atender? Às vezes, geração cara e poluente. A pergunta: será que não existem consumidores, cargas industriais, com determinados processos produtivos específicos, que, se forem remunerados com o serviço ancilar adequadamente estruturado para isso, não teriam interesse de, nos momentos de ponta do sistema, reduzir carga? Então, em vez de aumentar a geração, talvez trabalhar também não só do lado da oferta, mas do lado da demanda. Eu acho que há muito espaço. Nós percebemos e entendemos que há muito espaço para crescer nesse aspecto.

Remuneração de reserva de potência. Então, para aquelas usinas que estão disponíveis para o sistema, a estruturação de um mercado de potência ou de serviços ancilares que permitam o reconhecimento desses custos.

E uma discussão intensa que vamos ter que travar é a questão dos mecanismos de compartilhamento de risco. Hoje nós temos um grande mecanismo de compartilhamento de risco, que atualmente está adequado somente à hidrelétrica, o MRE (Mecanismo de Realocação de Energia).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Ele propicia o compartilhamento de riscos hidrológicos. Mas o que percebemos? Com a diversificação de fontes, há outros riscos no setor – o risco de não haver vento, o risco de não haver sol, os riscos das diversas fontes. A pergunta é: como esses diversos riscos interagem? Que instrumentos podem ser utilizados para mitigá-los?

Seriam essas as nossas contribuições para reflexão e para aprimoramento do nosso desenho regulatório no segmento de geração.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero cumprimentar o nosso querido Christiano Vieira da Silva, cumprimentar o Rufino, Diretor-Geral da Aneel, que tem feito um trabalho extraordinário. As resoluções que a Aneel tem feito são para o bem do sistema. Eu tenho acompanhado o esforço da Aneel em nos ajudar a melhorar a situação brasileira nas questões. Então, Rufino, por você aqui, Christiano, comprova todo esse trabalho que estou aqui colocando ao Rufino em nome de todos os servidores, de toda diretoria, de toda composição da Aneel.

Obrigado, foi muito boa sua apresentação.

Vamos só passar ao Zilmar para ele fazer as breves considerações. São cinco minutos, mas, um minuto a mais, um minuto a menos, não há problema. Aí, Zilmar, eu libero você, porque sei que você está com um compromisso ferrenho.

Então, Zilmar, da Única, para fazer as considerações finais.

O SR. ZILMAR JOSÉ DE SOUZA – Obrigado.

Primeiramente, respondendo a pergunta do Senador com relação aos resíduos sólidos urbanos e rurais, no ano passado, a biomassa como um todo gerou 22TWh para rede. Desse total, 20TWh – eu acabei de mostrar aqui – foi da biomassa da cana. Então, 90% veio da biomassa da cana e 2TWh apenas as outras biomassas. Há enorme potencial também em resíduos sólidos urbanos, biogás, nas outras biomassas ainda, para incentivar e estimular o seu aproveitamento.

E, de forma bem prática, entendo que é necessário fortalecer os dois mercados que nós temos.

O mercado livre: tentar avançar na pauta apresentada aqui pelo Reginaldo, da Abraceel, porque o mercado livre adora esse produto biomassa pela qualidade do produto, como mostrei, pela sua previsibilidade, pela questão das emissões, renovável, sustentável. Não é à toa que, como mostrou o eslaide lá do Reginaldo, mais de 60% da energia da biomassa são comercializados em um ambiente livre e não em um regulado.

E do lado do regulado: tentar resgatar a pauta de tentar estimular novamente essa fonte importante, porque as outras biomassas estão incluídas na biomassa como um todo. Então, quando fazemos um leilão, fazemos para o produto biomassa; aí entram resíduos sólidos urbanos, florestas energéticas, biogás. É importante ter um olhar dedicado num ambiente regulado para biomassa. Vou citar o exemplo do leilão de reserva. Desde o ano de 2011, a biomassa como um todo – biomassa da cana, resíduos sólidos urbanos – não é convidada a participar dos leilões de reserva.

Quando eu mostrei aquele gráfico em que vendemos, em que acrescentamos em 2010 1.750MW, é porque nós vendemos, em 2008, em um leilão de reserva, que foi o principal leilão que deu o pontapé para essa indústria para cadeia produtiva da biomassa. Então, desde 2011, a biomassa não é convidada a participar dos leilões de reserva. Essa falta de um olhar mais dedicado para biomassa como um todo, é óbvio, acabou desarticulando essa cadeia.

Eu espero que, nos próximos anos, o Ministério agora tem a possibilidade de, com um pouco mais de folga do lado da demanda, olhar com mais cuidado o lado da oferta. Em que sentido – mencionado pelo Cristiano? É inevitável que, a partir de agora, tenhamos de ter diversificação das fontes. Não há como pautar a expansão do sistema em apenas hídrica, eólica ou solar. Vai ser um portfólio. Espero que a biomassa, resíduos sólidos urbanos, biomassa da cana e biogás estejam incluídos nessa política setorial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradecido ao Zilmar. Obrigado à Única. Quero que, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ano que vem, estejamos dialogando. Mande para mim as outras respostas, Zilmar, da primeira apresentação que fizeram aqui e, agora, desta segunda, até sexta, se possível, para que eu faça os encaminhamentos finais. Obrigado.

O SR. ZILMAR JOSÉ DE SOUZA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu queria chamar o Reginaldo e convidá-lo novamente a compor a Mesa e, já imediatamente, passar a palavra a ele, que foi o nosso primeiro apresentador hoje aqui. Ele trouxe um esláide importantíssimo da provocação, da questão toda do sistema, e das inquietações que há. Foi muito oportuna a sua apresentação, Reginaldo, em nome da Abraceel. Quero, desde já agradecer à Abraceeel, passando a você cinco ou seis minutos.

O SR. REGINALDO MEDEIROS – Senador, eu queria agradecer novamente o convite.

Vou focar meus cinco minutos em dois pontos que são os que trouxe aqui: primeiro, é indispensável a regulamentação da venda de excedente de geração distribuída. A Abraceel colocou essa proposta para a Aneel e para o Ministério há dois anos.

Essa proposta significa remuneração do fio da distribuidora, que não existe hoje no sistema de escambo, porque, da forma que está, é venda de escambo; não implica renúncia fiscal porque a geração vai pagar ICMS para os Estados; não compete com o sistema de compensação; será um incentivo enorme à geração distribuída num ambiente de mercado e não de subsídio.

O sistema atual de compensação de energia implica subsídios porque não remunera o fio da distribuidora. Se temos uma alternativa de venda de excedentes, sem eliminar o sistema de compensação, não há nenhuma razão técnica – e eu me coloco à disposição do Senador para, em qualquer reunião na Aneel ou no Ministério, discutir tecnicamente essa questão – para que não se regulamente isso, porque não vemos nenhum sentido nisso.

Segundo ponto fundamental para as energias renováveis: financiamento. Essas energias só vão se desenvolver com financiamento. O modelo atual, em que muitos agentes ainda pedem leilões, faliu. Esqueçam. O BNDES não tem grana para colocar dinheiro subsidiado no setor. Terá de ser um sistema de financiamento de mercado. Precisamos atrair capital para o País para fazer investimento. Estamos discutindo coisas num contexto mental que não existe mais, e isso se dará com mercado. A abertura de mercado é fundamental.

Tramita aqui no Senado o PLS 232, que propõe a abertura do mercado total até 2023. Países em que houve a abertura de mercado, dando a opção ao consumidor de livre escolha, rapidamente desenvolveram fontes renováveis.

Infelizmente, o nosso modelo ainda é muito intervencionista. Acredito que precisamos discutir um novo modelo comercial, mas precisamos fazer isso com rapidez. O Brasil precisa ter pressa nas coisas, decisões. Às vezes, dizem: "Olha, sequer essa proposta de excedente foi discutida". Eu digo: discuta-se em audiência pública e diga-se "isso não presta" ou "isso é bom, vamos em frente". Não podemos é imaginar que o que nós tínhamos até recentemente ainda continua existindo; isto não existe mais. Então, temos que olhar para frente.

E a regulação do mundo todo diz que – governo e agências reguladoras –, quando eu libero o mercado, eu tenho mais condições de desenvolver fontes renováveis e tenho condições de atrair capitais em outros modelos de financiamento que não temos. Portanto, a abertura do mercado é imprescindível.

O Ministério, de uma forma muito proativa, colocou, como apontei aqui, a Consulta Pública nº 021. E, por incrível que pareça, as contribuições que estão disponíveis no Ministério não apresentam nenhum obstáculo por parte dos agentes do setor que não possa ser tecnicamente superado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. REGINALDO MEDEIROS – Então, essa questão é fundamental e urgente. Não há futuro para energias renováveis no modelo anterior de financiamento. O que temos que discutir é um modelo novo de financiamento. Eu queria deixar isto aqui com bastante clareza.

O senhor desculpe-me ser incisivo em uns pontos, porque acredito que a diferença entre a verdade e a mentira é que a verdade é uma só. E a verdade é que o modelo de financiamento acabou. Não há mais como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

continuar expandindo geração no Brasil com aquele modelo de financiamento de PPA de 30 anos, indexado ao dólar. Acabou isso, temos que discutir outro. Então, desculpe novamente, Senador.

Muito obrigado ao Senado por promover este debate. Acredito que este debate vai proporcionar que o Senado faça leis cada vez melhores para atender à razão da existência do setor elétrico, que é o consumidor, não é o setor em si.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu quero agradecer ao Reginaldo e à Abraceel e deixar o meu gabinete à disposição nas pessoas dos meus assessores Gilson e Samuel, para sentarem com você e discutirem essa sugestão sua de novo modelo de financiamento do sistema, para discutirem essa questão de pontos a serem conversados tanto com o Rufino quanto com o Fernando Bezerra, tanto com o Ministério das Minas e Energia quanto com a Aneel. Eu estou junto.

Acho que, na CMO passada, eu coloquei os R$19 bilhões, que dariam os 12,5GW de Belo Monte, para o setor de energias alternativas – fotovoltaica, eólica, biomassa, etc. Esse investimento, que estava lá consignado tanto no PPA, para os próximos quatro anos, quanto na LOA e na LDO, vetaram exatamente porque querem continuar a situação de mercado anterior.

O Ministério de Minas e Energia anterior pediu à Presidente anterior que vetasse, e vetaram, porque não queria entrar na seara dessa discussão do erro, na minha visão, de dez, quinze anos atrás, de priorizar térmica em vez de priorizar investir nas energias alternativas.

Investimos na eólica, mas não investimos corretamente na biomassa dos resíduos urbanos e rurais. Só investimos no açúcar e no álcool, que estão muito bem, graças a Deus, mas precisam cada vez mais de apoio, e não investimos de forma adequada na heliotérmica, na solar.

Eu, como Presidente da Medida Provisória nº 735 colaborei e muito para que as PCHs e as CGHs realmente tenham competitividade no nosso mercado, porque é outro setor fundamental. Nós temos imensos cursos de pequenos rios neste País. Conseguimos quase dobrar a questão da CGH de três para cinco. Conseguimos dobrar o tempo das concessões das PCHs de 30 para 60. Conseguimos fazer com que as PCHs e CGHs sejam outras fontes fundamentais para se somar no sistema.

Essa questão da biomassa é fundamental. Essa questão também das outras fontes é fundamental, assim como a questão do financiamento. Sem financiar, não tem como a dona de casa, o pequeno empresário, o dono da padaria colocar as energias alternativas no sistema. Então, nós precisamos juntar todo esse calhamaço de discussão. Queremos realmente que o fio seja remunerado de forma adequada. Não queremos matar nenhuma distribuidora que fez o investimento ao longo do tempo, mas nós temos que sentar, conversar e ver a forma adequada de todo mundo sobreviver e do sistema não se estagnar, e não ficar na dependência de energias com alto teor de emissões, que poluem o ambiente, que fazem com que o Brasil não cumpra os seus compromissos de reduzir as emissões, de reduzir a tarifa, cumprir a questão da modicidade tarifária. É por isso que nós temos que ver, geralmente, essa discussão do adequado também, para termos a modicidade, pois é possível tê-la sem termos a situação que está hoje. O setor está lá, precisando realmente de formas de financiamento, Quando a gente definiu que R$19 bilhões do BNDES deveriam ir para esse setor das renováveis... O setor das renováveis, em geral. Há renováveis, como a maremotriz, por exemplo, que o Brasil praticamente não usa. Nós temos um potencial significativo. Há outras renováveis que o Brasil praticamente não usa, e nós temos grande potencial.

Tenho a honra da visita, aqui agora, do nosso decano, nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura, nosso Senador Garibaldi Alves. Muito obrigado! Seja bem-vindo, Garibaldi!

Nós estamos caminhando para os pontos finais. Vamos ouvir agora o nosso Ministério de Minas e Energia.

Cássio, são cinco minutos, mas vou dar dez, exatamente porque você teve uma bateria de outras perguntas. Então, a campainha vai tocar quando der nove, *o.k.*?

O SR. CÁSSIO GIULIANI CARVALHO – *O.k.*

Bom dia a todos! Bom dia, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Os fatos colocados aqui são todos verdadeiros e conhecidos de todos. O que não se comenta muito é que, apesar da boa vontade e dessa disponibilidade do mercado em promover a expansão das renováveis, existem desafios de planejamento que devem ser superados.

Exemplo: hoje, na Europa, existe um debate muito grande acerca de como vai funcionar a comercialização de energia entre países, porque isso acontece. A Europa tinha uma base térmica – termonucleares, carvão, enfim, outras fontes. Com a inserção das renováveis, isso coloca uma oscilação na produção de energia. Isso gera a oscilação do preço da energia no mercado de curto prazo, entre outros fenômenos. Algumas pessoas são favoráveis, por exemplo, a subsidiar, ou, de certo modo, pagar simplesmente pela capacidade das usinas térmicas. Outras pessoas entendem que isso é apenas um subsídio disfarçado. Então, é um debate longo, atual, real. Acho que os colegas aqui não têm dúvida disso.

Agora, vamos trazer a situação para o Brasil, que, tradicionalmente, sempre foi de base hidrotérmica, com a expansão hidrelétrica, com térmicas operando de forma complementar. Há 10, 12, 15 anos, começou uma mudança com a expansão das fontes renováveis, com destaque a eólica, primeiro, e a biomassa também, agora, com o desejo de que a solar deslanche junto. O que acontece? Isso tem que ser modelado a toda cadeia de planejamento do setor. Vou tentar ser um pouco didático nesse ponto. Para garantir o suprimento energético – e isso é no mundo todo, não é no Brasil –, existem quatro dimensões que têm que ser trabalhadas.

A primeira é a política de expansão. E o Brasil já definiu. A política energética nacional define que as fontes renováveis têm que ser priorizadas. O Plano Nacional de Energia 2030, que está em revisão para virar o Plano Nacional de Energia 2050, também prevê a inclusão dessas fontes no Brasil. Esse é o primeiro desafio.

A segunda dimensão do planejamento energético vai ser a adequação. Como eu transformo essas diretrizes estratégicas, definidas no Poder Legislativo e no próprio Poder Executivo, em um cronograma de obras de transmissão e de geração? Quanto eu vou colocar de cada fonte? E que fontes eu vou utilizar a cada ponto? Eu transformo isso em um cronograma. Essa temática é sempre tratada nos planos decenais, cuja elaboração também é responsabilidade do Ministério de Minas e Energia com a Empresa de Pesquisa Energética. Aí é só metade do caminho, porque os desafios, conforme eu vou chegando às dimensões mais tempo real, complicam. Depois que eu garantir esse cronogramas de obras, entre essas obras saírem do papel e serem viabilizadas, há os leilões de energia nova, energia de reserva, enfim, de novos empreendimento. Aí é uma decisão do Governo definir quais fontes vão ser licitadas, quais preços, qual é o *mix*, qual é o portfólio, tudo isso alinhado com a política definida de longo prazo.

Depois desses leilões, vem o problema da firmeza do sistema, que é a dimensão chamada firmeza – alguns traduzem isso como robustez. E aí é como o operador do sistema vai tratar, já no médio para curto prazo, a operação sistêmica. O ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), todo ano, faz um programa da operação energética. Aí ele tem que definir, preparando-se com o que está licitado e com o que está entrando em expansão, como ele vai atender à carga de energia que está prevista.

A última dimensão é quase o tempo real, que aí se chama segurança operativa. Então, quase todo dia, toda semana, o operador tem que definir como atender à carga no dia seguinte. Aí talvez seja o momento mais difícil de lidar com essas fontes intermitentes, porque, por mais que haja uma boa geração média ao longo do ano, uma sazonalidade, que, no planejamento de longo prazo, assim consideramos, no curto prazo, existem oscilações. Como o colega Daniel colocou, isso demanda uma reserva operativa do ONS, que se chama reserva girante. Então, são máquinas, termoelétricas e hidroelétricas, girando sem carga, prontas para, quando houver uma baixa de vento, uma baixa insolação, rapidamente assumirem o mercado, porque, embora haja um balanço de longo prazo equilibrado em termos de oferta e demanda, tem que se atender isso instantaneamente. Então, a cada segundo, a geração de energia no Brasil tem que ser igual à carga consumida. Qualquer fuga disso, eu vou ter um problema de instabilidade, alguma linha vai abrir, uma proteção vai atuar e vai haver, muito provavelmente, um apagão. No Brasil, como o sistema é interligado, existe uma preocupação de que essas pertubações fiquem localizadas, porque, por exemplo, um problema de instabilidade no Norte pode derrubar o sistema interligado como um todo.

O que eu quero dizer com essa breve exposição sobre o planejamento? Em cada uma das etapas, existem desafios a serem superados, e não tem como desligar o sistema para reconstruir do zero.

E já existe essa política definida de inserção das renováveis, já têm ocorrido leilões de incentivo a essas fontes, como foi citado pelos colegas da ABEEólica e da Única, inclusive os leilões de reserva, que embora não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sejam decorrentes da demanda do mercado, são uma forma de incentivo para essas fontes.

Agora os problemas vão passar para o lado do planejamento da operação e também para a regulação e para a comercialização, porque, nesse novo contexto, num futuro em que, em casa, nós vamos escolher uma concessionária que vai comprar energia, vamos poder desligar o chuveiro na hora em que a energia estiver cara ou ter um chuveiro com aquecimento solar, novas regras devem ser pensadas. E nisso tudo existem contratos firmados, existem compromissos assumidos, existem custos afundados que foram colocados, então, não é uma tarefa fácil. Como o próprio Secretário disse, é uma transição que terá de ocorrer. E ela vai ocorrer. A questão é o tempo e a oportunidade de cada uma dessas adaptações que deverão ser feitas.

Também acrescento, além desse desafio do Ministério e da empresa de pesquisa energética no planejamento, que a Aneel vai ter que se adaptar fortemente a esse novo ambiente. A questão da compensação do consumidor residencial foi um avanço para quem desejava esse tipo de inserção, mas as distribuidoras têm o lado delas. Elas fizeram investimento na rede. Em muitos Estados do Brasil a rede de distribuição precisa de mais investimentos, e isso tem que ser remunerado.

Então os desafios não vão ficar só no planejamento e na operação do sistema, mas no modelo de comercialização e contratação, porque, voltando ao que falei no começo, na Europa sempre se defendeu o mercado livre de energia. Eles o chamam de e*nergy-only markets*, mercados de só energia. Você só vende o megawatt/hora. Agora, com a inserção das renováveis e com esses problemas de segurança e de suprimento, alguns defendem mecanismos que se chamam esquemas de capacidade, em que você vai pagar para uma central simplesmente ficar disponível, por mais que não produza energia.

Esse não é um debate exclusivo do Brasil. Isso acontece no mundo todo. Os outros operadores e entes governamentais estão preocupados com isso. E o Ministério está fazendo o seu trabalho, resolvendo ponto a ponto esses obstáculos para que essas fontes se insiram no sistema plenamente. E não há dúvida de que elas vão precisar de uma compensação. No caso, a fonte intermitente requer uma fonte firme para lhe dar sustentação. Embora a nossa capacidade de regularização esteja caindo, nós ainda temos reservatórios, podemos acumular energia com hidrelétricas reversíveis, então não precisamos partir direto para a questão de baterias ou ainda para células-combustível, que são tecnologias mais de ponta. Nós temos soluções caseiras, digamos assim, que ainda podem ser exploradas, o que nos coloca em situação de certo conforto em relação a isso.

Tentei passar uma visão do planejador para o debate dos colegas. Agradeço ao Senador pela oportunidade e agradeço a presença dos colegas da ABEEólica, da Abraceel, da Aneel e da Única, que já foi, o Zilmar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Cássio.

Orgulha-me saber que sou colega seu de profissão concursado público federal, o que é bom sempre deixar claro.

Você viu, Garibaldi, a importância daquele projeto de que eu sempre falo aqui, de recuperar a questão da remuneração dos analistas de infraestrutura? Um técnico com a capacidade do Cássio, que eu ouso dizer que é um dos maiores conhecedores de garantias físicas do sistema elétrico nacional, é lá do Ministério de Minas e Energia, comigo desde 2008. Por causa dessa demora de solução do sistema no Brasil, da área pública federal, teve que ir para a Anac, que não tem nada a ver com energia elétrica, porque todo mundo tem que sobreviver, não é?

Passou em concurso público federal. Passou em outro concurso de especialista da Anac. E, agora, o Ministério o chamou de volta para assumir um cargo comissionado, mas não é a mesma coisa de ele ser um analista de infraestrutura, trabalhando no Ministério de Minas e Energia, trabalhando na infraestrutura nacional.

Eu até coloquei hoje aqui a importância do fato de que o Padilha garantiu que manda hoje ou, no máximo, até amanhã a questão do PL, para resolvermos a questão da nossa categoria. E que mande o PL negociado, que é o último PL encaminhado pelo MPOG, porque, se não mandar esse, não haverá solução para a nossa questão.

Inclusive, o nosso querido Cássio pode ter condição de pedir uma reversão. É esse o nome, Senador, que está na Lei nº 8.112?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ele pode pedir a recondução ao posto de analista de infraestrutura, que é o posto original. Todo mundo, o Brasil inteiro ouviu a explanação dele aqui e viu a importância do que estou falando. São técnicos como esses que precisamos ter no Ministério, na Aneel, como o nosso Christiano, que está aqui. São concursados públicos federais capacitados, em condição de resolver o problema nosso da infraestrutura nacional, nosso nobre Presidente.

Quem vai falar agora? Faltam dois oradores para terminarmos o trabalho, o representante da ABEEólica e, depois, para encerrar, o representante da Aneel.

Quero saber se V. Exª quer fazer uso da palavra. Se V. Exª quiser fazer uso da palavra, eu a franqueio agora a V. Exª, nosso Presidente, nosso decano, Garibaldi Alves, Senador do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Essa palavra "decano", às vezes, incomoda um pouco, porque lembra a idade. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É respeito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Mas estou aqui para me congratular com V. Exª pelo seu trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – ...em relação às políticas públicas em torno das energias renováveis. Mas vim aqui mais para ouvir do que para falar. Então, vamos agora ouvir a palavra do Dr. Sandro.

Aliás, o meu Estado é o Rio Grande do Norte, e o Rio Grande do Norte é detentor hoje de um espaço privilegiado com relação à energia eólica. O senhor deve saber muito bem disso, é claro. Vamos ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Presidente.

Vamos passar a palavra a Sandro Yamamoto, da ABEEólica, para ele fazer suas considerações finais e dar respostas às provocações feitas anteriormente.

Sandro, mais uma vez, quero parabenizar a ABEEólica. Estamos aguardando você e a Presidente para sentarmos e conversarmos, dialogarmos sobre o futuro. Nós não vamos deixar essa indústria tão importante ficar estagnada em nosso País. O que pudermos fazer para colaborar vamos fazer.

Você, Sandro, está com a palavra.

O SR. SANDRO YAMAMOTO – Obrigado, Senador Hélio José.

Bom dia, Senador Garibaldi Alves!

Estive, na terça-feira passada, no Rio Grande do Norte, em comemoração aos 2GB instalados lá na CPFL. O Rio Grande do Norte é um grande produtor de energia eólica no Brasil, mas, infelizmente, está fora do leilão do dia 19 de dezembro por conta da ausência das linhas de transmissão, que é um grande desafio que temos de vencer.

Para finalizar aqui minha participação, falo de três pontos principais.

Vou retomar a questão da contratação, da expansão da energia eólica no Brasil, da manutenção das indústrias. Senador, o Brasil está se preparando para crescer. Hoje, realmente, o consumo de eletricidade caiu e encontra-se estagnado, mas já vimos que, em situações passadas, em 2008, de 2009 para 2010 e de 2012 para 2013, nós saímos de uma queda ou de uma estagnação no consumo de eletricidade para uma grande retomada. Hoje, as fábricas estão paradas, mas as máquinas estão lá, os equipamentos estão lá. Recentemente, recebemos notícias de indústrias de automóveis que estão aproveitando o momento para fazer investimentos na sua cadeia produtiva.

E, hoje, temos um baixo consumo de eletricidade da nossa população. Então, se em determinado momento, num futuro próximo, o Brasil retomar o crescimento, nós temos uma reserva de capacidade de geração, mas temos um risco de acionar as termoelétricas novamente, com altos preços. Já vimos que a energia eólica foi suficiente para proporcionar economia no bolso dos consumidores. Então, num futuro próximo, a gente pode também expandir mais energia elétrica com fonte eólica, mantendo o crescimento sustentável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

da indústria e promovendo a segurança do suprimento. Inclusive, no mercado livre, um bom ponto colocado pelo Reginaldo, da Abraceel – e a ABEEólica concorda –, é que o financiamento é um dos pontos fundamentais para a expansão das energias renováveis no Brasil.

Hoje, temos uma boa notícia de que o BNDES está fazendo lançamento do edital da criação do fundo de energia renovável. Ele está contratando um gestor para esse fundo, onde teremos a possibilidade de mais investimentos em energias renováveis, mas é uma das iniciativas. A gente precisa realmente pensar fora da caixa para novas metodologias, principalmente para a expansão da energia renovável no mercado livre.

Por fim, em função até do comentário do Christiano, da Aneel, realmente há necessidade da reserva de potência, das termoelétricas, porque a energia eólica tem a sua variação. Tivemos debate recente com o Operador Nacional do Sistema, e é uma preocupação. E temos que inclusive estudar a previsão da geração eólica, porque hoje a previsão de vento para amanhã, uma hora da tarde, lá no Rio Grande do Norte, é muito mais confiável e precisa do que a previsão da chuva para amanhã, uma hora, no Rio Grande do Norte. Porém, ainda temos uma certa incerteza.

Com a evolução dos estudos de qual será a direção e a intensidade do vento de uma determinada região, nós vamos melhorar o desempenho do sistema e evitar realmente o maior tempo das termoelétricas esperando entrar com uma queda do vento. A gente acredita que está próxima de acontecer essa evolução. Já temos o grupo de trabalho com ANS e Cepel, inclusive com modelos matemáticos para melhorar a previsão da geração eólica.

Então, temos tudo para que as energias renováveis cresçam. O crescimento da energia elétrica é uma questão de tempo, porque o Brasil está sendo preparado para a retomada do crescimento do consumo de energia elétrica também.

Agradeço o convite. A gente fica à disposição para colaborar nas próximas reuniões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Sandro. Mais uma vez agradecemos à ABEEólica.

Vamos passar a palavra para o nosso querido Christiano Vieira da Silva, que veio em nome da Aneel e é Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração. Esta é uma área fundamental para esse intercâmbio energético. Então, é a pessoa certa para estar aqui. Agradeço ao Rufino pela sua presença e a todos da Aneel.

Você está com a palavra, para a gente encerrar os trabalhos de hoje, porque o plenário, segundo informação, já abriu. Então, você tem a palavra, Christiano.

Obrigado.

O SR. CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA – Obrigado, Senador.

Primeiro, parabenizá-lo por esse excelente debate que vem a bom tempo.

Conforme eu havia salientado, as renováveis são realidade. O que a gente está discutindo é a maior penetração dessas fontes renováveis: eólica, solar, biomassa. Não poderíamos nos esquecer das pequenas centrais hidrelétricas também, e das CGHs. Nós só vamos aumentar a participação dessas fontes.

Essa nova dinâmica traz uma nova forma de se alocarem riscos comerciais dentro do setor. Então, é oportuna essa reflexão para nós nos perguntarmos: será que a matriz de risco que está colocada hoje é a melhor matriz? Será que a gente não tem de aperfeiçoar, aprimorar? A nossa contribuição aqui é nesse sentido.

Nós defendemos que os custos sejam colocados de forma transparente. Que a política, quando ela for pensada e desenhada, dê transparência ao custo para que, ao fim e ao cabo, quando todos esses componentes forem desembocar nas tarifas – todos os custos de geração, distribuição, transmissão e comercialização acabam indo para a tarifa –, que a gente possa ter o menor custo possível para o consumidor final. Então, essa é a nossa preocupação. Que o consumidor pague por um serviço de qualidade e que com isso a gente consiga encontrar um meio-termo. A pergunta logo no início da nossa audiência: o que seria o preço justo e o que é o preço módico. O preço módico, a modicidade que nós defendemos, é esse preço justo, que permita ao consumidor ter acesso ao serviço de qualidade, mas que permita o equilíbrio, que permita que o investimento se realize, mas dentro também da capacidade de pagamento, observando também os limites da capacidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pagamento desses consumidores.

Então, essa eu diria que é uma arte, mas é nosso papel procurá-la. Essa é a mensagem que a gente gostaria de deixar aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço à Aneel, ao Ministério de Minas e Energia, à ABEEólica, à Unica, à nossa querida Abraceel, primeira chegar hoje aqui. Não puderam vir por motivos justificáveis: Absolar, ABRAPCH e Abinee, uma pena Abinee não vir. Fica claro aqui – nobres representantes da Aneel, do Ministério de Minas e Energia, das associações brasileiras de energia dos ventos, da comercialização e geração –, que precisamos dar continuidade ao trabalho da nossa Comissão. Está aqui o Presidente, que me deu a responsabilidade de conduzir.

Foram cinco audiências públicas profundamente concorridas e importantes, Presidente. Todas elas com questionamentos escritos que estão sendo todos respondidos e que serão acrescentados ao trabalho final, exatamente para além além de aproveitarmos as notas taquigráficas de tudo que transcorreu aqui, termos uma posição mas mais apurada, mais cuidada de cada um dos órgãos que estiveram aqui presentes para esse trabalho. Temos a perspectiva de no próximo ano estarmos discutindo aqui o marco regulatório das energias renováveis, fruto desse trabalho e discutindo aqui forma de o Brasil sair da Idade da Pedra com relação à energia solar; forma de o Brasil fazer o sistema funcionar de maneira adequada, interligada; forma de aproveitarmos nossos pequenos cursos d'água, de PCH e CGH para garantirmos melhores condições para o nosso interior, lá para o nosso Nordeste, para o nosso Centro-Oeste; forma de melhor aproveitarmos nossos ventos, que, mesmo sendo ventos fracos, ainda são melhores do que a maioria dos ventos europeus, como você coloca. Por isso, podemos já estar entrando em São Paulo e nas regiões do Centro-Oeste, onde temos muito pouca exploração das energias eólicas. Hoje, nós temos forte porque, graças a Deus, o Nordeste é abençoado e nos glorifica o tempo inteiro, tem um vento abençoado e tem uma boa geração, tanto o Nordeste como o Sul do País.

Também temos outros potenciais, ainda melhores que os de outras áreas que estão sendo exploradas, como, por exemplo, da eólica no próprio Estado de Roraima, no Centro-Oeste, em São Paulo e outros lugares, que ainda não foram explorados e precisam sê-lo.

E na solar nem se fala! O Brasil é um país abençoado por Deus com um sol brilhante, irradiante e forte o ano todo.

Na nuclear, nós sabemos que o Brasil, que tem uma das maiores produções de urânio do mundo, pode avançar nessa matriz para dar garantia firme ao sistema. E nós vamos ter que fazer esse debate de forma adequada aqui.

Eu quero, inclusive, parabenizar o Presidente Temer, que teve a coragem de vetar a questão do investimento em energias térmicas no Sul do País, e, dada a importância para a cadeia de geração de empregos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, vai editar uma medida provisória ou uma coisa específica que dê um socorro para a modernização do que já existe lá, pelo menos até que seja substituído por fontes mais adequadas de energia. O que não dá mesmo é para fazer o sistema anterior, ou seja, investir em energia térmica, porque todo mundo sabe o que significa isso: é contrariar o Tratado de Kyoto, é contrariar Tratado de Paris, é poluir o meio ambiente, é gerar energia cara para o consumidor pagar.

A palavra da Aneel me conforta, porque o grande objetivo nosso aqui é exatamente no sentido do que a Aneel colocou, ou seja, é ter o preço justo da energia para que o consumidor possa adquiri-la, e com qualidade. Isso porque também não adianta ter um preço baixo e não ter qualidade, com o consumidor recebendo uma energia com a tensão baixa ou com fornecimento intermitente. Então, nós precisamos garantir tudo isso.

Assim, eu quero parabenizá-lo, Cássio, e mostrar a minha satisfação por você ter voltado ao Ministério de Minas e Energia. Aliás, você nem veio me visitar para dizer que havia voltado, mas eu fico feliz de você estar de volta. Se Deus quiser, o Padilha cumpre o compromisso feito pelo Presidente da República e por ele mesmo e manda o nosso PL correto para nós podermos resolver o problema da nossa carreira e, assim, você possa ser reconduzido aos quadros da nossa carreira, que é a carreira que cuida da infraestrutura nacional nos 15 Ministérios da infraestrutura nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Ao nosso querido Christiano, a todos os especialistas, a todos os analistas, aos componentes de carreira das agências reguladoras, quero dizer que é só orgulho todas as vezes que sabatinamos um aqui para ocupar os cargos de direção das nossas agências, porque são pessoas competentes, quadros competentes, que estão bem colocados, o que, como eu disse, nos orgulha.

E, também, por outro lado, ver a área privada, representada aqui pelo amigo Reginaldo da Abraceel, com toda essa clareza, bem como o Sandro Yamamoto, da Abeeólica, com toda essa clareza na discussão, colocando a importância da colaboração e colocando que o setor privado é parceiro no propósito de fazer um Brasil grande, um Brasil que volte a ter empregos, um Brasil que tenha energia para todo mundo... Porque, sem energia, não há indústria, não há geração de empregos, não há desenvolvimento. Então, nós precisamos disso, e a iniciativa privada não está fugindo às suas responsabilidades, aos seus compromissos, às parcerias. O que ela quer é ter condições para que isso ocorra. E vocês expressaram isso muito bem aqui.

A Abinee – e seria fundamental que ela estivesse aqui agora, embora ela tenha estado em duas outras audiências públicas conosco, discutindo – é exatamente a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônicos, ou seja, exatamente quem produz todos os equipamentos que serão parte de todo esse processo. A Abinee colaborou muito nas outras oportunidades; assim, eu estou enviando a eles as perguntas que surgiram nesta audiência para que eles possam, com certeza, responder por escrito, fazendo parte do escopo do trabalho da Comissão de Infraestrutura.

E, finalizando, agradeço ao nosso decano, o nosso Presidente, sábio, ex-Presidente desta Casa e do Congresso Nacional, Senador por vários mandatos, uma pessoa sensível, por ter me propiciado coordenar esse trabalho que hoje se encerra aqui, nas audiências públicas. Vamos continuá-lo agora, na junção de tudo, fazendo o nosso livro.

Estaremos aqui, no próximo ano, colocando tudo que tiramos do ensinamento e colaboração de cada um de vocês. Quero, inclusive, a parceria da ABEEólica, da Abraceel, da Abinee, da Aneel, do Ministério de Minas e Energia para podermos reproduzir, mais e mais, o escopo do estudo que fizemos aqui para que todo o setor brasileiro possa conhecê-lo, tendo em vista que foi muito importante.

Isso é uma coisa que mexe com todo este País porque energias alternativas hoje, todos sabem, que é um tema muito importante. A dona de casa que está nos ouvindo sabe como pesa, na cesta básica, pagar a conta de luz e como é ruim um exemplo como o de Luzilândia, no Piauí – não vamos falar no Rio Grande do Norte – em que havia 300 casas construídas pelo Minha Casa, Minha Vida, que não podiam ser ligadas sob pena de Luzilândia ficar no escuro, porque o sistema da Chesf, que é um sistema malhado em 69 KV, linhas longuíssimas, com perda enorme, chega com tensão baixíssima e não tem condição de alimentar toda a situação. Consequentemente, se tivéssemos uma geradora de energia solar, com aquele sol imenso e escaldante do Piauí, conjugado com geradora de energia de resíduos sólidos urbanos, provenientes de quatro cidades vizinhas para ter uma grande geração, não teríamos esse problemas.

São coisas em que o Brasil precisa mudar na forma de proceder à política. Estamos aqui, fazendo a nossa parte, graças do nosso decano, nosso querido Garibaldi Alves, que me deu a oportunidade de dirigir esse trabalho aqui.

Agradeço a todos vocês pela presença, agradeço aos servidores do Senado Federal, à nossa Comissão de Infraestrutura, que não mediu esforços para colaborar para que tudo ocorresse da melhor forma possível. O nosso universitário – não é, Presidente? – Thales, é um colaborador. Em nome de toda a equipe da Infraestrutura, que nunca mediu esforços, agradeço.

Não havendo mais nada a tratar e como o plenário já começou, em um tema fundamental para o País, que é a PEC 55 – vamos ter que ir para lá, tanto eu como o Garibaldi Alves –, agradeço a todos e dou por encerrados os trabalhos de hoje.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 8 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 41 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Pastor Valadares, Telmário Mota, Wilder Morais, Valdir Raupp, Hélio José, Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão, Deca, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Muniz, Lasier Martins, Kátia Abreu, Rose de Freitas, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Davi Alcolumbre, José Aníbal, Armando Monteiro e Elmano Férrer. Passa-se à apreciação da pauta: **Sabatinas**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 107, de 2016** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 108, de 2016** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor FELIPE KURY para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ATA DA 41 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Pastor Valadares, Telmário Mota, Wilder Morais, Valdir Raupp, Hélio José, Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão, Deca, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Muniz, Lasier Martins, Kátia Abreu, Rose de Freitas, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Davi Alcolumbre, José Aníbal, Armando Monteiro e Elmano Férrer. Passa-se à apreciação da pauta: **Sabatinas**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 107, de 2016** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 108, de 2016** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor FELIPE KURY para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A Presidência registra o recebimento do Ofício nº 112, de 2016, da Câmara Municipal de Guaíra/PR, que vem agradecer a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 94/2015, em 16/11/2016, porque, através de projeto desta Comissão, foram garantidos ao Município de Guaíra 8% dos *royalties* devidos pela Itaipu Binacional.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 946, do Tribunal de Contas da União, que trata de relatório operacional, com o objetivo de avaliar a sistemática vigente da política de conteúdo local, bem como as implicações e os impactos na indústria nacional de petróleo e gás natural decorrentes da ausência de regulamentação do instrumento de *waiver*. Cópia do documento encontra-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores.

Ao iniciarmos a audiência pública, gostaríamos de informar que a população poderá participar do nosso debate, enviando perguntas e comentários aos nossos indicados. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado pelo telefone 0800-612211 ou enviar uma contribuição pela internet no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twitter.

Vamos, agora, dar início à sabatina.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 107, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Relatório: Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Observações:

1. Em 08/12/2016 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do RISF .

2. Reunião destinada à sabatina do indicado.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 108, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor FELIPE KURY para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. Em 08/12/2016 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do RISF .

2. Reunião destinada à sabatina do indicado.

Funcionou como Relator *ad hoc* o Senador Deca.

Neste momento convido a tomarem assento à mesa os Srs. Décio Fabrício Oddone da Costa e Felipe Kury, ambos indicados aos cargos de diretores da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Como sempre, registro aqui a presença do Senador Moka, que vai ganhar um diploma de madrugador da Comissão; do Senador Fernando Bezerra Coelho e, agora, dos Senadores Valdir Raupp e Wilder Morais.

Cumprimento os dois indicados e concedo a palavra ao sr. Décio Oddone da Costa para sua exposição.

Está aqui também o Senador Dalirio Beber. Hoje temos, logo no início da reunião, um quórum expressivo.

O SR. DÉCIO FABRÍCIO ODDONE DA COSTA – Exmo Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves; Exmo Sr. Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, demais Senadores, autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, bom dia.

Quero iniciar agradecendo ao Presidente Michel Temer e ao Ministro Fernando Bezerra Coelho Filho a minha indicação para o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Depois de tantos anos dedicados a essa atividade, é uma enorme honra estar perante a Comissão de Serviços de Infraestrutura nessa condição. Agradeço ainda ao Senador Fernando Bezerra Coelho pelo generoso relatório e pela ajuda.

Sou gaúcho, de Lavras do Sul. Estudei em escola pública, no Colégio Militar de Porto Alegre e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde me formei em Engenharia Elétrica.

Antes de prosseguir, eu gostaria de agradecer a formação que recebi do sistema público de ensino, que me permitiu ingressar na Petrobras, por concurso público, e participar do curso de Engenharia de Petróleo em 1985, formação que também possibilitou que eu fosse aceito para fazer os cursos avançados de Administração na Escola de Negócios da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, e no INSEAD, na França.

No início da minha vida profissional, fiz parte da equipe da Petrobras pioneira na perfuração de poços de petróleo em águas profundas, um dos grupos responsáveis pelo desenvolvimento da tecnologia que colocou a companhia como uma das líderes mundiais nessa atividade. Desenvolvi, a seguir, uma carreira internacional, tendo trabalhado em Angola, na Líbia, na Bolívia e na Argentina. De 1999 a 2004, fui presidente da Petrobras Bolívia, responsável pela equipe que desenvolveu a infraestrutura necessária para exportação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

gás ao Brasil através do gasoduto Bolívia-Brasil.

Naquela ocasião, a Petrobras Bolívia converteu-se na primeira subsidiária integrada da Petrobras no exterior, com campos de produção de petróleo e gás, gasodutos, refinarias, distribuição de combustíveis e postos de gasolina, e converteu-se, também, na maior empresa do país.

De 2004 a 2008, fui o gerente executivo responsável pelas atividades internacionais da Petrobras no Cone Sul, sendo conselheiro e, posteriormente, presidente do Conselho de Administração da Petrobras Energia, uma das maiores empresas da Argentina, com operações em diversos países e ações negociadas nas bolsas de Buenos Aires e Nova York.

Em fevereiro de 2008, tornei-me presidente da Petrobras Energia e também conselheiro da Petrolera Entre Lomas, bem como presidente do Conselho de Administração da Innova, empresa localizada no Polo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul.

Entre fevereiro de 2010 e maio de 2010, fui assessor do Presidente da Petrobras.

De maio de 2010 a maio de 2015, fui indicado pela Petrobras um dos vice-presidentes da Braskem, tendo sido conselheiro e presidente do Conselho de Administração da Braskem Idesa, uma parceria com a empresa mexicana Idesa, que construiu um complexo petroquímico no México, e conselheiro da Refinaria de Petróleo Riograndense, a antiga Refinaria Ipiranga, localizada em Rio Grande, no meu Estado natal, e da quantiQ, a maior distribuidora de produtos químicos do País.

Ao deixar a Petrobras, em 2015, ingressei na Prumo Logística na condição de diretor de projetos de óleo e gás, posição da qual saí, no mês passado, em função da possibilidade de ser indicado para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

A ANP é uma autarquia criada pela Lei nº 9.478, de 1997. Tem por finalidade promover a regulamentação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis. A agência tem papel fundamental na atração de investimentos, na garantia do abastecimento de combustíveis e na defesa dos interesses da sociedade e do consumidor.

O mundo e o Brasil vivem um momento de transformação. A revolução do *shale* nos Estados Unidos parece ter significado o fim do petróleo caro. Mudanças em países como o México e o Irã aumentam a competição pelo capital internacional que busca oportunidades na área de exploração de petróleo e gás. Ao mesmo tempo, o mundo começa a caminhar em direção à economia de baixo carbono, tendo o gás natural como o combustível de transição, em que os biocombustíveis terão papel mais relevante. Os acordos de redução de emissões, aperfeiçoamentos na regulamentação e inovações tecnológicas devem acelerar essa mudança.

No Brasil, além de nos adaptarmos às transformações no setor de energia, precisamos retomar rapidamente o crescimento econômico. Para isso, o País busca atrair investimentos, especialmente para o setor de exploração e produção de hidrocarbonetos.

A aprovação da lei que libera a Petrobras da condição de operadora única no pré-sal é o melhor exemplo das medidas que estão sendo tomadas nessa direção. A programação das rodadas de licitação de blocos de exploração em 2017 é outro.

O Brasil conta com o pré-sal, talvez a mais promissora província petrolífera por explorar no Planeta, além de um grande potencial em terra, em águas rasas e profundas, sem falar em recursos não convencionais e em campos maduros e marginais. Essas oportunidades, em conjunto, representam um potencial sem paralelo na nossa região, que, explorado na sua plenitude, produziria um aumento de uma diversificação geográfica da produção de hidrocarbonetos no País, gerando *royalties* e impostos, beneficiando Estados e Municípios que hoje não contam com produção e estimulando o desenvolvimento de empresas de serviços e a criação de novos empregos.

A exportação de petróleo e a importação de derivados devem crescer nos próximos anos. Embora o déficit de derivados possa ser parcialmente compensado pelo crescente uso de biocombustíveis, serão necessários investimentos em refino, em logística, em distribuição.

O segmento de gás natural passa por mudanças importantes. O consumo deve crescer. A infraestrutura necessita de melhorias. O gás natural precisa chegar ao interior do País. Novos gasodutos devem ser construí-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dos.

O setor elétrico começa, por sua vez, a viver a transição de um sistema de base hidrelétrica para um sistema efetivamente hidrotérmico, em que as usinas termelétricas a gás natural terão papel fundamental. Em função disso, as regulamentações dos segmentos de geração elétrica e de gás natural devem ser compatibilizadas.

Os biocombustíveis são estratégicos para o Brasil. O Brasil tem uma vocação para o seu desenvolvimento. A produção está presente em todas as regiões e em milhares de Municípios. Seu consumo, além de beneficiar o meio ambiente, com reflexos positivos na saúde pública, produz impacto na geração de emprego e de renda em todo o País. O Brasil deve aperfeiçoar a regulação, deve incentivar a sua produção e deve se beneficiar do aumento de sua participação na matriz energética global.

Essas transformações nos setores de petróleo, de gás e de biocombustíveis devem ser acompanhadas por aperfeiçoamentos na regulação, o que traz desafios e aumenta a relevância da ANP. A agência vem desempenhando um papel importante na defesa dos interesses da sociedade brasileira. Entre outras atividades, fornece subsídios para a formulação de políticas públicas; assessora o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que está se reunindo hoje; estimula a concorrência; trabalha para que os combustíveis oferecidos aos consumidores sejam ambientalmente adequados e tenham a qualidade esperada e fomenta a aplicação das melhores práticas pelos agentes regulados. Também conduz estudos técnicos que podem levar à abertura de novas fronteiras exploratórias. Está trabalhando ativamente, junto com o Ministério de Minas e Energia, no programa Gás para Crescer, que busca adequar o segmento de gás natural às novas realidades do mercado. Criou o Grupo de Fluxos Logísticos, encarregado de identificar gargalos que possam colocar em risco a oferta de derivados. Trabalha com o setor de biocombustíveis, para que a oferta e a qualidade do etanol e do biodiesel atendam às necessidades do mercado consumidor.

A agência vem modernizando a forma como conduz sua atividade, publica sua agenda regulatória, o que dá maior previsibilidade, transparência, qualidade e eficiência ao processo. Como resultado, a normativa está em permanente evolução. Promove consultas e audiências públicas, produz análises técnicas e jurídicas, aplica de forma eficiente as normas e a legislação. Essas iniciativas devem ser fortalecidas, mas é preciso fazer mais. As normas devem ser simplificadas, os trâmites devem ser agilizados, os canais de diálogo com os agentes regulados e com a sociedade devem ficar permanentemente abertos, e a ação dos atores que geram emprego e renda para a população deve ser facilitada.

A ANP interage com 120 mil agentes econômicos, com 300 distribuidoras de derivados, com 40 mil postos de venda de combustíveis, com 55 mil revendas de gás de cozinha e com cerca de 400 usinas produtoras de etanol. Tendo em vista a diversidade de agentes presentes na indústria, a atividade de fiscalização tem grande relevância.

Com o objetivo de garantir a qualidade dos combustíveis ofertados no Brasil, foi criado o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis, responsável por mais de 18 mil ações em 2016. A conformidade da qualidade dos combustíveis chega a 97%, dando segurança ao consumidor de que o produto adquirido atende as especificações esperadas.

Também realiza atividades com o objetivo de garantir a segurança operacional. Em 2016, mais de 80 plataformas marítimas foram fiscalizadas.

A manutenção e a intensificação das tarefas de fiscalização de forma eficiente e com base em dados estatísticos é importante tanto no segmento de exploração e produção, em função do aumento previsto na produção de petróleo e gás, quanto no *downstream*, que abrange refino, logística, distribuição e comercialização e é responsável pela qualidade do combustível vendido ao consumidor.

A agência deve seguir investindo na capacitação do seu pessoal e no desenvolvimento do seu sistema de gestão. Deve melhorar continuamente o planejamento, a produtividade, a eficácia e a eficiência de suas ações.

Antes de concluir, quero agradecer às pessoas com quem convivi, compartilhei experiências e aprendi ao longo de todos esses anos. Acredito que durante a minha trajetória profissional desenvolvi conhecimentos que me capacitam para fazer parte da diretoria da agência. Atuo na indústria há mais de 30 anos. Dirigi equipes responsáveis por todas as atividades do setor de petróleo e gás – exploração, produção, refino, logística,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

distribuição e comercialização de derivados e biocombustíveis, além da produção e comercialização de lubrificantes, fertilizantes e produtos petroquímicos. Fui executivo e conselheiro de empresas estatais e privadas, tanto de capital fechado quanto de capital aberto em bolsa de valores, no Brasil e no exterior. Participei de organizações não governamentais, tendo sido presidente da Câmara de Comércio Boliviano-Brasileira e da Câmara da Indústria de Petróleo da Argentina. Tive contato com a regulação de vários países das Américas, África e Europa, experiência que espero poder utilizar na ANP.

Senadores e Senadoras, estou entusiasmado com a possibilidade de fazer parte da equipe da agência, trabalhar com dedicação, transparência e honestidade e contribuir para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Dr. Décio Oddone da Costa.

Antes de conceder a palavra ao nosso convidado e indicado Felipe Kury, ao mesmo tempo em que registro a presença em nosso plenário dos Srs. Aurélio Amaral, Waldyr Barroso e José Gutman, que são diretores da ANP – eu estava com a ideia de colocar os senhores aqui na frente, mas estou vendo a impossibilidade logística –, eu queria dizer que os senhores, vindo para cá, não iriam se submeter a uma nova sabatina – fiquem tranquilos! (*Risos.*)

Ao renovar os agradecimentos ao Dr. Décio Oddone por sua exposição didática, precisa, convincente, concedo a palavra ao Dr. Felipe Kury, indicado diretor da ANP.

Quero agradecer também a presença da Drª Marta Lyra, que foi uma colaboradora durante todo o nosso mandato aqui, à frente da Comissão de Infraestrutura. Quero fazer justiça ao trabalho dela. Ela sempre colaborou conosco no encaminhamento das solicitações desta Comissão junto ao Ministério de Minas e Energia.

Agradeço ao Ministro Fernando Bezerra Coelho Filho, que aqui está bem representado pelo nosso ex-Ministro e Senador Fernando Bezerra.

Concedo a palavra ao Dr. Felipe Kury.

O SR. FELIPE KURY – Exmo Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura; Exmo Sr. Senador Ricardo Ferraço – acredito que não esteja aqui presente –, Vice-Presidente desta Comissão; Exmos Srs. Senadores Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Relatores desta Comissão, Srªs e Srs. Senadores membros desta Comissão, diretores da ANP, Sr. Waldyr Martins Barroso, Sr. José Gutman e demais autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, bom dia.

De antemão, agradeço a relatoria dos Senadores Fernando Bezerra e Valdir Raupp.

Eu gostaria de agradecer aos Srs. Senadores e demais autoridades aqui presentes pela oportunidade de apresentar meu nome para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

A ANP tem como principais atribuições as atividades de regulação, fiscalização e promoção do desenvolvimento econômico dos setores regulados.

Considerando-se o contexto do Brasil, a ANP tem o desafio de intensificar o diálogo com o governo, agentes econômicos e a sociedade civil para atrair novos investimentos, gerando, assim, mais recursos para a União, Estados e Municípios e a retomada do crescimento econômico.

Dediquei grande parte da minha carreira de mais de 25 anos à administração e desenvolvimento de negócios, reestruturações, investimentos e gestão de portfólios de negócios para corporações e investidores de abrangência global. Durante esse período, tive a oportunidade de ocupar cargos de liderança no Brasil e no exterior, em empresas multinacionais tais como a IBM, a SoftBank International, Microsoft, Thomson Reuters e, mais recentemente, na Tetrad Capital Partners. Nessas empresas, adquiri conhecimento e relacionamento com diversos setores de diferentes países, o que me possibilitou aperfeiçoar as habilidades de liderança, gestão e desenvolvimento de estratégias para garantir o retorno para os acionistas.

Tenho 51 anos, nasci em Brasília, onde passei boa parte da minha infância e adolescência, e tenho dois filhos que muito me orgulham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Antes de ingressar na vida profissional, em 1989, fui selecionado pela Universidade de Karlsruhe para um estágio e bolsa do governo alemão, na empresa ABB, Asea Brown Boveri. O estágio na área de engenharia elétrica, com ênfase em controle de processos, realizado na cidade de Mannheim, na Alemanha, me serviu como base para a conclusão do curso de engenharia elétrica e foi fundamental para o início da minha carreira profissional quando de meu retorno ao Brasil.

Em 1990, iniciei minha atividade profissional na IBM Brasil, como engenheiro de planejamento e instalações, onde fui responsável pelo projeto de engenharia para a construção de centros de processamento de dados e de instalações de computadores de grande porte em várias regiões do Brasil.

Trabalhei mais de 10 anos na IBM, onde ocupei posições de liderança no Brasil e nos Estados Unidos, nas áreas comercial, marketing, operações e de desenvolvimento de negócios corporativos para a América Latina. Conclui meu ciclo na IBM na liderança de iniciativas de investimento, incluindo fusões e aquisições, alianças estratégicas para a América Latina, uma operação de 4 bilhões à época.

Em 2001, fui convidado pela Softbank International Ventures, com sede em Nova York, para representar os investimentos do fundo no Brasil. A Softbank buscava maior presença na América Latina e havia constituído um fundo de US$150 milhões para empresas *startups*. Foi uma oportunidade importante para avaliar a atratividade e a criação de valor em diversos segmentos, resultando em investimentos bem-sucedidos no Brasil.

No ano de 2002, retornei ao Brasil para assumir a diretoria da Microsoft Brasil no segmento voltado para soluções de tecnologia para o mercado financeiro. Nessa diretoria liderei equipes diversas, promovendo alto desempenho, que resultou em quatro anos consecutivos de crescimento expressivo na unidade de negócios. Em função dos resultados no Brasil, fui convidado pela Microsoft Corporation para ingressar no grupo de estratégias corporativas de uma área de produtos com receita de US$15 bilhões, e por cinco anos desenvolvi estratégias de investimento e planos de crescimento, inicialmente com escopo global e posteriormente na Ásia-Pacífico, Japão e mercados emergentes.

Retornei ao Brasil em 2011, a convite da Thomson Reuters Brasil, na área financeira e gerenciamento de risco, responsável pelas iniciativas de fusão, aquisição e estratégia de crescimento na América Latina. A Thomson Reuters fornece conteúdo de notícias, em tempo real, de diversos mercados financeiros no mundo, incluindo cotações, notícias e dados de logística na área de *commodities*, principalmente na área de petróleo, açúcar, milho e outras *commodities* importantes no mundo. No início de 2012, fui indicado para exercer o cargo de Diretor-Presidente no Brasil, onde promovi a reorganização da operação que resultou na conquista de uma posição de liderança nos mercados em que atuava.

Mais recentemente, desde o início de 2014, ocupei a função de sócio-diretor da Tetrad Capital Partners. A Tetrad é uma firma com sede em Londres e busca a oportunidade de consultoria, investimentos diretos, reestruturações, fusões e aquisições nos setores de energia, incluindo petróleo e gás natural, e infraestrutura, telecomunicações e tecnologia.

Acredito que minha experiência no setor privado, mais recentemente na Thomson Reuters e na Tetrad Capital, poderá contribuir para o desenvolvimento de estratégias buscando a modernização da ANP e promovendo a sintonia com diversos segmentos – governos, agentes econômicos, consumidores e investidores –, bem como penso que posso contribuir no novo modelo de gestão, ajudando a agência a superar os desafios operacionais, tecnológicos e de inovação. Tenho certeza de que existem oportunidades extremamente relevantes nas próximas rodadas do pré-sal, no setor de gás natural e no setor de etanol, por meio das quais podemos transformar o Brasil em uma plataforma global de produção.

Finalmente, ressalto que estarei empenhado na construção de uma agenda positiva regulatória que fomente a atração de novos investimentos capazes de apoiar a geração de empregos, renda e crescimento econômico sustentável para o Brasil.

Volto a agradecer e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Dr. Felipe Kury, que demonstrou que os dois indicados são realmente da mais alta qualificação.

O processo de votação já está aberto, porque nós estamos nos últimos dias de funcionamento do Poder Legislativo, do Congresso Nacional, e os Srs. Senadores estão empenhados em cumprir as suas atribuições nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mais diversas comissões. Portanto, peço a compreensão dos indicados, porque realmente hoje há essa pressa dos Senadores de atenderem as diversas solicitações.

Nós temos aqui, como prioridade, conceder a palavra aos Relatores, mas, antes, ao Senador Waldemir Moka, que se mostra sempre vigilante. E eu aproveito, porque hoje é um dia de muita pressa, para agradecer a Waldemir Moka. Uma coisa ficou patenteada: eu nunca cheguei mais cedo do que ele a esta Comissão. Eu não sei como ele não quis assumir a minha cadeira, a minha presidência aqui! Então, agradecendo aos Senadores aqui presentes, que já nominei, eu quero agradecer a todos os Senadores que colaboraram comigo para que tivéssemos êxito nos nossos trabalhos – naturalmente, o universitário está ansioso para que eu estenda essas minhas congratulações a ele, mas deixaremos para depois.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Primeiro, Presidente Senador Garibaldi Alves Filho, quero dizer que aqui neste plenário não há ninguém querendo assumir a cadeira de V. Exª, porque V. Exª é unanimidade. É um Senador muito equilibrado, muito respeitado, e trata todos os seus pares com extrema elegância e gentileza.

Então, uma única coisa: dizem que eu chego muito cedo, mas V. Exª sabe disto, essa coisa de dormir pouco é inversamente proporcional à idade que a gente tem. À medida que você vai ficando com mais idade ou mais experiente, você dorme menos. Isso é fisiológico e sei disso como médico que sou.

Eu queria dizer ao Dr. Décio e ao Dr. Felipe Kury que foi uma honra ouvi-los. Já sabia das indicações por informação do Senador Fernando Bezerra e do próprio Presidente Senador Garibaldi Alves Filho, e pude perceber a larga experiência no setor, a formação e, principalmente no caso do Dr. Décio, concursado... Quer dizer, há um compromisso... Não que quem não seja não vá ter, mas ele, evidentemente, já conhece bem essa área do poder público.

Então, vejo, aqui... Já votei, fiz questão, porque faço parte da Comissão Mista de Orçamento e nós vamos ter que começar agora – estou sendo chamado lá. Mas, evidentemente, ao agradecer a presença, quero dizer aos dois sabatinados que tenho certeza de que cumprirão – o Dr. Décio e o Dr. Felipe Kury, indicados para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo – o seu papel para que essa agência possa ser cada vez mais eficiente, ter mais autonomia e exercer com mais eficiência a questão da regulação – foi por isso que as agências foram criadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de dar a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho, eu gostaria de dizer que nós todos da Comissão nos empenhamos para que tivéssemos aqui concluído o processo de indicação de todos dirigentes das agências reguladoras. E cumprimos o prometido. Na verdade, não temos hoje praticamente nenhuma agência reguladora com cargo vago. Havia dez cargos vagos ou ocupados por interinos à frente das agências reguladoras. Nós revertemos esse quadro graças ao apoio dos Senadores e ao apoio aqui do universitário, que hoje está fazendo questão de se mostrar presente nos nossos trabalhos. (*Risos.*)

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Dalirio Beber com a palavra.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – É que hoje, infelizmente, o dia é muito curto para que todos nós possamos atender as diversas comissões das quais fazemos parte. Peço compreensão também, pois vou para a CMO, e nós temos ainda a Comissão de Educação e CDR, que também se reúnem hoje pela manhã, e Congresso às 11 horas.

Gostaria também de fazer uso da palavra para tecer elogios aos currículos que ambos têm e que os credenciam, com certeza, a estarem na posição para a qual foram indicados representando os interesses do Brasil em área tão importante quanto é esta que envolve petróleo, gás e derivados. Também quero dizer que, de fato, é uma satisfação saber que vocês têm currículos que os credenciam dessa forma.

Existe por parte do Congresso e do próprio Governo uma preocupação muito grande em fazer com que as agências reguladoras, que têm realmente um papel especial nessa regulação de serviços tão importantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

em todos os setores, de fato sejam ocupadas por pessoas que tenham basicamente qualificação. Ou seja, os aspectos políticos estão sendo relegados a um plano muito inferior, levando-se em consideração realmente o conteúdo. Daí a responsabilidade que cada um de vocês assume. Afinal de contas, são poucos os que alcançam essa posição e são muitos os que têm as suas expectativas atendidas se, de fato, a composição dos membros de uma diretoria ou do conselho de uma agência reguladora é estabelecida levando em conta os interesses da Nação brasileira.

Então, quero parabenizá-los e desejar que sejam de fato aprovados aqui – e o serão, até em função das várias manifestações do nosso Senador Fernando Bezerra – e também no plenário do Senado, para que possam iniciar logo essa grande tarefa de servir ao Brasil nessa importante área da nossa economia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Dalirio Beber e aproveito para agradecer não apenas a presença hoje, mas a presença e a participação nos trabalhos da nossa Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. Senador Fernando Bezerra Coelho, Relator.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Meu caro Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Dr. Décio Oddone, Dr. Felipe Kury, colegas Senadores, primeiro eu queria aqui dar um testemunho da forma como esta Comissão foi conduzida durante esses dois primeiros anos do meu mandato nesta Casa Alta do Congresso Nacional. O Senador Garibaldi Alves Filho tem uma longa trajetória política – Governador, Senador, Presidente do Senado Federal –, é uma pessoa muito disponível e cria sempre um clima de muita harmonia e muita união, de muito consenso nos debates que são travados aqui, nesta Comissão, na defesa dos interesses nacionais. Portanto, eu quero, inicialmente, Senador Garibaldi Alves Filho, agradecer todas as atenções, todas as gentilezas com que fui distinguido durante a sua presidência neste primeiro biênio à frente da Comissão de Infraestrutura, o seu zelo, a sua dedicação, o seu empenho para enfrentar os problemas colocados para o debate e para a discussão no âmbito da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Quero também sublinhar que hoje é um dia muito complicado. Nós estamos vivendo, hoje e amanhã, os últimos dias do ano legislativo, e nós temos que nos desdobrar. Por isso, os nossos indicados, os futuros diretores da Agência Nacional do Petróleo e Gás, não reparem o entra e sai aqui, na Comissão de Infraestrutura. Eu também sou membro da Comissão Mista de Orçamento. Vamos ter que votar a Lei Orçamentária Anual, a LOA, entre hoje, agora pela manhã, na Comissão Mista de Orçamento, e certamente amanhã, no Plenário do Congresso Nacional. Então, a demanda pela presença dos Senadores é exigida em muitas frentes. E eu, particularmente, Presidente Garibaldi Alves, tenho outro compromisso agora, às 10h, no Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – No TCU.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vou à posse do Ministro Raimundo Carreiro como Presidente do Tribunal de Contas da União, e do meu conterrâneo, o Ministro José Múcio Monteiro, como Vice-Presidente. Portanto, eu também tenho que estar presente para levar o abraço pernambucano fraterno, o abraço pernambucano ao Ministro José Múcio Monteiro.

Mas queria também dizer da minha alegria de ter sido distinguido com a indicação do Presidente, o Senador Garibaldi Alves Filho, para poder ser o Relator da indicação do Dr. Décio Oddone e também acompanhar aqui a sabatina do Décio e do Felipe Kury, quando ambos são indicados pelo Presidente Michel Temer para exercerem as funções de Diretor da Agência Nacional de Petróleo e Gás.

Os currículos dos dois indicados atendem todas as expectativas do ponto de vista da formação econômica, da experiência profissional e administrativa, pelos diversos cargos que ocuparam, exercendo funções de liderança, sobretudo na área do petróleo e gás, na área financeira, na área de investimento. Portanto, os testemunhos que aqui ouvimos durante as falas, tanto do Décio quanto do Felipe, nos dão a convicção de que os dois indicados irão representar muito bem os interesses do Governo, da União, do Congresso Nacional, da sociedade brasileira, que deseja uma Agência Nacional do Petróleo e Gás cada vez mais atuante e diligente, para que a gente possa vencer os desafios apresentados para o nosso querido Brasil.

Hoje, a preocupação de todo brasileiro que está nos vendo pela TV Senado é com o que nós estamos fazendo quanto a essa questão do desemprego.

Eu estava em São Paulo na segunda-feira conversando com o Governador Alckmin. Ele me dizia: "Fer-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nando, nós temos que colocar a agenda do emprego em primeiríssimo lugar. São 12 milhões de brasileiros desempregados. São 6 milhões de brasileiros que estão desalentados, que não estão mais nem procurando emprego. Portanto, nós temos aí um volume de 18 milhões de brasileiros que começam a perder a esperança, a confiança, o que cria um clima de desassossego dentro de casa. Como é que ele vai ganhar o salário, a renda para manter a família, para educar os filhos?" Então, nós precisamos fazer uma reflexão sobre o que podemos fazer, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, a sociedade brasileira, os empresários, os investidores, sobre como animar, revigorar a economia brasileira para que a gente possa responder a este que é o nosso principal desafio: gerar emprego.

Então, depois de ouvir o Dr. Décio e o Dr. Felipe, eu não teria uma pergunta a dirigir aos dois, mas um apelo para que eles pudessem assumir esse compromisso de dar urgência a essa agenda. Nós precisamos gerar emprego. E a Agência Nacional de Petróleo e Gás cumpre um papel decisivo nessa agenda, porque a indústria de petróleo, gás e biocombustíveis tem uma importância fundamental para a ativação da economia brasileira, tem uma repercussão enorme na demanda para a indústria nacional. A indústria vem de crescimentos negativos há não sei quantos semestres, e é importante, portanto, que na atividade da regulação, sobretudo agora que foi aprovada pelo Congresso Nacional e já sancionada pelo Presidente da República a nova lei do pré-sal, a gente possa abrir novas fronteiras de investimentos para a gente gerar emprego e responder ao reclamo da sociedade brasileira.

Então, acho que é importante que, ao sair daqui após este escrutínio, no qual eu tenho certeza de que irão receber o apoio dos membros desta Comissão e, mais tarde, o apoio no plenário do Senado Federal, vocês possam assumir o compromisso, nesses próximos anos em que terão a responsabilidade de exercer as funções de diretores, de botar o emprego em primeiro lugar.

Eu queria também dizer que há uma oportunidade que se cria a partir do protagonismo brasileiro cada vez maior na agenda ambiental. O Brasil é um dos países que têm a matriz energética mais diversificada e mais limpa do mundo. E pode parecer, à primeira vista, que seja um contrassenso animar a indústria de petróleo e gás e falar de matriz limpa e ampliando o papel das energias renováveis. Eu penso que não existe contradição nenhuma. Nós precisamos, sim, ampliar a produção de energia, sobretudo, como foi colocado aqui, da energia elétrica a partir de termoelétricas movidas a gás, inclusive com o compromisso de vocês de priorizar a renovação do parque térmico brasileiro que queima óleo combustível, alto emissor de CO_2, de gases de efeito estufa. Que vocês possam fazer a conversão dessas usinas térmicas poluidoras para, em vez de consumir o óleo pesado, possam elas ser adaptadas para o consumo do gás natural e, com isso, a gente poder ajudar a ambição brasileira de rumar para uma economia de baixo carbono.

Penso também que, quanto mais a gente der segurança ao parque de produção de energia elétrica no Brasil, com termoelétricas movidas a gás natural, mais espaço teremos para poder ter a presença da energia eólica e da energia solar em nossa matriz.

Peço também a atenção dos dois indicados, aproveitando o prestígio da presença dos diretores da ANP aqui, já nominados, para que a gente abrace para valer o desafio brasileiro em relação aos biocombustíveis. Precisamos colocar os biocombustíveis como prioridade, não só o biodiesel. Que a gente tenha um horizonte mais amplo. Esta Comissão promoveu um amplo debate sobre a questão do biodiesel, e nós podemos avançar muito, mas muito mesmo, porque somos grandes produtores de oleaginosas, das mais diversas fontes, mas também porque eu acho que, além do biodiesel, nós temos oportunidades na área do etanol de segunda geração, e nós temos, sobretudo, uma aposta nova.

Como Relator da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, nós priorizamos muito a discussão este ano para que o Brasil possa ser líder nesta questão da produção do bioquerosene. Nós já estamos prevendo que os carros serão movidos a eletricidade daqui a 5, 10 anos, mas não há, no horizonte de 40, 50 anos, a perspectiva de termos aviões elétricos. Então, o bioquerosene será o querosene do futuro da aviação comercial em uma perspectiva global, e o Brasil não pode estar importando tecnologia para produzir bioquerosene. Então, é importantíssimo o papel da ANP de apostar na inovação, na pesquisa, no desenvolvimento, de chamar a academia brasileira para que a gente possa animar o setor privado, o setor industrial, para que o Brasil, de fato, possa desenvolver a sua própria tecnologia nessa nova avenida, larga, que é a produção do bioquerosene.

Deixo essas reflexões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Cumprimento, mais uma vez, o Dr. Décio e o Dr. Felipe. Desejo a ambos muito sucesso. Saibam que terão sempre aqui, nesta Comissão, o nosso apoio para defender os interesses da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. Parabéns aos dois.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quero me associar às palavras do Senador Fernando Bezerra Coelho, que magistralmente colocou a preocupação de todos nós desta Comissão com essa questão do desemprego.

E quero me associar também a uma preocupação dele quando pediu a compreensão dos senhores indicados. O entra e sai de que ele falou vai fazer com que essa porta se transforme na porta da esperança para que nós tenhamos o quórum desejado e almejado por todos nós para fazer justiça aos nossos indicados. (*Risos.*)

Com a palavra o Relator, Senador Valdir Raupp – desde logo agradeço a sua colaboração, a sua participação, a sua solícita presença aqui nos nossos trabalhos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves; Srªs e Srs. Senadores, senhores indicados para a Agência Nacional do Petróleo, Décio Oddone da Costa e Felipe Kury, senhoras e senhores, bom dia.

Enquanto não há quórum eu posso me estender um pouquinho, não é? Ou já temos quórum?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pode não, mas deve! (*Risos.*)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu recebi aqui um texto. Ele é até um pouco apocalíptico, mas é uma verdade que nós vamos ter que encarar muito em breve. Esses dois diretores estão assumindo as diretorias da ANP num momento de profundas transformações.

Num futuro muito próximo, o que vou ler neste texto pode se tornar realidade.

> Em 2018, os primeiros carros autônomos estarão no mercado. Por volta de 2020, a indústria automobilística começará a ser desmobilizada, porque as pessoas não necessitarão mais de carros próprios. [Hoje já existe o Uber, muitas pessoas já deixam o carro em casa e usam esse aplicativo, em grande escala, no mundo inteiro. Mas isso vai aumentar.] Um aplicativo fará um veículo sem motorista buscá-lo onde você estiver para levá-lo ao seu destino. Você não precisará estacionar, pagará apenas pela distância percorrida e poderá fazer outras tarefas durante o deslocamento. As cidades serão muito diferentes, com 90% menos carros, e os estacionamentos serão transformados em parques. O mercado imobiliário também será afetado, pois, se as pessoas puderem trabalhar enquanto se deslocam, será possível viver em bairros mais distantes, melhores e mais baratos. O número de acidentes será reduzido de 1/100 mil km para 1/10 milhões de km, salvando um milhão de vidas por ano, em todo o mundo. Com o prêmio cem vezes menor, o negócio de seguro de carro [também terá as suas dificuldades] será varrido do mercado.
>
> Os fabricantes que insistirem na produção convencional de automóveis irão à falência, enquanto as empresas de tecnologia (Tesla, Apple, Google) estarão construindo computadores sobre rodas. Os carros elétricos vão dominar o mercado na próxima década. A eletricidade vai se tornar incrivelmente barata e limpa. O preço da energia solar vai cair tanto que as empresas de carvão começarão a abandonar o mercado ao longo dos próximos 10 anos. No ano passado, o mundo já instalou mais energia solar do que à base de combustíveis fósseis. Com energia elétrica a baixo custo, a dessalinização tornará possível a obtenção de água abundante e barata.

Então, algumas coisas ruins e outras boas vão acontecer num futuro não muito distante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não está tão apocalíptica a sua intervenção! (*Risos.*)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Continuo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

> No contexto deste futuro imaginário, os veículos serão movidos por eletricidade e a energia elétrica será produzida a partir de fontes não fósseis. A demanda por petróleo e gás natural cairá dramaticamente e será direcionada para fertilizantes, fármacos e produtos petroquímicos. Os países do Golfo serão os únicos fornecedores de petróleo no mercado mundial. Neste cenário ameaçador, as empresas de O&G que não se verticalizarem simplesmente desaparecerão.
>
> No Brasil, o modelo de negócio desenhado para a Petrobras caminha no sentido oposto. Abrindo mão das atividades que agregam valor ao petróleo e abandonando a produção de energia verde, a Petrobras que restar não terá a mínima chance de sobrevivência futura. A conferir.

Então, esse é o desafio que os nossos diretores estão enfrentando aí. O mundo, nessa área de energia, está vivendo grandes transformações. A Alemanha, principalmente em feriados, já oferece energia à tarifa negativa. A Alemanha está transformando as lavouras e grande parte das áreas abertas em parques eólicos e solares – estão, acho, com algo entre 78% e 80% de energia limpa, desativando todas as térmicas e as usinas nucleares. Então, esse é o futuro.

O Brasil tem que explorar o mais rapidamente possível o nosso petróleo, sob pena de, daqui a alguns anos, não termos mais como consumi-lo. Infelizmente, ainda temos um petróleo muito caro. A nossa gasolina, e principalmente o diesel, que move as frotas de caminhões, trens e ônibus, ainda está muito caro. Esse é apelo que eu faço aos novos diretores.

E faria apenas duas perguntinhas breves aqui, a primeira para o Sr. Décio Oddone.

V. Sª tem larga experiência na indústria de petróleo e muito pode contribuir na solução de problemas de elevada complexidade enfrentados pelo setor. Um deles, que tem sido enfrentado pela regulação, é a captura de renda. Como V. Sª atuaria para combater essa falha econômica que corrói a renda dos consumidores? Como diretor da ANP, como pretende atuar para o aprimoramento da atuação da agência?

Para o Felipe, de quem tive o privilégio de ser Relator: com sua experiência no setor de tecnologia da informação, como auxiliará a ANP? Como V. Sª vê a decisão do Tribunal de Contas da União quanto à contratação direta da Petrobras para o excedente da cessão onerosa?

São essas as perguntas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra aos dois indicados, agradecendo, mais uma vez, ao Senador Valdir Raupp.

E quero aqui, antes de passar a palavra, agradecer aos servidores da Comissão de Infraestrutura: Adriana Soares Padilha, Altair Gonçalves Soares, Andréa Ursula, Celso Antony Parente, Flávia Elaine de Abreu Cabral, Pedro Kleinübing, Maria Holanda, Marinete Alves de Araújo, Maria José, Cícera Soares de Lima, Robert de Jesus Saraiva e os Consultores Israel Lacerda de Araújo, Cícero Crispim, Luiz Alberto Bustamante. Não preciso aqui enfatizar, porque todos os Senadores foram testemunhas do trabalho eficiente desses auxiliares, desses abnegados servidores do Senado Federal. Me congratulo com todos. Já tivemos a oportunidade de confraternizar e agradecer a todos, um a um.

Naturalmente, deixei para o final o universitário, que sempre esteve presente aqui nos ajudando. Aí de mim se não fosse esse universitário! Muito ansioso às vezes, mas sempre presente, sempre nos ajudando a conduzir os trabalhos desta Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. Décio Oddone. Depois, imediatamente, o nosso Felipe Kury pode usar da palavra para responder ao Senador Valdir Raupp.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem. É tanta votação e tanta correria... V. Exª poderia me deixar fazer uso da palavra rapidamente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pode.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Aí os indicados já me respondem também. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado, Excelência.

Primeiro eu quero cumprimentar V. Exª, Senador Garibaldi Alves, decano desta Casa, pelo excepcional trabalho, pelo carinho e pela tranquilidade com que nos trata, a todos aqui, sempre com muita tranquilidade, respeito, apoiando os demais Senadores da Comissão de Infraestrutura.

Felipe Kury, você, além de ter a relatoria do nosso nobre Senador Raupp – uma pessoa excepcional, não é, Felipe? –, você foi um cara que nasceu em 1965 em Brasília, Distrito Federal. Graduou-se em Engenharia Elétrica pela PUC Rio, em 1990, com estágio supervisionado e bolsa no governo da Alemanha, pela empresa ABB – tem um currículo invejável –, com MBA em Finanças e Economia pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais; em 2000, MBA Executivo com ênfase em gerência geral e liderança global por Harvard. Então é um cara com larga experiência internacional na área de mercado. Então, eu creio que a sua ida para essa agência tão importante, que é a ANP, com certeza vai abrilhantar bastante os quadros da ANP e nos ajudar neste momento de crise.

Antes de entrar nas outras perguntas, gostaria de que V. Sª me colocasse como, com a sua experiência no mercado internacional, recuperar as nossas empresas, principalmente a Petrobras, com relação ao mercado e ao tempo perdido, com relação a tudo que ocorreu nos últimos tempos. Qual é seu planejamento lá na ANP, como nosso Diretor da ANP, para a gente poder recuperar esse tempo perdido e toda essa dificuldade?

Nós sabemos que esse mercado não é um mercado fácil, é um mercado altamente competitivo o mercado de petróleo. E essa situação em que entrou a Petrobras dificulta um pouquinho a nossa participação no mercado. Então gostaria de saber qual é o trabalho que V. Sª vai desenvolver para enfrentar isso.

Além dessa, tenho as seguintes perguntas.

1. As cláusulas de *waiver,* previstas nos contratos de concessão de blocos exploratórios, vêm sendo discutidas pela indústria do petróleo. Todavia, não vale para os índices globais, o que mantém os problemas enfrentados no cumprimento das obrigações de conteúdo local. Pergunto: de quais instrumentos dispõe a ANP para enfrentar o problema supracitado?

2. A aplicação desse instrumento de forma indiscriminada não poderia comprometer as políticas governamentais do setor petrolífero?

3. Como sanar possível descumprimento contratual pelas concessionárias que não poderão contar com o *waiver* para índices globais sem comprometer as finanças dessas empresas e sem cometer infração administrativa?

2.2. Importante agente do mercado de combustíveis tem sido deixado de lado pela ANP: os formuladores. Como V. S.ª vê a atuação desses agentes e como eles podem contribuir para a efetivação da política energética nacional? A questão dos formuladores.

Eu quero cumprimentar V. Sª também, Felipe. O nosso Deputado do PMDB do Rio de Janeiro esteve falando comigo do seu compromisso, do seu patriotismo, da sua experiência. Então, quero cumprimentar o nosso Deputado do PMDB do Rio, que estava aqui conosco nesse instante, cumprimentar você e dizer que é com muita alegria que nós estamos aqui encaminhando a sua questão.

Querido Décio, a sua experiência na área pública, a sua experiência trabalhando a vida inteira na Petrobras, passando pelos diversos departamentos e áreas da Petrobras... Na empresa em que trabalhei, chamada CEB (Companhia Energética de Brasília), eu fui de estagiário a diretor da empresa. Então, eu sei o que é a experiência de passar por todas as áreas de uma empresa. Então, você tem um currículo excepcional, preparadíssimo para poder assumir a função, porque conhece totalmente por dentro as nuances desse mercado quando você foi do início ao fim da carreira na Petrobras. Então, tem todo conhecimento e toda condição de colaborar de forma cidadã, de forma a podermos recuperar o mercado que perdemos por causa de todo esse parafuso em que entramos.

A primeira pergunta é como você, como nosso diretor, está prevendo contribuir com todo esse seu conhecimento de logística, com todo esse seu conhecimento de distribuição, com todo esse seu conhecimento de perfuração, para enfrentar as dificuldades de pesquisa? Como fazer para tirar a Petrobras da situação em que se encontra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Inclusive, eu queria até que o Felipe também pensasse sobre esse novo modo de partilha, colocasse como você está vendo a forma, já que nós aqui na Casa aprovamos uma forma diferenciada para não obrigar a Petrobras a ficar tendo, obrigatoriamente, de participar daquilo que ela acha que não vale a pena.

O Décio, além de ser tudo isso que falei, também é um colega engenheiro eletricista. Então, estou entre colegas, meu nobre decano. Estamos aqui com dois engenheiros eletricistas e mais um engenheiro eletricista que está perguntando. O Décio se formou em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a grande UFRGS, e tem um currículo excepcional de pós-graduação, além dessa experiência que acho que é a mais importante, que é a sua vida pregressa de mais de 30 anos na Petrobras.

Vou direto às perguntas, Décio.

Dentro da agenda Brasil, foi aprovado recentemente pelo Senado Federal o Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2013, chamado de Lei Geral das Agências Reguladoras.

A proposta aprovada veda aos membros da Diretoria da ANP participar, por exemplo, de conselhos de administração ou fiscais de empresas de qualquer espécie. É sobre essa temática que lhe indago o seguinte.

1) V. Sª é favorável a que a diretores da ANP sejam nomeados para conselho de administração ou fiscal das Empresas de Pesquisa Energética (EPE) ou do Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA)? Isso não seria um claro conflito de interesses?

Isso é importante, porque os conselhos de administração, muitas vezes, em vez de serem utilizados para ajudar as empresas a realmente darem um norte mais tranquilo paras suas administrações, são usados para fazer complementação de salário. Eu sou sabedor, como servidor público concursado, de que o salário de diretor não é muito aprazível, é um salário pequeno, baixo. Vocês vão pegar um salário baixo. Uma forma que o pessoal fazia era esses conselhos, mas isso gera um conflito de interesse. Então, eu quero ouvir sua opinião com relação a isso.

2) Não se enquadraria como conflitante também o exercício de cargos em comissão dentro da ANP por empregados da Petrobras? Tanto dentro da ANP, quanto dentro do Ministério de Minas e Energia, porque eu creio que o lugar de empregado da Petrobras é na Petrobras ou, se não, num cargo indicado, eleito e sabatinado pelo Senado Federal, como você está indo agora. Você, inclusive, está aposentado. Então, não teria problema nenhum. Mas eu falo do empregado da ativa da Petrobras, da Eletrobras ou de qualquer empresa: tem que estar na sua empresa pública, na sua empresa de economia mista, e não tomando vaga dos concursados que estão nos ministérios, que estão lá para trabalhar – e fazendo salários milionários, como acontece com os funcionários, principalmente do setor elétrico, o setor da Petrobras, o setor do Banco do Brasil, nos Ministérios, onde eles estão requisitados. Nós temos concursados em condição de assumir os postos, mas essas pessoas estão lá, fazendo salário extrateto, de R$100 mil, R$150 mil, enquanto ficamos nós aqui, os políticos, sendo acusados de ser marajás, recebendo o teto constitucional.

Eu entro aqui às 8 horas da manhã e quando saio é meia-noite, mas não cumpri minha agenda toda, de tanto trabalho que eu tenho. Como servidor público concursado, eu entrava às 9 horas e saía às 18 horas e cumpria toda a minha agenda com tranquilidade e tempo para a minha família.

Então, não dá para a gente, trabalhando desse tanto, ser acusado dessa forma, enquanto as pessoas de estatais, que tinham que estar na estatal ou que tinham que estar na economia mista, vão para os ministérios que têm que fazer política pública, o que gera conflito de interesses com essas empresas – ou indo para outros lugares indevidamente.

Então, eu quero ouvir sua opinião sobre isso, já que você foi um trabalhador ao longo da vida dentro da Petrobras, com uma ficha corrida excepcional. Por isso é que eu nem quis fazer pergunta, já fui e votei logo, meus dois votos favoráveis a vocês dois, porque eu sei que são duas indicações meritórias.

Última pergunta: em sendo um instrumento de captura do agente regulador pelo regulado, no caso da Petrobras, como V. Sª pretende coibir tal prática? Aquela prática de o funcionário da Petrobras ir lá, assumir posto dentro da ANP ou dentro do Ministério, coisa e tal, porque é conflitante.

Então, essas são as perguntas que eu gostaria que V. Sªs nos respondessem com confiança e com clareza. Se nós tivermos que definir uma remuneração mais justa para os diretores das agências reguladoras, eu sou um dos primeiros parceiros a realmente ter que discutir isso, porque não tem que fazer complementação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

salarial nem com conselho nem com acumulação de salário. Tem que ter um salário só, único, digno e que realmente seja merecedor da experiência e do conhecimento que cada um de vocês tem.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço desculpas por ter que me retirar para outra comissão, mas vou pegar as respostas de vocês pelo vídeo, pelo áudio, na confiança de que vocês farão o melhor.

Muito obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Hélio José.

Antes de dar a palavra aos indicados para a ANP, quero registrar a presença da Srª Janaína Hiteaga, que é assessora parlamentar da ANP, registrar a presença do ex-Deputado Paulo Silva, chefe da assessoria parlamentar da ANP, e do Sr. Marco Antonio, chefe do escritório de Brasília da ANP. É um prazer recebê-los todos.

Passou por aqui e me pediu para fazer um convite – convidar as mulheres sobretudo – a Senadora Vanessa Grazziotin, porque está sendo realizado no Petrônio Portela um seminário sobre a participação feminina na política. Há lá um grande número de mulheres. Naturalmente que os homens não deixarão de prestigiar esse evento.

Concedo a palavra ao Dr. Décio Oddone da Costa para responder as indagações do Senador Valdir Raupp.

Quanto ao Senador Hélio José, ele mesmo solicitou a gravação desta reunião para tomar conhecimento das respostas – ou então encaminharíamos também por escrito aos senhores indicados.

Peço apenas ao Senador Valdir Raupp que assuma aqui a cadeira – hoje estou despreocupado quanto à possível ambição do Senador Valdir Raupp! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Concedo a palavra ao Dr. Décio Oddone para suas considerações e respostas.

O SR. DÉCIO FABRÍCIO ODDONE DA COSTA – Senador Valdir Raupp, bom dia.

Obrigado novamente pela oportunidade de responder as perguntas.

A primeira pergunta é quanto à distribuição de renda no setor de petróleo e gás. A distribuição da renda gerada pela atividade de petróleo e gás é determinada pela legislação e pelas políticas emanadas do Conselho Nacional de Política Energética. À ANP cabe cumprir essas políticas, aplicar normativas e os contratos que foram assinados, frutos das licitações de blocos de exploração e outras atividades.

Quanto à questão de precificação de combustíveis e o reflexo que isso tem na sociedade: o Brasil vive um sistema de liberdade de preços em que as empresas determinam os preços e a ANP não tem interferência na formulação desses preços. O que a ANP faz é semanalmente acompanhar os preços, tanto da distribuição quanto ao consumidor final.

Em relação à pergunta do que faríamos para aprimorar a ANP, eu diria que, neste momento em que o País precisa urgentemente retomar o crescimento econômico, como os Senadores comentaram, gerar emprego e aumentar renda, o que nós precisamos é buscar eficácia, fazer a coisa certa, eficiência, fazer de forma correta e rápida, e ajudar os agentes econômicos que geram emprego e renda para que possam exercer suas atividades. Nós temos que ser facilitadores para que os investimentos sejam feitos e, a partir daí, emprego e renda sejam gerados.

Respondo ao Senador Hélio José. Ele perguntou como a gente poderia contribuir para que a Petrobras saísse da situação em que se encontra – e está saindo. A agência reguladora, sendo um órgão eficiente, sendo um órgão transparente, sendo um órgão facilitador, estará contribuindo para que a Petrobras e todas as outras empresas que operam no ambiente brasileiro possam conduzir seus negócios de forma correta e eficiente. Essa é a contribuição maior que a agência pode dar a essas empresas.

O Senador perguntou sobre a questão da participação de executivos da ANP em conselhos de empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do setor público. Nunca dei muito pensamento a essa questão, mas pensando rapidamente, eu diria que sim, que haveria conflito de interesses no caso de empresas privadas. No caso de empresas do setor público que interagem com a agência também, que formulam políticas e que tenham relação com a atividade da ANP, acho que esse conflito, se existe, é muito pequeno.

Quanto à questão da presença de funcionários da Petrobras tanto na ANP quanto no Ministério de Minas e Energia, eu gostaria de lembrar ao Senador que a gente vem de uma situação em que, até 1997, a Petrobras era monopolista no segmento de petróleo e gás natural no Brasil. Não existia no Brasil formação de técnicos além da formação proporcionada pela Petrobras –eu mesmo e o Marco Antonio, aqui presente, meu colega de curso de formação na Petrobras, entramos na Petrobras em 1985 –, a única forma de ser técnico em petróleo no Brasil era seguir o processo através da Petrobras. Creio que a origem da presença de profissionais da Petrobras em outros órgãos de governo – imagino que isso aconteça para outros setores também – é o fato de que a Petrobras foi a formadora dos quadros nacionais nessas atividades.

Imagino que, à medida que a gente vá se afastando dessa situação, com a abertura que começou com a lei que criou a ANP, o Conselho Nacional de Política Energética e acabou com o monopólio da Petrobras em 1997, vá gerando novas gerações de técnicos que, aí sim, vão poder ocupar esses espaços, e a gente vai depender cada vez menos desses quadros que foram originalmente formados pela Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Dr. Felipe Kury.

O SR. FELIPE KURY – Primeiramente gostaria de agradecer a pergunta do Senador Valdir Raupp.

Acho que a primeira pergunta é bastante pertinente, sobre a forma de administração e gestão da organização da ANP. O mercado está passando por grandes transformações. A gente entende que existe um sistema que hoje é centralizado e integrado em função da presença da Petrobras como provedor de toda a infraestrutura e fornecimento de combustíveis no País.

Esse sistema vai sofrer transformações com o plano de desinvestimentos da Petrobras e vai abrir oportunidades para empresas de diversos setores. Assim, o sistema passa a ser descentralizado, não necessariamente integrado. Eu entendo que a tecnologia, a inovação e a abordagem de como monitorar esse sistema e a forma de trabalho possivelmente devem sofrer transformação também. A agência foi criada para monitorar e regular um segmento que estava realmente centralizado. Então, eu acredito muito que inovação, tecnologia e processos adequados podem ajudar muito a endereçar esse novo ambiente. E acredito que tanto o Dr. Décio quanto eu temos condições de abordar e ajudar os colegas da ANP nesse processo de transformação.

Quanto à contratação onerosa da Petrobras, isso foi definido por pela Lei nº 12.276, de 2010, num outro momento, num outro contexto do Brasil. O barril de petróleo naquela época, se eu não me engano, devia estar próximo de US$100 ou US$120. A Petrobras fez um processo recapitalização. Se eu não me engano, levantou R$120 milhões, dos quais R$70 milhões foram pagos à União e US$42 milhões foram para cessão onerosa, no valor, se não me engano, de US$8,56 pelo preço do óleo extraído. E esse momento deu oportunidade para a Petrobras começar como operador único a explorar o pré-sal.

Evidentemente, as condições hoje são diferentes, tanto que – e este é o momento de negociação entre a União e a Petrobras – está sendo endereçado, inclusive pelo CNPE, como evoluir nessa questão da contratação da Petrobras para a região de cessão onerosa.

Então, eu entendo que o CNPE e a ANP, com os dados que a ANP está provendo para o Conselho, vão endereçar esse problema. A Petrobras contratou uma certificadora, e a ANP, outra certificadora. E essa negociação está em andamento. Eu não tenho detalhes de como está a negociação, mas está sendo, se eu não me engano, endereçada hoje numa reunião no CNPE.

Como não há mais perguntas do Senador Valdir, gostaria de passar a responder ao Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu pediria a V. Sª que, em função dos nossos compromissos, deixasse a resposta do Senador Hélio José para que nós pudéssemos levá-la por escrito.

O universitário está garantindo aqui...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Poderia fazer apenas mais uma perguntinha, Sr. Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Claro.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – A Petrobras começou a se desfazer de alguns ativos fora do Brasil. Agora, há poucos dias, o Tribunal de Contas da União parece que interrompeu isso, proibiu a Petrobras de vender esses ativos. Quero perguntar se os diretores já estão inteirados desse assunto e se é pertinente, se o Tribunal de Contas tem razão ou não, e se a Petrobras deve continuar se desfazendo desses ativos para poder fortalecer o caixa da empresa.

O SR. FELIPE KURY – Acho que isso é uma questão de estratégia da empresa. É muito complicado a ANP se pronunciar em relação a essa estratégia, porque a Petrobras está vivendo um momento bastante difícil e precisa encontrar soluções nesse mercado e nesse processo. Então, é muito difícil opinarmos sobre isso.

O SR. DÉCIO FABRÍCIO ODDONE DA COSTA – Concordo com o Felipe. A estratégia de cada companhia pertence à companhia e é definida no seu conselho de administração. No caso da Petrobras, então, a estratégia dela é definida no seu próprio conselho de administração.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quero agradecer a participação, ainda, na nossa reunião, das componentes da Secretaria de Comissões, que estão quase invisíveis ali – Sílvia Medeiros, Andréia Mano, Maria Isabela Campos –, agradecer à Ana Luiza Guimarães, do registro taquigráfico, e dizer que eu sou ainda do tempo de mandar resposta por escrito – avaliem só! O universitário me observou que temos que mandar por *e-mail*...

Eu gostaria de registrar a presença do nosso Senador Wellington Fagundes e de agradecer aos nossos dois indicados para a direção da ANP, Felipe Kury e Décio Oddone. Quero dizer que o desempenho deles não deixou nenhuma dúvida de que estamos diante de escolhidos que vão cumprir com todo o brilhantismo as suas funções. Esta Comissão não apenas sabatina; ao final, como é o caso dos senhores, ela deposita um voto de confiança no desempenho de cada um.

E agora eu tenho que ser fiel também àqueles que usaram os meios eletrônicos para se fazerem presentes aqui: "Gostaria de saber do novo diretor da ANP" – dos novos diretores, quem puder responder – "quais são os planos para frear o encolhimento brusco da Petrobras, concentrando todo seu investimento [...] [no Nordeste]."

Também temos aqui uma pergunta de Deivson Timbo, do Distrito Federal: "Como a ANP deve atuar para fomentar a competitividade em mercados [...] da cadeia de comercialização que a Petrobras ocupa posição dominante, praticamente monopolista?"

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria só de registrar que já estamos finalizando o ano, mas principalmente as nossas atividades aqui da Comissão – a pauta está toda sendo concluída –, e mais uma vez registrar o papel da Presidência desta Comissão. Desde o início, havia aquela angústia de ter a maioria das nossas agências na interinidade, e todos sabemos que a interinidade sempre leva à demora nos processos, à não apreciação, enfim, a própria agência fica ali capenga no seu dia a dia.

Hoje estamos praticamente concluindo esse trabalho com mais dois diretores e fazendo com que as nossas agências tenham poder regulatório, de fiscalização, podendo agir com toda tranquilidade com seus membros. A maioria delas já possui titulares, com isso tem a estabilidade necessária.

Eu tenho que registar aqui o papel de V. Exª de buscar, de forma até obsessiva, que todas as agências cuja responsabilidade fosse da nossa Comissão de Infraestrutura pudessem, então, chegar a esse momento.

Eu quero agradecer aqui também a parceria que tivemos durante todo esse período, inclusive agradecendo a presença de V. Exª no 1º Congresso Internacional do Futuro, realizado pela Comissão Senado do Futuro, a qual presido. Para mim, foi um aprendizado muito grande poder conviver com V. Exª como Presidente, uma pessoa experiente, que já foi tudo, mas que vai ser muito mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não tenho idade mais para nada!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Quero aqui aproveitar também para desejar a todos que possamos concluir os trabalhos. Hoje ainda temos intensas votações. Temos que votar o Orçamento – já passei na Comissão Mista de Orçamento –, temos que votá-lo lá. Eu sou Relator da LDO; temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que concluir a votação da LDO; temos que concluir a votação do Orçamento; temos que votar também uma coisa extremamente importante para o meu Estado, que é a questão do FEX (Fundo de Compensação das Exportações), da mesma forma que também conseguimos colocar – quero anunciar aqui –, no Orçamento do ano que vem, o FDCO, que é um recurso muito importante para nossa região.

Eu desejo aqui um bom Natal a todos e que possamos superar todas essas dificuldades para que possamos ter um ano que vem de muitas oportunidades.

E quero parabenizar o nosso universitário, com toda equipe aqui da Comissão de Infraestrutura, até porque – não é, Presidente? – ninguém faz nada sozinho. Então, todo elogio que V. Exª merece, com certeza, teve a parceria aqui de todas essas pessoas que contribuem aqui, na Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes, como sempre muito generoso com relação ao nosso desempenho aqui, na Comissão.

Quero trazer o meu testemunho do êxito do seminário do Senado do Futuro, que foi promovido graças à pertinácia, à obstinação do Senador Wellington Fagundes. Parabéns, Senador Wellington Fagundes.

Eu quero cumprimentar – e aproveito para agradecer-lhe – um nome realmente meio invisível, porque ele está ali atrás, garantindo as imagens desta Comissão para todo Brasil, como os Senadores gostam de dizer – eu tenho minhas dúvidas se é todo Brasil –: Paulo Cesar Simões tem a minha gratidão neste último dia à frente desta Comissão.

Igualmente, Ricardo Wallace, que é responsável pelo som. Esses homens são invisíveis mesmo... Cadê ele? Ah! Está ali. São invisíveis, mas são presentes! Agradeço penhoradamente a vocês todos.

Se os senhores desejarem, poderão fazer, ao mesmo tempo, as últimas considerações e responder...

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... ou fazer algumas observações.

Senador Deca, V. Exª me desculpe.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Eu queria apenas parabenizar o Sr. Décio e o Sr. Felipe Kury pela brilhante explanação que fizeram aqui. Eu não estava presente, mas acompanhei um pouco vindo para cá. Estava em uma audiência e peço desculpas por não ter chegado na hora. Mas quero parabenizar e fazer votos de boa gestão na condução à frente dos trabalhos da ANP. Quero também dizer que tenho certeza absoluta, pela experiência dos dois, falando diretamente para os dois, de que a ANP estará em boas mãos. O voto que dei, favorável, é um voto de trabalho, de dedicação e de esforço às causas do povo brasileiro, porque é ele que precisa de técnicos como vocês para que possamos avançar na nossa economia. Neste momento, a economia brasileira precisa de muito esforço e de muita dedicação. Por vocês estarem dispostos a contribuir com o nosso País, o meu voto foi "sim". Tenho certeza de que a atuação dos senhores será gratificante para o Brasil como um todo. Muito obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Deca, que é paraibano. O Senador Valdir Raupp é de Rondônia. São os últimos dos moicanos que se fazem presentes aqui.

Temos um quórum já muito expressivo e vamos dar a palavra, para as últimas considerações, ao Décio Oddone e, depois, ao Felipe Kury.

O SR. DÉCIO FABRÍCIO ODDONE DA COSTA – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de encerrar respondendo às perguntas que vieram por *e-mail*. A primeira delas é sobre como frear o encolhimento da Petrobras. Nós já havíamos mencionado que a estratégia da Petrobras pertence à própria companhia e é definida por seu conselho de administração. O que a agência pode fazer é, dentro do seu escopo de atividades, ser o mais transparente possível, o mais eficiente possível, o mais prático possível para facilitar as atividades da Petrobras e das outras empresas, de forma que elas possam ser bem-sucedidas nos seus negócios e, ao serem bem-sucedidas nos seus negócios, poderem escolher onde vão investir.

A segunda pergunta é sobre como fomentar a competitividade no setor de combustíveis, um setor que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

hoje é caracterizado pela presença dominante da Petrobras.

O papel da ANP é um papel de agência, de regulador, que deve tratar todos os agentes do setor de forma igual, sem nenhuma preferência, com igualdade, com transparência, com eficiência, e é isso que nós esperamos poder fazer na agência se formos aprovados nesta sabatina, no plenário, e confirmados pelo Presidente da República.

Eu gostaria, então, para terminar, de agradecer a atenção dos Srs. Senadores, agradecer a gentileza do Senador Garibaldi durante todo esse período e de todos os Senadores, pela atenção que nos prestaram durante esta manhã.

Muito obrigado.

O SR. FELIPE KURY – Bem, com relação às perguntas, eu acredito que o Sr. Décio Oddone já as endereçou. Eu só complementaria que, na questão dos campos terrestres, a Petrobras, decidindo sair desse negócio, a ANP vai relicitar e, eventualmente, outros investidores vão participar do negócio.

Com relação à competitividade, eu concordo com o Dr. Décio Oddone. A agência pode facilitar, em termos de regulação, para que o mercado funcione de uma forma eficiente e pode tratar todos os agentes de uma forma justa, transparente, e fornecer, de certa forma, do ponto de vista regulatório, incentivos para que a indústria volte a investir e, assim, comece a retomada do crescimento econômico.

Eu gostaria de agradecer a atenção de todos. Foi uma oportunidade muito importante estar aqui. Quero agradecer ao Presidente, Senador Garibaldi, ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Deca, e a confiança depositada no nosso início de gestão. Esperamos corresponder às expectativas com uma agenda positiva, principalmente para a criação de empregos, algo de que o Brasil tanto precisa neste momento.

Mais uma vez, obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu determino... Determino, não, porque a essa altura eu só posso pedir, já estou quase na hora final da despedida...

Eu quero que se abra o painel para que nós possamos comprovar aqui a aprovação dos indicados. (*Pausa.*)

Alguns minutos de suspense...

Décio da Costa: SIM, 15; NÃO, zero.

Felipe Kury: SIM, 15; NÃO, zero.

O resultado confirmou a aprovação do desempenho de cada um, e eu quero agradecer aos dois os esclarecimentos prestados.

Já estou tomando água para segurar a emoção da despedida. Eu não gosto de despedidas, mas quero dizer da saudade que vou ter de todos os que fazem esta Comissão. Não vou ter tanta do universitário, porque, na verdade, o universitário, aqui e acolá, não me perdoa. (*Risos.*)

Eu quero agradecer a Thales e a todos aqueles que ajudaram esta Comissão. Inclusive, quero estender o agradecimento aos assessores e assessoras dos Senadores que ficam aqui ajudando na tarefa dos Senadores. E quero dizer que estar à frente desta Comissão foi mais uma oportunidade não apenas de servir ao Senado, mas de servir ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O universitário não me perdoa: antes de encerrarmos a presente reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da reunião anterior e desta reunião.

Estão submetidas a votação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

As atas estão aprovadas.

O universitário ainda quer convocar uma reunião, mas não será possível, talvez, em função dos trabalhos parlamentares.

Muito obrigado.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Reitero os meus agradecimentos.

Está encerrada – agora está mesmo! – a presente reunião – universitário, não venha perturbar os trabalhos!

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e três minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Edison Lobão e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RQI 59/2016, de autoria do Senador Hélio José e do Senador José Pimentel. **Finalidade:** Debater a situação atual do sistema Eletrobras. **Participante:** Pedro Tabajara Blois Rosário, Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários - FNU. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Bom dia.

Quadragésima Segunda Reunião da CI, 15 de dezembro de 2016.

Declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviço de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Alô Senado: antes de iniciarmos a audiência pública, eu gostaria de informar que a população poderá participar do nosso debate, enviando perguntas e comentários aos convidados. Dessa forma, os cidadãos que queiram participar da audiência pública podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o telefone 0800-612211.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 59, de 2016, da minha autoria, para debater a situação atual do Sistema Eletrobras. Para tanto, convido para compor a Mesa, Pedro Tabajara Blois Rosário, Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU). Por favor, Pedro. Como é que vai?

09:04

Informo que foram convidados para esta audiência pública, oficialmente, o Sr. Fernando Coelho Filho, Ministro do Estado de Minas e Energia (MME); o Sr. Wilson Ferreira Junior, Presidente da Eletrobras; o Sr. Romeu Donizete Rufino, Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica; o Sr. Tito Cardoso de Oliveira Neto, Diretor-Presidente da Eletronorte; além do representante da FNU, Dr. Pedro Tabajara Blois Rosário.

Temos aqui, sobre a mesa, algumas justificativas das ausências, que passo a ler. Esta é do Ministério de Minas e Energia, não é isso?

De ordem do Sr. Ministro das Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, faço menção ao Ofício [...] [tal], de 30 de novembro de 2016, por meio do qual S. Exª o Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, convida este Ministério para participar de audiência pública em atendi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mento ao Requerimento nº 59, de autoria do Senador Hélio José, destinada a debater a situação atual do Sistema Eletrobras, que se realizará nesta data, 15 de dezembro de 2016, quinta-feira, para informar da impossibilidade de participação deste Ministério neste evento, tendo em vista que os titulares das áreas responsáveis pelas informações atreladas ao tema, que poderiam contribuir com o debate proposto, estão cumprindo agendas oficiais e missões institucionais nessa data.

Este Ministério lamenta não ter atendido, nessa ocasião, a solicitação desta Comissão, mas acredito que continuará a participar, em oportunidade futura, das audiências chamadas pelo Exmo Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura, contribuindo para o melhor debate entre as matérias afetadas a esta pasta.

Esse foi do Ministério de Minas e Energia. Da Eletrobras:

Prezados senhores,

Seguindo a orientação do gabinete da Presidência, informo, em função de problemas emergentes, que os representantes da Eletrobras não poderão participar da audiência pública que será realizada amanhã [...]

Renata Petrocelli Bezerra Paes

Gerente de Comunicação de Relações Institucionais da Eletrobras.

Da Eletronorte:

Sr. Presidente, considerando a informação recebida pela Secretaria da Comissão de Infraestrutura sobre a impossibilidade de participação de representantes do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobras, na audiência pública agendada para esta manhã, às 9 horas, e tendo em vista que o tema objeto da audiência é de competência das referidas entidades, pedimos desculpas e cancelamos a participação desta Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), contando com a compreensão de V. Exª, e nos colocando à disposição.

Então, esse aqui é da Aneel. O que ocorre? A Eletronorte, a Eletrobras, o Ministério de Minas e Energia e a Aneel decidiram, de forma uníssona, ausentar-se da reunião, o que não tira o brilhantismo da reunião que nós possamos fazer, meu querido Pedro Tabajara.

09:08

Vamos colocar aqui tanto as preocupações do Parlamento quanto as do ponto de vista dos trabalhadores, que V. Sª está trazendo, e deixar registrada a situação. Nós lamentamos, porque seria uma grande oportunidade tanto para o Ministério quanto para a Eletronorte, para a Eletrobras e para a Aneel se posicionarem sobre esse novo modelo a ser discutido para o Sistema Eletrobras.

Quanto à MP 579, a falta de discussão desmantelou muito o setor elétrico e me parece – espero que não seja isso – que as pessoas responsáveis também por essas mexidas agora, na Eletrobras, estão preferindo pegar o caminho da não discussão adequada sobre as mudanças que estão sendo propostas. Eu tenho essa preocupação, mas vou aguardar, até porque, no meu diálogo com a Diretoria da Eletrobras, até ontem à tarde, eles tinham confirmado a presença de dois superintendentes, a Aneel estava confirmada e o Ministério estava confirmado até o final do dia, e eles viriam. De última hora, porque o Presidente não poderia vir, que era a pessoa que estava melhor conduzindo a questão, queriam que – pessoal, por favor – adiássemos a nossa audiência pública para a semana que vem. Mas os trabalhos legislativos, como o meu querido universitário já deixou claro, estão previstos para irem até sexta-feira, que é amanhã. Então, ficaríamos prejudicados se nós prorrogássemos para a semana que vem esta audiência pública.

Então, só tínhamos duas alternativas: ou faríamos audiência pública hoje, mesmo prejudicada com a ausência do Governo, ou não faríamos de jeito nenhum, cancelaríamos a audiência pública e deixaríamos para o ano que vem. Como é emergente o tema, eu preferi manter o feitio dela, para, pelo menos, externarmos, de forma oficial, aqui a posição dos trabalhadores, a posição do Parlamento, deixando clara a nossa preocupação em discutirmos, com tranquilidade, essa questão tão importante que mexe com tantas famílias e que mexe com o futuro do País, porque, sem energia elétrica, nós não vamos a lugar nenhum. Então, vai aqui a minha fala oficial que eu farei aqui na presença de todos.

Desde que tive o privilégio de ocupar uma cadeira no Senado Federal, assumi a questão energética como uma das prioridades do meu mandato. Desde que a oferta de eletricidade não seja adequada às necessi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dades do País, compromete-se o seu desenvolvimento econômico. Sem essa premissa, nossa indústria fica impedida de crescer, e o Brasil impedido de avançar. Então, a nossa grande preocupação é porque a energia é básica para o desenvolvimento, e nós precisamos que a empresa gestora das subsidiárias de energia elétrica do País tenham tranquilidade para fazer esse trabalho. Venho tentando contribuir para desatar o nó desse setor. Recentemente tive a felicidade de presidir a Comissão Mista da Medida Provisória nº 735, de 2016, a qual trouxe aperfeiçoamento importante para a gestão do sistema elétrico nacional com a sua conversão na Lei nº 13.360, de 2016.

09:12

Nessa oportunidade também – todo mundo sabe que a Eletrobras era a gestora do fundo da conta maior, do CDE –, a Eletrobras não veio à audiência pública em que discutimos toda essa questão. Então, é estranho, é não republicano esse comportamento de a Eletrobras não ter vindo fazer a discussão. Mas eu quero entender que foi uma questão de momento e que nós retomaremos, breve, breve, para essa discussão.

Com apoio do Senador José Pimentel, temos a oportunidade de debater agora, nesta Comissão, o preocupante e atual cenário do Sistema Eletrobras, um gigante mundial do setor elétrico e uma de nossas joias nacionais. Senhoras e senhores, este colapso foi concebido por Getúlio Vargas, em 1954, e teve uma gestação de oito anos até nascer. Seu embrião passou sete anos sendo discutido no Congresso Nacional, para ser implantado um ano mais tarde por João Goulart, em 1962.

De lá para cá, a estatal se consolidou como o maior conglomerado de capital aberto no setor elétrico da América Latina. Formada hoje por 16 subsidiárias, ela responde por um terço da capacidade instalada brasileira, possui quase metade das linhas de transmissão existentes em Território nacional e distribui energia a mais de 6,2 milhões de clientes. Então, não é pouca coisa, não; é muita coisa. Não é, meu querido representante da FNU?

Anoto que a Celg Distribuição foi privatizada em leilão realizado no último dia 30 de novembro de 2016, com ágio de 28,03% e valor de 2,187 bilhões pela empresa italiana Enel. Trabalhei com o Vendramini ali, que é do Parlamento Europeu no Brasil. Este foi o primeiro processo de privatização na gestão do Presidente Michel Temer: a Celg foi privatizada por esse valor de R$1,182 bilhão. Esse foi o primeiro leilão do Presidente Temer.

A Eletrobras é um dos maiores patrimônios da União. Qualquer governante, em qualquer lugar do mundo, faria tudo para mantê-la operando plenamente e em benefício de seu povo. Em 2012, em vez de preservar esse enorme ativo, o Governo Federal anterior optou por quase demoli-lo com a Medida Provisória nº 579, que é a de que eu falei que desarticulou todo o setor elétrico. A medida provisória transformada na Lei nº 12.783, de 2013, antecipou a renovação de concessões do setor elétrico, em busca de uma redução forçada das tarifas de energia elétrica.

A diminuição tarifária teve o efeito de sufocar uma organização antes bem oxigenada. Na época da edição da MP, as hidrelétricas brasileiras vendiam o megawatt-/hora por R$120, em média; e a Eletrobras foi obrigada a praticar o preço de R$9; de R$120 para R$9 o megawatt/hora, isto é, mais de 90% de desconto sobre o valor do mercado, o que praticamente quebrou o setor elétrico. Além disso, a medida provisória obrigou a uma redução de 10 bilhões – vou repetir o valor: uma redução de 10 bilhões – no valor patrimonial da empresa. O resultado dessas ações desastrosas foi empurrar o conglomerado para os braços da crise.

09:16

Em 2012 e 2015, inclusive, o prejuízo acumulado da empresa alcançou a cifra de 31 bilhões. Só agora começam a aparecer resultados positivos, com 9,6 bilhões em lucro, nos primeiros nove meses deste ano – até que enfim. Ainda assim, a empresa continua em convalescença e inspira cuidados.

Em 2010, seu valor de mercado era de 46 bilhões; despencou para 9 bilhões em 2015, para alcançar cerca de 31 bilhões no último mês de outubro. É uma retomada significativa. Porém, a companhia continua valendo um terço a menos do que valia há seis anos. Há, portanto, muito a fazer para manter essa trajetória ascendente. Nesse instante de recuperação e de muito trabalho a fazer, todas as mãos e todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

os cérebros são necessários. Daí eu estranhar a ausência do Ministério, da Eletrobras e da Aneel, neste momento tão importante de recuperação e consolidação da empresa Eletrobras.

Os recursos humanos da Eletrobras se configuraram em sua usina de força. São pessoas de grande dedicação e de grande capacidade técnica, quadros que devem ser mantidos para o bem da empresa. Infelizmente não é esse o entendimento do Executivo, que faltou à reunião. O Governo Federal quer estimular aposentadorias e demissões na estatal, podendo atingir até 7,5 mil funcionários, ou seja, é um patrimônio de 7,5 mil servidores, que, ao longo do tempo, foram treinados, foram capacitados e que, de repente, serão estimulados a se desligarem da empresa, pondo em risco todo o sistema elétrico nacional. Isso é o que nós deveríamos debater aqui hoje.

Senhoras e senhores, desligar esses trabalhadores num momento de crise pode parecer uma boa solução de curto prazo, mas é um equívoco no longo prazo. As aposentadorias e demissões incentivadas irão subtrair da Eletrobras profissionais que têm grande familiaridade com o setor elétrico. Sem essa equipe, um volume enorme de conhecimentos será perdido. Já vimos passar vários programas de desligamento denominados voluntários e os seus resultados foram pífios. Pelo que se sabe, nenhum desses programas proporcionou melhoria efetiva à empresa que o colocou em prática. Parece que a lição ainda não foi aprendida. Mais do que isso, novos técnicos terão que ser contratados e treinados para substituir quem se foi, e a nova safra de profissionais menos experientes, sem dúvida, terá mais dificuldade para enfrentar os desafios existentes no setor.

Eu estava ali com o meu assessor Gilson, uma pessoa que trabalhou na Eletronorte por mais de 30 anos. Eu mesmo trabalhei na CEB por 26 anos, trabalhei na Eletronorte por 3,5 anos. Eu sei o que é uma vida dedicada a um setor estratégico, como é o setor elétrico. Quando você perde um quadro formado ao longo da história, você leva um prejuízo muito grande e muito tempo para repor o acervo técnico. Será muito prejuízo para repor.

Neste momento, convivemos com uma razoável oferta de energia elétrica em virtude do desaquecimento da economia. Contudo, no dia 13 de dezembro de 2016, a situação dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas, conforme informação do Operador Nacional do Sistema (ONS), era a seguinte: na Região Sudeste/Centro-Oeste, estava num nível de 32,98%; na Região Nordeste, 12,65%; na Região Norte, 18,1%; e na Região Sul, no período chuvoso lá, 65,17%. Ou seja, hoje a situação de acumulação de água nos reservatórios é restrita em três regiões do País. Só o Sul está bem. Temos que torcer para chover muito até o fim desse período úmido pelo qual estamos passando.

09:20

Estamos vivendo uma realidade de confortável oferta de energia elétrica em virtude do desaquecimento da economia. Isso é lamentável. Se nós tivéssemos com uma oferta de energia porque temos muita energia produzida, muita oferta, que o preço estaria até mais baixo, tudo bem; mas não, nós estamos com um desaquecimento enorme da economia e isso leva prejuízo para todos os setores. Era por isso que nós iríamos hoje aqui dar prosseguimento e abrir esse debate com o Governo nessa área tão estratégica.

Estamos vivendo uma realidade de confortável oferta de energia elétrica em virtude do desaquecimento da economia, como já disse. No entanto, é bom recordar os anos de 2014 e 2015, quando houve ameaça de racionamento energético sustentada por uma seca prolongada no País.

Senhoras e senhores, tenho duas certezas: nossa atividade econômica voltará a crescer e haverá outras secas no futuro. Não tenha dúvida de que isso vai acontecer. Quando isso acontecer, precisaremos dos melhores técnicos, dos profissionais mais experientes para assegurar o fornecimento de energia aos nossos lares e empresas. Porém, eles talvez não estejam mais disponíveis por terem sido demitidos ou mesmo aposentados.

Se o Governo prosseguir com suas intenções, conseguirá, com um único movimento, causar um duplo dano: privará a empresa Eletrobras e suas subsidiárias de recursos humanos inestimáveis ao seu crescimento de médio e longo prazo e aumentará o desemprego no País. Essa era a preocupação que nós deveríamos estar aqui debatendo com o Governo, com a Eletrobras, com o Ministério de Minas e Energia e com a Aneel, porque ninguém que tem bom senso, neste País, quer que haja desemprego e que o País não cresça. Então, para o País crescer precisamos de energia, precisamos ter tranquilidade nesse setor. E precisaremos marcar, num futuro próximo, outra audiência pública com todas as partes envolvidas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

interessadas. Com certeza, na volta do recesso parlamentar, em fevereiro, representante da FNU, Pedro Tabajara, nós vamos convocar uma nova audiência.

Creio não ser preciso lembrar que 12 milhões de brasileiros estão desempregados, para perceber o quanto esses desligamentos são prejudiciais. Este é o momento de criar e manter empregos e não de eliminá-los. Não é hora de acrescentar mais 7,5 mil trabalhadores ao grupo dos desocupados, ao grupo dos desempregados, e também de desarticular mais ainda esse setor elétrico que precisa se recuperar. Por tudo isso, acho importantíssima a audiência pública de hoje. Precisamos procurar soluções para os problemas da Eletrobras, sem realizar demissões, sem alimentar o desemprego já tão forte no Brasil.

Pessoal, pode sentar aqui nessa segunda fila. Quem quiser pode sentar à vontade aqui.

Dessa forma, peço aos colaboradores de todos para um debate produtivo capaz de responder a questões cruciais para o futuro do setor elétrico nacional e para a retomada do crescimento no Brasil.

09:24

Essa era a minha fala aos representantes do Governo e dos trabalhadores aqui, nesta audiência pública.

Vamos sentando, pessoal, nessa fila aí, todo mundo.

Eu tenho perguntas importantes a fazer e eu as lerei aqui, para ficar registrado. Seriam as seguintes perguntas aos participantes desta audiência pública:

1. A Eletrobras está passando por processo de reestruturação que, se não for administrado de forma adequada, poderá levar à perda de capital intelectual de importância fundamental para o bom funcionamento dessa que é a maior empresa de energia da América Latina. Que providências a Administração da Eletrobras está tomando, para que o conhecimento adquirido por décadas, por renomados profissionais do setor elétrico, seja transferido para a geração de engenheiros mais jovens? Como está o processo de renovação do corpo de funcionários do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (Cepel) sob o controle da Eletrobras? As atividades de pesquisa e desenvolvimento setoriais estão tendo continuidade no Cepel, não obstante a reestruturação em curso?

Essas perguntas são feitas à Eletrobras, serão encaminhadas por escrito. Eu espero que a Eletrobras não se furte a respondê-las.

2. A questão que se coloca, de transferência de conhecimento, é um problema com potencial para gerar perdas irreparáveis de capital intelectual para o setor elétrico. Mas existe outro setor associado em que essa perda já é real, o setor da geração termonuclear, em que a Eletronuclear exerce papel fulcral. De acordo com o Plano Nacional de Energia 2030, a energia nuclear será uma opção estratégica para o País, nas próximas décadas, quando não houver mais possibilidade de expansão da hidroeletricidade. Portanto, é necessário que o Brasil disponha de técnicos capazes de assumir essa responsabilidade. Contudo, a descontinuidade das políticas de expansão de geração termonuclear terminou por gerar também perda definitiva no capital intelectual desse segmento. Vários técnicos de indiscutível competência já se aposentaram, sem que tivesse havido a oportunidade de transferência de conhecimento para gerações de novos profissionais, que poderiam assumir a tarefa de criar competência no segmento da geração termonuclear. E, se no Brasil se pretende iniciar a construção de usinas nucleares na próxima década, como prevê o PDE (Plano Decenal de Expansão de Energia) de 2030, é fundamental que se inicie imediatamente o processo de formação de novos profissionais para o setor. O que o grupo Eletrobras, do qual faz parte a Eletronuclear, pretende fazer para criar uma massa crítica de novos profissionais de Engenharia Nuclear que possam fazer frente a esse desafio?

Então, essa pergunta será encaminhada por escrito à empresa, solicitando a resposta.

3. Após a publicação da Medida Provisória nº 579, de 2012, a Eletrobras passou, de empresa lucrativa, para empresa com patrimônio líquido negativo, nos anos seguintes, colocando em risco a saúde financeira do grupo, mas a Eletrobras sempre foi e continuará sendo importante *player* no setor elétrico, na implantação de obras estruturantes no setor elétrico, um setor muito intensivo em capital. Como está atualmente a situação econômico-financeira do grupo Eletrobras? Quais as perspectivas econômico-financeiras do grupo Eletrobras para os próximos cinco anos? A venda de ativos é realmente imprescindível para recolocar a empresa nos trilhos? Não seria mais prudente utilizar os ativos passíveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de privatização, para agregar maior capacidade à empresa, mediante saneamento financeiro, dando ao grupo maior sustentabilidade para o futuro?

09:28

Então, essas perguntas também serão encaminhadas à Eletrobras.

4. A missão da Aneel é ser mediadora e fomentadora de uma relação balanceada entre o Governo, agentes do setor elétrico e consumidores, com o objetivo principal de fazer com que o fornecimento de energia elétrica se realize com qualidade, a preço justo, para garantir o funcionamento adequado das empresas. Considerando essa premissa, a dimensão e a importância estratégica que o Sistema Eletrobras atua fortemente na geração e transmissão de energia elétrica e as perspectivas dessa reestruturação, o que a Aneel espera de seus resultados? Então, o que a Aneel espera do resultado da reestruturação? No seu entendimento, poderá haver prejuízo ao entendimento do mercado de energia elétrica?

Então, essas perguntas serão formuladas por escrito à Aneel, e esperaremos, aguardaremos a resposta da Aneel.

5. O que a Aneel está fazendo para que os problemas de sustentabilidade financeira de empresas de distribuição de energia elétrica não prejudiquem os consumidores com queda na qualidade do serviço? Isso é fundamental, já que vai se desarticular o setor, fazer um PDV, tirar o capital construído ao longo do tempo – que são os profissionais –, substituir por profissionais que não têm o conhecimento adequado de toda essa história e que não terão a condição de manter a mesma qualidade do serviço. Então, a Aneel, que é a agência reguladora responsável pela regulação e pela fiscalização, vai precisar nos responder como é que ela vai manter a qualidade dos serviços com esse quadro que se acentua. Por isso essa pergunta.

6. Agora, do ponto de vista dos empregados, no entendimento da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), qual o resultado esperado para esse processo de reestruturação do Sistema Eletrobras? Quais alternativas deveriam ser aplicadas, em substituição ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV) que será proposto?

No momento oportuno, o nosso Pedro Tabajara, do FNU, vai poder falar sobre essas questões.

Meu amigo Thales, nós vamos mandar isso aqui para a Aneel, para a Eletrobras, para o Ministério de Minas e Energia e para a Eletronorte, solicitando a resposta. Vou mandar também o meu discurso escrito a todos eles – a minha fala, a transcrição aqui –, para que nós possamos obter deles uma resposta escrita a essas preocupações. Eu queria ver se conseguimos entrar no ano que vem com essas respostas. Então, vamos indicar um prazo, possivelmente até o dia 30 de dezembro, para que eles nos encaminhem essas respostas. Está bem, Pedro?

Há algumas outras questões importantes para reflexão. São as seguintes... Eu estou passando para você, Tabajara, para que você tenha todo o tempo para fazer a sua exposição. Acabou sendo um samba de uma nota só. Então, você terá até mais tranquilidade para expor todos os seus pontos de vista.

09:32

1. Há a previsão de adoção de um Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) para conter custos na administração. A iniciativa, se bem estruturada, possibilita a todos aqueles que já compartilharam os seus conhecimentos com a empresa, um incentivo para a segunda fase da vida, que é a aposentadoria. Todavia, não há por que partir para a demissão, caso alguns trabalhadores tomem a decisão de não aderirem ao PAI, pois o próprio Governo atualmente está com um projeto em curso para ampliar a idade limite para a aposentadoria. Entendo logicamente que cada vez mais as pessoas estão em condições de continuar no mercado de trabalho, produzindo e gerando riquezas para o País. Forçar uma demissão não estaria no caminho contrário a essa política governamental? Essa é uma pergunta importante ao Ministério de Minas e Energia e à própria direção da Eletrobras, que estaria na contramão da posição governamental que está sendo encaminhada a esta Casa, com reformas e coisa e tal, com a concordância nossa ou não. Isso é o que foi encaminhado para cá. Então, essa incoerência tem de ser respondida pelo MME e pela Eletrobras, com relação a esse programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Oh, meu amigo Lobão, nosso Ministro. Que prazer estar com o senhor aqui!

Era para ser uma grande discussão com todo o nosso setor – com o Ministério, com a Eletrobras, com a Aneel e com os trabalhadores –, mas lamentavelmente o Governo teve algum contratempo e preferiu se ausentar nesta primeira hora da audiência pública. Nós a abrimos. Estamos fazendo a primeira conversa e oportunamente, no próximo ano, vamos dar uma possibilidade, nesta mesma Comissão, para que os colegas da Eletrobras e do Ministério de Minas e Energia venham aqui nos esclarecer. Por ora, nós vamos encaminhar por escrito as perguntas aqui formuladas, solicitando, se possível, até o dia 30, para não passarmos para o outro ano, que os órgãos nos respondam por escrito os questionamentos. Estou terminando de lê-los aqui, nobre Ministro e colega Senador. Daqui a pouco, se for o caso, eu passo a palavra para o senhor.

2. Com relação ao Centro de Serviços Compartilhados (CSC), entendemos que é um ponto importante para a redução de custos administrativos. Todavia, como pensar em CSC sem antes ter esboçado claramente todos os processos da organização, inclusive com a participação dos trabalhadores? E se essa decisão já se considera um estudo detalhado do processo, por que não considerar o CSC em Brasília, levando em conta que é aqui, por estatuto, que fica a sede da Eletrobras? Essa é uma pergunta importante que tanto a Eletrobras quanto o Ministério precisam nos responder, nobre Ministro Lobão, porque com esse Centro de Serviços Compartilhados ocorrerá uma demissão grande em Brasília, na Eletronorte; uma demissão grande no Recife, para os colegas da Chesf; uma demissão grande em Florianópolis, para os colegas da Eletrosul; e uma demissão também no Rio, para os colegas de Furnas. Então, precisamos ter uma resposta adequada. Vou até pôr a Eletronorte também para responder isso aqui, representando as empresas que serão as subsidiárias, que serão mais afetadas com essa questão.

3. Com relação às questões regulatórias, como se justifica a extinção da Diretoria de Regulação, quando a própria CPFL, durante a gestão do atual Presidente da Eletrobras, criou uma Diretoria de Regulação, digo, um Diretor Vice-Presidente de Operações Reguladas? Sabe-se que a Diretoria de Regulação foi criada em função de estudos que foram desenvolvidos pela Consultoria Roland Berger, e aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras.

09:36

São notórios os resultados positivos que a Diretoria de Regulação trouxe para a Eletrobras, reconhecido, inclusive, por diretores e técnicos da Aneel. Outra questão a ser considerada é se estavam os estudos da Roland Berger, assim como os senhores conselheiros, equivocados? Porque, se agora querem extinguir a regulação, então há uma incoerência. Ontem, outrora... Como eu falava ontem com o Chefe de Gabinete da Eletrobras, da importância da presença deles aqui para esclarecer isso, é estranho que a mesma empresa que há seis meses, um ano, deu um parecer, agora dá outro totalmente divergente, para desarticular essa questão da Diretoria de Regulação. Então, vou fazer essa pergunta à Eletrobras; ao MME, que é o poder concedente; à Eletronorte, que é uma subsidiária; e à Aneel, porque é importantíssimo que a Aneel responda isso. Em todas elas está a FNU também, do lado dos trabalhadores, para responder com seu ponto de vista.

4. É fato conhecido que praticamente todas as associações – a Abrage, a Abrate, a Abradee, a Apine, a Abrace, etc. – estão hoje em Brasília e, mais recentemente, o Grupo Equatorial também começou o processo de transferência de sua sede para Brasília. O Grupo Equatorial é exitoso lá no Estado do Maranhão, muito exitoso lá na administração da Cemar. Por que, então, a Eletrobras tenta, cada vez mais, se afastar do local de sua sede, que é Brasília? A sede estatutária é Brasília. A empresa ganharia em tempo, custo e maior contato com todos os órgãos que aqui estão, onde as decisões são tomadas, aumentando a possibilidade de maior contato e discussão dos problemas que assolam a organização. Essa questão da não consolidação da sede da Eletrobras aqui, no Distrito Federal, onde está o Poder Legislativo, o Executivo, o Judiciário e todas as presidências e diretorias dos grandes conglomerados que representam o setor é um prejuízo. Então, é importante a gente saber da Eletrobras a resposta sobre essa questão e também saber a opinião do MME, da Aneel e dos trabalhadores sobre esse fato.

Estou terminando, só faltam mais duas.

5. Por que fazer a distinção entre requisitados e empregados da Eletrobras? Não seriam os requisitados empregados do grupo também? Não seria o caso de todos terem o mesmo crachá? A mobilidade entre empresas parece que é algo proibido. Sabe-se que está havendo um movimento para devolução de pro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

fissionais, quando, na verdade, deveríamos estar mais preocupados com a capacidade técnica de contribuir para o grupo, mesmo que esse empregado seja melhor alocado na própria Eletrobras. Então, essa aqui é uma pergunta importante para a Diretoria da Eletrobras e para a FNU, dos trabalhadores.

6. Vale a pena ressaltar que a história se faz de legados, e sempre são deixados legados positivos para a organização. Por que hoje se fala que tudo estava errado? Será? É bom lembrar que várias pontes foram construídas para o sucesso de amanhã. Medidas duras afetaram o grupo com a MP 579, que eu tenho certeza de que se o Lobão soubesse o que significou ele teria brigado muito com o Governo para não editá-la naquele momento, porque tínhamos uma expectativa e a expectativa foi exatamente contrária.

09:40

Os gestores anteriores identificaram várias oportunidades – a própria emenda provisória, indenização RBSE, melhorias na tarifa de transmissão, etc. –, que foram reconhecidas pelo poder concedente, e as empresas começarão a receber, a partir de 2017, no caso, o RBSE. Por que não reconhecer esse fato como um legado da gestão anterior, do governo anterior, quando o nosso Ministro, inclusive, foi Ministro lá de Minas e Energia? Então, vamos deixar essa resposta aqui para a nossa Eletrobras, para o nosso MME e para a nossa Aneel. Também quero ouvir a opinião da FNU.

Thales, essas perguntas eu vou passar para o meu assessor para digitá-las em forma mais adequada de pergunta. Passarei para esses órgãos aqui e você encaminha junto com as outras. Estamos dando até o dia 30 também para a resposta. Gilson, por favor, Samuel, peguem aqui, só para vocês melhor sistematizarem essas perguntas. Foram técnicos do setor que me deram essa colaboração.

Antes de passar aqui para o nosso Pedro Tabajara, eu só quero fazer uma pergunta ao nosso Ministro e colega Senador: V. Exª quer falar agora ou depois do Pedro Tabajara?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vamos ouvir o nosso Senador Edison Lobão, ex-Ministro de Minas e Energia e profundo conhecedor do setor.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Meu caro Senador Hélio José, meu amigo, companheiro no Senado, Dr. Tabajara, senhores, até os anos 60, o governo praticamente não possuía nada em matéria de energia elétrica no Brasil. Havia aqui a Light e outras empresas estrangeiras, que desenvolviam esse setor em razão da incapacidade financeira brasileira e também no campo da tecnologia.

Houve até um episódio curioso, Senador Hélio José, no governo do João Goulart. Naquele momento, o Brasil encampou o grupo AMFORP, que era um grupo americano que possuía várias usinas aqui no Brasil. Houve uma confusão muito grande, no Brasil, daqueles que defendiam o capital estrangeiro. Em seguida, veio uma explicação. Parecia que o Brasil, pelo governo João Goulart, estava expulsando as empresas estrangeiras, a começar pelo grupo AMFORP, numa reação nacionalista exagerada do governo de então. E não era. O que aconteceu é que esse grupo passou a ter grandes dificuldades no Brasil – até não foi por culpa dele, mas por congelamento das tarifas de energia. Ao tempo que subia a inflação, o governo congelava as tarifas. E o grupo ia murchando.

09:44

O senhor sabe que esse grupo pertencia a um povo americano que tem o hábito de comprar ações na bolsa – o que é um bom hábito –, e as suas ações estavam cada vez mais desvalorizadas. E essas pessoas começaram a se dirigir ao Presidente Kennedy. Há pouco, a Casa Branca tinha lá um compartimento cheio de cartas, telegramas, na época, de protesto e pedindo ao Presidente Kennedy uma solução.

O Presidente Kennedy se encontrou com o Presidente João Goulart, em Roma, na sagração do Papa, e fez um apelo a ele para que encampasse o grupo AMFORP no Brasil. João Goulart respondeu que não tinha dinheiro para pagar. Ele, então, se propôs a emprestar do Tesouro americano ao Brasil para que aquela tarefa fosse cumprida. O Brasil pagou, àquela ocasião, US$135 bilhões pelo grupo. E era tão grande o interesse americano que o Kennedy emprestou US$200 bilhões. Nasceu aí, portanto, a presença do Brasil no sistema elétrico. Daí por diante, criou-se a Eletrobras, veio Furnas, veio a Chesf, a Eletrosul, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nossa Eletronorte, que está aqui do nosso lado. E todas essas empresas tiveram, até hoje, uma contribuição significativa na independência brasileira no setor elétrico.

Nós temos empresas estrangeiras que operam aqui, nesse setor, tanto nas linhas de transmissão, quanto na geração, mas isso é absolutamente normal. O Brasil já não tem mais esse interesse fundamental em ser dono sozinho de empresas dessa natureza. Aliás, uma estatização havida da economia brasileira ocorreu no governo do Presidente Geisel. Naquele período, 65% de toda a economia nacional estavam nas mãos do Estado, em razão da incapacidade financeira da iniciativa privada.

Eu gostaria de ficar aqui, durante dois dias, conversando com vocês, junto com Hélio José, sobre essas coisas, porque de algumas eu até participei. Exemplo: as usinas nucleares, que também vieram na época do Geisel. O Geisel era um nacionalista, foi um grande Presidente e um democrata. Foi ele quem revogou o AI-5, que dava ao governo poderes ditatoriais. Ele revogou o AI-5 e perdeu, portanto, esses poderes, mas foi a época dele em que se organizaram as primeiras providências para a instalação das usinas nucleares no Brasil. Muita gente fala mal da energia nuclear, eu falo bem. É a energia mais limpa e mais segura. Alguém pode olhar para mim e dizer: "Mais segura?" Sim. Houve o acidente de Chernobyl, porque se tratava de uma usina antiga, talvez uma das mais antigas do mundo e não era feita a recuperação dela nunca.

09:48

Nós aqui paralisamos as usinas nucleares uma vez por ano, para fazer a revisão completa delas. Por isso, as nossas são consideradas entre as melhores do mundo. As nossas usinas nucleares são altamente produtivas. E temos aqui a quarta ou quinta maior reserva de urânio do mundo. Então, precisávamos desenvolver realmente esse setor. Além do fato de que as hidrelétricas – e à época não se contava com energia eólica nem energia solar nem biomassa – estavam chegando à sua capacidade final.

O Geisel imaginou fazer isso, fez um acordo inicial com a Alemanha, e houve reações aqui. Eu fui a Londres e lá estava o Embaixador Roberto Campos, que tinha sido Ministro do Planejamento, um grande Ministro. Ele rearrumou, reorganizou a economia nacional. E o Geisel mandou uma carta a ele perguntando a sua opinião sobre as usinas nucleares. E o Roberto Campos, que era meu amigo, conversou comigo sobre o assunto e disse que ia responder ao Geisel emitindo sua opinião contrária às usinas nucleares, pelas razões tais e tais, que não vou aqui enumerar. Voltei ao Brasil e aqui encontrei o Embaixador que representava a empresa alemã com a qual o Brasil estava se entendendo, no sentido de instalar aqui as usinas nucleares. Ele me deu informações rigorosamente contrárias àquilo que o Roberto Campos pensava. Ele, então, ligou para o Roberto Campos, marcou o encontro, foi lá e explicou como as coisas deveriam ser, e o Roberto Campos acabou por dar o parecer favorável. E aí estão as usinas nucleares.

A Eletrobras teve uma existência até aqui cheia de percalços, mas cheia de vitórias, de êxitos. Tem um corpo funcional da melhor qualidade. Eu fui Ministro de Minas e Energia por seis anos e me dei muito bem com todos. O sindicato aqui, em Brasília, por exemplo, esteve ao meu lado o tempo todo. Nós compramos o terreno aqui, em Brasília, que pertence à CEB, na 904 Sul, que é o que há de melhor aqui em Brasília. A Eletronorte comprou e pagou. Ali estão os interesses dos servidores também. E nós pretendíamos construir naquele local a sede da Eletronorte, o que até agora não ocorreu. A Eletronorte está mal instalada num prédio aqui, em Brasília, já há muito tempo. Fez uma tentativa de mudar para um prédio novo agora, já fora da minha administração, e não conseguiu.

09:52

Mas o fato é que o Brasil tem andado nessa direção. Poucas pessoas aqui sabem por que Tucuruí foi construída. Nós estávamos numa fase, por volta de 1976, 1978, em que o Brasil consumia cada vez mais energia, produzia essa energia, mas com muita dificuldade. Nós éramos, naquela ocasião, grandes importadores de alumínio, pagando em dólar – dólares que nós não tínhamos. O governo brasileiro pensou em construir Tucuruí, mas quem iria consumir a energia de Tucuruí? Não havia consumidores. O Maranhão, meu Estado, consumia muito pouco; o Piauí, quase nada; o Pará do mesmo modo. Quem iria consumir essa energia produzida em Tucuruí.

Imaginou-se, então, instalar duas grandes fábricas de alumínio no Brasil, que são consumidores intensi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vos de energia elétrica, que foi a fábrica da Alcoa, no Maranhão, e a fábrica da Albras, no Pará. Fez-se essa associação ideal: ao tempo em que se construíram novas empresas, indústrias importantes, que eram as indústrias de alumínio, produzia-se a energia elétrica. O Brasil, em lugar de continuar sendo importador de alumínio, tornou-se exportador de alumínio, graças à energia de Tucuruí. Fez-se até um linhão entre a usina, de Presidente Dutra, no Estado do Maranhão, até São Luís, onde está instalada a fábrica da Alcoa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Que eu tive a honra de ser o comissionador. Fiz o comissionamento da linha, o comissionamento da subestação e daquela duplicação para Alumar.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – É testemunha da história.

Esses passos têm sido dados pelo Brasil. Quando Ministro, eu estive, certa vez, com o Ministro Fux, do Supremo Tribunal Federal, junto com o Presidente da Eletrobras, junto com o Flávio Decat, que era o Presidente de Furnas, e líderes sindicais, advogados. Nós fomos resolver uma contenda havida há muito tempo entre os funcionários e a direção de Furnas. Todos tinham interesse em resolver o problema, mas havia embaraços à lei. Naquela reunião, foi possível fazer o casamento dos interesses legítimos dos servidores, que estavam para ser despedidos, e das empresas estatais em causa.

Ainda há pouco, o Senador Hélio José falou sobre a Medida Provisória nº 579. Eu realmente tive alguma resistência a essa medida provisória. Estou certo de que o Governo tem interesse em fazer o que fez. E como fez? Voluntariosamente, não. Nós passamos a ouvir, então, as entidades, as empresas, os especialistas. Ouvimos todos. Há um grande analista, um grande especialista, Dr. Mário Veiga, homem da maior competência. Eu diria até que ele chega a ser um cientista do setor. Mário Veiga hoje fala mal dessa medida provisória, dessa lei, mas ele foi consultado o tempo todo e esteve de acordo com tudo. Todas as decisões foram analisadas por ele.

09:56

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Na época da 579, não é?

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Na época da 579. Ele aprovou todas e deu sugestões, que foram acatadas. Mas como hoje fala contra? E mais: sugeriu que nós ouvíssemos um grande professor dos Estados Unidos, professor de Harvard, que, segundo ele, era o maior conhecedor dessa matéria. Contratamos o serviço do homem, ele veio ao Brasil, fez um relatório extenso, analisando tudo e aprovando tudo. Então, essas coisas muitas vezes ficam escondidas nos socavões do tempo e nos interesses muitas vezes ocultos. Aí se começa a criar uma fantasia que se transforma em realidade. É por aí que passam as coisas.

Meu caro amigo Hélio José, como o compromisso já me chama lá, eu não continuarei a dissertar sobre o assunto. Vi que, entre as perguntas judiciosas feitas ao Ministério e à Eletrobras, está o problema da sede da Eletrobras lá no Rio de Janeiro. O que há é que, não apenas na direção, mas, sobretudo os servidores, não querem vir para Brasília. Eles insistem em ficar no Rio de Janeiro. Até adquiri o terreno, muito bem situado no Rio de Janeiro, no centro da cidade, para a construção da sede.

Eu confesso que, como Ministro, resisti sempre à construção daquela sede, porque, como você, eu preferia que a Eletrobras viesse para cá e não permanecesse lá. Depois, surgiu a ideia da construção aqui, do prédio da Eletronorte, e nós pretendíamos centralizar ali a Eletrobras e, no passo seguinte, até Furnas. Mas essas coisas todas são acompanhadas de grandes dificuldades. O fato é que eu saí do Ministério em dois governos e não consegui resolver esses problemas, mas prestigiei o mais que pude a Eletrobras, o seu braço científico, que é o Cepel.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Excepcional.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Excepcional. É um centro de pesquisa da maior qualidade.

E vocês estão aqui falando com um especialista permanente. Eu fui um curioso eventual ao tempo em que estive no Ministério, mas o Hélio José é um especialista permanente nessa matéria. Não conheço ninguém que tenha mais conhecimento do que ele.

Ao me retirar, pedindo-lhes desculpas, deixo-os com quem mais entende dessa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso Ministro, e fica registrada aqui, nos *Anais*, esta importante audiência pública. Nós vamos reeditá-la no ano que vem, por volta de fevereiro, talvez com a presença do Ministro, porque, neste ano, ele não pôde participar da CI, porque estava presidindo a CAS, que é sempre no mesmo dia. Ministro, a sua importância aqui é capital, e seu conhecimento e seu trabalho são reconhecidos por todos nós. Muito obrigado, Ministro. Obrigado pela história e pelas colocações.

Vamos passar a palavra ao nosso querido Pedro Tabajara. Não é da Organização Tabajaras, não. Vamos deixar claro. É um representante dos trabalhadores e da história do serviço elétrico, do setor elétrico brasileiro. Eu fui, Pedro, um dos fundadores, um dos precursores da Federação Nacional dos Urbanitários, junto com o nosso finado Paulo Jackson.

10:00

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Da Cedae, da Bahia.

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – Da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu me lembro da primeira reunião de articulação da Federação Nacional dos Urbanitários. Havia só a FNTIU, que tinha uma posição um tanto quanto mais conservadora no setor, e nós precisávamos avançar.

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Naquela oportunidade, junto com o movimento sindical mais avançado, que tinha uma clareza maior... Nós tínhamos acabado de fundar a Central Única dos Trabalhadores.

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – O Partido dos Trabalhadores, depois.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O Partido dos Trabalhados também. Nós tínhamos que definir uma organização orgânica mais efetiva para defender os interesses dos trabalhadores e articulamos, em, mais ou menos, cinco ou seis reuniões... Eu me lembro do Delman, que participou com a gente...

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – ... do Fachini, da CPFL; do Vicente Andreu, que hoje está na ANA.

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – Presidente da ANA.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Lembro-me também dos nossos amigos do Stiueg e dos nossos amigos de Santa Catarina, como o Glauco e outros.

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Todos colaboraram para essa articulação da FNU, que foi um sucesso.

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Hoje, a FNU realmente representa todos os trabalhadores organizados, de luta, do setor elétrico nacional.

Com certeza, vamos ouvi-lo e aguardar suas respostas, por escrito, às perguntas que serão encaminhadas a você.

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Será muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, você está com a palavra, representando os trabalhadores do setor elétrico nacional. Por favor.

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – Obrigado, Senador Hélio José, pelo convite direcionado à nossa federação para participar desse importante debate, dessa importante discussão sobre o setor elétrico nacional.

A nossa federação, como V. Exª já frisou, representa os trabalhadores não só do setor elétrico, mas também dos setores de saneamento e de gás.

Hoje, estaria participando deste debate o nosso Secretário Nacional de Energia, companheiro lá do Maranhão, que tem um acúmulo muito grande nessa área, porque está à frente de toda essa discussão, ao longo dos últimos anos, discutindo, com profundidade, os problemas referentes ao nosso setor elétrico.

Eu queria fazer uma proposta a V. Exª. Nós trouxemos um grupo de diretores nossos que estão mais à frente desse processo do setor elétrico. Se V. Exª permitir, eu gostaria de convidá-los, para que possam também ajudar a contribuir nessa discussão. São eles o Vice-Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, companheiro Nailor Gato; e um representante, não da Federação, mas do setor, que também está inserido nessa discussão, o companheiro Edney, do Estado do Amazonas, que também vem contribuindo muito nessa discussão, principalmente sobre as nossas distribuidoras, as seis distribuidoras que hoje estão no processo de privatização.

10:04

Nós fizemos, ontem, uma reunião do Coletivo Nacional dos Eletricitários, em que nós definimos que, se tivéssemos a oportunidade hoje, nesta audiência pública, com todas as entidades que foram convidadas a participar deste debate, nós iríamos buscar um espaço para que eles pudessem, com mais profundidade – porque eles estão vivenciando dentro das entidades que representam no setor elétrico as distribuidoras e as geradoras –, fazer um pouco essa contribuição.

E, para a gente fechar essa discussão também, nós trouxemos o nosso representante do DIEESE. A nossa Federação tem um convênio com o DIESSE para que ele nos assessore nessa questão, tanto do setor elétrico quanto do setor de saneamento. Eles fazem a pesquisa a fim de subsidiar os dirigentes sindicais, para que nós possamos ter o entendimento do processo como um todo, de todas essas medidas que estão sendo tomadas, e formular inclusive proposta de como nós podemos resolver o problema do setor elétrico.

Depois, eu poderia pontuar algumas questões que anotei aqui. Entendo que seria relevante fazer um posicionamento sobre que foi colocado aqui. Pode ser dessa forma?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Originariamente, o Regimento não prevê essa questão. Ele prevê o seguinte: você teria de 10 a 15 minutos mais ou menos para poder expor seu ponto de vista. Nada prejudicaria que você dividisse esse tempo para os colegas, cada um dentro do seu tempo que você dividisse. Você poderia aqui tranquilamente colocar: eu quero dois ou três minutos para esse, três para aquele, três para aquele e vou falar três minutos. Pode fazer isso. O Regimento não o impediria de fazer isso porque a convidada é a FNU, e a FNU poderia partir.

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Como nós estamos em uma reunião de uma nota só, o que eu quero propor? E aí eu vou marcar o tempo porque eu tenho compromisso, eu tenho que sair. O que eu vou propor é o seguinte: em vez de dar os 15 minutos para você, vou dar 20 minutos. Vou marcar no relógio. Quando faltarem quatro minutos, vai tocar a campainha, e aí você terá um minuto para concluir.

Se você assim concordar, seriam cinco minutos para você, que seria o último a falar; cinco minutos para Nailor Gato, Vice-Presidente da FNU, que falaria sobre o setor elétrico do ponto de vista das geradoras; cinco minutos para Edney, que falaria sob o ponto de vista daquelas a serem privatizadas, as distribuidoras; cinco minutos para o DIEESE, que falaria do ponto de vista da organização dos trabalhadores; e cinco minutos para você concluir a sua fala, para ficar nos registros.

Então, nós seremos rigorosos por causa do tempo curto que temos. Essa fala toda é a fala da FNU, não é fala deles individualmente. Você me sugeriu, e eu concordei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Thales, então a gente vai marcar cinco minutos, tocando a campainha nos quatro minutos, com conclusão nos cinco minutos.

Então, você concorda com isso que eu falei?

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – Plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Nailor, Edney, DIESSE. Qual é o nome do técnico do DIEESE?

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – Gustavo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Gustavo Teixeira. E, em seguida, você, para terminar.

Então, vamos lá.

Podem vir para cá vocês. Podem vir, não tem problema. Já que os nossos outros convidados não puderam vir hoje, vocês podem vir compor a mesa comigo: o representante do DIEESE e o representante das privatizadas.

O primeiro a falar, ao meu lado, é Nailor Gato, Vice-Presidente da FNU. Com a palavra, por cinco minutos, Nailor Gato, em nome da FNU.

10:08

O SR. NAILOR GUIMARÃES GATO – Bom dia, Senador Hélio José, demais companheiros e os presentes na plenária.

Senador, no primeiro momento, nós queremos repudiar a questão de, no mínimo, a Eletrobras estar presente nesta audiência. É um desrespeito muito grande, inclusive com esta Casa, a Eletrobras, Sr. Presidente, não estar presente nesta audiência pública.

É importante para nós trabalhadores e para a sociedade como um todo essa discussão do setor elétrico estatal.

Infelizmente, queremos também registrar que a Medida Provisória nº 735, depois convertida na Lei nº 13.360, que fez uma profunda modificação e alteração no setor elétrico, não ajuda na discussão do desenvolvimento do setor elétrico regionalmente, para o desenvolvimento deste País, porque nós entendemos que a energia elétrica é o principal insumo de qualquer produção; não é 100%, mas é o principal insumo de produção.

E a Federação também, como representante dos trabalhadores, esteve aqui na audiência pública da MP – inclusive ela foi cancelada também, no primeiro momento, na primeira discussão –, para colocarmos a nossa posição. Infelizmente, nem aquela proposta da empregabilidade, quando ela foi convertida em lei, aqueles dois parágrafos que havia, da alteração da 12.783, foi vetada pelo Presidente da República.

Não sei se vai voltar para a discussão de veto, se vai haver esse momento, mas nós temos que ter este espaço, porque o Senado é a Casa revisora no Congresso Nacional. É nessas audiências que nós conseguimos colocar o nosso posicionamento como trabalhador e como sociedade também.

Outra situação é que nós somos contra a privatização em qualquer setor. Nós entendemos que o Estado... Principalmente na questão dos setores de eletricidade e saneamento, companheiro Pedro Blois, Presidente da FNU, nós somos contra privatizar, porque entendemos que a energia elétrica e o saneamento, assim como a água, não são mercadorias. Não devem ser colocados para que sejam auferidos os lucros exorbitantes como existem no setor elétrico.

O setor elétrico, após 1994, quando foi privatizado, é um negócio de R$100 bilhões ao ano. A tarifa de energia elétrica é uma das mais caras do mundo, e nós precisamos ter este espaço para discutir, debater.

10:12

Infelizmente, nem o ministro, nem a Aneel... A Aneel nunca participou. E, infelizmente, mais de uma vez, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Presidente da Eletrobras, o Sr. Wilson, não tem a coragem, inclusive, de discutir com os trabalhadores e debater essa situação que está sendo colocada.

(Soa a campainha.)

O SR. NAILOR GUIMARÃES GATO – Ou ele é ingênuo ou é um irresponsável para fazer o que está fazendo na Eletrobras, na *holding*, sem discutir e debater com os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Nailor.

Vou passar a palavra, por cinco minutos, ao Edney, que é da Cean. É Cean mesmo o nome da empresa?

O SR. EDNEY MARTINS – Eletrobras Amazonas Energia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É Eletrobras Amazonas Energia. O.k. Houve uma confusão. É isto mesmo: Eletrobras Amazonas Energia, de Manaus.

Vamos lá Edney, em nome das empresas federalizadas e distribuidoras, que inclusive correm o risco da privatização imediata.

O SR. EDNEY MARTINS – Senador, bom dia. Bom dia a todos e a todas. Quero aqui, em nome dos trabalhadores das distribuidoras, cumprimentar o Senador e todos os participantes e dizer que este tipo de audiência pública é fundamental para que a gente estabeleça um debate franco e aberto; para que a gente construa conhecimento.

Lamentavelmente, erros do passado, Senador, foram cometidos por falta de levar a sério debates como este. A gente ouviu aqui, ainda agora, ex-Ministro falando que foram buscar especialistas nos Estados Unidos, as maiores autoridades do mundo no campo da energia. E ainda assim a edição daquela MP, em 2012, foi extremamente danosa para a Eletrobras. Enquanto isso, os técnicos do setor elétrico aqui de casa, os trabalhadores aqui de casa indicavam que a MP era uma furada e que teria como consequência a quebra da Eletrobras.

Ou seja, não precisava ir buscar o Papa, lá nos Estados Unidos. O tiozinho aqui, o trabalhador, o chão de fábrica aqui, já indicava isso. E nós, trabalhadores, através das nossas organizações, colocamos bem claro, naquele momento, para o Governo, para a Eletrobras, para o Ministério, que aquela MP traria consequências danosas para a Eletrobras. Ou seja, a gente deixa de ouvir os técnicos de casa para ir buscar os técnicos lá fora e acaba dando com os burros todos n'água, acaba errando.

Ouvi também o ex-Ministro Lobão falar aqui que, lá no início, por falta de condições financeiras do Governo Brasileiro, a iniciativa privada teve de fazer os investimentos no setor elétrico brasileiro. Seria muito bom se no Brasil as coisas se resolvessem assim: toda vez que o Governo fosse insuficiente para fazer os investimentos, a iniciativa privada viesse aqui e colocasse o seu dinheiro, muitas vezes a fundo perdido, sem garantia da remuneração do seu capital. Ela colocaria dinheiro aqui e sanaria todos os problemas. Então, faltou dinheiro no caixa público, a iniciativa privada, as empresas privadas vão colocar e vão fazer, porque há a necessidade disso. Não é bem assim que funciona.

Dentro desse aspecto, como trabalhador das distribuidoras – e quatro delas estão situadas na Região Amazônica, inclusive a em que eu trabalho –, venho levantar aqui um risco iminente desse processo açodado. O processo de desestatização de quatro distribuidoras – somando as seis, estão em 45% do território nacional –, esse processo de venda sem que haja uma discussão deve trazer consequências inestimáveis, sobretudo para as distribuidoras amazônidas.

Vamos lá, gente.

Independente de dar luco, o negócio de energia elétrica é necessário para o desenvolvimento do Brasil. Ou seja, independente da garantia da remuneração do investimento de uma empresa, levar energia elétrica para as fronteiras amazônicas é necessário, e hoje isso muitas vezes não dá lucro. Muitas vezes, não, a maioria delas.

10:16

Distribuir energia no meio da Floresta Amazônica não dá lucro, Senador. Das 104 localidades do Estado do Amazonas, só quatro conseguem empatar; 100, Pedro Blois, dão prejuízo. Sabe por quê? Porque levar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

energia elétrica para o meio da floresta, onde você tem que espalhar linhas por quilômetros e quilômetros, onde a distância entre um consumidor e outro chega a ser de cinco, dez, quinze quilômetros, e chegar lá para cobrar uma conta de R$30, como se paga um investimento desses? E, aí, se esse investimento não se paga, simplesmente nós vamos apagar essa região do País? Simplesmente nós vamos virar as costas à necessidade? Sem energia elétrica, não tem ocupação da Amazônia. Alguém tem dúvida disso?

Sem que haja energia elétrica, não tem como ocupar e desenvolver a Região Amazônica do País. E aí a pergunta é: a iniciativa privada vai fazer seus investimentos onde ela não tem a garantia do retorno da remuneração do seu capital?

(Soa a campainha.)

O SR. EDNEY MARTINS – Acima de tudo, acima da questão econômica, vender o setor por vender, há uma questão estratégica: ocupar e desenvolver a Região Amazônica. Aí, meu amigo, dando lucro ou não, tem que ter energia lá.

Só para concluir. Existem, no mínimo, quatro pelotões nas fronteiras amazônicas, e só são esses pelotões guarnecendo a fronteira, e a empresa de energia fornecendo energia para que esses pelotões estejam instalados e ligados. Nós vamos entregar a guarnição das fronteiras para multinacionais estrangeiras, para empresas estatais chinesas, holandesas ou de outras nações?

Então, há um risco muito grande nisso. Esse debate tem que ser realizado de maneira calma, verificando todas as consequências para o Estado nacional e para a soberania nacional. Não dá para fazer essas privatizações sem se fazer um debate amplo e sobre as consequências disso.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, nobre Edney. Até para ajudar a Taquigrafia, do tempo da FNU, que eu dividi em quatro tempos de cinco minutos, a primeira fala foi do nosso querido – estão pedindo para identificar o nome completo – é Nailor Guimarães Gato, que é do setor elétrico. O nosso querido Nailor é o Vice-Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários. É isso, Nailor? (*Pausa.*)

Depois, a segunda fala, os outros cinco minutos, foi do nosso querido convidado Edney Martins, representando...

O SR. EDNEY MARTINS – Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Amazonas e representando as empresas federalizadas que estão em risco de privatização imediata, as distribuidoras.

Agora, vamos ouvir o DIEESE. Peço que o Gustavo já comece se identificando direitinho. Seu nome: Gustavo Teixeira. Então, cinco minutos, Gustavo, para você falar sobre os aspectos econômicos, a situação toda aí.

O SR. GUSTAVO TEIXEIRA – Obrigado, Senador. Bom dia! Meus cumprimentos ao Senador e a todos os participantes.

Queria pedir para projetar aqui a apresentação, para facilitar a visualização de alguns dados. A minha intenção aqui é apresentar rapidamente alguns indicadores dos argumentos contrários à privatização, que apontam um pouco as falas que me antecederam aqui.

Pode passar, por favor.

Então, uma questão importante é que a justificativa da privatização da Eletrobras ou de parte do grupo Eletrobras tem-se assentado em dois elementos.

10:20

O primeiro é a falta de recursos. E, como é de conhecimento geral, a Eletrobras participou do processo de renovação das concessões e ainda tem pleiteado um valor de indenização de cerca de R$40 bilhões. Então, essa justificativa da falta de recursos não seria válida exatamente porque ainda há uma discussão em torno dos valores do pagamento da indenização dos ativos que foram renovados pela Eletrobras na Lei nº 12.783, oriunda da Medida Provisória nº 579.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Outro argumento é a questão da ineficiência do grupo, um argumento bastante utilizado. Esse argumento, na nossa avaliação, se dá sobretudo pela questão do equilíbrio econômico-financeiro do grupo hoje, que sofreu os impactos da medida provisória, e não se atém à questão dos indicadores operacionais. Os últimos relatórios de administração do grupo, desde a Medida Provisória nº 579, desde 2012, têm mostrado a manutenção e a melhora dos principais indicadores operacionais nos três segmentos, tanto na área de geração e transmissão quanto nas empresas de distribuição, que ainda não têm os indicadores excelentes, aqueles definidos pela Aneel, mas que têm apresentado melhora significativa a partir dos investimentos que foram feitos nos últimos anos. Então, na nossa avaliação, esses dois argumentos não são válidos para justificar a privatização de parte do grupo Eletrobras.

Vamos adiante?

A partir disso, a gente traz aqui quatro elementos importantes que argumentam contrariamente à privatização da Eletrobras. O primeiro é que o PDNG (Plano Diretor de Negócios e Gestão) da Eletrobras, lançado recentemente, que trata do período de 2017 a 2021, deverá reduzir a participação relativa da Eletrobras no mercado de energia. Então, o plano prevê, além da privatização das seis distribuidoras federalizadas, a redução dos investimentos do grupo e a venda de participações em sociedades de propósito específico e outras empresas. Então, essa situação poderá levar à perda do protagonismo estatal nacional na operação da matriz elétrica nacional. Então, bem como o ex-Ministro Lobão levantou aqui, a participação estatal nacional é importante na operação do setor elétrico nacional.

Rapidamente, a gente vai mostrar alguns dados. As distribuidoras federalizadas que distribuem energia no Norte e Nordeste tratam de uma questão mais geral, que é uma questão estratégica social e geopolítica.

Outra questão importante é que não há garantia de que a privatização irá melhorar a qualidade dos serviços e reduzir as tarifas. Há evidência exatamente do contrário.

E, por fim, o plano da Eletrobras reduz cerca de...

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO TEIXEIRA – ... metade do quadro de pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Você ainda vai ter três minutos, porque eu dei dois dele para você.

O SR. GUSTAVO TEIXEIRA – Está o.k. Rapidamente, então. Obrigado, Senador.

Pode passar, por favor, o eslaide? Obrigado.

Aqui a gente tem uma tabela que mostra a participação dos principais grupos na matriz elétrica nacional. A gente tem a Eletrobras como principal agente no segmento de geração e transmissão e como um dos principais no segmento de distribuição.

10:24

A privatização do grupo Eletrobras traria uma situação que a gente chama de privatização estatizante. Se a gente observar, por exemplo, a inserção dos grupos chineses no setor elétrico brasileiro, a gente vê que tanto o grupo China Three Gorges quanto a State Grid têm crescido a sua participação, e esses grupos são grupos estatais. Então, a Eletrobras estaria abrindo mão de uma parcela importante da operação da matriz elétrica nacional para um grupo estatal chinês. É um processo privatizante e incoerente, porque transfere o controle de ativos importantes da mão do Estado brasileiro para empresas que tenham no controle o capital nacional de outros países.

Outro dado importante é a questão das distribuidoras. Elas atuam nas regiões mais pobres do País, então têm um papel social importante. É uma região estratégica, porque possui recursos essenciais, como o Aquífero Grande Amazônia, que é considerado o maior aquífero do mundo, e também recursos estratégicos como os minerais nióbio e lítio.

Além disso, são regiões dos sistemas isolados, com uma dificuldade muito grande de acesso. Entre outros elementos, são compostas por um grande número de unidades de conservação ambiental e reservas indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vamos lá. Aqui a gente traz um dado que é a evolução da tarifa residencial de energia elétrica desde 95 ...

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO TEIXEIRA – ... até agora, e o comportamento da inflação. Então, como a gente pode observar, o processo de privatização do setor elétrico não trouxe a modicidade tarifária – a gente tem aqui um crescimento das tarifas residenciais muito acima da inflação. O papel da Eletrobras foi exatamente tentar dar uma segurada no preço das tarifas com a Medida Provisória nº 579, a Lei nº 12.783.

Aqui no último dado, então, Senador, se me permite, a gente tem evidências do processo de privatização da década de 90. Aqui a qualidade do serviço: no nosso entendimento, um principal indicador da qualidade do serviço é a segurança da rede elétrica brasileira. Aqui são os dados de acidentes na rede elétrica brasileira: a gente tem, no período de 2009 a 2015, um total de 2.561 mortes no setor elétrico brasileiro, isso sendo composto pela população, acidente de terceiro envolvendo a rede elétrica e trabalhadores terceirizados, trabalhadores do quadro próprio. Então, essa é uma evidência de que o processo de privatização no setor elétrico, que teve início na segunda metade da década de 90, não trouxe nem uma melhora na qualidade do serviço nem uma redução das tarifas de energia. Obrigado.

Tem mais um eslaide. Este último eslaide aqui apresenta, a partir da projeção do PDNG da Eletrobras, como ficaria o quadro de pessoal do grupo. O grupo já sofreu um PID (Programa de Incentivo ao Desligamento), a partir da Medida Provisória nº 579, no qual o quadro de pessoal passou de 30.151 trabalhadores, em 2012, para 22.550 trabalhadores em 2013. Esse quadro se recompôs em certa medida até 2015, e a projeção do PDNG é que o quadro de pessoal da Eletrobras chegue a 2018 com 12.133 trabalhadores. Então, mais do que a metade do que o grupo tinha em 2012. E essa projeção de redução do quadro de pessoal é em apenas um ano.

Então, como foi mencionado aqui, não há nenhum plano de retenção do conhecimento, são trabalhadores com conhecimento muito grande do setor, que têm uma experiência aí para contribuir.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k. Obrigado, Gustavo.

Queria solicitar a V. Sª que, junto com o Nailor, com Edney e com o nosso Tabajara, passasse os dados direitinho, porque na semana que vem teremos sessões não ordinárias, não deliberativas.

10:28

Serão sessões simplesmente não ordinárias e, consequentemente, a gente poderá falar. E eu posso fazer um pronunciamento à Nação brasileira esclarecendo essas questões com mais cuidado.

Então, esse pronunciamento você pode providenciar junto com o Nailor, com o Edney, com o Tabajara. Tragam-me esses dados todos para a gente passá-los para o Brasil.

Voltamos a estar ao vivo para o Brasil todo. Ficou ausente, mas está gravado. O programa vai ser retransmitido por inteiro. Só estou comunicando que durante a fala de vocês dois estava sendo transmitido o Congresso, que tem prioridade com relação à nossa Comissão. Mas a fala daqui já está ao vivo novamente.

No final, depois que o nosso querido Wilmar fizer o seu pronunciamento, eu vou dar dois minutos para cada um fazer a sua conclusão. Se quiserem falar mais alguma coisa que não falaram quando estavam ao vivo, poderão fazê-lo.

Para concluir, só por dois minutos, passo a palavra ao Pedro Tabajara, em seguida, ao Wilmar Lacerda.

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – Bem, foi falado aqui sobre a questão das demissões, uma previsão de 7.500. E o nosso gráfico aqui mostra um número que vai ser praticamente 50% do quantitativo de trabalhadores existentes hoje no quadro da empresa. Essa mão de obra não vai ser mais reposta, e como vai ficar a questão da condução desse processo? Com relação à operação do sistema, será que vai se manter a mesma qualidade?

E uma outra questão aqui que me chamou atenção é que foi citada a questão da Equatorial, do Grupo Equatorial, que atua no Maranhão e hoje também está atuando no Pará. E o que nós temos visto depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

da privatização? Demissões em massa de trabalhadores e um número assustador de trabalhadores terceirizados. Na Equatorial Celpa, nós tínhamos, no início da privatização, 2.700 trabalhadores, e hoje esse número está reduzido a 1.500 trabalhadores.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – Mas, em compensação, o número de trabalhadores terceirizados é de 7.500. E é uma das empresas campeãs, hoje, nacional, no que se refere a acidentes, com mortes ou com mutilação de trabalhadores, que não voltam mais para o mercado de trabalho.

Então, essa é uma questão muito preocupante, porque isso aí não só vai mexer com a vida dos trabalhadores, mas também com a questão da prestação do serviço, o que para nós é um serviço extremamente essencial para o desenvolvimento deste País. Com essas medidas todas, com o processo que está em curso de privatizar as distribuidoras e depois a geração e a transmissão, isso vai trazer um grande retrocesso para a questão de políticas de desenvolvimento deste Pais, que, em vez de alavancar, visa trazer um retrocesso significativo. Porque para o setor elétrico nós não conseguimos contatar ou trazer mão de obra, não se acha essa mão de obra fácil no mercado. Ela tem que ser treinada, tem que ser qualificada para poder executar essas atividades que tem certa complexidade. E o mercado não está preparado para produzir essa mão de obra em curto espaço de tempo.

Então, essa é uma grande preocupação que temos com relação...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – ... ao processo que está em curso de privatização de setor elétrico.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, meu amigo Pedro Tabajara.

Vou passar a palavra agora para o nosso colega, nosso amigo, 1º suplente do Senador Cristovam –suplente aqui nesta Casa também Senador é –, por favor, Wilmar Lacerda com a palavra.

O SR. WILMAR LACERDA – Senador Hélio José e todos da Mesa, para mim é um prazer estar aqui novamente.

Eu queria primeiro parabenizá-lo por ter convocado esta audiência pública e por fazer este debate importante do setor elétrico brasileiro.

10:32

Hélio José, nosso Senador, é um servidor público dessa área e que, portanto, participou também dos movimentos sindicais e da luta da classe trabalhadora aqui em Brasília nesse setor.

Então, eu queria parabenizar V. Exª, primeiro, por esse debate e dizer que, como esta audiência está sendo transmitida nacionalmente, lá apresentam Wilmar Lacerda como PDT. Eu quero dizer que isso é um erro do Senado Federal. O único partido em que estive na minha vida foi o Partido dos Trabalhadores, do qual sou dirigente nacional, com muito orgulho. Então, se estiverem apresentando na tela Wilmar Lacerda, PDT, corrijam para Wilmar Lacerda, PT, do Distrito Federal, com muito orgulho.

Eu quero aqui, primeiro, lamentar a ausência do Governo neste debate tão importante para a sociedade brasileira e para o setor elétrico. E lamento o fato de o Governo dizer que é normal um governo que não discutiu com o povo brasileiro um programa colocar em curso um programa não eleito. Porque se fosse discutir privatizações no Pais com a sociedade brasileira, certamente não teria o voto da sociedade brasileira. Isso porque esse debate foi feito em quatro eleições seguidas, não só no setor elétrico, mas também no setor financeiro, bancário. O povo brasileiro foi contra a privatização do Banco do Brasil, contra a privatização da Petrobras, contra a privatização da Caixa Econômica Federal, contra a privatização dos Correios. Esse debate foi feito nas últimas quatro eleições. Todas as vezes em que há eleição existe um abraço do povo brasileiro a essas instituições para que elas permaneçam em poder do Estado.

Eu mesmo sou um servidor público. Fui presidente nacional dos empregados da Embrapa. Sei da importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento do País e sei da importância do setor elétrico para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o desenvolvimento do País. A questão toda é que está em curso no Brasil um programa não eleito, de um Governo ilegítimo, que diminui o tamanho do Estado de bem-estar social que a gente construiu no Brasil nos últimos anos. Esse é o ponto central do debate. É um programa que diminui o papel do Estado. Por quê? Porque tem que pagar uma conta aos empresários que financiaram o golpe em todos os setores. É por isso que hoje se percebe que o golpe não é só a retirada da Presidenta Dilma. Todos falavam que o Brasil ia melhorar, que a inflação ia cair, que o Brasil ia voltar a crescer, que o Brasil ia acabar com a corrupção, que o Brasil ia ser um outro País depois dos governos do PT. E o que a gente vê? Depois de seis meses, a PEC 55, que diminui drasticamente os recursos em saúde e em educação nos investimentos do Estado.

Eu lembro que, em 1929, na maior crise financeira da humanidade, o maior país em termos econômicos investiu no Estado para as pessoas abrirem vala e fecharem vala, para produzir empregos, que foi os Estados Unidos, para produzir empregos. Mas a história do nosso País é dura para aqueles que veem o Estado de bem-estar social. Foi assim com Getúlio Vargas. Todas essas empresas que nós estamos querendo destruir aqui foram criadas na época de Vargas, entre 1930 e 1945, e depois, nos governos democráticos que o sucederam, e depois, no de João Goulart, que implementou a Eletrobras.

10:36

Eles sofreram. Um teve que se suicidar por conta da perseguição da elite brasileira e de setores da imprensa à época, que hoje fazem a mesma coisa, absolutamente o mesmo roteiro. João Goulart teve que ser exilado do País, teve que sair do País por defender a classe trabalhadora. Portanto, todos os Presidentes deste País que tiveram uma visão de aumentar o tamanho do Estado ou de construir um Estado de bem-estar social foram perseguidos pelas elites internacionais e nacionais do Brasil.

É o está acontecendo com o Lula. É o que aconteceu com a Presidenta Dilma. Agora, parece que as coisas voltam a uma normalidade extraordinária no Brasil, não se tem mais crise, não se tem mais nada. Vende-se o Estado brasileiro – porque está se vendendo – para pagar a dívida.

Essa questão dos PDVs nós vivemos na era Collor. Eu era presidente nacional do sindicato e era servidor da Embrapa. Nós tínhamos 11 mil servidores. No final do governo Collor, havia sete mil servidores na Embrapa. Pesquisadores do mais alto nível foram demitidos para que a Europa e o restante do País contratassem os pesquisadores brasileiros, impedindo o desenvolvimento da ciência e tecnologia num setor de produção de alimentos no Brasil. E nós lutamos contra isso. Mas também privatizou e demitiu servidor público em todas as estatais, em todos os setores.

Depois, no governo Lula, todos aqueles servidores que foram demitidos nos PDVs de Collor e Fernando Henrique voltaram ao serviço público por meio de uma lei feita pelo Presidente Lula. Muitos retornaram, muitos voltaram ao setor público. Por isso esse crescimento do serviço público no Brasil e do Estado de bem-estar social.

Agora, veja a curva, iniciada inclusive com o erro da nossa Presidenta, temos que admitir, em 2014 e 2015, porque ganhou com um programa e tentou governar com o programa da elite, botando um ministro da Fazenda cumprindo um papel de desmonte do tamanho do Estado. Por isso essa curva descendente do setor público brasileiro, com a qual não podemos concordar.

Portanto, está em curso no País, infelizmente, um golpe continuado. Começou pela PEC 55; agora a reforma da previdência, as privatizações do setor elétrico, a venda do pré-sal e a venda do nosso patrimônio, da energia produzida no País. Por quê? O que vai acontecer neste País? Você acha... E a gente pode fazer uma história.

Por onde passaram as redes de energia elétrica que distribuem a energia no País? Respondo para vocês: passaram dentro das grandes propriedades do Brasil, não passaram nas pequenas comunidades do Brasil. Por isso que levar a energia a um pobre fica distante da sua casa. Porque as redes foram para beneficiar aqueles das capitanias hereditárias...

(Soa a campainha.)

O SR. WILMAR LACERDA – ... que dominaram o País no início do seu descobrimento. É isso. Por isso que as comunidades não tinham energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

10:40

Por isso que o programa Luz para Todos, que levou energia a três milhões de lares no Brasil, feito pelo Governo, com distribuição de até cinco, seis, dez quilômetros, para levar a uma casa a energia elétrica, beneficiou cerca de 3 milhões de famílias no Brasil.

Mas não é só levar energia elétrica, não. É muito mais do que isso, porque possibilita que as famílias possam ler à noite. Não sei se vocês sabem: o Brasil é um país muito religioso, muito católico. As pessoas querem ler a Bíblia e se alfabetizam para ler a Bíblia. Querem ler a Bíblia e leem à noite, quando sobra um tempo, porque de dia trabalham o tempo todo. À noite é que podem ler, e não tinham energia para ler. Leem com um candeeiro, leem com uma lamparina, leem à luz de velas.

E esse programa, além de possibilitar isso, possibilita mais. Possibilita levar chuveiro elétrico, levar televisão, levar geladeira, levar desenvolvimento. Portanto, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Nobre colega, eu tenho que sair mesmo. Então, mais dois minutinhos.

O SR. WILMAR LACERDA – Então, quero concluir aqui para dizer que é profundamente lamentável que a sociedade brasileira, depois de passar 13 anos vivendo o desenvolvimento econômico e social, tenha de voltar ao passado, como na época do governo Collor, com privatizações, com demissão de trabalhadores, com aumento do desemprego e com o aumento da miséria em nosso País.

Infelizmente, o setor elétrico e os outros setores nós temos que enfrentar este projeto que está em curso no País e que tem maioria absoluta aqui no Congresso Nacional. É um rolo compressor.

(Soa a campainha.)

O SR. WILMAR LACERDA – Não se discute. É passar, votar e privatizar, infelizmente. Infelizmente, nós estamos vivendo isso neste País. Então, eu lamento profundamente que um programa não eleito, com um Presidente ilegítimo, seja colocado em curso no nosso País. Infelizmente. Mas cabe a nós, trabalhadores, ao povo brasileiro, resistir, lutar, para que o Estado de bem estar social não seja absolutamente desmontado.

Quero, mais uma vez, parabenizar o nosso Senador Hélio José não só por este debate do setor elétrico, mas por tantos outros debates em que ele tem possibilitado que os trabalhadores se pronunciem e tenham vez aqui no Congresso Nacional.

Grande abraço. Um bom-dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, nobre Senador Wilmar Lacerda.

Quero registrar que a sua presença aqui sempre é brilhante. A questão do equívoco do PDT, a rede TV Senado, como foi informado... O Senador titular do mandato era o Senador Cristovam. Ele era do PDT e hoje nem é mais do PDT; ele é do PPS. Na verdade, deveria ter saído PPS, e, como o Wilmar é o 1º Suplente do Senador Cristovam neste momento, e o Cristovam está no exercício do mandato, por isso é que sai. Mas o Wilmar sempre foi PT. Inclusive fui dirigente do PT junto com o Wilmar, que era o presidente, e eu fui secretário de organização do PT do Distrito Federal; depois, secretário de finanças. Então, juntos, trabalhamos muito em prol dos trabalhadores. Muito obrigado, Wilmar.

Desculpe-me por ter de interromper o tempo. Normalmente, são cinco minutos a fala. Eu lhe dei dez e depois dei mais dois minutos, por causa da procedência da sua fala.

Gente, como nós precisamos nos organizar, e eu preciso concluir os trabalhos, porque tenho compromisso com a realização do Congresso agora, para analisar o Orçamento, são dois minutos para cada um, sendo rigoroso. Quando a campainha tocar, ainda falta um minuto para concluir. Está bom?

Então, vamos lá. Nosso Nailor, da FNU.

10:44

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. NAILOR GUIMARÃES GATO – Senador, nós, mais uma vez, lamentamos a não presença do Governo neste debate – o Ministro de Minas e Energia, a Aneel e, principalmente, o Presidente do Sistema Eletrobras, o Sr. Wilson Ferreira. Lamentamos, porque o que ele quer fazer é a gestão no Sistema Eletrobras da maior empresa do setor elétrico, como talvez tenha feito na CPFL. Ou ele é muito ingênuo ou muito irresponsável para tentar demitir trabalhador no Sistema Eletrobras sem discutir com os próprios trabalhadores do sistema Eletrobras...

(Soa a campainha.)

O SR. NAILOR GUIMARÃES GATO – ...para que não tenha lá na frente a capacidade técnica para ver as possibilidades de crescimento do sistema Eletrobras como um todo. Lamentamos isso. Dessa forma, ou também ele está demandado para, no viés em que está o Governo Federal, desmobilizar o sistema Eletrobras para depois entregá-lo à iniciativa privada.

Então, ou ele é muito irresponsável ou ele está lá apenas como executor para fazer a desmobilização da Eletrobras. E nós, trabalhadores, entendemos que ela tem que continuar – e vamos lutar por isso, Senador –, para que ela continue sendo protagonista do setor elétrico brasileiro e do setor elétrico como *player* mundial.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Nailor. Um abraço grande aos nossos queridos do sindicato de Rondônia, Porto Velho, onde nós temos a Usina de Jirau e a de Santo Antônio, além de uma série de outras, como Samuel. Quando da construção de Samuel, inclusive, dois diretores da Eletronorte faleceram num acidente de avião naquela oportunidade. Eu já era servidor da Eletronorte, eu era engenheiro da Eletronorte, recém-formado, concursado da Eletronorte.

Quero registrar aqui a presença do nosso amigo Jaime. Ele está aqui conosco, é um servidor da Eletronorte, tem colaborado bastante lá na Eletrobras. E também o Boréu. Quero inclusive desejar melhoras ao pai do Boréu, um sindicalista histórico aqui de brasília, que está na UTI. E o nosso querido Alairton, nosso coordenador do sindicato, o STIU, do Distrito Federal. É um servidor da CEB, empresa para a qual trabalhei 26 anos e meio da minha vida, no setor elétrico. Então, me honra muito a presença do Alairton e todos os demais.

Vamos aqui passando a palavra por dois minutos ao nosso querido Edney, manauara, do nosso querido Amazonas.

O SR. EDNEY MARTINS – Bem, Senador, quero agradecer mais uma vez a oportunidade. A gente espera que este debate seja feito de maneira mais adequada, em que os agentes venham à mesa, venham a público esclarecer o que tem por trás desse processo de reestruturação.

Quero dizer aqui, Senador, que esse processo nós não podemos levar de maneira açodada. Quando da nossa intervenção aqui, eu não falei que as mazelas que esse processo de privatização vai causar aos trabalhadores são intencionais, porque, da última vez que nós falamos isso, agentes do Governo falaram: "Vocês estão apenas defendendo o nicho de vocês, vocês estão aqui apenas defendendo o emprego de vocês." Não. Na realidade, a gente veio para falar que esse processo de privatização é equivocado, tem contradições para as quais não são dadas respostas. Para começar, não dá resposta de como a iniciativa privada vai fazer os investimentos nesses seis Estados, que são os seis Estados mais pobres do País.

(Soa a campainha.)

10:48

O SR. EDNEY MARTINS – Na Região Nordeste, Alagoas e Piauí são os Estados com mais deficiência.

Quero dizer também que as últimas guerras do mundo se deram por recursos naturais, por petróleo, por recursos naturais. E, com esse processo de privatização, a gente pode estar abrindo a maior reserva de recurso natural do mundo ainda intacta para que a iniciativa privada e interesses multinacionais se instalem.

O que é isso? Com essa privatização, eu posso dar um passe livre para uma empresa estatal chinesa se instalar em 104 localidades do coração da Amazônia, entrando e saindo do coração da Amazônia sem dar satisfação a absolutamente ninguém, onde estão ainda as jazidas de nióbio, de níquel, o grande aquífero Amazonas. Enfim, toda a riqueza da Amazônia eu posso estar entregando de mão beijada aos interesses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

multinacionais e a empresas estatais de outros países. Esse processo de privatização pode trazer isso como consequência.

E é necessário estarmos de olhos bem abertos e debatermos isso aqui. E aí, nós vamos entregar o jardim do quintal para quem quiser entrar e fazer o que quiser? É necessário ter muito cuidado com a soberania nacional, com o que nós ainda temos de riqueza. Vender ou não vender uma empresa não pode botar em risco a soberania nacional.

Bem, dessa forma, a gente agradece a oportunidade. Os trabalhadores estão abertos para debater esse processo e qualquer outro ligado ao setor elétrico.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu quero cumprimentar o Edney e falar que a preocupação dele é a nossa preocupação aqui do Congresso Nacional, do Senado Federal, porque realmente é deficitário você levar energia para os pontos longínquos, é deficitária a questão de você ter que fazer uma subestação, que é um altíssimo investimento, onde tem uma carga baixa. E alguém precisa pagar essa conta.

Então, essa preocupação que ele coloca, que o sistema é um todo, o sistema é interligado, e esses cuidados têm que ser feitos. Igual aos Correios, por exemplo. Aquela cidade longínqua, as cidades maiores pagam a questão dos Correios. Então, o cuidado que tem que ser feito e que nós temos sinalizado; daí a importância desta audiência pública que a gente realiza.

A gente novamente lamenta que os convidados Ministério de Minas e Energia, Eletrobras e Aneel tenham preferido se ausentar neste primeiro debate, e eles precisam vir no próximo que a gente vai propor, para poderem se posicionar. A todos eles serão enviadas as perguntas e as notas taquigráficas do que foi colocado aqui, para que eles recebam, para que eles analisem e façam as suas devidas ponderações e posições. Se for preciso fazer um requerimento do Plenário do Senado, nós vamos fazer, caso eles não façam a devida vênia de atender o pedido que o nosso gabinete vai encaminhar a todos eles, inclusive com o respaldo da nossa Comissão.

Vamos lá com o nosso querido representante do Dieese, o nosso Gustavo Teixeira, dois minutos. Toca a campainha faltando um minuto. Obrigado, Gustavo.

O SR. GUSTAVO TEIXEIRA – Obrigado, Senador. Primeiro, quero agradecer a oportunidade de trazer essa questão importante e dizer que, na nossa avaliação, esse tema é muito relevante e deve ser discutido da forma mais profunda possível. O que a gente observa é que esse processo está se dando de uma forma muito rápida, sem o devido preparo para discussão do processo. E aí, mais uma vez, é lamentável que não haja participação dos órgãos do Governo Federal e também da Eletrobras para discutir esse processo, que é muito relevante.

10:52

Na nossa avaliação, esse processo tem que ser discutido de uma maneira mais longa e profunda, inclusive com a participação da sociedade. A população também deve ser ouvida, para poder contribuir com elementos para que a gente tenha um resultado mais positivo a partir desse processo.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO TEIXEIRA – Diante disso, coloco-me à disposição de V. Exª e da Casa para ajudar e subsidiar indicadores e números a partir da subseção do Dieese na Federação Nacional dos Urbanitários.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Gustavo. Fica aqui registrado que o Senado Federal, via Comissão de Infraestrutura, está fazendo a sua parte em propiciar o debate. Se a parte do Governo que discute o setor preferiu se ausentar nesta hora, a culpa não é do Senado Federal nem desta Comissão nem do Senador Hélio José, que é engenheiro eletricista de formação, conhece este debate. Fui Presidente da Medida Provisória nº 735, estive em outras medidas provisórias importantes para discutir esse setor. Então, a nossa parte...

Cabe registrar que é a segunda vez em que a Eletrobras é convidada para uma audiência pública, esta não é a primeira, e ela falta. Na Medida Provisória nº 735, uma audiência pública fundamental para a re-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cuperação do setor elétrico, a Eletrobras teve a oportunidade de vir e não veio se posicionar, com a questão, por exemplo, da administração dos bilhões da CDE, e ela não veio. E perdeu a administração desse fundo, porque definiu-se nova sistemática naquela medida provisória, e nem sequer veio manifestar sua motivação, suas preocupações, o que significaria isso.

Então, isso nos estranha, e a gente espera que a Eletrobras se redima dando as respostas corretas e adequadas às perguntas aqui formuladas, para que a gente possa, num debate futuro, dar continuidade a este debate. Há um movimento sindical. Eu acho que ele está cumprindo o seu papel de fazer solicitação, fazer assembleia, fazer debate. Houve uma vinda da Eletrobras, se eu não me engano, há duas ou três semanas, aqui em Brasília, discutindo na Eletronorte. Eu acho que vocês precisam continuar fazendo isso, até em homenagem ao finado Paulo Jackson, nosso querido do Sindae da Bahia, que foi o precursor, naquela reunião de quatro dias – eu me lembro de que nós participamos lá no Sindae –, da criação da FNU.

Eu quero agradecer à FNU (Federação Nacional dos Urbanitários) pela presença. O meu gabinete sempre estará aberto e às ordens para discutir com a FNU a necessidade das mudanças nas políticas de forma adequada, de forma correta, para ter um Brasil que progrida, um Brasil que gere emprego, que gere oportunidade, que propicie uma tarifa energética realista, que tenha um preço melhor, que nós possamos ter um aproveitamento melhor das energias alternativas, que nós possamos gerar mais emprego, mais oportunidade, e não desemprego, e não inquietação neste setor que tem que estar bem planejado, tem que estar bem pensado. E é isso que a gente aguarda.

Então, para esses dois minutos finais da Federação Nacional dos Urbanitários, Pedro Tabajara Blois Rosário, eu quero dizer para você que nós estamos à disposição de vocês. Então, em nome do meu finado e querido amigo Paulo Jackson, nosso ex-Deputado da Bahia, Presidente do Sindae, que é o sindicato do saneamento básico da Bahia, foi uma das pessoas que ajudaram a gente a discutir isso. Ele, o Fortes e outros que citei aqui. Você leve à Federação Nacional dos Urbanitários este nosso cumprimento.

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – Perfeito.

Em nome da Federação Nacional dos Urbanitários, Senador Hélio José, nós agradecemos novamente o convite.

10:56

A federação não se furta e nem se furtará a continuar fazendo essa discussão não só aqui, no Senado Federal, mas em todas as instâncias onde nós entendermos que temos que participar de todo esse debate para contribuir, fazer as críticas ao processo, dar as sugestões que nós entendemos que possam ser salutares, porque nós queremos o melhor para este País.

Somos totalmente contrários à privatização do setor por entendermos que não é alternativa correta, neste momento de crise que está colocada aí, a venda de empresas que são de uma importância vital para o desenvolvimento deste País. E principalmente a Região Nordeste, como já foi citado aqui, que precisa realmente se desenvolver melhor, a Região Amazônica, que precisa também...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO TABAJARA BLOIS ROSÁRIO – ... se desenvolver melhor, para dar uma condição melhor ao povo que habita nessas duas regiões.

Lamentamos profundamente a ausência das entidades que deveriam estar aqui contribuindo nesta discussão. Passamos já por esse processo com o presidente da Eletrobras, que, após a sua vinda para o cargo de presidente, só nos recebeu depois de 90 dias e com um tempo bastante limitado, de praticamente uma hora, e com atraso significativo. Então, ele mostra que realmente ou não está preparado ou é desrespeitoso não só para com os trabalhadores, mas para com o Senado Federal, que tem buscado alternativas para nós acharmos um ponto de equilíbrio nesta discussão sobre a questão da privatização do setor elétrico nacional.

Então, a federação agradece novamente o convite e se coloca à inteira disposição do Senador Hélio José para continuar essa discussão. Vamos estar presentes em fevereiro, quando for convocada nova audiência, para que possamos contribuir nesse debate. Porque eu acho que é com um debate riquíssimo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nós podemos ter o engrandecimento de tirar do aprendizado todo as determinações de como nós podemos proceder para que não só a população tenha uma energia de qualidade, mas também com um preço justo.

Se vier a questão da privatização, nós sabemos o que é que vai acontecer, porque nós já temos essas experiências em vários Estados onde o serviço é privatizado. Não há investimento e não há melhora na qualidade de serviço, e a demissão é o ponto principal das empresas, que visam exclusivamente a questão do lucro pelo lucro, sem se preocupar com a prestação do serviço.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Cumprimento novamente os nossos participantes, o nosso querido Pedro Tabajara, representante da Federação Nacional dos Urbanitários, o Nailor e o Edney, e o nosso querido Gustavo, que dividiram o tempo com a FNU.

E quero dizer a todo o Brasil que o Governo tentou, inclusive, nos demover de fazer esta audiência pública. O Governo nos procurou, queria que não fizéssemos essa audiência pública, e depois preferiu o caminho mais fácil, que foi boicotar a audiência pública.

Eu sou Vice-Líder do Governo, vou reportar ao Presidente da República esse comportamento colocado pelas empresas Eletrobras, Eletronorte e o Ministério, que se negaram a vir fazer o debate democrático. Essa não é a posição do Presidente da República Michel Temer, posso afirmar isso. A posição dele é que todos façam o debate e convençam, coloquem as propostas. Aqui, em momento nenhum, esta Comissão de Infraestrutura iria colocar ninguém em constrangimento. Só seria para dar oportunidade a todos para vir debater, para vir colocar e defender o seu ponto de vista. Aqui há prós e contras e quem ainda não está com a posição firmada. Depois do debate, é feita a votação e se encaminham as coisas no Congresso Nacional.

11:00

Então, a posição de omissão não é a posição – eu tenho certeza – do nosso Presidente da República, do qual eu sou Vice-Líder nesta Casa. O Presidente, com certeza, não concordaria com isso. Por outro lado também, a posição do Senado Federal não é de ficar aqui questionando. As empresas têm autonomia; o Ministério tem autonomia; a Aneel tem autonomia para tomar as suas decisões.

Eu e o Senado Federal só lamentamos porque entendemos que, neste momento, perdeu-se uma grande oportunidade de aperfeiçoar o trabalho que eles estão fazendo, que é preciso ser apresentado, para que todo o setor esteja convencido, até porque todo mundo junto fica muito mais forte para dar certo do que separado, dividido; do que de forma autoritária.

Então, o nosso apelo é que tanto a Eletrobras quanto o Ministério de Minas e Energia, a Aneel e a Eletronorte, que receberão todos os questionamentos e as notas taquigráficas desta importante audiência pública, o mais breve possível nos devolvam até para evitar que tenhamos que fazer um requerimento formal da Mesa do Senado para que eles sejam forçados e obrigados a fazer essa resposta.

Acho que essa não é uma prática do Governo do qual sou Vice-Líder nesta Casa, do Governo que representamos. Eu sou do PMDB e o Senador Edison Lobão é do PMDB, os outros Senadores que aprovaram essa questão são da Base aliada, da oposição, e todos eles estão preocupados em propiciar o debate, em propiciar que nós consigamos caminhar da melhor forma possível para que o Presidente Temer faça o que prometeu, que é retomar o crescimento, retomar o emprego e dar oportunidade.

Todos aqui tiveram a oportunidade de colocar os seus pontos de vista sem cerceamento nenhum, como a Eletrobras teria, como o Ministério teria, como a Aneel teria. E não poderia ser diferente, porque sempre foram todos muito bem recebidos nesta Casa, principalmente na Comissão de Infraestrutura.

Quero agradecer a colaboração do nosso Presidente, o nosso querido Senador Garibaldi Alves; agradecer a colaboração dos nossos servidores da Comissão de Infraestrutura na pessoa do nosso líder, o nosso Thales, o nosso universitário mor, coordenador da comissão – todas as meninas se sintam agradecidas –; à TV Senado e a todos os participantes aqui, assim como ao Tabajara e a toda a FNU.

Vamos encerrar por hoje esta reunião, até porque haverá Congresso agora. Eu já teria de ter encerrado um pouquinho antes. Mas valeu. Acho que foi bom, foi oportuno. Os trabalhadores brasileiros ganharam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mais uns dez, quinze minutos, e ganhou o Brasil quando a gente pôde aqui dividir um pouco mais, até para ouvir os colegas das geradoras, das transmissoras, das distribuidoras, bem como os estudos socioeconômicos dos sindicatos, que é o Dieese, e o nosso representante da FNU.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 6 ª REUNIÃO, REUNIÃO DE SUBCOMISSÃO, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Wilder Morais, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração com a presença do Senador Sérgio Petecão. Deixa de comparecer o Senador Hélio José. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 9, de 2016** que "nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 7/2016- – SUBMINERA, que aprovou a audiência pública que tratará da modernização da legislação mineral brasileira, incluir o nome do indicado como debatedor, além dos citados no requerimento: Dr. Darlan Airton Dias, Procurador da República. **Autoria:** Sen. Wilder Morais. **Resultado:** Aprovado. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa. **Finalidade:** Debater a modernização da legislação brasileira mineral. **Participantes:** William Freire, Advogado, do Escritório William Freire Advogados Associados; Guilherme Simões, Coordenador da Comissão Jurídica do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM); Luis Mauricio Ferraiuoli de Azevedo, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM); Fernando Facury Scaff, Professor da Universidade de São Paulo (USP); Luiz Antônio Sotério de Oliveira, Procurador Federal aposentado; Frederico Munia Machado, Procurador Chefe Substituto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Adriano Drummond Cançado Trindade, Professor voluntário da Universidade de Brasília (UnB); e Darlan Airton Dias, Procurador da República. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata é assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wilder Morais

Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor da Mineração, Subminera, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos a audiência pública, proponho a apreciação de requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA:
ITEM 1
REQUERIMENTO Nº 9 , DE 2016

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 7/2016- – SUBMINERA, que aprovou a audiência pública que tratará da modernização da legislação mineral brasileira, incluir o nome do indicado como debatedor, além dos citados no requerimento: Dr. Darlan Airton Dias, Procurador da República.

Autoria: Senador Wilder Morais

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Esta reunião é interativa. Informo a todos os presentes e a quem nos acompanha pelos canais de divulgação e pela TV Senado que esta reunião será realizada em caráter interativo, com possibilidade de participação popular. Os cidadãos que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania – www.senado.leg.br/ecidadania – ou através do Alô Senado, número 0800612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Primeiramente, gostaria de agradecer a presença de todos, em especial todas as organizações do setor mineral, que enriqueceram a nossa Subcomissão ao longo desse um ano e meio de trabalho. Também gostaria de agradecer a presença dos palestrantes de hoje. Trata-se de especialistas e juristas da mais alta patente do setor mineral brasileiro.

Pois bem, na honrosa condição de Presidente desta Subcomissão, gostaria de fazer uma breve retrospectiva acerca dos trabalhos que estamos realizando por meio de uma série de audiências públicas voltadas para a discussão com técnicos de órgãos governamentais, especialistas do setor mineral, acadêmicos renomados, especialistas em Direito e representantes da sociedade, na busca pela identificação dos gargalos e dos problemas enfrentados pela mineração no Brasil.

Vivemos um momento de grandes mudanças no nosso País e, por isso, a crise que está em curso ainda se mostra intensa e sem saídas claras no horizonte. Por isso, devemos criar condições que estimulem a discussão sobre a modernização da legislação mineral brasileira, de modo a contribuir para o crescimento do setor, permitindo o aumento da produtividade da nossa indústria minerária.

Assim, encontros como este se mostram essenciais aos trabalhos legislativos, em especial aqui, no Senado Federal. Por isso, a Subcomissão promoveu oito audiências públicas com objetivos muito bem definidos – abre aspas –: "Trazer contribuições de todas as áreas e setores e ouvir todos os envolvidos perante essa atividade minerária" – fecha aspas. Buscamos o diagnóstico dos problemas enfrentados pela atividade. Queremos, de modo responsável, destravar o setor e elaborar proposições legislativas que sintetizem as dificuldades aqui levantadas.

Cito, agora, alguns aspectos relevantes que foram levantados nesses debates.

Como se pode observar, a partir dos tópicos selecionados, assume grande importância a questão relacionada com o projeto do novo Código de Mineração, em especial, no que se refere à contribuição financeira sobre a exploração mineral, o CFEM.

A Associação Brasileira do Alumínio (Abal), por exemplo, ressalta o caso em que o bem mineral é consumido em processo de transformação no estabelecimento minerador, mesmo que em empresas controladas ou coligadas. Nessa condição, em vez de a CFEM ser calculada sobre o custo, a Associação entende que a contribuição deveria ser calculada com base no valor de referência a ser estabelecido pela futura agência reguladora, a Agência Nacional de Mineração (ANM).

A Abal lembra ainda que os custos apurados variam de acordo com o estágio do projeto da mineração ao longo da vida útil da lavra e em função de eventuais ocorrências que podem afetar, temporariamente, a estrutura do custo da mineração. Assim, as variações do custo ao longo da vida do projeto poderão afetar a base e, em consequência, o recolhimento da CFEM.

Para aquele setor, dever-se-ia manter a redução de 50% da CFEM incidente sobre o bem mineral, para evitar o desincentivo à transformação do minério no País, com a consequente agregação de valor ao produto em Território nacional.

A Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM) também enfatiza o fato de que a evolução da indústria do carvão tem sido restringida pela política energética do País. Segundo a Associação, a prioridade dada a essa política de energia elétrica e, mais recentemente, às chamadas fontes alternativas de energia, teria limitado o aproveitamento das reservas de carvão. Esse quadro deverá se alterar no futuro, em função da evolução do mercado de energia elétrica. O novo cenário vai demandar elaborar uma nova política de Governo para o uso do carvão.

Para a Associação Brasileira de Indústria de Água Mineral (Abinam), em relação à CFEM, não resta dúvida de que descabem determinadas decisões tributárias à atividade de lavra de água mineral, já que se trata de um bem renovável e, desse modo, não haveria degradação ambiental no processo.

A interpretação trazida pelo Poder Público seria demasiadamente genérica ao igualar todos os bens minerais em um mesmo patamar, deixando de considerar as peculiaridades individuais. Para a Abinam, a extração de água mineral e potável de mesa, por ser bem mineral com características próprias, deveria ser regida por legislação específica, uma vez que essa atividade não pode estar sob visão generalista. Inexistiram, portanto, justificativas para a cobrança de CFEM sobre as atividades de lavra da água mineral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Já a Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM) enfatiza o fato de a CFEM ter sido concebida para ser um instrumento de política mineral, destinada a preparar os Municípios mineradores para o pós-mina. Nesse contexto, o aumento dos custos reduziria os investimentos em exploração mineral e implicaria a redução do número de depósitos economicamente viáveis. A ABPM considera que a tributação incidente na atividade mineral deve compensar adequadamente os Estados, os Municípios e a União, sem, contudo, haver fator de perda de competitividade das empresas nos mercados, tanto interno como externo. Para a Associação, o Brasil carece de uma reforma tributária ampla e simplificadora, que valorize igualmente a competitividade e o benefício social inerente a qualquer tributo. Desse modo, em uma reforma dessa natureza seria essencial avaliar os efeitos da Lei Kandir nos Estados exploradores de bens minerais.

A posição da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados na Construção Civil (Anepac) é no sentido de que a base de incidência do CFEM seja – abre aspas – "do faturamento líquido para o posto expedição da mina" – fecha aspas –, excluídas despesas como frete, seguro e imposto sobre as vendas. A proposta de 0,6% da alíquota sobre o faturamento líquido significaria uma média histórica recorrente a 20 anos, cerca de 15% do lucro bruto.

Já a Associação Nacional da Indústria de Cerâmica (Anicer) considera merecer igual atenção ao novo tributo criado pelo projeto do Código de Mineração, ou seja, a taxa de fiscalização prevista no art. 63 do substitutivo. Segundo a Anicer, essa taxa teria valores desproporcionais e muito elevados, principalmente se comparada a outros congêneres. Quanto à CFEM, no caso do bem mineral consumido em processo de transformação no estabelecimento minerador, o encargo deveria ser calculado com base no custo apurado na extração do bem mineral.

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) enfatiza que as atividades de exploração dos recursos minerais no Brasil estão submetidas a uma das cargas tributárias mais elevadas do mundo quando se considera os mais diversos minérios, impostos e taxas dos três níveis de governo e as cargas tributárias equivalentes dos países com os quais disputamos o mercado global.

Para o Instituto, em um contexto de desaceleração do crescimento da economia nacional, há uma tendência dos Estados e Municípios buscarem uma compensação para a perda de suas receitas tributárias por meio de elevações de carga tributária sobre setores específicos.

O Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), citando estudo realizado pela PwC, instituição de consultoria mineral do Reino Unido, realça o fato de que o Brasil está inserido entre as maiores cargas tributárias do mundo para o cimento e suas matérias primas. Evidentemente, isso onera excessivamente setores tais como infraestrutura e construção civil. Assim, o consumidor final acaba arcando com o custo dos impostos sobre os valores agregados e outros impostos e encargos que são transformados em custo ao longo da cadeia produtiva.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados, demais senhoras e senhores aqui presentes, concluo esse breve resumo realçando o fato de que muitos outros aspectos foram levantados e debatidos pelos palestrantes convidados numa série de audiências públicas, com a presença de membros do Congresso Nacional, representantes do setor produtivo, pesquisadores, acadêmicos e representantes da sociedade.

Os pontos que aqui abordei espero que servirão como um convite à ampliação do debate neste importante encontro a que agora dou início, na condição de Presidente da Subcomissão de Acompanhamento do Setor Mineral (Subminera), Subcomissão Permanente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal.

Muito obrigado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a modernização da legislação brasileira mineral, em atendimento aos Requerimentos nºs 7, 8 e 9, de 2016, aprovados por esta Subcomissão.

Foram convidados diversos especialistas que, para facilitar nossos trabalhos, serão divididos em duas rodadas de exposições e farão suas exposições com base em temas predefinidos.

Dando início à nossa primeira rodada, convido para que tomem assento à mesa os senhores: William Freire, advogado do Escritório William Freire Advogados Associados; Dr. Fernando Facury Scaff, professor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Universidade de São Paulo (USP); Dr. Frederico Munia Machado, Procurador Chefe Substituto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); e Dr. Guilherme Simões, Coordenador da Comissão Jurídica do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), para que faça parte da Mesa da nossa primeira rodada.

Dando início ao nosso debate, gostaria de passar a palavra, primeiramente, ao Sr. William Freire, advogado do Escritório William Freire Advogados Associados.

Informo que o convidado tem dez minutos para fazer a sua exposição.

Com a palavra o Sr. William Freire.

O SR. WILLIAM FREIRE – Sr. Senador Wilder Morais, colegas de debate, senhoras e senhores, quando falamos em modernização da legislação mineral, abordando especificamente o tema de formas de acesso aos direitos minerários, é importante nós conhecermos como a legislação mineral funciona no Brasil atualmente e como ela está inserida dentro de uma legislação, de uma tendência mundial.

Normalmente, diz-se que o sistema jurídico de acesso às riquezas minerais, aos direitos minerais no Brasil, seria o sistema de prioridade. Na verdade, o sistema ou regime de acesso aos direitos minerais no Brasil é um regime misto. Por quê? Ele é composto prioritariamente pelo regime de prioridade; pelas disponibilidades, que é uma forma de licitação para direitos minerários; e pelas reservas nacionais. Esses três institutos proporcionam à União, através do DNPM, os mecanismos necessários para uma gestão adequada das riquezas minerais.

É importante esclarecer que o sistema é misto, por quê? Normalmente, quando se fala que o sistema seria só de prioridade, isso cria, diante de determinados segmentos, uma certa resistência, dando ideia de uma corrida indiscriminada aos recursos minerais, quando, na verdade, isso não acontece.

Quando nós analisamos os regimes jurídicos de acesso à propriedade mineral, aos direitos minerários, nós temos basicamente, no mundo inteiro, dois sistemas: um sistema calcado predominantemente no regime de prioridade, ou no sistema de prioridade, e é complementado também com as licitações. Mas, prioritariamente, é o sistema de prioridade, por quê? Dentro desse sistema incluo todos os países de tradição na mineração. Poderia citar muitos, mas podemos falar de Austrália, Canadá, Peru e Chile. Todos eles adotam o sistema predominante de prioridade.

Há várias razões para que esse sistema seja o melhor para a mineração de maneira geral. Primeiro, porque é uma atividade de muito risco. Segundo dados, um em cada 100 requerimentos de pesquisa se transforma em lavra efetiva. Não é função do Governo atuar em atividade de risco, esse é o primeiro ponto. Segundo aspecto: esse sistema, em um país de dimensões territoriais como o Brasil, é o mais adequado também. E, terceiro, no nosso caso, a partir da faculdade que a União tem de instituir as reservas nacionais, ela terá sempre condição de atuar estrategicamente naquelas áreas relevantes de seu interesse.

Então, esses três mecanismos de prioridade das disponibilidades e das reservas nacionais, no meu ponto de vista, são muito adequados para o sistema brasileiro. Por que digo muito adequado para o sistema brasileiro? Porque é importante nós conhecermos o que acontece em outros países, mas temos que entender que temos nossa própria cultura e nossas próprias características. Não adianta simplesmente ficar copiando outros países sem conhecer a realidade.

Vou dar um exemplo muito claro, muito interessante para vocês: a legislação do Peru estabelece, como a brasileira, que a mineração é de utilidade pública. Muito bem, é importante que a mineração seja reconhecida como de utilidade pública, como de fato é. A legislação peruana também adota o instituto das servidões minerais. Só que as servidões minerais no Peru passam pelo ministro, e, por questões políticas, ele não está outorgando servidões minerais. Ou seja, quem lê a legislação do Peru pensa que é uma legislação que funciona, que é adequada, mas é adequada na teoria, porque, na prática, não funciona. Temos que ter muito cuidado. Temos que aprender com a legislação estrangeira, mas temos, necessariamente, que adaptá-la, inseri-la em nosso contexto cultural, em nosso contexto econômico, em nosso contexto administrativo. Não basta copiar, muitas vezes sem conhecer a realidade da legislação.

Um outro ponto interessante que gostaria de abordar aqui rapidamente é que, muitas vezes, quando se fala que o regime do Brasil é predominantemente de prioridade, isso daria uma ideia de que a União não teria elementos com a gestão estratégica. Só que, se analisarmos o que já consta da Constituição Federal, no art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

176, o Código de Mineração, outra legislação e outras normas, veremos que a União Federal tem mecanismos, sim, para fazer uma gestão estratégica das riquezas minerais, tem mecanismos para exercer o controle efetivo das riquezas minerais, tem mecanismo para exercer a soberania plena sobre as riquezas minerais.

Quais são esses elementos, esses institutos que já existem no Brasil? E não será o regime de prioridade que alteraria ou fragilizaria isso.

Primeiro, as jazidas e demais recursos minerais pertencem à União. É um poder enorme nas mãos da União, o que é muito correto e é como acontece na maioria dos países. Todos eles fazem questão de que a a nação – ou a União ou a República – tenha o domínio dos recursos minerais. É muito certo. No Brasil, também.

No caso do Brasil, a mineração deve ser exercida no interesse nacional. É um texto fortíssimo, que, normalmente, não se encontra em outras Constituições.

Terceiro. A União tem poder de polícia, poder de outorga, fiscalização e sanção.

Quarto. A propriedade imobiliária não alcança a propriedade das riquezas minerais. São institutos jurídicos diferentes.

O exercício da atividade mineral depende de consentimento prévio da União, via DNPM.

Já existe também na Constituição que apenas brasileiros ou empresas constituídas sob as leis brasileiras que tenham sede de administração no Brasil podem ser titulares de direitos minerários, com regras especiais para faixas de fronteiras.

Há a questão da compensação financeira também, a questão de que a mineração deve ser exercida de forma ambientalmente sustentável e a questão de a mineração ser considerada como atividade de utilidade pública.

Assim, a União tem todas as ferramentas, os mecanismos, e não é o princípio da prioridade que fragiliza isso. Então, a minha primeira observação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILLIAM FREIRE – A minha primeira opinião é a de que, nessa modernização do Código de Mineração ou até do marco regulatório, não há necessidade de mudar esse sistema misto que nós temos. Esse sistema misto mais esses institutos da Constituição e mais o Código de Mineração são mais que suficientes.

Agora, não basta ter as ferramentas, não basta ter os institutos, se não houver meios adequados para aplicá-los. E como se aplicam adequadamente essas ferramentas, esses institutos? É estruturando os órgãos de mineração. Se não houver órgãos de mineração bem estruturados, pode ser a melhor lei do mundo que ela não irá funcionar.

Dando a minha contribuição, em relação ao que eu sugeriria como mudanças pontuais, mantendo o regime de prioridade, eu tenho duas sugestões aqui.

A primeira seria inserir dois artigos simples para acabar com as filas e com os especuladores na porta do DNPM. Muito simples, muito fácil de fazer. Por quê? Além de essas filas no DNPM constrangerem, elas são um estímulo aos especuladores. E é muito simples. Eu fiz uma pesquisa em outros países, onde se adota também o regime de prioridades, e não há fila. Por quê? Eles ou consideram a primeira hora após a abertura do protocolo como o mesmo momento jurídico ou consideram o dia como o mesmo momento jurídico. Então, se duas pessoas requererem, na mesma hora ou no mesmo dia após a abertura do protocolo, determinada área, é considerado o mesmo momento jurídico. Então, não há aquele negócio de o sujeito ficar dormindo na fila, ficar aguardando na fila uma semana. Cada país tem a sua solução. Então, há situações em que já há pré-requisitos determinados para definir quando há uma disputa dessa, em que mais de uma pessoa está requerendo a mesma área no mesmo momento jurídico.

Por exemplo, uns países decidem pelo melhor projeto, outros decidem por uma licitação por preço, outros decidem até por sorteio. Nós podemos escolher o modelo mais adequado para o Brasil, mas nós temos condição muito simples de acabar com esses especuladores que ficam na porta do DNPM que constrangem todo mundo e incentivam a especulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Outra sugestão que eu daria também e que é simples é alterar o regime de prioridade do licenciamento mineral. Atualmente, a prioridade acontece quando o minerador requer no Município. A minha sugestão, também de uma forma muito simples, é que nós passemos a considerar como o momento de determinação de prioridade para o licenciamento o momento de protocolo no DNPM, também com uma pequena alteração legislativa.

Senhoras e senhores, muito rapidamente, essas são as minhas contribuições, defendendo fortemente a manutenção do regime de prioridade como preponderante dentro de um sistema de acesso misto, que é prioridade, disponibilidade e reservas nacionais com todas as ferramentas que a Constituição e o Código já proporcionam à União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu queria agradecer ao Dr. William Freire, advogado do Escritório William Freire Advogados Associados. Obrigado pela sua contribuição e também pelo tempo.

Eu gostaria de passar a palavra agora ao nosso segundo palestrante, o Dr. Fernando Facury Scaff, Professor da Universidade Federal de São Paulo (USP). O senhor tem dez minutos também.

O SR. FERNANDO FACURY SCAFF – Boa tarde a todos.

Eu quero agradecer o convite formulado pelo Senador Wilder Morais. Agradeço a atenção de todos.

Vou passar – se aparecer ali – alguns eslaides, especificamente sobre a questão da CFEM e taxas minerárias. Como o tempo é curto, eu quero começar pelo fim, dizendo que eu acho que nós tratamos a CFEM de maneira errada. Tratamos a CFEM no Brasil como se fosse arrecadação, como se fosse um tributo qualquer a mais. Tecnicamente, nem tributo é, mas a lógica é arrecadatória: é tirar dinheiro da atividade minerária para os Municípios, para a União, para o ministério A, para o Governo, para isso e para aquilo. Não pode ser assim. A lógica tem que ser de estratégia de desenvolvimento nacional. Então, eu vou colocar alguns eslaides e fecho com essa ideia que, em razão do tempo, antecipadamente, já passei a vocês.

Eu tinha planejado três partes de exposição: sobre sistemas de arrecadação pública da renda minerária, que são vários; sobre o sistema adotado no Brasil e as principais propostas de alteração; e também um pedaço sobre taxas estaduais sobre atividade minerária, que parece que não tem correlação, mas tem.

Então, rapidamente, vamos lá.

Em alguns países, em alguns lugares, há um sistema em que é cobrada a CFEM por unidade produtiva. Utiliza-se a quantidade de produto (peso) mineral como base de incidência – tantos reais por tonelada ou por grama, no caso de ouro ou alguma coisa de mais valor. Outra fórmula é uma percentagem por tonelada. É claro que se pode ratear, cortar essa apuração em diversos momentos. Pode-se ter um percentual sobre a renda obtida sobre a atividade extrativa, o que é um sistema interessante para várias empresas, porque elas pagam apenas quando a mina, o empreendimento der lucro. É uma coisa interessante, porque, no Brasil, hoje, o sujeito põe o pé na mina e já vai pagando. Aquilo vai dar lucro? Não sei. Vai dar renda? Também não sei. O sujeito extrai um grama de qualquer coisa e já paga. Não pode ser assim. Se nós queremos um desenvolvimento minerário, nós não podemos fazer cobranças desde já. Talvez para uns minérios, sim; para outros, não. Por isso, eu digo que o sistema que adotamos no Brasil é um sistema meramente arrecadatório. Essa não é a melhor fórmula. E o *royalty* com base no faturamento é sempre oneroso para as empresas, que pagam sem lucro, apenas pela extração.

Na linha do "vamos rápido", alguns tópicos mais. Possíveis variações no sistema: utilização de alíquotas progressivas ou regressivas; possibilidade de conceder ao explorador a decisão sobre qual sistema adotar – observem que esse é um pedaço interessante –; utilização de sistemas híbridos – mais de um critério –; previsão de deduções da base de cálculo, que é o que nós temos no Brasil, com dedução da base de cálculos de tributos incidentes sobre a comercialização, seguro, frete, etc. – de que vamos tratar um pouco mais à frente –; e os valores utilizados dependem da fase do empreendimento, o que é também outra possível variação.

As alíquotas podem ser: alíquota única; alíquota variável (seletiva), pela destinação do minério, pelo valor do produto mineral, pela demanda, por fatores estratégicos e por classe de bens. Mundo afora, há uma mescla enorme de hipóteses para cobrança de CFEM. E alguns – não é que estejamos no rabo da fila – desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sistemas são muito mais inteligentes e preparados do que o que usamos.

O que nós temos no Brasil? Nós temos uma lei antiga, de 1989, que vai dizer que a compensação financeira pela exploração para fins de aproveitamento econômico será de 3%, que é o teto atual, com uma dificuldade ali, que, mais adiante, aparecerá novamente, que é tal da base do cálculo: sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral obtido na última do processo... É um negócio complicado, vamos convir. E temos outra lei de cerca de dois anos após, que diz que, para efeito do cálculo de compensação, entende-se por faturamento líquido o total das receitas de vendas, excluídos – e ali as exclusões que mencionei – os tributos incidentes sobre comercialização, transporte e seguro.

Há uma certa seletividade, e é uma coisa inteligente fazer seletividade na cobrança. Por exemplo, minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio: 3%; ferro, etc.: 2%; pedras preciosas... Isso é só uma indicação. É claro que, se vocês me perguntarem por que ferro está com 2% e alumínio, bauxita, com 3%, eu não vou saber responder. Fizeram assim. Eu acho até que não tem grandes lógicas esse negócio, mas, em algum momento, colocaram isso dessa forma e vigora desse jeito, ou seja, há seletividade? Sim, mas não há uma justificativa para que essa seletividade esteja colocada, o que deixa uma variação de alíquota apenas.

Equação básica, simples. Faturamento líquido na venda do produto mineral, após a última etapa do processo de beneficiamento e antes da transformação industrial. Então, uma equação, claro, de advogado, não sou economista, é aquela ali colocada e, lá embaixo, a alíquota limitada de 3%. Você abate aquelas parcelas. Na teoria é fácil, não é? Parece que é.

Mas temos uma ou duas dúvidas cruciais aqui colocadas. A primeira delas é como entender a expressão "legal" após a última etapa do processo de beneficiamento e antes de sua transformação industrial? Aqui há uma dificuldade, senhores, enorme, entre plantas industriais contínuas e intervalares. Por exemplo, a mineração X, a empresa X, M, qualquer uma delas, pode ter uma planta que diste, entre a extração de beneficiamento, dois mil quilômetros fluviais, a diferença entre a planta de extração e a planta de beneficiamento.

Como é a última etapa do processo de beneficiamento antes da transformação industrial? Esse frete fluvial, dois mil quilômetros, é feito como? Abate da CFEM ou não abate?

Também há outro problema – e na linha de vamos andando com os slides –, o do autoconsumo, que não é regulado pela lei, é regulado infralegalmente, a lei não prevê a ideia do autoconsumo, o que dá margem enorme para dificuldades e debates judiciais.

Outra dúvida crucial, ainda em delimitação de base de cálculo. São coisas que vemos concreto. Como advogo na área, além de ser professor, eu verifico, em casos concretos, como acontece isso. Por exemplo, a empresa tinha atraso de tributos federais. Em dado momento, faz um Refis, faz um parcelamento de tributos federais. Está pagando Refis hoje. O Refis que ela está pagando hoje abate ou não abate da base de cálculo?

Os incentivos fiscais estaduais, que não são lançados em nota fiscal, abatem ou não abatem? Custo do transporte próprio? Temos casos em que há mais de 30 quilômetros de ferrovia fora da mina, mas dentro da área de servidão. Como se faz isso? Cobra ou não cobra?

Então, são dúvidas que temos.

Norma vigente. Rateio federativo. Nenhuma novidade aí colocada.

Propostas de alteração, para irmos rapidamente na questão. Tem o substitutivo do Deputado Quintão, que transforma para receita bruta. Só isso já dá um impacto enorme nas empresas, ou seja, sob o argumento de "vamos facilitar", colocou receita bruta e não se fala mais nisso. Facilita? É, mas ele colocou receita bruta, e veremos que ele colocou 4% para várias situações. Então, ele aumenta a base de cálculo e aumenta a alíquota, o que quer dizer um impacto econômico muito maior.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO FACURY SCAFF – Tenho alguns minutos mais?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Pode prosseguir.

O SR. FERNANDO FACURY SCAFF – Está certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O Deputado Sarney Filho avançou com outro projeto, etc., e colocou para 6% a receita bruta. Avançou bastante. Esse foi longe. Além disso, fez o seguinte: criou uma coisa que existe no sistema de petróleo, mas que nunca foi colocada no sistema de mineração, que é a ideia da participação especial, sendo que essa participação especial ainda tem um acréscimo, além dos royalties, de 20%, o que é um absurdo, alguma coisa, para o setor, acredito, fora de qualquer propósito.

Os dois substitutivos, então, do Sarney Filho preveem um rateio interno, muito parecido não, idêntico: 10%, 20%, 60% e 10%. Isso parece que já está bem concentrado. Também os rateios da participação especial, aí já não seriam dos *royalties,* que o Deputado Sarney coloca, têm outra divisão.

Existe um problema a mais nessa história, que precisa ser entendido, que são as tais das taxas. Lei do Pará, Lei de Minas, Lei do Amapá, com algumas variações, todas se transformaram em CFEMs estaduais. Alguém vai dizer: "Mas isso não pode!". Não pode, mas está aí, foi feito. O argumento, o discurso é taxa de fiscalização.

Ora, meu amigo, eu queria saber o que foi feito com a taxa de fiscalização que a Samarco pagou por anos? Alguém foi lá fiscalizar? Eu, cá entre nós, processaria o Estado. Pagou taxas de fiscalização e ninguém fiscalizou? Que negócio é esse? Então, o que acabaram fazendo nos Estados foi uma CFEM estadual. Por que isso foi feito? Para poder ter receita, porque, na verdade, ocorre um verdadeiro desvio de finalidade das normas impositivas, senhores. O que os Estados buscam é compensar eventual – alegada por eles – carência de fiscalização do DNPM, travamento do debate sobre o aumento da CFEM, porque a proposta do Governo Federal foi de 2013 e isso não andou, e eles querem ver mais alíquotas. Volto ao ponto: eles querem arrecadação e querem dinheiro no caixa, e alegadas perdas com a Lei Kandir, desoneração das exportações, etc. Ou seja, há um conflito federativo de partilha das receitas tributárias submerso na atuação dos Estados ao criar taxa e cadastro. Correto?

Um debate no Supremo contra essas taxas foi proposto pela CNI. A ADI está com o Ministro Fachin, contra a Lei de Minas; a Lei do Pará está com Celso de Mello; e o Fux está com a Lei do Amapá.

A matéria que foi tratada está aí no livro de *royalties.*

Vou finalizar, senhores. Com três ou quatro linhas a mais, já que meu tempo permite, três ou quatro observações.

O que deve ser feito, a meu ver, para a questão da CFEM? Devemos ter, além do sistema colocado como uma alternativa, algum sistema que permita uma cobrança diferenciada, que não seja apenas a lógica, valor da extração *versus* algum dinheiro. Por que isso? Por que é um recurso estratégico, é um recurso natural não renovável. E o Brasil precisa de algum desses recursos.

Vamos imaginar o seguinte, só por hipótese, para ilustrar o que quero dizer. Vamos imaginar que o Brasil é um país de sorte e encontra duas minas de terras raras, uma no norte de Roraima e outra a 300 quilômetros aqui de Brasília. Os dois grupos empresarias vão explorar. A CFEM será cobrada igual dos dois. Sendo que o pessoal que for explorar aquela, no norte de Roraima, vai ter mais gasto, mais investimento, mais dificuldade, e não é razoável. Se o País precisa do minério, precisa do empreendedor, você não pode cobrar igual sobre os dois. Você tem que ter sistemas que permitam alavancar, tratar desigualmente situações desiguais, a fim de cobrar diferentemente nessas duas condições.

Então, qual é a lógica colocada, Senador? É que haja algum mecanismo, alguma fórmula na lei, alternativa à atual, que possa ser desenvolvida, que se possa pensar, mas que não tenha a lógica arrecadatória apenas, porque tem que ter uma lógica de desenvolvimento que permita que o País ajude a empresa que vai – vou voltar ao exemplo – tirar terras raras em locais um pouco mais de difícil acesso do que os outros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO FACURY SCAFF – Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Gostaria de agradecer ao Dr. Frederico Munia Machado, Procurador-Chefe Substituto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

E convido agora para usar da palavra o Sr. Guilherme Simões, Coordenador da Comissão Jurídica do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Com a palavra, por dez minutos.

O SR. GUILHERME SIMÕES – Boa tarde, Senador Wilder. Agradeço o convite feito pela Comissão para palestrar aqui. Boa tarde aos senhores.

O tema que me foi destinado foi "Faixa de Fronteira". Fiz uma pequena apresentação para direcionar aqui a manifestação.

Bem, contextualizando um pouco o tema, nossa faixa de fronteira ocupa uma faixa interna de 150 quilômetros de largura paralela à linha divisória do nosso Território. Estamos falando de um total de 150 milhões de hectares, aproximadamente 18% do Território nacional.

Hoje, ela está regulada por uma lei federal de 1979, regulamentada por um decreto feito em 1980, e é considerada uma área indispensável à nossa segurança nacional.

A pesquisa e lavra de recursos minerais, como a própria Constituição estabelece, na faixa de fronteira, tem condições específicas definidas por lei. Compete ao Conselho de Defesa Nacional opinar sobre o efetivo uso da faixa de fronteira, propondo critérios e condições de utilização dessas áreas. E a Lei nº 6.634, de 1979, trata tanto a pesquisa de lavra como a exploração e o aproveitamento de recursos minerais apenas com a permissão e com o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional.

Havia uma discussão pós-Constituição de 1988 quanto à receptividade ou não da Constituição frente à Lei nº 6.634, de 1979. De certa forma, isso está pacificado em função desse parecer do Advogado-Geral da União, de 2004. Ele foi aprovado pelo Presidente da República e, portanto, ao ser aprovado, como o próprio art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 1993, ele vincula toda a Administração Pública Federal nos seus termos. E estabelece claramente que a legislação de 1979 foi recepcionada pela Constituição de 1988, portanto, permanece aplicável às empresas que desejem realizar as atividades de pesquisa e lavra em faixa de fronteira.

As exigências previstas, portanto, na legislação permanecem e basicamente são elas os requisitos previstos no art. 3º. Para qualquer empresa que queira realizar atividade de pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira, há a necessidade de:

> Art. 3º – [...]
>
> I – pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital [social votante] pertencer a brasileiros;
>
> II – pelo menos 2/3 (dois terços) de trabalhadores serem brasileiros; e
>
> III – caber a administração ou gerência à maioria de brasileiros, assegurados a estes os poderes predominantes.

Vale o esclarecimento de que isso não se aplica a aproveitamento das substâncias minerais conhecidas como "agregados da construção civil", como brita, cascalho, areia. Para essas substâncias, não há a necessidade do assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional.

Estamos falando de um impacto, que, em termos territoriais, vai além dos 18% e que, passando para os limites estaduais, é significativo para alguns Estados da Federação. Em muitos deles você pode perceber claramente um percentual de mais de 50% dos seus territórios atingindo a faixa de fronteira e, portanto, com alguma restrição parcial à atividade. O Rio Grande do Sul, que tem um potencial energético, um potencial de carvão mineral significativo, tem mais de 50% do seu território dentro de faixa de fronteira; Roraima e Amapá são exemplos também de percentuais maiores; o Acre é em quase todo o Estado; e Rondônia também com percentual acima de 50%.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. GUILHERME SIMÕES – Potencial existe, Senador. (*Risos.*)

Em termos de requerimentos de pesquisa, em uma consulta ao DNPM, podemos verificar que nós temos requerimentos em faixa de fronteia anteriores a 2009, ou seja, requerimentos protocolados, anteriores ao ano de 2009, que ainda não tiveram alvará outorgado, em função muito da necessidade, do assentimento prévio do CDN e de todo o trâmite. Isso engloba aproximadamente 4 milhões de hectares. São estes em vermelho, que os senhores podem verificar, que já estão há, pelo menos, sete anos sem a outorga do título de pesquisas. Isso, obviamente, deve-se muito à sistemática de como se adota, hoje, a análise de processo localizado em faixa de fronteira.

Eu vou pedir desculpas pelo fluxograma de advogado. Não sou engenheiro, então, definitivamente não sei fazer um fluxograma mais bonito do que esse, Senador. É mais para mostrar como se dá um trâmite, hoje, em um fluxograma padrão, de um requerimento de pesquisa, com protocolo na Superintendência do DNPM local, ou seja, no Estado onde se localiza a área.

A primeira análise feita.

Verificando a Superintendência que o processo se encontra em faixa de fronteira, ela solicita os documentos societários – algumas Superintendências solicitam; outras entendem que isso tem que ser solicitado pela sede. Não há uniformidade de procedimento.

A empresa apresenta os documentos que, analisados pela Superintendência local, são encaminhados para a sede do DNPM, que reanalisa os documentos apresentados e os encaminha para o Conselho de Defesa Nacional, que faz a rechecagem dos documentos.

Posteriormente, tendo toda a documentação devidamente exigida apresentada, publica-se o assentimento prévio pelo CDN, que informa ao DNPM, para que possa ser publicado o título minerário. É algo que se repete em outras fases do título por qualquer situação de transferência de direitos minerários, qualquer situação de averbação de alguma oneração ou no próprio requerimento de lavra, ou seja, você tem uma rechecagem e um procedimento mais burocrático. É de se verificar a quantidade de *check-lists* feitos de fases de mesmo *check-list* da mesma documentação.

O que percebemos, no nosso dia a dia, com relação à faixa de fronteira?

Há uma burocracia excessiva em função de todos os trâmites que têm que ser seguidos e de toda a documentação que é apresentada, muitas vezes, quando da apresentação da documentação, momento em que você tem que apresentar a ata de eleição de diretoria, de empresa, os documentos dos diretores. E há uma mudança. Obviamente, a diretoria tem um prazo de mandato e, com o encerramento desse prazo, posteriormente, você tem que reapresentar os documentos da nova diretoria eleita, porque normalmente o trâmite entre a análise e o tempo de eleição dessa diretoria decorre em um processo mais demorado.

A ausência de critérios definidos para a análise.

Em muitos momentos, você apresenta documentação na superintendência; em outros você apresenta no DNPM. O CDN em alguns momentos também solicita documentos. Você percebe a ausência de banco de dados integrado. Um banco de dados comum às empresas com o acesso de ambos os institutos poderia facilitar muito a conversa entre CDN e DNPM. Já que eles trabalham em conjunto, eu acho que seria muito interessante essa integração, facilitaria muito a sistematização.

E há uma legislação que é decorrente de uma realidade geopolítica muito diferente da que vivemos hoje, de uma realidade geopolítica de final da década de 70, início da década de 80, quando o mundo ainda vivia aqueles seus momentos de Guerra Fria, realidade essa que é muito diferente da de hoje.

Eu acho que isso tem muito que ser repensado. O que percebemos é o foco na análise documental em detrimento da análise técnica. O que efetivamente traz risco à segurança nacional? Será que o fato de uma empresa ter a sua maioria de capital estrangeiro ou ter sócia sediada em outro país efetivamente afeta a segurança nacional? Então, às vezes, percebemos muito o excesso da análise de documento, o foco na análise documental, deixando-se a análise técnica efetiva de risco à segurança para segundo plano.

Fiz uma pesquisa de iniciativa legislativa, Senador, e consegui verificar o PLS 398, de 2014, que foi assinado por 14 Senadores da Comissão de Infraestrutura aqui do Senado, que tenta, de certa forma,...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME SIMÕES – ... trazer mais modernidade à legislação de faixa de fronteira. Ela mantém a exceção da desnecessidade de assentimento prévio do CDN para agregados na construção civil, elimina a restrição ao capital estrangeiro e transforma o assentimento prévio não em algo impeditivo, mas na manifestação opinativa do CDN, nos moldes do que hoje já está colocado na própria Constituição Federal, quando fala, no seu artigo citado anteriormente, que ao CDN cabe opinar quanto à atuação em faixa de fronteira, mas não dar o assentimento prévio.

O PLS está sendo relatado atualmente pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, com voto pela aprovação, somente com o acréscimo de manter apenas o assentimento prévio no caso de empresa cujo capital estrangeiro seja majoritário no capital social da empresa.

Ele estava na pauta da Comissão de Relações Exteriores e foi retirado para reexame. Mas é um ponto muito interessante e que acho que pode ser um bom início para as discussões aqui no Senado, uma vez que você já tem esse PLS em discussão.

Nossa sugestão seria: a desburocratização – efetivamente, acho que é importante você não focar tanto em papéis, mas focar mais na análise técnica, em uma análise mais criteriosa –; a flexibilização das regras para atuação; um banco de dados integrado entre DNPM e CDN – isso seria muito interessante para otimizar esse processo de análise, e é óbvio que investimento em tecnologia da informação é importante para isso também, simplificando os processos – ; e a eliminação da vedação ao capital estrangeiro.

Eu acho que, hoje, diante da realidade geopolítica que vivemos, já não há mais as razões que havia, talvez, no passado de vedação ao capital estrangeiro para a atividade. Acho que nós temos um potencial geológico muitas vezes não aproveitado nessas regiões, então, essa abertura seria muito interessante.

Foi-me permitido trazer um exemplo do Rio Grande do Sul, de uma empresa de mineração de carvão, que iria fornecer o carvão como insumo energético para uma usina de energia de capital estrangeiro. Houve a impossibilidade da atuação dessa usina em faixa de fronteira, em razão das restrições e da obtenção de financiamento do BNDES, que também travou o financiamento para essa mineradora, uma vez que o insumo a ser produzido seria basicamente utilizado nessa indústria de energia. Isso é importante.

Eu tive a oportunidade, Senador, se houver ainda um pouco de tempo, de fazer um breve panorama de restrições a mais no nosso País, algumas restrições totais ou parciais à mineração. Eu acho que foi uma forma de contribuir aqui com o debate.

Nós temos, hoje, 20% do nosso Território nacional já com restrição total para a atividade de mineração: estamos falando em terras indígenas, nas Unidades de Conservação de proteção integral de uso restrito e na Reserva Nacional do Cobre, em cujo aproveitamento até hoje também há um impeditivo. São 170 milhões de hectares.

Se pensarmos em restrição parcial, falando de Unidades de Conservação de uso sustentável, de Zonas de Amortecimento, de cavernas, da própria faixa de fronteira, são 26% do Território nacional com algum tipo de restrição parcial à atividade de mineração. E isso, hoje, senhores, equivale ao Peru mais o Chile e 65% da Argentina com algum tipo de restrição parcial ou total para a atividade de mineração. Nós estamos falando de 45% do nosso Território de alguma forma tendo alguma restrição.

As minhas contribuições: a adequada estrutura do órgão gestor, como o Dr. William Freire já colocou também na sua manifestação de desburocratização; ajustes pontuais à legislação; a criação e a alteração das Unidades de Conservação somente após prévio estudo do potencial geológico dessas áreas – isso é muito importante; o aperfeiçoamento também das normas de proteção a cavernas; e a aprovação do marco legal para a atividade de pesquisa e lavra em terras indígenas, sobre o que eu acho que depois um palestrante também falará.

Agradeço a oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço ao Sr. Guilherme Simões, Coordenador da Comissão Jurídica do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Gostaria de corrigir aqui e agradecer ao Fernando Scaff, que foi o antecessor do Guilherme, pelas suas contribuições também.

Chamo para o uso da palavra o Dr. Frederico Munia Machado, Procurador-Chefe Substituto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

O senhor tem dez minutos também.

O SR. FREDERICO MUNIA MACHADO – Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente, gostaria de agradecer pelo convite feito da Subcomissão, na pessoa do Senador Wilder Morais.

Eu, particularmente, acompanho o trabalho da Comissão, as audiências públicas, nem sempre estando presente aqui, mas pela internet.

Foi-me proposto tratar aqui da criação da Agência Nacional de Mineração, da transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral em agência. Essa é uma coisa a ser discutida também.

É um tema que, na verdade, é a segunda vez que vou abordar. A primeira vez que abordei foi no dia 5 de novembro, dia do acidente da Samarco. Na ocasião, já coloquei algumas questões que são relevantes quanto ao acidente, que já foram levantadas aqui, que é a falta de estrutura, de condições, de recursos materiais humanos que enfrenta a autarquia.

Esse é um tema que vamos tratar mais para o final da apresentação.

Esta é uma apresentação rápida. Vou falar brevemente, sem tratar especificamente do setor mineral ainda, de como é a questão dessas configurações, nova configurações, essas reformas modernas do setor público, da Administração Pública

Vou tratar da mineração nesse contexto também.

Vou falar um pouco do que seria, digamos, os benefícios e possíveis aspectos negativos da criação de uma Agência Nacional de Mineração, como também da situação atual do DNPM, e as conclusões.

A título introdutório, independentemente da questão dos substitutivos, temos vários substitutivos para a proposta de um novo marco regulatório, mas, basicamente, a proposta envolve três temas maiores: um procedimental, que é de procedimento, de outorga e fiscalização da atividade de mineração; outra é a parte de taxação, para não chamar de tributação, tendo em vista que o *royalty* não tem essa natureza jurídica de receita tributária, enfim, questão dos *royalties* e outras formas de cobrança estatal sobre a atividade; e, por fim, o que nos interessa nesta apresentação, que é a questão institucional, destacando a questão da ANM, da agência reguladora para o setor.

Com relação à questão das reformas do setor público, é possível identificar, digamos, três grandes ciclos, grandes modelos, de organização do aparelho estatal.

A Administração Pública tradicional, que foi introduzida no Brasil especialmente no período do Estado Novo, com Getúlio Vargas, chamada de reforma burocrática, é uma estrutura mais legalista, de burocracia verticalizada, centralizada, de atuação de ordem e comando, com pouca discricionariedade para o agente público.

Essa estrutura começou a sofrer críticas nos estudos internacionais, especialmente em razão do alto custo, da burocracia rígida, da centralização excessiva das decisões.

Começou-se, então, a prever, a vislumbrar e trazer para dentro do setor público algumas metodologias e técnicas típicas do setor privado, como questões de transparência, de corte de custos, de flexibilidade.

E, especialmente também, que é o que eu gostaria de destacar aqui, talvez a maior característica desse processo da nova gestão pública, é a questão a descentralização e, junto com a descentralização, outras metodologias com fixação de metas de desempenho, especialização das unidades e a ênfase exatamente na questão dos resultados. Então, típica ação do setor privado mesmo.

A ideia é que a descentralização vai estimular a especialização, clarear objetivos, garantir maior flexibili-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dade na atuação de servidor público, aproximar-se do cidadão, do usuário, garantindo mair participação também, acelerar decisões e estimular soluções inovadoras, além de outras características. Quer dizer, os supostos benefícios de uma maior descentralização.

Eu coloquei, ali no final, também a questão da agencificação, porque uma forma da descentralização, uma das espécies, digamos assim, da descentralização foi exatamente a criação das chamadas agências, que trazem a descentralização juntamente com especialização e com essa aproximação do usuário, e uma ação um pouco mais afastada das ideias, das políticas ou dos interesses do governante do momento.

A questão da descentralização também traz alguns pontos negativos. Esses pontos negativos hoje estão sendo muito discutidos – não tanto no Brasil ainda, mas, com certeza, em outros países, nos países desenvolvidos –, é o problema da fragmentação. Por isso que surge uma nova onda de revisão de estruturas do Estado, que não tem uma denominação clara ainda – existe uma série de denominações, conforme o país –, mas que basicamente tenta reverter essa fragmentação sem necessariamente gerar uma concentração novamente da estrutura do Estado. Então, você mantém as agências, mantém os órgãos descentralizados, a ação descentralizada, contudo, você tenta fazer com que elas atuem de forma um pouco mais coesa.

Então, é exatamente para reverter toda essa situação da fragmentação, ação individualista e unidimensional em um mundo cada vez mais pluralista, com a presença, com a introdução de valores como o direito de minorias, questões de direitos humanos, meio ambiente etc., que são questões que nossa legislação mineral não aborda de forma adequada. A necessidade de se fazer audiências públicas em que esteja presente a questão dos quilombolas, tudo isso seria melhor tratado dentro de uma ação um pouco mais coesa, especialmente menos burocrática também.

Uma segunda crítica também a essa nova gestão pública foi a sua aplicação em países em desenvolvimento, em países que têm instituições ainda um pouco frágeis ou baixa capacidade administrativa das instituições públicas. O uso dessas novas técnicas não gerou tantos efeitos positivos como gerou nos países desenvolvidos. Essa é uma questão importante também quando tratamos da mineração, exatamente em razão das carências administrativas das instituições que atuam nesse setor.

Passando um pouco para a evolução institucional da mineração. Em 1907, foi criado o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Em 1934, então, foi criado o DNPM, a partir de um rompimento daquele paradigma do sistema fundiário ou de acessão, para fazer a separação definitiva entre a propriedade do minério e a propriedade da superfície. Criou-se então o DNPM com diversas funções regulatórias.

Nessa época, até 1994, o DNPM era um órgão integrante da Administração Pública direta, dentro do Ministério de Minas e Energia, Ministério da Infraestrutura, Ministério da Agricultura, conforme o período que tivemos ao longo dessas décadas. Em 1994, então, o DNPM foi transformado em uma autarquia simples. E a proposta agora é transformar em uma autarquia em regime especial, que seria uma agência reguladora.

Quais seriam, então, digamos, as mudanças, do ponto de vista prático, com a transformação do DNPM ou a criação de uma Agência Nacional de Mineração?

Eu destaquei três aspectos que, do meu ponto de vista, são positivos e têm a contribuir.

Primeiro ponto: garantir a autonomia administrativa e decisória. Hoje, o DNPM tem dirigentes sem estabilidade, por livre nomeação e exoneração pelo Presidente da República, e, em uma agência, você vai ter decisões colegiadas, não centralizadas ou individuais, mas decisões colegiadas, tomadas por dirigentes nomeados após aprovação do Senado Federal e com estabilidade, o que garante uma certa autonomia na atuação e uma maior dificuldade de captação política ou econômica, o que, em um setor econômico como a mineração, que envolve até questões de interesse nacional, seria muito relevante, de fato.

Previsões expressas de recursos hierárquicos impróprios. Hoje existem diversos, porque a nossa legislação é uma legislação que vem do período em que o DNPM ainda era um órgão integrante da Administração Pública direta. Então, ainda existe uma série de recursos para o Ministro de Minas e Energia, o que gera certa dificuldade na ação regulatória. Também será permitido um controle e uma participação maior, porque a Agência tem uma preocupação maior com a participação do cidadão.

Decisões colegiadas abertas, com possibilidade de participação pública. Hoje, a decisão é tomada praticamente por uma única pessoa, em um ambiente fechado, digamos assim. Quer dizer, não há essa obrigação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de uma discussão mais clara com a sociedade.

Normativos editados após consulta pública e audiência pública obrigatória. Hoje já é feito dessa forma. Em vários normativos do DNPM, faz-se consulta pública, mas com a Agência isso seria obrigatório, o que também seria positivo.

E a questão da ouvidoria. A ouvidoria, na verdade, já existe, e permaneceria existindo, o que também é um ponto importante.

O terceiro ponto são mecanismos alternativos de soluções de conflitos. Quer dizer, a Agência teria possibilidade também de atuar como mediadora nos conflitos entre os agentes econômicos do setor e de fixar procedimentos de solução de conflitos, com ênfase na conciliação e no arbitramento. Isso eu acho que é extremamente relevante, especialmente depois. Como vocês puderam observar, o Dr. Guilherme Simões mencionou a respeito dos conflitos, das sobreposições de diversas políticas públicas setoriais hoje com a política de mineração. Quer dizer, a mineração hoje está avançando sobre áreas de Unidades de Conservação, Áreas de Proteção Ambiental, áreas de terras indígenas, territórios quilombolas e uma série de outras áreas que também são objeto de outras políticas setoriais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO MUNIA MACHADO – Daí a necessidade de se fazer essa atuação um pouco mais coesa e esses mecanismos alternativos de soluções de conflitos.

Há alguns aspectos negativos que eu queria destacar. Esse eslaide aqui eu considero bastante relevante.

A primeira desvantagem é exatamente aquela inerente à questão da descentralização. Quer dizer, vamos descentralizar mais a regulação do setor. Existe também a questão do aumento do foco em resultados específicos, em vez de ter o interesse público amplo, e do declínio na cooperação e coerência no setor público. Não necessariamente isso vai acontecer, mas tende a acontecer na medida em que se estabelece metas específicas para aquele órgão, e não metas mais amplas de realização de interesse público mais geral. E também, dessa forma, com essas metas de resultados específicos de políticas setoriais, você não estimula essa atuação um pouco mais coesa.

O segundo ponto é a inviabilização dos efeitos positivos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO MUNIA MACHADO – Aí é aquela questão que eu falei, dos países em desenvolvimento, que pode ser replicada aqui. Quer dizer, é uma questão que deve ser clara, já foi dito, e eu vou repetir novamente, que é realmente muito relevante, principalmente na situação atual do órgão, que é: se o DNPM se tornar agência reguladora, isso não vai fazer a menor diferença, porque o que se pretende que uma agência reguladora faça o DNPM não tem condições de fazer. Na verdade, o DNPM mal tem condições de fazer o que já teria e tem que fazer. Então, hoje, o DNPM sofre carência de recursos materiais, de veículos, de equipamentos especializados, de infraestrutura e de sistemas de tecnologia de informação, e também humanos, que tanto se refere à quantidade de servidores, ao nível de evasão, à remuneração abaixo de outros órgãos e à questão da capacitação técnica dos servidores também, uma vez que não há recursos para se fazer a capacitação desses servidores.

Então, só para fechar aqui, estou trazendo essas dificuldades.

Aqui há um laudo condenando a sede do DNPM. Esse foi um laudo de 2012. Não foi possível ainda fazer as reformas que são necessárias, porque não há recursos para isso. Então, na verdade, é um prédio que tem várias restrições. Esse é um laudo do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar aqui do Distrito Federal.

O quadro atual de servidores. Esta é a situação hoje. Cargos vagos: 55% dos cargos estão vagos. Dentre os servidores que estão em exercício, um terço da força de trabalho está em abono permanência. Quer dizer, a qualquer momento, podem se aposentar. A rigor, muitos dizem que apenas aguardam que o órgão se transforme em agência para poderem se aposentar. Então, estamos realmente à beira de um colapso administrativo.

Diferenças de salário – nisso, vou passar de forma mais rápida – entre os especialistas do DNPM e das agências reguladoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A questão da evolução da arrecadação. Quer dizer, o DNPM não tem dinheiro, mas arrecada muito. Ele tem arrecadado cada vez mais. Houve uma queda por conta da crise econômica e outras questões. Mas, via de regra, tem uma arrecadação muito acima do que efetivamente recebe.

O último ponto que eu queria levantar é exatamente a questão do repasse da cota-parte da CFEM, que deveria ser obrigatório, de acordo com o inciso III. Quer dizer 10% para o Ministério da Energia a serem integralmente repassados ao DNPM. Na verdade, o DNPM não recebe nem 10% do que deveria receber.

Aqui, o gráfico mostrando a arrecadação da CFEM no ano, essa coluna em vermelho. O que deveria vir ao DNPM é o que está em amarelo; e o que não aparece direito, que é um azulzinho, é o que efetivamente chega. Quer dizer, realmente, como eu disse nesse evento do dia 5 de novembro do ano passado, é uma pedalada fiscal da mineração, porque é um dinheiro que deveria ser revertido à autarquia e, infelizmente, não é revertido. Se assim o fosse, a tendência seria aumentar a arrecadação, e a fiscalização iria aumentar também.

Concluindo, então, a tendência mundial é a inserção de novas técnicas, é a descentralização. O Brasil tem seguido essa tendência. A mineração está um pouco atrasada em relação a isso. Quer dizer, no Brasil, foi feito esse processo de descentralização, com a criação de agências, na década de 90, e a mineração acabou ficando para trás. Criou-se a autarquia, mas não se avançou para a criação da agência reguladora, o que, no meu ponto de vista, seria muito positivo.

Os efeitos positivos, que já mencionei, são: autonomia administrativa e decisória; controle social e participação pública; e mecanismos alternativos de solução de conflitos. E os possíveis aspectos negativos são: desvantagens inerentes à descentralização, ou seja, a fragmentação e a atuação não coesa com os outros órgãos – essa é uma questão para a qual se deve ter atenção –; e a inviabilização dos efeitos positivos, se mantida a baixa capacidade administrativa. Ou seja, não adianta criar a Agência, se não houver recursos e condições para que o órgão efetivamente atue de forma adequada.

Era isso que eu queria dizer.

Agradeço, então, a oportunidade e a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu queria agradecer o Dr. Frederico Munia Machado, Procurador Chefe Substituto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Então, termino essa primeira rodada.

Pergunto ao Senador Sérgio Petecão se quer fazer alguma pergunta para a nossa primeira rodada de palestrantes.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Primeiramente, eu queria agradecer ao Senador Wilder por conceder o espaço e parabenizar todos os nossos convidados e expositores.

Eu queria apenas fazer um comentário à fala do Dr. Guilherme, que falou sobre a faixa de fronteira.

Eu sou do Acre e conheço um pouquinho dessa situação. Naquela região ali da fronteira com o Peru e com a própria Bolívia, nós temos ali uma fronteira aberta. E, diante de todas essas dificuldades que foram colocadas pelo senhor, nós temos ali os nossos irmãos peruanos e bolivianos avançando. O Brasil cria as dificuldades, e eles estão ali adentrando. É uma região de floresta, que dificulta a fiscalização. Essas nossas riquezas estão sendo guardadas, sendo protegidas não sei até quando e para quem. Vivemos numa região de um povo muito pobre, que passa por uma situação muito difícil. A fronteira é dividida por um rio. O cara monta uma exploração de ouro ou de qualquer tipo de minério aqui e vai levando a nossa riqueza.

É grande a preocupação de todo o povo lá da nossa região, mas, infelizmente, o Governo brasileiro não atentou para essa situação, que, com certeza, está causando um prejuízo muito grande ao Brasil.

Então, quero parabenizá-lo pela sua exposição. Confesso ao senhor que eu achei que... Quer dizer que o Governo brasileiro sabe do problema, mas não toma as providências. Esse é o grande problema.

No Rio Madeira, do lado brasileiro não se pode explorar; do lado boliviano se explora tudo. Como pode um negócio desses?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, é isto.

Parabéns, Senador Wilder, pela iniciativa da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu gostaria de agradecer aos nossos palestrantes desta primeira rodada e de convidar os próximos quatro, para que, depois, possamos continuar o debate também aqui, nesta Comissão.

Então, agradeço a cada um de vocês e convido agora os próximos palestrantes para estarem comigo aqui, à mesa. (*Pausa.*)

Dando início à nossa segunda rodada, convido para que tomem assento à mesa os Srs. Dr. Luiz Antônio Sotério de Oliveira, Procurador Federal; Dr. Adriano Drummond Cançado Trindade, Professor Voluntário da Universidade de Brasília (UnB); Dr. Luis Mauricio de Azevedo, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM); e Dr. Darlan Airton Dias, Procurador da República.

Sejam bem-vindos.

Então, passo a palavra ao Dr. Luiz Antônio Sotério de Oliveira, Procurador Federal, para falar sobre o tema Conflitos de Interesse e Meio Ambiente.

O SR. LUIZ ANTÔNIO SOTÉRIO DE OLIVEIRA – Boa tarde, Senador Wilder Morais, senhoras e senhores.

O meu tema é Licenciamento Ambiental e Conflitos de Interesse.

Os recursos minerais, por princípio constitucional, são propriedade distinta do solo e pertencem à União, devendo a sua exploração prejudicar minimamente o meio ambiente. A Constituição Federal de 1988 trouxe à luz todo um ordenamento jurídico inovador sobre a matéria, privilegiando o Direito Minerário e Ambiental, que devem ser interpretados interligados.

Atendendo ao disposto no art. 22, inciso XII, da Constituição de 88, existe uma extensa legislação específica minerária e ambiental, com diversas leis federais dispersas. A previsão de reparação do dano ambiental decorrente de atividade de mineração está prevista na Lei nº 7.805, de 89, e já a Lei nº 8.876, de 94, que instituiu a autarquia do DNPM, dispõe sobre a competência da autarquia minerária, de fiscalizar em conjunto com as autoridades ambientais o controle dessas atividades. A legislação infraconstitucional nesse ponto estabelece diversos requisitos e exigências prévias a serem cumpridas pelo minerador, como, por exemplo, a licença ambiental, em uma clara demonstração de capacidade técnica e econômica, e tudo isso, para que o potencial da mina atenda à sua função social no interesse público.

O primeiro passo a ser dado pelo minerador, de acordo com o art. 11 do Código de Mineração, é fazer o requerimento junto ao DNPM, o que lhe outorga, se deferido, o direito de prioridade. Segue-se, então, uma série de atos administrativos sucessivos relacionados e dependentes entre si, interligados, objetivando uma finalidade única, que é possibilitar a transformação do recurso mineral em riqueza, trazendo para a sociedade todos os benefícios inerentes. Tais atos administrativos ensejam a outorga do alvará de pesquisa, título que autoriza o empreendedor a realizar trabalhos de pesquisa. Trata-se de um título intermediário, que autoriza o empreendedor a pesquisar determinada substância mineral, de modo a definir sua quantidade, qualidade e distribuição espacial. Após aprovado o relatório final de pesquisa, pode o minerador requerer a guia de utilização, o que autoriza extrair em caráter precário e excepcional determinada quantidade de minério, nos termos do art. 22, §2º, do Código de Mineração.

Uma vez realizada a análise do aproveitamento da jazida, ou seja, submetido o minerador ao regime de autorização, deve a parte interessada submeter-se às regras do regime de concessão de lavra, previsto no art. 2º do Código de Mineração.

Por fim, a portaria de lavra. De sua vez, a legislação minerária está em conexão com a ambiental. Após a aprovação do relatório final de pesquisa pelo DNPM, deverá o minerador obter licença obter licença prévia, que não autoriza a instalação de equipamentos e muito menos a operação do empreendimento potencialmente poluidor.

Sucessivamente, tendo o Plano de Aproveitamento Econômico (PAE) aprovado pela autarquia minerária em mãos, o empreendedor deverá requerer a licença de instalação, que também não autoriza a extração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

minerária.

Por fim, somente com a portaria de lavra em mãos poderá o minerador obter, junto ao órgão ambiental, a licença de operação.

A Constituição Federal, ao outorgar especial proteção ao meio ambiente, institui como obrigação do Poder Público a normatização e a fiscalização, e daqueles que exploram os recursos minerais, a observação fiel dos regramentos sobre a matéria.

Com efeito houve por bem a União criar a Política Nacional de Meio Ambiente, por meio da Lei nº 6.938, de 1981, materializando o princípio da avaliação de impactos ambientais por meio de licenciamento ambiental. O art. 10 da referida lei federal, levando em consideração as modificações trazidas pela Lei Complementar nº 140, de 2011, preceitua que todas as atividades que podem causar danos ao meio ambiente, independentemente de seu potencial poluidor e de seu porte, dependerão de prévio licenciamento ambiental, instrumento capaz de identificar possíveis impactos e determinar as restrições e medidas de controle ambiental necessárias.

A Resolução nº 01, de 1986, além de definir o que deve ser considerado impacto ambiental, também estipulou o rol de atividades modificadoras do meio ambiente.

Já o Decreto nº 99.284, de 1990, com teor repetido no art. 9º da Resolução Conama nº 237, de 1997, define que, para ser titular de concessão de lavra, deverá o minerador obter junto aos órgãos ambientais as competentes três licenças: a licença ambiental prévia, a ambiental de instalação e a licença ambiental de operação.

Tendo-se em conta as normas federais, os Estados poderiam ser mais exigentes, estabelecendo outras condicionantes, mas não poderiam exigir menos. O processo de licenciamento ambiental, apesar de moroso e trabalhoso, sempre permitiu uma discussão de alto nível sobre o controle ambiental das atividades produtivas, com transparência e participação dos diversos setores interessados e o devido controle social.

Então o licenciamento ambiental é um procedimento administrativo pelo qual o órgão competente ambiental licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou daqueles que sob qualquer forma possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis.

Não existe incompatibilidade absoluta entre a prática da mineração e a preservação do meio ambiente, a despeito de as atividades minerárias serem geralmente degradadoras do meio ambiente e às vezes localmente poluidoras. Contudo poderão coexistir, tratando-se por óbvio da mineração racional, responsavelmente conduzida, que respeita as normas técnicas regulamentadas.

O que ocorre hoje na prática, no âmbito do DNPM, pela minha vivência quando lá estava, é que o processo de licenciamento é muito moroso, demorado e oneroso, inclusive para a empresa. Existe caso, especificamente no caso do Estado de Goiás, em que um determinado empreendimento minerador aguarda há mais de dez anos um processo no âmbito da chamada agência ambiental. Então é necessário que isso seja mudado, que seja aperfeiçoado, que haja a conjugação entre os órgãos ambientais e também o DNPM, apesar da reconhecida falta de estrutura, como bem relatou o Dr. Frederico Munia.

Então, como sugestão, sendo que o objetivo dos estudos ambientais, quaisquer que sejam eles, é de subsidiar a tomada de decisão quanto à viabilidade ambiental de determinado empreendimento minerário e suas alternativas técnicas e locacionais, o que sugiro é que haja uma tomada de iniciativas para que esse procedimento ambiental não seja *ad eternum*. O momento agora é de a coordenação tomar medidas para que haja conjugação entre o Estado, entre as agências ambientais e também o novo Código de Mineração. É só isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Gostaria de agradecer as palavras do Sr. Luiz Antônio Sotério de Oliveira, Procurador Federal.

Passo a palavra ao Dr. Adriano Drummond Cançado Trindade, Professor Voluntário da Universidade Federal de Brasília (UnB), com o tema "Mineração em Terras Indígenas". O senhor dispõe de 10 minutos.

O SR. ADRIANO DRUMMOND CANÇADO TRINDADE – Muito obrigado, Senador Wilder Morais, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

quem cumprimento e agradeço pelo convite para participar desta audiência, de contribuir com subsídios para a formação de uma massa crítica, tendo em vista esse movimento de reforma da legislação mineral brasileira.

Foi-me solicitado que eu falasse um pouco sobre a mineração em terras indígenas no Brasil. De antemão, o primeiro passo que deve ser feito nessa avaliação é a análise do porquê existirem terras indígenas. A nossa Constituição, no art. 231, a nossa primeira Constituição a trazer uma proteção mais efetiva no que diz respeito aos índios, no seu *caput,* deixa bem claro ao mencionar que devem ser preservados, que devem ser objeto de tutela especial do Estado a organização social, os costumes, as línguas, as crenças, as tradições e a relação dos indígenas com as terras.

A Constituição vai além, fala em direitos originários, o que significa que a Constituição não atribui o direito, mas ela reconhece um direito que é inerente à condição dos índios, no que diz respeito às terras ocupadas tradicionalmente por esses grupos. Essa questão da tradicionalidade da ocupação é algo fundamental para que seja, efetivamente, identificado esse direito que é reconhecido pela Constituição. Além disso, a Constituição, ao tratar das terras indígenas, identifica que essas terras devem ser suficientes para o desenvolvimento de atividades produtivas, para a preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar e para a reprodução física e cultural dos índios. Essa escolha foi feita pelo Constituinte em 1988. Como eu disse, é a primeira Constituição que vai detalhar os direitos dos índios, tem um capítulo específico que trata do assunto, como eu já disse, o art. 231. É a partir daí que temos de analisar como deve o ordenamento jurídico tratar de temas que envolvam os índios, inclusive a exploração de recursos minerais nessas terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

Ao disciplinar a questão dos índios, o art. 231 vai nos trazer sete parágrafos. A partir do que consta da Constituição, já surgiram algumas demandas, alguns casos que foram levados à nossa Corte Suprema, e, talvez, o mais conhecido de todos eles é o caso Raposa Serra do Sol. Gosto de fazer referência a esse caso, porque ele vai nos trazer alguns parâmetros que foram identificados pelo Supremo Tribunal Federal para a interpretação do art. 231, a partir dos quais podemos analisar como deve ser uma legislação que trate da mineração em terras indígenas.

Então, a primeira constatação que o Supremo fez foi a de que deveria tratar de índios, e não de povos indígenas. O povo é brasileiro, e os índios constituem um grupo. Além disso, o Supremo diferenciou terras de território. Se estivéssemos tratando de um povo, poderíamos falar de território, mas a Constituição fala em terras indígenas.

Consequentemente, nesse caso, havia uma situação de grande tensão no Estado de Roraima, local da reserva Raposa Serra do Sol, em que se estabelecia uma dicotomia entre a questão indígena ou questão indigenista e o desenvolvimento. O Supremo deixou bem claro que essa dicotomia é uma falsa dicotomia e que é possível, sim, congregar ambas as questões, tanto o desenvolvimento como a proteção aos indígenas, aos índios, tal como vislumbrou o Constituinte em 1988.

Então, a partir daí, a partir dessa constatação, podemos analisar que o fato de 13% do nosso território serem cobertos por terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, assim reconhecidas pelo Estado brasileiro por meio de decretos demarcatórios do Presidente da República, de um lado, não significa que essas terras se encontram congeladas no que diz respeito ao desenvolvimento, mas, por outro lado, também revela que, como 13% do nosso território estão cobertos por terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, temos uma demanda muito significativa no que diz respeito à legislação que vai tratar do tema.

Aprofundando um pouco a análise desse mapa, vamos ver que boa parte da Região Norte e do Estado de Mato Grosso é o principal local onde existem terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e assim demarcadas. Estas, por coincidência, são as áreas que chamamos de fronteira mineral, as áreas para onde a indústria mineral busca se dirigir, até porque as áreas de mais fácil acesso já foram objeto de pesquisa. Não é que não vá existir nenhuma outra descoberta de alguma jazida fora da Região Norte ou fora de Mato Grosso, muito pelo contrário. Mas o fato é que, talvez, as maiores oportunidades estejam localizadas nessa região.

A partir do momento em que temos 13% do Território nacional, com a preponderância da Região Norte, cobertos por terras indígenas, é necessário, sim, traçar um marco legal que se proponha a concretizar essa coexistência que o próprio Supremo Tribunal Federal, no caso Raposa Serra do Sol, enfatizou.

A nossa Constituição vai deixar bem claro que a mineração deixar bem claro que a mineração em terras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

indígenas não é vedada. Muito pelo contrário, ela é permitida, tanto no art. 176, quando diz que a lei estabelecerá condições específicas para as atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais e aproveitamento de potenciais hidráulicos, se localizados em terras indígenas, quanto no próprio art. 231, que vai trazer as condições para que isso aconteça.

Só que a Constituição foi promulgada há pouco menos de 28 anos. Desde 1988, essas áreas se encontram, de certa forma, esterilizadas no que diz respeito à exploração mineral, em virtude dessa falta de legislação que trate do assunto especificamente. Existem alguns projetos de lei, que vou mencionar um pouco mais adiante, mas o fato é que, desde 1988, segundo levantamento feito por um instituto socioambiental, nós temos mais de 7 mil direitos minerários sobrepostos a terras indígenas. Desses mais de 7 mil, eu diria que 95% são requerimentos de pesquisa. Se esses requerimentos de pesquisa prevalecerão ou não, em virtude de uma nova legislação que vai tratar do tema, esse é um assunto que deverá ser abordado exatamente nessa nova legislação. Esse número demonstra o grande interesse que existe para se conhecer essas áreas, tanto o interesse, obviamente, para buscar a identificação de novas jazidas e exploração quanto até mesmo buscar o conhecimento dessas terras indígenas.

O art. 231, §3º, da Constituição, vai, então, trazer-nos quais são os três requisitos básicos para que a mineração em terras indígenas possa acontecer. Esses três requisitos deverão estar disciplinados em uma futura nova legislação: autorização do Congresso Nacional, consulta – oitiva das comunidades afetadas – e uma participação aos índios nos resultados da lavra. Isso tudo na forma da lei, que ainda se encontra pendente de elaboração.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADRIANO DRUMMOND CANÇADO TRINDADE – A autorização do Congresso Nacional provavelmente se dará por um decreto legislativo. E apenas a título de exemplo, eu peguei o Decreto Legislativo nº 788, de 2005. Esse decreto foi editado pelo Congresso, com relação a Belo Monte. O empreendimento de Belo Monte em si não está localizado em uma terra indígena demarcada, mas o que se comenta é que ele tem potencial para afetar comunidades indígenas. Isso, inclusive, está previsto no próprio decreto, no art. 2º, inciso IV, quando fala de estudos de natureza antropológica. E, a partir desse decreto, foram feitas consultas aos povos indígenas. Então, esse seria o instrumento pelo qual o Congresso se manifestaria também nos futuros casos de exploração mineral.

No que diz respeito à consulta ou à oitiva das comunidades afetadas, eu queria chamar a atenção para a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. E chamo a atenção particularmente para essa Convenção porque, apesar do baixo número de Estados-parte, o Brasil é um Estado-parte da Convenção, e ele ratificou a Convenção em 2002 ou 2004, dependendo da interpretação que for dada, mas o fato é que ela está em vigor para o Brasil. E muito pouco se discute a respeito das implicações da Convenção nº 169 da OIT. Ela não trata apenas dos indígenas, mas trata também de comunidades tradicionais e justamente desse dever de consulta. Ao tratar do dever de consulta, assegura, inclusive, a participação desses grupos no que diz respeito a decisões que poderão afetá-los.

Em outras palavras, essa convenção, de um lado, resguarda os direitos desses grupos, mas o seu art. 15...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADRIANO DRUMMOND CANÇADO TRINDADE – ... item 2 – peço desculpas. Já vou concluir – deixa bem claro que, no caso de recursos de propriedade do Estado – e essa é a regra para a grande maioria dos Estados –, os índios não têm a autonomia sobre esses recursos, mas têm, sim, direito de serem consultados, direito de receber uma indenização por danos, e têm direito de participar nos benefícios. Essa participação nos benefícios se assemelha muito à participação que está prevista no próprio art. 231, §3º, da nossa Constituição.

O grande ponto que permanece pendente é: o resultado dessa consulta é vinculante ou não? Da simples leitura da Convenção nº 169 e dos trabalhos dela, embora alguns grupos desejassem que o resultado da consulta fosse vinculante, não há nada que leve a essa conclusão. Parece-me que o Estado deve, sim, levar em consideração os anseios dos grupos indígenas, mas, ainda que o grupo se oponha, aquilo não vinculará a decisão do Estado.

Aqui a transcrição do art. 15, item 2. Como disse, existem alguns projetos de lei que buscam tratar do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tema: aqui no Senado, em tramitação, o Projeto de Lei nº 169, de autoria do Senador Telmário Mota, que trata do Estatuto dos Povos Indígenas, e traz, em um dos capítulos, a exploração mineral, e existem dois outros projetos de lei, o Projeto de Lei nº 2.057, de 1991, que trata do Estatuto das Sociedades Indígenas, em tramitação na Câmara, e o Projeto de Lei nº 1.610, que já foi aprovado pelo Senado e se encontra em tramitação em uma Comissão Especial constituída na Câmara, que aborda especificamente a questão da mineração em terras indígenas, No entanto, mais de vinte anos após a sua chegada, ainda não houve uma conclusão quanto aos debates.

Um comentário final com relação à mineração em terras indígenas – já me desculpando por ter ultrapassado o tempo regulamentar: estamos tratando naturalmente, assim como deve ser o operador do Direito, da mineração legal, que é conduzida de acordo com o ordenamento jurídico.

Retirei essas fotos da internet e são todas da Reserva Roosevelt, no Estado de Rondônia, em que vivem os cinta larga, e, de tempos em tempos, temos notícia entre garimpeiros e índios, em razão do garimpo de diamantes que existe nesse local.

A meu ver, o projeto de lei ou uma futura lei que tratará da mineração em terras indígenas contribuirá também para evitar esse tipo de situação, para evitar esse tipo de conflito.

O que existe hoje são atividades ilegais simplesmente ou principalmente pelo fato de que não há um marco legal tratando da situação e, consequentemente, ignora-se o mundo jurídico e parte-se para uma exploração de fato.

Espero que eu tenha contribuído de alguma forma. E fico à disposição para possíveis perguntas.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço ao senhor, Dr. Adriano Drummond Cançado Trindade, Professor Voluntário da Universidade Federal de Brasília (UnB).

Dando sequência, eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Luis Mauricio de Azevedo, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), que está com o tema "Meio Ambiente e Competitividade da Mineração Brasileira".

O senhor tem dez minutos.

O SR. LUIS MAURICIO FERRAIUOLI DE AZEVEDO – Obrigado, Senador. Obrigado pelo convite, em meu nome e da ABPM. Vou tentar ser o mais breve possível.

Bem, esta é a agenda que nós vamos seguir, em relação ao tema:

1. O Brasil é competitivo para os padrões mundiais?

2. O meio ambiente na pesquisa mineral e na mineração.

3. A importância das empresas de pesquisa (Junior Companies).

4. Por que perdemos competitividade e não atraímos capital de risco.

5. Complexidade do licenciamento na abertura de minas. E

6. O que precisamos mudar na pesquisa e na mineração, para voltarmos a pesquisar e a minerar no País.

Bem, se o Brasil é competitivo, não nos cabe dizer. Existe um instituto que mede esse grau de competitividade. É o Instituto Fraser. Ele aborda pesquisa e análise de pesquisa mineral e mineração em 112 países. E aqueles desavisados que veem o índice do Instituto Fraser dizem "que nós estamos na média, e na média é sempre bom." Ao contrário: a média é muito ruim. A média nos coloca atrás, indubitavelmente, da Austrália, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Canadá, do Chile, e muito perto de países como Grécia, Honduras, Venezuela e Argentina, que têm tradições pouco democráticas e pouco competitivas, em termos de número de investimentos. E nós vamos ver isso mais à frente.

Os fatores que nos levam a ter esse índice negativo são: a instabilidade da administração, interpretação e cumprimento das normas, segundo o mesmo instituto – isso nos coloca em 74º lugar; a incerteza sobre as leis ambientais; o sistema legal do Brasil; a tributação; e, principalmente, as restrições trabalhistas, que nos colocam muito próximo de Grécia, Bolívia e Venezuela. Então, a verdade é que nós não somos competitivos. Deixamos de ser competitivos há muito tempo, e nós vamos dizer um pouco por quê.

Bem, não existe mineração sem pesquisa mineral. Esse é o ponto fundamental. É na pesquisa mineral que se levantam os recursos e se conhece o potencial deste País para as futuras gerações. E o que é pesquisa mineral? Pesquisa mineral é o mapeamento, a geoquímica, a geofísica e a sondagem. São atividades de baixíssimo impacto. E, infelizmente, por um lapso da nossa legislação, nós demos aos Estados o direito de legislar de forma concorrente, e eles estão, então, exigindo que as pesquisas minerais tenham suas licenças outorgadas por eles, e não se aparelharam para tanto. Pará, Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso são exemplos desses casos.

Por que se pesquisa pouco? Nós vemos, no Brasil, que, toda vez que se cria uma unidade de conservação, falam assim: "Mas existe tanto território no Brasil..." Alguns colegas mostraram – e eu vou mostrar um pouquinho melhor – que, realmente, o nosso território é vasto, mas nós vamos mostrar aqui que ele não está disponível para pesquisa mineral. Ao contrário: foi esterilizado definitivamente. Se continuar assim, cada vez mais isso vai acontecer.

As unidades de conservação tomaram 12% do território nacional, e 50% delas são de proteção integral, o que inibe a mineração definitivamente. As de uso sustentável – a outra metade – permitem, com restrições. Em 30 anos de setor mineral, nunca consegui obter uma autorização.

Também foi falado aqui sobre terras indígenas. Estamos, desde a Constituição de 1988, travados nesse segmento.

Comunidades tradicionais, 0,2% do nosso território. Zonas de amortecimento ao redor das unidades tradicionais e das terras indígenas são, às vezes, até maiores que as próprias unidades. Reservas legais hoje, a partir do Código Florestal; áreas de preservação ao entorno dos cursos d'água; cavidades naturais que nem sequer conhecemos; faixas de fronteira, como foi dito aqui.

Até o próprio setor mineral resolveu abocanhar um pedaço desse território para nunca nada fazer. A CPRM esterilizou 4 milhões de hectares no Estado do Pará para a Reserva Nacional do Cobre e, desde 1984, nunca pisou no território.

A conclusão é onde pesquisar, como ser competitivo? Já esterilizamos 170 milhões de hectares, ou seja, 20% do território nacional, com terras indígenas e com unidades de conservação. Esterilizamos mais 203 milhões, 24% do território nacional, com comunidades tradicionais, zonas de amortecimento, cavernas e faixas de fronteira. A conclusão é que 45% do território nacional está vedado para a mineração. Já foi dito aqui que isso equivale a um Peru, um Chile e uma Argentina, que hoje estão muito à frente no desenvolvimento mineral do que o nosso País.

A importância das *junior companies*. As *junior*, desde a década de 90, tornaram-se o motor do desenvolvimento da mineração no mundo. Elas são responsáveis por 75% das descobertas. Hoje elas atraem melhores profissionais por ter estruturas mais enxutas e céleres; democratizam os resultados; partilham esses resultados; assimilam melhor o capital de risco por terem um custo menor; e respondem muito mais rápido às mudanças de mercado tanto legislativa como regulatória, ambientais e também a de commodities de preço. Hoje o que as *junior* querem? Elas querem locais com melhor infraestrutura e rejeitam risco político e regulatório. Tudo que temos aqui hoje no momento.

Como está o País, então, em relação à atratividade das junior? Vai mal, muito mal.Desde 1996, quando as junior chegaram aqui, já tivemos quase 30 delas na década de 90. Todas foram embora e, então, por volta de 2005, retornaram. Em 2012, elas chegaram a ser 65. Elas gastam mais em pesquisa mineral do que as empresas tradicionais. Hoje apenas 39 estão aqui. O *budget* que essas 39 têm para 2015 é da ordem de US$53 milhões; 16 delas têm orçamento acima de US$1 milhão; 23, menos de US$1 milhão. Então, o que essas 23 estão fazendo aqui? Estão simplesmente mantendo aquilo que descobriram e esperando o momento melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para vender, porque não acreditam no País.

Agora se compararmos o Brasil com o resto do mundo... Ouvimos muito, durante a regulação do marco regulatório que essa situação do setor mineral não era apenas no Brasil, era no mundo. Não é verdade isso. Em 2014, foram gastos em pesquisa mineral 15,6 bilhões. Só o Canadá investiu quase 2 bilhões; a China, 3 bilhões; e o Brasil, 120 milhões, ou seja, menos de 0,1%.

Por que nós perdemos competitividade e não atraímos capital de risco? Muita coisa já foi falada aqui: dificuldade na obtenção de áreas, complexidade corporativa – o Brasil talvez seja um dos países mais complicados de se abrir uma empresa e se operar uma empresa –, burocracia, complexidade e morosidade dos órgãos ambientais, uma legislação trabalhista perversa e antiquada; complexidade tributária; ausência de capital de risco nacional; política discriminatória de origem de capital; falta de transparência e assertividade na análise de projetos – é notório como os órgãos ambientais estão desaparelhados e como julgam mal os processos, se é que julgam; restrições às pesquisas de minerais estratégicos; e proliferação indiscriminada de zonas reservadas à atividade de mineração pelo Estado, como garimpo, terras indígenas e zonas onde a mineração não é permitida.

Vamos tentar cumprir o tempo.

Quanto à complexidade do licenciamento ambiental, ela deveria começar aqui, na lavra. Ocorre que nos Estados, no afã de arrecadar e no interesse, na verdade, de conhecer, o que as empresas estão fazendo? Iniciaram, na verdade, o processo regulatório desde a fase de pesquisa.

Um exemplo disso, dessa complexidade, é que, para qualquer empreendimento, precisa-se negociar com a Prefeitura Municipal para se estabelecer. Para começar um processo de licenciamento, precisamos de uma certidão da prefeitura municipal declarando que o local e o tipo de empreendimento à atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo. O zoneamento industrial e o das Prefeituras praticamente inexistem nos rincões do Brasil.

O Processo de Licenciamento Ambiental. Aqui está uma lista de todos os estudos que devem ser preparados para um licenciamento ambiental. O problema é que, para começar a fazer esses estudos, precisa-se de autorização de coleta e de intervenção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS MAURICIO FERRAIUOLI DE AZEVEDO – Essas autorizações levam, em média, dois anos para serem obtidas.

A partir do momento em que se consegue obter as autorizações, já perdemos dois anos. Então, nós elaboramos um processo de licenciamento que deve levar, pelo menos, um ano, porque tem de ser feito em uma estação seca e uma estação chuvosa.

Aí começam, na verdade os percalços do minerador. A licença prévia, no Brasil, leva em torno de 3 a 5 anos; a licença de instalação, no mínimo, 1 ano; a licença de operação, mais 1 ano. No final, qualquer projeto no Brasil leva, em média, de 5 a 7 anos para ser licenciado. Isso após a viabilidade econômica dele ser atestada.

Como é isso no resto do mundo? Está aqui um exemplo nas províncias do Canadá. A maioria das Licenças são obtidas entre 3 a 6 meses e um processo integral leva de 1 a 2 anos. Como ocorre isso na Austrália? Um processo leva, no máximo, 12 meses. Nos Estados Unidos, leva um pouco mais de tempo, de 3 a 4 anos.

Bem, esse é um exemplo de uma mina que eu tive a oportunidade de visitar na Austrália. Ela foi descoberta em 2010 e, em 2013, ela já estava funcionando. Envergonhado, o diretor dessa empresa falou que levou 6 meses para licenciar esse projeto. Estava acompanhado do Secretário de Meio Ambiente do Estado do Pará e do Secretário de Infraestrutura do Pará, e a pergunta que ele fez foi: quantos homens existiam, na verdade, para examinar os projetos minerais. O Secretário, então, disse que havia em torno de duas mil pessoas na Cema do Pará, naquele momento.

Bem, o órgão estadual que faz a fiscalização e o licenciamento em todo o resto da Austrália, assim como o que faz a outorga de título, tem apenas sessenta pessoas. Então, quando ouviu a resposta "2 mil", ele me perguntou: "Não, estou perguntando quantas pessoas trabalham na mina dele."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Bem, o que nós precisamos fazer? Nós precisamos desburocratizar o processo de pesquisa mineral. Precisamos deixar de, na verdade, tirar os entraves para pesquisa mineral. Por que nós precisamos de licença para abrir acessos a pequenos caminhões como esse que vão fazer sondagem? Por que nós precisamos, na verdade, de fazer outorga de água se qualquer fazenda ou empreendimento rural assim não demanda? Por que os Estados têm dispositivos contraditórios com a legislação federal, que, na verdade, não prevê a licença ambiental para os casos da pesquisa mineral?

Resultado disso tudo é que, entre 2014 e 2015, num apanhado de 87 países, foram realizados 75 mil furos de sondagem. Na Austrália, 26 mil; no Canadá, 98 mil; nos Estados Unidos, 4 mil; e, no Brasil, apenas fizemos 2 mil furos de sondagem. Isso mostra o reflexo, na verdade, de por que não estamos pesquisando, de por que não estamos descobrindo jazidas, de por que não temos condição de repor as reservas para as futuras gerações.

Esse é o mapa que mostra aos investidores e fundos de pensão no Canadá os locais que devem ser explorados. Onde está o Brasil? Nenhuma marca. Dos três *hot spots* mundiais, o Canadá tem três. Dos 336 depósitos encontrados no mundo nos últimos 10 anos, 46 foram no Canadá. Por quê? Políticas de incentivo e desoneração e priorização da pesquisa mineral.

O Brasil pode ser líder no setor mineral? Sem dúvida nenhuma que sim. Temos grandes jazidas, com potencial fantástico, temos profissionais, temos capital disponível. O que nos falta? Políticas públicas claras e estáveis para o setor mineral, menos burocracia, discricionariedade, redução de entraves no licenciamento, em especial ao meio ambiente, mecanismos que facilitem o financiamento a risco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS MAURICIO FERRAIUOLI DE AZEVEDO – Acesso à energia e à logística e melhoria da nossa percepção política.

Estimulando e facilitando a pesquisa mineral, nós temos de convencer os Estados de que a pesquisa deve ser dispensada das licenças, de que a abertura de acessos de sondagem deve ser dispensada das autorizações de supressão. Deve, sim, o minerador se preocupar em recuperar e reportar a intervenção. Mas não faz sentido nenhum ele ter que se onerar com a espera de uma licença. Que deve ser dispensada a outorga de água. Afinal de contas ninguém tira a água do local. Ele reutiliza essa água e trata essa água invariavelmente.

Para aumento da produção e do maior número de outorga de lavra, nós precisamos que os órgãos estaduais, como foi dito aqui, emitam as licenças; e para isso eles precisam se aparelhar melhor. O que vemos hoje em todos os órgãos é uma gestão política e total despreparo na análise de projetos.

Outorga de licença de mineração deve ter, para sua análise, prazos definidos em lei. Na Austrália, há um bom exemplo disso. A partir do momento em que se entra com requerimento de autorização, o órgão estadual tem 60 dias. A cada exigência que é feita ao minerador, o relógio para. Em nenhum caso na Austrália o licenciamento levou mais do que 12 meses.

Finalmente, nós achamos também que precisamos de um exame prévio da potencialidade das zonas de exclusão nas criações das próximas Unidades de Conservação, impedindo assim que áreas promissoras para pesquisa e lavra estejam de novo esterilizadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu gostaria de agradecer ao Luis Mauricio de Azevedo, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral.

Com a palavra o próximo orador, Dr. Darlan Airton Dias, Procurador da República.

O SR. DARLAN AIRTON DIAS – Boa tarde a todos.

Eu cumprimento o Senador Wilder Morais, a quem agradeço o convite para participar deste debate.

Eu queria registrar que o Parlamento brasileiro, tanto pela Câmara como pelo Senado, tem cumprido um papel muito relevante de democratização desse debate neste momento em que o País discute a reformulação do Marco Regulatório da Mineração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu represento aqui um grupo de trabalho do Ministério Público Federal, o qual eu coordeno, que debate o tema mineração. Nós temos alguns grupos de trabalho que buscam estudar mais a fundo determinadas matérias da atribuição do Ministério Público Federal, para buscar uma uniformização de entendimento e um apoio técnico aos colegas que, no Brasil inteiro, tratam desse tema.

Eu trabalho em Santa Catarina e trabalhei com aquele caso emblemático de Criciúma, onde temos o maior passivo ambiental de mineração do País, em decorrência da mineração de carvão. É um passivo que implica não só uma questão de relevo e destruição de vegetação, mas o mais grave é uma poluição química por conta da presença de enxofre nos resíduos, o que gerou a completa destruição de três bacias hidrográficas.

Acompanha-me aqui o Dr. Antônio Arthur Barros Mendes, de Minas Gerais, que também atua nessa área e trabalha comigo no grupo de trabalho.

Desde 2013, quando o Governo mandou o Projeto de Lei nº 5.807 para o Congresso, procuramos contribuir com esse debate, participando de audiências públicas, elaborando notas técnicas e trazendo também a nossa visão para o aperfeiçoamento dessa legislação.

Resumidamente, concordamos que é necessária uma modernização da legislação minerária, que traga mais competitividade ao setor, que torne o setor de mineração mais sustentável do ponto de vista econômico, ambiental e social e, com isso, que até melhore a imagem do setor, hoje bastante arranhada por conta daquele acidente, desastre em Mariana.

É necessário que a legislação reduza a burocracia para a viabilizar a atividade de mineração, que hoje é para muitos operadores invencível e que gera distorções e empurra muitos mineradores para a ilegalidade. Quando o Dr. Luis Maurício fala da pesquisa, na verdade ele está falando da pesquisa que é pesquisa mesmo, mas hoje, por conta da dificuldade de se obter uma portaria de lavra, nós temos verdadeiras lavras com nome de pesquisa, operando eternamente com guias de utilização. Então, quando você fala que devemos dispensar a licença ambiental para pesquisa, acho que para alguns casos é razoável, mas tem que haver esse cuidado, porque nós temos verdadeiras lavras que são nomeadas como pesquisa por conta dessa dificuldade.

O Dr. William Freire lembrou muito bem a importância de nós olharmos para a legislação de outros países que são referência nessa área de mineração, como Canadá, Austrália, Estados Unidos e Chile, que, recentemente, passou por uma reformulação na sua legislação mineral.

A preocupação do Ministério Público Federal, evidentemente, é mais com o aspecto ambiental. Depois do desastre de Mariana, o tema ambiental entrou mais no debate do Novo Marco Regulatório da Mineração, mas nós já nos preocupávamos muito com isso. O que aconteceu em Mariana não é inédito. Na verdade, nos últimos anos, houve uma sequência de eventos parecidos, como o de Macacos, como o da Cataguases de Papel e o de Santa Catarina também, com barragens de carvão, em proporção menor, é claro. Enfim, o que aconteceu em Mariana não é inédito. É isso que quero dizer.

Vou listar aqui rapidamente alguns aspectos que, na nossa visão, deveriam ser contemplados nesse Novo Marco Regulatório. Escutei alguns interlocutores dizerem: "Já existe uma legislação ambiental. Portanto, o Código de Mineração não precisa tratar disso." Mas o que vou mencionar aqui se refere a direito minerário, que é, em alguns momentos, interligado ao aspecto ambiental.

O primeiro ponto é a questão das garantias financeiras. Em todos os países, grandes mineradores exigem para quem vai operar nesse setor garantias financeiras. Para o quê? Para viabilizar o fechamento de mina. A nossa Constituição diz que o minerador tem de recuperar o meio ambiente degradado. Esta é a única atividade econômica mencionada expressamente no art. 225, não por acaso, porque é uma atividade que intrinsecamente degrada o meio ambiente. O.k.! Mas, na prática, apesar de a Constituição dizer isso, a gente vê inúmeras minas abandonadas. Eu poderia aqui listar vários casos que conheço em Santa Catarina, em Minas, no Pará, no Espírito Santo, onde fizemos um trabalho de mapeamento recentemente. Chega-se ao final da lavra, mas não se fez a recuperação concomitante. O minerador não tem mais dinheiro, não fez provisão para a recuperação, e a mina, na prática, é abandonada. Então, o fechamento de mina fica só no papel. Na nossa visão, tem de haver mecanismos, seja fundo, seja seguro, seja garantia ou caução, que garantam, na prática, o cumprimento do plano de fechamento de mina.

Segundo, para empreendimentos de risco agravado, como aqueles que operam barragens de rejeitos ou de substâncias perigosas, é preciso haver garantias adicionais, pelo risco de desastres e de eventos inespe-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

rados que vão causar danos a terceiros. Eventualmente, o minerador precisa demonstrar que tem capacidade de suportar isso, caso ocorram esses eventos.

Outro aspecto é a proliferação de passivos. Não é possível, na nossa visão, que um minerador minere uma área, abandone aquela área sem recuperá-la – isto existe no País inteiro –, vá ao DNPM ou à Agência Nacional de Mineração, consiga um novo título minerário e saia minerando, deixando atrás dele um rastro de passivos. Então, é necessário que haja algum mecanismo que vincule essas coisas, que para ter acesso a um novo título minerário, ele demonstre que está cumprindo suas obrigações ambientais.

É necessária também a criação de um fundo e de políticas públicas que viabilizem a recuperação de minas órfãs, que nós temos aos milhares no Brasil; minas que não se sabe quem degradou, ou que não é possível mais cobrar a recuperação porque ele não existe mais ou está insolvente.

Em Santa Catarina, a União, o Governo Federal está bancando um projeto de recuperação de parte das áreas minerárias de carvão, que vai sair aos cofres públicos ou ao contribuinte algo em torno de R$350 milhões, por conta de uma condenação numa ação civil pública.

Pensamos num fundo que viabilize isso e evite que o contribuinte depois seja chamado a pagar. E, claro, também, políticas públicas para o setor, de preferência com mecanismos de incentivo econômico que estimulem a redução de rejeitos, por exemplo um Cefem menor para um empreendimento que tenha melhores técnicas, que não gere rejeitos, que os reaproveite ou que reaproveite áreas degradadas. Também pensamos na necessidade de que exista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DARLAN AIRTON DIAS – ... já para concluir, uma sistemática de mapeamento desses passivos e uma política pública de priorização do resgate desses passivos.

Entendemos a preocupação que foi colocada aqui por vários debatedores no sentido de que existem muitas áreas *no go*, a expressão que o senhor usou, mas trazer à reflexão também que é razoável, e isso existe em qualquer país, a existência de áreas livres de mineração. Isso precisa existir, porque a mineração é uma atividade econômica importantíssima, fundamental para a nossa sociedade e tem um peso grande para a economia do país. Concordamos com isso. Defendemos uma mineração sustentável, mas entendemos também que existem algumas áreas, pela sua relevância ambiental, ecológica, paisagística, em alguns casos, cultural, histórica, enfim, que precisam ficar preservadas e não podem sofrer esse tipo de atividade econômica. O nosso País, penso, é grande o suficiente para acomodar tudo isso.

Enfim, esses eram os pontos principais.

Não quero me alongar além do tempo deferido e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Gostaria de agradecer as palavras do Dr. Darlan Airton Dias, Procurador da República.

Antes de encerrar esta reunião, temos aqui algumas perguntas que chegaram pela internet, e eu gostaria de passá-las. De acordo com o tema, que possam responder os nossos palestrantes.

Agradeço a participação da Ana Flávia, de Santa Catarina, que faz a pergunta: "Nas bacias de pré-sal ou em qualquer outro meio de exploração mineral energético, deveria haver uma obrigação legal de avisarem como, o que, e quanto encontraram de minérios durante a perfuração e obrigaram o Estado a fiscalizar as jazidas/campos"

Essa pergunta, eu a passo ao Sr. Adriano Trindade, para que possa responder daqui a pouco.

A segunda pergunta veio do Sr. Daniel Alves Lima, do Distrito Federal: "Considerando que os códigos anteriores foram elaborados por governos autoritários, em 1934, 1940 e 1967, e que a proposta em discussão na Câmara amplia o direito dos investidores, sem contrapartidas proporcionais para a sociedade, seria este o melhor momento para a aprovação do novo Código?"

Eu passo para o Sr. Guilherme Simões, a fim de que ele possa responder a essa pergunta.

A terceira pergunta também veio do Sr. Daniel Alves Lima, do Distrito Federal: "O acidente da Barragem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do Fundão, da Samarco, leva-nos a refletir que, atualmente, não está prevista sanção de cassação da concessão de lavra, nos casos de ocorrências de crimes decorrentes da atividade minerária. Não seria adequada a previsão dessa sanção no novo Código?"

Passo ao Sr. Darlan Airton Dias, para que ele possa responder a essa pergunta.

E a terceira pergunta vem do Sr. Daniel Alves Lima, do Distrito Federal: "O Plano Nacional de Mineração foi publicado em 2011 e prevê um conjunto de objetivos estratégicos para serem alcançados até o ano de 2030, considerando um cenário em que o setor seguirá a trilha de sustentabilidade. A proposta do novo Código, em discussão na Câmara, conduzirá a esses objetivos?"

Também passo ao Sr. Darlan Dias, para que possa responder a essa pergunta.

Eu passo a palavra, então, ao Adriano Drummond Cançado, para que possa responder à primeira pergunta do nosso internauta.

O SR. ADRIANO DRUMMOND CANÇADO TRINDADE – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A pergunta foi feita pela Ana Flávia, e na Ana Flávia eu me vejo, porque eu já acompanhei várias audiências desta Subcomissão pela internet, e é brilhante nós vermos a interatividade e a possibilidade de participação pública, que foi um dos temas de que eu tratei na minha apresentação, quando falei de consulta.

Mas a pergunta dela diz respeito ao dever, tanto de quem realiza a exploração de petróleo como de quem realiza pesquisa mineral, de informar sobre descobertas e detalhes sobre essas informações e por que não existem essas obrigações. Na verdade, existem sim. Tanto a lei de concessões do petróleo, como a lei que trata da partilha de produção no petróleo, como o Código de Mineração, todos eles trazem essa obrigação, em maior ou menor detalhe. No caso do petróleo, existe ainda o contrato. O contrato detalha bastante essa obrigação. No caso da mineração, as normas infralegais editadas pelo DNPM também trazem essa obrigação de informar detalhes, não só sobre descobertas, mas também sobre a produção – relatórios periódicos, no que diz respeito à produção que é realizada ano a ano. No caso da mineração mais especificamente, existe ainda outra obrigação, que é a obrigação de informar quanto está sendo gasto com a pesquisa mineral, através de uma declaração anual de investimento em pesquisa.

Às vezes, esse sentimento de frustração pode existir porque essa informação não é de imediato acessível ao público. Isso se deve ao fato de que a própria informação precisa ser depurada por quem gerou essa informação, para que ele possa verificar se efetivamente está diante de uma jazida passível de aproveitamento comercial ou não. Mas, considerando um cenário macro do setor mineral, o DNPM publica periodicamente até mesmo informes no que diz respeito à produção mineral por Estado, por substância. Então, essa informação é prestada ao Estado, existe e, em certa medida, é pública, pode ser tornada pública em certa medida.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço o Sr. Adriano.

Eu gostaria de passar agora a palavra ao Sr. Darlan, para que possa também responder às outras perguntas que os nossos internautas enviaram para nossa Comissão.

O SR. DARLAN AIRTON DIAS – Bom, a primeira pergunta é do Daniel Alves Lima: "O acidente da Barragem de Fundão da Samarco leva-nos a refletir que atualmente não está prevista a sanção de cassação da concessão de lavra nos casos de ocorrência de crimes decorrentes da atividade minerária. Não seria adequada a previsão desta sanção no Novo Código?"

No Código atual, está prevista a possibilidade de cassação da concessão em algumas hipóteses. Penso que, no novo Código, se persistir a ideia de criar um contrato de concessão, isso vai ser regulado muito mais no detalhe e certamente haverá previsão de hipótese de cassação. Não sei se é uma boa ideia vincular isso à questão criminal, porque são lógicas diferentes. Também penso que mais importante do que a sanção é a prevenção. Então, nós precisamos trabalhar no que eu mencionei na minha fala, na exigência de garantias. E, se essas garantias estiverem vinculadas, por exemplo, a um seguro, a cauções bancárias, a outros instrumentos, teremos o agente econômico também ajudando na fiscalização do regular exercício da atividade.

Precisamos que a fiscalização seja mais efetiva para que não ocorram esses acidentes. Penso que o DNPM, transformado em agência e mais fortalecido do ponto de vista técnico, é fundamental para qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

política minerária que estimule o setor a avançar de maneira sustentável. O mesmo deve ser dito em relação aos órgãos ambientais, como muitos aqui disseram, que precisam ser fortalecidos para ter mais qualificação técnica, fazer um trabalho mais célere e menos político.

A outra pergunta, do mesmo internauta, é sobre o Plano Nacional de Mineração, publicado em 2011, e se a proposta do código conduzirá a esses objetivos. Pelo que eu tenho acompanhado até agora das discussões, penso que resultará num texto bastante equilibrado, que permitirá uma maior dinâmica nessa atividade econômica.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço ao Sr. Darlan.

Gostaria de passar a palavra ao Sr. Guilherme Simões, para que possa responder à última pergunta do nosso internauta.

O SR. GUILHERME SIMÕES – Bem, respondendo à pergunta do Daniel, eu peço vênia para discordar um pouquinho dele com relação à proposta que foi apresentada de reforma do Código, quando ele fala que amplia direitos. Na realidade, se pegarmos efetivamente o PL originário, encaminhado pelo Governo a esta Casa ou ao Congresso – hoje está tramitando na Câmara –, observa-se que havia um viés mais intervencionista, um viés mais de controle efetivamente do que de ampliação de direitos. Era um viés em que havia algo mais ideológico de intervir e controlar efetivamente. É interessante que nós tenhamos Casas legislativas que podem perfeitamente receber projetos, fazer as devidas análises e amadurecer dentro do processo legislativo, com as discussões, com as audiências públicas que são realizadas, com todos os atores sendo ouvidos.

Então, discordo um pouco de você, Daniel, neste aspecto da maior ampliação. Acho que, de início, não. Tivemos, na realidade, um caráter mais intervencionista. E acho que esse processo vai trazer o devido amadurecimento. O Luis Mauricio colocou muito bem o que o setor vivencia atualmente e a necessidade de, pontualmente, melhorarmos a nossa legislação, trazermos para a nossa legislação aspectos mais modernos.

Com relação à ausência de contrapartidas, eu também vou discordar um pouquinho.

Recentemente, nós tivemos um evento feito pela Adimb, em Ouro Preto, chamado Simexmin, que é um simpósio de exploração mineral, de todas as empresas de pesquisa mineral do País. E não me recordo agora o nome da pessoa, mas era um técnico do Ibama, chefe do setor de Licenciamento do Ibama, que pontuou uma observação de que os estudos ambientais normalmente realizados para os processos de licenciamento de atividades minerárias são os estudos mais profundos, mais bem elaborados que normalmente chegam ao Ibama. Nós temos maturidade de apresentar estudos ambientais, e, obviamente, qualquer atividade de mineração, por causar impacto, deverá ter suas medidas de compensação que são previstas nas condicionantes do licenciamento, são previstas também dentro de todo o processo.

Quanto ao melhor momento para aprovação, acho que é um processo que vai caminhar dentro da Casa, dentro do Congresso Nacional, e o Poder Legislativo nosso, nossos Parlamentares têm toda a maturidade para analisar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Guilherme.

Gostaria de passar a palavra para o Sr. Luis Mauricio, para que possa também, como foi citado pelo Procurador, fazer suas considerações finais.

O senhor tem dois minutos, para que possamos terminar esta audiência pública.

O SR. LUIS MAURICIO FERRAIUOLI DE AZEVEDO – Obrigado.

Dr. Darlan, agradeço muito as suas colocações e diria que, se houvesse, nas áreas onde atuam, um representante do Ministério Público com o senhor, certamente iríamos construir muita coisa.

O senhor comentou a respeito da Guia de Utilização. É exatamente a isso que estou me referindo naquela pesquisa, que não existe a Guia de Utilização, e o senhor está completamente certo, no sentido de que as Guias de Utilização foram desvirtuadas. Contudo, elas são ferramentas importantíssimas. Precisamos delas para testar os corpos de minério, porque nem sempre as pequenas amostragens que fazemos são represen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tativas para os grandes projetos.

Quanto à garantia para o fechamento da mina, concordo com o senhor, sim: isso existe em alguns lugares do mundo. As garantias podem ser oferecidas pela própria empresa, por bancos, por seguro, ou podem ser constituídos fundos ao longo da mina. Só temos de ter muito cuidado na hora de exigir que as garantias sejam feitas antecipadamente, porque esse é o momento mais difícil para o minerador.

Quanto aos fundos das minas órfãs, o Dr. Frederico mostrou aqui que o DNPM arrecada muito mais do que gasta. Esse dinheiro existe, está lá e foi uma contribuição dos próprios mineradores.

Finalmente, em relação ao incentivo à redução de passivo de que o senhor falou, também concordo. Acho que isso deve ser incentivado.

A questão de barragem está em voga, mas, na verdade, é conhecimento de todos que aquilo foi, infelizmente, um acidente daqueles de cem em cem anos. Agora, devemos aprender com esse fato. E o que o Estado tem de fazer é aparelhar-se para evitar que isso aconteça e fiscalizar durante todo o período de vida da mina e, principalmente em relação às áreas *no go*, o senhor está correto: ninguém aqui quer fazer mineração no Pico do Itabirito, nem no Pão de Açúcar. No entanto, não podemos ter, como eu mostrei, quase 80% do Território nacional esterilizado. Antes que venhamos a pensar em esterilizar, temos de sentar com os profissionais e discutir a potencialidade daquela área, e principalmente prever a compensação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Luis Azevedo.

Eu queria comunicar aos participantes que esta Subcomissão tem um ano e meio, e nós fizemos audiência pública com todo o setor mineral. Esta audiência de hoje vem fechar o ciclo. Ouvimos cada um dos setores, e, talvez, para o momento, caiba um ditado que diz: é nas dificuldades que temos de achar oportunidades. Talvez, este momento difícil que o Brasil passa seja o momento de a gente destravar e realmente achar um caminho para que o setor da mineração possa retomar e ocupar o lugar em que o Brasil deveria estar, na dianteira, na produção de minérios em todos os sentidos, o que o Brasil tem e com muita abundância.

Venho do setor empresarial, e a gente vê como aconteceu com o Brasil e por que aconteceu isso. O setor mineral é muito rico. O problema é que o Governo trata o Brasil como um grupo de empresas que tivesse um caixa único. Então, ele tira, desvia os setores que estão dando certo. Como se diz do cobertor, ele puxa para um lado.

Como ouvimos aqui do Procurador, o setor existe, existe o Código, e, por mais que seja antigo, como se escutou aqui de palestrantes, ele tem, sim, algumas particularidades que cobrem a maioria de todos esses danos, tanto ambientais. O problema é que o Governo não repassa e não aparelhou o DNPM, nem os órgãos de fiscalização.

Como a gente ouviu aqui agora, no acidente da Samarco, houve taxas, houve todo um processo que deveria ter sido fiscalizado e que, por parte do Governo, não se fez.

Neste momento em que estamos terminando, nós vamos fazer um relatório e passar isso. Vamos só tentar, dentro do processo do próprio DNPM, fazer algumas coisas. É muito demorado o processo no próprio Legislativo, há anos que isso vem andando aqui dentro da Casa – vem da Câmara para o Senado e vice-versa, muda-se tudo e em nada se avança. Eu falo de caixa único. Se que o Governo tratasse as coisas isoladamente, como deve ser feito – e sobre isso temos conversado muito com o Governo –, essa poderia ser uma das grandes saídas para o Brasil em curto tempo, se avançarmos nesses processos de liberação, tanto da pesquisa como da lavra. Todo mundo conhece, é um setor de alto risco, como já falaram alguns palestrantes. De cada 100 pesquisas e 100 processos, um talvez dê certo e, na maioria das vezes, com insegurança jurídica e com dificuldade, como vimos, na área de fronteira e de capital externo. As empresas que começam não aguentam esperar cinco, seis, sete anos para fazer um projeto. Não há empresa no mundo que vai ficar esperando um projeto como esse no Brasil.

Então, essa é uma posição desta Subcomissão. O objetivo nosso foi criar uma subcomissão permanente para destravar o setor mineral. Logicamente, com muita responsabilidade, para ajudar o Brasil a se colocar na posição de um dos maiores mineradores do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu agradeço a presença de todos, em especial a todos os Srs. Senadores, além dos nossos convidados. Eu gostaria de agradecer ao Dr. Darlan Airton Dias, Procurador da República, pela presença e por sua contribuição; ao Dr. Frederico Munia Machado, Procurador Chefe Substituto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); agradeço ao Dr. Fernando Facury Scaff, Professor da Universidade de São Paulo (USP); agradeço ao Sr. Luis Mauricio de Azevedo, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral; agradeço ao Sr. Guilherme Simões, Coordenador da Comissão Jurídica do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); agradeço ao Sr. Adriano Drummond Cançado Trindade, Professor voluntário da Universidade Federal de Brasília; ao Dr. William Freire, Advogado do Escritório William Freire Advogados Associados; também ao Sr. Luiz Antônio Sotério de Oliveira, Procurador Federal que nos prestigiou hoje.

Além disso, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

E, encerrando esta reunião, gostaria de tirar uma foto com todos os palestrantes de hoje aqui na mesa.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 1 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZENOVE DE OUTUBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores, José Pimentel, Paulo Rocha, João Alberto Souza, Wellington Fagundes, Fátima Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger, Ronaldo Caiado e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, Davi Alcolumbre, Deca, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. ITEM 01 - MINUTA DE REQUERIMENTO Nº, DE 2016 - "Nos termos do inciso X do art. 49 e do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que sejam prestadas pelo Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil informações referentes ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional". Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado Federal, nos termos do Art. 245 do RISF. ITEM 02 - MINUTA DE REQUERIMENTO Nº, DE 2016 – "Nos termos do inciso X do art. 49 e do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Fazenda informações referentes ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional". Autoria: Senador Wellington Fagundes Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado Federal, nos termos do Art. 245 do RISF. ITEM 03 - MINUTA DE REQUERIMENTO Nº, DE 2016 – "Nos termos do inciso X do art. 49 e do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que sejam prestadas pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão informações referentes ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional". Autoria: Senador Wellington Fagundes Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado Federal, nos termos do Art. 245 do RISF. ITEM 04 - MINUTA DE REQUERIMENTO Nº, DE 2016 – "Nos termos do inciso X do art. 49 e do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que sejam prestadas pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil informações referentes ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional". Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Minuta retirada pelo autor. ITEM 05 - MINUTA DE REQUERIMENTO Nº, DE 2016 – "Com fundamento no art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, e nos termos do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos ao Tribunal de Contas da União a prestação das seguintes informações acerca do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR) ". Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado Federal, nos termos do Art. 245 do RISF. ITEM 06 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 13 de 2016 - "Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de uma série de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para debater o Programa Mais Médicos e o Projeto Mais Médicos para o Brasil. Por oportuno, sugiro que cada audiência seja organizada para contemplar um aspecto do tema e que sejam convidados a expor seus pontos de vista sobre o assunto representantes de órgãos e entidades escolhidos em função dos diferentes enfoques a serem abordados". Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 07 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 19 de 2016 – "Nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito aditamento ao Requerimento nº 13, de 2016, que trata da realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para debater o Programa Mais Médicos e o Projeto Mais Médicos para o Brasil, visando a inclusão, como convidado, de representante da Federação Médica Brasileira, para debater sobre "Questões Trabalhistas do Projeto Mais Médicos para o Brasil, Precarização do Trabalho Médico no Sistema Único de Saúde e Perspectivas de Criação da Carreira de Médico de Estado" (tema já especificado no requerimento principal)". Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 08 - OFICIO "S" Nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

84, de 2015 - Não Terminativo – "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 4º, o relatório de atividades e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao Exercício de 2014". Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Adiado. ITEM 09 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, de 2015 - Não Terminativo – "Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental". Autoria: Deputado Weliton Prado. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra Relatório: Pela aprovação do Relatório com 4 emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, de 2016 - Não Terminativo – "Altera os §§ 3º e 4 do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estender o prazo exigido para a apresentação dos Planos de Mobilidade Urbana". Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Senador Gladson Cameli. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 – Não Terminativo – "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação da Matéria. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012 - Terminativo – "Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses". Autoria: Senador Lauro Antonio. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos". Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado da pauta a pedido do relator para reexame. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo – "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal". Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de passar a palavra ao autor dos requerimentos que vão ser deliberados, faço alguns comunicados.

Primeiro, comunico que acontecerá no dia 11 de novembro deste ano, das 8h30 às 13 horas, na Assembleia Legislativa do seu Estado, Senador Wellington, o Mato Grosso, o seminário "Avaliação de política pública da aviação voltada para o desenvolvimento regional", uma questão relevante, sempre está na pauta do trabalho de V. Exª. A proposta do evento é discutir o Plano de Desenvolvimento de Aviação Regional, avaliando a suspensão decidida pelo Governo Federal anterior e os efeitos desse corte sobre a vida das pessoas e das organizações, por meio de elementos técnicos, bem como encaminhar a política pública a bons resultados e ações efetivas.

Conforme a pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à deliberação de algumas proposições.

As cinco primeiras tratam de requerimento de autoria do Senador Wellington Fagundes.

Eu indago a V. Exª, Senador, se gostaria de fazer a leitura dos cinco requerimentos e depois votaríamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

em globo.

Se assim o desejar, com a palavra V. Exª, para a leitura e o encaminhamento das minutas desses requerimentos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Perfeito, Srª Presidente.

Para termos agilidade, vamos ao item 1, à minuta de requerimento: nos termos do inciso X do art. 49 e do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que sejam prestados pelo Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil informações referentes ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. Autoria: Senador Wellington Fagundes.

O item 2: nos termos também do mesmo inciso X do art. 49 e do §2º do art. 50, da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que sejam prestadas pelo Ministro do Estado da Fazenda informações referentes ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

Da mesma forma, baseado nos mesmos incisos, requeremos que sejam prestados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão informações referentes ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. Também de autoria do Senador Wellington Fagundes.

Esses foram os itens 1, 2 e 3. O item 4, da mesma forma, com os mesmos artigos da Constituição e do Regimento, nós gostaríamos de retirar, Srª Presidente. Então, ficariam só o item 1, 2 e 3.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Retirado...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – O item 5 não. Ainda mantemos o item 5.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Foi retirado o item 4, a pedido do autor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E o item 5, com fundamento também no art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, e nos termos do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos ao Tribunal de Contas da União a prestação das seguintes informações acerca do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. Autoria: Senador Wellington Fagundes.

Portanto, retiro o item 4 e mantenho os itens 1, 2, 3 e 5.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senador Wellington Fagundes.

Lembro, então, que estamos colocando em discussão e em votação a minuta de quatro requerimentos, todos relacionados a informações referentes ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, os três primeiros, aos Ministros dos Transportes, Portos e Aviação Civil, da Fazenda e do Planejamento. Esses terão que ir ao Plenário para as providências cabíveis, assim como o que solicita informações ao TCU.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação as quatro minutas de requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos, as matérias seguem ao Plenário para as providências cabíveis.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 1
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos do inciso X do art. 49 e do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que sejam prestadas pelo Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil informações referentes ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 2
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos do inciso X do art. 49 e do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Fazenda informações referentes ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

ITEM 3
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos do inciso X do art. 49 e do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que sejam prestadas pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão informações referentes ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

ITEM 5
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Com fundamento no art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, e nos termos do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos ao Tribunal de Contas da União a prestação das seguintes informações acerca do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR).

Autoria: Senador Wellington Fagundes)

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos do inciso X do art. 49 e do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que sejam prestadas pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil informações referentes ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

Autoria: Senador Wellington Fagundes)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Gostaria de informar que as demais proposições sujeitas à deliberação não estão com os seus relatores presentes.

O Item 13, que é terminativo e cuja relatoria é do Senador Fernando Bezerra, S. Exª solicitou a retirada de pauta para reexame. Então, segue ao seu gabinete para reexame.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência declara encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(Iniciada às 10 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 01 minuto.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores João Alberto Souza, Dário Berger e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Gladson Cameli, Simone Tebet, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, Davi Alcolumbre, José Gonzaga Sobrinho, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se **à** realização da 3ª Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento 11/2016-CDR, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que integra o Plano de Trabalho de Avaliação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, em atendimento ao artigo 96-B do RISF, com vistas a instruir o relatório de avaliação da política pública CDR 2016. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Francisco Giusepe Donato Martins, Diretor da Seinfra e Aero Telecom/TCU, representando o Presidente do Tribunal de Contas da União/TCU; Fernando Tavares Camacho, Chefe do Departamento de Desestatização, representando o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES. Encerrada a exposição dos convidados, com deferência da Presidência, faz uso da palavra o Sr. Rodrigo Novaes, consultor do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Presidente eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunico que realizamos, no dia 11 de novembro, na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, meu Estado, o seminário Avaliação da Política Pública da Aviação Civil Voltada para o Desenvolvimento Regional, decorrente do RDR nº 11, de 2016. O evento foi por mim coordenado e foi parte da nossa avaliação do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), a que daremos continuidade no dia de hoje.

Em relação a esse evento, eu quero aqui agradecer a todos, ao Secretário da Comissão e a todos os funcionários da Comissão e do meu gabinete que foram lá dar apoio, e também à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, na pessoa do Presidente Guilherme Maluf, que deu todo o suporte necessário.

Foi uma das melhores audiências que já conseguimos fazer, não só desta Comissão, foi das melhores audiências de que eu participei, dado exatamente o apoio da Assembleia Legislativa. Inclusive, fizemos de uma forma inédita: com transmissão concomitante, ao vivo, da TV Senado e da TV Assembleia, bem como da Rádio Senado e de outros meios de comunicação da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, como a Rádio Assembleia e outros organismos de comunicação social. Lá tivemos um público bastante expressivo, o maior número de prefeitos ali presentes em reunião.

Nas discussões, todos se mostraram preocupados com essa questão da aviação na Região Amazônica. Só no Estado de Mato Grosso, são 900 mil quilômetros quadrados com poucos aeroportos com condições de fazer uma aviação civil adequada. Claro, também se discutiu a mudança da legislação, porque também não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pode, não se deve, não é bom e nem correto que, num aeroporto pequeno de uma cidade de pequeno porte, haja a mesma exigência que se fez para a construção do Aeroporto de Cumbica, para o Aeroporto de Brasília e assim por diante. Isso vem inviabilizando, inclusive, custos diferenciados do ICMS, além de tantas outras posições. Precisamos encontrar um caminho para melhor normatizar a aviação no Brasil.

As necessidades, a cada audiência que fazemos, ficam mais claras. Lá surgiu a ideia... Inclusive, gostaria que a minha assessoria, que está me ouvindo, pudesse pensar na possibilidade de fazermos um projeto de lei exigindo, principalmente para a Amazônia Legal – que é ainda uma nova fronteira agrícola, uma região cujas estradas são, em sua maioria, terrosas –, que, ao construir uma estrada – e normalmente essas estradas têm longa quilometragem e já está mobilizada a construtora com todo o equipamento –, o governo, seja ele estadual ou federal, seja obrigado a fazer de tantos em tantos metros – um critério a ser estudado pela assessoria – uma pista de pouso paralela à própria rodovia.

Sabemos que a rodovia tem sido a indutora do crescimento. Quando se constrói uma rodovia, vem uma cidade junto, ou uma pequena vila que está lá acaba se desenvolvendo – isso acontece de forma muito mais intensa do que se fosse uma ferrovia ou uma hidrovia. A necessidade de se ter um aeroporto próximo se justifica até para salvar vidas. Por exemplo, na construção da estrada às vezes acontecem acidentes, mas os aviões não conseguem se aproximar do local. Há que se levar em conta também a promoção do desenvolvimento da região.

A explicação é lógica e clara: a empresa já está lá fazendo 100, 200, 300, 500 quilômetros de asfalto e, para fazer uma pista do lado, custa muito pouco. Além disso, a área já deveria ficar reservada para aquilo, com critérios regionais de acordo com a possibilidade de desenvolvimento. Já havendo essa área desapropriada ao lado, pronta para isso, a construção e a expansão, no futuro, ficariam mais fáceis.

Eu gostaria de deixar essa sugestão para que nós pudéssemos estudá-la – e há outras tantas que vão surgindo nessas audiências públicas.

Comunico também o recebimento de convite para participação no seminário Temas Jurídicos do Turismo, a ser realizado hoje, às 9 horas, no auditório da CNC/DF, no 1º subsolo. O evento é promovido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e discutirá a prevalência do negociado sobre o legislado no Direito do Trabalho; direitos autorais nos estabelecimentos de hospedagem; conceito de insalubridade no Direito do Trabalho; aspectos específicos aplicáveis ao setor de hospedagem; trabalho intermitente e terceirização.

Parabenizamos a Embratur pelos seus 50 anos, completados no dia 18 de novembro. Comemoramos a data com a realização de sessão solene na Câmara dos Deputados na semana passada.

Recebemos o Ofício nº 125, de 2016, Sudene, Gabinete do Conselho Deliberativo da Sudene, encaminhando a Moção nº 4, de 22 de setembro de 2016, em que se solicita o restabelecimento da vigência do art. 4º da Lei nº 12.343, de 2011, que trata do benefício da isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para a Região Nordeste. A moção encontra-se disponível para consulta na Secretaria da Comissão.

Recebemos, por fim, cópias do Acórdão nº 1.995, de 2016, TCU-Plenário, e do Acórdão nº 2.252, de 2016, TCU-Plenário, encaminhados pela Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado de Mato Grosso aos secretários das comissões permanentes do Senado Federal. Os documentos foram produzidos a partir de auditoria do Tribunal de Contas da União que abrangeu o perímetro da fronteira dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, onde foram realizadas entrevistas com os dirigentes dos órgãos federais e estaduais responsáveis pela promoção do desenvolvimento, segurança e integração da região. Assinalam que há deficiências no arcabouço normativo brasileiro para a região e que há dificuldades de coordenação e atuação dos vários órgãos públicos na fronteira.

Os acórdãos encontram-se disponíveis para consulta na Secretaria da Comissão, e determino que cópias sejam encaminhadas aos gabinetes dos Senadores membros.

Por oportuno, sobre esse assunto, o Plano Nacional de Fronteiras e os programas de políticas públicas a ele relacionadas serão alvo de audiência pública aqui, na CDR, na próxima semana, dia 30 de novembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização da terceira audiência pública que integra o plano de trabalho de avaliação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, em atendimento ao art. 96-B do RISF, com vistas a instruir o relatório de avaliação da política pública CDR 2016.

Encontram-se presentes para a audiência pública – e já os convido para compor a Mesa – os senhores: Francisco Giusepe Donato Martins, Diretor da Secretaria de Fiscalização da Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações, representando o TCU (Tribunal de Contas da União); Fernando Tavares Camacho, Chefe do Departamento de Desestatização, representando o BNDES (Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará a seguinte metodologia: os convidados terão 15 minutos para fazerem a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase da interpelação pelas Srªs Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos; a palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição; os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal, www.senado.leg.br; e também pelo Alô Senado, 0800-612211. Repito: através do Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal, www.senado.leg.br; e também pelo Alô Senado, 0800-612211. E, é claro, as pessoas que estiverem aqui e que queiram fazê-lo podem também se inscrever junto à nossa Secretaria.

Senhoras e senhores, esta é a 3ª Audiência Pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo que integra o Plano de Trabalho de Avaliação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. Esta audiência pública destina-se a instruir a avaliação da política pública referente ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, e aos Requerimentos desta Comissão nºs 8 e 11, de 2016.

Esta audiência, segundo o Plano de Trabalho, visa trazer a visão do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), do Tribunal de Contas da União e também do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre esse programa, que considero fundamental para integração, negócios e, consequentemente, desenvolvimento do nosso País.

Nesta altura dos debates, cabe fazer um resumo.

Em nossa primeira audiência, em junho passado, tivemos a participação de representantes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeronáutica (Infraero) e do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias. Naquela ocasião, as autoridades presentes nos apresentaram trabalhos de programas e nos trouxeram considerações iniciais. Foi uma audiência bastante produtiva.

Na segunda audiência, realizada em 5 de outubro, tivemos a presença das empresas Gol, Azul, Latam, Passaredo, além da Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras, e tivemos também, com isso, a visão da iniciativa privada. Foram-nos mostrados os entraves que as empresas enfrentam para que os aeródromos, importantes nesse projeto, entrem em operação de forma regular. Muitos entraves, diga-se de passagem, também foram registrados.

Também pudemos realizar um seminário de grande sucesso em Cuiabá, capital do meu Estado, sobre a questão da inserção da Amazônia Legal no programa. Lá estivemos com vários prefeitos e vereadores, deputados federais e estaduais, e com os Senadores do Mato Grosso e de Estados vizinhos.

Sobre o programa, o Diretor do Departamento do Programa Federal de Auxílio de Aeroportos, Eduardo Henn Bernardi, apresentou a situação atual do plano em que se pretende a autorização de um anteprojeto de cinco aeroportos ainda neste ano de 2016, sendo eles: Caldas Novas, Goiás; Gurgueia, Piauí; Maringá, Paraná; Araguaiana, Tocantins; e Ribeirão Preto, São Paulo. Quanto às condições de segurança, tão problemáticas na Amazônia Legal, disse que o Ministério atuará em três frentes principais: fornecimento de veículos para combate a incêndios em aeroportos; de equipamentos para inspeção de segurança; e também instalação de cercas para evitar a invasão da pista por animais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Por fim, Gilberto Scheffer, proprietário da empresa aérea Rio Madeira Aerotáxi (RIMA), falou em nome das empresas que atuam na região – Apuí, Asta, Piquiatuba e a própria RIMA –, destacando a importância das ligações aéreas sistemáticas no contexto da aviação regional. Principalmente na Amazônia, segundo ele, tais ligações representam um dos principais elos da cadeia produtiva do setor aéreo nacional, funcionando como alimentador das grandes companhias aéreas, conectando as pequenas cidades com as cidades de médio e grande porte. O Sr. Gilberto Scheffer sugeriu tratamento regulatório diferenciado para a Região Amazônica, nos moldes adotados pelos Estados Unidos em relação ao estado do Alasca. Essa regulação deveria incluir a proteção à operação das empresas menores, contra a entrada de empresas maiores, que muitas vezes não se revela economicamente viável.

Sabemos que o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional foi criado pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, com três objetivos: aumentar o acesso da população brasileira ao sistema aéreo de transporte; integrar comunidades isoladas à rede nacional de aviação civil no intuito de facilitar a mobilidade de seus cidadãos; facilitar o acesso a regiões com potencial turístico. Vemos, pois, que atende demanda de desenvolvimento regional equânime e de incremento do turismo interno brasileiro. É, assim, um programa que visa a recuperação da aviação regional com critérios voltados especificamente aos temas basilares da nossa Comissão.

Como Relator da matéria, acredito que algumas questões devem fundamentar o debate. Dirijo-as a todos os convidados para que, de forma complementar, todos nós possamos entender o programa, na visão dos órgãos de controle, dos bancos executores dos projetos e também dos órgãos ambientais, para nortear os nossos trabalhos. E gostaria que os nossos convidados pudessem fazer suas explanações e, posteriormente, os debates, levando em conta as seguintes questões. Qual será o papel dos bancos oficiais, BB e BNDES, na nova configuração do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional? Como os bancos têm se estruturado para atender às demandas do plano? Qual a visão do TCU sobre a nova configuração do programa? As mudanças estão na direção correta em relação às recomendações do acórdão proferido sobre o PDAR? Que passos devem ser seguidos por prefeitos e governadores para a obtenção da licença ambiental de um sítio aeroportuário? Respondidas essas perguntas, tenho certeza de que poderemos entender o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, assim como avaliá-lo adequadamente, apresentando as sugestões de melhorias para que o cidadão brasileiro possa usufruir de uma aviação moderna e eficiente e, consequentemente, com custos justos.

Eu quero dizer que ontem falou comigo o Banco do Brasil, através do seu Gerente de Relações Institucionais, o Dr. Fernando Conde Medeiros, que veio pessoalmente justificar a ausência deles aqui. Eu faço questão de ler o ofício:

> Referimo-nos ao Ofício nº 114, de 2016, da CDR, de 24 de outubro de 2016, por meio do qual o banco é convidado a indicar representante para participar do debate e realizar exposição, junto com demais autoridades responsáveis, sobre o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional em 23 de novembro de 2016 [portanto, hoje], às 9h, em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2016, CDR, de autoria do Senador Wellington Fagundes.
>
> Em junho de 2013, o banco foi contratado como braço operacional da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, secretaria atualmente vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, para atuação no âmbito do Programa de Investimento em Logística: Aeroportos, lançado em dezembro de 2012. O gestor do referido programa é aquele Ministério, por meio da referida Secretaria de Aviação Civil, atuando o BB apenas na condição de mandatário da União e especificamente na gestão de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), e na realização de procedimentos licitatórios e gestão de contratos, conforme legislação vigente e condições firmadas no contrato em vigor.
>
> Ante o exposto, cabe destacar que a definição de estratégias de atuação e a divulgação de informações sobre o estágio de desenvolvimento dos projetos e dos investimentos estão centralizadas no gestor do programa, que conta com subsídios fornecidos pelo braço operacional contratado, neste caso o Banco do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

> Assim, informamos da impossibilidade da participação do banco no referido evento, e colocamo-nos à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.
>
> Respeitosamente,
>
> Fernando Conde Medeiros
>
> Gerência de Relações Institucionais do Banco do Brasil.

Aqui um outro ofício, do Ibama:

> De ordem, agradecemos o convite para participar da audiência pública que aconteceria no dia 23 de novembro de 2016, às 9h [só quero corrigir que está acontecendo], nesta comissão e, como já conversado por telefone, esclarecemos que o assunto a ser tratado foge à competência desta instituição.
>
> Portanto, solicitamos a exclusão na lista de convidados e nos colocamos à disposição para o que mais for necessário.
>
> Atenciosamente,
>
> Sueli Guimarães.

É da Aspar, Ibama, citando a SACDR – Secretaria de Apoio à CDR.

A Presidência vai encaminhar isso aqui ao Presidente Davi Alcolumbre para que, se entender, a Presidência tome qualquer outra providência.

No caso do Banco do Brasil, a justificativa principal é que, como eles são contratados, eles não têm como dar resposta diretamente, a não ser através do órgão que os contratou, que é, no caso, a Secretaria.

Eu particularmente não vejo dessa forma, porque trata-se de relações de instituições públicas. Isso aqui não é quebra de sigilo. O que queremos saber aqui é o que foi o serviço público, o que está sendo feito, inclusive quanto o programa já gastou com o próprio Banco do Brasil, quanto gastou em projetos, quanto gastou na consultoria. Eu gostaria, principalmente, de saber se o que foi gasto até agora seria suficiente já para ter feito algum aeroporto, porque o programa foi lançado para construir 270 aeroportos, num País em que se fala muito na escassez do recurso, na crise. E eu acredito que, menos do que falar na crise, temos que falar é num planejamento ideal de aplicação dos recursos.

Então, quando se lançam 270 aeroportos ao mesmo tempo... É claro que isso cria uma expectativa muito grande na população que está lá na ponta, sejam os prefeitos, sejam os vereadores, mas principalmente o cidadão. Quero repetir que, do meu ângulo de observação e de visão, um aeroporto, tendo uma pista – quando digo isso, é uma pista iluminada, às vezes, uma pista simples, não precisa ter nem terminal de recepção de passageiros – em que seja possível uma aeronave pousar com sinalização suficiente e arremeter, ou decolar, é o suficiente para salvar vidas, é o suficiente para poder integrar aquela comunidade em caso de necessidade de um sistema mais rápido, como é o caso da aviação civil.

Então, eu recebo aqui as ponderações do Banco do Brasil. Quero aqui registrar que foram muito educados ao tentar justificar, procurando-me pessoalmente, mas fica ainda aqui a indagação se não é papel do Banco do Brasil estar aqui. Eu entendo que é papel do Banco estar aqui para prestar contas do que foi gasto.

É claro que esse questionamento nós faremos à Secretaria. Mas eu acredito que o Banco do Brasil, com a sua experiência de estar tocando as licitações, já poderia contribuir dando sugestões sobre o que podemos fazer. Agora se fala de enxugamento. O Ministério dos Transportes está lá com uma equipe estudando quais aeroportos, estrategicamente, poderíamos lançar, o que acho correto. Em vez de falar em 270, vamos começar com dois, vamos começar com três, vamos começar com cinco, vamos começar com um volume para o qual tenhamos recursos de curto e médio prazo para executar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Bom, em relação ao Ibama, também não entendo. Ao contrário: acho que o Ibama poderia, aqui, nos ajudar muito a esclarecer as dificuldades, porque muitos estão dizendo que as exigências para se fazer um pequeno aeródromo são praticamente as mesmas que são feitas para as grandes. Há uma reclamação muito grande por parte dos pilotos e por parte das comunidades de que, para homologar uma pequena pista, usam-se os mesmos critérios e as mesmas dificuldades. E eu penso que, num país ainda em desenvolvimento e, no caso da Amazônia... Quanto ao meu Estado, quero repetir: 900 mil quilômetros quadrados, com uma população de 3,5 milhões de habitantes aproximadamente. Não há essa necessidade, e você até está sendo injusto com aquelas pessoas que foram para a Amazônia integrar a Amazônia, para não entregá-la, pessoas que estão lá e vão viver de forma isolada. Isso não é justo. E também quero dizer até para os índios. Muitas pessoas defendem: "Ah, os índios têm que ficar lá, isolados, não pode chegar uma estrada próxima..." Olha, o que eu sei é que, principalmente na Região Amazônica, em todo lugar no Estado de Mato Grosso, as reservas indígenas todas reclamam. Eles querem estrada, querem energia, querem escola, querem as condições de vida digna humana. E hoje é muito sabido que o vírus não tem uma barreira, para você dizer: "Não, aqui você não entra." As doenças chegam pelo ar. Então, não dá para você dizer que está protegendo os irmãos índios lá dentro de uma comunidade simplesmente porque não há estrada. Eles vão e vêm e necessitam mesmo da interação com o resto da comunidade.

Lá em Rondonópolis, inclusive, tivemos um caso muito grande de mortalidade infantil dos nossos índios bororos, que são os precursores. A cidade começou e eles já estavam ali. Estava havendo um problema de mortalidade infantil, e não foi preciso muito recurso, não: menos de trezentos reais. Conseguimos, furamos um poço artesiano e levamos energia monofásica. Com isso, chegaram a televisão, a geladeira, foi resolvido o problema da mortalidade infantil e melhorou a qualidade de vida da população como um todo. O professor passou a ter mais instrumentos, inclusive, para dar aula para os índios. E lá, hoje, nós já temos, inclusive, índios, irmãos, formados em universidade federal, ou seja, em curso superior.

Dito isso, eu quero aqui conceder, de imediato, a palavra ao Francisco Giusepe Donato Martins para fazer a sua exposição.

Mais uma vez, convido todos os que quiserem participar a fazê-lo através do Alô Senado. Vou aqui repetir os nossos meios: através do Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal, www.senado.leg.br, e também pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Com a palavra, então, o Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO GIUSEPE DONATO MARTINS – Inicialmente, bom dia a todos que estão presentes aqui na audiência pública.

Agradeço pelo convite feito ao Tribunal de Contas da União para contribuir com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Agradeço ao Presidente da Comissão, Senador Davi Alcolumbre, e, em especial, ao Senador Wellington Fagundes, que é o Relator da matéria.

Dado o tempo de que disponho, vou já partir para a apresentação, para a gente ganhar mais tempo para trocar algumas informações e contribuições sobre essa temática.

O tema diz respeito ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, e o tribunal tem a atribuição de fiscalizar esse programa.

Ao longo de 2014 e até o momento, 2016, o tribunal teve oportunidade de fazer três fiscalizações no âmbito desse programa.

A primeira fiscalização ocorreu em 2014. Foi uma auditora operacional que teve como objetivo examinar a atuação da então Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e do Banco do Brasil no planejamento e na execução do Programa de Investimentos em Logística, no que diz respeito aos aeroportos regionais. Essa auditoria já foi apreciada no âmbito do Tribunal de Contas da União, no Plenário, nos termos do Acórdão nº 3.484, em dezembro de 2014.

Ainda no ano de 2014, foi feita uma auditoria de conformidade, com o objetivo de auditar os projetos de arquitetura e engenharia destinados ao programa de fortalecimento da aviação regional. O Plenário do TCU deliberou nos termos do Acórdão nº 2.209, em setembro de 2015.

Em 2015 e 2016 foi feito o monitoramento do Acórdão nº 3.484, de 2014, com o objetivo de verificar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

medidas adotadas no âmbito da já extinta Secretaria de Aviação Civil da Presidente da República, com vista ao cumprimento do item 9.1 daquele acórdão. Já houve também deliberação, no âmbito do Plenário do TCU, nos termos do Acórdão nº 2.647, em outubro – ele é recente, foi agora em 19 de outubro de 2016.

Todas essas fiscalizações tiveram como Relatora a Ministra Ana Arraes.

Então, na primeira fiscalização, que teve como deliberação aquele Acórdão nº 3.484, de dezembro de 2014, o Programa de Aviação Regional tinha uma magnitude de 270 aeroportos e uma estimativa de recursos em torno de R$7,3 bilhões, distribuídos nas cinco regiões geográficas. O mapa mostra como estavam distribuídos esses 270 aeroportos e a estimativa de recursos para aquele conjunto de aeroportos em cada uma das regiões.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu já poderia fazer uma pergunta? Já havia um cronograma orçamentário para o desembolso desses R$7,3 bilhões? Como era o planejamento sob esse aspecto?

O SR. FRANCISCO GIUSEPE DONATO MARTINS – Nós não tínhamos esse cronograma ainda. Havia a dependência da Lei Orçamentária Anual. Quando fomos fazer o monitoramento desse acórdão, levamos em conta essa associação à Lei Orçamentária. Mais à frente vou mostrar como abordamos a questão e qual foi a determinação que o Tribunal de Contas da União emitiu relativamente a esse cronograma.

Esse mapa mostra os critérios de seleção que foram utilizados. São 270 aeroportos. Quais foram os critérios adotados na época para identificar esses 270 aeroportos? No âmbito da Secretaria de Aviação Civil, eles utilizaram os critérios de integração nacional, cobertura geográfica, critérios socioeconômicos e critérios turísticos. Então o mapa dá um panorama desses critérios em função de como aquele conjunto de aeroportos se distribui na área territorial do Brasil.

Feita a auditoria, quais foram as determinações que constaram do Acórdão nº 3.484, lá em dezembro de 2014? Foram ao todo sete determinações. Das sete, eu destaquei – está ali em vermelho – o que nós entendemos, já no monitoramento, que ainda precisava de algum ajuste.

No que diz respeito à fundamentação para a seleção das 270 localidades, no monitoramento nós vamos ver que ela já foi atendida. A questão da revisão qualitativa, que está ali em vermelho, continua pendente. Está na determinação do acórdão que foi emitido em 19 de outubro de 2016.

Os critérios para a priorização de investimentos estão associados à pergunta que o Senador Wellington Fagundes fez. Ainda há uma pendência. Então esses critérios voltaram a constar do acórdão que foi emitido agora, em outubro de 2016.

As atividades do comitê de monitoramento, em associação com o Banco do Brasil, já foram implementadas – nós as consideramos atendidas. O manual operacional já foi emitido no âmbito da Secretaria de Aviação Civil. O cronograma – respondo a essa pergunta que o Senador Wellington Fagundes fez – continua pendente, então ele passou a constar de uma nova determinação. E as medidas que devem ser adotadas para mitigar riscos associados a uma inexistência de plano diretor aeroportuário, de planos básicos de zona de proteção de aeródromos, bem como a operacionalização das desapropriações necessárias junto aos sítios aeroportuários – isso está associado a licenças ambientais.

Na sequência, ainda em 2014, nós fizemos uma fiscalização de conformidade no âmbito dos anteprojetos em que o Banco do Brasil constava como operador desse programa. A auditoria teve como escopo o que a gente caracterizou, dentro desse programa, como modelo M0 de terminais de passageiros, que tinham como tamanho 682 metros quadrados.

Existem quatro categorias de terminais de passageiros. A auditoria se ateve somente ao primeiro modelo, o modelo M0, que consta ali, com 682 metros quadrados, de forma a melhorar a estimativa de custos, que é uma coisa importante. Na verdade, o que está por trás é você ter uma alocação eficiente dos recursos. E, aí, a auditoria, por ser de conformidade, buscou otimizar a precificação do custo daquele modelo M0, que à época abrangia 83 aeroportos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Só uma pergunta.

O SR. FRANCISCO GIUSEPE DONATO MARTINS – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Essa auditoria, nessa linha que V. Sª está colocando, foi uma auditoria provocada pelo próprio órgão? Como foi a provocação da auditoria? É a rotina do próprio tribunal?

O SR. FRANCISCO GIUSEPE DONATO MARTINS – Foi uma fiscalização dentro das atribuições do tribunal, dentro dum planejamento de fiscalizações de obras públicas, que vem dentro daquele...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Então é uma iniciativa do próprio Tribunal de Contas, não é?

O SR. FRANCISCO GIUSEPE DONATO MARTINS – É uma iniciativa do tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – O.k.

O SR. FRANCISCO GIUSEPE DONATO MARTINS – Como já havia sido feita uma auditoria operacional, concomitantemente a gente também fez uma auditoria de conformidade, para trabalhar com a parte de precificação, especialmente desses terminais de passageiros com área construída de 682 metros quadrados.

Bom, o Banco do Brasil, como operador do programa... À época, ainda estava na fase de anteprojetos – e eu acredito que ainda continue nessa fase de contratação, de busca de contratação desses anteprojetos... Ele utiliza uma tecnologia chamada BIM – sigla em inglês que, em português, significa uma modelagem de informações da construção –, a partir de um anteprojeto fornecido pelo próprio Banco do Brasil. Daí a auditoria ter sido focada em cima desses TPs, que é a sigla para Terminais de Passageiros, no modelo M0. Como os anteprojetos já estavam um pouco mais avançados, o tribunal tinha condições de auditar.

Bom, o resultado dessa auditoria. Em síntese, foi a determinação ao Banco do Brasil, como operador do programa, de, previamente, com a utilização dos projetos padrão do tipo M0 nas licitações do programa, efetuar as correções das planilhas orçamentárias – houve uma redução relevante do custo operacional, do custo de construção desses TPs – e corrigir a modelagem, em função das informações que são *output* para os *softwares* que permitem rodar essa modelagem. Além disso, corrigir, nas outras modelagens – estou falando dos projetos M1, M2 e M3, que já têm uma área construída maior –, as incorreções indicadas pelo TCU, que constam do relatório, que eventualmente sejam reproduzidos naqueles modelos.

Bom, seguindo, a gente entra no monitoramento do Acórdão 3.484, em que constavam sete determinações. Como eu já tinha adiantado, quatro delas já foram consideradas implementadas, ficando pendente a questão da revisão qualitativa dos estudos – principalmente essa, porque ela tem um impacto no que diz respeito ao custo operacional dos aeroportos.

Em função disso, o Tribunal de Contas da União emitiu as seguintes determinações, já, ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil no que se refere ao Plano de Aviação Regional: proceder à revisão qualitativa da projeção de demanda dos aeródromos das futuras localidades a serem priorizadas no Plano de Aviação Regional considerando, entre outros aspectos, características socioeconômicas agregadas da região aeroviária que abrange os respectivos aeródromos, em especial os que tenham características de polos regionais, variáveis de impedâncias que podem impactar o fluxo de transporte aéreo de pessoas e bens e a rede de transporte aéreo, de modo a observar os objetivos do item 2.5 e as ações do item 3.5, ambos do Decreto 6.780, de 2009, que tratam do desenvolvimento da aviação civil. Foi estabelecido um prazo de 90 dias. E lembro que o acórdão é de 19 de outubro de 2016. Então, o Ministério dos Transportes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO GIUSEPE DONATO MARTINS – ... ainda está dentro do prazo para atender essas determinações.

A segunda determinação diz respeito aos critérios de priorização de investimentos, devendo ser considerados em todos os aspectos o custo das intervenções de engenharia – lembro que nós já fizemos aquela auditoria de conformidade –; a sustentabilidade operacional – tem que haver sustentabilidade no longo prazo –; a integração da aviação civil com os destinos turísticos e o comércio; a cobertura da população dos Municípios da Amazônia Legal – existe uma legislação que trata da Amazônia Legal, isso precisa ser levado em conta na hora de priorizar os investimentos –; as impedâncias com potencial impactante sobre o fluxo de transporte aéreo de pessoas e bens e a rede de transporte aéreo – também associados às diretrizes, objetivos e ações que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dizem respeito ao Decreto 6.780/2009, também com prazo de 90 para atendimento.

Também se determinou que o Ministério dos Transportes deve apresentar – como o Senador Wellington Fagundes tinha me questionado – ao Tribunal de Contas da União o cronograma de implementação do plano em até 60 dias após a aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2017. Então, como havia uma associação a esse fluxo orçamentário no âmbito da unidade técnica, nós associamos a representação, o cronograma, a essa aprovação da lei, e fixamos um prazo de 60 dias.

Tendo em vista que o acórdão é do dia 19 de outubro, o prazo ainda está correndo. O Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil ainda tem outubro e novembro; o prazo vai expirar ao final do mês de dezembro, talvez no início do mês de janeiro, em função da cientificação do recebimento dessa determinação pelo Ministério dos Transportes. Então, todos esses prazos que foram estabelecidos, nessas três determinações, são prazos que ainda estão transcorrendo.

O que virá *a posteriori*? O tribunal voltará de novo a fiscalizar, já em função dessas novas determinações, para ver quais foram as implementações no âmbito do órgão setorial – no caso, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Aqui eu encerro a apresentação.

Agradeço de novo pela oportunidade de contribuir com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em nome do Presidente da Comissão, Senador Davi Alcolumbre, e do Senador Wellington Fagundes, que é o Relator dessa temática.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos imediatamente passar a palavra ao Chefe do Departamento de Desestatização do BNDES, Dr. Fernando Tavares Camacho.

Agradecemos, especialmente, ao Francisco.

O SR. FERNANDO TAVARES CAMACHO – Bom, em primeiro lugar eu queria agradecer aqui pelo convite feito ao banco para participar desta audiência, para tratar da temática da aviação regional, que é tão importante. Quero agradecer ao Senador Wellington Fagundes.

Eu trabalho na área de desestatização do BNDES, que é uma área responsável por assessorar governos, na esfera federal, estadual e municipal, na preparação e estruturação de projetos de infraestrutura que serão modelados via PPP ou concessão comum.

Minha apresentação tem quatro partes: primeiramente vou falar brevemente do histórico de atuação do BNDES no setor aeroportuário, no planejamento e estruturação de projetos; depois vou falar um pouco sobre a lógica do setor aeroportuário brasileiro; vou descrever três modelos para a execução de investimentos em aeroportos regionais; e, por fim, vou falar um pouco do processo de análise do financiamento para esse tipo de ativo.

O BNDES tem tido uma atuação relevante apoiando o Governo Federal no setor aeroportuário. Nós começamos, em 2009, financiando o estudo da McKinsey, que fez uma análise bem profunda sobre aspectos institucionais, regulatórios, gargalos em infraestrutura. Esse foi um dos insumos que foi utilizado pelo Governo para o desenho do novo setor aeroportuário brasileiro e também para o programa de concessões.

Em 2011, nós recebemos um mandado para estruturar a primeira concessão aeroportuária, o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, em Natal. Nós apoiamos e nós contratamos os consultores que fizeram o processo. Nós coordenamos isso juntamente com a Anac. Posteriormente, em 2012 e 2013, nós participamos do grupo de trabalho que estruturou os aeroportos da segunda e da terceira rodadas de concessões aeroportuárias: Guarulhos, Viracopos, Brasília, Galeão e Confins.

O modelo do setor aeroportuário brasileiro foi desenhado para ser autossustentável, não depender de subsídios externos. Então, basicamente, o Fundo Nacional de Aviação Civil foi criado e, hoje, ele recebe recursos financeiros, outorgas vindas das concessões dos aeroportos de grande porte. Esses recursos, então, teriam a finalidade de subsidiar e de sustentar o restante da rede de aeroportos regionais, que são fundamentais para o funcionamento da malha aeroportuária. Esses aeroportos têm um papel fundamental, alimentam os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

aeroportos de grande porte.

No nosso entendimento, existem três modelos possíveis para viabilizar investimentos em aeroportos regionais. O primeiro modelo, que é o que tem sido implementado atualmente, é basicamente a utilização de contratação tradicional de obra pública, para investimentos em aeroportos, seja em pistas, pátios ou terminais, utilizando recursos do FNAC. Um segundo modelo poderia ser a utilização de parcerias público-privadas, também utilizando recursos do FNAC. Um terceiro modelo – e aí prescindiria de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil – seria a concessão, em lotes, de aeroportos de grande porte em conjunto com aeroportos regionais.

No primeiro modelo, os recursos do FNAC são utilizados justamente para investimento, tanto no lado ar quanto no lado terra do aeroporto. Os pontos de atenção com relação a esse modelo são, primeiro, que ele apresenta limitações quanto à efetiva capacidade de utilização dos recursos do FNAC e, segundo, que esse modelo equaciona a questão de investimento na estrutura aeroportuária, mas ele não contempla também a operação dos aeroportos.

No segundo modelo, o modelo de parcerias público-privadas, os recursos do FNAC poderiam ser utilizados, por exemplo, para pagamento de aportes a PPPs ou até mesmo a pagamentos de contraprestações. Então, nesse modelo, o privado seria responsável pelo investimento e pela operação do aeroporto – essas duas etapas estariam contempladas dentro do mesmo modelo jurídico. Um ponto de atenção é que, nesse modelo, também seria necessária a utilização de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil, dado que estruturar PPPs não é uma tarefa fácil. Existe um custo de transação elevado para você estruturar vários contratos de PPPs de forma simultânea.

Agora, um terceiro modelo que também parece interessante é o modelo que prescinde da utilização de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil. Basicamente, nós poderíamos ter uma concessão em lotes, utilizando um aeroporto âncora, um aeroporto de grande porte, em conjunto com aeroportos menores, aeroportos regionais. Por exemplo, poderia ser feita a licitação de um aeroporto como o de Cuiabá, e outros aeroportos regionais serviriam como alimentadores desse aeroporto. Essa poderia ser uma forma de você viabilizar investimentos em aeroportos regionais sem a utilização de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil.

Existem outros dois pontos que também podem ser importantes para incentivar e viabilizar investimentos em aeroportos regionais. O primeiro é você fazer, por exemplo, uma concessão em apenas uma parte do sítio aeroportuário. Por exemplo, no lado terra: o concessionário poderia ser responsável por obras no terminal, pela operação no terminal – enquanto isso, o lado ar ficaria a cargo do Poder Público. É preciso também trabalhar em alterações regulatórias que poderiam minimizar o custo de operação desses aeroportos – por exemplo, padrões de qualidade específicos para aeroportos de menor porte, redução de custos como combate a incêndio, que poderiam ajudar na viabilização de investimentos com participação privada.

Com relação ao processo de análise de financiamento do BNDES, já foram divulgadas, recentemente, condições de financiamento para aeroportos que foram incluídos no PPI – os quatro aeroportos: Fortaleza, Salvador, Porto Alegre e Florianópolis. Essas condições podem ser utilizadas como referência para aeroportos regionais.

Basicamente, nós temos três etapas para a concessão do financiamento pelo banco. Há uma etapa de enquadramento, em que é feita uma análise cadastral e *rating* dos acionistas. Na segunda etapa, a análise de aprovação, é feita toda a parte de *due dilligences* para Capex, receita; definição da alavancagem do projeto; o *rating* do projeto; negociação de garantias e de minutas contratuais; e a questão do licenciamento ambiental. E há a etapa final de contratação e desembolso, nas qual é feita a constituição de garantias, o cumprimento das condições prévias e a comprovação físico-financeira.

As condições que foram anunciadas para esses quatro aeroportos: participação máxima do BNDES em TJLP de 40%; exigência de um *equity* mínimo, por parte dos acionistas, de 20%, que pode ser feito via apoio direto ou indireto; Sistema de Amortização Constante (SAC) com prazo máximo de 15 anos; e, se houver debêntures, no caso de aeroportos de grande porte, o BNDES pode subscrever até 50% do total emitido. Maiores detalhes dessas condições podem ser acessados facilmente pelo *site* do BNDES.

É basicamente isso que eu queria falar hoje.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Queremos saber se alguém da plateia gostaria de fazer alguma pergunta.

A Consultoria?

Bem, algo que foi muito questionado, principalmente no Mato Grosso, foi a possibilidade da concessão dos aeroportos de Cuiabá. Depois surgiu a ideia de fazer um pacote com a concessão dos aeroportos de Cuiabá, Rondonópolis, Barra do Garças e Sinop – talvez ainda incluindo Alta Floresta. Eu gostaria de saber, também do ponto de vista do Tribunal de Contas da União, se isso foi levado em consideração em estudo, qual a viabilidade de se fazer um pacote, se seria melhor, quais os benefícios e malefícios não só para a licitação ter resultado, mas para o funcionamento em si dos próprios aeroportos e consequente atendimento à população.

É sabido que o Governo tem lançado algumas licitações que a gente diz que dá... Temos hoje um problema sério com as concessões brasileiras que foram feitas, principalmente dos aeroportos de grande porte: praticamente todas estão com problema em relação ao desembolso. Além dos aeroportos, há o caso das estradas também. Todas as concessionárias de estradas hoje com quem temos conversado estão com problemas.

No caso do Mato Grosso, temos um problema mais preocupante. Foi feita uma concessão do trecho da divisa do Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop, uma concessão em que a obra é híbrida, parte do trecho é feita pelo Governo Federal, parte do trecho é feita diretamente pela concessionária. E o BNDES tem se manifestado no sentido de que o empréstimo está suspenso – lá foi feito um empréstimo-ponte. O pedágio já está implantado, já se está cobrando pedágio. A estrada melhorou? Melhorou muito, mas há expectativa em torno das obras em trechos como Cuiabá-Rosário, que também ficou sob a responsabilidade da concessionária: não há obra nenhuma, e é um dos trechos mais complexos da estrada.

No trecho entre Rondonópolis e Cuiabá, que é também o trecho de mais acidentes frontais do Brasil, o DNIT está trabalhando sem atrasos de pagamento. As empresas tiveram problema no primeiro trecho, já foi substituída a construtora também no terceiro trecho, e há uma expectativa de que continue agora em ritmo pelo menos razoável.

No Mato Grosso e na Região Amazônica, é importante dizer, quando você paralisa uma obra por um mês ou dois meses na estiagem, isso pode representar um ano porque até retomar... As chuvas são intensas por praticamente seis meses, e depois são seis meses sem chuvas. É claro que estamos tratando especificamente de aeroportos. Para o BNDES e o Tribunal de Contas... Estamos falando de concessões. Vocês podem fazer alguma consideração também porque vejo isso como muito importante.

No caso da concessão da rodovia BR-163, em Mato Grosso, foi feito só empréstimo-ponte e está sendo cobrado o pedágio. Aquela estrada tem um volume de caminhões tão grande que dizemos ser um trem de pneus. O volume de caminhões, bitrens e treminhões naquela estrada é muito grande, chega a ser um absurdo. Se tivermos uma fiscalização lá hoje... Daqui a três meses a realidade da estrada é completamente diferente. Ela simplesmente se debulha, se desmancha igual a Sonrisal, dado o grande tráfego. É uma estrada que comemorou agora 40 anos. Há 40 anos, a tecnologia eram os caminhões toco; depois, vieram os trucados, mas de 15 toneladas, 17 toneladas. Hoje, já pegamos na Serra de São Vicente um caminhão com 60 toneladas de carga. Como lá é muito quente, eles aumentam a calibragem do pneu, o que funciona como uma navalha no asfalto.

Então, eu gostaria de saber dos dois palestrantes qual é a posição, porque, segundo informações que tivemos no próprio BNDES, onde tive audiência, o banco não liberará recurso nenhum enquanto não resolver. E já estão vencendo os recursos do empréstimo-ponte. Aí, o que acontece? O dinheiro que está entrando para a manutenção da estrada tem de ser drenado para o pagamento do juro. Daqui a pouco, nem a manutenção poderá ser feita. Como o povo vai pagar?

Já aconteceu lá uma ação do Ministério Público suspendendo; depois, acho que, por bom senso, à época, a Justiça resolveu que não deveria fazer a suspensão, até porque existe uma aprovação por parte da população, pois o volume de mortes naquela estrada é muito grande. A população prefere pagar o pedágio, desde que seja justo, para ter a manutenção, a assistência ao usuário, que também é muito importante.

Quando se fala em concessão, não é só melhorar a estrada, não é só dar trafegabilidade, mas principalmente proporcionar assistência aos usuários, tanto que a mulher entra em trabalho de parto e prefere ir para a rodovia para que a concessionária dê assistência ideal a ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu gostaria que fossem feitas essas considerações, claro, voltadas aos aeroportos. E, no caso lá, também, pela opinião da imprensa, pela opinião de pesquisas que já fizemos, a população é favorável, sim, à concessão. Agora, quanto à forma da concessão é que não temos ainda uma posição.

O aeroporto de Várzea Grande – que é o segundo maior aeroporto do Brasil em área, são 720ha no centro da cidade de Várzea Grande, bem próximo ao centro de Cuiabá – vem se arrastando em obras há mais de 15 anos, e falta muito pouco. Há poucos dias, tivemos uma reunião com a Infraero, com toda diretoria da Infraero, esteve presente também o representante do Governo do Estado e a própria empresa. E felizmente conseguiu-se chegar a um bom termo. Parece que faltam 15%, mas já estão comprados os equipamentos de ar-condicionado, do forro – como é muito quente, também temos esse problema, e isso tem levado o nosso aeroporto a ter a pior nota do Brasil, sendo que falta muito pouco para sua conclusão.

E nós trabalhamos muito isso no passado, para fazer um convênio com o Governo do Estado. Foi feito um convênio em função da Copa do Mundo, e infelizmente a obra está se arrastando há muito tempo. Isso sem falar do VLT, que seria importante para integrar o aeroporto com todo resto da cidade de Cuiabá e Várzea Grande, porque também é outra obra parada.

Inclusive, hoje nós vamos ter uma reunião aqui da Comissão Especial das Obras Inacabadas no Brasil, e com certeza o BNDES financiou muitas delas. Também o Tribunal de Contas tem o compromisso de estar conosco, fiscalizando, mas esse é outro tema.

Pode ser o BNDES primeiro?

O SR. FERNANDO TAVARES CAMACHO – Posso falar primeiro.

Obrigado, Senador, pelas considerações.

O Senador levantou um ponto muito interessante de modelagem de concessão aeroportuária, em que poderíamos ter um aeroporto âncora, de maior porte, em combinação com aeroportos menores. E o senhor mencionou o aeroporto de Rondonópolis, Sinop, aeroportos alimentadores do aeroporto de Cuiabá. Essa é uma modelagem possível. Eu acho que é plenamente possível viabilizarmos modelo de concessão em lote e começar a pensar não apenas em aeroportos de forma isolada, mas começar a pensar em uma malha aeroportuária que seja autossustentável. Esse é um modelo bem interessante. Acho que poderia, sim, ser viável, em modelos de concessão comuns, ter aeroportos âncoras com aeroportos menores.

Com relação ao projeto de rodovias de Mato Grosso, a diretoria do BNDES tem as mesmas preocupações que o senhor levantou e está empenhada em resolver essa questão, como outras, no programa de concessões que já foi licitado. E há um grupo de trabalho interno do BNDES trabalhando firmemente nessa questão. (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Com relação ao BNDES, em relação a esse financiamento, eu gostaria que o senhor pudesse repetir.

O SR. FERNANDO TAVARES CAMACHO – Eu não tenho dados específicos sobre o projeto, porque o setor de rodovias não está na minha alçada no banco, mas existe um grupo de trabalho interno no banco trabalhando nessas questões das concessões que já foram licitadas. As suas preocupações são totalmente pertinentes, são as mesmas do banco, e estamos trabalhando firmemente para resolvê-las.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – No caso específico de Mato Grosso, existe um financiamento pelo BNDES, no programa que foi chamado de Prodetur, para o Governo do Estado de Mato Grosso, contraído ainda no governo anterior, para a melhoria da infraestrutura turística do Estado. Dentre as obras, há centros de convenções, e muitas delas são também melhoria de aeroportos – no caso, o financiamento do aeroporto de Rondonópolis, Tangará da Serra, Matupá, enfim, alguns aeroportos que têm o investimento.

No caso de Rondonópolis, a obra está sendo tocada já com recurso do financiamento do BNDES, de responsabilidade do Governo do Estado.

V. Sª tem informações agora?

O SR. FERNANDO TAVARES CAMACHO – Sobre essas obras públicas que estão acontecendo nos ae-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

roportos, não; mas isso até ajuda no argumento de você fazer uma concessão posterior, dado que já vai haver vários investimentos sendo realizados na modelagem de obra pública. Então, para viabilizar isso via concessão comum vai ser mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Então, esta Presidência gostaria de requerer aqui ao BNDES as informações sobre o programa de financiamento dessa área de turismo ao Governo do Estado de Mato Grosso, para saber quais aeroportos já receberam recursos ou estão recebendo recursos, e como está, em que nível está a construção.

Houve lá, inclusive, um questionamento por parte do TCU, porque, na verdade, a obra foi licitada com uma fonte de recurso. E esse programa, por meio do Banco do Brasil, é outra fonte de recurso. Então, nós gostaríamos de fazer o questionamento exatamente para uma coisa não atrapalhar a outra. Se há essas fontes, essas fontes poderão casar perfeitamente? Porque, no caso, o aeroporto de Rondonópolis é o segundo do Estado, Sinop parece que também está nessas condições, Alta Floresta...

Eu gostaria de informações tanto por parte do TCU como por parte do BNDES sobre a linha de crédito com que o BNDES está financiando o Governo nessa linha de fomento ao turismo, mas, claro, mais especificamente sobre a questão dos aeroportos.

O TCU também, podendo levantar, eu gostaria, porque eu sei que tivemos lá algumas obras que foram suspensas... E até que ponto depois nós poderemos, vamos dizer, encaixar uma coisa com a outra e não atrapalhar. E se temos que fazer alguma coisa preventivamente, para não dizermos que agora está é sobrando recurso e um impedindo o outro, porque já há uma obra em andamento em alguns aeroportos lá.

Mais alguma consideração?

Pois não.

O SR. FRANCISCO GIUSEPE DONATO MARTINS – Dentre os questionamentos que o Senador Wellington Fagundes apresentou, trato primeiramente da questão da modelagem. Você ter um aeroporto – especificamente o de Cuiabá, que é tido como um aeroporto sistêmico – dentro desse programa de aviação regional... Ele inclui também os aeroportos das capitais. Eles estão ali dentro como aeroportos sistêmicos. O de Cuiabá é tido como um aeroporto sistêmico.

Os aeroportos que o Senador mencionou, especificamente Sinop, Barra do Garças e Rondonópolis, são aeroportos regionais. Eles têm essa característica dentro desse programa. São aeroportos de importância para a região.

Hoje nós temos seis concessões já com contrato assinado, quatro em andamento. Elas trazem um estudo de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental. Isso é encaminhado ao TCU com uma modelagem financeira, em regra uma modelagem que passa pelo BNDES – o BNDES tem auxiliado nessa modelagem financeira como gestor, já por conta dessa lei de desestatização, a Lei 9.491, de 97, onde está estabelecido o BNDES como gestor.

Esses estudos de viabilidade apresentam uma concessão onerosa onde se tem como resposta do estudo um valor de outorga, um valor mínimo da concessão, que é o valor que vai ser fixado no edital de licitação – foi assim para os seis aeroportos já concedidos, vai ser assim para os quatro aeroportos que estão em andamento.

De forma que a modelagem financeira... Teria que fazer a modelagem, onde você teria esse aeroporto sistêmico que é Cuiabá. Ele ainda está em gestação, não foi apresentado nenhum estudo de viabilidade ao TCU referente ao aeroporto de Cuiabá, ainda não foi decidido qual o modelo que vai ser adotado, se vai ser um modelo pontual de concessão somente do aeroporto de Cuiabá ou um modelo que abranja outros aeroportos tendo Cuiabá como centro.

Não vejo problema em relação a esse tipo de modelagem. O que se busca na modelagem financeira é viabilizar a concessão daquela infraestrutura aeroportuária, não necessariamente de um único aeroporto – eu posso ter o aeroporto, os acessos ao aeroporto, eu posso ter outros aeroportos dentro da modelagem, desde que seja viável. Então, a modelagem é que vai dizer – ali são variáveis de receitas, de despesas, investimentos que têm ali dentro que você pode utilizar. Em vez de se receber o valor de outorga – assim foi feito até então – como um fluxo, garantir um fluxo financeiro para o Fundo Nacional de Aviação Civil, o FNAC... Por isso aquele valor que foi apresentado, de R$7,3 bilhões, ele vem do fundo – à época era o que se tinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Só que, com o tempo, isso mudou. Você tem ali o adicional de taxa, o ATA Aéreo. A legislação nova mudou essa destinação, o ATA Aéreo passou a ser uma receita da concessão para os aeroportos a serem concedidos. Enfim, houve uma mudança no tempo que possibilita, então... Daria o maior corpo, daria uma receita garantida para viabilizar essa modelagem.

Eu não vejo – é uma opinião pessoal – problema em ter outros aeroportos, de menor porte, atrelados a um aeroporto sistêmico, no caso específico de Mato Grosso, Cuiabá. Quais os aeroportos? Sinope, Barra do Garças, Rondonópolis, Alta Floresta... Essa modelagem ainda não foi apresentada. É viável? Só fazendo a análise. Os acessos podem também ser incluídos.

É importante falar sobre isso porque os modelos que estão agora em andamento – estou falando de Fortaleza, Salvador, Florianópolis, Porto Alegre – já incluíram nos estudos, já foram incluídas nessa modelagem, outras despesas, e foram colocadas sob a responsabilidade do futuro concessionário – desocupações, PDV de empregados da Infraero.

De onde saiu esse recurso? Do valor de outorga. Então, você reduz o valor de outorga, o valor mínimo, para poder abarcar outras despesas. Fica difícil garantir o fluxo em termo de Orçamento Geral da União. Então, já que há essa concessão, há essa possibilidade, uma possibilidade legal, você consegue atribuir, dentro da viabilidade da concessão, outras despesas que têm a garantia do fluxo financeiro.

Então, voltando, em síntese, à modelagem de um aeroporto como o de Cuiabá sendo o centro da concessão, absorvendo outros aeroportos de menor porte: não haveria problema nenhum, desde que haja a garantia, dentro da modelagem financeira, de viabilizar no longo prazo, já que nós estamos falando de contratos de longo prazo – contratos de de 25 anos, 30 anos. É possível? É possível. A modelagem é que vai dar essa calibragem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom, então, fica aí, mais uma vez, a cobrança por parte da Comissão desse posicionamento, tanto do BNDES como do Tribunal de Contas.

Nada mais havendo a tratar...

Alguma pergunta?

Lá há alguém querendo fazer uma pergunta.

O SR. RODRIGO NOVAES – Bom dia. Meu nome é...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Por favor, fale o nome.

O SR. RODRIGO NOVAES – Meu nome é Rodrigo Novaes, eu sou Consultor Legislativo da área de transportes aqui do Senado Federal.

Eu queria fazer uma pergunta, mais especificamente para o representante do TCU, que é a seguinte. Houve uma grande mudança no Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, que agora está muito mais focado nos aeroportos que darão retorno mais imediato, pelo que eu tenho visto. Como o TCU enxerga essa mudança e como o TCU enxerga a possível convivência de aeroportos que fazem sentido econômico, do ponto de vista do turismo ou do desenvolvimento regional, com outros aeroportos que a gente sabe que não terão no médio ou longo prazo esse tipo de viabilidade, mas que têm uma importância estratégica, seja para a integração nacional, seja para a defesa nacional, como o Senador lembrou, de ocupação da Amazônia, ou até mesmo para podermos tirar uma pessoa, por exemplo, com uma doença grave de Alta Floresta e fazer com que ela seja atendida no Hospital de Base de Brasília? Isso é o que costuma acontecer. A gente sabe, as pessoas vêm de toda a Região Amazônica, de toda a Região Norte, para serem atendidas aqui em Brasília, num hospital aqui da Capital. E isso tem que acontecer num tempo razoável. Muitas vezes esse tipo de consideração passa... Esse tipo de valor não tem como você incluir numa consideração puramente financeira, de retorno de investimentos, sejam públicos ou privados. Como o TCU lida com esses outros valores que devem, a meu ver, estar contemplados num programa dessa natureza?

Obrigado.

O SR. FRANCISCO GIUSEPE DONATO MARTINS – Obrigado.

Sr. Rodrigo, o Tribunal de Contas da União atua em função de decisões, de atos que são emitidos pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

órgãos setoriais, o tribunal não faz a política. A forma como ela vai ser implementada... Ele tem atuado *a posteriori,* seja auditando, fiscalizando os ministérios, seja fiscalizando as agências reguladoras. A gente não opina sobre como se deve fazer, como se deve implementar a política pública. O Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional é uma política pública. Então a gente atuou até então, como eu mostrei, em cima do que estava posto: das legislações vigentes e dos atos que foram emitidos pelos órgãos setoriais, pelas agências reguladoras.

Tento responder a sua pergunta – como o TCU vê? Hoje nós temos um programa posto, foi feita uma auditoria operacional, uma auditoria de conformidade e o monitoramento. Uma das determinações que constam do Acórdão 2.657, de 2016, que é de 19 de outubro deste ano, é exatamente a adoção, agora pelo Ministério de Transportes, Portos e Aviação Civil, dos critérios de priorização de investimentos. O TCU não tem como dizer quais serão os critérios, mas a gente lá, a unidade técnica, sugeriu, e o Plenário do TCU acatou, que o Ministério adote. Ele vai adotar esses critérios, e nós vamos ter que fiscalizar *a posteriori*. Foram colocados os prazos.

Quais serão esses critérios? O investimento tem uma lógica financeira. Existe um custo, nós temos que atender à população, isso é fato. Como o Ministério vai implementar esses investimentos, eu acho que a gente só vai conseguir... Eu penso que, dado o prazo que foi colocado, o Ministério tem esse prazo correndo para apresentar ao Tribunal de Contas da União como ele vai fazer isso.

Seria preciso fazer agora uma fiscalização em cima desses critérios, em cima desse cronograma, para verificar se ele vai atender. Então, a pergunta que o senhor fez, Rodrigo, depende de se ter uma fiscalização relativa às determinações que estão colocadas pelo Plenário do TCU no Acórdão 2.657, de 2016.

Nós precisamos saber quais são esses critérios. Depende de um fluxo financeiro, que sairia da AGU ou do próprio FNAC, mas eu preciso ter esses critérios estabelecidos, preciso saber quais serão esses critérios que vão direcionar... Porque nós estamos falando de alocar eficientemente o recurso financeiro. O tribunal se preocupou com isso na hora em que ele estabeleceu essas determinações. O que eu poderia lhe dizer era isso. Por trás dessas determinações há isso: como é que o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil vai implementar essa priorização de investimentos? É isso que está por trás dessas determinações.

Espero ter atendido a contento o seu questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Mais alguma pergunta? (*Pausa.*)

Não havendo mais nada a tratar, vamos encerrar a reunião agradecendo a presença aqui do Dr. Francisco Giusepe e também do Fernando Tavares, em nome do BNDES e do TCU, e também dos consultores e de todos aqueles que se fizeram presentes.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRINTA DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta de novembro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores, José Pimentel, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Wellington Fagundes, Fátima Bezerra, Ronaldo Caiado, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Rocha, Humberto Costa, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, Davi Alcolumbre, Deca, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é dividida em duas partes: a primeira, destinada à realização de audiência pública em atendimento aos Requerimentos nº 40, 43/2015-CDR e 12/2016-CDR, de autoria da Senadora Simone Tebet e do Senador Wellington Fagundes, para debater o Plano Nacional de Fronteiras e os programas e políticas públicas a ele relacionados. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Bolívar Pêgo Filho, Técnico de planejamento e pesquisa/IPEA; Edvaldo Pereira Fortunato, Coordenador de monitoramento estratégico de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Cidadania; e Fábio Ricas Araújo, Coordenador-Administrativo do grupo Especial de Fronteiras/GEFRON do Estado do Mato Grosso. A Senadora Simone Tebet passa a presidência para o Senador Wellington Fagundes às dez horas e quarenta e três minutos. *Às onze horas e um minuto*, por requerimento da Senadora Simone Tebet, aprovado pelo colegiado, a primeira parte da reunião é suspensa, dando início à segunda parte da reunião. Novamente por requerimento da Senadora Simone Tebet, aprovado pelo colegiado, é invertida a pauta para apreciação do item 06: ITEM 06 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, de 2016 - Não Terminativo – "Altera os §§ 3º e 4 do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estender o prazo exigido para a apresentação dos Planos de Mobilidade Urbana". Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Senador Gladson Cameli (Substituído por Ad hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação da Matéria. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao Projeto, passando a constituir parecer da CDR. Foi apresentado, pela Senadora Simone Tebet, minuta de requerimento de urgência para a matéria, tendo sua inclusão extra-pauta deferida pelo colegiado: EXTRA-PAUTA ITEM 13 - MINUTA DE REQUERIMENTO Nº, DE 2016 - "Nos termos do disposto no artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2016". Autoria: Senadora Simone Tebet. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para o Plenário do Senado Federal. ITEM 01 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 13 de 2016 - "Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de uma série de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para debater o Programa Mais Médicos e o Projeto Mais Médicos para o Brasil. Por oportuno, sugiro que cada audiência seja organizada para contemplar um aspecto do tema e que sejam convidados a expor seus pontos de vista sobre o assunto representantes de órgãos e entidades escolhidos em função dos diferentes enfoques a serem abordados". Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 02 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 19 de 2016 – "Nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito aditamento ao Requerimento nº 13, de 2016, que trata da realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para debater o Programa Mais Médicos e o Projeto Mais Médicos para o Brasil, visando a inclusão, como convidado, de representante da Federação Médica Brasileira, para debater sobre "Questões Trabalhistas do Projeto Mais Médicos para o Brasil, Precarização do Trabalho Médico no Sistema Único de Saúde e Perspectivas de Criação da Carreira de Médico de Estado" (tema já especificado no requerimento principal)". Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 03 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 20 de 2016 – "Nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito aditamento ao Requerimento nº 13, de 2016, que trata da realização de audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para debater o Programa Mais Médicos e o Projeto Mais Médicos para o Brasil, visando a inclusão, como convidado, do Sr. Otto Fernando Baptista, Presidente da Federação Nacional dos Médicos - FENAM, para debater sobre "Questões Trabalhistas do Projeto Mais Médicos para o Brasil, Precarização do Trabalho Médico no Sistema Único de Saúde e Perspectivas de Criação da Carreira de Médico de Estado" (tema já especificado no requerimento principal). Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 04 - OFICIO "S" Nº 84, de 2015 - Não Terminativo – "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 4º, o relatório de atividades e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao Exercício de 2014". Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Adiado. ITEM 05 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, de 2015 - Não Terminativo – "Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental". Autoria: Deputado Weliton Prado. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra Relatório: Pela aprovação do Relatório com 4 emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 07 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - Altera as Leis nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para apoiar o desenvolvimento do agroextrativismo". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela rejeição da matéria e pela prejudicialidade das emendas nº 1 - CMA, nº 2 - CMA e nº 3 - CMA. Resultado: Adiado. ITEM 08 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, de 2014 - Não Terminativo – "Altera as Leis nº 9.718, de 27 de novembro de 1998; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins as receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, de saneamento básico, e de fornecimento de energia elétrica a consumidores localizados em Município com índice de desenvolvimento humano igual ou inferior a oitenta por cento do índice médio brasileiro". Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação da Matéria. Resultado: Adiado. ITEM 09 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 – Não Terminativo – "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação da Matéria. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012 - Terminativo – "Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses". Autoria: Senador Lauro Antonio. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos". Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo – "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal". Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Às onze horas e vinte e nove minutos é encerrada a segunda parte da reunião e reiniciada a primeira parte da reunião. Usam da palavra a Senadora Simone Tebet e o Senador João Alberto Souza. Antes de encerrar a reunião, o Presidente propõe a dispensa da leitura das Atas da 19ª e 20ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura.

Nós gostaríamos de dizer que a Comissão recebeu convite da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara de Deputados para participar do seminário "Impactos da proposta de reforma do PIS/Cofins sobre os setores de serviços". Essa audiência vai ser realizada no dia 6 de dezembro, lá na Comissão.

Conforme pauta já distribuída, a presente reunião extraordinária tem como primeiro item, primeira parte, o debate do Plano Nacional de Fronteiras e os programas e políticas públicos a ele relacionados. A segunda parte, de aprovação, votação e discussão de proposições.

Passo, portanto, a essa audiência pública, que, gostaria de dizer, foi proposta por mim em coautoria com o Senador Wellington Fagundes, que já está chegando. Ele já está na Casa e já está vindo a esta Comissão.

Já se encontram presentes os nossos convidados, a quem eu dou as boas-vindas e agradeço. Gostaria que pudessem se somar a mim tomando assento à mesa os seguintes convidados: Sr. Edvaldo Pereira Fortunato, Coordenador de Monitoramento Estratégico de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Cogep) – seja muito bem-vindo, muito obrigada pela presença –; Sr. Bolívar Pêgo Filho, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea – obrigada pela presença, seja bem-vindo –; Major Fábio Ricas Araújo, que é Coordenador Administrativo do Grupo Especial de Fronteiras (Gefron), do Estado de Mato Grosso.

Eu gostaria de esclarecer aos nossos convidados, a quem está nos assistindo pela TV Senado e a quem está nos ouvindo pela Rádio Senado que, conforme os termos do Regimento, a Presidência vai adotar medidas simplificadas nesta audiência pública.

Os convidados terão, a princípio, dez minutos para fazer a sua exposição e considerações, tempo estendível, se for necessário, por mais cinco minutos, perfazendo, portanto, o total de até quinze minutos. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Srªs Senadoras e Srs. Senadores. Os Senadores, na ordem de inscrição, terão três minutos para fazer as perguntas e questionamentos, assegurado igual prazo de resposta aos nossos convidados.

Antes de conceder a palavra aos convidados, eu gostaria de esclarecer aos cidadãos em nossa audiência que estaremos recebendo sugestões e perguntas pelo Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado www.senado.leg.br e pelo Alô Senado nº 0800 612211.

Eu gostaria, se me permitirem – acho que, acima de tudo, nós precisamos ter um bom diagnóstico –, de inicialmente ouvir o nosso representante do Ipea, se não houver objeção dos demais, porque acima de tudo nós precisamos de informações.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, eu gostaria de esclarecer a razão desta audiência pública.

Eu sou filha da fronteira. Sou do Estado de Mato Grosso do Sul, um dos onze Estados que fazem fronteira seca com outros Estados da América do Sul. Nós temos onze Estados que fazem fronteira com nove países da América do Sul, sem contar a Guiana Francesa. Como filha do Estado de Mato Grosso do Sul, conheço muitas potencialidades do interior dos Estados fronteiriços, mas sei também das nossas dificuldades. Tenho certeza de que esta vai ser a primeira de inúmeras audiências públicas que estaremos fazendo a partir do ano que vem. Está cada vez mais comprovado – e o representante do Ipea poderá nos esclarecer a respeito – que grande parte, senão a maior parte da violência que assola não só as grandes metrópoles deste País, mas que já chegou aos rincões mais distantes e aos menores Municípios do Brasil, é fruto de uma violência que advém do narcotráfico, do tráfico de armas e até mesmo de pessoas.

E nós sabemos que essas armas hoje não vêm do Atlântico, não vêm do além-mar. Da mesma forma, as drogas, que vêm justamente da nossa fronteira seca desguarnecida. São mais de quinze mil quilômetros de extensão, como eu disse, perfazendo aí onze Estados da Federação Brasileira; temos 588 Municípios fronteiriços. São dez milhões de habitantes que vivem nesta região.

Nós sabemos que essa peneira que é a nossa fronteira seca permite, infelizmente, que a violência chegue de uma forma muito maior no Brasil. Nós temos inúmeros números que vão ser esclarecidos pelo Ipea – nós deixaremos ao Ipea essa incumbência –, mas, acima de tudo, feito o diagnóstico, nós precisamos saber

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o que o Estado brasileiro – não o Governo, porque é uma política de Estado, não de governo –, está fazendo na prevenção desse mal. Nós sempre atacamos os problemas que assolam o País na repressão e esquecemos, muitas vezes, da prevenção. Prevenir significa fechar as fronteiras do Brasil, principalmente a fronteira seca, para impedir que esses armamentos e essas drogas cheguem com facilidade até nós.

Convidamos o Ministério da Justiça, através de seu representante, e, da mesma forma, convidamos alguns Estados, no caso Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para falar da realidade local. Convidamos, ainda, um representante que vai falar sobre esse plano nacional de fronteiras secas, especificamente sobre o Sisfron, um sistema que já existe, que é o sistema de inteligência e de monitoramento da fronteira, que já existe algum tempo, que tem uma previsão de durar dez anos, com investimentos significativos, da ordem de R$12 bilhões, para que nós possamos criar, efetivamente, um sistema de inteligência envolvendo satélites, equipamentos, tecnologia para dar o suporte terrestre ao nosso efetivo, que é pequeno – Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Forças Armadas –, mas que, com a tecnologia, tem e terá condições de diminuir essa entrada do crime que chega através da nossa fronteira.

Encerro minha participação aqui, mas não sem antes dizer que o custo da violência no Brasil é muito alto, nós sabemos que passa de 5% do PIB nacional. Se nós fizermos uma conta muito simplificada, arredondando, pensando em 2016 e 2017 e num PIB de R$6 trilhões, 5% é algo em torno de R$300 bilhões. Esse é o custo da violência no País. Claro que nem tudo vem do narcotráfico, do tráfico de armas, de pessoas, isso não vem necessariamente do descaminho, da falta de pagamento de impostos, do imposto de importação que o contrabando deixa de recolher, mas, se nós pensarmos, por dados também de institutos oficiais do Brasil, que, dessa conta da violência, algo em torno de 20% ou mais é fruto do narcotráfico, nós estaremos falando que, seguramente, R$60 bilhões é o custo desse tráfico de drogas que impacta a saúde pública.

Então, sem mais delongas, agradecendo a presença de todos... Vou ser só um pouquinho rigorosa no nosso tempo porque, infelizmente, hoje a agenda é extensa. Nós temos Congresso Nacional logo mais, daqui a pouco; nós temos, na Comissão de Constituição e Justiça, a aprovação de um projeto relevante, de interesse da sociedade, que é o fim do foro privilegiado; e temos, ainda, a votação, daqui a uma hora, uma hora e pouco, da medida provisória da educação, da reforma do ensino médio.

Passo a palavra, portanto, ao Sr. Bolívar Pêgo Filho, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

O SR. BOLÍVAR PÊGO FILHO – Obrigado, Senadora.

Bom dia a todos.

Quero agradecer V. Exª pelo convite. Muito nos honra estar aqui nesta Casa, particularmente nesta Comissão, nesta audiência.

Cumprimento os colegas da Mesa, os Senadores aqui presentes e demais autoridades. (*Pausa.*)

O Ipea, Senadora, tem duas frentes hoje em pesquisa e fronteira. Uma é a nossa, onde estamos tentando fazer um diagnóstico mais profundo da fronteira brasileira.

Já fizemos uma oficina de trabalho em junho aqui, em que tentamos ver mais as questões nacionais. Na semana passada, estivemos em Boa Vista, realizamos a oficina lá; tivemos a oportunidade de ir a Lethem, na Guiana, fomos a Pacaraima, a Santa Helena, na Venezuela, e a perspectiva é que, no ano que vem, façamos uma oficina no Arco Central e no Arco Sul, com perspectiva também de termos uma oficina na fronteira marítima. Grande parte da população brasileira está na costa leste: os principais portos, aeroportos, os principais ativos. E temos agora, também, a Amazônia Azul com o pré-sal. Então, é preciso também nós voltarmos para a fronteira marítima. Esta é a nossa perspectiva: se não, no ano que vem, fecharmos esse ciclo, que, até o primeiro semestre de 2018, possamos concluí-lo.

E a expectativa é de que, a partir desses eventos, nós tenhamos condições de avaliar melhor as políticas e sermos propositivos, que é o papel da instituição, que é pesquisa aplicada. Então, nós estamos à disposição desta Comissão, a partir do ano que vem, caso haja interesse, para que possamos aqui debater e aprofundar a discussão em cima dos resultados dessa pesquisa.

Esse é o nosso grupo de trabalho com relação à nossa pesquisa. Essa pesquisa é feita em parceria com o Ministério da Integração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu dividi a apresentação da seguinte forma: primeiro, conceito e atuação, de que forma o Governo Federal atua, mostrando claramente a diversidade e a complexidade da atuação do Governo; uma caracterização de fronteira; alguns instrumentos regulatórios e instrumentos mesmo utilizados para a aplicação das políticas; as principais políticas federais; um gráfico com um exemplo de investimentos, para se ter uma ideia clara da relevância de ser de Estado e não necessariamente de governo, como V. Exª citou; pontos vulneráveis; problemas gerais; considerações finais; e os principais desafios que consideramos para essa discussão.

Aqui é uma amostra de como o Governo Federal atua. Quer dizer, é uma junção de conceito e atuação. Do ponto de vista da segurança, ao Ministério da Defesa está associado o conceito de integração física do País, de soberania, e a sua atuação é em nível nacional. Já o Ministério da Justiça também atua em nível nacional, mas muito voltado para as pessoas – os ilícitos, a imigração. Ao Ministério das Relações Exteriores se associa o conceito da estabilidade geopolítica do País, voltado para a questão político-institucional, o regional, o desenvolvimento do território. O Ministério da Fazenda, evasão de divisas, com questão patrimonial, comércio e tudo mais. Quer dizer, esse quadro mostra claramente o quanto é diversa e complexa a atuação do Governo Federal na fronteira em si, e particularmente em segurança.

Aqui são dados gerais, de conhecimento de todos, uma caracterização do que é a fronteira brasileira: abrange 27% do Território, envolvendo 3 regiões e 11 Estados; área de 2,3 milhões de quilômetros quadrados; 17 mil quilômetros aproximadamente de extensão; uma faixa de fronteira de 150 km de largura; 588 Municípios, sendo o maior deles Porto Velho, que tem atualmente 511 mil habitantes, o menor é Santiago do Sul, em Santa Catarina, com 1.343 habitantes; na faixa de fronteira vivem cerca de 11 milhões de pessoas, com enorme diversidade, baixa densidade demográfica, apesar de ter esse nível de população; alta concentração de pobreza; possui modelo próprio de organização e complexo arcabouço legal e muita pluralidade na parte cultural.

Aqui é uma tentativa de mostrar, com a figura, o que significa essa caracterização. Em verde, em cima, nós temos o Arco Norte; o amarelo, no centro, é o Arco Central; e o azul, embaixo, o Arco Sul. Nós estamos tentando analisar arco a arco. Nós fizemos isso agora em Boa Vista, no ano que vem trabalharemos o Arco Central e o Arco Sul.

Aqui vemos o que há de mais relevante sobre regulação e instrumentos, mas nós não vamos entrar em detalhes. Vamos tentar apenas detalhar um pouco mais os três que estão em azul: o decreto relativo ao Plano Estratégico de Fronteira (PEF); a Estratégia Nacional de Fronteira (Enafron); e o Programa Calha Norte, que é um programa antigo, surgiu em 1985.

Nós temos aqui as principais políticas federais voltadas à segurança de fronteira, e nós vamos destacar as três que estão em amarelo. Na primeira coluna, o Ministério que é responsável; na segunda, qual é a política; o ano em que ela surgiu; o objetivo; abrangência; e a devida prioridade. Como os senhores podem ver, além dos três, nós temos mais dois que têm o item segurança: a Operação Sentinela e o Programa Amazônia Protegida, que é o penúltimo.

Quais são os objetivos estratégicos do PEF? As palavras-chaves são: redução, identificação, coordenação, articulação, cooperação, apoio e intensificação. Isso tudo para quê? Para aumentar a presença do Estado nessas regiões, tornar mais cooperável com os países fronteiriços as ações, apoiar a população local, coordenação de planejamento e execução de operações militares e policiais, criação de indicadores de avaliação e tudo mais.

No caso da Enafron, também temos palavras-chaves muito próximas das do PEF – articulação, enfrentar ilícitos, promover bloqueio –, mas, de maneira geral, visa incentivar e fomentar as políticas públicas de segurança, uniformizar entendimentos e otimizar o investimento de recursos públicos na região, combater os ilícitos, particularmente naquelas quatro áreas –financiamento, planejamento, logística e distribuição. Essas quatro áreas são estratégicas no combate de praticamente qualquer ilícito.

O Projeto Calha Norte é um projeto bem mais antigo. Como vocês podem ver no primeiro item, é um projeto bem abrangente. Ele envolve defesa, segurança, desenvolvimento, presença do Estado, ocupação, infraestrutura e atendimento à população local. Ele tem duas vertentes: a militar e a civil.

A vertente civil é sempre trabalhada em articulação com Estados e prefeituras e visa construir obras em todos esses itens, em rodovias, portos, pontes, escolas, creches e tudo mais. Eu anotei essa frase porque ela foi bastante marcante na nossa pesquisa e faz parte de um vídeo do Projeto Calha Norte, Senadora. Essa senhora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Maria Fernandes Lima, mostra claramente a importância do programa na vertente civil. Ela diz que não vê o Calha Norte como um projeto, mas, sim, como uma esperança de dias melhores para a filha dela.

Esse gráfico mostra um investimento em apenas dois itens: Enafron e Calha Norte. O objetivo desse gráfico não é necessariamente discutirmos se o investimento é alto ou é baixo, o objetivo aqui é que a gente perceba claramente a diferença de uma política de Estado e uma política de governo.

Por exemplo, essa é a curva total do Projeto Calha Norte, envolvendo a parte civil e a parte militar. Aqui está a Enafron. A gente pode observar claramente que o Projeto Calha Norte, por ser um projeto de Estado, tem um nível de investimento menor. Entretanto, a oscilação praticamente não existe quando comparada aos demais. Já o projeto civil, a parte civil do Projeto Calha Norte, tem um volume de recursos efetivamente maior, mas o nível de oscilação é também muito maior. Por quê? Porque cada governo que chega dá mais ou menos prioridade às suas ações. Isso existe muito em função das deficiências das políticas públicas estaduais e municipais, que às vezes não têm o nível de efetividade necessário. A Enafron, que surgiu em 2011, começa, em 2012, com um volume de recursos extremamente significativo, mas, por ser uma iniciativa de governo, ela, no ano seguinte, cai praticamente pela metade, e vem decrescendo desde então.

Aqui são os dezesseis pontos vulneráveis da fronteira brasileira. Segundo o Ministério da Justiça, nós temos seis pontos vulneráveis no Arco Norte, sete no Central e três no Arco Sul, sendo que os marcados em azul são as quatro tríplices fronteiras que o País tem, necessariamente pontos que exigem mais cuidado, mais atenção, mais investimento, mais acompanhamento.

E aqui uma tentativa de traduzir esses principais pontos vulneráveis na figura. Todos os círculos são cidades gêmeas, os amarelos e os vermelhos, sendo que o amarelo mostra as cidades gêmeas com pontos vulneráveis, com os principais pontos vulneráveis, e o vermelho, com o círculo maior, são os pontos onde existem as quatro tríplices fronteiras.

Aqui são os principais ilícitos que acontecem, os principais problemas da fronteira brasileira, que a gente considera que são os ilícitos. Na fronteira brasileira existe tráfico de toda ordem, contrabando, pirataria, descaminho, ocorrência de crimes transnacionais, existência de conflitos fundiários, evasão de divisas, imigração ilegal, crimes ambientais, desmatamento, problemas indígenas, garimpos e trabalho escravo.

Aqui a gente tenta inserir esses ilícitos na figura. Então, como os senhores podem ver... Tráfico de entorpecentes, onde eles mais acontecem? Em Uruguaiana, número 1; em Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina; Foz do Iguaçu; em Mato Grosso do Sul, em Corumbá; em Rondônia, Tabatinga; e, em cima, em Pacaraima, em Roraima.

Outro item que a gente pode pegar, por exemplo: evasão de divisas, número 4. A evasão de divisas acontece com maior frequência aqui no Acre, basicamente no Acre.

Outro item: tráfico internacional de armas de fogo, munições e explosivos, número 2. Acontece em Uruguaiana, Dionísio Cerqueira, Foz do Iguaçu, Corumbá e assim sucessivamente.

É uma forma de a gente localizar melhor onde estão os principais ilícitos. E são pontos que podem ser considerados mais prioritários para que as políticas possam ter mais efetividade.

Diante disso, a gente tem dois eslaides de considerações finais. Eu não vou falar de todos, mas apenas de alguns. O primeiro ponto é que a fronteira brasileira é vista sempre como um problema, e ela está distante do centro de decisão. Em todos os nossos contatos, nas nossas viagens, todo mundo fala: "Lá em Brasília se faz a política, mas a política não necessariamente reflete a nossa realidade." É uma ótica muito voltada para a segurança e repressão. O relatório do TCU afirma claramente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BOLÍVAR PÊGO FILHO – ...que existe pouco compartilhamento da infraestrutura, equipamentos e informações de inteligência por parte das instituições. A faixa de fronteira, por exemplo, é considerada, com predominância, área de segurança nacional. Há uma perspectiva de se tentar mudar isso, porque 150km na Amazônia são muito diferentes de 150km na Região Sul, por exemplo. Alguns prefeitos do Rio Grande do Sul me disseram: "O ideal para a gente aqui é que nós tivéssemos uma fronteira de 50km, porque os 150km dificulta muito o desenvolvimento dos Municípios." Bagé foi um dos que fez essa citação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

No plano mais específico, o próprio relatório do TCU fala das instituições. Por exemplo, a Polícia Federal: não possui efetivo compatível; há deficiência de armamento; há recursos insuficientes, e os que existem normalmente têm baixa taxa de ocupação; dificuldades de integração entre instituições federais e estaduais, devido a fatores políticos, institucionais etc.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BOLÍVAR PÊGO FILHO – No segundo eslaide se mostra que a legislação atual se constitui mais em obstáculo do que em ferramenta para realizar ações de cooperação. Os representantes dos órgãos envolvidos da CDIF não têm poder decisório. Houve avanço na segurança. Entretanto, sequer foi elaborado um modelo de atuação coordenada.

E, por último, o Ministro Augusto Nardes, do TCU, fez essa citação, que está sendo muito observada. Ele disse que, apesar de não ter estimativas mais exatas para calcular o custo dos ilícitos, há uma estimativa de que esse valor chegue a R$100 bilhões. Isso, em termos do PIB do ano passado, é praticamente 2% do PIB. Quer dizer, é algo muito relevante.

E, aqui, alguns dos principais desafios que a gente considera que são relevantes para a fronteira e para a segurança em fronteira em particular. Primeiro, é preciso que seja prioridade. Se não for prioridade, não se avança. Ser prioridade, ter coordenação geral para definir diretrizes, ações e metas, orçamento etc., e sempre com visão de Estado, uma visão de médio e longo prazo. A política pública elaborada em Brasília precisa refletir as realidades nacional, regional e local. Regiões diferentes precisam ter políticas diferentes, mesmo que haja algumas ações próximas ou parecidas.

Os ministérios e suas instituições precisam trabalhar de forma integrada. As ações federais precisam estar integradas com as instituições estaduais e municipais, havendo, se possível, planos federais, estaduais e municipais de forma também integrada. As ações do Brasil precisam estar integradas com as dos países vizinhos. Não adianta termos do lado de cá da fronteira políticas com bastante efetividade se, do outro lado da fronteira, isso não ocorre. A situação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BOLÍVAR PÊGO FILHO – ... pode até piorar.

Construir parcerias de longo prazo com instituições ligadas ao tema. Existem várias instituições hoje, Senador, que têm muita *expertise* no tema, instituições públicas, instituições privadas. É preciso aproveitar melhor essa *expertise* para ampliar a discussão.

E aqui uma sugestão para o Parlamento. A gente sabe que o Parlamento atua, mas, quanto mais próximo o Parlamento puder atuar junto aos Parlamentos dos outros países e ao Parlasul, melhor, isso ajuda muito. É uma forma de contribuir e cooperar com o Governo Federal e o Parlamento também entender melhor a realidade local, principalmente em situações graves, como a que Venezuela vive hoje.

E aqui se mostra o que foi sugerido na nossa oficina de junho: analisar os avanços e desafios das principais experiências da Europa e dos Estados Unidos na fronteira com o México. Quer dizer, a fronteira europeia é claramente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BOLÍVAR PÊGO FILHO – ... muito mais voltada para a integração e a fronteira México e Estados Unidos é uma fronteira com muito mais conflito. Talvez ela seja um pouco mais próxima da nossa realidade, apesar das devidas diferenças.

Aqui as principais referências.

Muito obrigado. Eu estou à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Nós é que agradecemos ao representante do Ipea, que é Técnico de Planejamento e Pesquisa, Sr. Bolívar Pêgo Filho.

Quero dizer que as informações trazidas, embora gerais, são muito bem-vindas. Como eu disse, é a pri-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

meira audiência de algumas que faremos a partir do ano que vem. Repetindo para aqueles que estão acessando neste momento através das redes sociais e que vão ver através da TV Senado: ontem o Congresso Nacional constituiu a Frente Parlamentar Mista de Fronteira, justamente preocupado com esse aumento da violência no Brasil e com a constatação – não só *in loco* e de sensações, como também através de números de institutos de pesquisa – de que grande parte da violência no Brasil é subsidiada, é alimentada pelo narcotráfico, pelo tráfico de armas, que vêm da fronteira seca do Brasil.

Então, esses são alguns dados, embora gerais, que já vão servir para que, nas próximas audiências públicas, nós possamos focar os problemas de uma forma mais específica, para poder também sair da Comissão de Desenvolvimento Regional algo propositivo, seja em forma de projetos de lei, seja em planos de ação, seja em sugestões.

Foi muito feliz o Sr. Bolívar quando disse o que tem que ser prioridade nesse programa, a importância da integração das ações. Porque é muito comum nós vermos projetos como Calha Norte, o Enafron e o Plano Nacional de Fronteiras serem planos nacionais de desenvolvimento. Quantos planos nacionais de desenvolvimento nós tivemos no País nos últimos cinquenta anos? São planos que normalmente não saem do papel. São anunciados e não são executados. Quando começa a sua execução, o orçamento é contingenciado. Fala-se em R$12 bilhões, em dez anos, para o sistema de integração, monitoramento e inteligência de fronteira, como é o que vigora há alguns anos, quatro ou cinco anos para cá – corta-se não pela metade, corta-se quase que na sua integralidade.

São essas as informações de que nós precisamos e de que precisaremos. Quero agradecer e dizer que nós vamos precisar da ajuda do Ipea ainda nas próximas audiências com alguns dados mais específicos. Nós estaremos passando a demanda e, claro, se for da alçada e houver estudo, nós gostaríamos de ver o Ipea mais vezes na Comissão de Desenvolvimento Regional.

O SR. BOLÍVAR PÊGO FILHO (*Fora do microfone*.) – Estamos à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Eu agradeço.

Eu gostaria de passar a palavra... Eu não sei se há alguma preferência em relação a...

Não?

Passo a palavra, então, para Fábio Ricas Araújo, que é Major e Coordenador Administrativo do Gefron, para que possa falar sobre esse gerenciamento de fronteiras de uma forma mais concreta, efetiva, daquilo que foi idealizado e daquilo que efetivamente está sendo executado.

Obrigada.

O SR. FÁBIO RICAS ARAÚJO – Obrigado.

Bom dia a todos. Bom dia, Senadora.

Agradeço a oportunidade de estar expondo um pouco da nossa realidade local.

Eu faço parte do Grupo Especial de Segurança de Fronteira de Mato Grosso, uma unidade que foi criada dentro da Secretaria de Segurança Pública, porém é composta somente por policiais militares.

Nós somos responsáveis pelo patrulhamento rural da faixa de fronteira entre o Mato Grosso e a Bolívia. Como todos sabem, a faixa de fronteira do Mato Grosso tem uma extensão de 900km por 150km de largura, aproximadamente 135km^2, uma área, salvo engano, maior que o Estado de Sergipe. Todos sabemos que a Bolívia é um dos maiores produtores de folha de coca do mundo – matéria-prima do cloridrato de cocaína –, e somos responsáveis pela prevenção e pelo combate aos crimes tipicamente de fronteira, em especial o tráfico de entorpecentes, tráfico internacional de entorpecentes.

Em relação a esse crime, a esse combate, vou falar rapidamente aqui dos dados estatísticos dos últimos anos.

No ano de 2014 nós fomos responsáveis pela apreensão de aproximadamente 1,2 mil quilos de cloridrato de cocaína; no ano de 2015, passamos a 1,77 mil quilos de cloridrato, cloridrato pasta base; e, no ano de 2016, até o presente momento, chegamos à cifra de 3 toneladas e 400 mil quilos, fruto de integração,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senadora, do apoio bastante importante da Polícia Federal e das instituições de segurança pública locais. Porém, atualmente, a gente só pode contar com 130 policiais para realizar o patrulhamento desses 135km², 130 policiais militares, divididos em escalas de serviço. Isso acaba caracterizando o que a senhora falou: uma verdadeira peneira. E isso também nos impossibilita de cobrir mais de 20% das vias rurais da faixa de fronteira. Não conseguimos cobrir mais do que isso de maneira permanente.

Além disso, entre os 900km de extensão, nós temos 200km de área alagada ou alagável, que é o nosso Pantanal Mato-Grossense, que está junto à Bolívia. Sequer conseguimos ter uma patrulha fluvial para realizar o policiamento, a prevenção e o combate aos crimes nessa região. Temos conhecimento de que grande quantidade de entorpecentes também entra por esse local, ou seja, infelizmente o Pantanal está de porteiras abertas para o tráfico internacional.

Outra informação importante que pode subsidiar a Comissão é com relação ao meio mais utilizado no transporte de entorpecente Brasil-Bolívia: pequenas aeronaves. Sequer nós temos um controle do fluxo de aeronaves nessa região. Não temos base da Força Aérea, não temos equipamentos da Infraero. Então, não temos esse controle. E temos notícias de que a maior quantidade de pasta base que adentra nosso território vem através de aeronaves, de aeronaves com carregamentos de 300kg, de 400kg. Esse percurso – a aeronave decola da Bolívia, na região da fronteira, adentra o território nacional e faz o lançamento da carga em determinadas propriedades preestabelecidas – não dura mais do que 40 minutos. E uma carga de 400 kg de pasta base ao preço levantado, ao preço que é comercializado no atacado na Bolívia... O quilo custa em torno de US$3 mil. Uma carga de 400kg custa US$1,2 milhão. Então é extremamente utilizado, vem sendo extremamente utilizado esse meio de transporte para fazer o tráfico Bolívia/Mato Grosso.

Então, a gente coloca como sugestão imediata a necessidade desse controle (formas, mecanismos), seja através da Infraero, seja através da Força Aérea, do fluxo dessas pequenas aeronaves que vêm sendo utilizadas para o tráfico internacional de drogas Mato Grosso/Bolívia.

Eram essas as informações que nós tínhamos. Se houver alguma pergunta, estou à disposição, Senadora.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Nós agradecemos, Major.

Depois dos dados oficiais do Ipea, acabamos de ouvir as demandas do Estado de Mato. Gostaríamos de ouvir as demandas do Mato Grosso do Sul. O Secretário de Segurança Pública viria, mas teve um problema de atraso de voo na madrugada. O próximo voo chegaria aqui às 11h, o que inviabilizaria a sua presença à audiência. Portanto, o Secretário de Segurança Pública do meu Estado não pôde vir – estava confirmado, até de manhã muito cedo.

Complemento, antes passar a palavra ao Ministério da Justiça, aqui representado pelo Coordenador de Monitoramento Estratégico de Segurança Pública, que é o Sr. Edvaldo, alguns dados em relação ao problema da fronteira no Centro-Oeste. Não posso falar pelo Norte, mas posso falar pelo Centro-Oeste. É, talvez, um pouco diferente de Mato Grosso, que faz divisa basicamente com a Bolívia, onde o problema apresentado é mais aéreo. Eu tenho a impressão de que no Mato Grosso do Sul o nosso problema maior – por ser um Estado de menor densidade demográfica, menor, portanto, para ser controlado, embora com uma faixa de fronteira muito grande, nós temos 1,5 mil quilômetros de fronteira seca – é terrestre.

Mas, da mesma forma, o maior problema nosso é com o tráfico de drogas e com a violência que esse tráfico causa para as cidades fronteiriças. No nosso Estado – e não deve ser diferente em Mato Grosso –, os Municípios de fronteira são, na proporção, os mais violentos, com menor Índice de Desenvolvimento Humano, com maiores demandas em relação a políticas públicas.

Da mesma forma, o que vemos na fronteira, em função do tráfico de drogas, é um aumento muito grande do roubo e do furto de veículos, para que esses veículos possam atravessar a fronteira e serem vendidos ou irem para sucatas para serem destruídos, tendo suas peças depois vendidas para que, com o recurso obtido, se possa comprar as drogas nos países fronteiriços e voltar ao Brasil, para os grandes centros.

Aqui também foi mencionada pelo Major a falta de efetivo, de armamento, de estrutura. Daí porque nós estamos empenhados, principalmente a partir do ano que vem, em atuar junto ao Ministério da Justiça, ao Go-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

verno Federal, na implantação definitiva deste que, talvez, seja um dos maiores planos nacionais de fronteira já realizados, já criados, que começou há quatro anos.

Além do plano, há o Sisfron, o Sistema de Integrado de Monitoramento e Inteligência de Fronteira. O plano piloto acontece no meu Estado, em Mato Grosso do Sul, junto às Forças Armadas, ao Exército, ao CMO, que é o Comando Militar do Oeste. O Comandante lá tem uma base de inteligência com uma estrutura apropriada, com futuras instalações de satélites no Norte do País, no Centro-Oeste e também no Sul.

O plano piloto, que está em Mato Grosso do Sul, prevê a instalação de mais três centrais de monitoramento. E uma vez que é impossível conseguir colocar policiamento nos mais de 15 mil km – isso é humanamente impossível, em qualquer país do mundo seria, mesmo para o mais rico dos países –, esse monitoramento de inteligência servirá, em tempo real... Basta ter um rádio amador na mão do efetivo, com seu veículo, para estar *on-line*, em tempo real, interligado para o combate deste tráfico não só de drogas, mas também de armamento.

O contrabando e o descaminho que entram pela nossa fronteira deixam de recolher o Imposto de Importação, o IPI. Isso só aumenta a evasão de divisas, a sonegação. No Brasil, isso já soma uma monta significativa, Senador João Alberto, nosso Líder e Senador do PMDB, uma soma de R$500 bilhões.

Auditores fiscais – tive contato recentemente com esses valorosos servidores – estimam que eles conseguem, da sonegação, restituir aos cofres públicos algo em torno de 20% – são 100 bilhões em um universo de 500 milhões. Se nós conseguirmos colocar na fronteira seca um mínimo de policiamento e de estrutura para diminuir o contrabando, a pirataria, o descaminho, a evasão de divisas e, desses em 100 bilhões, aumentarmos 50%, teremos R$150 bilhões restituídos aos cofres públicos num universo de 500 milhões. Isso significa, praticamente, nós resolvermos o rombo fiscal sem precisar aumentar imposto para a população brasileira. Daí a importância desta audiência pública.

Eu não tenho os dados oficiais no que se refere à repressão, porque o Secretário de Segurança Pública do meu Estado viria para falar da questão, mas os nossos problemas são muito parecidos com os problemas do Estado de Mato Grosso e, acredito, com os dos Estados fronteiriços no Norte do País. Falta de efetivo, mas, principalmente, é preciso tirar o plano nacional de desenvolvimento de fronteiras do papel.

O Sisfron tem um corte substancial no orçamento, um contingenciamento de quase 90%. É preciso que nós possamos ter os recursos que foram destinados a combater esse mal lá na raiz do problema, para evitar que a violência chegue aos grandes centros e cause esse rombo. Eu já tive oportunidade de fazer este comentário: 20% do custo da violência vem do narcotráfico, numa soma muito pedestre. Nós estamos falando que o custo da violência em relação ao tráfico no Brasil tem um valor total, um montante total de R$60 bilhões, é o custo para o País.

Eu passo a palavra ao Coordenador de Monitoramento Estratégico de Segurança Pública, Sr. Edivaldo Fortunato Pereira, para que possa falar em nome do Ministério da Justiça.

O SR. EDIVALDO FORTUNATO PEREIRA – Bom dia a todos. Queria agradecer à Senadora Ramez... Estou confundindo com o pai dela, que foi muito meu amigo. Queria agradecer à Senadora... Deixe-me pegar o nome dela aqui.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Simone.

O SR. EDIVALDO FORTUNATO PEREIRA – Simone Tebet. Desculpe-me, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Senti-me honrada e prestigiada. Obrigada.

O SR. EDIVALDO FORTUNATO PEREIRA – O plano de fronteiras encampado pelo Ministério da Justiça, nós o iniciamos em 2011, com a edição do Decreto nº 7.496.

Eu estou com a voz assim porque participei dos debates ontem até às 9 horas da noite, lá na comissão mista na Câmara, que abriu a parte dos debates sobre fronteira.

Serei breve, porque já me avisaram aqui que os prazos estão bem avançados.

Iniciamos isso em 2011 com a adesão dos onze Estados de fronteira, começando lá por Roraima até o Chuí. Os problemas já vinham se desenvolvendo há muito tempo – os mais conhecidos por todos são o tráfico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de drogas, descaminhos, tráfico de pessoas – em proporções alarmantes. O Ministério da Justiça fez o plano de adesão, todos os governadores assinaram, e começamos os investimentos a partir do segundo semestre de 2011 – eu gostaria que se passasse o eslaide.

Essa apresentação foi feita num evento no Oiapoque. A propósito, o problema da fronteira com a Guiana Francesa não é deles para nós, é de nós para eles, através dos garimpos, dos tráficos. Eles não têm problema. O problema deles lá na fronteira é o Brasil.

Temos ali os marcos das divisas dos países, onde começa a fronteira. Fala-se que começa no Oiapoque, mas o pessoal de Roraima diz que começa no Monte Caburaí.

O sumário. Temos a estrutura do Ministério da Justiça; a fronteira brasileira; a priorização da temática; o Plano Estratégico de Fronteiras, que foi editado pelo Decreto nº 7.496, de junho de 2011; projetos e ações do Ministério da Justiça; o programa Enafron, que praticamente vinha sendo tocado pelo Ministério da Justiça até meados de 2014; a sistemática de acompanhamento; investimentos e produtos entregues; indicadores; avanços e desafios da política.

Histórico das ações institucionais nas fronteiras. O que foi detectado a princípio? As atuações eram fragmentadas, pelo que o TCU observou nesse comportamento durante esses três anos e meio ou quatro nas auditorias. Isso não foi, sem dúvida, uma surpresa para nós. Eles disseram que houve realmente uma questão relacionada a governança, a ausência da estratégia indutora, que seria das ações dos órgãos que participavam do PEF, o Projeto Estratégico de Fronteira.

Reestruturação da concepção de fronteira. Seria a integração, que era o que se previa, a cooperação e a articulação com os países vizinhos, coisas que muito nos faltaram nesses quatro anos. Eu, conversando com o pessoal do MRE, onde fazíamos os eventos e convidávamos para participar, ouvi que já existia tratado de tudo – mas, então, não se cumpre isso, porque a própria região fronteiriça não sabe. Nós temos a questão do Mato Grosso, do Gefron, que possui praticamente 20 postos – se não, corrija-me o Major aqui –, Posto do Avião Caído, do Limão. Alguns, praticamente, eles estavam desativando por falta de efetivo. Então, a questão da cooperação, da articulação e da integração é um dos pontos mais importantes que a gente poderia abordar durante esses quatro anos da estratégia de fronteira.

Aqui está a estrutura analítica do plano estratégico, que foi idealizado a partir de 2011, onde vocês podem ver que existe o Ministério da Justiça, o Ministério da Fazenda, que entrou no decreto logo após a edição do decreto, o Ministério da Defesa – órgãos, projetos e ações –, a Senasp, DPF, DPRF, e uma parte da Secretaria Nacional de Justiça. Por que a Secretaria Nacional de Justiça?

Ela disponibilizou, inclusive, recursos para colocar pontos para ver a questão do tráfico de pessoas onde não existia índice nem indicadores do que havia, do que estava acontecendo na fronteira, principalmente na fronteira na parte do Arco Norte. Até hoje nós não temos esses dados, e não sei quem os tem – sobre tráfico de pessoas na fronteira.

O que é passível de ser considerado tráfico? Nós conseguimos convidar uma profissional para um dos eventos do Enafron, lá nas cidades de Brasileia e Epitaciolândia, próximas da fronteira de Cobija, e ela disse que é muito difícil lidar com isso no Brasil. É preciso dar prioridade para essa questão do tráfico de pessoas, porque ninguém sabe considerar o que é tráfico. Se colocam uma pessoa dentro de um veículo e passam para o outro lado, precisa-se saber exatamente o que ela é do caminhoneiro ou do motorista do veículo em que ela está indo – muitas vezes, ele não sabe nem o nome da pessoa e diz que é esposa, filha, prima, parente, alguma coisa qualquer.

O Plano Estratégico de Fronteira, editado em 08/06/2011, previa essas ações. Não vou aqui me delongar, porque já saiu outro projeto, outro decreto de fronteira, o Decreto nº 8.803, de 16 de novembro de 2016, em que se corrigiu parte dos apontamentos feitos pelo TCU.

Agora existe um comitê da Casa Civil que vai gerenciar o projeto de fronteira ao seu nível dos 11 Estados e provavelmente vai se alargar, porque ele fala em parte marítima, mas ele possui a mesma estrutura do anterior, que diz que os órgãos vinculados, os entes federativos e aqueles que participarem do projeto poderão ter ações estruturantes financiadas para os Estados. Isso é importante, porque nós não ficaremos, apenas até 2014, financiando os Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nessa parte do financiamento, eu gostaria de apontar a seguinte condição: o Ministério da Justiça investiu, de 2011 até 2014, R$360 milhões na fronteira brasileira, nos seus 11 Estados de fronteira. Logicamente isso foi partilhado de forma não igualitária, porque as fronteiras são diferentes, os indicadores são diferentes, existem as questões das regionalidades – não se poderia comparar, por exemplo, não menos, o Estado do Amapá com os Estados de Mato Grosso ou de Mato Grosso do Sul –, mas foram recursos bastante significativos, como disse o nosso colega do Ipea. E nos surpreendeu alguns Estados não conseguirem executar as aquisições previstas nos convênios firmados – aquisições essas de reaparelhamento, serviço de inteligência, aquisições de barcos para as polícias ambientais, equipamentos de visão noturna. Os sistemas de videomonitoramento, alguns foram implantados nos Municípios da faixa de fronteira, e o sistema de rádio comunicação, uma das partes mais importantes do plano, em alguns Estados está pendente. Essa parte é importante, porque as viaturas vão e perdem o sinal, não têm como proceder à aquisição de socorro ou a qualquer tipo de pedido ou progresso na questão do combate à criminalidade na área de fronteira.

Vou passando mais rápido, porque esse é o projeto.

Dividimos o Brasil, na questão da fronteira, em três arcos. Como diz o nosso colega do Ipea, Arco Norte, Arco Centro e Arco Sul. Em todos os investimentos do Ministério da Justiça, nós tivemos problemas. Alguns bastante sérios, como na questão do Arco Norte, pois, até pelo fato de a logística ser muito diferente, os preços dos equipamentos são diferentes, a entrega a diferente, é diversificada. Muitas vezes você não consegue entregar, por exemplo, módulos de torres nas cidades de Tabatinga, a 1.044km de Manaus. Então, uma torre que custa R$220 mil no Estado de Mato Grosso passa a ser R$560 mil para ser entregue no Municípios de Tabatinga, já na fronteira com a Colômbia, na cidade de Letícia.

Aqui nós temos as informações sobre o Território brasileiro: são 27% do Território brasileiro, 10 milhões, 11 milhões de pessoas atualmente.

Dos 588 Municípios, eu percorri 300 deles. Visitei uma por uma das unidades militares, civis, policiais militares. Em Mato Grosso, eu estive em oito visitas lá no Gefron – o nosso colega está aqui, o Major –, vi as dificuldades imensas dele. Vi também que existem equipamentos que o Estado também não tem condições de manter. Por exemplo, aquelas lanchas que custaram quase R$1 milhão, paradas, foram objeto de apontamento pelo TCU.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDIVALDO FORTUNATO PEREIRA – Vou passar mais para frente um pouquinho.

E aqui está um dos produtos oriundos do Decreto nº 7.496, que exigia a participação da sociedade, a participação dos órgãos de controle, a participação de todos os envolvidos, de todos os entes federados, através das câmaras temáticas e dos gabinetes de gestão de fronteira. Todos eles estão implantados. Todos eles estão implantados nos seus Estados, nos 11 Estados de fronteira. Esse foi um dos primeiros pontos que abordamos quando iniciamos o projeto Enafron, que é a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, em 2011.

Aqui são os investimentos da Sinasp. Essa parte de 2009 seria praticamente de doações, porque eram recursos provindos do Pronasci. Ainda não havia a questão do fundo. Vocês podem ver que os recursos começam a minguar a partir do ano de 2013.

Aqui é aquela bolacha que a gente sempre coloca. Os investimentos começaram a decrescer a partir de 2014, por duas razões. Os convênios feitos com o Ministério da Justiça têm duas realidades – uma, que eram recursos do Pronasci, e esses recursos poderiam alongar os convênios por até cinco anos, ou seja, os Estados teriam mais tempo para gastar seus recursos; o outro são recursos de fundo geridos pela Lei nº 10.201, que diz o seguinte: nenhum projeto de segurança pública pode ter prazo superior a 24 meses. Então, como executar aquisições, num prazo de 24 meses, de recursos de 20 milhões, como foi para o Estado do Mato Grosso? Ele teria de gastar praticamente 1 milhão por mês, só de licitações, problemas de Justiça, essas coisas. Então, esses problemas impactaram muito a execução dos Estados. É um caso a ser repensado agora, no próximo projeto, no próximo decreto. É uma questão a ser visada pelos gestores dos Estados – se não temos capacidade de executar, vamos pegar menos recursos, para que se execute com maior efeito de gestão.

Na questão dos aprimoramentos, eu ouço muito falarem que faltam armas, coletes, veículos. Olha só, nós gastamos 356 milhões, quase 360; a maior parte disso, 75% disso, foi só em equipamentos. Os Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, que são os Estados maiores, que receberam a maior parcela dos recursos do Governo Federal, do Ministério da Justiça, foram os que mais adquiriram veículos, armas, coletes. Mas nos deparamos com a situação também apontada pelo TCU – porque ele também fez todo o percurso da área de fronteira, como nós – na questão do efetivo. Nós investimos, mas nos esquecemos de que a ferramenta principal é o homem, e o plano de adesão previa que a contrapartida do Estado seria no efetivo: aumentar o efetivo, procurar um meio de fixar o homem lá na fronteira – no caso do Gefron é diferente, parece que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDIVALDO FORTUNATO PEREIRA – ... eles têm umas escalas de trabalho, ficam 15 dias e voltam; no Amapá também são 15 dias, e voltam por 15 dias, lá no Oiapoque. São 715km, 300 de asfalto e o resto, todo ele, no barro.

Então, é muito difícil, realmente, fixar o homem na fronteira. Temos que procurar outros meios.

Quanto aos convênios de aviação, alguns Estados conseguiram adquirir suas aeronaves, como é o caso do Amapá. O Acre não se pronunciou, porque disse que as manutenções seriam muito caras e não haveria como conseguir. O Estado do Mato Grosso conseguiu adquirir o seu avião, o Major está aqui... Então, nós temos feito essa parcela daquilo que foi previsto para o Ministério da Justiça.

Quanto ao apontamento do TCU, eu às vezes me debato e discordo de alguns pontos, porque eu percorri realmente a fronteira, ponto por ponto; eu vi as dificuldades de cada Estado, dos seus Municípios, os problemas que ocorrem, essa questão da colocação dos aviões que passam lá, principalmente na parte de Sapezal, onde deixam as drogas. E as drogas caem exatamente nas fazendas de proprietários brasileiros que estão ali tolhidos. Não podem fazer nada, porque... É o tráfico. Então, a presença do Estado, nesse ponto, é importante.

Eu vinha falando com um colega quando vinha para cá e disse o seguinte: a questão da fronteira não é somente de segurança pública. A questão da fronteira é também integrar. A presença do Estado precisa ocorrer de forma constante nas localidades.

Nós tínhamos pontos lá, em Guajará-Mirim, já próximos da fronteira com a Bolívia – 3km apenas –, em que um corpo ficava lá 24 horas, esperando que a capital mandasse um veículo tumba para buscar aquele corpo de alguém que foi assassinado no meio da rua por problema de tráfico de droga.

Hoje, eles já contam com recursos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDVALDO PEREIRA FORTUNATO – ... e adquiriram esses veículos. Então, hoje nós já não temos mais esse tipo de problema.

Investimos na perícia. Instalamos núcleos de inteligência. Mas ainda não é o bastante. É preciso aprimorar.

Então, quanto à questão dos recursos, estes podem ter sido insuficientes, mas, se por um lado foram insuficientes, por outro nós vimos que alguns Estados não conseguem ter a gestão suficiente para adquirir os seus bens previstos nos convênios firmados com o Governo Federal.

Aqui nós temos os investimentos da Senasp, de 2009 até 2014. Esse demonstrativo mostra o tipo de execução. Nós estamos chamando sempre o tipo de execução por Estado. Alguns executam mais do que outros, e vocês podem notar aqui que os Estados do Norte são mais problemáticos na questão das execuções dos recursos recebidos – que não foram poucos.

Aqui está a questão: "Executado Senasp" em azul, e o amarelo se refere às unidades que receberam os recursos. São recursos na faixa de dezessete milhões. Isso aí seria de aviação.

Nós até entendemos, porque eles demoram mais de um ano e meio, dois anos, para comprar uma aeronave. Aqui no País, para se comprar, tudo é mais difícil. O Estado de Mato Grosso, até hoje... Está com 16 milhões nos seus cofres e não consegue viabilizar o seu projeto de radiocomunicação de fronteira. Cuiabá também não conseguiu. Rio Grande do Sul também não conseguiu. Paraná não recebeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Os Estados pequenos que receberam os recursos conseguiram realmente regularizar a sua situação em relação ao Governo Federal, no caso o Ministério da Justiça, nas aquisições de torres de controle, centros integrados, centros de despachos, todos na área de fronteira.

Vamos passar mais rápido porque o prazo já está se estendendo.

Esse é o balanço da política, de 2011 até 2014, dos Estados de fronteira, encampados pelo Ministério da Justiça.

Eu gostaria de dizer que o TCU apontou algumas coisas com relação às suas vistorias do passado, às auditorias que fez no Plano Estratégico de Fronteira. Esse decreto que saiu agora corrigiu um ponto. Se nós tivermos esse gerenciamento agora pelo comitê... Porque não cabe ao Ministério da Justiça convidar, a pessoa não vai nem manda um representante. Então, nós, na verdade, podemos dizer que ficamos sozinhos, de 2011 até 2014, com raríssimas exceções de alguns órgãos, de alguns entes federativos que compõem o outro decreto.

Era o que eu tinha a dizer sobre a nossa questão relacionada ao Enafron.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Eu agradeço ao representante do Ministério da Justiça.

Como disse no início, foram muito importantes os dados apresentados pelo Ipea, o diagnóstico para entender a realidade local, aqui trazida pelo Estado de Mato Grosso através do Major, que não é muito diferente da realidade de outros Estados, sejam eles do Centro-Oeste ou do Norte do País principalmente, e foi importante ouvir as considerações e justificativas do Ministério da Justiça.

Falei muito em recursos que faltam, que são os recursos contingenciados. Que se leve ao Ministério da Justiça que essa é uma crítica construtiva, não é uma crítica ao Governo, mas é uma crítica ao Estado brasileiro. Quando nós falamos de segurança de fronteira, falamos muito da segurança pública, mas, na realidade, essa é uma questão de segurança nacional, seja pelos problemas que advêm dessa fronteira seca – como eu disse, narcotráfico, contrabando, descaminho, evasão de divisas, pirataria e tudo mais –, seja em relação aos problemas humanos e sociais que nós temos na fronteira.

Por muitos anos, Senador João Alberto, que tem toda essa bagagem e experiência e é professor de todos nós, tínhamos, desde a época da colonização, por hábito, olhar até com inveja o alto-mar, o Atlântico. Passados séculos de colonização, continuamos olhando muito mais para o além-mar do que para o interior do País, não no sentido da colonização em si, mas em relação aos reais problemas e até às oportunidades, à diversidade, à riqueza que nós temos nessa região.

Nós falamos do contingenciamento em relação ao Ministério, ao Governo Federal, o que é uma realidade. O Sisfron, talvez, de todos os programas já idealizados para a fronteira no País, seja o mais importante em relevância, em capacidade de ter resultados positivos, a ponto de ser um plano nacional que está querendo se copiado por muitos países. Talvez, apesar do decreto recente do Presidente Temer, atualizando, tirando e procurando minimizar algumas irregularidades encontradas pelo TCU, eu acredito que o que nós temos que fazer é ter esse diálogo maior com os secretários de segurança pública e ver onde estão os problemas.

O senhor acabou de apontar o fato de que, na área da aviação, na parte de compra de aviões, os Estados não conseguiram cumprir a sua parte. Talvez essa tenha que ser uma responsabilidade do Governo Federal.

Por que eu digo isso? Eu tive a oportunidade de ser Vice-Governadora e atuei junto com o Secretário de Segurança Pública um pouco nessa questão, quando da implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras. E o Mato Grosso do Sul praticamente cumpriu tudo. Aumentamos o efetivo, compra de armamento, videomonitoramento, com recursos do Governo Federal, mas a questão da compra de veículos aéreos, de aeronaves, que envolve todo um sistema de legislação extremamente rigorosa, envolve a Anac – porque a Anac dividia as atribuições com outro órgão que controlava esse sistema, depois houve a unificação –, a burocracia nos impedia. Já que é o próprio Governo Federal que financia, talvez ele próprio possa executar, comprar através de licitação.

Eu vi nesse eslaide que nenhum Estado praticamente conseguiu, na parte de aviação, cumprir a sua contrapartida, não por falta de dinheiro, porque é financiado pelo Governo Federal, mas pela impossibilidade prática de licitar e executar. Talvez seja uma sugestão nessa parte.

De qualquer forma, eu agradeço o avanço que está sendo feito, agradeço ao Presidente Temer por ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

baixado recentemente esse decreto que aprimorou, tirou algumas irregularidades. Só por ter criado, Senador João Alberto, o Comitê de Fronteira dentro da Casa Civil, isso significa que o Presidente Temer está olhando esse projeto com muito afinco. Afinal, ele foi Secretário de Segurança Pública, Procurador de Estado e um dos coordenadores, como Vice-Presidente da República, desse programa.

Outro dado muito importante apresentado – está aqui o coautor do requerimento, Senador Wellington Fagundes, que vai assumir a Presidência e finalizar os trabalhos, porque sei que tem algo a dizer a esse respeito – foi a questão de se dar um prazo de 24 meses para um governo estadual que tem quatro anos, portanto 48 meses pelo menos de permanência no poder, para cumprir muitas vezes questões tão complexas quanto as que envolvem inclusive serviço de inteligência. Talvez o próximo decreto possa vir com esse prazo de 24 meses, prorrogáveis por mais 24 meses. para a execução de tema tão relevante.

O que importa é que nós estamos avançando. O que importa é que esta é a primeira de inúmeras audiências públicas que faremos.

Repito pela terceira vez: ontem fizemos um grande avanço no Congresso Nacional quando criamos a Frente Parlamentar Mista de Fronteira. Essa vai ser, sem dúvida, uma questão que estará a todo o tempo na pauta dessa Frente, da qual eu faço parte.

E uma última informação. Eu tive o privilégio de estar no Comando Militar do Oeste na semana passada, em Mato Grosso do Sul, onde está o projeto piloto desse sistema de inteligência de fronteira, o primeiro de três posteriores que virão, sendo um no Norte, outro no Sul e mais um, se não me engano, no Estado do Senador Wellington, que é o sistema via satélite de inteligência e de monitoramento de fronteiras. O pouco efetivo que temos poderá, através de um radioamador, *on-line*, no sistema interligado, a qualquer momento, chamar apoio, fazer a vistoria *in loco*, denunciar ou apontar aquilo que entende como suspeito para que o serviço possa operar.

Eu gostaria de finalizar, voltando a falar de um ponto de que eu discordo. Dizem: "Ah, mas os Estados não conseguiram gastar tudo". Talvez, no próprio decreto se deva dizer que, no ano, um pouco antes de fechar as contas, para aquele Estado que não conseguiu, imediatamente o recurso possa ser aplicado para pagar contas desse programa de outros Estados que estão executando.

O Sisfron foi criado para perdurar por dez anos. Sabemos que não serão apenas dez anos, precisaremos de mais dez. Esse é um problema que não se encerra. E o orçamento previsto por esses dez anos era de R$12 bilhões, o que significa que o orçamento previsto era R$1,2 bilhões por ano. E R$300 milhões em quatro anos é muito pouco. Que sejam pelo menos R$300 milhões por ano.

Isso não é um custo, é investimento, porque – palavras do comandante lá no meu Estado, que hoje é o único que representa e que coordena o Sisfron no Brasil – "se nós aumentarmos em apenas 1,5% a eficiência que nós estamos tendo, nós já pagaremos esses R$1,2 bilhões que são investidos nos Sisfron". Repito: se nós formos eficientes em apenas 1,5% do total da conta do custo do narcotráfico no Brasil por ano, que está avaliado em cerca de R$60 bilhões, nós já estaremos cobrindo esses – entre aspas – "gastos", que eu chamo de investimentos, do Governo Federal de R$1,2 bilhão.

Daí a razão de eu haver proposto, junto com Senador Wellington, esta audiência pública. No ano que vem, teremos outras, talvez com foco mais específico, graças ao apoio e às informações dadas, muito relevantes, pelos três convidados. Agora nós podemos nos sentar, avaliar essas informações e ter focos mais claros para alcançarmos, em conjunto, o objetivo.

Antes de entregar o término desta audiência ao Senador Wellington, que vai fazer as suas considerações, e depois ao Vice-Presidente da Comissão – já, mais uma vez, agradecendo a presença dos senhores –, eu gostaria de dizer, em nome de Mato Grosso do Sul, ao Governo Federal que, apesar de tudo, avançamos muito. Mato Grosso do Sul hoje é uma referência. E nós estaremos junto com os outros colegas falando dos avanços que tivemos em relação ao sistema.

Eu não tenho dúvida de que o Plano Nacional de Fronteiras terá a capacidade de diminuir a violência que hoje assola os grandes centros e pequenas cidades do Brasil. E, mais importante do que isso, nós falamos sempre dos problemas, não é, Senador Wellington? Nós temos que começar a falar também das oportunidades que a fronteira tem a oferecer à sua comunidade local, aos seus Estados, ao Brasil e a toda a América do Sul. Ali, mais do que talvez em qualquer lugar do Brasil, nós temos uma diversidade infinita cultural: é a junção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de povos que deu fruto a essa mistura de raça, de sabores, de cores, de arte, de cultura.

Nós queremos virar essa página dos problemas para, no momento oportuno, nós falarmos das riquezas do interior do País, especificamente da fronteira seca do nosso amado País.

Com a palavra e assumindo os trabalhos desta audiência pública o Senador Wellington Fagundes, do Estado de Mato Grosso, que é coautor da nossa audiência pública.

Agradeço a presença, mais uma vez, dos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom, nós já estamos, na verdade, tocando a audiência.

Quero aqui agradecer à Senadora Simone Tebet por me dar a oportunidade de estar aqui, bem como a todos que aqui estiveram presentes. Não vou aqui detalhar os cumprimentos, até porque a Senadora tem compromisso agora. Depois que ela sair, vou justificar porque demorei tanto para chegar.

Eu só queria, Senadora, ouvir aqui V. Exª, que é não apenas uma Senadora atuante e competente, mas foi prefeita e conhece muito bem o intercâmbio que existe hoje entre o Mato Grosso do Sul e os países vizinhos. Eu fui estudante em Campo Grande e gostaria de ouvir de V. Exª exatamente pelo seu final. As vezes, sinto que nos falta a preocupação com a segurança e um trabalho no sentido de melhorar a questão da integração do Brasil com os países vizinhos.

Às vezes, sentimos que existe até uma certa discriminação. Por exemplo, no passado, falava-se: "Isso é produto paraguaio", como se fosse produto sempre de quinta linha. Nós já estamos vendo hoje um esforço do Paraguai muito grande na sua industrialização, nos incentivos, enfim. Sabemos que a mão de obra do povo paraguaio é de excelente qualidade. É um país que tem uma economia estável há muito tempo, assim como a Bolívia, com a sua diversidade cultural.

Então, eu gostaria de ouvir V. Exª, para contribuir naquilo que nós poderemos propor em outras audiências – depois vou discutir um pouquinho a questão da segurança, porque isso também, é claro, nos preocupa –, e no que principalmente o Brasil, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul poderiam fazer no sentido de haver uma melhor integração para que a questão da segurança, que é um problema maior, possa ser minimizado e, quem sabe, até deixar de ser um problema, e passarmos a ter uma solução.

Esses investimentos em tanta tecnologia de controle... Estamos vendo agora, nos Estados Unidos, a discussão da construção de um muro na fronteira com o México. Será que isso resolveria a situação do México com os Estados Unidos?

Então, fica a questão para a consideração de V. Exª, porque acho que vai contribuir muito, principalmente agora, do lado de lá.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu lhe agradeço, Senador Wellington. Não sou especialista no assunto, mas vivo, como V. Exª, em um Estado de fronteira. Conheço um pouco da realidade do meu Estado, que não é muito diferente da de Mato Grosso. Talvez seja muito diferente da nossa querida zona amazônica.

Basicamente, acho que temos dois problemas diferenciados, e as respostas seriam muito distintas. Um diz respeito ao combate à criminalidade, que é o narcotráfico em si. O outro é mais tributário, de evasão de divisas, e depende não só de acordos bilaterais, mas também – e aí concordo – de um aumento de efetivo da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária, da Polícia Militar, para que possamos fazer com que a mercadoria, que, como V. Exª disse, não é de quinta linha, muitas vezes é de primeira linha, do Paraguai entre pela fronteira do Brasil, mas pagando impostos, e não competindo de forma desleal com os nossos pequenos empresários e comerciantes que compram as mercadorias de indústrias brasileiras.

Então, o que nós temos, nessa outra parte, que pode ser tema de outra audiência pública, além do problema da evasão de divisas, que é muito grande, talvez a solução para o rombo fiscal do Brasil e para que nós não precisemos mais aumentar impostos do povo brasileiro seja uma ampla frente de trabalho, com a ajuda do próprio sistema de inteligência, que é o Sisfron, para controle das nossas fronteiras, o que acontece de uma forma, talvez, mais efetiva no Paraná, por conta de Foz do Iguaçu, mas não acontece em Ponta Porã, no meu Estado, que faz fronteira com o Paraguai, nem em Corumbá, que faz fronteira com a Bolívia, e, acredito, não acontece na fronteira de Mato Grosso, que também faz fronteira com a Bolívia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Se nós conseguirmos fazer esse controle para que as mercadorias que vierem desses Estados paguem o Imposto de Importação e o Imposto sobre Produtos Industrializados, nós estaremos diminuindo a evasão fiscal no Brasil e diminuindo a sonegação. Estima-se que, se se der um pouco mais de estrutura para os auditores fiscais, para a Fazenda, envolvendo a parceria com os Estados, se eles forem minimamente mais eficientes pela estrutura a mais que terão, eles poderão... Hoje a sonegação é de cerca de R$500 bilhões por ano. Claro que ela não vem, necessariamente, da fronteira, pois é a sonegação dos nossos comerciantes e empresários também. Se nós dermos estrutura, os auditores falam que conseguem, da sonegação, dos R$500 bilhões sonegados, apurar e devolver aos cofres públicos algo em torno de R$100 bilhões. Se nós conseguirmos saltar de R$100 bilhões para R$150 bilhões, ainda vão ficar R$350 bilhões sonegados. Nós estamos falando de R$50 bilhões a mais. São, pelo menos, quatro CPMFs por ano. Nós não estaríamos com um rombo fiscal que estamos e não teremos mais rombo fiscal, o que significa fechar as contas "no vermelho"...

Já vi que V. Exª já vai preparar uma audiência pública para o ano que vem, já que teve ideia a respeito, mas eu acho fantástico que passe pela Comissão de Desenvolvimento Regional.

No que se refere à questão mais específica da nossa audiência pública – e nós tratamos também da sonegação –, que é a questão do narcotráfico e do armamento que passa pesado pela fronteira e que vai chegar à favela do Rio de Janeiro e aos bairros mais humildes do Estado de São Paulo, causando a morte de nossos milhares de jovens, normalmente de baixa renda, causando toda sorte de violência, eu acho fundamental que esse Plano Nacional de Fronteiras saia do papel, com todas as deficiências. Todos os lados reclamam, todos os lados têm as suas razões. Nós, nos nossos Estados, pleiteamos mais agilidade do Governo Federal e mais recursos. O Governo Federal, através do Ministério da Justiça, diz: "Tem hora que a gente deixa o recurso na conta, e o Estado não consegue executar". Talvez a primeira integração a ser feita não seja com a fronteira seca do lado do Brasil com os Estados, os nove países fronteiriços. Talvez a primeira integração a ser feita – uniformidade, diálogo, apoio, coordenação – seja entre nós, entre o Governo Federal e os 11 Estados da fronteira seca do País, vendo, com isso, quais são as deficiências, para que o Presidente da República, que é bem-intencionado, que colocou um comitê dentro da Casa Civil para ajudar a resolver esse problema, possa, através de decreto – nem é preciso lei –, modificar a legislação para darmos agilidade nesse plano nacional.

São as considerações que deixo para o final. Já falei demais nesta audiência pública.

Agradeço a pergunta do Senador Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Quero agradecer muito à Senadora Simone Tebet, e, claro, vamos ter que fazer outras discussões, porque este assunto, sem dúvida nenhuma, não tem como ser findo.

Quero passar ao Senador João Alberto, até porque já está aí, se ele tiver alguma consideração. Como cheguei ao final, tenho tempo para ficar aqui e ainda, depois, fazer as minhas considerações.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Eu não tenho nenhuma consideração a fazer, mesmo porque eu não domino essa matéria. Fiquei aqui a pedido da Senadora Simone. Tenho outra comissão me chamando, que era para presidir e, já que temos quórum, votar matérias após esta audiência pública. Nenhuma consideração a fazer.

Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Então, vou começar aqui com uma pergunta feita por um internauta.

Comentário de Julio Pizani: "Quem tem que coordenar as ações de fronteira são as Policias Federais (PF e PRF), responsáveis pelas maiores apreensões ímpares no combate aos crimes fronteiriços. É só dar uma analisada no mapa de apreensões para terem a certeza da eficiência no combate a todos os crimes". Na verdade, é uma afirmação que está sendo feita.

Eu queria, da minha parte, agradecer ao Edvaldo Pereira Fortunato e também ao Dr. Bolívar Pêgo Filho, em nome do Ipea, e ainda ao Major Fábio, que representa o meu Estado.

Quero reconhecer o papel do Gefron (Grupo Especial de Fronteira), no trabalho eficiente que vem executando na região. Esta audiência tem exatamente o objetivo de discutir o Plano Estratégico de Fronteiras. Claro que a grande preocupação é como guardar a nossa fronteira, como proteger a nossa fronteira, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

evitar o narcotráfico e o contrabando.

Eu também comungo da mesma preocupação, mas gostaria de fazer esta segunda etapa, principalmente levando para a questão da integração, porque percebo que, às vezes, se gastam fortunas nesses programas com países e se esquece do desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Estamos acostumados a ver muitas obras, às vezes em parceria com países, às vezes obras internas, no nosso País. Por exemplo, vamos falar sobre a construção de uma ferrovia ou até de uma estrada. Faz-se uma estrada ou uma ferrovia de centenas de quilômetros e esquece-se de promover o desenvolvimento social daquela região. De repente, vemos um progresso desordenado e, no caso do Brasil, a ferrovia depois sendo tomada pelas comunidades que se vão criando ali, com bolsões de pobreza, sendo necessário, depois, construir um contorno rodoviário ou um desvio ferroviário, que custa mais do que a obra de interligação, às vezes de 100km, 200km.

Lembro-me aqui do processo de construção da Ferrovia Carajás. Na época, a Companhia Vale do Rio Doce era uma empresa pública, de caráter público. Lá tivemos o exemplo de um programa organizado de desenvolvimento daquela região. Depois foi concessionada. Vive-se a realidade, mas o importante é dizer que ao longo da construção foram criadas sete cidades. Promoveu-se o desenvolvimento. Se depois desorganizou alguma coisa, pelo menos houve um planejamento.

Eu gostaria de ouvir de todos vocês, principalmente do Ipea, a visão de vocês e que acham que nós poderíamos fazer: a construção de um plano como esse ou qualquer plano, concomitantemente com o plano de desenvolvimento da região; o que nós poderíamos promover no sentido de fazer com que a segurança fosse reforçada e, ao mesmo tempo, levando assistência àquelas pessoas ou a ocupação mais ordenada da região. Por exemplo, em Mato Grosso, nós temos 720km de divisa seca. Então, não será um muro que vai resolver o problema, não será uma sinalização. Assim como a Amazônia. Por ser de Mato Grosso, nós estamos na região Centro-Oeste, mas também estamos na Região Amazônica. O Mato Grosso todo está na Amazônia Legal.

Eu ouço muito essa questão ambiental. Quanto mais no interior da Amazônia, ouvimos as pessoas dizerem: "Olha, o governo chamar as pessoas, como foi feito no passado, para ocupar a Amazônia e não entregar...". Hoje vemos – e discutimos isso, na semana passada, na Casa Civil – que, de todos os assentados na Região Amazônica, até hoje ninguém foi documentado. Só no Mato Grosso, são mais de 100 mil famílias que foram para lá, ocuparam, de acordo com o que o governo pediu, e muitos hoje estão sendo criminalizados. Por quê? Porque estão fazendo o desmatamento desordenado e por diversas outras situações. E essas pessoas, por não terem documento, não podem fazer um financiamento e, consequentemente, não têm como fazer a exploração racional do que ali está. Então, a primeira coisa que fazem é vender amadeira, garimpar, etc.

Então, tomando isso como exemplo, eu gostaria de ouvir a consideração de vocês, dos três, principalmente do Gefron, que tem o papel de combater. Eu tenho certeza de que vocês devem se deparar no dia a dia muito com problemas sociais, como de ter que salvar crianças, de levar alimento a uma família que está passando necessidade, de auxiliar uma família que está sendo desvirtuada exatamente porque pegam uma criança para transportar droga, situações provocadas pela necessidade e pela fome.

A Senadora Simone Tebet voltou e gostaria de...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu gostaria, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, a pedido de alguns Senadores do Governo, de solicitar que V. Exª suspenda a audiência pública apenas para aprovar um projeto de relevância para os Municípios, que prorroga o prazo para que os Municípios possam dispor melhor sobre a mobilidade urbana, aproveitando que temos quórum. E lembro que hoje, na CCJ, está se discutindo o fim do foro privilegiado. Além disso, há a discussão da medida provisória sobre a escola integral no ensino médio. Então, apenas uma suspensão da audiência pública por três minutos. Leríamos rapidamente esse projeto de interesse dos 5.580 Municípios do Brasil e continuaríamos com esta audiência pública tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Concordam? Então, eu gostaria de convidar novamente a Senadora Simone Tebet para assumir a Presidência, a fim de que eu possa relatar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – V. Exª concorda em relatar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Então, está ótimo.

Nós vamos, então, atender à solicitação da Senadora, indo agora para a segunda parte da reunião, para o item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, de 2016
- Não terminativo -

Altera os §§ 3º e 4 do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estender o prazo exigido para a apresentação dos Planos de Mobilidade Urbana.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra

Relatoria: Senador Gladson Cameli

Relatório: Pela aprovação da Matéria.

Observações:

- A matéria constou na pauta da 15ª Reunião, em (17/08/2016), 16ª Reunião, em (13/09/2016), e da 19ª Reunião, em 19/10/2016.

- Aprovado o Relatório a Matéria segue ao Plenário do SF.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet, designando-a Relatora.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Como V. Exª bem mencionou, trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2016 (Projeto de Lei nº 7.898/2014, na Casa de origem), do Deputado Carlos Bezerra, que altera os §§3º e 4º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estender o prazo exigido para a apresentação, por parte dos Municípios, dos Planos de Mobilidade Urbana.

O art. 1º do PLC nº 22, de 2016, anuncia que a lei altera os §§3º e 4º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estender o prazo exigido para a apresentação dos Planos de Mobilidade Urbana por seis anos.

O art. 2º modifica a redação da lei citada para estender de três para seis anos o prazo máximo para que o Plano de Mobilidade Urbana seja integrado ao plano diretor municipal existente ou em elaboração, lembrando que está para vencer agora essa obrigação dos Municípios. Se não aprovarmos este projeto, os Municípios teriam praticamente até o final do ano para elaborar esse Plano de Mobilidade Urbana. Diante das dificuldades financeiras, mudanças de gestores – teremos a posse de todos os prefeitos municipais, em 1º de janeiro –, realmente, não há como não prorrogar por mais três anos a obrigatoriedade de os Municípios incorporarem no Plano Diretor o Plano de Mobilidade Urbana.

O art. 3º contém a cláusula de vigência.

O autor do projeto alega que os Municípios com mais de 20 mil habitantes teriam até abril de 2015 para apresentar os seus Planos de Mobilidade. Portanto, como eu disse, até o final do ano estão no limite para justificar depois junto aos Tribunais de Contas.

Entretanto, a tarefa não seria simples, tendo em vista a escassez de pessoal qualificado para realizar o trabalho. Ademais, haveria pressão de outras demandas determinadas pela legislação federal, tais como o Plano Municipal de Resíduos Sólidos e o Plano Municipal de Saneamento. Quer dizer, aconteceu de, num momento de crise, de dificuldade financeira por parte dos Municípios, eles terem uma série de obrigações que custam, financeiramente falando: Plano de Saneamento Básico, Plano de Mobilidade Urbana, Plano Diretor, Plano de Resíduos Sólidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Assim, seria necessário adequar a legislação à realidade brasileira, estendendo e prorrogando esse prazo.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

Da análise.

De acordo com o Regimento, compete à CDR opinar sobre esta matéria. A Lei nº 12.587, de 2012, que institui a Política de Mobilidade Urbana, refere-se realmente a essa questão e menciona esse prazo para os Municípios.

O art. 24 define que o Plano de Mobilidade Urbana é o instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade, estabelece essa obrigação para Municípios acima de 25 anos.

Acreditamos que assiste razão ao autor do projeto no que diz respeito à complexidade da tarefa de elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana por parte dos Municípios.

O Plano deverá conter, entre outros aspectos: os serviços de transporte público coletivo; a circulação viária; a acessibilidade para pessoas com deficiência; as áreas de estacionamentos públicos e privados, gratuitos ou onerosos; os mecanismos e instrumentos de financiamento do transporte público coletivo e da infraestrutura de mobilidade urbana; a sistemática de avaliação, revisão e atualização periódica do Plano de Mobilidade Urbana em prazo não superior a dez anos.

Aliados à complexidade de elaboração do Plano, os Municípios ainda enfrentam escassez de recursos humanos e financeiros.

Assim, é altamente meritório o PLC nº 22, de 2016, cujo objetivo simplesmente é a prorrogação.

Ante o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei que estabelece que – só vou ler o mais importante –, no art. 24, §3º, o Plano de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao Plano Diretor Municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de seis anos da vigência desta lei.

Acredito que, nos próximos quatro anos, isso será realizado por todos os novos prefeitos municipais que assumirão a partir de 1º de janeiro do próximo ano.

Sr. Presidente, é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu solicito, Sr. Presidente, em requerimento oral, o pedido de urgência para que esse projeto possa ser pautado no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Está encaminhado.

Então, a proposta da Senadora Simone Tebet de urgência por parte da Comissão é regimental. Nos termos do art. 338, inciso IV... No caso de urgência, é previsto no art. 336, inciso II.

Submeto à votação a proposta do pedido de urgência ao PLC 22, de 2016, requerido pela Senadora Simone Tebet.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão irá propor a urgência regimental ao Plenário da Casa. E a Presidência da Casa será informada.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 19ª e 20ª Reuniões desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Então, retornando agora à nossa audiência pública. Fica livre aqui para quem gostaria de usar a palavra primeiro, dentro do tema que nós tínhamos colocado.

Dr. Bolívar.

O SR. BOLÍVAR PÊGO FILHO – Senador, muito obrigado pela observação e pela pergunta.

No nosso entendimento, eu acho que as coisas são relativamente claras. A fronteira brasileira é imensa, diversa, complexa e diferente. Então, não há...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT. *Fazendo soar a campainha.*) – Pois não, pode continuar.

O SR. BOLÍVAR PÊGO FILHO – Não há recursos financeiros, humanos, tecnológicos suficientes para abarcar tudo de forma simultânea. Então, é preciso o quê? Dar prioridades.

Como o próprio Ministério da Justiça diz, aqui estão os principais pontos vulneráveis da fronteira brasileira. E nós tentamos mapear aqui, dentro dos pontos vulneráveis, onde estão localizados os principais ilícitos. Então, eu acho que uma forma de iniciar os trabalhos e começar a dar mais foco às ações seria, inicialmente, entender melhor essas regiões de conflito e priorizar. O que nós queremos atacar primeiro? É o tráfico de entorpecentes? Se for tráfico de entorpecentes, eles estão minimamente mapeados. As principais entradas estão aqui: Uruguaiana, Dionísio Cerqueira, Foz do Iguaçu, Corumbá, em Rondônia, aqui em Tabatinga e aqui em Pacaraima.

Então, a localização está muito bem mapeada. Se o foco é começar pelo tráfico de drogas, por exemplo, de que forma agora se pode centrar esforços para enfrentar o tráfico nesses pontos. Porque aí o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, que possivelmente podem falar com muito mais propriedade do que nós, grande parte, a infinita maioria do tráfico está localizadas nesses pontos. Em alguns outros mais talvez, mas é importante atacar o que existe de mais relevante, para otimizar tempo, recursos e tudo mais.

Se a prioridade for outro item, como evasão de divisas, por exemplo, que a Senadora tão claramente citou, onde está mais localizada?

Número 4. Nós temos evasão de divisas aqui no Acre. É um ponto extremamente referencial de evasão de divisas. Além desses, existe a possibilidade de localizarmos mais, dentre esses pontos que estão aí? Se existe, eu acho que é mais fácil trabalhar dessa forma.

Então, eu acho que os pontos estão devidamente mapeados pelo Ministério da Justiça. O que falta agora é o que pode se atacar primeiro. E isso sempre em parceria com os Estados e Municípios, como V. Exª já disse, e a Senadora já disse. Eu acho que o início é mais ou menos esse. Muita coisa da fronteira é desconhecida, mas muita coisa já se conhece. Não há a necessidade de se fazer mais diagnóstico.

Então, tentando responder a pergunta de V. Exª, eu acho que é mais ou menos isso, para iniciar um processo de o que fazer, como fazer, onde fazer e com quem, sempre em parceria com os Estados, e tentar, ao mesmo tempo, buscar os países vizinhos. E de que forma buscar os países vizinhos? A Senadora e V. Exª falaram do Paraguai. Quer dizer, de que forma a política pública adotada aqui, em parceria com os entes, pode ter resultado e estar devidamente negociada com os países vizinhos para que tenha efetividade.

Espero ter respondido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Dr. Fábio.

O SR. FÁBIO RICAS ARAÚJO – Sr. Senador, exemplificando aquilo que o senhor disse, da necessidade de a política de segurança vir acompanhada de políticas sociais, nós citamos o exemplo da nossa fronteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A principal atividade econômica daquela região é relacionada à pecuária, o senhor bem sabe disso, e uma das maiores ofertas de emprego é relacionada ao peão boiadeiro, ao jovem, cujo salário gira em torno de R$800, enquanto é ofertado a esse jovem também, da região, a oportunidade de fazer a travessia de droga, também na fronteira, a pé, uma atividade que dura em torno de uma semana. O jovem faz essa travessia a pé entre a Bolívia e os Municípios de Porto Esperidião, Cáceres, Pontes e Lacerda, e por esse trabalho, pela travessia da droga, ele vai ganhar em torno de R$5 mil.

Então, o que é que acontece muito hoje lá? Muitos jovens são conduzidos para a atividade do tráfico.

Reforçando o que o senhor disse, nós também entendemos que, aliada à necessidade de políticas de segurança, há a necessidade de políticas sociais.

Acho que era isso que eu tinha para exemplificar em relação às colocações do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Mais objetivamente, V. Sª poderia, pela vivência que tem lá, fazer aqui alguma sugestão, uma ou duas sugestões, por exemplo, de tomadas de iniciativa que pudessem ser simples, com que vocês já tenham tido experiência e que se fossem ampliadas ajudariam muito nesse intercâmbio para promover o desenvolvimento socioeconômico da região.

O SR. FÁBIO RICAS ARAÚJO – Nesse assunto, nós não temos, na verdade, muita experiência. Se o senhor me perguntasse como poderíamos ampliar, formas de aumentar apreensões, infelizmente, no Gefron, a gente observa realmente a carência de unidades de saúde, de vias pavimentadas para melhorar acesso...

Não saberia dizer para o senhor, não temos essa experiência.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Ou seja, o Gefron atua mais no combate, não tem, digamos, nenhum trabalho no sentido de desenvolvimento, em parceria com as comunidades?

O SR. FÁBIO RICAS ARAÚJO – Atualmente não, Senador. Infelizmente, não temos essa possibilidade. Não temos condições. Eu havia dito anteriormente aqui, Senador, que o Gefron hoje conta tão somente com 130 policiais, divididos em escalas, em turnos de serviço, para cobrir, como o senhor bem citou, 900km de fronteira, e isso não nos possibilita ter patrulhas permanentes em mais de 20% das vias rurais da faixa. Citei o patrulhamento rural, e também temos os 200km de área alagável, que compreende o nosso Pantanal. Não temos também. Temos dificuldade de por em prática patrulhas embarcadas, patrulhas fluviais para policiamento. Temos bastante deficiência com relação a recursos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Dr. Edvaldo.

O SR. EDIVALDO FORTUNATO PEREIRA – Com relação ao tema, diria o seguinte: nessas idas e vindas na fronteira brasileira, como o Senador bem pontuou, a questão é o desenvolvimento da região. A gente não só passa pela questão da fronteira. Eu sempre disse, nesses cinco anos em que percorri a fronteira, que temos áreas totalmente desertas, sem nenhum tipo de fiscalização. Por ali passam veículos e passa madeira.

Tempos atrás, abordamos um veículo vindo da Bolívia. Perguntamos por que ele estava entrando no Brasil. Ele disse que ia para a Argentina. Ora, se vai para a Argentina por que não continuou o caminho lá pela Cordilheira dos Andes? Aí, quando chegou no Gefron, paramos o veículo e ele estava com uma carga de drogas.

Então, vejam só, eu acho – e já ouvi muitas vezes – que a questão pontual não é só a segurança pública. É preciso também que o Governo Federal, no caso, aumente sua presença nas regiões. Nós temos uma estrada que sai de Rio Branco e vai até Cruzeiro do Sul, e não há fiscalização nenhuma. Todos os carros passam. É muito difícil, mas conseguem passar. Estou falando de tráfico, de descaminho, de tráfico de pessoas, de tráfico de drogas, de tráfico de armas. Todo mundo ouve, todos dias, dizer que essa é a realidade da fronteira. Mas acredito que, durante esses cinco anos, os investimentos do Ministério da Justiça, aquilo que se pode ver na questão do que se pensar fazer para a fronteira, é a presença estatal, do Governo, nas regiões.

Por exemplo, o colega falou da questão de Roraima. Ele esteve em Pacaraima, em Bonfim e na cidade de Lethem, e um dos maiores problemas lá – contado pela Prefeita da Lethem – é a questão dos índios. O pessoal da Guiana vai lá, estupra as índias, leva as índias para o outro lado, entrega drogas e bebidas alcoólicas para eles, e a presença do Governo é muito pequena nas localidades. A Prefeita se vê obrigada a criar um procedi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mento para abrigar índios, quando, na verdade, a Funai a que deveria estar agindo nesse ponto.

Consegui colocar um sistema de videomonitoramento na região. O Ministério da Justiça financiou e nós colocamos. A Polícia Federal agora monitora a entrada de Lethem para a cidade de Bonfim, no Brasil.

Por outro lado, você vê a questão de Pacaraima. Os delegados chegaram até mim e disseram: "Olha, Edivaldo, não sei se foi uma boa ideia monitorar a entrada de Pacaraima com a questão da Venezuela, da forma como está, porque nós não temos mais onde colocar presos venezuelanos". São sargentos, pessoas da guarda, da polícia venezuelana, que praticaram crimes na cidade de Pacaraima. Roraima tem de trazê-los. O maior problema é deslocar policiais de Pacaraima para trazê-los, por 220 km, até Boa Vista. Em Boa vista já não cabe mais. Então, nós estamos criando um problema.

O Ministro Alexandre de Moraes até disse que, na atual conjuntura do Plano Nacional de Segurança Pública, as questões relacionadas à redução de homicídios, a fronteiras, à violência contra a mulher e à racionalização do sistema penitenciário são os pontos para a afirmação dos convênios com os Estados, e tem que haver, nesses quatros tópicos, alguma coisa para ser financiada com os Estados.

Não seria diferente, porque não esquecemos da fronteira, que é uma das grandes prioridades. Mas eu sempre bato nessa questão de que a fronteira não é só segurança, é preciso integrar. As ações Integradas que vêm sendo citadas por vários órgãos da administração pública federal e que foram realizadas no passado – veja bem, a Operação Sentinela, a operação Ágata, operações Integradas – fazem, em determinado tempo,...

Eu estive conversando com o comandante do Gefron, e ele disse: "Eles vêm, avisam que vêm, e todo mundo foge. Depois, eu vou fazer o rescaldo". Eu perguntei a ele: "Coronel, que rescaldo é esse?". Ele, então, disse: "O pessoal pensa que acabou a operação, e eu vou lá e pego os traficantes".

O Major pode confirmar isso, para vocês verem que as ações precisam ser melhor planejadas quanto a essa questão. Gasta-se muito dinheiro, pontualmente, em cada região – essas operações não são baratas –, para, muitas vezes, o custo/benefício não ser compensatório.

Muito obrigado.

O SR. BOLÍVAR PÊGO FILHO – V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Pois não, Dr. Bolívar.

O SR. BOLÍVAR PÊGO FILHO – Quanto à questão social, Senador, primeiro, é preciso entender melhor a situação de cada Estado. Na Região Norte, por exemplo, há o Projeto Calha Norte. E grande parte das ações civis do Projeto Calha Norte se dá em função de deficiências das políticas estaduais e municipais.

Que tipo de atividade a parte civil do Projeto Calha Norte, em acordo com Estados e prefeituras, abarca? Até creches são construídas. Na realidade, essa não é uma atividade dos militares, é uma atividade local ou no máximo do Estado. Em função das deficiências, a Região Norte é a região menos conhecida e mais complexa. Então, o que acontece? O Ministério da Defesa precisa atuar como forma de ajudar Estados e Municípios.

Poços de água potável. Olhem o investimento aqui. Essa é a curva total do Projeto Calha Norte. Essa é a parte militar. Vejam a parte civil, como é muito maior do que a parte militar. Isso é para cobrir deficiência de política pública estadual e municipal.

É preciso entender a realidade local. Entendendo a realidade local, muitas atribuições são atribuições locais. O Governo Federal pode atuar? Pode, mas ajudando. Mas, às vezes, não necessariamente, tomando a frente e fazendo. Possivelmente, a região do senhor deve ser diferente, e diferente para melhor, e a Região Sul também.

Então, é uma forma de entender melhor a realidade local e social para que haja políticas públicas mais afetivas, e parte-se para um melhor conhecimento e uma pareceria forte com os Estados e Municípios.

O colega Edivaldo já disse claramente:...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BOLÍVAR PÊGO FILHO – ... a fronteira precisa deixar de ser um problema para ser um ponto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

integração. Há pessoas que vivem lá. E as pessoas se sentem absolutamente isoladas, isoladas da capital do Estado. De Brasília, então, nem se fala.

É deixar de ser um problema para ser um ponto de integração também. Porque a fronteira, ao mesmo tempo em que é local, é internacional, é regional. Ela tem múltiplos papéis. E o local só vai morar lá com um mínimo de qualidade de vida se entender toda essa lógica e trabalhar de forma integrada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – É exatamente nesse sentido que eu fiz a provocação, porque entendo que nenhum programa, se ele não tiver realmente essa amplitude inclusive que o Calha Norte teve... E eu quero elogiar aqui exatamente a concepção do Calha Norte, que foi um programa militar mais preocupado com a promoção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental de uma região.

E aqui, como todo o Brasil está nos ouvindo, é importante dizer para as pessoas de São Paulo ou de outras partes do mundo e do Brasil que cobram muito do amazônida, que ele tem que preservar a Amazônia, que não se faz mais hoje uma preservação sem tecnologias, sem pesquisas, sem ciência, não dá para esperar que as comunidades indígenas consigam viver de forma isolada.

E hoje ainda há muitas pessoas que defendem que tem que deixar lá a comunidade indígena totalmente isolada. Eu sempre tenho dito que para o vírus não há como você determinar uma barreira, fazer aqui um muro, alguma coisa, e agora não vai passar mais o vírus. Não. Hoje, com a integração, com a globalização, você não define nem país mais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Não existe mais fronteira. Hoje, a tecnologia está no satélite. Então, qualquer comunidade isolada tem hoje oportunidade de conseguir meios de comunicação e outras situações. Quando você proíbe ou não deixa chegar algumas condições de melhoria de qualidade de vida de certas comunidades, você está cometendo, a meu ver, até uma desumanidade.

Eu sempre exemplifico com um caso que ocorreu na minha cidade natal, Rondonópolis, no Mato Grosso. Os índios bororos foram os primeiros da região. Veio o progresso, o desenvolvimento, e eles ainda continuam lá, em uma área de reserva de 10 mil hectares. De repente, nós nos deparamos com uma mortalidade infantil dos índios muito grande, dos nossos irmãos índios, e fomos analisar. Depois detectamos que o problema era de saneamento. Ou seja, estavam tomando água contaminada do rio. E não foi com muito recurso. Consegui, à época, através de uma emenda no Orçamento, R$250 mil aproximadamente. Foi feito um poço artesiano. Levou-se a energia monofásica e, com isso, chegou água tratada e energia. Com energia chegou a geladeira, primeiro, para guardar as vacinas, mas logo os índios perceberam que poderiam utilizá-la para fins domésticos; e chegou a televisão, melhorando a qualidade de vida. Praticamente resolvemos o problema da mortalidade infantil, dada aquela questão no saneamento básico.

Então, lá na Amazônia ou em qualquer comunidade, quando você proíbe chegar certos benefícios, achando que está protegendo aquela comunidade isolada, muito pelo contrário. A visão do Calha Norte foi exatamente esta: aqueles que foram para a Amazônia estão lá cumprindo o papel de proteção de toda uma extensão territorial brasileira. Se não fossem esses homens e mulheres, brasileiros de todos os recantos que para lá foram, com certeza, a tese da internacionalização da Amazônia já poderia ter sido muito mais presente. O que prevê o Calha Norte? Eu vou ler: defesa, segurança, desenvolvimento, presença do Estado, ocupação, estrutura e atendimento da população local.

Repito: todos aqueles que para lá foram... Hoje é muito comum vermos operações da Força Nacional, no sentido de ir lá combater, principalmente essa questão do desmatamento. Claro que ninguém quer ver uma agressão ao meio ambiente, mas eu quero aqui chamar a atenção do Brasil. Aquelas pessoas que estão lá, que foram para lá, levadas e chamadas pelo Governo, há 30, 40, 50 anos, que ocuparam, seja através de posses, seja através de assentamentos do Incra, e aí mais ainda, porque, se é um assentamento oficial do Governo, e essas pessoas estão lá sem terem a sua documentação. Essa é a maior forma de promover a ocupação desordenada e, principalmente, a degradação ambiental, porque as pessoas não têm outra forma. Se ele não tem o documento, se ele não tem como pegar o financiamento, ele não tem como desenvolver nem a autossustentação familiar. Então, não chega lá. o Incra ficou de levar a estrada, não levou a estrada. O Governo ficou de levar a infraestrutura mínima. Além de não ter levado, em muitos casos, deixou aquelas pessoas abandonadas, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pior, sem documento.

Então, nós precisamos fazer um programa. Inclusive a nossa Bancada de Mato Grosso definiu, em emenda para o próximo ano, impositiva – temos direito a duas – a regularização fundiária. Agora, precisamos – e o Governo está agora já na fase final de edição – de uma medida provisória.

Eu quero aqui chamar a atenção da Casa Civil. Na semana passada tivemos uma reunião com o Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e com o Secretário Executivo. Definimos a edição dessa medida provisória para facilitar a documentação para esses milhares de assentamentos que lá estão. São milhares de pessoas. Só no Mato Grosso, como eu disse, são mais de 100 mil famílias que não têm os documentos.

E a mesma situação que temos na zona rural temos também na zona urbana. Hoje mesmo, está aqui, em Brasília, um companheiro lá de Guarantã. Ele veio me pedir uma audiência para regularizar duas áreas urbanas no Município de Guarantã. As pessoas não têm documento e vivem numa desorganização.

Então, a nossa emenda para o próximo ano já está aprovada. São R$78 milhões. Vamos agora tentar – eu sou o Relator da LDO – acrescentar esse valor, no objetivo de que possamos fazer uma parceria e proporcionar dignidade e independência a essas famílias, fazendo com que possam obter, através do documento, financiamento e promover o desenvolvimento.

E vou citar um dado importante. O Mato Grosso é o maior produtor hoje do Brasil de *commodities* agrícolas. Somos o maior exportador de soja, o maior exportador de milho, respondemos por 54% da produção nacional de algodão, o maior rebando bovino, já temos uma das maiores produções de suínos e de aves; enfim, de outros tantos produtos agrícolas, sem falar na questão mineral, porque não temos nem 1% da nossa capacidade mineral explorada no Mato Grosso. O que se explora é só diamante e ouro. E esse Estado gigantesco, com essa produção, como eu já disse aqui, com um dos índices de produtividade dos maiores do mundo, com toda a competição, com toda a dificuldade da nossa logística, porque estamos no centro do Brasil, no centro da América do Sul, então, as distâncias são muito longas, com toda essa condição, toda essa produção recorde está em apenas seis milhões, aproximadamente, de hectares. E temos a mesma área de assentamentos rurais sem documentos, de seis a sete milhões de pessoas que poderiam produzir.

Imaginem bem, se nós somos o maior produtor do Brasil, em seis milhões de hectares, se temos mais seis milhões de áreas, vamos dizer irregulares, porque se as pessoas não estão documentadas, estão em área irregular, poderíamos, então, dobrar, triplicar a nossa produção sem derrubar um pé de árvore. Claro, essas pessoas também poderiam gerar muito mais riquezas, diminuir o impacto no que se refere à questão da saúde e, inclusive, naquilo que nós estamos discutindo aqui e que é exatamente a questão da segurança.

Então, não dá para se falar em nenhum programa de segurança se o Governo não planejar dentro de um programa como é a concepção do Calha Norte, um programa que tem um arcabouço geral em que se preocupa principalmente com o ser humano, com as famílias que lá estão. Eu sei qual é o papel da polícia, que tem que ir lá combater, mas se ela não tiver um instrumento para promover o desenvolvimento social, ela vai cometer também muita injustiça social. E isso é uma situação inerente. Se está lá o programa para ela combater, ela tem que fazê-lo.

Mas também eu gostaria de discutir aqui em outra oportunidade o que podemos fazer para promover o desenvolvimento socioeconômico, ambiental, principalmente dessa região fronteiriça, que é onde a gente vê mais abandono do Estado, menos presença do Estado. E quando o Estado chega, de repente, com a Força Nacional para combater, aparentemente, sai na televisão: "Foram lá. Prederam tanto de droga, prenderam tantas pessoas", como aconteceu já no meu Estado. De repente, a Força Nacional chega lá e há aquele choque, pois é a função dela. Mas também, naquele mesmo momento, comete-se muita injustiça social.

Então, eu quero aqui dizer que também na nossa região, na região de Cáceres, uma cidade fronteiriça, uma das regiões mais carentes ainda de investimentos, de desenvolvimento, fala-se na ZPE, uma história de mais de trinta anos. Felizmente, parece-me que agora estamos conseguindo chegar à implantação da ZPE, que vai ser fundamental para promover o desenvolvimento econômico da região.

Há também a questão da hidrovia Paraguai-Paraná. O desenvolvimento de Mato Grosso começou exatamente com a hidrovia. Foram lá e discutiram que ambientalmente não era mais possível fazer a navegação, e isso foi abandonado. Ora, todos os países do mundo que têm esse potencial aproveitam a navegação como o melhor meio de transporte, o mais barato, o mais eficiente. E o Brasil, não. Abandona-se aquilo que poderia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ser economicamente muito mais viável para o Brasil.

Nós tínhamos 35 mil quilômetros de ferrovias, hoje temos 12 mil, 13 mil quilômetros de ferrovias funcionando. Ou seja, Brasil se desenvolveu, e passamos a ser muito mais um País rodoviário. E, aí, consequentemente, o volume de acidentes que ocorrem no Brasil, nas nossas estradas, é maior do que muitas guerras que acontecem no mundo. Tudo isso está relacionado com a violência também, porque é a violência no trânsito. É a violência em função de quê? De um desenvolvimento desorganizado. Por isso, essa questão também da hidrovia é fundamental.

Eu tenho sempre dito que hoje, com a tecnologia existente no mundo, não são mais os rios que precisam se adaptar às embarcações. Nós temos perfeitamente condições de fazer com que as embarcações sejam adaptadas às reais condições de cada localidade, de cada rio ou de cada condição de navegabilidade.

Da minha parte, eu quero ainda aqui agradecer imensamente a presença do Dr...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Antes do final, eu vou passar às considerações finais.

Eu quero aqui agradecer a presença de todos vocês, porque esse assunto de segurança, seja ele de fronteira ou não, não podemos vê-lo nunca de forma focada. Por isso, eu gostaria aqui de provocar todos que estão nos assistindo para que, ao cobrar de todos nós ou que se cobre: "Precisamos fazer uma lei mais rígida", "há a questão da inimputabilidade do jovem", enfim... Será que adianta prendermos mais? Ou nós precisamos encontrar solução para que a criança tenha mais creche, para que a criança tenha mais oportunidade?

Sempre tenho dito que ninguém nasce bandido. A criança se transforma depois em bandido porque ela não teve a oportunidade, às vezes, da estrutura familiar; ela não teve oportunidade de ter condição para se desenvolver, às vezes nem fisicamente, porque não teve uma boa alimentação, não teve uma creche, não teve uma boa escola. Antes de pensar em muita estrutura de combate, eu acho que nós temos que ir para o embate do desenvolvimento social. Claro, cada programa cumprindo o seu papel, cada um na sua função, mas, acima de tudo, nós temos que olhar o ser humano e as consequências daquilo que vamos fazer para o desenvolvimento social daquela comunidade ou daquela região.

Eu passo a palavra ao Dr. Bolívar, e agradeço-lhe a presença. O Ipea tem contribuído muito com o Brasil, um instituto que é referência mundial. Eu agradeço-lhe muito aqui.

V. Sª pode fazer, então, suas considerações finais.

O SR. BOLÍVAR PÊGO FILHO – Senador, muito obrigado.

Quero só fazer um registro, aproveitando a referência do senhor sobre as irregularidades.

Nós estivemos em Pacaraima na semana passada. A cidade de Pacaraima, que tem mais de 20 mil habitantes, é uma cidade cuja área urbana é totalmente irregular. Não se pode ter a escritura de um terreno, por exemplo. Tudo lá é na base do contrato, quase que um contrato de gaveta, porque a cidade está localizada em uma área indígena. E temos que trabalhar isso de uma forma muito mais intensa com a Funai para ver de que forma o Município pode ser regularizado. Isso cria problemas sociais graves também para o Município e para a região. Só para deixar registrado.

Eu agradeço a V. Exª pelo convite, e à Senadora Simone Tebet. Em nome do Ipea eu agradeço, e a gente está sempre à disposição.

Eu falei para a Senadora, nós estamos com uma pesquisa mais densa de avaliação da fronteira brasileira. Estivemos em Roraima na semana passada. Ano que vem estaremos no Arco Central e no Arco Sul e, possivelmente, na região leste, na fronteira leste, que é onde está a maior parte da população brasileira, os principais portos, aeroportos, os principais ativos – do ponto de vista urbano, principalmente; e hoje a Amazônia Azul, que é o pré-sal. Quer dizer, é preciso também ver o outro lado. A gente está à disposição para também trazer os resultados da nossa pesquisa, para que possam ser mostrados e discutidos aqui na comissão.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós agradecemos.

Passo a palavra ao Dr. Edivaldo para suas considerações finais.

O SR. EDIVALDO FORTUNATO PEREIRA – Eu gostaria de agradecer a todos, principalmente pela oportunidade de estar aqui debatendo um tema tão importante, que é o tema da fronteira; o Ministério da Justiça tem uma parcela nessas questões.

Coloco-me à disposição, e o Ministério da Justiça também.

Gostaria de agradecer mais uma vez a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Com a palavra o Dr. Fábio Ricas de Araújo, representando o Gefron do meu Estado, o Estado de Mato Grosso.

O SR. FÁBIO RICAS ARAÚJO – Senador, primeiramente quero agradecer por sua indicação para a nossa participação, e pela oportunidade de relatar a nossa realidade.

Quero dizer que o Mato Grosso ajuda muito o Brasil, não só em questões econômicas, mas também na questão de segurança. Eu citei anteriormente o quantitativo de entorpecentes que nós estamos apreendendo, logrando êxito em operações, retirando de circulação uma droga que não visa abastecer o Mato Grosso, onde somos 3 milhões – visa abastecer o Brasil. Então, há necessidade dessa ajuda no combate ao tráfico de entorpecentes.

Agradeço e coloco-me à disposição, também para contribuir com novas discussões.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Esta Presidência gostaria de registrar que os demais itens da pauta ficam adiados para a próxima sessão.

Queremos agradecer a todos os Senadores que se fizeram presentes, em nome do Senador Davi Alcolumbre, que é o Presidente da nossa comissão.

Como proponente, juntamente com a Senadora Simone Tebet, agradecemos a oportunidade de tê-los aqui, cada um contribuindo para que possamos esclarecer melhor. Espero que a população brasileira, especialmente dos Estados fronteiriços, possa não só discutir mais, mas também participar efetivamente disso.

Como colocou aqui o Fábio, quando lá, na região fronteiriça, está-se trabalhando e conseguindo fazer as apreensões de uma droga, está-se evitando que essa droga chegue aos grandes centros. Quando eu digo grandes centros, são principalmente os grandes centros consumidores, que são os centros de maior população. São Paulo, Rio de Janeiro, enfim, todos os grandes centros brasileiros, ou qualquer cidade.

A droga, sem dúvida alguma, é o mal maior que atormenta qualquer família. Só quem tem um membro na família envolvido é que sabe como isso pode destruí-la. Como eu disse aqui inicialmente, eu penso que a família sempre é a base de tudo. Qualquer processo, principalmente educacional, está calcado na família. Então, se há uma família estruturada, com certeza isso vai facilitar que qualquer programa possa ser desenvolvido pelo País.

Então, eu quero agradecer imensamente a todos.

E, nada mais havendo a tratar, nós encerramos esta audiência pública, em que discutimos o Plano Nacional de Fronteiras, principalmente com o objetivo de proteger e desenvolver a nossa região fronteiriça.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador José Pimentel, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Deca, Wellington Fagundes, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger e Dalirio Beber; e do Senador, não-membro da Comissão, Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Gladson Cameli, Simone Tebet, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é dividida em duas partes: a primeira, como reunião de trabalho para leitura, discussão e votação do relatório que objetiva instruir a avaliação da política pública no âmbito da CDR, definida pelo RDR 08/2016, em atendimento ao artigo 96-B do regimento interno do Senado Federal, tendo como Relator o Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado. A segunda Parte - Deliberação de proposições: ITEM 01 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 13 de 2016 - "Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de uma série de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para debater o Programa Mais Médicos e o Projeto Mais Médicos para o Brasil. Por oportuno, sugiro que cada audiência seja organizada para contemplar um aspecto do tema e que sejam convidados a expor seus pontos de vista sobre o assunto representantes de órgãos e entidades escolhidos em função dos diferentes enfoques a serem abordados". Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 02 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 19 de 2016 – "Nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito aditamento ao Requerimento nº 13, de 2016, que trata da realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para debater o Programa Mais Médicos e o Projeto Mais Médicos para o Brasil, visando a inclusão, como convidado, de representante da Federação Médica Brasileira, para debater sobre "Questões Trabalhistas do Projeto Mais Médicos para o Brasil, Precarização do Trabalho Médico no Sistema Único de Saúde e Perspectivas de Criação da Carreira de Médico de Estado" (tema já especificado no requerimento principal)". Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 03 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº20 de 2016 – "Nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito aditamento ao Requerimento nº 13, de 2016, que trata da realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para debater o Programa Mais Médicos e o Projeto Mais Médicos para o Brasil, visando a inclusão, como convidado, do Sr. Otto Fernando Baptista, Presidente da Federação Nacional dos Médicos - FENAM, para debater sobre "Questões Trabalhistas do Projeto Mais Médicos para o Brasil, Precarização do Trabalho Médico no Sistema Único de Saúde e Perspectivas de Criação da Carreira de Médico de Estado" (tema já especificado no requerimento principal). Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 04 - OFICIO "S" Nº 84, de 2015 - Não Terminativo – "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 4º, o relatório de atividades e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao Exercício de 2014". Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Adiado. ITEM 05 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, de 2015 - Não Terminativo – "Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental". Autoria: Deputado Weliton Prado. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra Relatório: Pela aprovação do Relatório com 4 emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 06 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - Altera as Leis nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para apoiar o desenvolvimento do agroextrativismo". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela rejeição da matéria e pela prejudicialidade das emendas nº 1 - CMA, nº 2 - CMA e nº 3 - CMA. Resultado: Adiado. ITEM 07 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, de 2014 - Não Terminativo – "Altera as Leis nº 9.718, de 27 de novembro de 1998; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins as receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, de saneamento básico, e de fornecimento de energia elétrica a consumidores localizados em Município com índice de desenvolvimento humano igual ou inferior a oitenta por cento do índice médio brasileiro". Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação da Matéria. Resultado: Adiado. ITEM 08 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 789, de 2015 – Complementar - Não Terminativo – "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo". Autoria: Senador Douglas Cintra Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 09 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 – Não Terminativo – "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação da Matéria. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2016 - Não Terminativo – "Autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf para produtores rurais do Estado de Roraima". Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012 - Terminativo – "Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses". Autoria: Senador Lauro Antonio. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos". Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo – "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal". Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Antes de encerrar a reunião, o Presidente propõe a dispensa da leitura das Atas da 21ª e 22ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Pimentel

Presidente eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Expediente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é dividida em duas partes. A primeira, como reunião de trabalho para leitura, discussão e votação do relatório que objetiva instruir a avaliação da política pública no âmbito da CDR, definida pelo RDR 08, de 2016, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno. A segunda é destinada à deliberação de proposições.

Primeira parte. Daremos início à reunião administrativa para avaliação da política pública da aviação voltada para o desenvolvimento regional.

Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, para realizar a leitura do seu relatório, por gentileza.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Desejo um bom dia a todos.

Sr. Presidente, como o relatório é bastante extenso, nós vamos fazer aqui uma síntese desse relatório sobre a avaliação de políticas públicas inerentes ao Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional relacionadas à participação do Poder Executivo federal na formulação e implementação de planos, programas e políticas públicas.

Recomendações.

O Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional é um passo necessário para o estabelecimento de uma malha aérea que atenda de forma satisfatória o interior do País e principalmente a Região Amazônica.

Aeroportos são indutores do desenvolvimento de uma região. O táxi-aéreo não é uma opção economicamente viável de deslocamento para a grande maioria das famílias e empresas. É fundamental a operação regular e com aeronaves de maior capacidade para reduzir o custo do transporte aéreo para o interior.

No caso da Região Amazônica, os aeroportos não apenas são um equipamento de grande importância econômica como também um meio de salvar vidas, permitindo o acesso em tempo hábil a hospitais de maior complexidade em caso de emergência e a chegada de produtos perecíveis, como vacinas e outros produtos.

Um aspecto observado é a necessidade de o Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional, sempre que possível, considerar também, nas ações de planejamento e execução, as prioridades estabelecidas pelo Plano Nacional de Turismo, de modo a criar as condições que facilitem o turismo regional, área de capital importância para a economia do País, que possui sítios históricos e belezas naturais admiradas em todo o mundo.

O Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional tem apresentado baixa execução das ações propostas. A Comissão de Desenvolvimento Regional encontrou as seguintes causas para esse problema:

1) necessidade de regularização da situação dos aeroportos.

Essa é uma precondição para a aplicação de recursos públicos, em função do princípio constitucional da legalidade;

2) dificuldades técnicas e financeiras dos governos locais no cumprimento das contrapartidas necessárias.

As contrapartidas são exigidas para garantir a sustentabilidade de longo prazo dos recursos investidos pela União, em consonância com o princípio constitucional da eficiência.

A continuidade do programa de capacitação destinado aos servidores estaduais e municipais pode solucionar as dificuldades técnicas.

Já as dificuldades financeiras não estão na governabilidade da União, restando à SAC direcionar o programa aos Estados e Municípios em condições de cumprir as contrapartidas necessárias.

Além disso, a grande maioria dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil tem sido contingenciada. Embora se deva reconhecer a necessidade de fazer economias na atual crise, perde-se a oportunidade de criar polos dinamizadores da economia que gerarão recursos futuros para a União e os governos locais.

Assim, esses cortes devem ser previstos, pois, no longo prazo, são contraproducentes para a situação fiscal do setor pública como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Em relação às recomendações do Poder Executivo para aprimoramento do programa, avaliamos que o PDAR busca atuar sobre os aeroportos e linhas aéreas regionais que se enquadram em duas situações distintas: aquelas em que é possível alcançar a viabilidade econômica, uma vez superada em período inicial de operação; e aquelas que serão deficitárias mesmo após o prazo previsto para o encerramento do programa, mas cuja operação se justifica por condições de integração regional, nacional ou mesmo defesa do Território brasileiro.

Em relação aos aeroportos potencialmente viáveis, do ponto de vista econômico, a estratégia mais recomendável, diante dos entraves atualmente enfrentados pelo PDAR, seria a concessão à iniciativa privada de aeroportos em blocos regionais, unindo o aeroporto superavitário da capital estadual em geral com outros que necessitam de investimentos para chegarem a essa condição.

Essa solução explora economias de escala e utiliza o mesmo princípio de subsídio cruzado que governa a operação atual, porém de forma temporária.

Esse modelo está em estudo para o meu Estado de Mato Grosso, conforme apresentado em um seminário realizado em Cuiabá.

Quanto aos aeroportos permanentemente deficitários, eles podem ser incluídos nos blocos regionais para a concessão desde que não tornem a concessão, como um todo, deficitária e haja economias de escala a serem exploradas. No caso do Mato Grosso, seria a oportunidade de fazer o bloco do aeroporto de Várzea Grande, na capital, na região metropolitana, Rondonópolis, Barra do Garças, Sinop e provavelmente Alta Floresta. Essa foi a conclusão da audiência pública lá. Os demais, de um modo geral, devem receber recursos a fundo perdido do FNAC ou serem operados pela Infraero.

Em relação às rotas, é recomendável a inclusão nos futuros contratos da possibilidade de revisão anual dos níveis de subsídio que permita a sua redução conforme a evolução da demanda em linha com as melhores práticas observadas na experiência internacional.

As rotas que permaneçam deficitárias ao final da vigência do PDAR devem ser incluídas em um programa permanente de subsídios, cujos critérios sejam claros, objetivos e socialmente discutidos.

Ficou claro que a legislação federal deve levar em conta o planejamento e a legislação estadual já em curso sobre a política regional de regionalização da aviação. Iniciativas como, por exemplo, a do Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2015, que fixa alíquota máxima para a cobrança do ICMS incidente sobre as operações internas com querosene de aviação, podem inviabilizar políticas estaduais em andamento, consubstanciando-se em ameaça ao próprio desenvolvimento da aviação regional.

Assim, em função da presente avaliação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, e com fundamento nas sugestões dos especialistas ouvidos nas audiências públicas, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal encaminha ao Poder Executivo as recomendações a seguir.

À Secretaria de Aviação Civil do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil:

1) estudo para concessão em bloco de aeroportos nacionais e regionais e, com base nesse estudo, a licitação de um bloco de aeroportos com projeto piloto, para avaliação dessa política como alternativa complementar ao PDAR;

2) definição dos aeroportos *hub* regional e *hub* nacional por região, priorizando os voos de aeroportos regionais aos *hubs* para melhor acesso à malha de voos nacionais;

3) exigência de integração operacional mínima entre empresas aéreas operadoras de rotas regionais subsidiadas e empresas aéreas nacionais, em especial quanto a horários de partida e chegada e procedimentos de conexão;

4) avaliação da capacidade de gestão dos governos locais, antes da liberação de recursos, propondo, conforme o caso: (a) compromisso contratual da alocação de recursos humanos e financeiros por parte do gestor do aeródromo; ou (b) participação no programa de capacitação para gestão no âmbito do PDAR até que as deficiências existentes sejam sanadas; ou ainda (c) exclusão do aeródromo do Programa, quando as deficiências não sejam sanáveis dentro do prazo de vigência do PDAR;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

5) a constituição de instâncias de participação social e a realização de audiências públicas sobre o Programa, em especial quanto às rotas a serem subsidiadas.

Ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social:

6) a contratação periódica da elaboração da matriz origem-destino para o transporte aéreo, com inclusão dos principais aeroportos regionais na pesquisa.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

7) a produção de índice objetivo, e com metodologia pública, que possa classificar o Território brasileiro em áreas acessíveis, remotas e muito remotas.

À Agência Nacional de Aviação Civil e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo:

8) o estabelecimento de exigências operacionais diferenciadas para aeródromos localizados em regiões remotas ou muito remotas do Território brasileiro, sem prejuízo à segurança;

9) a homologação de equipamentos operados remotamente pelos pilotos das aeronaves, capazes de reduzir as exigências de pessoal em terra, e assim diminuir os custos operacionais dos aeródromos de pequeno porte.

À Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda:

10) a revisão do contingenciamento de recursos do Fundo Nacional da Aviação Civil, em especial daqueles destinados a projetos que possam melhorar a situação fiscal do setor público no longo prazo.

Este é o relatório que submetemos à aprovação dos nobres pares desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sala da Comissão.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Em discussão a matéria.

Eu quero parabenizar o nobre Relator Senador Wellington Fagundes pelo seu parecer e pela oportunidade dessa matéria, que trata dos aeroportos regionais.

Portanto, eu registro que estamos encerrando este ano com excelente relatório. Esperamos que ele tenha tramitação rápida para que possa desenvolver todo o Território nacional, em especial o nosso Ceará e o Mato Grosso.

Muito obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Informo a todos que este relatório aprovado será editado e impresso pela Gráfica do Senado Federal e estará à disposição de todo o Colegiado, bem como daqueles interessados, na Secretaria desta Comissão.

Encerro esta primeira parte da reunião e dou início imediatamente à segunda parte.

Como os Relatores da segunda parte não estão presentes, nós vamos concluir somente a primeira parte.

Aproveito para registrar e agradecer o trabalho dos nossos assessores e servidores da Casa, como alguns chamam "nossos universitários", porque fazem tudo para que erremos menos. Aqui os funcionários Alexandre Sousa de Morais, Daiane de Morais Soares, Francisco Caninde de Oliveira, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Maria José Gomes Mello Ribeiro, Tony de Medeiros Palmeira e os estagiários Caio César Medeiros de Morais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Kariza Vitorio de Macedo.

Aproveito para registrar que o servidor Francisco Caninde de Oliveira, no próximo ano, estará em outra atividade. Ainda jovem, mas mesmo assim está tendo o direito de aposentar porque, depois da PEC que está na Câmara, se ela for aprovada, Caninde, você irá esperar por 80 anos de idade. Por isso, está saindo menino daqui da Comissão.

Portanto, proponho a dispensa da leitura da Ata da 21ª Reunião e também desta Reunião, que é a 22ª.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam as Atas da 21ª Reunião e desta 22ª queiram permanecer como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador José Pimentel, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Deca, Wellington Fagundes, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger e Dalirio Beber; e do Senador, não-membro da Comissão, Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Gladson Cameli, Simone Tebet, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é dividida em duas partes: a primeira, como reunião de trabalho para leitura, discussão e votação do relatório que objetiva instruir a avaliação da política pública no âmbito da CDR, definida pelo RDR 08/2016, em atendimento ao artigo 96-B do regimento interno do Senado Federal, tendo como Relator o Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado. A segunda Parte - Deliberação de proposições: ITEM 01 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 13 de 2016 - "Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de uma série de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para debater o Programa Mais Médicos e o Projeto Mais Médicos para o Brasil. Por oportuno, sugiro que cada audiência seja organizada para contemplar um aspecto do tema e que sejam convidados a expor seus pontos de vista sobre o assunto representantes de órgãos e entidades escolhidos em função dos diferentes enfoques a serem abordados". Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 02 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 19 de 2016 – "Nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito aditamento ao Requerimento nº 13, de 2016, que trata da realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para debater o Programa Mais Médicos e o Projeto Mais Médicos para o Brasil, visando a inclusão, como convidado, de representante da Federação Médica Brasileira, para debater sobre "Questões Trabalhistas do Projeto Mais Médicos para o Brasil, Precarização do Trabalho Médico no Sistema Único de Saúde e Perspectivas de Criação da Carreira de Médico de Estado" (tema já especificado no requerimento principal)". Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 03 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº20 de 2016 – "Nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito aditamento ao Requerimento nº 13, de 2016, que trata da realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para debater o Programa Mais Médicos e o Projeto Mais Médicos para o Brasil, visando a inclusão, como convidado, do Sr. Otto Fernando Baptista, Presidente da Federação Nacional dos Médicos - FENAM, para debater sobre "Questões Trabalhistas do Projeto Mais Médicos para o Brasil, Precarização do Trabalho Médico no Sistema Único de Saúde e Perspectivas de Criação da Carreira de Médico de Estado" (tema já especificado no requerimento principal). Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 04 - OFICIO "S" Nº 84, de 2015 - Não Terminativo – "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 4º, o relatório de atividades e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao Exercício de 2014". Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Adiado. ITEM 05 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, de 2015 - Não Terminativo – "Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental". Autoria: Deputado Weliton Prado. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra Relatório: Pela aprovação do Relatório com 4 emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 06 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - Altera as Leis nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para apoiar o desenvolvimento do agroextrativismo". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela rejeição da matéria e pela prejudicialidade das emendas nº 1 - CMA, nº 2 - CMA e nº 3 - CMA. Resultado: Adiado. ITEM 07 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, de 2014 - Não Terminativo – "Altera as Leis nº 9.718, de 27 de novembro de 1998; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins as receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, de saneamento básico, e de fornecimento de energia elétrica a consumidores localizados em Município com índice de desenvolvimento humano igual ou inferior a oitenta por cento do índice médio brasileiro". Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação da Matéria. Resultado: Adiado. ITEM 08 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 789, de 2015 – Complementar - Não Terminativo – "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo". Autoria: Senador Douglas Cintra Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 09 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 – Não Terminativo – "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação da Matéria. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2016 - Não Terminativo – "Autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf para produtores rurais do Estado de Roraima". Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012 - Terminativo – "Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses". Autoria: Senador Lauro Antonio. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos". Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo – "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal". Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Antes de encerrar a reunião, o Presidente propõe a dispensa da leitura das Atas da 21ª e 22ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador José Pimentel

Presidente eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Expediente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é dividida em duas partes. A primeira, como reunião de trabalho para leitura, discussão e votação do relatório que objetiva instruir a avaliação da política pública no âmbito da CDR, definida pelo RDR 08, de 2016, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno. A segunda é destinada à deliberação de proposições.

Primeira parte. Daremos início à reunião administrativa para avaliação da política pública da aviação voltada para o desenvolvimento regional.

Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, para realizar a leitura do seu relatório, por gentileza.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Desejo um bom dia a todos.

Sr. Presidente, como o relatório é bastante extenso, nós vamos fazer aqui uma síntese desse relatório sobre a avaliação de políticas públicas inerentes ao Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional relacionadas à participação do Poder Executivo federal na formulação e implementação de planos, programas e políticas públicas.

Recomendações.

O Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional é um passo necessário para o estabelecimento de uma malha aérea que atenda de forma satisfatória o interior do País e principalmente a Região Amazônica.

Aeroportos são indutores do desenvolvimento de uma região. O táxi-aéreo não é uma opção economicamente viável de deslocamento para a grande maioria das famílias e empresas. É fundamental a operação regular e com aeronaves de maior capacidade para reduzir o custo do transporte aéreo para o interior.

No caso da Região Amazônica, os aeroportos não apenas são um equipamento de grande importância econômica como também um meio de salvar vidas, permitindo o acesso em tempo hábil a hospitais de maior complexidade em caso de emergência e a chegada de produtos perecíveis, como vacinas e outros produtos.

Um aspecto observado é a necessidade de o Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional, sempre que possível, considerar também, nas ações de planejamento e execução, as prioridades estabelecidas pelo Plano Nacional de Turismo, de modo a criar as condições que facilitem o turismo regional, área de capital importância para a economia do País, que possui sítios históricos e belezas naturais admiradas em todo o mundo.

O Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional tem apresentado baixa execução das ações propostas. A Comissão de Desenvolvimento Regional encontrou as seguintes causas para esse problema:

1) necessidade de regularização da situação dos aeroportos.

Essa é uma precondição para a aplicação de recursos públicos, em função do princípio constitucional da legalidade;

2) dificuldades técnicas e financeiras dos governos locais no cumprimento das contrapartidas necessárias.

As contrapartidas são exigidas para garantir a sustentabilidade de longo prazo dos recursos investidos pela União, em consonância com o princípio constitucional da eficiência.

A continuidade do programa de capacitação destinado aos servidores estaduais e municipais pode solucionar as dificuldades técnicas.

Já as dificuldades financeiras não estão na governabilidade da União, restando à SAC direcionar o programa aos Estados e Municípios em condições de cumprir as contrapartidas necessárias.

Além disso, a grande maioria dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil tem sido contingenciada. Embora se deva reconhecer a necessidade de fazer economias na atual crise, perde-se a oportunidade de criar polos dinamizadores da economia que gerarão recursos futuros para a União e os governos locais.

Assim, esses cortes devem ser previstos, pois, no longo prazo, são contraproducentes para a situação fiscal do setor pública como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Em relação às recomendações do Poder Executivo para aprimoramento do programa, avaliamos que o PDAR busca atuar sobre os aeroportos e linhas aéreas regionais que se enquadram em duas situações distintas: aquelas em que é possível alcançar a viabilidade econômica, uma vez superada em período inicial de operação; e aquelas que serão deficitárias mesmo após o prazo previsto para o encerramento do programa, mas cuja operação se justifica por condições de integração regional, nacional ou mesmo defesa do Território brasileiro.

Em relação aos aeroportos potencialmente viáveis, do ponto de vista econômico, a estratégia mais recomendável, diante dos entraves atualmente enfrentados pelo PDAR, seria a concessão à iniciativa privada de aeroportos em blocos regionais, unindo o aeroporto superavitário da capital estadual em geral com outros que necessitam de investimentos para chegarem a essa condição.

Essa solução explora economias de escala e utiliza o mesmo princípio de subsídio cruzado que governa a operação atual, porém de forma temporária.

Esse modelo está em estudo para o meu Estado de Mato Grosso, conforme apresentado em um seminário realizado em Cuiabá.

Quanto aos aeroportos permanentemente deficitários, eles podem ser incluídos nos blocos regionais para a concessão desde que não tornem a concessão, como um todo, deficitária e haja economias de escala a serem exploradas. No caso do Mato Grosso, seria a oportunidade de fazer o bloco do aeroporto de Várzea Grande, na capital, na região metropolitana, Rondonópolis, Barra do Garças, Sinop e provavelmente Alta Floresta. Essa foi a conclusão da audiência pública lá. Os demais, de um modo geral, devem receber recursos a fundo perdido do FNAC ou serem operados pela Infraero.

Em relação às rotas, é recomendável a inclusão nos futuros contratos da possibilidade de revisão anual dos níveis de subsídio que permita a sua redução conforme a evolução da demanda em linha com as melhores práticas observadas na experiência internacional.

As rotas que permaneçam deficitárias ao final da vigência do PDAR devem ser incluídas em um programa permanente de subsídios, cujos critérios sejam claros, objetivos e socialmente discutidos.

Ficou claro que a legislação federal deve levar em conta o planejamento e a legislação estadual já em curso sobre a política regional de regionalização da aviação. Iniciativas como, por exemplo, a do Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2015, que fixa alíquota máxima para a cobrança do ICMS incidente sobre as operações internas com querosene de aviação, podem inviabilizar políticas estaduais em andamento, consubstanciando-se em ameaça ao próprio desenvolvimento da aviação regional.

Assim, em função da presente avaliação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, e com fundamento nas sugestões dos especialistas ouvidos nas audiências públicas, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal encaminha ao Poder Executivo as recomendações a seguir.

À Secretaria de Aviação Civil do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil:

1) estudo para concessão em bloco de aeroportos nacionais e regionais e, com base nesse estudo, a licitação de um bloco de aeroportos com projeto piloto, para avaliação dessa política como alternativa complementar ao PDAR;

2) definição dos aeroportos *hub* regional e *hub* nacional por região, priorizando os voos de aeroportos regionais aos *hubs* para melhor acesso à malha de voos nacionais;

3) exigência de integração operacional mínima entre empresas aéreas operadoras de rotas regionais subsidiadas e empresas aéreas nacionais, em especial quanto a horários de partida e chegada e procedimentos de conexão;

4) avaliação da capacidade de gestão dos governos locais, antes da liberação de recursos, propondo, conforme o caso: (a) compromisso contratual da alocação de recursos humanos e financeiros por parte do gestor do aeródromo; ou (b) participação no programa de capacitação para gestão no âmbito do PDAR até que as deficiências existentes sejam sanadas; ou ainda (c) exclusão do aeródromo do Programa, quando as deficiências não sejam sanáveis dentro do prazo de vigência do PDAR;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

5) a constituição de instâncias de participação social e a realização de audiências públicas sobre o Programa, em especial quanto às rotas a serem subsidiadas.

Ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social:

6) a contratação periódica da elaboração da matriz origem-destino para o transporte aéreo, com inclusão dos principais aeroportos regionais na pesquisa.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

7) a produção de índice objetivo, e com metodologia pública, que possa classificar o Território brasileiro em áreas acessíveis, remotas e muito remotas.

À Agência Nacional de Aviação Civil e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo:

8) o estabelecimento de exigências operacionais diferenciadas para aeródromos localizados em regiões remotas ou muito remotas do Território brasileiro, sem prejuízo à segurança;

9) a homologação de equipamentos operados remotamente pelos pilotos das aeronaves, capazes de reduzir as exigências de pessoal em terra, e assim diminuir os custos operacionais dos aeródromos de pequeno porte.

À Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda:

10) a revisão do contingenciamento de recursos do Fundo Nacional da Aviação Civil, em especial daqueles destinados a projetos que possam melhorar a situação fiscal do setor público no longo prazo.

Este é o relatório que submetemos à aprovação dos nobres pares desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sala da Comissão.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Em discussão a matéria.

Eu quero parabenizar o nobre Relator Senador Wellington Fagundes pelo seu parecer e pela oportunidade dessa matéria, que trata dos aeroportos regionais.

Portanto, eu registro que estamos encerrando este ano com excelente relatório. Esperamos que ele tenha tramitação rápida para que possa desenvolver todo o Território nacional, em especial o nosso Ceará e o Mato Grosso.

Muito obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Informo a todos que este relatório aprovado será editado e impresso pela Gráfica do Senado Federal e estará à disposição de todo o Colegiado, bem como daqueles interessados, na Secretaria desta Comissão.

Encerro esta primeira parte da reunião e dou início imediatamente à segunda parte.

Como os Relatores da segunda parte não estão presentes, nós vamos concluir somente a primeira parte.

Aproveito para registrar e agradecer o trabalho dos nossos assessores e servidores da Casa, como alguns chamam "nossos universitários", porque fazem tudo para que erremos menos. Aqui os funcionários Alexandre Sousa de Morais, Daiane de Morais Soares, Francisco Caninde de Oliveira, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Maria José Gomes Mello Ribeiro, Tony de Medeiros Palmeira e os estagiários Caio César Medeiros de Morais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Kariza Vitorio de Macedo.

Aproveito para registrar que o servidor Francisco Caninde de Oliveira, no próximo ano, estará em outra atividade. Ainda jovem, mas mesmo assim está tendo o direito de aposentar porque, depois da PEC que está na Câmara, se ela for aprovada, Caninde, você irá esperar por 80 anos de idade. Por isso, está saindo menino daqui da Comissão.

Portanto, proponho a dispensa da leitura da Ata da 21ª Reunião e também desta Reunião, que é a 22ª.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam as Atas da 21ª Reunião e desta 22ª queiram permanecer como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às oito horas e dois minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Flexa Ribeiro e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Pastor Valadares, Roberto Muniz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica o recebimento do Ofício nº 125/2016-CSF/SF subscrito pelo Senador Wellington Fagundes, Presidente da Comissão Senado do Futuro, convidando a Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para participar do Congresso do Futuro: Democracia, Comunicação e Progresso no Mundo Digital e Sustentável, a ser realizado nos dias 8 e 9 de dezembro de 2016, no auditório do Interlegis no Senado Federal; e o recebimento do Memorando nº 142, de 2016, subscrito pelo Sr. Luiz Fernando Bandeira de Mello, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.995/2016 e do Acórdão nº 2.252/2016, do Tribunal de Contas da União, que tratam de auditoria operacional que avaliou os aspectos de governança do conjunto de políticas públicas para o fortalecimento da faixa de fronteira, que será encaminhado à Consultoria Legislativa do Senado Federal para análise. Após a comunicação, a Senadora Ana Amélia dá início à Audiência Pública, consoante o Requerimento (RRA) nº 52, de 2016, de sua autoria, destinada a debater os impactos do contrabando de defensivos agrícolas na economia brasileira, com a participação do Sr. Fernando Figueiredo - Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM); Sra. Sílvia Fagnani - Diretora Executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG); Sr. Franco Perazzoni - Chefe da Divisão de Repressão a Crimes Fazendários da Policia Federal (PF) (representante de: Alexandre de Moraes, Ministro de Estado da Justiça e Cidadania (MJC)); Sr. Renato Madsen - Chefe da Divisão de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da Policia Federal (PF); Sr. Bruno de Carvalho Duarte - Coordenador-Geral do Complexo Químico da Saúde do Departamento de Investimentos e Complexos Tecnológicos da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) (representante de: Marcos Pereira, Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)); Sr. Mário Von Zuben - Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF). Os Senadores Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, José Medeiros e a Senadora Ana Amélia fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA

PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, a ata é dada como aprovada.

Comunico o recebimento do Ofício nº 125, de 2016, subscrito pelo Senador Wellington Fagundes, Presidente da Comissão Senado do Futuro, convidando a Presidência desta Comissão para participar do Congresso do Futuro: Democracia, Comunicação e Progresso no Mundo Digital e Sustentável, a ser realizado nos dias 8 e 9 de dezembro de 2016, no auditório do Interlegis no Senado Federal.

Informo também o recebimento do Memorando nº 142, de 2016, subscrito pelo Sr. Luiz Fernando Bandeira de Mello, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.995/2016 e do Acórdão nº 2.252/2016, do Tribunal de Contas da União, que tratam de auditoria operacional que avaliou os aspectos de governança do conjunto de políticas públicas para o fortalecimento da faixa de fronteira. O expediente será encaminhado à Consultoria Legislativa do Senado Federal para análise.

A presente reunião tem por finalidade debater os impactos do contrabando de defensivos agrícolas na economia brasileira, em cumprimento ao Requerimento nº 52, de minha autoria.

Comunico a presença dos seguintes convidados: Delegado da Polícia Federal Franco Perazzoni, Chefe da Divisão de Repressão a Crimes Fazendários da Polícia Federal – os convidados que forem chamados e que estiverem presentes, por favor, tomem seus assentos à mesa –; Delegado da Polícia Federal Renato Madsen, Chefe da Divisão de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da Polícia Federal; Júlio Sérgio Britto, Coordenador-Geral de Agroquímicos e Afins do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Bom dia, Dr. Franco! Obrigada pela presença.

Convido ainda o Dr. Bruno de Carvalho Duarte, Coordenador-Geral do Complexo Químico da Saúde do Departamento de Investimentos e Complexos Tecnológicos da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comercio Exterior e Serviços (MDIC).

Muito obrigada, Dr. Bruno.

Convido ainda o Dr. Mário Von Zuben, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), e Fernando Figueiredo, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

Qual a justificativa desta audiência? Convidada que fui como Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, participei de uma reunião em São Paulo, a convite da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), que abrange um espectro muito grande, porque envolve fertilizantes, defensivos, o setor petroquímico e outros setores. E o Sindiveg (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal) mostrou claramente uma situação muito séria, a de que o mercado ilegal de defensivos agrícolas no Brasil está mostrando números que são preocupantes, com uma expressão de até 20% do consumo nacional. Mostrou não só as questões relacionadas ao contrabando, mas também, Senador Moka, a questão do roubo desses produtos. São produtos de alto valor. Primeiro, roubavam-se equipamentos, mas talvez tenha ficado mais difícil, e agora estão roubando insumos, e os fertilizantes ou os defensivos agrícolas estão na linha dos insumos.

Vejam aqui esta notícia com a manchete "Polícia do Piauí prende bando que roubava defensivos agrícolas":

> A Polícia Civil de Uruçuí, no Piauí, deflagrou, na manhã de quarta-feira, dia 23 de novembro, a Operação Toxicum, que prendeu o líder de uma quadrilha especializada no roubo de defensivos agrícolas. A ação também aconteceu nos Estados do Maranhão, Goiás, Bahia e Tocantins.
>
> A operação teve início no dia 12 de novembro.
>
> Aproximadamente 15 assaltantes invadiram a fazenda [...], na zona rural de Uruçuí, para roubar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

> produtos avaliados em R$3,5 milhões. A polícia foi acionada para evitar o crime, e houve troca de tiros. Durante a ação, um dos criminosos morreu, e outros cinco foram presos nos dias seguintes.
>
> Nesta quarta [subsequente ao dia 23], a polícia conseguiu prender Cleber Batz, acusado de ser o líder da quadrilha. A prisão aconteceu em Goiânia, num condomínio de luxo. De acordo com o Coronel Nelson Feitosa, comandante do 10º Batalhão de Uruçuí, outro homem, ainda não identificado, foi detido em Gurupi, Estado de Tocantins.

Eu dou essa informação apenas para mostrar a situação difícil para o agricultor em relação a essas matérias.

Hoje é quinta-feira. Ontem, nós ficamos até tarde – é bom explicar também –, praticamente até após as 23 horas, debatendo e aprovando o texto principal da Lei da Repatriação, que se refere à ampliação do tempo para benefício dessa receita adicional da União. Depois de longo debate, em que os Senadores todos... Esta é a Casa da República. O Senador Moka não foi prefeito ainda, mas conhece as dificuldades das prefeituras municipais e dos Estados, todos eles com sérias dificuldades financeiras. Houve o entendimento das lideranças, a manifestação da necessidade de estar expresso no texto da Lei da Repatriação o compartilhamento desses recursos com os Estados e com os Municípios, que estão em situação bastante difícil do ponto de vista financeiro.

Depois que houve o acordo e o entendimento no texto, então, foi possível, sim, que, nesse processo, houvesse a aceitação, a aprovação do texto final, suprimindo-se aquele item que tratava de assegurar que também os parentes de políticos pudessem beneficiar-se deste instrumento legal, que é a repatriação. Paga-se o imposto sobre aqueles recursos que estão depositados no exterior, mas que não estavam contabilizados em nome do proprietário dos recursos no Brasil.

Então, houve esse avanço, a sessão foi até muito tarde, mas, de qualquer modo, como esta é uma audiência pública interativa, as pessoas às quais nós queremos chegar estão nos acompanhando em todo o Brasil, porque a TV Senado chega a esses lugares.

Eu queria agradecer a presença do Dr. Fernando Figueiredo, que é Presidente da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), e lhe dizer que dei as explicações de por que esta audiência está acontecendo.

Então, já passo, de imediato, a palavra ao Presidente da Abiquim.

São dez minutos para cada um dos expositores, porque hoje ainda temos... Sou membro da Comissão de Relações Exteriores, e, então, nós temos essa missão hoje de aqui nos multiplicar em vários ao mesmo tempo.

Com a palavra o Dr. Fernando Figueiredo por dez minutos.

O SR. FERNANDO FIGUEIREDO – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Obrigado, mais uma vez, pela gentileza, pelo interesse nos assuntos da indústria e do agronegócio brasileiro.

Tenho a impressão – e costumo dizer isto com muita frequência, Senadora – de que quem não frequenta habitualmente esta Casa tem uma visão um pouco errada do que é o trabalho legislativo, porque é impressionante o número de trabalhos que este Parlamento realiza nas comissões. E, quando a gente vê na televisão, algumas vezes se vê o plenário vazio, e o repórter nem se dá ao trabalho de explicar que está ocorrendo voto de Liderança ou que já houve acordo para votação. Então, eu queria, mais uma vez, render minhas homenagens não só ao trabalho da senhora nesta Casa, mas ao trabalho dos Parlamentares brasileiros. Acho que temos muitas coisas erradas no País e também no Parlamento – não há dúvida –, mas eu acho que temos muito trabalho sério, muito trabalho preocupado com os destinos do nosso País.

Este é um tema que, lamentavelmente, está causando grande prejuízo à economia brasileira. Os melhores números do setor indicam que pelo menos 20% do mercado de defensivos agrícolas são ocupados por produtos importados ilegalmente, sem nenhum controle, como os controles que a Anvisa exige, com a necessidade imperiosa de isso acontecer, para que o produto seja vendido no Brasil e não faça mal à saúde. Então, nós temos, em primeiro lugar, um prejuízo direto à indústria química, porque 20% da produção que poderia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ser feita no Brasil são importados ilegalmente por meio de alguns dos países de fronteira terrestre no Brasil.

Depois, nós temos outro problema sério para a indústria de alimentos, que compra esses insumos agropecuários e não sabe a origem ou quais os produtos utilizados. Isso coloca em risco toda a nossa exportação de alimentos.

Então, quase sempre a gente não percebe a extensão que esses criminosos têm com essa ação de importação ilegal de defensivos agrícolas, porque ela vai muito além da própria indústria; ela vai também para a nossa indústria de alimentos, ela vai para a nossa indústria de exportação.

Ontem, tivemos uma reunião organizada pelo Bruno e pelo Leonardo, diretores de química do MDIC (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços), e um dos colegas reportou que foi apreendido na Flórida um carregamento de suco de laranja brasileiro com resíduos de defensivos agrícolas. Isso causa, obviamente, um tremendo dano ao nosso setor mais brilhante, que é a agricultura brasileira. Então, nós precisamos realmente de medidas enérgicas.

O setor tem se organizado, os colegas vão conversar um pouco sobre o que eles estão fazendo nessas áreas, para a gente tentar tirar uma ideia. Existe um projeto de lei que o setor apoia, que é o projeto de lei que transforma em crime hediondo a falsificação, a importação de defensivos agrícolas, semelhante a uma lei que já existe sobre produtos farmacêuticos, porque também a consequência é o consumo humano. Então, de forma geral, a gente precisa de medidas concretas para combater isso.

Senadora, eu conversava há umas três semanas com um grande amigo meu, que trabalhou muito no combate ao contrabando na área dele. Ele me disse: "Fernando, você já é velho, você já tem uma carreira, você não precisa se meter nisso, porque isto aqui é muito perigoso. São mafiosos, é crime organizado. Metendo-se a combater contrabando no Brasil, você coloca sua vida em risco. O meu casamento acabou porque minha filha foi sequestrada. A minha esposa falou que não ficaria mais comigo porque não queria mais correr esse risco."

Então, acho que é uma questão de combater, sim, o crime organizado, mas a gente está vendo que cada vez mais este País não tem medo de passar a limpo os seus defeitos, os seus problemas.

Acho que, com essa iniciativa da senhora, a gente, com certeza, pode estabelecer uma série de ações, para que a gente possa caminhar para, no futuro, combater este crime, que é a importação ilegal de defensivos agrícolas.

Muito obrigado pela gentileza de se preocupar com o assunto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Fernando Figueiredo.

Passo a palavra, de imediato, à Drª Sílvia Fagnani, embora ela não tivesse confirmado a presença – e a Comissão precisa receber essa confirmação para efeito de organização da audiência pública.

Então, a senhora, que é a Diretora Executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal, como o Dr. Figueiredo não usou o tempo todo, dispõe de seis minutos para falar, para complementar os cinco minutos.

Os dados principais sobre a questão do impacto na indústria de defensivos dão conta de 20% de contrabando. Esse é o peso sobre isso. Ele deu um resumo bastante objetivo sobre isso. Então, eu queria que a senhora concluísse em cinco minutos essa exposição.

A SRª SÍLVIA FAGNANI – Eu peço desculpas, mas a gente tinha confirmado com a Duda umas três vezes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com quem?

A SRª SÍLVIA FAGNANI – Com a Duda, uma menina que ligou lá. Mas, tudo bem, não há problema. Eu tinha uma apresentação para passar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu gostaria que o Secretário Executivo desta Comissão providenciasse esse esclarecimento, porque eu gosto de deixar públicas as questões, do que aconteceu. Não é aceitável que a Comissão proceda dessa forma, uma vez que a doutora está dizendo que fez a confirmação. Essa funcionária trabalha na...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª SÍLVIA FAGNANI – Inclusive, ela questionou o meu cargo, dizendo que estava divergente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada. Então, a senhora tem cinco minutos para fazer a sua exposição.

A SRª SÍLVIA FAGNANI – Eu tinha uma apresentação, não sei se vamos ter tempo para colocá-la. Parece que ela está com um problema técnico. Eu agradeço, muito obrigada.

Mesmo sem o PowerPoint – obrigada, Franco, que me emprestou o meu documento, que ele tinha –, quero dizer que a nossa grande preocupação é que o contrabando e a falsificação de defensivos, hoje, no Brasil, superam 20% do mercado, pelos nossos cálculos. O Sindiveg encomendou um estudo, que deve ficar pronto até o final do ano, que mostra essa evolução. Começou em 10%, no passado – havia uma média de 10%, o que já era muito preocupante –, e, com a necessidade da aplicação do benzoato na agricultura e com a questão do registro emergencial, isso acabou subindo para 20% nos últimos anos. Hoje, a gente vê que está muito acima de 20%.

Essa é uma preocupação grande do Sindiveg, porque os produtos contrabandeados e falsificados são um fator que contribuem para a não arrecadação fiscal, que acaba ficando muito mais baixa. A gente está falando em pelo menos US$1 bilhão a menos de arrecadação fiscal e de postos de trabalho, mas estamos falando de problemas de segurança alimentar, principalmente, de riscos ao meio ambiente, de riscos à saúde do aplicador. E também é um potencial problema para as exportações brasileiras, porque, quando se fala que 20% daquilo que é usado na agricultura estão irregulares, isso pode acarretar um impacto muito grande nos nossos carregamentos para fora do Brasil.

O Sindiveg tem uma campanha, desde 2001, para ajudar as autoridades e para educar no campo para combater os ilegais. Essa campanha tem um 0800. Infelizmente, não está sendo projetado. O nosso 0800 é um Disque Denúncia: 0800-9407030. De 2001 para cá, nós conseguimos retirar do campo... Perdão, vou ter de olhar o número aqui. Eu peço mil desculpas por isso. Mas, por tudo que o Sindiveg já conseguiu recolher e que acabou deixando de ir para o campo, deixamos de tratar 15 milhões de hectares no Brasil. Então, foram 15 milhões de hectares que deixaram de ser tratados com produtos ilegais.

Muito obrigada. Eu vou pedir para passar mais rápido do que eu já falei.

Então, aqui está o problema: o percentual está acima de 20%.

Pode passar.

São dois problemas, o contrabando e a falsificação. A rota do contrabando vem principalmente da China e da Índia, passando pelo Paraguai e pelo Uruguai para entrar para o Brasil. Hoje, já identificamos rotas que passam pelo Chile, porque o Chile tem acordos internacionais de comércio com a China, e aí acaba que, do Chile, vem para o Uruguai e para o Paraguai, entrando no Brasil.

Quanto à falsificação, os produtos falsificados são majoritariamente produzidos no Brasil. Já foram apreendidos produtos em 15 dos 27 Estados brasileiros, já foram fechadas fábricas em 15 desses 27 Estados, a maioria no Estado de São Paulo. A Operação Lavoura Limpa foi a mais famosa. Vários criminosos movimentavam milhões no ano. Há fotos mais para frente disso.

Esse é o cartaz da nossa campanha e o Disque-Denúncia, 0800-9407030.

Em 2001, nós iniciamos a campanha porque identificamos um aumento do contrabando do Paraguai. A nossa campanha simplesmente era de alerta aos produtores rurais. Em 2005, a Polícia Federal iniciou as operações de repressão ao contrabando e à falsificação. Em 2016, a gente vê uma grande mudança nas operações, principalmente por parte do Ibama, que acabou condenando áreas produtivas.

(*Soa a campainha.*)

A SRª SÍLVIA FAGNANI – De 2001 a 2016, foram 46 operações especiais da Polícia Federal, com mais de US$30 milhões de multas aos agricultores impostas pelo Ibama.

O Sindiveg incinerou mais ou menos 515 toneladas, a um custo de US$2,5 milhões. Esse é um ônus que deveria ser das quadrilhas, mas, como as áreas de recolhimento da Polícia Federal, principalmente, acabam ficando entupidas de produto, se a gente não for lá retirar e incinerar, não há mais como eles apreenderem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, o Sindiveg acaba fazendo esse papel, e 15 milhões de hectares deixaram de ser tratados com esses produtos que foram incinerados.

Há algumas operações, então, como a Lavoura Limpa, que é uma grande operação para investigar falsificação. Foram vários carros de luxo apreendidos, e 27 pessoas foram julgadas pela Justiça paulista em primeira instância e já foram condenadas.

Aqui se mostra uma apreensão de benzoato de emamectina, que é o nosso grande problema, é o que está fazendo cair muito o mercado de inseticida e está inundando o mercado agrícola de produtos ilegais. Essa é a forma como eles contrabandeiam. Então, nesse caso, dentro de uma colheitadeira, havia muitos produtos ilegais, no transporte da colheitadeira.

Mostramos os casos das autuações do Ibama em 2016. Então, em Sonora e em Bodoquena, houve dois casos muito grandes: 100kg de defensivos poderiam pulverizar 1.680 hectares. A área foi embargada pela autoridade, com R$1,2 milhões de multa. Em Bodoquena, foram R$500 mil pela apreensão de 22kg de defensivos ilegais.

Na nossa campanha, foram apreendidas 550 toneladas, foram detidas 1.068 pessoas, foram incineradas 513,7 toneladas, e foram condenadas 53 pessoas.

O problema é o seguinte: as pessoas até são julgadas e condenadas, mas são soltas no próximo momento. Então, por isso, a gente precisa que, na legislação, as penalidades sejam mais rigorosas.

Aqui está tudo que foi apreendido e o quanto poderia ter sido tratado. Há algumas fotos do impacto do uso do produto ilegal. Então, muitas vezes, existe a perda da área porque o produto acaba queimando a produção. Aí um grande problema é que isso atrai o crime organizado. O que a gente vê é que os produtores que acabam comprando esses produtos contrabandeados ou falsificados trazem a criminalidade para dentro da propriedade e, em seguida, são assaltados, e todo o estoque, toda a produção deles é roubada também.

Há desrespeito às leis. Há risco à saúde do consumidor e ao meio ambiente. A imagem do País fica ameaçada, e há um grande risco de bloqueio às exportações.

Há um grande impacto na arrecadação de tributos e empresas – imaginamos que seja cerca de US$1 bilhão. Isso implica a perda substancial de investimento, inclusive estrangeiro. Esse é o grande problema de a gente atrair fábricas também para o Brasil. E, acima de tudo, isso ameaça a segurança alimentar. Ultrapassa o percentual 20%. Se esses produtos fossem feitos por uma única empresa, eles seriam a terceira ou quarta maior do mercado. A gente imagina que isso seja pior do que está sendo pintado. E nós pedimos ações coordenadas e principalmente essa legislação mais rigorosa.

Obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada pela exposição, que complementou bem as informações trazidas pelo Dr. Fernando Figueiredo em relação ao impacto que isso projeta sobre toda a economia brasileira, em especial sobre a saúde dos consumidores brasileiros e dos países para onde são exportados os nossos produtos.

Obrigada, Drª Sílvia.

A questão foi agora levada para o âmbito da repressão e também da criminalidade.

Eu queria também explicar aos nossos convidados, ao Senador Moka, que o Senado Federal está fazendo um ajuste tecnológico da digitação da presença dos Senadores. A identificação de cada Senador é digital, é feita de modo eletrônico, e esta sala foi recentemente adaptada. Portanto, há demora, às vezes, na transmissão do PowerPoint; há um pouco de *delay*. Então, peço desculpas, mas é um ajuste que, neste momento, está sendo feito no Senado Federal em benefício da comunicação de melhor qualidade.

Em função de agora termos caminhado para a questão da gravidade do problema sob o ponto de vista policial e da segurança, passo, de imediato, a palavra ao Dr. Franco Perazzoni, Chefe da Divisão de Repressão a Crimes Fazendários da Polícia Federal, também por dez minutos.

O SR. FRANCO PERAZZONI – Primeiramente, quero cumprimentar a Presidente, Senadora Ana Amélia, em nome de quem eu cumprimento os demais integrantes da Mesa. Vou procurar ser bastante breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Num primeiro momento, o que talvez seja importante ser ressaltado é que a questão dos agrotóxicos legais pelo menos abrange três diferentes ilícitos no âmbito da Polícia Federal, na área em que a gente atua. Eu falo com bastante tranquilidade porque, na verdade, o agrotóxico e os ilícitos relacionados a ele, como, por exemplo, o contrabando de defensivos agrícolas, acabam envolvendo duas áreas do Departamento de Polícia Federal: a área que eu represento, que é a parte de repressão a crimes fazendários, principalmente contrabando, descaminho e sonegação; e a área de meio ambiente, que está representada aqui pelo Dr. Renato Madsen, da nossa Divisão de Repressão a Crimes Ambientais.

O contrabando de defensivos agrícolas, diferentemente de outros contrabandos e de outras atividades ilícitas relacionadas a ele, é uma atividade que tem um impacto muito maior do que simplesmente a questão econômica direcionada diretamente à questão dos tributos. Sempre que a gente se refere a outras formas de contrabando, como, por exemplo, o contrabando de eletrônicos ou produtos piratas, a gente pensa sob o viés econômico das indústrias que estão por trás disso. E a questão do agrotóxico, não por acaso, é regulamentada no Brasil ao menos por três instituições: Ministério da Saúde, que trata da questão do agrotóxico em si, de sua potencialidade, do uso dele pela Anvisa e das questões relativas à saúde humana; Receita Federal, que trata da parte fiscal; e Polícia Federal, que trata da parte criminal.

Então, haveria basicamente três ilícitos aí. O primeiro ilícito é o ilícito ambiental, que é relacionado ao transporte e à utilização ou ao descarte de material que possa causar dano ao meio ambiente. Não há dúvida de que o agrotóxico tem esse viés, principalmente o agrotóxico que não é licenciado. Eu vou demonstrar mais adiante alguns dados interessantes. Há o crime de contrabando e descaminho, que já é um crime que atinge a soberania nacional, com a questão da entrada de uma mercadoria não autorizada pelo nosso País. E, por fim, há um crime previsto na própria Lei de Agrotóxicos.

O entendimento da Polícia Federal, já consolidado em diversos pareceres da Divisão de Meio Ambiente – inclusive, à época, eu trabalhava ainda na Divisão de Meio Ambiente –, é o de que é possível, inclusive, o infrator responder pelos três crimes em conjunto, porque cada um deles atinge uma esfera. Então, pode haver um contrabando de agrotóxico que não atingiu o meio ambiente, porque não foi descartado. Mas pode haver o contrabando onde houve descarte e onde ainda houve o transporte irregular sem qualquer licença. E ainda pode haver um crime de risco à saúde pública, por exemplo. Temos algumas modalidades de crimes que atingem a saúde pública, a saúde individual, que a gente pode, no caso concreto, colocar.

Pode haver – a gente se defronta muito com isso também – descarte irregular das embalagens. No caso do agrotóxico ilegal, via de regra, ele não vai ser entregue para o descarte legal. As pessoas que não são envolvidas diretamente na parte dos defensivos agrícolas não conhecem o procedimento, não é? Então, tem de ser feita a tríplice lavagem e, depois, a incineração etc. Obviamente, quem adquire um produto contrabandeado não vai dar esse destaque, não vai dar essa destinação correta, o que vai causar mais ainda a poluição de recursos hídricos, de solos etc.

Então, só para a gente ter uma ideia, a gente fala que este é o nosso cronograma do ilícito, com as diferentes culturas, mostrando quando são comercializados os agrotóxicos e a época em que se dá mais ou menos o transporte e a aplicação. Então, praticamente durante todo o ano, a gente tem problemas com o contrabando de agrotóxicos. Dependendo da safra, do momento, a cada momento desse, há essas peculiaridades. A Polícia Federal e os demais órgãos que atuam na repressão, obviamente, procuram focar isto aqui, para ter atenção em relação àqueles agrotóxicos que vão ser mais contrabandeados naquele momento.

Quando comecei a trabalhar com agrotóxico legal, era muito fácil, de certa forma, a gente identificar o legal e o ilegal. Hoje não está tão simples assim. O ilegal vinha naquela embalagem de papel alumínio, escrito em espanhol e, às vezes, até em chinês. A gente tinha uma lista específica daqueles produtos que a gente sabia que não eram autorizados, mas era muito simples, era só verificar que realmente não era um produto produzido no Brasil, ao passo que o legal ele tem uma embalagem própria, ele tem todo um controle, ele tem o selo da Anvisa. Nele, há as precauções e todas as recomendações de como tem de ser feita a aplicação.

O problema é que hoje nós evoluímos. O criminoso ele darwiniano, infelizmente. Eu falo que o crime está sempre em evolução. Então, perceberam que as autoridades conseguiam identificar o agrotóxico legal por conta da embalagem. Nós já nos deparamos, em diversas situações, com o uso de embalagens que não foram descartadas devidamente e que foram utilizadas para colocar o agrotóxico legal. Certa feita, cheguei a uma fazenda e me deparei com vários agrotóxicos líquidos, mas eu via que o volume variava de uma embalagem para outra. Aquilo me chamou bastante a atenção. Depois dos exames, a gente conseguiu verificar que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

na verdade, estavam usando embalagens às quais não havia sido dada destinação ou que, eventualmente, foram até encaminhadas para a destinação, mas foram desviadas no meio do caminho.

O agrotóxico é muito lucrativo. Então, ele permite isso. O agrotóxico, eu poderia dizer, é tão lucrativo ou quase tanto quanto a droga, com muito menos riscos. É uma substância que dá quase 100% de lucro. Um agrotóxico ilegal custa 50% em média do preço de um agrotóxico legal, sem que seja preciso pagar tributos, sem que seja preciso pagar um agrônomo para fazer a receita agronômica, sem todos os custos relacionados à aplicação e, depois, inclusive, ao descarte e à destinação das embalagens. E, mesmo somando todos esses crimes, dificilmente haverá uma pena de oito anos ou de nove anos, enquanto, no tráfico de drogas, a pena vai de cinco anos a 15 anos. Sempre comento que, se você pegar uma pessoa com alguns gramas de cocaína, ela vai ser condenada, e o processo é célere.

Nós já temos uma Justiça que é bastante atenciosa e bastante dedicada ao combate ao tráfico de drogas. Porém, muitas vezes, quando a gente tipifica o crime como contrabando, ele é visto como um crime menor, porque a pessoa não raciocina que não se trata simplesmente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não pensa nos riscos.

O SR. FRANCO PERAZZONI – ...da questão econômica. Por vezes, acredita, simplesmente, que é a questão econômica. "Ah, não, ele adquiriu um produto igual, porém fabricado em outro país!" Não é bem assim.

Essas são as rotas do contrabando. Elas variam muito. A doutora falou aqui da questão do Chile agora. Antigamente, basicamente era a Tríplice Fronteira e o Uruguai. Ali, eu já acrescentei Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, que virou uma das grandes portas de entrada também. Mas, basicamente, entram, por parte do Paraguai e por parte do Uruguai, principalmente produtos chineses e indianos. Os indianos basicamente são inseticidas, salvo engano, e os demais produtos são todos os que vêm da China.

Quanto à atuação da PF – para isto gosto de chamar a atenção –, nós não somos uma Polícia ostensiva. Nós somos uma Polícia investigativa, uma Polícia de inteligência. Dificilmente, a gente faz barreiras, faz atuações, até porque o nosso viés é a desarticulação de grupos criminosos. Nós também não temos grandes apreensões, salvo aquelas apreensões decorrentes de deflagração de uma operação. Então, muito provavelmente, uma Polícia ostensiva, uma Polícia Militar, uma PRF vão ter muito mais apreensões ao longo do ano do que nós. Porém, nosso foco está na desarticulação desses grupos, na identificação das rotas, na identificação de quem são os envolvidos, na identificação do patrimônio. A investigação patrimonial é uma atividade extremamente lucrativa.

Uma coisa que é muito importante a gente sempre ter em mente é que o criminoso não tem paixão; ele faz aquilo que dá lucro. Então, o mesmo traficante que está fazendo agrotóxico está fazendo armas, está fazendo produtos eletrônicos, está fazendo cigarros. Eu vejo até, na questão do agrotóxico, uma evolução, entre aspas, naquele sentido darwiniano, muito semelhante à do cigarro. Inicialmente, o cigarro era todo contrabandeado do Paraguai, e hoje nós temos fábricas ilegais no próprio Brasil, algumas até operando com força de liminar. Hoje, o agrotóxico já vem a ser produzido no Brasil, inclusive como forma de burlar as autoridades, porque a embalagem vem em português, porque é feito aqui, não atravessa a fronteira e, então, não chama tanto a atenção. E aí a gente depende, realmente, de uma Polícia bem capacitada, de autoridades bem capacitadas para identificar, inclusive, esse tipo de agrotóxico aqui produzido.

A atuação da PF, como a doutora aqui já tinha apresentado, houve cerca de 50 operações desde 2001. Eu me ative só às ocorridas de 2009 a 2016, com 13 Operações Especiais. Quando a gente fala Operações Especiais, elas são aquelas que decorrem de investigações complexas, de interceptações, de quebras de dados. Então, são investigações que levam, em média, de um a dois anos para serem concluídas. Então, esse o número. Mas, quando você vê, por exemplo, 121 prisões, estas são prisões realmente decorrentes de mandados. São pessoas cuja participação efetiva em quadrilhas foi comprovada; houve mandados de busca e apreensão para a produção de provas etc.

Então, já é uma atividade um pouco mais robusta aquela que realmente vai buscar uma potencialização do processo criminal decorrente disto aqui e a efetiva desarticulação. É muito complicada a atuação na repressão a esse tipo de ilícito, porque a tendência é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCO PERAZZONI – ...a de que, se você atua simplesmente ostensivamente, você faz uma repressão unicamente nos mulas, nos transportadores, mas você não consegue descapitalizar o grupo criminoso como um todo. Então, nossa atuação busca ser assim.

Sobre os danos causados eu já tinha falado rapidamente. São danos econômicos, sociais e ambientais e danos à saúde. Quanto ao dano econômico, como todo mundo sabe, a indústria sofre, obviamente. Ela tem custos altíssimos para produção, para adequação a normas etc.

O Estado também sofre no recolhimento de tributos. Eu tenho os dados aqui; depois, vou apresentar. Em 2005, falava-se em R$250 milhões e, posteriormente, em R$500 milhões de prejuízo. Hoje, já se está falando de R$1 bilhão, acredito, porque realmente isso avançou muito nesses últimos anos. Foi de 7% a participação do agrotóxico ilegal, por volta de 2005, a quase 20% hoje.

Há danos sociais aos trabalhadores. Obviamente, ao se trabalhar com agrotóxico ilegal, é muito mais potencial o dano à saúde, é muito mais gravoso. Além disso, há o desemprego nas indústrias etc.

Os danos ambientais e à saúde, obviamente, existem.

O agrotóxico ilegal, como eu já tinha apresentado aqui, causa um prejuízo de R$260 milhões, em 2005; de R$500 milhões, já em 2007. E, hoje, já se fala em cerca de US$1 bilhão de prejuízo, creio, só na parte de tributos, só na parte de sonegação. Quando a gente colocar os danos causados à saúde e ao meio ambiente, esses danos potencializam; eu poderia dizer que são extraordinários mesmo. Seriam, talvez, até incalculáveis.

Esse é um levantamento que foi feito pela Anvisa. Eu o acho muito interessante. Em algumas culturas, foram feitas algumas análises que demonstram o seguinte: na primeira coluna, está a abobrinha, e 45% da abobrinha examinada constavam de elementos não autorizados...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Abobrinha italiana.

O SR. FRANCO PERAZZONI – ...apresentavam ingredientes não autorizados para a produção. Quando se soma isso com os ingredientes autorizados, mas em quantidade superior ao autorizado, chega-se aos 48%.

Gosto desse dado porque ele consegue esclarecer a famosa cifra negra. A gente não sabe exatamente quanto de agrotóxico legal é usado no Brasil. Mas, com esse dado, consegue-se delinear isso um pouco. Se há elementos, ingredientes não autorizados sendo encontrados em produtos, isso se dá, obviamente, porque eles são contrabandeados, são pirateados. Podem até ser produzidos aqui, mas estão sendo produzidos sem a autorização dos órgãos competentes.

E chegamos mais ou menos àquele dado de 25% do total dentro dessas amostras. É óbvio que é uma amostragem pequena, mas ela é bem representativa. Acho bastante interessante.

Sobre os danos à saúde, creio que o pessoal da saúde pode falar muito melhor do que eu.

Eu gostaria de finalizar simplesmente dizendo isto: combater o crime organizado é algo que exige o envolvimento de todos nós. Está lá o policial civil, o magistrado. Ali estão eventualmente nossos representantes no Legislativo, o policial militar, o cidadão, a sociedade civil organizada. Combater esse tipo de ilícito com todos os danos que ele causa à sociedade realmente exige o envolvimento de todos nós.

Mostro os meus dados e os dados do Dr. Renato.

Agradeço a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Franco, pela clareza das informações, que aumentam a preocupação com esse tema.

Pela sequência da exposição do Dr. Franco, passo a palavra ao Dr. Renato, a quem agradeço a presença.

Ele é Delegado da Polícia Federal, Chefe da Divisão de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico.

Prefiro que o senhor se concentre no meio ambiente, porque é o nosso foco aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito obrigado ao senhor.

O SR. RENATO MADSEN – Bom dia a todos!

Bom dia, Senadora, por intermédio de quem cumprimento todos os membros da Mesa e os demais participantes.

O Dr. Franco Perazzoni expôs bem a atuação da Polícia Federal – fizemos essa apresentação em conjunto, pois somos grandes parceiros –, principalmente porque esse tipo de repressão não deve ser tratado só pelo lado tributário do contrabando, mas, sim, nesse viés de meio ambiente, a que, como foi bem pontuado pelo Dr. Franco, não estamos, mesmo dentro da Polícia Federal, dando a atenção devida.

Então, nossa atividade como órgão central é sensibilizar os nossos colegas, os membros do Ministério Público e do Judiciário, para que, diante de uma situação criminal como essa, não se veja só o lado tributário, mas, sim, o meio ambiente, os danos causados ao meio ambiente, muitas vezes de difícil superação. Nesse sentido, a gente tenta sensibilizar e trazer esse viés.

Eu gostaria só de complementar as palavras do Dr. Perazzoni, acrescentando que não se pode fechar os olhos para esses outros danos que esse tipo de conduta traz ao nosso meio ambiente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Renato, pela contribuição valiosa também neste debate.

Quero agora convidar do Dr. Bruno de Carvalho Duarte, Coordenador-Geral do Complexo Químico da Saúde do Ministério da Indústria, Comercio Exterior e Serviços (MDIC), que tem trabalhado também nessa área.

O SR. BRUNO DE CARVALHO DUARTE – Bom dia, Presidente Senadora Ana Amélia, em nome de quem cumprimento os demais membros da Mesa.

Bom dia, audiência!

Quero dizer que o MDIC é parceiro da indústria química. A gente sabe do seu potencial. Se pensarmos que mais de 95% dos produtos manufaturados contêm algum ingrediente químico, vemos o tamanho e relevância desse setor. É um setor que fatura mais de U$112 bilhões por ano. Houve uma queda no último ano. Dentro desse setor, há o setor de defensivos agrícolas, que tem um percentual importante desse faturamento, como foi dito, algo em torno de U$10 bilhões.

É um setor no qual temos um enorme potencial para desenvolver. O Brasil é o maior produtor de grãos do mundo. Eu estava em uma audiência na Anvisa, parece-me que em julho, e nós tínhamos dados que indicavam o segundo lugar, mas o então Diretor Renato Porto disse que estava voltando dos Estados Unidos e que lá reconheciam que nós havíamos passado a ser o maior produtor de grãos do mundo.

Nós somos, por consequência disso, o segundo maior consumidor de defensivos agrícolas. Então, vemos o peso que tem o setor de defensivos agrícolas, em uma pauta que é importante para o Brasil, a pauta exportadora do agronegócio. Sabemos do peso desse setor para a nossa balança, para as nossas exportações. Então, é um assunto de fundamental importância e envolve, como foi dito por todos aqui, uma série de questões como saúde, meio ambiente, economia, trabalho, emprego e geração de renda.

Em um primeiro momento, também precisamos desmistificar um pouco a questão dos defensivos agrícolas. Não podemos partir do pressuposto de ter exportação e recordes atrás de recordes de safra sem o uso de defensivos. Existem níveis seguros no uso dos defensivos. Você não consegue manter uma safra e alimentar oito bilhões de pessoas no mundo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Às vezes, há duas no mesmo ano, doutor.

O SR. BRUNO DE CARVALHO DUARTE – Sim, às vezes, há duas no mesmo ano.

Não conseguimos alimentar oito bilhões de pessoas sem safras expressivas e com o uso seguro dentro das regras estabelecidas de defensivos agrícolas. Acho que este é um ponto de partida para nós: desmistificar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

esse uso.

Um segundo ponto é que, como eu disse, temos um enorme potencial para alavancar esse setor. Há um estudo do BNDES do potencial de diversificação da indústria química brasileira que apontou esse setor, por essa série de motivos, por sermos um grande produtor agrícola, por sermos um grande consumidor de defensivos, como um dos setores estratégicos que precisam ser desenvolvidos no País. Então, nós, no MDIC, temos consciência disso. Trabalhamos, em conjunto com a indústria química, é claro, e em conjunto com outros órgãos do Governo executivo, em prol da melhoria do setor.

Estávamos concentrando nossos esforços nas questões de registro e nas questões tarifárias, porque acho que, a partir daí, atraímos investimentos. E nos foi trazido este enorme problema, que é o mercado ilegal de defensivo agrícola, cujo impacto gira em torno de 20% do faturamento. Algo em torno de US$2 bilhões é o que tem esse mercado ilegal.

Quanto a esse mercado ilegal, eu gostaria de reforçar o impacto econômico, porque muitos dos agricultores utilizam esses produtos e não sabem o dano que estão causando inclusive às suas próprias lavouras. Eles os utilizam, e o próprio manejo dessa terra, com o solo contaminado, é dificultado.

Então, na verdade, a gente tem o problema – isto não é menos relevante – de as exportações brasileiras eventualmente sofrerem algum tipo de embargo. Mas é afetada a própria capacidade do agricultor de fornecer sua safra anualmente por conta do uso indevido desses produtos ilegais.

A partir do momento em que isso foi levado ao Ministério, o nosso Ministro, que estava de prontidão, pediu para que a gente organizasse um evento. O nosso Secretário Executivo, o nosso próprio Secretário da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, Igor Calvet, promoveu, assim como hoje a gente está tendo aqui, uma espécie de diálogo. O nosso evento se chama Diálogo.

A gente promoveu, ontem, um diálogo com a indústria, numa parceria da nossa Secretaria no MDIC. A gente sempre leva um setor, trazendo um problema afeto a ele. E a gente convidou diversos órgãos do Poder Executivo, como primeira estratégia para fazer um diagnóstico sobre o tamanho desse setor, do problema e da gravidade. É um problema que a gente vai ter de combater com muitas mãos. Então, a gente envolve diversos órgãos. Envolverá o Legislativo, para a revisão de algumas normas. Então, o Ministério da Indústria está ciente disso.

Como encaminhamento da reunião de ontem, a gente vai produzir um documento para ser levado à Casa Civil. Depois disso, deverá haver um esforço conjunto, no âmbito do Executivo, e aí chamando o Legislativo, para que a gente possa reduzir esse problema ao máximo e, quem sabe, mitigá-lo, acabar com ele.

Os desafios, é claro, são enormes. Nós somos um País de fronteiras grandes e temos a questão dos recursos escassos. Então, precisamos otimizar os esforços numa ação conjunta.

Assim, eu queria deixar a mensagem de que o Ministério da Indústria é parceiro dessa agenda. Podem contar conosco para os desdobramentos dela.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Bruno.

É claro que há o desafio. Não sei foi Dr. Franco ou o próprio Dr. Bruno que disse aqui que a lucratividade do comércio ilegal é igual à do comércio de drogas. Foi o Dr. Franco que falou isso.

Agora passo a palavra, para finalizar, ao Senador Moka, que é do Mato Grosso do Sul, Estado de grande impacto na produção agropecuária, e ao Senador Flexa Ribeiro, do Pará.

O Pará, hoje, também é um *player* importante na produção agropecuária, especialmente na pecuária, com sustentabilidade, não é, Senador Flexa?

Passo a palavra ao Dr. Mário Von Zuben, que é Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), para fazer sua manifestação, pelo mesmo tempo concedido aos demais expositores.

O SR. MÁRIO VON ZUBEN – Bom dia, Senadora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Bom dia a todos!

Agradeço o convite estendido à Andef para poder contribuir na discussão dentro desta audiência pública.

A Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal) congrega as empresas que, além de comercializarem defensivos no Brasil, investem de forma bastante significativa em programas de pesquisa e de desenvolvimento.

A Dr. Sílvia Fagnani, representando o Sindiveg, já fez uma explanação bastante clara e sucinta sobre o escopo do problema.

Eu gostaria de deixar claro que a Andef é uma das entidades que apoia todas as iniciativas que são lideradas pelo Sindiveg, em nome da indústria, em relação ao combate aos defensivos ilegais, mas eu gostaria de colocar mais alguns aspectos aqui que devem ser considerados dentro dessa discussão.

A indústria de defensivos e de pesquisa e desenvolvimento investe, em cada novo produto que é desenvolvido, em cada novo defensivo que é desenvolvido, em média, US$186 milhões do descobrimento até o início da comercialização. Esse é um processo que leva 10 ou 11 anos para ser completado. Então é investimento extremamente significativo. Em geral, esses programas têm escopo global.

Não podemos esquecer que a agricultura brasileira, como já foi mencionado aqui, tem algumas características, tem a característica da tropicalidade, pelo próprio fato também de permitir duas culturas no ano, mas traz algumas outras complicações no que tange ao ataque de pragas e a necessidade de controle dessas pragas.

Sendo assim, o investimento feito em pesquisa localmente por essas empresas também é muito forte. Obviamente, quando nos deparamos com problemas como o de defensivos ilegais, vemos que esse é um problema que se soma a alguns outros que enfrentamos. Cabe aqui ressaltar a morosidade do processo regulatório para registro de novos produtos. Quando você começa a somar esses problemas, eles acabam trazendo uma grande nuvem cinzenta para a tomada de decisão das empresas, em termos de investimento. Realmente, hoje, é comum ouvirmos relatos das nossas empresas associadas de perda de investimento. O Brasil concorre com outros países eventualmente para o estabelecimento de uma unidade de produção ou mesmo dos programas de pesquisa que são realizados localmente. Aí a gente acaba perdendo investimentos, em diversas situações, de milhões de dólares, que acabam indo para Índia, para a China ou para outros países e que, claramente, poderiam ser conduzidos no nosso País, gerando empregos e todos os outros benefícios que vêm com essas atividades.

Esse é um ponto que gostaria de ressaltar, aproveitando, talvez, mais um ponto significativo, relacionado ao tema de regulamentação. Eu diria que, se hoje já estamos extremamente preocupados com os números que foram mostrados aqui – a Dr. Sílvia mencionou que mais de 20%, provavelmente bem mais de 20% do mercado são compostos por produtos ilegais –, a tendência é a de que existam algumas iniciativas avançando que podem agravar ainda mais essa situação.

Eu me refiro aqui, especificamente, ao fato de que hoje está em discussão uma proposta colocada pela Anvisa, a Consulta Pública nº 87, que vem sendo discutida desde o final do ano passado e que traz uma série de avanços – são propostas que, de alguma forma, procuram modernizar o processo regulatório no Brasil –, mas que também traz um ponto que é de extrema preocupação da indústria e da Academia, que é a necessidade da adoção de avaliação de risco para a tomada de decisão na aprovação de novos defensivos. Da forma como está proposta a Consulta Pública nº 87, existe o entendimento de que se adotaria um processo de corte – a gente costuma usar o termo *cut off* –, em que, em vez de se levar em consideração a avaliação de risco, está se levando em consideração a periculosidade das moléculas. Isso tem o potencial para retirar do mercado um quarto dos produtos que hoje são utilizados pelos agricultores brasileiros. O que isso significa do ponto de vista de produtos ilegais? Obviamente, se você retira um quarto das alternativas que hoje são utilizadas pelo produtor, esse produtor vai ter que buscar essa alternativa de alguma forma. Então, é razoável a gente assumir que uma das alternativas consideradas seja você acessar o mesmo produto que vinha usando de outro fornecedor, e, aí, a origem desse produto pode ser questionável. Existe uma grande preocupação nesse sentido, porque, ao avançar a CP 87 da forma como está proposta, ela pode, sim, agravar ainda mais o problema que estamos discutindo aqui hoje do comércio de produtos ilegais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Esses seriam os pontos principais que eu gostaria de focar aqui.

Agradeço a oportunidade, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito ao Dr. Mário Von Zuben, que é Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), que acrescenta outro dado, que é um dado técnico da composição química do produto, do defensivo agrícola, que pode, em vez de resolver os problemas, ampliar os riscos nos aspectos ambientais e também econômicos e que, em vez de mitigar, vai estimular o aumento do comércio ilegal.

Nós conseguimos um espaço de tempo, Senador Moka. Eles brincam comigo, porque sou meio moderadora de televisão, sou muito de dizer que negócio é tempo.

Mas vejam só: nós, aqui, provamos por especialistas, pela objetividade dos nossos expositores... Todos, com simplicidade e com capacidade, pontuaram, objetivamente, o tema que estamos abordando: o comércio ilegal.

Há uma questão de segurança pública, no caso do contrabando. É um crime organizado. Essa é a posição dos órgãos de repressão. Isso, na palavra do Dr. Franco, tem um impacto muito grande, porque, enquanto a legalidade anda de escada, a ilegalidade anda de elevador. É grande a lucratividade que o contrabando dá. Aí o agricultor fica descoberto em relação à proteção. Agora, com esse risco maior, essa é uma questão técnica do marco regulatório da Anvisa, essa avaliação de risco. Essa consulta pública também tem de ser avaliada sob esses aspectos.

Quero consultar o Senador Waldemir Moka e o Senador Flexa, que, certamente, têm algumas questões para serem colocadas, que querem apresentar seus pontos de vista sobre o tema que nós abordamos aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia; Dr. Bruno; Fernando Figueiredo; Mário; Dr. Franco; Sílvia e Renato, quero, primeiro, agradecer a presença.

Já estou há algum tempo nesta Casa e sou muito ligado ao setor de produção, não por ser produtor rural, mas pelo fato de a economia do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, depender fundamentalmente da agricultura e da pecuária. Eu devo ter participado, no mínimo – eu não vou exagerar –, de 15 a 20 reuniões, sobre esse tema da agropecuária. Só que esta reunião, Senadora Ana Amélia, chamou-me a atenção, pela primeira vez, porque, normalmente, era assim: metade do pessoal defendia a questão de orgânico, de meio ambiente, quase criminalizando o produtor. Dava-se a impressão de que o produtor colocava agroquímicos por maldade – e é um negócio que custa caro – a mais, para ver se ele conseguia envenenar alguém. Essa era impressão de quem estava ouvindo. Pela primeira vez, vejo que, principalmente agora, na fala do Dr. Mário, quando se começa a criar também uma burocracia, uma dificuldade para registro, uma morosidade, acaba, às vezes, faltando um produto; às vezes, você cancela a venda daquele produto, e não há outro para se colocar no lugar. Às vezes, os produtores até acabam fazendo isso na boa-fé: "É a mesma coisa. É mais barato." Isso ocorre principalmente em Estados onde há fronteira agrícola, pois ele atravessa ali, compra e traz.

O que me chamou a atenção aqui foi o que o Dr. Franco colocou. Foi preso em Sonora. E, como passou por Coxim para chegar a Sonora, significa que ele atravessou. Deve ter entrado por Mundo Novo, que ele abordou, ou por aquela região de Ponta Porã. Atravessou o Estado inteiro, porque Sonora é a última cidade. A próxima já está em Mato Grosso.

O que eu acho? Eu tenho certeza de que, se há uma coisa eficiente, que reconheço, é a Polícia Rodoviária Federal. É muito eficiente. Pouco se fala isto, mas a maioria das prisões de contrabandistas é feita pela Polícia Rodoviária Federal, com a ajuda, é claro, da inteligência de vocês; tudo está em conjunto.

Quer dizer, é o que ele falou: hoje em dia, já está difícil de você, no olhômetro, dizer que o produto é ilegal. Eles estão se sofisticando na embalagem. Então, à primeira vista, como o cara deve ter nota, a embalagem é muito parecida, e, como o policial não é um especialista, ele fala: "Tudo bem!" Passou, porque atravessou. E a outra cidade é Bodoquena, onde se dá a mesma coisa. Atravessou. Fica lá já quase chegando ao Pantanal.

Então, para o que estou chamando a atenção aqui, Dr. Bruno? Acho que outros já tiveram a iniciativa, mas se chamou só um setor. Acho que seria muito interessante chamar a Anvisa, a indústria química, a Polícia Federal, o pessoal do meio ambiente, para começar a falar, porque o prejuízo maior está aí. E cada vez que nós criarmos... Quer dizer, não adianta criminalizar o defensivo, a não ser que haja uma alternativa melhor, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cause menos dano. Dizer que não causa dano? Evidentemente, algum dano ambiental – eu sou médico – vai causar. Se não tomar as devidas precauções, vai causar dano.

Mas, por outro lado, já há muitos defensivos que estão avançando nessas pesquisas que custam milhões e milhões. E aí começa a deslealdade. A gente investe numa pesquisa para melhorar a qualidade, para que o defensivo seja o menos agressivo possível, e aí ele concorre com um produto falsificado ou contrabandeado. Aí vem a deslealdade, e o cara, a indústria não consegue competir. O preço é muito menor! Como disse alguém aqui, o produtor acha que é a mesma coisa. Ele não tem a ideia de que determinado produto não foi feito com pesquisa, de que o produto contém coisas que podem prejudicar. Disse muito bem a Drª Sílvia que ele acaba levando o crime organizado para dentro da propriedade. O cara consegue ver a rota e ter uma ideia do tamanho da produção que o produtor tem lá, e o produtor acaba sendo uma presa do crime organizado.

Por isso, acho que, desta vez, a audiência pública, de forma... Eu estava já esperando isso. Falei: "Outra vez aqui vai ser dita esta coisa de que o orgânico não sei o quê..." Eu me lembro desse debate. Eu falei: "Gente, tudo bem o orgânico, a hortaliça, mas como é que um País como o nosso, que produz em escala soja, milho, para exportar, faz isso?" Nós não temos condição de fazer isso!

Imagina! Eu, com minha formação, vou ficar defendendo defensivo? Se o produtor tivesse uma alternativa mais barata, tenho a certeza de que ele não usaria defensivo nenhum. Ele o usa porque, lamentavelmente, como nós sabemos – está aqui o diretor da Vigilância, o pessoal da Vigilância –, aqui há a entrada de pragas. Recentemente, entrou uma tal de uma lagarta aí que fez um estrago nas lavouras de soja, e nós tivemos de ter uma permissão quase emergencial para trazer um produto, porque nós não tínhamos nada para combater o diabo daquela lagarta que devastava as lavouras.

Então, quero, ao finalizar, dizer da minha sugestão.

Quero parabenizá-los pela forma como a questão foi colocada, pela clareza ao se falar do tamanho do problema. Tenho certeza de que a Anvisa, ao fazer a consulta popular, está fazendo isso com a melhor das intenções. Conheço o pessoal da Anvisa. Agora, é preciso, então, olhar... "Olhe bem o que nós estamos fazendo aqui!" Há uma pressão também da população, dos órgãos ambientais, da militância ambientalista, no sentido de pressionar cada vez mais essas indústrias, para dificultar mesmo – o termo seria esse – a forma do registro. Isso acaba dando espaço, como disse alguém... Aqui, o contrabando começou com o cigarro – era um contrabando enorme –, e agora já estamos com indústria de cigarro dentro do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ilegal.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Dá para ver como evoluiu isso.

Só para encerrar, quero dizer que, no início de dezembro... Ainda ontem, estiveram aqui o Presidente da Assembleia Legislativa do meu Estado e um Deputado Estadual, o Coronel Davi, que foi chefe da Polícia Militar. Estivemos com o Ministro da Justiça e com o Ministro da Defesa e falamos com o chefe de gabinete do Chanceler, do Ministério das Relações Exteriores. Para quê? Para fazer uma audiência pública em Campo Grande para tratar do chamado crime organizado, que está crescendo violentamente e criando grandes problemas não só na fronteira como no resto do Estado. Eu garanto a vocês que vou estar presente e que vou colocar o problema das drogas, do contrabando de armas, tudo.

Há uma coisa, Dr. Franco, que nunca consegui entender. Já falei sobre isso várias vezes. Há um contingente da Polícia Federal, às vezes, em grandes centros, que não digo que seja enorme, mas que é grande. E, na fronteira, há um número reduzido de policiais federais. Acho que é muito mais inteligente impedir que entre isso, principalmente armas e drogas, do que depois querer combater isso nas favelas do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Nós temos de proteger essa fronteira. Em Mato Grosso do Sul, são mil e poucos quilômetros de fronteira, sendo que mais de 500 quilômetros são de fronteira seca. Você atravessa uma rua e está do outro lado, tanto com o Paraguai como com a Bolívia. Então, imagine o problemão que isso representa.

É claro que parabenizo todos aqui.

A minha sugestão é a de que o Ministério da Indústria e Comércio e o Ministério da Agricultura possam promover uma reunião e chamar o pessoal da indústria química, o pessoal da Polícia Federal, o pessoal da área ambiental. Gente, vamos sentar e traçar um diagnóstico, fazer raios X de corpo inteiro, para ver a dimensão desse problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E aí vem a sugestão, Drª Sílvia, do sindicato: faça e sugira as modificações, para transformar isso em crime hediondo. Não sei se isso passa num Congresso 80% urbano, mas é uma tentativa. Eu estaria disposto a tentar, a fazer. Nós tínhamos de aumentar a pena realmente. O cara tem de sentir que, se ele for pego com contrabando, ele vai ser severamente punido, embora eu tenha achado que os números... Aí parabenizo a ação da Polícia Federal, do sindicato; a atuação foi, a meu ver, bem eficiente.

Então, é essa a minha contribuição.

Não tenho perguntas a fazer. Faço só uma observação sobre tudo que ouvi aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Waldemir Moka. A sua observação final remete, Senador Moka, a iniciativas que foram levantadas pelo Dr. Franco sobre a questão da penalidade. A pena para o tráfico de drogas ou para o contrabando de defensivos, que causa dano ambiental, dano à saúde pública, dano à imagem do Brasil, dano econômico, dano à arrecadação, dano tributário – é desvio, porque não há receita tributária sobre isso –, remete à necessidade de uma alteração na legislação penal brasileira a respeito da prática desse crime, que aumentou, dado o resultado econômico que ele apresenta.

Com a palavra...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu não tenho dúvida de que seria interessante se nós conseguíssemos que o Congresso inteiro – o Senado e a Câmara – ouvisse essa palestra e percebesse, como foi mostrado aqui, o mal que isso está fazendo, comparado realmente a essa questão da droga. Isso faz mal às pessoas. É um crime. Nós poderíamos realmente chegar à equiparação do chamado crime hediondo. Mas eu acho que nós teríamos de...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aumentar a pena já é uma...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ...ter realmente um grau de conscientização muito grande.

Eu, particularmente, saio daqui convencido de que temos de fazer isso. Mas, antes, é importante mostrar que há problemas internos. Essa postura de querer criminalizar o defensivo e de impor dificuldades também está criando problemas e vácuos que estão estimulando esse tipo de contrabando e de produção de agroquímicos ilegais.

Era isso que eu também queria deixar registrado – essa é a preocupação do Mário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

Senador Medeiros, vou passar a palavra ao Senador Flexa, mas antes eu queria dizer a V. Exª que o Senador Moka fez grandes elogios à instituição a que o senhor pertenceu, a Polícia Rodoviária Federal, que é irmã gêmea da Polícia Federal, que também tem feito um trabalho extraordinário no combate a este grave problema no Brasil: o comércio ilegal de defensivos.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Bom dia a todos!

Minha Presidente, Senadora Ana Amélia, como sempre, V. Exª demonstra sua competência e sua experiência na televisão, na área de comunicação, em que o tempo é contado por segundo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É verdade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Exª, aqui, dirige a Comissão por minuto, mas faz com que os tempos sejam cumpridos.

Eu quero saudar os nossos convidados: Drª Sílvia Fagnani, Sr. Franco Perazzoni, Dr. Bruno Duarte, Dr. Fernando Figueiredo e Sr. Mário Von Zuben.

Esta audiência, objeto de requerimento da Senadora Ana Amélia, é da maior importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pelas exposições que aqui foram feitas, nós estamos tratando não só da questão do crime de contrabando, mas também da saúde pública. Além do contrabando, há o problema da falsificação dos defensivos agrícolas.

Hoje, meu Estado, o Pará, é uma fronteira agrícola em expansão. Nós somos os maiores produtores de óleo de palma, de dendê, do Brasil e estamos ultrapassando a Bahia na produção de cacau. A soja entra em três áreas do Estado do Pará, pelo sul, pelo oeste e pelo sudeste. Então, ao longo do tempo, não tenho dúvidas de que o Pará vai se tornar um grande produtor agrícola do nosso País, contribuindo com o desenvolvimento brasileiro. Nossa fronteira é pequena. Não temos o problema que tem o Mato Grosso do Sul, o Mato Grosso ou o próprio Estado do Amazonas, mas nos preocupa porque, se há o contrabando por essas fronteiras, é evidente que o produto contrabandeado vai chegar ao nosso Estado e ao resto do Brasil.

Tenho um dado aqui que é realmente significativo, Senadora Ana Amélia. Segundo a Abiquim, 20% dos defensivos usados no País são contrabandeados. Quer dizer, é um número bastante representativo. O movimento desse comércio representa US$2 bilhões por ano.

Então, eu gostaria de ouvir dos senhores convidados opiniões acerca do risco de que gêneros alimentícios produzidos com esses insumos contrabandeados ou, o que é pior – não sei se é pior, mas é tão maléfico quanto –, falsificados ponham em perigo a saúde da população brasileira. Esse é um problema, como eu disse, econômico e de saúde pública.

Há outra questão sobre a qual eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores. É um dado já do Sindiveg, da Drª Sílvia: 600 toneladas de produtos ilegais foram apreendidas nos últimos cinco anos, o que impediu que cerca de 1,7 milhão de hectares recebessem esses produtos irregulares.

Eu também gostaria de ouvir se os senhores têm sugestões.

Acabamos de ouvir uma sugestão, agora, na intervenção do Senador Moka, em função da exposição dos senhores e da senhora, no sentido de que o crime de contrabando e de falsificação desses defensivos agrícolas deveria ter sua penalidade mais incisiva, chegando até a ser crime hediondo, pelo mal que eles podem trazer à saúde da população brasileira. No caso, quais seriam as medidas que os senhores poderiam sugerir para a eliminação do contrabando de defensivos agrícolas, dos furtos dos produtos químicos nos períodos da colheita e da falsificação desses produtos? Existem testes eficientes que podem detectar se os produtos ilegais foram aplicados em determinado gênero alimentício produzido no País? Há como você verificar se naquele produto agrícola foi usado um defensivo que tenha sido falsificado? Contrabandeado, ele vai trazer malefícios para a saúde, no caso de não ser original.

Por último, qual é a necessidade de ajustes na legislação sanitária agrícola e de meio ambiente para combater o descaminho e a falsificação dos defensivos agrícolas?

Volto a dizer que uma sugestão é esta do Código Penal, para que a gente possa torná-lo crime hediondo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Flexa, antes de passar a palavra ao Senador José Medeiros, quero lembrar que o Senador Raimundo Lira e eu somos autores, em conjunto, do PLS 85, deste ano de 2016. Ele está com a relatoria do Senador Telmário Mota na CCJ e aumenta pena para crime de contrabando, equiparando a pena do contrabando à do tráfico de drogas.

O Dr. Franco aqui foi muito claro quando abordou essas questões, comparando a pena de tráfico de drogas com a pena de contrabando, que é considerado um crime mais leve. Mas, pelo que se viu aqui, pelos dados e pelo impacto, em todos os aspectos, ele é tão grave ou até pior do que o tráfico de drogas, se é que a gente pode estabelecer um nível de comparação entre os dois impactos.

Mas, de qualquer modo, esse projeto já está em andamento. Eu até tinha falado no começo sobre isso. Sou autora desse projeto, junto com o Senador Raimundo Lira, que é um combativo Parlamentar nesta Casa.

Então, agradeço-lhe essa sugestão. O Dr. Franco vai responder ao senhor.

Eu passo, já de imediato, a palavra para o Senador José Medeiros, porque aí as respostas já vêm. Há duas perguntas que vieram dos nossos telespectadores. Foram muito bem formuladas as perguntas de Geraldo Mafra, do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Com a palavra o Senador Medeiros, que é egresso da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Cumprimento todos os nossos convidados, todos os Senadores e todos que nos acompanham pela TV Senado.

Pela importância do tema, até sugiro que a Rádio Senado também possa começar a transmitir esta audiência, porque, hoje, praticamente em todo Brasil – até no Nordeste, onde não havia muita atividade na área agrícola, ela está se desenvolvendo muito fortemente, principalmente na Bahia –, esse tema se alastra, vamos dizer assim. Eu tive a oportunidade...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só quero confirmar, Senador, o que o senhor está dizendo. A Polícia do Piauí prendeu um bando que roubava defensivos agrícolas, cujo produto é avaliado em mais de R$3,5 milhões. Ou seja, o volume não é pequeno. A quadrilha tinha 15 pessoas – era um crime organizado –, que participavam desse esquema de roubo, o que é um problema grave de segurança. Só confirmo o que o senhor falou sobre a Bahia. Mas isso se deu no Piauí.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Não tenho dúvida. E, hoje, se formos olhar pela lógica, Senador Flexa, veremos que só bandido burro vai mexer com cocaína. No caso desse crime, as penas são menores, e o lucro é maior.

Eu tive a oportunidade de presenciar muitas apreensões, e a criatividade é muito grande: é contrabandeado dentro de tratores, dentro de tanques...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi mostrado aqui.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ...em mulinhas, em motos. Um quilo de veneno é uma fortuna.

Nas fazendas – a Senadora Ana Amélia, com certeza, tem essa experiência, porque o Estado dela é agrícola –, às vezes ficam verdadeiras fortunas armazenadas, e as quadrilhas vêm atrás disso.

Então, quem mexe com esse tipo de crime, geralmente, também mexe com a venda de produtos ilegais, furtados ou roubados. Então, hoje, no campo, há uma verdadeira insegurança em função disso.

Agora, o que nos remete... Quero ser bem objetivo, porque a nossa Presidente é *six minutes*, é bem controlada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Rádio Senado está transmitindo, Senador, a propósito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agora, está transmitindo. Quando eu estava vindo para cá, ela não estava transmitindo.

Creio que a audiência tem justamente este objetivo: o que fazer? Como enfrentar isso? Aí vem a preocupação, porque nos deparamos, Senador Flexa, não é nem com a legislação. Uma pena de 2 a 5 anos como é essa é uma pena de amedrontar qualquer um, se houver a verdadeira aplicação dessa pena, se houver eficácia e mais se houver o real combate ao crime.

Eu pergunto: como combater isso se a Polícia Federal – só dou um exemplo, porque, talvez, o cume, quando se fala em termos de polícia, seja a Polícia Federal, que é o que está na boca do povo, principalmente neste momento de Lava Jato – tem a metade dos funcionários aqui do Congresso para cuidar do País todo? Nos locais mais vulneráveis do País, que são as fronteiras, fica difícil manter efetivo. Em Foz, talvez ainda se consiga fazer isso, mas, nos outros lugares, como se fixa ali um garoto que acabou de passar no concurso, que é do Leblon, de Ipanema? Ele passa no concurso e vai para o Pará, para o Amazonas. Ele já chega lá de costas, louco para vir embora. Então, passou o estágio probatório, ele some de lá. Então, fixar servidores públicos em locais de difícil acesso é complicado, o que é até natural, porque o sujeito que está em Brasília e nos grandes centros tem acesso a cinema, à educação, à saúde. De repente, ele vai para um local em que, às vezes, tem de se hospedar num imóvel ou locar um imóvel que é dos próprios contraventores, dependendo da cidadezinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, este é um complicador: nós estamos com as fronteiras totalmente abertas. A Polícia Rodoviária Federal, em termos de efetivo, está sucateada, como também a Polícia Federal. Agora, com essas dificuldades salariais, nós temos outro complicador: começa a se perder efetivo de qualidade, e os que pretendiam vir pelo concurso público começam a procurar outras áreas.

Então, creio que nosso grande desafio está em combater esse tipo de crime. No momento em que dermos prioridade para isso, as apreensões vão surgir. Se houver condições de a Polícia e os órgãos de fiscalização trabalharem... Cheguei a ver apreensão nos postos de fiscalização tributária, Senadora Ana Amélia. Vi uma apreensão de 30 toneladas de produtos vindos do Paraguai, entrando por Ponta Porã. Foram apreendidos em Mato Grosso, num posto de fiscalização tributária. Eles viram e comunicaram a Polícia.

Então, creio que um dos gargalos seja esse. Aí vêm inúmeros problemas de ordem ambiental. Talvez, pudéssemos até fazer uma integração entre os órgãos, porque creio que, no Brasil, há dificuldade de os órgãos conversarem entre si, entre as esferas. Às vezes, até numa mesma prefeitura, as secretarias não conversam entre elas, quanto mais os órgãos de fiscalização. Então, creio que, no combate a esse crime, precisava haver uma integração total entre os órgãos, Ibama, PF, Polícia Rodoviária Federal, polícias estaduais.

Isso vai diretamente para a nossa mesa, esse é o problema. Já deve ter sido falado isso aqui. Quando a gente vai comer, a gente fica se perguntando: que tipo de produto estou usando? Nem é aquela discussão se o produto tem agrotóxico ou não, se tem defensivo demais ou não. A pergunta é: este produto que estou consumindo foi vítima de que tipo de substância?

Então, já encerrando, eu queria só parabenizá-los.

Assisti, em casa, um pouco à TV Senado. Como já acompanho o tema há muito tempo, sei o desafio que é e sei a importância disso. Por isso, quero parabenizar os proponentes desta audiência e a nossa Presidente, por tratar desse tema muito importante.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador José Medeiros.

Aproveito para trazer duas questões levantadas por Geraldo Mafra.

Agradeço à sua participação, Geraldo.

Geraldo Mafra, do Distrito Federal, apresenta duas questões: "Se o roubo estimula a produção de defensivos ilegais e sem propriedades adequadas exigidas pela Anvisa, isso não é risco para as nossas exportações de grãos?" Essa é uma questão para o Dr. Bruno. Pergunta ainda: "O milho e a soja produzidos com defensivo contrabandeado não poderão afetar, desqualificar [olhem só aonde ele chega; é importante e tem justificativa] a exportação da carne de aves e de suínos?" Ele trata da cadeia produtiva da carne, especialmente a suína e a de frangos. Esses dois produtos são produtos da ração, são componentes da ração de aves e também de suínos.

Diz ele ainda: "Ultimamente, há registros de roubos em revendas de insumos agrícolas, como também em diversas propriedades rurais. Pergunto: quais as providências que o Governo Federal tem adotado para coibir tais ocorrências? O roubo não está a facilitar a falsificação dos defensivos?" Então, isso fica para o Dr. Franco.

Passo a palavra à Drª Sílvia, que foi demandada na maioria das perguntas, e também para o Dr. Bruno e para o Dr. Franco.

Eu queria que, se pudesse, V. Sª falasse por cinco minutos, Drª Sílvia, para dar as respostas para a questão da área penal.

A SRª SÍLVIA FAGNANI – São várias questões aqui. Vou tentar ser o mais sucinta possível.

Primeiramente, eu queria agradecer as colocações da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Moka, Flexa Ribeiro e José Medeiros e agradecer a oportunidade de estar aqui para expor esse problema da forma como ele é, não na dicotomia de orgânicos e não orgânicos, como colocou o Senador Moka.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Sobre as perguntas feitas pelo Senador Flexa Ribeiro, a questão do risco à saúde não é possível afirmar, primeiro porque não é possível a gente afirmar o que há dentro daqueles produtos. No caso dos contrabandeados, muitas vezes eles são produtos registrados em outros países, que passaram por alguma avaliação, não necessariamente toxicológica e ambiental, como é feito no Brasil. Hoje, o nosso sistema regulatório é um dos mais modernos e rigorosos do mundo, é importante ressaltar isso. Então, eles não passaram pelas mesmas análises, mas, muito provavelmente, há produto defensivo agrícola ali dentro em concentrações diferentes das registradas aqui. No caso do benzoato de emamectina, no Brasil o registro está em 5% de concentração, mas nós já identificamos produtos entrando a 95%. Então, é um produto tóxico, estamos falando de produtos químicos tóxicos que não tiveram essa avaliação.

Se isso vai causar risco à saúde humana não é possível afirmar. A gente não sabe em que concentração ele é aplicado no campo. E, no caso das falsificações, a gente não sabe qual é o produto que existe lá, se ele tem tinta, se ele tem água. É impossível afirmar isso. O que eu posso afirmar é que os produtos registrados e utilizados de forma adequada não trazem risco nenhum para a saúde do consumidor nem do aplicador. Então, a gente tem de cuidar de estimular o uso correto e seguro de todos esses produtos.

Com relação ao que fazer, na verdade, o que a gente precisa é de uma grande política pública de combate, não é só uma ação. É claro que elevar as penas e transformar em crime hediondo é um desejo da indústria, é um dos nossos objetivos, inclusive nesta agência pública, mas existem muitas outras frentes. A primeira é a regulatória. Precisamos de mais transparência e previsibilidade no sistema regulatório. Como eu falei, ele é muito rigoroso. Não queremos abrir mão desse rigor de forma alguma, mas precisamos trazer a ciência para a mesa, como a Anvisa tem tentado fazer. O que nós precisamos é garantir a implementação da avaliação de risco no registro dos produtos, precisamos de previsibilidade.

Hoje, o registro de um produto leva até dez anos nos três órgãos reguladores. Isso acaba fazendo com que a porta de entrada mais fácil seja a do contrabando. O caso da lagarta *Helicoverpa,* em que foi necessária a decretação de emergência e a habilitação da importação e produção de benzoato de emamectina aqui, no Brasil, acabou abrindo definitivamente a porta para o contrabando desses produtos. Então, o que nós defendemos é, sim, o registro dessas moléculas, para que se possa importar e produzir de forma mais adequada no Brasil, olhando pelo viés toxicológico e ambiental também, não só agronômico.

Outra questão é estabelecer políticas internacionais com os países vizinhos. Por exemplo, o Paraguai importa, historicamente, 30 vezes o volume do que pode ser aplicado na área e não exporta nenhum dólar oficialmente. Então, para onde está indo todo esse defensivo? É importante que a gente tenha conversas do Itamaraty com o governo paraguaio, assim como é importante fazê-lo com os governos uruguaio, boliviano e chileno, para que se estabeleçam cotas de importação nesses países...

(*Soa a campainha.*)

A SRª SÍLVIA FAGNANI – ...restritas àquilo que o país pode produzir ou exportar.

Então, é uma gama de ações que precisam ser tomadas. Há testes, sim, que podem identificar quais foram os produtos aplicados na produção agrícola, mas é impossível dizer se eles foram contrabandeados ou registrados.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para tratar de um aspecto mais amplo dos problemas, concedo a palavra ao Dr. Franco.

O SR. FRANCO PERAZZONI – São várias perguntas. Eu vou da mais fácil para a mais difícil, vou deixar a mais difícil para o final.

O primeiro questionamento tinha sido feito pelo Senador sobre o impacto na alimentação. Eu sempre ressalto – a questão do impacto na alimentação foi até bem lembrada pelo Geraldo Mafra na pergunta dele – que isso não impacta só na alimentação de fonte vegetal, porque há a alimentação de todo o rebanho etc. Então, os impactos desse tipo de ilícito são incalculáveis tanto para a produção interna quanto no que é exportado. Isso é bem evidente.

A questão de fronteira foi muito bem colocada também. Creio que tanto a Polícia Federal como a Polícia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Rodoviária, a Receita Federal, a Anvisa, todos os órgãos federais evoluíram muito nesses anos. Hoje, nós temos planos de carreira, nós temos profissionais, todos de nível superior, não raro com pós-graduação etc. Então, sem atrativos para poder fixar essas pessoas em região de fronteira, isso realmente fica bastante complicado. Vejamos que há a questão do adicional de fronteira já há bastante tempo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Só abro um parêntese, Senadora. O Senado aprovou uma lei, que está pendente de regulamentação, que é a lei de incentivo à fixação de pessoal em local de difícil acesso. Precisamos lutar para que isso possa ser regulado, porque aí se sanava esse problema da fronteira.

O SR. FRANCO PERAZZONI – Exatamente.

E também, como foi bem colocado, há a questão da habitação. Agora vim do Amazonas, fiquei por dois anos no Amazonas, já no meio de uma carreira. Para algumas pessoas foi surpreendente eu retornar, como a gente fala, para a ponta. Na região de fronteira de Tabatinga, por exemplo, que é uma fronteira nossa com a Colômbia, não há sequer uma residência que você pode locar. O nosso policial está residindo do lado do traficante que ele prendeu na semana retrasada.

Existem projetos habitacionais, nos modos que as Forças Armadas fazem, etc. Eu não penso isso para a Polícia Federal, penso isso para os órgãos de controle, de forma geral, que, principalmente nessas regiões, precisam fixar essas pessoas lá. Nós temos de dar condições para que a pessoa chegue ali e permaneça ali.

A gente investe, muitas vezes, em ações pontuais, como fazer uma operação permanente, como as Ágatas, a Operação Sentinela etc. São ações muito pontuais que resolvem o problema, mas os policiais são recrutados de fora, os militares vêm de fora. Eles não se fixam, não se produz um conhecimento, e não se cria realmente uma rotina de trabalho ali para *posteriori*. São coisas pontuais que vão sendo realizadas. Essa também é bastante fácil.

Há a questão do roubo para a falsificação, questão tratada pelo Sr. Geraldo Mafra. Há duas questões. Pode ser diametralmente oposto, pode não ter nada a ver com a falsificação. Exemplo: se você está subtraindo, se você está roubando o agrotóxico já produzido nacional, é óbvio que estão fazendo isso porque não estão tendo acesso ao pirata, e isso pode significar inclusive que, realmente, naquela região, está tendo dificuldade de acesso ao pirata a um custo mais baixo. Então, quadrilhas se especializam nisso. Por outro lado, se o roubo é de insumos para produção, sem dúvida nenhuma, esse é um dado extremamente relevante que a gente tem de apurar. No caso da falsificação, realmente não fica tão a par da Polícia Federal, porque já não é um crime transnacional, mas, naqueles crimes de repercussão interestadual, a Polícia Federal sempre pode agir.

Essas eram as fáceis. A mais difícil, então, é a questão penal propriamente dita. Eu sempre falo que a questão do aumento de penas... Há crimes com penas absurdas. A gente acompanhou, por exemplo, a evolução da Lei de Crimes Hediondos, o cumprimento integral da pena em regime fechado, e as coisas não avançaram nesse sentido. Quando a gente fala do traficante de drogas, ele é um criminoso que é marginalizado. Eu sempre digo que o traficante de drogas, em poucos meses, está condenado a penas altíssimas, porque existe todo um processo, inclusive social, vamos dizer assim, até de demonização daquele tipo de crime, o que não acontece em outros ilícitos.

Eu sou da teoria de que mais importante do que altas penas – e deve haver penas severas, sim – é a certeza da punição e a busca por atingir o crime organizado onde é mais importante. Eu sempre brinco: como já dizia Delfim Netto, a parte mais sensível do corpo humano é o bolso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCO PERAZZONI – Então, pensando em agrotóxicos, penso em duas situações muito interessantes. Por exemplo, quando a gente trabalha com droga, quem utiliza a propriedade para produzir entorpecentes, drogas, perde a propriedade. Ele tem a pena de confisco. Será que não é de se avançar nisso, por exemplo, em casos reiterados? Pode-se dizer: "Olha, essa propriedade vem sendo utilizada para causar danos a toda a sociedade. Então, ela vem se tornando instrumento de uma prática delituosa." É óbvio que essa é uma medida extrema, mas ela é aplicada para o tráfico de drogas, prevista inclusive constitucionalmente, enfim.

Outra situação que ajudou muito, em que a gente sempre pensa, é a seguinte: quando você trabalha com o setor produtivo... O Senador tinha falado muito bem da questão da concorrência desleal. Aquela pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que está recorrendo ao agrotóxico ilegal tem um custo muito menor que aquele que recorre ao legal. Isso gera uma concorrência desleal e faz até com que os bons, aqueles que querem ser honestos tenham, às vezes, uma dificuldade muito grande de se manterem no mercado, de conseguirem produzir e de venderem sua produção. Isso a gente enfrentou no meio ambiente, quando eu trabalhava com o Dr. Renato na parte da madeira, por exemplo, e na parte de minerais. É muito mais fácil a pessoa tirar madeira de uma terra indígena do que produzir a madeira na propriedade dela.

A mesma coisa vem acontecendo com o agrotóxico. Uma das soluções para isso, é óbvio, é um Estado repressivo, preparado, um aparato bem preparado. Mas também a questão da certificação de propriedades pode ser um avanço. Por exemplo, se você conseguir criar um mecanismo pelo qual as propriedades que atuam com os agrotóxicos legais sejam certificadas, esse será um agregador de valor para aquela propriedade, para aquele produto alimentar que é produzido ali. Então, para aquilo ali, o consumidor está disposto: "Opa, esta daqui é uma situação que está comprovada." Isso é um agregador, isso diferencia ele daquele que não tem a certificação. Por exemplo, isso é feito na madeira, isso é feito em vários tipos de produtos. Então, a forma de combater a criminalidade capitalista, aquela que se prende ao dinheiro, é simplesmente trabalhando uma forma de tornar aquele que atua de forma lícita mais competitivo no mercado. Então, a gente tem de buscar formas para isso.

Quanto à descapitalização de criminosos, da mesma forma que, no tráfico de drogas e em outros ilícitos gravíssimos, a gente consegue realmente ir ao capital da pessoa e descapitalizá-la. Mais do que pensar na pena, Senadora, eu penso que a gente tem de buscar, nos artigos que foram feitos no projeto, mecanismos de descapitalização do criminoso. Principalmente quando se trabalha com crime organizado e de grande lucratividade, cada vez mais se foge daquele estereótipo do criminoso comum que vai cumprir pena e se entra num criminoso que realmente vai sofrer penas alternativas, que sofre penas menores.

Eu sempre cito um exemplo que todos nós conhecemos: na década de 90, houve a situação da Jorgina de Freitas, enfim, a questão das fraudes da Previdência. Quanto foi recuperado? Foram R$300 milhões desviados, e foram recuperados cerca de R$20 milhões, R$30 milhões, na época. O crime compensa? Compensa. O nosso papel como representantes do Estado brasileiro é o de fazer com que o crime não compense realmente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Franco.

Consulto a Mesa se alguma das questões levantadas... Acho que o Dr. Bruno poderia fazer apenas um comentário, porque aqui se entrou muito na questão do impacto da falsificação no comércio internacional. Também a outra questão se refere a essa parte do comércio, porque é a área do seu Ministério.

O SR. BRUNO DE CARVALHO DUARTE – Respondo à pergunta do Geraldo Mafra, se o roubo estimula a produção de defensivos ilegais e sem propriedades adequadas e se isso não é um risco às nossas exportações de grãos. Com certeza, é um risco enorme, é um risco que tem o potencial de causar um impacto econômico violento. E não só há esse impacto econômico, mas também o desgaste na imagem. Nós já tivemos embargos às nossas carnes. E aí entra não só a produção de grãos, como foi bem mencionado pelo Senador, pois os animais consomem esses grãos. Então, nós já tivemos embargos na carne e sabemos que os impactos foram muito negativos. O pior de tudo é que fica a imagem ruim, porque se demora depois para recuperar a credibilidade de seus fornecedores.

Então, com certeza, é um problema de difícil solução, mas, se olharmos a magnitude que pode ter esse impacto em termos econômicos, ele não é tão caro. Se nós tivermos um embargo, vamos supor, de 10% das nossas exportações agrícolas, imaginem o rombo que isso gera nas contas para economia!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para as reservas cambiais e para o superávit comercial.

O SR. BRUNO DE CARVALHO DUARTE – Para as reservas cambiais, para a arrecadação tributária.

Então, se a gente olha só o lado da despesa, é difícil, há toda a questão do tamanho das nossas fronteiras, dos nossos efetivos policiais, das condições de trabalho na fronteira. Esse é o lado da despesa. Agora, e o lado do risco potencial de dano à arrecadação, à arrecadação de impostos?

A gente acredita que, até como estratégia de defesa e de fortalecimento desses órgãos, e não apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dos órgãos de repressão, é muito importante o avanço na questão dos registros, para que a gente consiga liberar cada vez mais produtos certificados e trazer para dentro do País uma série de outros produtos que possam dar ao produtor alternativas. A gente também acha isso importante. E caminhamos juntos também. Essa é uma das formas – talvez uma das formas mais próximas – com que o Ministério da Indústria pode ajudar, embora ele não seja um dos órgãos anuentes. É bom frisar isso. Os órgãos anuentes são Ibama, Mapa, Ministério da Agricultura e Anvisa, mas nós, em parceria com o BNDES, apoiamos a revisão desse marco regulatório de registro, para dar celeridade e atrair investimentos nessa área. A gente sabe que, se houver mais produção, isso será bom também para o produtor agrícola e dará a ele novas opções de defensivos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigado, Dr. Bruno.

Eu darei dois minutos agora para o Dr. Mário e para o Dr. Fernando, para que façam as considerações finais.

O SR. MÁRIO VON ZUBEN – Tenho só mais um ponto para colocar. De alguma forma, em alguns comentários, falou-se de custo e da rentabilidade dessa atividade ilegal. É importante ressaltar que o que encarece o custo de produção de um defensivo – e isto se aplica a outros produtos químicos – é justamente o controle de qualidade, que garante que não haja impurezas nesse produto que vai ser levado ao mercado. É isso que encarece a produção. Obviamente, esses grupos não têm essa responsabilidade; então, isso gera realmente uma oportunidade de ganhos enormes.

É importante ressaltar que o uso de produtos devidamente registrados, produzidos com a chancela de uma indústria responsável, que investe em pesquisa, que investe em processos cada vez mais seguros de produção, deve ser respeitado.

Só esse ponto eu gostaria de acrescentar a esta discussão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Com a palavra o Dr. Fernando Figueiredo.

O SR. FERNANDO FIGUEIREDO – Obrigado, Senadora. Eu só queria fazer um comentário rápido.

Ontem, esteve conosco também no MDIC o Henrique Mazotini, Presidente da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários. Ele manifestou exatamente a preocupação com o roubo de carga, em especial com a falta de recursos humanos e financeiros dos órgãos incumbidos dessa repressão. Está se tornando realmente um problema muito sério. Acho que é um ponto que temos de pensar também. Sei que o momento é muito difícil, mas não podemos descuidar também dos recursos humanos e financeiros para essas instituições.

Senadora, eu creio que, mais uma vez, esta Casa preenche a sua finalidade, que é a de debater os grandes temas deste País. Acho que esse tema...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO FIGUEIREDO – ...nos permite trabalhar para equacionar a questão ou pelo menos reduzi-la e abre uma possibilidade de investimento e de emprego neste País extraordinária. O estudo do BNDES identificou um potencial de pelo menos R$5 bilhões de investimento no setor da produção de defensivos agrícolas, se nós resolvermos alguns problemas estruturais, e eu tenho certeza de que vamos conseguir caminhar nessa direção.

Eu também tenho absoluta certeza – já disse isso, quando a senhora nos deu a honra de nos visitar na Abiquim – de que o setor químico tem tudo para ser o setor mais brilhante da economia brasileira na próxima década. Nós temos petróleo, nós temos gás, nós temos biodiversidade. Não falamos hoje sobre biodefensivos, um tema que a gente também precisa apoiar.

Se a gente fizer as coisas certas neste País, a indústria química vai puxar o desenvolvimento brasileiro.

Muito obrigado, Senadora, mais uma vez, pela gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Fernando Figueiredo.

Eu queria agradecer ao Senador Moka, ao Senador Flexa Ribeiro e ao Senador José Medeiros pelo apoio e pela participação ativa nesta audiência pública, que foi requerida por mim exatamente para debater os impactos do contrabando e do comércio ilegal, que são duas coisas diferentes. O contrabando é um comércio ilegal, mas, quando há a manipulação dentro do Brasil de um produto ilegal, não certificado, sem registro na Anvisa, há o comércio ilegal. O contrabando é lesivo ao interesse do País e da cidadania. Debatemos o impacto do contrabando de defensivos agrícolas na economia brasileira, em cumprimento a um requerimento de minha autoria, o de nº 52, deste ano.

Eu queria agradecer ao Dr. Franco Perazzoni, Chefe da Divisão de Repressão a Crimes Fazendários da Polícia Federal; e ao Delegado da Polícia Federal Dr. Renato Madsen, que é Chefe da Divisão de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico.

Lamentavelmente, o Ministério da Agricultura... Tenho certeza de que o Ministro Blairo Maggi não estava informado. Estava convidado o Sr. Júlio Sérgio de Britto, Coordenador-Geral de Agroquímicos e Afins no Ministério da Agricultura, que não compareceu e não informou as razões de sua ausência. Esse Ministério tem grande relevância e a responsabilidade do setor agropecuário brasileiro.

Agradeço ao Dr. Bruno de Carvalho Duarte, Coordenador-Geral do Complexo Químico e da Saúde do Departamento de Investimentos e Complexos Tecnológicos da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); ao Dr. Mário Von Zuben, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal; ao Dr. Fernando Figueiredo, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); e à Drª Sílvia Fagnani, que é a representante do Sindiveg, que foi quem levantou, junto com a Abiquim, os problemas do setor.

Então, obrigada a todos.

A conclusão a que chegamos nesta audiência é que temos de trabalhar em duas frentes.

Penso que o Dr. Franco tem total razão. A gente vê que a execução penal, o processo penal brasileiro é moroso, por todas as razões que conhecemos: os recursos, as artimanhas. Basta haver um excelente profissional na área do Direito para sabermos como as coisas acontecem. Mas penso que essa sugestão de impactar no bolso, com a desapropriação de uma área, de um patrimônio, de um apartamento, pode ter uma eficácia muito mais rápida na execução e também com muito mais impacto, porque não vai valer a pena praticar um crime dessa natureza, que é, sob todos os aspectos, extremamente danoso à economia, à saúde pública, ao meio ambiente e à indústria organizada e regularmente formalizada no nosso País. Então, é uma concorrência absolutamente desleal, e nós temos de combater esse procedimento, esse processo.

Agradeço a todos, novamente, em nome da Comissão. Vamos, posteriormente, tratar ainda de implementar essas políticas.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às quinze horas e onze minutos do dia trinta de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Pastor Valadares, Roberto Muniz, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Lasier Martins, Benedito de Lira, Hélio José, Flexa Ribeiro e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Antonio Carlos Valadares, Lúcia Vânia e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente dá início à pauta com a deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2014 – Terminativo – EMENTA: Especifica os atributos da cachaça, estabelece regras para uso das indicações geográficas para o produto, tipifica a cachaça artesanal produzida por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelece requisitos e limites para a produção e comercialização da cachaça artesanal, define diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor, e dá outras providências. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela rejeição do PLS 77/2014. Resultado: Rejeitado o PLS 77/2014. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, DE 2014 – Terminativo – EMENTA: Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira. Autoria: Senador Antonio Aureliano. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do PLS 254/2014, com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o PLS 254/2014 com a Emenda nº 1-CRA. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2014 – Terminativo – EMENTA: Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira. Autoria: Senador Fleury. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2014 – Terminativo – EMENTA: Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira. Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria *ad hoc*: Senador Roberto Muniz. Relatório: Pela aprovação do PLS 268/2014, com a emenda que apresenta, e prejudicialidade do PLS 382/2014. Resultado: Aprovado o PLS 268/2014 com a Emenda nº 1-CRA e prejudicialidade do PLS 382/2014. ITEM 5: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2015 – Não Terminativo – EMENTA: Altera dispositivo da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para proibir a soltura, no ambiente natural, de organismos aquáticos geneticamente modificados. Autoria: Deputado Nelson Meurer. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do PLC 9/2015, com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao PLC 9/2015 com a Emenda nº 1-CRA. ITEM 6: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2016 – Não Terminativo – EMENTA: Dispõe sobre a localização dos depósitos dos estabelecimentos revendedores e/ou distribuidores de agrotóxicos. Autoria: Deputado Jerônimo Goergen. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do PLC 10/2016, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao PLC 10/2016, na forma da Emenda nº 1- CRA (Substitutivo). ITEM 10: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2015 – Terminativo – EMENTA: Altera o art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, a fim de estabelecer limite para aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Pela aprovação do PLS 186/2015. Resultado: Aprovado o PLS 186/2015. ITEM 11: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 672, DE 2015 – Terminativo – EMENTA: Dispõe sobre a redução do desperdício de alimentos. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 675, DE 2015 – Terminativo – EMENTA: Estabelece a Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos e dá outras providências. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 738, DE 2015 – Terminativo – EMENTA: Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do PLS 672/2015, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e pela rejeição dos PLS 675 e 738/2015 que tramitam em conjunto. Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) ao PLS 672/2015 e rejeitados os PLS 675 e 738/2015. ITEM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

13: AVISO Nº 32, DE 2016 – Não Terminativo – EMENTA: Encaminha cópia do Acórdão n° 1328/2016, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que trata de auditoria operacional para avaliar os principais gargalos para liberação de carga conteinizada em portos da região sudeste (TC 008.930/2016-3). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela apresentação de Requerimento de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pelo conhecimento e posterior arquivamento do AVS 32/2016. Resultado: Aprovado o relatório pela apresentação do Requerimento de Audiência Pública nº 55/2016 e conhecimento e posterior arquivamento do AVS 32/2016. ITEM 14: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA S/N, DE 2016 – EMENTA: Requeiro nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Voto de Aplauso em agradecimento e congratulações ao Sindicato dos Produtores Rurais de Rondonópolis (MT), e em especial ao seu Presidente Francisco Olavo Pugliese de Castro, pela acolhida à CRA no Seminário do Ciclo de Palestras e Debates para debater sobre Seguro Rural, durante a 44ª Exposição Industrial e Comercial de Mato Grosso, no dia 12 de agosto de 2016. Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovada a apresentação do Requerimento para o Plenário do Senado Federal. ITEM 15: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA S/N, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Saúde, as informações referentes a estudos em desenvolvimento para utilização da aviação no combate aos mosquitos transmissores da Dengue, Chikungunya e Zica. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovada a apresentação do Requerimento para o Plenário do Senado Federal. ITEM 16: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 48, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-A, incisos III e VIII, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), com a participação dos seguintes convidados: Sr. Argileu Martins da Silva, Presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER); Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Representante da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário; Representante da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER); Representante da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural S.A. (EMPAER-MT). Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 17: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 49, DE 2016 – EMENTA: Requer, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com vista a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2012, que acrescenta o art. 253-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada de trabalho dos empregados em atividades de abate e processamento de carnes, com a participação dos seguintes convidados: Representante das Centrais Sindicais dos Trabalhadores; Representante das Centrais Sindicais dos Empregadores; Representante da Associação Nacional da Magistratura do Trabalho – ANAMATRA; Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social; Representante do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 18: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 50, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com o art. 104-B, inciso XIV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) com vista a instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 734, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para tratar da medição e demarcação de lotes distribuídos para fins de reforma agrária e para ampliar a gratuidade da alienação desses imóveis cujas áreas não ultrapassem dois módulos fiscais, com a participação dos seguintes convidados, sem prejuízo de posterior aditamento: Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 19: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 51, DE 2016 – EMENTA: Requer a realização de audiência pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 34, de 2015 (na origem, Projeto de Lei nº 4.148, de 2008, de autoria do Deputado Luís Carlos Heinze), que altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Autoria: Senadores Cidinho Santos e Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 20: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 53, DE 2016 – EMENTA: Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a debater a importância dos insetos polinizadores para a agropecuária e os estudos recentes sobre o tema, com os seguintes convidados: Carmen Silvia Soares Pires – Pesquisadora do CENARGEN/EMBRAPA; Vera Lúcia Imperatriz Fonseca – Professora da USP; Lídia Barreto – Coordenadora Técnico-Científica da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA); Karina Cham – Técnica do IBAMA; Breno Freitas – Professor da UFC; Blandina Felipe Viana – Professora da UFBA. Autoria: Senador Lasier Martins. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 21: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 54, DE 2016 – EMENTA: Requer, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o tema "Diálogo para o desenvolvimento indígena", para debater questões relacionadas à parceria agrícola em terras indígenas, com os seguintes convidados: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Representante do Ministério da Justiça e Cidadania; João Akira Omoto – Procurador da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Luiz Fernando Villares e Silva – Ex-Procurador Geral da FUNAI; José Carlos Gabriel - Coordenador do Plano de Gestão Territorial Indígena de Nonoai/RS; Ademir de Sousa - Representante dos Colonos no Rio Grande do Sul. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM 22: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 203, DE 2015 – Não Terminativo – EMENTA: Dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas in natura. Autoria: Deputada Iracema Portella. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do PLC 203/2015, nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao PLC 203/2015, na forma da Emenda nº 1- CRA (Substitutivo). ITEM 23: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524, DE 2015 – Terminativo – EMENTA: Estabelece parâmetros para a elaboração de políticas públicas para a ovinocaprinocultura no Brasil. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do PLS 524/2015, com as emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o PLS 524/2015 com as Emendas nº 1-CRA a 8-CRA. ITEM 24: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 55, DE 2016 – EMENTA: Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, incisos VI e XXI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária-CRA, com o objetivo de avaliar causas e consequências dos principais gargalos para a liberação de carga conteinerizada nos portos brasileiros, bem como verificar o andamento das providências recomendadas pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Aviso nº 32/2016, com os seguintes convidados: Representante do Tribunal de Contas da União; Representante da Secretaria da Receita Federal; Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Representante da Associação Brasileira de Terminais de Contêineres, Senhor Juarez Moraes e Silva. Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Resultado: Aprovado o Requerimento de Audiência Pública, apresentado como Conclusão do Parecer da CRA sobre o AVS nº 32/2016, que trata de auditoria operacional para avaliar os principais gargalos para liberação de carga conteinerizada em portos da região sudeste, de autoria do Tribunal de Contas da União. ITEM 25: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA S/N, DE 2016 – EMENTA: Requer nos termos regimentais, urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 203, de 2015, que dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas in natura. Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovada a apresentação do Requerimento para o Plenário do Senado Federal. A Presidência concede Vista ao ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010, solicitada pelos Senadores Benedito de Lira e Hélio José, e ao ITEM 8: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2013, solicitada pelo Senador Wellington Fagundes, conforme o disposto no art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal. Deixam de ser apreciados os seguintes itens: ITEM 4: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2013; ITEM 9: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2014; ITEM 12: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2016. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

SENADORA ANA AMÉLIA

PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, a ata é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de várias matérias.

Eu queria informar aos colegas Senadores o seguinte. Com a aproximação do final do ano e do recesso parlamentar, maior dificuldade nós temos para apreciar matérias numa reunião deliberativa. Esta reunião de agora é para, no mínimo, no mínimo, apreciarmos as matérias não terminativas.

Eu já passaria, de antemão, porque temos quórum para isso, ao item 5, cujo Relator é o Senador José Medeiros.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2015
- Não terminativo -

Altera dispositivo da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para proibir a soltura, no ambiente natural, de organismos aquáticos geneticamente modificados.

Autoria: Deputado Nelson Meurer.

Relatoria: Senador José Medeiros.

Relatório: pela aprovação do PLC 9/2015, com a emenda que apresenta.

Observações:

1- O Projeto foi apreciado pela CMA, com Parecer pela rejeição.

2- O Projeto constou da Pauta da 29ª Reunião da CRA.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

Com a palavra o Relator, Senador José Medeiros, para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Se V. Exª me permitir, vou diretamente à análise.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço muito ao Senador, porque isso faz com que economizemos tempo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Em nossa visão, o texto proposto pelo PLC 9, de 2009, é mais claro do que o texto original do parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.959, de 2009, mas com as observações seguintes.

A primeira é no sentido de que a melhor interpretação do teor de "cuja caracterização esteja em conformidade com os termos da legislação específica", constante do parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.959, de 2009, seria equivalente a "nos termos da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005", referência à Lei de Biossegurança. Outra interpretação não seria razoável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Ademais, a caracterização "aquáticos" constante da versão atual do PLC não restringiria os organismos geneticamente modificados (OGM) a serem proibidos, uma vez que um OGM não aquático, por certo, não sobreviveria em ambiente aquático.

Dessa forma, é necessário elidir a discussão acerca do significado de:

a) "cuja caracterização esteja em conformidade com os termos da legislação específica", constante do parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.959; e

b) "aquáticos", constante do PLC 9, de 2015.

Uma possível solução seria apresentar uma emenda de redação para dirimir tais dúvidas e especificar a proibição, de forma clara, para todos os organismos enquadráveis na Lei de Biossegurança.

Como a legislação específica aplicável ao presente caso é, de fato, a Lei nº 11.105, de 2005, que já conceitua o que são organismos geneticamente modificados, bem como disciplina as hipóteses de liberação desses organismos no meio ambiente – o que já seria vedado, na melhor interpretação, pela atual redação da Lei nº 11.959, de 2009, relativamente a organismos aquáticos –, basta aprimorar o parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.959, de 2009, para deixar clara essa proibição.

Portanto, à luz dessa discussão, opinamos que o PLC 9, de 2015, deva ser aprovado com uma emenda de redação, na forma proposta a seguir.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC 9, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CRA

Dê-se ao parágrafo único do art. 22 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na forma do PLC 9, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 22. [...]

Parágrafo único. Fica proibida a soltura, no ambiente natural, de organismos geneticamente modificados, caracterizados nos termos da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005."

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em discussão o relatório do Senador José Medeiros, que trata exatamente da soltura de organismos modificados geneticamente no ambiente aquático. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador José Medeiros.

Será dado prosseguimento ao encaminhamento regimental.

Enquanto o Senador Wellington Fagundes foi participar de uma votação do Prêmio Bertha Lutz, eu passo ao item 8. O Relator é o Senador Pastor Valadares. É o PLS nº 504. Mesmo sendo terminativo, a leitura já adianta o nosso trabalho, Pastor Valadares.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2013
- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Autoria: Senador Wilder Morais.

Relatoria: Senador Pastor Valadares.

Relatório: pela aprovação do PLS 504/2013, com três emendas que apresenta.

Observações:

1 - Não foram apresentadas emendas perante a CAE no prazo regimental.

2 - O Projeto foi apreciado pela CAE, com parecer favorável.

Passo a palavra ao Senador para apresentar o seu relatório.

O SR. PASTOR VALADARES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Srª Presidente, se a senhora permitir, vou ler diretamente o voto, porque estou tossindo muito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, até porque a matéria já foi submetida e foi repassada também ao conhecimento de todos os Senadores.

O SR. PASTOR VALADARES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2013, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CRA

Substitua-se o *caput* do art. 4º-A do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 504, de 2013, pela seguinte redação:

"Art. 4º-A. Nas áreas declaradas de utilidade pública para fins de reparcelamento, a etapa administrativa da fase executória da desapropriação compreenderá mediação voltada para a obtenção de acordo sobre a forma de indenização.

....."

EMENDA Nº - CRA

Substitua-se o §3º do art. 4º-A do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 504, de 2013, pela seguinte redação:

"Art. 4º-A.....

§3º Caso não se obtenha acordo na etapa de mediação, fica autorizado o emprego da arbitragem para dirimir os conflitos decorrentes ou relacionados à desapropriação, nos termos do art. 9º da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, devendo o Poder Público oferecer ao proprietário uma proposta de compromisso arbitral.

....."

EMENDA Nº - CRA

Suprima-se o inciso II do §1º do art. 4º-A do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 504, de 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Esse é meu voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Pastor Valadares.

O relatório do Pastor Valadares é pela aprovação do projeto com três emendas que ele apresentou, mas, como eu disse, trata-se de um projeto terminativo, que exige quórum especial. Por isso, fica sobrestada a discussão e a votação desta matéria.

Vamos passar para a leitura de alguns requerimentos, enquanto chega o Relator Senador Wellington Fagundes.

Leio o Requerimento nº 53.

ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 53, DE 2016
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a debater a importância dos insetos polinizadores para a agropecuária e os estudos recentes sobre o tema, com os seguintes convidados: Carmen Silvia Soares Pires – Pesquisadora do Cenargen/Embrapa; Vera Lúcia Imperatriz Fonseca – Professora da USP; Lídia Barreto – Coordenadora Técnico-Científica da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA); Karina Cham – Técnica do Ibama; Breno Freitas – Professor da UFC; Blandina Felipe Viana – Professora da UFBA.

Autoria: Senador Lasier Martins.

Em discussão o requerimento do Senador que pede a realização dessa audiência pública. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Lasier Martins para se tratar desse tema.

Há um requerimento de minha autoria.

ITEM 15
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Requer, nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo Sr. Ministro da Saúde, as informações referentes a estudos em desenvolvimento para utilização da aviação no combate aos mosquitos transmissores da dengue, chikungunya e zica.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Faço as seguintes perguntas:

1 - Que pesquisas e estudos já foram desenvolvidos ou ainda estão em andamento, promovidos ou apoiados ou não pelo Ministério da Saúde, com vistas à comprovação científica da eficácia e segurança do uso de aeronaves para a aplicação aérea de inseticidas no combate aos mosquitos transmissores de dengue, chikungunya e zica?

2 - O Ministério da Saúde apoia estudos com esse objetivo, qual a forma de apoio e qual o volume de recursos necessário e efetivamente disponibilizado pelo Ministério para patrocinar tais estudos? Que instituições estão envolvidas com a condução desses trabalhos?

3 - Considerando-se a proximidade do verão e a necessidade de se ampliarem os instrumentos disponíveis e sua utilização no combate aos mosquitos transmissores dessas viroses, quando deverão estar concluídos tais estudos?

4 - Quais são, no entendimento do Ministério da Saúde, as autoridades sanitárias habilitadas a autorizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o uso da aplicação aérea de inseticidas, conforme autorizado pela Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016?

5 - Quais são os procedimentos ou requisitos que deverão ser cumpridos para a obtenção da aprovação da autoridade sanitária para a incorporação de mecanismos de controle vetorial por meio de dispersão por aeronaves, conforme previsto na Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016?

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em sua 15ª Reunião Extraordinária, realizada em 9/6/2016, promoveu audiência pública interativa visando a avaliar o protocolo, com o objetivo de controle de vetores de doenças mediante a aplicação aérea de inseticidas. Naquela oportunidade, Ana Carolina Santelli, Coordenadora-Geral dos Programas Nacionais de Controle da Dengue e da Malária, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, informou que há uma proposta de que se crie uma comissão multidisciplinar que envolva o Ministério da Saúde, o Mapa, o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, o Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde), o Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde). Complementou, informando que o Ministério mantém o posicionamento de instituir um grupo de trabalho para analisar e acolher os estudos dessas pesquisas para a análise futura de eficácia e segurança e para seguir o rito de incorporação de tecnologia.

Também durante a audiência pública, o Vice-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), Sr. Júlio Augusto Kampf, propôs a realização, com a coordenação pelo Ministério da Saúde, com a participação e supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com o assessoramento do Sindag, de um estudo com a finalidade de: a) validar a tecnologia existente mundialmente, tanto no que se refere à viabilidade técnica e econômica, como à segurança e saúde das populações e à preservação ambiental; e b) gerar um protocolo de tecnologia e boas práticas, a ser utilizado nas aplicações aéreas para esta finalidade.

A Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016, dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada a situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus zika e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Em seu art. 1º, §3º, inciso IV, estabeleceu que são ainda medidas fundamentais para a contenção das doenças causadas pelos vírus de que trata o *caput*, entre outras, a permissão da incorporação de mecanismos de controle vetorial por meio de dispersão por aeronaves mediante a aprovação das autoridades sanitárias e da comprovação científica da eficácia da medida.

É fundamental, portanto, que sejam acelerados os estudos para a avaliação da segurança e eficácia da aplicação aérea de inseticidas no controle vetorial de viroses e que sejam estabelecidas as normas para a adoção desses instrumentos.

Esse é o requerimento que submeto aos Srs. Senadores, para ser encaminhado em forma de perguntas ao Sr. Ministro da Saúde.

Em discussão este requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, o requerimento está em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O próximo requerimento é do Senador José Medeiros.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 48, DE 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-A, incisos III e VIII, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), com a participação dos seguintes convidados: Sr. Argileu Martins da Silva, Presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer); representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); representante da Secretaria Especial da Agricultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Familiar e do Desenvolvimento Agrário; representante da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater); representante da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural S.A. (Empaer-MT).

Autoria: Senador José Medeiros.

O Senador José Medeiros quer fazer alguma manifestação em defesa do seu requerimento? (*Pausa.*)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, o requerimento está em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado também o requerimento do Senador José Medeiros.

Há outro requerimento do Senador José Medeiros.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 49, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), a realização de audiência pública, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com vista a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2012, que acrescenta o art. 253-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a jornada de trabalho dos empregados em atividades de abate e processamento de carnes, com a participação dos seguintes convidados: representante das Centrais Sindicais dos Trabalhadores; representante das Centrais Sindicais dos Empregadores; representante da Associação Nacional da Magistratura do Trabalho (Anamatra); representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social; representante do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Autoria: Senador José Medeiros.

Na justificativa, o Senador diz que o trabalho em frigoríficos, especialmente o de processamento de carne de aves, principalmente em Estados da Região Sul do País, apresenta intensa concentração de mão de obra, empregando milhares de trabalhadores. A linha de produção concentra os trabalhadores em esteiras de cortes que obrigam os empregados a realizarem um número excessivo de movimentos posturais para o corte dos animais que fazem com que surjam inúmeros casos de Lesões por Esforço Repetitivo (LER). Tais ocorrências vitimizam o trabalhador, que enfrenta condições inadequadas de ergonomia, e o obrigam a realizar movimentos repetitivos dos membros superiores, pescoço, dorso, que levam à sua incapacidade temporária e até, em alguns casos, à incapacidade permanente, com a aposentadoria por invalidez.

Em face disso, é necessária a realização de audiência pública, a fim de instruir os debates acerca do Projeto de Lei do Senado nº 436, para facilitar o trabalho do Relator.

Em discussão o requerimento do Senador José Medeiros. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto-o à aprovação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a realização dessa audiência pública para fazer a fundamentação e facilitar o relatório do Senador José Medeiros.

Aqui há um requerimento do Senador Wellington Fagundes, que requer também uma audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 734, de 2015. Desculpem-me. Este requerimento também é do Senador José Medeiros. O Senador Wellington Fagundes é o autor do projeto que ele vai debater.

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 50, DE 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com o art. 104-B, inciso XIV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) com vista a instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 734, de 2015, de autoria do Senador WELLINGTON FAGUNDES, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para tratar da medição e demarcação de lotes distribuídos para fins de reforma agrária e para ampliar a gratuidade da alienação desses imóveis cujas áreas não ultrapassem dois módulos fiscais, com a participação dos seguintes convidados, sem prejuízo de posterior aditamento: representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Autoria: Senador José Medeiros.

Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para fazer a justificação do seu requerimento que visa a instruir um projeto de lei. (*Pausa.*)

Na verdade, foi o Senador José Medeiros que o fez, não o Senador Wellington. Foi o Senador José Medeiros que fez o requerimento para instruir um projeto do Senador Wellington Fagundes. A Secretaria me mostra o equívoco de interpretação.

Desculpe-me, Senador Wellington.

A palavra está com o Senador José Medeiros, que é o autor do requerimento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Vamos à votação já.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, está em votação.

Não há necessidade de explicações, porque é para instruir um projeto de lei do Senador Wellington Fagundes.

Então, coloco-o em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador.

O último requerimento, para limpar esta pauta, é um requerimento de minha autoria em que peço uma audiência pública, com o tema "Diálogo para o Desenvolvimento Indígena", para debater questões relacionadas à parceria agrícola em terras indígenas. Essa é uma realidade muito presente no Rio Grande do Sul e espero que também em outros Estados.

ITEM 21
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 54, DE 2016
- Não terminativo -

Requer, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema "Diálogo para o desenvolvimento indígena", para debater questões relacionadas à parceria agrícola em terras indígenas, com os seguintes convidados: representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; representante do Ministério da Justiça e Cidadania; João Akira Omoto, Procurador da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Luiz Fernando Villares e Silva, ex-Procurador Geral da Funai; José Carlos Gabriel, Coordenador do Plano de Gestão Territorial Indígena de Nonoai/RS; e Ademir de Sousa, representante dos Colonos no Rio Grande do Sul.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

É autoexplicativa a matéria. Essa audiência pública deve estar marcada para o dia 8 de dezembro.

Então, submeto-o à apreciação das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto-o à votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada essa audiência, que está marcada, como eu disse, para o dia 12 de dezembro. Penso que é uma boa oportunidade, porque outros Estados têm algumas questões com a questão indígena, e talvez esse modelo no Rio Grande do Sul possa servir de...

É o último requerimento este?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Excelência, peço só uma informação: V. Exª vai precisar de algum quórum para votação nominal?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vou precisar, sim. Imediatamente, vou começar.

Vamos largar os requerimentos, Sr. Secretário Marcello Varella, e vamos diretamente aos itens terminativos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Perfeito!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Falta um Senador para completar o quórum, para votarmos o item terminativo.

O Senador Lasier Martins deve estar no plenário. Peço que a Secretaria, que os assessores da Secretaria se encarreguem de ligar para o Senador Lasier Martins.

Então, vamos ao item 6, que trata de um projeto de lei da Câmara de autoria do Deputado Jerônimo Goergen.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre a localização dos depósitos dos estabelecimentos revendedores e/ou distribuidores de agrotóxicos.

Autoria: Deputado Jerônimo Goergen.

Relatoria: Senador Wellington Fagundes.

Relatório: pela aprovação do PLC 10/2016, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações: *1- A matéria será apreciada pela CMA.*

Com a palavra o Relator, Senador Wellington Fagundes, para a leitura do seu relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, eu só queria pedir também a possibilidade de depois a gente votar o item 14.

Vamos lá!

Vem à análise desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2016, do Deputado Jerônimo Goergen, que dispõe sobre a localização dos depósitos dos estabelecimentos revendedores e/ou distribuidores de agrotóxicos.

O PLC possui três artigos. O art. 1º estatui que a localização dos depósitos de estabelecimentos revendedores e/ou distribuidores de produtos agrotóxicos será regulada pela lei e licenciada pelo órgão ambiental competente.

O art. 2º estabelece que tais estabelecimentos poderão instalar-se e/ou operar em zonas rurais, urbanas mistas, comerciais ou industriais, em consonância com o plano diretor do Município e demais leis municipais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de parcelamento do solo urbano ou do Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Seu §1º veda a instalação em áreas de preservação permanente, unidades de conservação, suas zonas de amortecimento e/ou corredores ecológicos, áreas com lençol freático aflorante ou com solos alagadiços e áreas geológicas que não oferecem segurança para a construção de obras civis.

O §2º do mesmo artigo dispõe que as embalagens dos produtos agrotóxicos deverão obedecer aos padrões de segurança exigidos pela Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e pelo Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002.

O art. 3º trata da cláusula de vigência.

A matéria foi encaminhada às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Srª Presidente, a análise é muito longa. Eu não sei se está faltando quórum...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, vá direto ao voto, porque foi distribuído a todos os Senadores.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pass**e** para o voto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – É porque poderia precisar de tempo para dar quórum.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Exatamente. Mas fique tranquilo, porque amanhã não levantam cedo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 10, de 2016, nos termos do substitutivo a seguir apresentado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10 (SUBSTITUTIVO), DE 2016

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, para dispor sobre a localização de estabelecimentos comerciais que armazenem agrotóxicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a localização de estabelecimentos comerciais que armazenem agrotóxicos, seus componentes e afins.

Art. 2º. Fica o art. 10 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 10. .....

Parágrafo único. É proibida a instalação de estabelecimentos comerciais que armazenem agrotóxicos, seus componentes e afins, em desacordo com as normas técnicas e, especialmente, em Áreas de Preservação Permanente; Unidades de Conservação, suas zonas de amortecimento e corredores ecológicos; e terrenos que não oferecem segurança para a construção de obras civis."

Art. 3º. Esta lei entra em vigência na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Wellington Fagundes.

Em discussão o relatório do Senador Wellington Fagundes ao projeto de lei do Deputado Jerônimo Goergen que dispõe sobre a localização dos depósitos dos estabelecimentos revendedores e/ou distribuidores de produtos defensivos agrícolas, chamados agrotóxicos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu o coloco em votação.

Estamos aguardando o voto do Senador...

É não terminativo. Este item é não terminativo. É o item 6, não terminativo.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Poderíamos voltar ao item 14, Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu preciso terminar regimentalmente o procedimento, Senador Wellington.

Aprovado esse relatório do Senador Wellington Fagundes, que passa a constituir parecer da Comissão, pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo da CRA nº 1.

A matéria será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Agradeço muito, Senador.

Passo, a pedido do Senador Wellington Fagundes, que também é Relator, para o item 13.

ITEM 13
AVISO Nº 32, DE 2016
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão n° 1328/2016, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que trata de auditoria operacional para avaliar os principais gargalos para liberação de carga conteinerizada em portos da Região Sudeste (TC 008.930/2016-3).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Wellington Fagundes.

Relatório: pela apresentação de Requerimento de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pelo conhecimento e posterior arquivamento do AVS nº 32/2016.

Observações:

1- O Aviso constou da Pauta da 29ª Reunião da CRA.

2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra o Relator, Senador Wellington Fagundes. Eu sugiro que ele vá diretamente à análise desse projeto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Qual é o projeto?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o item 13. O item 13 foi solicitado. É um aviso do Tribunal de Contas da União. É o item 13, que está à p. 407.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, eu vou diretamente ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

voto ou leio também o relatório?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor pode ir diretamente ao voto, porque é um aviso do Tribunal de Contas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – É, isso mesmo.

Ante o exposto, opinamos por:

(1) realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para aquilatar a situação dos terminais de contêineres brasileiros e verificar o andamento das providências prescritas no Aviso nº 32, de 2016, do TCU, com a participação de representantes: do Tribunal de Contas da União; da Secretaria da Receita Federal; do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec); e

(2) conhecimento e posterior arquivamento do Aviso nº 32, de 2016, do Tribunal de Contas da União.

Ao mesmo tempo – não sei se pode colocar em apreciação agora –, já há um requerimento em que requeremos essa audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Perfeito!

Em discussão.

A sugestão do Senador Wellington Fagundes é uma audiência pública para debater um aviso do Tribunal de Contas da União. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação, primeiro, o parecer e a sugestão de uma audiência pública.

As Srªs Senadoras e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o parecer, para que seja feita a indicação posterior dos nomes que vão compor essa audiência pública.

Vamos ao item 1.

Senador Caiado, eu lhe agradeço muito.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2014
- Terminativo -

Especifica os atributos da cachaça, estabelece regras para uso das indicações geográficas para o produto, tipifica a cachaça artesanal produzida por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelece requisitos e limites para a produção e comercialização da cachaça artesanal, define diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor e dá outras providências.

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatório: pela rejeição do PLS 77/2014.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- Na 24ª Reunião da CRA, após a leitura do Relatório, a Presidência adia a discussão e a votação da matéria.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

Na 24ª reunião da CRA, realizada em agosto de 2016, o Senador Acir Gurgacz, Relator da matéria, proferiu a leitura do relatório pela rejeição do projeto. Naquela ocasião, foi iniciada a discussão e adiada a votação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

por falta de quórum.

Dessa forma, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Como o Senador não está presente e como o relatório já foi lido, eu queria submetê-lo à apreciação dos Senadores, à votação.

Como é votação nominal, eu preciso fazer a chamada de lista.

Como vota o Senador Pastor Valadares?

O voto com o Relator é pela rejeição do projeto.

O SR. PASTOR VALADARES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Senador Pastor Valadares.

Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota com o Relator, pela rejeição.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota pela rejeição da matéria. Obrigada, Senador.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador. Vota pela rejeição.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota pela rejeição da matéria.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota com o Relator, pela rejeição da matéria.

Está aprovado o Item 1 da pauta, terminativo.

Comunico que a matéria segue para a tramitação normal.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, DE 2014
- Terminativo -

Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira.

Autoria: Senador Antonio Aureliano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatório: pela aprovação do PLS nº 254/2014, com a emenda que apresenta.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- Em 11/12/2014, a CRA realizou Audiência Pública para instrução do Projeto.

3- Na 24ª Reunião da CRA, após a leitura do Relatório, a Presidência adia a discussão e a votação da matéria.

4- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

O Senador Ronaldo Caiado conhece bem o assunto.

Na 24ª Reunião da CRA, realizada em 18/8/2016, o Senador Acir Gurgacz, Relator da matéria, proferiu a releitura do relatório pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. Naquela ocasião, foi iniciada a discussão, e foi adiada a votação por falta de quórum.

A matéria está em discussão.

Pergunto se os Senadores eventualmente querem discutir a matéria. Senão, vamos direto à votação e à aprovação desse projeto, que trata da equinocultura. (*Pausa.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não há quem queira discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É exatamente o que eu ia dizer. É que vi V. Exª folheando e pensei que fosse fazer a discussão da matéria.

Em votação.

Como vota do Senador Pastor Valadares?

O SR. PASTOR VALADARES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota com o Relator, pela aprovação, com uma emenda.

Como vota o Senador Roberto Muniz?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota com o Relator, com uma emenda.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota pela aprovação, com uma emenda.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota com o Relator, pela aprovação, com uma emenda.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota com o Re-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lator, com a emenda.

Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota com o Relator, aprova com a emenda.

Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota com o Relator. Então, aprova com a emenda.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador José Medeiros já votou.

O Senador Hélio José vota com o Relator?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota com o Relator.

Está aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2014.

Consulto a Comissão se podemos aproveitar a votação do projeto para a Emenda nº 1, apresentada pelo Relator. (*Pausa.*)

Os Senadores concordam.

Então, aprovada também a Emenda nº 1, da CRA.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Esse é o item 2.

Vamos ao item 3.

ITEM 3
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2014
- Terminativo -

Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira.

Autoria: Senador Fleury.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2014
- Terminativo -

Altera as Leis n°s 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para promover o uso sustentável dos equipamentos de irrigação na agricultura brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Autoria: Senador Wilder Morais.

Relatoria: Senador Cidinho Santos.

Relatório: pela aprovação do PLS 268/2014, com a emenda que apresenta, e prejudicialidade do PLS nº 382/2014.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CMA no prazo regimental.

2- O Projeto foi apreciado pela CMA, com Parecer favorável ao PLS 268/2014 e prejudicialidade do PLS 382/2014.

3- Na 24ª Reunião da CRA, após a leitura do Relatório pelo Senador Roberto Muniz, a Presidência adia a discussão e a votação da matéria.

4- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

Na 24ª reunião da CRA, realizada no dia 18/08/2016, o Senador Roberto Muniz, Relator *ad hoc*, proferiu a leitura do relatório pela aprovação do PLS 268, de 2014, com a emenda que apresentou e pela prejudicialidade do PLS 382, de 2014. Naquela ocasião, foi iniciada a discussão, e foi adiada a votação por falta de quórum.

Com a palavra o Senador Roberto Muniz, se quiser fazer algum esclarecimento.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não. Já está posto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, agradeço-lhe.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos votar este projeto nominalmente.

Como vota o Senador Pastor Valadares?

O SR. PASTOR VALADARES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – "Sim".

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pastor Valadares.

O SR. PASTOR VALADARES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu voto "sim".

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator?

O SR. PASTOR VALADARES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O voto do Senador Roberto Muniz é conhecido. Ele foi Relator *ad hoc*.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu voto comigo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu voto com o Senador Roberto Muniz.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Caiado.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Com o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2014, pela prejudicialidade do PLS 382, de 2014.

Consulto a Comissão, se podemos aproveitar a votação do projeto para a Emenda nº 1, apresentada pelo Relator. (*Pausa.*)

A manifestação do Plenário é favorável à aprovação também.

Aprovada a Emenda nº 1, da CRA, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Voltamos ao item 8, matéria que é terminativa também, Pastor Valadares.

Não. Vamos ao item 7.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O Relator do item 6 sou eu, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Relator do item 7 é o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O do item 6 sou eu, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O do item 6 sou eu.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpa, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – É o item 7.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O do item 6 é o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Esse já foi. O item 6 já foi.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sei. O item 7 é o do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos ao Item 7.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, peço que espere só um pouquinho, porque preciso ler o preâmbulo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Regimentalmente, somos obrigados a fazê-lo.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010
- Terminativo -

Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado.

Relatório: pela rejeição do PLS 258/2010.

Observações:

1 - Não foram apresentadas emendas perante a CCJ no prazo regimental.

2 - O Projeto foi apreciado pelas seguintes Comissões:

CCJ: Parecer favorável com as Emendas nº 1 e 2-CCJ;

CMA: Parecer favorável com as Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA e Emenda nº 3-CMA;

CAE: Parecer favorável com as Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA/CAE e Emenda nº 3-CMA/CAE.

3 - Em 13/04/2016, o Senador Paulo Rocha apresenta o Voto em Separado pela aprovação do PLS 258/2010, com as Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA/CAE e a Emenda nº 3-CMA/CAE.

4 - O Projeto constou da Pauta da 7ª, 10ª, 24ª e 29ª Reunião da CRA.

5 - A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

Com a palavra o Relator, Senador Ronaldo Caiado, para proferir o seu relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sob análise, em decisão terminativa na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), está o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 258, de 2010...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se V. Exª preferir, Senador Caiado, pode ir diretamente à análise. Assim, V. Exª economizaria tempo também.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sem dúvida alguma.

O PLS 258 institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).

Nós chegamos à seguinte análise do texto.

Realmente, diante do quadro, fica claro que os objetivos da presente proposta, datada de 2008, já se encontram em vigor desde o ano de 2013.

Ante todo o exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2010, já que – quero explicar – existe realmente todo o programa, que havia sido preestabelecido dentro do projeto de lei que está em tramitação, já instalado hoje pela legislação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Dessa forma, peço a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2010, e seu arquivamento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está em discussão o parecer.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. *Fora do microfone*.) – Peço vista da matéria, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Benedito de Lira pediu vista, o que é regimental. Então, está concedida vista. Se algum Senador quiser... Vamos deixar o pedido de vista do Senador...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Qual é o item?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o item 7. O Relator foi o Senador Ronaldo Caiado.

Está concedida vista.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Peço vista coletiva, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está concedida a vista coletiva.

Na próxima reunião deliberativa, o item voltará à pauta.

O item 8 já foi lido pelo Senador Pastor Valadares.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2013
- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.

Autoria: Senador Wilder Morais.

Relatoria: Senador Pastor Valadares.

Relatório: pela aprovação do PLS 504/2013, com três emendas que apresenta.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CAE no prazo regimental.

2- O Projeto foi apreciado pela CAE, com Parecer favorável.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

Está em discussão a matéria, cujo relatório ele já apresentou.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu queria pedir vista também, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Wellington Fagundes pede vista.

Fica concedida vista também da matéria constante do item 8.

Vamos ao item 9. O Relator não está presente.

Passamos ao item 10, cujo Relator é o Senador Benedito de Lira.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2015

- Terminativo -

Altera o art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, a fim de estabelecer limite para aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: pela aprovação do PLS nº 186/2015.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- O Projeto constou da Pauta da 24ª e 29ª Reunião da CRA.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

Com a palavra o Relator, Senador Benedito de Lira, para fazer a leitura do seu relatório.

Se for também diretamente à análise, Senador, fica economizado o tempo.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – É exatamente isso que vou fazer, Srª Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2015, é de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.

Vamos à análise do projeto.

Conforme disposto nos incisos II e IV do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA opinar acerca de proposições pertinentes ao planejamento, ao acompanhamento e à execução da política agrícola e fundiária; e à agricultura familiar e à segurança alimentar. Verifica-se, portanto, que a matéria constante do projeto em tela está inclusa no rol de competências da Comissão de Agricultura.

Preliminarmente, quanto à constitucionalidade, não se percebem quaisquer vícios no projeto em tela. Conforme o art. 23 da Constituição Federal é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o fomento à produção agropecuária e a organização do abastecimento alimentar. Ademais, o art. 48 da Constituição Federal confere competência ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, para dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento. Finalmente, trata-se de tema sem reservas de iniciativa, nos termos do art. 61, inciso II, da Constituição Federal.

No mérito, não temos dúvidas quanto à importância do PLS nº 186, de 2015. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, com a finalidade principal de incentivar a agricultura familiar, por meio de ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. A lei previu, ainda, para a operacionalização do programa, a criação de Grupo Gestor formado por representantes de diferentes ministérios.

As modalidades de execução do PAA são, atualmente, disciplinadas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA), por meio de resoluções específicas. O GGPAA é justamente o órgão colegiado de caráter deliberativo a que se refere o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2003. O colegiado é composto por representantes dos seguintes ministérios: a) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (coordenador); b) Ministério do Desenvolvimento Agrário; c) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; d) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e) Ministério da Fazenda; e f) Ministério da Educação.

Posteriormente, a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, promoveu diversas alterações no art. 19 supracitado, preservando, contudo, sua essência. Esse dispositivo foi, então, regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, cujo art. 19 traz os limites financeiros, por unidade familiar e por organização fornecedora, que deverão ser adotados nas seis modalidades do PAA, a saber: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Apoio à Formação de Estoques, Compra Institucional e Aquisição de Sementes. No caso do Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, o limite foi fixado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

em R$4 mil por semestre. Além disso, modificação introduzida pelo Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014, previu que, especificamente para o PPA-Leite, o limite será definido em resolução do GGPAA.

O limite estabelecido pelo GGPAA, que se mantém em R$4 mil desde sua criação, contudo, tem se mostrado insuficiente. Como bem nota o ilustre Senador Cássio Cunha Lima, na justificação do PLS, "esse limite desestimula o produtor, pois inviabiliza a ampliação da capacidade produtiva pelo simples fato de que uma única boa vaca leiteira pode produzir a quantidade que atinge o limite estabelecido. Assim, o objetivo de estimular a produção do pequeno produtor não pode ser atingido no caso da produção de leite".

Entre julho de 2012 (mês de publicação do Decreto nº 7.775, de 2012, que fixou os valores) e fevereiro de 2016, a taxa de inflação acumulada medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de, aproximadamente, 31,8%. Isso significa que, para simplesmente manter o valor de compra do incentivo inicialmente estabelecido, os valores relativos à modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite deveriam ter sido reajustados de R$4 mil para cerca de R$5,3 mil. Como não houve qualquer reajuste, podemos deduzir que, na verdade, o Governo Federal vem reduzindo o incentivo anualmente.

Assim, o PLS 186, de 2015, acerta ao prever o limite de aquisição do PAA-Leite não em valores, mas em quantidade (150 litros de leite por dia). Com isso, garante-se que a inflação não irá comprometer a magnitude do incentivo, o que é particularmente importante em um contexto de inflação em alta.

Finalmente, a transposição do conteúdo do decreto para a lei conferirá maior segurança jurídica ao produtor. Como a alteração de uma lei passa, necessariamente, por sua aprovação do Congresso Nacional, o processo tende a ser mais público e democrático do que uma simples alteração de decreto. Assim, a previsão, em lei, de um limite mínimo de compra pelo PPA-Leite, na medida em que aumenta o grau de estabilidade de regras do programa, conferirá maior previsibilidade ao pequeno produtor, permitindo maior investimento na sua capacidade produtiva.

Por fim, não temos dúvidas de que o PLS 186, de 2015, constitui passo fundamental no sentido de aprimorar o marco regulatório do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tornando ainda mais efetiva a capacidade do programa de promover o acesso à alimentação e de incentivar a agricultura familiar.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2015.

Esse é o meu voto e o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Benedito de Lira.

Em discussão o parecer sobre o projeto de lei do Senador Cássio Cunha Lima, que foi relatado agora pelo Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Vou fazer a chamada nominal.

Como vota o Senador Pastor Valadares? Vota com o Relator?

O SR. PASTOR VALADARES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota com o Relator, pela aprovação do projeto.

Como vota o Senador Roberto Muniz?

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Com o brilhante Senador Benedito de Lira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Que voto, hein, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O Senador Roberto Muniz acompanha o Relator.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu estou meio em dúvida por causa do Relator, Srª Presidente, mas vou acabar acompanhando o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a influência do Senador Roberto Muniz.

Obrigada, Senador Moka.

O Senador Moka acompanha o Relator.

Como vota o Senador Wellington Fagundes?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Para tentar ganhar o voto, eu vou falar: voto com o brilhantíssimo Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo, Senador Wellington! Obrigada. Acompanha o Relator.

Senador Lasier Martins, como vota?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Acompanho o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acompanha o Relator.

O voto do Senador Benedito de Lira é conhecido.

Como vota o Senador Hélio José?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Seguindo as orientações do meu nobre baiano, vou votar com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo! Acompanha o Relator.

Como vota o Senador José Medeiros?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com o brilhante e valente Relator Benedito de Lira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – V. Exª foi o único Relator que mereceu tantas homenagens na tarde de hoje, Benedito de Lira.

Está aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2015.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – José Medeiros, faço uma ressalva nessa história de valente. Eu não sei em qual sentido V. Exª empregou esse termo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em todos os sentidos, pode ter certeza.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Excelência, eu gostaria, se possível,...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos ao item 11, que é o penúltimo. Depois, vamos ao último, que é do Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 11
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 672, DE 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre a redução do desperdício de alimentos.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 675, DE 2015
- Terminativo -

Estabelece a Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos e dá outras providências.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 738, DE 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Autoria: Senador Jorge Viana.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: pela aprovação do PLS 672/2015, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e pela rejeição dos PLS 675 e 738/2015, que tramitam em conjunto.

Observações:

1 - Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2 - Em 10/03, 19/05 e 16/06/2016, a CRA realizou audiências públicas para instrução dos projetos.

3 - Os Projetos constaram da Pauta da 29ª Reunião da CRA.

4 - O Substitutivo aprovado será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra o Relator, o Senador Lasier Martins, que foi Relator das três matérias que tramitam em conjunto por decisão desta Comissão.

O Senador Lasier Martins está com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigada, Senadora Ana Amélia. Eu dispenso a repetição dos elogios dados ao Senador Benedito, aos quais eu adiro.

Trago a esperança, Senadora Ana Amélia, de termos, finalmente, uma legislação sobre desperdício de alimentos. É com essa esperança que trabalhei nesse demorado projeto.

Como disse V. Exª, tramitam em conjunto os projetos de procedência do Senador Ataídes Oliveira, do Senador Jorge Viana e da Senadora Maria do Carmo Alves.

Eu vou resumir bastante, vou resumir mais da metade do que consta aqui, focando os aspectos principais, começando por dizer, por exemplo, que os autores dos três projetos justificam sua apresentação em função do diagnóstico feito pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 2013, de que o mundo desperdiça anualmente cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos, com perdas econômicas estimadas em US$750 bilhões.

Em países de renda média e alta, as perdas estão mais relacionadas ao comportamento dos consu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

midores, mas também à falta de coordenação entre os diferentes atores da cadeia produtiva. Boa parte do desperdício de alimentos no Brasil ocorre pela insegurança jurídica que a legislação hoje ainda impõe ao doador de alimentos, no caso de o receptor da doação ter a saúde afetada por não ter conservado ou preparado adequadamente o alimento doado, conforme os autores dos projetos.

Os três projetos supracitados foram encaminhados unicamente à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para decisão em caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas aos projetos no prazo regimental.

Então, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vou diretamente à análise.

Os projetos em análise são oportunos em seu mérito, uma vez que estabelecem medidas importantes para intensificar o combate ao desperdício de alimentos no Brasil, sobretudo ao descarte, definido como o rejeito de produtos ainda aptos ao consumo, principalmente por varejistas e por consumidores. Nesse contexto, visam a criar as condições para uma mudança comportamental no consumo que podem ter efeitos positivos ao longo da cadeia produtiva de alimentos e que, inclusive, alcancem os produtores rurais, que poderão destinar ao mercado produtos que, a princípio, são considerados sem valor comercial.

As proposições em análise almejam, outrossim, estimular os produtores ou atacadistas a organizarem a oferta de alimentos *in natura* de modo a classificá-los segundo seu valor comercial, em vez de descartar os que atualmente seriam rejeitados pelos consumidores de mais alta renda. Assim, os produtos com aspecto imperfeito podem ser disponibilizados a menores preços, beneficiando, inclusive, pessoas que têm dificuldades para incorporar alimentos *in natura* em seus hábitos alimentares pelo seu alto custo.

Os projetos almejam, ainda, isentar da responsabilidade civil e penal as pessoas físicas e jurídicas que, de boa-fé, doarem alimentos em condições de consumo seguro, caso o receptor da doação apresente problemas de saúde decorrentes da ingestão de tais alimentos. De fato, não podem os doadores ter o controle sobre o transporte, armazenamento e preparo do alimento doado, responsabilidade esta que deve recair sobre as organizações que recebem as doações. Assim, os doadores e os bancos de alimentos, que são organizações ou estruturas intermediárias no processo de doação, estarão isentos da responsabilidade legal.

O PLS 738, de 2015, propõe que seja informado ao consumidor, no rótulo dos alimentos, qual é o prazo de validade – isto aqui é muito importante, Srs. Senadores – para consumo seguro dos alimentos industrializados, que correria depois de vencido o prazo de validade para venda – é uma distinção que fazemos; optamos fazê-lo para o consumo, e não para a venda –, que corresponde ao prazo até o qual são garantidas as qualidades ótimas sensoriais ou nutricionais do alimento. A ideia é informar quais as condições necessárias para a melhor conservação dos alimentos, quer tenham sido abertas ou não suas embalagens. Tal informação atualmente não é obrigatória, e, com frequência, há consumidores que descartam alimentos que ainda não estão deteriorados ou contaminados, mas cuja data de validade para venda tenha expirado. A expectativa, então, seria a de reduzir o desperdício por meio de informação.

Entretanto, entendemos que a apresentação nos rótulos da informação de um prazo de validade para consumo de alimentos industrializados ou processados, mesmo com orientações sobre a conservação que permitam o cumprimento desse prazo, pode não atingir os resultados esperados, uma vez que o fabricante ou o distribuidor varejista não tem controle sobre como os consumidores manuseiam os alimentos, por existirem condições muito diferenciadas. Somente os estabelecimentos industriais e comerciais podem adotar procedimentos de produção, de armazenamento e de exposição controlados e uniformizados, que garantam a qualidade e a segurança do alimento até o vencimento do prazo para venda.

Vou avançar um pouco mais, sempre procurando ir aos pontos principais.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os projetos representam inovações importantes no universo jurídico, tendo grande potencial para contribuir tanto para a redução da insegurança alimentar de grupos sociais vulneráveis, quanto para a complementação nutricional de grupos sociais que, embora não estejam em situação de fome, demandem melhor qualidade nutricional dos alimentos ingeridos.

No entanto, alguns aperfeiçoamentos são necessários às três proposições. Levando-se em consideração as sugestões apresentadas pelos convidados às audiências públicas realizadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, convém a proposição de emenda substitutiva que reúna as contribuições de cada projeto e proporcione maior segurança jurídica e eficácia à lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Antes de concluir, entretanto, é preciso enaltecer o esforço dos Senadores e a qualidade das ideias apresentadas pelos Senadores Ataídes Oliveira, Maria do Carmo Alves e Jorge Viana. Parabenizo-os pela iniciativa que pode vir a mudar para melhor a vida de milhões de brasileiros.

Diante dos objetivos elencados, entendemos que as proposições em análise contribuem para reduzir o desperdício de alimentos no Brasil, País que ainda apresenta milhares de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Voto.

Ante o exposto, considerando o disposto no art. 260, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, opinamos pela aprovação do PLS 672, de 2015, e pela rejeição dos PLS 675 e 738, de 2015, na forma do substitutivo que apresentamos.

Como esse substitutivo, Srª Presidente, está disponível, acho desnecessário lê-lo, porque ele é bastante extenso.

É o voto, Srª Senadora Ana Amélia de Lemos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Lasier Martins acaba de fazer a apresentação resumida do seu substitutivo a três projetos de lei, todos eles de iniciativa do Senado Federal.

Está em discussão o projeto do Senador Lasier Martins, que trata do desperdício de alimentos.

Em discussão.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Rapidamente, primeiro, parabenizo o Senador Lasier pela coragem de fazer o enfrentamento de uma situação que milhares e milhares de empresários e agricultores vivem no seu cotidiano: a de haver alimentos em bom estado para matar a fome das pessoas, sem que eles tenham como se proteger caso haja alguma situação fora de controle. E essas pessoas só querem fazer o bem. Então, quero parabenizar o Senador, pela coragem, pelo enfrentamento.

Tenho a convicção de que este momento para a Comissão é muito importante, para fazermos com que milhares, centenas de milhares de pessoas possam comer neste Brasil. Estávamos jogando comida, recursos, dinheiro na lata do lixo. Empregados, funcionários com dificuldade para se alimentarem hoje vão poder, a partir desse voto do Senador Lasier Martins, acessar esses alimentos que têm qualidade suficiente para serem consumidos.

Então, quero parabenizá-lo.

De antemão, quero dizer que acompanho completamente o relatório do Senador Lasier.

Também parabenizo os Senadores que fizeram esse projeto, para que nós pudéssemos votá-lo hoje aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço muito a participação do Senador.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Temos quórum, sim, Senador. Temos quórum. O Senador Hélio está ali ao telefone. O Senador Wellington Fagundes está chegando aqui.

Então, começamos.

Está em votação a emenda substitutiva que tem preferência regimental, nos termos do art. 300, inciso VIII, do Regimento Interno do Senado Federal.

Comunico que a matéria é de natureza terminativa, exigindo quórum e votação nominal. Farei a chamada nominal.

Senador Roberto... Como vota o Senador Pastor Valadares? É que seu nome está ao lado do nome do Senador Roberto Muniz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PASTOR VALADARES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu voto com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Pastor Valadares vota com o Relator; portanto, aprova o substitutivo.

O Senador Roberto Muniz acabou de fazer uma manifestação elogiosa ao trabalho do Senador e, portanto, é favorável ao voto do Senador Lasier Martins.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, faço uma rápida declaração. Acompanhei as audiências todas e lembro-me de uma delas. O que mais me preocupava exatamente está sendo corrigido. A pessoa faz a doação do alimento...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Faz a doação do alimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ...e, depois que ela doa o alimento que está em condições de ser consumido, por uma razão qualquer, o alimento, no acondicionamento, acaba se deteriorando. Alguma pessoa o consome e tem algum tipo de indisposição, é acometida de algum mal. Era criminalizada a pessoa que fazia a doação. O Senador Lasier Martins, no texto, tira essa criminalização, e isso é fundamental, porque isso vai estimular as pessoas, vai retirar o medo das pessoas. É comum, em restaurantes, as pessoas jogarem o alimento fora, com medo de serem criminalizadas por doarem comida saudável pelo menos naquele momento.

Quero votar e cumprimentar pelo trabalho o Senador Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Social Democrata/PV - PR) – O voto do Senador Waldemir Moka é favorável ao relatório sobre o substitutivo do Senador Lasier Martins.

Como vota o Senador Wellington Fagundes?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Com o Relator, entendendo a importância que realmente representa isso num País em que milhares, milhões de pessoas passam fome e onde se joga fora muito alimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Wellington Fagundes. É favorável ao relatório.

O voto do Senador Lasier Martins é conhecido.

Como vota o Senador...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Se me permite, na hora do meu voto, Presidente, eu quero dizer que buscamos informações de alguns bancos de alimentos do Brasil e visitamos pessoalmente o mesmo banco de alimentos que a senhora visitou, o Banco de Alimentos de Porto Alegre, que é exemplar. Então, a par de inúmeras informações, além das audiências públicas, houve visitas.

Agora, inegavelmente, temos de exaltar aqui a iniciativa dos Senadores que propuseram os três projetos, que foram fundamentais. E repito o que disse no início: temos a esperança, nesta Comissão – e será mérito de toda a Comissão –, de apresentarmos, pela primeira vez, uma lei brasileira contra o desperdício de alimentos, que é um mal sabido de todos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Lasier Martins.

Senador Benedito de Lira, como vota?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Srª Presidente, como bem disseram os outros companheiros, sabemos que, num País do tamanho do Brasil, na verdade, um sem-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

-número de pessoas passa fome. O Senador Lasier condensou exatamente um projeto que vai dar sustentabilidade... Ao mesmo tempo, como bem disse o Senador Moka, as pessoas que faziam doações e ficavam receosas passarão a ter mais tranquilidade e liberdade para continuar fazendo as doações.

Voto com o Relator, sem dúvida nenhuma.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Benedito de Lira.

Como vota o Senador Hélio José?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Excelência, tive a oportunidade de visitar o Banco de Alimentos, do Paulo Renê, em Porto Alegre. Sei do trabalho extraordinário que o Rio Grande do Sul faz com relação ao aproveitamento de alimentos. Essa lei que o Senador Lasier muito bem trabalhou só serve para homenagear aquele trabalho maravilhoso que existe lá.

Senador Lasier, cumprimento V. Exª.

Cumprimento também a nossa Presidente, que trouxe para esta audiência pública o pessoal do Banco de Alimentos. Acho que, dessa forma, a gente pode pegar essa experiência de maneira muito mais tranquila e espalhá-la para o Brasil afora.

Então, voto com o Relator, valorizando, e muito, o mérito desse importante projeto.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Hélio José.

Como vota o Senador José Medeiros?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota com o Relator.

Está aprovado o substitutivo, com os votos favoráveis de todos os Senadores, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aprovado o substitutivo, ficam prejudicados os projetos e as emendas a ele oferecidos.

O substitutivo aprovado será submetido ao turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Há só mais duas matérias terminativas do Senador Wellington, que são extrapauta, e uma matéria do Senador Lasier, também extrapauta. Faremos isso apenas para concluirmos.

Senador Hélio José, antes de V. Exª se manifestar, eu queria agradecer ao Senador Moka. Nós estamos fazendo esta reunião deliberativa extraordinária neste horário por sugestão do Senador Moka. Nós estávamos com uma dificuldade de quórum, porque a reunião é realizada muito cedo e porque, na quinta-feira, muitos Senadores precisam viajar para seus Estados. Então, ela foi produtiva. Agradeço ao Senador Moka pela sugestão. A experiência parlamentar falou mais alto.

Então, como este foi um exemplo bem-sucedido, já estamos marcando a próxima reunião para o dia 7, às 15h, neste mesmo horário, na próxima semana. Tem de haver um segundo turno, Senador Lasier Martins, que é o Relator. Tem de ser uma votação em turno suplementar. Teremos de fazê-lo na próxima reunião, que está marcada para as 15h, quando faremos também a leitura da política pública do seguro rural, do Senador Wellington Fagundes. Então encerraremos, se Deus quiser, no dia 7 com todo o trabalho feito.

Eu queria fazer extrapauta, então...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpa, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O item 12 vai ser analisado agora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que o Senador Dário Berger não está presente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O Berger não está presente?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A gente pode combinar com ele para fazê-lo no dia 7.

Não estando presente o Relator... Poderíamos ter determinado um Relator *ad hoc*, mas, em respeito ao Senador então...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Fica para a próxima, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É isso.

Agradeço a contribuição.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Está tranquilo!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E vamos colocar extrapauta este item...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu vou me retirar porque agora não há mais problema de quórum, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há sim, porque, agora, são dois itens terminativos, que são do Senador Wellington, exatamente.

O projeto está extrapauta exatamente porque ele fez um requerimento de urgência para a tramitação da matéria. É o Projeto de Lei da Câmara nº 203, de 2015 (PL 3.778, de 2012, na origem), não terminativo, de autoria da Deputada Iracema Portella.

EXTRAPAUTA
ITEM 22
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 203, DE 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas in natura.

Autoria: Deputada Iracema Portella.

Relatoria: Senador Wellington Fagundes.

Relatório: pela aprovação nos termos do substitutivo.

Comunico que, no dia 28 de junho de 2016, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou o parecer favorável com a Emenda nº 1-CMA.

Com a palavra o Relator, Senador Wellington Fagundes, para proferir seu relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos diretamente ao voto.

Diante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 203, de 2015, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CRA (SUBSTITUTIVO)

PLC 203, de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas *in natura*.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre as características das embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas *in natura*.

Art. 2º. Para fins desta lei entende-se por:

I – produtos hortículas *in natura* - as frutas e hortaliças não processadas e não transformadas previamente à sua comercialização;

II – embalagem - o recipiente destinado a proteger e conservar o produto, durante o seu processo de movimentação, armazenamento e comercialização;

III – atestado de higienização - documento emitido por responsável técnico conforme normas estabelecidas pelo órgão competente.

Parágrafo único. Não são caracterizados como processo de transformação prévia os procedimentos básicos de higienização e de apresentação do produto para comercialização.

Art. 3º. As embalagens utilizadas para o acondicionamento e a comercialização de frutas e hortaliças *in natura* devem proporcionar adequada proteção, agilidade de movimentação e permitir a rotulagem e a exposição para comercialização do produto, obedecendo ainda aos seguintes requisitos:

I – devem ser descartáveis, de primeiro uso ou retornáveis;

II – as embalagens retornáveis devem ser higienizadas e sanitizadas após cada uso, conforme normas técnicas estabelecidas pelo órgão federal competente;

III – as medidas externas das embalagens devem ser submúltiplas de 1m x 1,20m (um metro por um metro e vinte centímetros), quando destinadas ao mercado interno, e permitir a unitização da carga;

IV – as embalagens devem obedecer às normas técnicas de fabricação recomendadas pelo órgão federal competente;

V – para circularem, as embalagens retornáveis devem estar acompanhadas por atestado de higienização emitido por técnico responsável.

§1º O disposto nesta Lei não se aplica a embalagens utilizadas como proteção individual de produtos hortícolas *in natura* ou de consumo unitário, contidas por outras embalagens.

§2º Nas embalagens dos produtos hortícolas *in natura* devem constar as informações que permitam identificar seu fabricante ou fornecedor.

§3º O detentor dos produtos hortícolas *in natura* será o responsável por garantir a conformidade das embalagens aos requisitos estabelecidos nesta Lei.

Art. 4º. As infrações às disposições contidas nesta Lei sujeita os infratores às seguintes penalidades:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

I – advertência;

II – multa de R$100 até R$1 milhão;

III – suspensão da comercialização ou da utilização das embalagens;

IV – apreensão ou condenação das embalagens.

§1º A suspensão da comercialização ou da utilização das embalagens pode ser aplicada como medida cautelar no ato da ação fiscal ou na forma a ser especificada em regulamento.

§2º Em caso de suspensão por inconformidade sanitária, a embalagem somente será liberada para uso após a devida e comprovada higienização pelo seu proprietário.

§3º Em caso de condenação, as embalagens deverão ser destruídas, incineradas ou recicladas pelo infrator, conforme determinação da autoridade competente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está em discussão o relatório do Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Eu queria parabenizar o Senador, até porque, como passou na CMA, que é a área do meio ambiente, ela já veio com meio caminho andado.

Eu o coloquei em votação, mesmo não sendo terminativo, porque o Senador tinha solicitado um requerimento – e, imediatamente, passo à sua leitura – de tramitação de urgência.

Então, não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório do Senador Wellington Fagundes, que passa a constituir o parecer da CRA, favorável, com a Emenda nº 1, que é a emenda substitutiva.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

O Senador Wellington Fagundes requer, nos termos regimentais, urgência para a apreciação do projeto de lei.

Nós colocamos agora a carroça na frente dos bois. Fizemos a leitura, primeiro, do Projeto de Lei da Câmara nº 203, de 2015, que dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas *in natura*. Isto é botar a carroça na frente dos bois: o relatório foi lido primeiro e, depois, a matéria. Mas a ordem dos fatores não altera o produto.

Está em votação o relatório do Senador Wellington Fagundes da matéria já apreciada. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório.

Para terminar, caros colegas Senadores, vamos votar o último item, que é terminativo. Preciso do voto do Senador Wellington e do Senador Moka.

Há também um item extrapauta, da relatoria do Senador Lasier Martins, que trata do Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2015.

EXTRAPAUTA
ITEM 23
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524, DE 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

- Terminativo -

Estabelece parâmetros para a elaboração de políticas públicas para a ovinocaprinocultura no Brasil.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: pela aprovação com emendas.

Essa matéria interessa muito à Região Nordeste. Informo que foi apresentada perante a CRA a Emenda nº 1, de autoria do Senador Donizeti Nogueira.

Com a palavra o Senador Lasier Martins, para proferir o seu relatório.

O Relator concluiu pela aprovação do PLS 524, de 2015, e da Emenda nº 1, do Senador Donizeti Nogueira, bem como pela aprovação das emendas que apresenta.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Lasier Martins para apresentar o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente Ana Amélia. Eu me permito acrescentar que interessa não só aos nordestinos, mas também aos gaúchos e ao Brasil inteiro. Quem é que não gosta de uma boa carne de cordeiro?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os ovinos para o Rio Grande e os caprinos para o Nordeste.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Exato. E o leite de cabra pode substituir, para quem tem alergia à lactose, o leite de vaca.

Então, é saudável, sob todos os aspectos, esse projeto, que está na Comissão e que diz respeito a parâmetros para elaboração de políticas públicas para a ovinocaprinocultura no Brasil.

Então, está em exame na Comissão o PLS 524, do Senador Ronaldo Caiado, que estabelece parâmetros para a elaboração de políticas públicas para a ovinocaprinocultura no Brasil.

Eu vou ler alguns trechos da análise para objetivar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Srª Presidente, eu posso registrar meu voto? Falta só mais esse voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos deixar o voto do relatório, como V. Exª já tem o relatório do Senador... Os Senadores Roberto Muniz e Hélio José já estão fazendo a sua manifestação. Por favor, quero que a Secretaria... É da relatoria do Senador Lasier Martins. O Senador Roberto Muniz o faz da mesma forma.

Continue, Senador Lasier Martins, por gentileza.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Isso é que é bom, não é? Recebemos os votos de apoio...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...antecipadamente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ...no escuro. Por quê?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não é no escuro, porque já está público.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Ah bom!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Seu voto é público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Porque já sabem que a carne de ovino é boa e que o leite de cabra é bom. Então, vamos lá!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas eles sabem mais: que o Relator é competente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, vamos lá! Vou ler parte do relatório.

Ao examinarmos o PLS 524, de 2015, a Comissão de Agricultura observa determinações do art. 104-B do Regimento Interno. Dado o caráter terminativo dessa apreciação, a presente Comissão examina a matéria sob os aspectos da constitucionalidade, da juridicidade, da técnica legislativa adotada e do mérito.

No tocante ao mérito, a proposição fortalece a ovinocultura e a caprinocultura, atividades que, sendo típicas da pequena exploração rural, contribuem para a geração e distribuição de renda na agricultura familiar, com o consequente estímulo da economia regional.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, embora a ovinocaprinocultura brasileira se concentre nas Regiões Nordeste e Sul, essa atividade econômica ocorre em todas as regiões do País, o que demonstra potencial para a expansão dos rebanhos, que representam pouco mais de 10% do contingente bovino nacional.

Faz-se importante observar, Srs. Senadores, que a proposição se insere no rol das medidas que impulsionam a agropecuária e a pequena agroindústria, constituindo apoio à sustentabilidade socioeconômica das comunidades rurais, pela agregação de valor e pela produção e geração de renda em áreas carentes.

Como observações finais, cabe abordar a apresentação da Emenda nº 1 – CRA, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que altera o art. 20 da proposição para atribuir prioridade à inclusão de carne, de leite e de queijo oriundos da ovinocaprinocultura e de outros derivados, de produção nacional, nos cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar, respeitadas as condições específicas de cada região.

Manifestamo-nos pela aprovação da referida emenda, por comungarmos com o autor o entendimento de que determinar a inclusão obrigatória de tais produtos no Programa Nacional de Alimentação Escolar pode acabar causando dificuldades a regiões que não possuem tradição no consumo de tais alimentos ou mesmo que não possuem rebanho grande o suficiente para atender à demanda gerada pelo dispositivo, dada a baixa produção atualmente enfrentada pelo País.

Finalmente, fruto de amplo debate no âmbito das entidades, apresentamos emendas que contemplam os valiosos aperfeiçoamentos propostos pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); pela Associação Brasileira de Criadores de Ovinos (Arco); pela Associação Brasileira de Criadores de Ovinos Leiteiros (ABCOL); pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Pecuária Sul e Embrapa Caprinos e Ovinos; e Ministério da Integração Nacional (MI).

Em razão do exposto, somos favoráveis à aprovação do PLS 524, de 2015, com a Emenda nº 1 – CRA e com as seguintes emendas. Apresentamos as emendas, todas elas disponíveis.

É o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Lasier Martins, pela eficiência na apresentação do relatório.

Está em discussão o relatório do Senador Lasier Martins, favorável, com emenda ao projeto do Senador Ronaldo Caiado, que trata exatamente de estabelecer políticas públicas para a ovinocaprinocultura no Brasil.

Está em discussão o relatório do Senador Lasier. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o projeto.

A matéria é terminativa.

Os Senadores Roberto Muniz e Hélio José já anteciparam os votos favoráveis.

Então, indago o Senador Pastor Valadares como vota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PASTOR VALADARES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Voto "sim", com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota com o Relator. Obrigada, Senador Pastor Valadares.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Voto "sim".

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Com o Relator, "sim".

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Wellington.

O voto do Senador Lasier Martins é conhecido.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Voto "sim", com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aprovado por unanimidade.

Comunico que a matéria é de natureza terminativa, exigindo quórum. Já foi aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2015.

Consulto os Srs. Senadores se podemos aproveitar a votação do projeto para as emendas apresentadas, Emendas nºs 1 a 8, da CRA. (*Pausa.*)

Confirmada a votação.

A matéria será encaminhada à Secretaria.

Aprovadas as Emendas nºs 1 a 8, com a aquiescência do Plenário.

Como disse e repito, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Vou apenas ler agora dois requerimentos para encerrar, ficando apenas duas matérias terminativas para serem apreciadas no próximo dia 7.

ITEM 14
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Voto de Aplauso em agradecimento e congratulações ao Sindicato dos Produtores Rurais de Rondonópolis (MT) e, em especial, ao seu Presidente, Francisco Olavo Pugliese de Castro, pela acolhida à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) no Seminário do Ciclo de Palestras e Debates para debater sobre Seguro Rural, durante a 44ª Exposição Industrial e Comercial de Mato Grosso, no dia 12 de agosto de 2016.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, quero aqui registrar o apoio que tivemos em Rondonópolis por parte de todos os dirigentes do Sindicato. V. Exª esteve lá conosco.

Infelizmente, o nosso tempo foi muito curto para conhecer toda a cidade. Eu gostaria de ter tido o trazer de que todos aqueles que lá foram, principalmente a nossa Presidente, conhecessem mais a cidade; o próprio parque de exposição, que é um parque moderno, projetado; a pujança da nossa região, de Rondonópolis, cidade polo; e principalmente o terminal rodoferroviário, que é o maior da América Latina.

Quero aqui reiterar o convite a esta Comissão e a V. Exª para que, em outra oportunidade, quem sabe na exposição do ano que vem, possam ir lá com mais calma. Mas, de qualquer forma, foi oportuno, tivemos lá uma audiência bem prestigiada, com vários Deputados da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com Deputados Federais, com Senadores.

Quero aqui, em especial, também agradecer a presença de V. Exª como Presidente da Comissão de Agricultura do Senado da República, que engrandeceu, de forma ímpar, a nossa exposição agropecuária, que é muito tradicional.

Então, fica aqui o nosso requerimento. Espero que ele tenha a aprovação, já que realmente eles prepararam o evento com todo o esmero, para recebê-la e para receber todos os que lá foram.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Wellington.

Espero que o Senador Lasier Martins, da próxima vez, tenha a oportunidade de ir lá, porque muitos gaúchos estão em Mato Grosso, em especial em Rondonópolis, a terra...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senadora, eu nunca fui lá porque nunca fui convidado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora está duplamente convidado com este requerimento de voto de aplauso. O Senador Wellington Fagundes renova o convite para o senhor e insiste, porque realmente vale a pena. Ele tem razão, é a nova fronteira agrícola. Eu conheci melhor outras regiões, como Lucas do Rio Verde e a própria Cuiabá. Penso que é realmente a região da nova fronteira de Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E lá fomos com o Ministro Blairo Maggi.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Ministro Blairo Maggi também é da região.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Rondonópolis é a única cidade do interior do Brasil que tem...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tem três Senadores.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ...três Senadores: eu, o Senador Medeiros e o Senador Blairo Maggi.

Então, o convite é extensivo a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E é bom lembrar que o Governador de Mato Grosso foi nosso colega Senador, que é Pedro Taques. Então, é mais um motivo. Tem força esse Estado de Mato Grosso.

Agradeço o relatório.

Está aprovado o seu requerimento.

Encerro com o requerimento do Senador Cidinho Santos, a que faço também apoiamento.

ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 51, DE 2016
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 34, de 2015 (na origem, Projeto de Lei nº 4.148, de 2008, de autoria do Deputado Luís Carlos Heinze), que altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

Autoria: Senador Cidinho Santos e outros.

A audiência pública visa a esclarecer os pontos positivos e negativos da proposição, bem como a colher opiniões de técnicos do Poder Executivo e de associações interessadas a serem posteriormente definidos.

Está em votação.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Está encerrada a presente reunião.

Marco a próxima reunião para o próximo dia 7, às 15h, para darmos encerramento a essas matérias. E, no dia 8, faremos uma audiência pública sobre a questão indígena.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 15 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2016.

Às quinze horas e treze minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Wellington Fagundes, Cidinho Santos Paulo Rocha, Lasier Martins, Hélio José e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Pastor Valadares, Roberto Muniz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício SEAPEC/GSE nº 167, de 2016, subscrito pelo Sr. Christino Áureo, Secretário de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro, e o Ofício nº 735, de 2016, subscrito pelo Sr. Moacir Sopelsa, Secretário da Agricultura e da Pesca do Estado de Santa Catarina, encaminhando sugestões ao Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2016, de autoria do Senador Roberto Muniz, que disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária. Após a comunicação, inicia a 1ª PARTE da Pauta com a deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 672, DE 2015 – Terminativo – EMENTA: Dispõe sobre a redução do desperdício de alimentos. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 675, DE 2015 – Terminativo – EMENTA: Estabelece a Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos e dá outras providências. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 738, DE 2015 – Terminativo – EMENTA: Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senador Lasier Martins. Resultado: Substitutivo ao PLS 672/2015 definitivamente adotado, sem votação, por não terem sido oferecidas emendas na discussão suplementar, conforme o disposto no art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2010 – Terminativo – EMENTA: Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR). Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do PLS 258/2010, com as Emendas nº 1-CCJ/CMA/CAE e 2-CCJ/CMA/CAE e a Emenda nº 3- CMA/CAE. Observações: O Senador Ronaldo Caiado altera o Relatório para concluir pela aprovação do PLS 258/2010, com as Emendas nº 1-CCJ/CMA/CAE e 2-CCJ/CMA/CAE e a Emenda nº 3- CMA/CAE, durante a discussão da matéria. Resultado: Aprovado o PLS 258/2010, com as Emendas nº 1-CCJ/CMA/CAE/CRA e 2-CCJ/CMA/CAE/CRA e a Emenda nº 3- CMA/CAE/CRA. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2013 – Terminativo – EMENTA: Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo. Autoria: Senador Wilder Morais. Relatoria: Senador Pastor Valadares. Relatório: Pela aprovação do PLS 504/2013, com três emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o PLS 504/2013 com as Emendas nº 1-CRA a 3-CRA. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2016 – Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que "institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004, e dá outras providências", para autorizar o desmembramento de financiamento coletivo contratado no âmbito do Fundo de Terras e Reforma Agrária – Banco da Terra. Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do PLS 139/2016. Resultado: Aprovado o PLS 139/2016. ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 56, DE 2016 – EMENTA: Requer a dispensa da Audiência Pública proposta pelo RRA 51/2016, destinada a instruir o PLC 34/2015, que altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Autoria: Senador Cidinho Santos. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. EXTRAPAUTA: ITEM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 57, DE 2016 – EMENTA: Requer aditamento ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 54, de 2016, que trata da realização de Audiência Pública com o tema "Diálogo para o desenvolvimento indígena", destinada a debater questões relacionadas à parceria agrícola em terras indígenas, para que sejam acrescentados os seguintes convidados: Dr. Wilson Mattos - Advogado Indígena (Dourados/MS); Jose Orestes Nascimento - Cacique da Terra Indígena de Nonoai/RS; Edward Luz – Antropólogo. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. A Presidência concede Vista ao ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2014, solicitada pelos Senadores Wellington Fagundes e Flexa Ribeiro, conforme o disposto no art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal. 2ª PARTE: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO - Discussão e Votação do Relatório do Senador Wellington Fagundes sobre o Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 13, de 2016, que dispõe sobre a Avaliação da Política Pública de Seguro Rural no País, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, em cumprimento ao artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA

PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A reunião de hoje destina-se à apreciação de matérias que ficaram pendentes da última quarta-feira e tem o objetivo exatamente de concluirmos aqui o nosso trabalho em relação ao ano de 2016.

A primeira parte desta reunião vai ser para discussão e votação do relatório do Senador Wellington Fagundes sobre o Requerimento nº 13, de 2016, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que dispõe sobre a avaliação da política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, em cumprimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Em 2 de junho e 14 de julho de 2016, foram realizadas audiências públicas relativas aos requerimentos apresentados pelo Relator da matéria. Foram realizados também, no dia 12 de agosto de 2016, na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, e, no dia 18 de novembro de 2016, na cidade de Juazeiro, na Bahia, seminários do ciclo de palestras e debates desta Comissão sobre o tema "Seguro Rural".

Antes de passar a palavra ao Senador que estamos aguardando, eu queria fazer uma celebração para um ilustre membro desta Comissão que está de aniversário hoje: ninguém mais ninguém menos do que o Senador Dário Berger. Parabéns em nome da Comissão, Senador Dário Berger, pela data de hoje. Fazer aniversário estando muito bem de saúde é uma dádiva; temos todos que celebrar. Ao senhor os nossos cumprimentos, de toda Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, desejando ao senhor muito sucesso, muito êxito e vida longa, meu caro Senador Dário Berger.

Outros Senadores também fazem aniversário no dia de hoje – são quatro Senadores que estão de aniversário: o Senador Pedro Chaves, de Mato Grosso do Sul; o Senador Alvaro Dias, do Paraná; e o Senador Fernando Bezerra Coelho, de Pernambuco.

Queria também saudar, com muita alegria e muita honra para esta Comissão, a visita do Deputado Estadual Gean Loureiro, Prefeito eleito da capital de Santa Catarina, a ilha de Florianópolis. Prefeito, seja bem-vindo. Saiba que será sempre muito bem acolhido na nossa Comissão.

A propósito da presença do nosso prefeito da capital catarinense, nós recebemos aqui dois expedientes: o Ofício nº 167, de 2016, de autoria do Secretário de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Christino Áureo; e o Ofício nº 735, de 2016, subscrito pelo Sr. Moacir Sopelsa, Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca do Estado de Santa Catarina.

Por sugestão do Senador Roberto Muniz, que é o autor da proposta da distribuição dos recursos para os Estados e Municípios relacionados à defesa sanitária e agropecuária, mandamos pela Comissão a todos os secretários de agricultura um ofício. Até esse momento, recebemos a resposta de dois secretários. O de Santa Catarina, que, com isso, reafirma o seu conceito extraordinário de zona livre de aftosa, sem vacinação. É o único Estado. A Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), com sede em Paris, reconhece, dentro de um território continental, como o brasileiro, o Estado de Santa Catarina como zona livre de aftosa, sem vacinação.

Por isso tudo, pelo rigor que está tendo Santa Catarina, agora, com esse ofício, já pontualmente com todas as mudanças propostas na área de como vai ser feita a distribuição, um detalhamento extraordinário, eu queria que V. Exª – e nós também vamos fazer o agradecimento –, como Senador de Santa Catarina muito aplicado aqui, Senador Dário Berger, transmita ao secretário os nossos cumprimentos, porque Santa Catarina e Rio de Janeiro encaminharam os ofícios com as propostas e as sugestões.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, preliminarmente quero agradecer a V. Exª a forma sempre carinhosa que me distingue essa amizade. Além disso, evidentemente que o momento em que nós completamos mais um aniversário significa muito mais do que isso, significa celebrar a vida propriamente dita que, diga-se de passagem, passa bastante rápido. Eu já não sou mais aquele jovem. Eu até, na campanha de Senador, era considerado, vamos dizer assim, da ala jovem do Senado. Hoje estou percebendo que não é bem assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, preliminarmente, quero agradecer a V. Exª e cumprimentá-la pelo alto, brilhante e destacado desempenho que a senhora teve à frente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. É um trabalho realmente reconhecido, consagrado, que dignificou muito esta Comissão e dignificou muito nós Senadores que fizemos parte da Comissão e, sobretudo, o Senado Federal. A senhora sabe do reconhecimento que tem em Santa Catarina.

E eu, mais do que ninguém, posso testemunhar aqui que Santa Catarina tem mais uma Senadora em defesa dos nossos interesses, sobretudo porque o agronegócio, como nós discutimos tanto aqui, desempenha um papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do Brasil, do nosso País. Representa praticamente um quarto do nosso Produto Interno Bruto e mais de 40% das nossas exportações.

E, se o Brasil ainda está de pé diante da crise econômica, financeira e política que estamos vivendo hoje, nós temos de agradecer muito ao homem do campo, aquele que acorda no amanhecer do dia, na luz do sol, e que não descansa, que planta e que contribui de maneira muito especial para que a gente tenha esse desempenho econômico e que um dia possa se transformar num celeiro do mundo.

A grande verdade é que, se não estou equivocado, apenas 7% das nossas áreas são agricultáveis hoje no Brasil. Então, nós temos, ainda, querido amigo e Prefeito eleito de Florianópolis, Gean Loureiro, um longo caminho pela frente. Nós temos área, nós temos clima, nós temos tecnologia. O que nós precisamos mesmo, Senadora Ana Amélia, é incentivar princípios que a senhora tão bem defendeu aqui – da desburocratização, da facilitação para quem queira produzir e trabalhar – e fazer com que o agronegócio em Santa Catarina possa, cada vez mais, prosperar.

Eu aproveito e me lembro, se V. Exª me der essa oportunidade de continuar discorrendo sobre esse assunto, que Chapecó é considerada a capital do agronegócio em Santa Catarina. E como a senhora sabe melhor do que eu, nós somos um Estado pioneiro no desenvolvimento do agronegócio do Brasil. O Rio Grande do Sul tem uma pequena concorrência conosco, mas, como nós somos Estados irmãos, essa concorrência é leal e colaborativa.

Aproveito essa oportunidade para dizer a V. Exª e a toda a população que nos acompanha pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas mídias sociais que em toda a minha existência nunca imaginei participar de uma catástrofe, de um episódio como aquele de que participei. Observando as pessoas, percebia-se nelas um olhar no infinito, abstrato, como se houvesse uma interrogação no seu cérebro, na sua mente, sem saber exatamente o que estava... Quer dizer, sabendo o que estava acontecendo, mas meio que procurando uma explicação que pudesse trazer àquela população, ao Estado de Santa Catarina, ao Brasil e ao mundo inteiro um certo conforto. Lá, eu participei ativamente dos atos fúnebres e, sinceramente, quando observei aqueles 50 caixões descendo do Hércules e percorrendo o aeroporto, numa chuva torrencial, parecia que o céu estava chorando copiosamente. Eu quero aqui aproveitar para render as minhas mais sinceras homenagens, a minha solidariedade, emprestar a minha voz, que sei que não é muito alta nem muito forte, para falar do meu apoio, do meu carinho, da minha solidariedade pelo sofrimento de uma Nação inteira, mas, sobretudo, ao povo de Chapecó de uma Nação inteira, mas, sobretudo, ao povo de Chapecó, ao Oeste Catarinense e ao Estado de Santa Catarina.

O mais lamentável, a maior dor que ainda pudemos observar foi que o grave acidente teve uma irresponsabilidade muito grande, e a aviação civil não permite atos irresponsáveis – o que, lamentavelmente, ocorreu. Mas eu queria registrar isso, pois não havia tido a oportunidade, ainda, de fazê-lo, uma vez que esta semana é mais uma semana tumultuada aqui no Senado Federal.

Todos nós sabemos que começamos a semana com uma decisão da Suprema Corte de afastar o nosso Presidente e que, de lá para cá, gerou-se todo esse imbróglio jurídico. Agora estamos aguardando o desfecho da Suprema Corte, que deve acontecer nesta tarde.

Mas eu quero ser – não posso perder a esperança –, quero continuar a ser otimista, no sentido de que nós precisamos encontrar o caminho. Nós temos capacidade para isso, mas nós perdemos a condição de dialogar, de nos entendermos. Quer dizer, ao invés de conjugarmos os esforços para nos unir e enfrentar os problemas, nós estamos nos confrontando, e isso é muito ruim. Nós estamos chegando ao ponto de presenciar uma crise institucional sem precedentes na história recente do Brasil, principalmente democrático. Isso é muito grave, porque dela decorre, vamos dizer assim, a dificuldade para encontrar os caminhos da retomada do crescimento, da geração de oportunidades, de renda, da votação dos projetos, dos programas, das ações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que são importantes e fundamentais para o futuro do Brasil.

Então, eu quero também fazer coro para que a gente possa terminar este ano, ainda assim, com a esperança de que no próximo ano as coisas serão diferentes, porque este ano, Senadora Ana Amélia, foi um ano extremamente complicado, sobretudo para a população brasileira, sobretudo para os 20 milhões, dos quais estão 12 milhões desempregados e 8 milhões subempregados – pessoas que têm algum tipo de remuneração, mas não uma remuneração digna, para sustentar os seus lares. Decorrente disso, evidentemente, há todas essas mazelas do nosso empobrecimento, do desestímulo, da falta de autoestima e da falta do orgulho de ser brasileiro, e, sobretudo, o desgaste que nós da classe política estamos tendo, em função disso tudo.

Eu quero aqui fazer uma defesa da classe política. Nós não somos os únicos culpados. E nós não somos todos culpados – se há culpados, são alguns culpados, que acabam levando à marginalização de um grupo de pessoas, ou de dezenas e centenas de pessoas que querem o bem do Brasil, que trabalham para isso. Nós precisamos, sobretudo, valorizar a democracia. Eu tenho muito apreço pela democracia. Eu era muito novo quando surgiu o AI-5, quando veio o regime autoritário, e nós ficamos muito tempo penando, vamos dizer assim, para conquistar de novo o direito de uma Nação inteira, mas, sobretudo, ao povo de Chapecó, ao Oeste Catarinense e ao Estado de Santa Catarina.

Então, eu queria discorrer sobre esse assunto. Eu estava até me excedendo aqui, Senadora Ana Amélia – como eu sei que a senhora é uma Presidente extremamente objetiva e prática – na esperança da chegada do Senador Cidinho, para que a gente pudesse dar continuidade aos nossos trabalhos.

De qualquer forma, eu agradeço a V. Exª. Tenho pela senhora muito mais que respeito, tenho admiração, como o povo brasileiro todo tem admiração por V. Exª. Eu, com muito orgulho, faço parte desta Comissão, parabenizando, mais uma vez, V. Exª pelo desempenho que tem à frente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Dário Berger, o senhor está de aniversário, e o presente sou eu que ganho nas suas generosas palavras e referências. Agradeço a isso. É estimulante.

Eu aqui cumpro, como V. Exª e os demais Senadores, a missão exatamente de resgatar a credibilidade da nossa instituição. Nós, quando votamos com amargor a cassação do mandato de um colega, não fazemos com prazer, fazemos para cumprir o dever e porque a instituição é perene. Nós vamos passar e ela ficará. E temos que cuidar dela para que ela seja perene, forte e respeitada.

Não tenho dúvida, V. Exª tem toda razão. Sobre essa crise institucional, ela já existe. É lamentável, porque ela vem se somar a uma crise federativa. A União quebrou, os Estados quebraram – está ao seu lado um prefeito eleito –, os Municípios quebraram. Nós temos uma crise econômica grave, uma crise financeira do Estado brasileiro e também temos uma crise moral e ética. Então, somaram-se todas elas, fazendo a tempestade perfeita. Ainda mais com essa crise institucional, completou-se esse dramático círculo.

Por falar em dramático, Senador, eu estava com V. Exª em Chapecó, no ano passado, quando fomos discutir defesa agropecuária. Escolhemos Chapecó, por sua inspiração, porque lá é a capital do agronegócio. Lá estão as grandes empresas que começaram tudo isso que projeta o Brasil a vender carne de suínos e carne de frangos ou de aves para 160 ou mais países. Toda a história começou em Chapecó. Naquela ocasião, na entidade que é a Associação das Câmaras de Vereadores de Santa Catarina, eu fiquei muito feliz, porque recebi uma camiseta verde e branca do Chapecoense, as cores que marcam a camiseta, e vi como a cidade tem orgulho do seu time.

Realmente foi uma coisa emocionante o que a cidade de Medellín, na Colômbia, fez para esse time, o que o mundo fez, o que a FIFA fez. O que aconteceu em Medellín foi, para todos nós brasileiros, um momento de enorme emoção. Num estádio com mais de 50 mil pessoas, todos de branco, jogar flores brancas para homenagear a equipe que tinha morrido foi realmente um momento muito especial. Talvez esse episódio tenha que vir a nossa lembrança para que sejamos mais tolerantes, para que gente tenha especialmente – o senhor falou do aniversário – maior convivência cordial com as pessoas. A gente está vivendo muito embrutecidamente. A violência chama a violência. Então, tudo é uma ação que vai a uma reação.

Eu agradeço a V. Exª por isso e agradeço também a presença do Senador Cidinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu queria aproveitar para agilizar o nosso trabalho. Espero, se o Senador Cidinho quiser fazer alguma manifestação. Invertemos a pauta, porque o Senador Wellington Fagundes é o Relator da política pública que temos que aprovar hoje para finalizar, mas V. Exª é autor de uma matéria de caráter terminativo.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, de 2016
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que "institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004, e dá outras providências", para autorizar o desmembramento de financiamento coletivo contratado no âmbito do Fundo de Terras e Reforma Agrária – Banco da Terra.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do PLS 139/2016.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- O Projeto constou da Pauta da 29ª e 31ª Reunião da CRA.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

Com a palavra o Relator, Senador Dário Berger.

Eu queria até sugerir, Senador Dário Berger, para agilização, que fosse direto à análise, porque já economizamos o tempo dos Senadores, para dar o quórum.

Muito obrigada, Senador Hélio José.

Eu queria cumprimentar o nosso colega Paulo Davim, que nos dá a honra aqui, temos muitas referências, nosso médico. Ele chegou na hora certa.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Médico intensivista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estou precisando aqui de um médico, porque a nossa situação é de pressão e temperatura alta, meu caro Senador Paulo Davim. Obrigada pela presença.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, a senhora me permite, eu queria antes de o Relator começar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimentar o aniversariante.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... pelo menos dizer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sessenta anos não é todo dia que a gente faz. Sessenta anos é uma data emblemática.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sei ele está fazendo 45 anos, pelos registros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Preciso do seu voto, em seguida, Senador. Em seguida, o senhor vem para votar aqui, porque são terminativos, Senador.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado, Srª Presidente.

Quero agradecer também as manifestações dos prezados amigos, colegas e eminentes Senadores, especialmente do meu dileto, prezado, distinto e correligionário Waldemir Moka, Senador por quem eu tenho também muita estima, admiração e respeito. Nesses dois anos, tivemos uma convivência muito promissora, de muita amizade e de muita afinidade, vamos dizer assim, em propósitos e em princípios que norteiam aqui as nossas ações. Além disso tudo, ele também é médico. Então, estamos bem representados aqui, Senadora Ana Amélia. Nada melhor do que ter um médico perto de nós num momento em que as temperaturas e as pressões, vamos dizer assim, não são as mais normais possíveis.

Indo direto à matéria, por sugestão de V. Exª, que já explicitou do que se trata, trata-se de um projeto do Senador José Medeiros, que tem por finalidade alterar a Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, para autorizar o desmembramento de financiamento coletivo contratado no âmbito do Fundo de Terras e Reforma Agrária – Banco da Terra.

Deixando a exposição de lado, uma vez que ela tem apenas três artigos, eu passo diretamente à análise propriamente dita.

O PLS nº 139, de 2016, vem à análise terminativa desta Comissão em razão das disposições do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui a esta Comissão competência para opinar sobre proposições que tratem, entre outros temas, de: direito agrário; planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária; agricultura familiar e segurança alimentar; política de investimentos e financiamentos agropecuários, seguro rural e endividamento rural; colonização e reforma agrária; e cooperativismo e associativismo rurais.

Cabe ressaltar que o PLS em exame observa as disposições do ordenamento jurídico vigente, garantindo à proposição o alcance dos pressupostos de juridicidade. Em adição, não se interpõe qualquer óbice inerente à constitucionalidade da matéria, como também nenhum reparo se coloca à técnica legislativa adotada.

É importante registrar que a Lei nº 11.775, de 2008, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

Com efeito, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a mencionada norma legal autorizou a individualização das operações – esse é um termo substancial da proposta do Senador Medeiros: autorizou a individualização das operações contratadas coletivamente pelas entidades representativas de produtores e trabalhadores rurais, sob a forma de associações ou cooperativas, para os casos de empréstimos formalizados no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, instituído pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. A citada Lei autorizou a mesma individualização dos contratos coletivos do Programa Cédula da Terra, instituído no âmbito do Acordo de Empréstimo 4147-BR. O Cédula da Terra foi aprovado pela Resolução nº 67, de 1997, do Senado Federal, originalmente com o nome de Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária, com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US$ 90 milhões.

No entanto, como salienta o autor, a referida autorização "alcançou apenas os contratos celebrados até 30 de junho de 2011, conforme a redação dada ao art. 26 da Lei nº 11.775, de 2008...

Repito: A referida autorização "alcançou apenas os contratos celebrados até 30 de junho de 2011, conforme...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Já falei da lei aqui estabelecida e também pela Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012", o que permitiu que mútuos coletivos assumidos após a data estabelecida permanecessem sem acesso à individualização dos contratos.

Quer dizer, essa é a essência do projeto apresentado pelo Senador José Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

No mérito, a proposição em exame estabelece tratamento isonômico aos beneficiários do programa, corrigindo uma distorção que torna injusta a inadimplência observada no financiamento coletivo, uma vez que a individualização de contratos coletivos premia o esforço individual de cada um dos mutuários do crédito fundiário, em sanar suas dívidas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra e do Programa Cédula da Terra.

Então é elementar, é uma correção simples, mas essencial para garantir a individualização da adimplência ou da inadimplência coletiva.

Não há dúvida de que a iniciativa faz justiça aos produtores rurais e que alcança destacada relação com essa medida.

O voto então, Srª Presidente, para finalizar.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2016, do Senador José Medeiros.

Sala da Comissão.

É o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senador Dário Berger, porque fez um relatório absolutamente objetivo, sucinto.

Eu queria sobrestar a discussão, porque, como é terminativo, nós precisamos de nove Senadores aqui para votar a matéria. O senhor permanece para reavivar a memória.

Há um projeto do Senador Caiado, que está presente, que já foi lido e foi pedida vista. Para votá-lo, precisamos de um quórum de mais três Senadores.

Eu queria, de antemão, passar a palavra ao Senador Wellington Fagundes, porque uma das razões desta nossa reunião extraordinária é a discussão e votação do relatório do Senador Wellington Fagundes sobre o requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 13.

ITEM

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 13, de 2016

Dispõe sobre a avaliação da política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, em cumprimento ao Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Autoria:

Relatoria: Wellington Fagundes

Observações:

Nos dias 2 de junho e 14 de julho de 2016, foram realizadas audiências públicas referentes aos requerimentos apresentados pelo Relator da matéria.

Foram realizadas também, no dia 12 de agosto de 2016, na cidade de Rondonópolis, terra do Senador Wellington Fagundes, do Ministro Blairo Maggi, do Senador José Medeiros e também do nosso Senador Cidinho Santos, que é de outra região, mas apoia Rondonópolis, porque ele é uma pessoa inteligente...

No dia 18 de novembro, também foram realizados na cidade de Juazeiro, na Bahia, por iniciativa do Senador Roberto Muniz, seminários e palestras para debater o tema seguro rural.

Passo a palavra ao Relator, Senador Wellington Fagundes, para proferir o seu relatório.

Mesmo que nós o tenhamos recebido e que seja extenso, é um dos relatórios mais longos que já foram feitos, embora tecnicamente muito bem cuidado, se o senhor tiver condições de fazer um resumo dele será conveniente para a economia regimental, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, para a tranquilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

todos aqui, o meu relatório tem só 213 páginas, mas nós conseguimos resumir em cinco páginas todo esse complexo relatório, principalmente o assunto, que é a questão do seguro rural.

O relatório está estruturado em diversas seções. A primeira apresenta resumo sucinto do conteúdo do relatório; a segunda seção aporta a metodologia utilizada para a realização dos trabalhos e a relação de audiências públicas e eventos de ciclo de palestras realizados pela Comissão ao longo de 2016 e respectivos participantes. Tais reuniões foram fundamentais para levar ao público o debate sobre o tema e colher subsídios junto às organizações públicas e privadas que atuam no seguro rural.

Nos anexos do relatório, são reproduzidas as notas taquigráficas dos debates realizados nas audiências públicas e também inclusas as mídias dos ciclos de palestras e de debates relacionados a essa avaliação.

Nas audiências promovidas pela CRA, foram ouvidos representantes, todos devidamente nominados no relatório, de diversos setores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, do Tribunal de Contas da União, da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S/A, da Superintendência de Seguros Privados, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, da Comissão de Seguro Rural, da Federação Nacional de Seguros Gerais e da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional das Empresas de Resseguros.

No evento do ciclo de palestras realizado em Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul, recebemos representantes da Agrobrasil, da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul e diversas outras que aqui estão relatadas.

Do evento em Rondonópolis, participaram representantes da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e também de vários outros órgãos, como Famato, Aprosoja, DNIT, etc. E todos eles fizeram relatos de forma bem clara.

Do evento realizado em Juazeiro, na Bahia, participaram representantes da Prefeitura Municipal, da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e muitos outros órgãos, também a CNA.

Na terceira seção, discute-se com base em trabalho desenvolvido pelo Banco Mundial o conceito, a importância e os mecanismos de gestão integrada de riscos agropecuários que obrigam instrumentos como o seguro rural, objeto desse trabalho de avaliação.

É importante destacar que há diferenciação entre riscos e incertezas. Risco implica conhecimento numérico sobre a probabilidade e o impacto do evento, enquanto incerteza implica resultados que não são ainda conhecidos. Há ainda a diferenciação entre risco e fator limitante, quando o primeiro é eventual e o segundo é estrutural. E há também a diferenciação entre risco e tendência. Eventos cuja frequência aumenta previsivelmente representam uma tendência, enquanto risco refere-se a eventos ocasionais.

Segundo a tipologia do Banco Mundial, os riscos do setor agropecuário podem ser agrupados em riscos de produção, de mercado e do ambiente de negócios.

Os riscos de produção dizem respeito à produção e a sua gestão propriamente dita, podendo incluir eventos climáticos extremos e incêndios, eventos inesperados relacionados às áreas de sanidade animal e vegetal, além de mudanças repentinas na gestão da propriedade e dos recursos naturais devido a mudanças regulatórias ou à disponibilidade de assistência técnica por exemplo.

Os riscos de mercado incluem principalmente variações significativas nos preços de produtos e insumos, mudanças não previstas no acesso ao crédito e fatores que afetam a comercialização, incluindo o comércio exterior.

Os riscos de ambiente de negócios incluem os eventos que mudam o contexto do marco legal regulatório de políticas e instituições do setor ou a interpretação de normas e leis, incluindo o acesso à infraestrutura e à logística.

As mudanças nos regulamentos, incluindo as regulações sanitárias, por exemplo, podem ter um impacto significativo sobre a renda agrícola. A seguir, apresentam-se os principais riscos do setor agropecuário, agrupados em riscos de produção, de mercado e de ambiente de negócios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Como todos os riscos agropecuários estão inter-relacionados, é fundamental promover um planejamento estratégico da gestão integrada de riscos agropecuários no Brasil, em que as estratégias sejam agrupadas em: 1) mitigação, para prevenir, reduzir ou eliminar a ocorrência de eventos/impactos econômicos negativos quanto à produção agropecuária; 2) transferência de riscos a uma terceira parte, com um custo (prêmio, no caso dos seguros); e 3) respostas, voltadas para reconstruir ou compensar perdas ocasionadas pela ocorrência.

O Brasil dispõe de diversas políticas e programas públicos agropecuários que têm impacto na gestão de riscos do setor de forma direta ou indireta. Existem múltiplos programas estaduais e municipais com impacto na gestão de riscos, tornando o mapeamento das políticas públicas um grande desafio. O Brasil poderia também ter um sistema de informação integrado a uma base de dados única, reunindo e disponibilizando a informação e as ferramentas de análise de diferentes riscos, como agroclimático, de preço, de sanidade animal, vegetal e de crédito, entre outros.

A quarta seção do relatório apresenta a evolução e o *status* atual da legislação do seguro rural, incluindo o Proagro, e relacionando as proposições relativas ao tema que estão em tramitação.

Na quinta seção, é avaliada a implantação das políticas de seguro rural e Proagro, derivadas da legislação mencionada com base em relatórios de auditorias sobre tais programas, realizadas pelo Tribunal de Contas da União. Ao avaliar o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, o TCU entendeu que:

i) não há acompanhamento e avaliações periódicas das taxas de prêmio do seguro rural que tenham por base parâmetros mínimos para as principais culturas e regiões abrangidas e que sejam baseados em metodologia de cálculos atuariais;

ii) o mercado tem aumentado as taxas médias das apólices de seguro sem que o MAPA tenha condições de fazer a regulação dos valores de subvenção que estão sendo pagos às seguradoras;

iii) Sem o conhecimento e a limitação dos valores de referência para o pagamento de subvenção ao Seguro Rural, o aumento do orçamento não se reflete em aumento do número de operações, produtores, áreas e capitais segurados, na mesma proporção, fato esse agravado pela baixa concorrência desse mercado.

Para o TCU, o Proagro e o ZARC não possuem indicadores de desempenho suficientes e adequados para a avaliação do cumprimento de seus objetivos, o que limita a capacidade dos gestores de promover ajustes na condução desses dois instrumentos de gestão de riscos.

O TCU constatou ainda em sua auditoria a falta de formalização e de sistematização de rotina padronizada de trabalho que vise à orientação aos produtores rurais das regras do Proagro por parte dos operadores do programa, quando da contratação do produto.

O Banco Central do Brasil publicou, em novembro de 2016, relatório circunstanciado do Proagro 2013-2016, em que são prestadas informações relevantes acerca do desempenho do programa. Considerando os três anos agrícolas realizados, a participação da Região Sul na quantidade de coberturas é expressiva, tendo atingido, em média, 92,01% do total de comunicações de perdas deferidas e 76,48% na quantidade total dos empreendimentos com contratação do Proagro.

A quantidade de empreendimentos com a contratação do Proagro vem apresentando tendência declinante ao longo dos últimos anos. Nesse curto período de tempo em análise não foi diferente, registrando-se uma redução de 17% entre os anos agrícolas 2013-2014 e 2015-2016.

Esse relatório aponta que, para se ter uma gestão unificada de riscos rurais no País, o Governo Federal terá que caminhar na integração das seguintes políticas governamentais: Programa de garantia da atividade agropecuária (Proagro), Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Pronafianos (Proagro mais), Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), Benefício Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002), Programa de Garantia do Preço Mínimo (PGPM).

Em síntese, Srª Presidente e todos os companheiros, o que se propõe é uma Política Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários, por meio de uma minuta de projeto de lei do Senado, a ser submetida a consulta pública por um semestre, em que o Proagro seria extinto e criado em seu lugar um seguro obrigatório similar ao de custeio até certo limite de cobertura. Para além desse limite de cobertura estabelecido, o PSR seria transformado em um seguro de cobertura ampliada não compulsório. O pacote desses seguros seria submetido ao Resseguro. Parte do limite não atendido pelo Resseguro seria arcado pelo Fundo de Catástrofe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A unificação das políticas de gestão de risco rural de preço e produtividade poderá reduzir a pressão por recursos do Governo Federal, unificar os cadastros e melhorar a gestão de informações do seguro rural, fomentar o aumento da área coberta e do número de beneficiários, proporcionar, no médio prazo, a redução das taxas e aprimorar os instrumentos de gestão de risco no País. Não menos importante, a unificação das políticas de gestão do risco rural de preço e produtividade poderá prevenir as recorrentes, infindáveis e funestas renegociações de dívidas rurais, que causam tanta dor ao produtor rural, enorme impacto fiscal e ineficiência social para o conjunto da sociedade brasileira.

Cumpre destacar a a importância da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado em obter junto ao TCU informações relativas ao acompanhamento pelo órgão do cumprimento das recomendações e determinações ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Banco Central do Brasil (Bacen), proferidas no Acórdão nº 450, de 2014, referente ao Proagro, e nº 453, de 2015, referente ao PSR, ao FESR e também ao Fundo Catástrofe.

Encaminhamentos propostos.

Diante dos elementos colhidos na presente avaliação, proponho os seguintes encaminhamentos:

1) Apresentação, para consulta pública até 30 de junho de 2017, de minuta de projeto de lei do Senado para instituir a Política Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários, que contará com atualizações e aperfeiçoamentos pertinentes de cidadãos, de organizações não governamentais, agentes econômicos, e demais instituições públicas e privadas interessadas no debate do tema.

2) Apresentação de requerimento para convite ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para debater com a Comissão Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal o teor das propostas do presente relatório e em especial a minuta do projeto de lei ora submetido ao plenário da Comissão.

3) Requerimento de audiência pública para discutir os problemas identificados no Relatório do exercício de 2017, com representantes do MAPA, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil, Bacen, CGU, TCU e CNA;

4) Requerimento de audiência pública para debater as contribuições apresentadas à minuta de Projeto de Lei do Senado para instituir a Política Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários e apreciação da matéria ao cabo do lapso temporal de consulta.

Esse é o resumo executivo do relatório, Srª Presidente, Srs. Parlamentares, disponibilizado na íntegra a V. Exªs, que submetemos à aprovação dos nobres pares desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Sala da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Wellington Fagundes, pelo relatório tão detalhado, tão completo, sobre a política pública. Mas, como é uma matéria não terminativa, está em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o Relatório do Senador Wellington Fagundes, que passa a constituir o parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos ao Item 1:

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 672, de 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre a redução do desperdício de alimentos.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 675, de 2015
- Terminativo -

Estabelece a Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos e dá outras providências.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 738, de 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório:

Observações:

1- Poderão ser oferecidas emendas ao Substitutivo do PLS nº 672/2015 até o

encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral,

conforme o disposto no art. 282, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Não havendo oferecimento de emendas, o Substitutivo será definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Tramitação conjunta, turno suplementar, do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 672, de 2015, terminativo, que dispõe sobre a redução do desperdício de alimentos. Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 675, de 2015, terminativo, que estabelece a Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos e dá outras providências. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves.

Tramita em Conjunto o Projeto de Lei do Senado nº 738, de 2015, terminativo, que dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969; a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Autoria: Senador Jorge Viana.

Comunico que na reunião desta Comissão do dia 30 novembro de 2016, o Relator, Senador Lasier Martins, proferiu a leitura do seu relatório, tendo sido aprovado o substitutivo em processo de votação nominal.

Consulto o Senador Lasier Martins, Relator das matérias, se deseja usar a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu acho que tudo já foi dito, e o principal que ficou assentado, Senadora Ana Amélia, é com relação ao prazo de validade do produto para consumo: ficou valendo na embalagem a data para venda.

Foi o mais polemizado, talvez recapitulando. No mais, foi bastante discutido.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Lasier Martins, pela colaboração e também pelo quórum.

Como não há oradores, encerro a discussão.

Não havendo oferecimento de emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, com os cumprimentos da Comissão.

Vamos voltar ao item 5, porque foi o Senador Dário Berger que acabou de fazer a leitura do seu relatório. Ele fez a apresentação do relatório.

Eu gostaria da presença do Senador Dário Berger. É um projeto do Senador José Medeiros, que trata da regularização... Ele foi apresentado já, é apenas para saber se há necessidade de discussão da matéria deste Projeto de Lei do Senado.

O Senador já está em condições de fazer um breve resumo para esclarecer o projeto que V. Exª, no início desta reunião, apresentou, o projeto do Senador José Medeiros, Senador Dário Berger.

O Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2016, que altera várias leis que tratam de crédito fundiário.

Encerrada a discussão.

Senador Dário Berger com a palavra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigada, Srª Presidente.

A proposta aparentemente simples, como já relatei anteriormente, restabelece a possibilidade de o agricultor que, através do contrato coletivo, conquistou financiamento junto ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária, o Banco da Terra, individualizar a dívida. Volto a insistir que seria para individualizar a dívida.

Com isso, deixa ele de ficar vinculado a eventuais inadimplências de outros participantes dos empréstimos, além de ele, se entender prudente e oportuno, poder liquidar a sua dívida antecipadamente.

Então, me parece que eu estou explicando de forma bastante objetiva, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bem objetiva.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Atualmente essa individualização só pode ocorrer com adesão em assembleia da associação correspondente dos beneficiários de cada contrato, o que, no meu entender, fere a livre iniciativa de cada um.

Por essas razões, acolhi a proposta do ilustre Colega, Senador José Medeiros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Dário Berger.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, os Senadores que concordam com o relatório do Senador Dário Berger...

Nós vamos fazer a chamada nominal, porque a matéria é terminativa.

Senador Moka, como vota?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Com o Relator e, parabenizando o Autor, Senador José Medeiros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigado, Senador.

Senador Dário Berger, voto conhecido.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, o Senador Ronaldo Caiado vota com o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com o nobre Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Voto com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Está, portanto, aprovada a matéria...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu não votei, Srª Presidente. Aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpa, Senador Flexa, é que o senhor está sempre na primeira fila e o senhor hoje mudou de lugar.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Pará aí junto, dando força para a Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu estou conversando com o PT aqui, para ver se a gente resolve a situação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

Foi aprovada o PLS 139, de 2016, com todos os votos.

Eu agradeço muito.

A matéria será encaminha à Secretaria-Geral da Mesa.

Vamos agora ao item 2 da pauta.

O relatório a esta matéria, Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2010, já foi apresentado.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, de 2010
- Terminativo -

Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela rejeição do PLS nº 258/2010.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CCJ no prazo regimental.

2- O Projeto foi apreciado pelas seguintes Comissões:

CCJ: Parecer favorável com as Emendas nº 1 e 2-CCJ;

CMA: Parecer favorável com as Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA e Emenda nº 3-CMA;

CAE: Parecer favorável com as Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA/CAE e Emenda nº 3-CMA/CAE.

3- Em 13/04/2016, o Senador Paulo Rocha apresentou o Voto em Separado pela aprovação do PLS nº 258/2010, com as Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA/CAE e a Emenda nº 3-CMA/CAE.

4- O Projeto constou da Pauta da 7ª, 10ª, 24ª, 29ª e 31ª Reunião da CRA.

5- Na 31ª Reunião da CRA, foi concedida Vista ao Projeto, solicitada pelos Senadores Benedito de Lira e Hélio José, conforme o disposto no art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

6- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

Numa reunião da CRA, no dia 30 de novembro, o Senador Ronaldo Caiado apresentou o seu relatório. Na ocasião, foi concedida vista coletiva ao Senador Benedito de Lira e ao Senador Hélio José.

Não houve manifestação posterior dos Senadores. Portanto, consulto se há alguma manifestação do Relator, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, demais pares, coube a mim a relatoria de um projeto de lei de autoria do Senador Valadares. Não quero, de maneira nenhuma, que a interpretação feita entre em choque com o projeto. Os programas foram instituídos, entre eles o Garantia-Safra, o Seguro da Agricultura Familiar, o Programa Mais Alimentos, o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, mas a ponderação do Senador Antonio Carlos é plausível: "olha, eu estou fazendo a análise daquilo que se propunha e dos programas que foram implantados."

No momento em que ele também luta para que isso seja normatizado em forma de lei, não tenho nenhum contraponto a apresentar. A tese foi de que, realmente, a matéria de que tratava o projeto inicial havia sido contemplada pelos demais programas que já estavam em vigor, que já estavam sendo praticados. Mas, diante desse fato da necessidade de se ter uma lei, eu não vou contrapor e vou realmente fazer uma nova redação dizendo da posição. Então, já que os programas já foram instituídos, mas o que aqui ele busca é o reforço legal para os programas, eu não tenho nenhuma posição contrária a esse fato em si e que poderia, tranquilamente, avançar dentro das regras que ele propõe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Oralmente, V. Exª está dizendo exatamente isto: que se estabelece uma política pública com força de lei para confirmar e consolidar esses programas.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Exatamente, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Penso que, com isso, fica esclarecido.

Consulto o autor da matéria, porque aí a redação será escrita, e nós votamos para ter celeridade, a eficiência e a eficácia da legislação, estando aqui o autor e a sugestão oral do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, antes do autor, eu também tinha um voto em separado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ..., e, dialogando com o autor e com o Relator, parece-me que está consensualizado e, portanto...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor se sente contemplado nesse voto que ele...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Perfeito! Maravilha!

Então, há um entendimento sobre a matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, também para explicar rapidamente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria exatamente o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Para garantir o quórum, esse projeto de lei, como está aqui, o PLS 258, foi apresentado em 2010. O Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário surgiu em 2013. Esse projeto nasceu de uma ampla discussão, de um amplo debate, de que participaram milhares e milhares de pessoas. Inclusive, houve um encontro em Olinda, Recife, com a participação de 30 mil pessoas. Significa dizer que foi um projeto amplamente discutido, de forma democrática, que foi aprovado na CCJ, com parecer de Eduardo Suplicy, na CMA, com parecer do Senador Aníbal Diniz, e na CAE, com parecer do Senador Sergio Souza.

Para não me demorar mais, uma vez que Senadores estão apressados com outras atividades, eu gostaria de agradecer ao Senador Ronaldo Caiado por essa compreensão, por entender que esse projeto é necessário para configurar uma obrigatoriedade de políticas de desenvolvimento para o meio rural, envolvendo, Presidente, princípios, diretrizes e também o Sistema Nacional de Informações sobre o Desenvolvimento do Brasil Rural, conforme consta de vários artigos que constam desse projeto.

Também eu queria agradecer ao Senador Paulo Rocha pelo fato de ter apresentado em defesa desse projeto um parecer, ou seja, um voto em separado, que agora acaba de retirar, tendo em vista a aprovação total do nosso Relator Ronaldo Caiado, que prova, mais uma vez, que é um homem do campo. É um homem que atende ao trabalhador e também é um empresário, ou seja, a todos aqueles que, no meio rural, se identificam com o desenvolvimento do Brasil.

Agradeço a V. Exª, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito. Foi muito importante a presença do autor aqui, a presença do Senador Paulo Rocha e, sobretudo, a forma ágil e eficiente do Senador Ronaldo Caiado, Relator.

Eu já consulto os Srs. Senadores, também para agilizar, como houve o entendimento muito claro, que votamos concomitante o relatório dele, que é favorável, acrescentando verbalmente ao termo do voto em separado do Senador Paulo Rocha. Na verdade, consolida o posicionamento que era, atendendo também o voto do autor.

Então, vamos fazer a chamada.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Voto com o Relator parabenizando o autor, o Senador Valadares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Voto "sim".

Como vota o Senador Dário Berger?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Voto com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Se-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nador.

Como vota o Senador Ronaldo Caiado?

Voto conhecido.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Voto conhecido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

Como vota o Senador Wellington Fagundes?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Com o entendimento de todos e, consequentemente, com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Wellington.

Como vota o Senador Cidinho Santos?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Voto com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Como vota o Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Voto "sim", Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Como vota o Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Parabenizando o Senador Valadares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já fizemos as duas votações do texto original, com a emenda que foi aprovada concomitantemente, para consolidar isso como uma política pública.

As emendas apresentadas...

Consulto se podemos aproveitar esta votação...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, terminou a votação?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acolhido pelo Plenário nas emendas apresentadas pelo Relator.

Aprovado o projeto, com as emendas, o PLS 258, de 2010, com unanimidade dos votos.

Nos termos do art. 300...

A matéria vai ser encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.

Terminando aqui, item 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, de 2013
- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.

Autoria: Senador Wilder Morais

Relatoria: Senador Pastor Valadares

Relatório: Pela aprovação do PLS 504/2013, com três emendas que apresenta.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CAE no prazo regimental.

2- O Projeto foi apreciado pela CAE, com Parecer favorável.

3- Na 31ª Reunião da CRA, foi concedida Vista ao Projeto, solicitada pelo Senador Wellington Fagundes, conforme o disposto no art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

4- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No dia 30 de novembro, o Senador Pastor Valadares proferiu a leitura do seu relatório quando foi concedida vista ao Senador Wellington Fagundes.

Não houve manifestação do Senador.

Consulto o Senador se podemos votar o relatório do Senador Pastor Valadares.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Podemos votar, Srª Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, a família Valadares está crescendo neste Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É incrível!

A votação é nominal porque a matéria é terminativa.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Voto com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vota com o Relator o Senador Waldemir Moka.

Como vota o Senador Dário Berger?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Com o Relator também, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.

Como vota o Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares, da família?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com o Relator. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como vota o Senador Wellington Fagundes?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Como vota o Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Como vota o Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Como vota o Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada. Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está aprovado...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Falta eu, Presidente. Mas eu voto com o Relator também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Cidinho Santos, é uma forma de chamar atenção...

Por unanimidade, é aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2013.

Consulto o Plenário sobre a votação do projeto das três emendas apresentadas pelo Relator.

Posso confirmar essa votação? (*Pausa.*)

Com aquiescência dos Srs. Senadores, estão aprovadas as emendas de 1 a 3, da CRA.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Finalmente o item 4:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2014
- Terminativo -

Declara de interesse social, para fins de desapropriação destinada à reforma agrária, as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos da União em obras de irrigação, drenagem, açudagem, e outras espécies de melhoramentos, que não estejam cumprindo sua função social, e dá outras providências.

Autoria: Senador Roberto Requião e outros

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 90/2014.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

2- O Projeto constou da Pauta da 29ª e 31ª Reunião da CRA.

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha, relator da matéria.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta, é um projeto conhecidíssimo, um debate antigo no Brasil, um projeto simples, que já está claramente enunciado pela própria ementa.

Como já está publicado o relatório, que é pequeno também, o meu voto é pela aprovação do projeto. O projeto, como V. Exª já anunciou, é de três Senadores: Pedro Simon, Requião e Cristovam.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em discussão o projeto.

Para discutir, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Srª Presidente, com todo respeito ao nobre Relator e coautor do projeto, acho que neste momento precisamos ter a responsabilidade de saber que esse projeto é totalmente inconstitucional. Essa matéria não poderia nem estar tramitando na Casa, porque a Constituição brasileira diz em que condições a terra deve ser desapropriada. Não é porque ela está à beira de uma rodovia ou à beira de uma rodovia. Isso nunca foi parâmetro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... que venha amanhã sobrepor as regras existentes hoje. A Constituição diz com toda a clareza qual é o grau de utilização, de eficiência da terra e, como tal, caracterizada como terra produtiva.

Esse projeto aqui tem um erro, porque ele se sobrepõe a uma norma constitucional. Ora, todo paralelo de rodovia ou ferrovia está suscetível à desapropriação. Por acaso também todas as residências, todas as indústrias e tudo que estiver nessa área?

Não existe na Constituição brasileira essa prerrogativa ou, pelo menos, essa condicionante. Aqui diz o que é função social, aqui diz o que exatamente compete à União desapropriar para interesse social. Agora, é claro que existe aqui o art. 185 que diz: esteja onde estiver, são insuscetíveis de desapropriação, para fins de reforma agrária, a pequena, a média propriedade, assim definidas por lei, a propriedade produtiva, e a lei garantirá tratamento específico para ela com normas, com o cumprimento de requisitos. Então, a Constituição brasileira já define o que pode ser. Não é possível nós aprovarmos, com todo respeito ao nobre Relator e ao autor desse projeto, um projeto que se sobrepõe uma norma constitucional.

Então, Presidente, eu voto pela rejeição do projeto porque, realmente, é inconcebível que amanhã nós, Senadores, venhamos aqui aprovar algo que, realmente, não guarda nenhuma consonância com aquilo que são as regras constitucionais do País.

Ao mesmo tempo, a partir de hoje, o que vai valer uma propriedade que está num raio de 5 quilômetros dos eixos das rodovias federais e ferrovias federais? É um colapso completo da produção brasileira! Eu acho que, se quiser causar mais pânico no setor rural, que, realmente, não tem como progredir, porque isso é inconstitucional... Imaginem os Senhores, cada um no seu Estado, 5 quilômetros de um lado, 5 quilômetros de outro. Essas áreas, a partir de hoje, estariam suscetíveis de desapropriação. Ora, então, eu acho que esse projeto carece de um embasamento legal, para que possa ter o apoio da Comissão de Reforma Agrária.

Presidente, a minha posição é de rejeição do projeto na íntegra, para realmente não criarmos aí outra legislação que suprime norma constitucional. Acho que não temos essa prerrogativa, Srª Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, eu confesso que já discuti

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

muito esse assunto, ainda como Deputado Federal, mas a minha intenção seria que, basicamente, ao construir uma estrada nova ou uma rodovia nova, o Governo pudesse, antecipadamente, desapropriar áreas onde pudesse garantir o desenvolvimento regional com uma obra de grande impacto. Agora, genericamente, como está hoje no projeto, prefiro pedir vistas para que a gente possa discutir de forma mais ampla, quem sabe se com emendas ou não. A princípio, quero concordar também com os argumentos do Senador Caiado.

Peço vistas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Srª. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, é um pedido de vista coletiva?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Srª Presidente, o projeto dos Senadores Pedro Simon, Roberto Requião e Cristovam Buarque, relatado pelo Senador Paulo Rocha, abre um precedente, como disse o Senador Ronaldo Caiado, de muito risco, porque ele, inclusive, na parte que trata das ferrovias, define 5 quilômetros ao longo das laterais. Mais além ele diz: "e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos da União em obras de irrigação, drenagem, açudagem e outras espécies de melhoramentos". Ou seja, tudo que for feito de obra de melhoramento vai ser possível de desapropriação, para uso de reforma agrária.

Não dá para, com todo o respeito ao Senador Paulo Rocha, como Relator... Para que a gente não tenha que votar pela rejeição, eu vou acompanhar o pedido de vista do Senador Wellington, para que a gente possa examinar melhor o parecer do Senador Paulo Rocha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Senador Flexa.

Continua em discussão.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta, eu sei que o projeto é simples, mas a discussão e a problemática não são simples. Sei disso. Por isso, a justificativa de dar vistas para os companheiros, para os colegas pegarem e analisarem melhor. É verdade.

Agora, eu levanto a questão porque, nas rodovias federais criadas nos últimos tempos, foram criando cidades ao longo das cidades, vilas, etc. e tal. E nem o governo local, nem governo estadual, nem governo municipal nem o Governo Federal têm poder lá para fazer qualquer melhoria na cidade. Até para instalar um posto de saúde, ou alguma coisa que Deputado leva para lá, o prefeito às vezes não pode construir porque tem que pedir licença para alguém dos terrenos, etc. e tal.

Então, eu acho que é complexa realmente a discussão e por isso que a ideia de dar vistas é importante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu concordo. Vista coletiva concedida, a pedido do Senador Wellington e do Senador Flexa Ribeiro.

Eu queria imensamente a todos os Senadores.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, antes de encerrar esta reunião, eu gostaria de agradecer aqui a todos que colaboraram. O relatório de avaliação de política de seguro rural é um trabalho, como eu disse, de duzentas e tantas páginas, várias audiências, e V. Exª inclusive também relatou a complexidade.

Como não posso fazer nominalmente a todos, eu quero agradecer aqui em nome da sua assessoria, da comissão, o Secretário Marcelo Varela, que acompanhou a maioria das audiências, lá esteve no interior com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

gente, organizando essas audiências públicas com todos os assessores.

Quero agradecer também ao meu assessor, o Analista Legislativo Cléber Fernandes, e também os consultores aqui da Casa, o Fernando Lagares Tavora e também o Marcos Peixoto. Eu acho que em nome desses profissionais competentes que o Senado tem e que, às vezes, a sociedade não conhece e não sabe valorar e às vezes, ao contrário, até critica. Mas eu quero aqui, reconhecendo o esmero do trabalho, em nome de todos eles, agradecer aqui.

Será a nossa última reunião, Srª Presidente, ou ainda teremos?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, teremos dia 15.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas já desejando um bom Natal aqui a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu espero que o senhor esteja aqui dia 15, porque o presente da Comissão será dado no dia 15.

Eu queria agradecer ao Senador Wellington.

Vou fazer a leitura de dois requerimentos só, Senador.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 56, de 2016
- Não terminativo -

Requer a dispensa da Audiência Pública proposta pelo RRA 51/2016, destinada a instruir o PLC 34/2015, que altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

Autoria: Senador Cidinho Santos

O Requerimento nº 56, do Senador Cidinho Santos, requer a dispensa de uma audiência pública que foi aprovada aqui.

Em votação o requerimento do Senador, mas, com a palavra do Senador Cidinho, para explicar as razões desse cancelamento.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, nós conversamos com todos os setores envolvidos. Eles justificaram que esse tema já foi bastante discutido. Na verdade, já estamos encaminhando a conclusão do relatório.

Entendemos então que não seria necessária a realização dessa audiência pública, até porque nós estamos já, praticamente, no final do ano.

Então, eu agradeço o apoio de todos para primeiramente aprovar o requerimento e, agora, para a retirada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Cidinho Santos.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Está aprovado.

Último requerimento, de minha autoria.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 57, de 2016
- Não terminativo -

Requer aditamento ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 54, de 2016, que trata da realização de Audiência Pública com o tema "Diálogo para o desenvolvimento indígena", destinada a debater questões relacionadas à parceria agrícola em terras indígenas, para que sejam acrescentados os seguintes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

convidados: Dr. Wilson Mattos - Advogado Indígena (Dourados/MS); Jose Orestes Nascimento - Cacique da Terra Indígena de Nonoai/RS; Edward Luz – Antropólogo.

Autoria: Senadora Ana Amélia

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Agradeço muito a todos os Srs. Senadores.

Esta audiência pública, Senador Moka, foi solicitada pelos líderes indígenas. Existe no Rio Grande do Sul um sistema de parceria entre os indígenas e os produtores rurais. Parceria, trabalham juntos na mesma terra. Então, por sugestão dessas lideranças indígenas, eles vêm aqui para fazer a apresentação de como eles funcionam, a Funai, para mostrar como é o funcionamento dessa, que há muitos anos está funcionando com absoluta tranquilidade.

Existem Municípios do Rio Grande do Sul, o Município de Charrua, por exemplo, em que esse sistema é adotado, em Nonoai também é adotado. E é para ver a prosperidade de que as reservas indígenas desfrutam hoje, com estudantes nas universidades, custeados pela renda dessas parcerias, que são muito bem-sucedidas.

Então, vamos trabalhar nessa direção.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, eu gostaria de me omitir na discussão, lamentavelmente. Na verdade, o Senador Wellington pediu vista. Eu, evidentemente que tenho que concordar, mas esse projeto de você desapropriar cinco quilômetros nas rodovias federais e ferrovias, do jeito que está, não tem a menor condição. Ele é muito genérico, não tem lastro em lugar nenhum. É um negócio...

Não é possível que a gente possa admitir. A não ser que se apresente um substitutivo, mas é um projeto que, pelo amor de Deus...

Não há como esta Comissão...

(*Interrupção do som.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Absolutamente prudente a iniciativa.

Primeiro, pela questão constitucional, que o Senador Caiado levantou com muita propriedade. Mas penso que a saída coletiva foi adequada, até porque, como o senhor e o Senador Wellington e os demais, todos têm muita experiência nessa matéria, podem aperfeiçoar e, então, conduzir uma negociação para esse entendimento. De fato, a responsabilidade da desapropriação para fins de interesse público, no caso, esse para uma estrada, para uma rodovia, para fazer uma nova rodovia, é de interesse público, e aí tem que fazer a indenização. Não é uma desapropriação, mas com indenização paga.

Então, não havendo mais nada a tratar, eu agradeço novamente aos Senadores que, massivamente, conseguiram dar o quórum e nós conseguimos encerrar todos os nossos assuntos.

Amanhã teremos audiência pública. Os que já têm agenda marcada, não se preocupem, nós vamos conduzir a audiência pública.

Muito obrigada a todos e vamos até a próxima reunião, que será amanhã e, depois, no dia 15.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 15 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE DEZEMBRO DE 2016.

Às oito horas do dia oito de dezembro de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Pastor Valadares, Waldemir Moka, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Cidinho Santos e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Muniz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Antonio Carlos Valadares e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 54, de 2016, aditado pelo Requerimento (RRA) nº 57, de 2016, de sua autoria, destinada a debater questões relacionadas à parceria agrícola em terras indígenas, com o tema "Diálogo para o desenvolvimento indígena", com a participação do Sr. José Orestes Nascimento - Cacique da Terra Indígena Nonoai- RS; Sr. José Carlos Gabriel - Coordenador do Plano de Gestão Territorial Indígena de Nonoai-RS; Sr. Pedro Alves Corrêa Neto - Diretor do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Agostinho do Nascimento Netto - Secretário Executivo Substituto do Ministério da Justiça e Cidadania (MJC). Os Senadores Waldemir Moka, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, a Senadora Ana Amélia, o Deputado Valdir Colatto (PMDB/SC) e o Sr. Erpone Nascimento, Prefeito do Município de Gramado dos Loureiros, no estado do Rio Grande do Sul, fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA

PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião tem a finalidade de debater questões relacionadas à parceria agrícola em terras indígenas, com o tema "Diálogo para o desenvolvimento indígena", em cumprimento ao Requerimento nº 54 desta Comissão, de minha autoria.

Antecipadamente, eu já queria agradecer a presença do Dr. Pedro Alves Corrêa Neto, Diretor do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Foram convidados também José Carlos Gabriel, Coordenador do Plano de Gestão Territorial Indígena de Nonoai (RS); José Orestes Nascimento, Cacique da Terra Indígena Nonoai (RS); e mais duas pessoas, o Sr. Wilson Matos, advogado indígena de Dourados (MS), que alegou a impossibilidade de estar presente, e Edward Luz, antropólogo da Universidade de Brasília, que também ligou antecipadamente, informando sobre a dificuldade de estar presente.

Comunico que os ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado poderão participar deste debate, fazendo perguntas pela internet – www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto – e pelo telefone 0800-612211, ligação gratuita, por telefone fixo, celular ou telefone público.

Estamos aguardando a chegada de algumas pessoas para iniciar a nossa reunião. Nesses últimos tempos, o procedimento feito pela segurança é mais demorado em relação à entrada das pessoas, dos visitantes, então, às vezes, acontece isso. Mas eu queria aproveitar a oportunidade, na presença do Senador Waldemir Moka, do PMDB, do Mato Grosso do Sul, e agradecer, porque ontem fizemos uma reunião extraordinária para conseguir deliberar e limpar, como nós dizemos, a pauta. A única pendência é relativa a um tema que eu considero extremamente relevante, pelo questionamento levantado pelo Senador Ronaldo Caiado, quanto à constitucionalidade de uma proposta de três Senadores, que tratava da desapropriação de áreas em terrenos próximos às rodovias, para fins de urbanização, garantias ou facilitação de urbanização.

Eu penso que a ponderação da Comissão, com o apoio de vários Senadores, foi de dar vista a esse processo para uma discussão mais adequada, porque não podemos, em vez de resolver, criar mais problemas na nossa estrutura legal já complicada, especialmente na área rural. Temos um Código Florestal muito rigoroso. E agora, Senador Moka, o Brasil, mesmo diante dessa dificuldade, está assumindo o compromisso, com a Agenda 2020, ou Iniciativa 2020, de recuperar 12 milhões de hectares – 12 milhões de hectares! – até o ano de 2030.

Esse é o chamado Desafio de Bonn, firmado na antiga capital da Alemanha, pois a capital voltou a ser Berlim, pelos Ministros que confirmaram o cumprimento da meta de intensificar a Agricultura de Baixo Carbono, a famosa ABC. E isso, a partir de 2005, já vem sendo implementado. Estavam lá em Cancún, o Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, em que foi confirmada essa meta, e também o Ministro da Agricultura, nosso colega Senador Blairo Maggi. Então, são desafios enormes que precisam ser feitos.

Eu queria também agradecer, como eu estava dizendo, a deliberação tomada por todos os Senadores, os dez Senadores presentes na Comissão – o quórum para matérias terminativas é de nove Senadores. Com isso, foi possível entregarmos a pauta ao próximo Presidente da CRA, uma agenda liquidada, inclusive com a meta que foi estabelecida pela nossa Comissão, sobre seguro agrícola, que contou com o Senador Wellington Fagundes.

Eu quero agradecer à Consultoria do Senado Federal, aos nossos consultores, que foram muito zelosos na elaboração desse projeto. E queria agradecer ao senhor também, porque foi decisiva a participação de todos os Senadores aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora, eu queria cumprimentar V. Exª e os demais Senadores pelo esforço. É sempre muito bom chegar ao final do mandato de Presidente e poder dizer que não temos aqui nenhum projeto a não ser esse do pedido de vista. E eu acho que coube mesmo pedir vista, porque o projeto é no mínimo polêmico. Então, tem que dar tempo para tentar ver realmente o objetivo final daquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

proposta.

Também quero dizer a V. Exª que o ano está terminando, temos mais a semana que vem, e que aqui foram discutidos temas importantes. Eu acho que esta Comissão se conduziu muito bem, e o mérito é de V. Exª. Quero parabenizá-la por isso e dizer da satisfação que eu tenho de pertencer à Comissão de Agricultura do Senado da República.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, Senador Moka, pelas referências. Na verdade, o êxito se deve ao esforço coletivo, à presença contínua de V. Exª aqui, sempre o primeiro a chegar – até o Ministro Blairo Maggi brincava, porque também era madrugador, como chamamos. Isso é um sintoma de que nós estamos cumprindo o nosso dever. Queria agradecer as referências.

Participei como membro titular da Comissão de Assuntos Sociais, que foi presidida por V. Exª na legislação passada, e também vi o esforço feito em relação a todas as matérias, o envolvimento pessoal para resolver problemas, como as questões de regulação na área médica, da lenalidomida. Lembro-me bem do seu esforço, Presidente, chamando uma reunião lá na Comissão dos agentes públicos, a Anvisa, o Ministério Público, os representantes dos pacientes, dos laboratórios, para encontrar... Os encaminhamentos foram adequados, Senador. Cada vez que encontro as pessoas, elas fazem referência àquela ação. Quero lembrar também que o Senador campeão de votos, Eduardo Suplicy, também estava junto naquela batalha – a memória desse esforço está viva. Agradeço.

Já que nós estamos iniciando aqui os nossos trabalhos, eu queria agradecer a presença do nosso Cacique Orestes Nascimento – já tinha explicado os problemas da portaria, tivemos o trabalho de ligar para a portaria falando da presença dos senhores. Nós vamos começar o nosso debate com a exposição que o senhor fará. Daremos, em função do número de pessoas... Em geral, são dez minutos para cada um, mas esses dez minutos poderão ser estendidos.

Então, com a palavra, o Cacique Orestes Nascimento, para explicar para os nossos telespectadores como é que funciona essa relação de parceria, quais são os resultados, quais são os pontos positivos e, eventualmente, os problemas existentes nesse sistema de parceria que é adotado na Região Norte ou na região da produção do Rio Grande do Sul, na comunidade de Nonoai. Então, com a palavra, o Cacique Orestes Nascimento.

O SR. JOSÉ ORESTES NASCIMENTO – Obrigado pelo acolhimento que estamos tendo nesta Casa, pela Senadora Ana Amélia e demais Senadores.

Eu sou o Cacique José Orestes do Nascimento, de uma das maiores reservas indígenas do Rio Grande do Sul. Há 35 anos estou diante de um povo kaingang, 4 mil índios kaingang, entre grandes e pequenos. Meu primeiro cacicado começou no ano de 1982, e a gente está nessa briga até hoje, enfrentando várias barreiras, questões de terras.

Há seis anos implantamos um projeto de parceria dentro da terra indígena de Nonoai, acolhido pelo Ministério Público de Passo Fundo, pelo Dr. Michael. Há alguns anos temos tido bastantes divergências, porque entrou outro Procurador, o Dr. Ricardo Gralha Massia, que está... Hoje nós estamos enfrentando uma barreira bastante equivocada, dizendo que não está certo.

Eu, como Cacique José, tenho sido procurado por várias outras lideranças de vários Estados: "Como, Cacique José, você conseguiu implantar esse projeto no seu posto?" Nós temos vídeos de antes de começar essas parcerias, e os colonos não índios, trabalhavam dentro da terra indígena de Nonoai, com a situação que os meus índios passavam. Em alguns anos havia aquela seca, epidemia. Não vou esconder nada para ninguém: meus índios, muitas vezes, até passavam fome.

Depois que montamos essas parcerias... Eu quero que vejam. Eu não sei se meu assessor jurídico, o Gabriel, trouxe os vídeos de antes de termos montado as parcerias e de depois de terem começado as parcerias, o quanto mudou da noite para o dia a situação dos meus caingangues.

Todos os meus colegas caciques da região vêm pedir para mim: "Cacique, o que devo fazer na minha terra? A Justiça só diz que o que a gente faz está errado, que o branco não pode trabalhar nas nossas terras. Como é que você conseguiu que o Ministério Público desse a você o aval?" Daí eu digo: primeiro o Ministério Público deu para cinco anos, deu um aval, se reuniu conosco dentro da nossa Prefeitura, em que sou Vereador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

e o meu filho é o Prefeito até hoje, até o final do mandado, 2016.

O Ministério Público ficou o dia todo conosco, dentro da nossa Prefeitura; deu aval, o último canetaço foi do Procurador da República de Passo Fundo, Dr. Michael. Daí, depois daquilo... Eu não sei se o que os caciques fazem é errado, mas só que... Pode ser certo ou errado, mas sei que os índios estão satisfeitos. Os filhos estão estudando. O importante é que hoje temos mais de 200 indígenas, só da minha reserva, que são acadêmicos, estão espalhados pelo Rio Grande do Sul inteiro, fazendo faculdades. Eu tenho três filhas formadas, uma em Fisioterapia, outra em Gestão Ambiental, outra está lá na Nova Zelândia, ela é pesquisadora, linguista.

A questão indígena está evoluindo bastante, mas, depois dessa questão de que nós começamos a fazer parceria dentro das terras indígenas. Então, nós queríamos ver, diante dos homens desta Casa, Senadores, Ministros, tudo, como poderíamos fazer, porque deixar a terra do jeito que nós pegamos há 38 anos, quando eu tinha na minha reserva 32 mil pessoas não índias, trabalhando a terra, e nós não tínhamos mais direito a nada... E, na época o cacique era um cunhado meu, Nelson Xangrê. E a maioria dos repórteres hoje, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Porto Alegre devem ter coisas gravadas daquele homem, que foi um herói.

Mas nós tivemos momentos em que a terra indígena de Nonoai, e não só Nonoai, como também quase todas as terras do Rio Grande do Sul estavam sendo tomadas pelo homem branco. Se nós não tivéssemos feito o que fizemos no ano de 1978, eu não sei onde poderia estar o povo kaingang de Nonoai. Seria uma nação totalmente extinta. E esse homem fez um trabalho. Em 1978, conseguimos expulsar 32 mil pessoas. E não havia nem 600 pessoas kaingang dentro dessa reserva. Havia fazendas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cacique, qual era a área da reserva?

O SR. JOSÉ ORESTES NASCIMENTO – Hoje, a área da reserva indígena são 38,910 mil hectares. E, na época, nós éramos 14,6 mil indígenas e 32 mil pessoas não indígenas.

Só que, daquela época até o ano de 1992, nós tínhamos um parque florestal que se denominava Parque Florestal do Estado. Mas era terra demarcada para os índios desde 1911. Com uma ideia dos índios velhos – e muitos deles ainda estão por lá –, nós conseguimos também recuperar aqueles 18 mil hectares de mata nativa, mata nativa, onde temos onça, temos tudo que é tipo de bicho lá.

E ela ficou 46 anos nas mãos do Estado. Os índios não podiam nem passar perto dali. Hoje, o asfalto corta de Nonoai para várias cidades pequenas, mas boas. Então, nós conseguimos autorizar que passasse o asfalto para atorar a terra indígena. Mas nós ficamos 46 anos longe daquelas terras, afora outras terras que se tornaram fazendas de um ex-prefeito, mas que, no ano de 1992, também conseguimos recuperar para a comunidade indígena, fazendas de 2,4 mil hectares e mais 1,2 mil hectares, mas tudo com a força praticamente da comunidade indígena. Se nós fôssemos esperar a boa vontade do governo, da Funai, nem daqui a 500 anos recuperaríamos as terras que recuperamos.

Quanto ao parque, eu duvido que alguém iria chegar e dizer: "Cacique, você e seus índios velhos sabem onde é a divisa do parque?" Eu duvido que alguém iria chegar e dizer isso, a não ser aquele dia em que o Cacique José reuniu 2,5 mil pessoas kaingang e enfiou-as dentro daquele parque.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ORESTES NASCIMENTO – Isso deu um baita de um folião. Na época, o Governador do Estado era o Alceu Collares. Mas, graças a Deus, a gente tinha toda a documentação de quando aquele parque foi demarcado para os indígenas, em 1911. E ele reconheceu – um Senador da época também reconheceu, que era o Darcy Ribeiro. Estava nos Estados Unidos, quando nós conseguimos contato com ele, e ele mandou uma carta para mim, mandou para o governador do Estado, dizendo:

> Devolva a terra dos nossos irmãozinhos índios, porque a gente sabe que o governo da época demarcou para eles! Devolvam! E hoje perderam o Brasil inteiro e ainda vamos começar a jogar policiamento para cima deles, para tomar de volta aquele mato que já foi deles, em 1911, o governo demarcou para eles. E, então, estão brigando por cantinhos de terra. Vamos olhar, governador, em nível de Brasil, o que seriam 18 mil hectares de mato. E eles gostam do mato. Devolva!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Sei que deu um monte de um folião, porque se reuniram mais de 40 prefeitos dentro do Palácio Piratini, dizendo para o governador do Estado não devolver para a gente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cacique, agora sua exposição deu uma ideia dos problemas, e nós vamos continuar.

Queria saudar aqui a presença do Prefeito de Gramado dos Loureiros, o Erpone Nascimento, como disse o Cacique José Orestes Nascimento, é seu filho. E também aos demais convidados que estão acompanhando.

Agora passo a palavra ao José Carlos Gabriel, que é Coordenador do Plano de Gestão Territorial Indígena de Nonoai (RS), para que também, no prazo de dez minutos, dê ideia de como esse sistema funciona e a pacificação da convivência entre colonos, homens brancos e comunidade indígena, especialmente dos kaingang na região de Nonoai.

O SR. JOSÉ CARLOS GABRIEL – Bom dia, Senadora!

Bom dia, Srs. Senadores, Ministério da Agricultura!

Nós temos hoje uma situação pacificada na região de Nonoai, em Gramado dos Loureiros, Rio dos Índios e Planalto, em função de uma ideia: o Cacique José e também o Prefeito Erpone nos chamaram para que a gente os auxiliasse na busca de desenvolvimento da comunidade e de como seria esse desenvolvimento. E, na época, nós já tínhamos discutido bastante a respeito disso com o Juiz Federal Dr. Narciso, da Comarca de Chapecó, e, em função disso, nós criamos o plano de gestão.

Nós trouxemos um vídeo que eu gostaria de apresentar, Senadora, para que vocês pudessem se localizar em Nonoai. Está aí o vídeo. Vamos assistir, depois retornamos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada ao José Carlos Gabriel, que é o Coordenador do Plano de Gestão Territorial Indígena de Nonoai.

Antes de passar a palavra para o Dr. Pedro, do Ministério da Agricultura, eu queria, saudando o Deputado Valdir Colatto – até aqui recebi uma participação, porque está interativa, do Valdemagno Silva Torres, de Pernambuco, Senador. Ele está acompanhando esta audiência e disse que gostaria que o Poder Público respeitasse a tradicional família brasileira e ouvisse os verdadeiros donos da terra, que teve sua posse esbulhada em 22 de abril de 1500, que é a data do descobrimento do Brasil. Mas ele dá uma informação interessante aqui, o Valdemagno. Ele diz:

> Viva os indígenas, parem com a matança dos guarani kaiowá. Condá, quem é que se lembra deste nome? Arena Condá? É um nome muito falado agora. Não é? É a sede da Chapecoense.] Condá, índio símbolo de Chapecó, era um kaingang.

É a maior parte da comunidade indígena que há na região. Então, o condá era o símbolo da cidade de Chapecó.

Eu queria lhe perguntar, José Carlos: a parceria é feita de que forma? O colono planta junto com o índio, na terra indígena, na reserva indígena, e o resultado é compartilhado, ou é uma parceria em que o percentual daquela produção é dividido e compartilhado?

O SR. JOSÉ CARLOS GABRIEL – Bem, na verdade, parceria agrícola e arrendamento são duas linhas de conduta que tipificam o que é parceria e o que é arrendamento. E o Ministério Público nos joga sempre no...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No arrendamento.

O SR. JOSÉ CARLOS GABRIEL – ... arrendamento, porque aí é proibido por lei. O art. 18 do Estatuto do Índio proíbe, mas a parceria agrícola é legal, e os índios não precisam de chancela de governo, de qualquer instituição para afirmar essas parcerias. A parceria agrícola ocorre quando o indígena emprega também a sua mão de obra na atividade produtiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como vimos nos depoimentos.

O SR. JOSÉ CARLOS GABRIEL – Exatamente.

Então, a gente trouxe esses depoimentos para que seja demonstrado aos senhores que o que a gente está fazendo não é uma atividade criminosa, embora tente o Ministério Público criminalizar essa atividade. O índio, na medida em que emprega a sua mão de obra, ele se torna um parceiro. A partir disso, o produto final, na colheita, é dividido entre as partes. Tira-se o que foi investido,...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O que foi gasto.

O SR. JOSÉ CARLOS GABRIEL – ... e o restante é dividido em partes iguais. Se não fosse assim, a nossa comunidade não estaria no patamar que está, em pouco mais de cinco anos.

Então, nós saímos da situação que vocês viram aqui...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De miséria.

O SR. JOSÉ CARLOS GABRIEL – ... para uma situação de conforto, não experimentado antes. Isso é o retrato de que é possível nós pacificarmos o campo através do diálogo. Quem planta conosco lá são os nossos vizinhos, são as pessoas que estão próximas de nós.

Senadora, esse convívio com os nossos colonos se dá na loja da cidade, no mercado. Quando o índio precisa comprar alguma coisa, até máquina agrícola, os próprios colonos vão lá e avalizam o índio para comprar, e ele vai pagando. Isso é algo que não acontecia antes. As ONGs sempre jogaram os índios contra os colonos e fazem os pequenos brigarem. Nós estamos demonstrando que índios e colonos podem fazer o desenvolvimento local e regional.

Essa é uma atividade que está aí há cinco anos – não é algo de um ano, dois anos. Algumas coisas têm dado errado, mas o que deu errado, Senador, não foi no sistema todo; foi na gestão, porque os nossos índios não estavam acostumados a fazer a gestão interna.

Eu dizia para o cacique: nós temos três anos para errar; a partir do terceiro ano, nós não podemos mais errar. E o resultado está aí: são cinco anos, hoje, de prosperidade. A gente já começou a navegar num mar mais tranquilo de desenvolvimento interno da comunidade. Isso foi retratado aí.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito, José Gabriel.

Eu acho que o exemplo que está sendo relatado aqui não pode ser ignorado nem pelo setor público nem pelas políticas, porque é uma mudança de paradigma, uma quebra de paradigma, com uma nova perspectiva de inserção e de inclusão social verdadeira. O que adianta o conhecimento? Aqui ficou muito claro que essa parceria levou para a comunidade indígena o conhecimento necessário para melhorar a produtividade, para melhorar a produção do milho, a produção da mandioca, a produção do arroz, a produção do feijão, e melhorou o padrão. É evidente que isso requer também habilidade na gestão, que não é uma especialidade de uma comunidade que agora está aprendendo, também, a fazer gestão.

Vou passar a palavra ao Dr. Pedro Alves Corrêa, também por dez minutos, para dizer, dentro do que viu aqui, como é que nós podemos fazer com o Mistério da Agricultura, porque a gestão e a política indigenista são comandadas pela Funai, que é subordinada ao Ministério da Justiça. Mas não estão aqui, porque hoje é feriado na Justiça, pelo menos foi a informação que nós recebemos. Então, com a palavra o Dr. Pedro Alves Corrêa Neto.

O SR. PEDRO ALVES CORRÊA NETO – Obrigado, Senadora.

Queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão; o Senador Moka; o nosso Deputado que está ali.

Senadora, é com muito carinho e com muito respeito que Ministério da Agricultura recebe e acolhe o convite para estar aqui hoje e falar a esta Comissão.

Devo cumprimentá-la, em especial, em nome do nosso Ministro madrugador, Blairo Maggi. Mandei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

uma mensagem para ele agora, Senador Moka: chefe, cheguei depois da Senadora Ana Amélia, mas primeiro que o Senador Moka. Então, ainda estou na linha do chefe. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O chefe não avisou que aqui é assim, que chegamos cedo mesmo. Todos somos madrugadores.

O SR. PEDRO ALVES CORRÊA NETO – Sim, o negócio tem de ser cedo.

Então, quero cumprimentá-la e a todos.

O Ministério da Agricultura enfrenta ou encara essa questão do diálogo de forma a atender esses chamados, porque o diálogo é a ferramenta que a gente tem...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na democracia.

O SR. PEDRO ALVES CORRÊA NETO – ... para a democracia e para construir o equilíbrio e a harmonia, tanto entre os povos quanto entre os mecanismos e a forma de fazer essa integração. Acho que o exemplo que o Dr. José Carlos traz aqui hoje – e que mostrou aí no vídeo – é muito salutar é bastante ilustrativo disso. A sua fala, agora respondendo à pergunta da Senadora, demonstra e reforça isso. Na verdade, materializa que a gente precisa criar um ambiente de equilíbrio e de harmonia entre os sistemas produtivos, entre as culturas, e entre o que o mundo hoje diz que é importante, que são as questões de sustentabilidade.

Essa mensagem ganha muita força no Ministério da Agricultura hoje. O nosso Ministro tem falado. A senhora citou a reunião do México, o Acordo de Bonn, o Bonn Challenge, que é um grande desafio recuperar uma imensidão de áreas. Essa temática está ancorada, lá no Ministério da Agricultura, com muita força.

E o nosso desafio é avançar com esse acesso às tecnologias, aos povos indígenas também. Afinal, essa é uma produção relevante, uma produção que faz a diferença e que não deve estar à margem da tecnologia atual. Tecnologia é uma palavra invocada – não é, Senador? –, chique, mas ela é também acessível, a Agricultura de Baixo Carbono.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sessenta e oito por cento da produção agrícola, hoje, no Brasil, é tecnologia.

O SR. PEDRO ALVES CORRÊA NETO – É tecnologia. Então, está no nosso dia a dia, está no metiê do produtor rural, está no metiê da agricultura. Então, é importante que a gente avance nisso.

O MAPA participa, já, de algumas discussões no ambiente indígena e em questões estratégicas para o Brasil, como, por exemplo, a questão da defesa da mosca da carambola, lá no Estado de Roraima. Sem essa integração com a comunidade indígena, cacique, essa atuação não seria possível. O Brasil precisa disso, o Ministério da Agricultura atua nisso e o povo brasileiro, indígena, branco, precisa ter esse avanço.

Então, eu quero dizer, com isso, que a gente participa desse diálogo e desse equilíbrio no âmbito das nossas superintendências federais de agricultura, que estão aí nos 27 Estados e mais aqui no Distrito Federal. Há outros exemplos que a gente pode citar também, além desses do Rio Grande do Sul, além desses de Roraima. Lá no Estado do Tocantins existe já esse equilíbrio; no Estado do Maranhão também. Então, é nessa linha que o Ministério da Agricultura procura atuar.

E, com relação às questões institucionais, o Ministério está sempre pronto a discutir o avanço dessas ações de fomento e também de defesa, dentro das nossas possibilidades, Senadora, e dentro das condições institucionais de todos os envolvidos nisso: da Fundação Nacional do Índio, do Ministério da Justiça, da Fundação Nacional de Saúde. Quanto a todas as entidades que estão, de certa maneira, colocando energia, esforço e recursos no contexto dessa compatibilização e desse equilíbrio, o Ministério está aí pronto a participar desse conjunto, desse meio.

Então, essa é a mensagem que eu trago do Ministro Blairo, essa disposição do Ministério. O Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável está lá à disposição. E essa é a nossa mensagem, o nosso compromisso, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Pedro Alves Corrêa Neto, que é Diretor do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Passo agora a palavra, porque chegou agora, ao representante do Ministério da Justiça, Dr. Agostinho do Nascimento Netto, que é Secretário Executivo Substituto do Ministério da Justiça e Cidadania. Então, o senhor tem a palavra por dez minutos.

Aqui nós temos uma prática, Secretário, de fazer em dez minutos a exposição, porque aí permite mais um debate entre os próprios expositores e os Senadores, os Parlamentares. E também, porque hoje nós temos a nossa agenda comprimida: às 9h temos a votação de medidas provisórias; às 10h temos a questão de uma sessão deliberativa no plenário do Senado, e têm que ser suspensas todas as demais; e há ainda o Orçamento – o Senador Moka é da Comissão Mista de Orçamento, e, por isso, temos que trabalhar hoje com mais celeridade do que os demais dias.

Então, com a palavra o Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

O SR. AGOSTINHO DO NASCIMENTO NETTO – Pois não, Senadora. Muito bom dia! Cumprimento os demais integrantes da Mesa, na pessoa de V. Exª. Cumprimento também os demais Parlamentares e presentes nesta audiência pública.

Eu queria fazer apenas um esclarecimento inicial, dizendo que, embora admitindo estar sob atraso, eu já me encontrava na audiência há algum tempo. Na verdade, houve um problema de confirmação da minha presença. Fiz questão de vir, mas, na condição daquele que suporta hoje o encargo de Presidente Interino da Funai; acumulo também o encargo de Secretário Executivo Substituto do Ministério da Justiça; e sou, então, também Assessor Especial do Ministro Alexandre de Moraes.

Quero trazer, Senadora, senhoras e senhores, a impressão que consegui colher ao longo dessas poucas mais de nove semanas, atuando como Presidente Interno da Funai, a partir de uma determinação expressa do Ministro Alexandre Moraes. Encontrei uma situação em que o meu desalento como cidadão foi extremo. Encontrei uma linha de diretriz político-administrativa que não me satisfez – e eu não faço sigilo, não faço nenhuma confidência quando digo isso.

Tenho advogado, na linha do que foi apresentado aqui, que não há justificativa para fazer confusão entre respeito à cultura dos concidadãos indígenas – não há razão para fazer confusão com respeito a isso –, entre preservar a cultura e mantê-los num estado de penúria financeira. Isso não faz sentido absolutamente nenhum, a meu sentir. Projetos como esse de parceria, projetos como o reconhecimento da capacidade laboral da população, dos concidadãos indígenas, em que se deem instrumentos de tecnologia de gestão, mostram como há solução, a meu sentir pessoal e modesto. A minha percepção pessoal, que tenho compartilhado com meus superiores hierárquicos, é de que o que se vem experimentando, ao longo dos muitos anos, se mostrou como uma frustração enorme.

Eu repito: não há porque confundir respeito à cultura indígena, respeito às tradições indígenas e tudo mais, com mantê-los numa situação de penúria. Parceria agrícola, incentivo ao seu conhecimento tradicional de preservação ambiental e similares me parecem ser o caminho. Nós chegamos hoje a um estado de coisas, Senadora, eu encontrei, em alguns lugares, situações em que o diálogo simplesmente se tornou interditado. O problema, ao longo dos últimos anos, veio ganhando vigor de tal forma que hoje o diálogo – aspas – a "conversa" se dá sempre a partir de confrontos.

Quando eu assisto a um plano de gestão agrícola em que se faz a distinção do arrendamento – como bem dito pelo Dr. José Carlos Gabriel, é criminalizado, é tipificado penalmente –, quando se faz a distinção e se consegue dar instrumental, os concidadãos indígenas se mostram à altura do desafio e preservam a sua cultura, fazem uma contribuição expressiva para o desenvolvimento nacional e, sobretudo, fazem com que esse setor, que é o carro-chefe da economia brasileira, possa se desenvolver de forma a atender os reclamos dessa nossa população, que é o setor da agropecuária.

Então, Senadora, a minha participação, observando a disciplina do tempo, mais do que tudo procurando enfatizar os aspectos essenciais a meu sentir, a minha participação se limita a isto: enfatizar que esse me parece ser o melhor caminho.

Senadora, obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. Agostinho do Nascimento Netto, penso que suas palavras devem ter sido extremamente estimulantes para os repre-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sentantes que vieram aqui e que demandaram, porque sou Senadora do Rio Grande do Sul, e a comunidade demandou ao meu mandato – e eu, na Presidência da Comissão, não poderia deixar em branco essa oportunidade de um debate claro, honesto, transparente, sobretudo – essa necessidade de mostrar a diferença entre parceria e arrendamento, sistemas que são completamente diferentes, o que ficou muito claro.

O Senador Moka é de um Estado em que a questão indígena é bastante séria, conflito grave, e esse apontamento de V. Exª confere, de fato, essa situação.

Eu passo a palavra ao Senador Moka, para fazer uma avaliação do que ouviu até agora, e também ao Deputado Valdir Colatto, que é de Santa Catarina, com um vínculo muito grande em Chapecó, sua base política de atuação. Então, com a palavra o Senador Moka e o Deputado Valdir Colatto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Presidente Ana Amélia. Dr. José Carlos Gabriel, quero cumprimentá-lo pela exposição clara, demonstrando absolutamente o respeito à legislação do Estatuto do Índio e fazendo a diferença entre arrendamento e parceria. Isso é muito importante.

Quero cumprimentar o representante do Ministério da Justiça, Dr. Agostinho, e dizer também, para mim, pelo menos – se eu estiver equivocado, V. Sª pode me corrigir –, que pelo menos o representante do Ministério da Justiça apoia a parceria que hoje aqui tanto o cacique José Orestes Nascimento, o Dr. José Carlos Gabriel, temos aqui também o prefeito da cidade, uma parceria válida, uma parceria que só deu bons resultados.

Pedro, eu acho que o Ministério da Agricultura, além do apoio que tem dado, deve estimular ainda mais, porque esse é o tipo do projeto piloto que pode realmente dirimir conflitos muito grandes. Antes do Estatuto do Índio – no meu Estado, existe uma região enorme chamada Campo dos Índios – havia, só que era arrendamento. Os índios arrendavam, produzia-se, mas eles tinham renda; o estatuto proibiu e agora tem uma quantidade grande, são 300 mil hectares, se não me falha a memória. Só que só a terra não mudou a qualidade da vida da população indígena.

Eu fui uma vez a uma audiência pública em Cuiabá. Antes também do Estatuto do Índio, havia uma parceria de produtores rurais com os xavantes e eu fui lá. Na época, eu era Deputado Federal. E era uma espécie de parceria como essa, mas que foi proibida, e acho que aquilo acabou não acontecendo mais. E estava começando exatamente a evoluir para aquilo que seria, na minha avaliação... Porque, a continuar essa parceria, vai chegar um determinado momento em que a população indígena vai ficar autossuficiente, e aí eles podem... Hoje, eles dependem da parceria, mas amanhã, com a autossuficiência, podem não depender, achar que têm condição de produzir sozinhos. Eu acho que isso é um avanço.

Agora, eu me permito aqui diferenciar. São duas coisas aqui que eu gostaria de enfocar. Porque lá não há um conflito se eles são ou não são os donos da terra. Lá, é líquido e certo que a terra é deles. Então, como disse o Dr. José Gabriel, eles não precisam de autorização nenhuma para fazer a parceria. E não precisam mesmo. Eles são os donos da terra. Eles são.

O cacique José Orestes falou em 1911...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A demarcação?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ...a demarcação. Então, isso é uma coisa.

Agora, no Mato Grosso do Sul, que é o meu Estado, o que aconteceu lá? Quando da publicação da Raposa Serra do Sol, que definiu o que seria terra de índios, quando da promulgação da Constituição, o índio estava lá. Foi isso que tirou os arrozeiros lá das terras, porque, antes da Raposa Serra do Sol, antes da promulgação da Constituição, só tinha índio, não tinha produtor rural. Então, usando esse argumento de que lá estavam os índios, os arrozeiros saíram de lá.

Agora, quando se aplica o contrário, em 1988, não tinha mais o índio, ali já estava havia algum tempo. No caso do Mato Grosso do Sul, nós temos propriedades demarcadas pelo Major Rondon. Mostrei para o então Ministro da Justiça, Tarso Genro.

Não é possível, como é que, se um produtor está ali na terceira geração produzindo, alguém vai chegar e falar: essa terra não é sua. Aí é que nós aqui no Senado votamos uma alteração na Constituição, já votamos aqui no Senado: onde o produtor adquiriu – porque lá não tem essa coisa de invadiu, grilou –, ele comprou do Estado, ou do Estado do Mato Grosso ou da União. Ele comprou e tem um título.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, para acabar com o conflito, eu defendo recurso no Orçamento, indenização ao produtor, se chegar à conclusão de que a terra é de índio. Aí se colocam os índios naquela terra. Mas tem que se fazer indenização não só das benfeitorias, mas principalmente do valor da terra nua. Fica gente estimulando esse conflito, e esse conflito não ajuda o produtor e muito menos a população indígena, que vem sofrendo com isso há muito tempo. O Governo não coloca recurso para desapropriar. Ora, alguém que está lá há 70, 80 anos, é o neto que está lá do cara que foi para lá, é o neto que está lá produzindo. Como é que vai sair com uma mão na frente e outra atrás? São coisas diferentes.

Eu digo o seguinte: nós temos que resolver primeiro essa questão da demarcação. Eu defendo e, em chegando à conclusão de que é terra de índio, eu acho, Doutor Agostinho, que a população, a sociedade brasileira, tem uma dívida com a população indígena. Eu sou daqueles que reconheço, há uma dívida da sociedade com a população indígena, mas essa dívida não pode ser cobrada de um único segmento da sociedade, que é o produtor rural. Ela tem que ser dividida, porque não é possível? Como é que, para fazer justiça à população indígena, você vai cometer uma injustiça com aquele que está lá há 70, 80 anos produzindo, trabalhando a terra que comprou, de que tem título, ele tem como demostrar que é proprietário.

Então, eu parabenizo a audiência pública, porque eu acho que isso estimula o que o Governo precisa resolver: a questão das demarcações. E eu acho que a única forma correta é a chamada indenização. Não estou aqui defendendo grileiro invasor, eu quero deixar muito claro. Eu estou defendendo o produtor rural de boa-fé, que comprou, que adquiriu lá atrás, setenta, oitenta, cem anos atrás, a terra e tem o documento da posse. Você não expropria, você desapropria, paga o valor da terra nua e o valor das benfeitorias.

E aí os índios virando, como eles são, donos da terra, eles são os donos da terra, eles podem ou não fazer parceria. Agora, essa parceria, eu não tenho dúvida, só vai trazer benefício. E que me desculpe, peço vênia ao procurador que agora chegou lá, ele está equivocado, porque ele chegou, não conhece ainda direito a realidade de cinco anos de uma parceria e está colocando um projeto que vem dando certo, e isso pode colocar tudo a perder. É um equívoco isso.

Estão aqui o Senador Wellington e o Senador Cidinho. Eu disse antes de V. Exªs chegarem que fui uma vez a uma audiência pública em Cuiabá participar de uma coisa muito parecida, que era uma parceria, se não me falha a memória, com os xavantes lá no Mato Grosso, que deu certo, mas que depois foi proibida, foi tornada ilegal.

Então, eu vou encerrar por aqui para que outros possam falar.

Eu quero, ao terminar a minha fala, dizer que nós do Mato Grosso do Sul esperamos ansiosamente uma solução que possa realmente acabar com o conflito, que possa fazer justiça aos índios, mas que, para fazer isso, é preciso indenizar o valor da terra nua e o valor das benfeitorias. Eu acho que aí é o ponto de equilíbrio.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, apesar de ter que agora abrir o Congresso do Futuro – eu gostaria, inclusive, de convidar todos, se possível, mas temos que concluir a audiência –, mas, na linha do Senador Moka, eu quero registrar que, esta semana, aconteceu lá no Mato Grosso, exatamente com a mesma tribo indígena, os xavantes, ali na cidade de General Carneiro, mas, na verdade, essa tribo meruri está muito mais próxima da cidade de Primavera do Leste, na divisa com a cidade de Primavera do Leste, é a cidade de Primavera do Leste que acaba atendendo os nossos irmãos índios. E lá agora, há dez dias, houve atropelamento de dois índios na BR, indo a óbito os dois índios.

E qual é o maior problema? Os nossos irmãos índios lá, que já tiveram, no passado, essa parceria, conseguimos fazer ali uma grande produção, resolvendo o problema principalmente alimentar dos índios. O Governo do Estado, inclusive o Governador Blairo, à época, doou tratores, e conseguimos fazer essa parceria. Infelizmente, por decisão, foi suspenso.

Passado algum tempo, nós fomos lá na segunda-feira, convocados pelos índios. Estavam lá o Ministério Público, o Deputado Valtenir, o prefeito de Primavera. Se não fosse o prefeito de Primavera estar lá, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

único que dá assistência aos irmãos índios lá, não a Funai – a ausência da Funai é muito grande –, se não fosse isso, com certeza, o *animus* dos índios seria *animus* de guerra, inclusive nós estaríamos todos lá presos, numa insatisfação, porque eles não conseguem se alimentar, Presidente, com as terras. São cinco mil hectares, mais de cerrado, acabou a caça. Não tem como fazer com que eles possam sobreviver da caça. Então, ficam ali mendigando, passando necessidades e com as terras que poderiam estar produtivas. Inclusive eles nos pediram sementes.

Eu quero aqui registrar nesta Comissão, pedir aqui talvez até o apoio da Comissão de Agricultura, V. Exª como Presidente, o Senador Moka, o Senador Cidinho. Nós precisamos urgentemente marcar essa audiência com a presença da Funai, aqui em Brasília. Eles querem e precisam vir aqui, a Funai, o Ministério Público e também a Casa Civil e o Ministério da Justiça. Por quê? Eles podem produzir, podem gerar alimentos, principalmente para a sobrevivência, e estão passando fome. E o pior, Srª Presidente, ainda estão sendo acusados, os índios, de terem que assaltar os caminhões para poderem buscar ali o alimento.

Então, o que eles reivindicam? Reivindicam a possibilidade ou de fazer uma produção em parceria, com o apoio do Governo, ou cobrar o pedágio na BR. E isso poderia ser feito, a cobrança do pedágio por parte do próprio Governo, designando parte daquilo para a sobrevivência deles. E lá já temos uma experiência que foi exatamente feita pelo Governo do Estado à época, o Governador Blairo Maggi, no Chapadão do Parecis, onde se cortou uma estrada estadual em parceria com os índios paresí, e eles cobram o pedágio e, com isso, têm uma qualidade de vida muito boa. Lá a maioria deles estuda, já faz faculdade, já tem curso superior.

E olha, não dá mais para dizer que hoje a gente vai fazer barreira. O vírus transpõe qualquer barreira, ele está no ar. Eu já disse aqui e quero repetir: na minha cidade, nós temos a comunidade dos índios bororo e estávamos tendo um problema de mortalidade infantil muito grande. E qual era o problema? Eles estavam bebendo água contaminada do rio da cidade. E aí, com R$250 mil, conseguimos furar um poço artesiano, levar uma linha monofásica e se resolveu o problema da mortalidade infantil, levou-se a luz para a escola, chegou a televisão, chegou a geladeira, melhorou a qualidade de vida, porque também com a geladeira já poderia ter a vacina. Enfim, quem quer dizer que o índio que está próximo da cidade tem de viver isolado? Isolado de quê? Se o vírus está ali, se a contaminação está próxima, se chega o álcool, se chega tudo muito fácil?

Então, quem vive na miséria, com certeza, vai ser muito mais suscetível. Então, temos que pensar na oportunidade de riqueza, principalmente nessas áreas em que é possível fazer grandes parcerias. Estamos aqui inclusive para fazer um apelo a V. Exª, Srª Presidente, para nos ajudar. No Mato Grosso, temos muitas situações nessas condições.

Eu agradeço e vou agora lá para o plenário. E convido todos para a abertura do nosso Congresso do Futuro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Wellington, pela valiosa colaboração.

O Senador Cidinho Santos, também do Mato Grosso.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigada, Presidente, Senadora Ana Amélia.

Cumprimento todos da Mesa e também o nosso Deputado Colatto, que aqui está.

Sobre esse tema, como o Senador Wellington acabou de colocar, nós, como mato-grossenses, vivemos essa realidade. Na região de Sapezal mesmo, são mais de cem mil hectares de áreas indígenas de Cerrado que não servem mais para nada, por aquilo já passou fogo. Ao lado, você vê pessoas produzindo 60, 70 sacos de soja por hectare; e, do outro lado, índio passando necessidade com terras férteis. Não há como caçar lá, não há como pescar, não há nada. Então, nessas questões a gente tem que evoluir.

No próprio Sapezal, existe a aldeia que tem o pedágio, que deu certo. Hoje os indígenas lá têm a oportunidade de fazer faculdade em Tangará da Serra, na Universidade Indígena de Barra do Bugres também. Agora, está se tentando, na BR-158, fazer também dessa mesma forma, numa rodovia federal que passa por lá, para que eles possam cobrar o pedágio e possam também explorar.

Então, temos que evoluir na questão de pensar que o índio tem que ficar sempre na miséria. Eu já fui duas vezes à festa do Quarup, lá no Xingu. Todo mundo quer evoluir. O pessoal quer uma televisão, quer ter um banheiro melhor, quer ter uma condição de vida melhor. Isso é natural. E muitos índios que vêm para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cidade, depois, quando voltam, querem levar isso para a família deles. Então, eu acredito que nós temos que pensar melhor e evoluir.

E, quanto à essa questão da parceria agrícola, com certeza é uma boa oportunidade para que essas áreas hoje que são regiões produtivas e que não têm um sentido, porque não têm parceria, possam vir a ser utilizadas, trazendo qualidade de vida para os indígenas e também gerando produção, emprego e renda.

Obrigado.

Parabéns pela audiência!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço ao Senador Cidinho Santos e agradeço também pela valiosa colaboração ontem, porque, como disse, na abertura desta audiência pública, nós conseguimos fechar a pauta, e ficou pendente apenas uma matéria que é necessário discutir mais.

Consulto o Deputado Valdir Colatto se tem interesse de fazer alguma manifestação.

E eu queria uma palavrinha também do Prefeito de Gramado dos Loureiros sobre o tema que nós estamos debatendo, por cinco minutos.

Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Parabéns por mais esta audiência pública! A gente acompanha V. Exª nesse trabalho em defesa da agricultura, do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável, trazendo mais um tema importante aqui para se discutir, que é a questão indígena.

Eu queria cumprimentar aqui o Gabriel, que conhecemos já há muito tempo, já esteve conosco lá em Chapecó.

E um abraço aos amigos de Chapecó pela dor que ainda passam, pelo desastre com a Chapecoense. Mas vamos superar isso com certeza!

E digo que realmente o Gabriel está trazendo aqui um assunto que precisamos trazer para dentro do Congresso Nacional, a discussão também com o José Orestes, o Ministério da Agricultura. O Pedro aqui já começa a trabalhar nesse processo. Eu acho que o Ministério da Agricultura tem que entrar mais nisso. O Senador e Ministro Blairo está fazendo essa parte. E eu acho que nós temos que puxar esse tema para dentro do Ministério da Agricultura também, para buscar algum programa, algum recurso, alguma coisa para fazermos esse trabalho.

E cumprimento o Agostinho. Já estivemos várias vezes com ele; realmente é um conhecedor dessa questão indígena. A gente sabe, o Ministro Alexandre de Moraes nos disse esses dias também, junto com o Agostinho, que um dos maiores problemas hoje para o Ministério da Justiça é a questão indígena e que é necessário buscar uma saída, buscar uma solução.

Então, essa proposta que o José Gabriel está trazendo aqui é realmente o que nós precisamos fazer. Nós precisamos, como diz o Agostinho, manter e respeitar a cultura indígena, mas nós precisamos dar desenvolvimento, precisamos dar renda para esses indígenas.

Aí nós temos a proposta, sim, que passou aqui e que está sendo discutida na Câmara, que é a PEC 215. Todos os meandros, o que é certo, o que é errado, têm de ser discutidos para chegar a um acordo do que fazer. Um dos focos que nós queremos é exatamente isto: resolver a questão do conflito de propriedade – já há decisões, há polêmicas, mas nós temos que resolver isso para acabar com esse conflito de agricultores e indígenas – e levar a questão da renda, que é arrendamento ou parceria, *royalties* das áreas que têm, por exemplo, hidrelétricas, participação nos minérios, desenvolvimento de exploração de florestas sustentáveis, *royalties* do petróleo. Então, tudo isso.

Agora, nós precisamos, Senadora, aproveitar aqui para desmitificar uma posição radical do Ministério Público. O Ministério Público acha que é o dono dos indígenas do Brasil, que ele tem que tutelar todos os indígenas e que tem de ser do jeito que ele quer. Só para dar um exemplo, em Ipuaçu, em Chapecó, na Reserva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Chapecó – está aqui o Ubiratan, que é advogado, indígena, e que, junto com o Gabriel, sabe bem desta história –, há uma parceria dos agricultores com os indígenas, e o Ministério Público foi lá e proibiu os agricultores de continuarem essa parceria. Os próprios indígenas fizeram um movimento e trancaram a estrada, pedindo para voltar. O Ministério Público teve que fazer um TAC dando mais dois anos. No ano que vem, os agricultores – são 35 famílias que vivem em parceria – têm que sair da área, por causa de uma radicalização do Ministério Público de que não se pode fazer nada dentro da área. Eu conheço o trabalho do Gabriel. Eu não sei se ele falou aqui – eu cheguei atrasado –, do valor que eles estão faturando lá com a soja: falaram em 30 milhões, não sei se é isso ou se aumentou.

Nós precisamos levar renda para esse pessoal. Não é possível que tenhamos todas essas terras boas no Brasil, que são hoje 13%, que vamos deixar sem produção e os indígenas passando fome, muitas vezes.

Parabéns pelo trabalho. É por aí que nós vamos. E nós vamos fazer a nossa parte na Câmara dos Deputados para buscar uma solução, para que possamos ajudar os indígenas e não atrapalhar, prejudicar. Essa é a função nossa. Espero que o Ministério da Justiça nos ajude bastante nisso, através da Funai – e o Agostinho está tocando isso com muita competência.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Deputado Valdir Colatto.

Antes para passar para o Prefeito de Gramado dos Loureiros, um comentário do Artur Alvim Cury – só não está explicitado aqui de que lugar ele é: "Não podemos jamais desrespeitar os povos indígenas desenvolvimento econômico sim, mas com respeito a esses povos!! Todos nós direto ou indiretamente temos eles como nossos ancestrais!!"

Todos querem o desenvolvimento, mas o que acontece lá é a preservação da sua cultura. O que você não pode é determinar que eles tenham que se manter na miséria indefinidamente.

Com a palavra o Prefeito de Gramado dos Loureiros, Erpone Nascimento.

O SR. ERPONE NASCIMENTO – Bom dia, Senadora.

Em seu nome, quero cumprimentar os demais Senadores. Cumprimento a Mesa, o nosso amigo Valdir Colatto, Deputado de Chapecó, Santa Catarina. Cumprimento também, com muita honra e satisfação, o Presidente interino da Funai, que nos honra com a sua presença.

Senadora, faz tempo que a gente vem peleando por essas regularizações das parcerias agrícolas. A gente pede encarecidamente para a Senadora e para os demais Senadores que tiverem o prazer de conhecer esse nosso projeto que deem uma força aos índios não só do Rio Grande do Sul, mas do País; que regularizem essas parcerias agrícolas, para que a gente durma mais tranquilo, mais descansado. A pior coisa do mundo é a gente ter sempre um Ministério Público no pé da gente, a gente não sabe o que vai acontecer amanhã: se a gente vai ser punido, se a gente vai ser processado, se a gente vai sofrer alguma consequência no futuro. Então, a gente pede aos senhores que deem uma força, que regularizem, para que o índio saia dessa pobreza em cima de tanta terra que tem.

Com essas parcerias agrícolas, o índio tem se desenvolvido bastante. Só que para o índio sempre é tudo mais proibido, parece, não sei se é uma impressão minha, desde a soja transgênica. Até a divisa da área indígena pode plantar transgênico; passou para dentro da aldeia, já não pode mais plantar transgênico. Nem todos os procuradores da República, do Ministério Público, implicam com isso, mas alguns implicam; alguns concordam com as parcerias, alguns não concordam. Um manda fazer de uma forma, dali a um ano troca-se e o outro diz que não é assim. Então, a gente queria trabalhar seguro, ter uma forma concreta de conseguir trabalhar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com estabilidade.

O SR. ERPONE NASCIMENTO – É. Então, o que eu tinha para falar era isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria só uma questão, prefeito. Quanto da receita do Município, da arrecadação do seu Município, da região Nonoai,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ou dos índios, Gramado dos Loureiros e Planalto vem da agricultura?

O SR. ERPONE NASCIMENTO – Eu vou falar mais ou menos por cima do meu Município, que é Gramado dos Loureiros. É na faixa de 20 milhões ao ano.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E dá quantos por cento do total da arrecadação?

O SR. ERPONE NASCIMENTO – Olha, eu não tenho certeza agora, mas, depois que a gente implantou essa parceria agrícola na aldeia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aumentou a arrecadação.

O SR. ERPONE NASCIMENTO – ...aumentou muito. E outra questão que a senhora lembrou bem é que o índio ganha com isso, o agricultor ganha com isso, o Município ganha com isso, e eu acho que até o Estado, porque as empresas grandes vendem mais máquinas, e isso gera imposto. Então, eu acho que todo mundo ganha com isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito ao Prefeito Erpone Nascimento, de Gramado dos Loureiros, também pelo depoimento, que estava no vídeo que o José Carlos Gabriel apresentou aqui.

O SR. ERPONE NASCIMENTO – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quero fazer um registro e um pedido de desculpas por uma desatenção e um descuido da secretaria desta Comissão. Quando convidei o Dr. Agostinho, eu disse que ele tinha recém-chegado. Não, o Dr. Agostinho chegou aqui quando começou a audiência, às 8h da manhã. Acontece que a secretaria não se deu conta de que, embora houvesse um ofício do cerimonial do Ministério da Justiça – porque o convite é encaminhado ao Ministro da Justiça, que, claro, como foi com o Ministro Blairo Maggi, encaminha à pessoa ou à autoridade adequada –, então, veio uma resposta do Ministro da Justiça dizendo que o Ministro Alexandre de Moraes agradecia o convite à Comissão que estava acontecendo, mas comunicava a impossibilidade do seu comparecimento, em razão de compromissos previamente assumidos. Essa foi a comunicação encaminhada pelo Ministério da Justiça.

Porém, ontem, às 18h – às 17h59, para ser mais precisa –, veio a informação, assinada pela Secretária Executiva Fernanda Mendes Soares, de que o Ministério da Justiça "será representado pelo Presidente da Fundação Nacional do Índio, Dr. Agostinho do Nascimento Netto, na audiência pública prevista para acontecer amanhã, dia 8, para tratar do diálogo para o desenvolvimento indígena". Então, eu queria pedir desculpas ao Dr. Agostinho; normalmente, a pessoa que é convidada para falar chega e se apresenta. Foi isso. Mas não se justifica a desatenção de não ter a Secretaria percebido a mensagem que chegou ontem às 18h.

Então, feito o agradecimento, eu gostaria de saber se existe alguma questão, por dois minutos, para o José Carlos, do que ouviu do Dr. Agostinho, que é o Presidente da Funai, ou do José Orestes, o nosso cacique, você já conhece, ou do Dr. Pedro Alves Corrêa, ou mesmo das manifestações dos Senadores e do Deputado Colatto.

O SR. JOSÉ CARLOS GABRIEL – Bem, Senadora, ouvindo a palavra dos Senadores, do Deputado Valdir Colatto, e também da Funai, eu quero colocar uma situação muito interessante que nós precisamos regulamentar. Nós precisamos do apoio desta Casa, porque nós estamos aí há 500 anos e não existe uma política de desenvolvimento para as comunidades, não existe uma política definida.

A ansiedade de que o Prefeito Erpone fala, de você viver lá e não saber a que momento você vai ser chamado à Polícia Federal ou ao Ministério Público, isso é uma insegurança muito grande. Inclusive, insegurança para os próprios parceiros nossos, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CARLOS GABRIEL – ...na medida em que eles se programam, porque há uma programação para a agricultura, e essa programação, muitas vezes, nós poderíamos produzir muito mais se existisse uma segurança jurídica. Então, nós precisamos regulamentar as parcerias agrícolas. E eu digo uma coisa, Deputado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

quando isso acontecer, você não vai mais ter índio precisando cobrar pedágio para sobreviver; você não vai mais precisar de ter índios sobrevivendo com cesta básica da Conab. Mas nós precisamos regulamentar isso, pelo amor de Deus! Nós estamos no século XXI; nós estamos numa era tecnológica.

Hoje, um Procurador... Quando nós começamos lá, nós não fizemos nada escondido. Quando nós começamos o plano de gestão, levamos ao Ministério Público, na pessoa do Dr. Michael. O cacique está aí, ele lembra. O Dr. Michael falou: "Gabriel, vocês tiraram um peso das nossas costas, porque nós não sabíamos o que fazer para resolver o problema da comunidade". Aí ele falou: "A partir de hoje, todos os inquéritos que existem aqui estão extintos; a partir de hoje está valendo o Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena Nonoai". Ele consignou o apoio do Ministério Público e foi à Câmara Municipal de Gramado dos Loureiros, na presença de todos os colonos ali, deu entrevista para a rádio, parabenizando a comunidade pela iniciativa. Nós propusemos ali um prazo de dez anos para levarmos a comunidade à autossuficiência.

Porém, com a saída do Dr. Michael – dali dois anos, o Dr. Michael saiu do Ministério Público de Passo Fundo –, entrou o Dr. Weber, e seguiu a mesa ali. Ele só disse: "Gabriel, não precisa trazer prestação para o Ministério Público. Faça prestação de contas para a comunidade. Siga os modos tradicionais de vocês". Tranquilo. Fizemos para a comunidade. Agora, chega o Dr. Ricardo e diz: "Não, isso tudo está errado. Isso tudo está errado. Para mim, tudo é arrendamento. Isso só tem roupa de parceria, mas é tudo arrendamento, cai na mesma vala".

Estivemos na 6ª Câmara com o Dr. Akira, trouxemos essa preocupação ali. E o que ele falou, Senadora? Ele falou: "Infelizmente, parcela do Ministério Público acha que é arrendamento; parcela do Ministério Público defende parceria agrícola". Mas o que é isso? O futuro do nosso povo indígena brasileiro, Senadora, está na cabeça de uma pessoa, na vaidade de uma pessoa. "Ah, não, isso é errado." Isso é errado e pronto!

Então, precisamos e peço encarecidamente o apoio desta Comissão, dos Senadores que aqui se pronunciaram, do Deputado Valdir Colatto. Por favor, ajudem-nos a regulamentar isso, sob pena de amanhã vocês verem o Nonoai também igual ao que aconteceu com os demais ali: impedido de prosseguir, e os índios fazendo protesto, paralisando todo o Estado do Rio Grande do Sul, por conta de atitudes do Ministério Público.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, José Carlos Gabriel.

Para encerrar, como as questões do José Gabriel encerram muito bem o que o nosso cacique José Orestes Nascimento abordou, eu passaria palavra a palavra ao Dr. Agostinho do Nascimento Netto, porque, como líder da Funai, aqui representando também o Ministério da Justiça, as posições dele são coincidentes com a defesa e a demanda apresentada pelo território indígena de Nonoai.

Então, eu queria a sua palavra diante do clamor que é apresentado a esta Comissão nesta audiência pública.

O SR. AGOSTINHO DO NASCIMENTO NETTO – Senadora, senhoras e senhores, Dr. José Carlos Gabriel, eu quero reiterar o meu entusiasmo em ouvir a diretriz que é estabelecida a partir da liderança indígena de manter as suas tradições, o respeito a toda a sua cultura, mas não fazer confusão entre isso e ficar manietado à pobreza, submetido à pobreza. Quero dizer que essa é uma linha que venho defendendo, tenho apresentado ao Ministro Alexandre de Moraes e acho que é promissora.

Eu acho que, com o apoio do Senado Federal, do Congresso Nacional de modo geral, é um caminho, penso ser um caminho que vai colocar sob novo paradigma a questão indígena.

Só para encerrar, Senadora, eu quero voltar a sublinhar uma máxima que eu tenho defendido: a questão indígena e os indígenas não são o problema. Na verdade, eles são solução para diversos dos problemas nacionais. Agora, é preciso repensar todo esse contexto, porque o que se experimentou de lá até aqui é um retumbante fracasso. Não é possível ficar tentando repetir a mesma abordagem, já que o problema, como eu disse, apenas tomou foi musculatura.

Então, eu vou, Senadora, levar como um dever de casa todas as anotações feitas, com respeito a todas as outras intervenções, mas, sobretudo, a partir, das observações e anotações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AGOSTINHO DO NASCIMENTO NETTO – ...das lideranças indígenas, lideranças políticas e indíge-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nas, para que isso seja objeto de reflexão e de implementação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito. Penso que essa compreensão do problema sob essa perspectiva respeita não só a cultura indígena, mas a tutela do Estado, um Estado que pensa um pouco diferente, com visão social de inclusão. Não pode o Estado com essa tutela draconiana fazer a imposição de uma vontade: no século XXI, determinar que a comunidade indígena viva na miséria, dependendo de atitudes paternalistas, ignorando a capacidade que a comunidade indígena tenha para ela própria encontrar o seu caminho, o seu caminho de desenvolvimento, o seu caminho de produção. Penso que isso é o valor e o empoderamento da comunidade indígena, não o contrário, que é impor a ela, com o tacão de uma lei que precisa ser atualizada, essa situação que aqui foi mostrada com muita clareza, inclusive com o testemunho de vários líderes e de vários prefeitos municipais de uma região no Rio Grande do Sul onde a comunidade kaingang é muito importante.

Eu queria agradecer novamente ao José Orestes Nascimento, cacique da terra indígena de Nonoai; ao Dr. Pedro Alves Corrêa Neto, que é Diretor do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável do MAPA, também manifestando aqui uma posição do Ministro Blairo Maggi, parceiro dessas ideias inovadoras; também do José Carlos Gabriel, Coordenador do Plano de Gestão Territorial Indígena de Nanoai; do Dr. Agostinho do Nascimento Netto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça e Presidente da Funai; e, para nossa honra, também do prefeito de Gramado dos Loureiros, Erpone Nascimento e do nosso Deputado Valdir Colatto.

Quero agradecer a presença de todos os Senadores que estiveram aqui, Senador Ronaldo Caiado, Senador Moka, Senador Cidinho Santos e Senador Wellington Fagundes.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia dezesseis de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência dos Senadores Lasier Martins, Hélio José e Deca, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Pastor Valadares, Telmário Mota e Edison Lobão. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, Ivo Cassol, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre e Marcelo Crivella. O Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta, dividida em duas partes: **1ª Parte** - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RCT 39/2016, de autoria do Senador Lasier Martins, destinada a debater acerca do tema "Importância, necessidades legislativas e normativas e os desafios da área de Previsão do Tempo e Clima no Brasil". Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Antônio Divino Moura, Coordenador do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE; Haroldo Fraga Velho, Pesquisador Sênior do Laboratório Associado de Computação e Matemática Aplicada LAC/CTE/INPE; Pedro Leite da Silva Dias, Professor do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo - IAG/USP e membro da Academia Brasileira de Ciências – ABC; e Francisco José Arteiro de Oliveira, Diretor de Planejamento e Programação da Operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Passa-se a outra parte da reunião. **2ª Parte** - Deliberativa. **ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 41, de 2015**, de caráter não terminativo, que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2015, de que trata o PDC n° 304/2003, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Sociedade Rádio Difusora Eldorado Catarinense LTDA, no Município de Criciúma - SC. " **Autoria**: Câmara dos Deputados. **Relatoria**: Sen. Dário Berger. **Relatório**: Pelo arquivamento. **Resultado**: A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 2 - OFICIO "S" Nº 45, de 2015,** de caráter não terminativo, que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 16/2015, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Brasil Sociedade LTDA, no Município de Valinhos e Campinas - SP." **Autoria**: Câmara dos Deputados. **Relatoria**: Sen. Hélio José. **Relatório**: Pelo arquivamento. **Resultado**: Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 41 de 2016,** de caráter não Terminativo, que requer: "..., com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam convidados para participar de audiência pública, a ser realizada no âmbito das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), os seguintes especialistas, para discutir a inclusão de crianças e adolescentes, em idade escolar, no acesso à internet, notadamente a partir da popularização dos chamados smartphones: Maximiliano Martinhão, Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Rossieli Soares da Silva, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; Igor Vilas Boas de Freitas, Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Maria Eugênia Sozio, Coordenadora da Pesquisa TIC Kids Online 2016, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (GCI); Eduardo Levy, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL); e Bia Barbosa, Membro da Coordenação Executiva do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social." **Autoria**: Senador Telmário Mota. **Resultado**: A deliberação do requerimento é adiada. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 42 de 2016, de caráter não Terminativo, que requer: "... nos termos regimentais, em aditamento ao RCT Nº 11/2016, relativo ao exame da política pública aprovada para avaliação por esta Comissão, neste ano de 2016, que sejam convidados para audiência pública os Senhores: Dr. Carlos Américo Pacheco, Presidente do Conselho Técnico-Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP; Luiz Antonio Rodrigues Elias, ex-Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Pesquisador Titular do Instituto Nacional de Propriedade Industrial. " **Autoria**: Senadores Lasier Martins e Hélio José. **Resultado**: O requerimento é aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 43 de 2016,** de caráter não terminativo, que: "Nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater a Situação Atual das Rádios Comunitárias no Brasil. Para tal devem ser convidados: Diretor do Departamento de Outorgas de Serviços de Comunicação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Representante da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Representante do Ministério Público Federal (MPF); Representante da Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (ABRAÇO Nacional); Representante da Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (ABRAÇO DF). " **Autoria**: Senador Hélio José. **Resultado**: O requerimento é aprovado. Nesse momento, os Senhores Senadores Lasier Martins e Hélio José requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **ITEM 6, EXTRAPAUTA - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 44 de 2016,** de caráter não Terminativo, que: "Requer nos termos regimentais, em aditamento ao RCT Nº 40/2016, que, em Audiência Pública que irá debater o tema "Ciência e Tecnologia no combate ao tráfico de drogas: novas perspectivas", seja convidado um representante da Polícia Federal." **Autoria**: Senadores Lasier Martins e Hélio José. **Resultado**: O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dezesseis horas e nove minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lasier Martins

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Boa tarde, Srªs e Srs. Senadores, já temos quórum, pelo menos no livro de presença já temos quórum.

Assessorias, imprensa, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de novembro de 2016.

Iniciando os trabalhos, informo que a reunião será dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à realização de uma audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 39/2016-CCT, de autoria desta Presidência da Comissão. Destina-se a audiência pública a discutir acerca do tema: "Importância, necessidades legislativas e normativas e os desafios da área de Previsão do Tempo e Clima no Brasil".

Justifica ausência nesta reunião o Senador Cristovam Buarque, por motivo de viagem.

Para debater o assunto, temos a honra de convidar para compor a Mesa os seguintes expositores: Sr. Pedro Leite da Silva Dias, Professor do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (IAG/USP) e membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Sr. Francisco José Arteiro de Oliveira, Diretor de Planejamento e Programação da Operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Sr. Antônio Divino Moura, Coordenador do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) – tivemos a honra de visitar o Inpe há umas três semanas, onde tivemos a oportunidade de fazer um seminário durante três horas e meia e a gravação de um documentário que, na semana subsequente, colocamos no ar pela TV Sena-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do; tivemos uma excelente ideia do Inpe –; Sr. Haroldo Fraga Velho, Pesquisador Sênior do Laboratório Associado de Computação e Matemática Aplicada (LAC/CTE/Inpe).

A todos, os nossos agradecimentos desde logo por estarem aqui atendendo o nosso convite.

A previsão do tempo é um dos campos de estudo da meteorologia. Um de seus objetivos é dizer, com o máximo de exatidão possível, como o tempo irá se comportar em determinado local e em determinado momento. Para que isso ocorra, é necessária uma série de observações e estudos, pois o tempo, nesse caso, é uma junção de diversos fatores, como as condições do ar, umidade, temperatura, pressão, os ventos, a precipitação e as nuvens.

Antigamente, quando não havia meios suficientes, os marinheiros ou viajantes faziam a previsão do tempo baseados apenas na observação das condições do vento, nuvens e do ar dentro do horizonte que podiam avistar, o que fazia com que, não raras vezes, eles fossem surpreendidos por tempestades inesperadas vindas de outras regiões. Atualmente, os meteorologistas usam modelos matemáticos para traçar cenários calculados em supercomputadores, aliados a inúmeras imagens de satélite, para poder prever como será o tempo.

O monitoramento feito para colher os dados que serão usados nos modelos matemáticos se utilizam principalmente de instrumentos que medem a pressão do ar, a umidade relativa do ar e a velocidade e direção dos ventos. A moderna previsão numérica do tempo e clima é uma conquista científica do século XX. Há muito tempo eram conhecidas as equações que regem os fenômenos físicos associados ao clima, mas só com o desenvolvimento de computadores robustos, na segunda metade do século XX, se conseguiu resolver aproximadamente as equações diferenciais que modelam esses sistemas.

Fazer previsão de tempo é entender e modelar um amplo conjunto de fatores, que começa nas investigações da comunidade científica em diversas áreas – meteorologia, oceanografia, física, matemática, computação e engenharia – e segue pelo desenvolvimento e manutenção de sensores de estações meteorológicas, hidrológicas e oceanográficas e da tecnologia espacial.

Muitos países construíram sistemas de previsão do tempo, haja vista os impactos positivos em vários setores da sociedade. O setor agrícola é claramente beneficiado, mas a informação de previsão meteorológica vai mais além. Num país como o Brasil, onde a matriz energética é baseada fortemente em usinas hidroelétricas, uma melhor eficiência da gerência do sistema é ligada a uma boa previsão de tempo e de previsão climática. Os impactos também são nítidos em empresas de logística, turismo, navegação e transporte aéreo. Não só diferentes setores econômicos têm benefícios. Eventos meteorológicos extremos afetam duramente a população, e uma previsão de qualidade é um forte fator na prevenção e mitigação dos efeitos de desastres naturais.

O avanço e a qualidade dos serviços de previsão climática tiveram efeito direto nas conquistas do nosso agronegócio e devemos parte dos milhões e milhões de dólares da nossa balança comercial a esse serviço fundamental.

No Brasil, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, por meio do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) tem a missão institucional de desenvolver e aperfeiçoar modelos que permitam fazer previsões confiáveis de tempo e clima, de clima sazonal, ambiental, qualidade do ar e de projeções de cenários de mudanças climáticas.

O atual supercomputador em operação, o Cray XT6, batizado de Tupã, está em operação desde 2010. Na verdade, já está há pelo menos dois anos além da vida útil normal de um equipamento como esse. Esse nosso supercomputador deverá ser substituído o mais brevemente possível para que o País possa fornecer à sociedade previsões de tempo e clima que sejam melhores nos aspectos que afetam diretamente a nossa economia, em comparação com previsões produzidas nos centros internacionais.

Há risco de que isso não ocorra de forma adequada. Há necessidade de termos a definição de prioridade orçamentária e vontade política. Essa audiência pública tem, então, o sentido de trazer essa questão ao conhecimento do Congresso Nacional e da sociedade.

Quais as consequências reais da possibilidade de um colapso na área de previsão do clima no Brasil? Essa é uma questão que envolve diretamente o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Co-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

municações e também o Ministério da Agricultura, tendo em vista a relevância que a previsão climática tem para o agronegócio brasileiro; assim como para o Ministério da Defesa; o Ministério da Integração, com a defesa civil; o Ministério de Minas e Energia; o Ministério da Saúde; o Ministério do Meio Ambiente. Enfim, é um tema que deve interessar toda estrutura de governo e não pode ser encarado como um problema menor.

Senhores especialistas, qual é a importância dos serviços e estudos da previsão do clima no Brasil? Há dificuldades outras a se enfrentar? Como está essa questão do supercomputador? A legislação atual é suficiente para amparar essa atividade?

Então, antes de passar a palavra aos nossos eminentes convidados, comunico, por fim, que esta reunião é realizada em caráter interativo, com possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que têm interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Passamos, então, às exposições pelos convidados e, ao final, as Srªs e os Srs. Senadores presentes, na ordem de inscrição, poderão formular perguntas.

Já registro a presença do nosso Vice-Presidente da Comissão, o Senador Hélio José, do Distrito Federal.

A cada expositor, estamos oferecendo um tempo que acho que é exíguo, mas, durante as perguntas, poderão se estender mais para fazer as exposições necessárias.

Passo, portanto, a palavra – pela ordem que me foi sugerida pela assessoria – ao Sr. Antônio Divino Moura, Coordenador do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o nosso Inpe.

Dr. Antônio, boa tarde.

O SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA – Eu pediria que fosse projetada a nossa apresentação, se possível.

Boa tarde, Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. É um prazer grande, agradeço muito o convite.

Há menos de uma semana assumi o cargo de Coordenador do Inpe. Estava antes como Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia, aqui em Brasília – fiquei por 13 anos aí, mas resolvi voltar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA – Ah, perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O bom filho à casa torna!

O SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA – Isso, depois de 26 anos.

Comecei nessa área com o Senador Pedro Simon, que foi meu chefe quando foi Ministro da Agricultura, em 85.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador que tenho a honra de substituir aqui no Senado.

O SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA – Grande pessoa, grande figura.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, muito competente, brilhante.

O SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Naquela época, já em 85, começamos a fazer a discussão de que o Brasil tinha que mudar o sistema de precisão – de caráter subjetivo, olhando o mapa, fazendo a previsão de tempo somente por 24 horas, se errava muito. A gente já falava, muito bem, que os Estados Unidos faziam por três dias e acertavam bastante.

Aliás, lá eles enfrentaram um fenômeno que hoje chamamos de *La Niña.* Houve uma grande seca nos Estados do Sul, com perdas estimadas na antiga CFP – hoje é a Conab – de 42%. Houve uma intervenção nossa, por meio de cooperação com o serviço de meteorologia americano, e essas perdas foram computadas, já em 86, em somente 20%. Metade das perdas foi devida – o ganho disso aí – à intervenção da meteorologia. Pedro Simon deve se lembrar muito bem disso, porque ele viveu esse drama na época do Sayad, Funaro etc.

Bem, isso é uma introdução.

Minha apresentação está junto com a do Dr. Haroldo. Nós vamos falar, então, das necessidades legislativas. Acredito que este tema tenha que ser abordado separadamente da questão mais técnica da previsão, da necessidade do supercomputador etc.

Já tivemos, na época do próprio Pedro Simon, a criação de uma Comissão Nacional de Meteorologia, em 1985. Depois, em 86. Então, há um sistema de meteorologia no Brasil que, na parte operativa, envolve vários Ministérios. Envolve o Ministério da Agricultura por meio do Inmet; a DHN, que é a Diretoria de Hidrografia e Navegação, da Marinha; o Decea, que é da Aeronáutica; envolve a Agência Nacional de Águas; e o próprio Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que é o Inpe – agora agregando também o Cemaden. E, como grandes usuários disso aí, o antigo DNAEE ou DCRH. Hoje, nós temos o Operador Nacional do Sistema e a Agência Nacional de Águas, que fazem parte disso aí – para termos uma ideia.

Quanto a essa questão legislativa e a como o sistema pode ter melhor funcionamento, precisamos fazer uma discussão à parte. Vamos falar, então, da questão da importância da previsão numérica do tempo e clima no Brasil.

Vamos falar, então, do nosso CPTEC, que tivemos a honra de receber lá no Inpe.

Fica em Cachoeira Paulista. Se tirarmos, aqui nas Américas, os Estados Unidos e o Canadá, esse é o centro de excelência que existe nas Américas – depois dos Estados Unidos e do Canadá.

Ele tem 21 anos de experiência em modelagem, previsão numérica de tempo, na questão de previsão sazonal, ou seja, três a seis meses de antecedência, e em modelagem em mudança climática. Nós estamos tendo agora essas discussões do IPCC lá em Marraquexe, extremamente importantes, e há a preocupação, cada vez maior, com a questão da qualidade do ar, queimadas etc.

A missão clara do CEPTEC é prover o País com o estado da arte em previsões do tempo e clima e dispor da capacidade científica e tecnológica instalada, rotineira, capaz de melhorar continuamente essas previsões, visando o benefício da sociedade e da nossa economia.

Nesse mapa nós temos os países do mundo que têm capacidade de previsão global do tempo e do clima. Por que global, não fazer somente sobre o Brasil? Uma previsão de dois dias requer uma área muito grande de conhecimento. Na medida em que vamos chegando a cinco dias de antecedência, a informação que está do outro lado do globo vai influir aqui daqui a cinco dias. Então, nós temos que ter a capacidade de rodar modelo para o globo inteiro. Obviamente, a complexidade desse sistema de observações é muito grande.

Vemos aqui: Canadá, Estados Unidos, CPTEC nas Américas. Na Europa há uma série de centros – na França, na Alemanha, a Met Office da Inglaterra. Temos também na África do Sul, na Austrália nós temos um centro muito bom também, no Japão, na China e na Coreia do Sul. Esses são os grandes centros que existem, e nós estamos caminhando junto com esse pessoal, mas precisamos manter essa tecnologia atualizada.

Esse é o centro que temos em Cachoeira Paulista. O prédio nunca foi concluído – vê-se que ele termina ali. Ele tem, na sua estrutura de funcionamento, três grandes divisões: uma de satélites, importantíssima para alimentar os modelos com as informações; uma divisão que roda esses modelos, faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

essa assimilação dos dados; uma que continuamente está desenvolvendo modelos; e um laboratório de instrumentação para manter algumas estações.

Aqui nós temos uma parte, que é a parte satelitária, do Inpe também, fica lá em Cachoeira Paulista. Há vários satélites americanos, satélites europeus etc., e a gente recebe esses dados em Cachoeira. E temos os satélites de recursos naturais, como o Terra, o Acqua e CBERS, em Cuiabá, ficam na parte mais central da América do Sul

Estações terrenas de recepção de satélite: nós temos uma série de instituições que recebem. E aqui são plataformas de coleta de dados para fins hidrológicos e para fins meteorológicos.

Nesse tocante, o Instituto Nacional de Meteorologia está muito modernizado, com cerca de 500 estações que coletam dados a cada hora, dados que são transmitidos por satélites. Então, o Brasil, nesse aspecto, está muito bem-dotado através do Ministério da Agricultura, que é o Instituto Nacional de Meteorologia.

Há também na região costeira – a própria Diretoria de Hidrografia e Navegação mantém redes costeiras – e nos aeroportos. O Decea, que é o Departamento de Controle do Espaço Aéreo, tem algo como 40 estações de radiossondagem nos principais aeroportos. Essas estações são fundamentais para a previsão de tempo. O INMET mantém 10 e, somando-se com o que a Aeronáutica tem, são 50 no Brasil. Complemente essas informações com satélites e se tem o estado inicial da atmosfera para poder fazer as previsões. Então, os satélites são extremamente importantes nesse contexto também, não só para comunicar a informação, mas com as medidas, através dos radiômetros e dos sensores.

Aqui há uma sala em que os meteorologistas se reúnem para elaborar a previsão e fazer essa divulgação.

Importante nessa questão operacional, que está evoluindo muito em nível mundial, é esse sistema da OMM, que, na realidade, amalgama todas as informações de oceanos, da terra, de radar, de satélite, de estações terrenas, de radiossondas, de avião também. A Aeronáutica está desenvolvendo um sistema extremamente importante: o avião levanta voo em São Paulo, vai a Portugal e, durante o voo através do Atlântico, vai medindo e transmitindo esses dados automaticamente, preenche vazios de dados em uma área oceânica em que não temos estações. É extremamente importante essa contribuição da Aeronáutica.

Ali, à esquerda, é o nosso supercomputador atual, chamado Tupã. As previsões numéricas vão ser elaboradas aqui, e sai um boletim que é divulgado diariamente.

O aplicativo para previsão aparece na nossa página do CPTEC. Há previsão para um dia, dois e até cinco dias, de manhã, de tarde, à noite, numa linguagem acessível para os usuários.

Os modelos atualmente executados são vários. Um é esse Modelo Atmosférico Brasileiro. Ele é global, roda para o mundo inteiro numa grade, num ponto de grade de 20km; há um modelo regional sobre a América do Sul, de 15km; um modelo que trata mais das questões ambientais, chamado BRAMS – o Prof. Pedro pode falar mais sobre isso, ele é um dos pais desse modelo –; há um modelo acoplado, que leva em conta que a atmosfera e o oceano trabalham juntos, de uma maneira casada, numa escala de 100km – isso é importante; por exemplo, os fenômenos El Niño e La Niña só existem em modelo dessa natureza, porque uma coisa é casada com outra, o oceano e a atmosfera trabalhando juntos podem gerar um El Niño ou uma La Niña –; há o modelo de ondas, que é importante para a questão costeira – pode-se prever uma ressaca, como tivemos recentemente –; e está sendo desenvolvido um modelo mais unificado. Vejam, então, que são vários modelos, e aí vai até 2020.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA – Essa é a evolução que tivemos dos computadores. O primeiro é de 94, e estamos agora no último, desde 2015, que é esse Cray, em que estamos querendo rodar modelos com mais resolução – isso vai ser elaborado em detalhes.

Previsão climática sazonal. Ela é importante, porque nós vamos ver nos próximos três a seis meses não dia a dia, mas se vai haver uma seca no Nordeste. Por exemplo, estamos agora preocupados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

queremos saber se, de janeiro até maio, o Norte e o Nordeste vão continuar como nos últimos cinco anos, com uma seca tremenda, faltando água para beber. Campina Grande...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Há previsão?

O SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA – Nós estamos elaborando junto com a Fundação Estadual de Meteorologia, que se chama Funceme, Fundação Cearense de Meteorologia – é um grupo muito bom. Nós trabalhamos junto com eles na elaboração dessas previsões e para levar isso aos usuários, o próprio INMET trabalha nisso aí.

Previsão climática sazonal. Ela é feita dessa maneira e colocada de uma maneira probabilística, se vai para um lado ou para o outro, ou determinística também – quantos milímetros para mais ou para menos –, e apresentada em mapas também. O erro probabilístico, tercis 25, 40, 35, soma 100% – 25% de chance de estar acima do normal, 35% abaixo e 40% em torno do normal. Então, é colocado dessa maneira.

A previsão é feita também, foi o caso de 2015... A previsão das chuvas foi aquilo que está abaixo do vermelho na linha lá, e o que é esperado, seria assim... Você vê que é acompanhado no dia a dia como é que está o déficit hídrico ou o excesso hídrico – no caso aqui, sobre vasta região do Brasil.

No Brasil nós temos algumas áreas que têm mais previsibilidade e outras que têm menos. No Norte e Nordeste a previsibilidade é maior, porque há uma influência muito grande do Atlântico Norte e do Atlântico Sul. Ali no Sul há uma previsibilidade média, com influência de El Niño e La Niña. Lá na sua terra, o Rio Grande do Sul, a gente tem uma qualidade razoável, e o restante varia um pouco de ano a ano e tem que ser analisado.

Em mudança climática regional, nós também trabalhamos, levamos em conta a mudança da composição do próprio ar, emissão de gás carbônico.

A questão de ultravioleta hoje. Cada vez mais, nas megacidades do Brasil, temos esse problema sério que é a interferência do clima com a saúde pública, isso é um produto que sai diretamente dos computadores.

A influência dos oceanos é importante mostrar. Há uma parte oceanográfica que trabalha dentro do CPTEC. Nós temos uma coisa importante, que é disseminar isso através de usuários, e a gente usa o próprio celular para divulgar essas informações – é o caso do SOS Chuva – e trabalhamos diretamente com a defesa civil, repassando a eles informações para eles tomarem decisões junto aos usuários – a gente não vai direto ao usuário. Então, está lá: o CPTEC manda para o Cenad, que é o Centro Nacional de Alerta e Defesa Civil dentro do Ministério, e eles trabalham com os Estados e Municípios.

O supercomputador é esse aí que nós vemos – vai ser elaborado mais agora – e, de 2016 a 2019, nós queremos ser uma referência nos trópicos em pesquisa, produtos, modelagem do sistema e evoluir mais na questão da previsão de eventos extremos, na previsão do tempo atual, chamada de *nowcasting,* qualidade do ar e circulação costeira.

Eu termino a minha apresentação aqui e fico à disposição para podermos debater mais.

Passaria ao Dr. Haroldo, a sequência vai para ele.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bom, muito eficiente, Dr. Antônio, pela objetividade e pela clareza na exposição.

Nós vamos continuar, então, com o Dr. Haroldo Fraga Velho, que é Pesquisador Sênior do Laboratório Associado de Computação e Matemática Aplicada.

Dr. Haroldo, boa tarde.

O SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA (*Fora do microfone*.) – Ele também é gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Também é gaúcho? Está radicado lá ou agora está em São Paulo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. HAROLDO FRAGA VELHO – Sou de Alegrete, mas faz cerca de 25 anos que estou em São Paulo trabalhando no Inpe.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O Município de Alegrete só tem dado grandes personalidades, não é?.

O SR. HAROLDO FRAGA VELHO – Mário Quintana...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Mário Quintana, João Saldanha, há outro político famoso que agora não me ocorre, a família Fagundes...

O SR. HAROLDO FRAGA VELHO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – E o senhor, não é? (*Risos.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – E os Dornelles do Alegrete. Ela é professora, lá na PUCRS, de Comunicação, Beatriz Corrêa Pires Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, perfeito.

E o senhor é de que cidade?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Eu sou mineiro, da terra do pão de queijo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Estamos misturando pão de queijo e o churrasco hoje!

O SR. HAROLDO FRAGA VELHO – É uma boa combinação.

Boa tarde a todos os que vieram a esta audiência pública. Boa tarde, Senador Lasier Martins, que recentemente esteve em São José dos Campos, como o próprio Senador já relatou aqui no início dos nossos trabalhos desta Comissão.

É um grande prazer estar aqui falando sobre essa questão da previsão numérica do tempo.

Essa é uma conquista científica do século XX. Inicialmente, um inglês chamado Richardson elaborou um plano para resolver essas equações – a gente até já conhecia as equações, mas não tinha uma solução matemática para essas equações. Ele tinha pensado em obter a solução aproximada dessas equações por processos numéricos.

A previsão não teve êxito, mas, com a chegada dos computadores, nós começamos a realizar a previsão numérica do tempo inspirados pelo pesquisador inglês Richardson. E foi nos Estados Unidos, com o ENIAC, que a gente começou a fazer a previsão numérica do tempo. E isso mudou as coisas. Quer dizer, a união de computação com o conhecimento básico de matemática, física, engenharia e observações é que tornou possível a previsão numérica do tempo.

O CPTEC tem a missão de prover a previsão numérica do tempo de até cinco dias no modelo global e, no modelo de previsão ambiental, de até três dias, e de fazer uma previsão competitiva. Essa expressão significa que a previsão produzida pelo CPTEC é capaz de ser melhor do que a previsão de outros centros. Como o Dr. Divino bem lembrou, há uma série de centros que fazem previsão global, mas, no Brasil, é responsabilidade do CPTEC produzir a melhor previsão de tempo para o Brasil – é isso que significa a palavra "competitiva".

Para tornar essa previsão competitiva, a gente precisa aumentar a resolução do modelo – eu já vou mostrar o que significa isso. Então, entre a máquina antiga, que era um NEC SX6, para a atual, CRAY SX6, o que a gente fez foi passar de uma resolução de um quadrado de 45km na parte horizontal para um quadrado da área de 20km. Reduzir essa base para um pouco menos da metade não significa que eu vou fazer isso no dobro do tempo. Significa que, para realizar, no mesmo computador, de 45 para 20... Se em um eu levo duas horas, no outro eu vou levar mais de dez horas, mas a janela operacional é somente duas horas. Então, eu tenho que fazer muito mais conta no mesmo tempo. Qual é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

segredo? Comprar uma máquina mais potente. É simples, o raciocínio é muito simples. De novo, essa previsão por conjunto, de 15 membros do conjunto passar para 51 membros do conjunto. Sobre a América do Sul, passar de 20km para 5km. Isso já foi realizado.

Aqui temos uma tabela para tornar mais simples. O modelo global passou de 45km de resolução para 20km de resolução; a previsão por conjunto, de 15 membros para 51 membros; e na previsão regional sobre a América do Sul, de 20km para 5km. Esse modelo BRAMS é também o modelo de previsão ambiental.

Aqui abro parênteses. Eu falei do Richardson. Hoje é considerado o melhor modelo global o do Centro Europeu. E os japoneses, quando entraram em previsão numérica do tempo, o fizeram em grande estilo: criando uma máquina e algo que acoplava todos esses modelos, que se chamava o Simulador da Terra (Earth Simulator).

Como o Brasil contribuiu para a meteorologia mundial? O CPTEC foi o primeiro centro do mundo a fazer a previsão ambiental operacional. E foi isso que eu destaquei aqui por último: CCATT-BRAMS Environmental, que é o modelo regional de previsão ambiental.

Muito bem. Foi daí que vieram esses modelos. Esse modelo, primeiramente, foi um modelo adaptado do modelo americano, que é chamado COLA 1.7, que é um modelo dos anos 80, para o atual modelo do CPTEC. Atualmente, o modelo do CPTEC não tem quase nada a ver com o modelo original com que a gente, em cooperação com os nossos colegas dos Estados Unidos, começou.

Então, a comunidade científica brasileira considera esse modelo global o principal motor da pesquisa em clima no Brasil. E a ideia é partir para um modelo acoplado – o Dr. Divino bem lembrou –, do modelo global do CPTEC com o modelo de circulação oceânica, que está ali com o nome de MOM-4 (Modular Ocean Model). Só para se ter uma ideia, esses gráficos mostram a capacidade de previsão do modelo global do CPTEC.

Em cima, são dois momentos em que a previsão do CPTEC é realizada. Embaixo, é observação. E dá para notar uma boa concordância entre a observação e a capacidade de modelagem do Centro.

Por último, o que é resolução mesmo? Como isso impacta a sociedade no dia a dia? Eu trouxe o exemplo aqui de uma chuva que aconteceu em 23 de novembro de 2008 em Santa Catarina. Naquela época... O que a gente está vendo à esquerda e em cima era a capacidade de previsão do CPTEC – uma chuva muito forte, mas nada muito complicado. Agora, fazendo a redução de 20km para 5km, a gente viu o seguinte: num dia, caíram 400mm de chuva; foi um desastre total: 135 mortes, 78 pessoas sem casa.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HAROLDO FRAGA VELHO – Também o rio, mas houve também um grande problema na serra de Santa Catarina.

Depois, Angra dos Reis em 2009. Notem lá que, com a nossa capacidade de previsão, previa-se algo em torno de 100mm, mas, na realidade, caíram quase 200mm, afetando grande parte da população.

Outra ideia: esse furacão Catarina. Essas são as bonitas imagens do espaço, mas quem estava na Terra, no continente, sofreu barbaramente. Está muito rápida essa animação, mas dá para se ter uma ideia do seguinte: com 200km de resolução, em cima e à esquerda, a maior atividade, a maior intensidade do furacão acontece sobre o oceano; embaixo, com 20km de resolução, a maior intensidade desse furacão ocorre sobre o continente, no norte do Rio Grande do Sul e sul de Santa Catarina. E isso a gente só consegue observar – o modelo é o mesmo, a física é a mesma – pela diferença de resolução, que torna isso visível para quem está fazendo a previsão, para poder informar à população. Então, essa é a ideia desse modelo regional. Falei um pouco do modelo global. Agora estou falando do modelo regional. É um modelo de diferenças finitas. Essa é uma questão um pouco técnica, mas, se alguém da audiência tiver curiosidade, a gente pode falar com um pouco mais de detalhes.

Aqui se mostra onde é usado no Brasil esse modelo BRAMS. Também mostra outros lugares do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mundo que usam o mesmo modelo regional.

Aqui, para a gente ter ideia de outra influência da resolução: à esquerda, a gente tem a previsão de precipitação com 20km de resolução; na figura central, a gente vai ver a mesma previsão de precipitação, mas com 5km de resolução. Só para a gente ter uma ideia do que aconteceu, há ali a observação sobre a chuva real que caiu, medida.

Dá para perceber que simplesmente pelo aumento da resolução... E isso está ligado à capacidade de computação, à capacidade do computador de realizar esse tipo de tarefa... Dá para notar a proximidade entre a observação e a previsão, que não estava boa quando a gente fez a previsão com 20km de resolução.

Aqui é mais ou menos para comparar dados de observação do satélite GOES 12 com os do BRAMS, de 5km.

Esse é outro sistema que é baseado no BRAMS, mas de altíssima resolução, com até 1km de resolução, em que ele captura uma chuva que aconteceu em janeiro de 2011: o maior desastre natural já registrado no País, mais de mil pessoas morreram nesse evento meteorológico.

Então, com 1km de resolução, dá para ver que a chuva medida foi de 162mm – a chuva prevista foi de 158mm. O que a gente fez foi simplesmente melhorar a resolução, mas nós não temos capacidade de cálculo para realizar isso para todo o País.

Esse mesmo modelo a gente pode adaptar para a escala regional. Aquela escala que a gente está vendo naquele gráfico mais à esquerda é como o CPTEC produz a previsão que basicamente abarca toda a América do Sul. A gente pode adaptar facilmente esse modelo para grandes escalas, até em escala hemisférica, e pode usar isso também para um modelo de previsão de poluição do ar. A gente pode ver ali, se a geografia nos ajudar: a cidade de São Paulo, a cidade de Buenos Aires e a cidade de Santiago se destacando na poluição atmosférica.

Então, na nossa operação hoje em dia, a gente tem esse modelo global com até sete dias, que atua com 20km de resolução. O modelo BRAMS atua com uma resolução de 5km em até cinco dias. E há o modelo global, que é executado ainda na forma de desenvolvimento e pesquisa, com 51 membros. Todos esses modelos são executados duas vezes ao dia no CPTEC.

Bom, para continuarmos ganhando capacidade de previsão para podermos informar melhor à sociedade e aos órgãos competentes – o Dr. Divino já mencionou alguns deles, como defesa civil, a operação do sistema de energia do Brasil, e outros órgãos de desastres –, nós estamos projetando uma máquina que tem a capacidade de 20km para 10km. A gente quer reduzir pela metade, quer dizer, dobrar a resolução, passar de 51 membros para 101 membros do modelo de previsão por conjunto. Na América do Sul, a gente quer aumentar a resolução de 5km para 2km. E a previsão ambiental, que hoje é realizada com 20km, a gente quer passar para 7,5km de resolução horizontal.

Isso quer dizer o seguinte: hoje, a nossa capacidade de computação é a máquina Tupã, que tem 17 teraflops. Isso é a capacidade de realizar pontos flutuantes por segundo. A gente quer aumentar a nossa capacidade de computação para 100 teraflops. Hoje a nossa capacidade de armazenagem está em torno de 4 petabytes, e a gente quer aumentar isso para 50 petabytes. Então, trata-se de aumentar a nossa capacidade de computação para continuar melhorando o nosso sistema de previsão, servindo melhor a sociedade brasileira.

Aqui eu encerro a minha apresentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Dr. Haroldo.

Tivemos excelentes esclarecimentos sobre o controle climático no Brasil.

Vamos agora ouvir o Dr. Pedro Leite da Silva Dias, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo e membro da Academia Brasileira de Ciências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Dr. Pedro.

O SR. PEDRO LEITE DA SILVA DIAS – Muito obrigado pelo convite.

Essa questão da meteorologia me fascina há décadas. Eu vou completar agora, no início do próximo ano, 42 anos lá na Universidade de São Paulo como Professor. Já tive passagens também pelo Inpe, inclusive fui um dos primeiros coordenadores lá do CPTEC. O interesse está na família também: minha esposa foi coordenadora do CPTEC mais recentemente, durante seis anos. Eu tenho também uma experiência nessa área de computação de alto desempenho, inclusive acabei de terminar dois mandatos como Diretor do Laboratório Nacional de Computação Científica, que é do Ministério da Ciência e Tecnologia, lá em Petrópolis. Voltei para a USP agora no início deste ano.

Esse assunto realmente me preocupa muito, porque, como já foi dito aqui, nós estamos perdendo terreno no que se refere à nossa capacidade de produzir previsões que sejam efetivamente competitivas no cenário internacional.

Eu vou falar rapidamente aqui porque alguma coisa já foi dita. Na verdade, foi esse indivíduo, o Bjerkness, no final do século XIX, que formulou todas as equações. Ou seja, as equações para previsão de tempo são conhecidas há mais de cem anos, há quase 120 anos. Mas foi esse indivíduo, o Richardson, no começo do século XX, durante a Primeira Guerra, que fez as primeiras previsões numéricas, e ele as fez na mão, ali. Levou seis semanas para calcular na mão uma previsão de oito horas, numa região na Europa, naquela figurinha. E vejam só: ele fez isso nos períodos de descanso dele, porque ele era motorista de ambulância! Só que a previsão dele deu com os burros n'água, porque a previsão não tinha muito sentido. E, curioso, não havia erro de cálculo, ele não errou em nenhuma conta. Foi um problema matemático que demorou mais de 15 anos para ser descoberto – só lá nos anos 30 que isso aí foi realmente identificado.

E, dando um salto, hoje nós temos essa situação. Nos eslaides do Divino já havia um mapa com a posição, a distribuição desses centros. A gente vê que a Europa fez um consórcio entre vários países para criar o Centro Europeu, que, seguramente, é o melhor centro de previsão do mundo – há o UK Met Office, lá na Inglaterra, na França, Alemanha, todos eles. E ali se vê, naquela segunda coluna da tabela, a velocidade de processamento em teraflops: dez a doze operações de soma e subtração por segundo.

Eu queria chamar a atenção para uma coisa aqui. É o seguinte. Quando se fala em computação de alto desempenho, tem que se distinguir entre o que é a capacidade de pico de um computador e a sua capacidade efetiva. Por exemplo, o dado que o Haroldo mostrou: atualmente o CPTEC consegue em torno de 17 teraflops no modelo de previsão, mas a máquina tem uma velocidade de pico da ordem de 250 teraflops, ou seja, a velocidade efetiva é da ordem de 10% da velocidade de pico. Isso varia muito, depende da arquitetura do computador e da habilidade que o centro tem de extrair a *performance* da máquina. Isso implica um esforço muito grande de desenvolvimento.

Outra coisa para a qual vou chamar atenção é essa história do modelo global ou modelo regional. Nós temos os dois, vocês viram aqui nos eslaides anteriores. O CPTEC opera com esses dois tipos de modelo. Modelos regionais precisam ser alimentados com informações que vêm do resto do globo. Então, você precisa casar o modelo global com o modelo regional. Isso aqui é importante, porque eu vou mostrar agora como é que, no Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia, se faz previsão de tempo.

Esse é um eslaide que começa ali pelo Ministério da Agricultura, o MCT, o Ministério da Defesa, o Ministério da Integração e assim por diante, chegando até ao nível dos Estados, dos Municípios. No fim, o setor privado, que também faz previsão de tempo – e muitos, com modelos.

Na realidade, modelos são usados pelo INMET, modelos regionais; pelo CPTEC; pela DHN, na Marinha; pelo Decea, na Aeronáutica; o Sipam também faz previsões com modelo para a Amazônia; os centros estaduais, vários, também fazem previsão regional. O problema dessa história é o seguinte: muitos não têm máquina suficiente para fazer uma previsão regional com uma resolução que dê uma previsão realmente competitiva. Exceto o CPTEC, e mesmo assim parcialmente, todos os demais centros alimentam seus modelos com produtos que vêm dos Estados Unidos ou da Alemanha. Exceto no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

CPTEC e no INMET, as previsões regionais são feitas com resolução muito próxima à dos modelos globais do NCEP ou do Centro Europeu. Ou seja, em muitas dessas previsões regionais, o valor agregado é muito pequeno, mas fazem.

O CPTEC foi criado lá no final dos anos 80 com o objetivo de dar as melhores previsões possíveis aqui para a nossa região. E, no decorrer de sua vida, adquiriu também essa responsabilidade da previsão da qualidade do ar, que o Haroldo acabou de mencionar.

E a ideia original, lá nos anos 80 – eu e o Divino participamos dessa história ativamente – era que esses setores, como, por exemplo, a Aeronáutica, a Marinha, setores mais especializados, tivessem escritórios dentro do CPTEC e utilizassem a previsão do CPTEC para gerar os seus produtos. Entretanto, na história, quando a gente olha para trás para ver o que é que aconteceu, na realidade houve uma razoável inversão desses valores, e hoje muita gente faz previsão. E a pergunta, obviamente, é: precisa? Eu vou abordar um pouco essa questão daqui a pouco.

Então, o CPTEC faz essas resoluções, 40 a 80 quilômetros, em torno de 20 quilômetros hoje, com os modelos mais recentes, até 15 dias faz com quarenta; há os regionais, o CPTEC tem dois modelos, o ETA e o BRAMS, que são regionais. Durante as Olimpíadas usou um terceiro modelo, que é o WRF, que é um modelo americano.

O domínio total dos modelos: ele tem principalmente sobre o global, sobre o ETA e sobre o BRAMS. O WRF, por exemplo, foi usado como uma caixa-preta, foi usado como um modelo fechado.

E também faz as previsões do estado do mar e clima sazonal, como já foi dito aqui.

Os demais centros aqui no Brasil, invariavelmente, usam modelos estrangeiros sem total domínio do que há lá dentro. Fazem ajustes no modelo para que melhore um pouco o resultado, mas não trabalham nas entranhas do modelo.

Então, qual que é a realidade atual? A realidade atual: o CPTEC vem perdendo competitividade em comparação com os produtos de outros centros mundiais, em grande parte em função desse problema do computador. Vocês vão ver daqui a pouco que a maior parte dos grandes centros mundiais de previsão troca o computador entre dois e quatro anos, e o CPTEC está há seis com o mesmo. Além disso, entre você tomar a decisão de comprar um novo computador e ter esse computador instalado, vai mais de um ano, em geral dois anos. Ou seja, nós estamos falando de o CPTEC ficar sem atualização num período de oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Ao que consta, esse supercomputador é muito caro, não é?

O SR. PEDRO LEITE DA SILVA DIAS – É, eu vou falar um pouco mais sobre isso daqui a pouco.

Essa multiplicidade das previsões numéricas regionais também faria sentido se elas fossem articuladas, se houvesse uma articulação no sentido de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO LEITE DA SILVA DIAS – Faria sentido se houvesse um planejamento no sentido de produzir previsões que permitissem estimar a incerteza da previsão.

Eu acho que esse é um ponto importante e, na realidade, a previsão por conjunto, de forma articulada, é algo em que a gente ganha bastante do ponto de vista de qualidade. Várias vezes, inclusive recentemente, já me fizeram esta pergunta: mas por que a gente tem que fazer previsão global se há vários centros mundiais que a fazem? O problema é que é estratégico. Agora, se a gente considerar que não é estratégico, então podemos, evidentemente, dar essa solução: usar tudo o que vem de fora. Eu confesso que fico bastante preocupado com essa opção, porque, por exemplo, quem passou pelo período da Guerra das Malvinas lá atrás... Lembra, Divino, que naquele período nós sofremos um bocado aqui?

O SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA – Lembro.

O SR. PEDRO LEITE DA SILVA DIAS – O fluxo de dados ficou bastante restrito naquele período,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

principalmente para o hemisfério sul, coisa que nos preocupou bastante.

E há a questão se devemos ou não ter independência na geração desses produtos de previsão: eu considero, claramente, que sim, que é estratégico para o Brasil. E, se é para fazer, nós temos que fazer de uma forma competitiva.

Também é necessário um modelo global para previsão climática sazonal. Também seria, em princípio, possível usar produtos de outros centros: o IRI – aliás, o Divino foi diretor do IRI durante seis anos, pelo menos – faz um belíssimo trabalho nessa área. Mas é aquela história: nós temos peculiaridades em que precisam ser ajustadas os modelos. Então, é seguramente de alto interesse nosso fazer a melhor previsão possível. E para isso a gente precisa ter uma articulação entre o setor de desenvolvimento e pesquisa e o setor operacional.

Todos os atores do Sistema Nacional de Meteorologia rodam previsões regionais, ou quase todos. Precisa todo esse esforço? Tem problema de recurso humano, energia, infraestrutura. Isso põe em dúvida. Se for para fazer a previsão, teria que ser uma coisa articulada, e falta isto no nosso Sistema Nacional de Meteorologia: capacidade de articulação dos vários atores. Não é o CPTEC que domina esse tipo de trabalho. Rodar modelo dá *status*, mas o que é realmente importante é desenvolver produtos para os usuários, e isso é o que os centros regionais e estaduais deveriam fazer.

Então, falta essencialmente um plano de investimentos, um plano que, efetivamente, coordene as atividades dos vários atores da meteorologia aqui no Brasil.

E nós temos essa questão do atraso técnico ligado ao computador, principalmente relacionada com o atraso na renovação do sistema computacional. Como eu disse, atualiza-se em geral a cada dois, quatro anos, mas o CPTEC está há seis e vai demorar ainda algum tempo para ter um novo computador em estado operacional.

Esses centros são os que hoje produzem previsão global. Tem ali o nome do centro, o país, a *performance* de pico em petaflops – 10^{15}, um quatrilhão. O europeu é o maior, mais de 10 petaflops, fez atualizações em 2016 e em 2014 e atualiza entre dois e quatro anos.

Vejam aquela última tabela: há outros centros que demoram para atualizar. A China, por exemplo, demorou um bocado de tempo, agora eles estão atualizando a cada quatro anos, mas chegaram a passar nove anos sem atualizar; o DWD, na Alemanha, também; os japoneses também tiveram alguns períodos em que tiveram um atraso, mas, em geral, os grandes centros estão numa faixa menor do que cinco anos.

E dá para ver ali a posição do CPTEC. Vejam lá que hoje o CPTEC é o lanterninha, literalmente, dessa malha mundial, de longe, bem atrasado com relação aos outros. Eu não digo que o CPTEC tenha que ter o poder de cálculo do ECMWF, mas não deve estar muito longe dali. Pensando que vai estar disponível o novo computador só daqui uns dois anos, é razoável supor que o CPTEC deveria chegar, em *performance* de pico, certamente à ordem de alguns petaflops. Para que daqui a 2 anos a gente realmente seja competitivo, deveria ficar ali provavelmente na faixa dos cinco petaflops, provavelmente é esse o alvo para daqui a 2 anos.

Como já foi dito, na previsão de tempo você precisa ter potência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO LEITE DA SILVA DIAS – ... porque você tem um período da ordem de duas horas para formar, para fazer a previsão, uma previsão de 10 dias. E é curioso que esse número permanece imutável já há décadas. Quando o Centro Europeu começou a trabalhar, no final dos anos 70, eles queriam fazer uma previsão de 10 dias em duas horas. Hoje também fazem, só que a diferença é que, hoje, a resolução é muito maior e a qualidade da previsão é muito melhor.

Quais são as arquiteturas de computadores de alto desempenho mais adequadas para a previsão de tempo moderna? Evidentemente, você tem que ter uma altíssima capacidade de fazer operações numéricas. Outra pergunta que sempre me fazem: por que a gente não resolve fazer previsão de tempo em nuvem? O Ministro Mercadante, quando estava no MCT, volta e meia me fazia essa pergunta – foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

logo depois daquele episódio da chuva da região serrana.

Por que não se pode usar previsão em nuvem, computação em nuvem para fazer previsão de tempo? O problema é o seguinte: é uma característica do sistema de equações que rege os movimentos da atmosfera. Ele precisa de muita comunicação, ter muita troca de informação entre processadores. E computação em nuvem é como se a gente estivesse aqui nesta sala e cada um desses computadores estivesse executando uma parte do domínio, da região. Então, por exemplo, um conjunto desses computadores estaria fazendo previsão para a Região Norte do Brasil, outro, para o Nordeste, e assim por diante. Só que nas interfaces tem que trocar informação.

Na computação em nuvem, é exatamente desse tipo aqui, só que em geral a longa distância. Então, você tem que trocar informação pela rede, e esse é o problema, esse é o gargalo. Não dá para fazer previsão de tempo, em escala operacional, em nuvem. Você pode fazer coisas locais, aí dá para fazer, mas não numa escala do Brasil inteiro, por exemplo, ou da América do Sul – você não consegue fazer –, muito menos no global.

Essa questão da diferença entre a velocidade de pico e a velocidade efetiva também é muito importante. Isso depende muito da arquitetura do computador. Esses computadores massivamente paralelos que a gente tem hoje representam uma dificuldade tremenda e, por sorte, aqui no Brasil, nós temos um bocado de gente no setor de pesquisas que sabe como utilizar máquinas massivamente paralelas. O que eu acho que a gente precisaria fazer não é só comprar o computador: você precisa ter também uma articulação muito maior entre o setor operacional e o setor de pesquisa, para que a gente possa fazer uma previsão que seja competitiva naquele cenário internacional. Não é nada trivial paralelizar massivamente essas aplicações de *software* com uma previsão de tempo.

Há outra pergunta que sempre me fazem, inclusive há uma semana: poxa, para que precisa um novo computador no CPTEC se o LNCC, o Laboratório Nacional de Computação Científica, acaba de comprar e está operando já um computador de um petaflop, 1,1 petaflop?

Primeira coisa, o Santos Dumont é parte do Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho, do Ministério de Ciência e Tecnologia, e atende a um grande número de usuários ao mesmo tempo, e é focado na prestação de serviços para pesquisas científicas e tecnológicas. E tem uma questão de segurança: uma atividade operacional, como a previsão de tempo, exige uma altíssima segurança. Você imagine se um *hacker* entra no CPTEC... Ou seja, você tem que ter uma estrutura altamente segura. Ao montar uma estrutura altamente segura, você torna o acesso de um pesquisador, pobre mortal como eu, por exemplo, agora que voltei à USP, extremamente difícil. E é claro que tem que ter essa dificuldade, porque é fundamental, é crítico para a segurança do País.

Um computador aberto para a comunidade científica, obviamente, não pode ter esse sistema ultra rígido. Estamos aqui apostando quando é que vai ser a invasão do primeiro *hacker* no Santos Dumont. Em algum momento vai acontecer, porque ele não foi desenhado para ser uma máquina de altíssima segurança. Tanto é que atividades tecnológicas de alta segurança, por exemplo, não utilizam o Santos Dumont. Passei oito anos lá no LNCC, conversando inclusive com a Petrobras, e a Petrobras não vai colocar pesquisas de alto valor tecnológico dentro de uma máquina como o Santos Dumont. Eles têm a sua própria máquina para fazer isso. Mesma coisa acontece com relação à Embraer.

Aí vocês veem o Santos Dumont, que é instalado num sistema de contêineres. Como é para atender à comunidade científica, é uma máquina híbrida, de arquitetura híbrida. Só uma parte do Santos Dumont é que é adequada para a previsão de tempo, porque ela foi feita para atender problemas de nanotecnologia, de biologia computacional, de construção de fármacos etc., que são aplicações muito distintas dessa da previsão de tempo. Então, não faz absolutamente sentido essa história de dizer que o Santos Dumont pode ser usado para a parte operacional. Para pesquisas, são outros 500, para pesquisa pode usar, mas, para operação, de jeito nenhum.

Os requisitos, na especificação do Santos Dumont, vieram das várias áreas, como eu disse, inclusive da geofísica, da meteorologia, da oceanografia, mas é uma parte do sistema.

Conclusão: nós estamos ficando cada vez mais defasados no cenário mundial dos centros de previsão de tempo e clima. Isso é sério. Há um atraso na capacidade de processamento, de armazena-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mento – o Haroldo inclusive mencionou isso. A proposta do CPTEC é ampliar, substancialmente, a um fator de mais de dez, a capacidade de armazenamento. Não se faz previsão de tempo sem armazenar uma quantidade enorme de dados.

É preciso haver uma atualização mais frequente. Vai ser feito um pequeno *upgrade* em 2017, mas será um aumento muito pequeno. Preocupa-me muito o fato de que, entre tomar a decisão e obter o computador, são necessários dois anos. E vamos deixar clara essa mensagem de que a solução Santos Dumont, que é o computador do Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho, não é uma solução para a previsão operacional de tempo.

Outra coisa fundamental: não basta comprar um computador. Eu acho que é preciso rever essa estrutura do Sistema Nacional de Meteorologia, definindo claramente as responsabilidades de cada ator.

Algumas coisas já foram discutidas em reuniões feitas nesses últimos anos. Por exemplo, um modelo de gestão diferenciado, talvez OS, ou algo desse tipo, porque, do jeito que está hoje, é muito desarticulado, não há agilidade na gestão. A atividade operacional não se resume àquela história de que, quando quebra um computador, se faz uma licitação para comprar a parte que quebrou. Isso demora meses. Não é assim. Eu passei por isso no LNCC na área de pesquisa. Para pesquisa, até se consegue sobreviver com isso, mas, na atividade operacional, não.

No caso dos recursos humanos, entra a questão da articulação entre o setor operacional e o acadêmico. A experiência dos europeus, principalmente, foi muito positiva nessa articulação. O Centro Europeu nasceu desse casamento entre o setor operacional e o setor de pesquisa.

Há anos, a gente vem tentando fazer alguns editais de pesquisa, via Finep por exemplo, que busquem essa articulação entre o setor de pesquisa e o de operação. Faz anos que não sai um edital que promova esse tipo de articulação. Ou seja, comprar o computador é importante, mas nós temos outras tarefas importantes sem as quais eu acho que a eficiência do processo fica comprometida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – As suas palavras, Dr. Pedro, só corroboram aquilo que esta Comissão tem exaustivamente constatado aqui: o fato de não haver nem incentivo nem recurso para pesquisa atinge todas as áreas. O senhor está nos trazendo, hoje, pela exposição que fez, mais este item: também estamos perdendo terreno, o que nos constrange.

Eu apenas perguntaria: na América Latina há alguém mais preparado, mais adiantado do que nós?

O SR. PEDRO LEITE DA SILVA DIAS – Não, não tem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não tem.

O SR. PEDRO LEITE DA SILVA DIAS – Inclusive o CPTEC sempre foi usado, desde o início, na época em que eu e o Divino estávamos envolvidos na montagem do CPTEC, como um instrumento, inclusive, de integração regional, e efetivamente o é, porque, até hoje, apesar dessa defasagem do computador, o CPTEC continua tendo uma... Por exemplo, há muitos visitantes argentinos, chilenos e peruanos que vão regularmente ao CPTEC e contribuem para a melhoria das previsões de tempo e clima.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Antes de passar ao Dr. Francisco de Oliveira, o Dr. Antônio Divino Moura tinha uma pergunta a fazer.

O SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA – Na realidade, um comentário. A essa questão do computador Santos Dumont, eu responderia o seguinte: nenhum país do mundo, dos mais adiantados, fez uma opção desse tipo. São atividades diferentes, operação é operação, tem uma responsabilidade social e econômica no País, não pode parar. Um computador de pesquisa pode parar um dia, dois, sofre-se com aquilo, mas não causa maiores problemas, mas o Brasil não pode ficar um dia sem previsão de tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

previsão de clima. Essa tem que ser garantida. Então, essa resposta é muito clara, nenhum país adotou solução desse tipo. Muito embora, tecnicamente, pudesse até ser feito etc., não é desejável, e ninguém adotou isso até hoje.

Obrigado – desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Dr. Francisco José Arteiro de Oliveira, Diretor de Planejamento e Programação da Operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico, boa tarde.

O SR. FRANCISCO JOSÉ ARTEIRO DE OLIVEIRA – Boa tarde, Senador.

Muito obrigado pelo convite, não só em meu nome pessoal, mas também em nome do Diretor-Geral do ONS, o Engenheiro Luiz Eduardo Barata Ferreira.

Talvez o setor elétrico, hoje, seja um dos grandes usuários da previsão de tempo e de clima feita pelo CPTEC, pelo INPE, e temos a capacidade de traduzir isso em políticas de operação, não só para as usinas hidrelétricas, mas também para as eólicas e para as térmicas, por consequência. Hoje, para nós, a previsão de tempo e de clima é muito importante.

Vou dar um exemplo para os senhores. Semana passada, o Sr. Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, o Engenheiro Paulo Pedrosa, colocou nos jornais que, talvez, saíssemos da bandeira amarela e fôssemos para a bandeira verde já no próximo mês. Por que ele disse isso? Porque já tínhamos a previsão numérica de precipitação do Inpe e do CPTEC dizendo que esta semana seria bastante molhada, choveria bastante e, mais importante que isso, choveria nas bacias de interesse: no Rio Grande, no Paranaíba, na cabeça do Rio São Francisco. Isso para nós se traduz em quê? Em afluências maiores e, consequentemente, em custos menores de energia. Então, essa interação é extremamente importante.

Olhando o Operador. Hoje o Operador se vincula a toda uma estrutura do setor elétrico, que tem o CNPE no seu topo, o Conselho Nacional de Política Energética, e estamos submetidos à fiscalização e ao controle da Agência Nacional de Energia Elétrica. Conosco, existe a empresa de pesquisa, que olha o Sistema mais a médio prazo, e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, que é quem gera o preço do mercado de diferenças, o chamado PLD.

Fomos criados por lei, embora sejamos uma empresa privada sem fins lucrativos. E é importante observar que o ONS se relaciona com cerca de 170 agentes de geração, 110 agentes de geração, e 96 agentes de consumo. Ou seja, nos relacionamos com todo o setor elétrico brasileiro e, a partir do ano que vem, também com os sistemas isolados, ou seja, aqueles sistemas em que o atendimento é feito por uma usina, por uma geradora a diesel, na Amazônia e em locais em que não há ainda o sistema interligado. Então, o Operador tem uma abrangência muito grande no setor elétrico.

Para os senhores terem uma noção: são cerca de duzentas usinas com potência maior do que 30 mil quilowatts, totalizando mais do que mil unidades geradoras. Só de linhas de transmissão, nós lidamos com cerca de 125 mil quilômetros, com tensão acima de 230. Se nós formos colocar aquelas da rede de operação, isso aí dobra, são 250 mil quilômetros de linhas. E trabalhamos com uma carga de potência do sistema brasileiro da ordem de 85 mil megawatts.

O que a gente observa? Que o sistema brasileiro...Se olharmos o sistema para 2020, quais são as grandes fontes de evolução que nós temos? A eólica, que sai de uma participação de 5% e vai para 9,9%. Depois nós temos a hidráulica, que cresce de 96 mil megawatts para 114 mil. Mas os senhores reparem, por favor, que a distribuição percentual se reduz. Em 2015, a geração hidráulica responderia por 72,7% da potência do País. Em 2020, ela cai para 68%. Por quê? Porque há um crescimento muito expressivo da geração eólica. A gente também tem um crescimento de geração a gás.

E para o que gostaria de chamar a atenção dos senhores? De toda a nossa expansão hidráulica, dos 17.239 megawatts, apenas 142 têm reservatórios de regularização. Ou seja, Belo Monte, as usinas do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, e as usinas de Teles Pires são usinas a fio d'água, o que significa dizer que nós estamos reduzindo, gradualmente, a nossa capacidade de regularização. E aí, do ponto de vista da meteorologia, é fundamental que nós tenhamos capacidade de receber informações sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

anomalias climáticas.

Por exemplo, em 13, 14 e 15, o CPTEC nos informou do fenômeno El Niño. O que significou, para a gente, o fenômeno El Niño? Significou que nós teríamos chuvas acima da média na Região Sul do Brasil. Então, foi possível maximizar o uso da água que chegava no Sul do Brasil e, principalmente, da água da Usina de Itaipu. Agora, por exemplo, o que está sendo dito para nós? Que nós devemos ter um ano normal. Então, nós, gradualmente, já vamos começar a reduzir os estoques, ou seja, o uso dos estoques da Região Sul, e começar a usar os estoques da Região Sudeste e da Região Centro-Oeste. Então, essas informações, para nós, são extremamente importantes.

Se nós olharmos ali a Região Norte, a Região Nordeste, a Região Sudeste e a Centro-Oeste, veremos que o regime hidrológico é muito parecido. Só na Região Sul é que a gente nota uma complementariedade com esse regime hidrológico. Olha lá: chove no Sul de junho a dezembro. E, exatamente de junho a dezembro, a gente tem uma significa redução nas afluências tanto no Norte quanto no Nordeste e no Sudeste. É óbvio que essa complementariedade é muito importante. Foi por essa razão que nós expandimos o sistema de transmissão para que a gente pudesse usar a água onde ela é mais abundante e, consequentemente, onde ela é mais barata.

Vejamos as expansões. Olhem lá a Usina de Santo Antônio. Ela, no período úmido, gera praticamente 3 mil megawatts. No período seco, cai para mil, lá no Rio Madeira. A hidrelétrica de Jirau gera 3,7 mil mega, no período úmido do Norte, e cai para 900, ou seja, a variação é muito grande. E essa é uma característica das usinas a fio d'água.

Agora, por exemplo, nós estamos fazendo os testes do segundo bipolo do Madeira e estamos conversando muito com o Inpe/CPTEC para saber como está a previsão de chuva. A gente precisa que as afluências aumentem para ter uma geração mais elevada.

Essa figura é muito importante, Senador, porque ela mostra, em azul, que nós expandimos a potência instalada no sistema; mas, em vermelho, mostra que nós não expandimos a nossa capacidade de acumulação de água. A gente vê praticamente a potência, em azul, crescendo, com uma certa inclinação. Essa inclinação é bem menor no gráfico em vermelho, o que significa dizer que nós expandimos o sistema predominantemente com usinas a fio d'água. É óbvio que às usinas a fio d'água também foi agregado um grande parque de geração eólica, principalmente na Região Sudeste.

Nós vamos caminhar, no Brasil, para que tenhamos 20 mil megawatts de potência eólica instalada. E aí a gente entra num outro fato importante: a previsão de vento, para que a gente possa ter acurácia na previsão dessa geração eólica. Só para os senhores terem uma ideia, entre ventar e não ventar, hoje, na Região Sudeste, a diferença podem ser 4 mil megawatts de geração. Para que a gente tenha ideia de 4 mil megawatts de geração: isso é, aproximadamente, a geração das usinas da bacia do Rio Grande – se nós somarmos as usinas de Furnas, Marimbondo, Água Vermelha. Então, essa variação é uma variação extremamente elevada.

Agora, a geração eólica é ruim? Não, principalmente no Nordeste. Quando a gente vê que a água se reduz, em azul, o vento aumenta. Chove menos, mas, em compensação, há maior vento. Então, há uma perfeita complementariedade entre a água e o vento na Região Nordeste. Todavia, a geração eólica é uma geração que tem uma grande variação.

Só para os senhores observarem: ali, no dia 4 de março de 2014, a geração variou abruptamente. Isso acontece até os dias de hoje.

O que a gente tem de observar? Da mesma forma que a gente expandiu a geração, a gente também expandiu a transmissão para que pudesse usar, de forma ótima, toda essa disponibilidade. Então, o que a gente sempre busca? A segurança do suprimento ao menor custo. Então, o operador planeja o sistema com um horizonte de até 5 anos à frente até a próxima meia hora, ou seja, tudo o que está sendo operado agora no sistema foi programado ontem, olhando até 5 anos à frente.

Aí eu chamo a atenção: a nossa dependência das previsões de clima e de tempo vai ser crescente. Se, em 2001, nós tínhamos água para atender o sistema por seis meses, mesmo que as afluências fossem nulas, em 2021 a gente só vai ter para três meses. Ou seja, expansão calcada em usinas a fio d'água, sem reservatório de regularização. Aí a relação, antecipadamente, das anomalias climáticas é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

fundamental para que a gente possa estabelecer uma estratégia que garanta o atendimento energético do País, como nós fizemos em 13, 14 e 15, quando nós passamos por períodos extremamente secos e o País conseguiu atender a toda a sua carga sem necessitar recorrer a um armazenamento. Por quê? Nós tivemos uma interação muito grande com o Inpe e com o CPTEC. De antemão, nós já sabíamos que aquele cenário iria ocorrer. Então, nós, antecipadamente, despachamos geração térmica, preservamos os estoques de água nos reservatórios e adotamos algumas medidas excepcionais para fazer uso de uma água que, normalmente, nós não usávamos. Então, nós passamos por uma seca muito ruim, em 13, 14 e no começo de 15, mas conseguimos garantir o atendimento energético do País.

E aí a gente mostra: o clima é importantíssimo para a política energética; o monitoramento do tempo é muito importante para a segurança da operação.

Para a política de operação energética: a gente tem modelos que transformam chuva em vazão. Então, por exemplo, toda essa chuva que ocorreu esta semana, que ocorreu no feriado, ela é capturada pelos modelos de previsão numérica de precipitação do Inpe e do CPTEC e, com base nessas informações, o ONS tem modelos que transformam isso numa expectativa, numa previsão de vazão para a semana que vem. Os modelos são rodados para definir o quê? O custo de operação e as políticas de operação. Como choveu muito, é natural que a gente espere o quê? Uma redução do custo de operação da próxima semana. Então, muito provavelmente, quando nós rodarmos a revisão do que nós chamamos de programa mensal de operação da próxima semana, iremos usar menos geração térmica. Então, a energia vai ter um custo mais barato.

Ora, é muito importante que nós tenhamos essa parceria. E ela foi e tem sido uma parceria de muito sucesso. Isso, para nós, é a base da previsão que nós fazemos dos modelos chuva/vazão. As bacias do País estão, todas elas, ou grande parte delas, já delineadas com modelos chuva/vazão para a próxima semana.

E o que nós fazemos também? Previsão de geração eólica a partir da previsão de vento que vem do Inpe e do CPTEC. Porque hoje a componente de geração eólica é muito importante, tão importante quanto a componente de geração hidráulica. Lá no Nordeste, por exemplo, a geração eólica já chegou a atender 25% da carga. Nós estamos numa situação hidrológica muito ruim. Na bacia do Rio São Francisco, a geração está minimizada. Agora, no dia 21 de novembro, nós devemos fazer uma nova redução na defluência de Sobradinho, em conjunto com a Agência Nacional de Águas, com as Secretarias de Meio Ambiente de toda a Região Nordeste, com o Ibama. Exatamente para quê? Para segurar esse estoque e poder fazer frente a um período úmido, na Região Nordeste, se ele não for dentro da normalidade.

Outra previsão fundamental também é a previsão de temperatura. Com base na previsão de temperatura, nós fazemos o quê? A previsão de carga, e definimos quanto cada geração vai ser utilizada no dia seguinte, quanto vai ser de térmica, quanto vai ser de hidráulica, quanto vai ser de eólica. Para atender o quê? A demanda instantânea do sistema interligado. E, no Brasil, para os senhores terem uma ideia, de uma semana para a outra... Cerca de quatro semanas atrás, a temperatura no Sudeste variou 14 graus. A carga variou 8 mil mega. Oito mil mega é metade do parque térmico instalado e disponível que a gente tem. Então, só para os senhores terem uma noção: quando a temperatura no Sudeste varia 6 graus, a carga sobre 4 mil megawatts, ou seja, há uma correlação muito grande entre temperatura e carga. Por quê? Porque hoje é comum o uso de aparelhos condicionadores de ar.

Outra coisa muito importante que o CPTEC e o Inpe nos fornecem: descargas atmosféricas. Toda vez que a gente tem um cenário como aquele ali – e ali é a linha de Itaipu –, em que a gente vê um volume muito grande de descargas atmosféricas, o que nós fazemos? Nós reduzimos o carregamento dessas linhas, porque, se houver alguma queda de torres, se houver alguma queda de cabo pára-raios, o sistema está preparado para suportar aquela perda, com outras fontes que ficaram disponíveis para a sua operação.

Só para a gente ter uma ideia: durante os anos 2013, 2014 e 2015, a informação de previsão climática foi extremamente importante. Se os senhores observarem ali, verão que o armazenamento da Região Sudeste chegou a um valor muito baixo em novembro 2014, e praticamente não se recuperou no período úmido de 2014. Nós sabíamos disso, mas também sabíamos que seria um ano de El Niño. Então, o que nós fizemos? O que significa El Niño? Chuvas acima da média na Região Sul – isso foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

informado pelo CPTEC, foi informado pelo Inpe. Então, nós maximizamos o uso da energia disponível na Região Sul e conseguimos fazer com que se aumentasse o armazenamento na Região Sudeste – está ali o El Niño.

Nós participamos daquele grupo de previsão sazonal – participamos como ouvintes. Nós fizemos reunião semanal com MME, MCTI, Cemaden, CPTEC e Inpe. Nessas reuniões, todo conhecimento da previsão de tempo e clima foi passado para o setor elétrico. Tudo aquilo que nós tínhamos de melhor no Brasil foi passado para o setor elétrico. E foi fundamental para que nós passássemos esse período seco sem nenhum corte de carga.

O Divino, o Pedro e o Haroldo já mostraram o resultado das previsões probabilísticas.

E aqui é muito importante: nós negociamos com o Paraguai para usar Itaipu abaixo da cota mínima operacional. Por quê? Porque nós sabíamos que o fenômeno El Niño, naquele período de 2014/2015, iria aumentar a vazão no Sul. Embora a linha de transmissão de Itaipu traga energia para o Sudeste, Itaipu está localizada no Paraná. Então, houve uma grande negociação. Nós trabalhamos com Itaipu abaixo da cota mínima operacional, e depois, como previsto, as vazões subiram e nós recuperamos o armazenamento de Itaipu.

Aqui, para os senhores terem uma ideia, nós temos um boletim de tempo severo, que mostra ali áreas de instabilidade, que permanecem atuando no Paraná e no Paraguai no dia de hoje, no decorrer do dia 11, ocasionando rajadas de vento, descarga atmosférica e precipitação de intensidade fraca a moderada, podendo ocorrer granizo. Então, os operadores já ficam de olho naquele sistema que está ali em baixo – nas linhas de 765kV, 525kV, 600kV. Várias vezes, o que nós fazemos? Reduzirmos o carregamento dessas linhas. O que mais nos preocupa não é nem a descarga atmosférica, mas os ventos de rajada que entram perpendicularmente às linhas de transmissão, que têm capacidade de derrubar as torres. Então, isso a gente faz cotidianamente.

Aqui está um exemplo das imagens que são fornecidas para nós pelo Inpe, pelo CPTEC. E aqui também, dentro desse boletim de tempo severo: olha como é que estavam as descargas atmosféricas sobre aquela região – extremamente intensas. Também vão as informações de radar meteorológico.

E todo dia nós fazemos esse monitoramento, 24 horas por dia, e colocamos esses alertas de tempo severo – esse é um trabalho que nós fazemos com bastante acurácia. E também sempre nos fornecem as precipitações acumuladas, que são importantes para as tomadas de decisão.

Só para vocês terem uma ideia: em vermelho está aquilo que nós programamos – a escala está muito próxima –, em azul está aquilo que ocorreu. Ou seja, a gente observa que, no domingo, acabou chovendo menos do que a gente havia previsto. Então, nós mudamos a programação com base na informação meteorológica.

É importante dizer que, durante 2013/14 e 2014/15, nós não conseguimos encher os reservatórios da Região Sudeste. Só para a gente ter uma ideia: o Rio Paranaíba ficou próximo do pior, o Nordeste ficou na pior afluência o tempo todo. Lá embaixo, em Ilha Solteira, no Rio Paraná, também ficou próximo ao pior. E nós conseguimos não ter racionamento no País, porque nós sabíamos que isso iria ocorrer, tomamos medidas preditivas e tomamos medidas especiais, reduzimos a geração no Rio São Francisco, preservamos estoques de água – como estamos fazendo.

Se nós não tivéssemos reduzido a defluência de Três Marias, Três Marias teria secado em agosto de 2014. Essa curva em azul mostra que, se nós não tivéssemos tomado as atitudes que nós tomamos, com base nas informações que nós tivemos, Três Marias teria secado em agosto de 2014, e o Rio São Francisco teria sido interrompido. Isso não ocorreu. Nós conseguimos transitar bem naquela curva vermelha.

Se nós não tivéssemos reduzido a geração de Sobradinho, Sobradinho teria secado em agosto de 2014. Ele tocou próximo a zero, e hoje está com 7,9. E ele teria secado – desculpem-me – em outubro de 2014. E a gente conseguiu trabalhar com redução de vazão e manter o armazenamento de Sobradinho.

Aqui, na Bacia do Rio Grande, nós tomamos medidas muito importantes de uso de estoques, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

uma usina que nós não usávamos, que tinha um porto fluvial, porque nós sabíamos que a situação era a crítica. Negociamos com a prefeitura e deslocamos esse porto fluvial.

Só para a gente ter uma ideia: se nada tivéssemos feito, Furnas teria tocado ali no zero em novembro de 2014. E ela acabou transitando na linha azul, ou seja, fez com que nós tivéssemos o armazenamento mínimo de 10%.

Tivemos condições muito duras de negociação com São Paulo, interrompendo a Hidrovia Tietê-Paraná. Ela ficou interrompida por cerca de um ano e meio. Precisávamos usar aqueles estoques, porque nós sabíamos que as condições hidrológicas seriam ruins. Se não tivéssemos feito isso,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO JOSÉ ARTEIRO DE OLIVEIRA – ... a Bacia do Rio Paranaíba teria só 4,5% de armazenamento em novembro de 2014, e a Bacia do Rio Grande, apenas 8,2%. Conseguimos sucesso: Grande ficou com 15, e o Paranaíba, 18. Isso caracteriza a importância de você saber antecipadamente a anomalia climática a que você vai estar sujeito.

E os principais desafios que nós entendemos: desenvolvimento de tecnologia de previsão de curtíssimo prazo para previsão de condições de tempo severo, principalmente para as linhas de transmissão estratégicas do setor; aprimoramento dos recursos de monitoramento e de suporte à decisão em situações de tempo severo e, principalmente, queimadas.

Quando a gente chega em agosto, setembro, outubro e novembro, aquela Região do Mato Grosso, do Tocantins e do Piauí tem uma incidência de queimadas muito grande, e ali passam circuitos importantes da interligação Norte/Sul. Este ano mesmo uma queimada fez com que três circuitos se desligassem, e nós experimentamos um corte de carga muito significativo na Região Nordeste do País.

Nós sugerimos também o aprimoramento dos modelos de previsão de tempo com horizonte até 48 horas, com foco na temperatura e na previsão de vento, porque nós hoje temos uma necessidade muito grande de ter uma acurácia muito grande na previsão de vento. Nós estamos caminhando para ter 20 mil megawatts de geração eólica. Isso equivale a quase duas Itaipus de geração eólica, instaladas principalmente na região Nordeste do País e, em menor escala, na região Sul.

Entendemos que é importante também o desenvolvimento de aplicação de modelos de previsão de tempo estendido e de previsão climática sazonal no nível do estado da arte no mundo para as regiões de interesse do SIN...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO JOSÉ ARTEIRO DE OLIVEIRA – ...desenvolvendo também uma modelagem hidroclimática para a geração de cenários de afluências em horizontes mais entendidos. E também que a gente tenha um diagnóstico de mudanças climáticas antecipadamente, para que a gente possa fazer a inserção disso no planejamento da operação do SIN.

Então, tudo aquilo que foi dito pelo Divino, pelo Haroldo e pelo Pedro, nós, do setor elétrico, vimos corroborar. E nós, como grandes usuários, mostramos aos senhores as aplicações dessas informações, que interferem na produção de energia elétrica, no custo da energia elétrica e também interferem na vida de todos nós, cidadãos brasileiros.

Muito obrigado, Senador Hélio.

Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Gostaria de parabenizar e agradecer aos nossos palestrantes, ao Antônio Divino, ao Francisco Arteiro, que acabou de se manifestar, ao Haroldo Velho e ao nosso querido Pedro Dias.

Eu gostaria só de fazer um breve comentário, já que não há nenhum outro Senador inscrito.

Arteiro, realmente é muito importante esse estudo. Eu sou engenheiro eletricista, trabalhei dez anos da minha vida no monitoramento do Sistema Elétrico Nacional. Eu sei da importância do ONS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para o controle dessa questão. E aí eu aproveito para parabenizar o Haroldo, o Pedro e o Antônio, porque é exatamente com essas informações, que advêm dos estudos feitos, que podemos ter o mínimo controle do monitoramento do Sistema Elétrico Nacional e garantir que o funcionamento do sistema, que é interligado, permaneça da forma adequada.

Eu acho que o seu relato foi bastante feliz, porque demonstra o tanto que uma coisa está interligada a outra, o tanto que uma é dependente da outra, o tanto que esse computador e essas informações aqui, que o Inpe e que as universidades nos fornecem, são fundamentais para a gente poder fazer a operação correta e também definir a segurança e o custo correto – essa questão do custo é fundamental.

E você chamou muita atenção aqui – sou um defensor ferrenho das energias renováveis aqui – para o tanto que é importante a questão eólica no Nordeste e quanto será importante a questão da energia solar fotovoltaica ou heliotérmica que a gente possa instalar, para poder exatamente equilibrar essa necessidade de acúmulo de água onde a gente pode acumular. Porque, lamentavelmente, por causa do equívoco das usinas novas encaminhadas, a fio d'água, nós temos esse barco furado, vai embora tudo e a gente não tem como acumular. Só temos como acumular nessas usinas mais antigas, com projetos mais tradicionais, o que nos leva hoje a ter que fazer esse estudo cada vez mais apurado.

Então, eu quero agradecer a V. Sªs e dizer que eu vou ter que encerrar esta aqui para a gente começar uma outra reunião, deliberativa, imediatamente, porque daqui a pouco vai começar a Ordem do Dia.

Então, eu gostaria de agradecê-los e de dizer que esta Casa se sentiu bastante prestigiada com a presença e com a falação de cada um aqui, com a exposição de cada um, que enriqueceu muito esse assunto sobre os estudos do clima. E dizer que temos que dialogar mais sobre a ONS, vocês estão com o meu cartão, com os meus celulares, com os meus contatos, eu sou o Vice-Presidente desta Comissão, e, no que eu puder ajudar nesses dois assuntos, clima e a questão do sistema elétrico nacional, podem contar comigo.

Muito obrigado, pessoal! Um abraço grande! Muito obrigado!

Considero encerrada esta audiência pública e já entro imediatamente na nossa... Muito obrigado, pessoal! Obrigado!

Entrando imediatamente na pauta da nossa reunião deliberativa, o item 1 da pauta. Trata-se de um encaminhamento, um ofício do nosso nobre Senador Dário Berger, que está ausente.

Passamos para o item 2 da pauta. Eu gostaria de chamar o nosso nobre Senador Deca para presidir para mim – eu sou Relator do projeto do item 2 – para que eu possa lê-lo. Passe para mim o relatório aqui, Égli, por gentileza. Por favor, Deca, assuma aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deca. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Deixe–me ver isto aqui, o que temos. O item 2, Ofício "S" nº 45, de 2015.

Passo a palavra ao Relator, o Senador Hélio José, para relatar o item 2.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Deca.

Item 2. Trata-se do Ofício "S" nº 45, cujo relatório vem novamente à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 16, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da Rádio Brasil Sociedade LTDA, concessionária de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Valinhos, e concessionária de serviços de radiodifusão em ondas tropicais no Município de Campinas, respectivamente no Estado de São Paulo.

Da análise.

De acordo com o art. 104-C, do Regimento Interno do Senado Federal, o RISF, compete à CCT, entre outras atribuições, examinar as questões atinentes ao serviço de radiodifusão, inclusive a outorga,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a renovação e a transferência de suas licenças.

Dados por lidos os demais conteúdos da análise, eu vou direto ao voto para a gente ganhar tempo.

Do voto.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 45, de 2015, que comunica a transferência indireta para outros grupos de cotistas do controle societário da Rádio Brasil Sociedade Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias e em ondas tropicais, nos Municípios de Valinhos e Campinas, respectivamente no Estado de São Paulo.

Seria esse o voto, Sr. Presidente, pelo arquivamento do Ofício "S" nº 45.

O SR. PRESIDENTE (Deca. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado.

(Matéria não lida:

ITEM 2
OFICIO "S" Nº 45, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 16/2015, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Brasil Sociedade Ltda., no Município de Valinhos e Campinas - SP.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pelo arquivamento

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Aí é o item 5 agora.

O SR. PRESIDENTE (Deca. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – O item 5, requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 43, de 2016.

Passo a palavra ao Relator, o nobre Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Deca, da nossa querida Paraíba.

Trata-se de um requerimento, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a situação atual das rádios comunitárias no Brasil. Para tal devem ser convidados: Diretor do Departamento de Outorgas de Serviços de Comunicação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Representante da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Representante do Ministério Público Federal (MPF); Representante da Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (ABRAÇO Nacional); Representante da Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (ABRAÇO DF).

Esse é o requerimento, Excelência. Ele vem no sentido de nós podermos dar uma condição de vida às nossas rádios comunitárias, que tão bem têm representado, Brasil afora, a maneira mais demo-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

crática de comunicação, principalmente nas pequenas localidades.

O SR. PRESIDENTE (Deca. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado.

(Matéria não lida:

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 43, de 2016 - Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater a Situação Atual das Rádios Comunitárias no Brasil. Para tal devem ser convidados: Diretor do Departamento de Outorgas de Serviços de Comunicação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Representante da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Representante do Ministério Público Federal (MPF); Representante da Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (ABRAÇO Nacional); Representante da Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (ABRAÇO DF).

Autoria: Senador Hélio José

O SR. PRESIDENTE (Deca. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Devolvo a Presidência ao nobre Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, nobre Senador Deca. V. Exª só abrilhanta esta Casa.

Item 3 da pauta, requerimento...

Ah, não, o item 3 da pauta é de autoria do Senador Telmário Mota. Como o Senador Telmário se encontra ausente, está adiado esse item.

Para o último item da pauta, penúltimo na verdade, porque há um requerimento extrapauta do nobre Senador Lasier Martins.

O item 4, do Senador Lasier.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 42, de 2016 - Não terminativo -

Requeiro nos termos regimentais, em aditamento ao RCT Nº 11/2016, relativo ao exame da política pública aprovada para avaliação por esta Comissão, neste ano de 2016, que sejam convidados para audiência pública os Senhores: Dr. Carlos Américo Pacheco, Presidente do Conselho Técnico-Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP; Luiz Antonio Rodrigues Elias, ex-Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Pesquisador Titular do Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Autoria: Senador Lasier Martins e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É de autoria do Senador Lasier Martins, subscrito por mim.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o referido requerimento. Os Srs. e Srªs Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o referido requerimento.

Mais alguma questão? (*Fora do microfone.*)

Gostaria de consultar os nobres Senadores presentes se V. Exªs concordam com a inclusão extrapauta do requerimento do nobre Senador Lasier Martins, Requerimento nº 40, de 2016, subscrito por mim, para a inclusão do nome de um representante do Departamento de Polícia Federal naquele Requerimento nº 40, que já foi devidamente aprovado por esta Comissão.

Os Srs. e Srªs Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está incluído extrapauta.

Agora, em votação o requerimento extrapauta.

Requeiro, nos termos do Regimento em andamento, do RCT nº 40, de 2016, a inclusão de um representante do Departamento de Polícia Federal para debater o tema Ciência e Tecnologia no Combate ao Tráfico de Drogas – Novas Perspectivas.

Nesse sentido, o requerimento está em discussão, inclusão da Polícia Federal. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em apreciação. Quem concorda permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Não havendo mais a discutir, declaro encerrada...

A Ata da reunião anterior, desculpa pessoal; desculpa, eu estou meio apressadinho aqui.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa de leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a S. Exª, Senador Deca, a S. Exª, Pastor Valadares e a S. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

(*Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às oito horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência dos Senadores Lasier Martins, Hélio José, Deca e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Ivo Cassol, Jorge Viana, Telmário Mota, José Medeiros, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. O Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta, dividida em duas partes: 1ª Parte - 5ª Audiência Pública Interativa destinada a debater acerca do tema "Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)", atendendo aos requerimentos RCT nº 11/2016, de autoria do Senadores Flexa Ribeiro, Walter Pinheiro e Aloysio Nunes Ferreira, e RCT nº 42/2016, de autoria dos Senadores Lasier Martins e Hélio José. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - SEPED/MCTIC; Mário Neto Borges, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; Marcos Cintra Cavalcante, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP; e Carlos Américo Pacheco, Presidente do Conselho Técnico-Administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senadores Cristovam Buarque e Aloysio Nunes Ferreira. Passa-se a outra parte da reunião. **2ª Parte** - Deliberativa. **ITEM 1, EXTRAPAUTA - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 45 de 2016,** de caráter não terminativo, que requer "nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 18/2016-CCT, aprovado por esta Comissão no dia 17 de maio de 2016, a inclusão do seguinte convidado para participar de audiência pública destinada a debater as causas da recorrência dos acidentes de engenharia no Brasil, bem como debater sobre o risco potencial de um acidente nas Usinas de Angra dos Reis: André Pacheco de Assis – Doutor em Engenharia Civil, professor da Universidade de Brasília". **Autoria**: Senadores Cristovam Buarque e Hélio José. **Observações:** durante a discussão, foi incluído convite ao Senhor Luciano Ferreira – ABRAINFRA. **Resultado**: O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e oito minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática,** lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lasier Martins

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Bom dia, senhoras e senhores convidados, assessorias, imprensa, telespectadores da TV Senado.

Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de novembro de 2016.

Vamos, senhores, realizar hoje uma das mais importantes reuniões desta Comissão, com vistas ao relatório bastante adiantado em que esta Comissão faz a avaliação da política pública do Governo com relação à ciência, tecnologia e inovações.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos a 5ª Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 11 e 42, de 2016, da CCT, Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria dos Srs. Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, desta Presidência, dos Senadores Hélio José e Walter Pinheiro e também de acordo com o plano de trabalho apresentado para avaliação das políticas públicas relacionadas aos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico das telecomunicações, proposto por esta Presidência no início do ano, Relator da matéria, ambas as proposições aprovadas pela Comissão.

Destina-se esta audiência pública de hoje a promover o debate sobre: "Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)".

Para debater o assunto, temos a honra de convidar para compor a Mesa os nossos palestrantes: Sr. Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Seped/MCTIC) – por gentileza, Sr. Jailson, tenha a bondade –; o Sr. Mário Neto Borges, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq) –, obrigado pela presença! –; o Sr. Marcos Cintra Cavalcante, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – obrigado! –; e o Sr. Carlos Américo Pacheco, Diretor Presidente do Conselho Técnico-Administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Justifica a ausência por motivo de saúde o Sr. Luiz Antonio Rodrigues Elias, Pesquisador Titular do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) e ex-Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Agradecemos ao Sr. Elias que, mesmo impossibilitado de estar presente, nos enviou excelentes contribuições para esse debate.

A todos agradecemos pela valorosa presença, uma vez que vão contribuir muito para o nosso relatório, já em fase de conclusão.

Temos o objetivo específico no dia de hoje de ouvir os gestores públicos diretamente responsáveis pela execução, acompanhamento e avaliação dos fundos setoriais vinculados ao FNDCT e ao FUNTTEL para que nos apresentem o modelo de operação e governança, bem como os principais resultados, gargalos e perspectivas futuras para dar continuidade a esses importantes instrumentos da política pública brasileira de indução da ciência, tecnologia e inovação.

Quero informar aos senhores que hoje aqui estão que, ao longo deste ano de 2016, já se apresentaram aqui nesta Comissão os órgãos de pesquisa e controle – o Ipea e o TCU –, representantes dos setores empresariais de vanguarda, beneficiários dos fundos setoriais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Associação Brasileira de Biotecnologia (BRBIOTEC), o Instituto Evandro Chagas, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a Rede Pró-Inovação na Empresa Brasileira, a Protec.

Em geral, houve convergência de opiniões entre os palestrantes que aqui estiveram sobre a relevância do FNDCT e FUNTTEL, seus impactos, contudo significativos gargalos foram apontados. Só para citar alguns dos problemas mencionados aqui nessa Comissão: falou-se do excesso de burocracia, da falta de regularidade na liberação dos recursos, da pulverização dos recursos, do descumprimento do pagamento de projetos aprovados e da discrepância entre a receita dos fundos e a sua aplicação efetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Diante desse quadro, então, pedimos aos nossos convidados de hoje que nos apresentem os principais indicadores de resultados, problemas e propostas de superação para as limitações enfrentadas no FNDCT e FUNTTEL.

Algumas das questões que a CCT gostaria de esclarecer a quem nos escuta aqui nesta sala e pela televisão: como é o modelo de governança e operação do FNDCT e FUNTTEL, órgãos participantes, responsabilidades e resultados? Quem define o orçamento atual, ou anual, autoriza os dispêndios, e com quais critérios? Considerando a quantidade de instituições envolvidas na governança e na execução dos dois fundos, como é o processo de acompanhamento e avaliação dos resultados da aplicação desses recursos? Quais são os principais indicadores de desempenho que traduzem resultados positivos do fundo FNDCT e FUNTTEL? Quais são as principais razões pela não execução e liquidação do orçamento total anual para os dois fundos? Como se avalia a progressiva redução de recursos do FNDCT para ações verticais e o consequente crescimento de recursos para ações transversais? Que benefícios ou prejuízos essa alteração de perfil provoca? Outras questões relevantes poderão ser aqui comentadas pelos nossos eminentes convidados.

Então, antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico, por fim, que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do 0800-612211.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Passamos, então, às exposições pelos convidados. Ao final, as Srªs e os Srs. Senadores que forem chegando – e desde logo apelamos ao Senadores que ainda estão nos gabinetes que venham para a nossa reunião de hoje, especialmente os nossos integrantes da CCT –, os Senadores que aqui estiverem poderão, pela ordem de inscrição, também formular questões aos nossos convidados.

Então, senhores, hoje, nós fazemos a quinta e última reunião com os gestores de várias áreas para esse documento que julgamos muito importante. Já há uma série de entidades, de universidades, comunidade científica que estão nos pedindo cópia do relatório que nós levaremos à votação aqui na Comissão no próximo dia 6 de dezembro. De modo que estamos, nas últimas duas semanas, para a conclusão deste relatório, com a prestimosa presença e colaboração dos consultores do Senado, que, inclusive, aqui estão presentes, nos ajudando neste trabalho, que pretendemos seja um trabalho marcante, afinal, nós estamos fazendo uma radiografia desse grande problema brasileiro que é um certo desprezo – quem sabe seja uma definição forte, mas deixo assim – à pesquisa tecnológica e científica, que são pesquisas fundamentais para o desenvolvimento do Brasil.

Sem pesquisa, como já disse aqui um dos nossos convidados em reunião passada, o Brasil não tem futuro, nós não temos competitividade. Nós somos ainda um País atrasado em pesquisas. Nós compramos demais as tecnologias que os países estrangeiros produzem e não participamos desta competição, por uma desvalorização governamental, que pode ter lá suas razões, entre elas a grave crise que o País atravessa, mas não poderia, por exemplo, haver os contingenciamentos das verbas, como tem ocorrido.

Nós, inclusive, aqui da Comissão, temos um projeto de lei que está ainda por ser votado, procurando evitar que haja contingenciamento de verba para a pesquisa tecnológica e científica, porque é através da inovação que nós poderemos competir, é através da inovação que nós criamos mercados, que nós criamos novos empregos, que nós encontramos novas soluções, que nós produzirmos mais renda. E o Brasil está muito atrasado.

Então, os senhores que aqui estão hoje constituem uma verdadeira elite que trabalha, que se esforça para que este mal brasileiro seja combatido. Por isso os depoimentos dos senhores são muito importantes.

Dito isso, passamos a palavra ao nosso primeiro convidado a se manifestar, que é o Dr. Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A propósito, nós pedimos informações a alguns órgãos. O MCTI, por exemplo, já as remeteu; no dia de ontem chegaram as informações que vão ajudar a instruir o nosso relatório. Na sexta-feira passada, nós visitamos o Ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, expondo as dificuldades que esta Comissão tem percebido com relação às verbas para ciência e tecnologia. O Ministro Dyogo ficou de mandar o seu relatório neste começo de semana, e o TCU também ficou de mandar, neste começo de semana, suas informações.

Dr. Jailson Bittencourt de Andrade – os tempos foram combinados pela assessoria com os senhores –, o senhor tem a palavra. Bom dia!

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Bom dia, Senador.

A primeira palavra é de agradecimento pelo convite feito ao senhor e à Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado. É sempre uma grande honra e uma alegria vir a esta Casa, em especial para tratar de um assunto que é tão precioso para todos nós.

O fato de fazerem parte da Mesa o Dr. Marcos Cintra, Presidente da Finep, e o Prof. Mário Neto Borges, Presidente do CNPq, facilita bastante a exposição do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, pois podemos fazer uma apresentação – certamente vamos atuar dessa maneira – bastante complementar, dando uma visão bem ampla das ações do fundo.

Certamente, faço questão de destacar que é uma honra também estar discutindo esse assunto com o Prof. Carlos Américo Pacheco. Quando foi Secretário do Ministério de Ciência e Tecnologia, ele foi o arquiteto e o estrategista da expansão dos fundos setoriais, no início deste século. Então, eu acho que também é uma grande honra, e o Pacheco tem muito a falar.

Eu vou traçar um cenário que mostra o nosso contexto atual em relação à ciência, tecnologia e inovação, algumas premissas com que o Ministério está trabalhando e algumas situações especialmente de impacto do FNDCT.

O Ministério de Ciência e Tecnologia tem trabalhado e planejado as ações no cenário nacional 2016/2022, ou seja, um cenário mais amplo do que os quatro anos convencionais, especialmente considerando que 2022 é o ano do bicentenário da Independência. Então, é uma janela de tempo relativamente larga, que nos permite trabalhar de uma forma mais contextualizada a alguns temas.

Essa Estratégia Nacional consta de um documento – eu trouxe duas cópias dele para que o Senador Lasier Martins possa apreciá-lo. É a documentação, inclusive com o detalhamento de boa parte do que eu vou falar neste momento.

O Ministério parte do princípio de que este século tem, pelo menos, três desafios bem estabelecidos: a multidisciplinaridade; a sustentabilidade, que é a questão de ordem deste século – inclusive a Unesco, com os SDGs, especifica bem a questão da sustentabilidade –; e a inovação e tecnologia. Esses desafios objetivam, no caso do Ministério, uma forma de o Brasil incorporar ciência, tecnologia e inovação como uma política de Estado. Esse é o grande objetivo da estratégia. E os pilares dessa estratégia são extremamente fundamentais.

Os desafios são importantes, os objetivos mostram aonde queremos chegar, mas são necessários os pilares. Os pilares são educação e pesquisa básica. Sem educação de qualidade em todos os níveis e sem uma pesquisa básica extremamente criativa e forte, nós não chegaremos à inovação e à tecnologia. Ou seja, não se constrói uma casa pelo telhado, mas, sim, pelo alicerce. Uma árvore não começa com os frutos; uma árvore começa com a raiz. Então, a raiz e o tronco desse sistema são educação e pesquisa básica. Isso é a base do que nós vamos apresentar.

Os eixos prioritários da estratégia, que têm sido bastante discutidos e foram apresentados pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações, o Ministro Gilberto Kassab, no dia 10 de novembro, na reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que foi presidida pelo Presidente da República, destacando cinco eixos prioritários, esses eixos envolvem o capital humano, certamente, sempre o capital humano, a pesquisa e infraestrutura, a tecnologia e inovação, financiamento e o marco legal, que são extremamente relevantes.

De uma forma muito breve, entendemos que, sobre o capital humano, na realidade, o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

precisa de uma revolução na educação em todos os níveis que permita que esta revolução seja baseada na qualidade do ensino e respeito às diversidades culturais e ambientais. Então, esta é a base de todo sistema: a parte educacional, que precisamos também incentivar bastante, a cooperação internacional e a mobilidade, que são fundamentais para incrementar a qualidade da educação e da pesquisa. E um aspecto recente de extrema relevância é a inclusão científica institucional de jovens doutores. O Brasil tem hoje um contingente acima de 50 mil jovens professores contratados para os institutos federais e para as universidades espalhado no País inteiro e é um capital intelectual extremamente precioso. Se não se conseguir uma inclusão científica, ou seja, não se identificarem esses talentos e os apoiarmos urgentemente, estaremos perdendo uma boa capacidade intelectual do País.

Quanto à pesquisa e infraestrutura, a frase força dela é que o Brasil precisa atuar na fronteira da produção do conhecimento. O objetivo é que o Brasil passe a pautar várias áreas da produção do conhecimento e não apenas a seguir tendências mundiais. Para isso, precisamos de ampliação e consolidação e integração da infraestrutura de pesquisa.

Já a infraestrutura de pesquisa do País é boa, mas é pequena para os desafios e para o tamanho do País. Então, ela precisa ser ampliada em um primeiro momento, consolidada e, finalmente, integrada – adiante vou mostrar alguns tipos de integração que imaginamos.

O Brasil precisa utilizar com muita inteligência o seu capital humano, pois inteligência faz parte da infraestrutura e ter presença em grandes projetos internacionais e, mais ainda, alguns projetos que vou, também, destacar à frente, que são grandes projetos nacionais mobilizadores que precisam de continuidade e de articulação entre eles, entre esses grandes projetos.

Entre esses eixos prioritários, a tecnologia e inovação tem um papel relevante: ecossistemas de inovação, a inovação na indústria é extremamente fundamental, a manufatura avançada, que está relacionada à indústria 4.0 – a expectativa do setor empresarial é de que, nos próximos três anos, haverá uma mudança no setor industrial tão ou mais significativa do que nos últimos 50 anos, então, esse é um tema extremamente importante –, cidades inteligentes e, entre eles, agregação de valor à produção e à exportação. O Brasil precisa agregar valor aos produtos que ele exporta e, mais ainda, o uso do poder de compra do Estado, com incentivo a novas empresas de perfil inovador. Esse é um dos eixos prioritários especialmente ligados ao setor empresarial que temos trabalhado.

O Marco Legal é extremamente importante, tem avançado, esta Casa tem dado uma contribuição imensa. Tivemos aprovada, em 2015, a Emenda Constitucional 85, que coloca claramente a pesquisa básica e a inovação na nossa Constituição. Isso vai precisar de um redesenho do nosso sistema nacional de ciência e tecnologia, e outros avanços, como o Marco Legal, que foi promulgado em janeiro deste ano.

Mas temos ainda algumas dificuldades. O Marco Legal tem vetos dos quais não havia expectativa. É preciso resolver a questão dos vetos e o Senado, como a Câmara, está extremamente empenhado nisso, bem como na regulamentação. A Lei da Biodiversidade foi promulgada e ela precisa de decreto e de uma revisão, foram detectadas várias dificuldades depois da promulgação. As organizações sociais eram fruto de uma ação no Supremo Tribunal Federal, que foi resolvida, e elas precisam agora de regulamentação, bem como a desburocratização do sistema nacional. Ou seja, a burocracia trava vários aspectos do País. E certamente a ciência, tecnologia e inovação não está livre desse travamento. É preciso desburocratizar esse sistema, ou seja, desobstruir os canais. E o financiamento. No financiamento, a expectativa é de que o Brasil precisa investir 2% do PIB em P&D, como ocorre com países desenvolvidos. O sonho de todos, inclusive no Ministério, em vários setores, é que isso possa ocorrer até 2022. Daí essa janela mais longa.

O fortalecimento do FNDCT é um tema que nós vamos discutir com mais propriedade. O FNDCT tem um papel preponderante nisso e vou tentar mostrar às senhoras e aos senhores esse papel e que ele precisa ser fortalecido e resgatado, porque o investimento no FNDCT tem caído de uma forma abrupta. Vou mostrar um quadro. Certamente, o Dr. Cintra vai detalhar bem mais essa questão dos investimentos do FNDCT.

Se nós observarmos, a posição do Brasil na América Latina é confortável. Quer dizer, na América Latina, 1,24% do PIB em P&D. A maior parte desse 1,24%... Esse número é mágico. Ele muda em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

função do PIB, do dólar e de algo, mas ainda o maior investimento é do setor público. E é preciso alavancar um investimento também do setor privado. Várias reuniões com a CNI mostram que isso precisa ser alavancado. Quando nós olhamos os BRICS, o país já não está em uma boa posição, e, na OCDE, realmente ele está junto da Espanha, próximo da Itália e longe dos países mais inovadores que pautam a ciência e a tecnologia no mundo. A meta é aumentar esse dispêndio, de modo que nós possamos pautar parte dessa ciência do mundo e competir em igualdade de condições.

O FNDCT foi criado no final da década de 60 e, desde a sua criação, a Finep é a Secretaria Executiva do FNDCT. Durante a década de 70, ele foi o mais importante instrumento de financiamento. A ciência e a tecnologia, no Brasil, floresceram muito nos anos 70 e 80, devido ao FNDCT, aos chamados Finep/ONS, que eram feitos com as universidades e centros de pesquisa. Isso alavancou e conseguiu institucionalizar a ciência no Brasil.

A década de 80, mesmo com o PADCT, que foi um programa que inclusive inspirou parte da ação recente dos fundos setoriais da governança, desempenhou um papel preponderante para boa parte das universidades, para várias áreas. Mas, o final da década de 80, anos 90, foi o que se chamou de quase uma década perdida em relação à ciência e à tecnologia, pois houve uma queda imensa nos investimentos. Isso persistiu até o fim dos anos 90, quando, em novembro de 1998, foi criado o primeiro fundo setorial, que foi o fundo do petróleo. A partir daí, houve uma grande expansão desse sistema e nós conseguimos fluxos. Mas as apresentações que vão se seguir vão mostrar que a descontinuidade desses fluxos, o não acolhimento contínuo dos compromissos firmados atrapalhou vários sistemas que estavam em andamento. Isso não impediu que o programa tenha sido um grande sucesso, como vamos tentar provar, e poderia ser um sucesso muito maior.

O Dr. Cintra vai desenvolver melhor isso, mas o FNDCT tem três grandes linhas de ação: o fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação; a subvenção econômica para a inovação; e instrumentos de créditos. Esses três instrumentos são complementares e os senhores verão que são extremamente importantes para que se possa sair desde a ciência aplicada ao produto. Quer dizer, a ciência no Brasil é um fator acadêmico. A maior parte dos cientistas estão na academia, mas a inovação é um desafio empresarial, é um desafio da indústria, e se precisa de instrumentos que levem a um *continuum* entre a formação de pessoal, a ciência básica e o produto, aos bens e aos serviços. E essa é a função dessas linhas de ação do FNDCT.

A governança se inspira, em parte, no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico que o País teve nos anos 80, o PADCT, e nós temos nessa governança um Conselho Diretor, que é o órgão acima de todos, que é formado pela participação dos Ministérios, pelos presidentes das agências, representantes da Confederação Nacional da Indústria, representantes da SBPC, ABC e Andifes e dos trabalhadores. Então, é um grande programa de discussão e de tomada de decisão. Temos um Comitê de Coordenação Executiva ligado a ele, uma Coordenação dos Fundos Setoriais e um comitê coordenador de cada fundo setorial. Então, nós temos desde os pesquisadores e os representantes de empresas envolvidos nessa tomada de decisão até os ministros e os representantes da comunidade científica e da CNI nesse Conselho Diretor. Ou seja, é um sistema em cascata que envolve vários níveis de avaliação, que faz desde a definição das grandes políticas à avaliação de um projeto dentro da Finep ou do CNPq, por comitês indicados pelos comitês gestores de cada um dos fundos. Ou seja, é um sistema que tem um encadeamento muito bem desenhado e que se espera que com o tempo seja revisitado, para que cada vez funcione melhor.

O FNDCT envolve um círculo virtuoso, que apoia desde a infraestrutura nas universidades, recursos humanos, à subvenção econômica e o crédito. Então, nesse círculo virtuoso, nós envolvemos desde a formação de pessoal ao desenvolvimento de ciência básica, à produção de bens e produtos.

Então, nessa linha, os 13 fundos setoriais começam com o Fundo Setorial do Petróleo, em novembro de 1998. Como já registrei, o Prof. Carlos Pacheco era o Secretário Executivo do Ministério, começou a atuar nos fundos setoriais e foi o estrategista e o grande articulador para nós termos hoje 13 Fundos Setoriais.

Os Fundos não Setoriais, que são os Fundos Verde-Amarelo e CT-Infra, que envolvem ações transversais, o desenho e a racional são muito bem aplicados e organizados. Quer dizer, são ações que são transversais aos fundos, que são verticalizados. Ou seja, têm-se ações pontuais em cada fundo, alta-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mente verticalizadas, e ações transversais que pegam um ou mais fundos. Por exemplo, o Fundo Verde-Amarelo é extremamente importante para o setor empresarial e o CT-Infra foi um grande alimento, o oxigênio, o alimento mesmo para as universidades nesses últimos períodos.

Nos primeiros anos, foi investido cerca de um bilhão na infraestrutura das universidades. Agora, o desenho foi muito bem... Tivemos alguns desvios de percurso. Por exemplo, em anos recentes, quando o Ciência sem Fronteiras, que é um grande programa brasileiro de intercâmbio científico, algo extremamente relevante para o País e que seria desenvolvido com recursos novos, no momento em que foi colocado dentro dos fundos setoriais, ele praticamente absorveu todo o recurso, boa parte do recurso desses fundos setoriais, e comprometeu não só o desenvolvimento dos fundos, como das agências, em especial do CNPq. Boa parte do orçamento ficou comprometido com o Ciência sem Fronteiras. Então esse é um exemplo para que se aprenda com ele, se redesenhe. A cooperação é extremamente importante, mas que se redefina o papel dos fundos, o papel dos Ministérios, em especial do MCTI e do MEC nesse sistema. É algo que nós precisamos aprofundar.

O FUNTTEL não faz parte do FNDCT. Ele foi criado em 2000. Ele tem uma fonte específica, que é 0,5% da receita bruta dos prestadores de serviços das telecomunicações. Tem também suas áreas prioritárias e tem também os seus objetivos, que são muito próximos aos objetivos do FNDCT, mas focalizados numa área específica.

Esse quadro é um quadro resumo que será detalhado adiante, mas mostra uma questão extremamente emblemática: em 2011, foram arrecadados R$3,5 bilhões no FNDCT; houve uma autorização de empenho de 2 bilhões, ou seja, um número menor; e um orçamento disponível de 1,9 bilhões. Se nós pularmos para 2016, há uma pequena queda na arrecadação; há um aumento, em relação a 2011, para 2,6 bilhões, da autorização e uma queda brutal no orçamento disponível. O orçamento disponível passa a ser menos da metade do que era em 2011. Ou seja, abre-se uma tremenda boca de jacaré e, se persistir isso, praticamente vai sumir o FNDCT, se continuar persistindo essa abertura da boca do jacaré em 2016. E a autorização para 2017 não é muito maior do que isso. Então é algo com que nós precisamos ter todo o cuidado. E eu diria que essa figura é a mais emblemática para esta Casa do que acontece com o FNDCT em anos recentes. Já tivemos momentos de alegria em 2010, em que não havia contingenciamento. Foi todo um trabalho feito no passado. Então é um sistema ciclotímico, em que nós temos picos e vales, e o risco é que esse novo vale seja um vale da morte, se ele não for retomado, e essa boca de jacaré seja combatida de uma forma muito intensa.

Se nós observarmos, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações tem uma grande infraestrutura em nível nacional, em todo o País. Vai desde a Torre Alta da Amazônia (a ATTO), que é a maior torre de observação climática do mundo; ao Satélite Geoestacionário; ao navio Vital de Oliveira e ao Cruzeiro do Sul – Vital de Oliveira é o navio oceanográfico mais moderno a operar no Atlântico Sul –; aos nossos supercomputadores Santos Dumont, no Laboratório Nacional de Computação Científica, Tupã, no Inpe, e temos um outro computador de grande porte na Bahia, no Senai Cimatec. Então há uma grande infraestrutura, sem contar o CNPEM, que é o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais. Até recentemente o Prof. Pacheco era o diretor-geral. E no CNPEM, dos seus laboratórios, o mais moderno em construção é o Sirius, que será a luz mais brilhante desta parte do hemisfério. Então, é um programa que não pode ser interrompido. Qualquer interrupção, a retomada será extremamente difícil.

E várias redes nós temos, como os parques tecnológicos, Rede Clima, Bionorte, redes que envolvem todo o País, e todo esse quadro que os senhores estão vendo tem recurso do FNDCT. Quer dizer, em todas essas ações, é difícil tirar uma dessas ações, que dá uma visão nacional ao sistema, que não tenha a presença do FNDCT. Ou seja, o impacto é nacional, em todas as Regiões.

Se pegarmos um exemplo de um programa extremamente abrangente, integrador, será o programa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Esses institutos, são 125 em andamento. Agora o CNPq e a Finep estão renovando junto com a Capes o financiamento de outros 101, entre novos e antigos. Se observarmos esse programa, ele tem presença em todas as Regiões do País. Esses programas integram praticamente 2 mil instituições e 8 mil pesquisadores. Esses 8 mil pesquisadores, se olharmos a cooperação internacional, cooperam com mais de mil pesquisadores estrangeiros e cerca 140 empresas fora do País. Ou seja, há uma grande cooperação internacional. Se olharmos o verde do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lado esquerdo, eles formam um contingente imenso de jovens cientistas, criaram um grande número de programas de pós-graduação e de disciplinas. E operam na inovação tecnológica com vários registros de patentes, além das publicações científicas e várias patentes já comercializadas, já com produtos colocados. Então, é um exemplo de um programa extremamente integrador e que, além disso, opera e atende praticamente todas as áreas do conhecimento. A saúde é mais abrangente, com 30%; engenharia, física e matemática, 10%. Então, além da presença nacional, esse é um programa de grande integração. E mais, ele envolve desde o mais graduado e qualificado pesquisador brasileiro ao estudante de graduação. Esse é um programa que eu diria que precisa ser não só consolidado melhor, mas ampliado, porque permite integrar empresas, permite integrar universidades, permite integrar ensino, permite integrar pesquisa. Então, é um grande exemplo de programa.

E temos ainda alguns exemplos de laboratórios apoiados pelo FNDCT, e que são vitais. O Laboratório de Tecnologia Oceânica da COP é extremamente importante em todos os estudos de exploração de petróleo no mar. Esse laboratório, juntamente com o LNCC, de computação científica, foram os que receberam os primeiros aportes do CT-Petro. Em maio de 1999, a primeira reunião do comitê do CT-Petro fez um aporte significativo a esse laboratório e ao LNCC, como sistemas abrangentes para o País. E certamente esse laboratório tem uma importância grande, tanto que alguns desenvolvimentos de petróleo e gás, como inspeção de risers aqui do lado, o Dragão do Mar, que é um veículo de inspeção submarina, tudo isso depende de laboratório de testes e está integrado.

O laboratório de integração de testes do Inpe, ali ao lado direito, em cima, é um grande exemplo de um laboratório num instituto de Ministério de Ciência e Tecnologia, que lidera os seus trabalhos ligados a satélite, mas é aberto para as empresas. Várias empresas usam intensamente esse laboratório nos seus testes.

Na área de defesa: desenvolvimento de radares, desenvolvimento de veículos, combate e desenvolvimento de mísseis. Então, são sistemas que também têm apoio do FNDCT. E na área de saúde, nós destacamos o Inspiron, que foi o primeiro stent farmacológico produzido no Brasil, cuja história é fantástica. Começa com um bolsista que se torna doutor, que cria uma empresa, que incuba essa empresa e chega a um produto.

Então todas essas ações têm recursos do FNDCT e têm recursos em projetos abrangentes, em projetos extremamente qualificados. Qual é o nosso desafio, como coloquei desde o início? Resgatar o FNDCT. Os recursos do FNDCT precisam ser resgatados, disso depende a continuidade de projetos desse tipo e o início de novos projetos integradores.

Nessa linha do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, eu gostaria de destacar, como um último aspecto, em verde, em especial, o Senador Lasier comentou bastante isso –, Lasier Martins, por várias vezes eu erro nome do senhor, e eu tenho que ficar de castigo —, a avaliação e o acompanhamento. Certamente o Brasil tem uma experiência boa na avaliação de projetos e na alocação de recursos a projetos, mas nós carecemos de um sistema de avaliação não só dos projetos, mas de acompanhamento, um sistema que permita, em meio de caminho, decidir se aquilo terá uma continuidade incrementada ou se terá uma correção de rumo. E faz parte dessa agenda do CCT, inclusive, na reunião que eu mencionei do dia 10 de novembro, entre esses itens em azul e em escuro, o desenvolvimento de um Sistema Nacional de Avaliação. Essa reunião foi muito auspiciosa. O Presidente da República e o Ministério da Fazenda anunciaram R$1,5 bilhão adicionais ao MCTIC para que ele cumpra os seus restos a pagar. Ao mesmo tempo, foi assinada a autorização de empenho e de alocação de recursos de 101 novos institutos nacionais, o cumprimento, então, foi o resgate do Conselho Nacional de Ciência Tecnologia nessa reunião do dia 10 de novembro; a sua agenda e o que foi anunciado certamente nos dá esperanças de melhores dias.

Obrigado pela atenção.

Estou pronto para discutir ou responder a algumas perguntas.

Obrigado, Senador Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O agradecimento é nosso, Doutor Jailson de Andrade, por essa exposição tão qualificada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós tivemos aqui, Senadores Pedro Chaves e Cristovam Buarque, uma exposição magnificamente didática, clara, profunda, com o histórico dos fundos e, durante grande parte, soluções o senhor nos trouxe aqui. Basta levarmos adiante.

De fato, nós, na semana passada, também confirmamos a informação que o senhor presta. Estivemos com o Ministro Kassab lá no Ministério e ele nos deu essa boa notícia de que R$1,5 bilhão de restos a pagar serão destinados até o fim do ano para a área da ciência e tecnologia.

Bem, nós vamos seguir agora ouvindo o Dr. Mário Neto Borges, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dr. Mário, bom dia.

O SR. MÁRIO NETO BORGES – Bom dia, Senador Lasier, bom dia demais Senadores, Parlamentares, audiência. É uma honra e um prazer estar aqui com todos vocês, especialmente estar ao lado aqui das grandes autoridades da gestão da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. O Prof. Jailson acabou de dar uma belíssima aula, o Prof. Pacheco é também uma figura importante dentro desse cenário e o nosso colega Marcos Cintra, da Finep.

A nossa apresentação aqui, Senador, vai focar mais... A questão dos recursos e a distribuição ficariam mais a cargo da Finep demonstrar, esses dados, como sendo a gestora do FNDCT. A nossa função aqui é mostrar mais os resultados disso na ponta da ciência, que é responsabilidade do CNPq.

Então, eu gostaria de começar dizendo e reafirmando uma posição que o próprio Senador colocou na abertura da fala dele: o desenvolvimento sustentável e de longo prazo do Brasil só vai se consolidar se nós fizermos o devido investimento em educação, por um lado, e ciência, tecnologia e inovação, pelo outro. Isso é o que vai gerar riqueza e vai nos dar condição de sermos competitivos no cenário atual. Isso tem sido provado por vários países nas suas trajetórias históricas. Realmente, se o Brasil precisa distribuir riqueza pelas desigualdades que nós enfrentamos, para distribuir riquezas, nós precisamos gerar riqueza; e para gerar riqueza, nós precisamos de ciência, tecnologia e inovação. E a ideia aqui é mostrar um pouco do impacto do FNDCT dentro das atividades que o CNPq devolve. O Prof. Jailson já adiantou algumas atividades, o que facilitará muito a nossa vida.

O FNDCT, então, compõe parte dos recursos dos programas que o CNPq desenvolve junto à comunidade científica e acadêmica brasileira. Começando lá, do primeiro, é o que nós chamamos da chamada universal, que é a gasolina para os pesquisadores espalhados em todo o Brasil. São chamadas que atendem em torno de 5 mil pesquisadores, centenas de laboratórios que são abastecidos para fazer a sua rotina tradicional da pesquisa, aquela engrenagem funcionar, inclusive, envolvendo os bolsistas de laboratórios, bolsistas de iniciação científica, então, montando o corpo que produz a ciência básica.

Dali para a frente, nós já vamos para uma rede, que já foi mencionada pelo Prof. Jailson, a Rede Pró-Centro-Oeste, que é um programa que mostra que as pesquisas também cuidam do desenvolvimento regional e do equilíbrio regional. Logo ali embaixo, nós temos o Rhae, que é um programa de alocação de recursos humanos nas empresas. Como muito bem colocado aqui pelo Senador e pelo Jailson, a academia faz a ciência e a inovação quem faz é a empresa. Agora isso tem que ser articulado de forma muito importante, lembrando que um dos aspectos para essa articulação, que foi mencionado aqui também, é o Marco Legal, que esta Casa aprovou, por unanimidade, nas duas instâncias, mas que ainda tem alguma coisa para ser feita, como colocou o Prof. Jailson, a derrubada dos vetos e também a sua regulamentação. Se isso for feito, Senador Lasier, nós podemos avançar muito na desburocratização, como o senhor mesmo mencionou, e também na facilidade de operação da ciência e tecnologia, por um lado, com a inovação nas empresas, do outro, tirando muitos fantasmas e mitos que ainda persistem.

Mais alguns programas na área agrícola, que é um programa fundamental. O Brasil era, na década de 70, importador de alimentos, hoje, nós somos exportadores, graças aos investimentos que foram feitos em pesquisa, em ciência, tecnologia e inovação. A Embrapa é o exemplo patente disso. A Rede Clima também foi mencionada aqui, e cuida da questão do meio ambiente e de prevenção de acidentes.

Os INCTs, eu não preciso explicar, porque, Prof. Jailson, esse é o grande filé-mignon do CNPq, da Capes e da Finep, do lado federal. Mas também conta muito com o lado estadual, com a participação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do conjunto das FAPs no Brasil que financiam volume significativo desse programa, que é o maior programa de pesquisa no Brasil e que tem todas aquelas características que o Prof. Jailson colocou. É uma rede nacional, envolve pesquisadores de todos os Estados brasileiros, mais de 400 laboratórios, mais de 8 mil pesquisadores, tem interação internacional, tem interação com a indústria, então, ele representa realmente um bom exemplo daquilo que o Brasil pode fazer e ampliar, o programa de excelência, o Pronex.

E aqui um exemplo que eu quis trazer, Senador, que é o programa para a zika, que mostra que a ciência brasileira está preparada para agir rapidamente. Se algum problema aparece, como foi o caso da zika, em um ano as pesquisas foram concentradas, houve recurso, houve priorização e a ciência pôde atender, então, com respostas importantes.

Outro programa de saúde que eu coloquei ali, que é o Elsa, que também vou falar. Mas isso mostra, eu quis gastar um pouquinho de tempo nesse eslaide, que o FNDCT faz parte. São exemplos que dizem que o FNDCT é muito importante para que nós possamos desenvolver os programas de ciência, tecnologia e inovação.

Quais são os dois problemas? Primeiro, o contingenciamento, que o Jailson bem mostrou. E a outra questão são esses altos e baixos – mais baixos que altos. Para a ciência é mortal você ter descontinuidade nos programas científicos. É uma questão muito complicada.

Aqui, muito rapidamente, nós podemos mostrar como isso impactou na vida do CNPq. O Prof. Jailson falou que na verdade o FNDCT vem entrando gradativamente no orçamento. Mas quando começa a ficar muito grande, 2012, 2013, 2014 e 2015, ele foi praticamente todo dedicado para o Ciência sem Fronteiras, que já foi mencionado, o que tira um pouco da atividade principal do CNPq, porque no Ciência sem Fronteiras o gasto foi muito na alocação de alunos de graduação no exterior. E mostrando mais, naquele azul, que é o orçamento do CNPq, a parte do azul mais claro mostra que o Ciência sem Fronteiras entrou também no próprio orçamento fonte 100 do CNPq. Então foi isso que provocou um grande problema para o desempenho do CNPq nos últimos anos.

Então, o que nós esperamos com esse trabalho todo que os senhores estão fazendo, muito importante para a ciência brasileira, é que haja alguma forma de evitar o contingenciamento e também que nós possamos trabalhar na recuperação do orçamento do CNPq, o orçamento fonte 100, para que nós possamos evitar que essas divergências acabem prejudicando o desempenho científico brasileiro.

Aqui é para mostrar, ao longo dos diversos anos, a questão da formação de pesquisadores. Na verdade é a atração de talentos e a qualificação desses pesquisadores para que possam desenvolver as suas pesquisas. Então, 2011 foi o ano em que nós tivemos o maior número de bolsas de pesquisa, 31 mil – isso é muito pequeno dentro do cenário brasileiro. Nós estamos falando aí de uma população... Só por ano, hoje, nós formamos no Brasil próximo de 20 mil doutores por ano e quase 50 mil mestres. Então, esse realmente é um número que precisa ser ampliado.

Na questão da pesquisa, nós temos exemplos que mostram realmente a importância desses investimentos que o FNDCT faz via CNPq. Na Rede Clima já foi desenvolvida a primeira versão do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, que é muito importante para o acompanhamento e a prevenção de acidentes climáticos. E isso impacta também, o trabalho desse projeto, na questão das mudanças climáticas para os produtores rurais, para garantia de sucesso das devidas safras de cada área agrícola.

A Rede Pró-Centro-Oeste, como eu havia falado, é um programa de resultado muito importante para desenvolvimento regional. Além de cuidar da questão da produção, ele leva em conta também a sustentabilidade da área que está sendo utilizada para produção de alimentos, ao mesmo tempo em que forma recursos qualificados nessa área importante para que o Brasil possa avançar no que é fundamental para nós, que é a área exportadora de produção de alimentos. Lembrando sempre, como o Prof. Jailson falou, que nós não só exportemos o produto básico, mas também agreguemos valor aos produtos que aqui fazemos para que os recursos arrecadados sejam cada vez maiores.

Aí é o exemplo que eu já tinha colocado, da questão do zika vírus, que é a parceria também com a Fundação Bill & Melinda Gates, uma internacionalização. O Prof. Jailson colocou muito bem a importância da internacionalização para qualificar a pesquisa brasileira em termos da sua produção, do seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

impacto e da sua qualidade. Portanto, já é realmente um resultado bastante importante, conseguido num curto espaço de tempo. Mais uma vez, reforçando, mostra que, se a ciência tiver os recursos e menos burocracia, ela consegue apresentar respostas para o desenvolvimento brasileiro.

Esse é um estudo bastante importante, que mostra a tendência da sociedade brasileira de se tornar cada vez mais obesa, com isso, trazendo problemas de saúde, como diabetes e pressão alta. Então, esse é um estudo fundamental, em parceria com o Ministério da Saúde. Há também, Senador, essa articulação com os Ministérios fins – da Saúde, da Defesa, da área agrária – para que os projetos articulados possam receber recursos suficientes para tratar desses problemas que tanto afligem a nossa sociedade.

Aqui a questão da área agrária. Inclusive, o que é muito importante: resultados de detecção do problema do leite, que era substituído por soro na elaboração de produtos como queijos, iogurtes etc. E também a questão do pescado que era comercializado. Então, há uma forma de cientifica e tecnicamente fazer a detecção desses problemas, evitando, então, que os produtos sejam de baixa qualidade e que possam trazer problemas de saúde e mesmo econômicos para o País.

Mais um resultado importante aqui, na área de meio ambiente, que é a rede que cuida de resíduos e contaminantes. Isso é importante, porque para a exportação de vários produtos, países principalmente da Europa, do Primeiro Mundo, requerem que essas questões estejam sob controle rigoroso. Então, essa rede cuida da qualidade, assegurando a possibilidade de exportação de diversos produtos. E também, evidentemente, cuidando da saúde dos consumidores e melhorando a qualificação do Brasil em termos de competência na área de tratamento de resíduos e contaminantes.

Aqui, é mais ou menos – de forma não tão competente como fez o Prof. Jailson – para mostrar que essas redes estão por todo o Brasil. Isso é importante. Nós estamos falando aqui do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Então, se ele é nacional, tem que estar em todos os cantos do Brasil. E realmente mostra a capilaridade que tem sido conseguida, graças ao volume de recursos, porque inclusive existe aquela obrigação legal de que parte, 30% dos recursos dos fundos têm que ser usados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o que realmente ajuda bastante nesse direcionamento.

Aqui, um pouco dos impactos do INCT, mas, como o Prof. Jailson já havia enfatizado, eu só queria chamar a atenção porque, nesses três casos aqui, os senhores podem ver que já existem as patentes concedidas, garantindo, então, que o produto tenha o seu resultado e a sua proteção intelectual garantida, não só para assegurar a propriedade intelectual, mas também para que possa ser comercializado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO NETO BORGES – Aqui, eu creio que é um ponto importante, porque o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico vem desses fundos das empresas, mas existe um programa muito importante, que é o chamado RHAE Pesquisador na Empresa, já tradicional no CNPq. A ideia é a de que hoje, no Brasil, a maioria dos pesquisadores está nas universidades, nos centros acadêmicos. E é muito importante que haja pesquisadores nas empresas. Uma forma de induzir isso é esse programa, que, através das bolsas, concede às empresas a possibilidade de contar com pesquisadores na sua força de trabalho. Isso, além do aproveitamento posterior do profissional pelas empresas, também melhora a qualidade dos produtos e a competitividade das empresas e, portanto, é um resultado bastante desejável.

Aqui, exatamente alguns desses resultados. Eu chamaria a atenção para a extrema direita do eslaide. Esse programa já alcançou 2.172 pessoas. Desse número, 777 se tornaram empregos diretos. Ou seja, é inclusive um programa gerador de emprego para o setor empresarial, mas emprego qualificado, porque são mestres e doutores que estão se encaixando. É um programa que pode ser fortemente ampliado, desde que não ocorra não contingenciamento do FNDCT e a sua regularidade de desembolso, que é muito importante para o sucesso da ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

A questão da internacionalização – e aqui eu já caminho para o final desta apresentação – é muito importante porque nós não vamos fazer o desenvolvimento científico e tecnológico sem interagir com outros setores. Em áreas estratégicas, como biocombustíveis e tecnologia da informação e comunicação, nós já temos cooperação com a área internacional, com a União Europeia, e não é só pelo fato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de trazer pesquisadores de outros países para trabalhar conosco, mas também de atrair recursos para somar aos recursos nacionais e, com isso, haver mais disponibilidade para os pesquisadores do Brasil.

Então, aqui se trata apenas de uma fotografia para mostrar que, em vários Estados, em cada programa desses – esse é o Casadinho Procad –, em parceria com a Capes, estamos qualificando as pessoas e investindo nos diversos Estados brasileiros. Através de grupos de excelência, vários Estados estão sendo envolvidos. Há também o Programa Primeiros Projetos, que exatamente confirma a colocação do Prof. Jailson de que muitos recém-doutores estão espalhados por todo o Brasil. O Reuni espalhou vários centros acadêmicos pelo Brasil, todos os institutos federais, e esses primeiros projetos dão exatamente o enxoval para que aquele pesquisador, permanecendo no local para aonde foi, possa começar a produzir os seus projetos de pesquisa e, portanto, se inteirar com o restante do País. Esse é o Grupo Emergentes. Com isso, mostramos os exemplos mais importantes que temos dos investimentos do FNDTC no CNPq.

Lá no CNPq esta frase é sempre lembrada por todos nós: vamos saber se as nações são fortes porque fazem ciência ou se é a ciência que as faz fortes. Se o Brasil quiser ser um pais forte, precisamos fazer ciência, tecnologia e inovação. E, para isso, precisamos de menos burocracia, marco legal, precisamos de gente qualificada, investimentos em mestres e doutores e precisamos de recursos disponíveis para darmos continuidade. Assim, podemos arrumar uma trajetória positiva para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Obrigado, Senador; obrigado aos senhores pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Dr, Mário Borges. Essas suas palavras, com a autoridade de quem preside o CNPq, certamente irão para o nosso relatório. Muito obrigado.

A propósito, Dr. Mário, na sexta-feira passada, estivemos visitando o Ministro Dyogo Oliveira, do Planejamento, exatamente para apelar pela nomeação de pesquisadores. E a boa notícia que ele nos deu foi de que imediatamente vai contratar os concursados que estão prestes a ver o prazo expirado agora, no início do ano que vem, para a área da indústria e produção de patentes, que é outra grande deficiência que temos.

O SR. MÁRIO NETO BORGES (*Fora do microfone.*) – Inpi.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Exatamente, o Inpi. E o Ministro Dyogo nos garantiu que vai contratar, provavelmente ainda este ano, 70 pesquisadores e tecnologistas, que estão pendentes, à espera dessas indicações.

Há uma pergunta aqui que eu vou deixar pendente, para uma resposta mais tarde, acerca do que V. Sª disse há pouco, Dr. Mário, relativa ao zika vírus e ao Ciência sem Fronteiras, seriam dois problemas característicos mais para a ciência básica do que para a inovação: "Não deveriam ter sido financiadas as pesquisas com recursos, em parte, do Tesouro Nacional? E o MCTIC não poderia rejeitar essa conta, que, em princípio não é do FNDCT?". Se o senhor quiser responder sucintamente, por gentileza. E, assim, nós já resolveríamos imediatamente a pergunta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Ah, bom! Se o Dr. Carlos Pacheco vai falar daqui a pouco, então ele trata do assunto.

Vamos agora ouvir o Prof. Marcos Cintra Cavalcante, que é o Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Dr. Marcos, por favor.

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Senador, eu quero cumprimentar o senhor e todos os Senadores aqui presentes por esta audiência pública, ao tempo em que quero confessar que preparei uma apresentação completamente diferente do que eu vou efetivamente dizer durante os 20 minutos que me foram alocados nesta reunião. E faço isso por uma razão muito simples: preparei aqui um inventário bastante completo das atividades da Finep, de suas ações, com alguns dados importantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

com relação ao Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, o FNDCT, mas, ouvindo aqui as apresentações do Secretário Jailson e do Presidente do CNPq, Mário Neto, acredito que muitas das coisas que eu pretendia dizer já foram efetivamente mencionadas. Assim, eu vou ter a ousadia apenas de concluir algumas coisas que foram ditas pelos que me antecederam e, a partir daí, apresentar alguns dados para comprovar, de alguma forma, um modesto diagnóstico que tive oportunidade de fazer com relação a esse setor.

De todo modo, deixo esta apresentação, que acredito seja bastante completa, para subsidiar os trabalhos da Comissão, apresentando dados que, acredito, são importantes para a compreensão da função e das atividades da Finep, e, desde já, coloco-me a mim e a dois dos meus principais colaboradores, o Luiz Martins e o Rogério, que estão aqui, à disposição para, eventualmente, complementarem qualquer solicitação que esta Comissão possa fazer acerca dos dados apresentados.

Mas eu vou ousar fazer um brevíssimo resumo do que disse o Secretário Jailson.

O que ficou demonstrado, Senador, é que o Brasil possui um dos mais complexos e diversificados sistemas de ciência e tecnologia do mundo. É evidente que não nos encontramos no mesmo patamar da Coreia, de Israel, dos Estados Unidos, da França, mas o nosso sistema se equipara ao de países razoavelmente desenvolvidos, como o Canadá, a Espanha, a Itália, e superamos todos os países dos BRICS. Com esta constatação, nós percebemos a extrema diversidade, diversificação e complexidade do nosso sistema de inovação. Mas, infelizmente, somos obrigados também a concluir que, apesar de toda essa construção, que demorou gerações, demorou décadas para ser implementada, estamos caminhando rapidamente rumo à sua insustentabilidade, caso a política pública adotada na área de ciência e tecnologia perdure ou tenha continuidade face ao que temos observado nos últimos anos. E este é um ponto que eu vou pretender demonstrar, Senador Buarque.

Uma segunda conclusão que eu ouso tomar da apresentação do Presidente do CNPq, Mário Neto, é que, realmente, nós conseguimos criar, no Brasil, um país onde a produção de ciência e tecnologia nos coloca – e a Profª Helena Nader não se cansa de mostrar isso, ela que é Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – em 14º ou 15º país no *ranking* de produção de conhecimento científico no mundo, que é uma colocação extremamente honrosa para um País com um nível de renda *per capita* como o nosso.

Nós dizemos que dispendemos 1,24% do PIB em ciência e em tecnologia, mas alguns dados dão números, inclusive, maiores do que esse. Dependendo do que se considera como gasto em ciência e tecnologia, algumas estatísticas mostram que se chega até 1,6% do PIB. Isso mostra o brutal esforço que o País vem desenvolvendo, ao longo dos últimos 30 anos, na capacitação de sua estrutura geradora de conhecimentos científicos e tecnológicos, o que nos colocou, repito, como o 14º ou o 15º país no *ranking* de produção de conhecimento, seja ele medido em termos de produção, seja ele medido em termos de citações nas melhores revistas internacionais, enfim, seja o critério que for adotado.

Contudo, quando pretendemos passar ao passo inicial, que é a transformação do conhecimento em geração de valor, naquilo que efetivamente interessa ao País, que é a geração de desenvolvimento econômico, de renda, de emprego, de qualidade de vida, o País se situa em 76º lugar ou em 77º lugar no *ranking* de inovação, ou seja, estamos falhando miseravelmente na transformação do conhecimento científico para a sua aplicação no setor produtivo, que é o que caracteriza a inovação e a aplicação do conhecimento científico na produção, aumentando a competitividade e resultando em desmembramentos econômicos que melhorem a qualidade de vida da sociedade.

É aí que entra o papel da Finep. Por exemplo, mesmo tomando esse dado mencionado pelo Secretário Jailson, de 1,24% do PIB em gastos com tecnologia, se nós decompusermos esses 1,24% entre gastos privados e gastos públicos, nós vamos perceber que, no Brasil, 0,8% desses 1,24% é de gastos públicos em ciência, em tecnologia e em inovação e que apenas o restante, 0,42% ou 0,45%, é de gastos privados. Ou seja, aproximadamente, para cada R$2 gastos pelo setor público, o País tem suscitado R$1 em gasto do setor privado. Nós não estamos sendo capazes de motivar, de deflagrar gastos privados oriundos do conhecimento científico gerado com o esforço do setor público na mesma proporção dos outros países que despendem 2% do PIB, onde a relação é exatamente a inversa. Senador Lasier, em qualquer país, nos Estados Unidos, na Coreia, é exatamente o inverso: para cada real gasto pelo setor público, R$2 são gastos em ciência e em tecnologia pelo setor privado. No Brasil, a relação é exatamente a inversa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Como eu disse, é aí que entra o papel da Finep. A Finep é o braço executor e operador da política de ciência e tecnologia gerida e definida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para a transformação dessa política em ações concretas, práticas, específicas.

E aí é que eu vou fazer algumas observações para mostrar, primeiro, por que eu acredito que nós estamos caminhando para a insustentabilidade do sistema se não adotarmos medidas dramáticas e drásticas – daí a esperança dos resultados positivos desta Comissão e deste relatório que será produzido por esta Comissão – e, segundo, que precisamos também adotar medidas para viabilizarmos esse canal de comunicação mais eficiente entre a produção de conhecimento científico e a sua aplicação pelo setor produtivo em inovação – e farei aqui apenas algumas sugestões do que precisaria ser urgentemente feito –, para sustarmos esse processo de gradativa degradação de um sistema tão bem construído, tão bem elaborado e, hoje, digamos, tão coroado de êxitos frente aos resultados em termos do conhecimento em ciência e tecnologia que caracteriza o nosso País.

Como disse, vou desrespeitar completamente a ordem da minha apresentação.

Na primeira parte eu faria uma brevíssima explicação do papel da Finep. Esse tema, eu gostaria de abordar com os senhores, porque mostra como nós podemos, devemos e queremos ser o canal de comunicação entre a formulação da política pública e o setor produtivo. Falarei também sobre a questão da arrecadação e execução do FNDCT, que é o grande problema da sustentabilidade do sistema. Pelos outros itens, eu passarei apenas muito brevemente, e os deixarei aqui como colaboração para a Comissão, para a continuidade dos seus trabalhos.

A Finep é uma instituição que tem 50 anos, vai comemorar 50 anos de idade no ano que vem. Fundada em 1967, hoje é vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia e, como já foi amplamente mencionado aqui, é a secretária executiva do FNDCT. Nós somos os operadores do FNDCT. A política, as orientações e as diretrizes fundamentais são dadas pelo Ministério e pelos órgãos de governança desse fundo.

A missão da Finep é aquela: promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A missão da Finep não é gerar conhecimentos científicos. Conhecimento científico é gerado pelo CNPq, é fomentado pelo CNPq, pelas FAPs, é fomentado pela Capes nos seus níveis mais fundamentais e pelas universidades. A Finep tem como missão promover desenvolvimento econômico e social por meio do fomento público à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e em outras instituições públicas e privadas. Portanto, o nosso papel é fazer a interação entre conhecimento científico e produção/geração de valor, que é o que define inovação.

Como os senhores sabem, é um fundo de natureza contábil, e esse é um ponto extremamente importante – um pouco mais para frente eu vou abordá-lo com um pouco mais de detalhamento. A característica de ser um fundo contábil e não um fundo financeiro ou um fundo patrimonial faz toda a diferença na sustentabilidade desse sistema, e este é um dos pontos fundamentais, fulcrais, que eu gostaria de deixar para o Senador Lasier como recomendação da Finep: a sua transformação num fundo financeiro, como é o FAT, como é o FGTS. Nós não temos essa característica, e eu vou explicitar um pouco mais adiante o porquê disso.

A Finep, como disse, é a secretaria executiva do fundo, enfim, definida por aquela legislação. O fundo tem uma governança específica que já foi mencionada pelo Secretário Jailson e não vou me ater a ele; é um Conselho Diretor. Há o Comitê de Coordenação Executiva, o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais e os comitês de gestores.

Agora, ali em cima, no título, já começamos a nos preocupar. Ainda que a formatação seja racional, lógica e absolutamente coerente com seus objetivos, o processo decisório envolve um Conselho Diretor e 18 comitês com mais de 150 representantes. Eu pergunto se uma estrutura de governança com esse número de pessoas, com esse número de comitês, com esse número de participantes pode ter a eficácia desejada, num setor como o de ciência e tecnologia, que, diferentemente de outros, exige flexibilidade, agilidade, rapidez nas suas decisões, porque a ciência caminha rápido, muito mais rápido do que o crescimento econômico vegetativo de atividades econômicas normais, onde simplesmente se reproduz capital. Aqui, não. Aqui se produz capital intelectual e capital humano, e o ritmo de produção é muito rápido e eu diria que até incerto, em função das suas próprias características, que são a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

abertura de novas fronteiras. Portanto, esse sistema de governança é uma das coisas que precisam ser amplamente discutidas, como aliás já foi sugerido aqui pelo Secretário Jailson.

Eu não acredito numa governança que envolva 150 representantes, todos eles com bastante autoridade e representatividade, com opiniões consubstanciadas em raciocínios corretos e respeitáveis, dentro de 18 comitês. Não é uma governança ágil, não é um tipo de governança de que o País precisa para uma atividade tão dinâmica como é ciência, tecnologia e inovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O senhor é da opinião de que no nosso relatório deveríamos registrar uma sugestão para reduzir o tamanho deste Conselho?

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Pela definição, uma racionalização. E a racionalização, Senador Lasier, inevitavelmente vai implicar uma redução em termos de diversidade de representações, de participações e de processos decisórios. Não é meramente uma recomendação quantitativa, é uma recomendação qualitativa que vai, certamente, repercutir no aspecto quantitativo também.

O que a Finep faz, a mando do FNDCT? Nós atuamos – isso é importante mencionar para os senhores – com três grandes linhas de atuação. Primeiro, os não reembolsáveis. A Finep faz financiamentos a fundo perdido, como se chamava antigamente e hoje se chama de não reembolsável. Financiamentos de projetos de instituições científicas e tecnológicas (ICTs): universidades, laboratórios nacionais, OS, enfim, todos os organismos que produzem ciência e tecnologia e que precisam do subsídio público. Nós atuamos também em projetos de cooperação entre esses ICTs e empresas. E esse é um elemento fundamental que precisamos ampliar na Finep, em toda a nossa estrutura de apoio e de fomento à ciência e tecnologia.

Eu acredito que ainda existe – cada vez menos, mas ainda existe – uma certa separação, uma certa visão de que são campos de atuação distintos, onde os interesses de uma comunidade científica nem sempre coincidem com os interesses do setor produtivo. Eu acho que essa é uma área que cada vez mais, no mundo moderno, perde significado, essa visão de que tratamentos diferenciados e estruturas diferentes devem atender um público e outro. Devem ser tratados com parte de um mesmo sistema, onde cada qual representa o seu papel e interage intensamente com os outros.

Atuamos na linha de projetos de cooperação entre ICTs e empresas, já mencionei.

O Marco Legal hoje nos permitiu superar, infelizmente, um vício conceitual, que no nosso País sempre existiu, de que o setor público não pode transferir recursos a empresas privadas, o que é um preconceito injustificável, pelo menos no mundo de ciência e tecnologia. Pelo contrário, hoje a ciência econômica já mostra à exaustão que a externalidade existente na atividade de inovação é extremamente elevada.

E quando o setor público transfere recursos a empresas privadas, sim, que busquem lucro. Lucro não é pecado numa sociedade como a nossa. Pelo contrário, é condição de sustentabilidade. Apesar de gerar lucro para a empresa privada, aos seus acionistas *stakeholders* que investiram capitais e estão correndo risco com seu patrimônio, geram para a sociedade benefícios muito superiores aos recursos que foram transferidos pelo Governo. Portanto, hoje a legislação, o Marco Legal nos permite dar subvenção econômica para as empresas, o que foi um grande progresso, uma grande evolução, mas que precisa ser aperfeiçoado, uma vez que ainda não foi plenamente absorvido esse conceito pelos órgãos de controle, que ainda veem uma distinção grande entre setor privado e setor público e que a transferência do setor público para o setor privado, principalmente com o objetivos de lucro, é algo que precisa ser muito controlado, evitado quando possível e que, muitas vezes, envolve uma gritante, uma burocracia gigantesca que inviabiliza muitos projetos.

Nós também oferecemos recursos não reembolsáveis através de equalização de juros nas nossas operações de crédito. Isso já é bastante comum no Brasil.

Uma segunda grande linha, a Finep age como uma financiadora, que é o que o seu nome diz, financiadora de estudos e projetos, e que são recursos reembolsáveis. A Finep empresta recursos às empresas de base tecnológica que têm investimentos importantes que aumentem a sua competitividade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Estou muito longe do tempo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O senhor pode concluir. Eu apenas vou pedir a gentileza do nosso Senador Cristovam Buarque, que os senhores conhecem. Entre os seus tantos títulos, foi Reitor da Universidade de Brasília, Governador do Distrito Federal, Presidente da nossa Comissão, a quem eu sucedi, porque estão me chamando para outro compromisso neste momento. Se der, ainda volto para cá. Mas peço a gentileza do Senador, então, de assumir a Presidência dos trabalhos, faltando ainda ouvirmos o Dr. Américo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Por favor, Professor, continue.

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Olá, Senador. Prazer em vê-lo.

As nossas atividades reembolsáveis são financiamentos às empresas e também estamos fazendo investimentos diretos em empresas através de fundos e de participação no *equity* dessas empresas, um instrumento razoavelmente novo no Brasil, que tem mostrado também uma evolução muito favorável do ponto de vista da sua eficácia.

A Finep atua não só com recursos do FNDCT, mas também com recursos próprios. Em grande parte, ela depende de números vindos de recursos do FNDCT.

Quero passar ao segundo item, que é por que eu acredito que esse sistema, que de alguma forma eu acredito que seja robusto, parrudo, potente, tenha resultado em produtos muito palpáveis para a sociedade brasileira, como já demonstrado aqui pelos dois que me antecederam. Quero falar alguma coisa sobre a arrecadação e a execução desses fundos.

Esse primeiro quadro mostra a diferença entre a arrecadação e os pagamentos efetuados pelo FNDCT. A primeira observação que nós faríamos é que a arrecadação do FNDCT sofreu vários golpes. O primeiro foi o corte no final de 2013, com a perda da arrecadação do CT-Petro. Essa perda de arrecadação é mostrada naquela área do lado direito superior, naquele amarelo mais claro, que existiu de 2013 até 2015. Em 2017, a previsão é de que ele vai desaparecer. Esses recursos estão sendo arrecadados, contudo eles estão, digamos, neutralizados. Eles estão sendo praticamente neutralizados, não podem ser utilizados em função de pendências jurídicas que ainda não definiram a sua destinação. Depois, nós temos a arrecadação sem o CT-Petro, que é aquele amarelo mais escuro, os pagamentos totais com os empréstimos. Então, vejam, mais uma vez, aquele azul escuro embaixo representa os não reembolsáveis, os pagamentos não reembolsáveis feitos pela Finep; o azul claro, os empréstimos; e os pagamentos totais são aqueles dois azuis. Então podemos perceber, confirmando o que já foi demonstrado pelo Secretário Jailson, uma brutal deterioração na disponibilidade de recursos para a ciência e tecnologia no nosso País.

Esses dados ficam um pouco mais dramáticos... Antes disso, outra observação interessante – como vai, Senador? Prazer em vê-lo –, outro dado muito interessante, que tem a ver com a recomendação que eu farei ao final, Senador Buarque, é o seguinte: aquele amarelo claro embaixo é a arrecadação de recursos próprios, porque a Finep toma recursos emprestados do FNDCT. Esses recursos, evidentemente, retornam ao FNDCT. E, através dos anos, nós pudemos perceber o crescimento vegetativo e significativo de recursos que retornam ao próprio fundo, oriundos das atividades da própria Finep.

Estamos projetando para 2017 R$588 bilhões. Os R$3,5 bilhões que o fundo deverá arrecadar em 2017 serão produzidos pelos seus próprios recursos, pelo retorno da Finep a esses recursos. Portanto, a arrecadação de recursos próprios está crescendo – isso, repito, é importante, porque vou fazer uma menção a esse item um pouco mais à frente. A arrecadação dos demais fundos setoriais vem crescendo e lá em cima a arrecadação do CT-Petro, que foi muito importante, foi fundamental para o FNDCT, mas praticamente está eliminado, por enquanto, como fonte de recursos para o FNDCT. Mais uma das razões pelas quais, como disse, estou tentando mostrar aqui. A prosseguir com essas tendências, com essa linha de ação, partiremos para uma situação de insustentabilidade de toda essa estrutura.

Finalmente, esse outro dado aqui mostra as etapas cumpridas pelo processo de gestão dos re-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cursos da arrecadação ao pagamento final. Então os senhores vejam, tomando o ano de 2015 como exemplo, a arrecadação foi de R$4,9 bilhões – ali à esquerda –, sendo que R$1,57 era do petróleo, oriundo daquelas fontes que mencionei ali adiante. O projeto de lei orçamentária estimou R$4,737 bilhões de arrecadação. A Lei Orçamentária Anual de 2015 determinou dispêndios de R$4,010. O limite do empenho reduziu o total para R$2,790; utilizamos a totalidade do limite de empenho autorizado; os limites de pagamento foram de R$2,984 milhões e o pagamento realizado ao final de 2015 deu aproximadamente R$3 milhões, ou seja, de R$4,9 bilhões. Pudemos dispender apenas R$3 bilhões, com uma característica importante: pela primeira vez estamos pagando, em 2015, quase R$900 milhões de restos a pagar, ou seja, projetos novos se reduziram para R$1,084 bilhão, Senador, sendo que o projeto de lei orçamentária estimado pela arrecadação prevista deveria nos permitir dispêndios de R$3,737 bilhões. Caiu para um terço do potencial teoricamente disponível.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Restos a pagar, 900, 888.

Recebemos autorização e limite financeiro e, infelizmente, não pudemos dispendê-los em novos projetos, mas, sim, em restos a pagar de projetos anteriores, que são todos plurianuais. Em termos de novas ações, tivemos redução para um terço do que teoricamente poderíamos ter, feitas essas estimativas do fundo.

Essa outra tabela eu vou pular. Eu vou voltar à outra, ainda mais dramática. Ela nos mostra, em termos reais, os valores liberados de pagamentos pelo FNDCT, começando em 1970 e chegando até a 2016. Nós estamos, em 2016, com o valor real de desembolso de pagamentos próximo ao de 1970, semelhante ao da década de 80. Apesar disso tudo, fomos capazes de construir, repito, uma estrutura de ciência e tecnologia – muito bem descrita aqui pelo Jailson e pelo Mário Neto – que nos colocou como 14º país maior produtor de conhecimento científico do mundo, ainda que em 76º em termos de inovação. Apesar disso, conseguimos. Imaginem o que não seria este País se tivéssemos conseguido manter aquele patamar atingido em 2006, 2007 e 2008, ou se tivéssemos continuado numa trajetória ascendente, ou se o FNDCT tivesse cumprido o papel para o qual ele foi criado!

Eu vou pular várias apresentações. Aqui é mais a composição das receitas do fundo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Aqui é a execução orçamentária de 2015. Os senhores vejam que o Ciência sem Fronteiras – e eu ouvi aqui alguém, muito elegantemente, mencionar o fato de que quem sabe o Ciência sem Fronteiras não devesse estar na área da... Não deveria estar mesmo, não deveria estar mesmo. Isso foi um absoluto sequestro de recursos da área de ciência, tecnologia e inovação para uma área que, em realidade, pode ter todos os seus méritos, o que não se discute, mas que jamais deveria onerar esse fundo. Ele absorveu R$733 milhões daquele total de R$1,7 bilhão – 41% no ano de 2015. No total, foi R$1,2 bilhão que o Ciência sem Fronteiras absorveu.

Por que tudo isso acontece? Aqui estão alguns dados que quero passar, porque já é a segunda vez que toca a campainha e não quero mais...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Fique à vontade.

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Posso ficar à vontade? Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pode.

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Mas eu vou ser breve, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer ao nosso palestrante que a campainha dispara automaticamente. O dramático é quando se abre um alçapão debaixo... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Esse aí você quer controlar com seu pé aqui, não é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Agora sendo, mais uma vez, um pouco contundente, quem sabe, nas conclusões: o que está acontecendo com o FNDCT? Logicamente, ele está sendo um instrumento de produção de superávit fiscal, de superávit primário.

E aqui nós temos uma... Esperem um pouquinho. Não é essa que eu quero mostrar. Onde está, Rogério? Esta também é importante. São os desembolsos de recursos nas várias áreas, mas isso é importante também mostrar. Os senhores vejam que o reembolsável está sendo ampliado, que é o nosso relacionamento com as empresas, ainda que bem abaixo que o patamar de 2014. Agora, olhem o que está acontecendo com o não reembolsável, que são os recursos que deveriam estar suportando o relacionamento da comunidade científica, das universidades, dos nossos institutos como empresas: saiu do patamar de 1 bilhão em 2007, chegou a 1,3 bilhão em 2012 e está reduzido a 795 – portanto, 30% a menos – em 2016, nestes últimos seis anos, o que é um dado preocupante quando se coloca ciência e tecnologia como prioridade nacional, como deve ser.

Mas o dado que eu queria mostrar... As desvinculações não estão aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Não era esse que eu queria mostrar. Acho que faltou. Não está nessa apresentação, não sei por quê.

O que eu queria mostrar aos senhores é que o FNDCT tem hoje um saldo contábil acumulado em 2015 e previsto para 8,655 bilhões. Se os recursos do fundo fossem efetivamente alocados para a sua finalidade precípua, para os objetivos para os quais eles foram criados, evidentemente o fundo deveria ter um saldo, digamos, um saldo corrente, operacional, normal em qualquer fundo, mas ele não poderia ter um saldo hoje, acumulado e não utilizado, de 8,7 bilhões, ou seja, oito vezes o que nós temos de orçamento para este ano. Oito anos de orçamento estão acumulados nesse fundo, congelados, e não disponíveis para serem utilizados pela ciência e tecnologia.

E mais ainda: o Governo, a cada determinado número de anos, faz uma espécie de "rapa" no fundo. É um fundo contábil, não é um fundo patrimonial – eu vou falar sobre isso em um minuto, e com isso pretendo encerrar. E, toda vez que ficam esses saldos em rubricas meramente contábeis dentro do orçamento, periodicamente o Governo edita medidas provisórias – fez isso em 2002, fez em 2003, fez em 2008 e fez em 2010 – em que ele simplesmente desvincula recursos do fundo, tira do fundo, com a finalidade específica de pagamento da dívida pública. Simplesmente se transfere do fundo para o Tesouro, e é depois utilizado para o resgate da dívida pública. Isso aconteceu quatro vezes. Acredito que a tentação seja grande para que isso ocorra novamente agora, em que o fundo tem 8,6 bilhões disponíveis. Mas isso vem acontecendo, o que mostra que o fundo, por força da sua característica de ser um fundo contábil, e não um fundo patrimonial ou um fundo financeiro, vem sendo utilizado como um instrumento de geração de superávits primários.

Uma estimativa feita pela Secretaria do Planejamento mostra que o FNDCT é a quinta rubrica orçamentária da Administração Pública maior produtora de superávit primário nas contas do setor público brasileiro, uma total descaracterização da sua finalidade.

Eu gostaria agora, Senador, de passar – agora deixando a crítica – para algumas proposições.

Aqui é o que nós temos feito pelas universidades. Por exemplo, temos atendido 94% das universidades federais, 87% das universidades estaduais, com laboratórios, recursos não reembolsáveis, editais, enfim, uma série de informações eu vou deixar aqui para os anais da Comissão, que poderão depois ser utilizadas para elaboração do relatório.

O Senador Lasier solicitou dois pontos específicos. Um é: o que existe em termos de avaliação de resultados e impactos? E essa é uma realidade. Como gestor público, que eu tenho a pretensão de ser, interessado em política pública, uma das coisas que chama atenção é que todo esse imenso aparato conta com uma estrutura muito pobre de avaliação de resultados e de impactos. Alguns esforços foram feitos na Finep, mas esforços pontuais, como esses que estão mencionados aí. Em 2007, foi feita uma avaliação do CT-Infra; avaliação dos fundos setoriais do Cedeplar em 2009; alguns dos fundos setoriais, CT-Agro e CT-Amazônia também, em 2010. Enfim, são esforços pontuais importantes como experimentos para a Finep – mas pontuais. Até que o Acórdão do TCU nº 3.440, de 2013, passou a fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

exigências mais específicas com relação a avaliação de impactos e resultados.

Esse projeto, que a Finep chegou a contratar, está contratando, e está em execução – e, nesse sentido, tem nos auxiliado o Prof. Sergio Salles, da Unicamp – está em andamento. Foi uma exigência do TCU, que, inclusive, foi aprovada pelo Conselho Diretor do FNDCT. E tem basicamente esta estrutura: o processo de avaliação começa na submissão das propostas de financiamento no ano X-1; há um período de execução dos projetos, que vai do ano X até o ano X+2, X+3 ou seja o que for. A partir desse momento, nós deixamos dois anos para amadurecimento dos impactos. Muitos dos projetos na área de ciência e tecnologia não podem ter sua eficácia, o seu resultado, o seu impacto avaliado imediatamente após o término dos objetivos contratados. Se espera, portanto, o amadurecimento do ponto de vista do impacto desses resultados. E, cinco anos após o término do projeto, será feita efetivamente uma medição dos impactos do projeto. Isso está em andamento.

É um projeto que demora algum tempo para ser implantado, mas, em resposta à indagação do Senador Lasier: sim, a Finep está desenvolvendo um projeto significativo, um projeto consistente, um projeto permanente, de longo prazo, e que pretendemos implantar em breve. Estamos ainda nessa fase, como disse, a exigência partiu há três anos, quando iniciamos o projeto, mas esse é uma das prioridades da Finep.

Existe uma série de melhorias internas que precisaríamos resolver para aproximar a comunidade científica das empresas, para transformar conhecimento científico em inovação. Algumas delas estão aqui relacionadas, todas elas já, de alguma maneira, apontadas pelo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Outras exigiriam ainda algumas adaptações, mas eu apenas menciono, por exemplo, o *mezzanine financing*, que é um instrumento interessante usado em vários outros países.

A questão do fundo garantidor é dramática. Essa é dramática. Eu quero falar duas palavrinhas sobre ela. Eu recebi outro dia o Presidente do CPqD de Campinas. Ele dizia: "Eu tenho um projeto com Finep. Eu pago 4% de juros no projeto com a Finep. A Finep me exige fiança bancária para o empréstimo que ela faz, e eu pago 7% de juros para o banco". Ou seja, nós não estamos subsidiando a empresa, nós estamos subsidiando o banco, porque ele paga 4% de juros e, por outro lado, a estrutura paga 7% de juros ao banco.

Portanto, há urgente necessidade de criação de fundos garantidores, de segundo garantia, ou, mais ainda, a introdução da percepção de que o setor público tem que dividir riscos com as empresas. Não é possível se fazer fomento jogando exclusivamente o risco para as empresas. Ciência e tecnologia, pela sua própria essência, pela sua natureza, pelas suas externalidades e benefícios sociais que gera, justifica que o setor público, como é feito em todo o mundo, compartilhe os riscos das empresas. No saldo final, não tenham dúvida: a rentabilidade social é positiva. Nós temos exemplos disso. Nós investimos em 139 empresas através de fundos que a legislação nos permite. A Finep participa em fundos de investimento em ciência e tecnologia. Alguns deles já estão em fase de desinvestimento, com lucros significativos para a Finep, o que não quer dizer que todas as empresas tenham sucesso. Várias delas fracassam, várias delas não dão resultados, já fecharam. Mas investimos em um fundo apenas, que foi agora fechado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Já estamos na fase de desinvestimento. Investimos R$8 milhões e estamos recebendo R$23 milhões de retorno. Então, o setor público precisa entender, principalmente os órgãos de controle, que perder dinheiro em uma atividade que implica risco e incerteza, como ciência e tecnologia, é parte do negócio. Mas não tenham dúvida: no saldo final, no conjunto, se os projetos forem bem selecionados, o resultado trará um altíssimo retorno social. Esse é um ponto importantíssimo e que tem afastado as empresas da Finep.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – E agora?

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Estamos tentando criar um fundo garantidor. Estamos discutindo com o BNDES a participação no fundo garantidor que eles têm, para ver se nós podemos também participar. Existem projetos para que parte do retorno dos financiamentos da Finep formem um fundo garantidor para suas atividades, e também a contratação de seguro fiança, que é bem mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

barato do que fiança bancária. Essa tem sido uma preocupação fundamental nossa. Esperamos, muito em breve, trazer alguma novidade nesse caminho, porque está insustentável. Hoje em dia, apesar do juro barato que a Finep oferece, os custos acessórios são tão elevados – sem falar nas dificuldades de burocracia e prestação de contas – que acabam afastando as empresas da Finep. Daí o descasamento entre o gasto público e a resposta do gasto privado, que não tem sido condizente com o gasto público.

E, para finalizar – Senador, não quero tomar mais o tempo; na fase de debates, a gente poderia discutir –, eu quero deixar uma proposta aqui, que é a transformação do FNDCT, de um fundo contábil para um fundo financeiro. A diferença entre um fundo contábil e um fundo financeiro é muito simples. Um fundo contábil é uma rubrica orçamentária, entra no Orçamento, é discutida, avalia-se, e, quando há saldos, o processo orçamentário delibera o que faz, onde alocar. Já um fundo patrimonial ou um fundo financeiro, não; um fundo financeiro tem o seu patrimônio, o retorno de todos os seus investimentos e aplicações retornam a esse fundo e ficam disponíveis para a atividade precípua desse fundo.

E fizemos aqui algumas projeções muito interessantes com relação a esse fundo. Vejam o que seria este fundo, o FNDCT, hoje – eu disse que nós temos um saldo de 8 milhões. Se todos os saldos tivessem permanecido como um fundo patrimonial, reinvestidos pelo próprio fundo nas suas atividades, ele teria hoje um patrimônio de R$36 bilhões, em vez do saldo de R$8 bilhões, que não está disponível para atividades de ciência e tecnologia; está lá o dinheiro, mas não está disponível para ciência e tecnologia. O que está disponível para ciência, tecnologia e inovação é o que o Orçamento diz que vai estar no ano seguinte e, respetivamente, no saldo contábil que está como uma rubrica orçamentária. A transformação desse fundo, entre 2001 e 2015, já teria gerado um fundo praticamente sustentável, autossustentável com o retorno dele mesmo. Esse fundo já estaria produzindo hoje, com recursos próprios, mais do que nós estamos tendo hoje de disponibilidade para o fundo.

Essa aqui é mais uma simulação do que se poderia ter com esse fundo. O fundo poderia ter um retorno equivalente a esses valores até 2030 – vejam a evolução dele –, se os retornos desse fundo efetivamente compusessem o seu patrimônio.

Eram essas as observações que eu queria fazer. Eu, como disse, eu tentei demonstrar aqui, Senador, que eu acho que nós temos um problema sério: nós temos uma estrutura instalada fantástica; nós termos um corpo diversificado complexo de institutos, boas universidades respeitadas no mundo; nós conseguimos construir, através de um esforço gigantesco, nos últimos 30 anos, uma estrutura eficaz que nos coloca a par não da Coreia ou dos Estados Unidos, mas da Itália, da França, do Canadá, da Irlanda, de um país nórdico. Não nos distanciamos muito deles, mas, na hora de transformarmos isso em inovação, nós fracassamos.

E várias dessas dificuldades são oriundas dos nossos próprios processos operacionais. E, segundo, nós estamos destruindo uma fonte de financiamento que resultou na construção dessa estrutura. E, se alguma descontinuidade importante não for feita, não for proposta por esta Comissão, não for abraçada pelo Congresso Nacional, nós corremos o risco de ter a área de ciência e tecnologia distanciada da fronteira do conhecimento.

E eu repito uma coisa que eu acho muito importante: ciência e tecnologia, diferentemente de investimento em planta, é um processo orgânico, não é um processo mecânico. Quando se tenta aumentar o tamanho de uma fábrica, duplicar o tamanho de uma fábrica, há um processo mecânico. Se eu não termino hoje, eu termino amanhã; e amanhã eu vou ter a minha planta dobrada, igualzinha àquela que eu planejava ter um ano antes, é a mesma produzindo o dobro.

Ciência e tecnologia é diferente, é um processo orgânico. Quando eu paro, a estrutura não cresce, ela perde distância com relação à fronteira do conhecimento, perdemos a fronteira do conhecimento, e é irrecuperável. É mais ou menos o equivalente à malnutrição de criança. Quer dizer, perdeu aquele momento, a criança fica malnutrida. Esse é um resultado que vai depois impactar toda a trajetória do setor.

Portanto, a questão de não sofrermos contingenciamentos dramáticos, como vimos sofrendo, e a substituição de fontes que estamos sofrendo é um dos elementos fundamentais para a sustentabilidade do sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Professor, por sua apresentação muito enfática – dramática até, eu diria – sem perder um certo otimismo sobre o nosso potencial.

Eu passo a palavra agora ao Carlos Américo Pacheco, velho amigo de todos nós.

Depois teremos um debate com muitas perguntas – pelo menos nove minhas, até aqui.

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO – Bom dia a todos.

Ao me apresentar nesta Comissão, queria saudar o Senador Cristovam e o Senador Aloysio Nunes. Acho que o relatório desta Comissão vai ser bastante importante. Já avançamos bastante no tempo, acho que as apresentações foram muito benfeitas, muito boas e muito produtivas.

Vou direto ao ponto: a questão da reforma do financiamento.

Um pouco do que nós estamos assistindo é a uma reforma que começou com a criação dos fundos setoriais – final de 1998, 1999 –; um pouco no âmbito da privatização, com a Lei Geral de Telecomunicações, a Lei do Petróleo e, depois, com a criação dos fundos setoriais em 1999. Essas reformas tinham sentido – acho que é disso que o Marcos Cintra estava falando –, e um dos sentidos importantes era essa ênfase na inovação, e o outro sentido importante era tentar encontrar, na verdade, um mecanismo de financiamento que superasse a instabilidade dos recursos. Este documento que está aqui – foi publicado na *Revista Brasileira de Inovação* – é a exposição de motivos que levamos ao Presidente Fernando Henrique, no fim de 1999, para a criação dos fundos, e diz basicamente que a ideia é superar a instabilidade de recursos.

Naquele momento, a gente apresentou ao Presidente Fernando Henrique esse gráfico, que foi absolutamente convincente quanto à ideia de criar esses fundos. Isso aqui é uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos no momento em que estávamos criando os fundos setoriais. Quer dizer, são 20 anos de financiamento da ciência e tecnologia, aportes para ciência e tecnologia, e mostra que, na verdade, a média do Brasil, nos últimos 20 anos, cresce acima da dos Estados Unidos. Mas o impressionante da curva americana é a constância dessa curva comparada com o esforço que o Brasil faz e desfaz, o retrabalho que é o Brasil. A expectativa dos fundos era fazer evitar isso.

Os fundos tinham uma dimensão além da estabilidade dos recursos, tinham a dimensão de tirar o Ministério da Ciência e Tecnologia de uma espécie de isolamento. O Ministério muitas vezes é visto como alguma coisa que trabalha para si. Então, retirá-lo do isolamento significava articular com os setoriais, com as agências, com os ministérios. E para isso, na verdade, a lei de criação dos fundos estabeleceu a ideia de criar comitês gestores com a participação externa de representantes do meio empresarial e da comunidade científica, aproveitando, como já foi dito aqui, a experiência do PADCT.

Mas esses comitês gestores tinham um papel muito importante no processo decisório. Tornavam o processo decisório mais difícil? Sem dúvida, mais difícil. Isso que o Marcos falou, de ter 150 pessoas envolvidas... Se você tem vários comitês gestores com entes externos, o processos decisório é mais difícil.

Mas o que foi acontecendo? Passados alguns anos, de 2003 para frente, o Ministério, num certo sentido, foi retirando poder desses comitês gestores. Essa coisa já aconteceu. Essa governança que está descrita aqui, com a criação de comitê de coordenação executiva, comitê de fundo... Na verdade, a lei de criação dos fundos é clara ao definir que os comitês gestores dos fundos eram comitês que tinha a atribuição de aprovar diretrizes, fazer um documento obrigatório anual de diretrizes de aplicação, e de fazer a avaliação de resultados e custos do fundo.

Eu acho que um dos problemas... O problema da governança, o problema da complexidade do processo pode ser resolvido – tenho, a propósito, uma proposta para reduzir o número desses fundos –, mas a presença externa nisso é muito importante. Eu lembro que nós tínhamos nos comitês gestores, no início, pessoas como o Ministro Furlan, que foi ser ministro do Lula logo em seguida; o Roberto Rodrigues, que depois foi ser ministro; o Antônio Barros de Castro, que havia sido presidente do BNDES.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Se os comitês têm personalidades extremamente lúcidas e de importância, tornam isso mais difícil para o Ministério. Na verdade, o que o Ministério fez aqui foi para poder ter mais controle sobre o uso dos recursos e para esvaziar um pouco o poder dos comitês. É mais difícil? É mais difícil, mas é muito melhor para o País o resultado que se pode alcançar com isso.

Então, na verdade, essa governança parece inteligente, mas ela foi feita para tirar uma parte grande do poder dos comitês com representantes externos. E o mais impressionante disso é o seguinte: quando os fundos foram criados, havia um grande fundo horizontal que pegava 20% de todos os recursos para infraestrutura. Essa já era uma ação horizontal que cortava todos os fundos.

O Ministério, logo em seguida, criou uma coisa que se chama ação transversal, sob a justificativa de que os fundos não atendiam as prioridades de política industrial. Criou a ação transversal tirando dinheiro de todas as ações, não passando mais pelos comitês, e o Ministério diretamente alocando esses recursos. Então, a governança das ações transversais sequer aparece nos comitês. Então, uma parte grande dos recursos...

Por que eu estou insistindo nisso? É porque uma parte da fragilidade que explica o FNDCT ter colapsado é a incapacidade do Ministério de convencer, e ter força de convencer, os outros atores – o Ministério da Saúde e o Ministério da Agricultura – a defenderem esse modelo. Quando o Ministério usa esse recurso para fazer tudo o que quer e, na verdade, esquece os parceiros setoriais, ele perde força e perde sentido, porque a área de ciência e tecnologia não é uma área para si, mas é alguma coisa que deve estar articulada a um conjunto maior de ações.

Esse dado é tão importante... Isso aqui é do Relatório de Gestão do FNDCT deste ano, aliás, muito benfeito. O Relatório de Gestão do FNDCT tem a seguinte expressão: "Cabe destacar que 40% do total de pagamentos [...] foram destinados ao Programa Ciência sem Fronteiras [...]." Já passamos disso, mas há mais.

O relatório diz assim: "Apesar da arrecadação dos Fundos Setoriais ser responsável por 78% dos recursos do FNDCT, apenas 17% do orçamento foi destinado a ações no âmbito dos Fundos Setoriais, enquanto 80,7% foram alocados em ações onde há utilização transversal dos recursos."

Então, o fundo, na verdade, virou uma fonte para substituir tudo que o Ministério fazia antes. Eu, sinceramente, entendo a lógica que o Mário Neto explicou, mas não acho que caiba ao FNDCT financiar Bolsa de Produtividade, financiar Pronex, financiar os INCTs. Na verdade, o que aconteceu foi o seguinte, como a Fonte 100, o fomento à pesquisa do CNPq foi esvaziado ao longo dos anos, o FNDCT virou a mãe das mães, ele serve para resolver qualquer problema da República. Na verdade, não está errado financiar os programas que você defendeu, mas está errado imaginar que você coloque no FNDCT... Deveria haver uma certa distribuição de papéis entre agências, de modo que o foco do CNPq fosse muito mais na pesquisa básica aplicada etc. Não quer dizer que o CNPq não possa fazer outras ações de apoio à empresa – ele faz muito bem o Rhae etc. Ele pode fazer isso, não há problema, mas o grande foco seria a pesquisa básica. E a Finep deveria ser, como o Marcos salientou, a Agência Brasileira de Inovação, focada no desenvolvimento aplicado e focada no apoio empresarial.

Quando você pega o FNDCT e faz essa coisa, você faz isso. É conveniente notar que se deixou de alocar recursos do FNDCT para o Ciência sem Fronteiras por determinação de um acórdão do TCU, que diz claramente que aquilo é impróprio em função das razões de criação do FNDCT. Mas há outras coisas impróprias do FNDCT que continuam dentro do FNDCT – por exemplo, as bolsas do CNPq que não têm a ver com projetos de pesquisa; os INCTs, o Pronex. Eu não quero criar um problema para o Mário Neto no CNPq, mas é preciso que o orçamento de fomento do CNPq seja claro e reforçado e desonere essas responsabilidades do FNDCT. O FNDCT deve ser uma coisa voltada àquilo que o Marcos falou – a exposição do Marcos sobre o papel da Finep é perfeita. Quer dizer, as duas posições são perfeitas, o problema é a fonte de onde vem a grana para cada um dos dois.

O que acabou acontecendo? Aconteceu isso quanto aos limites de pagamentos do Ministério. Mas eu queria me concentrar nesses gráficos aqui.

Esse é o gráfico do total, a preços reais, do orçamento do MCT, do CNPq e do FNDCT juntos: aquela forte instabilidade voltou. O gráfico pontilhado em vermelho é o total. Aquela instabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de cima é resultado da instabilidade desse gráfico em azul, embaixo, que é o FNDCT. A oscilação do FNDCT é responsável pela oscilação que aconteceu no conjunto da área de ciência e tecnologia. Não que o orçamento do CNPq ou o do Ministério tenha sido favorável, mas eles oscilaram muito menos do que o FNDCT.

Se eu pegar só o FNDCT... Na verdade, o que é curioso em relação ao FNDCT é que as receitas do fundo, mesmo depois do CTPetro, não caíram tanto. Na verdade, o que aconteceu com o FNDCT? Uma parte – eu acho que aqui é importante tocar nisso, Marcos – dos recursos do FNDCT foi utilizada para financiamento, *funding* de crédito.

O que é isso basicamente? Quando você pega o FNDCT para fomento finalístico, para uma universidade ou para uma empresa, na forma de subvenção, você gasta esse recurso e ele tem impacto no primário. Quanto você usa para *funding* de crédito, para alavancar uma operação de crédito, ele não tem impacto no primário, ele é uma operação financeira – ele, inclusive, aparece separadamente no Orçamento da União como recursos à disposição do FNDCT.

A Finep usou uma parte... Uma parte do desembolso do FNDCT – a parte que está em verde claro – são recursos do FNDCT que foram usados para operação de crédito, mas a gente não deve trabalhá-los com a mesma apresentação, porque eles não têm o mesmo sentido do fomento. Eles, primeiro, não têm impacto no primário e, então, não afetam o déficit público; segundo, eles são o retorno.

A Finep acha muito bom – tenho muitos amigos na Finep, parte está aqui –, a Finep acha ótimo que os empréstimos agora retornem à Finep. No entanto, destinar recurso do Orçamento da União para fazer *funding* de crédito não é uma boa prática. O problema é o seguinte: a Finep não tem uma estrutura de *funding* adequada, não tem um fundo capaz de assegurar um *funding* para empréstimo. Usar o dinheiro do próprio Orçamento, que é o dinheiro mais nobre que existe, para fazer o *funding* de crédito é ruim. No longuíssimo prazo, quando se tiver retorno sobre isso, é bom.

Sobretudo, porque não é uma boa ideia? Porque o volume de contingenciamento é tão grande que o dinheiro contingenciado podia ser usado para *funding* de crédito. Quer dizer, já que o Tesouro não quer deixar gastar e contingencia, esse "não deixar gastar" podia ser usado para *funding* de crédito, porque o *funding* não tem impacto no primário. Quer dizer, se eu for emprestar e vou ter retorno depois...

O SR. ROGÉRIO AMAURY DE MEDEIROS (*Fora do microfone.*) – Mas é isso que a gente faz.

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO – Mais ou menos, mas isso contabiliza como gasto... Não, mas isso contabiliza como gasto... É só entrar na página do MCT, e O MCT contabiliza e põe nas contas nacionais.

O incrível de 2013 é que esse dinheiro não só aparece nas contas do MCT como ainda foi calculado naquele 1,22 do gasto de coisa...

Bom, tira o crédito e tira, agora, outra impropriedade, que é o Ciência sem Fronteiras – o Ciência sem Fronteiras está contabilizado em vermelho. Quando se tiram os dois... Na verdade, o que aconteceu com o FNDCT foi isto: um colapso. O colapso – é importante ver o seguinte – afetou tanto a área empresarial, a ciência de inovação, quanto a parte relativa à ciência. Estas aqui são as ações do FNDCT de apoio à empresa: equalização de taxas de juros, participação no capital e subvenção econômica.

Então, o colapso da Finep no apoio ao setor privado foi um negócio impressionante do FNDCT, e ele cai desde 2009, seguidamente, antes que caia o que a gente pode chamar de FNDCT Ciência.

Aqui há uma coisa importante, porque, mesmo que você utilize recursos para *funding* de créditos de outra origem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO – ... acaba acontecendo, na verdade, que você, com a carteira de financiamento da Finep, precisa de dinheiro do Tesouro para fazer equalização de taxa de juros. Então, o que acaba acontecendo quando a Finep, como mostrou o Marcos, aumenta significativamente sua carteira de crédito? Ou ela usa recurso subvencionado que vinha do PSI e BNDES ou ela precisa de dinheiro de equalização. Então, esse papel ativo da Finep implica haver receita de equalização, senão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ela vai ter perda de capital. Ela emprestou por uma taxa de juros menor e, se ela não tem dinheiro para equalizar, vai ter uma redução de capital, uma perda de capital. Então, essa operação, mesmo com *funding* adequado, acaba tendo impacto sobre o orçamento fiscal na equalização.

E este último o gráfico: tirando do FNDCT tudo o que tem a ver com o Ciência sem Fronteiras, tudo o que tem a ver com crédito, tudo o que tem a ver com o setor privado, é o que sobrou. É o que eu chamei de FNDCT "Ciência" – não é exatamente ciência; eu coloquei ciência entre aspas, porque, tirando o apoio direto do setor privado, o que sobrou? Então, na verdade, o colapso tem a ver com isso.

O Senador Aloysio Nunes perguntou sobre os restos a pagar. Evidentemente esse colapso foi acompanhado... Quer dizer, houve um conjunto de ações impróprias colocadas dentro do FNDCT e, simultaneamente, um aumento dos restos a pagar. Quer dizer, os restos a pagar de 2013 e 2014 aumentaram sensivelmente em relação aos anos anteriores – e são restos a pagar duas vezes e meia superiores aos anteriores. Você tem redução do limite, um monte de despesas que não há o menor sentido fazer... Evidentemente você não tem dinheiro para pagar os compromissos que você assumiu, e os restos a pagar explodem. Então, você tem uma bomba de efeito retardado que chega lá na frente.

Outro lado desse problema do financiamento em que as pessoas não prestam muito atenção é a questão do incentivo fiscal. Então, é o seguinte: não vai haver solução para o financiamento do FNDCT num contexto de ajuste fiscal se não se olhar esse jogo completo. Ou seja, do ponto de vista do Tesouro... Você tem recurso do Tesouro alocado no Orçamento, você tem incentivos fiscais, você tem um conjunto de gastos, e todos impactam no déficit primário.

Então, do ponto de vista da discussão com o Ministério da Fazenda, é importante olhar o conjunto; é importante olhar que, ao lado da discussão sobre o FNDCT, há uma discussão sobre incentivos fiscais que montam hoje a um volume expressivo, de quase R$5 bilhões/ano de renúncia fiscal. Como esses incentivos também não são bem concebidos – seu impacto é reduzido porque uma parte grande está concentrada na informática –, é preciso olhar isso em conjunto com aquilo, porque a discussão, no final do dia, sobre como reformar esse sistema, vai ser com o Ministério da Fazenda. Eu acho que o Congresso pode ter um papel muito ativo, mas, sem uma anuência – no contexto fiscal em que a gente vive – do Ministério da Fazenda, é difícil encontrar uma solução. E isso aqui é parte do problema e parte da solução.

Então, só para concluir, eu vou dar algumas sugestões do que, na minha concepção, poderiam ser alguns tipos de encaminhamentos a serem dados e algumas sugestões desta própria Comissão.

Primeiro: é preciso haver uma segmentação mais clara dentro do FNDCT entre essas fontes – quais são as fontes que são utilizadas para subvenção, para crédito, para fomento etc.? –, até porque há certa disputa entre os principais atores dos recursos que vão para um lado e vão para outro.

E, internamente, no Ministério também há. Se você não consegue resolver o orçamento do CNPq... Então, é preciso haver certa segmentação; é preciso que determinados fundos tenham destinação específica para algumas coisas, de modo a evitar, na verdade, que o resultado desse conflito seja em detrimento da qualidade da política.

Depois, é preciso haver um *funding* adequado para a carteira de crédito da Finep. Pode ser aquilo que está... O recurso que está no Tesouro – contingenciado dos fundos setoriais – até hoje melhorou, porque, no começo do FNDCT, era simplesmente zerado no final do ano. Então, foi feita por lei uma atualização da natureza do FNDCT. A decisão de o tornar contábil decorreu do desejo de evitar que o Tesouro se apropriasse daquilo que não fosse executado no dia 31 de dezembro. Então, ele é bem melhor do que foi no passado.

Para fazer o que você quer, que eu acho que é uma excelente proposição, precisa de emenda constitucional, porque a lei... Qualquer lei que determine que o fundo é financeiro, que é isso ou aquilo, é lei, e qualquer medida provisória é lei, e, lei por lei, a mais recente... Quer dizer, se você quiser – o Orçamento Geral da União é uma lei, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é uma lei –, você altera uma lei no momento seguinte. Então, a desvinculação de receita que está no fundo pode ser feita por lei. Você só consegue fazer o FAT porque foi uma emenda constitucional, da Constituição de 1988.

A discussão é muito pertinente? É muito pertinente. Eu acho que teríamos que trabalhar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

outras medidas, não só constitucionais, para tentar conseguir êxito nisso. E, evidentemente, só há alternativas de *funding* em poupança compulsória. A Finep já usou muito o FAT. Hoje, o FAT está com dificuldades grandes, inclusive de alavancar o próprio BNDES, mas aqui é preciso pensar em alternativas de *funding*. Não há alternativa, é preciso pensar em alternativas de *funding*.

Eu fiquei muito feliz com a agenda que o Marcos mostrou, é uma agenda corretíssima na verdade. A outra parte do financiamento é cuidar melhor dessa agenda de *venture*, de *equity* etc., e é preciso, na verdade... Aqui há um trabalho imenso da Finep a ser feito, e eu acho que a Finep pode ganhar muito e a FCT pode ganhar muito se a Finep assumir esse papel proativo, porque ela se legitima, inclusive se legitima junto à área econômica do Governo, para pleitear o *funding* adequado para as suas ações, porque muitos da área econômica do Governo querem ações mais contundentes na área de *venture* e na área de *equity*.

Na verdade, para fazer o papel de que a Finep precisa, ela precisa ter recursos para a equalização de taxa de juros. Não é possível operar com taxas de juros tão elevadas para operações de financiamento. Com o esgotamento do PSI, aqui há um problema grande: qual vai ser o recurso de equalização de taxas de juros que a Finep vai ter?

Quanto à flexibilização das garantias de crédito, o Marcos já mostrou algumas alternativas que eles estão trabalhando.

Com relação ao fomento, temos essa excelente notícia que o Ministro Kassab trouxe – usar recursos da repatriação para liquidar restos a pagar. Eu acho que, como há restos a pagar de quase dez anos atrás, é preciso olhar com cuidado se compensa pagar esses restos a pagar. Vários desses projetos podem ter perdido o sentido, é questão de examinar com cuidado. Eu acho que não se trata simplesmente de ir executando restos a pagar, mas de olhar o que tem que ser pago, o que deve ser cancelado. Tradicionalmente, o FCT cancela todo ano um certo volume de projetos.

A reestruturação dos fundos. Eu acho que parte do problema de governança poderia ser resolvido com uma simplificação do número de fundos. Na realidade, não faz sentido alguns fundos existirem, pelo volume tão baixo de recursos. Quer dizer, o custo operacional dele, o custo de logística, é maior do que o retorno que ele dá. Há fundos tão pequenos... Então, uma reforma dos fundos poderia ser patrocinada, criando quatro fundos – um fundo na área bio e agricultura, um fundo na área de telecomunicações e energia, um fundo na área de infraestrutura –, uma simplificação da natureza do fundo, mas uma simplificação que acabasse com essas ações transversais – que é uma forma de se apropriar do recurso sem dar satisfação aos comitês – e que articulasse melhor os interesses do Ministério com os dos outros ministérios, para fortalecer, na verdade, a base de apoio à existência dessa estrutura de financiamento, que se perdeu nos últimos anos. Trata-se de articular esses fundos com as ações das agências setoriais etc.

Há muitos recursos – inclusive na Agência do Petróleo, na Aneel etc. – de ações que são obrigatórias para as concessionárias e que não são utilizados, mas que podiam ser mobilizados, se as ações do Ministério fossem mais ativas no sentido de construir pontes com os ministérios setoriais.

Com relação à reserva de contingência, a discussão aqui, que é a mesma discussão do Fust e do Funttel, é sobre a legalidade dessa ação. Você cria uma contribuição com uma destinação específica, cria uma vinculação com uma destinação específica, e usa isso para abatimento da dívida pública federal. Quer dizer, há aqui todo um questionamento jurídico, o mesmo que há no âmbito do Funttel há anos. Eu acho, na verdade, que aqui é uma briga jurídica sobre se faz sentido você dar destinação distinta para uma coisa que foi criada com uma razão de existência outra. É uma briga complicada, mas é uma briga que vale a pena ser feita do ponto de vista jurídico.

Acho que a questão – que foi já foi apontada na apresentação que o Ipea fez aqui e que eu acho que é importante para esse objetivo – que a Finep quer, o FNDCT ter maior impacto... Ele tem que reduzir a pulverização. Uma parte da pulverização dos recursos poderia ser impedida evitando que ele fizesse o financiamento para essas ações, digamos, impróprias, que precisam ser financiadas, mas que não devem ser feitas pelo FNDCT. Mas é preciso evitar essa pulverização de recursos.

Por fim, para falar sobre a subvenção – há mais um eslaide só –, eu queria chamar atenção, no que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

diz respeito à subvenção, para um fato: além dos problemas financeiros, nós temos um problema na ordem do dia grande, que é o que o painel da OMC que questiona os instrumentos de subvenção ao setor privado, inclusive para a área de inovação. Isso está na ordem do dia. O Inovar-Auto está na frente, mas na sequência vão a Lei de Informática e a Lei do Bem para o painel da OMC. Isso é um problemão, porque isso vai criar uma dúvida, inclusive, sobre a base jurídica dos incentivos que a gente tem.

Agora, nesse contexto de questionamento e no contexto fiscal difícil, a revisão dos incentivos fiscais devia ser feita em paralelo à revisão dos fundos, porque a discussão é com a Fazenda no final do dia. Então, se você tem uma renúncia fiscal grande, mas ineficaz, e você precisa de dinheiro de subvenção, a discussão com a Fazenda é uma negociação sobre quais instrumentos você vai financiar. Portanto, você precisa colocar a discussão sobre a renúncia fiscal da Lei de Informática e das outras no conjunto da discussão sobre os limites financeiros. Isso precisa se agregar, os valores de subvenção... Inclusive a Embrapii, que, na verdade é uma subvenção. É preciso separar isso para evitar essa briga interna dentro do FNCT – e a subvenção ao setor privado é bastante importante.

Agora, eu só queria dizer o seguinte: a comunidade científica às vezes se comporta como se fosse preciso financiar ciência e tecnologia a qualquer custo. Eu queria dizer que, do meu ponto de vista, o ajuste fiscal que está aí e a proposta da PEC 241 são absolutamente essenciais. Eu queria só marcar isso, porque senão fica a sensação de que a gente... Quer dizer, o ajuste fiscal é absolutamente imprescindível para botar ordem e dar um rumo para o País. Sem isso, não há alternativa setorial, isolada, de um, de dois etc. Se não for assim, o Brasil vai conseguir crescer, e esses problemas de médio e longo prazo não vão ser resolvidos.

Qual é o problema da PEC? O problema de uma PEC que congela os gastos é a fotografia. Se você sair mal na fotografia... Você tira a fotografia num determinado momento. Você está num vale de despesa, você é pego no pior momento, etc. Então, a fotografia pega os diversos atores em situações diferentes. Então, ela tem um problema aqui? Tem um problema, que precisa ser explicitado e conversado. A gente diz "Pegou a área de ciência tecnologia num momento muito ruim". Não só num momento muito ruim, mas num momento em que foram feitas muitas coisas absolutamente impróprias com seus orçamentos nos períodos anteriores, nos anos anteriores. Isso gerou, na verdade, um ônus muito grande. Então, é preciso fazer isso.

Uma parte eu acho que o Ministro Kassab tem conseguido, com o aumento de 20% do ano que vem e com o uso do dinheiro da repatriação. Mas, como o dinheiro da repatriação deve ser usado uma vez só e, depois, não tem sequência, é preciso pensar seriamente – eu acho que, particularmente, o Marcos, na Finep, tem condição total de fazer isso –, é preciso pensar numa proposta, que eu acho que esta Comissão poderia pelo menos encaminhar a direção, de uma reforma dessa estrutura de financiamento, porque ela é insustentável a médio e longo prazos. A situação que nós temos no FCT é insustentável a médio e longo prazos.

São essas as minhas contribuições. Eu só queria, para complementar, dizer que muito tem que ser feito aí no médio e no longo prazos. Acho que o horizonte que o Jailson colocou, de 2022, é interessante. Acho que a meta de 2% do PIB pode ser difícil de ser alcançada; ela é mais emblemática do que factível. E a gente tem que pensar no seguinte: a gente já tem um setor público brasileiro que gasta mais ou menos 0,6% do PIB – é o que o setor público gasta na área de pesquisa e desenvolvimento – e um setor privado que gasta 0,5%. O gasto total deve estar em 1,1%, 1,2%. Se a gente for aumentar para 2%, boa parte da responsabilidade pelo aumento para 2% vai ser do setor privado. O setor público pode vir a aumentar esse dispêndio para 0,7% do PIB, como é na França, mas a gente já gasta, em termos de PIB, mais do que o Japão gasta. Então, esse aumento vai ser pequeno no setor público, boa parte vai ser no setor privado.

E a pergunta que o Marcos colocou é a pergunta pertinente: como o setor público, que diz que inovação é prioridade da política, tem que alinhar suas ações para induzir o gasto do setor privado? Porque não só o gasto é ruim, com problema, mas o gasto brasileiro, nesses últimos anos, não conseguiu induzir o setor privado. Então, o perfil do gasto é ruim. Na verdade, porque as ações do gasto não são... Fala-se que a inovação é prioridade da política, mas os resultados da política não apontam para isso.

Quando a gente diz que a *performance* do setor privado é ruim, normalmente, a gente se comporta... Sobretudo na universidade, a gente diz o seguinte: é como se fosse responsabilidade do setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

privado, que é um monte de lideranças sem noção da importância que tem investir em tecnologia. As empresas investem em tecnologia quando precisam, mas, se a política pública diz que a prioridade é a inovação e se a política pública, depois de 15 anos de ênfase em inovação, não consegue mudar a realidade do privado, é porque a política pública é ineficaz. Então, durante os próximos anos, se a gente quiser aumentar o gasto nacional para 2%, 90% desse esforço vai ser privado.

A pergunta é a seguinte: com essas políticas, nós vamos conseguir induzir o setor privado a aumentar o gasto? Eu só lembro o seguinte: para passar de 0,5%, que é o gasto hoje do setor privado, para 1,4% ou 1,3%, que seria a parte do setor privado em 2022, o gasto privado em P&D, em pesquisa e tecnologia, tem que aumentar 15% ao ano. É disso que nós estamos falando. Por isso, acho que colocar os 2% é difícil, mas, para aumentar 15% ao ano, qual é a indução do setor público? Qual é a eficácia da política pública? O problema é que a instabilidade do FCT cria um problema grave para a eficácia, mas o próprio perfil do que o setor público faz não induz o setor privado a ser mais inovador.

Eram essas as minhas palavras finais.

Agradeço a oportunidade de fazer essa exposição aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Cumprimento o nosso querido debatedor, nosso Carlos Américo Pacheco.

Queria cumprimentar aqui também o nosso Presidente do CNPq, Dr. Mário Neto Borges. Cumprimento também aqui o Jailson Bittencourt de Andrade, do Ministério da Ciência e Tecnologia, e também o Dr. Marcos Cintra Cavalcante Albuquerque, pela participação aqui conosco.

Chegaram aqui duas perguntas direcionadas. Eu vou aproveitar, antes de fazer algum comentário, para lê-las, até em respeito aos nossos ouvintes.

No e-Cidadania, pelo telefone, diretamente ao nosso Presidente do Finep, o João Carlos, de São Paulo, pergunta: "Como o autor de ideia de projeto de lei pode receber o apoio da Finep e dar prosseguimento à sua ideia, sendo um projeto no campo da ciência política?" Essa é a pergunta do João Carlos. O senhor entendeu, Dr. Marcos Cintra?

Ele fez a seguinte pergunta – vou repetir novamente: "Como o autor de ideia de projeto de lei pode receber o apoio da Finep e dar prosseguimento à sua ideia, sendo um projeto no campo da ciência política?"

Vou ler a outra e já passo para o senhor.

Também o Sr. Felipe Linhares, que é do Rio de Janeiro: "Gostaria de saber se é possível estabelecer uma linha de raciocínio se a PEC dos gastos públicos impactará, positiva ou negativamente, no orçamento e execução do FNDCT".

Nós temos inscrito o Senador Cristovam Buarque, e eu gostaria de saber se há algum outro Senador interessado em fazer perguntas.

Enquanto o Dr. Marcos Cintra e os demais da Mesa se organizam, o Senador Cristovam quer fazer a sua intervenção?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Está bem. Por favor, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ...até porque as pessoas de fora que perguntaram devem ter prioridade do ponto de vista da importância, mas, do ponto de vista da agenda de cada um de nós... Eu tenho que estar aqui ao lado, em outra comissão, para ouvir o Dr. Torquato, que vai falar sobre transparência. Não quero faltar. Então, eu gostaria de poder fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não, Senador Cristovam. V. Exª tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Como eu disse antes, tenho algumas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu quero começar por uma pergunta que tem a ver com a apresentação do Dr. Marcos, quando fala que nós estamos lá atrás em matéria de tecnologias de inovação direta na produção, mas nós não estamos tão mal – citou até nível de Itália – no caso de ciência e tecnologia. Eu queria saber que indicadores nos permitem dizer que nós estamos nesse grupo lá de cima em ciência pura. Só artigos publicados? Ou algo mais? Por exemplo, quantos prêmios Nobel nós vamos conseguir nos próximos 20 anos para estarmos num nível desse? A Itália já deve ter alguns, provavelmente, embora eu não lembre. Então, essa é uma pergunta.

O outro é sobre o principal do nosso debate, que é a crise. Eu queria saber – e talvez essa não seja uma pergunta específica para os especialistas, mas para nós próprios, políticos, e para os economistas – é se a crise que vive o financiamento de ciência e tecnologia não decorre da própria falência do Estado brasileiro neste momento, falência fiscal que eu digo, das dificuldades fiscais. É questão de prioridade de governo ou é questão de impossibilidade de governo? Se tivéssemos outro governo, ele iria conseguir esses recursos ou não? Isso não quer dizer que a gente fique para trás, o que é outra discussão.

Segundo: que brechas vocês podem imaginar que existam na busca de uma eficiência? Mesmo que não haja mais recursos, existe ou não isso? Existe a possibilidade de produzir mais, ainda que com os recursos atuais tão limitados? Ou não? Confesso que, na ciência, não tenho como responder, mas, em outros setores, inclusive na educação, creio que dá para preencher algumas brechas. Faltam recursos, investimos pouco, mas dá para fazer mais do que a gente vem fazendo na área de educação de base. Daria para estarmos numa posição melhor?

Uma outra pergunta: se a PEC 55, do teto, for aprovada, como tudo indica, onde podemos sugerir corte de gastos de outros setores para colocar em ciência e tecnologia? Eu estou estudando isso para educação e ciência e tecnologia, porque criou-se a narrativa – e o Aloysio é um dos que mais enfrenta isso – de que se vai barrar ciência e tecnologia, se vai barrar educação, se vai barrar saúde. A PEC não diz que vai barrar nem Forças Armadas, nem educação, nem estradas. Agora, vai dar um teto, é óbvio, é uma disputa política. E vamos precisar de duas coisas: uma é identificar onde e, outra, ter força para lutar por isso.

Uma das razões pelas quais eu creio que os grupos corporativos reagem à PEC é o acomodamento, não querem brigar – e precisam descobrir que a simples greve de universidades não vai dar instrumento suficiente na briga agora. Com inflação, dá. Você dá mais, acaba aquela greve, e coloca mais dinheiro para outra coisa. Agora não. Se tiver greve, vai ter que ser greve de fome, de cinco mil pessoas numa praça, vai ter que ser uma guerra.

Esta pergunta eu já faço dizendo que não é uma tarefa muito de vocês, reconheço isso: onde é que este País está gastando mais do que deveria para, em compensação, estar gastando menos do que deveria em outros?

Outra: qual a estratégia onde os fundos se situam, assumindo que sabemos onde queremos chegar? Onde queremos chegar na ciência e tecnologia, nos próximos 20 anos, para aí situar os fundos? Ou estamos tateando e investindo para um lado e para outro, reagindo a pressões de um ou de outro, de um cientista com mais nome do que outro? Temos clareza sobre onde queremos chegar na área da informática, na área da robótica, que é uma mistura de informática com outras coisas, na área de pesquisas espaciais?

Por exemplo, já decidimos deixar para trás pesquisa espacial por causa da distância que temos hoje – nem digo em relação à China – em relação ao Irã ou à Coreia do Norte até? Ou vamos manter a pesquisa espacial como um dos temas centrais, como eu gostaria? Ou a área de energia deveria ser a nossa área central? Ou uma delas?

A quinta seria: vocês conhecem alguma avaliação bem feita do Ciência sem Fronteiras? Eu acho, Aloysio, que está na hora de a gente fazer uma avaliação do Ciência sem Fronteiras.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Aliás, houve uma vez aqui uma tentativa, na própria Comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É, mas eu não vi o resultado disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Compareceu um professor aposentado da Universidade de Brasília que fez uma crítica muito dura.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Fizemos a crítica, mas não fizemos a avaliação mesmo. Onde estão esses meninos? Qual foi o *follow up* deles depois que voltaram ao Brasil? O que eles estão dando de retorno?

O sexto é: como estimular empreendimentos intensivos em tecnologia de forma mais eficiente no Brasil? Como atrair o setor privado para isso? Como fazer mais *startups*?

A outra pergunta é: como os recursos do Funttel estão sendo utilizados com o objetivo de dirimir os problemas que temos hoje? Recentemente, a Funttel lançou um programa de apoio à redução da dependência tecnológica no setor de telecomunicações. Eles falam em R$ 600 milhões de crédito e investimento direto. Tal verba deveria priorizar quais aspectos para, de fato, promover maior autonomia tecnológica do setor? Às vezes eu me pergunto se a prioridade deve vir de dentro do setor ou se deve vir de fora do setor, com a visão crítica que se tem. Como o Governo e o Legislativo poderiam atuar de modo a propiciar uma maior dinamização e evolução das telecomunicações?

Essas são algumas das perguntas.

Quero concluir dizendo que o que ouvi aqui hoje precisa ser bastante divulgado no Brasil, para ver se a gente dá um choque de realidade, para mostrar o que estamos atravessando. A sensação que eu tive, Dr. Marcos, é de que não apenas estamos atrasados, mas de que perdemos o bonde, porque uma coisa é você chegar atrasado para pegar um bonde, um trem, um ônibus, um avião, outra coisa é você ter chegado depois de o bonde passar.

E, na área de ciência e tecnologia, hoje, sobretudo a aplicada, eu tenho minhas dúvidas quando a gente faz comparações com os países centrais, primeiro, mas também com países que até trinta, quarenta anos atrás, estavam atrás de nós, como Coreia do Sul, China e até Taiwan, pequenininha.

A sensação que eu tenho às vezes é de que perdemos o bonde, como perdemos, no século XIX, com a primeira Revolução Industrial. Preferimos a facilidade da escravidão e das nossas agriculturas para exportar. Agora parece que estamos outra vez preferindo o sucesso do agronegócio, que felizmente existe, que felizmente nos dá recursos, mas que não será para sempre.

Tenho conversado com o Governador de Mato Grosso, mostrando que é preciso estudar um pouco da história econômica do Brasil. A riqueza que a gente vê no Mato Grosso a gente viu no Pará e no Amazonas durante o Ciclo da Borracha. Bastou levar uns pezinhos para a Malásia e acabou.

China está começando a produzir soja na África, na metade do caminho, do lado de lá da África, e se preparando para tirar proveito do aquecimento global para produzir na Sibéria, o que vai permitir levar a soja de trem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Soja na Sibéria?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É, no sul da Sibéria, onde faz calor em alguns momentos. O aquecimento global – se subir 2 grauzinhos, o que é uma tragédia para o mundo e para quem mora no litoral – vai transformar a Sibéria. Eu vi um cara dizendo num jornal inglês: "A vantagem é que a gente vai poder plantar abacaxi ao redor de Londres!" Li isso, o cara dizendo que não tem que ter medo do aquecimento global.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É, a Paraíba sofre e eles ganham.

Pois bem, a sensação que fica é a de que nós estamos perdendo o bonde. Nós estamos com o bonde atrasado em relação a outro. Uma coisa é você estar num carro atrasado em relação a outro; outra é ficar de fora, na estrada, pegando poeira. E a nossa geração não tem o direito de dizer para os jovens "Vocês se virem daqui a 50 anos para ver como recupera." Como, de certa forma, fizeram as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

gerações da Revolução Industrial: se apegaram à agricultura, se apegaram aos setores tradicionais e nos deixaram para trás em relação à primeira Revolução Industrial, em que os Estados Unidos, um país da idade do Brasil do ponto de vista da descoberta e pouca diferença do ponto de vista da independência, foram e viraram uma grande potência. Agora a China está virando. A China está se transformando.

Eu, um dia desses, tão acabrunhado com a nossa crise, disse: "Eu acho que não dá para entender o Brasil; vou tentar entender a China." Comecei a ler mais sobre a China, e é inacreditável como eles conseguem ir em frente. É claro, porque têm um povo coeso, porque têm um instrumento que a gente não quer, obviamente, que é um certo autoritarismo e um partido único – a gente não vai querer isso; isso permite e facilita as coisas, mas a um custo muito alto –, porque investiram em ciência e tecnologia para valer, em educação – ainda que esteja crescendo a desigualdade educacional na China entre ricos e pobres. Quem imaginaria isso no tempo de Mao? Só que, pelo que eu tenho lido, eles saíram de Mao para um cara chamado Jack Ma. Esse Jack Ma é o Steve Jobs deles. Esse cara tem hoje uma... Aí já não é Steve Jobs, mas o que fez a Amazon. Eles têm uma Amazon maior do que a Amazon, aqui do nosso lado. Eles usam um telefone muito melhor do que os nossos.

Então, eles investiram e tiveram algumas condições, mas eu creio que parte não é por causa do custo da democracia, que faz a eficiência ficar, às vezes, um pouco atrapalhada – a gente vai ter que conviver mesmo com ela. Espero que a gente não abra mão dela para ser um país desenvolvido cientificamente, até porque lá adiante quebra se não der democracia e liberdade, lá adiante acaba a criatividade.

Esta palestra foi iniciativa do Senador Aloysio?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Do Senador Aloysio e do Senador Lasier.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu creio que vocês fizeram – não sei se imaginavam – uma reunião que precisa ser bem divulgada no Brasil. As falas, todas elas, precisam ser degravadas rapidamente, Senador Hélio, para que a gente possa se debruçar sobre elas e ver o ponto crítico em que nós estamos.

Mas eu volto a insistir com uma segunda pergunta. Eu creio que o ponto crítico não está só na ciência e tecnologia e nem só nos fundos. Está em uma crise muito mais ampla, de uma quase falência do setor estatal brasileiro, por conta, por um lado, da crise fiscal e, por outro lado, do corporativismo atrapalhando. A democracia, a gente tem que manter. Ela atrapalha pouco. O que atrapalha mesmo é o corporativismo dentro da democracia. Isso é que, de fato, mostra a falta de uma visão nacional por parte de cada um de nossos líderes em geral.

Então, eu quero agradecer muito. Para mim, foi mundo inspiradora, embora eu saia mais deprimido daqui do eu tenho estado ultimamente. E ficam as minhas perguntas, se puderem responder.

Eu não posso deixar de fazer mais uma referência, que nada tem a ver com isso aqui. Por favor, Presidente, mande aumentar a temperatura desta sala, porque ela não faz bem para ninguém, muito menos para um pernambucano que representa o Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com certeza, nobre Senador Cristovam. V. Exª tem razão. Eu gostaria que a nossa secretaria aqui, se conseguisse, pedisse um aumento de temperatura, seria interessante.

O Senador Aloysio está pedindo a palavra. Eu queria consultar o Senador Amorim se...

Vamos ouvir o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É uma pergunta muito rápida, tópica, dirigida ao Prof. Marcos Cintra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É sobre a sua proposta de transformar a natureza do fundo, de fundo contábil para fundo financeiro. Isso tem alguma repercussão, algum impacto sobre a proporção de reembolsável e não reembolsável? Apenas isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Claro que vou na mesma linha do Cristovam, elogiando muito as intervenções e realçando a importância desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Vou passar para V. Sªs fazerem suas explanações. Eu acho que o Cristovam realmente – não é, Senador Aloysio? – conseguiu fazer um resumo das grandes preocupações desta Casa.

Por exemplo, eu sou um engenheiro eletricista. Eu trabalhei a minha vida toda no setor elétrico, tanto na Eletronorte, quanto na CEB, quanto no Ministério de Minas e Energia, e hoje estou Senador da República aqui nesta Casa. Para nós é um vexame a situação da energia solar no Brasil, onde estamos na idade da pedra por falta de investimento em pesquisa, por falta de termos um inversor brasileiro, por falta de termos os medidores de forma adequada, com preços competitivos nacionais, por falta de termos – nós, o maior produtor de silício do mundo – condições de depurar de forma adequada o nosso silício para fazer a captação da energia solar.

E a gente verifica que um país como a China, para ficar no modelo China que foi colocado aqui, com a solimetria, ou seja, com radiação 30% menor do que a brasileira, tem uma perspectiva nos próximos cinco anos de gerar por volta de 100GW de energia solar, enquanto a nossa matriz elétrica é da ordem de 165GW. Ou seja, eles estão pegando mais da metade da nossa matriz elétrica nos próximos cinco anos de geração de energia.

Como nós sabemos que a energia é básica e basilar para qualquer desenvolvimento de infraestrutura, qualquer desenvolvimento de qualquer país, para a gente ter competitividade... Seria importante a seguinte pergunta – seguindo as perguntas que o Cristovam faz. Será que o que está faltando para nós é gestão ou prioridade adequada para colocar a pesquisa no ponto correto que tem que ser feito?

Nada justifica nós estarmos dez anos atrasados em energia solar, tanto a fotovoltaica quanto a heliotérmica, e não termos desenvolvido ainda os nossos meios, que são mais tecnológicos, para poder fazer essa captação de forma adequada. Então, ficam as perguntas do Senador Cristovam, complementadas por essa pergunta. Em seguida, há as perguntas, também, dos nossos dois ouvintes.

Quero consultar a Mesa sobre quem quer falar primeiro. Aí já fala, pode ficar à vontade, faz a explanação e já faz as considerações finais. Qual dos quatro? Para mim todos os quatro...

Professor Cintra. É até uma homenagem, porque o senhor foi referenciado diretamente pelo João Carlos, de São Paulo, e também aqui pelo Senador Aloysio. A pergunta vale para todos os quatros, mas fica, então, para o senhor essa deferência da primeira resposta.

SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Se não me engano, a pergunta foi para saber se a Finep pode apoiar em alguma proposta ou em alguma sugestão que diga respeito a modificação legislativa na área de ciência e tecnologia etc.

Não é, evidentemente, o escopo da Finep. A Finep tem, como principal atividade, o fomento à produção, ao desenvolvimento da tecnologia e à produção de base tecnológica. Mas quero convidar a pessoa a nos procurar. Tenho certeza de que poderemos ouvir sua sugestão e encaminhá-lo, ajudá-lo a aperfeiçoá-la. Estaremos sempre abertos a toda e qualquer inovação, afinal de contas a Finep é a casa da inovação – seja naquilo que nós possamos diretamente influenciar, seja naquilo que nós possamos ajudar num encaminhamento mais correto.

Felipe Linhares pergunta se essa PEC 55, que está em tramitação agora no Senado, afeta o Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia – o FNDCT. Certamente, afeta todas as rubricas orçamentárias do País. Consequentemente, como disse o Prof. Pacheco, como nos pega particularmente num momento difícil, o impacto será ainda mais forte do que se nos pegasse num momento áureo em termos de execução orçamentária. Agora, a pergunta é interessante porque dá uma...O Senador Cristovam Buarque também faz a mesma pergunta: com esse contingenciamento e com essa limitação de teto, de onde se vai buscar recurso para, eventualmente, aumentar dispêndios em ciência e tecnologia?

Tenho uma posição muito particular. Primeiro, concordo com o Pacheco. A PEC 241, 55 agora, é fundamental, porque ela é o pano de fundo de tudo. Quer dizer, se o nosso ambiente institucional decai, não vai permitir qualquer atividade, seja na ciência e na tecnologia, seja investimento físico em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

educação, em saúde. Portanto, ela é uma condição de sobrevivência do País como nação, é uma questão de sobrevivência do orçamento público como um instrumento da vontade popular, nos dispêndios do governo. Então, quanto a isso, não há a menor dúvida. Agora...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Apenas uma observação, com a sua permissão, por favor.

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É que a persistência da desordem financeira leva a orçamentos fictícios, ao acúmulo de restos a pagar. Você pode ter orçamentos etc., mas não tem recursos. Então, nós temos um orçamento fictício e o resultado é este: restos a pagar que vão se acumulando, se acumulando, e contingenciamentos quase que inevitáveis daquilo que é liberado das verbas orçamentárias.

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – O senhor tem absoluta razão, Senador. Quer dizer, sem um ambiente institucional propício a qualquer atividade de política pública, todas elas fracassarão. Portanto, ela vai afetar a sociedade inteira.

O grande problema que surge é se ela deve afetar linearmente ou se ela deve ser um pouco mais seletiva em termos de prioridades, de avaliações. Aí, certamente, haverá muito espaço para debate e para discussão. Até porque – e eu tenho sido um defensor dessa revisão – eu acho que o estabelecimento de um teto vai obrigar a sociedade brasileira a começar a definir prioridades de maneira mais correta, coisa que nunca foi feita.

Eu escrevi um artigo que saiu agora na *Folha de S. Paulo,* na semana passada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Sim, sem dúvida alguma.

O nosso orçamento hoje, a nossa cultura orçamentária é a cultura orçamentária marginal, incremental. Quer dizer, quando qualquer órgão público – e os senhores têm ampla experiência na vida pública – prepara um orçamento... Como é que se prepara o orçamento para o próximo ano? Pega-se o orçamento do ano passado, são feitos ajustes, aumentam-se alguns projetos e diminuem-se alguns outros, mas é puramente incremental, diferentemente de outros países, como, por exemplo, a Nova Zelândia, onde existe o orçamento base zero. É um orçamento que obriga que cada item, cada rubrica orçamentária passe por um processo de reavaliação, de avaliação de impacto e resultado, periodicamente – não anualmente, a cada cinco anos. E somente após esse tipo de análise que ela ganha, digamos assim, que ela se qualifica para ser incluída no próprio orçamento.

Então, essa estrutura onde o teto é estabelecido – e vai gerar agora um grande debate em termos de retornos sociais de programas que estarão concorrendo pelos recursos – vai ser muito saudável para o País. Vai nos obrigar a fazer isso que o Senador mencionou. Quais são os critérios de avaliação hoje? A nossa cultura não tem, a nossa cultura não avalia. Os programas são implantados, se criam ambientes corporativos no entorno de cada programa, que são beneficiados por determinados programas, eles se articulam e criam todo um sistema de combate a qualquer corte de gasto, o que torna extremamente difícil a política de se cortar gasto item a item.

De novo – já me manifestei sobre isso também –, eu acho que cortar gasto no Brasil é uma matéria extremamente difícil, extremamente ariscada, e a única forma de se fazer isso é através da implantação do orçamento base zero. Então, respondendo a pergunta: acho que vai afetar, sim.

Agora, a pergunta é: ciência e a tecnologia devem ter um tratamento diferenciado e seletivo? Eu acredito que sim, da mesma forma que educação e saúde tiveram um tratamento diferenciado – não muito, mas um tratamento de alguma maneira diferenciado. E como fazer isso? E por que justificar isso? Será que todos outros setores irão também revindicar os mesmos privilégios, o mesmo tratamento seletivo?

Aí é uma questão de se tentar justificar racionalmente por que ciência e tecnologia: pela sua característica de incerteza e risco e de altíssimas externalidades econômicas. Essa área é diferente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

outros setores.

E, mais do que isso – acho que alguém mencionou, se não me engano foi o Senador Lasier Martins ou o Senador Cristovam Buarque –, enquanto a sociedade brasileira não entender o papel da ciência, tecnologia e inovação no processo de desenvolvimento, as pressões sociais não ajudarão esta Casa e a outra Casa ao lado a refletirem, do ponto de vista das suas definições orçamentárias, essas prioridades.

Hoje em dia é incrível...

A Finep é uma entidade importante do ponto de vista de financiamento, da indústria de base tecnológica... Eu encontro pessoas do meu relacionamento de amizade, pessoas cultas, educadas, que perguntam: "Finep? O que é Finep?" – não sabem o que é Finep.

Então, o que está faltando é um pouco deste trabalho que esta Comissão está fazendo, e eu a parabenizo por estar abrindo esta discussão, que deve ter a maior repercussão pública possível. A sociedade brasileira precisa entender que ciência e tecnologia é o que vai definir a vida do mundo. Está acontecendo já, e acontece num ritmo extremamente largo, extremamente rápido. As coisas estão acontecendo não é para daqui a dez anos, daqui a cinco anos, já estão acontecendo, e numa velocidade irreconhecível. Enquanto a sociedade brasileira não se der conta disso, as pressões sociais, evidentemente, não surgirão, logicamente as pressões políticas também, os interesses corporativos encontrarão um ambiente muito mais propício para garantir os seus nichos de privilégios e, nesse sentido, fica mais difícil essa necessária seletividade.

Mas, respondendo à pergunta, eu acho que sim, sem dúvida alguma, nós vamos passar por um momento transitório, mas eu tenho certeza de que será necessário e benéfico e, no futuro, poderemos tentar melhorar um pouco a nossa política de gestão de área de ciência e tecnologia. Mas, repito, ciência e tecnologia não é recuperável. Tempo perdido é irrecuperável. Esse que é o grande problema. Esse é o conceito do perdeu o bonde: perdeu o bonde, perdeu o bonde. Se nós não estivermos permanentemente com a fronteira do conhecimento em vista, se perdermos a fronteira do conhecimento, é muito difícil recuperar. O esforço tem que ser para estar sempre junto, sempre acompanhando.

Mas aí vêm as perguntas feitas pelo Senador Cristovam Buarque: que áreas? Onde? Tudo parece ser prioridade no Brasil. E aí eu quero fazer menção ao trabalho feito pelo Secretário Jailson, que apresentou um trabalho, que distribuído a esta Comissão, que é a nossa estratégia de desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação até 2022.

Agora, eu quero chamar atenção, Senadores, para o fato de que o trabalho feito pelo Jailson é um trabalho que vislumbra todas as áreas de interesse do País, e ele seleciona, ele prioriza de alguma maneira, aquilo que nós devemos nos concentrar. Em país onde há escassez de recursos não dá para se fazer uma ampla gama de investimentos ou de apostas. Temos que selecionar algumas, e esse trabalho foi feito pelo Jailson.

Agora, basta isso? Longe... Ao final de cada setor, de cada capítulo que o Profº Jailson apresentou, ele colocou a necessidade de se estabelecer o planejamento eficaz para a obtenção daquelas metas. E por planejamento eu entendo cronograma, orçamento, metas, resultados e avaliação. Isso nós não temos. Eu não conheço, na área de ciência e tecnologia... Houve alguma coisa quando se discutiu plataformas de ciência e tecnologia, não houve alguma coisa semelhante a isso, mas nós não temos um planejamento, não sabemos como deve ser entendido o mecanismo de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – ...planejamento, que não é meramente listar prioridades. Listagem de prioridades é listagem de prioridades. Planejamento é a lista de prioridades, onde se quer chegar, quais os recursos, qual o cronograma, quais os mecanismos de acompanhamento e como aferir – cada passo em cada etapa desse processo. Infelizmente, o Brasil não tem a cultura desse planejamento.

Tentei abordar várias das questões levantadas, inclusive pelo Senador Cristovam Buarque.

O Senador Aloysio pergunta se a ideia de modificação da estrutura do fundo garante um reequi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

líbrio entre reembolsado e não reembolsado.

Não necessariamente. Quer dizer, isso ficará a cargo do corpo gestor do fundo. O que ele garante é a autonomia do fundo e a independência do fundo com relação às oscilações e a todos os humores orçamentários que acontecem. Quer dizer, o fundo passa a ter o seu patrimônio gerido de maneira independente. Não é um item orçamentário, não é uma rubrica orçamentária pública e, consequentemente, ele passa a ter uma gestão muito mais adequada ao objetivo para o qual ele foi criado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Fica imune ao rapa.

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE – Olha, acho que o rapa até poderia existir se houvesse uma PEC, alguma coisa, mas certamente ele passa a ter uma vida autônoma, onde a definição de prioridades é feita pelos próprios corpos gestores e, mais ainda, o retorno do fundo fica no fundo.

Nós temos, na Finep, investimentos em empresas que nós estamos desinvestindo, e nós fomos obrigados a transferir a rentabilidade desses investimentos ao Tesouro. Não temos nenhum controle.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Sobre a nossa idade da pedra na energia elétrica, o senhor não me respondeu. A minha provocação foi dura, eu sei, talvez o senhor não esteja querendo responder...

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTE (*Fora do microfone*.) – Desculpe, mas realmente não conheço o setor.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Tranquilo!

Eu vou passar a palavra agora para o nosso querido Mário Neto.

Eu creio, Dr. Mário, até continuando a minha pergunta na linha que o Cristovam falou... A minha pergunta foi realmente dura. Perguntei se o que houve foi falta de interesse, falta de investimento correto ou de planejamento, porque não é possível, para um país que depende basicamente de energia para fazer as coisas, a gente estar na situação que se encontra com relação às pesquisas para energia solar.

O SR. MÁRIO NETO BORGES – Obrigado, Senador.

Eu, como engenheiro eletricista também – na verdade, orientador dos alunos de Engenharia de Energia –, vou ter o maior prazer em abordar a sua pergunta, mas eu queria começar aqui os meus comentários referindo-me ao Senador Cristovam, porque ele não pode sair daqui pessimista não. Nós estamos querendo ser otimistas, e o Congresso precisa muito do otimismo e do trabalho de vocês aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRIO NETO BORGES – Pois não, mas contamos aí com o apoio de todos vocês para que a ciência, a tecnologia e a inovação sejam prioridades.

E, como bom mineiro também, Senador, dessa coisa de trem nós entendemos. Nós não perdemos... Na verdade, são vários trens. Alguns nós já perdemos mesmo, mas existem outros em que o Brasil mostrou que ele é capaz de estar na ponta. Por exemplo, dou um bem objetivo: pesquisa de petróleo em águas profundas. A ciência, a tecnologia e a inovação brasileiras são as melhores do Planeta.

Então, há muitas áreas em que ainda nós podemos nos colocar. E aí, já me referindo também a onde chegar, que foi uma pergunta que o prezado Senador fez, é um pouco na linha da resposta que o próprio Prof. Marcos Cintra colocou, da estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação. Então, planejamento é uma coisa que precisa ser feita e, no planejamento, ter prioridades. E lá existem algumas áreas estratégicas nas quais o Brasil pode ser ainda protagonista, basta que nós tenhamos exatamente o que estamos discutindo aqui: recursos suficientes para que nós possamos aumentar os investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

Eu quero voltar aqui àquela questão do 1,2% que o Brasil investe. Na verdade, nós vimos a Coreia do Sul, que foi mencionada pelo senhor. Na década de 70, tinha um grau de desenvolvimento pior do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que o nosso, mas hoje é um país de Primeiro Mundo porque decidiu investir nos dois pilares: educação; ciência, tecnologia e inovação. É um país que investe 4% do PIB em ciência, tecnologia e inovação; 1% público e 3% do setor privado. Se aqui nesta sala alguém ainda não tem, vai ter um produto coreano em casa ou na de um conhecido, um telefone, uma televisão ou um carro coreano. Por quê? Porque foi feita essa priorização.

Eu queria voltar também à questão da PEC. Nós entendemos que a PEC é necessária para o Brasil se organizar, não tenham dúvida disso. Sem essa PEC nós vamos ficar na ilusão até o País se arrebentar completamente. Então, precisamos aprovar a PEC. Agora, aprovada a PEC, de onde tirar o dinheiro para passar para CTI? Essa resposta eu não tenho, mas deve haver muitos lugares onde se pode fazer algum ajuste para que ciência, tecnologia e inovação seja priorizado, porque esse setor é gerador de riqueza e de oportunidade, é esse setor que vai garantir o desenvolvimento sustentável. Portanto, cabe a esta Casa aqui definir, como disse o Profº Marcos Cintra, como privilegiar ou priorizar ciência, tecnologia e inovação em relação a grandes outras atividades, algumas que podem até ser transferidas para o setor privado, desonerando o Governo de fazer essas atividades, para que se concentre naquilo que é mais importante para o desenvolvimento do País.

Finalmente, eu queria dizer, sem deixar de responder o nosso Senador Hélio José, da área de energia, que o Brasil, na verdade, até agora não se preocupava muito com energias alternativas – e não é só solar, tem eólica e várias outras com potencial muito grande no Brasil – porque a energia hidráulica era muito disponível e muito fácil de ser obtida. Então, quando você tem abundância e disponibilidade, por que se preocupar com essas coisas? É mais barata, a sua produção é em grandes quantidades, volumes muito expressivos – Itaipu e essas grandes usinas. Mas, certamente, precisamos pensar nisso, não só por conta da necessidade. Se o Brasil se desenvolvesse num ritmo de 4% ao ano, faltaria energia novamente. Energia é fundamental. E energia é uma das plataformas básicas do trabalho do Prof Jailson, uma das prioridades, porque energia é importante para todo mundo.

Então, certamente, o Brasil, com a área física que tem, com o nível de incidência solar e com os vários espaços para a questão de ventos, pode ter energias alternativas sim. Agora, o que falta? Falta ter o dinheiro do FNDCT, ou outro dinheiro. O Profº Pacheco quer tirar dinheiro do CNPq, mas eu entendo. A luta que ele coloca é uma luta que a gente sempre defendeu.

O CNPq, ao longo da história, deixou de ter crescimento do seu orçamento da fonte do Tesouro – ao contrário, por exemplo, da outra agência tão importante quanto o CNPq, a Capes, cujo orçamento na Fonte 100 cresceu exponencialmente. Ela foi substituída pelo recurso do FNDCT. Na verdade, às vezes, as bolsas PQ concedidas são bolsas associadas a projetos de pesquisa, não é bolsa para formação, é bolsa para pesquisa. De qualquer maneira, o importante é que haja o recurso, seja Fonte 100, seja FNDCT ou seja outro, é importante que haja recurso para o CNPq fazer suas atividades, que foram muito sacrificadas nesses últimos anos.

Portanto, se isso for feito e a Finep também tiver os recursos, Senador, nós podemos, aí sim, tendo recurso, tirando a burocracia para a relação da academia, da ciência com o setor empresarial, e pessoal qualificado... Existem hoje cursos de Engenharia de Energia no Brasil, são mais de 12 cursos de Engenharia de Energia, nos quais o básico é o estudo das energias alternativas, que podem, realmente, significar um grande volume de disponibilidade de energia para o Brasil e que são fontes limpas, renováveis, que vão ajudar a manter o nosso meio ambiente.

Acho que faltam ser abordadas essas questões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado ao nosso Presidente do CNPq, Sr. Mário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Permita-me um minuto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não, nobre Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É que eu fiz diversas perguntas, mas estou sendo muito cobrado em outras comissões, principalmente na Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Educação, que está sem quórum, e na Comissão de Transparência, onde quero fazer uma pergunta ao Ministro Torquato. Como nós temos agora a presença do Senador Deca, que representa o conjunto de todo o corpo, além do Estado da Paraíba e do nosso querido Cássio, que está em licença, eu quero pedir licença a todos para me retirar. Vou tentar voltar depois de fazer a pergunta e dar o quórum.

Tenho um requerimento que gostaria que fosse votado, que tem a ver com o que a gente fala aqui. É uma audiência que estou convocando para estudar a possibilidade de acidentes de engenharia no Brasil, que tanto têm acontecido, se isso pode ameaçar qualquer risco na usina de Angra dos Reis. Quando a gente junta uma série de falhas de engenharia do Brasil com tudo que a gente descobriu que houve de propinas e tudo mais, vale a pena analisar se há ou não risco, porque aí seria uma coisa monumental. Então, eu queria pedir ao Presidente que ponha em votação esse requerimento em algum momento – a Secretária ajudaria bastante nisso.

Eu vou tentar voltar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Correto.

Senador Cristovam, primeiro eu quero cumprimentar V. Exª pela solicitação dessa audiência pública e dizer que já subscrevi o ofício. Vou submetê-lo em seguida, ao término das duas falas que faltam, à apreciação e à votação na Comissão. Com certeza, ele será aprovado, para que possamos fazer essa importante discussão sobre os acidentes de engenharia.

Hoje cheguei um pouco atrasado aqui porque estava numa reunião com o CAU, que é o Conselho de Arquitetura, com o CREA, com todo o pessoal, para discutirmos a importância da Engenharia da União. Quando foi criada a Advocacia da União, esqueceram a engenharia. Um país precisa de professores, primeiro, para nos ensinar e nos pôr nos eixos; segundo, de bons advogados, bons engenheiros e bons técnicos, para que a coisa funcione de forma adequada.

E esse braço, que é da engenharia, está um pouco capenga desde quando não criaram a Engenharia da União como uma carreira de Estado, com a devida vênia. Isso é necessário para realmente pôr as coisas nos eixos. Estamos fazendo um sério debate sobre isso. Essa audiência pública que V. Exª coloca vem bem ao encontro dessas necessidades. Então, parabenizo, cumprimento V. Exª.

V. Exª pode ir ajudar a complementar o quórum lá. É importante a participação de V. Exª com a pergunta ao nosso Ministro Torquato. Eu vou encaminhar em seguida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É uma coisa que temos em comum: sermos engenheiros – não sei se há outros na Mesa também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Tem.

Semana passada a minha turma fez 50 anos de formada...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Que bacana.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ...e eu tive um diálogo com alguns, perguntando sobre o porquê dessas sucessivas... E eu ouvi uma coisa – parece que a minha turma está ficando muito reacionária. Um deles achou que é o excesso de confiança nos computadores na hora de fazer os cálculos, que a régua de cálculo que a gente usava era mais confiável do que os computadores. (*Risos.*)

Estão colocando o erro na máquina, e não em quem usou a máquina.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Valeu, Senador Cristovam.

Vai ser dia 29 de novembro a audiência pública referida pelo nobre Senador Cristovam, que eu vou aprovar daqui a instantes.

Vamos passar a palavra para o Carlos Américo Pacheco, Presidente do Conselho Técnico-Administrativo da Fapesp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Continuando essa discussão da energia, eu, que vivi os últimos dez anos no Ministério de Minas e Energia, posso testemunhar para o nosso Presidente do CNPq que, quando do projeto chamado Proinfra e da prioridade que foi dada à energia eólica, realmente nós tiramos a situação da energia eólica do traço que era para uma situação hoje altamente vantajosa para o nosso País no mercado local e mundial. Pode pegar qualquer turbina de gerador eólico – nós teríamos que importar essa turbina, e hoje nós somos exportadores dessas turbinas com qualidade, somos um dos maiores produtores de pás eólicas do mundo, e estamos competindo de igual para igual em várias partes graças a um projeto chamado Proinfra. O nosso preço, hoje, do megawatt da energia eólica, é altamente competitivo.

V. Sª tem total razão quando coloca que houve um *boom* na questão hidráulica pela facilidade, pela situação governamental da época, e que agora, para as últimas usinas hidráulicas, foram feitos projetos que não corresponderam à necessidade de armazenamento por causa de uma discussão – na minha visão, malfeita – com o setor de meio ambiente. Muito malfeita, porque era muito mais razoável eu ter um lago um pouco maior, ter uma reserva energética, do que investir em energia de hidrocarboneto, poluente, altamente cara, que faz com que a energia elétrica brasileira seja uma das mais caras do mundo, por causa das usinas térmicas que foram colocadas durante os últimos dez anos, de forma a dar garantia física de funcionamento energético, ao invés de ter feito essas barragens um pouco maiores e com situação de armazenamento. Porque, aí, as energias intermitentes – como é o caso da eólica, da solar, da fotovoltaica e outras – poderiam entrar fazendo todo o balanceamento do sistema sem a gente viver a situação em que estamos. E ficou-se dez anos negligenciando com relação à solar – por isso que o Brasil não tem seu inversor, por isso que o Brasil não tem sua placa para poder fazer a captação correta, e os medidores de fluxo invertido, no Brasil, são ainda medidores muito incipientes.

Precisaríamos ter medidores com melhor qualidade e, como o produto é muito caro para ser importado, o que acontece? Fica muito caro o produto energia solar no nosso País, e nós, hoje, estamos perdendo um sério mercado por causa disso. Por isso, como o Carlos vai colocar aqui, é fundamental o setor privado ser incentivado e ter condição, para que ele entre de fato nessas pesquisas e possa instalar empresas para construir nossos emissores, nossos painéis e nossos medidores aqui.

Eu, a cada três palavras que falo nesta Casa, defendo a energia solar e energias alternativas, como a do lixo. É outro bonde que nós estamos perdendo: a energia do lixo e dos resíduos sólidos das cidades. Estamos tendo que fazer projeto de manejo e aproveitamento do nosso lixo, e não estamos fazendo um investimento adequado para fazer com que a pirólise de baixa e de média temperatura, a não poluição e o aproveitamento do resíduo de forma correta sejam encaminhados.

Então, nós precisamos mudar algumas inversões, e a presença de vocês aqui hoje foi altamente enriquecedora. Com certeza, vamos continuar esse debate – talvez numa seara bastante voltada também, além da questão tecnológica em si, para a questão energética. Eu tenho conversado muito com o meu amigo e colega de turma da UnB, o Roberto Azevêdo, Presidente da OMC. Falei: "Roberto, não é possível o Brasil continuar nessa situação em que a gente se encontra com relação a algumas coisas tecnológicas que são fundamentais para o Brasil sair da crise." E essa questão da energia – não é, Prof. Cintra? – é fundamental.

Vamos passar para o nosso amigo Carlos Américo Pacheco, que está até meio incomodado porque tem um compromisso em seguida, e nós todos aqui temos, para ele fazer suas considerações, responder as perguntas.

A palavra está com o Dr. Carlos Pacheco, da Fapesp.

O SR. CARLOS AMÉRICO PACHECO – Obrigado.

Serei sucinto. Acho que o debate suscitou muitas coisas. Algumas das perguntas demandariam outro seminário. Sua pergunta sobre energias renováveis é bastante importante, mas eu vou emendar com uma pergunta que o Senador Cristovam fez sobre o que deveria ser prioritário no País.

Nós temos uma dificuldade. Acho que os Senadores aqui vivenciam essa dificuldade de maneira mais intensa. Tudo é prioritário, certo? Tudo é absolutamente prioritário, e é difícil fazer seleção. Uma parte de "tudo é prioridade" é que nós temos uma sociedade diversa, uma economia relativamente diversificada, que tem atores no setor produtivo e em todos os setores importantes, uma comunidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

científica com competências em várias áreas, da neuro, biodiversidade, tem gente em tudo que é lugar dizendo que o seu assunto é mais importante que os outros. E no setor produtivo existe isso. Então, é difícil estabelecer prioridades. Mas uma maneira de ver prioridades é ver o seguinte: sem dúvida, do ponto de vista econômico, que era o que o Marcos estava falando, nós temos uma importância grande relativa ao tamanho do nosso mercado interno e aos setores que são dinâmicos no mercado interno. Esta é uma maneira de ver: sentir se esses setores são relevantes no plano econômico, criam empregos, têm mercado etc.

Uma outra maneira de ver as prioridades é olhar como o mundo nos enxerga – sobretudo do ponto de vista de inserção do Brasil no mundo. Quem está fora do Brasil olha para o Brasil: em que o Brasil tem chance de competir globalmente? E quem está fora às vezes enxerga isso com mais clareza do que quem está dentro. Na verdade, o Brasil tem chances de competir em algumas coisas, mas não em todas. Nós não vamos conseguir competir com Taiwan e com a China no que diz respeito à microeletrônica; não há chance. Quem está fora do Brasil nos olha como o quê? Como fornecedor de alimento, com a agricultura, com a integração da cadeia produtiva na área agrícola, agricultura tropical – enxerga-nos como sendo um importante vetor de produção de energias renováveis e nos enxerga como um possível *player*, não um *player* real, mas um possível *player* do que se chama de bioeconomia, química de renováveis e uma série de setores – alcoolquímica etc. e tal.

A energia renovável é uma dessas coisas, não só por causa da matriz que nós temos, mas por conta do custo de matéria-prima e de uma série de disponibilidades, tanto para a solar quanto para a matéria-prima vegetal, para efeito de biomassa, para a disponibilidade de produção de energia.

Então, esses setores... Se é para priorizar alguma coisa, nós precisamos olhar o mercado interno e ver as necessidades que a população brasileira tem na área de saúde, na área de generalização da infraestrutura de TI, etc. e tal. Mas, se nós quisermos olhar para o mundo lá fora e ver no que nós temos chance de competir no mundo, as alternativas do que é prioritário diminuem e muito, porque há algumas coisas em que, de fato, o Brasil tem chance. Quem está fora vê melhor aquilo que o Brasil tem. Ninguém... Eu me lembro do presidente da Intel, que estava no Brasil... Ele reclamava porque o levaram para visitar um monte de centros de pesquisa na área de microeletrônica. Ele falou: "A Intel jamais vai colocar no Brasil alguma coisa relevante nessa área. Se vocês tivessem me falado sobre biochip, eu daria mais atenção ao que vocês estão me falando..." Mas, na verdade, o que é que você olha no Brasil? Você vê algumas coisas em que você tem competência. Então, fortalecer essas competências, do ponto de vista nacional, seria isso. A área de renováveis é uma delas.

Eu acho que nós demoramos para acordar na área de energia solar. Acho que fizemos um belíssimo trabalho na eólica, não só na regulamentação, mas sobretudo no desenvolvimento de uma capacidade empresarial boa, relativamente boa. Nós temos dificuldades? A empresa, lá em Sorocaba, está com dificuldade. Eu conheço bem o COE que criou a empresa, foi engenheiro do ITA etc. Mas, na área de fotovoltaica, nós não criamos uma base produtiva razoável e temos ainda dificuldade. A minha esperança é que eu acho, na área de fotovoltaica, que o crescimento vai ser muito acelerado nos próximos anos. Começa que já há uma demanda razoavelmente solvável, inclusive do ponto de vista de produtores independentes, do ponto de vista domiciliar, a taxa de crescimento é muito grande... Então, há oportunidades. E aí eu acho que, com as agências fazendo o seu papel – o BNDES, a Finep etc. –, nós poderemos estimular o desenvolvimento disso. Desde que o Marcos tenha instrumento para poder operar, eu sei que ele vai operar positivamente, nessa direção aí.

Então, eu só queria dizer isso.

O Senador Cristovam fez uma série de outras perguntas, como a pergunta sobre o Funttel. A situação do Funtel é muito similar à situação do FNDCT, talvez até um pouco mais grave. O Funttel é decisivo para a subsistência de pesquisas nessa área, é decisivo para a sobrevivência do CPqD. É muito importante que ele seja reativado, mas eu acho que os outros participantes da Mesa podem ajudar a esclarecer as questões colocadas pelo Senador Cristovam também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso querido Carlos Pacheco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nossos cumprimentos ao ITA e a todos os formandos do ITA, que é um exemplo para a engenharia brasileira. O ITA, o IME, esses órgãos são um exemplo.

Eu gostaria de ter ido para o ITA. Eu fiz Engenharia na UnB. Naquela época eu não pude ir para o ITA, mas realmente a tecnologia lá é o *must* que nós temos neste País.

Muito obrigado ao senhor pela presença.

Eu deixei por último o Jailson, exatamente porque é o grande fomentador da política nacional, da ciência e tecnologia, é o Ministério da Ciência e Tecnologia. E exatamente o Jailson tem sido uma pessoa assídua e presente aqui – tanto ele quanto o Ministro Kassab –, no sentido de estar propiciando e fazendo a discussão conosco. Então, seria muito importante ouvir o Jailson.

A conclusão...

O Carlos vai ter que se retirar – não é Carlos? –, por causa do seu voo. Não há problema. Se perder o voo, fica difícil.

Vamos passar para o Jailson, para nós caminharmos para as conclusões. E depois, Deca, nós faremos aqui uma rápida reunião, só para aprovar o requerimento do Senador Cristovam.

Jailson com a palavra.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Obrigado, Senador Hélio José.

Hoje eu me sinto duplamente prestigiado nesta Casa: tive a honra de começar os debates e a honra, maior ainda, de concluir os debates.

Bom, praticamente muito ou quase tudo já foi dito pelos colegas que me antecederam, o Dr. Cintra, o Prof. Mário Neto e o Prof. Pacheco. Eles traçaram um panorama muito importante. Mas o Professor – na época em que eu o conheci era o Prof. Cristovam Buarque – deixou uma série de questões, e eu acho que vale a pena fazer uns breves comentários de encerramento.

O primeiro comentário, com vista a nossa discussão, que cada vez mais me convence, é que o Brasil é uma espécie de paradoxo: em qualquer janela de tempo, curta, pela qual olharmos o nosso País, ele estará em crise; em qualquer janela de tempo mais expandida pela qual se olhe o País, ele está crescendo. Daí, inclusive, a estratégia, como o Prof. Cintra já colocou aqui, de ciência e tecnologia: nós procuramos olhar uma janela maior, para que não se veja só a crise, mas a expansão.

O outro lado que é impressionante no País: em cerca de 15 anos, nós fizemos três conferências nacionais de ciência e tecnologia. Isso é incrível! Essas conferências tiveram uma participação ampla e uma ampla discussão. A última conferência nacional e ciência de tecnologia deixou o *Livro Azul*, que planeja e prevê uma série de ações até 2020. Então, o *Livro Azul* é extremamente precioso.

Depois da 4ª Conferência, nós tivemos, em 2013, o Fórum Mundial de Ciências, que foi feito no Brasil. O Fórum Mundial de Ciências deixou uma série de documentos, com várias sugestões para o País e uma visão extremamente ampla, em complementação às conferências.

Além disso, a cada quatro anos, a Academia Brasileira de Ciências e a SBPC preparam um documento que é uma contribuição ao desenvolvimento científico e tecnológico do País, e esse documento é amplamente divulgado e entregue aos candidatos a Presidente da República. Então, nós temos uma quantidade e uma qualidade de documentos extremamente valiosas, e muitos apontando, com muita propriedade, direções para o País, estratégias para o País e áreas prioritárias para o País.

Agora, onde é que nós pecamos? O voluntarismo. O voluntarismo, no País, é um dos entraves para o nosso bom andamento na parte de ciência, tecnologia, educação e vários setores. Em vários momentos se esquece todo o planejamento, toda a estratégia e ação. O voluntarismo toma conta.

Qual é o prejuízo do voluntarismo? Ele não tem continuidade. Ele ocorre como episódio. Ele tem um foco definido, mas não tem uma estratégia definida de como atacar aquela ação. E, do outro lado, ele não focaliza na ação, pulveriza recursos.

E esses recursos não têm continuidade e, ao não ter continuidade, nós estamos... Sente-se re-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

começando, como o Aureliano Buendía: dissolvendo os coraçõezinhos que ele fazia e fazendo esses coraçõezinhos de novo. Então, eu acho que essa é a nossa grande questão.

O outro lado é que, enquanto ciência e tecnologia forem vistas como despesa, certamente o País não vai avançar. Elas precisam ser vistas como investimento. E esta Casa tem um papel extremamente relevante para cravar que ciência e tecnologia são investimento.

Vários de nós falaram, por exemplo, sobre a Coreia, os Estados Unidos e o Brasil. Foram feitas várias comparações. O sistema é complexo. Em todo sistema complexo, quando se tenta dar uma resposta curta, inevitavelmente há um grande erro associado. Eu diria que, além do investimento diferenciado de Brasil, Coreia e outros países, é o ambiente do país que é distinto nos dois locais. Na Coreia e nos Estados Unidos, esses países mais avançados, mais de 70% dos engenheiros e cientistas estão no setor empresarial, há um ambiente propício para mantê-los no setor empresarial. No nosso País, é o contrário, esse contingente está no setor público, uma parte deles na academia e outra parte no setor público.

Se nós observarmos, isso não é ao acaso. A Constituição de 1988 reorganizou o Estado brasileiro de uma forma muito melhor, criou carreiras extremamente promissoras. E, se no passado um estudante de engenharia ou química imaginava ir trabalhar na Petrobras ou numa grande empresa, de 1988 para cá o alvo era o setor público, onde havia estabilidade no emprego, salários crescentes, comparado com o setor empresarial, em que não há estabilidade. E mais: quanto custa esse profissional para a empresa? Então, os dois setores precisam ser extremamente balanceados. Enquanto não houver isso, a inovação está sacrificada porque a maior parte dos cientistas está no ambiente acadêmico.

São vários setores, nesse mosaico, que precisam ser vistos: a empregabilidade do setor público, a empregabilidade do setor empresarial, quanto custa em cada um deles, quanto custa o dinheiro para fazer pesquisa no setor público. Eu sou professor da Universidade Federal da Bahia há 40 anos. Não custa praticamente nada, você vai reescrever o projeto, conseguir os recursos e aplicar esses recursos. Não é a mesma coisa no setor empresarial, ele tem um custo adicional a isso. Então, vários desses setores, eu diria, precisam ser balanceados, e é o nosso desafio.

Hoje o que nós temos? Um controle do gasto público. Certamente você não pode gastar – e todos comentaram aqui – indistintamente. Você tem que ter um gasto compatível com o que recebe. Agora, no nosso caso especificamente – essa foi uma pergunta do Senador Cristovam – é que nós precisamos qualificar esse gasto, nós precisamos garantir que o que foi aprovado chegue à ponta, que o que foi aprovado de recursos para a educação realmente chegue à ponta da educação, o que há de recurso para a área de saúde chegue à ponta da área de saúde. Então, no momento em que esse gasto for qualificado e com foco, certamente será possível fazer reajustes dentro do sistema, como o próprio Dr. Cintra coloca, sem grandes traumas. Basta que se passe a rever cada um desses setores de uma forma extremamente consolidada. Você ter um sistema é como em casa: a distribuição de recursos, do que é gasto nas famílias de cada um, depende da prioridade que cada família dá ao seu gasto, já que ela tem um limite específico de gasto. Então, eu creio que esses são alguns dos aspectos que nós precisamos abordar nesse sistema.

Eu não poderia deixar de comentar uma das falas do Senador Cristovam, quando ele fala do corporativismo. Certamente nós precisamos... É extremamente relevante que se reveja o prejuízo do corporativismo no País. Hoje boa parte das universidades públicas do País está parada, está tomada, as reitorias estão ocupadas. E uma pergunta que precisa ser feita ao Congresso Nacional, às famílias e à sociedade é: quanto custa em inteligência – não estou falando em dinheiro não – uma universidade parada por um mês, parada por dois meses?

O artigo que o Prof. Cintra escreveu na *Folha de S.Paulo* recentemente e que ele coloca aqui hoje é que, na inteligência, você não pode parar; se você fica parado, ela continua avançando e você se afasta. Como há universidades de classe mundial com greves anuais, periódicas e com tempos cada vez maiores? Então, são sistemas em que não é só o gasto, não é só a questão financeira. O País realmente precisa ser revisitado, o gasto precisa ser qualificado, e certamente o País precisa atacar da forma que planejou, de uma forma estratégica e não de forma voluntarista, que só faz gerar energia – quer dizer, energia por forma de atrito, calor e dispêndio pouco relevante para o sistema.

Acho que este era o meu comentário final. Estou muito honrado de estar aqui, muito honrado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ter começado a falar e mais honrado ainda de poder concluir esta reunião.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso nobre debatedor Jailson. Quero que ele mande o nosso abraço ao nosso Ministro Kassab. Quero dizer que nós, na Comissão de Ciência e Tecnologia, temos um apreço muito grande pelo nosso Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Cumprimento aqui os servidores, servidor público concursado que sou. Eu sou servidor do Ministério do Planejamento, Orçamente e Gestão. Cumprimento o nosso querido Mário Neto, da turma do CNPq, que está sempre trabalhando muito e efetivamente pelo bem deste País.

Realmente é necessário investir em ciência e tecnologia. Esse é o caminho, Cintra. Você, na Finep, e o Mário, no CNPq, são essenciais para nós. É importante a forma de induzirmos também o investimento privado e a forma como mexemos com o investimento público e com o privado, para que cheguemos ao desenvolvimento que queremos. Então, todos nós somos altamente acompanhantes, partícipes e altamente apoiadores do CNPq.

Quero que o senhor mande um abraço a todos. E quero dizer que o que estiver ao nosso alcance, inclusive essa série de debates que nós estamos promovendo aqui, na Ciência e Tecnologia, para verificar essa questão dos fundos, é exatamente visando melhorar, qualificar e dar melhores situações para que o CNPq, a Finep e os nossos fundos, como o Funttel, possam fazer o que deva ser feito e que seja feita aquela prioridade que realmente tem que ser feita no momento, porque, muitas vezes, a escolha não está sendo adequada. Cremos, com esse debate, com a intensa participação, inclusive, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que vamos afinar, já que os recursos são poucos, para ver onde realmente devemos fazer esses investimentos.

Neste momento, eu sinceramente, como engenheiro, como membro do Ministério das Minas e Energia – eu fiquei, nos últimos dez anos, no monitoramento do sistema elétrico nacional, acompanhando toda a questão do sistema elétrico nacional –, posso dizer que houve uma certa negligência política com relação às energias alternativas, principalmente a solar, tanto a fotovoltaica quanto a termoelétrica, termossolar, heliotérmica. Mas sempre há a possibilidade de, se perder o trem, passar outro trem. Nós perdemos o trem, é fato. Ele foi embora. Mas vamos recuperar o tempo perdido, porque a China, a Alemanha e os Estados Unidos estão na nossa frente com relação a essas energias, assim como a Itália, por exemplo, com essa energia dos resíduos sólidos urbanos.

Nós precisamos nos recuperar, pegar esse trem de volta, porque o Brasil tem um potencial gigante, tem toda a condição de ter competitividade nessa seara. O CNPq e a Finep são braços essenciais, sempre com a colaboração do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Agradeço ao senhor, Dr. Cintra, por todo o saber que o senhor nos passa, o conhecimento, a colaboração e todo o trabalho que o senhor vem fazendo na Finep, em nome do Senado, e ao nosso Ministério de Ciência e Tecnologia.

Considero encerrada por hoje esta audiência pública, mas nós teremos outras, porque esse assunto, o incentivo financeiro à ciência e tecnologia, é básico, basilar para nós, desta Comissão. Vamos continuar chamando vocês, a colaboração de vocês, para que possamos juntos definir prioridades.

Então considero encerrado por hoje este debate e convoco em seguida a nossa audiência deliberativa para podermos deliberar sobre o requerimento do nosso nobre Senador Cristovam.

Vou apenas me despedir. Um minutinho. (*Pausa.*)

Eu subscrevi o requerimento do nosso nobre Senador Cristovam, que passo para o nosso nobre Senador Deca ler. É o requerimento da audiência pública.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 45, de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 18/2016-CCT, aprovado por esta Comissão no dia 17 de maio de 2016, a inclusão do seguinte convidado para participar de audiência pública destinada a debater as causas da recorrência dos acidentes de engenharia no Brasil, bem como debater sobre o risco potencial de um acidente nas Usinas de Angra dos Reis: André Pacheco de Assis – Doutor em Engenharia Civil, professor da Universidade de Brasília.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu quero fazer o seguinte comentário, nobre Prof. Deca.

Esse é um requerimento altamente meritoso. Considero esse debate muito importante. Só gostaria de incluir como convidado o Presidente da Associação Nacional da Infraestrutura, que trabalha exatamente acompanhando as questões de Angra dos Reis e das usinas termoelétricas brasileiras, nucleares, que é o nosso querido Engenheiro Luciano Teixeira. Eu queria solicitar a inclusão do Luciano Teixeira, meu convidado, Presidente da Abrainfra. E gostaria de consultar os nobres Senadores e Senadoras da Casa sobre se teríamos algo mais a discutir.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto à apreciação o nosso requerimento.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento da referida audiência pública.

Na próxima semana teremos essa audiência pública. Seria no dia 29 de novembro.

Esse acréscimo do Luciano Teixeira, eu considero fundamental, porque a Associação Brasileira da Infraestrutura é exatamente dos engenheiros, técnicos e arquitetos que trabalham na máquina pública federal cuidando de toda essa questão. O Luciano é exatamente a pessoa que acompanha toda a questão de Angra dos Reis, então trará uma colaboração fundamental, além de ser o Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura.

Estou agradecido ao nosso nobre Senador Deca.

Já que não temos mais nada a discutir hoje, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial* federal juntamente com as notas taquigráficas.

Não havendo mais assuntos para debater hoje, considera-se encerrada a reunião da CCT do dia de hoje, aqui do Senado Federal.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 8 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 36ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 de Novembro de 2016, Terça-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3.

Às oito horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência dos Senadores Lasier Martins, Deca e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Ângela Portela, Ivo Cassol, Pastor Valadares, Gladson Cameli, Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira, Pinto Itamaraty, Eduardo Amorim, Pedro Chaves e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. O Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RCT nº 18 e 45/2016, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Hélio José, destinada a debater acerca das causas da recorrência dos acidentes de engenharia no Brasil, bem como sobre o risco potencial de um acidente nas Usinas de Angra dos Reis. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Leonam dos Santos Guimarães, Diretor de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente da Eletrobras Eletronuclear; Ricardo Nicoll Júnior, Diretor Presidente da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear – AFEN; Sidney Luiz Rabello, Engenheiro de Segurança Nuclear/Membro da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear – AFEN; Chico Whitaker, Membro da Comissão Justiça e Paz/CNBB; André Pacheco Assis, Doutor em Engenharia Civil/Professor da Universidade de Brasília - UnB; Luciano Teixeira, Presidente da Associação Brasileira de Analistas de Infraestrutura – ABRAINFRA; e Bruno Campos Barretto, Diretor-Presidente da Eletrobras Eletronuclear. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Faz uso da palavra o Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lasier Martins

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores.

Senador Pastor Valadares, seja bem-vindo, o senhor é o primeiro a chegar.

Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de novembro de 2016.

Antes dos nossos comunicados de praxe na abertura das nossas reuniões, o nosso profundo pesar pela tragédia aérea acontecida na madrugada de hoje com a delegação da equipe de futebol da Chapecoense, que estava a caminho de Medellín, na Colômbia, para a decisão da Copa Sul-Americana de Futebol, uma equipe de uma cidade pequena, Chapecó, mas que vinha fazendo uma brilhante cam-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

panha nesse certame sul-americano, tendo se classificado para a decisão com a equipe do Nacional de Medellín, sendo o primeiro jogo marcado para amanhã. Na madrugada de hoje, um avião com uma comitiva de 82 pessoas caiu, já nas proximidades de Medellín, e morreram 76 pessoas, praticamente toda a equipe de futebol da Chapecoense, salvando-se apenas três jogadores, falecendo vários jornalistas, pessoas da Comissão Técnica, alguns gaúchos, do meu Estado, como o preparador físico, o Paixão; o treinador Caio Júnior; um jogador que atua no Rio Grande do Sul, que foi campeão pelo Grêmio e pelo Inter, Mário Sérgio. Enfim, um impacto tremendo para o amanhecer dos brasileiros essa tragédia de uma companhia aérea boliviana.

Então, estamos todos muito tristes e a nossa primeira manifestação, indispensável nesta nossa reunião de hoje da Comissão de Ciência e Tecnologia, é de solidariedade a todos os catarinenses, em particular os chapecoenses, solidariedade da nossa Bancada catarinense aqui, no Senado, e na Câmara dos Deputados. Evidentemente, vai ser um dia em que a imprensa toda continuará voltada, como já esteve hoje pela manhã, a esse acidente.

Feito este registro, que entristece a todos nós, devemos tocar para frente as nossas atividades, porque estamos nos encaminhando para o final do ano. Aqui no Senado temos muitas matérias a decidir. Particularmente, aqui na nossa Comissão, esta é a antepenúltima reunião. Na próxima terça-feira, nós teremos aqui a leitura do relatório da Comissão sobre a avaliação das políticas do Governo sobre pesquisas em ciência e tecnologia, um setor que tem deixado muito a desejar. Parece-me que os últimos Governos não têm reconhecido a importância transcendental para o próprio desenvolvimento do Brasil, qual seja a da pesquisa científica e tecnológica, o que não tem nos permitido entrar na grande competição mundial pelas inovações. Então, nós vimos trabalhando nesse assunto desde o começo do ano. Fizemos aqui uma série de audiências públicas, ouvimos muitas autoridades, de vários setores.

Senador Cristovam, bom dia! Seja bem-vindo!

Teremos agora a conclusão desse trabalho, com o relatório sendo lido aqui, na próxima terça-feira. Depois, as conclusões levaremos ao Governo Federal, em particular ao Ministério da Ciência e Tecnologia, distribuiremos para a imprensa, para as universidades, para a comunidade científica, enfim. Nós queremos dar a conhecer ao maior número de pessoas envolvidas com o tema ciência e tecnologia e pesquisas as conclusões para que o Governo reverta essa sua conduta com relação a um certo desapreço, por razões conhecidas, em parte, é verdade, como a crise econômica. Mas o Brasil precisa entrar na competitividade mundial das pesquisas, em que vários países estão muito à frente de nós brasileiros.

Dito isso, vamos a algumas informações. Saudando, também... Nós estamos no ar pela TV Senado e pela Rádio Senado. Em primeiro lugar, um registro importante. É recorrente nos debates que se realizam nesta Comissão apontar-se como um dos entraves da área de tecnologia e inovação a morosidade no registro de patentes, cujos pedidos são submetidos ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), órgão do Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços. Essa situação chega ao absurdo de levar-se, em média, onze anos para que um processo de registro de patente seja concluído. A explicação disso, segundo pesquisadores e autoridades da área, é a falta de pessoal no INPI. Por isso estive, com integrantes da nossa Comissão, no último dia 18 deste mês, em audiência com o Ministro do Planejamento Desenvolvimento e Gestão para pedir que fossem convocados os aprovados no concurso realizado em 2014, cujo prazo de validade se encerra em 14 de abril do ano que vem. S. Exª o Ministro Dyogo de Oliveira, na oportunidade, nos recebeu, a Comissão, e nos atendeu dizendo que iria convocar 70 aprovados. Essa decisão do Ministro Dyogo de Oliveira certamente irá aliviar muito a situação de crise na área de patentes.

Ainda há que se insistir nessa questão, já que esse contingente é insuficiente para atender às condições mínimas para o funcionamento do setor. Para se ter uma ideia, neste ano de 2016, 73% dos pedidos de patente analisados foram arquivados devido à demora no processo. Hoje há, em média, 630 pedidos de patente e 3.760 pedidos de registro de marcas para cada examinador. No Inpi ainda restam 841 cargos de especialistas, de técnicos e pesquisadores ainda por preencher. E mais, como o órgão gera receita de mais de três vezes do que seu orçamento, o Congresso Nacional achou por bem aprovar, em 1996, a Lei nº 9.279, que autoriza o Poder Executivo a promover as transformações necessárias para assegurar à autarquia a autonomia financeira e administrativa, o que ainda resta a ser feito.

Ao mesmo tempo em que queremos agradecer aqui, desde logo, ao Ministro Dyogo de Oliveira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

pela presteza com que nos atendeu, alerto que o problema grave de registros de patentes continuará a ser um entrave ao desenvolvimento de nossa tecnologia e das inovações produzidas no Brasil.

Uma outra informação: chegou a esta Comissão ontem, em resposta ao RCT nº 32/2016, aqui da Comissão, o Aviso nº 1.033, do TCU, que encaminha cópia integral de processos encerrados relacionados a inspeções, auditorias, fiscalizações, prestação e tomada de contas, deliberações e julgamentos concernentes ao FNDCT e ao Funttel.

Aos nossos convidados, informo que nós discutimos muito aqui a falta da destinação correta desses fundos que são fundamentais para a pesquisa, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Funttel, pois buscamos informações em vários setores. Estava restando ainda a resposta do TCU, que ontem nos atendeu, a fim de nós chegarmos às conclusões de por que têm faltado recursos para financiar a pesquisa no Brasil.

Ao TCU, então, o nosso agradecimento pela colaboração e fornecimento de dados essenciais à avaliação da política pública em análise neste Colegiado no presente exercício.

Feito esse registro, passo ao tema da nossa reunião de hoje.

Srs. Senadores, senhores convidados, imprensa, assessores, iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos hoje, então, uma audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 18 e 45, de 2016, da CCT, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Hélio José. O Senador Cristovam já está aqui conosco.

Destina-se a audiência pública a discutir as causas da recorrência dos acidentes de engenharia no Brasil, bem como sobre o risco potencial de um acidente de nas usinas de Angra dos Reis.

Na justificação do Requerimento nº 18, que deu ensejo à audiência pública que hoje realizaremos, os autores, Senadores Cristovam Buarque e Hélio José, ambos engenheiros de formação, argumentam que o nosso País tem sofrido com trágicos acidentes de engenharia, de consequências irreparáveis, com vítimas fatais, perdas patrimoniais elevadas e danos incalculáveis ao meio ambiente.

Entre os mais recentes episódios pouco esclarecidos citam a queda da Ciclovia Tim Maia, no Rio de Janeiro, em abril de 2016, que matou 2 pessoas; o estouro da barragem da Samarco, em Mariana, Minas Gerais, em novembro passado, que provocou a morte de 19 pessoas e se transformou no maior desastre ambiental da história do País; o desabamento do Viaduto Batalha dos Guararapes, em Belo Horizonte, em julho de 2014, que provocou a morte de 2 pessoas e deixou 23 feridas; o desabamento de prédio na região de São Mateus, na zona leste de São Paulo, em agosto de 2013, que deixou 10 mortos; o desabamento das obras da linha 4 do metrô de São Paulo, em Janeiro de 2007, que matou 7 pessoas. Segundo os Senadores, as recorrentes explicações para isso têm sido falhas de projeto em obras novas, manutenção precária nas obras antigas e ineficiência na fiscalização.

Diante dessas situações e olhando para a frente, esta audiência tem por objetivo, então, discutir esta situação de insegurança, em vista de acidente que pode ocorrer nas usinas Nucleares de Angra dos Reis, cujas repercussões poderão ser catastróficas.

Para a cumprir a missão de nos apontar seguranças e inseguranças e nos indicar caminhos para evitar que isso ocorra foram convidados, e desde já os convido para tomarem assento à mesa: o Sr. Bruno Campos Barretto, Diretor-Presidente da Eletrobras Eletronuclear – está chegando, portanto, dentro de alguns instantes, estará conosco –; o Sr. Leonam dos Santos Guimarães, Diretor de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente da Eletrobras Enetronuclear – por gentileza, obrigado pela presença! –; o Sr. Ricardo Nicoll Júnior, Diretor-Presidente da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (Afen) – obrigado, fique à vontade! –: o Sr. Sidney Luiz Rabello, engenheiro de Segurança Nuclear e membro da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (Afen) – obrigado! –; o Sr. Chico Whitaker, membro da Comissão Justiça e Paz – CNBB; o Sr. André Pacheco Assis, Doutor em Engenharia Civil/Professor da Universidade de Brasília (UnB) – obrigado pela vinda! –; o Sr. Luciano Teixeira, Presidente da Associação Brasileira de Analistas de Infraestrutura (Abrainfra) – obrigado, Doutor –; o Professor-Doutor Luiz Pinguelli Rosa, Doutor em Física, Professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que faz parte, nesta data, da banca examinadora de tese de doutoramento e, por isso, não pôde atender ao nosso convite; assim como o Sr. Paulo Rosman, Professor de Engenharia do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), que já possuía outros compromissos que não puderam ser alterados.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse de participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Passaremos, então, às exposições pelos convidados e, ao final, às Srªs e Srs. Senadores presentes, na ordem de inscrição.

Eu vou sugerir aos nossos eminentes convidados que, se possível, resumam os seus pronunciamentos a 15 minutos. Se precisarem de mais tempo, nós poderemos avaliar para, mais adiante... Como são muitas pessoas, depois haverá as perguntas e alguns convidados nossos que vieram de fora de Brasília têm viagem, para o início da tarde, de retorno a suas bases, então, a proposta é de 15 minutos, rogando à capacidade de síntese dos senhores, o que me parece natural. Os senhores são pessoas acostumadas a falar e certamente saberão resumir. Se não for possível, porque os assuntos realmente são profundos, demandariam um seminário longo, nós queremos hoje pedir que façam uma síntese, uma amostra sobre o risco que corremos de acidentes de engenharia e com a usina nuclear.

Então, eu começo cumprimentando o Dr. Luciano Teixeira, Presidente da Associação Brasileira de Analistas de Infraestrutura (Abrainfra).

Dr. Luciano, bom dia!

O SR. LUCIANO TEIXEIRA – Bom dia, Senador Lasier Martins!

Agradeço pelo convite e cumprimento os eminentes Parlamentares e os presentes.

Vou tentar ser o mais breve possível para atender o pedido do Senador e aproveito também a oportunidade para lamentar o acontecimento de hoje e prestar condolências às famílias.

Eu sou Presidente da Associação Brasileira de Analistas de Infraestrutura. Essa carreira foi criada em 2007/2008 pelo Governo Federal. São engenheiros, geólogos, arquitetos... Enfim, aí está uma breve explanação do que é a carreira, uma carreira transversal do Ministério do Planejamento, especializada em diversos ramos da engenharia e que atua na formulação de políticas e implantação de políticas e projetos de Estado para investimentos em infraestrutura.

A atuação acontece em rodovias, energia, ferrovias, comunicação, hidrovias, mineração, portos, saneamento, aeroportos, desenvolvimento urbano e indústria naval.

Bem, eu trabalho no Ministério de Minas e Energia na Secretaria de Energia Elétrica, fazendo o monitoramento implantação de diversas fontes, não só a nuclear: hidrelétrica, fotovoltaica, PCH. Eu entendo que a nuclear pode ser uma fonte viável dentre essas várias energias disponíveis. Então, vou fazer uma breve explanação do panorama mundial, de como é essa fonte no Brasil e no mundo. Vou tentar ser bem breve.

A aplicação: medicina, indústria, agricultura, geração de energia elétrica, aplicação militar. Nós vamos focar aqui na geração de energia elétrica.

De forma bem breve – o pessoal aqui é especialista – e simples, o que é fissão nuclear? Nada mais do que a divisão de um átomo pesado, por exemplo, o Urânio-235, em dois menores, quando atingido por um nêutron. Nessa divisão, o produto são dois outros novos elementos. Nesse evento ocorre a liberação de bastante energia e essa energia vai ser usada posteriormente para gerar energia elétrica.

Esse é o funcionamento bem simplificado de uma usina nuclear. A fonte é a própria eletronuclear, o modelo de Angra 2, com dois circuítos: um circuito primário e um circuito secundário. Posteriormente vão ver a importância disso para a segurança da usina. Brevemente, o funcionamento: o vaso de pressão, onde ocorre a reação nuclear; o pressurizador; um gerador de vapor, já no circuito secundário, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vai gerar vapor que vai passar pela turbina. Essa turbina vai girar, vai girar também o gerador elétrico e vai se transformar em energia elétrica para o nosso consumo. É isso, de forma bem simples e resumida.

Sobre a potência instalada no mundo. O primeiro reator experimental surgiu nos Estados Unidos em 1951. O primeiro em escala industrial entrou em operação na União Soviética em 1954; em escala comercial, em 1959, na França; nos Estados Unidos, em 1960; e, na União Soviética, em 1964. É, relativamente, uma fonte recente. Ao final de 2015, já havia 441 reatores nucleares em operação no mundo. Isso é importante para a gente ver que a planta nuclear não é uma tecnologia estática, ela está em evolução.

Há gerador de primeira geração, segunda, terceira e quarta gerações, com os avanços tecnológicos advindos, frutos de acidentes, da pesquisa, da tecnologia. Fazendo um paralelo com o carro, na década de 30, nós tínhamos carro com uma segurança X. Hoje, temos carros bem equipados, com ABS, *airbag*.

A capacidade instalada por tipo de gerador. A maioria dos geradores são do tipo PWR, depois vem o BWR. Vou explicar o que são esses tipos de gerador. Percentualmente, 70% da potência é do tipo PWR. É um pouco mais seguro do que o BWR. É mais seguro por ter dois circuítos. Isso vai permitir explicar a diferença entre Angra e Fukushima, uma das principais diferenças.

No PWR, existem dois circuitos, como eu havia falado. O gerador de vapor realiza uma troca de calor entre as águas do primeiro circuito e do circuito secundário, que são independentes entre si. A água do circuito secundário se transforma em vapor e movimenta a turbina. Já no BWR, só existe um circuito, sem gerador de vapor. Um corte no fornecimento de energia interrompe imediatamente o resfriamento, como aconteceu na usina de Fukushima. Essa seria uma grande diferença entre os dois tipos de reatores.

Os Estados Unidos detêm a maior proporção da capacidade instalada mundial de geração nuclear: 25,8%; a França, 16%; o Japão, 10%. Um dado interessante é que a soma do tempo em operação de cada reator dá aos Estados Unidos a maior experiência, com mais de 4,1 mil anos, se somarmos a experiência de cada gerador. Então, apesar de ser uma energia que começou a ser utilizada na década de 60, 50, já temos mais de 4 mil anos de experiência só nos Estados Unidos.

Aqui alguns os números de reatores por país: Estados Unidos, 99; França, 58; Japão, 43; China, 31. Tive a oportunidade de visitar a Coreia do Sul, que começou a instalar as usinas nucleares na mesma época em que o Brasil, na década de 70, e hoje já tem 24 reatores nucleares e, em construção, mais 4, ao que me parece. O Brasil, nesse *ranking*, está em 21º lugar. O total de reatores é 441. Esses dados são do final de 2015. Talvez o pessoal tenha alguma atualização.

Quando a gente fala em proporção, no total, da geração elétrica, a França é a grande campeã, com 79% da geração nuclear. Depois vem Eslováquia, Hungria, Ucrânia, Bélgica, Armênia, Suécia, Finlândia, Suíça, Eslovênia, República Tcheca e Coreia do Sul, com 30% do percentual de geração total. E outro dado interessante desse gráfico é o fator de capacidade. Podem observar que é acima de 70%, na maioria das vezes. Essa é uma outra grande vantagem desse tipo de geração.

Continuamos aqui com fatores de capacidade acima de 80%. Estados Unidos com 92% de fator de capacidade. Total de anos de experiência, um dado também interessante: são 16,5 mil anos de experiência, se formos somar a idade de cada gerador.

O Brasil, vamos aproveitar, é o 29º da lista, a proporção da nuclear no Brasil, a nossa matriz de capacidade instalada de geração. Essa é a capacidade instalada. A grande maioria, a imensa maioria, hidráulica, 64%; solar ainda é pequena, 0,1%; eólica, 6,4%. São as grandes fontes agora, atualmente, em expansão. Não se pretende expandir em percentual na matriz elétrica a nuclear para algo em torno de 10%, 15%, 20%, mas, se formos olhar para o futuro, existem previsões de que essa capacidade instalada... Essa aqui, não sei se têm a informação, são 148GW de capacidade instalada.

Vá passando.

Aqui é a matriz, detalhando cada fonte – opa, eu passei demais!

Aqui já é a produção em si de energia elétrica até agosto de 2016. Um dado interessante é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a nuclear, que era 1,3% na capacidade instalada, já avança ali para 3%, justamente devido a esse alto fator de capacidade da planta.

Outra questão interessante é que, em projeções futuras para 2050, por exemplo, existem previsões de que a capacidade instalada do sistema avançaria para algo em torno de 50GW em média.

Aqui o quadro mostra a capacidade instalada, em torno de 148 mil megawatts; a nuclear está ali, são duas, Angra 1 e Angra 2, 1.990.

Este gráfico aqui coloca a adição acumulada anual desse tipo de fonte. Podemos observar que, entre as décadas de 70 e 90, houve o *boom* dessa fonte; começou a decair e, lá no final, a partir de 2010, começou a ser novamente retomada, com uma possibilidade de geração.

Os três grandes acidentes de grande magnitude nas nucleares são: nos Estados Unidos, em 1979; Chernobyl, em 1986; e o recente, agora, Fukushima, em 2011. Na escala internacional de eventos nucleares, o dos Estados Unidos, nível 5; Chernobyl, nível 7; e Fukushima, nível 5. Isso trouxe como consequência – não só isso, mas também o tempo dos reatores – uma desativação de usinas ao redor do mundo, totalizando aqui 159. Só que, mesmo tendo havido conexão de novos reatores à rede, no período de 1989 a 1991, houve redução de 420 para 415 reatores; de 1996 a 1997, redução de 438 para 430 reatores; e, em 2015, foram desmobilizados 7 reatores e adicionados 10 – houve um saldo, aí, de 3 – e o número máximo de reatores em operação: 441 unidades.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO TEIXEIRA – Para concluir, há uma outra preocupação quanto à idade média dos reatores: acima de 24 anos de idade.

Aqui se demonstra o tempo médio de construção dos reatores, que vem decaindo. Eram 131 meses, na década de 80, agora já caindo para algo em torno de 69 meses atualmente.

Sobre a expansão, um país que está expandindo muito na área nuclear é a China, com 24 reatores, seguida da Rússia, Estados Unidos e Coreia do Sul, como eu falei, com mais 4 unidades.

Chamo a atenção para a extensão territorial da Coreia do Sul. Acho que ela cabe dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

Será que há reservas suficientes de urânio? Essas aí são as reservas mundiais: Austrália, com quase 30%; Cazaquistão, 11%; Rússia, 8%; e o Brasil, com 5% do total. Então, temos urânio suficiente. A vida útil do Brasil seria algo em torno de mais de 500 anos.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado.

Cumprimentos pela síntese. Foi muito convincente na sua explanação.

Eu chamo para falar agora o Sr. Leonam dos Santos Guimarães, Diretor de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente da Eletrobras Eletronuclear.

Dr. Leonam, bom dia!

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES – Bom dia a todos os senhores.

Em nome da Eletronuclear, eu gostaria de agradecer a oportunidade que nos é dada de participar desta audiência pública, e não poderia deixar de registrar, neste momento, a nossa profunda tristeza e consternação pelo acidente de hoje pela manhã, que leva todo o Brasil a uma tristeza muito profunda. Eu não queria deixar de registrar isso.

Na realidade, a Eletronuclear, em que pese ser operadora de reatores nucleares, é, antes de tudo, uma casa da engenharia, uma casa onde se pratica engenharia no seu mais alto nível possível. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

realmente, a motivação da audiência, que são as recorrências de acidentes em engenharia, é algo que particularmente nos toca. Não podemos nos eximir de discutir esse aspecto e, na sequência, falar, sim, do risco potencial de acidentes nas usinas, mas entendendo que todos aqueles dados estatísticos, inclusive os que foram apresentados pelo colega anteriormente demonstram, de uma forma bem forte, o nível de segurança com que a operação desse parque nuclear mundial funciona hoje em dia.

Então, dentro desse aspecto, eu acredito que a principal causa de recorrência de acidente de engenharia, que é o tema principal da audiência, sem dúvida nenhuma, é a não observância de normas técnicas. E eu recomendo aos senhores esse livro, que é muito ilustrativo: *Tragédias, Crimes e Práticas Infrativas decorrentes da não observância de normas técnicas brasileiras* – NBR. Ele tem um amplo espectro de casos que eu considero bastante úteis em termos de lições aprendidas, porque lições aprendidas são algo fundamental no arcabouço da segurança nuclear. Segundo o livro, essa não observância de normas técnicas decorre muitas vezes da inexistência da norma. Ou seja, aquela prática, aquela atividade não é normatizada; a norma, às vezes, é incompleta; e quem pratica o exercício de engenharia, naquele momento, desconhece a inexistência da norma, em muitos casos. Existem situações de dolo, sim, algumas situações de dolo, mas também situações de culpa, com a ocorrência de negligência, imperícia e incompetência nesses casos. É um resumo global do que nós podemos depreender desse trabalho.

E, quando nós falamos em acidentes, estes decorrem de erros ou falhas. Os erros podem vir no projeto da instalação, na sua construção ou na sua operação. Quanto às falhas decorrentes disso, normalmente nós classificamos a falha como humana e material, mas, na realidade, a causa raiz de toda falha é humana. Não existe causa material, porque o material não tem intenção. Na realidade, de alguma forma, a falha que leva a um acidente tem origem humana, podendo ser operacional – aquela a que nós estamos mais acostumados, com atuação do homem diretamente sobre a operação do sistema –, mas, muitas vezes, a falha decorre de uma falha humana de natureza organizacional, ou seja, relacionada a toda a estrutura que está por trás da operação do ciclo de vida daquele empreendimento, seja no projeto, na construção ou na operação.

Então, eu queria ressaltar este ponto: a causa raiz de toda falha acaba sempre sendo humana. Assim, é uma ilusão pensar que são falhas materiais, colocar a culpa no material. Se o material falhou, é porque houve alguém, alguma estrutura por trás que levou aquela situação a acontecer. E, lendo esse livro, nós vamos encontrar muitos exemplos desse tipo de coisa, porque, na realidade, às vezes, uma falha humana, que é uma ação inicializadora, acaba tendo a sua origem em fraquezas organizacionais latentes, que levam à ocorrência daquela ação inicializadora que, por sua vez, vai levar à ocorrência do acidente.

Nós temos que separar o erro ativo de um erro latente. Talvez o caso desse triste acidente de hoje seja um bom caso de estudo desse tipo. Certamente, se houve uma falha material, supostamente uma pane elétrica, essa pane elétrica ocorreu devido a algum erro latente, associado à manutenção, ou à construção da aeronave, ou até ao seu próprio projeto, dependendo das circunstâncias.

Então, quando nós falamos em segurança de sistemas e buscamos segurança, na realidade, nós estamos lidando com o perigo que vem da energia... Sempre, para haver um acidente, precisa haver energia, e existe uma série de controles ou barreiras que protegem um determinado objeto vulnerável e evitam que venha a ocorrer o acidente. Quer dizer, se você tem energia e controles para proteger... E nós vamos ver que as pessoas estão em todos os níveis.

As pessoas estão na origem do perigo por um comportamento inseguro. Elas estão também na origem dos controles, num comportamento seguro, garantindo o controle dessa energia. E elas são as pessoas a serem protegidas, no caso de um acidente.

Quando nós estamos falando da Central Nuclear de Angra dos Reis, nós estamos falando da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, com 2.000MW de potência instalada, em Angra 2 e Angra 1. Angra 2, com 1.350, e Angra 1, com 640.

Essas usinas, Angra 1 e Angra 2, somadas, representam 46 anos de experiência operacional. Eu acho que o colega, anteriormente, fez alguns indicadores de experiência operacional mundial. Na realidade, a experiência operacional monta cerca de 14 mil reatores/ano, mundialmente. Aqui no Brasil, nós temos 46 reatores/ano de experiência operacional. Quer dizer, já temos acumulados 250 milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de megawatts gerados, sendo 150 em 15 anos, somente por Angra 2.

Operamos dentro dos níveis de segurança internacionais. Nós ainda vamos falar um pouco sobre isso, sobre o que é que caracteriza a segurança nuclear.

E agora eu queria esclarecer um ponto importante, até ligado ao título da própria audiência: risco potencial. Nós temos que fazer uma distinção entre o risco potencial e o risco residual. O que é o risco potencial? O risco potencial está associado às consequências de um evento indesejado, antes de você tomar qualquer medida de proteção. Ou seja, o risco potencial está associado a uma situação em que você, na análise de segurança do projeto, ainda não implementou as ações de segurança. E quais são as ações de segurança? Existem três tipos de ações de segurança: ações de prevenção, que são aquelas que visam a evitar que o evento indesejado de que decorra o acidente ocorra; ações de proteção, que são aquelas que não pretendem evitar, porém limitam as consequências caso o evento ocorra; e ações de remediação, que são aquelas que também não evitam, não protegem, mas atuam na recuperação dos danos causados, eventualmente, pelo evento ocorrido. Então, essas ações de segurança são aplicadas a uma instalação que tenha um risco potencial. E, após a implantação dessas ações de segurança, remanesce um risco residual, de modo que vão se implantar tantas ações de segurança quantas forem necessárias, para tornar aquele risco residual aceitável.

A aceitabilidade de risco é um conceito social, não é um conceito de engenharia. É um conceito social que determina a atividade, lembrando sempre que não existe nenhuma atividade humana que não tenha risco residual. Sempre haverá risco residual. E, em geral, aquelas atividades que têm um alto risco potencial têm baixos riscos residuais. Justamente por terem risco potencial elevado, existe uma grande preocupação. A aceitabilidade do risco exige que se apliquem várias ações de segurança. Por exemplo, esse é o caso típico da aviação. A aviação é um transporte extremamente seguro, em que pese a tristeza do acidente de hoje, porque foram implementadas, ao longo do tempo... A aviação, quando começou, tinha uma taxa altíssima de acidente. Tinha um risco potencial, porque muito poucas ações de segurança eram realizadas. Foram, então, sendo realizadas ações que transformaram a aviação civil comercial em um dos transportes mais seguros do mundo.

Então, eu gostaria de fazer uma distinção: atividades que têm alto risco potencial não são necessariamente aquelas que tenham alto risco residual, porque não se pode analisar a segurança de uma instalação sem considerar todas as ações de segurança que foram implantadas para evitar que aquele evento ocorra.

E esse conceito de risco residual decorre, dentro do arcabouço da segurança nuclear, do procedimento de análise de segurança, a partir do qual se postula um acidente, postulam-se desvios da situação normal e vão se verificando as medidas que foram adotadas de prevenção, proteção e remediação, ao longo da evolução desse acidente, de forma que o risco residual dessa situação mais crítica, mais limítrofe, seja aceitável.

Isso está muito associado ao que normalmente se chama de "conceito de defesa em profundidade". Defesa em profundidade diz respeito justamente a essas barreiras – nem todas são físicas: há barreiras de procedimento ou de outro tipo – que garantem que, a partir do momento em que tudo foi feito, não se saia da operação normal. Se sair da operação normal, você alarma e existe um sistema para controlar esse desvio. Se esse desvio não for controlado, você tem uma outra camada de ações de segurança para conseguir sustar a evolução desse cenário acidental. E ainda existe uma outra, que vai acabar na última camada, que é aquela camada já associada a ações externas, das quais vamos falar rapidamente ao final.

Isso, sob o ponto de vista de normatização técnica... Como eu havia comentado, grande parte dos acidentes identificados e inventariados decorrem, de alguma forma, da não observância de normas técnicas. Mas o setor nuclear mundial tem esses 14 mil reatores/ano de experiência, os quais fizeram que se estruturasse um arcabouço de normatização técnica ao qual – eu me arrisco a dizer – não existe algo comparável em outras atividades humanas. E esse arcabouço de normatização técnica começa pela Agência Internacional de Energia Atômica, tem desenvolvimentos locais em países que têm alto desenvolvimento – como é o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, da França –, mas também se reflete em todos os países onde todos os membros associados à Agência Internacional – e o Brasil é um deles – se alinham ou se comprometem com o cumprimento dessa normatização técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Um outro aspecto também – e eu vou dar até um exemplo prático, real, que está acontecendo neste momento – é o seguinte: o setor nuclear também tem um sistema de fiscalização e controle bastante rigoroso, e talvez poucas indústrias tenham um sistema de fiscalização e controle do cumprimento dessa normatização técnica. Por exemplo, no caso do Brasil, nós temos, no primeiro nível, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, que exerce a fiscalização e controle de forma permanente, na medida em que ela possui fiscais residentes dentro do sítio das usinas, acompanhando permanente a operação; nós temos o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, o Ibama, que faz fiscalizações periódicas no cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental dessas instalações; nós temos a Agência Internacional – embora não seja exatamente uma fiscalização e controle, ela tem missões periódicas de avaliação do estado das condições de segurança operacional das usinas –; temos ainda a Associação Mundial dos Operadores Nucleares, da qual a Eletronuclear faz parte e é onde se realizam também missões periódicas. Mas aí há um escopo até mais amplo: eles verificam não só a segurança operacional, mas também a segurança corporativa, vamos chamar assim, ou seja, tudo o que está por trás, organizacionalmente, que dá suporte à segurança operacional. Então, isso vai a detalhes como processo de aquisição, uma série de aspectos que não são convencionalmente ligados à segurança operacional, mas têm a ver com aquilo que nós falamos lá no início, é aquele *back office*, aquele que está lá por trás, que dá suporte ao operador. E também temos inspeções anuais do Instituto de Resseguros do Brasil, porque as usinas têm uma apólice de seguro, com valores bastante vultosos. Então, o ressegurador também tem todo o interesse em garantir a segurança das instalações – e ele permanentemente fiscaliza essas instalações também.

Bom, ocorreu o acidente de Fukushima...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES – ... como foi comentado, anteriormente, também pelo colega. Antes de falar sobre isso, é sempre bom lembrar que houve 15 reatores afetados pelo *tsunami*. Infelizmente, o acidente ocorreu em Fukushima Daiichi, mas as usinas de Onagawa, Tokai e Fukushima Daini foram também submetidas às mesmas condições, e conseguiram passar por isso com plena segurança.

Então, no momento da ocorrência do acidente em Fukushima, houve uma série de ações empreendidas pela empresa, alinhadas com ações em nível mundial. Foi elaborada a avaliação das lições aprendidas, os resultados do que nós chamamos de Stress Tests, que são as verificações das comparativas das usinas de Angra com as condições acidentais ocorridas lá em Fukushima. Esse relatório de avaliação teve determinada a sua elaboração e foi encaminhado ao órgão regulador brasileiro, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e, por um acordo do Fórum Iberoamericano de Organismos Reguladores, as nossas análises foram checadas e cruzadas com outros países. No nosso caso, o nosso relatório de avaliação de Stress Tests foi avaliado pelos argentinos. Aqui no Brasil foi feita a avaliação, se eu não me engano, do relatório dos mexicanos. Houve esse processo de cruzamento, de independência na avaliação.

Isso também deu origem – não basta só o Stress Tests – ao "Plano de Resposta a Fukushima", que foi lançado naquela época e apresentado ao órgão regulador. Esse plano ainda se encontra em vigor e ainda em execução, porque várias atividades foram efetivamente executadas, porém há várias atividades, de prazos mais longos, que continuam em execução. Nesse aí, eu estou anexando até o último relatório de acompanhamento do andamento, do *status* do desenvolvimento desse plano.

Eu queria passar depois à Comissão esse documento: "Critérios de segurança adotados para as usinas". Ele foi feito logo depois do acidente de Fukushima, porque logo em maio houve uma audiência pública, aqui nesta Casa, no Senado, para discutir esse tema. Então, esse documento bastante extenso, com bastante informação técnica, foi elaborado. Ele vem sendo mantido atualizado. Então, eu pediria para protocolar esse documento, que vai abordar assuntos técnicos em maior profundidade.

Vejam que houve uma resposta da indústria nuclear mundial ao acidente de Fukushima, uma revalidação sistemática e extensiva. Ou seja, não fomos só nós que tivemos um plano de resposta a Fukushima. No mundo todo, os operadores nucleares elaboraram os seus planos de resposta, adaptados às particularidades das suas usinas, como localização e características técnicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu acredito que nós, da Eletronuclear, tivemos uma resposta rápida a todas as consequências do acidente de Fukushima, inclusive com a implementação desse plano de resposta. E há algumas características bastante... A análise dos Stresses Tests avaliou a situação como bastante favorável, com vários aspectos favoráveis, em relação àquelas situações ocorridas lá, em Fukushima.

Por último, para encerrar, eu gostaria só de lembrar aos senhores, só ressaltar que a segurança não pode ser garantida somente por tecnologia e procedimentos. A efetividade, entendida como eficácia e eficiência ao longo do tempo, é garantida pelas pessoas. Quer dizer, aquela combinação do *hardware* – *hardware* entendido aí como a parte material, o projeto, a construção, a operação, mas há também o *software*. Vamos chamar de *software* o sistema de gestão, políticas, procedimentos, instruções de trabalho. E não podemos descuidar do *humanware*, se nós pudermos chamar assim – o *humanware* tem muito a ver com a cultura organizacional.

Então, a busca pela melhoria contínua da segurança, em qualquer instalação, passa pela atenção ao material, que envolve garantia da qualidade no projeto, na construção, na operação; atenção à gestão, que envolve procedimentos operacionais, administrativos, planejamento de emergências, mas, em última instância, deve haver uma atenção à cultura, garantindo o comprometimento da direção, da gerência e dos próprios indivíduos com a segurança. Quer dizer, isso, no fundo, é o que nós chamamos, no setor nuclear... Esse foi o estabelecimento de uma cultura de segurança, que começa pelo compromisso da organização, passa pelo compromisso da gerência e chega ao compromisso individual. E o compromisso individual envolve atitude questionadora, tomada de ação prudente e rigorosa e, fundamentalmente, a comunicação entre toda a escala envolvida na operação.

Por último, para concluir, eu gostaria de dizer aos senhores que segurança é uma profissão de humildade. O dia em que nós ficarmos satisfeitos com o nível de segurança que nós alcançamos será a véspera da complacência. Então, a segurança se constrói a cada dia, buscando-se permanentemente oportunidades de melhoria. Mas nós não podemos também... Assumindo essas duas realidades – que é o que nós praticamos –, a busca pela melhoria contínua não pode ser interpretada pela sociedade como um sintoma de que a segurança atual não seria aceitável. Isso é extremamente negativo. Quando nós fazemos a melhoria, e a sociedade interpreta que essa melhoria significa que o estágio anterior à melhoria era inaceitável, isso é extremamente negativo e contrário à própria segurança. Então, nós temos que ter bem claro esse aspecto, senão nós poderemos chegar querendo e tendo a intenção de melhorar a segurança, mas acabar prejudicando a própria evolução e melhoria contínua da segurança.

Eu só queria dar um exemplo aos senhores, para encerrar, do grau de rigor que se aplica às construções nucleares. É um exemplo bastante recente, da construção do reator EPR, em Flamanville, na França. Foi identificado um problema de controle de qualidade na fabricação do vaso desse reator que está em construção e, de imediato, identificado isso, a autoridade de segurança francesa levantou qual seria o problema naquele caso. E os forjados daquele vaso foram fabricados no Japão. É interessante saber que ele havia sido fabricado há anos. A rastreabilidade daquele processo permitiu se remontar a causa raiz do problema de especificação verificado anos depois. E, identificada essa causa raiz, se pôde chegar a identificar quais seriam outras usinas que poderiam estar afetadas por aquele mesmo problema de controle de qualidade da fabricação, e assim foi determinada a parada dessas usinas, a fim de que fossem feitas as inspeções concorrentes.

Eu acho que isso é uma demonstração muito clara de quão profundo é o sistema de controle de qualidade das obras nucleares. Aí, volto a falar: a identificação desse problema é um processo de melhoria que não pode se identificar naquela velha postura de dizer: "Não, então, estava muito ruim. Se isso aconteceu, é um sinal de que estava muito ruim." Não, isso aconteceu e o sistema se preparou para que esse tipo de coisa fosse identificada e que as lições fossem aprendidas e que a correção do problema fosse feita.

Eu deixo isso só como um exemplo final e agradeço muito a atenção.

Desculpe-me, porque estourei um pouquinho o tempo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Foi muito proveitosa, como a primeira também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Até com sua permissão, engenheiro Leonam, eu anotei uma frase que vou guardar para uso: "No dia em que se ficar satisfeito com o nível de segurança alcançado, é a véspera da complacência". Magnífico. Em quantas circunstâncias nós podemos invocar essa advertência?

Às pessoas que estão nos acompanhando pela TV Senado e que eventualmente tenham começado a nos assistir agora ou há poucos momentos, informamos que nós estamos realizando aqui uma audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia, sobre a recorrência de acidentes na área de engenharia e risco potencial de acidente nas usinas nucleares de Angra dos Reis.

Nós já estamos recebendo, com muito prazer, o Diretor-Presidente da Eletrobras Eletronuclear, engenheiro Bruno Campos Barretto, que é o nosso próximo palestrante, numa proposta de 15 minutos. Se V. Sª precisar de um pouco mais, seremos complacentes, mas, como haverá perguntas no final, se puder seguir os demais pronunciamentos, ficaremos satisfeitos. Certamente vamos aprender muito com a sua palavra. Bom dia.

O SR. BRUNO CAMPOS BARRETTO – Bom dia a todos.

Ilustre Senador Lasier Martins, Presidente da CCT; ilustre Senador Cristovam Buarque, autor do requerimento que instaurou esta reunião, é com grande honra que aqui compareço para ilustrar, com um pouco da nossa experiência, o tema central desta audiência.

Acho essa iniciativa extremamente importante, com foco em acidentes graves de empreendimentos de engenharia com vítimas. Eu gostaria de iniciar minhas breves palavras ressalvando a grande capacitação atingida pela engenharia nacional, sobretudo no que diz respeito a grandes obras em concreto armado e protendido. Nós temos tradição, inclusive, no âmbito da engenharia mundial. Somos autores de normas internacionais.

Há grande experiência do Brasil na construção de empreendimentos de grande porte, sobretudo de grandes barragens e ela é replicada mundialmente. Só para dar um exemplo, a obra da Usina Hidrelétrica de Três Gargantas, na China, foi precedida de inúmeras visitas de técnicos e engenheiros chineses a Itaipu e, posteriormente, à obra da Hidrelétrica de Belo Monte, justamente no sentido de angariar experiência quanto a determinados problemas técnicos, resolvidos com muita pertinência e talento pela engenharia brasileira.

No entanto, reconheço, senhores, que o tema proposto é absolutamente atual e oportuno. De fato, em relação a grandes obras de engenharia, em relação aos acidentes que os senhores tão bem relataram na convocação para esta audiência, nós vemos que padecemos de outros males. Sem querer ser extensivo, eu poderia citar a baixa qualidade de execução, com cronogramas apressados; a gestão de empreendimento e gestão contratual deficiente; um ambiente, infelizmente – e isso está na ordem do dia –, em algumas grandes obras, de cartel, propina e corrupção, que está sendo passado a limpo pela operação em curso.

Não posso deixar também de apontar um certo descompromisso de autoridades públicas municipais e estaduais com a implantação dos empreendimentos, a qualidade dessas obras. Isso passa também, muitas vezes, não diria por despreparo, mas pelo pouco aparelhamento das nossas autoridades licenciadoras no sentido de estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Finalmente e não menos importante – acho que os senhores estão contribuindo imensamente para esse despertar –, a pouca conscientização e o baixo poder de pressão da opinião pública.

Entendo que iniciativas como esta, Senador Lasier e Cristovam, são basilares para a construção da cidadania também. O cidadão tem que estar consciente de que esses empreendimentos vêm para ficar com consequências previstas ou imprevistas para a comunidade que o cerca.

Nesse quadro, com foco na segurança das grandes obras de engenharia e, sobretudo, na recorrência de acidentes fatais, eu me pergunto: como situar as usinas nucleares de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro? Em conversa breve com o ilustre Senador Cristovam Buarque, ele me relatou a sua expectativa de que a nuclear venha a ser uma solução interessante para o Brasil em anos posteriores, desde que, segundo o Senador, o dilema da segurança fosse resolvido tempestivamente. Eu dizia ao Senador: a sua preocupação é o nosso DNA. Segurança é estar intrinsecamente imbricado na maneira como projetamos, construímos e operamos nossas usinas. De fato, o que nós chamamos de cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de segurança não é absolutamente palavras ao vento. Eu creio que o meu companheiro de diretoria já deve ter se referido...

Aliás, eu me esqueci de pedir desculpas pelo atraso. Realmente eu fui boicotado pelas companhias aéreas, mas cheguei. A situação do trânsito aqui, em Brasília, também estava um pouco confusa devido ao que se está votando hoje, ao que se está se debatendo hoje.

Voltando à cultura de segurança, ela não é um *slogan*, não é um conjunto de folhas descompromissadas de papel, é um dos pilares da maneira como operamos nossas usinas, juntamente com a constante busca de eficiência operacional. Eu diria, sem exagero, que a cultura de segurança é o ar que nós respiramos na operação de nossas usinas.

Em resposta a essa constante preocupação que nossas usinas têm em operar com segurança, nós vemos que os resultados são absolutamente interessantes. As usinas nucleares de Angra dos Reis se situam entre as melhores do mundo. No grupo das *top ten,* elas têm indicadores não só operacionais, como de segurança, absolutamente exemplares. Eu me refiro também a sua disponibilidade.

Eu me refiro, voltando à questão da segurança, a outro aspecto da segurança que eu ouso dizer que tem que ser considerado nos trabalhos desta Comissão, a segurança que a nossa operação contínua, confiável, na base proporciona ao sistema interligado brasileiro, sobretudo no equilíbrio do abastecimento da Região Sudeste.

Finalmente, eu toco em outro ponto que destaca as nossas usinas: a ausência de eventos que comprometam a segurança ou que proporcionem danos ao meio ambiente, aos trabalhadores, aos nossos empregados e à população do entorno e dos círculos mais alongados das proximidades. Isso não se consegue de graça, nem por meio de *slogans* continuamente repetidos. Não é uma questão de ideologia. A cultura de segurança nas usinas nucleares se traduz por meio de trabalho duro e dedicado, contínuo, de cidadãos brasileiros altamente capacitados e treinados continuamente, requalificados, que representam, em termos do conhecimento para o que desempenham, o estado da arte da indústria nuclear mundial. Refiro-me, de modo amplo, a diferentes aspectos de como essa cultura de segurança se traduz na prática, operacionalmente, no dia a dia dessas usinas.

Os nossos operadores são certificados e requalificados periodicamente da maneira mais exigente possível. Eles são submetidos a exames, provas. Essa não é a tônica da indústria pesada brasileira ou mundial. A comparação que eu faria sobre a questão da qualificação remeteria talvez à indústria aeroespacial, de onde somos originários, e talvez à indústria aeronáutica como um todo, mas não se trata absolutamente de modo corriqueiro ou desatencioso de treinar aqueles que lidam realmente com a segurança das usinas e, consequentemente, com a segurança da população.

Somos submetidos à supervisão *in loco*, *on-line*, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, o nosso órgão regulador. Ele não faz visitas. Ele mora lá. Nós temos continuamente engenheiros residentes da Comissão Nacional de Energia Nuclear na central nuclear de Angra dos Reis. Isso é uma prática, fora todo o trabalho de *background* que a comissão faz no sentido de prover determinadas licenças e aprovações que são requeridas a cada momento.

Temos também revisões técnicas sobre processos e gestão a cargo de entidades independentes internacionais. Isso é contínuo. Tanto a Agência Internacional de Energia Atômica quanto a Associação Mundial de Operadores Nucleares nos submetem ao que é chamado de *peer review* ou missões que vêm de maneira absolutamente conforme as proposições daqueles órgãos independentes e emitem recomendações que nós seguimos fielmente, mesmo porque a comprovação da execução dessas recomendações é cobrada em missões posteriores.

Temos um cuidado imenso com auditorias de qualidade em relação a fornecedores nacionais e internacionais. Nós estamos constantemente qualificando aqueles que nos fornecem equipamentos, peças sobressalentes e assim por diante.

De maneira mais prática, voltando à questão de possíveis acidentes, de recorrência, nós temos o plano de emergência local e o plano de emergência externo, coordenado pela Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro. São documentos vivos. Não são, volto a dizer, papéis guardados numa gaveta que numa eventualidade são retirados por alguém que nem se lembra mais do que está escrito ali. Não. São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

documentos vivos que se refletem em processos que são constantemente atualizados e testados através de exercícios periódicos de plano de emergência que têm duas finalidades básicas: a primeira é realmente examinar, na simulação, o que precisa ainda ser aperfeiçoado e introduzido; segundo, manter a população da região circunvizinha absolutamente acostumada a medidas que deveriam ser tomadas se um hipotético e remoto acidente, um evento que levasse à evacuação do local viesse a ocorrer. Então o treinamento é constante no sentido de que se reconheça, enfim, o som do alarme, o que significa um toque, dois toques, locais para onde devem se dirigir, de que modo, em qual transporte. Isso é constantemente colocado para a população, ainda que, ressalto, senhores, estejamos trabalhando sempre com o remoto, com o improvável. Mas o remoto, o improvável faz parte da nossa realidade cotidiana.

De maneira mais técnica, nós estamos sendo cobrados, e estamos apresentando resultados, tanto pela Associação Mundial de Operadores como pela Agência Nuclear de Energia Atômica quanto à nossa adesão, disponibilidade e preparo propriamente dito em relação ao que eles chamam de *emergency planning preparedness*, ou seja, a nossa disposição permanente de agir, antever, prevenir no caso de uma possível emergência. Essa é uma disciplina da cultura de segurança que nos é cobrada por todos os organismos mundiais.

Finalmente, falando rapidamente – creio que ainda estou dentro do tempo, Senador – sobre a questão da cultura de segurança, que, como eu já disse, é uma filosofia, mas também uma prática, ela se baseia no conceito bastante interessante chamado defesa em profundidade. Existem vários níveis de atenção e de prevenção referentes à visão de segurança que devemos ter em nossas usinas. E basicamente, fazendo uma síntese, estamos sempre nos preparando, sempre prontos para evitar que qualquer evento indesejável ocorra. Esse é o primeiro passo. Mas, considerando a remota hipótese de que um evento desses venha a ocorrer, evitar efeitos adversos. Se efeitos ocorrem em terceiro nível, evitar a sua propagação. E, sobretudo, ao fim, ao cabo de qualquer ocorrência que viesse a se materializar, evitar a sua recorrência.

Sobre a questão da recorrência, nós nos apoiamos fortemente na experiência operacional da indústria nuclear mundial, sempre baseados em atitudes, premissas, melhoria contínua. Nunca estamos prontos. Acreditamos que podemos evoluir mais em relação à visão de segurança. Somos movidos pela aprendizagem. Quer dizer, as lições aprendidas em qualquer situação são imediatamente incorporadas aos nossos processos.

E, finalmente, desenvolvemos o que se chama de atitude questionadora, o que pode parecer meio subversivo numa estrutura de operação em que uma cadeia hierárquica é muito claramente definida, até para que todos saibam como agir a cada momento. A atitude questionadora eu diria que é uma espécie de molho, uma espécie de reticências que nós colocamos em todas as nossas normas, processos e regulações, no sentido de que essa atitude cabe, em primeiro lugar, à organização; em segundo lugar, a cada gerente; e, em terceiro lugar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO CAMPOS BARRETTO – ... aos indivíduos na sua percepção pessoal, individual, a partir de sua experiência e treinamento.

Enfim, eu me coloco aberto a qualquer pergunta ou esclarecimento e refuto desde já qualquer atitude defensiva em relação à geração de energia nuclear para o atendimento à população brasileira. Nosso intuito é compartilhar: compartilhar informações, compartilhar acesso, informar e respeitar profundamente a opinião pública e a sociedade da qual os senhores são os representantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O agradecimento é nosso, da nossa Comissão, Presidente Bruno Campos Barreto, da Eletrobras Eletronuclear.

Oferecemos a palavra agora ao Engenheiro Ricardo Nicoll Júnior, Diretor Presidente da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (Afen).

O SR. RICARDO NICOLL JÚNIOR – Primeiramente, gostaria de agradecer mais uma vez o convite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para participar deste evento.

Vou falar mais do órgão regulador.

A estrutura da apresentação é: uma introdução; o setor nuclear brasileiro; o decreto, recomendações internacionais e do TCU; a CNEN propriamente dita; conclusões e recomendações.

Vou tentar ser o mais breve possível.

Setor nuclear brasileiro. Como se comporta? Creio que a Mesa conhece bem, mas para quem não sabe como se comporta o setor nuclear brasileiro: o Ministério da Ciência e Tecnologia; a Comissão Nacional de Energia Nuclear; a INB, que é uma empresa coligada; a Nuclep; o Ministério da Defesa, com o Centro Tecnológico da Marinha; o Ministério da Educação, com as universidades onde há material radioativo em que a CNEN atua fazendo a fiscalização; o Ministério de Minas e Energia, onde está a Eletronuclear com Angra I, II e III, que também é fiscalizada pela CNEN; o Ministério do Meio Ambiente; o Ibama... Por que ele faz parte da organização da área nuclear? Porque a primeira licença para se construir qualquer tipo de reator, seja ele de potência ou um reator de pesquisa, é do Ibama. O Ministério da Saúde, com seus diversos órgãos de medicina, como medicina nuclear, radioterapia, etc.; e o Ministério de Relações Exteriores, onde são feitos todos os tratados e convênios com o exterior.

Decretos e recomendações internacionais e do TCU.

O funcionamento de um órgão de regulação independente para as atividades com tecnologia nuclear está previsto desde setembro de 1994, quando o País assinou o Protocolo de Convenção de Segurança Nuclear e o Congresso Nacional ratificou os termos dessa convenção, que estão no Decreto nº 2.648, de 1998. Desde essa data existe a intenção de se ter um órgão independente. Quando falamos em órgão independente estamos falando em um órgão independente e transparente.

Eu queria mostrar somente como funciona o Ministério de Ciência e Tecnologia com relação à CNEN. Todos os outros são órgãos de fomento. Todos têm a ver com ciência e tecnologia. Quando chegamos à CNEN, temos a INB e a Nuclep, que, a nosso ver, não tem muito a ver com ciência e tecnologia, como o órgão regulatório que faz parte, dentro da CNEN, também não faz ciência e tecnologia. O CDTN - mais tarde vou falar sobre isso – faz ciência e tecnologia, mas a INB e a Nuclep não fazem e o órgão regulatório da CNEN não faz parte de ciência e tecnologia.

As recomendações do TCU. Peguei duas: seguir o protocolo internacional sobre segurança nuclear, após o acidente de Fukushima, verificando as modificações com impacto no Brasil. Isso já foi dito pela Mesa. Uma parte é feita realmente. E a possível criação de uma agência reguladora para o setor. Fala-se numa agência com poderes de polícia administrativa que permitirão o cumprimento da atividade de fiscalização e a aplicação de sanções. A proposta é que essas atividades de regulação e fiscalização não sejam mais de competência da CNEN, mas de uma agência constituída pela atual diretoria de radioproteção e segurança nuclear que seria desmembrada da CNEN juntamente com uma parte da área administrativa.

Sintetizando, como isso acontece? O que é a CNEN hoje tirando as empresas coligadas? A parte amarela é de pesquisa e de produção de radioisótopos. A Diretoria de Infraestrutura. Essa parte, esse trapézio, é o que realmente se faz hoje, a normatização e a segurança, a regulação da área nuclear. A proposta do TCU é de que isso saia da CNEN e vá... Na proposta que foi feita, isso ficaria no Ministério de Ciência e Tecnologia, mas, gente, isso não faz parte de ciência e tecnologia. Esse é um órgão regulatório, um órgão fiscalizador. Portanto não faz ciência e tecnologia.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear, desde a recomendação do TCU e do acordo internacional que foi assinado, do decreto, propõe a criação dessa agência, mas ela propõe que continue no MCTI, que agora é MCTIC, porque entraram as comunicações. Na verdade, volto a afirmar, um órgão regulatório que não faz parte de ciência e tecnologia.

Esse é um apanhado do que a CNEN faz hoje. No contexto nacional, a CNEN faz pesquisa, desenvolvimento e produção de radioisótopos. Como já foi dito, eu queria chamar a atenção para Caetité e para Resende, que fazem parte da INB, empresa coligada da CNEN, onde se faz desde a extração do urânio até a produção do combustível nuclear que vai para Angra. Isso está sob a responsabilidade da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

INB, que é uma empresa coligada à CNEN. Então a CNEN se autofiscaliza. Se alguém entrar num *site* de busca e colocar Caetité, poderá ver algumas denúncias nesse sentido.

Quantas instalações a CNEN fiscaliza? Reatores nucleares são nove, contando com os três de Angra e o terceiro que está em construção, que a CNEN fiscaliza; instalações radioativas são na indústria, na medicina, etc.; e a instalação do ciclo combustível em que ela se autofiscaliza, com um total de aproximadamente 5 mil instalações. Esse é o relatório de 2014.

Para fazer uma comparação com outros países, eu não conheço nenhum país cujo órgão regulatório não seja independente. Na Argentina, são 19 anos de um órgão regulatório independente. Quando falo de regulatório independente é independente e transparente. Não adianta, como o senhor falou muito bem, a Eletronuclear ser transparente. A CNEN tem que ser transparente, mostrar o que está acontecendo. A Espanha, 36 anos. No Canadá, há 70 anos o órgão regulatório é independente. A França, 36 anos. Os Estados Unidos, 42 anos.

A impressão que se tem, fazendo uma analogia, é de que o mundo é digital e nós estamos ainda na fase analógica. O mundo está trabalhando de uma maneira, e o Brasil trabalha de outra, com recomendações internacionais por recomendação do TCU. A CNEN já propôs fazer, e até hoje não foi feito.

Conclusões e recomendações: a experiência de países mais desenvolvidos demonstra ser inevitável a independência entre as atividades de regulação, licenciamento e fiscalização das atividades operacionais e de formulação da política nuclear no País. As recomendações do TCU e as orientações da Agência Internacional de Energia Atômica também convergem nesse sentido. Portanto é imprescindível para o desenvolvimento da tecnologia nuclear no Brasil e para parâmetros adequados para a segurança do trabalhador, da população e do meio ambiente que seja criado um órgão regulador independente e transparente no País. Isso é fundamental.

Até agora, falando em engenharia, só se falou da área nuclear. E toda vez que se fala em área nuclear fala-se em segurança. Quando se fala em segurança, fala-se do trabalhador, como já foi dito pelo senhor, da sociedade, do homem e do meio ambiente. Quem tem que regular isso é um órgão fiscalizador independente. Não adianta hoje em dia ela se autorregular. A INB por exemplo... Há essa recomendação que eu não coloquei aqui. Há uma recomendação do TCU de que se retire a INB da CNEN, além de se retirar também aquela diretoria de segurança. Isso é fundamental em termos de segurança da área nuclear.

Creio que tenho tempo.

Falando agora somente de engenharia...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O senhor tem um crédito de quatro minutos.

O SR. RICARDO NICOLL JÚNIOR – Quatro minutos. Vou usar uns dois pelo menos.

Em termos de engenharia, sem entrar na parte nuclear, outro dia eu li a matéria de um engenheiro que reclamava da maneira como as obras eram licitadas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Peço ao senhor a gentileza de se sentar, porque o senhor está sendo filmado. Então a câmera precisa acompanhá-lo.

O SR. RICARDO NICOLL JÚNIOR – Esse engenheiro estava dizendo da dificuldade que há no País de se cumprir a Lei nº 8.666. Toda vez que ia se cumprir, pedia-se sempre o menor preço. Nós que somos engenheiros sabemos que não é o menor preço. Quando se compra alguma coisa, como um carro, paga-se um pouco mais caro por aquilo que é melhor. Nem sempre o menor preço é o mais qualificado para uma obra. Esse é o meu recado.

Agradeço a atenção de vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito obrigado. O senhor ainda ficou com um pouquinho de tempo, é verdade.

Então vamos agora ouvir o Engenheiro de Segurança Nuclear membro da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear, Sidney Luiz Rabello.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito. Na medida em que o senhor puder ficar mais ou menos parado, para a câmera pegar... Assim está bom. Dá para se mover.

O SR. SIDNEY LUIZ RABELLO – O título desta exposição é: "Angra III é um projeto obsoleto". Foi tomado de um artigo de minha autoria, publicado em 2010, que teve o objetivo de abrir o debate na sociedade sobre o projeto de segurança nuclear de Angra 3 de se utilizarem normas de 1970, sendo a usina construída no século XXI, na segunda década do século XXI, usando normas de segurança da década de 70. Essa questão foi bastante abordada no artigo e outros artigos podem ser vistos nesse blogue, que teve a função de se tornar um repositório dos artigos sobre essa questão.

A catástrofe nuclear que pode ser evitada é obviamente a catástrofe de fusão do combustível nuclear que ocorreu em Three Mile Island, Chernobyl e Fukushima. Essa é a parte central dessa exposição que estou fazendo. Em Three Mile Island, em 1979, a causa principal foi falha humana e falha de equipamento. Essas foram as causas principais. Em Chernobyl, a mesma coisa anos depois. Em Fukushima houve falha de projeto para evitar as consequências de *tsunami* e conluio da operadora com a agência de segurança independente. Esse conluio está bem documentado numa comissão parlamentar de inquérito do Congresso japonês. Está na internet, à disposição.

Qual é a importância, então, desse acidente de 1979? Tudo começou a ficar mais claro, na área de engenharia de segurança de usinas nucleares no acidente de 1979. Ocorreu uma fusão de combustível nuclear não prevista no projeto. Por que isso aconteceu? Se descobriu que não era possível evitar falhas múltiplas, várias falhas na usina ao mesmo tempo, levando à fusão do núcleo. Essa era a parte central. E o projeto, na época, levava em consideração para os sistemas de segurança apenas uma falha, isto é, eu tenho um sistema de segurança, ele está funcionando, atuando no momento que precisa, mas ele falha. Aí eu tenho um segundo igualzinho para fazer a mesma função. Essa era a ideia dos projetos de segurança das usinas até 1970, até 1979. Então, os engenheiros americanos – e não precisavam ser americanos, até os brasileiros poderiam descobrir isso –, depois de ter mais de cinco falhas ao mesmo tempo na usina e a fusão do núcleo, viram que alguma coisa estava errada. Na verdade, o princípio de falha única ou o princípio de que tudo tem que ser duplicado é incompleto, é um erro de projeto para se evitar a fusão do combustível nuclear nas usinas, que são os três casos de fusão.

Em 1979, o acidente ficou contido dentro do edifício do reator, houve explosão de hidrogênio, mas também ficou contido 70% da pressão do projeto da contenção do edifício reator, então, nada foi para fora, ou foi muito pouco, não houve grande repercussão ambiental ou para a população. Mas a gente viu a verdadeira grandeza das consequências de uma fusão nuclear em Chernobyl, onde, além da fusão do núcleo, houve uma explosão térmica que espalhou o material radioativo para toda a atmosfera e atingiu vários países, como a gente já sabe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SIDNEY LUIZ RABELLO – Explosão térmica é o efeito do combustível nuclear fundido, que é tipo uma lava, que a gente chama "corium". Essa lava, em contato com água fria, cria um choque térmico. E esse choque é uma explosão de grandes proporções, que foi o que aconteceu em Chernobyl.

Em Fukushima, já se conhecia que poderia ter um *tsunami* dessas proporções. Houve uma atuação indevida do órgão responsável pela fiscalização da segurança nuclear, que não cobrou da operadora uma barreira na altura certa para evitar os efeitos do *tsunami*. E mais: esse conluio se mostrou mais evidente porque toda a experiência adquirida em 1979 não foi levada em consideração nas reformas das usinas japonesas para evitar gastos da operadora. Portanto, uma agência de segurança independente é pouco, tem que ser muito fiscalizado.

Bom, vimos bem esse problema do erro de projeto para evitar a fusão do núcleo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nesse outro eslaide que estou mostrando, aqui está o edifício do reator e aqui fica o vaso do reator, onde fica o combustível, no seu interior. Na falta de refrigeração desse combustível nuclear, então, o combustível nuclear funde, gerando essa lava, corium, ele entra em contato com o concreto, rompe o concreto, atinge o solo, por essa figura, e, do solo, quando atinge o lençol d'água, ele cria uma explosão térmica, como ocorreu em Chernobyl. Essa figura não mostra a possibilidade, que é real, de que, quando esse combustível usado, fundido, atinge o piso do edifício do reator pode encontrar água fria também em grandes proporções. E aí cria a explosão térmica dentro, quebrando toda a estrutura interna do edifício do reator se não abri-la também. Então, essa questão é bastante importante. E essa é a parte chave que Angra III não leva em consideração, o acidente de fusão do núcleo. Essa é a questão que estou ressaltando particularmente porque, a partir de 1979, já deveria haver recursos para atualizar as usinas de Angra diante disso.

O projeto de Angra 3, não teria dúvida, é um projeto de segurança aprovado em 2010 que deveria ter levado em consideração esse tipo de acidente. Bom, além da fusão do combustível nuclear levando ao rompimento da contenção e atingindo o meio ambiente, também pode acontecer a explosão de hidrogênio, e a gente vê a violência da explosão de hidrogênio. Certamente deve ter uma altura de 300 metros aqui. E a gente pode identificar partes do teto do reator lá na crista da explosão. Então, não é uma coisa trivial, é um tema que a gente tem que abordar com profundidade no projeto de engenharia de segurança. Isso é central. Hoje é inaceitável que isso não se leve em consideração. E Angra 3 não levou em consideração.

Aqui, voltando um instante, vou tratar, de novo, só dessa parte, o vaso do reator dentro do edifício do reator. A gente pode ver nesse eslaide o vaso do reator e o combustível nuclear em vermelho. Esse projeto é muito simples. Qualquer companhia de engenharia, empresa de engenharia faz esse projeto, que é um projeto de edifício. O combustível nuclear fundido escorre por essa canaleta, vai para o tanque coletor do núcleo fundido, onde tem material consumível adequado para impedir o atingimento do concreto da base do edifício do reator, protegendo, então, o edifício de reator de ser rompido e atingir o solo. O segundo é esse tanque enorme, que é um tanque de água de refrigeração desse tanque coletor do combustível fundido. Então, não existe dificuldade tecnológica nenhuma. Por que isso não foi feito em Angra 3? Qual o mistério disso? São dois tanques, percebam bem: dois tanques.

Bom, repetindo: Angra 3 não tem esses recursos. Angra 3 é igual a Angra 2. Eu estou tratando de projeto de segurança nuclear. O projeto de segurança nuclear é obsoleto, da década de 70, que não levava em consideração a fusão do reator, a fusão do combustível nuclear etc..

De novo: reatores desse tipo são reatores da Areva, que é a projetista de Angra 3. Veja bem: projetista de Angra 3, que sucedeu a KWU, alemã. E essa projetista de Angra 3 teve o primeiro início de construção desse projeto deles em 2005. Em 2007, na França. Em 2009/2010, na China. E nós só demos autorização, o Brasil só deu autorização para construir Angra 3 em 2010, quando já havia toda essa experiência internacional da própria Areva, que é a projetista de Angra 3. É esse o projeto dela.

O que significa a licença de construção? A licença de construção significa: "Olha, o projeto de segurança nuclear está bom, é seguro". Então, essa avaliação foi feita e concluída em 2010, e não em 1970. Foi em 2010. Isso não quer dizer que a gente não possa aproveitar os equipamentos que estavam estocados desde a década de 80. Claro, tem que se avaliar se é possível utilizá-los etc. Não é impossível se usar todo o equipamento, que é uma parte substancial. Mas tem que ter essa defesa. Nós temos que ter meios em Angra 3 para que, fundindo combustível nuclear, essa fusão não atinja o solo. E isso daqui é a garantia.

Então, é muito estranho a Areva patrocinar no mundo todo um reator seguro e, para o Brasil, uma lata velha – lata velha da década de 70, em termos de segurança nuclear. É aquilo que se falou: "Hoje tem cinto de segurança nos carros, *airbag*. Não, vamos voltar para o Fusca, em 1970, que não tinha nada disso: freio ABS..."

(*Soa a campainha.*)

O SR. SIDNEY LUIZ RABELLO – Opa! Já falei demais.

Bom, a proposta para que Angra 3 não se torne catástrofe é, uma vez a construção de Angra 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

estando parada e o edifício do reator parcialmente construído, manter a construção parada e refazer o projeto da contenção do edifício do reator, incluindo nesse projeto, claro, o tanque para coletar o núcleo do reator fundido e o reservatório de água. Não existe dificuldade técnica nenhuma, nenhum mistério com a nossa engenharia brasileira.

E há mais um problema – agora vou tentar correr um pouco – de segurança exclusivo de Angra 3, os demais eram de projetos da década de 70, aqui é exclusivo da Angra 3: nós temos, dentro do edifício do reator, que é essa semiesfera aqui, o reservatório de combustível usado, de Urânio que já foi usado. Então, ele está, vamos dizer, muito quente ainda. Ele precisa de água para refrigerar. E ele está do lado do reator – vocês estão vendo? –, está dentro do edifício do reator, do lado do reator. Também está aqui outro depósito de combustível novo, que, no momento em que se precisar tirar o usado, será reposto com o novo. Imaginem: havendo a fusão do combustível nuclear, havendo uma desestruturação da base por alguns efeitos, como o próprio efeito do combustível fundido atingido o concreto, desestabiliza-se a estrutura, e o combustível usado se junta ao combustível fundido já do reator. A catástrofe é muito maior. E, se entrar ainda o combustível novo, pior ainda a situação, amplifica-se de uma forma muito indesejável. Então, de certa forma, essas piscinas, esses depósitos de combustível que estão dentro do edifício do reator podem até auxiliar nesse novo projeto do edifício do reator, isto é, a remoção desses depósitos para um novo edifício, para Angra 3, específico para combustível usado e novo, assim como é em Angra 1. Só que, em Angra 1, o projeto foi para economizar o edifício, pelo visto. Foi colocado. E é muito mais seguro o projeto de Angra 1; é só para o combustível. A qualquer momento, mesmo havendo um acidente, qualquer um entra no edifício para ver se está refrigerando direitinho e tal; há esse recurso, essa facilidade. Em Angra 3, não. Em Angra 3, se houver acidente de fusão no núcleo, eu não tenho condição de entra lá, ninguém vai querer entrar para ver se estão funcionando as coisas. Então, a ideia é retirar do edifício do reator essas duas piscinas ou reservatórios. E ali pode ser a solução já se colocar o reservatório d'água necessário para refrigerar o tanque que vai conter o núcleo do reator fundido, o combustível fundido. Então, apenas sobra para a engenharia resolver a questão do tanque coletor, onde colocar aquela canaleta que vai escorrer etc. É possível, com poucos custos, hoje, fazer isso. E eu acho que moralmente, mesmo que saia caro, tem que ser feito.

Aqui é o edifício do reator. Também a título de exemplo, na verdade, ele é como uma *matrioska*: são dois edifícios, um dentro do outro. Essa parte externa é feita para resguardar o reator de impactos externos, de explosões externas, de ventos, de tempestades, de ações externas e tudo o mais. Aqui, a parte interna, que chamamos de contenção, tem o objetivo de resguardar o meio ambiente dos acidentes aqui dentro. O que se faz? Qual é o conceito básico, já que há aquele erro de projeto no começo de usar só sistemas duplicados e as falhas múltiplas vão ocorrer, não se sabe como, sempre é surpresa como vão ocorrer? Então, só sobra um critério para nos defendermos do acidente de fusão do núcleo: o critério de defesa de profundidade. São múltiplas barreiras, mas a última tem que ser intransponível. Quando há a fusão do núcleo, todas as barreiras foram embora, só sobrou a contenção, esse edifício. Então, esse edifício tem que ser projetado para ter recursos, para evitar explosão térmica, explosão de hidrogênio e a ação do combustível fundido no concreto embaixo, tendo o tanque coletor de combustível usado e o reservatório de água. Então, é esta a ideia: essa barreira tem que ser intransponível aos efeitos da fusão de combustível nuclear.

Para concluir, a ideia é implementar toda a proposta do eslaide 9, que é refazer o projeto do edifício do reator contendo reservatório de água e contendo tanque coletor de combustível fundido.

Segundo: temos que ter em mente que as falhas múltiplas podem ocorrer, e não sabemos quais, pois elas são imprevisíveis. Algumas sequências dessas podem levar à fusão do núcleo e a esses problemas que nós vimos. Outra questão é ressaltar que, em TMI (Three Mile Island), em 1979, não houve *tsunami*, tinha energia elétrica à vontade e ocorreram falhas múltiplas e fusão nuclear. Em Chernobyl, a mesma coisa. Então, não dá para falar que, por ter energia sobrando, não vai acontecer.

O terceiro ponto que eu, posteriormente, coloquei é que o órgão responsável por segurança nuclear tem que ser fiscalizado pelo público, pelo Congresso, por todas as formas possíveis. Por quê? O exemplo de Fukushima: existia agência de segurança nuclear independente, mas ela não funcionava, porque estava em combinação com a operadora, com a Tepco, operadora, dona das usinas. Este era o raciocínio da agência: "Ah, não pode. Vai elevar gastos para a Tepco, por quê?" Essa agência deixou de existir, e criaram uma nova agência no Japão, com novo corpo técnico e tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Desculpem-me, passei muito do tempo, mas era isso que eu tinha que falar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado pela sua apresentação.

Eu passo a palavra agora, seguindo a ordem que me deixou o Senador Lasier, para o Sidney Luiz Rabello...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Já falou? Ah, Sidney falou. Está certo. Estava aqui, mas ele não tinha marcado como já tendo falado.

Chico Whitaker.

Obrigado, Dr. Sidney.

O SR. CHICO WHITAKER – Vou sem PowerPoint, só no escrito aqui. Muito obrigado.

Antes de mais nada, eu quero agradecer, evidentemente, o convite para vir para esta audiência, mas convém que eu diga, de início, a que título eu vou me expressar. Eu não sou físico, não sou engenheiro nuclear. Eu sou arquiteto na área de planejamento geral e várias áreas, e fui até Parlamentar, mas em nível municipal. Eu falo, portanto, aqui, como um simples cidadão. Falou-se várias vezes aqui que a sociedade precisa participar, e eu estou aqui mostrando que a sociedade participa um pouquinho.

O meu contrato com a questão nuclear é recente. Começou com o desastre de Fukushima, em 2011. Eu tinha, até então, um conhecimento muito limitado de toda essa questão, extremamente limitado, mas a dimensão do desastre fez com que eu mesmo e várias outras pessoas considerássemos que era uma obrigação tentar ver qual era o risco que existia de acontecer no Brasil o que aconteceu em Fukushima, embora se soubesse que aqui não haveria *tsunami*, nem nada disso, e o que poderia ser feito para evitar esse risco, ou pelo menos evitar que os efeitos fossem tão tenebrosos. Então, eu comecei a ler, a ouvir, a perguntar, a participar dos eventos.

Logo o Prof. Goldenberg me trouxe uma afirmação que é do óbvio ululante: não há obra humana 100% segura. Pronto. Isso é um dado fundamental. Por mais que a gente crie todo um sistema de segurança, não é 100%, tem aquele velho 0,0001% de probabilidade.

A segunda coisa foi verificar como físicos franceses que eu vim a conhecer nessa temporada de aprendizado diziam que, no fundo, uma usina nuclear, com tudo o que se mostrou aí, todos os equipamentos, etc., não é senão uma forma extremamente sofisticada e perigosa de esquentar água para produzir vapor que vai girar a turbina.

Fiquei também muito impressionado com a maneira como tratam Chernobyl lá na Europa. Eles não falam que houve o acidente de Chernobyl em 1986. Eles dizem que o acidente de Chernobyl começou em 1986. Ou seja, ainda vivem lá efeitos disso, que são muito sérios.

Eu não vou contar para os Srs. Senadores todos os detalhes do meu aprendizado, obviamente, para não me afastar dos objetivos desta audiência. Eu vou só contar quase que o roteiro de um filme, que eu espero que não termine como um filme de horror, e que entra muito nessa questão da cultura de segurança, o problema da cultura de segurança. Até quanto ela deve ser respeitada? O que devemos antever, optando por essa cultura de segurança?

Eu já pulo aqui várias páginas e entro direto no relato do que eu descobri especificamente a respeito de Angra 3.

Eu descobri muitas coisas interessantes, mas antes eu queria falar uma coisinha a que o Dr. Leonam já se referiu: o que está acontecendo na França atualmente. Num país extremamente orgulhoso da sua tecnologia nuclear, orgulhoso da sua cultura de segurança, acontecem coisas inimagináveis, como falsificação de certificados de conformidade de peças. Falsificação, fraude. Descobriram, exatamente nessa peça de Flamanville, que o aço do vaso do reator tinha defeitos. Aliás, não necessariamente feito no Japão, porque os vasos de reatores da França eram feitos no Japão e na França. A que tinha defeito era parte da Areva, que fundia esse aço. São peças que devem ser consideradas indestrutíveis, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

elas serem destruídas leva ao grande desastre.

Então, o que aconteceu na França? Descobriram que as fraudes ocorriam na França. Fraudes de certificados, mesmo com a cultura de segurança num País como esse, podem acontecer. As fraudes ocorriam desde 1965 e atingiram, nada mais, nada menos, 32 dos 58 reatores franceses, o que levou a França, como disse o Dr. Leonam, a parar 18 reatores. Há 18 usinas que estão paradas, até que se verifique se, naquelas peças, havia o mesmo defeito Flamanville. Detalhe: começo de inverno na França, essas verificações vão levar muito tempo, isso vai ficar pronto depois do inverno. Grande consumo de energia, problemas.

Detalhe, e por isso chamo a atenção a isso, porque é importante: isso nos atinge. Foi feito estudo dessas fraudes e se descobriu que essas peças eram também exportadas. Para onde? Vários países, inclusive o Brasil. E há peças de Angra 3 nessa leva de peças com certificado de segurança falhas, fraudadas. O mínimo que temos que perguntar é se aqui se está fazendo a mesma verificação que se está fazendo na França. Na França, pararam usinas para verificar. Aqui alguém está verificando se, por acaso, alguma das peças contestadas por fraude no certificado foi uma das que veio ao Brasil, está aí? Está funcionando em Angra 3. Detalhe: acidente não espera a hora para acontecer. Quanto mais depressa se vir isso, isso se chama cultura de segurança.

Bem, como é que eu tomei conhecimento do que acontece em Angra? Através de um artigo que me assustou literalmente. Exatamente esse artigo a que o engenheiro Sidney se referiu, que escreveu em 2010. Eu, inclusive, li esses artigos e fiquei tão impressionado que entrei em contato com ele imediatamente para tentar saber um pouco mais e, com ele, aprendi muito. Aprendi, por exemplo, essa história que ele colocou já aqui – eu fiz muitas perguntas a ele – de falhas simples e falhas múltiplas. Há uma diferença muito grande entre umas e outras. A falha simples se resolve, no jargão técnico, por redundância, quer dizer, põe-se outro. Se o motor pode parar, a diesel, põe o segundo, põe marca diferente, põe separado. Ou seja, tem que se garantir que alguma daquelas peças tem que funcionar. Chama-se redundância. Isso se faz nos vários setores da máquina imensa que é um reator nuclear. O risco grande é o das falhas múltiplas, não porque sejam múltiplas, mas porque elas se encadeiam umas às outras e tornam imprevisível a continuidade da coisa.

Quem já viu uma foto pelo menos de uma sala de controle de uma usina nuclear poderá verificar o óbvio também: é extremamente complexa. Tem que se garantir uma porção de verificações continuamente, principalmente da elevação do calor e da mudança de condições de pressão.

Aí é que a gente entra e diz: bem, há incidentes a acidentes, esta é a classificação que se usa. "Não, não, não, isso foi um simples incidente, não chegou a ser um acidente." Só que os acidentes também têm várias categorias. Há um de grau especialmente grave, exatamente isso a que se referiu o engenheiro Sidney, que é aquele tipo de acidente em que o combustível do reator funde e se pode chegar a uma explosão. Foi o que aconteceu nesses três grandes acidentes do mundo que se conhecem.

Então, incidentes, tudo bem; acidentes, tudo bem. Mas há um acidente que, se houver 0,001% de probabilidade, tem que se garantir que não aconteça.

Eles chamam isso, na terminologia dos especialistas, de acidente severo, está lá dentro, é um tipo de acidente. Só que é um acidente especial, severo, que pode, nas falhas múltiplas se combinando, levar à perda total de controle pelos operadores do que se passa na usina. E, com a explosão, é aquilo que na França não se chama mais de acidente severo, chama-se de catástrofe, porque implica na dispersão no meio ambiente de uma quantidade incomensurável de partículas radioativas. A nuvem radioativa que saiu de Chernobyl cobriu a Europa toda. Aliás, é uma questão que deu muita discussão na Europa. E, quando orna fusão do reator com explosão, há um tipo de acidente especialmente grave.

Bem, aprendi também com o engenheiro Sidney que a primeira vez que aconteceu foi em Three Mile Island. Só que, até então, eles achavam que era um acidente possível, mas improvável. Em Three Mile Island verificou-se que era mais do que somente possível. Então, teria que ser evitado – e evitado, portanto, com muito mais cuidado. Chernobyl, em seguida, mostrou que realmente era possível, mais do que possível, e que tinha efeitos catastróficos.

O exame para isso... É aí que vem a questão: na cultura de segurança que se vai criando no mun-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do, não só aqui, criou-se uma coisa que fiquei sabendo que se chama capítulo 19 das análises de segurança. É o capítulo em que se analisa exatamente o que fazer para evitar acidentes dessa gravidade ou para mitigar seus efeitos se não houver possibilidade de tirar. Aquela história de deixar o *corium* descer para uma piscina é tipicamente mitigar efeitos.

O que fez o engenheiro Sidney nos idos de 2007? A CNEN estava elaborando os relatórios, os pareceres para dar licenciamento ou não para Angra. Foram feitos quase 100, acho que foram 83 no total. Agora, houve um deles, que era exatamente o redigido pelo engenheiro Sidney, só que confirmado, revisto por um colega dele de mesmo nível, como é a praxe na chamada segurança absoluta, e assinado pelo chefe dos dois. Ele disse o seguinte – e disse hoje aqui –: "É inaceitável que construamos Angra 3 sem rever o projeto", e revendo a partir do conhecimento que se tem de Three Mile Island e de Chernobyl. E olha que, naquele momento, nem tinha havido ainda Fukushima, mas ele já dizia isso naquele tempo. Ou seja, o grande problema que nós temos com Angra é que o projeto foi elaborado nos anos 70.

E eu vou dar uns detalhes.

Foi com base em uma usina alemã, chamada Grafenrheinfeld, que foi licenciada em 1975, portanto não havia o capítulo 19. Mas aqui é inaceitável que, depois de formalizado, não tenha sido feita essa verificação. É óbvio que os interesses que estavam por trás da construção de Angra, da retomada de Angra, eram muito maiores do que o que podíamos imaginar.

Mudança no projeto implicaria, evidentemente, atraso da obra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO WHITAKER – Puxa, terminou meu tempo já? Nossa Senhora! Bem, vou tentar correr.

A mudança no projeto elevaria o custo da obra seguramente, e o Tribunal de Contas, inclusive, poderia impugnar o projeto, porque mudaria o objeto do contrato – o contrato da Andrade Gutierrez era de 1983. E havia outras questões, mais rasteiras, que só ficamos sabendo agora com as investigações da Lava Jato, de que a Andrade Gutierrez já andava distribuindo alguns favores. Então, que interesse havia nisso não sabemos.

Agora, é estranho que o bom-senso do engenheiro Sidney não tenha prevalecido. Fiquei sabendo, inclusive, que chegaram a marcar reuniões na CNEN para discutir o parecer dele, tão problemático. Mas houve alguma interferência para essas reuniões, e a CNEN anula o parecer incômodo que havia aparecido, e que era o único, de todos feitos, que poderia impedir o início da obra.

O que aconteceu naquele momento? O Procurador do Ministério Público de Angra ficou sabendo que alguma coisa estava acontecendo, considerou que havia um dissenso dentro da CNEN e abriu procedimento investigatório, que tem um nome comprido. Aliás, grande parte das informações que eu estou dando aqui eu retirei das mais de 400 páginas desse documento, a que eu tive acesso, porque é um documento público. Ele tinha chegado, em novembro de 2010, a 380 páginas.

Quer dizer, no fundo, o que houve? Houve exatamente isto que o Presidente da Eletronuclear está recomendando: atitude questionadora. Houve um funcionário que teve uma atitude questionadora e que disse, afirmou em um artigo no *Jornal do Brasil* que não dá, tem que mudar, tem que ver, tem que rever esse projeto. Aliás, houve processo administrativo por causa da sua atitude questionadora. Houve muita dor de cabeça. Diga-se de passagem, que a associação dos fiscais – representada aqui pelo seu Presidente – bem que apoiou. Mas o problema é que o conteúdo extremamente técnico do parecer dele não mobilizou muita gente nem contra nem a favor.

E o que fez a CNEN? Licenciou, em 25 de maio, Angra 3, sem revisão do projeto, sem levar em conta o que o capítulo 19 deveria analisar. Bem, ela cedeu um pouquinho. Ela cedeu, obrigando a Eletronuclear a fazer essa análise de segurança do famoso capítulo 19. Só que ela disse que só faria isso no relatório final – existe o relatório preliminar, RP, e o relatório final, RF. No relatório final ela apresentaria. É escandalosamente óbvio que, se a análise demonstrasse a necessidade de mudanças consistentes no projeto, seria tarde demais. A obra já estava com todas as insuficiências nela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O engenheiro Sidney mostrou aqui algumas coisas que poderiam ser feitas, e que implicariam mudança muito grande no projeto – no projeto de engenharia, inclusive. Mas eu poderia indicar uma outra coisa aqui, sobre a questão da espessura da parede daquele último edifício, que ele disse que era a última barreira para segurar a dispersão de partículas no caso de explosão. Esta Comissão já fez, no ano passado, aqui no Senado, um seminário que se chamava "Usinas Nucleares – Lições da Experiência Mundial". Entre os que participaram, contribuíram para o seminário, houve um engenheiro alemão, um engenheiro de segurança aposentado, que tinha dirigido, nos seus últimos 12 anos de trabalho, nada mais, nada menos que o Departamento de Segurança das Usinas Nucleares do Ministério do Meio Ambiente. Ou seja, não era um engenheiro que estava ali trabalhando na base, era um cara com uma bruta responsabilidade. E ele disse coisas interessantíssimas. Duas delas: além de falar do problema do risco excessivo de segurança das usinas e do risco inaceitável das usinas, razão que levou a Alemanha a parar todas, ele disse que, segundo o conhecimento atual, esse edifício – que deve ser o edifício de contenção externo, a última barreira para evitar a dispersão de partículas – deveria ter 2m de espessura. Senhores, a previsão é que a de Angra tenha 60cm. Angra 1 tem 75cm, e Angra 2, salvo erro ou engano – eu não tenho essa informação – terá 70cm. Ou seja, não dá para ver.

Agora, ele também falou uma outra coisa, que eu acharia interessante anotar. O Eng. Dieter Majer disse o seguinte – e ele conhece a Usina de Grafenrheinfeld, conhece bem; ela inclusive já está desativada. Ele falou que ela, Grafenrheinfeld, não seria licenciada hoje com base nas disposições que vigoravam quando começou a desativação na Alemanha, que foi em 2002. Ou seja, oito anos antes do licenciamento de Angra, a usina correspondente a ela, que é a de Grafenrheinfeld na Alemanha, não seria mais licenciada com aquele projeto que ela tinha.

Eu não sei se é um problema de cultura ou de segurança de informação, de cuidado, o que é, mas como é que pode passar isso, meu Deus? Nunca... Não podem passar batido essas coisas.

Obviamente, não terminou aí a nossa novela, o nosso filme. Depois do licenciamento outorgado, a revista *IstoÉ* publicou uma notícia, uma série de informações, e cobrou a ação do Ministério Público. O Ministério Público, evidentemente, logo depois, em 24 de junho, fez uma recomendação, em que diz o seguinte: "Foge a qualquer critério de racionalidade admitir que estudos que devem ser considerados na aprovação e liberação do projeto sejam apresentados somente após sua construção". Claro! Óbvio! Não fazer isso... Houve gente que chamou isso de desfaçatez, mas cabe chamar. Como é que pode fazer uma coisa dessas?

E ele dizia que abriria uma ação civil pública – se fosse o caso – se não houvesse interrupção imediata da obra e revogação do licenciamento, com um novo licenciamento só quando fosse incluído o famoso relatório, incluindo o capítulo 19.

Obviamente, a Eletronuclear e a CNEN se recusaram a atender as suas recomendações. Uma jogou para a outra a culpa de tudo e repetiram os termos da portaria. "Não, vai ser feito, sim. Vai ser feito com muito cuidado, quando estiver pronta. Quando estiver pronta a obra, nós vamos ter o relatório final de segurança prontinho". Ou seja, eu não sei quem ganharia com isso, para demolir e reconstruir a usina e a obra de engenharia, até ficarem totalmente prontas.

O Procurador, para fazer essa recomendação, fez um bruto de um estudo. Está inclusive nesse procedimento investigatório. Eu até recomendaria aos Srs. Senadores que mandassem vir cópias da p. 222 à p. 273 do volume, porque está muito claro, explicado por ele, por que ele recomendava que interrompessem a obra e revissem o projeto. Eu aconselho vivamente os Srs. Senadores a lerem esse relatório.

Bem, continua o meu filme. A partir da saída dele... Em novembro desse mesmo ano ele saiu. Foi uma transferência extremamente oportuna – eu me pergunto para quem ela foi oportuna – do Sr. Procurador para Foz do Iguaçu. Foi transferido e, evidentemente, o imenso relatório que ele havia feito, o processo, foi para a estante do Ministério Público de Angra, para deixar que se acumulasse poeira em cima dele. De tempos em tempos... Olha, naquele momento ele tinha 380 páginas. Ele está agora com quatrocentas e poucas. Ou seja, algumas páginas a mais, que eram algumas solicitações que entraram a mais, que movimentaram o volume. Uma delas é de um funcionário que levantou: "Não, não está certo isso que a Angra tenha feito, etc., etc.". E também uma portaria do atual Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, que designou o Procurador Lavieri, para atuar em conjunto com a Procuradora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Checker – que era a daquele momento – nos autos por ela iniciados. Agora, houve depois uma série de dificuldades financeiras para parar a obra, e a Lava Jato nos fez o favor de interromper de vez a obra.

Se os Srs. Senadores me permitirem a ousadia de dizer o que o Senado poderia fazer, eu acho que o Senado, como Legislativo, tem uma função fiscalizatória essencial e deveria questionar a Eletronuclear e a CNEN sobre a necessidade ou não de uma profunda revisão do projeto de Angra 3, antes de qualquer decisão sobre a continuidade da obra, porque agora dizem que há capitais chineses rodando por aí e que vão tornar possível continuar a obra. Se isso acontecer, meu Deus, com tudo isso que eu contei antes, vai se ignorar tudo isso, passar batido no Ministério Público, na maneira como trabalhou, na maneira em que um engenheiro demonstrou uma coragem muito grande por questionar e pagou o preço por isso?

Como é que é? Vai acontecer? Vão fazer? Eu acho que o Senado tem que questionar. É uma reunião da Comissão, mas é um ponto que a Comissão deveria discutir numa próxima reunião: vamos ou não questionar a Eletronuclear e a CNEN se vai ou não vai fazer? Entre as folhas novas que chegam a esse processo, há uma recentíssima da Drª Checker, de 3 de maio deste ano, em que ela pergunta de novo: "O capítulo 19 vai ser considerado ou não?". Silêncio absoluto, poeira no processo, nada acontece. O único que pode mexer é o Senado, com a função fiscalizatória.

A ocasião é mais do que oportuna. A construção está parada. Um dos impedimentos levantados pelo então Presidente da Eletronuclear foi de que ia demitir um monte de gente, iam parar problemas na matriz energética. Agora não há nada disso mais, já demitiu, já está tudo demitido. A Andrade Gutierrez está fazendo o que pode para sobreviver. Está tudo ruim. Então, por que não? Onde o bom senso pode ser esmagado? Que tipo de interesse esmaga dessa forma o bom senso, a atitude questionadora, a cultura de segurança? Tudo o que queremos foi esmagado.

Se os Senadores acharem que o relatório do promotor não chega para comprovar que é necessário, peçam uma auditoria externa, mas não uma auditoria de alguém vinculado aos interesses da CNEN e da Eletronuclear. Uma auditoria da Alemanha, por exemplo, como a da Grafenrheinfeld, que conhece e que acompanhou a construção.

O que é isso aí? É simplesmente direito de precaução. É o direito de precaução que tem que ser exercido, frente a uma catástrofe social, ambiental, econômica, que pode ser provocada por um acidente severo que pode acontecer. Ou seja, temos que antever, temos que ir mais longe do que usar belas palavras, temos que ir a atos concretos.

Agora, eu diria, Sr. Senador Cristovam Buarque, que nós cidadãos – e falo em nome dos outros que estão tentando fazer isso comigo – não podemos senão confiar em nossos representantes para fazer o que não temos o poder de fazer. Nós não temos poder de fazer. Para comprovar isso, eu vou dizer aos senhores que nós, um grupo de nove cidadãos e cidadãs, assinamos uma carta para o Procurador-Geral da República, pedindo para conversar com ele sobre esses assuntos que estão na exposição que estou fazendo. Nós mandamos essa carta em 31 de agosto do ano passado. Não tivemos resposta até hoje. O que nós pedíamos? Uma audiência para discutir esses assuntos. A nossa carta terminava dizendo: "Estamos portanto, Sr. Procurador Geral, diante de um verdadeiro escândalo de irresponsabilidade técnica e política que pode tirar ou arruinar a vida de milhares de pessoas e tornar inabitáveis por tempo indeterminado territórios enormes em uma das zonas costeiras mais bonitas do Brasil".

É o que está ocorrendo na Ucrânia, na Bielorrússia e no Japão, países que tiveram a infelicidade de conhecer acidentes severos em suas usinas nucleares.

Era isso que eu tinha que expor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Dr. Whitaker.

Passou um pouco do tempo, mas creio que a sua ênfase e as suas recomendações o justificaram.

Passo a palavra agora ao Doutor em Engenharia Civil e Professor da Universidade de Brasília André Pacheco Assis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. ANDRÉ PACHECO ASSIS – Muito obrigado, Senador, pelo convite e pela oportunidade de falar nesta audiência pública sobre acidente de engenharia.

Claramente, até então, os colegas falaram da engenharia nuclear. Coube-me falar da engenharia civil mais convencional, que também foi citada na motivação desta audiência pública por diversos acidentes que ocorreram, desde o metrô de São Paulo, em 2007, até algumas edificações, como no Rio de Janeiro, a ciclovia mais recentemente, e inúmeras barragens nos últimos dez anos, sendo que o desastre mais anunciado na mídia foi a Barragem do Fundão, em Mariana.

Vou tentar responder a essas perguntas. Não entro na parte nuclear, até porque não é a minha especialidade. Os colegas já falaram com muita propriedade sobre isso. Vou apenas fazer uma comparação.

Um dos palestrantes anteriores mencionou uma coisa muito importante: todas as áreas da engenharia, quando existe um risco potencial muito alto, nascem naturalmente sendo guiadas por um processo de identificação de risco e de gestão de risco. Isso acontece com a engenharia aeronáutica, até porque num acidente como o que aconteceu nessa madrugada a consequência é a morte de praticamente todos. Então, a consequência é muito danosa para todas as pessoas afetadas pelo acidente.

O mesmo acontece com a engenharia nuclear. Ela praticamente criou a gestão de risco aplicada à engenharia, porque qualquer acidente pode levar a grandes consequências para a população circunvizinha a ela.

O resultado disso é que, apesar de tudo o que nós estamos falando aqui e com os inúmeros alertas, exemplos, etc., nós temos um índice de acidentes relativamente baixo em todas essas atividades. Evitamos ter outros, mas claramente, pelas estatísticas, notamos um índice baixo.

Só para exemplificá-los, na engenharia aeronáutica, hoje, a estatística de acidentes para qualquer um de nós é de um para dez milhões. Então, quem tem muita milhagem no cartão pode se preocupar um pouquinho, mas a chance é muito pequena. No entanto, ninguém fala, por exemplo, que a chance de haver uma fatalidade no trânsito brasileiro é de uma para cinco mil. Esse é outro tipo de risco que nós aceitamos com tranquilidade, mas estamos focando sempre e cobrando da engenharia aeronáutica que produza melhores eficiências dos seus mecanismos. E da engenharia nuclear, a mesma coisa.

Agora, o que acontece com aquela engenharia mais convencional: engenharia civil de barragens, engenharia civil de edificações, engenharia civil de portos, aeroportos, etc.? Nós não temos, realmente, esse arcabouço de segurança que foi colocado aqui, e isso vem demonstrando, nas últimas décadas, uma decadência muito grande dos nossos controles. Isso levou ao termo que chamou a esta audiência pública, que é a recorrência de tais acidentes. Quando eles acontecem, um aqui, outro acolá, faz parte da atividade. É aquilo que foi falado para o nosso colega anterior. Ele mesmo citou que o Goldenberg falou a ele que não existe atividade humana, nem mesmo de engenharia, sem risco. Risco zero não existe, absolutamente, em engenharia. De 0,01% pode passar para 0,001%, mas vai sempre acabar havendo uma probabilidade. Então, vamos tentar responder a essas perguntas.

Antes disso, é sempre importante lembrar que a engenharia foi capaz de fazer coisas fabulosas, obras que nos encantam, as teorias das estruturas, do concreto, do aço, a hidráulica. Aquela que está no canto esquerdo é uma eclusa, uma grande roda-gigante em que o barco entra embaixo, roda e pega o canal fluvial para ir a um rio, coisa fantástica. Ali estamos vendo uma ponte que entra em uma ilha artificial, mergulha em um túnel que passa por baixo do mar e sai do outro lado.

Então, quer dizer, nós temos realmente capacidade de fazer grandes obras de engenharia, como a nossa ponte, de Brasília, como aquele prédio, que é o mais alto do mundo hoje, com quase 700m de altura. Imaginem vocês projetar coisas dessas! Aquela figura toda colorida é o mapa do subterrâneo do Metrô de Tóquio. Dá para vocês verem ali a complexidade da engenharia embaixo de uma cidade de 15 milhões de habitantes, em que todo o risco para construir todas essas atividades, por exemplo, teve de ser considerado fielmente. Isso é para mostrar que nós temos, de fato, uma engenharia, uma capacidade, uma tecnologia para fazer obras muito benfeitas quando as condições para isso são propícias.

Aqui, outros grandes exemplos. Esse elevado de 16km, cruzando todo o centro de Boston, totalmente enterrado, para deixar uma cidade mais bonita, com verde em lugar de elevado, etc. Exemplos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

como esse que aconteceu agora na região portuária do Rio de Janeiro, em que também se demoliu um elevado para abrir área da cidade para as pessoas poderem usufruir. Esses são exemplos da capacidade da nossa engenharia de melhorar a qualidade de vida, proporcionar aquilo que é absolutamente necessário para a sociedade ter bem-estar, ter qualidade de vida adequada através de suas necessidades de mobilidade, de recreação etc.

Aqui uma obra que foi premiada no Brasil e no mundo inteiro, que é a Imigrantes, ninguém sabe disso. A Imigrantes foi uma obra feita toda em túnel para preservar o meio ambiente, em 2004. Então, aqueles viadutos gigantescos cruzando a Serra do Mar para não interferir, essa obra ganhou o prêmio mundial de obra que teve o melhor desenho, o melhor projeto de interação com o meio ambiente. Toda gota de água que cai na pista é coletada, filtrada, limpa e só é devolvida ao meio ambiente depois que está pura. Ou seja, a gasolina, o óleo remanescente na pista de rodagem é completamente separado antes de ser jogado no meio ambiente.

Construímos muitas obras fabulosas no Brasil. Aqui são todos exemplos brasileiros; foi falado hoje aqui de Itaipu, há outras usinas, usinas com cavernas, etc., dando um grande exemplo da capacidade da engenharia brasileira, que tanto nos orgulhou. Será que não orgulha mais?

Então, eu vou começar a mostrar também outros exemplos.

Eu sempre divido a engenharia de infraestrutura no Brasil em três grandes períodos. Dos anos JK ao milagre econômico foi o período que nós desenvolvemos realmente toda a nossa capacitação de engenharia. Aí nasceu o orgulho da engenharia brasileira, aí nasceu a engenharia das barragens, a engenharia das pontes, etc., e aí nós realmente tínhamos o Estado muito forte, que controlava bastante os processos, as licitações, etc., e fazíamos essas obras. Talvez não tivéssemos tanto cuidado ainda com controle de custos, mas de tecnologia, era muito grande.

Outro período, de 1980 a 1995, foi o período de crise, inflação e estagnação. Esse período foi responsável pela degradação da capacidade de engenharia no Brasil. As principais empresas de engenharia do Brasil foram praticamente dissolvidas, abandonadas, os seus engenheiros tiveram que abandonar seus postos, e aí, quando tivemos a estabilização econômica e até os dias de hoje, com a retomada de uma engenharia necessária para restabelecer a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do País, faltavam, então, engenheiros capacitados, faltava a capacidade do Estado de gerir essa contratação, essa fiscalização, e aí construímos muito, mas, nesse mesmo período, tivemos também grandes acidentes.

Então, nesse período que nós estamos vivendo hoje, o que nós temos? Carência de infraestrutura – hoje o País demanda energia para sua produção, e não temos, muitas vezes, a capacidade de promover essa energia, como estamos debatendo hoje –, carência ou ineficiência dos meios de transportes e, como eu falei agora há pouco, os nossos profissionais têm déficit. Parece que nós temos desempregados em engenharia; na verdade, quando nós temos sopros de desenvolvimento neste País e retomam-se as obras, nós temos, constantemente, que importar engenheiros porque, de fato, os que nós formamos e aqueles que se fixam na profissão hoje são em quantidade muito menor à nossa necessidade.

Portanto, quais são as conclusões que tiramos hoje do nosso estado da engenharia? O Estado – não o Governo, o Estado – tem se mostrado com dificuldade de gerir as obras. Nós temos atrasos nas contratações, na execução das obras, e o que se tem mostrado é uma excessiva corrupção nos processos de contratação, que certamente vai afetar a qualidade da engenharia.

O programa de concessões que se iniciou nas últimas décadas exige, para haver uma concessão de uma obra de infraestrutura, que o Estado seja planejador; o Estado tem que planejar a obra, tem que estudar com antecedência antes de licitar. Eu não posso tomar posse hoje, querer contratar o projeto para duas semanas, contratar e executar para eu inaugurar no meu termo. Sem planejamento, sem essa visão de Estado estratégica da infraestrutura, nós temos um caminho totalmente aberto para a má engenharia e para aquilo que se decorre dela, que são, por exemplo, os maus contratos e, eventualmente, as oportunidades de vantagens para ambos os lados. Então, planejamento é absolutamente necessário.

Qualidade de projeto. Sem projetos amadurecidos, não há licitação. Então, quando eu entro com um projeto fraco dentro de um processo de licitação, eu abro oportunidade para aditivos, porque não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

foi pensado em projeto, correções de rumo e oportunidades para alguém lançar mão de processos que não são adequados para a engenharia, como os meios de corrupção excessiva.

Licitações bem documentadas e estabilidade contratual. Isso é garantia de investimento sólido, gera interesse, seja ele público ou privado, pela obra de infraestrutura.

Aqui, então, eu começo a mostrar alguns acidentes que aconteceram.

Ali, apenas um histórico. A Barragem de Pampulha já rompeu, muitos não sabem disso – ocorreu em 1954 –, mas, naquele período, acontecia um acidente aqui e outro ali. Mais recentemente, depois que o Estado passou a conceder a oportunidade de projeto e de construção de infraestrutura, nós perdemos um pouco o controle dessa nossa construção. Aqui há vários exemplos de construção. O caso mais recente foi uma ruptura privada, mas ali há outras rupturas exemplificadas.

Isso aqui é muito importante, isso é uma estatística feita pelas empresas de resseguro do mundo inteiro. Quais são as causas de rupturas de engenharia? A gente vê que, na verdade, a causa é engenharia. De fato, as causas são de engenharia. Falhas de projetos respondem por 40%; falhas de construção, 25%; gestão da construção, disponibilidade de materiais, emergência, contingência: mais 15%; e há as chamadas causas naturais – geologia difícil, choveu demais, houve um terremoto bem na hora –, aquilo em que todo mundo bota a culpa na hora do acidente, botam culpa é nisso, nas dádivas divinas, isso responde só por 18% das causas de acidentes. A causa de acidentes de engenharia é a engenharia mal executada.

Aqui vale a pena lembrar que nós tivemos, ao longo da década de 50 e dali em diante, exatamente com o nascimento da engenharia nuclear, o conceito de risco. Nós passamos a identificar que toda obra de engenharia deve ser gerida sob o aspecto da gestão de risco, e isso só se incorporou à engenharia convencional nos últimos dez ou quinze anos. No caso da engenharia nuclear, isso nasceu com ela lá na década de 50. Para a engenharia convencional, nos últimos dez a quinze anos é que veio aparecer esse conceito.

O que é o conceito de risco? É a obra estar integrada à sociedade, ao ambiente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PACHECO ASSIS – Portanto, não basta a obra ser boa, ser bem projetada, atender as normas. Se ela romper, ela vai interagir com todo o ambiente, e a consequência junto ao ambiente e ao meio social é a consequência da obra. Para isso, então, a gente usa hoje um conceito de risco que é a probabilidade de haver a falha, de haver a ruptura, que é multiplicado pelo valor de todas as consequências calculadas. Se vai haver pessoas que serão afetadas, patrimônio público, patrimônio privado, danos ao meio ambiente, tudo isso tem que ser calculado. Portanto, se a obra está relacionada a grandes danos de consequência socioambiental, a probabilidade de ruptura aceitável dela tem que ser muito, muito, muito baixa.

E, aí, nós temos que fazer muita engenharia para baixar essa probabilidade. Para obras de baixo impacto de consequência, aceitamos uma probabilidade de falha um pouco maior. É com esse conceito novo aplicado à engenharia civil que hoje nós estamos tentando melhorar um pouco a qualidade e diminuir a recorrência desses acidentes.

O que era uma boa obra de engenharia no passado, por exemplo? Era uma obra técnica, que fosse bem projetada e custasse o adequado. Não é o mais barato, é o adequado. Então, que custasse o adequado. Na década de 60, o que era uma boa obra de engenharia? Uma obra técnica, que custasse o adequado e que pouco impactasse o meio ambiente. Hoje, o que é uma boa obra de engenharia? É tudo isso mais avaliando-se todas as consequências ao seu redor caso ela venha a romper, portanto, que ela tenha baixo risco. O risco aí é visto com o conceito: probabilidade de ela falhar vezes o tamanho das suas consequências, quantificado monetariamente.

Vou às minhas considerações finais.

As principais causas de acidente de engenharia são as falhas de engenharia de projeto, a qualidade de construção e sua gestão. Mas por que está falhando muito? Por que realmente nós estamos ten-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do bastante falha de engenharia? Porque existe hoje uma pouca valorização do projeto e despreparo nos processos de licitação. E, aí, eu chamo a atenção para os órgãos públicos. Os órgãos públicos não têm valorizado as carreiras de Estado. Nós temos nomeado muita gente de cima para baixo, sem capacitação, e não permitindo que as carreiras de Estado se estabeleçam como estratégia de Estado. Com isso, nós estamos perdendo a capacitação do Estado de planejar, de gerir, de projetar e de contratar. Se ele não consegue nem levar a ter uma boa licitação, é claro que daí para frente a festa está aberta; tudo é válido para consertar essa licitação de baixa qualidade que foi feita.

Então, senhores, eu acho que o mais importante aqui é nós reconhecermos, sim, as falhas da engenharia, mas reconhecermos que grande parte de uma engenharia malfeita, por oportunistas, e mal-executada está nas falhas de licitação que são feitas com base na não valorização de bons projetos e feitos com licitações muito malpreparadas, abertas para negociatas para depois levar a obra a termo.

E eu sempre falo para os meus alunos – desculpem-me esta expressão –: na engenharia civil, neste País hoje, pagam-se as obras mais caras do mundo – eu teria inúmeros exemplo para dar para os senhores – e as de pior qualidade. Portanto, nós não conseguimos absorver esse custo para o Brasil.

A última pergunta: a culpa também é da formação dos engenheiros? Claro que não é a engenharia e a formação dos engenheiros. Mas há que se fazer uma ressalva: a universidade brasileira está muito distante da sociedade e das suas demandas. Por quê? Porque no Brasil não se incentiva a universidade trabalhar em contato direto com a demanda tecnológica da sociedade. Aqui, parece que os órgãos de controle veem na universidade um capítulo de corrupção de pequenos projetos de pesquisa, inibindo completamente os professores engenheiros a buscarem soluções junto com as práticas demandantes. Nós não queremos abrir escritórios de engenharia dentro das universidades, nós queremos abrir a oportunidade de os alunos se envolverem com engenharia completamente, desde a sua formação. Nesse aspecto da formação de engenharia, nós temos excelentes professores e excelentes alunos. Só que o que é ensinado para eles hoje está muito distante da demanda das necessidades da nossa sociedade.

Eu deixo a última frase: a valorização do Estado com cultura de planejamento – infelizmente não temos; mas temos que criá-la –, as agências especificadoras e os contratantes, isso é um bom sinal para uma engenharia melhor no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deca. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Obrigado, Dr. André Pacheco Assis, pelo seu esclarecimento.

Precisou se ausentar da Mesa o Dr. Bruno Campos Barretto, Diretor-Presidente da Eletrobras Eletronuclear, para assumir outro compromisso.

Quero passar a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, autor do requerimento, para suas considerações.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os palestrantes.

Eu quero dizer que esta é uma audiência que me deixa contente, no sentido da oportunidade de fazê-la, e preocupado sobre as medidas que nós precisamos tomar para resguardar a nossa segurança, no caso de Angra.

Nós não tivemos tempo aqui de analisar, com mais detalhes, a sucessão de problemas que eu venho acompanhando já há algum tempo, até por ser engenheiro, de obras que geram problemas. O Luciano tocou um pouco nisso, mas concentrou-se muito na parte de energia nuclear no mundo. Cada um ficou mais na parte de energia. O Dr. André agora colocou, e mostrou por aquela pizza, que a maior parte vem do projeto e da construção; quase tudo vem do projeto e da construção, ou seja, são evitáveis. Há acidentes inevitáveis, como um terremoto, o que ele provoca; mas o que é projeto e construção é fruto de irresponsabilidade.

Ao conversar com meus amigos, eles chegaram até a alegar, um dia desses, Chico, que foi a substituição da régua de cálculo pelo computador que teria levado os engenheiros a ficarem mais relapsos e superconfiantes no que as máquinas dizem que deve ser feito como resultado dos cálculos. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

obviamente não acredito que aquela reguinha, de que eu fui usuário por tanto tempo, seja superior ao que um computador indica. Eu creio que está em outro lugar qualquer. E, provavelmente, mais até na construção do que no projeto, no material utilizado. E aí vem minha preocupação com Angra.

Nós vimos, não faz muitos meses, denúncias sobre propinas na Eletrobras e na Eletronuclear. Obviamente as pessoas que faziam isso estão fora – creio que está até preso ainda o ex-Presidente. De qualquer maneira, fica uma preocupação por conta dessa leviandade de se apropriarem de recursos públicos, Senador. Será que não houve leviandade nos cálculos, para permitir uma redução de gastos, para poder aumentar a propina? Essa é uma preocupação que me fez convocar esta audiência. A propina veio de um superfaturamento, mantida todas as condições de segurança? Ou de um relaxamento na segurança para poder não fazer superfaturamento e sobrar alguma coisa para as propinas? Eu sei que, proporcionalmente ao custo total, o que vai para propina, embora muito, ainda é uma proporção pequena. Mas, de qualquer maneira, fica essa dúvida.

E a minha pergunta, em primeiro lugar, é esta: o fato das propinas pode ou não ter gerado qualquer risco de segurança? Essa é uma pergunta cuja resposta eu acho que o povo brasileiro inteiro quer saber. O dinheiro que foi para a propina surgiu de um superfaturamento que nos roubou dinheiro, mas não ameaçou a segurança? Ou pode ter vindo, pela impossibilidade de aumentar ainda mais os custos, de uma redução de gastos para poder sobrar? E essa redução de gastos, é óbvio, teria sido em algum material – espessura das paredes, qualidade do material... Esta é a pergunta que eu faço em geral: estamos tranquilos de que a propina foi apenas um ato de apropriação de recursos ou foi também um ato de leviandade com a segurança das obras que estão em andamento em Angra 3?

Outro assunto é relacionado a uma resposta que eu gostaria que o Dr. Barretto desse ao que falou o Dr. Ricardo Nicoll sobre um órgão de segurança externo. Eu acho que faz tanto sentido, é tão lógico que quem deve cuidar da segurança não é o próprio executor, que tem seu viés todo tempo, que eu gostaria de ouvir a opinião dele – mas já que não está, de todos aqui. Se isso for uma posição comum, eu vou tentar ver como o Senado pode ajudar nesse sentido, naquele organograma que o senhor mostrou – tirar aquela parte, aquele trapézio que o senhor colocou, para um outro lugar. Eu vi que, do ponto de vista de ciência e tecnologia, talvez não fosse o melhor, porque ciência e tecnologia é para buscar ciência e tecnologia, e não segurança do que já estão fazendo.

O outro ponto, que eu queria saber, é sobre o que o Dr. Sidney falou – e que me tocou bastante –, sobre o risco, que, na sua opinião, estamos correndo risco por razões técnicas. O senhor fez um discurso que nada tem de ideológico; o senhor fez um discurso com características técnicas. E eu queria saber a opinião dos outros sobre isso.

Quanto ao que falou o Chico Whitaker, eu queria saber se é possível fazer uma auditoria nas obras. Você propôs uma auditoria. Eu quero saber o que dificultaria fazer uma auditoria nisso. Como seria feita uma auditoria? Quem convocaria essa auditoria? Porque eu creio que é uma sugestão bastante pertinente fazer uma auditoria, até para responder a primeira parte do que eu coloquei.

E, segundo, eu queria ver se podemos daqui – ou eu pessoalmente – adotar sua carta à Procuradoria, se não me engano, de agosto do ano passado, que não foi respondida. Eu gostaria de receber isso para adotar, como Senador, as suas preocupações e perguntar à Procuradoria o mesmo que você pede na sua carta. Eu creio que há algo que a gente pode fazer daqui. No mínimo, é mais uma voz querendo que o Ministério Público se manifeste sobre o assunto.

Dito isso nas minhas colocações, eu quero ler aqui algumas perguntas que nos chegaram pela internet.

Uma delas é de Isaías Paiva Ramos Filho: "Por que permanecer no erro de um reator ultrapassado que tem 30 anos?". É a primeira pergunta.

A segunda é: "O Município de Itaguaí e a região da Costa Verde seriam afetados com um acidente nas usinas de Angra dos Reis?".

E a que eu achei interessante: "Existe um fundo para danos, em caso de acidente?".

Eu estive em Fukushima e uma das coisas que me surpreendeu lá é que as pessoas que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

retiradas, com aquela capacidade japonesa, foram para abrigos extremamente corretos e confortáveis, mas totalmente diferentes. Os que foram vítimas, os que saíram por causa da radiação receberam verdadeiras casas boas, bonitas, embora pré-fabricadas. Os que saíram por causa do *tsunam*i, por causa da tragédia natural, receberam umas casinhas bem acanhadinhas. Há de um lado e de outro. Eu perguntei o porquê e disseram: "É porque os que saíram da usina têm um seguro que pagou tudo isso. Os que saíram por causa do maremoto não têm seguro ou coisa nenhuma. É quase uma caridade do governo japonês".

É nesse sentido a pergunta que é feita pelo Rogério Costa Rodrigues: «Em caso de danos, em caso de acidente, existem medidas de evasão das pessoas, de retirada das pessoas e de cobrir os riscos ou não?».

O Luiz Custódio Silva pergunta: "Existe outro modelo mais moderno referente ao projeto, no caso, que permita evitar acidentes? Ou não tem?. Ou seja, Angra 3 é o que há de mais moderno, como dizem por aí *up to date*, ou é mais uma versão arcaica?".

Aqui há uma que é muita genérica, de Guilherme Bonfim: "Já ocorreram tantos acidentes em usinas nucleares, quais as chances de ocorrerem também acidentes no Brasil?".

Finalmente – não dá para ler absolutamente todas, são muitas, a minha assessoria escolheu algumas, com as quais eu concordei –, do Francisco Ilo: "As boas práticas de engenharia de projeto, construção e segurança estão sendo revisadas nessa obra? Quais as reais seguranças da obra?". Ou seja, na linha da auditoria, só que uma auditoria mais modesta, com o nome de revisão, algo mais tímido, menos profundo. Então: "Essas revisões foram feitas, estão sendo feitas, sobretudo a partir das denúncias de que, durante o processo de licitação e de construção, houve propinas ou não?".

Essas perguntas são feitas a todos, especialmente ao representante da Eletronuclear, porque eu creio que não é só do nosso interesse, Senador Deca, é do interesse da população brasileira toda.

Continuam dizendo, quando foi citado no princípio, creio que pelo Dr. Leonam, que eu acho que, do ponto de vista ecológico, no futuro, a energia nuclear tenha um papel a cumprir. É uma fonte que traz menos problemas ecológicos, desde que, como ele mesmo disse que eu falei numa conversa com ele, nós superemos todos os problemas de segurança. É claro que "todos os problemas" pode ser um superlativo impossível de ser atingido, mas é um setor em que, se houver uma tragédia, é diferente das outras tragédias.

No caso eólico, uma das tragédias é que há passarinhos morrendo por causa da rotação das pás. É muito diferente de um Chernobyl. É muito diferente. O caso da hidrelétrica é o problema de ferir diversidade por conta das áreas inundadas. É muito diferente. Alguns dizem: "Se romper uma barragem, como Itaipu, o desastre é capaz de ser pior do que um Chernobyl". É pior no momento em que acontece, mas não é permanente. Passada a tragédia, que pode ser monumental, não estou menosprezando, tudo recomeça imediatamente. Enquanto que, na nuclear, como a gente sabe, podem passar milhares de anos para se recuperar.

Eu tenho uma preocupação grande com isso. Inclusive, numa viagem que eu fiz à Ucrânia por outra razão, eu fiz questão de ir a Chernobyl. Numa viagem ao Japão, eu fui a Fukushima. Então, eu tenho o sentimento do que passaram aquelas pessoas e do que estão passando. Por isso talvez e pelo fato de ser engenheiro e ser muito preocupado com a energia e com o meio ambiente, isso não me faz recusar a energia nuclear como algo que a humanidade deve recusar para sempre.

Daí que o meu projeto de moratória é moratória na construção de novas usinas por 30 anos, com investimentos nas pesquisas relacionadas à energia nuclear. Eu não proponho parar a perspectiva. Eu só queria que a gente estudasse mais, sobretudo dois probleminhas: como garantir que a engenharia civil estará imune aos projetos e aos outros também; e como cuidar bem dos resíduos nucleares. Eu creio que esses dois problemas, em algum momento, a humanidade vai ser capaz de superar, talvez com usinas subterrâneas em grandes profundidades. Quem sabe? Porque aí não cai avião; a bomba atômica não chega; não haveria riscos e, se houver, fica ali confinado. E talvez zerar o que fica do lixo. Um dia talvez, de tanto reusar como está se fazendo – eu estive estudando –, um dia a gente reusa tanto o lixo que a radioatividade ficaria desprezível, embora desprezível em radioatividade não exista. Eu também fui à Goiânia naquela época dos resíduos. Eu era reitor e a universidade me convidou para participar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dos estudos. Eu fui lá pessoalmente. Uma coisinha de nada, minúscula, gerou todo aquele problema.

Essas são as perguntas. Eu fico satisfeito com o que vocês já nos apresentaram. De qualquer maneira, Senador, eu peço que dê um tempo a cada um – eu não estou com pressa – para que nós possamos concluir, nessa linha, se é viável a ideia de auditoria; as perguntas que foram feitas dos riscos, inclusive, sobre obsolescência pela idade dos projetos; ao Ministério Público, que isso aí eu assumo que é uma coisa que eu próprio posso fazer; e, sobretudo, se a gente pode ficar tranquilo que o que houve de imoral do ponto de vista financeiro não teve consequências de imoralidade na segurança.

Essas são as perguntas que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deca. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço ao nobre Senador Cristovam pela sua participação e pelas perguntas.

Para organizar as respostas, dando oportunidade a todos de responderem, eu gostaria de iniciar pela direita, com o Dr. Chico.

Pode ficar à vontade.

O SR. CHICO WHITAKER – Muito obrigado, Senador.

Vou ser rápido para dar possibilidade de que todos possam responder. Eu não vou pegar evidentemente todas as questões do Senador para não me alongar.

Uma questão rápida é a da gravidade, que eu pretendia citar na minha exposição. É uma gravidade muito grande a de um acidente severo, mas principalmente é diferente dos outros acidentes. O senhor já lembrou isso aí. A gente fica pensando nesse acidente que houve com o avião agora. É tristíssimo, mas o que vai acontecer? Nós vamos evidentemente lastimar, vamos chorar, vamos viver um luto, mas a vida continua, e vamos ter que continuar com essa dor guardada.

Um acidente nuclear não é assim. Por isso mesmo, na França, em que eles viveram uma ameaça muito grande de uma nuvem radioativa, aconteceram coisas incríveis. Um cidadão, alta autoridade, chegou a dizer que a nuvem radioativa havia parado na fronteira da França, o que levou, evidentemente, a muita piada em torno disso. Mas é triste. O fato concreto é que a dispersão da radioatividade é um fenômeno completamente diferente de uma inundação, de um terremoto, de um acidente de avião. E nisso é que temos problemas. Por isso, eles dizem, na França, que Chernobyl não aconteceu em 1986, começou em 1986. O que existe, na França, de movimentação para tratar de criança com leucemia é muito importante.

A segunda questão, rapidamente, é em relação à sua última observação sobre a importância do projeto. Estamos aqui num caso típico. Está caracterizado que esse projeto é insuficiente. Está caracterizado que esse projeto está ultrapassado. Então, meu Deus, se o bom senso nos diz que tem que rever, por que não rever? Eu fico me perguntando por que esse bom senso não chega até a gente. Esse é o detalhe.

Outra pergunta é sobre o problema da auditoria. Eu não sei se o Senado tem essa prerrogativa. A PGR teria essa prerrogativa se quisesse, mas eu acho que a própria Eletronuclear poderia tomar essa iniciativa, a CNEN poderia tomar essa iniciativa, desde que tivesse o cuidado de pedir técnicos que não estivessem vinculados aos seus interesses. E eu me pergunto se a própria Afen, a Associação dos Fiscais, não teria possibilidade de pedir, porque, afinal de contas, um de seus membros levantou, por atitude questionadora e corajosa, toda essa problemática. Então, por que a própria Afen não toma uma iniciativa? Ou seja, junta-se tudo e se tenta fazer uma auditoria. É a única maneira de resolver. Senão, um fala, outro fala, outro fala, mas e daí? Qual é o risco real? Sobre o risco real, eu vou, evidentemente, mandar a cópia da carta que nós mandamos ao Procurador-Geral, para que V. Exª tenha conhecimento e tome as providências que julgar que cabem.

Uma das perguntas que foi feita foi de uma pessoa preocupada, de Itaguaí, se a região dela seria afetada. Obviamente. Uma das coisas com que a AIEA mais se preocupa, inclusive controlando os relatórios da OMS, é que não se crie pânico. Não se pode criar pânico, porque é tão tenebroso que não se pode criar pânico, e se cria facilmente. Então, temos de tomar cuidado para a região de Angra não ficar brecada, ou seja, as pessoas quererem sair de lá quando souberem os riscos que estão correndo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Agora, por último, a chance no Brasil de ocorrer. Eu diria uma coisa muito importante: na França, que é exatamente o país mais nuclearizado do mundo – tem 58 usinas, algumas velhíssimas –, a autoridade de segurança nacional já declarou no Parlamento, numa das vezes em que, depois de Fukushima, ela foi lá para fazer alguma exposição, que na França teremos, mais cedo ou mais tarde, um acidente como o de Fukushima. O nosso grande problema é que nós não sabemos nem onde nem quando, mas é muito possível que tenhamos um. Então, é a mesma coisa para responder para o Brasil. E aí, se o projeto for ruim, aumentamos as chances. Se não previrmos como sair, aumentamos as consequências. Ou seja, é um ponto, eu diria, escandaloso para a população brasileira, para nós cidadãos. É escandaloso que não se faça nada. É essencial fazer alguma coisa quem puder fazer alguma coisa. O cidadão não tem esse poder. Que os Poderes constituídos façam alguma coisa.

Muito obrigado.

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES – Bem, Senador, o senhor fez um desafio grande. O senhor tocou em vários aspectos. Vou tentar pegar aqueles que julgo que foram os que o senhor finalizou.

Antes disso, eu gostaria de fazer um registro interessante. O senhor comentou sobre a mudança da moratória no seu projeto de leia. Muito alvissareiro para a indústria nuclear: no domingo agora houve um plebiscito na Suíça em que se colocava à sociedade civil suíça se haveria um abandono nuclear, nos moldes alemães. No plebiscito o povo suíço disse "não". Eu acho que esse é um ponto bastante interessante, e eu gostaria de deixar como registro. Isso aconteceu no domingo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES – Disse para a permanência, exatamente. Isso foi feito na Suíça. É só para registro.

Eu queria começar falando sobre um ponto em que o senhor tocou que eu acho extremamente relevante. Acho que uma preocupação quase que inevitável de qualquer cidadão consciente é esse aspecto que o senhor levantou, quanto ao problema das irregularidades nas obras do ponto de vista financeiro, se elas não impactam a segurança. Acho que essa pergunta é muito importante. Eu gostaria de dizer que eu não vejo como isso possa acontecer, porque quando o senhor fala no projeto da instalação, ele não foi feito pela empresa, especificamente, que está sendo arrolada nesses lamentáveis eventos, que é uma empresa da construção civil. Ou seja, o projeto não foi feito pela empresa. A construção do projeto foi aprovada, parede por parede, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. Ela autorizava item a item, após uma profunda análise do que estava sendo proposto no detalhamento. Existem o projeto básico e o detalhamento. Eu não vejo como, em que medida poderia haver esse efeito com que o senhor se preocupa, com toda razão.

Além de tudo, eu estou falando do projeto, da liberação para construção, e a construção é feita com supervisão técnica independente, com controle de qualidade independente. Então, eu acho muito difícil. Eu não posso afirmar ao senhor que não, mas nós não vemos como poderia haver esse tipo de influência nefasta sobre esses interesses espúrios na segurança da instalação. Estou especialmente falando no caso da engenharia civil, que é o caso que está sob julgamento. Até já houve pessoas julgadas e condenadas por esses eventos.

O segundo ponto que eu acho muito relevante é essa discussão sobre uma eventual obsolescência de Angra 3. Esse debate é recorrente. Eu traço um paralelo com o senhor. Não sei se o senhor já teve oportunidade de voar num Boeing Jumbo. O projeto do Boeing Jumbo é da década de 1970. O senhor entra e viaja num Boeing Jumbo; o senhor acha que aquele Boeing em que o senhor viaja é igual ao Boeing original, que foi lançado na década de 1970? Evidentemente, não é. Da mesma forma, em menor escala, em menor dinâmica – tendo em vista o tipo de produto de que estamos falando –, comparar o projeto de Angra 3 com Grafenrheinfeld... Grafenrheinfeld foi a referência do projeto de Angra 2. De lá pra cá, a própria Angra 2 já incorporou inúmeras modernizações, atualizações. Tanto é que elas operam dentro das normas técnicas vigentes; operam aqui e operam em qualquer lugar do mundo. Angra 3, em especial, sofreu uma revisão do projeto para considerar uma série de mudanças ocorridas durante o período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O projeto de Angra 3 não é o projeto da década de 1970, em absoluto. O projeto incorporou um número bastante grande – eu não vou me estender aqui nessa discussão técnica –, uma série enorme de melhorias e adaptações a novas normas, a novos requisitos, em especial requisitos de segurança. Um outro aspecto, por exemplo, e uma grande modernização introduzida no projeto de Angra 3, foi a instrumentação e controle digital, acompanhando a própria evolução. Ela é o grande exemplo da atualização do projeto. Então, essa é uma discussão que induz quem não conhece o problema a achar, à medida que diz: "O projeto é da década de 1970". Não, não é um projeto da década de 1970. É um projeto que originalmente foi elaborado na década de 1970. Mas o projeto de hoje não é o projeto da década de 1970, como o projeto do Jumbo 747 que está sendo fabricado agora em Seattle pela Boeing não é o projeto do primeiro Jumbo que eles lançaram, entende? Então, acho que é importante ressaltar esse aspecto.

Um ponto que se colocou muito é sobre o problema do recuperador de *corium*, foi mostrado. Ora, o recuperador de *corium*... Eu, particularmente, estou envolvido – na minha juventude, quando eu estava estudando na França, no Comissariado de Energia Atômica, estava em projeto esse tipo de solução técnica. Eu, particularmente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES – O acidente severo. Se o vaso do reator for perfurado, você tem como recuperar. É uma mãozinha que recupera, exatamente.

Sem dúvida é uma evolução e eu, pessoalmente, tenho até uma grande simpatia, porque eu trabalhei em engenharia desse dispositivo na época.

Ora, hoje existem 67 usinas em construção, como o colega apresentou no início. O senhor sabe quantas têm recuperador de *corium*, nesse conceito mostrado pelo Sidney? O senhor sabe quantas têm? Oito. Nenhuma das outras tem o recuperador de *corium*. O recuperador de *corium* é um dispositivo adicional que foi adotado inicialmente no projeto franco-alemão de reator de nova geração, em que eu trabalhei, e que depois, ao longo do tempo, se transformou no atual EPR que está sendo construído – uma unidade na França, uma na Finlândia e quatro na China. Agora, existem outros tipos de solução. O AP1000, da Westinghouse, que é o carro-chefe tecnológico, não tem recuperador de *corium* nesse conceito. Os reatores construídos na China, o projeto chinês não tem recuperador de *corium*.

Eu pergunto: em alguma situação, aquele cenário Síndrome da China, colocado pelo colega Sidney... O Síndrome da China foi um filme feito na década de 1970 com base em uma hipótese que nunca aconteceu. Não é verdade. Nem em Three Mile Island, nem em Chernobyl, nem em Fukushima houve penetração pelo *corium* chegando até o solo e o meio ambiente. Isso nunca aconteceu. No pior acidente, o acidente de Fukushima, isso era uma preocupação; mediu-se a penetração que houve, e a penetração no concreto foi da ordem de 60cm numa dala de concreto de mais de 2,5m. Ou seja, fazer de um carro-chefe... Dizer que o projeto de Angra 3 não pode ser construído porque não tem um recuperador de *corium*, o senhor me perdoe, não tem fundamento técnico. É uma posição, uma opinião; todos têm direito a opinião. Agora, não é uma fundamentação técnica para questionar e dizer que a usina é obsoleta e não é segura.

O nosso querido amigo Chico Whitaker citou várias vezes aspectos ligados ao Ministério Público de Angra dos Reis, e o Procurador Fernando Lavieri, pessoa que eu conheci bastante, com quem lidei bastante durante vários anos. Uma parte que todos esses aspectos... O Prof. Chico, talvez por desconhecimento, porque, infelizmente – eu me coloco aqui à disposição do professor –, todas as informações que ele usou são informações que ele obteve de um universo bastante reduzido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES – Calma, eu vou chegar lá. Eu conheço essas páginas. Pelo menos um terço dessas páginas fui eu, pessoalmente, que escrevi, Prof. Chico, em resposta aos questionamentos colocados. Então, nós estamos abertos para dar, pelo menos, um outro ponto de vista. A controvérsia é sempre muito positiva para se chegar. Eu conheço o senhor, já o encontrei várias vezes, mas, infelizmente, nunca conversamos tecnicamente para eu poder dar uma outra visão ao senhor desses aspectos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mas, voltando ao que o senhor falou, aquilo se tratou de uma ação civil pública que foi concluída porque não deu origem a nenhuma denúncia, a nenhuma ação junto à Justiça. Por quê? Todos os questionamentos que o Procurador fez à época, o Procurador Fernando Lavieri, foram respondidos tecnicamente, foram sustentados. Ou seja, havia uma posição de algumas pessoas, que diziam tecnicamente alguma coisa; vinham relatórios técnicos que ele nos apresentava. Ele nunca disse quem eram os autores daqueles relatórios, mas muito próximos da apresentação que o Sidney fez, que nós, tecnicamente, rebatemos. E o processo chegou ao fim sem haver a identificação de uma razão para que o Procurador entrasse, eventualmente, com uma ação na Justiça, para interromper a obra. E, inclusive, o inquérito foi arquivado. Foi arquivado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não houve ação civil pública.

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES – Não, não houve ação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES – Porque não se investigou...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Estou dizendo o seguinte: o inquérito civil precede a propositura da ação.

O SR. CHICO WHITAKER – Não, houve um procedimento investigatório que não terminou até hoje. Ele ameaçou com uma ação civil pública, se etc... E não terminou. E ele foi oportunamente transferido de Angra para Foz.

E, quanto a todas essas coisas que o ilustre Dr. Leonam está falando, eu não vi no procedimento. Deveriam estar lá essas respostas. Não estavam. O procedimento termina de uma maneira impressionantemente triste. Ele vai esvaziando, até virar prateleira.

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES – Esvaziando porque ele não tinha um fundamento técnico, Professor. Exatamente por isso.

E o senhor ainda levanta teorias da conspiração contra o Dr. Lavieri. O Dr. Lavieri foi transferido para Foz do Iguaçu a pedido. A esposa dele é de lá. Então, o senhor está levantando suspeitas contra a honestidade de uma porção de pessoas. Nós devemos ser um pouco cautelosos em levantar questões contra a honestidade das pessoas. O senhor levantou, agora, até contra a própria posição do Dr. Lavieri, que é uma pessoa que eu conheci bastante, ao longo desse prazo, na luta, vamos chamar assim, em responder, de forma adequada, aos questionamentos que eram levantados por ele.

O SR. CHICO WHITAKER – Eu não vi os procedimentos.

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES – Eu não sei. Se o senhor quiser, eu posso mandar cópia para o senhor. Eu não acredito que não tenha, porque tudo isso é documentado, foram respostas ao Fisco, mandados pelo Procurador. Não acredito que aquilo não esteja arquivado na Procuradoria de Angra dos Reis. Não acredito. De maneira alguma. Isso não é verdade.

Talvez só tenham mostrado ao senhor esse lado que o senhor relatou, e o outro lado não foi mostrado. Nós temos que ver os dois lados da moeda.

O SR. CHICO WHITAKER – Quatrocentas páginas ou são ou não são liberadas...

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES – Eu não sei quantas são 400 páginas, quanto tem o processo. O fato é que todos esses assuntos foram amplamente discutidos com o próprio Procurador, com consultorias externas... Tanto é que não deu origem a nenhuma ação civil pública, como o Senador ressaltou ali, com toda razão.

Então, eu acho que essa questão dá margem a um seminário inteiro, e nós estamos à disposição para discutir esses aspectos, de um ponto de vista técnico, mas a técnica tem que ser vista do outro lado. Não é opinião. Cada um tem sua opinião. Você pode achar que deve haver um recuperador de *corium*. Eu, pessoalmente, trabalhei em um e acho que seria ótimo, mas isso não inviabiliza uma instalação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Volto a falar ao senhor: segurança é uma profissão de humildade, e o fato de nós fazermos melhoria contínua, na segurança, não quer dizer que a segurança atual seja inadequada. Não é razão para isso. Se nós acharmos dessa forma, não conseguiremos evoluir na segurança. É muito ruim essa abordagem.

Então, quanto a esse aspecto, estamos abertos a discutir.

Quando o senhor fala em auditoria – o senhor comentou... Devo dizer que hoje, por exemplo, essas obras estão sofrendo auditoria do TCU de forma permanente. Nós estamos respondendo não a 400, mas a milhares de páginas sobre aspectos de auditoria, sobre essas obras. Agora, se houver algum outro órgão que queira fazer uma auditoria, isso é ótimo para nós, porque fazer auditoria é demonstrar a adequação técnica da instalação.

Agora, existe um problema, sim, e aí eu alerto o senhor: nós estamos numa situação de obra interrompida e estamos fazendo um enorme esforço para preservar a obra. Se não houver uma tomada de decisão de continuação da obra, num prazo razoável, poderemos, aí sim, ter perdas severas, em face da preservação, porque a obra, diferentemente da obra de Angra 2, quando Angra 2 foi interrompida, as obras civis já estavam concluídas. Ou seja, aquela esfera – não é uma semiesfera, é uma esfera – já estava fechada, o que facilita em muito as condições de preservação. Hoje, a esfera está um pouco acima do Equador. Isso dificulta bastante as atividades de preservação. Então, realmente, esse é um aspecto bastante importante, eu gostaria de ressaltar, e seria muito importante que uma auditoria verificasse a adequação e mostrasse a importância de que isso fosse retomado o mais rápido possível, para não se perder todo esse patrimônio que existe lá.

Então, sobre esse ponto da auditoria, nós estamos abertos. É ótimo, excelente que seja feita, seja qual for a instituição que a faça. Seria ótimo.

Um outro aspecto que o senhor tocou é o do seguro. Não existe usina nuclear no mundo que opere sem seguro. Eu fui questionado, num outro evento, por uma pessoa que participou do evento aqui, falando desse senhor alemão, porque esse senhor alemão diz que não se faz seguro para usina nuclear. Eu disse: "Isso absolutamente não é verdade". Não existe usina nuclear que opere sem seguro no mundo. E são 430 usinas em operação. O senhor contou esse caso, e eu até agradeço ao senhor, é uma informação que eu não sabia, esse detalhe da acomodação dos deslocados de Fukushima, que foram beneficiados por esse seguro.

Nós temos um seguro também, e esse seguro não é da cabeça de cada um, não é da cabeça da Eletronuclear, não é da cabeça do operador da TEPCO, que trata de acidente no Japão. É de uma convenção internacional, da qual o Brasil é signatário. Ela é o fundamento disso. Então, sim, as usinas têm sim o seu seguro. E não é só um seguro para recomposição dos bens, mas um seguro de responsabilidade civil.

Eu já me perdi um pouco, já não sei mais se há mais algum ponto relevante.

Foram os três pontos que o senhor ressaltou: a auditoria, o efeito desses problemas e a obsolescência da usina.

O SR. PRESIDENTE (Deca. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Acho que foi respondido muito bem, não é, Senador Cristovam?

Passo a palavra para o Sr. Luciano.

O SR. LUCIANO TEIXEIRA – Bem, eu não queria entrar muito nessa particularidade do caso específico das usinas de Angra, mas a conclusão geral a que eu chego, o sentimento, é a de que ninguém é a favor de abolir a geração de energia elétrica pela nuclear. Isso me deu uma certa satisfação.

Acho que a preocupação dos colegas, aqui, com relação à segurança, é pertinente. E, quanto a isso, eu também estou de acordo. Acho que a busca pela segurança da fonte é permanente, e, como eu coloquei lá, nos eslaides, a tecnologia vai avançando e, hoje, nós temos novas usinas nucleares, de terceira e até – pensa-se nisso – de quarta geração, que tentam justamente mitigar essas desvantagens que a fonte tem, como toda outra fonte de geração de energia elétrica. Acho que a conclusão é essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. RICARDO NICOLL JÚNIOR – Senador Cristovam, eu fiz algumas anotações com relação às suas indagações e, inclusive, de algumas pessoas que estavam assistindo à TV Senado.

A auditoria a que o colega se referiu é uma recomendação da Agência Internacional de Energia Atômica. Isso que o senhor observou lá, em Fukushima, se eu não me engano – estou puxando pela memória –, está no Tecdoc-709, de 1994. Trata-se de uma diretriz da Agência Internacional de Energia Atômica, e, nessa diretriz, ela também prevê um órgão regulatório, e esse órgão deveria ser, insisto nisso, ligado ao Governo – ou ao Executivo, ou ao Legislativo. Na Espanha, por exemplo, esse órgão regulatório está ligado ao Legislativo.

Alguém fez alguma pergunta com relação à área, se houvesse algum tipo de acidente. Eu tenho 34 anos de CNEN, trabalhei na emergência, trabalhei fazendo fiscalização em área de Medicina, Radioterapia, etc. Uma coisa que nos incomodava muito e que foi retirada há pouco tempo eram os quebra-molas, na estrada que ia para Angra. Em caso de acidente, em caso de evacuação, como é que passa um bombeiro, como é que passa uma ambulância? Então, se as pessoas querem fazer um redutor de velocidade, façam de outra maneira. Coloquem lá o "pardal", as câmeras e tudo o mais, mas nunca os quebra-molas – chamados lombadas em alguns lugares do País.

Outro item que eu anotei é que a energia nuclear não é só geração de energia. A energia nuclear tem alguns benefícios na área de Medicina, para diagnóstico e terapia. É importante nós falarmos isso. E na área da indústria também, na preservação de alimentos, em radiação de alimentos, etc. Eu estou me referindo a algumas perguntas que foram feitas pelos telespectadores.

Outro item que eu coloquei aqui, relativo também ao que foi dito agora, dentro da CNEN – é importante que seja ressaltado –, houve muitas discussões na hora de aprovar as usinas de Angra, principalmente a de Angra 2. O Sidney deve se recordar disso. Houve um desconforto muito grande dentro da CNEN. Elas foram aprovadas quase que de uma maneira impositiva, e não era a opinião dos técnicos. Eu estou falando das décadas de 70 e 80. Houve uma imposição. Os técnicos discordavam de algumas coisas.

Agora, em relação à engenharia, que foi mencionada pelo Prof. André Pacheco, eu volto a insistir: eu concordo com tudo que o senhor falou, mas eu tenho a opinião daquilo que eu li, que as licitações foram feitas em cima da 8.666 e sempre se previu o menor custo. E o menor custo, às vezes, não é o melhor para a engenharia. Então, a licitação não precisa ser feita sempre com o menor custo. Ela tem que prezar pela qualidade. Tem que ser levada em consideração, quando for fazer a licitação, a qualidade. Dependendo da obra, ela tem que ser feita com o menor custo, mas prevendo-se a qualidade do material.

Deixem-me ver se eu anotei mais alguma coisa.

Não. É isso. É exatamente isso. São as minhas ponderações finais.

Obrigado.

O SR. SIDNEY LUIZ RABELLO – Sobre o órgão de licenciamento de usinas nucleares independentes, o que se costuma nomear de Agência de Segurança Nuclear, o problema da palavra "agência" é que leva a alguns raciocínios, porque há agência que é promotora. Essa agência de que estamos tratando só cuida da segurança; não vai promover energia nuclear de forma nenhuma, como é hoje a CNEN, que promove a energia nuclear.

É sob esse ponto de vista que deve ser analisada a questão da independência dessa agência de segurança nuclear.

Agora, é necessário que haja alguns recursos que deem garantia mínima, esses recursos em lei. Por exemplo, a comissão deliberativa dessa agência de segurança nuclear tem que ser constituída em lei, já garantindo que os membros tenham independência e procurem a segurança das instalações e a segurança das aplicações da energia nuclear de uma forma geral. Então, isso deve estar pensado na hora de se fazer o projeto.

Essa comissão deliberativa não pode ter atribuições de execução dentro da agência. A minha posição em relação à comissão deliberativa é de que ela deve trabalhar oito horas por dia, todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

membros, não só para ganhar jetom. Essa é uma experiência dos Estados Unidos, de um órgão que funciona razoavelmente bem. E os membros dessa comissão deliberativa não são diretores que vão executar. Apenas o presidente dessa agência faz a ponte, dentro dessa comissão deliberativa, entre a execução e a deliberação. Essa é uma questão que considero importante.

O Congresso deve acompanhar *pari passu*, pelo menos anualmente, uma prestação de contas por parte dessa agência de segurança nuclear, para saber se ela continua nos trilhos, se está seguindo os objetivos para os quais foi criada, no sentido de garantir a segurança das instalações.

Tem que ser um órgão aberto ao público de todas as formas. Toda a documentação gerada por essa agência de segurança nuclear tem que estar na internet. E o mecanismo de audiência pública deve ser também incluído na lei, sendo obrigatório, e não uma opção que pode ser adotada por um órgão aberto, democrático, etc.

Outro detalhe sobre a agência americana – Comissão Reguladora Nuclear, traduzindo –: os Estados Unidos têm um órgão público semelhante à Controladoria-Geral da União que tem, dentro de cada órgão público, alguns membros para acompanhar se os objetivos daquele órgão estão sendo atingidos, para não haver problemas de corporativismo, todos os problemas decorrentes da má gestão pública, principalmente se estiver trabalhando em prol da segurança das instalações. Essa é uma questão mais complicada, mas que eu vejo como uma ideia para tentarmos construir algo.

Tem que constar da lei de constituição dessa agência todos os princípios de segurança que devem nortear o seu trabalho. São princípios genéricos, mas muito importantes.

A Agência Internacional de Energia Atômica tem uma receita de como montar uma agência de segurança nuclear independente e de tudo o que deve estar contido nessa lei.

Eu tenho opinião pessoal de que esse deve ser um órgão da Presidência da República, porque o Ministério de Minas e Energia, por exemplo, que tem as usinas nucleares, deve ter uma autoridade acima dele, que não deve estar no nível de ministério, para se impor. Por exemplo: hoje, a CNEN, que é um órgão promotor e fiscalizador, faz parte do Sipron (Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro). Então, ela divide a responsabilidade com todas as empresas que trabalham na área nuclear, que são todas do Estado. Como fica a independência nesse caso? Creio que ela não pode participar do Sipron.

Com relação ao seguro contra danos que pode uma usina causar ao público, eu tenho pouco conhecimento, mas indicaria que os Senadores verificassem como é feito isso. A informação que eu tenho está nas normas da CNEN, de que o seguro tem uma quantia fixa que vai ser rateada entre as pessoas que sofreram prejuízo de vida em um acidente nuclear. Podem sobrar R$10 para cada um. É um problema. Não vão poder construir a casa para a pessoa que tiver que sair, etc. Rateio, creio que não é o caminho.

Por outro lado, se a opção for geração elétrica através de energia nuclear, deve haver um mecanismo para que a população não sofra da forma como está sofrendo a população de Fukushima. As pessoas devem ser retiradas do campo de atingimento do acidente com as mesmas condições e atenções, por terem saído do seu local de trabalho, do ganha-pão, do lugar onde tinha amigos. Então, que tenham uma atenção especial, o que seguramente esse rateio não deverá cobrir. Talvez haja outra interpretação do que eu cheguei a ler.

Com relação aos acidentes severos que foram mencionados, como o acidente de fusão do núcleo do reator ou o acidente de fusão do combustível nuclear decorrente de falhas múltiplas, tudo isso está regulamentado na documentação americana, a primeira que desenvolveu isso e é base de projeto de todas as usinas novas nos Estados Unidos. Então, hoje, o acidente de fusão nuclear tem que ser levado em conta no projeto claramente, se é provado que, havendo uma fusão nuclear, uma fusão do núcleo do reator, haverá todos os recursos para isso não vazar para o meio ambiente e prejudicar as pessoas. Isso tem que ser provado. E Angra 3 não prova isso.

As normas americanas foram traduzidas para normas da Agência Internacional de Energia Atômica. No início dos anos 2000, já havia as normas internacionais da Agência Internacional de Energia Atômica e nós teríamos que seguir essas normas. E Angra 3 não prova que nós seguimos isso. Eles até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

se negam a prová-las. Estou falando apenas do projeto de segurança nuclear. Não estou falando do projeto disso ou daquilo. É o projeto conceitual da usina como um todo, em que temos que pensar em todos os acidentes que podem ocorrer e, para cada acidente, mostrar que a usina impede que ele ocorra. E, uma vez ocorrido, que ele fique contido dentro do edifício do reator. Então Angra 3 deve provar o que acontece quando há a fusão do núcleo. Tem que ser provado que não vai atingir o público nem o meio ambiente, que vai ficar contido no edifício do reator. Isso não está provado.

Dizem que outros países não têm o projeto com o tanque coletor de combustível fundido. Se os outros países querem correr risco, nós não queremos. Já sabemos que isso vai acontecer. Temos que nos atualizar, usar as normas da Agência Internacional de Energia Atômica para seguir, para dar segurança para o nosso povo, para o nosso meio ambiente. Um lugar tão lindo como Angra não pode correr risco desse tipo.

Então, Srs. Senadores, no momento em que olharem o projeto de uma usina nuclear, perguntem: cadê o tanque coletor do combustível fundido? Cadê o reservatório de água para refrigerar esse tanque? Essas duas coisas têm que estar dentro do edifício do reator, dentro da contenção do reator.

Imaginem só, a Areva é a projetista de Angra 3. A Areva vende para o mundo todo um reator seguro, com tanque coletor e reservatório de água para refrigerar esse tanque coletor. Agora, para o Brasil, não! Por quê? Isso deve ser perguntado. Deve-se investigar por que isso está acontecendo. Por que colocam projetos da década de 70? A característica de projetos da década de 70 e da atual é a usina estar protegida contra a fusão do núcleo do reator, isto é, leva-se em conta que vai fundir o núcleo do reator e que isso vai ficar preso dentro do edifício do reator. Não vai prejudicar ninguém, como em Fukushima, não vai prejudicar ninguém, como em Chernobyl, não vamos correr os riscos que correram os americanos em 1979, em Three Mile Island.

Então, estou falando apenas do projeto de segurança nuclear e acrescentando este acidente: a fusão do núcleo do reator. Apenas isso. Quanto às demais coisas não nos cabe tratar aqui.

Era só isso.

O SR. ANDRÉ PACHECO ASSIS – Eu vou, então, tentar responder as perguntas no âmbito da engenharia civil mais convencional, não da engenharia civil nuclear.

O primeiro ponto que eu acho que vale a pena a gente discutir um pouco é sobre a corrupção que nós vimos em tantos tipos de obras, não apenas na Eletronuclear, mas nas refinarias, nas barragens, na infraestrutura de estradas, etc. Eu não tenho como dizer que não houve prejuízo da qualidade técnica. Portanto, a obra pode sofrer uma ruptura e isso levar a uma consequência que afeta a segurança de pessoas. Não há como separar as coisas. Dentro da experiência que eu tive de investigar alguns acidentes que aconteceram, claramente ficou provado que houve prejuízo de qualidade material ou de procedimentos construtivos relevantes que levaram àquele acidente.

Portanto, o conluio entre a corrupção, a contratação, a alteração de projeto – essa coisa fraca que nós falamos desde o início, quando o projeto não é benfeito na licitação –, dá margem a todo tipo rearranjos ao longo da construção da obra. Tudo isso, então, capitalizado por um projeto de corrupção entre as partes, certamente afeta a segurança dos usuários.

Muitas vezes, pela qualidade do asfalto, abre-se um buraco, que pode ter apenas um custo de manutenção, mas pode causar um acidente rodoviário. Isso não parece ser tão grave quanto o caso de vocês, mas é uma consequência importante. Portanto, temos que ter essa ideia.

Outro aspecto do seguro: a engenharia com gestão de risco como elemento principal de tomada de decisão, ou seja, calcular o risco da obra. Ele passa a ser agora um elemento importante. A obra não é aquela obra que você olha só pela sua segurança estrutural, ela passa a ser julgada agora também pelo risco da presença dela no meio social e ambiental. Esse risco, da forma como é calculado – se ele for calculado por uma metodologia quantitativa, de monetização do risco, ou seja, dando valor a ele –, é o melhor indicador de quanto vale o seguro dessa obra. Porque eu já cálculo se há probabilidade de ruptura, já cálculo a quantidade de consequência que a obra vai gerar e, portanto, isso é um indicador de caução ou de seguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Na engenharia civil convencional poucas obras têm seguro, apenas grandes obras, como barragens, construção de túneis urbanos, etc. Isso tem seguro. Por esta Casa mesmo passa um projeto que está neste momento discutindo se a caução será obrigatória para grandes obras civis. Como houve a lei de segurança de barragens, nos anos de 2010, agora se discute se deve ser ou não obrigatória a caução de grandes obras civis. Na minha visão, a gestão de risco é obrigatória para uma engenharia mais moderna e, consequentemente, o seguro deveria ser obrigatório para as grandes obras civis.

Gostaria de voltar aqui ao que o Ricardo falou. A 8.666 não é uma lei de licitação, porque obriga a contratar pelo menor preço. No entanto, tem lá a sua salvaguarda de qualidade. Mas as pessoas, por não se conduzir os processos licitatórios de forma correta, ficam com tanto medo dos órgãos de controle da sociedade e do que vai acontecer depois que quase se obrigam a contratar pelo menor preço, para depois não ficarem na mão dos controles do TCU, do Ministério Público. etc.

Então, acabou que foi um viés ao contrário. Foi feita uma lei que, em princípio, pode até ser boa – ela tem defeitos –, mas, da forma como ela é usada, é muito ruim. Ela é muito ruim e causadora de muitos problemas que temos.

Quando eu calculo o risco de uma obra civil, eu posso, então, reinterpretar a 8.666. Qual é a melhor obra? É aquela em que a soma do custo de construção mais o risco calculado passa a ser o custo de decisão de qual é a alternativa que deve ganhar.

Então, se a pessoa apresenta uma proposta mais cara, mas que tem, por ser mais cara, melhor qualidade e menor risco, ele pode ganhar a obra que foi apresentada num curso rasteiro de construção. Portanto, uma porcaria. Só que, se eu for calcular o risco dela, aparece claramente que aquela obra não deveria ser contratada nunca daquela forma. Então, há formas de evoluirmos nesse uso da lei.

Uma coisa para a qual eu queria também chamar a atenção é que os nossos órgãos de controle gostam de atuar na obra já em construção. Isso é um erro total, porque uma obra em construção, se ela for parada, como já foi dito aqui na Mesa, é uma obra muito cara. Manter uma obra em construção parada é caríssimo e perde toda a qualidade construtiva que eu tenho. Para recuperar isso depois, eu não vou conseguir de forma razoável, exceto por um custo absurdo. Então, essa obra vai ficar três, quatro, cinco vezes mais cara.

Então, os órgãos de controle têm que atuar na licitação. A licitação está bem feita? Está bem estudada? O projeto é são? Ele foi feito por engenharia decente ou eu tirei ele da gaveta, com duas semanas, só porque tem que atender um prazo político ou qualquer outro interesse que não é o real da engenharia?

Nós temos que voltar a valorizar os procedimentos de engenharia, dos quais fomos tão orgulhosos nas décadas de 60 e 70, pois, aí sim, a engenharia brasileira se tornou famosa. Não sou saudosista, mas acho que nós temos que voltar a aprender a fazer engenharia.

O SR. PRESIDENTE (Deca. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Encerrando as respostas, passo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É apenas para dizer, Presidente, que estou satisfeito e que esta audiência pode dar um bom texto, um bom relatório, quando nós fizermos as transcrições das diversas falas. Obviamente, tendo aqueles cuidados para evitar repetições, que cada um da gente sempre usa oralmente, nós podemos ter um bom elemento, tanto para mostrar que há cuidados, como também para mostrar que há riscos. E é isso que precisamos esclarecer à opinião pública, mas, sobretudo, saber que, em um caso desse, qualquer risco é grave, até mesmo, para a minha surpresa, quebra-molas na estrada...

O SR. RICARDO NICOLL JÚNIOR – Foram retirados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ah, foram retirados. Ou seja, nós temos desde problema de vazamento de resíduos nucleares, com radiação, até mesmo quebra-molas.

O SR. RICARDO NICOLL JÚNIOR – Eram em torno de 23.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eram 23.

Então, eu acho que é uma boa audiência, Senador, que pode servir de alerta para que continuemos este debate. Não podemos prescindir de uma fonte de energia em algum momento, no futuro, capaz de produzir sem o que gera o combustível fóssil, por exemplo, mas, ao mesmo tempo, não podemos correr riscos que podem levar a tragédias, como já vimos, embora se possa dizer nem tantas, mas, ao mesmo tempo, tão grandes.

Das 430 usinas, foram poucas que deram problemas, mas os problemas foram de uma dimensão, de uma tragédia monumental.

Agradeço muitos a todos que vieram.

Este tema merece continuar em debate.

O SR. PRESIDENTE (Deca. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Quero aproveitar o momento para deixar registrada a minha solidariedade aos familiares do time Chapecoense pela tragédia que aconteceu esta manhã, na Colômbia. Que Deus possa confortar os seus familiares, neste momento tão difícil!

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Agradeço a participação de todos que vieram debater esse tema tão importante para a sociedade brasileira. Apesar de não ter acompanhado desde o início, vejo que foi muito proveitoso o debate. Certamente teremos outros para que possamos chegar a uma matéria realmente muito boa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a audiência.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 8 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 37ª **REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 de Dezembro de 2016, Terça-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3.**

Às oito horas e quarenta e sete minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Lasier Martins, Hélio José, João Alberto Souza, Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Pastor Valadares, Valdir Raupp, Edison Lobão, Deca, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Amorim e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, Ivo Cassol, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta, que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Avaliação de Política Pública. **Finalidade:** Apresentação do Relatório com conclusões da avaliação da política pública "Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, particularmente o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)", para deliberação da Comissão em cumprimento ao art. 96-B, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José e Cristovam Buarque. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, com sugestões com o propósito de aprimorar o funcionamento dos fundos avaliados. Passa-se a outra parte da reunião. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 696, de 2015,** de caráter não terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação, com as Emendas que apresenta. **Resultado:** Após a leitura do relatório, usam da palavra para discutir os Senadores Cristovam Buarque e Valdir Raupp. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto com as emendas nºs 1 a 3-CCT. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012,** de caráter terminativo, que: "Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02 - CDR/CE/CCJ. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, de 2012,** de caráter terminativo, que: "Inclui o parágrafo único no art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, e dá outras providências, para permitir aos usuários dos serviços de telefonia a plena fruição do princípio da liberdade de escolha de sua prestadora." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, de 2014,** de caráter terminativo, que: "Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público." **Autoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014,** de caráter terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do PLS 175, de 2014 e da Emenda nº 1-CAS. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 182, de 2001,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL PAUTILA JORDÃO - FUSASO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Sen. Deca (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório que passa a constituir o Parecer da CCT, pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2011,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apuí, Estado do Amazonas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado federal, no intuito de aguardar informações a serem solicitadas à Polícia Civil do Estado do Amazonas e à 7º Vara Criminal da Capital, da Justiça Estadual do Estado do Amazonas; e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Justiça. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 119, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MÃOS UNIDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Deca (*Ad hoc*), substituiu Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório que passa a constituir o Parecer da CCT, pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 9 - OFICIO "S" Nº 37, de 2014,** de caráter não terminativo, que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 19/2014, de que trata o PDC nº 2.721/2002, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO ANHANGUERA S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Goiânia, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Deca (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **ITEM 10 - OFICIO "S" Nº 41, de 2015,** de caráter não terminativo, que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2015, de que trata o PDC n° 304/2003, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Sociedade Rádio Difusora Eldorado Catarinense Ltda., no Município de Criciúma - SC. " **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Deca (*Ad hoc*), substituiu Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 41 de 2016,** de caráter não terminativo, que requer: "..., com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam convidados para participar de audiência pública, a ser realizada no âmbito das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), os seguintes especialistas, para discutir a inclusão de crianças e adolescentes, em idade escolar, no acesso à internet, notadamente a partir da popularização dos chamados smartphones: Maximiliano Martinhão, Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Rossieli Soares da Silva, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; Igor Vilas Boas de Freitas, Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Maria Eugênia Sozio, Coordenadora da Pesquisa TIC Kids Online 2016, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (GCI); Eduardo Levy, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL); e Bia Barbosa, Membro da Coordenação Executiva do Inter vozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social." **Autoria:** Senador Telmário Mota e outros. **Resultado:** O requerimento é aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 46 de 2016,** de caráter não terminativo, que: "Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater medidas para o aprimoramento da atuação da Agência Nacional de Telecomunicações e o fortale-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cimento de sua estrutura, bem como sobre o Ofício "S" nº 81, de 2015 que trata do Relatório de atividades da Ouvidoria da referida agência em 2015, nos termos dos requerimentos nºs 64 e 66, de 2016, aprovados naquela Comissão." **Autoria:** Senador Lasier Martins e outros. **Resultado:** O requerimento é aprovado. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 249, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA DO JARDIM VITÓRIA E ADJACÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 262, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FAFIT DE RÁDIO E TV EDUCATIVA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itararé, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à LTP COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 132, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Missal, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio CORREIO DO VALE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 137, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DIVULGAÇÃO DA CULTURA DE CAMPINA DO SIMÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina do Simão, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 141, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA PATENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 218, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TV PAJUÇARA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maceió, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 265, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DIFUSORA COMUNITÁRIA DO CATETE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 291, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO DE APOIO SOCIAL AMIGOS DA SOLIDARIEDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 359, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

DE NOVA BELÉM – ADNOBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Belém, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 331, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO JOVEM FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaú do Tocantins, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PAIS, ALUNOS E MESTRES DE SANTA LUZIA – TOUROS/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 245, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PINHAL GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal Grande, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 247, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA HULHA NEGRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Hulha Negra, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 28 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 250, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RESGATE DA MISERICÓRIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 29 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 366, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA INDEPENDÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 30 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2014,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASIL DE RADIODIFUSÃO LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marilândia, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 31 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA VENDA NOVA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibatiba, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 32 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 344, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE DOIS LAJEADOS - ACODL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Lajeados, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 33 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 313, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DO PARAÍSO DAS ÁGUAS – ASCOPA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

34 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 356, de 2015, de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DE TOCANTÍNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tocantínia, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 35 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 29, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM DO VALE DO PIRACICABA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Zeze Perrella. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 36 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 273, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA RESGATE VIDA DE HOLAMBRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Holambra, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 37 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 144, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS CARENTES DE DOM BOSCO - AACDB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Bosco, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 38 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 147, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO AGRESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Traipu, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 39 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 371, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE FEIRA DA MATA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira da Mata, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 40 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 115, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE MS INTEGRAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Deca. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 41 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, de 2016,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PIÇARRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piçarra, Estado do Pará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 42 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 939, de 2003,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à RANSSOLIM & AGUSTINI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bituruna, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 43 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 165, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio AGULHAS NEGRAS DE RESENDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 44 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 266, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E EDUCACIONAL AMOR AO PRÓXIMO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 45 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 268, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO LÍDER DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 46 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 33, de 2016,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TAMENGO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 47 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 35, de 2016,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga concessão à MATRIX RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 48 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 361, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRATA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária **da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lasier Martins

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores, assessores, telespectadores da TV Senado.

Declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 06 de dezembro de 2016.

Antes de partirmos para o tema central desta nossa reunião de hoje, um sucinto comunicado da Presidência.

Esta Presidência recebeu o Aviso nº 1057-GP/TCU, no qual o Exmo Sr. Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, Ministro Raimundo Carreiro, encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 2.904/2016, proferido pelo Plenário do TCU, nos autos do processo nº TC 034.896/2015-5.

O processo trata de auditoria operacional realizada com objetivo de avaliar a atuação do órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp) e da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (Inda) na condução política de abertura de dados da Administração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pública Federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal.

O documento encontra-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores na Secretaria da CCT.

Vamos, então, à razão central da nossa reunião de hoje.

A nossa reunião será dividida em duas partes, sendo que, na primeira, haverá a apresentação do relatório resultado da avaliação da política pública "Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, particularmente o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)", para deliberação da Comissão, em cumprimento ao art. 96-B, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Na CCT, por meio do Requerimento nº 11 de 2016, este Plenário aprovou a indicação do referido tema como a política alvo de avaliação para o presente ano de 2016.

Como sou o Relator da matéria, tenho a hora de passar a Presidência dos trabalhos ao nosso eminente Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Senador Lasier Martins, agradeço a deferência pela transferência momentânea desta Presidência, para permitir que V. Exª possa fazer a leitura do relatório que promove a avaliação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e também do FUNTTEL.

Quero cumprimentar também o Senador Valdir Raupp e os senhores assessores.

Já de imediato, concedo a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente Fernando Bezerra Coelho.

Eu quero dizer que com muita satisfação nós concluímos esse trabalho exaustivo que se constitui, na minha modesta opinião, num dos trabalhos mais importantes de todo este ano, aqui na CCT. Nós, bem lá no início, propusemos – e houve o acolhimento da proposta – que precisávamos saber qual a destinação dos fundos que são recolhidos numa importância considerável, na base de R$4 bilhões a R$5 bilhões, porque esses fundos não vão para sua destinação; apenas uma pequena parcela. Então, esse trabalho deverá servir de orientação para as próximas gestões aqui da Comissão, e deverá também servir de alerta – por que não? – para as autoridades públicas da União, em particular o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Então, vamos a esse relatório. Eu fiquei aqui com o resumo. Vou dar alguns saltos no andamento da leitura, mas essencialmente nós queremos que todos tomem conhecimento para se possível alcançar a aprovação, e depois distribuiremos este relatório a um cem número de pessoas, não só do Governo, mas nas universidades, comunidade científica... Enfim, há muitos pedidos de cópia deste relatório de avaliação da política pública a respeito da pesquisa tecnológica e científica e sua relação com os fundos setoriais.

Está disponível na íntegra, na página desta Comissão, na internet, o relatório que estou apresentando. São quase duzentas páginas, o que não vai ser lido aqui, porque aqui será um resumo.

O que passo a apresentar, agora, é um resumo desse trabalho, que expressa o esforço e a dedicação dos Senadores, das autoridades e dos pesquisadores que aqui estiveram, nas várias audiências públicas que realizamos, da assessoria da Comissão e dos Consultores Legislativos, aos quais agradeço pela qualidade e seriedade.

Entre as competências exclusivas do Congresso Nacional, estabelecidas na Constituição de 1988, está a de fiscalizar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. É também a Carta Magna que confere às Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a competência de apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento, e sobre eles emitir parecer.

No Senado Federal, as atividades de avaliação de políticas públicas como um dos maiores instrumentos empregados no exercício da fiscalização dos atos do Poder Executivo são reguladas pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Resolução nº 44, de setembro de 2013.

Neste ano de 2016, a política pública escolhida, a partir da proposta encabeçada pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro, para ser avaliada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, foram os Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, particularmente o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL).

Para orientar os trabalhos dessa avaliação, em 12 de abril do corrente ano foi aprovado, pela CCT, Plano de Trabalho, que apresentei, contendo a descrição das atividades a serem realizadas. Em linhas gerais, o referido plano estabelecia a realização de uma série de audiências públicas destinadas a ouvir os principais atores envolvidos com os fundos a serem avaliados, além da elaboração de requerimentos de informações, com o fim de obter, em detalhes, dados financeiros, documentos e normativos relacionados à sua gestão.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) é um fundo de natureza contábil, criado pelo Decreto-lei nº 719, de 31 e julho de 1969, com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Há 16 Fundos Setoriais vinculados ao FNDCT. Desses, 14 destinam-se a setores específicos, tais como energia, saúde, petróleo, informática, aeronáutico e agronegócio, e dois são de natureza transversal, podendo apoiar projetos de qualquer setor da economia: Fundo Verde-Amarelo, voltado à interação universidade-empresa e Fundo de Infraestrutura, destinado ao apoio e melhoria da infraestrutura das ICTs.

As receitas dos Fundos são oriundas de contribuições incidentes sobre o resultado da exploração de recursos naturais pertencentes à União, parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados de certos setores e de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre os valores que remuneram o uso ou aquisição de conhecimentos tecnológicos ou transferência de tecnologia do exterior.

O FUNTTEL.

O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), fundo de natureza contábil, criado para ampliar a competitividade da indústria de telecomunicações, foi legalmente previsto em 1997, pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, sendo efetivamente instituído pela Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000. Coube ao Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, dispor sobre a regulamentação do FUNTTEL.

De acordo com a legislação vigente, os recursos do FUNTTEL são aplicados exclusivamente no interesse do setor de telecomunicações com os objetivos de estimular o processo de inovação tecnológica; incentivar a capacitação de recursos humanos; fomentar a geração de empregos; e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

Parte dos recursos do FUNTTEL são destinados, obrigatoriamente, à Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD). O CPqD tem origem no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da antiga Telebras, que foi transformado numa fundação de direito privado durante o processo de privatização do sistema de telecomunicações, e participou, entre outros processos, do desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Televisão Digital.

Originalmente, a Lei nº 10.052, de 2000, estabeleceu um percentual de repasse de 20% dos recursos do FUNTTEL à CPqD. Entretanto, essa própria lei permitiu que o Conselho Gestor do Fundo alterasse esse percentual. Atualmente, a Resolução nº 81, de 2011, do Conselho Gestor do FUNTTEL estabelece repasse de 15% dos recursos ao CPqD.

Para a consecução dos seus objetivos, o FUNTTEL conta com diversas fontes de receitas, sendo que a principal delas é a contribuição de 0,5% sobre a receita das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações dos regimes públicos e privados.

Então, a partir daqui, Srs. Senadores, começamos a perceber de onde vêm os recursos do, neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

caso aqui, FUNTTEL.

Audiências Públicas.

Na primeira audiência pública, realizada em 26 de abril deste ano, a CCT recebeu a Srª Fernanda De Negri, Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e o Sr. Alexandre Giovanini Fuscaldi, titular da Primeira Diretoria da Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico, do Tribunal de Contas da União.

Nessa audiência, foram apresentadas avaliações previamente realizadas pelo TCU e pelo Ipea sobre o FNDCT e o FUNTTEL. Foram destacados alguns problemas como a substituição de fontes, a dispersão de recursos e o baixo investimento do setor privado em atividades de P&D. Foi enfatizado o fato de políticas públicas da área não estarem sendo capazes de estimular o setor privado a elevar significativamente os seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento, um dos principais objetivos para a criação dos fundos.

A segunda audiência pública foi realizada em 14 de junho de 2016 e contou com a participação do Ex_{mo} Sr. Major Brigadeiro Engenheiro Fernando César Pereira Santos, Vice-Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA); do Sr. Jorge Almeida Guimarães, Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii); do Sr. Sebastião Sahão Júnior, Presidente do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD); e do Sr. Fernando Tobias Silveira, Vice-Diretor do Instituto Evandro Chagas (IEC).

Essas instituições apresentaram o volume de recursos recebidos de ambos os fundos, destacando a relevância deles para a melhoria da infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Por outro lado, demonstraram que o volume de investimentos tem sido reduzido drasticamente nos últimos 10 anos.

Essa era uma das finalidades, Srs. Senadores, da nossa proposta de avaliação dessa política pública. E há muitos anos, Senador Fernando Bezerra, Senador Pedro Chaves, Senador Valdir Raupp, tem havido uma desconsideração muito grande com a pesquisa tecnológica e científica no Brasil, e a gente sabe – isso foi dito aqui várias vezes – que quem não pesquisa não tem futuro. Nós vivemos da compra de tecnologias dos outros, do exterior, porque temos investido muito pouco e, com isso, não há inovações, não surgem novas soluções, novos mercados, novos empregos, novas rendas. E aqui está uma das demonstrações daquilo que nós já supúnhamos ou desconfiávamos: nos últimos 10 anos tem havido uma drástica redução dos investimentos em pesquisa.

Então, seguimos com o nosso relatório.

Em 23 de agosto, ocorreu a terceira audiência pública, à qual compareceram o Sr. Paulo Mol Júnior, Superintendente do Instituo Euvaldo Lodgi; o Sr, Luiz Augusto de Souza Ferreira, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); o Sr. Raimar van den Bylaardt, Diretor da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Empresas Inovadoras (Anpei); e o Sr. Roberto Nicolsky, Diretor Presidente do Pró-inovação da Indústria Brasileira (Protec).

Nessa oportunidade, foram destacadas a ausência de estratégia na alocação de recursos dos fundos setoriais e a fragilidade de sua governança.

Estamos já fazendo aqui o rol dos defeitos dessa política.

Também nessa audiência, foi repisada a questão da divergência entre a arrecadação e a aplicação dos recursos do FNDCT, confirmando diagnóstico inicial que motivou a análise dessa política pública.

Eminente Senador Edison Lobão, foi ainda confirmada a informação de que os recursos do FNDCT, que deveriam ser adicionais aos do MCTIC, estavam, de fato, substituindo recursos que não eram mais repassados ao ministério.

Em 8 de novembro, foi realizada a quarta audiência pública, que contou com a participação do Sr. José Eduardo Krieger, Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo (USP); do Sr. Rui Vicente Oppermann, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); do Sr. Antônio Fernando de Souza Queiroz, Professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

do Sr. Rômulo Simões Angélica, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Todos os palestrantes ressaltaram a relevância dos recursos dos fundos, especialmente do FNDCT, para a viabilização das pesquisas em suas instituições, seja na melhoria e na ampliação dos laboratórios, seja na formação de recursos humanos.

A quinta audiência pública, realizada aqui em 22 de novembro de 2016, teve a presença do Sr. Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (Seped) do MCTIC; do Sr. Mário Neto Borges, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); do Sr. Marcos Cintra Cavalcante, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); e do Sr. Carlos Américo Pacheco, Presidente do Conselho Técnico-Administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Vejam os senhores que conseguimos trazer aqui as maiores autoridades do setor de pesquisa e de tecnologia do Brasil, vindos de várias capitais brasileiras para trazerem aqui seus depoimentos, a contribuição do conhecimento, para podermos fazer esta avaliação que agora estamos fazendo e repassando a todos os brasileiros.

Os dados apresentados nessa audiência demonstram que, especialmente a partir de 2013, houve uma expressiva degradação da situação do FNDCT, com a substancial queda do orçamento disponível, tanto em valores absolutos quanto em valores percentuais da arrecadação.

Foi novamente ressaltada a questão do relativo sucesso do Brasil na produção científica, em grande contraste com o limitado desempenho na criação de inovações, quando o número dessas é inferido por intermédio do número de patentes.

Sobre a governança do FNDCT, foi destacada a quantidade demasiada de participantes nos seus órgãos colegiados de direção e gestão – mais de 150 representantes –, o que limitaria a agilidade dos processos decisórios. Aqui está mais um defeito: a burocracia.

Destacou-se a inclusão de diversas ações estranhas à finalidade do FNDCT, comprometendo seus recursos, como bolsas de produtividade, programa Ciência Sem Fronteiras, apoio a organizações sociais, entre outros, e, além disso, o uso excessivo dos Restos a Pagar, que comprometem significativamente a possibilidade de novos apoios.

Foi confirmada a fragilidade das avaliações dos resultados e dos impactos dos investimentos do FNDCT.

Apontou-se ainda que haveria atualmente um saldo contábil de mais de R$8 bilhões no FNDCT, sem possibilidade de aplicação.

Conforme plano de trabalho aprovado, deveria ter ocorrido ainda mais uma audiência pública, para a qual foram convidados o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Ministério da Fazenda. O primeiro, do Planejamento, respondeu que: "infelizmente, devido a problemas de agenda, não poderemos participar do evento". O Ministério da Fazenda não apresentou resposta escrita, mas manifestou verbalmente, nos diversos contatos realizados pela Secretaria da CCT, a dificuldade de um representante do Ministério atender o convite.

Vejam que coisa lamentável. Os dois principais órgãos do Governo que deveriam vir aqui explicar por que não tínhamos o aproveitamento dos fundos e para onde iam, essas duas autoridades alegaram coisas mais importantes e não vieram aqui responder as nossas perguntas. Isso, me parece, materializa perfeitamente o desprezo que os últimos governos têm pela pesquisa técnico científica.

Requerimento de informação.

Como forma de obter informações detalhadas sobre a gestão e os resultados do FNDCT e do FUNTTEL, foram elaborados os seguintes requerimentos de informações, todos eles respondidos:

a) Requerimento nº 650, de 2016, dirigido ao MCTIC, requisitando informações sobre o FUNTTEL;

b) Requerimento nº 697, de 2016, dirigido ao TCU, requisitando informações sobre avaliações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

realizadas sobre o FNDCT e o FUNTTEL;

c) Requerimento nº 698, de 2016, dirigido ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, requisitando informações sobre estudos do IPEA sobre o FNDCT e o FUNTTEL; e

d) Requerimento nº 699, de 2016, dirigido ao MCTIC, requisitando informações sobre o FNDCT e sobre os Fundos Setoriais vinculados.

Isso está a demonstrar... Não vieram esses convidados, mas mandaram resumidamente algumas respostas que não nos satisfizeram por completo.

Análise.

Observamos em todo o processo de debates e apresentações que a ciência e a pesquisa tecnológica são marginalizadas no Brasil. Faço questão de ler de novo, Srs. Senadores, essa conclusão da nossa Comissão, porque ela expressa a realidade: em todo o processo de debates e apresentações que fizemos aqui ao longo do ano, desde abril até hoje, constatamos que a ciência e a pesquisa tecnológica são marginalizadas no Brasil. São tratadas sempre de forma secundária. Esquece-se de que sem ciência e tecnologia o Brasil não terá futuro, ou pior, nosso futuro será dependente ou subdesenvolvido e pobre.

Vimos recorrentemente, nas diversas audiências públicas, que o Brasil investe pouco em pesquisa e desenvolvimento. Os dados trazidos pelos palestrantes apontam que o Brasil investe aproximadamente 1,4% do seu PIB nessas atividades, contra valores que alcançam 4,3% da Coreia do Sul, e que, em todas as outras grandes potências industriais, variam entre 2% e 3,5%.

Foi ainda demonstrado que a grande diferença reside nos investimentos provenientes do setor privado. Enquanto que, no Brasil, as empresas investem apenas cerca de 0,6% do PIB, nos EUA esse valor chega a 1,8%; na Zona do Euro e na China, a mais de 1,3%.

Além de o orçamento de ciência e Tecnologia ser muito pequeno, um entrave significativo sempre foi a volatilidade e a instabilidade dos orçamentos. No governo do Presidente Fernando Henrique, o Ministério da Ciência e Tecnologia iniciou a organização dos fundos setoriais como meio de ter um orçamento estável a partir de fontes estáveis e crescentes.

Além disso, a criação dos fundos setoriais também teve a intenção de apoiar setores específicos, considerados de importância estratégica para o País, e de estimular e envolver esses setores na formulação e na execução da política brasileira de ciência, tecnologia e inovação.

As fontes dos recursos que irrigam determinado fundo setorial são provenientes do mesmo setor a que eles se destinam prioritariamente. Como objetivo de promover o P&D e a inovação nas empresas, foram colocadas à disposição do FNDCT e de seus fundos setoriais instrumentos, tais como: a concessão de crédito com taxas de juros reduzidas; investimento no capital de empresas inovadoras; e a subvenção econômica direta a projetos de desenvolvimento tecnológico realizados por empresas.

Além disso foi criado um fundo com o objetivo específico de apoiar a interação universidade-empresa, o Fundo Verde e Amarelo. Entre 2001 e 2013, o orçamento da área cresceu sistematicamente com o aumento paulatino de recursos do FNDCT. Segundo a Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Drª Helena Nader, esse foi um dos fatores que garantiram o crescimento vigoroso da pesquisa científica naquele período (2001 a 2013).

A partir de 2013 a tendência se reverteu, e o FNDCT passou a ter um orçamento decrescente, muito embora a receita continuasse crescendo até 2015. A mudança na legislação sobre a distribuição dos *royalties* do petróleo retirou a importância do Fundo Setorial do Petróleo. Essa situação se agravou com a utilização dos recursos do fundo com ações de caráter não administrável, especialmente o programa Ciência sem Fronteiras e a manutenção das organizações sociais vinculadas ao MCTIC.

Em 2015 o Ciência sem Fronteiras e as organizações sociais responderam por 45,2% do total de pagamentos efetivados, sendo 40,8% alocados na ação Ciência sem Fronteiras, e 4,4% transferidos para as organizações sociais do MCTIC.

Verificou-se nas auditorias realizadas pelo TCU que, no caso do Ciência sem Fronteiras, sua inclu-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

são no orçamento do FNDCT não ocorreu por afinidade temática ou legal, pois, apesar de ter sido instituído em 2001, somente passou a contar com recursos do fundo a partir de 2013, destacando-se que, em 2011 e 2012, todos os recursos para o mencionado programa vieram dos orçamentos do CNPq e da Capes, mas que, a partir de 2013, cerca de 14% das dotações orçamentárias destinadas ao Ciência sem Fronteiras vieram do FNDCT, ao passo que, no exercício de 2014, esse percentual subiu para 32%.

Em muitas das apresentações realizadas aqui durante as audiências públicas, foi destacado o crescimento de ações de natureza transversal, que teriam uma característica da originalmente prevista para os fundos setoriais. A documentação analisada confirma esse quadro de enfraquecimento dos vínculos setoriais e da massiva desvinculação de recursos.

A utilização de recursos do FNDCT para ações transversais é um dos principais mecanismos pelos quais tem ocorrido a desvinculação de recursos das ações setoriais, comumente chamadas de ações verticais.

Desde o ano de 2011, o aumento de recursos empenhado em ações transversais tem superado o referente às ações verticais, propósito fundamental dos Fundos Setoriais.

A exposição de motivos do projeto de lei que se converteu na atual Lei nº 11.540, de 2007, aponta que as ações transversais deveriam, ainda que indiretamente, guardar inegável relação com os objetivos setoriais de cada fundo. Assim, por exemplo, seriam financiadas com essas ações transversais pesquisas nas ciências exatas básicas, que têm inegável relação com a área das engenharias, dominante em boa parte dos Fundos Setoriais. Com relação às ciências sociais e ambientais, a justificativa aponta claramente que seriam financiadas pesquisas na interface entre essas ciências e a atuação dos setores econômicos de origem dos fundos. Contudo, na prática, as ações transversais têm sido utilizadas de forma muito mais "aberta", às vezes de modo absolutamente desconectado com os setores econômicos de onde os recursos são arrecadados.

Vamos ver a gestão do FNDCT, que, como se sabe, é o maior fundo setorial do País.

O sistema de gestão do FNDCT é notadamente complexo, sendo composto pelo Conselho Diretor do fundo, pelo Comitê de Coordenação Executiva, pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, por 14 Comitês Gestores de Fundos Setoriais e por 2 Comitês Gestores de Fundos não Setoriais. Como destacado durante as audiências públicas, são mais de 150 gestores. Além disso, a Finep atua como secretaria executiva do fundo.

Como foi destacado em algumas das audiências públicas realizadas, apesar de toda essa complexidade, a governança dos recursos do FNDCT ainda é notadamente frágil.

FUNTTEL.

O FUNTTEL foi criado para ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, por meio do estímulo à inovação tecnológica, capacitação de recursos humanos, fomento à geração de empregos e promoção do acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital.

A principal receita do FUNTTEL são as contribuições de 0,5% (meio por cento) sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, que respondem por cerca de 84% do total arrecadado. A única outra receita significativa do FUNTTEL são os rendimentos de aplicações financeiras, que representam aproximadamente 16% do total.

Do total arrecadado pelo FUNTTEL, 20% são desvinculados com base na Emenda Constitucional nº 68, de 21 de dezembro de 2011 (conhecida como Desvinculação das Receitas da União – DRU). Essa desvinculação não atinge os rendimentos das aplicações financeiras, apenas as receitas provenientes de novas arrecadações. Dos 80% que restam ao fundo, outros 20% são direcionados ao Fundo Setorial CT-Infra, componente do FNDCT, por força do art. 3º do Decreto-lei nº 719, de 31 de julho de 1969. Como resultado, permanecem à disposição do FUNTTEL cerca de 70% do total de suas receitas, considerando as receitas de aplicações financeiras.

Dos recursos líquidos destinados ao FUNTTEL e ao FNDCT, grande parte é "esterilizada" por meio de reserva de contingência. Em 2015, da receita total do FNDCT, 43% – 43%! – foi contingenciado e, no caso do FUNTTEL, nos últimos cinco anos, mais de 44,7% do orçamento total integrou reserva de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

contingência, e praticamente tudo contribuiu para a formação de resultado primário da União.

Conclusões.

A partir do material analisado e das informações recebidas por intermédio das audiências públicas e das respostas aos requerimentos de informação enviados pela CCT, é possível chegar a diversas conclusões relevantes com relação aos fundos de incentivo e desenvolvimento científico e tecnológico, o FNDCT e o FUNTTEL.

Em primeiro lugar, Srs. Senadores, as conclusões: constatou-se que, no Brasil, o montante total de recursos alocado a atividades de pesquisa e desenvolvimento, cerca de 1,4% do PIB, ainda está substancialmente aquém daqueles observados em países que se destacam como produtores de tecnologia e de inovações, que investem entre 2% e 4%. Apesar disso, o percentual de recursos oriundos do setor público no Brasil, cerca de 0,9% do PIB, já é compatível, em linhas gerais, com os observados nesses países. A grande diferença ocorre nos investimentos vindos do setor privado, que, no caso brasileiro, são sistematicamente inferiores aos do setor público. De modo diverso, nos países com elevado desenvolvimento tecnológico, os investimentos privados são muitas vezes um múltiplo dos investimentos públicos.

Seria desejável que houvesse aumento dos investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento para patamares similares aos de países avançados, algo que pudesse levar o investimento total brasileiro em P&D a se aproximar de 2% do PIB. O grande desafio para que isso seja alcançado é obviamente o de conseguir fazer com que as políticas públicas incentivem o aumento dos investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento de maneira sistemática e persistente ao longo do tempo.

Com relação, especificamente, aos recursos do FNDCT e do FUNTTEL, as informações obtidas comprovam que, sistematicamente, apenas uma parcela dos recursos arrecadados tem sido aplicada. Consequentemente, nos dois fundos, há um saldo financeiro crescente a cada ano. No caso do FNDCT, de acordo com informações prestadas pelo MCTIC, o saldo financeiro atual é de R$10,2 bilhões. O FUNTTEL tinha, em 2015, um saldo financeiro de R$ 1,2 bilhão.

Com relação ao saldo financeiro do FNDCT é importante destacar que houve quatro retiradas de recursos para pagamentos de despesas primárias obrigatórias ou para amortização da dívida pública: R$252 milhões em 2002, R$238 milhões em 2003, R$4,3 bilhões em 2008 e R$1,7 bilhão em 2010; totalizando R$6,5 bilhões. Dessa maneira, se não tivessem ocorrido essas retiradas, o saldo financeiro do fundo deveria ser superior a R$16 bilhões. Estimativas elaboradas pela Finep apontam que, com o rendimento das aplicações financeiras, o saldo do FNDCT poderia chegar a R$36,5 bilhões nos dias de hoje.

A avaliação dos dados coletados revelou ainda que houve, especialmente no caso do FNDCT, uma progressiva desvinculação dos recursos do fundo, que deveriam ser destinado a ações de caráter setorial. Boa parte dos recursos vêm sendo direcionada para ações que não guardam relação com os objetivos finalísticos do FNDCT, como a concessão de bolsas de produtividade e o programa Ciência sem Fronteiras.

Essa prática foi apontada, diversas vezes, pelo Tribunal de Contas da União e foi confirmada por muitos dos palestrantes presentes às audiências públicas. Contudo, até o momento, a prática continua inalterada.

As chamadas ações transversais também têm consumido um percentual relevante e crescente dos recursos aplicados. Essas ações que foram autorizadas pela Lei nº 11.540, de novembro de 2007, têm sido desvirtuadas para permitir a inserção, no FNDCT, de pagamento sem relação com os propósitos dos setores que arrecadam os recursos – desvios, portanto.

Deve-se ressaltar que as ações transversais não são aprovadas pelos comitês gestores dos fundos setoriais. Na prática, são decididas apenas pelo MCTI, o que configura verdadeiro desvirtuamento do próprio modelo de governança do FNDCT.

Como resultado, atualmente, pouco mais de 10% dos recursos aplicados se destinam, de fato, às finalidades setoriais. Repito: como resultado, atualmente, pouco mais de 10% dos recursos aplicados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

se destinam, de fato, às finalidades setoriais. Essa é a principal e mais alarmante conclusão do nosso relatório: apenas 10% vão às finalidades setoriais.

Esse quadro provocou um verdadeiro esvaziamento dessas ações que deveriam ser a principal aplicação do FNDCT, provocou ainda uma perda de relevância dos comitês gestores dos fundos setoriais. Do ponto de vista da governança, as informações obtidas demonstraram que houve uma centralização excessiva de poder no processo decisório do FNDCT e do MCTI. Isso se operou, fundamentalmente, pela criação de uma nova instância decisória não prevista na legislação do FNDCT, aprovada pelo Congresso Nacional, denominada de Comitê de Coordenação Executiva.

Esse comitê é formado por cinco membros do MCTI; pelo Presidente da Finep, empresa pública vinculada ao MCTI; e pelo Presidente da CNPq, agência do MCTI; e recebeu amplas delegações e atribuições. Na prática, o comitê de coordenação executiva assumiu quase que todas as atribuições que, por lei, seriam de competência do Conselho Diretor do FNDCT, cuja composição é muito mais plural. Algo que deverá ser objeto de proposta de um projeto de lei ou de alguma correção para poder funcionar, senão continuaremos com esses desvios das suas finalidades dos fundos setoriais.

O resultado dessa situação é que o comitê de gestores dos fundos setoriais têm sido progressivamente afastados nas decisões sobre as aplicações dos recursos, favorecendo a manutenção e o agravamento dos problemas de aplicações em ações não relacionadas aos objetivos do FNDCT.

No FUNTTEL, o processo de centralização do poder decisório decorre da própria Lei nº 10.052, do ano 2000, que prevê um comitê gestor, formado exclusivamente por representantes do setor público, quando parece ser indispensável a participação da academia e da indústria na gestão dos recursos.

Ainda com relação à governança, verificou-se a falta de estratégia na aplicação dos recursos, que além do já comentado problema de aplicações em finalidades não apropriadas, são dispersos em uma série de projetos desconectados que não se articulam para um objetivo maior. Faltam diretrizes, metas e prioridades, de modo que até mesmo a verificação do sucesso ou fracasso dos investimentos se torna difícil, uma vez que não se definiram os objetivos a serem alcançados.

Nesse contexto, a questão da avaliação dos resultados mostra-se completamente frágil e inadequada. Não há procedimentos estruturados ou sistematizados para a avaliação dos resultados ou dos impactos dos recursos empregados. Há, no máximo, indicadores quantitativos, com o número de bolsas concedidas ou de trabalhos publicados. Ainda assim, no caso do FNDCT, muitos desses indicadores somente foram levantados uma única vez, em 2013, e mesmo nesse caso, apenas uma amostra do total de projetos financiados; mesmo que mude tardiamente o FNDCT, está em implantação o modelo de avaliação global que viria sanar essas deficiências. Contudo, a forma como foi construído esse modelo, com avaliações baseadas em declarações dos próprios tomadores de recurso do fundo e indicadores obtidos em escalas semânticas, ainda não parece ser, em nossa análise, suficiente para realizar uma adequada avaliação dos resultados das aplicações do FNDCT.

Não se localizou, quer para o Fundo Nacional de Desenvolvimento, quer para o FUNTTEL, qualquer avaliação crítica comparativa entre esses indicadores e os recursos empregados, o que limita a perspectiva de utilizar a avaliação para introdução de correções e aperfeiçoamentos que possam contribuir para melhor desempenho dos investimentos.

A situação da avaliação de resultados no FUNTTEL é levemente melhor que a verificada no FNDCT. São coletados, de modo sistemático, alguns indicadores, contudo apenas essa coleta de indicadores sem uma análise de seus resultados e dos impactos das ações tomadas é insuficiente para realmente avaliar os retornos das aplicações.

Em síntese, os dois fundos analisados têm, além dos problemas de limitação de uso dos recursos arrecadados, profundas deficiências gerenciais, com graves impactos na alocação eficiente das verbas disponíveis.

Sugestões.

Com base em tudo o que se apurou durante os trabalhos e, em particular, nas conclusões obtidas, são apresentadas algumas sugestões com o propósito de aprimorar o funcionamento dos fundos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

avaliados.

1. Inicialmente, entendemos que devem ser corrigidas, por meio de decretos legislativos, duas situações pontuais em que houve extrapolação do poder regulamentar:

1.1. A primeira, mais evidente, é a disposição do inciso IV, do art. 39, da Instrução Normativa nº 2, de 2010, do Conselho Diretor do FNDCT, que estabelece que a avaliação dos projetos apoiados pelo FNDCT será realizada bianualmente, em contraste com a disposição legal que exige relatórios anuais de avaliação. Como vimos, a avaliação de resultados do FNDCT é notadamente frágil, e reduzir ainda mais essas avaliações, como feito por meio da citada instrução normativa, somente agrava o problema existente.

1.2. A segunda situação que pode ser corrigida por meio de decreto legislativo é a delegação de atribuições legalmente conferidas ao Conselho Diretor do FNDCT e ao Comitê de Coordenação Executiva, realizada por meio da mesma Instrução Normativa nª 2, de 2010, do Conselho Diretor do FNDCT.

Em nossa avaliação, nada obsta a criação do referido Conselho de Coordenação Executiva ou que este atue subsidiando o Conselho Diretor. Entretanto, não podem as atribuições do Conselho Diretor serem delegadas a outra entidade, com composição substancialmente distinta, sob pena de se perder a característica multissetorial do processo decisório fixado em lei.

Do ponto de vista do aprimoramento legislativo, entendemos serem necessários diversos ajustes à Lei nº 11.540, de 2007, e às leis específicas dos fundos setoriais, de modo a:

a) restaurar o poder decisório sobre a aplicação dos recursos arrecadados aos Comitês Gestores de cada fundo setorial;

b) equilibrar a composição do Conselho Diretor do FNDCT entre os setores governamental, acadêmico e empresarial;

c) garantir ao Conselho Diretor do FNDCT estrutura administrativa dedicada e compatível com as suas atribuições;

d) equilibrar a composição dos comitês gestores dos fundos setoriais entre os setores governamental, acadêmico e empresarial;

e) privilegiar, com relação ao setor governamental, a participação dos Ministérios setoriais na composição dos comitês gestores dos fundos setoriais;

f) priorizar os investimentos em pesquisas aplicadas de interesse setorial, de modo a retornar o conceito original do fundo setorial;

g) aprimorar o funcionamento das ações transversais, tratadas no art. 14, de modo a exigir inequívoca vinculação entre as ações transversais e os interesses dos fundos setoriais envolvidos, prever a aprovação dos comitês gestores de cada fundo setorial para aplicação dos recursos nas ações transversais, estabelecer percentual máximo de recursos a ser direcionado a ações transversais;

h) corrigir a acumulação de funções existentes na Finep, deixando a essa entidade apenas as atividades de execução financeira;

i) exigir a definição de diretrizes, metas e prioridades definidas de forma clara, objetiva, mensurável, concreta e vinculada aos interesses setoriais para a aplicação dos recursos dos fundos setoriais;

j) exigir a avaliação de resultados com base nas metas concretas e mensuráveis previamente estabelecidas para aprovação das contas do Fundo.

Considerando o longo histórico de problemas na atuação dos fundos avaliados e cientes de que apenas uma avaliação pontual, como a realizada durante este ano de 2016, não é capaz de promover as correções necessárias, sugerimos ainda:

Que o Senado Federal, particularmente a CCT, passe a interagir de forma sistemática com os gestores dos fundos, agendando apresentações periódicas para apresentações dos resultados obtidos para avaliação das medidas corretivas tomadas para apresentação de eventuais restrições orçamentárias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

impostas pelo Poder Executivo e para discussão de outras questões relevantes.

Entendemos, ainda, que a CCT deve adotar postura mais ativa durante a fase de elaboração do Orçamento Federal, evitando a ocorrência de desvios nos orçamentos dos fundos, que ocorrem ainda neste momento e que se tornam de difícil correção posterior.

Nesse sentido, em primeiro lugar, como aprimoramento do processo de elaboração orçamentária, não só os membros da CCT como todos os Parlamentares devem estar vigilantes no que diz respeito à estimativa de receita, de forma a evitar cálculos irreais que forcem um ajuste por meio de contingenciamento, de maneira geral, durante a execução do orçamento.

Além disso, caberia à CCT tomar para si o protagonismo em matérias orçamentárias na área de sua competência. Nesse contexto, entendemos ser pertinente propor um PL que regulamente o §5º do art. 167 da Constituição, o qual foi incluído pela EC 85, para evitar o seu uso de formas diferentes da intenção original.

Outrossim, a utilização efetiva de emendas de remanejamentos durante a tramitação do projeto de LOA pode ajustar a prioridade na implantação de políticas públicas de acordo com as demandas do setor de CTI e da sociedade.

Já no sentido de mitigar o contingenciamento dos recursos do fundo, a CCT poderia acompanhar, de maneira mais próxima, a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 594, de 2015, que apresentei, para incluir as despesas com ciência, tecnologia e inovação no rol de gastos não sujeitos ao contingenciamento do orçamento.

Ainda relacionado à execução orçamentária, sugerimos uma maior atenção à implementação de políticas públicas e às convocações de gestores dos órgãos do MCTIC, visando à possibilidade de ajustes ao longo do exercício financeiro.

Ainda do ponto de vista do aprimoramento legislativo, mas agora tratando de questões mais amplas, não exclusivamente ligadas aos fundos avaliados, julgamos necessário:

> k) ajustar o limite de dispensa de licitação estabelecido na Lei nº 8.666, de 1993, para: determinar que o limite não pode ser tão baixo que os custos operacionais da licitação tornem o processo ineficiente; determinar a correção anual automática do limite, com base em índice oficial de inflação; aprimorar a possibilidade de compras governamentais vinculadas ao desenvolvimento de novos produtos ou processos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria fazer uma breve comunicação em relação ao que o Senador Lasier Martins sugere, que são mudanças da Lei de Licitações, na Lei nº 8.666, de 1993. A Ordem do Dia de hoje prevê a votação do meu parecer, que foi aprovado na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, que é a revisão da Lei de Licitações.

Eu tenho a alegria, Senador Lasier, de lhe informar que essas três sugestões que você acaba de trazer em seu relatório estão contempladas. O limite de dispensa de licitação passa de R$80 mil para R$300 mil e essas duas outras recomendações também estão acatadas no projeto, na proposta que vai à votação na Ordem do Dia de hoje.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Cumprimento o Senador Fernando pela feliz iniciativa, que já começa a demonstrar reação ao que nós constatamos ao longo deste ano de verificações e rastreamento dos fundos setoriais.

Então, já em fase de conclusão, acho que nós concluímos em mais três minutos. Esse é o resumo do relatório – o relatório é bem mais volumoso. Aqui nós temos uma síntese, porque o trabalho foi longo e profundo.

Numa perspectiva ainda mais ampla, a avaliação deixa claro que são necessários ajustes estruturais, não apenas na legislação federal, mas em todo o ambiente empresarial nacional, que estimulem fortemente investimentos privados em ações de pesquisa e desenvolvimento. Sem a modificação desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

quadro, nenhuma outra medida será capaz de alavancar o progresso brasileiro na produção de ciência e, especialmente, de tecnologia. Vou ler de novo: sem a modificação desse quadro, nenhuma outra medida será capaz de alavancar o progresso brasileiro na produção de ciência e, especialmente, de tecnologia. Nem mesmo tentativas de elevação dos investimentos públicos nesse setor – ainda que isso fosse possível, considerando o quadro que se desenha para os próximos anos – solucionariam a questão, como demonstram as experiências internacionais.

Deve-se atentar que o incremento na produção tecnológica nacional traz uma série de vantagens, como o aumento das exportações, da atividade empresarial e da geração de empregos, e, consequentemente, a elevação da arrecadação tributária, a redução da necessidade de políticas assistenciais. Dessa maneira, devem ser consideradas todas essas externalidades durante a definição das políticas públicas relacionadas ao setor, buscando seguir o caminho já trilhado por outros países que conseguiram, em épocas recentes, se projetar no cenário tecnológico mundial.

Nesse sentido, cabe ao Congresso Nacional, na medida de suas atribuições, trabalhar para estimular a atividade empresarial de modo geral e, em particular, as atividades de pesquisa e de desenvolvimento nas empresas. Isso inclui medidas das mais diversas naturezas:

a) simplificação tributária;

b) simplificação das regras trabalhistas;

c) melhoria da infraestrutura de transportes e de comunicações;

d) simplificação dos processos de importação e de exportação de produtos; e

e) agilização dos processos de concessão de patentes, entre outras.

Algumas dessas medidas, se observadas de forma isolada e imediata, podem aparentar ser negativas a determinados setores da sociedade. Entretanto, é necessário que o Parlamento tenha a capacidade de enxergar o quadro mais amplo e que tenha a capacidade de se comunicar adequadamente com a população para demonstrar as vantagens de determinadas decisões, no longo prazo, para a economia e para a sociedade.

Por fim, ressaltamos a extrema relevância das ações de avaliação de políticas públicas que vêm sendo realizadas pelo Senado Federal. Os efeitos dessa atividade vão muito além daqueles que tipicamente se obtêm em ações de avaliação, os quais, em si, já indispensáveis. Em nossa avaliação, ainda mais importante são os efeitos da verdadeira aproximação entre o Parlamento e a população, que se fez representar, em seus mais diversos segmentos, nas audiências públicas realizadas. Isso permite a construção participativa das soluções legislativas, com base em experiências de especialistas e em dados objetivos, tornando o processo mais transparente, mais confiável e fazendo com que traga, ao fim, resultados melhores para todos os brasileiros.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Lasier Martins, eu queria cumprimentá-lo pelo magnífico trabalho realizado para a apresentação desse relatório. Para chegar até aqui, diversas audiências foram realizadas na Comissão de Ciência e Tecnologia, e V. Exª, com muita competência e dedicação, conseguiu colocar o dedo nas feridas importantes de um tema que é central para o desenvolvimento nacional.

Para que a gente possa sonhar com dias melhores para a sociedade brasileira, para a retomada do desenvolvimento econômico, para a geração de emprego, sem dúvida nenhuma é importante, é imprescindível que a gente possa ampliar a produtividade da economia brasileira. E nós não ampliaremos essa produtividade se não tivermos investimentos na área da pesquisa e do desenvolvimento.

Portanto, creio que esse relatório vai servir de reflexão para debates dentro do Governo, fora do Governo, na academia, nos setores empresariais, contribuindo para que a gente possa promover os aprimoramentos que aqui foram sugeridos.

Portanto, quero cumprimentá-lo, creio que não só em meu nome, mas em nome de toda a Co-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

missão, por esse belíssimo trabalho e pela oportunidade de ao longo deste ano, a Comissão de Ciência e Tecnologia ter-se debruçado sobre a avaliação de uma política pública tão importante como são o Fundo de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia e o Fundo de Desenvolvimento das Telecomunicações. Portanto, os meus mais sinceros cumprimentos.

Verifico que não temos ainda o quórum mínimo para deliberar. A assessoria da Comissão me informa que seria necessária a presença de pelo menos nove membros da Comissão. Então eu vou devolver a Presidência da Comissão ao Senador Lasier Martins, para que a gente possa prosseguir com a segunda etapa dos trabalhos da Comissão, aguardando que dentro em breve possamos alcançar esse quórum e termos a oportunidade de, ainda nesta reunião, deliberar e aprovar o relatório do Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senador Fernando, eu agradeço a generosidade das palavras; no entanto, eu quero dizer que os eventuais méritos desse trabalho, eu compartilho com os integrantes da Comissão. E também com a Consultoria do Senado, com quem nós tivemos incontáveis contatos, diálogos, para pedir aquilo que nós pretendíamos.

Nós precisávamos apresentar uma radiografia do que é a nossa realidade deficiente em termos de pesquisas científicas e tecnológicas, que são necessidades fundamentais para alavancar o desenvolvimento deste País. Nós vivemos demais de produção agrária, o que é importante; nós somos um grande celeiro de alimentos, o que é muito importante; mas se nós não investirmos em pesquisas tecnológicas, buscando inovações, nós não sairemos do lugar. Isso é fundamental.

E nós já constatávamos há muito tempo que o Brasil dava pouca importância para esse setor. O Brasil ainda não despertou para a transcendental importância da pesquisa tecnológica e científica. Nós temos pouquíssimos parques tecnológicos. As verbas, como vimos aqui neste relatório, as verbas são desviadas para outras necessidades do Governo, ou são mal administradas pela burocracia, pelo excesso de gente na gestão, o que acaba dando em grande confusão.

Enfim, nós constatamos incomparavelmente mais defeitos do que méritos na política da ciência e tecnologia, no Brasil. Por isso, esperamos, ao menos, que esse documento que pretendemos distribuir a muitos setores importantes da vida nacional provoque reações e seja uma arrancada para um novo comportamento do Governo, principalmente do Governo Federal, com repercussões nos Governos estaduais, para cada vez mais observar as nossas universidades, que, pouco a pouco, estão abrindo centros tecnológicos em suas dependências, porque não adianta nós passarmos o tempo todo nos queixando do caos econômico em que estamos metidos e outras razões. Nós precisamos juntar para o desenvolvimento do País esse despertar de que é a investigação tecnológica e científica que vai redundar em inovações. Inovação é uma palavra de ordem hoje no mundo. Isto é, aqueles que trazem novas soluções, novos produtos, novos serviços. E isso acaba redundando em novos empregos, em mais renda e em competitividade. O Brasil é minimamente competitivo na área de ciência e tecnologia. E é isso que esta Comissão procurou demonstrar quando propôs essa avaliação, que, pelo que constatamos, não se fazia aqui no Senado há muito tempo.

Portanto, esperamos que seja um ponto de partida marcante daqui para diante para que o Senado Federal seja protagonista dessa discussão. Nós pretendemos, com a colaboração dos eminentes Senadores, que também se aproveitem desse relatório para produzirem artigos para os jornais, para apresentarem em entrevistas aos órgãos de comunicação, para nos ajudarem ou, então, para compartilharmos para um maior despertar aos brasileiros de que a pesquisa tecnológica e científica, a abertura de centros tecnológicos, isso é muito importante para que este País se desenvolva.

Então, agradeço as suas palavras e o seu apoio e esperamos que os integrantes da nossa Comissão, que são pessoas interessadas, que aqui dedicam seu tempo, que aqui contribuíram fazendo requerimentos, adicionando nomes importantes quando nós precisamos aqui fazer as audiências públicas. Na próxima gestão, no ano que vem – por deliberação do Regimento, eu não mais estarei integrando a direção da Comissão –, pretendo ser, se possível, mais uma vez, membro da Comissão para continuarmos contribuindo. Esta Comissão é muito mais importante do que muitos pensam, porque é ela que cuida do setor decisivo para o desenvolvimento do País, que é o setor de pesquisa tecnológica, enfim, para o setor de inovações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Já devolvi a Presidência. A Presidência já está novamente com o Senador Lasier Martins. Eu queria saber o momento de entramos na segunda etapa se formos entrar na segunda etapa da reunião.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ainda nesta etapa, só quero fazer um rapidíssimo comentário.

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Primeiro, eu gostaria de cumprimentar V. Exª e dizer que é uma honra ser o Vice-Presidente desta ilustre Comissão.

Esse trabalho, levantamento e pesquisa feita sobre os fundos tecnológicos de alto alcance, como o FUNTTEL e o FNDCT, sobre o que V. Exª se debruçou e esmiuçou, colabora muito para que possamos melhor utilizar esses fundos, e está dentro do escopo do trabalho desta Comissão.

Então, só essas breves palavras para cumprimentar V. Exª. Acompanhamos tudo desde o início e conte com o nosso total apoio e aquiescência sobre tudo o que foi aqui colocado, que, com certeza, contribuirá e muito para a ciência e a tecnologia nacional, para que possamos transformar o Brasil cada vez mais num polo de desenvolvimento tecnológico.

Muito obrigado, Exª.

Vamos para a segunda etapa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O Senador suplente Wilmar Lacerda estava pedindo a palavra, mas, pelo Regimento, eu preciso da concordância dos demais colegas da Comissão sobre ele ter a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Nenhuma objeção?

Senador Wilmar Lacerda.

O SR. WILMAR LACERDA – Bom, Relator Lasier, Senador Lasier, obrigado por essa deferência. Estou aqui com o meu titular, o Senador Cristovam Buarque.

Eu fui Presidente Nacional do sindicato dos empregados da Embrapa e sou servidor público da Embrapa. Por isso, pedi para falar nesta audiência. Eu, no caminho, li o relatório que o senhor acaba de apresentar e vi a importância desse setor para o desenvolvimento do nosso País. Há um ditado que fala mais ou menos assim: país em que não há desenvolvimento da ciência e tecnologia é um país absolutamente dependente no mundo inteiro. Ou a gente investe no conhecimento ou nós ficamos para trás. Acho que esse relatório chega a essa conclusão. Mas eu quero dar um depoimento do que vivi e da área em que o País mais investiu em ciência e tecnologia. Trata–se de um setor importante, que é o setor da agricultura e da pecuária nacional.

Nós temos na Embrapa fundamentalmente hoje cerca de 3,6 mil pesquisadores, um quadro de quase nove mil servidores. Mas também há outras empresas estaduais de pesquisa em Estados que investem em ciência e tecnologia na área agropecuária. E nós temos resultados extraordinários. Lá praticamente todos os pesquisadores têm nível de mestrado e doutorado, praticamente todos têm doutorado. E foi nessa área em que o Brasil mais cresceu.

Nós tínhamos no Brasil, há 10, 15 anos, uma produtividade por exemplo de feijão de 400kg por hectare. Hoje temos mais de dois mil quilos por hectare em média da produtividade de feijão. Mandioca: produzimos 10t por hectare. Hoje, 40t por hectare. E aí sucessivamente, quando falamos em soja, em trigo, em milho, em arroz, em feijão. Onde o Brasil precisa para alimentar o seu povo, nós damos uma resposta extraordinária. O Brasil vai produzir este ano mais de 200 milhões de toneladas de grãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E isso deve-se muito aos investimentos feitos em ciência e tecnologia no País, mas fundamentalmente no setor agropecuário.

E a gente lamenta profundamente que os investimentos privados, inclusive no setor agrícola, ainda sejam muito pequenos, fundamentalmente feitos pelo setor público, o que está absolutamente relatado no seu relatório, em que o País investe cerca de 1,4% de um PIB que é considerado, no mundo, um PIB pequeno. Se a gente for considerar as taxas de investimentos em países desenvolvidos, são fundamentalmente na Europa e nos Estados Unidos, onde os nossos pesquisadores são atraídos por salários, por condições de trabalho e por outras condições que o País não pratica.

Portanto, quero parabenizá-lo pelo seu relatório, com este depoimento que estou fazendo de público. Quero dizer que um país que investe em ciência e tecnologia, que investe no conhecimento do seu povo, é um país que pensa no futuro, é um país que tem condições e capacidade de fazer o seu desenvolvimento e buscar salário, condições de trabalho e vida para o seu povo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu recebo a sua manifestação, importante, que se refere a um setor que tem dado certo. A Embrapa realmente é um orgulho brasileiro. Só que está restrita exatamente onde o Brasil tem dado certo, que é na produção agrícola.

Temos inúmeros exemplos de sucesso da Embrapa. Agora, nós precisamos evoluir para outros setores, para o setor aeroespacial, para o setor da engenharia, novos materiais para medicina. Enfim, para tantos outros setores em que estamos atrasados.

Eu vou pedir a gentileza do prezado Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, para assumir porque sou o relator da Comissão que estuda a Medida Provisória da EBC (Empresa Brasil de Comunicação). E a Comissão está reunida neste momento esperando por mim.

Como sabem os senhores, aqui, às vezes, nós temos três atividades no mesmo horário. Eu só queria saber da minha assessoria se nós temos quórum para votar o relatório.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Presidente, eu não quero atrapalhar a aprovação, mas assistir à fala do Senador Wilmar, que todo suplente é Senador também, é uma questão de estar ou não estar ocupando a função.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Com muito prazer e até nós louvamos a presença do Senador Wilmar, que constantemente tem estado em várias Comissões. É muito atuante aqui. E certamente, na próxima eleição, ele será Senador efetivo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Pois bem, Senador. Acho muito oportuna a fala dele, mas eu queria aproveitar e dizer que por trás de tudo isso, meu caro Wilmar, está a educação de base ruim que nós temos.

O resultado, para 2015, do chamado Pisa, coloca o Brasil em posições absolutamente vergonhosas e regredindo. Isso é muito grave. Não vamos ter ciência e tecnologia se não tivermos cientistas. Não vamos ter cientistas se não tivermos crianças desde cedo aprendendo as bases da ciência, sobretudo matemática, português, também inglês hoje em dia, mas, além disso, o gosto pela ciência.

Quero deixar aqui nesta Comissão a preocupação com a educação de base. Quero pedir ao Senador que converse com o Presidente da Comissão de Educação para que nós façamos uma sessão conjunta, Senador Hélio, da CCT com a Comissão de Educação, para discutirmos educação de base, ciência e tecnologia.

Esse gargalo, por mais que coloquemos dinheiro na ciência e tecnologia, não vamos aproveitar totalmente. É como se a gente quisesse ter uma boa seleção de futebol, mas os jogadores só começam a jogar aos 20 anos. Imaginem que seleção a gente teria se os jogadores não começassem a bater bola aos quatro ou cinco anos de idade. Milhões se perderiam, porque poucos aos 20 anos são bons. Aliás, como o Senador Vilmar foi um grande jogador de futebol, aproveito para dizer aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pois bem, eu gostaria de sugerir essa audiência conjunta das duas Comissões para discutirmos educação de base, ciência e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – A proposta de V. Exª é altamente meritosa, nobre Senador Cristovam, e vamos preparar um requerimento para encaminhar de forma conjunta essa audiência pública.

Eu acho que a educação e a ciência e tecnologia têm tudo a ver. Assim, podemos realmente dar uma aprofundada neste assunto tão importante abordado por V. Exª em relação à educação de base.

Antes de fazer o encaminhamento da votação, gostaria de cumprimentar o nosso nobre Senador Lobão, aniversariante de ontem na Casa. Senador Edison Lobão, quero cumprimentá-lo pelo seu aniversário e dizer que nos honra muito ter a sua companhia nesta Casa.

Rapidamente a votação para liberarmos o Senador...

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Senador Lobão.

Para liberarmos o Senador Lasier, e eu também quero ir para lá daqui a pouco, vou fazer uma pauta bem breve, porque é muito importante essa audiência pública, cujo Relator é o nosso Senador Lasier.

Em votação a avaliação de política pública da Comissão de Ciência e Tecnologia, cuja finalidade foi a apresentação do Relatório com conclusões da avaliação da política pública "Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, particularmente o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)", para deliberação da Comissão em cumprimento ao art. 96-B, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Conforme exposto no seu relatório, em discussão a proposta da avaliação da política pública

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As nobres Srªs e Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Lasier Martins sobre a avaliação da política pública do FNDCT e FUNTTEL permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório do Senador Lasier Martins, que passa a ser agora o relatório desta Comissão.

Iniciando a segunda parte da nossa reunião deliberativa de hoje, vamos... Gostaria de convidar nosso nobre Senador Valdir Raupp para presidir a nossa Comissão, porque sou Relator do primeiro projeto em pauta. Se for possível, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu vou fazer aqui uma argumentação, mas não estou fugindo de presidir não. Vou pedir vistas desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ok.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – E como vou pedir vistas, V. Exª não quer deixar, de repente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Do projeto que eu vou ser o Relator?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Esse que V. Exª vai relatar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Tudo bem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu vou pedir vistas dele.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Então, vamos pedir... Cristovam, V. Exª pode presidir a Comissão?

O projeto é de V. Exª... João Alberto, V. Exª pode presidir a CCT nesta reunião deliberativa? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Senador João Alberto com a presidência desta reunião deliberativa da CCT, cujo primeiro projeto é o projeto de que sou Relator.

É de autoria do Senador Cristovam. Vou passar a Presidência, para eu relatá-lo, ao Senador João Alberto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Trata-se do item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 696, DE 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela indústria do petróleo em fontes alternativas.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador Hélio José.

Relatório: pela aprovação, com as emendas que apresenta.

Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura;

2) Em 04/10/2016, foi realizada audiência pública para instruir a matéria, em atendimento ao Requerimento nº 36, de 2016-CCT, de autoria dos Senadores José Medeiros e Hélio José.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srªs Senadoras e Srs. Senadores, bom dia a todos!

Quero, mais uma vez, cumprimentar o nosso nobre Senador Lobão pelo seu aniversário.

Quero dizer que esse projeto apresentado aqui é de autoria do Senador Cristovam Buarque. Muito me honrou ter a relatoria desse importante projeto. Vou ler o relatório, o parecer, e vou fazer alguns esclarecimentos.

Esse projeto está na Casa, nobre Senador Valdir Raupp, há certo período de tempo. Houve o diálogo devido com todas as áreas de governo que teimavam em pedir vista e em protelar esse projeto nesta Comissão o tempo inteiro. Eles compreenderam, nas duas últimas conversas que tivemos com eles, que deveríamos encaminhar esse projeto para a CAE, para que mais alguma alteração que eles quisessem fazer no percentual fosse feita na CAE. Já pedi a relatoria do projeto na CAE, para dar continuidade ao debate na CAE. Digo isso só para a reflexão de V. Exª, que já antecipou a posição, que é justa, que é meritória. Se V. Exª permanecer com ela, não há nada que impeça que ela seja acatada. Mas, se for possível, depois do relato, nós a encaminharmos para a CAE – com isso, ganharíamos um pouco mais de tempo, devido à importância desse projeto, conforme diálogo que já fizemos com o Governo; isso foi devidamente acordado com a Base do Governo, que tinha alguma dúvida –, nós agradecemos.

Passo ao relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2015, do Senador Cristovam Buarque, altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela indústria do petróleo em fontes alternativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Antes de eu entrar no relatório, só para não interromper de novo – V. Exª estava ocupado ao telefone –, quero dizer que conversei longamente com a Base do Governo sobre esse projeto, que já era para ter saído desta Comissão há muito tempo devido à sua importância e devido à necessidade urgente de se dar prosseguimento a ele. O último detalhe que ainda resta de litígio nesse projeto com a Base do Governo, pelo menos, é a questão do percentual relativo à área de petróleo. Está certo? O acerto que fizemos com a Base do Governo é o de que o aprovaríamos aqui. E, como ele não é terminativo, ele iria para a CAE. Eu pediria a relatoria do projeto na CAE. E, conforme o acerto que fiz com eles, nós rediscutiríamos na CAE a questão do percentual da área de petróleo, especificamente.

Mas V. Exª tem todo o mérito, tem todo o direito de pedir vista. Mas essa vista não foi pedida aqui ainda. Então, V. Exª fique à vontade. Só estou dando uma informação a V. Exª.

Leio o relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 696, de 2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

A proposição visa a alterar a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências;

A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências; e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

Eu não vou continuar discorrendo sobre detalhes técnicos internos ao projeto e vou direto à análise. E é importante a análise deste projeto, pois entendo que ele deveria seguir com urgência para o Plenário para votação, a fim de vermos se ainda este ano nós teríamos a possibilidade de tirar da situação difícil em que se encontram as pesquisas em energia solar fotovoltaica, as fontes alternativas de energia no nosso País. Daí a necessidade de nós agilizarmos a tramitação desse projeto. Nesse sentido, o acerto que fizemos com a Base do Governo para que consigamos, pelo menos neste ano, tirar essa matéria da Comissão de Ciência e Tecnologia e levá-la para a Comissão de Assuntos Econômicos, para que lá, em decisão terminativa, façamos os ajustes finais.

Análise.

Conforme previsto nos incisos I e II do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar acerca de proposições que tratem do desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica; e da política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática. Nota-se, portanto, que a matéria do projeto em tela está inclusa no rol de competências da CCT.

Quanto ao mérito, destacamos que as três modificações propostas têm como intuito principal estimular o investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias voltadas a várias fontes renováveis de geração, inclusive com a ampliação do conceito de fontes renováveis, como também, a inclusão de temas e tecnologias diretamente relacionadas em função da dinâmica dos processos envolvidos e do acelerado avanço tecnológico que todos identificamos. Com o conceito da melhoria contínua, incluímos, também, as pesquisas e tecnologias denominadas de baixo carbono. Trata-se de objetivo indispensável a uma nação que deseja progredir mais firmemente, nos próximos anos, rumo ao desenvolvimento sustentável.

O grande mérito da proposição apresentada pelo Senador Cristovam Buarque é oferecer meios efetivos para avançarmos da retórica à prática. Nesse sentido, ao prever a obrigatoriedade de destinação de recursos mínimos para a pesquisa, desenvolvimento e inovação em fontes de energia renováveis, o PLS nº 696, de 2015, não somente aponta a direção pela qual o País pretende seguir em um futuro próximo, mas oferece os instrumentos concretos para aumentar a participação dessas fontes na matriz energética brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É digna de nota, ainda, a forma proposta pelo autor para estimular o financiamento em pesquisa científica e tecnológica em fontes alternativas de energia: obrigar que empresas geradoras, distribuidoras e transmissoras do setor elétrico e empresas detentoras de campos de hidrocarbonetos destinem uma pequena parte de sua receita para essa atividade. Nada mais lógico que empresas que lucrem explorando fontes tradicionais de energia financiem pesquisas que visem tornar economicamente viável a exploração em larga escala de fontes de energia limpas e renováveis.

Dessa forma, não temos dúvidas de que, em um contexto no qual investimentos em energias renováveis ainda apresentam, em sua maioria, uma relação custo-benefício inferior às fontes tradicionais, é fundamental o estímulo ao investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Acreditamos, contudo, ser importante conferir um caráter gradual às exigências do projeto, concedendo tanto às empresas quanto à sociedade em geral um período de adaptação às novas exigências.

Julgamos, ainda, ser necessário um pequeno reparo ao projeto, visando explicitar que a geração de energia elétrica a partir de resíduos sólidos urbanos e rurais está entre as fontes que devem receber os recursos de que trata a Lei nº 9.991, de 2000.

O aprimoramento da geração de energia a partir de resíduos urbanos e rurais deve ser incentivado por uma série de motivos. Em primeiro lugar, a existência de aterros e lixões com potencial permite obter uma capacidade instalada significativa em prazos mais curtos, quando comparados a outras fontes. Além disso, os investimentos em linhas de transmissão seriam menores, uma vez que, em geral, os locais de deposição de resíduos encontram-se próximos aos centros consumidores de energia elétrica. Essa é uma inovação que nós colocamos, conforme acerto com o Governo, que aceitou a iniciativa.

Trata-se, ainda, de importante política de reutilização de resíduos sólidos, minimizando os impactos ambientais e sociais dos aterros e lixões existentes espalhados pelo País. A adaptação de aterros sanitários em usinas geradoras de energia e a promoção de melhorias ambientais em vazadouros a céu aberto (lixões) constituem, assim, a nosso ver, um passo significativo rumo a uma matriz energética mais limpa.

Em 2010, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) realizaram estudo sobre o tema. O *Estudo sobre o Potencial de Geração de Energia a partir de Resíduos de Saneamento (lixo, esgoto), visando incrementar o uso de biogás como fonte alternativa de energia renovável* conclui, enfaticamente, pela necessidade de o Estado incentivar a produção de energia a partir de resíduos sólidos.

O estudo, ademais, afirma que o investimento nessa fonte alternativa de energia é uma tendência mundial, particularmente em países que, como o Brasil, possuem grande potencial energético. Conforme destacam os autores, o país com a maior capacidade instalada em biogás, de 1,7 GW, é a Alemanha, que detém aproximadamente 4.700 usinas. Os Estados Unidos, a Inglaterra e a Itália também detêm capacidades expressivas instaladas em biogás, com respectivos 790 MW, 680 MW e 220 MW. Alguns países em desenvolvimento também demonstram crescente interesse pelo combustível. A Tailândia, por exemplo, detém capacidade de 51 MW em biogás. A realização do potencial energético brasileiro encontrado pelo presente estudo, de – notem bem – 311 MW, colocaria o país como um dos maiores geradores desta energia elétrica do mundo.

E o importante é que essa é uma energia distribuída em todas as partes do País, fazendo-se assim economia com relação à implantação de linhas de transmissão, melhorando o nível de tensão e fazendo com que Estados como o Piauí e outros da Região Nordeste, que têm a Chesf, onde a maioria das linhas é de 69, tenham uma tensão mais adequada para atenderem as suas cidades, que, hoje, se encontram com nível de tensão muito baixo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Vamos ao voto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Já passarei ao voto. Só faltam dois parágrafos, meu nobre Presidente.

A importância desse projeto é tão capital que fiz questão de ler o relatório quase que na sua íntegra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Só pulei um pequeno trecho, ainda porque o meu acerto com o Governo foi intenso, com duas audiências públicas aqui, envolvendo todos os Ministérios, o DNAEE, todas as áreas, enfim, todos, para eles compreenderem que nós fizemos um reescalonamento da sugestão, começando com um investimento maior agora – e antes era o contrário – e diminuindo ao longo do tempo. E eles concordaram plenamente na nossa última audiência pública, quando nós acolhemos toda a proposta da Aneel de pegar todas as fontes de energia alternativa. E a única discussão que agora o Governo quer ter é sobre a questão do pré-sal e o nível de retirada. E isso foi acertado que se faria na CAE.

Por isso, Sr. Presidente, estou tentando ler tudo para que o Brasil todo entenda o quão meritório é esse projeto do Senador Cristovam Buarque e o quão meritório é o fato de todo o Governo e todos os Senadores terem participado das audiências públicas, inclusive o nosso Senador Valdir Raupp, que, corretamente, quer aprimorar o projeto – e precisa aprimorar. Nós estamos abertos para os aprimoramentos.

Se possível, a única coisa que eu queria pedir é que se fizesse isso na CAE, para nós ganharmos tempo com o projeto. Só isso; mas, se tiver que fazer aqui, também se pode fazer aqui. A gente pauta para outra reunião, sem problema nenhum.

Dando continuidade ao relatório, digo que, logo, estamos certos que a alteração que ora propomos constitui aperfeiçoamento importante no projeto original, uma vez que inclui no rol de projetos passíveis de investimentos aqueles que visem desenvolver e aperfeiçoar tecnologias de geração de energia a partir de resíduos sólidos urbanos e rurais. Como tal fonte de geração ainda tem custo elevado, é indispensável a destinação de recursos para pesquisa, desenvolvimento e inovação como forma de torná-la mais competitiva.

Finalmente, é necessário realizar uma pequena adaptação na numeração dos parágrafos acrescidos ao art. 4º da Lei nº 9.991, de 2000, tendo em vista a aprovação da Lei 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

No mais, não temos dúvidas de que o PLS nº 696, de 2015, constitui passo fundamental no sentido de aprimorar a matriz enérgica nacional, aumentando a participação de fontes limpas e renováveis.

Passo ao voto, conforme solicitação do nosso Presidente, Senador João Alberto, digno representante do Estado do Maranhão, haja vista o meu primeiro local de trabalho quando funcionário da Eletronorte, onde trabalhei por três anos e meio, sendo o responsável pelo recebimento do Sistema Chesf para o Sistema Eletronorte.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2015, com as seguintes emendas – e aqui é importante, pois foi quando nós acatamos a inversão da questão.

EMENDA Nº - CCT

(ao PLS nº 696, de 2015)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 4º .....

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

> § 3º Respeitado os percentuais mínimos de que trata o §5º deste artigo, as empresas vinculadas ao Ministério de Minas e Energia associadas do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL poderão aplicar, alternativamente a investimentos em projetos nos termos do inciso II, percentual, de sua opção, dos recursos de que trata o referido inciso, no atendimento de sua obrigação estatutária de aporte de contribuições institucionais para suporte e desenvolvimento do Cepel, não se aplicando, nesta hipótese, o disposto no inciso II do art. 5º.

E a mudança mais substancial é essa que se segue aqui no §5º.

> §5º Observado o disposto no § 3º, na aplicação dos recursos de que tratam os incisos I e II, deverão ser destinados para investimentos em pesquisa, desenvolvimento tecnológico, infraestrutura laboratorial, capacitação de recursos humanos e inovação em projetos relacionados a fontes eólica, solar (fotovoltaica e heliotérmica), biomassa (eletricidade, vapor, calor, peletes, briquetes, carvão vegetal, biodiesel, etanol, biogás), hidráulica (usinas reversíveis, fio d'água, PCH), cogeração, oceânica (ondas, marés e correntes marítimas) e geotérmica, tecnologias convergentes, tais como, armazenamento de energia, eficiência energética, *smart grids*, *smart cities*, além de pesquisas e
>
> I - 40% (quarenta por cento), de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020;
>
> II - 35% (trinta e cinco por cento), de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025;
>
> III - 30% (trinta por cento), 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2030
>
> IV - 25% (vinte e cinco por cento), de 1º de janeiro de 2031 a 31 de dezembro de 2039.

Esse foi o grande acerto que fizemos com o Governo, ou seja, fazendo o reescalonamento de forma inversa, porque agora, neste momento, é que se pede bênção, que se pede água.

E ainda:

> V - Ficam excluídas dessa obrigatoriedade as empresas de transmissão e as pequenas geradoras e distribuidoras (com menos de 1.000 GWh de energia gerada/comercializada por ano).

Aqui também para atender exatamente as distribuidoras de pequeno porte, que não teriam condições de bancar tal condição e que já fazem um grande investimento nessa linha.

E temos ainda a Emenda nº 2-CCT, que já foi colocada aqui. Assim, não vou lê-la mais, porque acho que já li o suficiente.

Voto, com todas as explicações, pela aceitação do projeto e pela continuidade da discussão na CAE, onde a gente se comprometeu a se sentar com o Governo para avaliar se vamos diminuir um pouquinho ou não esse percentual por causa da solicitação do pessoal do petróleo. Foi isso que ficou acertado e é sobre isso que eu queria fazer um apelo a V. Exª, ou seja, se não for problema, que nós fizéssemos o segundo tempo da discussão na Comissão de Assuntos Econômicos. Aliás, já encaminhei um ofício à Senadora Gleisi Hoffmann no sentido de que, quando esse projeto chegar lá, que eu pudesse acatá-lo.

Senador João Alberto, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador, eu fico feliz que tenha sido aberta a discussão, porque esse projeto tem um defeito: ele está muito atrasado no tempo. O Brasil já foi vanguarda em tecnologias alternativas quando, no regime militar, o Brasil adotou a solução verde do álcool. O Brasil foi referência mundial ao utilizar o álcool combustível. Devemos isso ao regime militar. E é preciso fazer justiça às coisas boas que cada governo implementa.

Depois disso, nós paramos. Hoje, a maior parte dos países está na nossa frente em energia solar, em energia eólica, em todas as formas de energias alternativas. Nós ficamos para trás, e ficamos para trás por falta de pesquisa. Mesmo que queiramos hoje produzir energia solar, é preciso importar todos os equipamentos. Não temos produção local. E é isso que a gente quer: fazer pesquisa para produzir localmente. E a importação tem defeitos terríveis.

O Senador Hélio, que é um homem da energia, e da energia hidrelétrica, mesmo assim vai provavelmente concordar comigo: hoje, as empresas de energia tentam impedir o uso da energia solar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Se qualquer brasileiro importa um carro movido a energia elétrica, não paga imposto; mas, se importa uma placa fotovoltaica para produzir energia elétrica paga imposto altíssimo.

Isso porque as empresas de energia elétrica do Brasil têm medo que cada um da gente, comprando, colocando em casa uma placa fotovoltaica, não apenas deixe de consumir a energia que vem da CEB, no caso aqui, como possa colocar na rede. No futuro, cada casa vai ser produtora de energia elétrica, e não consumidora. E essa energia reunida vai servir aos grandes consumidores que são as indústrias, que dificilmente vão produzir energia para si em quantidade suficiente.

Então, esse projeto foi muito melhorado pelo Senado Hélio, muito melhorado por audiências que tivemos. Ouvimos empresários do setor. Por isso, queria fazer uma pelo Senador Raupp, para que façamos melhoras ainda, há novas melhorias que podemos fazer, além daquelas feitas pelo Senador Hélio na CAE. Porque, se não aprovarmos hoje, isso aqui vai ficar para o próximo semestre nesta Comissão, provavelmente para o segundo semestre na outra Comissão, e, mais uma vez, vamos adiando, e adiando e adiando, e o Brasil ficando para trás nas pesquisas relacionadas com fontes alternativas.

Não podemos parar mais dez anos. Não teremos mais vez, já teremos perdido a chance, perderemos o bonde, não vamos mais alcançar. Alguns já não acreditam que alcançaremos, que seria melhor assumirmos que não temos como fazer pesquisas e vamos comprar da Alemanha, que hoje é uma das principais, ou da China, que é o outro país grande produtor das placas. Alguns acham que já não vamos mais nos recuperar do ponto de vista do conhecimento, mas somos a maior fonte de sol de todos os países dentro da nossa fronteira.

Eu creio que vale a pena nos esforçarmos ainda para recuperar o atraso em que estamos hoje, em relação a outros países. Por isso, Senador Raupp, eu gostaria muito de solicitar: foi muito debatido, fizemos audiências, o Senador Hélio melhorou muito o projeto, adotou as recomendações do setor privado. Estamos dispostos obviamente a fazer novos ajustes, mas a gente queria ver se mandava esse projeto para a CAE ainda este ano. É um pedido que faço ao Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – A matéria continua em discussão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Raupp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, realmente o projeto é meritório. Isso ninguém discute, e tanto a capacidade que o Senador Cristovam Buarque teve de formular um projeto dessa natureza, quanto a do Relator, o Senador Hélio José, que é conhecedor da matéria. Mas a informação que me passaram é de que ainda havia realmente alguns pontos a serem ajustados, porque ele foi modificado muitas vezes. Realmente grande parte, diria que 90% já está acordado com o Governo, mas ainda há alguns ajustes a serem feitos.

Mas, como ele tem que passar pela CAE e o Brasil está realmente atrasado nessa matéria, nesse setor... Olhem a Alemanha! Eu acho que o Brasil tinha que seguir o exemplo da Alemanha. O Brasil tem muito mais potencial do que a Alemanha para produzir energia solar, energia eólica, energia de fontes alternativas, e a Alemanha está dando um *show*. Há períodos em que a Alemanha já está dando energia com tarifa negativa para o industrial, para os empresários consumirem energia em determinados horários, em determinados dias, porque está sobrando energia de fontes alternativas na Alemanha. Então, a tarifa está indo lá para baixo. E o Brasil tem uma tarifa alta e não está avançando nessa questão das energias alternativas.

Então, diante do apelo do autor, Senador Cristovam Buarque, e do Relator, Senador Hélio José, peço escusas à Liderança do Governo, mas ainda há tempo de ajustar e de discutir na CAE. Então, retiro o pedido de vista.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Queria agradecer ao nobre Senador Raupp e garantir a S. Exª, pois já fiz o ofício à CAE solicitando a relatoria desse projeto.

V. Exª está sempre preocupado e cioso, no sentido de cuidarmos para que este Governo realmente caminhe para frente. Estamos juntos nesse projeto, inclusive o diálogo está permanentemente aberto com a assessoria do Governo e com o Ministério das Minas e Energia, para acabarmos de arredondar essa questão.

Sou o Vice-Líder do Governo. Por isso, o Governo tem de parar de bater com a cabeça nesta Casa, ou seja, ele precisa ter uma posição única. Aqui, falamos a mesma linguagem.

Então, agradeço a V. Exª por essa compreensão. Na Comissão de Assuntos Econômicos, com certeza, o ajuste final será feito, e o Brasil, se Deus aqui, ainda neste ano... Porque vou apelar para a Senadora Gleisi Hoffmann agora, Senador Cristovam Buarque, para que deixemos, em fase de urgência, encaminhado ao Plenário para o ano que vem.

Temos duas semanas ainda. Vou sentar com o Governo. Estou pedindo à Líder do Governo que as pessoas que dialogaram comigo e fizeram o acerto me procurem ainda esta semana, no meu Gabinete, para que possamos fazer os ajustes finais e tentar encaminhar à CAE, da forma mais breve possível, o ajuste final. Está faltando muito pouco.

Obrigado, Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Relator.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai agora à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Quero passar a palavra ao Senador Hélio José, porque tenho de ir para a reunião da Mesa Diretora do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – É importante essa reunião. Conto com V. Exª lá, para deixar claro que o Senado é o Senado. Não vamos aceitar a intervenção...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – É claro. Esse é o absurdo dos absurdos, e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

vamos concordar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Senador Cristovam Buarque, V. Exª poderia presidir a reunião, porque tenho um compromisso na Comissão da Medida Provisória da EBC e preciso dar um pulo lá.

Acho que não há mais nenhum item terminativo aqui na pauta.

Então, V. Exª poderia fazer essa gentileza, por favor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Queremos tentar aprovar projetos de autorização de rádio.

Pela pauta, Srs. Senadores, vamos para os itens 6, 8, 9 e 10, não terminativos, que têm como Relatores os Senadores Fernando Bezerra, Aloysio Nunes, eu próprio e o Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Todos concordaram, por não estarem hoje aqui, que tenhamos Relatores ad hoc.

Então, vou passar aos Senadores... Senador Deca em primeiro lugar. O senhor poderia relatar em bloco. São os itens 6, 8, 9 e 10. O que nos interessa saber é se é favorável ou não.

ITEM *6*
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 182, de 2001
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL PAUTILA JORDÃO - FUSASO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Posso?

Indo direto ao voto: ante o exposto, voto pelo encaminhamento, ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, do requerimento de informação a seguir, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ponho em votação o parecer lido pelo Senador Deca do PDS nº 182, de 2001.

Quem estiver de acordo permaneça como está. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Passo agora ao item 8, que é o PDS nº 119, de 2015.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 119, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MÃOS UNIDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatório: Pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 119, de 2015, evidenciou que o processo continua incompleto, não estando presentes documentos essenciais à sua avaliação, votamos pela aprovação de novo requerimento de informações com solicitação de documentação a ser encaminhada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos a seguir:

Requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, cópia integral do processo que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MÃOS UNIDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo, encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 45, de 18 de fevereiro de 2013. Em particular, requeiro sejam solicitadas cópias da análise técnica realizada pelo Ministério das Comunicações, da documentação atestando a idoneidade moral dos diretores da entidade e dos pareceres da Advocacia-Geral da União.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Senador.

Em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 9, Ofício nº 37, de 2014.

ITEM 9
OFICIO "S" Nº 37, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 19/2014, de que trata o PDC nº 2.721/2002, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO ANHANGUERA S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pelo arquivamento

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 37, de 2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Anhanguera S.A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Senador.

Em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 10, Ofício nº 41, de 2015.

Por favor, Senador Deca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 10
OFICIO "S" Nº 41, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2015, de que trata o PDC n° 304/2003, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Sociedade Rádio Difusora Eldorado Catarinense Ltda., no Município de Criciúma - SC.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pelo arquivamento

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 16/11/2016.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 41, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da Sociedade Rádio Difusora Eldorado Catarinense Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Senador.

Em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Senador, agradeço muito a sua colaboração por se ter prestado a ler aqui *ad hoc*, com isso avançando muito o trabalho da Comissão.

Eu vou pôr ainda em discussão dois requerimentos. Um requerimento do Senador Telmário, que é o Item 11 da pauta.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 41, DE 2016
- Não terminativo -

Requeiro, com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam convidados para participar de audiência pública, a ser realizada no âmbito das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), os seguintes especialistas, para discutir a inclusão de crianças e adolescentes, em idade escolar, no acesso à internet, notadamente a partir da popularização dos chamados smartphones: Maximiliano Martinhão, Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Rossieli Soares da Silva, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; Igor Vilas Boas de Freitas, Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Maria Eugênia Sozio, Coordenadora da Pesquisa TIC Kids Online 2016, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (GCI); Eduardo Levy, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL); e Bia Barbosa, Membro da Coordenação Executiva do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Observações:

O Requerimento constou na pauta da reunião do dia 16/11/2016.

Ele faz a sua justificativa, que me parece corretíssima, de que é preciso debater o assunto. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ponho em discussão. (*Pausa.*)

Eu ponho em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

É um requerimento do Senador Lasier.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 46, DE 2016

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater medidas para o aprimoramento da atuação da Agência Nacional de Telecomunicações e o fortalecimento de sua estrutura, bem como sobre o Ofício "S" nº 81, de 2015, que trata do Relatório de atividades da Ouvidoria da referida agência em 2015, nos termos dos requerimentos nºs 64 e 66, de 2016, aprovados naquela Comissão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Eu ponho em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir. Ponho em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado também esse requerimento.

Os demais itens ficam adiados, porque são terminativos e estamos sem quórum qualificado.

Portanto, está encerrada esta reunião. Terça-feira que vem, estão todos convocados para uma reunião ordinária.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado*, juntamente com as notas taquigráficas.

Está encerada esta reunião, e até a próxima terça-feira.

(*Iniciada às 8 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2016, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinco minutos do dia treze de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Ângela Portela, Pastor Valadares, Telmário Mota, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Hélio José, Edison Lobão, Deca, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Bezerra Coelho e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Ivo Cassol, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Eduardo Amorim. O Senhor Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, de 2015,** de caráter não terminativo, que: "Dispõe sobre as condições de envio de mensagens por parte das operadoras de telefonia, a título de alerta ou cobrança de pagamento de conta em atraso, para o número do telefone do cliente em condição de inadimplência." **Autoria:** Deputado Dimas Fabiano. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 201, de 2015,** de caráter não terminativo, que: "Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT." **Autoria:** Deputado João Colaço. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação, com as Emendas que apresenta. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2012,** de caráter terminativo, que: "Acrescenta o 3º-A ao art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para que não se considere como execução pública a utilização de composições musicais ou literomusicais nas unidades de frequência individual e de uso exclusivo do usuário, nos empreendimentos destinados à prestação de serviços de hospedagem." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02 - CDR/CE/CCJ. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, de 2012,** de caráter terminativo, que: "Inclui o parágrafo único no art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, e dá outras providências, para permitir aos usuários dos serviços de telefonia a plena fruição do princípio da liberdade de escolha de sua prestadora." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, de 2014,** de caráter terminativo, que: "Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público." **Autoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014,** de caráter terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do PLS 175, de 2014 e da Emenda nº 1-CAS. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 249, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA DO JARDIM VITÓRIA E ADJACÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 262, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FAFIT DE RÁDIO E TV EDUCATIVA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itararé, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à LTP COMUNICAÇÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 132, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Missal, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio CORREIO DO VALE LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 137, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DIVULGAÇÃO DA CULTURA DE CAMPINA DO SIMÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina do Simão, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 141, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA PATENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 218, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TV PAJUÇARA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maceió, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 265, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DIFUSORA COMUNITÁRIA DO CATETE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 291, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO DE APOIO SOCIAL AMIGOS DA SOLIDARIEDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 359,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de 2015, de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVA BELÉM – ADNOBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Belém, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 331, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO JOVEM FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaú do Tocantins, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PAIS, ALUNOS E MESTRES DE SANTA LUZIA – TOUROS/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 245, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PINHAL GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal Grande, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 247, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA HULHA NEGRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Hulha Negra, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 250, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RESGATE DA MISERICÓRIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CCT, aprovada por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 366, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA INDEPENDÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2014,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASIL DE RADIODIFUSÃO LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marilândia, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA VENDA NOVA FM LTDA para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibatiba, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Rose de Freitas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 344, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE DOIS LAJEADOS - ACODL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Lajeados, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 313, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DO PARAÍSO DAS ÁGUAS – ASCOPA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 28 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 356, de 2015**, de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DE TOCANTÍNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tocantínia, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 29 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 29, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM DO VALE DO PIRACICABA LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Zeze Perrella. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 30 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 273, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA RESGATE VIDA DE HOLAMBRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Holambra, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 31 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 144, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS CARENTES DE DOM BOSCO - AACDB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Bosco, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 32 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 147, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO AGRESTE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Traipu, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 33 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 371, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE FEIRA DA MATA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira da Mata, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 34 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 115, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE MS INTEGRAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Deca. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 35 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, de 2016,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PIÇARRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piçarra, Estado do Pará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 36 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 939, de 2003,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à RANSSOLIM & AGUSTINI LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bituruna, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza (*Ad hoc*), substituiu Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 37 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 165, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio AGULHAS NEGRAS DE RESENDE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza (*Ad hoc*), substituiu Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 38 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 266, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E EDUCACIONAL AMOR AO PRÓXIMO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Deca (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 39 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 268, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO LÍDER DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Deca (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 40 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 33, de 2016,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TAMENGO FM LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 41 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 35, de 2016,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga concessão à MATRIX RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 42 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 361, de 2015,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRATA FM LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCT-CI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e dezoito minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lasier Martins

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, Srs. Senadores, assessores de imprensa, TV Senado, Rádio Senado.

Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de dezembro de 2016.

Começando a nossa atividade, uma comunicação da Presidência.

Esta Presidência recebeu o Aviso nº 929 SESS/TCU/Plenário, no qual o Exmo Sr. Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, Ministro Raimundo Carreiro, encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 3.076/2016, proferido pelo Plenário do TCU, nos autos do processo nº TC 015409/2016.

O processo trata de levantamento realizado com o objetivo de aprofundar conhecimentos sobre a rediscussão do modelo de prestação dos serviços de telecomunicações e das concessões dos serviços de telefonia fixa. O documento encontra-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores, na Secretaria da CCT.

Enquanto aguardamos melhorar o quórum, vamos a duas ou três notícias, como é praxe da nossa Comissão, nesta que hoje é a última reunião, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Amanhã temos audiência pública da Anatel; amanhã, às 8h30. Perfeito.

A Universidade Federal de Pernambuco obtém patente – uma matéria que tratamos bastante aqui – com equipamento para detectar combustível adulterado.

Parabéns à Universidade Federal de Pernambuco. Obteve patente junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi,) no dia 29 de novembro. A carta patente da invenção é intitulada "Equipamento eletrônico para monitoramento da concentração dos Componentes em Combustíveis Líquidos", de autoria do Prof. Edval José Pinheiro Santos, do Departamento de Eletrônica e Sistemas.

Segundo o professor, o equipamento tem a função de auxiliar a fiscalização nos pontos de forne-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cimento de combustível automotivo, ajudando o processo de detecção de uma possível adulteração. Com ele é possível desenvolver, por exemplo, um sistema portátil que pode ser usado por fiscais e, eventualmente, pelo próprio motorista.

A patente levou 14 anos para ser concedida. O pedido foi realizado em 2002. Em 2016, duas exigências técnicas referentes a esse pedido foram feitas. O Prof. Edval José Pinheiro Santos tem dois outros pedidos de patentes submetidos ao Inpi e um terceiro em preparação.

Expectativa.

De acordo com os diretores de inovação da Universidade Federal de Pernambuco, Solange Coutinho e Sérgio Ribeiro de Aguiar, a universidade tem atualmente 207 pedidos de patentes, com um aumento de mais de 160% em 2016 em relação à média anual observada desde 2002.

A expectativa é que alguma empresa se interesse pela tecnologia e a UFPE consiga realizar a transferência dessa tecnologia mediante licenciamento. A carta patente concede ao proprietário o direito exclusivo de controlar quem fabrica, usa, vende ou importa essa tecnologia. Em muitos casos, as tecnologias patenteadas ainda necessitam de investimentos – como, por exemplo, a realização de protótipos e testes de mercado – para chegar à sociedade.

"As Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) que têm mais sucesso com transferência de tecnologia são unânimes em afirmar que o ideal é estabelecer parcerias que já captem demandas 'do mundo real', que em geral envolvem mais de uma área do conhecimento, a serem trabalhadas em projetos de pesquisa e inovação com ações interconectadas", explicam os diretores.

Vamos a mais uma informação aqui a respeito da Internet das Coisas, de que se tem falado muito.

O Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações assinou ontem, dia 12, um Termo de Cooperação Institucional com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para mapear oportunidades no setor de Internet das Coisas no Brasil.

O estudo será feito por um consórcio e deve durar nove meses. A intenção do governo é tomá-lo como base para lançar um plano nacional para o setor no ano que vem.

O termo internet das coisas é usado para designar uma série de tecnologias que utilizam a internet para comunicar a usuários informações em tempo real sobre a operação de equipamentos. Os aprimoramentos podem incluir desde eletrodomésticos até meios de transporte e máquinas industriais. Conectados à rede, os dispositivos podem ser comandados a distância e com informações precisas como previsão de duração, temperatura e consumo de energia.

O Ministro Gilberto Kassab exemplificou que a internet das coisas pode servir à saúde, com a possibilidade de médicos acompanharem a distância a taxa de glicose de pacientes diabéticos, ou no cotidiano de pais, que podem controlar a temperatura do quarto e da mamadeira dos filhos com exatidão.

Outra notícia. Estamos hoje com boas notícias.

Brasil e Comunidade Europeia pesquisarão juntos biocombustíveis avançados.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e a Comunidade Europeia, no âmbito do programa Horizon 2020, anunciam a aprovação de projeto de pesquisa voltado à produção de biocombustíveis avançados. O projeto BioValue – Valorização de Cadeia Produtiva descentralizada de biomassa visando à produção de biocombustíveis avançados: desenvolvimento e avaliação de rotas termoquímicas integradas à produção da biomassa – foi aprovado no âmbito da chamada de propostas conjuntas da Comissão Europeia, FAPESP, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) e Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap).

Os objetivos da proposta BioValue são: desenvolvimento de novos sistemas agrícolas, considerando a diversificação de culturas e resíduos para a produção de biocombustíveis; logística e processos de conversão eficientes para as biomassas, incluindo as rotas bioquímicas e termoquímicas; avaliações integradas da sustentabilidade técnica, econômica, ambiental e social das cadeias de valor.

Congresso terá de se envolver na disputa entre Brasil e OMC, diz Serra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O Ministro das Relações Exteriores, José Serra, quer envolver a Câmara e o Senado na disputa entre o governo brasileiro e a Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre políticas de benefícios fiscais dados ao setor industrial. Isso porque algumas das reclamações da OMC apontam o dedo para leis cuja validade ainda está longe do fim, e que exigiriam uma revisão.

"Teremos que levar a questão ao Congresso, rever o financiamento por meio de impostos indiretos e as exigências de realização de etapas produtivas no País. No caso da Lei de Informática, teremos que ter mudanças legislativas", falou o Ministro em evento da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Segundo ele, o embate ainda deverá se arrastar na OMC por ao menos um ano. O Brasil vai manter posição e argumentar que os incentivos não ferem as regras internacionais. "Vamos continuar defendendo os regimes especiais. Nosso entendimento é de que são compatíveis", ressaltou, após citar exemplos de países que praticam livremente o subsídio de setores produtivos. A resposta brasileira será dada no começo de 2017, garante. O relatório da OMC, ainda confidencial, será tornado público, amanhã, dia 14 de dezembro.

Representantes da Abinee já deixaram claro que qualquer retrocesso na Lei de Informática pode inviabilizar a manutenção de fábricas no País. Uma decisão que liquide de vez com o REPNBL teria um efeito devastador sobre o emprego de profissionais com alta capacitação, com títulos de mestrado, doutorado e pós-doutorado de trabalho com P&D na indústria. Em 2014, 131 mil pessoas trabalhavam em empresas que eram beneficiadas pela Lei de Informática.

Segundo a entidade, desde que a lei passou a vigorar, em 1991, os produtos impactados por isenções representaram faturamento de R$266 bilhões. As desonerações previstas tiveram como contrapartida investimento das indústrias de R$8,3 bilhões em pesquisa e desenvolvimento.

Vou ler uma última notícia sobre Alzheimer e Parkinson.

Pesquisa de brasileiro pode reduzir incidência de Alzheimer e Parkinson. Isso interessa a todos nós.

A pesquisa de um professor brasileiro pode ser um passo importante na descoberta de medicamentos para a prevenção de Alzheimer e mal de Parkinson.

O estudo do Professor Leandro Bergantin, da Universidade Federal de São Paulo, pretendia elucidar o mecanismo pelo qual os bloqueadores de cálcio, usados para reduzir a pressão arterial, por vezes tinham o efeito contrário. Porém, no decorrer do trabalho, percebeu que o medicamento poderia ser voltado para doenças neurodegenerativas e psiquiátricas.

Um importante estudo clínico publicado em 2016 descreveu que pacientes hipertensos, os quais faziam uso de bloqueadores de canais de cálcio, possuíam uma significativa redução da incidência do mal de Alzheimer. A partir dessa nossa descoberta, a qual elucida o enigma do paradoxo de cálcio, podemos inferir no mecanismo celular pelo qual os bloqueadores de canais de cálcio também poderiam reduzir a incidência do mal de Alzheimer, explicou Leandro Bergantin, doutor em ciência e professor da Universidade Federal de São Paulo.

O livro publicado a partir da pesquisa esteve entre os mais vendidos na Amazon. Ainda sem versão para português. Não há uma previsão para conclusão dos estudos que estão sendo feitos em parceria com pesquisadores estrangeiros. No entanto, o resultado pode ser um grande avanço para o tratamento de doenças cada vez mais presentes com o envelhecimento populacional.

Nós vamos dar uma repassada naquilo que concentrou a nossa atenção por grande parte deste ano, o balanço das atividades, especialmente o relatório.

Antes do início da nossa reunião propriamente dita, esta Presidência fará um breve relato das atividades desempenhadas pela CCT no segundo semestre de 2016.

Na tela segue uma apresentação com essas informações.

A composição da Comissão é de 17 membros titulares e igual número de suplentes. Considerando que os Senadores Walter Pinheiro, que está afastado do exercício do mandato Parlamentar para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

investidura em cargo estadual, e Roberto Rocha, afastado por motivos particulares, ainda constam na nossa composição, a CCT termina o ano com uma vaga de titular e duas de suplência disponíveis.

Ao longo do segundo semestre de 2016, a CCT realizou 12 reuniões, sendo quatro reuniões deliberativas para apreciação de projetos de nossa competência e outras sete audiências públicas solicitadas por seus membros. Uma outra reunião ocorreu para a deliberação das emendas ao PLOA 2017, que foram apresentadas pela CCT junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Considerando todo o ano de 2016, foram 37 reuniões da Comissão, sem contar a que se realiza neste momento.

A sacudidela do Telmário deslocou-me aqui, desconcentrou-me.

Então, repetindo, considerando todo o ano de 2016, foram 37 reuniões da Comissão, sem contar a que se realiza neste momento, entre deliberativas, audiências públicas e outras. No segundo semestre, deliberamos neste plenário sobre 33 proposições, sendo quatro projetos de decreto legislativo, 15 requerimentos, seis projetos de lei do Senado, um projeto de lei da Câmara e sete ofícios S. Considerando todo o ano de 2016, foram 243 proposições apreciadas, distribuídas entre todos os tipos. Encontram-se ainda em tramitação, na CCT, outras 216 proposições, entre elas, 34 projetos de lei da Câmara e do Senado e 161 projetos de decreto legislativo que tratam de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Principais projetos aprovados pela CCT neste semestre: o PLS nº 44, de 2016, aprovado em 13 de setembro; PLS nº 763, de 2015, aprovado em 18 de outubro; PLS nº 547, de 2011, aprovado em 18 de outubro; PLS nº 201 de 2014, aprovado em 1º de novembro; PLS nº 696, de 2015, aprovado em 06 de dezembro.

Com relação à política pública avaliada pela CCT no ano de 2016, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, cabe salientar que o Plenário desta Comissão aprovou, na semana passada, 6 de dezembro, o relatório de minha autoria sobre os fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Sobre as audiências públicas realizadas pela CCT, cabe-nos destacar os temas que foram aqui debatidos: a importância da conectividade para o acesso ao conhecimento e seu impacto na saúde, educação e desenvolvimento econômico, em 16 de agosto; terceira audiência pública destinada a debater acerca do tema "fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico", realizada em 23 de agosto; audiência pública destinada a instruir Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2015; quarta audiência pública destinada a debater acerca do tema "fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico", realizada em 08 de novembro; importância, necessidades legislativas e normativas e os desafios da área de previsão do tempo e clima no Brasil, realizada em 16 de novembro; quinta audiência pública destinada a debater acerca do tema "fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico", realizada em 22 de novembro; e causas da recorrência dos acidentes de engenharia no Brasil, bem como sobre o risco potencial de um acidente nas usinas de Angra dos Reis, realizada em 29 de novembro.

Além dessas audiências públicas, a CCT também realizou dois seminários neste segundo semestre: um sobre o marco legal da ciência, tecnologia e inovação, Lei nº 13.243, de 2016, em 2 de agosto; e, outro, sobre a economia brasileira, em homenagem ao Prof. Werner Baer, este último realizado em 29 de setembro.

Por último, vale ressaltar também a realização de mais uma etapa do ciclo de debates sobre os grandes desafios da ciência, tecnologia e inovação na superação dos desafios atuais e futuros de desenvolvimento sustentável, ocorrida na cidade de São José dos Campos, São Paulo, em 7 de outubro.

Enfim, este foi um breve relato dos nossos trabalhos ao longo do semestre. Agradecendo a paciência de todos os presentes, mas é importante que a Comissão sempre traga um extrato dos seus trabalhos para conhecimento público, como forma de divulgação.

Esse rápido relato, Senador Deca, Senador Pedro Chaves, propicia também um agradecimento pessoal pela contribuição dos senhores, sempre tão assíduos, tão participantes, que nos permitiu levar a bom termo o nosso trabalho. A rigor, salvo a reunião que teremos amanhã, nós já estamos vivendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

não o fim de festa, que poderia se dizer, mas o encerramento de atividades. Como não há reeleição em presidência das comissões, sinto-me muito satisfeito de ter presidido esta Comissão durante a maior parte do tempo, após a renúncia do Senador Cristovam Buarque, que precisou deixar a Presidência da Comissão em razão de afastamento do partido que o havia indicado. Como se recorda, o Senador Cristovam trocou de partido ainda na primeira metade ou na metade do ano passado, o que ensejou a minha indicação e eleição para esta Presidência, que muito me honrou.

Dito isso, estamos precisando de apenas mais um Senador para termos quórum para votação.

Como temos relatoria entre os senhores, nós poderemos avançar nesse sentido, Senador Deca e Senador Pedro Chaves. O Senador Deca é o item 34, um PDS que diz respeito ao Mato Grosso do Sul. V. Exª tem em mãos? Ainda não. Só vai ser lido. Precisamos de mais um Senador para podermos votar. V. Exª tem a palavra.

ITEM 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 115, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE MS INTEGRAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Deca

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Relatório. Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 115, de 2015 (nº 92, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede MS Integração Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o voto favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 115, de 2015, não evidenciou violência da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rede MS Integração Rádio e Televisão LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Deca, que propõe pela aprovação.

Nós só vamos aguardar ter quórum para podermos submeter à votação.

Saudando também a presença do Senador Flexa, que já está conosco ao lado de Valdir Raupp.

Temos alguns outros PDS que poderiam ser lidos agora.

Então, em seguida, vou anunciar o Senador Pedro Chaves para ler o item 40, e depois, mais adiante, ler o 41. Mas, para dar um fôlego ao Senador Pedro Chaves, vamos ouvir a relatoria do Senador Valdir Raupp, do item 42; depois ainda o item 35, que está com o Senador Flexa Ribeiro; depois voltamos ao Senador Pedro Chaves.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Acho que a minha relatoria já foi feita. É só votação, não?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O item 42 não. É licenciamento de uma rádio de São Paulo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Aproveitando também para saudar a presença honrosa para nós do nosso Coordenador das Comissões, Luiz Gonzaga Silva Filho, cabeça branca pela experiência, pela maturidade, não pela velhice. Obrigado pela presença.

Dito isso, vamos ao Senador Pedro Chaves, com o item 40.

ITEM 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 33, de 2016
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TAMENGO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, bom dia.

Este processo é em caráter terminativo, sobre o Decreto Legislativo nº 33, de 2016 (nº 177, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tamengo FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Relatório.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 33, de 2016 (nº 177, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tamengo FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações à Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o voto favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise da matéria.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se, assim, que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 33, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tamengo FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Senador. V. Exª leu o item 41, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O item 40.

Então, podemos continuar na região, pois V. Exª conhece muito bem a região.

Já tivemos...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Está *o.k.*

Nós teremos agora, no 41, o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – V. Exª, depois de identificar a emissora e a localidade, pode ir direto para a análise.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Ou o voto, direto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Ou o voto. Perfeito.

ITEM 41
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 35, de 2016
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à MATRIX RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Está ótimo.

Este é em caráter terminativo também, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2016, nº 193, de 2015, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga concessão à Matrix Radiodifusão e Telecomunicações Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Eu vou diretamente ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 35, de 2016, não evidencia violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucio-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Matrix Radiodifusão e Telecomunicações Ltda., que explora serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o Voto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem.

Tivemos, então, já, a leitura de aprovação e licenciamento de duas rádios de Campo Grande e uma de Corumbá.

Vamos, agora, para uma emissora de São Paulo, na relatoria do Senador Valdir Raupp.

É o item 42.

ITEM 42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 361, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRATA FM ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 361, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Prata FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Vamos para a região do Pará, para o Estado do nosso Senador Flexa.

É o PDS nº 35.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Trinta e cinco?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Qual é a cidade, Senador Flexa? Deve ser cidade conhecida sua, eleitorado seu, não é?

Não, é o...

É o item 35, PDS nº 34. Item 35. Uma emissora do Estado do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, de 2016
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PIÇARRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piçarra, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso, Piçarra.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Onde é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Piçarra, no sul do meu Estado. Cidade bonita e de grande desenvolvimento, grande potencial.

O item 35, Presidente, Senador Lasier Martins, Srs. Senadores, trata do PDS nº 34, de 2016. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e de Radiodifusão Comunitária de Piçarra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piçarra, Estado do Pará.

Vamos direto ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 34, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e de Radiodifusão Comunitária de Piçarra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piçarra, Estado do Pará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado.

Vou aproveitar a sua agilidade, Senador Flexa, para que V. Exª leia, também como Relator *ad hoc*, os relatórios dos itens 30, 31, 32 e 33. O item 30 estava a cargo do Senador Aloysio Nunes Ferreira; os itens 31 e 32, do Senador Cristovam Buarque; e o item 33, do Senador Dário Berger.

V. Exª poderia ler o relatório referente ao item 30, que trata de uma emissora de São Paulo.

ITEM 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 273, DE 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA RESGATE VIDA DE HOLAMBRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Holambra, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: pela aprovação.

Observações: *A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O item 30, Sr. Presidente, trata do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 273, de 2015 (nº 1.131, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística Resgate Vida de Holambra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Holambra, Estado de São Paulo.

Leio o voto, Sr. Presidente.

Como não se evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa, o voto é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística Resgate Vida de Holambra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Holambra, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ITEM 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 144, DE 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS CARENTES DE DOM BOSCO (AACDB) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Bosco, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: pela aprovação.

Observações: *A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Trata-se do o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 144, de 2015 (nº 1.626, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Apoio aos Carentes de Dom Bosco (AACDB) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Bosco, Estado de Minas Gerais.

Da mesma forma, o voto, Sr. Presidente, é pela aprovação, pois não se evidenciou violação da legislação pertinente, nem há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa. Então, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Apoio aos Carentes de Dom Bosco (AACDB) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Bosco, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ITEM 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 147, DE 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO AGRESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Traipu, Estado de Alagoas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: pela aprovação.

Observações: *A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O item 32 trata do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 147, de 2015 (n° 1.343, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação do Agreste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Traipu, Estado de Alagoas.

O voto também é pela aprovação, Sr. Presidente e Srs. Senadores, do ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação do Agreste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Traipu, Estado de Alagoas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, desde que o exame da documentação não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa.

O item 33, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – É de uma emissora da Bahia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Exato.

ITEM 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 371, DE 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE FEIRA DA MATA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira da Mata, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Dário Berger.

Relatório: pela aprovação.

Observações: *A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 371, de 2015 (nº 73, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Feira da Mata para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira da Mata, Estado da Bahia.

O voto também é pela aprovação.

Desde que não há evidência de da legislação pertinente, nem havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Feira da Mata para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira da Mata, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os votos, todos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Quero pedir agora a fineza do Senador João Alberto para nos apresentar a relatoria *ad hoc* de dois projetos a encargo do Senador Hélio José. São os itens 36 e 37, uma emissora de rádio do Paraná e outra do Rio de Janeiro.

Item 36, Senador João Alberto.

ITEM 36

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 939, de 2003
- Não terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RANSSOLIM & AGUSTINI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bituruna, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Sr. Presidente, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 939, de 2003 (nº 157, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ranssolin & Agustini Ltda para explorar serviço de radiodifusão.

Sr. Presidente, tem análise normal e voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 939, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Ranssolin & Agustini Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Bituruna, Estado do Paraná.

É o relatório do 35, Sr. Presidente, e o voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Esse é o 36, não é?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – É o item 36.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, agora, V. Exª pode ler o 37, que é uma emissora do Rio de Janeiro.

ITEM 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 165, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio AGULHAS NEGRAS DE RESENDE ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – É, vamos ao item 37.

É da rádio Agulhas Negras de Resende Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, uma boa cidade.

Aqui é feita a análise normal e o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do ato que renova concessão outorgada à Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado por sua contribuição, Senador João Alberto.

Quero pedir ao Senador Deca a gentileza de apresentar os itens 38 e 39, que couberam à minha relatoria.

Então, peço que o faça na condição de Relator *ad hoc*. São duas emissoras de Santa Catarina.

É o item 38, Senador Deca.

ITEM 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 266, DE 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E EDUCACIONAL AMOR AO PRÓXIMO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: pela aprovação.

Observações: - *A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.*

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – O parecer, em caráter terminativo, é sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2015 (nº 72, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural e Educacional Amor ao Próximo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 266, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural e Educacional Amor ao Próximo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Passamos ao Item 39.

ITEM 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 268, DE 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO LÍDER DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatório: pela aprovação

Observações: - *A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.*

Até agora, houve a aprovação de todos os projetos de licenciamentos de rádios.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Item 39.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 268, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Líder do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado.

Vamos, então, para as votações, porque temos um acúmulo muito grande de PDS para votar. Eles já foram lidos. Faço a indicação *ad hoc* dos projetos lidos pelo Senador Cristovam Buarque, os PDS 27, 28 e 29; dos PDS 24, 25 e 26, lidos pelo Senador Flexa Ribeiro. Todos já foram lidos na reunião passada.

Vamos deliberar do item 7 até o item 42. Saudamos a presença do Senador Aloysio, que chega a tempo de nos dar quórum...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O item 22 teve emenda. Se concordarem, já vamos votar.

Abrindo o painel, vamos às votações. (*Pausa.*)

Estamos só aguardando a chegada do Senador Hélio José, com quem nós teremos o quórum completo.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Nós vamos votar em globo?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, do sete ao 42.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, V. Exª vai abrir a votação?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, Senador Flexa, já está aberta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Como ela é eletrônica, nós vamos votar em globo?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Todos os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Do sete ao 42.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Todos pela aprovação?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, todos pela aprovação, sendo que o 22 teve uma emenda e estaremos, no caso, aprovando também a emenda, que já foi lida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Podemos votar?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim.

(*Procede-se à votação.*)

Nós precisamos de oito e estamos, por enquanto, com cinco. O Senador João Alberto já votou?

(*Procede-se à votação.*)

Nós estamos, na manhã de hoje, com o acúmulo de sessões de várias Comissões, de modo que está havendo este movimento todo: vai a outra Comissão, registra presença, volta para cá.... Então, estamos esperando mais três votos aqui para dar legalidade, legitimidade a esta aprovação em bloco dos licenciamentos de emissoras de rádio, em número de mais ou menos 35 relatorias, apresentadas nas últimas duas reuniões.

Estão faltando apenas dois para nós aprovarmos as relatorias de hoje e da reunião passada. (*Pausa.*)

Com a chegada dos Senadores Lobão e Hélio José, nós completaremos o quórum mínimo para aprovação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O Senador Deca está presente, mas está sem a senha. Isso acontece. Não está aceitando.

Nós vivemos numa época, Senador Deca, em que precisamos ter um papel no bolso com todas as senhas que nós temos. É o que ando fazendo ultimamente. É senha para tudo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Num dia desses, Senador Deca, fui a um banco e esqueci a senha de letras. Fui tirar dinheiro e o resultado é que saí de lá sem dinheiro. É muita senha.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. *Fora do microfone.*) – É verdade, mas aqui a senha está normal. Eu não sei o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – De qualquer modo, já temos o número mínimo de votos para aprovação, em bloco, dos licenciamentos de rádios.

Em seguida, vamos apenas fazer a votação da avaliação de política pública, cujo relatório apresentamos na reunião passada, e vamos agora transformar em livro, para distribuição a centenas de entidades, comunidades científicas, universidades, porque é um trabalho exaustivo de toda esta Comissão. E não há registro de alguma vez se ter feito uma avaliação das políticas públicas sobre pesquisas e ciência e tecnologia.

Como só voto em caso de empate, realmente nós estamos precisando de mais um voto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Mais um voto só.

Estamos buscando o Senador Fernando Bezerra, que está na Comissão de Relações Exteriores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

neste momento e vai fechar aqui o quórum.

Meus cumprimentos, D. Egli.

Senador Fernando Bezerra Coelho, obrigado!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – E o Senador Deca vai ter nova senha a partir deste momento.

Do item 7 ao item 42, Senador Fernando Bezerra.

Se V. Exª puder ficar dois, três minutos, pois vamos ler a avaliação da política pública. Só uma correção, porque nós a votamos na reunião passada, e houve uma separata. V. Exª teve uma participação muito intensa aqui, pelo que agradecemos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Conseguiu.

Cumprimento o Senador Deca. Senador Deca já tem senha nova.

Aprovados os itens 7 a 42, licenciamentos de rádios, e a emenda do item 22, com aprovação.

Encerrada a votação.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 249, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA DO JARDIM VITÓRIA E ADJACÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 262, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FAFIT DE RÁDIO E TV EDUCATIVA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itararé, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à LTP COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 132, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Missal, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio CORREIO DO VALE ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 137, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DIVULGAÇÃO DA CULTURA DE CAMPINA DO SIMÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina do Simão, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 141, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA PATENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 218, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TV PAJUÇARA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 265, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DIFUSORA COMUNITÁRIA DO CATETE para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 291, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO DE APOIO SOCIAL AMIGOS DA SOLIDARIEDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 359, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVA BELÉM – ADNOBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Belém, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 331, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO JOVEM FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaú do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PAIS, ALUNOS E MESTRES DE SANTA LUZIA – TOUROS/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 245, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA PINHAL GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 247, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA HULHA NEGRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Hulha Negra, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 250, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RESGATE DA MISERICÓRIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação, com a Emenda que apresenta

Observações:

1) Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda;

2) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

3) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 366, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA INDEPENDÊNCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASIL DE RADIODIFUSÃO LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marilândia, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA VENDA NOVA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibatiba, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 344, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE DOIS LAJEADOS - ACODL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Lajeados, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 313, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DO PARAÍSO DAS ÁGUAS – ASCOPA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 356, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DE TOCANTÍNIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tocantínia, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 29, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM DO VALE DO PIRACICABA ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Em 13/09/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão;

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 18/10/2016, 1º/11/2016 e 06/12/2016.

ITEM 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 273, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA RESGATE VIDA DE HOLAMBRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Holambra, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

ITEM 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 144, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS CARENTES DE DOM BOSCO - AACDB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Bosco, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

ITEM 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 147, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO AGRESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Traipu, Estado de Alagoas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

ITEM 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 371, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE FEIRA DA MATA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira da Mata, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

ITEM 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 115, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE MS INTEGRAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Deca

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

ITEM 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, de 2016
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁ-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

RIA DE PIÇARRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piçarra, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

ITEM 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 939, de 2003
- Não terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RANSSOLIM & AGUSTINI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bituruna, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

ITEM 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 165, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio AGULHAS NEGRAS DE RESENDE ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

ITEM 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 266, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E EDUCACIONAL AMOR AO PRÓXIMO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ITEM 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 268, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO LÍDER DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

ITEM 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 33, de 2016
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TAMENGO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

ITEM 41
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 35, de 2016
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à MATRIX RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.

ITEM 42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 361, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRATA FM ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/12/2016.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Então, rapidamente agora, Senadores, a avaliação da política pública. É uma correção, rapidamente.

Em face da correção final do texto do relatório referente ao RCT 11/2016, avaliação da política pública sobre os fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, aprovado nesta Comissão em 6 de dezembro, semana passada, três alterações do texto foram necessárias e as submeto aos Senadores e às Senadoras que compõem esta Comissão.

São elas:

1) Na p. 46, exclua-se o último parágrafo do item III.2, em vista da impossibilidade de se ter disponibilizados na página da CCT todos os arquivos recebidos em razão dos requerimentos de informações.

2) Na página 99 daquele relatório aprovado na semana passada, onde se lê "O gráfico abaixo apresenta os recursos por modalidade de aplicação do fundo, também demonstrando a superioridade numérica de recursos disponibilizados para financiamentos", leia-se, abro aspas: "O gráfico 33 apresenta os recursos por modalidades de aplicação do fundo, também demonstrando a superioridade numérica de recursos disponibilizados para financiamentos, isto é, 72,1% dos recursos autorizados foram destinados a empréstimos financeiros e apenas 28,9% para investimentos não reembolsáveis."

3) Por fim, na p. 101 daquele relatório, substituição da Figura 43: Percentual de recursos do Funttel alocados à fundação CPqD, com acréscimo de parágrafo para análise dos dados apresentados, que, na versão final, passará a ser Gráfico 34.

Onde se lê, abro aspas, "Em 2015, apenas 4% dos recursos do Funttel foram alocados ao CPqD, ou seja, menos de 30% do montante devido", leia-se: "Se considerarmos a receita total arrecada e o total anual repassado à CPqD, critério A, em 2014 a 2015, apenas 0,1% e 4,8% foram repassados, respectivamente. Utilizando o critério B, no qual deduzem da arrecadação total os valores contingenciados anualmente, os repasses foram de 0,2% e 13,8%, respectivamente. Portanto, abaixo dos 15% determinados pela legislação vigente.

Em face do exposto, observa-se que o principal problema orçamentário do Funttel é a esterilização de recursos concretizada por meio da reserva de contingência."

Com a concordância dos senhores, feitas essas retificações no relatório lido aqui na semana passada, temos ele por aprovado, definido. E vai agora para o prelo, para a gráfica, e depois será distribuído a todos que se interessarem pelo relatório sobre a política pública de pesquisas utilizando os Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Feito isto, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Amanhã, teremos audiência pública interativa. O assunto: audiência destinada a debater medidas para o aprimoramento da atuação da Agência Nacional de Telecomunicações e o fortalecimento de sua estrutura, bem como sobre o Ofício "S" nº 81, de 2015, que trata do relatório de atividades da Ouvidoria da referida agência em 2015, nos termos dos Requerimentos nº 64 e 66/2016, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e o 46/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

e Informática.

Estão confirmados, para essa audiência pública de amanhã, o Sr. Juarez Quadros do Nascimento, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Paulo Sisnando Rodrigues de Araújo, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU); Carlos Duprat, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil); e Alessandra Garcia Marques, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCON).

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos na reunião que se tornou bastante produtiva pelas tantas aprovações de licenciamentos de rádios e com relação às alterações ao nosso relatório sobre a política pública, damos por encerrada a reunião de hoje, convidando todos para a audiência de amanhã, que será às 8h30, no Plenário 2.

Obrigado!

(*Iniciada às 9 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às oito horas e quarenta e três minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência dos Senadores Lasier Martins e Hélio José, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Pastor Valadares, Telmário Mota, Valdir Raupp, Dário Berger, Edison Lobão, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Fernando Bezerra Coelho e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Deca, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Eduardo Amorim. O Senador Walter Pinheiro, membro da Comissão, encontra-se afastado do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Estado. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, destinada a debater medidas para o aprimoramento da atuação da Agência Nacional de Telecomunicações e o fortalecimento de sua estrutura, bem como sobre o Ofício "S" nº 81, de 2015 que trata do Relatório de atividades da Ouvidoria da referida agência em 2015, atendendo aos requerimentos RQI nº 64/2016, de autoria do Senador Roberto Muniz, RQI nº 66/2016, de autoria do Senadores Garibaldi Alves Filho, Lasier Martins, José Pimentel e Gladson Cameli, RQI nº 67/2016, de autoria do Senador Lasier Martins, e RCT nº 46/2016, de autoria dos Senadores Lasier Martins e Cristovam Buarque. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Carlos Duprat, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - SindiTelebrasil; Alessandra Garcia Marques, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor – MPCON; Paulo Sisnando Rodrigues de Araujo, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU; e Juarez Quadros do Nascimento, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Faz uso da palavra o Senador Helio José. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da presente Ata, que é dada como aprovada, e determina a anexação das notas taquigráficas para a devida publicação no diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às onze horas e quatorze minutos.

Senador Lasier Martins

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores, assessorias, imprensa, telespectadores.

Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de dezembro de 2016.

Iniciando os trabalhos, informo que realizaremos hoje uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 46/2016, da CCT, de autoria desta Presidência e do Senador Cristovam Buarque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Destina-se a audiência a discutir acerca das medidas para o aprimoramento da atuação da Agência Nacional de Telecomunicações e o fortalecimento de sua estrutura, bem como sobre o Ofício "S" nº 81, de 2015, que trata do Relatório de Atividades da Ouvidoria da referida agência em 2015.

Para debater o assunto, temos a honra de convidar para compor a Mesa os seguintes expositores: Sr. Juarez Quadros do Nascimento, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) – tenha a bondade, Dr. Juarez –; a Srª Alessandra Garcia Marques; o Sr. Paulo Sisnando Rodrigues de Araujo, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU).

A Drª Alessandra é Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor.

Chamo, com muito prazer, o Sr. Carlos Duprat, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Passaremos, então, às exposições pelos convidados e, ao final, às Srªs e Srs. Senadores, que chegarão aos poucos – nós hoje estamos com duas comissões em andamento no mesmo horário: esta Comissão e a Comissão de Infraestrutura.

Vou propor aos nossos eminentes convidados o tempo de 15 minutos para sua apresentação. Depois, com as perguntas, poderão alongar-se mais naquilo que ainda perdurar com alguma dúvida.

Passo, então, a palavra ao Sr. Carlos Duprat, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil).

Dr. Carlos Duprat, bom dia.

O SR. CARLOS DUPRAT – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

Agradeço o convite para estar presente nesta audiência.

Eu tenho uma apresentação, que vou tentar fazer dentro dos 15 minutos.

Preparei uma apresentação rápida a respeito da situação do setor. Vou falar um pouquinho de crescimento da demanda, necessidades da sociedade, monitoramento da qualidade e dar algumas dicas de como melhorar.

Nós estamos chegando, neste momento, a cerca de 250 milhões de celulares, 222 milhões de acessos em banda larga, 41 milhões de telefones fixos e 19 milhões de TVs por assinatura. Isso representa um déficit em relação ao ano anterior, mas um déficit, dependendo do setor, na ordem de 5%, 1%, 2%, variando um pouco cada um.

Temos mantido – e este ano não vai ser diferente – um certo nível de 30 bilhões de investimentos já desde 2013. Este ano, possivelmente, os valores serão um pouco inferiores. E esses números representam 21% da receita líquida, o que, no tocante ao setor de telecomunicações, é um recorde na América Latina. Poucas operadoras mantêm esse nível de investimento tão alto.

Foram 60 bilhões de tributos recolhidos em 2015, e nós estamos esperando algo equivalente também em 2016 – os números não estão fechados, obviamente. E os tributos em relação à receita líquida estão fechando na ordem de 45%.

Desde 2001, mais de 90 bilhões foram arrecadados para fundos setores, e apenas 7% foram aplicados. Isso a gente tem colocado aqui de forma bastante insistente e persistente, porém, até o momento, não tivemos qualquer sucesso na aplicação desses fundos. E a tendência tem sido, inexplicavelmente, a inversa, ou seja, as alíquotas têm aumentado. Apesar de ser um serviço considerado essencial, nós estamos vendo aumento em 2015 e em 2016 – ontem tivemos um aumento no Rio de Janeiro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

30% para 32% na alíquota do ICMS.

O Brasil, em 2015, já estava como campeão de carga tributária no mundo. E nós estamos agora querendo bater outros recordes que não o de sermos apenas o número um, porque a tendência nossa é de aumento, e nós temos aí quase o dobro: acho que agora nós vamos conseguir chegar ao dobro do segundo colocado, o que explica em muito a nossa dificuldade de atender a demanda, que não é a demanda mais rica do mundo para ter essa carga tributária.

E essa carga tributária é apropriada pelo Estado. Então, hoje, quem é o grande responsável pela arrecadação das nossas receitas? É o Governo, sem nenhum risco, que ganha seis vezes mais recursos que o valor dos trabalhadores e nove vezes mais do que os acionistas. Então, hoje, 58% da riqueza gerada pelos serviços é do Governo.

E como está o setor? O setor está sofrendo esse aumento de carga tributária, nós estamos sofrendo queda na base de clientes, e a expansão da infraestrutura continua sendo fortíssima, porque isso não está correlacionado com o aumento da base de clientes, e sim com a alteração no uso por parte dos clientes. Ou seja, a migração de voz para dados e de dados para vídeo traz um impacto gigantesco – o que vamos mostrar a seguir – nas redes de transporte.

Em nível de investimento, nós temos aqui uma informação da Bloomberg que mostra que o setor hoje não tem qualquer atratividade. Está gerando retorno sobre o capital investido na faixa de 4,5%, com um custo de capital de 16% e uma Selic de 14%.

O crescimento da demanda é algo que está acontecendo no mundo inteiro. Ou seja, o tráfego está crescendo, e está crescendo nessa proporção que está neste eslaide: vai crescer sete vezes entre 2015 e 2020, com uma taxa média anual de crescimento de 45%.

Isso decorre daquilo que eu acabei de falar, ou seja, uma foto que a gente transmite de um telefone para outro corresponde, em termos de capacidade de rede, a 20 ligações, e um vídeo corresponde a 16 fotos. Ou seja, um vídeo corresponde a 320 ligações. Portanto, a rede que foi inicialmente planejada para voz está sofrendo um acréscimo de 320 vezes. Poucos setores conseguem assimilar um crescimento dessa natureza.

No tráfego *per capita*, isso está mais do que explicado – aqui temos um gráfico que é da Cisco. Ou seja, o crescimento na utilização de bits de cada um é exorbitante: de um mega para 37 mil megabits. Isso foi o que aconteceu em um intervalo de dez anos. E hoje temos isso como uma oportunidade, mas, ao mesmo tempo, como um desafio de atender esse crescimento exponencial de demanda.

Vou falar um pouquinho sobre o que eu acho mais relevante, que é a questão de como conciliar a necessidade da sociedade com as regras desse jogo que vimos jogando.

A sociedade demanda cobertura em todos os lugares: estradas, distritos, lugares remotos. Antigamente, logo no início do uso do celular, admitíamos: "Nós estamos na garagem, estamos sem sinal"; "Estamos no elevador, estamos sem sinal", "Estamos no banheiro...", íamos para a janela. Era razoável esse tipo de situação. Hoje, não mais. Hoje, queremos sinal em todos os locais, e isso está longe de ser atendido. Reconhecemos isso.

As metas de cobertura dos serviços móveis são previstas nos leilões de uso de radiofrequência. E as coberturas em estradas e nas áreas mais afastadas do perímetro urbano foram constantemente desconsideradas nos editais. Então, esse é um primeiro recado que queremos passar. Ou seja, quando falamos um pouco de reclamação, a coitada da sociedade não sabe, nem temos como avisar, que o que temos de obrigação é muito aquém das necessidades da sociedade.

O cronograma de implantação de cobertura de banda larga móvel sempre priorizou os centros urbanos: a cobertura do 3G só chegará a 100% das cidades com menos de 30 mil habitantes em 2019; e a do 4G, em 2019, estará em Municípios de até 30 mil habitantes.

As obrigações de cobertura nós temos suplantado com uma facilidade enorme. Como obrigação, nós tínhamos que estar hoje, no final de 2016, em 3.761 Municípios com 3G, e já estamos em 4.935. Ou seja, temos quase 1,2 mil Municípios a mais do que é a nossa obrigação. O mesmo se dá com a cobertura do 4G: nós tínhamos que estar, em 2016, com cobertura em 288 Municípios, e já temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cobertura em 1.037 Municípios.

Reforço aqui um ponto nevrálgico, com que as pessoas se irritam muito. Eu, por exemplo, já fiquei numa estrada com o estepe vazio. Esses estepes desses carros novos são aqueles pequenos, o meu estepe já estava vazio, e eu fiquei sem cobertura de celular no local. Eu fiquei com muita vontade de reclamar da minha operadora, mas lembrei que eu não posso fazer isso, porque não há qualquer obrigação nesse sentido. Ou seja, nenhum metro de estrada hoje nós temos obrigação de cobrir. Então, a cobertura acontece apenas em áreas economicamente viáveis. E isso é totalmente afastado de qualquer necessidade da sociedade.

Todos os editais, até o momento, priorizaram o valor pago pelo uso de radiofrequência, e não a expansão da cobertura. Isso não pode ser levado ao pé da letra. É bem verdade que alguns editais tiveram mais esse foco de expansão, mas especificamente esse último – talvez aquele que seria o mais relevante, já que a frequência é aquela que vai atender mais rapidamente as áreas rurais – não teve qualquer compromisso de cobertura. Foi um leilão explicitamente arrecadatório.

Nós temos aí hoje outro problema. Eu estou colocando o problema da falta de cobertura em locais onde não há obrigação e onde há obrigação. Quer dizer, esta Casa, o Congresso Nacional aprovou a Lei Geral de Antenas – que tramitou durante muitos anos, mas só em 2015 foi efetivamente aprovada –, só que os Municípios não atualizaram suas leis que estão conflitantes com a Lei Geral de Antenas, aqui discutida e aprovada. Então, temos esta situação: como eu consigo instalar nas grandes cidades se as grandes cidades não nos deixam instalar as antenas? E não há outra forma de aumentar a qualidade que não instalar muitas antenas. Aqui levanto uma questão: como punir uma empresa por não cumprir um indicador de qualidade em um Município que não a deixa instalar antena? Temos dificuldade; achamos, no mínimo, injusto.

Para essa análise de qualidade, o setor deve considerar enorme quantidade de clientes, então ficamos muito aborrecidos quando.... Isto é no mundo inteiro: o setor de telecom, em valor absoluto, é campeão de reclamações em todos os países do mundo; não é no Brasil. Por quê? Porque, se não se for considerada a base de clientes, ninguém tem tantos clientes quanto o setor de telecomunicações. Muito simples, assim. Só que não dá para comparar uma empresa que tem 20 mil clientes com outra que tem 70 milhões. Eu entendo a dificuldade dos órgãos de defesa do consumidor, mas isso tem que ser levado em consideração. Isso certamente atinge a nossa imagem de forma bastante intensa.

Nós temos um problema: as nossas contas são difíceis de ser entendidas. A sociedade não compreende; precisamos entrar nesse contexto de alguma forma. E nós temos uma discussão de monitoramento de qualidade, que nós já discutimos, e a Anatel vem progredindo fortemente nessa discussão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS DUPRAT – Hoje são muitos indicadores, poucos associados à percepção do usuário, mas isso está sendo atacado. Nós tivemos, em julho de 2014, um grande feito: a entrada em vigor do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor. Isso trouxe para o consumidor grandes ganhos. Investimos muito e apoiamos muito essa iniciativa. Foram mais de R$500 milhões já investidos para que, sem nenhuma receita adicional, se prestasse um serviço de atendimento mais digno ao consumidor.

Nós temos aqui uma informação de que o Procon registrou 811 mil demandas sobre telecomunicações num universo de 346 milhões, ou seja, para cada grupo de 10 mil clientes, 23 reclamam. Isso é muito; isso é pouco. Mas nós temos uma boa notícia nesse contexto: também o telecom é o setor que mais resolve as questões apresentadas no Procon. Isso demonstra um pouco da nossa boa vontade.

Os múltiplos canais de recebimento de demanda dos clientes geram uma ineficiência nos processos de apuração das demandas. Aqui é uma perspectiva, que achamos que deve ser discutida um pouquinho. Ou seja, há muita entrada de reclamação, e precisamos disciplinar isso de alguma forma.

Como melhorar? A nossa proposta é o seguinte: precisamos de qualidade e cobertura. Qualidade vem com processos de licenciamento ágeis, legislações que possibilitem incentivo e investimentos, e muitos investimentos. Hoje temos uma dificuldade, mas hoje é muito difícil por conta dos dois itens que citei anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Temos o desafio de lidar com 5.570 prefeituras, cada uma com sua regra específica, excesso de burocracia, processos onerosos e pouco conhecimento sobre o funcionamento do serviço. Já nos pediram para enterrar as antenas e dissemos que isso não dá, ainda não existe essa tecnologia.

É um desafio enorme manter o nível de investimento diante da necessidade crescente de infraestrutura, utilização dos fundos setoriais em áreas não rentáveis, editais focados e ampliação de cobertura. Isso no mundo inteiro. Nós temos 25 anos de serviço móvel celular no País e percebemos que está na hora de interiorizarmos mais esse serviço. É injusto o cidadão não ter uma cobertura em lugares mais remotos.

De novo, a adequação à Lei Geral de Antenas por parte dos Municípios. E nisso temos solicitado à Anatel que nos ajude, já que muitos dos Municípios estão insensíveis e só reclamam da qualidade, sem imaginar que isso está diretamente associado à instalação de antenas. Sem antenas, podemos ter o *call center* do tamanho que quiser que não vamos conseguir atender, porque vai haver reclamação brotando de todos os cantos.

A prestação de serviços de telecomunicações com qualidade de cobertura adequada depende da instalação e ampliação da infraestrutura em todo País.

Obrigado.

Desculpe-me um pouco do avanço do tempo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Engenheiro Carlos Duprat, esses 16 minutos passaram tão rapidamente que quase nem nos apercebemos pela carga de informações que o senhor nos traz e que nos faz regojizar com esta audiência. De fato, há muitas críticas, mas poucas vezes as explicações que V. Sª trouxe aqui.

Mais tarde queremos fazer mais perguntas, bem como os Senadores que haverão de chegar aos poucos, sobre essas dificuldades que o senhor aponta. E a sua primeira referência foi a carga tributária, que aumenta cada vez mais. Algo que nos chamou a atenção também são os R$90 milhões em fundos setoriais que não são aplicados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Bilhões, perdão, R$90 bilhões no período de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Seriam 16 anos. O que nos preocupa muito, porque nos levou inclusive aqui, nesta Comissão, a trabalhar durante vários meses com o levantamento sobre a destinação dos fundos setoriais, que são bilhões e bilhões por ano, cuja aplicação para aquilo que é a finalidade não se vê. E V. Sª nos traz aqui dados interessantes, o problema das antenas.

Esta nossa audiência pública, tenho certeza, será também muito valorizada pela TV Senado, não só pela primeira apresentação, mas seguramente esta nossa audiência de hoje vai merecer *reprise* ou *reprises* para que a população brasileira tome conhecimento desse serviço extraordinariamente usado em nossos dias diante dessa evolução das tecnologias. O senhor falou a referência: há 251 milhões de celulares no Brasil. E falou também de algumas desativações não só nos celulares, como nos fixos.

Desse modo, já pela primeira participação nesta audiência pública, ela se justifica plenamente pelo conhecimento que o Brasil está tendo neste momento, com o problema das telecomunicações.

Vamos ouvir, agora, a Drª Alessandra Garcia Marques, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor. O que o Ministério Público pode fazer diante dessa problemática e de tantas queixas dos brasileiros?

Bom dia.

A SRª ALESSANDRA GARCIA MARQUES – Senador Lasier Martins, primeiramente agradeço a V. Exª e à Casa o convite para presença da MPCON aqui, para um debate que, acredito, não deva ser nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o primeiro, nem o último, porque estamos diante dos serviços que praticamente são de uso de toda população brasileira. Em nome do senhor, cumprimento os demais componentes da Mesa e as pessoas que estão aqui presentes.

Obviamente o Ministério Público é parte altamente interessada no debate acerca do papel da agência reguladora, da Anatel, do papel e da qualidade dos serviços prestados pelas operadoras de telefonia e de serviços de dados e imagens no Brasil.

O Sr. Carlos Duprat mencionou dados extremamente relevantes, e eu acho que algumas ponderações precisam ser feitas e alguns diálogos institucionais também precisam ser realizados. Vou começar utilizando os dados que ele mesmo repassa.

Com relação à questão da Lei Geral de Antenas, eu creio que um parceiro importante para discussão a respeito disso devam ser os ministérios públicos dos Estados. Cada promotor de Justiça, em cada Município, pode fazer um trabalho junto com a municipalidade para que essas leis sejam alteradas, porque esse também é um dos papeis do Ministério Público. É inadmissível imaginarmos que um serviço da relevância do serviço de dados e do serviço de comunicação esteja hoje, entre outros motivos, correndo riscos de nunca melhorar sua qualidade, porque há problemas na legislação municipal acerca do posicionamento, da instalação de antenas. Acho que, nesse aspecto, os ministérios públicos dos Estados podem ser parceiros muito importantes.

Ao mesmo tempo, é um reclame do Ministério Público que atua na defesa do consumidor o fato de que nós precisamos ter a Anatel mais perto dos órgãos de defesa do consumidor nos Estados.

Eu sou mineira, mas trabalho no Ministério Público do Acre. E eu costumo dizer que aqui, na Região Sudeste especialmente, nós temos uma visão de Brasil que não é uma visão do Brasil total. Eu costumo sempre dizer que o Brasil profundo, o Brasil real, em que as pessoas realmente estão cada vez mais ávidas por ter acesso a serviços, ainda sem ter esse acesso, precisa ser muito considerado hoje quando falamos da tutela do consumidor.

O Sr. Carlos Duprat está absolutamente correto. Quando nós nos deparamos com dados a respeito da prestação de serviços, especialmente serviços de telefonia móvel e dados, no interior deste País, é uma loucura, porque nós temos uma população ávida por acesso a esse serviço. Ao mesmo tempo, quando nós criamos o serviço, implementamos o serviço, nós criamos também a expectativa legítima de que esse serviço seja de qualidade, e isso efetivamente não acontece em muitos lugares do País por diversas razões, inclusive algumas muito bem pontuadas por ele.

Sabemos que esse é um setor em que a concorrência é muito restrita. Sabemos que o custo do serviço e da logística para instalação é muito alto. E nisso as operadoras são ótimas, elas sentam com o Ministério Público e explicam para nós a dificuldade de fazer, prestar esses serviços nos mais distantes rincões deste País. É um custo muito alto, e o Ministério Público, especialmente no caso do Ministério Público Federal, que trabalha diretamente com a regulação, tem uma preocupação muito grande com relação não só a aspectos do debate regulatório no País – que acreditamos deva ser aprimorado – como também ao fato de que é preciso considerar no Brasil que as dificuldades de acesso – os custos, digamos assim, aqueles elementos que compõem o custo Brasil, que ficaram até muito bem explicitados aqui agora – precisam ser repensadas. Quer dizer, o Estado brasileiro, primeiro, precisa definir – e o Ministério Público tem debatido isso muito, Senador – se o serviço, sobretudo de dados, deve ser submetido a um tratamento diferenciado e não a um regime única e exclusivamente privado.

É fato que o serviço de voz é cada vez menos relevante e que a população, cada vez mais, depende do serviço, de modo que até podermos imaginar se esse serviço não devesse ser público. E um serviço público, porque sujeito a algumas especificidades, não só ao Código de Defesa do Consumidor, mas a algumas outras especificidades, no momento, inclusive, da concessão desse serviço. Este é um desafio que o Estado brasileiro vai ter que enfrentar: descobrir se efetivamente o serviço de telecomunicação prestado e o serviço de dados especificamente não devam ter um tratamento distinto pelo Estado brasileiro. Todos nós dependemos de dados. Você vai à aldeia indígena, e o índio está tentando: «Queremos um celular aqui.» Então, o Brasil mudou; e este Brasil precisa ser considerado.

É muito espantoso, é muito preocupante – e acontece também em outra área que estamos debatendo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

que é a aviação, o transporte aéreo –, esses fundos setoriais são uma grande preocupação para o Ministério Público. Acontece o mesmo, inclusive, com o fundo na área de aviação: nós vivemos clamando por melhorias nos aeroportos, o fundo é milionário, bilionário, e nada acontece; não conseguimos utilizar esse recurso do fundo. Em compensação, na área de telecomunicações, os valores são astronômicos, e isso impacta o custo do serviço para o consumidor.

O Ministério Público brasileiro e a MPCON especificamente – que congrega promotores de Justiça e procuradores de Justiça de todo Brasil que atuam na defesa do consumidor – têm absolutamente claro que uma das áreas em que nós mais trabalhamos é a área de serviço de telecomunicação. É óbvio que aí também é preciso considerar que essas demandas existem nos PROCONs, nas promotorias, nas defensorias públicas. E há um dado importante que eu acredito que talvez pudesse ser agregado a esses dados interessantes apresentados pelo Sr. Carlos Duprat aqui: os dados dos juizados, onde há enxurradas de ações tramitando.

É óbvio – e ele tem razão – que, se você tem 70 milhões de consumidores, é natural que você tenha mais reclamações, mas não é natural que a qualidade do serviço seja tão questionada, porque, na medida em que você implementa esse serviço, o consumidor vai exigir qualidade. E ele vai exigir qualidade por um aspecto muito simples: o art. 5º, inciso XXXII, da Constituição fundamenta esta audiência pública e fundamenta a presença e o trabalho de cada um de nós aqui. É direito fundamental. A defesa do consumidor é direito fundamental, portanto não admite retrocesso e exige a demanda de que o Estado brasileiro repense, por exemplo, a aplicação dos tais fundos, o custo que existe para as operadoras prestarem esse serviço – e eu estou me referindo com especial dedicação ao serviço de dados e de imagens, porque esse serviço e o de imagens são efetivamente os que o futuro do Brasil vai, cada vez mais, exigir e demandar qualidade. Cada vez menos, nós falamos. Os dados estavam aí. Não precisamos nem apresentar isso, que é um dado absolutamente verídico. Falamos pouco, mas utilizamos imagens e dados cada vez mais. E devemos pensar que, talvez, a tutela exclusiva do Código de Defesa do Consumidor e da legislação de telefonia não seja suficiente; que seja necessário o Estado brasileiro discutir pública e abertamente, num debate democrático, qual é realmente a natureza desse serviço de dados, de telecomunicação, porque é o serviço do futuro. É através dele que vamos falar com todos pelo mundo todo. O Brasil precisa repensar esse serviço.

Nos órgãos de defesa do consumidor hoje, grande parte da atuação dos membros do Ministério Público e das reclamações no Procon não são sequer representativas da indignação dos consumidores e usuários desse serviço. A situação é muito mais complicada. As empresas têm razão em diversas reclamações e pontuações que foram, inclusive, feitas aqui agora. O custo para a prestação desse serviço é muito alto, por isso acreditamos que repensar qual deve ser o regime de prestação desse serviço também é bastante importante por parte do Estado brasileiro. A MPCON participa deste debate, e o Ministério Público, a 3ª Câmara de Coordenação do Ministério Público Federal atua diretamente nisso, porque trabalha, inclusive, com a questão da regulação.

Então, estamos à disposição para qualquer tipo de continuação deste debate, porque acreditamos que o art. 5º, inciso XXXII, da Constituição deve ser levado a efeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado por sua participação, Drª Alessandra, que, inclusive, usou menos tempo do que dispunha. Mas este é outro setor que pretendemos aprofundar mais daqui a pouco: o trabalho do Ministério Público.

Percebem todos que estamos aqui com as representações principais: as empresas; o Ministério Público do consumidor; agora, o Tribunal de Contas da União; e, depois, por fim, o nosso Presidente do Conselho Diretor da Anatel.

Vamos ao Sr. Paulo Sisnando Rodrigues Araujo, Auditor Federal do Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

Dr. Paulo, nós temos curiosidade de saber, nesta área de tantas demandas e queixas, o que o TCU tem conseguido fazer? Bom dia.

O SR. PAULO SISNANDO RODRIGUES DE ARAUJO – Muito obrigado, Senador Lasier. Agradeço o convite para o TCU participar desta audiência, como o senhor mesmo falou, muito importante para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a discussão de um serviço tão essencial para a população brasileira.

O TCU, atendendo os requerimentos desta Comissão e da Comissão de Infraestrutura, tenta abordar justamente um trabalho recente que fizemos sobre a atuação da Anatel na qualidade da telefonia móvel e também tratar outros aspectos que foram debatidos aqui tanto pelo representante do SindiTelebrasil quanto pela representante do Ministério Público.

Inicialmente, gostaria de dizer que estou representando a CI-Infraero-Telecom. Sou diretor da área de comunicações. Nessa área, além da parte de telecomunicações, tratamos também da parte de radiodifusão, setor postal e inclusão digital, que está muito relacionada com vários aspectos tratados aqui, principalmente pelo SindiTelebrasil e pelo Ministério Público, na questão de levar as telecomunicações para o cidadão nos rincões do Brasil.

Como o TCU atua na regulação? Vou rapidamente passar, para entendimento, como podemos atuar e auxiliar tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados. Atuamos, no momento, na outorga. Esses editais, como foi mencionado aqui pelo SindiTelebrasil, passam pelo TCU para uma análise prévia, em que analisamos a questão dos compromissos de cobertura, do preço mínimo. Só para clarificar, esses compromissos de cobertura são descontados do preço a ser pago pelas empresas. A Anatel faz um cálculo de quanto valeria aquela licitação e, quando ela impõe os compromissos de cobertura, ela desconta do preço. Então, a empresa, na verdade, paga um preço menor na licitação, porque tem os compromissos de cobertura.

Também fazemos o acompanhamento da execução contratual e a análise do desempenho regulador da Anatel, que é mais o objeto do trabalho que vou comentar aqui. Focamos na regularidade, na legalidade e no desempenho.

Procuramos ter um trabalho contínuo e sistêmico. Desde a privatização em si, o TCU acompanhou a privatização e vem acompanhando a atuação da Anatel, do Ministério Público, da Telebras e dos Correios no setor de comunicações.

Para esclarecer, a fiscalização dos contratos de concessão e dos termos de autorização, que, no caso das telecomunicações, são mais importantes, são de responsabilidade das agências reguladoras. Não cabe ao TCU fiscalizar os contratos. O TCU fiscaliza quem? O ente regulador. Ele não fiscaliza o mercado em si, mas os órgãos públicos que estão a cabo da regulação do setor.

Essa auditoria de qualidade foi fruto de uma comunicação ao Plenário do Ministro Bruno Dantas e também da solicitação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização desta Casa, o Senado Federal, por meio de um requerimento do Senador Otto Alencar. A partir desses requerimentos e da comunicação do Ministro Bruno Dantas, fizemos um trabalho sobre como a Anatel vem atuando na qualidade especificamente da telefonia móvel, mas vários dos achados que fizemos se aplicam também a outros serviços.

O que procuramos responder nessa auditoria? Se a atuação da Anatel serve para melhorar a compreensão dos consumidores, dos serviços prestados e de seus direitos; se os requisitos de exigência que a Anatel cobra de qualidade de telefonia móvel estão alinhados com a percepção do usuário; e se os instrumentos que a Anatel usa para garantir e ter um *enforcement* dessa qualidade promovem realmente a qualidade da telefonia móvel. Então, essa auditoria teve foco na percepção do usuário. Como o usuário enxerga o setor de telefonia móvel? O que é qualidade para o usuário? E também fizemos o monitoramento de auditorias antigas que tínhamos feito sobre qualidade em relação à Anatel, sobre o que vou comentar mais tarde.

Nessa primeira questão, o que identificamos? Como a Anatel pode melhorar para a compreensão dos consumidores em relação aos serviços prestados? Verificamos que os planos de serviço móvel, especificamente, como comentou o Duprat em relação à conta, são muito complexos, têm vários detalhes que o consumidor não consegue perceber. A Anatel, de forma correta, antigamente, tinha que aprovar todos esses planos. Como o número de planos é muito grande e acabaria com a Anatel tendo que aprovar, o que traria um impacto negativo para a concorrência no setor, a Anatel, de forma correta, no nosso entendimento, não aprova mais *a priori* esses planos, mas cabe a ela fazer a fiscalização. Então, verificamos que ela não estava atuando na fiscalização desses planos para ver se estes estavam sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

aprovados, estavam sendo benéficos ao consumidor, ou seja, se eles estavam claros, se a comunicação deles estava sendo clara ao consumidor ou não.

Outra questão é a falta de transparência na divulgação dos indicadores da Anatel. A Anatel, como o Duprat falou, tem vários indicadores de qualidade que têm de ser divulgados. Eles são coletados das empresas, que são cobradas pelos indicadores, mas falta um pouco de transparência para o usuário, a sociedade entender esses indicadores. Eles são divulgados no *site* numa planilha muito grande, e a sociedade não consegue entender.

Verificamos também que, quando houve a franquia da banda larga no serviço móvel, especificamente, a Anatel demorou um pouco para agir como órgão regulador. Enquanto outros órgãos como o Procon e o Ministério Público estavam agindo, a Anatel demorou um pouco, teve uma atuação tardia, porque cabe à Anatel regular justamente as questões que não são de fácil entendimento na legislação de telecomunicações.

Em relação à cobertura que foi mencionada pelo Duprat aqui, é um ponto muito importante que vimos na auditoria, inclusive órgãos do exterior como uma associação dos operadores móveis de todo o mundo, que se chama GSMA, e o equivalente ao TCU nos Estados Unidos, que se chama GAO, já verificaram que a cobertura é um dos aspectos que a sociedade, que o cidadão entende como qualidade. No entanto, a Anatel e as operadoras não definem isso como qualidade. Então, fica esta confusão, como o Duprat falou, na cabeça do consumidor: se o fato de não ter cobertura é falta de qualidade ou não. Verificamos que, quando o consumidor adquire um celular, as operadoras são obrigadas a disponibilizar um mapa, nos seus sítios da internet ou na loja em que ele está comprando, mas esses mapas das operadoras que vimos são muito diversos. Algumas operadoras indicam mapas com uma precisão boa, e outras, com uma precisão muito ruim. O consumidor olha aquele mapa e não consegue identificar se onde ele quer falar tem cobertura ou não daquela operadora, se tem cobertura 2G, 3G ou 4G, que hoje faz muita diferença ao escolhermos uma operadora.

Outro ponto que verificamos é a questão da cobertura, de que vou falar mais tarde. Hoje em dia, a cobertura não é um indicador de qualidade pela Anatel. A única exigência que há é, como o Duprat falou, quando há os editais de licitação, e a Anatel estabeleceu, nos editais, somente que uma cobertura significa atender 80% do distrito sede do Município. Questionamos a Anatel como foi obtido esse valor de 80% e se também isso foi definido em edital de licitação. Não há nenhum regulamento da Anatel. Entendemos que, apesar de o edital de licitação ser submetido à consulta pública também, não há interesse da sociedade em verificá-los. Entendemos que a Anatel deve trabalhar na melhor divulgação desse indicador de cobertura.

Outro aspecto que vimos foi em relação à satisfação do usuário nessa auditoria. Por normas próprias dela, a Anatel teria que fazer uma pesquisa de satisfação do usuário em relação aos serviços: telefonia fixa, telefonia móvel, TV por assinatura e dados. E ela só fez duas pesquisas desde a sua existência, desde 1997. Uma foi realizada em 2002 e outra em 2012. Então, vimos um lapso temporal muito grande na realização dessas pesquisas, o que impacta negativamente a análise da satisfação do usuário. Do ponto de vista regulatório, a Anatel precisa usar esses dados de como a população está vendo os serviços nas suas ações regulatórias e o que ela precisaria melhorar nos regulamentos.

A partir de 2012, apesar de ser um trabalho desde 2006 que a Anatel vem fazendo, começou a ser realizada a pesquisa de qualidade percebida. Houve três pesquisas, e, em 2015, houve uma nova mudança em que se uniram, no mesmo instrumento, a pesquisa de satisfação com a pesquisa de qualidade percebida. A nossa preocupação, de novo, é que se perca o histórico dos quesitos que foram feitos nessas pesquisas para ajudar na regulação, observando como está a evolução da satisfação do usuário, o que o usuário entende como o pior e o melhor em cada serviço para que a Anatel, ou o órgão regulador, possa atual em prol da melhoria do serviço.

Seguindo, você passa para mim, por favor?

A próxima questão seria em relação aos meios que a Anatel usa para melhorar a qualidade. Um dos aspectos de que já falei é a questão da cobertura. Entendemos que a Anatel tem que divulgar essa questão da cobertura, definir e apresentar um estudo, dizendo por que são 80%. Cabe à Anatel, sim, definir esse valor, mas entendemos que esse valor tem de ter uma motivação. Por que são 80%? Sa-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

bemos que a tecnologia de celular não permite, como o Duprat falou, um atendimento a 100% dos lugares por questões técnicas e até por obrigações, mas a transparência é muito importante.

Outra questão que analisamos é o Plano de Metas e Qualidade que houve. Em 2012, a Anatel tomou uma medida de suspender cautelarmente a venda de novas assinaturas de serviços de celular para uma operadora em cada Estado brasileiro. Nesse eslaide, estou mostrando que a Anatel tem vários instrumentos para verificar como as operadoras estão atuando em relação à qualidade. Às vezes, essa quantidade enorme de instrumentos acaba trazendo um problema para a própria Anatel de sobreposição de esforços e de indicadores sobrepostos também. Verificamos isso nesse trabalho.

Um dos problemas também é a questão da cobrança. O Duprat comentou que o serviço de telecomunicações é o que tem o maior número de usuários, e isso leva a um maior número de reclamações. Verificamos que, ao longo do tempo, desde que fizemos a primeira auditoria, em 2004, com dados desde 1998, cobrança e atendimento são as maiores reclamações dos usuários. Eles continuam sendo os maiores problemas e até evoluem percentualmente.

Sobre a questão da cobrança, entendemos que, às vezes, as contas de celular podem ser complexas, mas cabe à operadora, junto com a Anatel, trabalhar para que o usuário, que é quem paga o serviço, tenha o entendimento pleno do que ele está pagando e do que ele está recebendo. Com isso, solicitamos, nessa auditoria, que a Anatel fizesse mais fiscalizações em relação à cobrança, porque verificamos que ela não vinha dando tanta ênfase à fiscalização em relação a como as operadoras estavam cobrando os serviços e os sistemas de cobrança das operadoras.

Por outro lado, vimos um foco excessivo – vamos ver no outro eslaide – nos vários instrumentos de cálculo e conferência de indicadores, que mostravam a sobreposição de ações na agência e que acabavam limitando o já tão limitado recurso, tanto material quanto orçamentário, da agência reguladora. Verificamos algumas falhas de indicadores.

Outra coisa que sugerimos, uma recomendação que fizemos – sobre o que acho que o Presidente Juarez vai comentar – seria a questão de as metas de qualidade serem as mesmas para todo o Brasil em todos os momentos. Entendemos que a Anatel pode, sim – cabe a ela, como órgão regulador –, analisar se é possível ou não, do ponto de vista regulatório, ter uma diferenciação em relação a metas de qualidade por serviço ou por tamanho do Município, se é área rural ou urbana. Acho que talvez isso facilitasse um pouco em relação aos problemas que o Duprat comentou aqui.

Como falei, a Anatel usa muito, divulga em seu *site* um indicador para comparar as empresas operadoras. Isso apoiamos e até sugerimos nas nossas auditorias, só que entendemos que esse Indicador de Desempenho de Atendimento (IDA), que a Anatel usa bastante para fazer essa comparação, tem que sofrer um processo regulatório como os outros indicadores, com consulta pública, para dar transparência para a sociedade, tanto para a população entender o que é aquele indicador, quanto para as próprias empresas, para os próprios operadores do setor poderem participar e dar contribuições.

Faz falta um estudo da Anatel para embasar por que são 80% da área do Município. Como o Duprat falou, no último edital, que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO SISNANDO RODRIGUES DE ARAUJO – ... foi o de – só mais um pouco – 700MHz, não houve o estabelecimento de cobertura. Isso significa que a empresa pode chegar a um Município qualquer, botar só uma Estação Rádio Base e cobrir em torno de 3km, 4km de raio. Não há uma obrigação de ela atender todo o Município. E isso foi feito por quê? Porque a Anatel, como o Duprat falou, priorizou naquela licitação a arrecadação. Se ela colocasse uma maior obrigação, a arrecadação seria menor.

Outra questão se refere ao Regulamento Geral do Consumidor (RGC). Trata-se de um regulamento muito importante que a Anatel fez nos últimos tempos, só que algumas interpretações estão sendo feitas na Anatel no sentido de restringir o que está escrito na norma através de manual. Então, na hora de implementar esse regulamento, foi verificado que não seria possível, talvez, implementar do jeito que foi feita a norma, e está-se restringindo como a Anatel está fiscalizando isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

No nosso entendimento, isso tem que ser transparente para o usuário, ou seja, se isso aconteceu, ela tem que mudar a norma e dizer: "A norma agora é assim, porque é impossível fiscalizar de tal jeito". Então, é importante haver a transparência para o usuário e para a sociedade em geral.

Como eu falei, nessa questão da cautelar que citei, verificamos que, ao estabelecer a cautelar, os critérios utilizados não foram os que vinham sendo normalmente utilizados pela Anatel. Nessa cautelar, ela fez um plano de melhoria de qualidade e estabeleceu um prazo de dois anos para que as empresas melhorassem a qualidade dos serviços. Ao final desses dois anos, verificou-se que não houve a melhoria de qualidade esperada, combinada quando foi feito o acordo. E, ao final desse tempo de dois anos, a Anatel impôs novos critérios, que são incompatíveis com os que ela já usava. Então, a cada momento, a Anatel vem criando novos critérios, que acabam atrapalhando a própria Anatel no acompanhamento da qualidade.

Só para contribuir também, foi feito nesse trabalho um monitoramento, como chamamos, sobre se a Anatel tinha implementado as recomendações das últimas auditorias que tínhamos feito, em que está toda a parte de regulamentação, fiscalização, sanção ou educação dos usuários, em relação à qualidade, e verificou-se que ela implementou 93% das recomendações e determinações do TCU feitas desde 2006. Houve uma demora aí no atendimento de algumas recomendações e determinações, mas, finalmente, agora em 2015, verificamos que 94% das recomendações foram atendidas. Duas não o foram, que seria a questão da maior fiscalização na área de cobranças e também a melhoria na regulamentação do IDA, aquele indicador de atendimento da Anatel sobre o qual eu tinha comentado.

Só para exemplificar, estas são algumas auditorias que já fizemos – e nós as colocamos à disposição desta Casa –, que o TCU fez em relação aos serviços de telecomunicações, não necessariamente somente na Anatel: já fizemos a parte de qualidade, que eu apresentei agora; em relação aos *call centers* das agências reguladoras, que foi uma solicitação do Senado Federal, fizemos em todas as agências reguladoras; acompanhamos, desde a privatização, a parte de equilíbrio econômico-financeiro da telefonia fixa, que é concessão, os planos de meta do Ministério das Comunicações, a parte da radiação não ionizante, que foi uma solicitação da Câmara dos Deputados; fizemos a avaliação sobre o Programa Nacional de Banda Larga. Se não me engano, no ano passado ou no ano retrasado, o objetivo da política pública analisada nesta Comissão foi o Plano Nacional de Banda Larga. Foi feito um relatório do então Senador Anibal Diniz, que hoje é Conselheiro da Anatel.

Acompanhamos também a questão dos bens reversíveis, que estão relacionados com a concessão da telefonia fixa. Fizemos um trabalho de governança nas agências reguladoras, de 2011 a 2015. Um dos achados desse trabalho foi justamente – está incluído no PL que foi aprovado por esta Casa, da lei das agências – criar uma unidade orçamentária isolada, separada, para as agências reguladoras, em relação ao ministério setorial. Então, a Anatel seria uma unidade orçamentária separada do Ministério das Comunicações – agora, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Nós também trabalhamos na parte de inclusão digital, que está muito relacionada a essa questão de levar o serviço de telecomunicações às áreas que não são atendidas, como pode ser feito isso. Inclusão digital não é só levar infraestrutura de telecomunicações. Temos que levar conteúdo para essas áreas, e também capacitar, porque, às vezes, você leva telecomunicações para uma área onde eles não sabem utilizar a internet, explorar as opções que a internet oferece.

Recentemente, 15 dias atrás, o TCU soltou um acórdão sobre a revisão no modelo de telecomunicações. Também fizemos um relatório, no começo do ano, sobre fiscalização de telecomunicações e também fizemos avaliação sobre fundos setoriais, especificamente o Fust e o Fistel, que colocamos à disposição desta Casa, Senador. Estamos finalizando agora uma auditoria sobre o Fust, o Fistel, e o Funttel. Foi uma solicitação da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. Procuramos abordar, nesse trabalho, o saldo desses fundos, onde foi usado o dinheiro desses fundos, se eles foram usados de forma legal ou não e as destinações que foram dadas pelo Governo a esses fundos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Quando esse trabalho fica pronto?

O SR. PAULO SISNANDO RODRIGUES DE ARAUJO – Esse trabalho deve ficar pronto no começo do ano, Senador. Encaminhamos para o Ministro Relator esta semana. Eu imagino que, no começo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ano, deve ser julgado pelo TCU.

Mas já identificamos, no trabalho que foi feito no começo do ano, essa questão do uso dos fundos. Fizemos uma identificação por levantamento, apenas olhando documentos do Tesouro Nacional, da Secretaria de Orçamento Federal e da Anatel e identificamos, realmente, uma utilização muito baixa do Fust e do Fistel. Nesse trabalho, incluímos o Funttel, que eu sei que também é objeto da política pública desta Casa este ano. Identificamos exatamente que o uso do Fistel para fiscalização, que seria o objetivo precípuo do fundo, é muito pequeno. Dos R$90 bilhões, foram usados quatro bilhões e pouco para a Anatel. Do Fust, é pior ainda. Em termos de utilização, dos R$19 bilhões arrecadados, foram usados R$190 milhões, se muito. Então, esse trabalho vai ficar pronto e coloco à disposição, assim que julgado, para apresentar aqui nesta Casa. Vamos encaminhar.

Só para concluir, o TCU fiscaliza as agências reguladoras e formadoras de políticas públicas e os ministérios setoriais. Não cabe ao TCU fiscalizar as prestadoras. Cabe à Anatel, sim, fiscalizar as prestadoras. Buscamos, através desses acórdãos, de todo esse trabalho que fazemos, fortalecer o trabalho da Anatel como indutor da melhoria da qualidade. Queremos que a Anatel, através das nossas recomendações e determinações, melhore esses mecanismos, para que a qualidade do serviço melhore. O termo de qualidade vai continuar no objeto do controle, na agenda do controle. Entendemos que todas as fiscalizações servem de subsídio tanto aos formadores de políticas – Anatel, Ministério – quanto ao próprio Congresso Nacional.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade e me colocar à disposição para qualquer questionamento que seja feito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Dr. Paulo Sisnando.

Nós pretendemos lhe mandar, bem como aos demais integrantes da Mesa, nos próximos dias, o livro do nosso relatório sobre a política dos fundos e a política de pesquisas do Governo.

Foi um trabalho de fôlego, de muito tempo, vários meses, com muitas audiências públicas, muitos debates. O relatório foi aprovado na semana passada. Hoje está indo para a gráfica. Nós vamos converter num livreto. Há ali uma análise crítica da prestação de serviços sobre pesquisas e, particularmente, sobre os fundos, assim como gostaríamos de que V. Sª também nos mandasse – se possível, nominalmente a nós e à Comissão também – esse trabalho que os senhores estão realizando.

Já se viu até aqui que o Presidente Juarez Quadros do Nascimento, que assumiu há apenas dois meses, é um homem do ramo. Tem muita vivência no ramo das telecomunicações, como engenheiro que foi da Telebras, portanto vai ter, por tudo que se ouviu até agora, muito trabalho. O senhor já vai nos antecipar alguma coisa. Bom dia!

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Bom dia, Presidente! Muito obrigado pelo convite.

Eu tenho feito questão de, a toda convocação, a todo convite das Casas, tanto da Câmara quanto do Senado Federal, vir pessoalmente, não mandar representante, porque me é importante ouvir aquilo que aqui é debatido e contar também com o prestígio dos Srs. Senadores. Aqui, neste momento, o senhor é o Presidente. Então, Presidente, a Anatel sempre estará presente nas horas em que for convidada a comparecer e, com isso, poder enriquecer esses debates.

O tema, no requerimento da CCT, é no sentido de debater medidas para o aprimoramento da atuação da Anatel e o fortalecimento da sua estrutura. Nós precisamos, sim, que esse tema seja aqui debatido. Por isso, aqui já ressalto a oportunidade de esse tema ser trazido para esse debate público, porque a agência precisa, sim, se aprimorar e se fortalecer.

É importante frisar a presença aqui também dos demais convidados – o Dr. Duprat, o Dr. Paulo Sisnando e a Drª Alessandra Marques. Fiz várias anotações do que já apresentaram. É importante, porque o Duprat é engenheiro, o Paulo Sisnando também é engenheiro, eu também sou engenheiro. Então, há uma possibilidade de alguns entendimentos serem mais fáceis, mas eu vou tentar fugir dos termos mais técnicos, em atenção, justamente, ao Sr. Presidente da Comissão e também aos demais convidados e outros presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu estou acompanhado também, Presidente, da Drª Elisa Leonel, que é Superintendente de Relações com os Consumidores da Anatel, e também da Profª Drª Amélia Alves, que é a nova Ouvidora-Geral da Agência, também chegada há poucos meses. A Profª Amélia é a nova Ouvidora-Geral. Inclusive, o tema da sua tese de defesa no doutoramento é justamente qualidade sob a percepção do usuário. Então, ela também tem um papel formal agora na Anatel. Vem da academia e, com isso, ela certamente enriquecerá também os trabalhos nessa área, principalmente, de qualidade.

Também faço um destaque aqui, Drª Alessandra, ao que a senhora citou, no início, sobre a sua atuação no Estado do Acre. Eu cheguei ontem de Rio Branco, onde estive na segunda-feira. É só para, dentro desse enfoque de fortalecer a agência, já aproveitar, Senador, até porque, na semana passada, nós estivemos aqui na Comissão de Transparência e Cidadania, também participando, a convite, de um debate, e ao final eu tive a felicidade e também a satisfação de ouvir o empenho dos Senadores que participaram no sentido de vir justamente no tema que hoje aqui é debatido, que é o fortalecimento da agência.

É claro que esse serviço é um pouco diferente dos demais serviços regulados. Eu posso aqui dizer, por exemplo, que, quando as empresas de saneamento emitem contas de consumo de água, a unidade de medição é o metro cúbico da água consumida. Quando as empresas de energia elétrica emitem conta, a unidade de medida do faturamento da conta emitida é o quilowatt. Cada unidade consumidora recebe, na sua conta, quantos foram os quilowatts consumidos. Nas cidades em que o gás é encanado, também a unidade é uma só, em que é feito o faturamento. Em telecom, a conta é complexa, realmente. Para o consumidor, inclusive, às vezes é difícil entender, porque ora, na conta detalhada, ele está pagando minutos de voz, ora limites de dados – aí já é outra medição, que é em quilobits. Se ele usa TV por assinatura, aí é o pacote de assinatura, com canais diferentes, canais de entretenimento, canais de noticiário. Então, a conta realmente é complexa. Eu diria que cabe sim às empresas operadoras ter um trabalho de comunicação, porque mesmo para o usuário médio é muito difícil entender essa conta. Nós mesmos, pessoalmente ou individualmente, às vezes, temos dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Deixe-me fazer-lhe uma pergunta nesse particular.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Se colocar na conta, Dr. Juarez, "minutos de voz". Aí coloca-se o número de minutos e o valor. Aí outro título: "limite de dados", e faz-se a mesma coisa. "TV por assinatura". E depois se faz a soma. Não ficaria mais compreensível, mais nítido?

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Isso é feito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Isso é feito assim?

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – É feito, mas, mesmo assim, às vezes, o usuário de uma certa média, ou de um outro nível mais elementar, tem dificuldade em entender.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Mas dá para aprimorar?

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – É claro que sim. Aí é o que eu digo: há necessidade de um plano de comunicação por parte das operadoras. Eles vão reclamar, porque serão mais detalhes ainda com relação à qualidade, à elaboração da conta, mas o usuário hoje, quando reclama, é porque não está entendendo a conta. Às vezes, procede, ou seja, aquilo que é cobrado é justo, mas é difícil para o consumidor entender. Algumas vezes, há problema, claro, algum erro em conta. Aliás, é um dos indicadores mais altos na hora em que se avalia a questão da qualidade do serviço prestado.

Mas quanto ao que o senhor levantou, já é feito esse detalhamento, até porque há os limites, ou seja, aquilo que foi contratado e aquilo que foi utilizado. Excedendo-se o limite, aí vem a cobrança do excesso. Numa conta mais simples, quando o telefone era só o telefone, só para voz, havia o famoso pulso excedente. Talvez alguns aqui não se lembrem mais disso – há muita gente jovem aqui –, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

o fato é que ali já era um problema justificar quando se excedia do limite, que normalmente eram 90 pulsos. Depois, o critério de pulsos mudou para minutos. E aí vem evoluindo, vem sendo modernizado tudo isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Aí a Anatel poderia baixar um novo modelo, quem sabe, estudar uma nova forma? De fato, é uma das grandes queixas. Daqui a pouco, eu quero perguntar a Drª Alessandra sobre esse assunto, sobre esse serviço, que me parece ser o de maior demanda ao Procon e ao Judiciário em todo o Brasil. Não há mais reclamação do que com relação à telefonia móvel e ao serviço de dados. Quem sabe lá se diminui essa demanda com um novo modelo, com uma nova orientação.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – A Drª Alessandra certamente vai se manifestar a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Daqui a pouco, ela vai nos responder.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Mas continuando, então, Senador, realmente aqui é importante a presença, como já foi mostrado pelo Dr. Sisnando a respeito dos procedimentos do TCU. Ele próprio mostrou que cerca de 93% daquilo que é demandado do tribunal para a agência com relação a recomendações, ressalvas... Várias estão já atendidas, mas há ainda ressalvas ou recomendações que ainda não são factíveis, então a Anatel questiona, pede que seja feita reconsideração a respeito. Então, é um trabalho importante, porque o tribunal está sempre a postos. Eu mesmo, na minha vivência, como o senhor já comentou aqui, tenho sido administrador público desde os anos 70, sempre convivendo com o tribunal. Então, esse trato, esse jogo com o tribunal, com relação à prestação de contas, é muito importante.

Eu cito aqui rapidamente, Drª Alessandra – até citando de novo o Estado do Acre –, que eu era Presidente da Teleacre na época, e uma determinação da *holding* a quem ela então estava subordinada – que era a Telebras, da qual inclusive eu era funcionário, engenheiro – estabeleceu, ao final do exercício, que não se pagassem os compromissos, se suspendessem todos os pagamentos, e a empresa com caixa. É claro que era a *holding*. Ela determinava isso. Qual era o procedimento? Era justamente para cumprir a meta de superávit primário, que era meta de governo, não meta empresarial. Eu me neguei na época. Então, eu disse: "Eu não vou. Se a empresa não me determinar formalmente, por ofício, eu não cumprirei". Então, foi-me mandado o ofício para que eu não pagasse. Quando o Tribunal de Contas fez a auditoria competente, eu apresentei o documento da *holding*, mostrando por que eu tive que pagar depois juros, correções e tudo o mais.

É só para dar um exemplo aqui, Presidente, de que a Anatel, quando faz os editais de licitação, cumpre determinações de governo. Eu, pessoalmente – dada, inclusive, a aprovação, por parte da Comissão de Infraestrutura, em que eu tive a honra de ser aprovado por unanimidade, e fui convidado a participar novamente do meu setor, agora como Conselheiro, Presidente do Conselho Diretor da agência –, sempre que houver alguma determinação de governo que não seja realmente em favor da sociedade, do consumidor e daquilo que seja do interesse público, tipo os editais de licitação, eu questionarei.

Aí eu peço o concurso do tribunal, porque, nessas horas, como já falou aqui o Dr. Paulo Sisnando, essas metas, essas obrigações, principalmente com viés arrecadatório, são determinações de governo. E, claro, a Anatel, às vezes, por alguma dependência política, o que não é o meu caso, acaba tendo que cumpri-las e, com isso, acaba prejudicando o consumidor, a sociedade, na hora em que ela privilegia o viés arrecadatório e não o viés social, o viés econômico de certas regiões, como também já mostrou aqui o representante do tribunal certos parâmetros que não regionalizam.

O Sr. Presidente aqui é do Rio Grande do Sul. O senhor imagine um Estado no Norte ou no Nordeste, que tem mais problemas de ordem econômica e social, na hora em que um tratamento é feito para o Estado de Santa Catarina, ou Paraná, ou São Paulo, e tem que ser aplicado o mesmo procedimento em certos Estados da Região Norte ou Nordeste.

Então, Senador, a própria Casa recentemente aprovou um projeto de lei que é a lei das agências. Esse projeto é importante para as agências reguladoras, não somente para Anatel, porque estabelece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

uma série de procedimentos. Entre eles, eu faço destaque à questão da independência financeira, porque, por lei, hoje, a Anatel tem, sim, essa autonomia financeira, mas infelizmente ela não é praticada. Então, os senhores acabaram de, numa outra lei, reforçar a questão, que é justamente a independência financeira de todas as agências, porque não é somente a Anatel que passa por essas questões que acabam dificultando a sua gestão e a sua administração.

Não somente a questão da independência financeira está no projeto de lei já aprovado aqui no Senado e que agora foi remetido para a Câmara Federal. Esperamos que ele prospere e que não haja depois as sanções presidenciais, porque, às vezes, acontece também isso. Eu mesmo, Ministro de Estado à época, trabalhei junto ao Congresso num projeto de lei que passou, e havia, sim, uma determinação de não contingenciamento de recursos. Depois, Senador, eu tive que ser um dos signatários do veto, porque a pasta, junto com o Presidente da República.... Em um assunto que é setorial, cabe e é determinação, inclusive, que o Ministro da pasta também, por ocasião de vetos presidenciais, tenha a sua assinatura lançada junto com os demais Ministros e o Senhor Presidente da República.

A questão, então, aqui mostrada é importante, como a Drª Alessandra comentou: a presença nacional da agência. A Anatel tem 27 escritórios, ou seja, é um por capital de cada unidade da Federação, mas, enquanto isso, há quase 900 PROCONs. Então, nós tentamos acompanhar os 900 PROCONs com 27 escritórios e mais a sede em Brasília, mas o Procon está muito mais presente do que a própria agência.

É claro que há *call center* da agência. Agora mesmo a Ouvidora-Geral da Anatel, a Drª Amélia, aqui presente também, está fazendo um trabalho de como fazer a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Anatel. É um trabalho também importante dentro de toda essa estruturação de um planejamento estratégico, o que ocorre no momento presente da Anatel, em que se analisa tanto a estrutura quanto o funcionamento.

Alguns dos problemas aqui mostrados pelo Dr. Paulo Sisnando são quanto a uma área estabelecer determinado procedimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – ... aquele procedimento acabar não sendo continuado e se perder banco de dados a respeito daquilo que é feito.

Eu pessoalmente entendo hoje, para tentar finalizar, Presidente, que, no passado, nós administrávamos escassez de telefone fixo. Isso aí foi suprido. Pelo contrário, hoje, os telefones até diminuem a sua presença não só no Brasil, mas pelo mundo: há uma redução da quantidade de acessos fixos.

Aí veio o segundo momento, que era a escassez da telefonia celular. Hoje, pelo contrário, também está havendo uma redução em função de procedimentos mercadológicos ou, às vezes, por problemas econômicos nacionais. Também está havendo uma redução do número de acessos de telefonia celular. O grande problema hoje é realmente o atendimento da demanda por banda larga.

Eu tenho um artigo escrito em que eu citava, à época, parodiando Shakespeare, aquela passagem do "meu reino por um cavalo". Eu dizia, então, que eu vivi o momento do "meu reino por um telefone", depois eu vivi o "meu reino por um celular", e, no momento, nós vivemos o problema do "meu reino por uma banda larga". Então, isso é fundamental para o setor.

Eu vi aqui, no registro, nas notas que foram feitas desta comissão, que são diversas as posições dos Srs. Senadores que participaram aqui com relação à questão da qualidade do serviço. Um Senador, por sinal, colega de turma na escola de engenharia em que fui graduado, o Senador Flexa Ribeiro, dá a oportunidade de uma vez a cada semestre vir aqui o representante da agência. Eu me coloco, já de antemão, totalmente a favor também. Não haverá impedimento. Aqui sempre estarei, ao ser convidado ou convocado para estar presente com os senhores.

E já queria louvar aqui uma posição também que foi feita pelo Senador João Capiberibe em outra Comissão, a de Transparência e Cidadania, quanto àqueles problemas que são apontados com relação à falta de recursos, que foram mostrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Hoje, na hora em que se fala de arrecadação de fundos setoriais, a má aplicação desses recursos não é por parte da Anatel. Eu não posso aqui criticar o Governo Federal, até porque não é deste Governo, do governo passado ou de outros governos. Isso é uma regra antiga em que as áreas econômicas sempre contingenciam, não dão os limites necessários para o funcionamento das agências, não é somente da Anatel.

Então, na hora em que o tribunal, recentemente, por via de um acórdão.... É importante, então, Dr. Paulo Sisnando, que também se fiscalizem as áreas ministeriais na hora em que se contingencia, porque o Congresso aprova uma Lei de Orçamento, ali é determinado o valor que deva a ser utilizado, e, infelizmente, depois, o Poder Executivo não cumpre. Eu entendo que cabe, sim, ao tribunal também fiscalizar a não aplicação desses recursos em detrimento do funcionamento das agências.

Mas eu já agradeço e me coloco também aqui à disposição do Presidente e dos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente, engenheiro Juarez do Nascimento.

A propósito dos contingenciamentos, nós teremos, daqui a pouco mais – está previsto para as 11h, não sei se vai começar na hora –, uma sessão do Congresso Nacional em que nós temos um destaque contra o contingenciamento das verbas para a comunicação – telecomunicações, pesquisas, etc.

Houve uma votação aprovando na Câmara, depois no Senado, a ex-Presidente vetou, e nós estamos discutindo agora a derrubada do veto, tentando evitar esse contingenciamento para um setor tão importante.

Aliás, por tudo o que se sabe, não há serviço de utilidade pública no Brasil mais demandado do que o serviço de telefonia, principalmente dos celulares, quando o engenheiro Duprat nos traz aqui a informação de que há 251 milhões de celulares no Brasil, 41 milhões de fixos. Mas diz também o engenheiro Duprat que 30 milhões de celulares já foram desconectados. Não sei se desses 251 milhões descontam-se os 30 milhões ou se, afora os 30 milhões, ainda persistem 251 milhões.

O SR. CARLOS DUPRAT – Acho que hoje já estamos com 240 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Duzentos e quarenta.

Agora, o engenheiro Duprat deixou uma frase aqui que me ficou palpitando muito. Disse ele o seguinte: "O setor de telecomunicações vem perdendo atratividade". E aí combinamos com uma afirmação da Drª Alessandra e acho que nós deveríamos dirimir essa dúvida desde logo.

A Drª Alessandra, que é do Ministério Público, do Procon, pergunta se o serviço de dados não deveria ser público. Ora, por que essa pergunta? Porque há uma insatisfação generalizada. Não se descarta nunca que é um serviço muito demandado, mas há uma verdadeira procissão de queixas no Brasil. O usuário se queixa; o Ministério Público tem as suas razões; o Procon recebe carradas, avalanches de queixas; o TCU apresentou defeitos; o engenheiro Juarez está recém assumindo.

Mas nós queremos, então, para começo deste nosso debate, ver aprimoramentos. É isso que esta Comissão de Comunicação quer ver lá adiante.

A senhora acredita, Drª Alessandra, que há essa tendência? Poderia haver uma proposta? E aí vai criar um debate muito grande, porque, de um lado, as prestadoras lutaram muito para conquistar esta concessão e agora poderiam sofrer uma ameaça de que, ao menos nesse serviço, poderiam perder, devolver para o controle público. A senhora pode esclarecer melhor isso?

A SRª ALESSANDRA GARCIA MARQUES – Na verdade, no âmbito do Ministério Público brasileiro, hoje, esse debate a respeito do modo como o serviço é prestado no Brasil, para nós, já é uma questão importante. Por um lado, nós tivemos, graças a todo o regramento do serviço de telefonia fixa comutada, por exemplo, uma das maiores conquistas da história da telecomunicação e da prestação desse serviço no Brasil, que foi a universalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

No caso do serviço de dados, especificamente, para o Ministério Público, algumas coisas são incômodas. A primeira delas está no fato de que, no momento em que ocorrem as concessões e no momento em que os serviços são regulamentados, nós temos um foco na questão econômica, que desvia o debate da qualidade do acesso do serviço à população brasileira.

Então, por exemplo, para nós, é incompreensível que um consumidor nos chegue de uma cidade do interior ou de uma capital e diga assim: "Não tenho acesso ao serviço de dados em minha residência". E não mora nem em zona rural. Aí nós vamos à operadora e ela diz: "Não, nós temos obrigação de oferecer 80% de cobertura, então alguém vai ficar sem".

Nem a operadora quer isso – quero crer –, enquanto membro do Ministério Público, nem a sociedade deseja. Portanto, Senador, um debate hoje mais aprofundado a respeito do serviço de dados, da oferta de dados no Brasil deve passar por qual regime deve seguir para que se garanta, além do equilíbrio econômico-financeiro – porque é óbvio que as empresas vivem do lucro que têm –, da prestação do serviço e da remuneração por parte do consumidor, qual é efetivamente a regra fundamental para a prestação desse serviço. Nós vamos continuar pelo regime privado? Isso tem distinções e consequências para o consumidor, especialmente, e aí demanda um debate aberto com as empresas, com o setor público. E esta tem que ser uma decisão de Estado: saber se efetivamente a qualidade pode ser mantida do modo como o serviço é ofertado inicialmente por parte do Estado brasileiro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu queria fazer uma breve fala, Sr. Presidente. O senhor sabe que hoje é um dia atípico para nós aqui, muito complicado, com muitas audiências públicas ocorrendo ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Estamos tendo três Comissões em andamento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Exatamente. Uma acabou de ser suspensa porque, com tanta concorrência, não deu quórum suficiente. É exatamente a medida provisória que trata das outorgas das rádios, que ficou para hoje, às 15h.

Eu queria cumprimentar V. Exª pelo trabalho, pela condução da Comissão. Eu sou o Vice-Presidente desta Comissão aqui no Senado Federal, V. Exª é o Presidente, e nós temos procurado fazer o melhor. V. Exª sempre é um condutor, de forma rente, dos trabalhos aqui. Então, quero, de público – estamos quase na última reunião da Comissão, talvez haja mais uma –, externar...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não, hoje é a última.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Hoje é a nossa última, não é?

Quero externar este reconhecimento ao trabalho e à condução de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Mas no ano que vem tem mais.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É, no ano que vem, temos mais, claro, em fevereiro.

Juarez Quadros do Nascimento, o senhor se lembra de que, quando da sua sabatina, uma série de expectativas foram aqui colocadas.

Eu sou o autor da CPI da Anatel. Demos um tempinho a ela por causa daquele turbilhão, aquela confusão que estava o Brasil com aquela parte final do *impeachment,* e depois, com a nova diretoria indicada também. Eu estou vendo o seu esforço.

Ontem mesmo nós aprovamos o Leonardo Euler aqui na Casa, um servidor de carreira, uma pessoa que realmente conhece profundamente a Anatel, como V. Sª conhece, e outros diretores que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lá, para recuperarmos a Anatel. Porque nós temos aqui o SindiTelebrasil com o sindicato para defender as empresas de telecomunicações, que o faz corretamente, adequadamente.

Eu já aproveito para cumprimentar o Carlos Duprat pelo excelente trabalho que faz. Então, não cabe à Anatel, que é para fiscalizar e para regular, ficar legislando em causa própria das empresas, como estava anteriormente. E daí a questão da CPI da Anatel para esclarecer isso.

Ainda bem que, antes de ser impitimado, o Sr. João Rezende pediu para sair. Porque o que ele estava fazendo com relação às bandas largas, o que ele fez com a TV a cabo, e outras coisas, foi legislar em causa própria para umas empresas em detrimento das outras, em vez de fazer fiscalização e regulação, que é o trabalho, a política pública que nós temos que fazer para garantir qualidade do serviço.

Então, quero começar, de cara, agora que o senhor já está há um bom período.... Eu tinha que visitar o senhor, não consegui visitá-lo ainda, para conversarmos, agora, com o Euler, com o senhor e com outros lá. Quero sentar na diretoria da Anatel, com tempo, a fim de podermos compreender como está a questão, para eu, em definitivo, ou colocar para frente ou retirar a questão da CPI da Anatel, dependendo de como eu for convencido de que esta nova diretoria está tocando a questão da Anatel. Então, eu queria ouvir de V. Sª como está, na sua visão, hoje, depois de já quase quatro meses como Diretor-Geral da Anatel...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Dois meses.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Dois meses.

Como está essa questão da recuperação, essa questão da concorrência mais clara, porque o SindiTelebrasil não tem medo de concorrência. O Duprat está aí. Não tem problema nenhum de concorrência. Quanto mais concorrência houver no mercado, melhor pode ser o trabalho. O que não dá é que, a 15km da cidade, fica impossível se falar no celular, porque o sinal do celular simplesmente some totalmente, não se consegue mais sinal. Isso é uma das maiores reclamações que nós temos no Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Foi dito aqui que não são expedidos editais para esse serviço. De fato, é algo que nós também queremos esclarecimentos aqui, do porquê.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Claro, Presidente, é isso aí.

Nisso tudo, é fundamental termos esses esclarecimentos.

Eu quero cumprimentar a Drª Alessandra Garcia Marques, que representa a Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor, porque o Ministério Público tem um papel fundamental de acompanhamento, de fiscalização, de cobrança, de defesa nossa, dos clientes, porque cada brasileiro hoje tem por volta de dois celulares.

Inclusive, até quero ouvir sua opinião, nobre Juarez, sobre a questão da extinção da telefonia fixa, porque eu acho que já não há necessidade tanto assim de ter mais telefonia fixa, já que todo mundo tem um, dois ou três aparelhos de celular, que pode fazer tudo que o telefone fixo fazia, com mais questões. O que nós temos que fazer é melhorar o sinal, quando afastamos um pouco do ponto da antena; acabar com o sombreamento, porque, por exemplo, quem mora em vários lugares de Brasília, vindo o sinal da operadora A e da operadora B, misturando tudo, não consegue se conectar e nem atender ao telefonema que recebe. Então, nós precisamos resolver essa situação.

Eu quero cumprimentar também o TCU pelo excepcional trabalho que sempre fez, cumprimentar o nosso novo Presidente lá que toma posse hoje e dizer para vocês do TCU que vocês são técnicos que eu, como servidor público concursado, da área pública federal.... Eu sou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O TCU, em que são servidores públicos concursados, também tem um trabalho excepcional, invejável. Cabe a nós todo o respeito ao TCU. Eu rendo minhas homenagens ao TCU na sua pessoa, Paulo Araujo.

Eu tenho algumas perguntas. Questões principalmente ao nosso amigo Juarez. Desculpe-me,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Juarez, ficar concentrando em você, mas a Anatel é a mãe de toda a situação aí.

A Ouvidoria, em seu relatório de 2015, critica duramente o modelo de atendimento adotado pela Anatel e afirma que a agência trabalha com obsoleto padrão de redirecionamento das reclamações para as empresas. Como V. Sª avalia o modelo de atendimento da Anatel? A Anatel não deveria proporcionar um atendimento completo ao cidadão e buscar alterar o comportamento das empresas para que os seus clientes não tivessem que procurar essa agência? Então, nós precisávamos ver a questão de como o senhor está modernizando isso, porque, com a sua política de regulação e fiscalização, cabe à Anatel ser dura, quando tem que ser dura, ser proativa, quando tem que ser proativa, multar, quando tem que multar, e multar com o devido peso da multa, quando ela é necessária. E cabe ao nosso sindicato defender as empresas multadas, mostrar que está errado ou que está isso e que está aquilo, e, no que está errado, fazer com que elas paguem e consertem os erros que estão fazendo.

Então, eu queria saber da Anatel essa questão.

Outra pergunta: a estrutura da Anatel é suficiente para garantir a fiscalização do serviço de telecomunicação em todos os Estados? Como a Anatel planeja as suas ações de fiscalização? É importante para nós poder saber isso.

Quais mecanismos a Anatel tem adotado para evitar a sua captura pelos interesses das empresas de telecomunicações? Se não fosse o nosso ex-Ministro André Figueiredo, corajoso, responsável, conhecedor da área, um técnico da área, ter desautorizado o Sr. João Rezende com relação à banda larga, tinham feito mais uma patriotada, por interesse de alguns em detrimento, nobre Promotora... Eu queria até que a senhora comentasse esse fato ocorrido com relação à banda larga, da ação importante do Ministério das Comunicações, à época, com o Ministro André Figueiredo, desautorizando a Anatel a fazer como ela queria fazer na questão da banda larga. Então, eu queria ouvir os comentários de V. Sª sobre essa questão.

E a última, Juarez: a Anatel já tem uma posição sobre o modelo de comercialização para a internet fixa? É exatamente sobre o que eu estava falando aqui com a minha querida Alessandra. Ainda pretende autorizar a limitação do acesso à internet? Contratamos um plano ilimitado, e aí vem a Anatel dando uma de Presidente do sindicato! O Presidente do sindicato, que eu saiba, é o Duprat, que poderia fazer qualquer pleito. Agora, a Anatel dar uma de Presidente do sindicato para defender os interesses das empresas, em detrimento do consumidor brasileiro?! É muito falta de patriotismo, é muita falta de respeito conosco, os Senadores desta Casa eleitos para defender o povo brasileiro que sabatinamos e somos responsáveis pela diretoria da Anatel. Por isso, a CPI, por isso, íamos pedir o *impeachment*, que seria uma das primeiras medidas da CPI, do Sr. João Rezende, se tivesse permanecido e não tivesse pelo menos tido a hombridade de ter pedido para sair. Nós não tivemos que o destituir por causa dessa atitude. Então, como vamos estar se comportando?

Eu queria que alguém da assessoria passasse para mim – tirasse cópia aqui e desse para os quatro palestrantes – essas perguntas.

Finalizando, meu nobre Presidente, a quem, mais uma vez, parabenizo, faço algumas perguntas que nos foram solicitadas, quando eu, como Vice-Presidente, fui requerente desta audiência, que seria conjunta da CI e da CCT. Algumas das perguntas, das avaliações foram o seguinte. O relatório de auditoria, TC vinte e três e alguma coisa, que é o apenso do Tribunal de Contas, nos termos do voto do Relator Ministro Bruno Dantas, considerou insatisfatória a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) na fiscalização do Serviço Móvel Pessoal (SMP) em detrimento do usuário do setor de telecomunicações. Eu quero saber se isso mudou em alguma coisa, meu nobre representante do TCU e meu nobre representante do Sindicato das Telecomunicações. O trabalho buscou avaliar a atuação da Anatel como órgão regulador dos serviços na garantia da qualidade da telefonia móvel, em consonância com a percepção do usuário, com os direitos do consumidor e com os padrões técnicos exigidos pelas próprias concessionárias. Para tanto, fixou-se na análise das propostas as seguintes questões – só são três questõezinhas.

A atuação da Anatel contribui para melhor compreensão pelo consumidor do serviço prestado e de seus direitos, nobre Promotora, nobre representante do TCU e nobre representante do sindicato? Eu queria que vocês respondessem a essa pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Os requisitos vigentes de qualidade do serviço de telefonia móvel definidos pela agência estão aliados com a percepção dos usuários? Eu queria ouvir essa resposta do nosso nobre representante do Sindicato das teles e também de V. Sª, nobre representante do Ministério Público.

A forma de utilização dos principais instrumentos do órgão regulador, a exemplo de planos de melhoria e indicadores, e os resultados obtidos por eles promovem a melhoria da qualidade do serviço de telefonia móvel? Essa pergunta é para o Juarez. Vamos ver como melhoramos essa questão desses reguladores.

Égli, querida, você podia dar uma cópia para todos, porque essas aqui foram todas as perguntas formuladas quando eu, o nosso nobre Senador Lasier, o nobre Senador Garibaldi e outros Senadores aprovamos esta audiência tão importante para esclarecimento de todos nós. Ela deveria estar superconcorrida, mas não está, não é nenhuma falta de interesse, mas é porque, realmente, a nossa pauta de hoje, para todos nós Senadores, está carregadíssima.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Muito bem.

O Senador Hélio José resume muitas das perguntas que nós pretendíamos.

Eu estou recebendo também do Dr. Paulo Sisnando uma série de deliberações do TCU. Contei aqui 16 recomendações à Anatel, de modo que, Senador Cristovam Buarque – que está chegando e que é um dos autores desta audiência pública –, nós certamente tiraremos muito proveito com esta audiência, porque temos aqui quatro representações fundamentais para que se aprimore esse serviço que é o mais demandado do Brasil atualmente.

Por gentileza, Engenheiro Juarez, por favor, comece respondendo às perguntas do Senador Hélio José.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Obrigado, Presidente.

Senador, o senhor realmente já se manifestou quando da sabatina – inclusive, reitero aqui o agradecimento pela aprovação do meu nome por parte do Sr. Senador. É claro que eu não vou aqui fazer nenhum juízo de valor com relação ao nosso ex-Presidente, mas eu estou tentando reordenar a casa. Para isso, eu aceitei o convite, primeiro, do Poder Executivo, na pessoa do Presidente da República e do Ministro da pasta, para voltar a ser servidor público, o que eu já tinha sido no passado e tinha saído, indo para a iniciativa privada. Então, voltei com muito empenho, muita dedicação. Estou, realmente, como aqui o Presidente Lasier já comentou, há 60 dias, praticamente, caminhando para 90 dias. Nesse tempo, já deu para eu sentir a temperatura da agência.

O senhor perguntou com relação à estrutura da Anatel. A Anatel tem 1.600 servidores, dos quais 800, na sede, em Brasília, Presidente, e 800, pelos Estados. Tão logo eu possa, eu irei ao Estado do senhor também para ver o que acontece no Rio Grande do Sul presencialmente e sentir, fazer o contato com os servidores. Eu acabei de falar à Drª Alessandra que cheguei ontem do Acre, onde passei a segunda-feira. Sobre aquilo que o senhor já levantou com relação à estrutura da agência, Drª Alessandra, lá, nós mudamos o local de funcionamento, em um contrato de cessão de área com a Receita Federal. Então, nós estamos ocupando o sétimo andar do edifício onde funciona a Receita Federal em Rio Branco, acomodando melhor os servidores nossos e também aquilo que demanda a própria sociedade acriana. Com isso, o Estado hoje tem uma das melhores instalações da Anatel – justamente um pequeno Estado, mas que é um Estado importante em sua posição estratégica em regiões de fronteiras.

Senador, a outra questão é com relação a como a Anatel está se comportando nessa reestruturação. Eu tinha falado há pouco que nós estamos na execução de um trabalho de planejamento estratégico, que está em andamento. Esse trabalho foca também a questão justamente da estrutura e do funcionamento da agência. Então, são várias as superintendências. Aqui, hoje, Senador, está comigo a Superintendente de Relações com Consumidores, a Drª Elisa, que está aqui presente. Com isso...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu peço que a Drª Elisa se identifique. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Obrigado pela sua presença.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – E também a nossa Ouvidora-Geral, a Drª Amélia, que é professora doutora, é da academia e também está há uns 90 dias na agência também. Ela tem uma larga experiência acadêmica, científica e também executiva, de vez que a Drª Amélia também é oriunda do sistema Telebras.

Com isso, nós estamos reorientando, Senador Hélio José, as questões que o senhor acaba de levantar, no sentido de fortalecer a agência. Dentro do próprio tema, e o senhor também é um dos signatários do tema desta audiência, que é justamente como fortalecer a Anatel, eu já comentei a questão justamente da má aplicação dos fundos setoriais não por parte da Anatel, mas por parte, realmente, de autoridades de plantão não deste Governo, mas de governos passados. Não é justo aqui, Presidente.... Eu não vou nem falar de Fust e Funttel, mas a arrecadação do Fistel, em 2011, foi de R$7 bilhões; em 2012, foi de R$4,9 bilhões, ou seja, aproximadamente R$5 bilhões, que se repetiram em 2013; em 2014, esse recurso foi de R$8,8 bilhões; no ano que se encerrou, 2015, no ano passado – agora, já vai se encerrar 2016 –, foi de R$5,4 bilhões. A Anatel sequer utiliza 15% desse recurso para a sua operação. Isso é o que fica aprovado na lei que os senhores aprovam aqui, no Congresso Nacional, mas, se formos ver depois os contingenciamentos ou a liberação do contingenciamento ao final do exercício, quando não dá mais tempo de executar, isso aí, realmente, prejudica bastante, Senador, o funcionamento da Anatel. O senhor não havia chegado ainda, mas eu também já aproveitei a oportunidade de estar aqui o Dr. Paulo Sisnando, do Tribunal, para que também o tribunal verifique o mau uso desses recursos, que, na verdade, são recursos pagos por nós consumidores para aquela finalidade específica, que seria fiscalizar os serviços de telecomunicações no País. Infelizmente, isso não funciona. Aí, Senador Hélio José, acaba prejudicando a fiscalização. Se nós precisamos de um veículo para deslocamento pelo interior do Rio Grande do Sul, de repente, não há verba para pagar o combustível; às vezes, até há o veículo, mas não há o recurso para pagar o combustível para o deslocamento para o fiscal poder ser deslocar e ir até o local onde está precisando daquela atuação de fiscalização. Isso tudo, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Deixe-me lhe fazer uma pergunta.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sobre essa questão dos fundos. Os fundos seriam fundamentais para esse desenvolvimento. O senhor vê no TCU ou no Ministério Público algum poder de coerção para que se cumpra a destinação desses fundos que os últimos governos direcionam para o superávit primário, para pagar as suas contas? A gente entende. O País vive um caos econômico devastador, mas acontece que desenvolvimento, prestação de serviços, isso deveria ser essencial, porque diz respeito à prosperidade do País. Os fundos não são utilizados por quem é de direito. E fica por isso mesmo?

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Infelizmente fica, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não tem saída?

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Entendo que tem saída, sim. É exigir das autoridades de plantão o fiel cumprimento da lei, porque esses fundos todos foram criados por leis que passaram pelo Congresso. Na hora em que eles são desvirtuados se está cometendo ilegalidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Isso pode configurar um crime de responsabilidade?

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Eu não teria a autoridade jurídica para fazer essa interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Drª Alessandra, vou lhe permitir abrir parênteses.

Isso pode significar crime de responsabilidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª ALESSANDRA GARCIA MARQUES – Isso pode ter diversas consequências, Excelência. Isso pode ter consequências até por conta de prática de atos de improbidade administrativa...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, ato de improbidade.

A SRª ALESSANDRA GARCIA MARQUES – Com certeza pode haver a incidência disso pelo descumprimento da lei, pelo desvio do princípio da legalidade. E o Ministério Público Federal, no caso, pode ter uma atuação muito importante na cobrança da real e devida destinação desses fundos. Então é bastante...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – A senhora é do Ministério Público Federal?

A SRª ALESSANDRA GARCIA MARQUES – Sou do estadual, mas na nossa associação estão todos. E daqui a pouco estarei no Ministério Público Federal, depois daqui, para tratar da questão dos aeroportos, das novas normas.

O Ministério Público Federal especificamente pode ter um papel muito importante para que façamos com que essa destinação seja devida, com a fiscalização, para saber por que não foi e como tem sido, e com a sanção para aqueles que não vêm cumprindo a legislação. As consequências jurídicas pelo descumprimento disso são bastante severas, podem ser bem graves.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado.

Devolvo ao Engenheiro Juarez.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – A outra questão, Senador Hélio José, diz respeito à captura da Agência.

Esse verbo não se conjuga mais na Anatel, nem na primeira pessoa do singular nem na primeira pessoa do plural.

Quanto à cautelar da banda larga fixa que o senhor relatou, a Drª Elisa é a autora da cautelar pela qual foi determinado que se sustasse a prática. Então, a prática está suspensa, a cautelar está em vigor e eu não penso em tratar dessa questão tão cedo. É claro que há demanda por conta disso, mas nós estamos vendo realmente qual é a condição de trabalho para apreciar a questão. Essa é a posição com relação à banda larga fixa.

A atuação da fiscalização com limite de atuação, creio que acabei antecipando. O maior problema realmente são recursos para fiscalizar na plenitude que tem a Anatel como órgão competente para fiscalizar e regular, com relação à hora em que tem que estabelecer os atos regulatórios e, em consequência, as outorgas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – A propósito, Engenheiro Juarez, foi dito pelo Dr. Paulo Sisnando que o TCU fiscaliza a Anatel e a Anatel fiscaliza as prestadoras. O senhor tem equipe para uma fiscalização mais severa?

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Sim. A equipe de servidores da Agência é altamente capacitada, Presidente. São funcionários de carreira, mediante concurso público de carreira, mediante concurso público, como é a carreira pública em todas as agências, em outros órgãos de governo e no próprio Tribunal de Contas.

Eu diria que nós temos um problema, que é complementar a capacitação. E vai cair de novo na questão que o Senador já levantou, que é a questão orçamentária. Não se consegue fazer com que os programas de capacitação sejam no Brasil ou no exterior, porque nesse setor há uma inovação tecnológica com uma velocidade que não se pode desprezar. Então há necessidade de o pessoal da Agência estar presente tanto em programas de capacitação no País quanto fora do País. E muitas vezes nós deixamos de estar presentes nesses programas. Quando falo de programas, são congressos, seminários e programação junto a certas universidades, não só aqui no Brasil como no exterior. Esse pessoal nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

é preparado, mas precisa, sim, de complementação em função da atualização, principalmente tecnológica para a regulação estar *pari passu* com o ambiente tecnológico.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Permita-me fazer-lhe outra pergunta.

Não é possível falar em qualidade em prestação de serviços sem que se associe à ideia econômico-financeira. E uma curiosidade que os brasileiros têm é com relação às receitas das prestadoras.

Lá no começo, o Engenheiro Duprat lembrou muito bem que o Estado brasileiro se apropria da maior parte da riqueza gerada pelo sistema e que as alíquotas vêm aumentando cada vez mais, principalmente do ICMS, o que dificulta o trabalho das operadoras, mas a gente não tem conhecimento sobre até onde tem procedência essa queixa.

A Anatel tem como dizer? Neste momento, nós estamos falando para todo o Brasil pela TV Senado. Então, Engenheiro Juarez, o senhor, pela longa experiência que tem no ramo, pode dizer se as receitas estão dentro do moderado – vamos dizer assim –, do que é satisfatório? Ou as prestadoras têm razão em dizer: "Olha, não dá para melhorar o serviço, porque nós também estamos sufocados pelos impostos"? Quem tem razão nisso tudo?

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Senador, a questão é importantíssima de ser colocada em foco, até porque vou enaltecer a posição do Congresso Nacional.

A Lei Geral de Telecomunicações é de 1997. Era uma lei necessária para aquela época, mas o mundo gira rápido, para citar Exupéry, no "O Pequeno Príncipe". E precisava não acender...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O senhor gosta muito de literatura, não é?

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Há pouco o senhor falou do seu reino por uma banda larga.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Justamente.

Então o que ocorre? O mundo está girando muito mais.... Infelizmente, a regulação não acompanhou a própria lei, ficou defasada.

Graças aos senhores, a Câmara Federal e agora o Senado aprovaram o projeto de lei oriundo da Câmara Federal que oriundo da Câmara Federal que ganhou número também no Senado, o PLC nº 79/2016, e vai justamente reordenar, fazendo com que...

Aproveitando, Drª Alessandra, a sua menção quanto à questão da prestação de serviço em regime público ou privado, é claro que a necessidade do serviço prestado no regime público supriu, com a lei de 1997, a sua finalidade. O serviço está universalizado e, pelo contrário, está até agora diminuindo, está recuando. Apenas a telefonia fixa era prestada em regime de concessão, na modalidade de serviço público.

A lei que os senhores aprovaram, Senador, que está aguardando o prazo regimental pela questão de recursos para ser encaminhada para a sanção presidencial, resolve o problema, uma vez que as outorgas de concessão migrariam para as outorgas de regime de autorização mediante o regime privado, não mais o regime público. Há uma diferença então, que seria, digamos assim, o bônus da mudança, que é um ônus, na verdade, para os operadores. Não sei se Duprat vai gostar, com as suas operadoras, mas eles terão, sim, de acordo com a lei que os senhores aprovaram, essa diferença de valor na transição de concessão para autorização, que vai se traduzir em investimentos, em melhoria principalmente da banda larga, que é a demanda que hoje se apresenta, mas com uma série de comprometimentos. Por exemplo, haverá caução de garantia. Está na lei: a operadora somente recebe a caução depois da demonstração e da fiscalização relativa ao cumprimento da execução daquele valor determinado já na lei.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Permita-me abrir um parêntese na sua colocação para ver como o presidente do sindicato das empresas, o Engenheiro Duprat, encara isso.

O SR. CARLOS DUPRAT – Considero natural. Regra é regra. Estamos aí para cumprir, e temos cumprido ao longo do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Os editais são expedidos pela Anatel, não é? E houve essa queixa. Isso é algo generalizado. Todos nós enfrentamos e imediatamente culpamos as operadoras. Estamos numa estrada inóspita, longe ou nos rincões, como foi dito aqui, e não sintoniza, não pega o celular. Aqui foi dito que é porque não tem havido editais para isso. Então a culpa não é da operadora.

Os senhores estão projetando novos editais, enfim, para atender a todo o Brasil?

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Nós temos editais em vigor ainda em andamento ou com os contratos em consequência do edital e, infelizmente.... Aí vai voltar a questão do viés arrecadatório que já comentamos aqui. Eu não queria estar nas localidades que só serão atendidas em 2019. Foi feito o edital, há uma obrigação, e infelizmente, algumas localidades, que são aquelas com população abaixo de 30 mil habitantes, com tecnologia 3G, serão atendidas até – ainda vem a infelicidade da palavra "até", ou seja, poderia ser antes – dezembro de 2019 por pelo menos uma operadora, uma prestadora.

É claro que aí vem a questão econômica da operação, que foi também levantada, a questão do equilíbrio econômico-financeiro para que as empresas possam pelo menos antecipar esse cumprimento que aqui também foi comentado, que é a questão da cobertura.

Senador, quem tem 2G só fala, mas a demanda de hoje não é só por voz. A demanda atual é por dados. E dados somente são possíveis quando se usa a tecnologia de terceira e de quarta geração. Em função dos editais e dado aquele viés arrecadatório, há metas para ser cumpridas até 2019. Por isso eu digo que não gostaria de estar no lugar...

O próprio Senador Hélio José se lembra da sabatina. Quase todos os Senadores presentes questionaram justamente essa questão de não atendimento de localidades que não são sedes municipais. Então, você vai ver o edital que foi feito...

Portanto eu diria, dentro daquilo que o senhor levantou, que novos editais, sim, mas o ideal seria que os antigos editais que estão em andamento, em execução não tivessem sido sob aquele viés arrecadatório por força de ordens governamentais, mas que fosse privilegiado o atendimento social e econômico.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – E com relação, Engenheiro Juarez, à pretensão das operadoras de cobrar quando se ultrapassar o limite de dados na banda larga? Como a Anatel se posiciona? Que opinião o senhor tem?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, só um instantinho. Eu queria também complementar, porque o Juarez vai falar em seguida, para responder a essa pergunta do senhor, sobre a questão da telefonia fixa.

Eu queria ouvir a sua opinião, Juarez – você é um técnico respeitado, conhecedor –, sobre o que vamos fazer com essa questão, os seus investimentos sobre telefonia fixa. Todo mundo hoje tem dois ou até três celulares. Qual é a perspectiva que existe sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O senhor pode escolher por onde começar.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – A telefonia fixa, Senador Hélio José, é a rede do par de cobre, que o senhor também conhece bastante em função da sua atuação profissional. Ela é o grande suporte para a banda larga fixa. Mundialmente – e vou usar um termo técnico, infelizmente –, os *modems* ADSL utilizam o par de cobre pelo qual chega o telefone ao domicílio ou ao escritório. Ele é a infraestrutura para a banda larga fixa. Mundialmente, ainda é o líder de mercado, tanto que no Brasil praticamente 70% dos acessos de banda larga fixa são feitos em cima do par de cobre. Daí a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

importância da telefonia fixa.

E vem o grande problema que está em debate mediante a cautelar que está suspensa, porque hoje o que nós queremos da banda larga em casa é desativar a TV por assinatura, fazer com que via roteador que existe no domicílio se evite trafegar dados pela rede do celular, e sim usar a rede Wi-Fi de casa, ou do escritório, ou da loja, para não pagar mais via rede, seja do celular, seja da TV por assinatura, usar o acesso à internet via rede de Wi-Fi com os roteadores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Permita-me um pequeno corte.

Eu quero pedir a gentileza de o Senador Hélio José assumir a Presidência por cinco ou seis minutos.

Estou sendo chamado na Comissão de Educação, onde sou Relator do projeto das drogas, que é um tema bem menos agradável do que este aqui, é claro, mas eu vou lá, voto, e, em seguida, estou de volta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu também vou ter que sair para a CCJ em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Nobre engenheiro Dr. Juarez, se o senhor quiser continuar fazendo a explanação de V. Sª.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Eu dizia, então, a importância da rede fixa, em função de que ela hoje é o grande suporte para a banda larga fixa para permitir outros acessos via aplicativos.

Hoje, se nós formos olhar – nós comentamos aqui no início dos trabalhos –, está diminuindo a quantidade de acessos de telefonia fixa, está diminuindo a quantidade de acessos de telefonia móvel, está diminuindo a quantidade de acessos de TV por assinatura. O que cresce, porém em um ritmo menor, mas ainda cresce bastante, é justamente o acesso de banda larga.

Ora, com o acesso de banda larga no domicílio, se eu tenho a banda larga fixa, principalmente, e um roteador, se eu tenho 10MB ou 30MB de acesso, eu dispenso a TV por assinatura. Tem reduzido, a cada mês, a quantidade de assinaturas, porque nunca deixo de assistir lá na telinha, mas eu vou agora contratar o *streaming*, baixar filmes, baixar jogos, e não vou mais pagar a TV por assinatura. Então, isso é um fenômeno mundial, e não é só nosso.

Senador, por incrível que pareça, hoje, se nós vamos a uma aldeia indígena, a um quilombola, que não está com cobertura de celular, há pessoas lá, Drª Alessandra, que estão comprando *smartphones* na expectativa de ter a cobertura do sinal, não para falar, mas para acessar a banda larga. Ele quer ficar conectado. Na hora em que ele compra achando que vai ter acesso, mas aquela rede ainda está em segunda geração, de repente aquilo gera também uma insatisfação, talvez até alguma reclamação com relação à questão, porque ele tem um *smartphone*, que é mais caro, é claro, mas ele não vai poder fazer o uso pleno daquilo que ele tem interesse, dada a tecnologia que está disponível na localidade, se ela for de segunda geração. Eu sei que as empresas – talvez o Duprat possa até comentar complementando – têm substituído bastante, ou seja, colocado a terceira geração, quarta geração, para quê? Para atender, justamente, esta demanda das pessoas que, agora, munidas de *smartphone,* querem outro tipo de conectividade, não é mais só para falar.

São muitas as questões. O nobre Senador acompanha bastante o setor, está sempre junto conosco, vendo o que acontece. Então, é difícil você chegar em um quilombola. Quilombolas, às vezes, são localidades muito mais isoladas do que certas aldeias indígenas até. Eles vivem mais interiorizados ainda e eu sei da dificuldade, como engenheiro, de ali chegar. Não basta instalar uma torre na localidade, porque não é só a torre que resolve, é toda a rede que tem para trás para poder fazer a conexão para a rede nacional.

Então, isso tudo é vivido pela Agência. É por isso que eu digo aqui, que é importante que a Agência seja forte, seja uma Agência dotada de recursos, tanto humanos, que tem, mas também de recursos econômicos e financeiros, para que ela possa, assim, fazer essa fiscalização que os senhores nos cobram, e com toda a razão, porque aqui os senhores defendem, realmente, principalmente o cidadão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, nobre engenheiro Juarez.

Eu gostaria que os três outros convidados usassem a palavra para responder as minhas perguntas. Eu fiz à nossa querida promotora, vou deixar para o sindicato por último, exatamente para ouvir você e o nosso querido representante do TCU.

Vamos lá.

A SRª ALESSANDRA GARCIA MARQUES – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Drª Alessandra.

A SRª ALESSANDRA GARCIA MARQUES – Em primeiro lugar, é preciso dizer que – até comecei dizendo isto, quando da minha fala inicial – parte considerável do trabalho dos órgãos de defesa do consumidor – e aí refiro-me aos PROCONs, aos Ministérios Públicos e até às defensorias públicas, que atuam também na defesa do cliente delas, o consumidor hipossuficiente – é hoje telefonia.

Então, isso tem um custo para o Estado brasileiro. Nós temos uma legião de pessoas envolvidas especificamente com isso, com um problema que se arrasta ao longo do tempo e que apenas muda, porque antes nós falávamos, nós tínhamos ações civis públicas antigamente para exigir a universalização dos serviços de telefonia fixa comutada, e isso já não existe mais.

Por outro lado, Dr. Juarez foi bem correto na questão do serviço de telefonia fixa, porque a estrutura dele é importante para a banda larga fixa.

Então, Senador, o que é que nós temos hoje, por exemplo? Eu vou dar um exemplo que conheço bastante. Em Mato Grosso, Rondônia e Acre, nós temos frequentemente apagões no serviço de telefonia e, consequentemente, do acesso aos dados. Isso, é óbvio, tem um imenso prejuízo para o setor produtivo e para todos que utilizam o serviço hoje de dados.

A alegação, muitas vezes, das empresas, quando chamadas ao Ministério Público, é "não, nós tivemos um rompimento da fibra, mas...". E aí a gente pergunta: "Mas não há uma redundância para isso? Não há como nós não ficarmos 24 horas sem acesso à internet? Sem acesso à comunicação por celular?" E aí vem a questão de que eles nos colocam também: "Não, mas o serviço é todo pensado pelo Estado brasileiro pelo viés econômico".

Aí o órgão de defesa do consumidor se vê na necessidade de processar a empresa, ainda que a gente reconheça que existe um problema no nascedouro da questão, que é o viés com que o Estado brasileiro vê o problema da telefonia e, agora, mais do que isso, da comunicação de dados.

Veja que é um problema que tem que ser enfrentado no seu nascedouro e, também, naquilo que os órgãos de defesa do consumidor muitas vezes dialogam com as empresas, que é a questão propriamente da qualidade dos serviços, da dificuldade...

O senhor mencionou uma questão importante aqui: parte das demandas são demandas que até são solucionadas com facilidade. O Dr. Duprat mencionou aqui na apresentação dele que existe um índice de resolutividade das demandas nos PROCONs brasileiros razoável, das empresas de telefonia, e de fato existe, porque a dificuldade está na publicidade das empresas. Então, o senhor imagine as demandas que hoje tramitam em todo o País com relação à mudança na cobrança no serviço de telefonia, de internet, do pacote de dados, porque o que se prometia era um acesso integral e ilimitado. Então, essas demandas hoje estão todas judicializadas, estão por todo o Brasil, no Judiciário brasileiro.

Então, o senhor veja, nós temos o problema da publicidade, nós temos uma dificuldade do consumidor em entender as normas daquele pacote de dados. Os pacotes são variáveis, então ele tem essa dificuldade de compreensão. Há a dificuldade de compreensão, por exemplo, do modo como é demonstrada a cobrança na fatura, na conta do consumidor. E aí há a dificuldade maior, também, que é de acesso a um serviço de qualidade. Esses são dilemas, todos, que estão nas mesas dos membros do Ministério Público brasileiro e dos PROCONs. É um desafio diário, essa questão para todo o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Doutora, a senhora poderia comentar sobre a questão do incidente de banda larga? A cautelar? A ação do nosso Ministro André Figueiredo? A determinação para que a Anatel recuasse da atitude que havia tomado?

A SRª ALESSANDRA GARCIA MARQUES – Fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Fundamental.

E a atitude, também, do próprio Ministério Público do Consumidor naquela ação correta, proativa, em defender o cliente brasileiro e a Anatel deixar de ser o sindicato das empresas e ser, realmente, o que ela deve ser.

Dr. Juarez, conforta-me muito, por isso fiz questão de ouvir a sua opinião sobre a telefonia fixa. É muito importante a questão da telefonia fixa e esse aproveitamento na área na qual ela deva ser aproveitada.

Então, quero ouvir a opinião da senhora sobre isso, antes de passar para o TCU.

A SRª ALESSANDRA GARCIA MARQUES – Isso foi fundamental e tem o amparo na reclamação da sociedade brasileira diante da mudança anunciada à época, inclusive pela agência que tem o papel de fiscalizar e também de regular o serviço.

Eu aqui quero fazer uma consideração a esse respeito, utilizando as palavras do Paulo, e aqui deixo também a minha consideração e o meu respeito pelos auditores do Tribunal de Contas da União, cujos trabalhos são primorosos, e pelo Ministério Público dos Estados. Eu mesma utilizei diversas vezes o trabalho deles. É um trabalho muito importante, mas ele deixa claro, Senador, que é importante o fortalecimento da Agência a partir do momento em que a Anatel esteja atuando efetivamente, considerando que o que importa nisso tudo é que é direito fundamental a defesa do consumidor.

Então, essa mudança na Anatel, de postura.... Aquele episódio que aconteceu resultou em ações, e essas ações tramitam hoje por todo o País com relação àquela mudança de determinação da Anatel, que para o Ministério Público era um retrocesso inadmissível no modo de cobrança e que tinha problemas também contratuais, aquilo que a publicidade tinha ofertado ao longo do tempo no Brasil. É importante ouvir aqui da Anatel que essa – digamos – captura da agência reguladora está hoje fora de cogitação. Ela tem que ser uma Agência fortalecida e digo mais, digo ao Presidente Juarez: penso, em razão da atuação do Ministério Público no Brasil, que o número de fiscais no Brasil, no interior do Brasil, de 800, é um número muito pequeno, porque nós estamos falando de três serviços aqui, mas a Anatel fiscaliza uma gama gigantesca de serviços de comunicação.

Então, o fortalecimento tem que passar também, por quê? Eu procuro a Anatel em Rio Branco, no Acre – dou um exemplo, porque sempre que a gente fala do Acre está falando de um lugar distante no Brasil e de um local que tem uma consideração histórica, importante, somos fronteira no País – e nós acabamos tendo que vir à Brasília. Eu mesma, há mais ou menos um ano e meio, vim pessoalmente, fui super bem atendida na Anatel para tratar dos problemas de telefonia do Acre, mas acabamos tendo que vir aqui pela dificuldade que é você ter apenas, aproximadamente, 800 fiscais para todos esses serviços em todo o Brasil.

Então, Senador, as decisões legislativas que os senhores tomarem aqui com relação ao fortalecimento da Anatel, nesse aspecto, é fundamental, porque isso vai beneficiar diretamente o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com certeza.

Eu queria até falar com o Dr. Juarez> eu acabei de sabatinar os dois diretores da ANP (Agência Nacional do Petróleo). A gente sabe o tanto que é importante a questão do papel de vocês e que o salário é irrisório, pela responsabilidade que é ser um diretor de uma agência reguladora, correndo o risco de captura, igual foi na época do João Rezende. Eu gostaria de ter debatido isso na CPI, porque nós iríamos apurar todas as atitudes colocadas.

Eu quero, inclusive, até em respeito aos colegas concursados, servidores públicos da Anatel, que fazem um trabalho extraordinário, como deixei sempre claro para os colegas que vêm aqui, inclusive havia alguns que eram até diretores, que não eram coniventes com essas atitudes e que nunca concor-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

daram com esse tipo de atitude, porque nós temos a Lei nº 8.112 para cumprir, porque é a nossa Bíblia, a Constituição Brasileira, e sei da responsabilidade dos servidores da Anatel, por isso sempre os apoiei e continuo apoiando aqui nesta Casa.

Tenho conversado muito com o Thiago, que é o Presidente do Sindicato das Agências Reguladoras, para que a gente possa trabalhar junto cada vez mais para fortalecer esse quadro de servidores. Realmente, somente 800 fiscais são muito poucos para poder suprir a maior demanda que existe hoje nos órgãos de Defesa do Consumidor, exatamente a questão da telefonia.

Eu fui um dos críticos da questão da junção dos dois Ministérios, porque eu acho que deveriam ter sido mantidos o papel do Ministério das Telecomunicações e o da Ciência e Tecnologia separados, porque, como Vice-Presidente desta Comissão, as duas são de importância capital para o povo brasileiro. Eu acho que diluiu um pouco as atenções, mas estamos tentando fazer o melhor para o País.

Tenho visto que o papel da Anatel, com essa junção dos dois Ministérios, acabou tendo que ficar maior ainda, como o principal agente para cuidar da nossa vida com relação às telecomunicações. Até falei isso com o Juarez, quando da sabatina dele, que aprovamos, por unanimidade, e aprovamos também no plenário, por unanimidade, porque o Juarez é uma pessoa que conta com todo o nosso respaldo, apoio, é uma pessoa que conhece profundamente. Não é um paraquedista no sistema. É por isso, exatamente, que está havendo essa recuperação.

Eu mesmo tenho um colega de turma, Juarez, que foi superintendente, está lá. Por exemplo, o Marconi fez os quatro anos da UnB comigo. Nós fizemos juntos. Ele é servidor especialista de carreira lá da Anatel. Nós conhecemos como é que funciona por dentro. Além dele existem outros colegas de turma que trabalham lá. Então, eu quero dizer que eu acho que você está no caminho certo.

Agora eu quero ouvir do TCU, Sr. Paulo Araujo. Vocês fizeram uma análise crítica da situação, colocaram uma situação que realmente é de concordância da grande maioria, inclusive nossa, no relatório de vocês. Queria saber se mudou alguma coisa na opinião? O que você sugere para a gente continuar aprimorando a Anatel? Nós, que somos servidores públicos concursados? O Governo passa, mas nós somos Estado e nós vamos continuar o Estado, independentemente de governo A, B, C ou D.

Eu fui Vice-Líder da Presidente Dilma e sou Vice-Líder do Presidente Temer. Não tenho nenhum problema em ter sido Vice-Líder da Dilma e nem tenho nenhum problema em ser Vice-Líder do Presidente Temer, até porque os dois foram eleitos na mesma chapa, com 54 milhões de votos que a Dilma teve e o Presidente Temer também teve. A legitimidade que um teve, o outro também tem. Está fazendo uma tentativa de recuperação e esse exemplo da Anatel é um exemplo claro de recuperação que o nosso Governo do Presidente Temer tem feito no Brasil.

Eu quero ouvir de vocês, do TCU, que foram importantíssimos naquela caracterização do crime de responsabilidade, que acabou culminando com a saída da Presidente Dilma daqui, com a votação do *impeachment*, como é que você está vendo esse quadro. Que sugestão vocês têm sobre essas perguntas aí colocadas?

O SR. PAULO SISNANDO RODRIGUES DE ARAUJO – Agradeço, Senador Hélio José, as perguntas.

Inicialmente, em relação à auditoria de qualidade, que o Senador mencionou e que eu apresentei aqui. O relatório foi aprovado pelo plenário do Tribunal de Contas em setembro deste ano, em setembro de 2016, e, em decorrência dos achados que a gente fez – o senhor leu o relatório e mencionou aí –, da questão da percepção do usuário, da questão da cobertura, da questão de a Anatel ter um amplo espaço para melhorar sua atuação na fiscalização da qualidade, foram feitas determinações e recomendações nesse relatório, que foi aprovado em setembro de 2016.

Então, como não houve nem tempo hábil ainda para a Anatel implementar essas recomendações e determinações, porque a gente sabe que essas implementações, essas mudanças envolvem um tempo dentro do órgão para serem implementadas, então a gente estabelece prazo de 90 dias, dependendo da determinação, 120 dias, 180 dias, dependendo do que a gente julgar lá que seja necessário.... Então, ainda não foi feito um acompanhamento dessas determinações, que foram feitas em setembro. Provavelmente, no ano que vem a gente terá um prazo para que haja um amadurecimento dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ações do TCU e da Anatel para melhorar a atuação da Agência.

Em relação à banda larga, especificamente, em decorrência até de uma solicitação do Congresso Nacional, a gente abriu um processo de acompanhamento de como a Anatel está tratando essa questão da banda larga, desse processo que foi aberto na Anatel, que o Juarez Quadros mencionou. A gente acompanha o órgão regulador, como a gente mencionou, a gente não acompanha as empresas. Então, a gente está fazendo um acompanhamento de como a Anatel está lidando com esse aspecto.

O que a gente viu na auditoria de qualidade de telefonia móvel, especificamente, foi que a Anatel demorou para reagir na questão da franquia da telefonia móvel, da banda larga da franquia móvel, porque ela, como órgão regulador, está ali para dirimir eventuais dúvidas ou questionamentos ou para atuar onde a legislação não estiver muito clara. Então, ela demorou. Os PROCONs foram acionados, o Senacon, esta própria Casa, os Ministérios Públicos estaduais e o Federal, criou-se toda uma coisa, e a Anatel demorou um pouco para reagir. Então, a gente criticou essa morosidade na atuação da Anatel em relação à banda larga fixa, nem que seja para, junto aos operadores, definir que se dê maior publicidade e que se tomem as providências.

Então, em relação à banda larga fixa é isso.

O que, infelizmente, acho que está faltando nessa mesa, que a gente acha, o TCU acha, e vários trabalhos que a gente já fez, vários acórdãos foram proclamados no TCU, é o papel do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. A gente tem que aprender o nome, porque a gente sempre o chama de Ministério das Comunicações.

O Ministério é o responsável, por lei e pelo próprio decreto que a gente consultou no Ministério, pela formulação da política pública. A Anatel, como órgão regulador, é implementadora da política pública, não formuladora dela.

Então, a gente entende que o Ministério tem um papel fundamental em todos os aspectos de telecomunicações do Brasil. E a Anatel, então, está ali no papel da figura clássica de regulação, no centro de um triângulo que tem o Governo, tem os usuários, tem as empresas, e tem que se manter equidistante, atuando em prol do interesse público em geral. A crítica que a gente tem ao Ministério, e já foram feitos vários acórdãos, inclusive no que foi aprovado no começo deste ano, é que falta um planejamento setorial para o Ministério das Comunicações. Então, hoje, voltando ao passado, à questão da telefonia fixa – até o Juarez Quadros estava lá –, na época, antes da privatização, foram estabelecidos quais os marcos, quais as metas, quais as ações que teriam que ter sido feitas para se universalizar a telefonia fixa. É muito claro.

Hoje o Ministério fala que a banda larga é o centro da política pública. A gente concorda que é o mais importante, só que a gente não vê um trabalho semelhante que foi feito anteriormente, em que teve sucesso a universalização da telefonia fixa. A gente não vê quais são as metas da banda larga para o Brasil hoje. Onde se quer chegar? Como se vai financiar esse atingimento? É por fundo? É pelas empresas? É por editais? Então, a gente não vê um planejamento a médio e longo prazo do Ministério em relação a isso. É uma crítica que a gente já fez ao Ministério.

Em decorrência dessa falta de planejamento, você não tem as ações que vão ser feitas, como vão ser financiadas, acaba que o uso dos fundos, principalmente, no caso, o Fust, fica prejudicado, porque, não tendo um horizonte de médio e longo prazo para programar o uso daquele fundo, fica assim: "como não está determinado, vou usar esse dinheiro arrecadado no Fundo de Universalização para isso". Então fica mais fácil o contingenciamento, digamos assim, do que se houvesse programado já um longo prazo, para daqui a cinco anos, daqui a dez anos, se fazer tal coisa. As cidades de menos de 30 mil habitantes, infelizmente, como o Quadros colocou, ficaram por último. Mas tem que haver uma programação até física para as operadoras conseguirem chegar e despender dinheiro, até para o próprio Governo despender dinheiro.

Então, a gente entende que o planejamento setorial é muito importante não só para atingir o propósito do projeto de lei que foi aprovado aqui, na Casa, na Câmara, que é a revisão do modelo de telecomunicações. A gente entende que, sem um planejamento setorial do Governo, do Ministério, que é o implementador da política pública, talvez não se atinjam os objetivos que foram os norteadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dessa mudança legal. Inclusive, dessa mudança legal também não foi objeto a mudança, por exemplo, do uso do Fust, que, na lei, está destinado à universalização dos serviços públicos. Então, pode ainda haver um projeto de lei de origem do Executivo, da Câmara ou do Senado que preveja essa alteração.

Em relação também à questão que o Juarez Quadros levantou, que o Senador Lasier levantou, do contingenciamento dos fundos, o que acontece? O Tribunal de Contas da União já fez trabalhos em relação ao Fusttel e ao Fust e, como comentei, está terminando, finalizando uma auditoria agora, e deve julgar no começo do ano que vem, que aborda essa questão. O que já foi levantado até agora é que os fundos não foram usados para o objetivo legal. O Fust tem a questão legal de só poder ser usado para a universalização dos serviços públicos. O dinheiro do Fust foi usado, hoje tem uma parcela muito pequena lá. Esses dados são de 2015. A gente está atualizando agora para 2016 esse trabalho que a gente aprovou. O saldo do Fust seria, hoje, de em torno de só 4,72, e a gente verificou agora, em 2016, que é menor que isso, do total arrecadado.

Então, acho que falta planejamento setorial para atrelar o uso do fundo a metas físicas, a ações específicas, uma propositura de mudança da lei, para usar o Fust em outros serviços, não só no único a prestar regime público ainda, que é a telefonia fixa, que, com a lei, pode até ser que acabe. Aí fica uma lei destinando o Fust a um serviço que não existe. Então, cabe mudança de lei e um planejamento setorial.

O que aconteceu? O que a gente verificou nessa auditoria – a gente não pode citar as recomendações – é que o dinheiro foi usado para outros serviços, para despesas correntes. Foram identificadas despesas correntes, pagamento de pessoal, despesas correntes, como se fosse a Fonte 100 do Tesouro, que é a fonte do Orçamento Geral. Então, o dinheiro foi usado para isso. Nessa auditoria, identificamos os mecanismos que foram usados para retirar esse dinheiro. Está identificando e questionando essa legalidade ou não, que é o trabalho da área lá.

Em relação ao Fistel, a Anatel é gestora do Fistel. Então, compete à Anatel gerir o saldo, o uso do Fistel, e a Lei Geral de Telecomunicações diz que a Anatel, além das transferências para o Tesouro Nacional, vai usar o dinheiro – o Fistel é usado para fiscalização –, além das transferências para o Tesouro Nacional.

Num acórdão de 2015, o TCU determinou que a Anatel definisse o montante de que ela vai precisar anualmente nos próximos cinco anos, um plano plurianual. Então, a Anatel vai definir o montante que vai usar e o montante que vai ser transferido para o Tesouro Nacional.

Esse acórdão é de 2015 e está sendo monitorado. Está acabando o monitoramento nessa auditoria que a gente verificou, na qual vai ser verificada essa questão de que o Juarez falou, do contingenciamento ou não. A gente sabe que o valor foi contingenciado e vai tomar algumas ações no sentido de tentar garantir esse dinheiro para a Anatel, que é o objetivo da lei. Como a Anatel arrecada...

Outra recomendação que a gente fez nesse trabalho de janeiro de 2016, porque também cabe ao Ministério, como formulador de política pública, foi... O Fistel hoje arrecada, como o Juarez falou, R$3 bilhões, R$4 bilhões, R$6 bilhões, R$8 bilhões, e a gente sabe que, mesmo a Anatel se programando e usando de forma eficiente, otimizada, o seu orçamento, não chega a esses valores, não precisaria desses valores. Então, a gente recomendou à Casa Civil e ao Ministério das Comunicações que verificasse o descompasso entre a arrecadação e a necessidade da Anatel. O que justifica arrecadar tanto se nem o Tesouro propicia à Anatel o uso total e nem, talvez, a Anatel precise de tudo aquilo que é arrecadado? Então, isso também está sendo monitorado agora. A ideia é essa.

A tendência, Senador, é que, se não for mudada a lei.... Hoje, o Fistel é cobrado não só pelo valor das outorgas, mas cada celular, cada dispositivo, cada estação paga anualmente, na instalação, um valor.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Claro.

O SR. PAULO SISNANDO RODRIGUES DE ARAUJO – E com a Internet das Coisas, que vem aí, vai haver muita comunicação máquina-máquina. Até houve uma lei que diminuiu o valor. Só que a comunicação máquina-máquina vai ser... Se hoje há 250 milhões de celulares, no futuro vai haver 1 bilhão. Então, a tendência é que a arrecadação do Fistel aumente ainda mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, a gente acha importante que o Ministério, sim, como órgão formulador da política pública e responsável pelo setor, tome as ações de planejamento e, inclusive, essa questão do descompasso entre o uso do Fust, do uso do Fistel e do Funttel.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu gostaria de passar a palavra aqui ao nosso...

Muito obrigado, nobre Paulo Araujo.

Parabéns ao Tribunal de Contas!

Eu fui o Relator do PL que reajustou a carreira do Tribunal de Contas, colaborei e sei do importante trabalho de vocês.

O nosso nobre Carlos Duprat, com certeza, um aguerrido diretor do sindicato, defende as corporações das teles corretamente.

Acho que agora está até mais confortável – não é, Duprat? – , porque você não tem mais concorrência da Anatel querendo ser sindicato no seu lugar. Então, acho que fica mais fácil você defender os interesses das empresas, que é o correto. Você está lá, e o sindicato representa os interesses das empresas. Há os interesses das empresas, mas há também os interesses da Constituição brasileira, da cidadania, de onde vocês trabalham, da sobrevivência do País. Então, é importante ouvir de você uma avaliação sobre todo esse quadro, as respostas às perguntas que foram formuladas, o ponto de vista das nossas empresas de telefonia, de como elas estão vendo essa nova legislação, essa nova direção da Anatel, esse trabalho mais calçado na questão do profissionalismo, do Estado brasileiro, da Lei nº 8.112, de cumprir as normas, de fazer o que tem que fazer a Anatel, que é fiscalizar e regular o serviço, e não legislar para interesses escusos ao cidadão brasileiro. Então, eu queria ouvir sobre essa questão.

Sinceramente, eu peguei aqui cinquenta e poucas assinaturas em duas horas, porque o desgosto de todo Senador da República com aquela atitude da Anatel era um caso de polícia. Nós demos os três meses que pediram por causa da turbulência – foi por isso que nós não instalamos imediatamente a CPI –, e acabou que talvez nós nem precisemos da CPI. Estou otimista quanto a não precisarmos. Estou esperando essa reunião agora com o quadro totalmente composto da Anatel para ouvi-los sobre o planejamento interno, sobre como nós estamos fazendo.

Inclusive, a grande preocupação que eu tenho, como você coloca, é com essa questão de o Ministério das Comunicações ter juntado... Como a questão da ciência e tecnologia ficou meio órfã quanto a quem tem a obrigação de fazer a política pública, quem tem a obrigação de fazer a política pública é o Ministério das Telecomunicações. E, nesse caso, hoje, como Secretaria de um Ministério, acabou pesando muito para a Anatel, que tem outras obrigações, de fiscalização e regulação, de pegar a política pública e fazer com que ela seja executada. E aí a gente precisa, no momento oportuno, talvez, ouvindo a Anatel, ouvindo o Ministério, ouvindo os envolvidos, saber como é que nós, minimamente, depois de um tempo de avaliação dessa situação... Porque o Ministro é excepcional, o Ministro Kassab é um bom Ministro, democrático, escolheu bons secretários, mas as ocupações da ciência e tecnologia são um ramo, as ocupações da comunicação são outro, são bem diferentes, e nós temos que ver como nós vamos fazer para essas políticas públicas que são essenciais para nós, os pagadores de impostos, porque todos nós aqui pagamos impostos, todos nós queremos o serviço da melhor forma possível... Então, precisamos ver como nós vamos resolver essa questão da política pública para não sobrecarregar a Anatel naquilo que ela tem que fazer de essencial, que é, ao invés de fazer política pública, fiscalizar e regular, que é o que nós temos que discutir, que é a essência da Anatel.

Sindicato, com a palavra, tranquilo. Desculpe-me aí, porque em momento algum a gente quis minorar o papel fundamental do sindicato em qualquer situação. Eu fui fundador, diretor da Central Única dos Trabalhador, da CUT, por cinco mandatos, fui coordenador-geral do sindicato, e sei da importância do sindicato para lutar pelos interesses corporativos, pelos interesses dos servidores das áreas e, no seu caso, para lutar pelos interesses das nossas teles, que também têm que sobreviver e que têm que ter realmente condições de mostrar um bom serviço.

Então, você está com a palavra, Carlos Duprat.

O SR. CARLOS DUPRAT – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu já queria me desculpar porque vou ter que me ausentar logo após a minha fala, mas nós temos aqui uma situação... O senhor colocou algumas perguntas anteriormente, e eu vou tentar responder a elas.

A primeira é relativa a indicadores de qualidade, se eles representam ou não a percepção dos usuários.

Eu tinha colocado na apresentação que fiz no início desta reunião que, de fato, não há nenhuma visão do usuário nos atuais indicadores de qualidade. Mas a Anatel hoje está fazendo um esforço muito grande para modificar – e a modificação parece que vai ser bastante forte, bastante intensa – os indicadores de qualidade que serão mensurados daqui para a frente. Isso é um trabalho que está em curso, que já está numa fase bastante adiantada, e eu diria que muito em breve nós vamos ter novos indicadores de qualidade muito mais associados à percepção do usuário, e isso é um trabalho em andamento que está sendo feito conjuntamente.

Outro ponto que eu gostaria de destacar foi uma colocação do Senador Lasier, colocando que as empresas estão sufocadas pelos impostos. Eu queria apenas fazer uma humilde distinção: quem está sufocado pelos impostos é o consumidor. Então, o consumidor hoje, especificamente do Telecom, está com uma dificuldade muito grande de se manter conectado. Quem hoje tem R$10 de crédito já paga, em muitos lugares do País, R$5 de impostos, ficando apenas com R$5 para falar ou para se conectar. Isso é pouco, e a tendência é a de cada vez ter menos. Estamos desconectando o cidadão com aumento dos impostos porque ele não pode aumentar os seus R$10 que gasta de crédito toda vez que ele coloca. Esse é um problema sério e isso afeta de forma indireta as prestadoras, já que a demanda tende a não se configurar. Hoje estamos desconectando usuários, na medida em que aumentamos impostos.

Eu queria colocar esse tema, ou seja, o problema é das empresas, mas do ponto de vista de demanda é muito mais do consumidor e temo que, com isso, a gente está dando com o Brasil um passo para trás e, em vez de conectarmos, darmos aí uma perspectiva maior de informação, de conexão a nossa sociedade, o aumento dos impostos está na contramão.

Obrigado. Peço desculpas mais uma vez aqui, Senador, porque tenho que me ausentar e fico à disposição para o pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Duprat, a gente vai ter que concluir também agora.

Eu quero agradecer à Drª Alessandra, ao Dr. Juarez Quadros, agradecer ao nosso querido Paulo Araujo, agradecer a você Duprat, ao SindiTelebrasil, ao TCU, à Anatel e ao Ministério Público e dizer que foi excepcional a participação de vocês. Só nos orgulham de defenderem o Estado brasileiro, independentemente de Governo, porque o Governo passa, mas nós somos Estados e vamos ficar aqui no Estado.

Quero agradecer e dar por encerrada esta audiência pública. Vou só votar uma ata e depois a gente tira uma fotografia oficial. Vocês podem permanecer onde estão, mas a audiência pública está encerrada.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas. (*Pausa.*)

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata será aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a referida audiência pública.

Obrigado.

(*Iniciada às 8 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 11 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às onze horas e trinta e cinco do dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes e da Senadora Ana Amélia, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Gladson Cameli, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Lúcia Vânia, Edison Lobão e Lídice da Mata. Deixaram de comparecer os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Sérgio Petecão e José Medeiros. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, declarou aberta a reunião destinada à discussão e votação do relatório de sua autoria, com as conclusões da avaliação da política pública: "A Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro", escolhida por meio do Requerimento nº 7 de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes. Em seguida, o Senador Wellington Fagundes passou a presidência à Senadora Ana Amélia para proceder à leitura do relatório. Após a leitura, discussão e votação, a Comissão aprovou o relatório. Em seguida, a Senadora Ana Amélia devolveu a presidência ao Senador Wellington Fagundes. O Presidente submeteu à apreciação da comissão o item constante da pauta da reunião: ITEM 1) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "requer, nos termos dos arts. 104-D e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 3 de abril de 2017, dedicada à comemoração dos 100 anos de instalação da IBM no Brasil". RESULTADO: Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do requerimento de autoria da Comissão Senado do Futuro.

Antes de encerrar a reunião, o Presidente fez uso da palavra e propôs a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião, assim como da reunião anterior. As atas foram aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às doze horas e dez minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Senadora ANA AMÉLIA

Presidente eventual da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Agradeço pela presença à Senadora Ana Amélia, que está permitindo que possamos abrir a reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Esta reunião destina-se, na primeira parte, à apreciação do relatório de avaliação da política pública cujo tema é "A Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro".

Na segunda parte, haverá a apreciação do requerimento para a realização de sessão especial para comemorar os cem anos da IBM do Brasil.

A presente reunião destina-se, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno, à discussão e à votação do relatório do Senador Wellington Fagundes, com as conclusões da avaliação da política pública: "A Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro".

A política pública avaliada pela Comissão foi escolhida por meio do Requerimento nº 7/2016-CSF, aprovado em reunião realizada no dia 29 de março. Para essa avaliação, realizamos um ciclo de palestra de quatro audiências públicas com oficinas de aprofundamento com o corpo técnico da Casa. Nesse ciclo de debate, contamos com a participação de 15 palestrantes, sendo que seis deles compareceram também às oficinas. No total, foram 22 horas de debate com 280 participações do público nas audiências e nas oficinas, presencialmente e também a distância, por meio do Portal e-Cidadania.

Conforme dito acima, cabe ressaltar que esta Comissão Senado do Futuro realizou audiências públicas em formato inovador, que resultaram em oficinas de aprofundamento de cada tema pelos técnicos do Senado Federal. Como resultado desses encontros da Secretaria-Geral da Mesa, do Prodasen e da Consultoria Legislativa, foi apresentado um relatório técnico que incluo, como anexo, neste relatório de avaliação de política pública, para a apreciação de V. Exªs.

Ademais, informo que, no dia 6 de dezembro, às 11h, no Prodasen, haverá uma solenidade de lançamento desse relatório técnico. Já convido todos os membros para essa solenidade.

Para que eu faça a leitura do relatório, quero aqui, além de agradecer, convidar a Senadora Ana Amélia para assumir a Presidência. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É com prazer que assumo a Presidência desta Comissão Senado do Futuro e passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para fazer a leitura do relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Queremos aqui começar pelo sumário executivo.

A avaliação contínua de políticas públicas no âmbito das comissões permanentes decorre das disposições da Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, do Senado Federal.

Em 2016, a Comissão Senado do Futuro (CSF) elegeu como objetivo de avaliação o tema "A Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro", cujo relatório ora apresento.

O tema abordado foi amplamente discutido mediante a realização de quatro audiências públicas interativas, com transmissão pela TV Senado e com participação social via o Portal e-Cidadania e por telefone, pelo serviço Alô Senado. Os convidados ao debate foram especialistas da iniciativa privada, do serviço público e também da Academia, que contaram com as contribuições dos questionamentos formulados pela Consultoria Legislativa, pela Secretaria-Geral da Mesa e pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), órgão responsável pela infraestrutura de rede e pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação da Casa. Cabe ressaltar que, após cada audiência pública, foi realizada, de forma inovadora no Senado Federal, oficina com servidores da Secretaria-Geral da Mesa, do Prodasen e também da Consultoria Legislativa, para aprofundamento dos debates.

O presente relatório está composto por contextualização introdutória ao tema abordado, seguindo-se o diagnóstico realizado pelos palestrantes convidados sobre o qual se exploram três dimensões: a) o Parlamento e a participação social; b) a Tecnologia da Informação no Parlamento, no processo legislativo; e c) a Tecnologia da Informação na sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A conclusão encaminha as diretrizes que buscam tornar o processo legislativo mais eficaz e eficiente a partir do uso intensivo da Tecnologia da Informação, diante do crescimento da demanda social sobre o Parlamento. Como produto direto da avaliação efetuada, recomenda-se a implementação de cadastro único de usuário no *site* do Senado Federal, conforme determina a Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015.

Ademais, integra este documento, como Anexo, relatório técnico elaborado pelo Prodasen, com colaboração da Secretaria-Geral da Mesa, fruto das discussões ocorridas nas oficinas de aprofundamento, bem como dos debates ocorridos nas audiências públicas.

Conclusão.

A análise pelo Senado Federal da execução de políticas públicas tem se revelado um instrumento importante no desempenho do papel de supervisão reservado constitucionalmente ao Parlamento.

No relatório ora apresentado, avaliaram-se as expectativas e evidências dos impactos das Tecnologias da Informação e das comunicações sobre o processo legislativo do futuro, com o objetivo de identificar as características sociais que se transformam, à medida que o aparato digital evolui, e as perspectivas de ampliação dessas mudanças sobre a forma de elaboração das leis no âmbito do Parlamento.

O exame do tema se orientou por três dimensões fundamentais: a Tecnologia da Informação na sociedade, a Tecnologia da Informação no processo legislativo e a participação social no Parlamento. Tais dimensões foram formuladas a partir das discussões conduzidas no âmbito das quatro audiências públicas interativas realizadas e das quatro oficinas organizadas, com a participação determinante do Prodasen e da Secretaria-Geral da Mesa, para aprofundar a exploração temática com o auxílio de especialistas convidados.

As audiências e oficinas se ocuparam das abordagens sobre o futuro da democracia, no intuito de se entender como e quais tecnologias impactarão a democracia e a relação entre sociedade e Parlamento; sobre os indicadores para avaliação da atividade legislativa, com o objetivo de avaliar o desempenho do Senado Federal na produção legislativa e identificar os critérios/indicadores para essa avaliação, com a ajuda da Tecnologia da Informação; sobre o impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação no processo legislativo, na perspectiva de compreender como as Tecnologias de Informação (TICs) afetarão o processo legislativo no Brasil e no mundo, considerando os aspectos de participação social, a agilidade em legislar sobre questões urgentes, a estabilidade jurídica, a qualidade das normas jurídicas emanadas e a transparência; e, por fim, sobre os novos mecanismos de participação popular, com o desafio de descrever como as TICs irão possibilitar novos mecanismos de participação popular, os limites seguros para evitar abusos, os desafios da coexistência entre formas tradicionais e novas formas de participação popular no Legislativo e como a participação dos cidadãos impactará o processo legislativo do futuro.

Das exposições e abordagens, verifica-se grande convergência de opiniões entre os especialistas convidados e técnicos atuantes no planejamento e execução das soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação do Senado Federal. Dessa forma, à margem das divergências observadas e já esperadas em uma discussão tão desafiadora, o presente relatório posiciona as conclusões a seguir no plano das convergências dos pontos de vista expostos e da literatura temática consultada:

1) a automação do processo legislativo reduz custos administrativos e permite celeridade na interação e na participação social, por meio dos portais do Parlamento disponíveis na internet e em aplicativos específicos;

2) as tecnologias digitais utilizadas atualmente na organização do trabalho, da produção, do lazer e do consumo propiciaram, por meio do uso de dispositivos móveis conectados em redes, o suporte físico ideal para o surgimento de maior demanda social por transparência nas informações dos órgãos públicos e por maior participação política;

3) o Parlamento precisa simplificar a forma como se relaciona com os cidadãos, de modo a tornar suas informações acessíveis, de fácil consulta e entendimento;

4) as tecnologias digitais permitem a redução dos custos das formas tradicionais de participação social no processo legislativo, por meio de apresentação de petições e propostas legislativas de iniciativa popular, além da realização de referendos e plebiscitos eletrônicos;

5) a participação social e a iniciativa popular fortalecem a cidadania e a função de representação, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

reforçar a legitimação do processo decisório do Parlamento;

6) as possibilidades de rápida e eficaz interação oferecidas pelas tecnologias digitais não excluem a necessidade do debate parlamentar, amadurecido pela opinião de especialistas, no âmbito do exercício das funções tradicionais de representação política, de elaboração legislativa e supervisão de políticas públicas;

7) a participação social, potencializada pela rápida evolução das tecnologias digitais, agrega inteligência coletiva ao processo legislativo;

8) os Portais e-Cidadania, do Senado Federal, e e-Democracia, da Câmara dos Deputados, estão alinhados com as atuais tendências de maior transparência e participação social no processo legislativo;

9) o futuro da democracia na era digital caminha no sentido da ampliação do exercício da soberania popular;

10) as possibilidades de rápida e eficaz interação oferecidas pelas tecnologias digitais não excluem a necessidade da interação presencial entre o Parlamento e a realidade cotidiana dos cidadãos representados;

11) a avaliação da atividade legislativa e parlamentar fomenta o aperfeiçoamento do Parlamento, sendo necessário o estabelecimento de indicadores para essa avaliação.

O atendimento do crescimento da demanda por mais transparência e maior participação social no Parlamento exige do Senado Federal a definição e a atualização periódica de plano estratégico de gestão da informação.

Desse modo, com vistas ao aprimoramento da atuação do Senado Federal, propõem-se as seguintes recomendações desta Comissão Senado do Futuro:

1) implementar cadastro único de usuários no *site* do Senado Federal, em atendimento ao disposto no art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, de forma a aprimorar a forma como os cidadãos se relacionam com o Senado da República;

2) criar um aplicativo para *smartphones* de forma a possibilitar a interação dos cidadãos nas atividades do Senado, bem como a possibilitar o acesso personalizado a informações de seu interesse;

3) oferecer informações mais simples, em diversos formatos, com vistas a atingir a variedade de perfis de cidadãos, possibilitando o acesso de todos ao processo legislativo, com especial atenção para: a) apresentar, juntamente com o projeto de lei, vídeo que explique, em poucas palavras, o projeto proposto e sua justificativa; b) evitar jargões legislativos; c) simplificar a exibição das informações legislativas, criando infográficos da tramitação, por exemplo; d) fornecer informações acessíveis às pessoas com deficiência e com baixo grau de instrução;

4) disponibilizar todos os dados legislativos em formato para que qualquer pessoa possa livremente acessá-los, utilizá-los, processá-los e compartilhá-los para qualquer finalidade, estando sujeito, no máximo, a exigências que visem a preservar sua proveniência e sua abertura;

5) priorizar, com os recursos das tecnologias digitais, a mensuração tempestiva dos seguintes critérios de avaliação do processo legislativo, entre outros: a) presença do Parlamentar no plenário do Congresso Nacional e no plenário do Senado Federal; b) presença do Parlamentar em comissão do Senado Federal e do Congresso Nacional; c) pronunciamento em plenário; d) autoria de iniciativa legislativa; e) apresentação de relatório de matéria legislativa; f) como vota o Parlamentar em cada deliberação; g) tempo de tramitação na Casa de matérias aprovadas; h) participação em audiências públicas; i) iniciativas legislativas aprovadas, por categoria (matéria comemorativa e administrativa, processo legislativo, área temática, se é agricultura, indústria, comércio ou qualquer outra); j) aprovação e desaprovação social de cada matéria (quantos cidadãos se manifestaram no Portal e-Cidadania positiva ou negativamente sobre a matéria); k) visibilidade social da matéria, que represente a soma de aprovação e desaprovação no Portal e-Cidadania; l) número de relatórios de avaliações de políticas públicas por comissão, Parlamentar, ano etc.; m) autoavaliação de cada Parlamentar e de cada comissão das funções de representação, legislação e supervisão (atribuição de notas de 0 a 10); n) número de emendas apresentadas e aprovadas nas proposições em tramitação; o) número de votos em separado apresentado a matérias em tramitação; p) participação do Parlamentar em missão no País; q) participação do Parlamentar em missão no exterior; r) avaliação positiva de cada Parlamentar pelo cidadão; s) avaliação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

negativa de cada Parlamentar pelo cidadão; t) visibilidade do Parlamentar (soma das manifestações positivas e negativas da atuação parlamentar);

6) realizar, anualmente, encontro de desenvolvedores de sistemas, sob a supervisão da Secretaria-Geral da Mesa e do Prodasen, de forma a oportunizar a contribuição de cidadãos no desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas legislativos.

Sala da Comissão, Senador Wellington Fagundes, Presidente da Comissão Senado do Futuro, Relator dessa matéria.

O relatório técnico referido está publicado na internet, por integrar este relatório que acabei de ler aqui.

Eu gostaria de ler as conclusões desse relatório técnico e de agradecer a presença do corpo técnico do Prodasen, da Secretaria de Informação Legislativa e também da Consultoria Legislativa: os companheiros Fábio Liberal; Denis Labes; Tiago, que é do Sinfleg; Flávio Heringer; Lauro César; Edval; Ana Carolina Benjamim Barbosa; João Holanda; Marcos Fragomeni; Lurdinha, que é do Prodasen; Humberto Formiga; e Gustavo Taglialegna, da Consultoria Legislativa.

Como considerações finais, quero dizer que o ciclo de audiências públicas e de oficinas "A TI e o Processo Legislativo do Futuro" atingiu o objetivo de compor, a partir de olhares qualificados e diversos, uma visão do futuro do processo legislativo até 2025, avaliando a contribuição da TI nos cenários vislumbrados. O material coletado foi rico, com bom nível de convergência de opiniões entre os palestrantes. As audiências públicas e oficinas deram oportunidade ao corpo técnico do Senado Federal de escutar e debater, com atores externos, diversos temas relacionados ao processo legislativo, no intuito de construir uma visão a respeito do futuro e de como a Tecnologia da Informação o influenciará.

Essas discussões permitiram projetar um cenário futuro e forneceram insumos para que fosse possível indicar ações que podem ajudar o Senado a atingir aqueles grandes alvos. Este relatório apresentou essas indicações que devem subsidiar a alta administração da Casa na definição de projetos que envolvem a Tecnologia da Informação aplicada ao processo legislativo.

Com base nessas indicações, o Programa de Modernização dos Sistemas Legislativos e Parlamentares, iniciado em 2015 e projetado até 2019, objeto de parceria entre a SGM e o Prodasen, que convergiu na execução deste ciclo de audiências e oficinas, pode ser sucedido de uma nova série de projetos que visem a alcançar uma realidade futura que atenda aspectos das ideias apresentadas neste relatório.

A avaliação sistematizada dos conteúdos coletados nas audiências públicas e nas oficinas evidencia a relevância do investimento estratégico continuado em Tecnologia da Informação e, especialmente, em pessoas qualificadas para conduzi-la. Esses investimentos são vetores de inovações transformadoras no Parlamento, do aprimoramento das práticas democráticas, do engajamento crescente da participação popular e também da emancipação da consciência cidadã.

Era isso, Srª Presidente.

Agradeço imensamente a presença de V. Exª para aqui nos ouvir com toda a paciência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O relatório do Senador Wellington Fagundes está em discussão.

Eu gostaria, como Presidente eventual da Comissão Senado do Futuro, de dizer que, quando faço relatórios que têm impacto, como foi o relatório da Copa do Mundo de 2014 e o relatório que fiz em relação ao novo sistema da regulamentação do trabalho dos empregados domésticos, costumo fazer referência aos consultores legislativos que trabalharam nas matérias e os cito nominalmente, como o Senador fez agora.

Penso que nós Parlamentares, que fazemos uma espécie de clínica geral na questão legislativa, não temos o conhecimento de todas as matérias, que são muito variadas, seja no campo da ciência, no campo da saúde, no campo da Tecnologia da Informação e em tantos outros campos, como na área da produção agropecuária, que é uma área em que o Senador Wellington Fagundes e eu militamos. Nós precisamos dispor do conhecimento, da sabedoria, da experiência dos nossos consultores legislativos, que são de grande qualidade. Não digo isso por que a maioria está aqui presente. Eu queria apenas endossar a manifestação do Senador de que os técnicos do Prodasen, da Consultoria Legislativa do Senado Federal e da Secretaria-Geral da Mesa têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

um grande grau de responsabilidade na qualidade do relatório que ele apresentou. Então, essa é a primeira observação.

Penso que a famosa TI, hoje, está na nossa vida sem a gente perceber muitas vezes. Da área de democratização dos processos, então, nem se fala! Hoje, o plenário do Senado está equipado com um painel diferente daquele que existia quando cheguei aqui, em 2011. Essa evolução é muito expressiva, porque gera a garantia do sigilo do voto, no voto secreto, e também das votações que são abertas.

Penso que nós vamos evoluir ainda muito mais em relação à TI. Eu estive nos Estados Unidos recentemente e vi um caminhão andando sem motorista. Então, a tecnologia está chegando. Eu chamo o processo de "uberização" no mundo. É a "uberização". O que é isso? São sistemas de comunicação em que um simples aplicativo vai fazer com que um caminhão ande sem motorista. O motorista sai do caminhão transportando qualquer coisa, um caminhão de transporte. Senador Wellington, o senhor conhece essa área. Imagine um caminhão andando pelas estradas de Mato Grosso sem motorista! O pessoal, primeiro, vai dizer assim: "O que é que houve?"

É exatamente nesse ponto que a tecnologia precisa ser absorvida por nós, em nosso benefício, e não para trazer, digamos, um efeito negativo.

Então, faço este comentário, cumprimentando pelo relatório o Senador Wellington Fagundes, sintonizado com os novos tempos, com as exigências. Inclusive, ressalto a adaptação feita, com muita qualidade técnica, pelo Prodasen, pela Secretaria-Geral da Mesa e também pela Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Parabéns, Senador Wellington Fagundes!

Com isso, penso que fico com um crédito com o senhor para, em outras missões legislativas que tenhamos, estar aqui presidindo esta Comissão.

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Antes de encerrar, Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os que concordam com o relatório do Senador Wellington Fagundes permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório de avaliação da política pública "A Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro".

Passo agora a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que reassume a Presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu queria, mais uma vez, Senadora Ana Amélia, agradecer muito gentilmente a sua vinda aqui, para que pudéssemos fazer essa apresentação. Quero também aproveitar para convidá-la, assim como também convidar todos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Será no dia 6?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – ...os que nos estão assistindo a, nos dias 8 e 9, participarem do primeiro Congresso do Futuro que vamos realizar no Senado. Esse é um evento do Senado da República em parceria com a Comissão. Temos o apoio da Associação Nacional dos Jornalistas, da Abert, do Instituto Palavra Aberta, do Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública (Ceag), da UnB, da CNI, da Aner e do próprio Senado da República.

A abertura desse evento acontecerá, Senadora Ana Amélia, no plenário do Senado, com a presença, é claro, do Presidente Renan Calheiros, que o presidirá. Mas já estão convidados o Presidente da República e inúmeros palestrantes de outros países, que virão para esse evento.

Quero deixar a Senadora à vontade. Vou apenas ler a programação, mas a Senadora fica à vontade se já tiver outro compromisso.

O Congresso do Futuro tem como tema "Democracia, Comunicação e Progresso no Mundo Digital e Sus-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tentável" e será realizado do dia 8 a 9 de dezembro. A abertura, como eu disse, será no plenário do Senado, e o local de realização do evento será o Auditório Petrônio Portela. O evento contará com uma Mostra Interativa de Inovações, promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que tem sido nossa grande parceira.

No dia 8, então, às 9h, será feita a solenidade de abertura no plenário do Senado Federal pelo Presidente do Senado, com a presença do Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Presidente da Comissão Senado do Futuro e do Presidente da CNI. Além disso, foi feito o convite ao Presidente da República. O tema será "Desenvolvimento Sustentável na América Latina, Sustentabilidade e Agenda 2030". Isso será às 9h da manhã.

Às 10h, haverá uma mesa-redonda com os seguintes convidados: Carlos Nobre, Membro do Conselho Científico sobre Sustentabilidade Global do Secretário-Geral da ONU; Rômulo Paes de Sousa, Diretor do Centro Mundial do PNUD para o Desenvolvimento Sustentável (Centro RIO+); Pedro Luiz Barreiros Passos. O nome do Pedro já está confirmado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – O do Pedro, não! Esse nome ainda não está confirmado. Ele é o Presidente do Conselho de Administração da Natura e está convidado. Os outros já estão confirmados.

Haverá um intervalo às 11h20, e, logo em seguida, será debatido o tema "Desenvolvimento Sustentável na América Latina – Desafios para o Futuro". Haverá apresentações de Alvaro A. Salas, Fundador do Think Tank Democracy Lab; de Alfredo Pena-Vega, Pesquisador do Centro de Estudos Transdisciplinares da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS/CNRS-França); de Elimar Nascimento, Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília; e de Gilberto Peralta, Presidente da GE do Brasil.

Depois, teremos um intervalo para o almoço, voltando com outro tema: "Saúde e alimentação para o futuro – Segurança alimentar". Na mesa-redonda, estarão presentes Rafael Perez Escamilla, Professor de Yale School of Public Health e Diretor da Global Health Concentration; Sakiko Fukuda-Parr, professora de Relações Internacionais na New School, em Nova Iorque; Eduardo Romano de Campos Pinto, Pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa; Karina Zimerfeld, que foi convidada, mas que ainda não confirmada, Diretora de P&D em alimentos – Unilever.

Outro tema será "Saúde e alimentação para o futuro – políticas públicas para a saúde", cujos palestrantes serão M. Ramesh, professor da Lee Kuan Yew School of Public Policy, em Singapura; Reginaldo Arcuri, Presidente-Executivo do Grupo FarmaBrasil.

No dia 9, às 9h, será tratado o tema "Educação, Ciência e Inovação do Futuro", com a presença dos seguintes convidados: Senador Cristovam Buarque; Kishore Singh, Relator Especial das Nações Unidas para o Direito a Educação; Isaac Roitman, Coordenador do Núcleo de Estudos do Futuro da Universidade de Brasília; Rafael Lucchesi, Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Às 11h, trataremos do tema "O futuro da comunicação e seu impacto nas relações humanas". Os convidados são: Gabriela Mafort, jornalista especializada em novas mídias pela Universidade de Stanford, na Califórnia; Marcelo Tas, jornalista e comunicador de TV; Laércio Cosentino – que ainda não está confirmado –, Diretor-Presidente da TOTVS.

Às 14h30, o tema será "Democracia representativa no mundo digital", tendo como convidados Wilson da Silva Gomes, Professor-Titular de Teoria da Comunicação na Universidade Federal da Bahia; Rousiley Celi Maia, professora da Universidade Federal de Minas Gerais; Bettina Warburg, *blockchain expert, co-founder and managing partner at* Animal Ventures.

Às 15h30, serão apresentados *cases* de sucesso. Cada convidado terá 20 minutos para apresentar seu *case* de sucesso. Haverá uma mesa-redonda ao final das exposições. As apresentações serão feitas por Franklin Luzes Júnior, Diretor da Microsoft Participações; Mauro Kern, Vice-Presidente Executivo de Operações da Embraer; e Paulo Mól, Superintendente Nacional do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), da Confederação Nacional da Indústria.

O evento se encerrará, assim, às 18h.

Como se pode observar, são temas dos mais relevantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Os alunos de universidades presentes receberão também um certificado reconhecido pelo MEC. As inscrições estão sendo feitas.

Este é o certificado, já reconhecido pelo MEC, que será, é claro, entregue àqueles que tiverem a presença mínima de 70%. Será de 70%? Quanto será?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Lá estará definida a carga horária.

A inscrição poderá ser feita pela internet, através do endereço senado.leg.br/congressodofuturo. Quero repetir aqui: senado.leg.br/congressodofuturo. Ou, é claro, pode vir aqui pessoalmente ou mandar uma carta, um telegrama, oficializando a presença, dizendo que quer participar deste nosso grande evento, que é o Congresso do Futuro.

Quero aqui dizer que em vários países... Principalmente faço uma referência grande ao Chile, onde a única Comissão que tem orçamento próprio é exatamente a Comissão do Futuro.

Quero esclarecer, principalmente àqueles que nos assistem, que o principal objetivo não é discutir o futuro do Senado, mas, sim, as nossas futuras gerações, de que forma o Senado pode contribuir para que possamos ter uma melhor qualidade de vida e, é claro, uma integração também com o próprio Senado. Vamos discutir, principalmente, a melhoria da qualidade de vida no Planeta.

A Ministra Cármen Lúcia já confirmou que também estará presente. O Ministro Gilmar Mendes também me disse que deverá vir, bem como os outros Chefes de Poderes, os Presidentes da Câmara e do Senado.

Ainda na segunda parte da reunião, há uma minuta de requerimento de 2016.

MINUTA DE REQUERIMENTO Nº 1, DE 2016

Requeremos, nos termos dos arts. 104-D e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 3 de abril de 2017, dedicada à comemoração dos 100 anos de instalação da IBM no Brasil.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

Em votação a apresentação do requerimento no plenário.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento no plenário do Senado.

Nos termos do art. 245 do Regimento Interno, encaminho o requerimento de autoria da Comissão Senado do Futuro para o Plenário do Senado Federal.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta 13ª Reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo pela presença a todos que aqui vieram e aos que participaram pelos meios de comunicação.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às dez horas e quarenta minutos do dia catorze de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Gladson Cameli, Ivo Cassol, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Edison Lobão, José Medeiros e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Lúcia Vânia e Sérgio Petecão. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, declarou aberta a reunião e o fez uso da palavra e propôs a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores. As atas foram aprovadas. Em seguida, passou à primeira parte da reunião: Apreciação do relatório com as conclusões da avaliação das políticas nacionais e atividades de cooperação internacional desenvolvidas pelo Governo Brasileiro para cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), firmados a partir da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em especial no tocante a assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, de relatoria do Senador Cristovam Buarque, escolhida por meio do Requerimento nº 5 de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes. Em seguida, o Senador Wellington Fagundes passou a palavra ao Senador Cristovam Buarque para proceder a leitura do relatório. Após a leitura, discussão e votação, a Comissão aprovou o relatório. Em seguida, o presidente passou à segunda parte da reunião: Apreciação do relatório com as conclusões da avaliação das políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional desenvolvidas pelo Governo Brasileiro para cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), firmados a partir da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em especial no tocante a assegurar alimentação sustentável para todos, com segurança alimentar e melhoria da nutrição, de relatoria do Senador Cidinho Santos, escolhida por meio do Requerimento nº 4 de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes. Em seguida, o Senador Wellington Fagundes passou a palavra ao Senador Cidinho Santos para proceder a leitura do relatório. Após a leitura, discussão e votação, a Comissão aprovou o relatório. O Presidente passou à terceira parte da reunião: audiência pública destinada a debater "O planejamento e plano operativo da utilização dos recursos da saúde no atendimento à saúde no Estado do Mato Grosso, tendo como convidados: a senhora APARECIDA C. MOLINA, representante do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Mato Grosso; o senhor WALDEMIR PASCHOIOTTO, Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado de Mato Grosso; o senhor LAEDSON BEZERRA, representante da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; o senhor MARCO BERTÚLIO, Assessor da Casa Civil de Mato Grosso; o senhor MAURO MENDES FERREIRA, Prefeito de Cuiabá – MT; e o senhor EMANUEL PINHEIRO, Deputado Estadual do Estado de Mato Grosso e Prefeito eleito de Cuiabá – MT. Em seguida, convidou os expositores a comporem a mesa e fez uso da palavra para proferir discurso. Após a exposição dos convidados, o Presidente concedeu a palavra aos presentes que acompanhavam a reunião para que fizessem questionamentos e aos expositores para que respondessem aos questionamentos e fizessem suas considerações finais.

A seguir, propôs a aprovação da ata da presente reunião. A ata foi aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às catorze horas e três minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Primeira parte: Apreciação do relatório das conclusões da avaliação das políticas nacionais e atividades de cooperação internacional desenvolvidas pelo Governo brasileiro para cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) firmados a partir da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em especial no tocante a assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Essa política pública avaliada pela Comissão foi escolhida por meio do Requerimento nº 5, de 2016, aprovado em reunião realizada no dia 29 de março.

O Senador Cristovam é o Relator.

Nós tivemos, na quinta e na sexta-feira, o 1º Congresso Internacional do Futuro, onde o Senador, como Vice-Presidente, também esteve lá fazendo uma brilhante palestra. E esse tema aqui foi um dos temas nossos na palestra, exatamente a Agenda 2030.

Eu gostaria, ao passar a palavra ao Senador Cristovam, que ele pudesse ir direto às conclusões do relatório. Mas também seria oportuno que ele fizesse aqui um pequeno balanço do nosso Congresso, até para que as pessoas que estão a nos assistir, no Brasil inteiro, e aqui também, presencialmente, pudessem tomar conhecimento, já que no ano que vem estaremos realizando o 2º Congresso do Futuro e queremos aproveitar para convidar a todos.

Logo após o Senador Cristovam, vamos passar para a segunda etapa, que é a audiência pública para analisarmos o planejamento da saúde pública no Estado de Mato Grosso.

O Senador Cidinho também é Relator de uma outra política pública da Comissão e ele fará a apresentação do seu relatório no final.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia! Bom dia a cada uma e a cada um presente! Bom dia ao Presidente Wellington Fagundes, a quem parabenizo pelo esforço, pela competência, por ter conseguido realizar, na semana passada, o nosso primeiro seminário da Comissão do Futuro.

Parece incrível que, na crise que nós vivemos, com os problemas que a gente atravessa, inclusive durante os dias mesmo do nosso Congresso, tenha sido possível trazer tantas pessoas do exterior, de outros Estados, e sairmos desse pântano do presente e discutirmos uma planície para o futuro em áreas como saúde, educação, meio ambiente.

Então, eu quero parabenizar o Senador Wellington por ter feito esse Congresso. Creio que ele já está trabalhando no segundo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Estamos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Quanto ao relatório, Sr. Presidente, ele tem cem páginas, para ser exato, 99. Por isso, para dar maior celeridade aos trabalhos, vou ler aqui apenas os pontos principais, uma espécie de índice, e depois as conclusões, obviamente sem prejuízo de que os colegas Senadores e demais interessados possam consultá-lo na íntegra, uma vez que o texto já se encontra disponível no *site* do Senado.

O documento tem um capítulo sobre a educação primária e secundária, outro sobre a educação infantil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

outro sobre a educação profissional e superior, outro sobre a equidade, um sobre currículos, acessibilidade e segurança das escolas, qualificação docente, mobilidade e cooperação internacional

Vamos às conclusões, Sr. Presidente, que são apenas três páginas.

O Brasil tem se esforçado por adotar um ordenamento adequado e uma estrutura condizente com as suas necessidades educacionais. Não obstante, a estrutura federativa do País envolve e depende de regimes de colaboração que ainda não chegaram à melhor forma. Até hoje, nós não sabemos qual é a melhor forma de relacionamento de Estados, Municípios e União no cuidado das nossas crianças. Nossas crianças estão repartidas entre entidades abstratas até certo ponto: a municipal, a estadual e a federal.

Desse modo, na área educacional, segmentos estruturantes da educação, por força desses arranjos institucionais, são deixados à conta dos Municípios, que são os entes mais fragilizados da Federação. Na verdade, a gente só vira brasileiro depois dos 18 anos – se faz o serviço militar, se entra na universidade federal, se começa a pagar imposto de renda –, até aí nós somos municipalizados e, no máximo, entes estaduais. Creio que esse é um defeito do conceito federal do Brasil. Deveríamos ter a criança como ente nacional, e a cooperação deveria ser subordinada, a cooperação dos Estados e Municípios e União deveria ser coordenada ao interesse da criança, não importa o Município onde ela nasceu e vive. O que ocorre é que, invariavelmente, os Municípios, para implementar ações sob sua responsabilidade, não podem prescindir do apoio financeiro e de políticas de equalização formuladas no âmbito da União.

E aqui a gente vê problemas: nem sempre a União oferece o dinheiro, nem sempre o Município é capaz de aplicar, até por falta do recurso humano, com a competência e o preparo necessário. Essa fragilidade do sistema pode comprometer toda a cadeia do ensino, particularmente no que tange à Agenda 30 do PNE, onde se verifica que será indispensável o apoio da União aos Municípios com objetivo de ampliar a acessibilidade das escolas públicas de ensino fundamental. Da mesma forma, essa suplementação deve ser crucial ao cumprimento da meta de educação pré-escolar.

É preciso lembrar que universidade começa na pré-escola. A gente esquece isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Nós costumamos imaginar que a universidade começa no dia seguinte à aprovação no vestibular. Um erro completo. Começa no primeiro dia em que a criança vai a um sistema educacional, lá na educação infantil.

No que tange à inclusão educacional de alunos com deficiência, as escolas públicas de ensino fundamental, pela capilaridade da rede, têm papel decisivo na criação dessa oportunidade. No entanto, a grande maioria delas carece de adaptações, que dificilmente serão realizadas com recursos próprios dos Municípios ou dos Estados. Esse, ou é um esforço fiscal, financeiro da União, ou não vamos realizar a obrigação, não digo nem constitucional, digo moral, de tratar cada criança, oferecendo o acesso em condições iguais, independentemente da sua deficiência física ou mental, salvo em casos extremados em que fica impossível oferecer a educação.

Em relação à oferta de pré-escola, embora esteja configurada uma tendência à realização da meta para bem antes do prazo de 2030, é certo que ela não será atingida neste ano de 2016, consoante a previsão do PNE e a determinação da Constituição. A estagnação de matrícula na etapa e os problemas de arrecadação dos últimos anos podem ensejar maiores aportes de recursos da União para este e todo o segmento da educação infantil.

Por sua vez, a meta de universalizar a educação básica para os jovens de 15 a 17 anos pode ser dificultada ou até mesmo resultar frustrada. Cumprir essa meta, de maneira bem-sucedida, mais do que garantir a presença desses jovens na escola, implica assegurar que eles concluam o ensino médio com competências para continuar estudando ou para atuar de maneira cidadã no trabalho, na sua comunidade, no País. No entanto, além de acumular um déficit de atendimento muito grande entre jovens dessa faixa etária, o Brasil tem sido muito lento em impedir que novos jovens se somem a esse grupo.

Não foi objeto deste relatório a medida provisória em estudo no Congresso, mas eu aproveito para dizer que ela vai na direção certa. Não é o ideal. Estamos longe, mas ela vai na direção certa, na medida em que transfere mais recursos da União para o ensino em horário integral; na medida em que traz o ensino pro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

fissionalizante para dentro do ensino médio em todas as escolas, dentro do possível; na medida em que dá liberdade de o aluno escolher 40% das disciplinas que ele vai fazer. Ele será obrigado – eu ainda acho muito – a 60%. Educação sem liberdade de escolha não é educação. Quando a gente obriga um aluno a estudar o que ele não quer, estamos aprisionando esses alunos mentalmente. Existe a prisão de grades, que não deixa o corpo se locomover, e existe uma prisão mental, que é obrigar um aluno a estudar o que ele não quer. Português e Matemática, por exemplo, que são absolutamente necessários para viver, têm de ser ensinados de maneira tão agradável que eles gostem, porque eles precisam disso. É como se a gente fosse ensinar alguém a respirar. Mas, a partir de certas disciplinas, não é mais uma questão de respiração; é uma questão de gosto, de prazer, de opção, de vocação. E a emenda vai nesse sentido.

Também acho correto, embora tão criticado, o propósito de permitir que um aluno não fique numa sala sem professor de Matemática, se lá fora tem um engenheiro aposentado querendo dar aula de Matemática na escola. Sou favorável ao notório saber, porque, na falta de professor para certas áreas, é preciso usar todos os profissionais que são capazes de transmitir conhecimento.

Do ponto de vista da preocupação com a igualdade de gênero, a oferta de educação para meninos e meninas é uma questão praticamente equacionada. Contudo, o País pode ser instado a refletir com seriedade sobre proposições tendentes a implicar o predomínio de posições sexistas na elaboração e execução das políticas educacionais.

A malfadada implantação de algumas experiências, somada à discussão enviesada do tema ensejam novas abordagens que a gente precisa ter sobre o assunto.

O desenvolvimento sustentável, como tema formador de consciência e atitude, tem integrado práticas curriculares conducentes à efetividade das recomendações dos acordos de que o País é signatário. Com efeito, temáticas como educação ambiental e direitos humanos há muito enriquecem e humanizam a formação de nossos alunos da educação básica, sendo trabalhadas nas escolas das mais diversas formas. E, assim, tendem a continuar, pois estão presentes e em aprimoramento na elaboração da Base Nacional Curricular.

Conquanto seja também um país em desenvolvimento, o Brasil tem ampliado as oportunidades de estudos para jovens estudantes de outros países sob essa mesma condição. Além de manter acordos de cooperação, mormente com países da África e da América Latina, por meio dos quais destina bolsas à graduação e pós-graduação *stricto sensu*.

As mazelas do analfabetismo, nas vertentes absoluta e funcional, exigem combate em múltiplas frentes. É primordial interromper a sua reprodução com medidas de atendimento às populações mais jovens, vulneráveis e suscetíveis ao abandono escolar. Nas populações jovens com idade de 15 a 29 anos e baixa escolaridade, atingidas pelo analfabetismo funcional, pode-se utilizar uma série de estratégias para ampliar sua escolarização, entre as quais a articulação entre a EJA e a educação profissional.

A instituição do Pronatec em 2011 e a expansão da rede federal de educação, ciência e tecnologia, iniciada em 2005, viabilizaram oportunidades de qualificação e formação profissional em todo o território brasileiro. Até 2005, a rede de escolas técnicas federais com matrículas, em 2015, são 315 mil. Em 2011, o Pronatec concedeu 23 mil bolsas, mas em 2014 conseguiu distribuir apenas 1.933 mil bolsas-formação.

Na educação superior, o acesso tem sido ampliado por meio de algumas frentes nos setores público e privado. No setor público, em paralelo ao esforço de reestruturação e expansão. É oportuno assinalar que parte das políticas de equalização depende da evolução das receitas do Estado e, portanto, da dinâmica da economia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Com efeito, numa conjuntura, ou numa situação estrutural de equilíbrio fiscal duradoura como a que ora se conforma, não é possível antecipar os efeitos dessas reduções de despesas nos avanços de acesso e de equidade que vinham sendo paulatinamente conquistados.

Finalmente, Sr. Presidente, na sequência à aprovação de um plano de educação que gerou muita expectativa, o surgimento do atual quadro de crise deixa muita incerteza sobre as possibilidades de o País realizar até mesmo as metas inadiáveis de cobertura da educação básica. Sem ampliação de recursos, dificilmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

haverá soluções de gestão que economizem recursos suficientes para metas de inclusão e de melhoria dos indicadores educacionais.

Esse é o relatório, mas eu quero acrescentar um parágrafo sobre essa última frase, tendo em vista os últimos gestos nossos no Congresso de aprovar a PEC 55, que define o teto. Eu vou repetir a frase: "Sem ampliação de recursos, dificilmente haverá soluções de gestão que economizem recursos suficientes para metas de inclusão e de melhoria dos indicadores."

Eu quero dizer o seguinte: sem controle de inflação também não vamos conseguir fazer a educação funcionar; sem definição de prioridades, não adianta abrir o teto e gastar mais do que se arrecada. O Brasil precisa tomar consciência de que nós vamos, daqui para a frente, escolher: fazemos estádios ou fazemos escolas. Não dá para os dois. Fazemos belos prédios com ar-condicionado para o serviço público ou fazemos hospitais. Não dá para os dois.

Mentimos durante décadas, prometendo estádios e escolas, prédios bonitos e hospitais bons. Foi uma mentira. Está na hora de acabar a mentira. Acabar a mentira é o teto, dizer com clareza: nós vamos gastar o que arrecadamos. Existe o debate se isso deveria ir para pagar juros ou não, mas é um debate que não tem sentido diante da obrigatoriedade, da obrigação de pagar a dívida, sem o que arrebenta tudo. Não deu certo a moratória que o Presidente Sarney fez nos anos 80. Não foi bom o confisco de poupança que o Presidente Collor fez. Até eles reconhecem isso.

Então, tendo em vista os acordos financeiros e a falta de força para romper isso – não vamos estatizar os bancos, seria um suicídio no mundo global em que estamos –, vamos ter que pagar. Então, a PEC do teto faz isso.

Agora, aqui diz: é preciso ampliar recursos. Sim, vamos ter que lutar por mais recursos, dizendo de onde eles saem. Acabou o tempo em que era muito fácil brigar por mais recursos para a educação sem dizer de onde saíam. O próprio PNE disse que ia gastar 10% do PIB com a educação. Mas não disse de onde iam sair os 4% a mais que se gasta hoje.

Eu sei que está com pressa, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... mas eu acho que é hora de falar isso. Não disse de onde iam sair os 4%. Gastam-se 6%, vamos passar para 10%. Quem vai perder? Ninguém teve coragem de falar isso.

É por isso que botaram em função do PIB, e não da arrecadação, porque da arrecadação ia ter que dizer quem é que pagava mais imposto. Mas PIB é uma coisa abstrata. Ninguém liga. Se tivesse colocado 120% do PIB, era capaz de ninguém reclamar, salvo os professores de aritmética, porque iam dizer que não é possível. Então, a gente vai ter que cair na real e vai ter que lutar por mais recursos para a educação, por mais recursos para outras áreas, e dizendo de onde vão sair.

Finalmente, eu quero dizer que, embora aqui diga: dificilmente soluções de gestão economizem recursos suficientes para as metas, mas tem muito onde economizar. Nossos setores públicos, educação inclusive, estão cheios de vazamentos. Nós jogamos dinheiro fora. Nós gastamos menos do que devíamos, mas o que nós gastamos é desperdiçado. Professor fora de sala de aula raramente traz benefício para a educação. Aqui no Congresso está cheio de professor a nossa disposição. Aluno fora de aula porque a escola está sem energia, porque tem um tiroteio na esquina, não melhora a educação. Não usar recursos tecnológicos para que o aluno estude em grande quantidade com um professor tira a eficiência.

A PEC vai trazer duas coisas com as quais o Brasil nunca se acostumou: prioridade e eficiência. Pelo menos as duas preocupações: nós vamos ter uma preocupação com o que é que é prioritário e uma preocupação em como ter mais eficiência nos gastos. E isso vai ser bom para o Brasil. E eu acho que pode ser muito bom, portanto, para a educação. Porque, se o Brasil for mal, é besteira querer botar para a educação.

E, finalmente, de verdade, alguns dizem que o Brasil não está preparado para tirar dinheiro de estádio e botar em educação. Bem, eu sou democrata: se o povo prefere estádios, eu vou esperar mais tempo para convencê-lo de que deve botar mais escolas. Eu prefiro um orçamento equivocado com o apoio do povo do que um ditador que obrigue a gastar com o meu desejo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mas eu acredito que o povo já está ficando maduro para entender que escola é mais importante que estádios. Que os palácios de Brasília são menos importantes de que saneamento, mesmo que saneamento a gente não veja e os prédios de Brasília nos deslumbrem.

Esse é o meu relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Em discussão.

Bom, eu queria apenas fazer um comentário, porque daqui a pouco, Senador, nós vamos estar discutindo aqui exatamente a questão da saúde no Mato Grosso. E também daqui a mais um pouco nós vamos ter uma outra reunião, que é da Comissão Especial das Obras Inacabadas no Brasil. E eu acho que tem tudo a ver aqui com o relatório, que ele é específico na área da educação.

Então, nós votamos hoje a PEC, e no Brasil afora a discussão é bastante ampla e distorcendo-se... muita gente distorcendo o que é na verdade: "Ah, vai faltar dinheiro para a educação", "vai faltar dinheiro para a saúde".

Eu sou o Relator da LDO de 2017. Na verdade, está no relatório final – que vamos aprovar daqui a pouco, também ainda no Congresso Nacional – só para a saúde, no ano que vem, previsão de tudo o que foi gasto este ano mais o IPCA. Portanto, são onze bilhões a mais.

Ou seja, o Congresso Nacional votou isso. Estamos votando. Já votamos no relatório setorial, na Comissão de Orçamento, e vamos votar agora. Da mesma forma, para a educação. Existe a previsão de sete vírgula alguma coisa por cento a mais de investimento.

Então, como o Senador colocou aqui, esses investimentos são uma priorização que nós vamos fazer de um todo, definindo que o Governo não vai poder gastar mais do que arrecada. Agora, a aplicação do recurso é uma priorização da população brasileira, inclusive do próprio Congresso Nacional. Ou seja, com a pressão naquilo que é mais importante ser investido.

Portanto, a aprovação da PEC não significa não ter dinheiro para esse ou para aquele setor. E é claro: saúde e educação é fundamental. Temos que falar no investimento, na infraestrutura, em tudo o mais.

Mas esse assunto que vamos discutir, daqui a pouco, sem dúvida nos traz também toda essa angústia. Da mesma forma, nós temos hoje inúmeras obras, na área de educação, abandonadas ou iniciadas a construção, paralisadas por vários outros aspectos, inclusive creches, enfim, tantas outras obras nessa situação. Aliás, são 20 mil obras estimadas de estarem inacabadas no Brasil.

Portanto, quero parabenizá-lo, Senador Cristovam, pelo seu relatório. O senhor é uma referência na educação, no Brasil. Com certeza, não é só uma referência, mas também é sempre um orientador de todos nós aqui naquilo que devemos votar, principalmente nessa área da educação.

Então, quero parabenizá-lo pelo seu relatório.

Não havendo mais quem queira discutir, dou por encerrada a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Parabéns, Senador Cristovam.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Apesar de todo o meu carinho pelo Mato Grosso, eu peço licença para me retirar, porque a Comissão de Educação, aqui ao lado, tem projetos de minha autoria e eu preciso estar lá, senão não votam.

Mas fico muito satisfeito porque, depois de uma audiência como esta, se eu for a Cuiabá ou a qualquer outra dessas belas cidades, eu vou ser bem atendido pelo serviço público graças a esta audiência e a outras.

Quero deixar aqui o meu grande abraço. Eu considero um dos Estados pelo que eu tenho o maior cari-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

nho e um dos que eu mais visitei, ao longo do meu tempo, inclusive Rondonópolis.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Quero registrar que ele tem um compromisso conosco, não só para a aprovação e a criação da Universidade Federal de Rondonópolis, mas também de estar contribuindo, logo após isso, para que nós instalemos uma universidade revolucionadora em termos de ensino, principalmente de acordo com o mercado de trabalho.

Enfim, estamos já fazendo esses estudos. Com certeza, o Senador Cristovam será um grande parceiro, junto com a UnB também, a experiência da UnB, na Universidade Federal de Rondonópolis.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – A segunda parte da nossa audiência pública será destinada a debater o planejamento e plano operativo da utilização dos recursos da saúde no atendimento à saúde no Estado do Mato Grosso.

Ressalto que, conforme divulgado na pauta e nas redes sociais, a presente reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular e de todos os presentes. Não temos, com isso, a rigidez do Regimento. Aqui, ela será interativa, com a possibilidade, inclusive, do debate.

Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo também por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania, ou ligando para o número 0800-612211 – www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o número 0800-612211.

Eu queria convidar o representante do Ministério da Saúde, bem como o representante do Ministério da Educação.

Nós estamos invertendo a ordem – vou até desculpar a nossa Secretaria – em razão da plateia que está aqui. O objetivo principal dessa nossa segunda etapa é esta audiência pública.

Quero registrar a presença aqui do Deputado José Augusto Curvo, médico no Estado de Mato Grosso, e também a presença do Dr. Jorge Yanai, que é meu primeiro suplente no Senado, da região de Sinop – ele também é médico.

Quero registrar a presença do Prefeito Mauro Mendes, atual Prefeito da nossa capital Cuiabá, e do Prefeito eleito Emanuel Pinheiro, que amanhã será diplomado – mais uma fase para chegar à sua posse. É claro que a presença dos dois é fundamental, já que vamos discutir aqui exatamente o impacto da saúde no Mato Grosso, que acaba se concentrando na nossa capital. A experiência do Prefeito Mauro Mendes, para aquilo que poderemos planejar, com aquilo que está pensando o Prefeito Emanuel, será extremamente importante.

Também vou registrar a presença de Waldemir Paschoiotto, do TCU, e eu gostaria de convidá-lo para estar aqui.

Vou registrar a presença da Maria Dolores Gamarski, que também representa a Ebserh; da Aparecida Clestiane, do Cosems de Nova Marilândia; do Jaime Gregório dos Santos Filho, também da Ebserh; do Lutero Siqueira da Silva, ex-Prefeito de Guarantã do Norte; do Carlos Yakiri – acho que é assim –, de Sinop; do Jorge Yanai, que já falei; de Laedson Bezerra, da Ebserh, de Brasília; de Daniel Calazans, também da Ebserh.

Quero ainda registrar a presença do ex-Reitor da Unemat, Deputado Adriano Silva; de Ariel Lopes, da cidade de Cáceres; de Mariana Barros, da Representação do Estado de Mato Grosso em Brasília, e de Marcelo Soler, da Univar de Barra do Garças. Quero registrar, também, a chegada do Deputado Federal Valtenir Pereira, Deputado Federal do nosso Estado.

Então, representando a Ebserh, o Sr. Laedson Bezerra.

Como abertura desta audiência, quero cumprimentar a todos. Como anunciado, esta audiência pública foi solicitada para tratarmos objetivamente do planejamento e da construção de um plano operativo para a utilização dos recursos no atendimento à saúde no Estado de Mato Grosso. Este ano, num grande esforço político, nós, Senadores e Deputados Federais do Estado, conseguimos alocar no Orçamento Geral da União para 2017 um total de R$156 milhões por meio de emenda impositiva de Bancada, destinada à estruturação das unidades de saúde no Estado de Mato Grosso. Quero salientar que esse recurso já está aprovado no relatório setorial e, também, alocado no relatório do Relator Geral, que deveremos aprovar hoje ainda na Comissão e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

posteriormente, no Congresso Nacional.

Mais do que assegurar esse valor no Orçamento, quero dizer aqui a todos os presentes, que vamos nos empenhar no trabalho para liberar esses recursos o mais rapidamente possível. Afinal de contas, a conclusão do novo pronto-socorro e hospital de Cuiabá é, seguramente, uma obra de caráter emergencial. Quero dizer que também há outras obras, porque estamos tratando aqui dessa emenda, que, como eu disse, não é exclusiva para essa obra. Daí o esforço que queremos empreender visando a acelerar a sua conclusão, discutindo medidas que possam fazer com que a unidade principal do pronto-socorro e hospital de Cuiabá funcione adequadamente em todas as dimensões.

Para tanto, encaminhei, junto ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Educação – onde já tivemos audiência com os dois Ministros – uma proposta que visa a estudar a transferência de cerca de R$80 milhões que se encontram parados há mais de três anos na conta do Governo do Estado destinados à obra do Hospital Universitário Júlio Müller, localizado na rodovia que liga Cuiabá a Santo Antônio do Leverger. Essa obra do novo Hospital Universitário está com apenas, segundo dados do Governo do Estado, 8% realizados; segundo dados da Universidade, 3%. A obra encontra-se paralisada. Não sabemos quando será retomada e creio ser necessário reestudar a sua viabilidade nesse momento de recursos escassos.

Objetivamente, empregar esses quase R$80 milhões no novo pronto-socorro de Cuiabá significa garantir a conclusão de uma obra prioritária para o aparelhamento da saúde pública não só em Cuiabá, mas para todo o Estado. Significa evitar que tenhamos uma situação como a do Hospital Central de Cuiabá, cujas obras estão lá no centro político, há mais de 20 anos, paralisadas.

O novo pronto-socorro e hospital de Cuiabá está projetado para ser referência estadual em média e alta complexidade – bom, aí vamos separar bem o que é o pronto-socorro do hospital –, oferecendo atendimento em várias especialidades, como cardiologia, oncologia, cirurgia pediátrica. Contará com serviço de apoio e diagnóstico em análise clínica, radiologia, ultrassonografia e ecocardiograma.

Na minha proposta, o novo pronto-socorro e hospital municipal, com seus 320 leitos projetados, poderia ser transformado em Hospital e Pronto-Socorro Universitário Júlio Müller, administrado com recursos federais e, consequentemente, com melhores condições de funcionamento e também de prestação de atendimento digno à população. Claro, com isso, tendo a prefeitura mais recursos para fazer a saúde básica preventiva.

É uma proposta, senhoras e senhores, que gostaria que fosse debatida, em vista da necessidade, insisto, de dar a devida prioridade para concluir rapidamente as obras do Pronto-Socorro e Hospital de Cuiabá.

Lembro que, no começo do mês de novembro, cinco hospitais filantrópicos de Mato Grosso suspenderam o recebimento de novos pacientes nas UTIs: a Santa Casa de Misericórdia, em Rondonópolis; o Hospital Santa Helena; o Hospital do Câncer; a Santa Casa de Rondonópolis e o Hospital Geral Universitário. Eles suspenderam a programação das cirurgias eletivas e ambulatoriais, bem como o recebimento de novos pacientes.

Essa situação crítica resultou na superlotação do Pronto-Socorro de Cuiabá e do Pronto-Socorro de Várzea Grande, as duas principais cidades da região metropolitana da capital de Mato Grosso. Por isso é importante aqui a presença do Prefeito de Cuiabá, inclusive para relatar esse aspecto.

A já difícil e combalida situação dos atendimentos chegou à beira do caos: mais de 150 macas pelos corredores do pronto-socorro. Isso parecia um hospital em tempos de guerra, sem ter para onde enviar os pacientes. E lá estavam seguramente os representantes da camada mais simples e humilde da sociedade, gente pela qual devemos permanentemente voltar as nossas atenções, para que possamos caminhar pelos trilhos da justiça social.

A situação que se desenhou nessas duas principais unidades de saúde da Grande Cuiabá é só um exemplo do quanto se faz necessário nos aprofundarmos nos debates sobre como caracterizar o bom investimento nesse que é o setor mais essencial da vida do cidadão. E aqui estamos exatamente para tratar desse aspecto. Dinheiro para saúde é dinheiro sagrado, sobretudo agora em tempos de escassez. Qualquer desperdício tem um reflexo imenso.

Como Relator da LDO, trabalhei intensamente para assegurar medidas que possam garantir que os atuais níveis de investimento nesse setor ficassem caracterizados na Lei Orçamentária Anual, que estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

agora votando.

Conseguimos, com muito esforço, acrescentar para 2017 em torno de 11 bilhões a mais do que o investimento deste ano de 2016. Isso mesmo: para o ano de 2017, 11 bilhões a mais do que o investido em todo o ano de 2016.

Sabemos que a saúde não é um problema de Mato Grosso. Todavia, com a capacidade dos nossos gestores em planejar, seremos capazes de, juntos, firmar caminhos para oferecer a toda a sociedade serviços de saúde de qualidade, com uma rede integrada de atendimento familiar e comunitário; gestão rígida de contratos e bases de dados informatizadas e um bom atendimento de saúde, acima de tudo, humanizado.

Não tenho dúvidas – insisto: não tenho dúvidas – de que o princípio de igualdade de tratamento entre as pessoas só será consolidado a partir do momento em que o atendimento nos hospitais públicos se igualar ou superar em qualidade àquele que é prestado pelo atendimento particular.

Estamos, há mais de 30 anos, tentando criar um modelo adequado e eficiente. A didática nos ensina que devemos insistir e retomar a nossa vocação de planejar e planejar bem, garantindo a continuidade do investimento público, financeiro e social nesse setor.

Antes de terminar, quero esclarecer que solicitei esta audiência no âmbito da Comissão Senado do Futuro para garantir que os temas e questões aqui que vamos debater sejam feitos em caráter institucional, firmando compromissos e definindo responsabilidades.

Sabemos que teremos outras audiências de trabalho para construir esse tão sonhado planejamento, para dar eficiência aos investimentos na saúde pública.

Que possamos sair desta audiência aqui no Senado do Futuro cumprindo com nossos objetivos de propor fazer com que possamos ter um planejamento dos recursos e das obras que já estão, principalmente, começadas, para que não comecemos outras obras, sendo que ainda não temos condições de concluir aquelas existentes.

Por isso, quero aqui passar primeiramente a palavra ao Sr. Laedson Bezerra, que vai falar também pela Ebserh, já que é a grande parceira da administração do hospital Júlio Müller, na nossa capital Cuiabá.

O SR. LAEDSON BEZERRA – Exmo Sr. Senador Wellington Fagundes, Senador Cidinho Santos, prezado representante do Tribunal de Contas, Dr. Waldemir, autoridades presentes, minhas senhoras, meus senhores, prezados colegas de trabalho, eu gostaria, inicialmente, Senador, de exaltar a sua iniciativa de promover este debate no que diz respeito à saúde no seu Estado, à saúde na cidade de Cuiabá.

Oxalá outros Estados também acompanhem este exemplo e a gente possa ter a oportunidade de discutir nas esferas estaduais, municipais e federais a solução deste grande problema que aflige o Brasil inteiro.

Estou aqui representando a Ebserh, sou Vice-Presidente Executivo da Ebserh. O nosso Presidente Kleber Morais está em outra missão. Eu gostaria, inicialmente, de, em breves palavras, clarear provavelmente para os senhores o que é esta Ebserh, essa empresa estatal provavelmente desconhecida do grande público, haja vista inclusive a sua pouca idade. A Ebserh, em 2010, através de um projeto de lei, foi criada para gerir os hospitais universitários do Brasil, hospitais federais universitários. A partir de 2012, com mais ênfase em 2013, essa empresa começou a absorver os hospitais universitários do Brasil. Iniciou pelo Piauí, seguido do Maranhão e, a partir desse momento, outros hospitais foram aderindo, outras universidades, na verdade, porque, até então, esses hospitais universitários eram administrados pelas universidades federais. E aí, hoje, nós chegamos a 39 unidades, entre hospitais e maternidades, entre elas, o Hospital Universitário Júlio Müller, um hospital de pequeno porte, um hospital com 110 leitos, que aderiu à Ebserh, à Rede Ebserh em 2013, no dia 12 de novembro de 2013.

Muito bem. O hospital tem hoje em torno de 79% de ocupação dos seus leitos. Não é um hospital com a porta aberta ampla, mas ele presta um atendimento na área de Ginecologia e Obstetrícia, como se considera no jargão, de portas abertas. Existe um contrato com o sistema de saúde municipal, um contrato de prestação de serviço. E o hospital é remunerado na ordem de R$1,5 milhão por esse serviço que hoje é prestado.

Muito bem. Além da assistência à saúde, evidentemente, o hospital está voltado para a educação. Então, existem lá os programas de residência médica, residência multiprofissional, cerca de 105 residentes médicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Portanto, também está envolvido com a educação, como reza a Constituição para um hospital universitário. E, por isso, essa empresa está ligada, subordinada ao Ministério da Educação.

Bom, quanto ao quadro de pessoal, foi feito um dimensionamento e, a partir de um determinado momento, foi elaborado e aplicado um concurso público, e os empregados que passaram a ocupar a Ebserh propriamente dita passaram a ser celetistas. Temos hoje cerca de 360 funcionários, todos celetistas, mas contamos também com um grupo de 348 pessoas no Regime Jurídico Único.

A recuperação dos hospitais, a reestruturação passou a ser feita a partir do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF). E, em termos de 2016, foram cerca de R$9,122 milhões que foram descentralizados para o hospital, entre custeios e investimentos.

No que diz respeito ao tema propriamente dito, o Senador já teve a oportunidade de provocar uma reunião no Ministério da Saúde, e a Ebserh foi convocada porque nós tínhamos expressado, já algum tempo atrás, o interesse em que o hospital, na verdade, o centro de nefrologia, cuja construção tinha sido iniciada em frente ao hospital e paralisada por volta de 2010, fosse continuado, que houvesse a possibilidade de o Ministério da Saúde garantir financiamentos para que nós concluíssemos esse prédio, esse imóvel, essa obra.

Isso, até agora, não aconteceu. Era um convênio que existia entre o Estado e o Ministério da Saúde, ou melhor, a Universidade e o Ministério da Saúde. Não aconteceu. Essas obras começaram por volta de 2004, e, em 2010, como o senhor sabe, foram paralisadas as obras, e até então não foram retomadas.

A Ebserh, por sua vez, por sua própria iniciativa, contratou uma empresa para a elaboração de um projeto de adequação desse centro de nefrologia para que a gente pudesse agregar ao hospital. Isso iria trazer uma ampliação bastante substancial na prestação de serviço e também na área educacional.

Até o momento não houve mais progressos, os projetos estão prontos, temos fotografias já da maquete que esperamos um dia atingir, Senador – é essa fotografia aí de baixo –, mas estamos aguardando, na verdade, algumas decisões. Primeiro, que o imóvel, o terreno e o imóvel sejam passados para a administração da Universidade, porque é fator primordial, é um pré-requisito que os hospitais que a Ebserh administre ou em cujas recuperações invista sejam pertencentes ou cedidos às universidades. Todos, hoje, todos os 39 que estão no rol de hospitais da Ebserh, administrados pela Ebserh, pertencem às universidades.

Então, isso é uma coisa que precisaria ainda ser resolvida entre o Estado e a Universidade. A gente fez uma estimativa do projeto que foi feito, um orçamento da ordem de R$10 milhões para a conclusão, e a gente, na verdade, está aguardando esse encaminhamento, esse entendimento entre a Universidade, o Estado, enfim, e o Governo Federal, que a gente está representando aqui através do MEC, para que a gente possa dar continuidade e ampliar a prestação de serviços do nosso hospital.

Acredito que é isso num primeiro momento e me coloco à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Para deixar mais claro ainda aqui a todos, na nossa audiência com o Ministro da Saúde, a gente não colocou isto aqui na fala inicial, mas a proposição também é que, desses 80 milhões que estão lá paralisados, parte pudesse ir para a conclusão dessa área de Nefrologia, fazendo um estudo inclusive de alguma algumas outras necessidades do atual Júlio Müller, alguns reparos, principalmente na rede elétrica e hidráulica, para que ele tivesse um funcionamento mais a contento e, se fosse o caso também, no atual pronto-socorro, se houver alguma necessidade também de que se pudesse fazer esse remanejamento.

No caso, para o próprio Hospital Júlio Müller é mais fácil, porque trata-se da mesma unidade orçamentária, ou seja, o recurso existente do convênio lá é para a construção do hospital, do novo Hospital Júlio Müller, com a condição de 3% a 8% de obra só que está lá, e ainda com uma situação que o próprio Crea em Mato Grosso... E o Governo do Estado, inclusive na audiência que nós da Bancada tivemos esta semana, o próprio Governador, que já tinha feito essa crítica, disse que houve um planejamento inadequado, inclusive o hospital está numa área com problemas de drenagem. Eu também estive lá com outros engenheiros, levantando só as necessidades das obras de acesso a esse Hospital Júlio Müller, que não estão previstas no projeto e que podem custar talvez aí 40 ou 50 milhões, porque tem que se fazer um acesso, ali atravessa uma rodovia federal. Então, como é que você vai sair? Praticamente, a cidade de Cuiabá está de um lado e o hospital seria construído do outro lado. Portanto, nós temos problemas nas obras da drenagem e teremos problemas também de acessibilidade ou de acesso à região. Isso pode implicar um custo talvez maior que o previsto para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

construção do hospital.

Por isso, é importante que essa discussão seja feita com bastante amplitude, e, claro, não pretendemos, nesta audiência aqui, concluir. Nós queremos é exatamente provocar para que o prefeito atual possa fazer aqui as suas colocações, as suas sugestões, e, claro, o Prefeito de Cuiabá, a Prefeita de Várzea Grande e até os prefeitos do interior – muitos não puderam vir, que estão nos assistindo. E essa discussão continuará sendo feita, tanto no âmbito do Ministério da Saúde, como no âmbito do Ministério da Educação. E com a Bancada também, já que a nossa emenda, Senador Cidinho, é uma emenda genérica, não é uma emenda específica. Trata-se de unidade – está aqui o Senador Medeiros também – para as unidades de saúde do Estado de Mato Grosso, com a prioridade da Bancada para a conclusão do pronto-socorro e hospital. Essa é a nossa intenção, que seja dado como prioridade.

Eu vou passar ao TCU...

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PMDB - MT) – Senador Wellington, eu queria só fazer uma complementação.

A emenda para estruturação de unidades de atenção especializada em saúde, reforma e aparelhamento de unidade de saúde no Estado do Mato Grosso está em R$136 milhões. Essa é a previsão dela para a gente fechar na LOA deste ano para o ano que vem, que é uma emenda impositiva.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Isso mesmo. Na proposta também há mais R$20 milhões. Então, daria um total de R$156 milhões, mas nós ainda teremos a votação. Espero que não diminua, que possamos até aumentar, mas é, a princípio, isso aí.

A Ebserh gostaria só de fazer uma complementação. Só dizendo aqui e colocando bem... Como nós vamos votar o Orçamento agora e já estamos finalizando o ano, tudo isso aqui de adaptações, seja do atual Júlio Müller, seja do atual pronto-socorro, seja de qualquer outra unidade, é cabível dentro dessa emenda.

O SR. LAEDSON BEZERRA – Senador, um dado importante. Eu me sinto na obrigação de trazer essa informação, porque acho que precisaria ser considerado também nesse grande plano envolvendo as obras.

Esse prédio que eu falei agora há pouco está há cinco anos paralisado, e ele está na entrada dos pacientes, é bem na entrada – os senhores da cidade conhecem muito bem –, mas essas obras estão deterioradas e com risco de queda de material com possíveis acidentes ao usuário. A gente tem tido um trabalho grande no sentido de garantir essa segurança, uma preocupação para que os nossos pacientes não sejam atingidos por conta desse estado de deterioração em que a obra se encontra.

Eu precisava registrar isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – O que é mais grave.

Então, aqui, nós vamos passar ao Waldemir Paschoiotto, do Tribunal de Contas da União, da seccional de Mato Grosso.

O SR. WALDEMIR PASCHOIOTTO – Correto.

Ex^mo^ Senador Wellington Fagundes, Senador Cidinho Santos, que compõe a Mesa, o representante da Ebserh, Dr. Laedson, demais autoridades presentes e o público, bom dia.

Agradeço a Presidência da Comissão por esse convite de um órgão de controle estar aqui expressando opinião no panorama geral sobre essa questão da saúde pública em Mato Grosso, assim como sobre a ideia principal do aproveitamento dos recursos que estão lá alocados.

Então, o que vou emitir aqui, de forma bem preliminar, porque não conheço a proposta a fundo, é a opinião de um servidor que trabalha num órgão de controle, no caso, o TCU. Eu vivo lá em Cuiabá, então, eu conheço todas as situações que foram colocadas aqui. Mas, com as ressalvas de que essa não é a opinião institucional do Tribunal de Contas da União.

Naturalmente, se o TCU vier a deliberar sobre a matéria, se e quando isso chegar a ser deliberado, os Ministros, no seu Colegiado, vão se reunir e decidir as questões postas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pois bem. No nosso Estado de Mato Grosso, quanto às fiscalizações que o TCU exerce, assim como outros órgãos de controle, temos uma instituição permanente chamada Rede de Controle da Gestão Pública, e a compõem o TCU, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público Estadual, Federal, Polícia Federal, várias instituições de controle; então, nós nos deparamos com várias situações, além das que foram relatadas aqui de obras paralisadas. A área da saúde, principalmente, é uma área muito cara, no sentido de que é caro mantê-la, é sensível para a população e é caro fiscalizar, porque é complexo, a saúde é uma área bastante complexa.

Nós temos casos de unidades básicas de saúde paradas e inacabadas no nosso Estado de Mato Grosso. Nós temos diversas unidades de pronto-atendimento, as UPAs, com problemas também em sua execução, algumas delas paralisadas. Temos os casos desses hospitais citados, o hospital da região do CPA, que está há décadas aquele esqueleto paralisado. Temos o Hospital Júlio Müller, esse centro de nefrologia, que foi colocado pelo Dr. Laedson aqui, ele trouxe até uma imagem da representação. E, desde que eu cheguei à Cuiabá, estou há três anos em Cuiabá, já encontrei essa obra paralisada. Nós, lá do Tribunal de Contas da União, fizemos um esforço conjunto com a Ebserh, com a Universidade Federal, junto ao Governo do Estado e ao Ministério da Saúde para tentar desempacar aquele negócio. Mas, a informação que tenho é de que o convênio foi encerrado.

Então, aquele recurso que o Ministério da Saúde estava aportando para a construção do centro de nefrologia foi perdido. Para aproveitar aquela obra, se é que é possível aproveitá-la, precisamos de novos recursos dessas emendas ou de outras, para complementá-las.

E chegamos ao bendito Hospital Universitário, aquele cuja construção foi iniciada lá na saída para outro Município. Então, é um hospital que foi posicionado bem distante do centro urbano de Cuiabá. As críticas que foram colocadas aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALDEMIR PASCHOIOTTO – ... são razoáveis no sentido de que: será que o planejamento foi correto? Será que o Estado deveria aproveitar a oportunidade de um terreno que ganhou para colocar um hospital tão distante da população? Será que esse é o papel público e o gestor deve tomar decisões com base nisso?

Parece-me que é uma decisão que foi talvez boa para o Estado ao economizar a compra de um terreno, mas ruim para as pessoas, porque empobrece as pessoas, empobrece o contribuinte, empobrece o cidadão, que vai ter que se deslocar, perder sem tempo, os estudantes.

Enfim, mas, a questão principal que gira em torno do que está sendo colocado aqui é uma ideia que é o aproveitamento desses recursos, então, para o hospital e o pronto-socorro, e talvez também para esse centro de nefrologia.

O que eu posso dizer preliminarmente da ideia é que parece ser uma ideia boa, uma ideia justa. Só que o gestor público precisa decidir não só com base em ideias. Foi bem colocado pelo Senador aqui que não estamos aqui para decidir, para fomentar o debate.

Então, como um órgão de controle que fomenta o debate e a decisão de políticas públicas com base em estudos e projetos, sou obrigado a colocar esses alertas no sentido de que, para que essa decisão venha a ser tomada um dia, precisamos de estudo de alternativas, precisamos de análises de risco, precisamos de projetos.

Creio eu que, quando o hospital universitário foi posicionado lá onde foi colocado, quando a obra teve início, houve um estudo que disse que precisávamos de um hospital universitário com 300 leitos para atender x e y especialidades e que ele deveria ficar lá.

Também creio eu que o Estado e o Município de Cuiabá, ao decidirem pela construção do pronto-socorro e hospital que está sendo erigido ali perto do Centro de Eventos do Pantanal, teve um estudo preliminar que disse que precisávamos de um hospital daquela magnitude, com tantos leitos e para atender tal e tal especialidade.

Então, embora a crise que se apoderou do nosso País nos impinja a procurar soluções alternativas para solucionar esses problemas, para destravar... O fato é que hoje não temos nem um hospital nem outro. Mas, ao tomar essas decisões, os órgãos de controle vão cobrar dos gestores que o façam com base em estudos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

análises de alternativas, outras, inclusive, talvez que não foram postas, talvez uma alternativa seja não fazer o hospital universitário onde ele iniciou, mas, sim, em outro lugar que não seja o próprio pronto-socorro que está sendo construído.

Portanto, a decisão dos gestores precisa procurar uma solução ótima. E ótima para quem? Para o contribuinte, para o cidadão, e não ótima para os gestores, e não para resolver um problema do Município, do Estado ou da União.

A Ebserh já administra alguns hospitais universitários pelo País. E, com certeza, eles têm maiores dados e mais condições de opinar sobre isso. Mas eu, pessoalmente, desconheço um hospital universitário que também atenda pronto-socorro, urgência e emergência. Não sei como isso funcionaria, se é que essa proposta também abrange toda a operação do hospital.

Enfim, o panorama que eu quero deixar é este. A preocupação é muito louvável. Esses recursos estão parados há anos na conta do convênio. Nós já fizemos diversas gestões junto ao Governo do Estado, à Universidade para tentar auxiliar, destravar essa questão para esse hospital, de fato, ser construído. Mas a coisa realmente não está andando. Então, é louvável que paremos para discutir outras alternativas, desde que baseadas em estudos, projetos e análises de risco e alternativas.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu quero convidar para estar aqui à frente o Prefeito Mauro Mendes, porque ele poderia fazer um diagnóstico dentro da realidade que está vivendo. E quero aqui salientar... Quero registrar a presença também, pois chegou agora, o Deputado Estadual Oscar Bezerra, e também os Deputados Federais Ezequiel e Adilton Sachetti.

Eu quero colocar aqui bem claro que a nossa proposição não é acabar com o projeto do Júlio Müller novo, mas fazer um replanejamento para que, em médio e longo prazo, se assim for a decisão, daqui mais não sei quantos anos, de acordo com o crescimento da nossa capital, da nova Cuiabá dos 300 anos, possa-se pensar ainda, inclusive, na conclusão. Mas o meu alerta aqui é que, pelo estudo que fizemos, os custos que não estão previstos no projeto, de drenagem e de acesso, são extremamente relevantes.

Então, no caos que estamos vivendo hoje, seria interessante se tivéssemos a possibilidade de melhorar o atual Júlio Müller, o atual pronto-socorro e concluir o novo pronto-socorro e hospital. E também seria importante, Prefeito Mauro, que fosse bem explicado o que é esse projeto, porque a maioria da população não o conhece. Tive oportunidade de ir lá e conversar, já tivemos algumas conversas sobre o assunto, e talvez as pessoas não conheçam a magnitude que ele representa e principalmente a localização, e inclusive o projeto da Via Verde. Eu acho que tudo isso é fundamental que seja explicado.

O SR. MAURO MENDES FERREIRA – Bom dia, Senador!

Bom dia a todos os presentes!

Cumprimento a todos e cumprimento de maneira especial a todos os que estão aqui no dispositivo, neste momento, nesta audiência.

Senador, certamente, ao falar um pouco da saúde, hoje, com quase quatro anos completos em que eu me encontro na condição de Prefeito de Cuiabá, eu posso dizer que esse seguramente foi, é e continuará sendo o maior desafio de qualquer gestor neste País. A saúde pública, além dos seus problemas, da sua gestão, da complexidade de mexer com vidas, ela é vítima também de uma campanha hostil que nós temos no Brasil que me parece que virou moda.

É moda, todos os dias, todas as semanas, as grandes redes, as pequenas redes, todo mundo bater na saúde pública. O termo "caos na saúde" parece que vende, parece que é interessante. E, além de mostrar uma dura realidade, mostra também com um ângulo que, às vezes, não reflete a realidade e não reflete aquilo que nós precisaríamos fazer, que é um debate franco, verdadeiro, honesto, com mais profundidade sobre os problemas que nós temos na saúde e alternativas que nós temos também, para mudar esse duro quadro do País.

Então, eu abro, dizendo isso. E falo que, em Mato Grosso – e aí eu vou falar mais de Cuiabá, que corresponde à nossa experiência como gestor –, eu vejo que nós temos problemas muito sérios. A nossa cidade traz um histórico de mais de 30 anos que envergonha todos nós, agentes públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós temos um hospital com sua obra parada há mais de 30 anos; nós temos o Hospital Júlio Müller parado há cinco, seis anos; nós temos uma ampliação no Júlio Müller parada há algum tempo; enfim, nós temos ali uma triste realidade. E estamos construindo um novo pronto-socorro. E eu já disse ao próximo gestor que tem que tocar com muito cuidado, porque parece brincadeira dizer isto, mas obra neste País, o que não falta é gente querendo parar.

Eu particularmente me envolvi várias vezes para intervir ali, para evitar que ocorresse uma paralisação nesta obra, na cidade de Cuiabá, porque existem alguns técnicos de órgãos de controle que pensam assim: quando encontram um problema numa planilha, eles querem que a obra seja parada para resolver esse problema da planilha. Enquanto isso, para-se a obra. "Não, vamos parar a obra até resolver o problema na planilha." Foi literalmente assim que foi dito aos meus técnicos por técnicos de órgãos de controle, o que beira uma sandice, um absurdo, mas é infelizmente o *modus operandi* e o modelo mental de algumas pessoas.

Graças a Deus, não prevaleceu! Mas nós temos hoje, lá, esse hospital que foi planejado para ser um hospital, um pronto-socorro, tem 60 leitos de UTI no seu planejamento; tem seis salas iniciais de cirurgias, e foi feita uma adequação no projeto, passando para oito salas de cirurgia. Ele foi concebido para funcionar com três recepções distintas, como se fossem três unidades acopladas, e uma interligada na sua funcionalidade, que é a unidade de pronto-socorro, para fazer o atendimento de urgência, emergência, em todos os casos concebidos para esta natureza. Existe a unidade hospitalar de internação de leito de retaguarda, com a sua entrada, com a sua independência funcional, no dia a dia da operação da unidade, e existe uma outra, que é onde se fazem os retornos, ambulatório, cirurgias eletivas, exames, também com outra recepção e um conceito de ter a sua independência funcional. Isso para que nós tenhamos um atendimento melhor ao público.

A localização do hospital foi bem estudada no início da nossa administração, está muito bem centralizada na cidade de Cuiabá. Logisticamente ela vai ser interligada pela Miguel Sutil, pela Estrada da Guia e com o acesso de uma via projetada. Nós já finalizamos o projeto executivo daquele trecho, que é entre o Centro de Eventos do Pantanal e a Estrada da Guia. Então, vai haver um acesso exclusivo ali para a unidade, o que vai garantir acesso tranquilo, rápido a praticamente todas as regiões da cidade, porque, pela Miguel Sutil, você interliga com a região oeste, com Várzea Grande, continua para a região sul, ali pela Guia você consegue entrar pela região dos Florais. Enfim, ela está muito bem localizada, é de fácil acesso para qualquer ponto da cidade. Então, isso foi um ponto predominante para a escolha daquele terreno, que era um terreno de propriedade da Prefeitura. Mas não foi só por isso, foi muito mais pela logística.

Aqui o Waldemir falou um assunto muito interessante, que foi a decisão que lá atrás se tomou de escolher aquela unidade do Júlio Müller, na Estrada de Santo Antônio, há muitos quilômetros da cidade de Cuiabá. Imaginem os senhores o custo, além de todos esses já levantados pelo Senador, de drenagem, de acesso local, de infraestrutura do entorno do hospital, que pode beirar o mesmo custo do hospital. Imaginem o custo do dia a dia que vai se elevar pela distância de que ele está da cidade. Um simples aluno que não tem carro para ir para lá vai ter dificuldade. Vai ter que se prever transporte coletivo para lá, que vai ter uma série de dificuldades pelo tempo que ele vai levar para chegar até o hospital. Isso cria transtorno. O custo da operação logística desse hospital distante da cidade vai ter seguramente um custo para o hospital e para a sociedade muito maior, que, quando colocado na ponta do lápis provavelmente vai ficar muito próximo, numa visão de médio prazo, daquilo que é a sua própria construção.

Então, é uma decisão sobre a qual, como já se encontra há cinco anos parada, eu vejo, Senador Wellington, que é muito apropriado fazer uma discussão técnica, com profundidade, com números, porque, se nós demos um passo errado, não é vergonha nenhuma para ninguém reconhecer isso e dar um passo atrás. Burrice é continuar em frente quando se detecta que há um problema e se tomou lá atrás uma decisão errada. Então, qualquer decisão pode ser revista desde que haja fundamentos claros e transparentes que sejam debatidos. Corajosamente tem que ser enfrentado esse problema

Sobre o tema que o senhor coloca, sobre essa possibilidade, o que nós precisamos talvez, Senador, fazer, na cidade de Cuiabá e no Estado de Mato Grosso, é uma reconceituação do papel de cada unidade no nosso Estado. Vou dar como exemplo de sucesso uma coisa que nós fizemos, que é o Hospital São Benedito, que foi conceituado, no início, para ser um hospital exclusivamente cirúrgico, vocacionado para três das principais especialidades de maior demanda, de grande demanda no Estado e que era objeto de centenas de liminares, com alto custo para o Poder Público.

O Hospital São Benedito foi concebido para trabalhar na neurocirurgia, nas ortopedias de média e alta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

complexidade principalmente e nas cirurgias cardíacas. Nós já conseguimos ativar as duas fases, que são a neurocirurgia e a ortopedia de alta complexidade, praticamente zeraram as filas e acabou-se com a judicialização, com o alto custo que essas duas especialidades demandavam. É um *case* de sucesso muito grande. O custo de três, quatro cirurgias, que foram feitas na judicialização, pagou o equivalente a mais de 200 cirurgias que nós fizemos no Hospital São Benedito.

Senhores, vou repetir: o custo de três ou quatro cirurgias, feitas na judicialização, correspondem a mais de 200 cirurgias, na mesma complexidade. Algumas até maiores, porque os senhores devem ter visto na televisão que o Hospital São Benedito faz até cirurgia de mal de Parkinson, que é considerada uma cirurgia de alto risco, de alta complexidade, e todas foram feitas, até agora, com sucesso absoluto, pela competência e pela *expertise* da equipe técnica lá alocada.

Uma outra coisa a destacar também foi o modelo. E, aí, eu acho a atenção do representante da Ebserh: nós, lá, criamos um conceito semelhante ao de vocês. Nós criamos uma Empresa Cuiabana de Saúde Pública. E é essa empresa que gerencia esse hospital. Então, lá nós temos, hoje, um hospital que é do Poder Público, todos os servidores são celetistas... Então, as enfermeiras, os auxiliares técnicos, a recepcionista, toda aquela turma que ali trabalha é celetista, e os profissionais médicos – que é o motor do hospital – são contratados por licitação, para prestar serviço. E ganham por cirurgia! Então, uma cirurgia de alta complexidade, em ortopedia, por exemplo, custa R$1.700, que é o custo para a equipe médica. Então, nós criamos essa retaguarda, e isso tem dado uma eficiência muito grande, porque as equipes têm compromisso com produtividade, têm compromisso com qualidade, obviamente, e o custo caiu consideravelmente, pelo retorno que nós conseguimos dar.

Eu só usei novamente esse exemplo, Senador, para dizer o seguinte: hoje, em Cuiabá, que é o pulmão da saúde no Estado de Mato Grosso, nós temos que conceituar adequadamente o que cada uma dessas unidades vai fazer. Se o São Benedito vai fazer esse tipo de cirurgia, não pode haver concorrência entre essas unidades. Se nós vamos fazer um novo hospital, ele não precisa entrar para fazer as mesmas cirurgias que o São Benedito faz. Se nós vamos ter um hospital universitário que vai também fazer algum tipo de trabalho, ele tem que se especializar em algum segmento, porque, quando você se especializa, você melhora a prestação do serviço; quando você se especializa, você otimiza os custos, você gerencia melhor; diminui os custos e presta um melhor trabalho. Então, isso é um primeiro passo, extremamente importante, que é definir corretamente o papel de cada unidade de saúde no Estado, segmentando, especializando, para fazer mais barato e prestar um serviço melhor para a sociedade.

Então, nós acreditamos que essa ideia que o senhor traz à baila... Sob o ponto de vista do Município, é sonho de consumo deixar de ser proprietário de um hospital. Hoje, o pronto-socorro de Cuiabá custa, em média, 8 milhões, 9 milhões por mês, e mais da metade disso sai da Fonte 100 do Município.

No Município de Cuiabá, senhores, nós gastamos, hoje, 30% a 31% da minha receita corrente líquida com a saúde. Quando nós entramos lá, estava em 23%. Foi o número do ano, gasto em 2012. Isso foi crescendo, crescendo, e não é maior porque eu coloquei um teto. Coloquei um teto. Eu disse: "Não passo R$1 a mais além de 30%." Em alguns meses não tem jeito, há alguma emergência, vai a 31%, volta para 30%. Se eu deixasse, iria a 40%, 50%. Eu não iria pagar salário, não faria uma obra, colocaria todo o dinheiro na saúde – devido à grande demanda e, principalmente, aos problemas que os senhores que aqui estão, que são do Mato Grosso, sabem que nós temos tido lá nos hospitais regionais por todo o interior do Estado de Mato Grosso. Principalmente este ano, eles tiveram, além das paralisações oficiais, muita gente fazendo aquela famosa paralisação branca – fingia que recebia e fingia que trabalhava. Muita gente acabou indo para Cuiabá.

Nós chegamos a registrar 141 – dando um dado mais preciso, foi o nosso recorde – pessoas nos corredores do pronto-socorro. É desumano; é desleal; é desonesto com a população permitir um negócio desse. Mas, pelo menos, é o hospital que atende, porque não há como colocar uma plaquinha "lotação esgotada" e dizer que não recebe. E lá nós salvamos, todos os dias, dezenas de pessoas que chegam, normalmente – a grande maioria, 90% – em estados graves de acidente, de traumas, vítimas de violência com arma branca, arma de fogo, e são situações muito complicadas.

Então, Senador, eu vejo que o hospital teria condições de suprir essa demanda. Ele foi concebido com possibilidade de ampliação do número de leitos; os 320 leitos que ele tem hoje podem ser ampliados com facilidade. Quando se implantou o projeto no terreno, foi feita uma implantação pensando nisso, no futuro. Então, nós podemos chegar a 400, 450 – não mais do que 500, porque existe uma relação ótima para o custo-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

-benefício entre aquilo que é o tamanho de uma unidade, a sua gestão, principalmente quando se fala pública, que varia de 250, 300 leitos a 450, 500 leitos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Isso é no pronto-socorro?

O SR. MAURO MENDES FERREIRA – No novo pronto-socorro. A localização é muito boa. A infraestrutura no entorno está muito bem preparada, com estacionamento, com áreas para se ampliar. É uma ideia que tem, inicialmente, alguns pressupostos que permitem, no mínimo, que ela possa ser aprofundada para vermos aonde nós podemos chegar, dentro do interesse coletivo.

Agora, para que essa decisão seja tomada, eu sugiro a todos os atores, principalmente o prefeito que vai assumir a cidade a partir do dia 1º de janeiro, que essa decisão não venha isolada. É uma decisão que tem de ser tomada dando a cada um dos atores dessas instituições que vão cuidar de saúde uma vocação e uma especialização. Nós não podemos ter, como ainda temos hoje, o mesmo serviço sendo prestado em mais de uma, ou duas, ou três unidades. Eu tenho convicção de que a especialização, a vocação para algumas atividades, feita em algumas unidades, pode gerar um resultado para a população melhor do que nós fazemos hoje.

Para otimizar o recurso público, para aquela unidade que ficará lá já existe uma ideia, que já foi plantada há algum tempo: transformar aquilo ali num hospital materno-infantil. Existe lá um terceiro andar que foi recuperado, que foi reconstruído com alto padrão de qualidade. Então, não podemos abortar aquilo ali como unidade, porque houve um alto investimento, e ela presta um serviço hoje. São 45 leitos, 15 leitos de UTI, com grande padrão de qualidade. Então, seria uma vocação fazer ali um materno-infantil, ter o pronto-socorro, ter o São Benedito.

Aí, dentro desse conceito, se o pronto-socorro puder passar para uma gestão federal, é muito bom para o Município, porque a vocação e a obrigação primeira dos Municípios é cuidar da atenção básica. E a alta complexidade drena o grande volume de recursos e o grande volume da atenção do dia a dia, porque é ali que, a toda hora, há gente em estado que merece uma atenção e um aporte de recursos humanos e financeiros muito maior.

Então, eu diria ao senhor e a todos aqui presentes que a ideia que está sendo colocada merece um estudo e um aprofundamento maior, mas preliminarmente eu a vejo com bons olhos, sob o ponto de vista do interesse do Município e sob o ponto de vista do interesse de uma melhor prestação de serviço à população do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu quero repetir que o objetivo da audiência pública é debater o planejamento e plano operativo da utilização dos recursos de saúde no atendimento à saúde no Estado de Mato Grosso.

É claro que os impactos acabam acontecendo em Cuiabá, mas a preocupação nossa, da Bancada, é discutir como um todo o funcionamento dos hospitais regionais. Inclusive, ontem, na audiência que tivemos com toda a Bancada, convidamos o Governo do Estado de Mato Grosso. Eu gostaria de saber se existe aqui alguém na plateia, porque o Governador garantiu que viria alguém representar o Governo de Mato Grosso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Marco Bertúlio.

Se você quiser falar agora, você já é convidado para falar e você pode fazê-lo aqui à frente também.

Marco Bertúlio é convidado. Foi Secretário de Saúde e é cuiabano de chapa e cruz.

Eu gostaria de pedir aqui depois que me ajudassem a fazer a inscrição das pessoas que gostariam aqui.

Deputado José Augusto Curvo, Senador José Medeiros.

O SR. MARCO BERTÚLIO – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Wellington Fagundes.

Como estamos ainda no Governo do Estado de Mato Grosso, na Casa Civil, e fui Secretário de Estado por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

um tempo, gostaria de subsidiar a discussão com algumas informações que eu julgo importantes.

No plano de governo do Governador Pedro Taques, tínhamos planejado um hospital, porque o Estado de Mato Grosso é o único Estado do País que não tem hospital estadual. Então, o pronto-socorro de Cuiabá assume exclusivamente o ônus que compete ao Estado.

Nessa perspectiva, pensávamos que seria necessário haver um hospital de referência estadual. Como o prefeito também havia proposto um hospital, um pronto-socorro para Cuiabá, pensamos, naquele momento, que Cuiabá não teria capacidade logística, operacional, de força de trabalho qualificada para assumir simultaneamente 600 leitos. Então, foi pensado o pronto-socorro e o hospital estadual.

Conversando com o Município, articulamos para que esse hospital e pronto-socorro de Cuiabá fosse de referência estadual e viesse a ser um único hospital que atendesse a demanda do Estado de Mato Grosso. Por quê? Já existia naquele momento a proposta do Hospital Universitário Júlio Müller com em torno de 300 leitos. E também já estava conversado à época que o novo Hospital Júlio Müller não eliminaria o Júlio Müller hoje existente. Ele viria a funcionar como uma referência para a parte de ginecologia, obstetrícia e maternidade. Nós tínhamos uma ação já correndo da obrigatoriedade de retornar com as obras do antigo Hospital Central. Então, nós tínhamos um contexto de mil leitos em um espaço de três anos para ser instituído em Mato Grosso.

A análise técnica nos mostrava que, apesar da necessidade de leitos hoje em Mato Grosso, nós não teríamos condições de arcar com o pessoal via Administração Pública. Naquele momento, ainda como Secretário de Estado, nós conversamos com a Universidade Federal o interesse de que pudesse assumir a gestão desse novo Hospital Central, que a gente estava remodelando para ser um hospital de referência materno-infantil especializado. A Presidência da Ebserh esteve conversando conosco naquele momento. Havia a perspectiva de 34 hospitais universitários para serem terceirizados e, enquanto isso não fosse concretizado, não havia possibilidade de conversar sobre assumir nenhum tipo de outro hospital. Então, essa perspectiva foi afastada. Hoje, quando a gente fala de colocar o hospital na gestão da administração da Ebserh, para a gestão pública, ela é pertinente, porque é exclusivamente pública, e, o mais difícil em um hospital, com a mão de obra bancada pelo Poder Federal também.

Há dificuldade operacional quando se coloca o centro de nefrologia. Esse convênio já vinha se arrastando por mais de dez anos, com a obra lá inconclusa, e com apontamentos importantes dos órgãos de controle com relação àquela obra. Nós fizemos reunião com a Universidade, com a Ebserh, com os órgãos de controle, para tentarmos achar um meio de continuar essa obra, mas atendendo à realidade de dez anos posteriores do interesse da população de Mato Grosso no com referência à nefrologia. O único senão, que não poderia ser mexido, era o objeto de convênio com o Governo Federal. Não pode ser mexido, pode ser mexida qualquer outra cláusula. Diante disso, nós não tínhamos como mudar a questão do centro de nefrologia. Poderíamos mudar sim, passar para a Universidade e fazer a gestão, mas o objeto teria de ser concluído. Com os apontamentos que o próprio Fundo Nacional de Saúde colocou, o Governo do Estado se viu obrigado, para regularizar a situação desse convênio, a fazer a devolução do dinheiro recebido. Por isso que ele foi encerrado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO BERTÚLIO – Foi feita a devolução para que se pudesse ter margem posteriormente para fazer a adequação necessária. Então, o que a direção do Júlio Müller pensou: inaugurando o novo Hospital Júlio Müller, aquele lá ficaria pronto para fazer a adequação necessária, com aquela estrutura física pertinente à realidade do Estado de Mato Grosso.

Então, quando eu fiz essa contextualização para vocês, vocês vejam que a adoção do pronto-socorro e hospital de Cuiabá, junto com a proposta do hospital de Mato Grosso, nós passamos de 600 para 300 leitos, para implantar imediatamente. E o Hospital Universitário Júlio Müller nunca se deixou, até então, a ponto de falar assim: "Não, não vai fazer." Eram mais 300 leitos. A preocupação que nós temos hoje é que grande parte da população do Estado de Mato Grosso vai à capital por haver lá a maior tecnologia, o aporte tecnológico, os profissionais mais qualificados estão lá. Então, nós precisamos, sim, que esses serviços sejam de referência estadual e assumidos como referência estadual.

Com relação à ideia que ora é apresentada de federalização do hospital e do pronto-socorro de Cuiabá, postergando a conclusão do Hospital Júlio Müller, eu acho que a gente teria que fazer uma análise técnica atualizada nesse momento. Isso porque, em dezembro de 2014, nós tínhamos um percentual dos leitos, ape-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sar de faltarem no Estado de Mato Grosso, que não chegava a 45% de taxa de ocupação. Significava dizer o seguinte: dos leitos que nós tínhamos, se fizéssemos uma gestão para que eles fossem bem ocupados, precisaríamos cortar a metade das necessidades de projeção de leitos futuros por incapacidade de ocupar os existentes.

Então, se essa informação ainda for atualizada, nós teríamos que colocar isso na mesa para discutirmos a pertinência desses leitos futuros para Cuiabá. Quando falo "futuros para Cuiabá", estou falando para o Estado de Mato Grosso como um todo e no futuro, pensando nos próximos quatro, cinco anos, porque essa situação não vai se modificar mesmo se a gente começasse a construir o Hospital Central hoje, o Hospital Universitário Júlio Müller e concluísse, como previsto, o pronto-socorro de Cuiabá. Nós estamos falando em colocar esses leitos em funcionamento, na melhor das hipóteses, dentro dos próximos 24 meses somente.

Acho que essa informação poderia contribuir com o debate. O Estado de Mato Grosso tem todo o interesse de que isso venha a ser implementado, porque a população do Estado, apesar de os hospitais regionais existirem, ainda está sofrendo e precisa da atenção especializada que Cuiabá disponibiliza hoje para os profissionais que estão ali residindo e não querem sair, não querem se interiorizar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria de entender bem. Gostaria que a sua conclusão fosse mais clara para que eu pudesse entender melhor. De acordo com sua conclusão, qual a melhor forma de serem utilizados esses R$80 milhões que estão hoje na conta do Estado, no seu entender?

O SR. MARCO BERTÚLIO – Eu não posso ser assertivo, Senador, porque não tenho conhecimento exatamente da situação dos últimos seis meses. Mas esse dinheiro foi resultado de um acordo que a Universidade fez com o Governo do Estado, na gestão passada, que repassou o que o Governo do Estado precisaria para fazer a construção do Hospital Júlio Müller. E começou a obra usando esse aporte do Governo Federal e foi a obra foi paralisada por problemas que todos nós conhecemos. Então, esse dinheiro que existe é o valor que foi aplicado e está aplicado para a construção disso e mais R$100 milhões seriam disponibilizados pelo Governo do Estado para a construção dessa obra.

Como eu estou afastado da gestão da Secretaria estadual há mais de ano, pois estou somente na assessoria da Casa Civil, eu não poderia precisar com exatidão como a Secretaria tem discutido isso junto com a Universidade Federal, com a transição da Universidade, com a nova reitora assumindo e com o problema de saúde dela agora, se houve algum acordo concreto sobre qual seria o encaminhamento. O empecilho que havia era com relação ao memorial descritivo, a adequação do projeto que a Ebserh fez junto com a Universidade Federal para fazer as adequações necessárias. E havia sido definido o modelo de licitação de RDC para dar maior celeridade a essa obra do Hospital Universitário.

Então, com relação a esse ponto, eu não sei precisar exatamente se essa licitação está já sendo colocada para operacionalização da construção do pronto-socorro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – A lista de inscrições está aqui. O primeiro inscrito é o Deputado Valtenir. Ah, não!

Antes, Deputado Valtenir, ainda há uma instituição, representando aqui o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems), Aparecida Molina.

Quero registrar a chegada também do nosso Coordenador de Bancada, o Deputado Fabio Garcia.

A Aparecida Molina, então, pode fazer as suas considerações.

E aqui, na sequência, estão inscritos o Deputado Valtenir, Deputado Ezequiel, Dr. Jorge Yanay, José Augusto (Tampinha). Se houver mais outros interessados, podem fazer a inscrição.

A SRª APARECIDA C. MOLINA – Bom dia, nobres Senadores, Deputados e todos aqui presentes. Gostaria de parabenizá-lo, Senador, por essa iniciativa, que, para nós, do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde, é muito importante; e também ao Senador Cidinho, que está sempre militante nessa causa da saúde.

Só gostaria de fazer uma referência com relação à necessidade realmente da abertura de leitos de hospitais, porque, nos últimos anos, nós perdemos mais de 500 leitos hospitalares. Então, hoje nós temos um déficit de mais de 500 leitos. Por quê? Nós perdemos esses 500 leitos e a população aumentou, então, além de per-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

der os leitos existentes, a população aumentou. Portanto, temos um déficit superior a 500 leitos hospitalares.

Com relação à relevância do Hospital Júlio Müller, é muito importante para nós, do Estado do Mato Grosso, como munícipes – porque sou de um Município de aproximadamente 4 mil habitantes, que depende, na alta complexidade, exclusivamente de Cuiabá –, além do que foi dito com relação a ser referência para gestantes e crianças, ressaltar que o Hospital Júlio Müller também é referência para doenças infectocontagiosas e tropicais, inclusive para outros Estados da Federação, então, é um hospital de extrema relevância.

Diante da epidemia que temos também de acidentes de trânsito, nós vemos a situação do pronto-socorro e percebemos também que, além de um hospital de retaguarda, porque existe essa necessidade, o pronto-socorro é essencial.

Gostaria de parabenizar aqui o nosso Prefeito Mauro Mendes, porque, nessa gestão dele, nós sentimos considerável mudança no interior com relação ao acolhimento dos nossos pacientes.

Há que se dizer que o hospital estava com cento e quarenta e poucas pessoas no corredor, porém nunca foi fechada a porta do hospital para o interior. Isso é uma relevância muito grande, porque a gente reclama: "Ah, está no corredor, está na maca." É difícil? É difícil para todos nós, porém não está fora, está sendo tratado. Quando chega lá, é atendido, é medicado e nos é devolvido, na sua maior parte, com vida. O hospital pronto-socorro hoje, com toda a dificuldade que tem, é de extrema relevância para o Estado de Mato Grosso e para o interior também.

O que nós gostaríamos de colocar aqui, como Cosems (Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Mato Grosso) e como Conselheira Estadual de Saúde que sou, é que nós estamos vendo a questão da PEC 55. Então, nós percebemos que existe a necessidade, sim, de priorizar. E, com esse aumento – nós precisamos realmente do aumento na saúde –, além dessa epidemia que há aqui, temos uma dificuldade muito grande, no interior: os hospitais regionais e os de referência municipal não se mantêm na situação que estão. Alguns deles são gerenciados por OS, outros pelos Municípios, mas existem atrasos de pagamento com relação ao Estado. O Estado tem atrasado o pagamento com os Municípios e com os próprios hospitais regionais.

Existe uma dificuldade sanitária lá nas unidades, no credenciamento federal. Então, existem hoje, por exemplo, no interior de Mato Grosso, UTIs que são pagas com recurso estadual, que, se fossem credenciadas, poderiam ser pagas com recurso federal. Isso já deve ser assim, mas é pago com recurso estadual porque não tem habilitação da vigilância sanitária. Então, é um recurso estadual que está indo sem necessidade nenhuma, porque a obrigação é do Governo Federal.

Então, nós temos tudo isso no nosso Estado. Nós temos a dificuldade dos hospitais regionais, a dificuldade dos Municípios que estão com os recursos no Estado atrasados. Temos a dificuldade com relação a essa questão sanitária das unidades que não têm habilitação, e o Estado paga administrativamente, em vez de o Governo Federal pagar. Então, o nosso Estado está com extrema dificuldade na saúde. É lógico que a Federação também está dessa maneira, mas, como você diz, nós não vamos tratar só de Cuiabá ou não vamos tratar só dos hospitais.

(*Soa a campainha.*)

A SRª APARECIDA C. MOLINA – Nós temos todo o Estado e toda essa dificuldade e, se nós chegarmos a um consenso aqui de que temos de pensar nisso; se as regiões forem fortalecidas, vai diminuir a pressão sobre Cuiabá. Eu sinto que o Estado caminha para isso, a vontade de todos é para isso, mas nós não estamos nessa situação ainda. Então, além de o Hospital Júlio Müller ter de ser fortalecido, além de o pronto-socorro ter que ser fortalecido, nós também precisamos do fortalecimento das regiões, porque, senão, Cuiabá nunca vai suportar isso se a região não for fortalecida, se a média e baixa complexidades não ficarem nas regiões. É só essa fala.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria de convidar o Prefeito Emanuel Pinheiro, eleito, para estar aqui à frente, porque, daqui em diante, acho que começa a consequência dos próximos anos. Então, pergunto se V. Sª gostaria de se sentar aqui, porque eu acredito que começam agora as análises principalmente do futuro.

Então, quero convidar aqui o Senador José Medeiros, como primeiro inscrito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente; Dr. Pas-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

choiotto – quase ia falando Pasqualotto –; Senador Cidinho Santos; Dr. Laedson Bezerra; todos os nossos Deputados Federais da Bancada do Mato Grosso – Deputado Valtenir, Deputado Ezequiel, Deputado Adilton, que acabou de sair, nosso Deputado Tampinha; Fabinho Garcia, Coordenador da Bancada –; nosso Senador pela região de Sinop, Jorge Yanai; Deputado Estadual Oscar Bezerra; nosso Prefeito Mauro Mendes; cumprimento-os, também nosso representante nacional do PV, todos os convidados e todos que nos assistem no Estado de Mato Grosso e por todo o Brasil.

Primeiro, quero parabenizar o Senador Wellington Fagundes por chamar esta audiência pública, até porque a gente trata de inúmeros assuntos, e um dos assuntos que mais afligem a população e os prefeitos – aproveito aqui para cumprimentar o nosso futuro Prefeito de Cuiabá; já é prefeito, só faltando tomar posse, Emanuel Pinheiro –, mas o que hoje aflige os prefeitos no Brasil inteiro é o setor de saúde, e o Prefeito Mauro Mendes citou aqui, talvez, o câncer da saúde brasileira, que é a judicialização, porque existe a demanda; o cidadão vai, procura o Ministério Público ou a Defensoria; e o juiz, diante da provocação, acaba dando a tutela jurisdicional. Ocorre que, como o mundo é cheio de espertos, viraram verdadeiras máfias, isso virou um grande negócio.

Eu não vou citar o Município aqui, mas vou citar o que a promotora me disse de um certo Município de Mato Grosso. Ela falou: "Eu já tenho subsídio para prender todos os envolvidos, incluindo os médicos do Município." Ela falou que só não o fazia porque ela estava pensando num mal maior, que era ficar o Município sem saúde.

O sujeito procurava o médico, ele criava uma dificuldade, instruía para que fosse procurar a Justiça, e aí cobrava os preços. E aí vem esse problema que o Prefeito Mauro Mendes trouxe aqui: três ou quatro cirurgias, dá para fazer duzentas, Senador Jorge Yanai. Agora, veja se isso é possível. Qual Município que aguenta isso?

Então, essa é só uma das nuances que afligem a nossa saúde. Eu já digo até que os secretários de saúde são presos em potencial. Então, prefeito Emanuel, eu não sei qual será o preso em potencial que V. Exª vai escolher, mas com certeza ele vai ser inquirido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É melhor ele já contratar um advogado de antemão.

Então, o Senador Wellington Fagundes traz isso aqui, e começamos a colocar o dedo nessa grande ferida que é o setor de saúde. E aí passamos para outra questão que foi debatida aqui também e é importante. Talvez – e aí eu não tenho todos os dados para dizer isso, mas observando eu vejo que falta – falte muita gestão também nesse setor, porque uma gestão competente é capaz também de colocar o dedo na ferida, chamar o Judiciário para dentro dessa discussão e mostrar que o Estado está sendo roubado, furtado, espoliado por essas quadrilhas.

Esse é um ponto, mas falta também o dia a dia, a gestão. A gente sente que alguns hospitais com até menos dinheiro funcionam muito bem e outros com muito dinheiro não funcionam de jeito nenhum. Em Mato Grosso, a gente tira até pelos hospitais regionais, em alguns lugares funcionaram, Prefeito Emanuel Pinheiro, e em outros não funcionaram.

Então, há aí alguma coisa de que a gente precisa falar. E aí a importância desta audiência pública é justamente colocar todos os agentes políticos, junto com o corpo técnico, e aí é muito importante a presença do TCU aqui para que a gente possa, todos, pensando juntos, procurar caminhos de toda sorte para melhorar esse setor, porque daqui para a frente...

Enquanto tinha, vamos dizer assim, muito dinheiro, Deputado Ezequiel, até que a coisa ia caminhando, mal e porcamente, vamos dizer, mas caminhava. Só que agora o dinheiro arrochou, e aí a criatividade, a gestão vai ter que ser importante, porque senão vai parar. A gente já sente que os corredores já não têm mais onde caber gente.

Estão falando agora que vai cortar. Nós, Senadores, estamos sendo muito criticados porque ontem aprovamos a PEC do corte de gastos, que na verdade foi mal nomeada. Ela não é a PEC do corte de gastos, ela é uma PEC que vai assegurar os gastos, porque ela vai ter um orçamento real.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O Senador Wellington Fagundes foi o Relator do Orçamento no ano passado e pôde ver o quanto são fictícias, pela experiência que tem, as nossas peças orçamentárias. Nós vamos passar a trabalhar dentro de uma realidade agora. Tivemos protestos de toda sorte.

Quero, já marchando para o final – inclusive não diz sobre o nosso assunto, mas diz sobre o nosso País –, fazer aqui uma homenagem aos 16 policiais que foram gravemente feridos ontem com bolas de gude, com faca, com tudo, aqui na Esplanada dos Ministérios, por pessoas protestando contra essa PEC. Na verdade, protestando não: eram bandidos que invadiram Brasília, que picharam os nossos monumentos e que às vezes a gente os confunde com manifestantes. Na verdade, Brasília foi tomada de assalto por bandidos que em nada estão preocupados com saúde, com temas importantes como esse.

Então, quero agradecer a todos os que vieram do Estado, aos deputados estaduais, aos representantes políticos, ao representante do Governo. Nós agora temos que começar a encontrar caminhos, e os prefeitos que estão entrando com certeza vão precisar muito disso, porque a grana está curta, o dinheiro está curto, e nós não podemos continuar do mesmo jeito que estamos.

Então, Senador Wellington Fagundes, parabéns mais uma vez, espero que... Já falei, inclusive, lá em Rondonópolis, para a comunidade, sobre a sua luta junto com a Bancada para que a gente possa resolver também a situação do curso de Medicina lá na cidade de Rondonópolis, que está de forma precária. Que a gente possa fazer uma junção, porque o que o senhor disse aqui, Dr. Laedson, lá em Rondonópolis não está acontecendo. Foi feito um convênio, o Senador Wellington lutou muito pelo curso de Medicina, um hospital está colaborando bem com a parte escolar dos alunos, mas outros alunos praticamente têm que ficar totalmente passivos, e isso a gente precisa resolver.

Então, é esse recado que eu queria dar para a comunidade.

No mais, meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Com a palavra o Deputado Valtenir Pereira.

Passo a Presidência para o Deputado Cidinho.

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PMDB - MT) – Quero parabenizar o Senador Wellington, Presidente da Comissão Senado do Futuro, por trazer ao debate essa questão da saúde e, principalmente, da participação do Governo Federal nos assuntos de saúde no Estado de Mato Grosso. Quero saudar aqui o Senador Cidinho, que assume agora, por ora, os trabalhos; saudar também o Laedson Bezerra, que é da Ebserh, e também o Waldemir Paschoiotto. Tivemos, ao longo do ano de 2016, várias agendas tratando lá do Tribunal de Contas da União. Quero saudar também o Prefeito eleito Emanuel Pinheiro, a Bancada, o Senador Medeiros, o Deputado Ezequiel. Enfim, quero saudar todos os aqui presentes.

Eu quero ser bastante objetivo. É o seguinte: Mato Grosso não tem um hospital federal. Se eu não me engano, acho que é uma das duas capitais brasileiras que não têm um hospital federal bancado pelo Governo Federal. É por isso que a gente vive esse caos. Então, essa iniciativa de federalizar um novo hospital pronto-socorro de Cuiabá é muito oportuna. Agora, nós não podemos, vamos dizer assim, resolver essa questão cobrindo um santo e descobrindo outro: o novo Hospital Júlio Müller também tem que acontecer.

A gente sabe que os recursos estão escassos, realmente o dinheiro está difícil, mas o Governo Federal... A força que a Bancada tem que fazer, o diálogo que devemos travar é para que essas duas obras fiquem prontas o mais rápido possível e que o Governo Federal assuma o novo pronto-socorro também.

Repito: Cuiabá é uma das capitais – são duas capitais, eu não sei qual é a outra – que não têm um hospital federal que o Governo Federal banque. Quer dizer, as outras 25 unidades da Federação têm um hospital federal de alta complexidade e, vamos dizer, de alto rendimento. Nós, em Mato Grosso, não temos. E temos dificuldade ainda em ampliar o teto para poder fazer essas cirurgias de alta complexidade. Então, nós temos que ter esse foco.

Os oitenta milhões que hoje estão na conta do Governo do Estado para a construção do novo Hospital Júlio Müller – parece-me – são recursos da educação, da Universidade Federal, vamos dizer assim, que foi empenhado para o Governo do Estado numa rubrica do Orçamento do Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Lá, onde está sendo construído o novo Hospital Júlio Müller é o bloco de saúde da Universidade Federal de Mato Grosso. Nós ampliamos e, com o novo hospital, podemos ampliar mais ainda a oferta do quê? De vagas para Medicina, para médicos, para formar médicos, enfermeiros, enfim, ofertar mais vagas na universidade. Essa é a grande oportunidade, e acho que o foco tem que ser esse. Duzentos milhões para o Governo Federal, neste momento de crise, é complicado. É, mas basta a gente tirar de um canto e levar para outro. Isso é possível.

Então, acho que o foco tem que ser este: trabalharmos para federalizar o novo hospital pronto-socorro, para que esse custeio saia do Governo Federal e, assim, a capital de Mato Grosso ganhe esse presente. Mato Grosso contribui muito para o desenvolvimento do Brasil, para a balança comercial, para a produção agrícola e tudo o mais. É impossível que Mato Grosso não possa ter um presente desse do Governo Federal.

E precisamos manter o novo Hospital Júlio Müller em construção, fazer isso acontecer o mais rápido possível para a gente poder ofertar os cursos na área de saúde, naquele bloco de saúde, na saída de Santo Antônio do Leverger.

Deixo essas considerações aqui, nesta audiência pública, que é uma audiência para reflexão, para trazer informações. Devemos continuar o debate e adotar o seguinte encaminhamento: focar essas duas questões que são de fundamental importância.

Depois quero discutir também a questão da emenda, que está dando em torno de R$156 milhões. É uma emenda impositiva da Bancada para a gente construir todo um cinturão com equipamentos nos hospitais de médio e grande porte no interior do Estado de Mato Grosso, para virem para Cuiabá realmente aquelas situações que só Cuiabá resolve...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALTENIR PEREIRA (Bloco/PMDB - MT) – ...porque Cuiabá tem que resolver mesmo, porque não compensa ter lá no interior do Estado de Mato Grosso, conforme o protocolo e a orientação dos técnicos da saúde.

São essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – O.k.

O próximo inscrito é o Deputado Federal Ezequiel Fonseca.

O SR. EZEQUIEL FONSECA (Bloco/PP - MT) – Cumprimento o Senador Cidinho Santos, que neste momento preside esta audiência; os componentes da Mesa; o nosso Prefeito de Cuiabá Mauro Mendes – o próximo Prefeito é Emanuel Pinheiro. Cumprimento também o Deputado Adriano Silva e o Deputado Oscar Bezerra, que são Deputados Estaduais de Mato Grosso; o nosso ex-Secretário Marco Bertúlio; também o companheiro Aloísio; e, por último, o nosso Vice-Reitor Ariel, que representa aqui a Unemat, universidade que tem sido o grande esteio do Estado de Mato Grosso.

Eu queria pautar aqui, Senador Cidinho, três pontos que acho fundamentais.

O primeiro é a questão da federalização do pronto-socorro, que penso que pode ser algo importante para o Estado. Que nós possamos economizar um tanto e fazer com que isso aconteça realmente no próximo mandato do Prefeito Emanuel Pinheiro, para tirar um pouco a carga de cima de Cuiabá, porque Mato Grosso todo acaba indo para Cuiabá, gerando um represamento. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto. Na primeira audiência que nós tivemos aqui com a Magnífica Reitora Miriam, que, por sinal, teve um AVC – espero que era possa se recuperar, porque ela tem uma visão diferenciada –, eu fiquei muito animado. Mas existe uma preocupação com a questão do Hospital Universitário Júlio Müller, porque o Governo do Estado não tem recursos, Senador Jorge Yanai e Deputado Tampinha, para aportar no término dessa obra. Parece-me que, a princípio, eram R$60 milhões; depois, R$90 milhões. Eu não vi, naquela audiência – vocês estiveram depois com o Governador... Nós precisamos deixar claro se o Governo do Estado vai colocar os R$90 milhões para concluir o hospital universitário. Caso contrário, precisamos fazer uma força-tarefa para correr atrás disso.

O terceiro ponto – não vou falar de outros setores, porque já foram muito bem discutidos aqui – refere-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

se à regulação em Mato Grosso. Hoje, Cuiabá faz essa regulação. Eu penso que ela prejudica os demais Municípios. Por isso, eu creio que nós teríamos que rever também a questão da regulação para que ela voltasse para o Estado, a fim de que o Estado, sim, tenha toda a força e a condição de organizar essa regulação. Hoje, os médicos reguladores de Cuiabá, de Mato Grosso, não têm sequer um sistema e fazem regulação por telefone – eles não conseguem visualizar onde estão os leitos. Isso tem levado, talvez, a essa judicialização tão grande. É médico regulador, mas não consegue enxergar onde estão os leitos. E aí isso ficou a critério de Cuiabá.

Com todo respeito ao Prefeito Mauro Mendes e ao Prefeito Emanuel Pinheiro, que são nossos companheiros, eu vejo que é necessário que essa regulação volte para o Estado, para que o Estado, sim, tenha a possibilidade de atender a todos os Municípios, já que os demais Municípios – os 141, 140 Municípios – têm que ir a Cuiabá e ficar ali pedindo que Cuiabá possa fazer essa regulação.

Então, considero esses três pontos, Senador Cidinho, fundamentais. Precisamos analisar essa questão da regulação; federalizar o pronto-socorro e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EZEQUIEL FONSECA (Bloco/PP - MT) – ... também ver de que forma o Governo do Estado vai aportar os mais de R$90 milhões para terminar o hospital universitário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Deputado Ezequiel.

Sobre a questão que V. Exª cita do hospital universitário: daqui a pouco o nosso Coordenador da Bancada, Fabio Garcia, vai se manifestar e pode até falar mais precisamente sobre como foi a nossa reunião com o Governo na segunda-feira e sobre a posição do Governador e do Secretário.

O SR. EZEQUIEL FONSECA (Bloco/PP - MT) – Desculpe-me, Senador Cidinho, é que não citei, na minha fala, o nome do nosso querido Coordenador Fabio Garcia.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Fique tranquilo, porque ele, inclusive, está prometendo uma janta com o nosso fundo da Bancada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Residência oficial.

Passo a palavra agora ao Senador Jorge Yanai.

O SR. JORGE YANAI (DEM - MT) – Quero cumprimentar o ilustre Presidente Cidinho Santos, o Prefeito Emanuel Pinheiro, Waldemir Paschoiotto e também Laedson Bezerra, os nossos Deputados Federais, Deputados Estaduais, representantes do Governo do Estado do Mato Grosso na saúde e também os demais secretários de Estado.

Sr. Presidente, acho que, para falar de saúde aqui, nós poderíamos ficar hoje, amanhã, o resto do mês, mas não iríamos resolver, de forma satisfatória, esse problema que é muito importante e, ao mesmo tempo, bastante complexo.

Vivo no Estado de Mato Grosso há 37 anos. Faço medicina. Estou há 37 anos no Estado do Mato Grosso, numa região em que, quando fui para lá, era inóspita, não tinha telefone, não tinha energia elétrica. O principal problema de saúde era a distância, a distância entre as cidades, a dificuldade que a população tinha para resolver os seus problemas. Muitas vezes, as pessoas morriam porque nós levávamos até 20 horas de Sinop até Cuiabá, nos tempos de chuva.

Hoje é diferente: a modernização, a internet, todas essas coisas fizeram com que a gente avançasse. Mas tenho a impressão de que a medicina, o tratamento, a sua valorização, não têm acompanhado essa importância. O Senador Cristovam Buarque falou aqui, com muita sabedoria, da importância que se tem de dar à educação neste País e, ao mesmo tempo, também da importância que se tem de dar à saúde. É muito mais importante dar prioridade à saúde e à educação do que aos prédios e aos estádios.

O Prefeito Mauro Mendes disse aqui que gasta 30% da sua receita em saúde. Eu diria que Sinop faz a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mesma coisa: 30%, 31% da receita, Emanuel, é o que você vai gastar, e é injusta a forma como você vai ser tratado nesse contexto. Sinop gasta um total de R$100 milhões. A Prefeitura de Sinop tem participado com R$78 milhões; a União com quase R$20 milhões; o Estado de Mato Grosso participou com R$600 mil. Então, essa é a coisa, esse é o panorama que a gente encontra no Estado de Mato Grosso.

Quando se fala, aqui nesta discussão, da saúde do Estado de Mato Grosso, vejo que dão uma prioridade maior à capital, a Cuiabá. Acho isso muito importante porque nós ainda temos a cultura – como foi falado pela representante da Secretaria de Saúde – de que Cuiabá é o nosso porto seguro. É o nosso porto seguro, é onde todos os Municípios vão buscar os seus recursos médicos. Ao mesmo tempo, discordo do representante do Governo quando diz que só Cuiabá tem os maiores especialistas. Acho que ele precisa andar um pouquinho mais pelo Estado, precisa andar também por Sinop, para ver que nós também estamos evoluindo bastante e temos, sim, todas as especialidades. Nós temos lá médicos que vêm da Universidade Federal de São Paulo fazer tratamentos médicos, atendimentos; vêm também uma equipe de Curitiba, da Universidade Federal do Paraná, fazer atendimentos.

E só não fazem mais porque o Governo não nos dá recursos e condições para que os nossos hospitais entrem em funcionamento pleno. Isgo é claro e evidente, é do conhecimento de todos: quantas vezes os hospitais regionais e aqueles que atendem aos nossos pacientes do SUS entraram em greve nos últimos anos? Só o Hospital de Sinop, o Regional e o Santo Antônio, nestes últimos meses, já entraram três vezes em greve. Então, é uma coisa crônica, uma dificuldade muito grande. A gente compreende a dificuldade que o Estado passa, que a União passa, mas eu acho que naquela outra extremidade, onde estão os pacientes, os doentes, está o maior sofrimento – é aquela coisa que vai se refletir no poder público municipal.

O que eu acho é que, na realidade – vou citar duas coisas, só para não me alongar–, é preciso que o Estado e os Municípios invistam mais em gestão, porque os recursos são muito pequenos. Os recursos são pequenos, e eu não vejo, em todos os Municípios e no Estado, ao longo dos anos, uma preparação e também uma educação, um aprimoramento daqueles que fazem a gestão da saúde, como acontece em outras cidades.

Muitas vezes eu fico me perguntando como é que um Estado tão rico como o Estado do Mato Grosso, que é o maior produtor de grãos, que faz uma exportação espetacular, que tem uma população pequena, cujos recantos são alcançados facilmente hoje, tem uma precariedade tão grande no setor da saúde. Se nós fizermos uma comparação com Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que possuem atendimentos médicos melhores, nós vamos ver que o que existe é uma gestão melhor, é uma gestão preparada.

É preciso que os Municípios preparem, cada vez mais, os seus gestores. E isso tem acontecido, Emanuel Pinheiro, no nosso Município de Sinop. No nosso Município de Sinop, aqueles que fazem a gestão da saúde têm um organograma que faz um funcionamento. Nós temos um atendimento básico de saúde de quase 90%. Então, eu acho que se trata de uma melhor gestão.

Há outra coisa que eu gostaria de salientar aqui, Senador Cidinho. Não se pode penalizar a capital do Estado fazendo com que todos os pacientes de todas as cidades do interior procurem a capital, trazendo esse ônus para o Prefeito Emanuel Pinheiro. É preciso que se faça uma descentralização. É preciso fazer uma descentralização da saúde, é preciso que se dê condições para que se possa fazer o atendimento da saúde nesses locais. Sinop poderia ser um desses pontos; Barra do Garças, outro; Cáceres seria outra região. Assim, nós teríamos condições perfeitas de fazer um atendimento adequado.

E também, só para encerrar aqui, refiro-me ao que disse o Prefeito Mauro Mendes sobre a judicialização. A judicialização é um câncer dentro da saúde. Nenhum prefeito suporta, Emanuel Pinheiro, a judicialização da saúde. Quando há um caso de judicialização, uma cirurgia pela qual normalmente o hospital cobra R$5 mil, eles colocam R$50 mil, R$100 mil, R$150 mil, porque não existe limite. É preciso, Senador Wellington Fagundes, que a judicialização da saúde tenha um limite, para que eles possam cobrar no máximo aquela que é a tabela permitida pela Associação Médica Brasileira. A judicialização da saúde tem que ter um valor limitado – que seja uma, duas ou três vezes o valor de um convênio.

Enfim, era isso que eu queria falar. Acho que a saúde é uma discussão importante, uma discussão que não tem fim, mas acho que conversando, acertando os ponteiros, nós podemos melhorar bastante a situação da saúde no nosso Estado.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria, antes de passar ao Deputado José Augusto Tampinha, de dizer que tanto o Ministro da Saúde quanto o Ministro da Educação já garantiram nos receber hoje à tarde. Queria convidar a Bancada, Deputado Fabio – V. Exª é o Coordenador da Bancada –, e acho que poderíamos levar um resumo da nossa audiência.

Vou pedir à minha assessoria que passe o horário das duas audiências, com o Ministro da Saúde e com o Ministro da Educação. Quero, inclusive, convidar o prefeito eleito Emanuel Pinheiro e outras pessoas que queiram discutir esse assunto. Vamos tratar lá também da questão da Universidade Federal de Sinop, de algumas obras também, da questão do hospital universitário, dos cursos de Medicina no Estado do Mato Grosso, principalmente em Rondonópolis, onde estamos com problemas, inclusive nessa questão do hospital universitário – lá ficou definido que seriam a Santa Casa e o Hospital Regional como hospitais bases para o funcionamento e para o aprendizado dos alunos de Medicina.

Com a palavra o Deputado José Augusto Tampinha.

O SR. TAMPINHA (PSD - MT) – Quero cumprimentar toda a Mesa em nome do Senador Wellington, cumprimentar o Cidinho, o nosso futuro Prefeito Emanuel, que amanhã toma posse, o Waldemir e todos os Parlamentares aqui presentes.

Quero complementar o que disse aqui o nosso colega Jorge Yanai.

Fiz, ontem, 43 anos de formado. Sou médico há 43 anos e, desses 43 anos, 40 anos em Cuiabá. Fiz três anos de residência e fui para Cuiabá, cheguei em 1974. Então, eu conheço a medicina de antes e a medicina atual, já ocupei tudo quanto é cargo que vocês pensarem em Mato Grosso, eu já fui presidente da Associação Médica, Secretário de Estado, mas nunca vi a saúde do meu Estado nessa situação em que se encontra hoje. Não é por causa do governo atual, o que vivemos é consequência de algo que acontece há anos, mas a bomba está estourando agora.

E não vamos falar só da questão hospitalar. Os senhores não têm noção de como se encontra a saúde básica do nosso Estado. A hanseníase, que é uma doença da época de Cristo, hoje está disseminada no Estado. Ali do seu lado, em Novo Mundo e em outras regiões, você vê que faltam medicamentos para o tratamento da hanseníase. A tuberculose, cujo diagnóstico, quando cheguei em Cuiabá, se fazia com a abreugrafia... Hoje tem tomografia, tem tudo, mas dentro de Cuiabá hoje você não sabe quanto... Os presidiários de Cuiabá, as enfermeiras, todos estão ficando tuberculosos. Estou falando de um tratamento fácil, como é o da tuberculose, e nós estamos discutindo aqui alta complexidade.

Estão morrendo pessoas em consequência da leishmaniose e da hanseníase, doença que, em todos os Estados melhores e na Europa, não existe mais. E nós estamos discutindo isso ainda aqui!

Mas o que eu quero dizer? A saúde de Mato Grosso, devido a essa falta de repasses para os Municípios e devido também a esses certos hospitais regionais que não estão atendendo... Isso está dificultando a situação em todo o Estado de Mato Grosso. É culpa do Estado? Não, o nosso Estado está enfrentando dificuldades junto ao Governo Federal, de repasse.

Agora, essa judicialização que está ocorrendo pela tabela do SUS, que é uma tabela defasada... Há mais de catorze anos que não se corrige a tabela do SUS. Aqui talvez muitos não saibam quanto o SUS paga por uma cesariana, por um parto. O SUS paga R$90 por uma cesariana, R$90 é o que você ganha por uma cesária. E se você for judicializado por algum problema que acontecer com essa mulher do SUS, o médico vai ser penalizado e terá que pagar R$40mil, R$50 mil – a mesma indenização que pagaria se cobrasse uns R$3 mil, R$5 mil, que é o que se cobra do particular. Uma cesária de plano de saúde é R$300. Quando é apartamento, R$500. Então, o médico hoje não está querendo... Por isso é que foi o Mais Médicos... Quem é que quer ir para o interior para ganhar o que o Mais Médicos...

Eu me aposentei com R$7 mil pelo Ministério da Saúde. Hoje o Mais Médicos paga R$10 mil para o médico ir para o interior, e ele não vai ficar só com o salário... Então, isso é a questão que nós vamos começar das tabelas do SUS, defasadas e tudo. Se o Ministério da Saúde não melhorar essa tabela do SUS, se não houver um repasse maior para o Estado de Mato Grosso, nós vamos ter dificuldade enquanto não melhorar o atendimento nesses certos hospitais regionais.

Vou dar um exemplo que está ali, a seu lado: Colíder. Colíder não está fazendo mais parto. Fechou, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

maternidade está parada. Sinop parou de fazer cirurgia. Sorriso está em greve. Então, isso dificulta, e vem tudo para Cuiabá.

A regulação, que está sendo compartilhada, do Estado com o Município... Isso está penalizando toda Cuiabá. Então, o futuro secretário vai ter uma dificuldade se ele não quiser entrar em contato com o nosso secretário atual para fazer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TAMPINHA (PSD - MT) – ... uma gestão compartilhada também. Não é só a regularização. Hoje nós temos que ver o seguinte. Está se falando muito de hospital infantil. E eu disse isso durante minha campanha toda, que Mato Grosso é um dos únicos Estados da Federação que não tem hospital infantil.

O que acontece com o hospital infantil? Você não sabe o que é fazer uma cesária. Você está fazendo uma cesariana aqui, um parto aqui, está operando uma apendicite do lado, está operando uma colecistectomia, que é uma cirurgia de vesícula infecciosa, do outro lado. Então, se perde muita criança lá em Mato Grosso, lá em Cuiabá principalmente, por falta de ter uma maternidade. Maternidade é da mãe. O hospital geral não é só maternidade, ele atende todas as doenças juntas lá.

O outro, que é um dos maiores lá, que é o Hospital Santa Helena, é um hospital geral também. Não tem hospital materno-infantil. O hospital materno-infantil, na época do Bertúlio... Nós tentamos, com o Bertúlio, fazer uma PPP. Eu trouxe uma empresa para fazer o hospital materno-infantil nesse hospital central que está abandonado há quase trinta anos. Seria um hospital infantil de Mato Grosso, porque o que se perde de crianças e de mães... Eu sou ginecologista e obstetra, eu sei: nós não temos boas condições de tratamento para crianças no que diz respeito à alta complexidade, para a mãe com pré-natal de alta complexidade. Hoje se perdem mães que normalmente não se perderiam por falta de uma maternidade de alta complexidade lá em Cuiabá. Nós não temos isso lá.

Não se tem, no Estado todo, maternidade, é só o materno-infantil.

O Mauro disse: "Vamos transferir agora o pronto-socorro para esse outro pronto-socorro novo." Já vai estar entupido esse pronto-socorro novo. Vai haver paciente na maca do mesmo jeito se não se regulamentarem lá os hospitais regionais, se nós não socorrermos esse hospital regional. O pronto-socorro de Cuiabá tem 280 leitos, o outro vai ter 280 a 300. Vai entupir do mesmo jeito. Então nós temos que ter um hospital de retaguarda para isso, não é só o Hospital São Benedito. Esse hospital hoje, que é o pronto-socorro, ele já vai ter que ser um hospital de retaguarda. O materno-infantil, que seja lá ou seja no novo, se não for adequado a isso, nós vamos continuar com o mesmo problema, porque os hospitais regionais, que são sete, continuar sem ter...

Vocês não têm noção do que que se está perdendo de vida no Vale do Araguaia. O Vale do Araguaia não tem uma UTI. Ali, o hospital regional, que está em Água Boa... Eu falo em Água Boa, mas é em toda a região... Porque judicializa, porque não tem UTI. Então um acidente que aconteça lá, criança que está... É tudo. Quem está ficando milionário com isso são os táxis aéreos com UTI. Isso vai ser judicializado.

Então, enquanto não tivermos UTIs em toda a região, Cuiabá vai ficar sofrendo essa pressão. Vai ser difícil fazer uma previsão do gasto, como o Prefeito Mauro Mendes disse que está em 30%. Então nós temos que, primeiro, socorrer esses hospitais regionais, ter as UTIs, atender alguma... E as complexidades vão para Cuiabá. Mas Cuiabá... A questão da federalização não está acontecendo. O Governo Federal só quer bancar os hospitais universitários, do resto ele está saindo fora, de tudo. Então vai ser difícil... "Ah, vamos federalizar o pronto-socorro." Não vai. O que tem que fazer é ele passar a parte dele; o Estado, a outra; e o Município, a outra. O federal tem que ficar na universidade, é o que se está fazendo em todo o Estado. Os hospitais federais, como existiam no Rio de Janeiro, estão todos passando para o Estado – estão lá tendo problema, hoje o Rio de Janeiro é uma das cidades que tem pior saúde.

Há outra coisa que eu vejo lá em Cuiabá, Emanuel, que eu ia tentar, era um sonho meu fazer. Você não sabe o que é ver uma mãe, um pai de família, com um pedido de exame complementar na mão, já todo amassado, amarelado, há mais de quatro, cinco meses, para fazer uma tomografia, uma ressonância magnética, um exame de sangue. Isso não existe, isso não existe! É preciso haver lá um centro de diagnóstico. Isso é fácil fazer, há recurso para isso. Falta... Cuiabá ficou assoberbada com todos os problemas do Estado que foram parar lá, e nós acabamos esquecendo a outra parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A UPA que o Mauro inaugurou, que leva até o nome do meu filho que faleceu, que era médico e que faleceu... Lá o Governo Federal não está fazendo o repasse. Ali era para o Governo estar fazendo o repasse, que é 50% do Governo Federal, 30% do Estado, e 20% do Governo Municipal. Não estão fazendo repasse. E não há nem previsão para se fazer esse repasse este ano para as UPAS. As UPAS já diminuem um pouco o movimento no pronto-socorro.

Agora o que eu quero dizer é seguinte. Você vê que há pessoas morrendo de câncer. Não adianta botar lá, nesse hospital novo, câncer, colocar Oncologia lá dentro. Nós temos o Hospital do Câncer do Estado em Mato Grosso, não precisa ter nesse hospital. Nós temos que ver... É como o Mauro disse: é preciso ver o que se vai atender nesse hospital, o que se vai atender no outro, e não misturar. É preciso tentar fazer essa regionalização e levar para Cuiabá só as altas complexidades. Pode ser atendido desde que se tenha uma prioridade nesses hospitais regionais.

Era isso que eu queria dizer.

A saúde está complexa, vocês não sabem quantas pessoas estão perdendo a vida – e vida que era vida fácil salvar, com pouco custo. E essa judicialização, querer prender... Não adianta! Enquanto não melhorar essa tabela do SUS... Por que entraram em greve, agora, todos esses hospitais beneficentes? Porque o que o SUS paga, o que o governo do Estado e a prefeitura estavam pagando é 60% do custo deles. O pessoal para de atender. Agora o Pedro ficou de passar mais dois milhões para complementar essa defasagem da tabela do SUS.

Então, você vê que está complexa a situação. Se não houver agora, nesta audiência, uma conversa com o Ministério da Saúde... Eu já estive lá com o Ministro, conversando com ele isso, principalmente, Emanuel, para Cuiabá, mostrando para ele a situação em que está Cuiabá, e ele se sensibilizou. Então, nós temos que, realmente, entrar, toda a Bancada, porque não é só Mato Grosso, é o País inteiro. Mas sinto que aqui está aquela velha pressão: quem pode mais, chora menos. Quem vem com mais bancada, como a Bancada de São Paulo... Você vê que Paraná hoje é um modelo de saúde. Não é o ideal, mas é um modelo de saúde. Recife, em Pernambuco, tem um modelo de saúde bom.

Então, nós temos que ver realmente a necessidade... E o governo municipal, que você vai assumir agora, Emanuel, precisa ter uma discussão séria com o governo do Estado. Isso que foi dito pelo o nosso companheiro Ezequiel e também pela nossa companheira Aparecida, como foi feita essa regulação compartilhada e deixar para Cuiabá... Cuiabá, se atrasa um pagamento lá para o Hospital do Câncer, eles param de atender. Cuiabá está vendo o Estado todo. Então, essa regulação compartilhada tem que ser mais bem avaliada pelo prefeito, junto com o governador, com o secretário de saúde e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TAMPINHA (PSD - MT) – ...realmente fazer isso.

Muito obrigado, era isso que eu tinha a dizer.

É como o Jorge Yanay falou aqui: se a gente for falar, tem muito assunto aí, e a dificuldade na saúde começa do zero.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos passar agora para o Deputado Fabio Garcia e, finalmente, para o Prefeito Emanuel Pinheiro, para fazer as considerações que ele desejar.

Eu quero aqui também anunciar que a nossa audiência no Ministério da Saúde será às 15h30min, com o Ministro da Saúde, e, no Ministério da Educação, com o Ministro da Educação, às 17h. Todos estão convidados.

O SR. FABIO GARCIA (PSB - MT) – Boa tarde a todos.

Quero iniciar cumprimentando o Senador Wellington Fagundes, Presidente desta audiência pública e quem teve a iniciativa desse debate aqui no Congresso Nacional. Quero cumprimentar o Senador Cidinho; cumprimentar o Laedson; cumprimentar aqui o Waldemir, do TCU; cumprimentar o Prefeito eleito de Cuiabá Emanuel Pinheiro; quero cumprimentar aqui o Senador Jorge Yanai; o Deputado Federal Augusto Curvo; cum-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

primentar os outros Deputados Federais que passaram por aqui também, Ezequiel Fonseca, Valtenir; deixar meus cumprimentos ao prefeito da capital, Mauro Mendes, aos Deputados Estaduais do Mato Grosso Adriano Silva, Oscar Bezerra; e cumprimentar todos os presentes que deram a sua contribuição a esta audiência.

Primeiro quero dizer que talvez estejamos tratando de um dos assuntos mais desafiadores e mais prioritários na Administração Pública atualmente no Brasil, que é a saúde pública no nosso País. A problemática da saúde pública que atravessamos hoje no Estado do Mato Grosso não é uma especificidade nossa. Na verdade, todos os Estados da nossa Federação atravessam uma dificuldade muito grande na gestão da saúde pública. Isso nos leva a crer que é necessário debater algumas questões em a nível nacional, Senador Vicentinho, quando se fala em Sistema Único de Saúde.

Aqui alguns pontos já foram claramente abordados, mas pontuo alguns. O primeiro deles é, obviamente, o reajuste da tabela do SUS. Esse é um debate nacional que precisa ser feito, precisa ser enfrentado. É claro que o custo das cirurgias e das intervenções na saúde pública está distante do que a tabela SUS prevê. Na verdade, a tabela hoje é uma enganação, e quem está bancando, de fato, a diferença, são os Estados e Municípios.

A gente não precisa viver num país de enganação. Que se ponha, então, que o Governo Federal não vai mais arcar, via Sistema Único de Saúde, com o valor real das intervenções. Que se coloque o valor real e se defina o percentual com o qual o Governo Federal vai arcar. O que a gente não pode é viver num mundo de fantasia, onde teoricamente a tabela SUS seria uma tabela que refletiria o custo real da saúde pública. Não é assim, sobrando para o colo dos Municípios e dos Estados, o financiamento de grande parte da saúde pública. Então, esse é um debate prioritário.

O segundo debate prioritário é que o Governo Federal precisa limpar a pauta com os Estados e Municípios. O Governo Federal precisa, na verdade, pagar o valor que deve com relação ao financiamento da saúde pública aos Estados e aos Municípios para que a gente possa ter como começar a resolver o problema da saúde pública.

E a terceira questão com relação ao Governo Federal é a garantia que o Governo Federal tem que dar do custeio das unidades que o próprio Governo Federal incentivou os Estados e Municípios a construírem, como as unidades básicas de saúde, do programa Saúde da Família, cujas construções foram incentivadas pelos programas do Governo Federal. Os prefeitos e os governadores, acreditando naquele programa, fizeram os investimentos na atenção média, nas unidades de pronto-atendimento, nas UPAs. A maioria dos Municípios que tinham condições de instalar a UPA, que tinham necessidade, demanda, instalaram, e o fizeram incentivados pelo Governo Federal, mas agora se veem na situação de que o comprometido, ou o prometido, repasse de custeio dessas verbas não chega aos Estados e Municípios, sobrecarregando ainda mais os Estados e Municípios no que diz respeito a financiamento da saúde pública.

Então, acho que a gente precisa trazer um pouco de realismo para a discussão da saúde pública do nosso País, porque parece que vivemos em mundos totalmente distintos. Quer dizer, existe um *déficit* muito grande de repasses de recursos, uma depreciação da tabela SUS, uma falta de cumprimento dos compromissos, e aí, por outro lado, os Estados e Municípios, como estão mais perto da população, estão tendo que arcar com essa conta. Sem a gente resolver o problema nacional, dificilmente a gente avançará com eficiência na solução dos problemas pontuais no Estado de Mato Grosso.

Obviamente, precisamos fazer essas discussões em paralelo. E a discussão da saúde pública, no Estado como um todo, é ampla, assim como o Senador propõe discutir aqui nessa audiência. Aliás, queria parabenizá-lo pela forma democrática com que sempre trata os assuntos inerentes ao Estado de Mato Grosso, convidando toda a Bancada, permitindo que toda a Bancada possa participar dos debates, assim como a sociedade em geral. Acho que é preciso tratar da saúde de forma ampla.

Vejo que a questão da saúde pública no Estado do Mato Grosso precisa ser trabalhada também em conjunto com o planejamento que tem que ser desenvolvido, e que foi desenvolvido, pela conversa que tivemos com o Governo do Estado do Mato Grosso, com o Governador, que é quem tem uma visão mais ampliada de tudo o que está acontecendo na saúde pública do Estado. Quer dizer, essa solução para a saúde pública do Estado de Mato Grosso tem que ser uma solução construída com planejamento, e enxergo que o Governo do Estado é o partícipe principal, que nós, da Bancada Federal, devemos, sim, opinar, devemos participar da construção e da solução na busca dessa interação com o Governo Federal, e o Governo Federal, por sua vez, deve também ajudar a trazer as soluções adequadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, eu vejo que a gente precisa olhar essa solução da saúde pública como um conjunto, um conjunto que vai tratar, obviamente, da solução da atenção básica em termos de financiamento e em termos de cobertura da atenção básica para o Estado de Mato Grosso como um todo, vai tratar da questão da atenção secundária e dos hospitais regionais e da alta complexidade também olhando o seu conjunto. Aí, a gente pode começar a partir para algumas definições de soluções para a saúde pública.

Entendo que a gente tem hoje, em Cuiabá, uma infraestrutura de saúde pública, que é o novo hospital e pronto-socorro, que tem hoje as condições de ser terminado e ser equipado, isso pelos recursos que já estão garantidos, seja pela Bancada Federal, seja pelo Governo do Estado. Aqui me cumpre dizer que, na nossa agenda com o Governador Pedro Taques, ele deu a garantia de que os recursos necessários para terminar a construção do novo hospital e pronto-socorro estão garantidos pelo Governo do Estado. E a Bancada Federal definiu, como sua emenda de execução obrigatória, destinar R$100 milhões à saúde pública e, destes R$100 milhões, R$80 milhões para equipar o novo hospital e pronto-socorro.

Então, temos os recursos para terminar a construção e temos os recursos para equipar esse hospital. Qualquer interferência ou intervenção nesse hospital...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIO GARCIA (PSB - MT) – E eu tenho como única sugestão – obviamente que não é limitar o debate, acho que o debate tem que ser feito – que ela contribua para a conclusão desse equipamento e para que a gente resolva o problema que ainda não está resolvido, que é como nós vamos custear o funcionamento dessa unidade hospitalar. Se for a federalização para ajudar a custear, o.k., desde que a gente não atrase ou atrapalhe a conclusão e a colocação em operação dessa importante unidade hospitalar do Estado do Mato Grosso que está localizada em Cuiabá, haja vista a situação real que vive o atual hospital e pronto-socorro de Cuiabá, um hospital construído há mais de 40 anos, quando a população de Mato Grosso era infinitamente menor do que é hoje. Esse hospital não tem condições físicas de atender essa demanda com dignidade.

Portanto, como são muito burocráticos os processos no Brasil, a gente precisa permitir que eles concluam. Quando se tem um processo desse, onde já existe um projeto pronto, aprovado e em execução, recurso destinado tanto para construir quanto para equipar, a gente precisa deixar esse equipamento ser concluído. E vamos resolver a questão do custeio: o custeio pode ser federal, se for transformado em hospital universitário ou não.

Agora, a gente precisa ver se, além desse hospital, o Estado Mato Grosso demandará mais leitos de retaguarda, mais leitos hospitalares e mais atenção de alta complexidade, porque, se for demandar além desse hospital, a gente precisa resolver essa demanda também. E, se for federalizar para a gente ficar com outro pepino no colo, que é federalizar sem resolver essa demanda, é melhor a gente concluir os dois, a gente concluir tanto o hospital universitário quanto o novo hospital.

Mas, obviamente, Senador, isso é fruto deste debate, de um debate globalizado a respeito da saúde pública do Estado de Mato Grosso como um todo. Mas vejo que o grande gargalo que a gente tem que enfrentar daqui para frente é como é que a gente vai financiar a saúde pública no nosso Estado de Mato Grosso, como é que o Governo Federal vai ajudar para que a gente financie a saúde pública do Estado Mato Grosso, porque a construção não é o maior problema da saúde pública. Construir estrutura demanda um recurso relativamente pequeno quando se compara com o custeio da saúde pública. Então, é aí onde a gente deve centrar os nossos esforços, seja como Bancada Federal, seja com o diálogo com o Governo Federal: como é que o Governo Federal vai ajudar a gente a financiar a saúde pública no Estado de Mato Grosso?

Vou terminar parabenizando, mais uma vez, o Senador Wellington Fagundes e dizendo que nós estamos aqui à disposição, junto com V. Exª, para ajudar a resolver os problemas da saúde pública do Estado de Mato Grosso.

E digo aqui ao Prefeito eleito Emanuel Pinheiro, que assumirá um grande desafio partir de 1º de janeiro do próximo ano – como Parlamentar federal do Estado de Mato Grosso com base eleitoral em Cuiabá –, que ele contará também com o nosso apoio aqui em Brasília para que possa enfrentar os enormes desafios que terá ao gerir, ao comandar uma capital de Estado no nosso País, em especial neste momento de crise econômica. Coloco-me, então, à disposição para auxiliar no que for possível para a gente resolver esse crítico, importante e prioritário problema no nosso Estado e no nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Agradeço ao Deputado Fabio Garcia.

Passo agora ao Senador Cidinho e, depois, ao Prefeito Emanuel.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Presidente. Eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa desta audiência e dizer que foi muito importante estar aqui ao seu lado.

Daqui a pouco eu tenho que ler o relatório de um projeto de que sou Relator, então vou procurar ser bastante rápido nas minhas colocações.

Nós temos a oportunidade hoje, devido à nossa audiência com o Governador, na segunda-feira, da Bancada, e V. Exª já anunciava essa audiência pública... Ouvimos aqui hoje o Dr. Laedson, o Dr. Waldemir, o nosso Prefeito de Cuiabá Mauro Mendes – ouviremos daqui a pouco o Prefeito eleito –, os Deputados Federais da nossa Bancada, o Coordenador da Bancada, especialmente o Dr. Jorge Yanai e também o Dr. José Augusto Curvo, que são pessoas militantes na saúde do Estado do Mato Grosso há muitos anos, que sabem como as coisas acontecem; e também a Cristiane, que representa aqui o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde. Então, todos os segmentos foram aqui representados. O Dr. Marco Bertúlio também esteve aqui, representando o Governo do Estado do Mato Grosso.

Entendo que todas as colocações que foram feitas aqui são pertinentes. Nós temos vários gargalos e dificuldades. Nós aprovamos a PEC dos gastos ontem, e criou-se todo um movimento de que isso iria tirar dinheiro da saúde e da educação. Na verdade, quando você tem um orçamento, quando você é um gestor – o Prefeito Emanuel está aprovando o orçamento para ele fazer a gestão no ano que vem –, é preciso estabelecer, dentro daquele recurso que se tem, quais são as áreas prioritárias. Qualquer gestor hoje, seja municipal, estadual ou federal, sabe que educação e saúde são áreas de extrema prioridade.

A questão da PEC dos Gastos é que vai haver menos ou mais recursos. A questão da saúde é a questão da gestão, de se gastar mal os recursos. Esse é o grande gargalo que temos em todos os órgãos do Governo Federal, e isso vem para os Estados e também para os Municípios. A questão da gestão, de gastar mal, da corrupção que existe, de qualquer forma... Até a judicialização é uma forma de corrupção, que realmente prejudica...

Eu fui, há poucos dias, ao Pronto-Socorro de Cuiabá visitar uma criança que estava internada lá. Na ala em que ela estava internada havia umas 20 crianças, mas estavam todas muito bem atendidas. Mas, para chegar a essa ala onde ela estava internada, Deputado Tampinha, eu passei, no corredor, por um monte de gente presa, algemada, por pessoas com hanseníase, com vários tipos de problemas. Como é que uma criança passa por tudo aquilo para chegar a um lugar para ser internada? É um absurdo! Quando você sai daquilo ali, você sai desanimado, triste. Como é que o Brasil, rico como é, tem pessoas nessas condições? Então, esse é o desafio que o nosso Prefeito Emanuel Pinheiro vai enfrentar a partir de 1º de janeiro, mas ele é uma pessoa humana e o Prefeito Mauro Mendes encaminhou as coisas muito bem.

Essa chamada que o Senador Wellington Fagundes traz para a Bancada, junto com o Governo do Mato Grosso... Eu também fiquei bastante feliz, porque o Governador Pedro Taques já tem um planejamento da organização da rede como um todo no Estado. Não adianta você trabalhar de forma isolada. Daqui a pouco, você vai ter muito leito numa região sem ter cliente, as coisas vão estar de forma que não vão atender aquilo que é necessário.

Então, o Governo do Estado já tem essa organização da rede, já sabe o que tem que ser feito agora. O que tem que se feito agora é da nossa parte, da Bancada Federal, da Bancada Estadual: sentar com o Governador, sentar com a equipe do Governo e definir isso aqui que estamos conversando hoje. Evidentemente, numa reunião só, nós não vamos concluir tudo, mas, pelo menos, vamos procurar caminhos, junto com os órgãos de controle, junto com o Governo Federal, para que as coisas, no Estado, melhorem em relação à saúde.

Eu sempre defendo que os hospitais regionais são a primeira coisa que deve ser fortalecida. Devem ser construídos hospitais regionais nas regiões que ainda não os têm, porque falta hospital regional. Ter hospital regional e ele não ser fortalecido é que faz essa grande demanda que corre para Cuiabá e que acaba estrangulando tudo.

A questão que o Deputado Federal Ezequiel falou, da regulação, é também uma questão séria hoje. Que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

possamos ter uma ferramenta mais eficaz em termos de regulação.

Na questão do Hospital Júlio Müller, já foram muito bem discutidas as opções. A tabela SUS: também a gente entende que ela está altamente defasada. Mas tudo isso se resume também – recurso a gente sabe que é pouco – a ter gestão. Na reunião que nós tivemos com o Governador foi discutido por que os hospitais filantrópicos de Cuiabá têm um custo muito maior do que outros. Citou-se o exemplo do São Benedito. Foi discutido isto na reunião de segunda-feira: por que a gestão do São Benedito consegue comprar melhor, consegue gerir melhor? Nessas coisas, você tem que fazer mais com menos. O dinheiro é esse aí, não vai mudar muita coisa. Então, a gente tem que ter gestão, tem que ter capacidade, tem que controlar.

Eu quero parabenizar o Senador Wellington pela iniciativa, desejar boa sorte ao Prefeito Emanuel Pinheiro para enfrentar o desafio que vai ter em relação à saúde de Cuiabá, que acaba sendo a saúde do Estado do Mato Grosso, porque tudo cai lá em Cuiabá. Esperamos também que possamos colaborar aqui, principalmente para o fortalecimento e para a criação de novos hospitais regionais, para que isso venha também a aliviar Cuiabá, para que a população de Cuiabá, da Baixada Cuiabana e de Várzea Grande tenham melhores condições de atendimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu quero passar, então, a palavra ao Deputado Emanuel Pinheiro, nosso futuro prefeito da capital.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Cumprimento o Senador Wellington Fagundes, que preside a Comissão Senado do Futuro; o Senador Cidinho, também nosso amigo e companheiro; o Dr. Waldemir Paschoiotto, representando aqui o nosso Tribunal de Contas de Mato Grosso; o Dr. Laedson Bezerra, se eu não me engano, representando aqui o Ebserh; a nossa Bancada Federal, aqui presente, que demonstrou a sua satisfação – ou insatisfação – com o modelo apresentado. Cumprimento o Senador Jorge Yanai; o Deputado José Augusto Curvo; o Deputado Fabio Garcia; o Dr. Marco Bertúlio, representando aqui o Governo do Estado; o Prefeito Mauro Mendes, que aqui esteve; o Deputado Ezequiel; o Deputado Valtenir Pereira; o Senador José Medeiros, enfim, todos aqueles que demonstraram sua angústia com o sistema que aí está.

Eu, como prefeito eleito, fico quase... Quando falei "quase em depressão", eu brincava aqui com o Dr. Waldemir, porque realmente virou uma epopeia. Com o rumo que as coisas estão tomando no Brasil, daqui a pouco ninguém mais vai querer ser prefeito, ninguém mais vai querer ser gestor, porque as coisas avançam e se afunilam na teoria, de uma forma pragmática, maravilhosa, perfeita. Agora, a prática de ser gestor hoje em dia, com tantas imperfeições e com um mundo legiferante que, cada vez mais, necessita de perfeições – e há um excesso de imperfeições nisso –, acaba inibindo você de assumir aquilo que seria a coroação de uma vida pública. Isso acaba por ser um sacrifício, uma situação de extremo terror para quem queira realmente servir, para quem queira realmente atender ao desígnio ou desiderato de ser chefe do Poder Executivo da sua cidade, do seu Estado ou do seu País. Mas, não obstante isso – e eu tenho esse orgulho de ser o prefeito eleito da minha cidade, nos seus 300 anos –, nós temos que começar a enfrentar os problemas e debatê-los.

Como advogado e professor de Direito Constitucional, eu não consigo, sempre em debates desta envergadura, fugir da minha formação, e isso me impõe dizer que a formação está lá atrás, quando nós fomos construir o novo Estado democrático de direito que chamamos de Brasil. Ou seja, o Constituinte originário estabeleceu princípios constitucionais maravilhosos. Se nós formos olhar o art. 1º, nos fundamentos, veremos cidadania e dignidade da pessoa humana – perfeito – entre os cinco fundamentos. Se formos olhar o art. 5º, que é cláusula pétrea, melhor ainda: a inviolabilidade do direito, a igualdade, a liberdade, a segurança, a propriedade, e – o mais elementar de todos – inviolabilidade do direito à vida. E, quando ele sai dos princípios constitucionais, que são uma perfeição – é quase o que o Deputado Fabio falou aqui, é uma ilha da fantasia –, ele chega à repartição constitucional de competência, do art. 21 ao 24, e aí começa a desandar. Concentra tudo na mão da União, joga as responsabilidades – mas não os recursos – nas mãos do Município, e coloca o Estado-membro no meio, cuidando de gás natural e de uma coisa ou outra num terrível complexo de identidade dentro desse novo formato chamado de República Federativa do Brasil. E assim ele continua.

No art. 196, quando o Constituinte originário escreve sobre saúde pública, diz que é um direito de todos e um dever do Estado; então, universalizou. Universalizou, mas, até chegar lá, começou de forma perfeita e as imperfeições se iniciaram justamente onde não poderiam acontecer: na repartição constitucional de competência. Eu digo, antes de falar brevemente na linha do Senador Cidinho, que muitas das nossas ações são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

chover no molhado.

Está nas mãos do Congresso Nacional não a solução de todos os problemas, mas começar a encaminhar com coragem, com ousadia, essa necessidade de, no mínimo, se discutir de forma mais concreta a repartição constitucional de competência, que vai cair no pacto federativo. É inevitável que caia no pacto federativo, senão nós estaremos sempre promovendo ações como como essa. Aliás, tenho de louvar a iniciativa dos Senadores Wellington Fagundes, Cidinho e de todos os que compõem a Comissão Senado do Futuro, que estão tentando arrumar uma solução nesse sistema que aí está para a saúde da capital do Estado do Mato Grosso.

Qual é a solução do sistema? Tirar a sobrecarga do Município e continuar colocando nos ombros da União – mais uma vez, a União sendo chamada a assumir mais responsabilidades, porque nós somos incompetentes para assumi-las no modelo que aí está. Então, o problema é de modelo. O problema é de sistema. Mas oportunidades como esta, de ouvir a Bancada Federal, de ouvir o Senador, que o Senador Wellington e a Comissão estão dando a todos nós, é até uma forma de dizer que a solução está na classe política. Eu não vejo como combater os problemas de Cuiabá, até pela minha formação – duas vezes vereador da capital, estou no quarto mandato de deputado estadual –, sem apoio da classe política, sem uma grande articulação política nos níveis municipal, estadual e federal. Inclusive, foi muito colocado isso em campanha, e um dos pré-requisitos que fizeram com que eu fosse eleito foi a minha excelente articulação política.

Mas eu sou obrigado a dizer que o problema é de sistema; o problema está no sistema, na origem. Nós estaremos sempre enxugando gelo se não começarmos a atacar os problemas na sua causa e não nos seus efeitos. A judicialização é um deles. Eu falei agora há pouco, Senador Wellington, parabenizando-o, mas também falando um pouco sobre a Constituição. A judicialização é um deles. Quem não vai buscar a judicialização se tiver um filho não sendo atendido, por exemplo, na saúde pública? Que se dane o sistema, que se danem os cofres públicos, que se dane o que for, mas meu filho não pode ficar naquela situação!

Está aqui: o Deputado Federal Valtenir Pereira, defensor público, foi eleito vereador de Cuiabá em cima da judicialização. Na época, ele teve mais de 4 mil ou 5 mil votos, uma explosão de votos na capital, mas ele é defensor público, advogado dos hipossuficientes, advogado dos pobres. Eles iriam negar?

Se ele teve a inteligência de fazer aquilo e se utilizar da publicidade natural para ser eleito vereador da capital é outra história, mas não cabe outra alternativa, no desespero, na saúde pública, que não seja a judicialização. E não há juiz no mundo... Se eu fosse juiz... Com essa Constituição que eu acabei de falar para vocês, cujos tópicos eu acabei de relembrar, que fala em cidadania e dignidade da pessoa humana nos seus fundamentos e que fala do direito à vida como um direito básico, elementar, fundamental e que é cláusula pétrea, como você vai negar o direito à saúde a um ser humano? Não nega. Esqueçam! Juiz nenhum vai negar. Eu não negaria e nenhum de vocês negaria.

Então, temos que partir é para enfrentar o problema de frente – enfrentar de frente, mesmo sendo redundante – e buscarmos aí a união da classe política, com a sensibilidade que temos de buscar atacar o sistema. E o sistema – o Senador Wellington falava há pouco – está muito amarrado na repartição constitucional de competências. Não há um professor de Direito Constitucional que não dedique boa parte das suas aulas aos arts. 21 a 24 da Carta Magna, que versam sobre a repartição constitucional de competências.

A União pode tudo! Inventaram até as competências comuns, que não têm problema, e também fizeram as competências chamadas de confrontantes, vamos chamar assim, em que pode tanto União, quanto Estado, como Município. Mas o absurdo é tamanho nessas competências que, naquilo que é competência do Município, o Município, se houver omissão do Estado – vamos botar legislativa, por exemplo –, pode legislar, tanto o Município como Estado. Agora, se houver omissão legislativa da União, o Município ou o Estado podem legislar. Agora, se a União depois resolve legislar sobre aquele tema, cai por terra a legislação municipal e estadual, causando uma confusão enorme no que é lei federal e no que é lei estadual. Até em mim.

Apesar de ser um PEC, eu perguntei ao Fabio Garcia... Eu estava achando que a PEC do Teto era para todos os entes, mas não é. O Cidinho me explicou: "É só para a União." Então, a União, às vezes, entra em tudo e, de repente, não entra mais em nada. Então, vira uma confusão, uma salada, e eu digo que o problema está no sistema, e temos que enfrentar esse debate.

Temos que enfrentar esse debate, porque o sistema está tão complicado, delicado, que tudo que vem da classe política está sendo mal interpretado. Você tem vergonha, às vezes, até de falar, você tem vergonha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de assumir bandeiras. Em todos os lugares do mundo, o eleito pelo voto popular é mais fiscalizado, é mais observado evidentemente, mas ele é mais admirado por sua autoridade, por sua força, porque ele é o único que é eleito pelo voto do povo, que é soberano, porque o titular do poder é o povo. Então, representamos o titular do poder, e o soberano é aquele que tem o voto universal, secreto, direto e periódico. No entanto, no Brasil, está tudo ao contrário.

Eu falo isso tudo até como um desabafo, como político, porque o problema está na origem, está no sistema. Vamos ficar enxugando gelo...

Eu louvei a sua atitude, Senador Wellington, mas, veja bem, a sua atitude é exatamente desafogar Cuiabá, resolver o problema da saúde, chamando mais uma responsabilidade para a União. Mas isso é o que o sistema nos impinge, nós não temos alternativa.

Após esse preâmbulo todo, entro basicamente na saúde de Cuiabá – serei bem objetivo.

Cuiabá, para o ano que vem, de um orçamento de mais ou menos R$750 milhões. Desses 750 milhões, 300 milhões vão para salários, para a folha, já estão comprometidos com a folha. Então, de R$400 milhões a R$450 milhões, entre todos os recursos, são para a saúde pública.

O que falta, Senador Wellington – eu tenho tentado ao máximo –, é haver esse planejamento. Precisamos ter um planejamento que envolva Município, Estado e União. Não há esse planejamento. O Secretário de Saúde de Cuiabá hoje é quase um Secretário de Estado, porque todos os problemas pipocam em Cuiabá. Há hoje uma dificuldade na gestão, por exemplo, que Mato Grosso enfrenta nos hospitais regionais. É lógico que, com o não funcionamento ou o mau funcionamento dos hospitais regionais, vai todo mundo parar na capital. E a capital tem a mesma condição em função de um aumento constante de problemas. Então, esse planejamento integrado precisa haver.

O que existe bastante, Dr. Waldemir – o senhor é oriundo de órgão de controle –, é que a falta desse planejamento nos leva a um jogo desesperado pela busca de apoio e de recursos para satisfazer o nosso compromisso com a população. Por exemplo: as UPAs. A UPA não é um planejamento de nenhum Município, ela é concebida pela União ou inspirada por aqui. Uma UPA atende uma população de 250 mil habitantes. Cuiabá tem quatro, para uma população que está chegando a 600 mil habitantes. Quatro UPAs para Cuiabá! Sabem o que significa isso? Não interessa se há ou não planejamento, eu vou é buscar aquela UPA, porque vou pelo menos inaugurar mais um equipamento público para a população, bonito, bom, melhora um pouco o atendimento, depois não vou ser acusado de ter o dinheiro e perdê-lo por leniência ou irresponsabilidade, perdendo o investimento na capital. Temos quatro UPAs.

Eu conversava com o Mauro Mendes agora. Uma UPA – não obstante a parceria da União e do Estado, cada um dá a sua parte, quando não falham – pesa demais para o Município. Ela está resolvendo, mas ela pesa. Eu tenho duas UPAs para concluir, foi compromisso de campanha, e já fico preocupado. Se eu concluir a terceira, que está num estágio bem avançado, já dá para 750 mil habitantes. Já não está bom para um primeiro momento, se Cuiabá tem 600 mil habitantes? Então, pode-se esperar. Você começa a improvisar até virem as pressões políticas, porque, de fato, eu prometi acabar as duas UPAs.

É um drama, é um drama. A falta desse planejamento faz esse jogo de pires na mão atrás do Governo do Estado e do Governo Federal, para tentar resolver o problema, e a saúde pública é o maior deles. Tudo isso representa o custo-benefício do sistema. Setecentos e cinquenta milhões ao ano para a saúde da capital, com grandes repercussões para o Estado, é dinheiro suficiente? Claro que não é. Mas é pouco dinheiro para melhorar o sistema? Também claro que não é. Eu acho que é possível fazer mais com o que temos, é esse o grande desafio. O que se sente? Você pula de 23% para 31% do seu orçamento, investe em saúde, e a população continua sofrendo. Não bate, não tem lógica! Você continua oferecendo uma prestação de serviço de saúde de péssima qualidade. Então, esse custo-benefício, associado a uma boa gestão, é o dever de casa de todo gestor equilibrado, pé no chão, responsável, que quer avançar na humanização da saúde pública, que é o nosso propósito. É não inventar moda.

Então, o meu grande desafio, e nisso eu vou precisar muito da Bancada Federal – converso muito com o Deputado José Augusto Curvo nesse sentido –, é buscar uma equipe que tenha sensibilidade, que conheça a rede, porque o grande desafio está na complexidade do funcionamento da rede.

Fiquei até preocupado quando o Deputado Ezequiel falou que a regulação tem que sair de Cuiabá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pelo amor de Deus! Se a regulação sair de Cuiabá, aí acabou! Aí é melhor Cuiabá ser governada pelo Estado. É melhor o Governador assumir a Secretaria de Saúde da capital. Se a regulação sair da capital... Depois de muito sufoco e muita luta, conseguimos acabar com as filas da pediatria, exatamente porque se organizou e se conseguiu achar uma luz no fim do túnel para a regulação, porque a regulação está com a capital. Se tirar de lá, fica muito pior. Então, nós temos que buscar os mecanismos e continuar dando suporte e atendimento ao interior do Estado.

Até na discussão eu cheguei a debater, não lembro onde, Senador Wellington, que, inaugurando o pronto-socorro, nós poderíamos destinar o atual pronto-socorro, não obstante os compromissos, para atender, juntamente com o novo pronto-socorro, a população do interior. Ou seja, a gente já pensa Cuiabá – estou falando isso não do fato em si; estou falando que a gente já pensa Cuiabá com o interior, porque é inevitável. Vinte e cinco por cento do atendimento é de Várzea Grande, uma cidade ao lado de Cuiabá, colada a Cuiabá. Não há como. Não se pode deixar de atender, tem que atender. Então, existe exatamente toda essa complexidade no funcionamento da rede.

E a nossa proposta – falando aqui aos nossos Senadores, Deputados Federais e a todos os ouvintes – é concluir o novo pronto-socorro, que é um hospital regional. Ponto. É claro que o Governo do Estado tem que fazer o dever de casa e melhorar a saúde no interior do Estado, no atendimento e no bom funcionamento dos hospitais regionais, mas Cuiabá continua, até por ser capital, sendo o centro de excelência no atendimento. Então, concluir essa obra.

O atual pronto-socorro se transformará no hospital materno-infantil. Porque o atual pronto-socorro, como o Tampinha, o Deputado José Augusto Curvo bem falou – já parto para os finalmentes, Senador –, tem 271 leitos; e o novo pronto-socorro tem 315 leitos. Então, é a mesma coisa praticamente. Então, se formos entrar em um debate mais matemático, vai parecer que só se está transferindo o problema, só se está tirando o problema de uma estrutura antiga, de quase 40 anos, e passando para uma estrutura mais nova, mais moderna, mais bonitinha, porque o tamanho é rigorosamente o mesmo.

Mas é aí que vem o entendimento do sistema, a sensibilidade com o sistema, de se levar uma saúde pública digna, de qualidade e humanizada para a população. Cuiabá é a única capital do País que não tem hospital materno-infantil. Então, vamos fazer o materno-infantil, que já contou até com o apoio do Prefeito atual, Mauro Mendes.

Vamos fazer ali também, em uma parte desses leitos, um hospital-dia. O que é um hospital-dia? São aquelas cirurgias de menor complexidade – estava me faltando a palavra –, como uma hérnia, uma unha encravada, algo assim, em que você entra de manhã e sai à tarde; faz a cirurgia e sai à tarde. Você não precisa de internação. E a internação, se houver, no máximo no outro dia cedo você vai embora, mas não precisa. Via de regra, o chamado hospital-dia não precisa de internação. Você já vai avançar.

E, por fim, ocupar boa parte dos leitos remanescentes, como num hospital de retaguarda, leitos de retaguarda, para tirar essa visão que o senhor colocou muito bem no seu pronunciamento: de um verdadeiro campo de guerra, onde você entra, e há seres humanos jogados em macas, apinhados, um em cima do outro, num atendimento degradante e desumano. Se conseguirmos avançar nesse ponto... Aliás, é esse o nosso compromisso, vamos conseguir, com a graça de Deus e com o apoio da Bancada Federal, avançar nesse ponto e humanizar a saúde pública, entregá-la à população de uma forma mais digna, mais cidadã, mais humana, e com menos sofrimento para o nosso povo e para a nossa gente.

Então, Senador, defendendo aqui o brilhantismo da sua iniciativa e agradecendo pela sensibilidade e pela discussão, deixo aqui esse meu desabafo quanto à preocupação, que é universal, com os avanços necessários para a melhoria da saúde pública para a nossa população. Contem conosco! E reitero aqui, como Deputado Estadual e como Prefeito eleito de Cuiabá, que não vamos conseguir avançar se não tivermos a união da classe política e o apoio principalmente da nossa Bancada Federal. Cuiabá conta com vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós queremos agradecer ao Prefeito eleito e Deputado Emanuel Pinheiro. Eu acho que é importante destacar que, até como Deputado também, ele teve a oportunidade de conhecer toda essa complexidade que vive o interior do Estado, e até a pressão que todos nós, Parlamentares, recebemos, tanto os estaduais como os federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu quero, inclusive, encaminhar à Secretaria um requerimento de minha autoria ao Ministério da Saúde e também ao Governo do Estado de Mato Grosso, exatamente dentro daquilo que foi a nossa proposta de audiência pública. O objeto é um requerimento ao Ministro e ao Governador do Estado de Mato Grosso para que eles nos repassem o plano operativo da utilização dos recursos da saúde no atendimento à saúde no Estado do Mato Grosso. Na discussão que tivemos com o Governador, ele disse que já havia todo um plano. Como a saúde no Brasil é tripartite, eu penso que precisamos ter conhecimento de todo esse planejamento, precisamos saber realmente o que o Governo do Estado pretende para o ano que vem, o que o Governo Federal está endossando disso, até para a alocação dos recursos da nossa emenda.

E a nossa transmissão aqui, Deputado Emanuel, está sendo ao vivo, pela TV Senado. E é importante estarmos fazendo esse requerimento oficial, porque, como o Governador falou, há muito tempo o Estado não tem um planejamento, um plano em termos da aplicação e do direcionamento da saúde. E isso não pode ser de acordo com o que cada um pensa – "Ah, eu vou fazer essa ação, vou fazer outra ação." Isso redunda no que está acontecendo no Brasil: 20 mil obras inacabadas aproximadamente.

Está funcionando aqui, concomitantemente – saí um pouquinho e fui ali –, a Comissão Especial das Obras Inacabadas. E lá, Prefeito Emanuel, estavam exatamente os órgãos de controle, apresentando o relatório das obras inacabadas da Copa do Mundo, em Cuiabá também, o impacto das obras inacabadas.

Então, como o objetivo da audiência é específico, a área da saúde – essa é a nossa maior preocupação –, esse requerimento aqui fica como conclusão, mas nós teremos outras audiências ainda para que possamos discutir, também, a aplicação dos recursos da nossa emenda.

Toda a Bancada está preocupada. Claro que o objetivo principal é a conclusão das unidades. O pronto-socorro, pelo que nós temos de informação, está 35% concluído, ou seja, só 35%. Com todo o recurso disponível, o Prefeito Emanuel Pinheiro terá que ter uma grande capacidade de gestão, em não faltando dinheiro, para que essa obra seja concluída no ano que vem, e com recursos para equipar o hospital.

Eu acredito que, se não faltarem recursos, com muito boa gestão, o pronto-socorro demorará, no mínimo, de um ano e meio a dois anos para entrar em operação. Por isso, a nossa preocupação é em relação ao Hospital Júlio Müller, que está há quatro, cinco anos parado e com 80 milhões na conta. Vamos esperar mais de um projeto em relação ao qual está definido que precisa ser totalmente replanejado do ponto de vista da construção civil, da engenharia, do acesso, enfim, de todas as obras necessárias?

Eu acredito que as unidades funcionando hoje, que é o atual Júlio Müller, que tem lá também uma obra paralisada, que é o Centro de Nefrologia, uma obra que precisa fazer muitas adequações... Então, eu acredito, e vamos propor isso ao Ministro, que parte desses recursos... Como eu disse no início da nossa audiência, é muito mais fácil transferir o recurso do Hospital Júlio Müller, que estará paralisado, para o próprio Hospital Júlio Müller. Mas aí, Prefeito Emanuel, Deputados, Senadores, nós temos um problema: a propriedade do Hospital Júlio Müller hoje existente é do Governo do Estado. É preciso resolver isso. Faz trinta e tantos anos, quarenta anos, que lá funciona e ainda não se resolveu também esse problema da propriedade para que ele fique... Nós temos uma situação: o Hospital Júlio Müller, com característica de hospital universitário, é mantido pelo Ministério da Educação. O Ministério da Saúde não é dono dos hospitais universitários, quanto a isso também é importante esclarecer toda a população.

Nós queremos, na verdade... O objetivo desta audiência é concluir as unidades, e nem falo aqui do Hospital Central, porque também não temos até agora, por parte do Executivo, a definição do que se vai fazer daquele esqueleto. Já ouvimos, em muitas campanhas eleitorais, os candidatos dizerem que iriam concluí-lo, mas está lá, há 20 anos, parado. Isso representa uma vergonha para todos nós.

E, às vezes, as pessoas não sabem diferenciar o papel do legislador do papel do Executivo. Nós não temos o poder, como legisladores, de ir lá e dizer: "Faça assim." Nós temos é o poder de cobrar, como estamos fazendo aqui, numa audiência pública, e, se for o caso, buscar os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas, que tem essa função de ser um órgão assessório do Poder Legislativo, e, se for o caso, até o Ministério Público, para que encontremos uma solução.

Eu penso que há lá cursos de Medicina, como é o caso de Rondonópolis, carentes de estrutura para formar médicos para poder atender as unidades hospitalares. Este também tem sido um grande problema do interior do Brasil: falta de médicos. Proporcionalmente à população brasileira, há uma falta muito grande ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, quando conseguirmos levar, criar um curso de Medicina para Cáceres, para Sinop, para Várzea Grande e para Rondonópolis... E ainda precisamos criar o curso de Medicina na universidade federal ou na cidade de Barra do Garças, como cidade polo, uma região vasta que atende a Goiás e Mato Grosso e não tem um curso de Medicina.

Tudo isso faz parte das nossas ações aqui, no sentido de apoio, para ajudar a melhorar ou minimizar os problemas da área da saúde, porque, afinal de contas, a população também não quer saber se é Deputado, se é Senador, se é prefeito, se é governador. A população vai cobrar assim: "Vocês são os políticos, vocês receberam voto, vocês têm a responsabilidade de buscar a solução." E é com esse objetivo que estamos aqui hoje.

Eu quero só – rapidamente, Senador Cidinho – ler aqui a conclusão desta audiência, até porque isso também faz parte dos anais. Eu quero aqui agradecer a participação de todos, dos senhores e senhoras Senadores da Bancada de Mato Grosso, das demais autoridades – como o Prefeito Emanuel e o Prefeito Mauro Mendes –, dos representantes aqui presentes, já citados, e de todos os cidadãos e cidadãs que nos assistiram ao longo desta audiência pública.

Diante do que foi exposto, percebemos necessidades que são evidentes, bem como as forças e fragilidades que existem para termos um bom desempenho e executarmos corretamente esse trabalho coletivo – que tem urgência –, pois, do contrário, não conseguiremos dar ao povo mato-grossense as respostas às suas demandas e não daremos à sociedade o respeito que ela exige.

É evidente que qualquer solução necessita de um pacto, que deve ser transparente e responsável. Nesse aspecto – e inclusive por isso –, nós nos predispomos, toda a Bancada, a estar com o Governador Pedro Taques esta semana, em audiência, colocando-nos como parceiros nas emendas que estamos alocando no Orçamento. E acredito que hoje estamos aqui fazendo todos os esforços para aprovar tanto as emendas do Orçamento de 2017, como também os recursos do Fundo de Compensação às Exportações, do qual fui Relator na Comissão de Orçamento. Inclusive, recebi o relatório na sexta-feira e, na segunda-feira, eu já o entreguei à Comissão de Orçamento. Ou seja, estive trabalhando num final de semana, como é característico do nosso compromisso e obrigação. E esses recursos são fundamentais para o Governo de Mato Grosso. Não fossem os recursos do FEX, a situação estaria muito mais complexa.

É evidente que qualquer solução necessita de um pacto, que deve ser transparente e responsável. Isso ficou claro, porque precisamos, de imediato, de três coisas: primeiro, ter o compromisso das autoridades e técnicos do Poder Executivo, nos níveis federal, estadual e municipal, com a solução dos graves e urgentes problemas de saúde de Mato Grosso; segundo, dar apoio institucional e pessoal junto às instâncias responsáveis para viabilizar a solução dos problemas de saúde no nosso Estado; terceiro, devemos dar prioridade máxima à aplicação dos recursos públicos destinados à saúde no Mato Grosso, em especial para a população cuiabana.

Conforme foi dito aqui, não basta termos ideias, pois estas só conseguem ter um real sentido se corporificadas em projetos claros, transparentes, que apresentem estudos alternativos, análise de risco, gestão correta e responsável dos recursos, dos processos, acompanhamento dos resultados e prestação de contas à sociedade.

De forma resumida, temos, diante de nós, a certeza de que precisamos de planejamento. Sem planejamento, os recursos serão mal aplicados ou geradores de desperdícios, o que não podemos mais permitir no País. E, no nosso caso específico, no Estado de Mato Grosso, precisamos dar ao povo exatamente aquilo que ele exige, ou seja, prestação adequada e de qualidade dos serviços públicos – neste caso, a saúde. Exatamente por isso fizemos esta audiência: para demonstrar que desejamos e necessitamos caminhar numa proposta de compromisso público de seus governantes e representantes parlamentares, apresentando o que está ocorrendo, bem como aquilo que se comprometem a fazer.

Doravante, compromisso, trabalho e responsabilidade devem ser elementos norteadores de nossa atuação. Nesse sentido, é fundamental que as autoridades responsáveis estabeleçam um calendário para a discussão e análise das propostas aqui debatidas – e isso iremos fazer. Inclusive, todos os que aqui estiveram, principalmente os deputados estaduais, nós vamos convidar não só para essas audiências que teremos hoje, repito, com o Ministro da Saúde, às 15h30min, e com o Ministro da Educação, às 17h. E, claro, depois disso vamos dar desenvolvimento às novas ações, após chegar, principalmente, esse requerimento que aqui fizemos.

Eu quero encerrar esta segunda etapa da nossa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Repasso ao Senador Cidinho para que ele possa fazer a leitura do seu relatório, de forma sintética, como ele aqui já colocou.

Vocês fiquem à vontade. Podem continuar conosco aqui até a conclusão da nossa audiência.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Relatório de avaliação.

Política nacional e atividades de cooperação internacional para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável, sobretudo para assegurar a alimentação sustentável para todos, com segurança alimentar e melhoria da nutrição.

O Senado Federal editou a Resolução nº 44, de 2013, a fim de prever, anualmente, a avaliação de políticas públicas no âmbito de suas comissões permanentes. Tal procedimento demonstra-se importante para mensurar a efetividade dessas políticas, possibilitando o debate, junto à sociedade, sobre as medidas necessárias para o aprimoramento da gestão pública brasileira.

Em 2015, a Comissão Senado do Futuro (CSF) selecionou a temática "O Futuro das Cidades: desafios para a urbanização sustentável e eficiente" como norteadora de políticas públicas para ser avaliada.

Agora vamos fazer a apresentação.

A Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada de 25 a 27 de setembro de 2015, possibilitou a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sucessores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os ODS devem representar parâmetros para a implementação das políticas nacionais e das atividades de cooperação internacional até 2030.

O Brasil teve participação decisiva na implementação dos ODM. O capital político acumulado – ao sediar a primeira Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), bem como a Conferência Rio +20, em 2012 – e a vanguarda na execução de políticas inovadoras de desenvolvimento social e combate à fome conferem ao País legitimidade para apresentar participação protagonista, também, na promoção dos ODS ao longo dos próximos anos.

A diplomacia brasileira participou de todas as sessões da negociação intergovernamental dos ODS, realizada entre a Rio+20 e a Cúpula da ONU. Ao final desse processo, chegou-se a um acordo que contempla 17 objetivos (e 169 metas), entre os quais o objetivo de acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Nesse contexto, a Comissão Senado do Futuro propõe-se, com base na Resolução nº 44, de 2013, a avaliar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional para cumprimento dos ODS, sobretudo para assegurar Alimentação Sustentável para todos, com Segurança Alimentar e melhoria da Nutrição. Tais atividades relacionam-se com o objetivo ora mencionado, o qual apresenta as seguintes metas:

– até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;

– até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance, até 2025, das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas;

– até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, e a outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola;

– até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;

– até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversifica-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dos e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente;

– aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e serviços de extensão agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países de menor desenvolvimento relativo;

– corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha;

– adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de *commodities* de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

Considerações finais.

Em linhas gerais, constatou-se que as Políticas Nacionais para assegurar Alimentação Sustentável para todos, com Segurança Alimentar e melhoria da Nutrição, estruturam-se em dois eixos que se complementam: o econômico e o político-institucional. O primeiro ganhou importância com a paulatina valorização do salário mínimo e com a estabilização dos preços agregados possibilitada pelo Plano Real; o segundo, com o aprimoramento da legislação e das políticas públicas, sobretudo a partir do último decênio do século XX.

No eixo econômico, constata-se que o aumento do salário mínimo em níveis superiores ao da inflação e o declínio do desemprego contribuíram para facilitar o acesso de famílias menos favorecidas a alimentos com regularidade, embora essa conjuntura não seja suficiente para garantir a erradicação da insegurança alimentar e nutricional. A plena promoção da segurança alimentar no País requer, também, o desenvolvimento de estratégias no eixo político-institucional, como a garantia constitucional do direito humano à alimentação adequada e as políticas sociais de inclusão produtiva, transferência de renda e acesso a serviços públicos de qualidade à população hipossuficiente.

O combate à fome e à desnutrição é, portanto, complexo e multidimensional. Avanços foram promovidos ao longo do processo de modernização do Estado, que incorporou progressivamente a sociedade civil no planejamento, na execução e na avaliação das políticas de SAN no Brasil. Como resultado desse processo, o Poder Público tem sido mais efetivo no rompimento do ciclo intergeracional da miséria, haja vista a redução dos índices de pobreza e de extrema pobreza constatada nos últimos anos. Tais experiências têm, inclusive, impulsionado o Brasil a participar de arranjos que visem à promoção da segurança alimentar e nutricional no âmbito externo, haja vista o exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos na África, implementado desde 2012.

Não obstante os avanços apresentados, ainda existem famílias brasileiras em situação de insegurança alimentar e nutricional. Ademais, os desequilíbrios fiscal e monetário promovidos pelo Governo brasileiro nos últimos anos apresentam potencial para reverter os efeitos práticos das estratégias de combate à fome no País, haja vista suas consequências restritivas no acesso à renda por parte de segmentos sociais vulneráveis – o aumento exponencial da inflação e dos níveis de desempregados ao longo dos últimos meses é exemplo emblemático dessa tendência recente.

Ademais, constatam-se, no Brasil, transformações demográficas, econômicas e institucionais que podem representar desafios para a gestão das políticas de Segurança Alimentar ao longo dos próximos anos, motivo por que será necessário adaptar o Estado a essas transformações. O conjunto de reformas propostas pelo Governo Federal, a exemplo do limite para os gastos públicos e da reforma do sistema previdenciário, é um dos instrumentos necessários para garantir, no longo prazo, a efetividade das Políticas Nacionais para cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo para assegurar Alimentação Sustentável para todos, com Segurança Alimentar e melhoria da Nutrição.

Procurei ser rápido, Presidente, devido à fome e ao tardar da hora.

É o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Em discussão o relatório do Senador Cidinho. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu tenho ainda que ler um expediente – é a última reunião da Comissão Senado do Futuro e sou obrigado a fazer isso –, mas não vou fazer o Senador Cidinho passar fome não: ele está dispensado.

Vamos lá.

Desde que assumi o mandato de Presidente da Comissão Senado do Futuro, em 2015, eu quis trabalhar tanto para ampliar o diálogo parlamentar com a população quanto com os servidores do Senado, por entender que a qualidade do nosso trabalho parlamentar reside no próprio corpo dos servidores e no bom atendimento à sociedade. Quanto mais sincronizados estamos, melhor é nossa forma de fazer política.

Em minha Presidência, busquei, em atendimento à competência regimental da Comissão, discutir os grandes temas do País, as futuras gerações, bem como aprimorar a atuação do Senado. Essas três frentes de trabalho – futuro da população, do Senado e dos processos legislativos – foram os pilares da minha gestão, que certamente não permaneceu somente no campo das ideias.

Discutimos muito o relacionamento do Senado com o cidadão brasileiro. Inclusive dei entrada em um projeto de resolução que regulamentou o Programa e-Cidadania, para conferir segurança jurídica a esse importante portal de interatividade.

Aliás, senhoras e senhores, para ilustrar a importância do portal, ofereço-lhes alguns números.

Em 2016, o e-Cidadania obteve mais de cem milhões de acessos. Isso representa um aumento de mais de dez vezes o número das utilizações do ano anterior.

Além disso, cerca de dois milhões de pessoas registraram mais de quatro milhões de votos sobre os projetos.

Mais de sete mil ideias legislativas foram cadastradas em 2016 por cerca de cinco mil cidadãos. Algumas dessas ideias foram, inclusive, debatidas pelos Senadores em audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos.

Atualmente, todas as audiências públicas e sabatinas são interativas. Nos mais de 300 eventos realizados neste ano, cerca de dez mil perguntas e comentários foram enviados.

Ainda no escopo de aprimoramento do Senado e com foco na gestão interna, a Comissão promoveu, por iniciativa do Prodasen e da Secretaria-Geral da Mesa, quatro audiências públicas, seguidas por oficinas de aprofundamento de discussão – inédita, inclusive, essa iniciativa –, para avaliação do tema "A Tecnologia da Informação e o Processo Legislativo do Futuro". Contamos com a participação de 15 palestrantes, em 22 horas de debate, com 280 participações presenciais e a distância, que buscaram a definição do futuro do processo legislativo e das necessárias soluções tecnológicas.

O relatório final de avaliação desse sistema foi aprovado pela Comissão Senado do Futuro, no dia 23 de novembro, e reflete as audiências e oficinas realizadas, que se ocuparam de tentar entender como e quais tecnologias impactarão a democracia e a relação entre a sociedade e o Parlamento.

Também foram expostos vários indicadores para a avaliação da atividade legislativa com o objetivo de avaliar o desempenho do Senado Federal na produção legislativa e identificar os critérios para essa avaliação, com a ajuda da tecnologia da informação.

Falamos, ainda, sobre como as tecnologias de informação afetarão o processo legislativo no Brasil e no mundo, considerando os aspectos de participação social, a agilidade em legislar sobre questões urgentes, estabilidade jurídica, qualidade das normas jurídicas emanadas e transparência.

Na semana passada, realizamos o primeiro Congresso do Futuro. O encontro inédito trouxe a Brasília

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

personalidades políticas, sociais, educacionais, de iniciativa privada e também do Poder Público, para debater a sociedade do futuro no Brasil e no mundo, em cinco temas específicos: desenvolvimento sustentável na América Latina; saúde e alimentação para o futuro; educação, ciência e inovação no futuro; o futuro da comunicação e seu impacto nas relações humanas; e democracia representativa no mundo digital.

Hoje, ainda, aprovamos avaliações de políticas públicas, aqui relatadas pelo Senador Cidinho: alimentação sustentável para todos e educação inclusiva e equitativa de qualidade.

Com o resultado desse trabalho, indicamos ações necessárias para o aprimoramento de áreas essenciais para o desenvolvimento do País. Nas mais de 16 horas de debate, tivemos a participação de 25 palestrantes e a presença de cerca de mil pessoas nos dois dias do evento, que marcou o início de uma nova era no Senado Federal.

Nos dois anos em que estive à frente da Presidência da Comissão, realizamos 22 reuniões e 9 eventos, incluindo audiências públicas, palestras e reuniões deliberativas.

Após deixar a Presidência da Comissão Senado do Futuro, mantenho o meu compromisso com todos vocês, com a própria Comissão e, claro, com a sociedade.

Senhoras e senhores, contando com a participação de todos nos trabalhos futuros da Comissão e desejando-lhes uma ótima continuidade – o Senador Ministro está convidado para a segunda etapa da reunião, para o ano que vem –, estendo o meu abraço, os meus melhores desejos para o ano novo, e disponibilizo o meu gabinete parlamentar às necessidades de todos vocês.

Quero saudar o Senador Blairo Maggi, que veio aqui nos fazer uma visita, principalmente na Comissão Senado do Futuro.

Requeremos ao Ministro da Saúde, nos termos constitucionais e regimentais, o seguinte.

ITEM
REQUERIMENTO Nº

Requeremos ao Ministro da Saúde, nos termos constitucionais e regimentais, as seguintes informações: planejamento e plano operativo da utilização dos recursos da saúde no atendimento à saúde no Estado de Mato Grosso.

Queremos colocar o requerimento aqui em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento de iniciativa da Comissão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Da mesma forma, de mesma natureza, um requerimento ao Governador do Estado de Mato Grosso, requerendo, nos termos constitucionais e regimentais, o seguinte.

ITEM
REQUERIMENTO Nº

Requeremos, nos termos constitucionais e regimentais as seguintes informações: planejamento e plano operativo da utilização dos recursos da saúde no atendimento à saúde no Estado de Mato Grosso para o ano de 2017.

Os dois requerimentos referem-se ao ano de 2017, mas também podendo ser do plano plurianual.

Esse requerimento ao Governo do Estado de Mato Grosso está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Coloco em votação a ata da presente reunião, aprovada.

Com isso, então, finalizamos, desejando a todos um bom Natal e que nós possamos buscar todas as energias nos festejos com a família. Temos muito trabalho daqui até o final do ano ainda, mas desejo a todos um bom Ano Novo.

E aqui, ao Senador Blairo Maggi, como Ministro da Agricultura, queremos agradecer a parceria, já que ele também foi membro aqui da Comissão Senado do Futuro e, com certeza, está fazendo um grande trabalho à frente do Ministério da Agricultura, principalmente no que diz respeito a um grande desafio – que foi, inclusive, o nosso tema do Congresso do Futuro –, que é exatamente a segurança alimentar mundial, para a qual o Brasil pode muito contribuir, e, claro, também, a segurança alimentar no Brasil.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 15 ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Transparência e Governança Pública DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 de Novembro de 2016, Terça-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Telmário Mota, reúne-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Paulo Bauer, João Capiberibe e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Cristovam Buarque (com ausência justificada), Paulo Paim, Raimundo Lira, Marta Suplicy, Waldemir Moka, Romero Jucá, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Fernando Collor e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RTG 4/2016, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e RTG 9/2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes. **Finalidade:** Debater o papel e os instrumentos de participação social segundo o enfoque dos órgãos federais de governo. **Participantes:** Sr. Cláudio Evangelista de Carvalho, Diretor do Departamento de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos – SEPLAN (representante de: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão); Sr. Daniel Pitangueira de Avelino, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (representante de: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); Sr. João Henrique Pederiva, Consultor de Orçamentos do Senado Federal (representante de: Poder Legislativo Federal); Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais (representante de: Casa Civil da Presidência da República). **Resultado:** Audiência Pública realizada. 2ª Parte - Deliberativa. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 13 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Transparência e Governança Pública, para debater a avaliação do programa "Brasil Transparente" executado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. Sugere a participação dos representantes das seguintes entidades: 1. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; 2. Confederação Nacional dos Municípios; 3. Representantes de 5 capitais brasileiras.". **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Telmário Mota

Presidente Eventual da Comissão de Transparência e Governança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública.

A finalidade desta audiência pública é debater o papel e os instrumentos de participação social segundo o enfoque dos órgãos federais de governo, em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2016, do Senador Wellington Fagundes, que relata, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, a política pública sugerida pelo Senador Cristovam Buarque no Requerimento nº 4, de 2016.

Nossos convidados são o Sr. Cláudio Evangelista de Carvalho, aqui presente, Diretor do Departamento de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; o Sr. Daniel Pitangueira de Avelino, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); o Sr. João Henrique Pederiva, Consultor de Orçamentos do Senado Federal; e o Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais, da Casa Civil da Presidência da República.

Os convidados já se encontram aqui à Mesa da Comissão. Todos já tomaram seus lugares.

Informamos também que a presente reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão as suas exposições por dez minutos, podendo prorrogar se necessário. Em seguida, abriremos a fase de interpelação, por três minutos, pelos Senadoras e Senadores inscritos.

As participações dos cidadãos serão trazidas à Mesa pela Secretaria da Comissão, para que sejam lidas oportunamente e respondidas ou comentadas pelos convidados ou Senadores presentes.

Antes de passar a palavra ao nosso primeiro convidado, eu queria aqui dizer que o Senador Wellington fez uma fala interessante, que vou aqui, por ele, tentar reproduzia.

Diz aqui:

> A presente audiência pública integra uma série de atividades que vimos desenvolvendo a partir de junho de 2016, com vistas a dar cumprimento ao plano de trabalho, aprovado nesta Comissão, por intermédio do Requerimento nº 9, de 2016, de que falamos agora. Trata-se de plano de trabalho voltado à avaliação da política pública de participação social do Poder Executivo Federal na formulação e implantação de planos, programas e políticas públicas, em especial no que diz respeito à participação social no ciclo de gestão do Plano Plurianual 2016 a 2019.
>
> Quando discutimos e aprovamos aquele plano de trabalho, sustentamos a visão de que a avaliação a ser empreendida por esta Comissão haveria de se assentar no exame de duas questões diretivas. A primeira questão se voltaria para as condições necessárias ao exercício da participação, partindo-se da compreensão de quem é que participa do processo de formulação e implementação do PPA, por exemplo, e como o faz. O critério de avaliação seria a capacidade de canais e mecanismos instituídos de darem operacionalidade à participação social como valor societário. A segunda questão se voltaria para a efetividade dessa participação, sob o ponto de vista de quem colhe e acolhe as manifestações da sociedade. Que efeitos os processos discursivos e deliberativos têm sobre a efetiva tomada de decisão de políticas públicas dentro do Governo?
>
> Por ocasião da audiência pública realizada em 16 de agosto passado, abordamos essas questões sob a perspectiva da demanda por participação social, ouvindo estudiosos e representantes de entidades organizadas da sociedade civil. Naquele momento, foram ressaltados os aspectos estruturantes para a boa gestão pública advinda da transparência, da participação cidadã e da colaboração entre Governo e sociedade na produção de políticas públicas. Ouvimos que alguns importantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

canais foram abertos, a exemplo do sistema Siga Brasil, no campo da transparência orçamentária e financeira, e do Fórum Interconselhos, no campo de participação social. Foram apontados elementos institucionais relevantes como os comandos constitucionais que asseguram a participação social, bem como a objetividade desses comandos num plano político nacional de participação social.

Reconhecemos que o Brasil se destaca hoje como um país de elevada transparência em orçamento público, tendo recebido em 2014 prêmio da Organização das Nações Unidas por experiência inovadora em participação social nessa área.

Ainda assim, identificamos desafios a vencer, com a maior disponibilidade de dados regionais, uma melhor integração entre a linguagem orçamentária e a linguagem da política pública e maior aplicação das tecnologias de comunicação ao diálogo entre Governo e sociedade.

Na presente audiência, nosso foco se volta para a compreensão do modelo de participação social sustentado pelos atores que ofertam, sobretudo no âmbito do Poder Executivo. Gostaríamos de ouvir de nossos ilustres convidados como o Governo, particularmente o Poder Executivo, entende a participação social enquanto objeto de política pública específica, que a teoria sustenta sobre seus impactos na gestão pública e no desenvolvimento do País e que estratégia de amplo escopo e de longo prazo concebe para levar a participação social à realização de seu potencial, e que ações concretas têm sido implementadas para dar consecução a essa estratégia.

Gostaríamos de enxergar o marco lógico da participação social sob a ótica de que representa o Poder Público e, a partir dele, compreender melhor como os aportes do Senado Federal, em sua função representativa, legislativa e fiscalizadora podem auxiliar no avanço dessa importante política.

Essa é, portanto, uma fala do nosso Senador Wellington, que por força maior não pôde estar presente.

Vamos começar aqui com a participação do Sr. Cláudio Evangelista de Carvalho.

Com a palavra, então, nosso convidado.

O SR. CLÁUDIO EVANGELISTA DE CARVALHO – Bom dia a todos. Bom dia a V. Exª, Senador Telmário Mota; bom dia aos demais componentes da Mesa.

Acho que é muito gratificante falar do tema participação social. É impossível tratar de qualquer assunto que diga respeito a planejamento sem considerar a participação social porque é essa participação que confere legitimidade a qualquer ação no que diz respeito à elaboração, ao monitoramento, à avaliação de qualquer instrumento de planejamento, em especial aqui, no que diz respeito ao Plano Plurianual, que é o nosso plano de médio prazo estabelecido pela Constituição da República.

A ideia aqui é falar um pouco sobre o nosso planejamento, como é elaborado o nosso PPA, quais são os seus atributos principais, de forma bastante rápida, e a partir daí adentrar no tema participação social.

Por que planejar? Você precisa definir e pactuar os objetivos de desenvolvimento do País; você precisa estabelecer metas estratégicas a serem atingidas; você precisa ter atenção aos gargalos existentes, tanto do ponto de vista social como econômicos, de infraestrutura; e, com base nessas informações, você consegue alocar de forma estratégica e eficiente os recursos. Então, para nós, tanto sob o ponto de vista social como econômico, é fundamental um bom planejamento.

E quais são os elementos centrais? Você precisa conhecer a realidade de implementação das políticas públicas; quais são os mecanismos de execução, as relações intersetoriais e transversais inerentes a cada setor da economia, da sociedade; conhecer o ambiente político-institucional e federativo em que está inserido o instrumento; você tem que ter clareza quanto à capacidade de execução de cada órgão em relação as suas políticas; e a parte fundamental, que é o diálogo com a sociedade, mais uma vez enfatizando a importância desse diálogo no que diz respeito à legitimidade de qualquer plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Aqui é só ter uma ideia de como é elaborado o Plano Plurianual.

O prazo legal para a conclusão do Plano Plurianual é o dia 31 de agosto do primeiro ano de governo.

Para você conseguir elaborar esse plano, precisa ter algumas informações fundamentais. Você tem que ter as informações com relação aos planos ou aos diversos planos setoriais elaborados pelos ministérios. São planos que têm um horizonte maior do que o horizonte do Plano Plurianual, que é de quatro anos. Há vários horizontes, dez anos, vinte anos, depende do plano. Então, essa é a base para a elaboração do Plano Plurianual. E evidentemente, o plano de governo do governante eleito. Então, essas duas informações são fundamentais para a elaboração do Plano Plurianual. Ele é a base para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as leis anuais, e consequentemente os orçamentos anuais.

Pode ir.

Então, é no diálogo com a sociedade que o planejamento de políticas públicas encontra legitimidade.

Esse eslaide é mais para enfatizar esse aspecto.

Pode ir.

Como eu disse, o Plano Plurianual está estabelecido no art. 165 da Constituição, é a base para a elaboração dos orçamentos anuais e serve de referência para os demais planos setoriais e nacionais.

Atualmente o PPA vigente é o PPA 2016-2019 (Lei nº 13.249, de 13/01/2016).

Pode ir.

Aqui nós temos a configuração do PPA. O que acontece? Nós temos uma dimensão estratégica do PPA. Essa é a primeira coisa elaborada. A partir daí, há os programas temáticos. Temos 50 programas temáticos com 303 objetivos, 1.132 metas e 3.94 iniciativas.

Como é que se faz a ligação, o *link,* entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual? Por meio das ações orçamentárias vinculadas aos objetivos do PPA. Então, os objetivos do PPA estão claramente indicados nas leis orçamentárias, ou seja, há um desdobramento dos objetivos em ações na Lei Orçamentária.

Pode ir.

A dimensão estratégica reflete as macroestratégias para o desenvolvimento. Ela é discutida pelo conjunto do Governo e com a sociedade civil e busca promover o alinhamento estratégico necessário para a definição dos programas temáticos.

Nós temos 4 eixos e 28 diretrizes estratégicas.

É só para ter uma ideia quais são esses quatro eixos. Dá para perceber que existe uma certa interação entre algumas diretrizes e os eixos. O primeiro eixo diz respeito à questão educacional como principal foco, o segundo eixo é a questão que envolve inclusão social e redução de desigualdades; o outro é mais voltado ao fortalecimento das instituições públicas; e o último eixo é o que diz respeito a aspectos mais econômicos: ampliação da produtividade e da competitividade da economia.

Quais são as características de cada programa?

Ele retrata as agendas de Governo, organizadas por recortes selecionados de políticas públicas que orientam a ação governamental. Sua abrangência representa os desafios e orienta a gestão do plano, no que diz respeito ao monitoramento e avaliação da dimensão tática.

O programa temático se desdobra em objetivos. Na verdade, o programa não tem um dono. Cada objetivo é de responsabilidade de um ministério pelo menos, mas o programa é uma responsabilidade do Governo como um todo. Essa que é a ideia.

Aqui, para se ter uma ideia de como funciona. Os objetivos destacam as escolhas do Governo para atuação nos temas determinados. As metas explicitam as entregas estruturantes das políticas definidas para os quatro anos do Plano. As iniciativas detalham os caminhos seguidos, como, por exemplo, as entregas intermediárias para o alcance das metas. E há os indicadores, que, juntamente com as metas, são objeto de moni-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

toramento e avaliação da política pública.

Aqui, só um exemplo de como funciona. Existe um objetivo mais amplo, por exemplo, no caso da saúde, de ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado. A meta tem um aspecto mais quantitativo. Por exemplo, associada a esse objetivo, temos a meta de alcançar 20.335 médicos brasileiros e estrangeiros atuando em regiões prioritárias para o SUS. Mais uma vez, é para ilustrar como funciona.

Os indicadores. Os indicadores dependem tanto da ação governamental como de outros fatores. Por exemplo, aqui, você tem a cobertura dos Municípios, o índice de estruturação de redes de urgência e emergência, a taxa de mortalidade infantil – a taxa de mortalidade infantil eu acho que é um bom exemplo de um indicador que depende tanto da ação governamental, no que diz respeito àquele objetivo, como de outros fatores, como o próprio desenvolvimento da economia e outras ações governamentais associadas a outros objetivos – e taxa de prevalência de excesso de peso. Então, não há uma relação tão clara de causa e efeito no que diz respeito aos indicadores, ao contrário das metas, que dependem essencialmente da ação do Governo.

Vamos falar um pouco mais sobre isso, mas a participação social no monitoramento de tudo isso é importante também até para a cobrança das ações do Governo.

Eu vou pular essa questão que detalha um pouco mais...

Aqui, só para mostrar como é a vinculação do planejamento com o orçamento. Nós temos um programa aqui, e como isso se desdobra nas ações orçamentárias. Ou seja, a importância do que é estabelecido no PPA para a definição das ações orçamentárias. Mas, dada a escassez de tempo, vamos pular um pouco mais para entrar na questão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO EVANGELISTA DE CARVALHO – Não é o meu tempo não, é?

Isso tudo foi só uma introdução para falar da participação social, que é o tema da audiência.

O Plano é formulado em conjunto com os ministérios, com a participação da sociedade civil organizada (Fórum Interconselhos) – falaremos sobre isso – e dos Estados (Conseplan), que congrega as Secretarias de Planejamento de Estados e do Distrito Federal. O último Plano do PPA foi encaminhado ao Congresso Nacional – esta é uma data limite – em 31 de agosto de 2015.

Tudo começa com as oficinas temáticas, com a realização dessas oficinas para a elaboração dos programas, aqueles programas que comentamos. Elas são organizadas por programa temático. Todos os ministérios participam, porque, necessariamente, um ministério tem que estar vinculado a um programa ou mais. Ele é subsídio para a definição dos eixos e das diretrizes estratégicas do PPA, e as propostas são apresentadas pelos Conselhos Setoriais e pelos Fóruns Interconselhos.

Aqui, só para se ter uma ideia, na elaboração do PPA 2016-2019, foram estabelecidas quatro áreas para as oficinas temáticas: social, desenvolvimento produtivo e sustentável, infraestrutura e gestão pública. Foram realizadas 120 oficinas com órgãos setoriais, além de dezenas de reuniões bilaterais. Em geral, os programas envolvem dois ou mais ministérios, além de seus órgãos e empresas vinculadas. Então, aqui, é só para ficar claro que só aqueles agentes interessados em determinada área, tanto agentes de Governo como da sociedade, participam dessas oficinas temáticas, ao contrário do fórum, sobre o qual vamos falar mais adiante, que tem uma participação mais abrangente.

Então, como é que funciona? Na elaboração do PPA, você tem essas oficinas, de que falamos há pouco, que definem os eixos e diretrizes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO EVANGELISTA DE CARVALHO – Os Conselhos Setoriais participam do início das discussões pelos ministérios, junto aos seus canais de participação.

Então, aqui, é para ficar claro que, num primeiro momento, a discussão com a sociedade é feita no âmbito de cada ministério, com seus canais de participação. Então, cada conselho tem a sua ligação com um determinado ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A partir daí, você tem o Fórum Interconselhos, o Fórum Dialoga Brasil Interconselhos, em que são elaboradas propostas dos conselhos para o PPA. Essas propostas são analisadas, em especial pela Secretaria de Planejamento e Avaliação, antiga SPI, mas é papel da Seplan, no Ministério do Planejamento, fazer essa avaliação, junto com os órgãos setoriais. Além disso, você tem os diálogos regionais e setoriais. Porque essa discussão toda que envolve a elaboração desses planos é feita também em âmbito regional e setorial para subsidiar as decisões.

Além disso, você tem um canal de participação do setor privado. São diálogos com entidades representativas de segmentos produtivos e de classe. Nós estamos falando aqui de sindicatos, de centrais sindicais, de associações patronais. São canais com os ministérios correspondentes.

Além disso, você tem a participação da Conseplan, que congrega as Secretarias de Planejamento dos Estados e do Distrito Federal.

Em termos de cronograma, em fevereiro de 2015 deu-se o início da construção do PPA 2016-2019, por meio de diálogos e pactuações com conselhos e ministérios e a realização de oficinas de elaboração do PPA, o que seu entre fevereiro e abril. Em abril de 2015 foi realizado o Fórum Dialoga Brasil Interconselhos. Aí você tem a mobilização dos conselhos, comissões e entidades nacionais.

Aqui, só para ilustrar como foi a participação no Fórum. E o itinerário do Fórum nas diversas regiões do País. Foram realizados seis eventos.

As oficinas de elaboração do PPA contaram com a participação de quatro mil técnicos do Governo Federal em cento e vinte oficinas temáticas para a construção dos cinquenta e quatro programas temáticos. No início, eram três eixos e dezoito diretrizes estratégicas.

Com a participação social, decidiu-se, por meio das contribuições da sociedade, pela ampliação para quatro eixos e 28 diretrizes. Houve as propostas de agenda temáticas/transversais e metodologias de monitoramento. Houve envolvimento de mais de quatro mil representantes da sociedade civil. Aqui é mais somar do tamanho da participação.

No caso do fórum Dialoga Brasil Interconselhos, foram 70 diretrizes, 92 desafios e 190 propostas feitas. No caso dos fóruns regionais, 19 diretrizes, 679 propostas. No total de 89 diretrizes, 92 desafios, 889 propostas; ao todo, 1.050 contribuições.

Como disse, isso tudo foi analisado pelo Ministério do Planejamento, através da então SPI e em conjunto com os órgãos setoriais.

Aqui é só um exemplo. O que acontece na prática? Como é feito isso? As contribuições podem vir de diversas maneiras, como disse, com relação a propostas acerca de diretrizes, de programas, de ações. Aqui, por exemplo, houve uma proposta para implantar e ampliar a instalação de Farmácia Popular nos Municípios brasileiros. É uma proposta que veio nas discussões regionais, no Acre e na Paraíba. Dessa contribuição, gerou um atributo do PPA, que é ampliar o Aqui tem Farmácia para pelo menos 83% dos Municípios brasileiros que possuam farmácias e drogarias, priorizando os Municípios do Plano Brasil sem Miséria e do Programa Mais Médicos.

Da mesma forma, outra proposta relacionada à saúde da pessoa idosa, gerou um atributo no PPA, ou seja, gerou uma política pública. Isso que é importante salientar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO EVANGELISTA DE CARVALHO – Aqui são só mais alguns exemplos de participação do trabalho em conselhos municipais.

Então, o PPA possui modelo de gestão, monitoramento, avaliação e revisão, instituído pelo Decreto nº 8.759/2016.

O que nós falamos até agora diz respeito à elaboração do PPA, mas não faz sentido ter participação social somente nessa etapa inicial. É importante que a sociedade acompanhe todo o desenvolvimento da implementação das políticas públicas. E aí que entra a participação social no monitoramento, avaliação e revisão do PPA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Temos um sistema, que é o Sistema de Planejamento e Orçamento (Siop), que é a ferramenta que reúne as informações a respeito da implementação de todos os objetivos e metas, e envolve todas as entidades governamentais responsáveis por esses atributos. Permite ao Governo verificar e avaliar a implementação de suas políticas e promover as correções em tempo adequado; e, à sociedade, verificar se os compromissos assumidos pelo Governo estão sendo cumpridos e cobrar sua efetividade se desejar propor aprimoramento.

O objetivo é aperfeiçoamento contínuo, as entregas de bens e serviços públicos para a sociedade.

Essa semana deve estar sendo aberto o monitoramento do PPA. Será emitida uma portaria e, a partir daí, os órgãos, os ministérios setoriais começam a carregar o sistema com as informações.

O que acontece? Desde o PPA 2012-2015, existe a ideia de passar todas as informações, esse monitoramento, para as entidades legitimadas, as entidades que participaram da elaboração do PPA. Nisso consistiu a participação social no monitoramento e avaliação no PPA 2012-2015.

O PPA 2016-2019 busca ir além. A ideia é que se tenha um campo no Siop (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento), que é o nosso sistema, para ser preenchido justamente por essas entidades. A ideia é que isso começasse agora, já, neste primeiro ano de monitoramento do PPA 2016-2019. Não foi possível. Era para ter sido iniciado antes do preenchimento pelos órgãos setoriais, mas não foi possível, por conta de toda essa mudança que nós tivemos de governo. Houve uma série de ocorrências, e não foi possível gerenciar isso. A ideia é que, a partir do ano que vem, consigamos implementar essa inovação no que diz respeito à participação social no PPA.

Então, por enquanto, temos somente, em termos de carregamento de informação no sistema, só a participação dos órgãos setoriais, os ministérios. Então, há as informações relativas aos objetivos e metas de consecução coletiva que deverão ser compartilhadas pelos órgãos envolvidos, e as informações relevantes que compõem as agendas prioritárias de governo e as agendas transversais focadas em públicos específicos. Mas, de novo, a ideia é que se mantenha, pelo menos para este ano, pelo menos o que foi feito no PPA 2012-2015 no que diz respeito à participação social. E essa evolução, vamos colocar assim, seria implementada, então, a partir do ano que vem.

Então, quais são os pressupostos?

É preciso ter uma pactuação entre os atores; ter a construção das agendas de parcerias intersetoriais. O foco é nos objetivos e nas metas estratégicas. Há necessidade de uma visão intersetorial. A participação social, a percepção da sociedade, é importante para a gente. Então, é isso. A sociedade vai receber as informações e vai poder nos trazer seu *feedback*. Ele tem que ser propositivo, com foco na produção de recomendações e ajustes, e a comunicação e a aprendizagem organizacional devem ser compartilhadas.

Nós temos as agendas temáticas e as agendas transversais. As agendas representam um recorte temático e transversal aos programas do PPA e são compostos por um conjunto de objetivos, métodos, iniciativas de diferentes programas. Por exemplo, tem-se uma agenda transversal, e são as políticas relacionadas à mulher, por exemplo. Há uma série de programas que tratam desse assunto. Então, pode-se ter um recorte, por exemplo, em que haja o foco nesse tema. E elas foram construídas a partir das discussões ocorridas nos fóruns de 2015, e vai haver continuidade, com monitoramento de agendas transversais do PPA 2012-2015.

Então, essas são as agendas transversais e temáticas que serão objeto, agora, de monitoramento e avaliação.

Há os usos múltiplos da água, o desenvolvimento rural sustentável, a economia solidária, criança e adolescente, igualdade racial, comunidades quilombolas, juventude, pessoa idosa, pessoa com deficiência, política para as mulheres, população em situação de rua, população LGBT e povos indígenas.

Então, de novo, para cada um desses temas, há vários programas associados.

Então, o monitoramento objetivo ou do programa, de forma isolada não seria capaz de mostrar como é que está o andamento das políticas associadas a esses temas. Daí a necessidade de você ter agendas específicas.

No fórum de março 2016, houve a pactuação dessas agendas transversais. Foi nesse fórum que foram definidos esses temas. Já havia no PPA 2012-2015, mas houve um aumento na quantidade de temas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, você tem o papel dos colegiados, que é importante, que é o fórum, que é obter impressões da sociedade sobre a implementação e o alcance de determinados objetivos, metas e iniciativas do PPA; promover o aperfeiçoamento das políticas públicas; sugestões de aperfeiçoamento do PPA 2016-2019; subsídios para decisões sobre alocação de recursos e contribuição para a transparência das ações do Governo.

Eu acredito que esse papel, de novo, ele vai ser mais incisivo, mais importante a partir do ano que vem, quando houver, quando a gente conseguir disponibilizar essa participação no sistema, no Siop, dos conselhos, dos agentes associados ao fórum.

Você tem as percepções sobre itens selecionados, identificando possíveis necessidades de aperfeiçoamentos nos seguintes aspectos, a depender do que está sendo monitorado:

Os mecanismos de implementação da política... Então, existe uma assimetria muito grande de informações entre o agente de governo e a sociedade. Muitas vezes, essa informação da sociedade é fundamental para o aprimoramento da política.

Qualidade dos serviços;

Atendimento à população;

Disponibilidade dos serviços;

Eficiência;

Tempo oportuno...

É claro que o Governo já dispõe de mecanismos de monitoramento, indicadores, mas a participação direta da sociedade é uma voz importante. A gente não pode ficar restrito a esses indicadores.

Então, nós vamos ter aí, no caso do monitoramento e avaliação, alguns produtos, que é o Relatório Anual de Avaliação do PPA, os relatórios que compõem a prestação de contas da Presidência da República...

O monitoramento e a avaliação também é subsídio para a formulação da mensagem presidencial. E. além disso, essas informações consolidadas dizem respeito à execução de todas as políticas do Governo Federal de modo auxiliar o acompanhamento de agendas prioritárias, como, por exemplo, os objetivos do desenvolvimento sustentável que são objetivos com os quais o País se comprometeu, de avanços em aspectos tanto ambientais como sociais.

O Relatório Anual de Avaliação, para falar rapidamente, se compõe de textos, com a evolução de cada programa temático sob responsabilidade do Ministério executor para compor o Relatório Anual de Avaliação.

Aqui também, mais uma vez, a partir do ano que vem, será mais importante a participação social quando nós teremos o subsídio mais direto da sociedade para poder nos ajudar na elaboração desse relatório.

Outro tema importante aqui também é a revisão do PPA 2016-2019, em que nós temos a intenção, de alguma forma, de incluir a participação social. Nós temos que rever por quê? Porque o PPA foi elaborado numa outra conjuntura tanto política quanto fiscal. O cenário fiscal era diferente, quando o PPA foi elaborado. Então, hoje nós temos muito mais restrições fiscais e nós temos também um novo Governo, que tem prioridades diferentes. Então, por isso, a ideia de revisar o PPA, a partir do primeiro semestre do ano que vem.

É isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Nós ouvimos, portanto, o Sr. Cláudio, que fez uma exposição interessante. Essas Leis Orçamentárias – o PPA, a LDO e a LOA –, sem nenhuma dúvida, são quem estabelece tudo aquilo que o Executivo vai fazer a nível de Município, Estado ou Federação. O Legislativo tem um papel importante para complementar isso, porque é nessa hora que principalmente o Legislativo tem, quando essas peças estão em poder do Legislativo, que debater com a sociedade também.

Mas você vê que o Executivo já faz essa parte, um Orçamento participativo – na verdade, é isso que foi colocado pelo Cláudio –, através principalmente dos conselhos. Há os conselhos, os membros dos Ministérios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

enfim, a parte interessada diretamente que traz as sugestões para a formulação do PPA; depois, da LDO e, consequentemente, da LOA, pois um é consequência do outro, como nós vimos foi muito bem colocado.

Então, quero agradecer ao Cláudio, sem nenhuma dúvida, pela exposição. É uma pena...Até deixei você falar mais de trinta minutos, porque eu sei que é importante isso. E o reflexo veio. Através do e-Cidadania, nós já vimos aqui cinco participações interessantes.

Por exemplo, o Sr. Marco Antônio Spinosa, que é do Rio Grande do Sul, diz assim:

> A democratização das instituições de participação popular dará mais autonomia para que haja maior envolvimento do cidadão na gestão pública. Por isso, é necessário ampliar e fortalecer os conselhos de políticas públicas em âmbito nacional, estadual e municipal.

Portanto, esse é o ponto de vista do Marco.

A Srª Ana Flávia Schmitt, de Santa Catarina, diz:

> A participação social independente deve ser estimulada, desde a educação básica. [Ela entende que isso poderia cair até – quem sabe? – na grade curricular da educação básica], para que as pessoas entendam que elas não só podem ir votar...

Até porque, hoje, o voto se banalizou. Vejam que o próprio Estados Unidos estão vivendo uma dificuldade...

Aliás, foi ontem ou é hoje?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Está sendo.

Eles querem levar as pessoas às urnas. E aqui, no Brasil, se deixarem de votar, se não for obrigatório, eu vou te contar que não vai ninguém, porque ninguém está mais estimulado, pois parece que a coisa pública só acontece de cima para baixo, quando, na verdade, acho que está faltando muito...Não sei...Faz tempo que deixei de estudar, mas, quando eu estudava – eu sou velhinho –, havia aquelas matérias, como Educação Moral e Cívica, aquelas coisas todas que eram muito importantes.

Então, acho que o cidadão brasileiro hoje, principalmente com as redes sociais...Aí, Cláudio, acho que é importante usar um mecanismo que ficou bem democratizado, nos meios de comunicação. Sabe que a mídia, de um modo geral, mostra aquilo que ela vende. E ninguém vai falar de PPA, ninguém vai falar de participação. Não vão falar disso, porque isso não vende. Por isso que as pessoas assistem a Vale Tudo, porque querem ver sangue.

Então, é importante que talvez o Ministério do Planejamento já comece a usar as redes sociais, até para que haja a participação mais direta, como sugestão.

Vamos lá também com uma outra aqui.

A participação é de Lu Lacerda, da Bahia: "Por que não dialogar com os ditos intelectuais e acadêmicos? Por que não explicar, de forma clara, à sociedade o papel da PEC 241?"

Depois, se alguém quiser falar sobre esse assunto, se alguém tiver uma opinião sobre a PEC 241, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

hoje está tomando conta, pelo menos, do mundo legislativo, fique à vontade.

Há ainda um comentário de Lu Lacerda:

> Percebo que todo movimento social no País vem em detrimento de uma causa, mas atrelado ao prejuízo da sociedade, como forma de trazer os holofotes para as questões políticas, como é o caso polêmico da PEC 241. Sabemos que esquerdistas não aceitarão e alienarão os jovens utopicamente.

Essa é opinião da Lu Lacerda, lá da Bahia.

O Lucas Rodrigues Silva Loquez também envia uma pergunta:

> Não podemos deixar de pensar que as ocupações nas escolas são um instrumento de participação social. Por que o Governo, em vez de conversar com os demais integrantes das ocupações, quer adiar a prova do Enem nas demais localidades?

Eu passo a palavra a quem quiser responder. Fiquem à vontade. (*Pausa.*)

Dando continuidade ao nosso trabalho, nós agora vamos passar a palavra a mais um convidado ilustre, companheiro Daniel Pitangueira de Avelino.

Com a palavra Daniel.

O SR. DANIEL PITANGUEIRA DE AVELINO – Obrigado.

Bom dia a todas. Bom dia a todos. Bom dia ao Ex^{mo} Sr. Senador, aos demais colegas da Mesa e aos colegas que estão nos assistindo, tanto presencialmente quanto pela internet.

É uma satisfação estar aqui e poder conversar com vocês sobre esse tema, mais uma vez.

Para tentar ser um pouco mais objetivo, eu estruturei a apresentação em três grandes perguntas sobre democracia e participação social: "O que? Quem? Como?" Quando falamos de participação, do que estamos falando? De quem estamos falando? E como deve ser essa participação?

Então, indo direto ao ponto, o que estamos falando quando tratamos de participação? Democracia é um termo amplo, polissêmico. Existem vários tipos e várias formas de implementá-la: algumas mais fortes, outras menos intensas. Por isso, é importante diferenciarmos.

Quando a gente trata de democracia no sentido brasileiro, a gente faz referência ao documento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, no seu art. 21, estabelece que "toda pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país". Então, se ela tem o direito de tomar parte, ela tem o direito de participar. É daí que a gente extrai o nosso conceito de participação social, que foi repetido, praticamente com as mesmas palavras, no art. 1º da Constituição Federal, quando estabelece que "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente" e, de forma um pouco mais detalhada, na Carta Ibero-americana de Participação Cidadã na Gestão Pública, que estabelece isso como um direito de todos os cidadãos.

Existem diversos autores que tratam do tema da democracia, mas o Prof. David Held, em especial, da London School, tenta definir, tenta caracterizar diferentes modelos da democracia no mundo. Em seu livro, ele traça os contornos de dez modelos diferentes de democracia e suas variantes, e, neste, especificamente, que é o oitavo modelo – é o que nos interessa –, ele caracteriza a democracia participativa. A democracia participativa, caracterizada por esse envolvimento dos cidadãos no processo de tomada de decisão, cotidianamente, ao longo do exercício da gestão pública, o que caracteriza a ideia de participação social que a gente adota no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

caso brasileiro.

Então, uma democracia representativa em conjunto com uma democracia direta, complementada também por uma democracia participativa.

A nossa Constituição Federal estabelece isso em vários de seus artigos. Então, o princípio atravessa toda a nossa ordem jurídica e vários marcos normativos repetem a participação social tanto quanto um valor quanto uma obrigação. Na audiência anterior, eu tive a chance de detalhar alguns desses diplomas legais. Não vou entrar em detalhes em relação a eles, mas vou destacar apenas um que considero aqui extremamente relevante para o tema desta audiência.

Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48, que estabelece que em todo o processo de elaboração e discussão de PPA, LDO e LOA deve haver o incentivo à participação popular. Moral da história: Estado, União e Municípios, que são os destinatários dessa norma, quando não fazem esse processo de debate com a sociedade, estão descumprindo a lei e as consequências ela mesmo prevê.

Então, passando agora para um segundo ponto, quem está envolvido nesses processos de participação? Do ponto de vista dos participantes, cada uma dessas normas utiliza um conceito diferente, mas em comum a gente tem uma conceituação ampliada: toda pessoa, o povo, todos os habitantes de um país. Então, apesar de diferenciarem em cada um desses diplomas legais, a ideia é que a participação deve ser ampliada, ou seja, estendida a qualquer pessoa interessada. E quem deve ser responsável por promover esta participação? Pela interpretação dessas normas que apresentei para vocês, a gente conclui que todos os entes da Federação, todos os Poderes, administração direta e indireta e todas as áreas de Governo são corresponsáveis por esse incentivo à participação.

E aqui alguns exemplos de como isso vem sendo feito no Brasil. Conselhos, por exemplo, no Poder Executivo, que nós temos há mais de um século estabelecidos. Temos conselhos no Poder Judiciário, como é o caso dos Conselhos da Comunidade. Inclusive aqui, no Poder Legislativo, conselhos como é o caso do Conselho de Comunicação Social. Outro caso aqui no Poder Legislativo foram as emendas populares adotadas pela Comissão Mista de Orçamento no ano de 2012, incentivando a participação de Municípios de pequeno porte por meio de audiências públicas. Os ambientes virtuais promovidos pelos diversos órgãos públicos, como o caso do Siop, que já foi mencionado aqui, a Escola Virtual da SOF e o próprio Siga Brasil. Faço também um destaque especial para o e-Democracia, construído pela Câmara dos Deputados, e o e-Cidadania, desenvolvido pelo Senado Federal.

No e-Cidadania vocês percebam que as pessoas podem não apenas assistir as audiências, mas também interagir com elas. Aqui há alguns comentários para esta audiência de hoje que estamos participando. E vamos tentar abordar alguns deles ao longo da fala. A própria audiência pública é também um instrumento de participação social promovido pelo Poder Legislativo. Aqui vocês podem ver um trecho da última audiência realizada por esta Comissão sobre este mesmo tema. Estou com a mesma roupa, mas não reparem.

E em relação à responsabilidade dentro do Poder Executivo Federal a coisa já é um pouco mais complexa, mas é fácil entendermos que, de um lado, nós temos os Ministérios setoriais, como é caso do Ministério da Saúde, da Educação, Desenvolvimento Social e Agrário, cujas políticas públicas são oferecidas ao crivo da sociedade segundo suas próprias regras, suas próprias estruturas, suas próprias normas.

Então, setorialmente cada Ministério é responsável por promover a participação social no âmbito de suas políticas públicas. Mas existe, em paralelo a esse sistema, também uma tentativa de organizar a participação social como um todo, como um grande sistema nacional, como uma grande política envolvendo todo o Governo Federal de forma transversal.

O órgão responsável por fazer essa coordenação e articulação hoje, por força da Lei 10.683, é a Secretaria de Governo da Presidência da República, mas ela não atua sozinha, é uma atuação prioritária, mas não exclusiva, e, para isso, conta com a colaboração também decorrente das competências de articulação e coordenação da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Transparência e do Ministério do Planejamento, ao qual está, hoje, vinculado o Ipea.

Bom, aqui é só um exemplo de como a estrutura da Secretaria de Governo da Presidência da República variou ao longo do tempo, o quadro teve momentos de pico durante a década de 90 e, depois, a partir de 2010, mas essa linha vermelha mostra como dentro dela foi se constituindo e cada vez mais também cres-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cendo um órgão específico para tratar da participação social, que, no caso aqui, é a Secretaria Nacional de Articulação Social, a SNAS, da Secretaria de Governo.

Bom, e como o Ipea entra nessa história? Foi editado em 2014 e ainda está vigente o Decreto 8.243 sobre a Política Nacional de Participação Social que traz algumas definições, entre elas a lista dos instrumentos de participação social reconhecidos no Governo brasileiro. Então, nove itens, não é um lista exaustiva, vários outros podem ser considerados também, reconhecem que o Governo Federal já adota práticas participativas, pelo menos dessas formas.

O Ipea, esse é o endereço da página Participação em Foco, no Ipea, vem promovendo, ao longo dos anos, um estudo exaustivo, detalhado, um diagnóstico de cada uma dessas modalidades de participação para tentar reunir informações sobre como elas podem funcionar melhor.

E vou passar aqui, de maneira bem rápida para vocês alguns desses estudos e os seus resultados. Isso é a forma do Ipea colaborar para o desenvolvimento de uma técnica participativa brasileira, ou seja, de entender qual a melhor forma de promover a participação, quais são as formas que promovem os melhores resultados e como isso pode ser registrado e preservado para as nossas gerações futuras.

Nesse texto, o mapeamento das interfaces sócio-estatais, a participação de uma maneira geral foi avaliada no Governo brasileiro com dados do antigo Sigplan, onde se constatou que mais de 90% dos programas federais no ano de 2010 contavam com algum tipo de interface com a sociedade. Moral da história: participação social no Governo Federal é regra, não é exceção.

As diversas áreas de políticas públicas adotam diferentes estilos e diferentes instrumentos de participação social a depender das suas especificidades. Então, não existe um predomínio de apenas um tipo de instrumento, cada área tem o seu desenho e a sua preferência e eles se agrupam de maneira relativamente observável.

Nesse outro estudo sobre conferências nacionais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL PITANGUEIRA DE AVELINO – Caminhando para a conclusão.

Nesse outro estudo sobre conferências nacionais, foi avaliado o grau de participação dos cidadãos brasileiros nas diversas modalidades participativas, e um dado interessante que consta dessa publicação são as informações sobre o participante típico de uma conferência. Então, nesse canal participativo especificamente, é tipicamente ocupado por mulheres negras de até quatro anos de escolaridade, com renda entre um a quatro salários mínimos. Então, é esse o perfil social das pessoas que ocupam hoje os canais de participação.

E vários outros documentos do Ipea tentam promover um aprimoramento técnico ou uma avaliação de efeitos desses instrumentos de participação. Nessa nota técnica, são apresentados alguns elementos críticos para a organização de conferências. Nessa outra, são analisados o monitoramento de resultado de conferências e como isso pode ser implementado pelos diversos órgãos.

Nessa aqui, foi feita uma análise do perfil dos conselheiros nacionais. Qual é o perfil das pessoas que têm assento nos conselhos nacionais? A gente percebe, por exemplo, que ainda temos um predomínio de homens ocupando as vagas nos conselhos, tem um viés de gênero e também um viés etário nas pessoas que têm assentos nos conselhos.

Nesse documento foi analisada a efetividade das audiências públicas no Governo Federal e, nesse outro, algumas recomendações para o aperfeiçoamento.

Em resumo, esse conjunto de espaços de participação social, assim como esse aprimoramento técnico que o Ipea e outros institutos de pesquisa, que a eles estão reunidos em uma rede de pesquisadores e vêm tentando apresentar, contribuiu para fazer do Brasil hoje, ainda, uma referência naquele modelo de democracia participativa.

Apesar disso, em alguns índices internacionais que procuram medir o grau de transparência e o grau de participação nos países é lamentável perceber como o Brasil está em uma posição mediana, não está nas primeiras listas, pelo menos nesse índice de democracia da *The Economist* e, pior do que isso, a gente vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

decaindo em termos de avaliação da democracia no âmbito Internacional.

Idem aqui para o índice de dados abertos e uma situação um pouco melhor no índice do orçamento aberto, em que a posição do Brasil vem melhorando, mostrando que nessa área do orçamento e do planejamento público nós temos bons resultados em termos de transparência e participação.

O prêmio que o Fórum Interconselhos recebeu das Nações Unidas, em 2014, é uma demonstração disso, mostrando que é possível ter bons resultados e adotar boas práticas em termos de participação.

O trabalho não para, nesta próxima sexta-feira uma oficina do Ipea vai procurar analisar como está a situação hoje dos conselhos nacionais. É uma oficina aberta, o convite fica estendido para vocês.

E, apenas como um comentário final, como um dos resultados observáveis desta pesquisa que será apresentada na sexta, eu queria comentar com vocês que alguns sinais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL PITANGUEIRA DE AVELINO – O Governo Federal está hoje em um momento de redefinição de várias áreas e de políticas públicas, então, em termos de participação social também existe uma certa indefinição, mas alguns sinais que já são observáveis geram preocupação. Esses sinais são representados por fenômenos de extinção de espaços de participação, inativação de espaços que antes estavam ativos, esvaziamento de espaços, tanto por iniciativa da sociedade civil que não concorda mais em participar desses espaços ou por ausência de renovação de mandatos que foram inspirados, por situações em que decisões estratégicas são tomadas sem passar ou sem levar em consideração aquilo que vem desses espaços participativos instalados e em funcionamento e uma situação, também, de redução dos recursos de funcionamento para esses espaços, tanto recursos financeiros quanto recursos humanos, o que faz com que eles trabalhem em níveis muito baixos de efetividade.

Situações como essas que geram uma preocupação e que são um desafio que precisa ser enfrentado levam a uma possível análise, a uma possível reflexão de que gestores públicos, funcionários públicos e sociedade civil estão vivendo em um momento de profunda tensão que precisa ser superado.

Os gestores públicos, em um quadro como esse e em um contexto como esse, enfrentam a dificuldade de ter de justificar socialmente cada passo que dão e, por conta desse descolamento com os espaços de participação, vivem também permanentemente no risco de serem responsabilizados quando descumprem os parâmetros de participação social, nacionais ou internacionais, que o próprio Brasil ajudou a estabelecer.

Os funcionários que coordenam esses espaços de participação se veem, também, diariamente, no desafio de manter a chama acesa às custas de um esforço pessoal, voluntarismo e profunda carga de sobretrabalho para que esses espaços não parem. E a sociedade, por sua vez, retorna a um momento de descrédito e desconfiança de enxergar o Estado como um inimigo ou adversário a ser enfrentado. E, nesse contexto, além de não participar desses espaços já criados, adota, prefere, dá preferência a práticas de ação política mais direta, como protestos, manifestações, bloqueios e ocupações, que joga para segundo plano esse debate, como esse que acabamos de fazer sobre participação social institucionalizada.

Então, vivemos um momento de tensão, vivemos um momento de indefinição, e é a maneira como tomarmos essas decisões que vai mostrar para que rumo queremos ou devemos seguir.

Seria isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Só para lembrar ao telespectador e ouvinte da TV Senado e Rádio Senado, nós estamos em um debate, aqui na Comissão de Transparência, vendo como a sociedade pode, efetivamente, participar, principalmente, da gestão do Executivo.

Acabamos de ouvir a palavra do Sr. Daniel Pitangueira de Avelino, que faz uma exposição de normas que já existem e que credenciam a sociedade a realmente participar, mas também, no final, conclui, mostrando uma preocupação dessa participação, que já teve forma muito avançada e hoje sofre alguma baixa no sentido da, como colocou aqui, extinção, esvaziamento, redução de recursos humanos e financeiros. Enfim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

isso tudo preocupa. Depois, a sociedade perde essa confiança de usar esse instrumento legal em tempo e faz outro tipo de procedimento, que é o que estamos vendo hoje já nas ruas, nas ocupações.

Bom, agora vamos ouvir o João Henrique, nosso colega do Senado, Consultor de Orçamento do Senado, com muito orgulho. Você está com a palavra.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Agradecer ao Senador Telmário, demais membros da Mesa e aqueles que nos assistem presencialmente ou virtualmente. O que nós aprendemos até agora, pelo menos da minha parte, com o Dr. Cláudio é que as práticas participativas basicamente pararam com a edição da lei. Desde lá, nós temos uma suspensão dos trabalhos de implementação, monitoramento e avaliação. E, com o Dr. Cláudio, nós estamos aprendendo que existe um questionamento, uma atenção sobre essa constituição dos espaços deliberativos.

Agora, vamos à apresentação, que, na minha condição de representante do Poder Legislativo federal, vai buscar a institucionalidade do processo. Essa institucionalidade está dada pela própria dimensão do requerimento que constituiu esta Comissão, do requerimento de avaliação de políticas públicas, que constituiu este momento em que estamos agora.

A apresentação está baseada em quatro pontos: política de participação social do Poder Executivo federal, a formulação de planos, programas e políticas públicas, a articulação desses quatro institutos com o Plano Plurianual, a questão do ciclo de gestão do Plano Plurianual e uma retomada, então, da própria Lei nº 13.249, de janeiro de 2016 – nós estamos em novembro e essa lei está vigendo desde janeiro –, que é o próprio Plano Plurianual.

Bom, já foi mencionado o Decreto nº 8.243, que vai constituir, no âmbito do Executivo federal, a Política Nacional de Participação Social. Essa política vai falar exatamente de instâncias e mecanismos de participação para formulação, execução, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas.

Aqui nós já temos uma ideia do ciclo de gestão.

E os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem – não é que eles possam optar – considerar as instâncias, ou seja, devem privilegiar essas instâncias que estão nominadas, essas nove instâncias que já foram nominadas pelo Dr. Cláudio, para formulação, execução, ou seja, todo o ciclo de políticas públicas.

E, nesse contexto, nós vamos dar especial destaque ao Ministério do Planejamento, que vai ter que preparar um relatório coordenado sobre essa política nacional, como essa política afeta, enfim, os seus programas e políticas setoriais. A Secretaria-Geral da Presidência da República vai também preparar um relatório consolidado de toda a Administração Pública Federal. Então, não vai faltar informação. O problema é que essa informação vai chegar em 2017. Nós estamos em 2016. Então, o que está acontecendo nesse interregno, nesse período? Os fundamentos do Decreto nº 8.423, de 2014, são justamente a regulamentação legal das competências da Presidência da República e seus Ministérios. E, basicamente, está remetendo à prerrogativa de o Presidente estabelecer um relacionamento e uma articulação direta com as entidades da sociedade civil e criação, implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo. E haverá o auxílio da Secretaria de Governo no desempenho dessa função.

Bom, o segundo ponto que é importante considerarmos, para entender exatamente por que estamos aqui e aonde queremos chegar com essa avaliação, é como se estruturam esses planos, programas e políticas públicas.

De início, como representante do Congresso, cabe lembrar que é o Congresso que dispõe sobre todas as matérias de competência da União. Sejam planos, sejam programas, seja PPA, o Congresso vai, de fato, participar e dispor sobre esses temas, especificamente planos e programas nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento. Esses planos vão ter que estar articulados com o PPA.

A Constituição diz que o PPA é de iniciativa do Poder Executivo, mas que esses planos e programas, então, vão estar articulados e vão ser submetidos à apreciação do Congresso Nacional. E, no Congresso Nacional, eles vão ter uma tramitação muito específica, muito particular, porque eles vão ser apreciados pela Comissão Mista de Orçamentos, ou seja, não passa na Câmara e depois no Senado ou no Senado e depois na Câmara. Eles vão direto para a Comissão Mista, formada por Senadores e Deputados, que também apreciam, além do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária anual, na forma do Regimento Co-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

mum.

Então, essa parte, essa ligação, essa articulação formal entre planos, programas e plano plurianual está muito bem estabelecida na Constituição. A questão é que, quando nós olhamos exatamente na Comissão Mista de Orçamento quantos desses planos e programas estão em tramitação, nós não encontramos nenhum. Então, foi feita essa consulta ontem. Não há nenhuma indicação disso.

Então, falaram dos planos setoriais. O Dr. Cláudio mencionou os planos setoriais, mas não necessariamente esses planos estão passando pela Comissão Mista, o que pode ser um problema institucional que mostre algum tipo de desarticulação, porque há a ideia de que uma Comissão Mista vai cuidar dos recursos que permitam a execução das propostas. E se essas propostas não passam mais pela Comissão Mista, ela não tem mais condição de opinar sobre a viabilidade econômico-financeira dessas propostas. Então, isso é um problema institucional que pode ser mais bem encaminhado aparentemente.

E estritamente falando as políticas públicas, o que seriam essas políticas públicas? Onde elas se mostram se não for exatamente nesses planos e programas?

Bom, essa articulação de políticas públicas e plano plurianual do ponto de vista orçamentário vai aparecer, por exemplo, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, nos últimos anos, tem enfatizado a necessidade de que as proposições legislativas e respectivas emendas que tenham impacto financeiro, como é o caso das famosas políticas públicas, passem por um exame de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com disposições constitucionais e legais. Vejam que não se refere, estritamente falando, ao PPA, mas faz parte, enfim, do contexto legal essa adequação orçamentária e financeira.

Especificamente no âmbito do Congresso, nós temos, então, na Câmara dos Deputados, a Comissão de Finanças e Tributação, que desempenha esse papel de articulação entre a legislação orçamentária e as políticas públicas substantivas, mas, aqui no âmbito do Senado, nós ainda carecemos da indicação do órgão que vai efetivar essa avaliação de adequação orçamentária e financeira. No âmbito do Executivo, a própria lei define que são os Ministérios do Planejamento e da Fazenda. Então, isso mostra outro ponto de ruptura e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de aperfeiçoamento institucional em relação ao contexto da avaliação de participação do PPA.

E aqui nós vamos já para o terceiro ponto, que é a participação social no ciclo de gestão estritamente falando do PPA 2016-2019. Participação social. E aqui já foi mencionado pelo Dr. Daniel a situação de democracia representativa e democracia direta. São institutos um pouco diferentes. Por exemplo, olhando os institutos já previstos no Decreto nº 8.243, entre os nove, por exemplo, a Ouvidoria Pública Federal, que é o número quatro, é um instituto típico de democracia representativa. Por quê? Porque ela não se coloca no papel de tomar decisão. Então, quando se fala de deliberar, deliberar na democracia direta significa tomar uma decisão. Mas deliberar numa democracia representativa significa formar um convencimento, formar uma agenda que vai ainda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – ... passar por um processo de discussão e decisão.

Alguns desses institutos tanto podem servir a um quanto a outro – conceito de democracia. O Conselho pode de fato colocar decisões, como a ideia, por exemplo, do orçamento participativo, em que uma parte da população toma decisões sobre alocação, que depois será observada pelos Poderes constituídos, tanto o Executivo quanto o Legislativo.

Então, aquela parte do orçamento foi um exercício de democracia direta. No entanto, pode-se simplesmente formar uma pauta de agendas que são colocadas para os decisores como uma expressão da vontade popular articulada.

Agora, o que é essa gestão do PPA? O PPA instituiu esse plano plurianual para 2016. E a regulamentação desse PPA está no Decreto nº 8.759, de maio deste ano. Esse decreto então dirá que a gestão abrange a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão do Plano. Obviamente não está aqui toda a discussão sobre constituição do Plano. Ou seja, o Plano está dado. Então, a gestão começa quando começa a lei. Toda a situação de construção de participação está fora da gestão nos termos estritos em que está o decreto regulamentador do próprio PPA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O que isso significa? Essa gestão do PPA busca articular meios, colocar os meios para qualificar, para dizer que é viável, é possível, isso vai acontecer. Essas políticas públicas traduzidas nos programas temáticos vão acontecer. Mas não é só isso. A gestão do PPA também tem como objetivo legal – legal porque estatuído no decreto regulamentador – o aperfeiçoamento dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas.

Então, temos uma série de indicações normativas do que deveria estar acontecendo. O PPA deve integrar políticas públicas. Nós vimos que, quando passa pela avaliação de adequação orçamentária e financeira, isso não necessariamente acontece. Vimos que, quando associado aos planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento, isso não necessariamente está acontecendo.

Se o PPA é passível de mudança, passível de aperfeiçoamento como um instrumento, como uma norma, como uma lei, essa revisão consiste na atualização do programa. E ela pode ser realizada pelo próprio Ministério do Planejamento, por ato próprio e a qualquer tempo. E o Ministério do Planejamento, alterando esse PPA, comunica à Comissão Mista, ou seja, comunica ao Congresso Nacional. E informa isso no portal eletrônico do Planejamento.

Essa competência do Ministério, essa delegação mesmo do Poder Legislativo para o Ministério do Planejamento consta da própria Lei, a Lei do PPA, Lei nº 13.249. Então o Ministério do Planejamento pode simplesmente alterar o valor global dos programas, adequar as vinculações às ações orçamentárias objetivas, revisar e atualizar metas, alterar metas, incluir, excluir ou alterar indicadores, órgãos responsáveis, iniciativas, valores globais. Ou seja, existe uma delegação bastante ampla do Congresso para a gestão do PPA. Essa é a mensagem importante aqui.

E vamos olhar, então, essas prerrogativas do próprio Ministério, considerando decreto regulamentador. Ele pode estabelecer critérios, metodologias adicionais, monitoramento... Nós estamos falando sobre a responsabilidade. Quem é o responsável por colocar em ação aquelas promessas que aconteceram na lei, aquelas promessas legais de entregas? Então, está apontando aqui para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Então, pode estabelecer parâmetros e critérios adicionais, pode construir ou deliberar sobre espaços coletivos de pactuação de gestão com participação, pode falar ao Ministério do Planejamento sobre metodologias de participação social sem consultar mais o Congresso, porque ele já tem delegação para isso em conjunto com representantes da sociedade civil, e a questão federativa, ou seja, articular as questões federativas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Bom, considerando o último item, vamos retomar ao que diz a lei, o próprio PPA, que é um instrumento de planejamento governamental, que, na Constituição, foi pensado como um instrumento de coordenação por intermédio de despesas de capital e das programações de duração continuada. Mas está avançando, ou seja, essa ideia de viabilizar a implementação de gestão de políticas públicas é uma ideia da lei, não está na Constituição. Então, tem se tentado avançar no papel institucional do próprio PPA, o Programa Plurianual.

E os dispositivos que subsidiaram essa avaliação são exatamente estes dois: o inciso V do art. 4º, que tem como uma das diretrizes a participação social como direito do cidadão; e o § 3º do art. 12 do Plano Plurianual, que é a determinação para que o Poder Executivo adote, em conjunto com representantes da sociedade civil, mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de gestão.

Nós vimos que essas etapas do ciclo de gestão, conforme definido na regulamentação, está pensada exatamente depois... Já existe a lei e o que acontece depois disto.

Em consulta, e agora nós vamos para a parte empírica do processo, até aqui é só uma construção de uma narrativa normativa, olhando a página do Ministério do Planejamento, lembrando então que o ambiente virtual de participação social é importante, o que nós constatamos na página do Ministério relativo ao PPA? Não há notícia de revisão do PPA, não há notícia de instância ou mecanismo de participação em ação. Mas olhando a página do Planejamento, a página principal – e isso foi uma consulta feita ontem -, nós vimos uma matéria muito interessante: Governo divulga lista com 1.600 obras de infraestrutura priorizada. E olhando esta matéria: retomada das obras irá movimentar a economia nas cidades, com a criação de novos postos de trabalho e estimativa de geração de 45 mil empregos na cadeia produtiva da construção civil. Eu imaginei que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tivesse alguma menção ao famoso PPA. Não encontrei nenhuma. Bom, então não tem nenhuma.

Vamos ver agora a parte de participação. Como foram decididas essas obras? Não fala. Diz que "foram selecionadas em função da relevância para a população e da melhoria que irão proporcionar na condição de vida dos brasileiros". Então, não fala nada sobre nenhum daqueles nove instrumentos de participação popular.

E, ao final, essa matéria tem uma retranca de transparência e participação social. Então, talvez esteja aqui, não é? Não. Ele vai falar aqui de um aplicativo chamado "Desenvolve Brasil, um programa pioneiro na governança digital que irá aprimorar o monitoramento dos empreendimentos em infraestrutura no País que contam com recurso do Orçamento Geral da União". Não há nada aqui sobre PPA. "A ferramenta ampliará a participação da sociedade e tornará mais transparentes as ações de Governo." Muito bacana! Cadê o Siop aqui? Não se fala nada sobre Siop nem sobre PPA.

Estamos agora, sim, naquele domínio do ambiente virtual de participação social, redes muito bacanas, mas cadê a articulação com o famoso PPA?

Então, a conclusão de todo esse processo de análise normativa é muito simples: existe uma articulação deficiente entre o PPA e as políticas públicas e não foram localizadas evidências esperadas de participação social na gestão do PPA 2016-2019.

Agradeço, então, a oportunidade. Está aí o meu *e-mail* e fico à disposição.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Portanto, acabamos de ouvir a fala do nosso convidado, Sr. João Henrique, que é Consultor aqui do Senado. E ele, como um bom consultor – Cláudio, você já percebeu –, ele foi lá ver se está havendo, se o PPA está realmente interagindo com a população, com essas mudanças, por meio da própria informação do Governo... Quer dizer, o próprio Governo, de repente, está tomando decisões, como essas obras, prioridades etc., e a gente não vê ali um casamento das ações. E o PPA, neste momento, fica sem o monitoramento social, penso eu.

Então, são deficiências que a gente vai corrigindo...

O SR. CLÁUDIO EVANGELISTA DE CARVALHO – Posso, Presidente, fazer ponderações?

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pode.

O SR. CLÁUDIO EVANGELISTA DE CARVALHO – Com relação, especificamente à participação social, como eu havia dito antes, nesta semana, nós estamos abrindo o monitoramento do PPA – nesta semana! Até o final da semana, acredito que haja portaria definindo isso, com a participação dos Ministérios setoriais. E, depois, com a mesma sistemática do PPA 2012-2015, isso será aberto também para a participação social. Esse é o primeiro ponto.

Com relação aos investimentos, eu vi rapidamente a matéria – acho que até o Marcelo Guaranys talvez tenha mais informações sobre isso – e tenho duas considerações: primeira, nenhum investimento entra na lei orçamentária se não estiver no PPA. Este é um ponto fundamental. E, segunda, eu entendi que a matéria trata de obras em andamento, paralisadas.

Obra paralisada tem que ser concluída. Eu acho que é um pressuposto, eu acho que é uma ação do Governo importante, porque qualquer obra parada traz muito prejuízo, a manutenção. Se a obra foi iniciada, é porque ela é importante para a sociedade em todas as dimensões e, segundo, porque traz um custo. A manutenção de uma obra, um canteiro de obras, sem que isso... Então, acho que isso tem que ser feito independentemente de qualquer coisa.

São essas as ponderações com relação aos questionamentos do...

Ah!, houve um questionamento que também achei interessante quanto a algo que tem de ser discutido realmente, que é o fato de alguns planos não passarem pela Comissão Orçamentária. Eu acho que isso tem que ser discutido de uma forma mais ampla, até mesmo como é elaborado o planejamento no País. Eu acho que é uma matéria importante que tem que ser, de fato, discutida, que envolve o planejamento de longo prazo, além do planejamento de médio prazo de que trata o PPA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Nós ouvimos agora, depois da fala do João, que levantou alguns temas, o Sr. Cláudio, que fez umas ponderações.

Aproveitando, agorinha, nós estávamos na criação de uma comissão sobre obras paralisadas, com um levantamento. Eu conheci, na semana passada, um grupo de empresários que têm interesse em compartilhar com o Governo Federal a retomada dessas obras, sem que o Governo Federal faça esse desembolso. Eu vi agorinha, na matéria que o João nos mostrou, que o Ministro Dyogo fala que vai ter 1,5 milhão de obras de infraestruturas priorizadas, principais, com a geração de 45 mil empregos na cadeia produtiva da construção civil, o que o João tinha acabado de colocar. Sem nenhuma dúvida, eu acho que isso tudo vai... E colocou bem o Cláudio. Uma obra paralisada gera duas situações: primeira, dinheiro público jogado na lama, no lixo; segunda, a objetividade da obra não acontece, como, por exemplo, uma universidade, uma estrada, uma escola, uma creche. Isso tem um papel social e, ao não ser construído, perde esse papel social. Como há a paralisação, esse recurso também é praticamente jogado no ralo da ineficiência.

Temos mais um grato orador, que ficou por último, o Marcelo. Depois é que eu fui ver que é dos guaranis. Então, é indígena, tem direito de falar. Então, Marcelo Pacheco dos Guaranys tem a palavra.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Muito obrigado, Senador.

Primeiro, eu quero agradecer o convite para participar da Comissão.

Realmente, é sempre importante dar voz aos indígenas, Senador, mas vim aqui também representando a Casa Civil.

Eu não trouxe uma apresentação e pedi, inclusive, para ficar para o final, porque nossa orientação, neste Governo, é justamente deixar com os ministérios, com as pastas os assuntos das pastas. Obviamente, como Casa Civil, a orientação que o Ministro Padilha nos dá é a de que estamos aqui para facilitar, para coordenar, para ajudar a fim de que as iniciativas feitas pelos ministérios sejam tocadas e facilitadas. Uma dificuldade que percebíamos no Governo era que muita coisa estava sendo parada na Casa Civil, e a Casa Civil está, de fato, para facilitar e articular para que as coisa realmente andem e funcionem.

Vou tecer alguns comentários sobre o tema. Eu acho que é importante. O meu amigo do Planejamento já passou grande parte das informações de como estruturamos a participação social, mas eu acho que, no debate aqui, nós temos algumas informações que foram trazidas e até provocadas.

O Governo Temer começou dia 12 de maio, a partir do afastamento da Presidente. Nós todos somos funcionários que já trabalhávamos no governo. Eu sou de origem do Ministério da Fazenda, do Tesouro. Eu estive em um período na Anac e, agora, fui chamado, logo no início do Governo, para trabalhar na Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil. Percebemos um contexto no começo do Governo Temer com uma grave crise econômica. A crise já existia, mas nós percebemos que, de fato, precisávamos tomar medidas importantes para poder retomar o crescimento do País, retomar o nível de emprego. Foi a primeira prioridade que o Presidente nos passou: retomar o nível de emprego do País, retomar o investimento, retomar a confiança da sociedade.

Para isso, algumas medidas estruturantes já começaram a ser adotadas. O senhor mesmo colocou e até nos perguntou: a PEC do teto, a PEC dos gastos. É uma das primeiras medidas. Como a cidadã que fez a participação até questiona, como é importante fazer a comunicação ou melhorar a comunicação de por que dessa PEC ser tão importante.

O Governo fez uma campanha publicitária grande. Eu acompanhei o Ministro Padilha em vários eventos. Ele tem andado com eslaides para cima e para baixo, justamente demonstrando que, se continuarmos na trajetória que estamos hoje de crescimento da despesa pública, o País não se sustenta, o País não aguenta, e, realmente, vai à falência. Então, é importante fazermos o controle disso. O Ministro tem trazido números que demonstram que o crescimento da despesa pública desde 1991 aumenta, em média, 6% acima da inflação todos os anos. Isso faz com que a nossa trajetória de despesa aumente muito.

Eu estava até conversando com o nosso colega Consultor aqui que a dívida pública do País aumenta de uma forma absurda. Então, algumas medidas estruturantes têm de ser adotadas para darmos um salto institucional no País e consigamos começar a controlar, de fato, a nossa economia, levando a sério as nossas coisas. E orçamento é uma coisa que tem de ser levada a sério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

De fato, discutir políticas públicas que devem caber dentro do Orçamento, sabendo que temos restrições orçamentárias e que o País tem uma limitação, é um dos pontos importantíssimos que temos de desenvolver.

A primeira medida estruturante é a PEC do teto. As seguintes estão vindo. A discussão das reformas já está na mídia, já estão na sociedade, a reforma da Previdência, e isso demonstra que temos de passar a fazer mais, melhor e de forma eficiente. Quando você faz mais com o que você tem, significa que você está buscando eficiência nas suas coisas. E, para buscar eficiência, você tem de buscar avaliar e poder analisar tanto as políticas que já estão em andamento hoje quanto as políticas públicas que estão nascendo. Todo mês, nós temos políticas públicas nascentes, seja através do Congresso ou do Executivo.

Uma iniciativa que já estava rodando e que foi incentivada logo no começo do Governo Temer está sendo conduzida pelo Ministério do Planejamento; é a Comissão de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas (Cemap). Várias políticas estão sendo analisadas dentro da Cemap para poder dar resultado, para poder analisar: estou sendo efetivo no que estou fazendo? Será que realmente estou atendendo o público que preciso atender?

Nesses dias, temos visto na imprensa a discussão sobre o Bolsa Família, seguro-defeso, o BPC, que são vários benefícios que são importantes, necessários, atingem um público muito importante que precisa dos benefícios, mas estão com problema até do público. Há muita gente recebendo e que não deveria estar recebendo. Há critérios que devem ser revistos para que ele tenha mais efetividade no seu alcance.

Então, o que entendemos disso? Com a PEC do teto, que está sendo discutida, e esperamos que seja aprovada, teremos, de fato, um novo mundo, mas um mundo mais sério, um mundo em que o Orçamento tem de ser levado mais a sério, um mundo em que fazer uma discussão sobre o Orçamento ou sobre qual política será considerada dentro de cada ciclo orçamentário tem ser levado mais a sério. E, obviamente, isso reforça o papel do PPA, que, como um planejamento de médio prazo vinculado à política orçamentária anual, é muito importante que seja mais bem discutido e que desenvolvamos os nossos mecanismos de avaliação.

O Governo já está com a avaliação avaliação *ex post* rodando, ou seja, a avaliação das políticas que estão em andamento. Estamos trabalhando para instituir, num curtíssimo prazo, um sistema de avaliação de política *ex ante*, ou seja, para que tudo que vai ser gasto no futuro seja bem avaliado.

As políticas que temos anunciado nesses últimos meses já passam por uma avaliação; não estão sistematizadas pelo decreto porque o decreto está em elaboração, mas o trabalho já tem sido feito. Como fazer o que se pretende fazer na política. Queremos alcançar um público e não temos recursos ilimitados. Como fazer isso de forma mais eficiente?

Eu vim de uma experiência de agência reguladora, Senadores. Nos últimos cinco anos, eu fui Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, e, nas agências, temos uma avaliação que é a análise de impacto regulatório, que já está muito desenvolvida. Toda vez que você vai criar uma regra, você tem de saber para que você faz, se é a melhor forma de fazer... É óbvio que isso varia de agência para agência e é muito importante que homogeneizemos esses critérios.

Na lei das agência orçamentárias, que está aqui também no Senado também para votação, está para o segundo turno da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, estamos homogeneizando a importância dessa análise do impacto regulatório, criando obrigação para que isso seja feito nas agências e obrigação de que isso seja considerado na consulta pública, que é o mecanismo de participação social talvez mais institucionalizado que temos no Executivo, que é através das agências reguladoras.

É importante que pensemos nesses mecanismos também para outras políticas que não só as das agências. Na análise do impacto regulatório, regras são feitas por vários órgãos, não só por agências reguladoras. Essas regras também vão precisar melhorar o crivo e a análise para que não só gastemos mal, mas como também não geremos mais custo para o cidadão do que deve ser gerado, do que é necessário para uma determinada política.

Então, entendemos que estamos vivendo um momento em que vamos chegar a um novo patamar institucional. É importantíssima a participação de todos nós, nossas duas Casas, Executivo e Legislativo, e a participação social. Cada vez que eu vou aprimorar a minha escolha, se eu vou ter que, de fato, escolher melhor as minhas iniciativas, é importante que a participação social esteja mais ajustada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

É entendida a manifestação do meu colega do Planejamento de que há uma iniciativa de colocar isso até dentro do PPA. Isso está rodando. Acho que todos os Ministérios sofremos um pouco com as mudanças, porque algumas coisas foram paralisadas. Entendo que haja, às vezes, dificuldades de cumprimento de alguns cronogramas, mas estão todos correndo para entregar tudo que é necessário que seja feito.

No Governo Temer, logo no começo, o que trabalhamos também? Sabemos que havia várias iniciativas que estavam nos Ministérios com dificuldades de ser encaminhadas, iniciativas que já estão no Orçamento, iniciativas que já estão no PPA, mas que precisam de, às vezes, força para ser tocadas. É isso que, na Casa Civil, queremos fazer.

Então, preparamos um programa, um plano para nos basearmos e analisarmos o que a Casa Civil tem que acompanhar de assunto prioritário. Esses temas são 14 temas distribuídos em cinco grandes áreas: social, finanças públicas, conexão do País com o mundo exterior, infraestrutura e a parte de gestão pública. Usando tudo que já está aprovado – Orçamento, Plano Plurianual –, estamos tentando conduzir melhor o Governo para dar mais efetividade nessa entrega. De novo: o melhor gerenciamento faz com que tenhamos resultados melhores.

Sobre a divulgação das obras inacabadas, só para aproveitar para responder ao que o João Henrique colocou, eu entendo que o que foi anunciado ontem foi anunciado justamente do que estava previsto. A preocupação é se teremos dinheiro para acabar com tudo. Então, foi feita uma priorização dos programas que têm mais efetividade dentro das obras de até 10 milhões, se não me engano. E foi anunciado que essas obras terão uma força para poder tocá-las de fato, porque, como foi bem dito aqui, a pior coisa é obra iniciada e não terminada. O Governo tem tentado sempre pegar todas as iniciativas e a primeira prioridade foi pegar as iniciativas das obras em que falta muito pouco para terminar. Vamos terminar: já que falta pouco, vamos terminar logo, porque, se deixa sem terminar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – ... o custo para retomar a obra é muito pior. Então, a intenção é simplesmente acabar com as obras que estão inacabadas. Elas já estão, de fato, como meu colega do Planejamento colocou, determinadas no Orçamento e no PPA.

Eu acho que a iniciativa do aplicativo é boa: você acompanhar as obras. Na Agência Nacional de Aviação Civil, era muito importante para nós acompanhar as obras de concessões aeroportuárias. O Governo desenvolveu um sistema até para o Governo mesmo acompanhar como essas obras estavam por dentro. Eu acho que disponibilizar isso para a sociedade é muito bom: vermos para onde, de fato, o dinheiro público está indo é importante. Que consigamos aprimorar esse mecanismo, mas sem esquecer o que precisa ser feito para melhorar o aprimoramento da participação social no PPA, como você mesmo colocou.

Senador, obrigado.

Estou à disposição para qualquer pergunta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Nós ouvimos agora a fala do Sr. Marcelo, que era um dos últimos convidados dos quatro que estão presentes, mas o companheiro João Henrique quer fazer aqui uma fala também.

O SR. JOÃO HENRIQUE PEDERIVA – Nem tanto, são dois comentários, Senador. Obrigado.

O primeiro deles é que o PPA fala em 3.094 iniciativas; são 1.600 obras. Então, esse número significa que algumas coisas vão deixar de ser feitas. E aí vem a pergunta muito singela de como essa definição foi feita de maneira participativa. E não há nenhuma dúvida de que um orçamento realista, o realismo orçamentário é muito melhor do que vender sonhos no longo prazo.

O outro comentário é justamente de que concordo: ter um aplicativo, o Desenvolve Brasil, é fantástico, é muito bom. Em que medida esse aplicativo está hoje conversando diretamente com o SIOP? De novo, é uma questão de conectar as coisas. Hoje, o PPA está estanque; ele não mobiliza, ele não movimenta, ele não é lembrado nessas definições, de novo, de movimentar a economia das cidades, com a criação de novos postos de trabalho. Então, cadê o PPA aqui? É muito estranha essa ausência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E quero agradecer de novo os esclarecimentos. É a oportunidade.

Obrigado.

O SR. CLÁUDIO EVANGELISTA DE CARVALHO – João Henrique, mais uma vez, obrigado pelas perguntas.

Sobre as iniciativas, acho que não podemos também misturar um pouco as coisas. Não significa que cada obra dessa é exatamente uma iniciativa; esse é o primeiro ponto. Existe um valor mínimo para a obra ser considerada como iniciativa. Do ponto de vista do Governo, uma obra inacabada é, por natureza, uma prioridade. E, quando se fala em iniciativas, há muitas iniciativas que não foram ainda iniciadas. Então, aquela que foi iniciada, independentemente de qualquer coisa – pelas ponderações já feitas aqui, pelo próprio Senador, pelo Marcelo Guaranys –, é uma prioridade por natureza.

Agora, enfatizando: de fato, acho que isso tem que ficar muito claro aqui. Há muito espaço para melhorar a participação social no planejamento no Brasil. E, quando eu falo planejamento, eu estou falando de longo prazo também, de planejamento setorial, de planos setoriais, planos nacionais. Eu acho que há muito espaço.

Assim, o que estamos garantindo é que, para este ano, no mínimo nós teremos a participação social que houve no PPA 2012-2015. E, a partir do ano que vem... Este ano não foi possível por todas as questões que já foram discutidas e que são do conhecimento de todos. O Governo passou por uma reestruturação, então não foi possível, infelizmente não deu para colocarmos aquilo que havia sido previsto no ano passado. Há uma grande expectativa para que isso aconteça no ano que vem. E, no primeiro semestre do ano que vem, a ideia é fazer uma revisão do PPA com a participação social. Neste ano, também não foi possível a revisão do PPA; não houve tempo dada a exiguidade de prazo que nós temos. Há um prazo para entregarmos uma série de documentos exigidos pelos órgãos de controle com relação ao monitoramento e à avaliação do PPA.

É basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Bem, com todos as dúvidas foram tiradas e dirimidas.

Eu quero só reiterar aqui que nós estamos na 15ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública hoje, numa audiência pública com os ilustres convidados: Sr. Cláudio Evangelista de Carvalho, que vem em nome da Seplan e fez uma boa exposição; também temos aqui o Sr. Daniel Pitangueira de Avelino, que também fez uma exposição e falou aqui pelo Ipea; temos o Sr. João Henrique Pederiva, que é nosso colega aqui do Senado; e o Sr. Marcelo Guaranys, que também representa a Casa Civil – e fiquei contente em saber que a Casa Civil já não vai mais travar as coisas, pois estão deixando as coisas, no Ministério, acontecerem; é fundamental.

E o assunto, hoje, naturalmente era.... Quem deveria estar aqui para conduzir como Relator era o Senador Wellington Fagundes, que está viajando – mas está ali o Mota, que é meu primo, não é Mota? O Mota é um grande nome aqui, dentro desta Casa, uma pessoa que me orientou muito quando eu cheguei aqui. O Fagundes pagava ele e ele me orientava, e eu gostei muito disso.

E, hoje, o tema era a avaliação das políticas públicas de participação social. Sem nenhuma dúvida, eu acho que, pelo que ouvimos aqui, quem tinha dúvida já não sai com tantas dúvidas. Eu acho que muita coisa foi esclarecida. E o mais importante é que o campo está aberto para que esta Comissão possa ajudar a sociedade a interagir muito mais na gestão, principalmente neste momento pelo qual o País passa, com grande crise – crise política; crise econômica; acho, crise política, pois precisamos fazer uma reforma tributária, e eu insisto muito nisso; e crise moral. E o País afasta a sociedade cada vez mais. As pessoas já partem daquele princípio... Eu fui auditor de banco, e a minha geração de auditor foi uma geração inovadora. Os anteriores tinham um princípio: quando chegavam numa agência, todo gerente era ladrão e todo contínuo era trombadinha. Então, era um princípio muito arcaico, muito desvirtuado daquilo que era a realidade. E nós entramos com uma nova modalidade: a de que era preciso o auditor ajudar, ensinar, mostrar o caminho, evitar, antecipar-se aos fatos. E, com isso... Por exemplo, o Ministro da Fazenda veio do Bradesco: talvez ele poderia ter perdido o cargo dele lá, uma vez que o Bradesco é de carreira, pois o cara não entra pela janela, não – não sei se mudaram o estatuto, mas, na minha época, não era assim. Dali saíram bons nomes de bons gestores, em todos os sentidos.

Então, eu não tenho nenhuma dúvida, pois eu acho que este é o propósito desta Comissão: ela ajudar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a sociedade a confiar mais nos mecanismos de fiscalização. Que o setor público, tanto o Executivo como o Legislativo e o Judiciário, se sinta também mais fiscalizado, e que a sociedade comece a entender que nem tudo é para mar nem tudo é para a terra. Quer dizer, nem todo mundo está praticando de forma errada, a grande maioria está conduzindo de forma correta as coisas. E é preciso essa transparência, uma vez que ela vai dar segurança à sociedade com relação à execução dos serviços públicos.

Nada mais a falar, segundo os "universitários", declaro encerrada esta reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 27 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 16 ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Transparência e Governança Pública DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 de Novembro de 2016, Terça-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9.

Às onze horas e nove minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Paulo Bauer, reúne-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Telmário Mota, Regina Sousa, Dário Berger, Antonio Anastasia e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, João Capiberibe, Lúcia Vânia, Fernando Collor e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RTG 10/2016, de autoria do Senador Paulo Bauer. **Finalidade:** Exposição do plano de trabalho à frente do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. **Participante:** Ministro Torquato Jardim, Ministro de Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Bauer

Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Cumprimentando os senhores e senhoras presentes no Plenário e tendo o número regimental de Senadores inscritos em nosso registro de presenças para esta reunião – portanto, havendo número regimental –, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública.

A finalidade desta reunião é fazermos uma audiência pública para a exposição do Plano de Trabalho de S. Exª, o Ministro Torquato Jardim, à frente do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2016, de minha autoria.

O Ministro já se encontra aqui à Mesa. Agradeço sua boa vontade e sua disposição para que pudéssemos realizar esta audiência pública. E justifico, inicialmente, que, no dia de hoje – e nesta semana como um todo –, as atividades aqui no Senado estão sobrepostas, estão muito intensas, devido a uma agenda de trabalho e de votações muito importantes. e também devido ao fato de estarmos nos aproximando do final do ano e do recesso. Por isso, os Senadores – como o próprio Ministro já pode constatar no corredor, na chegada a esta Comissão – se encontram com múltiplas atividades. Esperamos que alguns compareçam aqui durante o tempo desta sessão, para cumprimentar o Ministro e também para ouvir sua exposição.

De qualquer forma, esta sessão é transmitida pela internet para todos os brasileiros. E queremos, em princípio, aqui registrar que a Comissão se sente muito honrada com a presença de tantas e de todos os senhores e senhoras.

Registramos a presença de integrantes da equipe do Ministério: o Sr. Wagner de Campos Rosário, Secretário-Executivo; Sr. Antônio Carlos Bezerra Leonel, Secretário Federal de Finanças e Controle; Srª Cláudia Taya, Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção; Sr. Antônio Carlos Vasconcellos Nóbrega, Corregedor-Geral da União; Sr. Gilberto Waller Junior, Ouvidor-Geral da União; Srª Lilian Brandão, Chefe de Gabinete do Ministro; Srª Maria Clara Leão Muniz, do cerimonial do Ministério; Sr. Janildo Guedes Soares, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva; Sr. Lucas Góes, Assessor Parlamentar.

Informo que a presente reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania – tudo junto – ou ligando para o número 0800-612211.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado, a Presidência adotará as seguintes normas: o Ministro fará a sua exposição, e, em seguida, abriremos para interpelação, pelos Senadores e Senadoras que aqui se encontrarem presentes e inscritos. As participações dos cidadãos serão trazidas à Mesa pela Secretaria da Comissão para que sejam lidas oportunamente e respondidas ou comentadas pelo nosso convidado.

Com a palavra S. Exª o Sr. Ministro Torquato Jardim.

O SR. TORQUATO JARDIM – Muito bom dia, nobre Presidente, Senador Paulo Bauer, senhoras e senhores.

Vou fazer breve apresentação sobre a estrutura do Ministério, as tarefas ordinárias e a expansão do serviço de estudo que está sendo feito.

Primeiro, o que lá encontrei? Embora tivesse notícia de terceiros, surpreendi-me com a excelência do quadro de servidores que encontrei, concursados, dedicados, graduados e pós-graduados das melhores escolas do Brasil e muitas do exterior. A riqueza de formações do arquivo histórico, o quanto se pode conhecer do Brasil estudando o acervo da CGU, o que ela tem de história acumulada de mais de uma década. O próximo passo, sem dúvida, é uma nova capacitação que enseje a análise estratégica: além de conhecer os números, conhecer o espaço e transformá-los em análise estratégica para a concepção de políticas públicas.

Aquela estrutura básica do Ministério eu vou comentar nas quatro sessões operacionais.

A Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção abrange também a Coordenação-Geral de Acordos e Cooperação Internacional. E quais são as principais tarefas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A 3ª Avaliação 2016 decorrente da subscrição do Brasil ao Acordo de Cooperação Brasil-OCDE, com destaques para: o decreto que regulamenta a Lei Anticorrupção; a aprovação do Estatuto das Empresas Estatais e Mobilização, que motivou bastante o debate no Congresso Nacional; e a conscientização do setor privado sobre essa parceria inevitável público-privada. No mundo moderno, cada vez mais essa distinção desaparece pela interação eletrônica da informação da análise e da formação da decisão.

Na Cooperação Internacional, a demanda de 18 países da Liga Árabe para conhecerem a experiência brasileira de anticorrupção e de organizações de plataformas de formação como a da Previdência Social, o cadastro de eleitores, base da Previdência Social da Receita Federal.

Com a União Europeia: os programas de cooperação com a União Europeia, os programas de governança pública federal. Melhoria de métodos, produtividade e conceitos que modernizam a melhor prestação pública de serviços.

A OGP é a parceria de governo aberto. O Brasil é cocriador e trabalha na mais estreita cooperação com aqueles três países. Uma vez mais, é uma operação que casa setor público e setor privado, na medida em que a direção é meio a meio, metade setor público, metade setor privado; trabalham em igualdade de condições, a par e passo. E o Portal da Transparência e a Lei de Acesso à Informação, que são experiências transferidas a El Salvador e Paraguai.

Há também um grande trabalho de educação cidadã com crianças e jovens, no programa ali indicado, com os números de alunos e escolas ali indicados: este ano, 148 mil alunos e 1,8 mil escolas. Há uma expansão desse programa prevista para o ano próximo, para atender também crianças de 11 a 14 anos, numa outra forma de apresentação, um pouco teatral até, porque o grupo de teatro Os Melhores do Mundo, daqui de Brasília, é que vai organizar os filmetes de apresentação dos temas.

Ainda nessa secretaria, o programa Pró-Ética, que é um programa de repercussão muito grande entre empresas e muito pouco conhecido da mídia, provavelmente não conhecido de V. Exªs. O Brasil é o único país da América Latina, um dos raríssimos do mundo – não se tem notícia precisa de algum outro – que confere a uma empresa do setor privado um elogio de pró-ética. Para se ter uma ideia, neste ano de 2016, 196 empresas participantes se submeteram a um corpo de jurados – metade do setor privado e metade do ministério, que fazem uma análise da integridade da empresa, uma auditoria extensa – e, ao final, 25 receberam aprovação, com razoável sucesso. Uma delas, por exemplo, a Radix Engenharia de Sistemas, que estava para obter um contrato importante nos Estados Unidos e não o conseguia, em face da situação brasileira, no momento em que recebeu do Governo o Selo de Ética pôde assinar o contrato.

Há o Programa de Fomento à Integridade do Setor Público; integridade e *compliance* também na Administração Pública. Não basta o Brasil passar a limpo o setor privado, é preciso também que o setor público faça o seu dever de casa. Já há uma adesão de 13 órgãos federais em 2016 para o programa, que começa a operar em julho do ano próximo.

Passo à Ouvidoria-Geral da União. De 2015 para 2016, houve um aumento de 100% no número de consultas e participação da sociedade civil no portal de ouvidoria do Ministério – quase 14 mil, em números redondos. Ali são os quatro principais temas – a falta de informação pública, a demanda de transparência no setor público; a má conduta de agente público; a burocracia; e a corrupção. São os quatro temas mais procurados pela sociedade civil. E, ali, as sugestões, solicitações, denúncias, naquelas proporções. A pesquisa interna com o usuário indica, com essa abertura, um índice bem maior de satisfação com o atendimento.

Nessa Avaliação Cidadã, este ano foram 2 milhões de manifestações em sistemas integrados; 12 programas e 2 serviços avaliados pelo sistema.

Está ali a referência ao Reclame Aqui, um *site* privado de São Paulo que tem 600 mil acessos por dia, sendo 4% ou 5% deles referentes ao setor público. Essas demandas do setor público são transferidas para a Ouvidoria e por ela respondidas.

Ainda na Ouvidoria, a expectativa de acesso ao Portal da Transparência, em 2016, é de 20 milhões. Só em outubro, houve 2,2 milhões, que foi um recorde mensal; e, em segunda instância administrativa, foram 5,6 mil recursos de acesso à informação feitos à CGU, desde 2012, sendo 1,6 mil neste ano. Naquela *pizza*, está a composição – aqui nada acaba em *pizza*: resolução conciliada, provimento parcial ou não dos recursos administrativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Na Corregedoria, houve 424 expulsões de servidores públicos federais em todo o Poder Executivo, neste ano, e uma queda muito grande no número de reintegrações dos servidores – apenas 4% nos últimos dois anos. O Judiciário Federal, a cada vez, concede menos liminares a medidas judiciais opostas às decisões nesse âmbito administrativo do Ministério.

Construtivamente, mais de 2 mil servidores públicos federais, estaduais e municipais foram capacitados em Processos Administrativos de Responsabilização.

Foi lançado o Cadastro Nacional de Empresas Punidas, com validade para União, Distrito Federal, Estados e Municípios. São empresas que, violando diferentes leis, particularmente a Lei de Licitações, estão proibidas de transacionar com o Poder Público. Houve também a disseminação de outro cadastro, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, com 6 mil novas sanções em 2016.

Estão em curso, na Corregedoria, 30 Processos Administrativos de Responsabilização pertinentes às questões da Operação Lava Jato. Três empresas foram declaradas inidôneas por fatos identificados na Operação Lava Jato, e 20 acordos de leniência estão em andamento, sendo três deles suspensos a pedido da força-tarefa da Operação Lava Jato, para não haver choque de atividades e desentendimentos. E há, construtivamente, a didática da Lei Anticorrupção, com a publicação do Manual de Responsabilização de Pessoas Jurídicas. As três primeiras linhas, por si mesmas, já revelam, por parte do Poder Executivo, total, absoluta e irrestrita cooperação com a Operação Lava Jato. Jamais uma palavra, ou um gesto, ou uma ação pôde ser compreendida como inibição do trabalho do grupo de Curitiba. O Secretário-Executivo do Ministério, mensalmente, vai a Curitiba para reuniões fechadas com os procuradores que lá dirigem as investigações.

Na Secretaria Federal de Controle Interno, há operações especiais. Estes são apenas alguns destaques do trabalho. Operações especiais são aquelas, Sr. Senador, Sr. Presidente, realizadas sempre em parceria com outras instituições, especialmente a Polícia Federal e o Ministério Público Federal. Elas ocorrem sempre quando há suspeita de crime, de desvio de verba federal da sua destinação legal. Foram 244, desde 2003 – 45 neste ano –, com prejuízos identificados, em termos estimados, da ordem de R$4 bilhões.

A avaliação da integridade em empresas estatais é realizada para submeter as empresas estatais ao mesmo crivo de capacitação, integridade, comportamento em face da lei, 31 empresas em avaliação, dentre elas Caixa Econômica Federal e Eletrobras.

E a terceira linha de combate à corrupção, fiscalização em entes federativos. Mais de dois mil Municípios foram fiscalizados, envolvendo recursos da ordem de R$20 bilhões: programas como merenda escolar, combate à dengue e saneamento básico.

Ainda no aprimoramento da gestão, são as medias recomendadas para obter economia por meio da diminuição de desperdício, aumento de eficiência, retorno de recursos com aplicação indevida. Estão aí números razoavelmente impressionantes. Desde 2012, há um valor de recuperação acumulado de quase R$16 bilhões. O ano passado R$2,3 bilhões, este ano R$952 milhões já de benefícios financeiros decorrentes desse aprimoramento da gestão, da racionalização, diminuição de desperdício, enfim, produtividade, trazendo para o setor público o conceito clássico de produtividade, até por um comando constitucional, na medida em que economicidade é hoje norma para a administração pública e para a fiscalização do Tribunal de Contas da União.

Neste mesmo aprimoramento da gestão, há um serviço grande de avaliação de execução de programas de governo, em que 16 programas do Governo Federal foram auditados e avaliados em 2016. O exemplo, pela repercussão mais recente, é a reavaliação das concessões vencidas de auxílio-doença. Aquele caso, Sr. Presidente, que certamente V. Exª terá presente, fartamente noticiado nos últimos dois meses, de beneficiários de auxílio-doença que não voltavam – não que não quisessem voltar, mas não eram recebidos pelos analistas, pelos avaliadores do serviço de saúde pública para saber se precisariam ou não continuar com o auxílio-doença.

Dentro desse espaço, há uma participação decisiva do Ministério no comitê técnico de monitoramento e avaliação de políticas públicas orçamentárias, em parceria com o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, o Ministério setorial que estiver sendo investigado e a Casa Civil. Repito, como exemplo, a concessão de auxílio-doença, Benefícios de Prestação Continuada, Bolsa Família e Lei Rouanet. A Bolsa Família está ainda em investigação, a consolidação dos seus dados. Segundo uma notícia já divulgada, algo em torno de 6 a 8% dos CPFs utilizados por beneficiários do Bolsa Família são irregulares. Então, é um número expressivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

considerando que o total no Brasil é de 12,5 milhões de CPFs ali inscritos.

Por fim, Sr. Presidente, a ideia de transparência, que foi um acréscimo que este Governo fez à experiência acumulada e histórica da Controladoria Geral da União. Essas cinco atividades, quatro grupos de estudo, grupo de *lobby*, no qual se pretende o regulamento no Poder Executivo Federal. Não podemos ficar cegos ao mensalão, à Lava Jato e tudo mais que foi já conhecido, investigado por algumas CPIs aqui do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e neste Senado Federal.

É claro, não se pretende ditar ao Judiciário o que fazer. O Judiciário já tem, classicamente, estabelecida procuração como forma de atuação do representante do interesse privado. O Legislativo tem sua própria história e seus regimentos internos. A questão é tornar este trabalho eficaz no âmbito do Poder Executivo.

Então, o que se imagina é, bem estudadas as questões, conceder um decreto, o que já foi feito no passado, mas algo factível.

Há questões complexas a serem verificadas: até que ponto pode o Ministro de Estado, em nome do interesse público, promover uma ideia, uma atividade ou uma ação, um projeto que seja, cujo resultado concreto imediato seja o interesse identificável num grupo pequeno ou em uma ou duas pessoas

Em que medida servidores públicos que dirigem esse mundo fantástico, quantitativamente falando, das licitações pode receber interessados no processo licitatório sem saber com quem está lidando. Trata-se de procedimento, portanto, para identificar objetivamente quem trata de qual assunto, perante quem, por quanto e por quê. Então, é uma tarefa complexa essa.

A mídia sempre pergunta "e os presentes?" Os presentes fazem parte da relação humana no âmbito funcional, no âmbito profissional. O que receber, quando receber, por quanto, qual o limite? Eu sempre recordo quando o Presidente Reagan veio ao Brasil. O Presidente João Figueiredo – os dois amantes da Cavalaria – deu de presente ao Presidente americano um cavalo, cavalo lindo. Eu, como ex-aluno de colégio militar e da Cavalaria, estava louco para experimentar aquele cavalo. Não me permitiram. E o problema era como levar esse presente embora, já que era um cavalo de algumas dezenas de milhares de dólares. Aí o Presidente Reagan não podia recebê-lo. Foi incorporado, imagino, ao patrimônio de lá por algum mecanismo. Então, são questões aparentemente... mas que podem resultar em grande repercussão.

O Grupo de Trabalho Escritórios de Advocacia: 24 estatais estão sendo questionadas, inquiridas, para obter informações. O trabalho preliminar da análise de 4 mil contratos revela que, até ao final deste ano, algo em torno de R$2,2 bilhões serão pagos pela administração indireta – empresas públicas, sociedades de economia mista – à advocacia terceirizada. Ora, não se presume nada ruim contra ninguém, absoluta presunção de inocência. Mas é preciso que as estatais informem o porquê dessa transferência de responsabilidade. Estatais têm em seus quadros 900, 800, 700, 500 advogados: como ainda não conseguem tratar de toda a sua demanda jurídica? Então, é um trabalho cuidadoso, porque, sabemos bem, a contratação de serviços de advocacia é por inexigibilidade, mas inexigibilidade – e eu tenho que falar com cuidado essa palavra, senão o meu sotaque carioca emenda o X e o G, e não sai coisa nenhuma – é uma modalidade de licitação, não é uma não licitação. E, sendo uma modalidade de licitação, ela tem que ser fundamentada, tem que ser justificada: onde está a singularidade do serviço, onde está a notoriedade do profissional, onde está a avaliação da capacidade operacional desses escritórios, seja no âmbito de uma cidade, ou Município, de Estado ou do Brasil.

Uma das estatais contratou um escritório de advocacia para trabalhar em 15 unidades da Federação. Difícil imaginar que haja essa capacidade, até pelo controle de qualidade: quantos prazos estão sendo perdidos? A figura notória até que ponto acompanha o trabalho diário do escritório? A notoriedade se dá no âmbito daquela especialidade, ou é uma outra especialidade? E assim por diante.

Todas as 24 estatais já prestaram as informações. Há um segundo grupo no Ministério, que está agora fazendo a análise da consistência. Acerca das que não forem consistentes, o grupo está autorizado para, por intermédio do secretário executivo, colocar a estatal sob diligência.

O Grupo Desburocratização. Fizemos dois estudos de caso: o primeiro, INSS Aposentadoria; o segundo, Abertura/ Fechamento de Empresas.

Como um País que se pretende moderno, o Brasil não pode continuar nessa estatística. São de 97 a pouco mais de 100 dias para se abrir uma empresa no Brasil. É um número por demais inadequado a uma ten-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

tativa de modernidade. E o INSS e aposentadoria são, em média, 54 dias entre a solicitação e o agendamento da solicitação da demanda, e o atendimento ainda é muitos meses depois.

O Grupo de Estudo e Licitação não pretende nenhum projeto de larga escala. Apenas naquele projeto ali indicado, que é do Senado, indicações pontuais sobre o que fazer para aperfeiçoar o sistema. Faz parte do relatório que posso deixar aqui com a Comissão.

Por fim e não menos controvertida é a ideia de contrato de conduta controlada. Não me agrada o termo leniência. Leniência dá uma ideia de tolerância, aceitação, submissão, acomodação, quando não é esse o sentido do vocábulo em língua inglesa, inapropriadamente trazido aqui para a lei brasileira.

Na sua essência, ele é materialmente e procedimentalmente um contrato de conduta controlada; ou seja, a empresa se submete a um período de tempo – sejam dois, três cinco anos, o que for – a uma fiscalização permanente do Poder Público.

Não sei quantos terão acompanhado o acordo da Embraer, que pagou milhões de dólares de multa nos Estados Unidos e recebeu um fiscal que, durante três anos, terá acesso a toda e qualquer informação, a qualquer tempo, da empresa Embraer. Para ele, não há segredo de nenhuma natureza. Faz parte do acordo. Portanto, é um contrato de conduta controlada. É essa a ideia que o ministério procurou transparecer nas sugestões que encaminhou à revisão da Lei Anticorrupção. É um ato de força, sem dúvida alguma, para tornar possível o retorno dessa empresa a negócios no âmbito público.

Qual é o desafio maior para o ministério e para o Poder Público neste debate, hoje, da Lei Anticorrupção, o projeto de lei do Senado que está sob relatoria do Deputado André Moura, na Câmara dos Deputados, e o eventual substitutivo que ele, segundo a mídia, pretende apresentar?

É que a Lei Anticorrupção, do ângulo procedimental, é muito ruim, porque pretende conferir exclusivamente ao ministério a transparência, ou a condução do processo, quando, em face da Constituição mesma, tanto o Tribunal de Contas da União, quanto o Ministério Público Federal, quanto a Advocacia-Geral da União têm competência para tratar do assunto também. Ele não se esgota, jamais se esgotará como posto na lei e na realidade dos fatos do mercado na atuação exclusiva do Ministério da Transparência – CGU. Por isso mesmo, pretendeu o governo anterior consertar o ambiente com a edição da Medida Provisória nº 703, que caducou. Quando eu assumi o ministério no dia 2 de junho passado, tive essa situação. Isso é muito interessante no âmbito da academia, direito transitório: processos que começaram no primeiro ordenamento jurídico, continuaram sob o segundo ordenamento jurídico e, no terceiro momento, estavam de volta, formalmente, com o primeiro ordenamento jurídico. E o que se passou em cada uma das fases? O que seria aproveitável e ainda válido em cada uma das três fases?

Daí, um trabalho, eu diria, diplomático, intenso junto ao Tribunal de Contas da União, o Ministério Público Federal e a Advocacia-Geral da União, para criarmos um ambiente de trabalho compartilhado, sem divergências, sem disputa de espaço.

Com o Tribunal de Contas da União, conseguimos.

São seis ou sete equipes do Tribunal de Contas da União hoje dentro do Ministério da Transparência, para trabalharem juntos naquele conjunto de processos de leniência a que me referi. Portanto, troca imediata de informação e de documentos e acompanhamento.

Assim também com a Advocacia-Geral da União. Temos uma portaria interministerial para ser assinada nos próximos dias, acertando a presença da AGU na Transparência CGU desde o primeiro momento.

O que é mais difícil acertar é o passo com o Ministério Público Federal, porque aquela instituição faz uma leitura muito vasta da autonomia funcional de cada procurador da República. Cada procurador da República é o Ministério Público Federal. No caso da SBM, por exemplo, foi feito um acordo de leniência no Rio de Janeiro; a empresa concordou em pagar US$341 milhões de multa, mas submetido o ato conjunto, em face da assinatura do procurador da República, submetido à Quinta Câmara de Revisão, que é a câmara anticorrupção do Ministério Público Federal, ela desaprovou o ato e recomendou a substituição do colega. Entendeu que a investigação deveria prosseguir no caminho que então indicava.

Qual é então o outro ângulo dessa interação constitucional que temos que construir? É que ainda que tenhamos todos trabalhando juntos, é preciso ter claro qual é o objetivo – melhor dito, tecnicamente falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

– o objeto do processo de leniência. Ele não esgota o objeto de uma eventual ação penal de competência do Ministério Público Federal, como ele também não esgota o objeto de uma ação de improbidade administrativa no âmbito da Advocacia-Geral da União. Então, a trabalharmos juntos, todos temos que ter a clareza do que seja o objeto do processo de leniência, para ali se encerrar uma fase da investigação, permitir o acordo e prosseguir naquilo que seja específico da ação penal e o que seja específico de uma eventual ação de improbidade administrativa. Aí, sim, terá o empresário a segurança jurídica que precisa para participar de um acordo dessa natureza.

No momento, mesmo o Tribunal de Contas tendo essa parceria fraternal, eu diria, com o Ministério, não se compromete com o resultado, porque é outra perspectiva institucional, que o Tribunal de Contas, ele próprio, terá que resolver. Embora seus técnicos participem da investigação no Mistério da Transparência, a instituição TCU não se sente totalmente vinculada aos achados, às conclusões e às recomendações que os seus representantes subscrevem no trabalho comum do acordo de leniência. Então esse é um desafio a ser enfrentado.

Com toda franqueza, Sr. Presidente – isto está expresso na mídia –, há um desconforto inequívoco do Ministério da Transparência CGU, da Advocacia-Geral da União, do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal com o substitutivo ao projeto do Senado, que está por ser votado na Câmara dos Deputados, porque uma vez mais comete o equívoco constitucional de afastar as outras três instituições, a par de outras questões infraconstitucionais, a mais séria delas, a introdução de uma cláusula segundo a qual os documentos trazidos ao processo de leniência, se o processo for encerrado – e ele pode ser encerrado unilateralmente –, não poderão ser usados para nenhum outro efeito, nem para a ação penal, nem para a ação de improbidade administrativa, o que me parece um risco legal excessivo, porque fica o Ministério da Transparência e os outros que estiverem trabalhando juntos no processo de leniência com aquela espada de Dâmocles. Ele não está colaborando, mas se eu encerrar, esses documentos não podem mais aparecer ou servir de base para outros meios legais.

É um longo capítulo esse ao contrário de conduta controlada. Mas esse é um resumo seja do âmbito Constitucional, seja do âmbito infraconstitucional, e que preocupa marcadamente as quatro instituições.

Também a Srª Ministra Advogada-Geral da União expressou essa percepção a membros do Congresso Nacional e, em particular, ao Deputado André Moura, e eu também fiz em duas outras ocasiões.

Esse é o desafio da leniência. Compreende-se que o mercado de trabalho, o mercado da economia quer número maior de leniências bem concluídas. Mas aí, então, faço a observação de que boa parte do trabalho não depende do Ministério da Transparência. É preciso esgotar as investigações e as ações que envolvem essas mesmas empresas na Vara Federal, a 13ª, de Curitiba, grupo tarefa Lava Jato. Nós ficamos muito na dependência do que lá é investigado, até por razão óbvia. Não podemos fechar um acordo em Brasília supondo fatos A, B ou C, quando uma súbita nova investigação ou novo delator apresenta fatos D, e, F, em contradição. Isso tem acontecido.

Eu tive duas reuniões com duas dessas empresas, indicando que, no seu grande conglomerado, a empresa A de um conglomerado e a empresa B de outro conglomerado não estavam envolvidas no grupo tarefa Lava Jato.

Eu, cuidadoso, esperei uns dias. Aí vem uma matéria enorme da imprensa mostrando a grande e pré-anunciada delação, alcunhada delação do fim do mundo, que aquela empresa indicará tantas e quais informações. E, na listagem das empresas, estava justamente uma daquelas que até agora não havia sido incluída. E se nós tivéssemos dias antes emitido um certificado de que ela não estava sob investigação, portanto livre para negociar, teríamos, em linguagem não técnica, pagado um mico do diabo. Ou seja, teríamos desinformadamente, insuficientemente informados, assinado um certificado de que a empresa estaria livre para operar, contratar, com o Poder Público.

Então, não há atraso, não há retardo. Há prudência, até por imposição processual – em alguns casos, o pedido é formal do Ministério Público em Curitiba – de aguardar o exaurimento da investigação, de que a ela se siga uma denúncia, uma denúncia recebida, para que possamos ter o mínimo de plausibilidade para darmos conclusão aos processos de leniência.

Essas, Sr. Presidente, são, em essência, as tarefas que historicamente são executadas na Controladoria-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Geral da União e no novo passo dos últimos quase seis meses, com também transparência, e Controladoria-Geral da União, tarefas iniciadas, todas por concluir, porque administrar é fazer e jamais concluir.

V. Exª foi três ou quatro vezes Secretário do Estado em sua Santa Catarina natal, viveu também esse lado administrador, por mais que faça, muito mais terá por fazer.

Agradeço à Comissão pelo convite e coloco o Ministério à disposição para as informações que julgarem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito obrigado, Ministro.

Meus cumprimentos pela sua brilhante e bem fundamentada exposição. E, aliás, não só brilhante e bem fundamentada, como precisa em termos de tempo. Havíamos combinado que ela levaria em torno de 30 minutos, e V. Exª ficou praticamente dentro desse tempo, o que demonstra também o nosso compromisso com o cumprimento do horário estabelecido para a reunião, que ora se realiza.

Nós temos uma pergunta do Sr. Valdemagno Silva Torres, de Pernambuco: "Como manter a eficiência da CGU sendo que a autarquia é vinculada a um ministério e não diretamente à Presidência da República? Como explicar a ausência dos gastos da Presidência da República com os cartões corporativos?"

Eu suponho que são várias perguntas.

O SR. TORQUATO JARDIM – São várias perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – É.

O SR. TORQUATO JARDIM – Este debate é antigo, desde que foi criado o Ministério da Transparência e Fiscalização e CGU, desvinculado da Presidência da República.

Entendeu o atual Governo que haveria mais liberdade de ação, mais capacidade operacional, mais independência de ação, fosse o ministério conduzido por um ministro e não uma secretaria administrativa vinculada à Presidência da República. Como um ministério, torna-se uma pessoa de direito público interno com mais âmbito de reconhecimento e mais capacidade de trabalho, sem especular, sabe-se lá a quem, no dia a dia, na estrutura administrativa anterior.

Não houve perda de vencimentos, não houve perda de orçamento, não houve diminuição de tarefas, não houve diminuição do quadro. As tarefas continuaram as mesmas, como procurei mostrar na apresentação. Há uma história de 15 anos ou mais da Controladoria-Geral e há uma história nova de transparência. É um casamento mais que *more uxorio;* é um casamento do velho estilo: certidão passada em juízo com validade na igreja. Então, não há prejuízo algum.

Quanto aos gastos da Presidência da República nos cartões corporativos, que foi notícia recente, eu tenho levantamento feito que não está aqui, mas posso trazer ao conhecimento da Comissão. Eles estão na mesma média histórica dos últimos semestres, conforme sua demonstração. O que há de diferente, subitamente – um pequeno aumento na Presidência da República –, é que o Gabinete de Segurança Institucional, em face de várias recentes viagens internacionais do Presidente, paga toda a despesa de deslocamentos e viagens do Presidente, combustível, aluguel do que for necessário para a segurança do Presidente e da comitiva, diárias e alimentação, segurança civil e militar. Isso é pago imediatamente pelo GSI. Por que isso é feito? Porque é da segurança do Presidente e de sua comitiva não revelarem imediatamente quais foram os métodos, meios e recursos utilizados para a sua segurança, em qual país utilizou quantas unidades militares, quantas unidades civis, com quais equipamentos e qual combustível. Isso é revelar – alguns são militares da reserva aqui – a estratégia de defesa. Ou seja, em linguagem leiga, isso é entregar o ouro ao bandido.

Então, no mundo internacional, onde é cada vez mais relevante uma segurança severa e muito profissionalizada de um chefe de Estado ou de um chefe de Governo, implicou esse aumento pequeno na estatística, mas, em média histórica, ele é o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito bem.

Sr. Ministro, eu anotei algumas questões que formulo a V. Exª para enriquecer a sua apresentação e as informações que estamos transmitindo ao País e que serão transmitidas a todos os Senadores desta Comissão e da Casa. Qual é o número de funcionários total que o Ministério tem, separando o efetivo em Brasília e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

outro existente na totalidade dos Estados. Só para termos uma ideia da equipe que V. Exª comanda.

O SR. TORQUATO JARDIM – É menor do que precisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Como é que é?

O SR. TORQUATO JARDIM – É menos gente do que precisa.

Há um pedido de concurso público de mais 800 vagas.

Em Brasília somos quantos?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (*Fora do microfone*.) – São 2,4 mil no total.

O SR. TORQUATO JARDIM – São 2,4 mil no total: – 1,2 mil em Brasília e 1,2 mil no Brasil, mais ou menos. E, por coincidência, dos 1,2 mil do Brasil, estão presentes aqui quase todos, se não todos, os chefes das regionais do Ministério. Inclusive o ramo lá de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Prazer em vê-lo.

Muito bem.

Qual é a opinião de V. Exª acerca dos dez itens que são tão debatidos e discutidos como itens de combate à corrupção propostos pelo Ministério Público, em análise na Câmara dos Deputados? De uma maneira geral.

O SR. TORQUATO JARDIM – De maneira geral, o mais importante é o debate. Toda legislação importante tem que ser muito debatida.

V. Exª há de se lembrar que o Código Civil ficou 30 anos no Congresso Nacional. Outros códigos ficaram mais tempo ainda, outros nem foram digitados ainda. Então, em primeiro lugar é o debate. O tema, como todo tema jurídico, é controvertido.

Medidas como o teste de fidelidade do servidor público, admitir como válida uma prova obtida ilicitamente desde que com boa-fé, a questão de se há anistia ou não há anistia. Esse é um grande debate em Direito Penal. O caixa dois já é crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral. Se ocorrer uma nova tipificação na lei penal comum, aí surge o debate acadêmico. V. Exª ouvirá opinião nos dois sentidos.

Como é uma tipificação nova, vale para o futuro, mas a tipificação velha não fica abandonada, porque não haverá revogação do art. 350 do Código Eleitoral. Isso é uma opinião. Outros entenderão que sim, até apostam, na imprensa, as opiniões variadas num sentido e outro.

Eu acho que é um avanço. Elas são, eu diria, em grande parte necessárias no que modernizam o Direito Penal brasileiro, mas é preciso esclarecer. Esses exemplos que dei precisa, ser esclarecidos. Agora, do ponto de vista filosófico, é uma vez mais a crença milenar de que a sanção mais forte inibe o crime, quando a história da criminologia revela que, seja qual for a severidade da sanção, isso não inibe o crime. Se fosse assim, não haveria homicídio porque a pena de morte seria suficiente para evitar o homicídio. Não é assim.

Então, em síntese, o debate é substantivo, o debate é construtivo, alguma coisa boa há de sair, até da análise da Câmara dos Deputados, de dez medidas já são dezoito, com uma delas eliminada no momento.

Então, o debate é muito interessante, está longe de ser concluído. Agora, é preciso compreender que debater não é duvidar, debater não é pretender negar a eficácia de qualquer ação do Ministério Público ou do Judiciário.

Estamos todos construindo um Brasil melhor, construindo a busca de uma opinião comum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Observando aí as parcerias e as ações que o Ministério desenvolve em colaboração com instituições internacionais, como, por exemplo, a OCDE, eu observei em uma única oportunidade a menção de um país que integra o Mercosul, no caso o Paraguai.

Eu consulto V. Exª se, no âmbito do Ministério, existe algum trabalho, alguma ação, alguma cooperação em relação à instituição Mercosul ou ao Parlasul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O SR. TORQUATO JARDIM – Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Permita-me mencionar, até como integrante do Parlamento do Mercosul, que, tendo em vista esta situação de mudança política que experimentou o Paraguai e recentemente que vimos na Argentina, e através da última eleição que vivenciamos no Brasil em função do processo de *impeachment,* considero que a articulação do Brasil com os demais países também no aspecto de transparência, também no aspecto de eficiência de gestão é muito importante, já que os países que temos como nossos parceiros aqui, próximos, têm, no meu ponto de vista e de acordo com as informações que tenho, problemas tão grandes e graves quanto nós temos aqui, no Brasil, seja em processos licitatórios, seja em acordos bilaterais, seja em ação e presença da iniciativa privada na atividade pública, seja por concessão ou pela prestação de serviços.

Na verdade, estamos vivendo um momento em que o mundo está discutindo e está se encaminhando para aspectos de nacionalização e não sabemos se, no âmbito do Mercosul, teremos a prosperidade de ações integradas politicamente e administrativamente ou ações isoladas. Na dúvida, considero que seja importante avaliarmos e estarmos próximos disso, porque corremos o risco, por exemplo, de considerar uma empresa idônea no Brasil, quando, na verdade, ela não é idônea na Argentina, e ela pode ser do mesmo acionista, pode ter o mesmo endereço, pode ter a mesma atividade.

Se analisarmos em ações e questões recentes o volume de recursos, por exemplo, emprestados por um banco estatal brasileiro para outros países executarem obras públicas, temos, só nesse fato, uma série de dúvidas e de questionamentos feitos, não por mim, mas pela sociedade brasileira. E, aí, o Ministério da Transparência, o ministério que controla a gestão pública no Brasil, poderia interagir com os órgãos dos governos vizinhos exatamente para fortalecer esse trabalho e evitar no futuro a repetição desses episódios tão prejudiciais à economia brasileira e a nossa própria vida pública e administrativa.

É como sugestão.

O SR. TORQUATO JARDIM – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Quero cumprimentar V. Exª também pela informação sobre os trabalhos que são desenvolvidos junto à área das estatais. Eu vi ontem e no final de semana uma notícia de que o Banco do Brasil está tomando providências e tomando a decisão de encolher o número de agências, de reduzir o número de funcionários, de criar PDI e fiquei surpreso ao ver e constatar que o Banco do Brasil está fazendo isso para imitar o Bradesco, o Itaú, o Santander e outros mais. Quer dizer, o Banco do Brasil, que já foi o banco referência para os bancos privados; agora, está trabalhando, tendo os bancos privados como referência, pelo menos em termos de gestão e de administração de recursos humanos e de estratégia de ação junto a clientes.

Eu fico muito feliz com essa decisão do Banco do Brasil, porque, pelo volume de recursos que anunciaram que vão ser economizados, é, sem dúvida nenhuma, um fato relevante e importante para o País, porque queremos preservadas essas estatais, queremos ativas e positivas no contexto de atividades e de prestação de serviços.

Por isso, o Ministério que V. Exª comanda, sem dúvida nenhuma, pode e age de uma forma muito competente, quando atua junto a estatais, auxiliando-as no sentido de alcançarem esse nível de excelência, de modernização de racionalidade e de economia de recursos públicos, a exemplo do que também mencionou aqui no caso do auxílio-doença. Há poucos dias, estive com o Presidente do INSS e realmente fiquei impressionado com os números que informou sobre a revisão dos auxílios-doença concedidos por aquele instituto e que foram cessados a partir de um simples exame, de uma simples reanálise da condição de cada segurado.

Infelizmente, a medida provisória que dava condições ao INSS de trabalhar deixou de ter validade por conta do prazo que ela tinha como trâmite no Legislativo ter vencido. Portanto, agora, cabe ao Poder Executivo uma nova medida legal para dar a condição de funcionamento ao INSS e a todo o sistema de previdência social que deve, obviamente, fazer a análise cuidadosa deste assunto, assim como também no caso do Bolsa Família que V. Exª mencionou.

Só para a sua informação, Ministro, apresentei aqui, no Senado, um Projeto de Lei que tem o nº 185 está agora na Comissão de Assuntos Econômicos, com o Relator, Senador Davi Alcolumbre, exatamente para fazermos uma ação no País que considero muito importante e que, de alguma forma, V. Exª mencionou na sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

exposição e que considero ser absolutamente necessário no País.

Apresentei como proposta – obviamente, será objeto de muito debate, uma exigência legal até para que esta Comissão tenha essa competência e essa responsabilidade, o que, obviamente, afetará também o Ministério – a obrigatoriedade de, a cada ano, realizarmos, pelo menos, duas avaliações de programas públicos existentes no País.

Para que V. Exª saiba, fui Secretário de Educação do meu Estado, e o Brasil tem o maior programa de livros didáticos do mundo. Nenhum país do mundo tem programa de livro didático maior que o nosso, nem em quantidade, nem em tempo de existência. Por incrível que pareça, o programa do livro didático no Brasil não é baseado em lei, não é um programa de Estado, mas de Governo, porque, a qualquer momento, qualquer Governo poderá encerrá-lo. Apresentei, inclusive aqui, no Senado, uma proposta, um projeto de lei que já está na Câmara, criando por lei o Programa de Livro Didático, até para não incorrermos em riscos já praticados. Em razão de fatos praticados é que coloquei isso, de não ter o livro didático ideologizado. Isso aconteceu recentemente, no País, com o livro didático querendo mudar a nossa história ou dirigir e induzir, através da educação, as crianças, os alunos do Brasil inteiro a terem pensamentos diferentes do ponto de vista político, ideológico e institucional. Então, eu apresentei o projeto de lei. Portanto, possivelmente nós teremos, daqui a pouco, o Livro Didático como lei.

Mas é curioso, Ministro, saber que o Livro Didático é feito por Brasília, pelo Ministério da Educação, ouvidos todos os governos estaduais, através de suas secretarias estaduais de Educação, e ouvidos os secretários municipais de Educação. É um programa que, no Brasil, ninguém sabe – ninguém sabe! – o quanto gasta de papel. Portanto, não temos noção de o quanto isso repercute, em termos retroativos, desde a plantação da madeira que gera o papel, desde o emprego na indústria de celulose, desde quantos empregos isso gera na indústria gráfica, nem de quantos impostos isso pode gerar nos três níveis de governo, nem de quantos alunos são beneficiados, já que um livro didático pode durar mais de um ano; não sabemos quantos ministérios estão envolvidos. Dando como exemplo, o Ministério da Educação tem a competência para apresentar o livro ou doar o livro ao aluno, mas não se ouve o Ministério da Cultura, não se ouve o IBGE para falar sobre geografia, sobre estatística, coisa importante no conteúdo didático dos livros. E, eu diria, o maior programa de livro didático do mundo não tem uma avaliação intergovernamental, não tem uma avaliação econômica, tampouco sociológica. Isso é inadmissível em um país do tamanho do nosso!

E eu estou falando de um programa bom, de um programa que não merece nenhum questionamento. O Livro Didático é um programa bem-sucedido e que merece aplausos.

Agora, chega aqui o Senador Cristovam Buarque, que já foi nosso Ministro de Educação e conhece bem o assunto.

É necessário termos uma avaliação sobre o Programa do Livro Didático, é necessário termos uma avaliação sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, é necessário termos uma avaliação, por exemplo, sobre as ações que são desenvolvidas pelo Governo para proteção ambiental ou para preservação ambiental. Enfim, nós temos que fazer, a cada ano, Congresso, Governo, tribunais – como é o caso do Tribunal de Contas –, ministérios, essa avaliação séria, responsável, isenta de paixões político-partidárias para podermos dizer se aquele programa, idealizado a partir de um discurso, de uma campanha eleitoral ou até de uma pressão social, deve continuar, se aquele programa deve ser valorizado.

Outro exemplo que eu tenho citado: Lei Rouanet. A Lei Rouanet é um instrumento valioso, do ponto de vista de política pública em favor da cultura, mas nunca mereceu uma avaliação, Ministro, por nada e por ninguém neste País. Ninguém sabe qual a real importância da Lei Rouanet, não para este Governo ou para aquele ministério, mas para o País, para a sociedade, afinal nós estamos aqui para atender a sociedade.

Então, o Projeto de Lei nº 185, que eu apresentei, pretende instituir que a cada ano dois programas públicos sejam avaliados, na sua amplitude e na sua total ação, em todos os âmbitos de governo, e – por que não? – até ouvindo a área privada e a própria sociedade. Eu creio que, assim, nós teríamos condições de fazer o Brasil considerar e valorizar mais as ações públicas, a força política que se empresta para que as ações sejam desenvolvidas e principalmente dar satisfação à sociedade em relação ao valor de cada iniciativa e de cada ação.

Eu diria a V. Exª ainda, só para ficar na educação, que, quanto ao programa de merenda escolar, eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

conheço no mundo um programa que atenda tanta gente, com recursos públicos, todo dia, em todos os 5,5 mil Municípios do Brasil. Agora, ninguém sabe quantas merendeiras são contratadas no Brasil, quanto a gente gasta de gás para fazer toda essa alimentação, quanto os Estados colocam de dinheiro a mais do que o Governo Federal e quanto os Municípios colocam a mais, que importância isso tem na saúde das crianças, quanto isso traz de benefício para a aquisição de conhecimento.

Vejam que o País é muito grande, os programas, idem, mas, por enquanto, estamos apenas no achismo. É bom, porque alguém disse que é bom; é bom, porque o partido A ganhou a eleição e defende isso, e o partido B pensa o contrário, então, não merece ser eleito. Nós precisamos ter, sem dúvida nenhuma, num determinado momento, a oportunidade e o tempo para fazer essa avaliação.

Agradeço também a presença da Senadora Regina Sousa, que se encontra presente. Eu a vi na tela da nossa TV, do nosso sistema, trabalhando na outra Comissão há poucos instantes, e agora já se encontra aqui conosco.

Estão inscritos para falar o Senador Cristovam Buarque e, depois, a Senadora Regina Sousa. Concedo a palavra a V. Exª, com muito prazer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Primeira coisa, desculpe, Ministro, por cumprimentá-lo no corredor, e não estar aqui presente, mas estamos hoje com diversas Comissões e mais o plenário no debate da PEC do teto, como tem sido chamada. E, cada vez mais, eu acho, Senador Bauer, que a gente erra nos nomes das coisas. Não é do teto, é do ajuste à realidade dos recursos disponíveis.

Então, peço desculpas por não ter estado aqui, mas não poderia deixar de vir aqui para fazer uma pergunta que me preocupa. Fico contente de ser o primeiro talvez a perguntar, porque assim eu não vou repetir nenhuma pergunta. Eu gostaria de saber qual é a sua visão sobre a tentativa que aparentemente vem sendo feita por projetos de lei de afastar, na discussão dos acordos de leniência instituições como o Tribunal de Contas, o Ministério Público Federal e a Advocacia-Geral da União? Eu tenho escutado essas tentativas, e eu pessoalmente me preocupo, mas a sua opinião poderá me tranquilizar ou me dar combustível para continuar lutando contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Por favor, Ministro.

O SR. TORQUATO JARDIM – Nobre Senador Cristovam Buarque, agradeço a sua pergunta. Nós nos reencontrarmos na mesa de trabalho. A última vez, faz muitos anos, na Universidade de Brasília, V. Exª como Reitor, e eu era de um grupo de professores da Faculdade de Direito.

A sua preocupação é minha como cidadão e é minha como Ministro de Estado. Tive ocasião, oportunidades de destacar aqui, Senador, na apresentação, que a Lei de Leniência, a Lei Anticorrupção, quando trata do processo leniência, comete um equívoco. Pretende cometer à exclusiva competência do Ministério da Transparência um trabalho que a Constituição comete também ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e à Advocacia-Geral da União. A medida provisória editada pelo governo anterior, em dezembro do ano passado, que caducou em maio, pretendeu definitivamente afastar os outros três e reafirmar o que estava na lei. Ela caducou.

Então, a minha herança jurídico-intelectual foi esta, quando eu assumi o Ministério, no dia 2 de junho: um primeiro marco legal, sucedido por medida provisória que caduca e reintegra o primeiro marco legal. Como processar tudo isso?

Tive ocasião de expressar, já mais de uma vez, ao Deputado André Moura, que é Relator do substitutivo ao projeto que começou aqui no Senado, essa dificuldade de interação constitucional. O que fiz, em termos consuetudinários, por assim dizer, foi procurar o Tribunal de Contas da União, vários dos Ministros. Estabelecemos uma rotina de trabalho informal, factual, de modo que seis ou sete grupos de trabalho do Tribunal de Contas da União estão dentro do Ministério da Transparência, trabalhando com esse tema.

Com a Advocacia-Geral da União, a Ministra Grace e eu estamos por assinar, nos próximos dias, uma portaria interministerial, para acertarmos o passo de trabalharmos juntos desde o começo. Há também *démarches* junto ao Ministério Público Federal.

Quais são os obstáculos? Em relação ao Tribunal de Contas da União, é que, apesar de terem acesso a todos os dados, todos os documentos e todas as informações, esses grupos não têm a capacidade legal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

se vincularem àquele resultado. Então, todo o processo é "ressubmetido" ao Tribunal de Contas da União, por intermédio de um relator sorteado. Mas o trabalho é feito e a formação ocorre livremente. A Advocacia-Geral da União também, conforme indiquei.

O Ministério Público tem que resolver ele próprio, só por ele, a interpretação que deu à independência funcional de cada um. Cada procurador da República, saiba V. Exª, é o Ministério Público. Exemplo disso foi o acordo que fizemos com a SBM, a empresa holandesa, à qual foi imposta multa de US$341 milhões. Submetido o acordo à 5ª Câmara de Revisão do Ministério Público Federal, que é a "Câmara Anticorrupção", ele não foi aprovado. O procurador foi afastado, e o outro ainda não foi designado.

Então, o que há de dificuldade com esses substitutivos – no singular ou plural, não sei, porque conheço um texto, mas parece que outro seria levado à votação na Câmara dos Deputados – é que eles não resolvem essa questão constitucional. Ao contrário: exacerbam a questão constitucional, porque pretendem, uma vez mais, manter a exclusividade do Ministério da Transparência. Mas nós, no Ministério, temos a consciência absoluta de que a leitura minimamente esclarecida da Constituição Federal, dos artigos pertinentes a TCU, MPF e AGU obrigam essas instituições a participarem do processo de leniência.

O que pretendemos criar, na prática, é um mecanismo conjunto de investigação, para que fiquem bem identificados, didaticamente, claramente identificados, quais são os três objetivos. O primeiro objeto é o processo de leniência: aplica-se a multa e impõe-se à empresa um contrato de conduta obrigatória, vinculante, um contrato de conduta controlada, porque não gosto do vocábulo "leniência". Não é um vocábulo seguro na língua portuguesa. O que se faz com a empresa é um contrato de conduta controlada, e esgota o processo de leniência. Paga multa, tem a conduta controlada e fica precariamente autorizada a voltar a contratar com o Poder Público.

Quanto ao Tribunal de Contas da União, prossegue a investigação sobre o que mais entender conveniente. Quanto ao Ministério Público Federal, prossegue para o que for necessário a uma eventual ação penal. E, quanto à AGU, prossegue para o que for necessário a uma eventual ação de improbidade administrativa. Mas, em síntese, a sua preocupação é minha, como cidadão e como Ministro de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com a palavra a Senadora Regina Sousa também para as suas questões.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Primeiramente, de certa forma, vou me apresentar, pois é a primeira vez que estou vindo a esta Comissão, porque passei a fazer dela muito recentemente, por indicação da minha Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Seja bem-vinda.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu tomei conhecimento e vim a esta Comissão através da Senadora Ana Amélia, que fez uma audiência pública aqui sobre concursos públicos. Como eu tenho experiência em administração pública – por dois mandatos, fui Secretária de Administração no meu Estado do Piauí –, ela disse que eu deveria vir para a Comissão para fazer parte de uma subcomissão sobre concurso, sobre administração pública. Então, estou aqui me colocando para o Presidente para ver que grupo de trabalho eu posso integrar, porque sei que aqui funcionam grupos de trabalho, não é? É isso. Essa é a minha primeira participação.

Agora, hoje estava difícil, havia quatro comissões, e eu faço parte de todas as quatro – ao mesmo tempo. Fica difícil. Em algumas eu tinha relatório a apresentar, então não pude vir à apresentação do Ministro. Não tenho, assim, uma pergunta específica, mas, Ministro, vou só fazer alguma consideração.

Queria dizer que, às vezes, faz-se um trabalho de fiscalização, mas deve-se ter cuidado na divulgação, porque expõe algumas pessoas. Por exemplo, ultimamente, dizem assim: "Muitos empresários estão recebendo Bolsa Família." Deve haver, mas há muita gente que não.

Eu recebi agora, lá no meu Estado, visita de algumas pessoas, que são presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais, que são presidentes de associação de moradores. Eles têm CNPJ em seu nome. Eu sou Presidente de Partido, o CNPJ está no meu nome. Então, eu sou empresária – sou não! Então, precisa-se desses cuidados para não expor algumas pessoas. Eu recebi pessoas assim. Eu sei que são as prefeituras que conduzem lá na ponta. Então, precisa-se recomendar que eles mandem a assistência social olhar primeiro, antes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

cortar a pessoa do benefício, porque tem acontecido isso lá no meu Estado e, certamente, em outros Estados também. Para todo mundo – cooperativas, pequenas cooperativas – que vai presidir uma entidade, vem um CNPJ para o seu nome. E as consequências também, não é? E às vezes são complicadas.

A mesma coisa sobre os benefícios do INSS. Não pode também se culpar o beneficiário. Há pessoas de má fé? Há, em todo lugar. Mas, às vezes também, a gente sabe que a perícia na nossa Previdência é complicada. Há muita greve, com a razão dos médicos, claro, e dos peritos. Então, eles mal têm condição de conceder o benefício. Há uma fila imensa de concessão, eles vão esquecendo que concederam, o órgão esquece de chamar as pessoas para virem, e as pessoas não vêm espontaneamente se apresentar no término do benefício e ficam, às vezes, recebendo já tendo terminado o benefício. E, às vezes, vão para fila para obter renovação e não conseguem, por conta da quantidade de trabalho e insuficiência dos peritos.

Que a gente tenha esses cuidados também; é importante que a população não sofra.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Senadora.

Ministro, por favor.

O SR. TORQUATO JARDIM – Eu agradeço à nobre Senadora a recomendação e a advertência.

É política antiga do Ministério, particularmente da histórica CGU, tratar com muito cuidado os dados que apura, testar sua consistência antes de torná-los públicos. Por isso mesmo, o anúncio de cortes de Bolsa Família não contou com a participação do Ministério da Transparência, da CGU. Há uma investigação ainda preliminar, os números ainda não estão consolidados.

Há uma presunção, que precisa ser melhor documentada, de que cerca de 5% ou 6% dos 12,5 milhões de CPFs cadastrados no Bolsa Família não seriam próprios. Essa investigação é preliminar, e a divulgação antecipada não saiu do Ministério da Transparência.

Nós temos o mesmo cuidado. E V. Exª o recomenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito obrigado.

Nós temos o prazer de contar aqui com a presença da Senadora Ana Amélia, que não é membro desta Comissão, mas, como uma grande Senadora do nosso querido Rio Grande do Sul, atuante Senadora, ela encontrou um tempinho também para vir aqui nos prestigiar e participar desta comissão.

Eu concedo, com muito prazer, a palavra a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Paulo Bauer. Obrigada pelas referências.

Caros colegas Senadores; Senadora Regina; Senador Cristovam, nosso professor; caro Ministro Torquarto Jardim, eu queria que o senhor entendesse o quórum aqui, nesta audiência pública extremamente relevante, porque o de que mais precisamos hoje na gestão pública e também na atividade legislativa é de transparência – transparência, boa governança e muita responsabilidade.

Então, eu queria pedir desculpas, mas não temos um trabalho racionalizado. Hoje, ocorre Comissão de Educação, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Direitos Humanos, todas funcionando. E eu sou membro da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Educação, além de sessão plenária que está começando às 11h. Por isso, há a sinalização, em todo o prédio, de que começou uma audiência no plenário do Senado Federal que tem preferência, pois é um debate sobre a PEC 55, com convidados especiais, presidida pelo Presidente da Casa.

Então, não é muito racional o nosso trabalho aqui. Eu me queixo muito. Faço muitas queixas e críticas a esta pouca racionalidade, porque, quando se tem acúmulo de coisas a fazer, às vezes, parece que aqui há uma desatenção ao Ministro. Não. Não é isso, Ministro. É a atividade nossa que não tem racionalidade na operação. Ela tem no sentido do mérito, do conteúdo, pois nós trabalhamos aqui na legislação.

Mas eu queria dizer ao senhor, aproveitando este gancho, levantado pela Senadora Regina, que V. Exª bem explicou, de como está a avaliação das irregularidades ocorridas. Eu sou autora de um projeto exatamen-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

te com base na transparência em todos os programas públicos, que tratam de recursos públicos. Eu fiz um projeto para que todos os beneficiados, até em benefício dos próprios beneficiados, em programas sociais, seja o Fies, seja Bolsa Família, Seguro-desemprego, em todos eles, a transparência seja colocada no Portal da Transparência, disponibilizando para a sociedade brasileira o nome e o CPF da pessoa.

Essa é uma forma de você saber o que está acontecendo. E aí não precisa nem fazer esse levantamento. Não precisa nem, em um determinado momento, dizer "Olha, tem 5%, 10% de irregularidade no Programa X." Não, porque ali você já está identificando. Então, no mesmo ato da identificação, você já pode eliminar ou manter o beneficiado no programa, se ele não estiver habilitado para participar.

Então, penso que essa iniciativa tem a ver com a transparência e com a responsabilidade. É um projeto que está começando a tramitar aqui. Ele tem recebido apoio. Eu penso que o aperfeiçoamento dele é muito importante. Não tem nada a ver com nenhum tipo de denúncia. Nada. É transparência mesmo, levada à radicalidade. Como sou contra, digamos, foro privilegiado para todos os níveis – ninguém tem foro privilegiado –, então também nisso acho que a transparência tem de ser levada a esse extremo.

Eu queria trazer essa minha contribuição modesta. Cumprimento o Senador Paulo Bauer pelo que vem fazendo – ele que preside exatamente a questão dos concursos públicos.

A Senadora lembrou bem: nós fizemos um debate aqui, provocado pela OAB, e temos muitas divergências e muitas dificuldades. Inclusive foi visto que, quando o Enem foi realizado, há muita fraude em concursos públicos no nosso País.

Então, isso não é admissível. Como houve a fraude no Enem, também em concursos públicos foi demonstrado que há muita fraude. Então, nós não podemos – será uma competição desleal com quem faz, com quem estuda, para alguém que se vale de uma fraude para passar no exame de acesso em carreiras de Estado.

Então, parabéns ao senhor pelo trabalho que está fazendo. Conte com o apoio aqui no Senado Federal.

Parabéns, Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

O SR. TORQUATO JARDIM – Igualmente agradeço a V. Exª suas palavras, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado.

Nós temos a última pergunta. Encerramos a inscrição dos Senadores e temos ainda uma pergunta pela internet, formulada por Altair Lima, do Distrito Federal. Ele pergunta: "Sobre a parceria para o governo aberto (OGP), gostaria de saber o quanto o Brasil adere aos padrões de dados abertos".

O SR. TORQUATO JARDIM – Cem por cento. O Brasil é cofundador da iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Perfeito.

Sr. Ministro, entregando a V. Exª uma cópia do projeto do qual falei há instantes, de minha autoria, e pedindo também sua avaliação e colaboração, tanto quanto possível, quero aqui, agradecer a presença dos Senadores de todos os que prestigiaram esta reunião, especialmente ao Sr. Ministro Torquato Jardim, a quem desejamos profícuo trabalho à frente do Ministério.

Agradeço a presença de todos os que integram a equipe do Ministro no Ministério. E peço à Secretaria da Mesa que providencie uma cópia digital da exposição do Ministro que foi, sem dúvida, muito interessante, muito objetiva e muito importante, para que a gente possa encaminhar a cada um dos Senadores integrantes desta Comissão e também aos demais Senadores da Casa.

Sr. Ministro, na verdade, a Senadora Ana Amélia comentava: eu, pelo menos, não acho tempo em minha agenda para ler nada aqui no Senado. Eu leio no avião ou no banco do carro. É assim que a gente consegue ler matérias e documentos do nosso trabalho, não há tempo suficiente para fazê-lo aqui.

Então, a entrega de um CD ou de uma mídia digital para alguém permite que a pessoa vá, em um momento fora da sessão, fora do plenário, ou até fora de Brasília, tomando informações importantes para o exercício do mandato. Isso nós fazemos corriqueiramente, não há nenhum esforço, nenhum registro de exceção nisso, mas é necessário, devido à intensidade e à quantidade de informações que nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A apresentação, de qualquer forma, já está na internet, na página da Comissão de Transparência e Gestão e, também, no e-Cidadania. Lamentavelmente não temos internet nos aviões e nem em todos os lugares do Brasil por onde a gente transita de carro. Por isso, a gente leva uma mídia para colocar no *laptop* e consegue lê-la em outras condições. A Mesa já me mandou o aviso de que não será preciso mandar o CD, porque vai continuar com a determinação de fazer o CD ou de fazer o *pen drive* para cada Senador tê-lo em mãos.

Muito obrigado, e está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 17 ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Transparência e Governança Pública DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 de Novembro de 2016, Terça-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13.

Às onze horas e doze minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador João Capiberibe, reúne-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Regina Sousa, Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Romero Jucá, Paulo Bauer e Fernando Collor. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RTG 1/2015, de autoria do Senador João Capiberibe. **Finalidade:** Realizar o debate: Swap Cambial, prejuízo ou rentabilidade para o país?. **Participantes:** Sra. Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora da Associação Auditoria Cidadã da Dívida. Sr. Clodoaldo Batista Neri Júnior, Contador e economista. **Resultado:** Audiência pública realizada. 2ª Parte - Deliberativa. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 13 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Transparência e Governança Pública, para debater a avaliação do programa "Brasil Transparente" executado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. Sugere a participação dos representantes das seguintes entidades: 1. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; 2. Confederação Nacional dos Municípios; 3. Representantes de 5 capitais brasileiras. " **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Minuta de Requerimento Nº , de 2016** que : "Requer nos termos do artigo 71, inciso IV, da CF, que seja determinada ao TCU a realização de auditoria para apurar prejuízo ou lucros do instituto chamado "Swap Cambial", devendo ser encaminhado ao TCU os dados levantados na audiência pelos expositores." **Autoria:** Sen. João Capiberibe. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador João Capiberibe

Vice-Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública no exercício da Presidência

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública.

Cumprimento todos, especialmente os alunos da USP, que participam desta audiência pública.

Comunicados da Presidência.

O Senador Paulo Bauer comunica aos membros que, na condição de Presidente deste Colegiado, encaminhará, com fulcro no inciso IV do art. 104-E e do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 113 §§1º a 3º, da Lei nº 13.242, de 30 de setembro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016), o Ofício nº 48/2016-CTG/SF a S. Exª Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Henrique Meirelles.

Entre os temas afeitos à competência da Comissão de Transparência e Governança Pública, no Senado Federal, está a "transparência e prestação de contas e de informações à população, com foco na responsabilidade da gestão fiscal e dos gastos públicos". Essa é a prescrição do inciso IV do art. 104-E do Regimento Interno do Senado Federal.

A transparência nos gastos tributários é fundamento no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) e também nos arts. 113 e 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

para 2016, que exigem que toda proposição que dê causa à renúncia ou diminuição de receita esteja acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar a sua vigência e nos dois seguintes.

Para assegurar essa transparência, o §1º do art. 113 da LDO para 2016 fixa o prazo máximo de 60 dias para que o Ministério da Fazenda estime a diminuição de receita provocada por proposição legislativa, quando solicitada por presidente de órgão colegiado do Poder Legislativo, dispensada a deliberação expressa do Colegiado.

Assim, no exercício dessa competência, por meio do referido ofício, solicita ao Ministério da Fazenda estimativa de renúncia ou diminuição de receita decorrente da conversão em lei de projeto de lei de sua autoria anexo ao ofício que corrigirá distorção na tributação, mas que, por outro lado, diminuirá a arrecadação da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Como o produto da arrecadação dessas contribuições destina-se à seguridade social (saúde, Previdência e assistência social) e ao financiamento do seguro-desemprego e do abono do PIS/Pasep, a população precisa estar plenamente informada do montante de recursos que deixará de fluir para aquelas ações sociais.

O ofício e o projeto de lei do Senado estão à disposição dos Senadores na Secretaria da Comissão.

Item 2. Convite para o Congresso do Futuro.

O Senador Wellington Fagundes, membro desta Comissão e também Presidente da Comissão Senado do Futuro, formalizou a esta Presidência convite para participar do Congresso do Futuro: Democracia, Comunicação e Progresso no Mundo Digital e Sustentável, a ser realizado nos dias 8 e 9 de dezembro, no Auditório Petrônio Portela.

O congresso reunirá renomados líderes e pensadores mundiais para debater, em evento aberto ao público, as grandes questões atuais que nortearão o desenvolvimento da sociedade que queremos amanhã.

A programação e outras informações estão disponíveis em www.senado.leg.br/congressodofuturo.

A finalidade desta audiência pública é debater sobre: *swap* cambial, prejuízo ou rentabilidade para o País? Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2015, de nossa autoria.

Os convidados estão aqui presentes. Eu convido para fazer parte da Mesa a Srª Maria Lucia Fattorelli. (*Palmas.*)

Também convidado e já presente o Sr. Clodoaldo Batista Neri Júnior. Eu o convido para fazer parte da Mesa. (*Palmas.*)

A Srª Maria Lucia Fattorelli é Coordenadora da Associação Auditoria Cidadã da Dívida Pública e o Sr. Clodoaldo Batista Neri é contador e economista.

Foi convidado também o Sr. Alvir Alberto Hoffmann, Vice-Presidente Executivo da Federação Brasileira de Bancos. Após confirmação de presença, comunicou por *e-mail* à Secretaria da Comissão, ontem à tarde, que um imprevisto o impedia de comparecer.

O Sr. Roberto Giannetti da Fonseca, Presidente da Kaduna Consultoria. Após confirmação de presença, comunicou por *e-mail* à Secretaria da Comissão, na sexta-feira, que um imprevisto o impediu de comparecer.

Representante do Banco Central. Por meio do Ofício nº 219/2016-BCB/Aspar, o Ministro Ilan Goldfajn, Presidente do Banco, informou da impossibilidade da autarquia de se fazer representar na presente audiência.

Os convidados estão aqui conosco. Nós temos dois convidados, a audiência pública vai prosperar. Eu gostaria de lamentar profundamente as ausências, principalmente a do Banco Central, o que eu considero uma falta de respeito com o Senado Federal. Ontem, eu conversei duas vezes com Presidente sobre esta audiência pública. Ele me alegou a impossibilidade de comparecer porque hoje é dia de Copom. Eu não acredito que o Banco Central não disponha de um técnico capaz de nos esclarecer sobre contrato de *swap* cambial, que é o objetivo desta audiência pública.

Na verdade, o Banco Central é uma enorme caixa-preta e este debate certamente poderá nos revelar alguns aspectos daquilo de que a sociedade não tem conhecimento. Eu acho que raríssimas pessoas no País

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

hoje sabem o que significam os contratos de *swap* cambial e os impactos provocados por eles. A maioria não tem noção do que seja e esta oportunidade é para que possamos, com os debatedores, ter uma ideia do que significam e dos impactos provocados na economia do País.

Falo pelos Senadores, são poucos os Senadores que têm uma noção exata do significado desses contratos realizados com terceiros pelo Banco Central. Na verdade, do Banco Central temos pouquíssimas informações. Conseguimos tornar os gastos primários, os gastos essenciais da sociedade brasileira (saúde, educação, assistência, previdência, ciência e tecnologia) em gastos transparentes. Temos a possibilidade de acessar, em detalhes, esses gastos. Já quanto aos gastos com juros, que correspondem a quase 50% do Orçamento público, ninguém tem a menor informação acerca de quem são os beneficiários desses valores.

Portanto, é muito importante que comecemos a debater sobretudo a importância e a intervenção do Banco Central na economia brasileira, como o Banco Central opera a política monetária, que tem impacto no mercado financeiro e também em outro mercado, que não se discute aqui, que é o mercado de consumo. Temos dois mercados, mas aqui só se fala do mercado financeiro. Nunca ouvi nenhum debate aqui sobre o mercado de consumo. A discussão é concentrada em atender o mercado financeiro como se só ele existisse, como se vivêssemos só de finanças e não nos alimentássemos na vida real.

É algo muito estranho o que está acontecendo no Congresso Nacional e na sociedade brasileira. Pela primeira vez, ouvi falar em *swap* cambial aqui, no Senado. Fui Governador do meu Estado e jamais ouvi qualquer referência a esses contratos. Agora, vamos ter oportunidade de conhecê-los.

Vamos começar, então.

Tenho a honra de passar a palavra ao Sr. Clodoaldo Batista Neri Júnior.

Com a palavra.

O SR. CLODOALDO BATISTA NERI JÚNIOR – Bom dia, senhores; bom dia Sr. Senador João Alberto Capiberibe, que, no momento, preside esta audiência pública. O Senador Capiberibe foi o Senador que teve a sensibilidade de solicitar informações acerca desse tema ao Banco Central. O Senador Capiberibe governou o Estado do Amapá por dois mandatos, foi prefeito de Macapá. Muito nos honra o trabalho de S. Exª nesta Casa. Cumprimento a Drª Maria Lucia Fatorelli, uma excelente economista, que conhece com profundidade o tema da dívida pública.

Senhores, *swap* cambial, como o Senador falou, é um tema de certa complexidade. E a maioria da população brasileira não tem conhecimento a respeito desse tema. Vou, portanto, em respeito aos ouvintes da TV Senado... Cumprimento os coordenadores, economistas, alunos – sei que há alunos da USP. Que bom que vocês participam deste debate, é muito bem-vinda a presença de vocês, porque vocês são massa crítica, são formadores de opinião, e a sociedade brasileira precisa desse cimento.

O que seria uma operação de *swap*? O *swap* funciona como uma espécie de seguro, em que se troca a posição de um determinado valor, de um determinado produto. Quando falamos em *swap* cambial, estamos falando de moeda estrangeira.

No Brasil, como vocês sabem, nós temos um grande problema com relação à taxa de juros. Nós temos a taxa de juros como o principal instrumento que o Banco Central tem para adotar a sua política de controle da inflação. E essa política monetária, centrada no carro-chefe da taxa de juros, tem um impacto enorme sobre o endividamento público, o efeito fiscal que ela causa. E a operação de *swap* cambial entra nesse componente do endividamento da dívida pública.

Como ela funciona? Funciona assim: como eu disse a vocês, a taxa de juros é muito alta no Brasil. São os juros mais altos do Planeta em termos de juros reais. E, aí, o que acontece? As empresas se recusam – e estamos falando aqui das grandes corporações, das grandes empresas – a pagar essa taxa de juros abusiva. O que elas fazem? Como elas têm capacidade financeira, elas vão buscar recursos através de captação no exterior. Essa captação é feita em dólar. Então, as empresas buscam financiamento no exterior e passam a ter um endividamento em dólar. O.k?

Por que elas fazem isso? Essa é a primeira pergunta: por que as grandes empresas brasileiras, as grandes corporações, vão captar recursos no exterior? Essa é uma pergunta de cuja resposta nós precisamos. E eu lamento que o Banco Central não esteja aqui para nos auxiliar a buscar a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Pois bem, feitas essas considerações, vamos agora analisar.

A empresa tomou um dinheiro emprestado, tem agora uma dívida em dólar e ela atua no mercado doméstico. Um exemplo prático disso: companhia aérea. A companhia aérea vai comprar um avião da Boeing no exterior; ela faz isso por meio de financiamento ou através de um contrato de *leasing*. O certo é que ela tem uma obrigação, e esta obrigação será paga em dólares. Ocorre que ela vende passagens aéreas em reais aqui, no mercado doméstico. Isso vai provocar um desequilíbrio no balanço da empresa. A empresa, então, temerosa dessa situação de oscilação do câmbio, o que faz? Ela corre atrás de dólares, porque ela não sabe quanto vai estar a cotação do dólar. Então, para se proteger, a empresa vai buscar dólares no mercado, o que gera uma pressão. E isso gera uma pressão porque várias empresas vão fazer a mesma coisa – efeito manada. É aí que vem o movimento especulativo, que precisa ser estudado.

Nós vamos falar mais adiante sobre esse movimento especulativo, sobre o qual cabe, inclusive, uma auditoria em relação à questão do histórico contábil.

Pois bem, quando essa empresa busca dólares no mercado, faz com que a moeda americana se valorize. É uma valorização artificial por conta de uma especulação. Alguém diz assim: "Olha, o dólar vai subir." Aí, todos aqueles que têm dívidas em dólares vão correndo comprar dólares. E é isso que faz com que haja essa pressão. E isso fez com que o Banco Central fosse obrigado a fazer intervenções no mercado.

Como é que ele faz essas intervenções? Através das operações de *swap* cambial. Ou ele vende, fornece os dólares ao mercado pelas reservas internacionais diretamente, sem precisar onerar a dívida pública; ou ele o faz através de operações de *swap* cambial.

Como é que funciona? Funciona assim: chegam aqui sete empresas, batendo no balcão, pedindo dólar; quanto mais empresas estiverem no balcão pedindo dólar, vai haver uma pressão sobre o dólar, e o dólar aumenta, ou seja, o real sofre uma desvalorização. Aí o que é que o Banco Central faz para atender a essa pressão de gente batendo no meu balcão? Eu vou ofertar dólares no mercado e faço isso através de operações de *swap* cambial. Aí chegam aqui, por exemplo, a TAM e a GOL e dizem assim: "Olha, tenho dívida em dólar, estou precisando..." "De quanto você está precisando?" "Preciso de 100 milhões." E aí o Banco Central diz assim: "Para quando você quer?" "Para daqui a 30 dias." "Tudo bem! Daqui a 30 dias, a gente vai fechar aqui um contrato, e eu lhe forneço esses dólares na taxa de hoje, de R$3,50." Aí a TAM vai embora porque ela conseguiu o que ela precisava, dólares a R$3,50, porque ela fechou um contrato e comprou dólares no mercado futuro. Certo? Então, se o dólar vai bater R$4, R$5 ou R$6 ou se vai ficar em R$1, isso não interessa. O que interessa é que o Banco Central vai fornecer dólares a uma taxa de R$3,50, porque foi o que foi contratado.

O que acontece? Quando o Banco Central diz que vai fornecer dólar no mercado futuro a uma taxa de R$3,50, ocorre que, se no futuro esse dólar aumenta realmente, a sociedade brasileira é convocada a pagar o risco empresarial. Isso tem onerado significativamente a nossa dívida pública. No ano de 2015, o Senador Capiberibe fez uma solicitação de informações, através de um requerimento de informações, ao Banco Central, e nos foi revelado um prejuízo de R$89 bilhões com essas operações. Nós não estamos falando aqui de R$8 milhões, de R$89 milhões, de R$890 milhões; nós estamos falando de R$89 bilhões. Esses R$89 bilhões foram a débito do Tesouro e afetam a nossa necessidade de financiamento do setor público. Por quê? Porque isso virou dívida pública. E sobre esses R$89 bilhões, Sr. Senador – a Maria Lucia Fattorelli sabe muito disto –, nós vamos pagar juros. Então, só de juros relacionados às operações de *swap* cambial do ano passado, vamos pagar, neste ano, só de juros, R$13 bilhões.

Agora, o que leva a autoridade monetária a intervir dessa forma? Vejam bem: a atividade empresarial é uma atividade de risco. Isto é o que diz a legislação brasileira: a atividade empresarial é uma atividade de risco. O empresário assume o risco da sua atividade econômica. Senão, todo mundo aqui ia ser empresário, não é verdade? "Para que a gente vai trabalhar? Vou ser empresário." Então, nós precisamos entender isso. A atividade empresarial é uma atividade de risco.

Ora, vamos levar agora para o varejo, vamos dar o exemplo aqui das Casas Bahia. As Casas Bahia, quando vendem produto – e, geralmente, a venda no Brasil é a prazo, vocês sabem que a maioria da venda é a prazo –, quando ela faz uma venda a prazo, assume o risco empresarial de sofrer o quê? Inadimplência. Então, vem uma crise econômica, vem desemprego, e o que vai acontecer? As Casas Bahia vão sofrer o quê? O que o setor, o comércio, está sofrendo: a inadimplência. Os números estão aí para comprovar. Então, é justo que as Casas Bahia convidem vocês, nós, para pagarmos o risco empresarial dessa operação, porque ela vendeu a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

prazo? Não existe isso, não é verdade?

Como é que a sociedade brasileira é convocada a pagar o risco empresarial de grandes corporações como, vou citar um exemplo, o Grupo Globo de Comunicações, que fez uma grande captação em dólar, tem dívida em dólar, e é um dos que foram beneficiados com essas operações? Grandes empresas brasileiras foram beneficiadas com essas operações. Quando uma empresa se recusa a pagar a taxa de juros que o banqueiro cobra aqui no Brasil, e vai pagar para o banqueiro dos Estados Unidos, do Japão, da União Europeia, ela tomou uma decisão porque se recusa a pagar esses juros abusivos. Só que essa decisão tem um custo, tem um risco. Qual é o risco? O risco da variação cambial. Então, se, de repente, ocorre uma variação cambial, houve o risco, e ela não quer assumir esse risco, o que ela faz? Ela chega ao Brasil, ao Banco Central, e diz assim: "Olha, eu preciso de dólares, porque eu contraí um grande endividamento e, por conta desse endividamento, preciso honrar meus compromissos." E o Banco Central é compelido a fazer essas intervenções no mercado.

Agora, senhores, o que causa estranheza não são nem tanto essas operações feitas para essas empresas, porque são empresas do setor não financeiro; estamos falando aqui de prestadoras de serviço, citei o caso de uma companhia aérea. O que me preocupa é que nós não sabemos quem são os beneficiários dessas operações, Sr. Senador. Quem ganhou? Porque nós já sabemos quem perdeu: fomos nós. Oitenta e nove bilhões na conta da viúva é muita coisa para um país como o Brasil, que está enfrentando uma crise fiscal sem precedentes na história, com Estados em situação falimentar, a exemplo do Rio de Janeiro, como vocês sabem, com os aposentados com seus salários atrasados, servidores públicos, em vários lugares, recebendo pagamento parcelado de seus salários atrasados. Isso é decorrente de quê? De uma desorganização fiscal terrível que se abateu sobre o Brasil.

No centro dessa questão estão as escolhas. Quais foram as escolhas das nossas autoridades? O que foi privilegiado? Foi privilegiado o mercado financeiro, em detrimento da economia real, em detrimento do produtor, em detrimento do trabalhador. E a conta chega. E essa conta é salgada. A conta chega, e para todo mundo. E geralmente quem paga essa conta são os mais pobres, as pessoas que mais precisam. Essa conta chegou agora, com a reforma da Previdência, para os aposentados pagarem.

Então, Senador, as operações de *swap* cambial constituem um prejuízo à Nação, na minha avaliação, porque elas oneram a dívida pública, e o Banco Central poderia utilizar outros mecanismos que não sejam essas operações. No passado, quando o Brasil tinha reservas internacionais muito abaixo desse montante que nós temos hoje, o Banco Central evitava fazer tipo de operação. Ele atuava no mercado vendendo dólares das nossas reservas. Fala-se muito que as reservas internacionais são uma espécie de colchão, que isso é um aspecto positivo para a economia brasileira. De fato, é importante que o Brasil tenha realmente reservas internacionais para salvaguardar o pagamento da dívida externa, para salvaguardar o nosso fluxo de comércio com o resto do mundo. Agora, até que ponto nós temos que manter essas reservas em níveis elevados e a decisão entre vender parte dessas reservas para atender uma demanda de mercado ou sobrecarregar a dívida pública brasileira é o dilema. Esse é o objeto desse debate.

Eu gostaria de solicitar um encaminhamento aqui à Comissão, à CTG, que é uma Comissão importantíssima, e acredito que seja a Comissão caçula das comissões permanentes do Senado Federal. Esta Comissão tem um papel importante porque ela tem o aspecto de salvaguardar o interesse público, ao trabalhar o aspecto da transparência e a governança pública. Nós estamos falando aqui de transparência e governança pública. Nós queremos saber basicamente quem são essas empresas que foram beneficiadas com essas operações. Nós queremos saber quem ganhou, como ganhou, qual foi o *modus operandi,* e isso você só vai saber a partir do momento que você tem o Banco Central disposto a prestar essas informações.

A república é fundamentada em alguns princípios, há princípios republicanos que regem a nossa República brasileira. Por sorte, existe um Tribunal de Contas da União que pode ser acionado para fazer uma auditoria em relação ao rastro contábil dessas operações, e também eu acredito que a própria Procuradoria-Geral da República pode ser provocada para fazer um estudo quanto à competência que o Banco Central tem, até que ponto é constitucional o poder que o Banco Central tem de endividar o Estado.

Ora, um governador de Estado, um prefeito, o próprio Presidente da República necessita do Congresso Nacional, no caso do Presidente, para aprovar um orçamento. Um governador de Estado depende da Assembleia Legislativa para aprovar um orçamento para poder gastar – com educação, com saúde, com o custeio da máquina. Como é que o Banco Central não tem esse limite? Não existe poder ilimitado. Numa república não há espaço para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Então, nós defendemos que deve haver a criação de parâmetros legais para atuação da autoridade monetária – sobretudo parâmetros para sua atuação. O grande problema da política monetária brasileira, da política fiscal e da política de câmbio é que são políticas que andam como três bêbados: quando termina uma festa, estão três bêbados andando, um carregando o outro. Por quê? Porque não existe uma coordenação para política fiscal e para política monetária.

No Brasil, elas são independentes e seguem cursos distintos. Muitas das vezes elas são contraditórias, acabam uma sabotando a outra.

Exemplo: você diz "Tem que fazer superávit primário." "Para que fazer superávit primário?" "Porque tem que pagar juro do banqueiro." "Então, eu tenho que fazer superávit para pagar juro." Aí, o que acontece? A política monetária vai gerar um impacto fiscal. Por quê? Ele eleva a taxa de juros. No momento em que ele eleva a taxa de juros com o pretexto de dizer que está controlando a inflação, ele gera um efeito fiscal, ele está gerando déficit para o governo, está aumentando a dívida pública. Quando ele aumenta a dívida pública, aumenta o risco Brasil, porque o risco Brasil está relacionado ao endividamento.

Ontem, eu estava verificando: a dívida pública bateu em 70% do PIB – 70% do PIB! Essa dívida foi quadruplicada. Eu ia trazer um eslaide que mostra a evolução da dívida: da era FHC – Fernando Henrique quadruplicou também a dívida –, passando por Lula e chegando a Dilma – eles simplesmente dobraram, em 10 anos, uma dívida de 500 anos. Isso é grave, é gravíssimo.

Nós precisamos realmente verificar o que causou esse endividamento do Brasil, mas eu posso assegurar para vocês que uma das causas do endividamento brasileiro é decorrente de decisões equivocadas de política monetária. O Brasil, hoje, tem uma taxa de desemprego elevada. Temos mais de 12 milhões de desempregados, uma demanda... Vocês podem observar que, no Brasil, a demanda agregada foi bastante atacada por conta dessa conjuntura econômica, e o Banco Central, elevando a taxa de juros, provoca um desequilíbrio geral. Por quê? Ele afeta o câmbio, a elevação da taxa de juros vai provocar o deslocamento da demanda agregada, que vai afetar as contas do governo porque gera déficit, vai afetar o consumo das famílias, e também vai afetar a taxa de investimento.

Uma das causas da inflação é justamente o baixo investimento. Então, só existe uma forma de este País crescer de forma sustentável: através da variável investimento. E a gente percebe que investimento, no Brasil... Existe uma greve de investimentos. Quem é que vai investir num país que tem essa taxa de desemprego, onde o Banco Central não consegue entregar o IPCA? No ano passado, nós tivemos carta pública para o Ministro da Fazenda porque o teto era 6,5%, mas a inflação bateu em 10,7%. Todas as agências de risco rebaixaram a nota do Brasil.

Então, nós temos que tomar decisões políticas mais acertadas, porque a economia brasileira, senhores, está muito debilitada. O Brasil é rico, o Brasil é riquíssimo, mas a nossa riqueza tem limite, e a nossa capacidade também, assim como o sofrimento do povo. Existe um limite para o sofrimento do povo, para o sofrimento dos Estados também, para a economia brasileira.

Nós precisamos, realmente, abrir este debate: que escolhas queremos para este País? Quais são as diretrizes que precisamos ter em termos de política monetária? Vou falar de política de câmbio: qual é a taxa de câmbio que eu quero? É a taxa de câmbio da indústria? Lá vem o *lobby* da indústria. É a taxa de câmbio do agronegócio? Lá vem o *lobby* do agronegócio. É a taxa de câmbio do mercado financeiro? Lá vem o *lobby* do mercado financeiro. Mas a gente precisa definir um câmbio que seja favorável ao Brasil.

Eu acho que tem que ser um câmbio favorável à economia brasileira. Tem que ser um câmbio sustentável.

Eu gostaria de pedir a apresentação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLODOALDO BATISTA NERI JÚNIOR – Obrigado, Senador.

Política cambial e comercial. A política que atua sobre as variáveis relacionadas ao setor externo da economia: política comercial e a política cambial.

Ora, no momento em que nós temos um dólar mais competitivo, nós vamos ter um reflexo disso lá na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

balança comercial. Esse ajuste do setor externo já foi feito, a gente percebe que as importações diminuíram e as exportações aumentaram. Isso afeta, evidentemente, a política cambial. O objetivo da política cambial quanto ao uso da taxa de câmbio como instrumento de política macroeconômica. Eles falam muito do tripé macroeconômico e o tripé macroeconômico se apoia nessas questões. Que taxa de câmbio nós precisamos para a economia brasileira? Isso precisa ser definido, isso tem que ter definição estratégica.

Política cambial, foco: ajuste do balanço de pagamentos, geração de emprego e renda, acumulação de capital, combater a inflação, aí se fala da questão da "âncora cambial". Por que combater a inflação? Vocês sabem que, quando o dólar se eleva, vai causar um efeito de pressão inflacionária. É o pão francês de que o Brasil não produz trigo, ele tem que importar o trigo, então, isso afeta, causa a pressão inflacionária.

A política cambial serve para conter ataques especulativos, enfrentar crises financeiras e configurar o padrão de desenvolvimento. Ora, crises financeiras, nós já enfrentamos várias. E eu aviso a vocês que nós vamos ter uma crise e que vocês vão sentir saudades da crise financeira de 2008. Nós vamos ter a crise provocada pela China, por conta da desaceleração e as empresas chinesas já estão fazendo essa saída de capital na ordem de U$100 bilhões ao mês. Então, o mundo se prepare para uma grande crise. Eu não sei se o Brasil vai ter condições, da forma como ele está atualmente, de aguentar o solavanco de uma nova crise. Enfrentar as crises financeiras, configurar o padrão de desenvolvimento.

O que é a taxa de câmbio? A taxa de câmbio pode ser definida como o preço em moeda doméstica da moeda estrangeira. Então, você tem ofertantes e demandantes de moeda estrangeiras. Por exemplo, o exportador, quando ele exporta, ele traz divisas para o País, ele está trazendo dólares. Então, ele está ofertando dólares para o Brasil. O importador, quando ele faz importação, ele demanda dólares e existe a lei da oferta e da demanda que vai regular esse preço. Isso quando a gente fala em economia real. Eu não estou falando aqui em movimento especulativo, eu estou falando em economia real.

Um exemplo, Semana Santa, o que acontece com o preço do peixe? Ele aumenta, por quê? Por conta de uma cultura, de uma questão religiosa, tem-se o hábito de comer peixe no período da Semana Santa, então, isso faz com que o preço do peixe aumente. A mesma coisa funciona, porque isso é uma lei clássica de mercado e funciona em relação à taxa de câmbio.

Os regimes cambiais, tipos básicos, nós temos o tipo flexível, o fixo e o administrável. No Brasil diz-se que se adota o câmbio flutuante, mas não há uma flutuação realmente de fato, porque se existisse uma flutuação de fato, Drª Maria Lucia, haveria razão para o Banco Central fazer uma intervenção na economia? E, diga-se de passagem, que intervenção! Numa intervenção significativa, quando ele aumenta a taxa de juros, ele provoca uma grande intervenção na economia brasileira e quando ele altera a taxa de câmbio também, quando ele opera com esse *swap* cambial.

Então, o câmbio é flutuante, ou seja, o câmbio é determinado pela demanda e a oferta de dólar. Só que nós sabemos... Eu estou falando isso aqui na teoria, que está nos livros. Nós estamos falando aqui de economia real. Eu não estou falando aqui de grandes bancos, inclusive brasileiros, que, através da ação coordenada, promovem uma pressão sobre o câmbio. Então, o câmbio flutuante surge.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLODOALDO BATISTA NERI JÚNIOR – O Governo compra dólar no mercado e forma reservas, e vende o dólar quando este sobe. Olha só: e vende dólar quando este sobe. É disto que nós estamos falando aqui: justamente sobre esse instrumento que o Banco Central tem para atuar no mercado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, economista Clodoaldo Neri. Eu gostaria de informar que esta audiência pública é interativa. Quem estiver nos acompanhando e quiser participar pode encaminhar para o Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para o número 0800-612211. Quem quiser emitir opinião, participar e comentar pode usar endereços que eu acabo de citar.

Aqui nós já recebemos algumas participações de pessoas que estão acompanhando esta audiência pública. O Artur Alvim Cury diz: "Sem dúvida prejuízo aos cidadãos, às pessoas comuns e aos trabalhadores! Só banqueiros se beneficiam!"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

"Tenho certeza de que debater os *swaps* cambiais vai ser extremamente interessante, afinal, lucramos ou perdemos?" São comentários que acabemos de receber.

Eu tenho a satisfação de passar a palavra à Srª Maria Lucia Fattorelli, que é Coordenadora da Associação Auditoria Cidadã da Dívida, cuja frente parlamentar aqui no Senado Federal é presidida por nós.

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Bom dia, Exmo Senador João Capiberibe. Parabenizamos o senhor por sua atuação aqui no Senado, que é um destaque. A posição do senhor aqui é um destaque em defesa da sociedade brasileira. É uma honra termos um Senador que nos represente, em um momento tão complicado, com matérias tão importantes para a sociedade sendo votadas aqui.

Cumprimento o Dr. Clodoaldo Neri Júnior também e parabenizo-o por sua exposição, que me ajudou muito, porque ele já deu explicação do que que é *swap*, muito didaticamente. Parabéns!

Eu vou focar na questão do *swap* cambial como um mecanismo que está gerando dívida pública para toda a sociedade pagar. Então, começo com essa notícia de jornal que diz que ano passado, em 2015, a perda do Banco Central com essas operações foi de quase 90 bilhões – oitenta e nove e tanto. O Clodoaldo comentou essa cifra.

Então, essa notícia explica como foi esse prejuízo: decorreu dessas operações de *swap* cambial, feitas pelo Banco Central.

Essas operações de *swap* cambial feitas pelo Banco Central.

E é preciso a gente chamar a atenção para o fato de que essa PEC 55, que talvez seja votada hoje no plenário do Senado, está sendo propagandeada como a PEC do controle de gastos – não é isso? –, mas os gastos financeiros ficam fora dessa PEC. Então, vejam bem que infâmia! Justamente o gasto delinquente, que é esse aí... Noventa bilhões de um gasto que ninguém nem sabe quem recebeu! Esse está fora da PEC.

Então, eu já começo aqui fazendo um apelo aos assessores de Senadores que estão aqui e a outros que podem estar assistindo à TV Senado para que peçam que os Senadores votem contra essa PEC, retirem essa PEC da pauta, suspendam essa tramitação, para abrir esse debate, para ver que gasto tem que realmente ser controlado em nosso País.

Bom, eu fiz uma pesquisa e localizei esse trabalho feito pelo TCU, uma investigação importante de um processo de 2003, TC-012.015, um trabalho feito pelo auditor Rodrigo Caldas Gonçalves, um trabalho brilhante em que ele levantou a necessidade de verificar a legalidade e a legitimidade de ações do Banco Central na condução da política cambial e suas influências no agravamento da crise.

No caso específico de *swap* cambial – esse trabalho foca as operações de *swap* cambial –, ele aponta também a necessidade de ver o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque essas operações obrigam, pecuniariamente, no futuro, o Banco Central, revestindo-se de característica de endividamento público.

Então, embora o *swap* não seja um título da dívida, como ele é uma obrigação que gera uma obrigação pecuniária, ele acaba influenciando nas obrigações da dívida pública. O que esse trabalho indicou? Que não existe operação cambial, mas uma operação de seguro, conhecida como operação de *hedge*. O que o Banco Central está autorizado a fazer são operações cambiais. Para controlar o câmbio, ele está autorizado a fazer compra e venda de dólar, ou até a compra daqueles DES, que são a moeda do FMI. Também está autorizado. Agora, o que é o *swap*? Quando ele faz *swap*, ele não compra e vende dólar ou qualquer outra moeda estrangeira. O que ele faz é assinar um contrato e garantir para a outra parte a variação do dólar. Ele não negocia moeda. Então, o TCU alertou para isso, para o fato de que essa atividade é tecnicamente especulativa, porque não há... A operação é executada somente em moeda nacional. Quando ele faz o contrato, o contrato é em reais. Quando ele liquida o contrato, o contrato é em reais. Então, – está ali – a moeda estrangeira é apenas uma referência para o cálculo da variação cambial. Então, não existe operação cambial.

Swap não é operação cambial; é um contrato em que o Banco Central garante o risco da variação da moeda. Nesse sentido, então, existe o contrato de *swap* cambial, de tal maneira que, se o dólar sobe, o Banco Central tem prejuízo e tem que pagar esse prejuízo para a outra parte; e existe o *swap* reverso. Se o contrato é *swap* reverso, e o dólar cai, o Banco Central paga a diferença também. E descobri há pouco tempo que existe o *swap* de arrependimento, gente. Quer dizer, se os especuladores fizeram o contrato e chegaram à conclusão de que fizeram o contrato de *swap*, mas queriam o reverso, que a variação da moeda começou a ir para outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

lado, eles podem arrepender-se. Olhem só! E isso não é quebra de contrato, não; nesse caso, não é.

Pois bem, vamos seguir.

O que mais o Tribunal de Contas indicou?

> Ao assumir uma posição de *swap* cambial com o [Banco Central] [...], a contraparte [quer dizer, quem está do outro lado do contrato] busca assegurar-se da variação cambial que venha a deteriorar sua posição em moeda nacional. De forma inversa, o [Banco Central] [...] assegura à contraparte que assumirá a variação cambial que ocorra em seu desfavor, prestando, de fato, um seguro contra desvalorização da moeda. [E conclui:] Se, por outro lado, levássemos em conta que o [Banco Central] [...] não estaria assumindo posição de segurador, só restaria uma posição a ser assumida, a de especulador [...].

Então, veja bem, pela análise feita pelo TCU, o Banco Central é segurador ou especulador? Só que a atividade de segurador é proibida, ilegal. O Banco Central não pode fazer isso, e especulador é absurdo, não é? Ainda mais gerando um prejuízo desses.

Levantou mais uma ilegalidade: o *swap* cambial fere a Lei nº 4.595, que é a Lei do Sistema Financeiro aqui no Brasil. O que ele diz?

> Não há, na Lei nº 4.595 ou em outra legislação, dispositivo que autorize o Banco Central a atuar no ramo de seguros ou que o autorize a assumir posições de agente segurador de capital, muito menos a especular com variações cambiais [...].

Então, a operação é ilegal. Essa operação de *swap* fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

> O art. 34 [da Lei de Responsabilidade Fiscal] tem por objetivo evitar o endividamento autônomo do [Banco Central] [...]. [Quando o Banco Central faz] as operações de *swap* cambial, por envolver a assunção de compromissos financeiros, assemelham-se com as operações que geram o endividamento autônomo [...].

Tanto é que, como é pago o prejuízo, gente? Vocês têm ideia de como é pago aquele prejuízo? Aquele prejuízo é transportado para a conta do juro da dívida. Nós é que pagamos. E como a gente paga? Emitindo mais dívida e, sobre essa dívida, vão gerar novos juros. Agora, a PEC 55 quer amarrar todas as despesas primárias para destinar mais recursos para juros e para essa farra do *swap* cambial.

O TCU apontou: O *swap* fere princípios da Administração Pública.

O princípio da legalidade, na Administração Pública. Só é permitido fazer o que a lei autoriza, e não existe lei autorizando nem o Banco Central a fazer seguro dessas operações, e muito menos a especular e garantir essa avaliação.

Fere também o princípio da moralidade na Administração Pública, porque essa prática de operação sem a função de proteger a si próprio... Porque se o Banco Central estivesse protegendo a si próprio, ainda se poderia encontrar alguma justificativa, mas não é; ele faz isso para terceiros, e terceiros sigilosos. Então esse caso configura ato especulativo, e o administrador público que especula fere o princípio da moralidade.

O que é que o Banco Central tem colocado como fundamento legal? Esses atos aí, olha: a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.939, que foi uma resolução aprovada pelo Armínio Fraga. E na época ele era parte do Copom, que estabelecia a própria política, a própria Diretoria Monetária do Banco Central, junto com o Luiz Fernando Figueiredo, que foi quem criou essas operações de *swap* em moeda própria. O Brasil é o único País do mundo que faz *swap* em moeda própria, gente, o único. Isso é um escândalo. E foi esse Sr. Luiz Fernando Figueiredo que criou isso e fazia parte lá da Diretoria Monetária do Banco Central à época.

O TCU considera que essa Resolução nº 2.939 exorbitou a competência estabelecida na Lei nº 4.595. E da mesma forma, esse voto 103, apresentado por esse diretor, que foi quem criou o próprio *swap* cambial. Ele mesmo criou e ele mesmo encaminhou esse voto internamente, que não atende ao princípio da legalidade previsto na nossa Constituição Federal para os atos públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Mais uma ilegalidade: o Banco Central concede garantias. Quando ele faz esse contrato, ele garante que vai pagar a variação. Essa concessão de garantia está vedada explicitamente no art. 40, §6º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000: "É vedado às entidades da Administração [Pública] indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, conceder garantia, ainda que com recursos de fundos."

Essa proibição, Senador, é que nós colocamos também na audiência pública na semana passada, em relação àquelas empresas estatais não dependentes que emitem debêntures. Elas emitem debêntures subordinadas para mascarar essa garantia, porque não pode deixar explícita essa concessão de garantia, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal é muito clara em relação a isso.

A justificativa que o Banco Central coloca é que o *swap* evitaria um forte aumento das taxas de câmbio, que seria provocado no caso, na hipótese de uma busca excessiva por moeda estrangeira. Eu pergunto a vocês: quem busca a moeda para comprar é quem tem dinheiro para comprar, correto? Se as empresas tivessem o dinheiro para comprar moeda, porque elas não liquidariam o compromisso delas no exterior? Por que é que elas fariam um contrato de *swap* e ficariam sujeitas a pagar taxas, a correr o risco de o movimento ser contrário ao que elas esperavam?

Essa desculpa não se sustenta, o próprio TCU colocou que, em geral, quem procura esse seguro não possui os reais necessários para cumprir as suas obrigações, pois essas serão saldadas no futuro. E por que um participante que possui o dinheiro para fazer um contrato desses, por que ele não vai lá e paga? Então, quem está fazendo esse tipo de contrato é quem tem o dinheiro na mão, não é quem tem uma obrigação no futuro.

Nós conseguimos um pedido de aprovação de requerimento de informações na Comissão de Finanças e Tributação na Câmara para pedir informações sobre o *swap* cambial, operações de mercado aberto e várias outras questões. O que o Banco Central respondeu? Que, em primeiro lugar, o *swap* é tido como uma transação de intervenção na ordem econômica, e o Banco Central não pode encaminhar as informações detalhadas relacionadas a essas operações que foram solicitadas pela Comissão de Finanças e Tributação, como os nomes dos beneficiários, quem se beneficia com essas operações, quais os valores pagos a cada um, cópias dos contratos, o valor do rendimento pago, etc. O Banco Central disse que não pode por causa do sigilo bancário que deve reger esse tipo de operação. Olha, gente, isso é um absurdo, pois fere o princípio da transparência, que deve reger todo ato público. Isso está na nossa Constituição.

O que mais o Banco Central respondeu para a Comissão de Finanças e Tributação? Que os resultados negativos do *swap,* quando ele tem prejuízo, o Tesouro Nacional tem de pagar para o Banco Central no prazo de dez dias. Como é que o Tesouro paga isso? Emite título da dívida. E quando o resultado é positivo? Vocês sabem qual é o tratamento? Nesse caso não tem pagamento, o resultado tem uma equalização com o resultado das reservas cambiais, Senador. O tratamento, quando tem resultado negativo e positivo, é diferente. Por conta disso, fiz essa tabela aí. Eu peguei na página do Banco Central os resultados negativos no período de um ano, quando o *swap* começou a dar resultado negativo brutal, em setembro de 2014. Em apenas um ano, de setembro de 2014 a setembro de 2015, o resultado negativo foi de R$207 bilhões, mais do que o orçamento anual da saúde e da educação juntos, em 2015. Ali daria para somar o orçamento anual da saúde, da educação, da cultura. Vários outros orçamentos anuais foram para o ralo do prejuízo com o *swap* cambial. Nós estamos pagando essa conta e nem sabemos para quem. Olha, eu peguei essa tabela, fica difícil vocês lerem os números, mas essa equalização com as reservas fica provada... O Banco Central apresenta o *swap*, no mesmo quadro das operações cambiais, Senador Capiberibe, o que é ilegal, porque nós vimos até o TCU dizendo que o *swap* cambial não é operação cambial.

Ele não faz compra e venda de moeda, ele simplesmente assume o risco da variação. Mas como o Banco Central está apresentando? Numa mesma tabela, ele coloca o *swap*, coloca as reservas, coloca o resultado das operações cambiais e o resultado que ele transfere para o Tesouro Nacional.

Então, enquanto neste ano o Banco Central está fazendo propaganda. No ano passado, realmente o *swap* deu prejuízo, mas agora está dando lucro. E o que está acontecendo com esse lucro? O dinheiro não está entrando nos cofres públicos porque está fazendo uma equalização com as perdas que estamos tendo com as reservas cambiais.

Senador, olha só o prejuízo que foi transferido para o Tesouro em junho? Está dando para ver ali? R$115 bilhões em um mês foram transferidos para o Tesouro Nacional de prejuízo. É um comparativo totalmente inadequado, porque *swap* não é operação cambial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós queremos aproveitar esta oportunidade para denunciar aqui outra garantia cambial que o Banco Central está dando. Nós verificamos que recentemente, de 2015 para cá, de junho de 2015 para cá, o Banco Central começou a classificar uma parte da dívida interna em títulos nas estatísticas da dívida externa. Olha ali, aqui está a foto do quadro do Banco Central: títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico e detidos por não residentes e liquidados em reais. Vejam bem, estrangeiros vêm aqui, compram títulos da dívida brasileira em reais, títulos da dívida interna e, quando vence o período, esses títulos serão liquidados em reais. O que o Banco Central está fazendo? Classificando ali mais de R$100 bilhões desses títulos nas estatísticas da dívida externa. E qual é o tratamento do rendimento desses títulos? Ele classifica em dólar. Desculpe, eu falei mais de US$100 bilhões. Esse quadro é em dólar.

À medida em que o Banco Central classifica esse último dado que está ali – US$133,9 bilhões, US$134 bilhões –, à medida que classifica isso como dívida externa em dólar, como fica o rendimento desses títulos? Nós pesquisamos isso e há lá no manual do FMI, que orienta a fazer esse tipo de coisa: o rendimento é pela média da variação cambial do período.

Então, olha bem o escândalo. O título da dívida interna brasileira já paga os maiores juros do Planeta. Com essa reclassificação estatística que o Banco Central está fazendo, ainda vai pagar a variação cambial também para esses investidores. Vejam bem. E tudo isso está fora do controle de gastos da PEC. Tudo isso está preservado.

Recentemente, agora no dia 15 de novembro deste ano, saiu uma notícia no *Correio Braziliense* dizendo com a maior tranquilidade que uma operação casada estava sendo feita pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central.

O Tesouro compra, refazendo o resgate antecipado de títulos da dívida que não venceram ainda. Vejam bem, títulos da dívida interna que não venceram ainda o Tesouro estava resgatando antecipadamente e jogando dinheiro no mercado.

Na mesma data, o Banco Central ofereceu, em um dia, US$1,5 bilhão de contratos de *swap* cambial. Em um dia, U$1,5 bilhão. E ainda a notícia disse: "Não estão descartados novos leilões ao longo do dia", porque isso foi no dia que anunciaram a vitória do Trump, e o dólar começou a disparar. Então, os especuladores queriam pegar essa promessa futura do dólar alto em operações cambiais, em operações de *swap* cambial.

Vocês compreenderam a farra? Operação casada: o Tesouro comprando antecipadamente, jogando dinheiro no mercado, e o Banco Central colocando bilhões de dólares em contrato de *swap*, justamente, na data em que o dólar dispara.

Com dinheiro na mão, os investidores vão lá e compram o *swap* que eles querem. O prejuízo, gente, vai todo virar dívida pública...

O SR. CLODOALDO BATISTA NERI JÚNIOR – Investidores...

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – Investidores, não é?

Bom, e qual é a maior infâmia? Quando nós comparamos o conjunto de receitas e o conjunto de despesas realizados efetivamente em 2015, não houve o tal alardeado déficit público. Esse folheto está sendo distribuído aí para todos vocês. São dados oficiais, os *links* estão aí na base da tabela, vocês podem conferir.

As receitas federais realizadas em 2015 foram 2,748 trilhões e as despesas 2,268 trilhões. Sobraram 480 bilhões.

Nós pedimos informações sobre isso ao TCU, e o TCU confirmou que foram emitidos títulos da dívida pública em excesso. E, de fato, o gráfico mostra isso. Olhem a parte amarela do gráfico.

Agora, a partir do momento em que se emite título da dívida, o que acontece? Passamos a pagar os juros mais elevados do mundo. E, depois, agora, por que vendemos tantos títulos assim? Agora, nesta semana, resgatamos esses títulos para jogar dinheiro no mercado.

Bom, gente, alguém está ganhando muito com isso, a começar pelos bancos. O lucro dos bancos aqui no Brasil é o maior escândalo. Em nenhum lugar do mundo a lucratividade dos bancos é comparável ao lucro dos bancos aqui no Brasil. Em 2015, o lucro dos bancos bateu em quase R$97 bilhões. Olha que interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Vocês se lembram do primeiro quadro que eu apresentei: "Prejuízo do Banco Central"? Noventa bilhões. Lucro dos bancos: 97 bilhões. É sintomático.

E cabe ressaltar que 2015 foi um ano em que nós tivemos desindustrialização, queda no comércio, desemprego recorde, retração do PIB – o PIB brasileiro caiu quase 4% ano passado. Mesmo assim, o lucro dos bancos foi 20% superior aos lucros auferidos em 2014.

De onde vem esse lucro, gente, se a atividade bancária é uma atividade paralela, de prestação de serviços? É evidente que está havendo uma transferência de renda para os bancos. E essa transferência se dá por meio desses mecanismos, como *swap* cambial, como remuneração da sobra de caixa dos bancos nas operações compromissadas, e outros mecanismos que geram dívida pública para toda a sociedade pagar e transfere renda para os bancos. E o lucro teria sido 300% maior. Eles fizeram uma provisão para créditos duvidosos de R$183,7 bilhões. E quando eles fazem essa provisão, eles reduzem o lucro tributável, pagam menos imposto.

Já vou concluindo. Nesse cenário, o objetivo da PEC 55 é aumentar a destinação de recursos para essas operações, gente. Por que o que a PEC faz? Está lá na Exposição de Motivos, estabiliza a despesa primária. De que forma? Coloca um teto. O que é despesa primária? Toda a manutenção do Estado brasileiro, Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, e todos os gastos sociais que interessam para a sociedade que paga a conta – saúde, educação, Previdência, assistência, etc. –, isso vai ficar submetido a um teto. E o que está fora do teto? Somente as despesas financeiras. Esse é o objetivo da PEC 55. É uma PEC que coloca o teto nas despesas primárias e deixa livre, sem teto, sem limite, sem controle algum as despesas com juros e encargos da dívida e a destinação de recursos para estatais não dependentes.

Então, o resumo é este: Banco Central tem prejuízo enquanto bancos batem recordes de lucro.

Esse *post,* inclusive, está no Facebook da Auditoria Cidadã hoje. Compartilhem, enviem para os Senadores e Senadoras, porque essa PEC 55 vai aumentar a gastança financeira. Não é PEC de controle de gastos. É PEC para aumentar a gastança financeira. Pois ela congela somente as despesas primárias e deixa totalmente livre o pagamento de juros, a destinação desse abuso de recursos para esse *swap* cambial, a remuneração da sobra de caixa dos bancos, que é feita diariamente, e outras.

Então, deixamos aqui um apelo aos Senadores e Senadoras para votarem "não" a essa PEC.

Queremos deixar também uma proposta, Senador Capiberibe, para esta importante Comissão de Transparência e Governança Pública: pedimos que seja aprovado um requerimento para requerer ao TCU a realização de uma auditoria para apurar os prejuízos da operação de *swap* cambial.

E esse requerimento, se os senhores desejarem, pode mencionar esse processo, o TC-012.015, de 2003, porque a investigação feita pelo auditor, cujo nome já mencionei, foi brilhante. Ele avançou bastante. E eu acredito que ele pegou o início dessas operações na década passada. Então, essa investigação pode vir desde lá, levantando os prejuízos.

Eu finalizo deixando a mensagem de uma pessoa do mercado financeiro, gente. Vocês devem conhecer o industrial e banqueiro norte-americano Henry Ford. O que ele falou? Olha, não foi nenhum militante, não. O que ele falou?

"Convém que o povo não perceba como funciona o sistema bancário e monetário global, pois se percebesse, acredito que haveria uma revolução, antes de amanhã de manhã."

Então, realmente, se o povão souber o que está sendo feito por trás dessas operações que têm esse nome, *swap* cambial, que já espantam todo o mundo, nós temos aqui, todos nós – e fico honrada com a participação dos estudantes da USP aqui e de todos os militantes de tantas entidades aqui, nesta audiência pública dos Senadores e Senadoras – temos a obrigação de falar isso para a sociedade, porque é a sociedade que está pagando essa conta.

Muito grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muitíssimo obrigado! Obrigado, Maria Lucia Fattorelli, pela brilhante explicação ao economista Clodoaldo.

Enfim, vamos sair daqui com uma noção aproximada do tamanho da tragédia que o País vive em função

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

da condução da política monetária e, principalmente, com um Banco Central, que nos impede de ouvir a sua versão dos fatos, porque era para o Banco Central estar aqui. Essa lacuna está óbvia para todos nós. O Banco Central deveria estar aqui para responder a esses questionamentos aqui levantados, postos.

Eu lembro – e eu queria até aproveitar para fazer um questionamento aos dois expositores – que no governo Fernando Henrique, logo depois do Plano Real, a taxa de câmbio era fixa: R$1 valia US$1. E isso durou até 1999. E, nessa época, não havia contrato de *swap* cambial, pelo menos começou depois. E o Banco Central usava as reservas internacionais para equilibrar o mercado cambial. Chegou um ponto em que as nossas reservas caíram para menos de US$30 bilhões. Hoje, nossa reserva está em US$380 bilhões. Por que não pratica essa política de controlar a taxa de câmbio a partir de moeda que nós temos depositada fora do Brasil, recebendo juros de menos de 0,5% ao ano?

E, com tudo o que foi colocado aqui, fica cada vez mais difícil não questionar a política de banco. O Banco Central é Banco Central do Brasil; não é Banco Central do mercado financeiro. Mas o que está parecendo é que o banco, nós temos um Banco Central que exclui a sociedade brasileira e trabalha com exclusividade para o mercado financeiro.

Essa é uma questão, e o Senado, a Câmara têm que levar em conta isso. Nós precisamos convencer os Senadores, informá-los pelo menos dessa situação que o País está vivendo.

Eu concordo plenamente sobre o que foi dito sobre a PEC 55, que congela gastos primários e os gastos essenciais, imprescindíveis à nossa existência como sociedade civilizada, o que não contribui inclusive para a economia do País; ao contrário, não há como sair dessa recessão sem investimentos. Nós temos duas fontes de investimentos: investimentos públicos e privados. E, pela crise política que se agudiza, que se aprofunda, certamente isso não vai incentivar o setor privado a investir.

Então, estamos entrando num beco sem saída da economia brasileira.

Mas queria também aproveitar para comunicar aqui algumas participações dos nossos telespectadores que acompanham pela internet. Há mais uma participação do Vitor Hugo, que diz o seguinte: "Sei que os *swaps* cambiais são importantes para segurar a alta do dólar, mas, e quando ele está caindo, como funciona? Os *swaps* seguram a baixa?"

Graça Vieira também faz um questionamento, é um questionamento político, mas vou ler: "Minha pergunta é muito simples: que legitimidade tem esse 'Governo' para propor um retrocesso como esse?" Eu diria o Governo e o Congresso, porque hoje a legitimidade política não atinge só o Governo, atinge o Congresso Nacional. Falo da legitimidade não do ponto de vista institucional, porque nós fomos eleitos, mas há a falta de legitimidade política, há um abismo entre o desejo da sociedade e a representação política. E o Congresso hoje me parece carecer de legitimidade.

Desde que começou a crise, venho propondo que se busque legitimar um poder no Brasil para resolver a crise, e a legitimidade tem que vir do povo, através de uma nova eleição – e isso foi no início do ano –, hoje acho que só eleições gerais para Presidente da República e para o Congresso Nacional. (*Palmas.*)

Não temos como sair da crise sem uma decisão clara para que a sociedade brasileira participe ativamente da condução do País. Não temos a legitimidade hoje para ter uma saída para a crise.

Inclusive ela coloca aqui: "Que tal cortar gasto nos altos salários dos Parlamentares e congelá-los durante 20 anos?" Acho que há certo exagero nisso. Se a gente conseguisse congelar os juros da dívida, sairíamos da crise bem rapidinho. Ou então debelar a sonegação fiscal, porque há maneiras de sair da crise, só que, por falta de legitimidade, o Governo não constrói saídas.

Algumas pesquisas mostram que, no ano passado, a sonegação atingiu R$508 bilhões; um terço disso, resolveria o problema do déficit público.

Enfim, há várias outras. Estamos diante de um quadro de incerteza em função de questões políticas, não é? De falta de legitimidade, volto a afirmar.

Por último, há o Vando Moreira da Costa, do Rio de Janeiro. "Gostaria de saber quais os ganhos reais para o desenvolvimento econômico do País se essa prática, ao invés de gerar equilíbrio, promove a brutal desigualdade na micro e macroeconomia? Se os gastos com esse mecanismo geram mais desequilíbrio e atendem só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

aos interesses."

Bom, acho que já foi respondido ao longo das exposições.

Consulto se alguém queira... Gostaria só que usasse o microfone, ligasse, se apresentasse, para registro nosso.

O SR. PAULO TEIXEIRA SABÓIA – Bom dia, Senador João.

Meu nome é Paulo Sabóia, sou dirigente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB, da Executiva Nacional, e estamos realmente com uma preocupação enorme: a massa de desempregados hoje, segundo o IBGE já está divulgando, não é apenas de 13 milhões de desempregados, há o tal do desalento, mais dez milhões que desistiram de procurar emprego que não entram na estatística, fazendo bico de alguma maneira.

Estamos hoje com quase 1/3 da população economicamente ativa no Brasil desempregada. Isso é um problema de um tamanho gigantesco e a gente vê hoje a transferência que está sendo feita do dinheiro público para o privado, através da dívida e através desses mecanismos, uma coisa criminosa.

E, nós, numa reunião em que participamos na Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), que era lá o que eles chamavam do grupo "capital e trabalho" para propostas para a crise, foi apresentada uma denúncia de uma punição severa aos bancos pelo Federal Research, banco americano, num processo de manipulação das taxas de juros. Fruto disso, foi apresentada aqui, *a posteriori,* no Brasil, na Procuradoria-Geral da República, um acordo de leniência, uma proposta de um desses grandes bancos, se não me engano, o J.P. Morgan que apresentou, denunciando todos os outros bancos que estavam fazendo esse processo, inclusive aqui no Brasil. E a gente sabe o massacre que ocorreu na indústria brasileira no último período, em função da emissão de dólares americanos. Eles dobraram, depois triplicaram a base monetária, inundando o mundo aí com moeda para baixar o valor do dólar e ficar barato o produto industrial americano.

Depois, a Inglaterra fez isso e o Japão também fez para se protegerem, mas foi um ataque especulativo gigantesco. E aqui o que nós fizemos? Aumentamos o juro para atrair essa imensidão de dinheiro podre, essa moeda especulativa que estava ocorrendo aqui. E temos essa denúncia feita e colocada lá, que inclusive repercutiu aí em alguns meios de comunicação, não tanto quanto nós queríamos, de que havia um acordo de conveniência proposto aqui no Brasil e eles disseram: "Nós manipulamos o câmbio no Brasil por um número grande de anos."

Como é que se pode conviver já com essa indecência, como muito bem foi apresentado pelos expositores, inclusive pela Drª Fattorelli, que colocou que já é uma ilegalidade grande tudo isso. Então, o senhor, na figura desse Senador de vanguarda que a gente tem tido aqui, tem o orgulho de tê-lo aqui nos quadros daqui, porque está fazendo falta... Este Congresso está desqualificadíssimo.

E agora, essa PEC criminosa. Vai morrer muita gente. No SUS, com esses ataques que estão fazendo à economia, ingressou muita gente que largou os planos de saúde e tudo mais. E aí, vai ocorrer concretamente o corte da possibilidade.

Já estamos vendo isso acontecer a olhos vistos, está arrebentando todo o sistema público de saúde, e a educação está indo junto. Quer dizer, é uma mentira deslavada que não há prejuízo.

A FGV fez um estudo projetando retroativamente o que seria se fosse aplicada 20 anos atrás. O salário mínimo hoje não teria os aumentos reais – estaria em menos de R$400, e não em R$880. Imagine o que será daqui a 20 anos nessa situação.

Então, é a PEC mesmo do fim do mundo, a PEC da morte que nós estamos vendo. Agora, você ter numa situação dessas essas questões com ataque especulativo enorme, um processo de retirada – quase que estão tirando com a mão – do orçamento para pôr, principalmente a especulação financeira internacional, nos bancos, que vêm dessa forma.

E aí, vão jogando o patrimônio que temos e a vida do povo, porque, com esse volume de desemprego, isso está realmente levando a uma bancarrota, em que vai ficar aqui um entreposto especulativo somente.

Então, gostaríamos realmente de saber que capacidade nós teríamos, até estaríamos unindo forças. Estamos certos de que as centrais seriam um polo que estaria interessado nessa questão de forma muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E outros movimentos sociais, acho que teriam interesse total, porque está claro que o maior problema hoje no Brasil é essa coisa espúria da dívida e da especulação financeira.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Dr. Paulo Sabóia.

Consulto se há mais alguém na plenária.

Pois não. Qual o seu nome?

A SRª GISELA COLARES – Bom dia a todos e a todas. Eu sou Gisela, sou economista e voluntária da Auditoria Cidadã da Dívida.

O meu comentário vem bem ao encontro do que já foi comentado com relação à proposta da Maria Lúcia de que o TCU faça a auditoria das operações de *swap*, dos prejuízos, desde o início, aproveitando o trabalho desse rapaz.

Eu até fui me questionar por que parou? Se ele já tinha começado, por que parou? Ele já descobriu tanta coisa absurda, e por que o TCU não levou isso adiante? E a resposta no parecer chega a ser ridícula. Desculpe o comentário com essa palavra, porque fala assim:

> Não nos parece razoável que às autoridades monetárias seja negada a possibilidade de utilização de medidas ainda não previstas em lei para acompanhar a evolução do mercado e reagir a ameaças capazes de desestabilizar a economia do País.

Quer dizer, antes disso tudo, antes de fazer o *swap*, eu já me questiono por que o Banco Central permite que se façam tantas outras coisas que nos arriscam, que arriscam a nossa economia, porque eu me lembro, quando eu fiz a faculdade, de que se dizia assim: a economia é uma ciência social, a gente não pode fazer dela um laboratório.

Então, se a gente acha que emitir moeda vai gerar inflação, a gente não vai emitir moeda para fazer o teste se vai gerar inflação. Mas muitas dessas operações de *swap, m*uitas dessas operações de derivativos que estão sendo permitidas no âmbito da desregulamentação financeira são realizadas sem nenhuma apreciação científica. É tanto que dá no que dá. Não há apreciação cientifica, não configura uma política monetária que vise ao desenvolvimento e ao crescimento do País. É simplesmente, realmente, mais um negócio colocado no mercado; só que um negócio que tem consequências, não é só mais um produto qualquer.

Então, acho muito válida a proposta da auditoria, e gostaria de pedir, de solicitar, que a Frente Parlamentar pudesse ser acoplada, pudesse fazer em conjunto essa auditoria com o TCU. Temos que aproveitar que existe uma Frente na Casa, valorizar o trabalho da Casa, das pessoas que já estão disponibilizadas para fazer esse trabalho, esse serviço e que já estão com boa vontade.

E uma outra questão é pensar as políticas de forma sistêmica. O Sr. Clodoaldo falou que, muitas vezes, a política fiscal e monetária eram contraditórias, uma desfazia o que a outra fazia. As políticas são feitas por interesses.

Por mais que a gente tenha um PPA para pensar de forma sistêmica, para analisar as diversas políticas e como elas se autorrelacionam e se autorreforçam, na prática, o que a gente vê é que a política monetária, a política cambial, a política fiscal e até mesmo a atuação do próprio Congresso estão sem a tal legitimidade política que o Senador falou, porque não se pensa de forma sistêmica; se pensa de acordo com os seus interesses. A lei que eu vou propor não é para o País, eu não estou pensando de maneira sistêmica; eu estou pensando no interesse de uma pessoa de um setor tal. Então, para que a gente tenha transparência de fato, a gente tem que buscar ver o todo da história, e não só o micro. A gente tem que buscar as inter-relações, senão não vai conseguir ter a real dimensão do que é que está sendo feito, dos abusos que estão sendo cometidos.

Muito grave. É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Pois não. Uma jovem da USP que está nos visitando, peço que se identifique.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A SRª GABRIELLE PAULANTI – Boa tarde a todas e todos, sou a Gabrielle. Eu estou aqui falando em nome da Associação de Pós-Graduandos da Universidade de São Paulo. Gostaria de, primeiramente, saudar a Mesa e parabenizar, inclusive, pela apresentação muito concisa e esclarecedora dessa situação, que é um dos tentáculos da agenda que está sendo implementada no nosso País por um Governo sem legitimidade.

Concordo com o Senador em que há uma crise de legitimidade, sim, no Congresso Nacional, e há um governo que implementa uma agenda como essa, que incentiva uma agenda como essa, uma agenda que nem foi consultada ao povo brasileiro. É muito preocupante que hoje a gente tenha agora, daqui a pouco, o início da votação, o primeiro turno de votação, no Senado, da PEC 55, justamente neste momento em que há centenas de universidades ocupadas em nosso País, centenas de escolas ocupadas no País pelo movimento estudantil, pelo movimento dos trabalhadores, mesmo com uma grande força-tarefa para esconder isso tudo.

Foi muito profícuo a professora trazer aqui a citação do Ford de que há uma grande coalizão para esconder do povo, esconder das pessoas o que tem acontecido. Entretanto, a nossa convicção é de que isso não se sustentará.

Não há maneiras de sustentar um absurdo tão grande, tão aprofundado, uma calamidade tão grande, um atentado tão grande às possibilidades do Brasil em todas as áreas. Falo da perspectiva da pós-graduação, cujos investimentos são quase todos dependentes de orçamento público. Então, nós estamos condenando a ciência e a tecnologia do nosso País a um profundo abismo, daqui para frente, com a aprovação dessa PEC, por 20 anos, sabendo qual é a necessidade estratégica do País em investir em ciência e tecnologia.

Hoje, haverá atos, por todo o Brasil, contra essa PEC. Aqui, em Brasília, não será diferente: nós estaremos juntos, marchando contra essa PEC.

Quero deixar a minha saudação a todos os brasileiros, a todos os cidadãos que têm compromisso com este País, para que estejam juntos nessa luta, tanto para barrar a PEC como para dar novas possibilidades ao País, com uma nova eleição direta para Presidente da República. Que nós possamos, de uma vez por todas, mostrar que, neste País, há, sim, um povo que não vai aceitar que uma calamidade como essa continue acontecendo.

Aqui quero deixar o compromisso da Associação de Pós-Graduandos da USP, até o fim, nessa luta contra a PEC e contra todos os absurdos contra conquistas históricas dos trabalhadores, dos estudantes e de toda a sociedade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado. Agradeço a participação.

Consulto se há mais alguém, por favor. (*Pausa.*)

Há duas pessoas.

O SR. HELENIO PORTO BARROS – Boa tarde.

Helenio Barros, Coordenador-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União.

Primeiro, quero saudar os componentes da Mesa – Prof. Maria Fattorelli, Senador João Capiberibe, Sr. Clodoaldo Júnior – por nos dar essa chance de vir aqui e somar mais conhecimento aos nossos conhecimentos sobre tudo que está acontecendo neste País, com toda essa tentativa de penalizar mais ainda o povo pobre e trabalhador, às custas de uma dívida, de um calote, de um prejuízo ao País que não foi ele quem deu, que não ocorreu por culpa dele. Muito pelo contrário, esse povo, nos últimos anos, tem ajudado, e muito, a fazer este País crescer, tanto vendendo a sua força de trabalho quanto atuando no mercado consumidor.

Agora, quando o País passa por uma crise exatamente de consumo, o Governo tenta impingir maior peso tributário, maior prejuízo financeiro a essa classe.

A PEC 55, por si só, já era uma ameaça de morte à classe trabalhadora. Agora, mais ainda, com todo esse esclarecimento sobre o *swap*, com todas essas questões, a gente visualiza que ela não é só uma ameaça, ela é um fator gerador de futuro extermínio da sociedade brasileira nas suas classes mais baixas. Aí a gente tem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

exatamente...

A minha pergunta, a pergunta que jogo, é: do que vai adiantar essa PEC 55 se continuar essa atuação nefasta do Banco Central, gerando mais dívidas, continuando a fazer essas práticas que não conhecemos, que não sabemos para aonde vão, de onde vêm, para quem vão, quem é o beneficiário; são atividades praticamente, poderíamos dizer, alienígenas. É aquela coisa que a gente acha que existe, mas não sabe de onde veio nem para aonde vai, mas alguém viu alguma vez.

Gostaria muito de saudar a todos e todas aqui presentes e de tentar ver essa reflexão.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado.

Nós temos várias questões a que, logo em seguida, nossos expositores vão responder. Vão responder a todas as questões. Consulto a Secretaria se há mais *e-mails.* Não.

Então, passo a palavra.

O SR. ENIO PONTES – Sou o Professor Enio Pontes, da Universidade Federal do Ceará. Sou diretor do Sindicato dos Professores de Ensino Superior, lá no Ceará, e coordenador do Núcleo de Auditoria Cidadã da Dívida, lá no Estado do Ceará.

Hoje estou muito satisfeito por estar aqui participando desta audiência pública. Quero parabenizar a Mesa, o Senador João Capiberibe, a excelente apresentação da Prof. Maria Lúcia Fatorelli, do Sr. Clodoaldo Júnior.

Venho acompanhando e vendo como tem sido a propagação da PEC 55 no País e o que é que está por trás de tudo isso. Fiquei muito surpreso quando comecei a acompanhar a Auditoria Cidadã da Dívida, através da Professora Maria Lúcia Fatorelli. Fiquei mais surpreso hoje aqui quando foram apresentadas coisas que nunca tinham passado pela minha cabeça. Uma delas é aparecer num quadro *swap* cambial do Banco Central. Como é que isso pode? Então, quero saber como é que estão explícitos esses valores, se é uma coisa ilegal. Outra coisa que preocupa é se isso virou um vício para as empresas. Como foi colocado que as empresas estão praticamente viciadas, as grandes empresas, em fazer isso, não vai gerar mais um outro problema para o Brasil? Faço minhas, também, as palavras da Gisele e da Gabriele, com relação ao ensino público, às universidades. O grande problema no ensino é o investimento. Então, estamos de cara com um quadro muito grave do que vai acontecer com o Brasil.

Então, mais uma vez parabéns! Essas são as minhas questões.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Bom, havia mais uma pessoa inscrita, não havia?

O SR. CRISTIANO BERNARDINO MOREIRA – Boa tarde a todos e todas.

Sou o Cristiano, da direção da Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e MPU), também da direção do Sintrajufe, que é o sindicato da categoria no Rio Grande do Sul e coordenador da Auditoria Cidadã do núcleo gaúcho, que também faz esse debate sobre o sistema da dívida.

Quero, em primeiro lugar, saudar a iniciativa desse debate, porque estamos frente a um grande esquema de transferência de recursos públicos para o mercado financeiro, e tudo o que não temos visto com relação a esse conjunto de medidas draconianas de desmonte do serviço público são debates e diálogos com a população e o conjunto da sociedade.

Inclusive, essa audiência pública é apenas mais uma daquelas em que o Governo, embora convidado, não comparece para fazer o debate e apresentar a sua opinião, o seu contraponto para ser confrontado com as opiniões da sociedade civil como um todo, de organizações como a Auditoria Cidadã da Dívida, sindicatos e entidades sindicais.

Hoje, aqui em Brasília, temos milhares de estudantes e trabalhadores que realizarão mais um grande dia de mobilização contra a PEC 55, que é apenas uma entre as diversas medidas que são encadeadas em um projeto Temer, que visa, sim, desmontar o serviço público e entregar para a iniciativa privada não apenas os nossos recursos, mas também a prestação dos serviços essenciais à população, que serão ainda mais precari-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

zados.

O congelamento dos gastos sociais por 20 anos vai preparar o terreno para as novas medidas já anunciadas pelo Governo e que virão em sequência, como a reforma da previdência, que vai retirar ainda mais direitos da classe trabalhadora. ou como a reforma trabalhista, que vai praticamente anular a CLT, conquistas e direitos históricos dos trabalhadores, colocando as negociações diretas entre patrões e empregados acima do que prevê a legislação; e também a terceirização, que pode ser aplicada de forma geral e irrestrita, que pode vir tanto via projeto de lei, que tramita já no Senado, após ter sido aprovado na Câmara, quanto pode ocorrer também via julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, que, a propósito, tem sido também aliado do Governo na aplicação dessas medidas que desmontam o serviço público.

Então, nesta data tão importante de luta e mobilização, quero, primeiro, questionar os dois painelistas da Mesa, fazer comparações, pois sabemos que dois países tomaram caminhos diferentes e os resultados que foram encontrados em cada um deles: a Grécia, que aplicou medidas de austeridade tentando punir e jogar a conta da crise sobre as costas do povo, e o Equador, que auditou a sua dívida pública e pode elevar muito os investimentos em gastos sociais, podendo prestar serviços de qualidade à população.

Peço que ambos tratem um pouco disso. Aproveito e deixo um recado muito claro ao Governo, à sua Base, que tem estado ao seu lado para aplicar medidas como essa e a todos e todas que não vamos aceitar pagar a conta dessa crise.

Estamos apenas começando um grande processo de resistência, e as ocupações de escolas, universidades e institutos federais são um importante elemento nesse processo de mobilização, além das datas construídas pelas entidades sindicais. Deixo o recado de que, a prosseguir esse projeto Temer de desmonte do serviço público, aplicado por um Governo que está preocupado hoje, encurralado em explicar escândalos de corrupção, acusações de tráfico de influência no Governo e, mesmo assim, mesmo sem ter legitimidade, ataca o povo brasileiro, nós não vamos pagar a conta da crise. E, a persistirem os ataques, vamos parar o País com uma grande greve geral que possa derrotar esse projeto e todos aqueles que se colocarem no nosso caminho. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Agora vamos passando aos nossos expositores.

Passo a palavra ao economista Clodoaldo Júnior.

O SR. CLODOALDO BATISTA NERI JÚNIOR – Primeiro quero agradecer a participação de vocês. Realmente, é uma honra estar aqui com a participação de pessoas como vocês, que estão contribuindo com esse debate.

Lamentamos que o Banco Central não esteja aqui. Aqui é a Comissão de Transparência e Governança Pública. Então, seria importante que a autoridade monetária estivesse presente, ainda que fosse com um técnico de segundo escalão. A Febraban também não está aqui, porque ela deve ter os seus motivos.

Gente, com relação à questão do *swap* cambial, o Ministro Tombini, ex-Presidente do Banco Central, esteve na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, quando falou um trecho que me chamou atenção. Ele disse – está gravado, não sou eu, são palavras dele – que o mercado disse que não precisa de toda essa proteção.

Ora, se o Presidente do Banco Central, Senador, vem aqui no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos, e diz que o mercado está dizendo que não precisa de toda essa proteção, o que justifica, quem são os beneficiários dessa proteção, desse seguro, como muito bem falou a Drª Maria Lúcia Fattorelli, que fez uma brilhante explanação sobre o tema.

A PEC 55, que foi falada por vocês, tem um propósito. Esse propósito seria, digamos assim, defensável se fixássemos limite para o gasto do Governo com esse tipo de operação. Vocês vão limitar gastos com juros? Não. Então, os gastos referem-se ao funcionalismo público e representam um massacre em relação aos direitos sociais, educação, saúde e segurança.

Portanto, o PEC 55 poderia existir se prioritariamente fosse fixado limite para os gastos com juros. Acho que o movimento tem que ser um movimento inteligente. O movimento inteligente começa quando a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

diz assim: se for para limitar gasto, vamos começar por aquele gasto que representa a maior relevância do orçamento público. Vamos limitar gastos com juros? Acho que seria o ponto principal trabalhar a limitação com gastos de juros.

A economia brasileira, senhores – vocês são economistas, acadêmicos, pós-graduandos e sabem disso – não consegue sustentar uma taxa Selic de 14,25%. Vocês sabem disso, é insustentável. Como muito bem foi falado, essa conta vem, virá, e ela vai ser paga pelos servidores, ela vai ser paga pelos aposentados.

As projeções que temos em relação à questão da previdência são de que ela está sob ataque desses agentes econômicos, porque eles alegam que o gasto da previdência é que é o problema do Brasil. O problema do Brasil não é gasto com previdência; o problema do Brasil realmente é isso aqui, essa farra aqui que se faz com a rolagem da dívida pública e com essa farra do *swap* cambial.

Eu peço ao Senador Capiberibe que... Tenho a certeza de que o Senador Capiberibe não teve a campanha financiada por bancos. Isso é importante. Precisávamos de mais Senadores como o senhor, porque, realmente, a nossa situação requer um tratamento em que o Poder Público precise se manifestar em relação a essa questão.

Então, a minha recomendação, Sr. Senador e senhores – aqui é a Comissão de Transparência e Governança Pública, que é a Comissão que tem a competência de dar esse encaminhamento –, é primeiramente encaminhar, nos termos, como foi colocado pela Drª Maria Lúcia Fattorelli, uma solicitação para o Tribunal de Contas da União, que tem a competência constitucional, fazer a auditoria da dívida, com base no relatório do auditor Robson Caldas.

Solicite-se também que a CTG encaminhasse, através da Mesa Diretora do Senado, uma solicitação para que a PGR, o Procurador-Geral da República, manifeste-se em relação à competência constitucional da autoridade monetária de atuar dessa forma em relação às operações de *swap* cambial. Eu entendo que o art. 37 da Constituição Federal estabelece os princípios que regem a Administração Pública, e a autoridade monetária está vinculada a ele, o famoso Limpe: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Então, ainda vivemos em uma República. Existem os instrumentos da República, e eu acredito que eles têm que ser acionados, eles devem ser acionados para se trazer a verdade, a verdade em relação ao aspecto legal dessas operações. Além disso, precisamos saber quem são os beneficiados e que medidas nós temos que tomar em relação a eles.

Fico muito grato pela participação, pelo convite, fico grato ao Senador Capiberibe, que teve a sensibilidade de solicitar informações ao Banco Central. Foram 23 informações, 23 perguntas encaminhadas ao Banco Central, e algumas delas são motivo até de causar vergonha alheia. Inclusive, vou repassar para a Drª Maria Lúcia Fattorelli, vou passar aqui para a Comissão essa resposta, porque a informação é pública. Estamos na Comissão de Transparência, e vocês, que são acadêmicos do curso de economia, devem ter acesso a esse tipo de informação.

Eu gostaria de finalizar a minha fala, dizendo que existem algumas coisas que o Senado pode fazer, em termos de competência legislativa. Como as empresas têm a provisão para devedores duvidosos, a empresa vende a prazo; então, em cima desse montante de contas a receber, ela faz uma provisão para devedores duvidosos, porque ela sabe que pode haver inadimplência. Toda e qualquer empresa brasileira que fizer contratação de dívida em moeda estrangeira tem que passar lá pelo Banco Central, porque ele vai ter que fazer o contrato, vai ter que fechar câmbio.

Então, o Banco Central deveria desenvolver um sistema transparente, tal qual é o sistema da transparência em relação servidor público em que, quando se quer saber o salário do servidor, é só ir lá na internet e obter a informação do salário do servidor. Deveria haver também uma informação pública transparente: quais são as empresas que contraíram dívida em dólar? Se a empresa contraiu uma dívida em dólar, o Banco Central sabe. É como a Receita Federal. A Receita Federal não sabe a nossa remuneração, que é informada através da Sefip? Da mesma forma, o Banco Central passaria a ter essa informação, e as empresas teriam limite para fechar contrato de câmbio com o Banco Central.

Ainda assim, penso que o Senado Federal poderia apresentar um projeto de lei para definir, para fixar os parâmetros para esse tipo de operação. Eu acho que o *swap* cambial tem um propósito para a economia real, não podemos simplesmente dizer que o *swap* cambial só afeta o interesse especulativo. É claro que, neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

caso do Brasil, neste caso específico, entendo que é para atender, realmente, a interesse especulativo.

O setor público precisa das reservas internacionais para garantir as turbulências das crises econômicas, das crises financeiras que assolam o mundo. A gente sabe que virão outras crises, essas crises são sistêmicas e nós não estamos imunes a elas. São fatores exógenos e dos quais não cabe controle.

Agora, qual o controle que podemos fazer em termos de Brasil? Nós podemos, primeiro, definir que a empresa brasileira que fizer captação no exterior tem que declarar ao Banco Central. Empresa brasileira que quiser fechar contrato de *swap* cambial obrigatoriamente vai ter que abrir mão da questão do sigilo bancário.

Com isso, com essa medida, você vai salvaguardar as empresas que realmente precisam desse colchão de estabilidade financeira, que é o setor corporativo. Nós não podemos desprezar isso. E se consegue, com essa medida, inibir o especulador, porque, atualmente, da forma como está, sou terminantemente contra essas operações de *swap* cambial, porque não há transparência, Senador. Se não há transparência, entendo que ela não está se destinando ao setor corporativo.

Então, é preciso que empresas brasileiras que tomarem dinheiro emprestado, que fizerem captação no exterior, declarem ao Banco Central. O montante para fazer operações de *swap* cambial estaria limitado a um percentual, não 100%, mas a um percentual dessas operações, e elas seriam obrigadas, da mesma forma como as empresas são obrigadas a fazer provisão para devedores duvidosos, a fazer provisão do risco cambial. Essa seria uma medida que atenderia o princípio da prudência e do conservadorismo, que é um princípio contábil, que norteia a contabilidade tanto das empresas estatais, quanto das empresas públicas.

Com isso, o Poder Político teria condições de saber se realmente essas operações de *swap* cambial foram para atender o setor corporativo. Porque o setor corporativo, gente, precisa de um colchão de estabilidade financeira para atuar frente a essas crises. Mas, da forma como está, sem transparência, abre-se margem para especulação, que eu acredito ser o carro-chefe dessa farra. Eu creio que, realmente, isso é fruto de especulação e essa especulação tem que ser enfrentada. E tem que ser enfrentada com ousadia, de maneira inteligente e bastante pontual. E isso começa com a provocação do Tribunal de Contas, isso começa com a provocação da Procuradoria-Geral da República que têm que se manifestar quanto à legalidade e à competência constitucional do Banco Central para atuar nesse segmento. Eu acho que qualquer discussão relacionada ao *swap* cambial passa necessariamente pelo Tribunal de Contas da União, chamando a Procuradoria-Geral da República a cumprir as suas atribuições constitucionais.

Era isso o que eu queria falar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Gostaria de agradecer, primeiro, a exposição didática que enriqueceu muito a nossa discussão, o nosso debate e sobretudo a compreensão de uma questão de alta complexidade e de pouco conhecimento, em que o Banco Central é o primeiro a fechar as suas portas e não informar a sociedade. Tanto é que não esteve presente nesta audiência pública, que era uma oportunidade de explicar para quem participa presencialmente e para quem nos acompanha pela internet as razões de suas decisões. Porque o Banco Central trata de recursos públicos, e todos os equívocos e erros cometidos pelo Banco Central nós é que pagamos.

Muito obrigado, Clodoaldo Júnior.

Em seguida, eu passo a palavra à Srª. Maria Lúcia Fattorelli.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Muito grata, Senador João Capiberibe. Muito grata a todos e a todas que formularam as perguntas.

Até para dar um gancho onde o Clodoaldo parou, vou responder, primeiro, a pergunta que foi colocada aqui pela Gisela, que leu, estarrecida, uma frase que está no brilhante parecer do Rodrigo Caldas Gonçalves que não foi adiante, pois ele foi arquivado. Esse processo foi arquivado no TCU sob a justificativa de que a autoridade monetária poderia fazer operações não previstas em lei. Será que é isso mesmo? Então, veja, acho importantíssimo um requerimento para que se faça essa auditoria, porque acho que nós estamos vivendo outros tempos. Não é possível que a autoridade monetária ou qualquer autoridade ou qualquer área do setor público seja autorizada a fazer algo que não está previsto em lei. Então, isso seria jogar fora, para valer, toda a estrutura jurídica do Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

E estamos aqui, hoje, nesta audiência, aparentemente discutindo uma especificidade financeira, mas estamos tratando aqui, hoje, da vida das pessoas. Porque, quando existe ali um prejuízo assumido de R$90 bilhões – um prejuízo assumido publicamente de R$90 bilhões! – e quando fazemos a conta só dos resultados negativos, vemos que o prejuízo em um ano não foi de R$90 bilhões, foi de R$207 bilhões, e que esse prejuízo foi pago gerando-se dívida pública. Qual é a justificativa que está apresentada para a PEC, gente? Para a PEC 55? A dívida está muito alta, e nós temos que destinar recurso para pagar a dívida. Para isso, vão congelar as despesas primários por 20 anos.

Nós estamos falando aqui diretamente da vida das pessoas. E mais: acerca de toda essa necessidade, que é colocada, de que tem que sustentar, dar essa segurança da variação cambial para quem negocia no exterior, pergunto: isso é mais importante do que gerar educação pública para toda sociedade? Isso é mais importante do que garantir saúde pública? Pois é isso que está sendo feito.

São bilhões, centenas de bilhões sendo destinados para garantir variação cambial – a gente não sabe nem para quem – em detrimento da destinação de recursos para atendimento das necessidades sociais. E, agora, querem colocar esse privilégio dos banqueiros no texto constitucional, porque a PEC vai mudar a Constituição e vai colocar o privilégio do setor financeiro no texto constitucional. Sem falar nisso.

Olha que esperteza; olha porque é difícil a sociedade em geral entender o objetivo dessa PEC: a PEC é para beneficiar o gasto financeiro, e ela nem fala no gasto financeiro. Só existem dois volumes de gastos: o financeiro e o não financeiro. Ela congela o não financeiro; ela congela as despesas primárias, e deixa livres os gastos financeiros. Ela nem fala nos financeiros.

Mas para enfrentar as perguntas: "Por que não usaram as reservas?", o Senador Capiberibe perguntou. É uma excelente pergunta, Senador. E, se o representante do Banco Central tivesse se dignado a atender o convite do Senado Federal, eles teriam que responder: por que eles não estão utilizando as reservas cambiais? Como o senhor falou, além de terem um custo altíssimo para o País, não rendem nada. Rendem juros de 0,25% e têm um custo altíssimo, porque, para comprar esses títulos que compõem as reservas lá fora, nós emitimos títulos da dívida interna, que pagam o maior juro do mundo.

Todo mundo se lembra de como foram constituídas essas reservas? Foi quando o dólar caiu em todo mercado mundial por conta do que o representante da CGTB que estava aqui, o Sr. Sabóia, falou: quando os Estados Unidos... Os Estados Unidos não, quando o FED, que é privado, o Banco Central americano, jogou US$16 trilhões no mercado – US$16 trilhões – isso foi comprovado por uma auditoria feita pelo departamento de contabilidade governamental dos Estados Unidos, denunciado inclusive pelo Bernie Sanders, que foi candidato à presidência lá. O FED jogou US$16 trilhões para os bancos, e os bancos começaram a jogar esse dólar mundo afora, o dólar caiu. Aqui, no Brasil, estava em R$4,00 e foi parar em R$1,50.

E os especuladores vinham com esses dólares para o Brasil, por quê? O que fez o Banco Central? Aceitou esses dólares e trocou por título da dívida interna, pagando o maior juro do mundo em uma moeda, o real, que estava se valorizando frente ao dólar. Pegou esses dólares e comprou título da dívida norte-americana, e não só título da dívida norte-americana, outros papéis.

Nós temos hoje quase US$380 bilhões em reservas internacionais. Desses, cerca de US$250 bilhões estão em títulos da dívida norte-americana. Nós só sabemos disso porque os Estados Unidos informam quem detém os títulos da dívida americana. Aqui no Brasil ninguém informa. Agora, e os outros cento e vinte e tantos, quase US$130 bilhões? Estão em papéis! Nós nem sabemos em quê. Então, Senador, é isso. Teria de ser usada a reserva. Por que não usam? Não tem lógica colocar uma operação ilegal, que nem é cambial – é apenas uma aposta em relação à variação. Então, para nós não faz sentido não usar parte das reservas, principalmente para empresas, que geram empregos.

Alguém falou em vícios, se as empresas estariam viciadas. Eu não creio nisso. Eu creio que a maioria das empresas que realmente negociam no exterior acabam elas mesmas correndo atrás de ter a moeda, e não ficarem sujeitas a esse juro, porque o *swap* tem um custo para elas, também. Então, quando elas recebem o recurso, elas têm como fazer a operação, e se elas têm o dinheiro agora para ir lá e comprar o contrato do *swap*, se for empresa mesmo que está negociando, é muito mais vantajoso para ela ir lá e liquidar a sua operação, do que ter de pagar juros. Por isso, eu não creio que haja empresas por trás dessas operações, não. E outra coisa: empresa regular, empresa que atua de forma legítima, creio que vai ter receio; o seu departamento jurídico vai ter receio de entrar nessa operação de *swap* cambial que o próprio Tribunal de Contas já falou que é ilegal, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

falou que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, já falou que fere a Lei nº 4.595 e vários outros princípios constitucionais. Então, a nossa impressão é que quem está se aproveitando dessa operação são especuladores.

Vieram perguntas sobre a legitimidade para propor a PEC, e de que vai adiantar essa PEC. Essa PEC, gente, só será importante para especuladores, para banqueiros, porque dará uma garantia de que as despesas primárias ficarão congeladas e de que vão sobrar mais recursos para serem destinados ao setor financeiro – tanto para o pagamento de juros da dívida pública, como esses outros gastos financeiros, e para as tais empresas estatais não dependentes.

Agora não dá tempo de entrar nisso, mas todo mundo pode acessar a gravação da audiência pública ocorrida na quinta-feira passada aqui no Senado. Quanto à legitimidade para propor, dá até vergonha de dizer, mas eu vou dizer: o Sr. Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, é denunciado em 12 processos, que estão no Supremo Tribunal Federal. Doze! Eu queria muito que esse senhor tivesse vergonha e renunciasse ao seu posto. É uma vergonha o Senado Federal estar presidido por uma pessoa mencionada em 12 processos, inclusive processos criminais.

É uma vergonha o Presidente da República! Apareceu aí um cheque nominal a ele de R$1 milhão, que o denunciante havia dito que era propina e depois desdisse. Mas o cheque é nominal. Ele pode dizer o que ele quiser, o cheque é nominal, com nome e sobrenome do Presidente da República!

Fica aqui um pedido nosso, porque estou aqui hoje como povo. Renuncie, Sr. Temer! É uma vergonha para os brasileiros e as brasileiras ter um criminoso...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – E olha que a nossa luta é suprapartidária. Eu não estou aqui falando em relação ao partido dele, estou falando em relação à atitude dele. A atitude dele de ter recebido R$1 milhão nominais como propina e de se ver como legítimo para presidir o nosso País. Não o é! E ainda mais para encaminhar uma proposta que vai modificar a nossa Constituição Federal. Não tem legitimidade para isso.

Então, nós povo temos que fazer a nossa parte, como estamos fazendo aqui hoje, dando a nossa cara, falando aqui à frente de câmeras as ilegalidades.

Pode até ser que essa PEC seja aprovada. Porque vocês viram quanta gente na lista? Há muita gente corrupta que está aqui votando e que deveria estar atrás das grades. Pode até ser que essa PEC seja votada por isso, mas a verdade é mais forte, e um dia nós reconstruiremos tudo isso. Nós somos a maioria e um dia reconstruiremos tudo isso.

Temos muitas saídas. As saídas passam pelos investimentos estruturantes, o contrário do que a PEC quer fazer. Quais são os investimentos estruturantes? Em ciência e tecnologia, em educação, em saúde. Investimentos que resgatem. (*Palmas.*)

Nós temos hoje 12 milhões de brasileiros desempregados e 64 milhões de desocupados. Nós temos que resgatar essas pessoas, reinseri-las no mercado de trabalho. Não haverá problema algum na Previdência se esses 76 milhões de pessoas forem reintegradas ao mercado de trabalho, não precisará de reforma nenhuma, pelo contrário. Previdência Social é solução, não é problema, nunca foi.

Nós temos que rever o modelo tributário. Temos um modelo tributário aleijado, que não tributa distribuição de lucros, não tributa remessa ao exterior, não tributa fortunas. Tributa muito mal as heranças, permite que os bancos deduzam juros sobre capital próprio e tenham esses lucros abusivos que nós demonstramos.

Se mexer no modelo tributário como tem que mexer, se investir na administração tributária, não precisa reforma, não precisa retirar direito da população. A reforma necessária é na política monetária suicida praticada pelo Banco Central. Precisa disciplinar os juros indecentes. Precisa parar de remunerar sobra de caixa dos bancos, nas operações mascaradas como operações compromissadas. Isto é remuneração da sobra de caixa dos bancos: um trilhão! Remunerado diariamente. E precisa parar de fazer essa farra do *swap* cambial, que foi o objetivo desta audiência pública de hoje.

Se fizermos esses investimentos estruturantes e essas reformas no modelo tributário, na política monetária, e passar a aproveitar e a explorar corretamente as nossas riquezas minerais – porque hoje, Senador, só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ficamos com o dano ambiental –, se fizer isso... Gente, o Brasil é um dos países mais ricos do Planeta. É possível garantir vida digna para todas as pessoas. E é possível haver outra realidade. E é isso que nós vamos reconstruir. Já estamos reconstruindo, e vamos tornar isso realidade, tirar esse cenário de escassez que querem nos impor, derrubar as hastes que sustentam esse cenário de escassez e passar a viver a realidade de abundância, que é a nossa realidade.

Muito grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muitíssimo obrigado.

Eu entendo e me junto à indignação da Maria Lúcia Fattorelli.

Acho que o País vive um momento de desesperança, em função da má condução política. Esse é o grave problema nosso. O nosso problema é de ordem política. Nós perdemos o controle sobre o Estado brasileiro.

A democracia, em tese, significa participação do povo, mas há um abismo que separa o Estado brasileiro da sociedade brasileira. Eu não vejo outra maneira de nós reconstruirmos essa ponte que não seja através da transparência, de fato, em todas as áreas, inclusive nessa à qual não temo acesso, que é a da política monetária, do Banco Central. Vamos encaminhar proposta nesse sentido, de que possamos tornar o Banco Central minimamente transparente, porque hoje ele é completamente opaco: a sociedade não tem conhecimento de suas transações, inclusive dessas transações tenebrosas de que nós acabamos de tomar conhecimento hoje.

Dou por encerrada a nossa audiência pública e retomo a pauta de votação da Comissão.

Nós temos quórum. Mesmo os Senadores não estando aqui presentes, a nossa lista de presença nos indica que temos quórum para deliberar.

Nós temos o item 1 da pauta, que é o Requerimento da Comissão de Transparência de Governança Pública nº 13, de 2016, do Senador Telmário Mota.

Porém, nos termos do art. 242, do Regimento Interno, um requerimento não pode ser lido sem a presença do autor. Assim, fica o item adiado para a próxima reunião.

(É a seguinte a matéria adiada:

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 13, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Transparência e Governança Pública, para debater a avaliação do programa "Brasil Transparente" executado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

Sugere a participação dos representantes das seguintes entidades:

1. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle;

2. Confederação Nacional dos Municípios;

3. Representantes de 5 capitais brasileiras.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Requer audiência pública para avaliação do programa "Brasil Transparente", do MTFC, que consta de política pública a ser avaliada pela CTG no exercício de 2016.)

No entanto, temos, extrapauta, um requerimento de nossa autoria, o Requerimento nº 16, que passo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ler:

ITEM
EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2016

Requeiro nos termos do artigo 71, inciso IV, da CF, que seja determinada ao TCU a realização de auditoria para apurar prejuízo ou lucros do instituto chamada "Swap Cambial", devendo ser encaminhado ao TCU os dados levantados na audiência pelos expositores.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Justificação.

No dia de hoje está sendo realizada a audiência pública acerca do *swap* cambial, onde estão sendo apontados dados que demonstram a relevância da realização da auditoria, pelo TCU, dessa operação financeira denominada *swap* cambial.

Eu o submeto ao Plenário.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Considerações finais da Presidência da Comissão:

Convoco a próxima reunião para terça-feira, 6 de dezembro, às 11h, para a realização da audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2016, de autoria do Senador Paulo Bauer. Na oportunidade debateremos sobre a telefonia celular no Brasil. Convidados já confirmados: Sr. Juarez Quadros do Nascimento, Presidente da Anatel; Srª Maria Inês Dolci, Coordenadora Institucional da Proteste, convidada ainda a confirmar; Sr. Luiz Alexandre Garcia, Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares; e o Sr. André Müller Borges, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos e encerro esta reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ATA DA 18 ª REUNIÃO, Extraordinária, DA Comissão de Transparência e Governança Pública DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ordinária DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 de Dezembro de 2016, Terça-feira, NO SENADO FEDERAL, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9.

Às onze horas e quinze minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Paulo Bauer, reúne-se a Comissão de Transparência e Governança Pública com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Regina Sousa, Valdir Raupp e João Capiberibe. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Telmário Mota, Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka, Romero Jucá, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Fernando Collor e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RTG 15/2016, de autoria do Senador Paulo Bauer. **Finalidade:** Debater a telefonia celular no Brasil. **Participantes:** Sr. Juarez Quadros do Nascimento, Presidente da ANATEL; Sr. Carlos Duprat, Diretor Executivo do SindiTelebrasil (representante de: Associação Nacional de Operadoras Celulares). Sra. Maria Inês Dolci, Coordenadora Institucional da Proteste. **Resultado:** Audiência pública realizada. 2ª Parte - Deliberativa. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA Nº 13 de 2016 - Não Terminativo -** que: "Requer, com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Transparência e Governança Pública, para debater a avaliação do programa "Brasil Transparente" executado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. Sugere a participação dos representantes das seguintes entidades: 1. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; 2. Confederação Nacional dos Municípios; 3. Representantes de 5 capitais brasileiras. " **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, de 2015** que: "Altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos." **Autoria:** Deputado Walney Rocha. **Relatoria:** Sen. Paulo Bauer. **Relatório:** Relatório favorável ao projeto e à Emenda nº 1 - CCJ, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Bauer

Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Cumprimento todos os senhores e as senhoras presentes.

Havendo número regimental na lista de presença, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública.

A finalidade desta reunião é debater a telefonia celular no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2016.

Foram convidados: o Sr. Juarez Quadros do Nascimento, Presidente da Anatel, que convido para tomar assento à mesa; também o Sr. Carlos Duprat, Diretor Executivo do SindiTelebrasil, que também convido para tomar assento à mesa; e a Srª Maria Inês Dolci, Coordenadora Institucional da Proteste, que já nos informou estar chegando às dependências do Senado, uma vez que veio até Brasília e já se encontra na Capital. Portanto, em poucos minutos, ela estará presente entre nós.

Os convidados para esta audiência pública são muito bem-vindos. Certamente suas informações vão auxiliar muito para que nós possamos conhecer, um pouco mais e melhor, os assuntos relacionados aos serviços da telefonia celular em nosso País.

A presente reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800 612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por dez minutos, prorrogáveis por mais dez, se necessário. Depois das manifestações dos convidados, abriremos a palavra para interpelação, por até três minutos, de Senadores e Senadoras que se inscreverem para essa finalidade. As participações dos cidadãos serão trazidas à Mesa pela Secretaria da Comissão, para que sejam lidas oportunamente e respondidas ou comentadas pelos convidados ou pelos próprios Senadores presentes.

Quero aqui registrar, principalmente para os nossos convidados, que nós tínhamos imaginado uma presença muito expressiva de Senadores nesta audiência; entretanto, devido a fatos conhecidos de todo País, relacionados a uma decisão do Supremo Tribunal Federal com relação ao afastamento do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, das funções e do cargo de Presidente da Casa, várias Comissões suspenderam seus trabalhos. É visível que vários Senadores se encontram em seus gabinetes e nos gabinetes de Liderança para justamente avaliar a questão e os desdobramentos políticos inerentes ao fato. Mesmo assim, nós não vamos deixar de aproveitar este momento, esta oportunidade, para permitir que os nossos convidados se manifestem, prestem informações, analisem a questão da telefonia celular. Depois, se Senadores comparecerem, poderão fazer questionamentos e observações, e as pessoas que nos assistem pela internet certamente, se também desejarem alguma informação ou esclarecimento, poderão solicitar.

Eu concedo a palavra, inicialmente, ao Sr. Carlos Duprat, Diretor Executivo do SindiTelebrasil, por até dez minutos, e informo que quando faltar um minuto, uma campainha é disparada, mas isso não significa que o senhor não poderá continuar usando da palavra. A campainha é um mero aviso, é apenas um alarme. Então, fique à vontade.

V. Sª tem a palavra.

O SR. CARLOS DUPRAT – Muito obrigado pelo convite.

Bom dia a todos.

Montamos aqui uma apresentação bastante rápida e espero passá-la dentro do prazo.

Nós vamos tecer um pouquinho sobre a situação do setor; o crescimento da demanda; as necessidades da sociedade *versus* as regras do jogo e as obrigações; o que a gente tem hoje de monitoramento de qualidade; e como melhorar, que é o que mais nos interessa.

A situação do setor. Hoje nós estamos com 250 milhões de celulares, sendo 224 milhões de acessos em banda larga, seja fixo ou móvel; 41 milhões de telefones fixos; e 19 milhões de TVs por assinatura. Esses são os números atuais do setor.

Temos mantido um nível de investimento da ordem de 30 bilhões, nos últimos anos; estamos ali, em 2015, com 29 bilhões de investimento. Esses números hoje alcançam a margem muito ímpar de 21% da receita líquida. Poucas são as empresas de telecomunicações, setores de telecomunicações, no mundo, que alcançam essa marca de investimento que nós temos alcançado no Brasil, nos últimos anos. Ocorre que temos pagado 60 bilhões de tributos, apenas em 2005. Então, a gente vai mostrar que o setor de telecomunicações, apesar de ser um setor fundamental, essencial para o desenvolvimento da sociedade, é mais tributado no Brasil do que em qualquer lugar do mundo; e disparado.

Além dos impostos, sejam eles estaduais, federais ou municipais, nós temos arrecadado mais de 90 bilhões de fundos setoriais, e a maioria deles sequer foi utilizada pelo setor para a sua destinação original. E o pior não é isso, o pior é que nós estamos vendo uma tendência crescente de aumento de impostos. E aumento de impostos num setor que está sendo, hoje, fruto de uma competição importantíssima com os aplicativos. Muitos aplicativos, hoje, são competidores do setor de telecomunicações.

O Brasil é campeão disparado de carga tributária no setor de telecomunicações, sendo quase o dobro do segundo colocado, que é a Argentina. Então, se considerarmos que esse é um segmento fundamental para a inclusão digital, isso determina que, de fato, nós não temos isso como tão prioritário como achávamos que deveria ser.

O resultado do setor, hoje. O setor, o que ele arrecada... A riqueza gerada pelo setor vai praticamente para o Governo, no nível de 60%, sem que ele tenha nenhum risco – seja Governo Federal, estadual. Estamos falando de impostos, taxas e contribuições. Então, o que fica para resultado da empresa, hoje, é muito inferior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

à Selic que nós temos, nos últimos anos.

A gente vai mostrar, a seguir, como um documento não apenas nosso, mas dos bancos de investimento. Hoje, especificamente, nós estamos sofrendo uma elevada ameaça à sustentabilidade do negócio. Nós temos aumento de carga tributária, queda na base de clientes, e uma necessidade iminente de expansão de infraestrutura, fruto da movimentação de voz para vídeo. Então, a gente vai mostrar aqui, a seguir, que, primeiro, a atratividade do setor relativamente à Selic é uma distorção enorme. Já é muito arriscado investir em telecomunicações no Brasil, e, para se estimular mais investimentos, uma das principais alternativas é a redução da carga fiscal, que é, como mostramos no eslaide anterior, uma das maiores do mundo. Essa é uma repórter da Bloomberg.

Um pouquinho sobre o crescimento da demanda. O tráfego móvel de dados tende a crescer sete vezes entre 2015 e 2020, o que dá uma taxa de crescimento anual de 45%. Então, nós temos várias infraestruturas do País que são submetidas à expansão, mas nenhuma delas a uma taxa de crescimento anual de 45%. Isso é fruto da nossa conversão de voz para vídeo, como vou mostrar a seguir.

Uma foto. Nós passamos a trafegar, na mesma rede que, há algum tempo atrás, só trafegava voz, nós começamos mandando fotos, e uma foto, como está mostrado ali, corresponde a cerca de 20 ligações. Um vídeo corresponde a 16 fotos. Cada vez que nós compartilhamos um vídeo, estamos trafegando o equivalente a 320 ligações. Então, o tráfego, hoje, tem sido expandido – fruto basicamente da forma como nós nos portamos diante dessa máquina, que aqui é o *smartphone*. Nós hoje divulgamos, compartilhamos vídeos – e é natural, é a evolução natural da sociedade, só que isso tem um impacto enorme na rede de transporte, e nós precisamos, com isso, manter um nível de investimento altíssimo, sob pena de uma redução da qualidade. Então, esse é o principal problema que nós enfrentamos neste momento.

Esse relatório da Cisco, de alguma forma, já mostra que cada um... O crescimento do tráfego está acontecendo de uma forma exorbitante. Nós já estamos, hoje, em termos de consumo per capita, no nível de 37GB por pessoa – *per capita* por mês. Isso é o mundo. Então, já é uma coisa bastante considerável.

E como é que funciona a regra do jogo e quais são as necessidades da sociedade? Hoje, ninguém admite não ter cobertura. No passado, a gente se contentava em chegar à janela, chegar à rua. Hoje, se requer funcionamento em qualquer lugar – estradas, distritos, lugares remotos, elevadores. Isso foi uma necessidade que a sociedade teve com o tempo. A dependência do celular, hoje... O celular hoje é, talvez, a única coisa que me faz voltar em casa – não mais a carteira, não mais o relógio; passou a ser apenas o celular.

Agora, as metas de cobertura dos serviços móveis são previstas nos leilões de uso da radiofrequência; e coberturas em estradas e nas áreas mais afastadas do perímetro urbano foram desconsideradas nos 25 anos do sistema celular que nós temos no País.

Não estou falando do governo A, do governo B... Quer dizer, nós tivemos aí diversos editais e a maioria não teve uma preocupação com essa necessidade de interiorizar, eu vou dizer por quê: porque temos um instrumento de interiorização, que é o Fust, mas ele era restrito a serviços utilizados em regime público, prestados em regime público. Então, ele não foi utilizado para o celular. Foi arrecadado, porém não utilizado.

Hoje, como vivem as pessoas em áreas remotas e rurais? É diferente: nós estamos aumentando o *gap* digital, quando nós não damos as mesmas oportunidades para quem vive nessas áreas.

O cronograma de implantação da cobertura de banda larga prioriza sempre os centros urbanos. A cobertura 3G só chegará a 100% das cidades com menos de 30 mil habitantes em 2019, e a cobertura 4G também só chegará aos Municípios com até 30 mil pessoas em 2019. Então, alguém se imagina sem ter, hoje, nem 3G e 4G?

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS DUPRAT – É muito pouco provável.

Então, as pessoas hoje percebem que isso é uma necessidade de integração à sociedade muito forte.

O setor tem cumprido as obrigações de cobertura, hoje, por já termos 4.882 Municípios cobertos com 3G – 97% da população –, o que é muito acima das obrigações. Ali, em 2016, nós teríamos que estar encerrando o ano com 3.761, e temos mais de mil Municípios além daquilo que era obrigatório. Mas isso não é o que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

sociedade requer. Então, independentemente disso, nós temos, hoje...

Com a cobertura 4G, da mesma forma: nós temos uma obrigação de encerrar 2016 com 136 Municípios e já temos 726 Municípios cobertos. Ou seja, temos feito mais do que a obrigação que os editais nos impuseram.

Agora, não há, em nenhum edital, obrigação de cobertura em estradas. Eu sempre cito um exemplo em que todos nós mais odiaríamos a nossa prestadora, que é o de estar numa estrada deserta, furar um pneu, você ter um problema e não ter um celular. Ou não ter a cobertura. Coitada da sua operadora: ela vai ficar para sempre manchada, na imagem dela, em sua mente. Mas ela não tem a obrigação de cobrir um metro de estrada neste País. O que é feito o é, simplesmente, por áreas economicamente viáveis. Então, nós precisamos, em nível de política pública, entender que a necessidade da sociedade está muito acima daquelas obrigações. Essa é uma política pública que nós precisamos, de fato, enfrentar.

Todos os editais até o momento – e o último edital mais que todos – priorizaram o valor pago pelo uso da radiofrequência e não a expansão da cobertura. Então, para a última faixa leiloada não existe sequer qualquer compromisso de cobertura. Isso é muito pouco. Isso não é o que a sociedade demanda e, como não conhece essas limitações de obrigação, ela tem uma imagem das empresas de que estas não atendem às necessidades dos usuários.

Nas áreas onde há obrigação de cobertura, nós temos um outro problema: são as legislações que dificultam e até impedem a instalação de antenas. Nós temos 300 leis estaduais e municipais que dificultam a instalação de infraestrutura. Então, não há como disponibilizar serviço – e muito menos de qualidade –, se nós não expandimos muito o número de antenas nas grandes cidades, onde nós temos cobertura. Então, nós precisamos instalar novas antenas e investir muito nelas.

Eu sempre levanto esta questão: há reclamações. Há punições. A pergunta é: como punir uma empresa por não cumprir um indicador, se o Município não deixa instalar a antena?

Nós temos um caso específico de São Paulo. Em São Paulo, há dois anos não se consegue instalar uma antena, num tráfego crescendo 45% ao ano. Então, a pessoa fala por um milagre.

Já temos uma conversa marcada com o novo prefeito, o prefeito eleito, vamos conversar com ele, mas não tivemos êxito durante o período do Fernando Haddad, quando tentamos, de alguma forma, conscientizar de que a sociedade, hoje, preza pela utilização adequada do celular, considerando-a como um de seus principais interesses. Então, se o legislador ou até o administrador da cidade não entende isso, ele não não está caminhando na direção que requer a sociedade.

Então, nós temos uma chaga, pois dizem: "Vocês são os setores mais reclamados." Isso é uma injustiça enorme. Enorme. Nós somos em números absolutos, mas temos 350 milhões de clientes, e ninguém leva em consideração isso. Nós somos em número absoluto? Sim, mas é muito pior ter uma empresa que tem um avião, e esse avião cai, do que ter 370 milhões, e termos aí apenas um número pequeno, porém maior, em números absolutos, do que as demais áreas.

E nós temos uma conta muito complicada também. Isso faz com que as pessoas não entendam a conta. É uma dificuldade que nós temos. Já conversamos sobre isso e precisamos, de alguma forma, melhorar.

Um pouco de monitoramento de qualidade... Nós temos vários indicadores que monitoram a qualidade. A Anatel está bem sensível à necessidade de melhorar a percepção, em nível do usuário desse contexto. E nós estamos trabalhando.

Nós implantamos muito bem implantado esse RGC, que é o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços, e isso fez com que nós tivéssemos 114 artigos, com 86 obrigações. Gastamos mais de meio bilhão de reais. Então, foi um valor muito significativo, mas nós achamos que o usuário, de alguma forma, foi bastante beneficiado com essa implantação.

Em 2015, o Procon registrou 811 mil demandas, num universo de 346 milhões de clientes. Ou seja, para cada grupo de 10 mil clientes, 23 reclamaram. Então, uma pergunta: é ruim? É claro que nós gostaríamos de estar numa situação muito melhor, mas eu vou perguntar: quantos desses não estavam em áreas que não são de obrigação, quantos desses não estavam em Municípios onde não temos sequer obrigação de atender?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Agora, um indicador positivo é que se trata do setor que mais resolve as questões apresentadas no Procon. De todos os setores que são colocados aí, nós temos o orgulho de ser aquele que mais resolve as questões apresentadas no Procon.

Nós temos uma dificuldade, porque podemos ser analisados por Procons, *call centers* das prestadoras, Anatel, Poder Judiciário. Nós temos queixa de todo mundo para demandar em relação à nossa qualidade e precisamos, de fato, otimizar esses canais de tal maneira que possamos ter uma melhoria no tratamento das reclamações.

Como melhorar? Para melhorar, o que a gente mais precisa hoje é instalar rápido. Rápido significa processos de licenciamentos ágeis, legislações que possibilitem incentivos e investimentos, e muito investimento. Só assim, com muita antena, a gente vai conseguir chegar a um nível de qualidade que o nosso brasileiro merece.

Há aqui algumas regras para isso. Nós temos que lidar com 5.570 prefeituras, cada qual com a sua regra específica. Temos muita burocracia, processos onerosos, pouco conhecimento sobre o funcionamento. Temos ainda alguns mitos, alguns acham que a antena dá câncer, o que é uma coisa totalmente desmedida, porque já está aprovada no mundo inteiro. Eu fiz algumas apresentações, em alguns locais do Brasil, em que eles disseram: "Pode não dar câncer, mas, quando não funciona, me dá uma dor no coração." Eu falei: é verdade, isso pode dar sim. Mas dá exatamente pela falta de qualidade decorrente da ausência da antena.

É um desafio enorme manter o nível de investimento frente à necessidade crescente de infraestrutura. A utilização dos fundos setoriais em áreas não rentáveis é fundamental. Nós temos uma ferramenta, um mecanismo que precisa ser utilizado. Ele não está previsto hoje para trabalhar em serviços em nível de autorização, mas é uma questão em que deveríamos nos debruçar, porque é fundamental que toda a sociedade tenha acesso a esse serviço, que é a chance de integrar.

Nós temos aqui... Só para concluir, estamos fazendo um trabalho grande com essas legislações municipais. Houve uma aprovação da Lei Geral das Antenas aqui no Congresso Nacional. Essa lei é um benefício gigantesco, mas poucos Municípios a adotaram integralmente. Então, é uma lei importante, que demorou anos para ser aprovada aqui, e hoje não é utilizada pelo Município de forma adequada. Precisamos que isso aconteça, num curto espaço de tempo, para o bem da qualidade do setor. Então, a prestação dos serviços com qualidade depende de instalação e implantação de infraestrutura em todo o País.

Era isso o que eu tinha a dizer. Eu estou aqui para colocar isso. Para qualquer dúvida, estamos aqui para respondê-los.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Agradecemos ao Sr. Carlos Duprat pela exposição que fez.

Passamos a palavra ao Sr. Juarez Quadros do Nascimento, Presidente da Anatel.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Bom dia a todos.

Ex^mo^ Senador Paulo Bauer, Presidente da Comissão; eu gostaria também de aqui cumprimentar efusivamente o Ex^mo^ Sr. Senador João Capiberibe, do Amapá. Eu já li um livro da sua autoria e sei da sua história – então, o senhor sabe, talvez mais que nós até, do interior da Amazônia –, inclusive, quando o senhor teve que se evadir com a sua esposa em função dos problemas políticos da época. Então, se eu citar aqui alguns lugares pelos que eu também passei, não na mesma condição sua, foi na atividade profissional, aquele caminho que o senhor fez para sair em direção ao Pacífico...

Então, eu posso citar várias localidades que o senhor cita daquele trajeto. Naquele tempo era um problema político. Hoje o problema é tecnológico.

Senador Paulo, se a gente falar aqui de Laranjal do Jari, Oiapoque, depois passando pelo interior do Pará, chegando ao Amazonas, indo ao Acre, a Rondônia... Nesses Estados todos, eu pessoalmente trabalhei pela Telebrás. Então, eu vou usar muito a sua presença em função de aqui poder fazer algumas referências, se o senhor assim me permite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

O fato é que nós vivemos num mundo... Eu atuei também na Teleamapá. Quando da história da Telebrás, a Teleamapá era uma das empresas do Sistema Telebrás e houve um tempo em que a diretoria da Telepará era a mesma que a da Teleamapá. Eu sou oriundo de Belém do Pará. Por isso, tive a honra também de atuar no Estado, numa das empresas do Sistema Telebrás, que era justamente a Teleamapá. Se o senhor me permite também, para não usar só do seu Estado, uma vez que acabei atuando no Brasil todo depois pela Telebrás propriamente.

Naquele tempo, a demanda era por serviço de voz. Então, nós administrávamos a escassez, no tempo do Sistema Telebrás, não que a Telebrás não fosse uma empresa sadia. Aliás, eu cito sempre que a Telebrás nunca deu prejuízo na sua história, desde quando ela foi fundada, em 2002, até quando foi interrompida, justamente no momento da privatização, em 1998. Na verdade, a história da origem da Telebrás, em 2002, já é bem recente. Eu cometi um engano. A Telebrás é uma empresa que foi fundada nos primórdios dos anos 70. O ano de 1972 é precisamente o ano de criação da Telebrás. Então, eu dizia que, à época, a necessidade era a voz. Os telefones só permitiam voz, nem sequer existiam ainda o telex, o fax; essas coisas vieram evoluindo.

Naquele tempo, a Telebrás administrava uma escassez na possibilidade de atender serviços de voz. Depois veio a condição dos serviços móveis, mas que também, ainda na época estatal, eram em regime de escassez. Então, havia filas, o valor do acesso – o que nós chamamos de tarifa de acesso para ter o uso de um desses serviços – era caríssimo, para entrar no clube e usar o serviço, fosse o fixo, fosse depois o celular.

Hoje a demanda é banda larga. O serviço fixo, a telefonia fixa está universalizada. O serviço celular está popularizado, mas a demanda de banda larga não está atendida. E essa demanda de banda larga hoje é altamente suportada pela infraestrutura dos serviços celulares, que são muito mais fáceis, mais práticos e rápidos de serem instalados. E aí começa essa questão toda que hoje se discute da qualidade dos serviços da telefonia móvel.

Se o serviço fosse somente para voz, eu entendo tecnicamente que ele supre a necessidade, ou seja, nós falamos. Exceto quando vêm os problemas que já foram citados aqui pelo Dr. Duprat, que, em função desse viés arrecadatório, que não é problema do Governo do momento, do governo passado, nem de outros governos passados, é uma questão do famoso superávit primário, Senador Paulo Bauer, em que a Anatel, quando elabora os editais de licitação, é praticamente obrigada... Eu espero poder mudar isso.

Eu estou hoje completando dois meses de agência, aprovado aqui pelos senhores, no Congresso, justamente na Comissão de Infraestrutura do Senado e depois no plenário do Senado. Então, voltei ao setor como servidor público para tentar fazer com que as coisas se modifiquem. Mas um dos problemas que hoje atravancam bastante o crescimento do setor, seja em nível de cobertura, seja em nível de melhoria de qualidade, seja em nível de facilidade para permitir que não somente o serviço de voz, mas também os serviços de banda larga suportados pela telefonia celular possam ser possíveis, é justamente esse viés arrecadatório, em que, em detrimento da condição social de cobertura, a agência é obrigada a incrementar o preço pela venda da licença da frequência. Com isso, os operadores podem ter obrigações de cobertura e não a obrigação de, para ganhar a licitação, ter que fazer com que esse preço seja altamente onerado.

Tem havido, então, *démarche* nesse sentido, mas a área econômica dos governos todos, não somente do governo que passou... Isso é uma regra antiga. Eu costumo, inclusive, utilizar uma figura que está na cartilha dos economistas – sem nenhum detrimento aos economistas eventualmente presentes, mas está na cartilha dos economistas de plantão no Governo –, ou seja, se vai haver licitação na Anatel, vamos ver a arrecadação.

Na semana retrasada, inclusive tratando desse assunto no Tribunal de Contas, eu ponderei e a palavra do Ministro que nos recebia foi: "Quando você tiver um problema desse tipo, procure-nos". Eu espero também poder procurar os caros Senadores nessas horas, porque a importância maior seria o atendimento social e não... É claro que a gente sabe que tem que se fazer superávit primário, mas há uma demanda, há uma necessidade social, há uma necessidade de crescimento, porque isso gera crescimento econômico na hora em que os serviços estão disponíveis para a sociedade.

Já foi falado aqui dos números do setor. Eu vou deixar de falar nisso, mas quero dizer justamente daquilo que é possível falar aqui, que é a questão justamente da área de cobertura. Em função das obrigações de editais de licitação, essa área de cobertura obrigatória engloba somente os distritos sedes de Municípios. Como eu vou chegar a Laranjal do Jari e dizer que só a sede do distrito eu sou obrigado a atender?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A minha aprovação aqui, na Comissão de Infraestrutura do Senado, foi por unanimidade, mas praticamente todos os Senadores disseram a mim, deram o recado, a recomendação de que era necessário ver essa questão de que não somente as sedes distritais de cada Município, de que o distrito sede fosse a obrigação de cobertura.

Há muita localidade que não é sede, mas distrito que já tem população suficiente, que já tem demanda para ser atendida. Eu sei de algumas histórias de que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – ...há comunidades isoladas do tipo quilombola ou áreas indígenas cujas pessoas que ali habitam já compram *smartphones* sem ter o serviço, na expectativa de recebê-lo.

Como já foi mostrado aqui, aproveitando os dados que o Dr. Duprat citou, há Municípios em que nós temos que esperar até o dia 31 de dezembro de 2017 – e são Municípios com população entre 30 mil e 100 mil habitantes – para ter pelo menos uma prestadora. Isso é regra do edital.

Há outras condições também, como a questão da evolução da tecnologia.

Se estamos trabalhando com um Município atendido com tecnologia de segunda geração, que nós chamamos de 2G, essa localidade não está apta, a não ser a falar, ou seja, usar somente a voz. Para haver acesso de dados, transmissão de internet, baixar vídeos e arquivos de dados há necessidade de tecnologia de terceira ou de quarta geração, que já está sendo introduzida aqui no Brasil. Essas localidades ainda não terão toda a sua demanda atendida, uma vez que os investimentos dependem de troca de equipamentos que as empresas têm que fazer, como trocar um sistema de segunda geração para um de terceira, depois para um de quarta geração. Enquanto isso, já está sendo anunciado o avanço de tecnologia de quinta geração, que vai permitir muito mais velocidade.

É claro que tudo isso não justifica. Importante seria atendermos à sociedade, às comunidades isoladas, aos quilombolas, às aldeias indígenas, às áreas rurais isoladas. Para isso, a Agência tem um trabalho ao qual eu estou dando prioridade, que é a questão da qualidade. No meu entendimento pessoal e técnico, qualidade abrange a cobertura e o preço, que, como já foi mostrado aqui, é altamente onerado por tributos. Eu até entendo. Um secretário municipal ou estadual – no caso do ICMS é a Secretaria Estadual de Fazenda –, na hora em que aperta no Estado – o senhor já foi Governador do seu Estado -, vai buscar recursos para suprir a necessidade de saúde, segurança, educação. E é fácil de se fazer essa arrecadação justamente em energia e telecomunicações. Já fui presidente de uma empresa pequenina, a Teleacre, em que, Senadores, eu negociava a antecipação do pagamento do ICMS. O Secretário de Fazenda vinha e dizia: "Eu preciso de adiantamento desse mês do ICMS a que tenho direito". E eu dizia: "Está bom. Vamos negociar o desconto." E o desconto às vezes era concedido, senão não poderia fazê-lo.

Mediante algum desconto, que não era tão acentuado, nós fazíamos a antecipação daquela arrecadação de ICMS. Naquele tempo eram somente 17%. Hoje os Estados praticam valores diferentes. Há Estado que pratica o patamar de 25%, outros, como é o caso do Estado de Rondônia, vão a 38% somente de ICMS. É claro que é uma necessidade de governo para resolver problemas de outras áreas, de outras infraestruturas.

Então, o que se vê no modelo atual de diagnóstico com relação àquilo que a Agência tem que proceder, regulando as empresas operadoras e as fiscalizando?

No modelo atual, as medições são feitas por muitos indicadores técnicos, entendo eu, desatualizados em relação às demandas dos consumidores. Os regulamentos distintos por serviços com granularidades diferentes totalizam 58 indicadores, ou seja, dezenas de indicadores. Não há uma integração entre medições objetivas e resultados de pesquisa de qualidade percebida, as informações produzidas não são utilizadas pelos consumidores para diferenciar operadoras e o modelo de metas e sancionamentos não diferencia o desempenho das prestadoras perante os consumidores.

Então o que se quer no novo modelo que está em retrabalho na Anatel? Focar em fornecer ao consumidor as melhores informações sobre qualidade para a tomada de decisão, fazendo com que o consumidor busque a empresa que lhe ofereceria uma competição melhor por qualidade do serviço explorado; que se reduza a quantidade de indicadores, aqueles 58 indicadores, com foco naquilo que for relevante para a socie-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

dade; que se suporte o aprimoramento do modelo de medição, principalmente na questão de banda larga, que é a grande necessidade; que sejam feitas medições de aspectos essenciais aos consumidores, integrando aferições objetivas e subjetivas também; que haja um modelo de regulação responsiva, com ações graduais e previsíveis que respondam ao comportamento dos regulados, mas com foco na resolução do problema. Não basta apenas multar, multar, e não se resolver o problema. E que se estimule também a autorregulação do setor.

Senadores, eu poderia falar mais ainda, mas entendo a brevidade do tempo em função das sessões da Casa, dos compromissos de que hoje os senhores têm que participar. Então paro por aqui, agradecendo o convite feito pela Comissão e dizendo que para nós, da Anatel, principalmente para mim, que estou chegando à Agência agora, é muito importante participar destas audiências para saber realmente o que sente o Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Registramos com muito prazer a presença da Srª Maria Inês Dolci, Coordenadora Institucional da Proteste. Já havíamos justificado o atraso dela em função da viagem que fez até Brasília.

Agora que se encontra à mesa, eu concedo a V. Sª dez minutos para a exposição, prorrogáveis por mais dez e informando que aquela campainha só serve como aviso quando faltar um minuto para se completar o primeiro período de dez minutos.

A senhora tem a palavra.

A SRª MARIA INÊS DOLCI – Muito obrigada.

Quero agradecer, em nome da Proteste, associação de consumidores, o convite. Reputamos da maior importância tratar aqui da questão de telefonia celular, que nós sabemos que hoje é parte da vida dos consumidores. Não podemos mais viver sem ele.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública, Senador Paulo Bauer, os colegas de mesa, o Presidente da Anatel, Sr. Juarez Quadros do Nascimento, o Sr. Carlos Duprat, Diretor Executivo do SindiTelebrasil, e todos os presentes aqui.

Não vou me ater a dizer quem é a Proteste, mas passar os eslaides para chegar até o ponto em que o requerimento foi feito para que eu estivesse aqui hoje.

Então, só para dizer rapidamente, nós somos uma associação de consumidores com mais de 250 mil associados no Brasil todo, temos várias revistas com muitas edições. Este ano completamos quinze anos de atividades. Fizemos várias campanhas. Por exemplo, uma delas foi "Diga não ao bloqueio da internet fixa", quando tivemos mais de 167 mil participantes. Depois disso nós tivemos muito mais. Também fazemos intercâmbio de conhecimentos entre a nossa e outras associações do mundo. E para cá eu trouxe várias delas. O nosso intercâmbio é organizado por meio de associações do mundo todo. Fazemos parte da Consumers International, presente em 120 países, com 240 entidades associadas no mundo. E, para fazer testes comparativos, que não são os de conformidade como faz o Inmetro, nós também temos o apoio internacional do ICRT, que é o International Consumers Research and Testing, que há mais de 70 anos faz esses testes comparativos de produtos e serviços no mundo todo.

Além disso, também temos o serviço de orientação e de intermediação, bem como testes e estudos que são feitos. Vou trazer rapidamente alguns deles na área de telefonia. Temos também ações coletivas. Participamos de consultas públicas e de audiências como esta de hoje, Senador.

No cenário da telefonia do Brasil que temos acompanhado, percebe-se claramente o número de linhas, que já cai para 9%. A crise afetou a venda de celulares no País, sabemos disso. Depois de cinco trimestres de queda, o mercado voltou aparentemente a crescer em julho e em setembro deste ano, mas cresce a demanda por aparelhos *premium*, acima de R$3 mil, que poucos podem pagar. E já eram, como deve ter sido dito aqui, 251 milhões de linhas em setembro, distribuídas entre pré-pagos e pós-pagos.

Portanto, o cenário que nós temos de atendimentos nos Procons por exemplo... Eu trouxe o do Procon

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

São Paulo, que é o maior do Brasil. Nós temos aqui o *ranking* de atendimentos, no qual lidera as cobranças indevidas e também as cobranças abusivas, por exemplo, uma cobrança que nós entendemos abusiva: quando o consumidor nem sequer pede a linha, e a empresa tem lá o seu nome e manda a fatura sem que ele tenha autorizado ou mesmo saiba disso.

E, pior, há vários casos em que isso já vem acontecendo há mais de um ano, e somente agora o consumidor percebeu, porque veio uma cobrança. Antes era um pré-pago, e depois ele passa a ter ali um plano. Então, é onde ele percebe que o nome dele foi usado indevidamente e a dificuldade, Presidente, em cancelar tudo isso. O consumidor continua tendo que perder o seu tempo, às vezes horas, para poder resolver essa demanda, que não foi dele.

Também nós temos um pedido feito e uma campanha para acabar com o *roaming* doméstico, porque nós entendemos que não há mais necessidade de se cobrar o *roaming* doméstico. Nós temos ofício da própria Anatel, na gestão anterior, comprometendo-se a trazer esse tema a debate. Mas eu vou aproveitar e reiterar a nossa solicitação, para que possamos avançar em relação a isso.

Então, nós sabemos também que na Europa já existe um movimento para acabar inclusive com o *roaming* internacional entre os países da Comunidade Europeia. Mas aqui o consumidor ainda continua pagando o *roaming* doméstico.

Nós tivemos a questão do bloqueio do WhatsApp – nós fizemos uma campanha enorme para que não calassem o WhatsApp. Nós questionamos, inclusive, a forma como vêm sendo feitos esses bloqueios. Estivemos aqui no Senado no início do ano, meio do ano, se não me engano, também para tratar dessa questão em uma audiência pública. E hoje nós sabemos que o Brasil é o segundo maior usuário de WhatsApp no mundo. Poucos usam o WhatsApp como o Brasil. Nem na Europa nós temos uma quantidade tão elevada de pessoas utilizando esse aplicativo.

O bloqueio... Acredito que vocês já devam saber que foram três bloqueios judiciais. O primeiro na 1ª Vara Criminal de São Bernardo, cuja decisão foi revertida em 12 horas. A Proteste já saiu em favor dos consumidores para que houvesse um desbloqueio. Depois em maio nós tivemos ali também outra suspensão do aplicativo, na cidade de Lagarto, em Sergipe. E em julho deste ano nós tivemos novamente um bloqueio por causa de uma investigação criminal. Todos eles devido a investigação criminal.

Agora, para a defesa do consumidor, nós entendemos que o WhatsApp, como eu estava dizendo, é da maior importância, não só porque são dados de voz, em que se pode distribuir vídeos. Sabemos que muitas pessoas que hoje estão trabalhando dependem do WhatsApp para os seus empregos, até para suas atividades – muitos desempregados buscando outra forma de trabalho. É uma opção, portanto, às ligações telefônicas mais caras: intermunicipais, interestaduais e até internacionais.

Então, é uma forma de não perder o contato. E a cobrança do *roaming* nessas ligações telefônicas, fora da origem do contrato, é um grande estímulo ao uso deste aplicativo. Não se paga o *roaming* para fazer essas ligações ou para utilizar esse aplicativo.

Então, nós entendemos que, no lugar de combater o WhatsApp e outros meios de comunicação instantânea, as operadoras deveriam desonerar as contas telefônicas, porque elas têm um custo muito elevado, que vamos mostrar a seguir, começando com o fim do *roaming* doméstico.

Nós consideramos que além do bloqueio, de estar ali tratando de investigações criminais e tudo, também diz respeito à neutralidade da rede, diz respeito ao Marco Civil da Internet, que foi aprovado depois de vários anos de muita luta, muito debate, e também ao próprio Código de Defesa do Consumidor.

Reconhecemos a importância, evidentemente, dessa cooperação na luta contra o crime organizado. Mas o consumidor não pode ser prejudicado em função dessas investigações.

Agora, nós temos uma questão também importante, que é o Fust e Funttel – são 7,6 bilhões de arrecadação. E em 2015 essa arrecadação bruta do Fistel somou 5,401 billhões. E a do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), mais de 2,26 bilhões.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA INÊS DOLCI – Se esses fundos fossem aplicados para melhorar a qualidade das teleco-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

municações, eles estariam sendo muito apreciados. Acredito que traria ali a efetividade e, principalmente, a qualidade dos serviços.

Nós temos uma carga tributária muito elevada. Lógico que o ICMS depende de cada estado. Em São Paulo é 25%, como eu vou mostrar. Essa carga tributária coloca o Brasil em terceiro lugar no ranking mundial de tributações mais elevadas.

Agora, esses tributos são repassados para o consumidor – todos nós pagamos. Isso acaba onerando as contas, além do serviço, que já é bastante elevado, bastante caro, do ponto de vista do consumidor.

Aqui eu trouxe um exemplo de carga tributária, que eu tirei do *site* da Consultoria Teleco. Esse caso aqui de 30,15 de ICMS é relativo a São Paulo, mas sabemos que outros estados têm valores maiores ou menores.

A Proteste considera um desrespeito aos direitos do consumidor sobretaxar serviços de telecomunicações, porque ele paga caro, ele precisa desse serviço. Os custos também são embutidos em uma cadeia econômica, que encarece inclusive produtos básicos à sobrevivência, e também existe a questão da perda da competitividade empresarial, porque corta empregos, reduz a renda média do trabalhador, dos microempresários. Portanto, é um ônus que o consumidor acaba assumindo.

Em resumo: o mercado de celulares voltou a crescer, mas houve queda expressiva de linhas, em função da crise econômica do desemprego. Do ponto de vista do consumidor, é bastante difícil entender quais são os inúmeros planos que ele contrata, até para que se torne mais barato, do ponto de vista do seu orçamento doméstico. As telecomunicações são hiper tributadas, e o *roaming* e a assinatura de telefonia fixa não fazem mais sentido, mas oneram o consumidor.

Existem as ameaças, como eu estava falando, e, portanto, esse é um setor sensível, que merece ser mais bem discutido. Eu lembro aqui que a Proteste fez um estudo há três anos, em que nós pudemos ver que o 2G não tinha terminado de ser implantado e já estavam vendendo 3G.

Nós denunciamos, entramos com ações, que ainda estão na justiça, acompanhamos a meta do setor por 11 meses, até que pudéssemos entender como era feita a fiscalização, como essas metas estavam sendo verificadas pela própria Anatel, quando entramos, então, com essa denúncia contra o 3G – já tínhamos o 3G.

Também logo depois, perto da Copa do Mundo, já começamos a ter o 4G sem que tivessem sido solucionados os problemas do 3G e do 2G.

Assim, rapidamente, é esse o cenário que o consumidor hoje vivencia.

Eu me coloco à disposição para qualquer dúvida eventual.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito bem.

Agradecemos pela sua exposição e a cumprimentamos.

É preciso aqui fazer uma preliminar apenas informando que esta Comissão está no seu primeiro ano de atividades. O padrinho desta Comissão é o Senador João Capiberibe, que foi o autor da proposição para que ela fosse instituída no Senado. O nome da Comissão já decifra qual a sua missão: Transparência e Governança Pública.

Quando nós falamos em transparência e governança pública, temos a certeza de que essas duas palavras têm tudo a ver com este momento que estamos vivendo aqui. Primeiro porque a sociedade brasileira não conhece a realidade, não tem informações precisas, não tem oportunidade de dialogar com a Anatel, com as empresas de telefonia, com os órgãos fiscalizadores, enfim, com todos os que estão envolvidos.

Infelizmente, nós temos que registrar que a própria Administração Pública não tem dado muita atenção e não tem se dedicado muito ao esclarecimento e às informações necessárias. Tanto é verdade que para esta Comissão, nós convidamos o representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e, por *e-mail,* o Ministério informou que não poderia estar presente aqui nesta audiência, por estar com outras atividades.

É lamentável que o Ministro das Comunicações e a sua equipe tenham assim tratado um convite que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

não tinha e não tem o propósito de estabelecer aqui o debate político nem tampouco o debate ideológico, mas apenas a questão de fazer com que a governança pública se torne mais eficiente, mais qualificada, mais transparente.

Eu vou oportunamente registrar, para as autoridades do Governo Federal, que precisam conhecer este fato, o meu protesto e o protesto desta Comissão por essa ausência.

De qualquer forma, nós já recebemos aqui algumas solicitações de informação por parte de pessoas que estão assistindo a esta reunião pelo portal e-Cidadania, do Senado.

Vou me permitir aqui ler as três questões que foram apresentadas, transferindo aos nossos convidados a responsabilidade de respondê-las. Depois, se tivermos mais perguntas e informações, eu vou lê-las todas de uma vez para fazermos uma resposta. Em seguida, eu farei dois ou três questionamentos e concederei a palavra ao Senador João Capiberibe, para também se manifestar aqui e questionar os nossos convidados.

O Sr. Marcelius Vieira Bertolace, de Minas Gerais, faz o seguinte questionamento: "Temos notícias de que as operadoras no Brasil compactam o sinal digital – entre parênteses – (espremem uma maior quantidade de dados em poucos canais) – fecha parênteses, tanto para voz quanto para dados, de tal modo a enquadrar um número elevado de pessoas por torre de transmissão, causando perda absurda na qualidade."

Vou pedir que o Sr. Carlos Duprat, depois, refira-se a esse questionamento.

O Sr. Sérgio Henrique da Silva Pereira – eu penso que é Silva, porque tem um s aqui – diz: "O art. 22, do Código de Defesa do Consumidor, responsabiliza Estado e concessionárias. Quantos cidadãos são lesados em suas dignidades pelos péssimos serviços prestados pelas concessionárias? A telefonia brasileira é uma dor de cabeça só. A Anatel aplica multas irrisórias, o que permite às empresas lesarem."

Essa pergunta eu vou endereçar ao Presidente da Anatel, o Sr. Juarez Nascimento.

O Sr. Victor Henrique Barbosa, de Minas Gerais, faz a seguinte observação: "Sabemos que o serviço de telefonia móvel no Brasil é um dos piores e mais caros do mundo, consequência do verdadeiro monopólio dominado por grandes empresas. Não estaria na hora de conquistar uma rede de telefonia móvel pública para concorrer com as privadas?"

Também vou transferir essa pergunta ao Presidente da Anatel.

Consulto a assessoria da Mesa se há mais alguma pergunta.

Então, vou permitir que os senhores se refiram às perguntas formuladas.

O SR. CARLOS DUPRAT – Bom, relativo à pergunta do Sr. Marcelius, temos notícia de que as operadoras compactam o sinal digital, tanto para voz quanto para dados, de tal modo a enquadrar o número elevado de pessoas por torre de transmissão, causando perda absurda na qualidade.

Esse conceito de concentração nesses sistemas é um conceito inerente a sistemas de transmissão. Ele é muito utilizado em redes de transporte. A tecnologia evoluiu, de tal maneira que hoje isso é utilizado, pura e simplesmente, em redes de transporte e na telefonia fixa.

No caso de telefonia móvel, a rede de acessos utilizada no Brasil é a equivalente a qualquer outro lugar no mundo. Ou seja, o sistema 4G e o 3G, que nós estamos utilizando, são totalmente padronizados; não há qualquer diferença.

Ocorre que, na medida em que temos uma evolução dessas tecnologias, vamos dizer que a capacidade de transmissão tende a ser maior. Então, o número de usuários, por tecnologia, vai aumentando. Numa rede 5G, certamente as velocidades de transmissão serão maiores e não conseguimos parar por aí.

Então, o sistema hoje de telefonia celular, no Brasil, talvez seja aquele que, no mundo, de forma geral, mais requer capital intensivo. Nós já jogamos fora, no Brasil, três redes inteiras de telecomunicações, como a rede analógica. Nós tínhamos uma cobertura bastante razoável, quando a rede analógica foi desligada e sucateada. Jogamos a Rede CDMA, que alguns devem ter ouvido falar, e a Rede TDMA. Isso em 25 anos. Que outro setor...compare-se, por exemplo, com o setor elétrico, em que as usinas estão aí desde 1920 e 1930. Então, no nosso caso, o capital é muito mais intenso. Nós temos de acompanhar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS DUPRAT – ...a tecnologia nesse contexto.

Então, daqui a pouco, nós vamos estar jogando fora o 2G, o 3G, porque vamos estar trabalhando com o 5G, o 6G e o 7G. Isso num intervalo de oito anos. Então, isso mostra quão intensa é a necessidade de capital no nosso setor, principalmente na telefonia móvel celular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Concedo a palavra ao Presidente da Anatel, Sr. Juarez, para se referir às perguntas formuladas.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Obrigado, Presidente.

Quanto à questão de ser um dos piores e mais caros do mundo, se nós tirássemos os 43% de média... Isso é média, porque tem... Em Rondônia, mais da metade da conta é em função do tributo. Ou seja, o consumidor de Rondônia, ao utilizar serviços de telecomunicações, tem mais da metade de sua conta como tributo. Na média brasileira, é 43%. Então, se nós tirássemos esse valor, certamente, o serviço seria muito mais barato.

Quanto à questão do monopólio, hoje, o serviço é prestado por cinco operadoras, em regime de competição, e nenhuma delas ultrapassa 30% de participação no mercado. Em alguns lugares talvez ainda haja uma só operadora, mas o modelo incentiva a que haja a segunda, a terceira operadora. É claro que aí vem o problema da atratividade econômica também. Então, há horas em que uma operadora já está lá suprindo uma condição de cobertura tentando atender aquela comunidade. Mas não há monopólio.

Se houvesse a necessidade de uma telefonia móvel pública, seria muito difícil entrar no regime de competição do jeito que está, porque hoje esse mercado está, eu diria, dominado. Hoje, para conquistar cliente, uma operadora toma cliente da outra. Ou seja, a que oferece um plano melhor, uma facilidade, um pacote, como chamam, melhor de serviços ou descontos acaba tomando o cliente. Então, isso é bom também para a competição, para a exploração desse negócio.

Fazer uma rede pública...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – ..., então...

Já vivemos o momento Telebrás... Eu sou engenheiro oriundo do Sistema Telebrás, e havia ano, Senador, em que eu mesmo, Presidente de uma empresa, era obrigado a não investir para poder fazer com que o caixa da companhia viesse para a conta do Tesouro e, com isso, gerasse superávit público. Hoje, as empresas são totalmente privadas, investem, são obrigadas a investir, enquanto que o setor estatal, em função das amarras todas, ainda é limitado. Ainda tem muita organização estatal que sofre, como eles chamam, as peias, dos órgãos de controle, da área econômica, que limita investimentos e tudo mais, ou o custeio também.

Quanto à questão das multas irrisórias, eu também discordo, de vez que... Veja-se um problema que estamos passando no momento, que é a questão da recuperação judicial da operadora Oi, que somente para a Anatel está devendo R$20 bilhões, em função, principalmente, de multas aplicadas. A empresa, hoje, que tem uma dívida de R$65 bilhões, deve R$20 bilhões de multas. É claro que o ideal seria não multar, mas que ela corrigisse os problemas e não estivesse sujeita a essas sanções.

Vamos parar por aqui em função do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito obrigado.

As perguntas que eu faço, como autor do requerimento, são muito objetivas e diretas.

Eu queria perguntar ao Presidente da Anatel qual é a estrutura que a Anatel tem em termos de quadro de funcionários, em termos de serviços de fiscalização, em termos de abrangência das atividades da Agência no País, para a gente ter uma noção clara do quanto a Anatel é e pode ser eficiente no cumprimento da sua missão de fiscalização e de atendimento à sociedade.

Emendo com mais uma pergunta: como é o relacionamento da Anatel com o consumidor? Pergunto que tipo de canal o consumidor tem e se existe algum número, algum dado, alguma avaliação sobre a satisfa-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

ção dos consumidores, dos usuários da telefonia celular no Brasil feito pela própria Anatel.

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Obrigado, Presidente.

O efetivo da Agência, hoje, é da ordem de 1.600 servidores pelo País, sendo que a metade deles, ou seja, 800, está aqui na sede, em Brasília, onde funcionam as superintendências, o Conselho Diretor, as gerências... A outra metade, os outros 800 funcionários da Agência, está pelos Estados. Em Macapá há um escritório regional da Anatel, como há no Rio Grande do Sul, em Campo Grande, em Cuiabá, no Rio de Janeiro... O maior efetivo de fiscalização, claro, fica no Estado de São Paulo, onde temos 150 servidores. Os servidores nos Estados estão mais focados na fiscalização. Então, podemos dizer aqui que metade do efetivo da Agência é destinada a atividades de fiscalização.

Aproveito para dizer que sua questão, sua pergunta é muito oportuna.

Nós vivemos problemas, também em função da situação econômica do País, de restrições. Então, com um orçamento da Agência da ordem de R$450 milhões por ano, que não são suficientes, nós vivemos momentos em que não há condição de deslocar uma viatura de fiscalização. Ou seja, temos fiscal, mas não temos o veículo para deslocá-lo, não temos o valor disponível para poder pagar a diária do deslocamento daquele servidor. Se ele sai da capital do Estado de São Paulo para ir a uma cidade como Presidente Prudente ou Ribeirão Preto, há um deslocamento, há custo, e há meses em que não se pode deslocar a fiscalização. São uns problemas ligados às restrições, às contingências que muitas vezes são praticadas... Então, imaginemos, no interior do Pará, o fiscal que tem que se deslocar para tomar um barco de Santarém para Alenquer, região que o senhor conhece bastante, Senador, ele não vai... Ou seja, tem que deslocar o servidor de avião de Belém a Santarém, onde ele tem que tomar uma embarcação e viajar 12 horas... Ou seja, além do tempo de deslocamento, temos que pagar o valor relativo à diária para ele, efetivamente, praticar uma fiscalização em uma das operadoras, uma das reguladas.

Então, essa questão... Eu entendo que o efetivo é suficiente. Os funcionários da Agência são servidores públicos altamente capacitados, a Agência é a mais antiga de todas – foi criada por lei, prevista na própria Emenda Constitucional nº 8, em 1995 –, e essa Agência se estruturou... Eu entendo que é uma das mais estruturadas em relação às outras, mas sem demérito nenhum às demais.

E o pessoal é altamente capacitado, mas, até na capacitação, nós temos limites também. É difícil se praticar. Até é feita uma dotação no Orçamento aprovado aqui pelos senhores, mas, na conta da execução, não se consegue utilizar o valor destinado para aquele programa de capacitação; ou seja, a tecnologia tem uma velocidade fabulosa, e o servidor da agência precisa também estar *pari passu* acompanhando aquela evolução toda. As empresas operadoras não têm limites em seus investimentos. Elas compram, adquirem e instalam aquilo que vem de mais alta tecnologia, e a agência também precisa estar preparada para isso.

A outra questão que o senhor também levantou é a questão do canal do consumidor. Até isso, o Orçamento afeta. Neste ano, por sorte, a questão foi contornada, mas houve o risco de se fechar o *call center* da agência por falta de recursos para pagar a prestação dos serviços.

Então, aqui não é nenhuma reclamação com relação às autoridades constituídas, mas a agência foi constituída, sim, inclusive para usar os recursos do Fundo de Fiscalização que a Drª Maria Inês aqui citou, e a agência sequer usa 14% do Fundo de Fiscalização, e, na lei que o institui, o destino era, sim, a fiscalização dos serviços; ou seja, ele é um fundo altamente superavitário e não utilizado pela agência na plenitude das atividades de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Mas aí aproveito para fazer um questionamento. E para onde vai o dinheiro do fundo, se ele não é gasto para essa finalidade?

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Vai para o superávit primário; ou seja..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – E a agência não tem autonomia financeira. Ela depende de dotação orçamentária, que é repassada a ela pelo ministério. É isso?

O SR. JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO – Sim, aquilo que vem no projeto de lei e que o Congresso aprova vai de volta. Então, as autoridades ministeriais de longo tempo sempre fazem a distribuição dos valores; ou seja, é por meio do ministério setorial. No nosso caso hoje, o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação. Antes, era o Ministério das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Eu mesmo já vivi esse clima. Fui ministro por algumas vezes e, no último ano, então, em 2012, fui o titular, mas, àquele tempo, àquele momento, àquela época, nós nunca permitimos que os recursos necessários para a agência não fossem supridos. E, quando havia alguma ameaça por parte da área de Planejamento ou Fazenda, nós agíamos no sentido de impedir de forma que não acontecesse o prejuízo da fiscalização da exploração dos serviços, mas, em função dos problemas econômicos por que o País passa, entendo eu que é até uma ilegalidade. O próprio Tribunal de Contas, neste ano de 2016, tem um acórdão em que determina que o recurso seja efetivamente empregado na atividade de fiscalização. Espero que as outras autoridades onde fazem os cortes tenham lido esse acórdão. Não seria eu que iria denunciar uma autoridade ministerial, que não é o caso, junto ao Tribunal de Contas, mas os recursos realmente precisam ser mais bem alocados, para que a agência tenha, sim, de praticar aquilo que lhe foi disposto pela lei, aqui aprovada no Congresso, para a atividade de regulação e fiscalização do setor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito obrigado.

Eu queria colocar aqui para o Sr. Carlos Duprat o questionamento sobre essa questão das antenas.

O senhor falou da legislação que dificulta a instalação de mais antenas. Eu conheço casos em que leis municipais proíbem as operadoras de instalar qualquer antena em qualquer área do Município; ou seja, a decisão da câmara de vereadores, se literalmente aplicada, seria de que nenhum morador ou habitante daquele Município poderia usar telefone celular. Simples assim. Essa seria a interpretação.

Entretanto, essa proibição tem uma origem. É a notícia, a informação, ou o conceito popular de que antena de telefonia celular traz problemas para a saúde das pessoas. Ponto. Ninguém está proibindo colocar antena ou dizendo que não deve colocar antena, porque acha feia, ou porque é muito alta, ou porque é muito baixa, ou porque faz barulho. Ninguém faz isso. Eu não conheço ninguém no Brasil que tenha dito uma única vez que é contra instalar antena por um desses motivos que eu registrei.

O único motivo que leva câmaras de vereadores, assembleias legislativas e qualquer instituição a colocar objeções é a questão saúde. Então, por que as operadoras que trabalham no mundo inteiro, não só no Brasil, não esclarecem de uma vez por todas, com absoluta garantia, que não faz mal à saúde. Ponto.

Eu acho que, claro, as opiniões são livres. Um cientista diz uma coisa, outro diz outra, mas, então, as operadoras que estão presentes em todos os países do mundo e que conhecem todas as opiniões do mundo, de todos os cientistas do mundo, tragam para os brasileiros uma posição clara, oficial e efetiva. E nós vamos fazer uma lei aqui no Congresso, depois dessa informação, dizendo que quem ficar doente comprovadamente por conta disso, já que as operadoras disseram que não faz mal à saúde, pois as operadoras que paguem o tratamento de saúde se alguém for afetado por isso. Acabou. Fim. Acabou.

Aí, pode colocar antena o quanto quiser, porque não é possível, nem admissível que nós tenhamos no Brasil um número de antenas que, segundo informações que eu tenho, é em número de um terço do que existe na Itália, onde há um terço dos habitantes do Brasil. Ou seja, há países que colocam antenas em todos os lugares. No Brasil, uma câmara de vereadores, por conta da ideia de um vereador que não é cientista, não é médico, não é profissional de telecomunicações, não é nada, cria-se esse conceito.

Qual é a verdade sobre essa questão?

O SR. CARLOS DUPRAT – Ótima pergunta, Senador.

Eu acho que esse tema, de alguma forma, já está pacificado no Brasil desde 2009, no Congresso, só que não foi divulgado adequadamente. Essa é uma limitação que nós tivemos. Então, desde 2009, existe lei estabelecendo o que se chama de limite de radiação não ionizante. E essa lei hoje é cumprida integralmente pelas empresas. Os limites de exposição hoje são extremamente inferiores àqueles máximos fixados nessa lei. O mundo inteiro já passou por essa discussão, e hoje são instaladas milhões e milhões de antenas no mundo. Ninguém mais se preocupa com isso.

Ocorre que, em algum momento, no início principalmente, as antenas eram grandes e feias.

Então, não houve interesse, arrumou-se uma desculpa e a desculpa de fazer mal à saúde, porque a situação de saúde é extremamente invertida. O maior risco que se tem é quando se tem a maior a radiação. A radiação normalmente acontece pelo aparelho, e o aparelho só esquenta quando a antena está longe e não quando ela está perto, porque é necessária potência menor para chegar a informação até a antena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

A proximidade da antena reduz qualquer radiação, não aumenta. Esse é um mito, que apesar de a gente já ter divulgado de uma forma talvez não adequada ainda, as pessoas não entendem. Agora, as antenas, de fato, eram grandes. Isso afetava a comunidade, eram feias, grandes. Hoje, já passou. O que se instala hoje são antenas pequenas, menores, e as leis são as mesmas. O problema todo é que as leis municipais não têm a mesma velocidade de modernização e atualização que a tecnologia. Não se distinguem hoje antenas grandes de antenas pequenas. Só se sabe que existe de fato uma limitação. Nas principais cidades, em todas as grandes cidades do Brasil, tem alguma restrição.

Nós já conseguimos, depois de discutir com muitas prefeituras, modernizar um número bastante significativo. Nós criamos um *ranking* das cidades amigas da banda larga. Nesse *ranking,* nós sabemos exatamente como a cidade trata o maior desejo do seu cidadão, que é um bom sinal de celular, hoje em dia. Hoje, todo mundo considera esse um dos principais desejos da sociedade. Nós lançamos o *ranking,* a cidade vencedora foi Uberlândia, num trabalho feito por uma entidade contratada. Nós temos as principais cidades do Brasil, tipo São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, entre as dez piores dentre as 100 maiores cidades do País.

Nós precisamos reverter esse quadro se quisermos dotar a sociedade de um sinal, no mínimo, de qualidade.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu passo a palavra ao Senador João Capiberibe, para formalizar suas perguntas, seus questionamentos.

Depois das respostas dos convidados a ele, eu teria ainda uma pergunta para a Srª Maria Inês.

Pois não, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os expositores e agradeço pelas informações, uma exposição muito rica em informação, muito explicativa. Não farei uma pergunta, mas vou tentar aqui raciocinar em busca de solução, em busca de alternativas.

Parece-me que um dos entraves é a não aplicação dos recursos dos fundos. Isso aí trava a expansão, a melhoria da qualidade, enfim, limita profundamente a comunicação no nosso País. Veja, eu fiquei refletindo e já não é a primeira vez que aparecem aqui os fundos como inoperantes. Ou seja, acumulam-se fortunas e esses recursos não são aplicados em benefício daqueles que pagam o imposto. Esses fundos têm outro destino. No entanto, a lei foi aprovada, a lei que aprovou esses fundos deu um destino claro, só que os governos descumprem aquilo que a lei determina.

Eu tenho um caso que pode elucidar essa nossa questão: as emendas parlamentares. As emendas parlamentares, ao longo dos anos, não tinham obrigação de ser executadas. Elas eram colocadas no Orçamento e dependia da relação do Executivo com os Parlamentares; de maneira individual ou até partidária, elas seriam ou não executadas. A partir do ano passado, de 2015, elas se tornaram impositivas, e o resultado é que essas emendas impositivas correspondem, no Orçamento de 2016, – conforme meus cálculos – a R$16 bilhões, ou seja, é maior do que o orçamento de sete ou oito Ministérios.

Parece-me que essas emendas não têm controle. Nós estamos até trabalhando uma proposta legislativa para exercer um controle social mais efetivo sobre essas emendas parlamentares, porque, como elas dependem da vontade do Parlamentar, é ele que escolhe como vai ser aplicado esse recurso de investimento, porque em muitos Estados e Municípios, o único recurso de investimento disponível hoje são as emendas parlamentares. Mas o volume está em torno de R$15 bilhões. É muito dinheiro. São as emendas individuais e também as emendas prioritárias de Bancada. Este ano foram duas emendas para 2016.

Muito bem, a partir do momento em que elas se tornaram impositivas, este ano eu observei, por exemplo, que praticamente estão todas as emendas empenhadas. Praticamente todos os Parlamentares estão com suas emendas empenhadas, ou seja, com obrigação de o Governo aplicar esse recurso.

Eu falei sobre esse tema porque acho que precisaríamos criar uma imposição para execução dos fundos, talvez construir uma proposta legislativa para tornar a aplicação dos fundos impositiva. Vou pensar nisso aí, vou discutir com a consultoria do Senado – podemos fazer isso em conjunto –, para tornar a aplicação dos fundos impositiva e tirarmos o gargalo que atrapalha o desenvolvimento da comunicação, porque não é justo que comunidades – às vezes não tão isoladas – não tenham acesso à comunicação, porque simplesmente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

se aplicam os recursos do fundo, em torno de 6%, R$7 bilhões...

O SR. CARLOS DUPRAT (*Fora do microfone*.) – R$7 bilhões ano.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ...R$7 bilhões por ano. Imaginem que desde que foi criado o Fust e o Funttel se tenha acumulado uma fortuna, desde 2000 até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC. *Fora do microfone*.) – Dezesseis anos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – São 16 anos de acumulação de recurso financeiro, com a estagnação da política de comunicação no País. Então, o que me parece... Depois é o seguinte, a questão dos impostos que crescem, a carga tributária que cresce no País é outro entrave. Ao invés de aplicar corretamente o recurso, porque nos Estados há uma má aplicação, o Estado brasileiro é useiro e vezeiro em má aplicar os recursos públicos. Além de aplicação sem nenhuma prioridade, o volume de recursos desviados é assustador, a corrupção no País é congênita.

Para se controlar a corrupção, eu acho que a persecução penal é importante porque termina eliminando de forma específica. Se ela atua numa área, vai lá e termina punindo as pessoas que praticaram a corrupção. Mas, do ponto de vista do sistema, ela não consegue controlar a corrupção no País. Para controlar a corrupção no País, esta Comissão, inclusive, pode ajudar muito, tornando cada vez mais o Estado brasileiro transparente, conclamando a sociedade para exercer o controle social dos gastos públicos.

Eu acho que os brasileiros precisam acordar, não apenas ir para as ruas, embora sejam legítimas as manifestações de protesto. Acho que têm inteira razão, não há um divórcio hoje da representação política com a sociedade, há um distanciamento gigantesco, o Parlamento funciona alheio às aspirações coletivas. A gente observa isso aqui dentro, nós, Senadores, que não há uma correspondência com os anseios da sociedade brasileira, que a democracia representativa se distanciou enormemente! Então, a sociedade precisa acompanhar mais.

Hoje, há meios de se fazer um acompanhamento de perto do uso dos recursos dos impostos. Nós estamos em 34% do PIB, de imposto, o que é muito elevado! O Canadá, que é um país com boa condição social, econômica, também tem o mesmo PIB, o mesmo percentual de imposto e, no entanto, a qualidade de vida dos canadenses está entre as primeiras do mundo. Nós temos uma carga tributária enorme, mal aplicada, desviada uma parcela grande, e eles não estão preocupados com isso.

Acho que é hora de a gente mobilizar a sociedade brasileira para o controle social. Vamos pensar numa proposta legislativa no sentido de impor a aplicação, porque legislamos, criamos o fundo, a lei está aí, mas ninguém obedece a lei. Então, vamos criar agora uma lei para fazer com que a lei seja obedecida. Isso parece maluquice, mas, infelizmente, é dessa forma que se governa o nosso País.

Era isso, Sr. Presidente. Peço licença para me retirar, porque hoje estou com a agenda atrasada e preciso atendê-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Obrigado, Senador João Capiberibe. Eu aduzo as suas palavras, porque esta proposição legal, obviamente, beneficiará todas as agências.

Aquilo que a gente menciona e ouve muitas vezes, de que houve um desmonte das agências, na realidade aconteceu, porque elas foram criadas; num primeiro momento não se poderia imaginar que elas tivessem condições de fazer toda a sua missão sozinhas, elas precisavam do apoio dos Ministérios, da administração pública como um todo, mas a ideia, na concepção das agências era de que, num determinado momento – a exemplo do que acontece nos países onde as agências já existem há muitas décadas –, as agência estivessem, sem dúvida, com autonomia financeira, autonomia de gestão e poder legal.

Eu tenho que dizer, lamentavelmente, que não é assim. O próprio Presidente da Anatel sente-se aqui, com certeza, numa situação de constrangimento, porque ele já esteve do lado de lá do balcão, como Ministro, e agora está do lado de cá, como Presidente da agência, e sabe perfeitamente como as duas instituições – Governo e agência – se relacionam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

Nós precisamos – e o Senador João colocou muito bem – pôr um fim nisso. Se não se puder fazer isso de imediato, por causa das questões econômicas e fiscais que o Governo vive, a gente pode criar um plano para que, num prazo de x anos, nós tenhamos a integralidade dos recursos das agências preservada e direcionada para as suas finalidades, porque foi muito bem colocado aqui, com muita propriedade que se as empresas têm um investimento em tecnologia para qualificar funcionários para entender o funcionamento, para prestar um bom serviço, é óbvio que a agência tem de estar tão fortemente qualificada quanto as próprias empresas. Para isso tudo é necessário dinheiro. A sociedade, se quer um bom serviço, tem de pagar por ele, não dá para colocar a culpa no vizinho, tem de assumir isso.

Cumprimento V. Exª pela sua manifestação.

Vou aqui fazer o último questionamento para a Srª Maria Inês, perguntando a ela, especificamente, já que ela representa o consumidor, o usuário neste momento. Qual é a sua avaliação, qual é o conceito que a sua instituição tem a respeito dessa insatisfação dos usuários brasileiros de todos os cantos e recantos do País com relação aos serviços de telefonia, aos serviços de transmissão de dados, já que o nosso convidado, o Diretor do SindiTelebrasil, colocou aqui números que me causaram até algum espanto. Pelo número de consumidores, de usuários que temos, parece-me que falou em 800 mil – alguma coisa assim – pessoas que reclamaram, que fizeram algum questionamento.

Então, nós não temos problema. Eu confesso que, como Senador, não passo uma única semana, nenhuma, em que eu não xingue alguém quando uso o meu celular. Quando eu saio de Florianópolis e vou à minha cidade, Joinville, em Santa Catarina, passo por uma rodovia federal duplicada, onde não existe nenhuma cidade mais de vinte quilômetros distante da outra, e ao longo da rodovia o meu celular deixa de funcionar, nas duas horas de viagem pelo menos por trinta minutos, com interrupções. E sempre na hora em que estou falando sobre o assunto mais importante daquele dia, o sinal cai.

Eu até tenho um apelido dado para todas as operadoras, que é a denominação contrária do nome que elas têm, mas não vou citar aqui porque esta é uma reunião pública. Mas a gente está cansado de ficar no escuro, quando todo mundo diz que a gente está com tudo claro na nossa frente! Não dá! A sociedade, os usuários, todos querem um serviço de qualidade e reclamam disso. Aí vem uma questão que quero colocar para a Maria Inês. Eu penso, pelos números dados aqui e pelo que ouço, pelo que vivo, que, seguramente, as reclamações que chegam devem ser de apenas 10% ou 15% dos usuários e não de todos, porque se todos reclamassem, o número seria outro.

A SRª MARIA INÊS DOLCI – Exatamente. Também, como estávamos falando na apresentação, tem o problema do atendimento que hoje não melhorou, mesmo tendo uma lei específica para que o usuário seja mais bem atendido, mesmo tendo as faturas ali colocadas no *site* para que ele possa acompanhar. Então, ainda não melhorou o atendimento das empresas aos usuários. Isso impede e dificulta a vida do consumidor. Como eu estava dizendo, se perde, às vezes, mais de meia hora, quarenta minutos, às vezes, dias, até que o problema seja solucionado.

Quando ocorrem problemas nas faturas, principalmente, o consumidor tem que voltar a fazer a sua reclamação no mês seguinte, porque existe ali um descompasso entre o atendimento e a área que gera a fatura de cobranças. E o consumidor, então, volta a reclamar, e isso faz com que ele acabe não reclamando toda vez que ele necessita. Inclusive, se ele reclamasse o que deveria, ele teria até a possibilidade de ter um desconto proporcional ao tempo que ele fica sem o serviço.

Então, até isso tem que ser solicitado junto às empresas, porque elas não fazem isso automaticamente. O consumidor tem que saber que ele tem esse direito. Caso contrário, o direito não lhe é dado, o que é uma incongruência, no nosso entendimento.

Agora, sim, falando sobre as reclamações que eu tinha trazido aqui, a questão principal que nós vemos – e aqui eu até assinalei quais eram, a fragilidade do consumidor em relação aos serviços prestados –, no nosso entendimento, existe, sim, uma fragilidade muito grande. Quando existem as reclamações – e nem todas estão ali colocadas, ranqueadas como deveriam, eu trouxe aqui os dados do Procon-SP, mas nós temos que olhar o setor como um todo –, nós temos uma fragilidade dos controles públicos dessas reclamações.

Então, esse é um problema muito grande, porque, quando não há um controle público das reclamações na área das telecomunicações, o setor, então, fica muito deficitário. E a situação, no nosso entendimento, ten-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

de a piorar, como eu havia colocado ali. Quando nós tivermos o leilão da telefonia celular de quarta geração, que foi utilizado no governo anterior como reforço até do caixa do Governo Federal, a maior parte dos consumidores à época utilizava o serviço 3G e 2G, mas não funcionava ali nos entornos em que precisava funcionar – até hoje não funciona.

Então, a prioridade é dar para o consumidor uma cobertura abrangente, para que ele possa ter o acesso. Se a questão do acesso são as antenas, isso tem que ser discutido, as legislações têm que ser melhoradas. Mas o que se vê é que o consumidor não tem a cobertura necessária nos entornos onde ele fica, a não ser nas capitais, porque, se a gente viaja fora das capitais, a gente percebe claramente a falta de cobertura. Então, isso também tem que ser melhorado.

Há metas que também não estão sendo atendidas, e tem que ter punição para isso, porque senão continuam as metas não sendo atendidas, quanto à qualidade, à cobertura e tudo o mais. As empresas sabem que, se não forem devidamente punidas, elas vão continuar procedendo da mesma maneira.

Então, essa é uma saída. E a Proteste continua fazendo os estudos, continua acompanhando o setor e demonstrando os problemas não só do custo da telefonia celular no País, mas também da cobertura e também das reclamações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Agradeço as suas informações e quero registrar que nós estamos ao vivo, pela TV Senado, para todo o País.

Esta é uma reunião da Comissão de Transparência e Governança Pública. Esta audiência pública está acontecendo para que nós conheçamos um pouco mais e melhor o serviço de telefonia móvel no Brasil.

Aqui temos como convidados o Sr. Carlos Duprat, que é Diretor Executivo do SindiTelebrasil, o Sr. Juarez Quadros do Nascimento, Presidente da Anatel, e a Srª Maria Inês Dolci, que é Coordenadora Institucional da Proteste.

Depois da exposição que todos já fizeram e também das perguntas que foram formuladas, tanto pelos telespectadores como pelos internautas e também pelos Senadores presentes, já estamos caminhando para o final desta audiência pública, mas o Dr. Carlos fez uma solicitação para também se referir à última pergunta que eu formulei, a respeito do número de reclamações que as pessoas formulam.

E eu queria aduzir à pergunta que eu fiz e, inclusive, perguntar a o senhor, se puder responder, das reclamações, das queixas de usuários, de consumidores, qual porcentagem se referem a problemas técnicos, falta de sinal ou coisa parecida, e qual porcentagem se refere a problema de faturamento.

Como eu disse há pouco, assim como o meu telefone deixa de funcionar por perda de sinal em determinados lugares – isso até a gente não poderia aceitar, porque, claro, se você está numa região distante, numa região não urbana, a possibilidade é grande, nas, numa região urbana, numa região muito habitada, é difícil de compreender –, muita gente também reclama por questões financeiras.

Por exemplo, no último domingo, eu vivi uma situação familiar. Meu filho me informou que telefonou, ficou quatro horas nas espera telefônica para rescindir o contrato com uma operadora. Não sei qual é a operadora. Rescindiu, pediu para encerrar a conta, por motivos... Não foi nem por insatisfação. É que ele estava começando a usar outro aparelho na empresa onde ele trabalha e, por isso, precisava desativar o seu.

Pediu, lhe informaram que estava feito. Depois de quatro horas de insistência, de repetição de contato, fez a operação, encerrou. Disseram a ele que ele teria que pagar X da conta, ele pagou. Um mês depois, veio mais uma conta. Quer dizer, é um problema de comunicação e, certamente, isso talvez pudesse ser corrigido. Então, qual porcentagem temos de reclamação pela questão técnica e qual porcentagem temos de reclamação pela questão comercial?

O SR. CARLOS DUPRAT – Senador, eu agradeço a palavra, mais uma vez. Eu gostaria de, inicialmente... No seu caso da estrada – eu até exemplifiquei na apresentação –, ele prescinde de uma discussão mais ampla, que é como são fixados os valores mínimos dos leilões. Então, isso é fixado por uma determinação do TCU e leva em consideração as obrigações inerentes ao leilão. Quanto menores as obrigações, maior o valor possível de ser arrecadado.

Eis por que nós colocamos aqui, e o próprio presidente da Anatel também destacou, que temos ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

longo desses anos praticamente só leilões com fins arrecadatórios muito intensos, muito fortes. E isso faz com que, nas estradas, não tenhamos obrigação de atender um metro sequer, só a parte que está interna em 80% da área do Distrito 7.

Então, se alguém tiver algum problema nas estradas, saibam bem claramente que isso não é obrigação dos editais, das empresas hoje de telecomunicações. Então, é assim. Isso é aquém da necessidade da sociedade? Sem dúvida alguma!

Nós temos aqui a clareza e a transparência – nós temos uma comissão de transparência – para deixar isso muito explícito. Talvez onde o cidadão se sinta mais inseguro seja estar em uma estrada sem a devida cobertura. E, apesar disso, apenas onde há o sentido claramente comercial, isso está sendo usado. Por quê? Porque nós preferimos adotar sempre a iniciativa da mínima obrigação para ter a maior arrecadação.

Eu queria só dar essa explicação para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu fiquei sabendo hoje. E eu acho que muitos brasileiros também.

O SR. CARLOS DUPRAT – Pois é! E certamente muitas reclamações são originadas em situações dessa natureza, onde o sujeito fica muito irritado. E naturalmente irritado, a gente reconhece isso.

Nós não somos perfeitos. Nas grandes cidades, precisamos instalar muitas antenas para que o sinal seja de uma certa qualidade em nível de cobertura e capacidade. Só que eu destaquei aqui que não há como instalar se a cidade não permite e até multa, se você instalou irregularmente, sem a licença. Então, nós ficamos entre a cruz e o caldeirão.

Como a gente faz nessa situação? Como a gente consegue instalar, em uma cidade tipo São Paulo, se São Paulo não autoriza qualquer licenciamento há dois anos? Não sabemos. E não estou falando de São Paulo, poderia ser qualquer outra cidade. Nós temos esses exemplos em diversas cidades do País.

Então, precisamos dar velocidade à implantação daquilo que nós... Nós queremos investir e não conseguimos. Não há como a gente ter uma qualidade melhor se isso não for um trabalho feito a quatro mãos pela municipalidade e pelas operadoras.

De fato, nós temos problemas. Respondendo aqui à questão, nós temos um problema de cobrança que já foi identificado. O faturamento é complexo, é difícil. Quando algumas empresas tentam engajar mais coisa na conta, complica ainda mais. Então, há um percentual grande nas reclamações que dizem respeito a contas. Agora, há reclamações que dizem respeito a situações que a gente não tem como cobrir se não conseguimos instalar antena no Município e muito menos se o sujeito não sabe que está falando de um local que não temos obrigação de cobrir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – É preciso, então, Sr. Presidente da Anatel, modificar, nas próximas ocasiões, os processos de concessão, porque é inconcebível, em um País como o nosso, com a sua grandeza, termos grandes rodovias sem que as operadoras tenham a obrigação de atender aos usuários de rodovia.

Metade do Brasil viaja todo dia, de carro, de avião ou de barco, ou de qualquer coisa assim, e é evidente que existem lugares com maior fluxo, outros com menor. E agora entendi que o sinal que tenho na estrada ou foi uma bondade da operadora, ou foi um sinal que eu capto da cidade por onde estou passando. E nem sempre o sinal da minha operadora, da operadora que eu uso, está disponível nesse ou naquele ponto.

Mas, sem dúvida, é impossível imaginar o usuário brasileiro transitando em rodovias sem poder usar o aparelho. Eu não uso dirigindo. Eu tenho sempre a necessidade, por força do trabalho que faço, de viajar com um motorista. Então, acho que a gente também tem ainda outra questão a colocar, que é do cidadão que usa o celular ao volante. Evidente que não tendo na rodovia o serviço de celular, também estamos protegendo a vida. Mas aqueles que não estão dirigindo certamente precisariam e gostariam de se comunicar enquanto se deslocam de um lugar para outro.

Pois não, senhora.

A SRª MARIA INÊS DOLCI – Rapidamente, só comentar a falta de sinal nas estradas. Em 2013 e 2014,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.204560/2016-89

a Proteste percorreu mais de 5.000km nas estradas, em vários Estados, e nós denunciamos a falta, a ausência do sinal. O que nós chamamos até do 3G perdido, porque o 3G estava lá como que se funcionasse, mas na verdade não.

Então, nós temos ainda ações a respeito do 3G perdido, contra todas as operadoras, justamente pela publicidade que estavam fazendo. Porque aí vem a questão da publicidade também. Então, o consumidor acaba acreditando que vai ter um sinal, que não existe por falta total da legislação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Muito bem. Eu quero aqui agradecer a presença do Sr. Juarez Quadros do Nascimento, Presidente da Anatel; do Sr. Carlos Duprat, Diretor Executivo do SindTelebrasil; e também da Srª Maria Inês Dolci, Coordenadora Institucional da Proteste.

Esta audiência pública estará disponível, para todos que quiserem conhecer as informações aqui apresentadas, no *site* do Senado, bem como os Senadores que integram a Comissão têm condições e receberão as informações relacionadas às manifestações aqui apresentadas por V. Sªs.

Agradeço a todos pela presença, pela audiência, e principalmente aos nossos convidados, pela disposição. Certamente, esse é um tema que interessa muito a todos os brasileiros. Nós precisamos evoluir. Eu tenho certeza de que o Senado da República pode contribuir para isso, e esta Comissão mais ainda, na sua missão de fazer com que os atos, os fatos públicos sejam efetivamente transparentes, e o Governo tenha cada vez mais eficiência através das suas ações governamentais.

Muito obrigado a todos e declaro encerrada esta reunião, convocando a próxima para a próxima terça-feira, no horário regimental.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 3 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F708D1E00016AD17.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.